PORTUGAL

DICCIONARIO HISTORICO, CHOROGRAPHICO, HERALDICO, BIOGRAPHICO, BIBLIOGRAPHICO, NUMISMATICO E ARTISTICO

ABRANGENDO

A minuciosa descripção historica e chorographica
de todas as cidades, villas e outras povoações do continente do reino, ilhas e ultramar,
monumentos e edificios mais notaveis, tanto antigos como modernos;
biographias dos portuguezes illustres antigos e contemporaneos, celebres por qualquer titulo, notaveis
pelas suas acções ou pelos seus escriptos,
pelas suas invenções ou descobertas; bibliographia antiga e moderna; indicação
de todos os factos notaveis da historia portugueza, etc., etc.

OBRA ILLUSTRADA

COM CENTENARES DE PHOTOGRAVURAS

E REDIGIDA

SEGUNDO OS TRABALHOS DOS MAIS NOTAVEIS ESCRIPTORES

POR

ESTEVES PEREIRA e GUILHERME RODRIGUES

VOL. I—A

LISBOA
JOÃO ROMANO TORRES — EDITOR
82, Rua de D. Pedro V, 88

1904

AO LEITOR

Se o primeiro livro d'um povo é o diccionario da sua lingua, o segundo deve ser o da sua historia. Este é tão essencial como aquelle. Ambos são de uso indispensavel e quotidiano.

Porém, juntando á historia a chorographia, que no presente diccionario constitue a verdadeira base, mais util ainda será a obra.

O diccionario historico *Portugal* substitue e unifica, com a vantagem da sua disposição lexicographica, um avultadissimo numero de publicações das especialidades de que trata, cuja consulta, nem sempre facil, é offerecida ao leitor nos seus topicos mais interessantes.

Para conseguir este fim temos envidado os maiores esforços.

E' certo que um grande numero das imperfeições, que em geral se notam nos diccionarios, são especialmente motivadas por uma collaboração variadissima. Os nomes dos numerosos collaboradores, embora colhidos d'entre os mais apreciados no meio litterario e scientifico, originam umas differenças de opinião, de criterio e de methodo, que tornam a obra inferior, pelo menos na sua unidade. Não ha direcção que efficazmente possa obstar a taes defeitos, porque isso reclama muito tempo, grande cautela, a maior attenção e infinita paciencia. E' forçoso fazer as comparações necessarias e as mais conscienciosas investigações.

No diccionario *Portugal* procurámos obviar áquelles inconvenientes, confiando-o exclusivamente a dois redactores, cujas faculdades de trabalho nos eram bem conhecidas e penhor de bom desempenho de tal encargo.

Não occultaremos os embaraços com que os operosos redactores do *Portugal* teem luctado desde que annuiram em executar o nosso projecto. Essas difficuldades são as peculiares aos emprehendimentos congeneres; já esperadas, não causam desfallecimento.

Dos vastos materiaes accumulados por tantos e tão notaveis autores, ácerca de Portugal e seus dominios, extrahiram directamente e com o maior cuidado os dois redactores varios artigos do presente volume. Uma tarefa de tal magnitude teve a facilital-a, por um lado os melhores trabalhos similares, sempre com as devidas citações;

pelo outro os numerosos estudos historicos, subsidios ineditos e apontamentos dos mesmos redactores, colligidos durante alguns annos e que de ha muito nos fizeram conhecer a idoneidade de taes cooperadores.

Quanto ás cousas, homens e instituições modernas, muitas informações se teem recebido, solicitadas ou espontaneas, o que tudo prova bem o interesse que a obra despertou.

Temos hoje o prazer de apresentar o primeiro volume completo do *Portugal* á apreciação do publico, que em grande parte conhece já a obra pelos fasciculos distribuidos. Todavia convem declarar que a não quizémos fazer para eruditos, que poucas novidades decerto aqui encontram, mas sim um diccionario, que embora propriamente de consulta o fosse tambem de vulgarisação.

As illustrações dão sem duvida á obra um aspecto novo, suggestivo e pittoresco; não as considerámos apenas um attractivo, tendente a tornar agradavel a consulta ou a leitura; constituem ellas verdadeiros documentos elucidativos do texto.

Fazendo a edição do presente diccionario julgamos prestar um serviço ao publico, que com tanto patriotismo e illustração nos tem coadjuvado. Não nos poupamos a esforços para corresponder a esse honroso favor. Oxalá a obra satisfaça ás exigencias geraes.

Lisboa, 25 de março de 1904.

João Romano Torres

ABREVIATURAS

Não obstante serem do uso mais vulgar as abreviaturas adoptadas na redacção dos artigos, bastando o proprio sentido para claramente as traduzir, aqui fica a sua interpretação para qualquer caso duvidoso.

Houve sempre em vista não prejudicar a leitura que deve ser correntia, nem difficultar a consulta que não admitte abreviaturas subtis.

A.	Autor, autora.
AA.	Autores.
abr.	abreviado, abreviatura
AC.	Antes de Christo.
Acad. R. das Sc.	Academia Real das Sciencias.
adm.	administração.
adv.	advogado.
alm.	almas.
arc.	arcebispado.
bisp.	bispado.
C.ª	Companhia.
cam.	caminho.
cap.	capital.
cap.º	capitulo.
c. c.	centimetro cubico.
chron.	chronica.
Cod. do Proc. Civ.	Codigo do Processo Civil.
Cod. Com.	Codigo Commercial.
col.	columna.
com.	comarca.
comm.	commentario.
conc.	concelho.
D.	Dom, Dona.
dec.	decimetro.
dicc.	diccionario
Dicc. Jur. Com.	Diccionario Juridico Commercial.
dir.	direito.
distr. dist.	districto.
div.	divisão.
div. mil.	divisão militar.
doc.	documento.
E	Este ou Leste.
eccl.	ecclesiastico.
ed.	edição.
Em.ª	Eminencia.
esc.	escola.
ESE	Les-Sueste.
est.	estampa.
est. de cam. de f.	estação de caminho de ferro.
est. post.	estação postal.
est. tel.	estação telegraphica.
est. teleph.	estação telephonica.
etc.	et cœtera.
ex.	exemplo, exemplar.
Ex.ª ou Exc.ª	Excellencia.
Exmo	Excellentissimo.
F. ou f.	Falleceu.
Fal. ou fal.	Fallecido.
fem.	feminino.
F.º	Filho.
fog.	fogos.
fol.	folheto.
Fr.	Frei, frade.
freg. freg.^{s}	freguezia, freguezias.
front.	frontispicio.
front. grav.	frontispicio gravado.
goth.	gothico.
gr.	grande.
Green.	Greenwich.
grav.	gravura.
hab.	habitantes.
hec. ou hect.	hectares.
ib. ibid.	ibidem (o mesmo).
Illmo	Illustrissimo.
Imp.	Imprensa.
imp.	impresso.
in fol.	in folio.
J. C.	Jesus Christo.
Jr.	Junior.
k. ou kil.	kilometros.
k^2	kilometros quadrados.
L.	livro.
lat.	latitude.
liv.	livro.
long.	longitude.
Lx.ª	Lisboa.
m.	metros.
map.	mappa.
masc.	masculino.
mil.	militar.
Ms. ou ms.	Manuscripto.
N	Norte.

N. ou n.	Nasceu.
Nasc. ou nasc.	Nascido.
Nat. ou nat.	Natural.
N. B.	Nota bene.
N E	Nordeste.
N O	Noroeste.
N.^{o}	Numero.
N. S.	Nosso Senhor.
N. S.^{a}	Nossa Senhora.
O	Oeste.
ob. obr.	obra, obras.
occ.	occidental.
pag.	pagina.
pat. ou patriarch.	patriarchado.
P.^{e}	Padre.
P.^{o}	Pero ou Pedro.
post.	postal.
pov.	povoação.
prof.	professor.
prov.	provincia.
Publ.	publicou.
R.	Réo, ré.
R. A. B. A.	Real Ambulancia da Beira Alta.
R. A. D.	Real Ambulancia do Douro.
R. A. L.	Real Ambulancia de Leste.
R. A. M.	Real Ambulancia do Minho.
R. A. N.	Real Ambulancia do Norte.
R. A. S.	Real Ambulancia do Sul.
rec. recrut.	recrutamento.
R.^{do}	Reverendo.
reg.	regimento.
Rel. rel.	Relação.
Rel. do dist.	Relação do districto.
R.^{mo}	Reverendissimo.
res.	reserva.
ret. retr.	retrato.
RR.	Réos.
S	Sul.
S.	São (Santo).
S. A.	Sua Alteza.
SE	Sueste.
Sen.	Senior.
S. M.	Sua Magestade.
SO	Sudoeste.
Snr. ou Sr.	Senhor.
Sr.^{a}	Senhoria.
SS. AA.	Suas Altezas.
SS. MM.	Suas Magestades.
Sup. Tríb.	Supremo Tribunal.
Tel.	Telegraphica.
teleph.	telephonica.
Typ.	Typographia.
trad.	traducção.
Un.	Universidade.
V.	Veja-se, consulte-se.
V.^{de}	Visconde.
V. Ex.ª	Vossa Excellencia.
Vol. vol.	Volume.
V. M.	Vossa Magestade.
V. M.^{cê}	Vossa Mercê.
V. N.^{a}	Villa Nova.
V. S.^{a}	Vossa Senhoria.
&c.	Et cætera.

PORTUGAL

A

Abação ou **Abbação.** Pov. e freg. da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga, orago S. Christovam, 169 almas e 44 fogos; dista 6 k. da séde do conc. Abbação é appellido d'uma familia arabe, composto das palavras *Abi* e *çam; abi* quer dizer *pae;* e *çam* equivale a assignalado. || Pov. e fr. da prov. do Minho, situada na Serra de Santa Catharina, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga, orago S. Thomé. Até ao seculo XVI esteve annexada á freg. de S. Christovam. Dista 3 k. da séde do conc. 321 almas e 72 fogos.

Abaças ou **Abbaças.** Pov. da freg. da prov. de Traz-os-Montes, conc. com. e distr. de Villa Real. Orago S. Pedro. Está situada na margem esquerda do rio *Tanha,* que nasce ao N. do Valle de Nogueiras, passa em Ponte Pedrinha e entra na esquerda do *Corgo* no logar de Fervide. *Abaças* é um nome derivado do arabe, *(Ilhabaxa),* o que equivale a *Aldeia Negra.* Tem 1668 alm. e 409 fog. Tem escolas de ambos os sexos e estação postal que permuta malas com Villa Real. Em 24 de abril de 1200, foi-lhe concedido foral por D. Sancho I. A pov. dista 10 k. da séde do concelho.

Abacís. Moeda de prata da India, talvez originaria da Persia, e a qual nos fins do seculo XVII o conselho da fazenda mandou fundir para se cunharem *xerafins.*

Abada. Pov. da freg. de Carvalho de Rei, conc. de Amarante. || Féra das terras de Sofala, na Africa, da qual o primeiro exemplar que se viu na Europa foi o que el-rei D. Manuel mandou ao papa Leão X.

Abadalassa. Jogo usado nas côrtes de D. Affonso V e D. João II.

Abambres. Pov. e freg. da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança, orago S. Thomé, 528 almas, 91 fogos. A pov. dista 10 k. da séde do conc.; tem escola do sexo masculino. || Pov. da freg. de Matheus, conc. de Villa Real.

Abanadar *(Çaffadim).* Rei de Ormuz, por cuja morte Affonso d'Albuquerque auxiliou ao seu successor Toruxa.

Abarca. Appellido de familia nobre portugueza, descendente de D. Pedro Guevarra, aio de D. Sancho de Navarra, e que passou a Portugal na pessoa de D. Francisca Abarca, mulher de Antonio Lopes Galhardo, que serviu Portugal no tempo de D. João IV, na guerra da Restauração, e foi general da cavallaria na prov. da Beira. Esta familia entroncou-se com os descendentes do infante D. Diniz, filho de D. Pedro I e de D. Ignez de Castro, pelo casamento de D. Maria Francisca Abarca de Boléa Urrés Peres de Mendonça, com o marquez de Valencina, descendente directo do infante. As armas d'esta casa são: em campo de oiro uma banda de cadeia azul dourada e em orla, e nos claros do escudo duas alparcas xadrezadas de negro e ouro, forradas de vermelho.

Abarinho. Pov. da freg. de Silvares (S. Clemente).

Abaritan. Imprecação portugueza antiga, que quer dizer: *Sepultado sejas vivo nos infernos como fôram Abiron e Dathan.* Era muito usada nas escripturas dos foraes, e uma ameaça para quem se atrevesse a infringir as garantias alli estabelecidas.

Abasto. Appellido de familia nobre portugueza. Brazão incompleto: em campo verde cruz negra firmada, perfilada de prata e cantonada de uma vieira de ouro.

Abbade. Titulo de dignidade e auctoridade ecclesiasticas. Começou a usar-se este titulo em 472. Era um titulo de respeito de qualquer monge. *Abbade dos Abbades* é o titulo que usavam os superiores dos mosteiros de S. Cucufate e de S. Vicente de Fóra, no bisp. de Beja. O deão de Lamego tinha o titulo de *abbade de Almacave,* O mestre escola da collegiada de N. S.ª da Oliveira, em Guimarães, era nomeado *Abbade de S. Thiago.* Os arcebispos de Braga, desde a união

do convento de S. Victor á camara archiep. d'aquella diocese, tiveram o titulo de *Abbades de S. Victor;* prelado d'uma abbadia regular que, sendo elevado á dignidade episcopal, transformava a sua egreja e mosteiro em cathedral e séde do bisp.: tal foi S. Martinho, bispo de Dume, junto a Braga. *Abbade dos conegos,* os que precediam em tudo aos *priores crasteiros, prepositos presidentes ou vigarios.* Pertenciam aos mosteiros de conegos regrantes. S. Theotonio foi em Portugal o primeiro que trocou este titulo pelo de prior. *Abbade Magnate,* abbade da congregação de S. Bernardo, que tinha territorio proprio e isento de jurisdicção episcopal. Conhecia das cousas matrimoniaes e sacrilegas. Dava demissorias aos subditos seculares, punha vigario geral, etc. Taes eram os abbades de S. Pedro das Aguias, S. João de Tarouca, S. Christovam de Alafões, Santa Maria de Fiães, e Santa Maria das Salzedas. *Abbade do Prelado,* titulo que gosavam os abbades de egrejas seculares e parochias, que tinham sido antigamente mosteiros, como a de Soalhaens, no Porto, e a de Sebadim em Arcos de Valle de Vez.

Abbade. Cabo ou ponta situada no extremo leste da ilha do Principe, na Africa.

Abbade de Castro. V. *Castro e Sousa.*

Abbade de Neiva. Pov. da prov. do Minho, freg. de Santa Maria, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga. Tambem é conhecida pelo nome de Condevão, 722 alm. e 154 fogos Dista 5 k. da séde do conc. Foi fundada a freguezia em 1152 pela rainha D. Mafalda, mulher de D. Affonso I, que começou a construir um sumptuoso mosteiro, que ficou incompleto. O abbade, nomeado pela casa de Bragança, era ouvidor perpetuo de Fragoso. Nomeava juizes, recebia luctuosas, *gados do vento* e coimas, sem que o rei recebesse a terça. N'esta freg. festeja-se Santo Amaro, havendo grande romaria em 15 de janeiro. A antiga egreja parochial é de simples apparencia; tem junto um adro, que serve tambem de cemiterio, e onde se vêem algumas sepulturas, sendo uma notavel do seculo XVII, que tem lavrados alguns emblemas de pedreiro, e outra, já muito arruinada, que evidentemente se vê ser de épocas muito mais remotas, conhecendo-se ainda a esculptura tosca d'um cavalleiro armado, já muito corroída pelo tempo.

Abbade de Vermoim. Pov. da prov. do Minho, freg. de Santa Maria, conc. e com. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga. 114 alm. e 23 fog. Foi abbadia archiep. E' fertil em cereaes, vinho, azeite, fructas e legumes. Cria muito bom gado bovino. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e do rio Ave.

Abbades. Pov. da freg. de Gandra, conc. de Ponte de Lima.

Abbadessa. Primeira dignidade n'uma communidade de religiosas. *Abbadessa geral,* aquella cuja auctoridade se estendia a todas as abbadias da mesma ordem. *Abbadessa secular,* aquella a quem era commettido o governo temporal d'uma parochia com obrigação de apresentar ao bispo do logar um sacerdote idoneo para curar as almas. Assistia, e parece que ás vezes presidia, ás assembleias ecclesiasticas. Citam-se em Portugal, entre outras, Maria Gonçalves, na egreja de Cambres, Lamego, e Goina Pires, na de S. Julião de Val de Cambres, Vizeu. As abbadessas eram electivas; havendo abbadessas *perpetuas,* eleitas para toda a vida.

Abbadia. Dignidade, direitos, privilegios de um abbade: egreja, mosteiro, jurisdicção, bens e rendas pertencentes ao mosteiro ou egreja abbacial. As abbadias eram regulares ou em commenda; aquellas tinham por chefe um religioso; estas um secular ou leigo. Havia tambem abbadias electivas, que tinham o direito de nomear o seu superior; e abbadias madres, que deram origem a muitos mosteiros da mesma ordem. As abbadias reaes eram do padroado do rei.

Abbadia. Pov. da freg. de Santa Maria do Bouro, conc., com. e arceb. de Braga. O sanctuario que ha n'esta povoação é composto de 11 capellas, sendo 8 maiores dedicadas á Virgem, e 3 mais pequenas, significando a Paixão de Christo. A historia d'este sanctuario e a da egreja é quasi a mesma historia do convento de Bouro. Conta a lenda, que por occasião das guerras com os arabes, os religiosos do convento de Bouro se retiraram d'aqui, ficando apenas na capella de S. Miguel de Abbadia um eremita de habito negro, a quem veiu depois juntar-se Pelayo Amado, fidalgo da côrte do conde D. Henrique, que procurava a solidão, por lhe ter morrido sua mulher. Certa noite, segundo conta a lenda, viram os dois cenobitas na garganta da serra uma luz mysteriosa e

Egreja da Senhora da Abbadia

viva, e para ahi se dirigiram muito curiosos. Encontraram então no sitio uma imagem da Virgem, esculptura em pedra, e desde logo pensaram na construcção d'uma capella. Juntaram-se-lhe então outros eremitas, e assim se começou o convento, que D. Affonso I engrandeceu, concedendo-lhe muitas rendas e o senhorio do couto de Bouro, em 1148. A profissão dos eremitas realisou-se em 1159, mas alguns annos mais tarde, sendo muito desabrigado e aspero o local da Abbadia, resolveram approximar-se mais da margem do Cavado e sobre ella fundaram o actual convento, para onde transferiram a imagem; mas a Virgem teimava sempre em fugir para a Abbadia, reali-

saudo-se o milagre, diz a lenda, da Senhora, por mais diligencias dos frades, desapparecer do convento, e reapparecer na Abbadia. Foi esta a origem do convento de Bouro e do Sanctuario.. Em seguida ás capellas segue um largo com grandes alpendres avarandados, ao fundo do qual se levanta o templo, e em cuja frontaria se vê o oratorio protegido por fios de ferro, dentro do qual está a imagem da Virgem. No dia 15 d'agosto ha grande romaria. Celebra-se missa que os romeiros ouvem ajoelhados no grande largo e quebradas proximas; a Abbadia apresenta n'esse momento o aspecto d'um grande acampamento medieval. || Pov. nas freg. de Santo Quintino, conc. de Sobral de Mont'Agraço; de Ancede, de Córtes, conc. de Leiria; de Matacães, conc. de Torres Vedras, e de Pinzio, conc. de Penafiel. || Rio afl. de Alcobaça, distr. de Leiria; N. na Serra de Alpedriz, passa a O. da Batalha. Curso 25 k.

Abbadia Velha. Pov. da freg. de Ucanha.

Abbadiado. Nome que davam aos priores das freguezias em algumas cidades de Portugal.

Abbadim. Pov. da prov. do Minho, freg. de S. Jorge, conc. e com. de Cabeceiras de Basto, distr. e arceb. de Braga. 590 alm. 136 fog. Tem escola do sexo masculino. D. Manuel deu-lhe foral em 12 de outubro de 1514. Teve por donatarios os Camões, de Guimarães. Foi tambem senhor d'este couto e do de Negrellos o dr. Diogo Lopes de Carvalho, desembargador do paço, que foi instituidor d'estes dois morgados. As armas dos Carvalhos são: em campo azul uma estrella d'ouro entre uma quaderna de meias luas de prata (crescentes). Timbre, um cysne de prata com uma estrella de ouro (como a das armas) no peito. armado d'ouro. Até 1834, teve juiz ordinario, os respectivos escrivães, e mais empregados do couto. A pov. fica situada no monte da Canha, e dista 4 k. da séde do conc. E' palavra arabe *(abbadim)*. E' abundante de cereaes, fructas, vinho, colmeias, gado, caça e pesca. || Pov. na freg. de Castellões de Cepeda, conc. de Paredes. || Pov. na freg. de Gontinhães, prov. do Minho, conc. de Caminha. Está situada na margem esquerda do rio Ancora, que é aqui atravessado por uma ponte de cantaria de um só arco, construida pelos romanos. Chama-se a *ponte de Abbadim*. Esta ponte pertence, metade á freguezia de Gontinhães, e a outra metade á de Ancora; ficando metade do conc. e com. de Vianna do Castello, e metade do conc. de Caminha, da mesma comarca.

Abbados. Pov. na freg. de Carvalhaes, conc. de S. Pedro do Sul, a 20 k. de Vizeu.

Abbedim. Pov. e freg. da prov. do Minho, conc. e com. de Monsão, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga: orago Santa Maria. 545 alm. e 154 fog. Teve por donatarios os Camaras Coutinhos, de Pico de Regalados; os Abreus, de Merufe e Regalados, que appresentavam o abbade; e os Magalhães. de Braga. Existe n'esta freguezia a capella de S. Martinho. que tinha dizimos. Perto de Abbedim, entre Coura e Monsão, e sobre uns montes. ainda se vêem vestigios d'uma torre antiquissima. a cuja edificação presidem varias lendas, e que foi mandada demolir no seculo XV; era o castello de S. Martinho de Penha. Em torno das ruinas entrelaçam-se arvoredos seculares; existe no castello uma caverna que póde conter dez homens. e dentro uma fonte de boa agua, a que os povos das immediações attribuem virtudes therapeuticas: mais acima ha outra caverna, tambem com uma fonte, que póde conter 200 homens, e á qual se seguem outras mais pequenas. Nos limites d'esta freg. ha a *Setulaalba* a que chamam na terra *o vidueiro*. Da casca d'esta arvore, que é muito boa e alvissima, se serviram os antigos, com especialidade os romanos, para escreverem, emquanto se não inventou o pergaminho. A pov. dista 12 k. da séde do concelho.

Abbella. Pov. e freg. (Nossa Senhora da Assumpção) da prov. da Estremadura, conc. e com. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa, bisp. de Beja. 1055 alm. 280 fog. A 10 kil. da séde do conc.

Abdegas. Nome arabe d'Ourem, que conservou ainda por algum tempo depois de ser tomada em 1136 por D. Affonso Henriques.

Abdon. V. *Adon.*

Abeção. Pov. da freg. de Barbeita, conc. de Monsão.

Abedim. Pov. na freg. de Gondomil, conc. de Valença.

Abedon. V. *Adon.*

Abegão. Casal na freg. d'Evora, conc. d'Alcobaça. || Sitio na freg. de Collas, conc. d'Aljustrel.

Abegôa. Logar na freg. d'Areias, conc. de Portalegre.

Abegoaria. Casal na villa da Certã, conc. de Belmonte. || Casal na aldeia da Bemposta, conc. de Abrantes. || Casal na freg. de Canha, conc. de Aldegallega. || Casal na freg. de Gallés, conc. de Mafra. || Herdade na freg. de Pigeiro, conc. de Alandroal. || Quinta ou habitação na freg. de Alvorge, conc. d'Ancião. || Herdade na freg. de Graça do Divor, conc. d'Evora. || Sitio na freg. de Ferreira, conc. de Ferreira.

Abegoens. Nome dado antigamente aos enfermeiros dos hospitaes.

Abegões. Pov. da freg. de Germil, conc. de Penalva do Castello. || Casal na freg. de Carnota. conc. d'Alemquer. || Casal na freg. d'Almodovar, conc. d'Almodovar. || Sitio na freguezia d'Areias, conc. de Marvão.

Abeila. Herdade na freg. de Palma, conc. de Alcacer do Sal.

Abel. Actor muito conhecido nos theatros do Porto e Lisboa. N. em Vianna do Castello, em 22 de janeiro de 1824, f. no Porto em 9 de setembro de 1882. Ainda muito novo, fugiu de casa com a ideia de ser actor; e depois de se apresentar no Porto, passou para o theatro do Gymnasio de Lisboa, onde sempre se distinguiu, tendo creações magnificas, como no *Lago de Kilarney*, *Coração de mãe*, *Tio Paulo*, *Luiza ou a reparação*, *A Grammatica*, e muitas outras. Sahindo do Gymnasio, escripturou-se no antigo theatro das Variedades. representando na magica *Loteria do Diabo*, em que muito agradou no papel de Abadalah, apesar d'elle ter sido creado pelo actor Isidoro, que alcançou um successo. Tornou depois para o Porto, assistiu á inauguração do theatro do Palacio de Crystal; voltou a Lisboa, onde se conservou até 1875. seguindo depois outra vez para o Porto. escripturado na companhia do novo theatro da Trindade, que ardeu pouco depois; d'ahi passou a representar n'um barracão dos Carmelitas e n'outras casas de espectaculo. Abel foi sempre um actor de merito e de muita utilidade.

Abel. Pov. na freg. de Facha, conc. de Ponte de Lima.

Abelão. V. *Abelhão.*

Abelha. Pov. na freg. de Burgães, conc. de Santo Thyrso. || Serra em Traz-os-Montes, limites da Villariça, com. de Miranda; 2 k. de comprimento e 2 de largura. Tem abundancia de matto e de caça. || Herdade na freg. de Santa Luzia, conc. d'Odemira. || (*Penedo da*) Herd. na freg. da Graça do Divor, conc. d'Evora.

Abelha. Jornal publicado em Lisboa, por D. Catharina de Andrade, 1836 a 1843. O primeiro numero publicou-se em portuguez e os outros em francez. || Jornal publicado no Porto, em 1856.

Abelha (A) de Bombaim. Jornal portuguez, publicado em Bombaim, em 1848.

Abelha (A) da China. Jornal portuguez, publicado em Macau, em 1823.

Abelha (A) do Meio-Dia. Jornal publicado em Lisboa, 1809 a 1810.

Abelha (A) portugueza. Jornal publicado em Lisboa, em 1821.

Abelhal. Pov. na freg. de Santa Cruz do Douro, conc. de Baião.

Abelhão. Pov. na freg. de Ul, conc. d'Oliveira d'Azemeis.

Abelhas *(Serra das).* Na prov. da Beira Alta, proximo do rio Tavora, conc. d'Aguiar da Beira, com. de Linhares. É sêcca, esteril e tem alguma caça.

Abelheira. Serra, no distr. de Bragança, entre os rios Tua ou Tuella e Rabaçal. || Serra no distr. de Beja, ramificação da serra de Adiça, 5 k.; altura 274 m., chamada tambem serra da Atalaia. Na freg. de Montalvo, que esta serra atravessa, existe um grande boqueirão, e junto d'elle houve, n'outro tempo, uma ermida habitada por dois eremitas. Dizem haver n'esta freg. minas de ouro, que não fôram exploradas. || Serra no Algarve. É pequena e tem minas de carvão. || Logar em Ponta Delgada, ilha de S. Miguel. Pomares de larangeiras. || Monte que prende na Serra d'Ossa, no distr. e com. d'Evora. Nasce n'este monte um pequeno ribeiro, que morre no Degebe. Produz matto e algumas arvores silvestres. Tem boas pedreiras de marmore de côres e branco. Caça miuda. || Serra em Traz os Montes, conc. de Miranda. É quasi toda cultivada. Para o oeste estende um ramal até ao sitio chamado *Egrejinha*, sitio que deriva o nome d'uma antiga capella que existiu alli. Esta serra continua para um sitio chamado *Castellinhos*, onde ainda ha vestigios de fortificações mouriscas. || Pov. nas seguintes freg. Abiul, Alcofra, Almalagues, Amoreiras (conc. de Odemira), Ardegão (conc. de Ponte de Lima), Boliqueime (conc. de Loulé), Bougado, Castellões, Certã, Cintra, Covas, Fermentões, Geraz e Santa Tecla, Louredo, Louriçal, N. S.ª da Salvação (conc. da Lourinhã) Marinhas, Martim Longo, Oliveira de Azemeis, Paços de Brandão, Paradella da Serra, Passos, Sandomil, S. Joanninho (bisp. de Coimbra), Santa Clara a Velha, Santa Maria Maior de Vianna do Castello, Senhorei, Sobral da Abelheira, Sobroza, Torgueda, Villa Chã, (conc. d'Espozende), Villar Chão (conc. d'Alfandega da Fé), Villarinho (arceb. de Braga).

Abelheira. Pov. na freg. de Santo Antão do Tojal, na prov. da Extremadura, conc. de Loures, dist. de Lisboa. Ha n'esta povoação uma importante fabrica de papel, que foi fundada n'uma excellente quinta, chamada Quinta da Abelheira, outr'ora pertencente ao mosteiro de S. Vicente de Fóra de Lisboa, da ordem dos conegos regrantes de Santo Agostinho. Era uma das melhores propriedades d'este rico mosteiro, tanto pela sua grande area como pela circumstancia de ser atravessada por um rio, que sempre tem corrente, mais ou menos, ainda mesmo no verão, circumstancia muito importante em uma provincia como a Extremadura pouco abundante d'agua. Aproveitando esta vantagem, lembraram-se os conegos de crear na quinta um estabelecimento fabril, fundando junto do rio do Tojal, que n'este sitio toma o nome de rio Trancão, uma fabrica de papelão e papel pardo, cujos productos vendiam por conta propria em uma loja do seu quarteirão no Rocio de Lisboa. Extinguiram-se depois as ordens religiosas, e em 1836 o abastado nego-

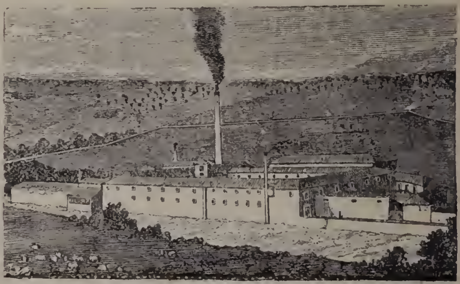

Fabrica da Abelheira

ciante João d'Oliveira, que mais tarde foi ministro da fazenda, barão e conde do Tojal, comprou a Quinta da Abelheira, conservando o estabelecimento no mesmo estado em que o encontrou, até 1841, anno em que o reformou, mandando vir machinas novas e dando-lhe novas proporções. Começou então a fabricar papel de escrever e de impressão, que mostravam já bastante aperfeiçoamento n'este ramo de industria. Apezar de todos os seus esforços, o conde de Tojal, quando falleceu, deixou esta empreza fabril ainda longe de poder competir com a industria estrangeira. Felizmente, os seus herdeiros continuaram a aperfeiçoar a fabrica, que foi progredindo, tornando-se hoje um dos primeiros estabelecimentos do seu genero. Pertenceu tambem a fabrica ao sr. William Smith, cunhado do fundador, e hoje é propriedade da casa Guilherme Graham Junior & C.ª que lhe tem dado um desenvolvimento extraordinario, introduzindo-lhe grandes melhoramentos, mandando vir as melhores e mais aperfeiçoadas machinas, alargando os corpos do edificio e construindo outros novos; emfim dando-lhe incremento e desenvolvimento a ponto de a tor-

narem uma das primeiras fabricas do paiz. Actualmente, os seus productos são muito estimados e procurados, principalmente o papel de impressão e de escrever. Em consequencia dos novos processos de fabrico de papel que na fabrica se tem introduzido, a producção é grande em toda a qualidade de papeis, desde o papel de escrever até ao papel de embrulho. Emprega a fabrica, além do pessoal do escriptorio, armazens em Lisboa, director technico, engenheiros, etc., perto de 200 operarios que d'alli tiram o pão quotidiano, considerando, como de facto é, a fabrica o principal elemento de riqueza do sitio da Abelheira e arredores. Tem os productos da fabrica obtido diversos premios nas exposições, como por exemplo nas de Londres de 1851 e 1862; na de Paris, nas do Porto de 1857 e 1861; na de Lisboa de 1863, e ultimamente na dos Açores. Estes premios são o honroso testemunho dos progressos d'este estabelecimento. Os actuaes proprietarios teem, com o desenvolvimento dado á sua fabrica, contribuido muito para o bem estar dos habitantes da Abelheira e arredores, já empregando grande numero de operarios, já angariando pelos meios ao seu alcance, concertos e reparações em estradas, edificios, etc., pelo que são muito estimados no sitio. Pódem considerar-se uns verdadeiros benemeritos, porque, segundo nos consta, não é só o interesse de auferir grandes lucros, que os proprietarios teem em vista na exploração da fabrica, conservando-a ainda a seu cargo, porém sim, a estabilidade do pessoal, que sustenta, e, que na maior parte, não conheceram nunca outro genero de trabalhos nem outros superiores; na classe de operarios teem d'alli vivido, por assim dizer, familias inteiras, succedendo-se paes para filhos, avós para netos, considerando-se já como filhos da casa, sempre respeitadores e fieis cumpridores dos seus deveres.

Abelheiras. Pov. na freg. de Boelhe e Passinhos, conc. de Penafiel.

Abelheirinha. Sitio em Sobral da Abelheira e Habitação em Amoreiras conc. d'Odemira.

Abelheiro. Pov. na freg. de Canedo, conc. de Celorico de Basto.

Abelheiros. V. *Avilheiros.*

Abelhinha. Herdade na freg. de Santa Luzia, conc. d'Ajustrel.

Abelho. Appellido de familia asturiana, que passou a Portugal e d'onde procedeu Nuno Alvares Coutinho Barradas, capitão-mór da villa de Grandola, dist. de Lisboa. Esta familia está hoje no seu ramo principal confundida com a familia Garridos da casa de Bouça, de que é representante José Guedes Coutinho Garrido Rangel e Alpoim, tendo por brazão: em campo verde de campanha uma arvore de sua côr perfilada de ouro e raizes do mesmo, junto d'ella um cortiço, sobre este uma fouce de prata, e de roda do cortiço muitas abelhas, tudo de ouro.

Abelhoa. Logar na freg. de Pedorido, conc. d'Agueda.

Abelhões. Herdade, na freg. de Vidigão, conc. de Arrayollos.

Abelhoso. Pov. na freg. de Lavra, conc. de Bouças.

Abelitrio. Cidade da antiga Lusitania; hoje Alter do Chão.

A Bella. Freg. do conc. de S. Thiago do Cacem, (N. S.ª d'Assumpção). V. *Abbella.*

Abelo *(Pero).* Fidalgo cavalleiro port., que, no anno de 1507, por ordem de D. Francisco de Almeida, se dirigiu na armada a Panane, onde muito se distinguiu, combatendo os mouros de Calecut.

Abeloiras. Logar ou quinta na freg. de Maceira, conc. de Fornos d'Algodres.

Abenoia. Casal na freg. de Santa Maria de Marvão, conc. de Marvão.

Abendanho. Appellido de familia nobre portugueza, vindo de Hespanha na pessoa de D. Pedro de Abendanho, que foi alcaide mór da villa de Barcellos, no reinado de D. Affonso V. Brazão incompleto: em campo azul camisa mourisca de prata, e tres settas do mesmo n'ella cravadas com as hastes ensanguentadas, duas para a direita e uma para a esquerda.

Abesoucas de baixo, Abesoucas de cima. Aldeias na prov. da Extremadura, patriarch. de Lisboa, conc. de Santarem, termo e freg. da villa de Montargil.

Abezudes. Pov. na freg. de Viariz, conc. de Baião.

Abicada. Sitio da freg. e conc. de Portimão. || Casal da freg. de Mexilhoeira, do mesmo concelho.

Abichanas. Casal da freg. e conc. de Rio Maior.

Abicheiro da Lavradora. Sitio e quinta da freg. de Felgueiras, Moncorvo.

Abicheiros. Logar na freg. de Riba Tua, conc. d'Alijó.

Abicosa. Casal na freg. de Penalva d'Alva, conc. de Oliveira do Hospital.

Abilheira. Pov. na freg. de Abiul, conc. de Pombal.

Abitonicas. Casal da freg. de S. Luiz, conc. de Odemira.

Abitureira. Pov. na freg. d'Amieira, conc. de Oleiros; invocação de S. Francisco d'Assis. || Pov. na freg. de Mansores, conc. d'Arouca. || Casal na freg. de Vide, conc. de Cêa. || Quinta na freg. de Villa do Touro, conc. de Sabugal. || Pov. na freg. de Sebollido, conc. de Gondomar, com. e distr. do Porto, situada na margem direita do Douro. Ha aqui uma mina de cobre, no leito d'um regato chamado *Ribeiro de Couce.*

Abitureiras. Freg. na prov. da Extremadura, conc., com. e distr. de Santarem, patriarch. de Lisboa; 1899 alm., 430 fog. Tem escola do sexo masc. Orago N. S.ª da Conceição. Foi vigararia apresentada pelo prior de Mafra, que era sempre um conego da Sé de Lisboa. E' terra muito fertil e dista 12 k. da séde do conc. Foi reguengo da corôa com juiz ordinario e escrivão.

Abismo ou **Abysmo.** Freg. de Moncarapacho, Algarve. E' uma cova profundissima no principio do *Monte da Cabeça,* do lado do mar. E entre rochedos e está sempre cheia d'agua.

Abiul. Villa e freg. (N. S.ª das Neves) da prov. da Extremadura, conc. e com. de Pombal, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 2710 alm., 638 fog. Feira no 1.º domingo de agosto; tem escola e correio que permuta malas com Pombal. A villa está situada n'um valle cercado de outeiros, encostada á ribeira do mesmo nome e dista 10 k. da séde do conc. *Abiul* parece ser corrupção de *Abiud,* nome hebraico. O primeiro foral d'esta villa foi-lhe dado por Diogo Pearis e sua mulher Dona Examena, em 1167, sem outro

fôro mais que a decima de todo o pão, vinho, linho, alhos, cebolas e legumes, cultivados nos seus campos. Oito annos depois, Diogo Pearis e sua mulher deixaram de ser os senhores de Abiul, ignorando-se o motivo; passou então a villa para a corôa. D. Affonso I, em 1175, fez doação da referida villa ao mosteiro de Lorvão, e no mez de dezembro, d'esse mesmo anno, o abbade João e os frades deram-lhe outro foral, que reformaram um anno depois. Em 1561 e 1562, desenvolveu-se na villa uma grande peste, em que morreu muita gente. Os habitantes fizeram um voto, que consistia n'uma grande festa a N. S.ª das Neves, no primeiro domingo d'agosto, dia da feira. A festa fez-se muitos annos á custa da camara, e depois foi feita por mordomos voluntarios. Havia na praça um grande forno que se accendia na sexta feira antecedente, e depois de arder até ao domingo, em que se gastavam 12 ou 13 carradas de lenha, mettiam-lhe dentro um bolo (fogaça) de 10 ou 12 alqueires de trigo, o qual era tirado por um homem que para esse fim entrava no forno, comtanto que estivesse preparado com os sacramentos da confissão e communhão. D. Manuel deu-lhe novo foral em 14 de julho de 1515, mandando reedificar a egreja matriz, que estava muito arruinada. Até 1759 pertenceu o senhorio da villa aos duques d'Aveiro, e cada um dos moradores lhes pagava 3 réis. Dizem que existem ainda ruinas do palacio dos duques e d'outras casas nobres. O palacio fôra mandado construir por André da Silva Coutinho, de quem os duques d'Aveiro o herdaram. Sendo, em 1759, confiscados todos os bens d'aquelle ducado, passou o senhorio da villa para a corôa, e foi depois comprada a maior parte do que possuiam em Abiul, pelos fidalgos Aboins ou Alvins. Pela freg. passa a Serra de Sicó e o rio do Seiçal. Tinha capitão com duas companhias de ordenanças.

Abizoein. Appellido d'uma antiga familia portugueza. || Pov. na prov. de Entre Douro e Minho, bisp. do Porto.

Abizonde. Pov. na prov. de Entre Douro e Minho, bisp. do Porto.

Aboa. Aldeia na prov. de Traz os Montes, bisp. de Miranda do Douro. Areyprestado e termo da villa de Monforte de Rio Livre. Tem só 9 moradores, e está fundada sobre o monte da Picouha; pertence á freg. de S. Nicolau de Candedo; na aldeia ha uma ermida dedicada a N. S.ª da Encarnação.

Aboadella. Freg. da prov. do Douro, conc. e com. d'Amarante, dist. e bisp. do Porto; o seu primitivo nome era *Ovelha do Marão*. 813 alm., 212 fog. Dista 6 k. da séde do conc. || Pov. na freg. de Cepões, conc. de Lamego.

Abobada (A). Romance historico de Alexandre Herculano, época 1401; tem por assumpto a construcção do convento da Batalha, pelo architecto Mestre Affonso Domingues, que a delineou, e que apezar de cego a concluiu, depois das obras terem sido entregues ao architecto francez Mestre Ouguet; segundo a lenda, Affonso Domingues quiz morrer na celebre sala do capitulo, em cumprimento de um voto fatal. Divide-se em 5 capitulos: *O Cego, Mestre Ouguet, O Auto, Um Rei Cavalleiro, O voto fatal.*

Abobada. Pov. da prov. do Alemtejo, orago S. Marcos, conc., distr. e dioc. d'Evora; 309 alm. 60 fog. Dista 20 k. da séde do conc. | Pov. da freg. de S. Domingos de Rana, distr. de Lisboa, conc. de Cascaes. | Pov. em S. João do Monte, conc. de Tondella, dist. de Vizeu. || Courella na freg. de S. Marcos da Abobada, conc. d'Evora. | Courella na freg. de Gomes Ayres, conc. d'Almodovar, distr. de Beja. | Moinho na freg. e com. d'Alvito, distr. de Braga. || Moinho na freg. de Paderne, conc. d'Albufeira, distr. de Faro. | Quinta e herd. da freg. d'Aldeia Nova, conc. de Serpa, distr. de Beja. | Moinho na freg. de S. Braz de Mattos, conc. d'Alandroal, distr. d'Evora.

Abobadas. Herdade da freg. de Quintas, conc. de Barrancos.

Aboboleira. Pov. da freg. de Mouçós, conc. de Villa Real. | Pov. de Valle d'Anta, conc. de Chaves.

Aboboraes. Casal da freg. da Raposa, conc. d'Almeirim.

Aboboreira. Pov. da prov. da Extremadura, freg. de S. Silvestre, conc. de Abrantes, com. de Mação, distr. de Santarem, bisp. de Portalegre. Tem escola do sexo masc. 692 alm. 158 fog. A pov. dista 15 k. da séde do conc. || Logar na freg. de Mouçós, conc. de Villa Real. | Logar na freg. da Area, conc. de Ponte de Lima. | Logar na freg. de Folhada, conc. de Marco de Canavezes. | Logar na freg. de Tarouquella, conc. de Sinfães. | Logar na freg. d'Azueira, conc. de Mafra. || Logar na freg. de Sarzedas, conc. de Castello Branco. || Logar na freg. de Figueiras, conc. de Cadaval. | Sitio com dois casaes, na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira. | Herd. da freg. de Ciladas, conc. de Villa Viçosa. | Azenha, na freg. de Rio de Moinhos, conc. de Borba. | Pov. na freg. do Arneiro, conc. de Santa Martha de Penaguião.

Aboboreira *(Serra da)*. Junto da villa Cahis, distr. do Porto. Encontra-se aqui, em plena serra, no vasto plató denominado *Chã de Parada*, a

Dolmen da Aboboreira

lendaria *casa dos mouros* ou *dolmen*. A situação d'este *dolmen* é sobre um monticulo de terreno, havendo muito proximo, na mesma linha, duas outras mamôas, em uma das quaes especialmente se notam evidentes vestigios da existencia de outro dolmen. Este, de que falâmos, está ainda regularmente conservado, apesar dos lavradores das proximidades o terem estragado muito, em busca de thesouros, que dizem existir alli. Consta de 9 pedras, incluindo a cobertura, e tem mais 5 do lado esquerdo e 3 do lado direito da entrada, que é voltada ao oriente.

Aboboreira Cimeira. Pov. da freg. de Olalhas, conc. de Thomar.

Aboboreira Fundeira. Pov. da freg. de Olalhas, conc. de Thomar.

Abodarramam *(Cid)*. Senhor da cidade de Safim com o soccorro dos portuguezes em 28 de setembro de 1498.

Abogão. V. *Abegão.*

Abogoaria. V. *Abegoaria.*

Abogões. V. *Abegões.*

Abohab da Fonseca *(Isaac)*. Judeu portuguez nat. de Castro Daire, educado na Hollanda, para onde foi aos 7 annos; foi discipulo de Uriel da Costa; exerceu alguns cargos na Synagoga, e esteve algum tempo no Brazil, passando depois a Amsterdam, onde se relacionou com o padre Antonio Vieira, que muito o considerava, dizendo, falando a seu respeito e d'outro famoso rabbi portuguez, Menassés ben Israel: «que este dizia o que sabia, mas que Abohab sabia o que dizia». Morreu em 1693. Escreveu em hebraico, hespanhol e portuguez. No livro das *Alabanzas de David*, escripto em castelhano pelo rabbi Jacob Jehudah, vem uma approvação de Abohab em lingua portugueza. Tambem na collecção dos *Sermões*, que se prégaram na dedicação da Synagoga portugueza, Talmud Thorah, em Amsterdam, no anno 435 (era de Christo 1675) em 4.º, vem um sermão seu, que Innocencio diz que lhe parece estar escripto em portuguez. As obras que d'elle se conservam são todas nas linguas hebraica e castelhana. N'esta ultima é famosa por merito e raridade a seguinte: *Parafrasis commentado sobre el Pentateuco por el ill.mo señor Ishac Aboab II. del K. de Amsterdam estampada em casa de Jaacob de Cordova*, 1541 (anno de Christo, 1681), folheto.

Aboicinhas. Herd. da freg. de Azinheira de Barros, conc. de Grandola.

Aboim. Appellido de familia nobre portugueza, procedente de D. João Paes d'Aboim. As suas armas são um escudo esquartelado: o primeiro e quarto quarteis xadrezados de ouro e azul; o segundo e terceiro com tres palas de azul em campo de ouro; timbre, dois braços vestidos de azul, pegando com as mãos em um taboleiro de xadrez com o primeiro quartel do escudo.

Aboim *(Diogo Guerreiro Camacho)*. Dezembargador da Casa da Supplicação; n. em Ourique, em 1661; formou-se em Direito Civil, exerceu varios logares da magistratura, e morreu em 1709. Escreveu: *Eschola moral, politica, christã e juridica, dividida em quatro partes, nas quaes lêm de Prima as quatro Virtudes cardeaes*, Lisboa, por Antonio de Souza da Silva, 1733, fol. Sahiu 2.ª e 3.ª edição por Domingos Gonçalves, em 1747, e por Bernardo Antonio d'Oliveira, em 1759. Escreveu varias obras de jurisprudencia em latim, as quaes fôram reimpressas algumas vezes.

Aboim *(João Correia Manuel)*. Poeta e jornalista, n. em 1814. Foi filho 2.º de Antonio Correia Manuel de Carvalho Aboim, fidalgo cavalleiro da casa real, alcaide mór de Cabrella, secretario da meza da consciencia e ordens na repartição da ordem de S. Thiago. Começou a estudar o curso de marinha, e sentou praça como aspirante, em 1830; em 1834 pediu baixa, sem comtudo deixar de cursar algumas aulas superiores. Protegido pelo padre Marcos, arcebispo de Lacedemonia, obteve a nomeação de secretario da bulla da Santa Cruzada e depois, em 1838, a de amanuense de 1.ª classe do ministerio do reino, de que foi exonerado por circumstancias politicas, segundo se disse, sendo accusado como fazendo parte da redacção do jornal satyrico *O Peneireiro*, jornal humoristico, que elle fundára em 1855, tendo por collaborador Rodrigo Paganino; publicaram-se sómente 25 numeros. João d'Aboim estivera no Rio de Janeiro uns quatro ou cinco annos, na legação portugueza, e dizem que vivendo tambem da sua penna; escreveu então duas obras poeticas: *O livro de minha alma* e *Saudades da minha terra*. Depois, em consequencia das eventualidades das respectivas emprezas, foi empregado successivamente na companhia do caminho de ferro de Lisboa a Cintra (1857); na companhia setubalense de illuminação a gaz; na empreza particular de construcção de Louis Longe; e afinal na linha ferrea do sul, como fiscal do governo, fallecendo em Setubal, em 25 de novembro de 1861, com uma congestão cerebral. N'esta cidade, em 1859, redigiu um semanario, intitulado *O Improviso*. Escreveu, além dos dois livros de poesias, em que já fallámos: *Devaneios poeticos*, Lisboa, 1842; *Os meus ultimos versos*, Lisboa, 1854; *A' tarde entre a murta*, comedia em 3 actos; *O recommendado de Lisboa*, em 1 acto; *O Homem põe e Deus dispõe*, em 2 actos; *As nodoas de sangue*, drama em 3 actos; *Cada louco com sua mania*, em 1 acto; *Wilhelmina, romance de Paulo Foucher*, trad. do francez. Collaborou nos seguintes jornaes: *O Portuguez, Correio de Setubal, Cysne do Sado, Curioso de Setubal, As Modas, Epoca* e *Jornal do Commercio*. As obras dramaticas representaram-se muito em Lisboa e no Brazil.

Aboim *(D. João Peres de)*. Nat. d'Aboim da Nobrega, d'onde lhe veiu o appellido; era filho de Pero Ourigues, que foi sempre fiel companheiro de D. Sancho II, servindo-o com o maior zelo. Quando D. Affonso III subiu ao throno, elevou D. João Peres d'Aboim, seu valido, a mordomo mór, e depois governador do Algarve. Em resultado das successivas generosidades d'aquelle monarcha, chegou a fundar uma das mais opulentas e poderosas casas de Portugal. Abusando bastante da amisade do rei, não se contentava só com as dadivas reaes, e extorquia aos municipios concessões valiosas. Este procedimento ia dando origem a prejudiciaes discordias entre Portugal e a Curia Romana. Até á morte de D. Affonso III manteve o seu alto valimento, e ainda no reinado de D. Diniz conservou o cargo que até alli occupára; porém, com o tempo, a casa foi cahindo em decadencia, a ponto que já em tempo de D. Affonso V ser vendido o seu solar. Os Aboins e Nobregas eram grandes fidalgos, alliados com algumas familias nobilissimas de Portugal e Hespanha.

Aboim *(Joaquim da Nobrega Cão de)*. Presbytero secular, n. em Villa Real de Traz-os-Montes; foi durante alguns annos prior da freguezia de S. Julião, em Lisboa, sendo depois elevado a monsenhor e a conego da Sé Patriarchal. Parece que pertenceu á congregação do Oratorio, entrando em 17 de setembro de 1757. Acompanhou a familia real para o Brazil, em novembro de 1807; mas regressou a Lisboa, no anno de 1823. Publicou o seguinte: *Oração funebre nas exequias do ser.mo sr. D. José, principe do Brazil, celebradas na igreja de S. Julião*, Lisboa—1788; *Oração panegyrica em acção de graças pelas melhoras do ser.mo principe nosso senhor, o sr. D. João, recitada*

na capella do quartel do regimento de cavallaria de Alcantara, Lisboa, 1789; *Vida de S. Julião, esposo de Sancta Basilisa, virgens e martyres de Antiochia. Com uma dissertação previa sobre a pluralidade de sanctos do mesmo nome*. Lisboa, 1790; *Jonio em Lisboa; Ode pindarica. Canta os amores do principe regente nosso senhor, o sr. D. João*. Lisboa, 1801; *Elogio historico do ser.*^mo *sr. D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança*, Rio de Janeiro, 1813. Parece que morreu no Brazil, mas ignora-se a data do fallecimento, assim como a do nascimento.

Aboim *(José de Brito Guerreiro Mascarenhas e)*. Fidalgo da côrte de D. João VI, capitão da companhia de cavallaria das Ordenanças de Lagôa. O seu brazão, conferido em dezembro de 1801, compunha-se d'um escudo esquartellado: no primeiro quartel as armas dos Britos, no segundo as dos Correias, no terceiro as dos Mascarenhas, e no quarto as dos Aboins.

Aboim *(José Joaquim Salema de Andrade Guerreiro de)*. Fidalgo e capitão-mór das ordenanças de S. Thiago do Cacem, no anno de 1824, terra da sua naturalidade; tinha por brazão um escudo esquartellado: no primeiro quartel as armas dos Salemas, no segundo as dos Camachos, no terceiro as dos Guerreiros e no quarto as dos Aboins.

Aboim. Ribeira, affluente do Lima, onde entra 10 k. abaixo de Ponte da Barca, atravessando as freg. de Aboim e Covas; distr. de Vianna do Castello. || Pov. da prov. do Minho, freg. de Santa Maria, conc. de Fafe, com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga. Dista 15 k. da séde do conc. || Pov. da prov. do Douro, freg. de S. Pedro, conc. e com. d'Amarante, distr. do Porto, arceb. de Braga; 335 alm., 91 fog. O seu nome primitivo foi *Santa Cruz d'Aboil*. Dista 7 k. da séde do conc. || Logar da mesma freg. e conc.; 350 alm. || Logar da freg. de Rebordosa, conc. de Paredes. || Pov. da prov. do Minho, freg. de S. Martinho, com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga. Foi vigararia do convento de Carvoeiro. || Pov. da prov. do Minho, com. de Celorico de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto; 150 fogos.

Aboim e Codeçoso. Couto e conc. da prov. do Minho, que foi extincto em 1834; pertencia á com. de Celorico de Basto. Tinha juiz ordinario, camara e respectivos escrivães e meirinhos. Era donataria a collegiada de Guimarães.

Aboim das Choças. Pov. e freg. (Santo Estevam). conc. e com. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 435 alm. 122 fog. Dista 10 k. da séde do conc. O nome de *Choças*, dizem os antigos, ser derivado, por se terem ali edificado algumas quando acampou na freguezia, D. Affonso VII, rei de Leão, com o seu exercito para dar a batalha dos Arcos de Valle de Vez, em 1128, ou segundo outros em 1139, batalha em que ficaram derrotados os castelhanos. Em 1643, esteve aqui reunindo a sua gente, D. Diogo de Lima, visconde de Villa Nova da Cerveira, quando foi em auxilio de Monsão, sitiada pelos hespanhoes. Era commandante dos exercitos o conde de Castello Melhor. Na defeza de Monsão, illustrou-se a condessa D. Marianna de Lencastre, que sempre deu provas de ter varonís espiritos. D. Manuel deu foral a Aboim das Choças, que está incluido no dos Arcos de Valle de Vez.

Aboim da Nobrega. Pov. e freg. da prov. do Minho, do conc. e com. de Villa Verde; até 1855, foi de Pico de Regalados, distr. e arceb. de Braga; orago N. S.ª d'Assumpção; 1139 alm. 280 fog. No *Casal do Eixo*, d'esta freguezia, nasceu o celebre fidalgo João Soares Vives, que era capitão-mór das náus da India, e que por desgostos com alguns fidalgos portuguezes, partiu para Castella, e mais tarde Filippe IV fez conde de Nobrega. A freguesia é cortada pelo ribeiro d'Aboim, que nasce em Gondomar, e vae precipitar-se no rio Lima. Ha aqui duas pontes de pedra, uma no sitio da *Lameira*, chamada de *Portabril* e outra perto da egreja, chamada *Ponte da Ordem*. O rio cria boas trutas, e as suas margens são, na maior parte cultivadas. Foi couto e commenda da ordem militar de Malta, passando depois para a corôa. Tinha juiz ordinario, dois vereadores, procurador, meirinho, escrivão da camara e do civel, a cuja eleição presidia o corregedor de Vianna. O juiz e escrivão dos orphãos eram os da Barca. O commendador servia de capitão-mór. O primeiro senhor d'este couto (hoje extincto) foi D. João d'Aboim, que viveu na aldeia do *Outeiro*. (V. *Aboim)*. A pov. dista 6 k. da séde do concelho.

Aboinha. Logar da freg. de Tebosa, conc. de Braga.

Abol. Logar na freg. de Ega, conc. de Penafiel.

Abol de Cima. Logar da freg. de Ega, conc. de Penafiel.

Aboleira. Logar da freg. de Jou, conc. de Valle de Passos.

Abolembra. Pov. na freg. de Gandra, conc. d'Oliveira d'Azemeis.

Aboloura. Quinta da freg. e conc. da Guarda.

Abor. Appellido nobre em Portugal.

Aborim. Pov. na prov. do Minho, freg. de S. Martinho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga. 351 alm. 77 fog. Dista 12 k. da séde do concelho.

Aborinheira. Logar da freg. de Santa Catharina, conc. das Caldas da Rainha.

Aborrida. Pov. da freg. de S. Bartholomeu, conc. d'Arouca.

Abouço. Logar da freg. de Fonte Arcada, conc. de Povoa de Lanhoso.

Abrabanel *(Isaac)*. Judeu portuguez; n. em Lisboa em 1437, f. em Italia em 1508. Serviu el-rei D. Affonso V, e passou depois para o serviço de Fernando o Catholico, e finalmente retirou-se para a Italia, quando rebentou na Peninsula hispanica a perseguição contra os judeus. Escreveu uns commentarios do Antigo Testamento, que são estimados.

Abraemos. Uma das muitas e variadas moedas d'oiro, que correram em Gôa, na India, no seculo XVI, levadas ali pelo commercio.

Abragão. Pov da freg. de Armil, conc. de Fafe. || Pov. das freg. de Cornes e Nogueira, conc. de Sinfães. || Pov. e freg. da prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. do Porto; 1161 alm. 278 fog. O orago é S. Pedro. Foi fundada a freguezia nos fins do seculo XII, em 1170, pela rainha D. Mafalda, mulher de D. Affonso I. Era solar dos Mourões Guedes, e pertenceu ao couto de Villa-Boa-de-Quires; foi dos marquezes de Fontes, que apresentavam os abbades. A egreja matriz, dedicada a S. Pedro, é um bom templo, mandado construir em 1200, pela rainha Santa Mafalda, filha de D. Sancho I. Em 1668, o abbade

de Abragão, dr. Ambrosio Vaz Golias, natural de Guimarães, reedificou-a, á sua custa, fazendo tambem d'alli a sua residencia. Antes da construcção da egreja de S. Pedro, havia duas, uma nas *Portellas* e outra em *Santôme*. N'este ultimo sitio, chamado agora *Campo Santo*, descobriram-se em 1717 algumas sepulturas razas e um grandioso tumulo de pedra. Abragão é terra muito abundante em tudo, e dista 10 k. da séde do concelho.

Abrã Grande. Pov. na freg. de Abran, conc. de Santarem, 1000 alm.; tem escola.

Abralanse. Aldeia da Extremadura, patriarc. de Lisboa. O nome é derivado da palavra arabe *Abralhanaxi*, composta de *abra* (entrada) e *hanaxe* (cobra).

Abram. Pov. da freg. de Cividade (S. Thiago), da cidade e conc. de Braga.

Abran. Pov. da prov. da Extremadura, conc. e com. de Santarem, patriarch. de Lisboa; orago Santa Margarida; 1162 alm. 273 fog. Tem escola do sexo masc. e estação postal que permuta malas com Alcanede. Foi curato do prior d'esta villa. A pov. dista 20 k. da séde do concelho.

Abrançalha *(João José Henrique Trigueiros de Castro e Athayde, visconde de)*. Por decreto de 24 de julho de 1869. Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, abastado proprietario em Abrantes. N. a 4 de julho de 1836. Era filho de José Bernardo Trigueiros do Rego Martel, fidalgo da Casa Real, commendador da Ordem de Christo, coronel graduado do extincto Regimento de Milicias de Idanha, depois agregado ao regimento de Castello Branco; coronel do 5.º Batalhão Nacional Movel de Lisboa. Esteve no cerco do Porto em 1832 e 1833, serviu no deposito militar no posto de tenente coronel, graduado em coronel do Regimento de Milicias da Idanha; sua mãe, D. Maria Christina Rômo de Castro e Athayde. O visconde de Abrançalha casou em 1867, com sua prima, D. Maria Eugenia Rômo de Castro e Athayde. Tem por brazão escudo partido em pala: na primeira as armas dos Pereiras: em campo vermelho uma cruz de prata, florida, vazia do campo; na segunda pala as armas dos Regos: em campo verde uma banda ondeada de prata e azul, encimada por tres vieiras de ouro.

Brazão do Visconde d'Abrançalha

Abrançalha. Ribeira no distr. de Santarem, affluente do Tejo. Curso 10 kilometros.

Abrançalha de Baixo e Abrançalha de Cima. Duas pov. da freg. de S. Vicente Martyr, conc. e villa d'Abrantes; Abrançalha de Baixo tem 39 fog. e a de Cima, 48.

Abranches *(D. Alvaro)*. Fidalgo da côrte de D. João III, capitão mór de Azamor, e pae de D. Maria Abranches. (V. este nome).

Abranches *(D. Alvaro)*. Filho do 1.º conde de Valladares, n. a 7 de junho de 1661 e f. em 6 de abril de 1746. Foi conego da Sé de Lisboa, deputado do Santo Officio, regedor das justiças e bispo de Leiria, nomeado em 1694. D. João V quiz transferil-o para o arcebispado d'Evora, mas elle não acceitou. Foi homem muito instruido e um prelado exemplar.

Abranches *(D. Alvaro Vaz d'Almada, conde de)*. Era filho de D. João Alvaro d'Almada, bisneto, por sua avó paterna D. Maria da Cunha, do senhor de Pombeiro, João Lourenço da Cunha, primeiro marido de D. Leonor Telles. Esteve com seu pae em Inglaterra, que para alli fôra, por motivo que se ignora, mas em 1415 já estavam em Portugal, pois seu pae, D. João Alvaro d'Almada, assistiu á tomada de Lisboa como alferes das tropas do municipio de Lisboa, e Alvaro Vaz d'Almada distinguiu-se muito n'essa expedição militar, sendo ahi armado cavalleiro pelo infante D. Pedro, que acabava tambem de receber de seu pae a ordem da cavallaria. Voltando a Portugal, não tardou a passar a Inglaterra, levado pelo amor de aventuras, que tanto distinguiam então os cavalleiros portuguezes, que se encontravam por toda a parte, ora affrontando na Europa os perigos das guerras, ora nos mares africanos os perigos dos temporaes. D. Alvaro Vaz d'Almada serviu com tanta distincção nos exercitos dos reis de Inglaterra, Henrique V e Henrique VI, que este lhe deu o titulo de conde de Avranches na Normandia. Os nossos historiadores dizem que o condado de Abranches ou de Avranches foi concedido a D. Alvaro Vaz d'Almada pelo rei de França, Carlos VII; porém Figanière e o visconde de Santarem affirmam que foi o rei de Inglaterra Henrique VI. Figanière baseia-se n'uns documentos originaes, que publicou, e que diz existirem no Museu Britannico; n'esses documentos prova-se como o duque soberano da Normandia lhe conferiu o condado de Avranches. Quando os reis de França adquiriram finalmente a parte d'essa provincia franceza, é que Luiz XI confirmou o titulo de conde de Avranches em D. Fernando d'Almada, descendente de D. Alvaro. Tambem militou na Allemanha, nos exercitos do imperador Segismundo, encontrando-se alli com o infante D. Pedro. Os reis de Portugal reconheceram e confirmaram, posteriormente, o titulo de conde de Abranches. D. João I, em 23 de junho de 1428, nomeou D. Alvaro capitão-mór das galés, cargo que se conservou na sua casa até ao reinado de D. Sebastião, epoca em que foi extincto. D. Alvaro Vaz d'Almada, voltando a Portugal, fez parte da infeliz expedição de Tanger, no exercicio do seu cargo de capitão-mór das galés, portando-se sempre com toda a bravura e energia. Depois da morte de D. Duarte, em que começaram as discordias por causa da regencia do reino na menoridade de D. Affonso V, D. Alvaro seguiu o partido do infante D. Pedro, que se tornou regente do reino, regencia tão abundante de intrigas palacianas e traições, a que o infante succumbiu,

Conde de Abranches

sendo morto traiçoeiramente na batalha d'Alfarrobeira, de tristissima memoria. Foi n'esta batalha, em 20 de maio de 1449, que o conde d'Abranches egualmente succumbiu, logo em seguida ao seu amigo D. Pedro. D. Alvaro Vaz d'Almada, conde d'Abranches, teve illustres descendentes, contando-se entre elles D. Antão Vaz d'Almada, um dos mais celebres dos quarenta fidalgos do primeiro de dezembro de 1640, que concorreram para a libertação de Portugal do jugo castelhano, sendo em seu proprio palacio que se reuniam os conjurados, debaixo do maior segredo. Brazão: as armas são as mesmas dos Almadas: em campo de ouro uma banda azul na qual se vêem sobrepostas duas cruzes de ouro abertas e floreteadas, e nos vãos, em outra banda, duas aguias vermelhas armadas de negro. Timbre, uma das aguias. O titulo de conde de Abranches terminou na pessoa de D. Antão d'Almada, que acompanhou D. Sebastião na infeliz jornada d'Africa, morrendo em 1578, em Alcacer Kibir. Em 13 de maio de 1793, D. Maria I conferiu áquella illustre familia o titulo de nobreza e o de conde de Almada.

Abranches *(Antonio Joaquim da Silva).* Filho do Dr. José Madeira Abranches e de D. Leonor Cazimira da Silva Abranches, n. em Avô, com. d'Arganil, em 15 de janeiro de 1807, e f. em Lisboa a 2 d'outubro de 1868. Bacharel em direito. Sahindo da Universidade, foi despachado, em pouco tempo, juiz do crime d'um dos bairros de Lisboa, depois de uma leitura feita no desembargo do Paço, e que foi muito apreciada. Até 1833, desempenhou esse difficil logar, sem grangear odios dos inimigos politicos do regimen que elle servia,e sem ser, comtudo, infiel a quem o nomeára, tanto que em 1833, quando triumphou a causa liberal, logo se demittiu. Então estabeleceu banca de advogado, e desde logo adquiriu como jurisconsulto brilhante reputação, attestada pelas provas de estima que a sua classe lhe dispensou, já nomeando-o secretario perpetuo da Associação dos Advogados, já publicando em 1842 um livro intitulado *Bibliotheca dos Advogados,* como o affirmam os diplomas de socio correspondente da Academia de Legislação de Tolosa, e do *Instituto dos advogados brazileiros,* que Silva Abranches recebeu. Advogado do Supremo Tribunal Administrativo, preferiu sempre os estudos de jurisprudencia. Não quiz nunca encarregar-se d'uma causa crime, porque entendia ser remorso para a sua consciencia o salvar um criminoso ou condemnar um innocente. Foi membro do Conservatorio Real de Lisboa e d'outras corporações scientificas e litterarias. Pouco antes de fallecer, foi tambem commissario regio do theatro de D. Maria II. Escreveu: *Bibliotheca do advogado; Annaes da Associação dos Advogados; O captivo de Fez,* drama em 5 actos; *O Barão dos gallegos,* farça em 1 acto; *Ensaio sobre o gosto* e *Amintor no Empyreo* (estes dois escriptos datam dos seus primeiros annos da Universidade). Cursando o 2.° anno, escreveu *Cartas de Acheronte* e *Verdadeira influencia da religião no Estado.* Diz Innocencio, no supplemento do seu *Diccionario:* No catalogo de escriptores collocado á frente do tomo I da versão dos *Fastos* de Ovidio, pelo visconde de Castilho, a fol. LXVI, vem o seu nome acompanhado da resenha dos titulos de varias composições. Não traslado para aqui estes escriptos, por não tel-os presentes, ignorando se são manuscriptos, se impressos. Na dita versão dos *Fastos,* tomo III, acha-se uma nota do Dr. Abranches, que corre de pag.ˢ 244 a 251, e tem por titulo: *Os Juramentos.*

Abranches *(D. Antonio Lobo da Costa Borges e).* Fidalgo da côrte de D. José. O seu brazão, que data de 1751, contém as armas dos Cunhas e Nogueiras.

Abranches *(Antonio Manuel do Rego).* N. em Thomar, em 1793, f. em Lisboa, a 6 de fevereiro de 1851. Formou-se na faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, e depois de desempenhar por alguns annos varios cargos da magistratura, passou a exercer a advocacia em que se tornou distinctissimo. Era um bibliographo abalisado, que não só timbrava em colleccionar uma preciosa livraria, mas em estudar com ardor a bibliographia portugueza. Dirigiu na typographia Rollandiana as reimpressões de varios classicos da nossa lingua, taes como os *Dialogos,* de fr. Amador Arraes; a *Imagem da vida christã,* de Heitor Pinto; a *Ulyssipo,* de Antonio de Sousa de Macedo, etc., escrevendo elle mesmo os prefacios. E' auctor de varios libellos, memorias, allegações, exposições, etc. Escreveu: Um *Indice chronologico e remissivo da novissima legislação portugueza,* que se imprimiu em Lisboa, no anno de 1836; O *Catalogo alphabetico das obras impressas de José Agostinho de Macedo, presbytero secular e pregador regio,* que publicou em 1849, assignando o folheto só com iniciaes; *Memoria justificativa sobre a conducta do Marechal de Campo Luiz do Rego Barreto, durante o tempo em que foi Governador de Pernambuco e Presidente da Junta Constitucional do governo da mesma provincia.* Lisboa, 1822. Posto que não traga o seu nome, é fama corrente que elle a escrevera, coordenando e pondo em ordem os documentos que a fundamentavam, etc. *Defeza ou resposta do Tenente General graduado Jorge d'Avillez Juzarte de Souza Tavares,* Lisboa, 1823.

Abranches. *(Aristides).* N. em Lisboa a 6 de maio de 1832, f. em 16 d'agosto de 1892; escriptor e funccionario publico; empregado na Secretaria do Conselho de Saude Publica, ficando depois addido ao ministerio do reino; foi ensaiador do theatro da Trindade, e depois director de scena no theatro de D. Maria, cargo que exerceu até á data do seu fallecimento. Imitador e traductor, tem um longo reportorio de peças theatraes; fundou o *Almanach Taborda* e o *Almanach Burocratico.* Em sociedade com Duarte Joaquim dos Santos, foi director de uma reimpressão nitida dos *Luziadas.* Relação do seu theatro: Em 1 acto: *Mariquinhas a leiteira, Trovoadas de maio, Como se descobrem mazellas, Nem todo o mato é oregãos, Quem tem medo, Um Agiota em miniatura, Posso fallar á sr.ª Queiroz, Dois pescadores, Um casamento á queima roupa, A mãe dos Gracchos, Uma alma d'este mundo, Que faria se o fôsse, Tres estrellas, Lembranças da menina Aspasia, Só morre quem Deus quer.* Em 2 actos: *O Conde de Paragará, Mosquitos por cordas.* Em 3 actos: *Stambul, Prodigos e economicos, As Tres rocas de crystal, Os Medicos, Um Homem politico, Entre a cruz e a caldeirinha, Amor carraça, Marquezinho, As Minhas duas mulheres, Casa d'orates, O Dominó preto, A Rosa de sete folhas, Fausto o petiz, O Rouxinol das salas, Os Filhos de Adão, Amar sem conhecer,*

Amor e mysterio, Robinson, O Capitão negreiro. Em 4 actos: *O Reino das fadas, A Mãe dos escravos, Matheus o chapelleiro, Atirar ao pae para caçar a filha, A Senhora da bonança, O Sargento Frederico.* Em 5 actos: *A Familia do colono, O Advogado dos pobres, Os Contos de Boccacio.* Em collaboração com os seguintes escriptores: Rangel de Lima: *Edmundo Dantés, O Conde de Morcerf, Mosqueteiros do reino, Calumnia, Pena de talião, Dois pobres a uma porta, Vejam-se n'este espelho, Como se conhece o villão, Muito padece quem ama;* Eduardo Garrido: *O Valle dos encantos, Dar corda para se enforcar, Valentim o diabrete, O Medico dos mortos;* Dr. Guilherme Celestino: *O Capitão Carlota, A Mosqueteira, A estrella do rei Uff;* Carlos Borges: *As Pilulas do diabo, O Visconde de Letorières;* Manuel de Macedo: *O Diabo coxo;* Cunha Moniz: *O Positivo;* Duarte dos Santos: *A Mosca branca, A creança de 90 annos.*

Abranches *(Guilherme da Silva).* Medico distincto; n. em Avô, com. d'Arganil, a 28 de julho de 1812, e f. de repente, em Lisboa, a 16 de outubro de 1872. Era filho do dr. José Madeira Abranches e de D. Leonor Casimira da Silva Abranches, irmão de Antonio Joaquim da Silva Abranches. Foi bacharel em medicina, provedor de saude, presidente do conselho de saude, vice-presidente da junta consultiva de saude e director do hospital de alienados em Lisboa, onde prestou valiosos serviços, medico das cadeias, tendo a felicidade ou o merito de evitar que o cholera morbus atacasse os presos do Limoeiro. Quem souber que o dr. Silva Abranches era um habil hygienista, não deixará de suppôr que esse feliz resultado se deve em boa parte ás suas prevenções. Clinico muito habil e estudioso, o dr. Silva Abranches dedicava-se especialmente aos estudos hygienicos e estatisticos; publicou uns relatorios sobre o cholera morbus e a febre amarella (1855, 1856 e 1857), varios artigos em jornaes de medicina, e o *Manual de hygiene da infancia, conselhos ás mães de familia sobre o modo de crear e educar os filhos.*

Abranches *(D. João de).* Fidalgo portuguez e militar distincto. Serviu na India durante o governo de D. João de Castro, e fez parte da guarnição da fortaleza de Diu com D. João de Mascarenhas, em 1547.

Abranches *(João d'Almada, conde de).* Filho de D. Alvaro Vaz d'Almada, usou d'este titulo, afim de apagar um certo odioso que pesava sobre os Almadas, depois que seu pae se fizera partidario do infante D. Pedro.

Abranches *(Joaquim Candido).* Escriptor michaelense. Parece que exerceu a profissão de ourives, e que residiu por muitos annos na ilha de S. Miguel. Collaborou no *Diccionario dos Açôres* e no *Almanach Insulano.* Escreveu o *Album michaelense,* Ponta Delgada, 1869, com 35 estampas lithographadas de vistas de monumentos, paizagens e logares notaveis da ilha. Publicou mais: *Locubrações litterarias* e *Convulsões da terra.*

Abranches *(José Madeira).* Doutor em Direito pela universidade de Coimbra, homem de larga intelligencia e vasta erudição. Pae do advogado Antonio Joaquim da Silva Abranches e do medico Guilherme da Silva Abranches. N. na villa de Avô, a 17 de junho de 1777 e morreu em Lisboa, a 9 d'abril de 1845; seus paes destinavam-no á vida ecclesiastica, porém, José Madeira Abranches, não tendo vocação para aquella vida, matriculou-se na faculdade de canones, em Coimbra, onde concluiu o curso em 1804. Veiu para Lisboa; em 1813, foi despachado juiz de Mertola, para onde partiu; vendo, porém, que o rendimento era muito diminuto, resignou o cargo, e voltou para a sua terra. Em 1818, foi ao Porto, onde, por conselho d'alguns desembargadores, se resolveu a abrir banca de advogado, e dentro de pouco tempo adquiriu grande fama. Na revolta contra D. Miguel, em 1828, protegeu muito os liberaes, o que lhe custou ser preso e condemnado a suspensão perpetua d'advogado, mas o governo não approvou a sentença. Apenas começou a guerra, retirou-se do Porto, mas o governo de D. Miguel o nomeou juiz de fóra em Vimioso, cargo que exerceu muito a contento dos povos sujeitos á sua jurisdicção. Em 1835 veiu para Lisboa, onde sempre foi muito considerado. Na mocidade fôra bom poeta lyrico; depois, dedicando-se muito á jurisprudencia, applicou-se ao estudo especial dos prazos, deixando sobre esse assumpto algumas memorias interessantes. Foi um dos socios fundadores da Associação dos advogados de Lisboa e um dos que mais trabalharam para que ella se engrandecesse e consolidasse.

Abranches *(Leandro José da Costa Pereira d'Almeida Noronha e).* Fidalgo da côrte d'el-rei D. João VI, natural da Ilha de S. Thomé. O seu brazão, concedido em 3 de março de 1806, compõe-se de um escudo esquartelado: no primeiro quartel as armas dos Almeidas, no segundo as dos Pereiras, no terceiro as dos Noronhas e no quarto as dos Abranches.

Abranches *(D. Lourenço de Almada).* Filho do ultimo conde de Abranches, D. Antão Vaz de Almada. Foi captivo na batalha d'Alcacer Kibir, e só conseguiu remir-se depois da morte do cardeal rei D. Henrique.

Abranches *(Manuel Côrte Real de).* N. em Serpa; era filho de Roque da Costa. Foi conego da Sé do Algarve, inquisidor em Evora, deputado do Santo Officio em Lisboa, e o 25.º reitor da universidade de Coimbra, cargo cuja nomeação recebeu em abril de 1664, e que exerceu até á data do seu fallecimento, nos fins de dezembro de 1666, em Coimbra.

Abranches *(D. Maria de).* Filha de D. Alvaro de Abranches, capitão-mór d'Azamor, e de D. Joanna de Mello, dama da princeza D. Joanna, mãe d'el-rei D. Sebastião. Foi a fundadora do convento de Santa Monica, de Lisboa, em 1586, empregando toda a sua fortuna n'aquella edificação. No dia 1 de janeiro do referido anno, collocou-se a primeira pedra do convento, estando já prompto 10 mezes depois, a 11 de outubro, para receber o Santissimo Sacramento. N'esse dia professaram 12 religiosas, sendo eleita prioreza D. Izabel de Noronha. D. Maria de Abranches, que, como fundadora, e ter sido a primeira a vestir o habito, contava ser prioreza e recolher-se ao convento, ficou muito despeitada e voltou de novo para o mundo, indo fazer as suas devoções ao convento da Graça. Quando morreu em 1600, foi sepultada na egreja da Graça, na sepultura de sua mãe, por ter declarado querer ser alli enterrada, porque não queria estar morta nas Monicas, logar d'onde a haviam repellido.

Abranches *(Vicente Luiz).* Bacharel formado

em philosophia e direito pela universidade de Coimbra. Escreveu: *Duas palavras ácerca da Universidade*, Lisboa, 1859. Propõe n'este opusculo varios alvitres e providencias de melhoramentos, administrativos e economicos, litterarios e moraes, concernentes a tornar mais util e respeitavel o nosso primeiro estabelecimento scientifico.

Abranches Bizarro *(Clemente Joaquim)*. Cirurgião, approvado pela antiga Escola Cirurgica do Hospital de S. José de Lisboa, concluindo o curso em 1828. Exerceu a clinica durante alguns annos em Lisboa, sendo depois nomeado para serviço proprio da sua profissão, para o Ultramar, onde morreu. Desconhece-se a data do fallecimento assim como a do nascimento. Escreveu: *Dissertação sobre o uso das suturas nas abdominaes, apresentada ao Corpo cathedratico da R. Escola de Cirurgia de Lisboa*, Lisboa, 1828: *Estudo primeiro sobre a doença Trisplanchnasthenia* (cholera morbus) *feito recentemente no hospital de S. José*, Lisboa, 1833. O dr. Lima Leitão, no seu *Fragmento da Historia da invasão do Cholera em Portugal*, 1833, falla muito lisongeiramente ácerca d'este trabalho; *Mappa e breve opusculo do primeiro anno no hospital das Casas d'Azylo, no hospicio das Filhas da Charidade*. Lisboa, 1837; *A Consciencia d'uma creança*, Lisboa, 1837. No tomo III do *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa* vem publicados alguns artigos seus.

Abranches da Camara *(D. Alvaro)*. Commendador da Castanheira, na Ordem de Christo, e morgado de Abranches Almada. Foi um dos homens mais importantes da sua epoca, que mais serviços prestaram ao seu paiz, e um dos bravos portuguezes, que em 1625, cercaram e tomaram a cidade da Bahia, aos hollandezes. Contribuiu muito para a acclamação de D. João IV, em 1640, sendo o primeiro que arvorou em Lisboa a bandeira da independencia nacional, assenhoreando-se do castello de S. Jorge, soltando Mathias d'Albuquerque e Rodrigo Botelho, conselheiros de fazenda, que estavam ali presos pelos dominadores castelhanos. Depois da restauração, foi nomeado governador das armas na Beira, mestre de campo general na Extremadura, e conselheiro de estado. Na provincia da Beira praticou acções de valor, e entrando em Castella, saqueou e incendiou algumas villas hespanholas. Fal. em 1660.

Abrantes *(D. Anna Catharina Henriqueta de Lorena, duqueza de)*. Era filha do 1.º marquez de Abrantes e de D. Izabel de Lorena, filha de D. Nuno Alvares Pereira de Mello, 1.º duque de Cadaval, 4.º marquez de Ferreira e 5.º conde de Tentugal; D. Anna casou com seu tio, D. Rodrigo de Mello, irmão de sua mãe. Tendo enviuvado, foi feita camareira-mór da rainha D. Marianna Victoria, mulher d'el-rei D. José I, e em 4 de dezembro de 1753, o soberano a agraciou com o titulo de *duqueza d'Abrantes*.

Abrantes *(Fr. Antonio Baptista*, ou *Fr. Antonio do Rosario Baptista)*. Franciscano da Ordem Terceira, n. em Abrantes, em 25 de dezembro de 1737; embarcou para o Brazil em 1807, com a familia real, e morreu no Rio de Janeiro em 1813. Era professor de arabe, que aprendera com o Marenita dr. Paulo Hodar, definidor geral. Foi capellão da armada e confessor da princeza do Brazil, D. Carlota Joaquina. Escreveu: *Instituições da lingua arabiga para uso das escholas da Congregação da Terceira Ordem*, Lisboa, 1774.

Abrantes *(Fr. Christovam de)*. N. na villa d'este nome, foi franciscano, capucho, e depois provincial do convento da Piedade; segundo affirmam fr. Manuel de Monforte e Diogo Barbosa Machado, auctoridades em que se baseia Innocencio, traduziu os *Exercicios espirituaes e divinos compostos por Nicolau Eschio, trasladados do latim em romance portuguez*. Na traducção impressa em Evora, em 1554 por André de Burgos, diz-se que foi feita *por um frade menor do convento da Piedade*. Fr. Christovam Abrantes falleceu em 5 de abril de 1574.

Abrantes *(D. José Maria da Piedade de Lencastre Silveira Castello Branco d'Almeida Sá e Menezes, 4.º marquez de)*. Era filho do 3.º marquez d'Abrantes, D. Pedro de Lencastre; n. em 7 de fevereiro de 1784, f. em Londres em 1827. Acompanhou o pae na commissão portugueza que foi a França, onde esteve tambem prisioneiro. Partidario e ultimo valido do infante D. Miguel, attribuiu-se-lhe a responsabilidade no assassinato do marquez de Loulé, em 1824, sendo auxiliado pelo seu sota Leonardo; o marquez, para evitar ser preso, fugiu para Italia; em 1826, julgando estar incluido na amnistia promulgada por D. Pedro, voltou a Lisboa, porém o ministerio nem o deixou desembarcar, fugindo então o marquez para Londres, onde morreu em 1827, como acima dissémos. Suspeita-se que foi envenenado. Havia casado em 1806, com D. Helena de Vasconcellos, filha dos marquezes de Castello Melhor.

Abrantes *(D. Lopo d'Almeida, 1.º conde de)*. Titulo concedido por D. Affonso V, em 1472; foi alcaide mór de Punhete, hoje Constancia, do conselho d'estado, e exerceu diversos cargos importantes na côrte durante esse reinado. Era filho de D. Diogo Fernandes d'Almeida, alcaide-mór d'Abrantes, e teve por filhos: D. Francisco d'Almeida, 1.º vice-rei das Indias, D. João d'Almeida, 2.º conde d'Abrantes, e D. Diogo Fernandes d'Almeida, 6.º prior do Crato, monteiro-mór d'el-rei D. João II e alcaide-mór de Torres Novas. Em 1451, D. Lopo d'Almeida acompanhou á Allemanha a infanta D. Leonor, que foi desposar o imperador Maximiliano. Conta a sua viagem em varias cartas, que estão publicadas nas *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, do padre Antonio Caetano de Sousa. Casou com D. Brites da Silva, dama da rainha D. Leonor, mulher de D. Duarte, e camareira-mór da rainha D. Izabel. Morreu em Almeirim, a 13 de maio de 1508.

Abrantes *(Padre Manuel de)*. Nat. de Manteigas, foi professor publico em Lisboa, domestico do cardeal da Cunha e conego na collegiada de Santarem. Era poeta latino muito distincto, e escreveu n'esta lingua alguns epigrammas que se publicaram em 1615. Escreveu: *Epigrammata sacra per singulos ann dies, Juxta ordinem Breviari Romani incipienta a nativitate Domini nostri Jesu Christi, cui opusculum consecratur. Accesserunt epigrammata ad Sanctos Lusitanos ad Passionem Domini, et una pia etiam elegia, e Cunebat Emmanuel d'Abrantes, sacerdos Lusitanus*, Ulisipone, 1685. Falleceu em 10 de janeiro de 1717.

Abrantes *(D. Maria Margarida de Lorena, duqueza de)*. Filha da 1.ª duqueza, D. Anna de Lorena; era marqueza d'Abrantes por ter casado com o 2.º marquez d'este titulo, e 8.º conde de Penaguião, D. Joaquim Sá Menezes e Almeida.

Ficando viuva, el-rei D. José a elevou a duqueza d'Abrantes. Casou pela segunda vez com D. João, filho legitimado do infante D. Francisco, irmão de D. João V. O povo chamava-lhe o sr. *D. João da Bemposta,* por ter estabelecido a sua residencia no real paço da Bemposta. Este principe foi conselheiro de estado, mordomo-mór de D. Maria I, e capitão general das armas reaes e galeões d'alto bordo. Falleceu em 1780, e, não havendo successor, terminou o titulo de duque de Abrantes.

Abrantes *(D. Pedro de Lencastre da Silveira Castello Branco Sá e Menezes, 3.º marquez de).* Era o 7.º conde de Villa Nova de Portimão, quando herdou a casa e o titulo dos antigos marquezes d'Abrantes. N. em Lisboa, a 28 de julho de 1771. Era membro da regencia por occasião da fuga da familia real para o Brazil. Caracter fraco e mais devoto que politico, depois de ser demittido do seu cargo, por Junot, ainda fez parte da commissão portugueza que foi a Bayona cumprimentar Napoleão. Os outros membros d'esta commissão, que tambem iam encarregados de pedir uma attenuação da pesada contribuição de guerra imposta a Portugal, eram os marquezes de Marialva, de Penalva, de Valença, os bispos de Coimbra e do Algarve, D. Nuno, irmão do duque de Cadaval, o visconde de Barbacena, D. Lourenço de Lima, o desembargador Joaquim Alberto Jorge, Antonio Thomaz da Silva Leitão, o conde de Sabugal, e o marquez d'Abrantes, filho, D. José. A exposição enviada para Lisboa, por estes commissarios, não respirava um grande espirito patriotico, e decerto não foi ella que despertou o sentimento nacional. Estava toda cheia de adulações ao imperador. Foi escripta em Bayona no dia 27 de abril de 1808. Pouco tempo depois de ter chegado a Portugal, rebentou a insurreição, que triumphou com a chegada dos inglezes, e Napoleão reteve como refens os membros da commissão, que estavam ainda em Bayona, ficando todos prisioneiros em França, visto que a vergonhosa convenção de Cintra, nada estipulava a seu respeito. Regressando á patria, o marquez D. Pedro foi feito par do reino em 1826; ainda foi testemunha das desventuras e culpas de seu filho, em 1824, a quem sobreviveu, fallecendo a 25 de março de 1828. (V. *D. José Maria da Piedade,* etc.). O marquez D. Pedro era alcaide-mór d'Abrantes, senhor d'Abrantes, Sardoal, Bouças, Sever, dos 4 casaes de Mattosinhos, e dos Direitos Reaes da Terra de Gaia, coronel do Regimento de Milicias de Lisboa Occidental. Foi casado com D. Maria Joanna Xavier de Lima, filha dos marquezes de Ponte de Lima. Brazão: as armas reaes do reino, com um filete negro em contrabanda. Timbre: um pelicano com as azas abertas, picando no peito, com seis besantes nas azas e um no peito. Este brazão é o da casa dos duques d'Aveiro, de que usavam os condes de Figueiró e os de Villa Nova de Portimão, como descendentes do duque de Coimbra, D. Jorge de Lencastre, commendador-mór das Ordens d'Aviz e de S. Thiago, filho legitimado de D. João II.

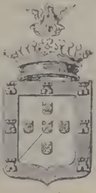

Brazão dos marquezes d'Abrantes

Abrantes *(D. Pedro José Maria da Piedade de Alcantara Xavier de Lencastre, 5.º marquez de).* Era filho do 4.º marquez, D. José Maria da Piedade, etc. Foi par do reino em 1842, por successão de seu avô, por já ter fallecido seu pae. N. em 22 d'outubro de 1816 e f. em 2 de setembro de 1847. Não deixando herdeiros, ficou o titulo extincto.

Abrantes *(D. Rodrigo Annes de Sá Almeida e Menezes, 1.º marquez de).* Descendente dos condes de Penaguião, sendo o 7.º conde d'este titulo, e dos marquezes de Fontes, de que era o 3.º marquez. N. em 19 d'outubro de 1676. Sendo a villa de Abrantes pertencente á corôa. D. João V, em 12 de agosto de 1718, a doou a este distincto fidalgo, com todas as suas jurisdicções e titulo de marquezado, de juro e herdade para os primogenitos d'esta casa; foi donatario de muitas mais villas, governador das armas da cidade do Porto e das fortalezas de S. João da Foz e de N. S.ª das Neves em Lessa de Mattosinhos, commendador de varias Ordens, mestre de campo de infanteria, posto em que serviu na guerra da successão contra Hespanha, censor da Academia Real da Historia em 1720, embaixador em Roma e em Madrid, por occasião dos casamentos dos principes das duas casas soberanas, D. José e D. Maria Barbara, filhos de D. João V, com os dois filhos de D. Filippe V, Maria Victoria e D. Fernando. Por esta occasião, o rei de Hespanha agraciou-o com o collar de tosão d'ouro. Era fidalgo de grande illustração e protector de Vieira Lusitano, durante a sua residencia em Roma. Morreu em Abrantes a 30 d'outubro de 1733. Brazão d'armas, o mesmo dos condes de Penaguião e dos marquezes de Fontes: um escudo xadrezado de prata e azul, de 6 peças em facha e 7 em palas. Timbre, um pescoço de bufalo da côr propria, xadrezado de negro e prata com uma argola de ouro nas ventas.

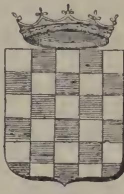

Brazão do 1.º marquez d'Abrantes

Abrantes. Villa da prov. da Extremadura, séde de conc. e de com., distr. de Santarem, bisp. de Portalegre. Tem duas freg.: S. João Baptista, com 1607 alm. e 340 fog.; e S. Vicente Martyr, com 3409 alm. e 884 fog. Tem feira a 24 de fevereiro, que dura tres dias. Abrantes está situada na margem direita do Tejo, em fertil e deliciosa elevação. Do alto do castello, collocado ao extremo da villa, desfructa-se um pittoresco panorama; em dias claros, descobrem-se sobre uma enormissima area diversas terras: Santarem, Sardoal, Mação, Castello de Belver, Constancia, a Torre de Gavião, e muitas outras freguezias. Tem Misericordia, hospital, estação telegraphica e postal, estação de caminho de ferro, correio, theatro e escolas para ambos os sexos. Praça d'armas de segunda ordem; a actual guarnição militar consta do regimento de caçadores 1 (novo batalhão), grupo de baterias de artilheria montada. E' séde de districto do recrutamento e reserva 22. As armas d'Abrantes são quatro flôres de lis e quatro corvos com uma estrella no meio em campo azul. A estação telegraphica e postal tem serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, le-

tras e obrigações, e serviço de encommendas postaes, permutando malas com a R. A. L. Dista 61 k. da séde do distr. O conc. é composto de 16 freg. com 21:397 habit., sendo 10:134 h. e 11:193 m. n'uma superficie de 77:033 hect. Estas freguezias são: Aboboreira ou Abobreira, Abrantes (S. João Baptista), Abrantes (S. Vicente Martyr), Aldeia do Matto (Santa Maria Magdalena), Alvega (S. Pedro), Bemposta (Santa Maria Magdalena), Martinxel (S. Miguel), Mouriscas (S. Sebastião), Panascoso, Pégo (Santa Luzia), Rio de Moinhos (Santa Euphemia), S. Miguel do Rio Torto, Rocio ao sul do Tejo (N. S.ª da Conceição), S. Facundo, Souto (S. Silvestre), e Tramagal (N. S.ª da Oliveira). Abrantes é cabeça de uma com., que se divide em 5 julgados: Abrantes, Constancia, Ponte de Sôr, Rocio do Sul do Tejo e Sardoal; é formada pelas freguezias do conc. (excepto Abobreira, Sardoal e Panascoso, que fazem parte da com. de Mação), as freg. do conc. de Constancia, as quaes são: Constancia, Mont'Alvo e Santa Margarida da Coutada, as freg. do conc. de Ponte de Sôr, que são: Galveias, Moutargil e Ponte de Sôr, e finalmente as freg. de S. Mathias e S. Thiago do Sardoal, que é cabeça do conc. d'este nome. Abrantes é pov. importante e muito antiga. Foi fundada pelos Gallos-Celtas, 308 annos antes de Christo. Consta que o pretor romano, *Tubo*, a reedificou e lhe deu o seu nome; outros, porém, querem que fôsse fundada pelos *Turdulos*, 990 annos antes de Christo. No tempo dos romanos foi uma povoação florescente, governando Augusto Cezar; o consul Decio Junio Bruto edificou o castello, 130 annos antes de Christo. Os godos tomaram-na aos romanos, e deram-lhe o nome de *Aurantes*, pelo facto do muito ouro que se extrahia alli das areias do Tejo. Outros dizem, que fôram os romanos que lhe deram o nome de *Tibuci-Aurantes*. Em 716, os arabes, a conquistaram aos godos e lhe chamaram *Libia*. D. Affonso I a tomou d'assalto em 8 de dezembro de 1148, e desde então ficou pertencendo ao reino. Querendo este soberano remunerar os serviços de seu filho natural, D. Pedro Affonso, ou como outros pretendem, seu irmão, deu-lhe o senhorio do castello, nomeando-o alcaide-

Brazão da villa de Abrantes

mór; os arabes por duas vezes a assaltaram: em 1179, por Aben Jacob, filho do miramolim de Marrocos, que veiu sobre ella com um grande exercito, e lhe pôz cerco, mas os habitantes resistiram fortemente, e os mouros viram-se obrigados a retirar. O segundo assalto foi em 1195, por um outro exercito commandado pelo celebre Almançor, que foi tambem derrotado. Tendo ficado a villa muito arruinada, logo no primeiro cerco em 1179, D. Affonso I a mandou reconstruir, dando-lhe foral com muitos privilegios, em recompensa do heroismo dos seus habitantes. D. Diniz deu-lhe novo foral em dezembro de 1279, sendo este reformado por D. Manuel, em 1 de julho de 1510, em Santarem, com os mesmos privilegios. Os portuguezes restituiram á villa o nome que os Godos lhe haviam dado, trocando-lhe sómente o *u* em *v*, ficando *Avrantes* e depois *Abrantes*. D. Affonso III começou as muralhas da circumvallação em 1250, e D. Diniz as terminou em 1300; este monarcha melhorou a fortaleza, dotando-a com a Torre de Menagem, e querendo engrandecer mais a villa, passou aos seus moradores jurisdicção sobre os de Punhete (hoje Villa Nova de Constancia), ficando desde então esta povoação fazendo parte do termo d'Abrantes. D. Affonso IV accrescentou-lhe Amendoa, Mação, Ponte de Sôr e a Aldeia de Lagomel, declarando por sentença, todo o seu termo sujeito á ordem de Malta. Anteriormente, D. Diniz tinha dado o senhorio da villa a sua mulher, a rainha Santa Izabel. Mais tarde, em 5 de janeiro de 1372, D. Fernando o concedeu a sua mulher, D. Leonor Telles. D. Jorge, filho natural de D. João II, nasceu n'esta villa, em 12 de agosto de 1481; foi duque de Coimbra e grão-mestre das ordens de Aviz e de S. Thiago. Em 1481 tambem foi elevado a bispo de Coimbra e inquisidor-mór, D. Jorge d'Almeida, filho do 1.º conde d'Abrantes. Em 1483, D. João II, estando em Evora, foi a Abrantes com a rainha e toda a côrte, e alli recebeu a embaixada do papa Xisto IV, pela qual era emprazado por si ou por seus procuradores a comparecer na côrte de Roma e dar razão do seu comportamento por se ter intromettido nas cousas da egreja; e d'aqui nomeou embaixadores que por elle respondessem perante o pontifice. Foi tambem em Abrantes, que em agosto de 1483, mandou degolar em estatua, ao marquez de Montemór, D. João, irmão do duque de Bragança, por lhe constar que, estando em Hespanha, conspirava contra elle. Do seculo XVI para o XVII, esta villa pertencia á corôa:

Vista de Abrantes

cahiu tanto em decadencia, que chegou a estar quasi despovoada; D. Pedro II, pelos annos de 1668, levantou-a das suas ruinas, reedificou e ampliou as muralhas e as fortificações, povoando-a de novo. D. João V deu depois, em 12 d'agosto de 1718, a villa de *juro e herdade*, com todas as jurisdicções e titulo de marquezado, a D. Rodrigo Annes de Sá Almeida e Menezes, alcaidemór da mesma villa, 3.º marquez de Fontes e 6.º conde de Penaguião (V. *Marquez d'Abrantes*). Esta villa, até então condado, por morte da neta do 1.º marquez, passou novamente para a corôa. Data d'esta occasião a independencia completa da comarca d'Abrantes, até alli sujeita á com. de Thomar. O titulo fôra concedido a D. Lopo d'Almeida, em 1472, por el-rei D. Affonso V. Quando este monarcha subiu ao throno, renovou a annexação dos povos Amendoa e Mação ao termo d'Abrantes, e separou d'esta villa as freg. de S. Pedro d'Alvega, S. Matheus e S. Thiago do Sardoal, e por fallecimento do alcaide Diogo Fernandes d'Almeida, em 5 de janeiro de 1450, deu a alcaidaria-mór d'esta villa a seu filho primogenito, D. Lopo D'Almeida, pae do 1.º vice-rei das Indias, D. Francisco d'Almeida. D. Sebastião, em 1571, por carta régia de 30 de maio, elevou o logar de Punhete á categoria de villa, dando-lhe termo separado do de Abrantes. Confirmou os antigos privilegios dos moradores da villa. Em 1809, a regencia do reino maudou fortificar de novo a villa, e em 1857 ainda se fizeram alguns reparos e melhoramentos. Em 1860, o barão da Batalha, então governador do Castello, instou com o ministro da guerra, para que fôsse reformada a torre, que estava muito arruinada. Actualmente tem dois pavimentos e as paredes reforçadas por grossos supportes. Em 12 d'agosto de 1810, houve nas proximidades d'Abrantes, uma batalha, dada pelo exercito anglo-luso contra as hordas francezas, que ficaram derrotadas. Mais tarde, desde 9 de outubro do referido anno até 7 de março de 1811, o general Massena, com os seus soldados, cercou a villa, mas a tropa portugueza, os habitantes e algumas tropas inglezas defenderam-se energicamente, e os francezes debandaram, fugindo para Hespanha. Filippe IV deu o titulo de duque de Abrantes a D. Affonso de Lencastre, e Napoleão, julgando-se já senhor de Portugal, concedeu egual titulo ao general Junot, porém nenhum d'estes titulos foi reconhecido pelas auctoridades portuguezas; no entretanto, Junot continuou assignando-se *Duque d'Abrantes*, e sua mulher, Laura de Saint-Martin Permon, que residia em França, era conhecida como duqueza d'aquelle titulo. Abrantes, no seu principio contava apenas duas ruas: Rua Nova e Rua do Castello, que se arruinaram; foi-se estendendo pelo monte abaixo até a uns grandes salgueiraes. Em memoria d'elles ainda alli existe a *Fonte dos Salgueiros*. No meiado do seculo XVIII, ainda tinha 4 freg.: V. Vicente, S. João Baptista, Santa Maria do Castello e S. Pedro. A principal egreja é a de S. Vicente, cuja primitiva edificação se attribue aos godos. Até 1150 chamava-se N. S.ª da Conceição, depois é que tomou a invocação de S. Vicente Martyr, pela reliquia que lhe levou de Lisboa o 1.º alcaide-mór da villa, um *dente de S. Vicente*. O templo é magestoso e merece ser visto; tem collegiada com 6 beneficios simples. A egreja de S. João Baptista é de tres naves, foi priorado; tem collegiada, com 2 beneficios simples. Santa Maria do Castello é tambem templo muito antigo, e ignora-se o nome do fundador; é pequeno, mas encerra muitos objectos d'arte e de grande valor, sobresahindo os mausoléos de Diogo Fernandes d'Almeida e de D. Antonio d'Almeida, da familia dos marquezes d'Abrantes. A egreja de S. Pedro é tambem muito antiga; na primitiva foi construida fóra da villa, n'um sitio chamado Outeiro de S. Pedro, ou Carrasqueiro. Tem 2 conventos de frades e 2 de freiras. O dos frades dominicos, fundado em 1472 por D. Lopo d'Almeida, filho do 1.º conde d'Abrantes, e por ser local doentio, D. Manuel o mudou para dentro da villa, concluindo-se as obras em 1527, já depois da morte d'aquelle monarcha. Chamava-se N. S.ª da Consolação. Alguns escriptores affirmam que fôra Diogo Fernandes d'Almeida, pae do 1.º conde de Abrantes, quem fundára o convento, no sitio chamado *Mosteiro Velho*, conforme se vê n'um pergaminho existente na Torre do Tombo. O convento dos frades de Santo Antonio foi fundado por D. Lopo d'Almeida, 3.º conde d'Abrantes, começando as obras em 1526; era situado no sitio da Ribeira de Abrançalha, no mesmo local em que existira a ermida de N. S.ª da Luz. Os frades viveram 45 annos n'este convento, mas por falta de condições hygienicas, ou porque o tempo e a falta d'aceio o tornasse insalubre, o

Praça Raymundo Soares

facto é que os frades começaram a pensar na construcção d'outro convento. O sitio escolhido era proximo da ribeira denominada *Valle de Rãs*, tambem conhecida pelo nome d'*As Biceas;* no fim de discussões renhidas, o terreno para o novo edificio ficou definitivamente resolvido ser um sitio mais proximo da villa, chamado *Fonte do Ouro*. A mudança do convento foi auctorisada pelo alvará de Filippe I, datado de 1 de fevereiro de 1593. As obras começaram em 1601. No anno de 1714, D. João V reformou-o. Na occasião em que se procedia a essa reforma, fr. Fran-

cisco de S. Thiago, então superior do convento, ordenou que se abrisse na cêrca uma nascente d'agua, e se fizesse a fonte, que hoje se chama *dos Frades,* ficando abandonada a *Fonte do Ouro,* porque a má qualidade da agua não permittia que se aproveitasse para beber. O convento foi cedido á camara, pela carta de lei de 10 de janeiro de 1859, e presentemente, n'uma parte do edificio, está estabelecido o matadouro municipal. O convento de N. S.ª da Graça, de freiras dominicas, construiu-o D. Vasco de Lacerda, bispo da Guarda, em 1384. O convento da Esperança, de freiras de Santa Clara, franciscanas, foi primitivamente organisado, em 1538, na ermida da Ribeira, fóra da villa, por uma senhora natural de Lisboa, Brites da Silva. Como fôsse muito acanhado e o sitio bastante doentio, as freiras projectaram mudar-se para logar mais saudavel; escolheram então no ponto mais elevado da villa, dentro da freguezia de S. Vicente, umas casas existentes na rua de Santa Iria e a ermida de Sant'Anna, onde se installaram provisoriamente em 15 de março de 1576. Depois de muitas discordias que se seguiram á morte de fr. Manuel Travassos, que fazia parte da commissão das obras, já no reinado de Filippe III, em 1621, é que se concluiu o convento. As freiras viveram aqui até 1809, anno em que fôram removidas para o mosteiro de Villa Longa, pela circumstancia d'aquelle edificio estar comprehendido dentro dos limites do traçado das obras da fortificação da Praça, mas como essas obras não chegassem a realisar-se, o edificio não foi demolido. Actualmente, n'uma parte do convento está o theatro *Tibuciano,* e o resto é occupado pela escola de instrucção primaria. Abrantes é solar dos *Themudos,* appellido nobre em Portugal. O primeiro que se assignou com este nome, por ordem expressa de D. Affonso V, foi Ruy Fernandes Themudo, natural d'esta villa. Foi um esforçado capitão que fez prodigios de valor nas guerras d'Africa. Em recompensa, o mesmo rei D. Affonso, em provisão de 11 d'outubro de 1476, lhe ampliou as armas, ficando: em campo azul uma aguia de ouro, de duas cabeças, azas abertas e os pés firmados sobre uma cabeça de mouro, com turbante de prata, cortada de sangue, e por orla um cordão de ouro, o de S. Francisco. Timbre, meia aguia de ouro. Abrantes foi muito querida d'el-rei D. Manuel. Alli nasceram os seus filhos, o infante D. Luiz em 1505, e D. Fernando em 1507, o qual viveu n'aquella terra até á data do seu fallecimento, 1535, na casa que depois passou para o morgado Caldeira. No tempo de D. Pedro I, D. João II e D. Manuel, foi por vezes residencia real. Abrantes tem progredido muito; proximo da villa ha varias nascentes d'aguas mineraes, sendo a melhor, a agua ferruginosa que nasce na quinta do *Ribeirinho.* A villa está a 30 gr. e 24 m. de lat. e 10 gr. e 22 m. de long. Os principaes edificios que hoje alli existem são a casa da camara, as duas egrejas parochiaes pertencentes a cada uma das duas freguezias em que a villa hoje se divide, conforme dissémos: S. Vicente Martyr e S. João Baptista; o hospital da Misericordia, o convento da Graça; o extincto convento de S. Domingos, que tem servido de quartel militar; o extincto convento da Esperança, hoje hospital militar e theatro; o antigo quartel da legião do Marquez de Alorna, que actualmente faz parte do quartel d'artilharia; o palacio dos Marquezes de Abrantes, reduzido a presidio militar e arrecadações annexas ao governo do castello. Na egreja de Santa Maria do Castello, que depois foi tornada em palheiro, e agora deposito da bateria d'artilharia, ainda se admiram os tumulos dos antigos marquezes d'Abrantes, em que já fallámos, porém já muito deteriorados; principalmente, o que está collocádo á direita, em frente da porta lateral, é d'um trabalho de ornamentação de raro valor artistico, é uma peça archeologica que bem merecia maior cuidado, livrando-o do abandono em que se encontra, entregue a um vandalismo indecoroso. O marquez de Pombal, que tanto trabalhou para o desenvolvimento da agricultura, da industria e do commercio, logrou animar em Portugal a cultura da seda. Para assegurar uma industria que tanto havia subido na França e na Allemanha, mandou vir d'aquelle paiz 39:357 plantas de amoreiras, que mandou distribuir por um elevado numero de povoações de todas as provincias. Abrantes foi contemplada com 2:897 d'essas plantas que a camara mandou distribuir pelos proprietarios do concelho, sendo o maior numero plan-

Egreja de S. João Baptista

tados nas cercanias da villa, e o resto nos campos das Mouriscas, Rio de Moinhos, Ribeira d'Abrançalha e outras povoações. Esta providencia deu em resultado o desenvolvimento d'uma riquissima producção de seda, que augmentou consideravelmente o commercio da villa. Hoje está totalmente extincta esta industria, e das amoreiras já poucas existem. Abrantes tomou grande parte nas luctas politicas que tem havido no paiz desde 1820, mas sem nunca deixar de progredir. Em Abrantes teem-se publicado os seguintes jornaes: *O Abrantes*, 6, agosto, 1892 a junho 1902; *O Abrantino*, 22, abril, 1886, e terminou pouco tempo depois; *Amador Arraes*, 1, fevereiro, 1900, em publicação actualmente; *Correio d'Abrantes*, 9, novembro, 1884 a 1900, o primeiro jornal publicado em Abrantes; *Jornal d'Abrantes* (1.º), 16, março a 19, outubro, 1884; *Jornal d'Abrantes*, (2.º), 27, maio, 1900, em publicação; *A Nova*, 4, novembro, 1888 a 25, janeiro, 1891 (?); *O Riomoinhense* (1.º), 4, setembro, 1896 a abril, 1897; *O Riomoinhense* (2.º), 1, maio a 30 novembro, 1897; *Semana d'Abrantes*, 12, dezembro, 1897 a 12, junho, 1898; *Voz do Artista* (1.º), 25, dezembro, 1896 a 19, setembro, 1897 (?); *A Voz do Artista* (2.º), 7, setembro, 1902, em publicação. Além d'estes jornaes tambem ali foram publicados os numeros unicos, seguintes: *A Caridade*, 24, junho, 1896; *Folhas Intimas*, 15, abril, 1888, o primeiro, numero unico publicado em Abrantes; *João de Deus*, 8, março, 1895; *A Philantropia*, 5, julho, 1896; *O Riomoinhense*, 1, dezembro, 1897. || Pov. na freg. de Lobeira, conc. de Guimarães.

Abrantes e Castro *(Bernardo José de)*. Fidalgo cavalleiro da casa real, por alvará de 14 de janeiro de 1824. Doutor em medicina pela universidade de Coimbra, medico da Real Camara, physico-mór do Exercito e honorario do Reino, conselheiro de estado, nomeado em 1827, cujo exercicio se lhe negou depois em 1833, havendo quem se persuada que o desgosto, que então soffreu, fôra a causa da sua morte. N. em Santa Marinha, com. da Guarda, em 1771, e era filho de José Correia de Castro e de D. Maria d'Abrantes. Em 30 de março de 1809, foi preso e mandado para a Inquisição, sendo accusado de *jacobino e maçon*. Acompanhou-o á prisão o desembargador José Valente do Casal Ribeiro, então juiz do crime do bairro do Limoeiro. Sahiu da Inquisição em 21 de dezembro do mesmo anno, sendo mandado residir em Faro, para onde partiu debaixo de prisão. Obteve depois passar a Inglaterra, onde sob a protecção do conde de Funchal, embaixador em Londres, e auxiliado pelo Dr. Vicente Pedro Nolasco, fundou o jornal politico-litterario *O Investigador Portuguez*, em que se notam 20 artigos seus. Soffreu ainda varias alternativas de fortuna e alguns trabalhos, promovidos pela parte muito activa que tomára nos negocios politicos do paiz, em 1826. Voltando da emigração em 1833, hospedou-se em casa do seu antigo amigo José Bento d'Araujo, e ahi falleceu em 14 de novembro do mesmo anno. Escreveu: *Supplica a Sua Alteza Real o Principe Regente nosso Senhor*, Londres, 1810; *Memoria sobre a conducta do Doutor Bernardo José de Abrantes e Castro, desde a retirada de Sua Alteza Real para a America*, Londres, 1810, — comprehende esta obra numerosos documentos justificativos. E' narrativa interessante por envolver varias particularidades relativas á época da invasão franceza; *Historia secreta da côrte e gabinete de S. Cloud, traduzida em portuguez*, Londres, 1810; *Carta do conselheiro Abrantes a Sir W. A'Court, sobre a regencia de Portugal, e a auctoridade do Sr. D. Pedro IV como rei de Portugal e como pae da Senhora D. Maria II*, Londres, 1827.

Abrão. Aldeia na prov. de Entre Douro e Minho, arceb., com., e termo da cidade de Braga. Pertence á freg. de S. Pedro de Maximinos.

Abravezes. Pov. da prov. da Beira Alta, freg. de N. S.ª dos Prazeres, conc., com., distr., e bisp. de Vizeu. 1891 alm., 463 fog. Tem caixa postal. Dista 2 k. da séde do concelho.

Abravia. Logar na freg. d'Arrifana e na de Santo André, conc. de Poiares.

Abrechoeira. Pov. no conc. de Thomar.

Abrecovo. Pov. na freg. de Lever, conc. da Feira. || Pov. na freg. de Gouvinhas, conc. de Sabrosa.

Abregã. Pov. na freg. de Santa Leocadia, conc. de Taboaço.

Abregão. Logar na freg. de Cornes, conc. de Villa Nova da Cerveira. || Logar na freg. de Nogueira, conc. de Sinfães.

Abrego. Pov. na freg. de Villarinho, conc. de Santo Thyrso.

Abregueiro. Pov. da freg. de Meixedo, conc. de Vianna do Castello.

Abreiro. Villa e freg. da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mirandella, distr. e arceb. de Bragança, orago Santo Estevam. 748 alm. 180 fog. Abreiro fica situada na margem direita do Tua, onde existe uma ponte de cantaria, construida pelos annos de 1760. D. Sancho II deu-lhe foral em 9 de setembro de 1225, que foi confirmado por D. Affonso III em 1250. D. Manuel deu-lhe novo foral em Lisboa, a 2 de agosto da 1514. Pertenceu aos marquezes de Villa Real, que a perderam por serem traidores á patria, em 1641. Passou depois a ser commenda e isento de ordem de malta. E' pov. muito antiga, fundada talvez pelos godos. Os arabes tambem a possuiram. O nome de *abreiro* vem de *âbara*, palavra arabe. A pov. dista 23 k. da séde do concelho.

Abre-Mar. Logar da costa de Portugal, entre Povoa de Varzim e Villa do Conde.

Abreu. Appellido de familia nobre, representado por diversas casas de Portugal; vem do nome d'uma povoação chamada *Avreu*, na prov. do Minho, freg. de S. Pedro de Merufe, termo de Monsão, onde se vêem as ruinas d'uma torre chamada *Pico de Regalados*. Os Abreus fôram senhores e depois condes de Regalados. Brazão: cinco cotos de aguia de ouro em aspa, cortados em sangue, e os cotos virados para a direita do escudo. Elmo d'aço cerrado. Timbre: um dos cotos.

Abreu *(Adelino Julio Mendes de)*. Filho do doutor Julio Mendes de Abreu e de D. Emilia Candida. Nasceu em Oliveira do Hospital, a 5 de fevereiro de 1869. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, em 1896. Tem escripto varios trabalhos de muito valor, taes como *Traços Historico-Criticos*, monographia sobre a villa de Oliveira do Hospital, obra prefaciada por Oliveira Martins e illustrada com gravuras da localidade; *Serra da Estrella*, monographia importante sobre ethnographia das soberbas altitudes dos antigos Montes Herminios, illustrada com gravuras dos pontos mais pitto-

reseos. O primeiro d'estes livros foi publicado em 1892, sendo o auctor estudante do segundo anno de direito, e o seguinte ainda quando estudante do quinto anno, em 1895. Este ultimo livro acha-se esgotado. E' socio do Instituto de Coimbra, do Conselho Heraldico de França, da Sociedade de Geographia de Lisboa, da Real Associação dos Archeologos e tem escripto artigos litterarios e politicos em varios jornaes. Actualmente exerce o importante cargo de advogado consultor da Companhia de Credito Predial Portuguez.

Abreu *(Aleixo de)*. Capitão portuguez que serviu na India. Commandou uma náu da armada de Manuel de Lacerda, em 1527, sendo governador Pero de Magalhães. Naufragou na ilha de S. Lourenço, onde morreu cheio de privações.

Abreu *(Aleixo de)*. Mestre em artes pela univ. de Evora, e licenceado em medicina pela univ. de Coimbra, cujos estudos seguira á custa do estipendio real, que se costuma dar aos estudantes pobres, diz Barbosa. N. em Alcaçovas, em 1568, e f. em Lisboa, em 1630. Quando D. Affonso Furtado de Mendonça foi nomeado governador d'Angola, pediu-lhe que o acompanhasse como seu medico. Aleixo d'Abreu partiu então para Loanda, onde viveu 9 annos, dedicando-se especialmente ao estudo das febres africanas, sendo o primeiro medico que escreveu na Europa ácerca d'esses estudos, e o primeiro que tratou d'aquellas doenças em Portugal, quando regressou d'Africa, em 1606. Chegando a sua grande fama a Filippe II, então de posse do throno portuguez, este monarcha o mandou chamar para seu medico, em attenção aos seus elevados merecimentos. Escreveu em castelhano: *Tratado de las siete enfermedades de la inflamacion universal del higado, zirbo, piloron y riñones, y de la obstrucion, de la satiriasi, y fievre maligna, y pasion hypocondriaca*, Lisboa, 1623. No fim d'esta obra vem o *Tratado do Mal de Loanda*.

Abreu *(D. Alvaro de)*. N. em Portugal, mas passou á Hespanha, onde tomou o habito de carmelita no convento de Gibraleon, na Andaluzia, em que veiu a ser prior. Voltou á patria, e foi nomeado bispo de Silves em 1426, e em 1428 acompanhou a França o embaixador encarregado de tratar o casamento da infanta D. Izabel com o duque de Borgonha. Sendo depois transferido para o bispado d'Evora, prégou na acclamação de D. Duarte. Acompanhou a expedição a Tanger, e depois da volta ao reino, esteve nas côrtes de Leiria, oppondo-se energicamente a que Ceuta fôsse restituida aos mouros. Morreu em 1440.

Abreu *(Ambrosio Cardoso)*. N. em Castello Branco. Doutor em Canones. Prior de Santo André, em Lisboa nos fins do seculo XVI. Escreveu: *Allegatio juris pro interdicto posito ecclesiastico; Allegatio pro interdicto posito in urbe Olisiponensi; Rezões feitas na causa da imposição dos vinhos*.

Abreu *(André de)*. Portuguez residente na India, que se tornou notavel, como cabeça dos tumultos havidos em Baçaim no anno de 1617.

Abreu *(André Chichorro da Gama Lobo e)*. Nat. de Monforte, no Alemtejo. Fidalgo da côrte de D. João VI e coronel das milicias de Portalegre. O brazão, conferido em 1825, consta de um escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Souzas, no segundo as dos Gamas, no terceiro as dos Lobos, e no quarto as dos Abreus.

Abreu *(Antão Nunes de)*. Fidalgo da côrte de D. João III, descendente da nobre linhagem dos Regos e Abreus. Brazão, um escudo de campo esquartelado; ao primeiro quartel de verde e uma banda ondada de prata e n'ella tres vieiras de ouro riscadas de preto e perfiladas d'azul; ao segundo de vermelho e cinco cotos de ouro em aspa, e por differença uma brica de prata e n'ella uma de preto; elmo de prata aberto guarnecido de oiro, paquife de oiro, verde e vermelho, e por timbre um dos cotos.

Abreu *(Antonio de)*. Fidalgo portuguez, nat. da ilha da Madeira, capitão dos mais distinctos que militaram na India. Acompanhou Affonso d'Albuquerque em 1511 á conquista de Malaca. Foi mandado n'esse mesmo anno, pelo grande general portuguez, com tres navios reconhecer as Molucas, sendo capitão d'um d'esses navios, e commandando os outros dois Francisco Serrão e Diogo Affonso. Fôram os tres navios seguindo a costa da ilha de Sumatra, e passando depois a de Java, seguiram por Madura, Bali, Sumbava, Solor e Nova Guiné. Antonio d'Abreu abordou a Amboina, e Francisco Simões perdeu o navio em Ternate, mas salvou-se com a tripulação. Antonio d'Abreu visitou as principaes Molucas, voltando d'esta derrota com riquissima carregação. Explorou tambem as costas d'Australia, a que se deu então o nome de *Grande Java*. Regressando a Portugal, voltou a Goa em 1527, como capitão-mór de Malaca, e foi um dos juizes que decidiram a contenda que n'aquella cidade houve entre Lopo Vaz de Sampaio e Pero Mascarenhas, sobre qual dos dois tinha direito ao governo da India. Em 1534 ainda figura valorosamente nos combates contra Malaca, sendo então governador das Indias D. Estevam da Gama.

Abreu *(Antonio de)*. Chamado o *Engenhoso*, amigo e companheiro de Luiz de Camões, na India, em 1553. Era filho de Duarte d'Abreu o Castello Branco, senhor da Quinta da Charneca, e de Brites Teixeira. Publicaram-se em seu nome, em 1805: *Obras inéditas de Antonio de Abreu, amigo e companheiro de Luiz de Camões no estado da India, fielmente extrahidas do seu antigo manuscripto que possuimos em papel asiatico.*

Abreu *(Antonio de)*. Official do mar, portuguez, do tempo de Filippe III, de Hespanha. Em 1611 commandou uma das caravellas mandadas á India por aquelle monarcha, com o fim de prevenir o ataque das naus de Hollanda sobre Malaca.

Abreu *(Antonio de)*. Jesuita portuguez; n. em Lisboa e professou no collegio de Coimbra, em 1577. Foi bom prégador, sendo, porém, os seus sermões quasi todos em latim. Foi lente de Escriptura na Universidade, reitor dos collegios de Coimbra, Evora e Lisboa, preposito da casa de S. Roque, e finalmente provincial. F. em 10 de junho de 1629. Publicou apenas: *Tragedia S. Joannis Baptistæ*.

Abreu *(Fr. Antonio de)*. Nat. do Porto. Prégador do principio de seculo XVII. Só mandou imprimir um dos seus sermões, intitulado: *Sermão na festa da miraculosa imagem de S. Domingos*, Lisboa, 1661.

Abreu *(Antonio da Cunha)*. Musico portuguez que viveu nos fins do seculo XVII. Discipulo do compositor Fravo; copiou, em 1678, um dos livros d'este compositor, intitulado: *Breves explicações da musica*.

Abreu *(Antonio Joaquim de)*. Poeta medioere

do seculo xix. Publicou em 1815 um livro chamado: *Sonetos sobre diversos assumptos.*

Abreu *(Antonio Joaquim Ribeiro Gomes de).* N. em Moreira de Rey, no anno de 1809 ou 1812. Parece que foi abandonado pelos paes, ao nascer, e encontrado por uma pobre mulher, chamada Custodia d'Abreu, na noite de 24 de fevereiro de 1812, no logar de Barboza, freg. de Moreira de Rey. Este nascimento ficou sempre mysterioso. O facto é que se formou em Coimbra na faculdade de Medicina e tomou capello, tornando-se um dos mais brilhantes ornamentos da Universidade. Fez parte do corpo docente até 1856, demittindo-se então por não querer prestar o juramento politico, que o decreto de 5 de março d'aquelle anno exigia aos professores, juramento de obediencia e fidelidade ás instituições politicas vigentes e á dynastia reinante. Esse golpe de estado fez-lhe perder a sua brilhante carreira, porque Antonio Joaquim d'Abreu, que professava vivamente as ideias absolutistas, preferiu antes pedir a demissão. Mais tarde, a convite de D. Miguel, partiu para Brombach, onde foi dedicado professor dos seus filhos, e onde falleceu em 15 de junho de 1867. A sua morte foi muito sentida em Lisboa, especialmente pelo partido legitimista, por toda a imprensa nacional e estrangeira, que lhe dedicaram artigos saudosos. Emquanto esteve em Portugal, collaborou no *Jornal das Sciencias Medicas de Lisboa; Missão Portugueza; Fé Catholica; Nação* e *Revista Academica*, onde, entre outros, publicou um notavel artigo a *Religião christã e a philosophia.* Diz-se que o seu melhor trabalho é um opusculo de 142 paginas, impresso em Lisboa, em 1852, chamado: *A organisação dos estudos medicos em Portugal, discurso proferido na Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, pelo socio,* etc.

Antonio Joaquim Ribeiro Gomes de Abreu

Abreu *(Antonio José de).* Cirurgião militar; n. em 1805 e f. em 8 de janeiro de 1872; interrompeu os seus estudos na Escola Medico Cirurgica do Porto, quando rebentaram os acontecimentos politicos em 1828, para se alistar no pequeno batalhão academico que se organisou no Porto. Acompanhava este pequeno exercito liberal, quando teve de retirar-se para a Galliza, emigrando em seguida para Inglaterra. Tomou, depois, parte na guerra civil contra o absolutismo, mas em 1833, quando a guerra terminou, proseguiu o curso, que concluiu em 1836. No anno seguinte, 1837, foi nomeado cirurgião de infanteria 16. Reformou-se em 7 de setembro de 1867, em cirurgião de brigada. Collaborou no *Jornal dos facultativos militares,* em 1841. Escreveu: *Exame critico da memoria sobre a organisação do serviço de saude do exercito* e *Analyse do relatorio analytico por J. T. Valladares sobre a administração de justiça militar.* No anno de 1855, tomou o encargo de uma inspecção sanitaria ao regimento de infanteria 12, na Guarda, onde estavam grassando as ophtalmias. Parece que o relatorio, que dirigiu á repartição de saude, provocou reparos do cirurgião de brigada Sá Mendes, especialista no tratamento das molestias d'olhos, porque em 1857 publicou Antonio José d'Abreu um opusculo de 112 paginas com o seguinte titulo: *O chirurgião de brigada graduado de infanteria 10, Miguel Heliodoro de Noraes Sá Mendes, refutado por elle mesmo ou Historia da commissão do inquerito sobre a ophtalmia do regimento 12.* Antonio José d'Abreu era cavalleiro das ordens d'Aviz e da Conceição. Foi um dos homens que mais contribuiram para levantar a classe dos facultativos militares e para lhe dar a reputação scientifica de que hoje gosa.

Abreu *(Antonio Julio de Frias Pimentel e).* n. em Meda, no 1.º de março de 1781; f. em 14 d'outubro de 1844. Formou-se na faculdade de Direito na Universidade, em 1802; foi juiz de fóra de Belmonte e Sortelha e de Pinhel, corregedor d'esta cidade e da de Braga, desembargador do Porto em 1826, juiz da Relação de Lisboa em 1833 e conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça em 1836. Foi deputado ás côrtes em 1822 e 1826.

Abreu *(Antonio Lopes de).* Cirurgião, no principio do seculo xix, fallecido em 1830. Traduziu do inglez: *Exposição anatomica do utero humano gravido e dos seus contheudos,* pelo dr. Hanter. Lisboa, 1813.

Abreu *(Augusto Cesario de Vasconcellos).* Medico e escriptor. Nasceu em Coimbra, em 1849, filho de Madail de Abreu, valoroso voluntario do batalhão academico, e um dos lendarios bravos do Mindello, e de D. Guilhermina de Vasconcellos Abreu. Aos 19 annos ficou orphão de pae; não tendo bens de fortuna luctou muito para poder seguir os estudos superiores, e as horas vagas empregava-as em dar lições de mathematica; e foi assim, que estudante e mestre ao mesmo tempo, conseguiu chegar ao 2.º anno da faculdade de medicina na universidade de Coimbra. Motivos particulares o obrigaram a sahir de Coimbra e foi completar o curso na Escola Medico-Cirurgica do Porto. Nas férias vinha a Lisboa, onde travou conhecimento com o dr. Brilhante, medico homœpatha, de grande fama de sabio e de excentrico. Cesario Abreu affeiçoou-se áquelle medico e ao seu systema, e, apenas terminou a sua formatura em medicina allopathica na Escola do Porto, veiu para Lisboa, e concluiu com a pratica os seus estudos homœpathicos, na clinica do doutor Brilhante. Depois do fallecimento do distincto medico, Cesario Abreu começou a fazer clinica por conta propria. Em 1880 fundou a pharmacia homœpathica na rua Augusta. Apesar da sua grande clinica, dedica-se com amor ao estudo e

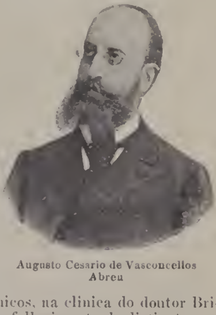

Augusto Cesario de Vasconcellos Abreu

tem publicado algumas obras sobre a sua sciencia: *Estudos geraes sobre a homœpathia; Do Progresso da medicina pela homœpathia; Revista portugueza de therapeutica homœpathica,* jornal que fundou em 1880, em collaboração com o dr. Jousset, de Paris; *Apontamentos para a historia da medicina homœpathica em Portugal.* Os seus livros tem sido sempre muito apreciados. Em 1886, o dr. Cesario Abreu fez duas notaveis conferencias sobre *o Cholera Morbus,* nas salas da Sociedade de Geographia. E' commendador da ordem de N. S.ª da Conceição. Ha alguns mezes retirou-se para Africa por negocios particulares, não deixando todavia a clinica, que exerce com especial aptidão.

Abreu *(Bernardino Monteiro de).* Vice-consul de Portugal em S. Paulo, no Brazil. Nat. de Guimarães, foi muito novo para o Rio de Janeiro, dedicando-se á vida commercial; em 1855 passou á cidade de S. Paulo, onde se estabeleceu. Mais tarde foi um dos directores da Companhia União do Commercio de S. Paulo, a mais importante d'aquelle estado, onde grangeou bens de fortuna. São bem conhecidos o seu genio bemfasejo e a protecção que sempre dispensa aos amigos do trabalho. E' um dos fundadores da Sociedade de Beneficencia Portugueza de S. Paulo.

Bernardino Monteiro de Abreu

Abreu *(Bernardo José de).* General do exercito portuguez; n. em Papisios, conc. de Carregal, em 30 d'agosto de 1790. Estudou em Coimbra, mas em 1809 abandonou os estudos para se ir alistar na Leal Legião Lusitana, mandada organisar por decreto da regencia do reino de 24 de junho, d'esse mesmo anno. Assistiu em Hespanha nos dias 27 e 28 de junho á batalha de Talavera de la Reina. Voltando a Portugal, assistiu, na qualidade de cadete, á batalha do Bussaco, a 27 de setembro de 1810. A 5 de maio de 1811 bateu-se valentemente na batalha de Fuentes de Oñoro, sendo ferido. No cerco de Badajoz, em occasião de assalto, uma granada o feriu n'um olho, do qual ficou cego para sempre. Seguiram-se as differentes phases da guerra peninsular, em que Bernardo d'Abreu tomou parte na celebre batalha de Victoria, em 21 de junho de 1813 e nos combates que seguiram, até que o exercito invasor foi completamente expulso do territorio hespanhol. Estes grandes serviços de valor e coragem ganharam-lhe as medalhas da guerra peninsular e da batalha da Victoria. Quando em fevereiro e março de 1823, o conde d'Amarante se revoltou em Traz-os-Montes contra o governo e constituição liberal, Bernardo de Abreu entrou na campanha contra o absolutismo; em 1826 e 1827 tambem se bateu energicamente pela liberdade. Quando o Porto se revolucionou no dia 16 de maio, contra o governo de D. Miguel, achava-se o distincto militar commandando uma companhia de caçadores 7, de que era capitão. Tomando parte em muitos combates d'essas luctas de deploravel memoria, Bernardo d'Abreu, como defensor da Carta, seguiu o exercito liberal, emigrando pela Galliza para a Inglaterra. Esteve depois na ilha Terceira, acompanhando em junho de 1832 a expedição liberal, e desembarcando nas praias do Mindello. Tomou parte nas batalhas de Ponte Ferreira, de Vallongo, o que lhe valeu ser agraciado com o gráu de cavalleiro da ordem da Torre e Espada. E' longa a serie de combates em que entrou este valente militar; só diremos que na batalha d'Almoster, em 18 de fevereiro de 1834, se distinguiu como sempre, sendo então condecorado com a commenda d'Aviz. O seu grande merecimento e os bons serviços prestados á causa liberal fôram sempre reconhecidos por D. Pedro IV e D. Maria II. Em 10 de setembro de 1844 recebeu a carta de conselho, e em 15 de julho de 1847 foi elevado a commendador da ordem da Torre e Espada. Tambem a rainha de Hespanha lhe concedeu a commenda da real ordem de Isabel a Catholica. Bernardo José d'Abreu seguiu os postos militares, tão justamente merecidos, chegando em 12 d'outubro de 1857 a marechal de campo.

Abreu *(Fr. Braz de).* Ecclesiastico do seculo XVIII, nat. de Elvas. Traduziu do castelhano varias *Devoções* e escreveu uma *Vida do servo de Deus, Gregorio Lopes.*

Abreu *(Braz Luiz de).* Medico pela universidade de Coimbra, chamado o *olho de vidro,* em consequencia de ter perdido um olho, sendo ainda creança, o qual depois substituiu por outro de vidro. Foi mais conhecido pela alcunha do que pelo proprio nome. Braz Luiz d'Abreu era engeitado, mas suppõe-se que nasceu em Coimbra, no anno de 1692. Exerceu clinica no Porto e em Aveiro. Os primeiros annos da sua vida são bastante nebulosos, mas parece ser certo que alguem o protegeu, dando-lhe os meios necessarios para seguir os estudos, formando-se em medicina na Universidade. Casou em 1718 com D. Josepha Maria de Sá, natural de Vizeu, filha de Antonio de Sá Mourão. D'este consorcio, que durante 14 annos, parece ter sido um dos mais felizes, nasceram oito filhos, cinco meninas e tres rapazes. Em 1732, porém, estando em Aveiro, desencadeou-se de subito sobre elles uma terrivel tempestade, cujo motivo ficou sempre ignorado, que obrigou os dois esposos a separarem-se e a recolherem-se a um convento; D. Josepha levou comsigo as filhas para S. Bernardino, em Aveiro, onde entrou em 25 de março; os filhos ficaram com o pae, professando como elle, um na ordem de S. Domingos, outro na de Jesus; o terceiro falleceu muito moço. Viveu 21 annos, ainda, entregando-se a praticas religiosas e ao exercicio da clinica, fallecendo de apoplexia em 10 de agosto de 1756. Escreveu em portuguez e em hespanhol, sendo as suas obras mais conhecidas *o Portugal medico; o Sol nascido no occidente e posto ao nascer do sol; Santo Antonio portuguez; Epitome historico e panegyrico da sua admiravel vida e prodigiosas acções.* Os seus infortunios deram-lhe grande celebridade. O fallecido escriptor Camillo Castello Branco consagrou-lhe um livro: *O olho*

de vidro, em que descreve largamente a sua vida.

Abreu *(Christovam Soares de)*. Desembargador da Casa da Supplicação, cavalleiro da Ordem de Christo e vereador do Senado da Camara de Lisboa. N. em Ponte de Lima, e f. em Lisboa, em 1648. Escreveu: *Oração em nome da Camara de Lisboa a El-Rei D. Affonso VI e á Rainha D. Maria Francisca Isabel, entrando na dita cidade em 29 de Agosto de 1666. Lisboa, 1666.*

Abreu *(Diogo de)*. Fidalgo portuguez da côrte de D. Manuel. Acompanhou á India o primeiro vice-rei D. Francisco de Almeida, na armada de D. Fernando de Eça, e distinguiu-se em combates contra os mouros.

Abreu *(Diogo de)*. Fidalgo da côrte d'el-rei D. João III, descendente da geração e linhagem dos Abreus. O brazão constava de um escudo de campo vermelho com cinco côtos de azas de ouro, em aspa, e por differença uma dobre brica de prata e azul; elmo de prata aberto guarnecido de ouro, paquife de ouro e vermelho, e por timbre um dos côtos das armas.

Abreu *(Diogo de)*. Official de mar que militou na India durante o governo do vice-rei Ruy Lourenço, sendo capitão de uma fusta em 1612.

Abreu *(Diogo Nunes de)*. Fidalgo da côrte de D. João III, n. em Extremoz. O seu brazão d'armas compunha-se de um escudo de campo esquartellado; o primeiro quartel de verde com uma banda bordada de prata e n'ella tres vieiras de ouro riscadas de ouro e perfiladas de azul; o segundo de vermelho com cinco côtos de ouro em aspa, e por differença uma brica de prata e n'ella um G em preto; elmo de prata aberto guarnecido de ouro, verde e vermelho, e por timbre um dos côtos.

Abreu *(Domingos de)*. Capitão portuguez do seculo XVI, que militou na India, e foi a Cochim na armada de Jorge de Castilho.

Abreu *(Domingos Manuel Pereira de Carvalho)*. Bacharel formado em uma das antigas faculdades de Direito pela universidade de Coimbra. N. em Ruivães, conc. de Vieira, a 23 de agosto de 1797, e f. em 11 de junho de 1873. Foi juiz de fóra de Alijó e de Villa Real, de 1821 a 1823. Depois da reforma da magistratura judicial portugueza, exerceu o cargo de juiz de direito de 1.ª instancia, de 1834 até 1869, anno em que, por motivo de doença, se viu obrigado a abandonal-o. Escreveu em 1870: *Sentenças civeis e crimes, proferidas nas comarcas em que serviu desde 1861 a 1863, acompanhadas dos respectivos summarios e juizos criticos da redacção da «Gazeta dos Tribunaes» e precedidas d'um prefacio do editor.*

Abreu *(Eduardo de)*. Medico e democrata contemporaneo. E' natural do archipelago dos Açores; formou-se na universidade de Coimbra, na faculdade de medicina. Na vida academica, destacou-se sempre pelas suas ideias avançadas, perfeitamente republicanas. No centenario de Camões, em Coimbra, e em muitos factos, sendo ainda estudante, bem se evidenciou a superioridade do seu talento e dos seus ideaes de progresso social. Militou por algum tempo no partido progressista. Os progressistas elegeram-n'o deputado; então, no parlamento, os seus discursos energicos, destacavam-se dos da maioria dos seus correligionarios; percebia-se bem que o orador não estava ligado ao grupo politico, de que fazia parte, que o seu espirito não se submettera ás convenções e exigencias partidarias. Dirigia-se ao povo n'um tom ironico, como se quizesse tirar-lhe as illusões e excital-o á lucta pela moralidade e justiça. Os progressistas consideravam-no um indisciplinado; bastaria um acontecimento qualquer que o desilludisse, que lhe roubasse as ultimas esperanças da restauração das forças do paiz, para que abandonasse definitivamente os seus correligionarios e o regimen monarchico. Esse acontecimento não se fez demorar. Foi o *ultimatum*, de janeiro de 1890. Eduardo d'Abreu revoltou-se contra a Inglaterra e contra os governos. A estatua de Camões e as dos distinctos portuguezes que a acompanham, cobriram-se de crepes; foi d'elle que partiu a ideia e a iniciativa da execução. O pedestal, com aquellas estatuas de heroes e leaes amigos da patria, representava o paiz, e o paiz vestia-se de luto. Desde então, o dr. Eduardo d'Abreu tornou-se definitivamente republicano, desfazendo-se qualquer duvida que pudesse ter havido ácerca das suas convicções politicas, apesar das anteriores manifestações democraticas e revolucionarias na academia de Coimbra e no parlamento. Os seus actos posteriores provaram á evidencia a sua dedicação á causa republicana, e a cidade de Lisboa o elegeu seu representante em côrtes em outubro de 1892. Eduardo de Abreu é um incançavel luctador, muito eloquente, e de caracter energico.

Eduardo de Abreu

Abreu *(Eloy de)*. Conego secular da congregação do Evangelista Amado, que viveu nos fins do seculo XVI. Escreveu: *Summa de Theologia Moral*, 1603.

Abreu *(Felix José de)*. Doutor em leis do meado do seculo XVIII. Fez imprimir em Paris uma obra escripta em francez com o titulo: *Traité juridico-politique sur les prises maritimes*, etc., 1758.

Abreu *(Fr. Fernando de)*. N. no Porto. Professou na ordem dos prégadores do convento de Bemfica em 1677. Foi qualificador do Santo Officio, examinador das tres ordens militares, deputado da junta das missões, desembargador da Curia Patriarchal, e um dos primeiros 50 academicos da Academia Real de Historia, em cujas memorias, além das *Cartas* dos seus estudos, publicou um catalogo dos bispos de Miranda. F. em 8 de março de 1727.

Abreu *(Fernão de)*. Capitão portuguez que militou na India, para onde partiu sob o commando de Tristão de Cunha e de Affonso d'Albuquerque, em 1506, sendo vice-rei das Indias, D. Francisco d'Almeida. Distinguiu-se na tomada da fortaleza de Socotorá, e morreu, assim como seu irmão, Gomes d'Abreu, no ataque de Diu, em

1546, sob as ordens de D. João de Castro, governador da India.

Abreu *(D. Filippa de).* Filha de Gonçalo Vaz de Castello Branco; casou com D. Pedro de Athayde, senhor de Castanheira e de Chelleiros, o qual foi decapitado por ordem de D. João II, por estar implicado na conspiração do duque de Vizeu.

Abreu *(Filippe de).* Nat. de Torres Vedras; filho de familia nobre. Sabio theologo da congregação dos agostinhos reformados. Cathedratico de theologia da universidade d'Evora, por nomeação de D. João IV. F. em Coimbra, em 1659. Escreveu: *Commentarium de Scalo Jacob; De adoratione, e David, Princeps perfectus.*

Abreu *(Francisco de).* Viveu no seculo XVII, e escreveu a historia do naufragio da armada portugueza de D. Manuel de Menezes, na bocca do canal d'Inglaterra. Esta obra ficou manuscripta.

Abreu *(Francisco de).* Fidalgo que serviu na India. Irmão de Onofre d'Abreu. Acompanhou Christovam da Gama a soccorrer o *négus* da Abyssinia, em 1541, atacado pelo rei de Zeylá, levando sob suas ordens um terço de 50 homens. O seu brazão d'armas era um escudo de campo vermelho, com cinco côtos de azas de ouro, em aspa, e por differença uma flôr de lis de prata, elmo de prata aberto guarnecido de ouro, paquife de ouro e vermelho, e por timbre un dos côtos.

Abreu *(Francisco de).* Pseudonymo de que se serviu Manuel Severim de Faria em varias obras: *Relação universal do que succedeu em Portugal e mais provincias do Occidente e Oriente, desde o mez de março de 625, até todo o setembro de 626; Relação do que succedeu em Portugal e mais provincias do Occidente e Oriente, desde março de 626 até agosto de 627, e Exercicio de perfeição e doutrina espiritual para extinguir vicios e adquirir virtudes.*

Abreu *(Francisco Ferreira de).* Escrivão de direito no Funchal. F. em Cabo Verde, em 1842. Além d'alguns artigos e poesias publicadas em diversos jornaes, traduziu em portuguez o *Compendio elementar de economia politica* de Adolpho Blanqui. Lisboa, 1834.

Abreu *(Francisco Homem de).* N. em Evora; grande jurisconsulto e distincto philosopho. Sendo cathedratico da universidade de Salamanca, tomou para argumento das suas lições o verso das *Epistolas de Horacio: Quidquid delirant reges plectuntur Achivi,* e sobre elle compoz uma obra em latim, que se encontra nas provas da *Historia Genealogica,* de D. Antonio Caetano de Souza, invectivando asperamente a resolução d'el-rei D. João II, mandar matar o duque de Bragança, D. Fernando. Esta obra acha-se publicada na lingua hespanhola, com o titulo: *Desacierto de principes.*

Abreu *(Francisco Joaquim do Valle d'Oliveira de).* N. em Guimarães em 1796, e f. na freg. de S. João de Brito, d'aquelle conc. em 1860. Era de familia nobre e abastada. Exerceu importantes cargos em Guimarães. Apezar de ter bens de fortuna, os seus desvarios o empobreceram a tal ponto, que se viu obrigado a recolher-se em casa d'um seu parente, que o soccorreu pelo resto da vida. No tempo da sua prosperidade era muito divertido e agradavel; improvisava versos com muita graça, que nunca se publicaram. Era primo do celebre fidalgo Ignacio Manique, que, por ser liberal, fôra condemnado a dar tres voltas em redor do patibulo, indo d'alva vestida.

Abreu *(Francisco Vieira de).* Official do ministerio dos negocios estrangeiros, em Lisboa, nos fins do seculo XVIII; secretario da legação em Hespanha, quando alli esteve com o ministro Diogo de Carvalho de Sampaio. Escreveu: *Apontamentos politicos sobre os principaes abusos e defeitos do governo de Portugal, e meios para se emendarem: apresentados ao ministro de S. A. R., conde de Villa Verde em 1801.* Lisboa, 1820.

Abreu *(D. Garcia de).* Filho illegitimo de D. João d'Almeida, 2.º conde d'Abrantes. Foi mestre do infante D. Duarte e védor do principe D. João, filho de D. João III. Este soberano nomeou-o reitor da Universidade, logo depois da transferencia d'esta para Coimbra.

Abreu *(Gaspar Rodrigues Torres de).* Fidalgo da côrte de D. João IV. Tinha por brazão: um escudo esquartelado; o 1.º quartel dos Rodrigues partido em chefe, campo azul e n'elle cinco flôres de liz de ouro postas em aspa, e chefe sanguino com uma cruz de ouro florida e vazia do campo. O segundo de Vasconcellos, campo negro, com tres faxas de veiros, de vermelho e prata, veiradas e contraveiradas. O terceiro dos Abreus, campo sanguino com cinco côtos de aguia de ouro em aspa cotadas de sangue. O ultimo dos Vieiras, campo vermelho, e n'elle seis vieiras de ouro riscadas de preto, e por differença um lyrio de ouro, e por timbre um leão nascente de sua côr com uma flôr de liz na mão direita, elmo de prata aberto guarnecido de ouro, paquife dos metaes e das côres das armas.

Abreu *(Gomes de).* Capitão que militou na India. Irmão de Fernão d'Abreu, e proprietario em Chaul. Esteve na tomada de Mombaça, em 1505, e morreu no ataque de Diu em 1546, assim como seu irmão, no tempo de vice-rei D. Francisco d'Almeida.

Abreu *(Gonçalo de).* Portuguez muito conhecido, proprietario em Chaul, onde falleceu, combatendo os mouros em 1612.

Abreu *(Guilherme de Vasconcellos-).* Natural, de Coimbra, onde nasceu a 20 de maio de 1842, e filho de Victor Madail de Abreu e de D. Guilhermina de Vasconcellos Abreu (V. **Abreu,** *Victor).* Foi educado até aos 14 annos em Coimbra, depois no Porto, no collegio de Alexandre Grant, até 1858. Em maio d'este anno foi para o Rio de Janeiro para casa de parentes seus, a fim de dedicar-se ao commercio. A educação esmeradissima, que seu pae, homem lido em litteratura portugueza, franceza, hespanhola, italiana e latina, lhe déra, foi de feição contraria á vida commercial. Regressou ao reino, aqui completou logo os preparatorios e entrou na faculdade de mathematica, onde é bacharel premiado com um accessit e tres distincções. Assentou praça em 1861 em caçadores 5 e matriculou-se, em 1864, no 1.º anno da Escola do Exercito em Lisboa, mas não completou o curso da arma de artelharia e fez o de engenharia naval na Escola Naval, onde teve sempre o primeiro premio. Quando estava a ser promovido a 2.º tenente, morreu-lhe o pae, o qual era escrivão e tabellião em Coimbra. Teve então Vasconcellos-Abreu de acceitar, para utilidade da familia, o ser nomeado para o logar que seu pae exercera; dois annos depois foi transferido para Lisboa, e aqui exerceu o cargo

de escrivão da 4.ª e mais tarde da 3.ª vara civel, até 1900, honrando sempre o nome de seu pae, homem honestissimo. Apesar d'este emprego, dedicou-se Vasconcellos-Abreu muito aos estudos de linguas, litteraturas e religiões orientaes. Em 1873 conheceu-o o então marquez d'Avila e de Bolama, e ambos com o conselheiro Possidonio da Silva fundaram a *Associação Promotora dos Estudos Orientaes e Gloticos*, cuja idéa partiu de Vasconcellos-Abreu, que a communicou ao conselheiro Silva. Por essa occasião fez Vasconcellos-Abreu um discurso na sala das Sciencias Medicas, no edificio que estava no logar onde existe a estação central do Rocio. Esse discurso foi a pedra fundamental da Associação e o facto que lhe captivou a amizade do marquez, depois duque d'Avila, e levou ao espirito d'este homem politico o desejo de proteger e animar, em estudos desconhecidos em Portugal (orientalismo), o moço que lhes dedicava as horas vagas de trabalhos de cujos redditos sustentava a familia, que elle criou por casamento com D. Maria Julia Bourdi Pires Monteiro Bandeira. Esse discurso intitula-se: *Exposição feita perante os membros da Commissão Nacional Portugueza do Congresso Internacional dos Orientalistas* (1873) *convocados para constituirem uma associação promotora dos estudos orientaes e gloticos em Portugal*, e foi pronunciado a 29 de dezembro de 1873. A associação foi ephemera porque Vasconcellos-Abreu adoeceu e nada se fez durante mezes. Em 1874, em fins de setembro, teve Vasconcellos-Abreu de ir a França e á Allemanha; alli conheceu pessoalmente Emilio Littré, com quem tinha relações por cartas; este apresentou-o a alguns orientalistas francezes, os quaes animaram o nosso conterraneo a que proseguisse nos seus estudos e lhe deram cartas de recommendação para orientalistas allemães. No regresso a Portugal, o marquez d'Avila prometteu a Vasconcellos-Abreu obter-lhe a missão de ir estudar por ordem do governo portuguez em alguma das universidades estrangeiras, onde os estudos orientaes são feitos com tanta vantagem das letras e da sciencia. E, com effeito, em maio de 1875, Vasconcellos-Abreu era encarregado pelo conselheiro Andrade Corvo, uma das intelligencias mais lucidas e mais cultas do seu tempo, de ir a França, Inglaterra e Allemanha aperfeiçoar-se nos estudos orientaes, especialmente em sanscrito. Esta missão durou até fins de 1877; e, commissionado, o aproveitamento que tirou dizem-n'o os dois relatorios que Vasconcellos-Abreu apresentou officialmente. O 1.º relatorio intitula-se: *Investigações sobre o caracter de civilisação Arya-Hindu*. (Paris, 15 de Janeiro de 1877), enviado ao conselheiro João d'Andrade Corvo, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros e ultramar; o 2.º relatorio intitula-se: *O Sãoskrito e a Glottologia Árica no ensino superior das lettras e da historia*, (Lisboa, 21 de Janeiro de 1878), e foi entregue ao marquez d'Avila e de Bolama, presidente do conselho de ministros, ministro e secretario de estado dos negocios do reino. Foram ambos estes relatorios impressos na Imprensa Nacional em 1878. A'cerca do 1.º ha um artigo escripto largamente por Emilio Littré na *Revista de Philosophia Positiva*. Em 1875, estando Vasconcellos-Abreu em Paris, fez alli parte do Congresso das Sciencias Geographicas e foi nomeado um dos secretarios geraes d'este Congresso e membro do jury; recebeu pelos trabalhos que executou as palmas do official da Academia de Paris e uma medalha especial, dada unicamente a quem tomou parte activa no Congresso pela Sociedade de Geographia de Paris. No fim d'esse mesmo anno, e depois de ter ouvido assiduamente as lições de Abel Bergaigne em Paris, foi Vasconcellos-Abreu para a Allemanha e alli estudou com o dr. Martinho Haug, e outros, na universidade de Munich. Por morte do dr. Haug, voltou a Paris e continuou a ouvir em sanscrito Abel Bergaigne, Philarette Edouard Foucaux, Hauvette-Benaut, e em egyptologia Maspero; frequentou outros cursos e entre elles o de anthropologia e teve a honra de ser discipulo estimado de Paul Broca. O duque d'Avila nomeou Vasconcellos-Abreu lente no Curso Superior de Lettras, creando assim a cadeira de lingua e litteratura sanscrita, classica e vedica em Portugal, a qual tem regido até agora desde 7 de novembro de 1877. Em 1880 celebrou-se em Portugal o congresso internacional de anthropologia e archeologia prehistoricas e Vasconcellos-Abreu foi um dos secretarios d'este congresso, o qual tanta honra deu ao paiz, não só pelos trabalhos alli apresentados, feitos por portuguezes, mas pelo *Compte rendu*, admiravelmente escripto pelo romanista portuguez Aniceto dos Reis Gonçalves Vianna. D'esta obra, que assignala uma epoca nos annaes da sciencia portugueza, consta o que Vasconcellos-Abreu fez por essa occasião, e especialmente mencionamos aqui o trabalho *De l'origine probable des Toukhares et leurs migrations à travers l'Asie* (Pag. 519 a 548). Depois de ter sido eleito socio do Instituto de Coimbra, da Academia Real das Sciencias de Lisboa, foi condecorado por el-rei D. Luiz com o officialato da ordem de S. Thiago. Em 1889 a instancias do governo da Suecia e Noruega foi Vasconcellos-Abreu nomeado representante de Portugal no Congresso internacional de orientalistas em Stockolmo e Christiania. Partiu para Paris, onde esteve no Congresso de geographia e no de anthropologia e foi um dos secretarios d'este. Em fins d'agosto apresentou-se na Suecia, e, em uma das sessões na Universidade de Christiania, apresentou e explicou a inscripção sanscrita que se vê na Quinta de Penha Verde em Cintra: a estampagem perfeita e os factos historicos revelados por esta inscripção mereceram elogios a Vasconcellos-Abreu dados publicamente por Buhler, de Vienna d'Austria, e Burgess inglez em serviço na India, e ambos grandes conhecedores da paleographia e epigraphia indiana. Esse trabalho foi recompensado pelo rei Oscar, da Suecia, com a commenda (2.ª

Guilherme de Vasconcellos-Abreu

classe) da ordem de Wasa. Em setembro de 1891 reuniu-se em Londres um congresso internacional de orientalistas; a pedido da commissão organisadora d'este congresso e por ordem do governo portuguez Vasconcellos-Abreu que, havia sido convidado a tomar pessoalmente parte em tal congresso, escreveu o *Summario das investigações em sanscritologia desde 1886 até 1891.* Este trabalho mereceu ao auctor um dos nove unicos diplomas d'honra dados pelo congresso a trabalhos de subido merito scientifico e litterario; e mais lhe foi dada a medalha de prata pelos trabalhos, seus, offerecidos ao congresso. Em o «Special Oriental Congress Number» da «The Imperial and Asiatic Quarterly Review,» de Londres, lê-se a paginas III que o *Summario* é um dos «most noteworhy», a paginas VI, que «Portugal gave Prof. G. de Vasconcellos' invaluable Summary of Sanscrit Research», a paginas LXXXII diz que é «of an exhaustive character on Sanskrit Bibliography». Annos depois, recebeu Vasconcellos-Abreu as insignias de Grande official da ordem de Mejidie (Turquia). Pelo duque d'Avila fôra commettido a Vasconcellos-Abreu o encargo de escrever um *Curso de Litteratura e lingua sanscrita, classica e vedica.* Cuidou então Vasconcellos-Abreu em que a Imprensa Nacional tivesse o typo devanágrico, usado nas composições impréssas em sanscrito, e logo em 1878 apresentou este estabelecimento do Estado, como specimen, em edição de luxo, de uns 50 exemplares apenas, o 1.º acto do drama de *Xacuntalá* com traducção portugueza de Vasconcellos-Abreu. Foi typographo compositor o primeiro discipulo que Vasconcellos-Abreu teve, José Antonio Dias Coelho, o impressor João Francisco Saraiva. Em 1881 vinha a lume a gramatica de sanscrito; mas poucos mezes depois era cortado a Vasconcellos-Abreu o subsidio que o Duque de Avila lhe estabelecera. Vasconcellos-Abreu todavia continuou a obra e escreveu mais três volumes sem remuneração, fôram impressos na Imprensa Nacional e publicados por ordem do governo portuguez em 1883, 1889, 1898. O ultimo volume é considerado no mundo scientifico como trabalho honrosissimo não só para Portugal como para os estudos de sanscrito e philologia árica. Em 1898 celebrou-se em Portugal o centenario do Descobrimento maritimo da India; para commemorar este feito grandioso dos nossos passados, escreveu Vasconcellos-Abreu este volume (IV da obra a que acima nos referimos) e mais escreveu *Texto critico da Lenda dos santos Barlaão e Josafat,* e um conto em prosa portugueza rithmica intitulado *Chand-Bibi, a Sultana Branca de Amenagara,* lenda indiana phantasiada da tradição historica do seculo XVI. As obras litterarias de Vasconcellos-Abreu até hoje publicadas são, além das já mencionadas, *Geographia mathematica, XII—*112 paginas, com um *Atlas* de 67 figuras, todas desenhadas e algumas gravadas pelo auctor do livro; *Fragmentos d'uma tentativa de Estudo Scoliastico da Epopeia Portugueza,* publicação esta que foi muito elogiada em Londres (*The Athenaeum,* julho de 1880) e por Oliveira Martins *(Camões, os Luziadas e a Renascença em Portugal)* e de que Donald-Ferguson deu tra ducção em inglez da parte que se refere a lendas buddhicas; *Notas sobre a questão do Jus primae noctis; O criterio nomologico; O animismo em geral e sua representação entre os Chinezes; Passos dos Lusiadas, estudados á luz da mythologia e do orientalismo; A litteratura e a religião dos Arias na India; Instituto oriental e ultramarino portuguez, idéas succintas ácerca da sua creação; Bases da ortografia portugueza:* além d'isto, tem publicado em alguns jornaes portuguezes, francezes, belgas, inglezes, artigos d'entre os quaes mencionamos, por termos á mão, os publicados no *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa,* no *Diario de Noticias,* no *Commercio de Portugal,* na *Era Nova,* no *Instituto de Coimbra,* na *Philosophie Positive,* no *Muséon,* no *Dia,* na *The Asiatic Quarterly Review;* teve a honra de collaborar nas *Mélanges Charles de Harlez,* onde escreveu *La symbolique des nombres dans les recettes magiques des traditions et des usages populaires en Europe;* como orador, além do discurso já mencionado feito na sala das Sciencias Medicas, citaremos o discurso feito na Sociedade de Geographia de Lisboa, *A responsabilidade portugueza na convocação do X congresso internacional dos orientalistas,* a conferencia no instituto de Coimbra, em 1891 intitulada *A Fenomenalidade, a Alma e o Eu segundo o Budismo;* a conferencia feita em Braga em março de 1901 ácerca de *Operariado e tuberculose.* Finalmente conhecemos ainda dois trabalhos muito dignos de menção especial: um d'elles é *Tuberculose e contagio da tuberculose,* escripto de propaganda que publicou em 1900 como membro da Assistencia Nacional aos Tuberculosos, e de que a Parceria Antonio Maria Pereira fez segunda edição publicada em 1901. N'este trabalho ha conselhos praticos que só ultimamente teem sido postos em execução; o outro trabalho é o publicado pelo centenario de Gil Vicente, *Os contos, apologos, e fabulas da India, influencia indirecta no Auto da Mofina Mendes de Gil Vicente.* Vasconcellos-Abreu é socio correspondente da *Société d'Anthropologie,* de Paris, da *Société Asiatique,* da *Société Indo-Chinoise,* da *Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes,* etc., e honorario da *Association Phonétique Internationale,* como Max Muller, Storck e outros. No estylo de Vasconcellos-Abreu nota-se sobriedade, clareza, vigor, vernaculidade, e o tom artistico que é n'elle feição particular que por vezes se revela até em esculptura. Uma nota curiosa do caracter de Vasconcellos-Abreu, é que, sendo elle homem pacifico e que sempre condemnou a guerra e o duello, foi mestre de sabre de Anthero de Quental (V. «In Memoriam» o artigo de Faria e Maia), frequenta a carreira de tiro, em Pedroiços, onde é um dos melhores atiradores com espingarda, pistola e revólver, porque entende que todo o homem deve, embora velho, estar apto para defender a sua patria.

Abreu *(D. Isabel de).* Filha de João Fernandes d'Andrade, chamado o do Arco, e de D. Beatriz d'Abreu. Estando na Ilha da Madeira, foi requestada por um fidalgo, caçador-mór d'el-rei D. João III, chamado Antonio Gonçalves da Camara, o qual fôra defender a ilha dos assaltos dos corsarios francezes. D'estes amores resultou um rapto, que deu logar á prisão de Gonçalves da Camara, o qual foi obrigado a casar com a raptada.

Abreu *(Irmãos).* Esculptores em madeira, nomeado do seculo XVII. Viveram em Evora, onde

deixaram alguns dos seus trabalhos nos conventos da Cartuxa e S. José.

Abreu *(Jeronymo de)*. Mathemathico ou astrologo do seculo XVII; n. em Guimarães. Escreveu: *Prognostico dos effeitos dos astros,* obra offerecida a D. João Lobo de Faro, Lisboa 1647.

Abreu *(Fr. Jeronymo de)*. Frade franciscano, provincial da congregação da terceira ordem; n. em Veiros, em 1617, f. em Lisboa a 27 de novembro de 1670. Publicou em 1669, os *Estatutos para as religiosas dos mosteiros da Madre de Deus da Sé, junto á cidade d'Aveiro e de Nossa Senhora do Loreto d'Almeida.*

Abreu *(Jeronymo Pimenta de)*. Nat. de Ponte de Lima; ignora-se a data do seu nascimento; f. em 5 d'outubro de 1631. Era filho de Salvador Barros e Abreu; frequentou o curso juridico na universidade de Coimbra, foi admittido a collegial do collegio de S. Pedro da mesma cidade, e seguiu a cadeira de *Codigo,* da qual tomou posse em 1601. Mais tarde foi desembargador da Casa da Supplicação, chanceller do Porto e desembargador do Paço. Durante o seu magisterio dictou, entre varias postillas: *Comment. ad. Tit. Cod. de administ. rer. public lib. II,* etc.

Abreu *(Jeronymo Vieira)*. Irmão, ou pelo menos parente de Fr. Jeronymo d'Abreu. Só se lhe conhece um folheto, publicado em Lisboa, em 1802, intitulado: *Respostas dadas a algumas perguntas que se fizeram sobre as novas moendas dos engenhos d'assucar e novos alambiques.*

Abreu *(João de)*. Nat. da ilha da Madeira. Capitão d'uma náu na armada de João de Souza Lima, que chegou á barra de Gôa em 22 de setembro de 1513, sendo Affonso d'Albuquerque governador da India.

Abreu *(João Baptista da Silva e)*. Fidalgo da côrte do principe regente D. João; superintendente das caudelarias de Leiria. Brazão d'armas: escudo esquartelado; no primeiro e quarto quarteis as armas dos Silvas, no segundo as dos Coutinhos, e no terceiro as dos Abreus.

Abreu *(João Botto Cavalleiro Lobo de)*. N. em Portel, no Alemtejo, em 1789; fidalgo da Casa Real. Cavalleiro professo da Ordem de Christo, tenente coronel do extincto regimento de milicias d'Evora, e ultimamente escrivão do Juizo de Direito da Comarca de Coimbra; associado provincial da Academia Real das Sciencias de Lisboa; foi filho de Ignacio Cavalleiro Lobo d'Abreu, e de D. Michaella Mira Botto d'Aguiar. Passou a maior parte da vida em Arrayolos. Era um genealogista enthusiasta, e, durante as investigações genealogicas, foi colhendo apontamentos para as suas memorias sobre Portel, as quaes escreveu com o titulo: *Collecção de memorias para a historia da villa de Portel, offerecida á Academia Real das Sciencias.* Esta obra começou a imprimir-se na typographia da Academia, mas a impressão só chegou á pag. 48; sendo mandada suspender, conservando-se assim até hoje. Lobo d'Abreu, tendo gasto a pequena herança que tivera de seus paes, e emigrando para Lisboa em 1833, quando se estabeleceu o governo constitucional, foi despachado provedor do conc. d'Arrayolos, cargo que exerceu emquanto duraram as prefeituras. Tempo depois, recebeu a nomeação de escrivão do juizo ordinario de Montemór-o-Novo, sendo d'ahi transferido para escrivão da Relação do Porto; havendo, pouco depois, mudança ministerial, viu-se obrigado a voltar a exercer o seu officio em Coimbra, onde morreu a 22 de fevereiro de 1858.

Abreu *(João Couceiro de)*. N. em Santarem, em 1675, e f. em Lisboa, a 10 de setembro de 1738. Estudou Direito na universidade de Coimbra, e chegou a servir alguns logares na magistratura, mas depois abandonou de todo a jurisprudencia para se dedicar á poesia e a estudos historicos; foi guarda-mór do Archivo Real e academico da Academia Real de Historia. *Na Collecção* d'esta academia encontram-se algumas *Contas de Estudos* de Couceiro d'Abreu. Publicou em separado alguns sonetos e uma *Allegação medico legal sobre a defensa de João Pinheiro Pereira Coutinho, 1721.*

Abreu *(João Evangelista de)*. Engenheiro que floresceu no meado do seculo XIX .N. em Castello Branco em 1828; era filho de Manuel Mendes d'Abreu. Em 1845 sentou praça, como voluntario, em cavallaria 8, e no anno seguinte matriculou-se na universidade de Coimbra. Quando começou a revolução de 1846, foi apresentar-se á junta do Porto, com alguns collegas, e logo alcançou o posto de alferes. Assim fez a campanha que terminou d'um modo infeliz para o seu partido, e em abril de 1847, aproveitando a amnistia, apresentou-se, tendo logo baixa de pôsto. Continuou, no entretanto, a cursar na Universidade, e recebendo a carta de bacharel em Mathematica, foi despachado alferes alumno, até que, tendo concluido o curso de engenheria, foi promovido a alferes effectivo para caçadores 2. Depois esteve em commissão na Escola do Exercito, sendo nomeado lente substituto em 1856. Em junho d'esse anno foi um dos escolhidos para irem estudar em França, onde se distinguiu brilhantemente. Regressando ao reino, foi aproveitado o seu merecimento pela empreza constructora do caminho de ferro, onde fez algumas obras verdadeiramente notaveis, que o tornaram celebre. A morte, infelizmente, veiu surprehendel-o ainda na força da vida, a 23 de fevereiro de 1869.

Abreu *(João Gomes de)*. Fidalgo portuguez, que militou na India, sendo vice-rei D. Francisco d'Almeida; era capitão d'um batel ás ordens de D. Lourenço d'Almeida, no combate com os mouros quando foi batida a armada de Calecut na foz do rio de Panane, em 1507. Regressou ao reino e voltou novamente á India em 1512, onde tomou parte nas armadas que sahiram de Gôa para o norte a combater os mouros; tambem esteve no ataque de Socotorá, sob o commando de Affonso d'Albuquerque e Tristão da Cunha, em 1507.

Abreu *(D. João Gomes)*. Bispo de Vizeu. Foi quem celebrou o casamento do duque de Bragança, que depois foi decapitado em Evora, com D. Izabel, filha do infante D. Fernando, sobrinha de D. Affonso V e irmã de D. João II. Quando se celebrou o casamento, em 8 d'agosto de 1472, ainda D. Fernando não herdara a casa de Bragança, mas fôra feito duque de Guimarães, por el-rei D. Affonso V.

Abreu *(João Manuel de)*. Bacharel em Mathematica pela universidade de Coimbra, professor da Academia Real de Marinha e do Real Collegio dos Nobres, socio da Academia Real das Sciencias. N. em Valença, a 16 d'abril de 1757, e f. nos Açôres, em 1814 ou 1815. Foi soldado no regimento d'artilheria do Porto, sendo tenente o celebre mathematico e poeta José Anastasio da Cunha, de quem foi discipulo, amigo e admira-

dor. Por causa das ideias exaltadas do seu mestre e amigo em religião, por sustentar doutrinas, que n'aquelle tempo eram condemnadas severamente, foi preso juntamente com elle, em 11 d'outubro de 1778, e encerrado na Inquisição, sendo tambem em sua companhia penitenciado n'um auto de fé, que se realisou na sala do Tribunal de Lisboa; auto de fé em que já não havia fogueira, porque o marquez de Pombal havia-as apagado para sempre. Além do auto de fé, foi tambem condemnado ao confisco dos seus bens, e a estar recluso por tres annos na casa dos padres da Congregação, hoje hospital de Rilhafolles. Terminado o praso do cumprimento da sentença, partiu para França, onde, na cidade de Agen publicou em francez: *Supplément à la traduction de la Géométrie d'Euclide, de Mr. Peyrard, publiée en 1804; et à la Géométrie de Mr. Légendre; suivi d'un essai sur la vraie théorie des parallèles*, Agen, 1809; *Principes mathématiques de feu Joseph Anastase da Cunha, professeur à l'Université de Coimbre (comprenant ceux d'arithmetique, de la géométrie, de l'algébre, de son application á la géométrie, et du calcul differentiel et intégral, traités d'une manière entiérement nouvelle), traduit litteralement du portugais*. Bordeaux, 1811. Regressou depois a Portugal, onde escreveu: *Notas sobre varios logares da Censura dos redactores do* «Edimburg Review» *aos Principios Mathematicos de José Anastasio da Cunha, para servirem de supplemento ao prologo da segunda edição dos mesmos Principios*. Sahiram no *Investigador Portuguez*, n.º xxx (dezembro de 1813), e n.os xxxi e xxxii. Pouco antes de fallecer, occupava-se da publicação de varios opusculos ineditos (ao todo 15), que possuia do seu finado mestre e amigo José Anastasio da Cunha, os quaes havia colligido, e tencionava imprimir com o titulo: *Escriptos posthumos de José Anastasio da Cunha, ordenados relativamente ao systema dos seus Principios Mathematicos, e offerecidos a S. A. R. o senhor D. João VI, principe regente de Portugal*, etc.

Abreu *(João Nunes de)*. Artista portuguez do principio do seculo xviii, conhecido pelo *Abreu do Castello*. Era um pintor quasi generico, mas a sua especialidade, em que se tornou muito distincto, foi em ornatos e architectura. Foi mestre de Feliciano Narciso. Existem varios trabalhos seus: na egreja da Graça (quadros de figura e a entrada); e na egreja do Menino Deus, os tectos. O conde Raczinski suppõe que este distincto pintor seja o mesmo que viveu na mesma epoca, sob o nome de João de Abreu Gorjão. *(Dictionnaire historique artistique du Portugal)*.

Abreu *(Joaquim Manuel de Faria Lima e)*. N. no Brazil, vindo para Lisboa em 1821. Foi empregado na secretaria da guerra. Redigiu alguns jornaes de lucta revolucionaria, e em 1822 publicou um periodico, *o Brazileiro em Portugal*, que terminou por causa dos acontecimentos que resultaram da contra-revolução de 1823. Em 1826, com o regimen da Carta, o distincto jornalista voltou á lucta e estabeleceu *o Fiscal dos abusos*, jornal que muito se vulgarisou. N'estas luctas teve de sustentar polemicas vehementes com o padre José Agostinho de Macedo, seu adversario politico. O governo de D. Miguel, em 1827, condemnou-o, pelas suas ideias liberaes, a 10 annos de degredo para as Pedras Negras, depois de ter estado encerrado na Torre de S. Julião da Barra. Partiu para o degredo a 16 de novembro de 1829, onde, segundo se julga, falleceu.

Abreu *(Joaquim Valerio de)*. Abridor de cunhos na casa da moeda de Lisboa nos annos de 1739 a 1747. Era discipulo de Bernardo Jorge, um dos mais habeis na sua arte.

Abreu *(Jorge de)*. Fidalgo portuguez, segunda pessoa da celebre embaixada mandada ao négus por el-rei D. Manuel, embaixada dirigida pelo governador da India ao Preste João em 1520. Capitão d'um galeão em 1527. Foi ferido e feito captivo n'uma galé commandada por Simão de Sousa Galvão, n'um combate naval contra as lanchas do sultão de Achem, em 1528, sendo governador da India Lopes Vaz de Sampaio.

Abreu *(Jorge da Silva)*. Fidalgo que militou na India. Fez parte da armada que, em dezembro de 1614, o vice-rei D. Jeronymo levou ao norte a combater os inglezes.

Abreu *(José de)*. Fidalgo portuguez residente em Baçaim. N. no anno de 1613, armou á sua custa uma manchua, de que foi nomeado capitão, para guardar o rio de Baçaim, por causa das correrias dos mouros.

Abreu *(José Antonio de)*. Distincto official de engenheiros, major em 1827 e tenente coronel graduado em 1854, por ter servido a causa de D. Miguel, e ser um dos officiaes convencionados de Evora Monte. N. em Lisboa, nos fins do seculo xviii, e f. a 11 de fevereiro de 1873, sendo general de brigada reformado. Foi nomeado por D. Pedro V para fazer o tombo das propriedades da casa de Bragança, commissão para que estava muitissimo habilitado pelos seus conhecimentos technicos. Era poeta de pouca importancia. Em 1814 publicou um livro de versos intitulado: *Producções poeticas de Josino Tagideu*, e em 1835: *Um Roteiro de Hespanha, acompanhado de varios mappas*. Collaborou por algum tempo, com Vilhena Barbosa, no *Universo pittoresco*. Tinha a commenda d'Aviz.

Abreu *(José Maria de)*. Lente cathedratico de philosophia na universidade de Coimbra, do conselho de S. M., deputado ás côrtes, director geral de instrucção publica, etc. N. em Coimbra, no dia 15 de setembro de 1818, e f. em Lisboa, a 15 de novembro de 1871. Foi José Maria d'Abreu, quem, em 1851, começou o utilissimo trabalho de colleccionar *a Legislação academica desde 1772*, trabalho que acabou em 1866. Esta collecção está publicada em 4 volumes e fórma um repositorio de noticias importantissimas para o estudo do desenvolvimento da universidade de Coimbra. Tratou tambem da reforma do collegio de S. Caetano, de Braga, destinado á educação de orphãos. A Universidade deve-lhe importantes melhoramentos, na typographia, no jardim botanico, etc. Escreveu: *Observações sobre o decreto de 1 de dezembro de 1845 que regulou a habilitação dos candidatos ao magisterio da Universidade de Coimbra*, 1846; *A creação d'um curso especial de sciencias economicas e administrativas na Universidade de Coimbra*, 1849; *Almanach da Instrucção Publica em Portugal* 1.º e 2.º anno; e alguns opusculos sobre questões de sciencia. Nos jornaes *O observador, Instituto* e *Conimbricense* ha artigos seus, politicos, historicos e scientificos; *Duas palavras sobre o projecto de reforma do decreto de 20 de setembro de 1844, apresentado ás Côrtes pelo sr. deputado Jeronymo José de Mello*, Coimbra, 1848; *Breves*

apontamentos para a biographia do ex.mo conselheiro Antonio Nunes de Carvalho (sahiu na *Gazeta de Portugal* em junho de 1867); *Brevissimas considerações sobre o opusculo:* A questão da Instrucção Publica em 1848; *Carta ao redactor do*: «Lusitano» *sobre a correspondencia do Dr. Jeronymo José de Mello,* Coimbra, 1848; *Breves reflexões ácerca do projecto de reforma do decreto de 20 de setembro de 1844.* Coimbra, 1849; *Duas palavras em resposta ás* «Reflexões» *sobre o projecto da commissão da Faculdade de Philosophia para a creação d'um curso de sciencias economicas e administrativas,* Coimbra, 1849; *Breves reflexões sobre a* «Resposta do sr. Roque Joaquim Fernandes Thomaz, ás Duas palavras», Coimbra, 1850; *A Demissão do director geral de instrucção publica,* Lisboa, 1861. *Relatorio da Inspecção extraordinaria feita á Academia Polytechnica do Porto em 1864,* Lisboa, 1865, documento interessante pelos esclarecimentos que encerra; *Legislação academica de 1864 a 1866 e repertorio de toda a legislação desde 1772 até 1866, inclusivé,* Lisboa, 1866; *Parecer apresentado ao conselho geral de instrucção publica e projecto de regimento do collegio de S. Caetano em Braga,* Lisboa, 1864; *Propriedade litteraria. Parecer sobre a renovação do tratado de propriedade litteraria com a França,* sahiu no *Instituto de Coimbra,* vol. XIV, 1865.

Abreu *(José Rodrigues de).* Doutor em medicina e mestre em artes, physico-mór das armadas, e medico da camara de D. João V; n. em Evora em 1682, e ainda vivia, ao que parece, em 1747. Escreveu: *Luz de chirurgiões embarcadiços, que tracta das doenças epidemicas de que costumam enfermar os que se embarcam para os portos ultramarinos,* e *Historia logica medica,* Lisboa 1711; *Historiologia medica fundada e estabelecida nos principios de George Ernesto Stahl e ajustada ao uso pratico d'este paiz. Tomo* I, Lisboa, 1723; *Tomo* II, *Parte* I, 1739; *Tomo* II, *Parte* II, 1745. Manuel de Sá Mattos, *na Bibliotheca cirurgica,* chama-lhe *Doutissimo naturalista e sincero medico.* José Rodrigues d'Abreu era cavalleiro da Ordem de Christo.

Abreu *(José de Sousa e).* Familiar do Santo Officio e fidalgo da côrte de D. José. Brazão: as armas dos Souzas do Prado, Pintos, Lopes e Abreus.

Abreu *(Dr. Julio Mendes de).* Advogado muito distincto pertencente a uma antiga familia de Oliveira do Hospital, conhecida pelos Mendes da Fonte, de que sairam individuos importantes que desempenharam altos cargos na magistratura, como o dr. Pedro Mendes de Abreu, que foi corregedor das justiças de Santarem, etc. (V. *Adelino Julio Mendes de Abreu).*

Abreu *(Lopo de).* Piloto portuguez que naufragou na Aguada de S. Braz, no principio do seculo XVI.

Abreu *(Lopo de),* Nat. de Vizeu, seculo XVI. Seguindo a vida ecclesiastica, chegou a ser deão da cathedral do Porto. Em 1564 abandonou tudo para se recolher ao noviciado da Companhia de Jesus, onde professou. Escreveu em 1603 *Summa de moral,* obra que ficou manuscripta.

Abreu *(Lopo Gomes de).* Militou na India. Capitão d'uma manchua, em 1613, andou no rio de Baçaim a fazer guerra aos mouros. Foi nomeado capitão d'um navio na armada de Luiz de Brito de Mello, para ir combater os mouros em Chaul, Baçaim e Damão até á barra de Surrate.

Abreu *(Luiz do Rego de).* Fidalgo da côrte de D. João III, descendente da geração dos Regos e Abreus. Brazão: Escudo esquartellado; o primeiro quartel de verde com uma banda ondada de prata, e n'ella tres vieiras de ouro riscadas de preto e perfiladas de azul; o segundo de vermelho e cinco côtos de ouro, em aspa, e por differença uma brica de ouro e n'ella um — L — preto; elmo de prata aberto, guarnecido de ouro, paquife de ouro, verde e vermelho, e por timbre um dos côtos.

Abreu *(Manuel de).* Nat. do Crato, seculo XVI. Formado em medicina na universidade de Coimbra, onde tambem fez parte do corpo docente da mesma faculdade desde 1618 até 1642, anno em que se jubilou. Escreveu: *Tractatus de morbis mulierum,* em 1621.

Abreu *(Manuel de).* Jesuita portuguez e missionario na China. Victima da sua dedicação pela fé catholica, foi decapitado em 1736, na cidade de Touquin, juntamente com tres outros padres jesuitas: Bartholomeu Alvares, Vicente da Cunha e Gaspar Cratz.

Abreu *(Manuel Ignacio Ferreira de Souza e).* Nat. da villa da Torre de Moncorvo. Fidalgo da côrte de D. José I, e familiar do Santo Officio. O seu brazão tinha as armas dos Souzas do Prado, Ferreiras, Andrades e Abreus.

Abreu *(Manuel Rodrigues da Silva).* Bacharel em Direito pela universidade de Coimbra, onde se formou em 1825. N. em Ponte de Lima, em 14 d'agosto de 1793, e f. em Braga, a 6 de dezembro de 1869. Companheiro de Garrett desde a Universidade até ao exilio, por seguirem as ideias liberaes. Foi bibliothecario de Braga. Entre as suas publicações figuram com applauso, pela pureza de linguagem, uma traducção do *Eliezer ou a ternura fraternal,* poema de Florian; outra traducção do *Eremita,* ballada de Goldsmith, varios trechos do *Paraizo perdido,* de Milton, *O Cantico de Moysés, Os pretendentes,* fragmento da *Odysséa* de Homero, *O Encontro de Diomedes e de Glauco* (extrahido da *Illiada*), versão feita em 171 endecassyllabos portuguezes; *Novidades bibliotheconomicas, ou refutação de cinco absurdos, que geralmente e ha seculos se soffrem no serviço das bibliothecas publicas, reduzidas todas ellas á obediencia do simples senso commum; Poesias* que se publicaram posthumas no *Operario,* semanario de litteratura, de Braga, em 1871 e 1872: 1.ª *O Corsario,* poema de Lamartine, trad.; 2.ª *O Homem,* meditação de Lamartine, trad.; 3.ª *O merito das mulheres,* poema de madame Felicie d'Ayzac, trad.; 4.ª *Amostras* de diversas poesias. Collaborou no *Instituto, Mercurio, Independente,* e outros jornaes. Manuel Rodrigues da Silva Abreu voltou do exilio em 1832, e, quando terminaram as luctas civis, foi nomeado official da prefeitura (governo civil) de Braga. Grande defensor da Carta, mostrou-se pouco sympathico ás ideias avançadas de 1836, e resolveu pedir a demissão, sacrificando-se assim ás suas convicções politicas, não querendo acceitar emprego algum publico. Almeida Garrett, seu intimo amigo, procurou fundar uma bibliotheca em Braga com os espolios dos extinctos conventos e convidou-o para bibliothecario, o que elle acceitou, por ser emprego alheio á politica.

Abreu *(Marcos de).* Official de latoeiro sob cuja direcção se fundiram moedas de cobre na regencia de D. Pedro II, quando por uma ordem

do Conselho da Fazenda de 3 de junho de 1676 se mandou fazer moedas de cobre fundidas. Estas moedas ainda hoje muito communs pela enorme quantidade que d'ellas se fabricou, são bastante toscas e irregulares. Na ordem referida diz-se que em cada arratel deviam entrar duzentos réis, o que corresponde a vinte peças de *dez réis*, ou

Moeda de real e meio de D. Pedro II

quarenta de *cinco réis*, ou 66 de *tres réis*, ou cento e trinta e duas de *real e meio* pois que fôram estas as especies moldadas.

Abreu *(Margarida de)*. Filha de Christovam Rebello d'Abreu, da familia de Regalados. Viveu no seculo XVII durante o dominio hespanhol. Diffamada por um fidalgo castelhano que inutilmente a requestara, vingou-se do ultrage matando o calumniador a punhal, n'uma egreja do Minho. A audaciosa desafronta impressionou toda a gente por tal fórma, que não houve juiz que se atrevesse a sentencial-a, e Margarida d'Abreu apenas expiou o seu crime, penitenciando-se espontaneamente todos os domingos na egreja.

Abreu *(Marianna de)*. Nat. de Abrantes; viveu no principio do seculo XVIII. Estudou, com aproveitamento notavel, philosophia, rhetorica, musica e historia. Morreu, tendo apenas 18 annos, deixando escripto: *Philosophia moral; Rhetorica moderna; Catalogo de todos os varões illustres em armas, até D. João de Castro*. Era mais conhecida pelo nome familiar de Mariannninha.

Abreu *(Miguel de)*. Capitão portuguez, que serviu na India; commandou um navio da armada de D. Francisco Soutomaior.

Abreu *(Miguel Vicente de)*. Escriptor portuguez; nat. da India, muito versado nas linguas orientaes. Foi empregado na secretaria do Governo Geral da India Portugueza, e aposentado, fallecendo em 1882. Miguel Vicente d'Abreu era condecorado com o grau de cavalleiro da Ordem de Christo. Escreveu o seguinte: *Bosquejo historico de Goa, escripto em inglez pelo reverendo Diniz L. Cottineau de Klogneu, vertido em portuguez e accrescentado com algumas notas e rectificações*. Nova Goa, 1858; *Folhinha civil e ecclesiastica de Goa para o anno de 1850, segundo depois do bissexto, com varias noticias curiosas e uteis a toda a sorte de pessoas*, Nova Goa, 1849; *Stabat Mater, vertido em lingua* (concani) *e outras orações na mesma lingua, publicadas por M. V. d'Abreu*, Nova Goa, 1855; *Novas Meditações em lingua de Goa* (concani) *para visitar a via sacra*, Nova Goa, 1855; *Preparação da oração mental seguida de quinze mysterios do Rosario e da Magnificat, e oração a S. Francisco Xavier*. Nova Goa, 1857; *Cantigas pias, ou orações em verso da Virgem Maria Nossa Senhora, e da Senhora Santa Anna, em lingua concani, portugueza e latina. Segunda edição mais correcta e muito augmentada pelo editor da primeira*. Nova Goa, 1860; *Manual da missa e da confissão, e varias outras orações*, Nova Goa, 1860; *Memorias dos trabalhos escholasticos do mez de Maio de 1847*.

Abreu *(Nicolau de)*. Fidalgo da côrte de D. João III, descendente da geração dos Abreus. Brazão d'armas: Escudo de campo vermelho com cinco côtos de azas de ouro em aspa com as pontas para baixo, e por differença uma brica de prata e n'ella outra de vermelho; elmo de prata aberto, guarnecido de ouro, paquife de ouro e vermelho, e por timbre um dos côtos das armas.

Abreu *(Nicolau de)*. Official de mar no estado da India. Commandou uma fusta em 1614, e posteriormente uma estancia.

Abreu *(Onofre de)*. Fidalgo portuguez que serviu na India. Acompanhou D. Christovam da Gama a soccorrer o *négus* de Hubesch em 1541, contra o rei Zeylá, commandando uma companhia de cincoenta homens. Morreu em combate.

Abreu *(Pedro Alvares de)*. Capitão portuguez que militou na India nos principios do seculo XVII.

Abreu *(Pedro Gomes de)*. 5.º Senhor de Regalados e Valladares. Alcaide-mór de Lapella e membro do conselho de el-rei D. Affonso V. Nas discordias que se deram na menoridade d'este principe, declarou-se a favor da rainha D. Leonor, viuva de D. Duarte, contra o infante D. Pedro, duque de Coimbra. Casou com D. Genebra de Souza, filha de Fernando de Magalhães, senhor do couto e quinta de Bésteiros.

Abreu *(Pedro Henriques de)*. Nat. d'Evora de Alcobaça. Licenceado em Canones, e reitor de S. Pedro de Farinha Pôdre, bisp. de Coimbra. Viveu no seculo XVII, escreveu: *Vida e martyrio de Santa Quiteria e das suas oito irmãs, todas nascidas de um parto, portuguezas e proto-martyres da Hespanha, com um discurso sobre a antiguidade de Cinania, Coimbra, 1651*.

Abreu *(Raymundo Ferreira de)*. N. em Lisboa, em 1700, onde tambem morreu no meado do seculo XVIII. Presbytero; mestre de cerimonias da Misericordia. Escreveu: *Directorio de ceremonias do côro*, dividido em duas partes, 1738 a 1745.

Abreu *(Sebastião de)*. Jesuita portuguez, doutor em theologia, muito apreciado, com especialidade no estrangeiro. N. no Crato, em 1594, f. a 18 d'outubro em 1674; chanceller da universidade d'Evora. Escreveu: *Institutio Parochi*; e *Vida e virtudes do admiravel padre João Cardim da companhia de Jesus*, Evora, 1659.

Abreu *(Simão de)*. Capitão portuguez que serviu na India. Era filho de Pero Gomes d'Abreu e foi alcaide-mór de Ternate em 1523. Morreu n'um combate naval com os mouros de Bintan, sendo atacado o navio do seu commando, por doze lanchas do sultão na ilha das Naus, em 1524. Depois de valorosa lucta, os mouros incendiaram-lhe o navio, morrendo queimados elle e toda a tripulação.

Abreu *(Thomé de Tavora de)*. N. em Chaves, e viveu no seculo XVII; era filho de Pedro Henriques de Tavora. Desde muito creança mostrou grande tendencia para a musica e para a mathematica, e esta ultima tendencia resolveu o pae a mandal-o estudar na aula de fortificação em Lisboa, onde D. Pedro II lhe mandou dar um partido supra numerario. Viajou no estrangeiro, e quando regressou a Portugal, sentou praça no terço do conde de S. Vicente, sendo logo nomeado ajudante de numero, por ser um tactico eximio; fez algumas campanhas da guerra da successão, mas

pediu a demissão por se julgar preterido. Voltando ao reino, foi nomeado official da ouvidoria do governo de Traz-os-Montes, e depois secretario do governo das armas da mesma provincia, logar que exerceu 25 annos. Escreveu uma descripção da villa de Chaves, e um livro ácerca do seu logar de secretario do governo das armas, que destinava para instrucção de seu filho, que queria que lhe succedesse. Estas obras ficaram manuscriptas. Escreveu tambem muitos entremezes em castelhano, e um poema satyrico intitulado: *Dos disturbios, chimeras e pataratas, que ha no mundo,* escripto em portuguez.

Abreu *(Valentim de).* Official de mar no estado da India. Fez parte da armada de D. Francisco de Menezes Roxo que em 1615 foi combater os povos de Arracão (Arakan). Morreu n'esta expedição.

Abreu *(Vasco Gomes de).* Official portuguez dos mares da Africa Oriental. Capitão-mór da armada que devia guardar o cabo Guarda fui, em 1505. Assistiu á tomada de Mombaça e ao combate naval com as náus de Calecut. Foi capitão-mór de Sofala, onde levantou uma fortaleza, em 1507. Indo depois para Moçambique, uma terrivel tempestade o obrigou a naufragar, perdendo-se completamente o navio em que elle ia e commandava.

Abreu *(Vasco Gomes de).* Filho de Diogo Soares de Abreu, commendador de Beldigem, companheiro d'armas do celebre Luiz de Loureiro. Foi morto em Tanger pelos mouros.

Abreu *(Vasco Gomes de).* Fidalgo portuguez que esteve na India em 1614. Fez parte da armada mandada a Surrate em soccorro de Luiz de Brito, e da que foi a Malabar sob o commando de D. Bernardo de Noronha.

Abreu *(Vicente Ferreira de).* N. em Setubal em 1675, f. em 1734. Professor de medicina e homem de letras. Escreveu: *Obras espirituaes,* e uma collecção de *Sonetos em louvor de um sermão prégado no convento de S. Francisco de Setubal.* Sendo medico, não consta que escrevesse obra alguma sobre medicina.

Abreu *(Victor Madaíl de).* Um dos 7:500 bravos do Mindello. Nasceu em Coimbra a 5 de maio de 1811 e falleceu ali em 17 de maio de 1868. Era filho de José Joaquim de Abreu Sampaio Serra e D. Ignacia Ludovina Ferreira Aranha, ambos de Coimbra, aquelle porém descendente da casa dos Abreus (Barros Abreu, Conde de Casal) do Minho. Victor Madaíl de Abreu foi sempre democrata e um dos espiritos mais liberaes do seu tempo. Aos 15 annos, em 1826, alistou-se no batalhão academico e foi para Vizeu quando d'aqui se tinha retirado para Coimbra o general Azevedo, depois conde de Samodães, em consequencia da offensiva que tinham tomado as forças miguelistas revoltadas, commandadas pelo marquez de Chaves. Em 1828, depois do infeliz resultado da revolução liberal, emigrou Victor Madaíl de Abreu pela Galliza para Inglaterra, e d'ali foi para a ilha Terceira, onde, já no memoravel dia 11 de agosto de 1829, tomava parte com distincção na gloriosa batalha da Villa da Praia, que foi a salvação da causa constitucional. Foi á ilha de S. Miguel e entrou na brilhante acção da Ladeira da Velha. Veiu com o exercito libertador para o reino e desembarcou em 8 de julho de 1832, no Mindello, com os bravos seus companheiros. Esteve no cêrco do Porto, e nos dias de maior refrega na Serra do Pilar. Fez todas as campanhas e contribuiu quanto poude para que triumphasse a bandeira da Rainha e da Carta. Apesar de ter servido esta causa desde 1826 até 1834 foi-lhe dada a medalha n.º 7, por injustiça facil de commetter contra quem nada pede para recompensa. Joaquim Antonio de Aguiar era muito seu amigo, quiz chamal-o a Lisboa, mas Victor Madaíl de Abreu preferiu ficar em Coimbra. Foi-lhe dado então o officio de escrivão e tabellião, creado de proposito n'aquella comarca. Insistiu Aguiar em querer honrar Victor M. de Abreu e quiz dar-lhe uma commenda; V. M. de Abreu não a acceitou, nem pôz nunca ao peito nenhuma venera nem medalha. O seu caracter democrata era servido por inexcedivel honradez e admiravel e generosa tolerancia. Recolheu, nos annos de 42 a 47, em sua casa, elle cartista (mas não cabralista), muitos patuleias; exigia d'estes porém que deixassem ficar armas e munições onde tinham encontrado abrigo e defesa. Casado com D. Guilhermina Candida de Vasconcellos, dos Vasconcellos de Evora, constituiu familia numerosa, de que foi desvelado educador por cuidados e exemplos; e até por vezes o mestre. A pouca saude e a vida que teve não lhe permittiram dar a todos os filhos a educação que deu ao mais velho, seu filho Guilherme, cuja biographia fica dada anteriormente. Victor Madaíl de Abreu era homem lido e versado em historia, e em litteratura; possuia uma livraria de para cima de 600 volumes, entre os quaes competiam na escolha obras da litteratura latina, portugueza, hespanhola, italiana, e, em menor numero, obras da litteratura franceza. Era apaixonado dos encyclopedistas e dos girondinos. Foi na leitura d'esta livraria e aluniado pelo ensinamento e exemplo de Victor Madaíl de Abreu que se formou o espirito de seu filho G. de Vasconcellos-Abreu.

Victor Madaíl de Abreu
segundo esculptura feita por seu filho
G. de Vasconcellos-Abreu

Abreu. Logar na freg. de Merufe, conc. de Monsão. ‖ Logar na freg. de S. Vicente de Tavora, conc. d'Arcos de Valle de Vez. ‖ Casal na freg. de Almacave, conc. de Lamego. ‖ Casal na freg. de Roliça, conc de Obidos. ‖ Quinta da freg. de Castello de Penalva, conc. de Penalva do Castello. ‖ Quinta da freg. do Lumiar, conc. de Lisboa. ‖ Quinta na freg. de S. Jordão, conc. de Evora. ‖ Herdade nas freg. de Santa Victoria e de S. Bento de Ameixial, conc. de Extremoz. ‖ Herdade na freg. de Fortios, conc. de Portalegre. ‖ Sitio na freg. e conc. da Moita. ‖ Sitio na freg. de Pomares, conc. de Beja.

Abreu Gorjão *(Joãode).* Pintor a quem Fr. Francisco de S. Luiz attribue um desenho das *Memorias de Malta,* que tem a data de 1734.

Abreu da Ilha *(João Gomes)*. Capitão d'uma nau de carga na armada de Tristão da Cunha, que partiu de Portugal para a India em 18 de abril de 1506, sendo vice-rei D. Francisco d'Almeida. Sempre companheiro de Tristão da Cunha, assistiu com elle aos combates contra os mouros da cidade de Brava e ilha de Socotorá, e finalmente á descoberta da ilha de S. Lourenço, em 1507.

Abreu da Ilha *(Lopo de)*. Capitão d'uma náu da armada commandada por Lopo Soares, que passou á India em 1504.

Abreu e Lima. Casal da freg. de Camarate, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Abreu e Sousa *(João Chrysostomo de)*. Homem politico muito respeitavel, venerando general a quem o paiz deve numerosos serviços, e cuja morte foi geralmente sentida. Abreu e Sousa n. em 27 de janeiro de 1811, epoca em que Portugal luctava com as invasões francezas, atravessando um periodo escabroso, que só teve fim em 1814, quando Portugal se viu definitivamente libertado das hostes de Napoleão. Sentou praça em agosto de 1833, outra época não menos calamitosa; os animos ainda estavam exaltados pela guerra fratricida que durante cinco annos assolou o reino, e que tão deploraveis recordações nos deixou. Em 1834, Abreu e Sousa era nomeado alferes, e, em 1837, passava a pertencer ao corpo de engenheria. A sua vida militar e politica foi sempre activa e muito honrosa. Teve o encargo de importantes commissões, como engenheiro, em que sempre se houve com a maior intelligencia e seriedade. Foi deputado ás côrtes, pela primeira vez, em 1861; ministro em 1864 e 1865, encarregando-se da pasta das obras publicas e como interino da da marinha, no ministerio do duque de Loulé; em 1879 ministro da guerra, no ministerio de Anselmo Braamcamp. Em 1890 foi o encarregado de arranjar ministerio, na situação difficil em que o paiz se encontrava, depois do celebre *ultimatum* de 11 de janeiro que occasionou a queda do governo regenerador, sem haver quem quizesse ou pudesse formar novo gabinete. N'estas circumstancias especialmente criticas o distincto homem de estado, leal amigo do seu rei e do seu paiz, não duvidou em tomar o espinhoso cargo de presidir a um ministerio sem feição partidaria, mas que não poude resistir á opposição que se lhe levantou, e ás difficuldades enormes com que teve de luctar. N'esse gabinete, tomou para si a pasta da guerra. João Chrysostomo d'Abreu e Sousa mostrou-se então um estadista habilissimo, conseguindo socegar os animos deveras exaltados. Abreu e Souza era general de divisão, desde 1865, par do reino, membro effectivo do conselho de estado e ajudante de campo honorario d'el-rei, presidente da commissão superior de guerra, e vogal effectivo da junta consultiva d'obras publicas e minas; era condecorado com a gran-cruz da Torre e Espada e d'Aviz, commendador das Ordens de Christo e d'Aviz; tambem fôra agraciado com as commendas d'algumas ordens estrangeiras. Falleceu em 7 de janeiro de 1895.

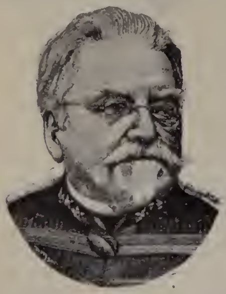

João Chrysostomo de Abreu e Sousa

Abreus. Dois casaes, um na freg. de Saphira, outro na freg. de S. Christovam, ambos no conc. de Montemór-o-Novo.

Abricro. Villa da prov. de Traz-os-Montes, arceb. de Braga, com. de Villa Real.

Abrigada *(José Maria Camillo de Mendonça, visconde de)*. Proprietario abastado e negociante de grosso tracto da praça de Lisboa. N. em 31 d'outubro de 1815, f. em 19 de julho de 1885; casou em 1849, com D. Maria Leonor Ernestina Coutinho Seabra Saldanha Dann e Mendonça, filha do 2.º visconde da Bahia. Era commendador da Ordem de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa, fidalgo cavalleiro da Casa Real, e vice-consul da Belgica em Lisboa. O titulo de visconde foi-lhe concedido, em sua vida, por decreto de 17, e carta de 29 de janeiro de 1870. Tem por brazão: Um escudo partido em pala; na primeira as armas dos Mendonças, escudo franchado e na parte alta e baixa, em campo verde, uma banda vermelha coticada de ouro; no segundo, e seu contrario, em campo de ouro um S negro; na segunda pala, as armas dos Cunhas, em campo de ouro nove cunhas de azul postas em tres palas. Timbre, uma aza de ouro carregada com um S negro e por differença uma brica azul com um bezante de prata. Este brazão foi concedido por alvará de 14 de fevereiro de 1868.

Brazão do Visconde d'Abrigada

Abrigada. Freg. da prov. da Extremadura, conc. e com. d'Alemquer, distr. e patriarc. de Lisboa, orago de N. S.ª da Graça. Tem excellentes quintas, sendo as mais notaveis as da *Abrigada* e do *Casal do Alamo*, de F. Raphael Gorjão; *Casal d'Atouguia*, do conde dos Arcos; *Casal do Marques*, de A. P. d'Araujo; *Casal dos Moços* (dos Marcos) de Antonio Joaquim; *Casal do Viegas e do Bairro*, de Ascencio de Sequeira Freire; *Ex-Couto*, do visconde d'Abrigada; *das Marés*, de D. Joaquim da Silva. A egreja matriz é de proporções acanhadas e construcção moderna. Ficando muito arruinada pelo terremoto de 1755 foi restaurada em 1768. Na fachada está gravada esta data. Em frente da egreja ha um largo, no centro do qual se levantou em 1862 um cruzeiro elegante, de pedra polida. No largo vêem-se muitas casas modernas, onde se recolhem os festeiros da antiga romaria de N. S. da Ameixoeira, que se realisa nos mezes de agosto e setembro. Ao lado da sacristia existe uma campa onde se vê quasi totalmente apagado pelo tempo, o brazão d'armas dos Araujos, da Abrigada ou de Alemquer, e por isso se julga ser o tumulo d'aquella familia, cujo morgado foi instituido por Gonçalo Vaz d'Araujo, que morreu pelos annos de 1620: o brazão era em campo de prata, uma aspa azul carregada com cinco bezantes d'ouro;

elmo de aço, coberto; e por timbre o tronco d'um corpo humano, com braços e cabeça vestidos de azul, tendo esta coberta com um capello de ouro. Em 1856 construiu-se proximo da egreja um cemiterio murado e fechado por uma porta de ferro. Entre outros jazigos notam-se os do visconde d'Abrigada, e de Domingos José da Silveira Dias. Abrigada tem escola, serviço postal, telegraphico e de encommendas postaes, permutando malas a R. A. N. conta 1749 alm. 382 fog. A pov. dista 10 k. da séde do conc. Tem boa exportação de vinho, especialmente para o Brazil; tambem se exporta algum gado. Existe em Abrigada uma grande fabrica de tubagem de grés ceramico, onde se fabricam manilhas e todos os artigos destinados á canalisação de exgotos, e alguns productos refractarios de tijollo e telha; emprega 50 operarios, todos do sexo masculino. E' uma terra das mais florescentes do concelho; principiou pobrissima e conhecida pelo nome do seu logar mais importante: *Athouguia das Cabras*. Tem 5 povoados: Abrigada, Atouguia, Bairro, Cabanas do Chão, e Estribeiro, antigamente *Destrabeiro*. No Bairro ha a *fonte do juiz*, que no inverno está secca. A pov. chamava-se antigamente *Amieiro;* desde o principio do seculo XVI chamou-se *Brigada* e a corrupção do vocabulo deu-lhe o nome de *Abrigada*.

Abrigada (*Quinta da*). Está situada no logar d'este nome; tambem tinha a denominação de *Amieiro*, assim como a freguezia. No começo do seculo XVI pertencia a Fernão Balones, que a vendeu depois a Fernando Alves Cabral, que mais tarde a passou a Gonçalo Vaz, que a accrescentou e melhorou. Seu filho, Gonçalo Vaz d'Araujo, instituiu-a em morgado, com a condição de ser fundada uma capella e casa para pousada dos passageiros pobres. A capella foi dedicada a S. Roque, cuja imagem veiu do Monte Santo, nas faldas do Monte Junto. Em 1811 foi saqueada pelos francezes. Depois de restaurada, teve outra invocação. O terreno é fertilissimo, a vegetação magnifica. Ha ali um pouco de *argilla refractaria*, que já duas emprezas tentaram aproveitar, um bello largo com tanque, abundantissimo de agua potavel. As casas dos proprietarios são vastas e elegantes.

Abrigueiros. Quinta da freg. de Sobral da Abelheira, conc. de Mafra.

Abrilada. Nome por que ficou conhecida a revolta de 30 de Abril de 1824, promovida pelo infante D. Miguel contra seu pae, D. João VI. Os principaes agentes da contra revolução de 1823, conhecida por *Villafrancada*, tinham sido D. Miguel e sua mãe, D. Carlota Joaquina. D. João VI adherira a este movimento. D'aqui se derivou a preponderancia do infante no partido absolutista, que promovera e pozera em acção na *Villafrancada*. No fim do anno de 1823, descobriu a policia a conspiração planeada por D. Carlota Joaquina e seu filho D. Miguel, que fôra nomeado generalissimo do exercito. Esta conspiração tinha por fim forçar D. João VI a abdicar, mas por ter sido descoberta ficou malograda. A excessiva tolerancia para com os liberaes e a promessa d'uma constituição serviam de fundamento aos queixumes e protestos dos partidarios da rainha contra o rei. Os ultra-realistas descarregavam especialmente os seus golpes contra o marquez de Palmella e o conde de Subserra, ministros de D. João VI, que representavam mais pronunciadamente essas tendencias. Em 29 de fevereiro de 1824, o mysterioso assassinato do marquez de Loulé em Salvaterra, imputado a D. Miguel veiu indicar que o interesse do partido do infante era fazer desapparecer os homens deveras dedicados ao rei. Dois mezes depois, em 30 d'abril, D. Miguel, á sua voz de generalissimo, reuniu as tropas, e mandou prender os ministros e outras personagens importantes, conservando o rei incommunicavel no paço da Bemposta, distribuindo publicações ao povo, em que dizia ter-se descoberto uma conspiração, que os maçons pretendiam assassinar el-rei, e elle se propunha a defendel-o e a salvar-lhe a vida. A idéa, porém, continuava sendo sempre a abdicação. O corpo diplomatico, presidido pelo ministro de França, Hyde de Neuville, entrou á força na Bemposta, obrigando as sentinellas, que tinham ordem de não deixarem entrar pessoa alguma, a franquearem-lhe a entrada, e protestou contra a violação da auctoridade real. Esta attitude dos representantes das côrtes extrangeiras, obrigou a rainha e o infante a serem mais moderados. No entretanto, D. João VI, por conselho dos embaixadores de França e da Inglaterra, retirou-se para bordo da nau ingleza *Windsor-Castle*, a 9 de maio, simulando um passeio a Caxias, para não despertar suspeitas. Depois de estar a bordo, mandou chamar o infante, demittiu-o do posto de generalissimo, reprehendeu-o asperamente, e exilou-o para o extrangeiro. Cinco dias depois, a 14 de maio, o rei voltou para terra, restabeleceu o ministerio, mostrando-se, porém, demasiadamente benigno para com os revoltosos da Abrilada. A rainha continuava sempre conspirando, até que, sendo descoberta no dia 26 d'outubro do mesmo anno, uma nova conspiração por ella dirigida, houve ordens severas para a encerrarem no palacio de Queluz.

Abrilongo. Pequeno rio no termo da villa d'Ouguella. Mette-se no *Xevora* (ou Cevora), proximo e em frente da dita villa; districto de Portalegre.

Abris. Pov. na freg. e conc. d'Aljezur, distr. de Faro.

Abroca. Quinta da freg, de Valladares, conc. de Trancoso.

Abroens. Aldeia na prov. de Entre Douro e Minho, arcebisp. de Braga, com. de Guimarães, freg. de S. Jorge da Varzea.

Abroens d'Allen. Aldeia na prov. de Entre Douro e Minho, arcebisp. de Braga, com. de Guimarães, freg. de S. Jorge da Varzea.

Abrolhanas. Aldeia na prov. da Extremadura, patriar. de Lisboa, com. de Santarem, freg. de N. S.ª da Conceição de Rio Maior.

Abrolho. Logar da freg. de Vermoil, conc. de Pombal. ‖ Pov. na freg. de Serro Ventoso, conc. de Porto de Moz.

Abrotica. Pov. na freg. de Cardosas, conc. de Arruda dos Vinhos.

Abrunhal. Pov. na freg. de Fermedo, conc. de Arouca.

Abrunheira. Pequena serra, ramificação da de Cintra. ‖ Logar na freg. de S. Clemente de Basto, conc. de Celorico de Basto. ‖ Logar da freg. de S. Martinho de Cortiça, conc. de Arganil. ‖ Logar da freg. de Assafarge, conc. de Coimbra. ‖ Logar da freg. de Revelles, conc. de Mon-

temór-o-Velho (tem caixa postal). || Logar da freg. de Verride, do mesmo conc. || Logar da freg. d'Agnda, conc. de Figueiró. || Logar da freg. e conc. de Cintra. || Logar da freg. de Alcainça, conc. de Mafra. || Logar da freg. de Ramalhal, conc. de Torres Vedras. || Casal da freg. de S. Martinho do Bispo, conc. de Coimbra. || Courella da freg. de Montemór-o-Novo. || Sitio da freg. da Ribeira de Niza, conc. de Portalegre. || Logar da freg. e conc. d'Oliveira do Bairro, chamado tambem Brunheira. || Pov. da freg. de Penaferrim.

Abrunheiro. Aldeia na prov. entre Douro e Minho, arceb. de Braga, freg. de S. Miguel de Villa Cova.

Abrunheiro Grande. Aldeia da prov. da Extremadura, bisp. da Guarda, conc. de Thomar, termo da Villa do Rei. Tem treze visinhos e pertence á freg. de Santa Margarida da Fundada no logar da Silveira.

Abrunheiros. Pov. na freg. de Fregim, conc. de Amarante.

Abrunheta. Logar na freg. de Souto, conc. d'Abrantes, chamado tambem Brunheta.

Abrunhosa. Pov. da freg. de Villa Boa, conc. de Satam || freg. do conc. e com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu, 1100 alm. tem escola.

Abrunhosa do Ladario. freg. de Santa Maria. E' uma pequena villa da prov. da Beira Alta, conc. de Satam, com., distr. e bisp. de Vizeu. Dist. 24 k. de Vizeu. 150 fog., 600 alm. Foi conc. com camara, juiz ordinario. Era da corôa.

Abrunhosa do Matto. Pov. da freg. de S. Thomé da Cunha Baixa, conc. de Mangualde. Tem caixa postal. 300 almas.

Abrunhosa-a-Velha. Pov. da prov. da Beira Alta, freg. de Santa Cecilia, conc. e com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu; 1125 alm. 260 fog., dist. a pov. 14 k. da séde do conc. Tem escola do sexo masculino, serviço postal, permutando malas com a R. A. B. A. Foi antigamente com. de Vizeu. Quando os Paes, de Mangualde, fôram feitos donatarios d'esta pov. e de Villa Mendo, no seculo XVIII, Abrunhosa-a-Velha foi elevada a villa; estas duas povoações ficaram formando então um concelho, com juiz ordinario, camara, os necessarios escrivães e officiaes de diligencias. No judicial serviam alternativamente os tres do judicial e notas, de Tavares, mas effectivamente o dos orphãos. A superintendencia das decimas estava no juizo de fóra de Mangualde e Tavares, e estendia-se a mais dois concelhos pequenos, extinctos ha muitos annos. Um d'estes concelhos extinctos pertencia á ouvidoria de Linhares, outro á de Penalva do Castello. Sendo elevada a villa, Abrunhosa ficou chamando-se *Villa Nova de Abrunhosa Velha;* mais tarde, tornou a ter outra vez o nome antigo, que conserva ainda hoje. Esta villa tem um lindo sanctuario de Nossa Senhora.

Abrutes. Aldeia na prov. de Entre Douro e Minho, arceb. de Braga, com. de Valença, distr. de Vianna do Castello, termo da villa de Caminha, freg. de Santa Maria de Arga.

Abul. Herd. da freg. de S. João Baptista de Palma, conc. de Alcacer do Sal. Tambem se chama Abula.

Abul. Appellido de familia nobre de Portugal, que, segundo uns, procede de Abulhacem (Abu-el-Hassan) rei de Marrocos, vencido na batalha do Salado; segundo outros, e com mais fundamento, da villa de Abiul, perto de Pombal. As suas armas são partidas em pala; na primeira em campo de oiro meia aguia negra armada de sanguinho, na segunda em campo azul uma faxa vermelha cotieada de ouro e tres crescentes de prata postos em roquete, dois no campo alto e um na faxa: timbre, um crescente do escudo entre duas azas pretas. Esta familia, ha mais de dois seculos que se retirou para os Açôres, e tem hoje poucos descendentes legitimos.

Abul-Mozfor. Rajah em poder de quem estava a cidade de Gôa quando, em 1498, Vasco da Gama aportou á ilha de Angediva. Succedeu-lhe seu filho *Ismael Adil-Xá,* a quem Albuquerque tomou aquella cidade, em 25 de novembro de 1510, depois de grande resistencia.

Abutua. Paiz do interior da Africa Oriental, a éste do rio Zambeze, na parte proxima ás Cachoeiras de Cansala. A serra *Fura,* ou *Afura,* visitada com frequencia noutros tempos pelos portuguezes por causa do trafico do ouro, está comprehendida nos limites d'este paiz. Alguns escriptores portuguezes querem que esta serra seja a *Ophir* d'onde Salomão mandava extrahir o ouro para o templo.

Abutureira. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro, bisp. do Algarve.

Abuxarda. Pov. da freg. de S. Vicente d'Alcabideche, conc. de Cascaes.

Açacal. Nome dado antigamente aos aguadeiros, como se vê d'um capitulo das côrtes d'Evora, em 1408, onde se queixaram os povos a el-rei de que muitos mancebos pobres *e necessarios para lavrar, e servir, compravão hum asno, e huma grade e quatro cantaros e se mettem por açaquaes;* não devendo servir nisto senão velhos de 80 annos. Ao que o rei mandou que os mancebos lavrem *e não sejam açaquaes se noa homeens de 16 annos a fundo, e velhos de 50 annos para cima.*

Acacia da Paixão *(Soror).* Freira franciscana, celebre pelo seu ascetismo. Era natural de Lisboa, esteve no convento da Esperança, e depois foi para o convento d'Alemquer, como porteira. Consta que esta freira praticava em excesso toda a qualidade de macerações e penitencias, amanhecendo muitas vezes alagada em sangue por se ter ferido de noite com uma bola de ferro erriçada de agudas pontas; mal dormia encostada á cama, quasi nada comia, e passava horas consecutivas com os braços em cruz. Morreu no dia 24 d'agosto de 1578.

Academia. Semanario de litteratura, publicado em Coimbra, de 1866 a 1867; sahiram só 12 numeros. Collaboraram n'elle os academicos Emydio Navarro, João de Deus, Manuel Emydio Garcia, João Penha, Lopo Vaz de Sampaio, José Joaquim Lopes Praça, José Simões Dias, Theophilo Braga e outros.

Academia. *Celebrada pelos religiosos da Ordem Terceira de S. Francisco do convento de N. S.ª de Jesus de Lisboa no dia da solemne inauguração da estatua equestre d'el-rei D. José I, Nosso Senhor.* Contendo ao todo 176 pag. sob varias numerações parciaes, e com uma estampa allegorica da invenção e buril do habil professor Joaquim Carneiro da Silva. A collecção consta de varias composições, em prosa e em verso, escriptas em francez, inglez, portuguez, grego, arabigo e hebraico, tudo com as competentes versões em lin-

guagem materna. A dedicatoria a el-rei D. José é da penna de D. Fr. Manuel do Cenaculo.

Academia de Amadores de Musica. Tendo em 1881 o illustre musico Filippe Duarte constituido em Lisboa a orchestra do *Club Guilherme Cossoul*, onde começou a exercitar-se no mister de regente, em que tão habil se tornou, resolveu a maioria dos socios d'aquelle club, que se não interessavam exclusivamente pela musica, e a orchestra constituirem-se em nova academia. Fôram iniciadores e principaes promotores da sociedade projectada os drs. Esteves Lisboa e D'Korth, D. Fernando de Sousa Coutinho, visconde de Athouguia, Augusto Gerschey, Adriano de Castro, Agostinho Franco, e outros distinctos amadores; os quaes, reunidos em casa do dr. D'Korth, a 17 de janeiro de 1884, decidiram formar a *Real Academia de Amadores de Musica.* Dentro do mesmo mez de janeiro se fizeram, discutiram e fôram approvados, os estatutos, desempenhando desde a primeira sessão o cargo de presidente da assemblea geral o devotadissimo amador sr. duque de Loulé. Não tardou a academia em se salientar. A 6 de junho de 1884 realisou ella no antigo circo dos Recreios o famoso concerto em que se ouviu a cantata *Patrie,* primeira grande composição do distincto maestro Alfredo Keil. Abriram-se aulas, entre ellas uma de aperfeiçoamento de piano, regida a principio pelo professor José Antonio Vieira e mais tarde por Alexandre Rey Colaço. Em 1887 veiu Victor Hussla, contractado para dirigir a orchestra e a aula de violino, e d'este professor se originou uma optima escola de violino, cujos numerosos discipulos opulentam os annaes da distincta academia. Pelo fallecimento de Hussla veiu D. Andrés Goñi, que continua com egual brilho as já gloriosas tradições d'esta escola. Em 1893 receberam as outras aulas da academia uma remodelação, com o que tomaram novo incremento, elevando-se então extraordinariamente o numero de alumnos. Entraram para professores: Ernesto Vieira, que dirigia as aulas de rudimentos, harmonia e flauta, Eugenio Costa, que dirige o curso geral de piano; entrando mais tarde para o ensino superior d'este instrumento Ernani Braga, todos bem cotados no nosso meio artistico e fóra d'elle. Dos antigos professores conserva-se ainda á testa da aula de violoncello o conceituado artista Cunha e Silva. Numerosos alumnos teem cursado estas aulas com egual honra para si e para a academia, que considera como a filhos dilectos os que n'ella receberam as primeiras noções de musica. Duas alumnas cegas teem brilhantemente seguido os cursos de rudimentos e piano, fazendo os seus exames como se fôssem videntes, estudando por um systema graphico inventado pelo professor Vieira, baseado no alphabeto Mascaró. Tem sempre a academia sido objecto das mais captivantes attenções dos monarchas portuguezes e de outros desvelados protectores. Entre os socios mais dedicados á academia não podemos deixar de indicar o sr. Domingos de Oliveira Gaia, incansavel secretario e superintendente das aulas. Em 1902 completou a academia dezoito annos e effectuou com a maior solemnidade o 100.º concerto, que tem offerecido aos seus socios. Tão imponente festa realisou-se na sala *Portugal* da Sociedade de Geographia, assistindo Suas Magestades e mais de tres mil pessoas, que testemunharam unanime admiração pelos trabalhos da academia. Commemorando o seu centesimo concerto (1884 a 1902) publicou a *Real Academia dos Amadores de Musica* um volume, contendo numerosas e interessantes indicações, d'entre as quaes extrahimos as que acima ficam. Foi por carta régia de 14 de agosto de 1884 que se concedeu á academia o titulo de *Real.*

Academia dos Anonymos. Sociedade de poetas, fundada em Lisboa, nos principios do seculo XVIII, por D. Manuel Telles da Silva, 6.º conde de Villar Mayor, 2.º marquez de Penalva. Os seus trabalhos fôram publicados n'um livro, intitulado: *Regressos academicos dos anonymos de Lisboa.* Esta Academia chamava-se dos anonymos, porque os socios não deviam assignar as suas composições. Entre os socios houve alguns notaveis, como o cego José de Sousa, que por differentes vezes foi presidente. José de Sousa tinha uma memoria prodigiosa. Os seus versos trazem a assignatura de *Theologo Eterno.*

Academia dos Applicados. Fundada tambem no seculo XVIII. As conferencias eram de ordinario na cella de fr. Manuel do Cenaculo, mais tarde bispo de Beja. Em 1724 e 1734 houve grandes certamens, celebrando-se o primeiro na casa do claustro do convento da Graça, solemnisando a Eucharistia, e o segundo, em que se fez o panegyrico do padre Raphael Bluteau, um dos socios mais importantes.

Academia Bracarense. Foi fundada em 1561 por D. fr. Bartholomeu dos Martyres, que escolheu para seus professores os padres da Companhia de Jesus.

Academia Cirurgica Prototypo Lusitanica Portuense. Foi fundada no Porto em 1746. O fim principal era a discussão dos methodos para o tratamento das doenças. O illustre cirurgião Manuel Gomes de Lima é que influiu muito para a organisação d'esta academia. Os socios juravam defender a Conceição da Virgem. Havia socios de numero, de exercicio e de honor. Celebravam todos os annos duas sessões solemnes. Nas sessões ordinarias admittiam-se doentes pobres, que se tratavam gratuitamente. O pessoal da academia compunha-se de dois directores, dois censores, um secretario, um thesoureiro e um procurador. Teve curta duração.

Academia das Conferencias Discretas. Segunda denominação que recebeu a Academia dos Generosos. V. *Academia dos Generosos.*

Academia Dramatica. Associação formada por estudantes da universidade de Coimbra, em 1837, com o fim de dirigir os trabalhos do *Theatro Academico.* Por desintelligencias entre os associados dissolveu-se, fundando-se então outra com o titulo: *Nova Academia Dramatica.*

Academia Ecclesiastica. Foi fundada em Beja, em 1793, pelo bispo d'essa diocese, D. Fr. Manuel do Cenaculo. Resolvia questões sobre assumptos religiosos. A morte do fundador deu fim a esta academia.

Academia de Estudos Livres. Sociedade de instrucção fundada em Lisboa no anno de 1889. Fôram seus iniciadores dois homens tão modestos quão intelligentes, Bartholomeu Rodrigues, empregado da camara municipal da mesma cidade, e Miguel Seixas, empregado no commercio. Estabeleceu-se esta prestimosa instituição na rua do Arco do Bandeira, passando, tempo

depois, por concessão do governo, para o palacio do conde de Sobral, ao Calhariz, onde hoje está estabelecida a Caixa Geral dos Depositos. O palacio fôra quasi totalmente destruido por um pavoroso incendio, e só á custa de enormes sacrificios poude a academia preparar e resguardar convenientemente algumas salas, onde se realisaram diversos cursos de linguas, sciencias e artes, dirigidos por notaveis professores, taes como Salomão Saragga, Joséph Benoliel, Adolpho Coelho, etc. Conferencias notabilissimas ali se effectuaram, podendo citar-se entre outras as do visconde de Ougnella, Cincinato da Costa, Sertorio Monte Pereira, dr. Bernardino Machado, etc. Por esse tempo, um grupo de distinctos medicos, sahidos havia pouco dos bancos da escola, iniciaram na academia cursos de biologia, historia natural, anthropologia, phisio-psychologia e sociologia. Eram elles o eminente bacteriologista dr. Camara Pestana, que mais tarde falleceu em tão tragicas circumstancias, dr. Schindler, dr. Silva Telles, dr. José de Magalhães e dr. Reis Santos. Seguiram-se então algumas excursões scientificas notaveis, promovidas pela academia, como as que se effectuaram aos arredores de Lisboa, dirigidas pelo distincto geologo francez mr. Paul Choffat e pelo sabio archeologo portuguez dr. Leite de Vasconcellos. Tempo depois a Academia de Estudos Livres passou para o predio da rua Serpa Pinto, contiguo ao Real Theatro de S. Carlos, de que hoje é dependencia, e ainda por concessão do governo, a quem pertencia a propriedade. Ali ficou alguns annos, até que, por ordem do ministro do reino, n'essa epoca, foi exigida a casa em represalia das conferencias criticas sobre as modernas leis da instrucção secundaria, realisadas ali pelo conhecido pedagogo sr. José Augusto Coelho. Faltando-lhe este recurso esmoreceu então a academia na sua generosa lucta. Em 1897 alguns dos antigos socios reuniram-se para reencetar os trabalhos da collectividade. A sua iniciativa foi recebida com o maior enthusiasmo e nova vida começou para a associação. Abriram-se cursos de linguas, de contabilidade, etc.; realisaram-se as nossas mais interessantes excursões artisticas dos tempos modernos, taes como ao celebre convento da Batalha, aos monumentos de Thomar, Jeronymos e torre de Belem, dirigidas pelo architecto sr. Adães Bermudes. Celebrando o centenario do descobrimento do caminho maritimo da India, promoveu a academia as conferencias dos srs. Almeida d'Eça e Lopes de Mendonça, as quaes fôram publicadas. Ultimamente o facto culminante foi a erudita conferencia do sr. dr. Theophilo Braga, sobre Augusto Comte, celebrada a 24 de março de 1902, dia escolhido para a inauguração do monumento erigido em Paris ao eminente philosopho francez. Desde o seu inicio, tem sido a Academia de Estudos Livres presidida pelo illustre lente da Universidade de Coimbra sr. dr. Bernardino Machado.

Academia Fenians. Fundada em Lisboa no anno de 1865 pelo conhecido professor de dança Justino Dias Lima Soares, que lhe deu o titulo da sua primeira composição choreographica, *Os Fenians*, uma linda quadrilha composta em 1861 e que em 1869 se começou a dançar em Paris. N'esta academia teem recebido o ensino da dança até agora cerca de vinte e seis mil pessoas. V. *Justino Soares*.

Academia dos Generosos. Foi a principal das academias particulares que existiram em Lisboa, nos seculos XVII e XVIII. Foi fundada em 1649 por D. Antonio Alvares da Cunha. O seu fim era a interpretação e explicação dos escriptores antigos; depois, quando se denominou *Academia das Conferencias Discretas*, discutia questões historicas e scientificas. Atravessou 4 epocas; a primeira foi uma tentativa de D. Antonio Alvares da Cunha, de 1647 a 1667; a segunda foi reconstituida por D. Luiz Alvares da Cunha, filho do fundador, 1685 a 1692; a terceira tentativa deveu-se ao conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes, chamando-se então *Academia das Conferencias Discretas*, 1696 a 1716; a quarta tentativa ainda foi promovida por diligencias do mesmo conde da Ericeira, em 1717, terminando pouco depois, trocando o nome para o de *Academia Portugueza*. Fôram socios os homens notaveis d'aquella epoca em Portugal, entre os quaes se contavam os condes de Villar Mayor, d'Assêca, marquez d'Alegrete, D. Francisco Manuel de Mello, Francisco Leitão Ferreira, Padre Raphael Bluteau, etc. que passaram depois para a *Academia Real de Historia*, fundada por D. João V. Na livraria dos srs. condes de Tarouca guardam-se as conferencias d'esta academia, constituindo uma preciosa collecção em que se encontram muitas poesias e outras producções notaveis.

Academia dos Humildes e Ignorantes. *Dialogo entre um Theologo, um Philosopho, um Ermitão e um Soldado no sitio de N. S.ª da Consolação. Obra utilissima para todas as pessoas ecclesiasticas e seculares que não teem livrarias suas, nem tempo para se aproveitarem das publicas...* tomo I 1759-1760. Esta obra começou a publicar-se periodicamente em folhetos de 8 pag., de que o primeiro sahiu em setembro de 1758. Continuou nos annos seguintes, e cada 52 numeros ou conferencias fórmam um volume. A obra completa vem, portanto, a compôr-se de 8 volumes e um *Indice das cousas mais notaveis de que tratam os 6 tomos da Academia*, etc. Lisboa, 1764. Esta obra é pouco estimada, segundo diz Innocencio.

Academia dos Illustrados. Academia particular, fundada em Lisboa no seculo XVIII.

Academia dos Insignes. Academia particular, fundada em Lisboa nos principios do seculo XVIII.

Academia Instantanea. Fundada no Porto nos fins do seculo XVII pelo bispo D. Fernando Correia de Lacerda. Chamava-se *Instantanea*, pela obrigação que os socios tinham de discorrer de improviso sobre as questões que lhe eram propostas. Esta academia teve pouca duração.

Academia Instrucção Popular. Tendo sido extinctos em 1892 os clubs politicos dos partidos avançados, existentes em Lisboa, lembraram-se alguns socios d'um d'esses clubs de fundar esta academia de instrucção; a qual, apesar das vicissitudes por que tem passado, é sem duvida uma instituição muito sympathica. Actualmente sustenta uma aula diurna para meninas e outra nocturna para individuos do sexo masculino, especialmente adultos, sendo ambas extremamente concorridas e prestando valiosos serviços ao populoso bairro de Alfama, onde está estabelecida.

Academia dos jogos. Obra em 5 volumes,

publicada na *Impressão régia*, em 1806. Trata dos seguintes jogos: Tomo I: Arrenegada, Zanga, Quinto, Medeator, Espenifre, Lasca, Banca. Tomo II: Whist, Boston, Sueco, Manilha, Trempe, Tres setes, Bisca, Brelan, Piquete, Pilha. Tomo III: Revesinho, Brisean, Commercio, Trunfo, Loteria, Gurimbarda, Imperial, Pamfilio, Mosca, Gringuetta, Ambiguo, Hoc, Ronda, Gilleta, Tontina, Treze, Sizetta, Emprestimo, Quatro reis, Chincalhão, Tanque, Douradinha, Marimbo, Poque, Quinze, Trinta e um, Bella, Fluxo, Trinta e quarenta, Casino, Estenderete, Papillon, Simão, Quinto, Pacáo, Vinte e um. Tomo IV: Gamão, Tabolas reaes, Descarredas, Passo de Roma, Dados de parar, Krabs, Quinque nove, Gagáo, Sete e oito, Coelhinho, Passa dez, Bilhar, Taco e Caché, Bola. Tomo V: Damas, Xadrez, Dominó.

Academia Latina e Portugueza. Academia particular fundada em Lisboa em 1735. E' apenas conhecida por uma sessão funebre que celebrou em memoria do padre D. Manuel Caetano de Souza, cujo retrato estava pendente na sala das sessões.

Academia dos Laureados. Fundada em Santarem em 1721. Tinha mestre, secretario e censôr, e fôram socios os homens mais eruditos da localidade. O fim d'esta academia era a discussão sobre assumptos litterarios, que os academicos tratavam em prosa ou em verso nas suas sessões.

Academia Liturgica Pontificia. Foi fundada por Benedicto XIV, no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, em 1747. A intenção do fundador era propagar e facilitar o ensino dos sagrados ritos e da historia ecclesiastica. O director era o bispo de Coimbra D. Miguel da Annunciação, sob a inspecção suprema do referido Benedicto XIV, e conservou relações intimas com a *Academia dos Sagrados Ritos e Historia ecclesiastica*, estabelecida no Quirinal por este pontifice. D. Miguel d'Annunciação dotou-a com uns estatutos muito desenvolvidos, que se publicaram em 1758. Benedicto XIV offereceu-lhe o seu busto em marmore, o manuscripto da sua obra: *Synodo Diocesano*, a escrevaninha de ouro que servira no Concilio de Trento e uma collecção das suas obras, impressas em 12 volumes, em cujo frontispicio se lia: *Ad usum Academiæ Liturgiæ Conimbricensis*. Teve typographia propria, onde se imprimiam annualmente os seus trabalhos. Esta academia foi extincta em 1767, pelo marquez de Pombal, em consequencia da sua inimisade com o bispo D. Miguel d'Annunciação.

Academia de Manejo e arte de andar a cavallo. Foi estabelecida no Real Collegio dos Nobres de Lisboa em 1789. O professor tinha 24$000 réis de ordenado; os cavallos eram fornecidos pelas reaes cavallariças.

Academia Marianna. Fundada por D. Fr. Manuel do Cenaculo, em agosto de 1756, sob a invocação da Virgem Maria. Tinha por fim render homenagem á Virgem.

Academia Medico-portopolitana. Foi creada no Porto por diligencias de Manuel Gomes de Lima, sob a protecção do arcebispo de Braga, o principe D. José, filho natural de D. João V. Tinha por fim a medicina experimental. Era constituida por 6 circulos e 6 meios-circulos, abrangendo Portugal e Hespanha, e as colonias dos dois paizes. Os academicos, homens capazes de discutir medicina, estavam divididos em 4 classes: *Collectores*, medicos celebres dos dois paizes; *Eruditos*, homens que professavam qualquer sciencia relacionada com a medicina; *Experimentaes*, medicos, anatomicos e pharmaceuticos de reconhecido merito; *Illustres*, pessoas nobres dos dois paizes, escolhidas pelo arcebispo D. José. A séde da academia era no Porto, onde havia um presidente, um secretario, um fiscal, dois collectores para coordenar as memorias enviadas á academia, traduzir as que viessem em lingua extrangeira, etc. e um *socio de universal erudição*, sempre um theologo, para rever as obras, afim de que não escapasse alguma doutrina heterodoxa.

Academia Militar da Ilha Terceira. Foi creada por decreto de 10 de novembro de 1810, para instrucção dos militares do batalhão que guarnecia o castello de S. João Baptista, em Angra. Até então esta academia era apenas uma aula de mathematica, fundada por decreto de 16 de setembro de 1797, para ser frequentada pela officialidade da ilha. Esta aula só veiu a abrir-se em 1805 e não deu resultado algum durante os cinco annos que existiu. O conde das Galveias, ministro do principe regente, foi quem dictou o decreto de 1810, segundo o qual estava dividido por 4 annos o curso das materias n'ella ensinadas. O conde de Funchal, ministro em Londres, foi o encarregado de arranjar os bustos, e o general Ayres Pinto de Sousa de arranjar casa no edificio do Terreiro Publico. A nova academia foi inaugurada com a maior solemnidade, em 4 de novembro de 1811. Este estabelecimento scientifico deu alguns discipulos distinctos, entre os quaes figuram o general Antonio Homem da Costa Noronha. Os acontecimentos politicos de 1828 vieram transtornar os trabalhos da academia, que em 1832 se extinguiu de todo.

Academia do Nú. Foi creada em Lisboa pelo pintor Cyrillo Wolckmar Machado, em 1780, para estudo do modelo vivo nas artes de pintura e esculptura. Era a segunda tentativa que n'esse sentido se fazia. A primeira fôra pensada no meado do mesmo seculo XVIII por Vieira Lusitano e André Gonçalves, que tiveram de desistir do seu intento perante a reacção popular, pois que o povo sabendo que os artistas se reuniam para copiar um homem nú, apedrejavam as janellas da casa, em que estavam, não os deixando trabalhar. Cyrillo Machado foi mais feliz na sua tentativa; depois de receber muitas respostas negativas e algumas até insolentes, conseguiu encontrar um homem que se prestou a servir de modelo. A academia deu principio aos seus trabalhos a 16 de maio de 1780, protegida por pessoas de elevada posição. Entretanto sobrevieram difficuldades e dissensões, que Cyrillo Machado só poude vencer, auxiliado pelos seus amigos. A 18 de setembro d'esse mesmo anno é que se realisou a reabertura da academia, começando então a funccionar definitivamente, apesar da opposição que lhe faziam. Eram directores de desenho Vieira Lusitano e Oliveira Bernardes. A *Academia do Nú* estava estabelecida, proximo a S. José, n'um palacio pertencente a Gregorio de Barros e Vasconcellos, que obsequiosamente o offerecera, e alli existiu até á morte do proprietario; mudou-se então para a rua dos Camillos, em 1785. Abriu-se n'esta ultima casa, no mez outubro d'este anno, debaixo da

direcção de Joaquim Manuel da Rocha, Joaquim Machado de Castro e Joaquim Carneiro. Quando o primeiro falleceu, foi eleito para o substituir Cyrillo Wolckmar Machado. Esta terceira e ultima tentativa pouco durou, acabando definitivamente a Academia em 1807. Nos fins do seculo XVIII, emquanto se preparava a casa da rua dos Camillos, haviam sido creadas algumas aulas do mesmo estudo em casa do intendente Pina Manique e na *Fabrica das Caixas em Mafra*. Até 1821, em que se fundou o *Atheneu*, por Sequeira, não houve aulas do *Nú* em Portugal. Actualmente existem diversas na *Academia de Bellas Artes* de Lisboa e na do Porto.

Academia do Nuncio. Tambem chamada dos *Sagrados Concilios.* Foi fundada em Lisboa, em 1715, pelo nuncio apostolico, monsenhor Firrão, que veiu a Portugal, enviado pelo papa, para entregar a D. João V umas faxas com que SS. presenteava o recem-nascido principe D. José. Depois de alcançar a benevolencia d'el-rei, que se mostrava muito inclinado a proteger as sciencias, as letras e as artes, fundou no seu palacio uma academia litteraria, de historia, de dogma e de canones. Convidou para fazer parte d'esta academia as pessoas principaes da côrte. Em cada sessão escolhiam-se á sorte 3 academicos e os assumptos que se haviam tratar. Deu apenas 6 sessões, porque a retirada do nuncio em 13 de novembro de 1716 para a Suissa, para onde fôra transferido, deu fim á academia.

Academia dos obsequiosos. Academia particular, fundada em Lisboa no principio do seculo XVIII. Não assignalou a sua existencia por qualquer acto de importancia.

Academia dos Occultos. Denominação por que tambem era conhecida a *Academia dos Anonymos*. As conferencias d'esta academia existem na riquissima livraria dos actuaes srs. condes de Tarouca.

Academia Polytechnica do Porto. Fundada em 1837 para substituir a *Academia Real de Marinha e Commercio da Cidade do Porto.* Tinha por fim o ensino das sciencias industriaes, e destinava-se a formar: 1.º engenheiros civis de todas as classes, taes como os engenheiros de minas, os engenheiros constructores e os engenheiros de pontes e estradas; 2.º os officiaes de marinha; 3.º os pilotos; 4.º os commerciantes; 5.º os agricultores; 6.º os directores de fabricas; 7.º em geral os artistas. Tinha 11 cadeiras: 1.ª Arithmetica, geometria elementar, trigonometria plana, e algebra, até ás equações do 2.º grau; 2.ª Continuação da algebra, sua applicação á geometria, calculo differencial e integral; principios de mechanica; 3.ª geometria descriptiva e suas applicações; 4.ª Desenho relativo aos differentes cursos; 5.ª Trigonometria espherica, principios de astronomia, de geodesia, navegação theorica e pratica; 6.ª Artilharia e tactica naval; 7.ª Historia natural dos tres reinos da natureza applicada ás artes e officios; 8.ª Physica e mechanica industriaes; 9.ª Chimica, artes chimicas e lavra de minas; 10.ª Botanica, agricultura, economia rural e veterinaria; 11.ª Commercio e economia industrial. Estas disciplinas formavam 3 secções: a secção de mathematica, constituida pelas cadeiras 1.ª, 2.ª, 3.ª, 5.ª e 6.ª; a de philosophia pelas 7.ª, 8.ª, 9.ª e 10.ª; e a de commercio formada pelas 4.ª e 11.ª. A 6.ª cadeira foi supprimida em 1842; e em 1857 foi creada outra de *economia politica e principios de direito administrativo e commercial*, e em 1883 outra para o estudo de *mineralogia, geologia, metallurgia e arte de minas*. Em 1885 foi reformado por completo este estabelecimento, por carta de lei de 21 de julho, ficando então com 17 cadeiras, além d'uma aula de desenho. Estas cadeiras são as seguintes: 1.ª Geometria analytica, algebra superior e trigonometria espherica; 2.ª Calculo differencial e integral; calculo das differenças e das variações; 3.ª Mechanica racional e cinematica; 4.ª Geometria descriptiva e projectiva, grapho-estatistica; 5.ª Astronomia, geodesia, e topographia; 6.ª Physica geral e industrial; 7.ª Chimica inorganica; 8.ª Chimica organica e analytica; 9.ª Mineralogia, paleontologia e geologia; 10.ª Botanica; 11.ª Zoologia; 12.ª Resistencia dos materiaes e estabilidade das construcções; 13.ª Hydraulica e machinas; 14.ª Construcções e vias de communicação; 15.ª Montanistica e docimasia; 16.ª Economia politica; 17.ª Commercio-Desenho. Os cursos por este decreto fôram os de engenheiros civis de obras publicas, que dura 5 annos; o curso d'engenheiros civis de minas, que dura 6 annos, e o curso de commercio que dura 3. Tem além d'estes, 4 cursos preparatorios: para a escola do exercito, que se faz em 4 annos, para a escola naval que se faz em 3, para as escolas medico-cirurgicas que comprehende as cadeiras 6.ª, 7.ª, 8.ª, 10.ª e 11.ª, e para o curso de pharmacia, que comprehende as cadeiras 7.ª, 9.ª e 10.ª.

Academia Portuense de Bellas Artes. Foi fundada no Porto, por decreto de 22 de novembro de 1836, durante o ministerio de Passos Manuel. O seu fim é promover o estudo das bellas artes, diffundir e applicar a sua pratica ás artes fabris. Tinha 5 aulas: a de desenho historico, pintura historica, esculptura, architectura civil e naval, e gravura historica. A academia era obrigada a celebrar de 3 em 3 annos uma exposição. Foi estabelecida no extincto convento de Santo Antonio, a S. Lazaro, onde ainda se conserva. Pela reforma feita por decreto de 22 de março de 1881 ficou com estatutos semelhantes á *Academia das Bellas Artes de Lisboa*. Data de 27 de novembro de 1779 a creação, no Porto, de uma aula publica de debuxo e desenho, que depois se converteu na actual academia.

Academia Portugueza em Roma. Foi instituição de el-rei D. João V, para os alumnos estudarem pintura e esculptura. N'este reinado as artes portuguezas tomaram desenvolvimento notavel. Depois da paz de Utrecht este soberano pensou sériamente em dotar Portugal com uma escola artistica, e, como faltassem bons professores, enviou a Roma alguns estudantes para se aperfeiçoarem nas artes do desenho, estabecendo então a Academia Portugueza n'aquella cidade. Entre os estudantes fôram Ignacio d'Oliveira Bernardes, Ignacio Xavier, e Domingos Nunes, pintores, e José d'Almeida, esculptor. Pelo mesmo tempo, ou pouco depois, tambem estavam em Roma, estudando, mas sem recebe-rem pensão d'el-rei, Vieira Lusitano, João P. Volkmar, Glama, e outros, que para alli tinham sido enviados pelas familias ou por pessoas que os protegiam. N'essa época era vulgar os artistas serem patrocinados pela principal nobreza do reino, que então animava muito as artes. A

academia estava estabelecida no palacio Cimarra, pertencente ao cardeal di Pietro, na via Pane e Perna, em cuja fachada Cyrillo diz ter visto em 1776 o escudo das armas portuguezas. No anno de 1760, havendo-se rompido as relações entre Portugal e a Santa Sé, os portuguezes fôram mandados sahir de Roma, por ordem do ministro Almada, depois visconde de Villa Nova de Souto d'El-Rei. Os nossos artistas, que estudavam alli, dispersaram-se por differentes logares, voltando alguns para Portugal. Restabelecida a boa harmonia entre D. José e a curia romana, os artistas portuguezes tornaram para Roma, a continuarem o ensino que não encontravam na patria; chegaram-se a juntar vinte; Alexandre de Sousa Holstein tentou resuscitar a Academia Portugueza, dirigida então por Labruzzi, artista, que segundo parece, não reunia os dotes precisos para tal encargo. Entre os discipulos contavam-se Domingos Antonio de Sequeira, pensionado pelo real bolsinho, e Vieira Portuense, cuja mezada era paga pela Companhia Geral do Alto Douro.

Academia Problematica de Guimarães. Fundada em 1721 por Thadeu Luiz Antonio Lopes de Carvalho da Fonseca Camões, donatario do couto de Negrello e Abdadim; tinha por fim a resolução de problemas historicos e scientificos.

Academia Problematica de Setubal. Fundada em 1721. Dava sessões no fim de cada mez, realisando-se a 1.ª em 30 de maio d'esse anno. Assim como a Academia Problematica de Guimarães, dedicava-se á resolução de problemas historicos e scientificos. Nas suas sessões recitavam-se poesias latinas e portuguezas.

Academia Real das Bellas Lettras ou Nova Arcadia. V. *Arcadia.*

Academia Real das Bellas Artes de Lisboa. Fundada por decreto de 25 d'outubro de 1836, em substituição das aulas que desde 1609 se tinham estabelecido em Lisboa para o estudo de Bellas Artes, por iniciativa da confraria de S. Lucas. Em 1862 é que recebeu o titulo de *Real.* Segundo os estatutos, que fôram elaborados por Fr. Francisco de S. Luiz, o cardeal Saraiva, o fim d'esta Academia era facilitar os progressos das Bellas Artes, vulgarisar a sua pratica e applical-as ás artes fabris. Na sua primitiva organisação, havia professores proprietarios e substitutos, academicos de merito, academicos honorarios e agregados. A reforma feita pelo bispo de Vizeu, em 1868, supprimiu os substitutos. Os estudos consistem em Desenho historico, pintura historica, pintura de paisagem, architectura civil, esculptura, gravura historica, gravura de paisagem, e gravura de cunhos e medalhas, estudo do antigo e do natural e ornamentos. A sua inauguração foi feita em fevereiro de 1837, sendo inspector geral Manuel da Silva Passos, vice-inspector o conde de Farrobo, director geral o dr. Francisco de Souza Loureiro, professores: Joaquim Raphael, Antonio Manuel da Fonseca, André Monteiro da Cruz, Francisco d'Assis Rodrigues, João Pires da Fonte, Domingos José da Silva, Benjamin Comte, Caetano Ayres d'Andrade, José Francisco Ferreira de Freitas, Constantino José dos Reis, e José da Costa Sequeira, que servia de secretario. A reforma de 1842, feita pelo decreto de 28 de novembro, supprimiu as aulas de gravura, de paisagem e de medalhas. O corpo docente é composto de 6 professores proprietarios e 6 substitutos. Em 1840 realisou-se a primeira exposição. Actualmente, ha quasi todos os annos exposição de magnificos trabalhos dos seus professores e discipulos, exposição que costuma ser sempre muito concorrida. Da bibliotheca da academia faz parte a livraria que o conselheiro Jorge Hudson da Camara lhe legou em 1866. As suas galerias possuem quadros de subido valor, entre os quaes sobresahem, no estylo gothico, as magnificas telas de Grão Vasco.

Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho. Fundada em Lisboa em 1790 e substituida em 1837 pela *Escola do Exercito.* As aulas eram no largo do Calhariz; tinha 4 cadeiras; 1.ª e 2.ª fortificação; 3.ª artilharia; 4.ª hydraulica e desenho. Tinha 5 lentes proprietarios e 4 substitutos. Foi como que a continuação das aulas de fortificação, creadas em Lisboa, em 1647, por D. João IV, e da *Academia Real de Marinha,* que succedeu a estas aulas. Em 1701, por decreto de 20 de julho, D. Pedro II creou aulas de fortificação tambem nas provincias, e em 24 de dezembro de 1732, reinando D. João V, determinou-se que os cursos d'estas aulas servissem de habilitação para a arma de engenharia. Por decreto de 5 d'agosto de 1779 supprimiu-se a aula de fortificação e ordenou-se que os engenheiros se habilitassem na *Academia Real de Marinha.* Como não desse bons resultados este expediente, deliberou-se a creação da Academia de Fortificação. Os lentes proprietarios recebiam 400$000 réis por anno, e os substitutos 200$000 réis. Os alumnos variavam entre 80 e 100.

Academia Real dos Guarda Marinhas. Foi fundada em Lisboa em 1796 e extincta por carta de lei de 23 d'abril de 1845, sendo substituida pela Escola Naval, que se creou em maio do mesmo anno. Só eram admittidos n'esta academia os estudantes que apresentassem provas de nobreza, assim como se exigia para os cadetes no exercito. O pessoal compunha-se de um commandante, um secretario, um cirurgião, 4 lentes proprietarios, 3 substitutos e 2 mestres.

Academia Real de Historia Portugueza. Foi fundada em Lisboa, por decreto de D. João V, de 8 de dezembro de 1720, sendo inspirada a fundação por D. Manuel Caetano de Souza. Estabeleceu-se n'uma das salas do palacio dos duques de Bragança. Os estatutos fôram confirmados por decreto de 4 de janeiro de 1721, e n'elles se ordenava que houvesse 50 academicos de numero, os quaes se encarregavam de escrever a Historia ecclesiastica, militar e civil do paiz. A divisa da *Academia Real de Historia Portugueza* era a phrase latina *Restituet omnia.* As publicações d'este instituto eram isentas de qualquer censura que não fôsse a dos seus 4 censores privativos. Em 1736, começou esta academia em decadencia, até que terminou de todo. Entre os seus socios contavam-se muitos homens notaveis: D. Manuel Caetano de Souza, os marquezes d'Abrantes, de Alegrete, de Fronteira, de Valença, o conde da Ericeira, D. Antonio Caetano de Souza, Manuel Telles da Silva, Diogo Barbosa Machado, Alexandre Ferreira, Francisco Leitão Ferreira, Jeronymo Contador Argote, Raphael Bluteau, Padre Antonio dos Reis, etc. Esta academia deixou uma collecção de 15 vol. (1721-

1736) de memorias e documentos, e muitas outras dos seus socios, entre as quaes a *Historia de Malta*, por Fr. Lucas de Santa Catharina; *Memorias de D. Sebastião*, por Diogo Barbosa Machado; *Historia dos Templarios*, por Alexandre Ferreira; *Historia chronologica da casa real*, por D. Antonio Caetano de Souza, as obras de Bluteau, etc.

Academia Real de Marinha. Foi estabelecida no Collegio dos Nobres por alvará de 5 d'agosto de 1779 e supprimida por um decreto datado de 11 de janeiro de 1837. Tinha 5 lentes proprietarios, 3 substitutos e 1 secretario. O curso comprehendia 3 annos; 1.º Arithmetica, geometria, trigonometria, e principios d'algebra; 2.º anno: calculo e mechanica; 3.º anno: elementos de astronomia e theoria da navegação. Os lentes e os estudantes gosavam dos mesmos privilegios que os da universidade de Coimbra.

Academia Real de Marinha e Commercio da cidade do Porto. Fundada por alvará de 9 de fevereiro de 1803, por iniciativa da *Junta administrativa da Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro*, que desde 1785 solicitava a creação d'aulas de mathematica e commercio n'esta cidade. Tinha aulas de mathematica, commercio, e das linguas ingleza e franceza. Em 29 de julho do mesmo anno, juntaram-se-lhes as de philosophia racional e moral e de agricultura. O quadro dos professores era o seguinte: 3 lentes de mathematica; 1 de philosophia racional e moral; 2 das linguas franceza e ingleza; 1 de commercio e outro de desenho. Tinha tambem 1 mestre de manobras para ensinar tudo quanto dissesse respeito a exercicios de manobra naval. As aulas inauguraram-se a 4 de novembro de 1803, na egreja de N. S.ª da Graça, recitando a oração inaugural o professor João Baptista Fetal da Silva Lisboa. Este estabelecimento, por decreto de 13 de janeiro de 1837, foi completamente reformado e transformado na Academia Polytechnica do Porto.

Academia Real das Sciencias de Lisboa. O mais notavel estabelecimento scientifico de Portugal. Foi fundado em 1774 por D. João de Bragança, duque de Lafões, que trouxe das academias extrangeiras, que visitara, a ideia de crear em Portugal uma instituição da mesma indole. Tendo-se relacionado em Roma com o grande erudito abbade José Correia da Serra, este o ajudou na realisação do seu desejo; foi o abbade quem redigiu o plano dos estatutos, dividindo-os em duas classes: a primeira de sciencias de observação, a segunda de sciencias de calculos e bellas lettras. José Correia da Serra foi o primeiro secretario da academia. Cada classe tinha 8 socios effectivos; além d'esta categoria, havia socios honorarios, supranumerarios e dignitarios, 12 socios correspondentes, e 100 socios extrangeiros. Eram admittidos 24 alumnos, moços nobres, de mais de 12 annos, para serem dirigidos nos estudos, mas esta clausula, por não dar bons resultados, foi riscada dos estatutos. Os socios effectivos eram obrigados a apresentar todos os annos uma memoria. Além das classes de socios, havia o seguinte pessoal: um presidente, um thesoureiro, um orador, um secretario, que em breve accumulou as funcções de orador, um vice-secretario, um director para cada classe; cargos estes que só podiam ser exercidos por socios effectivos. Aos socios que assistiam ás sessões, eram distribuidas medalhas da academia *(Jetões)*, que em 1790 fôram substituidas por moedas de 1$200 réis, e posteriormente de 1$920. Morrendo o duque de Lafões, que foi presidente perpetuo, determinou-se, em 13 de janeiro de 1810, que se offerecesse a presidencia perpetua a um principe da casa real portugueza e se nomeasse um vice-presidente por 4 annos. A academia teve uma *Juncta ou Commissão* de 8 socios, applicada ao estudo e direcção da Industria, e tambem tentou estabelecer nas provincias sociedades de agricultura, tentativa que foi mallograda. Em 1812 creou a *Instituição Vaccinica*, por diligencias do dr. Bernardino Antonio Gomes, que prestou serviços muito importantes. O actual regulamento da academia divide-a em duas classes: a primeira, de sciencias mathematicas, physicas e naturaes; a segunda, de sciencias moraes e politicas e bellas lettras, e cada uma d'estas classes ainda se subdivide em 4 secções: 1.ª secção sciencias mathematicas, 2.ª sciencias physicas, 3.ª sciencias historico-naturaes, 4.ª sciencias medicas; segunda classe: 1.ª secção de litteratura; 2.ª sciencias moraes e jurisprudencia, 3.ª sciencias economicas e administrativas, 4.ª historia e archeologia; cada secção tem 5 socios. O presidente perpetuo, actualmente, é S. M. el-rei D. Carlos. O titulo de *real academia* foi-lhe

Academia Real das Sciencias

concedido em 1793 por D. Maria I, que se declarou sua protectora. A bibliotheca da academia é importantissima; tem obras antigas de muito valor e manuscriptos preciosos, entre os quaes se contam *O Missal de Estevam Gonçalves*, (V. *este nome*), e o *Atlas* feito por Lazaro Luiz em 1563 encadernado em pasta forrada de seda, o qual consta de 9 folhas de pergaminho com 3 palmos

de altura sobre 2 de largura, e merece grande apreço por ser primorosamente desenhado e illuminado a côres e a oiro. Na sua collecção de manuscriptos, encontram-se as obras completas de Pedro Nunes, offerecidas por D. Luiz I, e alguns manuscriptos arabes, persas, e livros chinezes. A sala da bibliotheca está patente ao publico todos os dias não santificados nem feriados officiaes, desde as 10 horas da manhã até ás 3 da tarde. Possue tambem uma boa typographia desde 1780, onde são impressos os livros que manda publicar, acceitando egualmente alguns trabalhos de fóra. A academia possue um museu de artefactos, de obras d'arte, utensilios e armas dos selvagens, louças magnificas, joias e varios objectos artisticos, legados na maior parte pelo socio Mayne, e um medalheiro em que se encontram muitas moedas raras. Obras publicadas desde a sua fundação: *Diccionario da lingua*, 1793, 1 vol. que não passou de *Az; Memorias economicas*, para adiantamento da agricultura, das artes e da industria em Portugal e suas conquistas, 5 vol. 1789-1815; *Memorias de Litteratura Portugueza*, 8 vol. 1792-1814; *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, em duas séries, a 1.ª em 12 tomos, 1843-1846; *Classe de Sciencias mathematicas, physicas e naturaes*, 5 tom. em 9 vol. 1854-1874 (que continua); *Classe de Sciencias moraes, politicas e Bellas Lettras*, 4 tom. em 8 vol. 1854-1874 (que continua); *Actas das sessões da Academia*, 3 tom.; *Classe de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes*, 1857-1858, 17 numeros; *Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas Lettras*, 1857-1858, 21 numeros: *Livros ineditos de Historia Portugueza*, 5 vol. 1790-1824; *Collecção de Noticias para a Historia e Geographia das nações ultramarinas, que vivem nos dominios portuguezes*, 7 vol. 1812-1856; *Collecção de opusculos reimpressos, relativos á historia das navegações, viagens e conquistas dos Portuguezes*, 1844-1875; *Portugaliæ e Monumenta Historica*, publicação que foi dirigida por Alexandre Herculano; *Quadro elementar das relações politicas de Portugal com as diversas potencias do Mundo, desde o principio da Monarchia até aos nossos dias*, 19 vol.; *Corpo diplomatico portuguez*, contendo os tratados de paz, alliança, neutralidade, ajuste de casamentos, etc. 1 vol.; *Corpo diplomatico portuguez*, contendo os actos e as relações politicas de Portugal com as potencias extrangeiras desde o principio do seculo XVI, 5 vol.; *Monumentos ineditos para a Historia das conquistas dos Portuguezes em Africa, Asia e America;* etc. A séde da academia é actualmente no extincto convento de Jesus, onde estão tambem o *Curso Superior de Letras*, (*V. este Curso*), e o *Instituto Maynense*, antiga aula de introducção á historia natural, instituida por legado do padre Mayne, e regida hoje pelo lente da Escola Polytechnica sr. Moraes d'Almeida. Na formosa sala da bibliotheca da academia reuniram-se ha annos as côrtes, por ter ardido a sala da camara dos deputados no edificio de S. Bento.

Sala da Bibliotheca da Academia Real das Sciencias

Academia de Sagres. Designação da escola de astronomia e navegação fundada na villa de Sagres pelo infante D. Henrique em 1476. Ao seu observatorio astronomico devem os estudos geographicos e nauticos modificações importantissimas. O astrolabio, o nocturlabio, a bussola, as cartas hydrographicas e mais instrumentos principaes de nautica fôram aperfeiçoados n'aquella academia, que introduziu tambem na construcção e manobra dos navios melhoramentos de grande alcance.

Academia dos Singulares. Fundada em Lisboa a 4 d'outubro de 1663, acabou em 19 de fevereiro de 1665. Consistia a *singularidade*, a que o titulo se referia, no excesso da applicação dos associados. Os escriptos eram todos sobre assumptos jocosos e frivolos, abundantes de trocadilhos, formando por isso um thesouro de linguagem. O emblema da academia era uma pyramide, onde estavam inscriptos os nomes de Aristoteles, Camões, Garcilaso, Gongora, Homero, Horacio, Lope de Vega, Ovidio, e Virgilio, tendo por divisa *Solaque non possunt hœc monumenta mori.*

Academia dos Singulares de Lisboa, dedicados a Apollo. Publicação feita em Lisboa, que consta de duas partes, e tem duas edições. *Primeira parte*, Lisboa, por Henrique Valente d'Oliveira, 1665; 2.ª edição, Manuel Lopes Ferreira, 1692; *Parte segunda*, por Antonio Craesbeeck de Mello, 1668; 2.ª edição, Manuel Lopes Ferreira, 1698. A primeira edição é a citada no denominado *Catalogo da Academia*.

Academia dos Solitarios. Academia particular, fundada em Santarem em 1664.

Academia Tubucciana. Fundada em Abrantes, em 1800, para promover a industria e o commercio da seda. Produziu os maiores resultados até 1807, vindo para Lisboa mais de 10 mil arrateis de seda fiada, e com tanto primor que o governo, no aviso de 22 de julho de 1803, mandou elogiar uma mulher d'Abrantes, Maria d'Oliveira, pela perfeição do seu trabalho. Em 1807 decahiu muito, por causa da invasão franceza. Em 1813 começaram novamente os trabalhos, dando magnificos resultados. O 1.º secretario da *Academia Tubucciana* foi o dr. Rodrigo Soares da Silva Bivar.

Academia dos Unidos. Academia particular, fundada em Lisboa no seculo XVIII. Era da mesma indole da *Academia dos Applicados*. Tomou parte nas homenagens funebres á memoria de Raphael Bluteau.

Academias. Além das academias, descriptas nos seus titulos, o dr. Theophilo Braga, no seu livro *Arcadia Lusitana*, dá noticia das seguintes, que tambem floresceram no seculo XVIII; *Academia dos Illustrados;* dos *Aquilinos* (Aveiro), dos *Vimaranenses*, dos *Unidos* (Torre de Moncorvo), dos *Engenhosos Bracharenses*, dos *Bracharenses* (que parece ser a mesma, assim chamada por abreviatura), dos *Escolhidos*, que reunia no palacio do conde de Coculim, dos Particulares, da *Palestra-Litteraria* (Ponte de Lima), dos *Infecundos*, dos *Fleugmaticos*, da *Scalabitana*.

Academias Militares. Denominação das aulas de fortificação estabelecidas por D. Pedro II e D. João V, em Lisboa, Vianna do Castello, Elvas e Almeida.

Academica *(Federação).* Associação de estudantes, installada em Lisboa em 1 de novembro de 1871. Propunha-se estabelecer cursos auxiliares e livres, escolas para o povo, discussões, bibliothecas e series de conferencias publicas em que se expozessem e estudassem os problemas scientificos mais importantes das sciencias naturaes e da sociologia. A *Federação Academica* chegou a crear e manter uma escola para adultos que foi concorrida por 24 alumnos. Deu conferencias publicas, que fôram sempre muito concorridas, e saraus litterarios, em que tomaram parte João de Deus, Bulhão Pato, Sousa Viterbo, Guerra Junqueiro, Guilherme d'Azevedo, Gomes Leal, e outros. Esta Academia foi diminuindo lentamente no seu enthusiasmo, até que se extinguiu de todo.

Academica *(Revista).* 1.ª Epoca, 1845 a 1848. N'este jornal litterario collaboraram distinctos escriptores, entre os quaes João de Lemos, Antonio e José Serpa Pimentel, A. Lima, Silva Bruschy, Antonio Pereira da Cunha, Alexandre Herculano, etc.; 2.ª epoca; 1853 a 1854, que foi principalmente escripta por Alexandre Meyrelles, sendo estudante, coadjuvado por outros academicos.

Academica *(Sociedade philosophica).* Foi Feliciano Augusto de Brito Correia, sendo estudante em Coimbra, quem tomou a iniciativa da fundação d'esta sociedade, em 23 de dezembro de 1849. Elegeu-se uma commissão para formular os estatutos, a qual apresentou os seus trabalhos na sessão de 13 de janeiro de 1850; a discussão, porém, só começou em 27 de fevereiro, e concluiu a 18 de março; elegeu-se a direcção, ficando presidente o dr. Manuel Antonio Coelho da Rocha. Infelizmente, quando a direcção começava os seus trabalhos, falleceu o dr. Coelho da Rocha. Este facto e a coincidencia de terem de vir para Lisboa, A. J. R. Gomes d'Abreu, por negocios particulares, e M. L. de Souza Rocha, por acabar a sua formatura, causou grandes transtornos ao bom andamento da sociedade. Nomeou-se nova direcção, reformaram-se os estatutos, que fôram approvados em sessão de 25 de janeiro de 1851. Apresentados ao governo, soffreram algumas alterações, sendo afinal approvados por decreto de 26 de maio de 1852. Teve ainda nova reforma, que foi approvada por carta regia de 25 de fevereiro de 1863. Esta sociedade passou por differentes vicissitudes, prestando relevantes serviços aos academicos desvalidos. Entre os muitos benemeritos que a auxiliaram, conta-se, como o principal d'elles, o celebre prestidigitador Hermann, que deu varios espectaculos no theatro Academico em dezembro de 1859 e fez o importante donativo á sociedade, de 2:000$000 de réis em inscripções e 332$520 em metal.

Academico *(O).* Jornal publicado em Coimbra, em 1836, sahindo o 1.º numero em 11 de janeiro e o ultimo em 28 de junho. Foi instituido pela Universidade, por causa das discordias que houve contra o governo, em consequencia de reformas feitas, que muito lesavam os estudos d'aquelle estabelecimento scientifico. O jornal publicava-se duas vezes por semana, chegando sómente a sahir 49 numeros. Tinha por cima do titulo o emblema de Minerva, da mesma fórma que se usava nos sellos da Universidade. ‖ Jornal litterario publicado em Coimbra em 1860. Era mensal; sahiram só os numeros respectivos aos mezes de março, abril e maio. Eram seus redactores: João de Deus, Eduardo José Coelho, Anthero do Quental, Eugenio Barros Ribeiro, Alberto da Cunha Sampaio, Alberto Ultra Machado, Guimarães Fonseca, Severino de Souza Azevedo e J. M. da Cunha Seixas. ‖ Revista litteraria, publicada quinzenalmente no Porto, desde 1878.

Academico *(Gremio).* Alguns estudantes das escolas de Lisboa organisaram, em 1864, uma associação assim intitulada. Nos estatutos dizia-se que o seu unico fim era promover o desenvolvimento da instrucção publica. Faziam parte d'este gremio João Cesario de Lacerda, J. E. Moraes Sarmento, Alberto F. da Silva Oliveira, J. T. de Sousa Martins, Joaquim Augusto Rodrigues, João C. Rodrigues da Costa, José de Jesus Coelho, A. M. Cordeiro Feio e Domingos M. Gonçalves. As sessões do *Gremio Academico* eram muito concorridas de estudantes de todas as escolas. N'essas sessões revelaram-se alguns bons talentos na discussão de differentes questões, talentos que não desmereceram depois na frequencia dos seus estudos superiores nem nas diversas posições sociaes que souberam conquistar. O Gremio terminou por falta de socios enthusiastas e dedicados que pudessem igualar aos seus fundadores.

Academico *(Theatro).* Teve origem n'um pequeno theatro fundado em 1835, pelo director d'uma companhia gymnastica, no antigo refeitorio dos conegos regrantes de Santa Cruz em Coimbra. Alguns estudantes aproveitaram-se d'esse theatro, representando, em 3 de março do referido anno, *O Catão*, d'Almeida Garrett. Em 1836, os estudantes fundaram um

theatro por sua conta, nos baixos do antigo collegio das Artes, inaugurando-se em 4 de abril do citado anno de 1835, anniversario de D. Maria II, repetindo-se o mesmo drama *Catão*. Creou-se uma *Academia dramatica*, com estatutos impressos em 1837, para dirigir o theatro; estes estatutos não chegaram a ter a approvação régia. Em consequencia de discordias entre os socios, alguns d'elles, os mais influentes, trataram de organisar outro theatro no antigo collegio de S. Paulo. Este theatro inaugurou-se em 24 de junho de 1839, com a representação do drama em 3 actos *A Nodoa de Sangue*, e a comedia em 1 acto *A Boda em trages de frasqueira*. A sociedade tomou o titulo de *Nova Academia Dramatica*. Os seus estatutos fôram approvados em 4 de dezembro de 1840, com o titulo de *Estatutos da Nova Academia Dramatica estabelecida em Coimbra*. Os estatutos reformaram-se em 17 de abril de 1849, sendo a parte importante da reforma a creação d'um *Instituto*, encarregado dos trabalhos litterarios e artisticos, sobre a declamação theatral, musica, pintura, e outras quaesquer dependencias da arte dramatica; e em geral de tudo que estivesse ao seu alcance para o progresso das bellas artes, e letras patrias. Em 1852, este *Instituto* separou-se da sociedade do theatro, formando o actual *Instituto de Coimbra*, que tem por fim a cultura das sciencias, bellas letras e artes. *A Nova Academia Dramatica* reformou os estatutos em 15 de novembro de 1859, ficando com esta reforma auctorisada a admissão no theatro, de artistas, ou companhias nacionaes e estrangeiras de reconhecido merito, assim como de artistas, ou companhias estrangeiras de fama europeia. Até então só os estudantes é que podiam representar no theatro Academico. Em 1861 organisou-se o *Club Academico*, funccionando em parte do edificio do theatro; em 18 de março de 1866 fez-se a fusão do *Club* com a *Nova Academia Dramatica*, passando a nova sociedade a intitular-se: *Academia Dramatica de Coimbra*. Este theatro já não existe.

Academicos *(Batalhões)*. A mocidade estudiosa, cursando na universidade de Coimbra, tem largado por diversas vezes os bancos escolares, para se constituir em batalhão de voluntarios, na defeza da patria contra o jugo extrangeiro, e do despotismo, pugnando pela liberdade e independencia da patria; o 1.º batalhão academico que se formou foi na guerra peninsular, quando os francezes invadiram Portugal; os seguintes nas luctas civis do absolutismo de 1823 a 1833 e dos cabralistas em 1846 e 1847.

1.º Batalhão. Os francezes haviam invadido Portugal em 1807, e em 23 de junho de 1808 houve grande revolução em Coimbra. No dia seguinte foi acclamado governador de Coimbra e vice-reitor da Universidade, o dr. Manuel Paes Aragão Trigoso, e em 25 sahiu de Coimbra um destacamento de 40 voluntarios, quasi todos estudantes, commandados pelo sargento de artilharia, e tambem escolar, Bernardo Antonio Zagallo, na ideia de se apoderarem do forte da villa da Figueira, o que conseguiram com o auxilio de tres mil ordenanças armadas de lanças e fouces, que se lhes reuniram em Tentugal, Carapinheira e Montemór-o-Velho. Todos os estudantes que estavam em Coimbra, se alistaram logo no batalhão academico. O major de engenheiros, lente de calculo, Tristão Alvares da Costa Silveira, dividiu o batalhão em 6 companhias, e alguns estudantes e doutores alistaram-se na artilharia e cavallaria academicas. Um descamento de 15 estudantes com um furriel, sahiu de Coimbra em 28 do referido mez de junho, no intento de acclamarem em Pombal e em Leiria o principe regente D. João. O povo auxiliou-os muitissimo n'essa expedição; com a maior valentia sitiaram o forte da Nazareth, tomando-o por fim aos francezes, ficando em poder dos bravos academicos 50 prisioneiros. O vice-reitor da Universidade concedeu aos voluntarios o uso d'uma insignia, que a junta provisional do governo supremo do reino, presidida pelo bispo do Porto, confirmou, por despacho de 22 de julho de 1808. A insignia era uma medalha pendente da fita vermelha, tendo o escudo das armas portuguezas com bandeiras, um mocho em cima d'um livro, e por baixo uma aguia cahida. Sobre o escudo, e no meio de ramos de louro, lia-se *Audeo;* e em volta da medalha se viam as palavras: *Pro fidei — Pro patria — Pro rege*. Estas medalhas são hoje rarissimas. Uma brigada academica, composta de caçadores, cavallaria, artilharia e artifices, ficou de guarnição em Coimbra, por ser um dos pontos mais importantes que convinha segurar, emquanto que o exercito anglo-luso marchava contra os francezes. O commandante do batalhão academico, commandante por assim dizer honorario, era o vice-reitor da Universidade, Aragão Trigoso, porque o tenente de engenheiros Costa Silveira era o commandante effectivo. Quando no dia 29 de março de 1809 entrou no Porto o marechal Soult, sahiu logo de Coimbra, dois dias depois, o corpo militar em direcção da cidade invicta. A marcha dos caçadores e da artilharia foi a pedido do coronel Nicolau Trant; ficou então, na ausencia do coronel, o governo das armas em Coimbra entregue ao tenente-coronel Fernando Saraiva de Vasconcellos Fragoso, lente de canones e da fortificação da cidade o lente de metallurgia José Bonifacio de Andrada e Silva. Os academicos até que entraram no Porto, reunidos ao exercito do marechal Wellington em 18 de maio, prestaram serviços importantissimos á causa da liberdade. No dia 26 de julho tornaram a sahir de Coimbra, por ordem de Beresford, para se dirigirem á praça d'Almeida, onde chegaram no começo do mez d'agosto. Na invasão de Massena, em 1810, o corpo academico não reuniu, por não estar aberta a Universidade, e pelo alvará de 15 d'abril de 1811, foi dissolvido, recebendo todos os estudantes e lentes um honroso agradecimento pela boa vontade com que se haviam alistado para defeza da patria. O coronel Fragoso de Vasconcellos recebeu de Coimbra um officio enviado pelo coronel inglez Trant, que estava no Porto, officio datado de 15 de julho de 1809, em que se teciam grandes e louvaveis elogios ao batalhão academico do seu commando; em 24 do dito mez, Beresford passou uma ordem do dia, na qual tambem se elogiavam os jovens e briosos militares voluntarios, recommendando ao commandante que remettesse ao marechal em chefe do exercito uma relação nominal de todos que tinham seguido o corpo academico desde a segunda invasão dos francezes, a fim de que os governadores do reino os ficassem conhecendo:

e por ordem dos governadores do reino foi expedido ao vice-reitor da Universidade, Aragão Trigoso, em 11 de setembro do mesmo anno de 1809, um aviso pondo em relevo o patriotismo, valor, desinteresse e heroicidade com que o batalhão academico se havia distinguido na guerra contra os francezes, recolhendo-se depois a Coimbra, para os estudantes proseguirem nos estudos. Em attenção a esses assignalados serviços foi concedido perdão d'acto, por aviso régio de 11 d'outubro seguinte, a todos os estudantes que formaram o batalhão dos voluntarios academicos de Coimbra, a pedido das congregações das differentes faculdades.

2.º *Batalhão.* Depois da revolta do infante D. Miguel contra seu pae, D. João VI, em 30 de abril de 1824, conhecida pela celebre *abrilada,* (V. *Abrilada),* o infante foi demittido do posto que occupava, de commandante em chefe do exercito, e exilado para Vienna d'Austria. No começo de 1826 falleceu D. João VI, nomeando regente do reino sua filha, a infanta D. Isabel Maria. As revoltas continuaram, e a Inglaterra, para manter a ordem, mandou uma divisão de cinco mil homens, commandada pelo tenente general William Clinton, para guarnecer as principaes cidades do paiz. D. Pedro, estando no Brazil, subiu ao throno portuguez, e outhorgou a Carta Constitucional, lançando as bases do governo parlamentar moderado, sob a formula ingleza. Enviou a Carta para Portugal, e mais tarde abdicou a corôa em sua filha D. Maria da Gloria, que apenas contava 7 annos. A Carta foi recebida no reino com o maior enthusiasmo. Comtudo, os partidarios de D. Miguel não descançavam, e ainda em 1826 começou a revoltar-se a provincia da Beira. Em Coimbra, receava-se que os revoltosos viessem tambem perturbar o socego, e então os academicos, que pertenciam ao batalhão que já se andava organisando, reuniram-se espontaneamente á noite, muito bem armados, no dia 1.º de dezembro no adro da Sé Nova. De noite rondavam as ruas, porém não aconteceu cousa alguma do que esperavam. Nos dias e noites seguintes proseguiram nas mesmas cautellas, rondando as ruas, ou observando em diversas casas, a que davam o nome de castellos, promptos sempre a acudir a qualquer ponto onde a rebellião se desenvolvesse. Os absolutistas receberam em Coimbra um destacamento de 30 homens da policia, os quaes vieram do Porto; porém não tardou que os liberaes recebessem egualmente um auxilio valioso, que foi o destacamento do regimento de infantaria 22. No dia 14 de dezembro chegou a Coimbra o coronel de cavallaria e deputado, A. P. Alvares Pereira, para organisar as forças liberaes, e logo no dia seguinte os soldados fôram desarmados no meio d'uma parada militar, no Campo de Santa Clara, por não inspirarem confiança. O batalhão academico ficou, portanto, organisado, bem exercitado no manejo das armas e prompto a marchar contra o inimigo. O coronel, de accordo com o general Azeredo, que se havia retirado para Vizeu, tomou as mais energicas providencias para a defeza da causa da liberdade. Foi animadora e enthusiastica a proclamação, que no dia 19 do mez de dezembro de 1826, o coronel dirigiu aos habitantes e academicos de Coimbra, incitando-os a arrostarem todos os perigos e trabalhos da guerra, combatendo contra os rebeldes, que desprezando os mais sagrados e honrosos deveres, proclamavam governos adversos a todo o direito, a que nunca poderia submetter-se uma só provincia, uma só cidade, nem um só individuo digno do nome de portuguez. O batalhão academico compunha-se de 6 companhias, e o estado maior era organisado da seguinte fórma: commandante, 1.º e 2.º ajudante, 1.º e 2.º capellão, cirurgião-mór, cirurgião-ajudante, quartel mestre, sargento de brigadas, ajudante de brigadas, ajudante agregado. Depois de formado o batalhão, resolveu-se que marcharia para a Beira, a reunir-se ás forças liberaes, que perseguiam as tropas revoltadas do general Silveira. No dia 26, pelas 9 horas da manhã, os voluntarios academicos reuniram-se na praça de Camões, hoje praça 8 de maio, e alli formaram em fileiras, esperando o coronel, que tinha de vir passar revista, acompanhado d'um ajudante d'ordens e d'uma ordenança. Afinal aquelle bravo e pequeno exercito pôz-se a caminho, ao som do hymno da Carta. Tendo, porém, n'aquelle mesmo dia, chegado de Lisboa a noticia que no Tejo havia apparecido os primeiros transportes da divisão ingleza auxiliadora, e que se tinham dado vivas á religião, a D. Pedro IV e a D. Maria II, á infanta regente e á Carta Constitucional, os voluntarios academicos pararam na rua da Sophia, para ouvirem ler aquella agradavel participação, e em seguida continuarem a marcha. São bem notorios os serviços prestados á causa da liberdade pelo batalhão academico na celebre campanha da Beira; os actos de heroismo praticados por aquelles valorosos rapazes, despertaram os odios dos partidarios de D. Miguel, os quaes, para se vingarem, lhes levantaram as maiores calumnias, mas em desaggravo d'essas calumnias, muitos cidadãos de Vizeu e de Coimbra, e muitas authoridades promptamente passaram attestados os mais dignos a todos os academicos. Apesar dos attestados, as influencias dos absolutistas vingaram, obrigando as congregações das differentes faculdades da Universidade a não abonarem as faltas aos estudantes, que tanto se haviam sacrificado pela causa liberal. Alguns dos academicos eram sustentados em Coimbra por mezadas pagas pela Intendencia e pela Casa Pia, mezadas que lhes fôram negadas, quando os estudantes as reclamaram, por não poderem prestar certidões de frequencia e aproveitamento nos estudos. Na sessão da camara dos deputados de 16 de março de 1827, o presidente e alguns deputados defenderam a reclamação dos academicos, patenteando quanto haviam sido proveitosos á causa liberal os seus relevantes serviços. Ainda assim nada conseguiram; só mais tarde é que o general Saldanha, sendo ministro da guerra em abril de 1827, fez com que as faltas lhes fôssem abonadas.

3.º *Batalhão.* D. Miguel foi declarado regente em julho de 1827, e em maio de 1828 reuniu côrtes, ás quaes presidiu o bispo de Vizeu, e em que lhe foi offerecido o throno. O infante acceitou, e no mesmo instante emigraram os principaes chefes do partido parlamentar, nos quaes se contavam o marquez de Palmella, general Saldanha, conde de Villa Flôr, Sampaio, e outros, refugiando-se todos na Inglaterra, onde a joven rainha D. Maria II se detivera, quando ia a caminho da côrte de Vienna d'Austria, para alli ser educada.

Por occasião das côrtes de 1828, em que acima fallámos, poucos dias depois de ter rebentado a revolução, no dia 22 de maio, contra a usurpação do poder que o infante preparava, organisou-se pela terceira vez o batalhão academico de Coimbra. Fez-se o novo alistamento, a que concorreram quasi todos os estudantes. Adoptou-se o antigo fardamento, com algumas pequenas alterações. Em 5 de junho sahiram para a Ponte de Mucella 58 academicos pertencentes ao novo batalhão, juntamente com uma força de cavallaria 6 e 10, commandada pelo major das milicias do Soure, regressando a Coimbra 5 dias depois. No mesmo dia do regresso, 10 de junho, publicou-se um edital, ordenando a todos os estudantes que se não tivessem alistado no batalhão academico, a apresentarem-se a dar os nomes, naturalidade, filiação e residencia, para receberem a competente resalva, e poderem estar na cidade sem causar suspeitas. Chegando a Coimbra no dia 19 uma delegação da junta provisoria do Porto, e sabendo esta delegação que muitos estudantes se não haviam alistado por não terem recursos pecuniarios para a despeza do fardamento, visto estarem interrompidas as communicações, o que os impossibilitava de receber auxilio das familias, deliberou que o vice-reitor da Universidade nomeasse uma commissão de membros para arbitrar a importancia de cada fardamento, e se entregasse a cada um d'esses estudantes o dinheiro, devendo elles obrigarem-se a assentar praça dentro de 8 dias. Os estudantes tinham de passar recibo d'esse dinheiro fornecido como adeantamento, para o restituirem apenas terminasse a falta das communicações. O thesoureiro geral das tropas, Manuel Alberto Colaço, foi quem a commissão encarregou de distribuir essas quantias. Dois dias depois, em 21, a mesma commissão nomeou commandante do batalhão, o lente de prima de Mathematica, o dr. Manuel Pedro de Mello, e 2.º commandante o lente substituto em leis, o dr. Joaquim Antonio d'Aguiar. Depois da batalha da Cruz dos Moronços, dada em 24 de junho, o exercito, por deliberação da junta provisoria reunida em Coimbra no dia 25, marchou na madrugada de 26, em direcção da cidade do Porto; os voluntarios academicos tambem acompanharam o exercito n'essa marcha. Do Porto seguiram todos para a Galliza, onde soffreram bastantes vexames por parte das auctoridades hespanholas. D'alli embarcaram, uns para França e outros para Inglaterra, conservando-se estes no deposito de Plymouth até 1829, em que então partiram para a ilha Terceira; os emigrados academicos que se tinham refugiado na França, fôram successivamente transportando-se para aquella ilha, até que todos ficaram reunidos. O 1.º tenente de artilharia, José Maria Baldy, foi o 1.º commandante do batalhão academico na ilha Terceira. Para facilitar o exercicio da artilharia, publicou-se em 1829 a *Collecção dos exercicios,* que por ordem do governador e capitão general das ilhas dos Açores, o conde de Villa Flôr, mais tarde duque da Terceira, fôra adoptada para a instrucção do batalhão de artilharia da cidade de Angra. Em 1830, mez d'outubro, tomou conta do commando do batalhão, o major d'artilharia, João P. Soares Luna. Na expedição mandada ás ilhas açorianas foi tambem uma força dos academicos commandada pelo 2.º tenente d'artilharia, Francisco Jacques da Cunha. Na tomada da ilha de S. Miguel, a 1 d'agosto de 1831, os academicos portaram-se heroicamente. N'esta expedição foi commandante J. P. Soares Luna. Em 2 d'agosto, no combate da Ladeira da Velha, tambem os academicos se portaram com toda a bravura. Depois d'estas batalhas voltaram para a ilha Terceira. Em março de 1832, D. Pedro IV chegou á ilha, e no fim d'um mez d'alli permanecer, passou revista ao batalhão academico, e ficou admirado da fórma como elle se apresentou, da bella disciplina e bom exercicio. Em seguida, expediu uma ordem ao marechal de campo, conde de Villa Flôr, em que agradecia ao batalhão dos bravos academicos os seus bons serviços, tecendo-lhe os maiores elogios. Esta ordem tem a data de 29 de março de 1832, e está assignada pelo ajudante de campo, Candido José Xavier. Preparando-se a expedição para vir a Portugal, as tropas liberaes partiram para S. Miguel, e o batalhão academico acompanhou-as. D. Pedro passou revista ás tropas, no dia 23 de junho do referido anno, no Campo do Relvão, onde egualmente ouviu missa. Foi o brigue *Concordia* que trouxe a seu bordo os heroicos estudantes commandados pelo capitão Thomé Martins; ao desembarque nas praias do Mindello, o batalhão contava 115 praças, porém, durante o cerco do Porto alistaram-se mais 45 academicos. Aquelles destemidos guerreiros distinguiram-se tambem, como sempre, na defeza da Serra do Pilar, e em todos os outros pontos onde se combatia. Na expedição que do Porto partiu para o Algarve, em junho de 1833, commandada pelo duque da Terceira, foi tambem uma parte do batalhão, commandada pelo major Luna. Desembarcaram em 24 em Cacella, entre Tavira e Villa Real de Santo Antonio; marchando o exercito liberal para Lisboa, o batalhão academico reuniu-se-lhe, ficando, porém, o commandante Soares Luna governando a cidade de Faro, por ordem do duque da Terceira. Durante o cerco do Porto até ao fim da campanha, os academicos continuaram sempre defendendo a causa liberal com todo o heroismo e dedicação. Depois da conquista da capital, alistaram-se mais 67 estudantes no batalhão dos academicos, o qual foi dissolvido passada a Convenção d'Evora Monte, por decreto de 16 de junho de 1834. Este decreto, muito honroso para os estudantes, declarava que tendo terminado as circumstancias extraordinarias que deram logar á organisação do batalhão academico, era muito justo que as praças que o compunham fôssem dispensadas do serviço militar, para poderem regressar ás suas casas, e proseguirem depois nos cursos que tinham abandonado para defenderem a causa da rainha D. Maria II. O decreto ordenava que o batalhão ficasse dissolvido em 20 d'outubro, louvando as provas decididas do valor e patriotismo dos academicos, provas que seriam tomadas na devida consideração. Por carta de lei, de 20 d'outubro de 1834, fôram concedidos certos favores e garantias aos estudantes que estavam matriculados na Universidade, ou no Collegio das Artes, antes de D. Miguel se declarar rei absoluto, e que tinham tomado parte no exercito liberal, ou que não haviam tomado parte, por serem presos ou perseguidos como constitucionaes. A carta de lei determinava mais que, não tendo meios para continuar os estudos, os

poderiam continuar e acabar, sendo soccorridos em todo esse tempo pela fazenda nacional com a prestação mensal de 14$000 réis, entrando as ferias, e se lhes subministrariam gratuitamente pela Universidade, além d'isso, as matriculas e os compendios precisos.

4.º *Batalhão*. No mez de setembro de 1836, houve uma revolta em Lisboa, capitaneada por Fernando Soares Caldeira, a qual tinha por fim o restabelecer a constituição de 1822. Seguiram-se novas escaramuças, travando-se encarniçada peleja entre os partidarios da constituição e os defensores da Carta Constitucional, outhorgada em 1826, por D. Pedro IV. Os influentes d'este partido eram o duque da Terceira, o marquez de Saldanha, o barão de Leiria, e outros officiaes generaes. Foi então que se organisou pela quarta vez o batalhão academico, por ordem do visconde de Sá da Bandeira. Foi commandante o major Manuel Joaquim Fernandes Thomaz, n'essa epoca administrador geral interino do districto, e annos mais tarde secretario da Universidade. A portaria de Sá da Bandeira, passada no Porto a 11 de setembro de 1837, ordenava que todos os estudantes se alistassem no batalhão academico, se apresentassem no quartel até ao dia 1.º do mez de outubro seguinte, sob pena de não serem admittidos á matricula; porém, os estudantes que estivessem residindo na distancia de um dia de jornada de Coimbra, ficavam obrigados a apresentar-se immediatamente. Os estudantes que não pertencessem ao batalhão, eram obrigados a alistar-se sob pena de perderem as suas prestações. Fernandes Thomaz publicou um edital, datado de Coimbra, a 15 de setembro de 1837, tornando publica esta determinação. A guerra civil terminou pouco depois, em seguida ao combate de Ruivães, em 18 de setembro, em que as tropas do governo ficaram vencedoras. Afinal proclamou-se uma nova constituição em 1838, que era a mesma de 1822, com algumas modificações, e que vigorou até 1842. O batalhão academico limitou-se sómente a algumas guardas e rondas em Coimbra, sendo dissolvido pouco depois.

5.º *Batalhão*. Em 1842, Costa Cabral, mais tarde conde de Thomar, proclamou repentinamente a Carta de 1826, no Porto, quando menos se esperava. O duque da Terceira pôz-se á frente d'uma revolução em Lisboa a favor da Carta, subindo ao poder, tendo por collega Costa Cabral, que de facto era o 1.º ministro. Costa Cabral, interpretando a Carta no sentido o mais realista, conseguiu até enfrear a liberdade da imprensa. Os setembristas revolucionaram-se então, e depois d'um golpe de estado, que levou Saldanha ao poder, a opposição revoltou-se, tendo á frente Sá da Bandeira e os condes das Antas e de Bomfim. Eis a revolução, conhecida pela Maria da Fonte. Em maio de 1846 houve grande movimento popular no Minho, e Coimbra correspondeu a essa revolta, pronunciando-se em 16 do referido mez. Creou-se logo uma junta governativa, presidida pelo dr. José Alexandre de Campos. Procedeu-se em seguida á organisação das forças populares, e com especialidade do batalhão academico. No dia 18, começou o novo alistamento, assentando praça 183 academicos, e se a Universidade não estivesse fechada, muitos mais se alistariam. Pela 5.ª vez se organisava o batalhão, sendo commandante, com a graduação de tenente coronel, o membro da junta governativa, Fernando E. Vasques da Cunha, depois visconde de Maiorca, e major o capitão de caçadores 8, L. A. Osorio. O batalhão chegou a marchar na direcção de Lisboa, mas a queda do ministerio obrigou-o a voltar para Coimbra. O novo gabinete era presidido pelo duque de Palmella, e offerecia grandes garantias ao movimento popular. A junta governativa de Coimbra, dissolvendo o batalhão, dirigiu aos academicos uma portaria muito honrosa.

6.º *Batalhão*. Conservou-se o paiz socegado alguns mezes; em 6 d'outubro, tendo sido demittido o ministerio Palmella, e subindo ao poder o ministerio Saldanha, a guerra civil se tornou a accender, e com toda a força, conservando-se o conde de Thomar ao lado da rainha. No dia 9 deu-se a reacção no Porto, e não tardou que a maior parte do paiz se revoltasse. Foi então que pela 6.ª vez se organisou o batalhão academico. O marquez de Loulé, governador civil d'aquelle districto, determinou, por um edital datado de 11 d'outubro de 1846, que se abrisse novo alistamento, sob a vigilancia de um dos seus antigos officiaes, e que todos os estudantes que estivessem em Coimbra fôssem reforçar as fileiras do valoroso batalhão academico, que pouco tempo antes havia poderosamente concorrido para o bom exito do movimento nacional espontaneo, que principiara na provincia do Minho, e se estendera a todo o reino, combatendo pelos direitos do povo com o maior patriotismo. A junta provisoria do governo supremo do reino, estabelecido no Porto, reconhecia tanto a justiça que assistia a todos os estudantes que formavam o batalhão pelos seus relevantes serviços já prestados anteriormente, e pelos que se esperava da sua nova organisação, que lhes concedeu, em portaria de 11 de outubro, o perdão dos exames do anno lectivo de 1845-1846. Em 23 de dezembro de 1846 deu-se a batalha de Torres Vedras, em que venceu o governo da rainha, e esse desastre fez com que as forças populares, reunidas em Coimbra, partissem para o Porto juntamente com os academicos. Emquanto esteve no Porto, o batalhão fez serviço de guardas, com especialidade no castello da Foz, onde estava prisioneiro o duque da Terceira. Em 29 de março de 1847 partiu para o Algarve uma expedição commandada por Sá da Bandeira; os vapores *Mindello* e *Porto* deviam ficar fazendo serviço no sul, porém a Junta provisoria, receando que as guarnições d'aquelles vapores se entregassem ao partido da rainha, resolveu aproveitar a lealdade e o bom serviço dos voluntarios academicos, mandando para bordo do *Mindello* 26 praças, e do *Porto*, 14. Em Setubal, no combate do Alto do Viso, em 1 de maio de 1847, dos academicos só deixaram de entrar em fogo alguns que estavam doentes, e dos que entraram morreram 4, ficando 8 feridos. Depois d'aquelle combate, as praças das guarnições do *Mindello* e do *Porto*, voltaram para a cidade invicta a reunirem-se ao batalhão. Em 31 de maio sahiu do Douro em direcção a Lisboa, uma expedição commandada pelo conde das Antas, da qual tambem fazia parte o batalhão academico, e sendo todas as forças aprisionadas ao sahir da barra pela esquadra ingleza, os briosos voluntarios egualmente ficaram prisioneiros, partindo em seguida para a Torre de S. Julião. Os estudantes, porém, que tinham embarcado na fragata ingleza

America, juntamente com o commandante do batalhão, voltaram para o Porto. As luctas populares continuaram encarniçadamente até que os governos estrangeiros intervieram, assignando-se em 29 de junho de 1847 a convenção de Gramido, em que se concedeu uma amnistia geral, ficando Saldanha no poder. Em seguida o batalhão dissolveu-se, indo os estudantes para suas casas, por estar fechada a Universidade.

Academicos de merito. São nas nossas academias os artistas nacionaes ou estrangeiros que «se fizeram dignos pelo seu merecimento de serem membros da Academia.» (Estat. da Academia de Lisboa, art. 32.º). São eleitos pelo corpo academico em escrutinio secreto. Devem offerecer á academia alguma obra da sua composição e execução, e pódem na falta dos professores ser chamados a substituil-os. A existencia d'esta classe é peculiar ás nossas academias e ás outras semelhantes, que, sendo essencialmente escolas, são ao mesmo tempo supremo corpo artistico do paiz.

Academicos honorarios. São os socios da Academia Real das Bellas Artes de Lisboa e da Academia Portuense, não artistas. Devem ser escolhidos d'entre as pessoas mais insignes pela sua litteratura, credito publico e amor ás bellas artes. (Estatutos da Academia de Lisboa e da do Porto). O academico honorario deve ser proposto por tres academicos e eleito em conferencia geral (reunião de todos os professores e academicos, sendo conferencia ordinaria a reunião tão sómente dos professores para tratarem de assumptos concernentes ao ensino). Os academicos honorarios só teem voto nas discussões que disserem respeito immediato ás sciencias, litteratura e bellas artes.

Açafata. Antiga dignidade feminina no paço, tambem conhecida por *moça do açafate*. Mulher do serviço da rainha, tendo por officio de a ajudar a vestir e despir, a guarda dos vestidos, ou toucados, etc.

Açafroeira. Povoação da freguezia de Gafanhoeira, conc. de Arraiollos.

Açareyra. Aldeia na prov. de Entre Douro e Minho, arceb. de Braga, com. e termo da Villa de Guimarães, freg. de Santa Maria de Corvite. ‖ Aldeia na prov. da Extremadura, patriarch. de Lisboa, com. de Santarem.

Accadó. Pov. da regedoria de Santo Estevam, no conc. das Ilhas, distr. de Gôa, na India.

Accas. Especie de soldo concedido aos *dessaes e sar-dessaes* da India, pelo governo do mesmo estado, em conformidade com outras garantias que se lhes tem conservado.

Acenheiro (*Christovam Rodrigues*). Bacharel em canones; n. em Evora, em 1491. Advogou na sua patria até que morreu. As Chronicas de Acenheiro publicaram-se pela primeira vez no tomo v da *Collecção de ineditos da Hist. Port.* da Academia Real das Sciencias, impresso em 1824, onde occupam de pag. 1 a 364, com o titulo seguinte: *Chronicas dos senhores Reis de Portugal por Christovam Rodrigues Acenheiro*. E a folha seguinte começa como se segue, com a propria orthographia: *Prollogno da breve cryaçam donde tem seu orygynal os serenicymos Reis de Portugal, e dytos Macabeus por sua valentia que quer dizer deffençores, como elles deffemderam e ganharam parte destes Reinos aos Mouros, isto pera começo dos sumarios e allembrança das Coroniquas dos Reis de Portugal: e he o seguinte, todo copillado e allembrado em este vollume per o Bacharel Cristovam Rodriguez Acenheiro, procurador, morador e natural da cydade d'Evora, e nella fes esta breviaçam em Mayo de mil e quinhentos e trinta e sinco anos, bom Reinamte em Portugal Rey Dom Joam Terceiro do nome, quimzeno dos Reis de Portugal.* Lê-se no *Diccionario de Innocencio*: «Cumpre advertir aqui, que de memorias antigas e veridicas me consta, que esta obra tal como depois se publicou, não passava de mero resumo ou epitome de outra mui mais volumosa e extensa, que o mesmo auctor escrevera, e na qual se achavam tratados os successos com maior individuação e miudeza. Tinha este por titulo: *Nova declaração á original criaçam dos Reis de Portugal*, e comprehendia as vidas dos reis portuguezes até D. João III, não trazendo porém a respeito d'este mais que o auto do seu levantamento, e a narração do funeral por elle mandado fazer a seu pae el-rei D. Manuel. Annexas a esta obra estavam mais outras do proprio auctor com as seguintes rubricas: *Original e mui antiquíssima criaçam da Espanha que se perdeu depois da morte delrei D. Rodrigo; Algumas memorias de Espanha, e de Castella e Aragão, etc.; Lembranças de cousas de Portugal, que ficam por memoria, em que tracta de Ceuta, da mudança da era de Cesar, etc.; Tavoada de Mafamede, e batalhas de mouros com christãos, e criação original dos Turcos e seus emperadores the hoje Mayo de 1524, que se acaba este livro*, etc. A reunião de todo o referido formava um grossissimo volume de folio original, de que Barbosa não houve noticia, e que se guardava na bibliotheca d'el-rei D. João V. Ficou este reduzido a cinzas pelo incendio subsequente ao terremoto, com uma bella copia, que pouco antes se mandara fazer em letra corrente das referidas obras.»

Acha (*Jeronymo de*). Escriptor portuguez, nat. de Lisboa. Traduziu do latim *A vida de S. Bruno*, de Pedro Sutor.

Acha. Villa e freg. da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre. Está situada a pequena distancia da ribeira de Ceife, a 18 k. da séde do conc.; 1.277 alm. e 270 fog. O orago é S. Miguel.

Achada. Pequena serra que passa proximo a Cascaes, na ramificação da serra do Monte Junto. Fica no distr. de Lisboa. ‖ Logar na freg. de Vermoil, conc. de Pombal. ‖ Logar na freg. de Espite, conc. d'Ourem. ‖ Pov. da freg. e conc. de Mafra. ‖ Sitio da freg. e conc. de Castro Verde. ‖ Moinho, na freg. de Sant'Anna de Cambas, conc. de Mertola. ‖ Pov. na freg. do Serro Ventoso, conc. de Porto de Moz. ‖ Pov. e freg. (N. S.ª da Annunciação) do conc. do Nordeste, distr. de Ponta Delgada, com. da Povoação, bisp. de Angra do Heroismo, 1.679 alm. Tem serviço postal e telephonico, cereaes e legumes.

Achada das Furnas. Serra, na Ilha de S. Miguel, no planalto das Graminhas, ao O. do Pico da Vara.

Achada dos Gamos. Sitio na freg. de Sant'Anna de Cambas, conc. de Mertola.

Achadas. Herd. na freg d'Azinheira dos Barros, conc. de Grandola.

Achadas da Cruz. Pov. e freg. do conc. de Porto Moniz. (N. S.ª do Livramento) com. de

S. Vicente distr. e bisp. do Funchal. Fica na costa norte da ilha da Madeira. 453 alm. e 90 fogos.

Achadego. Premio que antigamente se dava a quem achava e restituia cousas perdidas. Segundo as *Ordenações* só se podia pedir, não tendo sido promettido, achadego de aves ou de escravos. No seculo XVII o achadego do escravo negro era de trezentos réis e do escravo branco, ou indio, de mil réis. Se o escravo andasse fugido ha mais de oito dias de Lisboa, sendo o dono aqui morador, o achadego era apenas de cem réis. Quem achasse um açôr fugido tinha cem réis; um falcão, cincoenta, e um gavião, vinte.

Achadinha. (N. S.ª do Rosario). Pov. á beiramar, com. da Povoação, conc. do Nordeste, distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo, na ilha de S. Miguel, no archipelago dos Açôres. 1.862 alm. e 419 fog. Cereaes e legumes. || Casal na freg. de S. Luiz, conc. d'Odemira.

Acharrua. Casal na freg. e conc. da Lourinhã. || Casal na freg. e conc. de Almodovar.

Achas. No termo de Jalles (Traz-os-Montes) ha uma herdade d'este nome, que era tão importante no seculo XIII, que D. Affonso III lhe deu foral, datado de Lisboa a 28 de maio de 1270.

Acheiras. Casal na freg. de Palmas, conc. d'Oliveira d'Azemeis.

Achem. Na historia portugueza este estado da ilha de Sumatra é referido pelos ataques que os seus soldados fizeram por mais de uma vez a Malaca, mas sem que as nossas armas soffressem desdouro, pois os cercos de 1567, 1617 e 1628 fôram levantados sempre com perdas para as tropas do Achem. Nos seculos XVI e XVII era muito estimado o benjoim trazido d'este estado pelo commercio portuguez. No anno de 1616 fez o rei do Achem uma armada composta de duzentos navios e sessenta galés em que embarcou sessenta mil homens para combater os portuguezes de Malaca. Na cidade do Achem, pouco depois do seu descobrimento, padeceram tormentos e martyrio 20 portuguezes.

Achete. Pov. e freg. (Santa Maria) na prov. da Estremadura, distr., conc. e com. de Santarem. Fica a 95 k. ao nordeste de Lisboa e a 9 k. da séde do conc. Deriva da palavra arabe Axxat (ovelha) e significa povoação da ovelha.

Achombene. Cidade na costa da Guiné, perto da qual os portuguezes em tempo de D. Manuel fundaram uma fortaleza, sobre um rochedo, abandonando-a depois, por serem alli os ares muito doentios.

Acima. Logar na freg. d'Aboim, conc. de Villa Verde.

Aço *(Dôres)*. Actriz portugueza; n. em Silves, em 1866, f. no Porto a 19 de junho de 1893. Acompanhou sua irmã, a actriz Thereza Aço, e seu cunhado, o actor Taveira, ao Porto, estreiando-se no theatro Baquet, em 1885, no drama *O Cardeal Dubois*, traducção de Borges d'Avellar; desde então ficou sendo a ingenua n'aquelle theatro. Em 1888 foi aos Açôres, n'uma companhia organisada pelo actor Taveira, representando ali com muito agrado, no *Kean, Medico das Creanças, Marquez de la Seigliere, Cabo Simão*, etc. Voltando para o Porto, continuou a fazer parte da companhia do theatro Baquet, representando *A Martyr, Tres mulheres para um marido*, etc. Depois passou para o theatro de D. Affonso, e em seguida ao incendio do theatro Baquet, seguiu novamente com a companhia para os Açôres, alcançando grandes applausos no *Paralytico, Martyr da Victoria, Morgadinha de Valflôr, Milhões do criminoso, Honra por honra*, etc. Na volta dos Açôres, entrou para a empreza de Alves Rente, no theatro do Principe Real do Porto, e em 1892 veiu a Lisboa com a companhia que deu algumas recitas no Real Colyseu. Tinha casado com o actor José Ricardo. Pouco tempo sobreviveu a sua irmã, Thereza Aço, que falleceu no hospital Estephania, em resultado d'uma dolorosa operação que soffreu. Foi sepultada no Porto, em jazigo, juntamente com sua irmã.

Aço *(Thereza)*. Actriz portugueza, n. em Silves, a 18 de maio de 1852, f. em Lisboa, a 13 de maio de 1892. Representou pela primeira vez, em Lagos, n'um theatro d'amadores; em seguida representou em Faro, no theatro Lethes, onde fez progressos, desempenhando com muito agrado diversos papeis, e com especialidade, na *Morgadinha de Valflôr*. N'uma digressão que o actor Taveira fez ao Algarve, sympathisou com a novel artista, e casando com ella, partiram ambos para Lisboa em 1881, entrando no theatro de D. Maria, fazendo parte da companhia d'aquelle theatro durante uma epoca. Seguiram depois para o Porto e provincias, em que Thereza Aço sempre se distinguiu, no desempenho de diversos papeis do seu longo reportorio: *Martyr, Tomada da Bastilha, Marquez de la Seigliere, Fidalgos da Casa Mourisca, Princeza de Bagdad, Cabo Simão, Filho da noite, Falsa adultera*, etc. Foi duas vezes aos Açôres, em companhias organisadas por seu marido, representando sempre com o maior applauso e sympathia das plateias. Uma horrivel doença se lhe declarou então, e vindo a Lisboa em 1892, viu-se obrigada a entrar no hospital Estephania para soffrer uma operação dolorosa, a que succumbiu.

Acob. Nome de uma das cabilas que fôram ao cerco de Safim contra os portuguezes, em 27 de dezembro de 1511.

Acomane. Antigo reino na Africa Occidental, na Guiné, cujo xerife fez pazes com Portugal em 1503.

Acontiado. Fidalgo que recebia paga do rei para servil-o na guerra com certo numero de lanças. Que recebia *contia*. Obrigado a ter certas armas ou cavallo segundo o *acontiamento* ou valor da sua fazenda. *Acontiado* significava pois recenseado, avaliado e obrigado a ter cavallos e armas segundo o valor da sua fazenda ou acontiamento. Não podia soffrer penhora nas armas nem nos cavallos; só podia instituir herdeiros seus naturaes com permissão do desembargo do paço. Em Portugal deu-se mais particularmente este nome aos senhores illustres, que por alguma razão particular possuiam por mercê d'el-rei castellos ou villas. No tempo de D. Affonso V chamavam-se *acontiados* os vassallos que recebiam certa quantia de dinheiro para servirem a el-rei em tempo de guerra ou em qualquer outra necessidade para bem do reino.

Acontiador. Era antigamente o recenseador das rendas ou *contias* para segundo ellas impôr a obrigação de ter armas, cavallo, bésta ou lança para o serviço do rei em tempo de guerra. A' avaliação da fazenda de cada um para esse fim chamava-se *acontiamento*, bem como ao assenta-

mento das quantias que o soberano dava a certas pessoas para estarem providas de cavallos ou armas.

Açôr. Serra no districto de Coimbra; extensão 30 k., altura 1.330 m. || Pov. na freg. e conc. de Monchique. || Casal na freg. de Colmeal, conc. de Goes. || Sitio na freg. e conc. de Silves. || Casal na freg. de Castellejo, conc. de Fundão.

Açôr. Ha no Algarve uma serra com este nome, tem 18 k. de comprimento a 15 k. de largo. Segundo os sitios por onde passa, toma os nomes de Serra de Dobra e serra de Pero Janeiro. O rio Delouca nasce ao Oeste da serra e o rio Eucherim a Este. Possue mattas de asinheiros, e muita caça em que antigamente predominavam os javalis. || *(Serra do)* na Beira Baixa, tem 33 k. de comprido e 12 de largo, principia no logar de Sobral e acaba em Arganil. Proximo d'esta serra ficam as villas de Coja e Avô e muitas aldeias. Veiu-lhe o nome da palavra Açôr, que quer dizer ave de rapina. E' cultivada em grande parte e possue bons pastos para o gado.

Açôr ou Foz do Açôr. Casal na freg. e conc. da Pampilhosa.

Açôr e Foz do Bossim. Sitio na freg. e conc. de Monchique.

Açoreira. Pov. e freg. (S. João Evangelista) da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Moncorvo, dist. e bispo de Bragança. Tem escola do sexo masculino. 599 alm. e 164 fog. Dista a pov. 5 k. da séde do concelho. || Pov. na freg. de Ermello, conc. de Mondim de Basto. || Pov. na freg. de Fiães, conc. de Melgaço. || Pov. na freg. de Aureade, conc. de Resende. || Pov. na freg. e conc. de Sinfães. || Casal na freg. de Cerva, conc. de Ribeira de Pena. || Quinta na freg. Aguas Frias, conc. de Chaves. || Quinta na freg. de Capelludos, conc. de Villa Pouca d'Aguiar. || Pov. na freg. de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço. || Pov. na freg. d'Alvites, conc. de Mirandella.

Açoreiras. Log. da freg. de Sedielos, conc. de Peso da Regua.

Açoreiras de Baixo, Açoreiras do Meio, Açoreiras do Porto. Logares na freg. d'Aguas Frias, conc. de Chaves.

Açôres. Villa e freg. da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Celorico da Beira, dist. e bisp. da Guarda; 690 alm. e 152 fog. Dista 10 k. da séde do conc. Tem escola do sexo masculino. A egreja matriz, que ainda hoje existe, era em Aldeia Rica, freg. que actualmente está unida a esta villa; era antiquissima, de architectura gotica, tinha tres naves. Esta egreja, estando muito arruinada, foi demolida, e reedificada quasi pelos alicerces, no anno de 1790. E' seu orago Santa Maria ou N. S.ª dos Açores. Existe na capella-mór um tumulo com a seguinte inscripção: «Requievit famula xv pi. in pace. Svintilivba sub mense. Novembres. Era DCCIIII.» Deduz-se d'esta inscripção que se sepultou na era de Cesar. 704 (666 de Jesus-Christo). Svintiliuba, serva do Senhor. Houve aqui um mosteiro da ordem de Santo Agostinho. Descobriram-se no fim do seculo XVIII as columnas do claustro e as paredes das officinas, nos amplos passaes dos priores, d'um convento duples, que existiu n'este logar em tempos remotissimos. Ha aqui o nobre e antiquissimo Sanctuario de N. S.ª dos Açôres, que, como se disse, é hoje a matriz. Conservam-se n'ella 4 valiosos quadros: O apparecimento da Senhora ao *rustico da Vacca;* O filho do rei resuscitado: O açôr; e o da Victoria que os portuguezes alcançaram aos castelhanos proximo d'aqui. Parece que estas pinturas são tiradas da tradição popular, pois que não teem outro fundamento, não havendo ninguem que saiba quem é a personagem filha do rei que resuscitou, que deu o assumpto ao quadro. Egual conclusão se tira com respeito á batalha que parece lendaria. Tiveram os nossos reis este sanctuario em grande devoção e fizeram-lhe importantes doações. No foral que D. Manuel deu a Celorico. em 1512, manda este rei que a terça parte dos montados e maninhos se gaste com os cavalleiros e escudeiros que fôrem uma vez por anno em romaria a N. S.ª dos Açôres. Esta romaria fazia-se a 3 de maio. A villa d'Açores não teve nunca foral proprio. Pertenceu á corôa. Veiu-lhe o nome do milagre, que segundo a tradição, fez N. S.ª a um caçador do rei de Castella. || Uma pequena serra na freg. de Santa Maria das Medas, conc. de Gondomar, a 24 k. a nordeste do Porto, com 1:500 metros de comprimento e 1:000 de largo. Nasce n'esta serra o ribeiro de Villa Cova, que desagua no Douro. Existem aqui 12 poços profundos, que se julga serem minas de ouro dos romanos ou arabes. Segundo a tradição, foi uma cidade no tempo dos godos, que pretendem alguns ser a antiga Penafiel. A Lagôa da Fisga, situada n'esta serra, tem 1:500 metros de comprimento e 800 de largura e dá optimo milho no verão quando o leito está secco. Tem matto, caça e arvores silvestres. || Logar na freg. e conc. da Guarda. || Pov. na freg. de Valle Maior, conc. d'Albergaria. || Quinta na freguezia de Sequeiros, conc. d'Aguiar da Beira. || Habitação na freg. de Sul, conc. de S. Pedro do Sul.

Açôres. Archipelago situado no Oceano Atlantico, composto de nove ilhas orientaes a saber: Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa, S. Jorge, Pico, Fayal, Flôres e Corvo. Dividem-se em tres grupos no rumo O. N. O. comprehendidos entre 36° 37' e 39° 41' de Lat. N. e 15° 50' e 22° 10' Long. O. Dista do Cabo da Roca 1:250 k., 1:500 do Cabo Contin ao N. O. de Africa, 700 da ilha da Madeira e 1:800 do archipelago de Cabo Verde. A sua superficie é aproximadamente de 2:597 k. quadrados. Ficam no grupo oriental as ilhas de Santa Maria, S. Miguel, e as ilhotas denominadas Formigas, que são uns escolhos perigosos para a navegação e improprios para habitação humana, espalhados em mais de 10 k. e distantes 25 k. N. E. de Santa Maria e 40 S. O. de S. Miguel: o mais alto eleva-se acima do nivel do mar cerca de 20 metros e é apartado dos outros; visto de longe assemelha-se a um navio á vela. O outro grupo, isto é, o grupo central, comprehende as ilhas, Terceira, Graciosa, S. Jorge, Pico e Fayal. As ilhas Flôres e Corvo fórmam o grupo occidental. Estes grupos estão respectivamente distanciados: o primeiro do segundo, 175 k., e o segundo do terceiro 195 k. A derivação da palavra *Açôres,* que deu o nome ao archipelago, provém da grande quantidade de aves de rapina que ali se encontraram quando foi descoberto. Suppoz-se que estas ilhas, provinham da celebre ilha Atlantida que um violento terremoto fragmentou. A sua formação é de origem vulcanica o que não é só demonstrado pelas rochas basalticas, lavicas ou trachyticas de que

são constituidas, e pelos phenomenos vulcanicos que desde 1441 ali se teem dado, como tambem pelo actual vulcão da ilha do Pico. Exceptuando as ilhas de Santa Maria, Flôres e Corvo, todas as outras teem sido abaladas por tremores de terra. Este archipelago contém abundantes e excellentes fontes de aguas mineraes, thermaes ou frias, sendo as mais importantes as do Valle das Furnas, em S. Miguel, sulphureas; as do Pico, e as da Graciosa e Flôres. Tem um solo feracissimo, e aproveitado para a cultura, produzindo abundancia de legumes, trigo, milho, e vinho. Ali se dão a canna de assucar, o ananaz, tabaco, algodão, linho e madeiras. O clima é excellente, suave, sem calores ardentes nem frios intensos, de ar puro e saudavel. As armas d'estas ilhas compõem-se d'um açôr cercado de nove estrellas, que correspondem ás nove ilhas do archipelago. Foi a ilha de Santa Maria a primeira descoberta, por Gonçalo Velho Cabral, a 15 de agosto de 1432, o qual, no anno anterior, tinha infructuosamente seguido a mesma derrota, deparando apenas com um grupo de rochedos a que deu o nome de Formigas. Depois de explorar a ilha, regressou a Portugal e recebeu do infante D. Henrique, em doação, a capitania d'ella. A 8 de maio de 1444, foi descoberta a ilha de S. Miguel tambem por Velho Cabral, que lhe deu o nome do dia em que se realisou o descobrimento. O infante D. Henrique egualmente lhe fez a doação da capitania. Seguiu-se successivamente entre 1444 a 1464 a descoberta das sete restantes ilhas: Terceira, S. Jorge, Graciosa, Fayal, Pico, Flôres e Corvo. Fôram os flamengos em 1466 os primeiros colonisadores das ilhas, não porque elles as descobrissem, como erradamente se julgou, mas porque el-rei D. Duarte fez doação d'ellas a sua irmã, D. Isabel de Borgonha, condessa de Flandres, mãe de Carlos, o Temerario. D'aqui vem chamar-se-lhes tambem *ilhas flamengas*. Passaram depois a ser habitadas por portuguezes que as fôram povoando. O archipelago descobriu-se no reinado de el-rei D. João I, apesar de alguns historiadores, e entre elles o sabio inglez Ricardo Henrique Major, suppôrem que foi descoberto, não por Gonçalo Velho Cabral, mas por marinheiros portuguezes no reinado de D. Affonso IV, levados a essas paragens por capitães genovezes que vieram a Portugal contractados por D. Diniz, quando este rei quizera dar um grande impulso á nossa marinha. Nos mappas genovezes, no portulano Medicis, de 1351, dos irmãos Pizzigani de 1367, no mappa catalão de 1375, na carta de Parma do seculo XIV, figuram umas ilhas na latitude dos Açôres com o nome de *insula di Corvimarine, Le Conigi, San Zorzo, Insula de Braz*, etc., variando por vezes os nomes das ilhas e o numero. Diz o eminente escriptor Pinheiro Chagas: «Prova-se que os Açôres fôram descobertos por marinheiros portuguezes com capitães genovezes, porque dão primeiro noticia d'essas ilhas os mappas de origem genoveza, e porque tendo as Canarias, que figuram nos mesmos mappas, o escudo genovez ao lado, em signal de que a republica pretendia ter direitos sobre ellas, não figura o mesmo escudo ao lado dos Açôres, prova de que a republica não se arrogava direitos sobre essas ilhas, descobertas por armadas estrangeiras.» O archipelago dos Açôres constitue um bispado, instituido em 1534 pelo pontifice Paulo III, a pedido de D. João III. O primeiro bispo foi Agostinho Ribeiro. E' suffraganeo do patriarchado. O bispo não é par do reino nato, como os do continente. Quanto ao mais, gosa de todas as prerogativas do episcopado portuguez. V. as differentes ilhas.

Acorga ou **Corga.** Logar na prov. da Beira Alta, distr. de Vizeu, conc. de Penalva.

Acouce. Logar na prov. da Beira Baixa, bisp. com. e termo da cidade de Coimbra, arcediago de Penella; pertencente á freg. de S. Pedro de Villa Secca.

Açougagem. Direito que se pagava antigamente de quaesquer vendas ou compras, não só nos logares onde se vendiam carnes frescas, mas ainda em todo o logar e praça, em que se vendiam fructas, pão, hortaliças, peixe, panellas, etc., e por isso ás ruas dos vendedores se chamaram algumas vezes *açougues*.

Açougue. Logar na freg. de Britello, conc. de Celorico de Basto. ‖ Logar na freg. de S. Lourenço de Selho, conc. de Guimarães.

Açoutes. Castigo, pena vil que se dava antigamente. Segundo as *Ordenações* do reino não se podia dar açoutes a pagens de fidalgos, juizes e vereadores, ou a seus filhos, nem a procuradores das villas e concelhos. A pena de açoutes podia ser substituida por um até dois annos de degredo para Brazil ou Africa. Ao escravo fugitivo, para que declarasse o nome de seu senhor, não se podia dar mais de quarenta açoutes. Alem das isenções acima, prescreviam ainda as *Ordenações* mais as seguintes pessoas: escudeiro a cavallo de prelados e fidalgos, moços das estrebarias reaes e das dos titulares, mestres e pilotos dos navios da gavea, os collaços de desembargadores ou de cavalleiros de linhagem, quaesquer individuos que tivessem cavallo de estado.

Acroamas. *Panegyricos com que a Sancta Cathedral Igreja de Coimbra recebeu... a sagrada reliquia de S. Thomaz de Villa Nova*, Coimbra, 1690. Comprehende varias poesias em portuguez, latim e hespanhol, e tres sermões na primeira d'estas linguas.

Açude. Logar na freg. de Bairros, conc. de Castello de Paiva. ‖ Casal da freg. d'Alfeizão, conc. de Alcobaça. ‖ Herdade na freg. do Cereal, conc. de S. Thiago do Cacem. ‖ Fazenda, na freg. de Escoural, conc. de Montemór-o-Novo. ‖ Sitio na freg. de S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem. ‖ Moinho, na freg. de Meruge, conc. de Oliveira do Hospital. ‖ Moinho, na freg. de Carangnejeira, conc. de Leiria.

Açude de Baixo, Açude de Cima. Nome de 4 hortas; 2 na freg. d'Alter Pedroso, conc. d'Alter do Chão, e 2 na freg. e conc. d'Elvas.

Acypreste ou Cypreste. Casal na freg. de Erra, conc. de Coruche. ‖ Casal na freg. de S. Miguel de Machede, conc. de Evora. ‖ Quinta na freg. da Sé, conc. e cid. d'Evora. ‖ Quinta, na freg. de Antanhol, conc. de Coimbra. ‖ Logar na freg. d'Evora, conc. d'Alcobaça. ‖ Pov. na freg. d'Evora d'Alcobaça, conc. d'Alcobaça. ‖ Pov. na freg. de Paião, conc. de Figueira da Foz.

Acyprestes ou Cyprestes. Casal, na freg. de Paul, conc. de Santarem. ‖ Casal, na freg. de Torrão, conc. d'Alcacer do Sal. ‖ Quinta, na freg. Villa Nogueira de Azeitão, conc. de Setubal.

A da Beja. (V. *Dabeja*).

Adães. Pov. e freg. da prov. do Minho, conc,

e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga. 377 alm. e 89 fog. Dista 7 k. da séde do conc. Orago S. Pedro, apostolo. Era curato do mosteiro do couto de Villar de Frades, chamado vulgarmente *bons homens de Villar.* || Pov. na freg. de Sanjurge, conc. de Chaves. || Pov. nas freg. de Loureiro e Ul, conc. de Oliveira de Azemeis, e Santa Leocadia, conc. de Chaves. || Herd. na freg. Degollados, conc. d'Arronches.

Adafroya, Anfragia. Valle na prov. da Beira, bisp. de Coimbra, limites da freg. de S. Paio de Farinha Pôdre.

Adagoi. Pov. da freg. de Alhariz, conc. de Valle Passos. || Logar, na freg. de Capelludos, conc. de Villa Pouca de Aguiar. Tambem se chama Adegos.

Adail. Antigo official que conduzia o exercito por caminhos occultos. Tambem era do seu officio governar os *almocadens* e os *almogavares* e toda a gente que fazia as correrias nas terras dos inimigos. O officio de *adail* em Portugal é bastante antigo, mas no principio teve o nome de *zaga,* e os venezianos ainda hoje chamam *zago* ao mestre de cerimonias que precede a todos os mais. No *Foral de Thomar* no anno de 1662 se falla do *zaga;* e, porque este ia sempre na vanguarda, parece que d'ahi veiu chamar-se antigamente *çaguão* ao pequeno atrio coberto ou pateo que havia deante e nas frentes das casas; e *çaguate* ao presente ou brinde, que se mandava a alguem, primeiro que fôsse visitado, o que nas colonias africanas é muito seguido pelos chefes indigenas quando pedem audiencia. O primeiro *adail,* que houve em Portugal, foi Diogo de Barros, filho de Gonçalo Nunes de Barros, senhor de Castrodayre e outras terras em tempo d'el-rei D. João I. Para a cerimonia da eleição do *adail,* juntavam-se doze adais, os quaes debaixo de juramento diziam se o eleito tinha os devidos requisitos para aquelle officio; jurando que sim, armavam-n'o, e um dos principaes cavalleiros lhe cingia a espada. Então elle desembainhando-a, punha-se sobre o escudo, e os doze o levantavam ao ar. Virava-se o eleito para o Oriente e, dando dois talhos com a espada no ar, dizia: «Desafio em nome de Deus a todos os inimigos da fé e do meu rei», e virando-se successivamente para as outras partes do mundo fazia o mesmo e proferia as mesmas palavras. Depois d'isto descia do escudo, embainhava a espada, e o rei lhe dava uma insignia, dizendo: «Concedo-te que sejas adail d'aqui por deante.» Entre os adais portuguezes merece particular memoria Lopo Barriga, que viveu em tempo d'el-rei D. João III, cujas valorosas acções o fizeram tão temido dos mouros, que corria entre elles como praga e maldição dizer-se: «Lançadas te dêem de Barriga.»

Adanaia. Pov. e freg. da Calhandriz, conc. e com. de Villa Franca de Xira.

Adão *(João).* Um dos portuguezes que no Indo-China auxiliaram, em 1537, o rei do Pegú, nas guerras que lhe faziam os seus visinhos mais poderosos. Nas *Lendas da India,* de Gaspar Correia, falla-se muito n'este valente guerreiro.

Adão *(Vicente Ferreira).* Musico portuguez do seculo XVIII, na capella real de D. José e D. Maria I. Auctor de 2 sonetos, um dedicado a Francisco Ignacio Solano, e outro á Virgem, os quaes estão assignados, por Vicente Ferreira Adão, clarim da casa real.

Adão. Freg. da prov. da Beira Baixa, conc., com., dist. e bisp. da Guarda. 450 alm. e 115 fog. Tem escola do sexo masc. E' seu orago S. Bartholomeu. || Pov. da freg. d'Alqueidão da Serra, conc. de Torres Novas. || Ribeira, affluente do Côa.

Adão Durão. Pov. da freg. de S. Thomé das Lamas, conc. do Cadaval.

Adão Lobo. Pov. da freg. e conc. do Cadaval, com. d'Alemquer.

A da Rainha. Pov. de Portugal, com. e termo de Torres Vedras.

Adarce. Pov. da freg. de Alverca, conc. e com. de Villa Franca de Xira.

Adarga. Appellido nobre em Portugal. Armas: em campo azul cinco flôres de liz de ouro em aspa.

Adarnal. Sitio, na freg. de Pomares, conc. de Barrancos.

A da Rolla. Aldeia, na prov. da Extremadura, freg. de S. Miguel do Milharado.

A das Carreiras. Logar, na freg. de Carvoeira, conc. de Torres Vedras.

A da Serra. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação de Cezimbra.

A das Sovellas. Pov. na freg. da Ribaldeira, conc. de Torres Vedras.

Adaufa. Quinta, na freg. de Silgueiros, conc. de Vizeu.

Adaufe. Pov. na prov. do Minho, freg. de Santa Maria, conc., com., distr. e arceb. de Braga. 2.017 alm. 532 fog. Tem escola do sexo masc. Dista 5 k. da séde do conc. Adaufe é palavra arabe *Adalfe,* que quer dizer *adufe,* pandeiro quadrado. Tambem póde ser nome proprio de homem, Adaulfo ou Adulfo, muito usado antigamente. Teve foral, que lhe foi conferido por D. Affonso III em 1258. Nuno Odoris e sua mulher Aduzinda Viscoi, da familia dos Souzas, fundára aqui em 1070 um convento de frades bentos, que estiveram n'elle mais de 360 annos, sendo depois reduzido a abbadia secular, e passado a commenda por D. Manuel. || Duas pov., uma na freg. d'Arrifana, conc. da Feira, outra, na freg. de Moldes, conc. de Arouca.

Adaval. Freg. na prov. do Alemtejo, conc. e com. do Redondo, distr. e arceb. d'Evora. 346 alm. e 74 fog. Dista 24 k. d'Evora a 5 da séde do conc. e a 120 de Lisboa. Tem por orago S. Miguel.

Adavelha. Pov. da freg. de Fiães, conc. de Melgaço.

Adayras ou Adairas. Logar na prov. da Beira, termo da villa de S. João do Monte.

Adçamo. Pov. da freg. de Ventosa, conc. de Vousella.

Adcolna. Povoação da regedoria de Orgão, no concelho de Pondá, districto, com. e arcebispado de Gôa, na India.

Ade. Pov. e freg. da prov. da Beira Baixa, conc. de Almeida, com. de Pinhel, distr. e bisp. da Guarda. Tem 198 alm. e 52 fog. Dista a pov. 5 k. da séde do conc. E' seu orago S. João Evangelista. || Ribeira na Beira Baixa, nasce na freg. de Sant'Anna da Serra da Asinha, junto á quinta de Perobullo. Secca no verão. Juntam-se a ella os ribeiros Adão e Lusello. Desagua no Côa, no logar de Seixo de Côa, e tem 18 k. de curso. Ade é corrupção de adem, pato.

Adeam de Baixo e de Cima. Duas pov. na prov. da Extremadura, patriarc. de Lisboa.

Adeantado. Governador de terra com poder civil e militar. | *Adeantado-mór,* dignidade equivalente. | *Adeantado-mór d'El-Rei.* | *Adeantado-mór de cavallaria d'El-Rei.* Capitão general e fronteiro-mór. Esta dignidade, creada em Portugal no tempo de D. Affonso V, extinguiu-se no reinado immediato.

A de Carros. Logar na freg. de Penso, conc. de Sernancelhe.

A de Chasco. Pov. na prov. do Minho, conc. d'Albergaria.

Adedella. Pov. distr. de Vianna do Castello, freg. de Fiães, conc. de Melgaço.

A de Formoso. Casal, na freg. de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira.

Adefroia. Casal, freg. de Pombeiro, conc. de Arganil. | Quinta, na freg. de Cavernães, conc. de Vizeu.

Adega. Pov. na freg. de Monte Redondo, conc. de Arcos de Valle de Vez. | Pov. na freg. de Santo Quintino, conc. de Sobral de Mont'Agraço. | Pov. na freg. de Felgueiras, conc. de Resende. | Pov. na freg. de Crasto, conc. de Ponte da Barca. | Pov. na freg. de Ancede, conc. de Baião. | Pov. na freg. da Graça, conc. de Pedrogão Grande. | Casal na freg. de Covellas, conc. de Baião. | Casal na freg. de Mont'Alvo, conc. de Constancia. | Quinta na freg. de Silvares, conc. de Louzada. | Casal na freg. e conc. de Lamego. | Casal na freg. de Tarouquella, conc. de Sinfães. | Casal na freg. da Carnota, conc. d'Alemquer. | Herd. na freg. d'Evora Monte, conc. de Extremoz.

Adega do Chão. Pov. da freg. de Cambres, conc. de Lamego.

Adega Velha. Pov. da freg. de Real, conc. de Amarante.

Adeganha. Pov. e freg. da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Moncorvo, dist. e bisp. de Bragança. 358 alm. e 81 fog. Existe n'esta freguezia um monte arborisado, a que chamam Castello-Velho, e no seu cume ha um montão de pedras, que se diz serem os restos d'um castello de mouros. Presume-se que houve em tempos muito remotos, no sitio chamado N. S.ª do Castello, uma cidade de que não se sabe o nome, e da qual ha vestigios de muros arruinados. Tem foral que lhe deu D. Affonso III em fevereiro de 1259. Foi do padroado real e era cabeça de uma commenda da ordem de Christo. Dista a pov. 12 k. da séde do conc. A palavra *Adeganha* vem do antigo portuguez, que significava terras que se haviam tomado dos montes e que se reduziam á cultura. | Pov. na freg. de Mesão Frio, conc. de Guimarães.

Adegas. Pov. na freg. de Vinhós, conc. de Fafe. | Pov. na freg. de S. Mamede de Negrellos, conc. de Santo Thyrso. | Pov. na freg. de Souzello, conc. de Sinfães. | Pov. na freg. de France, conc. de Vizeu. | Pov. na freg. de Pedrogam Pequeno, conc. da Certã. | Pov. na freg. de Mata-Cães, conc. de Torres Vedras. | Casal na freg. da Portella do Fojo, conc. de Pampilhosa da Serra. | Pov. na freg. d'Arrifana, conc. de Poyares. | Pov. na freg. da Serra, conc. de Grandola. | Pov. na freg. de Ventosa, conc. de Torres Vedras. | Pov. na freg. de S. Luiz, conc. de Odemira. | Quinta na freg. de Penajoia, conc. de Lamego. | Herd. na freg. e conc. d'Alvito. | Habitação na freg. das Amoreiras, conc. d'Odemira.

Adegas d'El-Rei. Casal, na freg. de Vau, conc. d'Obidos.

A de Geraldo. Casal, na freg. d'Orvalho, conc. d'Oleiros.

Adegoiva. Pov. do conc. de Guimarães, freg. de S. Vicente de Passos, distr. de Braga.

Adegueiro. Pov. da freg. de Bouro, conc. de Amares.

Adeguinha. Casal, na freg. e conc. de Grandola.

Adeiujo. Logar, na freg. de Fornellos, conc. de Sinfães.

Adeixeira ou Aderneira. Casal na freg. e conc. de Ferreira do Zezere.

A de Junho. Quinta, na freg. do Granjal, conc. de Sernancelhe.

A de Justo. Aldeia da Extremadura, na freg. de Casaes, conc. de Thomar.

Adela. Pov. da freg. do Colmeal, conc. de Goes.

A de Martinho. Logar, na freg. de Vimieiro, conc. de Santa Combadão.

Adem. Cidade maritima da Arabia. Foi uma das mais opulentas antes dos portuguezes se apossarem do commercio das Indias pelo Cabo da Boa Esperança. Actualmente está feita pelos inglezes uma praça de guerra de primeira ordem, que lhes dá como que a chave do Mar Vermelho, e tornou-se de novo um emporio importante de commercio e porto de escala dos paquetes que passam por Suez. N'esta cidade se encheu de gloria o nome portuguez. Affonso de Albuquerque, que sempre lhe reconheceu a importancia estrategica e de porto magnifico, atacou-a em 1513 e n'ella fez invernar por algumas vezes as suas naus.

Adémas. Sitio da freg. de Santa Cruz, conc. de S. Thiago do Cacem. | Habitação na freg. de Santo André, do mesmo concelho.

Ademascos. Sitio na freg. Budens, conc. de Villa do Bispo.

A de Meios. Quinta na freg. d'Arcozellos, conc. de Moimenta da Beira.

Ademia de Cima, Ademia de Baixo. Pov. da freg. de Tronxemil, conc. de Coimbra. No cartorio municipal de Coimbra guardam-se varias cartas dos privilegios do mosteiro de Santa Cruz da mesma cidade, passadas desde 1778 até 1802 aos caseiros ou emphyteutas dos seus prazos no logar de Ademia.

A de Moço. Logar, na freg. de Cambas, conc. d'Oleiros.

Adenda. Povoação situada a 65 kil. ao S. do rio Quanza, no conc. de Quissama, em Angola. A pequena distancia, na margem direita, corre o rio Bumbe, confluente do Longa, e ahi ha importantes minas de sal.

Adengueiro. Casal na freg. de Monsanto, conc. de Idanha a Nova.

A de Paulos. Herd. na freg. de Vasamonte, conc. de Monforte.

A de Pisco. Aldeia, na prov. da Beira Alta, bisp. e com. de Vizeu, termo da villa do Sul.

Aderneiras. Casal na freg. da Serra, conc. de Grandola.

Aderneirinha. Casal na freg. da Serra, conc. de Grandola.

Aderneiro. Rio do Alemtejo, nasce nas herdades das Côrtes, perto de Beringel; chama-se rio Gallego, até chegar a Aderneiro, que fica a 2 k. da sua nascente, e que lhe dá o nome até

chegar a Algêda, onde entra no Sado com o nome de Algêda.

Adernella. Casal, na freg. de Travanca de Lagos, conc. d'Oliveira do Hospital. ‖ Quinta na freg. de Valezim, conc. de Ceia.

Adevagar. Logar, na freg. d'Achete, conc. de Santarem.

Adiça. Nome que se dava a uma celebre mina d'ouro que existia entre Almada e Cezimbra, e que foi explorada desde o reinado de D. Sancho I até D. Manuel. Era na epoca a principal mina d'ouro de Portugal, de grande utilidade publica. Chamavam-se *adiceiros* a todos os homens que trabalhavam nas minas do reino. D'aqui se manifesta a razão porque os mouros chamaram *Almadan*, ou castello da mina, á villa de Almada. Faltando logo nos principios do seculo XIX o oiro do Brazil tratou-se de explorar novamente esta antiga mina, sendo encarregado da direcção dos trabalhos José Bonifacio de Andrada e Silva. Reconhecendo-se que a producção cobria as despezas, começaram as excavações em 4 de julho de 1814. Os gastos feitos até fins de abril de 1815, com as pesquizas, edificios, ferramentas, etc. foram de 3:304$810 réis e o producto, depois do metal fundido e afinado a 22 quilates e 1 1/2 grãos, de 6:315$520 réis, seu valor intrinseco. Em 1832 ainda entrou na Casa da Moeda, afim de ser reduzido a dinheiro, algum ouro pertencente á mina do *Principe Regente* no sitio da Adiça. ‖ Serra do Alemtejo, com 12 k. de comprimento e 9 de largo; nasce na freg. de S. Pedro da Adiça e acaba na serra de Ficalho. A' distancia de 1:500 m. de Ficalho ha uma cova com varias galerias, das quaes umas vão dar a uma fonte e outras ignoram-se onde terminam. Segundo a tradição, habitaram antigamente esta cova monges solitarios, morrendo o ultimo em 1720. Tem uma ramificação chamada «Serra da Abelheira.» Tem minas de ouro.

Adiça ou Aldeia de Sobral. Fica na prov. do Alemtejo, conc. e com. de Moura, distr. e bisp. de Portalegre; 210 fogos. Dista 155 k. de Lisboa e 75 k. d'Evora.

Adnodeiro. Pov. da freg. de Moledo, conc. de Castro Daire.

Adnuba. V. *Adua*.

Adôa. Quinta, na freg. da Sé, cidade e conc. d'Evora.

A do Alcaide. Sitio, na freg. de Urra, conc. de Portalegre.

A do Baço. Logar, na freg. de Arranhó, conc. d'Arruda dos Vinhos.

A do Bello. Sitio na freg. d'Alegrete, conc. de Portalegre.

Adobos. Logar, na freg. de Paião, conc. da Figueira da Foz.

A do Cavallo. Logar, na freg. de Moreira de Rey, conc. de Fafe.

A do Cêa. Sitio na freg. de Urra, conc. de Portalegre.

A do Ceitas. Casal, na freg. e conc. d'Ourique.

A do Coelho. Quinta, na freg. e conc. d'Ourique.

Adões. Pov. da freg. de Barcouço, conc. da Mealhada.

A do Freire. Pov. na freg. d'Alqueidão da Serra, conc. de Porto de Moz.

Adogós. Pov. da freg. de Capelludos, conc. de Villa Pouca de Aguiar.

A do Ledo. Pov. do conc. de Mertola.

A do Lindo. Logar, na freg. de Moimenta, conc. de Sinfães.

A do Longo. Pov. do conc. de Mertola. ‖ Pov. no termo de Cintra.

A do Matto. Aldeia na prov. da Extremadura, com. de Torres Vedras.

A do Mealha. Quinta, na freg. e conc. d'Ourique.

A do Méco. Pov. da freg. da N. S.ª da Consolação de Cezimbra.

A do Meio. Aldeia, na freg. e conc. de Villa Viçosa.

A do Motta. Quinta, na freg. e conc. d'Ourique.

A do Mourão. Pov. da freg. de S. Thiago dos Velhos, conc. d'Arruda dos Vinhos. ‖ Aldeia, na prov. da Extremadura, termo de Lisboa.

Adon ou Abdon. Aldeia, na freg. de Arnoia, com. e conc. de Celorico de Basto. Tem o nome vulgar de *Santoadon*. Adon ou Abdon é a propria palavra hebraica *Abdon* e não corrupção de *Adão*.

Adon de Baixo, Adon de Cima. Dois logares na freg. de Salreu, conc. d'Estarreja.

Adonares. Quinta, na freg. de Dornellas, conc. da Pampilhosa da Serra.

Adonella. Pov. na freg. de Autime, conc. de Fafe. ‖ Casal na freg. de Freixo de Baixo, conc. d'Amarante.

A dos Neves. Pov. do conc. de Mertola.

A do Pereiro. Habitação na freg. de Lagares, conc. d'Oliveira do Hospital.

A do Rainha. Logar, na freg. de Carvoeira, conc. de Torres Vedras.

Adorão. Pov. da freg. de Dornellas, conc. de Pampilhosa.

Adorde. Casal, na freg. do Espirito Santo, conc. de Mertola.

Adoria. Pov. da freg. de Cerva, conc. de Ribeira de Pena.

Adorigo. Pov. e freg. da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Taboaço, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego. 634 alm. e 175 fog. Dista a pov. 7 k. da séde do conc. E' Orago N. S.ª do Conduzendo.

Adorno. Familia nobre portugueza, procedente de Hespanha ou de Italia. Brazão incompleto: em campo de ouro, banda xadrezada de prata e ouro de tres ordens. Ha outros do mesmo appellido, de brazão tambem incompleto: em campo azul, cinco flôres de liz de ouro em aspa, e contrachefe faxado de prata e azul de seis peças.

A do Rocha. Herd. da freg. de Santa Eulalia, conc. d'Elvas.

A do Vigario. Sitio na freg. de Urra, conc. de Portalegre.

A dos Alvares. Serra na prov. do Alemtejo, arceb. d'Evora.

A dos Arcos. Pov. da freg. de S. Lourenço de Arranhó, conc. de Arruda dos Vinhos.

A dos Bens. Pov. no distr. de Beja, conc. de Mertola.

A dos Bispos. Pov. na freg. e conc. de Villa Franca de Xira.

A dos Calças. Quinta, na freg. e conc. d'Ourique.

A dos Corvos. Casal, na freg. da Serra, conc. de Grandola. ‖ Casal, na freg. e conc. de Mertola.

A dos Cunhados. Pov. e freg. da prov. da Extremadura, conc. e com. de Torres Vedras,

distr. e patr. de Lisboa. 1507 alm. e 309 fog. Dista a pov. 6 k. da séde do conc. Orago, N. S.ª da Luz.

A do Serra. Pov. na freg. d'Alegrete, conc. de Portalegre.

A dos Fernandes. Casal, na freg. e conc. de Mertola.

A dos Ferreiros de Baixo e A dos Ferreiros de Cima. Pov. da freg. de Prestimo, conc. d'Agueda.

A dos Francos. Pov. e freg. da prov. da Extremadura, conc. de Obidos, com. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria, patr. de Lisboa. 756 alm. e 309 fog. Dista a pov. 10 k. da séde do conc. Orago, S. Silvestre. ‖ Pov. e freg. da prov da Extremadura, conc. da Lourinhã, com. de Torres Vedras, distr. e patr. de Lisboa. 1507 alm. e 309 fog. A pov. dista 6 k. da séde do conc. Orago, S. Lourenço.

A dos Gallegos. Pov. da freg. da Sapataria, conc. de Sobral de Mont'Agraço.

A dos Loucos. Pov. da freg. de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira.

A dos Mattos. Casal, na freg. da Serra, conc. de Grandola.

A dos Melros. Pov. na freg. d'Alverca, conc. de Villa Franca de Xira.

A dos Malhados. Pov. na freg. da Sapataria, conc. de Sobral de Mont'Agraço.

A dos Negros. Pov. e freg. da prov. da Extremadura, conc. d'Obidos, com. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria, patr. de Lisboa. 851 alm. e 203 fog. Dista a pov. 6 k. da séde do conc. E' orago Santa Maria Magdalena.

A dos Neves. Casal na freg. e conc. de Mertola.

A dos Nobres. Quinta na freg. e conc. d'Ourique.

A dos Potes. Pov. na freg. d'Alverca, conc. de Villa Franca de Xira.

A dos Ramos. Casal na freg. Via Gloria, conc. de Mertola.

A dos Ruivos. Pov. na freg. de Carvalhal, conc. d'Obidos.

A dos Sedas. Casal na freg. do Espirito Santo, conc. de Mertola.

A dos Vargens. Casal na freg. Via Gloria, conc. de Mertola.

A dos Vicentes. Casal na freg. do Espirito Santo, conc. de Mertola.

Adoufe. Pov. e freg. da prov. de Traz-os-Montes, conc., com. e distr. de Villa Real, arceb. de Braga. 1128 alm. e 341 fog. Tem escolas de ambos os sexos. Por doação de D. Sancho II, em 1238, fez esta pov. parte da mitra bracarense. Dista a pov. 7 k. da séde do conc. Orago, Santa Maria. ‖ Pov. da freg. de Gemeos, conc. de Celorico de Basto.

Adourigo. Moinho, na freg. de Rio de Moinhos, conc. de Sátam.

Adozeiros. Pov. da freg. de S. Thiago dos Velhos, conc. d'Arruda dos Vinhos.

Adozinda. Poema em 4 cantos, do visconde d'Almeida Garrett, baseado sobre uma lenda muito popular nas provincias do norte do Portugal. E' um trabalho notavel pelo merecimento litterario e belleza do verso, em redondilha menor.

Adrão. Pov. da freg. de Valladares, conc. de Baião. ‖ Pov. na freg. de Villa Cova á Coelheira, conc. de Ceia.

Adrejães. Casal, na freg. da Serra, conc. de Grandola.

Adrião *(Padre Pedro)*. Jesuita portuguez, nat. de Lisboa, f. em 1713. Deixou alguns escriptos.

Adrião *(Santo)*. Freg. da prov. da Beira Alta, com. e conc. de Armamar, bisp. de Lamego. 70 fog. No rio Tédo que passa n'esta villa, ha uma boa ponte de cantaria, junto á qual existem ruinas de construcções muito antigas, e uma galeria que põe em communicação as duas margens do rio. Nas immediações tem apparecido sepulturas cavadas na rocha. A capella de N. S.ª do Saboroso está sobre a referida galeria. E' seu orago Santo Adrião. Foi da com. de Taboaço, distr. de Vizeu; desde 1855, pertence á com. de Armamar, do mesmo districto. ‖ Pov. nas freg.ᵃˢ de Cedrim, conc. de Sever do Vouga, e de Facha, conc. de Ponte de Lima.

Adro. Povoações nas freg.ᵃˢ de Darque, conc. de Vianna do Castello; na de Valdozende, conc. de Terras de Bouro; na de Prazins (Santo Thyrso), conc. de Guimarães; na de Zezere, conc. de Baião; na de Bitarães, conc. de Paredes; na de Fermedo, conc. d'Arouca; na de Sonzello, conc. de Sinfães; na de Avões, conc. de Lamego. ‖ Casal na freg. de Varzea, conc. de S. Pedro do Sul. ‖ Quinta na freg. e conc. de Ferreira do Zezere. ‖ Habitação na freg. d'Alvite, conc. de Cabeceiras de Basto.

Adro Agadão. Logar, na freg. d'Agadão, conc. d'Agueda.

Adro das Candeias. Logar, na freg. d'Alguber, conc. de Cadaval.

Adro da Egreja. Pov. da freg. de Santo Isidoro, conc. de Mafra.

Adro de Sangalhos. Pov. da freg. de Sangalhos, conc. de Anadia.

Adro de Santa Maria. Casal, na freg. da Beberriqueira, conc. de Thomar.

Adrões. Pov. da freg. e concelho da Batalha.

Adroia. Pov. da freg. de S. Martinho de Sardoura, conc. de Castello de Paiva.

Adsulim. Pov. pertencente á freg. de Benaulim, conc. de Salsete, distr. de Gôa, Velhas Conquistas, na India.

Adua. Certo imposto em dinheiro, nos seculos IX ao XV, para com o seu producto se reparar e construir obras de fortificação necessarias á defeza d'uma terra. Tambem era de natureza corporal, obrigando-se as *adûas,* certas quadrilhas de gente plebea, a trabalhar nas obras militares. Serviço ou tributo, é certo que esta imposição chegou a ser excessiva, levando os povos a reclamar, como se vê da carta de D. Affonso III dada em Coimbra a 28 de julho de 1265 e reproduzida nas côrtes de Santarem de 1284 em 27 de janeiro. ‖ Pov. da freg. de Sant'Anna do Campo, conc. d'Arraiollos.

Aduana ou Portagem. Sitio da freg. de Aramenha, conc. de Marvão.

Aduares. Casal, na freg. e conc. de Móra. ‖ Sitio, na freg. de Santa Cruz, conc. de S. Thiago do Cacem.

Aduba. V. *Adua.*

Adufe. Pov. da freg. da Silva, conc. de Barcellos.

Adufes *(Ribeiro dos)*. Nasce no Minho na serra de Refojos e a 2 k. da sua nascença morre no rio Lessa.

Aduinha. Pov. da freg. de Sant'Anna do Campo, conc. de Arraiollos.

Adum. Aldeia da regedoria do torofo de Bally, no conc. de Quepém, distr. de Gôa, Novas conquistas, na India.

Advogado. Patrono que defende o direito de alguem perante o tribunal Segundo as *Ordenações* o advogado havia de ter oito annos de estudo e para o ser na Casa da Supplicação leria um ponto. Na Casa do Porto bastava o grau da Universidade. Nas correições ou devassas tanto podia ser advogado o graduado por exame como o que tivesse os oito annos de estudo requeridos. O menor de 25 annos, graduado bacharel, podia advogar. Tendo sido advogado na Casa da Supplicação por quatro annos, podia ser tomado por desembargador do Porto. Ao fidalgo clerigo e aos religiosos não era licito advogar. Aos donatarios das egrejas se dava tambem o titulo de advogado ou defensor. || *Advogado de provisão.* Pelo alvará de 24 de julho de 1713 podiam quaesquer pessoas idoneas ser advogados fóra da côrte, tirando a provisão competente, a qual era passada pela Mesa do Desembargo do Paço, cujas attribuições fôram depois conferidas por decreto de 2 de junho de 1830 para a Junta de Justiça. Pelo artigo 18 da carta de lei de 19 de dezembro de 1844, ficou competindo ao presidente do Supremo Tribunal de Justiça conceder no continente do reino licença para advogar, quando não pudessem apresentar carta de formatura.

Advogado. Quinta, na freg. de Tortozendo, conc. da Covilhã.

Advogados *(Associação dos).* V. este nome.

Advolpale. Aldeia da regedoria do conc. de Sanquelim, distr. de Gôa, na India.

Advoy. Aldeia da circumscripção militar de Valpoy, na prov. de Satary, districto de Gôa, Novas conquistas, na India.

A' Eira. Casal, na freg. de Santa Ovaia, conc. d'Oliveira do Hospital.

Afains. (V. *Affaes).*

Afeital, Fetal da Charneca ou Fetal da Serra. Dois casaes ou herdades da freg. e conc. de Grandola.

Afeiteira ou Feteira. Herdade, na freg. de S. Romão, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Afeiteira ou Feteira de Cima. Herd. na freg. de Ciladas, conc. de Villa Viçosa, distr. d'Evora.

Aferidos. Azenha na freg. de Anna Loura, conc. de Extremoz, distr. d'Evora.

Afey. Pov. na prov. do Douro e Minho.

Affaes. Pov. da freg. de Borba de Montanha, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Affe. Pov. da freg. de Mozellos, conc. de Paredes de Coura.

Affife. Pov. e freg. da prov. do Minho, conc., com. e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga. 1360 alm. e 240 fog. Está situada n'uma planicie bastante fertil, na costa do Atlantico, e abrigada do N. e N. E. por uma serra pittoresca. Tem egreja com tres naves. Sobre o rio de Affife atravessa uma linda ponte que foi construida em 1857. A primeira fundação d'esta ponte é de origem muito antiga, tem tido diversas reconstrucções, sendo a ultima a que se fez em 1857, para sobre ella passar a estrada de Lisboa para o norte do reino. Proximo da pov. do sitio chamado *Cabanas,* existe um antigo mosteiro de benedictinos, fundado em 570 por S. Martinho, bispo de Dume. Dizem alguns que um sitio d'aqui ao N. E. da freguezia chamado *Cividade,* era a Britonia dos romanos. Na *Osseira,* sitio que fica no monte *Crasto,* ha as ruinas d'um castello a que o povo chama *Crasto dos Mouros.* Provém-lhe o nome de *Osseira,* segundo diz a tradição, dos muitos ossos que ficaram aqui quando se travou uma grande batalha entre o exercito dos lusitanos e o de Almançôr, rei de Cordova, em 985. O mosteiro de S. João das Cabanas, de que fallámos, foi destruido pelos arabes em 716 e reedificado pelo gallego Lopo Munhoz. Em 1382 passou a commendatarios, mas voltou outra vez para os benedictinos, com a condição de estes pagarem certa pensão aos frades Cartuxos de N. S.ª do Valle de Lisboa. O edificio é todo de granito finissimo explorado n'estes sitios. Vem-lhe o nome de *Cabanas,* porque os primitivos frades viveram em grutas e depois em cabanas espalhadas pela serra visinha. Anterior ao convento havia uma ermida. Tinha esta freguezia antigamente o privilegio de não dar soldados, tinha, porém, a obrigação de defender a costa contra os ataques dos piratas. A' beira-mar vêem-se as ruinas d'um antigo forte. Affife tem escola do sexo masc., apeadeiro do caminho de ferro na linha do Douro e Minho, e estação postal permutando malas com Vianna do Castello. Dista a pov. 10 k. da séde do conc. E' seu orago, Santa Christina. Era antigamente padroado real, por D. Affonso III, ter dado em 1262, metade d'esta egreja e da de Sá, em Ponte de Lima, á sé de Tuy, a cujo bispado não pertencia, em troca do padroado de Santa Maria da Vinha da Areiosa.

Ponte de Affife

Serra na freg. do mesmo nome, chamada tambem de *Santa Luzia*. Rio na prov. do Minho. Nasce na serra das *Cabanas*, no sitio chamado *Chão-de-Corellos*, passa ao pé do antigo mosteiro de S. João das Cabanas e desagúa no Oceano Atlantico, com 10 k. de curso. Tem quatro *pontões* nas aldeias de *Loureiro, Leura, Porto do Rio* e *Féal*, e uma ponte de pedra, além da que fallámos, quando tratámos da freguezia sobre a estrada real. Tambem lhe chamam rio das *Cabanas*. Desagúam n'elle tres ribeiros.

Affincerna. Sitio na freg. de Santa Cruz, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Affonseca (*Raphael de Lemos de*). N. em Lisboa, em 1631; era filho de Leonardo da Costa Leal, escrivão de aggravos. Tomou o gráu de bacharel em direito civil na univers. de Coimbra em 1655. Por morte de sua mulher, tomou ordens de presbytero. Ignora-se a data do fallecimento. Contando apenas 22 annos, publicou a seguinte obra: *Commento Portuguez dos quatro livros de Instituta do Imperador Justiniano, ou breve resumo do Direito Civil. Com toda a doutrina e explicação dos textos, opiniões dos doutores, limitações e ampliações do Direito commum e do reino, confirmadas com muitos logares da Sagrada Scriptura e Sanctos Padres, e corroboradas com varias decisões e casos julgados no supremo senado da Casa da Supplicação, accommodadas com estylo practico aos titulos e paragraphos da Instituta.—Primeira e segunda parte.* Lisboa, 1656. E' curiosa a apreciação d'esta obra feita pelo auctor do *Demetrio moderno* e pelo auctor da *Bibliotheca Lusitana*. Este ultimo diz o seguinte: «*do titulo da obra se conhece a grande erudição sagrada e profana,* em que era versado este auctor.» No *Demetrio*, lê-se: «Póde applicar-se com justiça o *Spectatum admisi risum teneatis, amici* de Horacio. *Para metter compaixão e respeito do seu auctor, basta lêr-lhe o titulo tão extravagante.* A' maneira de um enxame de abelhas, assim são os delirios periodicos e vicios em que superabunda.» O mesmo titulo serviu para bem desencontrados juizos. Raphael de Lemos de Affonseca era cavalleiro da Ordem de Christo, advogado da Casa da Supplicação, etc.

Affonsim. Pov. e freg. da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real, arceb. de Braga. 366 halo. o 71 fog. Dista 385 k de Lisboa e 5 k. da séde de conc. Vem o nome de Affonsim de um individuo que foi senhor d'esta freg. E' seu orago. N. S.ª da Assumpção. Pov. da freg. de Pedroso, conc. de Villa Nova de Gaya. Quinta, na freg. de Mioma, conc. de Satam, distr. de Vizeu.

Affonsinas (*Ordenações*). Collecção de legislação mandada compilar por D. João I, continuada no reinado de D. Duarte, e terminada no de D. Affonso V, em 17 de julho de 1446. N'este trabalho collaboraram os jurisconsultos João Mendes e Ruy Fernandes, sendo o trabalho revisto por uma commissão composta d'este ultimo e dos doutores Lopo Vasques, Luiz Martins e Fernão Rodrigues. Esta compilação ficou-se chamando *Codigo e ordenações d'el-rei D. Affonso V*. Foi publicada em 5 tomos, em Coimbra no anno de 1792, por mandado e diligencia de D. Francisco Raphael de Castro, principal da Santa Egreja de Lisboa, e então reitor e reformador da Universidade. A direcção e cuidado da impressão fôram commettidos ao lente substituto da faculdade de Leis, Luiz Joaquim Correia da Silva, de quem é a prefação posta no começo do tomo I. V. *Ordenações Manuelinas, Filippinas e Vicentinas*, etc.

Affonso I, *o Conquistador.* Fundador da monarchia portugueza e um dos vultos mais notaveis da nossa historia e da historia da Edade Media; era mais conhecido pelo nome patronimico de D. Affonso Henriques. Seu pae, o conde de Borgonha D. Henrique, viera a Hespanha auxiliar el-rei D. Affonso VI, de Leão, na guerra contra os infieis, e D. Affonso, ficando victorioso, concedeu-lhe em recompensa a mão de sua filha illegitima, D. Thereza, e o governo das terras de Portugal. D. Henrique era ambicioso, e não tardou a conseguir o ficar independente da especie de suzerania, que pesava sobre elle. D. Affonso Henriques n. em Guimarães, em 1111, onde tem um monumento (V. *Guimarães*) e até aos 12 annos esteve entregue aos cuidados de seu aio, Egas Moniz, honrado e lealissimo caracter que tantas provas lhe deu de dedicação e amor. Aos 14 annos foi armado cavalleiro na cathedral de Samora. Por morte de seu pae, tendo D. Affonso apenas 3 annos, D. Thereza ficara governando Portucale durante a sua menoridade. Sendo ambiciosa, esforçava-se por subtrahir os seus estados á suzerania de Leão; d'aqui resultaram grandes luctas, em que o espirito da independencia, que sempre tinham manifestado os barões do sul do Minho, auxiliou poderosamente as suas vistas ambiciosas. D. Thereza, porém, deixou-se captivar pelo prestigio d'um fidalgo gallego, D. Fernão Perez, conde de Trava, e os projectos d'ambição tomaram um caracter mais pessoal. O conde de Trava insinuou-se no espirito de D. Thereza, pretendendo desposal-a para assim desapossar o joven Affonso Henriques dos estados que de direito lhe pertenciam. D. Affonso, apesar dos seus verdes annos, e que não vira nunca com bons olhos os amores de sua mãe, tornou-se chefe do movimento revolucionario, preparado pelos fidalgos, verdadeiros e leaes portuguezes, que exigiam a conservação da sua independencia. D. Affonso VII, rei de Leão, que succedera a seu pae, D. Affonso VI, não desistindo do intento de conservar a suzerania sobre os estados de Portucale, aproveitou o ensejo, para o invadir em som de guerra, cercando exactamente Guimarães. Esta invasão veiu perturbar d'alguma fórma os dois partidos, o de D. Thereza e o de seu filho, e acirrar ainda mais os animos; o joven principe portuguez, vendo-se a braços com a guerra interna, não desejava envolver-se em conflictos externos, e por isso, querendo vêr-se livre o mais breve possivel do seu adversario, prometteu tudo quanto elle exigia, empenhando Egas Moniz a sua palavra em como a promessa seria cumprida. D. Thereza tambem acceden ás suas exigencias, D. Affonso retirou-se tranquillamente para os seus estados. Então, tornou-se ainda mais encarniçada a guerra entre os dois partidos; e estando D. Thereza em Guimarães com o conde de Trava, D. Affonso Henriques marchou contra elles, seguido pela maior parte dos fidalgos portuguezes. O conde de Trava sahiu-lhe ao caminho com o seu exercito nos campos de S. Mamede, onde se deu renhida batalha, em que ficou victorioso o joven principe, sendo expulsos do reino D. Thereza e o conde de Trava. Esta batalha deu-se em 1128. O

enthusiasmo levou então D. Affonso Henriques a esquecer a promessa feita pelo seu aio, mostrando-se resolvido a não a cumprir. Egas Moniz entendeu que era preciso uma victima expiatoria, para não manchar a aurora do novo reino, e foi apresentar-se ao rei de Leão, acompanhado de sua mulher e filhos, offerecendo-lhe a sua vida e a de todos os seus, para resgate da sua fé. D. Affonso VII impressionou-se muito com a grandeza d'esta dedicação e honradez, e despediu o cavalleiro, incolume e livre, dando-lhe provas do grande apreço que lhe merecia. Nas guerras com Leão e as luctas, tanto internas como externas, que teve de sustentar, dominado pelo pensamento de consolidar a independencia de Portugal, adquiriu D. Affonso Henriques a firmeza e o heroismo, que depois tão brilhantemente se haviam de affirmar e que tantos respeitos lhe conquistaram. Emquanto se entretinha em combates contra os leonezes, ficando quasi sempre vencedor, soube que os musulmanos haviam invadido os seus estados. Pela primeira vez se via obrigado a occupar-se d'esses dominadores da peninsula; os mouros haviam tomado Leiria, derrotado os christãos em Thomar, e tinham chegado quasi ás portas de Coimbra. Esta circumstancia obrigou o joven principe a pedir pazes a seu primo, D. Affonso VII. Então fortificou a parte do sul do reino, e partindo para o Alemtejo, deu a celebre batalha d'Ourique, em 1139, em que o seu valor e a sua extraordinaria valentia se affirmaram d'um modo heroico. Os nossos historiadores quizeram, que n'esta batalha fôsse D. Affonso acclamado rei, pelos soldados enthusiasmados. Mas as datas oppõem-se, porque o combate de Ourique deu-se em julho de 1139, e ha um documento de 1 d'outubro d'esse anno, em que D. Affonso Henriques recebe ainda o tratamento de infante. O facto é que, desde o principio do seu governo, os subditos fôram pouco a pouco habituando-se a tratal-o como rei, mas em 1140 é que principiaram a apparecer documentos repetidos, tratando-o como rei de Portugal. A ambição de D. Affonso era a realeza, mas o seu primo, D. Affonso VII, não queria de fórma alguma reconhecel-o como rei. Em 1143, dirigiu-se então ao papa Innocencio II, declarou Portugal tributario da Santa Sé, com o censo annual de 4 onças de ouro, e reclamou para a nova monarchia, em troca, a protecção pontificia. O papa accedeu. Ainda assim D. Affonso VII, assignando depois em Samora a paz com seu primo, não lhe reconheceu a realeza, mas não protestou contra o titulo de rei, que elle tomava na escriptura, a que assistiu o legado do papa, sanccionando com a sua presença a aurora da nova monarchia. A corôa estava finalmente consolidada na fronte de D. Affonso Henriques. Tinham-lh'a offerecido nas pontas das espadas os seus valentes cavalleiros, collocara-a elle audaciosamente sobre a cabeça com as mãos victoriosas, e inclinando-a levemente deante da thiara, assegurara-lhe a inviolabilidade, garantida pelos raios protectores do Vaticano. D. Affonso, vendo conquistada definitivamente a independencia de Portugal, ambicionou augmentar o territorio, apertado em limites estreitissimos. Cingido ao norte e a leste pelo reino de Leão, ao occidente pelo oceano, Portugal só podia ampliar-se para o sul á custa de renhidas batalhas e porfiada lucta. Começou então uma serie de conquistas, qual d'ellas mais valentemente disputada aos mouros. Em 1147 é Santarem tomada por surpreza; durante 22 annos de 1147 a 1169, houve continuas invasões na provincia d'Alcacer do Sal; a cidade é que sempre resistia, cahindo afinal nas mãos dos portuguezes em 1158. Desde essa data até 1169, a vida de D. Affonso Henriques foi uma serie de combates em que sempre sahia vencedor; á conquista de Lisboa, seguira-se a de Santarem; as villas de Palmella, Almada e Cintra, cahiram em poder do novo rei, que em breve se tornou tambem senhor de todas as terras entre o Mondego e o Tejo; Beja foi tomada em 1162, Evora, Moura, Serpa e Cezimbra, em 1166; continuou sempre combatendo, apesar de já muito adeantado em annos, tendo por companheiros esforçados homens destemidos como Martim Moniz, Giraldo sem pavor, Gonçalo Mendes da Maia, Fernando Gonçalves, etc. O periodo das gloriosas façanhas militares do fundador da monarchia encerra-se epicamente com a heroica resistencia de Santarem e Lisboa, em 1184, contra a invasão do emir-Iussuf-Abu-Jacub, morto com uma lançada, quando atravessava o Tejo, por D. Sancho, filho de D. Affonso Henriques. O grande conquistador casara em 1146 com D. Mafalda, filha de Amadeu II, conde de Marianna e Saboya; f. com 74 annos a 6 de dezembro de 1185. Dizem os historiadores que era de estatura athletica e porte magestoso. Fundou o convento de Santa Cruz de Coimbra, onde jaz sepultado, Santa Maria d'Alcobaça, S. João Baptista de Tarouca, e S. Vicente de Fóra em Lisboa. Fundou duas ordens militares, a da *Ala*, que já não existe, e a de *S. Bento de Aviz;* introduziu em Portugal os cavalleiros de Rhodes, e começou a ponte de Coimbra.

D. Affonso I

Affonso II, o *Gordo*, 3.º rei de Portugal. Nasceu em Coimbra a 23 d'abril de 1185; era filho de D. Sancho I e de D. Dulce, filha de D. Raymundo Berenguer, conde de Barcelona. Foi acclamado, por morte de seu pae, em março de 1212. Se a missão de D. Affonso I foi conquistar, em grande parte, o territorio da monarchia, a de D. Sancho I e de D. Affonso II foi robustecer o poder real, e defender a corôa contra as preponderancias dos fidalgos, contra as invasões da curia e as ambiciosas pretensões do clero. Para que o reino se consolidasse e firmasse definitivamente a sua existencia, precisava ter uma forte unidade, e essa unidade só lh'a podia dar o sceptro real. Se o novo paiz se decompozesse em pequenas soberanias feudaes, Leão não tardaria a absorvel-o outra vez gradualmente; porém a energia de D. Sancho I e de D. Affonso II impediram que assim succedesse. No entretanto, torna-se deveras notavel, que D. Sancho, sendo tão cioso

do poder real, despedaçasse no seu testamento a unidade que tanto robustecera, e esbanjasse os dinheiros accumulados pela sua economia e até avareza; pouco soffredor da independencia nos fidalgos e no clero, roubava á soberania do seu descendente varias terras do reino para as doar a suas filhas. D. Affonso, subindo ao throno, teve de desobedecer á vontade do pae, para continuar a consolidação do poder real, a que elle tinha ainda mais enraizado apego do que o proprio D. Sancho, consequencias da educação que recebera do chanceller Julião e dos sentimentos astuciosos e dissimulados que herdara de seu pae. O primeiro acto notavel do seu reinado consiste na reunião solemne que celebrou em Coimbra, com o fim, não só de consolidar as immunidades de que já gosava o clero, mas tambem de as augmentar e desenvolver. D. Affonso precisava da Egreja, e por isso queria estar nas suas boas graças. N'esta conformidade, cumpriu immediatamente, e de preferencia, os legados que seu pae lhe tinha deixado. Mas levando ao extremo a sua resistencia ás vontades paternas, começou por negar aos irmãos até a parte pecuniaria que lhes pertencia como herdeiros. D'ahi proveiu o descontentamento dos infantes D. Pedro e D. Fernando, que sahiram do reino e fôram offerecer os seus serviços, o 1.º á côrte de Leão, o 2.º á côrte de França. Livre dos irmãos, D. Affonso II tratou de descontentar da mesma fórma as irmãs, D. Thereza, a quem ficára o senhorio de Montemór e Esgueira, D. Sancha, a quem cabia o de Alemquer, e D. Mafalda, a quem pertencia o padroado dos mosteiros de Arouca, Bouças e Tuyas. D. Affonso II contestou o direito, em virtude do qual seu pae instituira estes legados. D. Mafalda absteve-se de demandas e pleitos, cedendo os titulos á herança em favor da ordem dos hospitaleiros, reservando para si o usofructo; e a ordem proseguiu nos termos da demanda. D. Thereza e D. Sancha, porém, sustentaram os seus direitos; invocaram o auxilio dos cavalleiros, já descontentes do rei, e promptos a quebrarem a lança em honra das damas. A ordem dos hospitaleiros, representante, em virtude da doação, dos interesses de D. Mafalda, appellou para o papa. D. Affonso acceitou o juiz, enviou um agente para advogar a sua causa, mas, por precaução, foi-se apoderando das propriedades em litigio. Dos mosteiros tomou posse sem discussão, mas os castellos mostraram aspecto bellicoso, e D. Affonso, ou porque se não atrevesse, ou porque não quizesse chamar sobre si o odioso da guerra civil, desistiu dos seus intentos. D, Thereza e D. Sancha, senhoras dos seus castellos, responderam com altivez ás pretenções do irmão, o qual, vendo que a questão tomava um grave aspecto, conformou-se a condições mais moderadas, reclamando então sómente o que era extremamente justo, o direito de nomear alcaides dos castellos, deixando ás infantas o usofructo dos rendimentos; esse direito era como um privilegio da realeza, mas as irmãs recusaram obstinadamente, e chamaram ao seu partido os cavalleiros portuguezes foragidos em Leão para que se preparassem a resistir á mão armada. Por este tempo, D. Affonso II, como todos os reis christãos da peninsula, era convidado por D. Affonso VIII, de Castella, a auxiliar a Hespanha na guerra contra os musulmanos. O monarcha portuguez acceitou o convite, e mandou em soccorro d'aquelle paiz o melhor do exercito. D. Affonso IX, de Leão, porém, não só se recusou a tomar parte n'esta colligação, como aproveitou a opportunidade para adquirir algumas terras. Ao mesmo tempo os foragidos, que tinham tomado a si a defesa das infantas, batidos por D. Affonso, invocaram o auxilio do rei de Leão, o qual transpunha as fronteiras portuguezas, derrotando em varios recontros as poucas forças que o rei de Portugal lhe podia oppôr. A batalha das Navas de Tolosa, em que os musulmanos ficaram completamente derrotados, livrou a Hespanha de novas invasões dos infieis. D. Affonso XI viu-se então obrigado a ser mais moderado, porque Portugal já lhe podia resistir com as tropas victoriosas das Navas de Tolosa, e D. Affonso VIII, de Castella, não se mostrava com muito boas disposições para com o seu parente, que o abandonara completamente aos inimigos. A lucta de D. Affonso II com as irmãs ainda durou por longo tempo, até que os contendores appellaram para a jurisdicção do papa, o qual decidiu que o dominio das terras ficaria pertencendo ao rei e o rendimento ás infantas. Para isso foi preciso que Portugal pagasse 28 annos atrazados do censo em que D. Affonso I fizera o reino tributario de Roma, e que só pagava quando os nossos reis precisavam da curia. D. Affonso II era energico como seu pae e como seu avô, mas não tinha o ardor bellicoso que aquelles dois monarchas sempre mostraram. Contra o costume da sua época, as suas tropas combateram sempre sem vêrem o rei á sua frente; não era, porém, por cobardia, era porque, mais desejoso de fortificar o poder régio do que de dilatar o seu territorio, reservava toda a sua energia para as grandes luctas politicas e diplomaticas, em que esteve empenhado toda a vida. Em 1217 veiu illustrar-lhe o reinado uma expedição gloriosa contra Alcacer do Sal, que os musulmanos tinham rehavido. Ajudados pela cruzada do rei da Hungria, ordenada por iniciativa do papa Honorio III, pela expedição dos condes de Hollanda e de Withe, que arribara a Lisboa, e pelos cavalleiros das ordens militares, que acudiram á voz dos bispos de Lisboa e de Evora, os portuguezes pozeram cerco por mar e por terra a Alcacer do Sal, praticando actos de valor quasi sobrehumanos. A lucta foi muito renhida, até que no fim de dois mezes, a praça se rendeu a 18 de outubro. D. Affonso, comtudo, tinha o animo tão pouco bellicoso, merecia-lhe tão pouco cuidado a sorte das armas, que se tornava como extranho a todas as gentilezas d'este feito, a todos os prodigios d'este valor. Era tempo para que os factos provassem o que havia de sincero ou de convencional nas inclinações do rei para com a egreja romana. Em quanto os seus vassallos reconquis-

D. Affonso II

tavam Alcacer do Sal, D. Affonso percorria o norte do reino, fazendo confirmações, quer dizer, confirmando as doações feitas pelos reis seus antecessores, sem o que lhes não reconhecia validade. Este principio estabelecido por D. Affonso e imposto pela sua energia aos reluctantes fidalgos, foi o golpe mais fundo que se vibrou em Portugal ao feudalismo, quer dizer, tornou-o absolutamente impossivel. Até então, D. Affonso precisara da Egreja, nas luctas contra as irmãs, e por isso evitara ter com ella as mais ligeiras questões, porém, agora era differente; o seu ciume pela authoridade real, e a firme resolução em que estava, de a impôr a todos os subditos, tivessem ou não immunidades ecclesiasticas, tornava inevitaveis essas questões. A discordia não se fez demorar. Os ecclesiasticos encolerisaram-se pela maneira audaciosa com que D. Affonso exigia tributos do clero, e os obrigava a comparecer nos tribunaes civis, e lançava as bases dos principios da desamortisação, prohibindo que as egrejas e os mosteiros fôssem adquirindo novas terras. O arcebispo de Braga fulminou o rei com a excommunhão, a que D. Affonso respondeu, ordenando aos seus officiaes que devastassem as terras do arcebispo, e permittindo aos burguezes de Braga que tratassem as suas propriedades como paiz conquistado. O arcebispo fugiu do reino, mas appellou para o papa, que excommungou tambem o rei, ameaçando-o de o privar do throno, e desobrigar os seus subditos do juramento de fidelidade. A ameaça era terrivel. Ainda então se poude sentir quanto a Egreja era poderosa, e quanto era perigoso affrontal-a. Martim Sanches, bastardo de D. Sancho I que estava ao serviço de Leão governando os districtos de Toronho e de Limia, fronteiras de Portugal, aproveitou a excommunhão do papa, e invadiu victoriosamente a provincia do Minho; o rei de Leão apossou-se de Chaves, as infantas fizeram renascer as suas pretenções, e dentro em breve, atiçava-se por toda a parte a guerra, accesa pelos raios de Roma. Emquanto isto se passava. os dominicanos e os franciscanos, ordens recentemente estabelecidas com o fim de reformarem os costumes monasticos, escandalosamente dissolutos, começavam as suas predicas de propaganda n'estes reinos. D. Affonso, contra as aspirações do clero e a piedade do fanatismo dos povos, permittiu a continuação d'estas missões fradescas. Como se tudo isto ainda fôsse pouco, como se não julgasse ainda sufficientes as difficuldades que levantara contra si, D. Affonso ordenou, em 1220, as inquirições sobre os direitos territoriaes, direitos que não poderiam ser justificados, mas que para evitar males maiores, haviam sido tolerados pelos dois monarchas, que o precederam. Nos ultimos annos da sua vida, deu-se começo a negociações com a côrte de Roma para se resolver a questão entre o rei e o arcebispo de Braga, mas essas negociações não chegaram a concluir-se por causa do fallecimento do rei. Quasi nas vesperas da sua morte, D. Affonso permittiu que o arcebispo voltasse para o reino, avergado ao peso d'uma carta do pontifice que, ao mesmo tempo, levantava as excommunhões ao monarcha. D. Affonso II casara em 1208, com D. Urraca, filha de D. Affonso VIII. de Castella; f. em 25 de março de 1223. Está sepultado em Alcobaça.

Affonso III, o *Bolonhez*, 5.º rei de Portugal, n. em Coimbra, a 5 de maio de 1210; era 2.º filho de D. Affonso II, e de D. Urraca, irmão de D. Sancho II, que subira ao throno ainda creança. D. Affonso, sendo tambem creança, assistirá aos tumultos que assignalaram a menoridade de seu irmão, tumultos em que a nobreza, contida pela mão de ferro de D. Affonso, seu pae, se desforrava amplamente da pressão que soffrera, dilacerando o poder régio com as suas mãos calçadas de guantes de ferro. Quando chegou á edade viril, o infante D. Affonso, ou porque tivesse genio naturalmente aventureiro, ou porque os ministros d'el-rei, seu irmão, vissem n'elle um elemento poderoso, de que os nobres podiam facilmente lançar mão em qualquer futura revolta, o infante D. Affonso partiu em 1227 para França, onde foi muito bem recebido por sua tia, a rainha D. Branca, irmã de sua mãe. Em 1238, casou com D. Mathilde, condessa de Bolonha, viuva de Filippe o *Crespo*, ficando por esse facto conde soberano e feudatario e vassallo de Luiz IX, a quem acompanhou na guerra contra Henrique III, de Inglaterra, distinguindo-se muito na batalha de Saintes, em 1243. Emquanto combatia em França, e administrava o condado de Bolonha, armavam-se em Portugal novas tempestades, e o bispo do Porto, Pedro Salvadores, e o arcebispo de Braga, Silvestre Godinho, dirigiam ao rei as mais severas accusações. D. Sancho, humilhava-se ante os prelados, faltava-lhe a energia de seu pae e de seu avô; a sua fraqueza ainda mais animava a rebeldia dos seus subditos ecclesiasticos, que pediam incessantemente ao papa Innocencio IV, que lhe tirasse o governo do paiz. Tomando esta definitiva resolução, os dois prelados portuguezes procuraram entre os parentes do monarcha, quem lhe quizesse acceitar a herança. Lembraram-se do infante D. Affonso, conde de Bolonha, que, sendo ambicioso, facilmente se deixaria vencer. Travaram-se relações com o infante, e nos fins de 1244 e principios de 1245, celebraram-se entre D. Affonso e os prelados os preliminares d'esse pacto indecoroso, que tornou o infante regente do reino, e que o papa sanccionou, excommungando D. Sancho e privando-o de reinar. D. Affonso precisava d'um pretexto para vir a Portugal, porque não podia desembarcar em Lisboa em som de guerra sem um motivo qualquer. Innocencio IV deu-lhe esse pretexto, expedindo umas bullas, convidando-o a tomar a cruz das guerras santas. A esquadra que trouxesse D. Affonso, entraria em Lisboa, como em geral faziam todas as frotas de cruzados, e o primeiro passo estava dado, sem despertar suspeitas em D. Sancho II. O acaso esteve quasi transtornando estes planos, porque Luiz IX preparou-se deveras para uma cruzada, e D. Affonso,

D. Affonso III

como seu feudatario, viu-se obrigado a acompanhal-o. Foi ainda Innocencio IV quem lhe valeu, expedindo-lhe nova bulla em que designava a Hespanha em guerra com os sarracenos, para campo de batalha onde poderia cumprir o seu voto. Esta nova resolução auctorisava o papa a outhorgar indulgencias aos soldados portuguezes que se unissem a D. Affonso. Antes, porém, da partida, o alto clero fez-lhe sentir bem, que era só a elle que devia o ir cingir a corôa. O bispo do Porto, o de Coimbra, e o arcebispo de Braga, fôram de proposito a Paris, onde então residia D. Affonso, e ahi lhe impuzeram condições bem humilhantes, que elle acceitou sem hesitação, reservando-se, porém, *in mente*, o direito de as violar. O que D. Affonso desejava, era estar de posse do poder tão cubiçado. Partiu afinal para Lisboa, onde chegou no principio do anno de 1346. Muitos fidalgos, que se tornaram seus partidarios, vieram logo ter com elle. Lisboa, já considerada uma das principaes do paiz pela importancia que lhe dava o desenvolvimento do seu commercio, declarou-se a seu favor, o mesmo fizeram muitas terras do reino, para o que concorreram tambem os dinheiros que D. Affonso encontrou no thesouro publico, em Lisboa, e que empregou em corromper alcaides de castellos e governadores de villas e cidades, porque se d'esta desgraçada época sobreviveram alguns exemplos de lealdade, entre os quaes se nota o de Martim de Freitas, passaram á posteridade muitos nomes de traidores. Porém, a guerra que se travou entre os partidarios do conde de Bolonha, que tomara o titulo de *visitador e curador do reino*, e os partidarios de D. Sancho II, não foi de tão pouca importancia, como se podia suppôr pela exposição dos prelados ao papa, em que se apresentava todo o reino indignado contra o governo do rei legitimo. D. Affonso receava que D. Sancho tivesse um filho de sua esposa, D. Mecia Lopes de Haro, porque, não tendo sido proclamada a deposição do rei, passaria a corôa para seu filho, e elle fôra apenas nomeado curador e regente. Com esses receios provavelmente se prende o rapto da rainha, contado pelo *Nobiliario*. O infeliz monarcha, abandonado por sua esposa, por seus parentes, pois todos se haviam declarado contra elle, pediu auxilio ao principe de Castella, que depois foi D. Affonso X, e esperou que por sua intervenção, Innocencio IV não promulgasse a bulla de deposição. Nada conseguindo e não querendo indispôr-se com a côrte de Roma, D. Sancho, tendo já perdidas todas as esperanças, retirou-se finalmente para Castella, indo residir em Toledo, onde morreu em janeiro de 1248. D. Affonso foi então solemnemente acclamado rei de Portugal. O seu primeiro pensamento ao assumir o governo, foi reparar os estragos das successivas guerras civis, e concluir a missão dos reis da sua raça, a de ampliar até ao oceano a monarchia, portugueza. D. Sancho, caracter a um tempo bellicoso e fraco, firmara o dominio portuguez no Alemtejo e chegara a levar ao Algarve as suas hostes victoriosas. As ordens militares haviam proseguido nas suas emprezas, e nas duas extremidades do Alemtejo salteavam frequentemente as terras musulmanas do Algarve. D. Affonso III resolveu concluir a conquista. Seguiu-se então a expedição do Algarve, que abrangeu os annos de 1249 e 1250, involvendo Portugal em grandes difficuldades com Castella. Foi porfiada a lucta em que D. Affonso chegou a ter contra si as vozes de 7 prelados portuguezes, vozes que resoavam tão efficazmente no Vaticano, que mais tarde, em 1277, parecia ainda fazerem-se ouvir na bulla *De regno Portugaliæ*, de 6 de fevereiro. Tentando restabelecer a segurança publica e a inviolabilidade dos vassallos e dos seus bens, reuniu uma conferencia solemne em Coimbra, em janeiro de 1251, em que apenas se tornou prohibitiva a *faculdade* de roubar, e se adoptaram algumas outras deliberações menos importantes, que no entretanto, ficaram de nenhum effeito, porque D. Affonso X, de Castella, em 1252, reaccendeu as luctas do Algarve, o que obrigou o rei portuguez a voltar para alli toda a sua attenção. No anno seguinte ajustaram-se as pazes, sendo uma das clausulas o casamento de D. Affonso III com D. Beatriz de Guillen de Guzman, filha bastarda de D. Affonso X. Este casamento não se effectuou logo, por ser a noiva ainda muito nova, estar viva a condessa de Bolonha, e o papa não ter pronunciado o divorcio. E' verdade que o divorcio existia de facto, porque a condessa D. Mathilde nunca viera a Portugal, e parece não ter tido nunca os fóros de rainha; comtudo, a condessa recorreu ao papa, Alexandre IV, o qual mandou ao arcebispo de Compostella tratasse de impedir o casamento projectado, o qual veiu a realisar-se um anno depois do fallecimento da condessa D. Mathilde. Entre D. Affonso e o clero rebentara uma lucta inevitavel; o rei portuguez não era homem para cumprir as condições humilhantes que acceitara em Paris, debaixo da pressão das circumstancias; resolveu á viva força uma questão com o bispo do Porto, ácerca de preferencias com respeito á cobrança dos direitos aduaneiros, entre a cidade do Porto e o castello de Gaya; o bispo ficou condemnado a uma indemnisação. D. Affonso, porém, para ter força na lucta que se preparava, reuniu côrtes em Leiria, em 1254, convocando para ella os procuradores dos concelhos. Estas côrtes, segundas que se reuniram em Portugal, fôram ponto de partida para as conquistas de todas as regalias liberaes, e as primeiras em que os concelhos se fizeram representar por legitimos procuradores. O fim principal era decidir a pendencia com o bispo do Porto; n'essa reunião tomaram-se resoluções muito importantes, que seriam proficuas se outras fôssem as circumstancias do reino. D. Affonso, nos propositos de promover o desenvolvimento da riqueza publica, transformou o castello de Gaya n'uma villa importante, desenvolvendo assim o commercio, engrandecendo, não só o Porto, mas tambem Lisboa, que por esse tempo adquiriu o titulo de capital do reino, que desde a fundação da monarchia pertencera a Coimbra. Outras medidas se devem a este soberano, como a substituição parcial dos generos por dinheiro, a incorporação na corôa de muitos bens que tinham sido usurpados. Em 1261, D. Affonso tentou pôr em pratica novamente uma medida, que os povos tinham conseguido evitar, por julgarem prejudicial, e fôra apresentada em Leiria, nas côrtes de 1254; esta medida era a *quebra da moeda*, que consistia em recolher o dinheiro de lei, e refundil-o com muita liga. O rei condescendera em não re-

novar o expediente, durante 7 annos, e como estava terminado este praso, tentou-o outra vez; surgiram, porém, maiores difficuldades, e novamente se reuniram côrtes, agora em Coimbra, em que se auctorisou a fundição do dinheiro com valor superior ao intrinseco, e o lançamento d'um imposto, destinado a resgatar a moeda em circulação. As discordias com o clero renderam-lhe a interdicção, lançada pelo papa Alexandre IV, mas em 1262, o mesmo clero dirigiu uma petição ao papa que então era Urbano IV, para que fôsse levantada a interdicção, e revalidado o casamento com D. Beatriz. D'este casamento nasceu D. Diniz, que succedeu no throno. Foi n'este reinado que se concluiram as luctas com os mahometanos, com a conquista do reino d'Algarve, que em 1263 assumiu a soberania e o titulo de reino de Portugal e dos Algarves. A doença e o remorso venceram aquella natureza energica: já no leito da agonia mandou chamar alguns membros do alto clero, os seus ministros e conselheiros, e outras pessoas menos qualificadas, e D. Affonso jurou na sua presença, sem reservas nem restricções, obedecer aos mandados apostolicos, sem quebra dos direitos do reino, dos seus filhos e dos seus vassallos. D. Affonso III falleceu poucos dias depois, a 16 de fevereiro de 1279, e foi sepultado em Alcobaça. Fundou os conventos de S. Domingos de Lisboa, Santa Clara de Santarem e S. Domingos d'Elvas.

Affonso IV, o *Bravo*. 7.º rei de Portugal. N. em Lisboa, a 8 de fevereiro de 1290. Era filho de D. Diniz e de D. Isabel, a rainha santa, filha de D. Pedro III, de Aragão. Teve muito cedo casa propria, e a educação não soube suavisar-lhe as asperezas da sua indole energica, arrebatada e imperiosa. Desde muito adolescente, muito cioso do poder régio, não podia encarar a sangue frio o carinho que D. Diniz dispensava aos filhos bastardos, que tivera de differentes mulheres, e que viviam no paço occupando diversos cargos. Estes ciumes eram alimentados por intrigas de fidalgos seus partidarios, chegando um a dizer-lhe que D. Diniz tencionava legitimar seu filho mais velho, D. Affonso Sanches, para succeder no throno, tendo já enviado para esse fim um embaixador a Roma. D. Affonso, bastante impressionado, tendo apenas 24 annos, em 1314 levantou discordias no reino, as quaes se aplacaram por intermedio do papa, que fulminou com a excommunhão todos que perturbassem o socego. D. Diniz, muito desgostoso contra seu filho, achando-se já velho, retirou-se para Alemquer. A guerra civil, comtudo, assolava o paiz; D. Affonso revoltava as provincias, e os exercitos do filho e do pae encontraram-se em Coimbra, travando-se então grandes luctas. A rainha, tremendo de horror, vendo imminente uma batalha, em que se podiam encontrar, com a lança em riste e viseira calada, o pae e o filho, veiu lançar-se entre os contendores; um irmão do rei d'Aragão, D. Jayme II, cunhado de D. Diniz, veiu de proposito a Portugal, porém, tudo foi baldado: nada conseguiram, não por parte de D. Diniz, que estava disposto a fazer todas as concessões, mas porque D. Affonso nada queria attender. A insistencia de D. Isabel, afinal, sempre alcançou alguma cousa, e a concordia restabeleceu-se, obrigando-se D. Diniz a augmentar os rendimentos do principe, e este a não tornar a perturbar a paz do reino. D. Affonso Sanches, o filho illegitimo, para evitar que por sua causa continuassem as malquerenças entre o pae e o filho, retirou-se para umas propriedades que possuia em Castella. Voltando em 1323, incendiaram-se as iras do infante D. Affonso, que de novo pegou em armas. Estava para se travar uma batalha perto de Lisboa, no campo d'Alvalade (hoje Campo Grande) entre as tropas do pae e as do filho, quando de novo a rainha, apparecendo entre os contendores, conseguiu applacar os animos; D. Affonso retirou-se outra vez para Castella. Morrendo D. Diniz em 1325, D. Affonso foi acclamado rei, alcançando emfim o poder que tanto ambicionava. Um dos primeiros actos do seu reinado, foi a convocação das côrtes, em Evora, n'aquelle mesmo anno, as quaes se occuparam dos padroados exercidos pelos conventos, dos privilegios chamados *honras*, e que consistiam em ser isentas de tributos reaes, e ser governadas por juizes privativos, as terras em que tinham a sua residencia ou solar alguns senhores. Estes assumptos já haviam sido debatidos e resolvidos no reinado de D. Diniz; outro assumpto, sem duvida, mais importante e grave, continuava a agitar-se: era a intolerancia para com os judeus e mouros. D. Diniz mostrara-se um pouco condescendente com elles, chegando até a prohibir os vexames que se praticavam officialmente contra os pobres proscriptos. D. Affonso, pelo contrario, era rispido. Chamou a attenção das côrtes para a infracção praticada por aquelles reprobos, sahindo das *Judiarias* e *Mourarias*, bairros especiaes onde residiam, sem distinctivos que os fizessem conhecidos; ficou, pois, resolvido, que se tornasse rigorosa a prohibição de sahirem sem os habitos que denunciassem as raças. Outra medida então promulgada, foi a que prohibiu aos portuguezes o uso do topete, aos judeus o das guedelhas, e aos mouros o do cabello. O fim principal das côrtes d'Evora, segundo parece, e leva a crer o animo reservado e vingativo de D. Affonso IV, era a renovação das accusações contra seu irmão bastardo, D. Affonso Sanches; o soberano meditava em occasionar-lhe a confiscação dos bens e o exilio perpetuo, e como as côrtes o não animassem, decretou por seu proprio arbitrio, a confiscação e o desterro. D. Affonso Sanches estava então em Castella, nas boas graças do infante D. Filippe e na posse pacifica das villas d'Albuquerque e Abedellin. Surprehendido com o procedimento de seu irmão, escreveu-lhe em termos respeitosos, reconhecendo a sua realeza, e pondo-se ao seu serviço. O rei de Portugal desdenhou estes protestos, e o irmão respondeu de mão armada, transpondo a fronteira, acompanhado de boas tropas, e arrasando tudo por onde passava. De Portugal sahiram-lhe ao encontro as forças municipaes commandadas por Gonçalo Vaz, que fôram batidas e postas em debandada Entretanto D. Affonso Sanches adoecia em Abedellin, e seu irmão, acudindo com um reforço de tropas, desbaratava o castello de Codeceira, nas visinhanças de Albuquerque. A rainha D. Isabel, que vivia retirada em Coimbra, no mosteiro de Santa Clara, pôz termo a esta lucta ingloria, restabelecendo a paz entre os dois irmãos, e conseguindo que D. Affonso Sanches regressasse ao reino e entrasse na posse dos seus bens. D. Affonso casára, ainda no tempo de seu pae, com D. Brites, filha de D. Sancho IV, de Cas-

tella; d'este matrimonio houve 7 filhos, entre os quaes se conta a infanta D. Maria, que casou com D. Affonso XI, rei de Castella. O soberano hespanhol, influído de amores com a celebre D. Leonor de Gurman, tratava muito mal a joven rainha, e D. Maria queixava-se repetidas vezes a seu pae. O infante D. Pedro, herdeiro do throno portuguez, casára com a infanta castelhana, D. Branca, que repudiara, por ser esteril o matrimonio. D. Affonso IV, que andava muito descontente com o genro, não hesitou em o ferir profundamente, pedindo para seu filho a mão de D. Constança, filha do infante D. João Manuel, um dos mais poderosos fidalgos de Castella, com quem D. Affonso XI estava em pessimas relações, e que mais d'uma vez lhe movera guerra. Além d'isso, D. Constança fôra noiva do rei de Castella, e o facto d'elle não ter contrahido com ella, conforme ajustara, os laços matrimoniaes, fôra uma das causas da lucta com D. João Manuel. D'esta fórma a escolha de D. Constança constituia uma dupla offensa. D. Affonso XI dissimulou o seu despeito, mas quando a princeza partia para Portugal, reteve-a como que presa, nos seus estados; tratando ao mesmo tempo a rainha sua mulher por tal fórma, que ella vin-se obrigada a sahir da côrte, retirando-se para Burgos. Succederam-se as embaixadas da parte do rei portuguez, mas a princeza continuava retida; no entretanto tratava de fortificar o reino e de reforçar o exercito, até que se romperam as hostilidades, e se declarou uma guerra fatal para os dois estados. A lucta foi renhida, sem treguas, sem grandes batalhas campaes, mas que por isso mesmo ainda se tornou mais pungente flagello para os povos. Esta guerra durou 4 annos, terminando em 1338, quando D. Affonso XI sentiu que os mouros se aproveitavam das discordias entre os dois reinos christãos, para tentarem de recuperar o seu antigo poder. Ajuston-se então a paz, o soberano castelhano deixou partir D. Constança para Portugal, prometten tratar melhor sua mulher, e desterrar da sua côrte D. Leonor de Gurman. Os mouros continuaram com as suas pretenções, e Abul-Hassan, emir de Marrocos, alliado do rei de Granada, lançou as suas hostes em terras hespanholas. N'estas tristes circumstancias, o rei castelhano appellou para seu sogro. Portugal obrigara-se a uma alliança com Castella contra os mouros, mas as offensas estavam ainda tão recentes, que apesar da alliança, era duvidoso que D. Affonso IV estivesse disposto a fazer grandes sacrificios para salvar a Hespanha do perigo imminente em que estava. D. Affonso XI solicitou; a rainha, sua mulher, intercedeu para com o pae, que afinal se resolveu a auxiliar o genro, e reunindo-se os dois exercitos, portuguez e hespanhol, os mouros ficaram completamente derrotados na celebre batalha do Salado em 29 de outubro de 1340. Foi esta victoria a parte mais gloriosa d'este reinado. Em 1348, uma terrivel epidemia chamada a *Peste Negra*, depois de ter percorrido a Europa, invadiu Portugal, victimando muita gente em todo o paiz, especialmente em Lisboa. Os ultimos annos d'este reinado fôram manchados pela tragica morte de D. Ignez de Castro, da gentil e nobre dama que acompanhara D. Constança, noiva de D. Pedro, quando veiu para Portugal. O principe D. Pedro apaixonou-se pela formosa castelhana, e os seus amores mais se enraizaram, com a morte de D. Constança. D. Ignez de Castro teve 4 filhos. O facto de ser descendente d'uma das casas mais poderosas de Hespanha, começou a inquietar a côrte portugueza. D'aqui resultaram as suggestões levadas ao animo de D. Affonso IV sobre o perigo que corria a patria de ser um dia, por effeito d'esta alliança, dominada ou absorvida por Castella. Estas insistencias repetidas, as recordações mais tristes da vida do rei, tudo isto o moveu a acceitar o plano, que afinal lhe foi apresentado, o assassinio de D. Ignez de Castro. Em 1355, D. Affonso partiu para Coimbra, acompanhado d'alguns fidalgos, e entre elles, Alvaro Gonçalves, Pedro Coelho e Diogo Lopes Pacheco, os mais encarniçados na intriga, e o terrivel plano realisou-se (V. *D. Ignez de Castro*). Este facto doloroso fez revoltar D. Pedro contra seu pae; projectando mil vinganças, o principe organisou um exercito, e assolou as provincias de Traz-os-Montes, Douro e Minho, obrigando D. Affonso a marchar tambem á força armada contra o filho. Interveiu a rainha D. Beatriz, e auxiliada pelo bispo de Braga, D. Gonçalo Pereira, e mais alguns fidalgos, conseguiu que fôsse assignado um tratado de paz entre o pae e o filho. D. Affonso IV morreu em Lisboa, a 8 de maio de 1357. Está sepultado na Sé de Lisboa, ao lado da rainha, sua mulher. No seu reinado floresceram os escriptores Affonso Sanches, D. Vasco Martins, fr. Alvaro Paes, e D. Pedro, conde de Barcellos; fôram promulgadas leis uteis, como as penas para os crimes de moeda falsa, as prohibitivas do jogo, as repressivas das violencias e abusos da justiça, as que regularam o commercio de importação e exportação, e artes.

D. Affonso IV

Affonso V, *o Africano.* 12.º rei de Portugal. N. em Cintra, a 15 de janeiro de 1432; era filho de D. Duarte e de D. Leonor, filha de D. Fernando I, de Aragão. Foi o primeiro filho de rei portuguez, que teve o titulo de *principe*. Contava apenas 6 annos de edade, quando falleceu seu pae, e foi acclamado, em Thomar, a 10 de setembro de 1438. A' ceremonia da acclamação seguiu-se, em conferencia particular nos aposentos da rainha viuva, a leitura do testamento do finado monarcha. O testamento instituia D. Leonor tutora de seu filho e regente do reino. Esta disposição pareceu uma invasão do poder, que pertencia exclusivamente ás côrtes, e irritou os animos dos que entendiam que assistia á vontade nacional o direito de escolher a regencia. A rainha reuniu as côrtes em Torres Novas, para se resolver sobre tudo quanto interessasse á segurança e futuro do reino. Simultaneamente, o infante D. Pedro propunha que o irmão do novel

rei, o infante D. Fernando, fôsse jurado principe herdeiro, prevenindo-se assim a eventualidade da morte prematura de D. Affonso V. Entretanto, a rainha D. Leonor ajustava o casamento de seu filho, o rei de Portugal, com D. Isabel, filha do infante D. Pedro. Este contracto accendeu odios nos que projectavam outra alliança, como era, por exemplo, o conde de Barcellos, filho natural de D. João I, que pensara em negociar o casamento de sua neta, D. Isabel, com o rei de Portugal. As côrtes fôram muito renhidas. A nobreza, capitaneada pelo marechal Vasco Fernandes Coutinho, D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa, D. Sancho, seu irmão, o prior do Crato, D. Nuno Goes e o conde de Barcellos, acompanhava a rainha; os deputados, os procuradores do povo, pelo contrario, seguiam o partido de D. Pedro. Depois das mais vivas discussões, resolveu-se, por iniciativa do infante D. Henrique, que a regencia fôsse composta da rainha, do infante D. Pedro e do conde de Arraiollos, e que as côrtes se reunissem todos os annos, compondo-se dos infantes, do arcebispo, do prior dos Hospitaleiros, de todos os conselheiros do rei, de 4 prelados e de 32 burguezes, de Lisboa, Evora, Coimbra e Porto. Esta resolução não satisfazia, porém, a nenhum dos dois partidos, que reclamaram para si exclusivamente a regencia do reino. O partido popular venceu, e a regencia foi confiada ao infante D. Pedro, o que muito contrariou a rainha, que se considerou ferida no seu amor proprio. Começaram as intrigas palacianas; por proposta do procurador da cidade do Porto, foi retirada a D. Leonor a educação do joven rei. D. Pedro era amado do povo, pela sua rectidão e espirito de justiça; quiz livrar a soberana dos aduladores que a cercavam, porém, nada poude conseguir, por causa da guerra que lhe moviam, com especialidade o conde de Barcellos, que não perdia a menor occasião de a indispôr com o infante, procurando sempre envolvel-o em difficuldades e perigos. Vendo que a rainha estava um pouco mais conforme com o regente, e constando-lhe que chegara até a trocarem-se promessas escriptas, que pareciam assegurar a boa harmonia entre ambos, o conde de Barcellos, deveras irritado, aconselhou a rainha a retirar-se para o Crato, terra bem fortificada, e onde poderia contar com o auxilio do prior dos Hospitaleiros; tratou egualmente de estabelecer allianças particulares com os infantes de Aragão, allianças, cujos effeitos em breve appareceram nas successivas exigencias de Castella para com Portugal, sob pretextos os mais futeis e desarrasoados. A intriga enredou-se por tal fórma, que a rainha chegou a hesitar sobre a sua partida, a qual realisou em 31 d'outubro de 1440, sendo acompanhada sómente por sua filha, creança que nascera já depois da morte de D. Duarte. Do Crato, enviava D. Leonor, para todo o reino, cartas em que renovava a affirmação dos seus direitos á regencia. A guerra civil incendiou-se, e D. Pedro, depois de esgotar todos os esforços para evitar esta contenda, resolveu marchar sobre o Crato. A rainha, porém, havia fugido para Castella. O infante tomou a fortaleza do Crato, e doou-a a seu irmão, D. João, concedendo o priorado a D. Henrique de Castro. Seguiram-se novas luctas, sendo afinal subjugada a rebellião do conde de Barcellos e dos seus partidarios. Celebraram-se então os esponsaes do rei, que contava apenas 16 annos. No entretanto, D. Leonor continuava em Castella, a advogar os seus direitos e alcançou que viesse a Portugal uma embaixada castelhana, com insolentes ameaças de declararem guerra ao paiz, se a rainha não fôsse de prompto investida na regencia que de direito lhe pertencia. D. Pedro reuniu côrtes em Evora, em 1442, para ellas decidirem, as côrtes auctorisaram o regente a resolver como entendesse, e D. Pedro declarou acceitar a guerra, que a Hespanha lhe propunha com tanta arrogancia. Os embaixadores retiraram-se parecendo pouco dispostos para alucta, que nunca se realisou. D. Leonor ainda apresentou novas instancias ás côrtes de Castella, porém, falleceu em Hespanha, a 19 de fevereiro de 1445, sem vêr realisado os seus desejos. A morte da rainha restituiu a paz a Portugal. D. Affonso V, logo depois do seu casamento, tomou conta da administração do estado. D. Pedro tratou de reunir côrtes geraes para lhe fazer a entrega do reino. Esta deliberação e o pedido de D. Affonso para que o infante continuasse a governar junto d'elle, sobreexcitaram ainda mais os animos rancorosos do conde de Barcellos e dos mais fidalgos seus partidarios, os quaes por meio da mais ardilosa intriga, obrigaram o rei a desistir do seu proposito, e a exigir do tio, em maio de 1447, a prompta entrega do reino. O conde de Barcellos não descançava; D. Pedro, não podendo por mais tempo supportar as affrontas que lhe eram dirigidas, e querendo justificar a nobreza e a rectidão das suas intenções, decidiu deixar a solidão a que se recolhera, para não ser victima dos infames que tinham jurado a sua perda. Quando se dispunha a mostrar-se ao rei e ao povo, deparou no caminho de Lisboa com a gente de guerra capitaneada pelos seus inimigos. Os dois exercitos encontraram-se proximo d'Alfarrobeira, em 1449, onde se travou rija batalha, em que D. Pedro foi victima *(V. D. Pedro, duque de Coimbra)*. Morto o infante, acalmaram-se as discordias no reino, e D. Affonso V governou em paz, desejando ter occasião de se distinguir como guerreiro. Lembrou-se de ir combater no oriente, e chegou a fazer alguns preparativos; vendo, porém, que nenhum principe christão o acompanhava, resolven-se a aproveitar as forças que reunira, em ampliar os dominios portuguezes na Africa septentrional, e accrescentar a Ceuta, que fôra conquistada por D. João I, algumas praças marroquinas. Em 17 d'outubro de 1458 partiu com 25 mil homens, n'uma formosa esquadra, e foi sobre Alcacer-Ceguer, que conquistou no dia 23, entregando o commando da praça a D. Duarte de Menezes, que a defendeu briosamente contra to-

D. Affonso V

das as forças do rei de Fez, em dois cercos consecutivos. D. Affonso voltou novamente á Africa, em 1463, na ideia de tomar Tanger, porém foi repellido desastrosamente, e n'um combate infeliz nas serras de Benacafú perdeu alguns dos seus mais valentes cavalleiros, e entre elles D. Duarte de Menezes. Essa campanha ainda o incitou mais; queria tomar vingança dos revezes soffridos. As côrtes, porém, não lhe permittiram que elle pudesse logo satisfazer o seu desejo, queixando-se das despezas excessivas a que obrigavam essas expedições. Em 1472 voltou outra vez á Africa, em que seu filho, o principe herdeiro D. João, o acompanhou, distinguindo-se muito. Essa expedição foi de todas a mais gloriosa pela conquista d'Arzilla; Tanger rendeu-se sem esperar ser sitiada. Mais duas cidades importantes, com os territorios convisinhos, vinham accrescentar os nossos dominios ao norte d'Africa. Na Barbaria tremulava a bandeira portugueza em 4 praças: Ceuta, Alcacer-Ceguer, Arzilla e Tanger. D. Affonso V entendeu que podia adoptar a seguinte divisa: *D. Affonso, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem, d'além-mar em Africa.* Foi esta uma época gloriosa para o reinado de D. Affonso V. Esperava-o, porém, um grande dissabor. Suscitavam-se em Hespanha grandes desintelligencias, por morte de D. Henrique IV, que casára com a infanta D. Joanna, de Portugal. D. Henrique deixara em testamento o throno a sua filha D. Joanna, de quem a voz publica murmurava, negando ao rei a paternidade, dizendo-a filha de Beltran de La Cueva, valido d'el-rei e amante da rainha; o povo chamava-lhe a *Beltraneja*, e na historia ficou conhecida pela *Excellente Senhora.* No testamento, o rei de Castella pedia a seu cunhado que casasse com a sobrinha; os partidarios da princeza D. Joanna chamaram D. Affonso V em seu auxilio, invocando aquella clausula do testamento. D. Affonso pensou que lhe estava reservado o papel de unificador de Hespanha, e que Portugal e Castella podiam constituir debaixo do seu sceptro um reino unico, onde mais tarde ou mais cedo viria absorver-se o Aragão. D. Affonso não quiz attender os prudentes conselheiros que lhe apresentavam as funestas consequencias que poderiam resultar da sua intervenção nas desavenças de Castella; acceitou o testamento do cunhado, tornou-se noivo de sua sobrinha, contrahiu alliança com o rei de França, Luiz XI, a cujos encargos o astucioso soberano francez sempre se eximiu, e em 1475 invadiu Castella com um poderoso exercito, deixando o reino entregue ao principe D. João. Nos primeiros mezes não foi infeliz a campanha para D. Affonso V. Juntaram-se-lhe muitos fidalgos castelhanos, e se elle tivesse aproveitado bem as primeiras vantagens, perigaria muito a causa de D. Fernando e de D. Isabel. Mas limitou-se a tomar algumas praças, hesitou em proseguir, descontentou a um tempo castelhanos e portuguezes, foi deixando augmentar as forças contrarias, tanto que teve de pedir reforços a seu filho, que pessoalmente lh'os foi levar. Na planicie de Faro encontraram-se os dois exercitos, em 1 de março de 1476, e alli se travou renhida batalha, em que a ala commandada pelo principe D. João destroçou os castelhanos, obrigando D. Fernando a fugir, emquanto que a ala commandada por D. Affonso V, retirou em desordem. A batalha ficou indecisa, mas na situação em que estavam os negocios da guerra, quando D. Affonso V precisava d'uma victoria esplendida para recuperar o prestigio perdido, esse meio desastre podia considerar-se uma derrota completa. Uma grande parte dos fidalgos castelhanos, que seguiam a bandeira de D. Affonso, abandonaram-n'o, e o rei de Portugal viu-se obrigado a sustentar contra as tropas de D. Fernando e de D. Isabel, uma pequena guerra de fronteiras. Sem desistir das suas pretenções, resolveu ir a França pedir auxilio a Luiz XI, continuando o reino em poder do principe herdeiro. Contra a opinião dos seus conselheiros e cavalleiros, partiu em agosto de 1476 para Tours, onde residia o rei de França. Durante o caminho, D. Affonso foi recebido com toda a consideração e cortezia nas cidades onde entrava. A entrevista dos monarchas foi uma completa desillusão para D. Affonso. Luiz XI, com o seu costume de proferir boas palavras e de alimentar esperanças, tratou o rei portuguez com as maiores amabilidades, enlevando-o com as mais maravilhosas esperanças. Lembrou-lhe, em primeiro logar, que obtivesse do papa a dispensa para o casamento com a sobrinha, e de Carlos, o Temerario, o implacavel inimigo da França, a solemne promessa de a deixar em paz, em quanto ella estivesse empenhada na lucta com a Hespanha. D. Affonso procurou Carlos, o Temerario, o qual, conhecendo já a diplomacia ardilosa de Luiz XI, não acceitou proposta alguma, nem sequer o attendeu. Mas as cousas succederam como Luiz XI desejava; Carlos o Temerario morreu no cêrco de Nancy, e o papa concedeu a dispensa pedida. Luiz XI ficou sem pretextos para addiar o soccorro promettido, mas em que pensava menos era nos negocios de Hespanha e Portugal. Os seus addiamentos e evasivas fatigaram afinal D. Affonso, que desconsolado pelo papel que representara, resolveu abdicar a corôa em seu filho, e ir morrer á Palestina. Os fidalgos que o acompanhavam, descobrindo o seu proposito, conseguiram que elle voltasse para Portugal. D. Affonso chegára a mandar para o reino o auto de abdicação, e o principe, apenas o recebeu, fez-se acclamar em 10 de novembro de 1477, mas ficou surprehendido, quando soube, dias depois, que seu pae entrara em Cascaes. D. João não hesitou em resignar a corôa apesar de haver opiniões, em que elle apresentara uma certa relutancia, mas D. Affonso não quiz acceital-a; vendo, porém, que o principe insistia, resolveu-se afinal a cingir outra vez o poder. Tentou ainda renovar a lucta com Castella, pensou em consummar o casamento com sua sobrinha, mas viu-se obrigado a desistir, em vista da má vontade dos seus vassallos. Em 1479 ajustaram-se pazes entre os dois reinos, restituindo-se reciprocamente as praças conquistadas, sendo uma das condições principaes, que se recolheria no convento de Santa Clara, de Santarem, a princeza D. Joanna, victima innocente de todas estas intrigas e ambições. D. Affonso V falleceu em Cintra, a 28 de agosto de 1481, e jaz sepultado no convento da Batalha. Durante o seu reinado deram-se as primeiras descobertas dos portuguezes, devidas aos grandes navegadores, e por iniciativa do infante D. Henrique. D. Affonso V deixou o thesouro do estado muito empenhado,

devido ao luxo da côrte, aos gastos das emprezas militares, que absorveram importancias enormes, dadivas aos fidalgos, e dadivas de tenças e de terras. Era um homem instruido, e presava muito as letras e os que as cultivavam; póde-se dizer que deu um verdadeiro impulso á civilisação, honrando os sabios e colleccionando livros. Em legislação deu o seu nome á primeira collecção de leis que se fez em Portugal, a das *Ordenações Affonsinas*, mas essa collecção é devida á iniciativa do infante D. Pedro; estabeleceu a ordem da *Torre e Espada*, em 1459. Floresceram n'este reinado os seguintes escriptores: os infantes D. Pedro e D. Henrique, Fernão Lopes, a infanta D. Catharina, e Gomes Eanes de Azurara.

Affonso VI, o *Victorioso*, 22.º rei de Portugal. N. em Lisboa, a 21 d'agosto de 1643; era filho 2.º de D. João IV e de D. Luiza de Gusmão, filha do duque de Medina Sidonia. Tendo fallecido seu irmão mais velho, o principe D. Theodosio, foi jurado herdeiro em 1653, e acclamado em 15 de novembro de 1656, governando na sua menoridade a rainha sua mãe. Aos 3 annos assaltou-o uma paralysia, de que ficou sempre soffrendo mais ou menos, e com o espirito fraco. Devido talvez á má educação que recebera dos seus preceptores, D. Affonso folgava em tratar com pessoas de baixa condição, e em se entregar a divertimentos indignos da sua gerarchia; ia para as janellas do paço, que deitavam para o pateo da capella, vêr os rapazes que se juntavam alli, jogando á pedrada. Este pateo era cercado d'arcadas, onde estavam estabelecidos mercadores com as suas tendas. Um d'estes, o genovez Antonio Conti, astucioso como um verdadeiro italiano, soube insinuar-se nas boas graças d'el-rei, applaudindo os rapazes que D. Affonso protegia nas contendas que se travavam. D. Affonso descia ao pateo para conversar com o genovez, que procurava tornar-se agradavel, offerecendo-lhe bugigangas do seu commercio, que tentavam o gosto pouco apurado do joven monarcha. Antonio Conti foi-se insinuando no animo de D Affonso, que este chegou a introduzil-o no palacio. Os preceptores quizeram acabar com aquelle escandalo, mas o rei insistiu, e procurou meios de se communicar secretamente com o italiano. Os preceptores, vendo que nada conseguiam, desistiram. D. Affonso VI, convencendo-se do seu poder, proseguiu nos desregramentos, introduzindo na sua intimidade o irmão de Antonio Conti, negros, mouros e lacaios de infima especie. Divertiam-se todos em combates de lebreus, primeiro no paço, depois no proprio terreiro, em publico. Aquelle bando ignobil não abandonava nunca o rei: percorriam todos a cidade, de noite, apedrejando janellas, arremettendo contra os transeuntes. A incapacidade physica de D. Affonso tornava ainda estes espectaculos mais repugnantes. Atirando-se por bazofia a emprezas atrevidas, sempre se sahia mal, obrigando-se a fazer-se reconhecer, para não ser maltratado pelas pessoas que provocava. Por vezes enchia o paço de mulheres perdidas, tambem por basofia, porque não era menos incapaz para as luctas amorosas que para as luctas guerreiras. A rainha regente não sabia como impedir semelhante viver, e quiz abandonar a regencia, quando D. Affonso completou 18 annos,; o conselho d'estado, porém, pediu-lhe que tal não fizesse, pelo menos emquanto não tirasse Antonio Conti da intimidade do rei. A rainha então, antes de largar a regencia, resolveu desterrar Antonio Conti para o Brazil; D. Affonso, sempre voluvel depois de se mostrar furioso, socegou, e talvez até não pensasse mais nos seus validos, se um homem, muito intelligente, mas ambicioso, não tomasse o partido d'elles, e não excitasse os sentimentos d'el-rei. Era o conde de Castello Melhor, que, auxiliado por mais alguns fidalgos, conseguiu que o monarcha sahisse para Alcantara, e d'ahi fizesse saber a sua mãe que resolvera assumir o poder. A rainha tentou resistir por boas razões e conselhos, porém nada conseguiu, porque o conde de Castello Melhor, estando disposto a subir ao poder, não desistia por caso algum, d'essa empreza. A 29 de junho de 1662, el-rei assumiu definitivamente o governo do reino, ou antes, em seu nome, o conde de Castello Melhor, que se fez nomear escrivão da puridade. O conde empregou toda a sua astucia em afastar de junto do rei todas as pessoas que podiam offuscar-lhe o seu valimento; até conseguiu que a propria rainha se affastasse, acolhendo-se ao convento do Grillo. É certo, porém, que se o conde se serviu de meios nem sempre dignos para subir ao poder, mostrou-se dignissimo em exercel-o. O reinado de D. Affonso VI deveu-lhe a gloria que o illuminou, e o inepto soberano poude alcançar na historia o epitheto de o *victorioso*. Já no tempo da regencia da rainha D. Luiza, Portugal tinha resistido aos combates continuos que se seguiram á acclamação de D. João IV e ás dissidencias que se armaram entre os portuguezes. Ganharam forças os dois partidos, do conde d'Odemira, D. Francisco de Faro, e do conde de Cantanhede, D. Antonio Luiz de Menezes: ambos estes partidos contavam grandes influencias no seu gremio. A rainha teve de luctar com as difficuldades que lhe creavam; um terceiro partido, o do clero, tambem se organisou a favor da rainha, tendo á sua frente o irlandez fr. Domingos do Rosario. D. Luiza uma perfeita diplomata, organisara um governo composto de todas as facções. A Hespanha, sempre em guerra, começou a celebre campanha em 1657, e tomou as praças d'Olivença e Mourão. Portugal conseguiu recuperar a praça de Mourão. Em 1658, deu-se o desastre de Badajoz, pela mallograda tentativa de Joanne Mendes de Vasconcellos, desastre que causou muitas victimas e muitas perdas; n'esse mesmo anno, porém, a brilhante batalha do forte de S. Miguel foi uma gloriosa compensação. O cerco d'Elvas, praça tão heroicamente defendida por D. Sancho Manuel, e em 14 de janeiro de 1659 a celebre batalha das linhas d'Elvas fôram dois grandiosos feitos d'armas. N'esta batalha distinguiu-se o conde de Cantanhede, que recebeu, entre outras mercês, o titulo de 1.º marquez de Marialva, por carta de lei de 11 de junho de 1661. O tratado de paz entre França e Hespanha, em 1660, prejudicou muito a politica portugueza, collocando em grave risco a nossa independencia. Depois de D. Affonso VI tomar posse da governação do Estado, D. João d'Austria, filho bastardo do rei de Castella, invadiu o Alemtejo, tomou Evora, e chegou quasi ás portas de Lisboa. O conde de Castello Melhor tratou de organisar importantes forças para repellirem esta invasão, collocando á frente d'essas forças D. Sancho Ma-

nuel, conde de Villa Flôr, e o conde de Schomberg. Seguiu-se uma serie de combates e de victorias; a reconquista d'Evora, a tomada de Assumar, Ouguella, Veiros, Monforte, Crato e Borba; Figueira de Castello Rodrigo, Ameixial, batalha que se deu em 1663, em que muito se distinguiram os generaes marquez de Marialva, e conde de Schomberg. A decadencia de Portugal era inevitavel, com um rei tão fraco que tudo sacrificava á quietação do espirito e ás suas commodidades. Nas colonias ainda essa decadencia mais se pronunciava. As complicações da India, a alliança de Inglaterra, com o casamento da infanta D. Catharina, filha de D. João IV, com o rei de Inglaterra, Carlos II que levou em dóte duas praças, Bombaim e Tanger, a tomada, pelos hollandezes, de Ceylão, Cranganor, Negapatam, Cochim, Coulam, e Cananor, as negociações a que foi indispensavel entrar com elles e a traição do duque d'Aveiro e de D. Fernando Telles de Faro. A campanha contra os hespanhoes, terminou, por assim dizer, com a batalha de Montes Claros, ganha pelo marquez de Marialva e o conde de Schomberg. Depois d'esta batalha, só houve escaramuças e guerras de fronteira. Os hespanhoes, já cançados de tanto luctar, começaram a tratar da paz, que o conde de Castello Melhor só queria acceitar com as condições a que nos dava direito a nossa constante supremacia militar. Assim o conde exigia que a Hespanha nos cedesse uma porção do seu proprio territorio, queria a Galliza, e com certeza o conseguiria, se as intrigas da côrte o não houvessem precipitado do poder. O casamento de D. Affonso VI com a filha do duque de Nemours, D. Maria Francisca d'Aumale e Saboya, interessou a França nos nossos destinos, que nos deu a sua alliança. Emquanto Portugal se engrandecia no campo da batalha, consolidando a nossa independencia, no paço, em Lisboa, triumphavam as intrigas palacianas. A rainha D. Maria Francisca de Saboya, estranhava bastante o marido que lhe tinham dado, um homem de instinctos viciosos, destituido de educação; incapaz de amar e de se fazer amar. Sendo ambiciosa, e estando habituada ao respeito e obediencia de Luiz XIV, este mesmo de longe queria sujeitar completamente a politica portugueza á influencia do governo de Versailles. O conde de Castello Melhor não era homem que se curasse facilmente, e como a rainha soubera adquirir, apenas chegara, uma grande influencia no animo fraco de seu marido, tratou de impedir que elle entrasse demasiadamente na politica e nos negocios do Estado. D'aqui resultou a hostilidade, ao principio dissimulada, mas depois, sem reservas. O conde, verdadeiro diplomata, não deu nunca ensejo á rainha para que pudesse queixar-se d'elle, outro tanto não aconteceu com o secretario de estado, Antonio de Souza de Macedo, poeta e escriptor notavel. Uma insignificante questão, relativa a um criado da rainha, obrigou a orgulhosa soberana a censurar Souza de Macedo, e este respondeu com mais vivacidade. A rainha fez grande escandalo, dizendo que lhe tinham faltado ao respeito, queixou-se a el-rei, exigindo a sua demissão. El-rei, apesar da sua curta intelligencia, entendia que os tiros dirigidos contra homens que o rodeavam, e que formavam um governo muito considerado no estrangeiro, era a elle que o feriam, não quiz acceder ao pedido da rainha, e mesmo porque na resposta do secretario d'estado nada havia de menos respeitoso. A rainha ainda insistiu, mas o rei, instigado pelo conde de Castello Melhor, firmou-se no seu proposito, e Souza de Macedo não foi demittido. O infante D. Pedro, que já andava em dissidencias com seu irmão, ajudando os projectos da rainha, de quem se tornara muito intimo, mostrou-se indignadissimo. D. Pedro fazia opposição ao 1.º ministro, porque, quando a impopularidade de D. Affonso VI mais se pronunciou, nutria a esperança de conquistar o poder, e o conde elevava-se entre elle e o rei, e o seu vulto energico era para fazer recuar os ambiciosos. A rainha, que tambem detestava o ministro, ligou-se ao cunhado, para conspirarem contra o seu poder, procurando inutilisal-o. Estas ligações tornaram-se depressa escandalosas. D. Maria Francisca de Saboya, na força da vida, via-se casada com um homem quasi decrepito, e incapaz de inspirar amor pelos defeitos physicos e intellectuaes, emquanto que D. Pedro era um rapaz sympathico, e dizia amal-a. Diz-se que foi no bosque de Salvaterra, onde el-rei gostava muito de ir á caça, que esses amores mais se accentuaram. O conde de Castello Melhor, com a sua perspicacia, não tardou a descobrir aquelles amores adulterinos, e o infante percebendo que o conde estava senhor do segredo, ainda mais augmentou o seu odio. O infante começava a exigir a demissão do conde, tomando como aggravo pessoal as medidas que o ministro tomava em sua defeza; vendo que nada conseguia, accusou-o de o ter querido envenenar em Queluz, declarando que tinha testemunhas, que só se apresentariam quando o conde fôsse demittido, porque até então receavam arriscar-se. O rei convocou o conselho de Estado, o qual declarou não haver motivo para a demissão, antes do crime ter sido provado com os depoimentos das testemunhas. Afinal, apesar das testemunhas nunca apparecerem, D. Pedro conseguiu que o conde fôsse demittido, e como era esse o fim desejado, nunca mais se fallou em semelhante crime; a demissão foi dada pelo proprio conde, que conhecia bem que a primitiva resolução do rei ia enfraquecendo, e então preferiu ausentar-se. D. Affonso ficou completamente sem defeza. Depois de muitas intrigas, o rei quiz que Antonio de Souza de Macedo, que sempre sahira do reino, voltasse para seu lado, mas a rainha oppoz-se energicamente. O conselho d'estado decidiu-se a favor de Macedo, o qual voltou a occupar o seu logar de secretario. D. Pedro, então, á testa da nobreza, e apoiado por uma manifestação tumultuosa do povo de Lisboa, invadiu o Paço, em 5 d'outubro de 1667, e exigiu a demissão do secretario. O pobre soberano, vendo aquella attitude

D. Affonso VI

bellica, cedeu, ficando completamente abandonado no meio das intrigas e do despotismo de seu irmão, que empregava os meios mais vis para lhe roubar o throno e a esposa. Seguiu-se o divorcio da rainha, que foi um processo escandaloso e revoltante, e em que appareceram depoimentos vergonhosos de muitas testemunhas. D. Affonso, guardado á vista pelo infante, viu-se obrigado a annuir a tudo quanto d'elle exigiam, declarou que desistia do governo do reino, e até abdicaria em seu irmão, comtanto que o deixassem viver socegado. Convocaram-se côrtes em 1 de janeiro de 1668, e n'ellas se decidiu a deposição do rei, confiando-se a regencia a seu irmão. O casamento foi annullado; de Roma veiu dispensa para que pudessem casar os dois cunhados, casamento que se realisou no mesmo anno de 1668. D. Pedro via satisfeitos todos os seus desejos e ambições. Receoso, porém, que o rei, estando no continente, servisse de pretexto para algumas conspirações, conseguiu desterral-o para a ilha Terceira, onde o infeliz soberano foi encarcerado no castello de S. João Baptista d'Angra. D Affonso alli esteve 4 annos; descobrindo-se uma conspiração, em 1673, protegida pelo embaixador hespanhol, conde de Humanes, em que se pretendia soltar o rei e restituir-lhe o throno, foi o pobre rei transferido para o palacio de Cintra, sendo mortos alguns dos conspiradores. Em 12 de setembro de 1683, falleceu n'aquelle palacio, quasi repentinamente, d'um ataque apopletico, estando a ouvir missa. D. Affonso era de agradavel presença, tinha olhos azues e cabello louro e comprido. Está sepultado em S. Vicente de Fóra. No seu tempo floresceram os escriptores: Jacintho Freire d'Andrade, Antonio Barbosa Bacellar, João Soares de Brito, Francisco de Sá Menezes, Manuel de Galhegos, D. Francisco Manuel de Mello, o conde da Ericeira, Duarte Ribeiro de Macedo, Antonio de Souza de Macedo e fr. Antonio das Chagas.

Affonso. Filho natural d'el-rei D. Affonso Henriques, e de mãe desconhecida; não se sabe a terra nem a data do nascimento; sómente se sabe, que sahiu de Portugal para combater na Terra Santa, como cruzado, e que professou na ordem militar de S. João de Jerusalem. Tornando-se muito distincto pelo seu elevado talento e valor, foi eleito em 1194, grão mestre da ordem, cuja séde deixara de ser em Jerusalem, e passara para Rhodes. Reuniu capitulo em Margato, mas depois renunciou áquella dignidade, por motivos que se ignoram, e voltou para Portugal, onde morreu no primeiro de março de 1207, sendo enterrado na egreja de S. João em Santarem.

Affonso. Filho primogenito d'el-rei D. Pedro I; morreu ainda creança.

Affonso. Filho do 2.º matrimonio d'el-rei D. Affonso III e da rainha D. Beatriz; n. a 8 de fevereiro de 1263. Quando D. Diniz subiu ao throno, D. Affonso, incitado por alguns fidalgos descontentes, levantou discordias no reino, protestando contra a legitimidade do irmão, allegando que, apezar de ser o primogenito, D. Diniz devia ser considerado como filho adulterino, por ter nascido ainda em vida de D. Mathilde, primeira mulher de D. Affonso, emquanto que elle, ainda que filho segundo, nascera já depois do segundo casamento de seu pae estar verdadeiramente legalisado por morte da condessa D. Mathilde. O papa, porém, tinha deitado a sua absolvição, e o nascimento de D. Diniz, aos olhos dos catholicos portuguezes, ficara legitimado sem a menor duvida. O soberano não receou as pretenções do irmão emquanto elle se limitava a desabafar a sua colera sómente por palavras, mas não deixava de lhe vigiar todos os movimentos, e quando viu que o infante queria cercar de muralhas a villa aberta de Vide, cujo senhorio seu pae lhe legara juntamente com o de Marvão, Arronches e Portalegre, interveiu logo, oppondo-se energicamente. D. Affonso, temendo a colera do rei, passou para Hespanha, deixando alguns dos seus partidarios encarregados de o harmonisarem com D. Diniz. Effectuou-se uma composição, mas a discordia ficou sempre minando, reservando-se para mais tarde rebentar com maior furor. Corria o anno de 1281. Em Castella eram grandes as discordias entre o rei. D. Affonso X e um seu filho D. Sancho, e essas discordias ainda mais se aggravaram depois da morte de D. Affonso X. D. Diniz conservou-se sempre estranho, mas depois da morte do velho monarcha, o infante D. Affonso, sempre turbulento e desordeiro, obrigou o irmão, ainda que indirectamente, a intrometter-se nas questões castelhanas. Como as posessões, que tinha herdado, estavam situadas nas fronteiras de Castella, tornavam-se um logar de refugio para os fidalgos castelhanos descontentes, que, muitas vezes, auxiliados pelo infante, entraram em correrias pelas fronteiras da sua patria. D. Sancho IV queixou-se ao rei de Portugal, e este, deveras irritado, marchou contra o irmão, a quem sitiou em Arronches. O rei de Castella veiu auxilial-o, e os dois monarchas reduziram o infante ao ultimo extremo, o qual não podendo já resistir, fugiu para Badajoz, onde se refugiou. A rainha Santa Isabel interveiu então, como anjo da paz, e conseguiu que os dois irmãos se reconciliassem, obrigando-se D. Affonso a ceder a D. Diniz as villas que possuia no Alemtejo, em troca d'outras terras, no interior do paiz, e uma certa quantia, paga annualmente. D. Affonso havia casado em Castella, com D. Violante, filha do infante D. Manuel, senhor de Escalons; e alli viveu, até que as saudades da patria o obrigaram a voltar de novo a Portugal, morrendo em Lisboa, em 2 de novembro de 1312. Está sepultado na egreja de S. Domingos.

Affonso. Filho primogenito d'elrei D. João I e da rainha D. Filippa; n. em Santarem, a 30 de julho de 1390. Este nascimento foi muito festejado, assim como o baptisado, que se realisou a 3 de outubro do mesmo anno, em Santa Maria d'Alcaçova, de Santarem. Teve por procuradores o condestavel D. Nuno Alvares Pereira e o mestre da ordem de Christo, Lopo Dias de Sousa. D. Affonso, porém, que chegou a ser reconhecido como herdeiro do throno, falleceu aos 10 annos de edade, em 22 de dezembro de 1400, sendo sepultado na sé de Braga, n'um tumulo de bronze dourado, mandado depois de proposito de Borgonha, por sua irmã, a duqueza D. Isabel. Por sua morte, succedeu no throno de Portugal, seu irmão D. Duarte.

Affonso. Unico filho legitimo d'el-rei D. João II e de sua mulher e prima, a rainha D. Leonor; n. a 18 de maio de 1475. Ainda muito creança esteve como refens em Moura, em poder da infanta D. Beatriz, por parte de Portugal, onde

tambem estava em refens, em poder da mesma infanta, por parte de Hespanha, a princeza D. Isabel, filha dos reis catholicos D. Fernando e D. Isabel. Estes refens ou terçarias haviam sido estipulados pelos dois governos como fiadores da paz que se assignara entre os dois paizes, depois da grande lucta em que andaram empenhados, e que teve como feito d'armas culminante a batalha de Toro. Esta princeza D. Isabel é que foi destinada para esposa do joven D. Affonso; ambos contavam apenas 15 annos de edade, quando o casamento se realisou, em Evora, em 1490. Fôram magestosas as festas que então se fizeram durante oito dias. Banquetes, justas, bailes, representações, etc., notando-se em todos estes alegres festejos a maior sumptuosidade e riqueza. Garcia de Rezende, na chronica de D. João II, descreve mi nuciosamente a magnificencia das decorações das salas de madeira que se improvisaram, e onde se viam collocadas enormes mezas repletas dos mais saborosos manjares: e todo o brilhantismo d'aquellas festas esplendidas, tão sympathicas para toda a nação. A princeza D. Isabel chegou a Evora em 27 de novembro de 1490, e foi recebida com a maior grandeza. Vinha a cavallo, e trazia a seu lado D. João II; ambos caminhavam debaixo d'um rico pallio de brocado, e eram seguidos pelo duque de Beja, D. Manuel, D. Jorge, filho natural de João II, bispos d'Evora e de Coimbra, condes de Monsanto e Cantanhede, e muitos mais fidalgos e nobres do reino. Na Sé d'Evora foi recebido o cortejo pelo cabido, em solemne procissão, e depois de curta demora, seguiram todos para o paço, onde D. Leonor e seu filho D. Affonso os esperava, acompanhados das damas de honor e mais pessoas da côrte. Toda esta alegria, porém, foi de ephemera duração, pelo lamentavel desastre, de que foi victima o desditoso principe. Chegára o mez de julho de 1491, e as pessoas reaes achavam-se em Almeirim. Na tarde do dia 12 d'aquelle mez, el-rei D. João, acompanhado d'algumas pessoas da sua comitiva, foi tomar banho ao Tejo, como costumava todos os annos, durante o verão. Na passagem para o Tejo, o principe e a princeza estavam n'uma janella, e, vendo el-rei, o principe mandou apparelhar um ginete, e quiz acompanhal-o ao banho. Não desejando, porém, banhar-se, começou a correr pelo campo, no seu ginete, em quanto esperava, levando na sua companhia D. João de Menezes, o valente guerreiro que se distinguiu em Azamor. N'uma das corridas, quebrou-se o louro d'um estribo; o principe cahiu e com tanta infelicidade, que sendo arrastado pelo cavallo, ficou logo sem falla, e como morto. Acudiu muita gente, e o principe foi levado em braços para a primeira casa que se encontrou, que era a d'um pobre pescador. Tão depressa se divulgou a noticia, que D. João, a rainha e a princeza correram a soccorrer o infeliz principe. Era geral a consternação. Apesar dos ternos carinhos e dos esforços da medicina, D. Affonso falleceu no dia seguinte, pela uma hora da noite, tendo apenas 16 annos; foi sepultado no mosteiro da Batalha, depois de se executarem grandiosas e solemnes exequias. D. Affonso era muito sympathico e muito estimado; a sua morte causou geral sensação.

Affonso. 6.º filho do 2.º matrimonio d'el-rei D. Manuel e da rainha D. Maria; n. em Evora, a 23 d'abril de 1509. Foi discipulo de Ayres Barbosa e de André de Rezende. Com este principe deu-se um caso o que foi considerado como um escandalo ecclesiastico: em 1516, o pontifice Leão X enviou-lhe o chapéo de cardeal com o titulo de Santa Luzia, tendo o infante apenas 7 annos de edade, ordenando que fôsse provido no bispado da Guarda, ficando a diocese administrada por D. Miguel da Silva; o infante teve tambem as rendas dos bispados de Vizeu e de Evora, e dos conventos d'Alcobaça e de Santa Cruz de Coimbra. Em 1522, aos 13 annos, foi provido no arcebispado de Lisboa. Sendo um fanatico de espirito acanhado, mostrou-se o maior e o mais intolerante inimigo dos judeus, e concorreu muito para o estabelecimento da Inquisição em Portugal. F. a 21 d'abril de 1540, e está sepultado na egreja de Belem. Durante o tempo que esteve administrando o bispado d'Evora, e em Lisboa, como arcebispo, foi que se publicaram as constituições do bispado d'Evora e as constituições synodaes do arcebispado de Lisboa. As constituições d'Evora, com algumas modificações, applicaram-se ao bispado de Vizeu. Damião de Goes diz, que o cardeal infante D. Affonso foi muito douto na lingua latina.

Affonso. Filho primogenito de D. João III; n. em Almeirim, a 24 de fevereiro de 1526. Morreu ainda em creança, e está sepultado na egreja de Belem.

Affonso *(Alvaro)*. Sacerdote e doutor, perante o qual o infante D. Pedro, duque de Coimbra, e o conde d'Abranches fizeram juramento de serem fieis um ao outro na vida e na morte.

Affonso *(Alvaro)*. Portuguez, que militou na India; foi capitão d'um catur, que em 1541 acompanhou ao estreito de Mekka, o governador da India, D. Estevam da Gama. Em 1556, commandou a nau da armada que o governador Francisco Barreto mandou para soccorrer o rei de Sindi.

Affonso *(Bastião)*. Ourives e afinador da moeda de Lisboa, no tempo de D. João III.

Affonso *(Diogo)*. Navegador portuguez a quem o infante D. Henrique confiou o commando d'uma das caravellas que deviam ir ao *Rio do Ouro* tentar a conversão dos seus habitantes ao christianismo. Não foi bem succedido na empreza, assim como os seus companheiros, Antão Gonçalves e Gomes Pires. Era escudeiro do infante D. Fernando.

Affonso *(Diogo)*. Secretario do cardeal infante D. Affonso, filho d'el-rei D. Manuel. Ignora-se a data do nascimento e do fallecimento. Escreveu: *Historia da vida e martyrio do glorioso sancto Thomaz Arcebispo, senhor de Cantuaria, Primás de Inglaterra, Legado perpetuo da sancta see Apostolica, treladada nouamente do latim em lingoagẽ Portugues. Derigida ao Illustrissimo & muy excellẽte Principe senhor ho senhor dõ Hẽrique Cardeal da sancta eggreja de Roma do titulo dos sanctos quatro coroados Iffante de Portugal. Legado de latere em os reynos & senhorios de Portugal M. D. L IIII.*; *Vida & milagres da gloriosa Raynha sancta Isabel, molher do catholico Rey dõ Dinis sexto de Portugal. Com hu compromisso da cõfraria do seu nome & graças a ella concedidas.* Coimbra, 1560; *Vida de Sancto Amaro, dedicada á commendadeira do mosteiro de Sanctos.*

Affonso *(Duarte)*. Contra-mestre da nau de

Affonso d'Albuquerque, que acompanhou á conquista d'Ormuz, sahindo de Lisboa a 18 d'abril de 1506.

Affonso *(D. Fernando)*. Filho natural de D. Affonso Henriques. Foi alferes-mór do reino.

Affonso *(D. Fernando)*. Filho natural de D. Affonso III.

Affonso *(Fernando)*. Mestre da nau *Santa Maria da Serra*, e que figurou no assalto dado por Affonso d'Albuquerque a Adem no anno de 1513.

Affonso *(Fernão)*. Cavalleiro portuguez, que viveu no reinado de D. João III, e que morreu em 1538, com 70 annos de edade, pelejando valentemente contra os turcos, na conquista de Diu.

Affonso *(Gaspar)*. Jesuita portuguez, que professára em 12 de fevereiro de 1569, no collegio de Evora. Era natural de Serpa. Partiu para as missões do Oriente em 10 d'abril de 1596, com mais 7 companheiros, na nau *S. Francisco*, commandada por Vasco da Fonseca; padeceu naufragio nas costas da America meridional, o que o fez desistir do seu intento, e conseguiu voltar a Portugal, onde então se entregou ao ensino da theologia moral em Evora, passando depois para Coimbra, fallecendo n'esta cidade a 21 de fevereiro de 1618, com 70 annos, pouco mais ou menos. Escreveu a *Relação da viagem e successos que teve a nau S. Francisco*, etc., que vem publicada no tomo II da *Historia Tragico-maritima*, de Bernardo Gomes de Brito.

Affonso *(D. Gil)*. Filho natural d'el-rei D. Affonso III.

Affonso *(Gregorio)*. Portuguez do seculo XVII; escreveu: *Arrenegos que fez Gregorio Affonso, com outros arrenegos de Gil Vicente de Lisboa.*

Affonso *(João)*. Vedor da moeda no reinado de D. Duarte.

Affonso *(João)*. Bacharel, mordomo de D. Fernando, duque de Bragança, que foi decapitado no tempo de D. João II. Confiando a seu filho a escolha de differentes papeis, o escrivão de fazenda, Lopo de Figueiredo, conseguiu apoderar-se de documentos que muito comprometteram D. Fernando, e que muito contribuiram para a sua condemnação.

Affonso *(Manuel)*. Portuguez, commandante d'uma das galeotas da armada que acompanhou a Sindi, em 1556, Francisco Barreto, governador da India.

Affonso *(Manuel Joaquim)*. Negociante e industrial, que prestou grandes serviços á industria portugueza; n. em 1804, em Lamas de Alvadia, povoação de Traz-os-Montes, proximo de Villa Real. Por causa das suas opiniões liberaes, foi perseguido pelo governo do infante D. Miguel, estando preso quasi todo o tempo que durou aquelle governo. Recuperando a liberdade, foi para Leiria, e alli residiu até á morte do negociante Silverio Taibner, tio de sua mulher, que lhe legou avultada herança. Estabeleceu então a sua residencia em Lisboa. Administrou por muitos annos a fabrica de vidros da Marinha Grande, onde introduziu grandes melhoramentos; foi proprietario da fabrica de vidros da rua das Gaivotas, em Lisboa, e estabeleceu n'uma quinta que possuia em Sacavem, a fabrica de louça fina, imitando a ingleza, que ainda hoje existe. Entrou em importantes operações de credito com diversos governos, tinha grande importancia como industrial, e grande influencia politica no districto de Leiria. Na visita que D. Maria II fez a esta cidade, Manuel Joaquim Affonso recebeu a soberana com toda a magnificencia; em recompensa, foi-lhe offerecido o titulo de barão do *Lagar d'El-Rei*, que não acceitou. Manuel Joaquim Affonso falleceu a 3 d'agosto de 1871.

Affonso *(Manuel José)*. Cirurgião portuguez do seculo XVIII, irmão do outro cirurgião chamado José Francisco de Mello, que com elle collaborou na seguinte obra, publicada em Lisboa, em 1772: *Novo methodo de partejar recopilado dos mais famigerados e sabios auctores: offerecido ao sr. Theotonio dos Sanctos e Almeida.* N'esta epoca estes dois cirurgiões exerciam clinica em Lisboa.

Affonso *(Mestre)*. Physico ou medico de Affonso d'Albuquerque.

Affonso *(Mestre)*. Cirurgião-mór do estado da India no tempo do governador João de Mendoça (1564), o qual o mandou para Portugal por terra. O manuscripto original que deixou de tão interessante jornada conserva-se na Torre do Tombo. Foi publicado nos *Annaes Maritimos e Coloniaes*, 4.ª e 5.ª series.

Affonso *(Pedro)*. Filho natural do conde D. Henrique.

Affonso *(D. Pedro)*. Sobrinho do rei do Congo D. Affonso e por elle enviado a Portugal em 1515 com seu irmão D. Francisco, afim de requererem a D. Manuel certas mercês.

Affonso *(Pedro)*. Portuguez que militou na India; capitão d'uma das tres caravellas mandadas em 1546, por D. Alvaro de Castro, esperar a Surrate as naus dos mouros que viessem de Meca. Estando alli, tomou um tabó que chegava de Ormuz carregado de fazenda. Acabando-se o provimento, foi para Diu com a presa; entrou a barra, trazendo enforcados nas vergas dos navios todos os mouros que captivara.

Affonso *(Pero)*. Portuguez que acompanhou o marechal Fernando Coutinho a Calecut, em 1510, o qual ia encarregado de guardar com um berço a retaguarda dos portuguezes.

Affonso *(Pero)*. Polvorista na India no seculo XVI.

Affonso *(Simão)*. Portuguez, que acompanhou Affonso d'Albuquerque ás conquistas de Gôa, em 1510, e de Malaca, em 1511. Foi n'este mesmo anno nomeado capitão d'um navio da armada de Antonio de Abreu, mandado á descoberta das Molucas.

Affonso *(D. Thereza e D. Urraca)*. 1.ª e 2.ª filhas del-rei D. Affonso Henriques.

Affonso *(Vasco)*. Monge benedictino portuguez, que viveu nos seculos XIV e XV; professou no convento da Pendurada, onde falleceu; foi abbade do mosteiro de S. João de Cabanas, cargo que renunciou em 1419. Deixou escriptas umas *Memorias historicas do mosteiro de S. João de Cabanas desde a sua fundação até ao tempo que foi elle abbade.*

Affonso de Baixo, de Cima, e do Meio. Tres casaes na freg. e conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Affonso Henriques. Infante de Portugal, duque do Porto, segundo filho d'el-rei D. Luiz I. e irmão de S. M. o senhor D. Carlos; n. em 31 de julho de 1865. Pela sua alta gerarchia tem desempenhado as funcções de condestavel do reino,

viso-rei da India, por occasião da expedição a este estado em 1895, e representado a el-rei em algumas côrtes extrangeiras. Ultimamente assistiu á coroação do rei de Hespanha D. Affonso XIII. É general de brigada, inspector da arma de artilharia. O sr. infante D. Affonso é muito dado a todos os generos de *sport*, cultivando com esmero todos os exercicios physicos, desde as antigas justas e torneios, como os que por sua iniciativa se realisaram ha annos, até aos jogos mais modernos. Deixaram as melhores recordações os brilhantes sarans e festas militares que tem promovido, especialmente o que se effectuou em favor do instituto que tem o seu nome, destinado a educar as filhas orphãs de militares pobres, e do qual, conjunctamente com S. M. a rainha senhora D. Maria Pia, é fundador. Commandante honorario dos bombeiros voluntarios d'Ajuda, comparece muitas vezes nos incendios. Actualmente dedica-se com interesse ao automobilismo.

Infante D. Affonso

Affonso Sanches. Filho natural d'el-rei D. Diniz e de D. Aldonça Rodrigues Telha; suppõe-se que nasceu em 1228. D. Affonso Sanches foi sempre o filho dilecto de D. Diniz, chegando essa affeição a inspirar violentos ciumes a seu irmão D. Affonso, herdeiro do throno, que lhe declarou encarniçada guerra. D. Affonso Sanches casou com D. Thereza Martins, filha do conde de Barcellos, D. João Affonso de Menezes, e possuia em Castella a villa d'Albuquerque, e por parte de sua mulher a villa da Codiceira. D. Diniz, para serenar os animos, e querendo evitar algum serio conflicto entre os dois irmãos, pediu a D Affonso Sanches que se retirasse para as suas propriedades; Affonso Sanches partiu para Castella, mas em 1323, julgando o irmão mais moderado, mandou pedir licença para voltar á patria, e sendo-lhe concedida, dirigiu-se a Portugal; a sua presença, porém, causou novas discordias violentas, porque D. Affonso não podia tolerar a amisade que seu pae dispensava ao irmão bastardo. D. Affonso Sanches partiu outra vez para a sua villa d'Albuquerque, onde viveu tranquillamente até que, fallecendo D. Diniz, soube que um dos primeiros actos de seu irmão, subindo ao throno, fôra confiscar-lhe todos os bens e decretar-lhe o exilio, mostrando assim bem todo o rancor que conservava por seu irmão. D. Affonso Sanches escreveu-lhe uma carta muito humilde, dizendo que sempre o respeitara, e agora mais do que nunca, porque o reconhecia como legitimo rei, estando prompto a servil-o com a mesma fidelidade, com que servira seu fallecido pae e soberano. El-rei a nada attendeu, e persistiu no seu proposito. D. Affonso Sanches reuniu então os seus vassallos de Castella, e auxiliado pelo infante de Hespanha, D. Filippe, entrou em som de guerra pelos lados de Bragança, ao passo que d'Albuquerque e Medellin outras tropas, por sua ordem, passavam a fronteira, e entravam em Portugal. D. Affonso IV, tendo noticia d'esta invasão, enviou o mestre d'Aviz, D. Gonçalo Vaz, á fronteira de Ouguella, que fica proximo d'Albuquerque. Ateara-se a guerra, e os dois exercitos encontraram-se em batalha campal, ficando victoriosas as tropas do infante D. Affonso. El-rei, deveras irritado pelo infausto successo das suas armas, reuniu novamente as tropas e marchou contra Albuquerque. O irmão estava em Medellin, doente; o castello de Codiceira, proximo d'Albuquerque, foi cercado, e este cerco tornou-se tão apertado, que o alcaide Diogo Lopes viu-se obrigado a render-se. D. Affonso IV, com o seu espirito vingativo, destruiu o castello, não deixando pedra sobre pedra, voltando depois para Portugal, muito satisfeito. A rainha santa, D. Isabel, que vivia então retirada no convento de Santa Clara de Coimbra, conseguiu reconciliar os dois contendores, e que D. Affonso IV restituisse ao irmão todos os bens que lhe havia confiscado, permittindo-lhe que voltasse para a patria. D. Affonso Sanches morreu em 1329, na Villa do Conde, onde fundara o mosteiro de Santa Clara.

Affonso. Quinta da freg. e conc. de Extremoz, distr. d'Evora. | Quinta na freg. e conc. do Cartaxo, distr. de Santarem. | Fazenda da freg. de S. Thiago do Escoural, conc. de Montemor-o-Novo, distr. d'Evora. | Moinho na freg. de S. Christovam do Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Affonso Vaz. Casal da freg. de Algoz, conc. de Silves, distr. de Faro.

Affonso Vicente. Pov. da freg. e conc. de Alcoutim, distr. de Faro.

Affonsoeiro. Pov. da freg. e conc. de Aldeia Gallega do Ribatejo.

Affonsos. Pov. da freg. e conc. de Pombal. | Casal da freg. de Lavos, conc. da Figueira da Foz.

Affonsos de ouro. Moedas de cruzado no reinado de D. Manuel. Parece que o nome de *affonsos de ouro* vem, provavelmente, de ser de D. Affonso V a lei que os mandou cunhar. Assim se encontram designados na carta régia de 28 de abril de 1517.

Cruzado de D. Manuel

Afoga-Zorras. Pov. da freg. da Aldeia da Conceição, conc. de Ourique, distr. de Beja.

Afolhadella ou Filhadella. Pov. da prov. do Alemtejo, freg. de S. Brissos, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Afreita. Aldeia da prov. do Minho, bisp. do Porto.

Africa. Cabe aos portuguezes a gloria de ter destruido as infundadas idéas que a antiguidade fez a respeito da Africa, percorrendo todas

as costas, desde a Barbaria até aos confins do Mar Vermelho. A nação portugueza, que mal se via no extremo occidente da Europa, tinha de assombrar o velho mundo com a espantosa rapidez dos seus successivos descobrimentos. O acaso fizera-a pequena, o Oceano tornou-a grande. Para mostrar quanto era arriscada a navegação além das barreiras conhecidas, dizia um proloquio do tempo: «Quem dobrar o Cabo Não, ou voltará ou não». O infante D. Henrique, espirito superior, que juntava ás prendas do saber a energia de uma vontade inquebrantavel, homem extraordinario a quem Portugal deve as primeiras e brilhantes paginas da sua epopêa naval, prepara as grandes combinações que hão de inteiramente desmentir o proloquio timorato. Por sua ordem apparelham-se as velozes caravellas, que vão emfim sulcar «os mares nunca d'antes navegados», do verso camoneano. Depois de varias tentativas, em 1434, passa Gil Eanes além do Cabo Bojador. Estava iniciada a vasta empreza. Em 1441, ainda por esforço do infante, é dobrado o Cabo Branco, e logo em seguida, colonisadas as margens do rio do Ouro, é avistado por Diniz Fernandes o Cabo Verde. Em 1455, o navegador veneziano Cadamosto, ás ordens de Portugal, descobre a foz do Gambia; segue-se na ordem chronologica o descobrimento do Cabo Roxo e o da Serra Leôa por Gonçalo de Cintra. Em 1471 percorre-se quasi toda a costa da Guiné. Em 1484, Diogo Cão passa a linha equinoxial, e penetra na foz do Congo. Em 1486, Bartholomeu Dias descobre o Cabo das Tormentas, que o energico principe D. João II baptisa afortunadamente em Cabo da Boa Esperança. Em 1497, Vasco da Gama dobra esse cabo na sua heroica derrota para a India, e explora a costa oriental até Magadoxo. Outros audaciosos capitães, imitando os feitos dos seus illustres antecessores, chegam tambem a estas longinquas paragens. Francisco Barreto reconhece Sofala: Alvares Cabral penetra em Quiloa; e o grande Albuquerque, descobrindo as ilhas de Zanzibar, percorre em seguida a costa oriental até entrar no Mar Vermelho. A prioridade de taes descobrimentos tem sido contestada, mas os argumentos produzidos não conseguiram mais do que fazer assentar em irrefutaveis provas os nossos titulos de gloria. As pretenções dos castelhanos, italianos e francezes, não teem o menor fundamento. As que se apresentaram com mais insistencia attribuem aos dieppezes as navegações e descobrimentos além do Cabo Não, e a fundação a começar em 1365 de feitorias e estabelecimentos commerciaes desde a foz do Senegal até á extremidade do golfo da Guiné. Mas, além de que documentos authenticos mostram que os portuguezes já em 1336 tinham levado as suas navegações além do Cabo Não, é certo que não se apresenta memoria, mappa ou documento algum que prove houvesse na época citada qualquer estabelecimento francez na Africa occidental. Taes estabelecimentos não poderiam ter ficado ignorados dos portuguezes, mas das nossas chronicas nada consta a tal respeito, antes d'ellas se vê claramente não terem encontrado os nossos navegadores vestigio de quem os houvesse precedido n'aquelles mares. Todos os nossos descobrimentos e conquistas não fôram contestados durante mais de dois seculos por nenhuma nação, e, ao contrario, fôram reconhecidos por todas, sem exceptuar a França. Não cabe na extensão d'este artigo tratar largamente a questão dos descobrimentos dos dieppezes a que nos referimos acima. Foi ella magistralmente estudada pelo visconde de Santarem, e depois do que elle e Major escreveram, a ninguem é permittido aventar que, antes da passagem do Cabo Bojador por Gil Eanes, em 1434, qualquer nação da Europa conhecesse a costa além do dito cabo, ou que ella se encontre marcada em alguma carta, ou assignalada em qualquer obra cosmographica. Em seguida aos descobrimentos, ou antes a par com elles, fundaram os portuguezes varios estabelecimentos commerciaes e fortalezas. Em 1444 fundou-se em Lagos, sob a direcção do infante D. Henrique, uma companhia, cujo fim era continuar os descobrimentos e fazer o commercio da Africa; a esta companhia pertenciam especialmente as pescarias; outra que tinha a séde em Arguim, occupava-se do commercio com o sertão. As relações com o interior mereceram sempre grande attenção. Entabolou-se commercio com os maiores principes da Africa occidental, e enviaram-se embaixadas aos reinos do interior. Foi então a Africa percorrida em muitas direcções pelos missionarios e exploradores portuguezes, e tão longe levaram elles as suas investigações, que póde assegurar-se que os viajantes modernos não se teem adiantado muito ao que pelos roteiros e viagens d'aquelles era já conhecido. Desde as viagens á Abyssinia, no fim do seculo XV, por Pero da Covilhã e Affonso de Paiva, até ás viagens de uma a outra costa por Capello e Ivens, póde dizer-se que não temos cessado nas explorações geographicas. O que muitos viajantes mais modernos pretenderam como gloria sua, estava de ha muito registado nos trabalhos dos portuguezes, e nem na famosa questão das nascentes do Nilo se foi muito além do que nos deixaram dito Francisco Alvares, Duarte Lopes, Pedro Paes, Balthazar Telles e João dos Santos. (V. *estes nomes*). Modernamente a Africa tem sido a parte do globo para onde convergem as explorações scientificas; das expedições francezas, italianas ou inglezas, que exploram o interior do continente africano. Alguns d'esses viajantes teem effectuado o trajecto de uma a outra costa, e pretendido sustentar que tal commettimento só recentemente fôra levado a cabo. Ainda n'este ponto teem, porém, de nos ceder a gloria. A communicação de uma com outra costa desde o seculo XVII que preoccupava os portuguezes, e já em 1606 fôra Balthazar Rebello de Aragão encarregado pelo governador de Angola de descobrir a communicação facil pelo interior com a costa oriental, o que então se não poude realisar. Houve depois novas tentativas, que tambem não chegaram a ser levadas a effeito, até que modernamente, o que desde muito se intentava, se logrou verificar antes que nenhum dos viajantes e exploradores estrangeiros nos houvesse precedido. As viagens de José Maria de Lacerda em 1787, do dr. Lacerda em 1798, de Francisco João Pinto em 1789, de Pedro João Baptista de 1806 a 1811, do major Monteiro em 1831, de Antonio Francisco da Silva Porto em 1852, de Francisco José Coimbra no mesmo anno, de Capello e Ivens em 1885, os quaes, como alguns dos primeiros atravessaram de uma a outra costa, e os demais fizeram a parte mais difficil do trajecto, são prova

irrefragavel não só d'esta asserção, mas do empenho que jámais deixou de incitar os portuguezes de completarem os descobrimentos de uma porção da costa do continente africano com a exploração da vasta região interior, ainda hoje occulta em grande parte sob denso véo aos olhos do mundo civilisado. De tantos esforços e heroicidades são padrões immorredouros as possessões que ainda nos restam. Assim, podemos mencionar: ilhas da *Madeira* e *Porto Santo*, archipelago de *Cabo Verde;* os estabelecimentos de *Bissau, Cacheu, Farim, Bubola*, etc.; o archipelago de *Bijagoz* e a ilha de *Bolama* na costa da Senegambia; as ilhas de *S. Thomé* e *Principe*, no golpho da Guiné; as provincias de *Angola* e *Benguela*, na Guiné inferior; e a provincia de *Moçambique* e todas as suas extensas dependencias. (V. *estes nomes*).

Africa Occidental *(Companhia da)*. N'uma portaria de 10 de julho de 1837, expedida pelo Thesouro Publico, dizia-se que, desejando Sua Magestade promover a prosperidade da nação, era sem duvida um dos meios mais efficazes para obter tão importante fim o estabelecimento de companhias, quando creadas para animar a industria agricola, manufactora e commercial, assim como a navegação nacional, principalmente nas possessões do ultramar. Alguns negociantes haviam projectado o estabelecimento de uma companhia com esses fins, sob denominação de *Companhia da Africa Occidental*. Mandava por isso o governo, por aquella portaria, ouvir as associações mercantis de Lisboa e Porto, para que, examinando o assumpto, com toda a circumspecção, propuzessem as condições de favor reciproco entre o governo e a companhia mais conducentes com tão importante objecto. Em portaria circular de 19 de dezembro do mesmo anno dirigida áquellas associações e ás de Setubal, Figueira e Funchal, recommendava-se o estudo do assumpto. Estas ultimas terras eram especialmente interessadas porque se procurava abolir o monopolio do sal de Angola e Benguela. Ainda em portaria de 19 de dezembro de 1837 o governo pediu ás associações mercantis reunissem os seus socios para o exame d'um plano de companhias para Africa. A *Associação Mercantil Lisbonense* satisfez a esses desejos, sendo elogiada em portaria de 28 de setembro de 1839. Não houve, porém, sequencia d'estes estudos.

Africa Oriental *(Companhia da)*. Não passou de projecto esta companhia privilegiada, para cuja formação foi apresentada ao governo uma proposta datada de 11 de março de 1853. Propunha-se a companhia a administrar e explorar os territorios portuguezes da Africa Oriental. Mandado consultar o Conselho Ultramarino sob a proposta, pronunciou-se este com considerações que a contrariavam, sendo em primeiro logar as razões de ordem legal e constitucional, depois a falta de garantia offerecida pelos proponentes e ainda os resultados de companhias similares. A respectiva consulta era assignada por Sá da Bandeira, José Ferreira Pestana, João de Fontes Pereira de Mello, Domingos Correia Arouca, Antonio Jorge de Oliveira Lima. Almeida Garrett não se conformou com a opinião dos collegas e redigiu voto em separado, com disposições minuciosas sobre a organisação que deveria ter a companhia. Na proposta apresentada ao governo, que deu logar a este parecer e áquella consulta, e sobre a qual se seguiram novas propostas e pareceres até 1856, figuram as assignaturas do Marquez da Bemposta Subserra, José Ferreira Pinto Basto, João Rebello da Costa Cabral, Visconde da Luz, Anselmo Ferreira Pinto Basto, e Conde de Ferreira. Depois de muitos trabalhos de commissões especiaes, troca de propostas, pareceres e consultas, não se tomou nenhuma resolução definitiva.

Africana Occidental Portugueza *(Companhia)*. Em 1848 projectou-se a fundação d'uma companhia com este titulo, que tinha por fim construir um caminho de ferro a vapor entre Loanda e o districto de Calumbo e estabelecer nas mattas do rio Quanza uma serraria de madeira tambem a vapor. Eram fundadores Silvano Francisco Luiz Pereira, negociante portuguez residente em Londres, Arsenio Pompilio Pompeo de Carpo, de Loanda, A. V. R. Schut, consul portuguez em Hamburgo, e E. G. Possolo. O projecto d'esta companhia publicou-se em Londres, n'aquelle anno, em portuguez e inglez. Comprehendem os estatutos diversos calculos, despezas, etc., muito interessantes.

Afura. V. *Abutua*.

Afurada. Pov. em Villa Nova de Gaya, situada na margem esquerda do Douro, na entrada marginal da Foz. E' habitada quasi exclusivamente por pescadores. A sua industria predominante é a pesca do mexoalho ou caranguejo, que é destinado ao adubo agricola. Esta pov. nada tem de notavel; só o que se vê de mais importancia é a fabrica de preparação do mexoalho, pertencente á Real Companhia de Agricultura Portugueza.

Afuto. Reino de Africa Occidental, na Guiné, cujo monarcha se converteu ao christianismo em 1503, mandando fazer uma casa de oração para ouvir missa e onde se baptisaram todos os principes do logar e duas mulheres do rei e um filho, ao todo umas trezentas pessoas, conforme relata Diogo de Alvarenga a el-rei D. Manuel em sua carta, datada de S. Jorge da Mina a 18 de agosto do referido anno.

Agaçaim *(S. Lourenço de.)* Regedoria do concelho das Ilhas, no districto de Gôa, na India.

Agacho. Herdade da pov. do Alemtejo, freg. e conc. de Estremoz, dist. de Evora.

Agadão. Pov. e freg. (Santa Maria Magdalena) da prov. do Douro, conc. e com. de Agueda, dist. d'Aveiro, bisp. de Coimbra. 631 alm. e 128 fog. Tem escola do sexo masc. e estação postal, permutando malas com Agueda. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada a O. da serra do Caramullo. | Rio, affluente do Agueda; n. na serra do Caramulo, no sitio de Alfomála. Morre no rio Vouga, na ponte de Almeár. Juntam-se a elle os ribeiros Alfusqueiro e Ceitoma.

Agafa. Casal da pov. do Alemtejo, freg. do Espirito Santo, conc. de Mertola, dist. de Beja.

Agaia de Baixo. Pov. da prov. da Estremadura, conc. d'Alcobaça, dist. de Leiria.

Agares. Pov. da freg. de Villa Marim, conc. de Villa Real. Ha n'esta pov. as ruinas de um castello, com muralhas exteriores e uma cisterna, que parece ter sido dos arabes. Existe tambem aqui perto uma cova, d'onde se diz, que ha cerca de 2 seculos se tirou um grande caixão cheio de moedas de ouro. Na serra está uma estrada aberta

nas penhas, com saida para a parte de Ermêllo. *Agares* vem por corrupção da palavra arabe *Algares*, que significa plantador, ou de *algár*, cova, concavidade. || Freg. de Villarinho de Sarmadã, conc. e dist. de Villa Real.

Agarvaddó. Regedoria do conc. de Perném, distr. de Gôa, na India.

Agatoeira de Baixo e de Cima. Pov. e freg. da prov. da Estremadura, conc. de S. Thiago do Cacem, dist. de Lisboa.

Ageita. Pov. da freg. de Rubiães, conc. de Paredes de Coura.

Ageste. Quinta da prov. do Alemtejo, freg., conc. e dist. de Evora.

Agil. Casal na freg. de Santa Clara a Nova, no conc. de Almodovar, dist. de Beja.

Agilde. Pov. da freg. de Bustello, conc. de Penafiel, dist. do Porto. || Pov. e freg. da prov. do Minho, conc. e com. de Celorico de Basto, dist. e arceb. de Braga. 1018 alm. e 233 fog. A pov. dist. 2 k. da séde do concelho. E' orago Santa Eufemia.

Aginal. Casal da prov. do Minho, freg. do Mosteiró, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto, arceb. de Braga.

Aginho *(Santo.)* Pov. da freg. de S. João d'Agra, conc. de Caminha.

Aglot. Aldeia do conc. de Sanguém, dist. de Gôa, na India.

Agoadalte. Pov. da freg. de Agnada de Cima, conc. de Agueda.

Agodim. Pov. da freg. de Colmeias, conc. e dist. de Leiria.

Agoeiras. V. *Agueiras.*

Agoeiro. V. *Agueiro.*

Agoella. V. *Aguella.*

Agonda. Regedoria do conc. de Canácona, dist. de Gôa, na India.

Agoneida. Pov. da freg. de Mosteiró, conc. de Feira, dist. d'Aveiro. || Pov. na freg. Pereira Juzan, conc. d'Ovar, dist. d'Aveiro.

Agordel. Logar da freg. de Moure, conc. de Barcellos, dist. de Braga.

Agordella. Pov. da freg. de Tinhella, conc. de Valle Passos, distr. de Villa Real.

Agordigo. Pov. da freg. de Gandarella, conc. do Guimarães, dist. de Braga.

Agostas. Pov. da freg. de Boliqueime, conc. de Loulé.

Agostem. Pov. e freg. da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Chaves, dist. de Villa Real, arceb. de Braga. 1438 alm. e 358 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 6 k. da séde do conc. E' orago S. Pedro.

Agostin da Cunha *(João Pereira).* Um dos doze cavalleiros de Inglaterra. N. junto da Serra da Estrella. Era filho de Gil Vaz ou Vasques da Cunha, a quem D. João I fez mercê do senhorio de Gestaço, e seu alferes-mór. O mesmo monarcha ainda lhe concedeu muitas mais mercês pelos serviços prestados na guerra contra Castella sobre a successão do reino. A sua ascendencia era muito illustre, provinha da antiga familia dos Cunhas, cujo progenitor foi D. Guterre, que veiu á Lusitania com o conde D. Henrique a combater nas guerras de Hespanha. João Pereira Agostin era senhor de Gestaço e de Panoias. Por parte de sua mãe, D. Izabel Pereira, tambem descendia de familia muito distincta, porque D. Izabel era filha de D. Fr. Alvaro Gonçalves Pereira, prior do Crato, e irmã de D. Nuno Alvares Pereira. Foi João Pereira Agostin um d'aquelles doze intrepidos cavalleiros, de quem se conta que na côrte de Inglaterra tanto acreditaram o nome portuguez, offerecendo-se generosamente com Alvares Gonçalves Coutinho o *Magriço*, para desaggravar as damas de Londres, a requerimento do duque de Lencastre. Foi chamado e mereceu o nome de *Agostin* por outra semelhante acção de valentia, com que n'aquelle mesmo reino matou em publico desafio um inglez, que tinha este nome. Casou com D. Izabel Fernandes de Moura, filha de Alvares Gonsalves de Moura, senhor do Castello de Moura e de Portel, e outras terras, e de D. Urraca Fernandes Rolim, senhora de Azambuja.

Agostinhas. Herd. ou courella, na freg, d'Evora-Monte, conc. de Estremoz, dist. d'Evora.

Agostinho. Horta na freg. e conc. d'Alandroal, dist. d'Evora.

Agostinho *(Joaquim José).* Viveu no seculo XVIII; escreveu: *Prolusões, que na sessão publica da abertura do 19.º curso da Academia Orthographica Portugueza, auxiliando João Pinheiro Freire da Cunha, sustentou em 28 de setembro d'este anno, demonstrados pelos mais solidos fundamentos*, Lisboa, 1794.

Agostinho *(Nicolau).* Presbytero secular, conego em Ourem, e notario do Santo Officio. N. em Pedrogão Pequeno, no Alemtejo, e morreu em Evora, a 18 de novembro de 1622; era filho de Manuel Freire e de Maria Arnaut. Escreveu: *Relação summaria da vida do ill.mo e rev.mo sr. D. Theotonio de Bragança, quarto arcebispo de Evora. Dirigida ao ill.mo sr. D. José de Mello, filho do marquez de Ferreira, septimo arcebispo de Evora.* Evora, 1614.

Agostos. Pov. da freg. de Santa Barbara de Nexe, conc. e dist. de Faro.

Agra. Pov. na freg. da Correlhã, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Villa Mon, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. d'Alvellos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Faria, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Sequiade, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Sequeira, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de Vimieiro, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de Britello, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Fonte Boa, conc. d'Espozende, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Moreira de Conegos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Campo. conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Roças, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria Arnoso, conc. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. da Cruz, conc. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Martinho d'Escoriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Thiago de Figueiró, conc. d'Amarante, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Lagares, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Margaride, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Pedreira, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Refontoura, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Milheirós, conc. da Maia, distr

do Porto. || Pov. na freg. de Guidões, conc. de Santo Thyrso. distr. do Porto. || Pov. na freg. da Palmeira, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Pov. na freg. d'Azurara, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Pov. na freg. e conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Casal na freg. d'Azurem, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Bente, conc. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga. || Dois casaes na freg. de Mancellos e Tellões, conc. d'Amarante, distr. do Porto. || Quinta na freg. de Porporiz, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Quinta da freg. de Foz do Souza, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Quinta na freg. de S. Martinho Sardoura, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Sitio na freg. de S. Martinho de Villa Frescainha, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. da freg. de S. Mamede Negrellos, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Pov. na freg. da Carreira, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Pov. na freg. d'Aldoar.

Agra de Alem. Pov. na freg. de S. Torquato, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Martinho, conc. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. da Povoa, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Agra de Baixo. Pov. da freg. de Villar Pinheiro, conc. da Maia, distr. do Porto.

Agra do Banho. Rio da prov. do Minho, affluente do Lima. Cria trutas, escallos, eirozes e panchorcas.

Agra Boa. Pov. da freg. de Panque, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Agra do Boi. Pov. da freg. das Duas Egrejas, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Agra de Cá. Casal da freg. de S. Torquato, conc. de Guimarães, distr. do Porto.

Agra do Casal. Antiga pov. da prov. do Minho, termo do Porto.

Agra Chã. Antiga pov. da prov. do Minho, bisp. do Porto.

Agra Maior. Pov. nas freg. de Fonte Coberta, conc. de Barcellos, distr. de Braga, e Vermoim, conc. da Maia, distr. de Braga.

Agra Nova. Logares da freg. Milheirós, conc. da Maia, distr. do Porto e da freg. e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Agra de Sá. Sitio da freg. de Sequiade, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Agra do Souto. Pov. da freg. de Avidos, conc. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Detaes, conc. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga.

Agra Velha. Pov. da freg. de Moreira, conc. da Maia, distr. do Porto. || Pov. na freg. da Parada, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Agrações. Pov. da freg. da Povoa de Agrações, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Agradella. Pov. da freg. d'Avintes, conc. de Villa Nova de Gaya, distr. do Porto.

Agradine. Log. da freg. d'Avintes, conc. de Villa Nova de Gaia, distr. do Porto.

Agrafonte. Pov. nas freg. de Calvos, conc. de Guimarães, distr. de Braga; Mire, Tibães e Panoias, conc. e distr. de Braga.

Agrainhas. Pov. na freg. de Paranhos, conc. e distr. do Porto.

Agrão. Casal da freg. de Achete, conc. e distr. de Santarem.

Agras. Pov. na freg. das Barroças, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Tres logares nas freg.as de Santa Leocadia de Briteiros, Gandarella e Salvador do Souto, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Athaide, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Cernadello, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Mansores, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. d'Oyam, conc. d'Oliveira do Bairro, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de Codal, conc. de Macieira de Cambra, distr. d'Aveiro.

Agravia ou Algarvia. Pov. na freg. de S. Paio de Jolda, conc. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello.

Agreira. Casal na freg. e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Agreiros. Casal da freg. de Sapataria, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

Agrella. Pov. e freg. da prov. do Douro, conc e com. de Santo Thyrso, distr. e bisp. do Porto. 589 alm. e 181 fog. Tem escola do sexo masc. e estação postal permutando malas com a R. A. M. Deriva a palavra do latim *agro* que significa terreno agreste e tambem campo. Em antigo portuguez *agrella* é diminuitivo de *agra*. || Pov. e freg. da prov. do Minho, conc. e com. de Fafe, distr. e arceb. de Braga. 289 alm. e 79 fog. A pov. dista 12 k. da séde do conc. As tropas cabralinas commandadas pelo barão do Casal commetteram em 1846 n'esta pov. atrocidades inauditas e horriveis assassinatos. E' orago Santa Christina. || Pov. da freg. de Ervededo, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || Id. da freg. de Grade, conc. conc. de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello. || Tres pov. nas freg.s de Agra, Formariz e Insalde, conc. de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Pov. da freg. de Nogueira, conc. de Ponte da Barca, do mesmo distr. || Cinco pov.s nas freg.as de Aborim, Aguiar, S. Estevam de Bastuço, Chavão e Quintães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. da freg. de Britello, conc. de Celorico de Basto, no mesmo distr. || Pov. da freg. e conc. de Fafe no mesmo distr. || Duas pov.s nas freg.as de Athães e Salvador de Briteiros, conc. de Guimarães, distr., idem. || Duas pov.s nas freg.as Esmoriz e Oliveira, conc. de Villa Nova de Famalicão, distr., idem. || Id. nas freg.as, Gondiães e S .Pedro de Val Bom, conc. de Villa Verde, distr., idem. || Pov. da freg. de Leça de Bailio, conc. de Bouças, distr. do Porto. || Id. da freg. Avelleda, conc. de Lousada, distr. do Porto. || Id. da freg. de Milheirós, conc. da Maia, distr., idem. || Duas pov.s nas freg.as de Duas Egrejas e Mouriz, conc. de Paredes, distr., id. || Tres pov.s nas freg.as Abragão, Castellões de Recezinhos e Rio de Moinhos, conc. de Paredes, distr., id. || Pov. da freg. de Balazar, conc. de Povoa de Varzim, distr., id. || Id. freg. de Monte Cordova, conc. de Santo Thyrso, distr., id. || Id. freg. de Serzedo, conc. de Villa Nova de Gaya, distr., id. || Id. freg. de Canedo, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. || Casal da freg. Salvador de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Id. freg. da Varzea, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Id. freg. Lustosa, conc de Lousada, distr., id. || Id. freg. de Sande, conc. de Marco de Canavezes, distr. id. || Quinta, id. freg. de S. Pedro Vade, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Sitio da freg. de

S. Martinho de Villa Frescainha, conc. de Barcellos, distr. de Braga. | Habitação, na freg. de Mattos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. | Serra, na freg. d'Agrella, entre os rios Leça e Ferreira, conc. de Santo Thyrso. E' alta e alcantilada, com 3 k. de comprimento. | Rio do Minho, nasce na freg. de Santa Leocadia de Bésteiros, atravessa a de S. Thomé de Caldellas e desagua no rio Ave.

Agrella de Cima e de Baixo. Duas povoações da freg. de Sanguedo, conc. da Feira.

Agrellas. Log. da freg. de Silvares, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Agrello. Pov. na prov. da Beira Baixa, freg. da Figueira de Lorvão, conc. de Penacova. Teve foral, que lhe foi dado em 13 de setembro de 1265 por D. Affonso III. No fundo d'um valle, perto da povoação, a que chamam *Valle do Cavallo* junto a um monte, ha uma concavidade, pelo mesmo monte dentro, aberta a picão em rocha viva, obra que parece impossivel a forças humanas. Na concavidade está uma lagôa funda, cuja agua nem cresce, nem mingua, nem corre. Dizem que pelos annos de 1717 um abbade da freguezia, chamado Antonio de Magalhães, querendo saber o que havia dentro da lagôa, a mandou exgotar; e estando esta enxuta desceram homens com lanternas a investigar. Acharam umas escadas que desceram, encontrando em baixo uma grande sala, onde estavam 4 figuras collossaes, apontando-lhe armas, pelo que cheios de medo fugiram, e ninguem mais quiz saber o que aquillo era. | Pov. na freg. de Villar de Mouros, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. | Pov. na freg. de Manzedo, conc. de Monsão, dist. de Vianna do Castello. | Pov. na freg. de Cossourado, conc. de Barcellos, distr. de Braga. | Pov. na freg. de Nogueira, conc. e distr. de Braga. | Pov. na freg. de Tadim e Fradellos, conc. e districto de Braga. | Pov. na freg. de Santa Christina de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga. | Pov. na freg. de Quinchães, conc. de Fafe, distr. de Braga. | Quatro logares, nas freg.s de Santa Maria de Airão, Donin, Gonça, Serzedello, conc. de Guimarães, distr. de Braga. | Pov. na freg. de Castellões, conc. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga. | Dois logares, nas freg.s de Parada de Gatim e Sabariz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. | Pov. na freg. de Sendim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto; tem caixa postal. | Pov. na freg. de Meinedo, conc. de Lousada, distr. do Porto. | Dois logares das freg.s de Bitarães e Lordello, conc. de Paredes, distr. do Porto. | Pov. na freg. de Rans e Carmas, conc. de Penafiel, distr. do Porto. | Pov. na freg. de Monte Cordova, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. | Dois casaes nas freg.s de Pombeiro de Riba Vizella e Sousa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. | Quinta, na freg. de Pombeiro de Riba Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. | Sitio na freg. de S. Martinho do Campo, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto.

Agrellos. Pov. da freg. de Sanfins, conc. de Alijó, distr. de Villa Real. | Id. da freg. de Covas, conc. de Boticas, distr. id. | Duas pov.s das freg.s Rendufe e Rio do Cabrão, e Pedroso, conc. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello. | Pov. da freg. de Esporões, conc. e distr. de Braga. | Id. da freg. de S. João das Caldas, conc. de Guimarães, distr. id. | Id. da freg. de Santa Cruz do Douro, conc. de Baião, distr. do Porto. | Id. da freg. de Cabeça Santa, conc. de Penafiel, distr. id. | Id. da freg. de Figueira de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. | Casal da freg. de Paraiso, conc. de Guimarães, distr. de Braga. | Quinta de Santa Cruz do Douro, conc. de Baião distr. id. | Id. da freg. de Raimonda, conc. de Paços de Ferreira, distr. idem.

Agria. Pov. na freg. e conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. | Pov. na freg. e conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Agria Boa. Pov. na freg. de Brandara, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello.

Agrião. Pov. do litoral pertencente ao conc. e com. da Povoação, distr. de Ponta Delgada, bisp. d'Angra, na ilha de S. Miguel. Fertil em castanheiros.

Agri-Boa. Pov. na freg. de Cepões, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna de Castello.

Agricultura. Na parte da peninsula hispanica, correspondente hoje ao reino de Portugal, a agricultura dos primeiros povoadores poucos vestigios deixou. Os iberos, os celtas, os ligures, os phenicios e os gregos nada fizeram que se possa comparar ao que depois, passados ainda os wisigodos e os barbaros, praticaram os mouros. A agricultura com a invasão arabe tem a sua época mais formosa. E' o musulmano Ibn Alauam quem, na sua obra sobre a agricultura dos mouros na peninsula, póde dar valioso testemunho. Mas, atravez dos seculos, tem-se mantido como monumento util todos os instrumentos agricolas e todas as culturas que os sarracenos trouxeram. A *picota*, ou *cegonha*, esse primitivo meio de tirar a agua do fundo dos poços é obra sua. A nora, esse engenho de tirar a agua, que a poesia dos campos torna agradavel, é com o calabre e com os alcatruzes um invento dos arabes ou, pelo menos, uma das machinas por elles aqui implantadas. Embora se diga que, de outras civilisações trouxessem os engenhos, nem por isso o seu papel é menos bello, pois que tambem fôram elles que transplantaram para as hortas peninsulares, a couve-flôr de Chypre, as cidras da Media; e, assim como os hellenos e os phenicios trouxeram as cerejas do Ponto, a alface da Ilha de Cós, as castanhas da Castanea, as oliveiras da Grecia, tambem elles aqui cultivaram as ameixas da Syria, os figos da Mesopotamia, os damascos da Armenia e os pecegos da Persia. O verdadeiro esteio da nação portugueza foi em todas as epocas a industria agraria e, se não egualmente em todos os seus ramos, pelo menos em alguns d'elles, muitos capitaes se valorisaram. Todavia, este torrão uberrimo, a par das suas grandezas passadas não nos dá provas de que os restos d'essas naus atestadas de ouro e especiarias que nos valeram tanta riqueza, se mostrem hoje em antigas escolas agricolas, canaes e outras vias de communicação que, dando utilidade ao paiz, promovessem o incremento da mais notavel, da primordial industria. O povo portuguez, valente por condição, heroico e sobrio por temperamento, soffreu por bastas vezes a fome, a extrema miseria. A população trabalhadera nunca poude usofruir um ceitil das riquezas que mal chegavam para a côrte. As porfiadas luctas, as dilatadas expedições, consumiram muitas vidas, muita actividade. Mal o agricultor, n'um instante de relativo socego, se entregava mais tranquillo á pratica

da industria agraria, logo tinha que abandonal-a para correr a empunhar a bésta e o pelouro, prompto a batalhar. Os dizimos, as derramas, as jugadas, os mil impostos, são causas d'esse abatimento. A grande propriedade é outra razão que se casava com a usura do capital e com a falta do agente do trabalho. Nos principios do seculo XIV houve fome, da qual resultou a epidemia que o reino soffreu. A cultura cerealifera, não sendo a mais propria a grande parte dos terrenos de Portugal, e tendo este facilidade de adquirir o pão quando lhe faltasse, só era e é mantida por obrigação da lei ou pela força da necessidade dos proprios lavradores. A legislação cuidou sempre em manter o pão barato, e n'esse objectivo eram empregados todos os meios indirectos: facilitava-se a importação e contrariamente a saida, e não só de provincia para provincia, mas tambem de terra para terra, o que fez com que os lavradores não tivessem interesse em augmentar a producção; pois que, não havendo consumo remunerador, não ha industria possivel. Estas circumstancias e contingencias tornaram precaria a cultura dos cereaes; e ainda a perda da fertilidade, motivada pela falta de adubos, ou pratica de maus processos de cultura, contribuiu tambem para que só no norte do paiz essa producção se mantivesse mais constante. Para evitar a falta de pão, que se começava sentir no reino, determinou D. Manuel (*Ordenações manuelinas,* liv. IV, cap. XXXII) «que nenhuma pessoa comprasse trigo, nem cevada, nem centeio, nem milho para o revender assim no logar onde o comprar, como para tirar para fóra, pena de perda do pão em dobro.» Sabe-se que d'esta lei foi exceptuado o pão que os almocreves comprassem e aquelle que viesse para Lisboa. D. João III, em 5 de junho de 1553, accrescentou a estas penas a de prisão, mandando que fôsse caso de devassa. D Sebastião, julgando que o motivo porque o pão subia de preço fôsse receberem os agricultores dinheiro de antemão, ordenou que em seus reinos só vendesse pão quem o tivesse de sua colheita ou rendas e ninguem antecipasse dinheiro aos lavradores sob pena de perder pão e dinheiro. Seguiram-se outras leis durante o seculo XVI de theor semelhante, as quaes, procurando dar ao reino a abundancia, só lhe trouxeram a carestia, porquanto os agricultores, vendo que o pão não tinha saida, não cultivavam a terra, fugindo á cultura do cereal mais necessario. No principio do ultimo seculo o proteccionismo foi a theoria adoptada. Em 1820 era rigorosamente prohibida a importação de cereaes, ficando D. João VI auctorisado por côrtes, a levantar esta prohibição quando houvesse necessidade d'isso, dependendo a admissão na capital e na cidade do Porto de que o preço attingisse por hectolitro 5$800 réis na primeira e 5$730 réis na segunda. Para os differentes ramos da agricultura vide os artigos especiaes: *Arboricultura, Horticultura, Silvicultura, Viticultura,* etc.

Agricultura *(Legislação antiga para a).* Como ficou ligeiramente esboçado no artigo anterior, ácerca da cultura cerealifera, os monarchas prestaram á agricultura em geral a possivel attenção, compativel com o systema das leis sobre emprasamentos e aforamentos, quasi todo moldado sobre o direito romano, porquanto a emphyteuse foi nos primeiros tempos favorecida pelas circumstancias do paiz. A's luctas da conquista seguiram-se as largas doações feitas aos mosteiros, ás egrejas, ás ordens militares e aos varões que se haviam distinguido n'aquellas luctas; todos estes proprietarios, chamando trabalhadores para a cultura, os seus contractos com elles tinham por via de regra o caracter de emprasamentos ou aforamentos individuaes. Aparte os capitulos dos foraes relativos a cada terra e a lei de D. Affonso III, em 1253, a respeito dos salarios dos trabalhadores ruraes, desde D. Diniz, o rei *lavrador,* que apparecem providencias importantes para o desenvolvimento da agricultura; taes como o estabelecimento de diversas feiras pelo paiz e as leis de 10 de julho de 1286 e 12 de março de 1291, tendentes a evitar a conservação da propriedade em poder das corporações religiosas. D. Fernando I quiz sujeitar a industria agraria á sua lei de 26 de junho de 1376, vulgarmente designada pela *lei das sesmarias,* em que todos eram obrigados a lavrar, por si ou por outros, as herdades que possuissem, o que passou successivamente para as Ordenações. A antiga legislação dos foraes, depois do respectivo exame em 1497, teve as alterações da ordenação manuelina de 1514 e das suas emendas de 1521. No seculo XVIII o marquez de Pombal tentou inutilmente combater o estado geral da propriedade agricola, podendo vêr-se, entre ou outros, os alvarás n'esse sentido dos annos de 1764 e 1765. O systema dos foraes foi profundamente modificado pelo alvará de 11 de abril de 1815, que estabeleceu diversas isenções e outros beneficios, afim de promover a cultura dos terrenos em geral, tanto os cultivados como os por cultivar. A carta de lei de 14 de março de 1823 ampliou ainda as disposições d'aquelle alvará.

Agricultura *(Legislação moderna para a).* As disposições principaes, promulgadas depois da creação do ministerio das obras publicas, commercio e industria, com relação á agricultura, reduzem-se ás seguintes: as que a beneficio d'esta e dos canaes, aqueductos particulares e outras obras relativas ao uso das aguas atravez dos predios rusticos se contem no artigo 456.º e seguintes do codigo civil; as que fazem parte da lei de 1 de julho de 1867; as de que se trata nas portarias de 15 de março de 1853; as do officio de 19 de março de 1843 e decreto de 30 d'agosto de 1852; as providencias tendentes a promover o seu desenvolvimento em Moçambique e que constam das portarias de 23 de fevereiro e 29 de setembro de 1857; as disposições do decreto de 29 de dezembro de 1864 sobre o ensino profissional de agricultura, silvicultura e veterinaria; as do regulamento de 24 d'agosto de 1855, que estabeleceu um subsidio aos alumnos que frequentarem os cursos de veterinaria e de agronomia; as do regulamento de 26 de julho de 1865; as das leis de 21 d'agosto de 1856 e 7 de abril de 1863, e decretos de 4 de dezembro de 1861 e 23 de maio de 1865. Os estabelecimentos de instrucção official eram: a quinta regional de Cintra, para ensino elementar; instituto geral de agricultura, hoje instituto de agronomia e veterinaria, e estabelecimentos annexos, intendencias pecuarias e caudelarias. A administração superior dos negocios publicos sobre a agricultura, está confiada á direcção geral do commercio e industria, da secretaria do ministerio das obras publicas.

Agricultura (*Sociedades agricolas ou de*). O decreto e o regulamento de 23 de novembro de 1854 deram desenvolvimento ás disposições do codigo administrativo, artigo 221, n.º 13, e artigo 89 do decreto legislativo de 20 de setembro de 1844, que mandava estabelecer nas capitaes de todos os districtos administrativos sociedades agricolas. Estas sociedades reuniriam nos paços do concelho; a despeza do seu expediente pertencia ás camaras municipaes e ás juntas geraes; eram constituidas pelas camaras, membros da junta geral, facultativos de partido, vogaes do conselho do districto e presididas pelo governador civil. Dividiam-se em 5 secções: industria pecuaria e prados; mattas e florestas; hortas, pomares e amoreiras; vinhas e olivaes; cereaes e culturas não especificadas. Deviam apresentar annualmente um relatorio dos seus trabalhos.

Agricultura Colonial (*Sociedade de*). Em 1899 fundou-se em Lisboa esta sociedade afim de administrar e explorar algumas propriedades agricolas da ilha do Principe, na Africa Occidental. Segundo o ultimo relatorio publicado pertencem já a esta sociedade as roças *Oiobó*, *S. José*, *Zellú*, *Ribeira Colla* e *Oque Trez*, que constituem a roça *Porto Real*, dividida em duas administrações, a de oeste e a de leste. Estava tambem ajustada a compra das roças *Santa Margarida*, *Moiança*, *Pedra Maria* e *Agua Marçal* situadas na ilha de S. Thomé. No anno de 1901 já esta sociedade teve a producção de 314:264 kilos de cacau, mantendo um pessoal do 803 individuos de ambos os sexos, sendo 21 europeus. Com as novas propriedades adquiridas deve em breve augmentar bastante a importancia das culturas d'esta sociedade.

Agricultura Portugueza (*Real Associação Central da*). Esta importante associação foi fundada por iniciativa de diversos proprietarios e lavradores residentes em Lisboa. Os seus estatutos fôram approvados em 26 de abril de 1860. Torna-se-nos impossivel n'este logar apresentar uma lista dos mais relevantes serviços que esta prestimosa aggremiação tem prestado á agricultura nacional. Bastará dizer que ella tem seguido com a maior attenção o trabalho perseverante da industria agricola no nosso paiz. Sob os seus auspicios se teem realisado varias exposições e concursos de machinas agricolas, devendo especialisar-se a exposição-concurso de 1898 na Real Tapada da Ajuda, de que se publicou um catalogo illustrado, contendo todos os documentos respectivos. A representação da agricultura portugueza nas exposições internacionaes tambem deve á Real Associação varios trabalhos de organisação. Nos relatorios publicados se colhem interessantes elementos para avaliar d'essas brilhantes iniciativas. Eis a nota d'essas publicações: *Fastos da Real Associação da Agricultura Portugueza*, 1881; *Primeiro Congresso Agricola*, 1888. —Actas das sessões; *Primeiro Congresso Agricola*, 1888. —Documentos; *Segundo Congresso Agricola*, 1889. — Relatorios e representações a Sua Magestade; *Congresso Viticola Nacional de 1895*. —Relatorio geral. Vol. I, Secção cultural e Secção œnologica: *Congresso Viticola Nacional de 1895*. Relatorio geral. Vol. II, Secção economico-viticola. Memorias, estudos e propostas; *O trabalho da Real Associação Central da Agricultura Portugueza*, de março de 1894 a março de 1895; *Regimen economico do alcool em Portugal*, 1896, por Cincinnato da Costa: *Plantações definitivas e cultura da vinha*, 1896, por D. Luiz de Castro; *Contribuição predial*, relator Henrique de Mendia. Representação dirigida á Camara dos Senhores Deputados em abril de 1896, sobre proposta de fazenda apresentada pelo Governo; *Contribuições de juros*, relator dr. Daniel dos Santos. Idem; *Contribuição sumptuaria e de renda de casas*, relator dr. J. G. Barros e Cunha. Idem; *Modificações nas pautas aduaneiras*, relator F. Julio Borges. Idem. Relatorio da gerencia de 2 de abril de 1895 a 16 de maio de 1896. Relatorio da gerencia de 17 de maio de 1896 a janeiro de 1897; *A questão dos vinhos*, 1897. Relatorios apresentados ás assembléas geraes. Representação ás côrtes; *A questão dos trigos*, 1898. Relatorio da direcção sobre as occorrencias de março de 1898 e representação a Sua Magestade El-Rei; etc., etc.

Agrinha. Pov. na freg. da Carreira, conc. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Celleirós, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de Lama, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Paio de Seide, conc. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga.

Agrinhas. Pov. da freg. de Paranhos, bairro oriental do Porto.

Agrinhos. Pov. da freg. de Caldellas, conc. de Amares, distr. de Braga.

Agrixouso. Pov. na freg. de Affife, conc. de Vianna do Castello.

Agro. Pov. na freg. de Santa Eulalia de Rio Covo, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. d'Armil, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Salvador de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Campo, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Pov. na freg. d'Arnoso, conc. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Cervães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Tres logares nas freg.as de Aviz, Magrellos e S. Lourenço do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Martinho de Bougado, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Villar do Paraizo, conc. de Villa Nova de Gaya, distr. do Porto. || Tres logares nas freg.as de Beduido, Bunheiro e Pardilhô, conc. d'Estarreja, distr. de Aveiro. || Casal na freg. de Idães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Agro de Banho. Pequeno rio do conc. de Barcellos, com um curso de 10 k. E' affluente do Cavado, onde entra nos limites da freg. de Cambezes.

Agro do Boi. Pov. na prov. do Minho, freg. de Duas Egrejas, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Agro Bom. Pov. e freg. (S. Miguel) da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Alfandega da Fé, com. de Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança. 113 alm. e 99 fog. Tem escola.

Agro do Favo. Pov. da freg. de Christellos, conc. de Louzada. distr. do Porto.

Agro Maior. Pov. da freg. de Real, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Agro do Monte. Pov. da prov. de Entre Douro e Minho.

Agro Velho. Pov. na freg. d'Amorim, conc. de Povoa de Varzim. || Pov. na freg. d'Oleiros, conc. da Feira, distr. d'Aveiro.

Agro Verde. Pov. da freg. de Sobrosa, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Agro Villa. Pov. nas freg.as de Duas Egrejas e Villela, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Agroal. Pov. da freg. da Gafanhoeira, conc. d'Arraiollos, distr. d'Evora. | Pov. na freg. de Pomares, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Agrochão. Pov. e freg. da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Vinhaes, distr. e bisp. de Bragança. 668 alm. e 168 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 25 k. da séde do conc. E' orago S. Mamede. || Pov. na freg. de Miranda, conc. de Areos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Varzea da Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Sitio na freg. de Moldes, conc. de Arouca, distr. d'Aveiro.

Agrochão de Baixo e **de Cima.** Duas pov.s da freg. de Santa Maria de Sobre Tamega, conc. de Marco de Canavezes.

Agrocovo. Pov. da freg. de Codeçoso, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. | Casal na freg. de Rendufe, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Agrodidas. (V. *Agordigo).*

Agrolongo. Pov. da freg. de S. Lourenço de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Agromão. Pov. e ribeira na prov. Entre Douro e Minho.

Agros. Pov. da freg. da Junqueira, conc. de Macieira de Cambra, distr. d'Aveiro. | Dois logares nas freg.as d'Alemtem e Villar de Torno, conc. de Lousada, distr. do Porto. || Casal na freg. de Santa Maria de Geraz de Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Agua *(Quinta do).* Na freg. de S. Martinho de Maçores, conc. de Torre de Moncorvo,com., distr. e bisp. de Bragança. || Casal na freg. de S. João Baptista de Parada de Esther, conc. e com. de Castro Daire, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego. || Quinta na freg. d'Amora, conc. do Seixal, com. d'Almada, distr. e patriarc. de Lisboa.

Agua-Alta. Quinta na freg. de Covas do Douro, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego. || Quinta na freg. de S. Sebastião da Feira, conc. e com. d'Oliveira do Hospital, distr. e bisp. do Coimbra.

Agua d'Alta. Pov. da freg., conc. e com. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria, e bisp. de Coimbra.

Agua d'Alte. Pov. na freg. de Santa Eulalia d'Aguada de Cima, conc. e com. d'Agueda, bisp. de Coimbra. | Pov. da freg. de Teixeira, conc. e com. d'Arganil, distr. e bisp. de Coimbra. | Pov. na freg. de Molledo, conc. e com. de Castro Daire, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego. | Pov. na freg. de Torredeita, conc. e distr. de Vizeu. | Quinta na freg. e conc. de Murça, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego. | Quinta na freg. de S. Thiago de Mondrões, conc., com. e distr. de Villa Real, arceb. de Braga. | Herdade na freg. da Estrella, conc. e com. de Moura, distr. e bisp. de Beja.

Agua d'Altinha. Pov. na freg. da Estrella, conc. e com. de Moura, distr. e bisp. de Beja.

Agua de Alto. Pov. e freg. (S. Pedro) do conc. e com. de Villa Franca do Campo, distr. de Ponta Delgada, bisp. d'Angra, na ilha de S. Miguel. 7428 alm. e 343 fog. || Quinta na freg. de N. S.a d'Assumpção de Fonte Areada, conc. de Sernancelhe, com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, e bisp. de Lamego. | Herdade na freg. de Monte-Virgem, conc. e com. de Redondo, distr. e arcebisp. d'Evora. Herdade na freg. de N. S.a das Neves de Brinches, conc. e com. de Serpa, bisp. de Beja.

Agua de Alto e Alcaria do Pato. Casal na freg. N. S.a d'Assumpção de Querença, conc. e com. de Loulé, distr. de Faro, bisp. do Algarve.

Agua Ambó. Logar da ilha de S. Thomé, na Guiné, Africa Occidental, onde se estabeleceu junto á praia a primeira povoação de europeus que houve n'esta ilha. Foi seu fundador João de Paiva em 1485, e n'esse logar esteve a povoação durante oito annos, passando depois para a foz do rio *Agua Grande,* onde agora está a capital. Hoje é fundeadouro pouco frequentado. Dista 20 k. da capital e fica proximo da Ponta Figo.

Agua de André. Herdade na freg. de Cabrella, conc. e com. de Montemór-o-Novo, distr. e arceb. de Evora.

Agua de Bacias. Sitio na freg. de S. Theotonio, conc. e com. d'Odemira, distr. e bisp. de Beja.

Agua de Bacoras. Herdade na freg. conc. e com. de Moura, distr. e bisp. de Beja.

Agua Baixa. Roça na ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Agua de Banhos. Nome d'um ribeiro que atravessa as freg.as de S. Vicente e da Ventosa, em Elvas, na direcção de sudoéste-nordéste, tendo o seu principio na herdade do Mestre, a oéste da aldeia de S. Vicente, e a foz no rio Caia. Em todo o seu trajecto atravessa este ribeiro successivamente as herdades da Corretina, 1.a d'Agua de Banhos, Carvalhal, Outeiro, S. Domingos, Capella, Chacim, Torre do Brito, Montes-novos, e 2.a d'Agua de Banhos. | Casal na freg. de S. Vicente, conc. e com. d'Elvas, distr. e arceb. de Evora.

Agua Boa. Pov. na freg. de S. João Baptista de Espite, conc. e com. de Villa Nova d'Ourem, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa. | Pov. na freg. de N. S.a da Conceição da Sabocheira, conc. e com. de Thomar, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa. | Casal na freg. de S. Bartholomeu, conc. e com. da Lourinhã, distr. e patriarc. de Lisboa. | Casal na freg. conc. e com. de Ponte de Sôr, distr. e diocese de Portalegre. | Casal na freg. e conc. de Mora, distr. d'Evora.

Agua Boa da Charneca. Sitio na freg. d'Aldeia do Matto, conc. e com. de Coruche, distr. de Santarem, arceb. d'Evora. | Sitio na freg. de S. Torquato, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga.

Agua Boa da Ribeira. Casal na freg. d'Aldeia do Matto, conc. e com. de Coruche, distr. de Santarem, arceb. d'Evora. | Casal na freg. de S. Torquato, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga.

Agua Branca. Pov. na freg. de N. S.a da Conceição da Egreja Nova, conc. e com. de Mafra, distr. e patriarc. de Lisboa.

Agua Caco. Roça na ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Agua das Casas. Pov. da freg. de S. Silvestre do Souto, conc. e com. de Abrantes, distr de Santarem, bisp. de Portalegre.

Agua do Conde. Casal e sitio na freg. d'Aldeia do Matto, conc. e com. de Coruche, distr. de Santarem, arceb. d'Evora. || Casal na freg. de S. Torquato, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga.

Agua da Cuba. Pov. na freg. de Santo Antonio d'Areias, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Agua Derrancada. Casal ou herdade na freg. e conc. de Grandola, com. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa, bisp. de Beja.

Agua Doce. Pov. na freg. e conc. da Moita, com. d'Aldeia Gallega, distr. e patriarc. de Lisboa. || Casal na freg., e conc. de Beja.

Agua Empegada. Pov. da freg. de S. Verissimo, de Lagares, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto.

Agua Encanada. Pov. da freg. de S. Mamede de Area, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga.

Agua Ensossa *(Monte da)*. Na freg. de Santo Antonio de Terrugem, conc. e com. d'Elvas, distr. de Portalegre.

Agua Ferrea. Casal na freg. e conc. d'Azambuja, com. do Cartaxo, distr. e patriarc. de Lisboa. || Quinta na freg. de Collares, conc. e com. de Cintra, distr. e patriarc. de Lisboa. || Quinta da freg. conc. e com. de Loures, distr. e patriarc. de Lisboa.

Agua Ferrenha. Casal na freg. de Santa Margarida da Serra, conc. de Grandola, com. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa e bisp. de Beja.

Agua da Figueira. Pov. da freg. de S. Nicolau da Pena Lobo, conc. e com. de Sabugal, distr. e bisp. da Guarda.

Agua Formosa. Pov. da freg. de S. Lourenço de Carvide, conc., com. e distr. de Leiria. || Pov. na freg. de Mata Mourisca, conc. e com. de Pombal, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra. || Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade de Monte Redondo, conc. e distr. de Leiria. || Pov. na freg. e conc. de Villa de Rei, com. da Certã, distr. de Castello Branco, e bisp. de Portalegre. || Sitio na freg., conc. e com. de Castello de Vide, distr. e bisp. de Portalegre. || Sitio na freg. conc. e com. de Pombal, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra.

Agua do Forno de Baixo e de Cima. Duas pov.ˢ das freg.ᵃˢ de Lamas de Miranda, conc. de Miranda do Corvo, com. de Louzã, distr. e bisp. de Coimbra.

Agua Fria. Rio da Beira Alta. Nasce proximo da Villa d'Alva e desagua no rio Sul, junto á villa de S. Pedro do Sul. || Quinta na freg. de Villa Maior, conc. e com. de S. Pedro do Sul, distr. e bisp. de Vizeu. || Herdade na freg. do Sul, conc. e com. de S. Pedro do Sul, distr. e bisp. de Vizeu.

Agua Funda. Roça da ilha de S. Thomé na Africa Occidental.

Agua de Fuzos. Pov. na freg. de Santa Maria do Castello de Tavira, conc. e com. de Tavira, distr. de Faro e bisp. do Algarve.

Agua Gil. Pov. na freg. de S. Domingos, conc. e com. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa, e bisp. de Beja.

Agua Grande. Rio da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental, em cuja foz está situada a capital || Denominação de uma roça na mesma ilha.

Agua Izé *(João Maria de Sousa Almeida, barão de)*. Fidalgo da casa real, do conselho de S. M., commendador das ordens de Christo e da de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa, cavalleiro da ordem da Torre e Espada, tenente coronel de 2.ª linha dos voluntarios de Benguela. N. na ilha do Principe, a 12 de março de 1816, f. na cidade de S. Thomé, a 17 d'outubro de 1869. Era filho de Manuel da Vera Cruz Almeida, coronel de milicias, proprietario na ilha do Principe, e de sua mulher, D. Paschoela de Souza Leitão. Foi 1.º barão d'Agua Izé em sua vida, por decreto de 16 d'abril, e carta de 18 de maio de 1868. Sousa e Almeida era abastado proprietario nas ilhas de S. Thomé e do Principe, e na cidade de S. Filippe de Benguela, senhor dos grandes prazos denominados Agua-Izé, e Castello do Sul, sitos na Patria-Rei, e do grande prazo denominado Alto Douro na ilha de S. Thomé. Casou com D. Marianna Antonia de Carvalho. Não deixou successão legitima. O seu brazão, conforme vem na *Resenha das Familias Titulares e Grandes de Portugal*, foi concedido por alvará de 2 de junho de 1845: um escudo partido em pala; na primeira, as armas dos Almeidas: em campo vermelho seis besantes de ouro entre uma dobre cruz, e bordadura do mesmo metal; na segunda pala as armas dos Leitões: em campo de prata tres faxas vermelhas, e por differença uma brica verde com um ferro de flecha de prata. O 1.º barão d'Agua-Izé esteve em Lisboa por diversas vezes, visitou as principaes cidades da Europa, e voltou em 1853 para a ilha do Principe, depois de longa ausencia, com o proposito de auxiliar alli todos os progressos agricolas. Partiu depois, em 1855, para S. Thomé, dirigindo elle proprio as suas importantes plantações de café, cacau, etc. Foi então presidente da camara municipal, promoveu a construcção de estradas e outros melhoramentos.

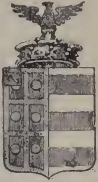
Brazão do barão de Agua Izé

Agua Izé *(Manuel da Vera Cruz Almeida, 2.º barão de)*. Titulo renovado por decreto de 28 de dezembro de 1871. 2.º Filho illegitimo do 1.º barão do mesmo titulo, João Maria de Souza Almeida; n. em Benguela, a 1 de maio de 1838. Por successão, foi fidalgo da casa real. Era, como seu pae, abastado proprietario na ilha de S. Thomé, e senhor do grande prazo denominado Agua-Izé, sito na Praia-Rei. Casou em 26 de novembro de 1859, com D. Faustina Maria da Conceição, natural da ilha do Principe, filha de Christovam Xavier Velloso e de sua mulher, D. Maria da Conceição Paulet. D'este matrimonio não houve successão.

Agua Izé. Roça na ilha de S. Thomé, na Africa Occidental, pertencente á Companhia da ilha do Principe.

Agua Levada. Pov. na freg. de Santa Marinha, conc. de Ribeira de Pena, com. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real, arceb. de Braga. || Pov. na freg. de Paçô, conc. e com. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga || Pov. na freg. de S. Salvador de Rebordões, conc. de Ponte de Lima, districto de Vianna do Castello, arceb. de Braga. || Pov. na freg. de S. Pedro de Fragoso, conc. e com. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg.

de Santa Eulalia de Rio Covo, conc. e com. de Barcellos, distr. de Braga. | Pov. na freg. de S. João Baptista de Balança, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. | Pov. na freg. de Santa Leocadia de Fradellos, conc. e com. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga. | Pov. na freg. de Cervães, conc. e com. de Villa Verde, distr. de Braga. | Pov. na freg. de S. Mamede de Coronado, conc. e com. de Santo Thyrso, distr. do Porto. | Pov. na freg. de Santa Marinha d'Avanca, conc. d'Estarreja, distr. d'Aveiro, bisp. de Coimbra. | Pov. na freg. de S. Pedro d'Espinho, conc. e com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu. | Pov. na freg. de S. Vicente, conc. d'Oliveira de Frades, com. de Vouzella, distr. e bisp. de Vizeu. | Casal na freg. de Santa Eulalia de Barrosas, conc. e com. de Lousada, distr. e bisp. do Porto. | Pov. na freg. de Santa Eulalia de Constance, conc. e com. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. | Quinta na freg. de Castellões de Recezinhos, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. do Porto. | Pov. na freg. de S. Mamede de Negrellos, conc. e com. de Santo Thyrso, distr. e bisp. do Porto. | Pov. na freg. de S. João da Ponte, conc. e com. de Guimarães, distr. de Braga.

Agua Livre. Pov. da freg. de Bellas, conc. e com. de Cintra, distr. e patriarc. de Lisboa.

Agua de Lobo. Herdade na freg. de Santa Barbara, conc. d'Extremoz, distr. e arceb. de Evora.

Agua Longa. Pov. e freg. da prov. do Minho, conc. e com. de Paredes de Coura, dist. de Vianna do Castello, arceb. de Braga. 500 alm. e 142 fog. Foi abbadia dos viscondes de Villa Nova da Cerveira, que contavam muitos padroados. A pov. dista 6 k. da séde do conc. E' seu orago S. Paio. Tem clima frio, mas saudavel. Dizem que a gente d'aqui vive de 100 a 130 annos. Cria gado. E' montanhosa. | Pov. e freg. da prov. do Douro, conc. e com. de Santo Thyrso, distr. e bisp. do Porto. 562 alm. e 138 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 10 k. da séde do conc. E' orago S. Julião.

Agua de Lupe. Pov. na freg. de S. Mathias, conc. e distr. d'Evora. | Quinta na freg. de S. Vicente do Paul, conc. e distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa.

Agua Machado. Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Agua Marçal. Pequena roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Agua de Mil. Pov. da freg. de S. Roque, na ilha da Madeira, conc., com. e distr. do Funchal.

Agua de Moinhos. Casal na freg. de Sobre Tamega, conc. e com. de Marco de Canavezes, distr. e bisp. do Porto.

Agua de Montinho. Sitio na freg. de S. Mamede de Sadão, conc. de Grandola, com. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa, e bisp. de Beja.

Agua Morta. Pov. da freg. de S. João Baptista de Gestaçô, conc. e com. de Baião, distr. e bisp. do Porto.

Agua de Ouro. Casal na freg., conc. e com. de Torres Vedras, distr. e patriarc. de Lisboa.

Agua Palito. Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Agua de Pau. Villa e freg. do conc. e com. de Villa Franca do Campo, distr. de Ponta Delgada, bisp. d'Angra do Heroismo, na ilha de S. Miguel. 3618 alm. e 872 fog. Foi fundada a villa em 1522. Tem porto denominado Valle de Cabeços. Estação postal e telephonica, e permuta malas com Lisboa. E' orago N. S.ª dos Anjos. | Serra, em que rebentaram em 1563, dois vulcões, e n'uma das crateras se formou a Lagôa do Fogo.

Agua Pé. Casal, na freg. de Santo Quintino, conc. de Sobral de Mont'Agraço, com. de Torres Vedras, distr. e patriarc. de Lisboa.

Agua de Peixes. Pov. da freg. de N. S.ª de Assumpção, conc. e com. d'Alvito, distr. de Beja. Teve categoria de villa. Pertenceu aos duques de Cadaval. Até 1834 eram elles que nomeavam os vereadores, juizes e escrivães. A casa Cadaval ainda alli possue uma importante herdade, com palacio, jardins e pomares. Tem uma grande matta, chamada *Cerrado d'Agua,* com asinheiros e sobreiros, enlaçados de silvedo, esteval e medronhal que a tornam impenetravel. Tem muita caça, como javalis, corças, veados, etc. Tem 3 k. de comprido e 1500 de largo. E' coutada dos duques de Cadaval.

Agua de Pena. Pov. e freg. (Santa Beatriz) da com., distr. e bisp. do Funchal na ilha da Madeira. Esta freg. divide-se em duas partes: uma, com 176 alm. e 42 fog. pertence ao conc. de Santa Cruz; outra com 464 alm. e 104 fog. pertence ao Machico.

Agua Peneira. Pov. na freg. de S. Thiago de Tremez, conc. e distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa. | Pov. na freg. de N. S.ª da Graça de Azoia de Cima, conc., com. e distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa.

Agua das Poças. Sitio na freg. de S. Bartholomeu da Serra, conc. e com. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa, e bisp. de Beja.

Agua Porca. Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Agua de Porco. Pov. na freg. de S. Pedro de Melides, conc. de Grandola, com. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa, e bisp. de Beja.

Agua da Pousada. Pov. na freg., conc. e com. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa, arceb. d'Evora.

Agua da Prata. Pov. na freg. de Santa Maria, d'Ulme, conc. da Chamusca, com. da Gollegã, distr. de Santarem, e patriarc. de Lisboa. | Logar na freg., com. e distr. de Portalegre. | Herdade na freg. da Graça do Divôr, conc., com. e distr. d'Evora.

Agua da Rainha. Herdade na freg. de N. S.ª das Reliquias, conc. e com. d'Odemira, distr. e bisp. de Beja.

Agua de Raiz de Baixo, de Cima, do Meio. Tres pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, conc. e com. d'Arronches, distr. e bisp. de Portalegre.

Agua Redonda. Pov. na freg. de Refojos de Basto, conc. e com. de Cabeceiras de Basto, distr. e arceb. de Braga.

Agua Retorta. Pov. e freg. do conc. e com. da Povoação, distr. de Ponta Delgada, bisp. d'Angra do Heroismo, na ilha de S. Miguel. 1230 alm. e 264 fog. Orago N. S.ª da Penha de França.

Agua Revez. Pov. e freg. (S. Bartholomeu), da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Valle de Passos, distr. de Villa Real, arceb. de Braga. 679 alm. e 145 fog. Foi villa. Em 12 de novembro de 1519 deu-lhe foral D. Manuel. Eram seus donatarios os condes e senhores de Murça que apresentavam juiz ordinario, vereadores e mais justiças. A pov. dista 5 k. da séde do concelho.

Agua Salgada. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, d'Alcaria Ruiva, conc. e com. de Mertola, distr. e bisp. de Beja. || Sitio na freg. de S. Domingos, conc. e com. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa, e bisp. de Beja.

Agua Santa. Herdade na freg. de Canal, conc. de Extremoz, distr. e arceb. d'Evora. || Ribeira, que nasce na serra d'Ossa, e desagua na ribeira de Tera.

Agua de S. Thiago *(Monte da).* Pov. na freg. de Urra, conc., com., distr. de Portalegre.

Agua de Sobreiros. Casal na freg. de S. Luiz, conc. e com. d'Odemira, distr. e bisp. de Beja.

Agua do Souto. Pov. na freg. de S. Gregorio de Reguengo, conc. e distr. de Portalegre.

Agua das Tabuas. Pov. da freg. de Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. e com. de Tavira, distr. de Faro, e bisp. do Algarve.

Agua Talhada. Rio, na prov. do Minho, affluente do Cangada.

Agua Tanque. Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Agua Telha. Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Agua de Verão. Casal na freg. de N. S. da Conceição de Sarzedas, conc., com. e distr. de Castello Branco.

Aguaceiras. Pov. na freg. de Monteiro de Arnoso, conc. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. do Mosteiro de Oliveira, conc. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga.

Aguada (*S. Lourenço de Linhares*). Importante povoação e excellente praça de guerra que protege a barra de Gôa, Velhas Conquistas, na India. Está situada na ponta e extremo sul da provincia de Bardez, n'este concelho, districto e arcebispado de Gôa. Tem posto semaphorico junto de uma elevada torre com pharol de rotação, uma cisterna magnifica, aberta em rocha viva e cuja abobada é sustentada por grandes columnas de pedra; hospital, praça de armas, e paioes de polvora, fabricada em Panelim. Na praia ha um poço de excellente e abundante agua potavel, e junto aos quarteis uma nascente de agua ferrea. Tem governador militar; 6:000 habit. A praça da Aguada foi começada em 1604 e concluida em 1612, sendo vice-rei Ruy de Tavora. E' de todas as fortalezas da costa do Estado da India a mais bem fortificada; consta de baterias rasantes e uma cidadella, que as protege. Esta cidadella assente no alto de um outeiro, que fica sobranceiro ás baterias, tem a fórma rectangular com baluartes, revelins, casamatas, caminho coberto, fossos, etc. Junto da praça corre o rio de Senguerim. O fundeadouro da Aguada é muito desabrigado e perigoso. *Aguada* parece derivar do habito que tinham os nossos navios conhecidos pelo nome de «naus da carreira da India» de se abastecerem ali da agua que careciam para continuarem a sua derrota. Sobre o promontorio circumscripto pelo recinto da praça de Aguada está a egreja do martyr S. Lourenço, mandada construir a expensas do vice-rei conde de Linhares, que, por escriptura de 22 de fevereiro de 1635, a entregou á administração dos religiosos de São Francisco da cidade de Gôa. || *Aguada*, rio, do Douro, em Portugal, nasce de duas fontes, Cadaval e S. Martinho proximo á villa de Aguada de

Praça da Aguada

Agua de Todo o Anno. Casal na freg. conc. e com. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre. || Habitação na freg. da Bemposta, conc. e com. de Abrantes, distr. de Santarem e bisp. de Portalegre. || Habitação na freg. de S. Romão, conc. e com. de Montemór-o-Novo, distr. e arceb. d'Evora. || Pov. na freg. de Carreiras, conc., com. e distr. de Portalegre.

Agua Travessa. Pov. nas freg.as da Bemposta, conc. e com. de Abrantes, distr. de Santarem, bisp. de Portalegre, e de Pelariga, conc. e com. de Pombal, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra.

Agua da Valla. Pov. na freg. de S. Mamede de Sadão, conc. de Grandola, com. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa, e bisp. d'Evora.

Agua Velha. Pov. na freg. de Moreira, conc. e com. da Maia, distr. e bisp. do Porto. || Herdade na freg. de S. Marcos da Serra, conc. e com. de Silves, distr. de Faro. || Herdade na freg. de S. Bartholomeu de Messines, conc. e com. de Silves, e distr. de Faro, bisp. do Algarve.

Cima entrando no *Certoma* junto a esta villa, no sitio de *Campo de Barro*.

Aguada de Baixo. Pov. e freg. da prov. do Douro, conc. e com. d'Agueda, bisp. de Coimbra. 604 alm. e 142 fog. Em 23 de agosto de 1514 foi-lhe dado foral por D. Manuel. Tem escola do sexo masc. e caixa postal. A pov. dista 7 k. da séde do conc. Orago S. Martinho.

Aguada de Cima. Pov. e freg. da prov. do Douro, do conc. e com. d'Agueda, bisp. de Coimbra. Em 12 de setembro de 1514 foi-lhe dado foral por D. Manuel. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 7 k. da séde do conc. Orago Santa Eulalia.

Agualva. Pov. da freg. de Bellas, conc. e com. de Cintra. E' patria do arcebispo de Lisboa, D. Domingos, que foi chanceller-mór de D. Affonso IV, e que tomou o appellido de *Jardo* ou *Jarda*, nome que davam antigamente a esta aldeia. A este illustre arcebispo se deve a fundação da Universidade, que se estabeleceu em Lisboa no bairro d'Alfama, onde ainda hoje se chama *Escolas Geraes*. Fundou o hospital de Santo Eloy, onde está sepultado. Morreu a 16 de dezembro de 1293. Pretendem alguns que, Agualva seja a *Ciciliana* dos romanos. ‖ Pov. e freg. do conc. e com. da Praia da Victoria, dist. e bisp. de Angra do Heroismo, na ilha Terceira. 576 alm. e 376 fog. Tem caixa postal. Orago N. S.ª de Guadelupe ‖ Pov. na freg. d'Arões, conc. de Macieira de Cambra, distr. d'Aveiro, e bisp. do Porto. ‖ Casal na freg. de Palmella, conc. e com. de Setubal, distr. e patriarc. de Lisboa. ‖ *(Monte da)*. Pov. na freg. de S. Pedro de Maratica, conc. e com. de Setubal, distr. de Lisboa. ‖ *(Ribeira de)*. Pequena ribeira que passa no logar do mesmo nome proximo de Barcarena, e desagua no Tejo, com um curso de 20 kilometros.

Aguaneiras. Pov. na freg. de Santa Cruz da Trapa, conc. e com. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. ‖ Quinta na freg. de Santa Maria Magdalena de Gouvinhas, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real e bisp. de Lamego.

Aguanfero. Aldeia do conc. da Torre de Moncorvo, prov. de Traz-os-Montes.

Aguardenteiro. Herdade na freg., conc. e distr. de Santarem.

Aguardilha. Pov. na freg. de S. João da Ponte, conc. e com. de Guimarães, distr. de Braga.

Aguas. Pov. da freg. de S. Christovam de Cabeçudos, conc. e com. de Villa Nova de Famalicão. distr. e arceb. de Braga. ‖ Pov. e freg. da prov. da Beira Baixa, conc. de Penamacor, com. de Idanha a Nova, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda. 717 alm. e 165 fog. A pov. dista 9 k. da séde do conc. Orago S. Marcos. Tem um reducto com duas casas dentro, e uma muralha em ruinas. Passa junto a ribeira Toulica. Possue aguas mineraes muito adstringentes. ‖ Herdade na freg. de S. Thiago de Escoural, conc. e com. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora.

Aguas Altas. Pov. na freg. de Santo Adrião de Vizella, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto.

Aguas Alvas. Pov. da freg. e conc. de Monchique, distr. de Faro e bisp. do Algarve.

Aguas d'Arão. Pov. na freg. de S. Vicente de Giella, conc. e com. de Arcos de Valle de Vez. distr. de Vianna do Castello.

Aguas Bellas. Pov. e freg. da prov. da Estremadura, concelho de Ferreira de Zezere, com. de Thomar, distr. de Santarem, bisp. de Coimbra. 1256 alm. e 316 fog. E' povoação muito antiga, e foi villa. Consta de uma doação feita por D. Pedro I a Rodrigo Alvares Pereira, que já em 1394 tinha jurisdicção independente. Em 3 de novembro de 1213 deu-lhe foral D. Manuel. Tem escola do sexo masc. A pov. dist. 10 k. da séde do conc. Orago N. S.ª da Graça. Fica situada n'uma baixa rodeada de arvores silvestres e fructiferas, com fontes que a fazem fresca e agradavel. Foi *couto* e *honra* desde o principio da monarchia. Por aqui passa o rio Zezere. Proximo á pov. está a serra de *Valle do Asno*. ‖ Pov. e freg. da provincia da Beira Baixa, conc. e com. do Sabugal, distr. e bisp. da Guarda. 631 alm. e 159 fog. A pov. dista 9 k. da séde do conc. Orago N. S.ª da Conceição. ‖ Pov. na freg. de Matta Mourisca, conc. de Pombal, distr. de Leiria. ‖ Casal na freg. de Vallado, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria. ‖ Pov. na freg. de Couço, conc. de Caruche, distr. de Santarem. ‖ Quinta da freg. de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro. ‖ Moinho na freg. de Couço, conc. de Coruche distr. de Santarem.

Aguas Bellinhas. Casal na freg. de Santo Antonio de Couço, conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Aguas Boas. Pov. e freg. da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Sattam, distr. e bisp. de Vizeu. 268 alm. e 76 fog. A pov. dista 24 k. da séde do conc. Orago Espirito Santo. ‖ Pov. da freg. de Ovar, conc. de Oliveira do Bairro, com. d'Anadia, distr. d'Aveiro, bisp. de Coimbra. ‖ Pov. na freg. de Mamarroso, conc. de Oliveira do Bairro, com. d'Anadia. distr. d'Aveiro, e bisp. de Coimbra.

Aguas Celenas. Foi uma cidade do Minho, antiquissima, e ficava ao longo do rio Cávado, e parece que foi das suas ruinas que se fez a actual villa de Fão. Aportavam n'esta cidade as esquadras romanas, que transportavam pelo Cávado em pequenos barcos, as suas mercadorias até Braga, levando outras que lhes convinham. Residia aqui um proconsul romano que governava toda a Galliza. E' differente de outra do mesmo nome, na Galliza perto de Lugo. Em Aguas Celenas fôram martyrisados os Santos Chrispulo e Restituto, no anno 63, no tempo de Nero.

Aguas-Ensossas. E' um ribeiro do Alemtejo, que nasce na herdade do mesmo nome, pouco acima da estrada velha d'Estremoz, e deslisando para sul, atravessa varias herdades, e a estrada nova de Villa-Boím a Borba, e perde-se na ribeira da Assêca, defronte do monte de Azinhal.

Aguas de Lisboa *(Companhia das)*. V. *Alviella)*.

Aguas Livres *(Aqueducto das)*. Foi, sem duvida, uma das obras mais uteis e mais importantes que se fizeram no tempo de D. João V. Este notavel melhoramento era de primeira necessidade para Lisboa, onde a falta d'agua se tornava espantosamente sensivel. «Já no tempo dos romanos, diz Luz Soriano, a pag. 148 e seguintes do 1.º vol. da *Historia do reinado de D. José,* apesar da pequenez da cidade, em comparação do que é hoje, se fazia n'ella sensivel a falta de agua, pois que sendo Lisboa municipio romano, buscaram os seus dominadores introduzir n'ella a agua, que ha nos sitios de Bellas e Caneças, por meio de aqueductos subterraneos, quebrando para esse fim mui-

tos rochedos e penedias, de que, no sitio onde existem os dois montes de Campolide, fizeram construir um espaçoso muro com a necessaria fortaleza para servir de repreza ás aguas que por alli corriam, e ás que vinham da Agua Livre por meio dos referidos aqueductos subterraneos. N'aquelle sitio, que era um espaçoso valle, bem conhecido entre nós pelo nome de *Ribeira d'Alcantara,* se formou por auxilio do dito muro um tão grande lago, que servia de canal, navegando por elle varios bateis para serviço dos moradores d'aquelle mesmo valle. El-rei D. Manuel mandou encaminhar estas aguas para Lisboa, fazendo-as correr na praça do Rocio, ou praça de D. Pedro, incumbindo para este fim a Francisco de Hollanda o desenho de um chafariz, representando a figura de Lisboa em cima d'uma columna, cercada de elephantes, os quaes haviam de deitar agua pelas trombas. Este desenho não foi a effeito. O infante D. Luiz, filho do mesmo rei D. Manuel, fazia todo o empenho para que estas aguas fôssem conduzidas para o palacio da Ribeira, afim de poderem servir para as aguadas das embarcações, que tinham de partir para a India.» No reinado de D. Sebastião parece que tambem houve ideia de trazer para Lisboa as aguas da *Fonte* ou *Ribeira da Agua Livre;* Filippe III, em 1619, visitou aquella fonte, que é proximo de Bellas, e depois, partindo para Hespanha, recommendou muito aos vereadores de Lisboa, por uma carta escripta em S. Lourenço, a 28 de julho de 1620, que procurassem meios de haver dinheiro prompto com que acudissem á despeza necessaria para fazerem conduzir logo aquella agua á cidade. Apesar d'esta recommendação, de nada se tratou. No anno de 1683, o presidente do senado, então o conde de Pontevel, dirigiu-se ao sitio da Agua Livre, acompanhado d'alguns membros do senado, do architecto Matheus de Sousa, e do mestre dos pedreiros João Luiz, para procederem a estudos e experiencias sobre a conducção da agua, e acharam que a nascente dava 30 anneis d'agua, que não pareciam bastantes para se fazer a despeza de a trazer a Lisboa. No fim de mais tentativas, sem effeito, coube a gloria a D. João V, de ser no seu reinado que se realisou aquella obra importantissima. A proposta foi do procurador da cidade, Claudio Jorge do Amaral, e apresentada por elle proprio ao monarcha, em 1728. Acceitando-a, D. João V entregou-a ao senado para ser consultada com urgencia, porém a discussão tornou-se bastante demorada; afinal resolveu-se a questão, e para se realisarem as obras estabeleceram-se novos impostos, que el-rei auctorisou com o alvará de 26 de setembro de 1759. Estes impostos eram os seguintes: 6 réis em cada canada de vinho que se consumisse em Lisboa e seu termo; 5 réis em cada arratel de carne; 10 réis em cada canada de azeite; 70 réis em cada alqueire de sal; e 50 réis em cada panno de palha. Um aviso de 14 de janeiro de 1730 excluiu o sal de pagar imposto, e outro com a data de 9 de novembro do mesmo anno, excluiu egualmente a palha, prevalecendo só os impostos sobre o vinho, a carne, e o azeite. Depois do alvará de 12 de maio de 1731, em que se auctorisaram as obras, é que ellas definitivamente principiaram. A fórma do aqueducto é a de um corredor ou mina artificial, com as paredes dos lados de alvenaria, indo assim até onde principia a volta do arco, que é de tijolo, materia de que a abobada é formada. Ao centro ha um passeio de finissimo lagedo; dos dois lados correm uns encanamentos de pedra liós, que recebem 12 manilhas d'agua tendo palmo e meio de bocca, e palmo e quarto de largura. N'alguns sitios o aqueducto some-se por baixo do chão, correndo assim grandes distancias, e conhecendo-se o trajecto pelas claraboias que se levantam sobre o terreno, tendo-se para este fim, minado muitos montes; e como n'alguns se tornou preciso minal-os com grande elevação, teve tambem, nos valles e quebradas, de se construirem arcos de cantaria. Estes arcos são ao todo 127, incluindo os 35 da Ribeira d'Alcantara, que são os mais notaveis e occupam a extensão de 3.916 palmos, medidos pelo passeio dos mesmos

Arcaria monumental do aqueducto das Aguas Livres

arcos. O maior, ou o arco grande da Ribeira d'Alcantara, tem 351 palmos de altura, e de vão, entre perna e perna, 108 pés e 5 pollegadas; os outros 34 são tambem de colossaes dimensões, com 32 palmos de grossura, e feitos de cantaria de pedra liós, sobre os quaes não só corre o aqueducto com as suas elegantes guaritas tambem de cantaria, que o illuminam por dentro, mas correm egualmente pela parte do nascente e poente dos mesmos arcos dois passeios lageados, com sua varanda ou peitoril. As obras das Aguas Livres comprehendem toda a linha do aqueducto geral e suas ramificações, desde a nascente no sitio de Canceças, Bellas e Salgueiro Grande, sendo a sua extensão superior a tres legoas até Lisboa, ao logar do grande deposito vulgarmente conhecido pela *Mãe d'Agua*, ás Amoreiras, onde então as aguas se dividem para os canos parciaes, que as conduzem aos differentes chafarizes de Lisboa. Este deposito ficou tão solidamente construido, que, tendo apenas 11 annos na occasião do terramoto de 1755, soffreu insignificantes prejuizos. Tinham passado 9 annos depois das obras começarem, e já os trabalhos chegavam ao alto do Calhariz, logar fronteiro á freguezia de Bemfica. N'este trajecto recebe varias nascentes, sendo a 1.ª a Fonte Santa do Leão, continuando d'alli o aqueducto até avistar a ponte de Carenque, d'onde toma para o lado da Porcalhota. encostando-se ao outeiro de S. Braz, d'aqui recolhe a agua, que lança a fonte do mesmo nome, inclinando-se depois para ir buscar o logar da Fragosa até chegar a Calhariz, onde já estava feito outro lanço, contando todos aquelles montes, fronteiros, para o lado do poente, ao convento de S. Domingos de Bemfica, até ir ganhar o monte das Tres Cruzes, em que se passa á Ribeira d'Alcantara, em cujo valle outro lanço andava tambem entre mãos. Em janeiro de 1740 já alli estavam alguns pilares com as primeiras fiadas de cantaria assentes, fabricando-se todos aquelles arcos no espaço de 5 annos e meio, o ultimo dos quaes se fechou em agosto de 1744. Ao mesmo tempo continuava o lanço da obra até ás Amoreiras, onde se fez um chafariz de madeira, que começou a servir em 4 de outubro de 1744. Fizeram-se depois mais dois chafarizes, um defronte da fabrica das sedas, fronteiro ao largo do Rato, e outro no largo de S. Pedro d'Alcantara, cujas aguas começaram a correr a 8 de setembro de 1745. Fôram-se construindo successivamente os chafarizes: do Carmo, da rua do Arco, da rua Formosa. etc. Os architectos encarregados das obras d'este aqueducto fôram Manuel da Maia até ao monte das Tres Cruzes, e o sargento-mór Custodio Vieira, desde aquelle monte até Lisboa. Estes planos perderam-se no terramoto; comtudo, todos os documentos e memorias, que restam d'aquelle tempo, indicam que o aqueducto geral devia vir da fonte d'Agua Livre até S. Pedro d'Alcantara, e d'alli devia atravessar em arcos para o lado oriental da cidade. Os primeiros trabalhos que se fizeram fôram por empreitada, mas as obras continuaram durante 66 annos, gastando-se em todas ellas 13 milhões de cruzados, incluindo a despeza da expropriação do terreno. O imposto lançado aos moradores de Lisboa e seu termo, de janeiro de 1733 até 1799 orçou por 6:460 contos de réis, e as obras gastaram aproximadamente 5:227, sobrando cerca de 1:233 contos que o governo saccou do cofre da junta para outras despezas. Em 1799 deram-se os trabalhos por acabados. No arco das Amoreiras poz-se a inscripção seguinte: *No anno de 1748 Reinando o Piedoso, Feliz e Magnanimo Rei D. João V. O Senado e o Povo Lisbonense, á custa do mesmo Povo, e com muita satisfação d'elle, introduziu na Cidade as Aguas Livres desejadas pelo espaço de dois seculos, e isto por meio de um aturado trabalho, durante 20 annos, em arrazar, desfazer e furar outeiros na redondeza de nove mil passos.* O marquez de Pombal, mais tarde, alterou esta inscripção. O deposito que, pelo risco, parece que se deveria fazer em S. Pedro Alcantara, ficou sem effeito. O grande reservatorio ou Mãe d'Agua, apesar de se ter começado no tempo de D. João V no sitio das Amoreiras, esteve por acabar desde 1778 até 1834. D. Pedro IV, em 1833, foi pessoalmente analysal-o, e em portaria de 13 d'agosto d'este mesmo anno, mandou que se concluisse, gastando-se n'essas obras 13:732$000 réis. A fórma externa do reservatorio é quadrangular, e os fortissimos muros d'este lago giganteseo, começados em tempo de D. João V, teem 25 palmos de espessura, afóra o muro exterior. Conta o reservatorio 125 palmos de comprimento, 107 de largura e 32 de altura, erguendo-se do fundo quatro enormes pilares que dão apoio ás abobadas. Calcula-se que leva 12.463 pipas d'agua.

Aguas Ferreas. Pov. na freg. de Villar do Pinheiro, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto, arceb. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria de Veade, conc. e com. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Casal na freg. de Tavarede, conc. e com. da Figueira da Foz, distr. e bisp. de Coimbra.

Aguas Flavias. Cidade que segundo consta, estava situada antigamente nas margens do Tamega. Dizem archeologos, que nas suas ruinas se fez a villa de Chaves.

Aguas Formosas *(Casal das).* Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança de Alpedriz, conc. e com. de Alcobaça, distr. de Leiria, e bisp. de Coimbra.

Aguas Frias. Pov. e freg. da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, bisp. de Braga. 1606 alm. e 362 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 10 k. da séde do conc. Orago S. Pedro. || Casal na freg. de Sant'Anna da Serra, conc. d'Ourique, distr. de Beja. || Horta na freg., conc. e distr. d'Evora. || Habitação na freg. d'Amoreiras, conc. d'Odemira, distr. de Beja.

Aguas Frias de Baixo, de Cima, do Meio. Tres pov.ˢ na freg. d'Alte, conc. e com. de Loulé, distr. de Faro, bisp. do Algarve. || Tres herdades na freg. do Rosario, conc. d'Alandroal, com. de Redondo, distr. e arceb. d'Evora.

Aguas Livres. Horta na freg. de Sant'Anna, conc. e com. de Serpa, distr. e bisp. de Beja.

Aguas Lunas ou **Layas.** Argote, nas suas *Antiguidades de Braga*, diz que julga ser esta a cidade de *Lais*, capital dos *turolicos*, e que existia no logar onde está hoje a pov. de S. Martinho de Lanhezes no conc. de Caminha. Dizem outros que estava entre as villas de Monsão e Valladares. Na *Carta geographica* de Abrahão Ortelio se lhe chama *Aquæ Leæ Turudorum*.

Aguas de Maia. Aldeia da prov. do Douro proximo a Coimbra. Estava n'aquella cidade D. Garcia (rei de Portugal e Galliza), quando em 1067 os castelhanos, commandados por D. Nuno

de Lara e D. Garcia de Cabras, se propunham atacar a cidade. Sahiram ao seu encontro n'esta aldeia D. Nuno de Lara e seus irmãos, o conde D. Pedro e D. Vermuiz, que os derrotaram completamente.

Aguas mineraes. Ha em Portugal um grande numero de aguas minero-medicinaes, considerando assim as que teem uma mineralisação especial, ás vezes acompanhada de uma elevada temperatura, e cujas applicações therapeuticas são, em geral, variadas. A moderna sciencia medica, que tem posto de parte tantos meios empregados pela antiga arte de curar, continua dispensando ás aguas mineraes a maior attenção. A historia das aguas mineraes, thermas e caldas no nosso paiz resume-se quanto ao seu descobrimento no acaso. Brotando em logares ermos, são quasi sempre pastores os primeiros a ter a noticia da sua existencia e a fazer d'ellas o uso que lhes suggere a phantasia, applicando-as aos proprios males ou aos dos gados que pastoreiam. A noticia passa de bocca em bocca e só tarde chega ao conhecimento dos medicos ou d'outros individuos conhecedores. Sendo esta a historia do descobrimento da maior parte das nascentes d'aguas mineraes, algumas ha comtudo, cujo conhecimento data de tempos remotos. Bastantes já fôram exploradas pelos romanos em vastos e luxuosos estabelecimentos balneares, como mostram os restos de edificios, tanques, banheiras de marmore, medalhas, inscripções, etc. encontradas soterradas nas proximidades dos mananciaes. A legislação não tem sido prodiga para as aguas mineraes e todas as tentativas que, desde 1822, se conhecem, fôram completamente malogradas. De 1860 a 1888 quatro projectos de lei sobre aguas mineraes se submetteram ao parlamento, mas nenhum entrou em discussão. O ultimo, que é considerado de grande valor, foi apresentado na sessão de 22 março de 1888; continha sessenta e um artigos, ponderando e attendendo todas as necessidades da hydrologia mineral. Este projecto foi elaborado pelo então deputado e chefe da repartição de minas, conselheiro Pedro Victor da Costa Sequeira. Existe um grande numero de memorias e noticias especiaes sobre algumas nascentes; são conhecidos os antigos aquilegios do dr. Mirandella, do dr. Tavares e dr. Francisco da Fonseca Henriques; o relatorio official para a exposição de Paris de 1867, com os estudos dos drs. Thomaz de Carvalho, Agostinho Lourenço e o engenheiro de minas Schiappa de Azevedo, e uma these apresentada em 1877 á escola medico-cirurgica pelo dr. Francisco da Costa Felix. O livro *Aguas Minero-Medicinaes de Portugal*, publicado em 1892, pelo dr. Alfredo Luiz Lopes, é sem duvida uma das obras mais completas que possuimos. Pode ainda accrescentar-se uma lista numerosa de relatorios de companhias exploradoras d'aguas thermaes, descripções de varios estabelecimentos, etc., etc. De todos esses trabalhos se colligem apontamentos valiosos e interessantes sobre o assumpto, e a elles nos soccorremos nos artigos espalhados pelo diccionario relativos ás diversas localidades onde ha nascentes conhecidas. No presente artigo cumpre-nos agrupar alphabeticamente as mais importantes, remettendo o leitor para cada uma d'ellas em especial. *Aguas Santas, Alandroal, Alcafache, Alfaião, Alferce* ou *Fonte Santa, Aljustrel, Ameira, Anqueira, Arcgos, Arraiollos, Bem Saude, Bussaco, Cabeço de Vide, Cabo Mondego, Caldas de Gayeiras, Caldas da Piedade, Caldas da Rainha, Caldas da Saude, Caldas da Touca, Caldas de S. Jorge, Caldas de S. Paulo* e *Pontão da Rapada, Caldellas, Campilho, Carlão, Carvalhal, Entre-Rios, Estoril, (Poça* e *Santo Antonio), Fadagosa* ou *Pereiro, Felgueira, Felgueiras, Fervença, Fonte dos Arrabidos, Fonte dos Cucos, Fonte Nova, Fonte d'Obidos, Fonte de Torres Vedras, Fonte de Vimeiro, Foz da Certã (Reboreda), Gerez, Lijó, Gallegos* e *Mosqueiro, Linhares, Lisboa (Alcaçarias de D. Clara, Alcaçarias do Duque, Arsenal de Marinha, Banhos do Doutor, Chafariz de Andaluz* e *Chafariz d'El-Rei), Longroiva, Luso, Manteigas, Moledo, Monchique, Monsão, Montachique, Moura, Moura (Amarelleja* e *Ourives), Ouguella, Pedras Salgadas, Peso de Melgaço, Rendufe, Santo Antonio das Taipas, Santo Antonio de Tavira, São Gemil* ou *Lagiosa, S. João das Caldas de Moura (Guimarães), S. João do Deserto, S. Pedro do Sul (Caldas da Rainha D. Amelia), Vidago, Visella (Mourisco, Lameira* e *Medico*; etc. Nos Açôres tambem são conhecidas as aguas mineraes das *Furnas, Lombadas* e *Serra do Trigo*. Da Africa poucas fontes mineraes se tem estudado; na ilha do Sal, archipelago de Cabo Verde, ha uma cratera d'onde sae um jorro d'agua salgada que se espalha e fórma naturalmente grandes montes de sal; na ilha de Santo Antão, do mesmo archipelago, existem algumas aguas thermaes. Na ilha Brava, segundo o *Relatorio do serviço de saude* por Vera Cruz, 1872, mencionam-se a *Agua do Vinagre* e a *Agua ferrea*. Na Guiné, na ilha das *Gallinhas*, brotam algumas fontes de agua ferrea. Em Angola, no *Novo Redondo*, ha aguas mineraes. Da Africa Oriental, indicam-se as caldas de *Muzumbala*, de *Tete* e do *Zumbo*, sendo estas muito conhecidas e usadas pelos indigenas. Da India apontam-se no relatorio de Viriato João Pinto, impresso em Nova Gôa, 1898, as seguintes: fonte da aldeia *Carauzol*, fonte do palacio do *Cabo*, fontes de *Candolim, Querim, Ambexi, Assonorá, Concão, Vôlo de Consua, Quelossim, Cundaim, Nachinolá, Banguinin* e poço de *Mandrém*. Da ilha de Timor, no *Relatorio do serviço de saude* de J. Gomes da Silva, Macau, 1887, fala-se das aguas mineraes de *Balibó, Bemanes* e *Laclo*.

Aguas de Moura. Pov. da freg. de Maratica, conc. e com. de Setubal, distr. e patriarc. de Lisboa. Tem estação postal, permutando malas com Setubal.

Aguas Muitas. Pov. da freg. de Sant'Anna da Serra, conc. d'Ourique, distr. e bisp. de Beja.

Aguas do Passo. Pov. na freg. de S. João de Negrilhos, conc. d'Aljustrel, distr. de Beja.

Aguas Partidas. Pov. na freg. de Aramenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Aguas em Poço. Casal na freg. e conc. d'Oliveira do Bairro, distr. d'Aveiro.

Aguas Quentes. Casal na freg. de N. S.ª da Purificação da Roliça, conc. d'Obidos, com. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria, e patriarc. de Lisboa.

Aguas Santas. Pov. e freg. da prov. do Douro, conc. e com. da Maia, distr. e bisp. do Porto. 3279 alm. e 651 fog. Tem escola do sexo masc. e estação postal. A pov. dista 6 k. da séde do conc.

Orago N. S.ª do O'. A egreja matriz e a freguezia são antiquissimas. Havia já em 1130 a egreja de *Santa Maria de Aguas Santas,* hoje de *Santa Marinha.* O prior *D. Armigiro,* a 22 de fevereiro d'esse anno, fez uma composição com o bispo do Porto, D. Hugo II, dando-lhe por esse motivo um casal, em *Paramos* (Feira), em troca do jantar que era obrigado a dar-lhe todos os annos. Havia aqui um mosteiro antiquissimo, que dizem datar do seculo VI, da era de Christo. Foi primeiro dos conegos de Santo Agostinho, e religiosas da mesma ordem, mas em 1130 passou exclusivamente para os primeiros, devido a que a fusão dos dois sexos dava logar a muitas immoralidades. Em 1300 foi extincto, passando a commendatarios. Os cavalleiros do Santo Sepulchro (hospitaleiros), tendo sido expulsos de Jerusalem pelos turcos, tomaram posse d'este mosteiro, por doação de D. Affonso IV, em 1340, fundando alli um famoso hospital. Depois dos hospitaleiros, tornou o mosteiro a ter um collegio de crusios, cujo prior era de apresentação regia, e foi depois outra vez mixto de frades e freiras, conservando-se assim até que D. João II, em 1492, o extinguiu, unindo-o á ordem de Malta do qual foi commenda. Em tempos remotos, houve um castello junto á fonte da *Maia.* A freguezia de S. Paio de Gouveia era couto do mosteiro dos cavalleiros do Santo Sepulchro, cuja doação deveram á rainha D. Thereza e a seu filho D. Affonso Henriques. D. Thereza deu tambem ao mosteiro de *Aguas Santas* a egreja do Ladario. Este mosteiro e a cerca estão hoje transformados n'uma bella quinta dos bispos do Porto, chamada quinta de *Santa Cruz.* Foi o unico mosteiro de cavalleiros do Santo Sepulchro que houve em Portugal. || Pov. e freg. da prov. do Minho, conc. e com. da Povoa de Lanhoso, distr. e arceb. de Braga. 507 alm. e 113 fog. A pov. dista 6 k. da séde do conc. Orago S. Martinho. || Pov. da freg. de S. Thomé do Castello, conc. e distr. de Villa Real, arceb. de Braga. || No dist. de Leiria, conc. das Caldas da Rainha, sitio da Ribeira dos Moinhos, brota uma nascente d'agua mineral conhecida pelo nome de *Aguas Santas* ou da *Ribeira dos Moinhos,* cujas virtudes curativas só se descobriram em 1852. No anno de 1855 construiu-se um modesto estabelecimento hydrotherapico, por subscripção publica. As aguas são limpidas, incolores, transparentes e de sabor agradavel; exhalam o cheiro caracteristico do acido sulphydrico. São especialmente usadas em banhos no tratamento das molestias de pelle.

Aguas Thermaes. Pov. do distr. e com. de Benguela, prov. de Angola, bisp. de Loanda, Africa Occidental, a 25 k. S. E. da cidade de Benguela na estrada que vae para Mossamedes.

Aguas Vivas. Pov. da freg. de S. Miguel de Palaçoulo, conc. e com. de Miranda do Douro, distr. e bisp. de Bragança. || Casal na freg. de Valle de Cavallos, conc. da Chamusca, com. da Gollegã, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa.

Aguçadoura. Pov. na freg. de Navaes, conc. e com. de Povoa de Varzim, distr. do Porto, e arceb. de Braga.

Aguda. Villa e freg. da prov. da Extremadura, conc. e com. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra. 1881 alm. e 434 fog. Em 12 de novembro de 1513 deu-lhe foral D. Manuel. Tem escola do sexo masc. e caixa postal. A pov. dista 4 k. da séde do conc. Orago N. S.ª da Graça. Foi antigamente villa e pertenceu ao infantado desde 1640, sendo anteriormente dos marquezes de Villa Real, que a perderam por terem conspirado contra D. João IV. O infantado nomeava o juiz ordinario, a camara e mais empregados judiciaes. O vigario d'esta villa e o de Avellar eram de apresentação dos infantes, sendo pagos por estes bem como as fabricas de ambas as egrejas. Os dizimos eram para o infantado, que recebia mais as seguintes *propinas:* 6 arrobas de presunto, 3 milheiros de *verdeaes,* 1 milheiro de passas de pera e outro milheiro de pêcego, 2 alqueires de ameixas passadas e o mesmo de cerejas seccas. Até 1834 teve juiz ordinario, camara e mais empregados judiciaes, tudo apresentado pelos infantes. Diz-se que o nome lhe provém de agúdea (formiga com azas) por haver muitas n'esta localidade. || Pov. na freg. da Serra, conc. e com. de Thomar, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa. || Serra na prov. da Extremadura, medindo 30 k. de comprido e 6 de largo. Tem minas de ferro, exploradas no fim do seculo XVIII. O clima é frio. Deriva o nome do da freguezia de Aguda que lhe fica proxima.

Agudos. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição da Redinha, conc. e com. de Pombal, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra. || Herdade na freg. de S. Braz dos Mattos, conc. d'Alandroal, com. de Redondo, distr. e arceb. d'Evora.

Agueda. Villa da prov. do Douro, séde de conc. e de com., distr. de Aveiro e bisp. de Coimbra. E' orago Santa Eulalia. Livros antigos, e um *Mappa alphabetico das povoações de Portugal* dão-lhe o nome de *Agueda de Cima* para differençar de *Agueda de Baixo* que é o actual *Sardão.* Está situada em planicie na margem direita do rio Agueda. Tem bellos arredores, ferteis e pittorescos. A egreja matriz é antiga mas de construcção regular, ampla, com tres naves. A casa da camara é o melhor edificio da villa, porquanto as casas são baixas e as ruas irregulares e mal calçadas. Foi em tempos remotos uma cidade episcopal, e chamava-se então *Aeminium.* Attribue-se a sua fundação aos celtas, aos turdulos e gregos, 370 annos antes de Christo, que fizeram alli uma ponte. Parece que o seu primeiro nome foi *Anegia* e depois *Agatha,* com cujo nome foi mencionada no concilio de Toledo no anno de 609. O seu nome actual *Agueda* vem de *Agatha,* nome proprio de mulher romana ou d'uma pedra preciosa assim chamada. Pinho Leal, lembrando-se que ha em França no Languedoc uma cidade episcopal e porto de mar, sobre o rio *Erool,* chamada *Agda,* e attendendo que perto de Agueda, no antigo conc. de *Eixo,* com. de Aveiro, ha uma freguezia chamada Eirol, diz que isto o tem feito scismar, e accrescenta: «Quem me diz a mim que alguns nautas francezes, que subiram o *Vouga* e depois o *Agueda* (pela barra de Aveiro) puzessem a esta villa, n'outras épocas, o nome de Agueda, pela tal ou qual semelhança que tivesse com a sua Agda, e á freguezia de Eirol, o nome de rio Erool?» Querem alguns que fôsse S. Pedro de Rates, bispo de Braga, quem lhe nomeou o primeiro bispo em 44. O que parece mais verdadeiro é que foi *Possidonio* o seu primeiro bispo no anno 589, reinando na Lusitania o godo *Flavio Ricaredo,* irmão do martyr Santo Hermenegildo. Pas

sou como o resto da Lusitania por todas as vicissitudes, nas mãos dos diversos dominadores, sendo resgatada do poder dos mouros em 739 por D. Affonso I rei de Oviedo, e seu irmão *D. Frucia.* Os arabes a deixaram quasi arrasada em 716. *Alboacem-Hiben-Allamar,* regulo de Coimbra, fez conde a um christão que governava esta povoação, por cuja mercê tinha que pagar tributo. Diz R. M. da Silva, na *Pobl. Gen. da Hesp.*. que eram muito formosas as mulheres d'aqui, e que ainda hoje o são. D. Rodrigo da Cunha conta no catalogo dos bispos do Porto, que no anno de J. C., 40 ou 41, veiu á Lusitania o apostolo S. Thiago e puzera por bispo de Braga a S. Pedro de Rates, e que este fizera bispos no Porto, *Eminio* e Tuy, e que no concilio bracharense, 422, se vê assignado *Pontonio,* bispo de *Eminio.* No terceiro concilio toledano, 589, assigna-se *Possidonio,* bispo de *Eminio,* que veiu portanto a ser terceiro e não o primeiro bispo de *Eminio.* O que parece crivel é que o primeiro bispo de Agueda, de que ha noticia, foi *Elarzo,* que em 412 assistiu ao concilio bracharense. No segundo concilio de Lugo, 569, o rei godo Theodomiro suppriniu o bispado de Eminio. Vinte annos depois, no terceiro concilio de Toledo, figura ainda Possidonio bispo de Eminio, o que parece que essa suppressão só teve effeito com a morte d'este. O escriptor allemão *Hubner* quer que *Eminio* fôsse a velha Coimbra, o que é inadmissivel porque em 569 já esta cidade estava destruida. S. Rosendo, canonisado em 1195, era filho do conde de Agueda, D. Arias e de sua mulher D. Aldara ou Ilduara, progenitores da antiga familia dos Sousas. Nunca teve foral, ou apenas incluido no que D. Manuel deu a Aveiro, a 4 de agosto de 1515. Teve juiz ordinario até 1834, que era da Univers. de Coimbra. Liga esta povoação com a do Sardão uma antiquissima ponte de pedra. Agueda tem uma egreja de tres naves, misericordia, hospital, club recreativo, escolas para o sexo fem. e masc., estação telegraphica e postal com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas postaes, permutando malas com a R. A. Norte. A' esquerda da egreja está um cruzeiro muito antigo, chamado dos *mortos,* com inscripção já illegivel. Proximo ha outro mais moderno, o do *Calvario,* de boa construcção. Possue dois mercados, abundando o peixe, que é um dos melhores negocios da villa. Tem feira annual, no dia 1.º de maio. O conc. comprehende 18 freg. com 4:683 fog. e 1897 alm., sendo 8:696 h. e 10:271 m. n'uma superficie de 32:704 hect. A villa dista 18 k. da séde do distr. ‖ Pov. na freg. de Santa Cruz, conc de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. ‖ Rio, affluente do Vouga. Tem 60 k. de curso e é formado pelos rios Alfusqueiro e Agadão. Banha a villa de Agueda. Antes de entrar no Vouga fórma o lago chamado *Pateira de Fermentellos* Proximo de Agueda engrossa com as aguas do rio Certima. E' navegavel até á villa do mesmo nome. ‖ Rio, da prov. da Beira Baixa. Passa ao E. da freg. de Escalhão, conc. de Castello-Rodrigo. Desagua no rio Douro, no sitio de S. Martinho. ‖ *Jornaes.* — Em Agueda tem-se publicado os seguintes: *Aguedense (O),* 21, abril 1888, existia em 1889; *Brados,* 1887, pouco tempo durou; *Correio de Albergaria,* 14, março, 1901, em publicação; *Escola Popular,* 7, maio 1870 a 25, maio, 1871; *Fogo Vermelho (O),* 29 de dezembro, 1884 a 3, janeiro, 1885, teve dois 1.ºs numeros; *Folha Constituinte,* dezembro, 1884, e em 1889 ainda se publicava; *Jornal Constituinte,* outubro, 1889; *Petiz Buliçoso (O),* 8, fevereiro, 1885; *Rapioca (A),* 1, janeiro, 1896; *Reformador,* 3 janeiro, 1894; *Soberania do Povo,* 1, janeiro, 1879, em publicação; *Timbre (O),* 4, outubro, 1891 a 28, fevereiro, 1892; *Trinta Diabos (O),* 6, janeiro, 1886; *Roça (A),* 24, maio 1885; *Visicatorio (O),* 1, maio a outubro, 1864, o primeiro jornal publicado em Agueda. Publicou-se tambem em Agueda o numero unico: *Doze de Agosto,* de 1889.

Ponte da villa de Agueda

Agueda Vicente. Pov. da freg. de Sant'Anna da Serra, conc. de Ourique, distr. e bisp. de Beja.

Aguedo *(M. Nunes).* Nada se sabe a respeito d'este homem, que se julga ter fallecido alguns annos antes de 1860. Só se lhe conhece esta obra: *Methodo geral para a viola franceza, com principios de musica, escalas, arpejos e preludios para todos os tons, que ensinam a acompanhar o canto, etc.* Porto 1856.

Agueira. Pov. da freg. de Santa Maria de Es-

moriz, conc. e com. d'Ovar, distr. d'Aveiro, e bisp. do Porto. || Quinta da freg. e conc. de Penedono, distr. de Vizeu.

Agueiras. Pov. na freg. de Santa Marinha d'Annaes, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello, e arceb. de Braga.

Agueiro. Pov. na freg. de S. Thiago de Caldellas, conc. e com. d'Amares, distr. e arceb. de Braga. || Pov. da freg. de S. Miguel de Villarinho, conc. e com. de Santo Thyrso, distr. e bisp. do Porto. || Pov. na freg. de S. Christovam de Mafamude, conc. de Villa Nova de Gaya, distr. e bisp. do Porto. || Pov. da freg. de Paramos, conc. e com. da Feira, distr. d'Aveiro, bisp. do Porto. || Casal na freg. de Villarinho, conc. e com. de Santo Thyrso, distr. e bisp. do Porto. || Casal na freg. de Pias, conc. de Moura, distr. de Beja. || Sitio na freg. de Monte Redondo, conc. e com. d'Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga. || Pov. na freg. de Villa Cahiz, conc. e com. d'Amarante, distr. e bisp. do Porto.

Agueiros. Pov. da freg. de Santa Maria d'Avanca, conc. de Estarreja, distr. d'Aveiro, bisp. de Coimbra. || Pov. na freg. de Victorino dos Piães, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga. || Pov. na freg. de S. Pedro de Gondarem, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga. || Pov. na freg. de S. Paio de Merelim, conc. e distr. de Braga. || Casal na freg. de S. Jorge de Selho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga. || Habitação na freg. de Faia, conc. e com. de Cabeceiras de Basto, distr. e arceb. de Braga.

Aguella. Duas pov. nas freg. de Lage e Moure, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga. || Pov. na freg. de S. Thiago de Figueiró, conc. e com. d'Amarante, distr. e bisp. do Porto.

Aguellas. Pov. na freg. de Villa Boa de Quires, conc. e com. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Agueto. Pov. da freg. de Paranhos, conc. e distr. do Porto.

Aguia ou **Patifa.** Nau portugueza em que Francisco Barreto embarcou de Gôa para Portugal, em 1559. Fazia a carreira da India, e tornou-se celebre pelos muitos vendavaes com que luctou ao transportar aquelle governador da India, não conseguindo nunca dobrar o Cabo da Boa Esperança, tendo por duas vezes de arribar a Moçambique, onde se desfez, vendo-se Francisco Barreto obrigado a voltar para a India, n'um pequeno navio, que se lhe deparou; só tres annos mais tarde, depois de muitos trabalhos e de muitos perigos, é que alcançou regressar ao reino, onde já o consideravam morto. As occorrencias da viagem da nau *Aguia* tornaram-se lendarias na marinha d'então. O padre jesuita Manuel Barradas descreveu circumstanciadamente os episodios d'esta navegação, que veem publicados no 1.º tomo da «Historia tragico-maritima».

Aguia. Pov. na freg. e conc. de Campo Maior, distr. de Portalegre.

Aguião ou **Aguian.** Pov. e freg. da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello, bisp. de Braga. 462 alm. e 133 fog. Antigamente chamava-se *Guey Aguião*, que significava *Aguiares*. Foi vigariaria do abbade de Santa Eulalia, que apresentava alli o parocho. Na pov. ha uma torre que foi solar dos *Aguiares* e está situada no meio das casas da quinta de Aguião, cujos donos pagam ao dono da torre um foro annual. Tem a *casa da Aguian*, ou Torre de Aguião, sacrario na sua capella, e d'aqui se ministra o Santissimo Sacramento á freguezia. A casa é muito antiga e das mais nobres do Minho. Ha annos era senhor e representante d'esta casa o sr. Simão da Rocha e Brito. As armas dos Britos são, em campo de purpura, 9 lisonjas, em 3 palas, e em cada uma um leão de purpura. Timbre, um dos leões das armas, com uma lisonja de prata. As armas dos Rochas são, em campo de prata, uma aspa de purpura e sobre ella 5 vieiras de ouro, guarnecidas de azul. Timbre, a aspa das armas, com uma vieira no meio. Existe outro solar dos Aguiares em Aguiar de Traz-os-Montes. Aguião, em portuguez antigo, significa *Norte*. No norte do paiz usa-se a palavra *guiarra*, que quer dizer vento norte. || Pov. da freg. de S. Pedro da Portella, conc. e com. de Amares, distr. e arceb. de Braga.

Aguiar. Appellido de familia nobre e antiga de Portugal, cujo fundador foi Mendo Pires senhor do castello de Aguiar, no tempo de D. Affonso Henriques. Com allianças matrimoniaes veiu esta familia a entroncar em outras tambem distinctas. Tem por brazão: Uma aguia vermelha, aberta, e armada e de preto, em campo de ouro, e timbre outra aguia.

Aguiar (*D. Affonso de Portugal, marquez de*). N. em 1591; era filho de D. Luiz de Portugal e de D. Joanna de Mendonça. Seu pae pediu a exoneração de todos os cargos que exercia, para se entregar á vida monastica, tomando o habito de S. Domingos em S. Paulo d'Almada, com o nome de Fr. Domingos do Rosario, e, por este facto, D. Affonso de Portugal ficou sendo o 4.º conde de Vimioso, senhor d'esta villa e da de Aguiar, da capitania de Machico, e de todos os mais bens de que esta casa se compunha, para o que se obrigou ás dividas que n'ella havia, para que seu pae pudesse professar. Reclamou tambem o contracto, que o conde seu pae havia celebrado com a corôa, em que lhe satisfizeram todas as pretenções com uma vida mais no titulo de conde, e nas villas de Vimioso e d'Aguiar para o filho mais velho que ficasse do conde D. Affonso, como se vê d'um alvará feito em Lisboa, a 25 de junho de 1616, que D. Luiz de Portugal se viu obrigado a acceitar para acabar com as demoras e extraordinarias instancias com que os ministros trataram este negocio. Casou a 19 de novembro do referido anno de 1616, com D. Maria de Mendonça, filha dos marquezes de Castello Rodrigo. Figurou como procurador da nobreza nas côrtes celebradas por D. Filippe III, em 1619. Quando em 1625, os hollandezes occuparam a capital do Brazil, embarcou para alli, onde prestou os maiores serviços na causa da restauração d'aquella cidade. Regressando ao reino, acudiu em defeza do Algarve, ameaçado d'uma invasão. Em 1635, tambem partiu para Evora, quando alli se levantaram grandes tumultos, resultado de imposição de tributos. Em 1640, foi ainda elle quem proclamou, na mesma cidade, juntamente com o marquez de Ferreira, el-rei D. João IV, que o nomeou ministro, capitão general de todo o rei-

no, (commissão que não chegou a desempenhar), general na provincia do Alemtejo; e em attenção á sua lealdade nunca desmentida. o titulo de 1.º marquez de Aguiar, por carta régia feita em Evora, a 8 de setembro de 1643. Seu filho, D. Luiz, não herdou o titulo, sendo o 5.º conde Vimioso. O marquez d'Aguiar falleceu a 4 d'agosto de 1649, sendo sepultado em S. José de Ribamar. A casa do marquez, continuada na pessoa de seu filho D. Luiz, e depois na de seu filho D. Miguel, continuou a figurar com o titulo de condes de Vimioso e appellidos de Portugal, bem como os appellidos de outras familias a que se ligaram.

Aguiar *(Dr. Alberto Pereira Pinto)*. Actual lente da Escola Medico-Cirurgica do Porto, onde rege a cadeira de pathologia geral. Tem publicado varios relatorios e o catalogo do laboratorio Nobre, commum á escola medica e ao hospital de Santo Antonio na mesma cidade, e collaborado na importante *Encyclopedia Portugueza Illustrada*.

Aguiar *(Albino Pimenta de)*. Militar muito distincto; n. em Vianna do Castello, no fim do seculo XVIII. Os acontecimentos politicos de 1828, o obrigaram a emigrar para a Galliza, d'onde seguiu para França; era então capitão de cavallaria 12. Em França publicou um opusculo de algum interesse, onde se mencionam muitas informações curiosas ácerca dos acontecimentos que se deram desde 16 de maio de 1828 em favor da Carta Constitucional, até á chegada do vapor *Belfast*, e retirada das tropas para Hespanha. Este opusculo intitula-se: *Lembranças para a historia da Juncta do Porto*. Albino d'Aguiar falleceu em Montemór-o-Novo, a 4 de setembro de 1852, tendo o posto de major e o grau de cavalleiro da ordem militar de S. Bento d'Aviz.

Aguiar *(Alexandre de)*. Musico distinctissimo e cantor muito afamado; era nat. do Porto, e viveu no seculo XVI. A sua excellente voz e destreza com que tocava viola, alcançou-lhe o epitheto de *orpheu* entre os seus amigos e contemporaneos. Foi musico e cantor da capella real, no tempo do cardeal rei, D. Henrique, e de D. Filippe I, de Portugal. Teve uma morte desastrosa. Em 12 de dezembro de 1603, vindo de Madrid para Lisboa, em companhia de Francisco Correia da Silva, morreram ambos afogados, ao atravessar uma torrente entre Lobon e Talavera. Alexandre d'Aguiar era tambem compositor de merecimento; das suas composições tornou-se mais notavel as *Lamentações* que se cantaram por muitos annos nos officios da Semana Santa.

Aguiar *(André de)*. Capitão da caravella que, em 1508, ajudou D. Alvaro a derrotar os Rumes em Caxem, e a tomar a respectiva fortaleza. Depois, retirou-se para Ormuz, d'onde mais tarde devia seguir para a India.

Aguiar *(Antonio Augusto de)*. Lente de chimica na Escola Polytechnica e no Instituto Industrial de Lisboa; n. n'esta cidade, em 1838, onde tambem f. a 4 de setembro de 1887. Tendo apenas 17 annos, em 1855, matriculou-se nas aulas da Escola Polytechnica, fazendo com toda a distincção o curso das sciencias naturaes, e de chimica, para que manifestava decidida vocação. Sempre entregue aos seus estudos, passava os dias no laboratorio da escola, causando o maior espanto ao seu lente, José Alexandre Rodrigues, uma das capacidades que mais tem illustrado a Escola Polytechnica de Lisboa. Sendo jubilado em 1860 o visconde de Villa Maior, Julio Maximo d'Oliveira Pimentel, lente de chimica, José Alexandre Rodrigues, substituto, passou a ser proprietario d'aquella cadeira. Abriu-se concurso para o logar, que este distincto professor deixára vago, e Antonio Augusto d'Aguiar apresentou-se como candidato. O seu concurso foi brilhantissimo, e a 3 de janeiro 1861 recebia a nomeação de lente substituto da cadeira de chimica. Em 9 de novembro de 1864 foi provido tambem na cadeira de chimica do Instituto Industrial de Lisboa, vaga pelo fallecimento de Sebastião Betamio d'Almeida, e no anno seguinte, tendo 27 annos de edade, ficou sendo proprietario da sua cadeira de chimica na Escola Polytechnica, de que era substituto. A superioridade com que ensinava, o modo notavel e distincto por que regeu as cadeiras a seu cargo, tornou bem conhecido e considerado o abalisado professor, não só no paiz como no estrangeiro. Em 1872, D. Pedro II, imperador do Brazil, visitou Lisboa, e desejando conhecel-o, quiz assistir a uma das suas lições. Antonio Augusto d'Aguiar teve numerosas commissões; em 1866 foi encarregado de examinar, juntamente com o visconde de Villa Maior e João Ferreira Lapa, os principaes centros vinhateiros do paiz, e de estudar os processos principaes ahi seguidos; em 1874, de dirigir a exposição vinicola portugueza em Londres, etc. Em resultado d'estas commissões, fez umas conferencias publicas e importantissimas sobre vinhos, em 1875, no salão do theatro de D. Maria; essas conferencias fôram impressas. Em 1866, publicou, de collaboração com o seu collega da Escola Polytechnica, o dr. A. V. Lourenço, uns estudos sobre a synthese dos alcooes monoatomicos superiores, como são os alcooes nonylico, decylico, undecylico e bidecylico, que fôram obtidos partindo da acção do sodio sobre o valerato d'amyla. Só, e em collaboração com Lautemann e Al. Bayer, occupou-se cuidadosamente da formação dos compostos nitrados, e em particular dos derivados da naphtalina, um dos muitos carbonetos pyrogenados que existem no alcatrão de hulha ou coaltar, e já estudados por diversos chimicos. N'estes estudos, assumpto de um certo numero de memorias publicadas na imprensa scientifica, nacional e extrangeira, achou um grande numero de factos novos, alguns dos quaes são mencionados nos tratados modernos de chimica organica. Antonio Augusto de Aguiar, de collaboração com Al. Bayer, occupou-se tambem d'um novo dissolvente da indigotina, materia extrahida do anil, e que reconheceu ser a anila; da acção dos reductores sobre o tanino, etc. O distincto chimico, que se dera a trabalhos de investigação, conhecia perfeitamente as lacunas do ensino portuguez, e trabalhou muito para lhe dar a verdadeira e fecunda orientação. Como director do Laboratorio do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa, procurou regular o trabalho dos alumnos, estabelecendo verdadeiros cursos praticos. A ideia d'esta reforma era «organisar o laboratorio do Instituto segundo o plano dos melhores laboratorios da Allemanha, e em circumstancias de poder habilitar nas manifestações de chimica, não só a mocidade estu-

diosa de qualquer escola do reino, mas principalmente os industriaes e artistas que, não carecendo de estudos tão desenvolvidos, quizessem alcançar conhecimentos praticos nas variadissimas applicações d'esta sciencia.» Os estatutos do laboratorio de chimica pratica do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa, teem a data de 1 de julho de 1872. Antonio Augusto d'Aguiar, juntamente com o visconde de Villa Maior, então reitor da Universidade, e João Ignacio Ferreira Lapa, fôram enviados pelo governo á exposição de Paris, em 1878. Foi nomeado no anno seguinte, 1879, commissario régio da India, para pôr em execução o tratado luso-britannico de 26 de dezembro de 1878; em 1880, fez parte d'uma commissão encarregada de formular um projecto de reforma financeira na India portugueza; em 1881, trabalhou activamente no inquerito ás industrias do paiz; em 1882, foi nomeado presidente da commissão anti-phyloxerica do districto de Lisboa. Entrou na politica em 1875, e em outubro de 1879 era deputado, e em 1884, par do reino. Acompanhou o principe herdeiro, hoje el-rei D. Carlos, n'uma viagem de instrucção pela Europa; estando em Paris, foi chamado a Lisboa, e instado para faze parte d'um ministerio presidido pelo graude estadista Fontes Pereira de Mello, em que acceitou a pasta das Obras Publicas. Então dedicou-se ao ensino industrial, abrindo concursos para operarios que iam ao extrangeiro aperfeiçoar-se nas fabricas, creando as escolas e os museus industriaes, estabelecendo escolas de desenho profissional, reformando por completo o Iustituto Industrial e Commercial de Lisboa, e promovendo uma exposição agricolo-industrial. Deu grande impulso aos estudos para o melhoramento do porto de Lisboa, mas, sendo rejeitado o seu plano pela politica, demittiu-se. Além de muitos artigos scientificos publicados no *Jornal de sciencias physicas e naturaes,* da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e no *Berichte deuts. Chem. Gee Uschaftin Berlin,* e em outros, tem em volumes: *Visita ás principaes comarcas vinhateiras do centro do reino,* 1866-1867; e 1867-1868; *Balsas dansantes,* 1867; *Memoria sobre a synthese dos alcooes monoatomicos,* 1867; *Carta ao distincto professor Ferreira Lapa,* ácerca do processo das Balsas dansantes, 1869; *Memoria sobre as naphtalinas nitradas e suas differentes modificações isomericas,* 1869-1870, 1872-1873; *Memoria sobre as bases polyatomicas,* 1869; *Memoria sobre a naphtazarina e o trioxynaphtoquione,* 1873; *Memoria sobre as bases diatomicas isomericas: diamidonaphtalina,* 1874; *Breve noticia sobre os granulos chinezes anti-cholericos; o Livro do Lavrador,* 1868; *Duas palavras sobre a constituição da combinação azoica derivada da diamidonaphtalina; Novos factos para a historia dos compostos nitratos da naphtalina. Acidos nitrophtalicos; Nota sobre a formação dos corpos nitrados; Novo dissolvente da indigotina.* Aguiar era socio effectivo da Academia Real das Sciencias, desde 12 de março de 1868; socio honorario da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, da Sociedade Pharmaceutica Lusitana e da Associação Commercial de Lisboa, presidente da Associação Promotora da Industria Fabril e do Gremio Lusitano, vogal do conselho fiscal da Companhia Real Promotora d'Agricultura Portugueza, presidente da Sociedade de Geographia de Lisboa, vogal do conselho superior das Alfandegas, e grão-mestre da maçonaria portugueza. Tambem era membro da Sociedade Chimica de Paris, de Berlin, e do Instituto Agricola de Valencia. Antonio Augusto d'Aguiar era um dos homens politicos mais populares; a sua morte causou a maior consternação.

Antonio Augusto de Aguiar

Aguiar *(Antonio Francisco de).* Official portuguez, pertencente á arma de cavallaria, cujos postos seguiu até ao de coronel; n. em Lisboa, a 3 de dezembro de 1824, f. depois do anno de 1891. Sendo ainda 1.º sargento de lanceiros, publicou em 1858, um livro intitulado: *Reportorio das ordens publicadas ao exercito de 1851 a 1857;* tem 168 paginas, e mais 24 innumeradas, contendo varias tabellas e modelos.

Aguiar *(Antonio José Gomes de).* Monteiro-mór do termo d'Aguiar da Beira. Tinha por armas um escudo esquartelado, em cujo primeiro quartel se viam as armas dos Aguiares, no segundo as dos Gonçalves, no terceiro as dos Antunes, e no quarto as dos Guerras, o que indica estarem entroncadas na sua arvore genealogica estas quatro familias. O brazão é de 13 de outubro de 1879.

Aguiar *(Antonio Pinto de Magalhães).* Lente da Academia Polytechnica do Porto; n. em Santa Eulalia de Constancia, no conc. de Marco de Canavezes, a 23 de junho de 1834, e f. no Porto, a 15 de junho de 1881. Matriculou-se na Univers. de Coimbra, obtendo o grau de bacharel na faculdade de Philosophia e o de doutor na de Mathematica em 1858, sendo pouco tempo depois nomeado ajudante do observatorio astronomico de Coimbra. Em 1860 entrou como lente substituto da secção de mathematica para a Academia Polytechnica do Porto, e em 1869 foi promovido a lente proprietario da cadeira de mechanica, regendo depois a 5.ª cadeira, que comprehende astronomia e geodesia. Na legislatura que começou a 2 de janeiro de 1865, deu entrada pela 1.ª vez na camara dos deputados; representando, depois repetidas vezes, o circulo de Marco de Canavezes; em 1881, por carta régia de 7 de janeiro, foi eleito par do reino. Tambem foi presidente na camara municipal do Porto, desde o anno de 1878.

Aguiar *(D. Benta de).* Freira do mosteiro de Coz, nos Coutos d'Alcobaça. Ainda muito nova revelou uma certa abnegação por todas as pompas e alegrias mundanas, a que tinha direito, por pertencer a familia nobre e abastada. Resolveu-se a encerrar-se na clausura, e as suas grandes virtudes a elevaram á dignidade de abbadessa, tendo apenas 27 annos de edade, por iniciativa de D. João III e a instancias dos prelados. O cardeal D. Henrique consagrava-lhe muito respeito e veneração, e, quando D. Sebastião partiu para

Africa, o cardeal pediu-lhe que rezasse pelo bom exito d'aquella empreza, que tão desastrosa se tornou. D. Benta d'Aguiar falleceu com a fama de santa, no mesmo convento onde se enclausurára.

Aguiar *(Branca d')*. Filha do genovez Antonio de Noli, capitão da ilha de S. Thiago, por elle descoberta. Por carta de 8 de abril de 1497, datada de Evora, doou D. Manuel a capitania da parte da Ribeira Grande da mesma ilha para Jorge Correia, quando casasse com Branca d'Aguiar.

Aguiar *(Braz Luiz do Couto)*. Tinha por armas (brazão de 7 de março de 1732) um escudo partido em pala: na primeira as armas dos Aguiares, em campo de ouro uma aguia rompante vermelha armada de preto, na segunda as armas dos Coutos, em campo vermelho, uma torre de ouro coberta e lavrada de preto sobre ondas azues e prata, elmo de prata aberto, guarnecido de ouro, paquife dos metaes, e cores das armas. Timbre o dos Aguiares, que é a mesma aguia das armas, e por differença uma brica de prata, com um trifolio preto.

Aguiar *(D. Brites de)*. Senhora muito distincta pela sua nobreza, filha de Gil de Prado, e casada com D. Luiz de Mascarenhas, que serviu na India.

Aguiar *(Chrispim Xavier de Faria e)*. Tinha por armas (brazão de 27 d'outubro de 1786) um escudo partido em pala; na primeira as armas dos Farias, e na segunda as dos Aguiares.

Aguiar *(Damião de)*. N. em Evora, a 14 de abril de 1535; formado em direito civil na Univers. de Coimbra, e vereador do senado de Lisboa. Em 1580 foi um dos portuguezes degenerados, que se tornaram traidores á patria, trabalhando para a entrega do reino ao poder de Castella. Foi elle quem pronunciou a oração gratulatoria na acclamação de D. Filippe II de Hespanha, como rei de Portugal, que se realisou em 16 d'abril de 1581. Foi tambem Damião d'Aguiar quem pronunciou o discurso no seguinte dia 20, quando se fez o auto da acclamação nas côrtes de Thomar; foi ainda elle quem proferiu a oração correspondente ao juramento de D. Diogo, filho d'el-rei D. Filippe, como herdeiro da corôa. Estes tres discursos estão incorporados nos *Instrumentos e escripturas dos autos das côrtes de Thomar*, publicados em 1584. A politica que seguira, a que prestava os seus muitos recursos intellectuaes, alcançou-lhe posições mais elevadas, e honrarias mais arrojadas, como a de commendador da Ordem de Christo, desembargador da Casa da Supplicação; foi elevado aos mais altos cargos da magistratura portugueza, aos mais altos cargos do reino. Passou depois para o Desembargo do paço, e a chanceller-mór do reino, cargo que occupava quando falleceu, a 27 de julho de 1618.

Aguiar *(Diogo de)*. Tinha por armas (brazão de 9 de dezembro de 1510) um escudo de ouro, e uma aguia aberta e vermelha no meio do escudo, com os pés e bico preto, e a lingua vermelha.

Aguiar *(Dyonizio Teixeira de)*. Familiar do Santo Officio, que viveu no seculo XVIII. Nada mais se sabe da sua vida, senão que foi escriptor, publicando uma obra intitulada: *Relação verdadeira da apparição de Christo Senhor nosso no Campo de Ourique ao sancto rei D. Affonso Henriques, e da batalha que venceu cinco reis e quatrocentos mil mouros*. Lisboa, 1753, e outra edição, em 1757.

Aguiar *(Fr. Fernando de)*. Abbade do convento d'Alcobaça; n. na Villa d'Aguiar, bisp. de Vizeu, no seculo XV. Escreveu uma obra intitulada: *Flos Sanctorum do mosteiro de Alcobaça trasladado de antiquissimos originaes*, no anno de 1431.

Aguiar *(Filippe de)*. Illustre cavalleiro portuguez do seculo XVI, que em 1525, acompanhou Jorge d'Albuquerque nos seus heroicos feitos de Malaca, e n'outras partes da Asia, especialmente n'aquelle celebre combate em que Jorge d'Albuquerque expulsou de Malaca uma companhia de corsarios commandados por Laquexemena, os quaes entrando na cidade repentinamente n'um domingo de manhã, roubando e matando, puzeram toda a povoação em alarme; Jorge d'Albuquerque e Manuel de Souza trataram de se armar a toda a pressa, e entraram em batalha, auxiliados por Garcia Chaymbo, que acudiu com 80 homens, entre os quaes se contavam Nicolau de Sá, Filippe d'Aguiar, Ruy Lobo, Francisco Bocarro, Simão Mendes, Gaspar Velho. Os corsarios ficaram derrotados, sendo o proprio Laquexemena gravemente ferido.

Aguiar *(Gonçalo Annes de)*. Representava uma familia muito nobre dos primeiros tempos da monarchia. Era senhor d'Aguiar. Casou com uma filha de D. Pedro Annes de Menezes e de D. Urraca Fernandes de Lima, bisneta do conde D. Henrique.

Aguiar *(Isabel de)*. Freira do mosteiro de S. Bento, em Evora. Muito respeitada pelas suas virtudes, entre as quaes resplandecia a da resignação e conformidade, durante a prolongada e dolorosissima doença a que succumbiu.

Aguiar *(João Affonso de)*. Portuguez do seculo XV; foi provedor d'Evora; casou uma neta, D. Isabel de Mello, com D. Fernando de Faro, filho dos duques de Bragança. Teve um filho do mesmo nome, que tambem foi provedor em Evora.

Aguiar *(João de)*. Companheiro de Duarte Pacheco, Duarte Ferreira, Diogo de Castro, Alvaro Botelho, João de Freitas, Lopo Cabral, e outros capitães illustres, que militaram na Asia, em 1504. Distinguiram-se principalmente nas continuas guerras no reino de Cochim. Em Cangranor tambem se tornou notavel João d'Aguiar, sendo capitão-mór da armada de Lopo Soares.

Aguiar *(João de)*. Cirurgião portuguez do seculo XVII; n. em S. Thiago de Folhadella, em 1639, f. em 1702. Escreveu alguns tratados de cirurgia.

Aguiar *(João José de)*. Notavel esculptor; n. em Bellas. Estudou na aula do Castello, estabelecida pelo intendente Pina Manique. Em 1785 partiu para Roma, como pensionario para a Casa Pia d'aquella cidade, com Joaquim Fortunato das Neves, architecto, e José Alves d'Oliveira, pintor. Estudou com o professor Canova, e regressando em 1798, a Lisboa, foi nomeado esculptor do Arsenal do Exercito, onde executou em bronze uma banqueta para Mafra. Em 1805 substituiu Joaquim Machado de Castro na aula de esculptura. João José d'Aguiar é auctor d'algumas das estatuas que existem no atrio do palacio d'Ajuda, executadas pelos annos proximos a 1820. Entre estas estatuas distingue-se a do *Annuncio Bom*,

composição em que imitou o Apollo de Belvedere, uma estatua de D. João VI, o monumento de D. Maria I, que se compõe da estatua da rainha e das figuras da Europa, Asia, Africa e America, que actualmente estão collocadas na Avenida da Liberdade, n'esta capital. Esse monumento foi feito em Roma, e ha supposições de que João José d'Aguiar fôsse ajudado pelo proprio Canova. Quando se organisou o pessoal para a Academia das Bellas Artes, foi-lhe offerecido o logar de professor proprietario de esculptura, que elle não acceitou. João José d'Aguiar morreu de repente; vivia sempre só, muito misanthropo, sem ter relações com pessoa alguma.

Aguiar *(João Leite de)*. Desembargador da Relação do Porto e da Casa da Supplicação, deputado da mesa da Consciencia e Ordens; n. em Lisboa, onde tambem f. a 16 de novembro de 1667. Era formado em theologia na Universidade de Coimbra.

Aguiar *(João de Souza)*. Tinha por armas (brazão de 30 de março de 1832) escudo esquartelado; no primeiro e quarto quarteis as armas dos Souzas, no segundo as dos Pintos, e no terceiro as dos Guedes.

Aguiar *(Joaquim Antonio de)*. Estadista portuguez. N. em Coimbra, a 24 d'agosto de 1792, f. a 26 de maio de 1884. Era filho do cirurgião Xavier Antonio de Aguiar e de D. Thereza Angelica d'Aguiar. Seguiu os estudos universitarios e foi lente de Leis. Não herdou bens de fortuna, nem titulos nobiliarios, porque seus paes eram de condição humilde; recebeu, porém, uma educação esmerada e a cultura do seu elevado espirito, que lhe grangearam nome e posição, que tanto o nobilitou e enriqueceu, tornando-se uma gloria da patria que o viu nascer. Quando se habilitava com os preparatorios para se matricular na Universidade, uma grande desgraça veiu ameaçar o paiz; os exercitos de Napoleão invadiam Portugal, e Antonio Joaquim d'Aguiar, verdadeiro portuguez e valoroso defensor da sua patria, abandonou os estudos para se alistar no batalhão academico, que pela primeira vez se organisava em Coimbra, sendo acompanhado por muitos escolares, alguns dos quaes, mais tarde, se tornaram celebres. Terminando a guerra com os francezes e assegurando-se a independencia nacional, o joven estudante matriculou-se na faculdade de Leis, concluindo o curso com a maior distincção, sendo approvado unanimemente em todos os actos e premiado nos ultimos annos; no fim da formatura obteve uma das classificações mais distinctas e honrosas que a Universidade costuma conferir aos seus alumnos. Joaquim Antonio d'Aguiar desejou seguir a carreira da magistratura, mas sobrevieram tantos obstaculos, que desistiu d'essa idéia, resolvendo a dedicar-se ao magisterio. Doutorou-se, então, em 1815, e logo no anno seguinte ficou habilitado como oppositor ás cadeiras da faculdade de Direito, pelo voto unanime de toda a congregação universitaria. Começou a exercer as funcções de oppositor e as de fiscal da Fazenda, conservador da Universidade, de que juntamente fôra incumbido. A maneira franca como o dr. Aguiar revelava as suas idéas liberaes, os seus elevados merecimentos, a superioridade do seu talento, acarretaram-lhe inimigos e invejosos, forjando intrigas e opposições a que Joaquim Antonio de Aguiar não succumbiu, porque os espiritos fortes sempre resistem. Essas intrigas, comtudo, conseguiram que elle fôsse preterido, com a maior injustiça, no provimento das collegiaturas dos collegios de S. Pedro e S. Paulo da mesma Universidade, a favor de outros de muito menos merito. O nome de Joaquim Antonio d'Aguiar era já repetido com verdadeiro applauso por todos os homens importantes do paiz, e aquella injustiça não foi desconhecida nem indifferente ás côrtes geraes e extraordinarias da nação; a affronta teve uma reparação dignissima; uma ordem positiva mandou admittil-o no collegio de S. Pedro, sem mais formalidades, o que suscitou ainda acalorada discussão nas mesmas côrtes, sem comtudo se deixar de cumprir aquella ordem. O restabelecimento do governo miguelista, em 1823, afervorou-lhe os brios, ao mesmo tempo que estimulou e deu vantagem aos seus inimigos. Aguiar publicara em setembro de 1822 um folheto, que era o protesto do homem altamente liberal. Sendo mandado sahir do collegio de S. Pedro, por decreto de 8 de novembro de 1823, teve de abandonar o magisterio e refugiar-se no Porto, como aconteceu a muitos homens do seu tempo. Com as suas idéas liberaes tão publicamente manifestadas, só lhe restava emigrar, ou deixar-se matar ingloriamente. Começaram então os grandes soffrimentos politicos do distincto doutor. Em 1826, sendo proclamado o governo de D. Pedro IV, voltou a Coimbra, e em abril foi nomeado lente substituto da faculdade de Leis com exercicio na cadeira analytica de Direito patrio; n'esse mesmo anno foi eleito deputado ás côrtes pela provincia da Beira, tomando assento na camara até 13 de março de 1828, adquirindo logo creditos de parlamentar de primeira ordem, concorrendo com as suas doutrinas para a fructificação dos principios liberaes mais avançados, da monarchia constitucional e representativa, assegurando o estabelecimento da Carta Constitucional. Em 1828 o infante D. Miguel dissolveu a camara. O dr. Aguiar, voltando a Coimbra, teve logo a intimação do conservador da Universidade, e por ordem do governo, de sahir d'aquella cidade no praso de 24 horas, para Taboaço. O doutor achou mais prudente recolher-se no Porto, onde acharia asylo seguro; chegando áquella cidade, viu-se obrigado a emigrar para Londres. No entretanto, era processado em Portugal, como rebelde, e banido para sempre da Universidade. Na emigração, não esfriou o seu enthusiasmo, nem aquelle espirito verdadeiramente nobre e patriotico esteve ocioso; foi um dos que mais auxiliaram o marquez de Palmella para se reivindicar a Carta Constitucional e o throno da rainha D. Maria II. Quando Saldanha organisou a famosa expedição

Joaquim Antonio de Aguiar

á ilha Terceira, o dr. Aguiar foi um dos primeiros a alistar-se, e que assignou o respectivo protesto contra as hostilidades da esquadra ingleza, que não os deixava abordar áquelle porto. Esta primeira expedição recolheu-se a Brest, mas depressa se organisou outra expedição que teve melhor resultado, desembarcando na ilha Terceira, da qual fazia parte Joaquim Antonio de Aguiar como soldado no corpo dos voluntarios, passando depois para o corpo academico que estava em Angra. A expedição seguiu para S. Miguel, e d'ahi para Portugal, desembarcando todos aquelles bravos na praia do Mindello, em 8 de julho de 1832, entrando no Porto no dia seguinte. Eram 7:500 legionarios commandados por D. Pedro IV, entre os quaes vinham tambem alguns dos homens notaveis da revolução de 1820. No Porto foi nomeado juiz do tribunal de guerra e de justiça, membro da commissão encarregada de elaborar os codigos penal e commercial, e procurador geral da corôa, logar que veiu exercer em Lisboa, logo que a capital foi restaurada, passando pouco depois para o de conselheiro do tribunal de justiça. Em 15 d'outubro de 1833 foi pela primeira vez chamado aos conselhos da corôa, para o cargo de ministro do reino, e em 23 d'abril de 1834 para o de ministro da justiça, cargo que exerceu até á morte de D. Pedro IV. Então pôz em relevo todas as suas brilhantes qualidades como estadista. Entre as medidas que decretou, aconselhadas pelas circumstancias, e instantemente reclamadas pela opinião publica, avultam as que reorganisaram os municipios e extinguiram as ordens religiosas, mandando incorporar os seus bens na Fazenda Nacional. Esta medida energica valeu-lhe a alcunha de *Mata frades*. Até 20 d'abril de 1836, em que novamente entrou no ministerio, foi deputado pelas provincias da Extremadura, Douro, Alemtejo e Beira Alta. A pasta de que se encarregou então, foi a da justiça. Os acontecimentos de 9 de setembro d'esse anno obrigaram o ministerio a demittir-se. Não querendo acceitar a mudança realisada na lei fundamental do paiz, resignou com notavel abnegação o logar de conselheiro do supremo tribunal de justiça. Só mais tarde, sendo jurada pela rainha e pela nação, a constituição de 1838, continuou a ser fiel aos seus principios e ao throno, tomando assento na camara como deputado por Coimbra, Lamego, e Villa Real, sendo reintegrado no supremo tribunal de justiça, pela lei de 28 d'agosto de 1840. Foi novamente ministro e presidente do conselho, encarregando-se da pasta do reino, em 9 de julho de 1841, conservando-se n'aquelles logares até 7 de fevereiro de 1842, época em que o ministerio se demittiu, pela restauração da Carta Constitucional. N'esse mesmo anno sahiu deputado pela Extremadura e Alemtejo, tomando então uma parte muito activa na politica da opposição. A 19 de julho de 1846, Joaquim Antonio d'Aguir tornou ao poder, com a situação liberal do duque de Palmella, sendo-lhe confiada a pasta da justiça. Este ministerio teve curta duração, terminou a 6 d'outubro seguinte; comtudo, apesar da perspectiva da revolução, que ficou conhecida pela *Maria da Fonte*, decretou medidas de muito alcance, entre as quaes se encontra a da reforma eleitoral, garantindo todas as liberdades do voto e punindo todas as corrupções que contra ella fôssem intentadas. Esta revolução fez com que Joaquim Antonio d'Aguiar fôsse novamente exonerado do cargo de conselheiro do supremo tribunal de justiça. Terminada a revolução, tornou a ser reintegrado n'aquelle logar. Triumphando a *Regeneração* em 1851, conservou-se fóra dos ministerios, mas continuou sempre recebendo todas as provas de consideração. Em carta régia de 3 de janeiro de 1852, foi elevado a par do reino, sendo então deputado por Coimbra; a 9 de novembro de 1854, teve a nomeação de provedor da Santa Casa da Misericordia de Lisboa, onde prestou grandes serviços. Em 1 de maio de 1860 foi chamado á presidencia do conselho; este ministerio durou até 4 de julho do mesmo anno. A 4 de setembro de 1865 tornou a subir ao poder, pela ultima vez, conservando-se o ministerio até 4 de janeiro de 1866, ao movimento da *janeirinha*. Joaquim Antonio d'Aguiar foi sempre de habitos simples, recusando titulos e mercês com que pretenderam honral-o por diversas vezes, não usando nunca as gran-cruzes e condecorações concedidas pelos governos extrangeiros. Falleceu na sua quinta do Ramiro, proximo de Lisboa. O seu cadaver foi transportado para Coimbra em 10 de dezembro de 1875, sendo sepultado no cemiterio da Conchada, em modesta sepultura.

Aguiar *(Joaquim Nunes de)*. Nat. da ilha da Madeira. Foi engenheiro civil de muito merecimento. Começou os seus estudos em Lisboa, indo completar o curso de engenharia a França, d'onde voltou gosando da maior consideração. Desejoso de encetar a sua carreira na terra que o vira nascer, conseguiu que os seus primeiros trabalhos publicos fôssem desempenhados nas obras publicas como engenheiro da camara municipal do Funchal, desde março de 1849 até fevereiro de 1850. Em 1852 foi chamado ao continente para serviço nas obras do caminho de ferro do norte; em outubro de 1853 esteve ao serviço do ministerio do reino, na praia da Nazareth, sendo nomeado no anno immediato, fiscal do caminho de ferro de Leste, pela portaria de 5 de janeiro de 1854. E em portaria de 3 d'outubro d'esse mesmo anno foi incumbido de fazer o traçado do caminho de ferro de leste desde Santarem até á fronteira de Hespanha. Em 16 de março de 1857 teve o encargo de fazer um reconhecimento da valla do Tejo em Portugal e Hespanha; estes serviços renderam-lhe a nomeação de membro do conselho de obras publicas, que recebeu em 3 de setembro do mesmo anno. E em portaria, passada no referido mez e anno, foi auctorisado a fazer as estradas do caminho do Porto a Vigo. Em 4 de setembro de 1858 assumia a direcção das obras publicas dos districtos do Porto, Braga e Vianna do Castello, passando em seguida a ser investido no cargo de director geral dos caminhos de ferro de leste, e fiscal dos do norte; em 8 de agosto de 1863 foi-lhe concedida a fiscalisação das obras publicas para o abastecimento das aguas de Lisboa, sendo depois incumbido da direcção das mesma obras, por portaria de 30 d'agosto de 1864. Em 17 de julho de 1865 fez parte da 3.ª secção da commissão central portugueza da exposição de Paris, que se devia realisar em 1867. Pela portaria de 9 de julho de 1866 foi encarregado de examinar os diversos systemas de distribuição de aguas em differentes paizes, que visitou no de-

sempenho d'esta commissão. Tendo adquirido a categoria de engenheiro chefe de 1.ª classe no corpo de engenharia civil, e tendo este sido extincto por decreto de 30 d'outubro de 1868, passou a ficar na inactividade, tendo previamente pedido licença para passar ao serviço da companhia das aguas, o que lhe fôra concedido por despacho de 30 d'abril de 1868. O decreto de 19 de janeiro de 1869 dá-lhe a graduação de capitão. Na portaria de 19 d'outubro de 1870, foi nomeado ainda director de fiscalisação do caminho de ferro de Leste e Norte, e na de 5 de dezembro de 1871, para fazer parte d'uma commissão encarregada de inspeccionar a ponte sobre o Tejo. Sentindo-se depois impossibilitado de continuar com os seus trabalhos, pediu para se retirar para a terra onde nascera. Partiu então para a Madeira, fallecendo a 14 de novembro de 1872.

Aguiar *(Jorge de)*. Contemporaneo de Affonso d'Albuquerque. N. em Lisboa, não se sabe a data; era filho de Pedro d'Aguiar e de Mecia de Sequeira, que foi ama da princeza D. Joanna, filha de D. Affonso V. Foi capitão-mór da armada, que em 1508 partiu de Lisboa para a India, e que se compunha das naus S. João, Carvalha, Gallega, Botafogo, Santa Martha, Magdalena, Ribalta e Leonarda; Jorge d'Aguiar commandava a nau S. João, e as outras eram do commando de Vasco de Carvalho, Ruy da Cunha, João Rodrigues Pereira, Alvaro Barreto, Tristão da Silva, Gonçalo Mendes Çacoto e Francisco Pereira Pestana. Segundo as ordens de D. Manuel, Jorge d'Aguiar destinava-se a ir como capitão-mór para Guarda-Fui, emquanto Affonso d'Albuquerque não terminasse o seu governo da India, devendo depois substituil-o. Tendo chegado a armada ás alturas das ilhas Tristão da Cunha, os pilotos advertiram que era muito arriscado proseguir immediatamente na derrota. Jorge d'Aguiar não attendeu áquelle aviso, e o resultado foi a nau ser absorvida pelas ondas, e morrer toda a guarnição. Os outros capitães não perderam o animo, continuaram a viagem, chegando a Moçambique um a um, e Duarte de Lemos, sobrinho de Jorge d'Aguiar, e que tambem fazia parte da guarnição d'uma das naus, foi investir a Francisco Peres da capitania de Quíloa e a Pero Ferreira da de Socotorá, e seguindo depois a marcha até ao ultimo destino, com que tinham largado a patria, chegaram á India. Jorge d'Aguiar, além de figurar na historia como capitão valoroso e arrojado, tambem é conhecido como poeta, achando-se colleccionadas muitas das suas trovas no Cancioneiro de Rezende. Casou com D. Violante de Vasconcellos, senhora muito illustre; foi alcaide-mór de Monforte, e cavalleiro da Ordem de Torre e Espada.

Aguiar *(Jorge de)*. Companheiro de Duarte Pacheco, Duarte Ferreira, Diogo de Castro, Alvaro Botelho, João de Freitas, Lopo Cabral e outros capitães valorosos que tanto se distinguiram em Cochim e Congranor.

Aguiar *(Fr. José de)*. Religioso carmelita, n. de Lisboa; professou no convento do Carmo, de Lisboa, em 1690. Foi mestre de theologia e confessor das freiras carmelitas de Beja, logar que começou a exercer em 1727. F. n'esta cidade, a 2 de junho de 1733. Deixou algumas composições poeticas em latim e portuguez.

Aguiar *(José Antonio de)*. Lente da Academia Polytechnica do Porto; n. n'esta cidade, a 13 de novembro de 1812, f. a 5 de janeiro de 1850. Era filho de Antonio José d'Aguiar e de D. Maria do Céo. Ainda não contava 2 annos quando falleceu seu pae; sua mãe desposou então em segundas nupcias a Ambrosio Faustino d'Andrade, dono d'uma pharmacia no Porto. José Antonio d'Aguiar encontrou em seu padrasto o carinho e os cuidados d'um verdadeiro pae. Aos 15 annos já Aguiar fazia exame de grammatica latina, em Coimbra, a 30 julho de 1827, ficando plenamente approvado. Começou a guerra civil, e o padrasto, sendo perseguido por seguir o partido constitucional, fugiu da cidade do Porto, permanecendo no exilio durante todo o tempo que durou aquella guerra. José Antonio d'Aguiar, apesar da sua curta edade viu-se obrigado a dirigir a pharmacia, trabalhando para que nada soffresse durante a ausencia do padrasto, prejudicando os seus estudos a que não podia entregar-se devidamente, conforme desejava. Ainda assim aproveitava algumas horas de que podia dispôr, e conseguiu fazer exame de pharmacia, em 21 d'abril de 1831, ficando approvado. Quando as tropas liberaes entraram no Porto, todos os rapazes d'aquella cidade pegaram em armas contra o exercito miguelista, e Aguiar alistou-se em 2 de fevereiro de 1833, no batalhão dos empregados publicos. Terminada a lucta, Ambrosio d'Andrade foi restituido á sua familia, e então, podendo já livremente seguir os estudos, Aguiar matriculou-se em 1834, tendo 22 annos, na Academia de Marinha e Commercio, fazendo no anno seguinte, exame de inglez depois d'um curso brilhante, em que alcançou honrosas distincções, e 2 premios pecuniarios de 40$000 réis cada um. Aguiar matriculou-se nas aulas de manobra e apparelho naval, 3.º anno de mathematica, 1.º, de commercio, agricultura, botanica e veterinaria, na Academia Polytechnica que se creara em substituição da Academia de Marinha e Commercio. Em 1837 foi-lhe conferido novo premio pecuniario nas aulas de botanica, agricultura e veterinaria. De triumpho em triumpho, porque os seus exames causavam profunda admiração, Aguiar terminou os estudos, e em 11 d'agosto de 1838, o corpo cathedratico do conselho da Academia Polytechnicá declarou que era elle o mais competente para demonstrador do laboratorio chimico, e o estabelecimento lucraria immenso com a sua nomeação para tão laborioso cargo. Em 21 d'agosto de 1839, obteve o logar de lente substituto das aulas da Academia Polytechnica do Porto, continuando sempre a frequentar as aulas de physica e zoologia no anno de 1839 a 1840. Dez annos exerceu o magisterio, tornando-se sempre credor dos maiores elogios e considerações. A physica, chimica, botanica e zoologia, eram as sciencias, que lhe mereciam maior attenção, e especialmente a chimica, em que pelo mais profundo estudo, se tornou perfeito conhecedor dos seus segredos. José Antonio d'Aguiar foi fundador e assiduo collaborador do *Industrial Portuense*, publicado em 1845 e 1846, em que escreveu muitos artigos sobre sciencias, tratados de fórma, que todos os artistas pudessem lêl-os e comprehendel-os. Sendo-lhe familiares os trabalhos de *daguerreotypo, galvanismo e electricidade,* tambem publicou a este respeito varios artigos. Em testamento legou á Academia a excellente machina electrica de que fazia uso nos seus estudos, e que servia em muitas occasiões, nas au

las publicas de physica e chimica. A sua morte foi muito sentida.

Aguiar *(José Maria Pacheco de)*. Frade agostinho muito considerado e respeitado. N. em 1803, na freguezia de Santo Antonio do Porto Judeu, na ilha Terceira. Logo em creança manifestou grande vocação para a vida ecclesiastica. Professou no convento da *Graça,* de Angra, e protegido pelo prelado, que lhe reconhecia propensão para as boas letras, foi em 1826 para o collegio dos eremitas calçados de S. Agostinho, em Coimbra, onde continuou os estudos para se habilitar ao magisterio. Por motivo de doença, vendo-se obrigado a mudar de localidade, interrompeu os estudos, e partiu para o collegio Populo da mesma ordem, de Braga, terminando ahi o curso de preparatorios e theologia, sendo em seguida empregado na regencia das cadeiras de theologia dogmatico-moral, estabelecidas no mesmo collegio, para a instrucção do clero do arcebispado. Esteve n'essa commissão até que se extinguiram as ordens religiosas, em 1834. Então continuou, no Porto, a dedicar-se ao ensino das disciplinas preparatorias, emquanto lh'o permittiu a sua debil saude, pois repetidas vezes tinha de sahir da cidade, para procurar ares de campo. Em 1847, em virtude d'um concurso, recebeu a apresentação do priorado d'Agueda, onde se distinguiu durante a epidemia do cholera-morbus, com sacrificio e abnegação; offereceram-lhe um canonicato na sé de Coimbra, que recusou. Em 1854, o seu prelado encarregou-o da regencia d'uma das cadeiras de sciencias ecclesiasticas; e onde se conservou até que foi transferido, em 1862, para o seminario d'Angra, dando-lhe um canonicato na mesma sé. F. n'esta cidade, a 31 de julho de 1876. Escreveu: *Periodos da historia portugueza antiga e moderna. Primeira parte. Historia antiga.* Porto, 1841; *Segunda parte. Historia moderna.* Porto, 1842; *Elementos de metaphysica, segundo Genuense. Segunda edição mais correcta.* Porto, 1849.—Innocencio diz que não sabe quando sahiu a 1.ª edição; *Cartilha da doutrina christã, extrahida das melhores obras que tratam d'esta materia, principalmente de cathecismo explicado por D. Santiago José Garcia Mazo, e traduzido pelo sr. D. José de Urcullu. E' offerecido aos seus freguezes por um parocho do bispado de Aveiro.* Porto, 1849. Teve diversas edições. Estas obras sahiram sem o nome do auctor.

Aguiar *(Manuel Caetano Pimenta de)*. Deputado e escriptor; n. na ilha da Madeira, a 22 de maio de 1765, sendo baptisado na sé do Funchal. Veiu para Lisboa, em 1778, estudou no Collegio dos Nobres, até 1785, partindo então para França, onde seguiu o novo curso de artes e sciencias. Na revolução de 1790 esteve ao serviço militar do governo francez, alcançando o posto de capitão de cavallaria e a cruz da Legião de Honra. Terminada a lucta civil, obteve a demissão do serviço, e voltou para Portugal. Em 1823, foi deputado pela ilha da Madeira. Mais tarde, sendo constitucional, teve de deixar a politica, e homisiar-se por causa dos successos de 1828, e para fugir á perseguição do partido absolutista. Voltou a Lisboa, onde morreu a 21 de fevereiro de 1832, e foi sepultado na egreja de S. Paulo. Escreveu as seguintes tragedias todas em 5 actos, que se imprimiram, além d'alguns manuscriptos que ficaram ineditos: *Virginia, Os dois irmãos inimigos, D. João I, Arria, Destruição de Jerusalem, D. Sebastião em Africa; Conquista do Perú; Eudoxia Licinia; Morte de Socrates; Caracter dos Lusitanos.*

Aguiar *(Manuel Maria de)*. Irmão do grande estadista Joaquim Antonio d'Aguiar; n. em Coimbra, em dezembro de 1798; era filho do cirurgião Xavier Antonio d'Aguiar e de D. Thereza Angelica. Formou-se em Direito em 1819. Principiou a sua carreira publica como juiz de fóra de Marvão, e em 1825 foi despachado para egual cargo, em Moçambique, com assento de desembargador na Relação do Porto, logar que não chegou a exercer por effeito das convulsões politicas, continuando sempre em Marvão. Por professar idéas liberaes, foi mandado, pelo governo de D. Miguel, recolher a Coimbra, estando 4 mezes preso na cadeia da Portagem da mesma cidade. Alcançando sahir da cadeia, conservou-se em sua casa, com a obrigação de todos os dias se apresentar ao juiz do crime. Esteve n'esta situação dependente até julho de 1832, em que o exercito liberal entrou no Porto, conseguindo então fugir para Lisboa, d'onde embarcou para a cidade invicta. Assentou praça de voluntario, e na acção de 29 de setembro foi ferido n'um artelho, de que lhe resultou ficar coxo durante o resto da vida. Em 1833, depois de estar restabelecido o poder constitucional, Manuel Maria d'Aguiar veiu para a capital, sendo despachado juiz da Relação de Lisboa; conservou-se por muitos annos n'este logar, até que, sendo aposentado seu irmão, Joaquim Antonio d'Aguiar, foi substituil-o no logar de membro do Supremo Tribunal de Justiça. Falleceu em agosto de 1867. Em 10 de dezembro de 1875 foi o cadaver para Coimbra, juntamente com o de seu irmão, ficando ambos sepultados no cemiterio da Conchada.

Aguiar *(D. Maria de Mendonça, marqueza de)*. Filha de D. Christovam de Moura, marquez de Castello Rodrigo, e da marqueza, sua mulher, D. Margarida Coutinho Côrte Real. Desde muito creança mostrou grande vocação para a clausura, que desde logo teria abraçado, recolhendo-se no mosteiro de Santa Martha, em Lisboa, aproveitando a ausencia de seu pae, que estava em Madrid, se o irmão se não oppozesse, obrigando-a casar com o conde de Vimioso, D. Affonso de Portugal, mais tarde agraciado, em 1643, por D. João IV, com o titulo de marquez de Aguiar. (V. *Marquez d'Aguiar*). Quinze mezes depois da morte de seu marido, logrou satisfazer o seu desejo, contando já 60 annos de edade, entrando para o convento do Sacramento de Lisboa, onde sua filha, D. Margarida da Cruz, era mestra das noviças. Tomou então a denominação de madre soror Maria do Sacramento. Falleceu a 10 d'outubro de 1659.

Aguiar *(Martim Pires de)*. Fidalgo portuguez, progenitor da nobre e antiga familia dos Alcoforados, que, como descendentes tambem de D. Goldora, tinham o padroado do mosteiro de Bustello, da ordem de S. Bento. Casou com D. Elvira ou Marina. Nada mais se sabe a seu respeito, nem o seculo em que viveu.

Aguiar *(Nuno de)*. Filho de Cosme de Aguiar. Assistiu ao cerco de Diu. Teve carta de brazão d'armas em 14 de fevereiro de 1556, assim compostas: em campo azul aguia vermelha, bicada

de preto e carregada de um crescente grande de prata nos peitos. Timbre a aguia das armas.

Aguiar *(Pedro Mendes de)*. Cavalleiro portuguez, que esteve ao serviço de D. Affonso Henriques. Querem alguns chronistas que elle pertencesse ao tronco dos *Gedeons*, sendo seu 3.º avô, D. Gueda, fundador do castello d'Aguiar de Souza, tomado no anno 1000 pelo rei Almançor; o conde D. Pedro pretende que D. Gueda fôsse o tronco dos *Gedeons*, por seu filho D. Mem Guedas, e dos *Aguiares*, por seu filho D. Haer Guedas.

Aguiar *(Pero Affonso de)*. Capitão da pequena nau *Santa Helena*, que acompanhou á India a armada de Vasco de Gama, em 1502, mandada por D. Manuel, afim de tomar justa vingança das offensas e traições que o rei de Calecut fizera a Pedro Alvares Cabral. A armada compunha-se de 10 naus grandes de carga, e mais 5 caravellas latinas, para conduzir a artilharia que lhe fôsse precisa. Sahiu de Lisboa em direcção á Guiné, onde os navegadores encontraram grandes calmarias, adoecendo de febres muitas pessoas, e fallecendo Fernão d'Athouguia, que commandava a nau *Leitôa*. Pero Affonso d'Aguiar foi substituil-o n'aquelle commando, por ordem de Vasco da Gama. A armada seguiu viagem; sahindo de Guiné, foi tomar a costa do Brazil, seguiu até ao Cabo de Santo Agostinho, d'onde atravessou para o Cabo da Boa Esperança; alli, armou-se um grande temporal, que dispersou as naus, ficando só duas com o capitão-mór, e mais 3 caravellas, correndo todos os outros navios para Moçambique, onde deviam esperar, segundo o que tinha sido ordenado, se acaso alguma vez se apartassem. Chegando a Moçambique, o Xeque foi logo a bordo, com muitos presentes, por saber que era o capitão o primeiro com quem tivera guerra, quiz deitar-se-lhe aos pés, pedindo-lhe perdão, elle, porém, não consentiu; recebeu-o bem, e mandou que lhe pagassem os presentes que trouxera. Vendo a boa hospitalidade do Xeque, mandou desembarcar a madeira que trazia lavrada e acertada para uma caravella, sendo unicamente preciso assentar, pregar e calafetar, a qual se aprompton em 12 dias, recebendo o nome de *Pamposa*. Sabendo das informações que tinham sido dadas a el-rei a respeito das cousas de Sofala, e como levasse ordem de mandar descobrir tudo, assentar trato e resgate, ordenou a Pero Affonso d'Aguiar que fôsse com 2 caravellas, levando muitos presentes, que trouxera comsigo. Poucos dias depois Pero Affonso chegou a Sofala, e sendo apresentado ao rei, deu-lhe os presentes, dizendo que o capitão-mór desejava saber se elle folgaria de ser muito amigo d'el-rei, seu senhor, que tinha muita vontade de acceitar com elle paz e amisade para sempre, a qual paz e amisade seria para mandar á sua terra os seus portuguezes com mercadorias a tratar, assim como faziam os outros mercadores. O rei respondeu que estava em sua terra sem fazer mal a ninguem, que recebia todos com amisade, e o mesmo praticava para com os portuguezes, por ter muito proveito. Pero Affonso disse que a paz seria firme, e que o rei de Portugal seria como seu irmão. Ficou assim ajustado o trato e o commercio com o rei de Sofala: Pero Affonso seguiu o caminho de Melinde, para onde o capitão-mór já tinha partido, tendo antes entrado em Quíloa, e feito tributario o rei d'aquelles estados ao rei de Portugal. Sabendo o que se passara em Sofala, o capitão-mór ficou muito satisfeito. Em Melinde fôram recebidos pelo rei com muita honra e alegria. Algum tempo depois partiram para Calecut, onde começaram as hostilidades por parte do capitão-mór Vasco da Gama, em que os portuguezes se tornaram heroes, desaffrontando a bandeira portugueza, e alargando as raias do commercio já encetado com aquellas ricas possessões. Pero Affonso continuou a servir na India, mesmo depois de Vasco da Gama voltar para o reino; ficando ás ordens do vice-rei D. Francisco d'Almeida, e mais tarde, de Affonso d'Albuquerque, que sempre o considerou como um dos mais valentes capitães de mar, para todas as emprezas, e nas guerras continuas com Ormuz e Calecut. Pero Affonso chegou a ser capitão-mór das naus de carga, por alvará d'el-rei, em remuneração de todos os serviços prestados.

Aguiar *(Roberto Fernandes de)*. Fidalgo, que teve por armas (brazão de 18 de janeiro de 1596) escudo de campo de ouro e n'elle uma aguia vermelha armada de preto, e por differença uma flôr de liz azul; elmo de prata. aberto, guarnecido de ouro, paquife de ouro e vermelho, e por trimbre a mesma aguia.

Aguiar *(Padre Ruy de)*. Vigario enviado por D. Manuel para o reino do Congo, na Africa.

Aguiar *(Ruy Dias de)*. Era descendente de D. Gueda o velho; cavalleiro em Galliza, passou a Portugal, em tempo de D. João I. Descendem d'elle as familias dos marquezes de Turcifal, dos condes de Torres Vedras, e outras egualmente illustres.

Aguiar *(Silvestre Gonçalves de)*. *Socio da Arcadia Luzitana*, conhecida tambem pela *Arcadia Ulyssiponense*, sociedade litteraria do seculo XVIII, fundada com a idéa de restaurar o gosto litterario, pelo estudo e imitação dos bons modelos. Silvestre Aguiar tinha o nome pastoril de *Silveno*. A seu respeito lê-se no *Diccionario Bibliographico*: «As suas circumstancias pessoaes são de todo ignoradas; nem me consta que com o seu nome publicasse escripto algum em separado. Os que porventura recitaria nas conferencias d'aquella associação, ou se extraviaram, como as de outros seus collegas, ou existem em local até agora desconhecido.» As suas poesias são eclogas e memoriaes; vê-se que tratam da restauração do gosto publico, e tambem da promoção pessoal. Entre as suas composições torna-se notavel a ecloga gratulatoria, pelas melhoras d'el-rei D. José por occasião do attentado dos Tavoras, recitada na conferencia da Arcadia de 14 de março de 1759, que se realisou na sala da livraria do Real Hospicio de N. S.ª das Necessidades. N'esta ecloga collaborou Antonio Diniz da Cruz e Silva, o *Elpino* na Arcadia. Os interlocutores eram os dois poetas, tendo cada um escripto a sua parte. Em outubro do mesmo anno, celebrou-se nova conferencia, na sala da Junta do Commercio, situada no sitio da Cotovia, em que se recitou outra ecloga gratulatoria, em honra do ministro Sebastião José de Carvalho, que fôra agraciado, em 6 de junho, com o titulo de conde d'Oeiras. N'esta ecloga. além dos dois poetas acima citados, collaboraram Theotonio Gomes de Carvalho, *Thelgon*, e Feliciano Alves da Costa, *Palemo*. A ecloga recitada

na conferencia de 14 de março está publicada no tomo II, a pag. 148, das *Poesias* de Antonio Diniz da Cruz e Silva, e a de outubro, no mesmo tomo, a pag. 197. A Arcadia Lusitana realisou mais conferencias em que os poetas, seus associados, recitaram diversas poesias.

Aguiar *(Silvino Luiz Teixeira d'Aguiar e Vasconcellos, 1.º barão de).* Jurisconsulto: n. em Chaves, a 18 d'agosto de 1798, e f. em 12 de setembro de 1862. Era filho de José Xavier Teixeira, proprietario do officio de feitor e recebèdor da alfandega dé Chaves. Bacharel formado em direito. Foi deputado, entrando na discussão da lei do recrutamento de 1855, esclarecendo-a muito com os seus conhecimentos de jurisconsulto, que eram sempre respeitados. O titulo de barão foi-lhe dado, durante a regencia d'el-rei D. Fernando, na menoridade de D. Pedro V, por decreto de 17 de junho e Carta de 19 de julho de 1854. O barão d'Aguiar era proprietario do officio de feitor e recebedor da alfandega de Chaves, logar que seu pae occupara, foi juiz de fóra de Montalegre e de Elvas, com predicamento de correição ordinaria e beca honoraria; desembargador e procurador regio do Supremo Tribunal de Marinha, juiz e presidente da Relação de Gôa, mas não chegou a partir para a India, por ser nomeado, em 22 de dezembro de 1836, juiz relator do Supremo Conselho de Justiça Militar; juiz relator effectivo em 8 de maio de 1841. Era conselheiro, commendador da Ordem de Christo, escudeiro fidalgo da Casa Real, por alvará de 11 de março de 1825, fidalgo cavalleiro, por alvará de 26 de julho de 1836. O barão d'Aguiar falleceu sem descendencia.

Aguiar *(Theodoro Ferreira de).* Medico cirurgião distincto; n. no Rio de Janeiro, em 1769. Veiu para Portugal cursar os estudos de sciencias naturaes da Universidade de Coimbra, seguindo depois os estudos de medicina e cirurgia na universidade de Leyde. Voltou a Portugal, e obteve no anno de 1797 cartas com todos os privilegios e liberdades dos medicos approvados pela Universidade de Coimbra. D. João VI era-lhe muito affeiçoado, e attendeu os seus conselhos para a creação das escolas geraes de cirurgia em Lisboa e Porto, propondo um regulamento dos estudos cirurgicos, que foi approvado pelo alvará de 25 de junho de 1825, tendo já antes cooperado muito para a reforma dos hospitaes militares e para o seu regulamento que foi mandado observar por alvará de 27 de março de 1805. Conseguiu que D. João VI visitasse o hospital de S. José no dia 27 de setembro de 1825, e que lhe concedesse o beneficio de duas loterias; tambem por sua influencia, se mandou fazer, pelo ministerio das Obras Publicas, uma nova enfermaria de convalescença. Póde dizer-se que foi elle o restaurador de cirurgia em Portugal, e por isso alcançou a estima e gratidão de todos os portuguezes. F. em 5 de maio de 1827.

Aguiar *(Vasco José de).* Era cavalleiro fidalgo e official da secretaria do conselho de saude publica do reino; pouco se conhece da sua vida, sómente se sabe que foi um verdadeiro constitucional, e que prestou relevantes serviços aos presos politicos na Torre de S. Julião da Barra, durante a guerra civil. Foi despachado, por D. Pedro IV, em 1834, para official da commissão de saude publica do reino, cargo que serviu com muita distincção. F. em 17 de outubro de 1855. Escreveu: *Viagem ao interior da Nova Hollanda, obra moral, critica e recreativa,* Lisboa, 1841, 3 tomos. E' um romance de pura imaginação.

Aguiar *(Fr. Vicente de).* Prégador do seculo XVII; n. em Lisboa, e passando ao Brazil, professou no convento carmelitano do Rio de Janeiro. Voltou depois para Lisboa, onde foi prégador distincto, tanto que um dos seus sermões foi traduzido em hespanhol, e publicado na *Laurea Lusitana.* Imprimiu os sermões d'*Assumpção de Nossa Senhora,* prégado na Misericordia; o de *Santo André,* na egreja d'este mesmo santo, que existia em Lisboa, e o de uma oitava da Paschoa, na Capella Real. F. em Lisboa, em 1676.

Aguiar. Villa e freg. da prov. do Alemtejo, conc. de Vianna do Alemtejo, com., distr. e arceb. d'Evora. 256 alm. e 72 fog. Orago N. S.ª d'Assumpção. A freg. está annexa, na parte ecclesiastica, á de S. Bartholomeu do Outeiro, conc. de Portel. D. Diniz concedeu-lhe foral em 1287, que foi reformado por D. Manuel a 20 de novembro de 1516. D'esta villa, situada n'uma fertil planicie, descobre-se Evora, Evora-Monte, Outeiro, Vianna e Alcaçovas. Pertenceu aos condes-barões d'Alvito, trazida em dote por D. Maria de Sousa Lobo pelo seu casamento com João Fernandes da Silveira. Seu nome primitivo era *Agar,* nome de mulher arabe, e com este nome figura no foral antigo. Os parochos d'esta villa eram apresentados pelos marquezes do Louriçal. Foi uma villa florescente no tempo do seu prior o insigne antiquario *André de Rezende* que viveu aqui, no seculo XVI. Tendo depois decahido, é actualmente uma pov. pobre. Foi visitada em outubro de 1860 por el-rei D. Pedro V e seu irmão, o infante D. João. Diz Pinho Leal, que, chegaram de repente, sem serem esperados, tendo ido a casa do parocho, que não tinha para lhes dar senão pão e queijo, que foi ainda assim preciso comprar fóra, não apparecendo na villa mais cousa alguma de comida. Os reaes viajantes comeram, e beberam o vinho por uma *canada* de barro por vidrar! A villa dista 5 k. da séde do conc. ‖ Pov. e freg. da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 299 alm. 102 fog. Orago Santa Lucrecia. Foi abbadia da casa de Aboim. D. Affonso III deu-lhe foral em 12 de julho de 1258; e D. Manuel, em 4 de novembro de 1512, deu-lhe novo foral. No alto da serra vêem-se as ruinas d'uma torre que se chamou *Torre de Aguiar do Neiva.* ‖ Pov. na freguezia de Santa Christina de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. do Santa Cruz do Bispo, conc. de Bouças, distr. do Porto. ‖ Pov. na freg. d'Aguiar de Sousa, conc. de Paredes, distr. do Porto. ‖ Pov. na freg. de S. Cosme de Gondomar, distr. do Porto. ‖ Ribeira, da prov. da Beira-Baixa. Nasce perto de Almeida, na freg. de S. Pedro do Rio Secco, passa proximo de Figueira de Castello Rodrigo, acabando no sitio de Calubre, acima do Côa. Tem um curso de 45 k. Sobre um monte alto e penhascoso, perto da foz, estão as ruinas d'uma grande pov. Dizem-nos que era a antiga cidade de *Ravena,* outros a cidade de *Caliabria.*

Aguiar d'Azevedo *(Guilherme de).* Escrivão dos aggravos da Casa da Supplicação; viveu no seculo XVIII, era natural de Lisboa. Escreveu: *Estado das almas do Purgatorio, e do modo com pódem e devem ser ajudadas a sahir de suas pe-*

nas... traduzido do seu original, composto pelo P. Martim da Roa, com outras obras proprias do traductor. Lisboa, 1701.

Aguiar da Beira. Villa da prov. da Beira Alta, séde de conc., com. de Trancoso, distr. e bisp. de Vizeu. Tem uma freguezia da invocação de Santo Eusebio; 1223 alm., 235 fog., Misericordia, escolas para o sexo masc. e fem., estação postal com serviço de emissão e pagamento de vales, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas postaes, permutando malas com R. A. B. A. Trancoso; tem tambem uma feira, instituida em 1300, por el-rei D. Diniz, que se realisava ao principio no 1.º domingo de cada mez, e durava 3 dias. Mais tarde, por opposição do bispo de Vizeu, D. João I, ordenou em 1408, que ella se fizesse nas segundas, terças e quartas feiras, do começo de cada mez. Esta villa é muito antiga; em 1120, deu-lhe foral D. Thereza, mãe de D. Affonso Henriques, o qual foi confirmado por D. Affonso II, e reformado em 1258 por D. Affonso III. Em 4 de maio de 1512, D. Manuel concedeu-lhe novo foral. Fôram donatarios d'esta villa os condes de Vimioso, que apresentavam as justiças, mas depois passou para a Casa do Infantado. Possue um castello construido por D. Diniz, havendo outro já no tempo de D. Affonso I, que se suppõe ter sido obra dos romanos. No centro da villa ha um poço antiquissimo, com suas ameias, tendo n'ellas as armas de Portugal; sobre o mesmo poço ha um passeio que serve de praça á camara, onde fica a celebre torre do relogio, muito antiga, muito alta, de boa cantaria e bem conservada. Perto do logar de Sismeiro, onde está a capella de N. S.ª do Mosteiro, existia um convento de benedictinas parte das quaes Almançor fez martyrisar em 985, levando captivas as restantes, sendo estas remidas no combate da *Veiga da matança.* Proximo da capella de N. S.ª do Castello, estão as ruinas d'um castello romano, de cantaria. Ao pé d'esta capella esteve a egreja de S. Pedro, antiga matriz da freguezia, que por ficar longe da villa e por se dividir a commenda de Christo, do padroado real, metade para S. Eusebio de Aguiar e metade para S. Pedro de Coruche, ficou abandonada, passando a parochia para a egreja de S. Eusebio. Houve, porém, quem attribuisse este abandono da egreja de S. Pedro ao apparecimento no alto da torre d'uma enorme e horrivel ave, a que chamavam *cabicanca,* que aterrorisava os habitantes da villa. O caso conta-se da maneira seguinte: Haverá seculos que appareceu aqui uma cegonha que foi fazer ninho na torre da egreja. Com a presença do tal passaro, o povo verdadeiramente horrorisado, deixou de ir á egreja ouvir missa, e o proprio prior fugiu de casa, indo celebrar os officios divinos na egreja de Santo Eusebio. Andavam todos tão atterrados e afflictos, que deixavam os negocios, tratando sómente de se prepararem para o juiso final, que julgavam já proximo. Aconteceu passar alli um almocreve, chamado Martinho Affonso, e sabendo o motivo d'aquella excitação dos pobres habitantes da villa, teve a idéa de os livrar do tal passaro assustador. Carregou uma espingarda que possuia, (arma recentemente descoberta), dirigiu-se á egreja, e apenas o tal bicho, a *cabicanca,* appareceu, sahindo do ninho, disparou a espingarda com tão boa pontaria, que o bicho cahiu por terra, já sem vida. O povo correu aos gritos victoriosos do caçador, para vêr a cegonha, causa de tantos desasocegos e afflicções, Martinho Affonso foi levado em triumpho por toda a villa, recebendo muitos presentes e grande quantidade de garrafas de vinho; todos, querendo ser agradaveis, lhe diziam: *escorropicha,* de que ficou Martinho Affonso tendo a alcunha do *escorropicha.* Depois da sua morte, o parocho todos os domingos, na occasião da missa, pedia um padre nosso para allivio da sua alma. O conc. d'Aguiar da Beira comprehende 13 freg. com 1912 fog. e 8456 alm., sendo 4040 hom. e 4416 m., n'uma superficie de 19.418 hectares. ‖ As freguezias são: Santo Eusebio, Carapito, Cortiçada, Coruche, Domellas, Eirado, Forninhos, Gradiz, Pena Verde, Pinheiro, Sequeiros, Souto de Aguiar da Beira e Valverde.

Aguiar de Loureiro *(Jacintho Heliodoro de Faria).* Filho de Francisco de Assis Faria Aguiar Loureiro, fidalgo da Casa Real, e de D. Ignacia Joaquina de Lima e Carvalho. N. em Lisboa a 3 de julho de 1806, e foi baptisado na ermida da Guia; porém seu pae lhe transferiu depois o assento do baptismo para a freg. de S. Bartholomeu da Charneca, por ter a sua casa e residencia na antiga quinta dos Loureiros, da mesma freguezia. Tencionava matricular-se na universidade de Coimbra, tendo já os preparatorios quasi concluidos, quando as luctas civis, em 1823, o forçaram a ser militar, porque um decreto, d'aquelle anno, obrigava ao serviço militar os filhos unicos dos grandes proprietarios, como officiaes de milicias. Preferiu então a tropa de linha, e assentou praça em infantaria 13, onde serviu até 23 d'abril de 1828, em que obteve baixa pela Junta de Saude. No entretanto, concluira o curso dos estudos proprios da arma de infantaria. Pouco tempo depois, foi residir na quinta da Albergaria, com. de Santarem, onde esteve até 1835, entregue á lavoura, sua occupação predilecta, e adquirindo conhecimentos theoricos e praticos na agricultura. Voltou depois para Lisboa, dedicando-se á litteratura. Foi socio da Academia dos Pacificos, e depois do Atheneu Lisbonense das Sciencias e das Letras, que o substituiu, organisado sob a presidencia de Silvestre Pinheiro. Foi collaborador dos seguintes jornaes: *Jardim Litterario,* Lisboa. 1847 e 1848, 1.º, 2.º e 3.º vol.; *Semana,* tomo 1.º em 1850; *Atalaia Catholica,* de Braga, 1853; *A Missão, jornal religioso,* Lisboa, 1854; *A Razão, A Illustração, Correio das Damas; Diario do Governo, O Portugal Velho, A Nação,* etc. Escreveu o drama historico em 5 actos, *Alvaro Gonçalves, o Magriço, e os doze de Inglaterra,* Lisboa, 1846; este drama foi premiado pelo Conservatorio, e destinado para a inauguração do theatro de D. Maria, que se realisou no dia 13 d'abril de 1846. Escreveu mais as seguintes obras dramaticas, que ficaram inéditas: *O Tragamouros, Zoroastro, O Triumpho de Mardocheo, D. Mencia, O Impostor da Ericeira,* e a comedia n'um acto: *O Herdeiro de si mesmo.*

Aguiar da Pena. Villa (hoje extincta) da prov. de Traz-os-Montes, com. e conc. de Villa Pouca d'Aguiar, 50 fog. Era antiquissima. D. Sancho I deu-lhe foral em março de 1206 e D. Affonso II em fevereiro de 1220. D. Manuel lhe deu novo foral a 22 de junho de 1515. Villa Pouca era ao tempo uma aldeia, prosperando depois, e é hoje com. e capital de concelho, ficando Aguiar

da Pena reduzida a aldeia. Os foraes d'aqui pertencem a Villa Pouca.

Aguiar de Sousa. Pov. e freg. da prov. do Douro, conc. e com. de Paredes, distr. e bisp. do Porto; 987 alm. e 233 fog. tem escola do sexo masc. A pov. dista 15 k. da séde do conc. Até 1650 foi concelho e julgado, mas, apesar de ser então extincto, continuou a ser cabeça de conc. A constituição de 1820 é que acabou com aquella regalia, retirando-lhe o foro de villa. Pertenceu aos marquezes de Fontes, e depois aos marquezes d'Abrantes; passando depois, para a corôa. A povoação é muito antiga orago da freguezia é S. Romão; em 10 de junho de 1269, D. Affonso III deu-lhe foral, que foi reformado e confirmado por D. João I, em 13 de março de 1411. D. Manuel deu-lhe novo foral, em Lisboa, a 25 de novembro de 1513. Sobre um penhasco, junto á confluencia do Sousa com o Douro, existiu em tempos muito remotos um castello. com o nome d'esta povoação, cujos vestigios ainda se encontram. Consta ter havido, junto d'este castello, uma villa despovoada por uma grande peste, em 1569. A egreja está n'um sitio solitario, e cercada de montes, na raiz da serra da Cadella. A um kilometro distante, e junto ao rio Sousa, n'um bosque de penhascos, está a capella de N. S.ª do Salto, que diz a lenda ter apparecido dentro d'uma gruta, junto a rio, que se vê ainda hoje, tendo ao pé uma fonte de boa agua.

Aguiarinho. Pov. da freg. de Santa Christina de Arões, conc. e com. de Fafe, distr. e arceb. de Braga.

Aguias. Freguezia da prov. da Beira Alta. Era couto, mas foi extincto em 1834. Os frades bernardos tiveram alli o convento de *S. Pedro das Aguias.* Fôra anteriormente dos monges bentos. O mosteiro era pequeno. No fim do seculo XVIII foi reedificodo. Era *isento*, com jurisdicção quasi episcopal. Junto d'Aguias passa o rio Tavora, onde só podiam pescar os frades, por isso foi coutado até ao anno de 1834, em que se extinguiram as ordens religiosas. || Quint ana freg. de Sernache do Bomjardim, conc. e com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre. || *(Quinta das).* Formosissima vivenda pertencente aos srs. condes da Junqueira, no sitio d'este mesmo nome, entre Alcantara e Belem; o nome de *Aguias* deriva de duas grandes aves d'esta especie, feitas em marmore, que rematam as columnas da fachada principal.

Aguias ou **Brotas.** Villa da provincia do Alemtejo, concelho de Móra, comarca de Montemór-o-Novo, districto de Evora; 657 almas e 123 fogos E' villa muito antiga, principiou a ser concelho em 5 de setembro de 1361, desannexando-se da villa de Coruche, mas já tinha o titulo de villa muitos annos antes. D. Manuel deu-lhe foral, a 20 de novembro de 1519. A pov. dista 10 k. da séde do conc. O seu orago é N. S.ª das Brotas. Fica perto do rio Odivor. Tem uma torre que não se sabe quando foi edificada, contendo ameias, guaritas e 16 casas todas de abobada, e de grande solidez. O edificio tem 17 metros de largo e 20 de alto, sendo a grossura da parede de 2 metros; 4 andares, tendo cada um, salas e quartos d'abobada. Hoje é palacio dos condes d'Atalaia. A villa fica n'um alto, cercada de montes ainda mais elevados. O chafariz foi mandado construir pelos moradores d'Elvas, em 1659. O terreno é quasi todo coberto de bosques, sendo muito abundante em toda a qualidade de cereaes. A egreja da villa d'Aguias deixou de ser matriz, ficando a de N. S.ª das Brotas

Torre das Aguias

com essa primasia. Os foraes até 1834 davam aos moradores do conc. o privilegio de não pagarem portagens, e de não darem soldados para o exercito

Aguiben. Roça na ilha do Principe, Africa Occidental.

Aguieira. Villa extincta, da prov. do Douro. Actualmente pertence á freguezia de Vallongo do Vouga. *Aguieira* significa logar onde ha muitas aguias, ou exposto ao vento norte. D. Manuel concedeu-lhe foral em Lisboa, a 6 de maio de 1514. Tinha juiz ordinario, camara e officiaes de justiça, mas o concelho foi supprimido ha mais de 200 annos. Pertenceu á corôa. || Pov. extincta da freg. de Carvalhal Redondo, da prov. da Beira Alta, conc. de Nellas, e com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu. Foi villa e conc. e pertencen á corôa. Teve camara e juiz ordinario. Hoje é uma aldeia. || Pov. na freg. de Abravezes, conc. e distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de Aguieiras, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança. || Pov. na freg. de Bairros, conc. de Castello de Paiva, com. e distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de Gondalães, conc. e com. de Paredes, distr. e bisp. do Porto. || Pov. na freg. de S. Pedro de Vallongo, conc. e com. d'Agueda, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de S. Thiago de Travanca, conc. e com. de Penacova, distr. e bisp. de Coimbra.

Aguieiras. Pov. e freg. da prov. de Traz-os-

Montes, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança. 800 alm. e 159 fog. A pov. dista 25 k. da séde do concelho Orago Santa Catharina.

Aguieirinho. Pov. na freg. de Folhadella, conc. e com. de Villa Real.

Aguieiro. Pov. da freg. de S. Miguel Gendufe, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello, e arceb. de Braga. || *(Monte do).* Na freg. de Pias, conc. e com. de Serpa, distr. e bisp. de Beja.

Aguiera *(Joaquim Alvaro Telles de Figueiredo Pacheco, 1.º visconde de).* Fidalgo da Casa Real, sr. da casa d'Aguiera, bacharel formado em direito, antigo administrador do conc. d'Agueda, em 1862. N. a 16 d'abril de 1816; era filho de José Agostinho de Figueiredo Pacheco Telles, fidalgo da Casa Real, bacharel formado em leis, proprietario e senhor da casa de Aguiera, antigo monteiro-mór do concelho do Vouga e seu districto na comarca d'Aveiro, e de sua mulher, D. Maria Luiza de Magalhães Telles. Casou em primeiras nupcias, com sua prima, D. Maria Mascarenhas Bandeira Telles de Mancellos Pacheco, que falleceu a 7 de novembro de 1851; e em segundas nupcias, com D. Maria Ignez Caldeira Pinto Giraldes de Bourbon, filha dos 1.os viscondes da Borralha. O titulo de fidalgo cavalleiro foi-lhe concedido, por alvará de 4 d'outubro de 1863, e o de visconde por decreto de 19 de setembro e carta de 5 de dezembro de 1872. Brazão d'armas: Um escudo esquartelado; no 1.º quartel as armas dos Figueiredos: cinco folhas de figueira nervadas e perfiladas de ouro, em campo vermelho; no 2.º quartel, as armas dos Telles: escudo esquartelado, no 1.º quartel um leão de purpura armado de azul em campo de prata, no 2.º: o campo d'ouro e assim os alternos; no 3.º quartel as armas dos Pachecos: em campo de ouro duas caldeiras negras faxadas de tres faxas veiradas de ouro e vermelho, e em cada encaixe das azas quatro cabeças de serpes verdes; e no 4.º quartel as armas dos Moraes: quartel partido em pala, na primeira em campo vermelho uma torre de prata coberta de ouro, sobre um rio de prata e azul, na segunda pala, em campo de prata uma amoreira verde. Timbre o dos Figueiredos: dois braços de leão de vermelho em aspa, cada um com sua folha de figueira na garra.

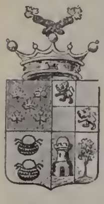

Brazão do Visconde de Aguiera

Aguilar. Pretendem alguns auctores que a primeira pessoa que usou este nobre appellido foi Gonçalo Annes, mordomo-mór de D. Affonso III. O mais averiguado, porém, é que este appellido tem origem hespanhola e os seus illustres representantes tem-n'o conservado tal qual, desde o estabelecimento em Portugal de D. João de Aguilar e Carrascosa, natural das Canarias. Em 1561 veiu D. João ao continente e foi á conquista de Peñon de Velez, na Africa, com o conde de Cifuentes. Serviu tres annos nas guerras de Flandres e no seu regresso á Hespanha esteve na guerra de Granada. Em 1571 embarcou com D. João d'Austria e achou-se na batalha de Lepanto, sendo ferido. Depois dirigiu-se ao Chili e ahi serviu perto de nove annos, sendo algum tempo com a patente de capitão-general. Quando Filippe II tomou posse de Portugal veiu D. João para este reino com o duque d'Alba. N'este tempo casou em Campo-Maior com D. Ignez Videira, já viuva de Lopo Mexia, instituidor do morgado da Torre, e de Fernão da Silva de Menezes. Em 1582 acompanhou ainda o duque d'Alba á ilha Terceira, achando-se na batalha naval contra a esquadra franceza, em que vinha D. Antonio, prior do Crato. Em 1588 foi n'um dos navios da Invencivel Armada. Teve uma commenda na ordem de Christo e o foro de fidalgo. Não havendo filhos varões do seu matrimonio, assentaram D. João de Aguilar e sua mulher, casar a D. Anna d'Aguilar, filha do mesmo D. João, com João de Videira Mexia, sobrinho de D. Ignez, para herdarem a casa, lavrando-se escriptura de dote a 28 de janeiro de 1592. O testamento de D. Ignez foi feito em Sevilha a 18 de abril de 1504 e o de D. João em Campo-Maior a 5 de fevereiro de 1598, anno em que parece ter fallecido. De D. Anna d'Aguilar procedem os Aguilares de Campo-Maior, mais tarde estabelecidos tambem em Elvas. De tão illustre familia é hoje veneranda representante a sr.ª marqueza de Penalva. *(V. este titulo).* A ordem da successão é a seguinte: 1.º D. João d'Aguilar Mexia, 2.º D. Affonso de Aguilar e Monroi, 3.º D. João d'Aguilar Mexia Avilez e Silveira, 4.º D. Affonso Baptista d'Aguilar, 5.º D. José d'Aguilar, 6.º D. Affonso d'Aguilar e Monroi, 7.º D. Antonio d'Aguilar e Monroi. *(V. todos estes nomes).* || Familia portugueza, que parece ter exactamente as mesmas armas que os Aguiares. || Familia fidalga que vem citada no *Espelho da Nobreza,* de Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, e que tem por brazão uma aguia negra em campo d'ouro no escudo, e por timbre a mesma aguia.

Aguilar *(D. Affonso Baptista de).* Ao nome d'este fidalgo elvense pertencem tambem os appellidos Monroi da Gama e Sequeira. Era filho de D. João d'Aguilar *(V. este nome)* e de D. Francisca Xavier Filippa da Gama Souto-Maior. Teve o grau de cavalleiro de Christo, e, entre outros, fôram seus irmãos D. Antonio d'Aguilar e Sequeira, thesoureiro-mór da sé d'Elvas e monsenhor da Patriarchal, D. Balthazar d'Aguilar, tambem thesoureiro-mór, D. Luiz d'Aguilar e Valladares, cavalleiro de Malta e commendador de Frei Gil, e D. José d'Aguilar, conego de Santa Cruz de Coimbra.

Aguilar *(D. Francisco Velasquez).* Trinchante-mór do principe D. João, filho de D. João III. Tinha as mesmas armas que os Aguiares.

Aguilar *(D. João de).* Este fidalgo usava tambem os appellidos Mexia Avilez e Silveira. Filho de D. Affonso d'Aguilar e Monroi *(V. este nome)* e de D. Filippa Maria de Sequeira. Teve o foro de fidalgo e uma commenda na ordem de Christo. Foi irmão de D. Luiz d'Aguilar de Sequeira, coronel do 1.º regimento d'infantaria d'Elvas, e de D. Rodrigo d'Aguilar Brito e Monroi, cavalleiro de Malta e commendador de Aguas Santas.

Aguilar *(Lourenço de).* N. em Serpa, em 1612, f. em 1676; era filho de Antunes Leite, juiz de fóra d'esta villa. Entrou para a Companhia de Jesus, em 1626, no noviciado de Lisboa, tendo apenas 14 annos de edade. Foi poeta latino, professor de humanidades no collegio de Santo Antão, de Lisboa, e de philosophia em Braga. Es-

creveu: *Panegyris ad amplissimum D. Joannem Rodericum de Sá Menesium*, etc. publicado em 1641.

Aguilar *(Marcos Cerveira de)*. Capitão de ordenança em Setubal. Escreveu: *Dialogos das armadas e naos de guerra d'estes reinos de Portugal.*

Aguilar *(Mosseh Raphael de)*. Judeu, nascido em Portugal, um dos ornamentos da Synagoga d'Amsterdam, onde foi professor no Kk. de Talmud Thora. Viveu no seculo XVII; ignora-se a data do nascimento e a do fallecimento. Era homem muito erudito e de muita reputação entre os seus correligionarios. Escreveu: *Epitome da Grammatica Hebrayca por breve methodo composta, para uso das escolas, do modo que a ensina Mosse Raphael d'Aguilar no Midras em que assiste no KK. de Talmud Thora Amsterdam. Segunda edição novamente corrigida e accrescentada de hũ tratado sobre a poesia hebraica. Amsterdam, na offic. de Joseph Athias. Anno 5421* (isto é, 1661). *A' custa do auctor.* Innocencio diz que se não encontra em nenhum dos nossos bibliographos noticia da primeira edição.

Aguilar *(Pedro Maria de)*. Ecclesiastico e prégador muito distincto; n. n'uma aldeia, nos arredores de Pinhel, a 18 d'abril de 1828, f. no Porto, a 30 de março de 1879. Estudou as disciplinas ecclesiasticas, e veiu para Lisboa exercer as funcções do seu ministerio. Quando em 1856, a epidemia do cholera-morbus, e em 1857, a da febre amarella, assolaram a capital, causando innumeras victimas, era Pedro d'Aguilar coadjuctor da freg. de Santa Isabel, e prestou os mais relevantes serviços, arriscando a propria vida. Foi um dos oradores sagrados, do seu tempo, que melhor honraram o pulpito; os seus discursos eram de estylo elevado, de linguagem vernacula, philosophicos e energicos; chamavam a attenção dos homens eruditos, de grande reputação litteraria e scientifica, que corriam a escutal-o quando subia á tribuna sagrada. Inaugurando-se a Escola Normal, foi nomeado, em concurso, seu capellão e professor de moral religiosa. Era director d'aquella escola Luiz Filippe Leite. Pedro d'Aguilar poude então manifestar bem os seus dotes intellectuaes e a cultura do seu espirito, não só na regencia da sua cadeira, como tambem nas conferencias pedagogicas, que se celebravam no lyceu de Lisboa, prestando assim valiosos serviços á causa do ensino educativo. Desenvolveu-se-lhe então um grande zelo pela instrucção dos surdos-mudos. No lyceu abriu um curso gratuito para aquelles pobres desgraçados; lendo, estudando, escreveu os seus methodos, que successivamente aperfeiçoou, vendo um feliz exito coroar os seus assiduos trabalhos; esses methodos são um monumento admiravel que deixou á sua patria. Acabando a Escola Normal, Aguilar sahiu de Lisboa, e partindo para Guimarães, alli estabeleceu em 1872, um instituto para a educação dos surdos-mudos, que dirigiu até pouco tempo antes de morrer. Este estabelecimento floresceu muito. O fallecido e abalisado escriptor D. Antonio da Costa visitou o Instituto, e n'um dos seus livros, faz uma minuciosa e brilhante descripção do que era Pedro d'Aguilar no meio dos infelizes surdos-mudos. A camara municipal requereu aos poderes publicos a concessão d'um subsidio, os deputados por aquelle circulo fallaram a seu favor, mas não se podendo conseguir cousa alguma, o Instituto teve de fechar por falta de recursos, causando a maior magua ao seu desvelado fundador. Pedro d'Aguilar não desanimou; apostolo convicto da sua ideia, sahiu de Guimarães em direcção ao Porto a pedir auxilio para a sua obra. A camara d'esta cidade concedeu-lhe então um pequeno subsidio, e em 20 de maio de 1877 apresentava elle a provas publicas alguns dos seus alumnos, causando verdadeira admiração a todos os seus adeantamentos e progressos. O nome do padre Aguilar tornou-se muito conhecido e popular, mas no fim de tantas luctas e de tantas contrariedades, a morte veiu terminar-lhe a existencia, causando a sua morte a mais dolorosa consternação, especialmente no Porto, onde passara os ultimos annos da sua vida.

Pedro Maria de Aguilar

Aguilar Mexia *(D. João de)*. Filho de D. Anna de Aguilar e de João Videira Mexia. Teve o foro de fidalgo da Casa Real e as commendas de Collos e Garvão; foi habil monteiro, toureando duas vezes no Terreiro do Paço, na presença de D. João IV.

Aguilar e Monroi *(D. Affonso de)*. Filho de D. João d'Aguilar Mexia *(V. este nome)* e de D. Leonor Maria de Monroi, fidalgo da Casa Real e cavalleiro de Christo. Foi seu irmão D. João de Aguilar Mexia, morto na batalha de Montijo, em 1644.

Aguilar e Monroi *(D. Affonso de)*. Fidalgo da Casa Real, filho de D. José d'Aguilar Monroi e Menezes e de D. Antonia Josepha de Vilhena e Menezes. Teve um irmão, D. Henrique d'Aguilar e Menezes, que foi conego da Patriarchal.

Aguilar e Monroi da Gama e Menezes *(D. Antonio de)*. Moço fidalgo com exercicio no paço, filho de D. Affonso d'Aguilar e Monroi e de D. Anna Fortunata de Menezes Portugal, fallecida em Lisboa, sua patria, em agosto de 1833. D. Antonio nasceu em Elvas em 1791 e morreu em 1831. Do seu casamento com D. Henriqueta de Almeida Sousa e Sá Mello e Lencastre, houve a D. Eugenia de Aguilar e Almeida Monroi da Gama Azambuja e Mello, actual marqueza de Penalva. O brazão usado por este fidalgo, tal como se vê d'um sinete cujas armas reproduzimos, era o seguinte: Uma aguia coroada, pasmada, com as pontas das azas voltadas para baixo, tendo nos peitos um escudo esquartelado; no primeiro quartel trez faxas ondeadas sobre prata e sanguinhas

Brazão de D. Antonio de Aguilar e Monroi da Gama e Menezes

no contrario; no segundo dez peças de xadrez de prata em azul e uma flôr de liz no logar da setima; no quarto dois castellos de ouro alternos com uma banda embocada por duas cabeças de serpe.

Aguilar Monroi e Menezes *(D. José de).* Brigadeiro de infantaria, commandante do regimento de Serpa, no Alemtejo, filho de D. Affonso Baptista d'Aguilar Monroi da Gama e Sequeira *(V. este nome)* e de Margarida Cecilia de Menezes. Foi irmão de D. João d'Aguilar, conego da sé d'Elvas, e de D. Francisco d'Aguilar, cavalleiro de Malta.

Aguilares. Pov. na freg. e conc. d'Elvas. || Quinta na ribeira do Cêto, na freg. da Alcaçova, na cidade de Elvas, que tem pertencido á illustre familia dos Aguilares, de que tira o nome. Consta de casas de habitação e dependencias, pomares e horta.

Aguilera *(Jeronymo de).* Moço da real camara da rainha D. Maria, mulher de D. Manuel; a soberana, no seu testamento, feito em julho de 1516, contemplou-o com o legado de cem mil reaes.

Aguilhão. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação de Louredo, conc. de Santa Martha de Penaguião, com. da Regoa, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego. || Casal, na freg. de S. Lourenço de Maiorga, conc. e com. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Quinta, na freg. d'Assumpção, em Evora. || Rio, da prov. de Traz-os-Montes. Nasce na serra do Marão, em tres fontes chamadas do *Corvo,* do *Libio* e dos *Fornos.* Desagua no Corgo, no sitio de *Pero Negro.* Tem um leito pedregoso. Possue algumas pontes de madeira e uma de pedra em *Coacieiro.* Fica nos limites da freg. de Louredo, com. de Villa Real || Rio da prov. do Minho. Nasce na serra do Marão, limite da freg. de Canadello. Junta-se com tres regatos chamados: *Campanhó, Forno* e *Cernado,* desaguando todos no rio Olo, no sitio chamado *Foz do Campanhó.* Tem 6 k. de curso.

Aguilhões. Serra pequena da provincia do Douro, concelho de Baião, nas abas do Marão. Tem 1500 metros de comprimento e o mesmo de largo. Está situada n'ella a freguezia de Teixeiro.

Aguim. Pov. da freg, de Tamengos. conc. da Anadia. Está situada proximo da Bairrada. Tem escola do sexo masc., caixa postal, 2.500 alm. Foi villa, dando-lhe foral, em 1514, D. Manuel. || Tem um edificio antigo chamado *Casa dos Castilhos,* junto da torre e capella da Senhora do Ó, padroeira da freg. Produz optimo vinho chamado vulgarmente da *Bairrada.* || Villa da prov. da Beira Alta, couto extincto; conc. da Mealhada; 300 fog. E' pov. muito antiga, porque já lhe fôra dado foral em 24 de setembro de 1220, no claustro da sé de Coimbra, pelo deão e cabido da mesma sé. D. Manuel deu-lhe novo foral, em Lisboa, no 1.º de julho de 1514. E' terra muito fertil. Antigamente tinha camara, juiz ordinario e vereadores, tudo nomeado pelo cabido de Coimbra, que era o donatario. || Pov. da freg. da Magdalena, conc. de Villa Nova de Gaia.

Aguincheira. Pov. nas freg. de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. d'Aveiro, e Ul, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. d'Aveiro.

Aguincheiras. Pov. da freg. de Lever, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de Santa Cruz do Douro, conc. e com. de Baião, distr. e bisp. do Porto.

Aguincho. Pov. da freg. de Alvôco da Serra, conc. e com. de Cêa, distr. e bisp. da Guarda. || Quinta na freg. de Covas, conc. e com. de Taboa, distr. e bisp. de Coimbra.

Aguira. Pov. na freg. e conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Agulha. Pov. da freg. de Gallegos, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. do Porto. || Monte na freg. e conc. de Almodovar, com. d'Ourique, distr. e bisp. de Beja.

Agulheiro dos sabios. Quarto no antigo botequim das Parras, estabelecido em Lisboa, no Rocio, onde se reunia Bocage com os outros poetas do seu tempo.

Agulheiros *(Monte dos).* Freg. de Ameixial, conc. e com. de Extremoz, distr. de Braga.

Aguncheira. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação do conc. de Cezimbra, com. d'Almada, distr. e patriarc. de Lisboa.

Agunchos. Pov. da freg. de S. Pedro de Cerva, conc, de Ribeira de Pena, com. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real e arceb. de Braga.

Aguz. Uma das cabilas que fôram ao cerco de Safim contra os portuguezes.

Aianna *(Quinta do).* Na freg. de N. S.ª da Consolação de Cezimbra, com. d'Almada.

Aianna de Cima. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação de Cezimbra. com. d'Almada.

Aião. Pov. e freg. da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto. 409 alm. e 102 fog. A pov. dista 5 k. da séde do conc., isto é, da Villa de Margarida. Orago, S. João Baptista.

Aidermo. Pov. da freg. de S. Thiago da Capella, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. do Porto.

Aidinhos. Pov. na freg. de Passinhos, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Aido. Pov. na freg. de S. Paio de Besteiros, conc. e com. de Amares, arceb. de Braga. || Pov. na freg. de Burgo, conc. e com. d'Arouca, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de Cabanas, conc. de Carregal. || Pov. na freg. de Sequiade, conc. e com. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Serrazes e de Varzea de Lafões, conc. de S. Pedro do Sul. || Pov. na freg. de Santa Clara do Torrão, conc. e com. de Marco de Canavezes. || Pov. na freg. de Villa Maior, conc. de S. Pedro do Sul, com. de Vouzella, distr. e bisp. de Vizeu.

Aido d'Alem. Pov. da freg. de Roge, conc. de Macieira de Cambra, distr. d'Aveiro, bisp. do Porto. || Pov. na freg. de Valladares, conc. de S. Pedro do Sul, com. de Vouzella, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de Pindello, conc. de S. Pedro do Sul, com. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Aido das Figueiras. Pov. da freg. de Roge, conc. de Macieira de Cambra, distr. d'Aveiro, bisp. do Porto.

Aido de Baixo. Pov. na freg. da Junqueira, conc. de Macieira de Cambra, distr. d'Aveiro, bisp. do Porto.

Aido de Cabanas. Pov. na freg. de S. Christovam de Cabanas, conc. do Carregal do Sal, com. de Santa Comba Dão, distr. e bisp. de Vizeu.

Aido do Carvalho. Pov. da freg. de Ul, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. d'Aveiro, bisp. do Porto.

Aido de Cima. Pov. do conc. d'Arouca Tem

caixa postal. || Pov. na freg. de Santa Marinha de Palmas, conc. e com. de Oliveira de Azemeis, distr. d'Aveiro. || Pov. da freg. de S. Felix. conc. e com. de S. Pedro do Sul, distr. e bisp. de Vizeu.

Aido do Meio. Pov. nas freg. da Junqueira, conc. de Macieira de Cambra, e Pindello, conc. de Oliveira de Azemeis.

Aido Monte. Pov. da freg. de Nevogilde, conc. e com. de Louzada, distr. e bisp. do Porto.

Aidos. Pov. nas freg. de Entre Rios, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello, Ribeiradio, conc. d'Oliveira de Frades, com. de Vouzella, distr. de Vizeu, e Villa Cova, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Aidrinho. Casal na freg. de Caldas de S. Miguel, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga.

Aidro. Pov. na freg. de Villa Cova, conc. de Fafe; na freg. de Lemenhe, conc. de Villa Nova de Famalicão. || Casal na freg. de Caldas de S. Miguel, conc. de Guimarães. || Pov. na freg. de S. Salvador de Lemenhe, conc., com. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga.

Aigra Ñova, Aigra Velha. Duas pov. da freg. e conc. de Goes, com. d'Arganil.

Aigra Velha. Pov. na freg. de Santa Maria Maior, conc. de Goes, com. d'Arganil, distr. de Coimbra.

Aia. Mulher que tem a seu cargo a creação e educação de menino ou menina, principalmente illustre. Criada grave de senhora de qualidade, que a ajuda a vestir.

Aiala. V. *Ayala.*

Aillaud. V. *Lisboa,* livrarias.

Aio. Preceptor, pessoa encarregada da educação de um menino especialmente nobre. Desde D. Affonso Henriques que os infantes e principes portuguezes teem tido seus aios.

Aioinhos. Pov. da freg. de Passinhos, annexa á de Boelhe, conc. de Penafiel.

Aipo. Pov. da freg. de Alcaria Ruiva, conc. de Mertola.

Aipo de Baixo, Aipo de Cima. Duas herdades da freg. d'Azinheira dos Barros, conc. de Grandola, com. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa, e bisp. de Beja.

Airado. Pov. da freg. e conc. de Villa de Rei.

Airães. Pov. e freg. da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto; 850 alm. e 227 fog. Era commenda de Christo e reitoria de mitra. Dista 5 k. da séde do conc. Orago Santa Maria. *Airães* é o plural de *Airão,* nome que se dava antigamente a um ramo de flôres de pedras finas, que as senhoras usavam nos toucados. Tambem se chamava assim um grande penacho que os homens traziam nos chapéos ou capacetes. Muitos d'estes penachos eram compostos de pennas de *garça,* e por isso se lhe dava tambem o nome de *garçatas.* A pov. foi dada a Lourenço d'Amorim Pereira, por ter demorado muito a entrega da praça de Monsão, que governava, quando os gallegos a sitiaram em 1707. || Pov. nas freg. de Penticiros e Tarrados, conc. de Guimarães.

Airão. Pov. e freg. da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga. 1341 alm. e 80 fog. Está situada na serra da Corvêa. Dista 13 k. da séde do conc. Orago S. João Baptista. Ha n'esta freg. o morgado do *Paço,* que pertenceu á marqueza de *Fuente-el-Sol,* mulher do conde de Valencia, em Castella. Tem a mesma etymologia da palavra *Airães.* || Pov. e freg. da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga. 538 alm. e 88 fog. Dista 7 k. da séde do conc. Orago Santa Maria. Ha aqui um pinheiro colossal, que tem 5 metros de circumferencia de tronco e 44 de altura. Passa-lhe proximo o rio Ave. || Pov. da freg. de S. Thiago de Pomares, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga.

Airas. Pov. no conc. e freg. de Villa Nova de Gaya.

Aire. (V. *Ayre).*

Aires. (V. *Ayres).*

Aires. Pov. na freg. de S. João de Ver, conc. e com. da Feira, distr. d'Aveiro. || Quinta na freg. de Villa Nogueira d'Azeitão, conc. e com. de Setubal. || Herdade na freg. de Villa Nova da Baronia, conc. de Alvito, com. e distr. de Beja.

Aires de Cima. Pov. na freg. de Areias, conc. de Marvão, com. e distr. de Portalegre.

Airo *(Monte do).* Na freg. de Moure, conc. e com. de Barcellos, distr. de Braga.

Airó. Pov. e freg. (S. Jorge) da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga. 343 alm. e 71 fog. A pov. dista 5 k. da séde do conc. || Pov. na freg. de S. Pedro de Adães, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga. || Pov. na freg. de Cantellães, conc. e com. de Vieira, distr. e arceb de Braga. || Pov. na freg. de Fontão, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga. || Pov. na freg. de Gondiães, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga. || Pov. na freg. d'Oleiros, conc. e com. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Pedregaes, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga. || Pov. na freg. da Ribeira, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Thomé de Vade, conc. e com. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Serra, no distr. de Braga, 4 kilometros.

Airoso. Pov. na freg. de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, distr. e arceb. de Braga. || Casal na freg. da Povoa, conc. e com. de Moura, distr. e bisp. de Beja.

Aiuffe. Pov. na freg. de Silva, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga.

Aivadas. Casal na freg. de Villa Nova de Mil Fontes, conc. e com. d'Odemira, distr. e bisp. de Beja.

Aivado. Pov. na freg. de Esteval, conc. de Proença-a-Nova, com. da Certã, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. e conc. de Villa de Rei. Quinta na freg. e conc. d'Evora.

Aivados *(Ponte dos).* Bella ponte natural, formada n'um rochedo calcareo passando sobre o rio *Arcão,* tendo o arco revestido de heras. O rio Arcão nasce do *olho de agua* denominado *Borbolegão,* 5 k. ao norte de Grandola; tem as margens guarnecidas de alamos, freixos, carvalhos e amieiros. || Aldeia na freg. e conc. de Castro Verde. || Casal na freg. de Algar, conc. de Silves.

Aivados e Fontes Louseiras. Pov. na freg. d'Alcantarilha, conc. e com. de Silves, distr. de Faro, e bisp. do Algarve.

Aixa. Pov. na freg. de Varziella, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto.

Ajax. Nome dado á parte da serra da Estrella que fica junto de Gouveia.

Ajoias. Quinta na freg. de S. Thiago de Fontes, conc. de Santa Martha de Penaguião, com. da Regua, distr. de Villa Real e bisp. de Lamego.

Ajuda *(Fr. Gerardo de).* Monge professo do convento d'Alcobaça, nat. dos Coutos d'Alcobaça. Publicou a seguinte obra, que por muito tempo existiu no cartorio do referido convento: *Expositio in Psalmos David.* Ignora-se o fim que teve o livro, depois da extincção das ordens monasticas.

Ajuda. Freg. do 4.º bairro de Lisboa, distr. e patr. da mesma cidade. Nos principios do seculo XV, todo o territorio que vêmos hoje occupado pelas freguezias de N. S.ª da Ajuda e de N. S.ª de Belem, era um sitio despovoado e inculto. Perto do Tejo via-se apenas uma casita, no sitio chamado do *Castello,* a ermida dos navegadores dedicada á Virgem Maria com um hospicio contiguo, mandado construir pelo infante D. Henrique para recolher e tratar os naufragos e os nautas que viessem doentes das emprezas d'alémmar, ordenadas pelo infante. No local onde existia a ermida e o hospicio, levantou mais tarde D. Manuel o sumptuoso mosteiro de N. S.ª de Belem, em memoria da descoberta da India. Todos aquelles sitios eram então encostas ingremes e fragosas, que se elevavam desde o mar até á serra do Monsanto, vendo-se apenas, de longe em longe, um modesto casal rodeado de pequeno terreno cultivado. A ermida d'Ajuda, que então se divisava no alto d'aquellas encostas, tinha a sua lenda, assim como quasi todos os monumentos antigos teem a sua historia. A lenda é a seguinte: Andando um pastor a apascentar o gado, aconteceu entrar um dia n'uma gruta alli existente, e com o maior espanto viu uma imagem da Virgem mettida entre as fendas da rocha. Maravilhado com a descoberta, apressou-se a participar o extranho caso aos outros pastores. A noticia divulgou-se logo, e a concorrencia á gruta começou com toda a fé, tornando-se uma verdadeira romaria. Os devotos apregoavam por toda a parte os milagres da Virgem, a que chamavam *N. S.ª da Ajuda,* e as esmolas e as joias trazidas pelos fieis devotos, accumulavam-se na gruta. Edificou-se, então, com esses recursos, uma ermida no proprio sitio onde apparecera a imagem. Augmentando cada vez mais a concorrencia dos devotos, conheceu-se a necessidade de estabelecer alli vendas e barracas, que mais tarde se transformaram em construcções d'alvenaria. Algumas pessoas edificaram casas nas visinhanças da ermida, para poderem frequentar o sanctuario mais repetidas vezes; muitas, por sua morte, legaram ao culto da S.ª d'Ajuda, todos os seus bens. A concorrencia dos fieis augmentava prodigiosamente, e sendo a ermida muito pequena, resolveu-se destruil-a e fundar no mesmo local outra de muito maiores dimensões e de melhor architectura. A povoação teve grande incremento no segundo quartel do seculo XVI, dando-lhe o principal impulso a rainha D. Catharina, mulher de D. João III, pela grande devoção que consagrava á *S.ª d'Ajuda,* visitando amiudadamente a ermida, e enriquecendo-a com valiosas prendas. Muitas pessoas da côrte seguiram o exemplo da rainha, e desde então começaram os fidalgos a construir n'aquelles logares, casas de campo. O desenvolvimento da navegação e do commercio de Lisboa, pela descoberta da India, as obras do sumptuoso mosteiro de Belem e da magnifica torre que lhe fica proxima, contribuiram para o progresso da povoação, de tal maneira, que foi necessario arvorar em parochia a ermida de N. S.ª d'Ajuda. Deu-se á nova parochia por pastor um cura, sujeito ao cabido da Sé de Lisboa, e por demarcação o terreno comprehendido entre os rios de Alcantara e de Algés. Em 1747 o cura passou a ter o titulo de reitor. A freguezia d'Ajuda pouco padeceu com o terremoto de 1755 que destruiu Lisboa. A familia real, fugindo dos paços da Ribeira, que aquella catastrophe destruira, acolheu-se na quinta de Cima, no alto d'Ajuda, vivendo primeiro em barracas de lona, convenientemente resguardadas dos rigores do inverno, e depois no vasto palacio abarracado que alli se construiu á pressa. Por essa época a freguezia progrediu consideravelmente em população, em honras e em embellesamentos, pois que muitos habitantes da cidade, vieram estabelecer alli a sua residencia, uns impellidos pelo medo de novos cataclismos, outros pelos seus deveres como servidores da côrte. A patriarchal estabeleceu-se provisoriamente na parochia de N. S.ª d'Ajuda, onde se conservou até ser transferida para o templo que se construiu junto ao palacio real, e do qual apenas resta a torre do relogio. Mais tarde, em 1834, foi mudada para a Sé

Torre d'Ajuda

de Lisboa onde existe hoje. Os frades agostinhos descalços do convento da Boa Hora de Lisboa, que muito soffreu com o terremoto de 1755 refugiaram-se no sitio d'Ajuda, accommodando-se primeiro em barracas de lona, construindo-se depois um convento com as esmolas que obtiveram. A real irmandade do SS.^{mo} d'esta antiga egreja está actualmente erecta na real capella do palacio das Necessidades. Como continuasse a cres-

cer a população e a engrandecer-se a freguezia, decretou el-rei D. José a sua annexação á cidade, creando o bairro de Belem. Não duraram, porém, muito tempo estas prosperidades. Em 1807 a fuga da familia real para o Brazil, deixou a freguezia despovoada porque muitas pessoas seguiram a côrte. O cerco de Lisboa em 1833, obrigando os seus moradores a recolherem-se á capital, quasi que acabou de a despovoar. As casas abandonadas iam-se arruinando e mesmo caindo por terra. Achava-se, pois, a freguezia em bem triste situação, quando em 1834 a desmembraram, formando-se da parte mais baixa a parochia de N. S.ª de Belem, com assento na egreja do mosteiro, vago pela recente sahida dos frades. Successivamente a população da capital foi refluindo para as extremidades, tornando a dar vida ás duas freguezias, Ajuda e Belem, que em 1852 fôram separadas da cidade para formarem com outras o concelho de Belem, que mais tarde foi extincto, para dar logar ao alargamento da area de Lisboa. Com a extincção das ordens religiosas, foi transferida a parochia da S.ª d'Ajuda para a a egreja do convento da Boa Hora, em 1836. Mais tarde, sendo prior Francisco da Silva Figueira, a egreja foi completamente reformada. As obras

Egreja de N. S.ª d'Ajuda

duraram desde 1870 até 1872. Hoje é um formoso templo, com duas espaçosas sacristias, sendo, tanto estas, como a egreja, adornadas com muitos quadros a oleo, onde se vêem copias de merecimento, e alguns originaes de bons authores. Entre as copias, ha duas de dois quadros de Raphael, e nos originaes, producções do *Espanholeto*, de *Bento Coelho*. de *Pedro Alexandrino* e de *Batoni*. O tecto foi pintado por Pedro Bordes, e é obra de merecimento. O edificio contiguo, onde era o convento, serve hoje de hospital militar ao regimento de Belem. Existe tambem n'esta freguezia a egreja de *N. S.ª do Livramento* e *S. José*, vulgarmente chamada *egreja da Memoria*, fundada por D. José I, em acção de graças por escapar com vida, embora gravemente ferido, ao attentado do dia 3 de setembro de 1758, indo o rei em carruagem da *quinta do Meio*, em Belem, para o palacio da Ajuda. Foi posta a primeira pedra da egreja no dia 3 de setembro de 1760 no logar onde estava a casa d'onde os conspiradores dispararam os arcabuzes contra a carruagem real. Na capella-mór ha um grande painel allegorico ao attentado de 3 de setembro, pintado por *Pedro Alexandrino*. A obra foi concluida no reinado de D. Maria I. Fez o risco e dirigiu a construcção o architecto João Carlos Bibiena. A egreja tem um só altar, é pequena, mas sumptuosa, toda de cantaria exteriormente, e revestida interiormente de ricos marmores com lavores. ‖ Ha n'este sitio uma bica, cuja nascente é nas terras de Paio Calvo, indo os sobejos para a quinta real.

Ajuda *(Bibliotheca d')*. Nos Paços da Ribeira havia, além de muitas preciosidades, uma magnifica bibliotheca com obras de valor, accumuladas pelos soberanos, desde D. Manuel até D. João V. Com o terremoto de 1755, que arrasou e incendiou aquelles paços, tudo desappareceu. Catalogos, se os havia, não escaparam ás chammas. Comtudo, pelas informações que nos dão varios escriptores, podemos ajuizar da importancia da bibliotheca. Destruindo aquelle repositorio de sciencia e litteratura, cuja origem se póde attribuir a D. Duarte e augmentado pelos seguintes monarchas, pensou o marquez de Pombal em constituir novamente o que se tinha perdido; mandou organisar uma livraria n'um edificio que se levantou perto do velho paço da Ajuda. Começada por este ministro, foi a bibliotheca augmentada com manuscriptos de varias proveniencias, e principalmente com os que fôram confiscados aos conventos dos jesuitas, depois da expulsão da Companhia de Jesus. O edificio, onde a bibliotheca se installou, nada tinha de notavel; era um casarão sem architectura, d'aspecto frio e pesado. Alli escreveu algumas das suas melhores obras o vulto gigantesco do grande historiador Alexandre Herculano, que era o bibliothecario, logar creado por el-rei D. Fernando, exclusivamente para o insigne homem de letras. N'aquella casa se viam continuamente reunidas as principaes capacidades litterarias da epoca; D. Pedro V tambem passava horas consecutivas, visitando e consultando Alexandre Herculano, de quem era amigo e sincero respeitador. Hoje a bibliotheca está estabelecida no paço d'Ajuda, á entrada do atrio direito. Quando a familia real fugiu para o Brazil, em novembro de 1807, transportou comsigo, além das alfaias e riquezas do paço, os livros que fôram instituir o primeiro fundo da bibliotheca nacional do Rio de Janeiro. De regresso

a Portugal, el-rei D. João VI tornou a trazel-os, apesar das instancias de seu filho D. Pedro, para que os deixasse alli ficar. Tratou-se então de se organisar de novo a bibliotheca, adquirindo muitas obras de valor. Vieram volumes da Mesa da Consciencia, da impressão regia, cuja pequena bibliotheca foi fundida na real; do Collegio dos Nobres e da bibliotheca publica, que cedeu todos os livros que tinha duplicados. Em 1855, quando se realisou a acclamação de D. Pedro V, fôram transportados para Ajuda os livros que constituiam a importante bibliotheca dos padres da congregação do Oratorio, e que existiam no convento das Necessidades, desde a extincção das ordens monasticas, em 1834. A bibliotheca conserva uma valiosa collecção de partituras d'operas, sendo grande parte das que se cantaram no theatro d'Ajuda; algumas são de musica sacra, de que falla Joaquim de Vasconcellos na sua obra sobre os musicos portuguezes. Julga-se haver n'esta collecção restos da celebre livraria musical de D. João IV, que se perdeu na fatal catastrophe de 1755. Nos manuscriptos ha muitos da maior importancia; o codice original em pergaminho do Cancioneiro denominado do *Collegio dos Nobres;* 222 vol. in-folio intitulados *Symmicta Lusitanica ex M S S. Codicibus Bibliothecæ. Apostolicæ Vaticanæ aliarumque Urbis,* são copias feitas pelos irmãos Assemani, por ordem e á custa de D. João V, dos documentos relativos a Portugal, encontrados no Vaticano e outros archivos e livrarias de Roma; os 50 vol. das cartas escriptas da India, da China e do Japão pelos missionarios jesuitas ao seu geral, sendo algumas do proprio punho de S. Francisco Xavier; os 6 vol. das obras do padre Jacome Gonçalves, escriptas em dialecto chingalez; varias biblias e breviarios, manuscriptos do seculo xv; livros de registos da correspondencia da casa professa de S. Roque; relações politicas sobre Portugal, annotadas por Filippe II; autographos de Mathias d'Albuquerque e de outros generaes da guerra da independencia; relação dos nossos embaixadores em Roma, comprehendendo alguns do tempo de D. João III; cartas dos representantes portuguezes em Roma no reinado de D. José, que trazem noticia dos presentes que el-rei mandava distribuir n'aquella cidade e das compras d'objectos d'arte. Entre os codices impressos de mais valia, apontam-se varios specimens das primeiras epocas da typographia, entre os quaes se conta o *Missal Bracharense* de D. Jorge da Costa, em typo gothico, impresso em Lisboa, em 1498; a edição de 1521, das *Ordenações do Reino;* a de 1553 das *Decadas* de João de Barros, e um exemplar da opulentissima edição dos *Luziadas,* feita pelo celebre morgado de Matheus. A bibliotheca tem catalogo dos manuscriptos, feito antes da partida da familia real para o Brazil, um da livraria dos padres do Oratorio, escripto por elles proprios, e um dos livros impressos, feito em 1822. O bibliothecario actual é o sr. Ramalho Ortigão.

Ajuda *(Collecção archeologica d').* Compõe-se de valiosas alfaias da corôa e de objectos antigos, que el-rei D. Luiz adquiriu para esta collecção, tendo sido elle quem pensou em reunir todas estas preciosidades n'um gabinete do paço d'Ajuda, em armarios envidraçados, onde se pódem admirar e estudar. Entre estes objectos d'arte, torna-se notavel a celebre custodia d'ouro, feita por Gil Vicente, o talentoso ourives da rainha D. Leonor, viuva de D. João II; foi feita por ordem de D. Manuel, com o primeiro tributo que veiu de Quíloa, como tudo consta d'uma inscripção gravada no pé d'aquella preciosa e riquissima reliquia. A custodia é uma peça d'ouro, pesando cerca de 32 marcos; consta de 3 partes: o pé, o corpo, e a cupola ou coroamento. O pé é cheio de lavores e curvas preciosas, revestido d'uma lamina onde se lê em letras minusculas de

Custodia dos Jeronymos

esmalte branco a inscripção em que fallámos. Compõe-se o corpo d'uma base larga assente sobre 2 troncos, d'onde se levantam duas peças rematando em coruchéos, divididas na sua altura em varios compartimentos regulares, como uns nichos, onde se vê em umas estatuetas d'anjos. Na base estão ajoelhadas varias figuras representando os apostolos, de mãos erguidas, em adoração. Sobre estas, e a meio da custodia está a luneta. A cupola ou coroamento é formada de varios corpos lavrados e ornados no mesmo estylo, e encimado por uma cruz, com um busto representando o Padre Eterno, e por baixo em esmalte branco uma pomba, symbolisando o Espirito Santo. Todos os rendilhados são cobertos de esmaltes de diversas côres. O mais admiravel da obra é o grupo d'apostolos, pela delicadeza do trabalho. Figurou esta preciosissima reliquia na exposição de Paris de 1867, obtendo o primeiro premio.

D. Manuel doou-a ao mosteiro dos Jeronymos. Em 1833 foi enviada para a Casa da Moeda para ser convertida em dinheiro juntamente com outros objectos de ouro e prata, provenientes dos conventos, mas salvou-se milagrosamente, sendo mandada para o thesouro da Casa Real em troca d'uma banqueta de prata que se havia fundido, e que pertencia á capella do paço. No mesmo gabinete existe uma cruz de ouro adornada de pedras preciosas, mandada fazer por D. Sancho I, e doada por aquelle soberano ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. A face da cruz é ornada de pedras preciosas, filigrana e ornatos abertos a buril. Tem saphiras e rubis cercados de perolas e aljofares. Nos 5 rubis maiores estão gravados caracteres arabicos, e entre estes, dois são figuras d'animaes. No reverso vê-se uma inscripção, e nas extremidades os symbolos dos 4 evangelistas: anjo, aguia, leão e touro alados. Vêem-se tambem n'aquelle gabinete objectos que pertenceram á baixella da casa dos duques d'Aveiro. São fructeiros de prata dourada, cobertos de figuras em meio e baixo relevo, perfeitamente cinzelados,

Cruz de D. Sancho I

verdadeiros primores, que, segundo os melhores fundamentos, são trabalhos portuguezes. Tambem figuram n'esta notavel collecção archeologica, diversas peças da baixella da Casa Real, obra do ourives francez do seculo XVIII, Germain, que firmou algumas d'ellas. Muitos outros objectos se encontram dignos de menção pelo seu valor e riqueza, cuja descripção minuciosa se póde lêr nos livros e catalogos de A. Teixeira d'Aragão. As moedas e medalhas alli existentes fórmam a primeira e a mais completa collecção numismatica de Portugal. Esta collecção esteve na exposição de Paris, em 1867, exposta na secção portugueza da historia do trabalho; contém exemplares de quasi todas as moedas e medalhas cunhadas desde

Inscripção no reverso da cruz de D. Sancho I

a fundação da monarchia. A serie de moedas romanas cunhadas para a peninsula é tambem quasi completa; alli se vêem moedas romanas, wisigothicas e arabes.

Ajuda *(Jardim botanico d')*. Fica situado perto do palacio real. Mandado plantar pelo marquez de Pombal, serviu para estudo dos principes D. José e D. João, netos do rei D. José I. Foi quasi todo feito já no reinado de D. Maria I. Teve por primeiro director o celebre naturalista italiano Domingos Vandelli, lente jubilado da universidade de Coimbra, e depois o naturalista e lente jubilado da mesma Universidade Felix de Avellar Brotero, auctor da *Flora Lusitana*. Tem uma collecção magnifica de orchideas da America e o melhor exemplar que existe no reino do dragoeiro *Dracæna draco*. A' entrada vêem-se duas estatuas toscamente trabalhadas em granito. Uns attribuem estas estatuas aos phenicios; outros aos lusitanos, anteriormente á invasão romana. Uma d'ellas tem na base esta inscripção: *Estatuas militares, que se acharam no outeiro Lesenho, perto da villa de Montalegre no anno de 1785*. Fôram encontradas alli n'umas escavações que se fizeram. Junto ao jardim, ha o edificio onde se estabeleceu na mesma epoca um museu de historia natural, devido á iniciativa de Miguel Frazini, mestre dos netos de D. José. A familia real, quando partiu para o Brazil, levou os exemplares mais preciosos que havia n'este museu. Durante a invasão franceza, Napoleão mandou a

Lisboa um naturalista com ordem de enviar para França tudo quanto achasse digno de figurar no museu de Paris. Assim desappareceram 400 animaes, 3:000 productos mineralogicos e um ervario contendo 2:000 especies de plantas. Depois da subida ao throno D. Maria II, foi o museu mudado para o edificio do extincto convento de N. S.ª de Jesus, e passados annos, transferido para a Escola Polytechnica, onde se vê actualmente, bastante augmentado.

Ajuda *(Palacio d')*. Tendo-se destruido por completo o magestoso Paço da Ribeira, no terremoto de 1755, a familia real refugiou-se no sitio d'Ajuda, n'um palacio provisorio de madeira. O marquez de Pombal, então ministro de D. José, projectou construir um edificio mais proprio, para residencia do soberano. Reuniram-se conselhos, chamaram-se architectos para organisarem a planta e para a escolha do local. Houve differentes opiniões a este respeito; uns lembraram Campo d'Ourique e outros Campolide. N'estas delongas, foi decorrendo tempo, até que D. José falleceu, em fevereiro de 1777, no seu antigo paço de madeira. Dizem que este rei manifestara desde o terremoto má vontade em habitar casas de construcção em que se empregasse cantarias ou marmores. D. Maria I, que lhe succedeu no throno, continuou residindo alli; porém em 1795 viu-se obrigada a retirar para Queluz, por causa do violento incendio que reduziu a cinzas todo o lado oriental do palacio. Foi então decidida a construcção de novo paço, no mesmo sitio d'Ajuda. E' o que vêmos actualmente na meia encosta da serra do Monsanto, no Alto d'Ajuda. Os architectos José da Costa e Silva, portuguez, e Francisco Xavier Fabri, italiano, fôram os encarregados da nova planta. Ambos apresentaram os seus planos, sendo preferido o do italiano Fabri. No anno de 1802 lançou a primeira pedra nos alicerces da nova fundação o principe regente D. João, mais tarde el-rei D. João VI, no mesmo local do antigo palacio incendiado. As obras começaram com a maior actividade, porém, em novembro de 1807, ficaram completamente paralysadas, em consequencia da fuga da familia real para o Brazil. Só annos depois é que continuaram, tornando a suspender-se em agosto de 1833, quando se realisou a mudança de regimen. Até hoje teem-se conservado paralysados os trabalhos, achando-se ainda o palacio por concluir. Duraram as obras 31 annos incluindo o tempo das interrupções, e além dos architectos em que fallámos, trabalharam mais tarde Manuel Caetano de Sousa que alterou a planta primitiva, Antonio Francisco Rosa e o brigadeiro Rapozo. O palacio principiou a ser habitado em 1826 em seguida á morte de João VI. Alli residiram as infantas D. Isabel Maria, regente do reino, D. Maria d'Assumpção, D. Maria Francisca Benedicta, princeza do Brazil, e D. Miguel em 1828, depois da sua chegada a Lisboa. Realisaram-se tambem no mesmo palacio os dois factos historicos, que occasionaram a guerra civil: a entrega da regencia do reino a D. Miguel, por sua irmã a infanta D. Isabel Maria, na presença das duas camaras, e a reunião dos tres estados, que entregaram ao mesmo infante D. Miguel a corôa de Portugal. O infante D. Carlos, quando foi expulso de Hespanha por seu irmão o rei D. Fernando VII, hospedou-se no paço d'Ajuda em 1833 e aqui se conservou até 24 de julho do mesmo anno, em que os acontecimentos politicos o obrigaram a sahir de Portugal. O palacio permaneceu depois fechado, porque D. Maria II residia no paço das Necessidades, e só o utilisava para as grandes cerimonias. Assim no palacio da Ajuda solemnisou-se a 16 de setembro de 1855 a acclamação de el-rei D. Pedro V; e em maio de 1858 o casamento d'este monarcha com a rainha D. Estephania. El-rei D. Luiz escolheu-o para sua definitiva habitação, e hoje pela morte d'este soberano, alli reside a sua viuva a rainha senhora D. Maria Pia. O plano do palacio era magestoso, mas não chegou a concluir-se; das quatro magnificas fachadas que se deviam construir, rematando nos angulos com quatro torreões, coroados de trophéos, sómente se vê a do lado leste. A fachada é toda construida de pedra lioz, muito fina e polida, que pertence á classe dos marmores. Para o vestibulo entra-se por tres porticos, collocados entre seis columnas doricas. O vestibulo é adornado com muitas estatuas allegoricas, mettidas em nichos, symbolisando o *conselho*, a *gratidão*, a *generosidade*, a *innocencia*, o *desejo*, a *diligencia*, a *honestidade*, o *decoro*, a *humanidade*, a *providencia*, a *lealdade*, a *constancia*, a *justiça*, a *prudencia*, a *perseverança*, a *affabilidade*, o *annuncio bom*, o *amor da virtude*, o *amor da patria*, a *intrepidez*, a *liberalidade*, a *acção virtuosa*, a *clemencia*, a *consideração* e a *piedade*. As tres primeiras d'estas estatuas são trabalhos do grande esculptor portuguez Joaquim Machado de Castro, e as outras de Joaquim José de Barros, Joaquim José d'Aguiar, Faustino José Rodrigues, C. Amatucci e J. G. Viegas. No primeiro pavimento, que é terreo, dos lados norte e leste, mas bastante elevado do lado do sul, encerra-se uma collecção de pannos de Arraz, revestindo as paredes das salas, em que se vêem representados factos da guerra de Troia, da vida de D. Quichote, e scenas da vida campestre; nas sobreportas admiram-se quadros a oleo de grande merecimento, executados por artistas portuguezes. O andar nobre tem galerias e salas vastissimas. As que servem para recepções solemnes occupam grande parte da fachada do lado léste, começando no salão dos *embaixadores* e terminando no torreão, que torneja para o lado do sul. A sala da acclamação é assim conhecida por ter pintada nas paredes a solemne acclamação de D. João IV. O salão dos *embaixadores* é de fórma elliptica, tem o pavimento e as paredes cobertas com magnificos marmores de differentes feitios, elevando-se em pilastras, que rematam por graciosos capiteis da ordem composita, e adornam as portas e janellas em delicados lavores. Nos quadros das sobreportas, e nos que existem nos corredores, ha trabalhos de Vieira Portuense, Sequeira, Foschini, Botelho, Calixto, Volkmar Machado etc. Nota-se, entre os quadros dos corredores, um de grande valor, que dizem ser obra do pintor José d'Avellar Rebello, e que representa com a maxima verdade a cerimonia da acclamação e juramento de D. João IV, realisada no Terreiro do Paço em 15 de dezembro de 1640. O oratorio dos reis fica situado n'uma das salas da parte do sul; a magestosa capella, concluida para o casamento de D. Luiz I em outubro de 1862 occupa, no pavimento terreo, o espaço correspondente ao salão dos *embaixadores*. Uma das salas mais curiosas e mais bella é a chamada sala de

marmore, em que o tecto e as paredes são revestidos de laminas de agatha e calcedonia, presente do vice-rei do Egypto. Existe uma descripção minuciosa d'este palacio n'um folheto intitulado *Descripção artistica das novas salas do real paço d'Ajuda,* escripto por Possidonio da Silva, e no *Archivo Pittoresco,* n'um artigo de Vilhena Barbosa, vol. v. de 1862. Diz este ultimo, que, d'um documento official, observou terem-se gasto nas obras do palacio d'Ajuda, desde novembro de 1813 até dezembro de 1818, 809:106$019 réis. Pinheiro Chagas diz que não será exaggerado calcular que a construcção toda andará por cerca de 1.300:000$000 réis. ‖ Ha aqui um chafariz no qual em 1817 se puzeram dois tubos e um bom tanque. A nascente é no casal do Tojal ou do João da Abolada.

Ajuda *(Real galeria de quadros d').* Foi esta galeria começada por el-rei D. Luiz em 1864, que teve em mira reconstituir a preciosa collecção de quadros do paço da Ribeira incendiada em 1755 por occasião do terremoto. Possue esta galeria algumas obras notaveis, embora não se compare com aquellas que ornavam o antigo paço dos monarchas portuguezes. Na Torre do Tombo conserva-se o inventario feito por occasião do fallecimento do rei D. Manuel, e surprehende a quantidade de riquezas artisticas que já n'esse reinado havia no paço da Ribeira. Os presentes que aquelle monarcha enviou ao papa e a notavel armadura offerecida ao imperador Carlos V, são testemunhos da sua magnificencia. Percebe-se pois qual seria o seu cuidado em embellezar com obras d'arte o palacio da sua residencia, em vista da prodigalidade ao presentear extranhos. D'então para cá quantas riquezas não accumulariam alli os monarchas seguintes! Tudo se perdeu em 1755. Não se importaram, ou não tiveram ensejo para recompor esta importante secção das alfaias reaes, D. José e os seus successores. Foi D. Luiz quem cuidou em formar uma galeria real, adquirindo uma collecção escolhida de quadros antigos e modernos d'artistas nossos e estrangeiros. Alli estão: a *filha de Tintoreto,* de Lupi; paisagens e animaes, d'Annunciação; marinhas de Pedroso; o *Tasso* de Marciano da Silva, e télas de Fonseca, Resende, Tomasini, visconde de Menezes, etc. Dos quadros estrangeiros nota-se o grande painel do pintor italiano Gamba, representando o desembarque da filha de D. Manuel, a infanta D. Beatriz. A galeria está situada em duas salas, no pavimento nobre do palacio d'Ajuda, na ala do norte. Na primeira sala estão os quadros nacionaes de que fallámos; na segunda estão os antigos, tornando-se notaveis dois de Murillo, sendo um offerecido por D. Isabel, rainha de Hespanha, e outro comprado; um quadro gothico, obra italiana; uma téla de Van Dick; um que se crê ser de Leonardo de Vinci, etc. Da galeria antiga existe apenas um quadro de André Sacchi representando a lapidação de Santo Estevam. Foi o primeiro director d'esta galeria o pintor Marciano da Silva. Junto ha uma excellente collecção de estatuas em marmore, obras pela maior parte de artistas italianos.

Palacio d'Ajuda

Ajuda *(Real tapada d').* Occupa um vasto ambito, todo murado, que se estende pela encosta da serra de Monsanto, desde o alto da Ajuda até quasi a Alcantara. Consta d'uma bella matta, terras lavradias, cortadas em ruas espaçosas e de suave declive, com as necessarias officinas e casas do almoxarife, que administra a Tapada. Foi mandada fazer pelo marquez de Pombal para os exercicios cynegeticos de D. José I, exercicios a que era muito affeiçoado. Possue o *Observatorio de D. Pedro V* no sitio chamado *Eira Velha,* mandado fazer por este soberano, para o qual contribuiu com a quantia de trinta e cinco contos. Começaram as obras em 11 de março de 1861. E' um edificio magnifico, construido segundo os desenhos do architecto Colson, com as alterações aconselhadas pela commissão nomeada para esse fim. D. Luiz I accrescentou mais 19 contos réis ao primeiro donativo, fazendo o governo o resto das despezas para a conclusão do Observatorios Importou o edificio em 60 contos, e os instrumentos em 30. D'estes instrumentos os principaes

são: *grande refractor equatorial, instrumento de passagem do 1.º vertical, de passagem transportavel*, e do *circulo meridiano*. O primeiro custou 18 contos, sendo metade o custo do instrumento, e a outra metade o importe da objectiva, a mais aperfeiçoada que até então se tinha fabricado. As lentes vieram de Munich e os instrumentos de Hamburgo. Existe tambem n'este Observatorio um *Distribuidor electrico*, fabricado em Lisboa nas officinas do Instituto Industrial. O edificio compõe-se: d'um corpo central de fórma octogona, com dois pavimentos, e coberto com uma cupola de ferro; e de quatro corpos com um só pavimento ligados ao corpo central. O do lado do sul compõe-se d'um portico, do vestibulo onde se guardam diversos instrumentos auxiliares, de um quarto onde estão as pilhas que fazem funccionar os apparelhos electro-chronometricos, e das communicações para os pavimentos inferiores e superior do corpo central e para o subterraneo. As salas das observações ficam, uma no lado norte e outra a leste. O corpo central consta d'uma sala circular limitada por oito pilares, onde passam arcos de ferro, que sustentam a abobada, sobre a qual assenta o *grande equatorial*. Corresponde a esta sala uma galeria que a circumda, communicando com os quatro corpos do edificio. A cupola é toda de ferro, move-se circularmente e pesa cerca de 30 toneladas. Estão os instrumentos assentes em pilares com alicerces isolados dos do edificio, para não receberem as vibrações que este lhes póde transmittir. Compõe-se a bibliotheca, que está alojada na galeria do pavimento superior do corpo central, de tres mil volumes de sciencias astronomicas e mathematicas, notando-se pela sua importancia e raridade as obras de Pedro Nunes. Na real tapada d'Ajuda houve em maio de 1884 uma *kermesse* de caridade em beneficio das *Créches*, instituição de S. M. a rainha a senhora D. Maria Pia. Esta *kermesse* foi promovida por uma commissão composta da mesma augusta senhora e das principaes damas da côrte. A festa esteve brilhantissima. As ruas da tapada, orladas de arvores frondosas, todas embandeiradas, e as differentes barracas, de caprichosas phantasias, formavam um aspecto deslumbrante. A' entrada da kermesse via-se a barraca dos jogos, com muitos e variados premios, seguindo-se as outras barracas, pertencentes ás damas da côrte, sendo a ultima a da *Créche*, onde estava S. M., tendo por guarda de honra os alumnos das escolas municipaes com os seus elegantes uniformes, que então usavam. A venda em todas as barracas, de flôres, bilhetes e outros objectos era feita por S. M. a rainha e pela côrte. A festa durou tres dias, havendo sempre a maior animação e concorrencia. Tocaram as bandas regimentaes, houve exercicios gymnasticos pelos socios do Real Gymnasio Club, mastros de cocanha, etc. Na tapada d'Ajuda tem havido diversas exposições agricolas, sendo a ultima em 1898.

Ajuda *(Nau)*. Navio da marinha de guerra portugueza construido no arsenal de Lisboa pelo constructor Manuel Vicente, e lançado ao mar em 29 de março de 1759. O seu nome era muito extenso: *Nossa Senhora d'Ajuda e S. Pedro d'Alcantara*, por abreviatura chamava-se-lhe apenas *nau Ajuda*. Figurou muito nas listas das esquadras do seculo XVIII, formando as mais das vezes, parte da esquadra do sul ou do Mediterraneo. Em 1776 era commandada pelo capitão de mar e guerra José dos Santos Ferreira, e pertencia á esquadra do sul, quando na noite de 17 dezembro combateu durante algum tempo contra outra nau da sua esquadra, a *Santo Antonio*. O caso conta-se da seguinte maneira: vindo de noite uma outra nau reunir-se á esquadra, a nau *D. Affonso*, o commandante por inadvertencia, buscou entrar na formatura, ou falar ao chefe, Macduval, que estava a bordo da nau *Ajuda*, sem ter feito nem apresentado os convencionados signaes. As naus *Ajuda* e *Santo Antonio* cobriam a retaguarda das duas columnas, e vendo alta noite um navio extranho que se introduzia por entre ellas, a nau *Ajuda* rompeu sobre ella bravissimo fogo, sendo logo seguida pela *Santo Antonio*. A nau *D. Affonso*, conhecendo o seu erro, fez uma habil manobra e cahiu á ré; mas no entretanto as duas naus envolvidas no fumo e na escuridão, não davam pelo engano, e continuavam a guerrear-se, até que os outros navios conseguiram chegar á fala, e desfazer o engano. Esta occorrencia desastrosa tornou-se, ainda assim, bem fatal, porque, além das importantes avarias que tiveram as naus, morreram mais de 50 homens. Foi este facto que tornou muito conhecida a nau *Ajuda*.

Ajuda. Freguezia rural do concelho d'Elvas, confrontando com Jerumenha (Senhora do Loreto), do concelho do Alandroal, freguezia das Selladas ou Ciladas, do de Villa-Viçosa, e S. Braz e Santo Ildefonso, do d'Elvas, e com o rio Guadiana, pelo suéste, o qual, na extensão de 8 kilometros, a separa de Hespanha. Tem no maior comprimento, norte-sul, 11 k., e na maior largura, oeste-léste, 5 k. e meio. E' cortada pelos ribeiros de Busca-vide, de Varche, da Fortaleza e de Montes-juntos, todos affluentes do Guadiana. Os outeiros assignalados por marcos geodésicos, são os da Fortaleza 339^m, do Carapeto 330^m, de Busca-vide 275^m, das Caldeiras 228^m, do Freixial 221^m, e da Defezinha de Baixo 180^m. A area d'esta freguezia abrange, quasi toda ella, 25 herdades de pão, cevada e centeio. E' assaz curiosa a descripção das cousas d'esta freguezia, elaborada conforme os quesitos propostos pelos prelados do reino aos parochos das respectivas dioceses, e cujas respostas estão todas colleccionadas no Archivo da Torre do Tombo com o titulo de *Diccionario Geographico*, por isso a copiamos na integra: «Luiz Rodrigues Borralho, parocho confirmado pelo SS. Padre Benedicto 14.º em esta parochial egreja de Nossa Senhora da Ajuda, termo e bispado d'Elvas, provincia do Alemtejo; fui provido na dita freguezia, sendo data do prelado, e de sua natureza annual, por ser sé vacante; a congrua são 5 moios de trigo e dois de cevada. Consta de 31 visinhos e 220 pessoas. Está situada em monte, e descobre a cidade d'Elvas, da qual dista duas leguas, e a villa de Jerumenha, da qual dista uma. Tem uma aldêa distante da egreja 600 passos, que lhe chamam Venda, que consta de 6 visinhos. O orago é de Nossa Senhora da Ajuda. A egreja é d'uma nave; tem 5 altares: a capella maior, que é de Nossa Senhora da Ajuda, e as mais são de Nossa Senhora do Rosario, de Santo Antonio, o Senhor de Jesus e as Almas. Tem tres irmandades: a Senhora do Rosario, Santo Antonio e as Almas. Não ha n'esta freguezia mais que parocho e sacristão. Tem uma er-

mida chamada S. Rafael; está destelhada e sem portas, e as paredes com algumas rachas; e só a capella maior está bôa, a qual é d'abobada, onde está a pintura do Santo; é muito milagroso e advogado das sezões. Os fructos que n'esta freguezia se recolhem são trigo, centeio e cevada, e podendo recolher muitos mais mantimentos não os recolhem por se utilisarem das terras para pastagem dos gados, por cujo interesse tem deixado cair a maior parte dos montes que ha n'esta freguezia que, tendo legoa e meia de comprimento, e outro tanto de largura, e 35 herdades, se acham só habitando n'ella 7 lavradores, e as mais andam de cavallaria; por cujo motivo falta o culto divino, mantimentos no reino, sustento aos parochos. Dista esta freguezia da cidade d'Elvas duas legoas, e da de Lisboa 30 e meia. Está esta egreja situada junto ao rio Guadiana 180 passos. Nasce este rio na Mancha, Reino de Castella; corre do nascente para o poente; não é navegavel por causa dos penhascos e açudes que tem; é mui abundante de peixe, mas no tempo do verão se fazem melhores pescarias que no inverno. O peixe que se pesca são bogas, barbos, carpas, eirozes e algumas lamprêas, mas poucas; e são as pescarias livres. As margens do dito rio se cultivam por partes com alguns meloaes; não tem arvoredo, pois o não consente por ser mui arrebatado. Dizem este rio se precipita no mar. No tempo do inverno é caudaloso; mas no verão, se o anno é secco, muitas vezes deixa de correr. No districto d'esta freguezia ha 9 moinhos; uma ponte junto d'esta egreja 117 passos, que consta de 19 arcos, mui forte, mas a pedraria grosseira. Faltam-lhe 6 arcos no meio, os quaes se derrubaram no anno de 1709, e como esta freguezia está situada d'uma e outra parte do rio, os freguezes que habitam da parte d'além recebem um grande damno, por não poderem utilisar-se do pasto espiritual com que o pastor apascenta as suas ovelhas, ainda que ha barca; porque, como tudo é gente pobre, não tem com que a pagar, e todos os passageiros recebem um grande prejuizo por estarem dias impedidos, á causa de não andar a barca, como tem succedido este anno, e succede todas as vezes que enche o rio; e o mais é, muitas pessoas que se tem enterrado n'esta egreja, que falleceram afogadas por causa de não haver ponte aonde passarem. E esta falta se faz tambem digna de compaixão, que quando não houvesse o real que ha tantos annos se paga para a mesma ponte, todos de bôa vontade concorreriam para supprir tão grande necessidade. E' quanto sei, nos interrogatorios que se me perguntam; e por verdade me assignei. — Nossa Senhora da Ajuda, 9 de abril de 1758. — O parocho de Nossa Senhora da Ajuda, *Luiz Rodrigues Borralho*».

Ajuda *(Senhora da)*. Egreja parochial, isolada de quaesquer outras edificações, e situada dentro da área da Defezinha de baixo. Dista da cidade d'Elvas 11 kilometros, linha recta norte-sul. O parocho Luiz Rodrigues Borralho descreveu esta egreja na relação que fez das cousas da freguezia, transcripta no artigo precedente, e d'ella consta que havia ao tempo 5 capellas no seu recinto. Hoje ha só 3: a maior, em que está a imagem da Virgem do titulo da Ajuda, uma do lado esquerdo, denominada do Rosario, e a de Jesus, fronteira a esta, do lado direito. As confrarias fôram extinctas ha muitos annos. A egreja da Ajuda tem um alpendre deante da porta, e fica voltada ao poente. Nada ha n'ella que a recommende, ou que mereça menção especial, a não ser a capella-mór, pela sua antiguidade, talvez do seculo XVI. || Quinta na freg. e conc. d'Evora. || Herdade na freg. da Cabrella, conc. de Montemór-o-Novo. || Pov. na freg. e conc. de Setubal. || Nome por que tambem se designa a ponte de Olivença, em Elvas. || Pov. da freg. de S. Thiago dos Velhos, conc. de Arruda dos Vinhos, com. de Villa Franca de Xira, distr. e patriarc. de Lisboa. || Pov. da freg. de S. Lourenço de Arranhó, conc. de Arruda dos Vinhos, com. de Villa Franca de Xira, distr. e patriarc. de Lisboa. || Ponta ou cabo da ilha de S. Miguel, archipelago dos Açôres, na costa norte. || Monte crateriforme sobranceiro á villa de Santa Cruz, capital da ilha Graciosa, archipelago dos Açôres.

Ajuda Pequena. Nau da carreira da India, onde em 1512 esteve na tomada de Banestarim, sob o commando de Vicente d'Albuquerque.

Ajudá *(Estabelecimento de S. João Baptista d')*. Está este estabelecimento situado no reino do Dahomé, Africa Occidental. Consiste n'uma fortaleza construida em 1680 por ordem de D. Pedro II (quando ainda regente do reino) e que protegia outr'ora o importante commercio que na costa da Mina faziam os Portuguezes. Hoje nenhuma importancia nem utilidade tem, porque nenhum trafico alli exercem os nossos naturaes. E' o unico vestigio do nosso antigo poder n'aquella rica e extensa plaga, que se estende do Cabo das Tres Pontas até ao Cabo de Lopo Gonçalves, costa descoberta por portuguezes e por elles explorada no seculo XV. João de Santarem e Pedro de Escobar, quando navegavam por conta de Fernão Gomes, que arrendara a Portugal o commercio da Guiné, fôram os primeiros europeus que alli desembarcaram; porém, tendo o rei do Dahomé conquistado pelas armas aquelle reino nos fins do seculo XVII ou principios do seguinte, desde então faz parte dos estados d'aquella monarchia. Ajudá, levantada n'uma vasta planicie, a 5 k. pouco mais ou menos da costa, é grande e dividida em bairros, cujas casas, as dos indigenas, são de colmo e barro, distinguindo-se das dos europeus, nas quaes se nota uma certa elegancia e conforto. As ruas são largas mas immundas. O forte de S. João Baptista foi fundado por Bernardino Freire de Andrade, general e ex-governador de S. Thomé, que alli foi mandado por D. Pedro II, quando regente, afim de proteger e crear novos mercados de escravos, marfim e ouro, porque no seculo XVII, estando Portugal sob o dominio dos hespanhoes, apoderaram-se os hollandezes de uma parte das nossas colonias e arrazaram ou conquistaram quasi todas as feitorias portuguezas na costa da Guiné. Este forte, cuja construcção durou seis mezes, consiste apenas n'um vasto quadrado, abaluartado nos angulos, feito de estacaria revestida de terra e barro. Defronte da porta principal, e junto do muro que divide a praça do cemiterio, está situada a egreja parochial de S. João Baptista, a qual foi reparada no anno de 1868. Ainda se vêem os fortes de S. Jorge da Mina, de Cabo Corso e d'Axem, fundados pelos portuguezes e que pertencem agora a outras nações. Os portuguezes são mais estimados pelos habitantes do Dahomé do que os outros eu-

ropeus, gozando regalias especiaes. Serve Ajudá o porto de Ardra e seu respectivo canal.

Ajuda de camara. Creado que serve na camara do rei, ou de outra personagem no paço, ajudando o camarista.

Ajudadeira. Certa imposição antiga como ajuda de custo, que se pagava quando os soberanos casavam algum filho ou iam á guerra. Era um dos direitos inseparaveis da corôa. Nos prazos do mosteiro de Ganfei e outros da provincia do Minho se impunha alguma pensão de dinheiro ou de gallinhas, *para ajuda do jantar d'el-rei quando este passasse o rio Douro*. No tombo da sé de Vizeu, manuscripto do seculo XIII, diz-se que o praso das Rocas, em terra de Sever, paga *de ajudadeira tres soldos*.

Ajude. Pov. e freg. (S. Pedro) annexa á de S. João do Rei, prov. do Minho, conc. e com. da Povoa de Lanhoso, distr. e arceb. de Braga. 626 alm. e 149 fog. A pov. dista 6 k. da séde do conc. || Pov. da freg. de S. Martinho de Gondomar, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga.

Ala *(João dos Santos)*. Pintor portuguez do seculo XVIII. Foi discipulo de André Gonçalves, outro pintor tambem distincto. João dos Santos Ala foi mesario da confraria de S. Lucas, precursora dos Academicos de Bellas Artes em Portugal. Deixou obras notaveis, entre as quaes se conta o tecto da egreja das commendadeiras de Santos, e os retratos de alguns padres da ordem de S. Bruno, que ornamentavam o convento n'esta ordem na Cartuxa de Laveiras, e que se conservam hoje na bibliotheca nacional de Lisboa.

Ala *(Ordem militar da)*. Divergem muito os nossos chronistas ácerca da instituição d'esta ordem, por D. Affonso Henriques; uns querem que fôsse instituida, em 1179, depois do acontecimento desastroso de Badajoz, quando os mouros em 1181 sitiaram Santarem, onde D. Affonso estava, sendo derrotados pelos portuguezes. Outros contam o auxilio de S. Miguel que fez com que os mouros ficassem vencidos. Todas estas considerações desencontradas e lendarias dos nossos chronistas fazem acreditar que semelhante ordem nunca existiu.

Ala *(Sociedade secreta de S. Miguel da)*. Foi fundada esta sociedade pelo partido miguelista, em 1848, e durou até 1859, chegando a ter filiaes em muitos pontos do paiz. Era ao mesmo tempo religiosa, politica e nacional. Propunha-se a promover o desenvolvimento e o esplendor do catholicismo; a restabelecer o antigo systema chamado legitimista, e a manter a autonomia portugueza. Os seus meios seriam pacificos, podendo no entretanto, recorrer ás hostilidades armadas quando as circumstancias o exigissem. Esta sociedade compunha-se de noviços, professos e dignitarios. Nos noviços havia os graus de aspirante, pagem e escudeiro; nos professos, os de 1.º e 2.º cavalleiros; e nos dignitarios, os de commendador de grão-cruz e de mestre. O grão-mestre seria D. Miguel de Bragança, e na sua falta, o principe seu herdeiro ou successor. Diz-se que esta sociedade chegou a corresponder-se com D. Miguel. Era uma associação perfeitamente secreta, porque só em 1868, isto é, nove annos depois de ter acabado, é que veiu a saber-se que tinha existido.

Ala. Pov. e freg. da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança. 859 alm. e 210 fog. A pov. dista 4 k. da séde do conc. Orago Santa Engracia. || Serra, da prov. de Traz-os-Montes, junto ao logar de Vidriz, districto da villa de Penas-Royas, com. de Miranda do Douro. No alto da serra ha vestigios d'uma cidade que a tradição diz ter sido de mouros, vendo-se ainda as ruinas das casas. No fundo da serra vê-se uma fonte que servia aos moradores, e d'ella se fórma a ribeira de S. Miguel. Seria alguma cidade antiga, cujo nome e memoria se perderam.

Ala dos Namorados. Foi este o nome d'uma companhia composta de jovens fidalgos, que se formou no tempo de D. João I, para o auxiliar na defesa do reino, contra as hostes castelhanas. Tinha por distinctivo uma bandeira verde, a côr da esperança. Constituia a ala direita do exercito portuguez. Distinguiu-se muito na batalha d'Aljubarrota, em 13 d'agosto de 1385. Aquelles bravos rapazes portaram-se como heroes, mas infelizmente ficaram muitos no campo da batalha.

Aladeira. Pov. da freg. de S. Miguel de Ribeira de Frades, conc. de Coimbra.

Alafões *(D. Pedro de Souza, duque de)*. Filho de D. Miguel e neto de D. Pedro II. El-rei D. João V foi seu padrinho do baptismo, e, na occasião do baptisado, agraciou o afilhado com o titulo de duque de Alafões, por carta regia de 5 d'outubro de 1718, egualmente concedeu o titulo de duqueza de Alafões a sua mãe, D. Luiza da Camara e Souza, herdeira da casa dos marquezes d'Arronches. As chronicas nada mais nos dizem ácerca d'este titulo, o que faz acreditar que fôram estes os unicos fidalgos que o usaram.

Alagada *(Alto da)*. Marco geodesico collocado na herdade d'este nome, da freguezia de Santo Ildefonso, do concelho d'Elvas. Mede 164 metros acima do nivel do mar e está a 38º49' longitude N. 2º2' latitude E. do meridiano de Lisboa.

Alagados. Habitação na freg. de Sebal Grande, conc. e com. de Condeixa-a-Nova, distr. e bisp. de Coimbra.

Alagar. Pov. da freg. de Evora Monte, conc. de Extremoz, distr. e arceb. d'Evora.

Alagarinho. Casal da freg. e conc. de Aljezur.

Alago. Casal na freg. de Covellas, conc. e com. de Baião, distr. e bisp. do Porto.

Alagôa. Pov. e freg. da prov. do Alemtejo, conc., com., distr. e bisp. de Portalegre; 373 alm. e 88 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 12 k. da séde do conc. Orago S. Miguel. || Pov. na freg. de Villa Flôr. || Pov. na freg. de Soutello, conc. e com. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Rossas, conc. e com. d'Arouca, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. e conc. d'Oliveira do Bairro. || Pov. na freg. de Troviscal, conc. de Oliveira do Bairro, com. d'Anadia, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. e conc. de Goes. || Pov. na freg. de Figueira de Lavão, conc. de Penacova. || Pov. na freg. de Anreade, conc. e com. de Resende, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de Ranhados, conc. de Vizeu. || Pov. na freg. de Turquel, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de Villa Facaia, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || Casal, na freg. de Gonça, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Casal, na freg. e conc. d'Arganil. || Casal, na freg. de Samuel, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || Casal, na freg. de Cadafaes, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa. ||

Casal, na freg. de Milharado, conc. e com. de Mafra. || Casal, na freg. de S. Jordão, conc. de Evora. || Casal, na freg. de Santo Aleixo, conc. e com. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora. || Casal, na freg. de Santa Victoria, conc. de Beja. || Quinta, na freg. de Emeres, conc. de Valle de Passos, distr. de Villa Real. || Quinta, na freg. e conc. d'Agueda. || Quinta, na freg. de Manhouce, conc. e com. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Quinta, na freg. de Faia, conc. de Sernancelhe, distr. de Vizeu. || Quinta, na freg. da Torre de Terranho, conc. e com. de Trancoso, distr. da Guarda. || Quinta, na freg. de Villa Franca da Serra, conc. e com. de Gouveia, distr. da Guarda. || Quinta, na freg. de Orvalho, conc. de Oleiros, com. da Certã, distr. de Castello Branco. || Quinta, na freg. de Cereal, conc. de Cadaval, com. de Torres Vedras. || Quinta, na freg. da Granja, conc. de Mourão. || Herdade, na freg. de Cabrella, conc. e com. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de Ribeiradio, conc. d'Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de Chão de Conce, conc. d'Ancião, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de Athonguia da Baleia, conc. de Peniche, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de Valle de Torno, conc. e com. de Villa Flôr, bisp. de Bragança.

Alagôa *(José Francisco da Cruz)*. Thesoureiro-mór do real erario.

Alagôa ou Lagoa. Villa, séde do conc., com. de Villa Franca do Campo, na ilha de S. Miguel, distr. de Ponta Delgada, bisp. d'Angra do Heroismo. Tem duas freg.: Senhora do Rosario, com 4.375 alm. e 856 fog. Santa Cruz, 3.655 alm. e 822 fog. Pertence á 5.ª divisão mil. Del. postal de Ponta Delgada. O conc. tem 3 freg. com 1.250 fog. e 12.023 hab., sendo 5.771 var. e 6.252 fem. As freg.ˢ são: Agua de Pau, N. S.ª do Rosario, e Santa Cruz.

Alagôa da Cheia. Casal na freg. e conc. de Alcochete.

Alagôa do Guincho. Casal, na freg. da Serra, conc. de Grandola, com. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa, bisp. de Beja.

Alagôa de Palha. Pov. da freg. de Palmella, conc. de Setubal.

Alagôa das Talas. Pov. da freg. de Turquel, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa.

Alagôas. Pov. nas freg. de Urgueira, conc. de Sabugal, e Pombeiro, conc. d'Arganil, distr. de Faro. || Sitio, na freg. d'Alvôr, conc. de Villa Nova de Portimão.

Alagoeira. Pov. da freg. da Athouguia da Baleia, conc. de Peniche, com. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria, e patriarc. de Lisboa.

Alagoiça. Sitio da freg. de Santa Cruz, conc. e com. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa, bisp. de Beja.

Alagoinha. Pov. nas freg.ˢ de S. Julião, conc. de Portalegre, e Palmella, conc. de Setubal. || Casal, na freg. de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Quinta, na freg. de Zebreira, conc. e com. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco. || Herdade, na freg. e conc. de Fronteira.

Alambique. Pov. da freg. de Villa Garcia, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Casal, na freg. de Pinheiro de Azere, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. || Quinta, na freg. de S. Lourenço de Riba Pinhão, conc. de Sabroza, distr. de Villa Real. || Quinta, na freg. de Folhadella, conc. e distr. de Villa Real. || Sitio, na freg. de S. Martinho d'Anta, conc. de Sabroza, distr. de Villa Real.

Alameda *(Marquezes da)*. Appellido nobre de Portugal e de Hespanha, cujos representantes descendem de D. Affonso Telles Girão, senhor de Frechoso, que casou com D. Maria Pacheco, senhora de Belmonte. Em Portugal são descendentes d'esta familia: condes de S. Vicente, Pontevel, Povolide, etc.

Alamella. Pov. da freg. e conc. de Penafiel. || Pov. na freg. de Sub-Arrifana, conc. de Penafiel. || Casal, na freg. de Guilhufe, conc. e com. de Penafiel, distr. do Porto.

Alamo. Pov. na freg. de Cabeço de Vide, conc. d'Alter do Chão. || Pov. na freg. e conc. d'Arronches, distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de Freixo, conc. de Redondo, distr. d'Evora. || Pov. na freg. do Espirito Santo, conc. de Mertola, distr. de Beja. || Casal na freg. de Bente, conc. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga. || Casal, na freg. e conc. de Setubal, distr. d'Evora. || Casal, na freg. de S. Thiago do Escoural, conc. de Montemór-o-Novo. || Casal, na freg. de Montargil, conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre. || Casal, da freg. da Egrejinha, conc. de Arrayollos, distr. de Evora. || Casal, na freg. de Rio de Moinhos, conc. de Borba, distr. d'Evora. || Casal, na freg. de S. Estevam, conc. de Extremoz. || Casal, na freg. de S. Miguel de Machede, conc. de Evora. || Casal, na freg. d'Ourega, conc. d'Evora. || Casal, na freg. de Torre de Coelheiros, conc. d'Evora. || Quinta, da freg. e conc. d'Ourique. || Herdade, na freg. de S. Martinho, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || Herdade, na freg. de S. Gregorio, conc. d'Arrayollos, distr. de Evora. || Herdade, na freg. d'Evora Monte, conc. d'Extremoz. || Herdade, na freg. de S. Bento do Matto, conc. d'Evora. || Herdade, na freg. de S. Bento do Zambujal, conc. de Redondo, distr. de Evora. || Herdade, na freg. e conc. de Cuba. || Sitio, na freg. e conc. de Castro Verde. || Pov. na freg. e conc. d'Alcontim. || Pov. na freg. de Bensafrim, conc. de Lagos. || Pequeno rio, da prov. do Alemtejo, termo de Monsaraz. Nasce na serra do Ramo Alto, no baldio das Caldeiras. Desagua no Guadiana.

Alamos. Pov. na freg. de S. Miguel das Cardosas, conc. d'Arruda dos Vinhos. || Pov. na freg. de Santo Estevam, conc. d'Alemquer. || Pov. na freg. d'Afrutes da Guia, conc. de Albufeira. || Quinta, na freg. de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Quinta, na freg. de Valdigem, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Quinta, na freg. d'Ervedosa, conc. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu. || Quinta, na freg. de Penso, conc. de Sernancelhe, distr. de Vizeu. || Quinta, na freg. de Santa Sophia, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora. || Quinta, na freg. de Santo Aleixo, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora. || Quinta, na freg. e conc. de Redondo. || Quinta, na freg. de Baleizão, conc. de Beja. || Quinta, na freg. de Conceição, conc. de Ourique, distr. de Beja. || Quinta, na freg. de Bensafrim e Barão de S. João, conc. de Lagos, distr. de Faro. || Quinta, na freg. da Carnota, conc. d'Alemquer. || Quinta d'Arrentella, conc. d'Alemquer. || Herdade, na freg. de Santa Luzia, conc. d'Ourique. || Sitio, na freg. de Bella, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Bocca no canal de Alpiarça.

Alandroal. Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc. e julgado municipal, com. do Redondo, distr. e arceb. d'Evora. Tem uma só freg. com 1.862 alm. e 387 fog. Pertence á 4.ª div. mil. e 3.º distr. de reserva do exercito effectivo com a séde em Elvas. Tem Misericordia, hospital, sociedade phylarmonica, escolas para ambos os sexos, est. post. com serviço de emissão e pagamento de vales, cobrança de recibos, letras e obrigações, e de encommendas postaes, permutando malas com R. A. L. e R. A. S.—Estremoz. O conc. comprehende 7 freg. com 1.507 fog. 7.146 hab., sendo 3.719 var. e 3.427 fem., n'uma superficie de 50:589 hect. Dista 45 k. da séde do conc. Orago, N. S.ª da Conceição. Ha aqui um castello, fundado em 1336 por D. Affonso, mestre d'Aviz. Tem sete torres em roda e a de menagem no centro, e tres portas, ficando a principal entre duas torres. A torre da direita tem ao entrar uma inscripção que diz: *Deus é, e Deus será*; *por quem elle fôr, esse vencerá.* Mais acima está outra que contem o seguinte: «*Era 1332 (1294 de Jesus Christo) a 6 dias de fevereiro, começaram a fazer este castello, por mandado do mestre de Aviz, D. Lourenço Affonso, e elle pôz a primeira pedra, M. e. e. b. 3. e castello.* Tem n'uma porta a cruz d'Aviz, com duas aguias, pendentes dos braços, e por cima d'elles, dois grilhões, como os da ordem de Calatrava, com esta inscripção: *mouro me fez.* No meio da torre de menagem ha uma cruz de Aviz com a seguinte legenda: *Era 1336 (1298 de Jesus Christo) a 25 dias andados de fevereiro, fez este castello D. Lourenço Affonso, mestre d'Aviz, á honra e serviço de Deus e de Santa Maria, sua madre, e das ordens do mui nobre Sr. D. Diniz, rei de Portugal e do Algarve (reinante em aquelle tempo), e em defendimento de seus reinos Salvator mundi, salva me.* Lê-se, ainda na porta da torre esta legenda gravada em pedra branca: *Quando quiseres faser alguma cousa, cata o que te é necessario e depois verás; e a quem de ti se fiar, não o enganes: lealdade em todas as cousas.* D. João II concedeu-lhe foral em Santarem, a 29 de abril de 1486 e D. Manuel outro, em Lisboa, a 10 de outubro de 1514. Descobre-se d'esta villa, Jerumenha, Olivença, Evora, Redondo, Monsaraz, Extremoz e Mourão. Os grão-mestres d'Aviz eram donatarios de Alandroal. Passa n'este concelho o rio *Lucefeci.* Existem aqui as ruinas de um hospicio fundado por Diogo Lopes de Sequeira no caminho que conduz para o *Arrabalde.* Tem uma fonte, com 6 bicas de bronze, abundante de agua que faz mover moinhos e asenhas. Ha outra fonte das *Freiras* que rebenta d'um rochedo, cuja agua rega os campos visinhos. Entre a fonte e a villa, existe o logar chamado de *Villares,* onde dizem ter sido a villa primitiva, o que parece confirmal-o as ruinas de construcções que se encontram alli. A *Granja* com outeiros minados, mostra que serviu á extracção de metaes pelos romanos ou arabes. Possue mais: minas de cobre, manganez e ferro, as capellas de S. Bento da Contenda e de S. Miguel, fundadas sobre as ruinas do templo construido e dedicado pelos lusitanos a *Endovelico* ou *Cupido.* Passa aqui a cordilheira Ossa, com ramificações que se estendem até ao Guadiana, depois de percorrerem os termos de Extremoz, Alandroal, Villa Viçosa, Evora Monte e outras villas. Nunca se conheceu n'esta localidade, peste, ou epidemia alguma, segundo a tradição, devido, sem duvida, á terra ser muito sadia. Aqui, pelo contrario, se refugiavam pessoas que sahiam d'outros pontos atacados de doenças. Em 1600, aqui esteve a duqueza de Bragança e sua filha D. Isabel, fugidas da peste. A palavra *Alandroal* vem de muitos *alandros* ou *aloendros,* arbusto vulgarmente chamado *loendro.* Ha n'esta villa uma fonte de agua ferrea.

Alanhosa. Pov. da freg. de Nogueira da Montanha, conc. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga.

Alanos. Povo da raça scytha; habitavam primitivamente entre o Ponto-Euxino e o mar Caspio. Estenderam as suas conquistas desde o Volga até ao Tanaïs, penetraram pelo norte até á Siberia, e pelo sul levaram as suas invasões até ás fronteiras da Persia e da India. A mistura das raças sarmatas e germanicas tinha modificado um pouco as feições e o caracter dos alanos. No anno 276 começaram tambem as suas invasões sobre o imperio romano. O paiz d'este povo foi invadido em 376 pelos hunos que vieram das fronteiras da China, e desde essa época até ao seu completo anniquilamento na Hespanha, os alanos occupam um logar secundario na historia dos povos barbaros. Em 409, a Hespanha que, depois de 4 seculos, estava em perfeito socego, foi invadida de repente pelos suevos, alanos e vandalos. Os alanos foram completamente derrotados mais tarde, quando os wisigodos, sendo então senhores da antiga Lusitania, com o rei Wallia á frente, lhes deram repetidos combates, expulsando-os dos seus territorios. Os alanos fundiram-se depois com os vandalos, e desde então não tornaram a apparecer na historia como paiz independente.

Alão. Familia portugueza, antiquissima. Os genealogistas querem que ella descenda dos reis alanos, e que d'ahi lhe venha o nome. Esta etymologia, porém, é muito duvidosa. Um dos membros d'esta familia, D. João Alão, bispo do Algarve, fundou na freg. de S. Bartholomeu de Lisboa, o morgado de Santo Entropio. Tem brazão: Armas esquartelladas: o primeiro quartel xadrezado de ouro e vermelho; o segundo de azul com cinco flôres de liz de ouro em santor, e assim os contrarios; timbre um cão alão de azul com uma estrella de ouro na espadua.

Alão *(Padre Manuel de Brito).* Presbytero portuguez, que floresceu no seculo XVII; n. na villa da Pederneira; era descendente de familia nobre. Formou-se em direito canonico, foi abbade de S. João de Campos, administrador da Real Casa de N. S.ª da Nazareth, reunindo a esse emprego official o cargo officioso de panegyrista da imagem da Virgem. Nunca abandonou a terra natal, sitio pittoresco, que domina a enseada da Nazareth, empregando toda a sua vida na consagração d'aquella milagrosa imagem. Não se sabe a data do nascimento nem da morte do venerando sacerdote, mas 1637 ainda vivia, tendo mais de 82 annos de edade. Escreveu: *Antiguidade da sagrada imagem de Nossa Senhora da Nazareth, grandezas de seu sitio, casa e jurisdicção real, sita junto á villa da Pederneira,* etc.—Lisboa, 1628.—Teve 2.ª edição em 1684. No principio tem uma estampa grosseira, representando o lendario milagre da Virgem a favor do alcaide-mór de Porto de Moz, D. Fuas Roupinho. A 1.ª edição traz uma dedicatoria a Filippe IV de Hespanha,

III de Portugal; na 2.ª não se publicou esta dedicatoria, provavelmente por ter já acabado o dominio hespanhol no paiz; *Prodigiosas historias e miraculosos successos acontecidos na casa de N. S.ª da Nazareth. Parte segunda.* Lisboa, 1637. Não consta que esta 2.ª parte se reimprimisse. A estampa do frontispicio é diversa e um pouco mais aperfeiçoada que a primeira, sendo comtudo o mesmo assumpto.

Alão *(Martinho Lopes de Moraes).* Prelado portuguez, conhecido tambem pelo nome de Martinho Lopes Alão de Moraes, conego da sé do Porto, cidade onde nasceu a 8 de setembro de 1713, e onde parece que tambem falleceu antes de 1789, não se sabendo ao certo a data. Escreveu: *Successo lamentavel da destruição do Porto e seus suburbios, acontecido no fatal mez de Dezembro de 1739.* Porto, 1740. Sahiu sem o nome do author; *Porto glorioso,* poema da entrada do ex.mo bispo do Porto, D. Fr. José Maria da Fonseca e Evora. Porto, 1743; *Templo da fama consagrado pelo crystallino e undoso Douro á immortalidade do ex.mo e rev.mo sr. D. Ignacio de Santa Thereza, bispo que foi de Gôa,* etc.

Alão de Moraes *(Christovam).* Respeitavel magistrado portuense e distincto escriptor. N. na freg. de S. João da Madeira, a 13 de maio de 1632, como assegura um dos seus biographos, que diz ter visto a certidão do segundo baptismo, na freg. de S. Nicolau, no Porto. Christovam Alão de Moraes recebeu segundo baptismo, em consequencia da perseguição que fizeram ao prior que o baptisara, accusando-o de hereje; as auctoridades ecclesiasticas, attendendo a esta circumstancia, ordenaram novo baptismo, declarando estar nullo o primeiro. Era filho de Balthazar Alão de Moraes, capitão de mar e guerra, que morreu aos 24 annos. Mostrando grande intelligencia e aprendendo com facilidade o francez e o latim, que lhe ensinava fr. Antonio da Purificação, seu tio, Christovam matriculou-se, tendo 15 annos, na Universidade de Coimbra, nas faculdades de mathematica e de philosophia, não tardando, pela distincção com que se houve nos estudos, a cursar tambem as faculdades de direito canonico e de direito civil. Tendo feito as suas ultimas conclusões de direito civil, em abril de 1661, veiu ler no desembargo do Paço em Lisboa, que era o exame preparatorio para quem desejava entrar na magistratura, e foi despachado pela rainha D. Luiza de Gusmão, então regente do reino, para juiz de fóra de Torres Vedras; em seguida ouvidor e provedor da villa de Mira, juiz dos orphãos da cidade do Porto, corregedor da comarca de Pinhel, Ribacôa e Figueira, corregedor da comarca de Coimbra, procurador do fisco da rainha em 1677, conservador da Universidade de Coimbra, superintendente das decimas d'essa cidade, corregedor e provedor da comarca do Porto, conservador dos seus moedeiros, e finalmente desembargador e corregedor do Civel da Relação do Porto. Todos estes cargos lhe fôram concedidos pela alta consideração que o seu elevado talento e capacidade tinham adquirido, e pela fórma imparcial como sempre se houve nas dissidencias entre os dois irmãos, D. Affonso VI e D. Pedro. Christovam Alão casou com D. Joanna Thereza de Carvalho, filha da ama que creara os dois referidos irmãos. Falleceu em 19 de maio de 1693, no Porto, sendo sepultado na cathedral, na capella de Santa Helena de Vera Cruz, instituida por um dos seus antepassados. Publicou: *Praticæ jurisprudentiæ Nucleus;* notas sobre as Ordenações do reino, que se não publicaram, assim como a maior parte das obras que escreveu: *Pedatura Lusitana-Hispanica,* que se conserva manuscripta na bibliotheca do Porto; *Livro das familias da casa de Austria, França e Saboya, e de todos os principes da Europa,* etc.

Alapega de Baixo e de Cima. Duas pov.ª na freg. de Santa Suzana, conc. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Alapella. Pov. nas freg. de S. Salvador, de Fonte Boa, conc. de Esposende, distr. de Braga.

Alapraia. Pov. da freg. de Alcabideche, conc. de Cascaes.

Alarcão. Appellido nobre portuguez, originario de Hespanha, d'onde passou na pessoa de D. João de Alarcão, que acompanhou sua mãe, D. Elvira de Mendonça, camareira da 2.ª mulher d'elrei D. Manuel. Brazão: Em campo sanguinho uma cruz de ouro florida e vasia, orla azul carregada de oito aspas do mesmo metal; timbre, a cruz do escudo; a orla dividida do campo por uma cotica de ouro.

Alarcão *(D. Antonio Soares).* Auctor genealogico. Viveu no seculo XVII e era filho de D. João Soares de Alarcão e Mello.

Alarcão *(Brigida de).* Dama portugueza muito erudita e eloquente; n. em 1572 e f. em 1622. Discutia sobre direito canonico e civil, sobre theologia especulativa e moral, sobre uma ou outra historia ecclesiastica e secular; tinha grande verbosidade, e diz-se que uma vez orou durante 5 horas sem interrupção. Sabia diversos idiomas, especialmente o latim, que falava com muita elegancia. Falleceu quasi de repente, com 50 annos de edade, no estado de solteira, apesar de ter sido muito requestada; mas não quiz nunca sujeitar-se ao estado conjugal. Deixou duas obras manuscriptas: *Vida, acções e morte da famigerada Judith; Vida, acções e morte do famoso Sansão.*

Alarcão *(D. Filippe Mascarenhas de).* Fidalgo portuguez, do seculo XVIII; era filho de D. Diogo de Sottomaior, que teve o morgado da quinta da Foz, e de D. Maria Bocanegra d'Alarcão, filha natural de D. Filippe d'Alarcão. Succedeu a seu pae no morgado da quinta da Foz, serviu no exercito chegando ao posto de brigadeiro, e commandou os regimentos d'Almeida e de Campo Maior. Foi governador na ilha da Madeira, desde 1723 a 1734.

Alarcão *(D. Francisco Soares de).* Fidalgo portuguez, cavalleiro da ordem de Calatrava; veiu a herdar a casa dos seus antepassados, mas servindo a Hespanha contra Portugal, em 17 de junho de 1665, na batalha de Montes Claros, foi feito prisioneiro, tendo o posto de general.

Alarcão *(D. Francisco Sottomaior de).* Governador de Macau de 1714 a 1718 e de Moçambique de 1719 a 1720. Era 2.º filho de D. Diogo Sottomaior, e irmão de D. Filippe Mascarenhas d'Alarcão. Partiu para a India com o vice-rei D. Rodrigo da Costa, onde serviu sempre com muito valor e honradez.

Alarcão *(Henrique Figueiredo de).* Governador de Angola, em 1717, anno em que foi nomeado, succedendo a João Manuel de Noronha. Em 1718, alguns sobas das terras de Benguela revoltaram-se contra o presidio de Caconda, que

foi defendido corajosamente por José da Nobrega e Vasconcellos, até que o capitão-mór de Benguela, Manuel Simões, marchou em seu auxilio, destroçando completamente os pretos. Em 1722, Henrique de Figueiredo d'Alarcão entregou o governo ao seu successor, Antonio d'Albuquerque Coelho de Carvalho.

Alarcão *(D. João de)*. V. *Sarmento Osorio*.

Alarcão *(João Peixoto da Silva Menezes de)*. Pertencente a esta familia distincta; só se sabe que usava do seguinte brazão, concedido por decreto de 29 de julho de 1830: Um escudo esquartelado, no primeiro quartel as armas dos Peixotos, no segundo as dos Silvas, no terceiro as dos Menezes, no quarto as dos Alarcões.

Alarcão *(D. João Soares de)*. Fidalgo erudito e distincto poeta. N. em Cintra ou nas suas proximidades, em 1580, e falleceu em dezembro de 1618. Era filho de D. Martinho Soares d'Alarcão, 6.º alcaide de Torres Vedras, e de D. Cecilia de Mendonça, filha de Filippe d'Aguiar, mestre sala da Casa Real. D. João Soares d'Alarcão era commendador da ordem de Christo, 7.º alcaide-mór de Torres Vedras, e mestre sala da Casa Real. Casou com D. Isabel de Castro e Vilhena, irmã de D. Jorge Mascarenhas, marquez de Montalvão. Escreveu as seguintes obras: *Archimusa de varias rimas y efectos*, Madrid, 1611. Innocencio diz, que apesar do titulo em castelhano, quasi todas as poesias contidas n'este pequeno volume são em lingua portugueza. «Se devemos estar, diz Innocencio, pelo que se lê no privilegio concedido por Filippe III para a impressão que anda no principio do livro, a *Archimusa* não seria de D. João Soares d'Alarcão, mas sim d'um amigo d'este, já defunto, que lh'a deixara, encarregando-o, ao que parece, de a publicar. E de facto, o seu nome não apparece no rosto.» Publicou mais: *La Iffanta coronada por el-rei D. Pedro, Doña Ines de Castro, em octava rima*. Lisboa, 1606; *Perdição das naus, e dos que se salvaram na barra de Lisboa no anno de 1606*, obra historica, muito apreciada pelos eruditos.

Alarcão *(D. José de)*. Escriptor do seculo XIX. Era author d'uma *Revista agronomica; periodico mensal de agricultura, horticultura e floricultura; publicado por uma sociedade, sob a direcção de D. José de Alarcão*. Lisboa, 1856. Continuou nos annos seguintes.

Alarcão *(D. José de)*. V. *Velasques Sarmento*.

Alarcão *(D. Maria de)*. Neta de D. João Soares d'Alarcão e Mello, que foi feito marquez de Turcifal por el-rei de Castella, e irmã de D. Francisco Soares d'Alarcão. Foi feita dama da rainha D. Isabel, e por morte dos seus irmãos teve o titulo de marqueza de Turcifal e de condessa de Torres Vedras. Casou com D. Luiz de Bracamonte, 2.º marquez de Fuente del Sol.

Alarcão *(D. Martinho Soares de)*. Fidalgo, filho de D. João Soares de Alarcão e Mello; viveu no seculo XVII, e f. no cerco de Barcelona, em 1652, quando assaltava o forte de S. João dos Reis.

Alarcão *(Pedro de Figueiredo de)*. Diplomata portuguez do seculo XVIII. Era filho de D. Ruy de Figueiredo Alarcão e de D. Margarida de Menezes. Foi senhor d'Otta, commendador das commendas de S. Pedro de Merim, de S. João de Lifães, de S. Salvador de Castellões, de Santiago de Besteiro, na ordem de Christo, governador de Portalegre, e enviado extraordinario a Inglaterra. Casou com D. Francisca Ignez de Lencastre. Falleceu em abril de 1722.

Alarcão *(Ruy de Figueiredo)*. Fronteiro-mór e governador das armas da prov. de Traz-os-Montes, no seculo XVII. Era filho de Jorge de Figueiredo e de D. Maria da Silva. Na guerra da Independencia, em 1641, deu sobejas provas de valor e de fidelidade, sendo fronteiro-mór e governador das armas em Traz-os-Montes. Casou com D. Maria de Menezes, filha de Pedro Alvares Cabral, senhor de Azurara, alcaide-mór de Belmonte, e de D. Leonor de Menezes. Escreveu: *Relação do successo que Ruy de Figueiredo, fronteiro da raia de Traz-os-Montes, teve na entrada que fez no reino de Galliza*. Lisboa, 1641; *Segunda relação verdadeira de alguns successos venturosos, que teve Ruy de Figueiredo, fronteiro-mór da villa de Chaves, na entrada que fez e ordenou em alguns logares do reino de Galliza, nos ultimos dias de Agosto, até se recolher á dita villa*, Lisboa, 1641; *Terceira relação do successo que teve Ruy de Figueiredo de Alarcão, nas fronteiras de Chaves, Monte-alegre e Monforte, segunda feira 9 de Septembro de 1641*, Lisboa, 1641; *Quarta relação verdadeira da victoria que o fronteiro-mór de Traz-os-Montes, Ruy de Figueiredo de Alarcão, houve na sua fronteira, cinco legoas de Miranda, em Brandelhanes, terra de Castella*. Lisboa, 1641.

Alarcão e Mello *(D. João Soares)*. Fidalgo portuguez, do seculo XVIII; senhor e alcaide-mór de Torres Vedras, senhor de Aguilar e Lugo, commendador de S. Pedro de Torres Vedras e de Santa Maria de Maçãs na ordem de Christo, e mestre sala da Casa Real portugueza. Era filho de D. João Soares d'Alarcão. Depois de D. João IV ser acclamado, foi alistar-se no exercito hespanhol, juntamente com outros fidalgos, ficando assim ao serviço de Hespanha contra a patria. Em 1642, a 17 d'outubro, sendo general de cavallaria, entrou pela provincia da Beira a atacar o exercito portuguez. Esta traição alcançou-lhe os titulos de marquez de Turcifal e de conde de Torres Vedras, concedidos por Filippe IV, de Castella, e os logares de mordomo-mór de D. Isabel de Bourbon e de D. Marianna de Austria, conselheiro do supremo conselho de guerra, governador e capitão-general da praça de Tanger, em 1643, e da praça de Ceuta, em 1646. Casou com D. Maria de Noronha d'Eça, filha de João Fogaça d'Eça, e f. a 6 d'outubro de 1669. Escreveu: *Arte militar, e do que deve obrar qualquer soldado e cabo em governar e menear as armas*.

Alardo. Appellido nobre em Portugal, vindo de França, onde era nome proprio. Passou ao nosso paiz na pessoa de D. Alard, capitão da armada franceza, que ia para a conquista da Terra-Santa, e arribou a Lisboa, onde prestou grande auxilio a D. Affonso Henriques, na tomada da cidade. Ficando em Portugal, como outros cruzados, foi senhor das villas de Athouguia, Lourinhã e Villaverde. Tinha o seguinte brazão: em campo vermelho um crescente de prata em pala, entre tres flôres de liz em roquete. Timbre meio leão de prata, armado de vermelho, colleira guarnecida de ouro e uma flôr de liz do mesmo metal na garra direita.

Alardo. Assim se chamava a revista que passava o rei, o condel-mór ou a pessoa por elle encarregada, aos ricos-homens, cavalleiros, escudei-

ros e vassallos que desfructavam terras ou acontiamento, para saber se tinham os cavallos e armas necessarias e se estavam promptos a entrar em campanha quando fôssem chamados. Resenha que se fazia do numero da gente de guerra, soldados ou milicias, quando se dispunha a sua partida. Os alardos de cavallaria effectuavam-se geralmente no primeiro de maio, devendo apresentar cavallo de marca todos aquelles que eram obrigados a tel-o. V. *Cavallo de Maio.*

Alardo *(Ruy Barba Correia).* Morgado da Romeira e mestre de campo dos Auxiliares de Leiria; n. em Santarem, a 10 de fevereiro de 1650; f. a 31 d'outubro de 1714. Foi muito versado na historia secular e genealogica. Jaz sepultado na capella do Santo Milagre em Santarem, em sepultura propria. Escreveu: *Genealogia da familia dos Barbas em que se referem todas as acções e progressos de todas as pessoas d'este appellido comprovado tudo com as chronicas do reino e escripturas authenticas; Titulos de outras familias,* de que faz menção João Antonio da Costa e Andrade.

A Lazeira. Casal no conc. de Setubal.

Albacetim. Vallado real do sul, na Leziria Grande de Villa Franca de Xira.

Albano *(Agostinho).* Escriptor portuguez e jornalista, no seculo XIX. Traduziu *Orpheu nos infernos,* em 3 actos, *Os orgãos de Mostoles,* e o drama em 5 actos e 1 prologo: *Os Apostolos do mal.*

Albardada. Pov. da freg. de Alferse, conc. de Monchique, distr. de Faro, bisp. do Algarve.

Albardão. Casal da freg. de Dornes, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. ‖ Quinta, na freg. de S. Manços, conc. d'Evora.

Albardas. Pov. da freg. de Sant'Anna da Serra, conc. de Ourique, distr. de Beja.

Albardeira. Casal e quinta na freg. d'Ourega, conc. d'Evora.

Albardeira de Baixo e de Cima. Dois casaes na freg. de Ourega, conc. d'Evora.

Albardeiro. Pov. da freg. de Semelhe, conc. de Braga. ‖ Casal na freg. de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira. ‖ Quinta na freg. de Faia, conc. da Guarda.

Albardeiros. Pov. da freg. de Porcas, conc. da Guarda. ‖ Casal na freg. de Sant'Anna do Campo, conc. d'Arrayollos, distr. d'Evora. ‖ Herdade na freg. de Villa Nova de Baronia, conc. d'Alvito, com. e distr. de Beja.

Albardo. Pov. e freg. da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda. 352 alm. e 85 fog. A pov. dista 20 k. da séde do conc. Orago Espirito Santo. ‖ Pov. da freg. de Grijó, conc. de Villa Nova de Gaya.

Albardos. Freg. da prov. da Beira Baixa, com. e conc. da Guarda, a 290 k. a E. de Lisboa, 70 fogos. Deriva *Albardos* da palavra arabe *Albarde,* que significa cousa fria. ‖ Casal na freg. de S. Miguel de Machede, conc. d'Evora. ‖ Serra da prov. da Extremadura, conc. de Leiria. Faz parte da cordilheira de Monte Junto. Tem 30 k. de comprimento e 6 de largura; nasce perto de Porto de Moz e termina em Rio Maior. Conta-se que D. Affonso Henriques, subindo ao alto da serra, no sitio chamado *Arrimal,* em 1147, fizera doação aos frades bernardos de todas as terras que d'alli se avistassem. Em memoria d'este facto se erigiu n'aquelle mesmo sitio um arco de pedra com uma inscripção commemorativa. A serra tem uma ramificação para o conc. de Truquel, denominada *Cabeço do Truquel.* Tem uma gruta comprida, formada por grandes rochedos, obra da natureza, que, segundo a tradição, serviu de residencia aos povos de eras remotas. Em 1869, o architecto Joaquim Possidonio Narciso da Silva fez uma investigação á gruta. Encontrou-se á entrada um vestibulo alto mas acanhado, passando-se por uma abertura feita na rocha a um outro bastante amplo, com buracos onde entrava luz e ar. Escavado o chão, achou-se a pouca profundidade uma camada de cinza com alguns ossos misturados. Debaixo d'esta camada achou-se outra de areia, e ainda por baixo d'esta outra de cinza e ossos como a primeira. Parece em vista d'isto que a gruta, servia de *necropole.* No dia seguinte, querendo-se continuar os trabalhos, não se poude, devido á grande quantidade de fumo que entrava pelos respiradouros da gruta. Averiguando-se o que motivava aquelle fumo, soube-se que os pastores, julgando que lhes iam roubar thesouros que elles diziam alli existir, tinham enchido a gruta de matto, lançando-lhe fogo, para interromperem os trabalhos. Recebendo o architecto um telegramma para regressar a Lisboa, ficaram suspensas as investigações. N'essa occasião achou-se na serra um *dolmen* celtico em bom estado de conservação. Nascem aqui tres rios: o Alcobaça, o Alcobertas e o de Rio Maior. Ha n'esta serra a quinta chamada de Val-de-Ventos, que pertenceu aos frades de Alcobaça. Tem pedreiras de bello marmore, algares, caça, lobos, uma lagoa que nunca secca, e uma extensa matta de carvalhos.

Albarrã *(Torre).* Nome que se dava nos principios da monarchia a certas torres em que se guardavam os dinheiros da corôa, que annualmente sobejavam dos gastos ordinarios. Havia uma no castello de Lisboa, outra em Santarem, Coimbra, Porto e alguns logares mais. E' muito elucidativo este trecho que destacamos da *Chronica d'el-Rey D. Pedro I* por Fernão Lopes: «Em cada um anno eram os reis certificados pelos védores da sua fazenda de todas as despezas, que feitas haviam, assim em embaixadas, como em todas as outras cousas, que lhes necessariamente convinham fazer, e diziam-lhes o que além d'isto sobejava de suas rendas em direitos, assim em dinheiros, como em quaesquer cousas; e logo era ordenado que se comprasse d'ellas certo ouro e prata para se pôr e guardar no castello de Lisboa, em uma torre, que para isso fôra feita, que chamavam a torre Albarrã, e esta torre era mui forte, e não foi porém acabada. Estava em cima da porta do castello, e alli punham o mais do thesouro que os reis juntavam em ouro, prata e moedas, e tinham as chaves d'ella uma o guardião de S. Francisco, e outra o prior de S. Domingos, e a terceira um beneficiado da sé da mesma cidade; e para juntar este ouro e prata tinham este modo. Em todas as cidades e villas do reino, que para isto eram azadas, tinham os reis seus cambeadores, que compravam prata e ouro áquelles que o vender queriam, o qual não havia de comprar a outros senão a elles, e acabado o anno trazia cada um quanto comprára n'aquelles logares, onde havia de ser posto um thesouro; e tinham estes cambeadores certa cousa de cada peça d'ouro que compravam; e o que sobejava em moeda punham isso mesmo em deposito

em outra torre, que havia isso mesmo no castello de Santarem, em que outrosim estava mui grande thesouro de moeda e d'outras cousas em tamanha quantidade, que apontoavam a torre mui fortemente por não cahir com o muito haver que n'ella punha. E d'esta maneira estava no Porto e em Coimbra e em outros logares do reino; e posto ahi em cada um anno aquelle ouro, prata e moedas, que assim ficavam, e que os reis mandavam comprar, quando o rei vinha a morrer, prégavam d'elle e dos bens que fizera, dizendo como reinára tantos annos e mantivera os seus reinos em direito e justiça, contavam-lhe mais, por grande bondade, e louvando-o muito, diziam: *Esse rei ha tantos annos que reina, poz nas torres do Thesouro tanto ouro, prata e moedas.* E quanto cada um rei em ellas mais punha, tanto lhe contavam por muito maior louvor e bondade.»

Albarrada. Pov. do freg. de S. João de Ver, conc. e com. da Feira, distr. d'Aveiro, e bisp. do Porto.

Albarrães. Casal no conc. de Alemquer.

Albarraque. Pov. da freg. de Rio de Mouro conc. de Cintra. Tem estação postal permutando malas com aquella villa, da qual dista 4 k. E' uma das mais lindas e pittorescas povoações dos arredores. Segundo uns, *Albarraque* é uma alcunha arabe, que quer dizer *leproso*. Frei João de Sousa, no seu livro *Vestigios da Lingua Arabica em Portugal,* diz que *Albarraque* deriva do verbo *baraca,* reluzir, brilhar, resplandecer. Em tempos Albarraque pertenceu á freg. de S. Pedro de Penaferrim, do mesmo concelho de Cintra.

Albarróes. Pov. da freg. de Triana, d'Alemquer.

Albarrol. Pov. da freg. e conc. de Miranda do Corvo. || Pov. na freg. de Pouza Flôres, conc. de Anciães, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra.

Albello. Pov. na freg. de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. e bisp. do Porto.

Albergagem. Direito que os padroeiros tinham de serem recebidos e hospedados pelos parochos das egrejas de que tinham o padroado.

Albergaria. Hospicio destinado para abrigar pobres, peregrinos e doentes. Nos nossos conventos mais antigos encontram-se registos de importantes doações feitas por devotos ás albergarias, as quaes se desenvolviam por todo o reino. As rainhas portuguezas e muitas pessoas particulares fundaram nos primeiros seculos da monarchia muitas albergarias, mantendo algumas d'ellas, sendo outras sustentadas por esmolas. Em grande parte eram encargo dos morgados. Todas essas albergarias se extinguiram, rareando lentamente até ao alvorecer dos tempos modernos. Nos principios da monarchia portugueza, os viandantes passavam grandes inclemencias pelos caminhos, pois soffriam bastante pela falta de estalagens, pousadas ou outros quaesquer albergues onde descançassem da violencia da jornada. D. Mafalda, esposa de D. Affonso Henriques, conhecendo este estado das communicações entre as terras do reino, mandou edificar á sua custa e dotar grande numero de «albergarias» nos sitios mais ermos e isolados, mas por onde se fazia caminho. Era de sua fundação a albergaria de Caldas d'Aregos, que tinha um tanque e a obrigação de estarem sempre promptas duas camas para pobres. Já D. Thereza fundára algumas «albergarias», sendo a mais notavel a do logar hoje denominado, por essa mesma fundação, Albergaria-a-Velha, ponto importante, por alli passarem a estrada real que vae de Lisboa ao Porto e a de Aveiro a Vizeu. Essa albergaria, edificada no anno 1120, existe á entrada da referida villa. Era destinada aos viajantes pobres, aos quaes, se trouxessem guia, se lhes dava *um vintem,* e sendo clerigos, *meio tostão.* Se estivessem doentes, alli se curavam; se não pudessem já andar, fornecia-se-lhes cavalgadura até ao logar mais proximo. A pousada tinha quatro camas e mais dois enxergões, esteiras, lume, agua e sal, para quem n'ella quizesse pernoitar. A' pessoa que fallecesse na albergaria dava-se-lhe mortalha e enterramento em sagrado, com officios de tres lições e missa, e mais tres missas de altar privilegiado. A albergaria de Amarante, egualmente fundada por D. Thereza, coube mais tarde em herança aos filhos de Gonçalo Mendes de Sousa, que por sua vez a doaram a D. Toda, dando esta um casal e um mouro para servir á mesma albergaria. A albergaria de Mezão Frio tambem foi fundada pela mãe do nosso primeiro rei, a qual para esse fim coutou a Gonçalo Eriz a quinta de Oseloa, cujos rendimentos serviam para os hospicios. Deviamos deixar aqui uma lista completa das albergarias que houve em Portugal, mas não só foi grande o seu numero, o que tornaria este artigo muito extenso, como tambem de algumas apenas restam os nomes das localidades onde se fundaram, como por exemplo: Albergaria de Penella, Albergaria Nova, Albergaria das Cabras, Albergaria de N. S.ª da Graça, Albergaria dos Fusos, e tantas outras pequenas aldeias, tambem denominadas Albergaria, nas freguezias de S. Simão de Litem, Abitureiras, Santa Maria de Almoster, Almoster, Amares, Antanhol, Armil, Branca, Cumeada, Facha, Carneiro, Sá e Valladares, Marinha Grande, Oliveira do Conde, S. João de Vez e Goes. Eram, pois, as albergarias uns utilissimos hospicios, que prestavam soccorro e agasalho áquelles que jornadeavam. A viação acelerada e os outros variadissimos meios de locomoção e de transporte que possue o nosso seculo dispensaram, é verdade, estas pousadas e albergues. Todavia, parece que a condição dos peregrinos, dos viandantes pobres e mais transeuntes pouco mudou, e que as albergarias tão necessarias são ainda hoje, que teem os seus succedaneos nos Albergues Nocturnos. Chronologicamente devem mencionar-se as seguintes fundações de albergarias: Em 1097, certo presbytero, de nome Pedro, doou a Lorvão a albergaria de Pena-Cova. Em 1200, D. Urraca fez doação da albergaria de Canavezes a Mendo Paes e a sua mulher D. Ermenda, precedendo a auctorisação de D. Sancho I. Em 1206, fundou-se proximo á villa de Carvalho, no concelho de Pena-Cova, a albergaria de Santo Antonio do Cantaro, assim denominada por ter sempre á porta, nos mezes de calor, um cantaro cheio de agua fresca e um pucaro para os caminhantes sedentos ou extenuados alli se desalterarem ou repousarem. Em 1215, D. Bartholomeu Domingues fez importantes doações a esta albergaria, de que era fundador. Ainda em 1689, seguindo as disposições testamentarias de aquelle benemerito, a camara municipal de Coimbra deu carta de administrador do morgado e da albergaria a D. Jeronymo de Athayde, conde de

Athouguia, e em cuja posse lograram succeder o marquez de Pombal e os seus descendentes. No *Livro Preto* da Sé de Coimbra, que está na Torre do Tombo, a fl. 254 verso, lê-se o instrumento da doação que, D. Bartholomeu fez a esta Albergarir em 1215. Quanto ao morgado, o senado elegeria aquelle que lhe parecesse mais idoneo. Bartholomeu Domingues estava de posse da egreja de Carvalho desde 1178, com D. Belida, sua mãe, e D. Gonçalo, seu irmão, em virtude do accordo que com elles fizera em abril d'esse anno D. Bermudo, bispo de Coimbra, e o seu cabido, pelo qual lhes cederam a pensão annual de dois morabitinos e a sua terça episcopal. A historia d'esta albergaria pede uma extensão que lhe não podemos dar, mas remettemos o leitor aos *Indices e summarios* de Ayres de Campos, onde se explana o assumpto com grande numero de referencias a documentos interessantes. Passemos á albergaria do Mondego ou de Cabadoudi, cuja fundação datava já do seculo XII, e a qual em 1250 Salvador Martins, conego da Guarda e prior de S. João de Celorico, que d'ella estava de posse, doou ao mosteiro de S. João de Tarouca, com a quarta parte de todos os rendimentos de Cabadoudi e dez casaes na mesma terra que seu pae já anteriormente legara á referida albergaria. Em 1271, D. Affonso III doou a albergaria da Ponte do Lavradio á cathedral de Lamego, «em desconto dos seus peccados» e a instancias de D. Pedro, bispo d'aquella diocese. Na antiga rua do Corpo de Deus, em Coimbra, existia desde muito tempo uma pequena ermida de N. S.ª da Victoria, a qual foi augmentada em 1367, por Anna Affonso, viuva, que n'ella instituiu uma capella e um hospital ou albergaria, com quatro camas, candeia e agua. Ayres de Campos, na obra citada, pag. 62 do *Fasciculo Unico*, diz que, por fallecimento do seu ultimo e zeloso possuidor, sr. Manuel Joaquim d'Almeida, passara esta capella para sua filha e herdeira a sr.ª D. Henriqueta do Carmo Tartaro d'Almeida e Andrade. Vê-se, pois, que a maioria das albergarias desappareceram muito cedo. Uma das mais antigas e que de si deixou eterna e fidalga memoria no nobilissimo appellido de Albergaria, hoje existente em tantos ramos de familias illustres de Portugal, é a que fundou D. Payo Delgado, no anno de 1154, n'esta cidade de Lisboa, em edificio proprio, junto á egreja de S. Bartholomeu, e á qual vinculou importantes propriedades e rendas, para n'ella tambem se curarem os soldados pobres feridos em campanha, uma especie do moderno Sanatorio, que em 1898 se fundou em Lisboa para soldados repatriados d'Africa, e cuja vida ephemera tanto depõe contra a nossa época. Foi D. Diogo Soares de Albergaria, descendente de D. Payo Delgado, o primeiro fidalgo que usou assignar-se com aquelle tão illustre appellido. Illustre mil vezes, porque não só pertenceu a prelados nota veis, escriptores eruditos e a guerreiros esforçados, mas porque provém da rememoração do estabelecimento do piedoso hospicio por um dos seus maiores. Poucos titulos tirarão origem mais formosa em virtudes christãs. Foi a caridade que o definiu; foi a gratidão e o reconhecimento que o concederam. Eram os soldados pobres alli curados, e o povo inteiro que, áquelles fidalgos, pelo seu estabelecimento e por terem residencia em palacio junto ao caridoso albergue, lhes chamavam os de Albergaria.

Albergaria. Appellido de muitas familias nobres de Portugal. A primeira pessoa que usou d'este appellido, foi, como dissémos no artigo anterior, D. Payo Delgado, fundador da Albergaria junto á egreja de S. Bartholomeu, e Lisboa. Tinha por armas: em campo de prata uma cruz sanguinha aberta, com uma orla do mesmo metal dividida por um filete preto carregado de oito escudinhos das quinas do reino; timbre: um dragão sanguinho volante. que alguns lhe carregam no peito uma cruz de prata como a do escudo.

Albergaria *(Antonio Soares de)*. Beneficiado da collegiada de Santo Estevam d'Alfama, em Lisboa. e capellão das capellas de S. Entropio e de S. Matheus, tambem de Lisboa, um dos mais distinctos genealogistas e notavel escriptor. N. em Castello Branco, em 1581, f. em Almada, onde fundara uma ermida, dedicada a Jesus Maria José, ermida em que viveu retirado os ultimos annos da sua existencia. Ignora-se a data do fallecimento. Antonio Soares de Albergaria era filho de Fernão Rodrigues de Coimbra e de D. Francisca Soares d'Albergaria, ambos descendentes de familias nobres de Veyros. Escreveu: *Tropheos Lusitanos, Parte* I. Este titulo acha-se no frontispicio dentro d'uma portada gravada em chapa de metal. seguindo-se depois o rosto impresso que diz: *Trophea sunt rerum gestarum monumenta, et victoriæ signa.* Anno 1632. *Em Lisboa, com todas as licenças necessarias, Impresso por Jorge Rodrigues.* Consta de brazões das armas do reino, familia real e nobreza de Portugal; *Resposta a certas objecções sobre os Tropheos Lusitanos,* Lisboa, 1634; *Vida de Santo Entropio; Chronica dos reis de Portugal* (conde D. Henrique a Filippe IV de Castella); *Triumpho da nobreza luzitana e origem dos seus brazões; Titulo de coutinhos historiado; Livro de Armaria,* em que ensina e declara todos os modos e fórmas de escudos e suas significações; *Tratado dos santos portuguezes com licenças para a impressão no anno de 1639; Adagios em latim e portuguez.*

Albergaria *(Balthazar Soeiro de)*. Advogado do seculo XVIII, em Lamego, d'onde era natural. Ignora-se a data do nascimento e a do fallecimento. Foi formado em direito na Universidade de Coimbra. Escreveu o seguinte livro, offerecido ao marquez d'Alemquer, vice-rei de Portugal, no tempo do dominio hespanhol, a que, parece, ter sido affeiçoado: *Declaração sobre a materia da agua para esta cidade de Lisboa, por servir a Sua Magestade, a quem promette outras maiores em serviço de Deus e seu, e do bem commum das republicas do mundo.* Lisboa, 1618.

Albergaria *(Francisco Soares de)*. Corregedor da côrte em 1640, morto n'um dos corredores dos paços da Ribeira, por occasião da restauração do reino em 1 de dezembro d'aquelle anno, quando ante os conjurados soltava vivas a Filippe III.

Albergaria *(Joaquim Freire de Andrade Pinto Soares de)*. Executor da contadoria geral de guerra e reino. Viveu no seculo XVIII. Tinha brazão. concedido por decreto de 26 de janeiro de 1754.

Albergaria *(Lopo Soares de)*. Capitão da cidade e castello de S. Jorge da Mina, em Africa. 3.º governador da India. Era filho de Ruy Gomes Alvarenga ou Albergaria, chanceller-mór do

reino, no tempo de D. João II. Na sua 1.ª expedição á India, em 1504, Lopo Soares d'Albergaria teve a rara fortuna de salvar o grande Duarte Pacheco da terrivel situação em que se encontrava em Calecut, vendo-se com muito poucos homens, obrigado a sustentar uma guerra terrivel contra os numerosos exercitos do Samorim. Soares d'Albergaria bombardeou aquella cidade, e assim conseguiu afugentar o exercito inimigo. A sua armada constava de 13 vélas guarnecidas de 1.200 homens, que D. Manuel lhe confiara. Apressando a viagem, chegou a Cochim em setembro do referido anno de 1504; o rajah recebeu-o com as maiores honras; Soares d'Albergaria associou-se com Duarte Pacheco Pereira, e fôram ambos assaltar Cranganor, derrotando por completo os fortes exercitos do Samorim. Regressou então ao reino em julho de 1505, trazendo comsigo as mais apreciaveis especiarias, tendo deixado na India, por capitão de mar, a Manuel Telles Barreto com 4 naus. Durante 10 annos, viveu na obscuridade; em 1515 é que D. Manuel se lembrou de nomeal-o governador da India, em substituição d'Affonso d'Albuquerque. Soares de Albergaria era inimigo pessoal d'este grande heroe, e D. Manuel, influido por intrigas palacianas que os cortezãos haviam armado contra elle, tornou-se ingrato, e lembrou-se d'esta nomeação, não tanto pelo merito do agraciado, mas com a idéa mesquinha de causar desgosto ao heroico conquistador da India. Affonso d'Albuquerque morreu na barra de Gôa, antes de ser rendido. Soares de Albergaria, vendo que a armada do Egypto, animada pela morte do valoroso conquistador da India, se preparava para renovar os ataques aos inimigos portuguezes, sahiu-lhe ao encontro, enfraquecendo as forças musulmanas, e mandando pôr fogo á cidade de Zeila, na costa da Ethiopia. Soares d'Albergaria subjugou e tributou alguns reis indigenas, e fundou a fortaleza de Colombo na ilha de Ceylão. Em 1518, findando os 3 annos do seu governo, Soares de Albergaria entregou o governo da India ao seu successor, Diogo Lopes de Sequeira, e partiu para o reino. Retirando-se então para Torres Vedras, afastou-se dos negocios do estado, e falleceu obscuramente n'aquella villa.

Albergaria *(Manuel Soares de).* Grande metrificador de versos latinos, e poeta notavel do seculo XVII. N. em Lisboa. Foi o primeiro que fez a sua lição para receber o bacharelato em Coimbra, no anno de 1604, em verso heroico latino com o seguinte titulo: *Poetica Repitio Legis Samcimus versim autem 2. Cod. de Testam. in Bachalaureatus,* etc., esta lição foi depois impressa. Compoz tambem a *Canção á brevidade da vida,* e a *Vita P. Petri Ribadaneira.* Queixando-se d'algumas injustiças da parte dos seus lentes, retirou-se para Madrid, onde professou n'um convento de jesuitas.

Albergaria *(Manuel Soeiro de).* Fidalgo portuguez, descendente dos Albergarias e dos Mendes de Tanger. Teve brazão, por decreto de 23 d'agosto de 1548: Escudo de campo esquartelado; o 1.º quartel de prata com uma cruz vermelha florida vasia, e uma bordadura de prata cheia de escudinhos azues, com cinco bezantes de prata em aspa; e o contrario de campo azul, com uma porta de duas torres de prata lavradas de preto e fustadas do mesmo, e um pé vermelho com uma cabeça de mouro toucada de branco cortada em vermelho, e tres lanças em pala e em roquete; elmo de prata aberto guarnecido de ouro, paquife de prata, vermelho e azul, e por timbre a mesma cabeça de escudo.

Albergaria *(D. Maria Soares de).* Escriptora portugueza do seculo XIX. Condessa de Montemerli, por ter casado com o conde d'este titulo, Lourenço Montemerli, cantor italiano, na época em que este artista fôra escripturado para o theatro de S. João, do Porto. D. Maria Soares de Albergaria pertencia á illustre casa da Rede, em Mesão Frio. Ultimamente esta senhora vivia em Piza na Toscana com seu marido. Escreveu em 1860, em italiano: *Lettera di una vera cattolica a Sua Santitá Pio IX.* Esta carta publicou-se, traduzida em portuguez, acompanhada d'algumas notas biographicas da authora, no *Jornal do Commercio,* de 24 de novembro de 1860. Appareceu depois transcripta em mais alguns jornaes. D. Maria Soares de Albergaria publicou tambem um romance em francez, *La Belle Baglia,* e outros escriptos, cujos titulos ignoramos.

Albergaria *(Miguel Lobo de).* Escriptor portuguez do seculo XVIII. Escreveu uma ecloga pastoril, em 1781, intitulada *Lesbia.*

Albergaria *(Thomaz Cabral Soares de).* Conego da sé de Braga. Depois de 1833 foi nomeado procurador geral da fazenda. Em 1859 tomou posse do logar de conselheiro do Tribunal de Contas, onde em 1880 era presidente interino.

Albergaria *(Vasco Martins de).* Camareiro-mór do infante D. Henrique, filho de D. João I. Acompanhou este infante a Ceuta, onde foi gravemente ferido, resultando-lhe d'esses ferimentos a morte alguns annos depois, em 1433. Está sepultado no mosteiro de S. Domingos de Bemfica.

Albergaria. Pov. na freg. e conc. de Ribeira de Pena. ‖ Pov. na freg. de Sá, conc. de Monsão, distr. de Vianna de Castello. ‖ Pov. na freg. de Valladares, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. ‖ Pov. na freg. d'Annães, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. ‖ Pov. na freg. de Facha, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. ‖ Pov. na freg. d'Armil, conc. de Fafe, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de Carneiro, conc. d'Amarante, distr. do Porto. ‖ Pov. na freg. de Capellos, conc. d'Amarante, distr. do Porto. ‖ Pov. na freg. de S. Nicolau, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. ‖ Pov. na freg. de S. João de Ver, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. ‖ Pov. na freg. de Antanhol, conc. de Coimbra. ‖ Pov. da freg. e conc. de Goes. ‖ Pov. na freg. d'Oliveira do Conde, conc. de Carregal. ‖ Pov. na freg. da Marinha Grande, conc. de Leiria. ‖ Pov. na freg. de Abitureiras, conc. de Santarem. ‖ Pov. na freg. de Almoster, conc. de Santarem. ‖ Casal na freg. e conc. de Castro Daire. ‖ Casal, na freg. da Cumeada, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. ‖ Casal, na freg. de Juncal, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. ‖ Casal, na freg. de Bellas, conc. de Cintra. ‖ Casal, na freg. e conc. de Monforte. ‖ Casal, na freg. de Estradas, conc. de Castro Verde, distr. de Beja. ‖ Quinta na freg. e conc. de Mangualde. ‖ Herdade, na freg. de Val de Guizo, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. ‖ Pov. da freg. de S. Simão de Litem, conc. de Pombal. Est. do caminho de ferro do norte. Tem caixa postal.

Albergaria das Cabras. Pov. e freg. da prov. do Douro, conc. e com. de Arouca, distr. de Aveiro, bisp. do Porto. Está annexada administrativamente á freg. de Burgo, 230 alm. e 33 fog. A pov. dista 8 k. da séde do conc. Orago N. S.ª da Assumpção. Fica perto da serra da Freita. Eram donatarias as freiras de Arouca. Produz pouco, e é terra fria. O rio Caima é formado por tres regatos que nascem aqui. Tem umas casas em ruinas, que eram uma albergaria, edificada pela rainha D. Mafalda em 1280. Pagava-se a uma pessoa para a certas horas da noite tocar uma buzina, a indicar as casas aos viajantes.

Albergaria dos Fuzos. Pov. e freg. de N. S.ª do Outeiro, na prov. do Alemtejo, conc. e com. de Cuba, distr. e bisp. de Beja. Está annexada civilmente á freg. de Villa Ruiva; 116 alm. e 36 fog. A pov. dista 16 k. da séde do conc. Foi villa e pertenceu aos duques de Cadaval, por compra que fizera D. Violante de Moura, abbadessa do convento de Santa Clara, de Beja, a 17 de dezembro de 1503. Estas freiras fôram as primeiras donatarias. A compra foi feita por D. Alvaro, da casa Cadaval, por 200$000 réis, e confirmada por D. Manuel, em Almeirim, a 14 de março de 1516, e depois por D. João III, a 17 d'agosto de 1525. Passam perto d'esta villa tres ribeiros chamados de N. S.ª, da Cegonha e de Odivellas. Tinha juiz ordinario e vereadores apresentados pelos donatarios.

Albergaria de N. S.ª da Graça. Sitio no conc. de Vianna do Alemtejo.

Albergaria-a-Nova. Pov. da freg. de Branca, conc. de Albergaria-a-Velha. Tem caixa postal. Deu-se um combate n'esta pov., a 10 de maio de 1809, entre as forças de Wellington e alguns regimentos portuguezes, e as do marechal Soult, ficando derrotados os francezes.

Albergaria da Rapozeira. Pov. na freg. de Barcos, conc. de Taboaço, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego.

Albergaria de Souza. *(João Soares de).* Nat. da villa de Vellas, da ilha de S. Jorge, archipelago açoriano, onde nasceu a 16 de janeiro de 1796. Era filho do coronel Ignacio Soares d'Albergaria e Souza, e de sua mulher, D. Isabel Delfina da Silveira Pereira de Lemos. Foi deputado ás côrtes em 1837. Falleceu em março de 1875. Escreveu: *Chorographia Açorica, ou descripção physica, politica e historica dos Açores, por um cidadão açorense, membro da Sociedade patriotica Philantropia* Lisboa, 1822. Sahiu com as iniciaes do nome do auctor J. S. de A. de S.

Albergaria-a-Velha. Villa da prov. do Douro, séde de conc. e julgado municipal, com. d'Agueda, distr. d'Aveiro, bisp. do Porto. Tem uma só freg. (Santa Cruz) com 2.761 alm. e 643 fog. Pertence á 2.ª div. mil. e ao 9.º distr. de res. do exercito effectivo com a séde em Aveiro. Tem escolas para ambos os sexos, estação telegraphica, e post. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, etc. O conc. comprehende 8 freg. com 3:300 fog. e 13:256 hab., sendo 5:855 varões e 7:401 fem., n'uma superficie de 17:885 hect. A villa dista 18 k. da séde do conc. As freg.ᵃˢ são: Santa Cruz, Alquerubim, Angeja, Branca, Frossos, Ribeira de Fragoas, S. João de Loure e Valle Maior E' villa muito antiga, ignorando-se quando e quem a fundou. Suppõe-se que data do seculo IX ou X, porque passava por alli a estrada com que os arabes substituiram a *via militar* dos romanos, e a que chamaram *estrada mourisca.* O seu nome tem origem n'uma albergaria que fundou alli D. Thereza, mulher do conde D. Henrique, em 1120, a qual ainda existe, vendo-se sobre a porta uma inscripção que diz: *Albergaria de pobres e passageiros da rainha D. Thereza.* (V. *Albergaria).* Alguns escriptores são de opinião que, quando a rainha aqui passou, era o sitio inhospito e frequentado por salteadores. Teve foral dado por D. Thereza em 1124. Dizem que foi o primeiro documento em que D. Thereza se intitulou rainha. Não parece verdade, pois é sabido que n'aquelles tempos todas as filhas dos reis hispanicos se denominavam rainhas. E' fertil e os seus arrabaldes são pittorescos, communicando por meio de estradas com importantes povoações o que deveras tem concorrido para o seu desenvolvimento. Tem a importante mina do Palhal, em cuja exploração se empregam mais de 600 pessoas, chegando em alguns pontos a ter 950 metros de profundidade. Produz annualmente 1:350 toneladas de minerio de cobre (pyrite) e cobre cinzento argentifero. Possue mais os estabelecimentos mineiros de Telhadella, Carvalhal, Braçal, Malhada e Cavão da Mó, uma fabrica de papel, outra de serração de madeira movida pela agua do rio Caima, e outra de louça no sitio de Biscaia. Albergaria tem estação telegraphica municipal e algumas estações publicas. | *Jornaes.* — Tem-se publicado os seguintes: *Albergariense (O),* 3, junho, 1892; *Clamor (O),* 8, agosto, 1891; *Correio d'Albergaria,* 3, dezembro, 1896, em publicação; *Folha d'Albergaria,* 19, julho, 1888; *Mexeriqueiro (O),* 14, março, 1897; *Mocidade (A),* 1, junho, 1883, o primeiro jornal publicado em Albergaria; *Movimento (O),* 1, dezembro, 1888, em abril, 1893, continuava; *Pregoeiro Litterario,* 31, setembro, 1899; *Religião da mulher (A),* 26, abril, 1890; *Situação (A),* 11, outubro, 1892; *Timbre (O),* 6, março, 1892 a 12, abril, 1896 (?) V. *Agueda.*

Albergarias. Quinta, na freg. de Santo Antonio dos Olivaes, conc. de Coimbra.

Albergue das Creanças Abandonadas. Associação de caridade, com o fim de arrancar aos perigos da vadiagem e do vicio as pobres creanças abandonadas na via publica, obrigadas pela miseria ou pelos poucos cuidados de seus paes. A idéa d'esta benefica instituição foi suggerida pela caridade d'um agente da policia administrativa, chamado Joaquim Augusto d'Andrade, o qual, compungido pela miseria e abandono em que encontrava algumas creancinhas, as abrigava em sua casa, entregando-as aos cuidados de sua mulher, que as tratava com os carinhos e desvelos d'uma verdadeira mãe. Andrade, apesar dos seus poucos haveres, sacrificava-se para não faltar com o estrictamente necessario áquelles infelizes entesinhos. Este acto de philantropia foi conhecido do publico, que sinceramente tecia os maiores elogios ao generoso policia, e algumas pessoas bondosas lembraram-se de o auxiliar em tão santa empreza, enviando-lhe alguns soccorros. Os empregados superiores da policia e a imprensa periodica tomaram na devida consideração o procedimento tão sympathico e altruista do policia Andrade, e, em fins de fevereiro de 1897, os jornaes começaram a publicar interessantes artigos ácerca d'aquella improvi-

sada créche, lembrando a instituição d'um albergue para se recolherem as creanças abandonadas, dando assim maior desenvolvimento áquella obra de caridade, e alliviando o benemerito policia do pesado encargo que a si proprio impozera. Não foi em vão que a imprensa appellou para o publico, porque de toda a Lisboa principiaram a concorrer donativos, tanto em dinheiro, como em roupas e muitos outros objectos. Apenas appareceram os primeiros artigos nos jornaes, o sr. Sousa Bastos, então emprezario do theatro da Trindade, franqueou o salão para se reunirem alguns individuos que se constituiram em commissão para tratarem sobre o assumpto. Fôram os seguintes cavalheiros: Alexandre Morgado, dr. Alfredo da Cunha, Antonio Palhares, Augusto Gomes Ferreira, Baptista Borges, Carlos Ferreira, Eduardo de Noronha, Francisco de Almeida Graudella, João Antonio de Sousa Amorim, João Dias da Silva, José Antonio de Moraes Sarmento, José Joaquim da Silva Graça, dr. José Mauuel da Veiga, José Maria dos Santos Junior, Marquez d'Angeja e Sousa Bastos. Assentaram-se então as bases da instituição do Albergue, e tratou-se de formular os estatutos. E' longa a lista dos socios contribuintes que desde logo se começaram a inscrever espontaneamente, com mensalidades maiores ou menores. Abriram-se subscripções particulares, affluiram offertas de muitos objectos para se venderem a favor da instituição, donativos importantes, camas, roupas, louças, etc. Fizeram-se bazares, beneficios em diversos theatros, touradas, batalha de flôres na Avenida da Liberdade, saraus, bailes de mascaras, etc. Uma das festas mais sympathicas foi o sarau dramatico musical, promovido pelo sr. Sousa Bastos, o qual se realisou a 12 de fevereiro de 1897. As creanças albergadas em casa do policia Andrade apresentaram-se no palco, formando grupos, agradecendo commovidas tão sinceras e benevolentes manifestações. Por iniciativa da ex.ma sr.a D. Maria Emilia Seabra de Castro, collocou-se no chalet das Cannas, no Campo Grande, um cofre que tem obtido muitas esmolas. O fallecido conde de S. Marçal, que foi sempre protector do Albergue, deixou-lhe em testamento um valioso legado; do Brazil tambem se recebeu uma subscripção. Os estatutos fôram approvados pelo governador civil, que n'essa época era o sr. D. João d'Alarcão, por alvará passado em 19 de fevereiro de 1897. N'elles se lê que a benemerita casa de caridade tomaria o nome de *Albergue das Creanças Abandonadas,* tendo por fim alimentar e vestir temporariamente, nas condições regulamentares que se estabelecessem, as creanças dos dois sexos, de 1 a 12 annos, que momentaneamente se encontrem em absoluto desamparo, sendo orphãos de pae e mãe, abandonadas pelos paes ou tutores; creanças pobres vindas da provincia á capital para serem tratadas nos hospitaes a expensas do Estado, e que transitam pelas repartições da policia, esperando guias para voltarem ás terras da sua naturalidade. As creanças só pódem conservar-se no Albergue até completarem 15 annos. Na rua de Santo Amaro n.º 40 foi onde se installou o benefico instituto, procedendo-se a reparações necessarias, que o sr. D. João d'Alarcão, sempre desvelado protector das casas caritativas, conseguiu que fôssem feitas pelo ministerio das obras publicas; era então ministro o sr. conselheiro Augusto José da Cunha. A inauguração realisou-se em 15 de maio de 1897. Foi uma festa brilhante, a que assistiram suas magestades e altezas, o ministerio, o governador civil, arcebispo de Mytelene, o presidente da camara municipal, muitas senhoras da alta aristocracia, os corpos gerentes da associação do Albergue, e muitos mais convidados. A sessão inaugural realisou-se com toda a solemnidade no jardim do edificio, pelas 4 horas da tarde. No jardim armou-se uma tribuna elegantemente ornamentada; as salas viam-se profusamente ornadas de flôres. Tocaram as bandas da guarda municipal e de infantaria 7. As janellas para o lado do jardim estavam adornadas de ricas colchas, produzindo magnifico effeito. O auto da inauguração foi assignado por todas pessoas presentes. Depois serviu-se na sala de jantar uma abundante refeição ás creanças. No dia seguinte esteve patente ao publico o caritativo instituto. O Albergue não é luxuoso, mas na sua modestia e simplicidade corresponde ao fim a que se destina; as suas camaratas são espaçosas, muito arejadas, tendo os competentes lavatorios, notando-se em tudo o maior aceio. Tem capella, cozinha, refeitorio, e muitas outras commodidades. O jardim serve de recreio e distracção ás creanças.

Albergue dos Invalidos do Trabalho. Instituição feita em memoria do chorado monarcha D. Pedro V. Depois da sua morte, pensou-se em erguer um monumento á saudosa sua memoria, e Joaquim Possidonio da Silva, distiucto architecto, foi o primeiro que lembrou a installação do Albergue dos Invalidos do Trabalho. Este pensamento era deveras sympathico, mas para se erguer um monumento d'esta ordem seriam precisos muitos recursos. A primitiva idéa de Possidonio da Silva foi a fundação d'um albergue para invalidos do trabalho de todo o paiz, aproveitando-se para a sua installação o grandioso convento d'Alcobaça. Erguendo-se um grande monumento nacional aos filhos do trabalho, aproveitava-se aquelle edificio, prestes a arruinar-se, n'uma obra altamente nobre e benemerita. Não podendo realisar o seu pensamento, Possidonio da Silva elaborou um projecto de estatutos para a creação d'um albergue na capital, e mandou-o ao Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, afim de ser discutido por todas as associações que para alli fôssem convocadas a reunir-se em sessão. Possidouio da Silva desejava que o monumento se levantasse em nome de todas as associações operarias. A reunião realisou-se em 19 de dezembro de 1861, na sala do risco do Arsenal da Marinha, á qual assistiram 1:200 pessoas. Pronunciaram-se muitos discursos, e nomeou-se uma commissão de 60 membros para o estudo de diversos projectos, entre elles se contava o do Albergue e o de um asylo para educação dos filhos dos marinheiros. Mezes depois reuniu-se novamente a assembléa, comparecendo apenas 45 pessoas. Apresentaram-se pareceres sobre 7 projectos examinados pela commissão, declarando-se impossivel fundar-se o Albergue dos Invalidos do Trabalho, e approvando-se o projecto d'um hospital para creanças, aproveitando-se o de D. Estephania, que fôra começado por donativos dos negociantes da praça de Lisboa, para commemorar o casamento de D. Pedro V. Lembrou-se então Pos-

sidonio da Silva que se fundasse o hospital para o lado do poente, mas a sua idéa fixa era o Albergue. O Centro Promotor convocou os delegados de diversas associações, que se reuniram em numero de oitenta. Os seus nomes estão escriptos n'um quadro nas salas do Albergue. A primeira reunião realisou-se a 18 de março de 1862; n'ella se discutiram as bases que já se haviam apresentado na sessão precedente do Centro Promotor. Os estatutos approvaram-se, afinal, na assembléa dos delegados, a 21 de julho de 1863, porém só obtiveram a sancção régia por decreto de 7 de novembro de 1866, pelos embaraços postos pelo Conselho de Beneficencia, e mais difficuldades que sobrevieram, o que deu causa a que, sendo apresentados os estatutos ao governo em 1863, o decreto de approvação fôsse passado em 1866. Eram precisos capitaes para se construir o Albergue; nomeou-se uma commissão, composta dos seguintes cavalheiros: Possidonio da Silva, J. V. da Cunha Sargedas, José de S. Almeida Brandão, J. J. de Sousa Telles, Brito Aranha, J. Antonio Dias e Bento Guilherme Bacellar e Silva. A commissão, por lembrança de Possidonio da Silva, resolveu procurar adquirir recursos por meio de beneficios nos jardins publicos e nos theatros, subscripções, esmolas, etc. Com este alvitre alcançou-se receita para se abrir aquella casa de caridade. Receberam-se então muitos e valiosos donativos. O Albergue estabeleceu-se á Fonte Santa, na rua hoje de Possidonio da Silva, em memoria do fundador; a renda d'esta casa foi paga por um anno pelo sr. duque de Palmella; as sr.as condessas de Valle de Reis e das Galveias, e os srs. marquezes de Penafiel offereceram roupas para as camas; muitos industriaes fizeram offertas importantes, etc. Um dos meios de que se lembrou o fundador, para obter recursos para o Albergue, foi mandar imprimir á sua custa 6:000 listas, com 10 casas cada uma, correspondentes á subscripção por uma só vez, de 200 réis. A totalidade d'esta subscripção daria um resultado de 12 contos de réis. Era um meio facil de obter uma quantia importante para fundar um asylo. Enviaram-se aquellas listas a diversas associações do paiz, esperando-se que concorressem para tão util estabelecimento. Mas o resultado foi bem triste, porque só 4 associações é que responderam, enviando insignificantes quantias, e depois de já ter passado um anno. Dizia-se que o Albergue não se podia sustentar, e fazia mal aos outros asylos da capital, pela concorrencia. Em 1 de julho de 1864 abriu-se aquelle instituto de caridade, com 6 albergados. Foi uma festa solemne. Quatro annos depois sustentava 21 veteranos do trabalho. Os estatutos teem soffrido varias reformas, segundo as necessidades e os recursos que o Albergue tem grangeado. Pelos antigos estatutos o presidente da assembléa geral era o presidente do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, mas quando o Centro Promotor foi extincto, ficou esta disposição derogada. Para ser admittido no Albergue, devia attender-se ás seguintes condições: falta absoluta de familia, o ter sido subscriptor, tendo perdido esta qualidade por falta de meios, ter exercido qualquer arte ou officio, e os serviços prestados a qualquer associação. As primeiras senhoras que pediram esmolas ás portas dos templos nas festas da semana Santa, fôram as filhas do fundador, assim como são tambem seus filhos os srs. Lucinio da Silva, 1.º subscriptor, e Ernesto da Silva, actual presidente da direcção. Em 1 de maio de 1868 foi inaugurado na sala do Albergue o retrato de Sua Magestade a rainha senhora D. Maria Pia, e na sessão solemne de 1 de julho de 1894, o busto do fundador, feito pelo distincto esculptor Marquit de Vasselot. O edificio é hoje propriedade do Albergue; compõe-se de 2 pavimentos, e fica dentro d'uns terrenos bastante extensos com jardim, terras de semeadura, parreiras, etc., e tem agua com abundancia. No 1.º pavimento ha a sala da direcção, onde se vê o busto de D. Pedro V, tendo em frente o retrato da rainha senhora D. Maria Pia, e inferiormente um quadro de moldura dourada, onde estão escriptos os nomes de todos os bemfeitores do Albergue; segue-se o refeitorio, uma sala vastissima, tendo ao centro uma comprida mesa em fórma de ferradura; ao fundo vê-se o busto do fundador, Joaquim Possidonio da Silva, e os retratos do sr. Antonio Joaquim Oliveira, secretario, e do bemfeitor sr. Estevam de Sousa; em volta da sala ha 27 quadros com os nomes de muitas pessoas que teem offerecido donativos. N'uma placa de marmore tambem se vêem gravados os nomes das pessoas que deixaram legados ao Albergue. A cozinha foi construida de novo; é muito mais ampla que a antiga, tem fogão circular, e despensa annexa; foi inaugurada em julho de 1902. Casas de banhos, lavatorios, e muitas commodidades. A enfermaria fica n'um annexo, proximo do edificio; foi feita ha 5 annos, tem 14 camas, um quarto resguardado para qualquer doente atacado de febre contagiosa ou que precise sujeitar-se a qualquer operação. Projecta-se edificar um posto de desinfecção n'um terreno que lhe fica em frente. N'outro annexo ha uma camarata com 19 camas, destinada para os velhinhos que já não pódem subir ao 2.º pavimento onde ha 3 camaratas; contendo a 1.ª 21 camas, e 6 janellas para o norte; a 2.ª 11 camas, e 4 janellas voltadas para o sul; e a 3.ª 8 camas, e 3 janellas. Tambem n'este pavimento ha uma casa para arrecadação de roupas, o quarto do regente, e o do encarregado dos trabalhos de alfaiateria. O medico é o sr. Carlos Moniz Tavares, sempre muito dedicado e tratando os doentes com todo o carinho; não recebe honorarios. O Albergue vive dos seus rendimentos, tem constituido um fundo importante, devido aos muitos donativos, legados valiosos e á boa administração e direcção. Em julho de 1901 festejou-se o 37.º anniversario do Albergue, havendo sessão solemne, que começou ás 2 horas da tarde, sendo presidida pelo sr. Sousa Telles. O edificio esteve patente ao publico, sendo enorme a concorrencia. O jantar n'esse dia aos albergados foi servido por senhoras das familias dos directores. Toda a imprensa publicou artigos congratulatorios por aquella sympathica festa.

Albergue Nocturno. Esta benefica associação foi fundada em Lisboa, pelo fallecido monarcha D. Luiz, em 1881. No dia 26 de junho d'este anno, reuniram-se no Ministerio do Reino os primeiros associados, que tomaram o nome de fundadores, presidindo el-rei D. Luiz, secretariado pelo visconde de Ribeiro da Silva e o sr. José Ribeiro da Cunha. Fez-se a leitura dos estatutos, que tinham

sido approvados pelo alvará de 21 do referido mez, assignado pelo governador civil de então, Antonio Maria Barreiros Arrobas. El-rei deu por constituida e installada a associação, que tomou o titulo de *Associação dos Albergues Nocturnos*, conforme se lê nos estatutos. Nomearam-se os membros da assembléa geral e d'outros cargos, ficando el-rei D. Luiz considerado presidente perpetuo, cargo que actualmente está confiado a S. M. el-rei senhor D. Carlos. O fim dos albergues nocturnos era dar asylo gratuito e temporario durante a noite a toda a pessoa necessitada que casualmente não tenha domicilio, seja qual fôr o sexo a que pertença, o paiz d'onde venha, e a religião que professe; promover remedio prompto, segundo os recursos de que puder dispôr, ás necessidades mais urgentes dos que lhe pedirem abrigo nos termos do respectivo regulamento. Nos estatutos tambem se lê que seria estabelecido um albergue em cada um dos bairros de Lisboa, sendo administrados por um conselho administrativo, composto de sete associados, um inspector para regular a policia interna, vigiar os empregados no cumprimento dos seus deveres, organisar o inventario de todos os moveis e utensilios que existirem, tornando-se responsavel pela sua conservação, etc. O 1.º albergue foi installado no palacio Manique, no largo do Intendente, sendo inaugurado em 13 de novembro de 1881, pelas 2 horas da tarde, em sessão solemne, a que assistiram Suas Magestades e Altezas, o presidente do conselho, o ministerio, o ministro do Brazil, o arcebispo de Mytelene, o commandante das guardas municipaes, os primeiros funccionarios ecclesiasticos, civis e militares, a camara municipal, a imprensa, os associados fundadores e todas as pessoas que directa ou indirectamente haviam concorrido para a instituição d'esta obra caritativa. Terminada a sessão, o albergue ficou patente ao publico até ás 5 horas da tarde. O largo do Intendente estava todo adornado com bandeiras, flammulas e galhardetes, pendentes de elegantes mastros, postos em circulo; tocaram as bandas da guarda municipal e de infantaria 16, e differentes philarmonicas. A sessão foi presidida por el-rei D. Luiz, servindo de secretarios o sr. conde de Valenças e Francisco Augusto Mendes Monteiro. As salas do palacio Manique são espaçosas e muito arejadas, tendo todas as condições requeridas para um estabelecimento onde a accumulação de pessoas póde prejudicar a salubridade. Nos 2 pavimentos contavam-se 65 camas completas, distribuidas em 3 camaratas separadas, sendo uma para homens, uma para mulheres, e a outra para creanças; lavatorios, casa para banhos, etc. O auto da inauguração foi assignado por Suas Magestades e Altezas, direcção, arcebispo de Mytelene, associados fundadores, e todas as mais pessoas que assistiram ao acto solemne. As bandas tocaram então o hymno dos Albergues Nocturnos, escripto por Frondoni. O numero de associados que em seguida entraram foi augmentando progressivamente, chegando já a attingir por vezes a 600, incluindo os fundadores, dos quaes alguns já hoje são fallecidos. A importancia com que se subscrevia era voluntaria, assim como tinham concorrido os associados fundadores, em numero de 104, cujas subscripções fôram bastantes elevadas, sommando na totalidade 27.980$000 réis. El-rei D. Luiz contribuiu com 2.000$000 réis. O conselho administrativo promoveu um beneficio, que se realisou no 1.º d'abril de 1883, rendendo 1.900$000 réis, e em 10 de março de 1884 realisou-se outro beneficio em S. Carlos, promovido por D. Luiz, o qual produziu 7:107$515 réis. O albergue tem tido muitos donativos valiosos e legados importantes. Em assembléa geral de 1888 foi votada a creação d'uma escola de ensino primario, construindo-se um edificio proprio, que se fornecesse de mobiliario, de material de ensino, procurando-se um professor auctorisado. A escola deveria ter o caracter de semi-internato, realisando-se d'este modo o plano do monarcha fundador, que era os alumnos conservarem-se todo o dia no albergue, para assim se livrarem da vida da rua, cujos effeitos são sempre perniciosos, entrando os menores ás 9 horas da manhã, jantando ao meio dia, e sahindo proximo da noite. Determinou-se então receber-se só 40 creanças de 8 a 12 annos, reconhecidamente pobres, preferindo-se os filhos de operarios inutilisados no trabalho. Em 1890 mudou-se o albergue do largo do Intendente para a rua da Cruz dos Poyaes para edificio proprio, propriedade comprada pela associação, e onde se conserva actualmente. Nos outros bairros não se chegou a instituir nenhum albergue. A escola foi inaugurada a 6 de janeiro de 1898. A matricula tinha sido aberta em 15 de setembro de de 1897, e subindo em pouco tempo a 71 o numero dos matriculados, teve de se escolher sómente 40 d'esse numero, conforme ordenava o programma. A escola ficou installada n'um edificio contiguo ao albergue; actualmente é só de ensino primario e desenho, devendo mais tarde habilitar-se tambem para o estudo de officios e artes, sendo destinado o grande pateo, pertencente á propriedade, para as officinas de trabalho que se projectam. Este pateo serve de recreio aos alumnos que executam egualmente os exercicios gymnasticos e militares; para os resguardar do sol e da chuva fez-se uma alpendrada ao longo da casa. O acto da inauguração da escola foi uma verdadeira festa para o albergue; concorreram muitos associados, senhoras das suas familias, muitos convidados, os alumnos, suas mães, parentes ou tutores, e numerosos visitantes. O edificio apresentava um aspecto de gala; no pateo tocava a banda da guarda municipal. Terminada a ceremonia, as senhoras serviram ás creanças um abundante e variado jantar, sendo esta a primeira das suas refeições no albergue. O edificio tem dois pavimentos; no 1.º (terreo) está o dormitorio dos homens, dividido em camaratas, com os competentes lavatorios, piscina para banhos, etc., no 2.º pavimento, que fórma o primeiro andar, tem eguaes accommodações destinadas para mulheres e creanças. A sala da direcção fica n'este pavimento, junto ás camaratas. Vêem-se alli 3 retratos a oleo; o d'el-rei D. Luiz e o dos dois presidentes tambem já fallecidos: Francisco Augusto Mendes Monteiro e José Pereira Soares. Por baixo do retrato d'el-rei está um quadro de moldura dourada, onde se lê a seguinte inscripção: *Ludovicus nomine primus, feliciter regnans, praestantibus viris juvantibus, hoc pium opus effecit, pauperibusque dedit, anno MDCCCLXXXI, regni sui XX.* O Albergue Nocturno presta os seguintes beneficios: agasalho aos necessitados, a alguns em grande escala, chegando a haver excepções, em que se altera o numero de noites estabelecido nos estatutos, segundo as urgentes necessidades;

dá ceia e almoço, e aos mais precisados, tambem se dão roupas. O numero d'albergados durante o anno é sempre elevadissimo, como consta dos relatorios. As mulheres parturientes, vindo do hospital, recebem o abrigo e os cuidados de que precisam, no albergue nocturno. Alguns albergados extrangeiros são soccorridos, promovendo-se-lhes a retirada para as terras da sua naturalidade.

Albergues. Pov. da freg. de Villa Nova de Palhaça, conc. de Oliveira do Bairro, distr. d'Aveiro, bisp. de Coimbra.

Alberguinho. Casal na freg. de Valle de Reis, conc. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Albernage. Ponte ou cabo na costa septentrional da ilha das Flôres, archip. dos Açôres.

Albernaz. Appellido nobre de Portugal, de cuja familia ha noticia apenas do seculo XIV. O seu primeiro representante conhecido foi Martim Affonso Albernaz, no tempo de D. Fernando I, o qual, em 1378, fundou um morgado que vinculou á capella de Santo Estacio, na sé de Lisboa. Tem o seguinte brazão: Armas esquarteladas; no primeiro quartel em campo azul um ramo de carapeteiro de prata de sete folhas ou pontas; no segundo em campo de prata um ramo de azul como o do primeiro, e assim os contrarios; timbre um carapeteiro azul, florido de prata.

Albernôa ou Albernúa. Pov. e freg. da prov. do Alemtejo, conc., com., distr. e bisp. de Beja. 1.189 alm. e 221 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 20 k. da séde do conc. Orago N. S.ª da Luz. Deriva *Albernôa* da palavra arabe *barrelnaua*, que significa *campo do caroço*, composta do artigo *al*, e dos substantivos *berr*, campo, e *naua*, caroço.

Albernôas Brancas. Albernôas Pretas. Duas pov.ˢ na freg. de Baleizão, conc. de Beja.

Albernoz. Appellido de familia nobre portugueza, originaria de Hespanha, de Aragão, segundo uns, de Castella Velha, segundo outros. Tem dois brazões d'armas incompletos: Em campo de ouro, banda verde; em campo de ouro, banda de prata.

Albernoz *(Luiz Miguel Coelho de).* Presbytero portuguez, prior da freg. de S. Bartholomeu de Lisboa, no seculo XVIII. Escreveu um livro com o seguinte titulo: *Memorial de ritos, para mais facil e perfeita execução dos officios divinos.* Lisboa, 1777. Houve outra edição, publicada no seculo XIX, já depois do fallecimento do auctor.

Alberto *(Caetano).* Presbytero portuguez, nat. de Lisboa, que floresceu no seculo XVIII. Traduziu do hespanhol a obra mystica: *Convento espiritual ou escola da perfeição christã,* que foi impressa em 1737.

Alberto *(Francisco de Souto).* Missionario apostolico e mestre dos noviços no seminario de N. S.ª dos Anjos de Branc'Annes, junto a Setubal; floresceu no seculo XVIII, e era nat. de Leiria. Escreveu: *Estrago do Terramoto, vaticinio de felicidades sobre os habitadores da nobilissima villa de Setubal, na justificada afflicção em que se viram no 1.º de novembro de 1755.* Lisboa, 1757.

Alberto *(Santo).* Um dos maiores galeões ou naus da carreira da India, nos fins do seculo XVI. Os grandes navios, então na maior parte, conduziam soldados para aquelles estados, além de alguns generos do reino, voltando algumas vezes com grandes cargas de rotim, arroz, pimenta, canella, e todas as mais especiarias e riquezas, de que Portugal tinha quasi o exclusivo. Os portuguezes eram os fornecedores da Europa, e Lisboa ainda então o emporio do commercio. Muitos d'estes navios, ao regressarem da India, eram atacados pelos piratas hollandezes e inglezes, que facilmente os venciam, porque os navios não contando com o combate, só attendiam á carregação. Outros naufragavam, ou por excesso de carga, ou por já estarem arruinados, e não poderem arrostar com os temporaes. A nau *Santo Alberto* fez a sua ultima viagem para a India em 1592, como capitanea da esquadra que n'esse anno se compoz de 5 naus: *Nazareth, S. Paulo, Conceição, S. Pantaleão* e *Santo Alberto,* em que embarcou o chefe Francisco de Mello. Sahira de Lisboa a 7 de abril de 1592, chegando á India no fim de setembro do mesmo anno. Em 2 de janeiro de 1593 largou de Cochim com destino ao reino, commandada por Julião de Faria Cerveira, mas encorporada na esquadra da volta, composta mais com as naus *Nazareth, S. Pantaleão* e outra, que fôra alli ultimamente construida, denominada *Chagas,* em que o mesmo chefe Francisco de Mello içara a bandeira. A nau *Santo Alberto* trazia grandes riquezas, vindo tambem a seu bordo muitos fidalgos e passageiros de consideração, entre os quaes Nuno Velho Pereira, que fôra governador de Sofala. Até ás alturas de S. Lourenço ou Madagascar, a viagem foi muito regular, mas passando proximo da ponta do sul d'esta ilha, a nau tocou em uma restinga ou pedra, e a pancada foi tão forte, que o gurupés se rendeu, e apesar dos esforços para salvar a nau, só a custo de muito trabalho conseguiram arrastal-a, por assim dizer, até á costa do *Natal,* em 24 de março; a nau encalhou na distancia de 400 passos da costa ou praia, onde a resaca rebentava furiosa; como já estava muito arruinada, a nau partiu-se em pedaços, e os pobres naufragos desesperados, agarraram-se a esses pedaços conforme puderam, procurando aquelle fragil meio de salvação. Muitos succumbiram, ficando sepultados nas ondas, outros mais felizes conseguiram alcançar a terra, podendo assim salvar as vidas. Seguiram então atravez das florestas, em direcção a Lourenço Marques, chegando afinal, em 30 de junho de 1593, á ilha de Inhaca na bahia de Lourenço Marques. Depois de soffrerem mil perigos e inclemencias do clima e dos naturaes, os que resistiram embarcaram em 9 de julho n'um navio, que os levou a Moçambique, onde aportaram a 6 d'agosto.

Alberto da Silva *(Caetano).* Gravador distincto. Nasceu em Lisboa a 7 d'agosto de 1843; filho de José Umbelino da Silva, advogado, e de D. Gertrudes Magna da Silva. Ficando orphão de pae aos 6 annos, sua mãe o quiz dedicar á vida ecclesiastica; circumstancias imprevistas, porém, o obrigaram a seguir outra carreira, e tendo, apenas 12 annos de edade, em 1855, resolveu partir para o Brazil, embarcando na barca *Progressista,* pertencente a seu tio Paulo Antonio da Rocha. No Rio de Janeiro esteve então empregado na casa italiana de Fiorita & Tavollara, onde se demorou até 1859. Regressou ao reino, n'essa époea, n'um brigue de véla; a viagem foi tormentosa e muito longa; afinal conseguiu chegar a Lisboa. Travando então conhecimento com o notavel e fallecido artista Nogueira da Silva, deu-se á aprendizagem da gravura, para que mostrou de-

cidida vocação. O discipulo tornou-se tão habil e estudioso, que logo em 1861 appareceram no *Archivo pittoresco* os seus primeiros trabalhos de gravura em madeira. Animado da perseverança e energia, que tanto caracterisam os espiritos emprehendedores, Caetano Alberto, contando só 18 annos, dedicava-se ao trabalho assiduo, sem nunca desanimar, e alguns annos depois, em 1869, estabeleceu um *atelier* de gravura, concentrando todos os seus esforços e boa vontade para fazer da arte de gravura em madeira, no nosso paiz, uma profissão notavel e progressiva. Este *atelier* tornou-se uma escola muito util e aproveitavel; o numero de discipulos augmentava, dando honra ao seu director e professor; a maior parte d'esses discipulos constituem hoje alguns dos gravadores que existem. Os trabalhos de Caetano Alberto andam disseminados por differentes publicações; além do *Archivo pittoresco*, vêmo-los nas *Artes e Lettras*, no *Hyssope*, *Luziadas*, edição do gabinete portuguez de leitura no Rio de Janeiro, na *Historia de Portugal*, da Empreza Litteraria, de Lisboa, e na *Historia Universal*, da Empreza Litteraria Fluminense. Em 1878, fundou o *Occidente*, revista illustrada importantissima, bem conhecida em todo o Portugal e suas colonias, e no estrangeiro, sendo na parte litteraria collaborada pelos mais afamados escriptores. Tanto o *Occidente*, como os trabalhos de Caetano Alberto, teem figurado em diversas exposições, nacionaes e estrangeiras, obtendo premio no Porto, em 1877, em Paris 1878 e 1900, Lisboa 1888, Anvers 1894, e o grande diploma de Honra na exposição da Imprensa em Lisboa, 1898. Em outubro de 1897 foi agraciado com o grau de cavalleiro de S. Thiago, do merito scientifico, artistico e litterario. Escreveu além da sua variada collaboração no *Occidente*, o *Descobrimento das Filippinas*, *A campanha d'Africa*, de Mousinho d'Albuquerque; tem editado algumas obras, e ultimamente o *Diccionario das seis linguas*, por Francisco d'Almeida.

Caetano Alberto da Silva

Albes de Baixo e **de Cima.** Duas pov.[s] na freg. de Valle de Reis, conc. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Albircoque. Pov. da freg. de Sant'Anna da Serra, conc. d'Ourique, distr. de Beja.

Albitos. Quinta, na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. e com. de Baião, distr. e bisp. do Porto.

Albogas ou **Alvogas.** Sitio na freg. e conc. de Loures, onde ha um chafariz feito em 1794.

Alboja. Herdade na freg. de S. Bento do Ameixial, conc. de Extremoz, distr. e arceb. de Evora.

Alborcém. Pov. do torofo d'este nome, no concelho e commando militar de Sanguém, distr. de Gôa, na India.

Albordo. Aldeia da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Guarda. Nasceu n'esta aldeia, em 1842, um phenomeno, Feliciano da Assumpção, conhecido pelo *menino sem braços nem pernas*, porque não tinha nem os mais pequenos vestigios d'estes membros. Escrevia, collocando a penna entre os dentes, e fazia letra muito legivel. Viajou por muitas cidades de Portugal e do estrangeiro, em exposição, sempre ao collo de sua mãe, cuja exposição lhe constituiu uma boa fonte de receita. Tinha excellente memoria, lia bem, e era atilado. Morreu em 1873, aos 31 annos de edade, na mesma aldeia onde nascera.

Alboritel. Pov. da freg. de Ceissa, conc. de Villa Nova de Ourem, distr. de Santarem.

Albornoz. (V. *Albernoz*).

Albornoz *(Francisco Paes de)*. Vedor da fazenda da India, e cavalleiro da ordem de Christo. Era nat. de Vizeu, filho de Antonio Rodrigues d'Albornoz. Tinha uma filha, D. Melicia Paes, que casou com o capitão-mór da armada do estado, Fradique Carneiro, que depois foi servir na India. Este fidalgo militou contra a sua patria, na armada do marquez de Santa Cruz, encarregado de reduzir os Açôres á obediencia de D. Filippe de Hespanha, quando os hespanhoes se apoderaram de Portugal.

Alborreirinhas. Casal na freg. de Salvador do Souto, conc. de Guimarães.

Alborrol. Pov. da freg. de Villa Flôr, conc. de Gavião.

Albufeira. Familia illustre portugueza, de origem desconhecida. Brazão: Escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Sousas do Prado, quartel esquartelado: no primeiro quartel as quinas do reino, sem a orla dos Castellos; no segundo quartel, em campo de prata, um leão sanguinho, e assim os contrarios; no segundo quartel as armas dos Vasconcellos, em campo negro tres faxas veiradas de prata e vermelho, sendo a prata da parte de cima, e a vermelha de baixo; no terceiro quartel as armas dos Farias, em campo vermelho um castello de prata, com portas e frestas de negro entre duas flôres de liz do mesmo metal, e tres em chefe; no quarto quartel as armas dos Sás: escudo xadrezado de prata e azul de seis peças em faxa e sete em pala.

Albufeira. Villa da prov. do Algarve, séde de conc., e julgado municipal, com. de Loulé, distr. de Faro, bisp. do Algarve. Tem uma só freguezia (Nossa Senhora da Conceição) com 5.784 alm. e 1272 fog. E' praça de guerra da 2.ª classe e pertence á 4.ª div. mil. e ao 32.º distr. de res. do exercito effectivo com a séde em Lagos. Possue Misericordia, hospital, gremio recreativo denominado *Albufeirense*, escolas para o sexo masc. e fem., est. telegr. e posto com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e serviço de encommendas postaes, permutando malas com Faro. Estação do caminho de ferro do Algarve. Dista 25 kilometros

Brazão da villa de Albufeira

da séde do dist. O conc. comprehende 3 freg. com 2:203 fog. e 10:954 alm., sendo 5:523 var. e 51:31 fem. n'uma superficie de 15:330 hect. As freguezias são: N. S.ª da Conceição, N. S.ª da Visitação da Guia, e N. S.ª da Esperança de Paderne. A villa está situada na costa do Oceano Atlantico em um pequeno valle rodeado de outeiros e dominado de rochedos escarpados onde bate o mar, que recebe o ribeiro que divide ao meio a villa, e sobre o qual passa uma ponte de pedra que liga a povoação. O terreno é quasi todo montanhoso, e menos fertil que a maior parte do Algarve. Misericordia, cuja egreja foi mesquita dos moiros; o hospital que é muito antigo, as egrejas de S. Sebastião e Sant'Anna; a capella de N. S.ª da Orada, a pequena distancia da villa é ornada d'uma bonita alameda, onde estão dois ricos mausoleos mandados fazer por D. Maria Michaella de Brito; a caverna chamada cova de Xorino, que fica debaixo das rochas que a limitam pelo S. para onde fugiram os moiros que escaparam ao ferro dos portuguezes depois da tomada da villa. Ha a 15 de agosto a feira chamada da *Orada*. Esta villa foi cercada em 1833 pelo famoso guerrilheiro,

Vista d'Albufeira, tirada do nascente

Quando foi o terremoto de 1755 esta villa ficou bastante damnificada, entrando o mar dentro d'ella, fazendo desabar muitas casas, ficando as outras arruinadas. O povo refugiou-se na egreja matriz, que abateu matando 227 pessoas. A actual egreja matriz, que é dos melhores templos do Algarve, foi mandada construir pelo bispo do Algarve D. Francisco Gomes de Avellar. Albufeira é praça d'armas fechada, com porto seguro e podendo receber navios de pequena lotação. Não se sabe quando foi fundada, mas já existia no tempo dos romanos com o nome de *Baltum*. Os arabes, quando a occuparam em 716, chamaram-lhe *Albuhera* ou *Al-Buar,* diminuitivo de *bahrou,* mar, por causa de uma grande lagôa que havia no interior d'ella. O termo *albuhero* ainda é usado em Hespanha. Foi depois conquistada aos moiros, por D. Affonso III, em 1250, que a deu á ordem de Aviz, sendo então mestre d'aquella ordem Martim Fernandes. A conquista dos christãos reduziu-a á miseria, por ter cessado o commercio com os portos das costas africanas. Foi melhorando depois, com os recursos da pescaria. D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa a 20 de agosto de 1504. Recebia os direitos da *dizima velha* dos atuns e mais peixes, o duque de Coimbra, por alvará de D. Manuel, feito a 19 de fevereiro de 1505. Tem de notavel esta povoação a egreja matriz; a Misericordia... João Joaquim de Sousa Reis, o *Remexido*. Albufeira gosou outr'ora da regalia de mandar procuradores ás côrtes, os quaes tinham assento no banco quinze. O seu brazão d'armas é uma vacca de oiro em campo azul.

Albufeira *(Lagôa de)*. Situada 20 k. ao sul da villa d'Almada, e 10 ao norte do cabo de Espichel. Distr. de Lisboa. Tem 4 k. de extensão, 500 m. de largura.

Albufeira *(José de Vasconcellos e Sá, 1.º barão de)*. Tenente-general do exercito portuguez; n. a 19 de março de 1775, e f. a 4 de setembro de 1842. Era filho de Theodoro José de Vasconcellos e Sá, capitão de infantaria, governador da praça d'Alcoutim, e de D. Maria Josefa Caetana Pereira Monteiro. Em 1785, José de Vasconcellos, tendo apenas 10 annos de edade, sentou praça de cadete no regimento de infantaria de Gomes Freire, e com esse posto acompanhou o regimento á campanha do Roussillon, em 1792. Em campanha recebeu o posto d'alferes para o regimento de Cascaes, e foi nomeado ajudante do regi-

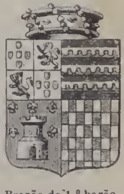

Brazão do 1.º barão de Albufeira

mento, passando pouco depois, como capitão, a estar ás ordens do coronel monteiro-mór, quando, terminada a guerra do Roussillon, este coronel teve o governo das armas do Algarve. Em 1801 era tenente coronel do regimento de Lagos, em 1804, coronel do mesmo regimento. Instituiu então alli uma academia, onde se ensinavam aos cadetes, officiaes superiores e inferiores, as linguas, mathemathicas puras e principios da arte da guerra. Entrando os francezes em Portugal, sem encontrarem a menor resistencia, José de Vasconcellos teve de seguir a sorte do exercito, e partiu para França commandando um dos regimentos da legião portugueza, mas, apenas poude, fugiu para Portugal, e veiu apresentar-se ao marechal Wellington, em 1811, em Fuente-Guinaldo, ficando logo a commandar o regimento de infantaria 8, passando depois para o 23, commandando então a brigada composta d'este regimento e do 11. Fez a guerra peninsular, distinguindo-se sempre; em 1815 foi nomeado governador de Almeida, sendo depois chamado para commandar uma brigada de Lisboa. Em 1820, teve a nomeação de marechal de campo e governador das armas na provincia de Traz-os-Montes. D. João VI chamou-o, em 1823, para fazer parte do ministerio, encarregando-o da pasta da guerra, que José de Vasconcellos não acceitou; em compensação foi governador das armas da Extremadura por duas vezes, sendo a ultima vez em 1826. Absteve-se de tomar parte nas luctas civis do governo absoluto, conservando-se sempre afastado da vida publica, durante esse tempo. Em 1833 apresentou-se ao duque da Terceira, acompanhando sempre o quartel-general-imperial nos combates das linhas de Lisboa, porque os seus padecimentos o impediam de tomar parte mais activa na lucta. N'uma das primeiras legislaturas foi eleito deputado, e em 1838, senador. O barão d'Albufeira era do conselho de S. M.; commendador das ordens de S. Bento d'Aviz e da Torre e Espada; condecorado com o distinctivo da Granada d'ouro, pelas campanhas da Catalunha e Roussillon, em 1793 e 1794, distinctivo concedido por decreto de 17 de dezembro de 1795; condecorado com a medalha portugueza de tres campanhas da guerra peninsular, e com a medalha de commando; condecorado por Sua Magestade Britannica com a medalha da mesma guerra peninsular, pelas batalhas de Nivelle, 10 de novembro de 1813; Orthez, 27 de fevereiro de 1814; e Toulouse, 10 d'abril do mesmo anno. Recebeu o titulo de barão d'Albufeira, por decreto de 26 d'outubro de 1823, e carta de 24 de fevereiro de 1824. Casou duas vezes, a 1.ª em 1799, com sua prima, D. Maria José de Vasconcellos e Sá, filha de Caetano Antonio Rodrigues Godinho; e a 2.ª em 1834, com D. Maria Barbara d'Andrade, filha do major de infantaria, José Marcellino d'Andrade e de sua mulher D. Rosa de Paiva e Palma.

Albufeira *(José Maria de Faria Sousa de Vasconcellos e Sá, 2.º barão de).* Capitão de cavallaria, filho do 1.º barão d'este titulo. N. em Lisboa, a 14 de março de 1830. Era fidalgo da Casa Real, por successão de seu pae, cavalleiro da ordem de S. Bento d'Aviz; condecorado com as medalhas militares de bons serviços e de comportamento exemplar; commendador da real ordem de Isabel a Catholica, de Hespanha, cavalleiro das ordens de Santo Estevam da Russia, e da Corôa da Italia. O titulo de barão d'Albufeira foi-lhe renovado por decreto de 4 d'outubro e carta de 15 d'outubro de 1861.

Album das Glorias. Publicação humoristica das individualidades modernas em sciencia, artes, letras e politica; retratos em caricatura de Rafael Bordallo Pinheiro; biographias de *João Rialto* (Guilherme d'Azevedo). Lisboa, 1880. Em 1902 o distincto artista e seu filho Gustavo começaram uma nova serie d'esta publicação.

Albuquerque. Familia das mais illustres de Portugal e de Hespanha. As armas antigas eram em campo vermelho cinco flôres de liz de ouro em santor; timbre uma aza negra com as cinco flôres de liz; depois fizeram o escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas de Portugal inteiras com um filete negro em contrabanda; no segundo as cinco flôres de liz de ouro em campo vermelho, e assim os contrarios; no timbre continuavam alguns o primitivo, e outros pozeram um castello de ouro com uma flôr de liz do mesmo metal sobre a torre do meio.

Albuquerque *(Affonso de), o Grande.* Segundo governador da India. N. na quinta do *Paraizo,* entre Alhandra e Villa Franca, no anno de 1453. Era filho 2.º de Gonçalo d'Albuquerque, 3.º senhor de Villa Verde, e de sua mulher D. Leonor de Menezes, filha de D. Alvaro Gonçalves d'Athayde, aio de D. Affonso V, alcaide-mór de Coimbra, e 1.º conde d'Athouguia. Descendia, por parte de seu pae, de D. Affonso Sanches, filho illegitimo d'el-rei D. Diniz, e de sua mãe, de D. Pedro de Castro, senhor de Cadaval. Foi educado no paço, e aos 27 annos de edade partiu na esquadra, que em 1480, D. Affonso V mandou a Otranto, em soccorro d'el-rei de Napoles, D. Fernando, na guerra contra os turcos. Nos combates em que entrou, logo o novel guerreiro deu provas de valor e bravura. Depois da morte de D. Affonso V, partiu para Arzilla, voltando mais tarde ao reino, onde D. João II o nomeou seu estribeiro-mór. Em 1489, el-rei intentou fundar uma nova villa a que chamou *Graciosa,* junto de Larache, com uma fortaleza para guerrear os mouros. Formou-se uma expedição, de que fez parte Affonso d'Albuquerque, juntamente com outros fidalgos e cavalleiros. Declarou-se guerra ao rei de Fez, e deram-se renhidos combates. Esta empresa e a de Napoles fôram, por assim dizer, o preludio das grandes victorias que estavam reservadas na Asia a Affonso d'Albuquerque. Voltando á patria, e tendo já fallecido D. João II, partiu outra vez para Arzilla, levando comsigo um seu irmão, que foi victima dos moiros. Regressou ao reino, reinando já D. Manuel. Os negocios da India estavam duvidosos e não podiam firmar-se com as grandes armadas, que todos os annos el-rei mandava, por causa da encarniçada guerra do Samorim contra o rei de Cochim, nosso affeiçoado, e dos portuguezes que ficavam alli. El-rei determinou então mandar Affonso d'Albuquerque á India, para construir uma fortaleza em Cochim, onde se podessem recolher as pessoas e as mercadorias. Apromptaram-se 6 naus, e a 6 d'abril de 1503 sahiu a armada, de Belem, sendo 3 naus commandadas por Affonso de Albuquerque e as outras 3 commandadas por seu primo Francisco d'Albuquerque. Estas ultimas chegaram primeiro a Cochim; o rei queixou-se da guerra com que o Samorim o apoquentava. Francisco d'Albuquerque

tratou logo de livrar a ilha do jugo inimigo; ajudado pela gente de Cochim e alguns naires do rei, conseguiu no dia seguinte muito cedo surprehender as guardas do Samorim, e expulsal-as da ilha, ficando muitos mortos. N'essa manhã chegou Affonso d'Albuquerque a Cochim. Durante alguns dias travaram-se combates, sendo o Samorim sempre vencido. Socegando os animos, Affonso tratou com o rei a edificação da fortaleza. Nas ordens de D. Manuel, que tinham de cumprir-se durante a expedição, explicava-se bem que o primeiro que chegasse ao seu destino, deveria fazer carga em Cochim, e portanto Affonso de Albuquerque precisava ir carregar as naus a Coulão, hoje Quilon. Os trabalhos da fortaleza tinham sido entregues aos dois primos, e Affonso, na parte que lhe fôra confiada, trabalhava activamente, por causa da partida para Coulão, do que resultou terem-se adeantado mais os trabalhos aos de Francisco. Isto deu causa a desintelligencias entre os dois primos. A fortaleza concluiu-se afinal, foi benzida pelo frade dominicano fr. Rodrigo, e baptisada com o nome de *Convento de Christo*, a que Francisco d'Albuquerque se oppoz, trocando-se o nome para *Albuquerque*. Affonso ficou descontente, mas não disse nada, para que os moiros não percebessem o desaccordo que houvera. Partiu para Coulão, estabeleceu uma feitoria, para onde nomeou chefe Antonio de Sá. O Samorim ficou contrariado e começou a intrigar e a promover a guerra, mas Affonso, antes de sahir de Coulão, ratificou a paz que tratara, combinando que a jurisdicção do civel e crime ficasse em poder dos christãos naturaes da terra, como antigamente fôra. Affonso escreveu a D. Manuel, explicando os tratados e combinações que fizera. Depois regressou a Cochim, e não encontrando o primo, que partira para Cananor, veiu para Portugal, onde chegou no fim de julho de 1504. El-rei recebeu-o com toda a distincção. Francisco Albuquerque sahiu de Cananor a 5 de fevereiro, mas apanhando mau tempo, perdeu duas das naus. Sendo ainda pouco seguro o nosso dominio na Asia, D. Manuel resolveu estabelecer na India um governo permanente para resistir aos moiros e tratar do commercio. Foi D. Francisco d'Almeida o escolhido para governador e capitão general da India, com a permissão de usar do titulo de vice-rei. Sahiu de Belem, em 25 de março de 1505, com 22 naus e 150 homens d'armas. No anno seguinte, D. Manuel ordenou que Tristão da Cunha partisse para a India, n'uma armada de 14 navios, com ordem de invernar em Socotorá, onde construiria uma fortaleza. Por ordem do soberano, Affonso d'Albuquerque fez parte d'esta armada, commandando 6 naus e 400 homens. Tristão da Cunha partiu a 5 d'abril e Affonso no dia 6. As duas esquadras encontraram-se breve, e começou logo a indisposição, porque Affonso d'Albuquerque não podia supportar o commando dos outros.

Affonso de Albuquerque
(o Grande)

O seu genio altivo queria sempre governar e nunca ser governado. Em constante desaccordo com as ordens de Tristão da Cunha, obedecia-lhe muito contrariado, e assim navegaram até Moçambique, onde Tristão da Cunha quiz demorar-se, mas oppondo-se Affonso d'Albuquerque, desistiu e a viagem continuou até á India. Chegando a Socotorá, Tristão da Cunha viu, admirado, que os moiros tinham construido uma fortaleza, e d'accordo com Affonso d'Albuquerque tratou de trazer á obediencia o capitão da fortaleza, ou a obrigal-o á força. Travou-se renhido combate, que durou mais de 6 horas, vencendo os portuguezes. A mesquita foi transformada em egreja, com o nome de N. Senhora da Victoria. Construiu-se nova fortaleza, que se chamou S. Miguel. Os dois capitães-móres separaram-se. Tristão da Cunha partiu para a India, em 1 d'agosto de 1507, e Affonso d'Albuquerque para Ormuz em 10 do referido mez. Era em Ormuz que se concentrava o commercio dos arabes, porque o punha em contacto com as caravanas da Syria e com todos os portos do Mediterraneo; quem pudesse tornar-se senhor d'Ormuz e dominar os mares, ficaria com o trato do Oriente. Affonso começou a percorrer todos os estados indianos para chegar a Ormuz, combatendo com aquelles que resistiam, avassallando Calayate, Curiate, Mascate, Sohhar, Orçafate, abordando afinal á cidade d'Ormuz, em cujo porto se viam reunidos mais de 60 navios. Depois de muita resistencia, o rei d'Ormuz rendeu-se; fez-se um tratado de paz. Affonso escreveu a D. Francisco d'Almeida, annunciando-lhe as suas victorias. Os capitães estavam desanimados com tão encarniçadas luctas, e pediram a Affonso d'Albuquerque que partisse para Cochim, a reunir-se com o vice-rei. Affonso a nada attendeu, e a insubordinação estabeleceu-se a bordo; alguns navios fôram para Cochim, e Affonso, vendo-se falto de forças, foi para Cananor, aonde chegou em novembro de 1508. Os capitães descontentes, vendo-se em Cochim, queixaram-se amargamente a D. Francisco d'Almeida contra os abusos d'Affonso d'Albuquerque praticados nas conquistas, e a humilhação a que os obrigava, exigindo luctas impossiveis. O vice-rei attendeu-os e mandou tirar uma devassa contra Affonso d'Albuquerque, que justificou as queixas. Fernão Soares, Ruy da Cunha e Jorge d'Aguiar chegaram então a Cochim, os quaes tinham sahido de Lisboa em 1508, commandando 3 naus, trazendo ordem d'el-rei para que Jorge d'Aguiar, substituisse Affonso na costa arabe, vindo este tomar conta do governo da India. O vice-rei reuniu a sua comitiva, e, na presença dos capitães d'Affonso d'Albuquerque, declarou que os 3 annos do seu governo estavam a terminar, e D. Manuel o mandava retirar ao reino, ordenando que Affonso d'Albuquerque o ficasse substituindo. No entretanto, Affonso chegava a Cananor, e segundo as instrucções secretas que levara de Lisboa, para substituir D. Francisco d'Almeida, apresentou-se ao vice-rei, dizendo que todas as cartas e mais negocios de que D. Manuel encarregara o capitão-mór das naus chegadas de Portugal, lhe vinham dirigidas, como governador da India. D. Francisco respondeu que os 3 annos só terminavam em janeiro do anno seguinte, e só então partiria para a Europa. Affonso, vendo alli os capitães desertores na melhor harmonia, sem terem

soffrido castigo do seu crime, irritou-se a tal ponto que exigiu a entrega immediata do governo, querendo tambem tomar conta da expedição com que D. Francisco intentava ir a Diu para derrotar os rumes. O vice-rei viu-se obrigado a retel-o em Cananor, emquanto não voltasse da expedição. A 8 de março de 1509, D. Francisco regressou, coberto de gloria, e mais tarde, chegando nova armada, em que el-rei confirmava a ordem anterior, resolveu partir para o reino, a 4 de novembro do mesmo anno. Affonso d'Albuquerque, apenas tomou posse do governo, mandou aprompitar uma valente armada, e começou a pôr em execução a sua idéa de avassallar todos os estados indianos; conquistou Calecut, Brama, Melindre, Benastarim, Lauro, Malabar, as ilhas de Camaram e Queixome e o forte de Pangim. Derrotou as armadas de Meca, Adem, e Ormuz. Em 17 de fevereiro de 1510 chegou a Gôa, que não offe-

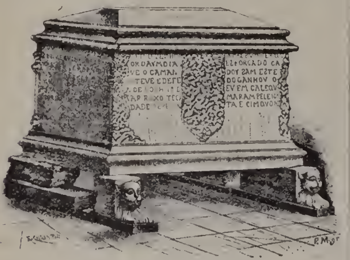

Tumulo de Affonso de Albuquerque

receu resistencia. O plano era estabelecer em Gôa o centro das possessões portuguezas, e conquistar as duas extremidades: Ormuz e Malaca. Afinal conseguiu o que desejava. Malaca cahiu em seu poder; mandou logo levantar uma fortaleza, a que chamou de *N. S.ª da Annunciada*. Participou a D. Manuel esta conquista. Resolveu então partir, e navegando na costa de Sumatra sobreveiu uma terrivel tempestade, em que todos se viram em perigo imminente, salvando-se por milagre, perdendo ainda assim a nau *Flôr do Mar*. Proseguindo a viagem, arribaram ás ilhas Maldivas, e depois de grandes contrariedades, chegaram a Cochim, onde Affonso foi recebido com o maior enthusiasmo. Soube então da desordem em que se achava Gôa e Ormuz, porque o Hidalcão tentara novas invasões. Affonso partiu immediatamente para Gôa. Apenas chegou, tudo serenou, porque o Hidalcão, tremendo só com a sua presença, fugiu da cidade. Restabelecendo-se a paz, seguiu viagem pelo Mar Roxo, e chegando a Adem, conquistou-a sem grande custo, porque a cidade não podia resistir á lucta. Estava realisado o sonho d'Affonso d'Albuquerque, porque os principaes centros de commercio de mercadorias na India, eram Malaca, Adem e Ormuz. Tanta gloria não podia deixar de ser offuscada pelos espiritos mesquinhos e invejosos, que tentavam, por meio da intriga e da calumnia, denegrir o merito do insigne conquistador da India. D. Manuel recebia continuas cartas, em que se liam amargas queixas contra Affonso d'Albuquerque, e apesar de ser bem notorio quanto Portugal lhe devia com a conquista da India, o rei deixou-se vencer pela intriga, e tratou de o fazer substituir no governo, mandando-o retirar para a Europa. Corria o anno de 1515. Affonso estava em Ormuz muito doente, e cançado de tantas fadigas, pediu que o transportassem para Gôa, onde queria morrer. Satisfez-se-lhe a vontade e Affonso embarcou em 8 de novembro. Não tinham ainda sahido do porto, quando chegou a Ormuz, vindo de Diu, um bergantim de moiros que trazia cartas da India, dirigidas a Affonso d'Albuquerque. Uma das cartas declarava que tinham chegado a Cochim doze naus, mandadas por D. Manuel, sob o commando do capitão-mór Lopo Soares, com o intuito de o substituir no governo da India. Então, Affonso, no meio do seu grande desgosto, exclamou: *Mal com os homens por amor d'el-rei, e mal com el-rei por amor dos homens; bom é acabar.* Dictou uma carta, pedindo-lhe protecção para um filho que deixara no reino, e acabando de assignar, pediu que o levassem depressa para Gôa. Assim se fez, e em 15 de dezembro á noite, Affonso chegou á barra de Gôa, e poucas horas depois, á 1 hora da manhã de 16, falleceu. Vestiram-lhe o habito de S. Thiago, e collocaram o cadaver sobre um catre coberto de velludo preto. Os fidalgos, povo e padres vieram esperal-o ao caes, onde desembarcou. Os padres tomaram o catre sobre os hombros, e debaixo do pallio o levaram para a capella da S.ª da Conceição, que elle fundara, onde ficou sepultado. Achou-se testamento em que pedia para ser enterrado no convento da Graça de Lisboa. Só 51 annos depois, em 6 d'abril de 1566, se satisfez a sua vontade; os seus ossos ficaram depositados, em 19 de maio, no convento da Graça, para onde fôram conduzidos n'um grandioso prestito. Na capella-mór collocaram a tumba, pondo-se-lhe sobre ella as 3 bandeiras com as côres e divisas dos 3 reinos que aquelle grande vulto conquistara; por cima d'estas bandeiras estendeu-se o estandarte real, já muito velho e roto, que D. Manuel lhe havia entregado na occasião da sua partida para a India, em 1506. Em 1892 foi descoberta no adro da Sé velha de Gôa, pelo sr. Luiz Gonçalves, a urna de pedra em que os restos de Affonso d'Albuquerque estiveram encerrados, na velha capella da Serra, urna que servia de pia para recolher as aguas pluviaes e que hoje, felizmente, se encontra a bom recato no museu da Sociedade de Geographia de Lisboa, para onde foi mandada, em 1895, pelo então governador geral da India Raphael de Andrade, já fallecido, e trazida a bordo do couraçado *Vasco da Gama*, pelo respectivo commandante, sr. Ferreira do Amaral, presidente da referida sociedade.

Albuquerque *(Affonso)*. Escriptor portuguez do seculo xv. Escreveu: *Commentaria in parva naturalia Aristotelis*, 1498.

Albuquerque *(Affonso de)*. Jurisconsulto portuguez e professor de direito civil. Foi partidario de Filippe II de Hespanha; escreveu uma obra com o seguinte titulo: *Jus Philippus ad Regiam Lusitanum Coronam.*

Albuquerque *(Corveta Affonso de)*. Navio da armada real construido em Inglaterra em 1884.

Albuquerque *(Braz, ou Affonso de)*. Filho illegitimo do grande Affonso d'Albuquerque, e de

Joanna Vicente, segundo um documento precioso, publicado por Sanches de Baena, no seu *Resumo historico e genealogico da familia de Affonso de Albuquerque*. Este documento é a propria carta de legitimação de Braz d'Albuquerque, requerida por seu pae e passada em 1506. Braz nasceu em 1500 na quinta do *Paraiso*, proximo de Alhandra, onde tambem nascera seu pae. Fallecendo na barra de Gôa, em 1515, o grande conquistador da India, D. Manuel ficou bastante penalisado e com remorsos de ter amargurado os ultimos momentos do seu grande general, e, querendo cumprir ao menos o pedido que lhe fizera, proximo a morrer, na carta que lhe dirigira, ordenou que o pobre orphão tomasse o nome de Affonso d'Albuquerque, para perpetuar assim o nome do heroico luctador. Esta ordem estendia-se a todos os descendentes, e, sendo senhora, chamar-se-ia Affonsa d'Albuquerque. Parece que esta ordem nunca se cumpriu, ou por se não ter dado este caso, ou por ter sido votada ao esquecimento. D. Manuel encarregou-se da educação de Braz, que apenas contava 15 annos quando o pae morreu; mandou-o estudar no convento de Santo Eloy, e que lhe fôssem entregues os ordenados de seu pae que estavam em divida, e as quintaladas de pimenta, o que tudo subiu a 180 mil cruzados, aproximadamente. Braz ou Affonso d'Albuquerque foi capitão d'um dos navios da armada que levou a Italia a infanta D. Beatriz, duqueza de Saboya; casou, por indicação de D. Manuel, com D. Maria de Noronha, filha de D. Antonio de Noronha, escrivão da puridade, filho do 1.º marquez de Villa Real, e que mais tarde D. João III agraciou com o titulo de conde de Linhares. El-rei tambem lhe concedeu o juro de 300$000 réis, que depois elevou a 400$000. Braz d'Albuquerque não tinha o genio de seu pae; comtudo, era homem muito intelligente e instruido, muito versado nos assumptos de administração e politica. D. João III nomeou-o vėdor de fazenda, e em 1569 foi presidente do senado de Lisboa, quando uma peste horrorosa assaltou a capital, causando innumeras victimas; e ás suas acertadas providencias se deve que aquella epidemia não tomasse proporções ainda mais assustadoras. Affonso d'Albuquerque, tendo enviuvado, casou segunda vez com D. Catharina de Menezes. Do 1.º matrimonio houve um filho e uma filha que morreram sem successão; do 2.º houve descendencia. O nome do grande conquistador da India continuou na pessoa d'um filho natural de Braz d'Albuquerque, o qual foi legitimado por seu pae, e que se chamava João Affonso d'Albuquerque. Este descendente casou com D. Isabel de Sequeira, de quem teve um filho, chamado Affonso d'Albuquerque, que morreu na India, para onde partira em 1617, e foi o ultimo descendente do grande Affonso d'Albuquerque. Braz falleceu em Lisboa, em 1580, com 80 annos de edade. Publicou uma obra intitulada: *Commentarios de Afonso Dalboqverque, capitam geral & gouernador da India, colligidos... das proprias cartas que elle escreuia ao muyto poderoso Rey dõ Manuel, o primeyro deste nome*. Lisboa, 1557. Sahiu 2.ª edição, em 1576, com o seguinte titulo: *Commentarios do Grande Afonso Dalboqverqve, Capitam Geral que foy das Indias orientaes. Em tempo do muito poderoso Rey dom Manuel, o primeiro deste nome. Nouamente emendados & acrescentados*, etc. Lisboa, 1576. Houve 3.ª edição, em 1774, 4 tomos, com retrato e mappas; deixou manuscripta outra obra: *Tratado de antiguidade, nobreza e descendencia da familia dos Albuquerques*.

Albuquerque *(Antonio Maria Seabra de)*. Autor de um opusculo intitulado *Numismatica portugueza*, contendo algumas noticias sobre as moedas de oiro *cruzados e portuguezes*, e das lavradas por D. Affonso V, quando pretendente ás corôas de Castella e Leão. Não designa o anno nem o logar da impressão, que se julga ser em Coimbra, residencia e naturalidade do autor.

Albuquerque *(Fr. Caetano)*. Religioso portuguez do seculo XVIII. N. em Lisboa; era filho de Thomaz Pereira d'Albuquerque e de D. Barbara Francisca Xavier. Foi frade no convento dos Jeronymos, em Belem, onde professou a 13 de setembro de 1721. Tornou-se conhecido como prégador distincto; deixou escriptos alguns sermões.

Albuquerque *(Caetano Alexandre d'Almeida e)*. Contra-almirante. N. em 1824; filho de Bento d'Almeida e Albuquerque e de D. Anna Justina de Moura. Aos 11 annos de edade, em 1835, entrou na marinha como aspirante, em 1839 concluiu com distincção o curso da Escola Polytechnica, e em 1840 o da Escola Naval. Foi então promovido a guarda-marinha. De 1841 a 1845 fez parte da estação naval da Africa Occidental, cujos serviços no impedimento do trafico da escravatura são bastante conhecidos; de 1846 a 1848, como official do brigue *Douro*, concorreu muito com os seus serviços valiosos nas luctas que n'essa epoca agitavam o paiz. O sr. Caetano d'Albuquerque foi commandante da corveta *Duque da Terceira*, do vapor *Mindello*, da canhoneira *Maria Anna*, e das escunas *Cabo Verde* e *Duque da Terceira*. Foi encarregado em diversas epocas de ir a Inglaterra tratar da acquisição de navios e salva-vidas, para a construcção de vapores, montagem de machinas e outros serviços importantes da marinha portugueza. Em 1869 tomou posse do governo do archipelago de Cabo Verde, e, durante 7 annos que se demorou, reformou os diversos ramos de serviço publico, que encontrou n'um estado bem pouco lisongeiro; devido á sua iniciativa e elevada capacidade, deu um prodigioso impulso ás obras publicas, á instrucção, ao commercio e á agricultura. Em Angola não poude realisar eguaes melhoramentos como desejava, porque sómente esteve dois annos n'aquelle governo; ainda assim a sua passagem ficou bem assignalada pela energia do seu caracter e força de vontade pouco vulgares. Em 1878 foi nomeado governador da India; partiu então para Gôa onde tambem se fez notar pelo grande impulso que deu ás obras publicas e ao aformoseamento d'aquella cidade, bem como cuidou da sua hygiene,

Caetano Alexandre d'Almeida e Albuquerque

tornando-a uma das cidades mais sadias das nossas possessões. Regressando ao reino, acceitou o cargo de governador civil de Lisboa, em que se manteve sempre á altura da sua reputação, e fazendo respeitar a lei, sem deixar de conciliar os interesses dos seus administrados com os da causa publica. Caetano Albuquerque foi director geral do ministerio da marinha. Com a extincção da direcção da marinha, em 1892, creou-se o conselho do almirantado, e Caetano Albuquerque teve a nomeação de presidente do supremo conselho da justiça militar, cargo que deixou, por ter attingido o limite da edade, em 5 de abril de 1894, data em que foi reformado em ajudante de campo honorario de S. M. El-Rei.

Albuquerque *(Caetano de Andrade)*. Doutor formado em direito, na Universidade de Coimbra. Nat. da ilha de S. Miguel. Foi collaborador de alguns jornaes insulanos. Escreveu: *Horas de Estudo*, Coimbra, 1869.

Albuquerque *(Custodio José de)*. Escriptor portuguez, do seculo XVIII. Escreveu: *O cocheiro instruido, ou breve instrucção aos cocheiros, boleieiros e mais criados sobre o modo de se comportar* (sic) *tanto no que respeita ao ensino dos animaes, como na attenção devida a seus amos*, Lisboa, 1792.

Albuquerque *(Diogo Rangel de Macedo e)*. Fidalgo da Casa Real, commendador da Ordem de Christo, provedor e guarda-mór da Saude, no porto de Belem, socio da Academia dos Applicados, etc. N. em Lisboa, em 1671, f. em em 1754. Escreveu: *Elogio historico e panegyrico do muito alto e muito poderoso rei D. João V.* Lisboa, 1751; *Elogio do Rev.*^mo^ *P. Frei Verissimo de Lima. Provincial da Ordem dos Prégadores*, Lisboa, 1745; *Elogio congratulatorio ao Rev.*^mo^ *P. D. Raphael Bluteau, etc.* Vem no tomo II das *Prosas portuguezas*, do mesmo P., a pag. 296; *Oração funebre á memoria do P. D. Raphael Bluteau*, etc. Sahiu no *Obsequio funebre á memoria do dito padre.* pag. 155; *Carta ao P. Fr. Simão Antonio de Santa Catharina*, etc. Vem na *Relação metrica das festas a S. João da Cruz*, do dito Fr. Simão; *Oração com que se deu fim ao obsequio funebre com que a Academia dos Escolhidos da Côrte mostrou o seu sentimento na morte do ex.*^mo^ *Conde da Ericeira.* Coimbra, 1744. Deixou muitas obras manuscriptas, que se mencionam na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado.

Albuquerque *(Diogo Vieira Tovar de)*. Grande jurisconsulto; n. em Molelos, freg. de S. Pedro, em 1775, f. na quinta da Boa Vista, proximo de Coimbra, a 2 de janeiro de 1846. Era filho de Jeronymo Vieira da Silva Tovar e de sua mulher, D. Maria Josepha da Silva Albuquerque; doutorou-se em leis na Universidade de Coimbra, em 15 de setembro de 1797; em 1805, foi nomeado oppositor ás cadeiras da mesma Universidade, e pouco depois, desembargador para a Relação de Gôa, logar de que tomou posse a 18 d'outubro de 1807. Até 1815, serviu na India, exercendo os cargos de procurador da corôa e fazenda, e secretario geral do Estado. Voltou a Portugal, em 1815, e tomou assento na Casa da Supplicação, como desembargador; não tardou, porém, que fôsse mandado a Madrid em commissão, por carta régia e poderes especiaes d'el-rei D. João VI, de 8 de abril de 1818, como tutor de seu neto, o infante D. Sebastião, para fazer valer em juizo contencioso os direitos do infante á successão da Casa do Infantado no grão-priorado de Castella e Leão, contra o competidor o infante D. Carlos, que estava de posse da mesma casa. Diogo Tovar d'Albuquerque venceu a questão, ficou em Madrid, sendo nomeado conselheiro e addido á legação portugueza. Em 11 de novembro de 1823 teve a nomeação de conselheiro de fazenda, e então regressou ao reino. Depois exerceu successivamente os seguintes cargos; membro do Supremo Conselho de Justiça militar, procurador fiscal das Mercês, vogal da Junta de Confirmações geraes e da revisão do Codigo penal militar, além d'outras commissões de que foi eventualmente encarregado. Em 1834, retirou-se da vida publica, por pertencer ao partido legitimista, recolhendo-se á quinta da Boa Vista, onde falleceu. Escreveu: *Memoria sobre o plano da collecção dos Tractados politicos de Portugal desde o principio da monarchia, dividida em tres partes: 1.ª Qual a materia que deve servir de assumpto á collecção dos Tractados, e o methodo de a arranjar e addicionar; 2.ª Utilidades que d'esta collecção se seguem; 3.ª Quaes os trabalhos que se devem empregar para se obter o complemento da referida collecção.* Foi escripta em 1801, e inserta pelo auctor nos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, tomo IV, Paris, 1819. Ficaram muitos ineditos, entre os quaes se conta uma *Memoria sobre o commercio da India*, que em 1812 enviou ao conde das Galveias, então ministro no Rio de Janeiro; *O Indice chronologico e alphabetico remissivo de todas as disposições e providencias legislativas expedidas para a governação dos Estados da India, pela côrte de Lisboa, e depois pela do Rio de Janeiro, desde o principio da conquista até ao anno de 1815.* Este indice foi escripto, quando esteve na India, não o podendo concluir, por ter regressado a Portugal, assim como tambem falta no seu trabalho a noticia das providencias tomadas nos primeiros 24 annos da conquista, porque os documentos relativos a esse periodo, tinham sido mandados para Lisboa no tempo d'el-rei D. José. Diz Innocencio, que este *Indice* deve existir no ministerio da Marinha, por ter sido remettido officialmente para Lisboa em cadernos manuscriptos.

Albuquerque *(Duarte Pacheco de)*. Doutor em theologia, provisor e vigario geral do bispado de Vizeu. N. na quinta dos Esporões, na diocese de Vizeu, em 1606; era filho segundo de Alvaro Pacheco d'Albuquerque e de D. Joanna de Sequeira. Formou-se em Coimbra, em direito canonico; f. em 1669. Escreveu: *Peculio de Direito*, por ordem alphabetica, e um *Epitome* das obras de Febo, Cabedo, Reinoso, e outros jurisconsultos portuguezes.

Albuquerque *(D. Fernando Affonso)*. Filho illegitimo de D. João Affonso, senhor de Albuquerque, Medelim e outras terras. Era neto de D. Affonso Sanches, filho natural de D. Diniz. D. Fernando Affonso d'Albuquerque foi alferes-mór do reino, por nomeação de D. Pedro I, ainda antes de subir ao throno, em 1344, e senhor de Villa Nova do Anços, das vendas d'Aveiro, alcaide-mór da Guarda e dos Oitavos e dos Reguengos de Guimarães, da Tamageira, tudo por mercê d'-el-rei D. Fernando, que em 1377 lhe deu tambem de emprestimo as terras de Lordello e de Bouças no almoxarifado do Porto, e depois de varias outras que lhe havia dado, lhe concedeu ultima-

mente a mercê de juro e herdade para sempre de todos os bens e terras de João Lourenço da Cunha, quando este fidalgo, marido de D. Leonor Telles, passou para Castella. D. Fernando Affonso d'Albuquerque foi tambem mestre da Ordem de S. Thiago e embaixador de D. João I em Inglaterra.

Albuquerque *(Fernando Luiz Mousinho de).* Official do exercito, deputado ás côrtes; n. no Fundão, a 19 de julho de 1817. Era filho de Luiz da Silva Mousinho da Silva Albuquerque, ministro e secretario de estado honorario. Frequentou com distincção a Universidade de Coimbra alguns annos do curso mathematico, e tambem o 1.º e 2.º annos da Escola do Exercito. Em 1868 era capitão de infantaria com exercicio de conductor de 1.ª classe no corpo de engenheiros civis. Foi eleito deputado, pela 1.ª vez pelo circulo de Leiria. Escreveu: *O Preso de Chillon, traduzido de lord Byron em versos portuguezes.* Lisboa. 1833; *Reullura, poema.* Coimbra, 1840; *Instrucções praticas sobre as machinas de vapor.* Lisboa, 1843. Publicou varias poesias e artigos diversos na *Chronica Litteraria da Nova Acad. Dram. de Coimbra,* e n'outros jornaes litterarios e politicos: *Revolução de Setembro,* e *O Leiriense,* de que foi um dos fundadores.

Albuquerque *(Fernão de).* Governador da India, onde nasceu, e fez toda a sua carreira. Foi capitão de Malaca, em 1578 passou a governar Colombo na ilha de Ceylão, tomando depois posse do governo de Damão, passando mais tarde para Gôa. N'esta occasião falleceu o vice-rei, que era o conde de Redondo, e Fernão d'Albuquerque recebeu nomeação para o substituir; era já de muita edade; tomou posse do poder a 11 de novembro de 1619, não havendo nada de notavel na sua administração. A 19 de dezembro de 1622 foi substituido pelo conde da Vidigueira, fallecendo a 29 de janeiro de 1623.

Albuquerque *(Francisco de).* Capitão d'uma das tres esquadras que partiram para India, no anno de 1503. As outras duas eram commandadas por Affonso d'Albuquerque, de quem era primo, e Antonio de Saldanha. A esquadra de Francisco d'Albuquerque foi a primeira a chegar á India; compunha-se de tres naus, mas durante o caminho, uma d'essas naus, a que era commandada por Pero Vaz da Veiga, perdeu-se, e Francisco d'Albuquerque chegou á ilha Angediva só com dois navios. Soube que o rei de Cochim estava gravemente embaraçado, luctando com poucas forças contra os exercitos do Samorim de Calecut, e correu em seu auxilio, conseguindo com a sua gente, reanimar as forças e os animos, expulsar os inimigos, depois d'alguns combates em que morreram dois chefes e muitos guardas do Samorim de Calecut. Affonso d'Albuquerque chegara tambem a Cochim, e fôra apresentado ao rei, que o recebeu amigavelmente, mostrando-se muito reconhecido pelo soccorro que recebera. Tratou-se então de se construir uma fortaleza, formando uma cidadella portugueza, onde se pudesse pôr guarnição que a defendesse. O rei mostrou certa repugnancia, ao principio, mas depois cedeu, e a construcção da fortaleza começou, encarregando-se Affonso d'Albuquerque d'uma parte das obras e Francisco d'Albuquerque d'outra. Certas circumstancias despertaram desintelligencias entre os dois primos (V. *Affonso d'Albuquerque*), mas afinal a fortaleza concluiu-se. Affonso d'Albuquerque partiu para Coulão, e Francisco para Cananor, deixando entregue a guarda da fortaleza a Duarte Pacheco. Affonso voltou a Cochim, e, não encontrando o primo, partiu para Lisboa. Francisco foi mais infeliz, porque sahindo de Cananor tambem com destino a Portugal, foi assaltado por uma tempestade, e nunca mais houve noticias a seu respeito. Das tres naus, que compunham a esquadra, nenhuma d'ellas voltou a Lisboa; a commandada por Pero Vaz da Veiga perdeu-se á ida, e as outras duas no regresso.

Albuquerque *(Francisco Maximiano Alves de Mello e).* Fidalgo portuguez do principio do seculo XIX.

Albuquerque *(Henrique Zeferino de).* Nat. de Lisboa, onde nasceu a 12 de fevereiro de 1842, filho de Zeferino Ignacio Matheus, livreiro muito conhecido e acreditado, estabelecido n'esta cidade, primeiro na rua d'El-rei, depois na rua da Princeza, e fallecido a 24 de março de 1880. Henrique Zeferino continuou com o estabelecimento, por morte de seu pae, e apesar dos cuidados que lhe dedicava, entregava-se a estudos litterarios e industriaes, e, procurando amplial-os, realisou uma viagem demorada e instructiva a França. Animado pelos resultados que obtivera e pelo desejo de ser util ao seu paiz, resolveu dar grande desenvolvimento ao commercio a que se dedicára; começou pela fundação d'alguns jornaes, e por editar obras de valor. Publicou em 1873 *El telegrafo europeu,* folha quinzenal, destinada ás republicas do Rio da Prata e do Pacifico. Era escripta em hespanhol; sahiram 37 numeros; em 1881, *Ribaltas e gambiarras, revista semanal,* de que se publicaram 75 numeros, sendo os ultimos sete illustrados com os retratos de varios artistas. Collaboraram n'esta revista Camillo Castello Branco, Julio Cesar Machado, Guilherme d'Azevedo, e D. Guiomar Torrezão. A obra que lhe mereceu todos os seus cuidados, empregando para a realisar todos os meios de que podia dispôr, foi a edição do *Diccionario universal portuguez illustrado,* que fundou em 1879, segundo o plano do *Diccionario de Larousse.* E' na verdade uma obra colossal, dirigida ao principio por Francisco d'Almeida e depois por Fernandes Costa. Para a grande empreza a que se propôz, Henrique Zeferino fundou em novembro de 1881 uma vasta officina typographica, e, querendo depois dar maior publicidade á sua importante edição, resolveu ir pessoalmente ao Brazil contratar a venda e angariar assignaturas. Infelizmente, porém, o diccionario não poude concluir-se, ficando publicados apenas 4 grossos volumes; 2 de que se compõe a lettra A, um da letra B, e outro da letra M. O seu editor e proprietario viu-se obrigado a suspender a publicação, depois de luctar com as maiores contrariedades.

Albuquerque *(Ignacio Baptista Cortella Sousa e).* Fidalgo portuguez do seculo XIX, nat. de Macau.

Albuquerque *(D. Isabel de).* Irmã do grande Affonso d'Albuquerque, a quem elle confiou a infancia de seu filho. Foi dama da rainha D. Isabel, 1.ª mulher d'el-rei D. Manuel; casou com o alcaide-mór de Leiria, Fernão de Sousa. D'este consorcio nasceu Catharina de Sousa e Albuquerque, que foi 1.ª mulher de Duarte Galvão, chronista-mór do reino.

Albuquerque *(D. Isabel de).* Mulher de Duarte Pacheco Pereira, capitão na India, nos principios do seculo XVI.

Albuquerque *(Jeronymo de Cavalcanti).* Governador da provincia do Cabo Verde, em parte dos annos de 1639 e 1640.

Albuquerque *(D. João Affonso da Costa de Sousa de Macedo Albuquerque, 4.º visconde, 2.º conde de Mesquitella e 1.º duque de).* Fidalgo, descendente de illustres familias portuguezas. N. em Lisboa, a 11 de fevereiro de 1815; era filho de D. Luiz da Costa de Sousa de Macedo e Albuquerque, 3.º visconde e 1.º conde de Mesquitella, e de sua esposa, a condessa D. Maria Ignacia de Saldanha Oliveira e Daun, filha do conde de Rio Maior, e neta, por parte de sua mãe, do grande estadista marquez de Pombal. Entrou no Collegio dos Nobres, onde cursou os estudos superiores. Terminando os estudos, partiu em viagem de instrucção pelas principaes cidades da Europa. El-rei, impressionado pelas preciosas manifestações de intelligencia e distincção que tanto se notavam no laureado estudante, e desejando ser agradavel ao pae e filho, agraciou com o titulo de conde o joven fidalgo, fazendo-lhe egualmente mercê das honras de official-mór da Casa Real, para servir no impedimento de seu pae, e da commenda de N. S.ª da Conceição. Com estes titulos que traduziam a consideração que desfructava no seu paiz, se apresentou o joven fidalgo nas côrtes de Hespanha, Paris e Londres. Admittido á intimidade dos homens mais notaveis d'essa época, tanto na politica como nas letras e sciencias, o conde Mesquitella soube confirmar perfeitamente no estrangeiro o alto conceito, que os seus meritos pessoaes lhe haviam alcançado. Estava em Paris quando falleceu seu pae, e, apenas recebeu essa triste noticia, regressou ao reino. El-rei conferiu-lhe então a commenda de Christo e investiu-o na posse dos cargos de 12.º armador-mór e 12.º armeiro-mór do reino, que por successão lhe pertenciam, tomando tambem por successão assento na camara dos pares, dignidade a que seu pae fôra elevado em 1826. Honrado com a particular estima de D. Pedro V, foi por elle convidado mais d'uma vez a acceitar a nomeação de seu camarista e veador da rainha D. Estephania, convites a que sempre soube esquivar-se com os pretextos mais delicados. Tanto na occasião da chegada a Lisboa da rainha D. Estephania como da rainha, a senhora D. Maria Pia, o conde de Mesquitella foi o primeiro fidalgo portuguez incumbido de receber ao desembarque no Terreiro do Paço as augustas damas, D. Luiz concedeu-lhe, n'essa occasião, a grã-cruz da ordem militar de N. S.ª da Conceição, e mais tarde confiou-lhe o commando da guarda real dos archeiros por impedimento do duque de Palmella. Em 1870, na revolta de 19 de maio, promovida pelo duque de Saldanha, e que este distincto militar constituiu ministerio, o conde de Mesquitella foi convidado para se encarregar da pasta dos estrangeiros, sendo-lhe tambem offerecido o titulo de duque d'Albuquerque e a grã-cruz da ordem de Christo; o conde rejeitou todas essas honras. A situação pouco constitucional creada pelo duque de Saldanha, n'essa época, levantava escrupulos na consciencia do fidalgo inteiramente extranho ás luctas e paixões da politica. Só mais tarde, em 19 de maio de 1886, é que acceitou o titulo de duque d'Albuquerque em sua vida com que foi agraciado por el-rei D. Luiz. Em 24 de setembro de 1890 falleceu no seu bem conhecido solar do Poço Novo, em Lisboa, onde tambem fallecera em novembro de 1862 o seu extincto ascendente, Antonio de Sousa de Macedo, ministro de D. Affonso VI, e embaixador em Inglaterra, onde assistiu á morte de Carlos I, de quem foi leal amigo. O duque d'Albuquerque era muito esmoler; os pobres que habitavam nas dependencias do palacio, e em outras propriedades que lhe pertenciam, não pagavam renda porque o benemerito fidalgo, além de muitas esmolas que fazia, cedia-lh'as gratuitamente. Como era celibatario considerava os pobres a sua familia adoptiva. Além das honras já mencionadas, o duque d'Albuquerque tinha tambem a grã-cruz da ordem de Carlos III; era par de Inglaterra, barão de Murlingar na Escocia, e senhor da ilha Grande de Joannes; exerceu por algum tempo o cargo de secretario da legação portugueza em Paris, e foi alferes da cavallaria nacional de Lisboa.

Duque d'Albuquerque

Albuquerque *(João Affonso de).* Filho de D. Affonso Sanches, bastardo d'el-rei D. Diniz. Foi senhor em Castella, e o primeiro que usou do appellido de Albuquerque. Mandou edificar a torre da Codiceira, e n'ella poz as armas adoptadas por esta familia — as quinas de Portugal e flôr de liz, porque a mulher com quem casara, descendia da familia real de França.

Albuquerque *(D. João Affonso de).* Era de origem castelhana, mas foi o primeiro bispo de Gôa, nomeado por D. João III, em 11 d'abril de 1537. Pertencia á provincial da Piedade, da ordem franciscana. Partiu para o Oriente na armada do vice-rei D. Garcia de Noronha. Chegando a Gôa arvorou, com todo o cerimonial, em sé, a egreja de Santa Catharina. Falleceu a 28 de fevereiro de 1553.

Albuquerque *(João de).* Padre da Companhia de Jesus, cujo habito tomou em 1620. N. em Elmulfe, em 1606. Professou humanidades, primeiro nas aulas da Companhia e depois veiu explicar Tacito nas conferencias da Academia dos Generosos. O conde de Penaguião, que muito o considerava, convidou-o para familiar de sua casa, logar que acceitou. Falleceu no anno de 1665 em casa do referido fidalgo. Escreveu algumas obras em latim, que são muito apreciadas pelos entendedores.

Albuquerque *(João Mousinho de).* Fidalgo e escriptor portuguez; n. em Lisboa, a 21 de fevereiro de 1797, f. em Portalegre, a 8 de agosto de 1881. Era filho terceiro do desembargador do Paço, João Pedro Mousinho d'Albuquerque; foi licenceado na faculdade de leis, na Universidade

de Coimbra, administrador da Casa de Bragança, provedor da Casa da Moeda, administrador da alfandega das Sete Casas. Escreveu: *Reflexões sobre a agricultura patria, com referencia ao decreto do Instituto Agricola, offerecidos aos lavradores portuguezes pelo seu collega, etc.* Leiria, 1854. A Associação Typographica Leiriense mandou imprimir esta obra, precedida d'uma advertencia em que elogia muito o autor. Escreveu mais: *Juizo critico sobre os actos do administração finda com a morte de Sua Magestade a Senhora D. Maria II que Deus haja.* Lisboa, 1854. Referindo-se a esta memoria, e como em continuação, publicou João Mousinho d'Albuquerque em 1858, no jornal *O Futuro,* uma serie de artigos sobre a *Revisão da Carta Constitucional, e apreciação de seus defeitos; As minhas resistencias ás ordens superiores, em quanto servi o cargo de Provedor da Casa da Moeda, que S. M. I. o Regente me havia confiado, sem pedir-lh'o, etc. offerecido ao juizo imparcial da opinião publica,* Lisboa, 1835; *Relatorio feito á assembléa geral da sociedade das escolas da primeira infancia, na sessão de 12 de julho de 1835,* Lisboa, 1835; *Memoria sobre a moeda portugueza e sua origem, seus usos e abusos; offerecida ás classes menos versadas na sciencia do crédito,* Elvas, 1862; *O deficit, suas origens e indicações para attenual-o. Offerecidas ao governo e corpo legislativo,* Lisboa, 1867. No *Jornal da Sociedade Agricola do Porto,* annos de 1856 a 1858 publicou uma serie de artigos ácerca da agricultura; 1.º *Memoria descriptiva de um lagar de azeite de novo invento;* 2.º *Roteamentos;* 3.º *Mattas, selvas e vergeis;* 4.º *Cereaes, e mais culturas alimenticias;* 5.º *Gados e pastos;* 6.º *Vinhas e olivaes;* 7.º *Montados;* 8.º *tapumes, abrigos, aterros e vallagens;* 9.º *Considerações sobre a fertilidade ou esterilidade das terras; e meios praticos de aproveital-as ou melhoral-as;* 10.º *Enxoframento das vinhas;* 11.º *Architectura moral;* 12.º *Considerações sobre os inconvenientes que devem resultar do estabelecimento do deposito para reexportação dos generos cereaes no porto de Lisboa;* 13.º *Lavras.*

Albuquerque *(Joaquim Mousinho de).* Heroe portuguez, e militar destemido, contemporaneo. N. em 10 de novembro de 1855. Era filho de José Diogo Mascarenhas Mousinho d'Albuquerque, director dos telegraphos e pharoes do reino, e neto de Luiz da Silva Mousinho d'Albuquerque, que tanto se distinguiu nas luctas civis de 1828 a 1846, succumbindo n'este anno, a 23 de dezembro, na batalha de Torres Vedras. Joaquim Mousinho d'Albuquerque assentou praça aos 16 annos de edade, em cavallaria 1, no dia 23 de novembro de 1871; cursou a Escola Polytechica, depois a Escola do Exercito, seguindo o curso de cavallaria, sendo promovido a alferes em 27 de dezembro de 1876. Serviu nos regimentos de cavallaria 2 e 4, teve o posto de tenente em 31 de outubro de 1884 e o de capitão em 12 de setembro de 1890. Depois de concluir o curso da arma de cavallaria, matriculou-se na Universidade de Coimbra, na faculdade de mathematica, que frequentou até ao 3.º anno. Em 1895 foi nomeado para commandar a força de cavallaria que partiu na expedição de Moçambique, para obrigar a entrar na obediencia os regulos das regiões do sul d'Africa, entre os quaes figurava o feroz e temido Gungunhana. Seguiram-se as gloriosas façanhas das nossas tropas, e Mousinho d'Albuquerque, sempre no seu posto, com o sangue frio dos valentes militares, acompanhou os acontecimentos, prestando o seu valioso concurso em todas as acções. Estava, porém, reservado ao valente militar um acto de grande heroismo, que o tornaria bem conhecido e respeitado. Era o fecho da campanha, a prisão do Gungunhana. Chicomo era o ponto determinado para centro das operações da columna do norte. Logo que as tropas alli chegaram, tratou-se de reconhecer bem o local para defeza d'algum ataque do inimigo, que não estava longe. O Gungunhana, regulo de Gaza, mandou então uns embaixadores, propondo restabelecer a paz, pagando as indemnisações de guerra e entregando os regulos Mamatibejana, Zixaxa e o Mahazul, trazendo tambem muitos presentes de marfim, dinheiro, etc. que não fôram acceites. Estes protestos d'amisade dissimulavam as más intenções do Gungunhana. O plano era ganhar tempo, para concentrar as forças. O regulo faltou á sua palavra, mandou-se-lhe um *ultimatum* para que no praso de 5 dias pagasse as indemnisações de guerra e entregasse os regulos. Passados os 5 dias, nova embaixada veiu a Chicomo, pedindo prorogação do praso. Ainda se sustaram as hostilidades. Ainda houve pedido de nova prorogação, que egualmente se não cumpriu, até que afinal se resolveu a declarar a guerra. Em meados de setembro de 1895 começaram então as sortidas pelos dominios de Gaza para abrir caminho até Mangnanhana, onde o regulo habitava com as suas 50 mulheres. Em todas estas sortidas houve lucta com os vatuas. Emquanto no Chicomo se iniciavam estes combates, o commissario régio, o conselheiro Antonio Ennes, não perdia tempo, ora em Lourenço Marques, ora em Inhambane, dirigindo e regulando todos os movimentos da campanha. A situação aggravava-se. Veiu então a Chicomo o commandante militar de Inhambane offerecer-se para tomar parte na guerra, com alguns milhares de sypaes para auxilio das forças da metropole. Este auxilio valeu de muito, porque os vatuas tambem recebiam reforço da parte dos macuacas. Prepararam-se as forças para atacar Manjacaze. Na segunda feira 4 de novembro, logo muito cedo, depois da revista feita ás tropas, todos marcharam atravez da floresta, indo na vanguarda, explorando o caminho, a cavallaria com os sypaes á frente. Mousinho, com duas ordenanças, internava-se na floresta, não lhe escapando o mais pequeno rasto do inimigo. Depois de muito cansaço, d'um calor asphyxiante e pessimo caminho tiveram de parar em frente d'um mattagal tão expesso que era impossivel desbravar, pelo desanimo e falto de forças em que todos estavam. Era facil que o inimigo armasse alli alguma emboscada. Fez-se um reconhecimento em que se viu, estarem ainda distante de Manja-

Joaquim Mousinho d'Albuquerque

caze duas horas de marcha, sendo preciso atravessar a vau o rio Manguanhana, que ficava para além da matta que se via na frente. O coronel resolveu que a columna ficasse na langua de Coolella, junto da lagôa do mesmo nome. Appareceram então as forças inimigas, e travou-se forte combate, fugindo os vatuas, que perderam muita gente. Entre os nossos houve 5 mortos e alguns feridos. Era preciso ir buscar munições a Chicomo, d'onde deviam voltar no dia 9. Em 11 marchou-se sobre Manjacaze; os vatuas deviam estar alli concentrados em grande força. Chegou-se finalmente á langua de Manguanhana, onde ia decidir-se a sorte das nossas armas. As granadas derrubavam as arvores do bosque que cercava a povoação. O inimigo não avançava, e os tiros das suas espingardas não alcançavam a distancia. A valentia dos vatuas era impotente contra as nossas armas, e as grandes mangas de pretos principiavam a abandonar o campo. A pouca resistencia do inimigo causou surpreza, porque tudo fazia acreditar que o ataque de Manjacaze seria lucta de vida e de morte. Era preciso, portanto, entrar na povoação, e atacar alli os vatuas; entrou-se e não se viu ninguem. O Gungunhana e o seu exercito haviam fugido. A povoação de Manjacaze foi incendiada. O Gungunhana refugiara-se em Chaimite, uma especie de logar santo, escolhido para diversas cerimonias com o fim de arranjar feitiço, que impedisse de ser descoberto. Tinha uma unica entrada de 40 cent. de largura. Foram ao todo 53 militares, que mais tarde, sob o commando de Mousinho de Albuquerque, conseguiram capturar o celebre Gungunhana. A 6 de janeiro de 1896 lavrou-se o auto da entrega dos prisioneiros, o regulo e sua familia, no palacio do governo de Lourenço Marques. Terminada a campanha, Mousinho d'Albuquerque foi nomeado commissario régio de Moçambique. N'esta occasião foi a Pretoria, sendo alli recebido com todas as honras por Kruger, que lhe pediu para ser seu hospede durante o tempo que se demorasse. Verdadeiro patriota, Mousinho não podia soffrer que ficasse impune qualquer rebeldia contra o prestigio portuguez, e d'ahi resultou a guerra aos namarraes; houve 4 combates, Moguenga, Maguema, Ibrahimo e Muento-Muno. As nossas forças, sempre commandadas por Mousinho d'Albuquerque, alcançaram uma assignalada victoria sobre as forças do Maguiguana, avaliadas em 5 mil homens, no campo de Macontene. Regressou a Lisboa em 15 de dezembro de 1897, onde teve uma recepção extraordinaria, trazendo comsigo os prisioneiros de Chaimite. Na sala Portugal da Sociedade de Geographia fôram-lhe entregues, em sessão solemne, as medalhas de ouro de valor militar e de serviços relevantes no Ultramar. Discursando n'essa occasião el-rei D. Carlos e o sr. conselheiro Dias Costa. Mousinho tinha casado em 1879 com sua prima, a sr.ª D. Maria José Mousinho d'Albuquerque, filha do doutor João de Mascarenhas Gaivão. Foi promovido a major em 28 de dezembro de 1895. Ultimamente era aio de suas altezas reaes, e acompanhara o principe D. Luiz Filippe n'uma digressão ás provincias do norte do paiz. Suicidou-se em 8 de janeiro de 1902, indo n'um trem em caminho de Bemfica. A sua morte causou geral sensação e o funeral foi imponente. Além das honrarias já citadas, Mousinho d'Albuquerque era commendador e official das ordens da Torre e Espada e de Aviz, por serviços distinctos, cavalleiro de S. Jorge, de Inglaterra; tinha as commendas da Aguia Vermelha d'Allemanha, de S. Mauricio e S. Lazaro d'Italia, da Legião de Honra, de Leopoldo III, da Belgica, e Carlos III de Hespanha.

Albuquerque *(Joel Joaquim Collaço de)*. Fidalgo portuguez do seculo XIX, nat. de Salsete, no estado da India.

Albuquerque *(Jorge de)*. Fidalgo portuguez, capitão do Mar das Indias. Foi governador de Cochim e de Malaca, sabendo grangear muitas sympathias. Partiu de Lisboa em 1512, commandando a nau *Nazareth* na armada de Jorge de Mello. Voltou depois ao reino, e em 1519, sendo novamente nomeado governador de Malaca, partiu para o Oriente. Demorou-se na costa d'Africa Oriental a invernar, e alli exerceu o commando da armada, indo depois ter ao Mar Roxo com o governador da India, Diogo Lopes de Sequeira. Finalmente partiu para Malaca em 1521. Sustentou continuadas guerras com o sultão de Bintam, sendo por vezes vencido, mas em 1524 alcançou uma victoria naval importantissima sobre a esquadra de Bintam, que desanimou completamente o sultão. Foi Jorge d'Albuquerque quem tomou a iniciativa da posse das ilhas Moluccas. No principio de 1525 terminou o tempo do seu governo, e regressou ao reino, onde passou socegadamente o resto da vida.

Albuquerque *(D. Jorge Manuel de)*. Um dos fidalgos portuguezes que seguiram o partido de Castella contra a patria, durante o dominio hespanhol. Estava em Madrid quando se deu em Lisboa a revolução do dia 1.º de dezembro de 1640, que tornou independente o reino de Portugal; não quiz reconhecer essa independencia, e esse facto valeu-lhe o titulo de conde de Lavradio com que o rei de Hespanha o agraciou, titulo que nunca foi reconhecido em Portugal.

Albuquerque *(José Francisco de Paula Cavalcanti de)*. Governador e capitão general de Moçambique, para que foi nomeado a 26 de julho de 1816. Tomou posse a 2 de fevereiro de 1817 e falleceu a 12 de novembro de 1818. Anteriormente tinha sido promovido a capitão de mar e guerra e despachado para a capitania do Rio Grande a 2 de dezembro de 1805. Por sua morte organisou-se em Moçambique o seguinte governo provisorio: fr. José Nicolau Jesus Maria Pegado, brigadeiro graduado Francisco Carlos da Costa Lacé e juiz de fóra Amaro Guedes da Silva e Sousa.

Albuquerque *(José Maria da Silva e)*. Nat. de Lisboa, onde nasceu em 24 de dezembro de 1829, e f. a 16 d'abril de 1879; era filho de José Maria Rodrigues e Albuquerque e de Anna Joaquina dos Reis. Começou o tirocinio de typographo na officina do *Gratis*, de que era proprietario Manuel Antonio Ferreira Portugal; depois esteve muitos annos na de Manuel de Jesus Coelho, onde se imprimiram *O Patriota*, *O Portuguez*, e outros jornaes, passando depois, em 8 de julho de 1867 para o quadro da Imprensa Nacional. Foi revisor do *Diario de Noticias*, onde tambem collaborou. Tornou-se muito notavel pelo seu amor ás classes laboriosas e principios associativos. *O Gremio Popular*, instituido em 1857, deve a existencia, em grande parte, á sua iniciativa;

outras associações populares e monte-pios lhe deveram os maiores cuidados, achando-o sempre prompto a auxilial-os quanto podia, com todo o fervor e abnegação: a *Typographica Lisbonense*, de que foi presidente, a *Phenix*, a *Fraternal Lisbonense*, a de *Auxilios mutuos*, a do *Soccorro da humanidade*, e a *Caixa economica da Typographia Universal*. A sua palavra sincera e vehemente era sempre escutada com attenção, porque Silva e Albuquerque tornou-se um orador popular muito sympathico e respeitado. Collaborou nos seguintes jornaes: *Portuguez, Jornal do centro promotor dos melhoramentos das classes laboriosas, Federação, Operario, Diario do Commercio, Mocidade, Diario de Noticias*, etc. Escreveu uma comedia-drama em 2 actos, que se representou no antigo theatro da Rua dos Condes, intitulada: *O operario e a associação*. Tinha a medalha humanitaria da febre amarella, concedida pela camara municipal ás pessoas que tinham prestado bons serviços durante aquella calamitosa epidemia. A sua morte causou profunda impressão; o funeral foi muito concorrido, fazendo-se representar todas as associações populares. A camara cedeu espontaneamente um logar no jazigo municipal do cemiterio dos Prazeres, onde o seu cadaver jaz sepultado e deu o seu nome ao antigo largo e travessa dos Canos, no bairro da Mouraria. A commissão administrativa da *Associação Typographica Lisbonense e artes correlativas* mandou collocar sobre a sepultura a seguinte inscripção: *A José Maria da Silva e Albuquerque, fecundo apostolo do principio associativo, fallecido a 15 de abril de 1879, a commissão administrativa da Associação Typographica Lisbonense consagrou esta lapide em 1883 no jazigo cedido pela camara municipal de Lisboa.*

José Maria da Silva e Albuquerque

Albuquerque *(José Osorio de Castro Cabral)*. Fidalgo da Casa Real, no seculo XIX, cavalleiro da ordem de S. Bento d'Aviz, bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra, major graduado do corpo do estado maior do exercito, membro do Conservatorio Real de Lisboa, etc. Escreveu: *Osmia, conto historico-lusitano, em quatro quadros, seguido de outras poesias*, Lisboa, 1845; *A Serra-negra, romance original portuguez*, Lisboa, 1843; *Varias poesias* em diversos metros, publicadas no *Ramalhete*, tomo VI, e tomo VII; na *Revista Universal*, tomo V; na *Illustração*, vol. II; no *Jardim das Damas*, etc. Foi tambem um dos redactores principaes do *Rei e Ordem*.

Albuquerque *(Lopo de)*. Um dos mais distinctos capitães do exercito portuguez, no seculo XV. Era filho de João Affonso d'Albuquerque e de D. Catharina Pereira. El-rei D. Affonso V fez-lhe mercê do titulo de conde de Penamacor, estando no Arenal, a 24 d'agosto de 1476, fazendo-lhe juntamente mercê da dita villa e da de Abiul; exerceu varios cargos na côrte do referido monarcha: camareiro-mór, copeiro-mór, e capitão da guarda real. Acompanhou el-rei a França, que o mandou como embaixador a Roma para tratar da dispensa do casamento com a rainha D. Joanna, a *Excellente Senhora*. Lopo d'Albuquerque tomou depois parte na conspiração do duque de Vizeu, o que o obrigou a sahir do reino e a refugiar-se em Sevilha, onde falleceu.

Albuquerque *(Luiz d'Almeida e)*. Director da Escola Polytechnica, lente da 10.ª cadeira da referida escola, e de economia politica no Instituto Industrial e Commercial. N. em Serpa, em 1816. E' bacharel em direito pela Universidade de Coimbra; foi secretario geral do governo civil de Lisboa, em 1851 e 1856, do conselho geral das alfandegas, e vereador da camara municipal em 1859, sendo reeleito em outros annos. Como vereador prestou bastantes serviços, devendo-se á sua iniciativa o aformoseamento da praça do Principe Real e o jardim da Escola Polytechnica. Collaborou em diversos jornaes, fazendo parte da redacção do *Luzitano* em 1848, e da do *Paiz*, em 1851. Collaborou tambem no *Farol*, jornal de instrucção e recreio, publicado nos annos de 1848 e 1849, conjunctamente com Latino Coelho, Antonio de Serpa, Joaquim Pedro Celestino Soares, Filippe Joaquim de Sousa Quintella, João Francisco Dubraz, etc. Em 1846 escreveu alguns artigos na *Illustração*. Em 1853 foi instituido o *Jornal do Commercio*, sahindo o 1.º numero a 17 de outubro. Este jornal veiu substituir o *Paquete Commercial*, que era sustentado por uma sociedade, a que pertenciam Matheus Pereira d'Almeida e Silva e seu irmão José Pereira da Silva. Fôram estes dois irmãos, associados com Carlos Payante, que fundaram o *Jornal do Commercio*; em pouco tempo se aggregaram á redacção, como socios, Anthero Albano da Silveira Pinto e o sr. Luiz d'Almeida e Albuquerque. Sendo preciso reforçar a sociedade na parte do capital, ainda entraram mais socios. Passados annos, de accôrdo com os seus antigos socios, o sr. Luiz d'Almeida e Albuquerque ficou sendo o unico proprietario do jornal de que era director principal e redactor, até que em 18 de julho de 1881, querendo afastar-se da vida activa do jornalismo, resolveu vender a propriedade aos srs. Henry Burnay & C.ª, que são os actuaes proprietarios. O sr. Luiz d'Almeida e Albuquerque é commendador da ordem de Christo e cavalleiro da de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa. Escreveu: *Principios elementares de economia politica*, Lisboa, 1885.

Luiz d'Almeida e Albuquerque

Albuquerque *(Luiz de Sá Osorio de Mello Mendonça e)*. Marechal de campo. N. em 1792; era filho de Manuel de Sá Osorio de Mello Men-

donça e Albuquerque, que foi administrador de varios districtos do reino. Sentou praça de cadete a 6 de novembro de 1811, e entrou logo nas campanhas da guerra da Peninsula, achando-se nos combates de Arapiles, em que foi ferido, Tolosa, Bayona, do forte de Salamanca, e muitos outros. Depois da guerra contra os francezes, seguiram-se epocas bastantes calamitosas para Portugal; sendo um verdadeiro liberal, foi perseguido no tempo do governo absolutista, o que o obrigou a emigrar para a Galliza, d'onde partiu para Inglaterra, passando depois á ilha Terceira a reunir-se ao exercito de D. Pedro IV. Acompanhou sempre o exercito libertador, até que o partido constitucional se restabeleceu, subindo ao throno a rainha D. Maria II. Terminada a campanha, Mendonça e Albuquerque tinha o posto de coronel, e foi-lhe confiado o commando do regimento de infantaria 18. Em agosto de 1860 foi reformado em marechal de campo, depois de 49 annos de serviço militar, sendo a maior parte d'este tempo passado no campo da batalha. Falleceu com 79 annos a 25 de março de 1871. Era condecorado com o grau de cavalleiro da ordem de S. Bento d'Aviz, a cruz n.º 2 da guerra da Peninsula e a medalha algarismo n.º 9 das campanhas da Liberdade.

Luiz de Sá Osorio de Mello Mendonça e Albuquerque

Albuquerque *(Luiz da Silva Mousinho de).* Coronel de engenharia, provedor da Casa da Moeda, governador civil na ilha da Madeira, e inspector geral das obras publicas. N. em Lisboa a 16 de junho de 1792. Era filho de João Pedro Mousinho d'Albuquerque, desembargador do Paço, e de D. Luiza da Silva Guterres e Athayde. Luiz Mousinho foi destinado a servir na ordem militar de S. João de Jerusalem; mas, conhecendo que não tinha vocação para semelhante vida, desligou-se do instituto em que seus paes o tinham feito entrar. Mostrava um talento extraordinariamente precoce, era muito estudioso, e tinha grande gosto pela poesia, desenho e sciencias physicas. Ainda creança, compunha idyllios e outras poesias, e traduziu em verso a tragedia *Andromaca,* de Racine; entretendo-se tambem em fazer collecções entomologicas, minerologicas e chimicas. Luiz Mousinho quiz seguir a carreira da marinha, mas, encontrando muitos obstaculos, desistiu e foi assentar praça como cadete na brigada real. Em 1809 começou a frequentar a Academia de Marinha, sendo premiado em todos os annos. Praticou tambem no Observatorio Real de Marinha. Apaixonando-se por sua prima D. Anna Mascarenhas de Athayde, filha do desembargador José Diogo de Mascarenhas Neto, e vendo que não possuia bens de fortuna para se casar, lembrou-se de se dedicar á agricultura. N'este empenho foi muito auxiliado por uns seus parentes, Tudelas de Castilho, que residiam no Fundão. Foi então estabelecer-se n'esta villa, em 1814, voltou a Lisboa em 1816 para realisar o casamento com sua prima, tornando para o Fundão onde residiu até 1820, entregue aos cuidados da agricultura. A este tempo já havia escripto bastantes poesias, uma tragedia, e a sua melhor obra, as *Georgicas;* collaborara no *Jornal de Coimbra,* e nos *Annaes das sciencias e das letras,* jornal portuguez fundado por seu sogro, e que se publicava em Paris. A pedido do sogro, foi com elle em 1820 áquella cidade, por causa da redacção do referido jornal. Tres annos se demorou em Paris, frequentando os cursos publicos e os laboratorios, escrevendo muitos *Annaes,* principalmente sobre a agricultura portugueza; frequentava tambem ao mesmo tempo o curso de Nauglin e estudava no laboratorio com o grande preparador Dubois. Offereceu então ao Instituto de França um trabalho tendente a simplificar o estudo da analyse chimica, e que se póde considerar como uma taboa synoptica de reacções. Este trabalho provocou um relatorio especial feito por dois sabios distinctos: Chaptal e Gay-Lussac. Em 1822 fez Mousinho uma viagem de instrucção á Suissa, e regressando a Portugal, tendo-se dado a revolta conhecida pela *Villafrancada,* em 1823, estava de novo no poder o partido absolutista, e seu sogro o apresentou ao marquez de Palmella, então ministro; o marquez nomeou-o provedor da Casa da Moeda, logar a que estava annexa a obrigação de reger uma cadeira de physica e de chimica por decreto de 1801, no laboratorio d'aquelle estabelecimento. Para uso dos seus discipulos escreveu e publicou em 1824 um *Curso elementar de physica e de chimica,* a primeira obra completa d'esse genero, que appareceu em Portugal. N'esse mesmo anno a Academia Real das Sciencias o elegeu seu socio effectivo. Em 1825 foi encarregado pelo governo de ir aos Açôres estudar e analysar as aguas mineraes da ilha de S. Miguel. Mais tarde partiu para França, e, estando ainda alli quando começou o governo do infante D. Miguel, deixou-se ficar como emigrado liberal, e assim poude seguir para a ilha Terceira, onde foi reunir-se aos chefes da resistencia liberal, sendo logo escolhido para secretario da regencia. Prestou então os mais assignalados serviços á causa da liberdade. Tendo exercido durante a lucta os mais elevados cargos, até o de ministro, não quiz nunca receber mais que a importancia correspondente á sua patente de official subalterno. Chegando D. Pedro á Terceira, e assumindo o poder que a regencia exercera até então, foi Luiz Mousinho nomeado capitão-general e governador da Madeira, que estava em poder dos miguelistas. Não tendo forças sufficientes, porque se não julgava que a Madeira estivesse tão bem fortificada, Mousinho, ao chegar á ilha do Porto Santo, desembarcou, e esperou occasião propicia para se apoderar da ilha; assim permaneceu com a sua gente, n'uma posição singular, sem poder tentar cousa alguma contra a Madeira, mas tambem sem ter de repellir o minimo ataque. Afinal um navio de guerra, vindo da Terceira, o livrou d'aquelle angustioso embaraço, e Luiz Mousinho poude chegar ainda a tempo de desembarcar com os seus companheiros nas praias do Mindello e de se encerrar no Porto, onde prestou os maiores serviços como militar e estadista. Em 29 de julho de 1832 entrava no ministerio em substituição do

marquez de Palmella, indo occupar interinamente a pasta do reino. Os ministerios eram pouco duraveis n'aquella epoca calamitosa, e Mousinho, em novembro d'esse mesmo anno, foi substituido por Sá da Bandeira, mas continuou sempre sendo da maior confiança do imperador, e foi elle quem aconselhou primeiro a expedição ao Algarve. A expedição resolveu-se, Mousinho acompanhou sempre o duque da Terceira no seu estado maior até ao fim da lucta; o duque respeitava-o e consagrava-lhe o mais profundo affecto e consideração. Luiz Mousinho foi ministro do reino em 1835; cahindo o ministerio em 1836, Mousinho conservou-se fóra da politica, e foi residir para Paris, onde adquiriu uma pequena propriedade, vivendo por algum tempo entregue ás suas occupações agricolas e aos cuidados da familia. O governo encarregou-o então, como official de engenheiros, da direcção central das obras publicas do reino. Pouco podia fazer, porque não havia dinheiro nem attenção para os melhoramentos publicos, e além d'isso rebentava a revolução de setembro. Depois veiu a reacção de 1837 e Mousinho d'Albuquerque seguiu na lucta o partido dos marechaes. Esteve no combate do Chão da Feira entre os vencidos, vendo ali cahir ferido um dos seus filhos; e acompanhando as tropas dos marechaes com os outros officiaes, teve de emigar para Hespanha depois de Ruivães. Firmada a paz e estabelecida a constituição de 1838, Mousinho foi nomeado inspector das obras publicas do reino, e encarregado de fazer a reforma d'essa repartição. Entrando de novo na politica, foi eleito deputado em varias legislaturas. No principio de 1842, quando Costa Cabral promulgou no Porto a restauração da Carta, Mousinho foi chamado ao ministerio de 9 de fevereiro, presidido pelo duque da Terceira. Teve então a pasta do reino e interinamente a da justiça. Proclamada a restauração da Carta, Luiz Mousinho, apesar de ser cartista, quiz, no entretanto, impedir a reacção desenfreada que se manifestava, operando a restauração da Carta pelos meios legitimos e regulares, convocando côrtes constituintes que desfizessem a obra do congresso constituinte de 1838. Os restauradores não desejavam isso, e Mousinho, depois de ter sido insultado pelos cabralistas, pediu a demissão a 24 de fevereiro, 15 dias depois de governo, sendo substituido por Costa Cabral, indo sentar-se na camara nos bancos da opposição. Um anno depois era demittido do logar de inspector das obras publicas. A sua vida parlamentar de 1842 a 1844 foi brilhante. Acceitou então a direcção das obras da barra do Porto, que uma companhia emprehendera; fez apenas o plano, porque a empreza mallogrou-se. Depois

Luiz Mousinho da Silva de Albuquerque

tomou a direcção das obras do canal da Azambuja, e, sendo expulso da camara pelas violencias das celebres eleições de 1845, passou o inverno na sua quinta de Leiria, entregue unicamente aos cuidados domesticos. Em abril e maio de 1846 rebentava no Minho a revolução conhecida pela Maria da Fonte. Tendo sido chamado pela rainha D. Maria II o duque de Palmella para formar ministerio, Mousinho encarregou-se da pasta da marinha, e pouco depois da do reino. A famosa emboscada de 6 d'outubro expulsou o ministerio do duque de Palmella, e provocou a revolta da junta do Porto. Mousinho achou-se nas fileiras dos insurgentes; tinha então o posto de coronel, e acompanhou a divisão do conde de Bomfim, que occupou Torres Vedras, sendo encarregado do commando do velho castello da villa. Deu-se então a batalha de 23 de dezembro em que ficou gravemente ferido, vindo a fallecer no dia 27. Luiz Mousinho d'Albuquerque era fidalgo da Casa Real, do conselho de S. M., cavalleiro da ordem de S. João de Jerusalem, grã-cruz de N. S.ª da Conceição, e commendador da Torre e Espada; socio de differentes associações scientificas nacionaes e estrangeiras. Escreveu: *Idéas sobre o estabelecimento da instrucção publica, dedicadas á nação portugueza, e offerecidas a seus representantes*, Paris, 1823; *Curso elementar de Physica e de Chimica*, Lisboa, 1824; *Observações sobre a ilha de S. Miguel, recolhidas pela Commissão enviada á mesma ilha em Agosto de 1825, e regressada em outubro do mesmo anno*, Lisboa, 1826; *Observações para servirem á historia geologica das ilhas da Madeira, Porto Santo e Desertas, com a descripção geognostica das mesmas ilhas;* fôram insertas no tomo XII, parte I, das *Mem. da Acad. R. das Sciencias de Lisboa*; *Breve exposição do esforço tentado em favor da Carta Constitucional em Portugal, nos mezes de julho a outubro de 1837*, em Pontevedra e depois em Lisboa, 1837; *Relatorio do Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino, apresentado ás Côrtes em 1836*, Lisboa, 1836; *Relatorio das obras publicas do reino, pelo Inspector geral, etc.* Lisboa, 1840; *Relatorio geral sobre as obras publicas do reino, pelo Inspector, etc., apresentado em 8 de julho de 1840*, Lisboa, 1840; *Relatorio da Inspecção ás obras e communicações internas nos districtos do reino ao norte do Tejo, executada em outubro e novembro de 1842 pelo Inspector, etc.*, Lisboa, 1843; *Guia do engenheiro na construcção das pontes de pedra*, Lisboa, 1840; *Memoria inédita ácerca do edificio monumental da Batalha*, Leiria, 1854; *Georgicas portuguezas, dedicadas a sua mulher D. Anna Mascarenhas de Ataide*, Paris, 1820; *Ruy o escudeiro*, conto, Lisboa, 1844; *A Gloria das conquistas*, poemeto publicado no *Jornal de Coimbra*, vol. XIV, *o Dia*, poema, 1813, 2.ª edição, Lisboa, 1825.

Albuquerque *(Manuel de)*. Fidalgo portuguez, que viveu nos seculos XV e XVI. Illustrou-se como official de mar no desempenho de varias emprezas que os governadores da India lhe confiaram. Em 1529 foi capitão d'um dos navios da armada que Nuno da Cunha mandou ás ilhas Bahrein, a qual era commandada por Simão da Cunha. Em 1530 tambem foi capitão d'um dos navios que o mesmo Nuno da Cunha levou a Diu. Na tomada de Baçaim commandou um dos tres corpos que deram o assalto, e depois da victoria ficou de novo commandando a esquadra que tinha de cru-

zar a costa de Cambaya. Manuel d'Albuquerque tambem figura na tomada da ilha de Repelim ao Samorim, na expedição em que Martim de Sousa foi como chefe.

Albuquerque *(Manuel Affonso de Sobral c)*. Fidalgo portuguez que viveu no seculo XVIII.

Albuquerque *(Manuel Custodio de)*. Official da marinha real. Começou a sua carreira em 1767, como soldado. Era tenente na guarnição da fragata *Colombo*, que naufragou em 5 d'outubro de 1801, naufragio em que succumbiu.

Albuquerque *(Manuel de Mello c)*. Fidalgo portuguez, que viveu no seculo XVIII.

Albuquerque *(Manuel Vieira Tovar de)*. Governador d'Angola, de 1819 a 1821. Assignalou a sua administração por varias medidas de grande utilidade para o desenvolvimento da provincia.

Albuquerque *(Mathias)*. Vice-rei da India, nomeado pelo rei de Hespanha e de Portugal, D. Filippe, em 1591. Foi capitão de Malaca e de Ormuz, tendo exercido este ultimo cargo, desde 1584 até 1587. Era homem de verdadeiro merecimento; no tempo do seu governo na India, as armas portuguezas ainda se fizeram respeitar em Ceylão. A relaxação dos costumes era grande, e Mathias d'Albuquerque trabalhou muito para acabar com os abusos. Nada conseguiu, acarretando-lhe, pelo contrario, muitas intrigas de que foi victima, e que obrigaram o governo da metropole a fazer uma syndicancia sobre a sua administração. O governo de Mathias d'Albuquerque terminou em 1596, sendo seu successor o conde da Vidigueira, D. Francisco da Gama. Morreu em 1609.

Albuquerque *(Miguel Antonio Pereira Tenreiro de)*. Capitão-mór do concelho de Senhorim, e fidalgo da Casa Real, no seculo XVIII.

Albuquerque *(Paulo Caetano)*. Governador de Angola, de 1726 a 1732, anno em que falleceu. Construiu um novo forte e fez o quartel da cavallaria na Praia.

Albuquerque *(Pedro de)*. Senhor de Angeja e alcaide-mór de Sabugal e de Alfavates; era filho de João Affonso d'Albuquerque e de D. Catharina Pereira. Serviu a el-rei D. Affonso V na guerra contra Castella e depois a D. João II, que lhe deu o posto de almirante do reino, em 3 d'outubro de 1483. Tendo, porém, tomado parte na conspiração do duque de Vizeu, foi decapitado em Montemór-o-Novo, sendo-lhe confiscados todos os bens.

Albuquerque *(Pero de)*. Um dos officiaes mais valentes de Affonso d'Albuquerque. Em agosto de 1512 partiu para a India na armada de Jorge de Mello Pereira, commandando a nau *Biscaynha*. Em janeiro de 1515 acompanhou Affonso d'Albuquerque a Ormuz, ficando como capitão na fortaleza d'esta cidade até 1518, anno em que foi substituido por D. Garcia Coutinho. Acompanhou depois, em 1519, Diogo Lopes de Sequeira até Mascate.

Albuquerque *(Sebastião José Guedes de)*. Cirurgião pela antiga escola de Lisboa; n. em 1800. Em 1828 sahiu com passaporte para França, e desde então não consta nada a seu respeito. Sendo ainda estudante de cirurgia no hospital de S. José, publicou em seu nome as seguintes obras: *Arte de traduzir de latim para portuguez, reduzida a principios*. Lisboa, 1818; *Grammatica portugueza, para uso do ill.*^mo^ *sr. D. Francisco de Sales e Lencastre*. Lisboa, 1820. Este livro suscitou uma polemica por parte do professor de latinidade Joaquim José de Campos Abreu e Lemos, que escreveu successivamente dois folhetos: *O Desaggravo da Grammatica ou reflexões criticas sobre a* «Grammatica Portugueza, ordenada por Sebastião José Guedes d'Albuquerque»; *A Sustentação do Desaggravo da Grammatica, contra a resposta e mais arrasoados de Sebastião José Guedes de Albuquerque*. Em resposta a estes folhetos de critica, fôram publicados: *Replica ao Desaggravo da Grammatica*. Lisboa, 1821; *Resposta á Tréplica sobre a Replica ao Desaggravo da Grammatica*. Lisboa, 1822. Parece, segundo diz Innocencio, que estas obras não eram escriptas por Sebastião José Guedes d'Albuquerque, mas por um seu tio, fr. José da Encarnação Guedes, franciscano, que as publicava em nome do sobrinho, para poder auferir os lucros resultantes da venda, emquanto que, sendo em seu nome, tinha de os ceder ao convento, por causa do voto de pobreza que fizera. Ha ainda a *Synopse do tractado da elocução de Demetrio Suspensio*, livro publicado sem declaração do logar, nem anno.

Albuquerque *(Vicente de)*. Sobrinho do grande Affonso d'Albuquerque, ao qual acompanhou n'algumas expedições á India. Em 1505 partiu na esquadra, commandada por seu tio, como capitão d'um dos navios. Em 1512 esteve em Gôa, n'um celebre combate contra Russal-Khan. Foi um dos capitães da esquadra commandada por Pero d'Albuquerque, destinada á conquista de Adem, que se não effectuou. Em 1515 acompanhou Affonso d'Albuquerque a outra expedição, e com elle esteve na tomada d'Ormuz, depois de se deliberar em conselho que se preferisse esta empreza á de Adem. Depois d'esta expedição não se tornou a falar no seu nome.

Albuquerque. Casal na freg. de Adaval, conc. de Redondo, distr. de Evora. ‖ Quinta, na freg. de Alpedrinha, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco. ‖ Nome d'uma praça ou logradouro publico da villa da Praia, ilha de Cabo Verde.

Albuquerque Ribafria *(André de)*. Um dos heroes da guerra da Restauração de 1640. N. em Cintra, a 21 de maio de 1621; era filho de Gaspar d'Albuquerque e de D. Angela de Noronha. Alistou-se no exercito que defendia a independencia da patria, tendo rapida promoção, pois que já em 1646 era capitão, e commandava a cavallaria do exercito do Alemtejo, do conde de Alegrete. Entrou em differentes combates, e em 1653, proximo d'Arronches, pelejou contra a cavallaria hespanhola, sahindo completamente victorioso. Essa victoria, apesar de não ter consequencias, foi uma das mais festejadas pelos portuguezes, porque a nossa cavallaria mostrara-se sempre inferior á cavallaria hespanhola, e esse combate de Arronches foi o primeiro em que se guerreou com vantagem. Na lucta ficou morto o general hespanhol conde de Amarante. André d'Albuquerque governou interinamente a provincia do Alemtejo em 1665, mas durante essa época não se deu nenhum acontecimento notavel. Por morte de D. João IV reaccendeu-se a lucta com extraordinario valor, e em 1658 André d'Albuquerque fez parte como general de cavallaria, do exercito commandado por Joanne Mendes de Vasconcellos, que atravessou a fronteira, e foi pôr cerco a Badajoz. N'esses continuos combates, Albuquerque teve sempre o primeiro

papel, porque destroçou frequentes vezes as tropas do duque de Ossuna. O mais importante foi o recontro de 22 de julho de 1658, conhecido pelo nome de batalha do forte de S. Miguel, em que Albuquerque sustentou com os seus esquadrões todo o peso do exercito inimigo commandado pelo duque de S. Germano. Mais terrivel foi ainda a invasão, feita em 1659, pelo proprio ministro hespanhol D. Luiz de Haro, que entrou em Portugal á frente d'um grande exercito e pôz cerco a Elvas. Em 14 de janeiro d'esse anno deu-se a grande batalha das linhas d'Elvas, em que muito se distinguiram D. Sancho Manuel e o conde de Cantanhede, depois marquez de Marialva. Esta batalha foi uma completa derrota para os hespanhoes. Commandava então a cavallaria André de Albuquerque, e ahi encontrou morte gloriosa, tendo apenas 38 annos de edade. Deixou escripta e impressa a relação da victoria que ganhou em Arronches sobre as tropas do conde d'Amarante.

Alcabideche. Pov. e freg. da prov. da Extremadura, conc. de Cascaes, com. de Cintra, distr. e patr. de Lisboa. 3:026 alm. e 619 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 3 k. da séde do conc. Orago S. Vicente. D'esta pov., collocada n'um logar alto, descobre-se Palmella, Cezimbra, Cabo do Espichel, monte da Arrabida, serra de Cintra e a barra de Lisboa. Deriva a palavra Alcabideche, do arabe, *alcai* e *dacque* que significa encontro apertado. Possue valles ferteis mas rodeados de altos fragosos. Tem algumas fontes, sendo, porém, só duas importantes, ás quaes se attribuem virtudes medicinaes. São ellas *a da Villa* e a de *Fartapão*. A villa é dividida pelo rio em duas partes: *Villa Velha* a O. e *Villa Nova* a E. Os moradores de Villa Velha, para gosarem o privilegio concedido por D. João II e D. Manuel eram obrigados a lêl-o publicamente duas vezes no anno, no primeiro e segundo domingo de novembro no logar das *Marchas* e no da *Malveira*. Além d'isso pagavam os lavradores 8 alqueires de pão (*meia jugada*), os seareiros de 26 um e 4 almudes de vinho por cada 125, tributo este a que chamavam *quinau*. Tinham tambem de ir velar uma noute na praia de Cascaes, e duas no *Castello dos Moiros*, em Cintra. Os moradores de Villa Nova não tinham privilegio algum, e pagavam aos marquezes de Cascaes 16 alqueires de pão em cada anno e os seareiros o oitavo. Possue varias fortalezas, a saber: Forte de Santo Antonio da Barra, edificado sobre um rochedo que entra pelo mar dentro, e fronteiro á fortaleza de N. S.ª da Luz, o forte de S. João, etc. Passa nos limites d'esta freguezia a serra de Cintra, cortada de 4 rios: Penha-Longa, Porto-Covo, Malveira e Manique. Celebrava-se aqui a antiga e celebre festa do imperador, que em outras eras foi muito popular. Era esta villa dos marquezes de Cascaes.

Alcabideque. Pov. da freg. de Condeixa-a-Velha, conc. de Condeixa-a-Nova. Tinha aqueductos de cantaria, feitos pelos romanos, dos quaes ainda hoje existem alguns. Recebia a agua de Condeixa-a-Velha, onde nasce n'uma grande fonte, onde os arabes edificaram uma torre para sua guarda.

Alcabrichel. Rio da prov. da Extremadura, freg. do Ramalhal. Nasce em Villa Verde dos Francos, passa pelos *Olhos de Agua de Tremezinho*, recebe o ribeiro de *Villa Facaia*, o rio da *Quinta* e o de *Casal Queimado*, e desagua na praia do Porto Novo, que tem uma enseada que póde receber grandes navios. O rio é atravessado por 6 pontes de cantaria que são: a do *Maxial*, a do *Ramalhal*, *Villa Facaia*, *Casal de Paio Corrêa*, *Cunhados* e *Vimieiro*. Tem uma de madeira, a do *Casal da Figueira*.

Alcabroacia ou **Alcarabaça.** Casal na freg. de Monte do Trigo, conc. de Portel, distr. e arceb. d'Evora.

Alcaçarias. Dava-se antigamente este nome ás casas onde em Lisboa se curtiam as pelles. E' palavra arabe, e significa: casa feita á maneira de claustro, com uma porta que se fecha de noute. Deriva de *Caiçar* (Cesar) porque dizem que este imperador mandou edificar por todo o Oriente, casas n'estas condições. Os turcos e os arabes chamam a estas edificações *Cam* ou *Camlebam*. Segundo diz Miguel del Molino, as *Alcaçarias*, em Hespanha, eram logares ou ruas onde os judeus compravam ou vendiam aquillo que precisavam. Parece tambem que no sitio das Alcaçarias em Lisboa esteve em tempos remotos o palacio real dos moiros. Em Lisboa dá-se este nome aos estabelecimentos de banhos, situados no Terreiro do Trigo, no logar onde houve outr'ora cortumes e o mercado de judeus. Estes banhos são formados de aguas mineraes sulphurosas que rebentam de differentes pontos ao fundo da pequena collina sobre que está edificado o castello de S. Jorge. Estas aguas teem um caudal abundantissimo, e são conhecidas pelos nomes de *Alcaçarias do Duque* e *Alcaçarias de D. Clara*; parece terem a mesma origem commum com a das aguas do *Chafariz do Rei*, e as dos banhos do *Doutor*. Utilisam-se em quatro estabelecimentos balneares chamados: *D. Clara*, *Duque* (do Cadaval) J. A. *Baptista* e *Doutor* (Fernando). Nos banhos do *Duque* rebentam as aguas por dois orificios do pavimento. Nas de *D. Clara*, existe a agua em grande abundancia em reservatorios subterraneos, d'onde se extrae por bombas para as tinas; nos banhos de *J. A. Baptista* e do *Doutor* a agua é identica ás anteriores. Assim como estas, as aguas do *Chafaziz do Rei* teem a particularidade de expellir grande porção de azote, sendo n'algumas nascentes tão consideravel, que em poucos minutos póde encher gazometros com 12 ou 15 litros. O gaz contido nos orificios não contém oxygeneo nem acido carbonico. São crystallinas, sem cheiro nem sabor, e levemente alcalinas; teem chloreto de sodio, sulphatos de cal, soda e potassa, carbonatos de cal, magnesia e silica; além d'isto conteem grande quantidade de azote, oxigeneo e acido carbonico. A temperatura nos banhos do *Duque* é de 34.º; nos de *D. Clara*, de 33.º; nos de *J. A. Baptista*, de 32.º a 34.º e nos do *Doutor* de 27.º Entrando-se em qualquer d'estes estabelecimentos, sente-se um leve cheiro de gaz sulfhydrico. Em todos elles se nota grande aceio; são regularmente hygienicos, e teem excellentes tinas de marmore. O estabelecimento chamado de *D. Clara* foi fundado em 1759, por D. Clara Xavier d'Aguiar, mulher do sargento-mór Aurelio da Silva de Castilho. Todos estes banhos são muito frequentados, e applicam-se no tratamento das molestias de pelle, em que dão excellentes resultados. Tambem se empregam vantajosamente contra as nevralgias, paralysias e algumas doenças do utero e do estomago, mas as molestias de

pelle constituem a especialidade d'estas thermas. Geralmente tomam-se os banhos durante 15 ou 20 dias.

Alcacema. Braço de mar, que entra na barra de Lisboa, por detraz da Torre do Bugio. E' palavra arabe e deriva de *Caçama*, que significa dividir.

Alcacer do Sal *(Antonio Caetano de Figueiredo, 1.º visconde de)*. Proprietario abastado. N. a 18 d'outubro de 1810. Era filho de Francisco Joaquim Figueira e de sua mulher D. Rosa Maria dos Reis; casou em 1841 com D. Maria Paula Leite de Figueiredo, filha de Francisco de Paula Leite, commendador da ordem de Christo, coronel de milicias d'Alcacer do Sal, e de sua mulher, D. Maria Thereza Coelho Leite. Foi agraciado com o titulo de visconde d'Alcacer do Sal por decreto de 31 de maio e carta de 2 de junho de 1871.

Alcacer do Sal. Villa da prov. da Estremadura, séde de conc. e com. do distr. de Lisboa, arceb. d'Evora. Pertence á 1.ª div. mil. e ao 4.º distr. de reser. do exercito effectivo com a séde em Setubal. Tem duas freg.as Santa Maria do Castello com 1148 alm. e 336 fog. e S. Thiago com 1450 alm. e 411 fog. Tem misericordia e hospital, escolas para ambos os sexos, estação telegraphica e postal, com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas postaes, permutando malas com a R. A. S. — Lisboa e Beja. Situada a 66 kilometros de Lisboa, tem communicação com a capital por via de duas diligencias diarias, que conduzem os passageiros pela estrada real n.º 50 á estação do caminho de ferro do sul e sueste, no Poceirão, gastando-se no trajecto a Lisboa sete horas. Anteriormente á construcção d'aquella estrada, a communicação fazia-se pela via fluvial até Setubal, para onde havia uma carreira a vapor. A primeira carreira a vapor teve logar em 12 de fevereiro de 1867, e diz Pinho Leal que foi a camara de Setubal, ajudada com um subsidio do governo, que a estabeleceu. Antes de ser aberto á circulação o ramal ferro-viario de Setubal, o que se realisou em 1 de fevereiro de 1861, o transporte para Lisboa fazia-se por via de Setubal a Valle de Zebro e gastava-se na jornada 1 a 2 dias. Alcacer decahiu consideravelmente com a construcção da linha ferrea do Alemtejo, — ahi por 1853, de cuja provincia bem como da do Algarve era verdadeiro emporio. Todos os productos cerealiferos do Alemtejo e Algarve vinham aqui, ao Porto d'El-Rei, ao Poeinho, á Foz (Sitimos) ou á villa, procurar venda ou embarcar para a capital, aproveitando o Sado, navegavel até Porto d'El-Rei, que fica 20 kilometros a montante d'Alcacer. Os enormes celleiros, alguns ainda bem conservados e outros em completa ruina, são testemunho irrecusavel do grande movimento cerealifero, sobretudo, que dava então á villa um largo e rico commercio. E' sabido que n'esses tempos de verdadeira riqueza, a rua que atravessa a villa de oriente ao poente e parallela ao Sado, estava constantemente cheia de carros, que a miude se cruzavam, tornando assaz difficil o trajecto de peões. Um facto só dá a medida da importancia d'este movimento: A casa do paço, onde se armazenavam e mediam os generos, estava arrendada no anno de 1846 pela quantia de 1:671$000 réis; pois ultimamente andava arrendada por 20$000 annuaes. Ethnographicamente a villa é mais extremenha do que alemtejana; está edificada em grande parte na encosta do monte em

Brazão da Villa de Alcacer do Sal

Vista de Alcacer do Sal

que assenta o castello, chegando as paredes dos predios, pelo lado sul, a serem banhadas pelo Sado, margem direita. Do castello, da parte alta da villa, é admiravel a vista que se desenrola para o sul. Extensos pinhaes, a frondosa matta de Val Verde, propriedade do Estado, pittoresco sitio da Leziria, Azeda e hortas contiguas; ao oriente as serras de Nossa Senhora das Chagas e de Nossa Senhora da Serrinha, com as suas respectivas ermidas erectas no cume, brancas de neve; enormes varzeas cortadas pelo Sado, que as banha suavemente em zigue-zagues caprichosos, deleitam o observador, que se não tem diante de si um vasto horisonte, é elle comtudo, variado e assaz suggestivo. Nos ultimos vinte annos Alcacer tem progredido muito, materialmente, graças aos perseverantes esforços das municipalidades, ás quaes o genio emprehendedor de Campos Valdez deu primacial impulso. As seguintes importantes obras o attestam: construcção dos paços do concelho, vasto edificio, onde se acham installadas as repartições publicas do concelho; da cadeia comarcã, em frente d'aquelle edificio; de um matadouro, com todas as condições hygienicas aconselhadas pela sciencia; o alargamento do cemiterio; a canalisação e calcetamento de suas ruas principaes; a arborisação, que já conta cerca de 4:000 eucalyptos; a construcção de um ramal da estrada dos Martyres a meia encosta, ligando a parte baixa com a alta da villa; a tapagem d'um esteiro na praia, e outras de somenos, mas todas de reconhecida importancia, e que teem absorvido uma quantia superior a 60 contos de réis. A arborisação e a limpeza publica, que é regularmente feita, teem melhorado consideravelmente as condições hygienicas da villa. Ha diversas opiniões sobre a fundação d'esta antiga povoação. Pinho Leal diz que foi fundada pelos Lusitanos no anno 8.º de Cesar (30 antes de Christo) pelo modo seguinte: Bogud, rei de Africa, entrando na Lusitania levou tudo a ferro e fogo. Havia aqui um templo dedicado a Diana ou a Salacia nas margens do rio, que os africanos profanaram, mas quando iam no mar para as suas terras soffreram grande naufragio, no qua pereceram a maior parte d'elles, perdendo as grandes riquezas que haviam roubado. Os lusitanos entenderam que isto era milagre da deusa, e lhe construiram logo o templo, fundando então a villa, a que deram o nome de Salacia. Outros, como o padre Cardoso, escreveram que sobre a fundação ha varias opiniões sendo a mais provavel o ser fundada por Tubal, o qual, segundo os que escreveram a sua visita ás Hespanhas, entrando pela barra e subindo rio acima, fundou uma povoação de barro cozido, troncos e folhas de arvores, á qual deu o nome de Setubal. Crêem alguns que esta povoação era na Troya, e que padecendo ruinas se passaram á outra parte onde se vê Setubal, o que não é verosimil, e só o é ser fundada no sitio onde hoje se acha a villa d'Alcacer, porquanto Troya se acha junto á bocca da barra, e não pelo rio acima; no sitio, em distancia de mais de oito leguas pela parte de Troya não ha mais do que areias e tão esteril que se não cria arvore nem fructifera, nem silvestre, muito falta d'aguas e em todo sentido incapaz de ser habitada, e o sitio onde se acha a villa d'Alcacer é o mais fertil de toda a provincia do Alemtejo, em muitos e diversos fructos que produz, abundante d'aguas nativas e grandes arvoredos, sitio em tudo proporcionado para se fundar a maior e melhor povoação, claro se mostra se appellidou Saltubal, dando a entender que quem descobriu e fundou a terra do sal foi Tubal. O que é positivo é que de todos os povos que habitaram a Lusitania se encontram evidentes e inconfundiveis vestigios no concelho de Alcacer do Sal. Em todas as freguezias do concelho e muito principalmente nas de Santa Suzana, Santa Catharina, S. Romão, S. Martinho, Valle de Guizo e Torrão, se teem encontrado muitos machados prehistoricos, alguns de pedra finissima, a maior parte de diorite, alguns polidos, muitos martellos, mós e outros instrumentos da mesma epoca. Na freguezia do Torrão, proximo a S. Fausto, ainda existe *in-situ* uma anta. Em fins

Paços do Concelho

de 1875, ao lavrar-se um olival do sr. Antonio de Faria Gentil, proximo á egreja dos Martyres, appareceram varios objectos archeologicos e constando este achado ao fallecido Marquez de Sousa Holstein, por este senhor, em nome do governo, e por escriptura de 9 de fevereiro de 1876, foram elles adquiridos para o museu de bellas-artes e tambem o direito á exploração d'aquelles terrenos, o que ainda se fez por algum tempo, mas pouco. Deve notar-se que aquella venda se fez pela quantia de 3:000$000 réis paga em prestações, de que só algumas se satisfizeram, e talvez

por esta cessação é que não proseguiram as pesquizas. Os objectos encontrados caracterisavam uma estação da primeira edade de ferro, como diz o fallecido Estacio da Veiga, que os relaciona, em parte, no tomo quarto das «Antiguidades Monumentaes do Algarve». Tambem não ha muito, na horta do sr. Villa Boim foi encontrada uma pequena figura de bronze, de incorrecta fabricação, representando um *Phallus*. Umas figuras semelhantes que ha na bibliotheca de Evora julgam-se prevenientes d'aqui. E d'essas epocas, deverá mencionar-se ainda uma armilla de ouro massiço, encontrada ha annos nas abas do monte dos Castellejos, na freguezia de Santa Suzana e que foi adquirida pelo sr. Lince, para a camara, de que era presidente. Pódem ver-se no pequeno museu municipal, onde tambem se encontram, dos mesmos tempos, diversas armas de ferro e algumas moedas autonomas, e um machado de bronze, encontrado, nos Castellejos. A epoca romana é que se accentua de uma maneira brilhante em muitos pontos do concelho, mas principalmente no aro da villa, onde evidentemente foi a séde da *Salacia urbs imperatoria*. Todos os escriptores antigos dão a cidade romana — Salacia — na actual Alcacer. Diz o padre Cardoso que Plinio falando da sua grandeza, se exprimiu assim: «Salacia, muito opulenta do imperio romano, hoje muito destruida, chama-se Alcacer do Sal». Comtudo o eminente sabio E. Hübner, nas «Noticias Archeologicas de Portugal», não determina a sua verdadeira situação, pois que *Mannert* a dá perto de Setubal, e com razão por isso em Troya, e outros a collocam nas visinhanças da egreja de Santa Margarida do Sado. Diz no emtanto o sr. Hübner o seguinte: «E' verdade que as muralhas de Alcacer apresentam os triplices vestigios da construcção romana, arabe e da edade media, como m'o affirmou (pois que eu não pude verifical-o) uma testemunha irrecusavel, o sr. Alexandre Herculano, historiador portuguez tão justamente nomeado.» Para uns a questão da discordancia provem da distancia marcada no *Itinerario* entre Salacia e Ebora, apesar de todos o acharem muito confuso, pois começa por se não ter precisado o seu ponto de partida; para outros, de umas pedras encontradas em Santa Margarida. Mas já muitos annos apoz a publicação das referidas memorias o sr. Hübner em *La Archeologia de España* escreveu que: «Na Luzitania havia sómente um *oppidum civium Romanorum*, que era o *municipium Felicitas Julia Olisipo*, trez *Latu antiqui*, isto é, de direito latino, Evora, a *Ebora Liberalitas Julia*, *Myrtilis*, Mertola e a *urbs imperatoria Salacia*, hoje Alcacer do Sal.» E mais diz ainda: «Ao sul de Portugal e na provincia do Alemtejo, e d'este ao Guadiana e até á costa do oceano, districto que tem dado a conhecer tambem inscripções em caracteres ibericos, tem-se encontrado moedas bilingues, egualmente do systema monetario romano, que com muita probabilidade se attribuem ao bem conhecido municipio romano de Salacia, hoje Alcacer do Sal.» Com effeito aqui teem apparecido n'estes ultimos tempos muitas d'essas moedas bilingues. Dizem alguns escriptores que a Salacia, que, *gosava o privilegio de municipio do antigo Lacio, que era uma dignidade pela qual ficavam seus moradores eguaes aos habitadores de Roma*, occupava duas leguas de circuito. E, na verdade, quem pacientemente pesquizar nos terrenos adjacentes a Alcacer, pelo lado do norte, encontrará desde a horta do sr. Ponce, aos olivaes, á Foz, com intersecções, é certo, vertigios romanos. Que vestigios mais typicos se poderão encontrar do que as telhas de rebordo — a *tegula* — e o *imbrice*, moedas, fustes de columnas, restos de amphoras, pedaços de pavimento, etc. Ainda a distancia da villa se notam esses vestigios, taes como nos seguintes sitios: S. Braz, aldeia de Santa Catharina, em quasi toda a freguezia de Santa Suzana — na herdade de Porta do Carro — na quinta de Cima, onde ainda existe um troço de calçada romana e em todo o Alto Sado, pelo menos até Santa Margarida. N'alguns d'estes sitios os vestigios são ainda de grande monta, o que leva a crer que seriam povoações *contributas* da Salacia. E notam-se, principalmente, na margem direita do Sado, e n'algum dos seus confluentes. Tambem aqui existem algumas sepulturas doliares. Diz o diccionario do padre Cardoso, e outros escriptores o repetem, que S. Manços, bispo de Evora, veiu prégar o Evangelho a Salacia; assentou n'ella cadeira episcopal, pelo anno de 300, em que, diz D. Fernando de Mascarenhas, se celebrou o concilio Eliberitano e assistiu n'elle S Januario, Bispo de Salacia, e Bivar lhe assignou o assento 14.º e Mendonça o 17.º Foi sua firma — Januarius Episcopus Salaciensis. Da epoca barbara, que é a que decorre desde a invasão dos barbaros, no seculo 5.º, até á invasão dos arabes, poderão decerto os entendidos encontrar vestigios nos restos das muralhas do castello. Tambem nas moedas e na ceramica, sobretudo n'esta que constantemente apparece, esses vestigios se pódem evidenciar. Em 1844 foi descoberta n'uma capella da egreja de S. Francisco, incravada no lado interior da parede sul, pelo sr. dr. Garcia Peres, que então exercia clinica n'esta villa, uma inscripção goda de que trataram diversos escriptores. Os arabes ou moiros, como geralmente se chamam, vieram por sua vez occupar este territorio, que bem cubiçado era pelas suas riquezas naturaes e posição topographica e estrategica, e não foi de bom grado que elles o abandonaram, como adiante se verá. Diz Vilhena Barbosa que, apossando-se os moiros do nosso paiz, no seculo 8.º, não trataram de levantar das ruinas a destruida Salacia, e preferiram, segundo o seu systema, estabelecer-se em uma posição defensavel e já fortificada, como era o monte em que se achava o castello, e que o que fizeram, foi construir uma cerca para dentro d'ella se abrigar a nova povoação, que denominaram *Alcazar de Salacia* — castello da cidade romana denominada Salacia. D'aqui lhe provem, decerto, o nome actual, e que até ao seculo XI foi apenas de Alcacere, para uns escriptores e para outros Alcacere do Sal. Da sua existencia como cidade arabe e capital da grande provincia denominada *Al-Kassar*, podem dar perfeito testemunho ainda aquelles falados restos das taipas e muros do castello, algumas moedas ali encontradas e depositadas, na camara municipal, diversos objectos de ceramica, e umas inscripções encontradas ha poucos annos, no sopé do Castello, e as quaes o eminente sabio E. Hübner, a quem se mandou um calco, ainda que imperfeito, disse conter na primeira linha a formula conhecida — em nome de Deus todo misericor-

dioso! na linha 2-5 os nomes do defunto, — na linha 6 a data, anno 472 da hegira, isto é, 1079 — 1080 da nossa era. Em 1158, 11 annos após a tomada de Lisboa, foi Alcacer tomada aos moiros por D. Affonso Henriques, que sustentou dois mezes de apertado cerco e, foi rechaçado e ferido na primeira investida e repellido na segunda, apesar do auxilio dos cruzados. Foi no dia 24 de junho do dito anno que o rei conquistador tomou o castello, que era um dos mais importantes e solidamente construidos pelos romanos e successivamente reparado e ampliado pelos povos que lhes succederam. Tinha este castello, que em parte assentava sobre uma rocha de pedra branda, fossos, duas ordens de fortificações, duas portas, uma para o norte chamada *nova* e outra para este chamada *ferro,* trinta torres de pedra de mais de 25 metros d'altura e uma de cantaria. Dos combates e pelejas que se deram n'esta tomada, a que não foi, como em todas as nossas conquistas, extranhas a fé, e em que, por vezes, appareceu a milagrosa intervenção Divina, e dos combatentes que morreram em tão porfiadas luctas, lê-se algures que se faz menção no livro dos obitos de Santa Cruz de Coimbra. Antonio F. de Castilho diz, referindo-se ao facto; «Alcacer a romana e indomavel, revendo-se no rico estendal de suas marinhas... a poderosa Alcacer gentilmente firme contra um cerco porfioso e mais gentilmente rendida aos pés da Cruz...» Era, porém, muito povoada pelos povos do norte a cidade arabe — *Al-Kassar-bun-abu-Danes* — capital da provincia de *Al-Kassar,* e por isso não era de boamente que elles abandonavam tão fertil região, e em que tão aclimados se encontravam. E assim, logo que aquelle rei a abandonou para proseguir nas suas conquistas, novas invasões e luctas se deram, pois que os moiros não estavam contentes ainda com a alforria que lhes foi dada em março de 1170, até que em 1191, reinando D. Sancho I, foi retomada pelo *Miramolim de Marrocos,* em poder de quem se conservou até ser novamente tomada a 18 de outubro de 1217, no reinado de D. Affonso II. E dizemos no reinado, e não que foi este rei que a retomou aos moiros, porque parece fóra de duvida, á face da historia, que emquanto os portuguezes se batiam valentemente, inspirados pelas predicas do bispo de Lisboa D. Soeiro, — verdadeiro conquistador de Alcacer — e auxiliado pelos cruzados, aquelle rei, segundo uns historiadores, estava doente e, segundo outros, tinha-se, intencionalmente afastado do theatro da guerra. Foi tão apertado o cerco, que durou dois mezes e meio; praticaram-se taes actos de bravura e heroicidade, que esta definitiva occupação da villa representa um dos factos mais importantes da nossa historia patria. O concelho d'Alcacer foi instituido em seguida á tomada da villa, e depois d'esta doada á ordem de S. Thiago; era o maior do reino, pois comprehendia as villas de Grandola, S. Thiago do Cacem, Villa Nova de Mil fontes, de Odemira, Alvallade, Torrão, Ferreira e Canha, como consta de tombo da *mesa mestral,* que se acha no, cartorio da mesma. Actualmente pode dizer-se que é riquissimo e ainda grande. D'uma estatisca official vê-se que só ha no continente 21 concelhos que lhe são superiores em rendimento collectavel. Em área, que é de 133:243 hectares, só ha tres concelhos que lhe são superiores. Essencialmente agricola, produzindo e exportando muito trigo, sal, arroz, cortiça, vinho, gado suino e vaccum. Se bem que o seu solo se ache em grande parte, no geral do concelho, arroteado, sens montados quasi limpos, e regularmente tratados, é certo que ainda, principalmente nas freguezias de Santa Suzana, S. Martinho e S. Romão, ha terrenos a desbravar, alguns ferteis valles a aproveitar, montados a conquistar ao matto. Nas limpezas dos chaparros ha annos em que se empregam 600 a 700 homens das duas Beiras, os quaes levam em média do concelho 24:000$000 réis. O primeiro proprietario do concelho é o sr. José Maria dos Santos, um lavrador intelligente, e activo e emprehendedor, que sae do rotineirismo secular, que tanto prejudica a nossa agricultura. A população do concelho é de 10:392 almas o que tanto vale dizer que tem de recrutar em diversas epocas do anno milhares de braços para os seus trabalhos. Tem as seguintes freguezias: Santa Maria do Castello, S. Thiago (estas duas na villa), Valle de Reis, Mont'Alvo, Palma, S. Martinho, Santa Suzana, Santa Catharina, Nossa Senhora do Monte, S. Romão e Torrão. Estão inscriptos nas matrizes prediaes 2:302 predios rusticos e 1:547 urbanos, com o rendimento collectavel 184:319$012 réis. Está ligado com a cidade de Beja pela estrada real n.º 73, construida em 1871-1874; com a estação do caminho de ferro pela n.º 50, construida em 1884, e ainda com Grandola, Cacem e Sines pela do mesmo numero 50, construida em 1877. Dão livros antigos conta de que havia no concelho muito commercio de sal, obras de esparto e junco e esteiras, que iam para França, Italia e outras nações; que tinha um arsenal importante, do qual sahiram formidaveis esquadras, e ainda D. Antonio Delgado no seu «Nuevo Metodo de Clasificación de las medallas antonomas de España», diz: «*Strabão,* celebrando os tecidos de lã turdetanos, fala dos que fabricavam os *salaciates,* que, segundo a opinião mais commum, foram de Salacia.» E se o facto de se terem aqui arrecadado nos ultimos dois annos mais de 50 *pondus,* que, como é sabido, eram usados nos teares, serve para confirmar aquella hypothese, elle ahi fica narrado. Diz-nos o *Diccionario* do padre Cardoso que o terreno era fertilissimo, produzindo toda a casta de fructas, e que na herdade de Palma se criavam muitos ginetes de preço, muita caça grossa: veados, corças, porcos e muita caça miuda e rasteira, e que n'aquella herdade se produziam os melhores melões de toda a provincia. Alcacer ufana-se de ter sido berço do Pedro Nunes, e por isso a iniciativa particular e a edilidade lhe rememoram o nome, já dando-o ao theatro, que se denomina «Pedro Nunes», já á praça principal da villa, onde estão situados os paços do concelho. Modernamente mencionaremos, entre os filhos illustres de Alcacer, os fallecidos, D. João Rodrigues da Cunha Aragão Mascarenhas, que foi deputado em muitas legislaturas, e governador civil de diversos districtos, o visconde d'Alcacer de Sal e Antonio de Campos Valdez. Em Alcacer do Sal houve os seguintes conventos: Convento d'Aracœli: Ruy Salema e sua mulher D. Catharina Sotto-Maior foram os fundadores d'este convento; dil-o uma escriptura existente no archivo da Santa Casa da Misericordia, nos seguintes termos: «Em 1573, aos 3 de julho, em o Castello da

villa, onde ora novamente está situado o mosteiro para freiras da ordem de Santa Clara da invocação de Nossa Senhora d'Ara-coeli, que *edificaram e ordenaram* Ruy Salema e sua mulher D. Catharina, que ali estavam presentes...» por estes foi feita doação ao convento da quinta de Arapouco, com declaração de que mudando-se o convento, ou deixando de existir, os bens doados reverteriam a favor da Santa Casa da Misericordia. Vem aqui a proposito dizer que D. Manuel teve n'aquelles paços noticia da morte de seu primo D. João II, e n'elles, na presença da rainha viuva, D. Leonor, dos prelados, senhores e fidalgos fez o seu juramento e foi logo acclamado rei, partindo depois para Montemór-o-Novo, onde se reuniram côrtes, e, ainda deve dizer-se, que o segundo casamento d'este monarcha com sua cunhada a infanta de Hespanha, D. Maria, se realisou em Alcacer, negociando-o Ruy de Saude, que, por isso, recebeu o titulo de Dom e varias tenças e commenda. Tambem aqui, onde

Egreja Matriz

tinha vindo mudar de ares, falleceu, ainda moça, D. Querubina, filha de D. João I. Já no reinado D. João II existia um convento em Alcacer, pois que, por ordem d'este monarcha, tomou aqui o habito de Isabel Pires da Rosa. Dentro do convento estiveram, por vezes, mais de 50 religiosas, e a ultima d'ellas, D. Maria da Conceição de S. José, falleceu a 3 de fevereiro de 1874. O convento de Santo Antonio pertencia á ordem de S. Francisco e foi fundado por D. Fernandes Martins Mascarenhas, casado com D. Violante Henriques, no anno de 1524. Foi extincto ha mais de 50 annos d'elle só restam as principaes paredes e é hoje propriedade da sr.ª D. Maria Augusta Branco de Paiva. Na egreja que lhe pertencia, denominada de S. Francisco, fizeram-se ha 4 mezes, devido á iniciativa das irmãs do sr. Silvestre Faria Garcia, importantes obras, sem as quaes dentro em pouco certo seria o desabamento dos telhados, e a destruição d'uma capella toda de marmore, que é digna de verdadeira admiração. Não ha na villa egreja que contenha marmores em tão grande quantidade e finos, pedras sepulchraes de tanta valia historica e tão esculpturalmente trabalhadas. N'esta egreja fez D. Pedro de Mascarenhas, filho do 1.º capitão dos ginetes D. Fernando Martins Mascarenhas, que foi vice-rei da India, e que fundou o morgado de Palma, uma capella sumptuosa de pedra branca de Extremoz em que pôz uma cabeça das onze mil virgens, um dos dinheiros com que Judas vendeu o seu Santissimo Mestre, uma parte do Santo Lenho, um cabello de barba de N. S. Jesus Christo, e outras muitas reliquias que trouxe de Roma, quando lá esteve embaixador. Para que todas as pessoas podessem visitar as reliquias que se guardam n'aquella capella, ninguem podia ser preso, salvo em flagrante delicto, nos tres dias de feira franca, que havia no mez de abril. A egreja de S. Thiago está situada no centro da villa, a meia encosta, e foi reconstruida por completo no reinado de D. João V; a empreitada da reconstrucção foi adjudicada por 30:000 cruzados. A egreja de Santa Maria está situada dentro do castello e foi construida no reinado de D. Affonso II, em 1217, logo depois da definitiva occupação da villa. E' egreja que attesta muita antiguidade e tem tres naves, sustentadas por dez columnatas. Tinha 3 beneficiados curados, 4 simples, thesoureiro e organista. Tinham n'ella os barões d'Alvito uma capella dedicada ás almas. A egreja da Misericordia foi fundação de Ruy Salema em 1530, e tem um hospital annexo á egreja o qual presta caridosos serviços ás classes pobres, já admittindo-as nas suas enfermmarias, vastas, e bem arejadas, já facultando medicamentos e dietas aos doentes externos. Tem 4 enfermarias, que comportam cerca de 50 doentes. Recebe, em média annual, 600 doentes, sendo a maior parte de fóra do concelho. Tem um rendimento de cerca de 5 contos de réis. Nos ultimos dez annos a respectiva administração tem ali effectuado melhoramentos importantes, taes como o alargamento e melhor disposição das enfermarias, grandes reparos na egreja e atrio, um jardim devidamente gradeado, na parte posterior do edificio, melhoramento importantissimo, que veiu beneficiar muito hygienicamente este estabelecimento. O primeiro foral dado aos moiros forros de Alcacer é de D. Affonso Henriques, em Coimbra, março de 1170: confirmado por D. Affonso II em dezembro 1217 em Santarem. O primeiro foral dado á villa é o de D. Affonso II, agosto de 1218, em Coimbra. O foral novo de D. Manuel é de 23 de abril de 1516, e d'elle existe uma copia na secretaria da camara. Armas: uma nau sobre as ondas; timbre: armas reaes e por baixo das armas a legenda: SALACIA URBS IMPERATORIA; as armas reaes são em memoria de ter sido a villa conquistada a primeira vez pelo proprio rei D. Affonso Henriques; a nau em recordação da armada de cruzados, que auxiliou n'aquella empreza o monarcha portuguez. Esta villa tinha voto em côrtes, com assento no banco n.º 6. Quando a villa *quasi* se limitava ao castello, os seus moradores gosavam o privilegio de não pagar direitos do que compravam e vendiam em todo o reino, e além d'isso os habitantes estavam isentos de servir qualquer cargo contra sua vontade. D. João VI esteve aqui em 1823 e acompanharam-n'o as infantas D. Izabel Maria e D. Maria de Jesus. Vieram do seu palacio do Pinheiro, hoje propriedade do sr. visconde de Bartissol, e hospedaram-se em casa da sr.ª D. Maria Augusta, ao cabo da villa. D. Pedro V esteve tambem aqui em 1 de novembro de 1860, e hospedou-se em casa do fallecido visconde de Alcacer. Pertence ao concelho,

desde 3 abril de 1871, a importante villa do Torrão, que foi berço do auctor da *Menina e Moça* — Bernardim Ribeiro — e onde houve pessoas distinctissimas, taes como o 1.º visconde do Torrão, Jeronymo de Magalhães, Baião Lança Mexia Salema, filho do desembargador Joaquim de Magalhães Mexia de Macedo, fidalgo da Casa Real e senhor da casa de Louzã, as familias Galvão, Patos e Cardins. Pertencia esta villa á ordem de S. Thiago, que lhe deu foral pelos annos de 1260. Concedeu-lhe tambem foral D. Manuel em 20 de novembro de 1512, e este foral, ou uma copia d'elle, está em poder do sr. Joaquim Valerio da Silveira Magalhães Mexia, residente na dita villa. Foi senhora da villa a casa d'Aveiro, como descendente do mestre D. Jorge, que sempre vivia na villa durante os mezes de inverno. O seu palacio ficava defronte da egreja matriz, e ainda ali se notam restos de uma edificação. Possue a villa d'Alcacer uma associação de soccorros mutuos, principalmente destinada ás classes laboriosas, fundada no anno de 1883; tem duas sociedades philarmonicas denominadas Sociedade Amizade, e Progresso Alcacerense, que pertenciam respectivamente á politica dos fallecidos visconde d'Alcacer e Campos Valdez; e dois clubs, o theatro denominado *Pedro Nunes,* construido ha annos. Tem esta casa de espectaculos, frizas, camarotes, balcão e platéa superior e inferior, o que tudo é muito sufficiente para os frequentadores *salacienses.* Teve dois jornaes, dos quaes o primeiro, o *Alcacerense,* começou a publicar-se no dia 29 de janeiro de 1888 e o segundo, a *Voz do Sado,* no dia 10 de junho de 1895. Qualquer d'elles durou apenas um anno.

Alcacer-Ceguer. Cidade fortificada no imperio de Marrocos, no estreito de Gibraltar, entre Tanger e Ceuta. Foi tomada aos moiros no dia 23 de outubro de 1458 pelos portuguezes sob o commando de D. Affonso V, e abandonada por ordem de D. João III.

Alcacer-Kibir *(Batalha de).* Foi junto d'esta povoação do imperio de Marrocos, que se deu a grande batalha tão fatal para a nação portugueza. D. Sebastião, na sua febre das conquistas de possessões d'Africa, e querendo formar um imperio africano, deixou-se arrastar pelo seu genio bellicoso e enthusiasmo dos poucos annos, desprezando os conselhos prudentes dos velhos militares já experimentados nas lides guerreiras, attendendo sómente aos lisongeiros fidalgos que lhe animavam o orgulho e a ambição de gloria. Firme no seu proposito organisou um exercito, que a fatalidade quiz que fôsse nas peiores condições. As forças de que se compunha, tinham á frente muitos officiaes estrangeiros, que trataram de pôr em pratica o systema e theorias dos grandes generaes, sob as ordens d'alguns dos quaes haviam combatido, systema e theorias, porém, cuja applicação n'esta guerra deveriam ser funestas. A 7 de julho de 1578 chegou a Tanger a esquadra, e o joven monarcha, que se collocara á frente da expedição, começou por ordenar correrias no territorio moirisco. Tres dias depois seguiu para Arzilla, levando em sua companhia Muley-Hamed, o soberano que elle ia proteger. Esta protecção era um pretexto para a expedição, ordenada com o fim de alcançar fama e gloria para Portugal e para o rei que a organisara e pozera em pratica. O exercito desembarcou em Arzilla, mas teve de acampar quasi todo fóra dos muros da cidade, por não caber dentro d'ella. As forças compunham-se de 24:000 homens, sendo 3.000 hespanhoes, sob o commando de D. Affonso d'Aguilar, 2.000 do corpo da nobreza luzitana, 9.000 soldados das levas portuguezas, 400 fidalgos com soldados italianos, sob o commando de Thomaz Stermile; contingentes de guarnições africanas, moiros auxiliares, etc. O acampamento estava todo desorganisado; em vez de preparativos para os combates que se esperavam, tratava-se unicamente de folgar, organisando diversões, festejando as victorias que esperavam alcançar. N'esta espectativa estiveram durante 12 dias, emquanto esperavam que chegassem as bagagens do exercito. Os moiros, porém, que tinham sabido da chegada e dos projectos hostis do joven rei portuguez, não descançaram em se armarem, reunindo numerosas forças para affrontarem o inimigo. Terminando os 12 dias, appareceu uma divisão moirisca, e D. Sebastião collocou-se logo á frente do seu exercito. A divisão retirou, porque viera fazer apenas um reconhecimento, mas o joven monarcha julgou aquella retirada uma cobardia, que os moiros tinham recuado ao vêrem o exercito portuguez, e considerou logo aquelle facto um glorioso triumpho. Seguiu então para Larache, pelo caminho d'Alcacer-Kibir. Sem attender aos conselhos e poderosas razões que lhe apresentavam, insistia sempre no seu proposito fatal. Os moiros dispunham de muita gente e de muitos recursos. No dia 2 de agosto marchou D. Sebastião com o exercito para Alcacer-Kibir, e reunindo-se conselho, ficou resolvido que se désse batalha ali mesmo n'aquelle campo. A posição do exercito portuguez era mais vantajosa que a dos moiros, por isso alguns dos conselheiros mais sensatos, tambem concordaram que se désse a batalha. Chegou o dia 4 d'agosto; D. Sebastião montou a cavallo e mandou formar o exercito; e quando estava ao alcance da columna onde se postara a artilharia inimiga, sentiu-se batido por ella. Este ataque causou o desanimo em todas as fileiras portuguezas; o proprio rei comprehendeu, infelizmente muito tarde, os perigos a que se affoitara. Mandou tocar a Ave Maria, signal para o combate; o jesuita Alexandre de Mattos ergueu o crucifixo, abençoando o exercito, que ajoelhou reverente, creando forças para a lucta. Terminada a cerimonia, D. Sebastião, impellido pelo enthusiasmo, arrancou da espada, e á frente da cavallaria do seu commando, cahiu sobre o inimigo. Tinha determinado que o exercito só acceitasse ordens suas, mas no momento decisivo, esqueceu-se do que dissera, e o exercito ficou sem saber o que faria; mas a embriaguez do combate communicou-se ao resto da cavallaria, e as forças arabes acharam-se envolvidas nas forças portuguezas. O brio e a coragem de D. Sebastião tornaram-se então mais sympathicos para os que o seguiam; o prior do Crato apontou-lhe um refugio seguro, mas o joven imprudente só queria combater até succumbir no seu posto. Entretanto cahiam feridos muitos fidalgos o exercito já estava muito reduzido, pelas derrotas successivas que soffrera, mas D. Sebastião não desanimava; na febre da lucta, continuava resistindo sempre ao inimigo, e lançando-se desesperadamente por entre as fileiras musulmanas, desappareceu para nunca mais ser visto. A sua imprudencia sacrificara o exercito, a nobreza

e a independencia de Portugal. | Drama historico em 5 actos, original em verso, de D. João da Camara, representado com o maior applauso. Tem scenas muito dramaticas; a acção principal é constituida por uns amores infelizes a que a historia serve de quadro. O fim dos actos são de effeito.

Alcacer-Quibir. V. *Alcacer-Kibir.*

Alcacer-Seguer. V. *Alcacer-Ceguer.*

Alcacimas. Casal na freg. d'Evora d'Alcobaça, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa.

Alcáçova *(Antonio Carneiro).* Pae ou irmão de Bernardo Carneiro de Alcaçova. Foi inspector da Ribeira das naus em Gôa. Era muito considerado como homem theorico, mas na pratica foi sempre duvidosa a sua aptidão.

Alcaçova *(Bernardo Carneiro).* Official de marinha portugueza, que serviu na India, onde sentou praça em 12 d'outubro de 1736. Parece ter-se tornado distincto, porque em 8 de outubro de 1738, sendo governador da India o conde de Sandomil, D. Pedro de Mascarenhas, e tendo só 2 annos de serviço, foi promovido a capitão-tenente. Em 1746, logo depois da tomada da praça d'Alorna, em maio d'este anno, foi elevado a capitão de mar e guerra pelo vice-rei D. Pedro de Portugal, que mais tarde foi marquez d'Alorna; esta promoção indica que prestou serviços n'aquella conquista. Tendo depois mudado para a marinha de guerra do reino, foi promovido a coronel do mar, posto então equivalente ao de brigadeiro no exercito. Falleceu em 1781.

Alcaçova *(Fernão de).* Vedor da fazenda na India, no tempo d'el-rei D. Manuel. Os poderes de que estava revestido tornavam-o independente do governador, n'esse tempo Lopo Soares d'Albergaria, que fôra substituir Affonso d'Albuquerque. D. Manuel, sempre desconfiado, receando de que os seus delegados no Oriente fôssem muito poderosos, pretendia coarctar a influencia e a acção dos governadores. Lopo Soares era de caracter nobre e austero, mas não se mostrou despeitado, dispondo-se pelo contrario a obedecer em tudo ás ordens do rei e a respeitar os poderes e prerogativas do vedor da fazenda. Fernão d'Alcaçova ficou surprehendido, porque, na verdade, esperava uma certa resistencia, e muito mais se surprehendeu, quando Lopo Soares o mandou chamar, e na presença de todos os fidalgos que tinha convocado, lhe pediu que lêsse em plena assembléa os titulos com que el-rei o investira de tão graduada dignidade; ao mesmo tempo recommendava confidencialmente ás auctoridades de sua dependencia que não se importassem com as determinações do vedor da fazenda, ou procedessem contra ellas. Fernão d'Alcaçova leu todos os diplomas e patentes que el-rei lhe dera, e que o constituiam n'um outro governador com maior jurisdicção de que o proprio que tinha esse titulo. Lopo Soares jurou respeitar as determinações d'el-rei, e na presença dos fidalgos assignou um auto n'essa conformidade. Fernão d'Alcaçova desconfiou de tanta obediencia e não tardou a reconhecer a verdade. Vendo que as suas ordens não eram cumpridas, e que ninguem o considerava, queixou-se ao governador, e Lopo Soares respondia que não tinha nada com isso, e que o vedor, com os amplos poderes de que dispunha, não precisava recorrer ao seu auxilio; mas que esses poderes, apesar de serem tão amplos, não o seriam tanto que implicassem tambem com as faculdades exclusivas do governador quanto a recompensas e castigos. Fernão comprehendeu o ridiculo da sua posição, e depois de luctar ainda por algum tempo, pediu ao governador que lhe pozesse á disposição um navio para voltar ao reino. Lopo Soares tambem se recusou, dizendo que partisse como quizesse ou quando quizesse, que tambem para esse caso usasse dos seus poderes. Fernão conseguiu regressar ao reino, disposto a queixar-se amargamente do governador. Quando chegou a Lisboa, porém, foi preso, por se lhe ter encontrado escondida no fundo falso d'uma caixa uma importante somma, cuja proveniencia não parecera muito licita. Ficou preso até á chegada do governador. Lopo Soares, ao regressar a Lisboa, tambem não foi bem acolhido pelo soberano, e desgostoso retirou-se para uma quinta que possuia em Torres Vedras, onde morreu. Fernão d'Alcaçova, tendo sido solto, queixava-se amargamente do governador, accusando-o de ter causado grandes prejuizos á fazenda real, pelo facto de não deixar o vedor exercer livremente o seu cargo; chegou a demandal-o, mas Lopo Soares desprezou as ameaças e nem sequer veiu a Lisboa para se defender.

Alcaçova *(Gregorio de).* Poeta portuguez do seculo XVII, que Barbosa Machado e Jacintho Cordeiro dizem ter merecimento. Parece que as suas poesias nunca se publicaram.

Alcaçova *(Pedro de).* Fidalgo portuguez do tempo de D. Affonso V. Distinguiu-se muito nas guerras d'Africa.

Alcaçova *(Pedro de).* Jesuita portuguez que acompanhou S. Francisco Xavier ás missões da India e do Japão, soffrendo grandes perseguições n'este ultimo imperio. Em 1553 regressou do Japão a Gôa, e escreveu uma das cartas que vêem na grande collecção de cartas dos jesuitas missionarios no Oriente. Morreu em 1569.

Alcaçova *(Pedro Fernandes de).* Secretario dos reis D. Affonso V e D. João II. Foi chefe da nobre familia dos Alcaçovas. Por tres gerações successivas os membros d'esta familia dirigiram os destinos de Portugal como secretarios de estado.

Alcaçova *(Simão de).* Capitão da armada commandada por Lopo Soares, que em 1504 passou á India, onde se distinguiu em diversos combates. Percorreu tambem os mares da China, como capitão na armada de Fernão Soares de Andrade.

Alcaçova *(Paço da).* Estava situado no castello de S. Jorge. Quando D. Affonso Henriques conquistou Lisboa em 1147, escolheu o alto da Alcaçova, onde vivia o rei moiro, para fundar o palacio da sua residencia, junto á grande mesquita moirisca, que elle santificou, tornando-se a egreja de Santa Cruz do Castello, que ainda hoje existe. Comtudo a fundação do palacio pelo primeiro rei portuguez parece um pouco problematica, assim como a instituição da capella real de S. Miguel, attribuida ao referido monarcha. Segundo os mais abalisados historiadores foi D. Diniz quem instituiu a capella, em 1299, assim como foi elle tambem o verdadeiro reformador, e por assim dizer, o fundador do real paço da Alcaçova. Comtudo, é caso averiguado que o paço já existia, portanto D. Diniz só poderia ampliar e reformar a antiga

habitação do rei moiro, que servira tambem de residencia a D. Affonso Henriques. Verdade é, que só do tempo de D. Diniz em diante é que se encontram memorias claras ácerca d'este paço, de que hoje não resta o menor vestigio. Até então, é de presumir que aquelle local fôsse deserto, porque os monarchas persistiam as mais das vezes em Coimbra. Quando a côrte se transferiu para Lisboa, é que D. Diniz se resolveu a habitar o paço da Alcaçova, o qual continuou a ser residencia real até á fundação do paço da Ribeira, em 1500, por el-rei D. Manuel. O paço da Alcaçova foi o primeiro palacio de architectura nobre e regular que se fundou em Portugal. A fachada principal era muito superior á do paço de S. Bartholomeu, que fôra edificado por D. Affonso III, segundo se lê no *Archivo Pittoresco*, a pag. 34, do vol. IX. D. Diniz, que muito animou as artes, deu egualmente grande desenvolvimento á pintura, e foi o primeiro dos nossos reis que se fez retratar a si e a sua esposa, a rainha Santa Isabel. Estes retratos estavam collocados no paço da Alcaçova. D. Affonso IV, que lhe succedeu no throno, mandou tambem pintar os retratos dos reis seus antecessores. Esta collecção decorava os vastos salões do paço, mas, segundo consta, foi transportada para Hespanha, no tempo da usurpação filippina. No reinado de D. Fernando I realisaram-se festas brilhantissimas n'aquelle paço, tornando-se especialmente notavel a grandiosa funcção em honra dos condes de Cambridge, quando aquelles distinctos diplomatas estiveram em Lisboa. A esta festa assistiram todos os officiaes da esquadra ingleza. Houve sumptuoso jantar, no fim do qual se offereceu, tanto aos condes britannicos como aos outros grandes dignitarios, muitos e variados mimos de pannos de sirgo bordados a oiro, e ás senhoras, joias de grande preço. D. João I fez importantes obras no paço da Alcaçova, em 1433. El-rei estava então muito doente em Alcochete, e pediu que o trouxessem para aquelle paço, o que se cumpriu. No dia 24 de julho de 1429, tambem se verificaram grandes festas para solemnisar o casamento da infanta D. Isabel, filha de D. João I, com o duque de Hespanha, D. Filippe, o *Bom*. Outras festas não menos importantes se realisaram no paço da Alcaçova, quando se celebraram, em 1451, as bôdas da infanta D. Leonor, filha d'el-rei D. Duarte, que já era fallecido, com o imperador Frederico III, da Allemanha. Reinava então D. Affonso V, irmão da noiva. O paço da Alcaçova foi berço de muitos dos nossos reis e infantes; alli nasceu em 3 de maio de 1455, D. João II; em 18 de maio de 1475, seu filho, o principe D. Affonso; D. João III, em 8 de junho de 1502; a infanta D. Isabel, filha d'el-rei D. Manuel, que casou com o imperador Carlos V, etc. Damião de Goes chamava áquelle palacio *«o verdadeiro e proprio aposento dos reis d'estes reinos.»* Muitas outras notas historicas nos apresentam as chronicas ácerca do paço da Alcaçova. Uma d'ellas é o nascimento do theatro portuguez, que, por assim dizer, alli se realisou. E' ao paço da Alcaçova que cabe a honra de vêr os primeiros ensaios da arte de representar, effectuados por Gil Vicente: foi em 8 de junho de 1502, á noite, na occasião do nascimento do principe D. João, mais tarde D. João III. Na *Lisboa antiga*, do sr. visconde Julio de Castilho, vem minuciosamente descripto este facto, no tomo III, 2.ª parte, *Bairros Orientaes*, pag. 101 e seguintes. Gil Vicente, muito familiar no paço, apresentou-se vestido de vaqueiro, com todo o rigor d'um saloio dos arrabaldes de Lisboa, e declamou com o maior chiste um monologo em verso, entre os sorrisos benevolos dos principes e as gargalhadas d'el-rei. Foi este o auto do *Vaqueiro*, publicado nas obras de Gil Vicente, no começo do livro I das *Obras de Devação*, edição de 1834. D'esta apresentação modesta e simples nasceu a protecção que ao talento do insigne troveiro concedeu a bondosa rainha D. Leonor. Desde então desenvolveu-se o gosto pelos engraçados autos de Gil Vicente, que se representaram sempre na presença das pessoas reaes e da côrte, nos paços da Alcaçova e da Ribeira, no mosteiro de Enxobregas, Almeirim, Evora e Caldas. O paço da Alcaçova era superior a todos os outros em antiguidade, em primoroso panorama de terra e mar. A descripção do palacio, feita por Venturino, que fazia parte da comitiva do cardeal Alexandrino, que visitou Lisboa em 1511, vem publicada nos *Opusculos*, de Alexandre Herculano, tom. VI, pag. 85, e na *Lisboa antiga*, tomo III, da 2.ª parte, pag. 106 a 108. E' a seguinte: «O palacio do castello, todo por fóra de cantaria, assim como não tem fórma alguma de architectura, por ter sido feito aos poucos em diversas épocas, tambem por dentro é mais commodo que vistoso. Sobe-se por uma grande escada a um atrio que gira em volta, e que dá para diversas quadras, ficando á mão esquerda da entrada uma porta, que dá para outra escada ingreme e estreita, pela qual se sobe a alguns quartos bem ornados, nos quaes se alojaram varios prelados. Tomando por outra escada, subimos a uma varanda, que dá passagem para as camaras d'el-rei, por cima das quaes fica uma grande sala, que tem 48 passos de comprido e 18 de largo, dividida em naves, com um tecto pintado de brutescos, e forrada toda de bellas razes de Flandres e de lhama de oiro. Seguia-se um quarto feito a modo de escada, por ser em degraus, onde os gentis homens do prelado comiam. O tecto d'este quarto era feito á maneira de pinha, e de muito mau gosto. D'aqui subia outra escadinha de madeira para um aposento, ao lado do qual ficava outro, onde estavam os aparadores com a copa, assaz copiosa de peças de oiro e prata, mas não tanto como a do duque de Bragança. D'esta casa se passava para uma sala forrada dos mesmos pannos de Flandres, na qual os prelados comiam. No fundo d'esta sala se descia para uma varanda feita de novo, em cujo topo havia um bellissimo panno de Flandres, com uma imagem da Virtude, que segura pelo collo e pelos cabellos uma Fortuna, com seu letreiro latino, que significa: *Não sabe escapar, nem póde fugir a Fortuna, quando a Virtude, com sua força a retém.* Do meio d'esta varanda se desce para uma sala forrada de lhama de oiro, com seu docel de brocado, debaixo do qual está um estrado com tres degraus cobertos de panno verde. D'aqui se entra em uma camara armada do mesmo modo, onde está um grande leito de brocado de oiro com travesseiro e duas almofadas de razo carmezim (setim) ricamente bordado de ouro. Fica immediata outra, onde estava um leito para dormir o legado, cuja armação era de finissimas razes de seda e de oiro, com bem lavradas figuras poeticas

e franjas subtilissimas. Havia tambem ali uma meza pequena de couro preto da India, mais bello que o ebano, todo lavrado ao redor de folhagens de oiro. Ao pé d'esta camara estava um oratorio ornado de razes semelhantes aos da camara, com a differença de serem as figuras do devoto... D'estas camaras sae-se por uma porta secreta para um terrado, d'onde se descobre uma extensa vista, tanto de mar como de terra. Os quartos d'el-rei ficam por baixo d'estes, e em tudo lhe são semelhantes, salvo em alguma pequena diversidade nos estrados e doceis, em serem bordados os pannos de raz com historias do testamento velho, etc.» No dia 31 de janeiro de 1719, D. João V visitou o castello de S. Jorge e foi recebido no paço da Alcaçova, que então era habitado pelo marquez de Cascaes, D. Manuel José de Castro, alcaide-mór de Lisboa. Das janellas d'aquella antiga residencia real, admirou o soberano a magestosa vista que d'ali se desfructa, e em que se descobre uma grande parte da cidade e o Tejo até á entrada da barra.

Alcaçova. Freg. da prov. da Beira-Baixa conc. de Monte-mór-Velho distr. e bisp. de Coimbra. 330 fog. Orago S. Martinho. || Pov. na freg. de Santa Maria, em Montemor-o-Velho, distr. e bisp. de Coimbra, 370 fogos. Teve foral comprehendido no de Monte-mór-Velho, dado em Lisboa 20 de agosto de 1516.

Alcaçovas. Familia nobre, que descende de D. Fernando Henriques, neto d'el-rei D. Henrique de Castella, que veiu para Portugal durante o reinado de D. Duarte Este monarcha resolvera ceder-lhe o senhorio da villa das Alcaçovas d'Evora, porém a morte veiu surprehendel-o antes de realisar a doação, a qual se effectuou depois, no tempo da regencia na menoridade de D. Affonso V, por accordo entre a rainha D. Leonor e o infante D. Pedro, em Carta passada em Sacavem a 14 de agosto de 1439. D. Affonso V confirmou esta doação, por Carta, datada do Paço da Serra, a 14 d'agosto de 1449. El-rei D. Manuel creou o titulo de Senhor das Alcaçovas, de *juro e herdade*, por Carta, de 11 de fevereiro de 1518. O brazão é o seguinte: Um escudo partido em pala; na 1.ª as armas dos Henriques, senhores das Alcaçovas, oriundos de Castella — escudo mantelado, os dois campos altos vermelhos e em cada um seu castello de oiro, o de baixo de prata com um leão vermelho, na segunda pala as armas dos Lencastres — as armas do reino com um filete em contrabanda, que passa por baixo do escudinho. Timbre o dos Lencastres — um pelicano de oiro ferindo o proprio peito.

Alcaçovas *(D. Caetano Henriques de Faria Pereira Saldanha e Lencastre, 4.º conde das).* Filho do 3.º conde d'este titulo. Tem o curso da Escola Polytechnica de Lisboa; casou com D. Maria Thereza de Saldanha e Sousa Oliveira e Daun, filha de D. José de Saldanha e Sousa Oliveira e Daun e de D. Barbara Maria Tavares Proença e neta dos ultimos condes de Rio Maior. E' official mór da Casa Real com o cargo de Aposentador-mór, muitas vezes exercido por seus ascendentes. Do seu consorcio existe uma filha. No celebre processo levantado por causa dos bens do ultimo duque de Aveiro, a sua familia sustentou seus direitos aos referidos bens como descendente da casa de Aveiro antes de ella passar para os marquezes de Gouvêa. O titulo de conde das Alcaçovas foi-lhe concedido em 24 d'agosto de 1900.

Alcaçovas *(D. Caetano de Salles Henriques Pereira Farinha Saldanha Vasconcellos de Lencastre, 2.º conde das).* N. a 24 d'agosto de 1819, e f. a 14 de fevereiro de 1894. Era filho de Luiz de Vasconcellos e Sousa, par do reino e veador da infanta regente D. Isabel Maria (V. *D. Francisco, 1.º conde das Alcaçovas),* de quem herdou a casa das Alcaçovas, em 3 de setembro de 1843. Succedeu a seu irmão, D. Francisco de Salles, pelo seu fallecimento a 21 de maio de 1840, no titulo de conde, que foi renovado por decreto de 22 de maio do mesmo anno. Era estudante na Universidade de Coimbra, quando falleceu seu irmão, vendo-se por isso obrigado a não concluir os estudos, partindo para Lisboa a tomar conta da sua casa.

Conde das Alcaçovas

Como representante d'uma das familias mais distinctas e mais nobres de Portugal, soube manter e respeitar as suas honrosas tradições. Casou em 1842 com D. Thereza de Sousa Holstein, dama de honor da rainha D. Maria II, 3.ª filha dos 1.ºs duques de Palmella, a qual falleceu a 11 de junho de 1865. O 2.º conde das Alcaçovas foi par do reino, por successão de seu pae, tomando posse na camara dos pares a 22 de março de 1843, gentil-homem da camara d'el-rei D. Luiz, em serviço d'el-rei D. Fernando, commendador da ordem de Christo, grã-cruz das ordens de Ernesto Pio de Saxe Coburgo Gotha, e da de Carlos III, de Hespanha.

Alcaçovas *(D. Francisco de Salles Henriques Pereira de Faria Saldanha Vasconcellos de Lencastre, 1. conde aas).* N. a 12 de dezembro de 1811, e f. a 21 de maio de 1840. Seu pae era Luiz de Vasconcellos e Sousa, par do reino, por carta régia de 1 d'outubro de 1835, competindo-lhe as honras de grande do reino, em virtude do decreto de 28 de setembro de 1835; do conselho de S. M., veador da infanta D. Isabel Maria, commendador da ordem de Christo, inspector geral do Terreiro Publico de Lisboa, capitão de infantaria, 2.º filho dos 2.ºs marquezes de Castello Melhor, fallecido a 3 de setembro de 1843; casara em 1808 com D. Thereza Francisca de Paula Henriques Pereira Faria Saldanha de Lencastre, fallecida em 1821, e que era filha unica e herdeira de D. Caetano Alberto Henriques Pereira Faria Saldanha de Lencastre, 11.º senhor das Alcaçovas d'Evora, coronel dos Privilegiados da Côrte, que falleceu em 1822, e de D. Maria Domingas de Castro, fallecida em 1821, filha dos 1.ºs condes de Rezende. D. Francisco de Salles distinguiu-se pelo seu valor nas campanhas da Liberdade, na defeza do cerco do Porto, e com especialidade no combate de 29 de setembro de 1831, em que foi ferido gravemente, perdendo um braço, impossibilitando-o assim de seguir a carreira das armas.

sendo reformado em tenente de infantaria. Casou no dia 1.º de novembro de 1838 com D. Rita de Cassia de Noronha, 1.ª filha dos 1.ºs condes de Paraty. O titulo de Conde das Alcaçovas foi concedido pela rainha D. Maria II, em 1 de dezembro de 1834. O illustre fidalgo era o 14.º senhor das Alcaçovas d'Evora, em cujo senhorio succedeu a seu avô materno em 22 de março de 1822; commendador da ordem de Christo, e cavalleiro da de Torre e Espada. Tendo fallecido em 1840, sua viuva, a condessa D. Rita de Cassia de Noronha, passou a segundas nupcias a 24 d'outubro de 1843, com D. Antonio da Silva Pessanha, moço fidalgo com exercicio na Casa Real; como não tinha alvará da confirmação do titulo de condessa das Alcaçovas, perdeu o direito de o usar.

Brazão dos condes das Alcaçovas

Alcaçovas *(D. Luiz Henriques de Faria Pereira Saldanha e Lencastre, 3.º conde das).* Filho do 2.º conde d'este titulo e da condessa D. Maria Thereza de Sousa Holstein, filha dos 1.ºs duques de Palmella; n. a 11 de maio de 1846 e f. a 6 de março de 1892. Era doutor em sciencias pela universidade de Louvain, pertencia ao corpo diplomatico, tendo sido secretario d'embaixada em Vienna d'Austria; casou a 9 de novembro de 1871 com D. Thomasia de Magalhães Mexia Sande Salema Guedes e Menezes, filha dos 1.ºs viscondes do Torrão, dama de honor da Sr.ª D. Maria Pia. O titulo de 3.º conde das Alcaçovas foi-lhe concedido ainda em vida de seu pae por decreto de 5 e carta de 18 de setembro de 1865. Era commendador de numero extraordinario da ordem d'Izabel a Catholica, cavalleiro das ordens de: Carlos III d'Hespanha, S. Mauricio e S. Lazaro da Italia e de Leopoldo da Belgica. Do seu consorcio com a condessa D. Thomazia, que ainda vive, deixou os seguintes filhos: D. Maria, casada com Carlos Van Zeller, D. Maria Thereza, D. Anna, D. Eugenia, D. Caetano, actual conde, D. Joaquim, guarda-marinha da armada portugueza, D. Luiz e D. Maria Luiza.

Alcaçovas. Villa e freg. (S. Salvador) da prov. do Alemtejo, conc. de Vianna do Alemtejo, com. dist. e arceb. de Evora. 2.069 alm. e 583 fog. Tem Misericordia, hospital, escola para ambos os sexos, estação postal, com serviço de encommendas postaes, permutando malas com a R. A. S. Estação do caminho de ferro do sul, que lhe fica a 4 k. A povoação dista 12 kilometros da séde do concelho. Está situada em logar plano e sadio nas faldas da serra do mesmo nome. Já existia no tempo dos romanos, com o nome de *Ceciliana*. Outros dizem que o seu nome era *Castraleucas*. Em 715, quando os arabes invadiram a Lusitania, os moradores d'esta villa resistiram; tiveram, porém, que ceder ao numero. Em vingança, os moiros a arrazaram completamente, edificando depois uma aldeia sobre as ruinas da antiga povoação. Parece que foi o castello fundado pelos arabes que deu o nome á actual villa. Até 1258 esteve despovoada, devido ás continuas guerras de que foi theatro a Lusitania. Então, D. Martinho, bispo d'Evora, deu-lhe foral e povoou-a, ficando pertencendo aos bispos d'esta cidade; mas, em 1271, D. Affonso III tirou Alcaçovas ao bispo D. Durão, elevando-a á categoria de villa, dando-lhe foral, em Evora, a 26 d'abril de 1279. Este foral foi reformado por D. Diniz, tambem em Evora, a 28 de fevereiro de 1283 e confirmado por D. Duarte, na mesma cidade, a 25 d'abril de 1435. Tinha ainda outro foral dado por D. Diniz em 1299 e chamado *Foral de Costumes*. Foi D. Diniz quem fundou ou reedificou o actual castello, em 1290, fazendo dentro d'elle um palacio para habitar, e que hoje pertence aos condes das Alcaçovas. N'aquelle palacio tambem residiu D. João II, onde fez testamento a 20 de setembro de 1495, declarando successor á corôa o duque de Beja, D. Manuel. No foral de D. Affonso III, reformado por D. Diniz, havia a clausula da villa pertencer sempre á corôa. D. Manuel, deu-lhe novo foral, estando em Lisboa, a 10 de setembro de 1512, determinando a mesma clausula. Apesar, porém, da recommendação dos tres monarchas, D. João I deu a villa a D. Nuno Alvares Pereira, para fazer parte do ducado de Bragança; mais tarde, no tempo de D. Affonso V, o duque de Bragança, D. Fernando II, doou-a a seu irmão, a quem a rei depois deu o titulo de marquez de Montemór-o-Novo. Por morte do marquez, voltou a villa para a corôa no reinado de D. João II, o qual o cedeu a D. Fernando Henriques, por ser parente da Casa Real, e ter tomado Badajoz aos castelhanos em tempo de D. Affonso V. A egreja matriz foi fundada em 1530; compõe-se dez naves e está situada n'uma pequena eminencia. A da Misericordia construiu-se em 1551, segundo se deprehende da inscripção que se vê n'um degrau do altar-mór. Tem bellos campos, muito ferteis, regados por muitas fontes e tres ribeiras: a *Xarrama*, o *Diege* e a *Gradelvira*. Perto da villa está o convento dos frades da ordem dos prégadores de S. Domingos, fundado por D. Affonso Henriques, no sitio onde esteve um castello ou fortaleza romana. ‖ Monte da prov. do Alemtejo, junto á villa do mesmo nome. Tem 500 metros acima do nivel do mar, e do seu cume descobre-se a serra da Arrabida e a de Cintra, a villa de Palmella, o castello de Alcacer do Sal, a torre de Beja, Evora, Evora-Monte, etc., Parece ter n'elle existido algum edificio romano, por se terem encontrado, moedas e armas d'aquelle tempo. Tem apparecido vestigios de construcções antigas em todo o monte. *Alcaçova* é corrupção da palavra arabe *Alcasba* que significa fortaleza ou presidio. A serra é pedregosa e cheia de matto. Fundou-se aqui em 1500 a capella de N. S.ª da Graça, no sitio onde dizem ter existido o castello romano. O senhor d'Alcaçovas, D. Fernando Henriques, deu-a aos frades dominicos, que fundaram um convento com a invocação de N. S.ª da Esperança. Tem a nascente *Fonte Santa*, que brota por baixo da egreja em um penhasco, a qual dizem curar molestias cutaneas. Criam-se aqui lobos, javalis, corças, raposas, gatos bravos, coelhos etc. Este monte faz parte do serra d'Ossa. ‖ Ribeira, affluente do Sado, nasce proximo de Evora e engrossa com as aguas das ribeiras de S. Brissos e de S. Christovam. Ha n'esta ribeira varias pontes do caminho de ferro do Sueste. Tem um curso de 50 k. ‖ Serra no distr. d'Evora, junto á villa do mesmo nome. ‖ Quinta na freg. de Palmella, conc. de Setubal.

Alçada. Tribunal de justiça que percorria os povos com plenos poderes do monarcha para fa-

zer justiça e alçar aggravos. Estas alçadas fôram por muito tempo usadas em Portugal, em quanto se não estabeleceram os tribunaes da Relação. Comtudo, ainda se recorreu ás alçadas, mas em casos especiaes, e quasi sempre em crimes politicos. Citam-se, entre outras, as duas alçadas que fôram ao Porto, uma em 1756, quando foi o motim contra a Companhia dos Vinhos d'Alto Douro, e a outra em 1828, quando se deu a revolução liberal contra D. Miguel.

Alcafache. Pov. e freg. (S. Vicente) da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Mangualde, dist. e bisp. de Vizeu, 1.345 alm. e 294 fog. Tem proximo tres fontes de aguas mineraes muito estimadas, perfeitamente diaphanas, com sabor nauseabundo, quando colhidas de pouco tempo, e cheiro pronunciado a gaz *sulfhydrico*. A sua temperatura é de 49° centigrados. São applicadas, externamente, contra o rheumatismo e varias manifestações arthriticas, e internamente contra as affecções chronicas dos bronchios. As nascentes estão cobertas de inverno pelas aguas do rio Dão. Não ha estabelecimento thermal, mas os doentes tomam banhos n'algumas casas, sitas nas margens d'este rio. Alcafache possue escola do sexo masc. e est. post. permutando malas com Mangualde. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie extensa. Os campos são banhados pelo rio Dão, que os torna muito ferteis. Tem uma albergaria, fundada por um conego da Sé de Vizeu, no logar chamado *Moinhos da ponte*. D. Manuel concedeu-lhe foral, em Lisboa, a 6 de maio de 1514, em que se abrange tambem a povoação do Carvalho.

Alcafaz. Pov. da freg. de Santa Maria Magdalena de Agadão, conc. e com. d'Agueda, bisp. de Coimbra. ‖ Rio da prov. da Beira Baixa. Nasce na serra do Caramullo, no sitio chamado *Almijofa*, junta-se na aldeia de Bolfar ao rio *Alfusqueiro* e depois ao Agueda. Recebe as aguas do ribeiro chamado *Rio Fragoso*.

Alcaforada. Herdade na freg. de Ciladas, conc. e com. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Alcafozes. Pov. e freg. da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre. 644 alm. e 164 fog. Tem Misericordia, escola do sexo masc. e est. post. permutando malas com Idanha-a-Nova. A pov. dista 10 k. da séde do conc. Orago S. Sebastião. Está situada n'uma campina. N'esta pov. em 1 de agosto de 1810, a cavallaria portugueza derrotou uma partida de francezes.

Alcaida. Pov. da freg. de Serpins, conc. e com. da Louzã, distr. e bisp. do Porto.

Alcaidaria. Tributo que se pagava aos alcaides. Dignidade ou officio de alcaide, governador de praça forte e ministro de justiça, que prendia os delinquentes e cumpria as determinações dos juizes. No foral de Soure, dado em 1111, pelo conde D. Henrique, lê-se o seguinte: «*De azaria nobis V.am partem: vobis IVor, sine ulla alcaidaria.* Em uma carta de D. Affonso II lê-se tambem: *Et Prætor perdet ibi meam alcaidariam, et accipiant justitiam de illo in suo corpore.* ‖ Pov. nas freg.s de Achete, conc. de Santarem; Milagres, conc. de Leiria; Reguengo do Fetal, conc. da Batalha.

Alcaide (*Alberto Carlos da Costa Falcão, 1.º visconde do*). Engenheiro-agronomo pela escola de Lisboa, cujo curso concluiu em 1896. Filho do dr. João Carlos da Costa Falcão Castello Branco, bacharel em Direito, já fallecido, e de D. Maria Delfina de Figueiredo Frazão e Falcão; natural do Alcaide, conc. do Fundão. Completou os seus estudos em França, no Instituto Nacional de Agricultura de Paris, e outras escolas como Grignon, Versailles, etc., onde esteve durante 1897 e 1898. Regressando a Portugal foi chamado pelo fallecido conselheiro Elvino de Brito, então ministro das Obras Publicas, para seu secretario particular, sendo depois collocado como agronomo no Mercado Central de Productos Agricolas, onde está actualmente. E' cavalleiro muito distincto, aparentado com as mais fidalgas familias das Beiras. O titulo de visconde do Alcaide em duas vidas foi-lhe concedido nos começos de 1902.

Alcaide. Este nome deriva-se do arabe *al-kaid*; era o governador d'uma praça, ou d'uma provincia, ou d'uma cidade importante. Entre os christãos tambem se começou a chamar assim aos governadores dos castellos construidos nas fronteiras, e que tinham de sustentar lucta com os moiros; quando se organisaram os municipios, o alcaide teve attribuições mais amplas. O alcaide era então o chefe supremo do logar, o representante do poder central, o chefe militar, o governador do castello que habitualmente dominava a cidade, o presidente nato do tribunal judicial, o chefe da administração. As attribuições do *alcaide-mór* tinham um aspecto juridico, militar e administrativo. Fidalgo nomeado pelo rei, não podendo sempre residir na terra em que tinha de exercer todos os dias as attribuições do seu cargo, precisava d'um homem que o substituisse. Era esse o *alcaide-menor*. El-rei D. Diniz, nos foraes que de novo concedeu, limitou ás attribuições militares a ingerencia dos alcaides, que afinal vieram a ser simplesmente governadores dos castellos, passando ainda mais tarde a simples titulo honorifico. Houve nos antigos tempos de Portugal alcaides com tão completo conhecimento das obrigações do seu cargo, que se tornaram dignos de todo o respeito e admiração, tanto na patria como no estrangeiro. Martim de Freitas, alcaide de Coimbra; Fernando Rodrigues Pacheco, alcaide do castello de Celorico; Nuno Gonçalves, alcaide do castello de Faria; Ruy Lourenço de Tavora, alcaide de Miranda do Douro. (*V. estes nomes*). Quando o alcaide-mór recebia a mercê d'aquelle cargo, era obrigado a fazer homenagem, na fórma que se contém no livro das homenagens, que estava em poder do escrivão da puridade, antes que tomasse posse do castello, a qual lhe dava um porteiro da maça, perante um tabellião, que lhe passava um instrumento publico. Ao porteiro tinha que dar o que entendesse, não sendo, comtudo, menos de 10 cruzados. ‖ *Alcaide da honra*, o que inquiria sobre os crimes de adulterio e prostituição. ‖ *Alcaide de navio*, capitão, arraes ou patrão de qualquer embarcação. Nos foraes de Lisboa, de 1179, e de D. Diniz a Villa Rei, de 1285, falla-se d'este cargo. ‖ *Alcaide das saccas*, official de justiça que inquiria sobre os contrabandos. ‖ *Alcaide da vara*, official inferior da justiça, esbirro. ‖ *Alcaide dos montes*, os que vigiavam as coimas ou posturas ruraes. ‖ *Alcaide pequeno*, o mesmo que alcaide-menor. ‖ *Alcaide dos donzeis*. Fidalgo que tinha a seu cargo os meninos nobres que no palacio se creavam, castigando as suas travessuras

cuidando da sua limpeza e aceio e ensinando-lhes as boas artes. Conforme escreve o erudito auctor do Elucidario, «nas côrtes d'Evora requereram os povos a el-rei D. João II que instaurasse, ou, mais bem, creasse de novo este importante ministerio.» || Villa e freg. da prov. da Beira Baixa, conc. e com. do Fundão distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda. 1:294 alm. e 344 fog. Tem escola do sexo masc. e est. post., com serviço de encommendas, permutando malas com Fundão. A pov. dista 5 k. da séde do conc. Orago S. Pedro. || Pov. na freg. de S. Thiago das Carreiras, conc. de Villa Verde. || Pov. na freg. de S. Thiago da Carreira, conc. de Santo Thyrso. || Serra da prov. da Beira Baixa. Tem 9 k. de comprimento e 3 de largo. Nasce proximo da Covilhã. E' em parte cultivada, tendo arvores de frueto e silvestres. Tem dois braços. *Cabeço de Villa* e *Cabeço do Facho*. N'esta serra nasce a ribeira dos *Poeinhos*. || Rio da prov. da Extremadura. Nasce perto de Porto de Moz e morre no Lena. E' atravessado por uma ponte de pedra, e orlado de frondoso arvoredo. || Ribeira da prov. da Beira Alta. Nasce proximo de Trancoso n'um valle ou *Motoque*, com o nome de ribeira de S. Miguel, e na freg. de S. Thiago toma a denominação de *Alcaide*. Tem uma ponte de cantaria no sitio que atravessa a estrada de Almeida a Pinhel. Continúa depois com o nome de Ribeiro de Freixo, até morrer no rio Maçoeime. || Ribeira da prov. do Algarve, e nasce na freg. de S. Braz d'Alportel, corre pela de Estoy e desagua no mar, junto a esta freguezia.

Alcaide de Faro. Drama em 5 actos, original portuguez, de Joaquim da Costa Cascaes, e representado no theatro de D. Maria, em 1848. Teve uma popularidade extraordinaria. Foi posto em scena com toda a magnificencia; o scenario era pintado pelos grandes artistas Rambois e Cinnati; os fatos e adereços fôram desenhados com o mais consciencioso estudo historico pelo actor João Anastacio Rosa. O assumpto é baseado na conquista de Faro por D. Affonso III, em 1250, tal como a narravam as nossas antigas chronicas; tinha situações energicas, enredo interessante e linguagem vernacula.

Alcaides. Herdade na freg. de S. Gregorio, conc. e com. de Arraiollos, distr. e arceb. de Evora.

Alcaidessa. Mulher do alcaide ou a que tinha a alcaidaria de um castello ou fortaleza.

Alcaidinho. Casal na freg. de Terena, conc. d'Alandroal, com. de Redondo, distr. e arceb. de Evora.

Alcainça. Pov. e freg. da prov. da Extremadura, conc. e com. de Mafra, distr. e patriarc. de Lisboa. 800 alm. e 180 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 6 k. da séde do conc. Orago S. Miguel. Deriva da palavra arabe *Alcaiennçá* composta de *alcai* que quer dizer encontro, e *neça* mulheres. Pertenceu aos marquezes de Ponte de Lima. || Pov. da freg. da Egreja Nova, conc. de Mafra. || Quinta, na freg. de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira.

Alcains. Pov. e freg. da prov. da Beira Baixa, conc., com. e distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre. 2:337 alm. e 462 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e est. post. permutando malas com Castello Branco. A pov. dista 8 k. da séde do conc. Orago N. Sr.ª da Conceição. E' palavra derivada do arabe *alcaien*, que significa, *existente, permanente*.

Alcaiz. Livro de alardos ou revistas; matricula de gente de guerra.

Alcalá. Pov. junto da mina de cobre do distr. d'Evora, entre os ramaes do caminho de ferro que da Casa Branca se dirigem para Evora e Beja. No foral de Alcaçovas de 1512, trata-se d'esta terra. || Casal, na freg. de S. Braz de Regedouro, conc. d'Evora. || Casal, na freg. de Mexilhoeira a Grande, conc. de Villa Nova de Portimão, distr. de Faro.

Alcalá e Herrera *(Affonso de)*. Portuguez, mas oriundo de Castella; n. em Lisboa a 12 de setembro de 1599, onde tambem falleceu a 21 de novembro de 1682. Não consta que exercesse officio ou emprego publico. Escreveu: *Jardim Anagrammatico de Divinas Flores Lusitanas, Hespanholas e Latinas. Contém seiscentos oitenta e tres anagrammas em prosa e verso, e seis hymnos chronologicos*. Lisboa, 1654; *A' sagrada Imagem da Virgem do Pilar Mãe Santissima Madre de Deus, Salve Rainha glosada*. Lisboa, 1678; *Novo modo, curioso tratado e artificio de escrever assim ao divino como ao humano com uma vogal sómente, excluindo quatro vogaes, o que muitos tiveram por impossivel. Primeira e Segunda parte. Contém 12 decimas, 5 em hespanhol e 7 no idioma lusitano.* Lisboa, 1679; *Varios effectos de Amor en cinco Novellas exemplares, y nuevo artificio de escrivir prosas y versos sin una de las cinco letras vocales.* Lisboa, 1641. Houve nova edição, incluindo as cinco novellas n'um volume, que juntamente com outras seis se publicaram, com o seguinte titulo: *Varios prodigios de amor, en once novelas exemplares, nuevas, nunca vistas ni impressas. Compuestas per diferentes autores, etc. Recogidas per Isidro de Robles, natural de Madrid, etc.* Madrid, 1729. As primeiras 116 paginas são prehenchidas com as novellas de Herrera, cujos titulos são: *Los dos soles de Toledo, sin la letra A—La carroza com las damas, sin la letra E—La perla de Portugal, sin la letra I—La peregrina hermitaña, sin la letra O—La serrana de Cintra, sin la letra U.*

Alcalainha. Casal na freg. de S. Braz de Regedouro, conc. d'Evora.

Alcalamoque. Pov. da freg. de Alvorge, conc. de Ancião, distr. de Leiria e bisp. de Coimbra.

Alcalate. Herdade, na freg. de Rosario, conc. d'Alandroal, com. de Redondo, distr. de Evora. || Herdade, na freg. de Pardaes, conc. de Villa Viçosa, distr. d'Evora.

Alcaldamento. V. *Alcaldamento*.

Alcalva de Baixo e de Cima. Dois casaes, na freg. de Santa Sophia, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora.

Alcálvas. Ribeira da prov. do Alemtejo. Nasce de diversas fontes e junta com a ribeira das *Paredes* e outras, fórma o rio de Monte-mór ou Canna.

Alcamim. Pov. da freg. e conc. de Villa de Rei.

Alcamins. Casal na freg. de S. Mathias, conc. e distr. d'Evora.

Alcamins de Baixo, de Cima e do Meio. Tres casaes na freg. e conc. d'Elvas.

Alcaminzinhos. Casal na freg. de S. Mathias, conc. e distr. d'Evora.

Alcaneça. Aldeia da prov. da Extremadura.

E' nome derivado da palavra arabe *Alcaniça*, que significa *templo de christãos*.

Alcanede. Villa e freg. da prov. da Extremadura, conc., com. e distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa. 3:563 alm. e 666 fog. Tem escola do sexo masc. e est. post. permutando, malas com Santarem. A pov. dista 24 k. da séde do conc. Orago N. S.ª da Purificação. Está situada junto á serra de *Aire* ou *Mandinga* na encosta de um monte. Foi fundada pelos romanos, 150 annos antes de Christo. Deu-lhe foral D. Affonso I em 1163, e mandou-a povoar por estar abandonada. Por ordem d'este rei, reedificou o castello D. Gonçalo de Souza, que foi primeiro alcaidemór de Alcanede, e dos mais esforçados cavalleiros do seu tempo. E' pov. antiga, como o attesta o seu castello, fundado pelos romanos: conservou-se em bom estado até 1531, mas o terremoto d'esse anno arruinou-o muito, destruindo a torre e barbacan. Perderam-se muitas armas que ficaram nas ruinas. As torres de menagem e albarrau fôram quasi de todo arrasadas. Tinha o castello tres cubellos, um baluarte com ameias e setteiras, cisterna de cantaria, e varias casas, tudo rodeado de muralhas com ameias e setteiras, sendo toda a construcção de alvenaria. Na porta da Barreira figuravam as armas da ordem de Aviz. *Alcanede* é palavra arabe *Alcanet*, que significa, sombrio, temperado, e vem do verbo *canata*, ser sombrio ou temperado. A jurisdicção ecclesiastica da villa pertenceu primeiro aos frades de Santa Cruz de Coimbra, até 1300, anno em que a cederam á ordem de S. Bento de Aviz. Ignora-se quem lhe deu o primeiro foral, mas já o tinha no tempo de D. Affonso I. Recebeu novo foral em 22 de dezembro de 1514, dado por D. Manuel. Tem Misericordia, que foi começada pelos officiaes da confraria do Espirito Santo e acabada por Luiz Serrão, o velho, tambem official da dita confraria, em 1604. A egreja matriz foi fundada por D. Affonso I, quando reedificou a villa. Tem na torre as armas dos Sousas. Eram alcaides-móres d'aqui os condes de Villa Nova de Portimão. Fica proximo d'esta villa a serra de Alcobertas. Formavam a villa e o seu termo uma rica commenda da ordem de Aviz que os condes de Villa Nova de Portimão desfructaram até 1834. As armas da villa, segundo querem os seus habitantes, é: escudo bi-partido, tendo de um lado tres torres e do outro a cruz de Aviz. Fundam-se, elles, segundo parece, nas armas da porta do castello, que se compõem de dois escudos, tendo um a cruz de Aviz e o outro tres torres.

Alcanena. Pov. e freg. da prov. da Extremadura, conc. e com. de Torres Novas, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa. 3:328 alm. e 561 fog. Tem escola do sexo masc., est. post. e telegr. e serviço de encommendas postaes, permutando malas com Santarem. A pov. dista 11 k. da séde do conc. Orago, S. Pedro, apostolo. E' palavra arabe *Alcanina*, que significa *cabaça sêcca*.

Alcanhões. Pov. e freg. da prov. da Extremadura, conc., com. e distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa. 1:870 alm. e 310 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e est. post. permutando malas com Santarem. A pov. dista 6 k. da séde do conc. Orago Santa Martha.

Alcantara *(Braz de)*. Religioso, nat. de Lisboa, que viveu no seculo XIII. Deixou algumas obras sobre Theologia positiva e moral, escriptas em latim.

Alcantara *(João José d'Alcantara, visconde de)* Antigo deputado. N. em Elvas, a 6 de março de 1827. Era filho de José Maria d'Alcantara, tenente de infantaria, casado com D. Felicidade Perpetua. Casou com D. Adelaide Theolinda Callado, que falleceu em Elvas, a 26 de julho de 1857; passou em segundas nupcias a 3 de maio de 1859, com D. Julia Rosa da Cunha, filha de João Jacques da Cunha, general de divisão reformado, e de sua mulher, D. Maria Candida da Cunha. O titulo foi concedido por Decreto de 26 de dezembro de 1878, e Carta de 8 de janeiro de 1859.

Alcantara *(Pedro de)*. Frade franciscano da provincia da Arrabida, leitor de theologia e examinador apostolico e synodal do patriarchado de Lisboa; era prégador régio e muito afamado. Floresceu no seculo XVIII e parte do seculo XIX. Tornou-se mais conhecido pelo sermão prégado nas exequias do marquez de Marialva, em 1825. no convento de S. Pedro d'Alcantara. Este sermão está impresso.

Alcantara. Freg. pertencente ao 4.º bairro de Lisboa. E' celebre pela batalha que alli se deu entre os soldados de D. Antonio, prior do Crato, e o exercito do duque d'Alba, e pelos combates com os francezes em 1809. Orago S. Pedro, apostolo. Junto ao logar onde estiveram as barreiras da cidade, existia uma ponte que atravessava o rio de Alcantara, e na qual se erguia uma grande estatua representando S. João Nepomuceno, obra do italiano João Antonio de Padua. Foi collocada alli no anno de 1743 quando se alargou a ponte. No pedestal da estatua mandaram os moradores do bairro gravar a inscripção seguinte.

S. JOANNI NEPOMUCENO
NOVO ORBIS THAUMATURGO, TERRAE
AQUIS, IGNI, ŒRIQI E IMPERANTI,
ADQUE CUM ALIAS TUM PROŒSERTIM
IN ITINERE MARITIMO LUCULENTO
SUSPITATORI SUO GRATI ANIMI
ERGO HANC STATUAM CLIENS
DEVOTISS. AN. REPARAT. SALUT
MDCCXLIII
João Antonio de Padua a fez

Este esculptor deixou no reino varias obras importantes, taes como: a capella-mór da egreja de S. Domingos, os pulpitos da egreja de Santo Antão de Lisboa, e as virgens da capella-mór da sé d'Evora. Padua foi muito auxiliado pelo esculptor, tambem italiano, Pedro Antonio Luques, a quem devia, em grande parte, o merito das suas obras. Da influencia que o devoto lhe attribue sobre o mar, póde concluir-se que o milagre que deu causa á construcção d'aquelle monumento, foi obtido em alguma tempestade, cujos naufragos se salvaram. Com o alargamento da cidade até Algés, Alcantara ficou pertencendo a Lisboa, e reformando-se toda aquella localidade, a estatua foi d'alli removida. Alcantara era um sitio quasi despovoado até 1640. Depois da restauração, é que se tornou mais concorrido com a permanencia de D. João IV, que estabeleceu alli a sua residencia. (V. *Palacio d'Alcantara*). Já antes do terremoto de 1755, se tinha constituido um bairro, transformando-se em

parochia, depois d'aquella catastrophe. A palavra *Alcantara* deriva-se do arabe *Al-cantara*, que quer dizer *a ponte*. Está estabelecida n'esta localidade, ha muitos annos, a Escola normal, para o sexo feminino, tendo annexa outra escola para estudo das professoras. V. *Lisboa, freguezias.*

Alcantara *(Batalha de).* Foi em 25 d'agosto de 1580, que se deu esta notavel batalha na ponte d'Alcantara, em que o exercito de D. Antonio, prior do Crato, ficou vencido. O duque d'Alba, general de Filippe II de Hespanha, estando em Setubal, deixou alli uma valente guarnição, e veiu com destino a Lisboa, desembarcando em Cascaes com um numeroso exercito no dia 20 do referido mez d'agosto. Começou logo por atacar furiosamente as fortificações d'aquella villa. Era então senhor de Cascaes, D. Antonio de Castro que tomara o partido de Castella. Diz-se que foi por traição d'esse fidalgo que o general hespanhol se resolveu a atacar os fortes de Cascaes antes de vir a Lisboa, promettendo não consentir que a villa fôsse saqueada; porém, depois das fortificações tomadas, a villa soffreu um saque geral, nada escapando á furia dos invasores. Era governador da praça o valente capitão d'Africa, D. Diogo de Menezes, que seguia o partido do prior do Crato As forças de que, infelizmente, dispunha, constavam apenas de 2:000 homens. e apesar de renhido combate, teve de succumbir na lucta, sendo feito prisioneiro, soffrendo pouco depois a morte, a que fôra condemnado, de lhe ser decepada a cabeça na praça da mesma villa. As torres de S. Julião da Barra e do Bugio renderam-se tambem por traição, em seguida a de Belem e a de Caparica. Pelo Tejo acima entraram então 61 navios de que se compunha a esquadra hespanhola, e fôram fundear mesmo defronte de Lisboa. D. Antonio achava-se n'esta cidade com o seu pequeno exercito, mas resolvido a tentar um lance desesperado, apesar da desigualdade das forças, para conseguir a posse da corôa de Portugal a que era pretendente, ou a vender cara a sua vida. N'aquella época, Alcantara ficava muito distante da cidade, porque os terrenos desde aquelle ponto, Pampulha e Boa Vista, não passavam de um arrabalde de Lisboa. O pequeno exercito portuguez apoiava o seu flanco direito nos olivaes e arvoredos, hoje atravessados pelo aqueducto das Aguas Livres, e o flanco esquerdo no Tejo, onde a nossa esquadra, composta de 36 navios, o protegia com o fogo da sua artilharia, collocada, para ser mais util, em cima de pranchões de madeira. A praça d'armas da nossa linha era em frente da ponte d'Alcantara, e estava fortificada o melhor possivel. A posição era boa, mas as forças muito limitadas e com pouca disciplina, emquanto que as forças hespanholas eram muito superiores e dirigidas por um habil e estrategico general, como era o duque d'Alba. Na manhã de 25 d'agosto, a artilharia hespanhola rompeu o fogo, sob o commando de D. Framés de Alava. Os portuguezes facilmente cederam e recuaram; as forças que guarneciam a ponte fôram desalojadas. No entretanto, os mosqueteiros portuguezes, entrincheirados n'uma pequena fortificação, metralhavam os assaltantes, e fr. Estevam Pinheiro, empunhando um crucifixo, animava os desanimados belligerantes a que voltassem ás suas posições. A victoria tornou-se n'este ponto indecisa. Todavia, as operações do inimigo continuaram, e as forças portuguezas, quando menos o esperavam, acharam-se sitiadas. D. Antonio, porém, queria morrer como soldado, já que não pudera vencer como general. Formando um esquadrão dos seus mais valorosos e destemidos soldados, precipitou-se sobre os hespanhoes, e teve por instantes a ponte novamente em seu poder, chegando a levar de vencida os hespanhoes até á margem direita d'Alcantara. Sobrevieram as forças de D. Fernando de Toledo, e a divisão portugueza fugiu, vindo á sua frente o proprio D. Antonio, já ferido, que seguiu na direcção de Santarem. (V. *D. Antonio, prior do Crato).* A batalha não chegou a durar uma hora, nem a esquadra portugueza chegou a entrar em acção, porque os que a commandavam, ou se entregaram ou se venderam. A perda d'esta batalha franqueou aos invasores a entrada em Lisboa, entregando o reino durante 60 annos ao dominio de Hespanha.

Alcantara *(Convento das Flamengas em).* Este convento foi fundado em 1582, por Filippe II de Hespanha e I de Portugal, para recolher 32 freiras clarissas, pertencentes a um convento d'Anvers (Flandres) d'onde tinham fugido, vindo para Lisboa. A seita de Luthero propagara-se em Allemanha e nos Paizes-Baixos, sendo expulsas d'estes paizes, ou assassinadas, muitas religiosas, e mais pessoas contrarias ás novas doutrinas lutheranas. As fugitivas espalharam-se por diversos paizes, deixando os conventos da sua patria abandonados á rapina e ao vandalismo. O convento ficou conhecido pelas *Flamengas*, cuja egreja ainda hoje existe.

Alcantara *(Forte de).* Foi edificado em 1650 por occasião das guerras da Independencia. Era tambem conhecido pelo *forte do Sacramento*. Entrou no plano das obras de defeza dirigidas pelos engenheiros João Gilot, hollandez, Legarg, francez, João Cosmander, jesuita belga, e superintendidas pelo primeiro marquez de Marialva, D. Antonio Luiz de Menezes, ao qual pertencia o terreno em que o forte foi construido. Este terreno fazia parte da quinta e casa, onde o marquez, então ainda conde de Cantanhede, residiu desde 1635 até á data da restauração em 1 de dezembro de 1640. N'esta quinta é que os conjurados se reuniram debaixo d'uma copada arvore, quasi na margem direita do Tejo, quando em 1638 D. Antonio Luiz de Menezes promoveu uma conspiração contra o usurpador castelhano. A conspiração abortou, mas a arvore ainda existia ha pouco tempo na muralha, recordando a tentativa, que infelizmente se mallograra. O terremoto de 1755 arruinou muito o forte d'Alcantara, que já hoje não existe.

Alcantara *(Palacio de).* Está situado a pouca distancia das antigas portas da cidade, e fronteiro ao convento das Flamengas. E' tambem conhecido pelo nome de *palacio do Calvario*, por se chamar assim o largo onde foi edificado. E' de modesta architectura, mas de valor historico. Não se sabe ao certo quem foi o fundador, julga-se ter sido um portuguez distincto, a quem Filippe II de Hespanha o sequestrou, ao apoderar-se de Portugal. Até á época da restauração de 1640, esteve deshabitado; D. João IV alli residiu por vezes, dando jantares e ceias que se tornaram muito celebradas, e de que as chronicas nos dão noticia. Entre as ceias e os jantares contam os

chronistas a ceia da vespera de S. João de 1656, que importou em 3$453 réis, e o jantar do dia seguinte, que importou em 49$180 réis. Custava n'aquella época, cada pão 10 réis, um quartilho d'azeite 30 rs., um arratel de toucinho 35 rs., um dito de manteiga 45 rs., e um de lingua 25 réis. No palacio d'Alcantara residiu D. Affonso VI, para onde partiu em 21 de junho de 1662; n'esse mesmo dia se expediram cartas a todos os altos funccionarios, magistrados e fidalgos, para que assistissem ao acto da sua posse. D. Catharina, filha de D. João IV, e que foi rainha de Inglaterra, por ter casado com o rei Carlos II, tambem morou no palacio d'Alcantara, em 1693, quando voltou para o reino, depois de ter enviuvado. Aquella residencia real era predilecta de D. Pedro II, que o habitava parte do anno, emquanto foi regente, e ainda depois de ser rei, fallecendo alli a 6 de dezembro de 1706. O palacio d'Alcantara soffreu muitissimo com o terremoto de 1755. Mais tarde, tendo sido reconstruido, cederam-no a Francisco José Dias, para alli estabelecer uma fabrica de chitas, mas não se chegando a estabelecer a fabrica, voltou para a corôa, em 1808, ficando então servindo de habitação gratuita a algumas viuvas e a alguns creados da Casa Real. O palacio tem quinta com seu jardim, horta e um grande tanque. Nas suas cocheiras, que são muito vastas, estavam depositados os antiquissimos coches reaes, que serviam na festividade da prégação da Bulla da Santa Cruzada, que se fazia na egreja de S. Roque com grandiosa pompa, e a que assistia a principal nobreza do reino. Hoje esses coches guardam-se n'um barracão da calçada d'Ajuda. N'aquelle edificio esteve ha annos estabelecida a fabrica de tabacos *Vasco da Gama*, depois uma fabrica de camisolas e outras fazendas de tecidos de lã; mais tarde um deposito de farinhas da bem conhecida fabrica de bolachas da firma Conceição e Silva, e ultimamente o *Club de Lisboa*, sociedade de recreio, onde se deram recitas e grandes bailes, que por ordem superior ha pouco tempo foi mandado fechar. Nas lojas houve em tempo um posto policial e um de serviço de incendios; hoje apenas existe uma cocheira de trens d'aluguer. A propriedade foi vendida ao sr. Conceição e Silva, que é o actual proprietario. Diz-se que a antiga Companhia de Carruagens Lisbonenses a pretendeu comprar para mudar para alli o seu importante estabelecimento.

Alcantara Chaves *(Pedro Carlos de)*. Jornalista e escriptor dramatico. N. em Lisboa, a 26 de julho de 1829; era filho de Basilio José Chaves, typographo. Concluiu os estudos primarios, e tendo de seguir, por falta de recursos, a profissão de seu pae, entrou na Imprensa Nacional, como aprendiz, a 26 de julho de 1842; aprendeu a arte typographica, que exerceu por alguns annos, tanto ali como em outras officinas, até 1855, anno em que entrou como ponto para o antigo theatro da Rua dos Condes. Mais tarde foi tambem ensaiador, chegando a exercer esse logar ao lado do grande actor e mestre da arte, José Carlos dos Santos. Sendo sempre muito amigo da vida dos bastidores e da litteratura amena, começou a dedicar-se ás letras, e em 1846 publicou em um jornal da epoca, um artigo intitulado *A gloria*. Então tornou-se collaborador do *Jardim litterario, Ecco dos operarios, Apollo, Revista popular, Archivo familiar, Jornal para todos, Recreio familiar, Portugal Litterario, Semana, Progresso, Federação, Justiça, etc.* N'este ultimo jornal foi tambem revisor e traductor das noticias estrangeiras. Como escriptor dramatico, tornou-se muito popular. E' longo o seu reportorio, na maior parte representado nos antigos theatros da Rua dos Condes e Variedades. Era muito excentrico, mesmo no proprio vestuario, que só largava quando o via completamente usado. Afastava-se sempre dos primeiros artistas do theatro, preferindo acompanhar só com os discipulos e empregados inferiores. Era muito estimado, e no theatro todos o tratavam pelo *pae Chaves*, pela affabilidade e franqueza do seu trato. Foi director de scena d'alguns theatros, e no fim da vida ainda exerceu o logar de contra-regra, até que em 1891 adoeceu gravemente, e sobrevindo-lhe uma paralysia, falleceu em Belem, a 18 de setembro de 1893. Alcantara Chaves foi, inegavelmente, um escriptor dramatico muito popular nos theatros de segunda ordem, e muito querido das platéas. Escreveu: comedias em 1 acto: *A visinha Margarida, Martyrios e Rosas, O Ensaio geral, Consequencias d'um baile de mascaras, Más tentações, O Poeta casado, O Casamento do Descasca-milho, O baptisado do Descasca-milho, Morte do Descasca-milho, Ainda o Descasca-milho, Campanologos portuguezes;* entreactos; *A Esperança, Querem ser artistas, Mudança de posição, O Descasca-milho;* em 2 actos: *Culpa e perdão, O Milagre de N. S.ª da Nazareth;* em 3 actos: *Hospedaria do Inferno, Honra e pobreza, Os Martyres da Polonia;* em 4 actos: *Garibaldi;* scenas comicas: *Um actor passando o beneficio, o Passarinho, o sr. João Fernandes em procura d'uma posição social, o Mestre Gaspar Caveira, O Manel d'Abalada assistindo á Probidade, Revista do anno de 1859, Revista do anno de 1860, Luizinha a Leiteira, Um como tantos, A arte não tem paiz, Aventuras do sr. Barnabé da Esperança, Provas publicas, O homem das fatalidades, Tomada de Tetuão, Uma actriz passando o beneficio, Por causa dos senhorios, Uma victima dos kilogrammas, O provinciano em Lisboa.* Escreveu tambem varias poesias que se recitaram no theatro e traduziu as *Memorias de Garibaldi*, em 3 volumes.

Alcantarilha *(Sebastião José de Mendonça, 1.º barão de)*. Commendador da ordem de Christo, capitão honorario do extincto batalhão nacional de Faro, habilitado com os estudos preparatorios para a Universidade de Coimbra, e com o curso do 1.º anno juridico; proprietario nos concelhos de Silves e de Faro. N. a 15 de janeiro de 1809, era filho de José Antonio de Mendonça, proprietario, e de D. Angelica Rosa da Conceição Cabrita e Mendonça. O barão d'Alcantarilha casou em dezembro de 1835 com D. Rita Augusta de Macedo Ortigão e Mendonça, filha do major Antonio Joaquim de Ramalho Ortigão e de D. Marianna Rita de Macedo e Brito Ortigão. O decreto concedendo o titulo de barão em sua vida tem a data de 17 de Junho de 1869, e a carta a de 21 do referido mez e anno. Tem o seguinte brazão, concedido no Brazil a seu irmão, o barão de Jaraguá por alvará de 22 d'agosto de 1861: um escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Mendonças, que são — o escudo franxado, no primeiro verde uma banda vermelha coticada de oiro; no segundo um S preto em campo d'oiro, e as-

sim os contrarios; no segundo as dos Vieiras — em campo vermelho seis vieiras de oiro em duas palas; no terceiro as dos Mattos — em campo vermelho um pinheiro verde, com fructos, perfis e raizes de oiro entre dois leões do mesmo metal, armados de azul; no quarto, as dos Moreiras — em campo vermelho nove escudetes de prata, sobre cada um sua cruz verde floreteada como as de Aviz, em tres palas — Timbre — uma aza de oiro e sobre ella um S como os do escudo, e por differença uma brica de prata com um S preto.

Alcantarilha. Pov. e freg. da prov. do Algarve, conc. e com. de Silves, distr. de Faro, bisp. do Algarve. 4:529 alm. 922 fog. Tem Misericordia, escolas para ambos os sexos, e est. post. permutando malas com Faro e Lagos. A pov, dista 18 k. da séde do conc. Orago N. S.ª da Conceição. Está a pov. situada n'um alto, entre arvoredos, com boas ruas e uma egreja de construcção moderna. Foi rodeada de muros, de que ainda existem vestigios, feitos em 1550, para defender a pov. dos assaltos dos piratas barbarescos. Tem um castello com o nome de *Santo Antonio.* Havia uma porta chamada *da Villa,* que foi demolida, para com a pedra se construir uma ponte sobre as ruinas da antiga. A egreja da Misericordia, tem irmandade e uma capella dedicada a N. S.ª do Carmo onde costuma fazer-se uma grande festa. Passa perto d'aqui a ribeira da *Enxurrada* que se aproveita para moer e regar. ‖ Ribeira que nasce na freg. de Alte, no Algarve. Tem um curso de 30 k. e desagua no Oceano.

Alça Pé. Sitio da freg. de S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem.

Alçaperna. Pov. da freg. da Foz de Arouce, conc. de Louzã.

Alcarabouça. Ribeira affluente do Chança, onde entra a 5 k. de Villa Verde de Ficalho, conc. de Serpa. O seu curso é de 15 kilometros.

Alcarache. Ribeiro affluente do Guadiana. Nasce na freg. de Amarelleja, conc. de Moura, e percorre uma extensão de 20 kilometros.

Alcarão de Cima. Pov. da freg. de Sant'Anna do Campo, conc. d'Arraiollos, distr. d'Evora.

Alcarapinha *(João de).* Religioso portuguez, nat. do logar d'aquelle nome. Recebeu o habito da provincia da Piedade. Escreveu: *Memorial da Provincia da Piedade.*

Alcarapinba. Casal na freg. de Villa Fernando, conc. d'Elvas.

Alcaravão. Nome de algumas pequenas povoações de Portugal.

Alcaravella. Pov. e freg. da prov. de Beira Baixa, conc. do Sardoal, com. de Abrantes. distr. de Santarem, bisp. de Portalegre. 1:055 alm. e 208 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 4 k. da séde do conc. Orago Santa Clara.

Alcaraviça. Ribeira da prov. do Alemtejo. Nasce no termo de Borba, de varias fontes. Tem uma fonte de cantaria na freg. de Orada. Atravessa as freguezias de S.º Antonio e da Barrosa, e desde ahi toma o nome de *Sorraya;* recebe varias ribeiras e desagua no Tejo, abaixo da Barrosa.

Alcarea. Pov. na freg. de Santo Quintino, conc. de Sobral de Mont'Agraço.

Alcari Alta. Pov. da freg. de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro, bisp. do Algarve.

Alcaria. Pov. e freg. da prov. da Beira Baixa conc. e com. de Fundão, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda. 966 alm. e 170 fog. Tem escola do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 10 k. da séde do conc. Orago S. João Baptista. ‖ Pov. e freg. da prov. da Estremadura, conc. e com. de Porto de Moz, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa. 553 alm. e 116 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 6 k da séde do conc. Orago N. S.ª dos Prazeres. *Alcaria* deriva-se da palavra arabe *caria* que significa villa, aldeia, povoação. Os hespanhoes usam do termo *alqueria* para designar aldeia ou casa de campo. Está situada n'um valle proximo da serra do Patêllo. Tem um grande penhasco natural, a que chamam o *Castello,* com 1:500 metros de comprido, e onde existe uma gruta sempre cheia d'agua frigidissima. ‖ Pov. na freg. de Pombeiro, conc. d'Arganil, distr. de Coimbra. ‖ Pov. na freg. de Campía, conc. de Vouzella. ‖ Pov. na freg. de Villa Chã, conc. de Pombal. ‖ Pov na freg. de Selmes conc. de Vidigueira, distr. de Beja. ‖ Pov. na freg. de S. Barnabé, conc. d'Almodovar, distr. de Beja. ‖ Pov. na freg. do Espirito Santo, conc. de Mertola, distr. de Beja. ‖ Pov. na freg. e conc. d'Aljezur. ‖ Pov. na freg. de Odeleite, conc. de Castro Marim, distr. de Faro. ‖ Pov. na freg. de Boliqueime, conc. do Loulé, distr. de Faro. ‖ Pov. na freg. de Santo Quintino, conc. de Sobral de Mont'Agraço. ‖ Serra no distr. de Beja. Ramificação da Serra do Caldeirão. Altura 321 m., extensão 30 k. Dá origem ao rio *Asseca.* ‖ Casal na freg. da Serra, conc. de Grandola, com. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. ‖ Casal na freg. de Rio de Moinhos, com. de Borba, com. de Villa Viçosa, distr. d'Evora. ‖ Casal na freg. de S. Braz d'Alportel, conc. de Faro. ‖ Casal na freg. de Salir conc. de Loulé, distr. de Faro. ‖ Quinta na freg. de Pontevel, conc. do Cartaxo, distr. de Santarem. ‖ Casal na freg. e conc. d'Ourique. ‖ Herdade na freg. e conc. de Moura. ‖ Sitio na freg. e conc. d'Odemira. ‖ Sitio na freg. e conc. de Castro Marim. ‖ Herdade na freg, e conc. de Monchique.

Alcaria Alta. Pov. da freg. de Giões, conc. de Alcoutim. distr. de Faro.

Alcaria Alta e Baixa. Pov.ˢ na freg. de Cachopo, conc. de Tavira. distr. de Faro.

Alcatraz. Cabo ou ponta na extremidade sul da ilha do Fogo, ou de S. Filippe, no archip. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Alcaria do Alto. Sitio na freg. e conc. d'Odemira.

Alcaria de Baixo e de Cima. Sitios na freg. de S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Alcaria do Banho. Sitio e freg. do conc. de Monchique.

Alcaria Branca. Pov. na freg. de Estoy, conc. de Faro.

Alcaria do Clemente. Casal na freg. de Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Alcaria Cova. Casal na freg. de Santa Clara a Velha, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Alcaria do Cume. Pov. na freg. de Fonte do Bispo. conc. de Tavira, distr. de Faro.

Alcaria Formosa. Casal na freg. de S. Theotonio, conc. d'Odemira, distr. de Beja.

Alcaria Fria. Pov. da freg. de Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Alcaria do Gato. Pov. da freg. de Querença, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Alcaria do João. Pov. na freg. d'Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Alcaria do Judeu. Herdade na freg. das Reliquias, conc. d'Odemira, distr. de Beja.

Alcaria Longa. Pov. da freg. de S. Miguel do Pinheiro, conc. de Mertola, distr. de Beja.

Alcaria do Meio. Sitio na freg. de S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Alcaria Nova. Pov. na freg. das Amoreiras, conc. d'Odemira.

Alcaria do Pedro Guerreiro. Casal na freg. de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Alcaria Queimada. Pov. da freg. de Vaqueiros, conc. de Alcoutim.

Alcaria Ruiva. Pov. e freg. da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Mertola, distr. e bisp. de Beja. 1:666 alm. 416 fog. A pov. dista 8 k. da séde do conc. Orago N. S.ª da Conceição. Está situada n'um alto na serra do mesmo nome. Teve uma *albergaria* que se vendeu. A capella de N. S.ª d'Ara-Cœli está situada n'um monte elevado, sobre um penhasco, e pertence á freg. de Tabucira. Ha a capella de N. S.ª da Cabeça, sobre o rio *Terjes,* que passa n'esta freguezia. Tem uma fonte medicinal, que nasce n'um penhasco perto da capella de N. S.ª da Conceição. Vêem-se ainda no alto d'um rochedo os restos de um grande edificio, que dizem ter sido um castello arabe. Tambem sobre o rio Terjes se vêem ruinas de edificações, que se suppõe, serem d'alguma povoação romana ou arabe. Passa n'esta freg. o rio *Alvacarejo* e *Alvacar* e o ribeiro do Seixo. || Serra da prov. do Alemtejo, conc. de Mertola. E' saudavel e possue bastante agua. E' em parte cultivada. Tem gado grosso e miudo, e caça. Descobrem-se d'aqui Beja, Serpa, Castro Verde e alguns campos de Hespanha. Possue algumas lagôas, pequenas, mas só a da *Atabúa* conserva a agua de verão. Lança dois braços, um chamado *Serra-da-Olva* e outro *Serra-do-Gato.* Cria viboras, gatos bravos, rapozas e lobos. Existem aqui os seguintes logares: *Alcaria-Ruiva, Córte-da-Velha, Córte do-Gafo-de-Baixo* e *Córte-de-Gafo-de-Cima.*

Alcaria da Vacca. Casal na freg. de S. Theotonio, conc. d'Odemira, distr. de Faro.

Alcarias. Pov. na freg. de S. João Baptista de Gestaçó, conc. de Baião, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de Villa Ruiva, conc. de Cuba, distr. e bisp, de Beja. || Pov. da freg. de S. Marcos de Ataboeira, conc. de Castro Verde, distr. de Beja. || Aldeia na freg. de Santa Barbara dos Padrões, conc. de Castro Verde, com. d'Almodovar, distr. e bisp. de Beja. || Aldeia na freg. da Conceição, conc. d'Ourique. distr. de Beja. || Casal na freg. e conc. d'Almodovar. || Casal na freg. de Paderne, conc. d'Albufeira, distr. de Faro, bisp. do Algarve. || Casal na freg. da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Alcarias Altas. Casal na freg. de Gomes Aires, conc. d'Almodovar, distr. de Beja.

Alcarias Baixas. Pov. da freg. de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Alcarias Covas. Pov. da freg. do Pereiro, conc. de Alcoutim, distr. de Faro, bisp. do Algarve.

Alcarias Grandes. Pov. da freg. do Azinhal, conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Alcarias de Pedro Guerreiro. Pov. da freg. de Cachopo, conc. de Tavira. distr. de Faro.

Alcarias Pequenas. Pov. da freg. de Azinhal, conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Alcarida. Sitio e quinta, na freg. de Pontevel, conc. do Cartaxo, distr. de Santarem, patriarchado de Lisboa.

Alcaron de Baixo e de Cima. Casaes na freg. de S. Paulo de Pavia, conc. de Mora.

Alcarouvisca. Ribeira do Alemtejo; nasce no outeiro da Pena, termo do Redondo, engrossa com as ribeiras de Valle de Vasco e outras, e morre no rio Pardiellos, proximo de Vallonge.

Alcarrache. Ribeira da prov. do Alemtejo. Nasce perto da serra de S.ª Maria, em Hespanha, d'uma fonte que denominam *Tinaja.* Tem 90 k. de curso e morre no Guadiana. Possue uma ponte de cantaria, na freg. de S. Leonardo, com as armas de Portugal n'um padrão, e outra tambem de cantaria na frg. de N. S.ª da Luz, *Alcarrache* é corrupção da palavra arabe *Alcarraque* que significa o egual, o moderado.

Alcarraques. Pov. da freg. de Trouxemil, conc. de Coimbra.

Alcarva. Pov. da freg. de S. Martinho de Ranhados, conc, de Meda. distr. da Guarda.

Alcas. Pov. na freg. de Monçós, conc. de Villa Real.

Alcatruz. Casal na freg. da Casa Branca, conc. de Souzel, distr. de Portalegre. || Rio pequeno da prov. da Beira Baixa. Nasce na fonte dos Meios, e morre no rio *Temilobos,* por baixo de Travanca, conc. de Armamar. Tem 2 k. de curso.

Alcieira das Lojas e do Pinheiro. Duas pov.ˢ na freg. de Cepões, conc. de Vizeu.

Alcôa. Rio que se chamava antigamente Côa. Nasce na serra dos Mulianos, que é uma ramificação da serra d'Albardos, no sitio chamado Póços de S. João. Corre até á aldeia de Chaquêda, da qual toma o nome, até á cerca do convento de Alcobaça, onde se divide em dois braços que se juntam, unindo-se depois no meio da villa, ao Baça. Continuam pelos Campos da Maiorca, e formando uma lagôa, chamada da Pederneira, perdem-se no mar. Tem diversas pontes, sendo: 3 de pedra dentro de Alcobaça, e outra fóra, algumas de madeira, outra de pedra, perto de Chaquêda, que faz travessia para o convento dos Arrabidos. Tem um curso de 30 kilometros.

Alcoba. Serra da prov. do Douro, a que hoje chamam *Bussaco.* (*V. este nome*). E' palavra do arabe, *Alcobba* que significa *torrinha.* A serra *d'Alcoba* como antigamente lhe chamavam, ou Bussaco, como se diz hoje. tem ramificações nas seguintes serras: *Monte-Muro, Tranqueira, Castro, S. Macario, Parnaval, Arouca, Freita, Caramullo,* e outras.

Alcobaça (*Fr. Bernardo de*). Monge cisterciense. Tomou este appellido por ter nascido na villa d'Alcobaça. Diz-se que foi abbade do mosteiro de S. Paulo da mesma ordem, a uma legoa de Coimbra, o qual se extinguiu, passando os seus rendimentos a ser incorporados no collegio de S. Bernardo, na mesma cidade. Morreu em 1478, segundo diz o historiador fr. Fortunato de S. Boaventura. Attribue-se-lhe a versão da *Vita Christi,* que parece ter emprehendido ou acabado em 1445, mas que sómente se publicou 50 annos mais tarde, em 1495; traduziu tambem os *Actos dos apostolos,* que estão publicados no tomo I da *Collecção de ineditos portuguezes dos*

seculos xiv e xv, de fr. Fortunato de S. Boaventura.

Alcobaça *(Fr. Francisco de)*. Nat. da villa de Alcobaça e monge da abbadia d'este nome. Floresceu pelos annos de 1597. Escreveu: *Contra Judaicam perfidiam maxime contra hujus temporis Judeos.*

Alcobaça *(Henrique da Silva da Fonseca Cerveira Leite, visconde de)*. Um dos officiaes que mais se distinguiram nas campanhas da Liberdade. Não se sabe a data do nascimento, mas parece que nasceu antes de 1789. Entrou no serviço militar em 1802, como cadete, e já era alferes em 1807 quando os francezes entraram em Portugal. Em 1809 foi nomeado capitão; em 1811 assistiu á batalha de Fuentes de Oñoro e em 1812 á de Victoria, duas das batalhas mais importantes da guerra peninsular. Na batalha dos Pyrineus, em 1813, houve-se distinctamente, e foi graduado em major por distincção no campo da batalha. Passou a tenente coronel em 1820, e a coronel em 1824. Commandava a infantaria 18 quando as tropas liberaes, sendo vencidas pelas do partido absolutista e vendo-se abandonadas pelos seus superiores, tiveram de retirar-se para Galliza, onde soffreram enormes infortunios, chegando até á miseria e á fome Silva da Fonseca era muito estimado pelos seus soldados, porque não desamparou um só instante o seu regimento, partilhando com elles da miseria e de todas as amarguras, soccorrendo-os em tudo que podia. O regimento de infantaria 18 era conhecido pela sua valentia e bravura. Seguindo da Galliza para Plymouth, Silva da Fonseca fez parte da expedição que Saldanha levou aos Açôres, e não podendo desembarcar em nenhuma d'aquellas ilhas por causa da opposição da esquadra ingleza, voltou para Brest. N'uma das expedições parciaes que frequentemente levavam tropas á ilha Terceira, o regimento lá poude chegar, conseguindo saltar em terra em 1830, sendo incumbido pelo conde de Villa Flôr da conquista do archipelago. Distinguiu-se muito então no combate de Ladeira-a-Velha, atacando um dos seus batalhões, de frente, a posição culminante do campo da batalha. Henrique da Silva da Fonseca foi escolhido por D. Pedro IV para commandar uma das duas divisões de infantaria de linha, na expedição organisada pelo imperador em S. Miguel. Desembarcando em Portugal, entrou no combate de Vallongo, onde se distinguiu muito, assim como na batalha de Ponte Ferreira, dando sempre provas de maior valor até ao fim da lucta da liberdade. Terminada a campanha nunca mais se envolveu em guerras civis. Por decreto de 1 de dezembro 1834 foi agraciado com o tituto de barão d'Alcobaça; marechal de campo graduado em 5 de setembro de 1837, visconde d'Alcobaça por decreto de 22 de dezembro de 1841, marechal de campo effectivo a 2 de julho de 1845. Falleceu em Coimbra, a 16 de janeiro de 1852, no posto de tenente general.

Alcobaça *(Fr. Jeronymo de)*. Barbosa Machado chama-lhe fr. Jeronymo de S. Bernardo. Foi monge de Cistér, e consta que viveu algum tempo em Paris, no seculo xii. Escrevêu: *Tratado notavel de huma pratica, que um lavrador teve com um rey de Persia, que se chamava Arsano: feito por hum persio por nome Codio Rufo, que n'aquelle tempo se achou; no qual foi tresladado de grego em latim, e reduzido a portuguez por Fr. Hyeronimo da Ordem de S. Bernardo do convento de Alcobaça, que estando em Paris lhe veio ter á mão, e nelle ho trouxe a el-rei D. Sancho de Portugal, a quem o prologo vay dirigido.* Coimbra, 1560. Esta obra está reproduzida no tomo ii da *Filosofia de Principes* de Bento José de Sousa Farinha.

Alcobaça *(Fr. Pedro de)*. Nat. de Alcobaça e monge no convento da mesma villa. Escreveu: *In omnes Epistolas S. Paulo.*

Alcobaça. Villa da prov. da Extremadura, séde de conc. e de com., distr. de Leiria, patr. de Lisboa. Tem uma unica freg. cujo orago é o SS. Sacramento, com 2:306 alm. e 398 fog. Pertence á 1.ª divisão militar e ao 3.º distr. de reserva do exercito effectivo com a séde em Santarem. Tem um bom quartel, onde actualmente está o regimento de artilharia 2, Misericordia, um bello hospital, theatro, club, gabinete de leitura, gremio d'artistas, museu archeologico estação telegraphica e postal com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e tele-

Vista de Alcobaça

graphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas postaes, permutando malas com a R. A. N.—Pombal e R. A. L.—Caldas da Rainha. O conc. comprehende 15 freg.

n'uma superficie de 45:224 hect., com 28:621 hab., sendo 14:148 do sexo masc. e 14:473 do feminino. As freg. são as seguintes: SS. Sacramento, Alfeizarão, Aljubarrota (N. S.ª dos Prazeres e S. Vicente), Alpedriz, Benedicta, Cella, Cós, Evora d'Alcobaça, Maiorga, Pataias, S. Martinho do Porto, Turquel, Vestiaria e Vimeiro. E' pov. importante e muito antiga. Está situada n'uma planicie, cortada pelos dois rios *Côa* ou *Alcôa*, como os moiros lhe chamavam, e o *Baça*, sendo banhada pelas suas abundantes aguas, que a tornam muito fertil e viçosa. Os romanos já tinham aproveitado aquelles florescentes sitios para edificarem povoações. Os arabes tinham a povoação no mesmo sitio, que, por assim dizer, era suc-

Frontaria do quartel

cursal do antigo castello, cujas ruinas ainda hoje se vêem. Parece que o castello fôra construcção dos godos no sexto ou setimo seculo, e que os arabes o reedificaram em 716; ficava n'um outeiro, dominando a villa, formando com o castello de Leiria, de Pombal, e d'Obidos, uma linha avançada de fortificações para proteger Lisboa e Santarem, que eram as duas cabeças de toda a moirama da Extremadura. Os arabes, quando reedificaram o castello, deram-lhe o nome de *Al-cacer-ben-el-Abbaci*, por ser o nome d'uma porta da cidade de Marrocos. D. Affonso Henriques tomou-o em 1147, mas os arabes conseguiram reconquistal-o em 1191 ou 1195, e arrasaram-no. D. Sancho I tornou a reconquistal-o. No anno de 1422, um terremoto destruiu-lhe uma das torres, que D. João I mandou edificar, permittindo ao abbade do mosteiro, então D. João d'Ornellas, que lançasse um tributo aos povos da sua freguezia para ajuda das obras. O castello perdeu depois toda a importancia militar, com a transformação introduzida na arte da guerra pela invenção da artilharia. Hoje conservam-se apenas algumas ruinas e a tradição lendaria do alcaide arabe Almansor, o seductor provocante que se conserva alli encantado, e seduz as raparigas que se aventuram a passar junto das ruinas proximo da noite, fascinando-as com seu canto attrahente, arrastando-as para um palacio subterraneo, onde ficam em eterno captiveiro. A palavra *Alcobaça* deriva-se do arabe, e é composta de *al* e *cobaxa*, que significa carneiros. Provém-lhe este nome, por causa dos outeiros que a cercam, que pela sua pequenez tem semelhança com carneiros. Alguns escriptores querem que o nome da villa se derive dos dois rios que a atravessam, o *Alcôa* e o *Baça*. Além do grande convento dos frades bernardos, monges de Cistér, edificado pelo nosso primeiro rei (V. *Mosteiro d'Alcobaça*), a villa teve ainda, proximo, outro convento de frades arrabidos, fundado pelo cardeal D. Henrique. O foral foi-lhe concedido por el-rei D. Manuel, a 1 d'outubro de 1514. || Pov. nas freg. de Fiães e Lamas de Mouro, conc. de Melgaço.

Alcobaça *(Bibliotheca do mosteiro de)*. Tem uma sala muito vasta e alegre, estando ainda bem conservada. Em todo o seu comprimento vêem-se grandes janellas d'um lado, tendo por cima uns oculos que correspondem a outras eguaes na parede fronteira. O pavimento é de marmore de côres em mosaico; o trabalho do tecto, em estuque e em pintura não é obra de grande perfeição, mas de effeito e muito vistosa. As paredes eram revestidas de grandes estantes carregadas de livros, onde diziam existir perto de 25 mil volumes, em que avultavam muitas obras raras, e algumas impressas pelo proprio Guttemberg. A principal riqueza da bibliotheca era, porém, constituida por valiosos manuscriptos. Em 1775 publicou-se um catalogo, em que constava serem mais de 400 os codices manuscriptos in-folio, nos quaes se continham importantes noticias e documentos para a historia do paiz. As paredes vêem-se hoje completamente nuas, tendo desapparecido tambem os quadros a oleo, medalhões e figuras d'alabastro. A livraria foi recolhida em Lisboa, no anno de 1834, tendo-se já perdido muitas obras. Felizmente, os preciosos codices em pergaminho, com bellas illuminuras, guardam-se parte na Bibliotheca Nacional de Lisboa, e parte na Torre do Tombo. O cartorio do mosteiro era egualmente importante para a historia tanto da ordem como do paiz. Na *Alcobaça illustrada*, de fr. Manuel dos Santos, monge d'este mosteiro, diz-se que o cartorio serviu de deposito aos papeis da corôa, em quanto se não creou o archivo real.

Alcobaça *(Claustros do mosteiro de)*. São 5 os importantes claustros, representando typos de differente architectura, desde o seculo XIII até ao seculo XVI. Entre elles sobresahe o claustro do *Silencio*, fundado por el-rei D. Diniz. E' o mais antigo de todos. Parece ter sido edificado no mesmo logar, em que o fundador do mosteiro, D. Affonso Henriques, construira o claustro principal, e que D. Diniz substituiu por outro, ou por estar arruinado ou por não ter a precisa capacidade para comportar os frades, cujo numero crescia progressivamente. O claustro do *Silencio* é uma obra magnifica. O plano foi do architecto portuguez Domingos Domingues, que tambem di-

rigiu as obras. Os lanços ou galerias são formados de largas arcadas de cantaria, e cobertas de abobadas tambem de pedra artesoadas. Cada arco é dividido por 3 arcos, pequenos e ogivaes, que sustentam a bandeira do arco grande, que lhes serve como de caixilho. No meio da bandeira, que é de cantaria lisa, abre-se um olhal redondo, formado de diversas molduras, que o vão diminuindo até encaixilharem uma renda de pedra, a modo de estrella, atravez de cujos raios passa a luz. Os 3 arcos pequenos sustentam-se por columnas duplicadas, isto é, duas de cada lado. Nos arcos das extremidades de cada lanço ou galeria assentam as 4 columnas centraes sobre umas pequenas bases, que pousam no chão, de maneira que deixam os 3 arcos livres, como porticos, para darem entrada ao terreiro, que foi jardim, em volta do qual correm as mesmas galerias. Nos outros assentam as bases das columnas em cima d'um muro ou soco de cantaria, que terá um metro de altura d'aquellas que fórmam os referidos porticos. Os capiteis mostram alguma variedade de lavores, representando pela maior parte folhagens. A abobada é singela e bem lançada. Aos seus artesões servem de estribo misulas, que resaltam das paredes interiores e dos pilares, que dividem as arcadas. Emquanto o mosteiro foi habitado, conservou-se este claustro em bom estado, graças ao cuidado com que os frades obstavam á infiltração das aguas da chuva nas abobadas; e ao desenvolvimento da vegetação nos intersticios da cantaria. A galeria superior foi construida por D. Manuel. E' toda aberta em arcos de volta abatida, com uma ou duas columnas ao centro. No meio da fachada d'um dos lanços, correspondente á porta do refeitorio, levanta-se a toda a altura das duas ordens de galerias, um corpo do edificio, de fórma hexagonal, e resaltando bastante da dita fachada sobre o terreiro, que outr'ora foi jardim. Este corpo é construido de cantaria, tendo em cada face um portal na parte inferior, e uma grande janella na parte superior. Os portaes e janellas fórmam-se de differentes arcos ogivaes, sustentados por delgadas columnas com seus capiteis guarnecidos de folhagens. Esta fabrica é coberta de abobada, que servia para abrigo de uma fonte onde os frades lavavam as mãos á entrada e á sahida do refeitorio. O tanque da fonte é de marmore, guarnecido d'uma infinidade de lavores em meio relevo, folhagens, flôres, aves, arabescos, e os brazões de differentes abbades geraes da ordem de S. Bernardo, tendo por cima uma corôa e uma estrella, encimadas por um M, e com uma fita entrelaçada, na qual se lê: *Quem te tivera por guia*. O *M* é allusivo á Virgem Maria. A fonte estava primeiramente no meio da casa formada por este edificio gothico, mas depois os frades mudaram-n'a para junto da parede, de sorte que das 4 faces ornamentadas que tinha o tanque, duas ficaram perdidas. Seguimos n'esta descripção os *Monumentos de Portugal*, de Vilhena Barbosa.

Alcobaça *(Mosteiro de Santa Maria de)*. Contam as chronicas da ordem de S. Bernardo, que D. Affonso Henriques, pensando na conquista de Santarem e de Lisboa, sahira de Coimbra com os seus exercitos, e parára no alto da serra d'Albardos, ou Alvados, n'um sitio chamado *Arrimal*, e alli fizera um voto a S. Bernardo, de lhe fazer doação de *todas as terras que avistava d'aquelles montes, aguas vertentes do mar*. N'aquelle sitio ainda se vê um arco de pedra com uma inscripção apropriada, que se julga ser obra dos mesmos frades. Os povos visinhos chamam áquelle arco o *Arco da Memoria*. A primeira pedra foi lançada na capella-mór da egreja em 2 de fevereiro de 1148. No fim de 40 annos, já no reinado de D. Sancho I, apenas estava concluida a parte principal da egreja. O mosteiro só se completou em 1222, no tempo de D. Affonso II, neto do fundador, tomando posse a 6 de agosto de 1223 os monges de S. Bernardo, que deixaram o conventinho de Santa Maria a Velha, onde D. Affonso Henriques os tinha provisoriamente estabelecido, dando por seu primeiro abbade o monge Ranulpho, enviado de França pelo proprio S. Bernardo. Aquelle extincto convento é um repositorio curioso e importantissimo de memorias historicas. Em 1195, estando as obras ainda muito atrazadas, as phalanges do imperador de Marrocos, Aben-Yacoub, invadiram o recinto, afugentando os operarios e matando muitos monges de Santa Maria a Velha. Todos os monarchas, desde a fundação do mosteiro, o teem enriquecido com muitas dadivas valiosas, dando-lhe a maior grandeza e magestade, augmentando-lhe os privilegios e as mercês. Muitos homens distinctos por nascimento e por seus brilhantes feitos d'armas alli se recolheram, abandonando honras e riquezas para envergarem a cogula monastica, ou repousarem eternamente sob aquellas venerandas abobadas. E' importante a lista dos frades d'Alcobaça que honraram com os seus escriptos a litteratura portugueza; n'ella se encontram os nomes dos chronistas-móres do reino fr. Ber-

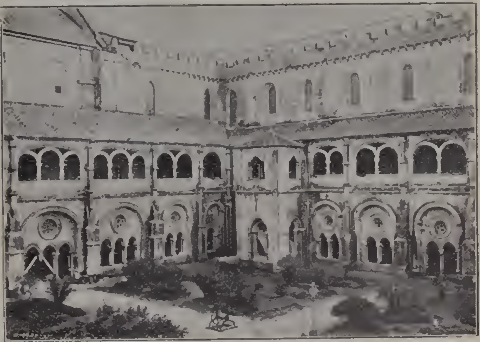

Claustro de D. Diniz

nardo de Brito, fr. Antonio e fr. Francisco Brandão, fr. Raphael de Jesus e fr. Manuel dos Santos. Os primeiros estudos publicos no reino fôram iniciados pelos monges d'Alcobaça a 11 de janeiro de 1269, no reinado de D. Affonso III. Mais tarde, quando D. Diniz creou a Universidade em Lisboa, os monges auxiliaram muito aquelle patriotico emprehendimento, tanto em conselhos como em livros e meios pecuniarios para gratificação dos primeiros lentes. Os privilegios de que o mosteiro gozava eram numerosos. Tinha jurisdicção civil e criminal, chamada *mero e mixto*, em 14 villas, e depois em 13, com os seus termos. Os abbades vieram a perder algumas das regalias, no decorrer dos annos, mas D. João IV, desejando captar a benevolencia do clero e mostrar-se liberal para com a Egreja, contando assim abrandar as iras de Roma e conseguir o seu reconhecimento pelo papa, restituiu e confirmou todas as doações, privilegios e isenções concedidas por D. Affonso Henriques. Os abbades vestiam habitos prelaticios e celebravam de pontifical como todos os prelados das ordens monasticas, porém, na jerarchia ecclesiastica tinham o primeiro logar depois dos bispos. Exerciam na côrte os cargos de esmoler-mór e do conselho d'el-rei. Eram capitães-móres dos coutos d'Alcobaça, que comprehendiam as 13 villas e seus termos. Fôram tambem fronteiros-móres, e, n'essa qualidade e como donatarios, auxiliavam o monarcha contra os inimigos do paiz, levantando e mantendo tropas, e até acompanhando-o nas lides guerreiras. Os seus rendimentos provinham de muitas quintas, terras e foros que o mosteiro possuia, e principalmente dos dizimos de todos os productos agricolas, que os lavradores recolhiam em todo o territorio dos coutos d'Alcobaça, e dos dizimos do peixe que se pescava em grande abundancia, nos tres portos dos mesmos coutos: S. Martinho, Pederneira e Salir. Os frades praticavam muitas obras de caridade; no convento dava-se hospedagem franca e gratuita a todos que pediam agazalho, fôsse qual fôsse a sua condição, e os pobres iam todos os dias á portaria buscar comida e esmolas. Fôram seus abbades commendatarios os cardeaes infantes D. Affonso e D. Henrique, filhos d'el-rei D. Manuel, D. Fernando, filho de D. Filippe III, de Castella, e o cardeal D. Jorge da Costa, mais conhecido pelo nome de *cardeal d'Alpedrinha*. A egreja é consagrada a N. S.ª d'Assumpção, mas vulgarmente é chamada *Santa Maria d'Alcobaça*. Levanta-se ao meio do mosteiro. Tem um espaçoso adro lageado, de 22 metros de comprimento e 26 de largura, ficando muito superior ao pavimento da praça que se estende deante da fachada geral do edificio. A entrada é por uma só porta, formada de arcos ogivaes, e dos lados uns nichos com as estatuas de S. Bento e S. Bernardo, esculpidas em marmore de Carrara. Os nichos ficam entre 4 pilastras, sobre as quaes assenta uma varanda decorada com 4 grandes estatuas de marmore, representando as virtudes cardeaes. A fachada para cima da varanda compõe-se de dois corpos. No primeiro abrem-se tres janellas entre 4 columnas, sendo a do centro de fórma circular, e as dos lados rasgadas, com a volta redonda, e formada de dois arcos. O segundo corpo consta das duas torres e de um nicho com a imagem de N. S.ª em marmore. A frontaria da egreja é grandiosa; na sua architectura entram diversos estylos, devido ás reconstrucções feitas em diversas epocas, tanto pelos monarchas como pelos frades. O corpo da egreja divide-se em tres naves por duas ordens de arcos assentes sobre 24 pilares, o arco cruzeiro em duas, por 7 arcos sobre 6 pilares. A capella mór é um semicirculo formado de 9 arcos sustentado por 8 columnas, tendo no centro o altar-mór, e por detraz dos 9 arcos um corredor tambem semi-circular, em que se abrem outros 9 arcos, 7 dos quaes são capellas, e dois dão serventia á sacristia e para o

Vista geral do convento

interior do mosteiro. Chamava-se então a esta fabrica a *Charola*. Era um documento authentico de antiguidade para as egrejas que as possuiam. Na sé de Lisboa tambem se dava este nome ás capellas conhecidas pelo nome de affonsinas, instituição de D. Affonso IV, collocadas nos claustros. O 1.º templo que teve *Charola* foi a basilica de Santa *Sophia*, de Constantinopla, fundada pelo imperador Constantino. As 3 naves do corpo da egreja, as 2 do arco cruzeiro e a capella-mór são todas da mesma altura. As capellas da *Charola* são mais baixas. Na segunda nave do arco cruzeiro está o pantheon real, onde se vêem tumulos de differentes tamanhos e com diversos lavores. Estão ali sepultados D. Pedro I, as rainhas D. Urraca, D. Beatriz, e D. Ignez de Castro, alguns infantes e infantas, e na capella-mór D. Fr. Pedro Affonso, irmão natural de D. Affonso Henriques D. Affonso II, D. Affonso III estão em caixões ao lado da capella de S. Bernardo. Os tumulos reaes são as obras d'arte mais dignas de toda a attenção que ha no templo, sobresahindo os de D. Pedro I e de D. Ignez de Castro. São ambos de marmore branco, e ornamentados por todos os lados de decorações architectonicas de invenção variada e phantasiosa, conforme o estylo gothico, de muitos quadros de meio relevo, de assumptos religiosos, de figuras de santos mettidas em nichos, e de diversos lavores ornamentaes. Assenta-se cada um dos tumulos sobre 6 leões, tendo deitada sobre a tampa a estatua do cadaver que encerra. D. Sebastião, em 1569, fugindo á grande peste se que desenvolvera em Lisboa, esteve em Alcobaça, e mandou abrir os tumulos deD. Affonso II, D. Affonso III, e das rainhas D. Urraca e D. Beatriz. O tumulo de D. Ignez de Castro não poude ser aberto, por mostrar grande difficuldade. Em 1704, houve a segunda tentativa para satisfazer os desejos do archiduque Carlos d'Austria, que desejava vêr o cadaver de D. Ignez. Procedeu-se tambem a todas as diligencias para se abrir o tumulo, e nada se conseguiu, pelo receio de se damnificar, o monumento. Deu-se terceira tentativa, em 1810, na invasão de Massena; os francezes brutalmente lograram abrir os tumulos de D. Pedro e de D. Ignez, commettendo aquelle desacato na esperança de encontrarem objectos preciosos, partindo primorosas esculpturas e espalhando os ossos pela egreja. Na capella-mór vêem-se pinturas de brutesco de ouro. As paredes junto ao cruzeiro e os vãos por cima entre os 9 arcos que a separam da *Charola*, são decorados com obra de talha dourada e bronzeada de bastante primor, grandes paineis com moldura de talha dourada, as imagens em vulto de N. S.ª e de S. Gabriel, allusivos ao mysterio da Encarnação. A sacristia foi tambem reedificada por D. Manuel; o architecto João de Castilho fez o risco; os trabalhos começaram em 1519, mas só acabaram, no reinado de D. João III. Está situada por detraz da capella-mór, communicando com a *Charola* por um formoso portal. E' este magnifico portal a parte mais notavel que attrahe logo a attenção do visitante, ao entrar por este lado. A abobada é toda de laçaria de pedra com os florões dourados; a casa, grande e bem construida, tem 28 metros de comprimento e 8 de largura. Ao fundo ha uma capella de fórma oitavada. Constituem o portico duas columnas figurando arvores. Os fustes representam os troncos principaes, não inteiramente despidos, mas ornados a espaços com os seus lavores, fingindo rebentões. Nos lados vêem-se as raizes, sahindo d'elles para o solo. Logo acima dos capiteis, formados de folhas das mesmas arvores, dividem-se os troncos em muitas ramificações, com graciosa e recortada folhagem, entrelaçando-se, e coroando a porta com a mais formosa ornamentação. Todo o portal é de cantaria, sendo a esculptura muito delicada e de muito primor. Na cerca, quasi contigua á sacristia, está a capella da S.ª do Desterro, instituida por um frade do mosteiro, fr. João Paim, que a dotou com muitas rendas para se manter o culto divino e a conservação do edificio. Parece que a construcção se fez no seculo XVII ou principio do seculo XVIII. N'esta capella esteve depositado o corpo de Santa Constança, que veiu de Roma, dentro de um rico caixão, por diligencias de fr. João Paim. No outro lado da sacristia está a capella do Presepio. A fachada geral do edificio tem 221 metros de comprimento, e deita para uma praça; a outra frente do mosteiro fica sobre a estrada real, que conduz ao Porto. Esta frente é

Frontaria do mosteiro

muito extensa e mais alta que a principal, em consequencia do declive do terreno. Os dois corpos do convento que flanqueam a egreja, são eguaes em architectura. Estas fachadas fôram reedificadas nos seculos XVII e XVIII. A *portaria* ou entrada principal abre-se debaixo d'uma arcada de 5 arcos, correspondente a outra arcada egual, em que terminava o corpo da frontaria do mosteiro do lado de leste. O mosteiro tem 7 dormitorios, o edificio das hospedarias do noviciado, 5 claustros (V. *Claustros do mosteiro d'Alcobaça).* 7 capellas, casa do capitulo, casa da livraria (V. *Bibliotheca d'Alcobaça),* e muitas outras officinas. Um dos dormitorios foi construido por el-rei D. Affonso Henriques, e tem tido diversas reformas; outro pelo cardeal rei D. Henrique, outro por D. Affonso VI, assim como o das enfermarias; os tres restantes fôram feitos á custa dos frades. As hospedarias fôram edificadas e reconstruidas em differentes epocas, ora por impulso real, ora por iniciativa dos abbades. E' um edificio de boa construcção, contendo uma capella, muitas salas e quartos, outr'ora adornados com magnificencia relativamente aos tempos, sobretudo a *sala dos reis,* que é toda de marmore, e ornamentada com os retratos de todos os reis portuguezes até D. Maria I. Era no edificio das hospedarias que se aposentavam os soberanos, principes e pessoas notaveis que visitavam o mosteiro no tempo dos frades. O noviciado tinha dois grandes dormitorios, excellente capella e todas as mais officinas precisas, construidas com bastante largueza e solidez. A casa do capitulo é grande, de pouca altura e de pouca luz. A cozinha é uma das melhores officinas do edificio; tem 31 metros de comprimento e 14 d'altura. E' atravessada ao centro por um rio, braço do *Alcôa* ou *Chiqueda.* No tempo dos frades era lavada, depois do jantar, fazendo com que o rio entrasse, correndo sobre todo o pavimento, que é lageado. Depois ia encher ou refrescar a agua dos grandes reservatorios, em que se conservava grande quantidade de peixes de variadas especies. A cheminé é de fórma pyramidal; eleva-se a grande altura, e descança sobre 8 grossas columnas de ferro. Entre estas columnas havia um engenho em que se podia assar um boi inteiro. Na *sala dos reis* um enorme caldeirão, objecto muito apreciavel; é de cobre, e foi tomado aos castelhanos, juntamente com outros dois mais pequenos, entre os despojos da batalha d'Aljubarrota, sendo offerecidos ao mosteiro por D. Nuno Alvares Pereira. Segundo a tradição, fazia-se ali comida para 300 soldados de cada vez, no acampamento castelhano. Adega era tambem colossal, e n'ella se recolhiam 700 pipas de vinho; o celleiro servia de deposito a todos os cereaes que os frades recebiam das suas quintas, dos seus foreiros, e sobretudo do dizimo. Sahindo os frades do convento, por serem abolidas as ordens monasticas, a egreja foi despojada de muitos quadros de valor, perdendo-se muitos d'elles, e vindo outros para Lisboa por ordem do governo no intuito de se fundar uma galeria de pintura, que se levou a effeito na Academia Real das Bellas Artes. Na sacristia tambem se guardavam valiosas preciosidades, vasos sagrados muitissimo ricos, extraviando-se alguns, depois de 1834, e vindo outros tambem para Lisboa por ordem do governo, para fazerem parte das collecções d'arte ornamental do Museu Nacional das Bellas Artes. Entre aquellas preciosidades contam-se 4 mais notaveis: 2 calices de prata dourada, obra do seculo XII. Um d'elles, com 0,m21 de altura, tem o nó espherico e coberto de filigrana e de pedras. Foi doado á egreja d'Alcobaça pela rainha D. Dulce, mulher de D. Sancho I, conforme refere uma inscripção, que tem gravada; a custodia é de prata dourada, com base, nó e cupola, em fórma de tabernaculo. Lê-se na base esta inscripção: *Esta copa mandou fazer Dom Frey Joam Dornelas, Abbade de Alcobaça, era de mil quatrocentos e quatro.* Tem a mesma base 3 escudos, cada um com 3 flôres de liz. A altura d'esta custodia é de 0,m92. Observando-se esta peça, reconhece-se que foi reformada e accrescentada no seculo XVI; a cruz processional é tambem de prata dourada, com 1,m24 de altura. Tem 4 extremidades terminadas em flôr de liz, guarnecidas de rendilhados de estylo gothico. Na face principal tem em meio relevo, a imagem de Christo, sentado e cercado de anjos e dos emblemas dos evangelistas. Serve-lhe de base um corpo, imitando um edificio de architectura gothica, com porticos vasados e rendilhados, e divididos por gigantes com seus coruchéus, e 6 nichos com baldaquinos, a que faltam as respectivas estatuas. E' obra do seculo XV. Estas peças figuraram na exposição d'arte ornamental hispano-portugueza, que se realisou em 1881, no Museu Kensington. A egreja conservou-se fe-

Pórtaria do convento

chada por algum tempo, voltando mais tarde outra vez ao culto divino. Em 1884 celebraram-se com todo o esplendor as festas da semana santa, indo de Lisboa os musicos e os cantores. A grande cerca do convento foi vendida pelo Estado, e é hoje propriedade particular. D. Maria II mandou

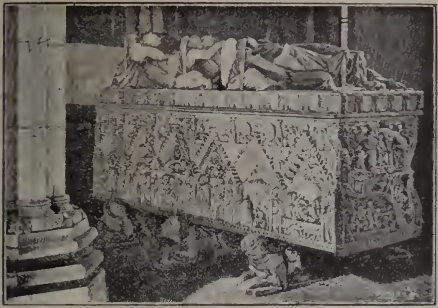

Tumulo de D. Ignez de Castro

conservar o mosteiro como monumento historico, porém apenas se tratou de evitar a continuação do vandalismo que principiara pelos francezes em 1810, lançando fogo á ala leste da fachada principal, que ardeu toda, menos as 4 janellas contiguas ao frontispicio da egreja. Em 1881, n'uma grande tempestade, cahiu um raio sobre uma das torres, causando-lhe sensiveis estragos. V. sobre Alcobaça além das obras já referidas, as do M. Vieira Natividade: *O mosteiro d'Alcobaça* e *Grutas d'Alcobaça,* notas de archeologia

Alcobaça *(Os codices de).* Como deixámos dito acima ácerca da bibliotheca do mosteiro de Alcobaça, esta importante collecção, muito notavel pelo grande numero de volumes e obras n'ella conservadas, é constituida por 454 manuscriptos, tendo quasi todos as letras iniciaes, e, ainda mesmo as capitaes, illuminadas. Seria difficil descrevêl-os, capazmente, e isso pelo seu avultado numero; basta notar que alcançam do seculo XI até ao XVIII os que se guardam na Bibliotheca Nacional de Lisboa. Pelo lado artistico os mais notaveis d'esses manuscriptos, são: Do seculo XI um manuscripto, cujos caracteres são gothicos. As suas illuminuras são simples. Devéras notavel porque é inquestionavelmente o manuscripto mais antigo que possuem as bibliothecas portuguezas. Do seculo XII vêem-se na collecção 32 codices dos quaes só os n.ºs 158, 167, 333, 336 e 52 do respectivo catalogo, são mais illuminados e este ultimo tem uma miniatura; é uma copia do Mestre das Sentenças, de Pedro Lombardo. Do seculo XIII, ha setenta e dois codices e d'elles são dignos de nota, simplesmeute pela profusão de letras capitaes illuminadas, os n.ºs 249 e 255. Os n.ºs 159 e 251 são notaveis porque tem letras capitaes a verde sobre azul; o n.º 252 tem as capitaes sobre oiro bem como o n.º 158. O n.º 256 tem as letras fingindo plumas e conchas. O n.º 259 tem algumas iniciaes e outras cortadas a canivete por mão indigna. O n.º 261 tem magnifica letra sobre esplendido pergaminho, a primeira pagina é emmoldurada graciosamente e começa por um lindo *M.* Os n.ºs 341, 342 e 343 são dignos de se vêrem. O n.º 267 é caracteristicamente illuminado, com duas letras iniciaes muito formosas. No n.º 553 ha uma miniatura que, comquanto grosseira, é notavel. O n.º 351 tem as capitaes a azul. O n.º 348 tem um grande *M* inicial a azul e verde e cujo desenho é muito caracteristico. No n.º 347 a letra inicial é um *S* vistosamente illuminado. Teem letras illuminadas, tambem, os n.ºs 411, 413, 396, 418. São bastantes formosas as iniciaes do n.º 420, as quaes assentam em fundo vermelho, e muito bem ornamentadas. No n.º 419 ha iniciaes a claro-escuro em fundo verde. Os n.ºs 405 e 402 tem as iniciaes a azul, contornadas a preto, muito curiosas. São douradas as iniciaes do n.º 399, e as do 414 finamente illuminadas. O n.º 410 tem as letras a côres muito vivas e são extraordinarias, com um cunho especial. Artisticamente ainda se pódem indicar como merecendo apreço os n.ºs 343, 342, 341, 157, 152, 266, e 415 da preciosa collecção alcobacense. *A Biblia de Aljubarrota:* tem aqui logar citar uma preciosidade que se guarda junto d'esta collecção. E' uma biblia que se diz ganha por D. João I aos castelhanos. Este manuscripto foi entregue ao mos-

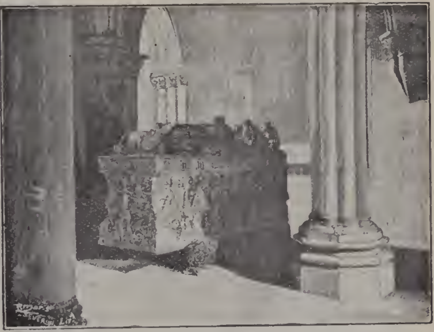

Tumulo de D. Pedro I

teiro de Alcobaça pelo condestavel D. Nun'Alvares; no principio lê-se: «*Biblia ganhada na batalha de Aljubarrota que el-Rey Dom João o primeiro da gloriosa memoria a qual era do proprio Rey de Castella foy ganhada dentro na sua propria tenda como consta de sua memoria que*

está no fim d'este proprio livro.» Tem grossa ferragem e as capas são chapeadas com pequenos escudos de Leão e Castella, mal postos. A encadernação parece do seculo XVII. Os escudetes pertenceriam a algum cofre. Na memoria, que está no fim, faz-se a declaração do espolio da batalha, sendo escripta decerto no seculo XVII; a

Capella de Nossa Senhora do Desterro, no mosteiro de Alcobaça

letra é muito variada. Póde ser copia da antiga memoria; o trabalho parece francez. E' uma verdadeira preciosidade historica como tantas outras que possuimos e que mal se conhecem. Do seculo XIV, os codices respectivos constituem uma enorme collecção, relativamente, e não inferior á do seculo XIII, pois que tem setenta volumes; porém, é menor o numero dos que merecem referencia pelo seu valor artistico. O mais notavel dos codices d'este seculo, existente n'esta collecção, é o n.º 205, um *Novo* e *Velho Testamento,* em magnifico e alvissimo pergaminho de extrema finura. Deliciosamente illuminado, com delicadas letras miniaturadas, é escripto a duas columnas com caracteres bem traçados. Igualmente o n.º 383. O n.º 376 tem vestigios de boas miniaturas. Os n.ºs 260 e 443 são notaveis pela grandeza das letras iniciaes illuminadas a côres muito vivas. O n.º 361 tem na primeira folha um *M* que occupa toda a pagina e que é muito ornamental e colorido com tintas brilhantes. O n.º 438 é um *Psalterio* escripto em caracteres monumentaes; parecem letras de cartaz. São illuminados muito simplesmente os n.ºs 430, 437 e 375. Do seculo XV, são vinte e tres os codices. Distingue-se entre elles o n.º 78 cujas capitaes são illuminadas sobre oiro. Egualmente o n.º 73. O n.º 65 tem frontispicio illuminado. O n.º 278 é deveras pobre. Completa decadencia artistica. Do seculo XVI, são poucos os manuscriptos; digno de attenção só ha um. E' um breviario em formato oitavo, em pergaminho muito fino. As suas illuminuras são delicadas. Bem encadernado e dourado por folhas. Tem o n.º 83. Dos seculos XVII e XVIII, a maioria dos manuscriptos são em papel. Nada offerecem de notavel. Nenhum d'elles é illuminado nem enriquecido com o mais simples desenho. Do exame d'estes manuscriptos concluem alguns auctores que, visto certos codices accusarem factura posterior áquella que a calligraphia usada nos mostra, parece que os religiosos d'Alcobaça tiveram uma escola de imitação da escripta antiga. Um d'esses muitos imitadores seria um tal João *peccator,* de que se falla n'alguns manuscriptos. Muitas das illuminuras são trabalho de portuguezes, como frei Nicolau, etc. A'cerca d'estes manuscriptos veja-se a *Memoria sobre os codices manuscriptos e cartorio do real mosteiro de Alcobaça, nas Memorias* da Academia Real das Sciencias, tomo V.

Alcobaça *(Jornaes de).* Tem-se publicado os seguintes: *Alcobaça (De),* 26, maio, 1891 a 31 dezembro, 1896; *Alcobacense,* 30, maio, 1874, em publicação, irregular (primeiro jornal publicado n'esta villa); *Correio de Alcobaça,* 5, maio, 1889, a abril, 1890; *Noticias de Alcobaça,* 15, junho, 1899, em publicação; *Perfis,* 1890, de que sairam 4 numeros; *Semana Alcobacense,* 3, maio 1890, em publicação.

Alcobella de Baixo e de Cima. Povª. da freg. de S. Lourenço da Arranhó, conc. d'Arruda dos Vinhos.

Alcobertas. Pov. e freg. da prov. da Estremadura, conc. de Rio Maior, com. e distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa. 1:213 alm. e 218 fog. A pov. dista 10 k. da séde do conc. Orago S. Maria Magdalena. || Serra da prov. da Estremadura, situada proximo de Alcanede. Tem uma gruta muito vasta, com bellas stalactites e stalagmites. || Ribeira affluente do Rio Maior. Tem 25 k. de curso e nasce proximo de Alcanede.

Alcobia *(Francisco José).* Cantor muito notavel; n. em 1785 na freg. de S. Miguel em Ferreira do Zezere, e f. a 17 d'agosto de 1847. Era filho de Manuel Alcobia e de Gertrudes Maria. Foi afilhado e muito protegido da condessa de Lumiares, D. Maria da Cunha, em cujo palacio viveu sempre desde a edade de 7 annos. Recebeu educação litteraria e musical no seminario d'Ajuda, sendo depois cantor da Patriarchal. Era muito considerado na alta aristocracia, concorrendo sempre aos saraus que então se davam frequentemente em Lisboa, abrilhantando aquellas festas fidalgas com a sua magnifica voz, cuja robustez e extensão lhe permittiam cantar indifferentemente de barytono ou de tenor. Além do ordenado de 600$000 réis annuaes como cantor da Patriarchal, Alcobia ganhava 4 ou 5 peças d'ouro por cada sarau a que era convidado, e 1 ou 2 peças por qualquer insignificante festividade religiosa. Durante a guerra peninsular o ordenado de cantor da Patriarchal desceu muitissimo, pelas reducções enormes que soffreram todos os empregados civis do estado, e em 1810 estava reduzido sómente a 10$000 reis por mez. No anno de 1833 tornou outra vez a elevar-se a 32$500 réis mensaes. Na serenata magnifica que D. Miguel deu no palacio das Necessidades, em setem-

bro de 1828, Alcobia foi tambem convidado para cantar, o que lhe valeu ser agraciado com a medalha da *Real Efigie*, que o governo do partido absolutista creara para condecorar os seus bons servidores.

Alcobia. Pov. na freg. de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr de Castello Branco.

Alcobias das Casas Novas. Quinta na freg. dos Olivaes.

Alcochete *(Bernardo Daupias, 1.º barão e 1.º visconde de).* Do conselho de S. M. commendador da ordem de Christo, cavalleiro de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa, official da ordem da Legião de Honra de França, conselheiro de Legação, com exercicio na legação portugueza em Paris e consul geral aposentado. N. em Lisboa, a 9 de novembro de 1782; era filho de Gabriel João Lourenço Daupiás, negociante, natural de Tolosa, e de D. Francisca Julia Ratton Clamouse; seu pae veiu estabelecer-se em Lisboa, onde falleceu em 1784. Sua mãe era filha e herdeira de Jacome Ratton, 1.º senhor do praso da Barroca d'Alva, fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo. Barroca d'Alva é uma propriedade importantisssima proximo d'Alcochete, hoje pertencente ao abastado lavrador sr. José Maria dos Santos, que a comprou em novembro do 1876. Jacome Ratton nascera em França e viera para Portugal com seus paes; naturalisara-se cidadão portuguez, por Carta de 7 de maio de 1762 e fôra feito fidalgo cavalleiro da Casa Real, pelo alvará de 14 de novembro de 1802, *em consideração a haver introduzido no reino o importante methodo de cardar e fiar o algodão por mechanismos movidos por agua.* Foi elle, com seu pae, Jacques Ratton, assim como os francezes Gabriel Lacroix e Noel Lemaitre, os primeiros industriaes que estabeleceram em Portugal fabricas de fiação, de meias de estambre e de caixas de papelão envernisadas. (V. *Jacome Ratton).* Bernardo Daupiás casou a 11 de novembro de 1811 com D. Maria Victoria Laurent, filha de Estevam Thibaut Laurent, negociante francez. O titulo de barão foi concedido em duas vidas, por decreto de 25 e Carta de 28 de maio de 1836, o de visconde, em uma vida, por decreto de 18 de fevereiro de 1852. Em alvará de 16 de março de 1787 foi concedido a Jacques Ratton o brazão que se vê ainda hoje no antigo palacio dos viscondes d'Alcochete, sito na rua Formosa; consiste n'um escudo azul com um mar de prata passante da ponta do escudo, sobre o qual está um atum da sua propria côr, e um chefe tambem de prata, carregado de um rato passante, tambem da sua côr.

Brazão dos viscondes d'Alcochete

Alcochete *(Jacome Leão Daupias, 2.º visconde de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real por successão a seus maiores, commendador da ordem de Christo, addido honorario da legação em Paris. N. em Paris a 7 de fevereiro de 1813. Era filho do 1.º barão e 1.º visconde d'Alcochete. Casou a 16 de junho de 1834, com D. Emilia Julia Ratton Daupias, sua prima, filha unica e herdeira de Diogo Ratton Clamouse, fidalgo cavalleiro da Casa Real por successão a seus maiores, senhor do praso da Barroca d'Alva, e de sua mulher, D. Julia Francisca Daupias. Tendo enviuvado, o visconde d'Alcochete passou a segundas nupcias, a 19 de junho de 1875, com D. Carolina Josephina Ratton de Bourgon, sua prima, viuva do general de divisão, Francisco Martinho de Bourgon, grande official da Legião de Honra, de França. O titulo de 2.º barão foi concedido por decreto de 17 de janeiro e Carta de 19 de junho de 1840. Foi depois elevado a visconde.

Alcochete. Esta deliciosa e encantadora villa ribatejense fica situada na margem esquerda do Tejo em frente de Braço de Prata, distando 15 k. de Lisboa. E' séde de conc., com. d'Aldeia Gallega, distr. e patriarc. de Lisboa; 5:376 alm., 929 fog. O conc. occupa uma area de 9.670 k.; o terreno é alternadamente siliciosa e argiloso, sendo, comtudo, muito fertil em todo o ramo da agricultura. Pertence á 1.ª div. militar, ficando a 8 k. da villa situado o *campo de tiro* para exercicios de todas as armas, o qual deverá ser inaugurado brevemente. Tem um clima muito ameno, tanto no verão como no inverno. Possue duas desafrontadas praias de banhos, ficando a villa ao centro d'ellas, formando na sua frente, ao rio Tejo, uma especie de bahia. Apresenta um lindo panorama,

Fachada principal do extincto Convento de S. Francisco

avistando-se das praias, muito distinctamente, o castello da Pena e dos Moiros em Cintra, e toda a margem direita do Tejo desde a barra até Santarem. O conc. comprehende duas freg.ª: S. João Baptista e S. Braz de Samouco, com 6.332 alm.

Santa Casa da Misericordia

A villa é muito antiga, foi fundada pelos arabes no anno de 850 antes da era de Christo; esteve em poder dos moiros, vandalos, suevos, etc. Só adquiriu o nome de villa importante no reinado de D. João II, este monarcha consagrava-lhe grande affeição, e a côrte, por vezes, na epoca calmosa, estabelecia ali a sua residencia. O infante D. Fernando, duque de Vizeu, irmão de D. Affonso V, reedificou a villa, quando era grão-mestre da ordem de S. Thiago, ordem a que a villa pertencia na qualidade de commenda; contribuiu muito para a sua prosperidade, quer residindo, quer incitando muitos fidalgos a edificarem ali os seus palacios. Foi em Alcochete que nasceu el-rei D. Manuel a 31 de maio de 1469. Este monarcha dispensou sempre muitos beneficios e regalias á terra que lhe foi berço, dando-lhe novo foral a 17 de janeiro de 1515, assente nas bases dos que anteriormente lhe fôram dados por el-rei D. Fernando e pelos mouros. O palacio onde nasceu aquelle soberano, já hoje não existe; o terremoto de 1755 derruiu-o completamente; só ficaram de pé a capella e algumas dependencias, que depois de reparadas fôram transformadas na actual Misericordia. Esta santa casa sustenta um pequeno hospital contiguo á ermida de N. S.ª da Vida, fundado por D. Affonso Garcia e sua mulher, que jazem sepultados na capella-mór da mesma egreja. A matriz foi antiga mesquita dos moiros, como se vê por varias inscripções moiriscas, e D. Manuel reconstruiu-a. Alcochete era solar de muitas familias nobres, contando-se entre ellas a dos Patos, Encerrabodes, Cunhas, Pereiras, Pregos, Soydos, etc. A casa dos Pregos era representada pelos barões de Samora Correia, e a de Soydos pelo sr. D. Antonio Luiz Pereira Coutinho. Tem-se conservado apenas o palacio dos Patos, que é hoje propriedade da familia do sr. commendador Estevam d'Oliveira, importante lavrador do concelho, e o dos marquezes de Soydos. A 3 k. da villa ha a aldeia de S. Francisco, onde existiu um convento de frades recoletos da provincia dos Algarves (justiça ecclesiastica); sendo o convento de N. S.ª do Soccorro, fundado por fr. Gaspar de Cuba; hoje vê-se apenas a fachada principal, onde se observam alguns quadros religiosos em fino azulejo. Na distancia de 8 k. fica a importantissima propriedade da Barroca d'Alva, hoje pertencente ao abastado lavrador do concelho, o sr. José Maria dos Santos, que a comprou em novembro de 1876. Esta propriedade era dos viscondes d'Alcochete, descendentes de Jacome Ratton, grande industrial francez, que viera com seu pae, Jacques Ratton, viver para Portugal; aqui estabeleceu algumas fabricas de tecidos de lã, e se naturalisou portuguez *(V. Ratton)*. Junto ao limite do concelho, fica a vastissima propriedade *Marinha nova da Bomba*, pertencente á sr.ª baroneza de Samora Correia, viuva do chorado filho d'Alcochete, o barão de Samora Correia, que deixou a terça parte da sua fortuna á Santa Casa da Misericordia, com a condição de fundar

Ermida de N. S.ª da Conceição dos Mattos

e manter um asylo para pobres de ambos os sexos, velhos e impossibilitados de trabalhar. O asylo deve em breve começar a funccionar, e terá o nome: *Asylo do Barão de Samora Correia*. Alcochete tem est. telegr. e post. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. S., Moita; uma associação de soccorros mutuos, para acudir aos enfermos e suavisar

quanto possivel a sorte dos pobres desvalidos; theatro a cargo da Sociedade Musical e Recreio 15 de Janeiro, que data da restauração do conc. em 1898; edificações e chalets de moderna construcção, e espera-se a breve inauguração de dois bairros novos cortados por duas bellas avenidas e varias ruas amplas, segundo as modernas exigencias hygienicas; tem duas escolas, uma para o sexo masculino, outra para o sexo feminino; a do sexo masculino funcciona n'um edificio mandado construir pelo conde de Ferreira em 24 d'agosto de 1866 no largo do Rocio da villa, junto ao Tejo; a outra escola é situada no largo de D. João d'Alarcão. Além da Misericordia, Alcochete tem a egreja parochial S. João Baptista, (matriz, em que já fallámos), N. S.ª da Vida, S. Antonio da Ussa, N. S.ª da Conceição dos Mattos, S. Sebastião, na quinta do Val Bom. As aguas que se encontram na villa são todas magnificas e potaveis; em geral são fornecidas pela fonte existente no largo de S. João e dos poços d'alguns particulares que a vendem por preço diminuto e ao alcance de todas as bolsas. As aguas de Valle de Figueira e das Hortas fôram analysadas e reconheceu-se que teem ambas chloretos de sodio e potassio, sulfatos de calcio e potassio, saes magnesianos, e vestigios de silica e alumina. São aguas magnificas para o abastecimento da villa, sobresahindo a das Hortas, propriedade do sr. Manuel Gomes da Costa, a qual além de ser potavel, é medicinal, bicarbonatada, e devido á presença do chloreto de sodio em larga escala e do peroxydo de ferro se torna estomacal, sendo grande o numero de pessoas doentes do estomago que se teem curado com o seu uso. Os principaes ramos de commercio em Alcochete são: vinho, sal, fructas, cereaes, gados caprino, suino e algum cavallar. Todo o concelho é atravessado por bellas estradas de macadam, estando em communicação directa com os conc. d'Aldeia Gallega, Moita, Barreiro, Setubal, Alcacer do Sal, e em breve estará egualmente em communicação com os de Benavente e Salvaterra de Magos, quando estiver concluido o lanço da estrada real 16, comprehendido entre Alcochete e Samora Correia, agora em construcção. Antigamente possuia uma fabrica de phosphoros, que acabou, por occasião do monopolio dos phosphoros; tem algumas fabricas de fabrico d'azeite d'oliveira e distillação de aguardente, devendo em breve ter tambem uma fabrica de industria ceramica. Conta a tradição, que em 1323, no reinado d'el-rei D. Diniz, os pescadores apanharam n'uma praia entre Alcochete e Montalvão um enorme peixe a que chamaram *solho*, o qual pesava 17 arrobas; os pescadores fôram offerecel-o ao rei, e o soberano o mandou retratar n'um quadro, que se guardou na *Torre do Tombo* até 1755. O brazão d'Alcochete é em campo de prata as armas reaes do reinado de D. Manuel, circumdadas pelo collar da nobre ordem de S. Thiago. Foi ultimamente publicado e distribuido gratuitamente por todo o paiz um opusculo intitulado *O concelho d'Alcochete*, escripto pelo sr. E. A. R. da Costa, n'elle se descreve, ainda que rapidamente, a historica villa e o conc. d'Alcochete. A villa possuiu um jornal denominado *O Echo d'Alcochete*, de que era proprietario director o sr. João Baptista Nunes Junior, natural da villa, conceituado professsor d'instrucção primaria, e auctor d'um mappa de Portugal destinado ao ensino primario, adoptado nas nossas escolas. Acompanham estas linhas rapidas sobre Alcochete as gravuras da Santa Casa da Misericordia onde nasceu el-rei D. Manuel, do portico do extincto convento de S. Francisco a que já alludimos, da ermida da Conceição dos Mattos, onde jaz sepultado Tristão da Cunha, neto do grande navegador portuguez do mesmo nome, e do edificio do matadouro munucipal que é um dos melhores edificios no genero que possue o Ribatejo, tendo sido construido em 1884 pela camara municipal de Alcochete. A 4 k. d'Alcochete existe o logar d'Atalaya junto ao limite do concelho;

Matadouro municipal

Escola «Conde de Ferreira

n'esse logar está situada a egreja de N. S.ª da Atalaya, tão conhecida do povo de Lisboa e seus arredores, por n'aquelle logar se realisarem grandes festas á Virgem no ultimo domingo d'agosto. No logar e a pouca distancia da egreja existem 3 grandes cruzeiros de pedra, um pertencente ao concelho d'Aeochete, outro ao de Aldeia Gallega e outro ao extincto concelho de Palmella, hoje incorporado no de Setubal.

Alcoentre. Villa e freg. da prov. da Estremadura, conc. d'Azambuja, com. d'Alemquer, distr. e patriarc. de Lisboa. 1:874 alm. e 320 fog. Tem esc. do sexo masc., est. postal, com serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N. e R. A. L. A villa dista 10 k. da séde do conc. Orago N. S.ª Purificação. Foi fundada pelos moiros no anno de 970 de Christo no reinado de D. Ramiro III. Deu-lhe foral em Coimbra, D. Affonso I, em outubro de 1174, e D. Manuel, em Lisboa, a 26 de setembro de 1513. A 28 de junho de 1808 sahiram de Coimbra 16 estudantes com o intento de desalojar os francezes de Pombal e de Leiria. Perto de Leiria encontraram-se com 22 dragões do exercito francez, e travou-se renhida lucta, em que os estudantes ficaram victoriosos. Junot, sendo sabedor da derrota dos seus dragões, mandou de Lisboa, n'aquella direcção o general Mangeron com 2 batalhões, 4 companhias escolhidas, 6 boccas de fogo e 1 esquadrão de cavallaria. Chegando a Alcoentre a 4 de julho, encontrou esta força *o cirio d'Ameixoeira.* Mangeron mandou embuscar a sua cavallaria e infantaria por detraz d'um pinhal, e o cirio foi atacado barbaramente, sendo victimas muitas pessoas, até velhos, mulheres e creanças. Foi uma scena de canibalismo, como se deram muitas semelhantes na calamitosa epoca da invasão franceza. Esta villa pertenceu aos marquezes de Villa Real, que a venderam a Martim Affonso de Sousa, que mandou alli construir um palacio, e reedificou a torre; passou depois para a casa dos condes de Vimieiro, á qual era tributaria. Perto de Alcoentre existe um castello de fórma circular. Está situada a villa n'uma elevação e é banhada pelo rio do mesmo nome. E' palavra arabe, *al-canaitara* diminuitivo de *al-cantara,* e que quer dizer *ponte-pequena.* Tem Misericordia e hospital, ambos pobres; matriz, fundada em 1340 por Affonso Annes, de Alemquer, e uma praça, na qual está principiada ha mais de 230 annos a construcção d'uma egreja. Perto da villa existem as minas do palacio dos condes de Vimieiro que dizem estar feito pela fórma do castello de Diu. Os seus campos são ferteis em cereaes, fructas, vinho etc. Nasce aqui o rio Almoster, que se perde no valle de Azambuja. Fazem-se n'esta villa boas colchas brancas e tapetes. Era priorado apresentado pelas freiras de Villa do Conde.

Alcoentrinho. Pov. na freg. de Manique do Intendente, conc. d'Azambuja, distr. de Lisboa.

Alcofeiro. Pov. na freg. de Valle de Guizo, conc. d'Alcacer do Sal.

Alcoforado. Familia antiga portugueza, cujo brazão consiste n'um escudo xadrezado de prata azul com sete peças em pala e sete em facha: timbre, uma aguia xadrezada dos mesmos esmaltes, volante e armada de negro. O primeiro fidalgo que usou este nobre appellido foi Martim Pires Alcoforado.

Alcoforado *(Alexandre Lobo).* Escriptor contemporaneo, nat. de Beja. Tinha um caracter muito excentrico e pretendeu elevar-se, só pelos seus proprios recursos, a uma posição superior. N'esse intuito estabeleceu residencia em Paris, seguindo por algum tempo o curso de medicina. Não poude realisar o seu intento, a infelicidade perseguia-o, e regressou a Portugal. Morreu pobre e esquecido no hospital de S. José. Só nos ultimos momentos é que encontrou protecção desinteressada no distincto medico o sr. Dr. Eduardo da Motta, e no padre Antonio Rebello, que lhe fizeram o enterro. Escreveu o seguinte; *A lei e o clero na questão do casamento civil,* 1866; *O baptisado e a excommunhão,* 1865; e uma serie de artigos de critica ao poema *D. Jayme,* de Thomaz Ribeiro, que se publicaram em 1866, no jornal humoristico *O Duende.*

Alcoforado *(Antonio).* Moço fidalgo, que servia a casa do duque de Bragança, D. Jayme. Era filho de Affonso Pires Alcoforado. A duqueza de Bragança, D. Leonor, estimava-o muito e essa estima innocente foi causa d'uma sanguinolenta tragedia. A este respeito correm duas versões. A primeira é a seguinte: D. Jayme presenteou sua esposa com algumas joias, e a duqueza dera uma d'essas joias a uma das damas, com quem muito sympathisava. Esta dama entretinha amores com Antonio Alcoforado, offereceu-lhe a joia da rainha, e o gentil fidalgo collocou-a no chapéo. O duque D. Jayme viu-a, e cheio de ciume inquiriu a esposa a este respeito. D. Leonor respondeu que tinha as joias todas reunidas, e insistindo o duque, para que lh'as mostrasse, a duqueza recusou-se. D. Jayme, desesperado, mandou chamar o seu confessor Lopo Garcia, para ouvir de confissão Antonio Alcoforado, e em seguida mandou-o matar. D. Leonor morreu tambem ás mãos do proprio marido. (V. *Bragança, D. Leonor).* A outra versão altera sómente a narrativa n'um ponto; é que a rainha concedera em certa noite uma entrevista ao gentil moço fidalgo, promettendo fallar-lhe d'uma das janellas que deitavam para o jardim, onde se estavam fazendo obras. O duque, desconfiado de que o affecto de sua esposa por Alcoforado não fôsse simples estima, mandou vigial-o de dia e de noite. Apenas entrou no jardim o infeliz fidalgo, o duque recebeu aviso, e d'ahi resultou a terrivel tragedia.

Alcoforado *(Balthazar Vaz).* Prior de Beringel, no seculo XVIII, e irmão de Marianna Alcoforado (V. *este nome).* Tornou-se celebre pelas theses que defendera jovialmente em Coimbra, nas suas conclusões magnas. Formou-se em theologia. Tornou-se tambem muito conhecido pelos seus ditos alegres e engraçados.

Alcoforado *(Francisco).* Escudeiro do infante D. Henrique, filho d'el-rei D. João I. Escreveu: *Relação do descobrimento da ilha da Madeira.* «Esta obra citada por Barbosa, como inedita, diz Innocencio da Silva, reportando-se ao testemunho de D. Francisco Manuel de Mello, que affirma conservar *em seu poder o original como joia preciosa, vinda ás suas mãos por extraordinario caminho (Epanaph., p. 278),* foi traduzida em francez por um anonymo, e sahiu com o seguinte titulo: *Relation historique de la découverte de l'isle de Madère, traduite du portugais,* Paris, 1671. E sahiu tambem trasladada em inglez, com o titulo: *The first discovery of the island of Ma-*

deira. London, 1675.» Innocencio ainda dá noticia d'outra traducção ingleza, que existe no Museu Britannico, diversa da que já mencionámos com o titulo seguinte: *An historical Account of the Discovery of the Island of Madeira, abridged from the Portuguese original, To which is added an Account of the present state of the Island, in a Letters to a Friend.* London, 1750. Esta versão, apesar de anonyma, é attribuida ao dr. Johnson.

Alcoforado *(Francisco José d'Almeida).* Fidalgo portuguez, do fim do seculo XVIII.

Alcoforado *(Marianna).* Religiosa do convento da Conceição, em Beja, vulgarmente conhecida pela designação de *Uma religiosa portugueza.* Era filha de Francisco da Costa Alcoforado, que foi creado de Tristão da Cunha, o *Torto,* e casou em Beja, onde fôra por meirinho d'uma alçada, com Leonor Mendes, filha d'uma tendeira Maria Alves, por alcunha a *Maricota.* Francisco da Costa Alcoforado exerceu em Beja o cargo de executor do almoxarifado. D. Marianna Alcoforado, ou *Alcoforada,* como se dizia no tempo, nasceu n'aquella cidade, onde foi baptisada na egreja matriz de Santa Maria da Feira a 22 de abril de 1640, sendo seu padrinho D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira. Morreu em 28 de julho de 1723, tendo de edade 83 annos. A esta freira pertencem umas cartas d'amor dirigidas a um official francez, o capitão Chamilly, mas a authenticidade d'ellas foi posta em duvida por alguns escriptores, entre os quaes se contam Alexandre Herculano e Camillo Castello Branco. A tradição, transmittida desde 1810 no *Journal des savants* por Boissonade, diz que sim, outros que não, apostando que as cartas haviam sido escriptas por alguem como exploração litteraria. Varios dos nossos escriptores teem procurado mostrar a genuinidade das cartas, que, conhecidas a primeira vez pela edição que Claudio Barbin, livreiro de Paris, fez em 1669, teem sido traduzidas da versão franceza, e estudadas com minuciosidade, adduzindo-se razões, especialmente as do genio da lingua portugueza, que positivamente mostram terem sido originariamente escriptas n'ella. Em todo o caso a historia d'aquelles celebres amores é a seguinte: Em 1661, D. Marianna vira d'uma janella do convento, passar na rua, a cavallo, o capitão Chamilly, do regimento de Briquemant. Era um rapaz de 27 annos, muito distincto, valente, tendo entrado já em diversos combates, antes de vir a Portugal. Em 1668, parece que Chamilly, mais conhecido com o titulo de conde de Saint-Léger, tinha o posto de capitão n'um regimento de cavallaria, e fôra um dos officiaes que acompanharam a Portugal, 17 annos antes, o marechal de Schomberg. Marianna Alcoforado apaixonou-se pelo official francez, e diz-se que o recebera secretamente na sua cella, mas que Chamilly não correspondia áquelle amor louco, porque apenas sahia da cella, não pensava mais na sua apaixonada. Deu-se então a correspondencia amorosa, tão fallada. Quando a freira soube que a paz da França estava feita, escreveu uma carta ao capitão Chamilly, supplicando-lhe que a levasse para França. Chamilly embarcou, sem responder á saudosa amante. Arribou ao Algarve o navio que o conduzia, e alli tornou a receber carta de Marianna Alcoforado, tambem por intervenção d'um official francez. Esta carta não obteve resposta. Ainda assim a apaixonada freira continuou a escrever, e só recebeu uma carta em troca. Regressando a França, Chamilly partiu para a expedição de Candia em 1669, onde ficou gravemente ferido. Depois de entrar em differentes combates, morreu em 1715. Das numerosas versões, que se teem publicado no extrangeiro das *Cartas d'uma religiosa,* dá minuciosa noticia Luciano Cordeiro na sua segunda edição, em 1890, do livro *Soror Marianna.* D'essas edições destacaremos apenas a da Haya, em francez, dos livreiros do Pooten, Irmãos van Dole, no anno de 1716. E', sem duvida, das mais cuidadas que se conhecem. Precede o frontispicio a gravura que reproduzimos, assignada *D. Coster fecit.* Representa uma formosa religiosa sentada a uma mesa e em attitude de suspender a escripta de uma carta, para meditar. No panno da mesa um emblema allusivo aos raios do sol, queimando atravez d'uma lente um coração. Duas

Estampa reduzida da edição hollandesa de 1716

mãos entre nuvens seguram, uma a lente, a outra o objecto incendiado. Este emblema é o mesmo que se vê n'uma gravura de Harrewyn, na edição de 1697, feita na Haya por Jacob Ellinckyseen. Rodeia o emblema a legenda: *C'est ainsi que l'amour s'allume dans le cœur.* Ao fundo e á direita abre-se uma galeria ou balcão deixando vêr o mar e um grande navio, com a bandeira das flôres de liz que se affasta. A' esquerda uma alcova, onde, junto de uma religiosa sentada á beira d'um leito, ajoelha um homem em

attitude de protestar-lhe amor. E' a melhor composição allusiva á religiosa. Das traducções ou restituições á lingua portugueza apontam-se *Cartas de uma religiosa portugueza* nas obras completas de Filinto Elysio (Francisco Manuel do Nascimento)—Tomo x—Paris, na officina de A. Bobee, 1819, occupam de paginas 430 a 494. *Cartas amorosas d'uma religiosa portugueza restituidas á lingua materna, por D. José Maria de Sousa, morgado de Matheus, augmentadas com as imitações de Dorat e outras, e traduzidas do francez por Filinto Elysio e Caetano Lopes de Moura. Paris, na Liv. port. de J. P. Aillaud, e 1838.* A celebre edição do morgado de Matheus, cuja interessante introducção foi reproduzida n'esta ultima, tem a data de 1824 e foi impressa em Paris por Firmin-Didot. *Cartas de uma religiosa portugueza, versão de Lopes de Mendonça,* publicadas no jornal a *Semana,* vol. II, 1852, Lisboa. Ficou só ua quarta das cinco cartas. *As cartas da religiosa portugueza,* estudo critico inserto nos *Estudos da Edade-Média,* por Theophilo Braga, Porto, 1870. *Cartas da religiosa portugueza Marianna Alcoforado (novamente reproduzidas em lingua portugueza)* traducção de Domingos José Ennes, Lisboa, 1872. *A religiosa portugueza,* por Pinheiro Chagas, Lisboa, 1874; estudo inserto na *Encyclopedia Instructiva e Amena—Os dramas celebres do amor.* Existem varios artigos dispersos em que se reproduzem mais ou menos os escriptos anteriores. *Soror Marianna, a freira portugueza,* por Luciano Cordeiro. Lisboa, 1888, Liv. Ferin; d'este livro sahiu em 1891 uma segunda edição illustrada, correcta e augmentada; n'ella se consigna que, tendo-se publicado, por occasião da primeira, varios artigos na imprensa, subscriptos pelos mais illustres litteratos, todas essas apreciações coincidiram em considerar como definitivamente resolvida, de vez, a questão das cartas e da sua authenticação historica.

Alcoforado *(Pero).* Fidalgo portuguez do seculo XVI, pertencente a uma antiga familia do Minho. D. Nuno da Cunha, vice-rei da India, em 1534, mandou Antonio da Silva de Menezes a Bengala, com uma esquadra, afim de obter do rei a entrega de Martim Affonso e outros portuguezes que estavam alli prisioneiros. Chegando a Bengala mandou ao rei, como enviado, tendo obtido para elle carta de seguro, a Pero Alcoforado; a missão não teve bom exito, por que o rei de Bengala exigia 50 mil pardaos pela entrega dos captivos. Além d'esta exigencia, Antonio da Silva, com a sua ambição, tambem concorreu muito para que se mallograsse aquella tentativa; apesar de ser aconselhado pelo proprio Martim Affonso a que fizesse guerra, occupava-se sómente em traficar.

Alcoforado. Casal na freguezia e concelho de Beja.

Alcoforado Rebello *(Francisco de Souza da Silva).* Escriptor mediocre; n. na quinta da Silva, no termo de Barcellos, a 25 de outubro de 1697, f. em janeiro de 1772 Era senhor da torre de Alcoforado na freg. de Lordello, a pouca distancia do Porto, commendador da ordem de Christo, etc. As suas obras teem pouco valor litterario, e são as seguintes: *Vida de Soror Inez de Jesus, religiosa conversa no convento da Annunciada de Lisboa,* Lisboa, 1731; *Vida e morte tragica de Maria Stuart, rainha de França e Escocia, e pretendente da corôa de Inglaterra,* Lisboa, 1737; *Manual politico,* Lisboa, 1733.

Alcofra. Pov. e freg. da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Vouzella, distr. e bisp. de Vizeu. 1.571 alm. e 369 fog. Tem escola. A pov. dista 15 k. da sêde do conc. Orago, Santa Maria. Alcofra é palavra arabe, *alcofara* que significa *infiel, incredulo.* E' pov. saudavel e muito fertil de cereaes, fructos e aguas. No sitio a que dão o nome de *Cabo da Villa* ha uma torre quadrada, muito antiga, de 2 andares, e levantada sobre uma rocha. Esta pov. tem pertencido a differentes concelhos. Primeiro foi de Lafões, depois de S. João do Monte, em 1855, de Oliveira de Frades, e actualmente pertence ao conc. de Vouzella, para onde passou em 1871. || Rio da prov. da Beira Alta, na com. de Tondella. Nasce na serra do mesmo nome no sitio do *Chão do Pêso,* e recebe no seu curso as aguas de varios ribeiros. As suas margens são cultivadas e cobertas de arvores fructiferas. Junta-se ao rio Alfusqueiro em Destriz. || Serra da prov. da Beira Alta, com. de Tondella, tem 9. k. de comprimento e 6 de largura. E' cultivada e produz cereaes, gado e bastante caça. Nasce aqui o rio do mesmo nome.

Alcogulhe. Pov. da freg. de Azoia, conc. de Leiria.

Alcoitão. Pov. da freg. de Alcabideche, conc. de Cascaes.

Alcoitim V. *Alcoutim.*

Alcolea. Nome de dois sitios, um na freg. de Santa Cruz e outro na de S. Bartholomeu da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem.

Alcolena V. *Areolena.*

Alcolóbra. Pequeno ribeiro do Alemtejo. Nasce no casal da Perna Secca, na freg. de S. Miguel do Rio Torto, conc. de Abrantes, onde recebe o nome de *Ribeira das Biccas* que muda depois em Alcolóbra. Perde-se no Tejo na coutada de Santa Margarida, na villa de Constancia. No estio sécca.

Alcolombal. Pov. da freg. da Terrugem, conc. de Cintra.

Alconchel. Pov. da freg. de Gamil, conc. de Barcellos. distr. de Braga.

Alcongosta. Pov. e freg. da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Fundão, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda. 1.032 alm. e 218 fog. Tem caixa post. A pov. dista 5 k. da séde do conc. Orago N. S.ª da Annunciação. Alcongosta significa *costeira,* E' terra fertil.

Alconilhes ou Alcorrilhes. Pov. na freg. e conc. d'Alemquer.

Alcorão. Sitio na freg. e conc. de Villa Nova de Portimão.

Alcordal. Pov. da freg. de Cercosa, conc. de Mortagua, distr. e bisp. de Vizeu.

Alcornicosa. Pov. da freg. de Cachopo, conc. de Tavira. distr. de Faro.

Alcorochel V. *Alcoruchel.*

Alcorovel. Casal, da freg. de Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Alcorovisca. Casal, freg. de S. Vicente de Vallongo, conc. d'Evora. || Herdade na freg. de Adaval, conc. de Redondo, distr. d'Evora.

Alcorreal. Pov. da freg. de Salvador, villa e conc. de Torres Novas.

Alcórrego. Pov. e freg. da prov. do Alemtejo, conc. d'Aviz, com. de Fronteira, distr. de Portalegre, bisp. d'Evora. Annexada civilmente á d'A-

viz. 399 alm. e 83 fog. A pov. dista 6 k. da séde do conc. Orago Santo Antonio. Em portuguez antigo *córrego ou corgo* significa o ribeiro ou regato que corre por entre as penedias ou pelas quebradas da serra. Aqui se lhe accrescentou o artigo arabe *al.* || Pequeno rio do Alemtejo que nasce juncto da villa de Sousel. No sitio do Rodeio recebe o ribeiro do Valle do Freixo. Tem duas pontes de pedra, uma no Rodeio com um só arco; outra na *Aldeia da Ponte Nova* de dois arcos. Morre na ribeira de Aviz no sitio chamado *Penhas do Maranhão*. Cria muito peixe.

Alcorriol. Pov. na freg. e conc. de Torres Novas.

Alcoruchel. Pov. e freg. da prov. da Estremadura, conc. e com. de Torres Novas, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa 844 alm. e 164 fog. Tem est. post. permutando malas com Torres Novas. A pov. dista 8 k. da sede do conc. Orago Nossa Senhora da Annunciação.

Alcorvel. Pov. da freg. de Fonte de Bispo, conc. de Tavira. distr. de Faro.

Alcorvelhos. Pov. na freg. de Santo Estevam, na villa e conc. d'Alemquer.

Alcorvim. Pov. da freg. de Alcabideche, conc. de Cascaes.

Alcouce. Pov. na freg. de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Sobradello da Gama. conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Pov. na freg. do Calendario, conc. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. do Souto, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de Villa Sêcca, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra. || Pov. na freg de S. Romão, conc. d'Armamar, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de Varzea de Abrunhaes, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de Lobão, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de Villar de Bésteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Alcoutim. Villa, séde de conc., com. de Tavira, distr. de Faro, bisp. do Algarve. Tem uma só freg. com 2.702 alm. e 717 fog. E' praça de guerra de 2.ª classe. Pertence á 4.ª div. mil. e ao 33.º distr. de reser. do exercito effectivo com a séde em Faro. Possue Misericordia, hospital, escolas para ambos os sexos, delegação da alfandega, sociedade philarmonica, sociedade recreativa, estação telegraphica e postal com serviço de emissão e pagamento de vales de correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. S.—Faro. O conc. comprehende 5 freg. com 2:235 fog. e 8:171 hab., sendo 4:015 var. e 4:156 fem. S. Salvador, Giões, Martim Longo, Pereiro e Vaqueiros. n'uma superf. de 38:580 hect. A villa dista 66 k. da séde do distr. Orago S. Salvador. Está situada n'uma montanha onde principia a serra de Monchique, na margem direita do Guadiana. A praça d'armas está rodeada de muralhas com tres portas, que se chamam Guadiana, Tavira e Mertola. Foi uma das melhores fortalezas de Portugal. A porta de Tavira tem a seguinte inscripção: *Alfonsus VI Rex Portagaliæ et Algarbiorum, 1661.* Tem castello em ruinas. E' quadrado e tosco, com armazens e cisterna entulhada ha muitos annos. A povoação é muito antiga. Parece datar do principio do dominio sarraceno. O nome que antigamente tinha de *Alcoitinium*, parece confirmar a sua existencia no tempo dos romanos. Os arabes chamavam-lhe *alcatia*, d'onde nós derivámos *alcateia*. Eram condes de Alcoutim os primogenitos dos marquezes de Villa Real, que começaram a usar este titulo por concessão de el-rei D. Manuel, em 1520. D. Sancho II tomou *Alcoutim* aos moiros em 1240, D. Diniz mandou-a povoar, reedificou-lhe o castello e muralhas, deu-lhe foral, em Beja, a 19 de Janeiro de 1304, com todos os privilegios de Evora, e doou-a á ordem de S. Thiago. Philippe IV fez conde de Alcoutim a D. Pedro Portocarrero de Menezes e Noronha em 1641, por ser um dos fidalgos que seguiram o partido castelhano contra a sua patria. Seu pae tambem se chamava D. Pedro Portocarrero, e tinha egual titulo; sua mãe era D. Maria Beatriz de Menezes e Noronha, irmã do duque de Caminha e filha do marquez de Villa Real. Ambos estes fidalgos fôram degolados, em 1641, como traidores á patria. Deu-lhe foral novo, D. Manuel, em 20 de março de 1520, com todos os privilegios do anterior. D. José elevou-a a villa em 1758, dando-lhe juiz de fóra. Tem Misericordia e uma albergaria. Foi couto no crime por privilegio de D. Affonso V e D. Diniz. Em um serro ao N. da villa, encontram-se vestigios de fortificações muito antigas. Junto a este serro, a que chamam S. Barbara, ha um rochedo que foi artilhado no seculo XVIII. Esta freguezia é dividida por duas ribeiras, que são o *Vascão* e a *Foupanna*. Ambas morrem no Guadiana, uma na foz do Vascão e outra na do *Odeleite*. Pertenceu á Casa do Infantado, cujos donatarios possuiam muitas herdades em todo o concelho. || Pov. da freg. de Maceira, conc. de Leiria. || Pov. na freg. de Cumeada, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Alcova. Pequeno rio da prov. da Beira Baixa. Nasce na freg. de Sarzedas, e perde-se no rio Alvito, no sitio da *Cerejeira*. As margens são pittorescas e cultivadas. As suas areias traziam ouro, que se extrahia no seculo XVIII. *Alcova* vem do arabe *Alcobba*, que significa *torrinho*.

Alcovulhe. Pov. da freg. da Maceira, conc. de Leiria.

Alcrimes. Pov. da freg. do Monte, conc. de Terras do Bouro, distr. de Braga.

Alcube. Quinta na freg. de Villa Fresca d'Azeitão, conc. de Setubal, distr. e patriarc. de Lisboa.

Alcudra. Casal na freg. d'Aldeia Velha, conc. de Trancoso, distr. e bisp. da Guarda.

Aldana. Familia nobre portugueza de origem hespanhola.

Aldão. Pov. e freg. da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga. 217 alm. e 51 fog. A pov. dista 2 k. da séde do conc. Orago S. Mamede. Está situada n'um sitio elevado d'onde se descobre um extenso valle que comprehende 8 freguezias. Perto corre o rio Cêlho. A terra é abundante de fructos, cereaes e vinho verde. Na quinta de Aldão, que fica n'esta freguezia, achou-se pelos annos de 1726 uma lapide com esta inscripção: *Dedicavit Fitus Flavius Claudianus Archelaus Leg. Aug.* || Pov. na freg. de S. Martinho de Villa Frescainha, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Mesão Frio, conc. de Guimarães, distr. Braga. || Pov. na freg. de Travanca, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. || Casal na freg. d'Aldão, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Aldar. Pov. da freg. de S. Miguel do Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Aldara. Pov. da freg. de Cepellos, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Aldarem. Pov. da freg. de Villela, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Aldares. Monte da prov. do Alemtejo, na serra d'Ossa. Vem do termo arabe *alduar,* que significa *redondo.*

Aldarete. Pov. da freg. de Sedielos, conc. de Mesão Frio, com. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || Casal na freg. de Godim, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real.

Aldarinho. Pov. na freg. de S. Clemente de Sinhares. conc. de Fafe, distr. de Braga.

Aldariz. Pov. da freg. de Gondarem, conc. de Villa Nova da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Aldeão. Pov. da freg. de Gafanhoeira, conc. de Arraiolos, distr. d'Evora. || Sitio na freg. de Alfrivida, conc. de Villa Velha de Rodam, distr. de Castello Branco.

Aldegão. Pov. nas freg.ª de Folhada, conc. de Marco de Canavezes, e Ruivos, conc. de Ponte da Barca.

Aldeganinha. Pov. na freg. do conc. d'Aldeia Gallega, distr. de Lisboa.

Aldeia. Pov. nas freg.ª de Aboim, de Abragão (conc. de Penafiel), Santa Christina d'Agrella (conc. de Fafe), Aldreu (conc. de Barcellos), Alverca, Alvite (conc. de Moimenta da Beira), Arada, S. Mamede de Arca (conc. de Ponte de Lima), Santo Antonio d'Arcos (conc. de Extremoz), S. Vicente de Areias (conc. de Barcellos), Avanca (conc. d'Estarreja), Azevedo (conc. de Caminha). Azêvo (conc. de Pinhel), Badim (conc. de Monsão), Santa Leocadia de Baião (conc. de Baião), Bella (conc. de Monsão), Bertiandos (conc. de Ponte de Lima), Boelhe e Passinhos (conc. de Penafiel), Cabanellas, Cabeçudos (conc. de Villa Nova de Famalicão), S. Miguel das Caldas (conc de Guimarães), Campo, Canellas, Carreiras, Carvalho de Rei (conc. d'Amarante), Carvalhosa, Celavisa (conc. d'Arganil), Cepões (conc. de Ponte de Lima), Cepões (conc. de Vizeu), Chavão (conc. de Barcellos), Chorense (conc. de Terras de Bouro), Cortegaça, Couço (conc. de Coruche), Courel (conc. de Barcellos), S. Pedro do Couto (conc. dos Arcos de Valle de Vez), S. Thiago de Couto (conc. de Barcellos), S. João Evangelista de Covas (conc. de Louzada), S. Miguel de Creixomil (conc. de Guimarães), Deão (conc. de Vianna do Castello), Deuchriste (conc. de Vianna do Castello), Esmoriz (conc. d'Ovar), Espirito Santo (conc. de Mertola), Esporões (conc. de Braga), Felgueiras (conc. de Resende), Fermedo (conc. d'Arouca), Ferreiros de Tendaes (conc. de Sinfães), S. Thiago de Fonte Arcada (conc. de Penafiel), N. S.ª d'Assumpção de Fonte Arcada (conc. de Sernancelhe), Santa Leocadia de Fradellos (conc. de V. N. de Famalicão), Frazão (conc. de Paços de Ferreira), Santa Maria dos Gallegos (conc. de Barcellos), Geme (conc. de Villa Verde), Giesteira (conc. d'Evora), S. Pedro de Goães (conc. de Villa Verde), Gulpilhares (conc. de V. N. de Gaya), Santa Maria de Gondão (conc. d'Amarante), Gueral (conc. de Barcellos), Guidões (conc. de Santo Thyrso), S. Mamede de Infesta (conc. de Bouças), S. Miguel de Junqueira (conc. de Macieira de Cambra), Lanhellas (conc. de Caminha), Lara (conc. de Monsão), Loivos da Ribeira e Loivos do Monte (conc. de Baião), N. S.ª do Rosario do Louredo (conc. de Vieira), Loureira (conc. de Villa Verde), S. João Baptista de Macieira (conc. de Louzada), Macieira de Sarnes (conc. de Oliveira d'Azemeis), Martinxel (conc. de Abrantes), Modellas (conc. de Paços de Ferreira), Moldes (conc. d'Arouca), Mosteiro, Navió (conc. de Ponte de Lima), Nogueira do Cravo (conc. d'Oliveira d'Azemeis), Odeleite (conc. de Castro Marim), S. Paio d'Oleiros (conc. da Feira), Santa Maria d'Oleiros (conc. de Villa Verde), Olivaes (conc. de Lisboa), Otta (conc. d'Alemquer), Paços de Brandão (conc. da Feira), S. Salvador de Paderne (conc. de Melgaço), Paio Mendes (conc. de Ferreira do Zezere), Santa Maria da Palmeira (conc. de Braga), Parada de Bouro (conc. de Vieira), Pardaes (conc. de Villa Viçosa), Pedome (conc. de V. N. de Famalicão), Penacova (conc. de Felgueiras), Espirito Santo, de Pera (conc. de Silves), Pereira (conc. de Barcellos), Pigeiros (conc. da Feira), Pindo (conc. de Penalva do Castello), Polvoreira (conc. de Guimarães), S. Paio de Portella (conc. de Penafiel), Pousa (conc. de Barcellos), Pousada (conc. de Braga), Santa Maria Magdalena de Rabaçal (conc. de Penella), S. Salvador de Real (conc. de Amarante), Santa Marinha de Real (conc. de Castello de Paiva), N. S.ª das Neves de Rebordello (conc. de Amarante), Ribeiradio (conc. d'Oliveira de Frades), Rio de Moinhos, Santa Marinha de Rio Tinto (conc. de Espozende), S. Miguel de Rio Torto (conc. de Gouveia), Roge (conc. da Macieira de Cambra), Rouças (conc. de Melgaço), Salreu (conc. d'Estarreja), Sandiães (conc. de Ponte de Lima), Santa Lucrecia d'Algeriz (conc. de Braga), Sanfins (conc. da Feira), Sapardos (conc. de V. N. da Cerveira), Segadães (conc. d'Agueda), Santa Maria de Sendim (conc. de Tabuaço), Senharei (conc. d'Arcos de Valle de Vez), Silva (conc. de Barcellos), Silva de Baixo (conc. de Satam), S. Miguel de Silvares, Silvalde (conc. da Feira), S. Simão de Litem (conc. de Pombal), Soalhães (conc. de Marco de Canavezes), Sobral da Serra (conc. da Guarda), Sobrosa (conc. de Paredes), S. Miguel do Souto (conc. da Feira), Sub-Portella (conc. de Vianna do Castello), Sul (conc. de S. Pedro do Sul), Tangil (conc. de Monsão), Tropeço (conc. d'Arouca), Turiz (conc. de Villa Verde), S. Salvador de Valladares (conc. de V. N. de Gaya), Vallongo do Vouga, Varzea da Ovelha (conc. de Marvão), Vermil (conc. de Guimarães), Victorino das Donas (conc. de Ponte de Lima), S. João Baptista de Villa Chã (conc. d'Espozende), Villa Chã de Braciosa (conc. de Miranda do Douro), Villa de Rei, Villa Mou (conc. de Vianna do Castello), Villa Nova de Telha (conc. de Maia), Villar de Bésteiros (conc. de Tondella), Villar de Figos e S. Salvador de Villar do Monte (conc. de Barcellos), Villar de Mouros (conc. de Caminha), Villela. || Ribeira da prov. da Beira Baixa. E' atravessada por uma ponte de pedra no sitio chamado de Lanhoso. Nasce no logar do *Poio dos Corvos,* no *Cabeço do Picoto* proximo da *Aldeia do Carvalho.* || Serra pequena na prov. da Extremadura, nos limites da freguezia de Ota. Começo no sitio chamado *Bunhal do Paul,* e acaba na quinta da *Vidigueira,* freguezia da Graça. Tem 3 k.os de comprimento e só produz caça e matto.

Aldeia d'Alem. Pov. da freg. d'Alcanede, conc. de Santarem.

Aldeia dos Andrades. Pov. da freg. e conc. do Sardoal.

Aldeia dos Anjos. Pov. da freg. e conc. de Pombal.

Aldeia de Anna de Aviz. Pov. da freg. e conc. de Figueiró dos Vinhos.

Aldeia da Bairrada. Pov. da freg. e conc. de Figueiró dos Vinhos.

Aldeia de Baixo. Pov. nas freg.^s Armamar, Codeçoso (conc. de Celorico de Basto) Christellos (conc. de Paredes), Escapães (conc. da Feira), Frasão (conc. de Paços de Ferreira), Gandra e Gemeses (conc. de Espozende), Mataeães (conc. de Torres Vedras), Milhundos (conc. de Penafiel), Neiva, Nogueira e S. Claudio (conc. de Vianna do Castello), Palmella (conc. de Setubal).

Aldeia de Baldio das Caldeiras. Pov. da freg. de Corval, conc. de Reguengos de Monsaraz.

Aldeia da Barrada. Pov. da freg. de Monsaraz, conc. de Reguengos.

Aldeia de Barro Branco. Pov. da freg. de Rio de Moinhos, conc. de Borba.

Aldeia do Bispo. Pov. e freg. da prov. da Beira Baixa, conc. de Penamacôr, com. de Idanha-a-Nova, dist. de Castello Branco, bisp. da Guarda. 1:042 alm. e 216 fog. A pov. dista 5 k. da séde do conc. Orago S. Bartholomeu. || Pov. e freg. da prov. da Beira Baixa, conc. com., dist. e bisp. da Guarda. 435 alm. e 109 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 5 k. da séde do conc. Orago S. Salvador. || Pov. e freg. da prov. da Beira Baixa, conc. e com. do Sabugal, dist. e bisp. da Guarda. 935 alm. e 208 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 22 k. da séde do conc. Orago S. Miguel.

Aldeia da Boavista. Pov. da freg. de Negreiros, conc. de Barcellos.

Aldeia de Bofinho. Pov. da freg. de Pelmá, conc. de Alvaiazere.

Aldeia de Bom Gosto. Pov. da freg. de Santo Ildefonso, conc. de Elvas.

Aldeia dos Buracos. Pov. da freg. de S. Barnabé, conc. de Almodovar.

Aldeia do Caçaca. Pov. da freg. de Bencatel, conc. de Villa Viçosa.

Aldeia dos Caieiros. Pov. da freg. de S. Marcos do Campo, conc. de Reguengos de Monsaraz.

Aldeia do Campinho. Pov. da freg. de S. Marcos do Campo, conc. de Reguengos de Monsaraz.

Aldeia de Capellins de Baixo. Pov. da freg. de Capellins, conc. de Alandroal.

Aldeia de Capellins de Cima. Pov. da freg. de Capellins, conc. do Alandroal.

Aldeia do Carvalho. Pov. e freg. da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Covilhã, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda. 2:077 alm. e 341 fog. Tem caixa post. A pov, dista 4 k. da séde do conc. Orago N. S.ª da Conceição. || Pov. da freg. de Alcafache, conc. de Mangualde.

Aldeia do Castello. Pov. da freg. de João de Soure, conc. Albergaria-a-Velha.

Aldeia de Cima. Pov. nas freg.^s de Sant'Anna (conc. de Portel), Armamar, Escapães (conc. da Feira), Gandra e Gemezes (conc. d'Espozende), Grimancellos (conc. de Barcellos), Mataeães (conc. de Torres Vedras), Milhundos (conc. de Penafiel), Neiva (conc. de Vianna do Castello), Negreiros (conc. de Barcellos), Reguengos (conc. de Reguengos de Monsaraz), S. Romão d'Aregas (conc. de Rezende), Seide (conc. de V. N. de Famalicão).

Aldeia Cimeira. Pov. da freg. do Carvalhal, conc. de Certã. || Pov. da freg. de Certã. || Pov. da freg. de Pampilhosa. Tem caixa postal.

Aldeia Cimeira da Bairrada. Pov. da freg. e conc. de Figueiró dos Vinhos.

Aldeia da Cruz. Pov. da freg. e conc. de Figueiró dos Vinhos.

Aldeia da Cumiada. Pov. da freg. de S. Marcos do Campo, conc. de Reguengos.

Aldeia das Dez. Pov. e freg. da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Oliveira do Hospital, dist. e bisp. de Coimbra. 1:627 alm. e 328 fog. Tem caixa postal. A pov. dista 8 k. da séde do conc. Orago S. Bartholomeu.

Aldeia da Dona. Pov. da freg. de Nave, conc. do Sabugal.

Aldeia das Donas. Pov. e freg. da prov. da Beira Baixa, conc. e com. do Fundão, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda. 997 alm. e 222 fog. A pov. dista 12 k. da séde do conc. Orago Santa Maria.

Aldeia da Egreja. Pov. da freg. de Negreiros, conc. de Barcellos. || Pov. da freg. de Magrellos, conc. de Marco de Canavezes.

Aldeia de Entre Vinhas. Pov. da freg. e conc. do Sardoal.

Aldeia da Escuza. Pov. da freg. de Aramenha, conc. de Marvão.

Aldeia das Falcoeiras. Pov. da freg. de Montoito, conc. do Redondo.

Aldeia de Falheiros. Pov. da freg. de Capellins, conc. do Alandroal.

Aldeia dos Fernandes. Pov. da freg. de Gomes Ayres, conc. de Almodovar.

Aldeia da Figueira. Pov. da freg. da Figueira dos Cavalleiros, conc. de Ferreira do Alemtejo.

Aldeia da Freira. Pov. da freg. de Bencatel, conc. de Villa Viçosa.

Aldeias das Freiras. Pov. da freg. de Villa Facaia, conc. de Pedrogão Grande.

Aldeia Fundeira. Pov. nas freg.^s de Campello, (conc. de Figueiró dos Vinhos), Carvalhal e Certã, (conc. da Certã), Figueiró dos Vinhos e Pampilhosa.

Aldeia dos Gagos. Pov. da freg. de Areias, conc. de Ferreira do Zezere.

Aldeia Gallega da Merceana. Pov. e freg. da prov. da Extremadura, conc. e com. de Alemquer, distr. e patriarc. de Lisboa. 2:153 alm. e 438 fog. Tem Misericordia, escolas para ambos os sexos, est. post., telegr. e serviço de encommendas, permutando malas com Alemquer. A pov. dista 14 k. da séde do conc. Orago N. S.ª dos Prazeres. A antiga egreja d'esta villa era sumptuosa, fundada por D. Leonor, mulher de D. João II, em 1525. Foi reconstruida em 1610 a 1616, mas hoje pouco resta da sua fórma primitiva. Na egreja matriz ha uma capella que foi dos condes da Ericeira, com a invocação da *Capella da Cruz Nova.* E' de abobada, tem quadros e azulejos de valor, representando assumptos biblicos. Debaixo do arco cruzeiro, lê-se em uma campa rasa a seguinte inscripção:

SEPULTURA DE JORGE CABRAL DE TAVORA
PRIOR QUE FOI D'ESTA EGREJA.

Este parocho viveu aqui no tempo da usurpa-

ção de Filippe II. Esta pov. é muito antiga. O logar onde primitivamente esteve chamava-se os *montes*, e a povoação *Montes d'Alemquer*, nome com que foi elevada por D. Diniz á categoria de villa, dando-lhe foral em 9 de janeiro de 1305. Esta alteração levou Franklin a considerar Montes d'Alemquer e Aldeia Gallega terras distinctas. Não se sabe quando se trocou o primeiro nome pelo que actualmente tem, mas é certo que quando D. Manuel lhe deu foral a 1 de outubro de 1513, já tinha o nome que possue hoje. Accrescentaram-lhe mais o nome de Merceana para differençar esta terra da outra Aldeia Gallega que fica ao sul do Tejo. Parece que a sua fundação é anterior á era do conde D. Henrique, pae do rei D. Affonso Henriques. D. Diniz deu á povoação de Montes d'Alemquer fóros de julgado com justiça propria em 1282, em paga do auxilio que os povos d'estas terras prestaram a D. Sancho II na expulsão dos ismaelistas do reino de Portugal. Porém, o povo como não se contentasse com esta meia liberdade, comprou ao rei, por uma quantia avultada, o direito de municipio, desistindo em favor do mesmo rei do direito que tinha na lesiria chamada *Côrte dos Cavallos*. Remiram o foro que pagavam a D. João Simão e a Garcia Martins (mordomos do rei) e terras pertencentes ao *arabi-mór* dos judeus. Dizem que elles deram ao rei 12:000 libras, e trezentas a cada um dos outros tres; o que ninguem confirma é se as libras eram de prata ou oiro, attendendo á exorbitancia da quantia para aquella época. Em consequencia d'isto o monarcha não só elevou a terra a villa, como lhe deu juiz ordinario, alcaide, escrivães, camara, meirinho, etc. Foi apanagio das rainhas de Portugal, desde D. João II até que em 1834 foi extincta a chamada *Casa das Rainhas*. A rainha D. Leonor, viuva de D. João II, comprou a D. Manuel as *jugadas* d'este termo, e as doou ao hospital das Caldas da Rainha, que as recebeu até 1834, conservando ainda alli essas casas, que, segundo a tradição, fôram paços das rainhas, e depois recebedoria das ditas *jugadas*. Aldeia Gallega da Merceana comprehende no seu termo as aldeias de Arneiro, Paiol, Barbas de Porco, Casaes Brancos e Valle Bem Feito, e antigamente abrangia tambem Aldeia Gavinha, Palha Canna, Freixiaes de Cima, Freixiaes do Meio, Freixiaes de Baixo, Atalaya e Corujeira. Na antiga villa havia duas ermidas, uma da invocação de N. S.ª dos Anjos, na quinta de *Traz da Egreja* e que ainda existe; outra, a do *Espirito Santo*, que está em ruinas. Fóra da villa ha a capella de S. Sebastião e o convento que foi dos frades Capuchos. Da egreja da Misericordia, que era um templo vasto, só restam hoje as paredes desmanteladas. O nome de *Gallega* vem do antigo portuguez, e significa terra esteril e de má qualidade. Esta villa possue magnificas quintas, sendo as principaes as seguintes: Da Conceição, da Corujeira, do Falou, do Anjo, dos Furões, de S. João, de S. Christovam, da Boa-Vista, da Choca Palha, do Freixo, de João Carneiro, do Valle, das Olarias, da Junqueira, da Lagem, da Niqueira, das Barbas, da Cheira, dos Corvos, do Matto, da Jámerca, do Ribeiro e Tremonha, do Rolão, do Novo, do Ventoso, do Arrieiro, do Inferno, do Cassimal, da Boa Vista, e de Santo Antonio.

Aldeia Gallega do Ribatejo. Villa da prov. da Extremadura, séde de conc. e de com., distr. e patriarc. de Lisboa. Tem uma unica freguezia, cujo orago é o Espirito Santo. 8:129 alm. e 1:248 fog. Pertence á 1.ª div. mil., e ao 4.º distr. de reserva do exercito effectivo com a séde em Lisboa. Tem Misericordia, escolas para ambos os sexos, theatro, praça de touros, sociedade philarmonica, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. S.—Moita. O conc. comprehende 3 freg., Espirito Santo, Canha, e Sarilhos Grandes; tem 1:732 fog. e 10:538 alm., sendo 5:609 varões e 4:929 fem. n'uma superficie de 38:708 hect. A villa dista 15 k. da séde do conc. Está situada na margem esquerda do Tejo, n'um sitio onde o rio fórma uma especie de golpho, em terreno muito fertil em cereaes, vinho, frueta e pinhaes. E' muito commercial devido a ser escala entre o Alemtejo e Lisboa, apesar de que o caminho de ferro do sul lhe faz concorrencia. Tem caes espaçoso, de cantaria. Diz-se que tomou o nome d'uma mulher chamada *Alda Gallega*, que deu principio á povoação, fundando uma venda ou estalagem no sitio onde hoje é a villa. Deu-lhe foral D. Manuel, em Lisboa, a 15 de setembro de 1514. A Misericordia da villa foi fundada em 1553. A 4 k. d'esta localidade está o templo de N. S.ª da Atalaya, fundado em 1623 e reedificado no seculo XVIII, onde acodem todos os annos mais de 30 cyrios. Em cumprimento d'um voto feito em 1507 por causa d'uma grande peste que tinha havido, iam alli, antigamente em romaria á Senhora da Atalaya no domingo da SS. Trindade, todos os empregados da alfandega de Lisboa. Ainda hoje existe a romaria, mas é feita pelo povo da capital e d'outras localidades. Esta villa foi priorado da ordem de S. Thiago, com dois be-

Vista de Aldeia Gallega

neficiados e thesoureiro. Teve um convento de frades *recoletos* da provincia do Algarve. N'esta villa embarcou em 1 de junho de 1834, n'um escaler da esquadra ingleza, D. Carlos de Bourbon e sua familia para irem a bordo da nau *Portugal* que devia conduzil-os á Inglaterra. Teve juiz de fóra até 1834. O convento era pobre, recebendo esmolas do povo e da camara, pagando esta o medico, cirurgião e boticario do mesmo convento, e bem assim os sermões da quaresma e do advento. Possue boas quintas. O seu esteiro é navegavel até ao Tejo. Esta villa é solar dos Varellas, familia nobre e oriunda da Galliza, segundo o *Livro de linhagem* do infante D. Pedro. Veiu estabelecer-se em Portugal, no seculo XIV, D. Fernão Paes Varella, tronco d'esta familia. Seu neto D. Pedro Varella assignalou-se pelos seus feitos, como fronteiro-mór do Alemtejo no tempo de D. João I. Casou n'esta villa com D. Brites Annes, fazendo aqui o seu solar. Suas armas eram, em campo de prata, 5 bastões de coticas verdes, em banda. Timbre era meio leão de prata com um bastão de escudo nas mãos. Fôram

Egreja matriz

estas armas dadas a Miguel Varella Mascarenhas, por D. Filippe III, em 1612. Outros Varellas usavam escudo esquartelado, no 1.º e 4.º quartel, de verde, 5 flôres de liz, em aspa, e no 2.º e 3.º, de azul, um leão de oiro. O timbre o mesmo. || *Jornaes: Aldegallense (O)*, publicou-se de 8 de setembro, 1895 a 19, março, 1899, seguindo-se-lhe o *Ribatejo; Comarca (A)*, 20, outubro, 1888; *Jornal de Aldegallega do Ribatejo*, 28, junho, 1886; *Monarchia (A)*, 8, dezembro, 1882 a 26, fevereiro, 1887, começou a sua publicação em Torres Novas; *Ribatejo (O)*, seguimento do *Aldegallense* com o n.º 183, 26, março, 1889; *Voz do Povo, (A)*, 23, setembro, 1898.

Aldeia Gavinha. Pov. e freg. da prov. da Extremadura, conc. e com. d'Alemquer, distr. e patriarc. de Lisboa. 1:285 alm. e 243 fog. Tem escola do sexo masc. e est. post., permutando malas com Alemquer. A pov. dista 12 k. da séde do conc. Orago Santa Maria Magdalena. Segundo a tradição esta pov. foi fundada no seculo XV. Parece que em tempos remotos houve uma povoação com este nome na encosta, defronte do logar onde hoje está a vinha chamada da Merceana, porque teem aqui apparecido alicerces de casas e cippos com inscripções romanas. Achou-se uma lage onde se lê o seguinte:

HIRCINIY
S. TEMPO
RANVS
AXXXV. H. S. E.
D. M.

Parece que em 1448 a peste, que grassou no reino, matou quasi todos os habitantes da antiga povoação. N'um casal do sitio, onde está hoje a aldeia, não entrou a peste, e os que escaparam á epidemia vieram aqui estabelecer-se formando a Aldeia Gavinha. Existe n'este logar a capella do Espirito Santo. Houve mais duas: a de N. S.ª da Conceição que se arruinou, ha muitos annos, e a de S. Sebastião, destruida pelo terremoto de 1755. No Freixial havia a ermida de S. Luiz, que era do povo; no Tojal a de N. S.ª da Penha de França que o mesmo terremoto arruinou; e em Montargil, a de N. S.ª da Nazareth, que pertenceu ao capitão Manuel Monteiro da Costa. A egreja matriz parece ter sido fundada pelos annos de 1550; na capella-mór ha uma campa com a seguinte inscripção:

AQUI JAZ ANTONIO GLZ.
O PRIMEIRO PRIOL QUE
FOI D'ESTA EGREJA, 1561.

Comprehende esta freguezia os logares do Freixial de Cima, Freixial de Baixo, Tojal, Montargil, Matta e Sobreiros.

Aldeia das Gorduras. Pov. da freg. de Orada, conc. de Borba.

Aldeia Grande. Pov. nas freg.ª do Maxial, conc. de Torres Vedras, e Parada do Monte, conc. de Melgaço.

Aldeia dos Grillos. Pov. nas freg.ª de Santa Barbara, conc. de Borba, e Arada, conc. de Ovar.

Aldeia da Ilha. Pov. da freg. e conc. de Arraiolos.

Aldeia de Irmãos. Pov. da freg. de Villa Nogueira de Azeitão, conc. de Setubal.

Aldeia de Joannes. Pov. e freg. da prov. da Beira Baixa, conc. e com. do Fundão, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda. 622 alm. e 103 fog. Tem caixa post. A pov. dista 5 k. da séde do conc. Orago S. Pedro.

Aldeia de João Pires. Pov. e freg. da prov. da Beira Baixa, conc. de Penamacor, com. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda. 810 alm. e 170 fog. A pov. dista 10 k. da séde do conc. Orago Santa Maria Magdalena.

Aldeia de Juzo. Pov. na freg. e conc. de Cascaes.

Aldeia Lourenço. Pov. da freg. e conc. de Pinhel.

Aldeia da Matta. Pov. e freg. da prov. do Alemtejo, conc. do Crato, com. de Niza, distr. e bisp. de Portalegre. 1:205 alm. e 169 fog. A pov. dista 8 k. da séde do conc. Orago S. Martinho.

Aldeia do Matto. Pov. e freg. (Sant'Anna)

da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Covilhã, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda. 1:370 alm. e 323 fog. Tem caixa postal. A pov. dista 20 k. da séde do concelho. || Pov. da freg. do Corval, conc. de Reguengos de Monsaraz. Tem escola do sexo masc. e estação postal, permutando malas com Reguengos. || Pov. e freg. da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Abrantes, distr. de Santarem, bisp. de Portalegre. 1:008 alm. e 204 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 11 k. da séde do conc. Orago Santa Maria Magdalena.

Aldeia do Matto e **S. Torquato.** Pov. e freg. da prov. da Estremadura, conc. de Corneche, com. de Benavente, distr. de Santarem, arceb. de Braga. 777 alm. e 154 fog. A pov. dista 5 k. da séde do concelho Orago Sant'Anna e S. Torquato.

Aldeia do Meco. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, conc. de Cezimbra.

Aldeia do Meio. Pov. da freg. de Paço de Souza, conc. de Penafiel. || Pov. da freg. da Pampilhosa.

Aldeia dos Mestres. Pov. da freg. de S. Lourenço ou Mamporcão, conc. de Estremoz.

Aldeia da Metade. Pov. da freg. do Carvalhal, conc. da Certã.

Aldeia de Migilde. Pov. da freg. de Canellas, conc. de Villa Nova de Gaia.

Aldeia de Montes Juntos. Pov. da freg. de Capellins, conc. do Alandroal.

Aldeia de Motrinos. Pov. da freg. de Monsarás, conc. de Reguengos de Monsaraz.

Aldeia das Mulheres. Pov. da freg. do Carvalhal, conc. da Certã.

Aldeia de Nacomba. Pov. e freg. da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego, 236 alm. e 62 fog. Tem caixa post. A pov. dista 4 k. da séde do conc. Orago S. Pedro.

Aldeia Negrellos. Pov. da freg. de Canellas, conc. de Villa Nova de Gaia.

Aldeia da Nora. Pov. da freg. de Rio de Moinhos, conc. de Borba.

Aldeia Nova. Pov. da freg. da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Serpa, distr. e bisp. de Beja. 3:299 alm. 707 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e est. post. com serviços de encommendas, permutando malas com Serpa. A pov. dista 16 k. da séde do conc. Orago S. Bento. Está situada n'uma vasta campina. Foi formada de duas aldeias, *Cabeço dos Vaqueiros* e *Fonte dos Cantos*. Povoou-a D. João IV de muitas casas, que as deu a quem as quizesse habitar com a obrigação de defenderem a povoação contra os castelhanos, o que o povo fez sempre com bravura. Passa junto d'ella a serra de Serpa. E' muito abundante em caça e fertil em cereaes e vinho. || Pov. e freg. da prov. da Beira Baixa, conc. d'Almeida, com. de Pinhel, distr. e bisp. da Guarda. 164 alm. e 42 fog. A pov. dista 10 k. da séde do conc. Orago Santa Maria Magdalena. || Pov. na ilha de Bissau, Africa Occidental portugueza. || Pov. nas freg.ªˢ de Aljezur, Arrifana (conc. de Poyares), Avintes (conc. de Villa Nova deGaya), Baleizão (conc de Beja), Barca (conc. da Maia), Burgães (conc. de Santo Thyrso), Degolados (conc. de Arronches), Ferreira de Aves (conc. de Satam), Figueiró e S. Simão de Gouveia (conc. d'Amarante), Grijó e Guetim (conc. de V. N. de Gaya), Guifães e Infesta (conc. de Bouças), Juvim (conc. de Gondomar), Lemenhe (conc. de V. N. de Famalicão), Lobão (conc. da Feira), Lousada (conc. de V. N. de Famalicão), Miranda (conc. d'Arcos de Valle de Vez), Olival (conc. de V. N. d'Ourem), Ourique, Santo André de Poyares (conc. de Poyares), Pombeiro (conc. d'Arganil), Ramella (conc. da Guarda), Real (conc. d'Amarante), Recezinhos (conc. de Penafiel), Riba d'Ancora (conc. de Caminha), Rio de Moinhos (conc. de Borba), Sandim e Serzedo (conc. de V. N. de Gaya), Venade (conc. de Caminha), Villa Cahiz (conc. d'Amarante).

Aldeia Nova e **Aldeia Velha.** Pov. e freg. da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Trancoso, distr. e bisp. da Guarda. 957 alm. e 229 fog. A pov. dista 10 k. da séde do conc. Orago, N. S.ª da Conceição. Possue uma nascente d'agua sulphurosa que sae tepida, e que é usada no tratamento de molestias de pelle e rheumatismo pelos povos circumvisinhos, que a mandam buscar para suas casas, por não haver alli estabelecimento apropriado.

Aldeia Nova do Cabo. Pov. e freg. da prov. da Beira Baixa, conc. e com. do Fundão, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda. 933 alm. e 229 fog. Tem caixa post. A pov. dista 5 k. da séde do conc. Orago N. S.ª do Pé da Cruz.

Aldeia Nova do Centro. Pov. da freg. da Infesta, conc. de Bouças.

Aldeia Nova do Monte. Pov. da freg. de Paranhos, conc. do Porto.

Aldeia de Oleiros. Pov. da freg. de Villa Nogueira d'Azeitão, conc. de Setubal.

Aldeia do Outeiro. Pov. da freg. de Monsaraz, conc. de Reguengos de Monsaraz.

Aldeia de Paio Pires. Pov. e freg. da prov. da Extremadura, conc. do Seixal, com. d'Almada, distr. e patriarc. de Lisboa 1027 alm. e 241 fog. Tem escola do sexo masc. e estação post. permutando malas com o Seixal. A pov. dista 2 k. da séde do conc. Orago N. S.ª da Annunciada. Diz a tradição que o fundador da Aldeia de Paio Pires foi o commendador de S. Thiago e fronteiro-mór do Algarve D. Paio Peres Corrêa, que lhe deu o nome. Esta freguezia, a do Seixal e a de Arrentella, estão situadas de maneira a formar quasi um triangulo com 30 k. quadrados de area. A distancia que as separa é de 2:000 metros. Passa n'esta pov. a ribeira de Coina, que tem um desembarque, junto á quinta do mesmo nome. Está muito bem situada, e apresenta magnificos panoramas. Tem quintas importantes.

Aldeia das Parreiras. Pov. da freg. de Alcorrego, conc. de Aviz.

Aldeia da Piedade. Pov. da freg. de Villa Nogueira d'Azeitão, conc. de Setubal.

Aldeia de Pomares. Pov. da freg. de Monte Virgem, conc. e com. de Redondo. Tem caixa postal.

Aldeia da Ponte. Pov. e freg. da prov. da Beira Baixa, conc. e com. do Sabugal, dist. e bisp. da Guarda. 1:203 alm. e 294 fog. Tem escola para os sexos masc. e fem., e est. postal, permutando malas com a R. A. B. A. Orago Santa Maria Magdalena.

Aldeia da Porta do Postigo. Pov. da freg. de Lagos. Orago S. Sebastião.

Aldeia da Porta dos Quartos. Pov. da freg. de Lagos. Orago S. Sebastião.

Aldeia da Portella. Pov. da freg. de Villa Nogueira de Azeitão, conc. de Setubal.

Aldeia de Porto Moirisco. Pov. da freg. de Castanheira do Jarmello, conc. da Guarda.

Aldeia das Posses. Pov. da freg. de Castello de Penalva, conc. de Penalva do Castello.

Aldeia do Reguengo. Pov. da freg. e conc. de Alter do Chão.

Aldeia da Ribeira. Pov. e freg. da Beira Baixa, conc. e com. do Sabugal, distr. e bisp. da Guarda. 583 alm. e 132 fog. A pov. dista 21 k. da séde do conc. Orago S. Pedro.

Aldeia da Ribeira. Pov. da freg. de Alcanede, conc. de Santarem.

Aldeia Rica. Pov. nas freg.^s de Açores, conc. de Celorico da Beira, e Villa Nogueira de Azeitão, conc. de Setubal.

Aldeia do Rio. Pov. da freg. de Adaufe, conc. de Braga.

Aldeia Ruiva. Pov. na freg. de Ramella, conc. da Guarda.

Aldeia do Sabugueiro. Pov. da freg. de Gafanhoeira, conc. de Arraiollos.

Aldeia de Saude. Pov. da freg. de Orada, conc. de Borba. || Pov. da freg. dos Arcos, conc. de Extremoz.

Aldeia de Santa Margarida. Pov. e freg. da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre. 746 alm. e 195 fog. A pov. dista 17 k. da séde do conc. Orago Santa Margarida.

Aldeia de Santa Thereza. Pov. da freg. de Freixianda, conc. de V. N. de Ourem.

Aldeia de Santo Antonio. Pov. da freg. de Urgueira, conc. de Sabugal.

Aldeia de S. Gregorio. Pov. da freg. de Rio de Moinhos, conc. de Borba.

Aldeia de S. Miguel. Pov. da freg. de Santa Comba, conc. de Ceia.

Aldeia de S. Pedro. Pov. da freg. de Villa Nogueira de Azeitão, conc. de Setubal.

Aldeia de S. Sebastião. Pov. da freg. de S. Sebastião dos Carros, conc. de Mertola.

Aldeia de S. Simão de Alferrade. Pov. da freg. e conc. de Sardoal.

Aldeia da Serra. Pov. nas freg.^s e conc. de Ceia e Celorico da Beira, S. Gregorio, (conc. de Arraiollos), e Sabacheira, (conc. de Thomar).

Aldeia das Serranas. Pov. da freg. de Capellins, conc. do Alandroal.

Aldeia do Souto. Pov. e freg. da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Covilhã, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda. 622 alm. e 130 fog. A pov. dista 25 k. da séde do conc. Orago S. João Baptista.

Aldeia da Tapada. Pov. da freg. de Rio de Moinhos, conc. de Borba.

Aldeia do Telheiro. Pov. da freg. de Monsaraz, conc. de Reguengos de Monsaraz.

Aldeia da Thôr. Pov. da freg. de Querença, conc. de Loulé.

Aldeia de Trigaxes. Pov. da freg. de Beringel, conc. de Beja.

Aldeia de Valle Telheiro. Pov. da freg. e conc. de Loulé

Aldeia de Valle Verde. Pov. da freg. de Tourega, conc. d'Evora.

Aldeia Velha. Pov. e freg. da prov. do Alemtejo, conc. de Aviz, com. de Fronteira, distr. de Portalegre, arceb. de Evora. 515 alm. e 97 fog. A pov. dista 13 k. da séde do conc. Orago Santa Margarida. || Pov. e freg. da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Sabugal, distr. e bisp. da Guarda. 1:224 alm. e 246 fog. Tem escola para o sexo masc. e est. post., permutando malas com o Sabugal. A pov. dista 20 k. da séde do conc. Orago S. João Degolado. || Pov. nas freg.^s Aljezur, Balcizão, (conc. de Beja), Colmeal (conc. de Goes), Degolados (conc. d'Arronches), S. Simão de Gouveia e Real (conc. d'Amarante), Sernache do Bom Jardim (conc. da Certã).

Aldeia Velha do Moita. Pov. da freg. de Sernache do Bom Jardim, conc. da Certã.

Aldeia das Vendas. Pov. da freg. de Villa Fresca de Azeitão, conc. de Setubal.

Aldeia da Vendinha. Pov. da freg. de Pigeiro, conc. d'Evora,

Aldeia da Zonalheira. Pov. da freg. de S. Facundo, conc. de Abrantes.

Aldeias. Pov. e freg. da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Gouveia, distr. e bisp. da Guarda. 829 alm. e 187 fog. A pov. dista 1 k. da séde do conc. Orago S. Cosme. || Pov. nas freg.^s de Montoito, conc. de Redondo, e Urgezes, conc. de Guimarães.

Aldeinhas. Pov da freg. de Rio de Moinhos, conc. de Abrantes.

Aldeiro. Pov. da freg. de Louroza, conc. da Feira.

Aldemil. Pov. da freg. e conc. da Povoa de Lanhoso.

Alderiz. Ha em Portugal algumas aldeias com este nome. E' a palavra arabe *Alderis*, que significa *o logar das debulhas ou as eiras*.

Alderuge. Freguezia da prov. da Beira Alta, que foi extincta ha dois seculos. O termo *alderuge* é arabe e significa *os degraus*.

Aldoar. Pov. e freg. da prov. do Douro, conc. de Bouças, distr. e bisp. do Porto. 806 alm. e 163 fog. A pov. dista 5 k. da séde do conc. Orago S. Martinho.

Aldonã. Aldeia e regedoria do concelho de Bardez, districto de Gôa, na India. Orago S. Thomé. Está situada na margem direita do rio Mapuçá. Tem 6:010 habitantes.

Aldonça. Pov. da freg. de Villaça, conc. de Braga.

Aldrete. Pov. da freg. de Cerdal, conc. de Valença.

Aldreu. Pov. e freg. da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga. 559 alm. e 140 fog. A pov. dista 12 k. da séde do conc. Orago S. Thiago.

Aldrigo. Pov. da freg. de Prozello, conc. dos Arcos de Valle de Vez.

Aldriz. Pov. da freg. de Argoncilhe, conc. da Feira. Tem caixa postal.

Aldriz. Pov. da freg. de Pias, conc. de Monsão.

Alduzinde. Pov. da freg. de Carvalhosa, conc. de Paços de Ferreira.

Alealdamento. Direito ou tributo, que nas alfandegas se pagava quando se manifestavam as mercadorias prohibidas e outras quaesquer, que se importavam ou exportavam do reino. *Alealdar* era ou o simples manifesto na alfandega ou o pagamento de certo tributo para o alcaide, ou senhor da terra, e mesmo para a corôa. Nas côrtes de Lisboa de 1456 concedeu el-rei D. Affonso V, *que todos os que trouxerem as suas roupas vestidas, feitas em Castella, que alealdem, mas que não*

paguem alealdamento. Tambem se chamava alealdamento ao juramento que se prestava na alfandega de como o que se comprava era unicamente para os gastos do anno. Em 1538 se passou uma provisão regia para a camara do Porto, em que se mandava cumprir á letra a dos *alealdamentos*, que foi geral para todas as alfandegas.

Alegrete. Este titulo anda hoje ligado ao de marquez de Penalva, na antiga e muito nobre familia dos Telles da Silva. Os filhos primogenitos d'estes dois fidalgos são condes de Tarouca, de juro e herdade, e teem a prerogativa de usar do titulo de conde ainda em vida de seu pae. O titulo de conde foi concedido por D. João IV a Mathias d'Albuquerque, fidalgo de familia extranha aos Telles da Silva. (*V. conde d'Alegrete);* o de senhor da villa do mesmo nome foi doação feita ao 2.° conde de Villar Mayor, Manuel Telles da Silva, a 13 de novembro de 1679; o titulo de Alegrete foi depois elevado a marquez. O brazão d'armas d'este ultimo é o seguinte: um escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Silvas—em campo de prata um leão de purpura; no segundo as dos Telles—campo sómente de ouro e assim os contrarios.

Alecrineira. Pov. da freg. de Quelfes, conc. de Olhão.

Alegrete *(Mathias d'Albuquerque, conde de).* Illustre general pertencente á familia dos Albuquerques, que floresceu no seculo XVII. Nasceu em Pernambuco pelos fins do seculo XVI, e viera para a Europa na calamitosa epoca do dominio castelhano. Foi governador da capitania de Pernambuco, de que a sua familia era donataria, e ali se distinguiu na lucta contra os hollandezes. Terminado o seu governo, regressou ao reino, e estava em Lisboa quando recebeu noticia que novas frotas hollandezas ameaçavam Pernambuco. Partiu logo em defeza da sua capitania, mas o governo hespanhol deu-lhe apenas tres caravellas, fracos recursos para affrontar os perigos da situação. Pernambuco estava mal fortificada; fôram soccorros da Europa, mas os hollandezes ganharam terreno; Mathias d'Albuquerque até 1635 sustentou a guerra, luctando tambem com as intrigas que lhe promoviam, e a desharmonia em que estava com o conde de Bagnuolo: este fidalgo era bem visto na côrte hespanhola, e por sua influencia Mathias d'Albuquerque n'aquelle mesmo anno de 1635 foi mandado recolher ao reino, sendo preso em Lisboa e encerrado no castello de S. Jorge, onde permaneceu até á restauração de Portugal em 1640. Fôram 5 annos de captiveiro de que o libertou a guerra da Independencia, sendo solto no proprio dia 1 de dezembro por D. Alvaro Abranches. Coube-lhe então o commando do Alemtejo, pela reputação militar que alcançára. Quando se descobriu a conspiração do marquez de Villa Real, recahiram suspeitas sobre Mathias d'Albuquerque, apesar da sua provada lealdade, e de ser bem provado o seu odio contra os hespanhoes, que o detiveram preso durante 5 annos. Em vista d'aquellas suspeitas, Mathias d'Albuquerque foi demittido e preso no castello do Outão, em Setubal. Sendo depois reconhecida a sua innocencia, voltou em 1648 a reassumir o mesmo cargo. Em 1644 abrira campanha, invadindo a Extremadura hespanhola, segundo as ordens que tinha de Lisboa. Quando retirava para Portugal, o general barão de Mollingen resolveu atacal-o; veiu em sua perseguição, e os dois exercitos encontraram-se nas planicies do Montijo a 26 de maio do referido anno de 1644. (*V. Montijo).* A victoria d'esta batalha deveu-se quasi exclusivamente aos talentos tacticos d'este valente militar. As suas tropas inexperientes tinham sido salteadas por um verdadeiro panico, os hespanhoes tinham-n'as perseguido, e Mathias d'Albuquerque, valendo-se da reserva que era então pouco usada, transformou o triumpho hespanhol n'uma completa derrota. A noticia da victoria do Montijo foi recebida com o maior enthusiasmo, valendo ao distincto general o ser agraciado com o titulo de conde de Alegrete, concedido por D. João IV, em 1 de junho de 1644. Custa a acreditar que depois da gloriosa batalha de Montijo, Mathias d'Albuquerque fôsse demittido do governo das armas no Alemtejo, victima das intrigas que lhe armaram os seus inimigos. Foi substituil-o o conde de Castello Melhor, que até então commandara as forças portuguezas no Minho. Em 1646, porém, el-rei viu-se obrigado a pedir ao conde d'Alegrete que retomasse o seu antigo commando, que o nobre general só acceitou depois de apresentar muitas difficuldades, e da promessa de ser nomeado capitão-general do reino, e de ser demittido do posto de seu mestre de campo general Joanne Mendes de Vasconcellos a cujas intrigas elle attribuia todos os seus desgostos. El-rei não cumpriu as promessas, e Joanne Mendes declarou n'uma carta artificiosa que consagrava a maior consideração pelo conde d'Alegrete, o que todavia não impediu que os dois generaes continuassem a ser inimigos implacaveis. Para satisfazer ás exigencias da França, que desejava que fizessemos diversões fortes á guerra da Catalunha, ordenou-se-lhe que intentasse contra a Hespanha alguma empreza importante, e ao mesmo tempo não lhe augmentavam nem podiam augmentar-lhe o exercito. O conde reuniu em conselho todos os officiaes, que lhe aconselharam a tomada do forte de Telena como preliminar d'um ataque sobre Albuquerque ou sobre Badajoz. O general em chefe accedeu de má vontade, porque a sua opinião era contraria a quaesquer manobras de guerra offensiva. Marchou então sobre Telena, tomou o forte a 15 de setembro de 1646, mas sabendo que o inimigo tinha forças superiores, retirou para Portugal. Quando atravessava o Guadiana foi atacado por um exercito hespanhol commandado pelo barão de Mollingen. Parte do nosso exercito estava na margem portugueza, a outra parte na margem hespanhola. O conde d'Alegrete queria defender-se n'esta ultima, mas os seus subordinados André d'Albuquerque e Joanne Mendes insistiram para que passasse o rio. O conde d'Alegrete, já cansado de luctar com tantas intrigas e insubordinações, cedeu, d'onde resultou uma retirada desastrosa, que seria uma verdadeira derrota, se algumas tropas, commandadas por Gil Vaz Lobo, não cobrissem o movimento retrogrado do resto do exercito, emquanto André d'Albuquerque desmantelava o forte de Telena. O conde de Alegrete, deveras desgostoso, pediu definitivamente a sua demissão, fallecendo pouco depois em Lisboa a 9 de junho de 1647. Na galeria *(Uffizi)* de Florença, sob o N.° 1018, existe um retrato d'este guerreiro.

Alegrete *(Fernando Telles da Silva, 3.° conde*

de Villar Mayor, e 2.º marquez de). Era filho do 1.º marquez d'este titulo; n. a 15 d'outubro de 1662 e f. a 7 de julho de 1731; foi deputado da Junta dos Tres Estados. Tomou parte na guerra da Successão de Hespanha, em 1704, sendo apenas 3.º conde de Villar Mayor, como ajudante de campo de D. Pedro, que resolvera ir pessoalmente tomar o commando das tropas. Em 1707 foi encarregado de ir a Vienna d'Austria buscar a archiduqueza Maria Anna, noiva destinada de el-rei D. João V; essa embaixada tornou-se celebre pelo extraordinario fausto que ostentou. D'ella se publicou em Vienna, no anno de 1717, uma minuciosa descripção em portuguez, escripta pelo padre Francisco da Fonseca. (V. *este nome).* Quando voltou a Lisboa, já seu pae era fallecido, e recebeu o titulo de marquez d'Alegrete. Foi nomeado vedor da fazenda da repartição de contas e casa, assim como teve os cargos de gentilhomem da camara de D. João V e conselheiro de Estado. Sendo homem de reconhecida instrucção e muito versado na lingua latina, foi um dos indigitados para membro da Academia Real de Historia, que se fundou em 1720, e escolhido para um dos censores. A Academia encarregou-o então de escrever em latim a historia ecclesiastica do bispado d'Elvas, commissão de que não chegou a desempenhar-se completamente porque não a imprimiu, e parece que não concluiu tambem outra obra—*Heloisa sacra,* de que D. Caetano de Sousa falla com louvor na sua *Historia genealogica.* Nas collecções da Academia sahiram publicadas muitas das suas orações e declarações, contas dos seus estudos, etc. Escreveu uma carta em latim elogiando a obra de seu pae ácerca da vida de D. João II; um soneto castelhano em louvor do *Theatro genealogico* da casa de Sousa. O 2.º marquez d'Alegrete casou com D. Helena de Noronha, filha do conde dos Arcos. Na livraria dos srs. condes de Tarouca, guarda-se uma preciosa collecção de cartas d'este marquez de Alegrete para seu irmão o conde de Tarouca, embaixador de Portugal em varias côrtes da Europa. Constituem uma historia desenvolvida de tudo o que se passou no reinado de D. João V, durante um largo periodo d'elle, escripta com a maxima liberdade, independencia e franqueza. (V. *Alegrete, livraria dos Marquezes de).*

Alegrete *(Fernão Telles da Silva, 5.º conde de Villar Mayor, e 4.º marquez de).* Filho do 3.º marquez do mesmo titulo; foi presidente da camara de Lisboa, gentilhomem da camara de D. José, e capitão de cavallaria d'um dos regimentos da côrte. Teve por successor a seu filho Manuel Telles da Silva, 6.º conde de Villar Mayor, que pelo seu segundo casamento veiu a ter o titulo de marquez de Penalva. Casou este duas vezes, a primeira com sua prima D. Francisca de Assis Mascarenhas, filha dos 3.ºˢ condes d'Obidos, que falleceu a 20 de janeiro de 1746; a segunda com D. Eugenia Marianna Josepha de Menezes da Silva, que depois foi 2.ª marqueza de Penalva e 6.ª condessa de Tarouca, por ser filha herdeira de D. Estevam de Menezes, 1.º marquez. As armas das duas casas (Alegrete e Penalva), depois de reunidas, ficaram compostas pelas primeiras, as dos Telles da Silva e pelas segundas as dos Menezes de Tarouca.

Alegrete *(Luiz Telles da Silva Caminha e Menezes, 5.º e ultimo marquez de).* Filho do 3.º marquez de Penalva e neto do 4.º marquez de Alegrete. N. a 27 d'abril de 1775, e f. a 21 de janeiro de 1828. Foi tenente general do exercito. Acompanhou, em 1807, a familia real ao Brazil, e em 1811 foi nomeado governador da provincia de S. Paulo, sendo depois transferido para o Rio Grande do Sul, onde deixou excellentes recordações. Em 1814 mandou fazer o recenseamento da população, elevou a villas as povoações de Mostardes e de Cachoeiras, protegeu muito o desenvolvimento da povoação de Apparecidos, que tomou então o nome de Alegrete, e fez com que se creassem na provincia muitas cadeiras de instrucção primaria. Quando começou a guerra de Montevideu, o marquez d'Alegrete recebeu ordem para hostilisar quanto podesse o inimigo, sendo muito auxiliado pelo general Lecor, que lhe mandou reforços. Depois da tomada de Montevideu, Artigas veiu saltear a fronteira; o peso da guerra cahiu então sobre o nobre fidalgo, que, entregando o commando do exercito da provincia ao general Curado, triumphou por toda a parte, conseguindo derrotar completamente o proprio Artigas na batalha do sitio de Catalão, que se realisou a 4 de janeiro de 1817, e poz termo á guerra. O marquez voltou então triumphante para a sua capital. Em 1818 foi nomeado conselheiro de guerra, e acompanhou depois D. João VI para o reino, onde foi feito par do reino em 30 d'abril de 1826 quando se proclamou a Carta Constitucional. Casou, a 10 de fevereiro de 1793, com D. Francisca de Noronha, filha dos marquezes de Angeja; ficando viuvo, passou a segundas nupcias, no Rio de Janeiro, casando em 1 d'outubro de 1800 com D. Margarida d'Almeida, filha dos marquezes de Lavradio. Do 1.º matrimonio houve uma filha, D. Francisca Xavier, que foi marqueza de Chaves; e do 2.º tres filhos: D. Fernando, 9.º conde de Tarouca, que morreu em 1812, tendo apenas 2 annos de edade, D. Fernão Telles da Silva Caminha e Menezes, que foi o 10.º conde de Tarouca e 4.º marquez de Penalva, e D. Anna Telles, que casou com Antonio d'Albuquerque do Amaral Cardoso, fidalgo da Casa Real, senhor da casa do Arco em Vizeu e d'outros vinculos. D. Luiz Telles da Silva foi quem usou pela ultima vez o titulo de marquez d'Alegrete; era o 8.º conde de Tarouca, grã-cruz da Ordem da Torre e Espada, commendador das ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa; condecorado com as medalhas de campanha da Guerra Peninsular. O titulo de marquez de *juro e herdade* foi-lhe concedido por decreto de 4, e Carta de 14 d'abril de 1795, pela rainha D. Maria I. O decreto de 4 d'abril comprehende varias mercês feitas por occasião do nascimento do principe da Beira D. João, mais tarde el-rei D. João VI.

Alegrete *(Manuel Telles da Silva, 2.º conde de Villar Mayor e 1.º marquez de).* Era filho do 1.º conde de Villar Mayor; n. a 13 de fevereiro de 1641, e f. a 12 de setembro de 1709. Contribuiu para a tomada d'Evora, depois da batalha do Ameixial, sendo coronel d'um terço d'ordenanças, contando apenas 27 annos de edade. Em 1669 foi nomeado regedor da Casa da Supplicação; em 1672, tendo já o cargo de conselheiro d'Estado, tambem foi nomeado vedor da fazenda. Em 1686, recebeu a honrosa incumbencia de ir a Heidelberg buscar a princeza D. Maria Sophia de Neuburgo, filha do Eleitor Palatino, destinada

para esposa, em segundas nupcias, de D. Pedro II. Essa missão alcançou-lhe o titulo de marquez d'Alegrete, com que el-rei o agraciou a 19 d'agosto de 1687. O marquez era muito affeiçoado a D. Pedro, e tomara o seu partido nas questões contra o irmão, D. Affonso VI. Casou com D. Luiza Coutinho, filha do conde de Sabugal. Eximio latinista, escreveu n'esta lingua uma obra intitulada; *De rebus gentis Joannis II,* que se publicou em Lisboa, no anno de 1689, e teve outra edição em Haya, em 1712. O marquez d'Alegrete começou a escrever em latim a historia de D. João I, que ficou por concluir; deixou tambem em manuscripto muitas epistolas familiares, epigrammas e elogios na lingua latina. Imprimiu-se uma sua carta em louvor do livro *A vida de Santa Isabel,* por Fernando Correia de Lacerda. Para a descendencia d'este fidalgo vide os titulos *Balsemão, Bertiandos, Penalva e Tarouca.*

Brazão dos marquezes de Alegrete

Alegrete *(Manuel Telles da Silva, 4.º conde de Villar Mayor, e 3.º marquez de).* Secretario perpetuo da Academia Real da Historia, instituida por D. João V. Nasceu em Lisboa, a 6 de fev. de 1682, e f. na mesma cidade, a 9 de fevereiro de 1736. Latinista como seu pae e seu avô, era tambem um verdadeiro erudito, versado em mathematica e em historia; para ser um completo fidalgo, segundo o ideal da sociedade do seculo XVIII, tambem conhecia muito a theoria da equitação. Casou com D. Eugenia de Lorena, filha dos duques de Cadaval. O 3.º marquez d'Alegrete escreveu: Historia da *Academia Real da Historia Portugueza,* Lisboa, 1727; um volume de poemas e epigrammas latinos, publicado em 1723; tres cartas em latim a Antonio Rodrigues da Costa, uma a Jacob de Castro Sarmento, e um elogio de Antonio Rodrigues da Costa. Na *Collecção dos Documentos e Memorias da Academia vem algumas Contas de estudos, Dicursos, Elogios,* etc. Consta ser muito mais importante o que deixou em manuscripto: *Epitome da historia de Portugal até D. João III,* um *Tratado da esphera,* dividido em 12 tratados, um *Tratado sobre a origem da impressão,* uma *Instrucção util para os que começam a ler historia,* a historia em verso latino do *Concilio de Chalcedonia* e do *3.º concilio de Constantinopla,* e finalmente um grande numero de elogios, epigrammas e odes tambem em latim.

Alegrete *(P. Manuel Telles).* Nat. da Covilhã, onde nasceu a 21 d'agosto de 1832. Era filho de Manuel Francisco Alegrete. Estudou no seminario da Guarda e recebeu ordens de presbytero em 1846. Dedicou-se ao ensino primario, e foi professor na associação da infancia desvalida da Covilhã. Escreveu: *Discurso funebre, que nas exequias do ill.mo e ex.mo sr. Daniel Antonio da Silva, mandadas celebrar pelos ill.mos medicos e pharmaceuticos da Covilhã, recitou na parochial de Nossa Senhora da Conceição da mesma cidade no dia 23 de setembro de 1876,* Coimbra, 1877; *Oração funebre, que nas exequias solemnes da trasladação dos cadaveres da ex.ma sr.a D. Rosa Jacinta de Carvalho e Veiga, recitou na igreja da misericordia da Covilhã, no dia 28 de fevereiro de 1882,* Coimbra, 1882.

Alegrete *(Livraria dos Marquezes de).* Corre impresso um resumido *Catalogo dos manuscriptos da antiga livraria dos marquezes de Alegrete, dos condes de Tarouca e dos marquezes de Penalva e pertencente á sua actual representante a Condessa de Tarouca, Lisboa, 1898;* constitue um vol. de cerca de cem paginas, formato oitavo grande, e encerra valiosas indicações sobre os manuscriptos da mesma livraria. E' talvez ao 2.º conde de Villar Mayor, mais tarde primeiro marquez de Alegrete, como se disse, que, se deve a iniciativa de tão copioso cartorio, bem como da grande bibliotheca, cujos impressos se guardam ainda hoje no antigo palacio dos marquezes de Alegrete, á Mouraria, n'esta capital. Data, pois, do seculo XVII este importante archivo, que contém, todavia, documentos e codices dos seculos anteriores. O 3.º conde de Villar Mayor, Fernando Telles da Silva, foi um dos fundadores das primeiras academias portuguezas. O 1.º marquez de Alegrete foi o negociador do casamento de D. Pedro II com a filha no Eleitor Palatino, e muitos documentos se encontram tambem n'este archivo, bem como uma interessante collecção de desenhos e aguarellas representando os arcos de triumpho e outros monumentos erigidos em Lisboa, para festejar esse casamento. O segundo marquez de Alegrete seguiu as tradições de seu pae e continuou guardando e archivando manuscriptos, ainda hoje inéditos sobre muitos assumptos, e deixou nos seus vinte e quatro volumes de cartas particulares para o conde de Tarouca, João Gomes da Silva, seu irmão, uma historia minuciosa do reinado de D. João V. A ellas correspondem as respostas do conde de Tarouca, que, embaixador em diversas côrtes, offerece egualmente curiosas informações. A estes distinctos litteratos, porque todos o fôram, tanto os Telles da Silva como os Gomes da Silva, succederam muitas gerações cultas e illustradas, que deram notavel brilho ás casas de Alegrete, de Tarouca e de Penalva. Nuno Telles da Silva, antigo reitor da Universidade de Coimbra, tambem cultivou as letras e as sciencias, deixando em morgado á casa Alegrete, uma importante bibliotheca, como se vê d'uma certidão de avaliação junto ao seu testamento. Claramente, pois, se comprehende, como se constituiu a importantissima livraria a que nos referimos e cujos impressos orçam por vinte mil volumes. Os manuscriptos enchem as quatro paredes de um cartorio no palacio onde actualmente residem os srs. condes de Tarouca. A livraria dos impressos, arrumados n'um vastissimo salão do antigo palacio da Moiraria, em Lisboa, é uma bibliotheca classica das mais completas. Todos os ramos da theologia estão ali largamente representados. Na preciosa collecção de Biblias, ainda se encontra a Biblia polyglotta. A seu lado figuram todos os philosophos da antiguidade e os jurisconsultos mais conceituados, em direito canonico, natural, das gentes, civil, etc. A geographia, a litteratura, a historia universal, obras ricamente illustradas, emfim, tudo ali se encontra devidamente representado. Pena é que, por ser na maioria em latim, tão pouco accessivel hoje se torne este thesouro de sabedoria e de estudo. Da importancia d'esta livraria darão boa ideia

alguns dos privilegios que lhe fôram concedidos, e que constam de documentos n'ella archivados. A um dos condes de Taronca foi permittido por um breve apostolico o poder ter e ler livros prohibidos. A um dos marquezes de Penalva foi concedida licença para conservar na sua livraria alguns livros prohibidos.

Alegrete. Villa e freg. de S. João Baptista, na prov. do Alemtejo, conc., com., distr. e bisp. de Portalegre: 1:970 alm. e 365 fog. Tem Misericordia, esc. do sexo masculino e caixa post. A villa dista 12 k. da séde do conc. E' praça d'armas cercada de muralhas com setteiras e seu castello, dentro do qual existem casas para serviço de quarteis, arrecadações, cisterna, etc. D. Diniz deu-lhe foral em 1319, e mandou construir o castello e as muralhas. D. Manuel deu-lhe novo foral, a 14 de fevereiro de 1516. Os habitantes da villa fizeram as muralhas com a condição de serem emancipados da jurisdicção de Portalegre. Alegrete é povoação antiga, data do tempo dos romanos; uns dizem que lhe davam o nome de *Alegretum*, ou *Ad-septem-aras*, ou *Assumar*, e outros pretendem que fôsse aqui a antiga Talabriga. Sobre a parte principal da villa ha uma torre de cantaria, primorosamente lavrada, onde está o relogio. O seu nome provém da magnifica situação em que está, n'uma altura cercada de varios montes, e banhada pelo rio Lima, que nasce no alto da Serra de S. Mamede, desagúa no Guadiana; os ribeiros Caia, e Ninho do Açor tambem circumdam a villa. Alegrete tinha o privilegio de não dar soldados para o exercito, mas com a obrigação dos habitantes defenderem a povoação dos ataques dos castelhanos; este privilegio fôra dado por varios reis e confirmado por D. João V, em attenção da praça não ter sido tomada desde D. Affonso I. Em 1826, houve proximo d'Alegrete um pequeno combate entre as tropas de Magessy e as do conde de Villa Flôr. A matriz é um bom templo de 3 naves. E' terra fertil, produzindo vinho, azeite e castanhas; cria gado. || Pov. nas freg.s de Cabreiras, Freigil conc. de Rezende, e Recarei, conc. de Paredes. || Ribeira no distr. de Portalegre. Nasce na serra de S. Mamede e entra no Caia com um curso de 20 k. Tambem se lhe dá o nome de *Ribeira d'Arronches*.

Alegria. Pov. da freg. de Redome, conc. de Villa Nova de Famalicão. || Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Aleidões. Monte na prov. do Alemtejo, com. d'Evora. Faz parte da serra d'Ossa.

Aldeiões. Serra, distr. de Lisboa. E' ramificação da serra dos Algares. Altura 325 metros.

Aleijão. Pov. da freg. de Agilde, conc. de Celorico de Basto.

Aleixo. *(Fr).* Religioso portuguez do seculo XVI, missionario em Solor, para onde o enviou D. Fr. Jorge de Santa Luzia, bispo de Malaca, que o trouxe de Gôa em 1561. Morreu, com a fama de santo, cerca do anno de 1590.

Aleixo. Pov. nas freg.s de Barcos, (conc. de Tabuaço), Envendos (conc. de Mação), Lordello do Ouro, Macieira de Cambra, Monte Redondo (conc. de Leiria), e Varzea de Abrunhosa.

Aleixo de S. João *(Fr.).* Religioso, nat. de Beja, que foi voluntariamente para Coimbra, em 1599, quando a cidade estava atacada de peste. Prestou muitos serviços como zeloso e dedicado facultativo.

Alem. Pov. nas freg.s d'Abbedim (conc. de Mousão), Alheira (conc. de Barcellos), Almamoil (conc. de Loulé), Anhões (conc. de Monsão), Avelleda, Balazar, Barreiros, Bente (conc. de V. N. de Famalicão), Cabração (conc. de Ponte de Lima), Caldellas, Carrazedo, Carvalhosa, Cepões, Cette (conc. de Paredes), Crespos (conc. de Braga), Cubalhão (conc. de Melgaço), Eiriz (conc. de Paços de Ferreira), Esporões (conc. de Braga), Ferreiros, Gaizão (conc. de V. N. de Famalicão), Gulpilhares (conc. de V. N. de Gaya), Guardizella (conc. de Guimarães), Guilhufe conc. de (Penafiel), Salvador da Lagoa (conc. de V. N. Famalicão), Loureda (conc. d'Arcos de Valle de Vez), Louroza, Maceda (conc. d'Ovar), Manhouce (conc. de S. Pedro do Sul), Morreira, Negreiros (conc. de Barcellos), S. Paio d'Oliveira (conc. d'Amares), S. Thiago d'Oliveira (conc. de Povoa de Lanhoso), Penacova (conc. de Felgueiras), Perozello (conc. de Penafiel), Paranhos, Parreiras (conc. de Paredes de Coura), Portella, Seide (conc. de V. N. de Famalicão), Souzello (conc. de Sinfães), Tangil (conc. de Monsão), Villar das Almas (conc. de Ponte de Lima).

Alem da Agua. Pov. da freg. de Penella conc. de Penella. Orago S. Miguel. || Pov. na freg. de S. Santo Aleixo do Becco, conc. de Ferreira do Zezere.

Alem de Baixo. Pov. da freg. de Lemenhe, conc. de Villa Nova de Famalicão.

Alem do Carmo *(Santo Antonio de).* Antiga fortaleza de D. Diogo de Menezes, na Bahia. Sustentou renhidos combates durante as invasões de 1624, 1627 e 1637.

Alem de Cima. Pov. da freg. de Lemenhe, conc. de Villa Nova de Famalicão.

Alemcarça de Baixo. Pov. da freg. e conc. de Soure.

Alemcarça de Cima. Pov. da freg. e conc. de Soure.

Alem Passa. Pov. da freg. de Penso, conc. de Melgaço.

Alem da Ponte. Pov. das freg.s de Fontellas, conc. de Pezo da Regoa, Anciães e Santa Marinha de Arcozello, conc. de Guimarães.

Alem do Rego. Pov. da freg. e conc. da Feira.

Alem da Ribeira. Pov. na freg. e conc. de Aljezur, e na freg. de Cem Soldos, conc. de Thomar.

Alem do Ribeiro. Pov. nas freg.s Avintes (conc. de V. N. de Gaya), Jolda (conc. d'Arcos de Valle de Vez), Neiva (conc. de Vianna do Castello), Rio Maior, Santa Maria de Vermoim (conc. de V. N. de Famalicão).

Alem do Rio. Pov. nas freg.s Areosa (conc. de Vianna do Castello), Arnoso, Arreiganha, Baltar (conc. de Paredes), Cernandes, Duas Egrejas (conc. de Miranda do Douro), Espargo (conc. da Feira), Esporões (conc. de Braga), Gafanha (conc. d'Ilhavo), Louredo, Marinha (conc. de V. N. de Gaya), Milhundos (conc. de Penafiel), Outeiro, Rio de Gallinhas (conc. de Marco de Canavezes), Roccas (conc. de Sever do Vouga), Tregosa (conc. de Barcellos), Trezouras (conc. de Baião), Valle de Bouro (conc. de Celorico de Basto).

Alem Tamega. Pov. e freg. da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Ribeira de Pena, com. de

Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real, arceb. de Braga. 576 alm. e 136 fog. Está situada na margem direita do Tamega. A pov. dista 3 k. da séde do conc. Orago Santo Aleixo.

Alem á Villa. Pov. da freg. da Queimada, conc. de Armamar.

Alemquer *(D. Diogo da Silva de Mendonça, conde de Salinas, e marquez de).* Um dos fidalgos portuguezes que tomaram o partido da Hespanha, durante o dominio hespanhol. Foi governador de Portugal no reinado de Filippe I e Filippe II, logar em que se tornou bem odioso. A Hespanha promettera que os vice-reis de Portugal só seriam principes ou fidalgos portuguezes, e cumprira a promessa, porque o 1.º foi D. Christovam de Moura, marquez de Castello Rodrigo; seguindo-se-lhe successivamente tres prelados, D. Pedro de Castilho, D. Aleixo de Menezes e D. Miguel de Castro, e finalmente D. Diogo da Silva de Mendonça, um dos fidalgos mais hespanholados, que já recebera o titulo de conde Salinas, em Hespanha, o que excitara muito o odio dos portuguezes, odio que se aggravou ainda mais, quando em recompensa dos serviços prestados ao governo usurpador, D. Diogo recebeu a propriedade da villa d'Alemquer, que para isso foi desannexada da Casa das Rainhas, com o titulo de marquez. A sua inhabilidade financeira, com que se aggravavam muito os impostos, e o seu orgulho tornavam-n'o cada vez mais odioso, porém D. Diogo era muito intimo do duque de Uzeda, valido omnipotente d'el-rei, e portanto era difficil tirar-lhe o poder. Comtudo, em Madrid, soube-se da agitação em que estava Portugal e pensou-se no perigo que poderia sobrevir. Filippe II resolveu visitar estes dominios, julgando que a sua presença fizesse socegar os animos. Nas côrtes que se reuniram, fôram unanimes as queixas contra o marquez d'Alemquer, mas não conseguiram ser attendidas. Filippe tinha mais em conta não desgostar o ministro seu valido, do que attender as representações do povo. Pouco depois da sua visita a Portugal, Filippe morreu, e o duque d'Uzeda, com a sua morte, perdeu todo o valimento. O novo ministro hespanhol, o conde duque d'Olivares, desejando ser agradavel aos portuguezes, demittiu o marquez d'Alemquer, substituindo-o por tres governadores, que fôram o conde de Basto, D. Nuno Alvares Portugal, e o bispo de Coimbra, Martim Affonso Mercês. O marquez quiz logo partir para Madrid, mas como o accusavam de dever avultadas quantias ao thesouro, os tres governadores não o deixaram partir sem que elle prestasse fiança. Foi preciso uma ordem do novo rei, Filippe III, para consentirem que se ausentasse. Ainda em Madrid o perseguiu a guerra que os tres governadores lhe faziam; armaram-lhe uma demanda para que lhe não pagassem as rendas do reguengo de Guimarães, que lhe fôra concedido pelo governo hespanhol, e as da villa d'Alemquer. A demanda durou 11 annos, terminando em 1632, por ordem expressa do rei. O marquez d'Alemquer morreu em Madrid, extinguindo-se com elle o marquezado.

Alemquer *(Manuel Joaquim d'Almeida, 1.º barão de).* Fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa. Era abastado proprietario em Olhalvo, concelho de Alemquer. Foi por muitos annos administrador do Bairro Alto, em Lisboa, e presidente da camara municipal da mesma cidade, logares em que prestou bastantes serviços. Casou com D. Maria José de Napoles Noronha e Veiga, filha de D. Thomaz de Napoles Noronha e Veiga, fidalgo cavalleiro da Casa Real. D'este consorcio houve 4 filhos: D. Maria Amelia, que nasceu a 12 d'abril de 1836, e casou em 1857 com o visconde d'Almeida (V. *este nome*); D. Thomaz de Napoles, 1.º visconde d'Alemquer (V. *este nome*); D. Diogo de Napoles, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, por successão a seus maiores, alvará de 12 de novembro de 1875, e D. Pedro de Napoles, fidalgo tambem por successão. O barão d'Alemquer falleceu em Lisboa a 22 de fevereiro de 1873. O titulo foi-lhe concedido por decreto de 3 e Carta de 4 de julho de 1862.

Alemquer *(Pero de).* Piloto portuguez; um vulto notavel das nossas navegações. Julga-se fosse natural d'Alemquer, mas não se sabe ao certo, assim como se ignora a data do seu nascimento e onde e quando morreu. Sabe-se apenas que em 1486 já era conhecido como intelligente e habil piloto, que foi escolhido para dirigir a embarcação em que sahiu Bartholomeu Dias a descobrir novas terras em Africa. Dobraram, sem o vêrem, o Cabo da Boa Esperança, e chegaram até ao rio a que chamaram *Rio do Infante*, em honra de Lopo Infante, que commandava a nau *S. Pantaleão*. Voltando para o reino, é que viram o cabo a que davam o nome de *Cabo das Tormentas*, nome muito justificado então, e depois, pelos rijos temporaes que tantas victimas alli sempre fizeram. Em dezembro de 1487 estavam em Lisboa. Pero d'Alemquer, apesar da historia pouco fallar a seu respeito, foi um piloto intrepido e intelligente, o que prova o ter sido escolhido para piloto na expedição de Bartholomeu Dias e na de Vasco da Gama. Damião de Goes diz o seguinte, fallando de Pero d'Alemquer: «*homem mui esperto nas coisas do mar, e por cuja industria Lopo Infante e Bartholomeu Dias chegaram até ao rio do Infante.*» Em 1490 foi tambem n'uma expedição ao Congo, levando a bordo dos seus navios embaixador e missionario. No anno de 1497, a 8 de julho, partiu Pero d'Alemquer, a bordo da nau *S. Gabriel* em que ia Vasco da Gama, e desde então nunca mais se ouviu fallar do intrepido piloto.

Alemquer *(D. Thomaz de Napoles Noronha e Veiga, 1.º visconde de).* Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, por successão de seus maiores, pelo alvará de 12 de julho de 1869; commendador da ordem de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa. N. a 17 de novembro de 1840 e f. em 1898. Filho do 1.º barão d'Alemquer, Manuel Joaquim d'Almeida. (V. *Alemquer, barão de*), e de sua esposa, D. Maria José de Napoles Noronha e Veiga. O visconde d'Alemquer foi par do reino, governador civil d'Aveiro e de Santarem, e director da Companhia Real dos Caminhos de Ferro. Casou com D. Julia de Macedo, filha do morgado de Verride, Antonio de Macedo de Sousa Pereira Coutinho Menezes (V. *este nome*), e de sua esposa, D. Maria Augusta da Cunha Portugal e Menezes; é irmã dos srs. Manuel de Macedo, distincto desenhador e escriptor, e conde de Macedo, ministro honorario. (V. *estes nomes*). Da parte de sua mãe, o visconde d'Alemquer tinha ascendencia muito nobre; na sua familia conta-se Bernardo Napoles e Veiga, que acudiu ás fronteiras do reino com cavallos armas e soldados, á sua custa, na acclamação de

D. João IV, que lhe fez mercê da capitania-mór de Bésteiros, Guardão e S. João do Monte, como se declara no alvará de 30 d'agosto de 1642. Bernardo de Napoles foi senhor da Honra de Nandufe; casou com D. Marianna de Napoles Noronha e Menezes, filha de D. Thomaz Jordão de Noronha, governador d'Alemquer e de Torres Vedras, a quem foi confirmada a doação da Leziria da Caniceira, que lhe havia feito em 3 vidas o duque de Caminha, o Velho, do qual era descendente, por Carta de 23 de maio de 1644. D. Thomaz Jordão de Noronha foi filho de D. Pedro de Noronha, senhor de Villa Verde, e de sua mulher, D. Maria Jordão, filha unica e herdeira de Fernão d'Almeida e Gouveia, senhor do morgado de Jordão. D. Thomaz casou em segundas nupcias, com D. Catharina da Veiga e Napoles, filha de Henrique Esteves da Veiga, senhor da Quinta da Requeixada, ou do Contador-Mór, situada na freg. da Triana, em Alemquer, cuja quinta tomou esta ultima denominação por haver pertencido a Fernão Nunes Esteves de Napoles e Veiga, que foi Contador-Mór das Terras em Alemquer, da rainha D. Leonor, mulher de D. João III. Esta quinta ainda se conserva na familia Napoles e Veiga. A D. Thomaz de Napoles e Noronha, natural de Lisboa, filho de D. Diogo de Napoles Noronha e Veiga, neto de D. Thomaz de Napoles e Noronha, se passou alvará de fidalgo cavalleiro da Casa Real, em 4 de julho de 1768, o que tudo se menciona na *Resenha das Familias Titulares e Grandes de Portugal*, d'Albano Silveira Pinto e visconde Sanches de Baena. O titulo de visconde d'Alemquer foi concedido por el-rei D. Luiz, pelo decreto de 11 de dezembro de 1873 e Carta de 5 de março de 1874. O brazão d'armas é o seguinte: um escudo esquartelado, no primeiro quartel as armas do reino, com um filete negro em contrabauda, que adoptaram por descender de Leonardo Esteves de Napoles, que casou com D. Margarida Annes, filha do conde D. João Affonso Telles de Menezes, e de sua mulher D. Thereza Sanches, e que tambem adoptaram os Noronhas de Linhares; no 2.º quartel, as armas dos Esteves — em campo de oiro, trez flôres de liz de vermelho (conforme o brazão passado em 31 de agosto de 1542, a Diogo Esteves da Veiga); no terceiro, as armas dos Veigas — em campo vermelho uma aguia de oiro estendida armada de prata; no quarto quartel as armas dos Cardosos — em campo vermelho dois cardos verdes com alcachofras floridas de prata, com raizes e perfis de oiro, entre dois leões de oiro batalhantes. Não se sabe a data da concessão d'este brazão, nem o motivo de ter sido alterado, pela varonia actual, o segundo quartel do escudo.

Visconde de Alemquer

Alemquer. Villa da prov. da Extremadura, séde de conc. e de com., distr. e patriarc. de Lisboa; tem duas freg.ᵃ: Santo Estevam com 3:530 alm. e 607 fog. e N. S.ª d'Assumpção e Trianna (freguezia que lhe foi annexada), com 3:001 alm. e 532 fog. Pertence á 1.ª div. militar e ao 3.º distr. de reserva do exercito effectivo com a séde em Lisboa. Actualmente ha em Alemquer importantes fabricas de lanificios. São as da Companhia Portugueza de Fiação e tecidos de lã; a da Companhia de Lanificios d'Alemquer, a de Lanificios da Chemina e a da Romeira. Houve tambem n'esta villa uma notavel fabrica de papel. Tem est. telegr. e post. com serviço de emissão e pagamento de valles do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas permutando malas com a R. A. N. Associações operarias e de soccorros, gremios recreativos, 2 theatros, um dos quaes foi edificado em 1891, de elegante construcção, philarmonicas, muitos estabelecimentos commerciaes, hoteis, escolas, cadeia, matadouro, e mercado mensal. Os paços municipaes, situados no alto da villa, são d'uma bella architectura; a construcção é de 1887. O edificio fórma um rectangulo que mede 30 metros do lado da fachada e 35 do lado de Triana, fazendo frente para o sueste. Compõe-se de 2 pavimentos. As suas 4 frentes são d'uma architectura severamente classica, guarnecida de pilastras, capiteis e cornijas de ordem toscana, perfeitamente detalhada. Amplas e bem elaboradas janellas enchem de luz o interior das diversas salas, sendo todas guarnecidas de cantarias, e encimadas por boas subvergas, misulas, e outros ornamentos. Tanto na fachada posterior, como na principal, e na altura do pavimento do andar nobre, ha soberbas varandas que dão, respectivamente, para as salas do tribunal e das sessões da camara, salientando-se na fachada principal um magestoso corpo a começar nos 3 degraus e o patim que dá accesso ao atrio principal do edificio, aonde se levantam 3 porticos. Sobre estes está uma das já referidas varandas, com boa balaustrada de cantaria servindo de base a 4 columnas, com capiteis e cornijas, entre as quaes estão 3 bellas janellas, cujas vergas são encimadas por ornatos bem detalhados, e fecham com os bustos de 3 figuras allegoricas que representam a Sciencia, as Artes, e a Justiça. Este corpo, que é todo feito de cantaria de pedra vinda de Alcanena, e que segue a ordem da architectura composita, fecha com um frontão que, assentando sobre as columnas que ficam indicadas, corôa, por assim dizer o edificio, tendo esculpidas em alto relevo, no seu tympano, as armas da villa acompanhadas de diversas figuras allegoricas, taes como a Industria e a Agricultura, que são as principaes fontes de riqueza do concelho. No edificio estão estabelecidas: no 1.º pavimento, a repartição de fazenda com os respectivos gabinetes, a recebedoria da camara, os cartorios dos escrivães dos 4 officios do juizo, o gabinete do Contador, a repartição dos afilamentos, o archivo municipal, residencia do guarda portão, retretes e calabouços administrativos. No fundo, o quartel com boa cozinha e quartos para officiaes superiores e inferiores. A escada principal que conduz ao andar nobre, é toda de cantaria, coberta por uma elegante cupola, cujo vão

Brazão da villa de Alemquer

mede 100 metros quadrados. Nas paredes d'um e d'outro lado, vêem-se os seguintes letreiros: *Começado em 7 de março de 1887—Mandado construir pela Camara Municipal d'Alemquer—Inaugurado em 3 de janeiro de 1890—Deliberação tomada em sessão de 10 de novembro de 1882.* No andar nobre encontram-se a secretaria da Camara Municipal com os seus gabinetes; a sala das sessões ricamente ornada em estylo Renascença, tendo nas paredes em quatro medalhões: os bustos de Camões, Damião de Goes, Pero d'Alemquer e D. Manuel; o tribunal judicial, com uma elegante e solida galeria, para a qual se sobe fóra da sala da audiencia, a administração, com os respectivos gabinetes, a recebedoria da camara, a conservatoria do registo predial, com a sua casa forte e os gabinetes do juiz, do delegado do ministerio publico e dos advogados. Em frente do edificio ha um pequeno jardim, e a capella de N. S.ª do Monte do Carmo. A antiga camara municipal, era situada junto ao arco chamado de Santo Antonio, onde se elevava a torre do Relogio. O conc. comprehende 14 freg.ª com 4:563 fog. e 24:797 alm. sendo 12:855 do sexo masc. e 11:942 do sexo fem., n'uma superficie de 31:938 hect. As freg.ª são: Abrigada, Aldeia Gallega da Merceana, Aldeia Gavinha, Santo Estevam, N. S.ª da Assumpção e Triana, Cabanas de Torres, Cadafaes, Carnota, Santa Quiteria de Méca, Olhalvo, Otta, Palha Cana, Ventosa, e Villa Verde dos Francos. A villa dista 39 k. da séde do distr. Está situada n'uma planicie, sobre o rio Tejo e na encosta d'um outeiro. O terreno é fertil e o clima saudavel. Do alto da villa desfructa-se um lindo panorama. E' atravessada pelo rio Triana, que a divide em duas partes. Em quanto á sua fundação e origem do nome, nada se sabe ao certo; a esse respeito ha varias opiniões. Dizem uns que é de origem romana, chamando-se então *Jerabriga* ou *Jerabrica;* querem outros que fôsse fundada pelos alanos no anno 418 de Christo, os quaes a denominavam *Alan-kerk* ou *Alano-kerk,* que segundo a opinião mais seguida, quer dizer *Castello dos Alanos,* dizendo outros *Templo dos alanos.* D'esta mesma opinião foi o chronista Damião de Goes, que nasceu e morreu em Alemquer, sendo sepultado na egreja de Santa Maria de Varzea. N'uma lapide embebida na parede da capella-mór, lia-se, entre outras palavras, o seguinte: *modò Alanokercæ, ubi natus sum, hoc sepulchro condor* etc. o que confirma a etymologia que muitos dão á villa. Ha tambem quem attribua a sua fundação aos suevos, contemporaneos dos alanos, e como elles de raça germanica, dando-lhe o nome de *Alan-kana* ou *Alem-ker-kana.* Querem tambem alguns que a villa fôsse fundada pelos turdulos 500 annos antes de Christo, e outros que o fôsse pelos romanos. Pelo menos, já existia no tempo do imperio romano, sendo muito importante, o que é confirmado pela profusão de lapides, cippos, moedas e inscripções romanas que se tem encontrado em Alemquer por diversas vezes. Em 715 já existia o castello fundado pelos romanos ou pelos alanos, quando os arabes se apoderaram da Luzitania. A tradição popular tira a origem do nome e das armas da villa, da seguinte lenda: D. Affonso Henriques cercou Alemquer, então em poder dos moiros, na madrugada do dia S. João; sahiram estes para se banharem no rio; um cão que vigiava a villa, e que sahia juntamente com elles, veiu ter com os portuguezes, e indo direito a el-rei, sem

Vista de Alemquer

ladrar, fez-lhe tanta festa, que o monarcha exclamara, dirigindo-se ao cão: *o Alão quer.* E tomando isto por um aviso do céo, accommetteu a praça de improviso, e a tomou. Na verdade, as armas da villa parecem confirmar a lenda, porque são em campo de prata um cão pardo, preso a uma arvore com um grilhão de ouro. A lenda póde ser verdadeira, mas é possivel tambem que tendo os alanos nas suas bandeiras e escudos a figura d'um gato, decerto mal representado porque as artes achavam-se então em muito atrazo, tomassem por equivoco a tosca figura por um cão. O nome de Alão póde ser egualmente o resultado d'uma confusa tradição popular. E' caso averiguado, porém, que D. Affonso Henriques cercou a povoação durante dois mezes, no fim dos quaes a tomou pelos annos de 1148. O imperador de Marrocos, depois, em 1184, foi cercal-a com um grande exercito, mas ficou derrotado. Enfraquecida pelas continuas guerras, D. Sancho I mandou-a povoar e reedificar, concedendo-lhe foral, dando-a em dote a sua filha, a infanta D. Sancha, que residiu alli em palacio real, até professar no convento de S. Francisco de Cellas, em Coimbra, onde falleceu a 13 de março de 1229. Por sua morte, Alemquer voltou para a corôa. D. Affonso II quiz usurpar a villa a sua irmã (V. *Affonso II);* durante o tempo que durou esta discordia, que afinal terminou pela cedencia a que D. Affonso se viu obrigado, a villa soffreu muito. O palacio real d'Alemquer, depois de D. Sancha se enclausurar, converteu-se no convento de S. Francisco, que foi o primeiro que a ordem seraphica teve em Portugal, concluindo-se em 1222, ainda em vida de S. Francisco de Assis. Em 1755 soffreu grandes prejuisos, ficando arrasado o dormitorio, e a egreja em completa ruina. Reedificou-se depois, conservando-se assim até á queda do governo absoluto, em que passou a fazer parte dos Proprios Nacionaes. Por carta de lei de 18 d'agosto de 1853, o convento foi cedido á camara d'Alemquer, com a sua egreja, para n'elle se estabelecer a matriz (Santo Estevam), o hospital da Misericordia e o cemiterio publico; junto está tambem o edificio da cadeia. No local onde existia a parochia está hoje a escola do conde de Ferreira, que foi começada em 1871, sendo inaugurada solemnemente em 20 de novembro de 1872. A construcção do edificio com suas dependencias, mobilia, etc., importou em quantia superior a 1:800$000 réis. No claustro do convento ainda hoje existe um relogio de sol de marmore fino de Genova, dadiva de Damião de Goes no anno de 1555. Este claustro é obra de D. Manuel, como provam as espheras que existem ainda nos cunhaes. Entra-se pela portaria do convento, que fica entre a porta principal da egreja e a casaria que é quasi toda posterior ao terremoto. Em redor da portaria ha bons azulejos azues e brancos formando 2 quadros grandes superiores e 2 mais pequenos inferiores; o quadro superior da esquerda é o apparecimento dos 5 martyres de Marrocos á infanta Santa Sancha, e o da direita representa o Beato Fr. Zacharias ajoelhado em frente d'um Crucifixo. Os 2 quadros inferiores são paizagens de phantasia. Passando para a ala do poente do claustro, ha do lado direito uma pequena capella que serve hoje de necroterio; é de abobada, com artesões, 3 florões e um escudete de armas egual a outro que está sobre o arco da entrada; O chanfrado d'este arco é todo lavrado de grotesco com ramagem e fructos, e no fecho ha o escudo das armas, que é partido em pala, na 1.ª a aspa com 4 flôres de liz, uma em cada espaço entre as pernas d'ella, que naturalmente quer dizer *Miranda;* e na segunda 2 leões rompantes de direito, e em um mantelete um castello, o que indica *Henriques.* Provavelmente este escudo pertenceria ao fundador da capella, o que não podemos averiguar. Sahindo da cerca do convento, hoje dividida em terras de semeadura, e com o muro de vedação quasi todo abatido, ha no sitio chamado *Mazagão* ou da *Barroca,* uma ermidinha, hoje em ruinas, dedicada a Santo Antonio, que fôra fundada por Nuno Gonçalves d'Athayde, irmão de Martim Gonçalves d'Athayde, alcaide d'Alemquer, no tempo de D. Leonor Telles. D. Nuno falleceu no anno de 1424, e foi sepultado n'esta ermida. Quando falleceu el-rei D. Fernando, a villa conservou-se fiel á rainha viuva, D. Leonor Telles, e contra o mestre d'Aviz, que varias vezes a sitiou. As discordias entre D. Leonor, viuva d'el-rei D. Duarte, com seu cunhado, o infante D. Pedro, em 1439, tambem lhe causaram bastante damno. Filippe II

Paços do Concelho

deu esta villa a D. Diogo da Silva, elevando-o a marquez d'Alemquer e vice-rei de Portugal. (V. *este nome*). Com a restauração de 1640, voltou o seu antigo senhorio para a Casa das Rainhas até 1834, época em que esta casa foi extincta. As muralhas antiquissimas, que datavam do tempo da construcção do castello, e de que hoje restam apenas vestigios, tinham 3 portas e alguns postigos: a da *Villa* (na praça), a de *Santo Antonio* (que primeiro se chamou *Carvalho*, por ir para a ponte d'este nome), e a de *S. Thiago*. N'estes vestigios ainda se reconhecem os restos da Torre de Menagem do castello. A freg. de Santo Estevam fica situada no declive do monte; parece que pertenceu aos Templarios; na egreja, n'um corredor que vae da sacristia para o coro,

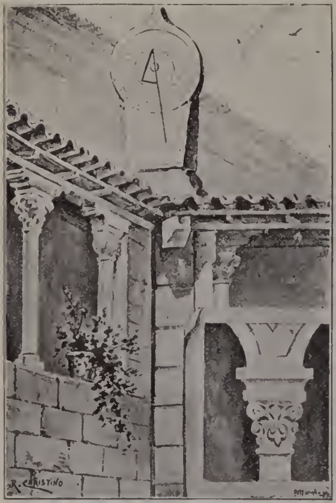

Relogio de sol no claustro do convento de S. Francisco

estão mettidos na parede uns mausoléos tendo esculpidas na pedra umas espadas como usavam os cavalleiros do templo. A egreja era priorado apresentado pelas freiras d'Odivellas. A de Santa Maria da Varzea fica proximo do rio. Foi fundada pela infanta D. Sancha em 1245. Um incendio a destruiu no seculo XV, attribuindo-se este desastre aos judeus, que moravam junto do postigo de S. Thiago; os judeus fôram expulsos e obrigados a reconstruir o templo. A capella-mór veiu depois a ser reedificada por Damião de Goes. O templo actual é bastante espaçoso e tem 5 altares. Dizem que a imagem do *Ecce Homo*, alli existente, foi offerta do celebre chronista, assim como o rico pavimento tesselado da capella-mór. A pia baptismal tem a data de 1561. O lindo coreto onde estava o orgão, que depois foi para a egreja de N. S.ª d'Assumpção, foi feito em 1725. Sobre a porta da sacristia estão as armas da familia Goes, *em chefe*, e junto d'ellas o brazão de armas estrangeiras, da mulher, com alguns nomes em redor, que parecem allemães. Damião de Goes deu muitos e valiosos presentes a esta egreja, contando-se entre elles, além da imagem do *Ecce Homo*, um quadro representando a coroação de Christo, do pintor Jeronymo do Bosque. A egreja de *N. S.ª da Assumpção* de Triana foi fundada pela rainha Santa Isabel nos fins do seculo XIII. A Misericordia é edificação de D. João III, em 1527. Em 1593, Ayres Ferreira mandou accrescentar a egreja, e fazer na capella-mór um jazigo para si e sua familia. N'esta capella ha uma campa com brazão tendo escripto o seguinte: *Sepultura de Ayres Ferreira, fidalgo da casa d'el-rei nosso senhor e veador que foi da fazenda do Cardeal D. Enrique, e de sua mulher, D.ª Catharina de Gois, os quaes deixaram a sua fazenda a esta casa, com obrigação de uma missa quotidiana. Falleceu em 28 de janeiro de 1594.* Sobre a porta da escada que communica com o coro, ha n'uma lapide esta inscripção: *Ayres Ferreira e Dona Cn.ª de Gois, sua mulher, mandaram fazer esta igreja para sua s.ª, que teem na capella-mór com uma missa cotidiana, para a qual, e fabrica da dita igreja deixaram a esta casa 86 mil reis de juro. Anno 1595.* Ao prior da egreja da Misericordia pertencia a administração da egreja de N. S.ª da Ameixoeira. Consta ter havido tambem em Alemquer um convento de freiras de Santa Clara, construido em 1533 por João Gomes de Carvalho. Este convento foi incendiado pelos francezes em 1811, passando então as freiras para o convento da Castanheira. Desde os fins do anno de 1810, em seguida á batalha do Bussaco, Alemquer soffreu muitissimo com a invasão franceza, sendo as casas saqueadas, ficando muitas em completa ruina. A capella do *Espirito Santo*, que deu o seu nome á ponte que lhe fica proximo, foi mandada edificar pela rainha santa, juntamente com o hospital contiguo. N'ella instituiu D. Isabel a festa popular da coroação d'um imperador, que depois se propagou por todo o reino. O nome de *Fonte Santa*, que se dá a uma nascente que fica junto ao oratorio de Santa Catharina, diz a tradição ser devido a terem alli residido os 5 martyres de Marrocos. Na rua da Triana ha uma fonte, cuja construcção se attribue a Santa Isabel. Cortam o rio algumas pontes: a do Espirito Santo, construida em 1571 por el-rei D. Sebastião, a qual tem gravada n'uma pedra o escudo das armas reaes com o cão por baixo; a da Couraça, junto á torre do mesmo nome; a do Arraial, edificada no meado do seculo XIV; e a de Pancas, obra do seculo XVIII. A torre da Couraça suppõe-se ser construcção feita pelos moiros. Tem paredes muito grossas, um caminho que vem do cimo até ao fundo da torre. Diz a tradição que ha um caminho secreto, que communica a torre com o castello. Em 1580 Alemquer tomou o partido de D. Antonio, prior do Crato, contra a usurpação de Castella. Este principe esteve alli hospedado no convento de S. Francisco, recebendo *preito e menagem* das auctoridades. D. Antonio, em reconhecimento da dedicação e patriotismo da villa d'Alemquer, manifestou desejo de ser enterrado no convento de S. Francisco, desejo que ficou consignado no seu testamento feito em Paris, em julho de 1595, mas que nunca se cum-

priu. Até 1834, Alemquer teve provedor, corregedor, juiz de fóra e capitão-mór. *Alemquer e o seu concelho* teem merecido alguns trabalhos devéras notaveis. O que traz aquelle titulo, cuja 2.ª edição data de 1902, é obra do sr. Guilherme João Carlos Henriques, devotado investigador, que n'elle offerece copiosas e interessantes indicações ácerca da importante villa e da sua historia. Entre os estabelecimentos industriaes já referidos e que opulentam Alemquer, fallaremos mais detidamente da fabrica da *Chemina, do Meio e da Romeira*. A *fabrica de lanificios da Chemina* é uma das mais importantes do paiz. Os seus productos d'um fabrico esmerado, estão a par com os similares estrangeiros, tendo sempre facil collocação no mercado. Começou a construcção do edificio da fabrica em abril de 1889, entrando em laboração um anno depois. Constava então de tres grandes pavimentos, mas foi tal o seu incremento que poucos annos depois, para se attender a instantes necessidades de alargamento de fabrico, construiram-se a seguir aos que já existiam, mais dois pavimentos, onde se installaram as officinas de acabamento, armazem de lãs e o escriptorio. O machinismo é todo moderno, do mais aperfeiçoado, tendo sido ultimamente augmentado com machinas aperfeiçoadissimas para as officinas de acabamento e outras. A fabrica de lanificios da Chemina emprega 230 operarios, sendo a especialidade do seu fabrico, chales, fazendas de phantasia para senhora, cobertores de phantasia e casemiras, produzindo muitos outros artigos, cujo consumo, porém, é inferior aos que deixamos apontados. Os chales de lindos desenhos com barras de seda são um primor de fabrico, assim como os cobertores de phantasia com lavrados e barras d'um gosto inexcedivel a par d'um desenho impeccavel. Se Alemquer possue um tão importante estabelecimento fabril deve-se isso aos seus gerentes, srs. José e Salomão Guerra, intelligentes e activos industriaes. A *fabrica do Meio* fundada pouco a pouco, em 1838, por um grande benemerito, Mr. Auguste Lafaurie. E' a mais antiga fabrica de fiação de lãs que existe em Alemquer. A principio constava apenas de uma casa com uma roda hydraulica, 6 pequenas cardas e 3 fiações movidas á mão, alguns teares circulares e outros de carapinhas, constando o seu fabrico de barretes, mantas e cobertores. Pouco a pouco, porém, fôram-se construindo novas casas e adquirindo-se mais machinismo, até que chegou ao ponto em que actualmente se encontra. Por morte do fundador passou a propriedade da fabrica para sua filha D. Maria Carolina Lafaurie e d'esta para o Banco Lusitano, onde se formou uma companhia como titulo de *Companhia de Lanificios d'Alemquer*. Ha 2 annos, porém, a companhia deu a fabrica de arrendamento por 12 annos ao sr. José Pimentel Ramos, que actualmente a dirige. O seu machinismo compõe-se do seguinte: 8 pisões, 4 lavandeiras, 2 perchas, 2 hydros, 3 calandras, 8 fiações, 48 engenhos de fazer trança, 1 encartadeira, 3 tesouras, 4 prensas, 1 machina de escova, 1 de retina, 1 de avelludar, 2 tornos, 1 ventoinha, 1 mó de amolar, 2 bombas, 1 calandra, 20 teares para barretes, 2 para camisolas e 2 para carapinhas, 71 teares diversos, 4 urdideiras, 2 pregadores, 2 machinas de vapor, 1 motor hy-

Brazões de Damião de Goes e de sua mulher

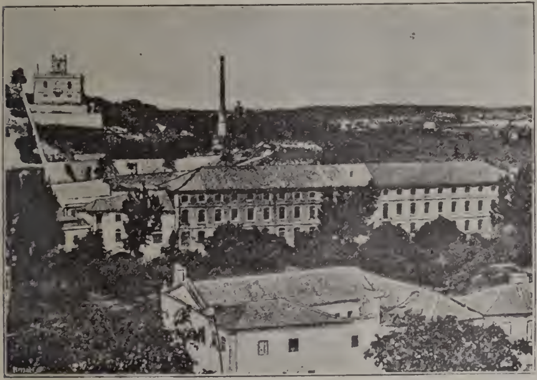

Fabrica da Romeira

draulico, etc. Emprega cerca de 250 operarios. A *fabrica da Romeira* situada na Romeira, foi a segunda que no seu genero se edificou em Alemquer. Inaugurou-se a 29 de setembro de 1872, consistindo a inauguração n'um jantar que o seu proprietario, sr. Francisco José Lopes, offereceu aos innumeros convidados e n'uma festa realisada na visinha egreja de Santa Catharina, constando de missâ cantada a instrumental e sermão prégado pelo reverendo Mello, prior n'essa occasião, da freguezia de Sant'Anna da Carnota. Esta fabrica é hoje propriedade do sr. Manuel José Lopes d'Oliveira. O seu machinismo compõe-se, no edificio principal, de 33 teares manuaes, 16 mechanicos, 6 sortidos de cardas, 1 hydro-extractor, 2 tesouras, 1 machina de avelludar, 1 de escovar, 1 prensa mechanica, 1 manual, 2 perchas, 2 pisões, 2 lavadeiras, 1 machina de torcer, 1 de azeitar, 1 de encher canellas, 6 caldeiras, 1 urdideira, 1 esfarrapador, 1 *batoir,* 1 torno mechanico, 18 outros teares, 6 fiações, machina a vapor de 60 cavallos, á qual o sr. Antonio Rosa, habil serralheiro da fabrica, introduziu varias modificações e 1 motor hydraulico e grande quantidade de machinas de fazer trança. N'um outro edificio foi installada a officina de elasticos que consta de 7 teares, 3 fiações, 1 urdideira, 1 machina de acabamento e outras. A sua principal producção são serafiuas, de fabrico esmerado, barretes, cuja fama é bastante conhecida, cobertores de riscas e de phantasia com centro e barras lavradas, de lindos desenhos, onde prima o bom gosto e a boa execução, casemiras, chales, cintas, amazonas, etc. E' a unica fabrica em Portugal que tem bem montado o fabrico de elasticos. Emprega 250 operarios e desde 1894 que conserva o regimen das 10 horas de trabalho. Em Alemquer teem-se publicado os seguintes jornaes: *Alemquerense (O 1.º),* 3, janeiro, 1878 a 8, janeiro, 1880, o primeiro jornal publicado n'esta villa; *Alemquerense (O 2.º),* 15, janeiro, 1888 a 29, dezembro, 1893; *Alemquerense (O 3.º),* 1901, em publicação; *Commercio de Alemquer,* 7, fevereiro, 1897 a 18, junho, 1899; *Cooperativa,* 18, julho, 1895; *Damião de Goes,* 3, janeiro, 1866, em publicação; *Sol (O),* 1902, tambem em publicação; os numeros unicos, *Cofre (O),* 1898; *Rapioca,* 1897.

Alemquer. Rio na Extremadura; nasce n'uns regatos, junto da serra de S. Marcos em Monte-Junto, que se unem proximo do logar da *Espisandeira,* e correm até á villa d'Alemquer, n'uma distancia de 6 k. Recebe as aguas da *Fonte do Perennal* e outras. Banha os campos de V. N. da Rainha, Castanheira e Paul de Otta. As margens são formosas e cultivadas. Cortam-no 9 pontes de pedra, sendo 5 na villa: a da *Panca,* a da *Couraça* (junto a uma torre muito alta), a de *Triana,* a do *Espirito Santo* e a *de Santa Catharina,* dando todas passagem para a villa. A ponte *do Espirito Santo* foi construida por D. Sebastião; concluiu-se em 20 d'abril de 1571, como consta da respectiva inscripção. O rio Alemquer entra no Tejo junto a V. N. da Rainha, depois d'um curso de 12 k., e tendo recebido as aguas do Otta. Tem muita abundancia de peixe. ‖ Roça da Ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Alemtejo. Esta provincia é, de todas as do nosso paiz, a que comprehende mais vasto territorio. Limitada ao sul pela provincia do Algarve; ao norte pelo Tejo; a leste com as provincias hespanholas da Extremadura e Andaluzia; e a oeste com a Extremadura, e com o Oceano. A sua superficie é de 24:411 kilometros quadrados, ou 2.441:100 hectares; isto é, quasi um terço da parte continental do paiz; contando-se apenas, em tão larga area, uma população aproximada de 360:000 habitantes. N'esta provincia as serras levantam-se isoladas, e apenas se ligam umas ás outras por collinas e planuras que constituem as divisorias das bacias dos diversos rios. As serras mais notaveis são: a de S. Mamede, que attinge a altitude de 1:025 metros; a de Ossa com a de 694 metros; Monfurado com 400 metros; a de Portel com 400 metros; Arrabida (contada na Extremadura) com 499 metros, e a cordilheira do Algarve, que estabelece limite e em que predomina a Foya com 903 metros, seguindo-se o Mú com 575 metros e Monte Figo com 400 metros. Os montes secundarios são, entre outros, os de Grandola, Cereal e S. Thiago de Cacem. Os cursos de agua principaes da provincia são: O Tejo no seu limite N.; as ribeiras de Niza e o Mugem e os rios Sever, e os rios Sorraia e Almansor, affluentes do Tejo; o rio Sado e o rio Mira; servindo o rio Guadiana de limite á provincia em grande parte da sua extensão pelo nascente. Com referencia aos rios internos da provincia algumas circumstancias ha dignas de notar-se: A ribeira de Niza nasce na Serra de S. Mamede, e na parte inferior do seu curso, passa embebida em um leito sinuosissimo. A ribeira de Mugem começa nas charnecas da Bemposta e Ponte do Sôr e termina junto a Mugem. O rio Sorraia é constituido pelas duas ribeiras denominadas Raia e Sôr, que teem respectivamente as suas origens nas alturas de Assumar e Alpalhão; passando aquella junto das povoações de Monforte, Fronteira, Aviz e Mora; e esta perto de Ponte do Sôr e Montargil. Depois da confluencia d'aquellas duas ribeiras oscula o Sorraia as villas de Coruche e Benavente; e entra por fim no Tejo no sitio denominado Ponta d'Erva defronte de Sacavem. No seu curso recebe a ribeira da Raia as denominadas de Almuro, Anna Loura, Lapa, Souzel, Seda, Almedafe e Tera; e a do Sôr, as de Margem, Longo-Mel e Santa Margarida, alem de algumas outras menos importantes. O Sorraia, no seu tronco inferior já assim denominado, recebe o rio Divor e a ribeira d'Erra; e é em todo o tempo navegavel até Benavente (ponto onde chega a influencia das marés) na extensão de 23 kilometros; no inverno, porém, prolonga-se a navegação até ao Couço, na total extensão de 71 kilometros a contar da Ponta d'Erva. O rio Almansor nasce da vertente norte da serra do Monfurado; passa perto de Montemór-o-Novo e junto a Canha, nome por que é tambem conhecido, e termina ao pé de Samora, entrando n'esse ponto no leito do Sorraia. Na sua margem direita recebe a ribeira de Lavre. O rio Sado tem a sua bacia, com a superficie de 7:943 kilometros quadrados, limitada na margem direita pelas serras de Monfurado e Portel, e na esquerda pelas do Cereal e Grandola e Montes de S. Thiago de Cacem. O seu curso é de 135 kilometros, dos quaes são navegaveis 61 até Porto de Rei, Os seus principaes affluentes, são: na margem direita o Roxo, que começa no plan'alto de Beja; Figueira que procede das alturas de Mombeja; Odivellas que tem a sua origem na serra de Portel; Xarrama que nasce do plan'alto de

Evora; Diege que nasce na serra de Monte de Muro; S. Martinho procedente das vertentes da serra de Monfurado, e Marateca que desce tambem de Monfurado procedendo das alturas de Safira; e na esquerda, Campinas que procede da serra do Cercal; Corona que nasce na serra de Grandola; e Grandola ou Areão, que começa na charneca de Grandola. O rio Mira, cuja bacia mede a superficie de 1:644 kilometros quadrados, nasce na serra do Mú; passa perto de Odemira e vae lançar-se no oceano junto a Villa Nova de Milfontes. É navegavel até Odemira na extensão de 20 kilometros, e tem na margem esquerda por affluente o rio Torto, e n'uma e n'outra algumas pequenas ribeiras. Os affluentes do Guadiana, na sua margem direita, comprehendidos na provincia do Alemtejo, são: o Caia, que nasce na serra de S. Mamede; o Dejebe que procede da vertente sul da serra d'Ossa; o Cobres, que nasce das alturas de Almodovar e a que se junta o Terjes; e finalmente o Vascão, que vem da vertente norte da serra do Mú e separa o Alemtejo do Algarve. Na margem esquerda ha ainda, dentro da provincia, o Ardilha, e depois o Chança, que em grande parte constitue a linha de fronteira separando o Alemtejo da provincia de Huelva. A provincia do Alemtejo é por alguns geographos do nosso paiz dividida em *alto e baixo Alemtejo;* servindo de limites principaes ao *alto Alemtejo,* pelo sul, as serras de Ossa e Monfurado, que separam com a de Portel as aguas do Guadiana das do Tejo e Sado, e cuja formação se liga á serra da Arrabida pelo plan'alto das Vendas Novas e Poceirão, e pelas alturas de Palmella. N'este artigo seguimos os trabalhos publicados em 1884 pela commissão de engenheiros d'obras publicas e que fazem o objecto da *Memoria ácerca do aproveitamento d'aguas no Alemtejo,* e de que foi relator o sr. Bento Fortunato de Moura Coutinho de Almeida d'Eça. Na composição do solo do Alemtejo entram quasi todas as formações geologicas conhecidas, e a esta circumstancia se deve em grande parte a diversidade de aptidões agricolas d'esta provincia. Ao sul do Tejo os granitos são muito menos abundantes, do que ao norte do paiz. Esta rocha, porém, constitue na provincia que consideramos o solo da região entre Portalegre, Crato, Tolosa, Niza e Povoa, prolongando-se ainda até á fronteira do lado de Valença de Alcantara. Mais ao sul apparece, formando as planuras que se estendem de Monforte a Barbacena, até ao Caia. A oeste de Monforte encontra-se nas proximidades de Fronteira um outro retalho granitico, e ainda outro entre Figueira e Ervedal. Mais ao centro da provincia, e ainda no alto Alemtejo, occupam os granitos uma importante superficie entre o Vimieiro, Cabeção e proximidades de Lavre. Para oeste de Evora e a leste de Serpa ha tambem manchas graniticas de alguma importancia. A noroeste de Montemór-o-Novo, ao norte de Evora e em Reguengos encontram-se igualmente terrenos graniticos em extensão consideravel, e entre elles representam papel importante as syenites. Ao sudoeste de Evora, em seguida ao largo tracto de terreno granitico, torna-se notavel a extensa região occupada pelas rochas porphiricas feldspathicas, comprehendida no seu maior comprimento entre Cabrella e Serpa; sendo para observar que n'esta mesma região apparecem as diorites predominando nas vizinhanças de Serpa e de Beja, e afflorando igualmente em massas consideraveis nas immediações de Ferreira. No alto Alemtejo tambem estas rochas se encontram em Elvas, Campo Maior, Alter-Pedroso e Monforte. As rochas schistosas occupam extensas superficies no alto e baixo Alemtejo; mas, além de alguns retalhos de schistos devonianos, silurianos e cambreanos, bem determinados, e da região do culm no baixo Alemtejo; difficil é dar ás restantes rochas schistosas posição determinada na serie paleosoica, em presença dos profundos metamorphismos, porque passaram, e que n'ellas destruiram todo o vestigio organico, que poderia guiar as apreciações dos geologos. Estes schistos metamorphicos occupam uma parte importante do districto de Portalegre, e estendem-se por Elvas, Arronches e Assumar, para o centro da provincia, onde se apresentam frequentemente alternando com depositos de calcareos mais ou menos crystallinos. São variaveis estas rochas em composição mineralogica, e d'ahi provém tambem para os terrenos, que ellas constituem, variadas aptidões agricolas. Em geral as rochas metamorphicas denunciam pela sua composição a origem do metamorphismo; isto é, quaes fôram os agentes que o produziram, os quaes são variadissimos, mas que no Alemtejo se pódem subordinar a tres typos principaes: os granitos, os porphiros e as diorites. Entre os affluentes do baixo Tejo é o Sorraia um dos mais importantes, pela sua grande bacia hydrographica e pela variedade de composição mineralogica dos terrenos que a constituem. De Benavente ao Couço corre o Sorraia dentro de uma faxa de terreno moderno, constituido superficialmente na sua quasi totalidade pelos nateiros depositados por occasião das cheias, e inferiormente pelas areias grossas, cascalho e calhaus rolados, que estão visiveis no leito do rio e se encontram a descoberto nas alvercas, a que o desregrado regimen, ou antes a ausencia do regimen d'este rio, tem dado logar por occasião das cheias. Repousa este deposito moderno sobre o terreno terciario lacustre superior, que ao longo do valle do Sorraia afflora, formando na margem esquerda, desde Coruche até 1:500 metros acima do Couço, uma faxa da largura media de 1:400 metros, limitada pelas escarpas e collinas do terciario lacustre inferior. A bacia hydrographica do Sorraia, na sua parte superior, abrange uma grande extensão de terreno dos mais antigos da serie geognostica, muitos d'elles profundamente metamorphisados pelos agentes plutonicos que encontram em grandes massas, representados principalmente pelos granitos e por afloramentos consideraveis de amphibolites mais ou menos serpentinosas. É esta sem duvida uma região riquissima em calcareos metamorphicos, que variam consideravelmente em textura, coloração e composição mineralogica. Quanto á textura observam-se variedades desde a sacharoide grosseira até á mais fina, e d'esta até á textura compacta; sendo todos estes calcareos crystallinos mais ou menos dolomiticos. A variedade da coloração tambem se manifesta distinctamente; concluindo-se da diversidade de côres a intervenção do ferro e do manganesio, bem como da chlorite. Em toda esta região, muito rica em marmores de notavel belleza, é grande a abundancia de aguas. São de todos conhecidas as abundantissimas nas

centes de Extremoz, Borba, Villa Viçosa e Alandroal, mananciaes, que, pela pomposa vegetação a que dão logar, constituem uma região que se póde chamar *o jardim do Alemtejo*. Além dos pontos indicados, ainda se encontram manchas de calcareos na planicie de Montes Claros, no valle da ribeira de Tera confluente do Sorraia em Souzel, a 5 kilometros ao N. O. de Aviz, e na Salvadeira e Senhora Mãe dos Homens; desapparecen do depois por baixo do lacustre inferior em que a cré e o calcareo cavernoso abundam em quantidade notavel. Finalmente devem ser mencionados os calcareos que afloram extensamente nas proximidades de Elvas, Assumar, Portalegre, Castello de Vide, Escusa e Marvão; bem como o grande tracto de calcareos crystallinos do plano alto de Portel e Santa Cruz; os calcareos crystallinos e os marmores cipolinos, subordinados ás rochas dioriticas e serpentinosas da serra de Vianna do Alemtejo e de Alvito; os da serra de S. Luiz e de S. Thiago do Escoural nas proximidades da Casa Branca (caminho do ferro do sul) e os calcareos jurassicos de S Thiago de Cacem. Em todo o grande tracto do terreno formado pelos depositos lacustres do Tejo e do Sado, cujas altitudes chegam a 163 metros na divisoria das aguas do Tejo e Sado, e a 284 metros no valle de Agua, ao norte de Ponte de Sôr, encontram-se aguas a pequena profundidade; nas quebradas apparecem com frequencia fontes perennes mais ou menos abundantes e em alguns pontos, como na Marateca (valle do Sado), mananciaes de alto valor. Em todo o percurso da antiga estrada que de Coruche se desenvolve pela margem esquerda do Sorraia até ao Conço, nota-se, para alem da ribeira do Divor, que o terreno tereiario lacustre fórma uma linha escarpada ou se levanta em collinas, de cujas camadas inferiores sáem aguas abundantes, as quaes geralmente são empregadas na cultura do arroz, em vez de serem aproveitadas nas regas dos milhos. A ribeira do Sôr, cuja bacia hydrographica abrange uma grande superficie e se estende superiormente para E. até ás proximidadades de Alpalhão, é o tributario do Sorraia, que maior quantidade de agua fornece para alimentação da corrente d'este rio durante o estio, resultado devido á existencia de numerosas nascentes nos terrenos terciarios lacustres superior e inferior. Na travessia da charneca de Montargil para Aviz, não só se apresentam em diversos valles indicios certos da existencia de aguas aproveitaveis, como se ostentam alguns mananciaes, que os exploradores da mesma charneca, de mui recente data, teem começado a utilisar com vantagem para a agricultura. N'esta provincia ha as minas de cobre em Aljustrel e S. Domingos; de manganesio entre Mertola e Beja; de chumbo em Borba, Marvão e Evora; e de ferro nas serras de Monfrnado e Cereal. Em Extremoz existem magnificas pedreiras de marmore. Tem aguas mineraes em Aljustrel, Cabeço de Vide, Mertola, Ouguella, Portalegre, Souzel e Vimieiro. Quanto a terrenos incultos e arborisados a provincia do Alemtejo é em geral pouco arborisada e em muitos pontos insalubre. Os terrenos incultos da cordilheira do Algarve estendem-se para o norte na provincia do Alemtejo, ora formando faxas continuas de esteval de grandes dimensões, ora constituindo retalhos de charneca, de variada extensão e fórma, intermeados de terras cultivadas. Os mais importantes tractos incultos e despovoados de arvoredo da vasta provincia do Alemtejo, encontram-se minuciosamente descriptos no excellente relatorio ácerca da arborisação do paiz, publicado em 1868 pela secção geologica da direcção geral da commissão geodesica, e no da administração geral das mattas de 1880; e medem a superficie total 1.647:000 hectares ou 16:570 kilometros quadrados: isto é, mais de $^2/_3$ da superficie de toda a provincia; não fallando dos areaes incultos e medões da costa maritima da provincia, que abrangem uma area de cerca de 10:000 hectares. Entre os terrenos aproveitados ha a parte occupada pelas povoações; as porções, geralmente cultivadas a cereaes em torno das mesmas; e por fim os montados, que n'estes ultimos tempos teem adquirido um valor importantissimo pela immensa procura e excellente venda que tem tido a cortiça, chegando por este meio a constituir-se em poucos annos fortunas valiosas com aquelle unico provento. A riqueza dos montados, porém, não se funda tam sómente no rendimento da cortiça. A creação do gado suino, para que são proprios os montados de azinho e sobro, é tambem uma apreciavel fonte de riqueza; e finalmente o gado lanigero, vaccum e cavallar, occasiona da mesma fórma rendimento digno de ser mencionado. O Alemtejo tem 3 districtos administrativos: Portalegre, Evora e Beja. Portalegre tem 15 concelhos: Alter do Chão, Arronches, Aviz, Campo Maior, Castello de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Niza, Ponte do Sôr, Portalegre, e Souzel. Evora tem 13 concelhos: Alandroal, Arraiollos, Borba, Extremoz, Evora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vianna de Alemtejo e Villa Viçosa. Beja tem 14 concelhos: Aljustrel, Almodovar, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira, Mertola, Moura, Odemira, Ourique, Serpa e Vidigueira. O distr. de Portalegre conta 124:697, hab. sendo 63:052 do sexo masc. 61:645 do fem.; o d'Evora, 127:232, sendo 64:779 de sexo masc. e 62:453 do fem.; e o de Beja, 161:602, sendo 81:233 do sexo masc. e 80:369 do fem. A capital da provincia é Evora, onde está estabelecido o quartel general da 4.ª div. militar, que comprehende os distr.ˢ de Portalegre, Evora, Beja e Faro (Algarve). Evora é notavel pelos seus monumentos antigos, entre os quaes avultam a cathedral, fundada em 1186 pelo bispo D. Paio, o templo de Diana, o aqueducto chamado *da Prata*, o palacio de Sertorio, etc. *(V. Evora)*. Possue as seguintes praças de guerra: Elvas, de 1.ª classe, Castello de Vide, Marvão, Ouguella, Campo Maior, Extremoz, e Juromenha. Conserva ainda o antigo systema de dividir o terreno em propriedades livres que se denominam herdades, systema estabelecido por D. Affonso III. Este monarcha reservou para si uma parte a que se chamava *Reguengos*, e aboliu as *jugadas* creadas por D. Affonso Henriques, e os fóros ou *censos* de D. Sancho I. O nome de *herdades* vem de terem os terrenos passado successivamente por herança de paes a filhos. É atravessada por duas linhas ferreas, que pertencem ao Estado, e que tem contribuido muito para lhe augmentar a população e o commercio. Na provincia do Alemtejo são notaveis as minas, já referidas, d'Aljustrel e de S. Domingos, que constituem dois burgos operarios

povoados pela gente alli empregada, o que tem sido tambem um incentivo para o desenvolvimento do commercio e da população. A companhia exploradora das minas de S. Domingos fez o porto artificial de Pomarão onde se carrega em barcas o minerio vindo da mina, em caminho de ferro, até ao porto. As minas d'Aljustrel, confórme dissemos, deram tambem occasião a que se creasse um burgo operario, onde se vêem elegantes chalets habitados pelos engenheiros das minas ou pelos empregados. O caminho de ferro passa a 10 k. de distancia, e a companhia exploradora construiu á sua custa um ramal da linha ferrea, que liga a mina com a linha do estado. Nota-se uma certa diversidade de typos nos individuos alemtejanos, devida ás differentes condições climatericas e geologicas em que estão collocados. Os que vivem proximo dos pantanos são fracos, pallidos, ventres volumosos, emquanto que os que vivem nas outras regiões salubres são fortes, robustos e alegres. O sal é tambem uma fonte de riqueza do Alemtejo. O rio Sado, comquanto desemboque pouco abaixo de Setubal, cidade que se considera ainda da Extremadura, apesar da divisão natural offerecida pelo Tejo; o rio Sado, como vimos, dilata o seu curso atravez d'uma consideravel parte da provincia do Alemtejo e é marginado de numerosas marinhas. Nos fastos gloriosos militares figuram muitos logares d'esta provincia, já no começo da monarchia em conquistas sobre os moiros, já nas guerras contra a Hespanha, no tempo de D. João I e na restauração do reino em 1640. N'esta epoca, foi o Alemtejo exactamente o grande campo das batalhas da independencia portugueza. As *linhas d'Elvas,* com especialidade, tem uma pagina brilhantissima na antiga epopea das nossas armas.

Alemtem *(Antonio Barreto d'Almeida Soares de Lencastre, 1.º visconde de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão de seus maiores, antigo deputado, senhor da casa de Alemtem em Unhão, abastado proprietario no conc. de Louzada, distr. do Porto. N. a 14 de julho de 1835, filho de Christovam d'Almeida Soares de Barros Gavião, fidalgo da Casa Real, senhor das casas d'Alemtem, em Unhão, da de Robalde, em Idães, e das de Guilhadezes e Gondufe, e de sua mulher D. Margarida Efigenia de Lencastre Camanho de Queiroz e Menezes. O visconde d'Alemtem casou em 29 de maio de 1859 com D. Carolina Candida Pita Malheiro, filha de José Pinto de Souza Freire, e de sua mulher, D. Maria Rita Malheiro Freire, senhores da casa de Costilha. O titulo de visconde foi concedido por decreto de 3 de setembro e Carta de 26 de novembro de 1874; o de fidalgo cavalleiro, pelo alvará de 23 de novembro de 1873. O brazão d'armas é o seguinte: Escudo esquartelado: no primeiro quartel as armas dos Pintos: em campo de prata cinco crescentes de lua de vermelho em santor; no segundo as armas dos Almeidas — em campo vermelho seis besantes de ouro entre uma dobre cruz e bordadura do mesmo metal; no terceiro quartel as armas dos Soares de Albergaria — em campo de prata uma cruz vermelha florida orlada do mesmo metal, com oito escudetes das armas do reino; e no quarto as armas dos Farias — em campo vermelho um castello de prata, com portas e frestas de negro, entre duas flôres de liz do mesmo metal, e tres em chefe. Actualmente usa o titulo de conde de Alemtem o sr. Christovam de Almeida Soares Lencastre, residente em Amarante.

Alemtem. Pov. e freg. da prov. do Minho, conc. e com. da Louzada, distr. e bisp. do Porto. 247 alm. e 69 fog. Annexada civilmente á freg. de Villar do Torno. A pov. está situada junto á serra da Cumieira, e dista 3 k. da séde do conc. Orago S. Mamede.

Alens. Pov. na freg. de Barrosas, conc. de Lousada. | Pov. na freg. de Pinheiro, conc. de Guimarães.

Aleste ou **Este** ou **Deste.** Rio da prov. do Minho. Nasce em Carvalho d'Este e entra no Ave no sitio chamado *Touginhô.* Juntam-se-lhe varios ribeiros. As suas margens são ferteis e cultivadas. Tem pontes de pedra no logar de Monteiro, em Santa Cruz, em Covas de Baixo, e junto a Braga uma ponte denominada de Guimarães.

Alexandre Herculano. V. *Carvalho e Araujo.*

Alexandrino *(Pedro).* Por este simples nome são conhecidos o pintor Pedro Alexandrino de Carvalho e o official de marinha e governador d'Angola Pedro Alexandrino da Cunha. V *estes nomes.*

Aleydões ou Aleidões. Serra da prov. do Algarve no termo de Grandola. Começa na herdade dos Aleydões e atravessa o termo de S. Thiago de Cacem e de Odemira, onde tem 18 k. de largura. E' cultivado, e cria muito gado, lã, cera e mel. Nasce aqui o rio Macieira.

Alfafa. Pov. da freg. de Podentes, conc. de Penella, distr. de Coimbra, Tem caixa post. Termo derivado do arabe, *alhofar,* que significa *as covas.* Vem do verbo *hafara,* abrir cova.

Alfagemes. Dava-se antigamente este nome aos que afiavam e *corregiam* alfanges, espadas, achas etc. Tambem se designavam assim os barbeiros e ás vezes os cirurgiões. Fernão Lopes chama alfagemes a uns alfanges ou espadas curtas.

Alfageme de Santarem *(O).* Drama em cinco actos, do visconde d'Almeida Garrett. O assumpto é baseado na *Coronica do Condestabre de Portugal Dom Nuno Alvares Pereyra principiador da Casa de Bragança.* A acção passa-se no tempo em que D. Leonor Telles ficou regente do reino depois da morte d'el-rei D. Fernando; n'esse tempo de revoltas populares, tendo á frente o mestre d'Aviz, depois D. João I, e D. Nuno Alvares Pereira. Alli se apresenta o alfageme Fernão Vaz, symbolisando os nobres instinctos do povo desinteressado, o typo sympathico de Froylão Dias, o monge modelo sempre alegre na sua pobreza, sempre sereno na pratica modesta da virtude, bemquisto de todos, meigo e risonho para com os humildes, e austero para com os orgulhosos do mundo. Segundo a tradição, um alfageme, corregendo a espada de D. Nuno Alvares Pereira, vaticinou-lhe as glorias que lhe estavam reservadas. O drama foi escripto em 1841, e representado no antigo theatro da Rua dos Condes em março de 1842; mais tarde, quando se construiu o theatro de D. Maria, e para ali passou a companhia da Rua dos Condes formada dos primeiros artistas de então, representou-se em diversas epocas, sendo sempre recebido com os maiores applausos.

Alfaião ou Alfayão. Freg. da prov. de Traz-Montes, com., conc., distr. e bisp. de Bragança. Orago S. Martinho. 301 hab. Corre n'esta freg. o

rio Fervença. No sitio de Valle Casto, ha vestigios d'um castello dos romanos, vendo-se ainda um fosso e contra fosso abertos na rocha. Dista a pov. 5 k. da cidade de Bragança. N'esta pov. brota uma nascente d'agua mineral, que é considerada hyposalina, sulfurea e ferrea.

Alfaiate. V. *Algibebe.*

Alfaiates. Villa e freg. da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Sabugal, distr. e bisp. da Guarda; 1.353 alm. e 295 fog. O orago é S. Thiago Maior. Tem escola do sexo masc. Dista 16 k. da séde do conc. O nome d'*Alfaiates* vem da palavra arabe *Alchaiat,* que quer dizer *cosedor, alfaiate.* Está situada proximo da fronteira e é cercada de muralhas de dois metros de grossura approximadamente. Estas muralhas teem duas portas, um castello dentro e uma atalaia fóra, tudo em ruinas. O castello foi construido por D. Affonso X, de Leão, quando a povoação, estando completamente destruida e abandonada, elle a mandou reedificár e povoar, em 1230, dando-lhe o nome de *Castello de Luna.* Em 1282, a villa foi dada em dote á rainha Santa Isabel, por el-rei D. Diniz. O mesmo monarcha reedificou e ampliou o castello em 1297, dando-lhe foral em 1 de março d'esse anno e restituindo-lhe o seu antigo nome arabe. D. Manuel deu-lhe novo foral, em Lisboa, a 1 de junho de 1515. Foi n'este castello que D. Sancho de Castella mandou encerrar seu irmão, D. Garcia, rei de Portugal e Galliza, em 1071, depois de lhe ter usurpado a herança que seu pae, D. Fernando Magno, lhe tinha dado, que eram aquelles dois reinos. Foi povoação romana, e parece que presidio no tempo do imperador Augusto Cesar, segundo se deprehende d'uma inscripção latina que existe na villa. A matriz tem 3 naves. Proximo da villa passa o rio do seu nome, que desagua no Côa. Tem Misericordia antiquissima. A villa pertenceu aos condes de S. Thiago até 1733, em que passou para a corôa. Varias vezes aqui se reuniram os reis de Castella e de Portugal para suas combinações ou tratados. A villa gosava de grandes privilegios, entre os quaes se contava o de pagarem os habitantes sómente siza e finta. Os campos são ferteis, produzindo abundancia de trigo, centeio, linho, etc. Em 27 de setembro de 1811, houve em Alfaiates um combate, dado pelos alliados contra os francezes, ficando estes derrotados. || Ribeira da Beira Baixa, que nasce proximo da villa do mesmo nome. As margens são em parte cultivadas e em parte arrboisadas. Morre no Côa, por baixo da villa de Villar Mendo, tomando o nome dos logares por onde passa. || Pov. na freg. de Colmeas, conc. e distr. de Leiria.

Alfainça. Aldeia da prov. da Estremadura, proximo de Torres Vedras. E' termo arabe *alfainas* e significa *a perdida.*

Alfajar da Pena. Pov. do Algarve. E' nome arabe, quer dizer *penedo.*

Alfama *(Fr. Affonso de).* Frade da Ordem do Carmo, no seculo XV. N. em Lisboa, professou no convento de Carmelitas de Moura, doutorou-se em theologia, e presidiu como vigario geral ao capitulo de 6 de julho de 1423, celebrado em Lisboa. N'esse capitulo foi eleito provincial, e n'essa qualidade, foi elle quem lançou o habito ao condestavel D. Nuno Alvares Pereira, que tomou o nome de Fr. Nuno de Santa Maria. Fr. Affonso d'Alfama morreu em 1435, deixando um *Doctrinale patrum,* e 2 tomos do *Progresso carmelitano.* Attribuiu-se-lhe outras obras intituladas: o *Fiel conselheiro,* o *Bom governo da justiça,* e um *Tratado da misericordia,* que fôram escriptas por el-rei D. Duarte, seu protector.

Alfama *(Fr. Vicente de).* Monge cistercicnse nos seculos XII e XIII. N. em Lisboa, professou no convento d'Alcobaça, aonde vivia em 1200. Escreveu um *Vocabularium linguæ latinæ.*

Alfama. E' nome portuguez antigo, e vem do arabe. *Al-hama* que significa couto, refugio, asylo. E' um dos bairros orientaes de Lisboa. (V. *Lisboa).*

Alfanbareiro. Nome que antigamente se dava aos fabricantes de cobertores de felpa. Encontra-se este termo em uma carta de el-rei D. João I, de 1395, a proposito de um «*Johão Annes alfanbareiro, morador em a dita villa de Santarem*», conforme o *Elucidario.*

Alfandega. Administração ou repartição publica encarregada de cobrar os direitos de entrada e sahida das mercadorias. A instituição das alfandegas é de tempo muitos remotos. Em Portugal, o regimento mais antigo, coordenado, de que ha noticia com relação a alfandegas, tem a data de 15 de dezembro de 1472, e é já baseado sobre disposições muito anteriores. Como corpo mais completo de doutrina fiscal, considerado o meio social do seculo XVI, apparece-nos o foral da cidade de Lisboa, datada de 7 d'agosto de 1500 e firmado pelo rei D. Manuel. N'esse foral taxavam-se as mercadorias, vindas de fóra do reino e tambem as que davam entrada na cidade vindas por terra. Para estas ultimas designavam-se as seis portas, limites da cidade, pelas quaes era concedida a entrada, a saber: as portas da Cruz, de Santo André, de S. Vicente, de Santo Antão, de Santa Catharina e de Catefaraz. Sendo estes os limites da capital, facil é avaliar o incremento que, em 400 annos, tem tido a cidade. A 15 de outubro de 1587, outro foral (da alfandega da cidade de Lisboa) com 129 capitulos, era firmado por D. Filippe II de Hespanha e I de Portugal, modelando-se pelo de 1500 e tambem pela legislação castelhana. Os preceitos referidos aos portos seccos tiveram a sua reducção em regimento no alvará de 10 de setembro de 1668. Foi no reinado de D. Pedro II que a segunda alfandega do reino, a do Porto, recebeu regimento completo com 136 capitulos, datado de 2 de junho de 1703. A alfandega grande de Lisboa era dirigida por um provedor (depois administrador geral), feitor-mór de todas as outras alfandegas do reino e tinha á mesa grande, ou do despacho da abertura, onde se abriam as fazendas de sello, a mesa da balança, onde se tomavam os pesos da fazenda, a casa dos cinco, onde se despachavam as fazendas vindas do reino por terra, como pannos de lã, linho, etc. Fóra da alfandega grande, havia, annexas a ella, as casas do consulado, da estiva, dos portos seccos, do sal, e do paço da madeira. Em 16 de maio de 1832, dizia Mousinho da Silveira: «As alfandegas não tinham um centro de unidade e de intelligencia especial, e cada uma, abandonada a si mesma, fazia o que queria ou nada...» Nos titulos V e VI do decreto da indicada data, organisando a administração da fazenda publica, aquelle estadista centralisava em uma directoria geral a direcção superior dos serviços aduaneiros. O pensamento de Mousinho da Silveira teve maior desenvolvimento no decreto

de 17 de setembro de 1833. Fôram supprimidas a Casa da India e a alfandega do Tabaco; ficou subsistindo a alfandega das Sete Casas com despacho independente. O ministro da fazenda era o inspector geral das alfandegas do reino; a directoria geral das alfandegas passou a ser uma repartição do Thesouro Publico; dividiram-se em dois districtos as alfandegas do reino: do norte, com as alfandegas das provincias do Minho, Traz-os-Montes e Beira; e do sul, com as alfandegas das provincias da Extremadura, Alemtejo e Algarve. Cada districto era regido por um administrador. As alfandegas das ilhas adjacentes tambem fôram attingidas nos decretos de 6 d'abril de 1832 e de 23 de junho de 1834. O decreto de 17 de janeiro de 1837 classificou em 7 direcções as dos portos *seccos*, a saber: Almeida, Bragança, Chaves, Elvas, Idanha, Marvão e Mertola. O decreto de 28 de junho de 1842 distribuiu-as por esta ordem: *Alfandegas de portos de mar:* Aveiro, Caminha, Espozende, Faro, Figueira, Lagos, Olhão, Setubal, Vianna, Villa do Conde, V. N. de Portimão, Villa Real de Santo Antonio. *Delegações:* Cascaes, Cezimbra, Ericeira, S. Martinho, Peniche, Pederneira, Povoa de Varzim, Selir do Porto, Sines, Trafaria. *Alfandegas de portos seccos:* Directoria de Valença, d'Almeida, de Castello Branco, de Bragança, de Sabugal, d'Elvas, de Mertola. Os decretos de 7 de dezembro de 1865 e de 23 de dezembro de 1869 consideram como alfandegas maritimas de 1.ª classe as de Lisboa, Porto, Angra, Funchal, Horta, e Ponta Delgada; de 2.ª classe as de Faro, Figueira e Vianna do Castello. Da raia, de 1.ª classe: Elvas; de 2.ª: as de Aldeia da Ponte, Barca d'Alva, Bragança, Chaves, Idanha-a-Nova, Portalegre, Serpa e Valença. Desde de 1864 teem sido publicados 12 decretos, reformando os serviços aduaneiros, ou alterando os quadros e aposentações dos respectivos funccionarios. Além das reformas de Joaquim Thomaz Lobo d'Avila, com a data de 7 de dezembro de 1865; da de Anselmo Braameamp, reunindo as alfandegas de Lisboa e municipal, feita em 23 de dezembro de 1869, ha mais a importante reforma do sr. Marianno de Carvalho, datada de 29 de dezembro de 1887; a do sr. José Dias Ferreira, em 30 de dezembro de 1892; a do sr. Espregueira, sobre aposentações, etc., em 23 de dezembro de 1899; e finalmente a reforma do sr. Mattoso dos Santos, que alargou o quadro interno e deu nova nomenclatura aos empregados, e data de 24 de dezembro de 1901. Os rendimentos das alfandegas constituem uma fonte importantissima de receita publica em Portugal.

Alfandega de Lisboa. As reformas operadas n'esta casa fiscal teem tido sempre o fim do aperçoamento do expediente e da fiscalisação. No seculo XVIII e ainda no 1.º quartel do seculo XIX, esta alfandega era dirigida por um administrador geral, que era ao mesmo tempo feitor-mór de todas as mais alfandegas do reino. O despacho e mais serviço corria pelas seguintes mesas: da abertura, da balança, da descarga, dos portos seccos, do Paço da Madeira, do Sal, e Consulado da entrada. O decreto de 17 de setembro de 1833 concentrou o despacho em 4 mesas: abertura, pateo, estiva e direitos reunidos. A 1.ª recebia as declarações de fazendas que tivessem de ser selladas, a 2.ª as do peso, a 3.ª as que não entravam na Alfandega, e a 4.ª as que pertenciam ao Paço da Madeira e Mesa do Sal. Mais tarde foi estabelecida uma mesa distincta para as declarações e despacho de reexportação. As instrucções de 25 de janeiro de 1865 distribuiram o serviço por 5 repartições: 1.ª serviço externo, 2.ª recebimento, conferencia, distribuição e arrecadação das mercadorias; 3.ª despacho, 4.ª contabilidade, 5.ª expediente geral. Por acharmos curioso, transcrevemos o que se lê, ácerca d'esta Alfandega, a pag. 240 do *Vocabulario* de D. Raphael du Bluteau, publicado no seculo XVII: «A Alfandega de Lisboa é sem controversia a mais commoda e sumptuosa das que vi em todos os reinos, em que tenho estado. Não será inutil a sua descripção; acharás n'ella a intelligencia de alguns vocabulos, ignorados de muita gente. Tem um provedor e feitor-mór, que a governa; a elle estão subordinadas as mais Alfandegas do Reino. Todos os dias assiste este provedor na mesa grande do despacho, manhã e tarde; a qual mesa está n'uma formosa sala levantada em tres degraus, para expedição do despacho das fazendas; assistem n'ella sete escrivães; em esta mesa se julgam todas as causas, assim das fazendas descaminhadas, como das mais, e das do reino, dando-se de todo o precisado vista ao procurador de Sua Magestade. Tem o provedor alçada para condemnar até quantia de sessenta mil réis, e no tresdobro, e para as cousas de maior quantia ha appellação e aggravo para a casa da Supplicação. Este provedor põe o preço ás fazendas, quando se despacham, assim telas, brocados, e outras sedas, como rendas, e passamanes de prata, ouro e tudo mais. Ha outra mesa pegada a esta, que chamam da Provedoria, que tem escrivão, que processa as causas; tem enqueredor, e requerente por parte da fazenda de Sua Magestade. Abaixo d'esta ha outra mesa, em que se abrem as fazendas de sello, e as carrega em livro com dois feitores, que as vem com elle, e passam os bilhetes, que vão á mesa grande a despachar. Ha outra mesa, que fica defronte da mesa grande, que chamam do Consulado; tem escrivão, e thesoureiro para a cobrança do que a ella toca. Junto a esta está outra mesa do Comboy, tambem com thesoureiro e escrivão. Ha outra mesa, em que está o thesoureiro dos meudos; que não chegam a vinte mil réis. Sendo o despacho dos mercadores, que assignam nos livros suas partidas, porque as que passam de vinte mil réis para cima assignam os mercadores nos livros do despacho, e dão d'estas partidas ao thesoureiro geral, que a Alfandega tem, satisfação por escriptos, que lhe passa de tres, e seis mezes. Este thesoureiro dos meudos é apresentado pelo thesoureiro geral, a quem elle dá conta do que cobra. A entrada da porta da casa do despacho assistem o porteiro, e feitores em uma mesa sem encostos para vêrem as fazendas, que sáem despachadas, e conferirem os bilhetes dos despachos, carregando as partidas nos seus cadernos. Todas estas mesas estão cobertas com seus pannos, e couros com as armas reaes, e a mesa grande tem seu sitial de damasco, em cima do qual está uma imagem de Nossa Senhora da Atalaya, que é padroeira da dita Alfandega, a quem duas vezes no anno se festeja com solemnidade na egreja da Conceição, aonde assistem n'estes dias o provedor, e mais officiaes da Alfandega. Dentro d'esta casa do despacho

ha duas mais, uma, em que se mettem as fazendas, que entram para se despachar, outra, em que se mettem as fazendas, que se tomam descaminhadas; estas casas tem cada uma seu porteiro, e dois escrivães. Ha outra casa, com grades ao redor, aonde se sellam as fazendas, tem feitor, e capataz para assistir aos selladores. Tem mais um guarda-livros, que tem obrigação de guardar os livros, que acabam de servir no fim de cada anno, para dar conta d'elles, quando lh'os pedem, e dar papel, tinta, e pennas á mesa grande. A porta d'esta casa do despacho tem quatro chaves, com que se fecha; tem uma o provedor, outra um escrivão da mesa grande, que se reparte pelos mais ás semanas, começando pelo mais antigo; tem outra o porteiro, e outra um feitor, que tambem se reparte ás semanas pelos mais, e sem estarem todos juntos se não abre a porta, salvo se falta algum d'aquella, que é obrigado abrir-se a porta; que n'este caso, por se não faltar ao despacho, manda o provedor buscar a sua casa, que tem na mesma Alfandega as chaves em um cordão para semelhantes casos. Fóra d'esta casa do despacho está um grande pateo com seus armazens, e alpendradas, em que se mettem os assucares, tabacos, couros, e mais fazendas do Brazil e outras partes; tem uma balança, em que assiste um juiz, e escrivão todo o anno para tomarem os pesos d'estas fazendas, e nas balanças ha um fiel dos pesos, e oito homens, que servem de os pôr e tirar das balanças. No tempo das frotas se levantam outras balanças n'este pateo com os mesmos officiaes, para melhor expedição; no fim do pateo está uma ponte muito grande de madeira, com quatro guindastes para tirarem as fazendas, que vem nos barcos, a que assiste um feitor da descarga, que as manda recolher pelos trabalhadores, e as conduzem os capatazes até os armazens. N'este mesmo pateo ha outras tres casas, uma com sua mesa, em que assiste o guarda-mór e tres escrivães da descarga, com doze guardas do numero, que manda aos navios, quando dão entradas, e no tempo das frotas elege outros, por serem os navios muitos; a outra casa tambem tem mesa, que chamam dos Cincos, em que se despacham as fazendas, que vem do reino por terra, como são pannos de lã, e linho, linhas, etc. Tem seu almoxarife, escrivão, porteiro, guardas, e casa, em que se põem sello nas ditas fazendas; e finalmente, ha outra casa, ou casas, em que vivem quatro guardas, que vigiam de dia e noite as fazendas, que estão no dito pateo. Ha mais quatro guardas da ponte, outros dos armazens, e um guarda das Chochias, que tem cuidado de os ter lestes para passarem as fazendas, que sáem para fóra despachadas, e fazer animar as que se não despacham, para que não tenham damno. Antes de entrar n'este pateo ha duas portas, uma grande, e principal, que sae ao Terreiro do Paço, e outra que sae ao dito pateo; entre estas duas portas estão duas mesas, que cobram os bilhetes dos assucares, e fazendas, que sáem depachadas, em que assiste o porteiro d'estas duas portas, e um feitor e outros officiaes. Tem a Alfandega dois meirinhos, um que assiste n'ella para as diligencias, que o provedor lhe manda fazer, outro, que assiste no mar para vigiar, que se não descaminhem as fazendas que vem. Fóra da Alfandega, junto a ella, ha duas casas, uma do Paço da Madeira, outra do Consulado, que são annexas á mesma Alfandega; tem seus almoxarifes, escrivães, feitores, e guardas na mesma casa do Paço da Madeira; assiste um almoxarife, e um escrivão do despacho do sal. E' tambem annexa á Alfandega a casa do despacho de Belem; tem seu guarda-mór, e escrivão para as fazendas, que se descarregam n'aquelle porto de alguma nau, que pede franquia, e outras, que estão impedidas, cujas fazendas, primeiro que venham d'Alfandega, vão para a Trafaria a soalhar. No porto das Cacais ha outro guarda-mór com outros officiaes semelhantes para o mesmo effeito dos navios, que ahi aportam, que tambem é annexo á Alfandega de Lisboa, a qual de mais do que se tem dito, tem quatro sacadores, para cobrarem dos mercadores os escriptos, que passa o thesoureiro sobre elles, senão querem pagar passado o praso, os seis mezes.»

Alfandega municipal. Com esta denominação reuniram-se, em 11 de setembro de 1852, a alfandega chamada das *Sete Casas* e a do *Terreiro Publico*. Em 17 do referido mez e anno, foi nomeada uma commissão para propôr ao governo um projecto de reorganisação. Para se conhecer a indole d'esta estação fiscal, consultem-se os artigos relativos ás duas alfandegas que fôram n'ella convertidas. A Alfandega das Sete Casas tinha substituido, em 27 de desembro de 1833, a antiga *Contadaria de fazenda da cidade*. Dividia-se em 4 repartições além das estações subalternas. As repartições tinham a seu cargo: a 1.ª o despacho dos liquidos; a 2.ª o dos generos não despachados a peso; a 3.ª a siza dos predios e direitos dos generos que não eram da competencia da 1.ª ou 2.ª, a 4.ª a fiscalisação dos direitos relativos ao termo da cidade. O rendimento das 3 primeiras repartições passava diariamente para a thesouraria: o das portas e estações, de 8 em 8 dias; e o dos registos do termo, de 15 em 15 dias. Em 2 de novembro de 1836 foi nomeada uma commissão para examinar a legislação e propôr a reforma do serviço e quadro respectivo; em 23 d'agosto de 1843 outra para examinar o estado do serviço da alfandega; em 4 de novembro seguinte, outra para ali exercer a inspecção do expediente; em 27 de julho de 1849, nomeou-se nova commissão para assumir a direcção da Alfandega, e, a 30 de junho de 1851, ainda outra para examinar o systema de fiscalisação alli seguido, resultando d'estes continuos estudos a substituição pela Alfandega Municipal. A outra alfandega, chamada do *Terreiro Publico*, era mercado exclusivo e alfandega privativa de cereaes, com acção limitada a Lisboa, sendo por isso prohibida a entrada da farinha de grão que não tivesse sahido do Terreiro. Compunha-se de 40 numeros ou logares de venda, que eram arrendados na praça. Os generos não podiam ser ali postos á venda sem previo pagamento dos direitos (decreto de 10 de dezembro de 1845). O regimento antigo do Terreiro Publico era de 12 de junho de 1779. Em 17 d'outubro de 1837 nomeou-se uma commissão para proceder á reforma d'esta casa fiscal; em 1838, o Terreiro passou a ser administrado por uma commissão de 5 membros nomeados um pelo governo, outro pela camara municipal, outro pelos negociantes e commissarios de cereaes, e 2 pelos lavradores de Lisboa, Santarem, Leiria, Beja, Evora e Portalegre. A lei de 11 de junho de 1841 subordinou á ju-

risdicção fiscal do Terreiro todo o districto d'alfandega das Sete Casas. Os cereaes produzidos dentro d'este districto, e vendidos fôra das portas da cidade, não pagavam direitos. Os empregados da fiscalisação accumulavam o serviço das duas alfandegas. Em 16 de novembro de 1844 teve o Terreiro novo regimento em harmonia com as alterações até então operadas no respectivo serviço, e em 30 d'agosto de 1851 approvou-se outro regulamento. A Alfandega Municipal teve a classificação de 1.ª classe, por decreto de 7 de dezembro de 1864; em 26 de janeiro de 1865 foi regulado o serviço interno e dividido por 4 repartições. Em 23 de dezembro de 1869 foram reunidas as alfandegas de Lisboa e Municipal.

Alfandega da Fé. Villa da prov. de Traz-os-Montes, séde do conc. e julgado municipal, com de Moncorvo, distr. e bisp. de Bragança. Pertence á 3.ª div. milit. e ao 28.º distr. de res. do exercito effectivo com a séde em Bragança. Tem uma só freguezia da invocação de S. Pedro, com 1.069 alm. e 250 fog. Misericordia, escolas para ambos os sexos, est. telegr. e post. com emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, serviço de encommendas postaes, cobrança de recibos de encommendas postaes, cobrança de recibos, letras e obrigações, permutando malas com a R. A. D. O conc. tem 21 freg.ª com 2.004 fog. e 8.992 hab. sendo 4.430 do sexo masc. e 4.562 do fem, n'uma superficie de 33:982 hect. A villa dista 55 k. da séde do conc. As freg.ª são as seguintes: Agrobom, S. Pedro, Cerejaes, Eneizia, Ferradosa, Gebelim, S. Bartholomeu de Gouveia, Parada, Santa Marinha de Pombal, Saldonha, Sambade, Santa Justa, Sendim da Ribeira, Sendim da Serra, Socima, Valle Pereiro, Valles, Valverde, Villar Chão, Villarelhos, Villares da Villariça. Diz a tradição, que o sobrenome da villa foi dado pelo grande valor dos seus habitantes nas batalhas contra os moiros. A fortaleza que os moiros possuiam no monte do *Carrascal*, proximo da villa de Chacim, foi atacada por cavalleiros d'Alfandega da Fé, de Chacim e de Castro Vicente, ficando os moiros derrotados, e morto o alcaide do Castello, que impunha tributos aos christãos, exigindo tambem tributo de donzellas para o seu harem. Em 1650 ainda se conservavam na casa da camara algumas armas com que o povo se defendia e atacava os arabes. Ainda se divisam na villa vestigios d'um antigo castello. Tem um bonito panorama, divisando-se Mogadoro, Castro Vicente, Lousa, Villa Flôr e S. Paio. A egreja é de trez naves; até 1718, o parocho foi abbade, e n'esse anno os dizimos passaram para a basilica patriarchal. D. Diniz deu-lhe foral, em Lisboa, a 8 de maio de 1294, e D. Manuel, em Santarem, em 1 de junho de 1510. A villa foi dos marquezes de Tavora, e cada morador lhe pagava tributos em dinheiro ou em generos.

Alfandega das Sete Casas V. *Alfandega Municipal.*

Alfandega do Terreiro Publico V. *Alfandega Municipal.*

Alfaqueque. Dava-se antigamente este nome aos homens que se incumbiam do resgate dos prisioneiros de guerra, de escravos, etc. Era officio que devia ser provido em pessoa idonea. No codigo affonsino, Liv. V. it. 49 se diz: *Não façam alfaqueques sem mandado do corregedor e accordo dos homens bons.*

Alfaquiques. Pov. da freg. de S. João das Lampas, conc. de Cintra.

Alfarzaes. Pov. da freg. de Nossa Senhora da Conceição, conc. da Guarda.

Alfarde *(D. Pedro).* Prior do convento de Santa Cruz de Coimbra, Era filho de João Alfarde e de sua mulher, Especiosa. Nat. de Coimbra, ignorando-se a data do nascimento, e fal. na mesma cidade a 3 de agosto 1190. Doutorou-se na Universidade de Paris em theologia, e voltou para o reino quando D. João Peculiar se recolhia ao convento de Santa Cruz. Seguiu-lhe o exemplo e foi prior d'este convento. Barbosa Machado diz que D. Affonso Henriques o fez seu chronista. Escreveu: *Indiculus fundationis monosterii Sanctæ Crucis*, e *Memorias historicas dos varões que acompanharam nas suas conquistas el-rei D. Affonso Henriques.*

Alfarella. Pov. da freg. de Caçarilhe, conc de Celorico de Basto.

Alfarella de Jalles. Pov. e freg. da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Villa Pouca d'Aguiar, dist. de Villa Real, arceb. de Braga, 836 alm. e 223 fog. A povoação dista 20 kilometros da séde do conc. Orago o Divino Espirito Santo. D. Diniz deu-lhe foral em Trancoso, a 21 de Julho de 1304. D. Manuel deu-lhe novo foral em Lisboa, a 9 de Agosto de 1514. Na serra de *Quintan*, que fica perto d'aqui, corre o rio Pinhão, que desagua no Douro. Tem a villa duas fontes: a *do Pio*, de boa architectura. e abundante d'agua, e a de *Reguenga*, tambem abundante. Passa na freg. o rio *Tuélla*. A terra é fria e pouco fertil. Teve juiz e camara, até 1855, em que foi supprimido o concelho.

Alfarellos. Pov. e freg. da prov. da Beira Baixa, conc. de Soure, com. de Montemór-o-Velho, distr. e bisp. de Coimbra. 1557 alm. e 388 fog. Est. do caminho de ferro no ramal da Figueira á linha do Norte. Tem escola do sexo masc. e caixa postal. A pov. dista 12 k. da séde do conc. Orago S. Sebastião.

Alfarim. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação do Castello, conc. de Cezimbra.

Alfaro *(Diogo).* Medico da côrte de D. Manuel e do hospital de Todos os Santos de Lisboa. Fundador da familia nobre do mesmo nome, que tem o seguinte brazão: Escudo de campo vermelho e tres pescoços e cabeças de serpe de prata atados com uma corda de ouro, uma das cabeças olhando para a direita, outra para a esquerda, e a outra para cima; elmo de prata aberto guarnecido de ouro, paquife de ouro, prata e vermelho. Timbre os tres pescoços com cabeça saindo do elmo.

Alfaro. *(Sebastião de).* Doutor em jurisprudencia pela Universidade de Coimbra, seculo XVI. Traduziu do italiano: *Dialogos de Nicolau Franco*, e escreveu alguns versos latinos.

Alfarrobeira *(Batalha de).* Foi esta batalha o triste epilogo das luctas civis que se travaram entre os partidarios do infante D. Pedro, duque de Coimbra (V. *este nome)*, regente do reino na menoridade de D. Affonso V, e os dos condes d'Ourem e de Barcellos, os seus mais encarniçados inimigos, que pugnavam pelos direitos, que a rainha D. Leonor, viuva de D. Duarte, pretendia ter á regencia. As luctas fôram deveras renhidas, mas socegaram, depois do fallecimento da rainha; comtudo o conde de Barcellos, filho natural de D.

João, I, que a regencia elevara a duque de Bragança, não desistiu de perseguir seu irmão, a quem votava um odio mortal. Em 1440 D. Affonso V casou com sua prima D. Izabel, filha do regente, e não acceitou logo o governo do reino, que seu tio e sogro lhe quiz entregar. Estes factos ainda mais irritaram os inimigos do duque; forjaram-se intrigas, que tanto influiram no espirito do monarcha, que este exigiu então do tio a entrega immediata da administração do reino. D. Pedro deixou a regencia e retirou-se para Coimbra. Este desterro a que se impunha, não foi sufficiente para apasiguar o duque de Bragança, o qual fez acreditar ao joven monarcha que seu tio se havia revoltado, pegando em armas contra a sua auctoridade real. D. Pedro, querendo desaffrontar-se de tantas calumnias, resolveu-se a sahir do desterro, e vir apresentar-se a el-rei para se justificar; receando, porém, que no caminho fôsse atacado, fez-se acompanhar d'um exercito de cinco mil infantes e mil cavallos. O monarcha foi logo informado da vinda de seu tio; tornou-se furioso, mandou aprómptar um exercito de 30 mil homens, e marchou ao seu encontro. O infante havia acampado nos campos d'Alfarrobeira, proximo d'Alverca, fortificando-se de fórma a poder resistir por muito tempo, mantendo-se, porém, no proposito de não fazer a mais leve manifestação hostil. As tropas de D. Affonso destacaram para uns arvoredos proximos do acampamento de D. Pedro uns arcabuzeiros e bésteiros, que feriram e mataram alguns dos soldados do infante. Este mandou affastal-os com umas bombardas; uma das balas, porém, foi cahir junto da tenda d'el-rei, e o seu exercito, julgando vêr n'este facto uma ameaça directa, precipitou-se contra o acampamento de D. Pedro, A hoste do infante sahiu a repellir o inimigo. Era o dia 20 de maio de 1449. Os inimigos do infante tinham collocado na frente do exercito real um troço dos seus mais habeis bésteiros com a especial missão de o matarem. Não erraram o alvo; uma setta vibrada por mão segura, varou o coração de D. Pedro matando-o immediatamente. D. Alvaro Vaz d'Almada, conde d'Abranches, amigo dedicado do infante, e um dos maiores cavalleiros do seu tempo, sabendo da morte do seu irmão d'armas, jurou vingal-o. Correu desvairado para onde a peleja se tornara mais encarniçada, viu-se cercado pelos inimigos, mas D. Alvaro derrubava todos que passavam ao alcance do seu braço. Por fim succumbiu, e deixando-se cahir, no chão gritou para os inimigos: *«ora fartar, vilanagem»*, e morreu atravessado de golpes numerosos (*V. conde d'Abranches*). D. Affonso orgulhou-se d'esta victoria, que se tornou depois um dos remorsos da sua vida. A batalha d'Alfarrobeira foi censurada pelas côrtes extrangeiras, lamentando-se a morte do duque de Coimbra, o infante D. Pedro, e condemnando os que induziram o joven rei, valendo-se da sua inexperiencia, a commetter um crime na pessoa de seu tio e tutor.

Alfarrobeira. Pov. da freg. de Vialonga, conc. de Villa Franca de Xira. Tem escola do sexo masculino. E' termo arabe, vem de *alcharrub* que significa alfarroba. ‖ Pov. das freg.ª de Bemfica no 3.º bairro de Lisboa, e do conc. de Loulé.

Alfarves. Pov. da freg. de Mouçós, conc. de Villa Real.

Alfatima. Sitio na vertente norte da Serra da Estrella. A lenda diz que n'este sitio existiram moiras encantadas. Ponto geodesico.

Alfaves. Pov. da freg. de Azambujeira, conc. de Rio Maior.

Alfeição. Pov. do conc. de Loulé.

Alfeirão *(Luiz Antonio)*. Mercador de livros, nat. de Montemór-o-Novo, no seculo XVIII, que se estabeleceu em Lisboa, á Moiraria, depois do terremoto de 1755, junto d'um oratorio de Nossa Senhora. Deve-se á sua diligencia a publicação de varios livros antigos, como a *Historia chronologica dos Papas*, etc.

Alfeireiro. Dava-se antigamente este nome ao pastor que tinha o encargo especial de metter o gado no *alfeire*, que era uma especie de curral ou pocilga.

Alfeiria. Pov. da freg. do S. Domingos de Carmões, conc. de Torres Vedras.

Alfeite. Quinta com palacio real, situada perto de Almada, junto á margem do Tejo. A historia d'esta propriedade importantissima está ligada á da villa d'Almada. No começo da monarchia, D. Affonso Henriques concedeu aquella villa e o sitio do Alfeite aos inglezes que o ajudaram na conquista de Lisboa; depois, D. Sancho I cedeu-os aos cavalleiros da ordem de S. Thiago; mais tarde, D. Diniz, separando esta ordem do mestrado de Castella, incorporou-os nos bens da corôa, em troca das villas de Almodovar e Ourique, e dos castellos de Monchique e Aljezur. El-rei D. Fernando incluiu o Alfeite nos bens com que dotou a rainha, sua mulher, D. Leonor Telles. Parte d'estes bens fôram doados pela mesma rainha, depois da morte de D. Fernando, ao almoxarife das alfandegas do reino, o celebre judeu David Negro, o qual, seguindo sempre o seu partido nas revoltas promovidas pelo Mestre d'Aviz contra a regente e o conde Andeiro, fugiu para Alemquer com a rainha, quando esta se viu obrigada a recorrer áquelle extremo. A fuga e a dedicação renitente pela orgulhosa viuva de D. Fernando I fizeram com que o judeu David Negro fôsse declarado traidor á patria e perdesse os bens que possuia. D. João, sendo ainda regente do reino, doou então esses bens ao seu leal e bom amigo e guerreiro distinctissimo, o condestavel D. Nuno Alvares Pereira. David Negro era casado, e quando fugiu para Alemquer, deixara a mulher e os filhos em Lisboa. A mulher, tendo conhecimento d'aquella doação, tentou embargal-a em nome dos filhos; seguiu-se grande demanda, que só terminou em 1393, depois de nove annos de renhidas luctas, por uma composição feita entre as duas partes interessadas, ficando a mulher de David Negro com os bens d'Almada e seu termo, e D. Nuno Alvares Pereira com os de Lisboa. Mais tarde, segundo a tradição, o condestavel comprou á viuva do antigo almoxarife todos aquelles bens, para os reunir aos que já possuia do outro lado do Tejo. Em 28 de julho de 1404 fez doação d'estes e d'outros bens á ordem de Santa Maria do Carmo. A quinta do Alfeite passou por diversas alternativas, e parece que em 1697, D. Pedro II a comprou a Gerardo Huguer Marecm, que então estava de posse d'ella, e incorporou-a na Casa do Infantado. No reinado de D. João V, o infante D. Francisco, a quem então pertencia esta casa, instituida por D. João IV, reuniu-lhe a quinta da Romeira, comprada em 1707 ao conde de Tarouca, ainda outra, egualmen-

te comprada ao desembargador Antonio da Maia Aranha. D. Maria I tambem procedeu á compra de importantes propriedades, que juntou aos bens do Infantado, e D. Miguel, no 1.º de julho de 1833, arrematou a quinta da Piedade, a qual mais tarde passou a ser propriedade de Pompeu Dias Torres, negociante da praça de Lisboa, que por sua vez a vendeu ao actual possuidor sr. Antonio José Gomes. O almoxarifado do Alfeite conta, portanto, as seguintes quintas: Alfeite, Outeiro, Quintinha, Antelmo e Bomba, reunidas todas n'uma só propriedade. Pertence-lhe tambem a vinha do Pagador, a lagôa d'Albufeira, os pinhaes de Corroios e do Cabral, os moinhos do Galvão, Passagem Capitão e Torre. A Casa do Infantado foi extincta pelo decreto de 18 de março de 1834, ficando então a quinta do Alfeite e as outras annexas com os respectivos palacios, em que por vezes costumavam habitar os nossos soberanos, reunidas aos bens da Corôa. Na sessão legislativa de 1851 debateu-se na Camara dos Pares a questão do arrendamento da quinta real do Alfeite ao conde de Thomar, Costa Cabral, então presidente do conselho de ministros. O arrendamento fôra feito por 99 annos, e por 2.500$000 réis annuaes. A quinta do Alfeite era n'esse tempo um pesado onus para a administração da Casa Real, ao contrario do que hoje acontece, pois só o producto da venda da areia encarnada para construcções, tirada das suas barreiras, constitue um rendimento importante. Foi curiossisima a lucta travada por motivo d'este incidente entre partidarios e adversarios de Costa Cabral, capitaneados estes ultimos pelo celebre marechal duque de Saldanha. A ultima sessão parlamentar na camara dos pares em que se tratou do assumpto, e em que o conde de Thomar, tomando a defeza propria, pronunciou tambem o seu ultimo discurso politico, realisou-se em 22 de março de 1851. Dias depois, o duque de Saldanha iniciava o movimento revolucionario, conhecido pela denominação historica de *Regeneração*, que produziu a queda de Costa Cabral e o seu exilio para o estrangeiro. Sobre os incidentes que acompanharam esta questão, indicamos aos leitores o recente livro do sr. Barbosa Colen *Entre duas revoluções*, segunda parte (1902). D. Pedro V fez grandes melhoramentos na quinta do Alfeite, em 1857, e construiu um novo palacio mais confortavel e com elegante perspectiva para substituir o antigo. Na quinta existe a fonte da *Biquinha*, cuja agua tem a virtude de curar doenças da bexiga, segundo affiança o dr. Francisco da Fonseca Henriques, no seu *Aquilegio medicinal*. A matta é grandiosa e tem abundante caça.

Alfeixim. Pov. da freg. de Vizella, conc. de Felgueiras. Orago Santo Adrião.

Alfeizerão. Villa e freg. de S. João Baptista, na prov. da Extremadura, conc. e com. d'Alcobaça, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa; 2.504 alm. e 490 fog. Tem Misericordia antiga e pobre, escola do sexo masc. e caixa postal. A pov. dista 13 k. da séde do conc. Alfeizerão é palavra arabe *al-cheizaran*, que significa *caniço*. Foi fundada pelos arabes em 717, que lhe deram o nome de que se conserva ainda hoje. D. Affonso I conquistou-a aos moiros em 1147. Ha n'esta villa um castello em ruinas, que é obra dos arabes. Conta-se que o ultimo senhor arabe do castello, o emir Aben-Hassan, vendo-o perdido, se precipitou das muralhas abraçado a sua filha Zaira, ficando ambos despedaçados. Pretendem alguns que Alfeizerão fôsse fundado pelos gallos-celtas uns 300 annos antes de Christo, com o nome de *Eburobriga*, pertencendo mais tarde aos romanos chamando-se *Erubritium*. Os alcaides-móres eram apresentados pelos abbades d'Alcobaça, dando-lhe foral um d'elles, em 1 de junho de 1422, com o privilegio de não dar soldados. A parochia era vigariaria e o vigario era prior de S. Martinho, e tudo apresentado pelos frades. D. Manuel deu-lhe novo foral em 1 d'outubro de 1514, confirmando todos os privilegios. Foi porto de mar até meado do seculo XVI, depois o mar foi retirando pouco a pouco, e hoje está quasi a 6 k de distancia. Perto da villa, ha a *Lagoa Limpa*, que cria muitas sanguesugas. Tem feira annual, a 7 de janeiro, e que dura tres dias. || Serra no distr. de Leiria, proximo da villa d'este nome. Tem 185 metros de altura e 5 de comprimento.

Alfella. Aldeia do Minho, arcebispado de Braga.

Alfeloas. Pov. da freg. de Areos (S. Paio), conc. de Anadia.

Alfeloeiro. Chamava-se assim antigamente ao que fazia doce de qualquer qualidade, nome derivado do doce de assucar e melaço em ponto, conhecido por *alféloa*. D. Manuel, por uma sua lei de 1496, determina *que não haja alfeloeiros e que pena haverão*. As Ordenações no seu *liv. 5 tit.* 101 prohibiam que nenhum homem, nem moço, pudesse vender alfeloas publicamente, nem escondido, sob pena de ser preso e açoutado em publico, com baraço e pregão; permittiam pelo contrario que as vendessem mulheres, assim nas praças e ruas como em suas casas, sem pena. Effectivamente assim parece que succedeu, no seculo XVII, pois

Palacio do Alfeite

Nicolau d'Oliveira. nas *Grandezas de Lisboa,* refere que n'esta cidade havia, fóra do respectivo arruamento da Confeitaria, 70 mulheres, que faziam doces para vender assim em suas casas como pelas ruas, e 15 moças que vendiam doces pelas portas.

Alfena. Pov. e freg. da prov. do Douro, conc. de Vallongo, com. (2.ª vara) distr. e bisp. do Porto. 1:768 alm. e 342 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 7 k. da séde do conc. Orago S. Vicente. Foi villa e ainda conserva o pelourinho. Parece que foi pov. importante no tempo dos arabes. Conta a tradição que no seculo VIII houve aqui uma grande batalha contra os arabes, em que entraram sete condes. Tem hospital para quatro lazaros. Fica situada n'uma veiga, cortada pelo rio Lessa. A egreja foi abbadia até 1544. Tinha junto o maior cypreste de Portugal. N'uns montes que cercam a freguezia encontram-se vestigios de antigas fortificações e grandes fossos que mostram ter-se aqui extrahido metaes em tempos remotos.

Alfenin. Pov. da freg, e conc. de Loures.

Alferce. Pov. e freg. da prov. do Algarve, conc. de Monchique, com. de Villa Nova de Portimão, distr. de Faro, e bisp. do Algarve. 1:326 alm. e 292 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 6 k. da séde do conc. Orago S. Romão. Está situada na serra do mesmo nome. Pertenceu á Casa das Rainhas. Pouco distante de Alferce, encontram-se as ruinas d'um castello romano ou arabe. Proximo fica a aldeia de *Povo de Baixo,* rodeada de vinhas. A egreja arruinou-se com o terremoto, mas foi reedificada. Banha a freg. a ribeira do mesmo nome. A 3 k. d'Alferce, junto á grande serra da Picota, e no fundo d'um estreito valle, brota uma nascente. A 50 metros de distancia, n'um sitio solitario, ha uns modestos casebres ou cabanas com pessimas tinas, para as quaes corre encanada a agua thermal. Alli tomam banhos os doentes das terras visinhas menos favorecidos de fortuna, pois que os restantes vão para as Caldas de Monchique. A agua é usada em banhos e em bebida, contra rheumatismos e doenças cutaneas. || Serra na prov. do Algarve. E' muito alta, e do seu cume se descobre quasi toda a provincia. Tem minas de varios metaes, muita agua e caça. Cria gado grosso e miudo. Conta 24 k. de extensão. || Ribeira da prov. do Algarve, conc. de Monchique. Nasce na serra de Monchique, e desagua na ribeira de Odelouca. Rega, moe e traz peixe.

Alferena. Dava-se antigamente este nome ao estandarte ou bandeira que o alferes costumava levar na occasião da batalha ou outra qualquer expedição militar.

Alferes. Assim se chamava antigamente em Portugal o cavalleiro que levava o estandarte, e que hoje corresponde simplesmente ao primeiro posto de official. Cada hoste e cada rico-homem tinha o seu alferes.

Alferes-mór. Era o alferes do rei, o que levava o estandarte régio, e não podia desfraldal-o sem ordem do monarcha, e quando o fazia, todos os alferes particulares tinham de desfraldar tambem os seus estandartes. O cargo de alferes-mór é antiquissimo em Portugal. Nos primeiros tempos da monarchia tinha larguissimas attribuições; era verdadeiramente abaixo do rei, o commandante em chefe do exercito. O conde D. Henrique, pae do 1.º rei portuguez, tinha por alferes-mór D. Fafez Luz, que veiu com elle a Portugal e o acompanhou em todas as batalhas. D. Affonso Henriques concedeu esse cargo a um cavalleiro chamado Pedro Paes, que póde dizer-se o primeiro, depois de Portugal se tornar independente; parece, porém, que o primeiro nome de alferes-mór que apparece em documento escripto, é o de Pelagio Soares. Havia tambem alferes-mór dos infantes e dos mestrados das ordens de cavallaria, sendo todos da principal nobreza do reino. O ultimo foi Vasco Fernandes Cezar de Menezes, conde de Sabugosa, vice-rei da India e do Brazil. Hoje é apenas um titulo honorifico, que figura nas cerimonias solemnes, e um dos officiaes-móres da Corôa. Quando no exercito existia o posto de porta-bandeira, os alferes nem sequer empunhavam as bandeiras do regimento; depois que foi supprimido aquelle posto, a bandeira é confiada ao alferes mais moderno. Na *Nobliarchia portugueza,* de Antonio de Villas Boas e Sampaio, publicada em 1676, lê-se o seguinte: «O livro d'el-rei D. Diniz, no titulo de *Alferes-mór,* diz o que se segue: — Os Gregos e Romanos fôram homens que usaram muito da guerra; emquanto o fizeram com sizo e entendimento venceram e acabaram o que quizeram; e elles, foram os primeiros, que fizeram como fôssem conhecidos os grandes senhores nas Cortes dos Principes, e nas batalhas, e nos outros feitos de guerra, e façanha. Confirmando elles como em semelhantes feitos as gentes, e povos se acaudelassem bem, por guardarem principalmente os serviços de seus senhores, tendo muito por honra assignada, chamaram os que trazem as Sinas principaes dos Imperadores e dos Reis, *Signifer,* que quer tanto dizer. como official, que leva a primeira sina, do principal senhor da hoste. Chamaram ainda *Preposito,* que quer tanto dizer como adeantado sobre as outras companhias, da hoste; e isto, porque em aquelle tempo, elle lhe julgava os grandes feitos, que aconteceram em ellas. Estes nomes usaram em Hespanha até que se perdeu a terra e a tomaram os inimigos Moiros, e depois que a alcançaram os christãos, chamaram a este officio Alfezes, e assim o ha hoje nome. — Chamavam os antigos á bandeira real *Sina,* porque n'ella ia o signal que havia de seguir os soldados do exercito, ou nas armas do reino, ou no retrato do principe ou em outra qualquer empreza ou divisa, de que usasse; razão, porque Lucano, na *Pharsalia,* liber I estranhava a confusão das armas de Roma, nas guerras civis, entre Cesar e Pompeu, sendo de uma e da outra parte a mesma Aguia a que assinalava as bandeiras.» Mais tarde tornou-se este titulo simplesmente honorifico, como o de condestavel e de mariscal. Tempos depois parece que houve dois *alferes-mór,* de occupações distinctas; um, como fica dito, levava o guião real nas batalhas; o outro era *alferes-mór do reino,* tanto na paz como na guerra, devia levar a bandeira real nas côrtes e juramento de principes, o que ainda hoje se observa. Parece tambem que os dois cargos estiveram reunidos.

Alferradede. Ribeira da prov. da Extremadura, e nasce de varias fontes no valle de Mogão e do Sêrro a 6 k. do Sardoal. Tem nas margens boas quintas. Morre no rio Tejo.

Alferradede de Baixo e **de Cima.** Pov.ª da freg. de S. Vicente Martyr, conc. d'Abrantes.

Alferrarede. *(Carlos de Sá Paes do Amaral Pereira e Menezes, 1.º visconde de)* 3.º filho do 4.º conde d'Anadia, já fallecido, e da condessa D. Anna Maria Juliana de Moraes Sarmento, filha dos 1.ºs viscondes da Torre de Moncorvo, hoje condessa de Villar Secco, por ter casado em segundas nupcias, com o conde d'este titulo, Joaquim de Carvalho Ponces de Leão. O visconde d'Alferrarede nasceu a 3 d'outubro de 1865, e casou com D. Maria da Luz de Barros Lima, filha do conselheiro Barros Lima, par do reino e governador civil d'Aveiro, e de sua esposa, D. Maria Biester de Barros Lima, irmã do capitalista Frederico Biester e do escriptor Ernesto Biester, já fallecidos. A 1.ª viscondessa d'Alferrarede é irmã da 5.ª condessa d'Anadia, ha pouco fallecida em Paris, e da esposa do sr. Carlos Eugenio d'Almeida. O titulo foi concedido por decreto de 31 d'agosto, e Carta de 7 de Setembro de 1882. Brazão o dos Sás Pereira V. *Anadia*.

Alferreirede. Rio da prov. do Alemtejo. Nasce a 3 k. da villa da Amieira e desagua no Tejo, ainda no termo da mesma villa.

Alfitra. Um dos tributos que pagavam pelos seus gados os moiros, que ficaram vivendo nas terras conquistadas pelos portuguezes, em razão dos bens que possuiam. V. *Azaqui, Cabeça* e *Quarentena*.

Alfofa ou **Alfafa.** Nome de uma antiga porta do castello de Lisboa. Vem do arabe, e significa *ameixoeira*.

Alfolões. Pov. da freg. de Nogueira, conc. de Villa Real.

Alfonge. Pov. da freg. de Ervões, conc. de Valle Passos.

Alfonsi. Moeda de prata de D. Affonso V, tambem designada por *grosso* ou *real grosso*.

Alfonsin. Antiga moeda de prata, que tomou este nome de se estampar n'ella D. Affonso IV, que a mandou cunhar. Valia um alfonsin nove soldos.

Alfontes da Guia. Pov. e freg. da prov. do Algarve, conc. d'Albufeira, com. de Loulé, distr. de Faro e bisp. do Algarve. 1.730 alm. e 299 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 6 k. da séde do conc. Orago N. S.ª da Visitação, Está situada na ladeira de um monte. A egreja é pequena. Ha aqui a ermida de N. S.ª da Guia que deu o nome ao logar, havendo a 8 de setembro feira e romaria. O terreno em geral é fertil.

Alforazes. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, do conc. da Guarda.

Alfornel. Pov. da freg. de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa.

Alforra. Aldeia da Beira Alta, bisp. de Coimbra.

Alforrulha. Pov. da freg. de Cepões, conc. de Ponte de Lima.

Alforzeme. Pov. da freg. de Almoster, conc. de Santarem.

Alfovara de Baixo e **de Cima.** Pov.ˢ da freg. de Almargem do Bispo, conc. de Cintra.

Alfoves. Pov. da freg. de Azambujeira, conc. de Rio Maior.

Alfoz. Concelho, julgado, comarca, jurisdicção, ou castello, cujos habitantes se governam pelo seu foral particular, usos e costumes, situados em terras montuosas, portanto mais livres e isentos dos serviços e contribuições que respeitam a toda a republica ou monarchia. Um alfoz não comprehendia mais que uma parochia.

Alfragide de Baixo e **de Cima.** Pov.ˢ da freg. de Carnaxide, conc. de Oeiras.

Alfrivida. Pov. e freg. da prov. da Beira Baixa, conc. de Villa Velha do Rodam, com. e distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre. 559 alm. 115 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 15 k. da séde do conc. Orago Santo Antonio.

Alfundão. Pov. e freg. da prov. do Alemtejo, conc. de Ferreira, com., distr. e bisp. de Beja. 719 alm. e 183 fog. Tem escola do sexo masc. e est. post. permutando malas com Ferreira. A pov. dista 8 k. da séde do conc. Orago N. S.ª da Conceição. Deriva da palavra arabe *alfitian* que significa, juventude. Ha quem diga que esta povoação já existia no tempo dos romanos com o nome de *Fundanus*, a que os arabes accrescentaram o *al*. Está situada n'um alto. Tem uma albergaria muito antiga fundada por uma mulher natural d'aqui. E' uma das povoações mais antigas do termo de Beja, parecendo que foi importante no tempo dos romanos. Na egreja de Santa Margarida do Sado, que foi templo da deusa Fortuna no tempo dos romanos, appareceram dois cippos com inscripções latinas. Foi terra de Diogo Affonso do Carvalhal por doação do rei D. Fernando em 22 de setembro de 1372.

Alfusqueiro. Rio da Beira Alta; nasce na serra do Caramullo, no logar de Vermilhos, bisp. de Vizeu. Tem parte das margens cultivadas; passa em Prestimo, e proximo de Castanheiro engrossa com as aguas do Alcofra, indo desaguar no Agueda.

Alfuxeira. Pov. da freg. e conc. da Louzã.

Algaça. Pov. da freg. da Arrifana de Poiares, conc. de Poiares. Tem caixa postal.

Algalé. Pov. e freg. da prov. do Alemtejo, conc. de Monforte, com. e distr. de Portalegre, arceb. d'Evora. 280 alm. e 33 fog. A pov. dista 6 k. da séde do conc. Orago S. Pedro. E' termo que deriva da palavra arabe *al-gali* que significa fervedouro. || Rio pequeno do Alemtejo. Nasce d'uns arroios na coutada da villa de Barbacena. Desagua no Caia. As margens são ferteis e cultivadas. Cria algum peixe.

Alganáme. Chamava-se assim no seculo XIII ao principal pastor que tomava sobre si a obrigação de conservar e augmentar o rebanho. Era o maioral dos pastores, logo acima do *zagal*, que lhe obedecia, mais o *Conhecedor*, *Pousadeiro* e outros creados.

Alganhafres. Pov. da freg. de Selores, conc. de Carrazeda d'Anciães.

Algandur. Aldeia da prov. do Alemtejo, arc. de Evora. Deriva do arabe *al-gandur*, que significa *enfeitado, ornado*.

Algar. Pov. da freg. de Peso, conc. de Villa de Rei.

Algarão. Rio pequeno da prov. do Douro, bisp. de Coimbra. Nasce d'uns arroios na freg. de Brafemes. Tem uma ponte de pedra no sitio em que toma o nome de *Gondi-leu*. Desagua no Rio Botão, no sitio de *Porto de Valle dos Judeus*, no campo do Botão.

Algares. Serra da prov. do Alemtejo. Nasce a 6 k. de Grandola e corre até ao sitio onde estão as ruinas de uma fortaleza, chamada *Castello Velho*, que fica sobre o rio Corona. E' quasi toda minada de galerias e poços, feitos em tempos remotos, pelos romanos e arabes, para d'aqui extrahiram prata e ferro. Algumas partes do ter-

reno estão cobertas de residuos ou *escumalha* de fundição de metaes. N'um outeiro d'esta serra, chamado *Outeiro Fendido,* ha uma mina de metro e meio de largura e muito funda. Por diversas vezes tem aqui apparecido moedas romanas de ouro e prata. No reinado de D. João V fôram estas minas inspeccionadas por peritos, mandados pelo governo, que verificaram ter-se d'aqui extrahido grande quantidade de ferro e prata. Das aguas que dá a serra são optimas as que nascem do lado S. emquanto as do lado do N. tem diversos sabores imprimindo differentes côres ás pedras e terras por onde passam, tornando os terrenos incultos. || Pov. nas freg.ˢ de Alvares, conc. de Goes, Balugães conc. de Barcellos, Carvoeiro, conc. de Vianna do Castello.

Algarismos. A historia d'estes numeros ou letras numeraes vulgarmente conhecidas por algarismos, é bastante confusa nas suas origens. E' certo que todas as nações tiveram desde cedo certos caracteres com que figuravam os numeros, porém a maior parte das noticias das suas fórmas e figuras não são de fórma a elucidar-nos. E' fóra de duvida que na peninsula, abandonadas já por uma vez as letras numeraes celtibericas, turdetanas, e bastulo-phenicias, apenas se conservavam as romanas, ainda que alteradas, quando as notas ou cifras do algarismo chegaram ao Occidente. Parece que por largos tempos esta conquista das mais modernas civilisações arabes se limitou aos feitos e livros ecclesiasticos, epitaphios e outros documentos particulares, continuando a conta romana nos autos judiciaes e instrumentos publicos. Nas taboas astronomicas que D. Affonso, o Sabio, compoz no anno de 1240 e se publicaram no de 1252, se acham pela primeira vez as cifras numeraes arabicas ou algarismos, que só no seculo seguinte se fizeram publicas, em toda a Europa; porém em Portugal rarissimas vezes se uzaram. No seculo XV uzaram os portuguezes das numeraes já romanas, já nacionaes, já arabigas, de que ainda hoje nos servimos. Em Portugal, foi grande a tenacidade de conservar os numeros romanos. Nos principios da monarchia subiam todas as letras numeraes a milhares, pondo-lhe em cima um *l* atravessado, horisontalmente, ou uma risca com um ponto. O valor de cada uma das letras romanas tem variado muito, especialmente o L, o C, o D e o M. Nos seculos XV e XVI prevaleceram entre nós uns algarismos diametralmente oppostos ao arabico e em grande parte ao romano. Era então regra geral, que todo o numero que tivesse á frente o signal, ɔ valia cento, e o numero que estivesse abrangido por ⌒ valia mil; como por ex. Iɔ cento, ⌒I mil, bɔ quinhentos, ⌒b cinco mil

Algarve. Constitue esta provincia a parte mais meridional do paiz, banhada ao sul e poente pelo Oceano Atlantico, tendo por limite norte o Alemtejo, confinando a leste com a Hespanha. E' a mais pequena das oito provincias do continente portuguez, com a superficie de 5:450 k. quadrados. Tem conservado a antiga denominação de reino, que os moiros lhe davam, e os nossos monarchas, desde a sua conquista, sempre se intitularam rei de *Portugal e dos Algarves.* A orographia d'aquella provincia faz parte do systema transtagano, e consiste n'uma longa serrania que a separa do Alemtejo, a qual se estende entre o Oceano e o Guadiana. D'estas serras os montes mais altos são o de Caldeirão, com 388 m., e Mú, com 575 m. ao norte do Algarve; Monchique, com 903 m. a oeste, entre o Mira e o Oceano; Figo, a oeste de Tavira. Estas serras lançam varios contrafortes, sendo os principaes: um que termina no Monte Figo, ao n. do Cabo de Santa Maria, e outro que se chama o Espinhaço do Cão, e que se prolonga até ao Cabo de S. Vicente. Tem planicies aprazíveis e ferteis em cereaes, deliciosas fructas, amendoas, figos e alfarrobas, que é a producção mais caracteristica do Algarve, a qual brota espontanea, bem como a palma rasteira, ambas originarias d'Africa. Tambem tem muito bom vinho. O Algarve é banhado pelos rios Seixe, Aljezur, Carrapateira, Bensafrim, Alvor, Odelouca, Pera, Quarteira, Rio Secco, Asseca e Guadiana, constituindo uma serie de bacias litoraes entre a do Mira e a do Guadiana, desembocando todos no mar. Tambem a cortam n'uma pequena parte do seu curso os rios Chança, affluente da margem esquerda do Guadiana, e o Vascão, Foupana e Odeleite, affluentes da margem direita. A costa do Algarve tem aproximadamente 108 milhas de desenvolvimento, começando na embocadura do Rio Seixe, e acabando na do Guadiana; mette pelo mar 3 promontorios principaes, o cabo de S. Vicente, o de Carvoeiro e o de Santa Maria. O porto melhor é o de Villa Real de Santo Antonio, na foz do Guadiana, seguindo-se-lhe o de V. N. de Portimão. Tem varias enseadas, sendo as principaes a de Lagos, Sagres, Portimão e Albufeira, a Angra do Belixe, etc. A provincia divide-se em duas zonas, a do litoral e a da serra. Ao sul fica um grupo de ilhotas, chamadas ilhas de Santa Maria, formadas na lingua de areia que se destaca da costa pelos canaes e esteiros abertos pelas aguas. O Algarve constitue a ultima das 7 zonas climatericas em que se divide o paiz, a *zona litoral do sul,* que é a mais amena; ha em Lagos um posto meteorologico. A constituição geologica do Algarve é ao norte o terreno schistoso, seguida por uma faxa de calcareo e grés triassicos, que em alguns pontos chega até á costa, e n'outros é separada do mar por calcareos e margas cretaceas, n'outros ainda por depositos terciarios e quaternarios. Tem aguas mineraes em Alvôr, Cachopo, Fornalha, Malhada Quente, Monchique, Olheiros, S. Braz d'Alportel e Tavira. O litoral tem muitas salinas e é abundante de peixe, principalmente o atum, constituindo a industria da pesca uma excellente fonte de riqueza. O Algarve tem um banco industrial e agricola, o Banco Farense, um lyceu, um seminario (S. José), escolas de instrucção primaria para o sexo masc. e fem. Depende judicialmente da Relação de Lisboa, e divide-se nas seguintes comarcas: Faro, Lagos, Loulé, Olhão, Silves, Tavira, V. N. de Portimão. Ecclesiasticamente constitue um bispado suffraganeo da provincia eborense, que era o antigo bispado de Silves, que passou a ser bispado do Algarve, transferindo-se a diocese para Faro; pertence á 4.ª divisão militar. Fórma um dos trez departamentos maritimos em que se divide o litoral do reino, o do sul, com cinco capitanias de porto: Faro, Lagos, Portimão, Tavira, Villa Real de Santo Antonio, e uma delegação em Olhão; tem alfandega de 2.ª classe em Faro com cinco delegações de 1.ª ordem: Lagos, Portimão, Olhão, Tavira e Villa Real Santo Antonio; e trez de 2.ª, Albufeira, Fu-

zeta e Alcoutim. A provincia do Algarve, hoje districto de Faro, compõe-se de 15 conc.: Albufeira, com 10:954 hab. sendo 5:523 do sexo masc. e 5:431, do fem.; Alcoutim, com 8:171 hab., 4:015 do sexo masc. e 4:156 do fem.; Aljezur, com 5:057 hab., 2:116 do sexo masc. e 2:441 do fem.; Castro Marim, com 8:128 hab., 4:070, do sexo masc. e 4:058 do fem.; Faro, com 34:270 hab., 17:041 do sexo masc. e 17:229 do fem.; Lagôa, com 12:089 hab., 5:781 do sexo masc. e 6:308 do fem.; Lagos, com 13:981 hab., 6:862 do sexo masc. e 7:119 do fem.; Loulé, com 44:063 hab., 22:388 do sexo masc., e 21:675 do fem.; Monchique, com 11:374 hab., 5:792 do sexo masc. e 5:582 do fem.; Olhão, com 23:976 hab., 11:543 do sexo masc. e 12:433 do fem.; Silves, com 29:426 hab., 14:893 do sexo masc. e 14:533 do fem.; Tavira, com 25:193 hab., 12:721 do sexo masc. e 12:472 do fem.; Villa do Bispo, com 4:901 hab., 2:501 do sexo masc. e 2:400 do fem.; V. N. de Portimão, com 13:702 hab., 6:693 do sexo masc. e 7:009 do fem.; Villa Real de Santo Antonio, com 9:566 hab., 4:782 do sexo masc. e 4:784 do fem. Parece que os primitivos habitantes do Algarve fôram os *cuneos*, povos da antiga Iberia; ás suas costas abordaram com frequencia os phenicios, que faziam alli o seu commercio, e fundaram colonias dependentes da sua colonia principal de Cadiz; vieram depois os carthaginezes, em seguida os romanos, que construiram muitas povoações de que restam ainda vestigios. As terras mais importantes que existiam no tempo do seu dominio, eram: *Belca*, onde hoje é Tavira, *Ossonoba*, que se suppõe ficar proximo de Estoy, *Lacobriga*, junto de Lagos, *Portus Annibalis*, hoje V. N. de Portimão, *Cunistorji*, que se suppõe seja o sitio da actual Cacella. Com a queda do imperio romano, passou o Algarve ás mãos dos wisigodos, conservando-se debaixo do seu dominio até que cahiu em poder dos arabes, que durante cinco seculos o possuiram, dando-lhe grande desenvolvimento. D. Sancho I tentou a conquista do Algarve, e á frente d'uma esquadra, auxiliado por uma frota de cruzados, que, de caminho á Terra Santa, havia aportado a Lisboa, atacou a cidade de Silves, tomando-a, bem como os castellos da sua dependencia. Porém, o rei de Marrocos, juntando um grande exercito, novamente reconquistou o Algarve, que por muito tempo ficou em poder dos arabes. Durante o reinado de D. Sancho II, varias cidades musulmanas fôram conquistadas pelos portuguezes. D. Affonso III completou a conquista, tomando as praças de guerra, de que era ainda senhor Ibn-Mahfot, wali de Niebla. D. Affonso X, de Castella, levantou clamores por causa d'esta conquista, reclamando o Algarve como apanagio da sua corôa, e durante algum tempo teve D. Affonso III que prestar vassallagem ao rei de Castella como senhor feudatario do Algarve. Mais tarde, devido á diplomacia do monarcha portuguez e á intervenção de seu filho, D. Diniz, o rei de Castella renunciou a qualquer pretendido direito sobre o Algarve, e reconheceu o dominio portuguez n'esta provincia. Na historia das navegações portuguezas representa o Algarve um importante papel, porque o infante D. Henrique fez de Sagres o ponto de partida das suas caravellas para as descobertas e o centro dos seus estudos, sendo além d'isso, em grande parte, algarvios os audaciosos marinheiros, que tripulavam os navios que partiam em busca dos mares desconhecidos. Fôram pescadores do Algarve os que primeiro organisaram companhias de pescarias nos mares africanos, recentemente descobertos. O Algarve acompanhou sempre o reino nas vicissitudes por que passou, distinguindo-se pelo seu ardente patriotismo, tanto no tempo de D. João I, o Mestre d'Aviz, como em 1580, na perda do reino, e na restauração em 1640. Em 1808 fôram os primeiros a revoltarem-se contra o jugo dos francezes, expulsando-os do seu territorio. Em 1833 foi nas costas do Algarve, que desembarcou a expedição do duque da Terceira, a qual marchando sobre Lisboa, depois de percorrer diversas terras d'aquella provincia e da do Alemtejo, em perseguição dos absolutistas, chegou a Cacilhas, dando-se então o combate na Cova da Piedade, em que ficou derrotado Telles Jordão, um dos mais terriveis caudilhos do partido miguelista. O Algarve, á beira-mar, apresenta um aspecto formosissimo, paizagens um pouco orientaes e aprasiveis. Antigamente as costas eram infestadas pelos piratas argelinos, que por mais d'uma vez deram terriveis assaltos. O Algarve é muito sujeito a terremotos, e o de 1755 fez-se alli sentir calamitosamente, causando prejuizos gravissimos. Os arabes chamavam-lhe *Al-Faghar* ou *Al-Gharb*, que significa — paiz do occidente, em relação á Africa, que fica á E. do Algarve. Antes de 1834, tinha capitão-general, dois regimentos de infantaria, um de artilharia, um de cavallaria, um batalhão de caçadores e dois regimentos de milicias. As fortificações da costa dividiam-se em oito grupos, o de Sagres duas fortalezas e tres baterias, o de Lagos seis fortalezas e quatro baterias; o de Portimão duas fortalezas e duas baterias; o d'Albufeira quatro fortalezas e duas baterias; o de Faro uma fortaleza e quatro baterias; o de Tavira duas fortalezas e duas baterias; o de Villa Real de Santo Antonio seis baterias; o de Castro Marim duas fortalezas e duas baterias. Tinha dezoito conventos de frades, quatro de freiras e tres recolhimentos. As armas são — escudo esquartelado de branco e encarnado; no branco, em cada um, uma cabeça de moiro, preto, com turbante; e no encarnado, em cada um, um busto de mulher, branca, com diadema. No escudo das armas figuram sete castellos em volta das cinco quinas, os quaes representam as fortalezas de Estombar, Paderne, Aljezur, Albufeira, Cacella, Sagres e Castro Marim, todas pertencentes ao Algarve. Até D. Affonso III, o escudo portuguez só constava das cinco quinas, mas depois da conquista d'aquelle reino, este monarcha accrescentou-lhe a orla dos castellos, que ao principio fôram em maior numero, ficando depois reduzido a sete.

Algarvia. Pov. do conc. do Nordeste, com. da Povoação, distr. de Ponta Delgada e bisp. d'Angra, na ilha de S. Miguel, archipelago dos Açores.

Algarvios. Pov. da freg. de Santa Maria do Castello, d'Alcacer do Sal.

Algás. Pov. da freg. de Casaes, conc. de Thomar.

Alge. Ribeira nos distr.ᵉˢ de Coimbra e Leiria; nasce na aldeia de que toma o nome, no sitio de Chan do Alhal, proximo á villa d'Ajuda. Morre no rio Zezere, no sitio da *Foz do Alge*, onde houve n'outro tempo uma fundição de ar-

tilharia. Tem uma ponte de cantaria junto á capella de S. Simão, na freg. d'Ajuda. Chamava-se antigamente *Ribeira Fria*. E' caudalosa e arrebatada a sua corrente.

Algéa. Ribeira da Beira Alta, nasce no Chan do Alhal. Morre no Zezere, abaixo de Figueiró dos Vinhos, no sitio chamado a *Foz de Algéa.*

Algeriz. Rio pequeno da provincia do Minho, nasce no monte de S. Bartholomeu, freg. de Santa Lucrecia de Algeriz e desagua no Cávado, no sitio do Crepos. || Aldeia no conc. de Castello de Paiva.

Algés *(Augusto Carlos Cardoso Bacellar de Souza Azevedo, 2.º visconde de).* Par do reino por successão a seu pae, de que prestou juramento e tomou posse na camara dos pares em sessão de 7 d'abril de 1865, competindo-lhe por isso as honras de grande do Reino, em virtude do decreto com força de lei de 28 de setembro de 1835; fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores. N. em Lisboa, a 2 de dezembro de 1827, f. a 9 de maio de 1882. Era filho do 1.º visconde d'Algés (V. *este titulo).* Formando-se em direito na Universidade de Coimbra, seguiu a carreira da magistratura, chegando a exercer o cargo de juiz de 2.ª instancia na Relação de Lisboa. Foi deputado na legislatura de 1860 a 1861, ajudante do procurador geral da corôa e fazenda, e n'essa qualidade escreveu pareceres muito importantes. Na camara dos pares tratou varias questões com elevação e acerto. Tinha a palavra fluente e facil; era um dos jurisconsultos mais estimados e um escriptor muito sensato, versadissimo em litteratura, em historia, e sobretudo em philosophia Collaborou muitos annos na *Correspondencia de Portugal*, escrevendo umas *Cartas de Lisboa* e umas *Revistas criticas,* que se tornaram bastante apreciadas. Estes artigos não fôram assignados, e por muito tempo se ignorou o nome do autor. Recusou-se sempre a tomar parte activa na politica, estando filiado no partido regenerador, apesar de ter sido convidado para varias combinações ministeriaes. Casou a 9 de fevereiro de 1863 com D. Maria Magdalena Pessoa d'Almorim da Vargem, 1.ª filha dos viscondes da Vargem da Ordem, a qual nasceu a 19 d'abril de 1828 e falleceu a 9 d'outubro de 1874. O visconde d'Algés pertencia á escola do catholicismo liberal, que teve por principal chefe e apostolo o conde de Montalembert; sonhava uma alliança intima da religião com a liberdade. Para o fim da sua vida, porém, as tendencias mysticas do seu espirito, tendencias que sempre mais ou menos tivera, como esses pensadores allemães, que elle tanto amava, cada vez mais se accentuaram. Depois da morte da viscondessa, sua esposa, tornou-se melancholico, descreudo da liberdade, e confiando exclusivamente no amparo da religião. O visconde d'Algés era commendador da ordem de Christo e grã-cruz da ordem de Carlos III, de Hespanha. O titulo de visconde foi verificado por decreto de 3 e Carta de 19 de setembro de 1865.

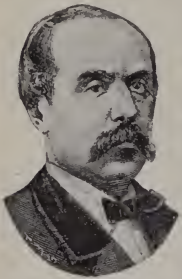

Augusto Carlos Cardoso Bacellar de Souza Azevedo

Algés. *(José Antonio Maria de Souza Azevedo, 1.º visconde de).* Par do reino e juiz do Supremo Tribunal de Justiça. N. a 18 d'agosto de 1796, e f. a 3 de março de 1865. Era filho de Manuel Thomaz de Souza Azevedo, e de sua mulher D. Maria Barbara Benedicta de Sousa Pinto. Seu pae era desembargador dos Aggravos da Casa da Supplicação, deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, juiz das Capellas da Corôa, doutor na faculdade de Canones pela Universidade de Coimbra, e oppositor na mesma faculdade, filho de Antonio de Sousa Azevedo, doutor e reitor do Collegio da Universidade. Sua mãe era filha de José Pinto da Silva, e de sua mulher D. Ignacia Maria Joaquina, ambos proprietarios e naturaes de Coimbra. Sousa Azevedo fez um curso muito distincto na Universidade de Coimbra, e formou-se em bacharel na faculdade de Direito. Como os filhos dos desembargadores tinham o privilegio, segundo o antigo regimen, de serem dispensados do exercicio dos logares por onde se entrava para a magistratura, Souza Azevedo gosou d'esse privilegio e partindo para o Brazil, onde estava a côrte, foi ler no Desembargo do Paço; sendo nomeado em 1819 corregedor de Belem, voltou para o reino, tomando posse d'aquelle cargo em outubro de 1820. Exercendo as funcções de juiz da visita do ouro nos navios que entravam no Tejo, soube introduzir simplificações no serviço fiscal, que muito agradaram á corporação do commercio, e chamaram a attenção do ministro da fazenda, Francisco Duarte Coelho, que n'elle delegou as funcções de inspector das obras d'Ajuda. Accumulou ainda o cargo de auditor dos corpos militares de guarnição em Belem e o de syndico da camara municipal de Lisboa. Os acontecimentos politicos de então tornavam melindrosa a situação d'um magistrado que não desejava ser instrumento de paixões partidarias, e queria exercer as suas espinhosas funcções com dignidade e moderação. Souza Azevedo soube ser sempre um magistrado integro e tão respeitado, que as differentes situações politicas o conservaram no logar de corregedor de Belem, até mesmo quando foi nomeado desembargador da Relação do Porto. Em 1825 deixou a corregedoria de Belem e passou a ser superintendente dos fóros d'Ajuda, continuando no exercicio d'esses differentes logares como desembargador da Relação do Porto. Conservando-se sempre alheio ás luctas politicas, pela sua convicção de que um magistrado assim deve proceder; acceitou o cargo de intendente geral de policia, que o duque da Terceira lhe offereceu no dia 24 de julho de 1833; em novembro d'esse mesmo anno, sendo extincto aquelle cargo, Souza Azevedo recebeu a carta de conselho, como prova do bem que o desempenhara. Deputado em todas as legislaturas, excepto na constituinte de 1857, Sousa Azevedo militou, com moderação, no partido cartista, sendo a sua voz ouvida na camara com respeito, especialmente nas questões judiciaes em que era perito e mestre. Depois da restauração da Carta, Costa Cabral o chamou para lhe confiar a pasta da justiça: Souza Azevedo apresentou então o projecto da organisação definitiva do corpo judicial, em que se incluia a

rehabilitação dos antigos magistrados. Em junho de 1844 insistiu vivamente pela sua sahido do ministerio, por não querer tomar parte na energica lucta politica, em que então se empenhava o ministerio de Costa Cabral. Em 1846, comtudo, depois do golpe de Estado de 6 d'outubro, e quando o duque da Terceira já se via preso no Porto, Souza Azevedo resignou-se a acceitar a difficil pasta da fazenda, para acudir, tanto quanto em si coubesse, ao terrivel embaraço em que via a rainha; pelo mesmo motivo exerceu interinamente o logar de ministro da guerra e dos negocios extrangeiros, durante a ausencia do duque de Saldanha, que fôra commandar o exercito de operações. Em 20 de fevereiro de 1847 demittiu-se, e não houve instancias que o decidissem a continuar no poder. O titulo de visconde d'Algés foi-lhe concedido em duas vidas, por decreto de 9 de março de 1839, e o fôro de Fidalgo Cavalleiro, por alvará de 19 d'agosto de 1835; par do reino, por Carta Régia de 22 d'outubro de 1847, de que prestou juramento e tomou posse na camara dos pares em sessão de 7 de fevereiro de 1848; foi conselheiro d'Estado effectivo, grã cruz da ordem de Christo, conselheiro do Tribunal do Thesouro Publico, vogal e presidente do Tribunal de Contas. Casou em 21 de setembro de 1825 com D. Marianna José de Vasconcellos Mascarenhas Cardoso Moniz Barcellos, nat. de Thomar, filha de José d'Abreu Bacellar Chichorro, de Montemór-o-Velho, bacharel formado em leis, do conselho da rainha D. Maria I e d'el-rei D. João VI, desembargador da 10.ª Casa dos Aggravos da Casa da Supplicação, juiz conservador da nação italiana, ministro demarcante das comarcas judiciaes da provincia da Extremadura, em virtude da nova divisão judicial determinada pela Carta de Lei de 19 de julho de 1790, casado com D. Brites Luiza de Vasconcellos Mascarenhas Cardoso Moniz. O brazão tem as armas dos Azevedos, dos senhores do couto d'Azevedo — escudo esquartelado: no primeiro quartel em campo de oiro uma aguia preta estendida; no segundo, em campo azul cinco estrellas de prata, com uma orla sanguinha, e n'ella oito aspas de oiro, e assim os contrarios, — e por differença uma brica azul com um bezante de prata.

Brazão dos viscondes de Algés

Algés. Pov. da freg. de Carnaxide, conc. d'Oeiras. E' atravessada por uma ribeira que nasce na Serra de Monsanto com um curso de 5 k. e desagua no Tejo, no sitio onde havia antigamente um forte chamado da Conceição, que fazia parte dos reductos que defendiam o Tejo, e que hoje já não existem. No logar do forte acha-se actualmente uma casa apalaçada com jardim, intitulada *Quinta da Conceição*. Do lado do occidente n'este edificio vê-se um nicho com a imagem, em esculptura, de N. S.ª da Conceição. Na frente d'esta casa está a gare da estação do caminho de ferro de Cascaes. Tem a ribeira d'Algés diversas pontes, sendo, a contar da foz, primeira a do viaducto, segunda, a da estrada real, por onde se faz o transito de vehiculos, peões, e dos carros electricos, e terceira a antiga de pedra, d'um só arco, que a respectiva estampa reproduz fielmente. Foi feita esta ponte nos principios do seculo XVII pela camara de Lisboa, cujas armas se vêem n'um padrão da cortina do lado N. e conforme consta da seguinte inscripção, meio apagada, que ha do lado opposto:

A CIDADE
MÃDOV FA
ZER ESTA
PONTE NO A
NNO D 1618

No sitio de Carnaxide ha tambem outra ponte de pedra, e durante o percurso da pittoresca ribeira atravessam-n'a algumas pontes de madeira sobre pilares de pedra. Algés foi *reguengo* da corôa com muitos privilegios. E' um dos arrabaldes de Lisboa mais bonitos e aprazíveis, e muito frequentado. Acha-se ligado á capital pela linha do caminho de ferro de Cascaes, como dissémos, e pela linha de tracção electrica que vae até ao sitio do Dafundo, onde existe o Aquario denominado de Algés, e que foi inaugurado por occasião do centenario da descoberta da India (V. *Dafundo*). Na praia durante a epoca balnear tomam banhos grande numero de pes-

Portas e pontes de Algés

soas da capital, que para alli vão veranear. As portas de Algés marcam a barreira da cidade ao poente. D'este logar parte a grande estrada militar da Circumvalação. Em Algés ha uma extensa alameda, muito bem arborisada, e um lindo jardim; é cercada de formosas e importantes quintas. A praia é uma das melhores que se encontram até Cascaes, havendo a facilidade, por estar no limite de Lisboa, das pessoas que vivem na capital poderem ir todos os dias tomar banhos, pelos commodos transportes do caminho de ferro e dos carros electricos. Devido a estas circumstancias Algés tem progredido muito. Junto ás barreiras da cidade, nos terrenos da quinta da Carapuça, erguem-se a *Villa Castanheira,* residencia de verão do proprietario e parte de aluguer a familias durante a época dos banhos. Mais adeante, na *Avenida da Carapuça,* elevam-se algumas dezenas de casas com o mesmo destino. Junto á ribeira fez ha pouco a camara de Oeiras um grande lavadouro, com dois tanques, aproveitando as aguas que se recolhem n'uma repreza antiga, construida mais acima, junto ao caminho que vae para o logar de Algés de Cima. Perto d'este ultimo sitio está o Bairro Novo, que se estende desde a calçada da Maruja, e chega quasi a Algés de Cima. Deve-se este bairro á iniciativa do sr. Eduardo Pedroso, abastado proprietario da visinhança. Ainda nos terrenos parallelos á ribeira e entre a villa Castanheira e a Avenida da Carapuça existe a praça de touros, pertencente ao Club Tauromachico, de Lisboa, que a construiu por sua conta. Quando, ha annos, houve na praça do Campo Pequeno a *grève* dos cavalleiros, passaram estes a apresentar-se na praça de Algés e com elles os melhores artistas, realisando-se então e depois algumas touradas, muitissimo concorridas e lusidas, que figuram distinctamente nos annaes da tauromachia lisbonense. Defronte do palacio da Conceição, a que já nos referimos, do lado norte da estrada, está a *Villa Mathias,* que abrange grande numero de casas de aluguer, de um só pavimento e alinhadas por varias ruas da villa. Do mesmo lado com um bello jardim á frente está o chalet *Miramar,* sumptuosa vivenda de verão do sr. Polycarpo Anjos. N'este chalet ha uma linda capella excellentemente decorada. Mais adeante começa a estrada que vae para Linda-a-Velha e Carnaxide. A' esquerda d'este caminho vê-se o palacio do sr. conde de Cabral, cujo parque se estende sobranceiro ao jardim publico de Algés. E' n'uma parte d'este palacio que veraneia o sr. conselheiro Hintze Ribeiro, actual presidente do conselho de ministros, dos quaes algumas reuniões importantes se teem alli effectuado. E', pois, o sitio de Algés muito apreciado pela sua agradavel situação, e n'elle residem temporariamente algumas pessoas da nossa primeira sociedade. Da pittoresca ribeira d'Algés teem reproduzido nas suas télas varios trechos muitos dos estudantes de paizagem da Escola de Bellas-Artes. D'esses estudos teem figurado alguns nas diversas exposições de pintura.

Ponte velha sobre a ribeira de Algés

Algés de Cima. Pov. da freg. de Carnaxide, conc. d'Oeiras. V. *Algés.*

Algebista ou **algebrista.** Especie de cirurgião ou curandeiro, que exercia antigamente a arte de concertar os ossos, fracturados ou deslocados, nas pessoas e animaes.

Algibebe. Segundo uns autores *algibebe* era o official que vendia fato feito, principalmente capotes, vestias, colletes, calções, etc., quasi sempre de lã, para gente da plebe, como ainda hoje os ha na Ribeira Nova, em Lisboa. Nos principios do seculo XVII havia n'esta cidade 119 algibebes; em 1807 trinta e sete. Segundo outros autores *algibebe* é confundido com *aljubiteiro.* (V. *este nome*). *Alfaiates* e *algibebes* andaram quasi sempre reunidos, pertencendo á bandeira da Senhora das Candeias, a qual dava dois delegados á casa dos Vinte e Quatro, no antigo regimen dos gremios dos officios. Nos principios do seculo XVII havia em Lisboa 250 alfaiates com suas tendas, e em 1807 eram em numero de 448. Pelas resoluções de 28 de outubro e 11 de novembro de 1817 fôram mantidos os alfaiates na posse de poderem comprar as materias do seu officio. Por ordens de 15 de maio e 18 de junho de 1821 foi-lhes concedido o poderem vender fato feito, como os algibebes. Por alvará de 26 de julho de 1826 fôram definitivamente fixados aos alfaiates e algibebes os generos de industrias e objectos de venda que lhes eram permittidos. Os algibebes não podiam ser excluidos dos leilões de fazendas de lã. O

respectivo arruamento chamava-se *Algibetaria* e ainda hoje á rua de S. Julião, d'esta capital, se chama vulgarmente a dos *Algibebes,* por alli se conservarem estes officios. V. *Aljubiteiro.*

Algido. Aldeia da Beira Alta, no bispado de Vizeu.

Algirás. Pov. da freg. e conc. de Nellas, distr. e bisp. de Vizeu.

Algobeila. Aldeia da Estremadura, patriarc. de Lisboa. Deriva da palavra *al-jobeila,* que significa *monte pequeno.*

Algodea. Pequena ribeira da Estremadura. Desagua no Sado proximo a Setubal, onde tem uma ponte de pedra d'um só arco.

Algodor. Pov. da freg. d'Alcaria Ruiva, conc. de Mertola.

Algodres. Pov. e freg. da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Fornos d'Algodres, distr. da Guarda, bisp. de Vizeu. 846 alm. e 261 fog. Teve foral dado por D. Diniz, em 6 de março de 1311, renovado por D. Manuel em 20 de maio de 1514. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 3 k. da séde do conc. Orago, Santa Maria Maior. E' povoação muito antiga e foi dos condes de Linhares, passando depois para a Casa do Infantado. || Pov. e freg. da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Figueira de Castello Rodrigo, distr. e bisp. da Guarda. 959 alm. e 187 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 11 k. da séde do conc. Orago N. S.ª da Alagôa.

Algosinho. Pov. da freg. de Peredo de Bemposta, conc. de Mogadouro.

Algoso. Pov. e freg. da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Vimioso, com. de Miranda do Douro, distr. e bisp. de Bragança. 788 alm. e 156 fog. D. Affonso V deu-lhe foral em 1480, sendo reformado em 1510 por D. Manuel. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 13 k. da séde do conc. Orago S. Sebastião. Está situada junto ao rio Enguieira, ficando-lhe para O. o rio Maçans, n'uma elevada planicie. Parece que esta pov. foi primeiramente fundada sobre um monte, que se chama *Penenciada,* e que se mudou devido á falta d'agua e estar desabrigada. N'esse mesmo sitio fica a capella de N. S.ª da Assumpção do Castello, que era a egreja matriz. Junto a esta capella sobre um grande despenhadeiro estão as ruinas d'um castello reedificado por D. Diniz, em 1298. A matriz foi cabeça de uma commenda da ordem de Malta por mercê de D. Sancho II, em 1226, e eram alcaides-mór d'aqui os commendadores d'ella. A Misericordia, foi fundada em 1593, por D. Antonio Pinheiro, bispo de Miranda. No termo d'esta freg., para o sul, existe a capella de S. João Baptista, que dizem ter debaixo do altar uma grande fonte, chamada de *S. João dos Milagres.* Ha proximo a egreja e hospicio de Santo Antonio, onde viveram os frades do Oratorio, ordem de S. Filippe Nery, e os frades trinos descalços, sendo sempre abandonado, por ser muito doentio. A villa é fertil, mas produz pouco vinho. A 8 k. de distancia, ao N., corre o rio Sabor.

Algoso da Pousa. Pov. e freg. da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga. 731 alm. e 201 fog. A pov. dista 8 k. da séde do conc. Orago Santa Christina.

Algova. Pov. da freg. de Paradella, conc. de Barcellos.

Algoz. Pov. e freg. da prov. do Algarve, conc. e com. de Silves, distr. de Faro, e bisp. do Algarve. 2:697 alm. Tem e 556 fog. escola para sexo masc. e caixa post. A pov. dista 12 k. da séde do conc. Orago N. S.ª da Piedade. Está situada n'um Valle, tendo sido muito populosa em epocas passadas. Ainda se vêem hoje vestigios de muralhas e d'outros edificios. Ha varias versões a respeito da etymologia da palavra *algoz.* E' terra fertil produzindo com abundancia cereaes, vinho, azeite, etc. Tem uma lagôa denominada do *Navarro,* que dá abundancia d'agua mesmo no verão, regando os campos visinhos. Perto da pov. ha a capella da Senhora do Pilar, edificada sobre um serro d'onde se descobrem lindos panoramas. Na encosta d'este serro, no sitio chamado da Amoreira, tem apparecido sepulturas, alicerces e varias moedas de prata de epocas autigas. Era aqui o solar dos *Tenreiros,* appellido uobre d'este reino e originario da Galliza; Garcia Tenreiro, fidalgo gallego, tomou o partido de D. Fernando I, de Portugal, nos direitos que este rei julgava ter á corôa de Castella, por morte de D. Pedro, o cruel, razão porque veiu para Portugal com seus filhos e irmão, Gonçalo Tenreiro. Foi aqui feito capitão-mór das frotas, e senhor da villa d'Algoz e outros logares.

Algramassa. Pov. da freg. de S. Thiago Maior, conc. d'Alandroal.

Alguber. Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. da Estremadura, conc. do Cadaval, com. d'Alemquer, distr. e patriarc. de Lisboa. 629 alm. e 106 fog. *Alguber* é termo arabe, *Aljubeila,* que significa monte pequeno. A egreja foi fundada em 1594 por Gião Fialho, capitão-mór de Ceuta; n'aquelle sitio já tinha existido a capella de N. S.ª do Tojal, que ficou feita matriz. Luiz Fialho, 5.º neto de Gião Fialho, reformou a egreja, ampliando-a muito, pelos annos de 1700. A pov. data do tempo dos moiros; tem caixa post., e dista 8 k. da séde do conc. Ha ainda uma nascente d'agua, a que chamam *Fonte da Moira.*

Algueirão. Pov. da freg. de Penaferrim, conc. de Cintra.

Alguim. *(Fr. Filippe de).* Religioso da ordem de S. Jeronymo, nat. d'Evora. Escreveu: *Memorias do convento do Espinheiro.*

Alhadas. Pov. e freg. da prov. do Douro, conc. e com. de Figueira da Foz, distr. e bisp. de Coimbra. 4:365 alm. e 1:082 fog. Tem escola do sexo masc. e est. post. permutando malas com R. A. D. Est. do caminho de ferro na linha da Figueira á Pampilhosa. Foi villa, dando-lhe foral D. Manuel em 23 d'agosto de 1514. A pov. dista 7 k. da séde do conc. Orago S. Pedro. O nome d'Alhadas deriva da palavra arabe *Alheda,* que significa limite.

Alhadas de Baixo. Pov. da freg. de Alhadas, conc. da Figueira da Foz.

Alhadas de Cima. Pov. da freg. de Alhadas, conc. da Figueira da Foz. Tem caixa postal.

Alhaes. Pov. e freg. da prov. da Beira Alta, conc. de V. N. de Paiva, distr. de Vizeu e bisp. de Lamego. 752 alm. e 160 fog. A pov. dista 5 k. da séde do concelho.

Alhaes de Baixo e **de Cima.** Pov.ˢ da freg. de Alhaes, conc. de V. N. de Paiva.

Alhafa. Sitio n'uma ribanceira quasi a prumo sobre o Tejo, em Santarem, e do alto da qual os moiros lançavam os seus malfeitores, sentenciados á morte. Deriva do termo arabe *Alhava,* que significa *medo.*

Alhandra. Villa e freg. de S. João Baptista,

da prov. da Extremadura, conc. e com. de Villa Franca de Xira, distr. e patriarc. de Lisboa. 2:193 alm. e 412 fog. Tem escolas para ambos os sexos, theatro, sociedade philarmonica, est. post. e telegraph. com serviço de encommendas, permutando malas com R. A. N. Est. dos caminhos de ferro do Norte e Leste. A villa dista 4 k. da séde do conc. E' muito antiga, mas ignora-se quem fôram os seus fundadores. D. Soeiro, bispo de Lisboa, a quem D. Sancho I fez doação, a mandou povoar e deu-lhe foral em 1203; mas como este foral opprimia, em vez de favorecer, o povo andava sempre em contendas, pelo que o cardeal D. Jorge da Costa, em 11 de janeiro de 1480, fez uma escriptura com o senado da camara da villa, restringindo as prerogativas intoleraveis do foral. A egreja matriz, de tres naves, foi fundada pelo cardeal D. Henrique, em 1558, no sitio onde havia uma capella dedicada a Santa Catharina. A primeira matriz foi N. S.ª da Piedade, depois, S. João dos Montes, ou da Praça, que hoje é Misericordia, fundada em 1577. Está a villa situada n'uma planicie muito fertil. Tem uma mina de carvão fossil, que não se explora, por ser improprio para queimar. Constituia a direita das *Linhas de Lisboa* em 1810. Tinha no seu districto, que era o primeiro, trinta reductos, com oitenta e seis boccas de fogo. Alhandra, antes de ser elevada á *Paraizo*, brota n'uma especie de poço, uma nascente d'agua mineral muito usada pelos povos circumvisinhos. A sua corrente é constante. E' aproveitada para usos medicinaes n'uma grande piscina de pedra, coberta de madeira. As aguas são frias, parecendo hyposalinas e levemente sulfureas; são empregadas no tratamento de doenças de pelle. Alhandra tem tres importantes fabricas: De linho e juta, da Companhia Fabril Lisbonense; de cimento, de Antonio Moreira Rato & Filhos; de fiação de tecidos de lã, de José Ferreira do Amaral. A segunda d'estas fabricas acha-se installada nos terrenos proximos á estação de Alhandra, sendo de um lado cortada pela linha dos caminhos de ferro do N. e do outro lado pelo Tejo. Occupa uma extensão de 66:000 metros quadrados, superficie coberta por um edificio para armazens de 700^{m2}, um escriptorio e laboratorio com 130^{m2}, motores, machinas, moagens, trituração e tulhas 900^{m2}, um forno installado n'um magnifico edificio, $1:100^{m2}$, o apparelho de deluição 450^{m2}, machina para tijolo, 120^{m2}, enxugadores, $1:500^{m2}$, tanques, 900^{m2}, officina de tanoaria, 300^{m2}, etc. No fabrico do cimento, que tem a marca *Tejo*, empregam-se os calcareos argilosos brandos dos comoros de Alhandra, alguns calcareos mais duros da mesma procedencia e a argila dos nateiros do Tejo. Foi uma

Vis'a de Albandra

categoria de villa, chamava-se *Torre Negra*. Tem tres capellas: N. S.ª da Graça, no sitio da Ponte, fundada em 1639; N. S.ª da Guia, no centro da villa, edificada em 1611; N. S.ª da Ajuda, no fim da villa, lado sul, que se não sabe quando foi fundada, mas que é mais antiga que a matriz. Tinha antigamente um hospital, convertido depois em albergaria, e que ainda existia em 1591. Está perto d'aqui o convento do Sobral, que foi dos frades capuchos da provincia d'Arrabida, fundado em 2 de maio de 1635. E' patria do grande Affonso d'Albuquerque e de seu filho, Braz d'Albuquerque, que nasceram na quinta do *Paraizo*, hoje pertencente á casa dos antigos marquezes d'Abrantes. Era aqui o solar dos *Montoias*, appellido nobre de Portugal e Hespanha, originario da Galliza, com o solar na quinta de Montoia, bisp. Tuy. A 100 m. d'Alhandra, dentro da quinta do arrojada iniciativa que desde 1892 tem merecido aos estimados industriaes os melhores cuidados. || Pov. da freg. e conc. d'Agueda.

Alhares. Aldeia da Beira Baixa, bisp. da Guarda.

Alharíz. Pov. e freg. da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Valle Passos, distr. de Villa Real, arceb. de Braga. 1:441 alm. e 348 fog. A pov. dista 7 k. da séde do conc. Orago S. Thiago.

Alhastro. Pov. da freg. da Carapinheira, conc. de Montemór-o-Velho.

Alhêda. Ribeiro da Beira Alta, no bisp. de Lamego.

Alheira. Pov. e freg. da prov. do Minho, conc. de Barcellos, distr. e arceb de Braga. 778 alm. e 182 fog. A pov. dista 9 k. da séde do conc. Orago Santa Marinha. Está situada no *valle de*

Tamel, rodeada de montes, na maior parte infructiferos. No monte de *Lousada* ao N. O. com um extenso plató no cume, tem-se encontrado vestigios de construcções, ruas e muralhas. Diz a tradição ter sido uma cidade romana ou moirisca, cujo nome se ignora. Tinha antigamente quatro parochias que se uniram á actual. De Alheira descobre-se a villa de Barcellos, e dos montes proximos, a cidade de Braga, Fão, Espozende e o mar.

Alheira de Aquem. Pov. da freg. de Pedroso, conc. de Villa Nova de Gaia.

Alheira de Baixo e **de Cima.** Pov.ª da freg. de Pedroso, conc. de Villa Nova de Gaia.

Alho *(Padre Cypriano Pereira).* Presbytero secular, depois de ter professado alguns annos na ordem carmelitana, com o nome de Fr. Cypriano Albertino. Esteve no Brazil, e em 1792 era vigario parochial da egreja de Moreira, na capitania do Rio Negro. Era nat. d'Evora, onde veiu depois recolher-se, obtendo a secularisação, e onde se demorou até ao fim da vida. Em 1820 declarou-se um propugnador das ideias liberaes, o que lhe acarretou alguns desgostos, e em 1834 foi nomeado bibliothecario da Bibliotheca publica d'Evora, cargo que exerceu trez mezes ou pouco mais, porque a morte o surprehendeu n'esse mesmo anno. Escreveu. *A Muhraida, ou a conversão e reconciliação do gentio Muhra. Poema heroico em seis cantos, por H. J. Wilkens.* traduzido em oitava rythma portugueza, Lisboa, 1819. Na *Gazeta Universal*, n.º 58. de 12 de julho de 1821, vem annunciada uma traducção por elle feita, da *Historia das Inquisições de Hespanha e Portugal*, por D. João Alvares de Colmenar, que seria acompanhada de quatro estampas, e o preço da subscripção era de 960 réis.

Alho. Pov. da freg. de S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião.

Alhões. Pov. e freg. da prov, da Beira Alta, conc. e com. de Sinfães, distr. de Vizeu, e bisp. de Lamego. 325 alm. e 72 fog. Tem caixa post. A pov. dista 12 k. da séde do conc. Orago S. Pelagio.

Alhos Vedros. Villa e freg. da prov. da Estremadura, conc. da Moita, com. d'Aldeia Gallega, ditr. e patr. de Lisboa. 1:744 alm e 473 fog. Tem escola para o sexo masc., est. post. com serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. S. Est. do caminho de ferro de Sul e Sueste. Orago S. Lourenço. Está situada n'uma extensa campina de terreno arenoso, junto a um braço do Tejo, que entra na boca chamada de *Montijo*, e se aparta para o sul, dividindo-se em varios esteiros, onde ha algumas salinas. A pov. é muito antiga. ignorando-se quando e quem a fundou. Do seu primeiro nome não ha memoria, só se sabe que foi fundação arabe. Deu-lhe foral D. Manuel, em Lisboa a 15 de dezembro de 1514. Foi commenda da ordem de S. Thiago. A Misericordia foi fundada no seculo XVIII. No termo da villa ha dois conventos de frades arrabidos, um em Palhares, outro em Verderena. Até 1834 teve um capitão de ordenanças, com uma companhia. O dizimo do sal era do commendador do mosteiro de Santos, de Lisboa.

Alijó. Villa da prov. de Traz-os-Montes, séde de conc. e de com., distr. de Villa Real, bisp. de Lamego, e relação do Porto. Tem uma só freg. cujo orago é santa Maria Maior, com 2.018 alm. e 486 fog. Pertence á 3.ª div. mil. e ao 26.º distr. de reserva do exercito effectivo, com a séde em Villa Real. Tem escola para ambos os sexos, sociedade recreativa, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e de encommendas, permutando malas com R. A. D. Comprehende o conc. 18 freg. com 4.886 fog. e 21.207 hab., sendo 10.733 do sexo masc. e 10.474 do fem., n'uma superficie de 32.960 hect. As freg.ª são as seguintes ; Santa Maria Maior, Amieiro, Carlão, Castedo, Casal dos Loivos, Cottas, Favaios, Pegarinhos, Populo, Riba Longa, Sanfins do Douro, Santa Eugenia, S. Mamede de Riba Tua, Valle de Mendiz, Villa Chã, Villa Verde, Villar de Maçada, e Villarinho de Cottas. Alijó dista 30 k. da séde do distr.; está situada na encosta da cordilheira granitica de Villarelho. E' fertil de cereaes, de castanhas e d'optimo vinho. D. Sancho II mandou-a povoar em 1225, e deu-lhe foral em 1226. D. Affonso III deu-lhe novo foral, em Santarem, a 15 de novembro de 1269, e D. Manuel, em Lisboa, a 10 de julho de 1514. Tem um manancial d'agua, que nasce do alto da serra, e vem regar a villa. Pertenceu aos marquezes de Tavora até 1759, passando depois para a Corôa. Era reitoria do real padroado. No logar de Prehendaes, termo da villa, nasceu fr. João Peccador, que morreu em Lisboa, no convento do Curral, a 23 de fevereiro de 1690. Atravessa a villa a serra granitica que, com diversos nomes, se estende desde Sanfins do Douro até ao rio Tua. Alijó tem uma boa casa da camara, cadeia, um bonito passeio publico, bons edificios, cemiterio, etc. || Pov. das freg.ª de Canedo, e Rego, conc. de Celorico de Basto.

Alimondo. Pov. da freg. de Carrazedo, conc. de Bragança. Está situada n'uma planicie, abundante em cereaes e pastagens. E' banhada pelo ribeiro de Santo Amaro. No sitio da *Terronha*, no fundo d'uma serra, ha vestigios d'um castello antigo, que se suppõe ser moirisco.

Alinteiro ou **alinterneiro.** Official inferior na Casa Real, que cuidava das lanternas de azeite, como o official da candearia cuidava das luzes de cera e cebo.

Aliso. Ribeiro da prov. da Beira Baixa, distr. da Guarda. Nasce na serra de *Malcato*, de duas fontes, cresce com o tributo de varios regatos, e desagua no Zezere, junto a Alcaria. Na aldeia de Meimão muda de nome tomando o de *Meimôa.* Cria bom peixe.

Alisto. Com este nome, dizem ter existido na prov. do Minho, uma villa, no sitio onde nasce o rio de Este ou Aleste. D'esta pov. só hoje existe a memoria conservada pela tradição. A ordem dos templarios do mosteiro de Braga comprou, em 1153, uma herdade em *Villar*, no ribeiro de *Aliste.*

Alja. Pov. da freg. de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos.

Aljama. Termo antigo, bairro de moiros em Portugal.

Aljami. Nome, que Alexandre Herculano julga ser de um terreiro que se estendia para o lado oriental da Sé, e onde existe a egreja de S. João da Praça.

Aljamia. Entende-se por *aljamia* qualquer lingua escripta com caracteres arabicos, o que succedeu na peninsula durante a permanencia dos moiros, bem como a lingua arabe escripta com

caracteres latinos. Houve pois diversas aljamias. Da portugueza publicou alguns documentos, extrahidos dos originaes da Torre do Tombo, o illustrado professor do Curso Superior de Letras, sr. David de Mello Lopes, sob o titulo de *Textos em aljamia portugueza*, vol. em 4.º Lisboa, 1897.

Aljareu. Pov. da freg. de Nogueira, conc. de Sinfães.

Aljariz. Pov. da freg. de Villa Nova de Monsarros, conc. de Anadia. || Pov. da freg. e conc. de Macieira de Cambra.

Aljazede. Pov. da freg. de Alvorge, no conc. de Ancião.

Aljezida. Aldeia, na prov. do Douro, bisp. de Coimbra.

Aljezur. Villa da prov. do Algarve, séde de conc., com. de Lagos, distr. de Faro e bisp. do Algarve. Tem uma só freg. N. S.ª d'Alva, com 3:235 alm. e 577 fog. Pertence á 4.ª div. militar e ao 32.º distr. de reserva do exercito effectivo com a séde em Faro. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. com serviço de emissão e pagamento de vales, cobrança de recibos, letras e obrigações, e de encommendas, permutando malas com a R. A. S.—Odemira. O conc. comprehende 3 freg. com 1:003 fog. e 5:057 hab., 2:616 do sexo masc. e 2:441, do fem., n'uma superficie de 32.065 hect.; são as freguezias: N. S.ª d'Alva, Bordeira, e Odeceixe. A villa dista 27 k. da séde do distr. e está situada na costa oriental d'um escarpado rochedo, que corre de N. a S. com a serra de Monchique. E' a palavra arabe *Algezur*, que significa *arcos, arcada* ou *arcaria*. No tempo dos arabes, que a fundaram no principio do seculo x, e que lhe deram o nome que tem actualmente, havia um castello, na parte mais elevada do serro, de fórma octogona, com duas torres, uma ao N., outra ao S., e uma cisterna. Foi conquistada aos moiros pelo mestre da ordem de S. Thiago; D. Paio Peres Correia, em 24 de junho de 1242 segundo uns, em 1246 segundo outros. Os successores de D. Paio ficaram com o padroado da egreja, e apresentavam os priores que o bispo confirmava, recebendo a terça parte dos dizimos. D. Affonso III doou-a á ordem de S. Thiago; D. Diniz deu-lhe foral, em Extremoz, a 12 de novembro de 1280, com muitos privilegios, sendo um d'elles, *os cavalleiros d'esta villa não teriam a çaga do exercito,* que quer dizer, que não iriam nunca na retaguarda. D. Manuel deu-lhe novo foral, em Lisboa, a 20 de agosto de 1504, mandando que a villa tivesse o titulo de *honrada.* Em outro foral, de 20 de maio de 1516, doou aos condes de Villa Nova de Portimão a *dizima velha dos atuns,* que morressem na grande armação de pescar estes peixes que existia ao S. da foz do rio, junto á fortaleza *d'Arrifana d'Aljezur*, hoje arruinada, vendo-se ainda os restos de cabanas e de um grande armazem que pertenciam aos pescadores. Esta doação foi depois confirmada por D. João III, a 7 de julho de 1522. Os condes de Villa Verde eram os alcaides-móres do castello d'Aljezur; a alcaidaria passou depois para os marquezes d'Angeja. A Misericordia foi fundada no seculo xvi. O territorio é muito fertil em todos os generos agricolas. A villa é banhada pela ribeira, chamada *Petiscos*, que nasce na serra do Espinhaço do Cão, e recebe tributo de outras, tendo uma ponte arruinada ao sul. Tambem passa muito perto a ribeira de *Valle de Noras.* O terremoto de 1755 arrasou quasi todas as casas da villa, arruinando a fortaleza de que ficou só a bateria, e a egreja matriz, deixando apenas ficar de pé a tribuna da capella-mór. A 6 k. de distancia, no sitio chamado *Corte-Cabreira,* existe uma pedreira de ardosia explorada desde tempos remotos, o que parece confirmar umas sepulturas formadas de 6 lapides da mesma ardosia, do feitio de caixões, mas sem ossos, o que indica serem de povos que queimavam os cadaveres e só guardavam as cinzas. Da pedreira extrahem-se lages de todas as grossuras e de varias côres. Junto á costa, n'um sitio elevado, vêem-se as ruinas d'uma grande povoação, cujas ruas se distinguem ainda. A 5 k. está o casal do *Vidigal,* que dizem ter sido antigamente uma grande povoação. N'este concelho ha minas de ferro e de manganez.

Aljorces ou **Aljorses.** Nome dado na Beira aos chocalhos e campainhas que penduram ao pescoço dos animaes.

Aljubarrota. Villa freg. N. S.ª dos Prazeres, da prov. da Extremadura, conc. e com. d'Alcobaça, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa. 2.044 alm. 370 fog. Tem Misericordia, escola do sexo masc. e est. post. permutando malas com Leiria. A esta freg. está annexa civilmente a de S. Vicente, com 1.394 alm. e 245 fog. A pov. dista 44 k. da séde do conc. e está situada no alto da serra, que domina pelo N. as ferteis veigas d'Alcobaça. A pov. é muito antiga, e parece ter sido fundada pelos celtas. No tempo dos romanos foi uma grande cidade, chamada *Arruncia.* Proximo da villa vêem-se as ruinas da antiquissima egreja de Santa Marinha, onde se tem encontrado moedas de prata do tempo dos romanos. No alto da serra ainda se vê o *arco de memoria,* que servia de limite por esse lado aos coutos d'Alcobaça, e que se diz ter sido levantado no sitio onde D. Affonso Henriques, em 1147, prometteu doar aos monges de Cistér, da ordem de S. Bernardo as terras que d'alli se descobrissem, local vastissimo em que se edificou o grandioso mosteiro d'Alcobaça. (V. *Alcobaça).* Foi outr'ora cabeça de conc., o qual se extinguiu em 1855; na praça ainda se conserva o pelourinho, que é muito antigo. A terra tem pouco movimento e pouco commercio, chamando só a attenção dos viajantes, que fazem alli caminho de Alcobaça para a Batalha, as historicas recordações que desperta o seu glorioso nome, pela celebre batalha em que os castelhanos ficaram derrotados (V. *Batalha d'Aljubarrota),* e da famigerada pá da padeira d'Aljubarrota (V. *Brites d'Almeida).* Esta pá conservou-se por muitos annos sobre a verga d'uma das portas da egreja matriz, depois esteve na casa da camara, e parece que se guarda hoje em casa de familia particular, que a mostra a quem deseja admiral-a. Os Filippes, durante o dominio hespanhol, tentaram, mas inutilmente, que a pá fôsse para Hespanha, porque, segundo consta, houve alguem que a escondeu n'uma parede da casa da camara, d'onde a tiraram depois da restauração do dia 1.º de dezembro de 1640. Proximo d'esta villa é a planicie do *Chão da Feira,* onde se deu o combate dos *Carvalhos,* em 28 d'agosto de 1837. Os abbades d'Alcobaça eram os donatarios d'Aljubarrota, recebendo grandes foros e tributos. O sino do relogio, que está na torre contigua á casa da camara, foi dado á villa por el-rei D. Sebastião.

A parochia era reitoria ou vigararia com muitas rendas, que o cardeal-rei dividiu pelas freguezias de Cella, Evora, Turquel, etc. Um abbade d'Alcobaça deu-lhe foral no 1.º d'abril de 1316, e D. Manuel deu-lhe outro, em Lisboa, no 1.º d'outubro de 1514. O brazão da villa é um escudo tendo em campo branco uma pá de forno, allusão á celebre padeira Brites d'Almeida.

Aljubarrota *(Batalha de)*. Sabendo D. João I, o Mestre d'Aviz, que o rei de Castella vinha em direcção de Lisboa, partiu para o Porto com D. Nuno Alvares Pereira, afim de ahi recrutar as tropas que pudesse, e seguiu depois para Coimbra. El-rei vivia então em Guimarães, praça que pouco tempo antes conquistara, bem como a de Ponte de Lima. De Coimbra passou a Penella, depois a Thomar e Torres Novas. Seguindo o caminho de Santarem, tomou posse do castello de Abrantes, por ter passado para o seu serviço Alvaro Vasques Correia, a cuja guarda estava confiado aquelle castello. Aquartelando-se na Gollegã, el-rei formou alli o exercito em linha de batalha, e assim veiu marchando com 600 lanças, em que tomavam parte muitas pessoas de distincção, entre as quaes figuravam alguns fidalgos estrangeiros e João Affonso d'Azambuja, que mais tarde foi arcebispo de Lisboa. O condestavel vinha na vanguarda do exercito. Chegando perto de Santarem, houve um encontro com algumas tropas castelhanas, commandadas por Alvaro Gonçalves Sandoval. D'este encontro resultou uma pequena escaramuça, em que se contaram alguns mortos e feridos, tanto dos portuguezes como dos castelhanos, que ficaram vencidos. Depois d'este incidente, D. João tentou passar o Tejo, pelo vau que alli havia, mas o inimigo, percebendo-lhe a intenção, tratou de impedir que a realisasse. Estabeleceu-se renhida contenda, em que se distinguiu, pelo seu valor e coragem, um joven cavalleiro, chamado Vasco Martins de Mello, que se lançou á agua, e pelejou desesperadamente contra os castelhanos, obrando prodigios da maior valentia. O corajoso e intrepido cavalleiro decerto succumbiria na lucta, se D. Nuno Alvares Pereira não corresse em seu auxilio. Conseguida a passagem do Tejo, el-rei tomou o caminho do Alemtejo, para esperar alli os reforços que deviam vir de Lisboa e d'outros sitios; apenas chegaram, partiu para Abrantes, e destacou para o Alemtejo o condestavel, afim de reunir tambem algumas tropas, enviando a Trancoso uma ordem ao governador Diogo Machado, para que este lhe enviasse os fidalgos que n'aquella praça existiam, para que todos assistissem á grande batalha que se projectava. D. Nuno Alvares Pereira partiu para o Alemtejo, acompanhado de 300 cavalleiros, e atravessou o Tejo, passando proximo do inimigo, que se não atreveu a disputar-lhe a passagem. Todos estes preparativos bellicos auguravam o exito enorme que obteve a memoravel batalha d'Aljubarrota. Reunidas, portanto, todas as tropas, e regressando o condestavel para junto d'el-rei, este formou conselho, para consultar de que fórma conviria atacar o inimigo, em vista das tropas castelhanas serem mais poderosas. A resposta d'alguns guerreiros foi que a batalha seria grande temeridade pela desigualdade das forças; D. João I, sempre destemido, não gostou d'esta resposta, e quiz que o condestavel, de quem elle respeitava sempre muito os conselhos rectos e prudentes, manifestasse em publico a sua opinião franca e leal. D. Nuno Alvares Pereira apresentou razões as mais sensatas, provando que o credito e a palavra d'el-rei perderiam no animo dos seus affeiçoados, se deixasse de pelejar com o rei de Castella; que a batalha era muito conveniente, fôsse qual fôsse o resultado, o que Deus faria pelo melhor; se a batalha se não désse, os hespanhoes talvez se apossassem facilmente de Lisboa, porque esta cidade desanimaria e se renderia ao inimigo, e com a perda de Lisboa, arriscava-se tambem o reino todo a perder-se; não era justo

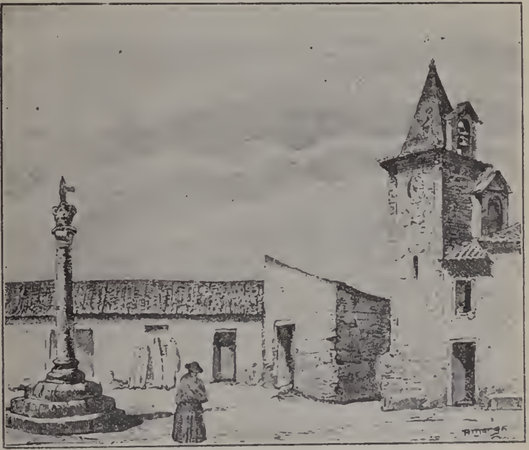

Praça do Pelourinho em Aljubarrota

que el-rei sacrificasse assim os seus leaes vassallos, que tantos sacrificios haviam soffrido para lhe collocarem na cabeça a corôa de Portugal. O longo discurso do condestavel causou o maior enthusiasmo, e a batalha ficou definitivamente decidida. D. João deliberou então ir ao encontro do rei de Castella; partiu para Ourem, passou a noite em Porto de Mós, e no dia seguinte, depois de todos ouvirem missa com a maior devoção, o

condestavel dirigiu-se com uma força de 100 cavalleiros a uns montes d'onde se dominava o caminho de Leiria, para observar o inimigo, que se esperava d'aquelle lado, mas não o avistando, voltou para junto d'el-rei. Chegou finalmente o dia 14 de agosto de 1385, e ainda antes de amanhecer, começaram a dizer-se missas; depois todos se confessaram e commungaram, e apenas raiou a aurora, os exercitos formaram em ordem de marcha, indo o condestavel na vanguarda e el-rei na retaguarda; n'esta ordem chegaram ao campo d'Aljubarrota, ou melhor ao Chão da Feira, onde se feriu tão notavel batalha, e onde mais tarde se devia ferir entre portuguezes. O condestavel formou em batalha o seu exercito, composto de 1:700 lanças, 800 bésteiros e 4:000 infantes; ficando formado em duas linhas, e sendo a primeira a da vanguarda, onde elle ia, reforçou-a com 600 lanças e 300 bésteiros, em que entravam os seus creados e algumas pessoas particulares; e rematando-se esta em duas alas, algum tanto avançadas dos corpos principaes, entregou a direita com 200 lanças e 100 bésteiros a Ruy Mendes de Vasconcellos, que com outros jovens e valorosos fidalgos que o acompanhavam, e tinham o titulo de *Namorados* (V. *Ala dos Namorados*), a defendiam com egual esforço, trazendo por distinctivo uma bandeira verde com diversas divisas e allusões. A ala esquerda governava-a Antão Vasques, com outro egual numero de lanças e bésteiros, com muitos portuguezes e estrangeiros voluntarios. Na retaguarda vinha el-rei com 700 lanças e 300 bésteiros, menos os que com alguma infantaria cobriam a bagagem, á qual serviam tambem de trincheira os mesmos carros, que a conduziam, e lhe ficavam nas costas. A frente se voltou para Leiria, por cuja estrada marchava o inimigo, e ordenada assim a batalha, emquanto aquelle não chegava, D. João foi animando todo o exercito, armando tambem cavalleiros alguns fidalgos. Eram 10 horas quando se avistaram os castelhanos em numerosa força. O exercito constava de 5:000 lanças francezas e de outras nações, 2:000 ginetes, 8:000 bésteiros e 15:000 infantes divididos em esquadrões. Deu-se então renhida batalha, em que se ouviam os gritos de guerra: *Castilla y Santiago!* por parte dos hespanhoes, e *Portugal e S. Jorge!* por parte dos portuguezes. Ambos os exercitos investiram furiosamente. Quebradas já as lanças e esgotadas as settas, os intrepidos combatentes começaram a manejar as espadas e os punhaes, ferindo-se sem dó nem consciencia. A batalha durou trez quartos d'hora, até que por fim os castelhanos desanimaram, e a victoria declarou-se a favor dos portuguezes. Houve prodigios do mais heroico valor; em ambos os campos se distinguiram muitos guerreiros, mas D. João I e D. Nuno fôram os que se tornaram mais notaveis. Muitos castelhanos, vendo o seu rei largar o campo da batalha, trataram de fugir, abandonando as armas, e correndo pelos campos; mas como aquelle sitio era um completo descampado, não podiam escapar ao furor dos portuguezes, que os perseguiam, matando-os sem piedade; só quando anoiteceu, é que alguns dos vencidos conseguiram fugir. Antão Vasques de Almada foi quem, de joelhos, apresentou a el-rei o estandarte de Castella, dizendo: «*Tomae, senhor, essa bandeira do maior inimigo que tinheis no mundo.*» Houve varias disputas entre Lourenço Martins d'Avellar e outros valentes guerreiros, sobre quem fôra o arrojado que derrubara o estandarte castelhano, e parece que nunca se soube, bem ao certo, quem teve aquella gloria. Foi tambem apresentada a el-rei, por Gonçalo Rodrigues, uma enorme caldeira que se encontrara entre os despojos do inimigo; esta caldeira foi depois depositada no mosteiro d'Alcobaça. (V. *Alcobaça*). Entre os despojos encontrados na tenda do monarcha castelhano, appareceu uma cruz de oiro e pedras preciosas, contendo uma reliquia do Santo Lenho, que pertencera á sé de Burgos. Em commemoração da batalha d'Aljubarrota, edificou D. João I o mosteiro da Batalha, e D. Nuno Alvares Pereira o convento do Carmo em Lisboa. Quatro dias depois, a 18 d'agosto de 1385, cantou-se um solemne *Te-Deum* no convento d'Alcobaça, em acção de graças, e no dia seguinte rezaram-se missas e officios por alma dos portuguezes fallecidos no combate, e que tinham sido sepultados no mesmo convento. V. *Vida do Condestavel*, por Oliveira Martins; *Batalha de Aljubarrota*, por M. Vieira Natividade.

Aljuber. V. *Alguber*.

Aljube. E' termo arabe *al-jobbe*, que significa *cova profunda* ou *cisterna*. Dava-se antigamente o nome de *aljube* aos carceres ecclesiasticos. Hoje em Lisboa chama-se assim á prisão das mulheres perto da Sé. Na cidade do Porto tambem tem o mesmo nome uma das cadeias que foi primeiramente prisão de ecclesiasticos. Em Gôa, na India, tambem houve um *Aljube*.

Aljubes. Aldeia da freg. d'Alcoentre, conc. d'Azambuja, com. do Cartaxo, distr. e patriarc. de Lisboa.

Aljubiteiro. Era antigamente o official que fazia *aljubetas* ou pequenas aljubas, que, conforme uns escriptores, era uma vestidura arabe semelhante a um collete, mas tendo ás vezes meias mangas como as actuaes jaquetas; segundo outros uma simples tunica de trazer em casa, cerrada por diante, especie de jubão ou gibão. Ainda no seculo XVI se designavam por aljubetas os pellotes, como se encontra n'uma lei de 24 de janeiro de 1539. Em Lisboa a *Jubiteria* era o arruamento dos aljubiteiros como a *Algibetaria* o era dos algibebes. Nos principios do seculo XVII havia na capital 57 *aljubiteiros*, incluindo-se n'este numero os *calceteiros*, que faziam e vendiam meias e calções. Tinham estes tambem o seu arruamento, a *Calcetaria*.

Aljuriça. Pov. do freg. de Cadima, conc. de Cantanhede.

Aljustrel. Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc., com., distr. e bisp. de Beja. Pertence á 4.ª div. mil. e ao 31.º distr. de reserva do exercito effectivo com a séde em Beja. Tem uma só freg. (S. Salvador) com 3:778 alm. e 730 fog., Misericordia e hospital, escolas para ambos os sexos, sociedade philarmonica, est. post. com serviço de emissão e pagamento de vales e de encommendas, permutando malas com a R. A. S. O conc. comprehende quatro freg. com 1:880 fog. e 8:302 hab., sendo 4:371 do sexo masc. e 3:391 do fem., n'uma superficie de 83:038 hect. As freg. são: S. Salvador, Ervidel, Messejana, e S. João de Negrilhos. A villa dista 30 k. da séde do distr. e está situada na encosta d'um monte, no alto do qual ainda existem as ruinas d'um castello cons-

truido pelos moiros; sobre parte d'estas ruinas se edificou uma pequena ermida, da invocação de N. S.ª do Castello, a qual é frequentada por muitos romeiros, em certa época do anno, que vão alli cumprir promessas. Do alto das ruinas do castello desfructa-se um lindo e pittoresco panorama em cinco ou seis legoas em redor, descobrindo-se as muralhas e a torre de Beja, ao nascente, parte da serra d'Arrabida ao N. e Monchique, ao sul. E' pov. muito antiga, mas ignora-se o nome do fundador. Foi tomada aos moiros por D. Sancho II, em 1235, que a doou em março d'esse mesmo anno, á ordem de S. Thiago, sendo esta doação confirmada por D. Affonso III, em 1255. D. Manuel deu-lhe foral, em Santarem, a 20 de setembro de 1510. A 2 k. de distancia ha uma pequena ermida com a invocação de S. João do Deserto, que foi edificada com as esmolas de alguns devotos, que encontravam remedio aos seus padecimentos na maravilhosa nascente que existe n'aquelle local. Estas aguas mineraes brotam espontaneas por varios pontos da extensa e rica mina d'Aljustrel, já explorada pelos romanos e pelos carthaginezes, tornando-se mais tarde esquecidas, aproveitando-se de novo no reinado de D. Manuel, e ultimamente pela actual companhia exploradora de Mineralisação Transtagana. Entre o povo existe a tradição, que se encontrara em épocas muito remotas uma imagem de S. João, junto da fonte mineral que n'aquelle deserto corria ignorada, sendo este facto que dera o nome á ermida que se edificou mais tarde. Presume-se que os pastores vinham lavar alli o gado para o curarem da sarna e gafeira, e como se tornassem notaveis estas curas, começaram a concorrer pessoas atacadas de lepra e de ulceras, obtendo os melhores resultados, o que fez attrahir fama de *milagrosas* áquellas aguas. Em 1840, construiram-se tanques para banhos na casa contigua á ermida, por subscripção e iniciativa do prior d'Aljustrel. Até então as aguas eram utilisadas nos poços em que se depositavam, sem abrigo algum. Alguns annos depois edificaram-se dois banhos novos, mais tarde outros dois, passando a agua successivamente de uns para outros. Em 1868 fizeram-se então grandes trabalhos de lavra na mina; as aguas até áquella época brotavam de duas fontes, uma exterior, forte, situada fóra da ermida, e outra interior, fraca, que corria dentro da propria ermida, fornecendo agua, que se suppunha ser da mesma procedencia d'aquella, mas diluida em sete ou oito vezes o seu volume d'agua commum. A exploração da mina desviou n'esse anno o curso das aguas das fontes e obrigou a arrasar o estabelecimento balnear existente, que se tornara de muita utilidade para os numerosos enfermos que continuamente alli concorriam. Hoje são aproveitadas nos proprios barrancos onde se lançam as galerias da mina, ou em tinas collocadas nas casas particulares e cheias com as aguas alli colhidas em barris. Em 1852 fôram analysadas pelo illustre chimico J. M. d'Oliveira Pimentel, em 1867 pelo dr. A. V. Lourenço, e em 1868 pelo engenheiro Pacheco Rezende. Tem a seguinte classificação: Fria-hypersalina-sulfatada, ferrea, cuprica e arsenical. Os banhos são applicados com vantagem no tratamento de varias molestias de pelle e ulceras antigas. Ha differentes trabalhos escriptos ácerca d'estas aguas. No consciencioso livro de Alfredo Luiz Lopes, intitulado: *Aguas Minero-Medicinaes de Portugal*, publicado em 1892, vem uma relação d'esses importantes trabalhos. Aljustrel é uma villa pobre e de pouco commercio, os terrenos são pouco ferteis. A Companhia da Mineração Transtagana, *Societé Anonyme Belge des Mines d'Aljustrel*, tem-lhe dado grande animação, attrahindo alli muitos trabalhadores na exploração dos dois jazigos, o dos Algares e o de S. João do Deserto. Para ligar estas minas com o caminho de ferro do sueste, a companhia mandou construir á sua custa um ramal que tem 17 k. de extensão. Ha tambem n'este conc. algumas minas de manganez, manifestadas e registadas. Aljustrel tem a feira de Santo Antonio, nos dias 12 a 14 de junho. || Pov. da freg. de Fatima, conc. de Ourem. Em Aljustrel publicou-se o jornal: *Campeão d'Ourique*, 18, maio, a 7, dezembro, 1872.

Alladio *(Pedro)*. Portuguez nascido nos fins do seculo XII. Ignora-se a terra da sua origem, e a data do seu nascimento e morte. Escreveu em 1234: *De Sacrificiis antiquis Lusitanorum.*

Allás. Distr. da prov. e ilha de Timor, na região dos Bellos (Oceania portugueza), formado dos reinos de Allás, Dotic, Manufahi e Raimeam. A sua capital é a povoação de Allás, distante 80 k. da cidade de Dilly, capital da prov., 27:000 habitantes. A população propriamente de Allás é de 3.000 almas, sendo 800 christãos.

Allema. Cabo ou ponta situada a N. O. da ilha de S. Thomé, Guiné Portugueza (Africa Occidental).

Allen *(Eduardo Augusto)*. Bacharel formado em direito na Universidade de Coimbra; bacharel em letras pela Universidade de França; director do museu municipal do Porto, e bibliothecario da Bibliotheca Publica na mesma cidade; socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa. N. no Porto a 19 de novembro de 1824, onde tambem falleceu, a 29 de maio de 1899. Era filho de João Allen (V. *este nome)*, negociante no Porto e fundador do Museu Municipal. Eduardo Allen dedicou-se muito ao estudo, adquirindo uma vastissima erudição, que se revelou nos trabalhos notaveis que deixou publicados. Sendo homem de verdadeiro valor, viveu sempre com a maior modestia. Escreveu: *Catalogo provisorio da galeria de pinturas do novo Museu Portuense, o «Museu Allen», comprado pelo Municipio em 19 de junho de 1850, e exposto em parte ao publico pela primeira vez em 12 de Abril de 1852*, Porto, 1853; *Catalogo systematico da collecção de molluscos e suas conchas, pertencente ao Museu Municipal, contendo ao mesmo tempo a caracteristica de todos os generos, e as principaes considerações scientificas tanto geraes como particulares, relativas a esta vasta fórma de animaes invertebrados.* Lê-se no *Diccionario bibliographico* de Innocencio: «Imprimiu-se no Porto em 1856-1858, a pag. de 1 a 232, abrangendo a parte segunda, ou a classe dos *Gasteropodes.* Ficou, porém, suspensa a publicação á espera da *Conchologia iconica* de Reeve, que então se projectava já adquirir para a Bibliotheca Publica, e de outros subsidios indispensaveis para se levar ao cabo a encetada publicação, com toda a segurança e precisão.» — *Um apontamento para a Fauna lusitanica: ensaio descriptivo e taxonomico de um animalculo singular, ha pouco descoberto nas immediações do Porto, e que parece inedito*, Porto,

1857; *Noticia e descripção de uma moeda inedita cunhada pelos wisigodos na cidade do Porto em fins do VI seculo, e ultimamente descoberta pelo ill.mo sr. Francisco José do Amaral. Acompanhadas de alguns apontamentos historicos, e critico-numismaticos,* Porto, 1862; *Noticia e descripção de um sarcophago romano descoberto ha annos no Alemtejo, e recentemente comprado pela cidade do Porto para o seu Museu Municipal,* Porto, 1867; *Monnaies d'Or Suevo-Lusitaniennes (avec une planche),* artigo extrahido do que publicara a *Revue numismatique,* nova serie, tomo X, 1865. Com uma estampa em que estão desenhadas nove medalhas. Esta publicação é assignada do Porto a 10 de maio de 1865 por Eduardo Augusto Allen e Henrique Nunes Teixeira, ambos autores do artigo publicado em Paris. Parece que a sua ultima obra foi o *Catalogo dos manuscriptos da bibliotheca portuense,* trabalho consciencioso e de elevado valor.

Allen *(Guilherme Pessoa).* Escriptor e economista portuguez contemporaneo; foi fundador e redactor da *The Financial and Mercantil e Gazette,* em 1877 a 1880, e da *Gazeta Financeira,* revista mensal. Tem sido collaborador distincto de alguns jornaes: no *Jornal da Noite* publicou uns artigos financeiros, que fôram muito considerados.

Allen *(João).* Fundador do museu que conserva ainda o seu nome, e que pertence á camara do Porto. N. em 1785; era filho de Duarte Guilherme Allen, subdito inglez, negociante e consul de Inglaterra em Vianna do Castello, e depois no Funchal. Foi educado nos Estados-Unidos, no collegio de George Town, perto de Washington, e quando regressou ao Porto, vendo que todos se armavam contra a França, assentou praça como voluntario, tomando parte na guerra peninsular, onde por vezes se distinguiu, sendo condecorado com o habito da Torre e Espada. Terminada a guerra, estabeleceu-se como negociante em Londres, passando depois a estabelecer-se no Porto. Durante a sua laboriosa vida commercial, concorreu para a creação e melhoramentos de muitos estabelecimentos uteis, tanto financeiros como philantropicos que se organisaram n'aquella cidade, tomando parte muito importante na creação do Banco Commercial, para cujas notas fez os desenhos. Era grande colleccionador d'armas de diversos povos, medalhas e louças curiosas; adquiriu depois muitos objectos de grande valor, nas suas viagens a França, Inglaterra, e Italia. Em Roma, onde se demorou algum tempo, e conviveu muito com o insigne pintor portuguez Domingos Antonio de Sequeira, comprou por bom preço alguns dos melhores quadros que se admiram ainda hoje no Museu Municipal. Não podendo já accommodar as valiosas collecções na casa em que habitava, na rua da Restauração, construiu, em 1836, no quintal que ficava proximo, outra casa composta de tres salas em condições adequadas para se dispôrem todas essas preciosidades, que depois fôram ainda muito augmentadas, formando um curioso e importante museu, que João Allen franqueava todos os domingos ao publico, com a maior satisfação. Um dos seus socios na casa commercial, compromettendo a firma pela sua deslealdade e muitos abusos, fez-lhe perder uma grande parte da fortuna, promovendo uma verdadeira catastrophe. João Allen não poude resistir a tão violento desgosto, e succumbiu á fatalidade, fallecendo a 19 de maio de 1848. Depois da sua morte, o conselho de familia resolveu vender o museu, que a camara municipal do Porto comprou, em 1850, por 19 contos, pagos em letras de um conto de réis a vencer de tres em tres mezes, e não tendo edificio proprio para onde pudesse transportar o museu, pediu á familia Allen para o conservar nas salas em que estava estabelecido, salas que por fim a camara alugou, e onde se conserva ainda hoje. João Allen teve tres filhos: Eduardo Augusto Allen, que foi bibliothecario da Bibliotheca do Porto, Alfredo Allen, 1.º visconde de Villar Allen, e João Allen, que falleceu em Rilhafolles. (V. *estes nomes).*

Allen *(João).* Nat. do Porto, onde nasceu a 16 de março de 1840; era filho de João Allen, negociante d'aquella cidade e fundador do Museu Municipal. (V. *João Allen).* Frequentou o curso de engenharia na Academia Polytechnica do Porto e em Paris, mas o excesso do estudo fez-lhe perder a razão, sendo recolhido no hospital de Rilhafolles. Traduziu do inglez o *Cathecismo de Chymica e Geologia agricola do professor Johnston,* Porto, 1857.

Alliança. Roça da Ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Alliviada. Pov. do conc. de Marco de Canavezes. Era freg. sendo orago S. Martinho, e foi annexada á da Varzea da Ovelha, do mesmo conc.

Almaça. Pov e freg. da prov. da Beira Alta, conc. de Mortagua, com. de Penacova, distr. de Vizeu. 210 alm. e 64 fog. A pov. dista 6 k. da séde do conc. Orago Santo Izidoro.

Almacave *(Santa Maria Maior de)* Freg. da cidade e conc. de Lamego, distr. e bisp. de Vizeu. 3:701 alm. Dizem alguns historiadores que foi na egreja de Santa Maria d'Almacave, que reuniram as côrtes de Lamego no tempo de D. Affonso I. (V. *Lamego).* || Freg. do distr. de Leiria. Tambem lhe chamam *Almocava.*

Almaceda. Pov. e freg. da prov. da Beira Baixa, conc. e distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda. 1:808 alm. e 372 fog. Tem escola do sexo masc. Orago S. Sebastião. E' abundante de aguas e muito fertil. || Rio da prov. da Beira Baixa. Nasce no logar da Ribeira das Eiras, corre arrebatado por entre penedias e vae desaguar no *Ocresa.* Dizem que antigamente se encontrava oiro nas suas areias. As margens são em parte cultivadas e arborisadas. Deriva *almaceda* da palavra arabe *almazaida,* que significa *aguas crescidas.* || Serro da prov. da Beira Baixa, na freg. do mesmo nome.

Almacega. Palavra derivada do arabe e usada antigamente na nossa lingua. Significa tanque pequeno para receber agua d'uma nora ou da chuva.

Almada *(Fr. Affonso de).* Religioso portuguez, nat. de Moura, que falleceu em 1435; era provincial dos Carmelitas. Escreveu: *Do progresso da Ordem Carmelitana.*

Almada *(Alvaro Affonso de).* Escriptor portuguez. Não se sabe a epoca em que viveu este poeta, só consta que foi cavalleiro da ordem de Christo, e escreveu um *Panegyrico de S. João Evangelista,* em oitava rima, que ficou manuscripto.

Almada *(D. Alvaro Vaz de).* V. *Conde d'Abranches.*

Almada *(D. André de).* Doutor em theologia, pela Universidade de Coimbra; era filho de D. Antão Soares d'Almada e de D. Vicencia de Castro. Ignora-se a data do nascimento, e ha duvida se foi em Lisboa ou no Pombalinho. Cursou as aulas da Universidade de Coimbra, formando-se em theologia, de cuja faculdade regeu brilhantemente algumas cadeiras. Governou a Universidade, como deeano perpetuo, tendo poderes de reformador. F. a 29 de novembro de 1642 no collegio de S. Paulo de Coimbra, deixando um nome respeitado, e grande reputação entre os theologos, tanto nacionaes como estrangeiros. Escreveu dois tratados latinos: *De Incarnatione, e de Triplice Sciencia animæ Christi.* Só o *De Incarnatione* é que se imprimiu em parte, não se concluindo a impressão, por ter fallecido o autor.

Almada *(André Alvares de).* Escriptor, nat. da Ilha de S. Thiago de Cabo Verde, onde residia, com o posto de capitão, nos fins do seculo XVI e principios do XVII. Com o seu espirito estudioso e o desejo ardente de viajar, correr mundo, á semelhança dos nossos antigos navegadores, percorreu o interior da Guiné e de Cabo Verde, por seu livre arbitrio, sem que pessoa alguma o incitasse áquella viagem. Em 1594 escreveu um livro consignando o resultado das suas observações e investigações; este livro foi dedicado aos governadores do reino, os quaes o mandaram examinar pelo bispo de Cabo Verde, D. Fr. Pedro Brandão. O prelado declarou que a obra era dignissima, e que merecia ser publicada. Apesar d'esta autorisada opinião, a obra só se imprimiu em 1733, com muitas alterações, trazendo até errado o proprio nome do autor. Esta publicação foi attribuida ao Padre Victorino José da Costa e tem o seguinte titulo: *Relação e descripção da Guiné, na qual se trata de varias nações de negros que a povoam, dos seus costumes, leis, ritos, ceremonias, guerras, armas, trajos; da qualidade dos portos, e do commercio que n'elles se faz: que escreveu o capitão André Gonçalves d'Almada.* No seculo XIX, Diogo Kopke, capitão d'artilharia e lente de mathematica na Academia Polytechnica do Porto, diligente investigador dos nossos monumentos geographicos, promoveu a publicação do verdadeiro manuscripto, cuja edição se fez no Porto em 1841, acompanhada d'um mappa geographico. Esta edição tem por titulo: *Tractado breve dos rios de Guiné de Cabo Verde, desde o rio de Sanagá até aos baixos de Sancta Anna, pelo capitão André Alvares de Almada.* Traz um prefacio e notas do editor.

Almada. *(D. Antão de).* Um dos fidalgos portuguezes que planearam a restauração de Portugal, realisada no dia 1.º de dezembro de 1640. Era descendente da nobre familia de D. Alvaro Vaz d'Almada (V. *Conde d'Abranches).* Quando se começou a pensar n'esta conspiração contra o dominio castelhano, os conspiradores reuniram-se, em Xabregas, na casa de Jorge de Mello, da familia dos marquezes de Ferreira. (V. *Jorge de Mello).* Este fidalgo resolvera renovar as negociações com o duque de Bragança, D. João, ácerca do throno de Portugal, negociações que tinham já sido encetadas por Francisco de Mello, monteiro-mór; e convocara alguns fidalgos portuguezes, mais resolutos e verdadeiros patriotas, decidindo-os a tentar uma conspiração debaixo do mais inviolavel segredo, para que os hespanhoes não pudessem ter a menor suspeita, e fôssem apanhados de surpreza. D. Antão d'Almada morava então no seu palacio, junto ao tribunal da Inquisição, onde hoje vêmos o quartel-general. Apesar d'este sitio não parecer conveniente para reuniões tão secretas por ser muito central, foi escolhido, comtudo, porque no jardim do palacio muito copado de arvoredo havia um pavilhão com as paredes forradas de azulejos, tendo assentos em volta, e um tanque em fórma de pia baptismal, primorosamente lavrado no estylo do seculo XVI, o qual ficava ao fundo d'uma escada de pedra, por onde se ia ter a uma porta escura que deitava para o monte de Sant'Anna. Esta porta n'um sitio isolado, por onde se podia entrar secretamente, e o pavilhão occulto entre as arvores, facilitava as reuniões, sem que pudessem despertar as mais leves suspeitas. Alli, portanto, se realisaram todas as reuniões, sendo a ultima a de 30 de novembro, em que D. João da Costa expoz umas reflexões sensatas, mas pouco a proposito, ácerca dos inconvenientes de tão precipitado movimento. D. Antão d'Almada foi tambem um dos fidalgos que se convenceram ser grande temeridade proseguir n'aquella arriscada empreza; apesar, porém, d'essa convicção, D. Antão foi um dos mais decididos e arrojados da audaciosa conspiração. Chegou afinal o dia 1.º de dezembro, tão celebre na historia do paiz; D. Antão compareceu no Terreiro do Paço com os outros conjurados, e foi elle quem energicamente intimou a duqueza de Mantua, obrigando-a a assignar uma ordem para o governador do castello de S. Jorge entregar a fortaleza aos revoltados. A duqueza de Mantua era a vice-rainha de Portugal, tendo por secretario Miguel de Vasconcellos, o portuguez degenerado, que tanto opprimiu e sacrificou a patria. (V. *Vasconcellos).* Depois do feliz exito da conspiração, e de se ter firmado a liberdade do paiz, subindo ao throno o duque de Bragança, tratou-se logo de alcançar a protecção das potencias estrangeiras e o reconhecimento do duque, como D. João IV, rei de Portugal. Partiram embaixadores para diversos paizes, sendo os embaixadores mais importantes os de França, Inglaterra, Hollanda e Roma. D. Antão d'Almada foi escolhido para embaixador de Inglaterra, tendo como secretario Antonio de Sousa de Macedo, um dos vultos mais notaveis da litteratura portugueza do seculo XVII. A partida realisou-se a 6 de fevereiro de 1641, sendo D. Antão d'Almada logo recebido pelo rei Carlos I, concluindo-se n'esse mesmo anno um tratado de paz e amisade com a Inglaterra, que solemnemente reconheceu a nossa independencia. D. Antão d'Almada voltou depois para o reino, fallecendo em dezembro de 1644. Não era ambicioso de honras nem pretendia recompensas, segundo se vê pelo seguinte documento, que transcrevemos da *Resenha das Familias Titulares e Grandes de Portugal:* «El-Rei Nosso Senhor, tendo respeito a que na obra da sua feliz acclamação Dom Antão d'Almada, que Deus perdôe, do Seu conselho, foi dos que n'ella mais procuraram, até de todo se concluir e executar, e depois de recuperado o Reino passar ao de Inglaterra por embaixador, e na Côrte d'El-Rei da Gran-Bretanha, o tempo que n'ella residiu, tratar os negocios da maior importancia d'esta corôa que lhe fôram commettidos com o zelo e cuidado que d'elle se devia esperar, fa-

zendo grande despeza no luzimento da sua pessoa, e ostentação da casa que teve emquanto assistiu n'aquellas partes e depois de vir d'ellas, o verão de 643 em que a Côrte se deteve em Evora, governando as armas em Lisboa, e continuar na Junta dos Tres Estados, e ultimamente em dezembro de 644 acudindo ao sitio que o inimigo vinha pôr a Elvas, morrer n'aquella Praça de doença que lhe sobreveiu, deixando em vida pedido mercê para seus filhos: Ha por bem de a fazer, em consideração de tudo, e do mais que por parte d'elles se representou, a D. Luiz d'Almada filho maior de se lhe supprir as tres armadas em que era obrigado embarcando-se, para succeder a seu Pae na Commenda dos dois terços de S. Vicente do Vimioso, como lhe estava concedido com essa condição, por alvará de 10 de novembro de 633, cujo despacho manda Sua Magestade se lhe passe livremente; e assim lhe faz mercê de mil cruzados de renda dos dois mil que vagaram por seu Pae no Reguengo de Aguiar, emquanto não fôr provido em bens das ordens de Commenda de maior lote; e juntamente lhe faz mercê de dois logares de freiras nos Mosteiros em que se pódem prometter para suas Irmãs (quaes elle nomear) poderem ser Religiosas, e para sua irmã D. Luiza Maria, Dama do Paço da Rainha nossa Senhora cem mil réis de renda no mesmo Reguengo até tomar estado de casada. Em Alcantara, a 12 de junho de 645.—*Jeronymo Godinho de Niza.*»

Almada *(D. Antão José Maria de Almada, 2.º conde de).* Mestre sala (official-mór) da Casa Real em verificação de vida, concedida no dito officio, par do reino em 30 d'abril de 1826, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara, a 23 de novembro de 1826; senhor do Pombalinho e dos Lagares d'El-Rei; alcaide-mór de Proença-a-Velha; commendador da ordem do Christo; capitão de cavallaria do exercito. O titulo foi concedido em verificação de vida concedida no mesmo titulo a seu pae o 1.º conde, por decreto de 15 d'agosto de 1805 e portaria de 20 de agosto do mesmo anno. O cargo de mestre sala foi successivamente renovado até ao 2.º conde d'Almada, sendo D. Lourenço d'Almada o 1.º d'esta familia, que teve esta dignidade, por carta de D. Pedro II, datada de 14 d'agosto de 1696. O 2.º conde d'Almada nasceu a 22 de novembro de 1801 e morreu a 5 d'abril de 1834. Succedeu na casa e titulo de seu pae a 11 de maio de 1814. Casou em 30 de março de 1818 com D. Maria Francisca d'Abreu Pereira Cyrne Peixoto, filha unica e herdeira de Sebastião d'Abreu Pereira Coutinho Cyrne Peixoto, moço fidalgo com exercicio na Casa Real; alcaide-mór de Ferreira; senhor de Lindozo, transferido este senhorio para o da freg. de V. N. de Lanhezes, de que era padroeiro, e elevada a villa, ficando o senhorio de juro e herdade nos seus descendentes, em remuneração dos muitos e valiosos serviços de seu tio José Ricalde Pereira de Castro, desembargador do Paço e chanceller-mór do Reino, prestameiro de Gominhães, padroeiro de Santa Eulalia de Linhares e commendador da ordem de Christo.

Almada *(Antão Vasques de).* Um dos heroes d'Aljubarrota. Commandava, n'aquella celebre batalha, a ala esquerda em que militavam os cavalleiros estrangeiros; a outra ala, a da direita, era a chamada *Ala dos Namorados.* Antão Vasques d'Almada tornou-se um heroe, não contribuindo pouco para a victoria, quando, depois de rota a vanguarda pelos castelhanos, as duas alas convergiram sobre o centro e transformaram em derrota o primeiro triumpho castelhano. Foi Vasques d'Almada, quem, no fim da batalha, veiu lançar aos pés de D. João I a bandeira real de Castella.

Almada *(Fr. Antonio de).* Religioso da ordem de Santo Agostinho; era nat. de Lisboa, cidade onde f. a 24 de março de 1715. Professou no convento da Graça da mesma cidade, a 18 de setembro de 1665, onde chegou a ser mestre de theologia e leitor de philosophia. Escreveu: *Desposorios do Espirito celebrados entre o divino Amante e sua amada Esposa a veneravel Madre Soror Marianna do Rosario, religiosa de véo branco no convento ao Salvador da cidade d'Evora.* Lisboa, 1694.

Almada *(Antonio José).* Official militar, filho do alcaide-mór de Palmella, João de Mello Almada. Chegou a occupar o posto de brigadeiro no exercito, e distinguiu-se pela sua valentia na guerra da successão de Hespanha.

Almada *(Antonio José de Souza).* Poeta, nat. da Ilha da Madeira, onde nasceu em 1824, f. em Bemfica, em 1874. Deixou algumas producções em diversos semanarios litterarios, mas de pouco valor, porque apesar de ter imaginação, era muito incorrecto. Veiu para Lisboa ainda muito moço, casou com uma senhora bastante rica, mas o seu genio gastador causou em poucos annos a perda da fortuna, obrigando-o a procurar recursos na sua propria intelligencia. Emprehendeu então uma viagem ao Brazil, mas não sendo feliz, voltou a Portugal, entregando-se nos ultimos annos a emprezas industriaes. Associado com os negociantes Bessone e Ribeiro Vianna, estabeleceu em Porto Brandão um *plano inclinado* para o concerto de navios, obra que se não chegou a concluir, em consequencia de ter fallido a casa commercial Bessone & C.ª Associando-se depois a outros capitalistas, estabeleceu uma vasta ostreira ao sul do Tejo, empreza que vingou, e que mais tarde vendeu a uma companhia franceza. Ainda organisou outras emprezas, com mais ou menos exito. Em seguida á revolta 19 de maio de 1870, pelo marechal Saldanha, foi nomeado governador civil de Castello Branco, cargo em que se conservou pouco tempo. Era um homem sympathico, fallava diversas linguas com facilidade, e possuia uma força de vontade e coragem pouco vulgares. Morreu victima d'uma tisica mesenterica.

Almada *(Antonio Marcos de).* Filho de familia nobre, entrou como aspirante ao serviço da marinha em 1799. Foi infeliz e muito curta a sua carreira, porque apenas recebeu as dragonas d'official, falleceu a 4 d'abril de 1807, indo a bordo da fragata *S. João Principe,* quando esta fragata naufragou nas alturas de Gibraltar.

Almada *(Padre Antonio Rodrigues de).* Presbytero secular, formado em Canones pela Universidade de Coimbra, e membro da Academia Latina e Portugueza. Nat. de Lisboa; ignora-se a data do nascimento e a do fallecimento, mas sabe-se que viveu no seculo XVIII. Escreveu: *Problema academico e historico, em que se propõe qual foi maior acção em os Portuguezes, se o valor com que acclamaram o Sr. Rei D. João IV, se a pru-*

dencia com que o seguiram, Lisboa, 1741; O perfeito Heroismo da preferencia de Julio Cesar a Alexandre Magno. Dedicado ao sr. D. Miguel Lucio de Portugal, Lisboa, 1762.

Almada *(Christovam de).* Distincto fidalgo do seculo XVII, gentil-homem da real camara de D. Pedro II. Nasceu em 1632 e f. em Lisboa a 9 de agosto de 1713. Foi provedor da Casa da India, cargo em que succedeu a seu pae, Ruy Fernandes de Almada, commendador de S. Miguel de Rio de Moinhos, senhor das terras de Carvalhaes e das villas de Ilhavo, Verdemilho, Avellans, Ferreiros e dos seus padroados. Conselheiro d'el-rei, governador e capitão-general de Mazagão, gentilhomem da camara de D. Pedro, veador das casas das rainhas D. Maria de Nemours e D. Maria Neubourg, da infanta D. Izabel, do principe D. João e de seus irmãos, foi um fidalgo muito cortezão e estimado na côrte, versado nas cerimonias e etiquetas do paço, que ninguem entendeu no seu tempo melhor do que elle, de sorte que era archivo para as duvidas que occorriam. Christovam de Almada era tão estimado de D. João V que, na doença de que veiu a fallecer, com 81 annos de edade, o monarcha procurava a miude informações do seu estado. Casou duas vezes; a primeira com D. Luiza de Eça Corte Real, senhora do morgado dos Eças, de que era cabeça a quinta das Torres, em Azeitão; a segunda com D. Filippa de Mello. Dos filhos d'este ultimo casamento succedeu-lhe na casa e nos morgados D. Maria Antonia de Almada, que casou com D. Bernardo de Noronha, filho segundo dos condes dos Arcos, a qual adquiriu em 1696 a quinta da Má-partilha e outras propriedades que mais tarde vinculou, annexando-as ao morgado dos Almadas da Boavista, em Lisboa. *V. Almada Carvalhaes.*

Almada *(Fernão Martins de).* Capitão de uma das naus da armada que foi para a India em 6 de abril de 1503, commandada por Affonso d'Albuquerque.

Almada *(D. Francisco).* Fidalgo portuguez do seculo XVII. Era filho de D. Antão d'Almada, e serviu como capitão de infantaria na guerra da independencia do reino em 1640. Na batalha de Montijo, em 1644, foi feito prisioneiro pelos hespanhoes. Parece que este facto o fez desgostar da profissão das armas, porque apenas se viu livre do captiveiro, entrou na Companhia de Jesus, chegando a ser lente de prima na Universidade de Coimbra. Sendo assistente da sua provincia, falleceu em Roma, em 1683.

Almada *(D. Francisco Cabral de).* Nat. de Torres Vedras, onde nasceu em 1628; era filho do dr. Francisco Vaz Cabral e de sua mulher D. Maria de Almada. Foi despachado desembargador para a Bahia em 11 de setembro de 1664 e chanceller da India e desembargador da Casa da Supplicação a 7 de março de 1672. Parece ter morrido cerca de dezembro de 1676, apesar de ter sido nomeado governador da India em 1677 conjunctamente com fr. Antonio Brandão, que falleceu a 6 de julho de 1678, e Antonio Paes de Sande, que governou aquelle estado desde 21 de janeiro de 1678 a 12 de setembro de 1681. A nomeação do dr. Francisco Cabral em 1677 foi devida a ignorar-se ainda na côrte o seu fallecimento.

Almada *(Francisco Osorio de). V. São Francisco (Fr. Carlos de).*

Almada *(Francisco de Sousa).* Poeta no seculo XVII e seculo XVIII. N. em Aldeia Gavinha, em 3 d'outubro de 1676; ignora-se a data do fallecimento, mas parece que vivia ainda em 1759. Frequentou os estudos na Universidade de Coimbra. Escreveu: *Ramalhete Apollineo de varias flores, em nove assumptos, descobertos no nascimento do serenissimo principe o senhor D. José,* Lisboa, 1714; *Relação do certame poetico-eucharistico, que celebraram os Academicos Applicados no convento de Nossa Senhora da Graça nas tardes de 29 de junho e 4 de julho de 1724,* Lisboa, 1724; *Suspiros na perda, e allivios na saudade que exprime a alma pelos actos de suas tres potencias na morte da serenissima senhora infanta D. Francisca: divididos em duas partes,* Lisboa, 1736; *Thalia sacra, ou dramas sacros de varios mysterios de Christo S. N., da Virgem Sanctissima, e de alguns sanctos em estylo metrico, allegorico, e mystico. 1.ª Parte, que contém quatro dramas,* Lisboa, 1740. O primeiro drama é escripto em portuguez, e os outros em castelhano; *Discurso problematico, joco-serio sobre qual é mais poderosa para attrahir o coração humano, se a musica, se a eloquencia,* Lisboa, 1736 (sahiu com o pseudonymo de Affonso Gil da Fonseca); *Critica moral contra os vicios em commum,* Lisboa, 1736 (sahiu com o nome de Franco de Assis Amado e Luca, anagramma do seu proprio nome); *Critica moral, etc., Segunda parte,* Lisboa, 1737. (Ambas as partes reunidas n'um só folheto, Lisboa, 1763, com o mesmo pseudonymo.) Houve outra edição, sem o nome, em dois folhetos, Lisboa, 1820.

Almada *(Francisco Vaz de).* Official que militou na India no seculo XVII. Foi commandante d'uma das naus da armada de D. Henrique de Noronha, que combateu o Malabar, e capitão d'outra nau que fazia parte da armada de Luiz de Brito de Mello, que tambem andou combatendo. Parece ter sido natural de Lisboa. Voltou ao reino a bordo da nau *S. João Baptista,* de que era commandante Pedro Moraes Sarmento; quando teve a infelicidade de naufragar junto do Cabo da Boa Esperança, conseguiu ser um dos que se salvaram a muito custo. Escreveu: *Tratado do successo que teve a nau «S. João Baptista,» e jornada que fez a gente que d'ella escapou, desde 33º no Cabo da Boa Esperança onde fez naufragio, até Sofala, indo sempre marchando por terra,* Lisboa, 1625. Esta obra foi reimpressa na *Collecção dos Naufragios,* nome que se convencionou dar á reunião de varias *Relações* antigas de successos, naufragios e desastres maritimos, reimpressas no seculo XVIII avulsamente, as quaes alguns curiosos colligiram n'um volume. Os mais completos conteem 11 *Relações.*

Almada *(Francisco Xavier Lobo da Gama e).* Fidalgo portuguez, capitão de mar e guerra. Usou do seguinte brazão, concedido a 30 de março de 1783: Escudo esquartelado:—no primeiro quartel as armas dos Gamas—no segundo as dos Lobos—no terceiro as dos Silvas—no quarto as dos Almadas.

Almada *(D. João de). V. Abranches.*

Almada *(João de Mello).* Capitão de infantaria e capitão commissario geral de cavallaria na campanha da Restauração. Era moço-fidalgo e filho de Antonio de Almada e Mello, morgado dos Olivaes, e de D. Ursula de Villhena. Casou com D. Mayor de Mendonça, filha de Francisco de

Mendonça, alcaide-mór de Mourão. Em 1670 foi preso, como cumplice de seu sogro na conspiração que se tramara, de accordo com o embaixador hespanhol, para restituir ao throno el-rei D. Affonso VI. Francisco de Mendonça fugiu para Hespanha, e em Lisboa fôram decapitados alguns fidalgos innocentes. João de Mello Almada ficou tão impressionado, que endoideceu. Consta que esteve doido 40 annos, recuperando o juizo pouco tempo antes da sua morte, que succedeu a 17 d'outubro de 1725.

Almada *(João Vaz de)*. Commandante d'um dos navios da armada de Pero de Annaya, em 1505; foi um dos capitães que se distinguiram na primeira batalha naval, dada no Oriente, pelo vice-rei D. Francisco d'Almeida, morrendo na peleja com toda a valentia e heroismo ao lado de D. Lourenço d'Almeida, filho do vice-rei, que tambem succumbiu n'essa fatal batalha.

Almada *(João Vaz de)*. Capitão da fortaleza da Mina, no seculo XVI. Casou com Brites Godinho e foi pae do celebre poeta Christovam Falcão, conhecido pelo pseudonymo de *Chrisfal*. V. *Falcão*.

Almada *(José Lopes Baptista de)*. Doutor em Direito Canonico. Era nat. de Chaves. Floresceu no seculo XVIII. Nada mais se sabe a seu respeito. Escreveu: *Prendas da adolescencia, ou adolescencia prendada com as prendas, artes e curiosidades mais uteis, deliciosas e estimadas em todo o mundo. Obra utilissima, não só para os ingenuos adolescentes, mas para todas e quaesquer pessoas curiosas, e principalmente para os inclinados ás artes, ou prendas de escrever, contar, cetrear, dibuxar, illuminar, pintar, colorir, bordar, entalhar, miniaturar, etc.* Lisboa, 1749. Este curioso livro, e de muita utilidade no seu tempo, tem tambem tres estampas abertas em chapas de metal.

Almada *(D. Lourenço de)*. Mestre-sala d'el-rei D. Pedro II e depois de D. João V; era descendente dos nobres e distinctos fidalgos D. Alvaro Vaz d'Almada e D. Antão d'Almada, senhor do Reguengo dos Lagares d'El-Rei, alcaide-mór de Proença-a-Velha, commendador de S. Vicente de Vimioso, senhor do Pombalinho, e deputado da Junta dos Tres Estados. Foi governador da Ilha da Madeira, depois d'Angola, e por fim do Brazil, cujo governo começou em 1710, succedendo a Luiz Cezar de Menezes. Era muito orgulhoso; em Angola não admittiu nunca em sua casa senão o bispo da diocese. Não foi dos mais felizes nos seus governos, e com especialidade no do Brazil. Em Pernambuco, apenas elle chegou, começaram as revoltas; os moradores do Recife, protegidos pelo governador Sebastião de Castro, queriam que a sua povoação fôsse elevada a villa, e a velha nobreza d'Olinda oppunha-se energicamente; a nobreza solicitou e obteve ordem para que se suspendesse a creação da villa nova. D. Lourenço d'Almada era todo favoravel ás pretenções da nobreza, Sebastião de Castro auxiliava a burguezia do Recife. Os tumultos acalmaram-se afinal, mas com muito custo. Em seguida a estes tumultos, D. Lourenço recebeu a noticia de que o celebre pirata francez, Duguay-Trouin, atacara o Rio de Janeiro, querendo vingar a derrota que tempos antes soffrera uma pequena expedição franceza commandada por Du Clerc no Rio de Janeiro. Duguay-Trouin viera com forças superiores, tomara e saqueara a cidade, já então florescente, e exigia para resgate dos edificios que poupava, a quantia de 610 mil cruzados. Este golpe foi o que D. Lourenço d'Almada sentiu mais profundamente. Sobre o Brazil não tinha nunca cahido semelhante desastre. Um anno depois de governo, em 1711, pediu a sua demissão, indo substituil-o Pedro de Vasconcellos e Sousa. Continuou vivendo na Bahia como simples particular, mas a sua má estrella permittiu que occorressem novos tumultos, em que se viu envolvido. Finalmente retirou-se para o reino, onde continuou nos seus cargos de mestre-sala e de presidente da Junta do Commercio, fallecendo a 2 de maio de 1729.

Almada *(D. Lourenço José Boaventura de Almada, 1.º conde de)*. Mestre-sala da Casa Real; deputado da Junta dos Tres Estados; commendador da ordem de Christo; senhor de Pombalinho e do Reguengo dos Lagares d'El-Rei; governador e capitão general da Ilha Terceira. N. a 14 de junho, ignora-se o anno, e f. a 11 de maio de 1814. Tomou o appelido de Almada em honra e memoria do 1.º dos avós que o adoptou como conquistador e povoador por D. Affonso Henriques, e em attenção aos relevantes serviços que os ascendentes de D. Antão d'Almada fizeram aos monarchas, principalmente desde D. João IV, em cuja acclamação teve parte muito activa D. Antão d'Almada, aos cargos que este serviu na guerra e como seu embaixador na côrte de Londres, e em compensação da extincção do officio de Capitão-mór do Reino. Casou a 2 de maio de 1786 com D. Maria Barbara José Antonio da Silveira Quaresma, filha dos 2.os marquezes, 11.º barões d'Alvito e 4.os condes da Oriola. D. Fernando José Lobo da Silveira Quaresma e de sua segunda mulher, D. Maria Barbara de Menezes. O titulo de conde d'Almada foi concedido por D. Maria I em decreto de 4 de maio de 1793. O brazão dos condes d'Almada é o seguinte: As armas dos Abranches e dos Almadas em campo de oiro abertas e floreteadas, e nos vãos em contrabanda duas aguias vermelhas armadas de negro; timbre uma das aguias.

Brazão dos condes de Almada

Almada *(D. Lourenço José Maria d'Almada d'Abreu Pereira Cyrne Peixoto, 3.º conde de)*. Filho do 2.º conde d'Almada, D. Antão José Maria d'Almada, e de D. Maria Francisca d'Abreu Pereira Cyrne Peixoto. (V. *2.º conde d'Almada*). O titulo de 3.º conde foi verificação de vida concedida no mesmo titulo de seu pae, por decreto de 13 de maio de 1825. N. a 5 de dezembro de 1818, e f. 7 de setembro de 1874. Casou a 26 de setembro de 1844, com D. Maria Rita Machado de Castello Branco, 2.ª filha dos 1.os condes da Figueira. Apesar de ter direito a tomar assento na camara dos pares, como successor de seu pae, não se aproveitou d'esta faculdade, depois do decreto com força de lei de 23 de maio de 1851. A condessa viuva falleceu em fevereiro de 1897.

Almada *(D. Manuel de)*. Prelado distincto e grande theologo. Ignora-se a data do nascimento,

mas sabe-se que foi em Lisboa, onde tambem falleceu a 8 d'outubro de 1580, sendo sepultado na sé da mesma cidade. Era filho de Gil Alvares e de Izabel d'Almada, e sobrinho do bispo do Porto, D. Ayres da Silva. Depois de estudar humanidades, formou-se em canones na Universidade de Coimbra, chegando a ser desembargador dos aggravos na Casa da Supplicação; seguindo a carreira ecclesiastica, foi chantre da sé de Lisboa, deputado do Santo Officio e conservador das ordens militares. Em 1561 teve a nomeação de bispo do Funchal, em substituição de D. Fr. Jorge de S. Thiago. Assistiu ás côrtes de Lisboa, em 1562, acompanhou a Bruxellas, em 1565, a infanta D. Maria, que casou com o duque de Parma, Alexandre Farnesio. Sentindo-se doente, resignou o bispado de Funchal, e seu tio, o bispo D Ayres da Silva, lhe offereceu então um beneficio no mosteiro de Ferreira, que elle acceitou. D. Manuel d'Almada tornou-se muito notavel tambem pela resposta energica que deu ao escriptor inglez, secretario da rainha Isabel, Walter Haddon, que, n'um livro, tinha aggredido D. Jeronymo Osorio, bispo de Silves, por ter este prelado accusado a heresia da rainha. Esta obra foi publicada em Antuerpia, no anno de 1566, quando D. Manuel estava em Bruxellas. A obra tem por titulo: *Adversus epistolam Gualterii Haddoni, serenissimæ reginæ Angliæ a supplicum libellis contra reverendi P. Hieronymi Osorii Lusitani episcopi silvensis epistolam nuper editam.*

Almada *(D. Miguel Vaz de).* Illustre descendente e representante da nobilissima familia dos Almadas, em que figuram tantos vultos historicos destacando-se entre elles D. Alvaro Vaz d'Almada, conde d'Abranches, o heroe da batalha d'Alfarrobeira, e D. Antão d'Almada, um dos valorosos conspiradores de 1640, a quem se deve a independencia de Portugal. D. Miguel Vaz d'Almada é filho do 3.° conde d'Almada, D. Lourenço José Maria d'Almada d'Abreu Pereira Cyrne Peixoto, e de sua esposa, a condessa D. Maria Rita Machado de Castello Branco, filha dos 1.os condes da Figueira, ambos já fallecidos. N. a 27 de junho de 1858. Do *Occidente*, n.° 753, de 30 de novembro de 1899, extrahimos o seguinte: «Novo, bem novo, e já orphão de pae, D. Miguel d'Almada começou a prestar á causa do tradicionalismo o concurso relevante de um nome prestigioso e de um trabalho activo e desinteressado. Bem se póde dizer d'elle que a nobilissima honra que o principe proscripto lhe conferiu com a nomeação de vogal da actual Logar-Tenencia, a obteve a um tempo, *par droit de naissance et par droit de conquête.* Não será excedida por muitos a nobreza do nascimento; e, circumstancia de apontar, não lh'a reconhecem apenas pergaminhos archivados ou curiosos genealogistas; sente-a a consciencia popular e ha de por força notal-a o mais simples compendio da historia patria.» O partido legitimista, de quem é hoje um dos chefes, deve-lhe numerosos serviços, consagra-lhe todo o respeito e consideração, pelo seu caracter dignissimo e pela convicção das suas opiniões, que sempre conserva e sustenta, sem a menor transigencia. Casou com uma senhora pertencente a uma das principaes e mais distinctas familias da Ilha da Madeira.

D. Miguel Vaz de Almada

Almada *(Ruy Fernandes de).* Fidalgo da casa d'el-rei D. João III e do seu conselho. Diplomata e financeiro distincto; exerceu em Flandres o cargo importante de *feitor,* logar que corresponde hoje ao de agente financial em Londres, mas ainda mais importante, porque não só tinha de tratar de negocios de emprestimos, que o paiz levantava na praça de Antuerpia, como tambem da venda das especiarias e outros generos, que as armadas reaes traziam do Oriente. Mais tarde foi embaixador de Portugal em França.

Almada *(Ruy Fernandes de).* Fidalgo do seculo XVII, provedor da Casa da India. Sendo presidente do senado de Lisboa, fez abrir em 1665 a rua nova que tem o seu nome. No cargo de provedor da Casa da India succedeu-lhe seu filho Christovam d'Almada.

Almada *(Fr. Silvestre de).* Religioso, nat. de Almada, que professou na ordem de S. Bernardo. Era muito versado no estudo dos livros santos. Escreveu a seguinte obra, que ficou manuscripta, e que existia na bibliotheca do convento d'Alcobaça, *Glossæ figurarum scripturæ sanctæ.*

Almada *(Victorino de Sant'Anna Pereira de).* Militar distincto e escriptor. N. em Elvas, a 21 de setembro de 1845, e f. a 31 de março de 1899. Era filho de José Maria Pereira d'Almada, major d'artilharia, e de D. Francisca de Jesus Pereira d'Almada. Assentou praça a 1 de maio de 1861, em artilharia n.° 2; foi promovido a tenente quartel-mestre, a 13 d'agosto de 1866; em 13 de setembro de 1876, a capitão quartel-mestre, e pela ordem do exercito de 3 de novembro de 1884, passou ao regimento d'artilharia n.° 5, sendo classificado capitão quartel mestre de 1.ª classe, por decreto de 5 de janeiro de 1887. A 24 de março de 1897, teve a sua reforma. Desempenhou sempre com intelligencia e muito zelo algumas commissões de serviço, de que foi encarregado. Dedicou grande parte da vida a colligir documentos e subsidios historicos, que não chegou a publicar, e que fórmam um nucleo de muito valor. Acerca d'Elvas, sua terra natal, fez grandes estudos archeologicos e historicos, de que publicou em 1888 a 1895 a importante obra, intitulada *Elementos para um diccionario de geographia e historia portugueza,* em tres tomos, e que trata do concelho d'Elvas e dos concelhos extin-

Victorino de Sant'Anna Pereira de Almada

ctos de Barbacena, Villa Boim e Villa Fernando. Victorino d'Almada deixou mais trabalhos litterarios, que se publicaram: *O Manuscripto d'Affonso da Gama Palha, sobre a guerra da successão em Hespanha,* Elvas, 1876; *Francisco de Paula Santa Clara,* esboço biographico, Elvas, 1888; *os quarteis-mestres,* em 1890. Foi primeiro redactor do *Elvense,* quando este jornal se fundou em 1880, collaborando assiduamente até 1884, e n'elle publicou varios estudos historicos. Collaborou egualmente nos seguintes jornaes: *Jornal do Commercio, Diario Illustrado, Correio Elvense, O Tirocinio Litterario, Gil Fernandes, Diario de Noticias, Jornal do Porto, Jornal da Noite,* e outros.

Almada. Villa da prov. da Extremadura, séde de conc. e de com., distr. e patriarc. de Lisboa. Tem uma só freg. cujo orago é S. Thiago, com 7:913 alm. e 1:254 fog. Pertence á 1.ª div. mil. e 4.º distr. de reserva do exercito effectivo com a séde em Lisboa. O conc. consta de duas freg., S. Thiago e Caparica, com 2:804 fog. e 15:994 hab., sendo 8:768 do sexo masc. e 7:226 do fem., n'uma superficie de 5:737 hec. A villa dista 5 k. da séde do distr., e está situada na margem esquerda do Tejo, no alto d'um monte, em frente de Lisboa, d'onde se descobre n'um lindo panorama, a barra e a capital, a serra d'Arrabida, a villa de Palmella, o castello de Cezimbra e praias do Ribatejo. Tem Misericordia, escolas de ambos os sexos, praça de touros, est. postal e telegraphica com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e de encommendas, permutando malas com Lisboa. Na etymologia do nome de *Almada* é que muitos autores discordam; uns querem que seja derivado por corrupção de *Vimadel,* denominação que seria imposta pelos primeiros fundadores, os inglezes, que quer dizer *terra de muitos;* outros dizem que *Almada* era o nome d'um inglez, dos seus principaes fundadores; e outros ainda pretendem que um moiro chamado *Al-Madez* ou *Al-madão* fôra o seu fundador, e lhe dera o seu nome. D. Affonso Henriques, tendo sido auxiliado na tomada de Lisboa por uma armada de cruzados, que, de passagem para a Palestina, aportara ao Tejo, repartiu com elles os despojos da victoria, e offereceu aos que quizessem ficar no paiz terras para povoar ou cultivar, sendo destinadas, para cada nacionalidade, terras separadas. Aos inglezes, que eram em maior numero, coube mais terrenos, um dos quaes foi o monte em frente de Lisboa, onde veiu a edificar-se a villa d'Almada. Ha tambem quem pretenda que anteriormente á tomada de Lisboa, já existia alli uma pequena povoação moirisca, com o nome de *Al-Madan,* a qual foi conquistada, reedificada e povoada pelos cruzados inglezes. D. Sancho I deu-lhe foral em agosto de 1190, doando-a aos cavalleiros de S. Thiago, e D. Diniz, em 1297, encorporou-a na corôa, dando em troca aos cavalleiros as villas de Almodovar, Ourique e Aljezur. Franklin encontrou um foral

Brazão da villa de Almada

mais antigo, que é um foral particular dos *moiros forros,* dado em Coimbra, por D. Affonso Henriques, em março de 1170, e confirmado por D. Affonso II, em Santarem, em dezembro de 1217; D. Manuel deu-lhe novo foral, em Lisboa, no 1.º de junho de 1513. Almada tornou-se celebre, em 1384, pela sua heroica defesa contra os castelhanos, que então cercavam tambem o Mestre d'Aviz, em Lisboa. Por occasião da peste que em 1599 atacou a capital, os governadores de Portugal, o arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro, os condes de Portalegre, de Santa Cruz e do Sabugal, e Miguel de Moura, resolveram partir para Almada, e, usando do antigo systema das aposentadorias, contra o qual os povos constantemente se revoltavam, requisitaram a casa de Manuel de Sousa Coutinho para n'ella se alojarem. Manuel Coutinho era grande fidalgo, e parece que chegou a ser noviço da ordem de Malta, professando mais tarde no convento de S. Domingos de Bemfica, onde tomou o nome de fr. Luiz de Sousa, tornando-se o notavel escriptor, autor da *Vida de S. Domingos, Vida de D. Fr. Bartholomeu dos Martyres,* etc. (V. *Souza, Fr. Luiz).* Surprehendido e indignado com semelhante ordem, Manuel de Sousa Coutinho tomou uma resolução heroica, e mandando incendiar a casa, respondeu á mulher, D. Magdalena Vilhena, que o interrogava, «*Illumino a minha casa para receber os muitos poderosos senhores governadores d'estes reinos.*» Este facto é com que termina o 1.º acto do notavel drama *Fr. Luiz de Sousa,* de Garrett. Durante as luctas da liberdade, deu-se proximo d'Almada uma das mais sanguinolentas batalhas, que houve em toda aquella guerra fratricida, de 1828

Egreja de S. Thiago

a 1833. Foi em 23 de julho de 1833. A batalha começou no sitio chamado *Cova da Piedade* e veiu terminar em Cacilhas, ficando derrotadas as tropas realistas, commandadas por Telles Jordão, que perdeu alli a vida, batalha que decidiu da sorte

de Lisboa, que no dia seguinte (24) abria as suas portas ao exercito constitucional do duque da Terceira. Almada, da sua antiguidade, apenas conserva a tradição e a memoria. Do castello que os inglezes levantaram no seculo XII não restam os menores vestigios. Os muros e baterias do actual são de moderna data. A antiga egreja de N. S.ª da Assumpção, mais conhecida por Santa Maria do Castello, foi reconstruida no seculo XVIII, por D. João V, e a de S. Thiago, tambem muito antiga, foi reedificada no mesmo seculo, pelo infante D. Antonio, irmão do referido monarcha. E' templo d'uma só nave, sendo o tecto da capella-mór todo de abobada de pedra em estylo manuelino. Está sepultado n'esta egreja Fernão Mendes Pinto, escriptor, que por muitos annos peregrinou na Asia, escrevendo a importante obra *Peregrinações*. A egreja da Misericordia foi fundada no seculo XVI, no hospital de caridade, de Santa Maria, que fôra construido, em 1480, pela infanta D. Beatriz, mãe d'el-rei D. Manuel, concedendo-lhe muitas rendas. Na ermida do Espirito Santo, que tambem é muito antiga, encontram-se as magnificas imagens, que durante muitos annos sahiam em procissão no domingo de Ramos. Proximo da villa, em terreno elevado, existia o convento de S. Paulo, da ordem dominicana, fundado em 1569, por fr. Francisco Foreiro, insigne theologo e linguistico, lente de theologia na Universidade de Coimbra, prégador régio, e confessor dos reis D. João III e D. Sebastião. Fr. Francisco Foreiro foi tambem o reformador do Missal e Breviario Romano em 1560; falleceu no seu convento, a 10 de janeiro de 1581, onde jaz n'uma tosca sepultura na capella-mór da egreja. Este templo é notavel, não só pela obra de talha dos altares, como tambem pelos seus magnificos azulejos, representando factos allegoricos da vida de S. Domingos. O terremoto de 1755 destruiu-o, estando a egreja cheia de devotos, que ficaram alli enterrados. Pouco tempo depois foi reedificado. N'esta egreja dormem tambem o somno eterno D. Alvaro Abranches da Camara, um dos vultos mais notaveis da revolução de 1640, e D. Francisco d'Almeida Mascarenhas, distincto escriptor, licenceado em Canones pela Universidade de Coimbra e socio da Academia Real das Sciencias. A egreja de S. Paulo tem duas irmandades, a de N. S.ª d'Assumpção e a de N. S.ª do Rosario, que em tempos passados possuiu objectos de culto de muito valor: corôas de oiro com diamantes, um riquissimo pallio com seis varas todas de prata, quatro castiçaes e uma peanha tambem de prata, peanha onde se collocava a custodia com o Sacramento, em dias de festa. O convento e a quinta, que é bastante pittoresca pelo copado do arvoredo secular, foram vendidos em 1834, pela extincção das ordens religiosas, a Palyart, que os deixou por herança ao sr. Oliveira Ferraz. Proximo está a praça dos touros, construida em 1843, no vasto campo de S. Paulo. A casa da camara é de boa apparencia, foi edificada em 1793. O edificio tem dois andares. Estão alli installados, além da camara, o tribunal judicial e a cadeia; possue uma torre alta com relogio, que domina toda a villa. O relogio foi dado á camara d'este concelho pela rainha D. Maria I. Na encosta do monte, junto á praia, existe uma fonte de boa e abundantissima agua, a que se dá o nome de *Fonte da Pipa*. Ao sul da villa, no sitio conhecido pela *Cova da Piedade*, ha uma ermida com o titulo da *Piedade*, que fica n'um espaçoso terreiro, guarnecido de casas. Este sitio é sempre muito concorrido no verão, e os arraiaes que se realisam n'aquelle logar ameno e aprazivel, attrahem bastante gente, tanto de Lisboa como das localidades proximas. Vê-se aqui o importante palacio do sr. Antonio José Gomes, que dizem ter salas magnificas, cujas pinturas a fresco rivalisam, na opinião dos criticos, com as do palacio d'Ajuda. A'cerca da ermida de N. S.ª da Piedade conta-se o seguinte: «Pelos annos de 1550, um homem d'estes sitios descobriu uma imagem de S. Simão, em umas barrocas, que se chamam ainda hoje *Barrocas de S. Simão*. Este homem arranjou esmolas, e com ellas construiu uma capella ao Santo junto ás taes barrocas, e n'ella se fez ermitão. Depois appareceu-lhe em sonhos a Senhora da Piedade, dizendo-lhe que queria vir para esta ermida. Elle foi buscar a imagem a uma casa da Sé de Lisboa, e trouxe-a para o seu ermiterio. Tantos fôram os milagres, feitos pela Senhora, e tantas fôram as esmolas dos fieis devotos, que logo se construiu no mesmo sitio, outra ermida melhor e mais ampla, e junto d'ella um recolhimento. Desde então deixou de ser S. Simão o padroeiro, e ficou sendo N. S.ª da Piedade, reconhecida como orago da ermida. No seculo XVIII ainda viviam no recolhimento quatro recolhidas e uma regente.

Vista do castello de Almada

Depois ficou sómente a capella, que actualmente existe.» Nos arredores da villa ha muitas e bonitas quintas e varias ermidas; a do *Alfeite,* que pertence á corôa, a d'*Amora,* que foi da princeza D. Maria Benedicta, irmã da rainha D. Maria I, e fundadora do hospital de Runa, e depois perteneeu á infanta D. Isabel Maria. No termo da villa está a antiga fortaleza de S. Sebastião de Caparica, eommmumente chamada *Torre Velha,* que serviu por muitos annos de Lazareto. Foi fundada por D. João II, e reedificada por D. Sebastião. Fica em frente da Torre de Belem. O logar de Cacilhas é o porto d'Almada; tem um bello caes de cantaria guarnecido de assentos, e no fim d'elle um pequeno forte. Até 1834, eram muito falladas as festas que se faziam na villa no dia S. João, onde appareciam alguns costumes antigos na procissão e nas cavalhadas. A concorrencia era enorme, vendo-se gente de Lisboa e de muitas terras do Alemtejo. Almada é abundante de vinhos de pasto e fructas. Ha fabricas de cortiça, moagem, fiação e tecidos, productos chimicos, ceramica, oleos, asphalto, guano, dynamite, conservas e muitas tanoarias. As fabricas de cortiça são da firma Henrique Buchual and Sons, na Margueira; Companhia Londres & Lisboa, John & Wilson, Villarinho & Caldas, no Caramujo; Wiliam Rankin and Sons, no Outeiro. A fabrica de moagens é de Antonio José Gomes & Commandita, successores da viuva de Manuel José Gomes & Filhos, no Caramujo. Fabrica de ceramica da Companhia Nacional de Ceramica, Palença. Fabrica de conservas, de Ramiro Leão & C.ª, no Ginjal. Fabrica de polvora (Corroios, Val de Milhaço). Fabrica de refrigerantes, de João Baptista de Carvalho Serra, em Cacilhas. Fabricas de cal: Manuel Francisco Junior, no Ginjal, e Maria da Gloria Ferreira & Filhos, em Mutella. Os logares mais importantes dos arrabaldes da villa são: Alfeite, Cova da Piedade, Caramujo, Cacilhas, Porto Brandão (onde actualmente está o Lazareto), Ginjal, Pragal, Olho de Boi, Charneca, Corroios, Val de Milhaço, Mutella e Trafaria. Em Almada nasceu Diogo Paiva d'Andrade, autor do poema epico, intitulado: *Chauleidos,* publicado em 1628, que tem por assumpto o cerco de Chaul, e do livro chamado *Exame de antiguidades,* publicado em 1616. Era filho do chronista mór Francisco de Andrade e sobrinho do celebre theologo e prégador do mesmo nome Diogo Paiva de Andrade. Morreu tambem em Almada onde jaz sepultado. Nasceram egualmente em Almada: D. Leonor de Mascarenhas, dama da rainha D. Maria, mulher d'el-rei D. Manuel, e depois da infanta D. Isabel, que a levou comsigo quando casou com o imperador Carlos V, sendo depois aia do principe D. Filippe, filho do imperador, mais tarde rei de Hespanha e de Portugal. Era filha de Fernão Martins d'Almada e de sua mulher, D. Isabel Pinheiro; dr. José d'Almada, medico distincto; fr. Sylvestre d'Almada, autor de varias obras religiosas; dr. José Xavier Coutinho, poeta e jurisconsulto; Antonio Adelino Amaro da Silva e Eduardo Tavares, escriptores e jornalistas; José Elias Garcia, coronel de engenheiros homem notavel e chefe do partido republicano; dr. Oliveira Feijão, professor na Escola Medica de Lisboa; e o dr. Bento Manuel da Costa Vaz, juiz de direito. Almada, no tempo do antigo regimen, tinha voto em côrtes, com assento no sexto banco. Fôram seus donatarios os marquezes de Marialva. Entre Almada e Cezimbra existiu uma celebre mina d'ouro, chamada *Adiça,* explorada pelos nossos monarchas, desde D. Sancho I. Ainda em 1832 se cunhou moeda do ouro extrahido d'aquella mina. (V. *Adiça*). As armas da villa são uma torre coroada. Nos terceiros domingos de cada mez ha feiras e mercados; no logar da Torre, freguezia de Caparica, é a feira de gado. Em Almada teem-se publicado os seguintes jornaes: *Almadense (O),* 2, dezembro, 1855 a 30 novembro, 1856, o primeiro jornal publicado n'esta terra; *Almadense (O),* 22, agosto, 1887, durou pouco tempo; *Circulo d'Almada,* 17, agosto, 1882, poucos n.os se publicaram; *Circulo 78 (O),* 1, maio, 1887, pouco tempo durou; *Clamor d'Almada (O),* 27, julho, 1879, em principios de 1889, ainda se publicava; *Correio do Inferno,* 1889, foi publicação ephemera; *Correio da Piedade,* 9, agosto a setembro de 1884; *Correio do Sul,* 7, setembro, 1887, em começos de 1889 publicava-se ainda; *Corticeiro (O),* 22, outubro, 1899, existia em 1900; *Ecco d'Almada,* 24 de agosto, 1879; *Esperança (A),* 11 agosto a 20 setembro, 1857; *Liberal (O),* 29, março, 1902, em publicação; *Puritano (O),* 17, outubro, 1889, em publicação; *Rabicho (O),* 10, novembro, 1886, poucos n.os se publicaram; *Realeza (A),* 2, setembro, 1882 a 18 novembro 1883; *Sul do Tejo (O),* 1, novembro, 1883, foi curta a sua duração; *Villa (A),* 18, outubro, 1894. *Voz do Descarregador (A),* 28, novembro, 1896. Além d'estes jornaes publicaram-se tambem em Almada os n.os unicos seguintes: *Almada,* 1900; *Programma (O),* 7 d'agosto, 1892. ||

Convento de S. Paulo

Pov. nas freg.ª de Mafra e Nossa Senhora da Luz. || Roça da Ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Almada Abranches *(D. Lourenço)*. V. *Abranches*.

Almada Carvalhaes. Distincta familia fidalga, cuja cabeça do morgado e residencia mais continuada foi no palacio do Outeiro da Boavista, em Lisboa, no largo do Conde Barão, edificio onde ha annos esteve o *Collegio Europeu* e hoje está a Companhia Nacional Editora. Na egreja de Santa Catharina, que existiu no Alto do mesmo nome, tinham para jazida a capella de Christo. N'um artigo do sr. J. Rasteiro ácerca d'esta familia, publicado no Boletim da Real Associação dos Architectos civis e Archeologos portuguezes, N.º 6 e 7 do anno de 1896, colhemos algumas indicações interessantes. Os senhores de Carvalhaes levam a sua origem apenas aos annos de D. Duarte, a um Gonçalo Borges. Os Almadas, provedores da Casa da India, a quem vieram os morgados dos Carvalhaes, tambem não vão além de um Fernam Rodrigues, o *Barbaças*, filho de Ruy Fernandes, sujeito abastado, que viu os reinados de D. Affonso V, D. João II e de D. Manuel, e que casou com Catharina Carreira, filha de Bartholomeu Gomes de Almada, burguez abastado, homem de talento e instrucção. Os Almadas Carvalhaes, além dos bens proprios, tinham bastantes da corôa e o officio de provedor da Casa da India, de grandes proventos e representação. Esta familia extinguiu-se ha poucos annos na sua casa de Azeitão, pela morte do ultimo conde de Carvalhaes, e de seu filho D. José. Eram distinctos pelo seu caracter nobre, cortezania distincta, fina educação e sentimentos de caridade. Estavam ligados aos condes da Sortelha, Castello Melhor, S. Vicente, Obidos, Calheta, Oriola, Arcos ; tendo o celebre marquez de Pombal sido casado em primeiras nupcias com D. Thereza de Noronha, filha de D. Maria Antonia de Almada, avó do ultimo conde de Carvalhal.

Almada e **Lencastre** *(D. José de)*. Escriptor e jornalista. N. em Lisboa, em 1828, onde tambem falleceu a 19 de junho de 1861. Era filho illegitimo do visconde de Villa Nova de Souto d'El-rei, e descendente de Francisco d'Almada, o celebre corregedor do Porto. Apesar do nascimento fidalgo, a sua infancia foi muito infeliz, e na adolescencia teve de luctar com as maiores difficuldades. Sempre muito estudioso, conseguiu, ainda assim, cursar as aulas de instrucção secundaria, apesar dos limitadissimos recursos de que podia dispôr. Muito novo, sahiu de casa da familia, que morava no Campo Grande, e veiu para Lisboa, desamparado e entregue aos seus proprios recursos. A atmosphera aristocratica que respirara na infancia, a convivencia com os amigos de seu pae, que professavam ideias absolutistas, tinham-no tornado um homem sympathico ás velhas instituições. Desejoso de escrever, mas sempre timido, começou em segredo a collaborar no jornal *A Nação;* publicou um pamphleto politico intitulado: *Um brado pela patria,* e varias poesias. Depois emprehendeu um trabalho de maior folego, e escreveu o drama em 5 actos baseado n'um assumpto da Biblia, a que deu o nome de *A prophecia ou a Queda de Jerusalem.* Sem recommendações de especie alguma, apresentou-se no theatro de D. Maria, pedindo aos directores da sociedade artistica que lhe ouvissem ler o seu drama. Os directores accederam por condescendencia, mas á proporção que seguia a leitura, enthusiasmavam-se, porque reconheciam um verdadeiro talento no joven autor d'aquelle trabalho tão conscienccioso e de tanto interesse. A peça ensaiou-se logo, procurou-se pôl-a em scena com o maior brilhantismo, tanto mais que havia pouco se representara n'aquelle mesmo theatro, obtendo enorme successo, o drama biblico, em 7 actos, *O Templo de Salomão,* tambem de grande espectaculo. No dia 24 de julho de 1852 subiu á scena pela 1.ª vez o drama *A Prophecia,* com o maior apparato, esplendido scenario, fatos e adereços os mais apropriados possivel á epoca em que se passa a acção do drama. A sala viase repleta, notando-se muitas pessoas da nossa primeira sociedade e os principaes jornalistas. O enthusiasmo foi enorme. O drama imprimiu-se em 1853, precedido d'uma dedicatoria em que o autor offereceu aquelle seu trabalho a seu pae, o visconde de Villa Nova de Souto d'El-rei, e seguido dos juizos criticos que toda a imprensa publicou, elogiando o drama. Esta auspiciosa estreia animaram o joven escriptor, e D. José d'Almada e Lencastre, obrigado a viver da penna, nas horas de que podia dispôr, como jornalista, dedicava-se ao theatro. Seguindo a sua idéa religiosa, escreveu outro drama, intitulado *Santo Agostinho,* que a censura dramatica approvava mediante alguns cortes, mas não se sujeitando a elles, não se representou o drama. Preferiu o genero comico, e no Gymnasio appareceram então as seguintes comedias: *Casamento singular,* em 3 actos, *As ambições d'um eleitor, A associação na familia,* e *A Meia do Saloio,* em 2 actos; e *Um jantar amargurado,* em 1 acto. Nas Variedades, representou-se a comedia em 2 actos *Vamos para Carriche,* o *Casamento inglez,* em 1 acto; e em D. Maria, a comedia em 1 acto *o Boa Lingua.* Parece que escreveu ainda as comedias: *O Artista, Lição e Casamento infeliz.* Collaborou nos seguintes jornaes: o *Catholico, A Nação,* o *Seculo XIX,* e *Jornal do Porto,* onde publicou uns folhetins com o pseudonymo de *Victor.* Escreveu tambem um romance *O Mestre d'Aviz,* que não chegou a concluir, e umas novellas simples, de muita naturalidade mas deveras interessantes, que fôram colligidas por alguns dos seus amigos, e publicadas depois da sua morte, com o titulo *Contos sem arte,* são as seguintes: *A Tia Carriça, Antonio Lopes e Maria Agostinha, D'estes ha poucos, Joanna Carvalho, O Sebastianista, José da Costa, Francisco Antunes da Annunciada, Bernardino de Sena, D. Maria Pereira,* e *Desiderio Vaz.* N'este mesmo

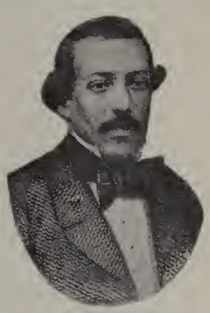

D. José de Almada e Lencastre

livro vem publicado um esboço biographico, escripto por José Maria d'Andrade Ferreira, e *commemorações funebres* da imprensa periodica de Lisboa, da morte do autor dos *Contos*. Fundando-se o *Curso Superior de Letras,* no mesmo edificio da *Academia Real das Sciencias,* D. José d'Almada, que desde muito tempo se entregava a profundos estudos philosophicos, foi um dos oppositores á cadeira de philosophia transcendente. «N'esse concurso patenteou estudos solidos e decidida vocação para o ensino oral, diz Andrade Ferreira; methodo, clareza, lucidez no discurso e fluencia concisa e elegante na palavra, todos estes dotes tão precisos para qualificar o engenho didatico, elle os possuia e os demonstrou. Nenhum dos membros do jury ousou negar-lh'os, e mais de um lh'os encareceu. E comtudo, a resolução do exame ficou embrulhada n'umas ambiguidades da lei que regula os concursos, ou antes a sophistica de espiritos poucos leaes veiu confundir e obscurecer o que não fôra difficil resolver.» O concurso realisou-se a 6 de fevereiro de 1860, sendo tambem oppositores o dr. Joaquim Simões da Silva Ferraz e Augusto Maria da Costa Sousa Lobo, ficando este nomeado. A these apresentada por D. José d'Almada é um trabalho de merecimento, e foi publicada em 1860: *Curso superior de letras — Que relação ha entre o eclectismo de Mr. Cousin, e a philosophia allemã? These de concurso para a quarta cadeira, sustentada no dia 6 de fevereiro.* D. José d'Almada soffreu um grande desgosto, vendo-se preterido, e a doença, que de ha muito o affligia, aggravou-se victimando-o pouco depois, aos 33 annos de edade. A vida de D. José d'Almada e Lencastre foi um longo soffrimento; comtudo, no meio das suas amarguras, vendo-se em companhia de amigos, que os tinha deveras dedicados, ria-se algumas vezes, mas as crueis necessidadas da vida, que o obrigavam a excessos de trabalho, e os continuos revezes que lhe pungiam o coração, contribuiram muito para lhe abreviarem a existencia. Os seus amigos erigiram-lhe um modesto mausoléo no cemiterio do Alto de S. João, para onde fôram trasladados os seus restos mortaes no dia 24 de julho de 1863. O jazigo tem a fórma de rochedo, servindo de base a uma cruz singela, vendo-se aos lados a corôa e a lyra. A inscripção é: *A D. José d'Almada os seus amigos.* Além das obras apontadas, D. José d'Almada tambem publicou *O orador sagrado,* semanario onde se encontra uma collecção de sermões de bastante valor. Pouco tempo antes de morrer annunciara um curso gratuito de philosophia, cujo programma sahiu no *Parlamento* de 8 de março de 1861, e na *Politica liberal,* de 9 do mesmo mez.

Almada e Mello *(João de).* Sargento-mór de batalha e governador geral da provincia e cidade do Porto, em 1762. E' á sua iniciativa que se deve a fundação do theatro lyrico em Portugal, inaugurado no Porto, no edificio do Corpo da Guarda, a 15 de maio de 1762, com a opera *Il Trascurato,* de Pergholese, cantando a primadonna Guintini. Em Lisboa só se cantou 8 annos depois em 1770, no theatro da Rua dos Condes, em que figurou a celebre Zamperini, formosa venesiana, que era protegida pelo conde d'Oeiras, filho do marquez de Pombal. Anteriormente, apenas se tinha ouvido uma unica vez musica italiana na côrte portugueza, em 1682, cantada pela comitiva do duque de Saboya, e ainda assim com grande desagrado dos lisbonenses. Havia no Porto um monumento que se fallava do governador João d'Almada. Era a porta ou *Postigo do sol,* que se demoliu para se augmentar o edificio do governo civil. Sobre a porta lia-se a seguinte inscripção:

SOL HUIC PORTÆ
JOSEPHUS LUSITANO IMPERIO
JOANNES DE ALMADA ET DE MELLO
PORTUGALENSI URBI
FINITIMISQUE PROVINCIIS
ÆTERNUM JUBAR GAUDUM PERENNE.

João de Almada e Mello falleceu, no Porto, a 16 d'outubro de 1786.

Almada e Mendonça *(Francisco de).* Celebre governador da cidade do Porto, no seculo XVIII. Era filho do 2.° dos viscondes de Souto d'El-rei, e tronco dos condes de Tavarede. Foi formado em Leis na Universidade de Coimbra, commendador da ordem de Christo, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, do conselho de S. M., desembargador no paço, 1.° senhor donatario da villa da Ponte da Barca, 1.° alcaide-mór de Marialva, corregedor, governador, provedor, intendente de marinha e presidente do cofre da cidade do Porto, presidente da junta administrativa da fazenda, do tabaco e saboarias, conservador no juizo do sal, e das commendas, juiz no subsidio litterario, da moeda, dos contrabandos, dos processos da policia, inspector das obras publicas nas provincias do Norte e juiz geral das coutadas reaes do reino. O Porto deve muito da sua prosperidade a Almada e Mendonça, a quem Teixeira de Vasconcellos, no seu livro *Les contemporains,* chama o marquez de Pombal do norte, se bem que mais propriamente se possa dizer o Pina Manique do Porto. Apesar de muitas difficuldades com que luctou, conseguiu que aquella cidade prosperasse importantemente. E' á sua iniciativa que se deve o construir-se o theatro de S. João, o Passeio das Fontainhas, a cadeia da Relação, o quartel de Santo Ovidio, etc. No livro *Les Contemporains,* a que nos referimos, diz Teixeira de Vasconcellos, a pag. 60: «A maior parte dos monumentos do Porto datam do governo de Francisco d'Almada e Mendonça, filho mais novo dos viscondes de Souto d'El-Rei. Este fidalgo foi o marquez de Pombal do norte do reino, onde exerceu um poder sem limites; a actividade infatigavel e a força de vontade d'este magistrado, o seu espirito de justiça e honestidade irreprehensivel, souberam triumphar de todos os obstaculos e collocar o Porto á altura d'uma cidade civilisada. A estatua d'Almada deveria ha muito tempo adornar uma das melhores praças do Porto, como testemunho de reconhecimento, e mais ainda, como expiação de ter coberto com uma simples pedra, fechada por uma grade, os despojos mortaes do homem que dedicou toda a sua vida ao engrandecimento da cidade.» Parece que, em 1885, se pensou em levantar uma estatua á sua memoria. Francisco d'Almada e Mendonça morreu em grande pobreza no Porto, a 18 d'agosto de 1804; foi sepultado na Misericordia a expensas dos seus amigos. As suas cinzas fôram trasladadas para o cemiterio do Prado do Repouso, a 17 de novembro de 1839.

Os paços do concelho de Paredes, a 32 k. de distancia do Porto, tambem se construiram por sua iniciativa, alcançando elevar aquella povoação á categoria de villa.

Almada do Oiro. Pov. da freg. de Azinhal, conc. de Castro Marim.

Almadafe. Ribeira da prov. da Extremadura. Passa proximo de Torres Vedras.

Almadanim. Pov. da freg. de Alvor, conc. de V. N. de Portimão.

Almadefe. Ribeira do Alemtejo, nasce junto á herdade da Romeira, e morre na ribeira de Tera, por cima da villa de Cabeção.

Almadena. Aldeia do Algarve no concelho de Lagos. E' palavra arabe e significa *torre* ou *logar do pregão*. A *almadena* dos moiros é uma torre alta, á maneira das nossas torres dos sinos. Em cada mesquita ha uma *almadena*, com uma varanda á roda, com quatro portas em correspondencia. || Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, conc. de Lagos.

Almadia. Pov. na prov. de Santo Estêvam, conc. de Alemquer.

Almadraque. Nos documentos do seculo XIII ao XV encontra-se este nome designando uma peça da cama, que se julga fosse o colchão ou alcatifa sobre que se estendia a outra roupa. *Almadraquexa*, parecendo diminuitivo de *Almadraque*, seria o travesseiro. Aos cobertores chamava-se *almucellas*.

Almafalla. Nome, que, no tempo de D. Fernando I, se dava ao monte da Graça, de Lisboa.

Almáfega. Especie de panno, que se fazia da peor lã, e que antigamente se trazia por grande lucto. V. *Lucto*.

Almafre. Capacete de aço ou ferro que costumavam trazer antigamente os homens vestidos d'armas brancas. D. Pedro I nas suas moradias accrescentou a obrigação, aos vassallos que as tinham de 75 libras, de apresentarem *um bom cavallo de accommetter e loriga com seu almafre.*

Almagodo. Pov. da freg. de Victorino das Piães, conc. de Ponte de Lima.

Almagra. Pov. da freg. da Carvoeira, conc. de Torres Vedras.

Almagreira. Pov. e freg. da prov. da Extremadura, conc. e com. de Pombal, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra. 1:867 alm. e 419 fog. Tem escola do sexo masc. e est. post. permutando malas com Pombal. A pov. dista 9 k. da séde do conc. Orago N. S.ª da Graça. O nome deriva do arabe *almagra*, terra vermelha. || Pov. do conc. e com. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada, bisp. d'Angra, na ilha de Santa Maria, archipelago dos Açôres. Orago Senhora do Bom Despacho. || Bairro do conc. das Lagens do Pico, importante pelas suas mattas de pinheiros, castanheiros, buxeiros e faias.

Almalaguez. Freg. da prov. do Douro, conc., distr. e bisp. de Coimbra. Orago S. Thiago. 2:883 alm. e 680 fog. Tinha uma albergaria muito antiga, fundada pela irmandade de S. Thiago. Proximo corre o rio *Duessa*, que divide a freg. da de Miranda do Corvo. Produz vinho, fructas, e sobretudo optimos pecegos.

Almanach. Era antigamente o calendario ou taboa em que se notavam os mezes, dias e festas do anno, com a noticia das cousas necessarias para o governo ecclesiastico ou civil. Os nossos almanachs correspondem aos fastos dos romanos e derivam do termo arabe *almanah, al* e *manah:* contar, calcular. Durante muitos annos, até seculos, não apresentam os almanachs a feição litteraria que tão apreciados torna estes livrinhos, onde com frequencia se encontram artigos interessantes e noticias historicas bem curiosas. Nas primeiras épocas tratam apenas de designar os mezes, dias, lunações, as festividades da egreja e varias praticas agricolas, cynegeticas e halieuticas, e só um ou outro offerece noticias historicas ou commemorativas d'algum acontecimento politico, como por exemplo os publicados de 1820 em deante e os *Almanachs de Lisboa*, vulgarmente conhecidos pelos da Academia. A phase litteraria e recreativa, propriamente dita, nos almanachs data de 1851. Sob a designação generica de almanach tem-se agrupado muitas publicações annuaes, cujos titulos principaes poderemos resumir em *Agendas, Almanachs, Annuarios, Calendarios, Diarios, Ephemerides, Folhinhas, Lunarios, Planetarios, Prognosticos, Repertorios, Tratados*, etc. (V. *estes nomes*). O almanach mais antigo e mais notavel em Portugal é o que tem por titulo *Almanach perpetuo dos movimentos celestes*, escripto originalmente em hebraico pelo rabbi Abrahão Zacuto, natural de Salamanca, celebre astronomo d'el-rei D. Manuel, traduzido em latim por Joseph Vizinho, seu discipulo, e composto em caracteres gothicos em Leiria em 1496, na officina de Mestre Ortas. O almanach do sabio judeu é considerado como uma das obras mais famosas e de maior raridade do seculo XV e foi impresso a seguir á implantação da typographia em Portugal, pelo que é tido por um admiravel paleotypo, referindo-se a elle minuciosamente o erudito escriptor dr. Antonio Ribeiro dos Santos, nas *Memorias de Litteratura Portugueza*, publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, tomo VIII, part. I, pag. 46. Abaixo, n'este mesmo artigo, vae no respectivo logar *in extenso* o titulo d'essa apreciada obra (V. *Almanach Ppetuuz)*. D'entre os almanachs de maior importancia, de que ha conhecimento, destacamos os que se seguem: *Almanach do Archipelago dos Açôres, estatistico, historico, recreativo e noticioso*, Ponta Delgada, 1865, em deante. Estes almanachs conteem noticias importantes para a historia dos Açôres, e foram publicados por Francisco Maria Supico. *Almanach das Artes e Lettras*, illustrado, Lisboa, pela empreza das *Artes e Lettras*. *Almanach auxiliar*, Coimbra, 1897. 1 vol. 16.º *Almanach Bertrand*, coordenado por Fernandes Costa—1.º anno, 1900; antiga Casa Bertraud—José Bastos, editor, Lisboa. E' sem duvida alguma um dos melhores almanachs portuguezes dos ultimos tempos; e, embora se tenha ao comparado ao afamado *Hachette*, vê-se que bem ao contrario o coordenador tem procurado imprimir-lhe uma feição nacional, dedicando-o o editor aos actuaes representantes da familia Bertrand. No 1.º anno faz-se a historia da livraria lisbonense d'aquelle titulo, tirada das *Impressões Deslandesianas—Divagações bibliographicas* do sr. dr. Xavier da Cunha. O *Almanach Bertrand* vae no quarto anno de publicação. *Almanach do Bom Catholico*, Lisboa, 1870-1874. *Almanach do Bom Christão*, começou a imprimir-se em Braga no anno de 1854, sendo collector do que n'elles fórma a segunda parte o padre Martinho Antonio P. da Silva. *Almanach Burocratico*, fundado por

Aristides Abranches, 1875. *Almanach das Cacholetas,* annuario burlesco, impresso por Sousa Neves; começou a publicar-se em 1863, e parece ter acabado em 1866; era redigido por uma sociedade de homens de lettras. *Almanach de caricaturas,* por Bordallo Pinheiro; publicou-se alguns annos. *Almanach de Coimbra para 1858,* por Pedro Augusto Martins da Róxa; sahiu tambem no anno de 1859. *Almanach da Côrte do Rio de Janeiro para o anno de 1811,* Rio de Janeiro, Impressão Regia, 1810, in 12.º *Almanach do Cultivador;* o 1.º foi impresso em Lisboa, na Imp. Nacional; era redigido por José Felix Henriques Nogueira, que n'elle escreveu artigos sobre historia, agricultura e bibliographia. *Almanach curioso ou pronostico geral dos tempos, para uso dos lavradores, e pessoas curiosas d'este Reino de Portugal, com as luas calculadas para os annos de 1804, 1805, 1806...* Composto por Bento Ayres Piuto. Porto, offic. de Antonio Alvares Ribeiro, e Lisboa, offic. de Simão Thaddeo Ferreira, 1804-1806, in 8.º *Almanach Democratico;* o 1.º impresso em Lisboa, 1851, redigido por José Felix Henriques Nogueira, que n'elle publicou diversos artigos sobre Ledru-Rollin, Victor-Hugo, Mazzini, etc. *Almanach Encyclopedico,* por Eça de Queiroz —Livraria Pereira, editor; apenas se publicou nos annos de 1896 e 1897. *Almanach Estatistico de Lisboa,* em 1838—Impressão Morandiana. Frontispicio lithographado. *Almanach Estatistico de Lisboa,* coordenado por M. A. F. Portugal; publicou-se desde 1844 a 1854, sendo impresso na Typ. do *Gratis. Almanach estatistico da provincia d'Angola e suas dependencias para o anno de 1852.* Lisboa, 1851. 1 vol. in 8.º *Almanach dos Estudantes,* Coimbra, 1872, por um grupo de academicos. *Almanach do exercito;* com este titulo foi publicado em julho de 1855, redigido por L. T. Valdez, bem como todos os que se seguiram; o de 1861 foi o 1.º que teve caracter official, sendo publicado por ordem do ministerio da guerra. Continuou até 1867. *Almanach do exercito ou lista de antiguidades dos officiaes combatentes e não combatentes do exercito e empregados civis, referido a 31 de de dezembro de 1901.* 1 vol. *Almanach Familiar,* contendo artigos de instrucção e recreio, rèdigido pelo padre Vicente Ferreira de Sousa Brandão. O 1.º foi publicado em 1849; tem continuado, sendo composto pelo padre Miguel Ferreira, sob a direcção do padre João Maria Pinto da Gama. *Almanach das Familias,* editado pela empreza do *Recreio,* de João Romano Torres—Publicou-se de 1894 a 1901. *Almanach Ferin para 1897*—Livraria Ferin & C.ª Lisboa, vol. 8.º, cuja publicação ainda continua. O almanach de 1898 vem precedido d'um prefacio commemorativo do centenario do descobrimento do caminho maritimo para a India, por Jeronymo da Camara Manoel; o de 1899 é egualmente precedido d'um prefacio bibliographico sobre a historia do *Almanach* em Portugal pelo referido escriptor, e d'este estudo reproduzimos varias indicações interessantes sobre alguns dos antigos almanachs descriptos abaixo. O *Almanach Ferin* para 1900 é ainda precedido d'um prefacio por Camara Manoel e collaborado por E. Botelho de Avellar com um interessante guia d'uma visita a Paris. Os almanachs de 1901 a 1903 não trazem prefacio, mas são de factura bem cuidada. *Almanach Historico,* publicado de 1856 a 1860, por José Joaquim Nepomuceno Arsejas. *Almanach das Horas Romanticas,* publicado em Lisboa, pela empreza editora que tinha este titulo. *Almanach do horticultor para 1886,* por Duarte de Oliveira Junior. Lisboa, 1 vol. 4.º *Almanach illustrado para 1882*—Propriedade de F. Pastor, Lisboa; conta vinte e um annos de publicação. *Almanach illustrado do «Diario da Tarde».* Primeiro anno—Porto, 1899. Vae no terceiro anno. *Almanach illustrado do jornal «O Seculo».* Lisboa, 1897. Está publicado o 7.º anno. *Almanach illustrado do «Occidente» para 1881.* Lisboa, 1 vol. 4.º Este almanach, publicado pela empreza editora da revista do mesmo nome, alcança já ao 22.º anno; são raros os dos annos de 1883 e 1884; constituem uma collecção muito interessante pela profusão de gravuras reproduzidas das da apreciada revista e pelo registo que faz dos factos mais importantes de cada anno. *Almanach illustrado da Parceria Pereira,* Lisboa, 1.º anno 1901; em publicação. *Almanach industrial, commercial e profissional de Lisboa,* publicado em 1865, por Zacharias de Vilhena Barbosa. *Almanach de Instrucção publica em Portugal,* publicado em Lisboa, pelo dr. José Maria d'Abreu, em 1857 e 1858. *Almanach Insulano,* para Açôres e Madeira, estatistico, historico e litterario, 1874 e 1875; publicação de A. Gil e Augusto Ribeiro. *Almanach do lavrador para 1866,* por João Ignacio Ferreira Lapa e João Felix Pereira. Lisboa, 1865, 1 vol. 8.º *Almanach de Lembranças luso-brazileiro,* fundado em 1851 por Alexandre Magno de Castilho, continuado pelo dr. A. Xavier Rodrigues Cordeiro e ultimamente pelo dr. A. Xavier Cordeiro.—Lisboa, vol. em 8.º Conta hoje 52 volumes, que fórmam uma collecção de valor. *Almanach de Lisboa para o Anno de MDCCLXXXII. (Com privilegio de S. Magestade).* Publicou-se este Almanach nos annos de 1782, 1783, 1785 a 1800, 1802, 1803, 1805, 1807, 1812, 1814, 1817, 1820, 1823, 1825, 1826. O primeiro foi impresso na Officina Patriarchal, os outros em diversas typographias; são ao todo 29 vol. in 12.º. Os annos 1782, 1783 e 1812, de front. grav. 1786 com a grav. d'uma medalha que a Academia mandou cunhar, e map. do valor das moedas de Portugal, 1787, 1796 e 1802 com o map. de Portugal; 1788 com o map. dos uniformes dos reg. do reino, e explicação do edificio de Mafra; 1789, 90, 91, 97, 98 e 99 com o retr. das familias reinantes de Portugal; 1789 com a grav. da torre de Belem; 1790 com o mappa da guerra da Turquia, e map. dos reg. de infantaria e seus uniformes; 1792, perspectiva da Praça do Commercio de Lisboa, mappa dos uniformes do reino, e map. das côres dos uniformes dos regimentos de infantaria, artilharia e cavallaria do Ultramar; 1793, carta topographica do termo de Lisboa até Mafra; 1794, vista da egreja de Belem; 1795, 1797, mappas dos regimentos de milicias e 1 est. de uniformes; 1798 e 1799, mappa dos reg. de milicias; 1803, mappas das classificações do sêllo; 1807, projecto de uniformes para o exercito; 1817, com a grav. do collar, medalha e grã-cruz da Torre e Espada. Não saiu nos annos 1784, 1801, 1804, 1806, 1808, 1811, 1813, 1815, 1816, 1818, 1819, 1821, 1822 e 1824. Segundo o sr. Camara Manoel, este almanach foi publicado sob o patrocinio da Academia Real das Sciencias, sem que ella tomasse parte na sua redacção, mas o que deu logar a chamar-se impropriamente Almanach

da Academia. Segundo outros, tendo por alvará de 22 de março de 1781 concedido D. Maria I á Academia das Sciencias o privilegio para a publicação annual do *Mappa civil e litterario*, a Academia vendeu-o por 100$000 réis a João Baptista Reycend. O *Mappa* apparece depois com muita irregularidade, sob os nomes de *Almanach*, *Almanach de Lisboa* e *Almanach do reino*. Em 1754 apparecera um almanach com o mesmo titulo e do mesmo formato, publicado por Francisco Luiz Ameno. *Almanach litterario e charadistico «O Recreio» para 1887*, Lisboa, 1886, publicado pela revista do mesmo genero e titulo; saiu durante cinco annos. *Almanach Litterario*, Lisboa, 1872. *Almanach Litterario de Gôa*, publicado em Margão, 1866 e 1867, por Antonino João Frederico Gonçalves de Figueiredo. *Almanach militar*, publicado em Lisboa, 1809, sendo os lucros applicados para a caixa militar do exercito. Era dividido em tres partes, que comprehendiam a designação dos officiaes dos corpos de Milicias, e das Legiões nacionaes da capital. *Almanach Militar* ou *Lista geral dos officiaes combatentes que teem accesso no Exercito de Portugal, referido ao 1.º d'outubro de 1822*, por P. A. de Araujo e A. O. G. da Silva, Lisboa, 1822. *Almanach Militar* ou *Lista geral dos Officiaes do Exercito de Portugal*, Lisboa, por Manuel Pedro de Lacerda, impressor do quartel general. *Almanach Militar dos Officiaes do Exercito de Portugal*, referido ao 1.º d'outubro de 1825. Tem no frontispicio as iniciaes do autor, Joaquim José Annaya. *Almanach Militar ou livro dos Quarteis*, 1858 e 1859, por Claudio Bernardo Pereira de Chaby. *Almanach militar do exercito de Goa e suas dependencias ou lista biographica dos officiaes do referido exercito, coordenado na secretaria do governo geral com referencia ao 1.º de agosto de 1842 — 1.ª parte — Officiaes da 1.ª secção.* — Pangim, 1842, vol. 4.º. *Almanach militar para 1878*, pelos officiaes do exercito Manuel d'Azevedo Coutinho, José Victorino de Sande e Lemos, Casimiro Augusto Vanez Dantas; Livraria de Madame Marie François Lallemant, Lisboa, 1878. *Almanach do Ministerio da Marinha*, organisado pelo respectivo Quartel General, e segundo as notas a este enviadas pelas diversas estações da Repartição; Lisboa, 1860 *Almanach das Musas*, publicado em 1793. E' uma collecção de poesias, em 2 vol. 8.º, publicada pela Academia das Bellas Lettras, ou Nova Arcadia, debaixo da direcção de Domingos Caldas Barbosa, e offerecida ao Genio Portuguez. Publicou-se em quatro partes. Tem versos dos seguintes poetas: Domingos Caldas Barbosa, José Thomaz Quintanilha, João Baptista de Lara, Belchior Curvo de Semedo, Francisco Joaquim Bingre, Joaquim Franco de Araujo Freire Barbosa, José Agostinho de Macedo, Antonio de Bersane Leite, Anacleto da Silva Moraes, Jeronymo Martins da Costa, Ignacio da Costa Quintella, Luiz Correia de França Amaral, Ignacio José d'Alvarenga Peixoto, e a traducção da *Arte Poetica*, de Boileau, pelo conde da Ericeira. *Almanach Omnibus*, de Valentim José da Silveira Lopes; o 1.º foi impresso em 1853. *Almanach das Ordenanças*, em 1815. *Almanach das Ordenanças*, referido ao 1.º de março de 1831. *Almanach dos palcos e salas*, publicado pela Livraria Bordalo, de Lisboa; attinge actualmente o 15.º anno. *Almanach Palhares, burocratico, commercial e industrial, profusamente illustrado.* — Propriedade de A. Palhares e A. Morgado. Coordenado por Santonillo e A. Morgado. Lisboa, 1.º anno, 1898; está publicado o 5.º anno (1903), formando um grosso volume. *Almanach do perfeito jardineiro, com as luas calculadas para os annos de 1806, 1810... nos quaes se declaram em cada hum dos quartos de lua, como se deve plantar, semear...* composto por Pedro Vieira, Lisboa, offic. de Joaquim Florencio Gonçalves, 1805 e typ. Lacerdiana, 1809, in 8.º. *Almanach do perfeito jardineiro com as luas calculadas para o anno de 1812, bissexto, no qual se declara o modo de fazer sementeiras*, composto por Damião Francez, Lisboa, Impr. de Alcobia, in 8.º *Almanach do perfeito lavrador, ou Tractado para lavradores, pescadores, caçadores e jardineiros com as luas calculadas para o anno de 1816, bissexto*, composto por Damião Antonio Bacellar, Lisboa, Impr. de Alcobia, in 8.º *Almanach do perfeito lavrador, ou Tractado para lavradores, caçadores, horteloens e jardineiros, com as luas calculadas para o anno de 1816, bissexto*, composto por Pedro Coutinho Junior, Lisboa, Impr. de Alcobia, in 8.º. *Almanach Popular*, redigido por Fradesso da Silveira, Filippe Folque e Francisco Pereira d'Almeida. O 1.º imprimiu-se em Lisboa, 1848. *Almanach Popular de Gôa*, publicado em Margão, 1865, 1866 e 1867, por José Pedro da Silva Campos e Oliveira. *Almanach de Portugal*, publicado em Lisboa, por Luiz Travassos Valdez, em 1855 e 1856; formava volumes em 4.º; no ultimo vem uma resenha dos titulares do reino. *Almanach Portuguez para 1852*, sob a direcção de M. M. da S. Bruschy, Lisboa, 1851. *Almanach do Povo*, Lisboa, 1859 a 1880, editado por Desiderio Marques Leão, e depois por J. G. de Sousa Neves; ainda se publica. *Almanach ppetuuz ćelestiuz motuuz astronomi zacuti. Cujus Radix est 1473. Euplicunti table tablarum astronomice Rabi abraham zacuti astronomi serenissimi Regis emanuel Rex portugalie est cet cum canonili traductis a lingua ebrayca in latinun per magistrun Joseph vizinum disciplum ei'actoris opera et arte vire solertis magistri ortas curaque sua nõ mediocri impressioni cõplete existunt felicib'astris año ap nua verum etherearum circuitione 1496 sele existente in 15 g 53 m 35 s pisciuz sub celo leyree*, in 4.º goth. O exemplar da Bibliotheca Nacional de Lisboa está em perfeito estado de conservação, magnificamente impresso; consta de 168 pag. e tem no fim da ultima pagina o sêllo do traductor Joseph Visinho. *Almanach prototypo e exemplar de pronosticos com particulares Ephemerides das conjuncções, et aspecto dos planetas. Eclypses do Sol, et Lua, prognosticação de seus effeitos para o presente anno de 1645... Composto e offerecido á Rainha N. Senhora pelo Licenciado Francisco Guilherme Kasmach* (ou Casmach). Lisboa, por Paulo Crasbeeck, 1644; in 4.º *Almanach recreativo para 1882*, 1.º anno — Nova Gôa, 1881, vol. 12.º; publicou-se tambem o segundo anno em 1882. *Almanach do Reino*, Lisboa, 1792 a 1804. *Almanach da Revista Universal*, publicado em 1851, edição de Ribeiro de Sá. *Almanach do Rit∴ Esc∴ ant∴ e acc∴* etc., offerecido ao Synhedrio de Beneficencia pelo Ir∴ R. Telner. Foi impresso o 1.º em 1856. Este almanach era escripto expressamente para exaltar a maçonaria portugueza. *Almanach Rural dos Açôres*, pela *Sociedade Promotora da Industria Michaelense*, Pon-

ta Delgada, 1852, 1853 e 1854, ficando interrompida a publicação n'este anno. *Almanach das Senhoras,* fundado em Lisboa, em 1870, por D. Guiomar Torrezão, e continuado por D. Felismina Torrezão, sob a direcção litteraria de D. Julia de Gusmão, desde 1901; no anno de 1873 inseriu uma carta de Alexandre Herculano; vols. em 8.º *Almanach Taborda,* de Lisboa, n'elle collaboraram alguns escriptores conhecidos; começou em 1866 e publicou-se durante cinco annos, sendo dirigido por Aristides Abranches. *Almanach dos Theatros,* por F. A. de Mattos, editado pela empreza *O Recreio,* de João Romano Torres; com o de 1903 completou doze annos de publicação. Além d'esta grande collecção, que apontamos, ainda se teem publicado muitos almanachs, de maior ou menor importancia. O genero de *almanach-brinde* tambem apresenta grande curiosidade, não podendo deixar de especialisar-se uns dos mais antigos e bem cuidados, o da Typographia Castro & Irmão, d'esta capital. Modernamente, um crescido numero de estabelecimentos industriaes e commerciaes do paiz tem offerecido aos seus clientes elegantes e graciosos livrinhos, agendas portateis e calendarios, que é impossivel registar.

Almandra. Colcha ou alcatifa de linho e lã usada no norte do paiz nos primeiros seculos da monarchia.

Almandur. Aldeia no distr. de Evora. E' termo arabe e significa o *achado.*

Almansil. Pov. e freg. da prov. do Algarve, conc. e com. de Loulé, distr. de Faro, bisp. do Algarve. 3:233 alm. e 512 fog. Tem escola do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 12 k. da séde do conc. Deriva da palavra arabe *Almansal,* que significa aposento ou hospedaria.

Almansor. Pov. da freg. de S. Pedro do Paraiso, conc. de Castello de Paiva, com. e distr. d'Aveiro. || Serra da prov. da Beira Baixa, a que chamam vulgarmente *Cabeça ou Cabeço d'Almansor.* Diz a *Monarchia Lusitana,* tomo II, pag. 261, que se lhe deu este nome, por aqui se fortificar o califa de Cordova *Mohamed-ben-*Abdallah-*ben-abi-Ahmer-el-Moaferi,* que se intitulava a si mesmo o *açoite de Deus,* e cognominado o *Almansor,* conhecido pela sua bravura. Tomou varias cidades e praças de guerra christãs, sendo derrotado e morto na batalha de Calatanasor, junto a Osma, pelos exercitos colligados dos reis de Leão, Castella e Navarra. Ainda se descobrem na serra vestigios de fortificações moiriscas, e d'ellas existe para o lado de Trancoso uma *atalaya* a que o povo chama o *Facho.* Almansor finda no Mondego e tem 36 k. de comprimento e 6 de largo. Nas suas faldas corre o rio Tavora || Lagôa da prov. do Algarve, chamada vulgarmente *Pégo d'Almansor.* Segundo a tradição, n'ella se afogou em 1242 ou 1250, *Almansor-Aben-Affan* ou *Aben-Afan-al-Mansor* ultimo rei do Algarve, celebre por ser poeta, muito tolerante e bondoso.

Almansor ou Canha. Rio que nasce na freg. de N. S.ª da Graça, nas proximidades de Montemor-o-Novo, e entra no Tejo, abaixo de Samora Correia. Tem um curso de 60 k. E' termo que deriva do arabe *Almansur,* que significa o *victorioso.* Foi-lhe dado o nome pelo califa de Cordova *Almansor.* Em Montemor-o-Novo começa a chamar-se *Canha,* por ir correndo para a villa d'este nome.

Almarge ou **Almargem.** Antiga designação d'um prado ou rocio cheio de herva, pasto para gados, situado ao longo das povoações e nas margens dos rios.

Almargem *(Marianno José Barroso Garcez Palha, barão de).* Tenente-general do exercito portuguez. N. em Extremoz, a 19 d'abril de 1793, e f. a 17 de maio de 1860. Era filho de Theotonio dos Santos Barroso de Sousa Garcez Palha, coronel de infantaria, e cavalleiro das ordens de Christo e de S. Bento d'Aviz, e de sua mulher, D. Maria da Conceição da Fonseca Mesquita. Assentou praça aos 12 annos de edade, no 1.º de janeiro de 1806, e logo em 1809 foi promovido a alferes, em 1811 a tenente para infantaria n.º 3, regimento a que já pertencia, e em que se conservou até ao fim da campanha peninsular. Barroso foi um dos officiaes do nosso exercito que mais se distinguiram n'essas luctas contra os francezes. Na batalha da Victoria, no assalto e tomada da praça de S. Sebastião, a 3.ª brigada, a que pertencia o seu regimento, mereceu os elogios do marechal Beresford. Na batalha de Nive, em dezembro de 1813, quando os alliados já pisavam territorio francez, depois dos invasores terem sido expulsos da peninsula, a 3.ª brigada tambem se portou valorosamente, e entre os officiaes d'infantaria 3, o tenente Barroso tornou-se um heroe pela sua bravura, e como recompensa foi graduado em capitão, alcançando a effectividade d'este posto em fevereiro do anno seguinte, 1814, em que tomou o commando da companhia de granadeiros de infantaria n.º 15. Mais tarde voltou para o seu antigo regimento, no posto de major graduado, e desde 1827, como effectivo. Nas luctas fratricidas da calamitosa epoca de 1828 a 1833, o regimento do major Barroso, affecto ás ideias liberaes, que já em 1826 havia manifestado, foi um dos que forneceu maior contingente á emigração; chegando aos Açôres, Barroso obteve o commando da força que se organisou então com a infantaria n.º 3, á frente do qual veiu desembarcar nas praias do Mindello. Proseguindo na sua carreira gloriosa, foi promovido a tenente-coronel, em remuneração dos serviços prestados nas ilhas, e o modo como se conduziu ao reconhecimento de Vallongo e na batalha de Ponte Ferreira valeu-lhe o ser condecorado com o grau de official da Torre e Espada. Nos differentes combates que se feriram nas linhas do Porto, e na celebre sortida de Carvalhido, no dia 29 de setembro, o regimento de infantaria n.º 3 portou-se sempre com a maior bravura, e nos boletins em que se descrevem essas acções, é frequentemente recommendado o commandante, a quem foi concedida a graduação de coronel. Barroso, á frente do seu regimento, marchou para o sul na expedição ás ordens do duque da Terceira, e desembarcando nas costas do Algarve, encontrou junto ao rio Almargem algumas tropas da divisão do general Molellos, as quaes dispersou, e seguiu atravez do Alemtejo, entrando em Lisboa no memoravel dia 24 de julho de 1833, sendo-lhe então conferida a effectividade do posto de coronel. Terminada a lucta civil pela convenção d'Evora Monte, o exercito ficou dividido pelas provincias, e o commando da 2.ª brigada do Alemtejo, a que pertencia o regimento do coronel Barroso, foi dado a este valente militar. A 24 de julho de 1834 teve a nomeação de brigadeiro,

sendo agraciado em setembro do anno seguinte com o titulo de barão do Almargem. Mais tarde foi encarregado interinamente do governo da prov. do Minho. Acceitando os principios proclamados pela revolução de setembro, teve o commando effectivo da referida provincia, e depois o da 4.ª divisão, oppondo-se energicamente á revolta chamada dos marechaes, perseguindo desde o principio do movimento o barão de Leiria, que obrigou a refugiar-se na praça de Valença, onde o teve cercado. Subiu a marechal de campo em julho de 1837, e sendo-lhe abertas as portas do parlamento, veiu assistir ás suas sessões. Nos fins de 1840 foi transferido para a 2.ª divisão, sendo exonerado no seguinte anno, quando se aproximava a restauração da Carta. Em 1846, quando se estabeleceu o governo provisorio presidido pelo conde das Antas, foi nomeado chefe da divisão de Braga, tomou o commando das forças de infantaria, e pouco depois o de todas as forças estacionadas no Porto e nas provincias do norte. A junta, reconhecida aos valiosos serviços então prestados pelo barão d'Almargem, concedeu-lhe o titulo de conde e o posto de tenente general; o governo de Lisboa, porém, considerou de nenhum effeito estas mercês, mas em maio de 1851 ficou definitivamente promovido n'este posto, como supranumerario. Falleceu em Guimarães, na sua casa de Caneiros, para onde se havia retirado, sendo sepultado na egreja de S. Francisco da mesma cidade. O barão d'Almargem casou em primeiras nupcias, a 26 de fevereiro de 1819, com D. Maria Estelita de Passos de Probem Barbosa, filha unica e herdeira de João Manuel de Passos de Probem Barbosa, senhor da casa dos Caneiros em Guimarães, e de D. Francisca Mathilde de Barros Teixeira Arrochella d'Almeida. Enviuvando em 1839, passou a segundas nupcias, a 3 de maio de 1855, com D. Joaquina Libania Pinto de Saldanha, filha do bacharel João Pinto de Saldanha, e de D. Rachel da Cunha Ribeiro de Vasconcellos. D'estes matrimonios não houve geração. A baroneza viuva passou a segundas nupcias, em janeiro de 1878, com o cirurgião-mór militar, Antonio Manuel Trigo, perdendo por esse facto o direito de usar do titulo de baroneza do Almargem, visto não se lhe ter concedido alvará de mercê para o continuar a usar, gosando das honras respectivas, sem embargo de ter passado a segundas nupcias. O barão d'Almargem era commendador das ordens de N. S.ª da Conceição e da Torre e Espada; cavalleiro da ordem de S. Bento d'Aviz, condecorado com as medalhas de 6 campanhas da guerra peninsular e com as medalhas de Honra pela batalha de Victoria, 21 de junho de 1813. O titulo foi-lhe concedido por D. Maria II, pelo Decreto de 23 de setembro de 1835, e Carta de 4 de novembro de 1841.

Almargem. Pov. da freg. de Calde, conc. de Vizeu. Tem uma ermida dedicada a S. Pelagio ou Pelayo. Perto corre o rio Vouga, tendo aqui uma ponte antiga de cantaria, que dá passagem para a estrada de Vizeu. || Pov. nas freg.ˢ de Santo Quintino, conc. do Sobral de Mont'Agraço, Gafanhoeira, conc. d'Arraiollos, e Atalaya, conc. de Portel. || Aldeia no conc. de Loulé. || Aldeia no distr. de Coimbra.

Almargem do Bispo. Pov. e freg. da prov. da Extremadura, conc. e com. de Cintra, distr. e patr. de Lisboa. 3.402 alm. e 821 fog. Tem escola do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 12 k. da séde do conc. Orago S. Pedro. E' terra fertil. || Ribeira no distr. de Lisboa. Nasce na freg. do mesmo nome e desagua no rio de Chelleiros com 7 k. de curso. Tambem é conhecida pelo nome de *Valle de Lobos*.

Almargens. Aldeia da prov. do Algarve, conc. de Faro.

Almargim. Aldeia da prov. do Algarve, conc. de Loulé.

Almarginho. Pov. da freg. de Cachopo, conc. de Tavira.

Almarinha. Aldeia no conc. de Torres Vedras.

Almarinho. Pov. da freg. d'Azureira, conc. de Mafra.

Almarjão. Pov. da freg. e conc. d'Aljezur. || Pov. da freg. de Querença, conc. de Loulé. Vem da palavra arabe *almaajam,* que significa *montes de pedras.*

Almarquim. Aldeia da prov. da Extremadura.

Almas. Pov. nas freg.ˢ de Arnoso, conc. V. N. de Famalicão, Badim, conc. de Monsão, Bente, conc. de V. N. de Famalicão, Carvalho de Rei, conc. de Amarante, Carvalhas, conc. de Barcellos, Ruivães, conc. de V. N. de Famalicão, Serpins, conc. de Louzã, Thuias, conc. de Marco de Canavezes. || Logar da ilha do Pico, Açores freg. de Santo Antonio.

Almassinha. Pov. da freg. e conc. de Mortagua.

Almazem ou **Armazem.** Denominação dos antigos arsenaes de guerra, especialmente no seculo XVI. No *almazem do reino,* em Lisboa, havia dois almoxarifes, sendo um do *almazem* e outro da *armaria,* com dois escrivães, dois porteiros, tres guardas, seis fundidores de artilharia, dois mestres carpinteiros, tendo cada um quatro officiaes, um mestre de arcabuzes com oito obreiros, tres ferreiros contractados, tendo cada um dez operarios, oito ferradores, dois serralheiros, com quatro obreiros cada um, um sapateiro que fazia os saccos para polvora, um oleiro que fazia as panellas para a polvora. O numero dos trabalhadores era incerto, havendo annos em que se lhes pagava de mil e quinhentos cruzados até dois mil. Segundo o testemunho de Damião de Goes, guardavam-se no *Almazem do reino,* em trez salas, com grande cuidado e limpeza, quarenta mil corpos d'armas para gente de pé e tres mil cotas de malha para gente a cavallo, isto era, o que andava no serviço ordinario.

Almeara. Pov. da freg. de Segadães, conc. d'Agueda.

Almecava. Pov. da prov. da Extremadura. Seu nome é corrupção da palavra arabe *almocaba,* e significa *espalhada.*

Almecida. Pov. do conc. de Vianna do Castello.

Almeda. Pov. do conc. de Penella.

Almedina *(Delphim Deodato Guedes, conde de).* Formado em direito, em 1869, na Universidade de Coimbra, depois de ter feito um curso brilhantissimo. N. em Santo Thyrso, a 18 de novembro de 1842, e f. a 26 de setembro de 1895. Era filho de Antonio Joaquim Guedes, commendador da ordem de Christo, e de sua esposa, D. Maria Leopoldina Pereira de Queiroz; sobrinho do 1.º visconde de Valmor, José Isidoro Guedes, e ir-

mão do 2.º visconde do mesmo titulo, Fausto de Queiroz Guedes (V. *Valmor*). Delphim Guedes foi um dos discipulos mais distinctos de Thomaz José de Annunciação, notavel pintor animalista e professor na Academia das Bellas Artes. Mostrando sempre, desde muito novo, e sendo ainda estudante, grande vocação para o cultivo das bellas artes, dedicou-se á pintura, e com especialidade á aguarella, em que produziu quadros de muito merecimento. Como trabalhava só pelo amor á arte, por ser dotado de bens de fortuna, era considerado um dos primeiros amadores portuguezes. Em 1878, pelo falleeimento do marquez de Sousa Holstein, que era o inspector da Academia das Bellas Artes, Delphim Guedes foi o escolhido para o substituir n'aquelle importante logar. Na Academia prestou então relevantes serviços, procurando por todas as fórmas promover o seu adeantamento, reorganisando a antiga Sociedade Promotora das Bellas Artes em Portugal, conseguindo ainda realisar algumas exposições annuaes de bellas artes, animando os artistas, enriquecendo as galerias a Academia com a acquisição de quadros de valor. Em grande parte, é aos esforços de Delphim Guedes que se deve a creação do Museu das Bellas Artes, em 1882, que se estabeleceu no palacio ás Janellas Verdes, pertencente aos sr.ª marquezes de Pombal, que serviu de residencia por muitos annos e onde falleceu a imperatriz D. Maria Amelia, viuva de D. Pedro IV. A inauguração do Museu fez-se no referido anno de 1882, por occasião do centenario do Marquez de Pombal, com uma exposição de arte antiga, por assim dizer. Delphim Guedes tomou parte muito activa n'aquelles importantes trabalhos. Foi então que recebeu o titulo de conde d'Almedina, por Decreto e Carta de 13 d'abril de 1882. Apesar de já se sentir bastante doente, não desanimou a sua paixão pelas bellas artes, e nas exposições do Gremio Artistico, que se realisaram, appareceram muitos quadros seus, formando uma valiosa collecção. Quando se organisou a exposição da Arte Sacra Ornamental, nos festejos do centenario de Santo Antonio, em 1895, o distincto titular dedicou-se excessivamente áquelles trabalhos, a que nunca se recusava, e desde então aggravaram-se-lhe os soffrimentos, fallecendo em setembro d'esse mesmo anno. O conde d'Almedina casou em primeiras nupcias, a 25 d'abril de 1868, com D. Emilia Candida Ribeiro da Cunha, filha de Francisco Ribeiro da Cunha, e de sua mulher, D. Maria Thereza Zamith. Enviuvando, passou a segundas nupcias, a 11 de maio de 1871, com D. Anna Luiza Guimarães, filha de Antonio Eduardo Guimarães, e de sua mulher, D. Luiza Ferreira Guimarães. Era commendador da ordem de de N. S.ª da Conceição, official da ordem de S. Thiago do merito scientifico, litterario e artistico, grã-cruz da real ordem americana, de Isabel a Catholica, de Hespanha, e da ordem da Corôa, de Sião.

Conde de Almedina

Almedina. Termo arabe que significa cidade. Ha uma porta com este nome em Coimbra, e outra em Thomar, no castello. Lamego tem uma rua assim denominada.

Almedinha. Pov. nas freg. de Covas e Figueiras, conc. de Louzada.

Almeida *(Adriano de Moraes Pinto de)*. Bacharel formado em Direito. Apenas conhecemos este nome pela citação que d'elle faz Aragão na Numismatica.

Almeida *(Affonso Lopes de)*. Filho primogenito de Duarte d'Almeida, o *Decepado*, e de sua mulher, D. Maria d'Azevedo. Foi o successor das honras e contos de Villarigas e Cavallaria; casou com D. Leonor Vaz de Castello Branco, filha de João Vaz Cardoso, aio do conde de Barcellos

Almeida *(Agostinho José Pinto de)*. Doutor e lente em mathematica na Universidade de Coimbra; n. n'esta cidade a 24 d'agosto de 1784, onde tambem f. a 18 de julho de 1850. Era filho do dr. Caetano José Pinto d'Almeida (V. *este nome)*. Desde muito novo deu mostras d'um talento pouco vulgar; concluiu o curso de humanidades, tendo apenas 13 annos, e não tendo ainda edade propria para entrar na Universidade, foi preciso alcançar licença de se matricular no 1.º anno de mathematica e philosophia, cuja matricula se realisou em outubro de 1797. Em 1800 recebeu o grau de bacharel em philosophia, e em 1801 formou-se em mathematica, sendo logo despachado em 30 de outubro d'este anno, ajudante do observatorio astronomico da Universidade com o encargo dos mais importantes trabalhos, o que prova o seu merecimento e a consideração que lhe dispensava o director perpetuo do mesmo observatorio, José Monteiro da Rocha. Nas *Ephemerides,* que se publicaram até 1828, vê-se o seu nome commemorado por aquelle distincto professor com o epitheto de benemerito, o que é um documento authentico do seu zelo e assiduidade n'este ramo de serviço academico, a que mais de uma vez sacrificou a saude. Tomou o grau de doutor na faculdade de mathematica a 28 de abril de 1805, obtendo as mais distinctas e especiaes informações, e desde então começou a reger as cadeiras vagas, em que sempre se tornou notavel, assim como nas orações academicas que lhe competiam. Em 1817 foi nomeado 3.º astronomo do observatorio e lente substituto da cadeira de astronomia, sendo promovido em abril de 1823, a 2.º astronomo e a lente cathedratico com o exercicio na cadeira de astronomia theorica; na regencia d'estas disciplinas tornou-se muito notavel, pelos seus profundos conhecimentos e pela lucidez na exposição e admiravel clareza no methodo. A par d'estes estudos e outros trabalhos litterarios cultivava o dr. Agostinho d'Almeida com egual solicitude a pratica e as applicações das mathematicas, e, sendo particularmente versado na hydraulica, serviu gratuitamente por espaço de oito annos de ajudante do director das obras do Mondego, o dr. José Bonifacio d'Andrada, lente de philosophia, e em abril de 1822 obteve o logar de director em que se conservou até poucos dias antes de morrer. Abundam os documentos officiaes, correndo alguns impressos, em que se justifica proficientemente a elevada capacidade e dedica-

ção com que o dr. Agostinho d'Almeida se houve no desempenho d'essa importante commissão; os melhores engenheiros respeitavam a sua reconhecida superioridade, e sempre o consultavam seguindo os seus proveitosos conselhos. Mousinho da Silveira fallou sempre do distincto mathematico em todos os relatorios, e com especialidade no de 6 de dezembro de 1842, elogiando-o, não só na direcção das obras do Mondego, como tambem na das obras publicas do districto de Coimbra, que lhe fôra confiada. O dr. Agostinho d'Almeida foi encarregado das seguintes e importantissimas commissões: juntamente com o dr. Joaquim Franco da Silva, ir visitar as minas do reino e coordenar um plano scientifico e administrativo para a sua exploração e lucro; a de examinar as obras da barra d'Aveiro e propor os melhoramentos necessarios para a navegação dos rios Vouga, Agueda e Sertuna, e a de examinar o estado da barra do Porto. Fez parte da commissão, em 1823, encarregada de propor ao governo as reformas que se deveriam adoptar na fazenda da Universidade, e tambem exerceu o logar de deputado da Real Junta de Fazenda do mesmo estabelecimento, por Carta Régia de 4 de junho de 1825, logar que conservou até junho de 1832, sendo então demittido pelo governo miguelista; mas pela portaria de 2 de junho de 1834, depois de terminadas as luctas civis, tornou a ser reintegrado no mesmo logar. Foi eleito successivamente para os mais elevados cargos municipaes e administrativos de Coimbra, e nomeado lente de prima, decano e director da faculdade de mathematica, em 14 de julho do mesmo anno. Quando pela reforma litteraria de 1835, estava muito compromettida a existencia da Universidade, o dr. Agostinho d'Almeida empregou todos os esforços para a livrar d'esse compromettimento, e sendo elle o unico lente de mathematica que se encontrava em Coimbra na regencia de 5 cadeiras, que se fôssem fechadas, a faculdade ficaria extincta de facto, por consequencia tambem as de medicina e philosophia, o illustre decano tomou sobre si a regencia da cadeira de geometria com as duas de astronomia theorica e pratica, regendo-as simultaneamente. Foi nomeado vogal interino do conselho geral, director do ensino primario e secundario, passando em 1844 a vogal effectivo do conselho superior de instrucção publica, em que prestou valiosos serviços. O ministerio do duque de Palmella, em 1846, nomeou-o vice reitor da Universidade, cargo a que se recusou, apesar das instancias do seus amigos. Escreveu: *Noticia sobre o encanamento do rio Mondego*, publicada no *Diario do Governo*, n.º 96, 97 e 98, de 1822; *Principios de Geologia*, Coimbra, 1838. O dr. Agostinho d'Almeida foi cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição, por Decreto de 12 d'outubro de 1836.

Almeida *(Agostinho de Moraes Pinto de)*. Doutor e lente de mathematica na Universidade de Coimbra; n. n'esta cidade a 25 d'abril de 1817, onde tambem f. a 12 d'agosto de 1852. Era filho do dr. Hypolito Caetano de Moraes e sobrinho do dr. Agostinho José Pinto d'Almeida. Foi sempre um estudante distinctissimo, sendo por 3 vezes premiado. Doutorou-se a 28 de julho de 1839. Escreveu: *Elementos de Arithmetica*, Coimbra, 1850; *Demonstração da definição* v *do livro* v *d'Euclides*, Coimbra, 1849.

Almeida *(Albino Francisco de Figueiredo e)*. Coronel graduado de engenheiros, lente da Escola Polytechnica de Lisboa, bacharel formado em mathematica pela Universidade de Coimbra, agraciado com a Carta de conselho, socio da Academia Real das Sciencias, deputado em differentes legislações, cavalleiro da ordem da Torre e Espada, e commendador da ordem de S. Bento d'Aviz em maio de 1858. N. em V. N. de Tazem, conc. de Gouveia, a 4 d'outubro de 1803, f. a 4 de novembro de 1858. Era filho do dr. Jeronymo Joaquim de Figueiredo, e irmão do dr. Antonio Joaquim de Figueiredo e Silva. (V. *estes nomes*). Albino de Figueiredo e Almeida foi chamado o *agente incognito*, que, não sendo ainda militar, preparou e dirigiu a tentativa de revolução do antigo regimento de infantaria n.º 4, e que se mallogrou, na noite de 21 d'agosto de 1831. Na sessão real da abertura da camara dos deputados, em 4 de novembro de 1858, Almeida de Figueiredo, que então fazia parte da camara, foi accommettido d'uma apoplexia, e sendo logo transportado para casa, falleceu na noite d'esse mesmo dia. Escreveu: *Elementos de Arithmetica com os principios de Algebra até ás equações do segundo grau*. Lisboa, 1828; *Projecto de reforma de Instrucção Publica (em Portugal)*, Lisboa, 1836; *Curso de Mechanica Racional, professado na Eschola Polytechnica, 1.ª e 2.ª Parte*, fol. sahiu em cadernos lithographados, em 1839; *Memoria sobre o equilibrio dos systemas, ou formula das velocidades virtuaes*, Lisboa, 1855. Foi tambem redactor do *Atheneu*, jornal que se publicou em Lisboa, no anno de 1850 a 1851.

Almeida *(Albino de Sousa Coelho e)*. Poeta, natural da prov. do Minho, que viveu no seculo XVIII. Traduziu em verso a tragedia de Voltaire *Os Scythas*, que se imprimiu em Lisboa, no anno de 1781.

Almeida *(Alexandre Ferreira de)*. Pagador geral do exercito portuguez da Beira, no seculo XVII. Nat. da villa das Areas na Beira Alta. Em 1642 escreveu um livro que se conserva manuscripto, intitulado: *Desengano dos enganos da vida e louvores da morte*.

Almeida *(Amador de)*. Fidalgo portuguez do seculo XVI, nat. da ilha de S. Miguel.

Almeida *(André de)*. Fidalgo portuguez do seculo XVI.

Almeida *(D. Antonio de)*. Fidalgo portuguez do seculo XVI; capitão da nau *Santo Espirito*, que em 1523 passou á India, fazendo parte da armada de Diogo da Silveira.

Almeida *(D. Antonio de)*. Védor da casa da rainha D. Catharina, mulher de D. João III; morreu louco a 9 de novembro de 1559, sendo a sua morte attribuida credulamente a feitiços.

Almeida *(D. Antonio de)*. Pae do 1.º conde d'Avintes. Morreu em Lisboa a 12 de março de março de 1627. A'cerca da morte d'este fidalgo conta-se um facto muito curioso. Passava junto do castello de S. Jorge, no referido dia 12 de março, quando uma pedra perdida, ainda não se sabe d'onde, arremessada talvez por algum rapazito que estivesse descuidosamente brincando, o feriu mortalmente.

Almeida *(Fr. Antonio de)*. Prégador, nat. do Porto, onde nasceu em 1646; f. em Lisboa, a 4 de julho de 1723. Professou em 1664 n'um convento de dominicanos d'Aveiro, foi mestre de

theologia, qualificador do Santo Officio, e vigario de varios conventos de religiosas. Publicou os seus sermões, em 2 vol., Lisboa, 1718 e 1721.

Almeida *(Padre Antonio de)*. Notavel missionario jesuita da India e da China. N. em Trancoso, em 1557, f. em Chao-Tsen, a 17 d'outubro de 1591. Era filho de Fernão Sequeira e de Anna d'Andrade. Tomou o habito de jesuita a 4 de janeiro de 1575, e, desejando ser missionario no Oriente, partiu logo para a India, chegando a Gôa em 1585. Mais tarde foi á China, em companhia do padre Duarte de Sande. Em Macau encontrou outro jesuita, Miguel Rodrigues, que obtivera licença para fundar um convento de jesuitas em Cantão; associou-se com elle, mas não podendo levar-se a effeito esta empresa, Antonio d'Almeida partiu para o interior da China, com o padre Matheus Ricci, onde morreu em Chao-Tsen. O seu cadaver foi depois trasladado para Macau. Escreveu muitas cartas ao padre Duarte de Sande, ácerca das coisas da China, das quaes se publicaram algumas em Roma, na lingua italiana, por Francisco Zanetti, sendo depois traduzidas em hespanhol, na *Historia do Japão*, de Bruxeda de Leyos, e outras, em que descreve uma das suas viagens na China, fôram publicadas na *Asia extrema*, do padre Gouveia.

Almeida *(Antonio de)*. Mestre capella na sé cathedral do Porto. Era nat. da mesma cidade. Vem mencionado na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, como versado na poetica em que compoz varias obras, e suavissimo na arte musical. Alguns autores chamam oratoria a um trabalho seu, intitulado: *La sarça humana abrasada — El gran martyr S. Laurentio*, mas parece que compoz sómente o poema e não a musica. No *Diccionario biographico dos musicos portuguezes* diz-se que Antonio d'Almeida era musico de merecimento problematico, e que a *Sarça humana* não passa d'uma simples novena e vida de S. Lourenço, recheada de orações e jaculatorias; e a respeito da musica correspondente, se acaso foi por elle escripta, nada consta, porque não passou de manuscripto. O livro publicou-se em Coimbra, em 1656.

Almeida *(Antonio de)*. Formado em medicina pela Universidade de Coimbra, e socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa. N. em Coimbra a 26 de julho de 1767, e f. no mez de novembro de 1839, em Penafiel, onde foi medico de partido. Era um escriptor laborioso e intelligente, muito estudioso e investigador, não só em medicina, como tambem em historia, archeologia e philologia portuguezas. Escreveu: *Historia da febre que grassou em Penafiel nos annos de 1791 e 1792*. Parece que esta obra foi a unica, que se publicou em livro, porque os outros trabalhos sahiram nas *Memorias da Academia Real das Sciencias; Dois artigos sobre o systema preferivel na Ortographia Portugueza, defendendo a opinião de que a escripta deve ser em tudo conforme á pronuncia;* assignados por um Conimbricense. Sahiram no *Jornal Encyclopedico* em março de 1789 e janeiro de 1790. O proprio Antonio de Almeida declara, no *Jornal de Coimbra*, n.º LXXX, parte II, que é o autor. N'este mesmo *Jornal de Coimbra* publicou: *Collecção da maior parte dos Estatutos-Leis, Alvarás, Decretos e Ordens relativas á Medicina e Cirurgia, para servirem com documentos á historia da sciencia de curar em Portugal; Reflexões ácerca do monumento que existe na freguezia da Ermida do concelho de Penafiel; Vocabulario portuguez das Plantas-com os nomes latinos e systematicos correspondentes, bem como as suas etymologias.* Nas *Memorias da Academia* publicou: *Annaes vaccinicos de Portugal, ou Memoria Chronologica da vaccinação em Portugal, desde a sua introducção até o estabelecimento da Instituição vaccinica da Acad. R. das Sc.; Descripção historica e topographica da cidade de Penafiel; Exame comparativo das Chronicas portuguezas relativamente ao governo do sr. Conde D. Henrique; Memoria polemica ácerca da verdade da jornada de Egas Moniz a Toledo; Erros historico-chronologicos de Fr. Bernardo de Brito na Chronica de Cister, correctos em 1834; Memoria sobre a legitimidade ou illegitimidade da senhora D. Thereza, mulher do Conde D. Henrique.* No *Diccionario bibliographico* não diz onde foi inserta esta obra. Nos *Annaes da Sociedade Litteraria Portuense*, Porto, 1837, publicou: *Memoria medico-historico-cosmographica ácerca do abuso de tomar bichas pelo Sanct'Iago no rio Sousa.* No tomo IX da *Revista Litteraria*, Porto, sahiu a *Serie dos Bispos do Porto, e d'aquellas pessoas a quem falsamente se prodigalisou o titulo de Bispo da mesma cidade, no periodo do primeiro seculo da Igreja até ao fim do septimo seculo. Quadros bibliographicos das obras publicadas em Portugal desde 1800 até 1820.* A'cerca d'esta obra, lê-se o seguinte no *Diccionario bibliographico:* «Sahiram primeiro dispersos por diversos numeros do *Jornal de Coimbra*, e fôram depois colligidos e reproduzidos em um só corpo no *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal* por A. Balbi, no tomo II, pag. *ccxlj a ccxj*. São deficientes, e muito inexactos em todas as indicações que apresentam; não é possivel depositar n'elles a menor confiança: e para se fazer idéa do que na realidade seja, bastará dizer que o autor os formou servindo-se unicamente dos *annuncios de obras á venda*, que appareciam nas Gazetas de Lisboa e outros jornaes d'aquelle tempo. Ora, acontecia que uma obra era annunciada ás vezes depois de ter sido impressa quatro, dez e vinte annos antes: d'ahi resultava apparecer (por exemplo) no quadro como impressa em 1805 a *Traducção do Jardim Botanico de Darwin*, por Nolasco, que é de 1803; dar-se a traducção do Systema de Medicina do mesmo em nome de *Francisco Xavier Baeta*, quando o traductor se chama *Henrique*, e não *Francisco*, etc. Já se vê que com taes elementos não havia meio de concluir um trabalho exacto e aproveitavel.»

Almeida *(Antonio de)*. Cirurgião da Real Camara, lente de operações no hospital de S. José, membro do Real Collegio dos cirurgiões de Londres. Nat. da prov. da Beira; falleceu no Campo Grande, em Lisboa, a 30 de julho de 1892. Era filho do dr. José Diogo e de sua mulher, D. Anna d'Almeida. Estudou a cirurgia em Lisboa, em 1780 foi nomeado fiscal do Banco do hospital de S. José, em 1785 cirurgião do Banco, e em 1788 lente de operações do mesmo hospital. Em 1791 foi a Londres aperfeiçoar-se na cirurgia, voltando pouco depois para Portugal. Em 1810, sendo suspeito de seguir o partido dos francezes, foi mandado sahir do reino, fixando então a residencia em Londres. Em 1814 tornou a Portugal, acompanhou depois, em 1817, á côrte, do Rio de Janeiro, a archiduqueza d'Austria, D. Maria Leopol-

dina, que foi a primeira mulher de D. Pedro IV, cujas nupcias se realisaram em 1818. Regressando ao reino, falleceu pouco depois. Antonio d'Almeida era commendador da ordem de Christo. Escreveu: *Dissertação sobre o modo mais simples e seguro de curar as feridas das armas de fogo,* Lisboa, 1797; *Tractado completo de Medicina operatoria,* Lisboa, 1800; são 4 tomos com 13 estampas, gravadas a buril. *Segunda edição correcta e accrescentada pelo autor; Obras cirurgicas, ou tractado da Inflammação: precedido da Physiologia e Pathologia necessarias para a intelligencia d'esta molestia,* Londres, 1812 a 1814, 4 tomos; *Exposição justificativa perante Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor,* Londres, 1813; *Quadro elementar da historia dos animaes por Mr. Cuvier, traduzido em portuguez,* Londres, 1815; são 2 volumes com estampas; *Discurso sobre a arte de curar, recitado na abertura das Aulas de Cirurgia do Hospital de S. José, em o anno de 1815,* Lisboa, 1815; *Memoria sobre o methodo de limpar e conservar limpa a cidade de Lisboa;* foi inserta no *Investigador Portuguez,* n.º XX de fevereiro de 1813; *Reflexões sobre as Observações do dr. Andrew Halliday a respeito do estado presente do exercito de Portugal,* Londres, 1812.

Almeida *(Padre Antonio de).* Cura em Obidos, e prégador distincto. Natural de S. Pedro do Sul, filho de Francisco José d'Almeida, e de D. Joaquina Margarida Luiza d'Almeida, proprietarios n'aquella villa. Ha annos que o padre Antonio d'Almeida reside em Obidos, sendo querido e estimado de todos. D'um excellente artigo do conselheiro Ferreira Lobo, publicado no *Occidente,* em 21 de novembro de 1894, extrahimos o seguinte: O padre Antonio vive n'um ermo; quando é preciso entra na sociedade. Não se atavia nem se disfarça; não se rebuça na capa, para que o não conheçam; não vem de manso, para que não deem por elle. Rosto descoberto, passo largo, palavra franca, o homem que puxa as rêdes na lagôa, que aponta á caça nos montes, é o mesmo que enche as salas com a sonoridade da sua voz de barytono. Ninguem hesita ao vêl-o: é um padre. Não consentiria elle que ninguem duvidasse de que o seja. Ou a sociedade é boa ou má. Se é boa, porque não ha de frequental-a o padre? Se é má, como ha de o padre admoestal-a e corrigil-a, se não a tratar e conhecer de perto? O padre Antonio trabalha para os pobres. O seu trabalho é o pulpito. Não ha padre em Portugal, que, na roda do anno, prégue mais do que este préga. As esmolas que lhe dão, reparte-as; n'esta divisão não conta nunca comsigo. Pesca e caça; é d'ahi que tira o seu sustento. Prégador, não se confunde com qualquer outro. Segue a mais perfeita das escolas, a escola de Christo, como a descreveu Castilho, a proposito das parabolas. As ideias e as phrases, as imagens e as figuras nasceram-lhe ali, no pulpito, a olhar para uma téla resequida, ou para um quadro em que ha relevos de mestre; a contemplar uma estatua inerte ou outra com signaes de vida; a seguir o ultimo suspiro do cantico, que com elle subiu ao altar; ao surprehender o sorriso de uma creança que o fita absorta; ao ouvir a chuva que cae ou o gorgeio das aves que descantam lá fóra o hymno da creação; ao deslumbrar-se com a luz do sol, que inunda as naves do templo; a abraçar as paredes conchegadas da capellinha ou a medir a vastidão do recinto sagrado; a fallar com a historia, na Batalha, com o monarchismo em Mafra, com os romeiros da Nazareth, com os pescadores no Senhor da Pedra, com o coração e com a fé, em toda a parte. Um minuto antes de surgir no pulpito não sabe o que irá dizer; um minuto depois de ter descido esqueceu já tudo que disse. Esta espontaneidade, posta ao serviço de um espirito culto, de uma imaginação viva, de um sentimento puramente artistico, de uma estatura que sobresae, de uma voz que vibra, de um gesto que falla e domina, de uma convicção que arrasta, conquista-lhe os auditorios. D'ahi o haver muitas, muitissimas povoações no paiz cuja devoção e piedade ficam desconsoladas e tristes, se nas festas a que chamam suas não préga o padre Antonio. Um enthusiasmo, uma intimativa como a d'elle só assim se póde ter. E' tão repentista, tão fluente, tão facil, tão prompto em idéas e tão acertado nos matizes da fórma, como haverá raros entre nós, em qualquer tribuna que os procurem. E' conhecido por todos como o *padre Antonio.* Esta identificação do estado com o nome, ou havia de ser uma ironia pungente ou é uma homenagem profunda. De que é uma homenagem não ha duvida: todos o estimam e o desejam. Porque não ha caracter mais egual, sinceridade mais chã, alma mais obsequiadora, nunca a abnegação poude ir mais longe, nem a independencia ser mais nobre.» O padre Antonio d'Almeida não se limita a prégar em Obidos e em aldeias, muitas vezes tem sido convidado para as principaes egrejas de Lisboa, e em se sabendo a festividade em que elle préga, o templo, por maior que seja, vê-se repleto de pessoas que o admiram e escutam com a mais anciosa attenção. O padre Antonio tem tres irmãos: os medicos distinctos: Fernando d'Almeida, José Joaquim d'Almeida, e o cavalleiro tauromachico Manuel Casimiro d'Almeida. V. *estes nomes.*

Almeida *(Antonio Barbosa de).* Secretario da Real Junta da directoria geral dos estudos e escolas do reino; em 1820 fôram-lhe conferidos titulos de fidalgo, cujo brazão constava d'um escudo, e n'elle as armas dos Barbosas.

Almeida *(Antonio Bernardino de).* O mais illustre cirurgião do norte do paiz, no seu tempo. N. a 27 de março de 1813, e f. a 16 de dezembro de 1888. Entrou para o professorado da Escola Medico Cirurgica do Porto em 1837, e em 1838 foi promovido a lente proprietario da cadeira de clinica cirurgica. No exercicio do seu cargo, praticou as mais difficieis operações a que se affoutava a cirurgia no seu tempo; laqueações de troncos importantes, autoplastias, taxis descoberta, resecções, operações oculares, etc. Deixou o professorado em 1867, e desde então até 1888, anno em que morreu, ficou exercendo no Porto a sua profissão.

Almeida *(Padre Antonio Bernardo de).* Lente de direito canonico na Universidade de Coimbra, e socio da Academia Liturgica da mesma cidade. Escreveu: *Dissertação sobre a questão: Se as liturgias orientaes, que vulgarmente correm com os nomes de S. Thiago, S. Basilio, e S. João Chrysostomo, sejam na verdade dos mesmos auctores de quem se nomeiam?* Está publicado no tomo III *da Collecção da Academia Liturgica.*

Almeida *(Antonio Bernardo de).* Chefe da divisão da marinha de guerra portugueza, fallecido

a 21 de março de 1834. Entrou ao serviço como aspirante, em 1793, depois de justificar a sua nobreza, segundo a lei. Em 1798, sendo segundo tenente na esquadra que cruzava a costa do Brazil, foi promovido a primeiro tenente, por nomeação do vice-almirante Antonio Januario do Valle, commandante da esquadra. Era official muito considerado na armada.

Almeida *(Antonio Joaquim de).* Escriptor portuguez. Parece que foi, durante alguns annos, professor de instrucção primaria em Villa Real, deixando depois essa profissão para se estabelecer no Porto com uma pastelaria. Morreu n'essa cidade em 1861 ou 1862. Escreveu: *Vida e Milagres de Santo Antonio,* Porto, 1858. Ha um opusculo anonymo, intitulado: *Compendio da vida admiravel do thaumaturgo portuguez Sancto Antonio de Lisboa, dedicado á candura e pureza do mesmo sancto.* Lisboa, 1824, outra edição em 1833.

Almeida *(Antonio Joaquim Simões de).* V. *Simões d'Almeida.*

Almeida *(Antonio José Pedroso de).* Director da secretaria do Tribunal de Contas e commendador da ordem de Christo. N. em Lisboa a 30 de abril de 1795, f. a 24 de julho de 1853. Era filho de José Joaquim d'Almeida, primeiro escripturario do extincto Erario, e de D. Eulalia Joaquina Galrôa Pedroso. Em 1809 e 1810 cursou com distincção a Aula do Commercio, e foi despachado, em 19 de setembro de 1811, praticante do Erario. Tornando-se muito notavel pelo seu zelo e intelligencia, passou a terceiro escripturario, por proposta do contador, em 14 de dezembro de 1814, sendo-lhe augmentado o vencimento em 3 d'abril de 1819, em attenção aos seus serviços; ajudando tambem seu pae, preenchendo o logar de segundo escripturario que estava vago. Pedroso d'Almeida tornou-se muito notavel, e foi chamado para commissões importantes. Em 19 de agosto de 1822 teve a nomeação de vogal da commissão administrativa da Casa Pia, e tres dias depois foi convidado a fazer parte d'uma commissão financeira. tratava-se de provêr ao estado critico da fazenda publica. Os grandes serviços prestados n'estas commissões lhe valeram novos encargos, e por Decreto de 3 de setembro de 1825 foi nomeado para a junta encarregada de definir e liquidar os direitos dos proprietarios, que tinham transportado em seus navios as tropas portuguezas de varios portos do Brazil. Não sendo, comtudo, das mais vantajosas a collocação effectiva, Pedroso d'Almeida foi elevado ao cargo effectivo de segundo escripturario, ajudante de seu pae, com sobrevivencia do logar que este exercia, por decreto de 4 d'outubro d'aquelle anno. Sendo reconhecida a sua inabalavel affeição ao systema constitucional, foi de novo chamado á Casa Pia, em 1833, sendo nomeado escrivão de fazenda d'este importante estabelecimento; requereu a sua demissão, allegando o seguinte: «*para não accumular vencimentos e logares, que o paiz podia conceder a outros benemeritos.*» Bento Pereira do Carmo, prefeito da Extremadura, indeferiu o requerimento, declarando que «*pelos motivos de interesse publico, que allegava o requerente a favor da sua pretenção, é que elle não podia deferir-lh'a.*» Sendo porém, mais tarde, nomeado outro prefeito da Extremadura, requereu novamente a demissão, que então foi acceite em maio de 1834, com os maiores elogios aos seus raros merecimentos. Em 14 de agosto d'este anno, foi encarregado de pôr em dia a escripturação do Erario, augmentando-se-lhe o vencimento em attenção ás suas aptidões e intelligencia, pela portaria de 23 de dezembro do referido anno de 1834. Em junho de 1836 foi nomeado director da contadoria do Erario, acabando então os seus trabalhos na commissão fiscal liquidataria, e no seguinte mez de setembro foi eleito vogal da commissão de reforma da fazenda. Em 17 de novembro do mesmo anno, sendo creada uma commissão para discriminar certos capitaes, de cujo pagamento se queria eximir a municipalidade de Lisboa, Pedroso d'Almeida tambem não foi esquecido, sendo chamado para vogal d'essa commissão. Por decreto de 18 de julho de 1838, foi escolhido para a commissão de exame da divida publica. Em julho de 1839 fez parte ainda d'outra commissão de liquidação entre o estado e a casa de Bragança, e por Decreto de 5 de novembro do mesmo anno, foi escolhido para auxiliar o conselho da Escola Polytechnica no provimento da cadeira de economia politica. Em 1 de fevereiro de 1841, foi director da commissão fiscal liquidataria, a qual concluiu a 24 de novembro. Teve depois a nomeação de director do conselho fiscal de contas em 18 d'outubro, membro honorario do Tribunal de Contas em 22 de novembro de 1849, e membro da commissão de exame da fazenda publica em 28 de maio de 1851. Pedroso d'Almeida foi sempre um funccionario conscieneioso, e a sua memoria respeitada. Tinha tambem a Carta de conselho, mercê concedida em 14 de setembro de 1838. Escreveu: *Discurso breve sobre o estado da administração da Fazenda Publica, e meios de se conseguir a sua reforma,* Lisboa, 1822; *Theoria da Administração da Fazenda,* Lisboa, 1834.

Almeida *(Antonio Martins de).* Entre os annos de 1726 a 1731 era este individuo fiel da Casa da Moeda de Lisboa, onde melhorara consideravelmente o fabrico, modificando tambem os engenhos, que até então só cunhavam uma quinta parte da moeda que depois fabricaram. Tornando-se notorias estas vantagens no paiz e no estrangeiro, o rei de Hespanha mandou pedir a D. João V, por intermedio do seu embaixador em Lisboa, um modelo dos engenhos com todas as suas peças, o qual se fez á custa da fazenda real, remettendo-se para Madrid em 19 de abril de 1729, e no anno de 1730 foi ali, a fim de modificar os engenhos antigos, um official pratico no systema introduzido por Antonio Martins d'Almeida.

Almeida *(Antonio Monteiro de).* Tenente-coronel no exercito de Traz-os-Montes no tempo da guerra da successão de Hespanha, no principio do seculo XVIII. Tornou-se notavel n'uma sortida em que, á testa de poucos soldados, poz em fuga uma força hespanhola de 300 homens, que em fins de janeiro de 1711 sahiu da praça de Miranda, que estava em poder do inimigo, no intento de talar os campos circumvisinhos.

Almeida *(Antonio Ribeiro da Costa e).* Conselheiro, presidente da camara municipal do Porto, e professor do Lyceu Central na mesma cidade. N. a 21 de setembro de 1828, em Vizeu, na casa de sua avó materna. na occasião em que se repetiam uma das muitas buscas á mesma casa em procura de seu pae, culpado n'aquelles tempos por constitucional e por isso foragido, não tendo podido emigrar como seus irmãos mais velhos e

cunhados que só voltaram á patria com a expedição liberal, que desembarcou mais tarde nas praias do Mindello. Poucos mezes antes d'este desembarque havia sido trazido de Vizeu para o Porto por sua mãe, para a companhia de sua tia, D. Margarida Mendes de Vizeu, que residia então n'esta cidade, em companhia de sua sogra, D. Eugenia Mendes, baroneza da Silva, presa por liberal na cadeia da Relação. O sr. Costa e Almeida matriculou-se em outubro de 1843 no primeiro anno da faculdade de direito na Universidade de Coimbra, concluindo o curso em 1849, por ter perdido o anno em que a Universidade esteve fechada, em 1846 a 1847, pela guerra civil que terminou com a convenção de Gramido. Dedicou-se então á advocacia, praticando no escriptorio do celebre causidico João Alvares de Moura, com quem trabalhou, e algumas vezes substituiu. Vagando em 1852 a substituição da 3.ª e 4.ª cadeiras do Lyceu Central do Porto, foi em resultado de concurso provido n'ella por decreto de 6 d'abril de 1853, sendo promovido á propriedade da 4.ª cadeira, tambem por concurso, por decreto de 14 de fevereiro de 1861. Conservando sempre o seu logar de professor, de que pediu e obteve a aposentação, depois de 48 annos de serviço no professorado, o conselheiro Costa e Almeida occupou no mesmo Lyceu os seguintes cargos: secretario, por decreto de 1 setembro de 1868, logar que devia ser exercido por um dos professores, e para que foi nomeado sem o solicitar; reitor, por decreto de 1 de novembro de 1880, cargo de que se demittiu alguns annos depois; chefe da secretaria, em 14 d'outubro de 1886. Sendo ainda professor substituto do Lyceu, concorreu á cadeira, que vagara, de economia politica e principios de direito publico, administrativo e commercial na Academia Polytechnica do Porto, tendo por antagonistas o dr. Adriano Machado, lente da Universidade, Arnaldo Gama e Custodio José Vieira. O mais votado foi o dr. Adriano Machado, e o segundo o conselheiro Costa e Almeida. Ao terminar os estudos collaborou em alguns jornaes litterarios, sendo um d'elles *A Peninsula*, que fundou juntamente com Delphim Maia, Antonio Gião, Coelho Lousada, Amorim Vianna, Arnaldo Gama, e outros. Foi collaborador effectivo da *Esmeralda*, e d'um jornal de jurisprudencia, de que foi fundador um seu condiscipulo, Marcellino de Mattos. Nos movimentos politicos que precederam a *Janeirinha* tomou parte muito activa, e foi um dos promotores da União Patriotica, d'onde sahiu a revolução pacifica chamada de *Janeiro*, que deu em resultado a queda do ministerio Fontes-Martens Ferrão, succedendo-lhe outro presidido pelo duque d'Avila, o qual durou pouco, sendo chamado outro ministerio presidido por Sá da Bandeira, em que entrou o bispo de Vizeu, Alves Martins. Nas eleições da *Janeirinha*, tendo seu cunhado, Delphim Maia, recusado absolutamente a eleição de deputado pelo Porto, viu-se obrigado a acceitar a eleição. Na camara dos deputados era um dos chefes do celebre grupo dos 44, que fizeram substituir o gabinete do duque d'Avila pelo gabinete Sá Vizeu, e na missão de deputado se conservou nas legislaturas de 1868 a 1870, não querendo acceitar mais, desde esse anno, o ser eleito, apesar de ter sido instado por diversas vezes. Durante muitos annos exerceu as funcções de vogal do conselho de districto, e depois de ser vogal e presidente da Junta Geral do Districto, vice-presidente e presidente da camara municipal do Porto, e finalmente governador civil d'esta cidade, desde dezembro de 1887, cargo de que se demittiu em novembro de 1888. O conselheiro Costa e Almeida foi agraciado com o habito da Torre e Espada, por serviços prestados por occasião do naufragio do vapor *Porto*, na barra do Douro, em março de 1852, de cuja graça não pediu nunca diploma, nem usou. Em 1894, fez parte da commissão das festas do centenario do infante D. Henrique, e n'essa occasião, acceitou, depois de muito instado pelo seu amigo o conselheiro José Luciano de Castro, a Carta de conselho. No ultimo dia das festas, findo o jantar dado na camara ás municipalidades que se fizeram representar nos festejos, el-rei senhor D. Carlos, mandando-o chamar ao seu gabinete, lhe disse, que estando muito grato pela maneira como havia sido recebido n'essas festas, desejava dar-lhe uma prova da sua estima, concedendo-lhe uma grã-cruz. Costa e Almeida agradeceu muito penhorado esta prova de consideração, que reputava dirigida á cidade, que n'esse momento representava, mas disse que não podia, segundo o seu modo de vêr, acceital-a. Ha muitos annos que o conselheiro Costa e Almeida é o presidente do Centro Progressista do Porto, apesar de se ter conservado, nos ultimos tempos, afastado da politica activa. Tem a data de 22 d'abril de 1902 a portaria em que o governo louva o conselheiro Costa e Almeida, por ter doado ao Lyceu Central do Porto os livros e cartas geographicas que enriqueciam a sua bibliotheca particular. A portaria é a seguinte: «Communicando o reitor do Lyceu Nacional Central do Porto que o professor aposentado d'aquelle estabelecimento conselheiro Antonio Ribeiro da Costa e Almeida offerecera á bibliotheca do referido lyceu os livros, as cartas geographicas e as plantas que constam de duas relações cujas copias fôram enviadas a esta secretaria do Estado; Determina Sua Magestade El-Rei que o mesmo reitor louve em seu real nome aquelle benemerito cidadão o qual tendo prestado ao ensino os melhores esforços da sua actividade intellectual, já como professor do mesmo lyceu, já como reitor, quiz ainda deixar o seu nome vinculado a uma offerta de tão grandiosa utilidade.» Escreveu: *Curso de philosophia elementar*, que teve varias edições, que mereceu a elogiosa critica de Pedro d'Amorim Vianna; *Resumo da historia da philosophia, Elementos de direito publico e administrativo portuguez, para servirem nas aulas do Lyceu quando esta cadeira fazia parte da cadeira de legislação*, etc. Estes apontamentos biographicos são extrahidos d'um artigo publicado no *Primeiro de Janeiro*, do Porto, de 2 de maio de 1902.

Almeida *(Antonio Tavares de)*. Sendo capitão do exercito da India foi despachado em 1858 governador de Tete, e em 20 de maio de 1859 promovido ao posto de major da provincia de Moçambique. Em 1869 partiu de Gôa commandando o batalhão expedicionario á Zambezia, levando a portaria do governador geral do estado da India José Ferreira Pestana, de 27 de janeiro do mesmo anno, passada em virtude das ordens do ministerio da marinha e ultramar, para assumir interinamente o governo geral de Moçambique,

se ainda ali não encontrasse governador nomeado por Sua Magestade.

Almeida *(Antonio Thomaz d'Almeida e Silva, 1.º barão de).* Fidalgo da Casa Real por successão de seus maiores, alvará de 9 de março de 1824; do conselho de S. M. Inspector fiscal da extincta repartição fiscal do exercito, e n'essa qualidade brigadeiro honorario do exercito. N. a 28 de junho de 1798, e f. a 8 d'outubro de 1857. Seu pae tinha egual nome, e era tambem fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo na ordem de Christo, escrivão do Donativo de 4 por cento na alfandega do Porto, e depois coronel de infantaria graduado, com o exercicio de thesoureiro geral das tropas das tres provincias do norte, e partido do Porto; sua mãe chamava se D. Anna Margarida Vieira da Cunha, filha de Jacintho Gomes de Carvalho, cavalleiro professo na ordem de S. Thiago da Espada, e monteiro-mór da Villa de Melres, e de sua mulher D. Maria Pereira da Cunha. Na qualidade de escrivão de Donativo, o pae do 1.º barão d'Almeida, teve em remuneração dos serviços prestados na arrecadação da real fazenda, o habito da ordem de S. Thiago, por decreto de 3 d'abril de 1795, e transitou para a ordem de Christo, por decreto de 22 de maio de 1804. Na qualidade de thesoureiro geral das tropas, do partido do Porto, por occasião da invasão franceza n'aquella cidade, em março de 1809, salvou com grande risco de vida, todos os livros e papeis da sua repartição e a caixa militar, onde existiam 246:350$768 réis, que fez recolher no mosteiro da Serra, hoje fortaleza da Serra do Pilar, e os fizera entregar ao conde d'Amarante, então general commandante das fortalezas militares portuguezas; este serviço mereceu-lhe o foro de fidalgo, pelo alvará, passado no Rio de Janeiro, a 28 de fevereiro de 1816. O 1.º barão d'Almeida tomou parte na guerra peninsular, sendo ainda muito novo, estando nas batalhas de Victoria, em 21 de junho de 1813, sitio de Pamplona, de 30 de junho a 18 de julho do mesmo anno, de S. Marcial, de Urdach, em 4 d'agosto ainda de 1813, de Toulouse, em 10 d'abril de 1814, e sitio de Bayona, de 27 de fevereiro a 28 d'abril d'este anno. Em paga d'estes serviços recebeu a medalha portugueza de quatro campanhas de guerra peninsular, e as medalhas hespanholas de Honra. Quando D. Pedro IV chegou a Lisboa, em 1833, escolheu o barão d'Almeida para thesoureiro geral das tropas, e quando se tratou de pôr em pratica a reforma feita na administração militar, imitando a que vigorava em França, foi nomeado em 1836 intendente e chefe da repartição provisional de liquidação. Fez tambem parte da commissão encarregada de formular os regulamentos na nova organisação d'este ramo de serviço, decretada pelas camaras em 1843; depois foi nomeado inspector fiscal, e quando a inspecção foi extincta em 1850, ficou addido á secretaria da guerra e presidindo á commissão liquidataria do commissariado. O 1.º barão d'Almeida casou em primeiras nupcias, a 15 de janeiro de 1829, com D. Maria Elisa Ganhado Vieira Pinto, filha de José Vieira Pinto, considerado negociante de grosso tracto da praça de Lisboa, e proprietario, e de sua mulher D. Maria da Luz Ganhado. D'este matrimonio houve um filho, que foi o 2.º barão e 1.º visconde d'Almeida. Casou em segundas nupcias, a 20 de janeiro de 1849, com D. Constança Emilia Jacques de Vasconcellos e Menezes, filha de José de Vasconcellos e Menezes Jacques de Magalhães Lobo, fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores, e de sua mulher, D. Antonia de Lima Barreto d'Almeida Coelho. O 1.º barão d'Almeida era tambem commendador da ordem de Christo e cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa. O titulo de barão foi concedido pela rainha D. Maria II por decreto de 13 de maio, e carta de 2 de julho de 1851. Tem por brazão um escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Almeidas — em campo vermelho seis bezantes de oiro entre uma dobre cruz, e bordadura do mesmo metal; no segundo quartel, as dos Silvas — em campo de prata um leão de purpura armado de azul; no terceiro quartel as armas dos Cunhas — em campo de oiro nove cunhas de azul, em tres palas; no quarto as dos Carvalhos — em campo azul uma estrella de oiro de oito raios, no centro d'uma quaderna de crescentes de prata.

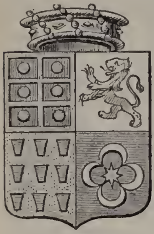

Brazão do 1.º barão de Almeida

Almeida *(Antonio Thomaz Vieira Pinto de Almeida e Silva 2.º barão e 1.º visconde de).* Fidalgo da Casa Real por successão de seus maiores, commendador da ordem de Christo, proprietario. N. em Lisboa a 20 de dezembro de 1829, onde tambem f. a 6 de maio de 1879. Era filho do 1.º barão d'Almeida, Antonio Thomaz d'Almeida e Silva, e de sua primeira mulher, D. Maria Elisa Ganhado Vieira Pinto. Casou a 19 de fevereiro de 1857 com D. Maria Amelia de Napoles Noronha e Veiga, filha do barão d'Alemquer, Manuel Joaquim d'Almeida (V. *Alemquer).* O titulo de barão foi renovado por decreto de 9 de agosto de 1865, e o de visconde do mesmo titulo por decreto de 18 de janeiro de 1877.

Almeida *(D. Apolinario de).* Bispo titular de Nicêa e patriarcha da Ethiopia. N. em Lisboa a 22 de julho de 1587, e morreu, victima da sua dedicação pela fé catholica, sendo martyrisado em Massuah, a 9 de junho de 1638. Era filho de João Gomes de Coimbra e de Maria Jorge d'Almeida. Tomou o habito de jesuita a 5 de novembro de 1601. Era notavel prégador e homem de vasta erudição; regeu em Lisboa a cadeira de philosophia e a de Escriptura na faculdade de theologia da Universidade de Coimbra. Sendo nomeado bispo de Nicêa, e pouco depois patriarcha de Ethiopia, partiu para o Oriente em 1629, na companhia do conde de Linhares, que ia por governador da India. Apenas chegou a Gôa, tratou de partir para a Abyssinia. Foi muito bem recebido pelo *négus,* como, por muito tempo, o fôram os jesuitas; fallecendo, porém, o *négus,* o successor o expulsou dos seus estados. D. Apolinario insistiu em ficar, mas occultou-se na provincia de Tigré, na esperança de que o *négus,* passando-lhe o máu humor, o tornasse a admittir, podendo então continuar no exercicio da sua missão de prégador do Evangelho. O *négus* resolveu terminantemente não consentir mais missionarios na

Abyssinia, e ordenou que D. Apolinario fôsse entregue aos egypcios no Massuah, onde foi martyrisado juntamente com dois padres jesuitas. Escreveu: *Sermão na festa e demonstração de alegria, que fez a nação franceza residente em Lisboa pela tomada de Arrochela, e gloriosa victoria de El-rei Christinianissimo Luiz XIII o Justo, prégado aos 17 de dezembro de 1628*, Lisboa, 1629; *Vida do padre Francisco de Mendonça, Elogio de D. João III* (em latim), tres *Orações em louvor de Santa Isabel, rainha de Portugal*, tambem em latim, uma *Carta* sobre cousas da Ethiopia, escripta no dia 15 de julho de 1636 ao duque de Bragança D. João, que foi depois D. João IV. Estas obras ficaram inéditas, menos o *sermão*, como se disse, e a *Carta* dirigida ao duque de Bragança, que vem publicada no tomo III, pag. 612, do *Agiologio Lusitano*.

Almeida *(Augusto Cesar de)*. Actor distincto, actualmente no theatro da Trindade. N. a 20 de julho de 1835. A respeito do nascimento, lê-se na *Carteira do Artista*, de Souza Bastos: «Esta data foi-nos fornecida por antigos collegas. Elle responde invariavelmente a quem lhe pergunta a edade, que nasceu em 1875. E' provavel que apenas troque o 3 em 7. Seja como fôr, o que é facto, é que nasceu a 20 de julho, e se não foi em 1835. foi em 34 ou 36. A differença só poderá ser de um anno mais ou menos». Até á sua entrada no theatro, pouco sabemos a seu respeito, mas o que mais interessa é a sua vida artistica. Augusto, quando resolveu ser actor, não tratou de fazer tirocinio em theatros particulares, como tem acontecido a uma grande parte dos nossos actores, foi logo apresentar-se no velho theatro da Rua dos Condes, onde conseguiu debutar em 1855 n'um pequeno papel da comedia *A Ramalheteira*. Revelando logo boa disposição para a scena, começou a fazer progressos, representando já papeis de maior importancia nas comedias *Os aspirantes da marinha, Tribulação e ventura, o Gallego e o cautelleiro, Coronel do reinado de Luiz XV*, etc. N'aquelle theatro continuou bastantes annos, tendo por companheiros os actores Queiroz, Simões, Carlos d'Almeida, Domingos d'Almeida, Rollão, etc., e as actrizes Luiza Fialho, Luiza Candida, Maria Joanna, Joanna Carlota, etc. No reportorio do theatro figurava continuamente o actor Augusto; das peças que se representaram n'aquelle longo periodo, poucas se contarão talvez, em que o seu nome não apparecia no cartaz: o *Rei dos Creados, Feio de corpo e bonito d'alma, Marina, Apparencias illudem*, o *Sapateiro industrioso, Luiza e Augusto, Já não fecho mais a porta, O tio e a sobrinha*, etc. Tambem desempenhou com muita graça as scenas comicas: *o Pilha, o Pilhado, o Sebastianista*, e *Ferro e fogo*, em que elle nos apparecia vestido de senhora, contando os seus numerosos namoros. Esta scena comica conservava sempre o publico em completa hilaridade, desde o seu começo. Augusto passou depois para o Gymnasio, onde o publico o recebeu com as maiores provas de sympathia. Entre o seu reportorio lembra-nos *o Tio Braz, Joaquim Terra Nova, Uma morte no saguão*, etc. Francisco Palha, director do theatro da Trindade, foi buscal-o ao Gymnasio, e escripturou-o, dando-lhe para debute a opera burlesca *A flôr de chá*, cujo debute se realisou em 26 de setembro de 1868. Desde então, Augusto estabeleceu-se definitivamente na Trindade, onde tem seguido a sua gloriosa carreira d'artista, sempre muito querido do publico, que se não farta de o applaudir. Na epoca de 1895 a 1896 a companhia foi para o Brazil, e Augusto, não querendo acompanhal-a, representou durante a sua ausencia no theatro do Principe Real. Regressando a companhia, tambem elle regressou ao seu antigo e estimado palco. Seria ardua tarefa e tornar-se-ia mesmo fastidioso citar o nome de todas as peças que compõem o seu longo e variadissimo reportorio na Trindade; citaremos apenas aquellas em que mais se distinguiu: *Mancilio tocador de flauta, Bella Helena, Canção de Fortunio, Tagarellas, Gata borralheira, Princeza de Trebizonda, Rosa de sete folhas, Rouxinol das salas, Ilha de Tulipatan, Pepe Hillo, Só morre quem Deus quer, Amar sem conhecer, Amor e mysterio, Amazonas de Tormes, As tres rocas de crystal, Sargento Frederico, Nini, Campanone, Cruz de oiro, Duende, Tres Dragões, Lucrecia Borgia* (parodia), *Néné, Giroflé-Girofllá, Fausto o Petiz, Marselheza, Sinos de Corneville, Viagem á lua, Milho da padeira, Filha do inferno, Babiole, Perichole, Barba azul, Ultimo figurino, Mascotte, Volta ao mundo em 80 dias, Boccacio, Toutinegra do Templo, Moleiro d'Alcalá, Amor molhado, Cigarra, Surcouf, Gato preto, Pato de tres bicos, Ponte do diabo, Sal e Pimenta, Capital Federal, O Homem das mangas, o Brazileiro Pancracio*, em que se tornou muito popular no papel do *cabo d'ordens*, etc. Augusto é de tracto muito agradavel, sempre sorrindo e conversando com muita graça. E' enthusiasta pela arte a que se dedicou, e que lhe tem grangeado louros de gloria e noites de verdadeiro enthusiasmo pelos applausos e ovações que o publico sempre lhe dispensa.

Augusto Cesar de Almeida

Almeida *(Augusto Cesar de Vasconcellos Pereira e)*. Major graduado do corpo do estado maior do exercito portuguez. N. no Porto, em 1821, f. em Braga, em 1862. Era filho de Frederico Pinto Pereira de Vasconcellos. Formou-se em mathematica na Universidade de Coimbra; assentou praça em 1838. Frequentava a escola do exercito em 1840, quando houve receio d'um rompimento entre o nosso governo e o da Hespanha por causa da navegação do Douro; adoptaram-se então algumas providencias militares, e Vasconcellos foi mandado servir no estado maior do exercito de observação que n'essa epoca se formou; depois regressou á escola e concluiu em 1842 o curso de estado maior, tendo alcançado o primeiro premio em todas as cadeiras, menos uma em que obteve um premio honorifico. Em 1843 foi promovido para o estado maior, e em junho de 1846, teve a nomeação de lente substituto da escola do exercito, e, pedindo a exoneração em março de 1849, voltou a servir na mesma escola como commissionado em novembro do mesmo

anno. Até março de 1854 exerceu este logar dando sempre provas manifestas dos seus conhecimentos especiaes como official de estado maior, merecendo grandes elogios pelo modo como dirigiu os trabalhos de reconhecimentos militares executados pelos alumnos da escola nas férias de 1853 e 1854. Esses trabalhos acham-se devidamente archivados na bibliotheca da mesma escola; teem por assumpto as linhas e posições de Torres Vedras. Em 1856 foi nomeado chefe de secção do commando em chefe do exercito, onde se conservou até 1859, anno em que foi extincta essa repartição. Passou depois para sub-chefe da terceira repartição da secretaria da guerra, onde esteve até 1862, sendo durante este tempo tambem encarregado d'algumas commissões importantes. Em maio de 1862 foi nomeado chefe de estado maior da 4.ª divisão militar, cujo quartel general era em Braga. Rebentou então n'esta cidade a revolta de 15 de setembro d'este mesmo anno, que durou poucas horas, mas que, apesar d'isso, causou a morte do major Vasconcellos, que um bando de soldados indisciplinados assassinaram barbaramente. Depois da sua morte, e por iniciativa do general barão de Wiederhold, foi publicado um seu escripto, que tem por titulo: *Memoria sobre o corpo do Estado-maior do Exercito portuguez, offerecida em 1857 a sua magestade, el-rei o senhor D. Pedro V, de saudosa recordação*, Lisboa, 1863. Sahiu tambem na *Revista militar*, n.º 8 de 1863.

Almeida *(Avelino)*. Jornalista contemporaneo, nat. de Cintra, onde nasceu a 10 de novembro de 1874, filho de Mauricio Pereira e de D. Augusta d'Almeida. Tem collaborado na *Nação*, *Correio Nacional*, semanario *O Recreio*, *Folha de Cintra*, *Aurora de Cintra* e ultimamente na *Voz da Patria*, onde é secretario da redacção. Desde cedo mostrou decidida vocação para as letras, tendo publicado nos jornaes indicados alguns artigos e poesias de merecimento. Foi o iniciador da commemoração do centenario do padre Antonio Vieira, para cuja celebração escreveu *O livro d'ouro do padre Vieira*, e organisador de uma nova edição das suas obras, das quaes estão impressos trez volumes de *Sermões*, annotados.

Almeida *(Padre Ayres de)*. Jesuita, nat. de Santarem, onde n. em 1629, e f. em Coimbra, a 7 de março de 1704. Era filho de Antonio Alvares e de Catharina d'Almeida; tomou o habito dos jesuitas no noviciado de Lisboa, em 1649. Foi lente de prima de theologia na Universidade de Coimbra, e qualificador do Santo Officio. Publicou: *Sermão do Auto da Fé, que se celebrou em Coimbra no Terreiro de S. Miguel a 17 de outubro de 1694*. Coimbra, 1697.

Almeida *(B. d')*. Gravador. E' assim que se vê citado este artista, pelo patriarcha D. Fr. Francisco de S. Luiz, na sua *Lista dos artistas*, sob a rubrica *Gravadores*, referindo-se á assignatura que tem em baixo do frontispicio do *Theatro historico, genealogico e panegyrico da Casa de Sousa*, impresso em Paris, anno de 1694, e onde se lê: *B. de Almeida incid. 1693, P. Giffart fecit sculptor regius*. Parece ser o mesmo Braz d'Almeida, pintor e esculptor, segundo a opinião d'alguns escriptores e a do conde A. Raczynski, no seu *Dictionnaire Historico-Artistique du Portugal*. V. *Almeida (Braz d')*.

Almeida *(Fr. Bazilio de)*. Monge cistersiense, nat. d'Almeida, muito douto em assumptos de theologia. Escreveu um livro: *De verbo abbreviato*, que existiu manuscripto até 1834, na bibliotheca do convento d'Alcobaça.

Almeida *(Belchior da Fonseca e)*. Poeta, nat. de Coimbra. Foi um dos portuguezes que ficaram em Hespanha, depois da guerra da restauração de 1640. Era poeta apreciado no seu tempo; f. em Palencia, mas parece que vivia ainda em 1686. Escreveu só em hespanhol, um vol. de poesias que se publicou em 1655 em Madrid; *Jardin de Apolo, ó Academia celebrada por diferentes ingenios*.

Almeida *(D. Bernardim de)*. Irmão do primeiro vice-rei da India, D. Francisco d'Almeida; foi tambem muito distincto pelo seu valor. Serviu quasi sempre nas guerras africanas. Era moço fidalgo da côrte de D. João II, em 1484, e depois acompanhou a Africa o celebre D. João de Menezes, tornando-se notavel na guerra contra o sultão de Fez; esteve em 1503, em Alcacer-Kibir com o mesmo D. João de Menezes, e estes dois bravos cavalleiros fizeram uma admiravel sortida, em que destroçaram completamente os moiros que tinham vindo cercar a praça.

Almeida *(Bernardo de)*. Jesuita, nat. de Coimbra, onde nasceu em 1634; ignora-se a data do fallecimento. Tomou o habito da Companhia de Jesus, a 4 de dezembro de 1651. Achando-se depois muito doente, abandonou a Companhia, com o pleno consentimento dos seus superiores. Formou-se depois em theologia, tornando-se um notavel theologo e um distincto poeta latino. Esteve em Roma no anno de 1662, onde passou por ser um dos mais eruditos entre os sabios que então ali se encontravam, segundo assevera D. Francisco Manuel de Mello. Publicou em Roma dois livros, escriptos em latim: *Fons eloquentiæ* e *Minervæ panoplia*.

Almeida *(Bernardo Gomes de)*. Conego da sé da Guarda, cujo bispado governou até á apresentação na mesma diocese, vaga pelo fallecimento do respectivo bispo e seu irmão D. Thomaz Gomes d'Almeida, do actual prelado D. Manuel Pereira de Mattos.

Almeida *(Braz de)*. Professor de pintura e de esculptura; nat. de Lisboa, onde leccionou a pintura e a esculptura; os seus desenhos são geralmente estimados. Deixou duas obras em manuscripto, que teem a data de 1695, intituladas: *Geometria pratica*, e *Geometria d'Euclides ou elementos de mathematica*. A primeira é uma traducção da obra hespanhola do padre jesuita Ignacio Strafford.

Almeida *(Brites d')*. Conhecida na historia pela *padeira d'Aljubarrota*, por ter morto com a pá do forno sete castelhanos, como conta a tradição, na celebre batalha que n'aquella localidade, se feriu em 14 d'agosto de 1385. Brites d'Almeida era natural de Faro, e filha de paes laboriosos e humildes. Desde muito creança, logo denunciou o seu genio irascivel e desordeiro, só pensando em esgrimir no jogo do pau, contender e desafiar toda a gente, ficando quasi sempre vencedora. Os velhos chronistas fazem o seu retrato, na verdade, bem pouco lisongeiro: altura de gigante, magra, rija como o aço, feia, mal encarada, queimada das faces, crespa dos cabellos, bocca rasgada, nariz aduneo, olhos pequenos e scintillantes, e para remate de tantos erros da natureza, tinha seis

dedos em cada mão. Aos 26 annos ficou orphã; não se mostrou muito penalisada pela morte dos paes, e tratou logo de se desfazer d'uma casinha que herdara em Loulé, e onde a familia vivia, para se entregar ao jogo das armas. Com o dinheiro que lhe rendera a venda da casa, empregou-se em negocio de gados. Andava então de feira em feira, sempre de varapau em punho, e raras vezes deixava de ter questões com aquelles com quem tratava, acabando estas contendas por quebrar cabeças e fazer mil disturbios. O seu valor começou a divulgar-se e a crear fama, e um soldado alemtejano enthusiasmou-se com aquella virago, e lembrou-se de lhe fallar em casamento. Brites d'Almeida declarou então ao pretendente, que só poderia realisar-se o enlace conjugal, depois de brigarem ambos, e no caso d'ella ficar vencida. O alemtejano acceitou a proposta, e marcou-se o dia e local para a lucta. Chegado o momento opportuno, os adversarios apresentaram-se no campo, mas com tanta infelicidade, que o alemtejano ficou gravemente ferido, morrendo em seguida, indo logo d'ali direito para a sepultura. Brites d'Almeida não era mulher que pensasse em remorsos nem em arrependimento, e receando cahir nas mãos da justiça, tratou de sahir de Loulé, e chegando a Faro, resolveu embarcar para se refugiar em Hespanha. Indo sósinha n'uma lancha, foi aprisionada pelos piratas argelinos, e conduzida para Argel, onde a venderam a um moiro opulento que tinha mais dois captivos portuguezes. Pensando em recuperar a liberdade, combinou com os dois companheiros de escravidão o assassinio do moiro seu senhor, e fugirem em seguida para Portugal. O plano realisou-se, conforme se combinara, e Brites d'Almeida entrou no reino, em companhia dos dois cumplices, que logo se separaram. Receando ser ainda perseguida pela morte do alemtejano, que a obrigara a fugir para o estrangeiro, disfarçou-se com fatos de homem. e assim passou muito tempo, exercendo a profissão d'almocreve. O seu genio bulhento obrigou-a a novas desordens, e n'umas desavenças com outro almocreve, commetteu novo homicidio. D'esta vez não poude fugir á justiça, e foi encerrada na cadeia de Lisboa, d'onde conseguiu sahir, talvez por se não ter provado o crime. Dirigiu-se então a Vallada, onde se demorou pouco tempo, partindo depois para Aljubarrota, ajustando-se como creada d'uma padaria. A padeira cahiu doente, e apparecendo um dia morta, Brites d'Almeida ficou sendo a proprietaria do estabelecimento. Chegou o dia da batalha d'Aljubarrota, em que deu a grande façanha de Brites d'Almeida, que a historia nos aponta. As hostes hespanhola e portugueza mediam-se cara a cara no campo, e esperavam anciosos o signal da batalha, que se não fez esperar. O povo da villa e das cercanias assistia nos pontos mais elevados áquella lucta e folgava vendo a derrota dos hespanhoes, porque d'essa derrota dependia a nossa independencia. Brites d'Almeida tambem lá estava. O seu coração empedernido comprimia-se de instante a instante, por não poder ir collocar-se ao lado d'aquelles que luctavam como heroes contra o numeroso exercito castelhano. Os soldados hespanhoes, a exemplo do seu chefe, pozeram-se em fuga, mas o povo precipitava-se sobre elles, e poucos poderam escapar á sua ferocidade. Brites d'Almeida capitaneava um troço de populares, e desempenhou um papel importante n'aquella scena de exterminio. Armada com a pá do forno não houve castelhano que se lhe aproximasse, que não perdesse a vida. Diz a tradição que a valorosa padeira, ao cahir da noite, encontrara escondidos no forno, que estava apagado, sete castelhanos que tentavam escapar á furia da populaça, e que, ainda sequiosa de sangue, descarregara a terrivel pá sobre esses desgraçados, que não poderam fugir, tornando-se em cadaveres. Não se sabe a data do fallecimento d'esta heroina.

Almeida *(Caetano Alberto Nunes de).* Gravador portuguez da casa da Moeda no principio do seculo XIX; foi discipulo do primeiro gravador da referida casa Simão Francisco dos Santos. Entre as suas melhores obras, cita-se uma medalha de Camões, feita em 1821. Nascera a 7 de agosto de 1795 e falleceu a 21 de agosto de 1851.

Almeida *(Caetano José Pinto de).* Doutor em medicina pela universidade de Montpellier, e lente cathedratico da mesma faculdade na de Coimbra. N. em Paços de Brandão a 20 d'agosto de 1738, e f. em 1802. Escreveu em latim, para uso dos seus discipulos, no anno de 1787, em Coimbra: *Primeiros elementos de cirurgia therapeutica,* que fôram depois traduzidos em portuguez por Bento José Pereira.

Almeida *(C. F. de).* Distincto violinista portuguez do seculo XVIII e do começo do XIX. Esteve tambem ao serviço do rei de Hespanha. Era compositor, e escreveu seis quartettos para duas rabecas, violeta e violoncello, que fôram gravados em Paris na officina de Pleyel, em 1798.

Almeida *(Candido de).* No vol. XIV, de 1815, do *Investigador portuguez em Inglaterra,* jornal que se publicou em Londres nos annos 1811 a 1819, do qual foi fundador o dr. Bernardo José de Abrantes e Castro, appareceu um artigo escripto em francez, com este titulo: *Éléments d'une Langue Musicale, par Candido d'Almeida, ecuyer de S. M. le Roi Charles IV.* Este artigo reduz-se a uma especie de exposição ou obra que devia ser volumosa mas não chegou a ter publicidade. O autor propunha-se a uma empreza deveras original, formar com os sons musicaes uma linguagem positiva que todos pudessem perceber. Como n'aquelle jornal só escreviam escriptores portuguezes é facil de acreditar que aquelle nome *Candido d'Almeida* fôsse d'algum portuguez, que estivesse alli emigrado pelos movimentos bellicos que então se agitavam em Portugal, com a guerra Peninsular e as luctas que se seguiram até á constituição de 1820. O facto da obra ser escripta em francez, não admira, porque provavelmente a idéa era de ser feita em França a publicação. Parece, porém, ser o mesmo que em 1820 residia em Lisboa, com o nome de Candido d'Almeida Sandoval (V. *este nome),* sendo professor de musica e jornalista, e que pelos seus artigos virulentos e sediciosos foi perseguido, vendo-se obrigado novamente a emigrar.

Almeida *(Carlos de).* Foi um actor muito popular nos theatros de segunda ordem. Começou a sua vida artistica no velho theatro da Rua dos Condes, no tempo da Associação. Ao principio parecia ter pouca disposição para a scena, mas depois influiu-se, estudou muito, e acompanhado dos esforços do ensaiador José Romano, tornou-se o primeiro actor comico d'aquelle theatro na em-

preza de José Torres. O papel, em que mais se salientou, foi o do *Principe Cornelio Gil*, na *Grã-Duqueza de Gerolstein*, quando na primeira epoca em que ella se represeutou em Lisboa, em 1868, foi ensaiada a capricho pelo grande actor e mestre da arte José Carlos dos Santos. Tambem se distinguiu muito no criado dos *Dois dias no Campo Grande*, o aventureiro *José* do drama *A Navalha*, o banheiro da *Niniche*, o soldado das *Intrigas no bairro*, etc. Representou com muito agrado do publico as scenas comicas: *O Sr. Narciso e os banhos do mar* e *Amanhã vou pedil-a*. Esteve escripturado nos theatros da Rua dos Condes, Variedades, Principe Real e Gymnasio. Estando já muito atacado da tisica de larynge que o victimou, ainda representou no Chalet da Rua dos Condes, theatro que se arvorou, por assim dizer provisoriamente, no mesmo local onde existiu o antigo theatro da Rua dos Condes, desmanchaudo-se quando se resolveu a construcção do actual theatro. Escreveu as comedias em 1 acto: *Bravo de Veneza* e *Primo inesperado*.

Almeida *(Carlos Augusto Moraes de)*. Governador da provincia de S. Thomé e Principe. N. em Lisboa a 18 de março de 1807. e f. na ilha do Principe, a 22 de novembro de 1847. Fez o curso de marinha, como aspirante n'esta arma, e serviu na Brigada real da marinha e no corpo da armada como official. Em 1835, sendo official da Brigada da guarnição na corveta *Elisa* no Brazil, foi o commandante das forças de marinhagem e tropa desembarcadas no Pará, protegendo os portuguezes, perseguidos então pelos revoltosos. Os disturbios no Pará, n'esse anno, tornaram-se celebres. N'este conflicto, em que se distinguiu a guarnição da corveta *Elisa*, Carlos d'Almeida tornou-se deveras notavel e mereceu os elogios do commandante da corveta, Isidoro Francisco Guimarães. Commandou tambem o brigue *S. Boaventura* e a escuna *Meteoro;* em 1846 foi nomeado governador da provincia de S. Thomé e Principe, logar em que prestou os maiores serviços, procedendo a melhoramentos, e zelando a fazenda pela cobrança de grandes quantias que estavam em atrazo, e difficeis dese receberem. Este honroso proceder acarretoulhe muitos inimigos, porém Carlos d'Almeida, já cançado e doente, não poude resistir, e falleceu na ilha do Principe, causando a sua morte algumas suspeitas de envenenamento. Tinha a commenda d'Aviz e varios outros habitos.

Almeida *(Carlos Augusto Moraes de)*. General de brigada, lente da Escola Polytechnica. V *Moraes d'Almeida*.

Almeida *(Carlos Maria Eugenio de)*. Provedor da Casa Pia de Lisboa, por morte de seu pae, José Maria Eugenio d'Almeida, a qual se realisou no anno de 1872. Tambem por successão, teve assento na camara dos pares de que tomou posse em 25 de janeiro de 1873. Casou com D. Maria do Patrocinio de Barros Lima, irmã da condessa d'Anadia, ha pouco fallecida em Paris, e da sr.ª viscondessa d'Alferrarede.

Almeida *(Carlos Pinto de)*. Escriptor contemporaneo. N. em Lisboa, em 1831. Foi empregado nos correios, e em 1862 administrador do conc daˉ Gollegã, no distr. de Santarem. Collaborou durante muitos annos no *Diario de Noticias*, onde publicou em folhetins, alguns romances historicos, entre os quaes se contam: *A herança do cardeal, Seis annos de reinado.* Escreveu: *A verdade do Christianismo e sua influencia*, Lisboa 1862; *O Pontificado perante os seus seculos; resposta á Encyclica de Pio IX, offerecida ao ex.mo sr. conselheiro Levy Maria Jordão.* Lisboa 1865, *Estudo sobre a* «Vida de Jesus» *de Mr. Renan, offerecido á ex.ma Camara municipal do Porto*, Porto 1866. Os romances historicos: *A Conquista de Lisboa*, Lisboa 1866; *A Cruz pelas riquezas*, Lisboa, 1867, *O irmão do bastardo*, Lisboa 1868; *A Filha do Emir, A Infanta de Sevilha, Seis annos na India, Os Homens da Cruz Vermelha*, etc. Falleceu ha poucos annos.

Almeida *(D. Fr. Christovam de)*. Doutor em theologia, arcebispo titular de Martyria, coadjuctor e vigario geral do arcebispado de Lisboa. N. na Gollegã, em 1620, e f. nas Caldas da Rainha, a 26 d'outubro de 1679. Professou na ordem de Santo Agostinho, na qual foi mestre. Escreveu: *Sermões*, 4 tomos; o 1.º publicado em 1673, o 2.º e o 3.º em 1680, o 4.º em 1686. N'esta collecção fôram incluidos todos os sermões que já andavam impressos. Na collecção dos sermões prégados nos autos da fé, tambem se encontra o seguinte, publicado em 1664: *Sermão do Auto da fé, que se celebrou no Terreiro do Paço d'esta cidade de Lisboa a 17 de agosto de 1664.* A collecção dos *Sermões* teve ainda outra edição, em 1725, sendo-lhe addicionados mais alguns, reunindo-se-lhe tambem cinco, pertencentes ao padre jesuita Antonio de Sá; *Historia do Capuchinho Escocez, segunda parte e compendio da primeira, escripta em francez*, Lisboa, 1667.

Almeida *(Fr. Christovam)*. Religioso da ordem de S. Bento; n. no Porto, a 10 de maio de 1636, e f. no mosteiro de S. Miguel de Bustello em abril de 1704. Professou a 25 de fevereiro de 1658. Foi prégador notavel e abbade do mosteiro de Gafey. Deixou, inedito, o *Diario de tudo quanto succedeu na Côrte, os annos que n'ella assistiu.*

Almeida *(Christovam de)*. Um dos portuguezes que acompanharam Affonso d'Albuquerque á conquista de Gôa em 1510 e de Malaca em 1511, ficando n'esta cidade como provedor espiritual.

Almeida *(Custodio Joaquim da Cunha)*. Conselheiro, juiz do 1.º districto criminal de Lisboa. N. em Athey de Basto, em 1844, e f. a 28 de dezembro de 1902. Formou-se na Universidade de Coimbra, no anno de 1861, nas faculdades de direito e theologia. Dedicaudo-se á magistratura, foi despachado delegado para uma comarca, proximo da terra da sua naturalidade, onde se conservou algum tempo. Foi deputado e governador civil da Guarda. Sendo despachado juiz para Lisboa, esteve cinco annos no 3.º districto criminal, passando depois para o 1.º, que vagara pelo fallecimento do conselheiro Costa Ventura. O dr. Custodio d'Almeida era dotado de muita illustração, d'uma intelligencia deveras superior, e de muita energia. A sua morte foi decerto uma perda sensivel. Era casado com a sr.ª D. Josepha Metello Corte Real e Almeida.

Almeida *(Daniel dos Santos)*. Medico-veterinario, collaborador da revista *Portugal Agricola*, que se publica n'esta capital.

Almeida *(Delphim de)*. Escriptor, jornalista e socio effectivo da Academia Real das Sciencias. N. em Braga, no anno de 1836, e f. em Lisboa, a 29 de julho de 1892. Estudou em Braga, e

conviveu muito com o bibliothecario da bibliotheca d'aquella cidade, Rodrigues d'Abreu, homem intelligente, que fôra amigo de Almeida Garrett e grande admirador do seu talento. Delphim d'Almeida escutava Rodrigues d'Abreu com a maior curiosidade, como amador das boas lettras, como admirador dos grandes poetas. Emquanto estudava, collaborou n'um jornal de estudantes, publicado em Braga, em 1854 ou 1855, intitulado *O Murmurio*. Depois obteve um pequeno emprego na alfandega, a que se dedicou muitissimo, e, por dever de officio, teve de folhear cuidadosamente toda a legislação. O seu amor apaixonado pelo estudo e a curiosidade inexcedivel, que eram as qualidades caracteristicas do seu espirito, o levaram a profundar aquelles assumptos. Não tardou que os conhecesse melhor que os proprios superiores, o que provou n'um folheto que publicou, intitulado *Pauta das Alfandegas*, que causou a maior surpreza. Carlos Bento da Silva, então ministro da fazenda, ao lêr a *Pauta das Alfandegas*, apesar de não conhecer o autor, e não cedendo a empenho algum, nomeou logo o empregado obscuro que a escrevera para membro do Conselho Geral das Alfandegas. Foi uma prova do elevado merito d'aquelle trabalho. Os membros do Conselho Geral das Alfandegas, tomados, em geral, nas mais elevadas categorias aduaneiras, recebiam umas pequenas gratificações, e Delphim d'Almeida, continuando a vencer como empregado inferior, tinha, comtudo, as honras e a gratificação de funccionario de primeira classe. Por alguns annos proseguiu em profundos estudos sobre assumptos economicos e financeiros. O livro que publicou, *O imposto em Portugal*, e o folheto *Da administração financeira em materia de imposto* são verdadeiros monumentos de erudição e de trabalho, accrescendo que este ultimo revela tambem um altissimo senso pratico. Dedicou-se depois ao jornalismo e á litteratura. Foi redactor, conjunctamente com o fallecido escriptor Pinheiro Chagas, da *Revolução de Setembro*, da *Discussão*, jornal que ambos fundaram e que mais tarde tomou o nome de *Diario da Manhã*, sendo este ainda substituido pelo *Correio da Manhã*. Não lhe sorria a polemica, mas em assumptos economicos e financeiros manifestou sempre a maior superioridade. Publicou uma serie de artigos ácerca dos caminhos de ferro, sob o ponto de vista economico, que chamaram a attenção de todos os especialistas, surprehendidos pelo profundo conhecimento de factos que o autor manifestava, e no entretanto, aquelle assumpto era completamente novo para Delphim d'Almeida; mas as suas raras faculdades de trabalho, o escrupulo meticuloso com que tratava todas as questões, profundando-as sempre, a vivissima intelligencia que lhe fazia comprehender tudo de relance, e a lucidez da sua exposição, davam á obra um relevo excepcional, e faziam com que a estreia n'esse assumpto especialissimo fôsse logo uma obra de mestre. Delphim d'Almeida combinou com um editor de Lisboa escrever-lhe uma *Historia Universal*, modelada pela *Historia Universal* de Jorge Weber. A este respeito transcrevemos o seguinte, d'um artigo de Pinheiro Chagas, publicado no *Occidente*, n.º 493, do 15.º vol., 1 de setembro de 1892: «Obras assim, para que o trabalho não seja doidamente desproporcionado com a remuneração, precisam de ser escriptos absolutamente sobre o joelho. Era isso que Delphim d'Almeida não se sentia capaz de fazer. Assumptos que estudasse, havia de profundal-os por força, e ahi o temos lançado nos estudos historicos, depois, cada vez mais attrahido pelo magnetismo dos velhos livros e das velhas coisas, dos documentos cobertos de pó, e da silenciosa investigação no fundo dos archivos, a arrancar ao passado o segredo das suas instituições, á velha linguagem portugueza o mysterio dos seus vocabulos, tentando, emfim, refundir o *Elucidario* de Viterbo, que foi um monumento extraordinario para o seu tempo, e que hoje está já completamente anachronico, como não podia deixar de acontecer depois de tamanha revolução como a que se operou n'este seculo (seculo XIX) nos estudos historicos, revolução aliás brilhantemente iniciada pelo proprio Viterbo e por eruditos como João Pedro Ribeiro e Antonio Caetano do Amaral. O que podia tornar a obra de Delphim d'Almeida verdadeiramente notavel era a mesma qualidade que já lhe dera um dos primeiros logares entre os nossos economistas, a de juntar um espirito largo, perfeitamente esclarecido por todos os clarões da sociologia moderna á perseverança de um estudioso e á mais completa probidade scientifica. Essa qualidade podia collocal-o rapidamente a par de Herculano, se a versatilidade d'aquella mente, sempre indecisa e fluctuante, lhe não tivesse feito perder tanto tempo precioso. Apenas encontrava uma pista interessante, ahi mudava elle a orientação dos seus estudos. Um dia attrahiam-no as superstições de meia-edade, e isso bastava para elle fazer um estudo completissimo ácerca da tradição do diabo; depois seduzia-o o estudo economico do seculo XVI, a apparição do *Looking back* de Edward Bellamy lembrava-lhe a *Utopia* de Thomaz Morus, os seus extraordinarios estudos traziam-lhe milhares de factos a provarem-lhe a semelhança da crise economica do nosso tempo com a crise economica do seculo XVI, produzida pelos descobrimentos dos portuguezes, pelo ouro do Perú, pela prata do Mexico, e ahi estava elle prompto a lançar-se n'esse novo caminho. O que elle mesmo fez a essa obra, que consagrou os ultimos annos da sua vida, e que podia realmente ser valiosissima! Começou por uma introducção que podia ser monumental, mas depois entendeu que devia reserval-a para o fim e ahi fica interrompido um estudo de primeira ordem!» Delphim d'Almeida era doente e entregava-se a um trabalho incessante, o que deveras causava admiração. Era muito methodico nos seus trabalhos de investigação. Todos os apontamentos que tomava, eram emmaçados e classificados; o volume d'estes apontamentos augmentou consideravelmente quando Delphim d'Almeida, nas suas ultimas excursões de doente, se mettia nos archivos das camaras para ali procurar novos elementos de investigação. Foi um escriptor e investigador consciencioso, e o excessivo trabalho a que se entregava, mesmo depois de se lhe terem aggravado os soffrimentos, era superior ás suas forças e não poude resistir-lhe.

Almeida *(D. Diniz de)*. Filho de D. Luiz de Almeida e de D. Maria Josepha Joanna de Mello, filha do 1.º conde das Galveias. N. em Lisboa a 8 de dezembro de 1684. Era cavalleiro de Malta, e sendo dispensado dos votos, veiu servir em Por-

tugal, na guerra da successão contra a Hespanha. Na divisão portugueza, que esteve na Catalunha, foi capitão nas guardas do general. Terminando a guerra, partiu, como voluntario, a fazer parte do exercito allemão, servindo ás ordens do principe Eugenio, o terrivel adversario de Luiz XIV, que andava em lucta contra os turcos. Alli se encontrou com o iufante D. Manuel, irmão de D. João V, que tambem fôra servir no exercito d'Allemanha. Encontraram-se ambos na celebre batalha de Peterwardein, onde ambos se tornaram distinctos pelo seu valor e heroicidade. N'esta batalha, o infante arrojou-se intrepidamente contra um entrincheiramento defendido por dois mil turcos, e, morrendo o cavallo em que montava, cahiu desastradamente n'um fôsso, onde perderia a vida ou a liberdade, se D. Diniz d'Almeida não corresse em seu auxilio, conseguindo salval-o. D. Diniz tinha então o posto de tenente coronel, passou a coronel, depois a general de batalha, e a gentil-homem da casa da imperatriz Leonor de Neubourg, honras concedidas pelas côrtes d'Austria e de Portugal, e D. João V concedeu-lhe tambem uma commenda e uma avultada pensão. Voltando ao reino, D. Diniz d'Almeida casou com D. Theodora de Antas da Cunha, de quem teve um filho e uma filha. Ignora-se a data do fallecimento, mas sabe-se que morreu em edade muito avançada.

Almeida *(D. Diogo de)*. Fidalgo portuguez, capitão d'uma nau do mar das Indias, na armada em que Martim Affonso de Sousa foi, por ordem do governador Nuno da Cunha, fazer guerra ao Samorim. N'esse mesmo anno, tambem tomou parte muito activa na batalha naval em que Martim Affonso de Sousa ficou vencedor, contra o pirata Cunhale, e, emquanto durou o cruzeiro de Martim Affonso, D. Diogo d'Almeida mostrou-se sempre um dos mais activos capitães. Sendo governador da India D. Estevam da Gama, D. Diogo foi tambem capitão d'um dos navios na esquadra que aquelle governador mandou ao mar Vermelho. No tempo de D. João de Castro, teve a nomeação de governador de Gôa; esse governo tornou-se muito agitado, porque o Hidalcão, aproveitando a ausencia de D. João de Castro, que fôra em soccorro de Diu, veiu estabelecer auctoridades suas nas provincias de Bardez e Salsete, que reclamavamos como nossas. Por voto da camara não se oppoz D. Diogo a este acto, para não accender uma guerra no momento em que o descerco de Diu era todo o empenho dos portuguezes na India. Mas, apenas essa grande empreza se levou a cabo, D. Diogo sahiu a campo e expulsou as auctoridades do Hidalcão, e durante o resto do tempo do seu governo em Gôa, teve de ir ao continente, ora só, ora em companhia de D. João de Castro, infligir rudes lições ao soberano oriental. Quando o vice-rei adoeceu gravemente, nomeou uma especie de commissão governativa, e D. Diogo foi um dos membros. O capitão que o havia de substituir já ia em viagem, e D. Diogo findou o seu governo quasi ao mesmo tempo que o illustre vice-rei D. João de Castro deixou de existir.

Almeida *(Diogo de)*. Cavalleiro portuguez, que acompanhou D. Lourenço d'Almeida nas suas expedições maritimas, sendo encarregado de conferenciar com o rei de Ceylão, quando o mesmo D. Lourenço descobriu esta ilha.

Almeida *(Diogo Cardoso de)*. Doutor formado em direito e deputado da Inquisição de Coimbra. F. em 1752. Escreveu: *Theoricus Tractatus, seu Academiæ lectiones de Servo communi*. etc.

Almeida *(D. Diogo Fernandes de)*. Monteiro-mór de D. João II, 6.º prior do Crato e alcaide-mór de Torres Novas. Foi a este fidalgo que o referido monarcha confiou a educação e protecção dos interesses de seu filho natural, D. Jorge, e foi elle quem o apresentou ao successor da corôa, el-rei D. Manuel. D. Diogo era filho do 1.º conde d'Abrantes, D. Lopo d'Almeida, irmão de D. João d'Almeida, 2.º conde d'Abrantes, de D. Francisco d'Almeida, 1.º vice-rei da India, de D. Jorge, bispo de Coimbra, de D. Fernando, bispo de Ceuta e nuncio do papa Alexandre VI, em França, e de D. Bernardim, valente cavalleiro d'Africa. Falleceu a 13 de maio de 1508.

Almeida *(D. Diogo Fernandes de)*. Principal da egreja patriarchal de Lisboa e academico da Academia Real da Historia Portugueza. N. em Lisboa a 21 d'abril de 1698, f. a 8 de março de 1752. Era filho de D. João d'Almeida, conde de Assumar. Doutorou-se em canones, em 1722. Foi proporcionista no collegio de S. Paulo de Coimbra, thesoureiro-mór da cathedral de Leiria, deputado da Inquisição de Lisboa. Na Academia Real de Historia foi escolhido para escrever as *Memorias do bispado de Miranda*. E' autor das seguintes obras: *Dissertação historica e apologetica na conferencia da Academia Real de Historia Portugueza, em defeza da conta que deu dos seus estudos*, Lisboa, 1732. Anda tambem no tomo XI da *Collecção de Documentos e Memorias da Academia;* versa sobre as preeminencias e prerogativas que a si arrogava o Collegio de S. Pedro de Coimbra, adjudicando-se os titulos de pontificio e real, que o autor sustenta não lhe competirem; *Oração recitada na conferencia de 31 de janeiro de 1737, sendo eleito Censor*, Lisboa, 1737; *Estatutos da veneravel Ordem Terceira da Penitencia de S. Francisco de Xabregas*, Lisboa, 1742.

Almeida *(Domingos de)*. Actor muito conhecido nos theatros de segunda ordem. N. em Lisboa a 6 d'abril de 1835. Desde muito creança foi apaixonado pela arte dramatica; frequentava muito o theatro de D. Maria, durante a epoca de 1848 a 1857. Era empregado n'uma fabrica; os filhos do proprietario pertenciam a uma sociedade de amadores dramaticos, e, conhecendo-lhe o gosto e admiração pelo theatro, convidaram-no para fazer parte n'uma recita no seu theatrinho, na calçada do Casção, e Domingos d'Almeida, todo enthusiasmado, entrou logo para socio, estreando-se no drama *O filho banido*, fazendo o *galan*, e, n'outra recita, no *Homem da mascara negra*, drama de Mendes Leal. Depois foi convidado para fazer parte d'uma companhia que explorava o velho theatro do Salitre, onde debutou no drama *Os fugidos das prisões de Lyão*. A empreza falliu e Domingos d'Almeida, o *Dominguinhos*, como era conhecido no theatro, escripturou-se no antigo theatro da Rua dos Condes, por intermedio do actor Rollão, de quem era muito amigo. N'este theatro estreou-se na comedia *Um noivo em mangas de camisa;* teve depois um papel importante no drama *A graça de Deus*, em que muito agradou. Começou então a sua epoca artistica, conservando-se bastantes annos na Rua dos

Condes. Alli representou um longo reportorio, em papeis de *galan*, de que indicamos as seguintes peças: *Um coronel no reinado de Luiz XV, Casamento em miniatura, Romã encantada, Castello de bronze, Torre suspensa, Leilão do diabo, Principe verde, Estrella do norte, Samsão ou a destruição dos philisteus, Diluvio universal, Os inimigos da alma. Um marquez em dois volumes, A ramalheteira, Os martyres da Polonia, Miseraveis, O mendigo mysterioso*, etc. Esteve depois nas Variedades, onde representou nos *Mysterios de Paris, Scenas da guerra de Italia* e *Miseraveis de luva branca*. Passou ao theatro do Principe Real, entrando nos *Solteirões, Seraphina, Grã-Duqueza de Gerolstein*, etc. Foi depois, em 1870, para o theatro Baquet, do Porto, e ahi representou nas *Recordações da mocidade, Lagrimas abençoadas, Os homens de marmore, O zuavo, O sargento-mór de Villar, Os homens do mar, O juiz, Cora ou a escravatura, O alfageme de Santarem, O livro negro, Falsa adultera, Os medicos*, etc. Esteve depois bastante doente, o que o obrigou a affastar-se da scena. Melhorando, tomou o encargo de fiscal d'uma sociedade d'artistas, de que foi tambem secretario e thesoureiro. Só havendo qualquer falta é que representava um ou outro papel. Depois, por falta de saude e por ter a vida muito apensionada, abandonou completamente o palco. Quando terminou a sociedade artistica, Domingos d'Almeida passou a ser fiscal da companhia lyrica do theatro de S. João do Porto, depois fiscal da empreza do Principe Real, sendo mais tarde tambem fiscal na empreza Taveira. Domingos d'Almeida escreveu duas comedias-dramas: *Luctas do coração*, 3 actos, que se representou no theatro do Principe Real, e *A Providencia*, 2 actos, representada no antigo da Rua dos Condes.

Almeida *(Domingos José Bernardino de)*. Medico-cirurgião pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, e medico effectivo do hospital da Sociedade Portugueza de Beneficencia do Rio de Janeiro. N. no Porto a 19 de novembro de 1828. Depois de concluido o curso, em 1850, foi nomeado facultativo do partido da Camara Municipal de Trevões, logar de que pediu a exoneração, para entrar no serviço militar na qualidade de cirurgião ajudante, em que conservou desde 1852 a 1855. Partiu então para o Brazil, com licença que lhe não foi prorogada. Ficou depois residindo no Rio de Janeiro, sendo medico do hospital da Misericordia desde 1856, e do hospital da Sociedade Portugueza de Beneficencia, desde 1858. E' socio benemerito e fundador d'algumas sociedades humanitarias. A commenda da ordem de Christo foi-lhe concedida por decreto de 18 de novembro de 1868. Escreveu: *Hygiene practica dos paizes quentes, ou indagações ácerca das causas e tratamento das molestias d'estas regiões, por E. Celle. Traduzida em portuguez*, Rio de Janeiro, 1856; *A Princeza russa; por Emmanuel Gonzales: traduzido* (sic) *livremente em portuguez pelo dr. Almeida*, Rio de Janeiro, 1860; *A Estatua do imperador D. Pedro I, por C. A. Burgain, traduzido em portuguez por ****, Rio de Janeiro, 1862; *Os maridos são escravos:* comedia em 3 actos por A. de Levis. — *Os beberrões, conto por A. de Trueba, traduzidos, A comedia do francez, e O conto do hespanhol*, Rio de Janeiro, 1869.

Almeida. *(Dorotheo de)*. V. *Almeida (Padre Theodoro de)*.

Almeida *(D. Duarte de)*. Commendador do Sardoal, embaixador de D. João III em Hespanha e membro do conselho de D. Sebastião e seu sumilher. Morreu antes da partida de D. Sebastião. Seus dois filhos, D. Lopo e D. João, falleceram em Alcacer-Kibir, combatendo valorosamente ao lado d'el-rei.

Almeida *(Duarte de)*. Alferes-mór de D. Affonso V, conhecido na historia pela alcunha do *Decepado*. Era filho de Pedro Lourenço d'Almeida. Na batalha de Toro, em 1 de março de 1476, entre tropas portuguezas e castelhanas, em que tanto se distinguiu o principe D. João, depois el-rei D. João II, praticaram-se actos de valentia e heroismo; entre os guerreiros que se tornaram notaveis, conta-se Gonçalo Pires e Duarte d'Almeida, o alferes-mór d'el-rei, a quem estava confiado o estandarte real portuguez. A lucta foi enorme; as quatro grandes divisões castelhanas, vendo os seus em perigo, acudiram a auxilial-os, ao mesmo tempo que o arcebispo de Toledo, o conde de Monsanto, o duque de Guimarães e o conde de Villa Real avançavam em soccorro dos portuguezes. Subjugados pela superioridade do numero, os portuguezes cahiram em desordem, abandonando o pavilhão real. Immediatamente, innumeras lanças e espadas o cobrem, e todos á porfia pretendem apoderar-se de semelhante trophéo. Duarte d'Almeida, n'um supremo esforço, envolto n'um turbilhão de lanças, empunha de novo a bandeira, e defende-a com heroica bravura. Uma cutilada corta-lhe a mão direita; indifferente á dôr, empunha com a esquerda o estandarte confiado á sua honra e lealdade; decepam-lhe tambem a mão esquerda; Duarte d'Almeida, desesperado, toma o estandarte nos dentes, e rasgado, despedaçado, os olhos em fogo, resiste ainda, resiste sempre. Então os castelhanos o rodearam, e cahem ás lançadas sobre o heroico alferes-mór, que afinal, cae moribundo. Os castelhanos apoderaram-se então da bandeira, mas Gonçalo Pires (V. *este nome)*, conseguiu arrancal-a. Este acto de heroicidade foi admirado até pelos proprios inimigos. Duarte d'Almeida foi conduzido semi-morto para o acampamento castelhano, onde recebeu o primeiro curativo, sendo depois mandado para um hospital de Castella. No fim de muitos mezes, voltou á patria, e foi viver para o castello de Villarigas, que herdára de seu pae. Havia casado com D. Maria d'Azevedo, filha do senhor da Louzã, Rodrigo Affonso Valente e de D. Leonor d'Azevedo. Diz-se que Duarte d'Almeida morreu na miseria e quasi esquecido, apesar da sua valentia e bravura com que se houve na batalha de Toro, que lhe custou ficar inutilisado pela falta das duas mãos. Camillo Castello Branco, porém, nas *Noites d'insomnia*, diz que o *Decepado* não acabara tão pobre como se dizia, porque além do castello de Villarigas, seu pae possuia outro na quinta da Cavallaria, e emquanto elle esteve na guerra, sua mulher havia herdado boa fortuna d'uma sua tia, chamada D. Ignez Gomes d'Avellar. D. Affonso V, um anno antes da batalha, estando em Samora, lhe fizera mercê, pelos seus grandes serviços, para elle e seus filhos, de um reguengo no concelho de Lafões.

Almeida *(Duarte de)*. Fidalgo portuguez que acompanhou á India Affonso d'Albuquerque e

Tristão da Cunha, tornando-se notavel na tomada aos moiros da fortaleza de Socotorá em 1507, onde foi ferido. Quando Affonso d'Albuquerque tomou Gôa, encontrou alli muitos cavallos, pertencentes ao Hidalcão, e entregou-os todos á guarda de Duarte d'Almeida, a quem fez estribeiro-mór de Gôa. Quando os portuguezes tiveram de abandonar a cidade que depois retomaram, vendo Duarte d'Almeida que não podia levar os cavallos, ordenou que os matassem a todos. Esta ordem cruel foi executada, menos por alguns capitães que não quizeram assim sacrificar os cavallos a tão barbaro capricho.

Almeida *(Eduardo Augusto Ribeiro de)*. Cirurgião-medico pela Escola do Porto; nasceu n'esta mesma cidade, a 29 de janeiro de 1839, onde tambem morreu a 13 de setembro de 1862. Escreveu: *Da influencia da posição sobre algumas doenças*, Porto, 1862; foi these inaugural.

Almeida *(Ernesto Pinto de)*. Poeta portuguez contemporaneo. N. no Porto a 17 de janeiro de 1842, f. na mesma cidade, em 1874. Completou o curso do lyceu de Braga; foi empregado no Banco Mercantil Portuense. Era um verdadeiro artista. Entregava-se apaixonadamente ao estudo da pintura, da musica e das letras. Foi elle que escreveu o libretto para a opera *Arco de Sant'Anna*, do maestro Sá Noronha, e o da opera o *Enrico*, de Miguel Angelo Pereira. Deixou tres livros de versos, todos publicados no Porto: *Solidões*, em 1865; *Narrativas poeticas*, em 1868. Comprehende sete series ou divisões, que se intitulam: *Flôr de Herminio, A casa branca da azenha, Ondas malevolas, Lagrimas e auroras, O filho do assassino, Nupcias de fogo, O Anjo eloquencia; Estrellas cadentes, Odes, canções e phantasias*, em 1870. Pouco tempo antes de fallecer, publicou a sua primeira tentativa romantica, que estava para se chamar *Luctas e amor*, e que afinal sahiu com o titulo modesto de *Olympia*, porque o autor gostava, como Lamartine, de quem se inspirou n'este trabalho, de tomar por titulo um nome proprio.

Almeida *(Eugenio da Costa e)*. Bacharel formado em direito, delegado do procurador regio na com. d'Anadia em 1862; n. em Coimbra, a 26 de outubro de 1828. Escreveu: *Explicação a Waldeck, redigida para o curso de 1849 a 1850*, Coimbra, tomo I, 1857; tomo II, 1858.

Almeida *(Eugenio Ricardo Monteiro de)*. Professor do Conservatorio de Lisboa, e compositor distincto. N. em Lisboa a 8 de julho de 1826, e f. a 24 de novembro de 1898. Matriculou-se no Conservatorio, sendo, porém, de familia muito pobre, viu-se obrigado, logo no começo dos seus estudos a trabalhar para se sustentar, copiando musica, tocando trombone nas bandas e violino nas orchestras; á medida que se adeantava nos estudos, ia logo aproveitando o que aprendia no trabalho a que se obrigara para viver, resultando que não podendo nunca applicar-se como precisava, não conseguiu ser executante de grande valor, apesar de ter frequentado as aulas de violino e de piano. O professor do Conservatorio, Francisco Xavier Migoni, que se lhe affeiçoara, por vêr o seu genio trabalhador e humildade, fez com que entrasse para a aula de harmonia e contraponto, que elle regia, e, tendo de ausentar-se do paiz, em 1857, deixou-o por seu substituto interino; logar que mais tarde Monteiro d'Almeida ficou com a posse effectiva, quando Xavier Migoni falleceu, recebendo a nomeação a 2 de junho de 1869. Em 1864 concorreu ao logar vago de professor de rudimentos para que foi nomeado por decreto de 3 de dezembro d'aquelle anno. O seu assiduo estudo e pratica de ensino tornaram-n'o um profundo theorico. Monteiro d'Almeida foi um compositor incançavel; escreveu muitas musicas sacras, de toda a especie, e musicas para o theatro da Rua dos Condes, onde por bastantes annos, foi chefe da orchestra. Nas musicas sacras destaca-se a grande missa a quatro vozes e orchestra completa para a festa de Santa Cecilia, e o *Libera me* que compoz para a homenagem funebre, que os actores e musicos da orchestra da Rua dos Condes prestaram ao saudoso monarcha D. Pedro V, por occasião do seu fallecimento, a 11 do novembro de 1861. Esta composição era magnifica e muito sentimental; repetiu-se nas exequias que o Conservatorio mandou celebrar, em junho de 1862, para commemorar o anniversario da morte de Xavier Migoni. Antonio Porto, professor de canto no Conservatorio, teve de ir a Paris, e pediu a Monteiro d'Almeida uma copia da partitura do *Libera me*, para a mostrar a Rossini, e o grande maestro escreveu na primeira pagina uma apreciação das mais honrosas. Esta apreciação vem publicada no *Diccionario Biographico de musicos portuguezes*, do sr. Ernesto Vieira, a pag. 100 do 2.º vol. A distincção concedida por uma celebridade, como Rossini, não podia deixar de influir no credito, já tão justamente alcançado por Monteiro d'Almeida, e desde então ficou considerado um dos nossos primeiros compositores, e respeitado como o primeiro mestre do seu tempo. Monteiro d'Almeida traduziu os tratados de harmonia e contraponto, e fuga de Antonio Reicha, fazendo tambem um resumo do tratado de melodia do mesmo autor; estas obras fôram adoptadas no Conservatorio desde o tempo de Xavier Migoni, e correm manuscriptas em grande numero de copias. Fez um *Compendio elementar de musica*, tambem adoptado no Conservatorio em 1884, o qual foi publicado por Augusto Neuparth. Monteiro d'Almeida prestou grandes serviços á sua classe, na occasião das grandes dissidencias, em 1878, entre o Montepio Philarmonico e a Associação Musica 24 de junho; estas associações fôram creadas pelo eminente professor João Alberto Rodrigues da Costa (V. *este nome)*, o Montepio em 1834 e a Associação em 1842. O Montepio tinha decahido consideravelmente, ficando reduzido quasi ao ultimo extremo; houve quem lhe dedicasse todo o seu trabalho para o levantar, e Monteiro d'Almeida reforçou esse trabalho com toda a sua auctoridade e experiencia. Durante alguns annos tomou parte na direcção do estabelecimento; collaborou nos estatutos feitos por essa epoca, propondo ou sanccionando muitas medidas que se tomaram para evitar abusos, e obrigar a entrar no cofre dividas que já se julgavam perdidas; a sua dedicação contribuiu poderosamente para salvar a util instituição de João Alberto Rodrigues da Costa. Monteiro d'Almeida foi sempre um escravo do trabalho e do dever, a sua morte causou a maior sensação e a sua falta é ainda hoje muito sentida.

Almeida *(Feliciano de)*. Pintor portuguez, que viveu pelos annos de 1681. Diz Cyrillo Volkmar

Machado, na sua *Collecção de Memorias,* que é o ultimo pintor de que se trata no manuscripto de Felix da Costa, *Antiguidade e Nobreza da Pintura,* escripto em 1696. N'este manuscripto falla-se de dezenove pintores, sendo os ultimos André Reinoso, José d'Avellar, Josepha d'Obidos e Feliciano d'Almeida.

Almeida *(Feliciano de).* Cirurgião do exercito, e depois da camara d'el-rei D. João V. Professor no hospital de Todos os Santos. Nat. de Lisboa, mas ignora se a data do nascimento; f. na mesma cidade a 9 d'outubro de 1726. Estudou no hospital de Todos os Santos, concluindo o curso em 1690. Depois de ter estado no Rio de Janeiro a bordo da fragata real, acompanhou o marquez d'Alegrete a Vienna d'Austria, demorando-se em Inglaterra e em Hollanda. Foi cirurgião nos exercitos da Beira e do Alemtejo, assistiu em 1705 á tomada de Ciudad Rodrigo, e em 1706 estabeleceu-se definitivamente em Lisboa, sendo então nomeado cirurgião da real camara e professor no hospital de Todos os Santos. Escreveu a obra intitulada *Cirurgia reformada, dividida em dois tomos,* Lisboa, 1715. Houve outra edição em 1838.

Almeida *(Felix Vicente de).* Architecto e esculptor da Casa Real; era irmão do esculptor José d'Almeida (V. *este nome*). Viveu no meado do seculo XVIII, e julga-se ter fallecido em 1769.

Almeida *(D. Fernando de).* Prior do convento de S. Jorge, perto de Coimbra, e bispo assistente junto á Curia romana. N. em Lisboa, em 1459, e morreu envenenado em França. Era filho do 1.° conde d'Abrantes, D. Lopo d'Almeida, e irmão de D. Francisco d'Almeida, governador da India. Seguindo a vida ecclesiastica, foi eleito prior do convento de S. Jorge, pelos conegos regulares do mesmo convento, sendo depois provido por D. João II em 1488; em 1492, o mesmo soberano o nomeou embaixador junto da Curia romana, sendo pontifice Innocencio VIII; por morte d'este pontifice, succedeu Alexandre VI, que, respeitando muito a superior intelligencia e elevados talentos do distincto embaixador portuguez, lhe pediu para que se deixasse ficar em Roma, e nomeou-o bispo assistente junto á Curia romana. N'esta qualidade o enviou a França como nuncio apostolico, sendo tambem um dos tres deputados que em Tours annullaram o casamento de Luiz XII de França com a sua primeira mulher, Joanna de Valois, para que podesse casar com a duqueza Anna de Bretanha. Os outros dois deputados eram o cardeal Filippe de Luxembourg e o bispo d'Alby, Luiz d'Amboise. A Cesar Borgia, duque de Valentinois, não convinha este casamento, e para o evitar teve artes e ensejo de fazer desapparecer a dispensa pontificia. D. Fernando d'Almeida descobriu os planos de Cesar Borgia e mallogrou-lhe assim os calculos. A vingança não se fez esperar e D. Fernando succumbiu victima do veneno terrivel dos Borgias, segundo se affirmou. D. Fernando d'Almeida era um fidalgo de elevadissima erudição e um insigne orador.

Almeida *(Fr. Fernando de).* Theologo portuguez da ordem dos Prégadores, que viveu nos seculos XVI e XVII. Escreveu um *Tractado dos erros que contem as glosas dos sagrados canones.*

Almeida *(Fr. Fernando de).* Religioso da ordem militar de Christo. Professou no convento de Thomar, em 1638, chegando a exercer elevados cargos religiosos. Foi muito distincto e muito considerado por D. João IV. Escreveu umas *Lamentações, Responsorios e Misereres dos tres officios da quarta, quinta e sexta feira da Semana Santa,* que fôram compilados n'um livro manuscripto, que existia ainda no seculo XVIII no convento de Thomar. D. João IV, estando n'aquella cidade, e ouvindo estas musicas, tanto lhe agradaram, que mandou tirar uma copia do livro, para que se cantassem na capella real. Fr. Fernando d'Almeida tambem escreveu uma *Missa a doze vozes,* que desappareceu por occasião do terremoto de 1755. Fr. Fernando falleceu em Thomar a 21 de março de 1660.

Almeida *(Fr. Fernando de).* Commissario geral do Instituto seraphico em Portugal, no seculo XVII. Era natural d'Alverca. Foi escriptor de pouca importancia e deixou apenas um livro de polemica theologica.

Almeida *(Fernando José de).* Medico distincto. E' natural de S. Pedro do Sul; filho de Francisco José d'Almeida e de D. Joaquina Margarida Luiza d'Almeida. Foi administrador do conc. da Gollegã, onde actualmente exerce clinica. E' irmão do padre Antonio d'Almeida, prégador bem conhecido, do dr. José Joaquim d'Almeida, fundador do *Sanatorio Maritimo de Oeiras,* e de Manuel Casimiro d'Almeida, cavalleiro tauromachico muito considerado e applaudido.

Almeida *(Fialho de).* Escriptor contemporaneo. Natural de Villa de Frades, onde nasceu em 1857. Seu pae era mestre escola n'aquella villa, homem sério e muito considerado, apesar da sua humilde condição. Foi elle quem lhe dirigiu os rudimentos da educação. Em 1866 veiu estudar para Lisboa, sendo alumno interno no Collegio Europeu, ao largo do Conde Barão, onde hoje está estabelecida a *Companhia Nacional Editora.* Sahiu do collegio para se empregar n'uma pharmacia no largo do Mitello, onde durante sete annos fez tirocinio de pharmaceutico, tendo pouco descanço e soffrendo muitos dissabores. No seu recente livro *A' Esquina,* Coimbra 1903, conta Fialho d'Almeida, na autobigraphia que serve de introducção, a attribulada vida que passou emquanto esteve na pharmacia. «A botica para mim (escreve) teve a vantagem de me pôr em contacto absoluto com o povo, de me mostrar a existencia dos bairros pobres, n'uma cidade onde o operario envelhece sem a menor ideia de conforto, e cumulativamente ensinou-me o manuseio e preparo dos venenos, arte de que me tenho servido com exito para rebentar diversas ratazanas. Durante esses sete annos d'emplastos e de pilulas, ninguem póde imaginar os tormentos que eu passei.» Depois, a respeito dos frequentadores da pharmacia, que se reuniam a conversar, diz o seguinte: «A's oito horas da noite começavam a entrar os da palestra; armava-se uma conversinha pulada sobre os casos do bairro e da politica: havia o gracioso, o sensato, o espirito inventivo, o intransigente e o erudito, que soadas as onze horas, depois de se terem envenenado tres horas do azedume dos seus ordenados famelicos e dos seus azares de familia embirrativos, debandavam aos pares, erguendo as golas dos fraques, e concordando em que não havia senão ladrões n'este paiz.» Começou então a dedicar-se á litteratura,

lendo os escriptores nacionaes, desde 1830, e como distracção entregava-se tambem á leitura de romances em cadernetas. Encetou a sua carreira de escriptor, escrevendo alguns pequenos ensaios litterarios, que mandava para os jornaes de provincia, que lhe mereceram, em Leiria e em Vizeu, alguns elogios, chamando-lhe escriptor esperançoso. Durante o tempo que esteve na pharmacia alcançou licença para no lyceu seguir os estudos, e, findando os preparatorios, matriculou-se na Escola Polytechnica. Por infelicidade, a morte de seu pae obrigou-o a abandonar a pharmacia e os estudos, por ter de ir infallivelmente a Villa de Frades, cuidar de sua familia, que ficara nas mais precarias circumstancias. Voltou um anno depois para Lisboa, e conseguiu terminar o curso de medicina, de que não faz uso. Durante esse tempo, dedicava-se ao trabalho, nas horas de que podia dispôr, por não ter outros recursos de vida, pois o que sua mãe lhe podia mandar era muito pouco. Collaborava em diccionarios, em jornaes diarios, e dava lições aos condiscipulos. Vivendo sempre com a maior economia, conseguiu afinal terminar os estudos; resolveu então entregar-se exclusivamente á vida litteraria. Fialho d'Almeida, além dos seus muitos escriptos de critica em diversos jornaes, tem já publicado bastantes livros, que são lidos com interesse. A sua linguagem é energica, franca, condemnando os vicios e abusos da sociedade em phrase mordente e sarcastica, que o tem tornado muito conhecido, grangeando-lhe a reputação de mordaz e virulento, por dizer sinceramente as verdades, por mais amargas que sejam e sem attender a quem possam ferir. *Os gatos,* publicação de que chegaram a sahir 53 numeros, é uma critica bem desenvolvida e sensata sobre factos contemporaneos. Esta collecção é actualmente rara. Tem escripto mais: *A Cidade do vicio, Contos, Lisboa galante, O paiz das uvas, Pasquinadas, Vida ironica, A' esquina,* etc. Foi tambem fundador do jornal *A Chronica,* e traduziu o drama em 3 actos, de Legendre, *João Darlot,* que se representou no theatro da Trindade.

Fialho de Almeida

Almeida *(Filinto de).* Escriptor e jornalista contemporaneo. N. no Porto a 4 de dezembro de 1857. Aos dez annos partiu para o Brazil, afim de seguir a carreira commercial. Dedicando-se á litteratura, começou a escrever para o theatro, sendo ainda caixeiro. Tem vivido quasi sempre no Rio de Janeiro, onde fez parte d'um grupo de rapazes, que aos domingos de tarde representavam no theatro de S. Pedro d'Alcantara d'aquella cidade. Para esse grupo dramatico escreveu varias scenas comicas em prosa e em verso, um drama em 2 actos e algumas comedias n'um acto. Os seus primeiros versos fôram publicados no *Mosquito,* folha de caricaturas. Collaborou depois no *Domingo,* jornal fundado por M. da Costa Honorato, até 1879, anno em que terminou a publicação; foi redactor litterario do *Jornal da Noite* e do *Combate.* Voltou novamente para a vida commercial, em que se demorou muito pouco tempo, porque em 1880 tornou para o jornalismo, fundando *A America,* juntamente com A. Mascarenhas e L. da Costa Faria; era uma revista litteraria que teve pouca duração. Foi depois redactor do *Meio Dia,* jornal da tarde, e do *Binoculo,* folha illustrada. Mais tarde creou a *Semana,* com Valentim de Magalhães e Alfredo de Sousa, que durante tres annos foi o centro intellectual da mocidade brazileira. N'essa folha escreveu umas chronicas semanaes, com o titulo de *Historia dos sete dias,* em que se assignava *Filindal,* que agradaram muito. Com Valentim de Magalhães traduziu para o theatro differentes peças d'Echegaray: *O Gran Galeoto, No seio da morte, O que se não póde dizer.* Escreveu tambem uma comedia original *Amostra de sogra,* e uma comedia em verso, *O defunto,* que foi representada em 1891, em Lisboa, no theatro de D. Maria. Em 1887 publicou um volume de versos, a *Lyrica,* que o publico acceitou com enthusiasmo. Filinto d'Almeida esteve depois em Lisboa, onde casou com uma senhora brazileira, illustre escriptora, D. Julia Lopes d'Almeida, autora das seguintes obras: *Contos infantis, Traços e illuminuras, A familia Medeiros, A viuva Simões, Memorias de Martha* e *Livro das noivas.* Com Valentim Magalhães tambem escreveu duas revistas, uma das quaes se intitulou *A Mulher-homem.* Filinto d'Almeida voltou para o Rio de Janeiro, para fazer parte da redacção do *Jornal do Commercio.* Era correspondente tambem da *Provincia de S. Paulo,* e quatro dias depois de proclamada a republica no Brazil, foi chamado para dirigir a redacção d'esse antigo jornal republicano. Filinto d'Almeida, só depois da lei de 15 de dezembro de 1890, em que o governo provisorio realisava um dos pontos do programma republicano, que era a nacionalisação tacita, é que se naturalisou brazileiro. Embora n'este diccionario só tratemos de portuguezes, abrimos para Filinto d'Almeida uma excepção, pelos muitos annos que conservou a nossa nacionalidade, e durante os quaes produziu tantos trabalhos de valor, devidamente apreciados em Portugal. Agora parece que tem abandonado mais o jornalismo, e vive no Rio de Janeiro. Escreveu tambem um monologo *Os Mosquitos,* que Augusto Rosa recitou muitas vezes.

Almeida *(D. Francisco de).* Primeiro vice-rei da India; n. em Lisboa pelos anuos de 1450, f. em 1 de março de 1510. Era filho do primeiro conde d'Abrantes, D. Lopo d'Almeida (V. *Abrantes),* e de D. Brites da Silva, dama da rainha D. Leonor, mulher de D. Duarte, e camareira-mór da rainha D. Isabel, mulher de D. Affonso V, filha de D. Pedro Gonsalves Malafaia, rico-homem, védor da fazenda dos reis D. João II e D. Duarte, e embaixador duas vezes a Castella, e de sua mulher, D. Isabel Gomes da Silva. Começou a sua brilhante carreira, pelejando com arrojo na batalha de Toro ao lado de D. Affonso V e de seu filho, o principe D. João, depois D. João II. Quando D. Affonso resolveu ir a França pedir o auxilio de Luiz XI, D. Francisco d'Almeida foi um dos fidalgos que o acompanharam. Conhecido já como homem superior, intelli-

gentissimo e muito illustrado, pertencendo além d'isso a uma das primeiras familias portuguezas, D. Francisco mereceu a honra de ser enviado a Paris por D. Affonso V, para dar parte a Luiz XI da sua chegada a França. Esta missão tinha grande importancia, por não poder ser confiada senão a um homem que désse uma ideia sympathica da côrte portugueza, e fôsse um diplomata habil e experimentado para dispôr o espirito do astuto e esperto monarcha de França a favor da causa do rei portuguez. Durante o tempo que D. Affonso se demorou em França, D. Francisco d'Almeida conservou-se sempre a seu lado, regressando á patria, tambem quando elle voltou. Por morte de D. Affonso, subiu ao throno seu filho, D. João II. Este monarcha pensava mais na consolidação do poder e na organisação do reino, que nas campanhas d'Africa; D. Francisco d'Almeida, porém, com o seu genio bellicoso e aguerrido, recordando-se da gloria que alcançára na batalha de Toro, resolveu ir, como voluntario, servir nas guerras de Granada, que os reis catholicos Fernando e Isabel activaram fortemente, preparando o aniquilamento dos ultimos restos do poder musulmano na Hespanha. Obtendo de D. João II a competente auctorisação, apresentou-se ao monarcha castelhano. No cerco de Granada combateu intrepidamente, ajudando com a sua bravura e experiencia a conquista d'aquelle reino, com que se acabaram de exterminar na Hespanha os mahometanos, que por tantos e tão longos annos haviam conservado em seu poder. N'esta gloriosa empreza, D. Francisco adquiriu tão honrosa reputação, que os reis catholicos quizeram conferir-lhe largas recompensas, a que se recusou, dizendo que o seu rei o recompensaria. Esta nobre acção agradou muito a D. João II e quando regressou ao reino, D. Francisco d'Almeida foi recebido por el-rei com a maxima consideração e grandes manifestações de sympathia; concedendo-lhe a honra, sendo tão extremoso na veneração devida á magestade, de o sentar a seu lado á sua mesa, em Alcochete, como refere Garcia de Resende na *Chronica de D. João II*, comendo ambos em presença de muitos titulares e cavalleiros, que os serviram. No anno de 1493, arribando ao porto de Lisboa, a 6 de março, Christovam Colombo, genovez, muito soberbo e altivo por ter descoberto as Antilhas, em viagem ordenada pelos reis de Castella, D. João II, despeitado de vêr nos estrangeiros uma gloria que elle perdera por sua propria culpa, principalmente a da descoberta da America, mandou, depois da festa da Paschoa, apromptar uma armada, com o fim de interceptar os progressos dos descobrimentos de Colombo, e assenhorear-se d'aquelles paizes, que reputava descobertos em seus mares e conquistas. Para esta armada elegeu D. Francisco d'Almeida para capitão-mór. A expedição não chegou a partir, porque o rei de Castella pediu para que a causa se resolvesse amigavelmente por embaixadores nomeados por ambos os paizes; fez-se então o tratado de Tordesilhas que decidiu e pôz fim a todas as difficuldades. Em 1495, sendo D. Manuel acclamado rei de Portugal, por testamento de seu primo e cunhado, D. João II, tratou-se da descoberta do caminho para a India, já de ha muito pensada e estudada pelo fallecido monarcha; essa gloriosa empreza coube a D. Vasco da Gama, que denodadamente conseguiu dobrar o Cabo da Boa Esperança, penetrando nos estados indianos em 1498. Alguns annos mais tarde, D. Manuel quiz mandar uma grande armada á India para tratar de estabelecer commercio com os gentios, e organisar um governo n'aquelles estados, que protegesse e dirigisse os portuguezes que para alli partiam todos os annos. Confiando na prudencia e bom conselho de D. Francisco d'Almeida, lembrou-se de o mandar chamar a Coimbra, onde estava vivendo em companhia de seu irmão, D. Jorge d'Almeida, bispo n'aquella cidade, e entregar-lhe o commando da armada, com plenos poderes para ser o digno representante do rei de Portugal n'aquellas longinquas terras, tomando o titulo de vice-rei, e para decoro de tão honroso cargo, que foi o primeiro em nome e dignidade que n'este reino se deu, além de grandes ordenados, lhe nomeou tambem uma guarda de honra de cem homens, capella com capellães e musicos, e outras honras correspondentes á sua auctoridade e representação. No dia 24 de março de 1505, que n'aquelle anno cahiu em domingo de Paschoa, D. Francisco foi ouvir missa com el-rei á sé cathedral de Lisboa; D. Manuel entregou-lhe então o estandarte real, e acompanhou-o até ao embarque, na praia do Rastello em Belem, seguido de toda a nobreza da côrte e juntamente com os capitães e fidalgos que deviam tambem embarcar, formando a comitiva do vice-rei, entre os quaes se ostentava garbosamente seu filho, o joven D. Lourenço de Almeida. Na segunda feira seguinte, 25 de março, sahiu afinal da barra de Lisboa a armada que se compunha de 22 naus e 150 homens d'armas. D. Francisco d'Almeida ia com ordem de construir varias fortalezas. O seu governo durou quatro annos, mas foi o bastante para adquirir a justissima gloria de ser conhecido por um dos mais insignes capitães do seu tempo, fazendo respeitar e temer o nome portuguez, por suas victorias e triumphos em todos os estados da India. Rendeu e destruiu Quíloa, Mombaça, Panane e Dabul. Levantou fortalezas em Angediva, Cananor, Sofala, Calicut e Cochim; descobriu novas terras e ilhas, como as de Maldiva e Ceylão; fez tributarios os reis de Ceylão e Batecalá; destroçou a formidavel armada do Soldão do Egypto, vencendo e desbaratando Mir-Hocem, seu general, que colligado com os turcos, pretendeu expulsar da India os portuguezes; alcançou sobre os arabes, persas, e moiros tão assignaladas victorias á custa do seu proprio sangue derramado, que fez tremer de assombro toda a Asia; sendo muito para espantar o desinteresse com que, apesar de lhe ser permittido por el-rei reservar para si dos despojos, assim navaes como da terra, uma peça de valor de 500

D. Francisco de Almeida

cruzados, nunca tomou senão um arco, uma setta, ou algum outro instrumento de guerra de pouca valia. D. Francisco d'Almeida soffreu um profundo golpe com a morte prematura de seu filho, D. Lourenço, a quem dera o commando da esquadra do norte; D. Lourenço acceitou batalha em Chaul a uma frota turca que o assaltou, e n'essa batalha, vendo-se vencido, succumbiu, não sem luctar intrepidamente. Recebendo tão dolorosa noticia, D. Francisco não deitou uma lagrima, mas ficou completamente transtornado. O nobre, cortez e magnanimo vice-rei transformou-se n'um velho irritavel, nervoso, impaciente, pensando unicamente em vingar a morte de seu filho. Este assumpto foi aproveitado pelo fallecido escriptor Pinheiro Chagas para o seu apreciado romance historico *A joia do vice-rei*. Nas luctas em que entrou depois do fatal acontecimento, D. Francisco combatia como um desesperado, sem humanidade, chegando por vezes a praticar actos de verdadeiro barbarismo. No fim de tantas glorias, de tantos dissabores e do seu inconsolavel desgosto, D. Francisco d'Almeida veiu a morrer, longe da patria, ás mãos dos cafres desalmados. No dia primeiro de dezembro de 1509, entregou o governo da India ao seu successor, que foi o grande Affonso d'Albuquerque, e fez-se de véla para o reino, seguindo viagem até ao Cabo da Boa Esperança. Chegando á Aguada de Saldanha, desejando fazer provisões para a sua armada, desembarcou. Travou-se então uma pequena escaramuça entre os soldados da guarnição da armada e os cafres, habitantes da terra; querendo acudir e desagravar a offensa, D. Francisco com outros cavalleiros correram ao logar da lucta, mas a azagaya d'um preto o attingiu mortalmente, facto que se deu em 1 de março de 1510. O seu cadaver, juntamente com os dos outros cavalleiros que tambem morreram, foi enterrado na praia sem outra sepultura mais que a areia com que os deixaram cobertos. Dois annos depois, em 1512, arribando n'aquellas paragens Christovam de Brito, que trazia em sua companhia Diogo de Unhos, que estivera alli com o vice-rei, na occasião da sua morte, e ajudara a enterrar os mortos, quiz vêr a sepultura, e não achando signaes alguns dos cadaveres, cobriu tudo, em logar de lousa sepulchral, com muitas pedras, pondo em cima, para distinctivo, uma grande cruz feita toscamente de pau. Não consta que os restos mortaes do vice-rei tivessem sido trasladados para Portugal, nem é de presumir que o pudessem ser; porém D. Antonio Caetano de Sousa, no tom. x da *Historia Genealogica*, pag. 174, traz o seguinte epitaphio, que diziam alguns, que existia na egreja do Espinheiro em Evora:

AQUI JAZ D. FRANCISCO D'ALMEIDA
PRIMEIRO VICE-REI DA INDIA, QUE NUNCA MENTIU
NEM FUGIU.

Quando em Lisboa e na côrte se recebeu a triste noticia do fallecimento de D. Francisco d'Almeida, D. Manuel mostrou-se muito penalisado; os reis catholicos de Hespanha tambem manifestaram grande sentimento, tomando luto como se fôra pessoa real. Na *Decada II da Asia, livro III*, diz João de Barros que D. Francisco d'Almeida era homem de honrada presença, cavalleiro, de conselho, e de côrte, e muito conhecido pelas suas nobres qualidades. D. Francisco casara com D. Joanna Pereira, filha de Vasco Martins Moniz, commendador de Panoias e Garvão, na ordem de S. Thiago, e de D. Antonia Cabral; teve dois filhos: D. Lourenço, morto na batalha de Chaul, conforme dissémos, e D. Leonor que foi casada duas vezes; a primeira com Francisco de Mendonça, filho herdeiro de Pedro de Mendonça, alcaide-mór de Mourão; a segunda com D. Rodrigo de Mello, primeiro conde de Tentugal e primeiro marquez de Ferreira. D. Francisco era tambem cavalleiro da ordem de S. Thiago, e commendador de S. Salvador do Sardoal da ordem de Christo. Na sala do palacio dos governadores e vice reis da India acha-se em pintura o seu retrato, com todos os de seus successores, d'onde o fez copiar Manuel de Faria e Sousa. Entre outros actos da sua vida, bem alto proclama a sua inteireza e caracter a famosa carta que dirigiu a D. Manuel, trancripta por Gaspar Correia nas *Lendas da India*. N'essa carta, em que D. Francisco fallava ao rei com uma altivez que não estava em uso n'aquellas épocas, encontram-se elementos de sobra para a reconstituição do caracter d'esse homem, que iniciou uma politica admiravel de bom senso, querendo que Portugal fôsse uma potencia exclusivamente maritima. O seu grande tacto diplomatico e o perfeito conhecimento que tinha das cousas, dizia-lhe que não era a occupação de grandes territorios, demandando guarnições numerosas, que tornaria Portugal forte. No mar é que elle queria que fôssemos os dominadores, commerciando em paz com as populações indigenas, e attrahindo-as por todos os modos suasorios para o maior engrandecimento, riqueza e prosperidade da nação. Elle o disse n'estas palavras memoraveis: «Entendamos com o que temos no mar que são estes nossos inimigos que espero na misericordia de Deus que se lembrará de nós que todo o mar é pouca cousa. Saiba certo que emquanto no mar fôrdes poderoso tereis a India por vossa e se isto não tiverdes no mar pouco vos prestará fortaleza na terra.»

Almeida *(D. Francisco de)*. Fidalgo portuguez que serviu na India, no seculo XVI. Foi um dos heroes de Diu. Commandando uma das caravellas que D. Fernando de Castro trouxe em soccorro da fortaleza, heroicamente defendida por D. João de Mascarenhas, apenas chegou a Diu foi nomeado sobre-rolda, quer dizer capitão de umas patrulhas que rondavam a fortaleza, acudindo ao ponto onde eram necessarias. No assalto de 19 de julho de 1546, em que Djezzar-Khan *(o Juzarcão* dos nossos chronistas) teve a fortaleza quasi tomada, valeu de muito a vigilancia e a bravura de D. Francisco d'Almeida, que oppoz a mais energica resistencia, conseguindo salval-a; mas na sortida de 1 de setembro do mesmo anno, commandada por D. Alvaro de Castro, que tambem viera em soccorro da fortaleza, D. Francisco d'Almeida morreu briosamente, depois de luctar com a maior valentia e intrepidez.

Almeida *(D. Francisco de)*. Fidalgo portuguez, pertencente á familia dos condes de Abrantes. Serviu com bastante distincção nas praças africanas, governando algumas d'ellas. Em 1593 D. Filippe I, de Portugal, o nomeou governador d'Angola, pouco tempo antes conquistada, e em que o governo depositava as maiores esperanças, suppondo que aquella provincia abundaria em

minas de prata, cujo descobrimento era muito recommendado ao novo governador, dizendo-se-lhe que os serviços prestados em Angola seriam considerados por el-rei, como os serviços prestados na Africa Septentrional ou na India. D. Francisco d'Almeida sahiu de Lisboa a 9 de fevereiro e chegou a Loanda a 24 de julho, do mesmo anno de 1593. Levava forças numerosas, e havia grandes esperanças de que o novo governador conseguisse dilatar a conquista, livrando os colonos da oppressão dos pretos, mas a expedição, que emprehendeu á frente de 750 homens, foi infeliz por causa das febres, que victimaram muita da sua gente. D. Francisco d'Almeida desanimado com esta contrariedade, e vendo-se tambem sem forças para luctar contra a perseguição que os jesuitas lhe fizeram, desistiu do seu governo, embarcando para Pernambuco a 8 de dezembro de 1594, depois de ter occupado dezoito mezes aquelle cargo, não tratando de providenciar, nem de arranjar pessoa que o substituisse. Os jesuitas tinham a idéa de fazer de Angola o mesmo que mais tarde fizeram no Paraguay. D. Francisco d'Almeida tinha instrucções para impedir que os jesuitas sujeitassem os pretos á sua exclusiva obediencia, e como quizesse fazer cumprir as ordens que recebera, os jesuitas o excommungaram e empregaram toda a infleneia que tinham nos negros para levarem os auxiliares dos portuguezes a abandonar a nossa tropa no sertão, sem se importarem com as desgraças que d'ahi poderiam sobrevir. O governo depositava tantas esperanças em Angola, que D. Francisco d'Almeida recebia 800$000 réis d'ordenado, quantia muito consideravel n'aquella epoca.

Almeida *(Francisco de).* Medico portuguez, formado pela Universidade de Coimbra, no seculo XVII. Era natural d'aquella cidade. Estando em Roma escreveu, em 1677, um tratado indicando os motivos porque os estudantes de Coimbra entisicam tão frequentemente: *De causis cur scholastici Conimbricenses S. J. tam crebro interirent.*

Almeida *(Francisco de).* Escriptor e jornalista contemporaneo. N. em Santarem, em 1838. Depois de estudar sciencias naturaes e mathematicas, abraçou a carreira commercial. Tendo decidida vocação para as letras e para os estudos de philosophia, preferiu deixar a vida do commercio e dedicar-se aos livros e ao jornalismo. Collaborou então em muitos jornaes diarios e semanaes. Como se não bastassem estas variadas manifestações, emprehendeu a creação de livros especiaes de critica em que deu largas á sua veia epigrammatica; entre outras obras, escreveu *os Luziadas do seculo* XIX, esplendida parodia dos *Luziadas* de Camões aos ridiculos modernos, onde a penna do poeta assumiu as proporções d'uma satyra de Juvenal. Depois de ter abonado as suas qualidades de critico e estylista, depois de ter creado varias publicações politicas e humoristicas, alimentadas quasi exclusivamente pela prodigiosa actividade da sua penna, Francisco d'Almeida deixou a patria, e dirigiu-se ás republicas do Prata, ainda por desejos de alargar outra empreza jornalistica. Relacionando-se logo com os mais distinctos homens de letras, collaborou em castelhano nas primeiras folhas da Confederação Argentina, e creou por sua exclusiva iniciativa, um jornal intitulado: *El Diario de Buenos Ayres.* Regressando a Lisboa, publicou um livro relativo ás impressões das suas viagens pela America do Sul, e procurou realisar um pensamento arrojado, que ha muito lhe sorria, e que no nosso paiz representava um esforço sobrehumano; a fundação do *Diccionario Universal Portuguez Illustrado,* obra gigantesca, que infelizmente não chegou a concluir-se. Francisco d'Almeida propoz aos editores de maior nomeada o seu plano; todos hesitaram perante a grandeza do emprehendimento. Almeida, então, ajudado apenas por dois amigos sinceros, o dr. em medicina Pedro Antonio Fernandes Pires e Francisco José Netto, capitão da marinha mercante, aventurou-se á lucta, e fez-se elle só o editor da sua encyclopedia. E' então que o vimos sahir a terreno com o seu programma-specimen, que foi muito bem recebido pelo publico. Animado com este resultado, atreveu-se a mandar ao Brazil por sua conta um agente, que lhe realisou no Rio de Janeiro perto de duas mil assignaturas. Depois de tão bons auspicios, e de ser applaudido pela imprensa portugueza e transatlantica o apparecimento das primeiras folhas, surgiram difficuldades imprevistas, o que acontece quasi sempre em arrojadas empresas uteis. Almeida, todavia, perseverante e convicto, insistiu, luctou, e venceu finalmente. A edição depois continuou sendo feita pelo editor Henrique Zeferino d'Albuquerque (V. *Albuquerque).* Francisco d'Almeida proseguiu sempre na sua collaboração jornalistica, tornando-se effectivo collaborador da importante revista *O Occidente,* revista curiosissima, illustrada, e *Revista popular de conhecimentos uteis, illustrada.* Publicou tambem o *Novo diccionario universal portuguez,* edição de Tavares Cardoso & Irmão, e o *Diccionario illustrado da lingua portugueza,* edição de Francisco Pastor. Dois livros que teem sido sempre procurados com interesse. Ultimamente escreveu uma obra deveras colossal, de grande valor, *o Diccionario das seis linguas,* publicado pela empresa editora do *Occidente.*

Francisco de Almeida

Almeida *(Francisco Antonio de).* Um dos primeiros compositores portuguezes que escreveram operas italianas. Floresceu no seculo XVIII; ignora-se a data do seu nascimento, e a do fallecimento, mas presume-se que vivia ainda por occasião do terremoto de 1755. Parece que foi mestre da Capella Real e da Patriarchal. O estabelecimento da opera italiana em Portugal data do principio d'aquelle seculo. A preferencia da musica italiana teve por origem o desenvolvimento notavel da musica de theatro em Italia, e esta preferencia divulgou-se por todas as côrtes da Europa. A rainha D. Maria Anna d'Austria, mulher de D. João V, foi quem trouxe para a côrte portugueza o uso das representações italianas, as cantatas, serenatas, dramas e mais especies do mesmo

genero. No desejo de ter bons musicos, que soubessem compôr e cantar a musica italiana, D. João V iniciou o costume de mandar vir musicos de Italia, e tambem de mandar áquelle paiz alguns portuguezes para estudarem um genero, que era completamente novo para elles. O primeiro, de que ha noticia, foi Antonio Teixeira, que partiu para Roma em 1717; Francisco d'Almeida tambem estudou em Roma, onde apresentou, em 1722, a sua primeira opera importante, que era uma oratoria, que se cantou no segundo domingo da quaresma d'esse anno, na egreja de S. Jeronymo da Caridade. No libretto, n'um *aviso ao leitor*, em seguida ao frontispicio, lê-se em italiano uma referencia a Francisco d'Almeida, cuja traducção é a seguinte: «...e n'este entretenimento espiritual não deixes de admirar o virtuoso talento do joven compositor da musica, tanto mais digno da tua admiração quanto breve tem sido o tempo em que elle aprende tão doce profissão; e quanto se torna para elle difficil a differença do seu idioma e comprehensão do nosso.» E' de crer, que Antonio Teixeira e Francisco d'Almeida fôssem estudar a Roma á custa do Real Erario, e por vontade de D. João V. Não póde, portanto, restar a menor duvida que fôram estes os primeiros musicos portuguezes enviados a Italia para estudar. Em 1726, ainda Francisca d'Almeida devia estar em Roma, por se ter cantado na quaresma d'esse anno uma outra opera sua — *Giuditta*. Na Bibliotheca d'Ajuda existe a partitura completa da opera de Francisco d'Almeida, intitulada: *La Spinalba o vero il Vecchio Matto. Dramma Comico da rappresentarsi nel Real Palazzo di Lisbonna. Per il Carnevale di quest'anno 1739. Posto in Musica per Francisco Antonio d'Almeida.* — E' escripta para oito cantores: tres sopranos, um contralto, dois tenores, um barytono e um baixo. Na mesma bibliotheca existe tambem uma partitura com a seguinte indicação: *La Pazienza di Socrate-Atto Terzo-Di Francisco Antonio d'Almeida.* O libretto d'esta opera existe impresso, mas não traz o nome do poeta que o escreveu nem do compositor que escreveu a musica. Na pagina do rosto diz o libretto: *La Pazienza di Socrate, dramma comico da cantarsi nel Carnevale di quest'anno nel Real Palazzo di Lisbonna: — Lisbonna Occidentale. Nella officina de Giuseppe Antonio di Sylva. MDCCXXXIII.* E' muito possivel que Francisco d'Almeida tivesse escripto sómente o terceiro acto, sendo os outros dois escriptos por outros compositores. Existem librettos impressos de mais tres operas de Francisco d'Almeida: *La Tinta Pazza, dramma per musica, da rappresentarsi nel Carnevale di quest'anno, 1735 nel Palazzo Real de Lisbonna, posto in musica da Francisco Antonio d'Almeida; Le Virtù Trionfanti. Serenata da cantarsi nel Palazzo dell' Exmo, e Revmo. Sig.r Cardinale D. Tomaso d'Almeida Primo Patriarca di Lisbonna, etc. In occasione della di Lui Promozione alla Dignità Cardinalizia; ed al medesmo dedicata dalli Cantori Italiani.* — *Lisbonna Occidentale. Nella Officina di Musica de Theotonio Lima, Anno MDCCXXXVIII.* Este mesmo libretto menciona em seguida a uma dedicatoria: *Poesia del Signor D. Antonio Tedeschi.* — *Musica del Signor Francesco Antonio d'Almeida; L'Ippolito. Serenata a sei voci, da cantarsi nel Real Pallazzo di Lisbonna, a 4 de decembre di quest'anno 1752 per gli anni felicissimi della Signora D. Maria Barbara, Regina di Spagna. Lisbonna, nella Regia Stamperia Silviana, e dell' Academia Real — 1752.* N'este mesmo anno chegou a Lisboa David Perez, que veiu occupar o logar de primeiro musico da côrte. Talvez mesmo que a impossibilidade, por velhice ou doença, de Francisco Antonio d'Almeida, fôsse causa de vir o notavel mestre italiano que tão grande influencia teve na arte musical portugueza durante a segunda metade do seculo XVIII. No *Diccionario biographico de musicos portuguezes*, de Ernesto Vieira, vol. I pag. 15 a 19, vem uma descripção minuciosa de todas as operas e librettos de Francisco Antonio d'Almeida. D'este mesmo compositor guardam-se no archivo da sé de Lisboa as seguintes composições sacras: *Benedictus, Lamentação*, para sexta feira santa; *Miserere*, uma ladainha e dois motetes, tudo a quatro vozes e orgão; uma *Sequencia de Pentecostes*, a oito vozes e orgão; uma missa a oito vozes e umas matinas de Santo Antonio a quatro vozes, com a simples designação de *Francisco Antonio.*

Almeida *(Francisco Antonio Xavier de).* Doutor em direito, no seculo XVIII; era natural de Coimbra. Escreveu: *Additiones ad Decisiones Antonii de Souza de Macedo*, 1734.

Almeida *(Francisco Augusto Xavier de).* Antigo alumno da Escola Polytechnica de Lisboa, e naturalista adjuncto á secção mineralogica do Museu Nacional. Escreveu em 1868: *Noticia das collecções da secção mineralogica do Museu Nacional de Lisboa.*

Almeida *(Francisco José de).* Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra a 24 de novembro de 1811. Era filho de Francisco José de Almeida e natural de Lisboa. E' já fallecido.

Almeida *(Francisco José de Almeida, barão de).* Doutor em medicina, medico da Real Camara, e socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa. N. em Lisboa, a 15 de junho de 1755, f. na mesma cidade a 4 de dezembro de 1844. Era de familia muito humilde. Em razão de sua pequena estatura, chamavam-lhe vulgarmente o *Almeidinha*. Foi um dos medicos mais celebres de Portugal, e gosou da maior popularidade, alcançando egualmente da parte dos collegas toda a consideração e respeitosa estima. Depois de frequentar os estudos preparatorios em Lisboa, com applicação e aproveitamento notaveis, passou a matricular-se na Universidade de Coimbra, onde se tornou muito distincto. Tendo chegado já ao terceiro anno no seu curso de medico, deu-se um incidente inesperado, que o obrigou a interromper os estudos. Francisco José d'Almeida foi preso por *herege*, e encerrado n'um dos carceres da Inquisição, onde esteve vinte e cinco mezes, sahindo no auto da fé, que se realisou em Coimbra, a 26 d'agosto de 1781, em companhia do seu collega Mello Franco. As suas convicções scientificas é que o arrastaram ao tremendo tribunal, de sorte que se lhe podia chamar um martyr da sciencia. Era accusado de se entregar á leitura de livros prohibidos. Estava muito em voga n'essa epoca a litteratura dos encyclopedistas; todos os rapazes de razão esclarecida enthusiasmavam-se na leitura dos seus escriptos. E' bem de crer que se deixassem arrastar pela magica eloquencia do orador de Genebra, e seduzir pelo estylo engraçado, mas picante, do poeta de Ferney. Era sobremaneira perigoso n'esse tempo ostentar sympathias por

semelhantes doutrinas. Alguma indiscripção, exaggerada talvez por odio de inimigos, deu causa á prisão de Francisco José d'Almeida. Depois de estar na Inquisição ainda foi transferido para Rilhafolles, que era uma especie de penitenciaria destinada á correcção de rapazes tresloucados. O zelo religioso d'aquelle tempo entendeu que a alma do *temivel* herege não estava sufficientemente purificada, e conservou-o em Rilhafolles ainda oito mezes. Quando recuperou a liberdade, passou a França, no intuito de completar o curso de medicina, mas, sentindo-se doente, e vendo que não se dava bem em Paris, partiu para Hollanda, e matriculou-se na universidade de Leyden, onde se graduou em diversas faculdades no anno de 1785. Era então representante de Portugal na Hollanda D. Francisco d'Almeida Mello e Castro, que depois foi conde das Galveias, e a amisade do ministro lhe deu entrada nas principaes salas hollandezas, tendo assim a consagração aristocratica o joven dr. Almeida, já aureolado no mundo scientifico pelas distincções academicas. A Sociedade Real de Paris o elegeu seu socio correspondente; quer dizer, a França estendia a sua mão carregada de louros ao portuguez distincto que estava causando fanatismo nas salas e nas academias da Hollanda. O profundo sentimento por se vêr longe da patria o obrigou a abandonar todas as ambições de gloria e a voltar para Portugal, tendo de sujeitar-se a um exame de medicina pratica, para poder exercer clinica no paiz. Francisco José d'Almeida em breve adquiriu, na sua patria, a grande reputação alcançada nas universidades de França e da Hollanda. No anno de 1801 foi encarregado da reforma sanitaria e economica do hospital de S. João de Deus; a 23 de agosto de 1804 recebeu a nomeação de medico honorario da Real Camara; em 1820 foi nomeado censor régio, mas em 1826 teve a demissão do seu cargo, demissão devida á rigidez do seu caracter e á inflexibilidade das suas opiniões. O dr. Francisco d'Almeida teve fama de maçon, e o padre José Agostinho de Macedo assim o inculca n'algumas das suas satyras manuscriptas; mas póde-se dizer que essa accusação era falsa, porque o distincto medico só se iniciou na maçonaria, quando contava já 65 annos, em 1821, e parece que poucos ou nenhuns serviços lhe prestou. Quando se estabeleceu a junta de saude, o governo lembrou-se de o chamar para ser o installador. No decurso do anno de 1835, foi nomeado medico effectivo da Real Camara, e agraciado com o titulo de barão de Almeida, por decreto de 28 de setembro, sendo então tambem condecorado com as commendas das ordens de Christo e da Conceição. Nos annaes da Academia Real das Sciencias ha importantes escriptos seus. O barão d'Almeida tomou grande parte nos trabalhos da sociedade das sciencias medicas de Lisboa; morreu com 89 annos, gosando sempre de geral estima e da maior popularidade; durante a doença, era enorme a concorrencia que se agglomerava em sua casa com o dedicado interesse de saber o estado da sua saude. Vivia para a sciencia e para a humanidade, importando-se pouco comsigo proprio. Os escriptos do distincto medico tem feições differentes; escreveu sobre sciencia, litteratura, politica, etc. Os escriptos politicos queimou-os elle, na maior parte, em 1830, talvez por conterem principios que não seriam bem recebidos n'aquella epoca. As suas obras são as seguintes: *Exposição fiel da molestia da ex.ma Marqueza das Minas, com um discurso sobre a utilidade dos fructos*, Lisboa, 1787; *Paz perpetua—Drama allegorico para ser representado no theatro do Salitre, no anniversario do nascimento do serenissimo sr. D. José, principe do Brazil*, Lisboa, 1788; *Tractado da educação physica dos meninos para uso da nação portugueza—Publicado de ordem da Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1791. Este tratado parece ser preferivel ao *Tractado precioso* do seu collega Mello Franco; *Introducção á convocação das Côrtes, debaixo do juramento prestado pela nação*, Lisboa, 1820; *Breve exposição da instituição do jurado, das suas vantagens e defeitos, e dos melhoramentos de que é susceptivel*, Lisboa, 1822. Na *Revolução de Setembro* de 13 de dezembro de 1844, e na *Gazeta medica de Lisboa*, tomo VI, 1858, veem publicadas umas biographias do distincto medico.

Almeida *(Francisco Manuel Raposo de)*. Escriptor portuguez do seculo XIX. Nat. da ilha de S. Miguel, onde nasceu em 1817. Partiu depois para o Brazil, estabelecendo-se na cidade de Santos com uma typographia. Escreveu: *Leitura academica do Camões, drama original portuguez*, Rio de Janeiro, 1847; *Elogio academico de D. Francisco II, Cardeal Patriarcha de Lisboa*, Rio de Janeiro, 1847; *Martim de Freitas*, drama, Rio de Janeiro, 1847; *Camões*, drama, Santos, 1851; *Memoria do methodo mnemonico de lêr, escrever e contar*, Rio de Janeiro, 1856; *A guarda dos domingos — Considerações (offerecidas ao ex.mo e rev.mo sr. D. Manuel do Monte Rodrigues, bispo do Rio de Janeiro, etc.)* Rio de Janeiro, 1856.

Almeida *(Francisco de Paula d'Oliveira, barão de)*. General do exercito portuguez. N. em 1778, e f. em 13 de maio de 1846. Assentou praça ainda muito novo, e em 1807 acompanhou a familia real para o Brazil, sendo encarregado de organisar um regimento de cavallaria no Rio de Janeiro, depois um corpo da mesma arma na Bahia e uma legião de caçadores. Permaneceu n'aquella cidade, tomou parte nas luctas contra as forças do Rio de Janeiro, e regressou a Portugal em 1822, com o general Madeira. Em 1821 subiu ao posto de coronel. Na celebre *Abrilada*, promovida pelo infante D. Miguel (V. *Abrilada*), foi preso, por ter tomado o partido de D. João VI. Em 1826, por occasião da revolta do marquez de Chaves, foi nomeado governador da Torre de S. Julião da Barra, e em 1827 governador de Setubal. Quando começou o governo de D. Miguel, Francisco de Paula Oliveira foi encerrado na Torre de S. Julião, sendo depois transferido para o forte da Graça, em Extremoz, d'onde conseguiu fugir para Hespanha em maio de 1834. Terminada a guerra civil, voltou para o reino, foi promovido a brigadeiro e incumbido de crear e commandar a guarda municipal de Lisboa. Em junho de 1835, tendo sido exonerado d'esta commissão, apresentou se á rainha por occasião da *Belemzada*, pelo que teve a reforma. Voltando á effectividade do serviço, foi nomeado em 1842 governador da praça d'Elvas, e commandante da divisão militar de Castello Branco em 1845. N'este anno foi eleito deputado, e tambem agraciado, em 9 de novembro, com o titulo de barão de Almeida.

Almeida *(Francisco Simões de).* V. *Simões d'Almeida (Francisco).*

Almeida *(Francisco Tavares de).* Tenente coronel da extincta brigada de marinha, etc. Escreveu: *Memoria justificativa do ex-governador de Benguella,* Lisboa, 1852.

Almeida *(Francisco Tavares).* Nat. de Tortosendo, filho de Manuel Tavares Proença, doutor em leis pela Universidade de Coimbra, onde se formou a 9 de junho de 1822. Já fallecido.

Almeida *(Francisco Thomaz de).* Gravador contemporaneo, professor, e aggregado á Academia de Bellas Artes de Lisboa. Entre varios trabalhos gravou uma *cabeça em perfil,* de Raphael, o *S. Bruno,* de Sequeira, e a *Annunciação,* quadro que estava na egreja do Paraiso e que pertence hoje á collecção da Academia Real das Bellas Artes, onde é considerado como obra de escola de Grão-Vasco.

Almeida *(Francisco Xavier de).* Bacharel em philosophia pela Universidade de Coimbra, e lente da Escola Polytechnica de Lisboa. Escreveu: *Curso de introducção á historia natural dos tres reinos,* Lisboa, 1838.

Almeida *(D. Fr. Gabriel de).* Monge cisterciense de Alcobaça. N. em Moimenta da Beira, ignora-se o anno, e f. no Funchal a 12 de julho de 1672, segundo fr. Manuel de Figueiredo, no seu *Mappa dos Abbades geraes da Congregação de Alcobaça,* ou em 1674, segundo Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana.* Professou no mosteiro d'Alcobaça em 1627. Foi doutor em theologia e lente d'essa faculdade, em Coimbra, reitor do collegio da mesma cidade, e abbade geral da ordem. Em 1672 foi despachado bispo do Funchal. Escreveu: *Sermão nas exequias do serenissimo infante D. Duarte no real convento de Alcobaça,* Lisboa, 1650. Sahiu juntamente com uma breve descripção narrativa do assumpto e mais dois sermões ou orações funebres, recitados por fr. Francisco Brandão e fr. Francisco d'Escobar.

Almeida *(Gabriel de).* Escriptor contemporaneo. N. em Ponta Delgada, em 1865, onde tambem falleceu a 29 de janeiro de 1894. Desde muito creança manifestou grande dedicação pelas letras: tinha 8 annos de edade e já escrevia uns jornaesinhos manuscriptos, que distribuia pelas pessoas de familia. Luctando com falta de recursos não poude ter uma educação litteraria, conforme desejava, mas a sua força de vontade, intelligencia e dedicação ainda conseguiram que escrevesse algumas obras de valor, taes como: *Breve noticia sobre a cultura do chá; Noticia sobre a cultura do tabaco; Industria Agricola, Typographica e Lithographica na ilha de S. Miguel; A Ilha de S. Miguel; A vinha; Fastos Açorianos; O Civilisador; Manual do Cultivador e manipulador do chá; Os Açôres e a Industria Piscatoria; Os Açores a Colombo; A Ilha de Santa Maria; Guia do cultivador e manipulador do chá; A Anthronose; Castilho na Ilha de S. Miguel.* Collaborou tambem no *Occidente* e outros jornaes litterarios e scientificos. Andava trabalhando n'uma obra mais importante e de maior alcance — *O Diccionario Historico-Geographico dos Açores,* quando a morte o veiu surprehender, aos 29 annos de edade.

Almeida *(D. Garcia de).* Primeiro reitor que teve a Universidade, depois da sua transferencia de Lisboa para Coimbra, em 1537. Era filho illegitimo de D. João d'Almeida, segundo conde d'Abrantes, e sobrinho do bispo de Coimbra, D. Jorge d'Almeida, védor da casa do principe D. João, filho de D. João III, e mestre do infante D. Duarte, filho do referido monarcha. Em 1 de março de 1537 foi nomeado reitor da Universidade, que estava ainda em Lisboa, transferindo-se para Coimbra no principio de abril do mesmo anno. A dois de maio abriram-se os primeiros cursos nas proprias casas do reitor, passando depois, por decreto de 23 de setembro, para os seus proprios paços, onde fôra a antiga Alcaçova, e ainda hoje se vê a Universidade, começando a funccionar os cursos em outubro seguinte. O governo d'este reitor durou sete mezes e alguns dias; era exercido gratuitamente, segundo a disposição dos estatutos manuelinos, que então estavam em vigor.

Almeida *(Gonçalo de).* Fidalgo que serviu na India, em tempo de Affonso d'Albuquerque; entrou no ataque de Calecut e na tomada de Gôa; depois de tomada a cidade, Affonso d'Albuquerque, em 1510, entregou-lhe a fortaleza, e foi Gonçalo d'Almeida o encarregado de defender um dos passos mais importantes, o *passo secco,* quando o Hidalcão veiu sobre a sua antiga capital. Em 1511 acompanhou a expedição de Malaca, onde morreu, combatendo heroicamente.

Almeida *(Guilherme Joaquim d')* Machinista naval sub-chefe, um dos autores da caldeira tubular *Almeida-Guimarães* (V. *Guimarães, Henrique d'Oliveira).* Por occasião da apresentação do seu invento ao ministro da marinha, em 17 de dezembro de 1900, receberam os dois engenheiros as mais autorisadas opiniões sobre as caldeiras de tubos de agua, considerando o invento como de grande importancia. Entre as muitas vantagens da caldeira *Almeida-Guimarães* sobresae a facilidade com que se póde substituir um dos seus tubos em mau estado, sem que haja necessidade de apagar as fornalhas ou despejar a agua, operações estas que são indispensaveis em qualquer das caldeiras até hoje conhecidas.

Almeida *(Fr. Henrique de).* Frade dominicano, natural de Lisboa; por ordem da rainha D. Catharina, mulher de D. João III, traduziu em hespanhol o compendio de doutrina christã, escripto em portuguez pelo celebre fr. Luiz de Granada.

Almeida *(D. Henrique Henriques de).* Foi um dos bons officiaes de cavallaria do marquez das Minas na guerra da successão de Hespanha. Além de ser brioso militar, era tambem poeta apreciado. Morreu em abril de 1732.

Almeida *(Ignacia de).* Esculptora de talento, modelando em cera e em barro. Era filha e discipula do pintor Luiz da Costa, que viveu nos fins do seculo XVI e principios do seculo XVII. O pintor José da Cunha Taborda, no seu livro *Regras da arte de pintura,* publicado em 1815, attribue-lhe a imagem de Nossa Senhora Agonisante, que estava ao canto do altar dos Agonisantes na egreja de S. Roque, de Lisboa. Fr. Agostinho de Santa Maria, no *Santuario Marianno,* tomo I, pag. 351, tratando da egreja de S. Roque, refere-se a esta imagem, chamando virtuosa donzella a Ignacia d'Almeida, por ser seu aquelle primoroso trabalho.

Almeida *(Padre Ignacio de).* Abbade de S. Pedro de Penedono, no bispado de Lamego, e mes-

tre de capella na cathedral de Braga. N. em Guimarães a 18 de fevereiro de 1760, f. a 25 de outubro de 1825. Era filho de Jeronymo Caetano d'Almeida e de Josepha Luiza. Escreveu sómente musica religiosa e com especialidade para a sé de Braga; *Officios de defuntos, missas, Officios da festa de Ramos e da Semana Santa,* um *Stabat Mater,* etc. Estas composições ainda ha pouco se guardavam no palacio archi-episcopal de Braga. Na Bibliotheca de Lisboa existem umas matinas do Natal, compostas pelo abbade de Penedono para dois sopranos, baixo e acompanhamento de piano. E' composição de pouco valor, segundo se lê no *Diccionario biographico dos musicos portuguezes.*

Almeida *(Isidoro).* Official do exercito portuguez. Não se sabe a data do seu nascimento nem a do seu fallecimento. Frequentou a Universidade de Coimbra, seguindo depois a vida militar; serviu com distincção nos exercitos do norte, achando-se tambem na praça de Mazagão, quando os moiros lhe pozeram cêrco em 1562. Escreveu: *Qvarto liuro de Isidoro Dalmeida, das Instruções militares. Visto polo cõselho geral do sancto officio da Inquisição. Anno de 1573.* E no fim a pag. 197 diz: *Foy impresso este qvarto liuro das instruções militares, na muy nobre & sempre leal cidade de Euora, em casa de André de Burgos impressor & cavalleiro da casa do Cardeal iffante. Acabou-se aos vinte dias do mes de Novẽbro do anno de 1573.* E depois continua com a *tavoada das cousas mais notaveis* até findar o volume. Este livro comprehende as obrigações e deveres dos officiaes e soldados de infantaria. E' dedicado a Martim Gonçalves da Camara, e diz o auctor que o publicava por obediencia, emquanto se não imprimiam os tres primeiros, que não cousta, que chegasssem a publicar-se. Escreveu tambem: *Historia e successos do cerco de Mazagão.*

Almeida *(Januario Correia de).* V. *São Januario (Visconde de).*

Almeida *(D. Jeronymo de).* Almirante da armada e mestre de campo da terra no governo de Angola, em 1593. Pertencia á familia dos condes d'Abrantes e estava em Angola com seu irmão D. Francisco d'Almeida, então governador da colonia, quando D. Francisco partiu repentinamente para Pernambuco, abandonando o seu governo, sem tomar a menor providencia (V. *D. Francisco d'Almeida).* D. Jeronymo, a pedido da camara, e demais auctoridades, consentiu em tomar interinamente posse do governo. Querendo tornar-se notavel, resolveu apoderar-se de Cambambe, onde se dizia que existiam as celebres minas de prata. Os regulos pretos, porém, esquivaram-se ao combate, refugiando-se em sitios tão inaccessiveis, que se tornava inutil o valor portuguez. Fatigado d'esta lucta ingloria, D. Jeronymo d'Almeida preparava-se para dirigir a campanha d'outra fórma, quando adoeceu gravemente. Vendo-se então obrigado a recolher-se a Loanda, entregou o commando das tropas ao mestre de campo Balthazar d'Almeida, que teve a infelicidade de cahir n'uma embuscada de negros, em que perdeu quasi todo o seu pequeno exercito. Desejando vingar este desastre, D. Jeronymo d'Almeida, estando em Massangano, dispunha-se a atacar os negros, quando recebeu a noticia de que o novo governador d'Angola, João Furtado de Mendonça, chegara de Lisboa. Immediatamente partiu para Loanda a resignar o seu logar, regressando depois ao reino em outubro de 1595. O seu governo durou apenas dez mezes.

Almeida *(Jeronymo de).* Secretario do arcebispo d'Evora, D. Jorge de Mello. Era natural de Marco de Canavezes, onde tambem morreu, a 20 de março de 1610, depois de ter renunciado a um canonicato que tinha na sé d'Evora. Deixou escripta uma narrativa da fórma como havia sido recebido n'esta cidade o cadaver de D. Sebastião, ou antes, o seu supposto cadaver. O livro tem o seguinte titulo: *Relação da fórma como no anno de 1582 foi recebido o cadaver de D. Sebastião.*

Almeida *(Jeronymo da Cunha).* Abbade de Bitarães no seculo XVII. Na Bibliotheca Publica do Porto guarda-se um manuscripto seu, intitulado: *Juizo historico sobre o letreiro que se achou em uma pedra no Mosteiro Vairão da ordem de S. Bento em 1608.* O auctor dedicou-o a sua irmã Maria de Almeida, freira no dito mosteiro. Foi escripto o volume em 1637 e perteneceu a Christovam Alão de Moraes, jurisconsulto. A inscripção de que se trata é a seguinte, conforme indica o *Catalogo dos Manuscriptos* da mesma bibliotheca: *In Nomine Domini perfectum est Templum hunc per Maris Palla Deo vota sub die* XIII *Kalendas Aper.* DXXIII *Regnante serenissimo Veremundu Rex.* (Com as siglas, porém, e «compendios» ou abreviaturas do costume; e uma espada horizontalmente por debaixo). O dr. Hubner (Inscriptiones Hisp. Christianæ; Berl. 1871), menciona esta inscripção sob o n.º 135, citando este ms. do Abbade de Bitarães, o Argote, João Pedro Ribeiro e outros. O illustre e erudito philologo allemão lê *Marispalla;* e julga que póde bem o lettreiro ser do tempo que indica; porém parece-lhe ser difficil a concordancia da era 523 (p. C. 485) com o reinado d'aquelle Veremundo. No seu «Portugal Antigo e Moderno» o fallecido Pinho Leal não falla n'este letreiro; mas sim em uma Dona Palla, *Confessa, deo-vota,* residente no convento... em 1110, data que attribue á fundação do mosteiro, e que concorda melhor com o que João de Barros diz na sua Geographia de Entre Douro e Minho.

Almeida *(Jeronymo Fernandes Morgado Couceiro de).* Bacharel formado em direito. Era nat. de Coimbra, e viveu no seculo XVIII. Nada mais se sabe a seu respeito. Escreveu: *Tratado orphanologico, e pratico, formado com as disposições das Leis patrias,* Lisboa, 1794. Houve outra edição, tambem de Lisboa, 1820.

Almeida *(D. João de).* Fidalgo portuguez que serviu na India, em tempo de D. João de Castro. Era filho de D. Lopo d'Almeida, que foi governador de Sofala. Distinguiu-se muito no segundo cerco de Diu, em 1546. D. João de Mascarenhas confiou a D. João d'Almeida o commando do baluarte de Sant'Iago, commando que conservou até ao fim do cerco, sendo esse um dos baluartes onde mais se repetiam os combates e assaltos.

Almeida *(D. João de).* Fidalgo, filho de D. Francisco d'Almeida, que no tempo de Filippe II, de Hespanha, foi governador em Tanger.

Almeida *(D. João de).* Fidalgo portuguez, senhor de Avintes, no seculo XVII. Seguiu o partido de Hespanha contra Portugal, e viveu quasi sempre em Madrid. Filippe III deu-lhe o cargo de veador da Casa Real. Veiu a Lisboa, no anno de 1619, em companhia do monarcha castelhano. Di-

zem que era muito instruido e que deixou algumas obras poeticas.

Almeida *(D. João de)*. Fidalgo da casa de Assumar, que exerceu o cargo de védor d'el-rei D. Affonso VI, e cuja varonil belleza se tornou tão apreciada que era conhecido pelo appellido de *Formoso*.

Almeida *(João de)*. Soldado portuguez, que serviu em Malaca com Diogo Lopes de Sequeira. Em 1520, estando defronte de Paccm (Pachim no reino de Siam), n'um navio commandado por Manuel Pacheco, que percorria as costas da ilha de Sumatra, fazendo guerra ao sultão, foi mandado pelo rio acima um escaler para fazer aguada e cortar alguma lenha e fructas. N'este escaler ia João d'Almeida com mais tres companheiros, Antonio Gramaxo, Antonio Pessanha e Francisco de Vera, o barbeiro do navio e sete remadores. Na volta encontraram a força da corrente, que os não deixava sahir; os indigenas, de terra, perceberam aquella lucta, e trataram de se metter em tres juncos para virem tomar o escaler. Seriam talvez perto de duzentos, valentes e terriveis malaios, que vinham contra doze homens fatigados, e que os investiam ás fréchadas. Os nossos não desanimaram, e assaltando os juncos, quando os malaios menos o esperavam, mataram muitos inimigos, obrigando outros a fugir, tomando um dos juncos, que por muito tempo esteve em exposição em Malaca, para memoria d'aquelle glorioso combate. João d'Almeida e os companheiros, que iam a bordo do escaler, ficaram todos feridos, sendo recolhidos a bordo do navio de Manuel Pacheco.

Almeida *(João Alexandre de)*. Membro da junta governativa de Moçambique, Africa Oriental, em 1834.

Almeida *(D. João Antonio de)*. Negociante da praça de Lisboa, no seculo XIX. Da sua biographia apenas se sabe que foi Caixa Geral da Companhia das Minas de carvão de pedra do reino. Escreveu: *Instrucções sobre as qualidades e prestimo do carvão de pedra das minas de S. Pedro da Cova, e maneira mais economica e segura de o empregar em usos domesticos e industriaes*, Lisboa, 1879. E' um folheto de 16 paginas.

Almeida *(João Baptista da Cunha de Eça Costa e)*. Nasceu em Lisboa a 28 de outubro de 1864 e é filho legitimo e unico de João Baptista de Almeida, fidalgo da Casa Real por successão a seus maiores, e de D. Maria Emilia Dodwell. Fez parte dos seus preparatorios no Lyceu de Lisboa, parte no Lyceu do Funchal e parte no Lyceu de Coimbra, e casou a 10 de outubro de 1887 com D. Adelina Julia Rosado Judice Samora, senhora pertencente a uma das familias mais distinctas do Algarve. Frequentou depois, como alumno ordinario, durante os tres annos lectivos de 1888-1889, 1889-1890 e 1890-1891, o Curso Superior de Letras que concluiu, obtendo distincção nas cadeiras de Historia universal e patria e de Historia universal philosophica. Concorrendo ao professorado dos Lyceus e tendo sido já approvado em concurso de provas publicas foi, por despacho de 7 de dezembro de 1898, nomeado professor interino do Lyceu de Santarem onde leccionou geographia, historia e philosophia durante o anno lectivo de 1898-1899. Foi depois, precedendo novo concurso de provas publicas, nomeado por decreto de 23 de março de 1899 professor proprietario das disciplinas do 4.º grupo (geographia e historia) no Lyceu Central de Evora onde, durante o anno lectivo de 1899-1900, leccionou portuguez e geographia e examinou historia e philosophia. Havendo na Direcção geral de instrucção publica boas informações ácerca do seu serviço no lyceu onde estivera como professor interino e aquelle onde é proprietario, foi por despacho com data de 9 de outubro de 1900, transferido para o Lyceu Central de Lisboa onde está actualmente em commissão. E' membro d'*O Instituto* de Coimbra e devem-se-lhe alguns volumes da *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, publicados quando ainda era estudante, e poesias e artigos dispersos pelos jornaes — *O Direito* do Funchal, onde fez a sua estreia litteraria quando tinha apenas quinze annos, *Correio da Manhã*, quando era ainda redactor d'elle o fallecido Pinheiro Chagas, *Diario Illustrado, Illustração Portugueza, Illustração* de Marianno Pina, *Brazil-Portugal, O Recreio* e, finalmente, na *Revista Litteraria, Scientifica e Artistica* do *Seculo*.

Almeida *(João Coelho de)*. Formado em leis pela Universidade de Coimbra, desembargador da Casa da Supplicação, e vereador do Senado da Camara de Lisboa. N. em Torres Vedras, mas ignora-se a data do nascimento; f. em 23 de agosto de 1691. Escreveu: *Pratica na entrada que Sua Magestade o sr. D. Pedro II, e a senhora rainha D. Maria Sophia Isabel fizeram na sé em 30 de agosto de 1687*, impressa em Lisboa.

Almeida *(D. João Fernandes de)*. Governador da colonia de Moçambique, por duas vezes, em 1703, tomando posse a 8 dezembro, e em 1712 tomando conta do governo a 12 de janeiro. Tinhamos acabado de perder Mombaça, e os arabes ameaçavam Moçambique. A administração de D. João Fernandes d'Almeida salvou o prestigio das armas portuguezas, acudiu a Rios de Senna, e auxiliou o Monomotapa. Quando voltou a Moçambique, em 1712, levou comsigo de Lisboa um filho do Monomotapa, chamado Constantino, que fôra educado em Portugal pelos frades de S. Domingos. D. João Fernandes d'Almeida foi tambem conselheiro de estado da India, nomeado em 31 de março de 1707, e védor da fazenda do mesmo estado, nomeado em 10 de fevereiro de 1710.

Almeida *(João Maria de Mello Ramalho Pimentel de)*. Fidalgo de linhagem, capitão-mór das ordenanças de Pereira desde 1828 a 1834. Foi no seu tempo um dos maiores e mais ricos proprietarios do actual districto de Coimbra. Era filho unico e herdeiro de Francisco de Paula Pimentel de Almeida Ramalho, fidalgo da epoca de D. João VI a quem este monarcha, sendo ainda principe regente, mandou conferir carta de brazão com as armas dos Pimenteis. João Maria de Mello Ramalho Pimentel de Almeida descendia por sua mãe dos senhores da casa do Minhocal em Celorico da Beira, provinha pois de Vasco Cardoso, senhor que foi da quinta de Cardoso junto a Lamego, alcaide-mór de Trancoso e senhor de Moreira e Ervilhão, donde procedem tambem outras familias nobres de Portugal.

Almeida *(João Pimentel de)*. Desembargador do Paço. Nasceu na casa de Formoselha no primeiro quartel do seculo XVIII; em 1741 doutorou-se em canones na universidade de Coimbra; em 1742 foi almotacé d'esta cidade, servindo depois differentes cargos da magistratura judicial. Ca

sou em Condeixa com uma senhora da casa Ramalho d'aquella villa.

Almeida *(João Tavares)*. General do exercito, filho de outro official do mesmo nome e de D. Dyonisia Maria Tavares; n. a 23 de outubro de 1816 em Montevideu, onde então estava seu pae em serviço. Vindo em creança para a Europa entrou para o Collegio Militar, e depois de concluido o curso partiu para o Porto, e, apresentando-se a D. Pedro, assentou praça no 1.º batalhão de artilharia a 18 de dezembro de 1832, e seguiu os postos na mesma arma de que depois fez o curso. Recebendo a graduação de segundo tenente a 25 de julho do anno seguinte e tendo tomado parte em toda a guerra civil, passou depois d'ella concluida a frequentar a Academia de Marinha, onde obteve alguns premios. Envolvendo-se nos acontecimentos politicos de 1837 e emigrando para Hespanha, foi demittido; mas, regressando aos quadros do exercito, frequentou a Escola do Exercito, estudando artilharia e engenharia. De 1842 a 1849 serviu em Cabo Verde, sendo encarregado das fortificações e obras publicas, merecendo os elogios do governador, especialmente pela construcção de um forte no ilheu do Rei, junto á praça de Bissau. Em 22 de novembro de 1849 partiu de Lisboa para Macau, afim de commandar o respectivo batalhão, e d'ahi regressou em 1852. Sendo já tenente-coronel, foi nomeado em dezembro de 1856 governador geral de Moçambique; tomou posse a 26 de setembro de 1857 e retirou para Portugal em março de 1864, tendo governado a provincia com acerto. Foi no tempo da sua administração que se deu o celebre aprisionamento da barca *Charles et George*, que deu origem á nossa questão com a França. Em 1860 foi elevado a brigadeiro, e considerado general de brigada, em 1865, conservou-se em serviço no ministerio da marinha, desempenhando varias commissões, até que em 1868 foi nomeado chefe da 2.ª direcção da secretaria da guerra, passando, pela nova organisação dada em 1869 áquella secretaria, a director da administração militar, cargo de que foi exonerado, a seu pedido, em 1871; voltando em novembro do mesmo anno n'elle se conservou até ser nomeado governador da India por decreto de 17 de dezembro de 1874 e em seguida promovido a general de divisão sem prejuizo dos generaes de brigada mais antigos. Chegou a Pangim a 8 de maio de 1875 e no dia 10 tomou posse na capella-mór da egreja do Bom Jesus com as solemnidades do costume. Foi o 123.º governador geral da India portugueza, e quando estava exercendo este cargo, Tavares de Almeida adoeceu gravemente a 5 de julho de 1877, fallecendo no dia 24 do mesmo mez no palacio do governo em Pangim. O cadaver, depois de embalsamado e feitas as cerimonias religiosas, foi depositado na casa das irmandades de Nossa Senhora da Conceição e no dia 30 trasladado para o carneiro de S. Caetano. Por ordem do governo da metropole vieram para o reino no transporte *India* os seus restos mortaes, chegando ao Tejo a 14 de maio de 1879, e cinco dias depois fôram conduzidos, com grandioso prestito e as honras devidas á sua patente, para o cemiterio dos Prazeres. O general Tavares de Almeida foi um militar brioso e honestissimo.

Almeida *(Joaquim de)*. Official da marinha portugueza, que, tendo sido marinheiro, passou a mestre de navios da armada real, sendo promovido a segundo tenente em 1768. Serviu na esquadra do Brazil, sendo vice-rei d'aquelles estados o marquez de Lavradio, que o nomeou capitão-tenente em 1775, patente que lhe foi depois confirmada pelo soberano. Em 1793 foi elevado a capitão de mar e guerra. Ignora-se a data do nascimento e a do fallecimento.

Almeida *(Joaquim de)*. Distincto actor contemporaneo, actualmente no Gymnasio. N. em Aldeia Gallega do Ribatejo a 5 d'outubro de 1838. Começou a sua carreira artistica no antigo theatro das Variedades. Era ali o velho Salitre, que uma associação, formada no anno de 1857, transformou completamente, restaurando o edificio o mais possivel, conforme as condições permittiam, abrindo as suas portas ao publico em 1 de fevereiro de 1858, inaugurando os seus espectaculos com a peça magica de grande apparato, em 3 actos e 19 quadros *A Loteria do Diabo*, de Francisco Palha e Joaquim Augusto de Oliveira. N'esta peça, que obteve um enorme successo, estrearam-se auspiciosamente dois modestos principiantes, que depois se tornaram actores distinctissimos, dois vultos gigantescos da arte dramatica, duas glorias da scena portugueza; Joaquim d'Almeida, no papel de Segundo Ephemero, e Antonio Pedro de Sousa, no de Phebo. A morte d'este ultimo artista foi uma perda, ainda hoje muito sentida nos nossos theatros (V. *Sousa*). Continuando nas Variedades, Joaquim d'Almeida começou a desempenhar papeis de maior importancia, revelando sempre muita intelligencia e muita vocação para a scena. Entrou então em muitas peças, entre outras a *Filha da noite, Matheus o gageiro, Piratas, Glorias do trabalho, O duende, Lição aos maridos*, etc. A convite de Francisco Palha, então commissario regio junto ao theatro de D. Maria, Joaquim d'Almeida entrou n'aquelle theatro, para substituir o logar que ficara vago pela morte de Marcolino, actor tambem de muito merecimento, que fazia parte da companhia. Joaquim d'Almeida debutou no drama *Pedro*, de Mendes Leal, desempenhando o papel de Manuel Maria, que fôra creado por aquelle fallecido actor. Apesar do confronto ser um tanto difficil, Joaquim d'Almeida apresentou-se perfeitamente, e o publico dispensou-lhe os mais justos applausos. Projectando-se construir o theatro da Trindade, Francisco Palha, seu futuro director, tomou interinamente o antigo Rua dos Condes para os espectaculos da nova companhia que se organisara e em que figuravam parte dos actores do theatro de D. Maria, conservando-se a outra parte n'aquelle palco, continuando as suas representações. Joaquim d'Almeida seguiu Fran-

Joaquim de Almeida

cisco Palha. A nova empreza inaugurou os seus espectaculos em 7 de junho de 1866. Uma das peças ali representadas foi *A familia Benoiton*, em que Joaquim d'Almeida, no papel de Fromichel, se tornou deveras notavel. Mais tarde, na Trindade, cuja inauguração se verificou em 30 de novembro de 1867, creou o impagavel typo do conde Oscar no *Barba Azul*. Joaquim d'Almeida tem percorrido todos os theatros de Lisboa, mesmo os de menor importancia, e parece que os do Porto. Tambem esteve na Bahia em 1880. Tão depressa nos apparece em D. Maria e D. Amelia, como no Gymnasio, Principe Real, Avenida e Rua dos Condes, não escapando o extincto theatrinho dos Restauradores, que se improvisou na explanada dos antigos Recreios, Rato e Alegria. No Colyseu tambem já o vimos representar. E' difficil vêl-o duas epocas seguidas no mesmo theatro. Todas as platéas o conhecem e em todas recebe provas da maior sympathia e freneticos applausos. A longa pratica de theatro e conhecimento do publico facilitam a este artista o segredo de sempre se tornar apreciado, quer no drama, quer na comedia, quer no burlesco. O seu reportorio é vastissimo e generico; Joaquim d'Almeida tem creações magnificas, e tanto no genero dramatico como no comico, é sempre o artista correcto e distincto. Seria difficil dar relação exacta de todas as peças que tem representado nos diversos theatros. Além das que apontámos, lembra-nos as seguintes: *O anjo da meia noite, O fidalguinho, A torre de Babel, A estrangeira, Gabriel e Lusbel ou o thaumaturgo, vulgo Santo Antonio, Luiz XI, Uma bola de sabão, Os campinos, As duas bengalas, O marido de duas mulheres, O criado brioso, Viagem á Suissa, Os lazaristas, Nitouche, O saltimbanco, O papá Lebonnard, Miguel Strogoff, O solar dos Barrigas, O Ferrabraz d'Alexandria, João Brandão, Louco da serra, Capitão phantasma, O homem das barbas brancas, O homem da bomba, A orphã do Aldoar, Opinião publica, Debaixo da mascara, A boceta de Pandora, Nas armas do touro, Ave agoureira, A familia Mongrol, Quem muito falla, Dar no vinte, O romance d'uma mulher honesta, A gallinha da visinha, A chave do trinco, O homem dos suspensorios, N.º 1 ali á esquina, Joanna a doida, O Camões do Rocio, Coração e arte, Angelo, tyranno de Padua, O cavalheiro d'industria, Guerra aos nunes, Por causa d'um par de botas, As fidalgas de Pontalec, Fructa do tempo, O lenço branco, Moços e velhos, O lobo no redil, Laços de familia, A perola preta, Positivo, O caminho mais comprido, Nobreza do trabalho, Guerrilheiro, Mulheres á solta, O demonio do jogo, A Redempção, O supplicio d'uma mulher, A mãe do engeitado, Branca de Valneuil, Como se conhece o villão, A mana do conselheiro, A primeira pedra, Zig-zag, Sarilhos, O Desapparecido*, e ultimamente a comedia allemã em 4 actos intitulada *Cabeça de burro*. Tambem tem recitado alguns monologos: *O borlista, Os descuidos, Rataplan*, etc. Joaquim d'Almeida foi casado com D. Adelaide Pessoa, já hoje fallecida, senhora muito distincta, que tambem se dedicou á arte dramatica, durante algum tempo, debutando no Gymnasio em 24 de julho de 1862, na comedia em 1 acto: *Minha mulher perturba-se*, e depois no antigo theatro da Rua dos Condes, onde representou no drama maritimo, em 5 actos, *O corsario*, escripto pelo fallecido José Romano.

Almeida *(Joaquim de)*. Pianista e compositor do seculo XIX. Não sabemos a data do nascimento; f. em Lisboa a 28 de outubro de 1874. Era filho d'um musico de pouco merecimento, João d'Almeida, e cunhado de Domingos Bomtempo, distincto pianista e compositor. Joaquim d'Almeida publicou grande numero de phantasias e trechos d'operas, que elle arranjava, e que a casa editora Lence & Canongia editou. A casa Sassetti tambem publicou uma valsa e tres phantasias sobre operas. Joaquim d'Almeida era bom rapaz, porém, desvairado por uns amores illicitos, suicidou-se, disparando contra si um tiro de revolver, fallecendo, n'um quarto particular do hospital de S. José, dezesete dias depois.

Almeida *(Joaquim Correia)*. Nat. de Penacova, distr. de Coimbra, filho de Joaquim Carlos Correia d'Almeida, doutorou-se em leis na Universidade de Coimbra a 1 de outubro de 1826.

Almeida *(Joaquim Evaristo de)*. Medico distincto, contemporaneo; fez o curso de medicina na escola medico-cirurgica de Lisboa e tem seguido uma brilhante carreira, firmando dia a dia a sua reputação como medico muito estudioso e dedicado. Nos *Perfis contemporaneos*, n.º 52, vem publicado um excellente artigo, devido á penna do sr. dr. Alfredo da Costa, do qual extrahimos os seguintes paragraphos: «Não fallo na escrupulosa e severa meticulosidade com que Joaquim Evaristo attende a todos os deveres do exercicio da sua profissão, porque a supponho inseparavel de todos os que possuindo uma forte intelligencia e um espirito, além de culto, irreprehensivelmente correcto, tem a nitida comprehensão do que leva ser na sociedade um medico. Mas a Evaristo de Almeida devemos nós, os medicos, pelo menos dois serviços de primeira ordem, um dos quaes se traduz em resultados praticos cujo alcance cada vez mais se vae evidenciando. Refiro-me á consulta externa dos hospitaes civis, que foi exclusivamente devida á sua iniciativa e á fundação de uma associação de classe medica para a qual a sua contribuição de trabalho, de estudo e de prestigio foi um dos mais poderosos se não o unico e verdadeiro impulso. Desconhecem por certo os leitores não medicos todo o alcance e toda a utilidade das consultas externas dos nossos hospitaes, como difficilmente avaliarão a somma de esforço que é preciso despender-se para em coisas de assistencia publica se arcar com a herva damninha que tão bem vegeta sob as branduras do nosso clima, chamada a rotina. As consultas externas são escolas de especialidades medicas que diariamente prestam serviços a centenares de doentes pobres, ao mesmo passo que instruem os medicos nos mil e intricados problemas da ophtalmologia, da laryngelogia, da pediatria, etc. São instituições que visam de um lado a crear entre nós especialistas, que realmente se especializem pelo estudo e pela pratica da especialidade e de outro a acabar gradualmente com certa ordem de especialistas de *larga pratica nos hospitaes de Paris*, onde iam buscar autoridade com bilhete de ida e volta valido por trinta dias. No hospital de S. José e do Desterro estão as consultas externas funccionando regularmente sob o patronato da direcção superior dos hospitaes. Foi do cerebro de Joaquim Evaristo que sahiu a idéa

d'esta creação, como foi da sua actividade que sahiu todo o esforço inicial necessario para a sua creação. Arrebanhar os clinicos e coordenar os regulamentos e leis, estatuir os preceitos do seu funccionalismo e destrinçar as aptidões especiaes de cada um dos medicos da consulta, pôr a consulta a trabalhar velando até pela ordem e propriedade da installação, tudo póde dizer-se que foi obra quasi exclusiva de Evaristo. E agora que já vão passados bastantes annos depois da sua fundação é vêr como a instituição floresce e como a idéa de Evaristo tornada realidade constitue um dos serviços mais frequentados dos hospitaes civis de Lisboa. Se alguem houve que, seguindo a formula nacional, considerou a principio que a consulta externa era mais uma utopia destinada a um breve esquecimento, poderá agora convencer-se do quanto póde uma vontade forte posta ao serviço de uma causa grande. A's suas duvidas e receios responder-lhe-hão os centenares de doentes que diariamente se acotovellam nas portarias dos hospitaes. Na distribuição dos serviços, em que cada medico escolheu para si o ramo para o qual se sentiu com maiores propensões, Joaquim Evaristo reservou para si a especialidade mais ardua: a das doenças das creanças. Nenhuma clinica exige maior sagacidade de observação, maior dóse de paciencia, maiores faculdades devinatorias. Por entre a vozearia dos pequeninos e as interminaveis prelengas das mães, Evaristo vae-se entregando á decifração de cada um dos elementos precisos para o diagnostico, sempre bem humorado, sempre pachorrento, tendo sempre uma historia com que captar a attenção de uns ou um affago com o qual conquista sympathia dos restantes. A' Associação dos medicos portuguezes, outra instituição cuja iniciativa em larga parte pertence a Evaristo, não se póde por emquanto vaticinar um tão rapido e tão brilhante resultado, pois que mal decorreu ainda o tempo indispensavel para a sua constituição. Um ponto ha comtudo a registar e que mostra o apreço elevado em que na classe medica é tida a individualidade por tantos titulos estimavel de Joaquim Evaristo. E' que as tentativas differentes que em mais de uma occasião fôram feitas para se organisar uma aggremiação d'esta ordem, sossobraram todas apezar de terem á sua frente alguns dos mais respeitados medicos da capital. Seria que só agora se fez sentir a necessidade de uma associação de classe? Não o supponho. Pendo decididamente para a convicção de que aos antigos iniciadores faltou em grande parte este condão que é tão peculiar de Evaristo, qual o de attrahir pela sympathia todos os que d'elle se acercam. Lançada a idéa por dois dos mais enthusiastas fundadores da Associação dos Medicos, Bettencourt Ferreira e Correia Dias, sustentada e defendida pela palavra, pelo estudo e pela propaganda do mallogrado Leão d'Oliveira, de João Chaves, de Miguel Solano, Hygino, Alfredo Luiz Lopes e tantos outros, estou persuadido que á influencia de Joaquim Evaristo se deveu a melhor parte dos triumphos das primeiras e maiores difficuldades da fundação. E' evidente que elle nada teria conseguido sem o concurso de todos aquelles que constituiram o nucleo fundador da associação e cujos nomes hão de figurar sempre por entre os benemeritos da classe, mas creio que o pensamento correria grave risco de morte prematura sem a collaboração tão valiosa quanto por todos avaliada do que é hoje o presidente do directorio da sociedade.» A respeito do seu methodo de tratamento da tuberculose, transcrevemos tambem o seguinte d'um bem elaborado artigo publicado pelo sr. Lambertini Pinto, no *Brazil e Portugal* do anno de 1899: «Uma bella manhã, ha cousa de quatro mezes, o paiz ficou surprehendido com esta grata noticia: o medico de Lisboa, dr. Joaquim Evaristo, em sessão da vespera na Sociedade das Sciencias Medicas, communicara aos seus collegas que, tendo procedido a ensaios de tratamento de differentes fórmas da tuberculose pelo liquido ascitico previamente arejado, obtivera em todos os doentes os mais lisongeiros resultados. A reconhecida seriedade profissional d'aquelle clinico, a sua modestia e aversão ao reclamo e o saber-se logo que elle ha mais de um anno trabalhava obscura e tenazmente em verificar a exactidão da idéa que, n'uma hora feliz de estudo, concebera, fizeram que a imprevista nova fôsse recebida confiadamente pelo publico e acordasse alvoroços de alegria na grande legião dos infelizes, cuja existencia esse infinitamente pequeno, a que Koch deu o nome, devora dia a dia sem piedade. S. M. a Rainha, affirmando mais uma vez a alta noção, que a distingue, do moderno officio de reinar, poz-se logo á testa do movimento de sympathia iniciado em favor dos trabalhos do dr. Joaquim Evaristo. Chamou-o, e em palavras de caloroso incitamento, cujo tom de sinceridade bem traduzia quanto o seu grande coração conhece e soffre com tanta desventura sem remedio, sinceridade testemunhada em continuas peregrinações aos bairros de miseria e hospitaes, que a tuberculose origina — animou-o a porfiar nos seus esforços, offerecendo-se para lhe facultar todos os elementos de estudo e de trabalho que lhe fôssem necessarios. O tratamento consiste em injecções que nos são applicadas duas vezes por semana no dorso, de ordinario do lado do pulmão invadido. A dóse de sôro injectado a principio é de $^1/_4$ de c. c. Depois vae ella gradualmente augmentando até 3 c. c. Nos tuberculosos febris a temperatura ás primeiras applicações sobe um grau, de ordinario: d'onde resulta o dr. Evaristo usar da maxima prudencia no tratamento dos enfermos que attingem 39° e mais, cada dia, buscando previamente fortalecel-os pela hyperalimentação e attenuar-lhes a febre pelos meios que a sciencia aconselha. Nos tuberculosos apyreticos o augmento de temperatura é quasi imperceptivel». O sr. Lambertini Pinto, como declara no artigo, de que extrahimos estes paragraphos, fez uso d'esse tratamento, de que tirou magnifico resultado. Muitas mais pessoas tambem teem obtido grandes beneficios; ao consultorio do dr. Joaquim Evaristo d'Almeida,

Joaquim Evaristo de Almeida

concorrem todos os dias muitos doentes a buscar allivios aos seus soffrimentos.

Almeida *(Joaquim Januario de Sousa Torres e).* Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra. N. em Braga a 31 d'agosto de 1835, f. a 20 de março de 1869. Era filho do conselheiro Francisco Xavier de Sousa Torres e Almeida, advogado distincto em Braga, e de D. Anna Candida d'Amarante. No tempo em que seguia o curso juridico foi secretario da classe de litteratura e bellas letras do Instituto, sendo depois socio correspondente da mesma associação. Terminados os estudos em 1854, voltou para Braga, sua terra natal, e ali advogou até 1860. Foi deputado em tres legislaturas, representando o circulo de Villa Nova de Famalicão. Por diploma de 1864, teve a nomeação de ajudante do procurador geral da fazenda, logar que occupou até ao fim da vida. Como parlamentar, mostrou sempre que tinha dotes de orador e que sabia profundar as questões sociaes. Em julho de 1860 apresentou uma proposta de lei para ser ampliado o praso da remissão de pensões sub-emphyteuticas, marcado na lei de 22 de junho de 1846; propoz varias reformas da lei do recrutamento; foi um dos mais calorosos e distinctos defensores da extincção dos morgados, e em 1866 discutiu o projecto de lei de liberdade de imprensa. Torres e Almeida era conhecido como orador distincto, funccionario illustrado e honesto. Casou com D. Maria Isabel de Lima Briteiros. Escreveu: *Memoria, ou considerações sobre a origem da lingua portugueza.* Sahiu no tomo I do jornal *O Instituto,* de que foi collaborador; varios artigos politicos e litterarios no *Pharol do Minho,* jornal publicado em Braga. Foi fundador da *Revista Academica,* em Coimbra, 1854 e um dos redactores do *Murmurio, periodico litterario e instructivo,* em 1856, do qual se publicaram só 23 numeros. N'uma collecção poetica de Almeida Braga, com o titulo de *Grinalda,* vem uma carta prefacio devida á sua penna, e bem assim um juizo critico no fim do drama em 3 actos, do mesmo senhor, intitulado: *Desgraça e ventura.* Tambem na segunda edição de *Poesias,* de Luiz Palmeirim, feita em 1853, publicou um juizo critico. Escreveu um drama, em 3 actos, que se conserva inédito, chamado *Paulo.* Torres e Almeida era commendador da ordem de Leopoldo, da Belgica, e cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa.

Almeida *(Joaquim José de).* General do exercito portuguez. N. em Faro a 11 de dezembro de 1773, f. em Lisboa a 20 de janeiro de 1853. Era filho d'um official superior de artilharia, que tinha egual nome. Em 1788, assentou praça, tendo apenas 15 annos de edade, e começou a sua carreira militar, tomando parte na campanha do Roussillon. Passou depois a servir na brigada real de marinha, pertencendo á guarnição das naus *Vasco da Gama* e *Rainha,* das fragatas *Cysne* e *S. João Principe,* e d'outros navios que no começo do seculo XIX se empregavam constantemente nos cruzeiros do estreito de Gibraltar. Estando a bordo da nau *Rainha,* assistiu ao bloqueio de Malta e cruzeiro no Mediterraneo, em que a esquadra portugueza, commandada pelo marquez de Niza, se portou brilhantemente, reunida com a ingleza, sob o commando superior do almirante Nelson. N'esta campanha, 1798 e 1799, e por occasião da tomada de Napoles e destruição da republica Parthenopêa, os soldados da nau *Rainha* saltaram em terra, levantaram e guarneceram trincheiras no cerco do castello de Sant'Elmo, que estava occupado pelas tropas francezas. Foi d'aquellas trincheiras que partiu a bala que derrubou o pau da bandeira, dando-se a tomada do castello, que os nossos soldados muito auxiliaram, facilitando-se ás forças alliadas a entrada na cidade. Joaquim José d'Almeida continuou a subir postos na brigada real de marinha, fazendo serviço na esquadra, e em terra no Brazil, para onde fôra a maior parte da força de marinha com D. João VI. Em 1821, foi nomeado coronel commandante do batalhão de infantaria de Loanda, governando tambem interinamente a provincia d'Angola até 1823. Nas campanhas da liberdade, no periodo de 1828 a 1833, prestou valiosos serviços, e coube-lhe a gloria de ter tomado a praça de Sines, com o seu regimento, sendo commandante da brigada de marinha. Entrou nas acções de S. Thiago de Cacem, S. Luiz, desembarque na Figueira, etc. Em 1836, tambem prestou muitos serviços em defeza do paço de Belem na revolta conhecida pela Belemzada. Os revoltosos perseguiram-n'o, e conseguindo fugir para o lado do mar, foi abrigar-se a bordo da nau ingleza *Medina.* Na lucta com os revoltosos, ficou ferido o cavallo, e o camarada que o seguravá morto á baionetadas. Foi vogal effectivo do supremo conselho de justiça militar, cargo que exerceu até fallecer. No anno de 1851 teve o posto de marechal de campo graduado. Nas ordens militares foi elogiado por muitas vezes, e agraciado com diversas condecorações nacionaes e estrangeiras; só usava, porém, a fita azul de official da Torre e Espada, a commenda d'Aviz e a peça no braço esquerdo designativa de veterano de Roussillon. Falleceu d'uma apoplexia fulminante este bravo e valente militar, que tantas vezes vira a morte deante de si, e que as balas sempre haviam respeitado no campo das batalhas, em que se portou como heroe.

Almeida *(Joaquim José de).* Cirurgião militar, primeiro secretario da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa; n. n'esta cidade a 24 de dezembro de 1803; f. em 1856. Depois de cursar os estudos secundarios, matriculou-se na escola regia de Lisboa, em 1819, no hospital de S. José. Segundo consta da sua carta de cirurgia, datada de 21 de novembro de 1823, em todos os exames, theoricos e praticos, foi approvado *nemine discrepante.* Tendo grande paixão pelo estudo das sciencias philosophicas auxiliares de que versava, e tendo apenas 20 annos de edade, quiz completar e aperfeiçoar a sua educação scientifica com o curso de physica e chimica, feito por Mousinho d'Albuquerque na casa da Moeda em 1825, e com aturados estudos de historia natural professada na Academia das Sciencias de Lisboa. A carreira profissional de Joaquim José d'Almeida apresenta dois periodos differentes: o primeiro consagrado á cirurgia militar, 1825 a 1838; o segundo dedicado á clinica civil de Lisboa, e ao serviço e illustração da Sociedade das Sciencias Medicas, onde foi admittido em 1840, como socio effectivo, exercendo o cargo de segundo secretario, e depois de primeiro, desde 1847 até á data do seu fallecimento.

Almeida *(Joaquim José d').* Encarregado da

secção de installações electricas no Arsenal da Marinha. Em abril de 1899 submetteu á apreciação das instancias superiores de marinha um projecto de sua invenção para a transmissão de communicação a distancia por fócos electricos. O projecto, por ordem do ministro, foi submettido á apreciação d'uma commissão technica.

Almeida *(Joaquim José Pereira de).* Official da marinha portugueza, dos fins do seculo XVIII e principios do seculo XIX. Era piloto mercante, e parece que só devido a protecções é que conseguiu ter entrada na marinha de guerra; foi promovido em 1798 a segundo tenente da armada, sem que conste nenhum acto distincto pelo qual merecesse semelhante honra, que só assim se conferia aos marinheiros mercantes. Esteve captivo em Argel, por fazer parte da guarnição da fragata *Cysne*, que os argelinos tomaram por surpresa na noite de 7 para 8 de maio de 1802. Durante dois annos permaneceu no captiveiro, até que conseguiu evadir-se a 21 de novembro de 1804, apparecendo em Lisboa a 28 de janeiro de 1805. Esta fuga espinhosa, e os trabalhos que passaram os pobres captivos d'Argel são contados pela tradição com episodios mais ou menos verdadeiros, mais ou menos romanticos. Não consta que ninguem escrevesse a historia do aprisionamento da fragata *Cysne* e do captiveiro da sua guarnição, nem o proprio almirante Celestino Soares, que publicou tantos factos curiosos da vida de marinha nos seus *Quadros Navaes*. Chegando a Lisboa, Joaquim José Pereira d'Almeida foi empregado na esquadra que conduziu ao Brazil a familia real. N'essa esquadra alcançou ser promovido a capitão tenente e a segundo commandante da fragata *Minerva*. Esta promoção foi uma fatalidade para o immediato Pereira d'Almeida, porque deu fim á sua carreira militar d'uma fórma cobarde e ignominiosa. A fragata *Minerva* costumava navegar para a India, e a 15 d'agosto de 1809 encontrou-se Brassas de Bengala com a fragata franceza *Bellone*; houve renhido combate, em que a *Minerva* se portou valentemente e a guarnição com toda a energia. Depois d'um pequeno intervallo, porém, a batalha tomou um aspecto mais terrivel, de que a *Minerva* se resentiu bastante, e Pereira d'Almeida, conhecendo o perigo que a fragata corria, intimidou-se a tal ponto, que appareceu na tolda todo horrorisado, dirigindo cobardemente á equipagem phrases atterradoras, que fez desanimar toda a guarnição e até o proprio commandante. Um piloto, então, indigno e cobarde, sem ordem alguma superior, lembrou-se de arriar vergonhosamente a bandeira, e a fragata rendeu-se, indo parar á Ilha de França, d'onde mais tarde os officiaes voltaram para Portugal em troca de prisioneiros. O immediato Pereira d'Almeida, culpado na perda e entrega da *Minerva*, foi condemnado em 8 de julho de 1812, por sentença do supremo conselho, a degredo por toda a vida para a Africa, depois de se lhe despir a farda com infamia n'uma praça publica. A ultima parte da sentença foi modificada pela clemencia regia em exautoração dentro da propria prisão do criminoso. O infeliz, victima da sua cobardia, ou antes da fatalidade, lá foi expiar o seu crime nos sertões d'Africa. Depois da sua energica e audaciosa fuga do captiveiro d'Argel, só se póde concluir que foi um acto de irreflectida fraquesa, que o levou a praticar aquella cobardia ao vêr a fragata quasi perdida. Os juizes ainda fôram bondosos na sentença, porque a lei impõe a pena de morte á cobardia em frente do inimigo.

Almeida *(Joaquim Pereira de).* Filho de José Thomaz Pereira; n. em Carvalhal de Monsaraz, comarca de Vizeu. Formou-se em canones em Coimbra a 21 de junho de 1818. Já é fallecido.

Almeida *(Joaquim Salgueiro de).* Medico distincto. N. no Rio de Janeiro, mas tem vivido ha muitos annos em Portugal, conservando-se actualmente em Lisboa, exercendo clinica. E' um trabalhador incansavel na sua obra humanitaria, e concorreu muito, e com a maior energia para o bom resultado da Associação da Ambulancia dos Bombeiros, lembrando os meios de acudir aos que se sacrificam em salvar as vidas dos accommettidos pela voracidade do fogo; e para conseguir este fim inventou uma maca, muito ligeira e portatil, para o transporte dos feridos, e uma barraca especial, fornecida de todos os meios precisos para no proprio local do sinistro poderem prestar-se promptos e salutares auxilios aos que d'elles careçam. Além d'estes cuidados, e do cumprimento dos deveres de clinico, o dr. Joaquim Salgueiro d'Almeida emprega todos os momentos que lhe sobram no estudo e na santa obra da instrucção popular. Dirige asylos, promove associações, visita e funda escolas, presta auxilios clinicos gratuitos aos pobres; e n'essas occasiões, procurando despertar em todos o sentimento da consciencia individual, muitas vezes adormecido, explica-lhes os preceitos da hygiene, e as sagradas leis do trabalho e do dever. Salgueiro d'Almeida prestou sempre relevantes serviços ao Asylo de S. João, e ha annos offereceu-se por um impulso espontaneo, para facultativo assistente do Asylo de N. S.ª da Conceição, de raparigas abandonadas, no antigo convento do Rato, em Lisboa, prestando officiosamente todos os seus serviços como clinico.

Almeida *(D. Jorge de).* Bispo de Coimbra e conde d'Arganil. N. em 1458; f. a 25 de julho de 1543. Era filho do 1.º conde d'Abrantes, D. Lopo d'Almeida. Em 1481 recebeu de D. Affonso V a mitra de Coimbra, sendo o 38.º bispo, e governou durante sessenta e dois annos, até á data do seu fallecimento. Em 1490 acompanhou D. João II á fronteira, quando foi buscar a princeza D. Isabel, noiva de seu filho D. Affonso. Sendo-lhe aquelle monarcha muito affeiçoado, quiz que D. Jorge d'Almeida o acompanhasse a Alvor quando para ali foi procurar allivios aos soffrimentos que o victimaram; foi tambem um dos fidalgos que assistiram á sua morte, em 1495. D. Jorge baptisou, em 1572, o infante D. Henrique, que depois foi rei de Portugal. N'um dos conclaves que se celebraram no seu tempo, teve muitos votos para papa, porque não era ainda indispensavel ter o chapéo de cardeal para se obter a thiara. D. João III, que muito o respeitava por vêr a consideração com que a Egreja o distinguia, escolheu-o para inquisidor mór, quando pensou em estabelecer em Portugal o Santo Officio. D. Jorge d'Almeida porém pouco tempo exerceu aquelle cargo. Deixou uma obra, que é hoje muito rara, e de que ha um exemplar na bibliotheca de Coimbra, *Constituições do bispado de Coimbra*, a qual foi impressa em 1521. Fôram as primeiras constituições d'este bispado que

se publicaram. Esta obra é um precioso repositorio de noticias curiosas para a historia dos costumes portuguezes no seculo XVI. *No Diccionario bibliographico*, tomo II, pag. 99, vem o titulo d'estas *Constituições*, que transcrevemos fielmente: «*Costituyçoões do bpado de Coimbra, feytas pollo muyto reuerendo e magnifico senhor o señor dom Iorge dalmeyda bpo de Coimbra Conde Darganil*, etc. «Este titulo, diz Innocencio, acha-se na parte inferior do frontispicio, sendo o resto d'este occupado por uma estampa, que contém as armas do bispo, constando de um escudo dividido em quatro partes, tendo em duas d'estas doze bezantes, seis em cada uma, em aspa, e nas outras um leão rompante em cada uma, tambem em aspa; tudo dentro de uma tarja, em cujo circuito, formado em angulos rectos, se divisam em caracteres proprios do gosto da epoca, e delicadamente floreados, as palavras seguintes: *Nemo vidit nimis*, repetidas nos quatro lados da mesma tarja.» D. Jorge d'Almeida falleceu em Coimbra, com 85 annos de edade, e ficou depositado na sé velha da mesma cidade.

Almeida *(D. Jorge de)*. Clerigo secular, doutor em canones pela Universidade de Coimbra, arcediago da cathedral d'Evora, arcebispo de Lisboa, inquisidor geral, abbade commendatario do mosteiro d'Alcobaça. N. em Lisboa, em 1531, e f. a 20 de março de 1585. Era filho de D. Lopo d'Almeida, e de sua mulher, D. Antonia Henriques. Foi tambem reitor da Universidade, sendo eleito a 25 de janeiro de 1560. Na fórma dos Estatutos de D. João III, que se perderam, o claustro pleno por eleição escolhia reitor que servisse tres annos, mas o eleito não podia tomar posse emquanto não obtivesse confirmação regia. Em claustro de 2 de dezembro de 1559 foi eleito reitor D. Manuel de Menezes; sabendo, porém, el-rei que o claustro desejava eleger D. Jorge d'Almeida, mas que o não pudera fazer em consequencia d'elle não ter ainda completado 30 annos, como os Estatutos exigiam, recusou a confirmação a D. Manuel de Menezes, que não podia vir reger a Universidade por ter sido nomeado deão da capella real, e mandou insinuar que a Universidade elegesse D. Jorge, que elle o dispensava da falta da edade. D. Jorge foi eleito por acclamação no claustro de 25 de janeiro de 1560, tendo a confirmação regia a 11 de setembro do mesmo anno. Sendo já reitor é que se doutorou em 1562. D. Jorge tambem foi visitador da Universidade, cujo documento regio da nomeação foi lido em conselho-mór de 9 de fevereiro de 1563. O documento ordenava que continuasse no logar de reitor emquanto se não mandasse o contrario, e usasse cumulativamente o poder do visitador e reformador. Em 31 de julho de 1563 completou o tempo do seu governo, vindo então para a capital, onde em 1570, pela renuncia do cardeal D. Henrique, sabiu á cadeira archiepiscopal de Lisboa. Quando em 1578, D. Sebastião partiu para a Africa, foi elle um dos cinco governadores nomeados pelo rei, para regerem o reino, tambem durante a sua ausencia. Esta regencia tambem prevaleceu no interregno que seguiu depois da morte do cardeal rei até que o rei de Castella se apoderou de Portugal. D. Jorge era affeiçoado a D. Filippe; assistiu nas côrtes de Thomar, com os bispos de Braga e d'Evora, á acclamação do rei hespanhol; foi nomeado inquisidor-mór, fallecendo cinco annos depois em Torres Novas, vindo sepultar-se na sé de Lisboa. Escreveu um *Nobiliario*, que ficou manuscripto; *Constituições do Arcebispado de Lisboa*, que fôram publicadas em 1588, pelo seu successor D. Miguel de Castro, com o seguinte titulo: *Constituições do Arcebispado de Lisboa, assi as antigas como as extrauagantes primeyras e segundas. Agora nouamente impressas por mandado do Ill.mo e Rev.mo Sr. D. Miguel de Castro, Arcebispo de Lisboa.* Attribue-se a D. Jorge d'Almeida o seguinte livro: *Index librorum prohibitorum cum regulis confectis per Patres etc. auctoritate SS. D. nostri Pii IIII Pont. Max. comprobatus. Nunc recens de mandato Ill. ac Rev D. Georgii Dalmeida Metropol. Archiepiscopi Olysiponensis.* Olyssipone, excudebat Antonius Riberius, 1581. E no fim se lhe juntou em portuguez: *Catalogo dos livros que se prohibem n'estes reynos e senhorios de Portugal, por mandado do ill.mo e rev.mo sr. D. Jorge de Almeida Metropolitano Arcebispo de Lisboa Inquisidor geral, etc. Com outras cousas necessarias á materia da prohibição dos livros.* Lisboa 1581. Este catalogo foi coordenado pelo dominicano fr. Bartholomeu Ferreira, que o subscreve.

Almeida *(Padre Jorge de)*. Jesuita professo e orador sagrado. Nat. d'Agueda, f. em 1643. Ha d'elle, impresso, um *Sermão na Beatificação de S. Francisco Xavier*, 1620.

Almeida *(José de)*. Esculptor do seculo XVIII. N. em 1709, f. em 1769. Cyrillo Volkmar Machado, na sua *Collecção de memorias*, diz que José d'Almeida foi o primeiro esculptor d'aquelle seculo, que soube cinzelar bem em pedra. Estudou em Roma, sendo discipulo de Carlos Monald; era competidor de Alexandre Giusti, que tinha sido discipulo de Conca e de Maini. José d'Almeida tambem trabalhava em madeira. São numerosas as suas obras citadas por Cyrillo Machado, entre as quaes se destacam a estatua de S. Paulo, existente na capella do paço das Necessidades, e outra, de S. João Baptista, no paço da Bemposta. No *Dictionnaire Historico-Artistique du Portugal*, o conde Raczynski dá tambem nota d'uma estatua de S. Onofre, na antiga egreja da Trindade, de esculpturas feitas em alguns dos coches que serviram na entrada em Roma do embaixador portuguez Mello e Castro, e que no livro intitulado *Embaixada de Mello e Castro* se vêem os desenhos d'estes coches.

Almeida *(D. José de)*. Fidalgo distincto, grande amador de musica e insigne cantor. N. em Lisboa a 7 de fevereiro de 1858, f. a 5 d'outubro de 1894. Era descendente d'uma das mais respeitaveis e distinctas familias portuguezas, filho de D. Francisco d'Almeida e de D. Carolina Street de Arriaga e Cunha. Tendo decidida vocação para a musica, aprendeu na infancia os primeiros rudimentos de solfejo e a tocar flauta, com seu pae, amador de musica illustrado e um flautista distincto. Assentou praça em artilharia, chegando ao posto de capitão. Não perdeu nunca o gosto pela musica, e, reconhecendo que tinha uma bella voz de baixo, e muito maleavel, procurou desenvolvel-a e aperfeiçoal-a, empregando alguns cuidados e exercicios. Casou com D. Julieta da Fonseca, excellente pianista, consummada professora, filha do commendador Francisco Lourenço da Fonseca, enthusiastico amador de musica, e tambem flautista. D'esta união resultou o commum aperfei-

çoamento na arte a que ambos consagravam todos os seus desvellos e cuidados. Em pouco tempo, D. José d'Almeida tornou-se um perfeito cantor, sempre admirado e applaudido nos salões aristocraticos. Accedendo a pedidos, resolveu-se a concorrer tambem aos concertos publicos, e apresentou-se pela primeira vez em S. Carlos, a 17 de fevereiro de 1879, n'um sarau em beneficio dos asylos para rapazes e meninas pobres. Tinha então 21 annos de edade, e a sua voz avolumara-se, tornara-se robusta, conservando aquelle timbre sympathico e pura emissão que constituiam o encanto de quantos o escutavam. Continuou tomando parte em differentes concertos da Academia Real dos Amadores de Musica, e em diversos beneficios, a que sempre estava prompto a comparecer. Em 1884, a 6 de junho, na Academia, cantou na *Patrie*, cantata de Alfredo Keil; em 1885, no antigo theatro dos Recreios, na opera de Ponchielli, *I Promessi Sposi*, recita de amadores, sob a direcção do fallecido Antonio Duarte da Cruz Pinto. Esta opera repetiu-se em 8 de junho de 1886, no theatro de S. Carlos, para festejar o casamento de Sua Magestade El-Rei Senhor D. Carlos, então principe. Em 1887, no salão da Trindade, cantou a *Maria Magdalena*, de Massenet, e um duetto da *Eva*, do mesmo autor, em dois concertos de amadores e artistas, tambem organisados por Antonio Duarte. Em 19 e 20 de outubro de 1889, cantou o *Fausto*, de Gounod, no theatro de S. João do Porto, em beneficio dos orphãos do violinista Marques Pinto. Além d'estes concertos e representações mais notaveis, devem-se tambem mencionar, com especialidade, os concertos dados pela Academia Real dos Amadores de Musica em 1892; no dia 8 de junho no salão da Trindade, e em 3 de julho no theatro de S. Carlos, D. José d'Almeida desenvolveu todos os recursos d'um cantor consummado, n'uma ballada escripta por Victor Hussla sobre a poesia portugueza de Lopes de Mendonça *O cantico das Vagas*, com acompanhamento d'orchestra. A ultima vez que D. José cantou em publico foi n'um concerto da Academia em 10 d'abril de 1893. No principio de 1894 teve uma congestão pulmonar; partiu para a Suissa, por conselho dos medicos, e alli experimentou sensiveis melhoras. Entrava já em franco restabelecimento, quando lhe sobreveiu uma pneumonia, a que succumbiu. D. José d'Almeida era muito estimado e respeitado; não se recusava nunca a concorrer com o seu prestimo a todas as festas de beneficencia, e a coadjuvar os artistas que recorriam ao seu auxilio; apaixonado pela musica, interessava-se por tudo quanto lhe dizia respeito, procurando sempre a convivencia dos melhores artistas para mais se esclarecer nas questões de arte. S. M. El-rei sr. D. Carlos tinha-o nomeado seu ajudante de ordens.

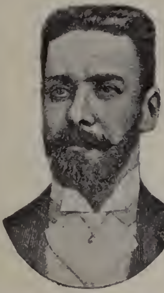

D. José de Almeida

Almeida (*José Alexandre de Campos e*). Lente cathedratico de direito e vice-reitor na Universidade de Coimbra. N. em Villar Torpim, comarca de Trancoso, a 17 de novembro de 1794, onde tambem falleceu a 21 de novembro de 1850. Era filho de Matheus Antonio d'Almeida e de D. Caetana Manuela de Campos Pereira. Em casa de seu avô, o capitão-mór da villa do Sabugal, e sob a direcção d'um virtuoso ecclesiastico, que para a educação d'este e d'outros netos, chamara para sua casa aquelle veneravel ancião, começou os seus estudos, dando logo indicios de superior intelligencia, vasta e prompta comprehensão, assiduo e desvelado estudo, que foi em todo o decurso da sua vida a sua paixão proeminente. Destinado pela familia á profissão litteraria, para que mostrava singular e precoce disposição, preparava-se para começar os estudos superiores em outubro de 1810, quando o general francez Massena invadiu Portugal com o seu exercito; devido a esta circumstancia só poude matricular-se no primeiro anno da faculdade de direito em outubro de 1812, conforme os desejos da familia, matriculando-se tambem no primeiro anno de philosophia, segundo as suas proprias aspirações. Cursou a faculdade de direito com muito aproveitamento e distincção, tendo em todos os annos alcançado os premios pecuniarios; doutorando-se a 21 de junho de 1818, obteve pouco depois a regencia d'uma das cadeiras do curso. José Alexandre de Campos e Almeida foi victima de todas as reacções absolutistas, sendo perseguido por liberal, em 1823, chegando a soffrer uma prisão curta e suave no Limoeiro; mas em 1828, a perseguição tornou-se mais séria, sendo preso e encerrado nos carceres da villa d'Almeida, interrompendo assim a sua illustre carreira de professor. Conservou-se preso até que o poder constitucional ficou completamente constituido, recuperando então a liberdade, e sendo nomeado vice-reitor da Universidade por carta régia de 12 de maio de 1834, com amplos poderes para reformar e melhorar o ensino e as tradições universitarias, dando em beneficio d'aquelle estabelecimento scientifico todas as providencias que lhe parecessem opportunas, e propor todas as medidas necessarias para se abrir a Universidade em tempo competente. Em 1847 soffreu novas torturas, porque o seu nome foi um dos primeiros de que o governo anti-progressista se lembrou para inscrever na lista dos proscriptos. Esteve preso a bordo da fragata *Diana;* esta prisão não foi demorada, mas foi mais cruel e feroz, e soffreria os horrores do brigue *Audaz*, a que estava destinado, se um acaso, que pareceu providencial, não houvesse demorado a sua viagem da Figueira para Lisboa. Só conseguiu ser solto quando se proclamou a amnistia, em junho do referido anno de 1847, que as tres potencias interventoras fizeram decretar. Então affastou-se da politica, e recolheu-se a sua casa de Villar Torpim, d'onde não tornou mais a sahir. O dr. José Alexandre de Campos e Almeida foi constantemente deputado, desde 1834 a 1842, e em 1837 presidiu ao congresso constituinte de 3 de junho até 10 d'agosto de 1837, data em que foi chamado ao ministerio para dirigir a pasta dos negocios ecclesiasticos e da justiça; algum tempo se conservou no ministerio, sahindo depois, quando viu a reacção cartista começar a in-

sinuar-se nos governos que apparentemente ainda administravam com a constituição de 1838. Pouco tempo depois da revolução de setembro de 1836, foi encarregado superiormente da reorganisação geral dos estudos no reino, e os trabalhos que apresentou fôram convertidos nos decretos de 15 e 17 de novembro, 6 e 20 de dezembro de 1836, e 13 de janeiro de 1837, que todos vigoraram até á nova reforma estabelecida pelo decreto de 20 de setembro de 1844; este decreto confirmou algumas d'aquellas disposições, modificou outras, e ajuntou ainda algumas novas. Por sua iniciativa creou-se na Universidade uma cadeira de economia politica, que elle regia, nos intervallos das sessões legislativas, e depois que deixou de ser deputado. Casou em 8 de julho de 1843 com sua prima, D. Josepha Marianna Barreto de Campos e Almeida. O dr. José Alexandre de Campos era conselheiro de S. M., commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, membro honorario da Sociedade Pharmaceutica, e academico da Academia das Bellas Artes. Escreveu: *Os acontecimentos de Março na capital, considerados nas suas causas e effeitos. Memoria dedicada aos amigos da revolução de setembro,* Lisboa, 1838. Dos seus numerosos discursos proferidos na camara dos deputados, parece que se publicaram, em separado dos *Diarios das Camaras,* os seguintes: *Discursos de s. ex.ª o sr. José Alexandre de Campos, deputado pela Guarda, recitados nas sessões de 27 e 30 de agosto de 1841, contra a decima nos fundos publicos,* Lisboa, 1841. Redigiu tambem em Coimbra um periodico, intitulado *O grito nacional,* que se publicou de 27 de junho a 28 de dezembro de 1846.

Almeida *(José Antonio de).* Cirurgião medico, pela escola medico-cirurgica de Lisboa, e socio da Sociedade das Sciencias Medicas. Nat. de Villa Chã do Monte; filho de Thomaz Antonio d'Almeida. Defendeu these em 15 de julho de 1850, a qual foi publicada n'esse mesmo anno, e tem por titulo: *Apertos de uretra.*

Almeida *(José Augusto Moreira de).* Jornalista contemporaneo, nat. de Lisboa, nasceu a 16 de fevereiro de 1869. E' filho de Francisco Augusto Xavier d'Almeida e de D. Emilia Moreira d'Almeida. Tendo concluido em 1888 o Curso Superior do Commercio, concorreu em seguida ao logar de consul de 1.ª classe, em que ficou classificado, sendo depois nomeado para exercer esse cargo em Banana (Estado Livre do Congo), logar de que não chegou a tomar posse, por diversas circumstancias, conservando-se na disponibilidade. Desde os bancos da escola se revelou orador fluente, como o provam varios dos seus discursos na *Associação Camoneana José Victorino Damasio, Sociedade de Geographia de Lisboa,* etc. Sahindo do Instituto Industrial e Commercial dedicou-se com enthusiasmo ao estudo das sciencias economicas e sociaes. Em 1892 publicou o seu livro *Elementos de Direito Internacional Publico,* que lhe valeu a entrada na Academia Real das Sciencias, como socio de 2.ª classe. Considerado bem cedo escriptor distincto, foi apresentado a José Elias Garcia, que, reconhecendo-lhe verdadeiro merecimento, o encaminhou no jornalismo, tendo collaborado no *Debate,* onde deixou, como em outros periodicos, escriptos de valor. Ultimamente tem collaborado no jornal *O Dia,* onde arcou com a honrosa responsabilidade de substituir na redacção dos artigos editoriaes o fallecido director d'aquelle jornal, conselheiro Antonio Ennes, durante a doença a que succumbiu. Dedicando-se sempre ao estudo das finanças tem dirigido com acerto varias emprezas commerciaes, demonstrando as apreciaveis qualidades de intelligencia e de trabalho que o distinguem.

Almeida *(José Avelino de).* Escrivão dos orphãos e de paz, professor particular de portuguez e latim, e depois, professor régio de latim e latinidade em Valença. N. em Vianna do Castello, a 6 de janeiro 1807. Era filho de Antonio de Azevedo e Almeida, tenente de infantaria 9, e de D. Antonia dos Reis. Fundou em Valença um theatro, onde representava juntamente com outros amadores, ensaiava e dirigia a orchestra, em que tambem tomava parte muitas vezes. Estabeleceu uma typographia, em 1846, em que se imprimiu o *Passatempo,* primeiro jornal que appareceu em Valença. Instituiu egualmente a sociedade artistica d'aquella villa, redigindo os respectivos estatutos. Era homem muito intelligente, laborioso e activo. Escreveu: *Grammatica da lingua portugueza,* Valença; *Diccionario abreviado de chorographia, topographia e archeologia das cidades, villas e aldeias de Portugal. Por J. A. de Almeida,* Valença, 3 tomos. O primeiro não traz data, e os outros dois teem a data de 1866. José Avelino d'Almeida redigiu e publicou alguns folhetos de pouca importancia; entre elles figura um com o titulo *Defeza das mulheres.* Collaborou nos seguintes jornaes: *A Razão, Voz do Minho* e *Correio da Noite,* folhas publicadas em Valença.

Almeida *(José Bento Ferreira de).* Capitão de mar e guerra, deputado e ministro de estado honorario. N. em Faro a 7 de maio de 1847, f. em Leorne a 4 de setembro de 1902. Era filho do bacharel Manuel Joaquim d'Almeida, que foi vereador da camara de Faro em 1858, deixando o seu nome ligado a importantes melhoramentos locaes, continuando depois a prestar grandes serviços como vogal e presidente da Junta Geral, da commissão executiva da Junta, governador civil substituto e effectivo, e deputado nas legislaturas de 1859-1861 e 1879. Ferreira d'Almeida cursou os estudos em Lisboa, assentou praça de aspirante de marinha extraordinario a 20 de maio de 1867, sendo promovido a guarda marinha a 23 d'outubro de 1869, a tenente em 28 d'outubro de 1873, a primeiro tenente em 2 de dezembro de 1879, e seguindo regularmente os postos immediatos, até ao de capitão de mar e guerra, a que foi promovido em 28 de março de 1901. Em 1879 teve a nomeação de governador de Mossamedes sendo exonerado a seu pedido em agosto de 1880; e tendo-se suscitado duvidas sobre a maneira por que fizera executar ou interpretar as leis que tinham abolido a escravatura nos nossos dominios d'Africa, fez, perante a Sociedade de Geographia, em novembro do mesmo anno, uma notavel conferencia, que lhe valeu não só o applauso de toda a imprensa, sem distincção de côr politica, mas uma portaria de louvor do governo. Na sua estreia como official de marinha, fazia parte do estado maior da corveta *Estephania* em 1869, quando este vaso de guerra desarvorou do gurupés, mastro do traquete e mastaréo de gavea, debaixo de intenso temporal, no Mediterraneo, em viagem, para assistir á inauguração do Canal de Suez.

N'este mesmo anno, seguindo viagem pára Faro em vapor mercante da carreira, o vapor abriu agua, por bater n'umas pedras proximo de Sines, e na sua energia teve o commandante um auxiliar poderoso para manter a ordem, quando o vapor, ameaçando submergir-se, fez nascer um panico geral. Ferreira d'Almeida foi um official prestante e intelligente no desempenho das differentes commissões de serviço que lhe confiaram, sendo as mais importantes as do commando das corvetas *Duque de Palmella, Estephania,* couraçado *Vasco da Gama,* e das escolas de alumnos marinheiros do Algarve e do Porto, immediato da escola pratica de artilharia naval e instructor da mesma escola. Tendo desembarcado em Loanda com uma força da corveta *Infante D. Henrique,* para segurança da cidade, confiada unicamente á sua guarda, mereceu do governador geral, José Horta, um louvor especial, tanto mais notavel, quanto este governador não era prodigo de taes demonstrações. Foi deputado pela primeira vez em 1884,

José Bento Ferreira de Almeida

sendo eleito pela minoria prurinominal de Faro-Loulé; e seguiu em todas as legislaturas, até 1901, em que foi nomeado par do reino. A sua voz fez-se sempre ouvir em todas as questões importantes, com especialidade nas de administração publica. Era de temperamento sanguineo e arrebatado, e na força da discussão não conhecia correlegionarios nem adversarios, quando estava possuido da justiça da causa que defendia. Esse temperamento levou-o a aggredir corporalmente, em plena camara, na sessão de 1887, o ministro da marinha, então o sr. Henrique de Macedo, actual conde de Macedo, por se julgar offendido por uma phrase que lhe ouvira. A sessão cerrou-se em desordem, e o ministerio, reunindo-se depois, resolveu mandar prender Ferreira d'Almeida, e recolhel-o a bordo do *Vasco da Gama.* A camara alta, que reuniu a 18 de agosto do referido anno de 1887, sob a presidencia de Barros e Sá, representando o ministerio publico o conselheiro Annibal Martins, escrivão Luiz de Sequeira, e advogado do réo o dr. Luciano Monteiro, para julgar Ferreira d'Almeida, condemnou-o por maioria a quatro mezes de prisão, levando em conta a que já tinha soffrido de 7 de maio até á data do julgamento. A esta sessão assistiram 71 pares do reino. Ferreira d'Almeida pertencia ao partido progressista, mas abandonou aquelle partido e fez-se regenerador, conservando sempre certa independencia, que estava em harmonia com o seu caracter, pois que não era sua feição o facciosismo partidario, para lhe tolher o criterio ou calar a voz da justiça. Em 1895 acceitou a pasta de ministro da marinha, no ministerio presidido pelo sr. Hintze Ribeiro. A sua gerencia foi das mais fecundas em actos de administração tendentes á boa economia sem desorganisação de serviços, antes cortando abusos. Foi durante a sua gerencia que se organisou a primeira expedição a Africa, em 1895. Ultimamente estava em Leorne, presidindo aos trabalhos de reconstrucção do Couraçado *Vasco da Gama,* nos estaleiros dos constructores navaes Orlando, quando a morte o surprehendeu, sendo victima d'um anthraz resultante de diabetes. Ferreira d'Almeida era condecorado com o habito de Christo, tinha a medalha de bons serviços, a de bom comportamento, e o gran de grande official da corôa de Italia. Publicou: *A salvação da patria, discurso proferido na camara dos senhores deputados em sessão de 12 de fevereiro de 1900,* 1 folheto.

Almeida *(José Ernesto de).* Egresso e organista do convento de S. João Evangelista. N. no Porto a 27 de setembro de 1807, onde tambem falleceu a 3 de janeiro de 1869. Era filho do litterato e poeta portuense Henrique Ernesto de Almeida Coutinho (V. *este nome).* Aos 18 annos de edade, em 1825, professou na Congregação dos Conegos Seculares de S. João Evangelista, exercendo no seu convento as funcções de organista. Com a extincção das ordens religiosas, em 1834, dedicou-se exclusivamente á musica, adquirindo fama de insigne professor. Deixou muitas composições que ficaram inéditas, sendo as mais notaveis: *Quatro sonatas para piano, com acompanhamento ad libitum de violino e violoncello; Symphonia a grande orchestra,* dedicada á *Sociedade Philarmonica Portuense; Variações para violino sobre a canção italiana:* «Già la notte s'avvicina.» Das menos importantes apontaremos as seguintes: *Abertura para orchestra; A Opera Norma de Bellini, arranjada para quintetto de flauta, dois violinos, viola e violoncello; Varios trechos da mesma operá, só para piano; Duas quadrilhas para piano.* Traduziu a segunda edição da conhecida obra de Fétis: *A musica ao alcance de todos,* da qual houve duas edições, ambas no Porto, a primeira em 1845, e a segunda em 1859. *O Diccionario de termos de musica,* incorporado n'esta obra, tambem se vendia em separado, cujo titulo completo é o seguinte: *Diccionario das palavras que habitualmente se adoptam em musica, traduzido e accrescentado* de F. J. Fétis. Em 25 de novembro de 1868, ainda se executou no theatro de S. João, do Porto, a symphonia, n'um grande concerto de amadores, dirigido por Dubini, para festejar a installação da *Academia Musica.* No começo do anno seguinte fallecia José Ernesto d'Almeida.

Almeida *(José Gouveia de).* Presbytero natural d'Angola, no seculo XVII; presidente da Misericordia n'aquella cidade. Publicou: *Doctrina christã, accrescentada com alguns documentos,* 1715.

Almeida *(José Henriques de).* Escriptor do seculo XVIII. Residia em Amsterdam; parece que foi um judeu portuguez, que se refugiou na Hollanda. Nada mais se sabe a seu respeito, senão que escreveu um livro, que se publicou em Utrecht, em 1712, com o seguinte titulo: *Panegyrico yncomiasthico do excellentissimo senhor Dom João Gomes de Sylva, Embaixador Extraordinario de sua magestade (que Deus guarde) Rey de Portugal por primeiro plenipotenciario da paz a estas provincias de Hollanda.* Consta d'um discurso em prosa e de uma oitava e decimas acrosticas.

Almeida *(José Joaquim de)*. Medico distincto, fundador do *Sanatorio maritimo de Oeiras*. E' natural de S. Pedro do Sul, e filho de Francisco d'Almeida e de D. Joaquina Margarida d'Almeida, proprietarios muito considerados n'aquella villa. Depois d'um curso brilhantissimo, concluiu a formatura, tendo 21 annos, ainda incompletos. Continuou sempre a entregar-se ao estudo com a maior dedicação, pensando nos meios mais efficazes de acudir á humanidade afflicta, e do tratamento dos doentes pobres. Apenas terminou o curso, deparou-se-lhe uma collocação modestissima, que elle acceitou do melhor grado: medicò do montepio na fabrica de lanificios de José Diogo, em Oeiras. Assim principiou a sua clinica. O seu caracter modesto e reservado dava-se bem com aquella solidão, livre do bulicio das cidades, longe dos grandes centros que o podiam distrahir na profissão que adoptara, que elle estremece e sempre tem respeitado; a sciencia é um sacerdocio para o dr. Almeida. Nunca esqueceu os livros pelos diplomas, como quem sente intimamente o que D. Pedro V, o monarcha de saudosa memoria, aconselhava nas escolas: «que não se deve trocar os livros pelos premios, por isso que os premios são para uma vez, e os livros são para sempre.» Em Oeiras, onde tem permanecido, o dr. Almeida vive satisfeito, porque os doentes são poucos e tem-os todos junto de si. Desejava ardentemente fazer observações, o que é muito mais humanitario, no caso sujeito, do que fazer experiencias. E tanto queria ter á mão os doentes, que a alguns, os pobresinhos, levava-os para sua propria casa. Para ajuizar seguramente de si mesmo, dizia elle, era necessario que o exito dos seus processos não fôsse sacrificado pela mingua de recursos e de confortos. E assim fez o curso pratico. Casou em Oeiras com D. Virginia d'Almeida, senhora bondosa, desvelada companheira, cujas qualidades e dotes se egualam com os seus; no pensar no sentir e em caridade, são gemeos, são duas almas irmãs. Era ella a enfermeira solicita e dedicada dos doentes que abrigava em sua casa. O dr. José Joaquim d'Almeida tornou-se admirador enthusiasta da aptidão especial de Van-der-Laan, medico hollandez que exerceu clinica em Lisboa alguns annos, sendo especialista de doenças dos olhos; aproximou-se d'elle, e depois de o ter acompanhado nos trabalhos mais difficeis, veiu a ser seu collaborador. A preço d'esta applicação conscienciosa e aturada, tornou-se notavel nos estudos ophtalmicos. O dr. Almeida conta muitas operações, tendo sido feliz em todas ellas; Vander-Laan classificava-o como o seu discipulo mais habil. E' amavel, de trato finissimo, e tem um genio em extremo obsequiador. Os obsequios da sua maior predilecção são os anonymos. Os obsequiados ficam sem saber a quem devem agradecer o favor inesperado, e o dr. Almeida sorri-se intimamente, muito satisfeito. Não é vulgar encontrar hoje um genio assim. Quando o obsequio é directo, e portanto não póde haver duvidas sobre quem o prestou, revolta-se contra quem lhe falla a esse respeito, chegando a negar ter sido elle o obsequiador. E' excellente chefe de familia, amicissimo e respeitador de todos os seus; por seu irmão, o padre Antonio d'Almeida (V. *este nome*), que reside em Obidos, é extremosissimo. E' medico e caçador á custa d'este seu irmão, e consagra-lhe tanta estima, que, em tempo, chegou até a hesitar entre a anatomia e os canones. O dr. José Joaquim d'Almeida, sabendo pelo estudo e pela experiencia que a tuberculose escolhe de preferencia para suas victimas as naturezas enfesadas, lymphaticas, escrophulosas, conhecendo a conveniencia que haveria em prevenir essas desgraças transformando as condições physicas das creanças mal conformadas, lamentava a falta de um *Sanatorio Maritimo* que, n'esse sentido, prestasse os melhores serviços, a exemplo do que se observa nas principaes cidades da Europa. Propoz-se então a contribuir quanto em suas forças coubesse, para que se preenchesse essa lacuna. Resolveu, portanto, ir ao estrangeiro, a espensas suas, estudar a questão. A viagem realisou-se, e, quando voltou, vinha munido de muitos e valiosos conhecimentos e disposto a empregar todos os meios possiveis para realisar de prompto o seu projecto. Alcançou, por intervenção de Thomaz Ribeiro, que lhe fôsse cedido o terreno onde assentava o forte do Junqueiro, proximo a Oeiras, e lhe fôssem fornecidas das mattas do Estado as madeiras precisas para a construcção do edificio. João de Arriaga offereceu-se generosamente para dirigir os trabalhos. Fez-se o orçamento para a edificação, e viu-se que a despeza subiria a alguns contos de reis. O dr. Almeida, apesar da falta de recursos pecuniarios, não esmoreceu; trabalhava pela sciencia e pelo coração; conhecia ser prejudicial esta demora em acudir ás creanças que a sorte designava para mais tarde succumbirem á implacavel doença, e este pensamento o compungia deveras. Comtudo, não perdia a coragem, e luctava para conseguir a construcção tão util e necessaria. Então surgiu, como um anjo beneficente e protector, uma virtuosa e respeitavel senhora, possuidora de avultada fortuna, que emprega em grande parte na pratica de acções piedosas, a qual offereceu a sua bolsa para que as obras pudessem começar. E' a sr.ª D. Maria Albina Baracho Encerrabodes, a bemfeitora que caridosa e espontaneamente completou a obra do dr. José Joaquim d'Almeida. O Sanatorio concluiu-se afinal, ficando muito bem situado, perfeitamente construido, prompto a funccionar. O dr. Almeida, depois de tantos trabalhos e sacrificios, e de tão admiravel persistencia, conseguiu emfim vêr completa a instituição meritoria, que era o seu constante pensar. O Sanatorio d'Oeiras não tem por incentivo unicamente a caridade, não trata apenas de salvar de uma sorte infeliz as creanças que nascem em más condições; deve considerar-se tambem uma questão de interesse geral; trata-se d'uma campanha contra a tuberculose, que nos ultimos tempos tem invadido horrorosamente o nosso paiz, portanto tódos devem concorrer para a sua conservação.

Almeida *(José Maria de)*. Official da marinha portugueza. Assentou praça, como aspirante, em 5 d'agosto de 1788; seguiu os postos com a facilidade e o rapido accesso, que então se dava na marinha, procurando elevar-se depressa ás patentes superiores os homens novos e de merecimento. Sendo promovido a capitão de fragata, em 1 d'agosto de 1797, foi n'este posto, como immediato, do chefe da divisão Donald Campbel, a bordo da nau *Affonso*, na esquadra do Mediterraneo, commandada pelo marquez de Niza. N'esta campanha, Almeida portou-se com todo o valor, e principalmente na commissão conhecida pelo

nome de *Paz de Tripoli*. Quando o chefe Campbel conduziu temerariamente a nau *Affonso* ás quatro braças de fundo, para de tão arriscada posição, debaixo d'um temporal bater as fortalezas de Tripoli, quiz tomar um navio de guerra tripolino, que estava ao abrigo das baterias, em ponto que a nau não podia alcançar. O chefe fallou n'uma abordagem destemida, e toda a valente equipagem da nau *Affonso* queria ser da perigosa expedição. Escolheram-se á sorte trinta bravos, que sob as ordens do capitão de fragata Almeida, partiram em tres escaleres a praticar aquella temeridade. Os escaleres fôram arrombados, quasi mettidos a pique pelo fogo do inimigo, quasi sossobrados pelo rolo do mar; mas nada fez esmorecer aquelles valorosos marinheiros que, atravez de tantos perigos, chegaram afinal ao navio tripolino, descarregaram sobre elle á queima roupa as suas espingardas, aferraram-lhe os batoques, subindo ás mesas, galgando por cima da borda de espada e machado em punho; abandonando por inuteis os escaleres, logo que pozeram pé no convez do navio inimigo, d'onde só sahiriam vencedores ou mortos, vão acutilando, ferindo, despedaçando tudo em horrorosa carnificina. De parte a parte praticaram-se prodigios de valor. Dos portuguezes todos ficaram feridos e um ou dois mortos; dos moiros, morreram mais de cincoenta, e o resto dos tripulantes atiraram-se ao mar, procurando salvar-se. O navio foi tomado pela mais ousada e inaudita abordagem. Os tripolinos que das fortalezas tinham visto içar a bandeira portugueza a bordo do navio aprisionado, romperam sobre elle o mais vivo fogo, tentando mettel-o a pique. Os nossos picam-lhe as amarras e fazem-se ao largo, saudados pelas balas inimigas e pelos vivas enthusiasticos da tripulação da nau, que vira o combate sem n'elle poder tomar parte senão com seus votos. No dia 12 de maio de 1799, avistou-se a fragata do almirante tripolino, que acompanhada por um brigue tambem de guerra, demandava o porto. José Maria d'Almeida, commandando o navio aprisionado, já então bem guarnecido por marinheiros da nau *Affonso*, não lhe deu tempo a reconhecer o ancoradouro nem a saber dos acontecimentos. Fez-se ao largo, procurou com ousadia a fragata inimiga, ao alcance de pistola dá-lhe uma unica banda de artilharia, mette-lhe o gurupés por entre os mastros, lança-lhe alguma de gente de abordagem, e em poucos minutos de combate faz-lhe arriar a bandeira de Tripoli e içar a portugueza; tomando tambem pouco depois o brigue de guerra. Estes feitos heroicos valeram a José Maria d'Almeida o ser promovido a capitão de mar e guerra por distincção em combate. O valente e bravo official ainda exerceu depois alguns commandos, entre elles o da nau *Conde D. Henrique*, que fez parte da esquadra que conduziu a familia real ao Brazil. Foi tambem vice-intendente da marinha em 1809. Morreu no posto de chefe de esquadra, a que tinha sido promovido em 1817.

Almeida *(José Maria Eugenio de)*. Fidalgo da Casa Real, par do reino, provedor da Casa Pia, e um dos maiores proprietarios de Portugal. N. em Lisboa, em 1813, e f. em Evora, a 23 d'abril de 1872. Era filho de Joaquim José d'Almeida e de D. Gertrudes Magna do Nascimento de Jesus. Estudou os preparatorios de humanidades nas aulas do extincto convento de S. Vicente, que n'esse tempo era considerado como o estabelecimento escolar mais completo de Lisboa. Terminados os estudos, matriculou-se no primeiro anno de direito na Universidade de Coimbra, tomando depois o grau de bacharel a 4 de junho de 1879 com as mais distinctas informações. Voltando para Lisboa, foi nomeado delegado do procurador régio na quarta vara, por despacho de 17 de janeiro de 1840, e pouco depois foi eleito deputado pelos circulos de Leiria e Castello Branco. O governo havia-o proposto com o intuito de ser elle o competidor de José Estevão Coelho de Magalhães nas camaras. José Maria Eugenio d'Almeida era um grande orador, mas faltava-lhe a espontanea eloquencia, o improviso brilhante e prompto que tornou José Estevão o primeiro orador parlamentar portuguez, e com semelhante adversario tornava-se arrojado o combate. Na Escola Polytechnica concorreram ambos á cadeira de economia politica, e José Estevam, que inquestionavelmente estava muito menos habilitado que José Maria Eugenio d'Almeida, houve-se de tal fórma, com o esplendor da sua eloquencia nas provas do concurso, que foi elle o preferido. Sendo deputado, discutia-se na camara uma questão importante, e José Maria Eugenio tendo de votar contra o governo que até então apoiara, pediu a exoneração de delegado do procurador regio, a qual obteve por decreto de 24 de maio de 1841. Desde então renunciou á carreira da magistratura. Ainda tomou parte em mais duas legislaturas; em 1845, sendo eleito pelo circulo de Vizeu, e em 1848, pelo de Lisboa. Desde o primeiro de maio de 1846 até 30 d'abril de 1858, foi um dos socios arrematantes e caixas do Real Contracto de Tabaco, Sabão e Polvora. Desempenhou na qualidade de vogal algumas commissões de serviço publico: Commissão revisora das pautas das alfandegas, por decreto de 6 de maio de 1852; e da nova commissão das pautas por outro decreto, de 4 de janeiro de 1853; do conselho geral do Commercio, Agricultura e Manufacturas, nomeado em 6 de maio de 1852; e da commissão central de pesos e medidas, em 17 de fevereiro de 1853. Foi provedor da Casa Pia, estabelecida no antigo convento dos Jeronymos, em Belem, cargo que exerceu até ao seu fallecimento e em que prestou bastantes serviços, procedendo a grandes reformas. Sentindo-se bastante doente, procurou restabelecer-se, e partiu para o Alemtejo, onde ultimamente havia augmentado as suas propriedades com a acquisição da importantissima propriedade do *Paul*, que comprara ao marquez de Niza. Retirou-se á casa que possuia em Evora, e, aggravando-se-lhe os soffrimentos, ali falleceu. José Maria Eugenio d'Almeida era commendador das ordens de N. S.ª Conceição e de Christo, por cartas regias de 28 de novembro de 1854 e de 10 de março de 1855; a nomeação de par de reino tem a data de 5 de março de 1853. Escreveu uma *Dissertação academica ácerca do artigo 183.º da Constituição politica de 1822*, a qual se imprimiu na imprensa da Universidade de Coimbra em 1837. Este trabalho foi impresso, como elle proprio declara, por mandado do lente, que a esse tempo era do terceiro anno, o dr. Basilio Alberto de Sousa Pinto, depois visconde de S. Jeronymo. Escreveu tambem: *Relatorio da administração da Real Casa Pia de Lisboa, de 20 de outubro de 1859 a 31 de outubro de*

1860, apresentado a s. ex.ª o Ministro do Reino pelo provedor José Maria Eugenio d'Almeida, Lisboa, 1861. 8.º gr. de IV—112 pag., seguido de onze documentos em fórma de mappas demonstrativos. Com respeito á administração do referido estabelecimento em diversos tempos, existem impressos: *Exposição do estado de situação do Imperial e Real Estabelecimento da Casa Pia de Lisboa em 14 de maio de 1824, e dos melhoramentos feitos desde este tempo até o ultimo de Fevereiro de 1826, pelo actual administrador, o tenente coronel Antonio Candido Cordeiro Pinheiro Furtado*, etc. Lisboa, 1826; *Relatorio* (sem titulo) *feito ao governo pelo administrador José Ferreira Pinto Basto em 11 de Abril de 1837*, Lisboa, Impr. Nacional, folheto de 6 paginas, e mais 14 innumeradas, que conteem mappas e outros documentos. Diz-se que José Maria Eugenio d'Almeida foi redactor ou principal collaborador, em 1840, do jornal do governo, *O Portuguez*.

Almeida *(José Pedro de)*. Um dos mais esforçados e dos mais distinctos officiaes do nosso exercito, descendente de uma illustre familia. N. em Santarem em 1780; f. em Lisboa, em 1844, assentou praça de cadete, sendo ainda muito creança, n'um regimento de cavallaria. Durante a guerra peninsular tomou parte em varios combates, distinguindo-se principalmente no de Salamanca, que lhe mereceu não só o elogio dos camaradas como o de algumas publicações n'essa época. No combate de Usagre, sendo ajudante de cavallaria n.º 1, surprehendido por cinco officiaes do exercito francez, defendeu-se heroicamente, chegando a prostrar a seus pés tres dos adversarios. Uma pequena força que veiu em seu auxilio, encontrou-o gravemente ferido, mas resistindo ainda aos dois restantes com a espada na mão esquerda. Quando em 1833, as forças constitucionaes entraram em Almada, José Pedro de Almeida estava no quartel d'Alcantara; então chegaram alli os primeiros populares pedindo em grandes gritos que se lhe déssem armas. Almeida achava-se sósinho á porta do quartel abandonado pelos outros officiaes e soldados. Affecto á causa da liberdade, o digno official que fôra sempre escravo do seu dever, não tendo recebido ordem do quartel general para se reunir ás forças miguelistas, conservou-se no seu posto. N'essa occasião fôram-lhe disparados alguns tiros que felizmente lhe não acertaram; em seguida a este facto, José Pedro d'Almeida, reconhecendo que não haveria duvida alguma, permittiu aos populares que entrassem no quartel e se armassem, com a condição, porém, de que entrariam um por um, e que o primeiro que tentasse resistir, seria atravessado pela sua espada. Os populares obedeceram, e capitaneados por José Pedro d'Almeida, dirigiram-se logo com o maior enthusiasmo a libertar os presos que estavam nas torres. Depois de consolidado o governo constitucional, Almeida passou para a artilharia, prestando grandes serviços, entre os quaes se conta a organisação d'uma companhia de serventes montada. Desinteressado e leal como poucos, dotado d'uma modestia que lhe não permittiu requerer o posto de general que de direito lhe competia, José Pedro d'Almeida mereceu, pelas suas elevadas qualidades e caracter inquebrantavel, a confiança e a estima do marechal duque da Terceira e do visconde de Sá da Bandeira. José Pedro d'Almeida era avô do bem conhecido escriptor e jornalista, Francisco d'Almeida. V. *este nome*.

Almeida *(José Simões de)*. Distincto esculptor e professor da Academia das Bellas Artes de Lisboa. N. em Figueiró dos Vinhos a 24 d'abril de 1844. E' filho de José Simões d'Almeida. Veiu para Lisboa muito novo, foi discipulo da Academia, onde se matriculou em 1856; terminado o curso, em 1865, partiu para a Italia e Paris a completar a sua educação artistica durante os annos de 1866 a 1872. Em Paris estudou na Escola das Bellas Artes com o eminente esculptor Jouffroy, de quem foi discipulo, obtendo cinco medalhas de prata e dois premios pecuniarios. Em Roma estudou com o professor Giulio Monteverde. De volta a Portugal foi nomeado professor interino da aula de desenho da Escola de Bellas Artes, logar que occupou durante trez annos, resignando-o depois; ficando mais tarde nomeado professor effectivo, em março de 1881. O ultimo trabalho que apresentou como pensionista do estado, e que existe na Escola de Bellas Artes, *Joven grego nas corridas olympicas*, mereceu-lhe uma medalha de bronze na exposição de Madrid em 1891. E' avultado o numero das suas obras: *Sapho*, estatueta em gesso, premiada na exposição do Rio de Janeiro em 1880; *A Puberdade*, estatueta em marmore premiada na exposição de Paris, em 1878; *D. Sebastião lendo os Luziadas*, estatua em marmore, adquirida por el-rei D. Luiz; *O Saltimbanco*, estatua em marmore, que pertenceu á galeria d'el-rei D. Fernando; *A Saudade*, estatueta em marmore; *D. Ignez de Castro*, estatueta em marmore, que figura na galeria da sr.ª duqueza de Palmella; o busto do *Duque d'Avila e Bolama*, existente na sala da camara dos pares; *José Estevam Coelho de Magalhães*, em Aveiro; *A Imagem de Santo Christo*, na capella da egreja de Santa Maria de Belem, onde repousam os restos mortaes de Alexandre Herculano; *Judith, A Agricultura*, que foi expressamente encommendada para a exposição industrial de Lisboa de 1888; apesar de ser feita muito á pressa, é uma figura vigorosa e magistral, exprimindo admiravelmente a poesia do campo, e como que desafiando ao trabalho.; as estatuas de Camões, infante D. Henrique, Vasco da Gama e Alvares Cabral, executadas em pedra, para o edificio do Gabinete Portuguez de Leitura do Rio de Janeiro; um busto de Camões para a mesma Sociedade. Simões d'Almeida concorreu ao concurso para o monumento ao duque da Terceira, sendo o seu projecto classificado em primeiro logar. Esse monumento valeu-lhe o ser-lhe conferido o habito de S. Thiago, que não acceitou. No monumento dos Restauradores, é de Simões d'Almeida a magnifica estatua: *O Anjo da Victoria;* mais uma affirmação do seu elevado talento artistico. Esta estatua distingue-se pela

José Simões de Almeida

grande correcção classica do desenho e pela graça e leveza da attitude junta á suavidade da expressão; o tumulo do maestro Cossoul no cemiterio dos Prazeres, as estatuas de Luz Soriano e Julio Cesar Machado, o busto de Fontes Pereira de Mello, para a camara dos pares, etc. *O Gremio artistico*, por occasião da esposição de 1894, que Simões d'Almeida honrou com a sua primorosa estatua *A Superstição*, conferiu-lhe a medalha de honra. Os portuguezes do Rio de Janeiro mandaram-lhe uma medalha de oiro, exaltando os valiosos trabalhos com que n'aquelle paiz tem honrado a arte nacional.

Almeida *(José Verissimo de)*. Lente cathedratico do Instituto de Agronomia e Veterinaria. N. em Faro a 13 de junho de 1834; é filho de João Verissimo d'Almeida, pharmaceutico n'aquella cidade. Veiu para Lisboa em 1855, para frequentar o curso do Instituto Agricola, hoje Instituto de Agronomia e Veterinaria. Concluiu o curso em 1859, defendendo these em outubro d'esse anno. Durante os estudos agricolas, seguiu e obteve approvação na cadeira de chimica na Escola Polytechnica. No mesmo anno foi nomeado preparador dos trabalhos e analyse chimica dos trigos e terras do reino, dirigidos e executados pelo professor conselheiro João Ignacio Ferreira Lapa. Em 1860, sob proposta do conselho escolar, teve a nomeação de professor em commissão de physica e chimica elementares e introducção á historia natural, curso que então fôra creado no mesmo instituto. Em fevereiro de 1863, foi nomeado, por concurso, lente substituto das cadeiras 1.ª (agricultura geral e cultura cerealifera) e 8.ª (meteorologia e chimica agricolas e technologia rural). Em 1864 teve a denominação de lente auxiliar ou de 2.ª classe; sendo depois supprimidos, em nova reforma, os lentes auxiliares, ficou addido á escola, continuando em exercicio no magisterio. Em 1872 foi promovido a lente de primeira classe. Nomeado membro da commissão anti-phylloxera do sul, pediu e obteve a exoneração d'esse cargo. Em 1884 foi encarregado, juntamente com o conselheiro Ferreira Lapa e Pereira Coutinho, da analyse dos vinhos que estiveram expostos na Tapada d'Ajuda. Durante esta exposição fundou, com alguns amigos e agronomos, a *Revista da exposição agricola de Lisboa*, com gravuras. E' uma obra interessantissima; contém numerosos artigos de diversos, os principaes documentos relativos á exposição, e importantes criticas e analyses do lente sr. José Verissimo d'Almeida, por elle assignadas. Collaborou no *Jornal official de agricultura*. De 1878 a 1881, anno em que suspendeu a publicação, redigiu a *Chronica agricola*. Collaborou no *Jornal do Commercio*, publicando em 1883 e 1884 algumas revistas agricolas, na *Gazeta dos Lavradores* e na *Revista scientifica*. Este jornal sahia no Porto, e publicaram-se só quatro numeros. Tambem tem collaborado na revista *Portugal Agricola*. Escreveu: *O mildío e o seu tratamento*, 1 vol. de 100 pag., illustrado, que conta duas edições.

Almeida *(D. Leonor de)*. V. *Alorna (Marqueza de)*.

Almeida *(D. Lopo de)*. V. *Abrantes (Conde de)*.

Almeida *(D. Lopo de)*. Fidalgo distincto, capitão do porto de Sofala, para onde partiu na armada de Filippe de Castro, em 1525.

Almeida *(D. Lopo de)*. Presbytero, confessor da infanta D. Maria, filha d'el-rei D. João III, casada com D. Filippe II, de Hespanha, e I de Portugal, capellão do mesmo soberano. Ignora-se a data do nascimento, mas sabe-se que era natural de Lisboa; f. em Madrid a 29 de janeiro de 1581. Foi filho de D. Antonio d'Almeida, contador da casa e reino, e de D. Maria Paes. D. Lopo d'Almeida acompanhou para Madrid a infanta D. Maria. Distinguiu-se muito pela sua caridade, legando todos os seus bens á Misericordia do Porto, para se fundar um hospital, que é o soberbo edificio, ainda hoje existente no Porto, o Real Hospital de Santo Antonio. Entre outros encargos, deixou os seguintes: que se rezassem todos os annos cinco missas por sua alma, numero commemorativo das cinco chagas de Christo, e que no dia do anniversario do seu fallecimento, se désse tambem todos os annos um fato completo e jantar a cinco pobres. Na secretaria do hospital está pendente o retrato de D. Lopo d'Almeida, por cima da cadeira do provedor.

Almeida *(D. Lourenço de)*. Filho de D. Francisco d'Almeida, primeiro vice-rei da India, e de D. Joanna Pereira. Acompanhou seu pae, em 1505, na expedição que D. Manuel enviou áquelles estados, em 25 de março (V. *D. Francisco d'Almeida)*. Apenas chegou á India, D. Francisco quiz dar-lhe o posto de capitão-mór da armada, que era o logar mais importante depois do de vice-rei, o qual D. Manuel lhe havia promettido; soube, porém, com o maior espanto, que para aquelle logar fôra nomeado secretamente, pelo proprio soberano, um dos seus capitães. Foi esta uma das muitas contrariedades que D. Manuel levantou ao grande vice-rei durante o seu governo. D. Francisco d'Almeida, no entretanto, não deixou de confiar a seu filho alguns dos commandos de maior responsabilidade, preterindo muitas vezes outros capitães. Assim foi D. Lourenço o encarregado de ir a Ceylão, terra que os portuguezes ainda não tinham pisado, a sujeitar os rajahs d'aquella ilha a pagarem tributo. D. Lourenço foi tambem quem acudiu em defeza de Cananor, era elle quem commandava as esquadras que iam cruzar nas costas de Guzerate. D. Francisco, porém, apezar do seu amor paternal, reconhecia que seu filho era ainda muito novo para que se lhe podesse confiar affoitamente o commando d'uns poucos de navios, e por isso lhe recommendava que não fôsse imprudente, e não tomasse resolução alguma mais seria sem consultar os capitães, que eram homens mais experimentados. Succedeu uma vez, que os capitães, despeitados por se vêrem ás ordens d'um joven capitão inexperiente, ou por qualquer outro motivo, fôram de opinião que D. Lourenço d'Almeida não devia ir atacar os moiros. D. Lourenço cedeu, mostrando-se contrariado e contou a seu pae o que se passara. D. Francisco d'Almeida, sempre energico, mas d'essa vez injusto, mandou castigar os capitães por terem aconselhado mal o commandante. Era um acto de despotismo. D. Lourenço d'Almeida voltara, em 1508, com uma armada á costa da Guzerate, e estava em Chaul, quando uma armada egypcia, commandada por Mir-Hussein, veiu aos mares da India. D. Lourenço estava em Chaul com poucos navios. Mir-Hussein resolveu-se a atacal-o. Não prevendo este ataque, a armada de D. Lourenço estava desprevenida, quando appareceu o inimigo, comtudo

o joven commandante preparou-se para o combate. Apesar da desproporção da lucta, a victoria esteve quasi a favor dos portuguezes, mas a fatalidade occasionou uma serie de desastres, falta de polvora, manobras erradas, uma avaria recebida pela nau de D. Lourenço que a immobilisou e separou das outras no momento mais critico, tudo concorreu para que se désse a terrivel catastrophe, da perda da batalha e da morte do joven D. Lourenço. A nau, em que elle ia, vira-se cercada de naus inimigas, e uma bala d'artilharia lhe partira as duas pernas, dando-lhe em breve uma horrorosa morte. A consternação foi geral, e o inimigo, aproveitando-se d'aquelle gravissimo e irremediavel incidente, apoderou-se da nau desarmada. Assim morreu na flôr da existencia um dos capitães mais valorosos e gentis, que percorreram os mares da India.

Almeida *(D. Lourenço de).* Fidalgo distincto que viveu nos fins do seculo XVII e principios do seculo XVIII. Serviu valorosamente na India, onde foi capitão de infantaria, capitão de mar e guerra, fiscal da armada, e capitão mór da armada do norte. Partira para a India expressamente para casar com sua prima, filha de D. Miguel d'Almeida, governador d'aquelle estado. Voltou depois a Portugal com sua mulher, em 1706, e foi despachado para o Brazil, como governador das Minas e de Pernambuco.

Almeida *(Padre Luiz de).* Jesuita portuguez e missionario na China e no Japão. Nasceu em 1525, falleceu em Macau a 5 de outubro de 1583 Começou por ser negociante e n'esse mister percorreu muitos mares e paizes orientaes. Em 1555, estando no Japão, o padre Cosme de Flôres lhe vestiu o habito de jesuita, e Luiz d'Almeida, tornando-se conhecedor da lingua japoneza dedicou-se ás missões na China e no Japão, tornando-se um dos missionarios jesuitas portuguezes mais celebres e illustres, que conquistaram para a sciencia, para a civilisação, para a fé os mais remotos paizes do Oriente. Antes de entrar na ordem dos jesuitas, fundara em Bungo um hospicio para expostos e um hospital para leprosos. Conhecia praticamente a cirurgia, o que lhe era muito proveitoso para as suas missões. Indo a Macau, foi atacado d'uma doença que o victimou. E' autor de *Quatorze cartas,* escriptas das missões, as quaes andam insertas nas *Cartas da China e do Japão,* impressas em Evora, em 1598. O *Diccionario bibliographico,* de Innocencio, traz a nota de treze d'essas cartas e das terras em que fôram escriptas: Livro I — 1.ª de Cochim, em 1 de novembro de 1557; 2.ª Cochim, 1559; 3.ª Japão, 1 d'outubro de 1561. Livro II — 4.ª Japão, 25 d'outubro de 1562; 5.ª Vocoxiura (Japão), 17 de novembro de 1563; 6.ª Bungo, 14 d'outubro de 1564; 7.ª Facundá, de 25 d'outubro de 1565; 8.ª Firando, de 17 de março de 1566. Livro III — 9.ª Japão, de 20 de outubro de 1568; 10.ª Fitá, de 22 de outubro de 1659: 11.ª Firando, de 25 d'outubro de 1570. Livro IV — 12.ª Cochinuçu, de 31 de janeiro de 1576; 13.ª Sacuma, de 1578.

Almeida *(Luiz de).* Capitão do mar da India; tornou-se notavel pela sua bravura n'um dos cercos de Diu, combatendo ás ordens de D. João de Castro.

Almeida *(Luiz Albano de Andrade Moraes e).* Doutor formado em mathematica na Universidade de Coimbra, onde tambem foi lente da mesma faculdade. Era nat. de Santa Comba Dão; filho de Joaquim Antonio de Moraes. Doutorou-se a 25 de abril de 1852. E' já fallecido. Escreveu: *A'memoria do illustre Sr. José Antonio de Aguiar, lente substituto das aulas da academia polytechnica do Porto,* Coimbra, 1850; *Resumo do relatorio apresentado á faculdade de mathematica como vogal da commissão encarregada de observar o eclypse total do sol de 22 de dezembro de 1870,* Coimbra, 1871.

Almeida *(Luiz de Brito e).* Fidalgo do conselho de D. Sebastião. Governador geral das capitanias do norte do Brazil, em 1573.

Almeida *(D. Luiz Caetano de).* Fidalgo portuguez; n. em Pangim, em outubro de 1708; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de D. Lopo José d'Almeida. Em 1716 foi-lhe dada a capitania de Damão, e em 1729 a de Chaul. Depois da morte do vice-rei marquez de Louriçal, em 14 de julho de 1742, dos tres membros de que devia compôr-se o governo, D. Francisco de Vasconcellos, bispo de Cochim, D. Lourenço de Noronha, que estava então governando Moçambique, e D. Luiz Caetano d'Almeida, só este ultimo se encontrava em Gôa, por isso ficou sendo governador interino até á chegada do bispo de Cochim, que chegou a 20 de dezembro do referido anno de 1742. Este prelado falleceu a 30 de março de 1743, e então D. Luiz Caetano d'Almeida ficou outra vez governando interinamente até 18 do mesmo anno, data em que chegou de Moçambique o seu collega D. Lourenço de Noronha. Governaram então ambos até 14 de setembro de 1744, anno em que os foi substituir no governo o marquez d'Alorna. No anno seguinte, D. Luiz Caetano d'Almeida foi nomeado védor da fazenda, e em 1748 conselheiro de Estado.

Almeida *(Luiz Correia de).* Official da marinha real. N. em Paço d'Arcos a 22 de agosto de 1797, f. a 27 de maio de 1859. Foi filho de Manuel Correia. Entrou ao serviço na armada em 20 de julho de 1820, como segundo piloto extraordinario. Era esta uma das portas então abertas pela lei, para o accesso na marinha de guerra. Em 27 de junho de 1821 foi promovido a segundo tenente do quadro effectivo, por graça especial d'el-rei. Luiz Correia d'Almeida era piloto da nau *D. João VI,* onde este monarcha regressou do Brazil a Lisboa, e o soberano havia-se-lhe affeiçoado, por conhecer no joven piloto muita sciencia e larga pratica, apesar da sua pouca edade, e tambem por ouvir tecer-lhe grandes elogios da parte do commandante da nau. D. João VI passava muitas horas, a bordo, no tombadilho, a conversar com o piloto, pois gostava de lhe ouvir fallar ácerca de cousas maritimas, dando explicações, e admirava a facilidade com que elle sempre lhe vaticinava durante a viagem os dias e quasi as horas das entradas nos portos. Era portanto promettedora a carreira do joven official, que obtivera pelos seus merecimentos, ser nomeado, no Brazil, apesar da sua pequena graduação, piloto da nau que conduzia el-rei a Lisboa, e que lhe déra ensejo de ganhar a valiosa sympathia do monarcha. D. João VI não o esqueceu, e continuou a dar-lhe provas de estima e consideração; recebia-o no paço como seu intimo, visitava-o na sua casa de Paço d'Arcos, como se fôsse amigo particular, quando elle

voltava das viagens; escutava-o sempre com prazer e interesse. Luiz Correia d'Almeida tinha um caracter brusco e independente; muitas vezes dizia-lhe verdades asperas e amargas sobre as cousas e os homens. Não desejando el-rei ferir novamente a classe com promoções illegaes de graça especial, abonava-lhe do seu bolsinho particular o soldo dobrado da patente, que sempre venceu até á morte do soberano. A sua carreira tão auspiciosa foi prejudicada pela politica, que veiu com as dissensões partidarias alterar os animos e obrigar a muitas inimisades e malquerenças. Luiz Correia d'Almeida, commensal quasi effectivo do regio paço, e com o valimento e amisade do monarcha, entendeu que apesar, das suas idéas liberaes, não deveria abandonar nem revoltar-se contra a familia real, que estava na Europa, por aquelles que vinham da America á sombra da bandeira constitucional. Serviu então o governo do infante D. Miguel, com toda a lealdade, sendo partidario moderado, sem causar prejuizos, antes pelo contrario, protegendo quanto podia aquelles que militavam no partido contrario, sem que nunca podesse faltar á honra das suas dragonas. Na batalha naval das ilhas de Bayona, quando a nau almirante miguelista *D. João VI*, esteve quasi tomada pelos navios liberaes do commando de Sartorius, foi elle que serviu como ajudante d'ordens do chefe João Felix, quem fez fogo em retirada afastando os inimigos. Contavam os camaradas na armada, que elle dissera: «Dava o meu sangue para que estas balas não fizessem correr sangue liberal; mas é necessario disparal-as para que a nau se não entregue vergonhosamente por traição. Não sendo assim, a nau seria tomada por falta d'ordens d'uns ou traição d'outros, e apesar de ser vantajoso á causa constitucional não seria menos indigno para quem a guarnecia. E' sempre nobre qualquer que seja o campo em que se lucta, antepôr a honra militar a todas as considerações. Estabelecido definitivamente o governo constitucional Luiz Correia d'Almeida foi demitido em 21 d'agosto de 1835, por ter estado ao serviço de D. Miguel, assim como aconteceu a todos os officiaes miguelistas; mas em 11 de abril de 1838 foi readmittido, depois d'um conselho de guerra em que se provou que só fôra militar brioso e digno, não querendo nunca abandonar a sua bandeira. Desgostoso, porém, por vêr a sua carreira prejudicada pelo rapidissimo accesso dos officiaes da marinha do Porto, para os quaes eram então todos os favores e distincções da administração publica, retirou-se da vida activa da armada, e estabeleceu-se com aula de pilotagem, gabinete cartographico, e observatorio astronomico para regular os instrumentos maritimos, observatorio especialmente destinado ao serviço da marinha mercante, mas que por largos annos foi aproveitado pela marinha de guerra, bem como a casa cartographica e de instrumentos, á falta de estabelecimentos congeneres, que o ministerio não possuia. O observatorio applicava-se, segundo os fins da sua fundação, mais principalmente á astronomia solar, mas occupava-se por vezes da astronomia sideral, e estava em correspondencia seguida com os outros observatorios da Europa, onde eram muito apreciados os seus trabalhos, como se vê em bastantes artigos dos jornaes scientificos estrangeiros. Os almirantes francezes e inglezes, chegando ao Tejo, iam visital-o, e era por elles conhecido como um estabelecimento scientifico de consideração. A aula de pilotagem foi tambem um bom serviço á marinha nacional. A reforma geral dos estudos e as idéas da epoca passaram a exigir dos officiaes mercantes mais conhecimentos do que aquelles que se adquiriam com as velhas apostillas nauticas das lições de José Militão. O bom nome alcançado em longas viagens da India e na sua provada aptidão e sciencia, fizeram de Luiz Correia d'Almeida o mestre da marinha mercante, e da sua escola, durante vinte e dois annos, sahiram distinctos e illustrados capitães da nossa marinha do commercio. Luiz Correia d'Almeida foi promovido a primeiro tenente em 11 de julho de 1851, seguindo depois os postos até ao de capitão de fragata. Tinha os habitos das ordens de Christo, Conceição e Aviz. Deixou alguns manuscriptos de exemplares de observações praticadas por elle no seu observatorio, os quaes seriam dignos de publicidade, mas que só eram feitas no intuito do estudo com os seus discipulos. Escreveu: *Magnetismo dos navios e desviamento das agulhas de marear a bordo*. Sahiu no *Diario do Governo* n.º 259, de 3 de novembro de 1858. N'este artigo ou breve memoria, ensinava o methodo de calcular o desviamento das agulhas magneticas a bordo dos navios e os entendidos affirmavam que parecia o mais exacto de quantos até então tinham sido publicados.

Almeida *(Luiz da Costa e)*. Doutor em mathematica pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa a 27 de março de 1841. E' filho do dr. Luiz da Costa e Almeida, fidalgo da Casa Real, desembargador da Casa da Supplicação, e lente de leis na Universidade de Coimbra, e de D. Maria José Pereira Chaves. Entrou para a Universidade em 1855, formou-se em mathematica em 1860, doutorando-se na mesma faculdade em 13 de julho de 1862; sendo nomeado n'esse mesmo anno lente substituto, promovido a lente cathedratico em 1873, e a lente de prima, decano e director em 1888, leccionando mechanica racional e suas applicações ás machinas na 3.ª cadeira do 3.º anno. E' tambem professor da cadeira de mathematica elementar no seminario episcopal de Coimbra, socio effectivo do Instituto, presidente da camara municipal, provedor da santa casa da Misericordia da mesma cidade, etc. Tem collaborado na revista *O Instituto* e nas ephemerides astronomicas do observatorio da Universidade, etc. Escreveu: *Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas na faculdade de mathematica. (Apreciação das hypotheses physicas em que se tem fundado a theoria das refracções atmosphericas)*, Coimbra, 1862. Estão juntamente as *suas Theses ex adplicata Mathesi selectæ; Declarações de voto do dr. Luiz da Costa Almeida*. (Tem no fim a data de 22 de janeiro de 1867), Coimbra. E' ácerca da reforma e divisão do ensino nas faculdades de mathematica e philosophia; *Breves apontamentos sobre a natureza, procedencia e signaes das linhas trigonometricas*, escriptas para uso dos alumnos de mathematica elementar do seminario episcopal de Coimbra, 1869; *Theoria dos contactos das superficies e curvas no espaço, e suas principaes applicações*, Coimbra, 1869; houve segunda edição d'este opusculo em 1885; *Exposição succinta dos principios fundamentaes do calculo das varia-*

ções, Coimbra 1870; *Noções elementares da sciencia dos numeros, coordenadas em harmonia com o programma official para o ensino d'esta disciplina nos lyceus,* Coimbra, 1872; *Integração das equações differenciaes parciaes, não lineares, de primeira ordem, entre tres variaveis,* (estudo sobre o n.º 331 do calculo integral de Fraucœur, 2.ª edição de Coimbra), Coimbra, 1873; *Relatorio da administração da santa casa da misericordia de Coimbra, de 24 de julho de 1873 a 13 de julho de 1874 pelo provedor Luiz da Costa e Almeida,* Coimbra, 1875; *Dynamica do ponto material ou principios geraes sobre o movimento de um ponto,* Coimbra, 1878; *Dynamica do ponto material,* etc. Coimbra, 1879. E' a segunda edição accrescentada da antecedente, obra que servia de compendio na terceira cadeira de mathematica; *Catalogo dos livros portuguezes existentes na bibliotheca do lyceu nacional de Coimbra,* Coimbra, 1881; *Primeiras noções da theoria dos determinantes,* Coimbra, 1883; *Estatica do ponto material e dos systemas rigidos; Propostas apresentadas perante o conselho superior de instrucção publica nas suas sessões ordinarias do biennio de 1885-1886, por Luiz da Costa e Almeida, delegado da faculdade de mathematica na Universidade de Coimbra,* Coimbra, 1887; *Relatorio do conselho superior de instrucção publica, publicado em conformidade com o disposto no artigo 4.º n.º 3 da carta de lei de 23 de maio de 1884. Sessão de outubro de 1887.* Lisboa; *Apontamentos sobre a transformação e integração das equações differenciaes da dynamica,* Coimbra, 1890; *Primeiras noções sobre o calculo das quantidades geometricas,* Coimbra, 1891; E' extrahido do *Instituto,* vol. XXXIV; *Segunda parte,* Coimbra, 1893; Extrahido do *Instituto,* vol. XL; *Nota sobre a doutrina da proporcionalidade* (Ao conselheiro dr. Antonio José Teixeira), Coimbra, 1891. Extrahido do *Instituto,* vol. XXXIX; *Novas regras para desenvolver os determinantes litteraes do terceiro e quarto grau,* Extrahido do *Instituto,* n.º 10, 1893; *Nova interpretação das condições de equilibrio dos corpos solidos,* Coimbra, 1893; *Oração de sapientia,* recitada na sala grande dos actos da Universidade em 10 d'outubro, etc. Coimbra, 1893.

Almeida *(Luiz Domingues de).* Pintor, nat. da ilha do Principe, Africa Occidental, onde nasceu em 1850. Foi discipulo de Miguel Angelo Lupi, na Academia das Bellas Artes, de Lisboa, que frequentou de 1864 a 1872. Completou em Paris a sua educação, a expensas d'el-rei D. Luiz. Accommettido de loucura, morreu bastante novo no hospital de Rilhafolles. Na real galeria d'Ajuda conserva-se um quadro a oleo pintado por este artista.

Almeida *(D. Manuel de).* Filho do conde d'Oliveira, capitão do exercito d'el-rei da Sardenha, em cujo serviço se alistara por ter emigrado de Portugal, como realista. Falleceu em Genova a 17 de junho de 1851. Os officiaes do seu regimento mandaram-lhe gravar na sepultura, na egreja de S. Thiago d'aquella cidade, uma honrosa inscripção.

Almeida *(Padre Manuel de).* Jesuita portuguez. N. em Vizeu em 1581, f. em Gôa a 10 de maio de 1646. Entrou na Companhia de Jesus em 2 de novembro de 1594, e em 1597 partiu para a India com outros padres jesuitas, missionarios, permanecendo n'aquellas regiões o resto da vida. Da India passou á Ethiopia ou Abyssinia em 1624, por ter sido nomeado visitador d'aquelle paiz, que percorreu prégando a fé christã durante dez annos, findos os quaes teve de sahir em 1634, por serem expulsos os jesuitas por ordem do *negus,* que não estava disposto a consentir por mais tempo os jesuitas nos seus Estados. Na sua retirada da Abyssinia, tanto o padre Manuel d'Almeida como os seus companheiros soffreram muitos tormentos e fôram aprisionados pelos arabes, resgatando-se do captiveiro por mil e duzentas patacas; chegaram finalmente a Gôa, onde fôram recebidos com respeito e veneração. O padre Manuel d'Almeida foi eleito provincial e visitador, cargo em que se mostrou bastante severo. Este rigorismo excessivo parece que não agradou, porque esteve alguns annos retirado em Salsete, como simples vigario d'uma egreja. Voltou mais tarde para Gôa, como consultor da provincia, deputado do Santo Officio, e prefeito do Recolhimento, onde passou o resto da vida. O padre Manuel d'Almeida era muito estudioso, conhecia varias linguas orientaes, compoz um livro sobre a heresia dos abyssinios, e por ordem do geral dos jesuitas, Mucio Vitelleschi, escreveu uma historia da alta Ethiopia. Balthazar Telles, chronista da Companhia de Jesus, reviu-a, refundiu-a, accrescentou-a, e publicou-a como obra sua, não sem se referir a quem lhe déra tão valiosos materiaes. Devia tambem conhecer o concani, porque escreveu n'esta lingua um cathecismo, exemplo e milagres, e tres volumes de sermões, que se imprimiram em Gôa em 1658, e de que dá noticia Ternaux-Compans, na sua *Bibliotheque Asiatique.* A *Historia da Ethiopia* fôra começada pelo padre jesuita Pedro Paes, Manuel d'Almeida continuou-a, addicionando-a em varios logares; só depois da sua morte, é que Balthazar Telles, vendo que ficára inédita, a refundiu, como dissémos. Figura nas obras d'este escriptor, com o seguinte titulo: *Historia geral da Ethiopia a Alta, ou Preste João, e do que n'ella obraram os Padres da Companhia de Jesus, composta na mesma Ethiopia pelo Padre Manuel de Almeida, natural de Vizeu,* etc., Coimbra, 1660. Tem o frontispicio gravado e uma carta topographica. Segundo diz Barbosa Machado, esta obra foi traduzida em francez por Melchisedech Thevenot, sendo impressa em Paris por André Cramoisy, em 1674.

Almeida *(Padre Manuel de).* Presbytero secular, bacharel formado em canones pela Universidade de Coimbra, prior da freguezia de Santa Maria Magdalena, de Portalegre, provido a 12 de maio de 1801, por apresentação da Universidade, que era a padroeira da referida egreja. N. em Portalegre a 30 de julho de 1769, f. a 13 de dezembro de 1833. Era homem illustrado e de sentimentos liberaes. Quando as côrtes de 1820 deliberaram que se desenvolvessem em Portugal os conhecimentos de economia politica, e convidaram os homens conhecedores d'essa sciencia a escrever compendios que se podessem adoptar, o padre Manuel d'Almeida escreveu um *Compendio de Economia Politica,* cuja primeira parte, impressa em Lisboa, em 1822, remetteu á commissão de instrucção publica das côrtes; a segunda parte, parece que ficou inédita e que existia em poder d'um sobrinho do autor. O titulo completo da primeira parte é o seguinte: *Compendio d'Economia*

politica: redigido depois do convite feito pelas Côrtes em sessão de 24 de março de 1821. Primeira parte, apresentada ao Augusto Congresso, e remettida á commissão de Instrucção Publica em sessão de 29 de dezembro passado, Lisboa, 1822. Escreveu mais: *Memoria que, para ajudar em seus trabalhos a respeitavel Commissão do commercio da capital, offerece á mesma o Padre,* etc., Lisboa, 1822. Estes escriptos versavam sobre uma sciencia ainda então pouco cultivada em Portugal, e offereciam certa novidade no modo de a tratar; grangearam boa acceitação do publico, que soube fazer justiça ás intenções do autor; *Duas odes, que se fizeram por occasião da injusta queixa que alguns emulos, e mal intencionados manobraram contra o corregedor de Portalegre Antonio Joaquim de Gouvêa Pinto*, Lisboa, 1822; *Ode ao corregedor de Portalegre Antonio Joaquim de Gouvêa Pinto.* Sahiu na *Mnemosine Constitucional*, n.º 18, de 20 de janeiro de 1821.

Almeida *(Manuel Casimiro de).* Cavalleiro tauromachico muito distincto e considerado. N. em S. Pedro do Sul a 31 de dezembro de 1857. E' filho dos bem conhecidos e abastados proprietarios n'aquella villa, Francisco José d'Almeida e D. Joaquina Margarida Luiza d'Almeida. Depois de estudar instrucção primaria e latim em S. Pedro do Sul, foi para o curso do lyceu de Vizeu. Em 1872 deliberou ir ao Brazil, e realisou a sua viagem, percorrendo o Rio de Janeiro, S. Paulo, Bahia e Pernambuco. Recebendo então a noticia da doença de seu pae, que fôra accommettido por um ataque cerebral, regressou á patria immediatamente. Desde muito novo, Manuel Casimiro d'Almeida entregou-se a exercicios de equitação, que depois estudou proficientemente com o professor viziense João Lobão. Desde muito novo tambem, começou a manifestar tendencias e muito gosto pela arte tauromachica. Em S. Pedro do Sul tomou parte em differentes corridas como forcado e bandarilheiro, e depois em Vizeu e Aveiro. Reconhecida a sua aptidão e influencia pela arena, estreou-se como cavalleiro amador, em 1879, na praça de S. Pedro do Sul. Continuou a picar nas praças de Vizeu e Aveiro e n'esta ultima cidade foi convidado para cavalleiro na corrida que se realisou em beneficio, cujo producto reverteu para ajuda das despezas da construcção do monumento ao notavel orador José Estevão Coelho de Magalhães. Em 31 de dezembro de 1880 casou com D. Liberata de Miranda, já hoje fallecida, filha d'um dos principaes negociantes de Vizeu. Dedicando-se ao amor e aos cuidados de um bom chefe de familia, resolveu mudar a sua definitiva residencia para aquella cidade, e affastar-se dos torneios da arena, onde arriscava a vida pelo bem da caridade, porque nunca se recusava a tomar parte nas corridas de beneficencia, para que de contínuo era convidado. O seu caracter bondoso e altamente philantropico não o deixou descançar; Manuel Casimiro d'Almeida pensou n'um outro meio de ser util á humanidade afflicta, e, reunindo alguns amigos, communicou-lhes o pensamento que de ha tempo acariciava, instituir em Vizeu uma corporação de bombeiros voluntarios. Recebido o seu alvitre com enthusiasmo, considerou-se logo a questão resolvida; Manuel Casimiro d'Almeida offereceu a propria casa para se realisarem ali as sessões preparatorias, e a corporação de bombeiros voluntarios de Vizeu foi assim creada, devido ao principal impulso do generoso e bondoso fundador, sendo hoje uma das corporações mais prosperas no seu genero; tem uma bibliotheca propria, sessões quotidianas de recreio, e conta como socios os cavalheiros da melhor sociedade de Vizeu. Manuel Casimiro d'Almeida foi acclamado commandante por unanimidade. Então, desejando applicar-se áquelles cuidados para que se não considerava habilitado, resolveu ir ao Porto estudar o serviço dos incendios com o inspector dos fogos n'aquella cidade, Gomes Fernandes, ha pouco fallecido. No entretanto, para se instituir a corporação, appareceram difficuldades. Não bastava a boa vontade nem a coragem dos socios, apesar da sua dedicação, faltavam recursos pecuniarios; o dinheiro recebido das quotas e as offertas dos que concorriam, na qualidade de socios protectores, não eram sufficientes para acudir ás despezas da installação, para a compra de material, etc. Por lembrança de Manuel Casimiro d'Almeida improvisou-se então uma recita d'amadores, em que representassem os socios, cujo producto auxiliasse a nova e benemerita corporação. Ensaiou-se uma traducção da zarzuella em 4 actos *Os Madgiares*, desempenhando Manuel Casimiro o papel d'Alberto, cantando de tenor, apresentando uma voz bem timbrada e muito agradavel. O resultado não foi o que se esperava, apesar da grande enchente que teve o theatro, porque as despezas, para se pôr em scena aquella peça de grande espectaculo, fôram importantissimas: coristas, guarda-roupa, scenario, não fallando da parte musical; improvisou-se outra recita, em que se cautou a operetta *Os dragões de Villar*, desempenhando Manuel Casimiro a parte do tenor Sylvano. Vendo que os espectaculos pouco produziam, resolveu-se recorrer ás touradas. Voltando á arena, Manuel Casimiro d'Almeida, já tão conhecido como cavalleiro tauromachico, firmou ainda mais os seus triumphos, obtendo resultados mais positivos, que deram grande incremento á corporação dos bombeiros voluntarios. Em dois annos houve tres corridas, que produziram, liquido de todas as despezas, mais de um conto de réis. N'essas corridas tomou parte o saudoso fidalgo Carlos Relvas, cavalleiro amador e grande enthusiasta, que de proposito foi a Vizeu. Nas duas primeiras touradas, Manuel Casimiro tambem foi cavalleiro, e na terceira bandarilheiro. A corporação dos bombeiros tornou-se muito conhecida, e os seus resultados cada vez mais se accentuavam em differentes incendios. A camara municipal, vendo a coragem e a pericia com que Manuel Casimiro d'Almeida se salientava na direcção dos ataques contra aquelle terrivel inimigo, sem se poupar, nas occasiões de maior perigo, ao serviço prompto nos pontos mais arriscados, confiou-lhe a inspecção dos incendios,

Manuel Casimiro de Almeida

cargo que tem conservado, obtendo licença todas as vezes que se ausenta de Vizeu. Contam-se muitos rasgos de valor do destemido bombeiro voluntario, um dos mais frisantes deu-se no incendio d'uma casa da rua de Grão Vasco, salvando, com grande risco de vida, uma senhora já muito edosa, sahindo com ella por uma janella do terceiro andar, e descendo ambos por uma escada de *crochet;* este arrojo causou o maior assombro. Manuel Casimiro d'Almeida tem tres condecorações por serviços humanitarios; recebeu differentes officios de louvor, e uma portaria solicitada pelo governador civil de Vizeu, quando, por occasião do incendio no edificio do governo civil, evitou que as chammas passassem á sacristia da cathedral, que fica immediata. Quando houve ameaça de cholera, em Vizeu, as auctoridades sanitarias apresentavam muitas medidas para se combater o terrivel flagello, e Manuel Casimiro d'Almeida, com os bombeiros voluntarios, organisou um bando precatorio, cujo producto era applicado ao saneamento das habitações das classes pobres. E pelo celebre *ultimatum* de janeiro de 1890, que fez vibrar toda a fibra patriotica de um a outro extremo do paiz, elle e todos os bombeiros voluntarios se offereceram para o serviço militar. Manuel Casimiro d'Almeida tem exercido em Vizeu os cargos de director do Asylo da Infancia Desvalida, do Gremio de Vizeu, do Montepio philantropico, de mezario da irmandade da Misericordia, com vigilancia sobre o serviço hospitalar, e de director do theatro União. O enthusiasmo pelas lides tauromachicas nunca o tem deixado e muito principalmente, depois que se resolveu a seguir a carreira artistica de cavalleiro, enthusiasmo, que no nosso paiz, seduz quasi toda a mocidade corajosa que se entrega á equitação. Foi Carlos Relvas quem o influiu e instou para que seguisse a profissão de cavalleiro ao reconhecer-lhe a decidida vocação para a arte tauromachica, e a maneira digna e destemida como se apresentava na arena. Ainda, como amador, toureou no beneficio de Antonio Monteiro, em Lisboa, no anno de 1885. Como artista debutou na praça de Lamego, em 1889, trabalhando em seguida no Colyseu da cidade do Porto. Em 1891 foi picar a Madrid, sendo então a primeira vez que n'aquella praça se pozeram bandarilhas a cavallo. Voltou em 1893 á mesma praça, e em 1894 esteve em Badajoz, onde obteve o maior exito. Manuel Casimiro d'Almeida gosa da mais justa consideração; é um artista como poucos, e um homem digno e de toda a seriedade, caracter franco e bondoso, muito dedicado aos seus amigos. E' verdadeiro conhecedor da arte tauromachica, e sempre que apparece na arena é alvo das mais sinceras demonstrações de sympathia, de phreneticos applausos e verdadeiras ovações.

Almeida *(Manuel Castanheira de).* V. *Castanheira de Almeida (Manuel).*

Almeida *(Manuel Duarte de).* Escriptor e poeta contemporaneo. N. em Villa Real de Traz-os-Montes a 28 de setembro de 1844. Por engano do respectivo parocho, dá-se no assento do baptismo como nascido em 1 d'outubro, dia em que foi baptisado. E' filho de Antonio José Duarte, e de D. Antonia Emilia Guedes. Frequentou com distincção os estudos superiores, não tendo continuado a carreira scientifica a que se destinava, por motivos de caracter puramente particular. Completou o curso de pharmacia, curso que nunca exerceu. Tem sido empregado no correio do Porto, primeiro official e chefe de secção. Por occasião da reforma dos correios e telegraphos, levada a effeito por Saraiva de Carvalho, o sr. Duarte d'Almeida foi convidado e instado pelo distincto estadista, para fazer parte do conselho classificador, e acceitar um logar de chefe de repartição na direcção geral em Lisboa, deixando-lhe a liberdade da escolha. O sr. Duarte d'Almeida, por motivos que fazem grande honra ao seu coração e ao seu caracter, recusou-se a acceitar aquelle cargo importantissimo, preferindo ficar na sua modesta situação, só para não se affastar do norte do paiz, onde o prendiam sinceras e profundas affeições. O sr. Duarte d'Almeida é um dos poetas mais originaes e illustres da actualidade. D'elle se tem occupado na imprensa os distinctos e conhecidos escriptores: Camillo Castello Branco, Alexandre da Conceição, Alberto Pimentel, Joaquim d'Araujo, Luiz Botelho, Silva Pinto, Joaquim A. Gonçalves, D. Alberto Bramão e muitos outros. Escreveu e publicou: *Estancias ao Infante D. Henrique,* que fôram recitadas pelo autor em sessão solemne da Sociedade de Instrucção do Porto, realisada em 3 d'abril de 1889 em honra do infante D. Henrique, Porto, 1889. A impressão é a quatro côres, e a capa é chromo-lithographada em Milão. Tiraram-se dois exemplares, unicos, em pergaminho, um para el-rei D. Luiz e outro para o imperador do Brazil, D. Pedro II. Foi offerta dos editores, que tambem fizeram uma tiragem especial de vinte exemplares em papel Whatman para brindes. Na parte d'este livrinho, que constitue a introducção, vem alguns trechos da apreciação altamente lisongeira da imprensa portuense, e a nota da calorosa ovação que o autor recebeu, quando recitou as *Estancias.* Escreveu mais: *Ao Centro artistico portuense,* 1878. Contém algumas primorosas estrophes, em quatro paginas. Foi distribuida em uma festa consagrada, ao mesmo centro, e reproduzida em muitos jornaes politicos; *Ramo de lilazes. Para depor no athaude de Sua Magestade Fidelissima o Senhor Dom Luiz I, compoz M. Duarte de Almeida,* Porto, 1889. Teve tiragem especial em papel Japão para a familia real, e em papel Whatmam (15 exemplares apenas). E' uma nobre e sentidissima elegia, dedicada a S. M. a Rainha Senhora D. Maria Pia. A capa abrange uma primorosa composição, magistralmente desenhada pelo distincto professor Torquato Pinheiro, e reproduzida em chromo. Toda a imprensa se occupou d'esta admiravel elegia, que constitue um dos triumphos do autor; *Elegia pantheista, a uma mosca morta,* poemeto; *Romance incompleto,* poemeto; *Terra e Azul,* collecção de poesias em varios generos: *Vae Victoribus. Anathema á Inglaterra,* Porto. No fim lê-se a data de 1890. O sr. Duarte d'Almeida tem muitas composições publicadas na *Folha, Grinalda, Renascença, Evolução, Cenaculo, Primeiro de Janeiro, Harpa, Republica das letras,* e, em geral, em todos os jornaes litterarios mais importantes do paiz. A sua reputação é das mais brilhantes e solidas da geração contemporanea; João de Deus confiou-lhe, absolutamente, a revisão dos seus versos; e o volume das *Folhas soltas* é, em parte, e a instancias dos editores, collecionado por Manuel Duarte d'Almeida, a quem o autor

solicitara a coordenação das materias. A proposito, publicou uma carta notavel, defendendo triumphantemente João de Deus na accusação de plagiato, que lhe fizeram, da *Melopéa de Dorothea,* do sr. conselheiro Couto Monteiro. O sr. Duarte d'Almeida é socio correspondente da Academia Real das Sciencias.

Almeida *(D. Fr. Manuel Nicolau de).* Doutor em theologia e bispo de Angra. N. em Villa Franca de Xira a 25 de dezembro de 1761, f. em 1825. Foi carmelita calçado, cursou theologia na Universidade de Coimbra, recebendo o grau de doutor em 20 de junho de 1790, bispo de Angra, e em 1823 foi tambem eleito bispo de Bragança, mas não chegou a ser confirmado n'esta diocese pela Sé Apostolica, em razão de duvidas que a seu respeito se suscitaram, causadas pela publicação d'umas *Cartas sobre as indulgencias.* A respeito d'estas cartas, conta-se o seguinte: fr. José Possidonio Estrada, religioso trinitario, que pelos annos de 1820 a 1823 era organista do convento da Trindade de Lisboa, levantou grande alvoroço no mundo religioso com a publicação d'um livro em 1822, intitulado *Superstições descobertas;* appareceu tambem um opusculo anonymo, *Ajuste de contas com a côrte de Roma,* cuja lição veiu a ser prohibida sob pena de excommunhão maior, pelo cardeal patriarcha D. Carlos da Cunha. D. fr. Manuel Nicolau d'Almeida, então bispo d'Angra, sahiu a combater a doutrina do fr. trino José Possidonio Estrada, no tocante a indulgencias, mas ao clero tambem desagradou a primeira das *Cartas d'um amigo de outro sobre as indulgencias,* Lisboa, 1822, e recomeçou a revolução no mundo religioso, sendo a questão levada para diverso rumo. D'estas cartas, parece que só appareceu a primeira, apesar de n'ella se prometterem mais. D. Francisco Alexandre Lobo, bispo de Vizeu, escreveu um longo parecer sobre a carta do bispo d'Angra, o qual anda impresso no tomo I das suas obras, de paginas 391 a 403, que termina assim: «Que supposto que não haja no opusculo do bispo d'Angra desvio quanto ao dogma, comtudo, se elle bispo de Vizeu fôsse o autor, decerto o não publicaria pela imprensa: e se fôsse da sua competencia, tolhêra que elle se imprimisse, sem ser limado e reformado de maneira que nem para pessoas graves ficasse reparavel, nem ficasse perigoso para as de outra condição.» D. Fr. Manuel Nicolau d'Almeida sahiu a defender-se com o seguinte: *Resposta do Bispo de Angra, eleito de Bragança, a alguns reparos que se fizeram a respeito do opusculo anonymo, publicado pelo mesmo bispo, e que tem por titulo:* «Cartas de um amigo a outro sobre as indulgencias.» Lisboa, 1823. Estas respostas não satisfizeram a Curia Romana, e a confirmação do bispo eleito de Bragança tardou tanto, que a morte se antecipou, terminando assim a questão. D. fr. Manuel Nicolau d'Almeida escreveu mais: *Sermão de acção de graças pela feliz restauração de Portugal,* Coimbra, 1809; *Oratio in litterarum ac scientiarum laudum, habite Conimbricæ in auditorio publico et coram frequenti Academie,* etc. Conimbricæ, 1794; *Attestado relativo a uma noticia que se espalhou em Lisboa contra o bispo de Angra,* Lisboa, 1821.

Almeida *(Padre Manuel Pires de).* Presbytero secular, mestre em artes, e prior da egreja da Caridade em Beja. N. em Evora a 6 d'abril de 1597, f. em Lisboa a 19 de novembro de 1655. Esteve duas vezes em Roma, da primeira, movido simplesmente pelo desejo de estudar, e da segunda, como agente de negocios do arcebispo d'Evora, D. José de Mello. Escreveu: *Soneto e Ode* ao nascimento do infante D. Pedro, depois rei D. Pedro II. O *Soneto* está escripto em francez, e a *Ode* em castelhano; andam reunidos n'um folheto que tem por titulo: *Versos ao nascimento* do sobredito infante, Lisboa, 1648. Entre varias obras manuscriptas, deixou uns *Commentarios ás Luziadas de Camões,* com a biographia do poeta no principio, em 4 tomos de folio, que no seu testamento legou ao chantre d'Evora, Manuel Severim de Faria. Consta que os conservava em seu poder um sobrinho do mesmo chantre, Gaspar Severim de Faria, depois não se sabe o destino que levou o manuscripto. N'estes *Commentarios* censurava alguns logares do poeta, dando com isso occasião a que o padre João Soares de Brito respondesse a alguns reparos em uma *Apologia,* que imprimiu em 1641, com o seguinte titulo: *Apologia em que defende a poesia do principe dos poetas de Hespanha Luiz de Camões, do canto IV, da estancia 67 a 75 e canto I, estancia 21; e responde ás censuras de um critico d'estes tempos. A João Rodrigues de Sá de Menezes, cavalleiro da ordem de Santiago, camareiro-mór d'el-rei D. João IV,* etc. João Franco Franco Barreto, licenceado em direito canonico, tambem lhe retorquiu a respeito dos mesmos pontos, na sua *Orthographia da lingua portugueza,* a pag. 208 e 209. Nos manuscriptos tambem figura uma *Arte poetica,* em 3 tomos; um *Tratado contra os cultos; Arte de grammatica franceza; Arte de grammatica latina;* traducções da *Piazza universale,* do *Theatro di varii cerveli,* e da *Sinagoga dé ignoranti,* obras italianas, e do *Priéres devotes, Larmes de la Vierge, Le voyage du ciel,* obras francezas.

Almeida *(Manuel Vicente de).* Official bibliographo na bibliotheca real da Ajuda. Nasceu em Collares a 29 de maio de 1801 e morreu em Belem, onde residia, a 1 de julho de 1872. A poder de insano trabalho reuniu uma interessante collecção de moedas e medalhas portuguezas, tornando-se muito notavel nas de cobre, onde estavam representadas as mais pequenas variantes do typo e todos os annos em que se havia cunhado o exemplar. Segundo o que refere o sr. Aragão no vol. I da sua Numismatica, junto á collecção portugueza havia varias moedas e medalhas romanas, e estrangeiras da edade media e modernas, em oiro, prata e cobre, prefazendo 453 exemplares. O seu monetario foi vendido pelos herdeiros ao sr. Eduardo Carmo, da cidade do Porto, pela quantia de 900$000 réis.

Almeida *(Maria Pia de).* Actriz bem conhecida, actualmente no theatro de D. Amelia. N. no Porto, em 22 de junho de 1864. Estreou-se no theatro da Rua dos Condes, na empreza Lucinda Simões, em 28 de fevereiro de 1895, na peça *Cabotinos*; em maio de 1897 esteve no Principe Real, do Porto, agradando muito nas comedias: *Hotel do livre cambio* e *Tres mulheres para um marido.* A seguir, nos mezes de verão, juntamente com alguns artistas do theatro de D. Maria, realisou um passeio pelas provincias, fazendo os primeiros papeis das seguintes peças: *Marechala, João José, Medico á força, Bibliothecario, Metter-se a redemptor.* Em 16 d'outubro do refe-

rido anno de 1897, na Trindade inaugurou-se uma nova phase de espectaculos, o drama; constituiu-se então uma sociedade emprezaria, composta d'alguns dos principaes artistas portuguezes, sob a firma social de Sousa Bastos, Posser & C.ª, entrando Maria Pia d'Almeida como societaria, sendo-lhe distribuidos papeis importantes nas peças: *A honra* (Leonor), *Os dois garotos* (Carmen de Saint Hyriex), *Bohemia* (Musette), etc. N'essa mesma temporada, a 10 de janeiro de 1898, na festa artistica de Augusto Mello, Maria Pia deu superior interpretação ao *Garoto dos jornaes*. A 4 de junho de 1898 a Trindade reentrava no seu antigo e predilecto genero d'operetta, tendo-se desfeito a sociedade dramatica. Representou-se a *Noite e o dia*. Em outubro do mesmo anno, a companhia dos distinctos actores Rosas & Brazão inaugurou os seus espectaculos no theatro de D. Amelia pelo facto do theatro normal ter sido adjudicado a uma nova empreza, sociedade artistica, e a actriz Maria Pia d'Almeida não tardou em ser ali escripturada. No verão de 1900 voltou em passeio artistico ás provincias, n'uma companhia dirigida pelo actor Joaquim d'Almeida, visitando o Porto, Vizeu, etc, obtendo um acolhimento sensacional nas peças: *Amantes*, *Perola*, *Saltimbanco*, *A parisiense*, etc. Desde então tem-se conservado no theatro de D. Amelia, occupando um dos primeiros logares na scena portugueza, evidenciando-se brilhantemente n'um vasto reportorio, de que podemos destacar: *A estrangeira* (Mistress Clarkson), *A lagartixa* (Madame Vidaubon), *Degenerados* (Joanna), *Amantes* (Claudina Rosay), *Maridos de Leontina* (Julietta), *A parisiense* (protogonista), *Severa* (A marqueza), *Coraly & Comp.ª* (Clemencia Glassipara), *Zázá* (Madame Dufresne), *Crucificados* (Amparo), *Madame Flirt* (Madame de Boulet). Maria Pia d'Almeida traduziu, sob o titulo de *Amigos como d'antes*, a comedia em 1 acto *Plaisir de rompre*, de Jules Renard, que se representou pela primeira vez, na sua festa artistica em 28 de janeiro de 1903.

Maria Pia de Almeida

Almeida *(D. Miguel de)*. Fidalgo, pertencente á familia dos condes d'Abrantes. Era muito moço ainda quando os hespanhoes se apoderaram de Portugal. Não podendo conformar-se com aquella usurpação, esperava sempre o momento em que a patria podesse recuperar a sua independencia. Contava já perto de oitenta annos quando se deu esse glorioso facto. Foi D. Miguel d'Almeida, ainda assim, com D. Antão de Almada e Pedro de Mendonça, talvez o primeiro a lembrar-se de aproveitar a revolta da Catalunha, para fazer revolução egual em Portugal, acclamando rei o duque de Bragança. Como homem velho, prudente e experimentado, os outros conjurados davam-lhe sempre a honra da precedencia, e era a elle que se dirigiam os avisos e ordens que se trocavam entre Villa Viçosa e Lisboa. Foi a elle que escreveu Pedro de Mendonça, quando, tendo ido a Villa Viçosa, achou indeciso o duque de Bragança, foi elle quem transmittiu a João Pinto Ribeiro o aviso para conferenciar com o duque; era emfim nas suas mãos leaes que estavam todos os fios da conspiração que ia restituir a independencia a Portugal. Apesar da sua avançada edade, D. Miguel, com os outros conjurados, na manhã de um de dezembro de 1640, foi o primeiro a subir as escadas do paço da Ribeira, e, entrando destemidamente na sala dos Tudescos, disparou o tiro de pistola, que era o signal esperado para rebentar a revolução; foi ainda D. Miguel d'Almeida quem bradou das janellas do paço ao povo que se accumulava na rua: «Viva D. João IV, rei de Portugal! viva a nossa liberdade!» Entre os fidalgos que fôram communicar á duqueza de Mantua, vice-rainha, a noticia da revolução, via-se tambem D. Miguel. D. João IV não foi ingrato para com o destemido e valente fidalgo; deu-lhe o titulo de conde de Abrantes, nomeou-o védor da fazenda e membro do conselho de Estado. Ainda viveu sufficientes annos, para vêr bem consolidada a obra, de que fôra um dos principaes collaboradores. D. Miguel d'Almeida falleceu a 28 de novembro de 1650, com perto de 90 annos de edade.

Almeida *(D. Miguel de)*. Fidalgo, que foi governador de Moçambique em 1686, e governador da India em 1690. Falleceu em Gôa no dia 9 de janeiro de 1691. Era filho do conde d'Avintes. Partiu em 1669 para a India com a nomeação de governador de Diu, e exérceu o posto de capitão de mar e guerra, e de commandante da armada do norte. Em 1680 foi nomeado conselheiro de Estado, governador de Damão ou de Baçaim, para servir quando vagasse qualquer dos dois governos. Em 1686 obteve o governo de Moçambique, regressou a Gôa em 1688, e assistiu á morte do governador da India, D. Rodrigo da Costa, em 23 de junho de 1690. Abertas as vias de successão, anteriormente, achou-se que deviam formar conselho de governo, se o governador fallecesse, D. Miguel d'Almeida, o arcebispo primaz D. Alberto da Silva, e José de Mello e Castro. Como estes dois eram já fallecidos, foi D. Miguel d'Almeida quem exerceu o governo, morrendo pouco tempo depois.

Almeida *(Padre Miguel de)*. Jesuita e provincial na India. N. em Gouveia em 1608; f. no collegio de Rachol, a 17 de setembro de 1683. Professou na Companhia de Jesus, e partiu em seguida para o Oriente; foi reitor do collegio de S. Paulo em Gôa, e depois provincial na India. Era muito versado nas linguas orientaes. Compoz em sanscrito *o Jardim dos pastores, ou festas do anno, na lingua brahmane*, Gôa, 1658. Diz-se que consta de sermões doutrinaes; *Cinco praticas sobre as palavras* «Exurgens Maria.» Gôa. Fez tambem um *Diccionario da lingua concani*, e compoz uns *Sermões de santos e do tempo quaresmal*.

Almeida *(Miguel de Carvalho e)*. A respeito d'este escriptor só se sabe que traduziu a seguinte obra, de Santiago da Cruz e Gonçalves, professor hespanhol de cirurgia, intitulada: *Nova instituição sobre a cultura dos nopales e creação da cochinilha d'America, para uso dos lavradores das Canarias. Por Santiago da Cruz e Gonçalves, professor de cirurgia; traduzida para uso dos*

proprietarios e lavradores madeirenses, Lisboa. 1837.

Almeida *(Miguel Ferreira de)*. D'este orador sagrado apenas conhecemos publicado: *Discurso patriotico contra a Iberia, prégado na egreja de Santa Maria Maior da Covilhã*—Covilhã, 1868-12.º

Almeida *(Nicolau Tolentino de)*. Governador da colonia portugueza de Moçambique, em 1736. A junta de commercio de Moçambique achou-se empenhada no seu tempo em duzentos mil cruzados, e foi dissolvida em 1739. Nicolau Tolentino, estando tambem compromettido, foi preso, remettido para Gôa e processado em 1740.

Almeida *(Nicolau Tolentino de)*. Notavel poeta popular. N. em Lisboa a 9 de setembro de 1741, f. na mesma cidade a 22 de junho de 1811. Era filho do bacharel José d'Almeida Soares, advogado da Casa da Supplicação e auditorios ecclesiasticos, familiar do Santo Officio, e de D. Anna Thereza Froes de Brito Soares. Por parte de sua mãe descendia da nobre familia dos Froes, de que tambem procedeu o nosso classico e poeta Antonio Ferreira. Preparado com os estudos de humanidades, passou a frequentar a Universidade de Coimbra, matriculando-se na faculdade de leis no primeiro de outubro de 1760, continuando a fazel-o no mesmo dia e mez dos annos de 1761 a 1763, 1765 e 1769. Nas suas obras confessa Nicolau Tolentino que frequentara a Universidade sete annos, mas o que verdadeiramente consta dos livros competentes é que fôram tão sómente seis, havendo o intervallo de um em 1764, e a ausencia de tres, 1766, 1767 e 1768. Póde ser que o poeta sommasse sobre os referidos o anno dos estudos preparatorios. Parece que o motivo que o obrigou a deixar a Universidade, n'esses tres annos, foi a morte de sua mãe, porque aquelle desolador facto angustiou muito seu pae, inutilisando-o para o exercicio da advocacia, e dizem que se resolvera a tomar ordens sacras Nicolau Tolentino viu-se então obrigado a procurar emprego, e poude obter, em 20 d'agosto de 1767, a carta de professor da cadeira, que vagara, de rhetorica e poetica, pela protecção do Principal Almeida, que conseguiu resolver todas as difficuldades que se oppunham, e supplantar a guerra que lhe faziam. Aquelle emprego rendia-lhe o ordenado de 350$000 réis annuaes, e mais 100$000 réis para renda de casas. Vendo-se sobrecarregado de familia, pela resolução e estado de seu pae, tratou de augmentar os seus recursos. Era cavalleiro professo na ordem de Christo, e tambem teve o habito de S. Thiago, em 1772, pela renuncia que d'elle fez Francisco Gomes Coelho, com a tença de 12$000 réis, conforme a carta de padrão passada em Lisboa, a 18 de agosto de 1780, referendada pelo conde d'Azambuja. Em 1778 realisou os direitos á renuncia, que lhe havia feito seu pae, do habito de Christo, com 30$000 réis de tença annuaes; e não podendo acceital-o por ser professo na de S. Thiago, negociou-a em 1779 com Antonio Gomes Barroso e D. Anna Margarida Prestes da Silva, pela quantia de 500$000 réis. Nicolau Tolentino d'Almeida era bem recebido nas casas de toda a juvenil nobreza, que lhe presavam o genio jovial, e que elle não se cançava de importunar com pedidos continuos, requerimentos e memoriaes, quasi sempre em verso, e em versos jocosos que sempre foi o melhor modo de que se serviu, para obter bom despacho. O marquez de Pombal, porém, nunca attendeu os pedidos de Tolentino, nem as recommendações dos seus protectores. Depois da demissão do notavel ministro, é que o poeta poude valer-se melhor das protecções de que dispunha, entrando n'este numero o visconde de Villa Nova da Cerveira, que sempre consagrou grande estima, tanto a elle como á sua familia. Em 19 de janeiro de 1780 foi nomeado socio supranumerario da Academia Real das Sciencias. A 21 de julho de 1781, por empenho do principe D. José, que muito o apreciava e o mandara chamar ao palacio de Queluz por desejar conhecel-o, foi Nicolau Tolentino nomeado praticante da secretaria de estado dos negocios do reino, sem nenhum vencimento. Para acceitar esta nomeação, ao que parece incompativel com a do magisterio, obteve, seis mezes antes, licença para poder accumular os dois empregos, e auferir sómente as prebendas de um. Em 25 de outubro de 1783 foi nomeado official ordinario da secretaria de estado dos negocios do reino, com 700$000 réis de ordenado e o direito inherente aos respectivos emolumentos, que n'aquelle tempo equivaliam aproximadamente a 1:800$000 réis, como é notorio e consta de documentos. Por alvará de 10 de setembro de 1790 teve a mercê de foro de cavalleiro fidalgo, com a importancia de 9$000 réis em dinheiro e 365 alqueires de cevada, o que pouco mais ou menos importava em 50$000 réis por anno. Em 29 de abril de 1793, por occasião do nascimento da princeza da Beira, D. Maria Thereza, foi agraciado com o habito de Christo. Em 1801 obteve imprimir gratuitamente na officina régia a primeira edição das suas obras, que a generosidade dos subscriptores fez render doze mil cruzados. Por decreto de 31 d'outubro de 1803 foi aposentado no cargo de professor régio com 225$000 réis por anno, metade do ordenado aproximadamente, e por decreto de 17 de dezembro de 1804 foi-lhe concedida uma pensão aunual de 200$000 réis em remuneração dos serviços, pensão paga pela folha das despezas da secretaria de estado dos negocios do reino, com sobrevivencia a favor de suas irmãs, D. Anna, D. Joaquina e D. Jeronyma, repartidamente, e com sobrevivencia de umas para as outras. Com os seus continuos pedidos aos amigos, conseguiu metter no recolhimento de Lazaro Leitão duas das irmãs, D. Rita Michaella de Cassia e D. Jeronyma Maxima do Monte do Carmo. Das outras irmãs, D. Anna Thereza Froes de Brito foi casada com José Thomaz d'Aquino, de quem teve um filho, o beneficiado Gonçalo José Maria; D. Joaquina Thereza Froes de Brito, casada com o bacharel Manuel da Silva Coimbra, e em segundas nupcias com o desembargador Antonio Carrilho da Costa. Esta senhora occupou mais de trinta e cinco annos o cargo de regente da real casa dos expostos, e falleceu em 13 de maio de 1824. Teve tambem dois irmãos, Francisco de Paula d'Almeida, cavalleiro professo na ordem de Aviz, que assentou praça no regimento d'Aveiras, fez a campanha do Roussillon, e teve depois, como veterano, o commando do forte de Paço d'Arcos, com o posto de sargento-mór de infantaria. O outro irmão foi fr. Antonio da Conceição, religioso da Madre de Deus, na India, passando depois para as missões em Manilla, nas Filippinas, onde exerceu a profissão de interprete da lingua franceza e capellão dos

exercitos hespanhoes. O rei de Hespanha o nomeou seu capellão-mór da sé de Manilla e capellão-mór de suas tropas, no anno de 1766. Nicolau Tolentino era muito gastador; já no tempo de estudante as mezadas lhe não chegavam, e apesar de ultimamente ter bons vencimentos, e estar muito alliviado do peso da familia, não cessava de pedir e de se queixar de ser perseguido pelos crédores. Na verdade, Tolentino jogava, frequentava as reuniões, tinha boa meza, era apaixonado por musica, e assiduo frequentador do theatro de S. Carlos. Tres annos antes de fallecer, fez testamento, que tem a data de 2 de julho de 1808, e está approvado pelo tabellião Luiz Lobo de Azevedo e Vasconcellos. Vivia na Junqueira, desde 1783, quando obtivera a effectividade no emprego da secretaria de estado, por ser em Ajuda. Ainda ali morava, quando em 1807 entraram os francezes em Lisboa; viu partir a familia real para o Brazil, mas deixou-se ficar; desde então assaltou-o uma profunda tristeza, os seus amigos com quem mais convivia, os Angejas e outros fidalgos que o protegiam, haviam partido tambem para o Brazil, e Tolentino viu-se, por assim dizer, solitario, e obrigado a servir o estrangeiro; a secretaria transferiu-se para o Rocio, e por isso teve de mudar-se para a rua dos Cardaes de Jesus, onde falleceu. A invasão franceza e a morte de sua irmã D. Anna Thereza de Froes Brito, com quem convivia na Junqueira e mais seu sobrinho, o beneficiado Gonçalo José Maria, causaram-lhe grande paixão, e parece que lhe abreviaram a existencia. A irmã fallecera em 1 de março de 1811, e pouco mais de tres mezes depois succumbia elle nos braços da outra irmã, a regente D. Joaquina Froes de Brito, que o viera acompanhar. Foi sepultado no cemiterio das Mercês, onde tambem estava sepultado Bocage. Assim ficaram reunidos na morte, os dois poetas, que em vida haviam sido muito amigos. Nicolau Tolentino d'Almeida foi um dos poetas portuguezes mais originaes e mais notaveis. A casa onde falleceu, na rua dos Cardaes de Jesus, hoje rua Eduardo Coelho, pertencia ultimamente a este fallecido escriptor, um dos proprietarios e fundadores do *Diario de Noticias*, e ainda pertence á sua familia. E' a que tem o n.º 25. Parece que se pensou em tempo collocar-se uma lapide n'aquella propriedade, commemorando a morte do distincto e jovial poeta. Eduardo Coelho deixou uma nota da inscripção que se devia gravar. Não chegou porém a fazer a sua vontade. No vol. XVII do *Diccionario Bibliographico*, a pag. 96, vem essa nota, que transcrevemos:

O conceituoso e estimado poeta portuguez, que em suas engraçadas quintilhas e sonetos harmoniosos descreveu os costumes do fim do seculo XVIII,

NICOLAU TOLENTINO DE ALMEIDA

passou os ultimos dias da vida, que tiveram termo a 22 de junho de 1811, no predio sobre cujos alicerces o actual proprietario fez edificar esta casa, na qual conservaram, para memoria, na fachada do lado do jardim, dois arcos de cantaria que davam accesso á morada do poeta. Este nascera em Lisboa a 9 de setembro de 1740, como attestam os documentos colligidos nas suas «Memorias» *pelo visconde de Sanches de Baena.*

A chapa commemorativa estava marcada para ter 0,m20 de altura e 0,m25 de comprimento, e como ficava muito exposta ao tempo, do lado do jardim, Eduardo Coelho tivera tambem o cuidado de escrever mais esta recommendação: *N. B. Sendo necessario póde accrescentar-se o comprimento da chapa, que todavia deve ter esta largura, pois é para fixar na hombreira da porta do lado de dentro, em que fica mais resguardada dos temporaes.* Tem-se publicado diversas edições das obras de Nicolau Tolentino; em 1801 com o titulo de: *Obras poeticas de Nicolau Tolentino de Almeida*; são dois tomos, contendo o primeiro os sonetos, em numero de 63, quatro odes, trez memoriaes ou epistolas em quintilhas, e seis satyras, das quaes uma em oitavas e as restantes em quintilhas; o tomo segundo contém 18 poesias em decimas, 25 memoriaes e cartas em quartettos octosyllabos, trez ditos em quintilhas e mais duas cartas escriptas em prosa. Em 1828 houve nova edição d'estes dois tomos feita pelo livreiro editor Rolland, accrescentando-lhe mais um volume de inéditos, com o titulo de: *Obras posthumas de Nicolau*, etc. N'este volume accrescem 35 sonetos, umas cantigas e endeixas, 13 decimas, 19 quadras e motes glosados, trez cartas ou memoriaes em quadras, a *Quixotada*, satyra ao marquez de Pombal, em quintilhas, uma carta no mesmo metro, quatro odes e uma carta ou bilhete em prosa. Algumas d'estas peças vem marcadas com a nota de duvidosas. Pelo mesmo tempo appareceu outra edição, que fórma a terceira, feita pelo editor João Nunes Esteves, em 1828; são só os dois tomos da edição de 1801, menos correcta, e não tem o 3.º tomo das *obras posthumas.* Em 1836 publicou Antonio José da Rocha uma edição *Obras poeticas de Nicolau Tolentino de Almeida, tomo III;* sahiu menos correcto que o tomo III da edição de Rolland. Para completar a edição de Rolland, e no proprio formato, publicou o dr. Francisco da Fonseca Correia Torres, thesoureiro-mór da sé de Coimbra, um volume de novos inéditos, que a sua diligencia descobrira, parte n'um manuscripto copiado por Francisco Manuel Trigoso, parte em outro que Joaquim Ignacio de Freitas legára á bibliotheca da Universidade, entrando tambem algumas obras já publicadas avulsamente em jornaes. Este volume tem o titulo: *Poesias de Nicolau Tolentino de Almeida. Obras posthumas e até hoje inéditas*, Coimbra, 1858. Contém seis sonetos, dez poesias em decimas, umas endeixas, vinte motes glosados, e oito memoriaes e cartas em quartettos. Publicou-se ainda uma quarta edição, feita por Castro & Irmão: *Obras completas de Nicolau Tolentino de Almeida, com alguns inéditos, e um ensaio biographico-critico por José de Torres, illustradas por Nogueira da Silva.* Consta que Nicolau Tolentino não quiz nunca retratar-se; não é onhecido, pelo menos, retrato algum seu.

Almeida *(D. Paio Guterres de).* Por antonomasia o *Almeidão.* Era descendente de Egas Moniz. Chamava-se Paio Guterres, mas pelos seus heroicos feitos na conquista da praça d'Almeida, em tempo de D. Sancho I, veiu a chamar-se *Almeida*, e era conhecido pelo *Almeidão.*

Almeida *(Fr. Paulo de).* Lente de theologia e notavel prégador. Professou no convento da Trindade, em 1698, e falleceu nas Caldas da

Rainha a 23 de setembro de 1734. Tem publicado um sermão nas exequias da duqueza do Cadaval, D. Margarida de Lorena.

Almeida *(Paulo Dias de).* Official superior de eugenharia, que viveu no começo do seculo XIX. Escreveu: *Descripção da ilha da Madeira em geral, e de cada uma das de suas freguezias, villas e logares em particular; suas producções, numero de fogos e seus habitantes, e estado actual de suas fortificações,* 1817-1821. Esta obra parece que ainda se conserva em manuscripto.

Almeida *(D. Pedro de).* Fidalgo portuguez, que militou na India; em 1559, sendo capitão de Baçaim, distinguiu-se na tomada da povoação de Balsar.

Almeida *(Pedro de).* Jesuita, missionario no Oriente, que no anno de 1556 acompanhou n'uma expedição o governador Francisco Barreto, e não desdenhou combater tambem, vendo que os soldados se esqueciam de queimar a mesquita. Falleceu em Baçaim em 1579. Deixou uma *Carta escripta de Goa a 26 de dezembro de 1559 aos Padres da Provincia de Portugal.*

Almeida *(D. Pedro de).* V. *Assumar (Conde de).*

Almeida *(Padre Pedro de).* Jesuita, theologo distincto e membro da Academia da Historia; n. em Evora a 22 de dezembro de 1668; f. a 8 de dezembro de 1731. Era filho de Balthazar Salgado Moniz e de Guiomar Palha de Almeida, pessoas de conhecida nobreza n'aquella cidade. Professou na Companhia de Jesus a 11 de janeiro de 1684; depois de ter cursado com distincção as aulas da Companhia, foi mandado ler humanidades no collegio de Santo Antão, regendo a sua cadeira com muita proficiencia. Passou depois para o collegio de Coimbra, mudando-se para a casa da Cotovia, encarregado de ser mestre dos religiosos que n'aquella casa acabavam o noviciado. Quando estes religiosos passaram a estudar nos collegios d'Evora e Coimbra, o padre Pedro d'Almeida foi nomeado prefeito dos estudos no collegio de Coimbra, sendo transferido d'este cargo para o de lente da cadeira de theologia moral no collegio de Setubal, onde esteve cinco annos. Foi reitor do collegio de S. Patricio dos irlandezes, em Lisboa, passando depois para a Casa Professa de S. Roque. Como academico da Academia Real da Historia, teve o encargo de escrever as *Memorias do bispado do Porto,* missão que elle, dando-se modestamente por incompetente, declinou de si. Era de muita caridade, e pelo carinho com que tratava os moribundos, chamavam-lhe *o padre dos mortos.* Escreveu: *In Caii Suetonii tranquili de* XII *cæsaribus libros* VIII. *Commentarii ad usum Excel. Comitis Vimiosario,* etc. *Hagæ comitum 1727.* Traz um retrato de D. José Miguel João de Portugal, 9.º conde de Vimioso. Barbosa Machado diz que esta edição é a segunda; a primeira publicou-se em 1715. Escreveu varios epigrammas, que andam publicados na *Vida do P. João de Brito,* nas *Acções do duque de Cadaval,* e com os epigrammas de D. Luiz Caetano de Lima e do conde de Vimioso, D. José de Portugal. Na Academia foi pronunciado o seu elogio pelo marquez de Valença.

Almeida *(Pedro Alvares de).* Ouvidor geral da India por interinidade, e ouvidor de Diu no tempo do vice-rei D. Nuno da Cunha, para cujo cargo foi nomeado em 1536. No anno immediato, D. Nuno da Cunha teve o desleal pensamento de mandar assassinar o sultão Bahdur n'uma entrevista a que o convidou. Pedro Alvares d'Almeida foi um dos encarregados d'este crime; não chegou, porém, a effectual-o, porque o sultão e a sua comitiva presentindo o plano, trataram de se defender. D. Pedro Alvares d'Almeida succumbiu n'essa lucta, sendo victima d'uma cutilada que um dos moiros lhe atirou, abrindo-lhe a cabeça até aos olhos.

Almeida *(Pedro Norberto Correia Pinto de).* Bacharel em medicina e doutor em philosophia. N. em Gervide, freguezia de Loureiro, a 3 de novembro de 1806; f. em Coimbra a 1 de novembro de 1849. Era filho de José Correia Pinto de Almeida. A natureza dotou-o com intelligencia notavel e decidida vocação para as sciencias naturaes. Estes dotes, aperfeiçoados por uma esmerada educação litteraria, revelaram-se distinctamente na frequencia ua Universidade. Matriculou se em 1824, e seguiu os estudos com a maior applicação, sendo premiado no primeiro e segundo annos do curso medico. Doutorou-se em philosophia a 25 de junho de 1837, e formou-se bacharel em medicina a 31 de julho de 1839. Bem cedo entrou para o magisterio, regendo com muita dignidade differentes cursos, especialmente os de physica, zoologia e botanica. Vivia com extrema singeleza, sem ambições, tendo por unica preoccupação o estudo. Era assiduo e zeloso no cumprimento dos seus deveres, independente e austero em suas opiniões, delicado e attencioso sem affectação. Como professor não se distinguiu pelas flôres da eloquencia; avantajava-se, porém, na largueza e profundidade com que sabia tratar todos os assumptos e no rigor dos seus raciocinios; tinha sempre superioridade na discussão, devido aos vastos e profundos conhecimentos que se lhe notavam em litteratura, philosophia e sciencias; os argumentos eram sempre tão logicos, a replica tão habil, que o adversario tremia as mais das vezes na lucta, succumbindo aos golpes certeiros que o seu poderoso contendor lhe sabia vibrar. Era admiravel a lucidez do seu espirito e a originalidade das suas idéas, tanto em fallar como em escrever. Se o sophisma e o subterfugio lhe enredavam ás vezes a fórma dos pensamentos, do meio das phrases obscuras e artificiosas brotava sempre a verdade logica e a deducção legitima que cortava as maiores difficuldades e resolvia os mais intrincados problemas. Era uma feição particular para que concorria não só a indole natural, mas a predilecção pela philosophia especulativa e pelas sciencias abstractas. Escreveu uma obra intitulada: *Philosophia especulativa, ensaio de explicação universal,* Coimbra, 1836. Esta obra foi assumpto d'uma polemica scientifica, n'um jornal que então se publicava em Coimbra, *O Academico.* O seu adversario era o dr. Antonio Sanches Goulão. A pendencia tomou taes proporções, que foi indispensavel a intervenção de alguns collegas, para que terminasse aquelle pleito litterario, que já ia degenerando em escandalo. Os dois professores eram rivaes nas sciencias, seguiam theorias diametralmente oppostas, e aggrediam-se mutuamente com toda a aspereza. Escreveu tambem: *Descida pelo rio Douro, desde a Regoa até ao Porto, em 30 de setembro de 1839.* Foi publicada na *Chronica Litteraria da Nova Academia Dramatica de Coimbra,* tomo I. Na direcção do Jardim Botanico, em

prehendeu importantes trabalhos na classificação das escolas, e nos catalogos scientificos das collecções, e deixou manuscripto um compendio de botanica, quasi concluido. Collaborou em varios jornaes; escreveu muitos artigos no *Industrial Portuense,* publicado em 1845, artigos que são muito considerados, sendo os principaes respectivos á chimica e physica industriaes, fabrico dos vinhos espumosos, tinturaria, methodos de conservar e melhorar as qualidades naturaes das madeiras; conservação dos alimentos, processos chimicos de douradura, caminhos de ferro, e educação industrial em França e na Inglaterra. Publicou varios artigos scientificos na *Revista Universal Lisbonense,* e emittiu o seu voto auctorisado a respeito da creação da faculdade de sciencias economico-administrativas. O dr. Pinto d'Almeida militou sempre no partido liberal, foi voluntario no batalhão academico em 1826, e exerceu as funcções de presidente da Camara Municipal de Coimbra. Era de constituição debil, soffria graves padecimentos chronicos, aggravados pela vida laboriosa e por desgostos profundos, que o flagellaram nos ultimos tempos do professorado, e fizeram succumbir, tendo apenas 43 annos de edade.

Almeida *(Pimenteis de).* Familia nobre portugueza do antigo couto e casa de Formozelha, seu solar, no concelho de Montemór-o-Velho. As suas armas são as dos Pimenteis: em campo verde cinco vieiras de prata postas em santor, orla de prata carregada de oito cruzes potenteas. Esta familia está hoje confundida com a dos Amados, de Pereira e da quinta da Arrocha, cujo ramo principal traz agora a varonia dos Pimenteis de Almeida; comtudo deixaram as armas d'estes ultimos, usando só as armas dos Amados Cunhas e Vasconcellos. E' actualmente representante de tão distincta familia o sr. João Amado de Mello Ramalho, illustrado cavalheiro, residente em Torres Novas.

Almeida *(Rodrigo Antonio de).* Bacharel em theologia. N. em Lisboa em 1805, f. a 18 de novembro de 1856. Matriculou-se na Universidade de Coimbra, no primeiro anno do curso de theologia, em 1825; era presbytero egresso da extincta Congregação da terceira ordem da penitencia. Escreveu: *Conselhos amigaveis, tentativa de conciliação e de paz,* Lisboa, 1850. Publicou-se quando se levantou a questão religiosa ácerca do opusculo de Alexandre Herculano, *Eu e o clero; Sem exemplo: primeira e ultima resposta a todos os detractores dos* «Conselhos amigaveis», *e nomeadamente aos srs. P. Amado e P. Recreio.* Lisboa, 1851; *O Protesto e o* «Portuguez», *ou a questão do Protesto collocada no seu verdadeiro ponto de vista, por occasião da resposta dada ao* «Portuguez» *de 14 de Septembro,* Lisboa, 1853; *Novo sem exemplo, ou o meu ajuste de contas com o correspondente da* «Revolução de Septembro», *J. P. de T. N.* (José Paes de Torres Novas), *em quatro artigos,* Lisboa, 1854; *Brado da Razão e da Fé, contra as machinações audazes da incredulidade em delirio, ou discurso sobre a religião,* Lisboa, 1854. A segunda parte d'esta obra ficou manuscripta: *Boa nova aos devotos do coração sanctissimo de Maria immaculada,* Lisboa, 1855; *As festas por motivo da definição dogmatica da Conceição immaculada de Maria, na igreja da Conceição velha,* Lisboa, 1855; *O mez de Maria. Continuação e corôa das festas por motivo da definição dogmatica da sua Conceição immaculada, na igreja da Conceição velha,* Lisboa, 1855; *A questão da Iberia em duas partes,* Lisboa, 1856. E' uma collecção de artigos que se publicaram na *Nação.* Foi redactor principal do periodico religioso *A Missão Portugueza,* em 1854, tomando conta da redacção do n.º 4 até ao n.º 13, em que se despediu. Collaborou tambem em outros jornaes.

Almeida *(Rodrigo Vicente de).* Official da bibliotheca d'Ajuda. N. n'esta freguezia a 6 de janeiro de 1828, f. a 13 de janeiro de 1902. Era filho de Manuel Vicente d'Almeida (V. *este nome)* e de Isabel Maria de Jesus. Era um excellente bibliophilo e apreciavel erudito. Na bibliotheca d'Ajuda prestou os mais relevantes serviços na catalogação dos preciosos manuscriptos e livros raros alli existentes. Rodrigo Vicente d'Almeida deixou ineditas algumas monographias historicas e artisticas, uma sobre *Gravadores portuguezes* e outra sobre a cruz de ouro, de Villa Viçosa, que contém uma reliquia do Santo Lenho e foi vinculada em morgado pela casa de Bragança. N'esta memoria descreve o seu autor a epoca exacta em que o precioso objecto foi executado, o seu custo e o artista que terminou a obra, Filippe Vallejo. Escreveu tambem uma memoria descriptiva do thesouro e da capella de S. João Baptista da egreja de S. Roque, cuja impressão não chegou a vêr concluida. Esta memoria foi escripta de collaboração com o sr. dr. Sousa Viterbo. Rodrigo Vicente d'Almeida publicou em 1896 um opusculo com o titulo de *Poesias ineditas de Bocage, censuras das mesmas.* Este opusculo sahiu anonymo. Era casado com a sr.ª D. Juliana Joaquina dos Santos e Almeida

Almeida *(Ruy Lopes de).* Segundo filho de Duarte d'Almeida, o *Decepado,* que viveu no seculo XVI (V. *este nome),* foi veador da infanta D. Joanna, filha de D. Duarte, rei de Portugal, e acompanhou-a para Hespanha quando se realisou o casamento d'esta infanta com Henrique IV de Castella.

Almeida *(Sebastião Bettamio de).* V. *Bettamio d'Almeida.*

Almeida *(Simão de).* Religioso da Congregação do Oratorio de S. Filippe Nery. Nat. de Lisboa; ignora-se a data do nascimento; f. a 2 de novembro de 1727. Tornou-se notavel pelos seus conhecimentos em liturgia. Escreveu um *Diccionario critico e politico, historico e theologico ácerca das missas cantadas e outras cousas a ellas concernentes,* 4 tomos. Esta obra conserva-se em manuscripto.

Almeida *(Padre Theodoro de).* Presbytero da Congregação do Oratorio de Lisboa, socio fundador da Academia Real das Sciencias, membro da Sociedade Real de Londres, e da de Biscaia, etc. N. em Lisboa a 7 de janeiro de 1722, f. a 18 d'abril de 1804. Era filho de Ivo Francisco d'Almeida e de Luiza Maria. Tinha 13 annos de edade quando entrou na congregação do Oratorio, onde cursou humanidades, a geometria e a physica, tendo por mestre em physica o padre João Baptista, o primeiro que n'esta côrte dictou a philosophia moderna ou experimental, até então de todo ignorada. Dividindo a sua applicação entre o estudo das sciencias proprias do estado ecclesiastico, e o das naturaes, fez n'estas progressos notaveis, e aos 21 annos foi nomeado substituto

da cadeira de philosophia na sua congregação: aos 29 era já professor effectivo, publicando n'esse tempo o primeiro tomo da *Recreação philosophica*. No magisterio e no pulpito, o joven padre Theodoro d'Almeida em breve adquiriu o respeito e a admiração de todos que o conheciam, escutavam e o procuravam no confessionario, contando-se entre o numero das confessadas muitas senhoras da alta nobreza. Razões secretas, desconfianças bem ou mal fundadas, attrahiram sobre elle e sobre a congregação de Filippe Nery o odio do ministro Sebastião José de Carvalho e Mello, depois marquez do Pombal. Pouco faltou para que os frades d'aquella ordem soffressem uma proscripção total, como aconteceu aos jesuitas, apesar rivalidade que existia entre as duas corporações religiosas. Não tardou o desterro para o padre Theodoro d'Almeida, juntamente com os frades oratorianos João Baptista. João Chevalier e Clemente Alexandrino O padre Theodoro refugiou-se na casa que a congregação do oratorio tinha no Porto, mas pouco depois teve de emigrar para França, em setembro de 1768, onde se demorou dez annos, ensinando particularmente as sciencias physicas e mathematicas, primeiro em Bayona e depois em Auch. El-rei D. José falleceu em fevereiro de 1777, sendo então demittido e desterrado o seu primeiro ministro, o marquez de Pombal; o padre Theodoro d'Almeida, comtudo, só regressou a Lisboa em março de 1778. Recolheu-se ao convento das Necessidades, entregando-se novamente aos antigos exercicios do magisterio, do pulpito e do confessionario. Dedicou-se então muito á litteratura, revendo obras antigas e escrevendo outras. Passou em outubro de 1792 para o convento do Espirito Santo, que fôra reconstruido, porque o terremoto de 1755 o destruira completamente, e alli continuou nos seus trabalhos litterarios, até que uma paralysia fatal o accommetteu no dia 10 de abril de 1804, victimando-o poucos dias depois. O padre Theodoro d'Almeida representa no seculo XVIII o importante papel de vulgarisador da sciencia, que n'esse tempo estava concentrada nas academias e nas bibliothecas dos eruditos. A sua *Recreação philosophica*, a que deu a fórma de dialogo, que, sem ser contraria á exposição scientifica, era a que mais devia prender a attenção dos leitores geralmente desviados de livros d'aquelle genero. Contra esta obra sahiram impressas algumas criticas, em que os mantenedores da escola peripatetica procuraram sustentar as suas doutrinas, accusando o adversario de erros theologicos, e soccorrendo-se egualmente para o seu fim das armas da dialetica e do sarcasmo. O padre Almeida respondeu largamente aos argumentos dos seus impugnadores. As suas obras impressas são as seguintes: *Recreasão filozofica ou dialogo sobre a Filozofia Natural, para instrucsão de pesoas curiozas, que não frequentárão as aulas.* 10 tomos, que se publicaram todos em Lisboa; o 1.º em 1751, com estampas, os tomos 2.º e 3.º em 1752; o 4.º appareceu em 1757. A esse tempo, porém, já se fizera segunda edição dos tomos anteriores com additamentos e correcções, de fórma, que em 1757, tendo sahido pela primeira vez o tomo 4.º já em 1758 se publicava a terceira edição do tomo 1.º acontecendo o mesmo com os outros. A primeira edição do 5.º tomo é de 1761; a do 6.º e a 7.º em 1768. Em 1792 appareceu o tomo 8.º, em 1793 o 9.º e em 1799 o 10.º Os primeiros tomos sahiram publicados com o pseudonymo *Theodio Eugenio Silvio*, que são nomes dos tres figurados interlocutores, que o autor introduz na obra. — *Cartas Fysico-mathematicas de Theodoro a Eugenio, para servirem de complementos á Recreação Filosofica*, Lisboa, 1784 e seguintes, 3 tomos. Sahiram com o pseudonymo de Dorotheo de Almeida Estas cartas fôram traduzidas em hespanhol por D. Francisco Vasquez; *Institutiones physicæ ad usum Scholarum*, Olissipone, 1785; *Elogio da ill.ma e ex.ma sr.a D. Anna Xavier d'Assis Mascarenhas, baroueza de Alvito e condessa de Oriola*, Lisboa, 1758. Sahiu tambem com o nome de Dorotheo de Almeida. Teve segunda edição em 1803, com o nome do autor, accrescendo unicamente uma nova dedicatoria a D. Maria Mascarenhas, irmã da elogiada; *Gemidos da Mãe de Deus afflicta, ou estimulos de compaixão das suas dores*, Lisboa, 1763, com o nome de Dorotheo d'Almeida. Ha mais edições, sendo a *sexta* feita em Lisboa em 1815; *Thesouro de paciencia nas chagas de Jesus Christo, ou consolação da alma attribulada na meditação das penas do Salvador*, Lisboa, 1768; publicaram-se mais duas edições, uma em 1784 e outra em 1804; *Estimulos do amor da virgem Maria, mãe de Deus*, Lisboa, 1759; outra edição em 1791; *O filho independente do mundo e da fortuna, ou arte de viver contente em quasquer trabalhos da vida. Segunda edição, corrigida por seu auctor, e accrescentada com um discurso preliminar, e notas, e com* (vinte e cinco) *estampas*, Lisboa, 1786, 3 tomos. A alguns dos exemplares se juntou depois o retrato do autor. *O discurso preliminar*, ou exame critico da obra, é do erudito philologo Antonio das Neves Pereira, então presbytero secular, e depois congregado do Oratorio. Esta edição é em tudo preferivel á primeira, publicada, sem estampas, em 1779, em tres tomos, e tendo no frontispicio a declaração amphibologica: *Dedicada a Jesus Christo crucificado pelo P. Theodoro de Almeida*, que por aquelle tempo foi muito festejada, e deu aos criticos zombeteiros assumpto para risos e motejos. Houve ainda terceira edição, em 1835, 3 tomos; quarta, em 1844, 2 tomos, e a quinta, em 1861, tambem 2 tomos, acompanhados de todas as respectivas estampas. Em Hespanha teve grande acolhimento esta obra, de que se publicaram varias edições; a traducção feita pelo padre Francisco Vasquez passa por ser a melhor das que se fizeram, com o titulo de *Hombre feliz*, etc., Madrid, 1806, 4 tomos com estampas. Ha tambem uma versão franceza, pelo abbade Jamet, com o titulo *L'Homme heureux*, etc. Caen, 1820, 2 tomos. O escriptor brazileiro conego Fernandes Pinheiro, no *Curso elementar de Litteratura Nacional*, a pag. 463, da edição de 1862, tece os maiores elogios a esta obra. Escreveu mais: *Methodo para a geographia. Offerecido ás religiosas da Visitação de Sancta Maria de Lisboa*, Lisboa, 1787. No frontispicio tem as iniciaes T. A. O. S. P. N. que decerto se interpretam: «Theodoro de Almeida, oratoriano de S. Philippe Nery; *Sermões*, Lisboa, 1787, 3 tomos, contendo o 1.º quinze sermões de N.ª Senhora, o 2.º treze ditas de quaresma; o 3.º quinze ditos panegyricos, de mysterios, e de alguns santos. O mais antigo em data é um dos Santos Innocentes; prégado na egreja das Necessidades em 1750; *Preparação para a primeira communhão: para uso das meninas que*

se educam no mosteiro da Visitação de Sancta Maria, Lisboa, 1787; *Formosura de Deus, inferida e declarada por suas muitas perfeições, assim como á fragil capacidade humana é possivel,* Lisboa, 1785. Esta obra é-lhe attribuida, posto que não traga o seu nome; *Espirito consolador; tractado ascetico, encaminhado a guiar as almas á perfeição christã, traduzido do francez,* Lisboa, 178...—Tambem se lhe attribue, apesar de não trazer o seu nome; *Cathecismo da doutrina christã: composto por mandado do em.*mo *e rev.*mo *sr. Cardeal de Mendonça, patriarcha de Lisboa,* Lisboa, 1791. Houve outra edição, em 1792. Sahiu sem o seu nome, mas é incontestavelmente obra sua, e como tal se considerou sempre. Este *Cathecismo* foi adoptado para o ensino do patriarchado, por ordem do cardeal patriarcha D. Manuel Bento Rodrigues. A edição de 1791 tem no fim um *Resumo,* que tambem se imprimiu em separado; *Entretenimentos do coração devoto com o Sanctissimo Coração de Jesus. Ajuntam-se alguns actos de desaggravo, e outros obsequios para passar devotamente a hora que cada mez se toma de adoração ao Coração Sanctissimo,* Lisboa, 1790. Sahiu outra edição, em 1829, trazendo as iniciaes T. A. C. L.; *O Pastor evangelico repartindo o pasto da divina palavra nas praticas familiares dos domingos e festas,* Lisboa, 1797, 4 tomos. Outra edição, Lisboa, 1824; *Meditações dos attributos divinos para todo o anno, com um appendix sobre os attributos de Nossa Senhora. Offerecidas ao serenissimo principe D. João, gloria e consolação dos portuguezes,* Lisboa, 1796, 4 tomos, tendo no frontispicio as iniciaes T. A. C. O.; *Sermão para uma missa nova na festa de N. S. dos Martyres, prégado na casa das Necessidades,* Lisboa, 1779; *Sermão do Espirito Sancto, prégado na sua igreja,* Lisboa, 1797; com as supraditas iniciaes; *Opusculo sobre varios assumptos,* tomo I, Lisboa, 1797, contendo sómente o *Opusculo I,* que se intitula: *A morte alegre do filosofo christão;* seguia-se a este, como *opusculo II,* a *Descripção do novo Planetario universal,* porém esta descripção foi retirada, e em seu logar se imprimiu passados annos para ajuntar ao dito tomo: *A vida alegre do filosofo christão, composta pelo author da Morte alegre do filosofo christão T. A. C. O., opusculo II,* Lisboa, 1803, acabando com a declaração: *Fim do Opusculo II; Cartas espirituaes sobre varios assumptos, escriptas a diversas pessoas.* Tomo I, Lisboa, 1804. Contém quarenta e uma cartas; sahiu com as iniciaes T. A. C. O.; *Lisboa destruida, poema,* Lisboa, 1803. O assumpto é a destruição de Lisboa pelo terremoto de 1755. No fim do poema veem notas e illustrações pelo P. A. N. C. O. (P. Antonio das Neves, congregado do Oratorio). Ha depois uma dissertação sobre a causa natural do phenomeno, a qual o seu autor lêra na Academia das Sciencias. O tomo termina com um *Appendix ao poema,* em que se relata a conversão d'uma dama nobre, que deixando o paço e o mundo, se recolhera ao claustro. O padre Theodoro d'Almeida deixou muitas obras manuscriptas: O quarto e quinto tomos de *Sermões e Praticas;* o segundo das *Cartas espirituaes;* o segundo da *Collecção de Opusculos varios; A Historia da fundação do convento da Visitação de Lisboa,* para que elle muito concorrera; As traducções da *Paz interior,* e *Da alegria christã,* do abbade Lombez; A parte do *Feliz independente,* que primeiro compozera em oitavas rythmadas, e depois em verso solto; um volume contendo todos os calculos e figuras relativas ao *Planetario; A oração* recitada na sessão publica da abertura da Academia Real das Sciencias, a 4 de julho de 1780, da qual lhe resultaram criticas, censuras e accusações que teve de supportar com a sua costumada resignação e paciencia christã.

Almeida *(Theotonio Mendes de).* Viveu no seculo XVII. Era familiar da marqueza d'Alemquer, camareira-mór da rainha D. Maria Sophia, segunda mulher de D. Pedro II. Escreveu muito sobre genealogia, mas queimou tudo, pouco tempo antes de fallecer.

Almeida *(D. Thomaz de).* Primeiro patriarcha de Lisboa. N. em Lisboa a 11 de setembro de 1670, f. a 27 de fevereiro de 1754. Era filho de D. Antonio d'Almeida Portugal, segundo conde d'Avintes, e de D. Maria Antonia Bourbon. Contava entre o numero dos seus ascendentes, o primeiro governador da praça d'Almeida, D. Paio Guterres, cognominado o *Almeidão,* e D. Francisco d'Almeida, primeiro vice-rei da India. Estudou no collegio de Santo Antão, de Lisboa, com os padres jesuitas os preparatorios de latim, philosophia e rhetorica, e tendo 18 annos de edade passou para a Universidade de Coimbra. Em 20 de dezembro de 1688 tomou a beca como porcionista no real collegio de S. Paulo d'aquella cidade, e foi tal a sua applicação ao estudo, que pouco tempo depois se doutorou em canones com o geral applauso do corpo academico. Logo em 1695 foi nomeado deputado da Inquisição de Lisboa; e em 27 d'agosto d'aquelle mesmo anno teve o despacho para o logar de desembargador na relação do Porto. Em 22 d'abril de 1698 passou para a Casa da Supplicação com o exercicio de serventia na casa dos Aggravos. Em 1 de junho de 1702 tomou posse do logar de procurador e deputado da fazenda do conselho da real casa e estados das rainhas de Portugal, cargo para que fôra nomeado. Por este tempo assumiu tambem o priorado da egreja de S. Lourenço de Lisboa, e em 1703, no dia 13 d'abril, teve a nomeação de deputado da Meza da Consciencia e Ordens, havendo sido antes condecorado com a insignia da ordem de Christo, e armado cavalleiro professo na fórma d'este regio tribunal em uma das tres ordens militares. D. Thomaz d'Almeida, a quem a felicidade parecia sempre acompanhar, inspirou a mais profunda sympathia a D. Pedro II, que muito o respeitava pela sua intelligencia e pelo seu caracter bondoso e da maior honestidade. O monarcha procurava sempre provar ao digno prelado a alta e justa consideração que elle lhe merecia, e por isso o honrou com os cargos mais importantes e mais distinctos. Assim, além das nomeações já mencionadas, concedeu-lhe mais a de sumilher da cortina, juiz do fisco real e chanceller-mór do reino, logar de que tomou posse em 24 de novembro de 1704. Já anteriormente, em 28 de maio d'este anno, tendo el-rei de partir para a Beira á frente do seu exercito, na campanha da grande alliança, ficando com a regencia do reino sua irmã D. Catharina, D. Thomaz d'Almeida fôra escolhido pelo monarcha para substituir o secretario nas repartições das mercês, expediente e assignatura, Diogo de Mendonça Corte Real, por ter este digno empregado de acompanhar el-rei. Tambem desempenhou o logar de pro-

vedor das obras do paço e reaes casas de campo. Por nomeação d'el-rei, confirmada em 6 de dezembro de 1706 pela bulla expedida por Clemente XI, obteve D. Thomaz d'Almeida o bispado de Lamego. A sagração só se realisou a 3 d'abril de 1707, já depois do fallecimento de D. Pedro II, em Lisboa, na egreja do convento da Graça, sendo celebrante o capellão-mór e bispo titular de Torga, D. Nuno da Cunha e Athayde. Em 2 de maio seguinte partiu o novo bispo para a sua diocese; e, sabendo das discordias que então existiam entre o bispo de Vizeu e o seu cabido, teve a fortuna de conseguir pacificar os animos exaltados, de modo que taes discordias terminaram completamente. D. Pedro II, estando gravemente doente, nomeou tabellião-mór do reino o illustrado prelado, e quiz têl-o sempre junto ao seu leito, até ao ultimo momento de vida. D. João V, subindo ao throno, continuou, como seu pae, a dispensar ao respeitavel D. Thomaz de Almeida as maiores provas de sympathia e acatamento; e logo no dia da sua acclamação, em 1 de janeiro de 1707, nomeou-o escrivão da puridade, que era um dos cargos da maxima importancia. Em 30 de maio de 1708, passou D. Thomaz a Coimbra, em commissão no real collegio de S. Paulo, onde tambem se houve com a maior distincção. No anno seguinte, pelo fallecimento do bispo do Porto, D. Fr. José de Santa Maria Saldanha, foi nomeado, por decreto de 30 d'abril, para aquelle logar, e tambem por carta regia, datada de 26 de maio de 1709, recebeu a nomeação de governador da Relação e armas da cidade. Depois de confirmada pelo papa Clemente XI, em 22 de julho do mesmo anno de 1709, a nomeação do novo bispo do Porto, D. Thomaz d'Almeida entrou na diocese com todo o cerimonial respectivo no dia 3 de novembro, tomando tambem posse seis dias depois, dos governos da Relação e armas. A instituição do patriarchado de Lisboa, data do anno de 1716; em 7 de novembro d'este anno é que foi expedida a bulla *Aurea In supremo Apostolatus sólio,* em que o papa Clemente XI, attendendo aos serviços prestados á Santa Sé pelo rei de Portugal, concedia, de accordo com o collegio dos cardeaes em consistorio, a graça especialissima de ser elevada á categoria de cathedral metropolitana, com o titulo de Santa Egreja Patriarchal de Lisboa Occidental, a real capella collegiada de S. Thomé, instituida nos paços da Ribeira. A mesma bulla reunia o cargo de capellão-mór á dignidade de patriarcha. D. Thomaz de Almeida foi proposto para assumir o cargo eminente que acabava de ser creado, com a instituição do patriarchado de Lisboa. A nomeação foi feita por carta regia de 4 de dezembro de 1716, confirmada em 7 do mesmo mez pela Santa Sé. D. Thomaz veiu então do Porto, onde estava,

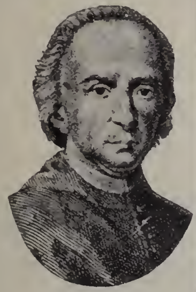
D. Thomaz de Almeida

e no dia 13 de fevereiro de 1717 entrou em Lisboa com a magestosa solemnidade que lhe competia, como patriarcha, e a que assistiram todo o corpo do clero secular e regular, todo o estado civil, cortejo da côrte, e a tropa formada em alas. A paginas 263 do tomo I do *Anno Historico,* do padre Francisco de Santa Maria, lê-se o seguinte: «Em 13 de fevereiro de 1717 fez em Lisboa a sua publica entrada Patriarchal, a que se deu principio na Egreja de S. Sebastião da Pedreira, onde o esperava montada a cavallo toda a nobreza da Côrte, e, tomando coche, veiu marchando com todo este luzidissimo acompanhamento até á Egreja de Santa Martha, onde se apeou, e, tomando a Capa Consistorial, continuou a cavallo a marcha até ás portas de Santo Antão, onde estava levantado um bem composto Altar. Aqui deixada a Capa Consistorial, se revestiu Pontificalmente com capa, e mitra toda branca, e montando em uma mula ruça coberta com um gualdrapa de tela branca, a levou de redea seu irmão Dom Luiz de Almeida, Conde de Avintes. Ao sahir das portas de Santo Antão, o receberam debaixo de um palio de preciosa tela os Vereadores dos Senados de ambas Lisboas, e d'esta sorte por entre duas alas, que formavam as Communidades Regulares, Confrarias, e Irmandades de Lisboa, chegou á Santa Basilica Patriarchal, e se deu fim a este vistosissimo acto com o hymno *Te-Deum Laudamus* cantado com toda a solemnidade.» Por decreto de 17 do dito mez de fevereiro, fôram concedidas a D. Thomaz d'Almeida e aos seus successores todas as honras pertencentes aos cardeaes. Mais tarde, ainda por solicitações de D. João V, o papa Clemente XII expediu, em 20 de dezembro de 1737, a bulla em que concedia a investidura cardinalicia aos patriarchas de Lisboa. O barrete de cardeal foi portanto entregue a D. Thomaz d'Almeida com a mais solemne cerimonia, no oratorio do palacio onde habitava o illustre prelado, proximo á egreja de S. Roque. Para este acto veiu a Lisboa expressamente em 3 de março de 1738, como enviado de Sua Santidade, o conego de S. Pedro no Vaticano e camareiro-mór do papa, Julio Sacchetti. Apenas tomou posse do cargo distinctissimo a que fôra elevado, D. Thomaz percorreu todo o patriarchado e administrou em todas as egrejas o sacramento do *Chrisma.* Nos *Retratos e elogios dos varões e donas,* livro publicado em 1817, lê-se que o venerando patriarcha terminou em 1722 a visita ao patriarchado, e que só no lado occidental administrara o *Chrisma* a treze mil cento e quarenta pessoas. Ainda a instancias de D. João V, D. Thomaz d'Almeida teve a concessão de ministrar os graus de bacharel e doutoramento em theologia e direito canonico ás dignidades e conegos da santa egreja Patriarchal, que os não tivessem ainda obtido por alguma universidade. O novo patriarcha teve a honra de, em 17 de novembro de 1717, lançar a benção á primeira pedra, medalha e alicerces da real bazilica de Mafra, e de o sagrar em 22 d'outubro de 1730. Em differentes épocas sagrou tambem nove arcebispos e quarenta e um bispos. Baptisou os infantes D. Pedro e D. Alexandre, filhos de D. João V, e os quatro filhos do principe real do Brazil D. José, mais tarde D. José I. Em 11 de janeiro de 1728 celebrou na santa egreja Patriarchal a cerimonia do casamento da infanta D. Maria Barbara com

o principe das Asturias, D. Fernando; em 20 de janeiro de 1729 celebrou tambem em Elvas o casamento do principe do Brazil, D. José, com a princeza D. Marianna Victoria, filha de Filippe V, de Hespanha. Foi ainda D. Thomaz de Almeida que, em 13 de novembro de 1746, sagrou a santa egreja Patriarchal, que el-rei mandara edificar, depois de ser extincta a diocese oriental, pelo papa Benedicto XIV. No *Mappa de Portugal*, de João Baptista de Castro, tomo III, pag. 106 e seguintes, vem uma minuciosa descripção d'aquelle sumptuoso templo, que o terremoto de 1755 derrotou completamente. Quando D. José subiu ao throno, em 7 de setembro de 1750, tambem D. Thomaz d'Almeida assistiu á cerimonia do juramento real, como lhe competia pela sua alta dignidade, sendo por esse mesmo motivo a primeira pessoa que assignou, como testemunha, o respectivo auto. Em 27 d'outubro de 1753 offereceu á irmandade de Santa Isabel, para ajuda das obras da construcção da egreja, grande parte da rica baixella de prata lavrada, quasi toda doirada, que possuia, e por sua morte legou á mesma irmandade, o resto da prata, no valor ainda superior a quatro contos de réis. Com a fundação do convento das freiras trinas do Rato, da egreja dos clerigos regulares da Missão em Rilhafolles, e muitas mais corporações religiosas, dispendeu tambem avultadas quantias. O venerando cardeal patriarcha de Lisboa, D. Thomaz d'Almeida, pelo seu caracter respeitabilissimo soube grangear as mais justas sympathias e considerações, tanto da realeza como do povo. Falleceu com 83 annos, e jaz sepultado na egreja de S. Roque, no cruzeiro, em sepultura raza, sobre a qual se lavrou um elegante epitaphio, escripto em latim pelo dr. Filippe Maciel, deputado da Meza da Consciencia e Ordens. Na *Bibliotheca Lusitana*, de Diogo Barbosa Machado, tomo IV, vem publicado aquelle epitaphio, o qual parece que já não póde lêr-se sobre a sepultura, em consequencia do accrescentamento da capella-mór e d'outras obras que desde aquella época se tem feito na egreja de S. Roque.

Almeida *(D. Thomaz de)*. Sobrinho do cardeal patriarcha do mesmo nome. Foi principal decano da Santa Egreja Patriarchal, e primeiro director geral dos Estudos publicos em Portugal e seus dominios, cargo para que foi nomeado por carta regia de 6 de junho de 1759, cinco annos depois do fallecimento de seu tio.

Almeida *(D. Thomaz Gomes de)*. Bispo da Guarda, ultimamente fallecido, a 3 de janeiro de 1903. Nascera em Macieira de Cambra, Oliveira de Azemeis, a 24 de novembro de 1836. Depois de se ordenar foi professor de grego e de theologia no seminario de Vizeu. O bispo de Vizeu, D. Antonio Alves Martins, quando ministro, nomeou o illustre professor, então já conego da sé de Vizeu, para bispo de Angola, onde se demorou algum tempo e onde deixou vestigios d'uma administração sensata e tolerante. Foi n'esse cargo que o encontrou a sua collocação no bispado da Guarda, onde se manteve até fallecer. Foi prelado muito querido na diocese, deixando memoria de caridoso e d'um espirito lucido, conciliador e modesto.

Almeida *(Verissimo Maximo de)*. Official da nossa marinha, onde começou a servir como sargento de mar e guerra, em 1797. Era inspector do arsenal da marinha no Rio de Janeiro, quando o Brazil se declarou independente; deu logo a sua demissão, e regressou á patria, apesar de o ligarem ao nascente imperio graves interesses como proprietario, adquiridos pelo seu casamento. Tinha a carta de conselho e varias condecorações. Falleceu em 1857, reformado no posto de vice-almirante. Durante sessenta annos de serviço gosou de boa fama como official honrado e prestimoso.

Almeida. Villa da prov. da Beira Baixa, séde de conc. e de com., distr. e bisp. da Guarda, relação do Porto. Tem só uma freguezia, cujo orago é N. S.ª das Candeias, com 2.312 alm. e 539 fog.; pertence á segunda divisão militar, e ao 15.º distr. de reserva do exercito effectivo com a séde na Guarda. Está ali aquartelada a quarta companhia de reformados. Tem Misericordia, hospital, escola para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamentos de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e de encommendas, permutando malas com a R. A. B. A. O conc. comprehende 29 freguezias com 16.890 hab., sendo 8.213 do sexo masculino e 8.677 do sexo feminino, n'uma superficie de 25.295 hectares. As freguezias são as seguintes: Ade (S. João Evangelista), Aldeia Nova (Santa Maria Magdalena), Almeida (N. S.ª das Candeias), Amoreira (Santa Maria), Azenhal (N S.ª do Rozario), Cabreira (Santa Maria Magdalena), Castello Bom (N. S.ª d'Assumpção), Castello Mendo (S. Pedro), Fréineda (N. S.ª da Conceição), Freixo (N. S.ª da Natividade), Junça (Santa Maria Magdalena), Leonil (N. S.ª da Annunciação), Malhada Sorda (S. Miguel), Malpartida (N. S.ª d'Assumpção), Mesquitella (S. Sebastião), Mido (Santo Antonio), Miuzella (Santa Magdalena), Monte Perobolço (S. Braz), Nave de Haver (S. Bartholomeu), Naves (S. Thiago Maior), Parada (S. Domingos), Peva (Santa Maria Magdalena), Porto da Ovelha (N. S.ª da Espectação), S. Pedro do Rio Sêcco, Senouras (Santa Catharina), Valle de Coelha (Santa Maria Maior), Valle de la Mulla (N. S.ª d'Assumpção), Valle Verde (N. S.ª da Graça), Villar Formoso (S. João Baptista). Almeida dista 32 k. da séde do distr., e está situada n'uma superficie plana, entre o rio Côa e a ribeira de Tourões, proximo da fronteira de Hespanha. A sua primitiva fundação é attribuida aos moiros, no seculo VIII ou seculo IX, no sitio, ainda hoje chamado *Enchido da Sarça*, perto da actual povoação. Segundo alguns historiadores, os moiros chamavam-lhe *Talmayda* ou *Talmeyda*, que significa *meza*, e era uma allusão ao sitio perfeitamente plano em que a villa fôra edificada; por corrupção vem hoje a palavra *Almeida*. Outros querem que o nome provenha de *Almeidan*, campo ou logar para corridas de cavallos. Como os moiros tinham predilecção por este divertimento, é muito possivel que seja esta a etymologia da palavra. Almeida foi conquistada

Brazão da villa de Almeida

por el-rei D. Fernando o Magno, de Castella, em 1039; mas as guerras dos tres irmãos, filhos d'este monarcha, D. Sancho, D. Garcia e D. Affonso, promovidas pela ambição e malvadez de D. Sancho, o mais velho, que pretendia usurpar o que pertencia aos irmãos, deu em resultado os moiros apoderarem-se d'algumas villas e cidades, entre as quaes se contava a villa d'Almeida, em 1071. D. Sancho, I, de Portugal, a conquistou, em 1190; n'estas luctas continuas a villa soffreu taes estragos e devastações, que no reinado de D. Diniz achava-se completamente arruinada e despovoada. Este monarcha reconstruiu-a, passou-a para o sitio onde actualmente está situada, e povoou-a de novo. Das ruinas da antiga povoação mandou el-rei vir os materiaes, tanto para a edificação das casas, como para a fundação do castello, que se levantou no logar mais elevado. Depois das obras concluidas, D. Diniz deu-lhe foral em 1296. Os continuos conflictos entre Portugal e Hespanha tornavam-se um tanto perigosos para a villa d'Almeida, por estar muito proximo da fronteira hespanhola: reconheceu-se a urgencia de ser fortificada, e tratou-se então de a guarnecer de fortes muralhas de cantaria, tendo duas portas de entrada, a de Santo Antonio, que a nossa gravura representa, e a de S. Francisco, cinco reductos e outros tantos revelins, fossos, caminhos cobertos, esplanadas, quarteis, armazens, etc. O castello foi ampliado e reformado por el-rei D. Manuel, e serve hoje de cidadella; o mesmo soberano lhe deu novo foral, em Santarem, com a data de 1 de junho de 1510. A praça d'Almeida ficou sendo, portanto, uma das primeiras praças de guerra de Portugal. No seculo XVIII caliiu um raio no castello, que muito o damnificou, mas os estragos, apesar de serem muito importantes, fôram logo reparados. Depois de ser constituida a praça d'armas, Almeida tem tomado parte seriamente nas luctas civis e nas guerras com a Hespanha e a França. Em 15 de junho de 1762, declarada a guerra com a Hespanha, veiu sobre a villa um exercito invasor, commandado pelo conde de O' Roilli; a praça foi cercada, vendo-se obrigada a entregar-se por capitulação, a 25 d'agosto d'aquelle anno. Ajustando-se a paz em 10 de fevereiro de 1763, a praça foi restituida a Portugal. Na terceira invasão dos francezes, em 1810, o general Massena, com o seu exercito, veiu pôr cerco á praça d'Almeida, a 10 d'agosto. A guarnição portugueza resistiu, defendendo-se heroicamente; porém, dezesete dias depois, a 27 do referido mez d'agosto, deu-se uma terrivel explosão, que destruiu o paiol da polvora, parte das fortificações e muitas casas, o que obrigou os sitiados a renderem-se no dia seguinte. Porém a 11 de abril de 1811, quando o exercito de Massena ia de retirada, batido pelas forças alliadas de Portugal e Inglaterra, commandadas pelo duque de Wellington, a guarnição franceza que estava em Almeida, atemorisou-se, e sem esperar que a fôssem atacar, fugiu pressurosa, passando por entre os alliados, que não a perseguiram. Almeida tornou novamente a ser conquistada. A'cerca d'aquella explosão, pódem consultar-se as seguintes publicações: *Sentença condemnando á morte o tenente-rei da praça d'Alcantara,* (com data de 20 d'abril de 1812), Lisboa, Impressão Régia; *Exposição ácerca das razões que provam a falsidade... sobre a desgraça do castello de Almeida,* por F. J. A. A. Bourges, 1815; *Supplemento á dita exposição,* Lisboa, 1821; *Sentença declarando sem culpa, pela entrega de Almeida em 1810, o coronel de infantaria 14, e governador da praça Guilherme Cox* (datada de 15 de abril de 1815); *A praça de Almeida em 1800,* artigo de J. A. de Carvalho e Oliveira, na *Revista universal lisbonense,* vol. XII, pag. 137, 178, 190, 200, 226, 237 e 258; *Memoria biographica do coronel Francisco Bernardo da Costa e Almeida, tenente-rei da praça de Almeida em 1810,* por João da Silva Mendes, revista e accrescentada com um appendice por Antonio Ribeiro da Costa e Almeida, Porto, 1883. Ainda capitulou por terceira vez, a 28 d'abril de 1844. No dia 4 de fevereiro d'esse anno revoltou-se em Torres Novas contra o governo de Costa Cabral, depois conde e marquez de Thomar, o regimento de infantaria 4, collocando-se á frente o coronel de cavallaria Antonio Cesar de Vasconcellos Correia, mais tarde conde de Torres Novas, e o capitão d'artilharia José Estevão Coelho de Magalhães. O ministerio cabralista era composto do duque da Terceira, Antonio Bernardo da Costa Cabral, José Antonio Maria de Sousa Azevedo, barão do Tojal, Joaquim José Falcão e José Joaquim Gomes de Castro. Os revoltosos espalhavam proclamações em que recapitulavam as injustiças praticadas pelo governo, notando especialmente a falta de cumprimento do decreto de 10 de fevereiro de 1842, que convocava côrtes extraordina-

Vista de Almeida

rias para reformar a Carta Constitucional novamente proclamada. O regimento de infantaria 4 dirigiu-se a Castello Branco, onde se lhe reuniu um destacamento do mesmo corpo, o regimento de infantaria 12 e caçadores 1. Os revoltosos sahiram no dia 11 de Castello Branco com destino

Porta de Santo Antonio

ao Alemtejo, mas alterando o seu plano, retrocederam para Castello Branco, e juntamente com o conde de Bomfim, que se lhes reunira, marcharam sobre a cidade da Guarda. Mallogradas ainda outras combinações, seguiram para Almeida. Os revoltosos haviam sido perseguidos por uma divisão commandada pelo visconde de Fonte Nova e uma brigada commandada pelo visconde de Vinhaes. Tendo de dirigir-se para a raia, os revoltosos entrincheiraram-se no dia 21 na praça d'Almeida, sendo cercados pelas tropas do governo, que romperam o fogo, em 30, por ordem do visconde de Fonte Nova. O cerco d'Almeida durou dois mezes. Os revoltosos iam sempre resistindo á custa de grandes sacrificios, e só no dia 1 de maio é que se recebeu em Lisboa uma participação, mandada pelo visconde de Fonte Nova, com a data de 28 de abril, na qual avisava o governo de que o conde de Bomfim mandara ao quartel general o coronel Passos propôr uma capitulação em dez artigos, a qual fôra rejeitada. O visconde de Fonte Nova mandara no mesmo dia intimal-o para depôr as armas dentro do improrogavel praso de duas horas, e declarar-lhe que sómente seriam garantidas as vidas e propriedades dos sitiados, devendo os officiaes, qualquer que fôsse a sua graduação, ou retirarem-se para Hespanha ou entregarem-se á discripção. Esta participação official foi espalhada em Lisboa, no dia 1 de maio, em supplemento ao n.º 102 do *Diario do Governo*. No mesmo dia appareceu novo supplemento, publicando o seguinte telegramma: «O visconde de Fonte Nova participa, em data de 28 do corrente, haver-se rendido a praça d'Almeida ás 4 horas e 30 minutos da tarde, deixando os soldados as armas dentro do recinto da mesma praça, desfilando pela frente das brigadas para as povoações que lhes fôram destinadas, e os officiaes seguiram para o reino visinho.» Bomfim e os mais officiaes emigraram para Hespanha.

A egreja matriz d'Almeida, N. S.ª das Candeias, está situada dentro da fortaleza; é um bom templo de tres naves e tem onze altares. A Misericordia e o hospital fôram fundados em 1680, á custa das esmolas dos devotos, concorrendo com avultados donativos a rainha D. Catharina, filha de D. João IV, e viuva de Carlos II, d'Inglaterra. Tem casa d'alfandega, e um antigo hospital que pelas leis de 1814 é hoje quartel. Houve em Almeida o convento de N. S.ª do Loreto, de freiras da ordem terceira de S. Francisco, o qual fôra fundado por tres irmãos, Garcia Corôa, Anna da Conceição e Branca d'Assumpção, da familia dos Sellas e Falcões de Pinhel. Na primitiva estava situado no logar da *Nave*, termo de Sabugal, mudando-se depois para Almeida. Foi supprimido e está abandonado. D'este convento sahiram as fundadoras do convento de Sá, em Aveiro, no anno de 1641. A seis k. da villa, no limite da freg. de Junça, existe a ermida de N. S.ª do Mosteiro, que, segundo a tradição, foi egreja d'um convento de templarios. D. João II reedificou esta ermida, pondo-lhe as armas de Portugal sobre a

Praça de S. João

cruz d'Aviz, de cuja ordem era grão-mestre, perdendo o edificio todos os vestigios da sua antiguidade. Era costume muito antigo ir a camara municipal, o parocho e cleresia da villa e dos logares visinhos, em procissão á ermida de N. S.ª do Mosteiro, todos os sabbados de março, sabbado de Ramos e segunda feira dos Prazeres, havendo festa e sermão. Parece que já se não faz esta romaria. Ha n'aquella localidade a feira annual de N. S.ª do Mosteiro, em 15 d'agosto, sendo sempre muito concorrida. No limite da freg. de Mido,

tambem ha todos os annos a feira de S. Roque, a 16 d'agosto, e na Frémeda tambem se realisa annualmente a feira de Santa Euphemia nos dias 15 e 16 de setembro, e a de N. S.ª de Lourdes, a 5 d'agosto, e mercado nos dias 16 de cada mez. Na penultima quinta feira de cada mez ha mercado na freg. de Miuzella. Em Almeida ha tambem feira nos primeiros tres dias de setembro, e mercado todos os dias 8 e 22 de cada mez. A trez k. ao norte da villa, junto ás escabrosas margens do rio Côa, entre penedos e de um terreno arido e inculto, brota uma nascente de agua medicinal, conhecida tambem pelo nome de *Fonte Santa*. E' usada em bebida e em banhos. Em quanto não houve estabelecimento apropriado, a agua era transportada para tinas collocadas nas casas particulares. Agora, porém, ha estabelecimentos thermaes, propriedade da camara municipal, sendo tambem denominados *Fonte Santa*. A agua é pouco abundante, fria, transparente e sulfurea. Emprega-se no tratamento do rheumatismo, das molestias de pelle e ulceras. Almeida tem um theatro e duas sociedades recreativas: *Club União dos Atiradores Civis Portuguezes* e *Sociedade de Instrucção e Recreio*. A guarnição militar actual é composta do regimento de cavallaria 7 (1.º e 2.º esquadrões). O principal commercio da villa consta de cereaes, lãs e batatas. Uma das nossas gravuras representa a elegante praça principal de S. João. Almeida foi berço do celebre historiador, chronista da ordem de Cistér, Fr. Bernardo de Brito, autor da *Monarchia Lusitana* (1.ª e 2.ª partes); e de muitas outras obras importantes. A villa tem por armas: um escudo com as armas reaes, sendo a corôa d'estas aberta, ao uso antigo, e ao lado a esphera armillar, divisa d'el-rei D. Manuel, que foi quem lhe deu este brazão. Ha pouco começou a publicar-se n'esta villa um jornal com o titulo de *Correio de Almeida*, tendo saido o primeiro numero em março do corrente anno de 1903. | Pov. da freg. de Cahide de Rei, conc. de Louzada.

Almeida e Albuquerque *(Caetano Alexandre de)*. V. *Albuquerque (Caetano Alexandre de Almeida e)*.

Almeida e Albuquerque *(Luiz de)*. V. *Albuquerque (Luiz de Almeida e)*.

Almeida Araujo *(Francisco Duarte de)*. Escriptor, e redactor das sessões da camara dos pares. N. em Lagos a 10 d'outubro de 1816, morreu em Lisboa em 1877. Depois de estudar grammatica latina com os padres do Oratorio no convento do Espirito Santo, seguiu o curso de estudos secundarios, estabelecido no mosteiro de S. Vicente, em que se incluia arithmetica, geometria, chronologia, geographia, historia, philosophia racional e moral, e rhetorica; terminou este curso em 1833, com approvação plena. Tambem cursou por alguns annos as aulas da Escola Cirurgica de Lisboa, e de Construcção e Architectura Naval, as quaes deixou por ter alcançado em concurso um logar de amanuense temporario do Thesouro Publico, em 5 d'agosto de 1839. Serviu n'esta repartição até que pela organisação do Tribunal de Contas foi n'ella contemplado com a graduação de aspirante de terceira classe. Promovido depois á classe immediata em 1851, requereu passado tempo a exoneração, que lhe concederam por decreto de 29 de dezembro de 1852. Em 4 d'abril de 1857 foi nomeado redactor das sessões da camara dos pares, depois d'um concurso brilhante em que obteve approvação unanime do respectivo jury. Serviu tambem por algum tempo cumulativamente o cargo de solicitador da fazenda nacional na sexta vara da comarca de Lisboa, logar que tambem obteve por concurso, e lhe foi concedido no primeiro d'agosto do referido anno de 1857. Era cavalleiro da ordem de S. Thiago, por decreto de 22 de dezembro de 1825, e foi condecorado com a ordem de N. S.ª da Conceição, em 1851. Francisco Duarte d'Almeida Araujo era homem muito intelligente, muito instruido, mas ultimamente entregara-se ao alcoolismo, o que muito o prejudicou. Foi redactor e collaborador de diversos jornaes: *O Beijaflor*, *O Pantologo*, *Jornal da Bibliotheca Economica*, *Archivo Familiar*, *Flora e Pomona*, *Jornal de Agricultura*, *Revista Contemporanea*, *Illustração Luso-brazileira*, *Illustração Popular*, *Panorama*, *Amigo da Religião*, *Jornal Catholico*, *Correio Portuguez*, *Correio de Lisboa*, *Matraca*, *Estandarte Popular*, *Lei*, *Imprensa e Lei*, *Parlamento*, *Jornal do Commercio*, *Jornal Mercantil*, *Defensor*, *Periodico dos Pobres*, etc. Escreveu: *Historia de Portugal, desde os tempos primitivos até á fundação da monarchia, e d'esta epoca até á infausta morte da senhora D. Maria II*, Lisboa, 1852; *Historia dos Girondinos, por Mr. Lamartine, traduzida em portuguez*, Lisboa, 1854; *Chronica da rainha, a senhora D. Maria II, comprehendendo os documentos do seu reinado de direito e de facto, desde 2 de Maio de 1826 até 15 de Novembro de 1853*, Lisboa, 1857 a 1861. São 3 tomos, declarando o 3.º ser o ultimo; porém tanto a historia como os documentos só chegam até julho de 1833; Na collecção *Livrinhos de ouro, sob os auspicios do sr. Antonio Feliciano de Castilho, publicados pela Sociedade Faria & C.ª*, Lisboa, 1854, correm com o seu nome as seguintes: *Tomada de Santarem*, *Leiria*, *Immortalidade da alma*, *A batalha de Campo d'Ourique*; *Elogio historico do socio Antonio Maria do Couto, recitado na Academia Lisbonense das Sciencias e das Letras em 27 de agosto de 1843*, Lisboa 1843; *Tullia e Gracco*, Lisboa, 1842. É confutação ao folheto *Reflexões de Gracco a Tullia*, impresso clandestinamente em Lisboa, no mesmo anno; *Historia do consulado e do imperio por Mr. Thiers, traduzida e annotada*; *Versos a S. M. a Rainha* (D. Maria II) *quando desembarcou em Lisboa, da sua digressão ás provincias*, os quaes fôram distribuidos profusamente n'essa occasião no Terreiro do Paço; *Ave, rex! Poemeto commemorativo da defeza de Gaieta, dedicado aos heroes que n'ella tomaram parte*, Lisboa, 1861; *1640, ou a Restauração de Portugal. Facto historico em quatro actos, sete quadros e um prologo. Representado pela primeira vez no theatro da Rua dos Condes em 29 de Outubro de 1861*, Lisboa, 1861; *Ha mais Marias na terra*, comedia em 1 acto, representada tambem no theatro da Rua dos Condes; *Vasco da Gama*, drama em 5 actos e 2 prologos, que se não chegou a representar. Foi publicado por occasião do centenario de Camões, em 1880. Almeida Araujo foi socio da Associação do antigo theatro da Rua dos Condes.

Almeida Araujo *(Joaquim Palhares de Almeida Araujo, conde)*. Rico proprietario. N. em Penafiel a 31 d'outubro de 1855. É filho do sr. João Alves d'Almeida Araujo, antigo deputado

e capitalista, e de D. Gertrudes Palhares de Araujo. Depois de completar o curso dos lyceus, matriculou-se na Escola Polytechnica, destinando-se á carreira de engenharia civil. Havia completado o terceiro anno, quando lhe falleceu um irmão; seguiu depois para S. Thomé, onde possue importantes propriedades, contando-se entre ellas a denominada *Monte Macaco*, uma das mais notaveis e mais bem tratadas d'aquella ilha, provida dos aperfeiçoamentos mais modernos, machinas, caminhos de ferro *Decauville*, etc. Em 19 de maio de 1883 casou com a sr.ª D. Herminia Franco de Araujo, filha dos fallecidos condes de Falcarreira. Em 24 de setembro de 1898 foi agraciado com o titulo de visconde d'Almeida Araujo, sendo mais tarde elevado a conde do mesmo titulo, em 18 de junho de 1901. E' commendador da ordem militar de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa, por despacho de 29 de janeiro de 1903.

Almeida e Azevedo *(Lourenço de)*. Medico distincto. N. em Coucieiro, districto de, Villa Real, a 1 de agosto de 1833. f. em Lisboa a 18 de junho de 1891. Era filho de João Correia d'Almeida Carvalhaes. D'um artigo publicado no *Occidente*, de 11 de agosto de 1891, escripto pelo fallecido conselheiro dr. Antonio José Teixeira, transcrevemos o seguinte: «Seu pae, posto que não tivesse grandes meios de fortuna, quiz proporcionar-lhe a devida educação mandando-o para Coimbra onde o novo estudante fez os exames de instrucção secundaria conseguindo matricular-se em 1849 no primeiro anno de Mathematica e de Philosophia como obrigado para seguir o curso da faculdade de Medicina. Fômos seu condiscipulo nos dois annos da faculdade de Mathematica, e podemos dar testemunho do muito aproveitamento com que frequentou esta sciencia, na qual foi plenamente approvado, não sendo inferior a classificação que obteve nos tres annos da faculdade de Philosophia. Em outubro de 1852 passou o dr. Lourenço para o primeiro anno de Medicina. Ahi e nos annos seguintes a Universidade condecorou-o sempre com as suas maiores distincções, os partidos ordenados nos Estatutos de 1772, e os premios creados na legislação de 1839. Em 1858, a 28 de junho, defendia o sextanista as suas theses, e a dissertação inaugural, cujo objecto fôram as cellulas; trabalho colhido nos ultimos progressos da sciencia, e sustentado na sala grande dos actos com o calor que só dá uma profunda convicção, e com o brilho proprio de um elevado talento. E assim correu tambem a sustentação de todas as theses. Fez exame de licenceado e tomou o respectivo grau em 16 de julho, e recebeu o grau de doutor a 31, tendo-lhe concedido o capello gratuito a portaria de 22 do referido mez e anno. Então para se alcançar esta honra, que sómente se dava ás faculdades de sciencias naturaes, eram precisas tres condições: haver falta de lentes, o aspirante a doutor ter talento a transcendente, e não ser abundante de meios de fortuna. Hoje é sabido que as propinas dos doutoramentos em todas as faculdades fôram abolidas desde 1870. A faculdade tinha dez logares vagos de substituto extraordinario. Para um d'elles, devendo reger as cadeiras de *Clinica dos homens e das mulheres*, e *Pathologia medica*, foi logo despachado, a 4 de janeiro de 1859, o novo doutor, que em 1860 passou a substituto ordinario para as cadeiras de *Partos, Materia medica* e *Pathologia medica*, e em 1864 a lente cathedratico para *Pathologia e clinica cirurgica dos homens*, sendo transferido na occasião da nova reforma da faculdade em 1876 para a cadeira de *Tocologia*, e promovido a decano e director da mesma faculdade no anno de 1885. Todas estas cadeiras fôram regidas com a maior proficiencia e dignidade. Em fins de 1855 e principio de 1856 appareceu em Coimbra a cholera morbus, e organison-se hospital proprio para curar os doentes pobres. O director nomeado, que foi o lente de *Therapeutica e Pathologia*, o dr. Cesario Augusto de Azevedo Pereira, conseguiu ter ao seu lado como principal ajudante o alumno do quarto anno de Medicina, que era então Lourenço d'Almeida Azevedo. Os valiosos serviços prestados n'aquelle estabelecimento, com o maior zelo e inexcedivel caridade, firmaram logo a sua reputação de clinico, e trouxeram-lhe honrosos testemunhos de estima e affecto, tanto do corpo docente da Faculdade, como dos seus collegas na pratica, e de todos os habitantes de Coimbra. A cidade havia tomado o dr. Lourenço por filho extremecido, principalmente desde que o viu arriscar a vida para salvar os infelizes doentes atacados da epidemia; e em successivas votações o elegeu vereador municipal, recebendo sempre na troca de taes demonstrações os fructos do seu engenho e actividade, que se encontram nas estradas que atravessam todas as freguezias do concelho, no edificio construido para os paços da Camara, e nos milhares de melhoramentos devidos á sua fecunda iniciativa. O districto de Coimbra deveu-lhe tambem importantes serviços na qualidade de membro da junta geral, eleito varias vezes como seu representante. Ahi se estreitaram cada vez mais as nossas relações, trabalhando juntos na organisação de projectos, que tendiam a reformar a administração publica, e a desenvolver a viação ordinaria. Ahi todos podémos admirar, até nas coisas menos graves, a extrema lealdade d'aquelle primoroso caracter. Quando em 1884 a cholera morbus assolou Marselha, Toulon, e outras povoações da França, entrando em Hespanha, e chegando á fronteira de Portugal, o dr. Lourenço foi sem receio ao centro da epidemia, onde se demorou bastante estudando-a, e escreveu o livro: *A cholera morbus: sua prophylaxia e tratamento;* publicação feita na imprensa da Universidade, bem comô a traducção na lingua franceza. A Academia real de Medicina de Madrid conferiu-lhe o diploma de socio correspondente; o Instituto de Coimbra contava-o entre os seus socios effectivos, e da Associação dos Artistas da mesma cidade havia recebido o titulo de socio honorario. Era par do reino vitalicio desde 1882; nomeação devida ao seu grande merito, e obtida quando ainda residia na Universidade. Fundos e amargos desgostos obrigaram-n'o a deixar a faculdade, e a mudar para Lisboa onde desempenhou os logares de vogal da junta de saude, e da secção permanente do Conselho Superior de Instrucção Publica. Foi em 1885, que se vestiu de luto a cidade de Coimbra, quando lhe constou a nomeação do dr. Lourenço para vogal da junta consultiva de saude publica, e portanto a resolução inabalavel de residir na capital, conforme exigia o exercicio do seu novo emprego. Differentes classes de professores, negociantes, proprietarios, industriaes e artistas,

fôram a sua casa pedir-lhe encarecidamente, que não abandonasse a terra a que tanto favorecera, e que tão grande affecto lhe manifestara; e seguidamente enviaram ao seu amigo mensagem honrosissima que lhe mudaria certamente a resolução tomada, se o dever permittisse attender aos impulsos do coração.» O dr. Lourenço d'Almeida Azevedo publicou: *Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas,* Coimbra, 1858. A dissertação responde ás duas perguntas seguintes: *Serão as cellulas, seus nucleos e granulos as unicas primitivas formações do plasma? Sendo assim, quaes as differentes metamorphoses por que terão de passar até o seu definitivo desenvolvimento? Theses ex Universa Medicina selectæ, quas... in Conimbricensi Gymnasio, integro hujus mensis Junii die vigesima octava, propugnandas offert,* Conimbricæ, 1858; *Projecto de formulario dos hospitaes da universidade de Coimbra,* Coimbra, 1873; O opusculo, em que se fallou, *A cholera morbus: sua prophylaxia e tratamento,* teve por fim tornar conhecido o tratamento empregado, durante a epidemia de 1856, no hospital de cholericos de Coimbra, onde o autor, na qualidade de clinico interno prestou os mais relevantes serviços. O producto da venda devia ser entregue á primeira commissão de soccorros para indigentes que se organisasse em Coimbra, seviesse a ser accommettida da cholera, que, em 1884, como ficou dito, grassava na Europa; no caso contrario, deveria ser distribuido pelos parochos das freguezias para auxilio d apobreza.

Almeida Blanco *(Jorge Hilario de).* Escriptor do seculo XIX. N. em Lisboa a 13 de junho de 1829, onde tambem falleceu a 6 d'abril de 1883. Era neto do dr. Antonio de Almeida. Muito moço ficou orphão de pae, vendo-se obrigado a applicar-se ao estudo e ao trabalho, para ser util a sua mãe, que era muito pobre. Da escola das amarguras e da adversidade, sahiu para a vida publica cidadão honrado e laborioso. Conseguiu empregar-se na alfandega de consumo, chegando a ser terceiro official, e estando proximo a passar a melhor collocação, adoeceu gravemente. fallecendo poucos dias depois. Escreveu: *Vozes d'alma,* Lisboa, 1851; *Humilde carteira,* Lisboa, 1851; *Gloria ao povo pela feliz acclamação de sua magestade el-rei o senhor D. Pedro V,* poesia, Lis boa, 1855; *Bethlem e Golgotha,* Lisboa, 1858; *Illusões e crenças,* poesias, Lisboa, 1868; *A irmã de caridade,* Lisboa, sem data; *A' hora do resgate, canto patriotico ao dia 1.º de dezembro de 1640,* Lisboa, 1871; sahiu com as iniciaes A. B.; *Ave, regina!* poesia dedicada a D. Affonso XII, de Hespanha, no dia do seu casamento, Lisboa, 1879.

Almeida Borges *(José Januario de).* Bacharel em leis. N. em Oliveira, freg. de Sobre Tamega, conc. de Marco de Canavezes, a 10 d'abril de 1804. Matriculou-se no primeiro anno juridico da Universidade de Coimbra, 1820-1821. Recebera o grau de bacharel em leis. Escreveu: *Cartas de Aconcio a Cydipe,* Coimbra, 1825. São doze epistolas em versos soltos. Escrevia então o autor: que «a sua edade não tocava ainda a méta do quarto lustro.»

Almeida Braga *(Carlos).* Governador civil d'Aveiro. N. em Braga, em 1866. Frequentou as aulas do lyceu de Braga com muita distincção, matriculando-se depois na Universidade de Coimbra, onde foi sempre estudante laureado. Formou-se em direito, no anno de 1887. Concluida a formatura, abriu banca de advogado em Braga, continuando assim as tradições de sua familia, em que se contam jurisconsultos distinctissimos, o ultimo dos quaes foi o dr. Francisco Xavier Torres e Almeida, seu avô, e que era uma individualidade no fôro. O dr. Carlos Braga, dedicando-se alguns annos mais especialmente a causas crimes, tomou parte em julgamentos importantes, onde a sua eloquencia e os seus discursos sempre notaveis e convincentes, triumpharam, taes como os conselhos de guerra de Leixões por occasião da revolta de 31 de janeiro de 1891; a defeza do falsificador das notas do Banco de Portugal, Carlos Maria Tavares Coutinho; dos implicados nos successos da Ribeira da Pena em Villa Pouca d'Aguiar; dos implicados no assassinato do dr. Almeida Silvano, em Villa Nova de Foscôa, e do homicidio frustrado na pessoa do capellão do regimento de infantaria 9, em Lamego. O dr. Carlos Braga foi tambem orador em differentes comicios e nos congressos juridicos de Lisboa e congresso catholico de Braga, tomou parte no sarau litterario que o Centro Commercial do Porto, de que ha muito é socio honorario, offereceu ao dr. Assis Brazil, por occasião de se reatarem as relações diplomaticas de Portugal com o Brazil. E' distincto jornalista. Foi deputado por um dos circulos do districto de Braga na legislatura de 1896 e 1897, e é actualmente governador civil d'Aveiro. O dr. Carlos d'Almeida Braga tem prestado bons serviços n'esta cidade, e por isso a noticia da sua nomeação de governador civil foi recebida com enthusiasmo pelos aveirenses. O nome do dr. Carlos d'Almeida Braga já está vinculado a um melhoramento local de grande importancia, o proseguimento das obras do edificio destinado ás repartições publicas do districto; o edificio é devido á iniciativa do distincto parlamentar e abalisado jurisconsulto dr. Barbosa de Magalhães, mas as obras estariam por muito tempo paralysadas, se não fôsse a activa e energica cooperação do dr. Carlos Braga, que soube vencer todos os obstaculos que se oppunham, e o edificio, espera-se, que dentro de pouco tempo fique concluido.

Almeida Braga *(João Joaquim de).* Escriptor e poeta distincto. N. em Braga a 4 de fevereiro de 1836, onde tambem falleceu a 11 de fevereiro de 1871. Era filho d'um commerciante d'aquella cidade. Cursou com muito aproveitamento os estudos secundarios no lyceu de Braga, destinando-se á vida commercial, como seu pae, porém mais tarde deixou o commercio, dedicando-se á litteratura amena, para que sentia decidida vocação. Começou pela poesia lyrica, seguindo depois a escrever sobre assumptos religiosos, que tratou com muita proficiencia. A' medida que o escriptor mergulhava o espirito na contemplação de Deus, emergia dos seus estudos religiosos mais acrisolado nas raras virtudes que eram apanagio da sua alma, e mais acendrado na pureza dos costumes, que por sua morte lhe vieram a conquistar a fama de santo. A' beira da sepultura começou a formar-se a lenda piedosa com que o povo costuma sobredourar a memoria dos bons. O distincto escriptor, sr. Alberto Pimentel, dá larga noticia biographica d'este sau-

doso poeta bracarense, no artigo que no seu livro *Esboços e episodios* tem o titulo de *Um escriptor portuguez santo.* A sua morte foi muito sentida; ao cemiterio concorreu muita gente a acompanhal-o até á sua ultima morada, havendo empenhos, dias depois, para se obter as petalas das camelias que se haviam desfolhado sobre o ataúde. Os seus livros e escriptos avulsos eram tidos na conta de reliquias. Entre os artigos que toda a imprensa consagrou á sua memoria, na occasião do fallecimento, é para notar o que sahiu no *Jornal do Porto*, escripto pelo sr. Alberto Pimentel, o qual foi transcripto na *Gazeta do Povo* e no *Bracarense.* Quando se edificou o theatro de S. Geraldo em Braga, no anno de 1857, o distincto poeta escreveu o drama em 3 actos *Desgraça e ventura*, que se publicou em 1858. Houve segunda edição, emendada, que sahiu no Porto em 1861. A'cerca d'este drama escreveu Julio Cesar Machado um juizo critico, que foi publicado na *Revolução de Setembro* de 1 de abril de 1862. Annos mais tarde, tambem escreveu o *Primeiro acto*, introducção ao *Ultimo acto* de Camillo Castello Branco. Eis a relação das suas obras: *A grinalda, cantos da juventude*, com uma carta prefacio por Torres e Almeida, Braga, 1857; *Melodias: cantos da adolescencia*, Braga, 1859; *O fructo da obediencia*, drama em 3 quadros, Braga, 1860; *O christianismo e o seculo: resposta á obra de mr. Renan* «Vie de Jesus», *dedicada ao ex.mo e rev.mo prelado da diocese do Porto, pelo editor*, Porto, 1864. O bispo, agradecendo a dedicatoria, classificou o livro como «obra de subido merecimento, cujo autor bem merece da religião e da sociedade, refutando com força de logica, brevidade e clareza, e em estylo facil e agradavel os erros dominantes da epoca, que vamos atravessando»; *Jesus Christo em face do mundo. Continuação das obras* «O christianismo e o seculo», Porto, 1865; *Carlos*, drama em 1 acto, Braga, 1862; *Brados contra o casamento civil*, Porto, 1866. *I parte:* 1.º *Considerações sobre o projecto do casamento civil por J. J. de Almeida Braga;* 2.º *Carta enviada pelo sr. duque de Saldanha ao presidente do conselho de ministros, a respeito do casamento civil;* 3.º *Representação que varios cidadãos do primeiro districto da camara ecclesiastica da Maia, do bispado do Porto, dirigiram á camara dos senhores deputados contra o casamento civil. II parte:* 4.º *Resposta á carta do sr. A. Herculano por João Joaquim de Almeida Braga;* 5.º *Representação dos estudantes de Braga contra o casamento civil;* 6.º *O* «Jornal do Commercio» *e o seu correspondente sobre o casamento civil pelo ex.mo sr. marquez de Lavradio*, Porto, 1866; *Magdalena*, poema, Braga, 1867; *O poder temporal do papa. Carta ao ex.mo sr. D. Antonio Alves Martins, bispo de Vizeu*, Braga, 1867; *Idem. Segunda carta*, etc., Braga, 1867; *Idem. Terceira carta*, etc., Braga, 1867; *Idem. Quarta carta*, etc., Braga, 1869; *Idem. Quinta carta*, etc., Braga, 1869; *Idem. Sexta carta*, etc., Braga, 1870; *Idem. Setima carta*, etc., Braga, 1870; *O anjo da mocidade*, Braga, 1868. N'este livro está tambem uma *Novena de S. Luiz Gonzaga; O Divino Mestre na sciencia da cruz, traduzido . . . com licença do ordinario*, Braga, 1870; *O anjo das donzellas, offerecido ás Filhas de Maria*, Braga, 1869; *O prestigio das palavras*, Braga, sem ter data. Almeida Braga foi collaborador de varios jornaes litterarios, religiosos e politicos publicados na capital do Minho. D'entre os muitos artigos que lhe pertencem, mencionaremos os seguintes: *Meditações*, em prosa, e varios outros, insertos no *Murmurio*, jornal de que foi fundador, em 1856, e terminou com o n.º 23; *Torquato Tasso: estudo historico.* No *Independente*, periodico politico, litterario e religioso, principiando no n.º 35, de 2 de setembro de 1858, e continuando nos seguintes numeros, com alguns intervallos. Este estudo foi reunido depois á traducção da *Jerusalem*, que se fez em Coimbra; *A' sentida morte do meu querido amigo Gabriel de Moura Coutinho*, poesia inserta no n.º 189 da *Atalaia Catholica*, de 20 de março de 1859; *Tristeza e alegria; viagem ao templo da poesia.*

Almeida e Brito (*Sebastião de*). Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, advogado na Relação do Porto. N. em Castello Rodrigo, em 1799; f. em Lisboa, em 1868. Entrou nas luctas civis, no tempo do governo de Costa Cabral, depois conde de Thomar; foi membro da Junta organisada no Porto em 10 d'outubro de 1846, com o titulo de Provisoria do Governo Supremo do Reino, e n'ella encarregado dos negocios da justiça. Os outros membros eram os seguintes: o general conde das Antas, commandante da terceira divisão militar, presidente, José da Silva Passos, vice-presidente, encarregado dos negocios da fazenda e estrangeiros; Antonio Luiz de Seabra, que era presidente da Relação do Porto, encarregado dos negocios do reino; Francisco de Paula Lobo d'Avila, tenente-coronel chefe do estado maior da terceira divisão militar, encarregado dos negocios da guerra; Justino Ferreira Pinto Basto, encarregado dos negocios da marinha. A revolução, como é sabido, terminou pela convenção de Gramido, e a junta dissolveu-se em 1847. De todos os membros d'este corpo governativo, Sebastião d'Almeida e Brito foi o que menos occasião teve de manifestar o seu merito, pela quasi nullidade dos negocios da repartição a seu cargo, mas a sua capacidade era bem reconhecida. Tinha genio conciliador, caracter bondoso e docil, muito conhecedor do fôro, sendo tambem eminentemente versado em todo o genero de litteratura. O que faltava a Almeida e Brito, e que se tornava necessario n'uma situação trabalhosa, era saber-se revestir de certa valentia moral, que as circumstancias difficeis reclamam. A natureza não o creara para revolucionario; no entretanto, a junta escutava-o sempre attenciosamente, todas as vezes que a bonança politica lhe permittia emittir a sua opinião, e ninguem se poude considerar aggravado. A sua ambição limitava-se a que tudo marchasse em boa ordem sacrificando-se desinteressadamente ao paiz, porque acceitava todas as consequencias da revolução, tendo sómente a esperança que terminasse, para que tranquillamente podesse voltar ao exercicio da advocacia. Escreveu: *Allegação juridica na demanda em que contendem João Ferreira Ribeiro Pinto Rangel e Christovam Pinto Barreiros, contra Antonio José de Oliveira e Silva, e em favor d'este deduzida nos autos*, Porto, 1841. E esta *Allegação* terceira parte de um opusculo, que tem por titulo: *A Calumnia desmascarada. Refutação ao folheto intitulado:* «Breve exposição» *com que se sahiu João Ferreira Ribeiro Pinto Rangel Dias de Sampaio,*

offerecida aos cidadãos jurados, que hão de compor o tribunal de facto, na causa de annulação de testamento, em que o dito é auctor, e réo Antonio José de Oliveira e Silva, Porto, 1840; *Processo crime de D. Miquelina Adelaide Ferreira de Figueiredo, e discurso proferido em seu favor perante a Relação do Porto,* Porto, 1842. Em attenção a este discurso a Associação dos Advogados de Lisboa enviou para logo ao autor o diploma de seu socio, qualificando-o de *jurisconsulto distincto por sua litteratura,* e pedindo-lhe uma copia autographa da mesma *Allegação,* para ficar devidamente guardada no seu archivo; *Allegação offerecida perante a Relação do Porto por parte do Conde de Farrobo, na demanda sobre o agio, em que litiga com Lino Silveira, e Manuel Joaquim Pimenta & C.ª,* Porto, 1846; *Allegação juridica em que se discute a materia de prescripção na causa de filiação, intentada por Carlos Marinho contra D. Anna Joaquina Xavier da Motta e outros,* Porto, 1848; *Allegação de direito em favor de D. Thereza de Jesus da Fonseca e Oliveira, na causa de nullidade de matrimonio, que lhe move D. Felicidade Perpetua de Azevedo,* Porto, 1855; *Allegação de direito na causa pendente por appellação entre o cessionario das francezas Josephina Lechaire e irmãs, e as Misericordias de Coimbra e Extremoz,* Porto, 1856; *Allegações de direito na causa entre partes José Antonio Teixeira Barbosa, e as Misericordias de Coimbra e Extremoz: por Antonio Videira e Sebastião de Almeida e Brito,* Porto, 1857; *Meia palavra ás* «Duas palavras» *ou A bon entendeur demi-mot,* Porto, 1852. Serve de resposta a outro opusculo: *Duas palavras ácerca da eleição do Porto, em 1851,* por Antonio Alves Martins, dr. em theologia na Universidade de Coimbra (V. *Alves Martins).* Sebastião de Almeida e Brito tambem escreveu alguns artigos na *Gazeta dos Tribunaes,* e em jornaes do Porto, *Discursos* contra o *Nacional,* em defeza de Rodrigo da Fonseca Magalhães, etc.

Almeida Cabral *(Francisco de).* Celebre jurisconsulto do seculo XVII. Era nat. de Lamego, f. em Lisboa a 14 de maio de 1654. Foi corregedor da côrte, desembargador dos aggravos na Casa da Supplicação, e senador palatino. Escreveu: *Allegação de Direito na causa do Morgado de Medello, que moveu a D. Catharina Coutinho, hoje casada com D. Antonio Luiz de Menezes,* Lisboa, 1643.

Almeida Cardoso *(Thomé Barbosa de Figueiredo).* Official da secretaria de estado dos negocios estrangeiros. Não se sabe a naturalidade nem a data do nascimento; falleceu entre os annos de 1820 a 1822. No *Diccionario bibliographico* lê-se o seguinte. «Balbi no *Essai Statistique,* tomo II, pag. CXXIX, falla de Thomé Barbosa como de um homem que sabia *perfeitamente* as linguas grega, latina, franceza, italiana, hespanhola, ingleza, dinamarqueza, sueca, allemã, hollandeza, turca, arabe e russa; e (o que é mais) que egualmente conhecia a litteratura da maior parte d'estas linguas! Mas de tão vastos conhecimentos linguisticos e philologicos restam apenas como documentos impressos as seguintes producções, e essas publicadas anonymas nas paginas já pouco lidas de um antigo jornal; de sorte que ao cabo de mais alguns annos perder-se-ia talvez de todo a memoria e o nome do seu autor, que a minha diligencia descobrira, se não tomasse o cuidado de aqui o registrar: *Periplo, ou circumnavegação de Hannon, trasladada do grego e annotada. Jornal de Coimbra,* vol. V, pag. 65 e seguintes; *Resumo historico dos principaes portuguezes, que no seculo decimo sexto compozeram em latim.* Artigo publicado no mesmo jornal, vol. VI, de pag. 84 a 104».

Almeida Carvalho *(João Carlos de).* Primeiro official tachygrapho da secretaria da camara dos pares e advogado nos auditorios de Setubal. N. n'esta cidade a 5 de março de 1817 e n'ella falleceu a 29 de março de 1897. Foi redactor principal do *Setubalense,* primeiro periodico que teve Setubal; era semanal e começou a publicar-se em 1 de julho de 1855, terminando no fim de dezembro de 1857. Esta folha, apesar de politica, era quasi exclusivamente destinada a pugnar pelos melhoramentos materiaes e moraes d'aquella localidade. Foi socio e secretario da direcção da Sociedade Archeologica Luzitana, fundada em Setubal e cuja historia, escripta por elle, se pode ler no *Boletim da Real Associação dos Archeologos,* de Lisboa, vol. de 1896; vogal e secretario da commissão encarregada de propôr ao governo os projectos de regulamentos, que fôram approvados por decretos de 20 de novembro de 1851, e deram nova organisação á Junta da Repartição do Sal das salinas das margens do Sado, differentes providencias ácerca do commercio d'aquelle genero, e nova inspecção sobre os lastros do porto de Setubal; na sua qualidade de secretario redigiu o *Relatorio* que precede aquelles regulamentos, no qual se contém a historia abreviada da antiga instituição da *Roda,* ou distribuição na venda do sal das referidas salinas. Este relatorio imprimiu-se em Lisboa, em 1851. Por esse tempo escreveu tambem uma memoria com o seguinte titulo: *A Roda do sal, e a Liberdade de commercio,* ou considerações economicas ácerca da industria e commercio do sal de Setubal, em resposta aos antagonistas da Roda, e mais particularmente ao sr. Latino Coelho, um dos mais fortes adversarios que pela imprensa pugnara contra aquella instituição. Esta memoria publicou-se em tres artigos principaes do jornal *A justiça,* n.º 140 a 142; e tambem em a *Nação,* n.º 1419, do anno de 1852. Dividida assim a memoria em tres partes, ou artigos do referido jornal, o primeiro e segundo periodos da segunda parte, e o primeiro periodo da terceira, que servem como de introducção aos respectivos artigos, pertencem á redacção do jornal, e não ao autor da memoria, segundo este mesmo declarou. Almeida Carvalho foi aposentado, e retirou-se á sua casa de Setubal. Para a historia d'esta cidade colligiu numerosos apontamentos que ficaram ineditos. Collaborou em diversos jornaes, dos quaes mencionaremos os seguintes artigos: *Breve noticia da quebra d'escudos, e exequias feitas em Setubal pela morte da rainha, a senhora D. Maria II, Revolução de Setembro,* n.º 3513, anno de 1853; *Setubal e suas muralhas,* idem, n.º 3792, de 1854; *Considerações ácerca da necessidade de extinguir o tributo, que pesa sobre os pescadores,* idem, n.º 4995, de 1858; *Considerações sobre o terremoto de 11 de novembro de 1858 na villa de Setubal,* idem, n.ºs 4984, 4985 e 4989, de 1858; *Archeologia,* idem, n.º 5086, de 1859. E' um artigo em resposta e contestação a outro, que publicara o sr. Luiz Carlos Rebello

Trindade, no jornal *A opinião*, n.º 637, com o titulo *Vestigios de antiguidades romanas*, ou reflexões sobre as thermas romanas, e inscripções encontradas em Lisboa na rua Bella da Rainha; *Sobre a verdadeira intelligencia de uma inscripção goda encontrada em Alcacer do Sal, Archivo pittoresco*, tomo VI, pag. 182 a 184. Em 1863 publicou em Lisboa um folheto de 8.º gr. de 44 pag. intitulado: *Duas palavras ao auctor do* «Esboço historico de José Estevão», *ou refutação da parte respectiva aos acontecimentos de Setubal em 1846-1847, e a outros que com aquelles tiveram relação.*

Almeida Carvalho *(D. Manuel de)*. Clerigo secular, bispo do Pará. N. em Vizeu a 1 de janeiro de 1747, f. em 1818. Foi eleito bispo a 5 de maio de 1790. Escreveu: *Pastoraes aos seus Diocesanos;* nas quaes se contam as 5 seguintes: Por occasião da revolução de Pernambuco em 1817, sem data; Sobre a conquista da Guyana franceza, datada de 18 de fevereiro de 1809; Sobre a declaração de guerra contra a França, datada de 4 de novembro de 1808; Sobre a restauração de Portugal, datada de 16 de dezembro de 1808; Ordenando preces, por motivo do captiveiro de Pio VII, datada de 16 de março de 1809. O bispo D. Manuel, segundo consta, mandou tambem imprimir algumas pastoraes clandestinamente. Na bibliotheca nacional do Rio de Janeiro existe autographo um officio d'este prelado, com a data de 20 de dezembro de 1809, enviando á chancellaria das tres ordens militares um mappa dos empregos ecclesiasticos, cujos ministros e officiaes percebiam congrua da real fazenda, etc.

Almeida Carvalhaes *(Henrique Eduardo)*. Official de cavallaria da policia na cidade do Porto; tendo emigrado com as tropas constitucionaes em 1828, publicou em França o seguinte opusculo: *Reflexões sobre a reforma e organisação do exercito portuguez*, Paris, 1831.

Almeida e Castro *(Luiz de)*. Distincto ecclesiastico. Cursou no seminario de Santarem. A 10 d'abril de 1873 obteve as honras de conego na sé de Loanda. Em 1888 era collado no vicariato da freguezia de N. S.ª dos Remedios, a freguezia mais importante d'aquelle districto, onde era muito estimado e respeitado, desde o mais rude preto indigena. Tinha caracter bondoso e altamente compassivo. Resgatou da escravidão e do obscurantismo selvagem dos sertões d'Angola, quatorze rapazitos pretos. O digno sacerdote abrigou-os em sua propria casa, sustentando-os e instruindo-os. Lembrou-se um dia de lhes ensinar tambem musica e de os constituir n'uma graciosa fanfarra. As horas que os deveres do seu mister evangelico lhe deixavam livres applicava-as o caritativo conego, reunindo os seus protegidos e leccionando-os; a paciencia extrema com que os ensinava, e o seu excellente methodo de ensino, conseguiram pôr em evidencia a sagacidade, a penetração, a notavel memoria de muitos d'aquelles rapazitos, sendo surprehendente como em breve tempo, de boçaes e analphabetos, sabendo apenas a sua lingua natal, comprehendiam e fallavam o portuguez, acolytando a missa no latim ritual, correctamente, e com todo o desembaraço, lendo as notas de musica na clave, e ferindo-as nos instrumentos a que se applicavam. Foi deveras um prodigio que o benemerito conego poude alcançar, constituindo os seus protegidos como uma banda regimental, debaixo de fórma e disciplina militar. A primeira vez que aquella musica infantil se fez ouvir, em Loanda, causou enthusiasmo. O conego Luiz d'Almeida e Castro era condecorado com a commenda de N. S.ª da Conceição.

Almeida Coutinho *(Albano Affonso de)*. Natural d'Anadia, onde nasceu em 1 de novembro de 1813. Era filho do capitão-mór de ordenanças da mesma villa, Joaquim Affonso de Almeida, e de D. Francisca Libania Mendes de Carvalho Coutinho. Destinando-se á magistratura, estudava no Porto os preparatorios para a matricula na Universidade de Coimbra, quando em julho de 1832 desembarcaram no Mindello as tropas liberaes capitaneadas por D. Pedro IV. Como toda a sua familia seguia o partido absolutista, teve de retirar-se á casa paterna, onde pouco tempo depois recebeu a patente de capitão do regimento de milicias da cidade de Coimbra ao serviço de D. Miguel, e tendo exercido este posto durante alguns mezes, foi transferido na mesma graduação, d'aquelle regimento para o da Figueira. Preferindo então seguir definitivamente a carreira das armas, que se lhe mostrava auspiciosa, solicitou e obteve passagem para a primeira linha, sendo despachado alferes para o regimento de infantaria n.º 16. Quando se realisou a convenção de Evora Monte, que pôz termo á guerra civil, era já tenente, pertencendo, porém, ao partido miguelista que fôra vencido, emigrou para o Rio de Janeiro, em 1836. Regressou mais tarde á patria, e entrou na carreira jornalistica. Em 1841 collaborou no periodico *Portugal Velho*, que dirigiu por alguns mezes durante a ausencia do principal redactor, Albino Abranches. Escreveu tambem nos seguintes jornaes: *Nacional* e *Estrella do Norte*, do Porto; *Tempo, Nação, Lei, Estandarte* e *União*, publicados em Lisboa. N'este ultimo jornal, em 1848, inseriu um serie de artigos em que se ventilavam os seguintes pontos: *Necessidade de se aproximarem e refundirem os partidos, que até então se haviam hostilisado. Sobre qual base? Com a dynastia da senhora D. Maria da Gloria, ou com a do sr. D. Miguel de Bragança? Acceita uma das bases, com que condições?* Em 1849 desviou-se da vida jornalistica, por falta de saude, e por desgostos de familia, mas em 1855, sendo acclamado el-rei D. Pedro V, julgou que por esse facto, a sorte dos officiaes conveneionados de Evora Monte, ficasse melhorada, e então deu começo a um novo jornal: *O Doze de agosto.* Sahia duas vezes por semana, e durou desde 7 de março de 1856 até 21 de julho do mesmo anno. A 31 de janeiro de 1857, tornou a publicar-se, com o sub-titulo de *segunda série*, sahindo um numero por semana; em 16 de julho seguinte tornou a interromper-se, apparecendo *terceira série* em 23 de julho de 1862, durando até 23 de março de 1863; sahia duas vezes por semana. A *quarta série*, principiou com o n.º 1 em 28 de dezembro de 1863, sendo o titulo *Doze de agosto, revista luso-brazileira*, com o duplo fim de advogar os interesses de uma e outra nação, concorrendo para estreitar cada vez mais os laços que devem unir Portugal ao Brazil. Esta ultima série terminou com o n.º 24, depois d'uma existencia de dois annos e meio, em 27 de junho de 1866. Almeida Coutinho tambem collaborou na *Revolução de Setembro, Futuro* e *Politica Liberal*. No primeiro publicou uma serie de cartas-folhetins, contendo

a descripção das cousas mais notaveis de Coimbra; no segundo uma serie de trinta cartas, sobre assumptos de finanças e administração publica; no terceiro, quando em julho de 1861 começou a tomar vulto a agitação entre portuguezes e hespanhoes, preparando-se em todo o reino demonstrações publicas e ruidosas, com que se intentava solemnisar o anniversario da restauração do primeiro de dezembro de 1640, publicou uns artigos em que fazia sentir a inconveniencia de taes demonstrações, que o lucto publico pela morte inesperada e prematura de D. Pedro V atalhou definitivamente. Foi correspondente, estando em Lisboa, dos jornaes do Porto *Nacional*, *Purgatorio*, e *Diario do Povo*. Publicou alguns folhetos avulsos: *E elles o que querem?* Lisboa, 1848; *Memoria sobre as unicas bases da verdadeira regeneração financeira de Portugal*, Lisboa, 1849; *Alto escandalo: ao paiz, á imprensa e ao governo. Questão de imprensa*, Lisboa, 1863; *O livro da vida; collecção de maximas e aphorismos, com applicação á religião, á politica, ao estado, á familia e ao individuo.* Fundou tambem, em substituição do *Doze de agosto*, um jornal em grandes dimensões, destinado mais particularmente ao Brazil, com o titulo: *O Correio da Europa, jornal politico, commercial e noticioso*, Lisboa. Publicava-se nos dias 13 e 28 de cada mez. O primeiro numero sahiu em 13 de janeiro de 1867.

Almeida Coutinho *(D. Antonio de)*. Fidalgo que viveu quasi sempre em Madrid nos fins do seculo XVII, onde conquistou o maior applauso pelo seu engenho de poeta, de que só nos resta um specimen n'umas oitavas compostas em louvor de soror Joanna Ignez da Cruz, freira e poetisa hespanhola.

Almeida Coutinho *(Henrique Ernesto)*. Fidalgo da Casa Real e cavalleiro professo na ordem de Christo. N. em Barcellos a 15 de julho de 1788; f. no Porto a 29 de março de 1868. Era filho de José d'Almeida Moreira Coutinho e sua mulher D. Anna Joaquina d'Almeida. Estudou as primeiras letras no convento de Santo Antonio de Barcellos e latim com o padre Manuel José da Cunha, que tinha um collegio nas proximidades da mesma villa. Desde muito novo manifestou grande vocação para a pintura; não tinha ainda dez annos, quando recebeu lições de desenho com o professor Manuel Luiz Pereira. Em 1801 foi para Braga e na congregação do Oratorio d'aquella cidade estudou philosophia racional e moral com o padre Antonio Pereira, que foi deputado em 1820, e rhetorica com o padre Antonio Pinto. Em outubro de 1802 entrou na Universidade de Coimbra, frequentando, como estudante ordinario, o primeiro anno juridico, e como voluntario o primeiro anno philosophico. Em 31 de maio de 1806 casou no Porto com D. Maria Candida do Outeiro. Almeida Coutinho era amigo de José Teixeira Barreto, lente de desenho na Academia de Marinha e Commercio da mesma cidade do Porto, e estudara alguns annos pintura em Roma; dedicou-se então ao estudo de desenho. Era tambem affeiçoado á musica, e tocava rabeca com muito primor. Foi um dos nove ou dez oppositores no concurso que se abriu para o provimento da cadeira da lingua franceza da mencionada Academia de Marinha, vaga pelo fallecimento de Francisco Soares Ferreira; fez as suas provas ou exame no dia 31 de março de 1834, ficando preferido, tomando posse da cadeira em agosto do mesmo anno. Apenas a regeu um anno lectivo, porque teve de sahir do Porto em junho de 1832, em virtude das ordens do governo do infante D. Miguel, e a cadeira foi provida durante o cerco pelo governo de D. Pedro IV. Por decreto de 3 de dezembro de 1836 teve a nomeação de secretario da Academia Portuense das Bellas Artes, que novamente fôra creada por decreto de 22 de dezembro do mesmo anno, mas não quiz acceitar a nomeação. Em novembro de 1847 foi proposto pela mesma academia para academico honorario, sendo a proposta confirmada pela portaria do ministerio do reino de 1 de dezembro mesmo anno. Almeida Coutinho era um caracter respeitavel, muito estudioso, bom poeta; tinha vasta erudição e conhecia muito bem as linguas latina, italiana, franceza e ingleza. Pintava tanto a oleo como em miniatura; as suas composições eram bem pensadas; fez desenhos para alguns pintores de miniatura e tambem para alguns escriptores e dava francamente os seus conselhos muito aproveitaveis ás pessoas que o consultavam sobre bellas artes. A sua critica era sempre finissima e muito apreciavel. Morreu pobrissimo, deixando as seguinte obras: *Epistola de Heloisa a Abélard, composta por A. Pope e traduzida em verso portuguez*, Porto, 1835; *Algumas poesias de Henrique Ernesto de Almeida Coutinho*, Porto, 1836. Traz como supplemento *O enterro de Atala*, traduzido de Chateaubriand, seguido da versão do *Cemiterio da aldeia*, de Thomaz Gray. Finda a obra com estas duas versões, seguidas de seis sonetos e um epitaphio; e abre-se com um *Hymno ao Ente Supremo*. Sahiu de novo este *Hymno*, revisto e aperfeiçoado, em 34 oitavas em vez de 38, e com o titulo de *Homenagem do coração ao Ente Supremo*. Publicou-se no poemeto *O monge e a convertida*, impresso no Porto, em 1867, tendo juntamente a poesia *Ultimo adeus á terra natalicia; O cerco de Corintho, poema de lord Byron, traduzido em verso solto portuguez*, Porto, 1839; *As saudades do bardo orthodoxo, poema. Segunda edição.* Porto, 1837; *A noute ou o enterro de Carlota, poema. Segunda edição*, Porto, 1841; *A saudade, canto elegiaco na morte de João Alvares de Almeida Guimarães*, Porto, sem data; *O protestante confundido, ou ultimas palavras ao auctor do* «Christo e Anti-Christo», *provocadas pela nova obrinha, que no anno proximo passado fez imprimir em Londres, e que tem por titulo:* «Quem é o traidor?», Porto, 1844. Esta polemica foi suscitada por um artigo que o mesmo auctor das *Ultimas palavras* fizera inserir na *Revista Litteraria*, do Porto, combatendo as doutrinas do tal poema inglez *Christo e Anti-Christo; Reflexões sobre o quadro historico d'Eneas salvando Anchises, pelo sr. A. M. da Fonseca*, Porto, 1845; *Parecer sobre a visita paschoal do parocho n'aldeia aos seus freguezes, quadro de A. Roquemont.* Consta que deixou varias poesias manuscriptas originaes e traduzidas em differentes generos, o *Renato*, de Chateaubriand, e *A Phedra*, de Racine, e outros escriptos em prosa.

Almeida e Cunha *(Joaquim de)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra. Escreveu: *Direito administrativo portuguez. Commentario do titulo II, capitulo I, secção VII do codigo administrativo, ou guia das camaras mu-*

nicipaes na organisação dos seus orçamentos, sem data. Esta obra teve segunda edição, impressa em 1874. Parece que Almeida e Cunha fôra ven.·. de uma loja em Coimbra, e alli publicou uma folha maçonica intitulada: *O Jornal do iniciado.*

Almeida Dracke *(Fr. José de).* Franciscano da ordem terceira, professor de philosophia, racional e moral no Real Estabelecimento do Bairro Alto, prégador régio, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. Ignora-se a terra da sua naturalidade, e n. pelo anno de 1778; f. a 27 d'agosto de 1828. Foi tido no conceito dos seus contemporaneos por um dos melhores oradores sagrados. Escreveu: *Theses de Psychologia racional e experimental, sobre a origem dos conhecimentos humanos,* Lisboa, 1814; *Oração funebre recitada nas solemnes exequias da fidelissima rainha de Portugal a senhora D. Maria I, celebradas na Basilica patriarchal de Santa Maria,* Lisboa, 1816; *Sermão disposto e recitado na Basilica de Santa Maria Maior de Lisboa, pela installação das Côrtes Geraes e ordinarias da nação portugueza,* Lisboa, 1822; *Sermão de acção de graças pelo restabelecimento de Sua Magestade Fidelissima ao augusto throno de seus maiores; prégado na freguezia do Lumiar,* Lisboa, 1822; *Oração funebre recitada nas solemnes exequias, que ao muito alto e muito poderoso imperador e rei de Portugal, o senhor D. João VI, mandou fazer a real Irmandade de Santa Cecilia na igreja de N. S.ª dos Martyres,* Lisboa, 1826; *Sermão prégado na festividade da inauguração solemne da igreja de N. S.ª da Encarnação, etc.* Lisboa, 1826; *Novena de Nossa Senhora de Jesus,* Lisboa, 1814.

Almeida Ferraz *(Callisto Ignacio de).* Doutor em medicina pela Universidade de Coimbra, onde defendeu these em 30 de julho de 1854. Era natural de Ilhavo, distr. de Aveiro, filho de Joaquim Ignacio d'Almeida Vidal. E' já fallecido e foi lente d'aquella Universidade.

Almeida Figueiredo *(Filippe Eduardo de).* Lente do Instituto de Agronomia e Veterinaria, filho de Francisco Joaquim d'Almeida Figueiredo (V. *este nome).* Entre outros tem publicado os seguintes livros: *Apontamentos de geologia agricola,* que faz parte da bibliotheca do *Portugal Agricola,* Lisboa, 1896-12.º; *As lãs na exposição agricola de Lisboa, 1884,* estudo micrometrico das lãs portuguezas, que sahiu na *Revista da exposição agricola,* Lisboa, 1885, 8.º; *Memoria ácerca das chuvas no Minho,* vol. de 80 pag. em 8.º da bibliotheca do *Portugal Agricola,* Lisboa, 1894; *Noções de microscopia,* Lisboa 1884, vol. 8.º; *A physica no curso agronomico florestal, sua organisação e programma,* Lisboa 1892, 8.º; *Tratado elementar de botanica, morphologia, histologia e anatomia,* Lisboa, 1891, 8.º, etc.

Almeida Figueiredo *(Francisco Joaquim de).* Professor jubilado do antigo Instituto Agricola. N. em 1821 na Covilhã e fal. em Lisboa a 15 de fevereiro de 1903. Na escola medica de Lisboa, fez o respectivo curso, que concluiu em 1844, exercendo depois durante alguns annos a clinica em Bemfica, onde prestou bons serviços por occasião da cholera de 1856. No anno seguinte foi a concurso para lente do Instituto Agricola, obtendo a nomeação e exercendo esse logar até 1882, epoca em que se jubilou. Em 1854 publicou um opusculo intitulado *Instrucção publica e o governo,* collaborou por esse tempo em alguns jornaes de medicina e outros. Foi por muitos annos director da Companhia das Lezirias com o duque de Avila e o visconde das Fontainhas, e mais tarde com o dr. Vicente Monteiro e visconde de Coruche; ultimamente ainda era director substituto. Amador distincto das bellas artes possuia bons quadros e frequentou assiduamente S. Carlos durante mais de quarenta annos. Era casado com D. Henriqueta Angelica Tormenta de Figueiredo e pae do sr. Filippe Eduardo de Almeida Figueiredo, lente do actual Instituto de Agronomia e Veterinaria.

Almeida Garrett *(Alexandre José da Silva de).* Fidalgo da Casa Real por alvará de 22 de maio de 1826. N. no Porto a 7 d'agosto de 1797, f. a 24 d'outubro de 1867. Era filho de Antonio Bernardo da Silva, sellador-mór da alfandega do Porto, proprietario na ilha Terceira, condecorado com o habito de Christo, e de D. Anna Augusta d'Almeida Leitão. Era irmão mais velho do insigne homem de letras visconde d'Almeida Garrett (V. *este nome),* cavalleiro professo na ordem de Christo, e serviu por seu pae o officio de sellador-mór da alfandega do Porto. Era capitão do regimento de milicias da mesma cidade. Casou a 16 de junho de 1822 com D. Angelica Isabel Cardoso Guimarães, filha de Antonio Francisco Cardoso Guimarães, cavalleiro professo da ordem de Christo, fidalgo da Casa Real, major de milicias reformado, tendo servido ás ordens do marechal Beresford durante a guerra peninsular, abastado proprietario e negociante de grosso tracto da praça do commercio do Porto. Escreveu: *Carta do conde de Shrewsburg illustre Ambrosio Lisle Filips, traduzida do allemão para o inglez, e d'este para o portuguez,* Porto, 1842; *A dolorosa paixão de N. S. Jesus Christo, por Anna Catharina Emmerich, traduzida do allemão para o francez, e d'este para o portuguez, segunda edição,* Porto, 1846; *Ensaio sobre a supremacia do Papa especialmente a respeito da instituição dos Bispos, por D. José Ignacio Moreno, trad. do hespanhol,* Porto, 1843; *As Viagens a Leixões, ou a troca das Nereidas. Poema heroe-comico, offerecido ás Senhoras Portuenses por* *** Porto, 1855; Na *Revista Peninsular,* tomo II, pag. 277, vem publicado um juizo critico ácerca d'esta obra, em que muito a censura; *Manual historico, e de instrucção e orações para uso da Archi-confraria do Santissimo e Immaculado Coração de Maria, etc. Trad. do francez,* Porto, 1848; *Orações da Archi-confraria do Santissimo Coração de Maria,* Porto, 1855; *Breves instrucções sobre o pequeno escapulario azul em honra da bem aventurada Virgem Maria, que devem benzer os clerigos regulares* etc. *Trad. da lingua latina,* Porto, 1860; *Novena em honra da Immaculada Conceição de Maria, pelo Padre Diniz, da Companhia de Jesus, trad. em portuguez por um devoto,* Porto, 1862; *A santa montanha de la Sallette: uma peregrinação em 1854 pelo ex.mo e rev.mo Bispo de Bermingham. Trad. em linguagem, e accrescentada com um appendix,* Porto, 1858; *Raccolta Romana,* de que, segundo consta, ha duas edições, assim como dos seguintes: *O cemiterio da Lapa: Satyra pelo auctor da* «Viagem a Leixões», Porto, 185...; *Novena de S. Francisco Xavier,* Porto, 185...

Almeida Garrett *(Gonçalo Xavier).* Fidalgo da Casa Real. Doutor em mathematica, a 31 de julho de 1869, e bacharel formado em philosophia.

par do reino, de que tomou posse em 17 de março de 1898. N. no Porto a 30 de dezembro de 1842 E' filho de Alexandre José da Silva d'Almeida Garrett (V. *este nome)*, e de D. Angelica Isabel Cardoso Guimarães, e sobrinho do visconde d'Almeida Garrett. Foi lente substituto na faculdade de mathematica. Casou a 4 de novembro de 1875 com D. Maria Tavares d'Almeida Proença, filha de Francisco Tavares d'Almeida Proença, par do reino, ministro de Estado honorario, conselheiro d'Estado extraordinario, grã-cruz da ordem de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa, e de sua mulher, D. Maria da Piedade Fevereiro Tavares Proença. Escreveu: *Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas* (Quesito proposto: «Circularão um ou mais planetas nas orbitas anteriores á de Mercurio?»), Coimbra, 1869.

Almeida Garret *(João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, visconde de).* Um dos homens mais notaveis no seculo XIX. Escriptor e poeta distinctissimo, par do reino, ministro e secretario de Estado honorario, fidalgo da Casa Real, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Portugal junto á côrte da Belgica, juiz de segunda instancia da Relação Commercial, vogal do extincto conselho ultramarino, chronista-mór do reino, deputado em varias legislaturas, antigo official ordinario da secretaria dos negocios do reino, bacharel formado em leis, socio effectivo da Academia Real das Sciencias, do Instituto historico geographico e ethnographico do Brazil, e socio de muitas outras corporações litterarias e scientificas tanto do paiz como estrangeiras; commendador da ordem de Christo, cavalleiro da ordem da Torre e Espada, bailio honorario (grã-cruz) da ordem soberana de S. João de Jerusalem, de Roma, grã-cruz das Ordens, da Estrella Polar da Suecia, da Rosa do Brazil e de Leopoldo da Belgica; condecorado com a ordem de Nichan Iftihar (Gloria) de primeira classe da Turquia, grande official da ordem da Legião de Honra de França. N. no Porto a 4 de fevereiro de 1799, f. em Lisboa a 10 de dezembro de 1854. Era filho de Antonio Bernardo da Silva e de D. Anna Augusta Leitão. Nas *Memorias biographicas de Garrett,* por Francisco Gomes d'Amorim, pag. 29 e seguintes, vem minuciosamente descripta a ascendencia do grande poeta. Os nossos leitores poderão consultar aquelle consciencioso trabalho. Aos dez annos já se entretinha gostosamente, ouvindo as trovas populares cantadas por aquella tia Rosa, de quem elle falla com tanta saudade nos seus deliciosos prologos. Por causa da invasão franceza, a familia Garrett partiu do Porto para Lisboa, em 1809, embarcando depois em direcção da ilha Terceira. Foi na cidade d'Angra do Heroismo, que Almeida Garrett começou a estudar com seus tios, D. fr. Alexandre da Sagrada Familia, bispo resignatario de Malaca e homem de profunda erudição, Manuel Ignacio, arcediago, e Ignacio da Silva conego, ambos da sé d'Angra, e ainda o hellenista terceirense Joaquim Alves. Apprendeu latim e grego, e experimentou os seus dotes oratorios, recitando sermões ao passo que imitava os modelos classicos antigos. Outro seu tio, João Carlos Leitão, magistrado judicial, desenvolveu-lhe muito o gosto pela litteratura. Escreveu então a sua primeira obra poetica, em 1815, o poema *Alfonsaida,* que tinha por assumpto a fundação da monarchia portugueza. Seu tio, D. fr. Alexandre, queria que elle seguisse a vida ecclesiastica, chegando até a obter-lhe um beneficio na ordem de Christo. Almeida Garrett, porém, resolveu não ser padre, recusou o beneficio, e com autorisação do pae, partiu para o continente, matriculando-se em 1816 na faculdade de direito, na Universidade de Coimbra. Estudante muito distincto, soffreu uma injustiça no primeiro anno, não recebendo o premio que de direito lhe competia. O joven estudante irritou-se, e foi matricular-se em outra faculdade, mas as ordens positivas de seu pae o obrigaram a continuar os estudos, completando o curso de direito e formando-se em 1820. Durante o tempo escolar, começou ás escondidas a compôr versos, e o seu talento poetico foi sempre desconhecido dos condiscipulos até que por fallecimento do dr. Fortuna, lente muito estimado, escreveu e recitou um epicedio á sua memoria, em que foi applaudido com enthusiasmo como revelação d'um grande genio. Então animou-se, e já sem reservas, escrevia differentes poesias, sonetos, fabulas e poemetos anacreonticos, redigiu algumas proclamações revolucionarias, que enthusiasmaram os estudantes; foi Garrett quem dirigiu o movimento academico, originado pela recusa do direito de voto nas eleições aos academicos naturaes de Coimbra. A tyrannia dos lentes, afferrados ás velhas tradições, manifestava-se continuamente. E que não faltavam embargos ás primeiras aspirações de liberdade que se faziam sentir no paiz. Havia então em Coimbra a paixão pelas tragedias classicas, por ser o unico meio de que os estudantes podiam dispôr para affirmarem o seu amor á liberdade, e Garrett, que vivia na intimidade litteraria do erudito fr. Francisco de S. Luiz, que o attrahia para o genero didactico, votou-se tambem á imitação das tragedias de Voltaire e de Crébillon. Aos academicos, que em 1813 haviam fundado o theatro do Collegio das Artes, juntou-se um novo enthusiasta, Almeida Garrett; levantou-se um outro theatro na rua dos Coutinhos, onde em 1817 e 1818 representaram diversos estudantes, entre os quaes se contava Almeida Garrett. Para aquelle theatro escreveu duas tragedias: *Lucrecia* e *Xerxes,* refundição dos *Persas,* que datavam de 1811. Por esse tempo escreveu tambem fragmentos de um *Affonso d'Albuquerque,* d'uma *Sophonisba* e de uma *Atala,* tudo tragedias em verso; outra peça, intitulada o *Amor da patria,* que os estudantes representaram em 1819, no dia dos annos da princeza da Beira, e uma brincadeira, a que deu o nome de *opera buffa,* com o titulo italiano: *Lezione agli amanti,* um fragmento de tragedia, *Edipo em Colonna,* e um fragmento de poema o *Roubo das Sabinas.* Em 1819 escreveu a *Merope,* tragedia, que depois se publicou como specimen das suas primeiras tentativas. Em 24 d'agosto de 1820 rebentava em Portugal a revolução, e Garrett, como era natural, acolhia com

Brazão do visconde de Almeida Garrett

enthusiasmo as suas idéas de liberdade, e com enthusiasmo as saudava n'uma ode que recitou em 22 de novembro na sala dos Capellos da Universidade, nos *outeiros poeticos,* com que se celebrou o movimento revolucionario. Garrett foi loucamente applaudido. Estava definitivamente consagrado poeta. Em 30 de junho do referido anno de 1820 havia recebido o grau de bacharel em direito. Sahindo de Coimbra em 1821, partiu para a ilha Terceira, onde se demorou nos mezes de abril e de maio, voltando n'esse mesmo anno a Lisboa. Foi em 1821 que escreveu o seu primeiro opusculo politico o *Vinte e quatro de agosto.* Emquanto esteve na ilha, contribuiu para que fôsse alli acceita a revolução liberal, apesar da opposição vehemente do general das armas, o celebre mathematico Stockler, que o poeta fulminou com um poema heroe-comico. *O x ou a incognita.* Em 1821 tambem escreveu o *Retrato de Venus,* acompanhado d'um esboço da historia da pintura, que o livreiro Orcel se encarregou de imprimir. A impressão, começada em Coimbra em 1821, ficou concluida em 1822; quando o poemeto appareceu, teve grande approvação, mas levantou graves censuras, sendo principalmente accusado de immoralidade, em razão dos quadros um tanto lascivos, a que realmente se prestava o assumpto. Garrett respondeu ás criticas no *Portugal constitucional,* periodico que se publicava em Lisboa, mas os inimigos avançaram mais, e accusaram o poemeto perante os tribunaes de offensivo aos bons costumes. Teve de julgar a causa o jury da liberdade de imprensa, instituido pela nova ordem de cousas. Então revelou-se o orador e de um modo tão brilhante, que um dos membros do jury, o celebre Correia de Lacerda, sahiu do seu logar, e em plena audiencia abraçou, commovido, o accusado. O poemeto estava absolvido, mas quando veiu a reacção de 1823, o cardeal patriarcha D. Carlos da Cunha, appressou-se a prohibil-o, fulminando contra os voluptuosos versos a excommunhão maior. Almeida Garrett, quando chegou a Lisboa, estava a revolução em pleno triumpho, e encontrando-se com os seus amigos de Coimbra, a recordação dos antigos passatempos theatraes despertou a Paulo Midosi a idéa de propôr uma recita de amadores, offerecendo a sua casa, no Chiado, para alli se fazerem os ensaios. Paulo Midosi era um dos maiores enthusiastas do advento do novo regimen politico. O espectaculo realisou-se no theatro do Bairro Alto em 29 de setembro de 1821, com a tragedia *Catão,* que o poeta escreveu em vinte dias. O assumpto, encendrado do mais ardente patriotismo, visava á glorificação do homem que fôra o mais poderoso factor da revolução, Manuel Fernandes Thomaz, adaptando-se perfeitamente ao estado do espirito publico. Garrett representou tambem. Foi n'esse espectaculo que viu pela primeira vez D. Luiza Midosi, irmã de Paulo Midosi, por quem se apaixonou. Os amores progrediram rapidamente, e o casamento realisou-se a 11 de novembro de 1822. Em Cintra representaram-se n'essa época umas peçasinhas de Garrett, escriptas a proposito: *O Impromptu em Cintra* e os *Namorados extravagantes.* Logo em seguida ao casamento, escreveu o *Lyceu das damas, lições de poesia a uma joven senhora,* destinado á instrucção de sua mulher. Em 1822, não tendo ainda a edade requerida para entrar na magistratura judicial, que era a de 25 annos, foi nomeado por concurso, official da secretaria do reino. Por esse tempo escreveu então a farça *Carcunda por amor.* Sendo *carcunda,* a alcunha dos absolutistas, vê-se que o poeta os combatia por todas as fórmas, não escapando o ridiculo. Quando Fernandes Thomaz falleceu, Garrett pronunciou uma oração funebre na sessão da Sociedade Patriotica Litteraria de 27 de novembro de 1820. O panegyrista de Fernandes Thomaz, o autor do *Catão,* official da secretaria do reino no tempo da revolução, não podia deixar de estar apontado ás iras dos reaccionarios, e por isso, no proprio dia em que triumphou a contra revolução da *Villafrancada,* Garrett escondeu-se, e no verão de 1823 embarcou secretamente no vapor *Duque de Kent II,* partiu para Falmouth, d'onde seguiu a Londres. Vendo-se sem recursos, teve de trabalhar para viver, e não conseguiu empregar-se, tornando ainda mais dolorosa a sua situação o facto do governo inglez lhe negar o subsidio a que tinha direito, como emigrado politico. Alguns dos seus companheiros do exilio o enviaram a Lisboa, parece que na idéa de tentar uma contra revolução. Chegou a Lisboa a 22 d'agosto de 1823, mas foi logo preso e deportado summariamente. Viu-se assim obrigado a voltar para Inglaterra, onde espontaneamente procurara asylo. No fim de muitos e baldados esforços é que alcançou um modesto emprego na succursal da casa commercial Laffite, no Havre. Movia-se contra elle uma perseguição atroz, fazendo com que não fôsse incluido na amnistia de 1824, concedida aos implicados na revolução de 1820, e assim continuou no Havre vivendo do seu humilde emprego, emquanto que em Lisboa, sua esposa percorria as secretarias do Estado, solicitando o seu regresso á patria, o que só poude conseguir depois de muitos pedidos e instancias, em 24 de maio de 1826. O primeiro exilio teve de bom para Garrett e para a sua obra futura lançal-o no horisonte em que devia fulgir como astro de primeira grandeza. A vastidão do meio a que as contingencias politicas o tinham levado, transformou-o como escriptor. Rompeu com os classicos e com os arcades, escreveu o admiravel poema *Camões,* em 1824; começou o *Cancioneiro de romances, xacaras, solaus, e outros vestigios da antiga poesia nacional,* inspirado pelas historias que lhe tinham contado na infancia, e escreveu a *D. Branca,* em 1826. Mandou para o *Popular,* jornal portuguez que se publicava em Londres, uma serie de artigos politicos com o nome de *Europa e America,* que depois constituiram o volume *Portugal na balança da Europa.* Deu-se n'esse tempo o fallecimento de D. João VI, outhorgou-se a Carta Constitucional, e a patria abria as portas aos emigrados. Só vieram, porém, os que se deixaram illudir pelas apparencias liberaes da Regencia. Garrett foi um d'elles. Deixou em Paris a publicação do *Parnaso lusitano,* de que o livreiro Ailland o encarregara, para o qual só escrevera o prologo, um excellente bosquejo da historia litteraria de Portugal, e regressou a Lisboa. Concluiu então a tragedia: *O Infante santo,* um romance em verso *Ilea,* e um volume de jurisprudencia, chamado: *Das leis penaes.* Escreveu a sua notavel *Carta de guia aos eleitores,* fundou os jornaes o *Portuguez* e o *Chronista,* onde deixou bem patentes as suas primorosas qualidades de cri-

tico, de polemista e de folhetinista. Foi elle quem inaugurou entre nós os folhetins revistas de espectaculos. Mas o governo, mais reaccionario que liberal, não viu bem as campanhas do *Portuguez* a favor da razão e da justiça, e perseguiu o jornal. Os tumultos provocados pela *Archotada* produziram a suppressão do *Portuguez* e a prisão dos seus redactores, que eram, além de Garrett, os dois irmãos Midosi, Antonio Maria Conceiro e Carlos Morato Roma. Os presos estiveram encarcerados tres mezes. Estava portanto envolvido em plenas luctas politicas, quando o infante D. Miguel deu o seu golpe de estado em 1828. Garrett partiu immediatamente para Inglaterra, mas d'esta vez acompanhado de sua esposa. Palmella acolheu-o muito bem em Londres, e Garrett esteve trabalhando na embaixada portugueza, que não tardou a ser simples agencia diplomatica dos refugiados liberaes. Aproveitando as horas disponiveis, escreveu em 1829 a *Adosinda*, primeira manifestação do seu amor pela poesia popular. A *Adosinda* foi logo traduzida em inglez por Adamson. N'esse mesmo anno publicou tambem a *Lyrica de João Minimo*, collecção das suas primeiras poesias, a que juntou um prologo no genero dos que Walter Scott pozera então muito em voga, e em que sempre se attribue a uns personagens phantasiados a paternidade dos seus livros; publicou tambem um poemeto: *A lealdade em triumpho*, inspirado pela victoria da Villa da Praia, e depois comprehendido nas *Flôres sem fructo*. Durante a emigração em Londres, tomou parte activa nas luctas que dividiam entre si os liberaes, redigindo o *Chaveco liberal*, periodico meio humoristico, meio sério, em que fez viva opposição aos que dirigiam os emigrados. Foi esse sentimento ainda o que dictou a violenta *Carta de Mucio Scevola*. Depois aproximou-se mais do que hoje chamariamos partido governamental, e redigiu o *Precursor*. Começada a lucta fratricida entre D. Pedro e D. Miguel, os emigrados politicos refugiados em Londres partiram para os Açôres, em principios de 1829; Garrett ainda se conservou algum tempo em Inglaterra, passando depois a França, onde se alistou com praça de voluntario n'um batalhão de caçadores, embarcando em Belle-Isle, em 1831, a bordo da corveta *Juno*, que o transportou á ilha Terceira. Alli assentou praça no batalhão academico; pouco depois foi chamado a collaborar com Mousinho da Silveira em algumas das reformas que tão notavelmente assignalaram a dictadura dos Açôres, e iniciaram a época da regeneração da sociedade portugueza. Foi elle o redactor do celebre decreto de 16 de maio de 1832, que organisava a administração portugueza em conformidade com os principios do novo direito publico. Concluido o serviço para que fôra chamado, voltou para as fileiras do batalhão academico, e embarcou para o Porto com os seus camaradas, batendo-se denodadamente pela causa da liberdade durante o cêrco. Tornaram então a occupal-o no serviço de secretaria, sendo Garrett quem organisou na cidade invicta a secretaria do reino; foi tambem um dos vogaes das commissões encarregadas de elaborar os codigos commercial e criminal trabalhando no ministerio do reino e no dos estrangeiros, achou-se muitas vezes em contacto com o imperador, que muito o estimava; D. Pedro encarregou-o de reorganisar a ordem da Torre e Espada, e foi Garrett quem redigiu o preambulo do decreto reorganisador d'essa ordem. Durante o memoravel cerco do Porto, em que a cidade se via assaltada pela guerra, pela fome e pela epidemia da *Cholera-morbus*, Garrett achou ensejo para escrever o primeiro volume do romance historico *O Arco de Sant'Anna*. Em 1833 tambem foi encarregado da reforma da instrucção publica. Motivos, que ficaram ignorados, fizeram com que se pensasse em o desterrar enviando-o a uma commissão aos Açôres. Almeida Garrett, não acceitou, e pediu a demissão, n'um officio que ficou inédito, e que é um modelo de fina ironia. No entretanto, acceitou pouco depois a nomeação de secretario d'uma commissão diplomatica especial a Londres, de que eram membros Palmella e Mousinho d'Albuquerque. Os dois diplomatas fôram demittidos, e partiram para o reino, ficando Garrett sem recursos, sem emprego, porque a seu respeito não houvera ordem alguma. Sabendo depois que o governo constitucional estava definitivamente estabelecido, embarcou, e partiu para Lisboa. Foi reintegrado no logar de official da secretaria do reino, e pouco depois teve a nomeação de ministro da Belgica. N'essa qualidade acompanhou a Lisboa o principe D. Augusto, que vinha casar com a rainha D. Maria II. Foi depois transferido para Copenhague, com mais alta categoria dipomatica, mas não acceitou esta transferencia, por entender que se não daria bem a sua saude com o clima do norte. Dedicou-se então ao jornalismo da opposição, e pouco tempo depois foi eleito deputado, estreando-se brilhantemente como parlamentar. Apresentou á camara o relatorio do projecto de lei para o estabelecimento da propriedade litteraria, trabalho que era uma obra prima, e cujo assumpto lhe provocou discussões com Alexandre Herculano; fundou o Conservatorio da arte dramatica e um theatro normal, valendo-se para isso do governo do reformador Manuel da Silva Passos, de quem fôra condiscipulo, e era patricio e amigo. A redacção da constituição politica de 1838 é obra de Garrett, tendo por auxiliares José Lopes Monteiro, José Liberato Freire de Carvalho, Leonel Tavares Cabral e José da Silva Passos. A peça inaugural do theatro portuguez renascido foi o *Auto de Gil Vicente*, que se representou pela primeira vez a 15 d'agosto de 1838, no theatro da Rua Condes. Em 1840, defendeu na camara o ministerio presidido pelo conde de Bomfim, e em que era ministro da justiça Costa Cabral. Frente a frente achava-se outro grande orador parlamentar, José Estevão Coelho de Magalhães; foi n'essa pugna gigante, entre esses dois grandes talentos, que Almeida Garrett pronunciou na sessão de 8 de fevereiro o seu celebre discurso do *Porto Pireu*, impresso n'esse mesmo anno, em que tambem se publicou um *Programma para os festejos do conservatorio* no dia dos annos da rainha D. Maria II, a 4 de

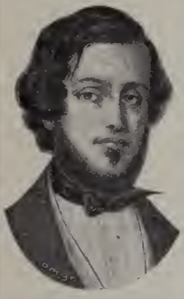

Visconde de Almeida Garrett

abril. N'esse anno tambem escreveu o drama *Filippa de Vilhena*, que se representou pelos alumnos do Conservatorio. Foi egualmente notavel o discurso que pronunciou sobre a questão chamada *Injustas exigencias de Hespanha*, em que se chegou a fazer preparativos militares, quando a Hespanha tratou arrogantemente Portugal por causa do regulamento da navegação do Douro. Em 1841 abandonou o ministerio Bomfim, que até então apoiara, e pronunciou um celebre discurso sobre a lei da decima. Em paga foi demittido de todos os logares que exercia, de conservador das escolas de declamação do Conservatorio, por decreto de 16 de julho de 1841, e de inspector geral dos theatros, por decreto de 7 d'outubro de 1842. Em 1844 tornou a ser deputado por Lisboa, e em 1845 pelo Alemtejo; umas palavras mais violentas que proferiu na camara ácerca da guarda municipal, irritaram o valente official Joaquim Bento Pereira, que depois foi barão do Rio Zezere. Trocaram-se cartas acrimoniosas, que tornaram inevitavel o duello, o qual se realisou, sem haver catastrophe, por terem os dois contendores disparado as pistolas para o ar. Em 1846 tornou a ser deputado; desde então até 1851, dedicou-se principalmente á litteratura. Garrett foi reintegrado no logar de chronista-mór do reino, e nomeado para as commissões eleitoral e fazenda. Não tardou que se accendessem novamente as luctas civis, mas em 1851, tendo triumphado o movimento da Regeneração, Garrett sahiu deputado pela Beira, e a 13 de janeiro de 1852 foi nomeado par do reino. Estando já encarregado de negociar com Roma uma concordata, elle que em 1841 encetara as negociações com os Estados-Unidos para um tratado de commercio, foi no dia 4 de março chamado ao ministerio para a pasta dos negocios estrangeiros, sendo presidente o duque de Saldanha. Concluiu n'essa qualidade um tratado de propriedade litteraria com a França, e um tratado de commercio, que assignou, sem o ter apresentado no conselho de ministros, e depois de ter a respeito d'esse tratado o voto contrario do ministro da fazenda, Fontes Pereira de Mello. Sahiu então do ministerio, em 17 d'agosto do mesmo anno de 1852, assim como da camara dos pares, depois de violentas discussões. Almeida Garrett foi o grande reformador da litteratura portugueza, e se mais longe não levou a sua obra, foi devido á influencia ora viciosa, ora acanhada em que vivia. Em dezembro de 1854 falleceu, conservando até aos ultimos momentos toda a sua lucidez, e a gracilidade da conversação, que o tornava por si só um homem superior. O seu funeral esteve concorridissimo; á beira da sepultura, Rebello da Silva pronunciou um commovente discurso. Em todas as phases da sua accidentada vida, nunca se esqueceu da sua terra natal. Uma das demonstrações mais evidentes do seu affecto, encontra-se na dedicatoria da tragedia *Catão:* «A' muito nobre, sempre leal e invicta cidade do Porto, propugnadora fortissima da liberdade constitucional, illustre pelo sangue de seus martyres, O. D. C. Testemunho de amor e devoção á sua patria, J. B. d'Almeida Garrett.» Outra demonstração está bem patente no facto de ter sido relatado e redigido por elle o decreto que concedeu á cidade do Porto a corôa ducal para o seu escudo d'armas, e para estas tambem a insignia da grã-cruz da Torre e Espada. O titulo de visconde foi concedido por decreto de 25 de junho de 1851. O brazão, por alvará de 7 de janeiro de 1825, a Alexandre José da Silva Almeida Garrett; compõe-se de um escudo esquartelado; no primeiro e quarto quartel as armas dos Silvas — em campo de prata um leão de purpura armado de azul; no segundo, as armas dos Almeidas — em campo vermelho seis bezantes de ouro entre uma dobre cruz e bordadura do mesmo metal; no terceiro quartel as armas dos Leitões — em campo de prata tres faxas vermelhas. No anno de 1864, a camara municipal do Porto tapou a pedra e cal a janella do centro no primeiro andar do predio da rua do Calvario, que tem hoje os n.ºs 37, 39 e 41, casa onde nasceu Garrett, e alli collocou uma lapide commemorativa do nascimento do poeta, com a seguinte inscripção:

CASA ONDE NASCEU
AOS 4 DE FEVEREIRO DO ANNO DE 1799
JOÃO BAPTISTA DA SILVA LEITÃO DE ALMEIDA GARRETT

———

MANDOU GRAVAR EM RECORDAÇÃO DO GRANDE POETA
A CAMARA MUNICIPAL D'ESTA CIDADE EM 1864

Em Lisboa na casa onde falleceu, rua de Santa Isabel, hoje Saraiva de Carvalho, tambem foi posta, sobre a porta principal, uma lapide de marmore branco, mandada collocar por uma commissão, auctorisada pelos proprietarios da propriedade. A inscripção é a seguinte:

NO DIA 9 DE DEZEMBRO DE 1854
FALLECEU N'ESTA CASA
O POETA PORTUGUEZ
VISCONDE DE ALMEIDA GARRETT.

E por baixo:

FOI ESTA LAPIDE FEITA NAS OFFICINAS DE
SERGIO AUGUSTO DE BARROS
— E ASSENTE NA DITA CASA —
NO DIA 25 DE JUNHO DE 1865 — AO MEIO DIA.

No salão do theatro de D. Maria collocou-se o busto do grande poeta. Por um edital da camara municipal de Lisboa, datado de 14 de junho de 1880, foi ordenado que a rua do Chiado em todo o prolongamento até á praça de Luiz de Camões, comprehendendo a praça do Loreto, ficasse denominando-se *rua Garrett*. Com o titulo de Garrett, tem-se publicado os seguintes jornaes: *Garrett*, Porto, 1863; *Garrett, periodico quinzenal, litterario, biographico e artistico*. Publicaram-se 4 numeros, 1 e 16 de novembro, e 1 e 16 de dezembro de 1867; *Garrett, numero unico em homenagem á memoria do insigne reformador da litteratura, do theatro e do jornalismo portuguez*, Lisboa, 1899; *Patria (A)* e *Garrett. Numero unico de homenagem á memoria do mais illustre filho da gloriosa capital do Norte, publicado e dirigido por Silva Leal e Alberto Bessa*, Lisboa, 1901. Em 1899, houve muitas demonstrações commemorativas do centenario do nascimento de Garrett em Lisboa e em muitas mais terras do paiz. Festas particulares, espectaculos em todos os theatros, representando-se peças do grande escriptor, etc.

Almeida Garrett *(Obras de)*. A collecção completa das obras d'este eminente escriptor com-

prehende 24 tomos; ha, porém, muitos outros escriptos que não estão incluidos; de todos daremos uma nota minuciosa, servindo-nos de guia o *Diccionario bibliographico*, com as diversas edições alli apontadas, assim como dos jornaes em que collaborou. *Tomo I. Camões*, Lisboa, 1839. Foi a segunda edição authentica d'este poema; a primeira sahiu em Paris, no anno de 1825, sem o nome do autor. Publicou-se no Rio de Janeiro, em 1838, outra edição, e no tomo III do *Archivo poetico*, da mesma cidade, em 1844. Reimprimiu-se em 1844 e em 1853. Depois da morte de Garrett, publicaram-se as edições 5.ª e 6.ª em tudo conformes á 4.ª Em 1880, o editor portuense Ernesto Chardron, para commemorar o centenario de Luiz de Camões, fez nova edição do poema, que ficou sendo a 7.ª, precedendo-o d'um *Estudo sobre Camões (notas biographicas)*, por Camillo Castello Branco, *L'apelle à la posterité*, por M. Henri Faure; traz tambem o retrato do poeta.— *Tomo II (primeiro do theatro). Catão*, tragedia em 5 actos. Lisboa, 1840. Era esta a 3.ª edição. A primeira publicou-se em 1822, sob o titulo de *Theatro de J. B. S. L. A. Garrett;* n'esse volume estava incluida a farça *O Corcunda por amor*, que depois ficou excluida. A 2.ª edição foi feita em Londres, pelo autor, em 1830. Ha tambem uma 4.ª edição, em 1845; a 6.ª publicou-se no Porto em 1877.— *Tomo III (segundo do theatro). Merope*, tragedia em 5 actos, *Um auto de Gil Vicente*, drama em 3 actos, Lisboa, 1841 A 4.ª edição, Porto, 1880. Estas duas obras dramaticas fôram reimpressas no Rio de Janeiro, na collecção intitulada: *Archivo Theatral*, 1845.— *Tomo IV (primeiro do Romanceiro). Adosinda, Bernal-Francez*, e outros romances, Lisboa, 1843. A *Adosinda* sahiu pela primeira vez em Londres, em 1828. Foi reimpressa em 3.ª edição, Lisboa, 1853; a 5.ª, Porto, 1875. Da 3.ª edição em diante, inclusivé, tem tambem os romances *Miragaia* e *Pegas de Cintra*.— *Tomo V (terceiro do theatro). Frei Luiz de Sousa*, drama em 3 actos, Lisboa, 1844. Com este volume sahiu o retrato do autor. E' a 1.ª edição, trazendo em seguida ao drama um *Juizo critico*, escripto por L. A. Rebello da Silva. A 5.ª edição, Porto, 1883. Ha uma contrafeição brazileira d'este drama, publicado no *Archivo Theatral*, do Rio de Janeiro, em 1845. Tambem foi traduzido em italiano, com o titulo de: *Fra Luigi di Souza, dramma di G. B. Almeida Garrett, tradotto dal portoghese coll'assenso del autore da Giovenale Vegezzi Ruscalla, Torino*, 1852. Quando a companhia dramatica italiana do actor Ernesto Rossi esteve em Lisboa, em 1869, no theatro de S. Carlos, sendo emprezario Campos Valdez, representou esta traducção, desempenhando aquelle eminente artista o papel de Manuel de Sousa Coutinho. O drama foi magnificamente posto em scena; Rossi recebeu phreneticos applausos, e ficou tão agradado do drama, que o conservou no reportorio. Ha tambem uma traducção em hespanhol, que se publicou em Lisboa, 1859 com o titulo: *Fray Luis de Sousa, drama historico em tres actos, del visconde de Almeida Garrett, traducido por D. Emilio Olloqui*. D. Emilio Olloqui era então funccionario de Hespanha em Lisboa. Em allemão foi egualmente traduzido pelo diplomata dinamarquez, conde de Luckner, de accordo com o poeta, segundo refere Varnhagen n'umas das suas obras, facto que Julio Cesar Machado reproduziu n'um dos seus artigos, intitulado: *Uma aventura de Garrett*, inserto no *Commercio portuguez*, do Porto, de maio de 1882.— *Tomo VI (segunda parte das obras lyricas). Flôres sem fructo*, Lisboa, 1845. Pelos motivos indicados na advertencia preliminar, este volume sahiu primeiro, destinado a formar a continuação do outro, que sob o titulo de *Lyrica de João Minimo* já era conhecido do publico; a 3.ª edição, Porto, 1874. — *Tomo VII (quarto do theatro). Filippa de Vilhena*, drama em 3 actos, Lisboa, 1846. Este volume contem mais duas comedias em 1 acto: *O Tio Simplicio* e *Fallar verdade a mentir*. Ha uma edição d'esta comedia, no Rio de Janeiro, 1858; a 3.ª edição, Porto, 1876.— *Tomo VIII e IX. Viagens na minha terra*, Lisboa, 1846. Tinham sido publicadas primeiramente em capitulos successivos, na *Revista Universal Lisbonense*. Reimprimiram-se em Lisboa, 1857. A 6.ª edição, Porto, 1884. *As viagens na minha terra* fôram integralmente reproduzidas em 1846-1847, no *Diario do Rio de Janeiro*, na secção *Variedades*.— *Tomo X (quinto do theatro). A Sobrinha do Marquez*, comedia em 3 actos, Lisboa, 1848; a 3.ª edição, Porto, 1877. Contém mais as comedias *As prophecias do Bandarra*, 2 actos, e *Um noivado no Dáfundo, ou cada terra com seu uso, cada roca com seu fuso*, 1 acto. Esta ultima comedia foi tambem publicada na 1.ª série do *Theatro moderno*, 1857. *A Sobrinha do Marquez* está traduzida em francez, na *Revue Lusitanienne*, de O. Fournier, tomo I, 1852.— *Tomos XI e XII. O Arco de Sant'Anna, chronica portuense. Manuscripto achado no convento dos Grillos do Porto, por um soldado do corpo academico*, Lisboa, 1845, Foi este o titulo com que primeiro se publicou, sem o nome do autor, não fazendo então parte da collecção das obras. Só depois é que se incorporou para formar o tomo XI, imprimindo-se o volume segundo em 1850, que ficou sendo o tomo XII. A 4.ª edição, Porto, 1871.— *Tomo XIII. Dona Branca*, Lisboa, 1850 A 1.ª edição d'este poema sahiu em Paris com o titulo de *D. Branca, ou a conquista do Algarve, obra posthuma de F. E.*, 1826; faz consideravel differença da segunda, em que o autor não só lhe deu nova fórma, dividindo a obra em dez cantos, porque na primeira não passava de sete, mas introduzindo-lhe alguns centos de versos novos, e alterando a phrase em muitos logares, supprimindo algumas notas, e addicionando outras novas. A 5.ª edição, Porto, 1874, Tambem foi publicado este poema no tomo II do *Archivo poetico*, do Rio de Janeiro, 1860. Ha ainda outra edição na Bahia, de 1839.— *Tomo XIV e XV (segundo e terceiro do Romanceiro). Romances cavalheirescos antigos*, Lisboa, 1851. O primeiro volume contém dezeseis romances, todos precedidos de advertencias philologicas e illustrativas; o segundo contém vinte e um romances com os quaes o autor dava por terminada a collecção de *Romances antigos*. O tomo IV, que não chegou a publicar-se, devia conter as *lendas e prophecias*. Alguns d'estes romances fôram traduzidos em hespanhol e em francez. A 3.ª edição, Porto, 1875. — *Tomo XVI (primeiro dos versos). Lyrica de João Minimo*, Lisboa, 1858. Tem algumas alterações e additamentos á primeira edição que o autor publicara em Londres, no anno de 1829. Contém os versos que escreveu desde a sua primeira edade até ao anno de 1826. A 4.ª edição, Porto, 1869. — *Tomo XVII (segundo dos versos). Fabulas, Folhas*

cahidas, 3.ª edição, Lisboa, 1856. A nota de 3.ª edição tem referencia á que se fizera em separado, das *Folhas cahidas*, em 1853, considerada como *primeira;* a que no mesmo anno sahiu com a designação de *segunda*, desappareceu depressa do mercado por um modo mysterioso. A 4.ª edição, Porto, 1859. Ha tambem uma edição das *Folhas cahidas*, no Rio de Janeiro, em 1853. — *Tomo XVIII (sexto do theatro). O Alfageme de Santarem*, drama em 5 actos, Lisboa, 4.ª edição, Porto, 1872. A primeira publicou-se em Lisboa, 1842, com o titulo de *O Alfageme de Santarem ou a espada do condestavel*. No Rio de Janeiro tambem foi publicado na collecção do *Archivo Theatral*. — *Tomo XIX. Portugal na balança da Europa*, 2.ª edição, Porto, 1867. A primeira publicou-se em Londres, 1830, sem nome do autor, e com o titulo: *Portugal na balança da Europa: do que tem sido, e do que ora lhe convém ser na nova ordem de cousas do mundo civilisado.* — *Tomo XX. Da Educação: Cartas dirigidas a uma senhora illustre, encarregada da instituição de uma joven princeza*, 2.ª edição, Porto, 1867. Parece que a 1.ª edição se publicou com o nome de *Tratado de educação*, tomo I, Londres, 1829. Não sahiu mais tomo nenhum. — *Tomo XXI. O Retrato de Venus e estudo de historia litteraria, seguido do Ensaio sobre a historia da pintura, e do Bosquejo da historia da poesia, e lingua portugueza*, Porto, 1867. 2.ª edição. A primeira publicou-se em 1821, que deu logar a polemicas e a accusações, etc., como se descreve no artigo antecedente. *O Bosquejo da historia*, etc. não está incluido na edição de 1821; serviu de prologo ao *Parnaso lusitano* (V. o referido artigo). — *Tomo XXII. Helena, fragmento d'um romance inédito. Precedido do catalogo dos autographos, diplomas, documentos politicos e litterarios, pertencente ao sr. visconde de Almeida Garrett, colligido e annotado por C. G.*, Lisboa, 1871. — *Tomo XXIII. Discursos parlamentares e memorias biographicas*, Lisboa, 1871. Ha 2.ª edição, em 1882. — *Tomo XXIV. Escriptos diversos. Colligidos por C. Guimarães*, Lisboa, 1877. A *Empreza da Historia de Portugal*, com séde na *Livraria Moderna*, n'esta capital, tem a propriedade das obras completas do visconde d'Almeida Garrett, de que publicou ha pouco algumas; prepara porém agora uma edição revista e dirigida pelo sr. dr. Theophilo Braga. Sem estar incluidas na collecção, mencionaremos o seguinte: *Versos ao corpo academico*. Esta composição sahiu n'um folheto hoje muito raro: *Collecção de poesias recitadas na sala dos actos grandes da Universidade*, etc. Coimbra, 1821; *O dia vinte e quatro de Agosto, pelo cidadão J. B. S. L. A. Garrett*. Anno 1.º, Lisboa, 1821. E' um discurso politico em que se pretende provar que a revolução feita no Porto no referido dia, foi legitima e necessaria para salvar a nação; *Oração funebre de Manuel Fernandes Thomaz*. Sahiu no folheto intitulado: *Discursos e poesias funebres, recitados a 27 de novembro de 1822, em sessão da Sociedade Litteraria Patriotica, celebrada para prantear a dôr e orphandade dos portuguezes, na morte de Manuel Fernandes Thomaz*, etc. Lisboa, 1822; *Carta de Guia para eleitores;* Lisboa, 1826; *A Lealdade em triumpho, ou a victoria da Terceira, canção ao general conde de Villa Flôr*, etc. Londres, 1829. Tinha sido já inserta no n.º 3 do *Chareco Liberal*, e foi depois reproduzido no volume: *Flôres sem fructo; Manifesto das Côrtes constituintes á Nação*, datado de 22 de agosto de 1837 (cuja redacção lhe foi encarregada pelo congresso na sessão de 21, como consta do *Diario do Governo*, n.º 197, do dito anno, a pag. 956). Publicou-se no n.º 198 do mesmo *Diario*, e com algumas leves correcções no n.º 199, e d'elle se tiraram numerosissimos exemplares em separado, no formato de folio, com quatro paginas; *Da formação da segunda camara das Côrtes; Discursos pronunciados nas sessões de 9 e 12 de outubro de 1837, correctos a rogo dos seus amigos, e por elles mandados imprimir*, Lisboa, 1837; *Programma do festejo, que pelo faustosissimo anniversario de sua protectora, a rainha, a senhora D. Maria II, no dia do nome d'el-rei o senhor D. Fernando, faz o Conservatorio Dramatico de Lisboa, em 1840*, Lisboa, 1840; *Circular para a abertura do curso de Historia*, Lisboa, 1839; *Discurso do sr. deputado pela Terceira J. B. de A. Garrett, na discussão da resposta ao discurso da corôa, pronunciado na sessão de 8 de Fevereiro de 1840*, Lisboa, 1840. Este discurso ficou por muito tempo celebre sob a designação allusiva de *Porto-Pireu;* é na opinião d'um dos seus biographos o mais vigoroso e eloquente que até 1844 se havia pronunciado na tribuna portugueza; *Discurso do sr. deputado por Lisboa J. B. de A. Garrett na discussão da lei da decima*, Lisboa, 1841; *Memoria historica do conselheiro Antonio Manuel Lopes Vieira de Castro*, Lisboa, 1843; Sahiu sem o nome do autor; *Elogio historico do Barão da Ribeira de Sabrosa*. Sahiu no tomo II das *Memorias do Conservatorio*, Lisboa, 1842; *Carta em resposta á que lhe dirigiram os auctores do* «Opusculo ácerca da lingua portugueza» etc. Sahiu no dito opusculo pag. VII a XV; *Memoria historica da ex.ma Duqueza de Palmella D. Eugenia Francisca Xavier Telles da Gama*, Lisboa, 1848; *Memoria historica de José Xavier Mousinho da Silveira*, Lisboa, 1849; *Artigo de critica litteraria sobre a canção de Gonçalo Hermigues*. Sahiu na *Revista Universal*, tomo V, pag. 414; *Da poesia popular em Portugal*. Série de artigos publicados no dito jornal, tomo V, a pag. 439, 460, 473, 483. e tomo VI, a pag. 99 e 148. Jornaes em que o distincto poeta collaborou: *O Toucador, periodico sem politica, dedicado ás senhoras portuguezas*, em 1822; *O Chronista, semanario de politica, litteratura, sciencias e artes*, Lisboa, 1827; *O Portuguez*, diario politico, litterario e commercial, Lisboa, 1826 e 1827; *O Portuguez Constitucional*, Lisboa, 1836; *Revista universal lisbonense*, em 1846; *Entre-acto*, Lisboa, 1837; *A Illustração*, Lisboa, 1846; *Jornal das Bellas Artes*, Lisboa, 1843; *O Chareco Liberal*, Londres, 1829; *O Popular*, Londres, 1824; *O Precursor*, Londres, 1831.

Almeida Garrett *(Sociedade Litteraria)*. Esta sociedade foi instituida em Lisboa a 4 de fevereiro de 1902, dia do anniversario do nascimento do illustre escriptor cujo nome tomou para titulo. Deve-se a idéa da sua fundação ao nosso presado collaborador bibliographico sr. Silva Leal, um fanatico garrettiano, da mais louvavel perseverança e diligente tenacidade, que encontrou no distincto jornalista sr. Alberto Bessa, outro devotado admirador do grande poeta, um operoso auxiliar que por sua vez se não poupou a esforços, afim de que a realisação da idéa do sr. Silva Leal se não fizesse demorar. Encarregou-se o primeiro dos iniciadores de procurar

adhesões ao seu pensamento e em breves dias conseguiu as dos srs. conde de Valenças, dr. Theophilo Braga, Francisco Simões Margiochi, dr. Xavier da Cunha, dr. Carvalho Monteiro, Gabriel Pereira, dr. Carneiro de Moura, Ramos-Coelho, e de muitos outros illustres cavalheiros, bem conhecidos na nossa litteratura. Encarregou-se da sua parte o sr. Alberto Bessa de elaborar as bases dos estatutos e o plano da sessão da installação, que se realisaria, como effectivamente se realisou, no dia do anniversario do nascimento de Almeida Garrett. Depois de effectuada uma reunião preparatoria, que teve logar em 30 de janeiro de 1902, ali fôram lidas e approvadas as bases e o plano da sessão inaugural. A 4 de fevereiro seguinte, pelas oito e meia horas da noite, na sala *Algarve* da Sociedade de Geographia de Lisboa, realisou-se a sessão de installação da sociedade que, segundo as bases approvadas, se ficou intitulando *Sociedade Litteraria «Almeida Garrett»* e entrou a receber novas e não menos importantes adhesões. Logo a seguir, n'uma das reuniões da commissão installadora, propoz o sr. Silva Leal que se representasse ao parlamento em prol da trasladação, proposta que foi approvada. Em tres sessões se discutiram e approvaram, com ligeiras modificações, os diversos artigos do projecto de estatutos, de que o sr. Bessa foi relator e que receberam a sancção da auctoridade superior do districto por alvará de 9 de julho, assignado pelo sr. conde de Sabrosa. Assim ficou instituida a nova sociedade que não tardou em affirmar-se no seu proposito de concentrar todos os esforços até ahi produzidos e os mais que viessem a produzir-se, no sentido de se conseguir o pagamento da divida de reconhecimento do paiz para com a memoria de Almeida Garrett. Tendo a sociedade por seu presidente o digno par do reino sr. conde de Valenças, foi-lhe facil levar ao parlamento pela camara alta a representação a que se referira a proposta do sr. Silva Leal. Esse documento, distinctamente redigido, mereceu pelos seus termos a attenção do governo para que fôsse feita justiça á memoria do poeta, determinada a trasladação dos restos mortaes de tão glorioso portuguez para o templo dos Jeronymos, em Belem. Apresentando na sessão de dois de maio esta representação, o sr. conde de Valenças secundou-a, e no final do seu brilhante discurso apresentou uma moção, em que a camara convidava o governo a decretar que os restos mortaes do visconde d'Almeida Garrett fôssem trasladados para o pantheon dos Jeronymos, e que o dia em que se realisar aquelle acto solemne seja considerado de festa nacional. A esta moção respondeu pelo governo o sr. presidente do conselho de ministros que, estando ella no animo do governo e da camara, julgava não ser preciso votação para que o poder executivo accedesse ao convite formulado, e sobretudo nos termos em que se acha redigida a representação da *Sociedade Litteraria «Almeida Garrett.»* Por decreto de 9 de julho de 1902, publicado no *Diario do Governo* de 15 do mesmo mez, foi determinado que os restos mortaes do grande poeta sejam trasladados para a egreja dos Jeronymos, no dia 3 de maio de 1903, e que este dia se considere de grande gala. Precede este decreto um relatorio em que se presta a devida homenagem á benemerita sociedade que declarou não pretender nenhum auxilio do Estado nas despezas da trasladação, que reclamava em nome do reconhecimento publico. Todos estes documentos e um *fac-simile* do testamento de Garrett se acham colligidos pelo sr. Alberto Bessa, no seu opusculo *Almeida Garrett no Pantheon dos Jeronymos*, Lisboa, 1902. Para o desenho do seu diploma, que n'este artigo reproduzimos, abriu em 1902 a Sociedade concurso entre os artistas nacionaes, estabelecendo tres premios pecuniarios, de trinta, dez e cinco mil réis. Concorreram sete dos nossos artistas e os seus trabalhos estiveram expostos na Academia de Bellas Artes, desde o dia 19 até 23 de maio d'aquelle anno. Reunindo o jury, que se compunha dos srs. José Velloso Salgado, José Malhôa e Bartholomeu Sezinando Ribeiro Arthur, fôram concedidos o 1.º premio ao sr. Pedro Guedes, cujo desenho foi mandado executar, o 2.º ao sr. José Ferreira da Costa e o 3.º ao sr. Joaquim Antonio Viegas, todos residentes em Lisboa. Poucas aggremiações contarão vida mais fructuosa em tão pouco tempo, o que innegavelmente se deve aos esforços dos dois activos iniciadores a que nos referimos, e aos do nobre presidente da sociedade, senhor conde de Valenças, que á nova sociedade tem dispensado um enthusiastico auxilio, com o seu nome prestigioso. Ainda ha pouco tempo, no dia 4 de fevereiro do corrente anno de 1903 celebrou a prestimosa sociedade uma brilhantissima sessão commemorativa da sua fundação, em que usaram da palavra os srs. drs. Carvalho Monteiro, Alexandre Braga, Zeferino Candido, e outros illustres admiradores de Almeida Garrett.

Sello da Sociedade Litteraria «Almeida Garrett»

Reducção do diploma da Sociedade Litteraria «Almeida Garrett»

Almeida Jordão *(Francisco de)*. Cavalleiro da ordem de Christo, formado em canones pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa a 31 de dezembro de 1712. Falleceu depois do anno de 1759. Escreveu : *Arte legal para estudar a Jurisprudencia, com a exposição aos titulos da Instituta do imperador Justiniano, pelo licenceado Francisco Bermudez de Pedraça, traduzida da lingua castelhana, e accrescentada com varias addições utilissimas, e um novo appendix da origem das Leis de Portugal*, Lisboa, 1737; *Relação do castello e serra de Cintra, e do que ha que vêr de raro em todo elle, etc.*, Lisboa, 1748.

Almeida Jordão *(José de)*. Syndico da Misericordia da Bahia em 1738 e annos seguintes. Na Bibliotheca Publica do Porto conserva-se um vol. fol. grosso, manuscripto, *Embargos-Crimes*. Do catalogo respectivo reproduzimos, por curiosidade, o seguinte titulo : «Copia dos primeyros emb.os que fis sendo eleyto siudico do crime da Santa Casa da Misericordia da Bahya em Março do anno de 1738.—O R(eo) Miguel, escravo de Dom. de Oliveira e prezo nas Cadeias desta R.am, tem leg.os embargos ao acordao f.31 q.e o condemna em pena de morte n.al; e a fim de que se revogue ou ao menos se modifique (salvo jure nullitatis) dis o mesmo R., pela via melhor de Direito» etc.

Almeida Jorge *(Ricardo de)*. Nasceu em 1858 no Porto, onde cursou a Escola-Medico-Cirurgica, sendo sempre um estudante muito assiduo e considerado. Completando o curso aos 21 annos de edade, entrou seis mezes depois no corpo docente da mesma escola. Filho do povo, sem outros pergaminhos que os diplomas honrosos da sua aptidão scientifica, aprendeu nos exemplos salutares do trabalho honrado de seus paes a robustecer o animo para as luctas da existencia. A sua dissertação para o concurso que lhe ia abrir um logar eminente no professorado, e que versava sobre *Localisações motrizes no cerebro*, é um trabalho notavel, como notavel tambem fôra a sua these final ácerca do *Nervosismo* O sr. dr. Ricardo Jorge foi medico municipal do Porto, secretario e lente da Escola-Medico-Cirurgica, regendo as cadeiras de hygiene e medicina legal. A esta categoria junta os titulos de socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Instituto de Coimbra e da Sociedade de Sciencias Medicas. Foi redactor da primeira revista scientifica que teve o Porto e que durou apenas um anno, e tanto n'essa revista, como em una conferencia que realisou por occasião do centenario do marquez de Pombal, em 1882, começou a patentear mais publicamente os predicados que o assignalam, quer como escriptor elegante e polemista habil, quer como orador eloquente e erudito e critico severo. Tendo-se dedicado aos estudos da hydrotherapia, resolveu ir a França observar os principaes adiantamentos introduzidos n'aquelle systema e teve então ensejo de tratar de perto os homens mais notaveis da sciencia, recebendo lições e conselhos de Charcot e d'outras summidades medicas. No seu regresso realisou uma conferencia brilhante sobre a hydrotherapia, quando já se havia collocado á frente, com o abalisado clinico, o sr. dr. Augusto Brandão, na direcção do primeiro estabelecimento hydrotherapico do paiz, annexo ao grande Hotel do Porto, onde as suas applicações medicas se tornaram muito conhecidas, produzindo os mais proficuos resultados. Do artigo do fallecido escriptor, Manuel M. Rodrigues, publicado no *Occidente*, de 21 de setembro de 1884, transcrevemos os seguintes paragraphos: «A fama que tem alcançado como clinico e o conceito que tem conseguido na triplice qualidade de orador, escriptor e polemista, propagou-se já por modo tal, que a sua opinião auctorisada é hoje tão considerada como a do mais experimentado mestre. Agora, novo campo se abriu ao seu renome nas conferencias que está verificando sobre hygiene publica. Os seus discursos teem produzido profunda sensação e despertado geral interesse, quer pela fórma insinuante e esplendente com que os reveste, quer pela prodigiosa erudição com que os interessa. A sua palavra é facil, communicativa, preponderante; o seu estylo, affastando-se das formulas convencionaes da eloquencia sediça, tem reverberações de um luzimento offuscador; e a sua argumentação architectada sempre em bases positivas, fórma como que uma barreira invulneravel de encontro á qual se despedaçam os impetos d'essa petulancia que se sobredoura com as apparencias balofas de uma sciencia superficial. Por vezes, na torrente impetuosa da sua locução crystalina, resaltam as allusões causticas de uma critica inexoravel e contundente. Sem tregoas para o inimigo temerario, o seu temperamento indisciplinado ás considerações de uma deferencia fementida, não se verga nunca a conveniencias importunas quando se trata de medir forças em luctas scientificas. Será um defeito? Crêmos que é uma virtude rarissima n'esta sociedade do *Deus Guarde a Vossa Excellencia*, como sagaz e comicamente a apreciou o audacioso orador em uma das suas primeiras prelecções. D'essas conferencias tem fallado com louvor unanime e recto toda a imprensa. A vastidão dos conhecimentos do insigne medico em todos os ramos do saber, as suas opiniões importantes sobre a salubridade dos cemiterios, sobre os inconvenientes da cremação e sobre outros assumptos, emfim, que se ligam intimamente com a questão vital da hygiene, ao mesmo passo que maravilham os proprios versados em taes materias, ensinam e enthusiasmam os que vão beber n'aquelle manancial inexgotavel de illustração, noções que a mais decidida vontade não alcançaria em dilatados periodos de uma leitura persistente e extenuante. Eis um dos meritos superiores d'essas lições publicas, que marcarão sem duvida uma época distincta na carreira laureada d'esse talento que bem merece já pelas primicias do seu trabalho generoso e propagativo o reconhecimento e o respeito de todo o paiz.» Em 1899, deu-se um caso de doença suspeita, n'uma casa da rua da Fonte Taurina, no Porto, em que depois se localisou o foco epidemico. A sus-

Ricardo de Almeida Jorge

peita era que a peste bubonica, que tanto flagelava Bombaim, viera visitar a segunda cidade do paiz. Bastou, entretanto, a noticia de que o terrivel bacyllus estava a contas com os habitantes d'aquelle bairro, para que as opiniões se concertassem, todas á uma, considerando a rua da Fonte Taurina como um terrivel fóco de epidemias, ainda quando se não tratasse d'um caso tão desolador e de tanta irradiação. A proveniencia do microbio suppoz-se que fôra d'um carregamento d'algodão, que viera ao Porto, a bordo do vapor inglez *City of Cork*, que chegara de Bombaim. Foi assim que pelos meados de junho ou principio de julho, a existencia da peste bubonica era conhecida, mercê d'uma carta do sr. dr. Ferreira da Cunha, publicada em varios jornaes, o qual parece, que fôra o medico assistente d'um dos infectados e tivera occasião de diagnosticar o microbio authentico. O sr. dr. Ricardo Jorge, impressionado com esta noticia, tratou de averiguar o que haveria de verdade, e com effeito não tardou a fixar-se na mesma opinião d'aquelle seu collega, opinião que depois disse a outros clinicos, conforme o declara o sr. Maximiliano Lemos, n'umas considerações scientificas, publicadas n'um jornal da manhã, da capital. A existencia da peste bubonica era caso averiguado, e scientifica e officialmente reconhecida. O sr. dr. Ricardo Jorge, desde a primeira suspeita, não abandonou nunca o seu posto, ou á cabeceira dos enfermos ou no seu laboratorio; apesar da sua opinião estar já formada sobre a molestia, mandou o bacyllus ao seu collega, o dr. Camara Pestana, director do Instituto Bacteriologico de Lisboa. O illustre bacteriologista verificou tambem a existencia do bacyllus da peste bubonica, e participou immediatamente o facto ao sr. presidente do conselho para ser tomado na devida consideração. Tendo sido depois, o bacyllus remettido a Paris, pelo dr. Camara Pestana, por melindres muito justificaveis, o Instituto Pasteur respondeu reforçando as opiniões auctorisadas dos medicos portuguezes. O sr. presidente do conselho encarregou então o dr. Ricardo Jorge de tomar todas as providencias necessarias, concedendo á camara do Porto uma verba especial para satisfazer ás despezas exigidas com as medidas sanitarias que scientificamente se careciam para tal fim. Os jornaes do Porto, e grande parte do commercio, revoltaram-se contra as providencias que rigorosamente se tomavam, negando que existisse epidemia; houve algumas revoltas, chegando até varios dos amotinados a apedrejarem as janellas da casa onde estava estabelecido o laboratorio municipal. Houve tambem um protesto violento contra o cordão sanitario, que fôra muito mal acolhido no Porto, que obrigou o governador civil a intervir com a força armada. Felizmente, a epidemia foi decrescendo, até se extinguir de todo, acabando assim os motins que se iam tornando verdadeiramente de grande gravidade na cidade do Porto. O sr. dr. Ricardo Jorge veiu depois para Lisboa, e é actualmente inspector geral dos Serviços Sanitarios. Escreveu as seguintes obras sobre hygiene: *Hygiene social applicada á nação portugueza. Conferencias 1885*; *Saneamento do Porto*, relatorio apresentado á commissão municipal de saneamento em 1888; *A epidemia de Lisboa de 1894*. Impressões d'uma missão sanitaria 1895; *A diphteria no Porto*, artigo publicado na *Medicina contemporanea* de 1895; *Ueber einer neuer Wasser Vibrio*, artigo publicado na revista allemã *Centralblat für Bacteriologie* de 1896; *Saneamento do Porto*, consulta da commissão municipal de saneamento, 1897; *Boletim mensal* de estatistica sanitaria do Porto, que se publicou de 1893 a 1898; *Annuario do serviço municipal de saude e hygiene do Porto*, publicado pela repartição de saude e hygiene da camara municipal do Porto, etc.

Almeida e Lencastre (*D. Pedro Balthazar de*). Commendador de S. João de Trancoso e de S. Pedro de Lardoza no bispado de Vizeu na ordem de Christo, e alcaide-mór da Figueira. N. em Lisboa a 6 de janeiro de 1676; f. a 20 de setembro de 1740. Era filho de D. João de Lencastre, que foi commissario geral de cavallaria, governador da nau capitanea na armada de Saboya, mestre de campo do terço da armada real, governador e capitão general d'Angola, e da Bahia, general da cavallaria na provincia do Alemtejo, e governador e capitão general do Algarve; sua mãe chamava-se D. Maria Thereza de Portugal, filha herdeira de D. Pedro d'Almeida, mestre de campo, governador de Pernambuco, e provedor das vallas de Santarem. D. Pedro era de familia muito illustre, pois contava nos seus avós, por parte do pae, D. Rodrigo de Lencastre, commendador de Coruche e governador de Tanger, sendo descendente de D. Jorge, filho legitimado de D. João II. Foi educado por seus paes, nas mais austeras maximas da prudencia e christandade; tinha um caracter docil, affavel, humilde, empregando em devotos exercicios todo o tempo que lhe restava do estudo das letras, a que se entregava por inclinação e por gosto, encantando todas as pessoas que o viam e ouviam. Aos trinta e oito annos de edade, seu pae resolveu casal-o com D. Ignez Josepha de Tavora, dama da rainha D. Marianna d'Austria, filha de Ayres de Saldanha de Menezes e Sousa, governador, capitão-general d'Angola e do Algarve, e de D. Luiza Ignez de Tavora, dama do paço, filha de João de Saldanha, morgado d'Oliveira. O casamento realisou-se a 2 de setembro de 1714. D. Pedro teve a infelicidade de enviuvar quatro annos depois, em 1718, e ficou tão apaixonado por se vêr viuvo, e tão desenganado das cousas mundanas, que resolveu passar ao deserto do Bussaco, onde podesse viver solitario entregue unicamente á contemplação de Deus, longe dos amigos e parentes. Não podendo, porém, levar a effeito o seu desejo, dedicou-se em sua propria casa a exercicios de piedade, a uma vida mais de claustro e de ermita, que de secular e cortezão. Com muita prudencia e delicadeza foi abandonando a convivencia com as pessoas da nobreza, deixou de entrar no paço, não solicitando nunca dependencias dos soberanos; andava a pé vestido simplesmente, de fazenda ordinaria e de côr preta, sem criado, nem outro qualquer signal que o podesse distinguir como fidalgo; sempre só, fallava sómente a algum mendigo, a quem escutava com agrado, e despedia dando-lhe esmola. Do matrimonio nascera um filho, D. José de Lencastre, que tambem foi commendador de S. João de Trancoso e de S. Pedro de Lardoza, e alcaide mór da Figueira. D. Pedro era muito cuidadoso no governo de sua casa e na educação d'este seu filho. Comsigo tornara-se austero e rigoroso em extremo. Era tão extraordinaria a sua abstinencia, como admiravel a sua penitencia. Jejuava

todas as quartas feiras do anno; nas sextas feiras e sabbados da Quaresma o jejum era a pão e agua, e na semana santa, sem tocar nenhum genero de alimento, passava em perfeita abstinencia desde a quinta feira de Endoenças até sabbado d'Alleluia. N'este rigoroso jejum se conservou até ao fim da vida, apesar da grande fraqueza a que chegou, não podendo ás vezes quasi suster-se de pé. Não contente com este tratamento ascetico, castigava o proprio corpo, dormindo sobre palha apenas com um cobertor grosseiro, e nas sextas feiras dormia sobre taboas ou sentado n'uma cadeira, e quasi sempre vestido. Tão aspero e severo no tratamento de sua pessoa quanto era liberal e larguissimo em acudir aos pobres a quem parecia querer dar tudo sem reserva nem mesmo do que mais necessitava e não podia dispensar; dava tudo, como se nada tivesse, e fôsse tudo dos pobres. A oração e lição espiritual era todo o seu alimento quotidiano. Recreava-se em meditar a vida dos santos que lia com tanto affecto, que não podia reprimir as lagrimas. O logar em que mais permanecia

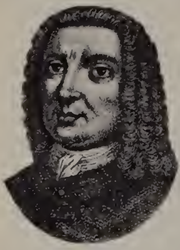
D. Pedro Balthazar de Almeida e Lencastre

em casa era o oratorio onde se exercitava de continuo em affectuosas devoções. Ouvia missa todos os dias, não faltava aos lausperennes, buscando as occasiões melhores para não ser visto ou para desabafar melhor o impeto dos seus fervores em mais silencio. Quando voltava da egreja, dirigia-se ao oratorio, onde por muitas horas não abria a porta a pessoa alguma de familia, nem ao proprio filho, ainda que o procurassem com muita instancia. Causava assombro a toda a gente o seu viver. Rejeitou o logar de védor que a rainha D. Marianna d'Austria lhe offereceu na sua real casa. Adoeceu em setembro de 1740, e sem recear a morte, soffreu resignadamente, considerando todas as angustias como favores de celestial misericordia. Falleceu depois de se preparar com todos os sacramentos; seu corpo foi sepultado no convento de S. Pedro d'Alcantara, dos frades arrabidos, sendo levado nos braços de oito pobres, n'um caixão coberto de burel branco, por ter assim disposto no testamento.

Almeida Macedo *(Luiz Antonio de).* Capitão tenente da armada, cavalleiro da ordem militar de S. Bento d'Aviz, curador dos réos menores junto do Supremo Conselho de Justiça Militar. N. em 1718; f em setembro de 1843. Os seus sentimentos fôram sempre de liberal, puros, e por isso mesmo não se envolveu com as intrigas nem com as questões politicas que tanto abundaram no seu tempo. Desempenhou sempre com muito acerto e solicitude diversas commissões de que foi encarregado, dando sempre em toda a sua vida provas d'um caracter austero e honradissimo. Escreveu: *Factos memoraveis da Historia de Portugal, ou Resumo da historia d'este paiz desde a antiguidade até aos nossos dias, extrahidos de acreditados auctores,* Lisboa, 1826. Sahiu com as iniciaes L. A. A. M.

Almeida Maia *(Manuel Firmino d').* Jornalista, deputado, conselheiro, par do reino electivo. N. em Aveiro a 18 de janeiro de 1824, sendo seus paes Fernando Antonio d'Almeida e D. Anna Margarida de Jesus. Iniciou a sua vida publica como regedor da freguezia d'Avanca, concelho de Estarreja, e foi perseguido como implicado na revolta de Torres Novas em 1844. Salientou-se muito nas celebres eleições de 1845, combatendo contra os Cabraes, e tomou parte activa no movimento popular da Maria da Fonte ao lado dos setembristas. Serviu no exercito da Junta do Porto 1846-1847 como official do batalhão de Voluntarios de Estarreja. Em fevereiro de 1852 fundou com o conselheiro José Luciano de Castro o «Campeão do Vouga» que em novembro de 1859 tomou o titulo de «Campeão das Provincias» e que redigiu até á sua morte em 30 de julho de 1896. Eleito presidente do municipio aveirense em 1860 foi depois reeleito e muitos biennios successivos, prestando n'essa qualidade os mais relevantes serviços á cidade e ao concelho, onde centenares de melhoramentos attestam a sua util e rasgada iniciativa, taes como o jardim publico, o quartel de Sá e o mercado que tem o seu nome. Deputado em differentes legislaturas—1861 a 1867—como representante dos circulos de Agueda e d'Aveiro, foi eleito par do reino pelo districto de Aveiro em 1890. Presidente da commissão districtal, ahi desempenhou tambem durante muitos mezes as funcções de governador civil. Em outubro de 1880 salvou na Costa da Torreira a tripulação do vapor *Nathalie* pelo que foi condecorado pelo governo francez, a cuja nacionalidade pertencia o navio, com a cruz da Legião de Honra, e pelo de Portugal com a medalha de ouro para distincção e premio concedido ao merito, philantropia e generosidade, que recusou. Na sala das sessões da camara de Aveiro existe o seu retrato a oleo, corpo inteiro, e na fachada do mercado Manuel Firmino d'Almeida Maia um medalhão com o seu busto, em bronze.

Almeida Mascarenhas *(D. Francisco de).* Licenceado em canones, pela Universidade de Coimbra, arcediago na cathedral de Vizeu, e ultimamente principal da Santa Egreja Patriarchal de Lisboa. N. em Lisboa a 31 de julho de 1701, f. em Almada a 18 d'outubro de 1745. Era filho de D. João d'Almeida, conde d'Assumar. Os seus vastos conhecimentos em historia ecclesiastica o habilitaram para membro da Academia Real de Historia. Escreveu: *Censura de uma opinião do P. Paschasio Quesnel, do Oratorio de Jesus Christo de Paris, concernente a provar que a disciplina ecclesiastica das igrejas de Hespanha foi dependente da de França,* Lisboa, 1731. Sahiu tambem no tom. XII da *Collecção de Memorias e Documentos da Academia de Historia; Primeira Dissertação critica contra as* «Memorias do bispado da Guarda» *sobre alguns pontos da disciplina ecclesiastica de Hespanha,* Lisboa, 1733. Sahiu tambem no referido tomo XII da *Collecção: Apparato para a disciplina e ritos ecclesiasticos de Portugal. Parte I. Na qual se trata da origem e fundação dos patriarchados de Roma, Alexandria e Antiochia, e se descreve com especialidade o patriarchado do occidente, mostrando que as Igrejas de Hespanha lhe pertenciam por direito particular: e por occasião d'esta materia se disputam bastantes questões pertencentes á disciplina ecclesiastica, curiosas e*

não vulgares, Lisboa, 1735; *Carta escripta ao P. Fr. Marcelliano da Ascenção, em resposta a outra, em que o consultava sobre varios pontos historicos da religião benedictina*, Lisboa, 1738; *Acção de graças á Sabedoria divina, tutelar da Academia Valenciana, que se recitou em 18 de Janeiro de 1745*, Valencia, 1745.

Almeida de Menezes *(D. Jorge de)*. Cavalleiro da ordem de S. João de Jerusalem, no seculo XVIII. Escreveu: *Poema heroico á felicissima jornada d'el-rei D. João V nosso senhor, nas plausiveis entregas das serenissimas princezas do Brazil e Asturias*, Lisboa, 1734. Consta de 54 oitavas, e seguem-se no fim varios sonetos e outras poesias.

Almeida Monjardino *(José Ignacio de)*. Cavalleiro da ordem de Christo, secretario geral do governo civil de Angra desde 1839 até 1851, e deputado em 1849. Escreveu: *Collecção de documentos sobre os trabalhos da reedificação da villa da Praia, e da villa de S. Sebastião, Fonte bastarda*, etc., *por occasião do terremoto de 15 de junho de 1841*. Partes I e II, Angra do Heroismo, 1844.

Almeida e Moura *(José de)*. Cavalleiro professo na ordem de Christo. N. em S. Cosme de Gondomar, em 1681. Seguiu a vida militar na arma de cavallaria, passando por todos os postos desde furriel até sargento-mór do regimento de Beja. Ignora-se a data do fallecimento, mas parece que vivia ainda em 1747. Escreveu: *Movimentos de cavallaria com addição para dragões e infanteria*, Lisboa, 1741.

Almeida Osorio *(Luiz d'Oliveira da Costa)*. Fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo, brigadeiro do exercito. Era governador das armas no Porto, quando os francezes invadiram Portugal. O Porto foi occupado por tropas hespanholas commandadas pelo general Taraneo, substituido depois pelo general Ballestã. O governo de Hespanha, quando as suas relações com a França começaram a turvar-se, deu ordem de retirada ás suas tropas que occupavam Portugal, e Junot mandou o general Quesnel tomar conta do Porto. Rebentou então a revolta em Hespanha, e a junta insurgente da Galliza chamou a si o general hespanhol Ballestã. O general foi, mas primeiro prendeu Quesnel e outros officiaes francezes, proclamou o restabelecimento da casa de Bragança e mandou o major Pinheiro occupar o castello da Foz. Deu-se este facto no dia 6 de junho de 1808. Quando, porém, os hespanhoes sahiram, Almeida Osorio, receando as consequencias d'este movimento, poz em liberdade o general Quesnel, restabeleceu a auctoridade dos francezes, e mandou o tenente-coronel Ribeiro de Araujo tomar conta do castello da Foz, em nome de Junot. Mas o grito da insurreição repercutiu-se nas provincias do norte, e novamente chegou ao Porto, em 11 de junho. Almeida Osorio foi preso, e o povo acclamou uma junta provisoria do governo. D'ahi a dois mezes desembarcava lord Wellington, e quatro mezes depois estava Portugal livre dos francezes. Almeida Osorio ficara esquecido na prisão. mas um anno depois, em 1809, Soult com o seu exercito, depois de se terem apoderado do Minho, appareceram na frente do Porto. O povo desesperado e furioso, em vez de defender a cidade, tratava de matar aquelles que reputava *jacobinos*, e não se contentando com os que encontrava na rua, arrombou as portas da cadeia, arrancou de lá os presos; Luiz d'Oliveira d'Almeida Osorio foi então arrastado pelas ruas e assassinado barbaramente assim como quatorze dos seus companheiros. A sua memoria foi depois absolvida. Escreveu: *Tratado de tactica, dirigido a instruir os officiaes novos e cadetes de infanteria e cavallaria, dividido em tres partes, e offerecido a S. A. real o senhor principe do Brazil, por seu auctor* etc., Lisboa, 1787. Quando Almeida Osorio publicou esta obra, era cadete no regimento de infantaria de Penamacôr.

Almeida Outeiro *(José Maria)*. Empregado no Banco Commercial do Porto; n. n'esta cidade a 12 d'agosto de 1843. E' filho de José Maria Outeiro, que fôra empregado no antigo Contracto do tabaco. Antes de estar no banco, foi caixeiro na casa commercial de D. Antonia Adelaide Ferreira, para onde entrou tendo apenas quinze annos de edade, só com o estudo das primeiras letras, e algumas noções de francez, inglez e commercio. Escreveu: *Estudos sobre a escripturação mercantil, por partidas dobradas em materia de mercadorias. Precedidos de uma breve exposição de legislação commercial nos pontos de maior utilidade para o commerciante, por A. A. Ferreira e Mello, advogado no Porto*, Porto, 1867. Este livro é dividido em duas partes: 1.ª *Estudos theoricos;* 2.ª *Estudos praticos*. A respeito d'este livro escreveu o conselheiro José Silvestre Ribeiro, no *Jornal do Commercio*, de 13 de março de 1867. *Segunda edição, revista e augmentada*, Porto, 1869. O autor declara. na advertencia preliminar, que esta edição é augmentada na parte theorica de um estudo ácerca da maneira de redigir no *Diario* os artigos das operações mais usuaes no commercio, e na parte pratica de muitas e variadas operações.

Almeida Pedroso *(Fernando Maria d')*. Venerando jornalista, antigo redactor do jornal *A Nação*. Nasceu em 1818 na villa de Mangualde e falleceu em Lisboa a 4 de dezembro de 1901. Fôram seus paes Joaquim Maria d'Almeida Pedroso e D. Ignez Adelaide do Amaral Pedroso. Era o pae um honrado servidor do Estado e um fiel legitimista, qualidades estas que distinguiram egualmente a seu filho. Educado nos principios religiosos e sociaes do velho Portugal, n'elles bebeu os tradiccionaes ensinamentos da educação christã, por que se guiou toda a sua vida. Por circumstancias muito

Fernando Maria d'Almeida Pedroso

especiaes só aos oito annos encetou os estudos primarios e aos quinze, em 1833, passou no seu exame de latim no seminario de Vizeu. A sua aspiração era a vida ecclesiastica. A mudança do nosso regimen politico veiu interromper-lhe os estudos e desviar-lhe a vocação, por necessidades de familia, á qual teve de consagrar a sua actividade e aptidões. Em 1839 veiu Fernando

d'Almeida Pedroso com o pae para Lisboa, onde estudou rhetorica, seguindo em maio de 1840 para Coimbra, afim de se habilitar nos restantes preparatorios, o que conseguiu em curto praso. Matriculado na faculdade de direito em 1840 foi sempre considerado um bom estudante. Em 1845 sahiu da Universidade e veiu para Lisboa, onde por alguns mezes frequentou o escriptorio do advogado dr. Emauz. Sobrevindo o movimento conhecido pela revolução da Maria da Fonte, Fernando Pedroso, então rapaz de 28 annos, offereceu-se para servir a causa legitimista, e no desempenho de missões importantes junto da direcção do mesmo partido, vindo de Coimbra a Lisboa e voltando a Coimbra, encontrou-se em meio das forças insurgentes e governamentaes, correndo risco de vida e o de ser preso ás portas de Lisboa, por traição, de que se livrou acolhendo-se em casa amiga. Em 1847, organisando-se o jornal *A Nação*, foi addido á redacção como revisor com D. Jorge de Locio e pouco depois como collaborador. Em 1851 Gomes de Abreu (V. *este nome*) e Fernando Pedroso começaram a publicação do *Catholico*, periodico bi-mensal, que teve de suspender pela partida de Fernando Pedroso para a Italia em 1852, em companhia do marquez de Abrantes, D. José Maria da Piedade de Lencastre, que desde 1848 lhe confiara parte dos negocios da sua casa e mais tarde lhe deixou a tutoria do seu successor. Dois annos andou Fernando Pedroso percorrendo as cidades da Italia. Em Roma foi excellentemente acolhido por Pio IX, sendo pessoalmente convidado para uma conferencia com o cardeal Antonelli sobre a situação religiosa de Portugal. Por fins de 1854 estava de volta e para logo retomou o logar de collaborador da *Nação*, empenhando-se vivamente na questão da declaração do dogma da Immaculada Conceição, e n'outras polemicas, que se seguiram como em 1873 com Teixeira de Vasconcellos. Em 1880 a questão ultramarina foi por elle desenvolvida em 24 artigos da *Nação*. A um folhetim de Ramalho Ortigão, intitulado *A civilisação africana*, em que se desenvolviam certas theorias sobre a intellectualidade inferior do indigena, respondeu Fernando Pedroso em varios artigos, colligidos depois em folheto. Durante a sua longa vida de jornalista legitimista collaborou em varios jornaes do partido, como a *Patria* e o *Direito*, do Porto. Foi tambem estimado e apreciado correspondente de *L'ami de la Réligion*, de Paris. Quando em 1862 se organisou a commissão promotora do *Dinheiro de S. Pedro*, da qual foi secretario, houve quem aggredisse o empenho dos fieis em soccorrerem o Santo Padre, na estreiteza a que o reduziram as primeiras invasões dos Estados pontificios. Como sempre, Fernando Pedroso fez d'esta obra piedosa e filial uma forte e categorica defeza, a que mal responderam os seus adversarios. Na Sociedade de Geographia, de que foi socio desde cedo, soube ganhar no espirito geral da patriotica aggremiação a causa das missões. Sendo elevado aos conselhos da corôa o visconde de S. Januario, como ministro da marinha, nomeou uma commissão para estudar a questão das missões ultramarinas, da qual foi vogal e secretario Fernando Pedroso. Dizer nos limites d'este artigo quanto amor e enthusiasmo dedicou elle a estes trabalhos patrioticos seria impossivel; abrangeram todos os ramos da acção missionaria, e, passados tempos poderam apparecer em pleno sertão africano a Missão de Huilla e a da Zambezia. Foi um benemerito das Missões do Real Padroado e até ao ultimo instante da sua vida honrada e modelar se dedicou a tão importante assumpto de colonisação, como veremos. Quando se constituia alguma nova aggremiação de caracter patriotico, logo Fernando Pedroso era dos primeiros a inscrever-se e a prestar-lhe o desinteressado auxilio da sua penna impolluta. Assim succedeu com a Associação da Imprensa de Lisboa, a Associação da Agricultura, etc., pertencendo ainda ultimamente á Associação dos Jornalistas da capital. Em dezembro de 1901 celebrou-se nas salas da Sociedade de Geographia o congresso colonial e ahi se fez ouvir, pugnando ardentemente pelas missões, o venerando jornalista. Foi á saída d'uma das sessões nocturnas d'esse congresso que o atacou o resfriamento de que foi victima em poucas horas. Caracter diamantino, sacrificando-se nobremente por um ideal politico sem esperança, Fernando Pedroso impoz-se á consideração e ao respeito de quantos o conheceram, pela sua integridade inconcussa, pelo seu encendrado amor patrio, que bem se revela em todos os escriptos, de estylo inconfundivel, que deixou nos innumeros periodicos em que collaborou.

Almeida Pimenta *(Francisco Xavier)*. Bacharel formado em medicina pela Universidade de Coimbra. N. na Certã a 2 dezembro de 1775; f. na villa do Sardoal a 21 d'abril de 1839. Matriculou-se em medicina na Universidade, concluiu o curso, e recebeu o grau de bacharel em 1798, formando-se no anno seguinte. Exerceu clinica no Sardoal durante muitos annos. Em 1811 dirigiu um hospital em Villa Velha, para o tratamento d'uma epidemia que se desenvolvera no exercito. Promoveu a vaccinação com extraordinario zelo, merecendo por elle ser premiado pela instituição vaccinica, como se mostra na *Conta dos trabalhos vaccinicos*, lida na sessão publica da Academia Real das Sciencias, a 24 de junho de 1816, pelo dr. Januario de Mello Franco. Desde 7 d'abril de 1813, que era socio correspondente da Academia. Em 1820 foi deputado ás côrtes extraordinarias e constituintes pela provincia da Extremadura; foi tambem medico do hospital militar de Abrantes. Almeida Pimenta era um pratico muito habil e consciencioso, que deixou registados muitos casos de observação. Escreveu no *Jornal de Coimbra* o seguinte: *Observações de uma prenhez, terminada pela putrefação do feto*, vol. IV, pag 213; *Observações sobre o uso do fructo do castanheiro da India (Æculus Hypo-Castanum, Linn.)*, no mesmo vol. pag. 214; *Descripção de uma febre, que grassou em Villa Velha, comarca de Castello Branco, no verão de 1811*, vol. VI, pag. 297; *Observações sobre calculos biliarios*, vol. VIII, parte I, pag. 142; *Caso de morte, em consequencia de uma pequena ferida na barba*, no mesmo vol., pag. 148; *Carta sobre o effeito dos banhos da fonte da Fedegosa de Belver na elephantiase*, ao dr. Castilho, datada do Sardoal, aos 9 de junho de 1815, no mesmo vol.; *Carta sobre o uso das aguas sulphureas nas molestias de pelle*, datada do Sardoal aos 12 de dezembro de 1815, no mesmo vol.; *Casos praticos sobre a creação de meninos, com leite que não seja de mulher*, carta ao dr. Castilho, datada do Sardoal, aos 8 de setembro de 1815, no mesmo

vol.; *Carta aos redactores do Jornal de Coimbra* sobre o oleo de mendobi *(Arachis Hypogæa, Linn.)*, vol. xv, pag. 192; *Investigações sobre a natureza e antiguidade das aguas mineraes de Cabeço de Vide, comarca de Aviz*, nas *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo VIII, parte II, pag. 135 a 149.

Almeida Pinto *(Manuel de)*. A'cerca d'este escriptor apenas se sabe que nasceu em Villa Nova de Gaya, e que escreveu em castelhano: *Comedia famosa de la feliz restauracion de Portugal, y muerte del secretario Miguel de Vasconcellos*, Lisboa, 1649. Os principaes personagens são os seguintes: França, Portugal, infanta Margarida, rei de Hespanha, conde duque, Vasconcellos secretario, duque de Bragança, duqueza de Bragança, conde de Penaguião, D. João IV, arcebispo de Lisboa, Fernão Telles de Menezes.

Almeida Ramalho *(Francisco de Paula)*. V. *Ramalho (Francisco de Paula Almeida)*.

Almeida Ramos *(Dimas Thaddeo de)*. Formado na faculdade de medicina pela Universidade de Coimbra, em annos posteriores á reforma da mesma em 1772, pelo marquez de Pombal. Exerceu por tempo a clinica na cidade de Lagos, da qual parece ter sido natural, e onde deixou honrosas recordações do seu saber e pratica medica. Parece que falleceu em 1792, em Villa do Bispo, logar para onde foi transferido a titulo de mudança de ares, para tratamento de affecção pulmonar que padecia. Escreveu: *Tentativa analytica sobre as Aguas thermaes de Monchique*. Sahiu impressa no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, I série, tomo x, pag. 3 a 12, e de pag. 65 a 78, tendo sido offerecida á mesma sociedade pelo fallecido visconde de Almeida Garrett, em 25 de julho de 1839. Esta obra, escripta em 1789, é só primeira parte, a que devia seguir-se outra (que talvez exista manuscripta), *Sobre as applicações therapeuticas das mesmas aguas*.

Almeida Ribeiro *(Domingos de)*. Professor de lingua grega no Lyceu Nacional do Porto, por decreto de 9 de novembro de 1841, no qual serviu por vezes interinamente de reitor. Escreveu: *Tratado de contabilidade civil e escripturação mercantil, dividindo aquella em tres ramos: contabilidade central, contabilidade provincial e contabilidade municipal: estabelecendo o primeiro em uma só estação, e nas suas seccionaes, tidas nos diversos Ministerios do Estado; e o segundo na respectiva estação e nas suas succursaes. Ampliando a doutrina aos estabelecimentos de caridade e beneficencia. Tratando a contabilidade e escripturação mercantil debaixo das quatro especiaes: mercantil, agricola, industrial e fabril, ou o commercio seja exercido por individuos, ou por companhias. Offerecendo um modelo de escripturação mercantil, tida sómente nos tres livros principaes; tida nos mesmos com uso de auxiliares; abreviada pelo uso das cinco contas collectivas; abreviada pelo methodo americano novamente aperfeiçoado. Analysando emfim diversos systemas de escripturação, e dando um modelo de contas correntes. Obra composta por um professor do Lyceu Nacional do Porto, e dada á luz por *** para ensino da mocidade e uso das escholas, se d'isso for digna*. Porto, 1860; *Compendio de analyse grammatical para uso das aulas de portuguez dos Lyceus, segundo o decreto de 10 d'abril de 1860. Pelo auctor do Compendio de contabilidade civil e escripturação mercantil, para uso das aulas do Commercio e Administração publica. Publicado por ****, Porto, 1860; *Manual do aprendiz de Commercio, dividido em quatro livros: trata o primeiro do commercio e seus diversos ramos: dos commerciantes e suas diversas classes; das mercadorias e suas principaes especies; dos diversos usos do commercio; das moedas, pesos e medidas; e finalmente dando noticia da moeda estrangeira, e do cambio reciproco entre as principaes praças de commercio.— Trata o segundo livro da Geographia commercial; o terceiro da Arithmetica commercial, e o quarto da theoria dos contratos mercantis, ou principios geraes de direitos. Obra composta por um professor do Lyceu Nacional do Porto*, auctor do «Tratado de Contabilidade Civil» *e do opusculo* «Analyse grammatical»; *publicada por *** para ensino da mocidade e uso das escholas*. Porto, 1865. Estas obras revelam muito estudo profissional e amor á sciencia, com innegavel zelo pelos melhoramentos da instrucção publica nos ramos de que tratam. Em 1869, consta que Almeida Ribeiro publicara um extenso e muito desenvolvido relatorio ou parecer ácerca das reformas que convinha introduzir entre nós nas disciplinas e methodo de ensino. tanto primario como secundario. Este trabalho sahiu com o seu nome, que nos outros occultara.

Almeida Ribeiro *(Domingos Candido de)*. Habilitado com as cartas do curso de Commercio pela Academia Polytechnica do Porto, e de pharmaceutico de primeira classe pela Escola Medico-Cirurgica da mesma cidade; guarda-livros da delegação da Companhia de Credito Predial. — E' natural do Porto. Escreveu; *Os meus primeiros estudos sobre administração publica no tocante á Fazenda. Offerecidos aos Pares do reino e aos senhores Deputados da nação portugueza*, Porto, 1868; *Dissertação sobre a descentralisação da administração da Fazenda, e organisação administrativa que melhor lhe quadra. Apresentada como candidato ao concurso para a substituição da 11.ª e 12.ª cadeiras da Academia Polytechnica do Porto*, Porto, 1868.

Almeida Sandoval *(Candido de)*. Jornalista, que parece ter vivido no estrangeiro, porque em 1815 publicou em Inglaterra, no *Investigador portuguez*, um artigo intitulado: *Elementos d'uma lingua musical*. (V. *Candido d'Almeida*). Vindo para Lisboa, exerceu a profissão de professor de musica. No anno de 1822 publicou em Lisboa um periodico com o titulo de: *O Patriota Sandoval*, diario politico, scientifico e philosophico, cujo primeiro numero sahiu no dia sete de janeiro; o jornal pouco tempo durou. Publicou artigos virulentos em opposição ao governo, atacando energicamente e até com injurias pessoaes alguns ministros e deputados. O jornal foi querellado, Almeida Sandoval chamado aos tribunaes pelo crime de abuso de liberdade de imprensa, porém, receando ser condemnado, fugiu do reino, onde só voltou depois de abolida a constituição, em julho de 1823, tendo sido acclamado o governo absoluto. Começou então a publicar outro jornal, de que só sahiram cinco numeros com o titulo: *O oraculo: Periodico dos debates politicos, scientificos e litterarios*, 1823; o primeiro numero sahiu a 21 de julho. Em seguida publicou um pamphleto tambem com o nome de *Oraculo*, em que aggredia asperamente varios personagens, que tinham a confiança d'el-rei, combatendo tambem com acri-

monia José Agostinho de Macedo. Teve nova perseguição, o que o obrigou a fugir outra vez de Portugal. Desde então não houve mais noticias a seu respeito, o seu nome desappareceu do jornalismo, e não se sabe se morreu em Portugal ou no extrangeiro.

Almeida Santos *(Antonio d'Almeida Santos, barão de).* Capitalista. O titulo foi concedido por decreto de 27 de setembro e carta de 5 d'outubro de 1882.

Almeida Serra *(Pedro Paulo de).* Presbytero secular, bacharel em theologia pela Universidade de Coimbra. Em 1822, sendo vigario na freguezia de Correllos, foi eleito deputado, pelo circulo de Vizeu. Publicou: *Methodo de ajudar os moribundos, recopilado de varios auctores, e frueto de um largo uso, escripto em latim pelo P. João Polanco, e traduzido em portuguez,* Lisboa, 1802.

Almeida e Silva *(Sebastião de).* Doutor em medicina pela Universidade de Coimbra, em 25 de junho de 1818, já hoje fallecido. Era natural de Coimbra, e filho de Francisco de Almeida e Silva. Foi lente na mesma Universidade.

Almeida Silva *(Vicente José de Seiça).* Doutorado em canones, na Universidade de Coimbra, em 23 de julho de 1837. Era natural de S. Silvestre, districto de Coimbra, e filho de José Manuel de Seiça. Foi lente na Universidade, e é já fallecido.

Almeida Tito *(Pedro de).* Era um dos mais notaveis e experimentados commandantes da marinha mercante portugueza, contemporaneo. N. na Ilha do Sal, do archipelago de Cabo Verde, em 1846, f. em Lisboa, em 1891. Excellente official, intrepido e arrojado como poucos, instruido como qualquer official da nossa marinha de guerra, attencioso e affavel para os subordinados. O capitão Almeida Tito era considerado e estimado de todos. Casou com D. Maria Luiza d'Oliveira Tito, filha d'um antigo commandante da marinha mercante, chamado Oliveira, que fizera longas viagens em navio de véla, a Moçambique e á India.

Almeida Valle *(Henrique do Couto).* Doutorado em philosophia a 19 de julho de 1840; já hoje fallecido. Era natural de Villa Nova de Tazem, districto de Vizeu. e filho de Antonio José de Castro. Foi lente na Universidade.

Almeida e Vasconcellos *(Gabriel).* Doutor em direito civil, e advogado de causas forenses. Nat. do Porto. Escreveu: *Allegação de Direito pelo marquez de Villa-real D. Luis de Menezes contra D. Carlos de Noronha e sua mulher, em que inpugnam os embargos com que vieram sobre a successão da casa de Villa-real...* Lisboa, 1640; *Informação por parte de D. João Luis de Menezes na causa que corre sobre a successão do morgado instituido pelo bispo de Lisboa D. João Martins de Soalhães,* Lisboa, 1646; *Segunda informação de Direito em defensão da primeira, por parte de D. João Luis de Vasconcellos e Menezes; e respostas á Expostulação apologetica do dr. Clemente Felix,* Lisboa, 1648; *Allegação na qual se mostra... como o dinheiro dos quarteis da ordem de Christo se não póde gastar mais que nas obras e fabrica do convento de Thomar...* Sahiu no *Memorial do geral da ordem de Christo.*

Almeida e Vasconcellos *(Jeronymo Dias de Azevedo Vasques de).* V. *Podentes (1.º visconde e 1.º conde de).*

Almeida e Vasconcellos *(José Joaquim Pereira de).* Escriptor do seculo XIX, que publicou um *Compendio elementar de Grammatica latina, confeccionado sobre as bases dos que até hoje tem sahido á luz, e convenientemente reformado,* Porto, 1849.

Almeida e Vasconcellos *(Miguel Ribeiro de).* Doutor em canones pela Universidade de Coimbra, conego na sé da mesma cidade. N. em Santa Eulalia, districto administrativo da Guarda, a 30 de setembro de 1798, f. a 29 de março de 1861. Era filho de Gaspar Ribeiro de Vasconcellos e Almeida, moço fidalgo da Casa Real. A data do doutoramento é de 18 de junho de 1820; tomou posse do canonicato em 17 d'abril de 1820. No anno de 1826 regeu a cadeira de direito patrio na Universidade, em substituição extraordinaria, na falta do lente proprietario dr. Pedro Paulo de Figueiredo e Mello, que foi depois arcebispo de Braga e cardeal. Em 1857 foi atacado d'uma doença grave, que se repetiu no anno seguinte, deixando-o completamente impossibilitado, fallecendo tres annos depois. O dr. Almeida e Vasconcellos era socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e effectivo do Instituto de Coimbra, onde foi director da classe de sciencias moraes etc. Escreveu: *Noticia historica do mosteiro da Vaccariça doado á Sé de Coimbra em 1094, e da série chronologica dos bispos d'esta cidade desde 1064, em que foi tomada aos mouros. Parte I,* Lisboa, 1854; *Parte II, que contém a chronologia dos bispos, desde D. Paterno, (1080) até D. Martinho (1183),* Lisboa, 1855; *Parte III, que tracta do bispo D. Pedro Soares (1192 a 1233),* Lisboa, 1857. As mesmas tres partes andam insertas nas *Memorias da Academia Real das Sciencias; Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões, offerecidos ao Instituto de Coimbra,* Coimbra, 1854. Sahiram tambem no *Instituto,* vol. III, n.ºs 10 a 12; *Memoria historica e critica sobre a revolução de 1245, que tirou a corôa a D. Sancho II para a dar a D. Affonso III.* Sahiu no vol. IV, do *Instituto,* e publicou-se em separado, em Coimbra, 1856; *Carta aos redactores do Instituto,* respondendo a outra inserta no n.º 17 do vol. IV, em que Alexandre Herculano censurara a referida *Memoria.* Sahiu tambem no vol. IV, n.º 21.

Almeidinha *(João Carlos do Amaral Osorio de Souza Pizarro, 2.º barão e 1.º visconde de).* Par do reino, por carta de 5 de março de 1853, tomando posse na respectiva camara, na sessão de 7 de março do referido anno, senhor do vinculo do Espirito Santo de Almeidinha, instituido por Gaspar Paes do Amaral, fidalgo da Casa Real, e de outros vinculos, por successão. N. a 13 de março de 1822; era filho do 1.º barão do mesmo titulo, José Osorio do Amaral Sarmento e Vasconcellos (V. *esse titulo),* e de D. Maria Benedicta de Souza Quevêdo Pizarro. Casou a 25 de fevereiro de 1838 com D. Maria Henriqueta de Souza Botelho Pizarro, sua prima, filha de Balthazar de Souza Botelho e Vasconcellos, fidalgo cavalleiro da Casa Real, em virtude do seu casamento, alvará de 6 d'outubro de 1806, filho de Jorge Coelho de Vasconcellos; coronel de infantaria, commendador das ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição, senhor do vinculo da quinta de S. João das Ferrarias, em Pombal, vinculo que se diz ter sido instituido em 1551, pelo capitão Jorge Botelho

de Mello, casado com D. Maria Rita de Souza Quevêdo Pizarro, açafata da infanta D. Maria Francisca, terceira filha de D. José I. Tendo enviuvado em 5 de junho de de 1862, o visconde de Almeidinha passou a segundas nupcias com D. Victoria Catalá de Asensio y Domenech, natural de Malaga, que falleceu em Lisboa a 24 de julho de 1874, filha de D. Pedro Catalá, commendador de numero da ordem militar de Santo Hermenegildo, e condecorado com a cruz da ordem militar de Fernando e Merito; cavalleiro da distincta ordem de Carlos III, e da real ordem americana de Isabel a catholica; brigadeiro do exercito hespanhol; sua mãe era D. Gertrudes de Asensio y Domenech, de Valencia. Do primeiro matrimonio houve tres filhos: Gaspar do Amaral, fidalgo da Casa Real por successão a seus maiores; senhor do vinculo da quinta de S. João das Ferrarias, em Pombal, como successor de sua mãe, e herdeiro da casa d'Almeidinha; casou em julho de 1877 com D. Elvira de Miranda, e f. em Pombal, a 24 d'agosto de 1880. José Osorio, fidalgo da Casa Real por successão a seus maiores; casado com sua prima, D. Maria Adelaide da Cunha e Mello, filha e herdeira de Francisco Barbosa da Cunha e Mello, e de sua mulher D. Feliciana Adelaide Barbosa Lobo de Castro, falleceu em Pombal a 2 de julho de 1881. Alfredo do Amaral, fidalgo da Casa Real por successão a seus maiores, casado com D. Emilia Tineo, natural de Pontevedra, filha de Pedro Tineo, de Havana, abastado capitalista e banqueiro na ilha de Cuba. Do segundo matrimonio houve tambem tres filhos: D. Laura, Carlos e Fernando. O visconde d'Almeidinha era grã-cruz da ordem americana de Isabel a Catholica de Hespanha; a concessão de mais uma vida no titulo de barão d'Almeidinha foi feita pelo decreto de 10 de novembro de 1852, elevado a visconde por decreto de 20 e carta de 25 de dezembro de 1865. O visconde d'Almeidinha foi governador civil do districto de Coimbra.

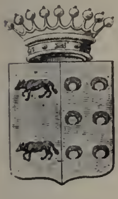
Brazão do visconde de Almeidinha

Almeidinha *(José Osorio do Amaral Sarmento e Vasconcellos, 1.º barão de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real por successão a seus maiores, senhor do morgado do Espirito Santo, casa d'Almeidinha, par do reino, coronel de cavallaria. N. a 25 de julho de 1786, f. a 21 de janeiro de 1844. Era filho de Simeão do Amaral Osorio, fidalgo da Casa Real, em attenção á nobreza dos seus ascendentes, e aos seus serviços como capitão-mór do concelho de Azurara da Beira, por alvará de 10 de fevereiro de 1803, senhor do vinculo do Espirito Santo, cavalleiro professo na ordem de Christo; sua mãe era D. Anna Maria de Gusmão Correia de Vasconcellos. O barão d'Almeidinha assentou praça no exercito em julho de 1808, sendo reconhecido cadete, promovido a alferes em 1810, e em 1812 a tenente. Pertencendo ao regimento de cavallaria 11 tomou parte na guerra peninsular; ficando prisioneiro em Almeida no anno de 1810, conseguiu evadir-se e juntar-se novamente aos seus camaradas. Foi promovido a capitão em 1817; entrou nas campanhas de 1826 e 1827, e emigrando pela Galliza para Inglaterra, seguiu para a ilha Terceira, onde desembarcou a 7 de março de 1829. Acompanhando o exercito liberal, esteve na defeza das linhas do Porto, sendo commandante d'um dos batalhões provisorios. Em julho de 1833 já era tenente coronel, e a 24 do referido mez foi promovido a coronel. Por carta régia de 3 de março de 1842 teve a nomeação de par do reino, de que não chegou a tomar posse nem mandou registar a carta regia na secretaria da respectiva camara. Foi agraciado com o titulo de barão d'Almeidinha, por decreto de 4 de março, e carta de 28 d'agosto de 1840. Nomeado commandante de cavallaria 8, conservou-se no serviço activo até novembro de 1843, anno em que os seus soffrimentos o obrigaram a retirar-se, fallecendo pouco tempo depois. O barão d'Almeidinha era commendador da ordem d'Aviz, condecorado com a medalha de duas campanhas da guerra peninsular, e por Sua Magestade Catholica, na batalha de Victoria, realisada a 21 de junho de 1813. O seu brazão d'armas consta d'um escudo partido em pala: na primeira as armas dos Osorios — em campo de oiro dois lobos sanguinhos passantes; na segunda as armas dos Amaraes — em campo de oiro seis luas minguantes azues com as pontas para baixo, postas em duas palas.

Almeidinha. Aldeia, na freg. de S. Julião em Mangualde. Está situada no valle formado pelas serras do *Cabeço de Santo Amaro e Penedo do Cuco*, onde passa o ribeiro das Presas; em Almeidinha ha uma capella dedicada a Santo Antonio, junto da qual corre a fonte do Amieiro, cuja agua é uma das melhores da provincia da Beira Alta. Proximo da aldeia houve um castello moirisco que foi destruido pelos primeiros monarchas portuguezes; edificou-se alli uma capella, com a invocação de N. S.ª do Castello, que ainda hoje existe. A camara de Vizeu era obrigada a vir todos os annos visitar a capella, na segunda oitava do Espirito Santo. Almeidinha é abundante de aguas que rebentam das serras, formando o ribeiro de Presas, que, recebendo depois o nome de Mesquitella, morre no Mondego. ‖ Aldeia, na freg. de Cunha Alta, conc. de Mangualde, situada na raiz da serra da Teixugueira. ‖ Pov. na freg. de Jarmello, conc. da Guarda.

Almeijoafras de Baixo e de Cima. Pov. da freg. de Paderne, conc. de Albufeira.

Almeirim *(Manuel Nunes Braamcamp Freire, 2.º barão de)*. Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, por successão de seus maiores; abastado proprietario no districto de Santarem; deputado na legislatura de 1865 a 1868, bacharel formado nas faculdades de mathematica e de philosophia pela Universidade de Coimbra. N. a 29 de julho de 1838; filho do primeiro barão de Almeirim, Manuel Nunes Freire da Rocha, (V. *adeante*), e de D. Luiza Maria Joanna Braamcamp. Casou o 2.º barão d'Almeirim, em 30 d'outubro de 1862, com D. Carolina Sophia Shannon, filha de Thomaz Mac-Donall Shannon, negociante de grosso tracto na praça de Lisboa, e de D. Isabel Weaver. O titulo de barão d'Almeirim foi renovado pelo decreto de 10 d'outubro de 1860, e carta de 11 de setembro de 1862. O brazão d'armas foi concedido a seu avô, Manuel Nunes Gaspar, por alvará de 12 de outubro de 1802, e compõe-se do seguinte: um escudo com as armas dos Freires — em campo verde uma banda vermelha coticada de ouro, sahindo das boccas de duas serpes do

mesmo metal, armadas de sanguinho — Timbre, dois pescoços de serpes tambem de ouro, torcidos um com o outro voltados em fugida, armados de sanguinho, e por differença uma brica de prata com um bezante azul.

Almeirim *(Manuel Nunes Freire da Rocha, 1.º barão de).* Do conselho de S. M.; fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão a seus maiores; terceiro senhor do Prazo das Lameiras; cavalleiro professo na ordem de Christo; deputado em varias legislaturas, administrador geral do districto de Santarem. N. n'esta cidade a 28 de setembro de 1806; f. a 16 de julho de 1859. Era filho de Manuel Nunes Gaspar, fidalgo da Casa Real; cavalleiro professo na ordem de Christo, capitão-mór e sargento-mór das ordenanças da villa de Santarem; sua mãe era D. Rita Marianna Giralda Freire. Casou a 28 d'outubro de 1835, com D. Luiza Maria Joanna Braamcamp, filha de Anselmo José Braamcamp d'Almeida Castello Branco, que era filho mais novo do 1.º barão de Sobral, e fez parte do governo liberal, como ministro dos negocios estrangeiros, quando em 31 de janeiro de 1821 foi decretada a regencia pelos constituintes; fidalgo da Casa Real por successão a seus maiores, commendador dos moinhos de Soure na ordem de Christo, coronel das extinctas milicias, deputado em varias legislaturas; era casado com D. Maria Braamcamp d'Almeida Castello Branco, sua prima, filha de José Francisco Braamcamp d'Almeida Castello Branco, par do reino. O titulo de barão d'Almeirim foi concedido a 23 d'outubro de 1837.

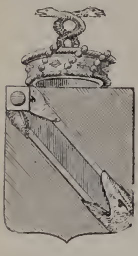
Brazão do barão de Almeirim

Almeirim. Villa da prov. da Extremadura, séde de conc., com. e districto de Santarem, patriarc. de Lisboa. Tem uma só freg. (S. João Baptista), com 1:880 fogos. Pertence á primeira divisão militar, e ao quinto districto de reserva do exercito effectivo com a séde em Santarem. Tem est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e de encommendas, permutando malas com a R. A. L. e R. A. N. O conc. comprehende quatro freguezias, com 13:940 hab., sendo 7:167 do sexo masc. e 6:773 do fem., n'uma superficie de 31:427 hect. Dista 5 k. da séde do distr. As freguezias são as seguintes: S. João Baptista, com 6:085 hab., sendo 3:138 do sexo masc. e 2:947 do fem.; Santo Eustaquio de Alpiarça, com 5:835 hab., sendo 2:973 do sexo masc., e 2:862 do fem.; Santa Martha, Bemfica, com 1:367 hab., sendo 691 do sexo masc., e 676 do fem.; Santo Antonio da Rapoza, com 653 hab., sendo 365 do sexo masc., e 288 do fem. A villa está situada n'uma planicie que se estende até ao Tejo, e é banhada pelo rio Alpiarça. Foi fundada pelo rei D. João I, em 1411, em um sitio a que os moiros chamavam *Al-Meirim*, nome proprio de homem. Teve principio n'um palacio que o referido monarcha alli mandou construir, com esplendidos e vastissimos jardins. Mais tarde, D. Manuel ampliou este palacio, tornando-o residencia de inverno, attrahindo para aquelle local aprazivel e ameno os fidalgos da sua côrte; fôram-se então edificando boas casas e excellentes quintas, em torno do palacio real. A coutada, que pertencia á regia residencia, creava toda a qualidade de caça grossa e miuda, e era guardada por muitos couteiros. Em 1430, D. Duarte, sendo ainda infante, mandou construir uma torre, que deveria ser gigantesca, se se concluisse; porém, ao chegar a metade da altura projectada, D. João I, seu pae, ordenou que a demolissem, por vêr que não ficava perfeitamente direita. Parece que se não pensou mais na construcção da torre. D. Manuel ainda edificou outro palacio e um castello. Em 1527, D. João III fundou uma egreja e um hospital, em honra de N. S.ª da Conceição e dos martyres S. Roque e Sebastião, com uma confraria, que tinha por fim soccorrer com esmolas os cortezãos pobres e as viuvas nobres, cujos maridos morressem servindo a patria. Para a caridosa e humanitaria instituição entraram a rainha D. Catharina, os infantes D. Luiz, D. Affonso, D. Henrique e D. Duarte, a infanta D. Maria, o duque de Bragança, e quasi todos os fidalgos de Lisboa. Almeirim era vigararia do real padroado, com um coadjuctor da mesma apresentação, a quem se dava annualmente 12$000 réis em dinheiro, dois moios de trigo, um de cevada e a quarta parte das offertas; tinha tambem um thesoureiro com 12$000 réis, um moio de trigo e parte das offertas. Por Almeirim passava uma das *vias militares romanas*, que de Lisboa se dirigiam a Mérida. Tem apparecido varios marcos milliarios, dedicados ao imperador Trajano. Na villa d'Almeirim tem-se dado importantes factos da nossa historia. D. João III reuniu côrtes a 31 de janeiro de 1544, para o juramento do principe D. João, como herdeiro da corôa. O principe, porém, não chegou a subir ao throno, por ter fallecido, ainda em vida de seu pae, a 2 de janeiro de 1554. No anno de 1553, casára com a princeza D. Joanna, filha do imperador Carlos V. Era o pae de D. Sebastião, que succedeu no throno a seu avô, D. João III. O cardeal rei D. Henrique reuniu côrtes, por causa da successão da corôa, a 11 de janeiro de 1580, depois de as ter reunido em Lisboa, em 1579; n'esse mesmo anno havia nomeado uma regencia composta de cinco governadores, prevenindo o caso da sua morte. D. Henrique falleceu em Almeirim a 31 de janeiro de 1580, e a regencia dissolveu as côrtes, a 15 de março seguinte. Os pretendentes ao throno de Portugal eram oito, sendo cinco netos d'el-rei D. Manuel: D. Antonio, prior do Crato, filho illegitimo do infante D. Luiz; D. Catharina, duqueza de Bragança; o duque de Saboya; o duque de Parma; Filippe II, de Hespanha; Isabel, rainha de Inglaterra. O papa Gregorio XIII e Catharina de Medicis, rainha de França. Em Almeirim tambem se realisou o casamento da infanta D. Isabel com o imperador Carlos V, e o de seu filho, D. Filippe II, e mais tarde I de Portugal, com infanta D. Maria. Foi egualmente n'esta villa, que nasceu, em 23 de fevereiro de 1526, o celebre padre jesuita D. Gonçalo da Silveira, filho do primeiro conde de Soutello, D. Luiz da Silveira, e de sua mulher D. Brites de Noronha D. Gonçalo era doutor em theologia; depois de prestar grandes serviços á religião, tanto em

Portugal como na Asia, recebeu martyrio na cidade do Monomotapa, no dia 16 de março de 1561, tendo apenas 36 annos de edade. A 6 k. ao sul da villa existiu o convento da *Senhora da Serra*, de dominicanos, que fôra fundado por D. Manuel pelos annos de 1520. E' hoje propriedade do sr. conde de Sobral. A egreja e o hospital da Misericordia fôram construidos por D. João III, em 1550. Almeirim soffreu muito com o terremoto de 1531. Por muitos annos foi o retiro mais predilecto dos nossos soberanos, durante o verão, promovendo grandes caçadas, correrias e outras diversões. A charneca ou matta onde caçavam, tem sido pouco a pouco, reduzida a cultura. N'aquella villa deu-se, em 12 de julho de 1491, a morte desastrosa do principe D. Affonso, filho unico d'el-rei D. João II (V. *Affonso).* O infante D. Miguel tambem preferia Almeirim para os seus divertimentos tauromachicos, e era muito frequente encontral-o n'uma propriedade que existe nas proximidades, chamada o *Casal branco*, pertencente ao sr. conde de Sobral. Conta-se que no dia em que se feriu a batalha de Santa Maria de Almoster, D. Miguel assistia a uma tourada em Almeirim. A villa fica ligada a Santarem, por uma extensa ponte construida ha annos; a estrada é deveras encantadora; parece um tunnel de verdura, com immensa e elevada abobada; n'outras partes a abobada afasta-se, deixando vêr os choupos esguios e direitos, de grande altura, avistando-se apenas por pequenos intervallos, o firmamento, assemelhando-se a um estreito riacho azul. Nas proximidades da villa ha diversas quintas, sendo uma das mais importantes a que pertence hoje á sr.ª condessa da Junqueira, com uma notavel plantação de amoreiras. A villa é cortada por tres magnificas estradas que dão communicação para as importantes povoações d'Alpiarça, Chamusca, Bemfica, Muge, Salvaterra, Benavente, Coruche, e todo o Alemtejo. As ruas são amplas e macadamisadas; o edificio da camara municipal é vastissimo; edificação antiga e de boa apparencia; tem muitas dependencias, onde estão estabelecidas todas as respectivas repartições da séde do concelho. A egreja matriz é pequena para a actual população. A praça, circumdada de copadas acacias, apesar de ter a um canto organisado o mercado, é o passeio da villa, e onde se fazem as festas e arraiaes. Almeirim não é das terras mais felizes com respeito a agua potavel. Nas proximidades não se encontra, e só poderá vir de longe com muitas difficuldades e bastante despeza. A maior parte da população abastece-se d'uma fonte, que se vê na estrada de Santarem, junto á villa. E' uma nascente inexgotavel, mas, devido a certas infiltrações, a agua não está nas melhores condições de consumo. Ha outra fonte antiquissima, denominada de S. Roque, tambem muito abundante, mas a agua é salobra. Acerca d'esta fonte, conta-se entre o povo a lenda de que foi construida n'uma noite por moiras encantadas. S. Roque é um povoado junto a Almeirim do lado do poente, e separado da villa por um estreito regato que só corre de inverno; tem egreja, e parece ser do tempo da fundação da villa. Em Almeirim ha duas escolas de ensino primario, uma para cada sexo. N'outro tempo, diz-se, ter havido alli um hospital onde hoje é casa de aulas; tem duas pharmacias, seis medicos, um veterinario; duas sociedades de recreio intituladas: *Club Almeirinense e Banda Marcial Artistica Almeirinense; Grupo musical 15 de janeiro;* um montepio com o nome de *S. João Baptista;* associações de soccorros mutuos. Ha tambem diversas fabricas: quatro de azeite, sendo duas a vapor, pertencentes á sr.ª condessa da Junqueira e ao sr. Manuel d'Andrade, e duas pelo processo ordinario, ambas pertencentes ao sr. conde de Sobral; seis de distillação; da sr. condessa da Junqueira e dos srs. Carmino André, João Nunes Godinho, Mario dos Reis, Prudencio dos Santos, e Vicente Rodrigues dos Santos; uma de louça de barro, do sr. Joaquim Calado. Todos os annos se realisam quatro procissões em Almeirim, a que sempre concorrem os povos circumvisinhos, com especialidade ás procissões do Senhor dos Passos e á de S. Sebastião, que se faz em julho ou em agosto. Almeirim é muito fertil, produz com abundancia todos os generos, tornando-se notaveis no mercado os seus vinhos e as suas melancias. Não tem industria propriamente dita, a principal fonte de riqueza é a viticultura; é considerada uma importante região vinhateira. Tem-se feito grandes aforamentos de terrenos que estavam incultos, e os mais recentes são uma charneca, conhecida pelo nome de *Casal velho*, propriedade do fallecido conde de Villa Franca, e a *Beira*, dos srs. condes d'Atalaya. São terrenos muito extensos, todos plantados de vinha. Tanto no campo como nos terrenos d'areia, a plantação da videira occupa uma vastissima area. Em Almeirim tem havido algumas cheias, mas as maiores de que ha memoria, são as de 7 dezembro de 1876 e de 26 de fevereiro de 1895. Os campos ficaram completamente submersos, vendo-se apenas os cimos das arvores. || Pov. da freg. de Arneiro das Milhariças, conc. e distr. de Santarem. || Aldeia da freg. de N. S.ª da Conceição, conc. Castro Verde, distr. de Beja.

Almeirinhos. Pov. da freg. do Turcifal, conc. de Torres Vedras.

Almeitiga. Almoço ou refeição leve que se dava ao mordomo ou prestameiro encarregado da medição e arrecadação dos foros reaes. Na sentença de el-rei D. Affonso III, de 1276, que se acha na Torre do Tombo do Aro de Lamego, e vem transcripta no *Elucidario* de Santa Rosa de Viterbo, na carta do foro dado por D. Diniz a Antonio Esteves, da Fogueira de Calvilhe, junto a Lamego, em 1281, se encontra claramente definida a qualidade d'estas *Almeitigas*. Em alguns documentos do seculo XIV diz-se que se dará *borôa ao Mordomo*, para não vexar os lavradores com obrigação de manjares mais delicados.

Almeizar. Certo panno de que se serviam os agarenos para ornar e cobrir as mesas. N'um documento de S. Hurgo de Coimbra de 1480, descreve-se assim: *Huum almeizar mourisco, listrado de branco, e pollas bordas de vermelho, e nos cabos ambos, de cada cabo huum palmo de branco.*

Almelaguez. Pov. e freg. da prov. da Beira Baixa, conc., com. e bisp. de Coimbra; 2:383 hab. e 593 fog. Tem escola do sexo masc. e est. post., permutando malas com Coimbra. A pov. dista 9 k. da séde do conc. Orago, S. Thiago. Por seu alvará de 26 de outubro de 1607 deferiu a camara de Coimbra á representação dos moradores de Almelaguez para que pudessem ter açougue apartado e um carniceiro que cortasse até de-

zoito arrobas de carne nos dias do costume pelos preços do açougue da cidade.

Almenára. Fogueira que se accendia nos altos das torres para dar signal de perigo. Estes eram os telegraphos de que os nossos maiores fizeram uso, diz Santa Rosa de Viterbo, que assim os define: «Fogos artificiaes e convencionados com que desde os muros, torres ou atalayas, se dava rebate de inimigos ou se faziam outros avisos aos que estavam distantes. O seu numero, duração, qualidade, repetição, etc., serviam de annunciar o que se passava.»

Almendra *(Antonio de Castilho Falcão de Mendonça, 1.º visconde de).* Fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores, senhor do morgado de Castilho, na Vermiosa, instituido por Francisco Lopes de Castilho em 1694, e do de Tavora ou Casa de Matta Lobos, situado em Almendra, instituido por Tavora da Guerra, em 21 de junho de 1699, e da Casa do Paço d'Almendra. N. em Mangualde a 22 de novembro de 1819; filho de Pedro Antonio de Castilho Falcão de Mendonça, fidalgo da Casa Real, por successão de seus maiores, senhor dos vinculos de Castilho, na Vermiosa, e de Tavora ou Matta de Lobos, em Almendra, bacharel formado em mathematica pela Universidade de Coimbra, serviu no exercito como cadete de cavallaria 11; sua mãe era D. Anna Augusta da Cunha Brandão Castello Branco, filha de Manuel Ricardo Lopes de Carvalho da Cunha Brandão Castello Branco, fidalgo da Casa Real, padroeiro de Urgães e de Verdelhos, senhor dos Oitavos da Covilhã. O visconde d'Almendra foi deputado em duas legislaturas. Casou a 10 de janeiro de 1874, com D Maria de Patrocinio Coelho de Mendonça, filha de Francisco Coelho Pereira do Amaral e de sua mulher, D. Helena Maria Ribeiro d'Assumpção. O titulo de visconde d'Almendra foi concedido por decreto de 24 de novembro e carta de 9 de dezembro de 1870. O brazão d'armas compõe-se de um escudo partido em pala; na primeira as armas dos Castilhos, em campo verde um castello de prata, com portas e frestas de negro, e em cima da torre do meio, uma flôr de liz de ouro; o castello entre dois lebreus de prata com colleiras vermelhas, levantados e presos por cadeias de ouro, que sahem das bombardeiras do dito castello; na segunda pala as armas dos Falcões, em campo azul tres bordões de S. Thiago, de prata, com os nós vermelhos e ferrados de ouro, postos em pala. — Timbre um dos lebreus.

Almendra. Villa do conc. e com. de Villa Nova de Foscôa, distr. da Guarda e bisp. de Lamego; orago N. Srª dos Anjos, tem 301 fog. e 1.382 hab., escola do sexo masc., est. postal permutando malas com a R. A. D., e est. do caminho de ferro do Douro. E' situada n'uma planicie, proximo do rio Aguiar, e dista 12 k. do conc. A fortaleza, que foi construida em 1660, está em ruinas, e é dentro d'esta fortaleza que fica a praça, pelourinho, casa da camara, cadeia e torre do relogio. A villa não é murada. Os condes de Castello Melhor eram alcaides-móres da fortaleza e donatarios da villa. A dois k. de distancia, ha um cabeço chamado do *Calabre*, em que se vê uma grande praça e forte muralha dos romanos; dentro está tudo demolido. Diz-se ter sido alli antiga cidade romana *Ravena*, onde foi martyrisado santo Apolinario. Parece mais provavel que fôsse a cidade romana *Caliabria*, de que *Calabre* é corrupção. Santo Apolinario foi o ultimo bispo da Calabria segundo os antiquarios. No termo da villa passam os rios Douro, e Côa. Almendra tem uma fonte chamada *Fonte Grande*, que é muito funda, e com seu arco, que dizem ser obra dos moiros. D. Sancho I deu-lhe foral em fevereiro de 1202, e D. Manuel, em Lisboa, no 1.º de junho de 1510.

Almendro *(Antonio Augusto da Silveira).* Cirurgião medico pela escola de Lisboa. N. n'esta cidade em 1838, filho de José Maria da Silveira Almendro, secretario e professor de latinidade no lyceu. Escreveu: *Algumas considerações sobre a anatomia physiologica da uretra no homem* (these), Lisboa, 1860. Tem sido administrador da casa Cadaval.

Almensendinha. Ribeira da prov. da Beira Baixa, distr. de Castello Branco. Nasce proximo da ermida de Santa Cruz, n'um sitio chamado *Vella* e desagua na ribeira d'este nome, depois de um curso de 6 kilometros. As suas margens são muito cultivadas.

Almeu. Pov. da freg. de Macinhata de Seixa, conc. e com. de Oliveira de Azemeis.

Almexia. Certo signal que os moiros, quando havia moirarias em Portugal, eram obrigados a trazer sobre os vestidos, se não andavam á moirisca. Foi D. Affonso IV quem ordenou este distinctivo. Segundo alguns autores a *almexia* era uma rodella ou signal de panno vermelho, em fórma de meia lua, cosido nas vestes sobre o hombro; segundo outros era toda uma vestidura moirisca especial.

Almiar. Pov. da freg. de Travassô, concelho d'Agueda.

Almijofa. Pov. da freg. de S. João do Monte, conc. de Tondella.

Almilha. Especie de vestimenta antiga, jubão ou collete justo ao corpo com mangas.

Alminhas. Pov. nas freg.ˢ de Calvos, concelho de Guimarães, e Cepães, conc. de Fafe.

Alminteiro. Pov. da freg. de Ferreiros, conc. de Povoa de Lanhoso.

Almirantado *(Conselho do).* Corpo superior da administração geral da marinha de guerra, creado em 1795 e definitivamente estabelecido em 1796, pelo ministro da marinha D. Rodrigo de Sousa Coutinho, segundo os pensamentos e como consequencia da reforma da marinha effectuada em 1793 por Martinho de Mello. O almirantado superintendia em todos os serviços da marinha. No decreto da sua creação lia-se o seguinte: «Deve reger para o futuro tudo quanto possa dizer respeito a boa administração da marinha em todos os ramos da sua dependencia, etc.»; e foi instituido «porque sendo a arma de marinha tão cheia de especialidades, e representando o ministro só a vontade do soberano; e podendo por este ser escolhido em qualquer classe da sociedade inteiramente ignorante das cousas do mar, preciso se tornava um corpo technico que o coadjuvasse.» Eram estas as idéas do illustrado Martinho de Mello, um dos mais intelligentes reformadores que tem exercido o cargo de ministro da marinha. As razões que então militaram para a creação do almirantado, dão-se ainda hoje, com a instabilidade ministerial do systema representativo, e dão-se e dar-se-hão sempre e em toda a parte. O almirantado, como conselho, ora deliberativo, ora consultivo, era presidido pelo ministro, e na sua falta pelo vogal

mais antigo d'entre os quatro officiaes generaes de marinha de que era composto. Como repartição superior militar, deliberava e governava, formado só pelos seus almirantes ou generaes, que tinham como corpo collectivo *toda a autoridade sobre a corporação da armada e repartições connexas:* e um dos seus membros por escala, correndo periodicamente por todas, exercia funcções identicas ás de um commandante em chefe de força armada, ou major general, competindo-lhe então a inspecção geral da esquadra, o movimento pessoal, o expediente ordinario, etc. Como se vê, o almirantado tinha ingerencia propria, directa e poderosa, em toda a administração naval. A verdade é que prestou bastantes e bons serviços; ajudou a reforma geral da marinha; organisou a armada; arregimentou as guarnições dos navios de guerra; fundou estabelecimentos militares; disciplinou as forças; deu instrucções modelo do genero; formou as magnificas esquadras do cruzeiro do estreito de Gibraltar, que fizeram bom serviço, e fôram uma boa escola; formou outras esquadras que serviram no Mediterraneo a par das inglezas e com toda a distincção; teve sempre armada uma numerosa e respeitavel força de 12 naus, outras tantas fragatas e muitos navios menores; mas bastava ao almirantado a gloria de ter feito e posto em execução o regimento provisional da armada de 1796, um anno depois do estabelecimento do almirantado, que foi na sua epoca o mais perfeito e completo regulamento militar naval. Para os trabalhos do almirantado creara-se uma secretaria especial, e aos membros do conselho tinham sido arbitradas gratificações inherentes aos seus altos cargos. Em 1822 terminou este tribunal, creando-se para o substituir o major general da armada, com poderes quasi eguaes. O decreto da creação d'este cargo, em 30 d'outubro de 1822, dizia; «Que lhe competirá não só toda a autoridade militar que competia ao conselho do almirantado, mas tambem a inspecção geral do pessoal e material da marinha de guerra, debaixo das immediatas ordens do ministro.» Conservava-se portanto ao novo commando superior, bastante da sua antiga autoridade, ainda mesmo em materia de administração de fazenda. Comtudo, parte das suas attribuições fôram-lhe cerceadas, como a das nomeações de commando, para que só lhe ficou o direito da proposta em lista triplice, e d'ahi em deante, principalmente, desde o estabelecimento definitivo do systema constitucional, todas as reformas que se fizeram em marinha cortaram mais e mais nas attribuições e direitos do major general, que tem sido absorvidas pela secretaria de estado. Em substituição do almirantado houve o commando geral da armada. No relatorio que precede o decreto de 21 de dezembro de 1897, reorganisando os serviços da administração superior de marinha, subscripto pelo respectivo ministro sr. conselheiro Francisco Felisberto Dias Costa, faz-se uma lucida historia do conselho do almirantado e da organisação da majoria general da armada que, por decreto de 16 de outubro de 1807, embora como delegação d'aquelle, tivera por feição privativa o commando superior da força naval. Sendo em 30 de outubro de 1822 extincto o conselho do almirantado, sobreviveu a esta instituição a majoria general. Em 1868 novamente se instituiu o conselho do almirantado e foi extincta a majoria. Decorrido apenas um anno, em 1 de dezembro de 1869, foi creada a direcção geral de marinha e o commando geral da armada, fazendo-se por esta reforma a distincção conveniente entre a funcção superior administrativa e a do commando superior das forças navaes; attribuições que, pertencendo ambas ao primitivo conselho do almirantado, fôram com o correr dos tempos accentuando-se nas suas differenças. Porém em 14 de agosto de 1892, voltou a ser constituido o conselho do almirantado. Pelo alludido decreto de 21 de dezembro de 1897 fôram creadas a Direcção Geral da Marinha e a Majoria General da Armada, cujo regulamento actual está approvado por decreto de 28 de julho de 1898.

Almirantado da India. Como no artigo *almirante* se explica, e houv dois almirantados, um o do Oceano Atlantico (Mar luzitano) e o outro do Oceano Indico, cargo que respectivamente andou nas familias dos Castros e dos Gamas. Entre os manuscriptos da Bibliotheca Nacional de Lisboa guarda-se um codice intitulado *Regimẽto do Almeirantado da India,* escripto em muito bom pergaminho, com caracteres bem formados e finas illuminuras. Este regimento foi feito a 14 de agosto de 1471, passado por certidão a requerimento de D. Vasco da Gama em 1524 e confirmado por alvarás de 27 de feveiro de 1524 e 12 de abril de 1576. Este traslado foi copiado do regimento do almirante nas Ordenações e authenticado por Thomé Lopes, cavalleiro da Casa Real, e guarda-mór da Torre do Tombo. Do regimento se encontra no artigo *almirante* (V. *abaixo)* o respectivo preambulo, transcripta a parte que traz Villas Boas e completado por copia do alludido manuscripto.

Almirante. Chefe supremo das forças navaes e tambem o seu immediato. Hoje é apenas um titulo honorifico reservado para o chefe do estado. *Vice-almirante,* immediato ao primeiro. *Contra-almirante,* immediato ao segundo. A'cerca d'este cargo e dignidade transcrevemos o seguinte do livro de Antonio de Villas Boas e Sampaio, publicado em 1676, *Nobliarchia Portvgveza, tratado de nobreza,* etc.: «Almirante he palaura Arabiga, que significa aquelle, que tem jurisdição, & imperio sobre as aguas, como o tem a pessoa, que serve de Almirante nas frotas, & armadas com todo o poder Real sobre a gente do mar, & guerra. O livro delRey D. Diniz, falando d'este officio, diz assi: — Maravilhosas cousas são os feitos, & assinadamẽte aquelles, q̃ se fazem em o mar, em maneira de andar sobre elle por mestria, assi como em náos, galés & em todos os outros navios mais pequenos: & porẽ antiguamente os Emperadores, & os Reys, q̃ avião guerras por mar, quando armávão náos, para guerrearẽ seus imigos punhão Cabdes sobre ellas q̃ chamão em este tẽpo Almirante, o qual he assi chamádo, porq̃ elle he, & deue ser Cabdel, ou Guiador de todos aquelles, q̃ vão em galés, ou em navios pera fazerẽ guerra sobre mar, & ha tão grande poder, & afrõta, como se el Rey ahi fosse de presente. E todos aq̃les que so seu poderio forẽ, deuêsse trabalhar de quatro cousas. A primeira que sejam sabedores de conhecer ho mar e os ventos E a segunda que tenham naujos tantos e taaes e assy guisados e em camjnhados de homeês e armas e outras Cousas que ouuerẽ mester segũdo convem ao feito que q̃rem fazer. A terçeira é que se nõ

dem atardamça nem nem apreguiça aas cousas que deuem ca bem assy como ho mar nõ he vagaroso em seus feitos. Mas faze os asinha e depressa—bem assy os que em elle querem andar deuem seer aguçosos e apressados em nas cousas que ounerem de fazer por tal que em quãto bõo ouuerem, nõ ho percam. Mas ajudemsse delle em seu proueito. A quarta he que sejam mujto bem mãdados aaqlles que teuerem Carguo de os mandar ca se os da terra em sua oste ho deuem assy fazer que bem pode hyr per seus pees ou em suas bestas aqual parte lhes apugner e quando quisem quanto mais ho deuem assy fazer os do mar cujo hyr ou estar nõ he em seu poder ou querer. Como aquelles que por eavalgnaduras teem os naujos que sam de madeira e os ventos por freos, os quaees nõ podem mandar nem teer eaduez que quisem, posto que sejam em piguo de morte E por todas estas Razõees deue de seer ho agujamẽto do Almirante e seu avjsameẽto em tal maneira que cadahuũ daqlles que com elle forem saiba o que ha de fazer ao tẽpo do mester e nõ espe que lho ajã a dizer ou Requerer per muytas vezes.» «A ley das partidas L. 3. tit 24. part. 2. diz da dignidade de Almirante o seguinte—Almirante es dicho el que es Cabdillo de todos los que van en los nauios, para fazer guerra sobre mar: & ha tan gran poder, quando va en la flota. que es assi mismo hueste mayor, o otro armamiento menor, que se faze em lugar de cavalgada, como si el mismo Rey hi fuesse.—El Rey Dom Affonso Henriques ereou a dignidade de Almirante em Portugal, anno de 1184. Foi o primeiro Dõ Fuas Roupinho, Heroe daquella idade, que, assi como Licomedes, em Grecia, venceo em Hespanha a primeira batalha naval. Não se acha atè tempo del-Rey Dom Diniz, daly em diante se vê continuada. Ha neste Reyno dous Almirantes, do mar lusitanico, que anda em Castros, & do mar Indico, que anda na familia de Gamas, successores do grande D. Vasco da Gama, que domou a ferocidade do Occeano, para o sogeitar á jurisdição de seus descendentes.» Até ao reinado de D. Diniz, apesar do que fica dito, parece que sempre houve almirantes, sendo todos portuguezes, mas por morte de Nuno Fernandes Cogominho, em 1316, veiu a Portugal exercer este cargo Micer Paçanha, genovez, em cuja familia se perpetuou tal dignidade durante um largo periodo. D. Diniz concedeu-lhe o cargo d'almirante, como *muito entendido no serviço naval: o qual o devia servir no commando das suas galés, que teria sempre aprestadas para combate; tendo o almirante jurisdição e mando nas cousas e pessoas d'ellas como se el rei presente fôsse.*» O cargo e o titulo fôram, portanto, dados a Micer Paçanha e seus descendentes em juro e herdade, com regalias e proventos nas prezas que se fizessem aos moiros, com quem havia guerra constante, tendo soldos fixos e doações valiosas. O almirante e seus successores contrahiram tambem varias obrigações, entre outras a de ter sempre *alcaides e arraizes* nas galés. Pelo regimento de guerra de D. Affonso V, o almirante, quando assumia este cargo, velava as armas na egreja, como tinham por costume os que se armavam cavalleiros, e no dia seguinte ia ao paço, vestido ricamente e acompanhado de grande comitiva; el rei lhe entregava as insignias de general do mar, um annel, uma espada curta e um estandarte com as armas reaes. O proprio rei lhe mettia o annel no dedo, em signal da honra que lhe fazia, collocava-lhe a espada na mão direita, pelo poder que lhe dava, e o estandarte na esquerda, como capitão do mar. Em seguida a esta ceremonia, o novo almirante jurava não fugir á morte, amparar a fé, accrescentar a honra e direito do seu soberano, pugnando pelo bem da patria, procedendo em tudo com lealdade e honra. A sua autoridade era importantissima, e das sentenças que dava, sómente se poderia appellar para el rei, mas tal jurisdicção só lhe era concedida quando andava embarcado; competia-lhe repartir as prezas maritimas e a quinta parte d'ellas, dar ordens aos portos, e presidir a todas as cousas da navegação. Com os aperfeiçoamentos e reformas por que foi passando a marinha, extinguiu-se a esquadra das galés, terminando por consequencia o cargo d'almirante, como seu commandante, e o mando superior dos homens do mar e dos navios passou a ser exercido por um *capitão general da armada real dos galeões de alto bordo do mar oceano.* Este cargo era importantissimo, e quasi sempre exercido por um membro da familia real, governando toda a marinha com poderes quasi reaes. Os delegados do capitão general nos commandos das esquadras ou das reuniões de navios, tomavam o titulo de capitães generaes, capitães móres ou generaes da armada, e a nau ou galeão em que embarcavam, intitulava-se a *capitanea.* O cargo de capitão general extinguiu-se, passando as suas funcções para o Conselho do Almirantado *(V. este nome)*, e os postos de generalato da marinha ou armada real passaram a um quadro de almirantes como posto supremo, e tendo como immediatos inferiores os vice-almirantes, os chefes de esquadra e os de divisão. Mais tarde estes dois postos fundiram-se no de contra-almirante. Hoje o magestoso posto d'almirante não existe de facto, e é honorificamente reservado, ao chefe do estado, conforme dissémos no principio do nosso artigo. O posto de *almirante general da marinha* foi entre nós creado privativa e unicamente para o infante D. Pedro Carlos, sem poder servir d'accesso a qualquer pessoa por maiores que fôssem seus serviços: sua jurisdicção e auctoridade acham-se fixadas no decreto de 13 de março de 1800. Os tenentes generaes do mar ficaram-se chamando vice-almirantes com o mesmo soldo, patente e honras por decreto de 22 de fevereiro de 1797. Era posto de escala, sem algum commando annexo, senão quando lhe era dado por commissão. Mais recentemente é posto dado por distincção; assim foi promovido a almirante o conselheiro Baptista de Andrade, já fallecido. Só a totalidade da marinha d'uma nação comporta o commando superior na patente d'um verdadeiro almirante. As esquadras menores e as divisões de navios são commandadas por vice-almirantes e contra-almirantes; mas por generalisação chama-se sempre ao general em chefe de uma esquadra o almirante e ao navio que o traz a seu bordo, *navio almirante.*

Almocadem. Chefe, guia, director de tropas que marcha em frente d'ellas, capitão ou caudilho de infantaria. Este posto só era dado a capitães de infantaria muito esforçados na guerra, expeditos, cautelosos e conhecedores dos terrenos e caminhos. Este officio militar acabou com as guerras d'Africa. Os *almocadens* eram governados pelo *adail.*

Almoçageme. Pov. da freg. de Collares, conc. de Cintra. Tem est. post. permutando malas com Collares. Junto a esta povoação está um enorme banco de pedra d'uma altura assombrosa, e quasi a prumo, contra o qual se debatem furiosas as ondas do Oceano. Chama-se a *Pedra d'Alvidrar.* Perto d'este penhasco se vê uma escavação de largo diametro e grandissima profundidade, a que chamam o *Fôjo.* Causa vertigens olhar para o fundo, sobretudo quando o mar está bravo, entrando alli com estampido medonho.

Almocavar ou **Almocovar.** Era antigamente o logar perto das *moirarias* e *judiarias,* em que os moiros e os judeus tinham os seus jazigos e sepulturas. Era sempre fóra dos logares e terras em que residiam. Na *Chronica de D. Pedro I* fala-se do *almocavar* de Lisboa e n'um documento da camara de Coimbra, de 1520, fala-se d'outro que fôra junto á cerca do mosteiro de Santa Cruz.

Almócouvar. Era antigamente o pastor que tinha a seu cargo a guarda do rebanho, como se vê dos Cust. e Posturas d'Evora, de 1302.

Almocreva. Pov. da freg. de S. Thiago Maior, cidade e conc. de Beja.

Almocreve. Recoveiro, que transporta a carga e as encommendas sobre o dorso de cavalgaduras, ordinariamente de mulas e machos. Pelo respectivo regimento e pelas Ordenações não se lhes podia culpar o venderem os mantimentos por maior preço, por causa dos custos e do seu trabalho. Antes que as communicações e os transportes tivessem o progresso dos caminhos de ferro, os almocreves prestaram indispensaveis serviços ao paiz, e que hoje se limitam ás pequenas distancias.

Almodafa. Pov. da freg. de Mondim da Beira, conc. de Tarouca.

Almodovar. Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc. e de com., distr. e bisp. de Beja; freg. de Santo Ildefonso, com 867 fog. Pertence á 4.ª div. mil. e ao 31.º distr. de res. do exercito effectivo com a séde em Beja. Tem est. post. com serviço de emissão e pagamento de vales, cobrança de recibos, letras e obrigações, e de encommendas, permutando malas com a R. A. S. Comprehende o conc. 7 freg.ª, com 10:485 hab., sendo 5:218 do sexo masc. e 5:267 do fem., n'uma superficie de 81:760 hect. As freguezias são as seguintes: Santo Ildefonso, com 3:795 hab., 1:876 do sexo masc. e 1:919 do fem.; S. Sebastião de Gomes Ayres, com 1:405 hab., 693 do sexo masc. e 712 do fem.; N. S.ª do Rosario, com 554 hab., 214 do sexo masc. e 340 do fem.; Santa Clara a Nova, com 1:236 hab., 627 do sexo masc. e 609 do fem.; N. S.ª do Pé da Cruz, Santa Cruz, com 1:766 hab., 900 do sexo masc. e 866 do fem.; S. Barnabé (S. Barnabé e Santa Suzana), com 1:258 hab., 699 do sexo masc, e 559 do fem.; N. S.ª da Graça de Padrões, com 471 hab., 209 do sexo masc. e 262 do fem. A villa está situada n'uma planicie, e dista 58 k. de Beja. Foi fundada pelos moiros, segundo uns, mas segundo outros já existia no tempo dos romanos, sendo os moiros que a reedificaram no seculo VIII, cercando-a de muralhas, e edificando um castello, de que se conservam ainda as ruinas. Almodovar vem da palavra arabe *al-mudauar,* que significa *cercada em redondo.* Antes de ter categoria de villa, chamava-se *Povoa d'Almodovar.* D. Diniz deu-lhe foral, em Lisboa, a 17 d'abril de 1285, concedendo grandes privilegios, entre os quaes se contava o do *povo não pagar portagem em parte nenhuma,* nem os gados da villa e seu termo pagarem *montas,* como consta do *Regimento dos Verdes e Montados.* D. Manuel deu-lhe novo foral, tambem em Lisboa, a 1 de junho de 1512, renovando os mesmos privilegios. A villa foi commenda do mestrado da ordem militar de S. Thiago, por concessão de D. Diniz. Eram seus donatarios os marquezes de Valença. A Misericordia e um pequeno hospital, que existem ainda, são antigos e pobres. A egreja matriz é o melhor edificio da villa. Foi do padroado real; tinha um prior e tres beneficiados; é de tres naves, com quatro grossas columnas e duas meias columnas, em que se firma o frontispicio; a capella-mór era muito pequena, em proporção do corpo da egreja, e D. João V, em 1747, mandou-a demolir e construir de novo. No frontispicio havia duas torres; uma de sinos e outra do relogio; a do relogio foi destruida por um raio no principio do seculo XVIII, fazendo-se a actual no centro da villa. Houve em Almodovar um convento de frades da ordem de S. Francisco, fundado em 1680 por fr. José Evangelista, lente jubilado da Universidade, lançando-se a primeira pedra a 2 de setembro d'aquelle anno. Alguns escriptores dizem, porém, que os fundadores fôram Fernando Guerreiro e sua irmã, Barbara d'Alvellos, que deixaram para aquelle piedoso fim, muitas propriedades, moveis e dinheiro. A villa é muito fertil, tem extensos montados onde se cria muito gado, especialmente suino, muitas colmeias, e caça. Tem theatro, escolas para ambos os sexos, Sociedade de Minas de Cobre de Almodovar, sociedade de recreio com o titulo: *Club Recreativo Almodovarense,* feira a 15 de janeiro, no quarto domingo da quaresma, e a 20 de julho, durando esta tres dias. Na villa de Almodovar ha tambem diversas fabricas; de cortumes, sola, carneira e cordovões; de distillação de medronhos; de mantas alemtejanas; de olaria e louça ordinaria, e de cal. O commercio mais importante do concelho é: mantas de lã, sola, calçado ordinario, cereaes, cortiça, gados, caça, ovos e creação. Diz-se que em 1799 appareceram na *herdade das Moutas,* freg. de Santa Cruz, muitas medalhas romanas e arabes, que em 1800 fôram offerecidas á Academia Real das Sciencias de Lisboa. Em Almodovar publicou-se unicamente um jornal, intitulado *Azorraguel,* saindo o primeiro numero em 7 de junho de 1900, e durando pouco tempo.

Almodovar Velha. Pov. da freg. e conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Almofães. Pov. na freg. da Carreira, conc. de Villa Nova de Famalicão.

Almofalla *(Antonio José da Silva Leão, 1.º barão de).* Do conselho de S. M., ministro de estado honorario, brigadeiro effectivo do exercito, membro supplente do Supremo Conselho de Justiça Militar. N. em Aveiro a 17 de fevereiro de 1793; f. em Elvas, a 22 de junho de 1850. Era filho de José Antonio Leal, bacharel formado em direito, corregedor da comarca d'Evora, por decreto de 12 de setembro de 1812, e posse em 4 de fevereiro de 1814, com predicamento ordinario e beca honoraria, casado com D. Luiza da Silva. Assentou praça a 10 de fevereiro de 1810 no quarto regimento de artilharia aquartelado n'aquella epoca

na cidade do Porto. Depois de ter entrado na guerra peninsular, como praça de pret, foi em fevereiro de 1819 reconhecido como cadete, em maio do mesmo anno promovido a segundo tenente e a 28 de março de 1820 a primeiro tenente. Quando em maio de 1821 se organisou a Legião constitucional lusitana, foi nomeado capitão da companhia d'artilharia. Sendo ainda primeiro tenente fez parte da expedição á Bahia, no mesmo anno de 1821. Mais tarde voltou ao regimento, que tinha deixado, e quando rebentou a revolução no Porto, em maio de 1828, emigrou pela Galliza para Inglaterra, indo depois desembarcar na ilha Terceira. O general conde de Villa Flor encarregou-o logo da direcção do trem e laboratorio ou arsenal provisorio, e da casa da moeda; prestou então importantissimos serviços, que lhe valeram a graduação de major, a 6 d'agosto de 1832, ficando effectivo pouco tempo depois. Regressando ao continente em março de 1833, D. Pedro IV o incumbiu do arsenal do exercito no Porto, nomeando-o tambem director da fabrica da polvora; não impediram estes encargos de tomar parte na defeza das linhas do Porto, distinguindo-se durante o cerco; no dia 25 de julho, na bateria de Bomfim, alcançou ser agraciado com o habito da Torre e Espada. Terminadas as luctas absolutistas, veiu para Lisboa, onde continuou dirigindo o arsenal do exercito, como subinspector, sendo promovido a coronel em 24 de julho de 1834. Mais tarde passou a inspector d'aquelle importante estabelecimento, a que D. Pedro prestava a maior attenção. Na ordem do exercito de 21 de junho de 1836, o coronel Silva Leitão foi louvado pelos serviços que prestara na commissão que exercia, sendo, porém, contrario ás ideias da revolução de setembro, foi exonerado logo nos primeiros dias do novo governo. Silva Leitão fez parte da commissão do ministerio da guerra e da especial da arma d'artilharia, destinadas ao estudo dos graves problemas em que se funda o aperfeiçoamento das instituições militares. Em novembro de 1840 commandou o primeiro regimento d'artilharia, empregando o maior cuidado na instrucção e disciplina do corpo, procurando tambem melhorar, quanto possivel, o quartel. Alguns annos depois foi promovido a brigadeiro graduado, mas em julho de 1846, por causa das suas opiniões politicas, foi substituido no commando; dado o golpe de estado em 6 d'outubro do referido anno, tomou conta da primeira direcção do ministerio da guerra, que breve deixou para assumir o commando d'artilharia no exercito de operações, que se formou ás ordens do duque de Saldanha. Pouco depois da batalha de Torres Vedras, em 23 de dezembro de 1846, foi agraciado com o titulo de barão d'Almofalla. Encarregado do desartilhamento da cidade do Porto no fim da guerra civil, e tendo commandado por algum tempo a segunda e a terceira divisões militares, recolheu á capital, sendo então chamado ao ministerio, para dirigir a pasta da guerra, logar que desempenhou desde 22 d'agosto até 18 de dezembro de 1847, recebendo dias depois a nomeação de vogal do supremo conselho de justiça militar. Em 11 d'agosto de 1849 tomou conta do governo d'Elvas, e n'essa commissão demonstrou mais uma vez os seus vastos conhecimentos e a sua muita energia. Escreveu então um interessante relatorio sobre a defeza da praça, iniciando alguns trabalhos que a morte, surprehendendo-o inesperadamente, lhe não deixou concluir. O barão d'Almofalla era condecorado com a medalha de duas campanhas da guerra peninsular, cavalleiro da ordem de S. Bento d'Aviz, cavalleiro da ordem da Torre e Espada, grã-cruz da ordem americana de Isabel a Catholica, de Hespanha. Casou com D. Anna Augusta de Castro Chiappe. O titulo de barão d'Almofalla foi concedido por decreto de 20 de janeiro, e carta de 3 de maio de 1847. O brazão d'armas compõe-se de um escudo partido em pala; na primeira as armas dos Serrões — em campo de prata, uma serra ao pé do escudo, e um leão vermelho, armado de negro, que tem os pés firmados na serra; na segunda pala as armas dos Silvas — em campo de prata um leão de purpura armado de azul.

Almofalla. Villa e freg. (S. Pedro), da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Figueira de Castello Rodrigo, distr. e bisp. da Guarda; 1.066 hab. e 254 fog. Está situada proximo da fronteira de Hespanha, n'um valle que corre para o rio Agueda, e dista 11 k. da séde do conc. A'cerca da etymologia da palavra *Almofalla*, lê-se no *Portugal antigo e moderno*, de Pinho Leal, vol. I, pag. 152: «Os d'esta villa explicam d'um modo muito singular a etymologia do nome da sua terra, por uma lenda ou tradição antiga. Tendo-se commettido na povoação um homicidio, estava para ser por isso, enforcado um innocente, no proprio logar do delicto, e n'um grande *alamo*, ou olmo, que alli havia. Quando o padecente ia subindo e mais o carrasco, para a forca improvisada, se ouviram duas vozes, e vendo o carrasco que sahiam da propria arvore, disse embasbacado: *Alamo falla!* A boa da arvore denunciou o verdadeiro assassino. O innocente salvou-se d'este modo e ficou á terra o nome de *Alamo-falla*.» Tem foral dado em novembro de 1221, por D. Martim Annes. A villa fica a 670 metros acima do nivel do mar, e o seu clima é saudavel, produz trigo, centeio, vinho, fructa, etc. Tem uma nascente d'agua medicinal, fria, crystallina, inodora e amarga. No rego por onde corre, apresenta por vezes á superficie uma camada floconosa amarellada com aspecto iriado. Pela analyse chimica mostra conter grande percentagem de saes, e entre estes, carbonatos de soda, cal, ferro e de manganez, chloreto de sodio e sulfato de magnesia. E' muito usada em poção no tratamento de amenorrheas, dyspepsias, pyroses, e gastro-enterites chronicas. Toma-se pura ou misturada com leite. | Pov. e freg. (Espirito Santo), da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Castro Daire, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 499 hab. e 107 fog. A pov. dista 7 k. da séde do conc. | Pov. na freg. d'Alvorninha, conc. das Caldas da Rainha. | Pov. na freg. de Penacova, conc. de Felgueiras. | Pov. na freg. e conc. de Villa de Rei. | Pov. na freg. de S. João do Monte, conc. de Tondella.

Almofalla de Baixo. Pov. da freg. de Aguda, conc. de Figueiró dos Vinhos. Tem caixa postal.

Almofalla de Cima. Pov. da freg. de Aguda, conc. de Figueiró dos Vinhos.

Almofões. Pov. da freg. de Villa Nova de Famalicão.

Almofreixe. Era antigamente uma mala grande, sacco, em que se levava e estendia a cama nas jornadas.

Almogadel. Pov. da freg. de Chãos, conc

de Ferreira de Zezere. || Aldeia no termo de Thomar.

Almogavar. Companhia de soldados escolhidos. Estavam constantemente em armas. Uns tomavam esta profissão por necessidade, outros por heroismo. Giraldo Sem Pavor foi almogavar. Eram homens soffredores, passavam dias sem comer, tinham apenas um roupão curto, umas botas, uma espada agudissima, uma lança e dois dardos. Nos principios da monarchia e nas guerras d'Africa ainda appareceram muitos d'estes soldados.

Almograbi. Aldeia da prov. da Estremadura. E' termo arabe, significa *aldeia do africano.*

Almohades. Dynastia de principes musulmanos que reinaram em parte da Africa Septentrional e parte da Hespanha em 1129 a 1273. Antes de constituirem dynastia, os almohades ou almovaheddum, palavra que significa *unitarios,* constituiam uma seita fundada por Abd-el-Mumen, que se dizia descendente de Mahomet, e pretendiam ser os unicos que professavam na sua pureza o dogma da unidade de Deus.

Almoinha Pov. nas freg.^s S. Thiago d'Areias, conc. de Santo Thyrso; S. Mamede de Cepães, conc. de Fafe; Santa Maria de Lamas, conc. de Braga; Mosteiro do Souto; Prazins, conc. de Guimarães; Sant'Anna do Campo, conc. d'Arraiollos; S. Barnabé, conc. d'Almodovar; S. Victorino das Donas, conc. de Ponte de Lima.

Almoinhas. Pov. da freg. do Paço de Sousa, conc. de Penafiel. | Sitio na Mealhada, perto de Albogas, na freg, e conc. de Loures, onde se fez uma fonte chamada bica das Almoinhas, cuja agua se considera excellente.

Almoinhas Velhas. Pov. da freg. de Alcabideche, conc. de Cascaes.

Almonda. Pov. da freg. de Zibreira, conc. de Torres Novas. || Rio da Extremadura. Nasce nas vertentes da serra de Agre ou Minde, perto de Torres Novas, entre os logares de Pedrogão Pequeno e Zibreira, e entra no Tejo com um curso de 30 k. Em Torres Novas tem tres pontes de cantaria lavrada, a do *Real,* da *Levada,* e a *Nova;* na Azinhaga tem outra ponte chamada *Almonda,* muito alta, de um só arco, tambem de cantaria lavrada; tem outras pontes de menos importancia.

Almorade. Pov. nas freg. de Gondifellos, conc. de Villa Nova de Famalicão, e Vermoim, conc. da Maia.

Almoravides. Tribu arabe do Atlas, que em 1050 submetteu Fez e Marrocos, e fundou uma dynastia que governou perto de cem annos em parte da Africa e parte da Hespanha, até que foi supplantada pela dynastia dos Almohades.

Almorfe. Pov. da freg. de Moreiras, conc. de Chaves.

Almoriz. Pov. da freg. de Moreira, conc. de Monsão.

Almornos. Pov. da freg. de Almargem do Bispo, conc. de Cintra.

Almorode. Ribeiro pequeno da prov. do Douro. Nasce na freg. de Avioso e lança-se no rio Lessa.

Almorquim. Pov. da freg. de Terrugem, conc. de Cintra.

Almorro. Aldeia da provincia do Algarve. E' palavra arabe, quer dizer *amargoso.*

Almoster *(Augusto Carlos de Saldanha d'Oliveira e Daun, 1.º conde de).* N. a 27 de dezembro de 1822; f. a 24 d'outubro de 1845. Era filho do primeiro duque de Saldanha (V. *este nome),* um dos vultos mais proeminentes do seculo XIX, e de sua primeira mulher, D. Maria Thereza Margarida Horan Fitz Gerard, dama da ordem de Santa Isabel, e da de Maria Luiza, de Hespanha. Morrendo sem successão, passou o titulo a seu sobrinho. filho do 2.º duque de Saldanha. O titulo fôra concedido por decreto de 1 de dezembro de 1834, em memoria da batalha d'Almoster, dada victoriosamente por seu pae em 18 de fevereiro de 1834, contra os miguelistas. O brazão é o mesmo de seu pae, o duque de Saldanha. O escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Saldanhas — em campo vermelho uma torre de prata coberta d'azul, com uma cruz de oiro no remate; no segundo, as armas dos Souzas do Prado, e Souzas Chichorros — escudo esquartelado; no primeiro quartel as quinas do reino sem a orla dos castellos; no segundo em campo de prata, um leão sanguinho; no terceiro quartel, as armas dos Oliveiras, do Morgado d'Oliveira (varonia da qual descende) — em campo vermelho uma oliveira verde com raizes, perfis e fructos de oiro; e o quarto quartel partido em pala; na primeira as armas dos Correias — em campo de oiro fretado de correias sanguinhas repassadas umas por outras de seis peças, tres em banda e outras tres em contra-banda; e na segunda pala, as armas dos Carvalhos do Morgado de Carvalho, de que foi administrador o 1.º Marquez de Pombal e 1.º conde d'Oeiras (d'onde tambem descende) — em campo azul uma estrella de oiro de oito raios dentro de um quadernal de crescentes de prata: — Timbre — uma aguia de prata aberta armada de oiro, allusiva á descencia de Bovadilha *(D. Maria de Bovadilha, que foi casada com Diogo de Saldanha fidalgo castelhano, que passou a Portugal no tempo d'El-rei D. Affonso V, e foi secretario da Excellente Senhora),* tendo no bico uma chave de oiro, e nas garras uma fita com o mote *Veritas omnium victrix* (que ajuntaram). Na *Resenha das Familias Titulares e Grandes de Portugal,* d'onde extrahimos esta descripção, lê-se o seguinte: «Brazão de familia, adoptado, de que ignoramos a data da concessão, e o nome da pessoa a quem foi conferido o respectivo alvará com os accrescentes acima descriptos. Observamos todavia, que, adoptando-se a aguia de prata *(sem o campo de vermelho)* dos Bovadilhas, o timbre d'estes é um castello de vermelho, ardendo em fogo, etc., e não a aguia com uma chave de oiro no bico, além de não ter o escudo e listão com a legenda — *Veritas omnium victrix* — é esta a noticia que temos; todavia podemos estar em erro.» Este brazão é tambem o do duque de Saldanha.

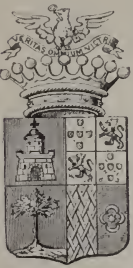

Brazão do conde de Almoster

Almoster *(João Carlos de Saldanha Oliveira Daun, 2.º conde de).* Tenente de cavallaria. N. em 11 d'agosto de 1858, f. em Africa a 12 de dezembro de 1897. Era filho do 2.º duque, 2.º marquez, e 2.º conde de Saldanha, João Carlos Saldanha d'Oliveira e Daun, addido da legação em disponibilidade, tenente-coronel do terceiro batalhão

movel de Atiradores de Lisboa, etc., (V. *este nome)*, e de sua mulher, D. Julia Pereira Alves de Sousa Guimarães, filha dos primeiros condes de Bolhão. Era neto, por parte de seu pae, do notavel militar e eminente estadista, marechal duque de Saldanha, e sobrinho do 1.º conde d'Almoster, de quem herdou o titulo. Seguindo a vida militar, foi n'uma expedição ao sul d'Africa; tomou parte na guerra contra os pretos revoltados, e foi uma das victimas do terrivel massacre do Humbe em 12 de dezembro de 1897. O titulo de conde fôra renovado por decreto de 18 de abril de 1871.

Almoster *(Batalha de)*. Foi uma das mais sanguinolentas e renhidas, que se deram entre constitucionaes e miguelistas. O exercito do infante D. Miguel, que fôra batido em frente de Lisboa, a 10 d'outubro de 1833, e desalojado no dia immediato da posição que occupava em Loures, acolheu-se a Santarem, sendo sempre seguido pelo marechal Saldanha, que estabeleceu no Cartaxo o seu quartel general, lançando piquetes para a frente até conservar o contacto com o adversario, e n'esta situação ficaram os dois contendores durante o resto do anno, porque Mac-Donell, general miguelista, tratava principalmente de augmentar as suas forças para voltar sobre Lisboa, e aos liberaes não parecia conveniente arriscar as vantagens já alcançadas, á mercê d'uma batalha contra o inimigo nas fortes posições em que se havia concentrado, paralysando tambem a acção dos belligerantes, a discordia intestina que lavrava nos dois campos. Em janeiro de 1834 recomeçaram as operações, e Saldanha apoderou-se de Leiria, derrotou poucos dias depois as forças que tentavam impedir-lhe o regresso ao seu antigo acampamento, cuja frente era coberta pela ribeira ou valla que passa na ponte d'Asseca e que pela esquerda era defendido pela ribeira de Almoster, que vae entrar n'aquella por baixo do Casal do Paul. Os pontos vulneraveis da posição e por onde mais facilmente o inimigo podia entrar, eram, além da referida ponte d'Asseca, a do Celleiro, quasi ao meio da frente e as duas de Santa Maria e de Almoster sobre a ribeira d'este nome, sendo a penultima mais distante da confluencia, e portanto aquella por onde, no caso de prospero successo, os atacantes tornariam mais dura e embaraçosa a situação dos vencidos, difficultando-lhes as communicações com a capital. Os chefes miguelistas resolveram finalmente dar batalha em fevereiro de 1834, calculando entrar em Lisboa no dia 22 d'esse mez, em que fazia seis annos que D. Miguel havia chegado a Lisboa, vindo do estrangeiro, para onde fôra mandado desterrado por D. João VI, depois da *Abrilada,* e onde se conservou até 1828. Para executarem os seus planos, os chefes miguelistas chamaram a Santarem o general Lemos, com os dois mil quinhentos homens que tinha ás suas ordens, e fôram tambem para aquella cidade as forças miguelistas que estavam entre o Porto e Coimbra, commandadas pelo brigadeiro Rebocho. Na extrema direita dos constitucionaes ficavam a povoação do Valle, o logar da Atalaia, as pontes d'Asseca e do Celleiro, e a pouca distancia Almoster. Reforçados os piquetes e presentindo o marechal o verdadeiro designio do atacante, distribuiu algumas tropas pelas pontes d'Asseca, Celleiro e Almoster, collocou a brigada ligeira de caçadores 2 e 12, commandada pelo coronel d'este ultimo batalhão, Antonio Vicente de Queiroz, depois conde de Santa Maria, entre Almoster e o Casal do Paul, fez encaminhar para as alturas d'este casal oito peças e os foguetes á Congreve sob o commando do major d'artilharia Bento José de Oliveira Gaudencio, e concentrou a brigada composta dos regimentos 1, 3 e 6 de infantaria que obedecia ao coronel Antonio Pedro de Brito, depois barão de Cacella, nas proximidades do logar da Atalaia, que fica a egual distancia das pontes do Celleiro e Almoster. A's cinco horas da manhã do dia 18 rompeu o fogo uma columna miguelista, emboscada desde a ponte do Celleiro até á ponte d'Asseca, e ao mesmo tempo procuraram as columnas de ataque do inimigo transpôr a ribeira que separava os dois exercitos. Estas columnas, compostas por uns cinco mil homens, dirigiram-se para o logar da Azambujeira, para onde marchou egualmente o general Lemos com os dois mil quinhentos a tres mil homens que trouxera do Alemtejo, tomando alli o commando de todas as forças que o general Povoas deixara, por não concordar com o plano adoptado. Os postos avançados de Saldanha, collocados nas alturas escarpadas do outro lado da ribeira, retiraram immediatamente. A's sete horas da manhã ouviram-se no acampamento constitucional os gritos das tropas miguelistas da Azambujeira, dando vivas a D. Miguel, e soube-se mais tarde que esses vivas coroaram a leitura d'uma ordem do dia, na qual se ordenava ao exercito que torneasse a direita do acampamento de Saldanha, e marchasse sobre Lisboa, devendo ficar no dia 18 no Cartaxo, no dia 19 em Villa Franca, e entrar no dia 22 em Lisboa. A's oito horas da manhã sahiram da Azambujeira oito esquadrões de cavallaria a galope, atravessando a ribeira na ponte de Calhariz, e formaram em columna cerrada por batalhões deante da ponte de Almoster. O estrondo da artilharia collocada nos pontos culminantes advertiu Saldanha dos planos do inimigo. Deixando uma força sufficiente para sustentar o ataque pela ponte, este general dirigiu-se com uma forte columna para a esquerda. Travou-se então o combate, reconhecendo-se ao fim d'um vivo tiroteio que, embora a mortandade fôsse grande de lado a lado, nenhum dos combatentes abandonava as suas posições. D. Miguel presenciava o combate do alto d'uma collina. O general Lemos, vendo que muito difficilmente poderia tomar Almoster, fez um movimento sobre a direita. Porém, Saldanha seguiu-o parallelamente e mandou tomar-lhe a frente pelos esquadrões de lanceiros. Chegando á ponte da Graça, o general Lemos deu ordem ao brigadeiro Santa Clara para, com a sua brigada, occupar uma elevação, mas este no momento em que se dirigia para o ponto designado, cahiu morto. Substituiu-o o general francez Bressaget, que cahiu tambem victima do tiroteio dos constitucionaes. Ao mesmo tempo eram diversos batalhões d'essa brigada repellidos detraz da ponte. Interveiu a cavallaria miguelista, mas, quando o primeiro esquadrão carregava sobre a infantaria liberal, os outros sete esquadrões retrocederam apavorados. As tropas de D. Miguel retiraram então, soffrendo uma horrorosa carnificina, feita pelas forças de Saldanha. Os miguelistas perderam n'este combate perto de mil homens, entre

mortos, feridos e prisioneiros, e os liberaes perderam perto de quatrocentos. Aproveitando-se da noite, o general Lemos recolheu a Santarem, com a sua gente, muito desalentada pelo resultado d'esse dia de matança. Tal foi a sanguinolenta batalha d'Almoster.

Almoster. Pov. da prov. da Extremadura, conc., com. e distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa. Freg. de Santa Maria, com 2.965 hab. e 800 fog. Está situada n'uma planicie, e dista 12 k. da séde do conc. Dizem que a palavra *Almoster* é derivada de *Al-monasterium*, o *mosteiro*. Segundo outros, veiu-lhe o nome de tres alamos, existentes á entrada da povoação, a que o vulgo chamava *Alamos-tres*, e depois se corrompeu em *Almoster*. E' uma das freg. mais importantes do conc. pela sua população. A séde da freg. era no logar de Santa Maria d'Almoster, proximo da ponte de Santa Maria, onde se deu o combate entre as tropas liberaes e miguelistas. Tem um convento de freiras da ordem de S. Bernardo, fundado em 1290 por uma senhora nobre, chamada D. Berengaria Ayres, dama d'honor da rainha Santa Isabel, filha de D. Ayres e de D. Sancha. O edificio foi construido n'uma quinta que aquella piedosa senhora possuia, por herança de seus paes. Parece, porém, que a verdadeira fundadora foi D. Sancha. A rainha Santa Isabel concedeu muitas rendas ao convento. N'esta casa religiosa professou e morreu freira D. Violante Gomes, a *Pelicana*, mãe de D. Antonio, prior do Crato. Dizem que era judia, de rara belleza, que depois se fez christã. O mosteiro encontra-se hoje em ruinas, e as hortas e olivaes que lhe pertenciam, pertencem actualmente a caudelaria nacional do sul. A séde da freguezia era no logar de Santa Maria d'Almoster, proximo da ponte do mesmo nome, onde se deu em fevereiro de 1834 um renhido combate entre as tropas liberaes e as realistas. (V. *batalha d'Almoster*). As freiras eram donatarias d'esta freg. Havia um hospital para pobres que tambem administravam, dando-lhe annualmente trinta e oito moios de trigo. A egreja abateu quando se estava acabando a missa conventual, e por este facto passou a freguezia para a capella de N. S.ª do Desterro. Quando morreu a ultima freira bernarda, transferiu-se novamente a freguezia para a egreja do convento, que o governo cedeu á junta de parochia. Esta egreja é muito vasta e magestosa, tem vinte altares, e alguns de merecimento. Junto a um d'elles vê-se uma inscripção já meio apagada, que dizem ser da sepultura de D. Berengaria. Almoster tem escolas para ambos os sexos, e é atravessada pela estrada, que do Cartaxo conduz ás Caldas da Rainha e Praia da Nazareth. Possue duas fontes uma á entrada da povoação, outra á sahida, ambas abundantes. Almoster está dividida nos seguintes logares: Santa Maria, Atalaia, Alforzemel, Albergaria, Casal da Charneca, Casal do Paul, Casaes da Ponte do Celleiro, Freiria, Gucherre, Louriceira, Povoa da Izenta, Villa Nova do Coito. Possue excellentes quintas: a da *Granja*, no logar d'Alforzemel, com uma bonita casa e capella; a da *Victoria*, na estrada d'Almoster a Alforzemel; a de *Santa Maria*, no logar d'este nome; a do *Medico* ou de *Val de Moinhos*, junto á estrada que do Cartaxo vem a Almoster; a da *Sentieira*, no logar da Izenta; a de *Mompalreu*, proximo a Santa Maria. No logar d'Albergaria ha uma capella e um pequeno cemiterio para os habitantes d'aquelle logar. ‖ Pov. e freg. (S. Salvador do Mundo) da prov. da Extremadura, conc. e com. d'Alvaiazere, distr. e bisp. de Leiria; 1.663 alm. e 288 fog. Está situada junto á serra de Alvaiazere, n'um formoso valle. Era do padroado do mosteiro de Lorvão. Tem escola do sexo masc. e caixa post. A povoação dista 12 k. da séde do conc. Produz muito trigo e azeite. ‖ Rio da prov. da Estremadura. Nasce perto de Alcoentre e morre na Villa da Azambuja. Tem quatro pontes, das quaes uma chamada *Ponte Nova*, é de pedra. As margens são ferteis e arborisadas.

Almotaçaria. Extincto officio do *almotacé*, ou antigo tribunal composto do almotacé, seus escrivães e homens da vara. Por *almotaçaria* se designava tambem um dos rendimentos das antigas camaras, e cuja proveniencia era a de multas por infracção das posturas estabelecidas para a policia e governo economico do concelho. Quanto á cidade de Lisboa, conforme escreve o autor dos *Elementos para a historia do municipio*, encontra-se a sua origem no foral de Lisboa dado em 1179: «E a almotaçaria seja do conçelho, e seja metudo o almotaçe pelo alcayde e pello conçelho da Villa». A almotaçaria foi confirmada e doada á capital com mais liberalidade por D. Sancho I por sua carta datada de Guimarães no mez de agosto da era de 1242 (anno de 1204). Em epocas posteriores dividiu-se esta *almotaçaria* em tres jurisdicções: *propriedades*, *execuções* e *limpeza*, e por ultimo constituiu o *pelouro da almotaçaria*. As *almotaçarias* fôram extinctas por decreto de 14 de maio de 1832, o qual pelas circumstancias politicas d'esta epoca só teve execução em Lisboa dois annos depois.

Almotacé. Antigo magistrado jurisdiccional, eleito annualmente pela camara do concelho, por acclamação. Tinha a seu cargo cuidar na egualdade dos pesos e medidas, taxar, e ás vezes distribuir os mantimentos, e alguns outros generos de compra e venda a miudo, conforme o disposto no titulo 49 do livro I das Ordenações Manuelinas. Os almotacés eram os juizes das *almotaçarias* e da sua jurisdicção ninguem era isento; não podiam ser postos a ferros senão nos casos em que o eram tambem os fidalgos. Em Lisboa cada almotacé fazia audiencia com os seus escrivães, zeladores e homens da vara, em casas distinctas, ou *Casinhas dos almotacés*, cuja descripção se póde ler nas *Grandezas de Lisboa*, por fr. Nicolau d'Oliveira. Os processos da almotaçaria eram summarios e das suas sentenças havia recursos para os juizes do civel ou para a camara. As penas afflictivas impostas pelos almotacés executavam-se nas picotas, onde os condemnados eram expostos á irrisão publica. ‖ *Almotacé-mór;* official da Casa Real que tinha por obrigação provel-a, no logar onde estivesse, de mantimentos. Segundo as Ornamentações do Reino o almotacé-mór não podia fazer correição das cousas que ao seu officio pertenciam além do logar onde estivesse a corte e d'ahi cinco legoas em redor. Se comtudo houvesse necessidade de mantimentos fal-os-hia vir dos logares em redor até oito legoas. Este cargo andava na familia dos Farias, e actualmente pertence como titulo honorifico ao sr. Visconde de Varzea. ‖ *Almotacé pequeno;* o mesmo que *almotacé da limpeza*, ou de qualquer outra das jurisdicções das almotaçarias.

Almourol *(Castello de)*. Está situado no Tejo, formando uma pittoresca ilhota, na freg. de Paio de Pelle; fica tambem proximo da foz do rio Zezere, de Constancia, de Tancos e de Villa Nova da Barquinha, a cujo conc. pertence, com. da Gollegã, e distr. de Santarem. E' o unico castello de Portugal a que se ligam as mais curiosas lendas cavalheirescas; é o centro d'uma epopeia medieval, perdida, disseminada pelos livros de cavallarias e nos contos populares, muitos dos quaes já hoje esquecidos. Foi reedificado por D. Gualdim Paes, mestre dos Templarios, em 1160, segundo consta d'uma inscripção que está sobre a porta do castello. Acerca da sua fundação nada se sabe ao certo; as inscripções que se encontram alli, nada adeantam, apenas fallam da reedificação que apoutámos, a que chamam principio. D. Gualdim Paes achou o castello em ruinas, e reconstruiu-o quasi pelos alicerces, aproveitando os materiaes do velho castello, que se julga ter sido obra dos romanos ou dos antigos luzitanos. E' um monumento venerando, ainda muito bem conservado, que tem resistido durante seculos á acção do tempo; é como um velho guerreiro, carregado de serviços, orgulhoso na miseria, e que se impõe ao respeito e á veneração. Pertenceu aos Templarios. Havia n'este castello uma inscripção latina, muito extensa, gravada em marmore, a qual vem transcripta no *Elucidario* de Viterbo, tomo II, pag. 356. N'esta inscripção se mencionam as principaes façanhas do mestre do Templo, D. Gualdim Paes. Foi elle quem deu foral, em 1170, aos povoadores d'este castello, d'onde se conclue que, além da guarnição, havia n'este local uma povoação permanente, e que tinha termo proprio, em uma, ou ambas, as margens do rio. Dizem que os romanos lhe chamavam *Castrum Morum;* ha, porém, quem entenda que *Morum* seja a actual Villa Nova de Constancia. Viterbo diz que o primeiro nome foi *Muriella*, e que já era celebre no tempo dos romanos. O castello tem a oeste quatro torres circulares, collocadas a distancias eguaes. A porta da entrada é em ogiva e pequena. No centro da fortaleza está a torre de menagem, coroada de ameias, muitas ainda muito bem conservadas. Ao sul ha vestigios de um antigo caes. Ao leste estão mais cinco torres, e a par da menagem se eleva mais outra torre quadrada, sendo d'este lado muito alta a muralha da cortina. O desembarque no ilhéo é do lado do norte. As torres eram de abobada, com formosas laçarias, mas já tem cahido tudo. O castello d'Almourol tem um notavel papel na historia dos Templarios, e um logar proeminente nos annaes da ordem de Christo. Na torre do Tombo existem alguns documentos que lhe dizem respeito. Extrahimos os seguintes da interessante obra *Frei Gonçalo Velho,* de Ayres de Sá: «Documento XCIV — Xpos Aa dicta hordem outra de doaçam de todo o direito que elRey tem no pego dalmourol des hu chamãa a colada do colo dalmourol, etc.» (vol. I — pag. 184) — «*Documento I.* — A' ordem do templo e a João domingues e mais freires d'Almourol doaçam que lhes fez Arias Dias e sua mulher da terça parte dos seus bens, de 1201, etc.» (vol. II — pag. LXXV) — «*Documento II.* — Extracto das primeiras constituições da ordem de Christo feitas pelo 1.º mestre D. Gil Martins aos 11 de junho 1321 e approvadas por el-rei D. Diniz no mesmo dia... Item. outro haia a *comenda dalmourol* | Item outro haia a *comenda da cardigua* | e de cada hum deles duzentos cinquoenta liuras en cada hum ano ao conuento | ... Item no temporal de tomar aja sex comendadores hum na uilla e cinquo no termo | conuem a saber hum na *beselga,* e outro no paul e outro no prado e outro na lousaa e outro nas *pias* | e dem cada un anno duas mil

Castello de Almourol

quinhentas libras de responsom ao conuento.» (vol. I, pag. LXXVI) — «*Documento III.* — Extracto das segundas constituições da ordem de Christo de 16 de agosto de 1326, feitas pelo 2.º mestre D. João Lourenço e approvadas por el-rei D. Affonso 4.º no mesmo dia. Nas *pias* haia hum commendador caualleiro e haja todo aquello que rende esse logar das *Pias* e o que mingoar pera hauer comprimento de mil e cem liuras demlho das rendas de thomar e tenha comsigo hum caualleiro freire guizado de cavallo e armas E estes dez commendadores deuem prouer aguizadamente a cada hum destes dez caualleiros freires seus companheiros de cauallo e darmas de comer e beber de uestir e de calçar e de todas as outras cousas que forem mister pera elles e pera seus homens e suas bestas. Em *Almourol,* e na *Cardiga,* morem dous commendadores e haiam as rendas desses lugares de permeo e dem cem liuras ao commendador de Panha a uelha e parensse a todolos outros encargos... Na *bezelga* haia um commendador caualleiro com as rendas desse logo e o mais pera comprimento de oitocentas liuras daremlho de thomar.» As dez commendas são Pombal, Soure, Castello Novo, Pinheiro d'apar de Santarem, Casevel, Thomar, Redinha, Mogadouro e Pennas Roias e Pias. As lendas com que poetisam o castello d'Almourol são deveras curiosas. Na sua *Chronica do Palmeirim d'Inglaterra,* diz Francisco de Moraes que o castello era do gigante Almourol, e conta diversas lendas d'ellas copiamos a seguinte: «Aqui vieram ter as princezas Polinarda e Misanguarda, com suas donas e donzellas, a quem o gigante deu hospitalidade e tratou com as maiores attenções. Palmeirim tenta roubal-as, e salta na explanada do castello; mas ahi estava *o cavalleiro triste,* vencedor de maiores campeões d'aquellas eras, o qual, desafiando Palmeirim para um *passo d'armas,* que alli tinha estabelecido, o venceu e feriu, tendo Palmeirim de ir curar-se das feridas, para uma villa distante tres kilometros do castello. O gigante *Dramusiando,* tendo noticia das grandes forças d'Almourol, quiz medir as suas com elle, e aqui o veiu procurar, combateu com elle, e o venceu. Dramusiando ficou desde então de guarda ás princezas, em logar d'Almourol, obrando maravilhas de força e valor.» Ha tambem a seguinte lenda, conservada entre o povo: «Era dono do castello, em tempos antigos (ahi pelos seculos IX ou X), um senhor godo, chamado D. Ramiro, casado, e tendo uma filha unica chamada Beatriz. Era um valoroso soldado, mas rude, orgulhoso e cruel, como eram a maior parte dos senhores de sangue gothico. D. Ramiro partira para combater os moiros, deixando inconsolaveis sua esposa e filha, ambas muito formosas. Tendo commettido mil atrocidades durante a campanha, voltava, orgulhoso de seus feitos, quando, proximo do castello, encontrou duas moiras, mãe e filha, ambas tão lindas como a esposa e filha que deixára em seu solar. A filha trazia uma bilha com agua, e como D. Ramiro estava devorado pela sede, dirigiu-se a ella, pedindo-lhe de beber; a pequena moira assustou-se e deixou cahir a bilha, que se quebrou. D. Ramiro, cego pela raiva, enristou a lança, e feriu as duas desgraçadas, que morreram logo, amaldiçoando-o. N'este momento, appareceu um pequeno moiro de 11 annos, filho e irmão das assassinadas, e o cavalleiro trouxe-o captivo para o seu castello. O moiro, chegando a Almourol, viu a mulher e a filha de D. Ramiro, e jurou logo que seriam ellas as victimas da sua vingança. Passaram annos. A esposa do castellão cahiu doente, e pouco a pouco, se foi definhando, até que morreu, em resultado de um veneno subtil que o moiro lhe propinara. D. Ramiro, cheio de desgosto, voltou a combater os infieis, deixando no seu solar a filha, em companhia de um novo pagem. Amaram-se os dois, e esta paixão foi uma terrivel lucta para o coração do mancebo. Uma tarde de verão, chegou ao castello D. Rodrigo, acompanhado por um outro castellão, a quem promettera a mão de sua filha. Foi um golpe fatal para os dois amantes, que se estremeciam. O moiro, então, allucinado e perdido, contou tudo a Beatriz, as crueldades do pae, os protestos de vingança, que lhe referviam no peito, a morte da mãe, e a lucta que se travara entre o seu amor e o juramento que fizera. Não se sabe o que se seguiu a esta confissão; o que diz entretanto a lenda é que Beatriz e o moiro desappareceram, sem que mais houvesse noticias d'elles, e que D. Ramiro, cheio de remorsos e desgostos, morreu, pouco depois, ficando o castello abandonado, e cahindo, pouco a pouco, em ruinas. A lenda diz mais que, uma noite de S. João, apparecem na torre mais alta do castello, o moiro abraçado a Beatriz, D. Ramiro rojando-se-lhe aos pés e a mulher junto d'elle, implorando clemencia, sempre que o moiro salta a palavra — maldição!» O castello d'Almourol está hoje na posse da escola pratica de engenharia encarregada da sua conservação; para dar accesso ao castello, costuma armar-se uma ponte sobre barcos que de verão, dizem ser permanente. Sendo solicitada a sua visita ao commando do polygono, sempre é concedida a respectiva licença. A respeito d'este castello póde consultar-se os *Monumentos nacionaes, Panorama photographico de Portugal* e *Contos e Lendas* de Rebello da Silva.

Almoxarifado. Officio ou administração do almoxarife: o districto da sua jurisdicção. Para os effeitos da arrecadação das rendas publicas correspondia aos concelhos ou ás comarcas. Cada contadoria do Erario escripturava os rendimentos dos almoxarifados das provincias a seu cargo. Assim, a contadoria geral da côrte e provincia da Extremadura escripturava os rendimentos dos almoxarifados dos fructos de Algés e Malveira (livro 16), de Salvaterra, Barrocas da Redinha e Paul de Asseca (livro 21), de Azambuja e Alcoelha (livro 22), de Leiria (livro 25), de Cintra (livro 26), de Alemquer e Torres Vedras (livro 27), de Thomar (livro 28), e das Sizas e imposições de Santarem (livro 24). A contadoria das provincias e ilhas dos Açôres e Madeira escripturava o rendimento dos almoxarifados: do Porto e Villa do Conde (livro 2), de Vianna (livro 3), de Ponte de Lima e Guimarães (livro 4), de Coimbra (livro 5), de Moncorvo e Villa Real (livro 6), de Miranda e Pinhel (livro 7), da Guarda (livro 8), de Vizeu e Castello Branco (livro 9), de Aveiro (livro 10), de Lamego (livro 11), de Evora (livro 13), de Beja e Campo de Ourique (livro 14), de Elvas e Extremoz (livro 15), de Portalegre e Abrantes (livro 16), de Setubal (livro 17), do Algarve (livro 20), da Ilha Terceira (livro 23), de Villa da Praia (livro 24), da ilha do Pico (livro 25), da ilha de S. Jorge (livro 26), da ilha Gra-

ciosa (livro 27), do Fayal (livro 28), de S. Miguel (livro 29), da Madeira (livro 30), de Machico e Santa Cruz (livro 31), do Porto Santo, (livro 32). Assim como arrecadavam as rendas e direitos reaes tambem os almoxarifados pagavam ordenados, tenças e pensões dos padrões de juro real. Para estes antecedentes da divida publica tambem havia livros de assentamento, que no seculo XVIII estavam assim divididos: Abrantes, Alcochete, Algarve, Algés, Almadravas do Algarve, Aveiro, Azambuja, Barrocas da Redinha, Beja, Campo de Ourique, Castello Branco, Casa das Carnes, Casa dos Cinco, Coimbra, Elvas, Evora, Extremoz, Da fructa, Guarda, Guimarães, Jugadas de Santarem, Lamego, Leiria, Malveira, Miranda, Moncorvo, Oeiras, Paço da Madeira, Pescado de Lisboa, Pescado, Pinhel, Ponte de Lima, Portagem de Lisboa, Portalegre e Porto, Sizas de Santarem, Tabola de Setubal, Termo, Thomar, Torres Novas, Torres Vedras e Alemquer, Tres Casas, Vianna, Villa Real, Dos Vinhos, Vizeu.

Almoxarifado de Marinha. Repartição creada em 1793 pelo ministro da marinha, Martinho de Mello e Castro, para melhor recepção, arrecadação e distribuição de todos os generos que tivessem a despender-se na construcção e entretenimento dos navios e esquadras reaes. Com esta creação ficou extincta a antiga Provedoria real dos Armazens, especie de repartição central, em que se accumulavam até então todas as funcções administrativas e de contabilidade da armada, e o mal organisado Almoxarifado dos mantimentos que tinha a seu cargo especial o fornecimento dos comestiveis. O Almoxarifado de Marinha tinha a seu cargo toda a parte material; a contadoria dos armazens, repartição com elle instituida e que lhe ficou d'alguma fórma annexada, liquidava e fiscalisava as despezas, e a Intendencia geral, nascida pela mesma occasião, era o corpo superior, que, sob as ordens regias, administrava e geria tudo que dizia respeito á organisação, arranjo, sustentação e manutenção da marinha real. A reforma de 1793 destruiu tudo quanto estava estabelecido no antigo systema. A organisação de Martinho de Mello, com a intendencia, o almoxarifado, a contadoria na parte material ou da fazenda, e o almirantado em quanto ao pessoal, elevou a marinha de guerra portugueza, no fim do seculo XVIII, a um estado de grandeza, que não tinha nunca attingido. De 1793 a 1834, a marinha de guerra manteve-se bem organisada, brilhantemente dirigida por tribunaes e conselhos superiores, nos quaes se dividia o governo da armada, sob a inspecção geral do ministro que representava o poder supremo; hoje temos a concentração de todos esses poderes, de todos esses tribunaes e conselhos nas repartições d'uma secretaria d'estado. V. *Almirantado (Conselho do).*

Almoxarife. E' a palavra arabe *almoxarraf*, que significa eminente, condecorado, constituido em dignidade, etc. Deriva-se do verbo *xarrafa*, estar alto, ser honrado, ter alguma dignidade, etc. Em Portugal dá-se o nome de almoxarife ao cobrador dos direitos reaes, e ao administrador de certas casas grandes, como a de Bragança, Cadaval e outras. Succederam aos *mordomos* e *prestameiros*. O regimento dos almoxarifes faz parte do da fazenda de 17 de outubro de 1516 e comprehende os artigos de 100 a 243. Estes recebedores prestavam fiança pelo dizimo das cobranças. Escripturavam dois livros, um de receita outro de despeza, que se arrecadavam todos os dias, com o dinheiro recebido, em uma arca de ferro, fechada com duas chaves, uma das quaes pertencia a este empregado e outra ao seu escrivão. Os *contadores de fazenda* arrematavam annualmente as rendas das respectivas comarcas, e enviavam aos almoxarifes as declarações e titulos para elles procederem á arrecadação, cujas contas eram tomadas no *Tribunal das contas*, no mez de fevereiro da cada anno. Os da ilha Terceira prestavam as suas contas ao Feitor da mesma ilha, nos termos da provisão de 16 de agosto de 1679. || *Almoxarife das armas;* era encarregado da compra, fundição e conservação das armas, peças, etc. A sua escripturação fazia-se em tres livros, um das suas contas com a repartição da India e Corôa, outro com a repartição do Consulado, outro, rubricado pelo tenente general, para consulta de contas com os fundidores, mestre d'armas, ferreiro, fusileiro, coronheiro, lanceiro, etc. Prestava fiança de dez mil cruzados. || *Almoxarife dos Fornos de Val de Zebro;* respondia pelo fabrico e destino dos biscoitos para as armadas, navios da India, conquistas e fortalezas do reino. Fazia acquisição dos trigos, cuidava da sua arrecadação e dispunha d'elles, á proporção que era necessaria a farinha, a qual se entregava, com muitas formalidades e cautellas, aos mestres das masseirias, que, no praso de vinte dias, quando muito, eram obrigados a restituil-a fabricada em biscoitos. O almoxarife tinha sob as suas ordens um escrivão, um meirinho, um fiel, um mestre dos fornos, e os biscoiteiros que entendesse necessarios. O regimento d'este serviço é de 22 de julho de 1653. O almoxarife tinha de ordenado annual 200$000 réis. Em 9 de maio de 1776 foi extincto este emprego, passando todas as suas attribuições para a Junta da Administração Geral das Munições de Bocca. || *Almoxarife das obras e paços reaes;* presidia ás obras, fornecia os materiaes, provia á conservação dos palacios, tomava o ponto ao pessoal, pagava-lhe os salarios e vencimentos. Diz o regimento: «O dos Paços da Villa de Cintra será muito vigilante, em ter cuidado nas fontes que vão ao dito Paço.» Estes empregados venciam annualmente 80$000 réis. || *Almoxarife da polvora;* estava incumbido dos paioes. Recebia e distribuia a polvora e os elementos para o seu fabrico. Era responsavel pelo afilamento das balanças e pesos destinados a este serviço. Prestava fiança egual á dos almoxarifes das armas. O regimento relativo ao serviço é de 17 de março de 1674. || *Almoxarife das torres;* era encarregado do pagamento ás praças e guarnições de torres, acquisição de mantimentos, materiaes, etc. Era obrigado a morar nas praças, onde exercia este emprego, juntamente com o seu escrivão, sempre pessoa da maior confiança.

Almoxarife. Pov. da freg. de Giesteira, conc. d'Evora.

Almoxarife *(Praia do).* Pov. e freg. conc., com. e distr. da Horta, bisp. d'Angra, ilha do Fayal, archipelago dos Açôres. 925 alm. e 288 fog. Orago, N. S.ª da Graça.

Almoxarifes *(Quadro dos).* Corpo auxiliar do exercito, quadro a que teem accesso os sargentos das armas de engenharia e artilharia. Tem soffrido varias reformas, ampliações, reducções, etc.,

sendo a ultima a que vem na *Ordem do Exercito* de 21 de dezembro de 1902.

Almucella. Cobertor, coberta ou manta, que servia nas camas dos pobres e dos ricos. Viterbo, no seu *Elucidario,* transcreve varios documentos dos seculos XII e XIII por onde se vê ser plausivel esta significação de *almucella.*

Almude. Antiga medida de que se encontra menção nos foraes tanto para vinho como para trigo, cevada, mel, manteiga e até pão cozido. Viterbo, no seu *Elucidario,* dedica-lhe o seguinte artigo que nos parece bem reproduzir: «Esta medida, a que os Hebreos chamarão *Modd,* e os Arabes *Almodde,* passou aos Latinos com o nome de *Modius.* D'aqui tomárão os nossos o seu Almude *quasi alius modius,* por constar de dois alqueires assim dos aridos, como dos liquidos. E com effeito o Almude dos Arabes corresponde hoje com pouca differença ao nosso alqueire; mas a razão he, porque o nosso alqueire accrescentado contém o almude antigo, *ou duas medidas velhas, e hum punhado*; como declara El-Rei D. Manoel no Foral da Cathedral de Lamego, que alli se acha *no Livro Velho das Doações a f. 108.* Que muito logo os nossos antigos chamassem *Almude* ao que nós hoje chamamos alqueire: quando dois alqueires do seu tempo não fazião mais do que hum corrente em os nossos dias? Em Castella sempre chamárão *Almude de pão* á meia Fanega, que constando de quatro alqueires, claramente se mostra, que o *Almude* deveria constar de dois. Em Portugal ficou o *Almude* só em os liquidos, composto, e constante de dois alqueires, ou dois cantaros.»

Almuinha. Tambem *almunha* e *almoinha,* e ainda mais cinco variantes se conhecem nos manuscriptos antigos. Assim, designava a horta fechada sobre si, terra de pomar, parreiras, hortaliças, etc. Na procissão de *Corpus Christi* até ao seculo XVI appareciam os hortelões com a sua *invenção* representando uma almoinha, como se vê dos respectivos regimentos. Tinham varios privilegios os *almuinheiros,* conhecidos por *privilegio de hortelão,* como se vê de um documento em que os de Coimbra se queixaram nas côrtes de Torres Vedras, em 1141, dizendo que os almoinheiros se escusavam de alguns encargos.

Almunha. Pov. da freg. de Miranda, conc. de Arcos de Valle de Vez.

Almuro. Pov. e freg. da prov. do Alemtejo, conc. de Monforte, com. d'Elvas, distr. de Portalegre, arceb. d'Evora. 234 alm. e 18 fog. A pov. dista 7 k. da séde do conc. Orago S. Pedro. || Ribeira da prov. do Alemtejo. Nasce na serra das Alcarapinhas, na herdade das *Casas Velhas,* a seis k. distante d'Elvas; 15 k. da sua nascente, chama-se *Rio de Gatos,* e d'ahi para baixo *Almuro.* Juntando-se a outra ribeira que vem de Monforte, perde o nome, e tomam ambos o de *Ribeira Grande,* com que morre no Tejo.

Aloes. Pov. na freg. de Santo Estevam, villa e conc. d'Alemquer.

Alombada. Pov. da freg. de Macinhata do Vouga, conc. de Agueda.

Alonso *(Diogo).* Navegador portuguez, que deixou um *Roteiro de Portugal para a India.*

Alorna *(D. João d'Almeida Portugal, 4.º conde d'Assumar e 2.º marquez de).* Official-mór da Casa Real, (védor honorario da fazenda); commendador da commenda de Moreira na ordem de Christo; capitão de cavallaria do exercito, socio da Academia da Historia Portugueza. N. a 7 de novembro de 1726; f. a 9 de junho de 1802. Era filho do 3.º conde de Assumar e 1.º marquez de Alorna, D. Pedro Miguel d'Almeida Portugal, e de sua esposa, D. Maria de Lencastre, filha dos 4.ºs condes de Villa Nova de Portimão. Desejando seu pae proporcionar-lhe uma educação esmerada, obteve licença de D. João V, para que D. João fôsse estudar a Paris. Em 2 de dezembro de 1747 casou com D. Leonor de Lorena e Tavora, filha do 3.º marquez de Tavora, D. Francisco d'Assis e Tavora, herdeiro da casa d'Alvôr e 6.º conde de S. João, casado com D. Leonor Thomazia de Tavora, senhora e herdeira d'esta casa, e 6.ª condessa de S. João. O marquez de Alorna estava nomeado embaixador na côrte de Luiz XV, de França, mas o attentado de 3 de setembro de 1758 o obrigou a ficar em Lisboa, por ter sido preso e encerrado na torre de Belem, sendo a marqueza enviada para o convento de Chellas com as suas duas filhas menores, D. Leonor, que foi a grande poetisa marqueza d'Alorna (V. *este nome),* e D. Maria, mais tarde condessa da Ribeira Grande. Seu filho D. Pedro, que contava apenas 4 annos de edade, ficou abandonado. entregue á compaixão dos familiares de sua casa, O marquez de Pombal ordenára aquella prisão, pelo facto do marquez se tornar suspeito, em consequencia dos laços de parentesco que o ligavam á familia dos Tavoras. Apesar do seu caracter severo, o ministro de D. José sempre teve consideração com aquelles fidalgos, porque nenhum dos Alornas figurou na triste e horrorosa tragedia de Belem. O prisioneiro foi depois transferido para o forte da Junqueira. Dezoito annos esteve preso. Dos incommodos e trabalhos que então soffreu, juntamente com os seus companheiros do infortunio, o marquez escreveu uma breve relação, que só veiu a publicar-se muitos annos depois da sua morte, em 1857. Morrendo D. José, em 24 de fevereiro de 1777, D. Maria I subiu ao throno, e os prisioneiros do Estado fôram logo postos em liberdade. Alguns, porém, e entre elles o marquez d'Alorna, não quizeram gozar d'essa liberdade sem que a sua innocencia fôsse bem reconhecida e proclamada. A rainha accedeu áquelle desejo, e n'uma portaria, com a data de 7 de março do referido anno de 1777, determinou que os presos sahissem dos carceres e fôssem residir a vinte leguas da côrte até alcançarem a rehabilitação desejada. O marquez retirou-se para a sua quinta de Valle de Nabaes, proximo d'Almeirim, com sua mulher e filhas, levando tambem comsigo o filho do duque d'Aveiro. Dois mezes depois, seu filho D. Pedro, conde d'Assumar, foi apresentar-lhe por ordem da soberana, o decreto em que se declarava que, em vista do parecer conforme de uma junta para esse fim congregada, fôra considerado innocente e sem prova alguma por onde podesse dizer-se criminoso; por isso ficava restabelecido em todas as honras e liberdades, que por diante lhe competiam. Animado com este decreto de rehabilitação, o marquez retirou-se para Lisboa, recebendo no seu palacio as pessoas da mais elevada aristocracia, que todas as noites alli se juntavam, e onde brilhava o peregrino talento de sua filha, D. Leonor d'Almeida, futura marqueza de Tavora, já consagrada como poetisa no convento de Chellas. O marquez, po-

rém, preoccupava-se muito com o horroroso fim dos marquezes de Tavora e seus cumplices, e empregou todos os seus cuidados e solicitude para obter a revisão da sentença que os condemnara, tão summariamente, em julgamento especial, creado pelo marquez de Pombal. Só no fim de dois annos de incançaveis luctas é que conseguiu que sahisse um decreto, com a data de 10 d'outubro de 1780, nomeando uma commissão para se encarregar d'essa delicada e ardua empreza. O marquez não descançava, nem o procurador que em Lisboa trabalhava por sua ordem. O procurador, porém, irritado com os continuos transtornos que sobrevinham, teve a imprudencia de redigir um memorial muito inconveniente e com propostas arrojadas. Este excesso de zelo pela causa por que trabalhava, indignou os juizes, e a propria rainha manifestou o seu despeito. O velho fidalgo, que então estava em Almeirim, teve de vir a Lisboa declarar que não auctorisara nem tivera conhecimento de semelhante memorial. Os trabalhos da junta ficaram então paralysados por algum tempo, continuando depois morosamente, até que a rainha deu ordem positiva para que os juizes se reunissem em sessão, em a noite de 3 de abril de 1781 com a obrigação de n'aquella mesma noite lavrarem a sentença. Os juizes assim o fizeram, a sessão durou até alta madrugada, e no fim de grandes debates ficou decidido que os unicos culpados d'aquelle attentado, haviam sido o duque d'Aveiro e tres dos seus creados, declarando os Tavoras innocentes, a quem por isso levantaram a nota de infamia que lhes fôra imposta, rehabilitando a sua memoria. Se o processo feito debaixo da pressão do marquez de Pombal fôra irregular, o da revisão do processo não o era menos, e apresentando o procurador geral da corôa certos embaraços á nova sentença, esta ficou sem effeito. O marquez ainda não desistiu do seu intento; as suas diligencias e pedidos eram incessantes; vendo que nada conseguia, chegou a tratar com arrogancia e desabridamente o ministro marquez de Ponte de Lima, na propria secretaria do estado. A rainha mostrou-se offendida, e o marquez retirou-se para a sua quinta em Almeirim, onde falleceu: a marqueza, sua esposa, já havia fallecido, a 30 d'outubro de 1790. O marquez tinha herdado de seu pae a casa e o titulo, em 10 de novembro de 1756. Escreveu: *As prisões da Junqueira, durante o ministerio do marquez de Pombal, escriptas alli mesmo pelo marquez de Alorna, uma das suas victimas. Publicada conforme o original, por José de Sousa Amado, presbytero secular,* Lisboa, 1857. Esta obra esteve inédita durante setenta annos, e appareceram varias copias com o titulo de: *Relação dos presos do forte da Junqueira,* etc. E' um documento curioso pelas particularidades que encerra ácerca das pessoas e soffrimentos dos presos do Estado, que jazeram no referido forte, d'onde só fôram postos em liberdade, em 1777, depois da morte d'el-rei D. José.

Alorna *(D. Leonor d'Almeida Lorena e Lencastre, condessa de Oeynhausen, 7.ª condessa d'Assumar, e 4.ª marqueza de).* Notavel poetisa. N. em Lisboa a 31 de outubro de 1750, f. em Bemfica a 11 de outubro de 1839. Era filha primogenita do 2.º marquez d'Alorna e 4.º conde d'Assumar, D. João d'Almeida Portugal, e de sua mulher, D. Leonor de Lorena e Tavora. (V. 2.º *marquez d'Alorna).* Era irmã do 3.º marquez d'Alorna e 5.º conde d'Assumar, D. Pedro d'Almeida de Portugal, e de D. Maria d'Almeida, que casou com D. Luiz Antonio da Camara, 6.º conde da Ribeira Grande. D. Leonor d'Almeida teve uma infancia muito attribulada, pois logo na edade de oito annos foi encerrada como prisioneira em companhia de sua mãe e sua irmã no convento de Chellas, emquanto que seu pae fôra preso e encarcerado na Torre de Belem, passando depois para o forte da Junqueira, como suspeito de ter tido conhecimento do celebre crime dos Tavoras. O marquez de Pombal ordenara aquella prisão, em vista dos laços de parentesco que ligava a familia dos marquezes d'Alorna com a dos marquezes de Tavora. Este grande infortunio durou dezoito annos, findos os quaes, por morte d'el-rei D. José, D. Maria I, subindo ao throno, mandou pôr em liberdade todos os prisioneiros do Estado; alguns, porém, não quizeram usar da liberdade sem que primeiro fôsse proclamada a sua innocencia. O marquez, seu pae, entrou n'este numero. Na sua reclusão do convento de Chellas, passou a primeira quadra da vida, em companhia de sua mãe e de sua irmã, entregando-se a profundos estudos, á composição de melodiosas poesias, que alcançaram grande fama e que figuraram depois nas suas obras completas com o titulo de *Poesias de Chellas.* Estavam então em moda os chamados *outeiros* pela côrte, e principalmente pelos conventos, e além dos socios da Arcadia, havia bons poetas, entre os quaes se distinguia Francisco Manuel do Nascimento, com o nome *Filinto Elysio.* Este poeta, com alguns amigos, começou a ir ao convento de Chellas, recitando versos, pedindo motes ás freiras, esperando n'essas occasiões encontrar D. Leonor d'Almeida e ouvil-a na grade. Com effeito a joven poetisa appareceu, brilhou e confundiu os admiradores do seu talento. Data d'estes encontros o nome de *Alcippe,* com que elles a celebraram, assim como o de *Daphne,* que deram a sua irmã, D. Maria d'Almeida, futura condessa da Ribeira Grande. Era permittido e tolerado em todos os conventos, n'essa epoca, quando alguma senhora, freira ou secular, se via gravemente enferma, e algum parente insuspeito a queria visitar, como pae, irmão ou filho, tomar este o logar d'um dos criados do convento, e conduzir á cella da enferma qualquer coisa que por outra pessoa não conviesse que fôsse levada. Achava-se a marqueza muito doente, e vinha para lhe fallar seu filho D. Pedro, depois 3.º marquez d'Alorna; D. Leonor, vendo o irmão chegar á portaria, e estando alli o aguadeiro com o barril, fez com que D. Pedro pozesse o barril ás costas, e assim fôsse encontrar-se com sua mãe. Havia, porém, a circumstancia d'esta senhora ser presa do Estado, o que causou grande impressão, havendo denuncia para o arcebispo de Lacedemonia. O prelado obrigou D. Leonor a não sahir da cella, determinando-lhe que cortasse os cabellos e se vestisse de côr honesta. D. Leonor não fez caso d'esta ordem, e quando o arcebispo voltou, ameaçou-a com o marquez de Pombal, ao que a distincta poetiza respondeu com altivez que não era professa. O arcebispo conteve-se, e desistiu de a apoquentar. Seu pae enviava-lhes com difficuldade cartas escriptas com o seu proprio sangue, a que a joven poetisa começou a responder, desde que

completou onze annos de edade, em consequencia da enfermidade de sua mãe. Houve um momento em que mostrou desejos de professar, pelo desgosto inaudito que soffreu, vendo que tinha perdido uma das cartas de seu pae; chegou a fazer os *exercicios espirituaes* de S. Ignacio de Loyola, que em logar de dez dias, segundo a pratica, fôram de vinte. Dissuadiu-a d'esse proposito fr. Alexaudre da Silva, tio de Almeida Garrett (V. *este nome),* e que depois foi bispo de Malaca. Apesar dos seus trabalhos artisticos e litterarios, porque D. Leonor entregava-se tambem á pintura, dispunha ainda d'algumas horas para se dedicar ao serviço de enfermeira, de refeitoreira e de organista do convento. Conhecia a fundo varias linguas, tinha uma vasta instrucção scientifica, desenhava e pintava admiravelmente, sem desdenhar ao mesmo tempo as prendas proprias do seu sexo. Era de caracter affavel, sabia amenisar com a sua meiguice e candura filial as amarguras de sua pobre mãe, tornara-se muito querida pela sua amabilidade de todas as religiosas do convento. Quando o marquez sahiu da prisão, dirigiu-se ao convento, onde na grade o esperavam sua mulher e filhas, acompanhadas de parentes e mais pessoas para o cumprimentarem. O marquez e sua familia fôram viver para a quinta de Valle de Nabaes, que possuiam nas proximidades d'Almeirim. Mais tarde voltaram para Lisboa. O marquez reunia então nas suas salas a mais brilhante e aristocratica sociedade, tanto de portuguezes como de estrangeiros. D. Leonor d'Almeida era o encanto e o enlevo d'aquella brilhante e distincta sociedade, seu talento elevado, espirito finissimo, o prestigio do infortunio que soffrera, a audacia de ter affrontado as iras do marquez de Pombal, a tornavam digna da maior consideração e respeito. Enamorou-se então d'um fidalgo allemão, o conde Carlos Augusto de Oeynhausen, que viera a Portugal com seu primo, o conde de Schaumbourg Lippe, o qual fôra contratado em 1762 pelo marquez de Pombal para organisar e commandar o nosso exercito. O conde de Oeynhausen, para desposar D. Leonor d'Almeida, não duvidou converter-se á religião catholica. O casamento realisou-se em 15 de fevereiro de 1779, sendo madrinha a rainha D. Maria I e padrinho el-rei seu marido, D. Pedro III. O conde foi armado cavalleiro da ordem militar de Christo, cerimonia a que assistiu toda a côrte. A rainha deu-lhe o abraço ou *accolada,* o rei poz-lhe o cinturão e tocou-lhe com a espada nua, os principes D. José e D. João ajudaram os reis seus paes na *investidura.* Tendo o commando do primeiro regimento de infantaria do Porto, o conde de Oeynhausen foi residir com sua esposa para aquella cidade; mais tarde teve a nomeação de ministro plenipotenciario de Portugal em Austria; partiram então para Vienna, por terra, ficando uma filhinha, que já havia nascido d'aquelle matrimonio, em poder da marqueza d'Alorna, sua avô. Na viagem, demoraram-se nas côrtes de Hespanha e de França, sendo a condessa recebida o mais lisongeiramente pelos monarchas d'aquelles dois paizes, Carlos III e Luiz XVI. Chegando a Vienna d'Austria, ganhou logo as sympathias da imperatriz Maria Thereza e do seu successor, D. José II. Quando o pontifice Pio VI foi visitar este imperador, tambem teve a honra de ser recebida pelo papa, assistindo a todas as festas e cerimonias que então se fizeram em homenagem áquella visita. A condessa tornou-se bem depressa notavel, em Vienna, como poetisa, e pelos seus trabalhos de pintura. Mandou para Lisboa, a seu pae, o quadro da *Soledade;* o quadro *Amor conjugal* foi offerecido á princeza D. Maria Benedicta, irmã de D. Maria I. Este quadro ardeu no incendio do paço d'Ajuda. Pintou outros quadros, entre os quaes figurava o seu retrato e uma copia da *Sybilla,* de Guido Reni. A maior parte d'estes trabalhos ficaram perdidos. A sua saude não se dava bem com o clima d'Austria; essa razão e os negocios de sua casa que reclamavam a sua presença, obrigaram o conde de Oeynhausen a voltar para Lisboa. Foi então nomeado inspector geral da infantaria com o posto de tenente-general. Estava tambem nomeado governador do Algarve, quando falleceu a 3 de março de 1793, tendo apenas 54 annos de edade. D. Leonor d'Almeida sentiu muito a morte de seu marido, e retirou-se com seus filhos para as suas propriedades d'Almeirim, onde esteve algum tempo, e depois para outras que tambem possuia em Almada. Entregou-se á educação dos filhos, tornando-se muito estimada por todos, pelos grandes beneficios que dispensava constantemente aos pobres; quando estava em Almeirim, pagava a uma mestra para ensinar as raparigas, tanto d'aquella villa como das povoações visinhas, a ler, escrever, coser, e outras prendas proprias do seu sexo. Sendo muito considerada e respeitada pela familia real, não tardou a ser nomeada dama de honor da rainha D. Carlota Joaquina; foi encarregada de elaborar os desenhos para a decoração interna do paço d'Ajuda, o que não chegou a executar. Por morte de seu pae, em 1802, partiu para Madrid e de lá para Inglaterra, onde se demorou mais tempo do que tencionava, por ter tido noticia da entrada dos francezes em Portugal e da fuga da familia real para o Brazil. Frequentava muito as principaes casas inglezas e a do embaixador portuguez, D. Domingos de Sousa Coutinho, conde do Funchal. Voltou comtudo, a Lisboa, em 1809; a sua situação tornava-se um tanto critica: seu irmão, o marquez D. Pedro, partira para França commandando a Legião Portugueza, e apesar de ter mandado seu filho para o Rio de Janeiro, os governadores do reino a intimaram com instancia para sahir da capital. Partiu novamente para Inglaterra, onde se demorou até 1813, anno em que falleceu D. Pedro; obtendo então licença para regressar a Portugal, veiu residir para Bemfica, na casa de seu neto, o marquez de Fronteira, D. José Trazimundo de Mascarenhas Barreto. A condessa emprehendeu alcançar a rehabilitação da memoria de seu irmão, que fôra condemnado

Marqueza de Alorna

como traidor á patria; só no fim de dez annos, depois de muita lucta, é que o conseguiu, e foi sómente n'essa época que passou a usar do titulo de 4.ª marqueza d'Alorna, e 6.ª condessa d'Assumar, como herdeira de seu irmão. D. Pedro d'Almeida foi o ultimo marquez da casa d'Alorna. A filha mais velha de D. Leonor d'Almeida, chamada D. Leonor Benedicta, casou com o 6.º marquez de Fronteira, D. João José de Mascarenhas Barreto. Por decreto de 22 d'outubro de 1839, e carta de julho de 1844, ficou sendo 5.º marquez d'Alorna, o 7.º marquez de Fronteira, D. José Trazimundo de Mascarenhas Barreto. O titulo de conde d'Assumar não foi renovado, e desde então o titulo de Alorna ficou ligado ao titulo de Fronteira. Depois da morte de seu filho, o conde de Oeynhausen. João Carlos Ulrico, succedida em 14 d'agosto de 1822, a condessa ficou vivendo em grande tristeza, e poucas vezes sahia do seu retiro. O titulo de Oeynhausen fôra herdado por morte de seu pae; era o de um condado allemão. A marqueza d'Alorna só compareceu na abertura real das côrtes em 1826, servindo de camareira-mór, e em 1828, como dama de honor da infanta D. Isabel Maria, na sessão em que a infanta entregou o governo do reino a seu irmão, o infante D. Miguel. Assistiu ao *Te-Deum*, que se cantou na Sé, quando D. Pedro e D. Maria II entraram em Lisboa; ás exequias de D. Pedro IV, ao casamento de D. Maria II com o principe D. Augusto de Leuchtenberg. Ao segundo casamento de D. Maria II com D. Fernando não poude assistir, por causa da sua avançada edade, mas os soberanos não se esqueceram de ir visital-a a Bemfica. No dia 24 de julho de 1833, o duque da Terceira e o marquez de Fronteira fôram tambem visital-a, apenas entraram em Lisboa. A rainha D. Maria II concedeu-lhe a banda da ordem de Santa Isabel. A marqueza d'Alorna tambem era dama da ordem da Cruz Estrellada, d'Allemanha. Falleceu com 89 annos de edade. O titulo de 6.ª condessa d'Assumar e 4.ª marqueza d'Alorna fôram renovados por decreto de 26 d'outubro de 1823. A marqueza foi sempre subdita muito respeitosa e obediente aos soberanos. Sendo pouco affeiçoada á medicina, e tendo por inuteis os remedios na sua edade, sua filha D. Henriqueta lembrou-se de lhe fallar em nome da rainha, para que tomasse os remedios, que os medicos receitassem. Só assim consentiu em os tomar. Das filhas da marqueza d'Alorna, contam-se tambem; D. Juliana, que casou com o 2.º conde da Ega, Ayres José Maria de Saldanha Albuquerque Coutinho Mattos e Noronha; enviuvando, passou a segundas nupcias com o conde de Strognoff, na Russia, Gregorio Alexandre Ironwisch; D. Henriqueta, que foi dama da rainha D. Maria II; D. Luiza, que casou com Heliodoro Jacintho Carneiro d'Araujo, fidalgo cavalleiro da Casa Real, do conselho de D. João VI. As obras da marqueza d'Alorna fôram publicadas depois da sua morte, e são as seguintes: *Obras poeticas de D. Leonor d'Almeida*, etc., *conhecida entre os poetas portuguezes pelo nome de* «Alcippe.» Lisboa, 1844, com o retrato da autora. São seis volumes. *Tomo I: Noticia biographica da marqueza, seguida de outra noticia historica de seu esposo o conde de Oeynhausen; Poesias compostas no mosteiro de Chellas; Poesias escriptas depois da sahida do mosteiro de Chellas.* — *Tomo II: Continuação das poesias lyricas, escriptas depois da sahida do mosteiro de Chellas.* — *Tomo III: A primavera*, traducção livre do poema das *Estações* de Thompson; os primeiros seis cantos do *Oberon*, poema de Wieland, traduzidos do allemão; *Darthula*, poema traduzido d'Ossian; traducção d'uma parte do livro I da *Illiada* em oitava rima. — *Tomo IV: Recreações botanicas*, poema original em seis cantos; *O Cemiterio d'aldeia*, elegia, imitada de Gray; *O Eremita*, ballada imitada de Goldsmith; Ode, imitada de Fulvio Testi; Ode de Lamartine a Filinto Elysio, traduzida; Epistola a lord Byron, imitação da 2.ª meditação de Lamartine; imitação da 28.ª meditação do mesmo poeta, intitulada: *Deus*. — *Tomo V: Poetica de Horacio*, traduzida com o texto; *Ensaio sobre a critica*, de Pope, com o texto; *O rapto de Proserpina*, poema de Claudiano em quatro livros com o texto. — *Tomo VI:* Paraphrase dos cento e cincoenta psalmos que compõem o Psalterio, em varias especies de rythmo; seguida da paraphrase de varios canticos biblicos e hymnos da egreja. Parece que a paraphrase dos psalmos não fôra feita sobre a vulgata, mas sim sobre a versão italiana de Xavier Matthei. Uma parte do *Psalterio* já fôra publicada em vida da autora, em um volume de 4.º, impresso em Lisboa, em 1833. A outra parte sahira tambem anteriormente com o titulo: *Paraphrase e varios psalmos*, Lisboa, 1817; tambem haviam sido impressas em Londres em 8.º gr. as traducções da *Poetica de Horacio*, e do *Ensaio sobre a critica*, de Pope. Tambem foi publicada ainda em vida da autora: *De Buonaparte e dos Bourbons; e da necessidade de nos unirmos aos nossos legitimos principes, para a felicidade da França e da Europa: por F. A. de Chateaubriand. Traduzido em linguagem por uma senhora portugueza*, Londres, 1814; *Ensaio sobre a indifferença em materia de religião: trad. de Lamennais*, Lisboa, 1820, 2 tomos; *Estudo biographico-critico*, a respeito da *litteratura portugueza*, de Romero Ortiz, de pag. 61 a 96, que sahira tambem na *Revista de España*, tomo IX; *Elegia á morte de S. A. R. o principe do Brazil o sr. D. José*, Lisboa. 1788.

Alorna *(D. Pedro d'Almeida Portugal, 5.º conde d'Assumar, 3.º marquez de)*. Védor honorario da Casa Real, em verificação de vida concedida n'este officio, por decreto de 6 de julho de 1793; official-mór honorario da Casa Real; commendador da Ordem de Christo; grande official da Legião de Honra de França; governador das armas da provincia do Alemtejo; chefe da Legião das Tropas Lusitanas; tenente-general do exercito, distincto pelos seus grandes talentos militares; governador da provincia de Minsck, na Russia. N. a 16 de janeiro de 1754; f. em Kœnigsberg a 2 de janeiro de 1813. Era filho do 2.º marquez d'Alorna e 4.º conde d'Assumar, D. João d'Almeida Portugal, e de D. Leonor de Lorena e Tavora, filha dos 3.ºˢ marquezes de Tavora. Succedeu na casa e titulos a seu pae, em 9 de janeiro de 1802. Não tendo ainda cinco annos, ficou privado dos affectos de pae e de mãe, e entregue aos cuidados e compaixão dos criados, em consequencia dos acontecimentos politicos, e do crime dos Tavoras, que encarceraram seu pae no forte da Junqueira e sua mãe e irmãs no convento de Chellas. (V. 2.º *marquez e 4.ª marqueza d'Alorna)*. Por morte de D. José em 1777, D. Maria I subiu ao throno, e

um dos seus primeiros cuidados foi dar liberdade aos presos do Estado; o 2.º marquez, D. João ficou livre e restituido á sua familia. D. Pedro d'Almeida recebeu o titulo de conde de Assumar, e passou a occupar na côrte o logar a que tinha direito pelo seu nascimento fidalgo. Seguiu a carreira das armas, e sendo coronel de cavallaria, foi escolhido em 1793 para ajudante da divisão auxiliar á Hespanha, e desembarcando no porto de Rosas, logo se distinguiu nos primeiros combates, mas no fim d'um anno de campanha recolheu a Lisboa com licença, muito preoccupado com a idéa de que os generaes hespanhoes não deixavam brilhar as tropas portuguezas, como era de justiça, com o fim de reservarem todas as honras da victoria para os seus soldados, e que o tenente general Forbes, commandante da divisão portugueza não tinha a precisa energia para se impôr, evitando esta desconsideração. Em 1795, alcançou o titulo de marquez, concessão de D. Maria I, pelas cartas de 4 e 14 d'abril, com as honras do officio de vedor da Casa Real, e a graduação de marechal de campo, ficando effectivo no anno seguinte, 1796, sendo nomeado em 1797 chefe da legião lusitana de tropas ligeiras que então se organisou. Com as proporções que tomara a revolução franceza, em 1799, começou a haver receios que Portugal não podesse evitar ser tambem invadido, e o principe regente, D. João, conhecendo que os seus exercitos estavam pouco habilitados para entrarem em batalha, encarregou o marquez d'Alorna de apresentar as suas idéas sobre o modo de o organisar e disciplinar convenientemente. O illustre general formulou o seu plano n'uma desenvolvida memoria, a que deu o titulo de *Reflexões sobre o systema economico do exercito,* tratando de assentar a constituição do exercito em regras fixas e bem definidas, tornar facil e dependente d'uma simples ordem do poder supremo a passagem do pé de paz para a do pé de guerra, e finalmente dispôr de tudo de fórma que consignando á defeza do paiz a verba constante de seis milhões e meio, com as economias feitas durante a paz, houvesse sempre um thesouro de guerra reservado para occorrer ás despezas extraordinarias d'um anno de preparo e de dois primeiros de campanha. Este trabalho, com o longo praso que o marquez contava desde os annuncios de guerra até ás primeiras operações, deu um magnifico resultado, e é uma gloria para Portugal vêr que muitos dos methodos adoptados actualmente no exercito allemão, se encontram já propostos na memoria que o marquez d'Alorna escreveu nos fins do seculo XVIII. Só ultimamente esta memoria, que se conservou inédita mais d'um seculo, foi publicada com o seguinte frontispicio: *Marquez de Alorna — Marechal de Campo — Reflecçoens sobre o systema economico do exercito, 1799. Livraria Ferin, Lisboa, 1903;* 1 vol. com retrato. No livro vem um prologo do sr. Fernando Maia, illustre lente da Escola do Exercito, em que se explica a situação politica e militar do reino e a razão por que tal memoria foi escripta. Pouco tempo depois de ser conhecida esta memoria, perturbaram-se as nossas relações diplomaticas com a Hespanha, e tratando o governo de se preparar para a guerra, o marquez de Alorna teve o commando das tropas que se uniram na Beira, mas foi em vão que requisitou mais forças, dinheiro e recursos indispensaveis para uma boa defeza; os seus pedidos tiveram sómente promessas em resposta, e então, valendo se do seu proprio credito, abasteceu Almeida, e com a sua reconhecida energia conseguiu fazer das rochas de Monsanto uma praça de guerra, e construir na Guarda um forte com casa-matas á prova de bomba, fortificou a posição das Talhadas com tres reductos e outros intrincheiramentos, pôz o castello de Villa Velha, que era um montão de pedras, em estado de se defender, levantando flechas e trincheiras, fez algumas obras nos arredores de Sortelha e Celorico, creou um hospital no Fundão, estabeleceu n'esta villa, em Cardigos e Celoricos, armazens para abastecimentos das suas posições e com o fim de facilitar as communicações para Abrantes, uma soffrivel estrada, que ficou com o nome de *estrada do marquez d'Alorna;* em paga de tantos e proveitosos serviços, o governo mandou-o servir como immediato do general Dorckar, a quem deu o commando superior da provincia da Beira. Das medidas então infelizmente adoptadas, resultou a perda de Arronches e Flôr da Rosa, e finalmente a vergonhosa paz de Badajoz. No dia primeiro de dezembro de 1801, o governo nomeou uma grande commissão composta de varios generaes, presidida pelo ministro da guerra, D. João d'Almeida Mello e Castro, á qual foi incumbido o estudo das nossas instituições militares e das reformas de que ellas careciam. O marquez de Alorna não teve entrada n'esta commissão, sendo porém impossivel deixar de ouvir a sua opinião n'um assumpto em que era tão competente, foi-lhe enviado um aviso, em 17 d'abril de 1804, ordenando-lhe que désse o seu voto com individuação sobre o projecto que já estava elaborado, o que fez por escripto declarando o plano proposto incompleto, e censurando que se quizesse alterar o que a experiencia tinha mostrado bom, só pelo desejo de fazer innovações. Parece que o marquez d'Alorna ainda escreveu n'essa época a seguinte obra: *Observações sobre a memoria do general Dumouriez ácerca da defeza de Portugal, com o projecto de reorganisação do exercito no plano de defeza do paiz.* Este trabalho julga-se hoje perdido, porque se não encontra copia alguma. O marquez d'Alorna envolveu-se na conspiração que em 1805 se tramou, para tirar a regencia ao principe D. João, que se deixava dominar pelo partido francez, e por esse motivo não partiu para o Rio de Janeiro, a exercer o cargo de governador para que fôra nomeado; mais tarde foi promovido a tenente general, encarregado do governo das armas do Alemtejo, onde estava no anno de 1807. Do seu quartel general de Villa Viçosa transferiu-se para Elvas quando viu aproximar-se a guerra, tratou de reforçar a guarnição da praça e abasteceu-a de viveres, ordenou ao tenente coronel Lecor, seu ajudante de campo, que partisse a colher noticia dos francezes, e que no caso d'elles terem invadido o nosso territorio, seguisse para Lisboa a avisar o principe, recommendando na passagem aos magistrados que cortassem as pontes e difficultassem por todos os modos a entrada dos estrangeiros. O tenente coronel Lecor, depois de desempenhar a sua missão, voltou a Elvas, com ordem de não pôr obstaculos á marcha das tropas do general Solano, e o marquez d'Alorna

teve de resignar-se a cumprir as ordens do regente, que abandonava o seu povo, na occasião do perigo, partindo para o Brazil. A conquista fôra facil aos francezes, mas para que elles podessem manter o seu dominio, tornava-se urgente impossibilitar os meios de que os portuguezes podiam dispôr para recuperar a sua independencia; para alcançar esse resultado, Junot, primeiro ajudante de campo do imperador Napoleão, teve a idéa de dissolver o exercito e afastar para longe os melhores soldados e os chefes mais conhecidos. Foi d'aqui que nasceu o licenceamento do exercito e organisar-se a legião portugueza em que entraram Gomes Freire d'Andrade e Manuel Martins Pamplona, depois conde de Subserra, intimos amigos do marquez d'Alorna, ficando o marquez com o commando geral. A Legião Portugueza foi, portanto, manifestamente creada por Junot, não só com o fim de recrutar mais alguns soldados para os exercitos francezes, mas tambem, e era talvez esse o principal fim, de afastar de Portugal, enviando-os ao centro das hostes napoleonicas, os homens mais perigosos, habituados á disciplina militar e a defenderem a bandeira portugueza, cuja permanencia poderia ser fatal aos invasores. O marquez d'Alorna sahiu de Portugal com as forças do seu commando, na primavera de 1808, acompanhou-as até Burgos, onde ficou doente, indo depois encontral-as em Bayonna. Os francezes tomaram todas as precauções para que as noticias desfavoraveis não transpirassem, mas apesar d'essas precauções, o marquez d'Alorna teve conhecimento da derrota de Dupont, nos campos de Bailen; então chamou ao seu quartel general os commandantes dos corpos alojados nas proximidades, e propoz-lhes o regresso da legião a Portugal; os commandantes, porém, consideravam grande temeridade a marcha de tão pequena força pelo meio dos exercitos francezes, e o marquez teve de desistir da sua idéa, bem a seu pezar. Napoleão, parecendo adivinhar aquelle plano, ordenou que a legião entrasse em França e se aquartelasse em Grenoble. Emquanto as tropas portuguezas estiveram n'esta cidade, o commando era exercido pelo general da divisão territorial e pelo inspector, ficando Alorna sómente com o titulo de commandante, sem attribuições algumas, e assim se conservou até março de 1809, em que indo a Paris, teve ordem de seguir para o quartel general do rei José Bonaparte, onde o detiveram até junho de 1810, sem commando e afastado das tropas. Preparava-se n'esta época a terceira invasão contra Portugal, e Napoleão pensou que a presença de alguns generaes e fidalgos portuguezes no exercito poderia facilitar a realisação do seu intento; o marquez d'Alorna recebeu então ordem de se apresentar em Salamanca ao general Massena, com o qual seguiu para a fronteira e entrou em Portugal. A regencia de Lisboa, tendo conhecimento d'este facto, passou a portaria de 6 de setembro de 1810, exautorando o marquez d'Alorna, privando-o de todos os titulos, honras e dignidades, e até do nome de portuguez, offerecendo ao mesmo tempo mil moedas a quem, vivo ou morto, o apresentasse, além do perdão no caso de ser seu cumplice no crime de traidor á patria. Seguiu-se depois um processo instaurado no juizo da inconfidencia, em que o condemnaram á morte em cadafalso alto no caes de Belem, sendo-lhe antes decepadas as mãos, devendo o cadafalso e o corpo serem reduzidos a cinzas e tudo lançado ao mar, concluindo ainda a sentença com a perda dos bens para o fisco, e autorisando qualquer do povo a dar a morte ao réo onde quer que o visse e reconhecesse ser o proprio. Massena, com a derrota de Torres Vedras, voltou para França, indo com elle o marquez d'Alorna, que em março de 1812 foi encarregado de inspeccionar as tropas da legião que se preparavam para a campanha da Russia, seguindo depois com o regimento de cavallaria na retaguarda do exercito francez. Chegando a Lithuania, Napoleão confiou-lhe o governo da praça de Mohilow, e ahi se conservou até que o imperador se viu obrigado a recuar. Nas margens do Dniepper foi juntar-se aos restos do grande exercito, e acompanhando a retirada, chegou a Kœnigsberg nos ultimos dias de dezembro de 1812, já muito doente, fallecendo poucos dias depois. Quando se verificou o enterro, já os cossacos estavam muito proximo, por isso se lhe não poude prestar as honras militares que lhe competiam. Assim exautorado das honras na patria, e privado da ultima homenagem a que lhe dava direito a sua graduação, foi enterrado em terra estrangeira o 3.º marquez d'Alorna, que podia ter prestado grandes serviços ao seu paiz, se o governo em 1808 tivesse, como era justo, exigido na convenção de Cintra o regresso da legião a Portugal. Sua irmã, a marqueza d'Alorna, trabalhou durante dez annos para rehabilitar a sua memoria, e só então é que poude alcançar a sentença, que, attendendo á pressão debaixo da qual o marquez servia no exercito imperial e a difficuldade que teria em se evadir, o julgou sem culpa e reconheceu a iniquidade da sentença que o havia considerado traidor á patria, quando fôra a patria que primeiro d'elle se esquecera. O marquez d'Alorna casára a 19 de fevereiro de 1782, com D. Henriqueta da Cunha, 1.ª filha dos 6.ºs condes de S. Vicente. Teve dois filhos: D. João d'Almeida, 6.º conde d'Assumar por decreto de 15 de maio de 1805, fallecido em 27 de setembro do mesmo anno; e D. Miguel d'Almeida, 7.º conde d'Assumar, por decreto de 24 de junho de 1806, fallecido em agosto tambem do mesmo anno. Fôram ambos alferes da Legião Lusitana.

Alorna *(D. Pedro Miguel d'Almeida, 3.º conde d'Assumar, marquez de Castello Novo, e 1.º marquez de).* Commendador das commendas de S. Cosme e Damião, na ordem de Christo; censor da Academia Real, gosando mais bens da corôa e ordens, que fôram do conde seu pae; governador e capitão-general da provincia de Minas Geraes no Brazil; mestre de campo general dos exercitos, governador e director geral da arma de cavallaria; foi o 44.º vice-rei da India portugueza. N. a 29 de setembro de 1688; f. a 10 de novembro de 1756. Era filho do 2.º conde d'Assumar, D. João d'Almeida Portugal e de sua mulher D. Isabel de Castro. Tendo apenas 17 annos, partiu para a Catalunha com seu pae, que então era embaixador na côrte de Barcelona, junto ao archiduque Carlos d'Austria, reconhecido pelo nosso governo como el-rei Carlos III de Hespanha. Começou, portanto, a sua carreira militar na Catalunha, no exercito portuguez que defendia a causa do archiduque. Sendo já coronel, foi promovido, em setembro de 1708, a brigadeiro para servir na cavallaria que estava no principado, e a 10 de

dezembro de 1709 foi elevado a general de batalha em attenção ao merecimento e bons serviços, segundo declara o decreto. O marquez das Minas, commandando um exercito alliado, chegou a entrar triumphante em Madrid, obrigando Filippe V a sahir, e chamando ali o archiduque Carlos para ser coroado; mas seguiu-se a batalha d'Almanza, e as tropas portuguezas que d'ella se salvaram, recolheram á Catalunha, e ficaram sob o commando do conde d'Atalaya. Dois annos se passaram, em que as armas estiveram relativamente socegadas; mas a 20 d'agosto de 1710, o general Staremberg deu batalha em Saragoça contra o exercito de Filippe V. O joven general D. Pedro d'Almeida distinguiu-se n'aquella batalha, porque commaudando o corpo da reserva na esquerda, e achando-se já rotas as duas linhas dos nossos alliados, não só deteve os inimigos, mas tambem os carregou e poz em debandada, dando assim tempo a que os inglezes, palatinos e hollandezes recomeçassem o combate; depois, tendo vinte esquadrões, conduzidos pelo general Hamilton, derrotado seis da nossa cavallaria e torneado o flanco das nossas tropas, D. Pedro cortou-lhes a retirada, e cahindo sobre elles na passagem d'um barranco, poucos deixou escapar com vida. Por todos estes valiosos feitos recebeu do marechal os merecidos agradecimentos, e do archiduque os mais justos louvores; logo na batalha de Villa Viçosa, a 10 de dezembro, se tornou digno de especial menção, na carta em que Staremberg relatou ao archiduque Carlos os acontecimentos d'esse dia. Seguiram-se dois annos em que se deram acções de pouca importancia, mas annunciada a suspensão d'armas que precedeu o tratado de Utrecht, e achando-se doente o conde d'Atalaya, D. Pedro foi encarregado da missão de conduzir atravez da Hespanha, por meio d'uma população hostil, as tropas portuguezas, que regressavam á patria reduzidas a cinco regimentos de cavallaria, distribuidos em quinze esquadrões com dois mil cavallos, mais uns quatrocentos homens desmontados e um regimento de infantaria. No dia 7 de janeiro de 1813 deixaram Barcelona, sendo até á fronteira cada um dos regimentos acompanhado, segundo as ordens da imperatriz d'Austria, por um dos principaes cavalleiros do principado, com o fim de evitar alguma desconsideração do povo que ficava abandonado e entregue á indignação do rei de Hespanha, e chegando a Cerveira encontraram um commissario de guerra incumbido de destinar quarteis e prevenir mantimentos, mas que em vez de procurar commodidades possiveis, buscava os peores caminhos, alongava extraordinariamente as marchas e ordenava aos paisanos que não dessem aos soldados alimentos e recursos indispensaveis, com o fim de os convidar á deserção e obter auxiliares para o rei de Hespanha. D. Pedro, nos primeiros dias, supportou tudo resignado, mas ao chegar a Calpe a 22 de janeiro, depois d'uma penosa marcha, a que não poderam resistir alguns homens e alguns cavallos, que fôram victimas do frio, vendo os pessimos quarteis que eram distribuidos por estarem já alojados na cidade dois regimentos de dragões francezes, ao mesmo tempo que nas ruas se armavam mezas em que publicamente offereciam de comer, dinheiro e fardas aos portuguezes que quizessem tomar o partido de Filippe V, mandou pedir ao commandante francez a entrega dos que se tinham deixado illudir. O official francez negou que soldado algum portuguez tivesse abandonado o regimento em que servia; D. Pedro, porém, conhecia as casas em que os desertores se tinham abrigado, mandou prendel-os, e mesmo em frente dos francezes fôram dois d'elles arcabuzados. Este exemplo foi sufficiente para conter os soldados, mas não bastou para mudar o procedimento do commissario. Aquella jornada, até chegarem a Lisboa, foi uma lucta constante. O commissario continuando nas suas picardias, e D. Pedro procurando sempre evitar que as suas tropas soffressem os maus tratos e faltas de commodidades, que elle lhes preparava. Assim fôram seguindo atravez a Hespanha, até que no dia 8 de março se apresentou um tenente-coronel, enviado pelo marquez de Bay, governador de Badajoz, para o prevenir que o seu general, segundo as ordens superiores que tinha, viria passar revista ás tropas portuguezas, e tirar-lhes os cavallos que levavam das provincias por onde tinham passado. D. Pedro ouviu aquella ordem, sem alteração alguma, convidou o official hespanhol a jantar, e depois encarregou-o de dizer ao general que estava prompto a deixar-se reconhecer, e que para isso o encontraria á frente das suas tropas do mesmo modo que já o tinha achado em Saragoça. Demorou-se o tenente-coronel dois dias no acampamento, e vendo que eram falsas as informações dadas ao governo de Madrid, participou-o ao marquez de Bay, que então mandou o marechal de campo, marquez de S. Vicente, dar uma satisfação ao nosso general, e reprehender asperamente o commissario que tinha forjado a accusação calumniosa. D. Pedro chegou finalmente ao reino e, sendo já conde d'Assumar, foi nomeado capitão general das Minas Geraes, em 1717, para onde logo partiu. O povo de Villa Rica sublevou-se por causa d'uma ordem de pagamento de impostos que chegara de Lisboa. Depois de commetterem grandes excessos, enviaram delegados a pedir perdão ao governador, e que a nova lei não fôsse cumprida. D. Pedro, considerando a pouca gente de que podia dispôr, fingiu acceder á pretenção, e os revoltosos cheios de orgulho por terem alcançado tão grande triumpho, continuaram por mais alguns dias em completa anarchia, até que se dividiram, e os chefes principaes voltaram para Villa Rica. D. Pedro mandou os então seguir por uma companhia de dragões, e colhendo-os ás mãos, mandou esquartejar um, e enviou o outro para o Rio de Janeiro, puuindo assim duramente a rebellião para manter o respeito pela autoridade. Voltando outra vez ao reino, sendo marechal de campo, quando se interromperam as relações diplomaticas com a Hespanha em 1735 e se começaram os preparativos para a guerra, o conde d'Assumar foi nomeado general da cavallaria do Alemtejo, depois director d'esta arma em todo o reino, e no anno de 1744 foi feito conselheiro de guerra, agraciado com o titulo de marquez de Castello Novo, por

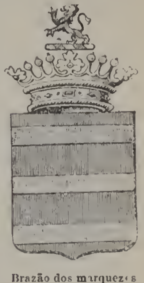

Brazão dos marquezes de Alorna

carta de 24 de maio d'esse anno, e despachado vice-rei da India, por decreto de 18 de fevereiro e carta de 24 de março do referido anno de 1744. No dia 29 seguinte partiu para Gôa, onde chegou a 19 de setembro, tomando posse cinco dias depois do elevado cargo, que pela primeira vez fôra exercido pelo seu illustre antepassado D. Francisco d'Almeida, e no seculo anterior, por seu avô, o 1.º conde d'Assumar. Tratou de levantar o Estado da India do abatimento em que tinha cahido, e entre muitos assumptos a que teve de attender, não lhe esqueceu de castigar a insolencia do rajah de Bounsuló, que ensoberbecido pelas victorias alcançadas em 1739 e 1740, pelas correrias e grandes estragos que causara por diversas vezes, desde o governo do vice-rei, o conde de Sandomil, continuava desprezando os ajustes feitos, a saltear de continuo as nossas possessões com as suas correrias, e a surprehender e a atacar nos mares as nossas embarcações. O altivo regulo demorou-se mais d'um mez em mandar, como era do estylo, cumprimentar o novo vice-rei, mas quando chegou a Gôa o enviado, D. Pedro respondeu que não acceitava o saguate sem primeiro saber se vinha da mão de amigo ou de inimigo, e que para o receber exigia antes uma satisfação da offensa commettida. Bounsuló conservou-se algum tempo tranquillo, mas depois intentou saquear de novo as nossas terras, com o auxilio de alguns outros regulos, e foi derrotado pelos nababos amigos dos portuguezes; ao mesmo tempo que mandava um emissario ajustar a paz, apresava algumas embarcações. O vice-rei resolveu terminar com tanta ousadia e altivez. A sua primeira idéa foi investir a praça de Rary, por ser o porto de mar e unico receptaculo da força maritima de Bounsuló, atacar-lhe a armada e destruir ou queimar as embarcações, mas a aproximação do inverno e a braveza das costas, tornaram difficil a execução d'este plano; então resolveu atacar Alorna, que era uma das praças mais fortes do inimigo, situada no centro das nossas fronteiras, e d'onde poderia depois com mais segurança marchar para Rary, ou quando o não podesse fazer, para Bicholim. Fôram tantas as difficuldades, quantos os perigos, que n'esta gloriosa acção venceu, dando um novo realce á antiga, se bem que já bastante amortecida gloria dos portuguezes no Oriente. Não tendo a quem confiasse a expedição, um chefe capaz de a dirigir, de tomar qualquer deliberação em circumstancias criticas, senão o tenente coronel francez Pierripont, resolveu-se a tomar o commando superior, para com a sua presença remediar de prompto os obstaculos, e animar os menos resolutos, porque só o nome de Bounsuló fazia tremer a maior parte da sua gente. Na manhã de 4 de maio de 1746, fez-se de véla pelo rio Calvale D. Pedro d'Almeida, acompanhado d'algumas forças, ao mesmo tempo que uma outra columna ás ordens de Pierripont marchava por terra, e reunidas pela tarde as duas fracções, tomaram a trincheira que os defensores de Alorna, já então reforçados, haviam construido a um quarto de legoa da praça, no ponto em que Pierripont devia atravessar o rio. Assentados os arraiaes, e conhecida a impossibilidade d'um sitio regular, deliberou-se levar a praça á escala, e ás tres horas da madrugada seguinte pozeram-se as tropas em movimento. Tentaram arrombar a porta a golpes de machado, mas não o conseguindo fizeram-n'a saltar com um petardo. A entrada ficou assim aberta, mas como a passagem ficasse muito estreita, houve muitos mortos e feridos, entre os quaes se contou o bravo tenente coronel Pierripont, que apesar do seu grave ferimento, não desanimou e dirigiu o ataque ao castello, onde se tinham recolhido os defensores. O governador não quiz render-se; então as portas fôram forçadas, e com auxilio de escadas conseguiram penetrar dentro do castello passando á espada todos quantos encontraram. Em poucos dias os nossos se apoderaram de Bicholim e Sanquelim, com todas as suas provincias ou territorios da mesma denominação. O mau tempo chegou, desenvolveram-se febres, e o vice-rei regressou a Gôa, onde cuidou logo dos preparativos para no fim da invernada se renovar a lucta. A 14 de novembro fez-se novamente de véla, a 23 foi dado o assalto á fortaleza de Tiracol, passando o rio Arondem, á vista do inimigo, e finalmente a 3 de dezembro entregou-se a praça de Rarim, que era considerada a mais forte d'esta costa, com toda a armada, petrechos e munições do inimigo. Em 1748 foi tomada Neutim, ultima fortaleza da costa. Em recompensa de tão valiosos serviços, o vice-rei recebeu a carta regia de 9 de novembro d'esse anno, em que se diz que, attendendo aos distinctos serviços que o marquez de Castello Novo lhe fizera na India, onde ultimamente tinha tomado ao inimigo as praças, e fortalezas de Alorna, Bicholim, Avara (Avaró), Tiracol e Rary (Rarim), devendo-se, depois do auxilio divino, á actividade, vigilancia e prudencia militar do dito marquez, que com a sua presença e valor animou as tropas a desprezarem os perigos, e a obrarem as gloriosas acções que fôram de grande credito ás armas e para o nome portuguez no Oriente; e para perpetuar a memoria das referidas acções na sua pessoa, que em logar de marquez de Castello Novo se chamasse «*Marquez d'Alorna.*» O titulo era em sua vida, e de uma vida mais no dito titulo. Por carta de lei de 21 de fevereiro de 1750 foi nomeado mordomo-mór da rainha D. Maria Anna d'Austria. O marquez d'Alorna havia casado em 20 de fevereiro de 1715 com D. Maria de Lencastre, 1.ª filha dos 4.º condes de Villa Nova de Portimão, D. Luiz de Lencastre, e de sua mulher, D. Magdalena Thereza de Noronha, da casa de Tarouca. No anno de 1750 entregou o seu governo, depois de seis annos de exercicio, ao seu successor o marquez de Tavora. Por esta occasião, e a pedido do novo vice-rei, escreveu a *Instrucção*, publicada em 1836, por Frederico Leão Cabreira de Brito. Houve segunda edição, por Filippe Nery Xavier Alvellos Drago Valente, em 1856, addicionando-se-lhe muitas notas interessantes e curiosas para o estudo da nossa historia no dominio do Oriente. Esta edição teve o seguinte titulo: *Instrucção dada pelo ex.mo marquez d'Alorna ao seu successor no governo d'este estado da India, o ex.mo Marquez de Tavora.* N'esse mesmo livro vem: *Historia da conquista da praça de Alorna, relatada pelo proprio conquistador.* O marquez regressou a Lisboa em 1752, fallecendo quatro annos depois. Nas cartas regias teve sempre o tratamento de *honrado marquez.* No governo da India usou sempre do seguinte titulo: «marquez de Castello Novo, conde d'Assumar, dos conselhos de Estado e de Guerra, delRey meu Senhor

Veador da sua Real Casa; mestre de campo, general dos seus exercitos, director general da cavallaria do reino, vice-rei e capitão general da India.» As suas armas, que são da familia dos Almeidas, eram — O escudo esquartelado, em um as armas dos Portuguezes, que é uma aspa vermelha, e n'ella cinco escudos d'armas reaes, com a cruz dos Pereiras de prata, e no outro as dos Almeidas, em campo vermelho tres bezantes de ouro, entre uma dobre cruz, e bordadura de ouro. Timbre uma aguia de vermelho abesentada de ouro. Extincta a linha da varonia dos Almeidas da casa d'Alorna, e passando o titulo para a linha collateral *Mascarenhas,* das casas Fronteira, Torre e Coculim, hoje vigora o brazão d'armas d'estas antigas e muito nobres casas.

Alorna *(Praça de).* Praça de guerra e fortaleza situada na margem direita do rio Arondem, junto aos contrafortes dos *Gattes,* na antiga provincia de *Ussopá* dos dominios do *Bounsuló,* hoje extremo norte e limite de possessões portuguezas na India. A fortaleza está estabelecida n'um ponto militar pessimo, n'uma planicie perfeitamente dominada das alturas visinhas. Todavia, considerava-se importante pela grossura das suas a praça, um pequeno bairro da aldeia de Alorna, um terreno plantado de palmeiras e outras arvores fructiferas, terras de arroz e outras culturas. Entra-se para esta planicie por uma pequena porta, que demora ao N. O fosso externo, formado por dois grossos vallados de terra argilosa, ainda se acha coberto aqui e alli de denso bambual, que no tempo da conquista era impenetravel, e ao abrigo do qual os marathas offereciam uma forte resistencia, sem experimentarem damno algum. Em 1863, e ainda em 1871, segundo refere Lopes Mendes na sua *India Portugueza,* achava-se o fosso todo povoado de magnificas bananeiras, cujas folhas são consideradas de primeira qualidade para embrulhar o tabaco, em fórma de *canudos* ou *viris* — especie de cigarros — de que geralmente se usa em Gôa. Uma unica porta, aberta no centro da cortina que olha para o rio, dá entrada na praça, e, para se chegar a ella, passa-se por uma lingua de terra da largura de 3 metros, onde termina o fosso, em frente do pequeno cemiterio. A praça é um pentagono irregular com quatro baluartes e um grande fosso, que facilmente se póde inundar com as aguas do rio, que tambem banham as muralhas pelo lado

Praça de Alorna

muralhas e outros meios de defeza; sendo por isso tenazmente defendida pelos inimigos nas nossas guerras com o *Bounsuló,* e sempre audaciosamente atacada pelos nossos, como ponto objectivo, indispensavel para a conquista e segurança da provincia de Bicholim. A 4 de maio de 1746 foi entrada e tomada pelas tropas portuguezas sob o commando do intrepido vice-rei D. Pedro Miguel de Almeida e Vasconcellos, marquez de Castello Novo, que alli ganhou o titulo de marquez de Alorna, em memoria de tão brilhante feito de armas. Por ordem do governo de Portugal e tratados com o *Bounsoló* foi-lhe a elle entregue novamente a praça de Alorna em 1761; e logo que se achou de posse d'ella começou outra vez a guerra, que durou até que, em 25 de agosto de 1781, foi reconquistada a fortaleza depois de valente lucta pelo governador D. Frederico Guilherme de Sousa. O terreno pertencente á praça é delimitado ao S. pelo rio, e nos restantes pontos cardeaes por um largo e profundo fosso. Comprehendem-se n'elle S. O. As muralhas estão perfeitamente conservadas, bem como os quarteis e mais officinas. Em 1863 tinha a seguinte guarnição: um major da 4.ª secção, commandante e governador da praça, um alferes, ajudante, um capellão, um sargento reformado fazendo serviço, um cabo de esquadra, servindo de condestavel, e um cabo e dez soldados do 4.º batalhão de caçadores. Era artilhada unicamente com quatro peças de ferro, uma em cada baluarte, sendo duas de calibre seis, e duas de calibre nove. Em 1836 foi a ultima vez que o canhão troou sobre estas celebres muralhas de recordações gloriosas para o credito das armas portuguezas. Este baluarte, theatro de façanhas heroicas dos portuguezes, acha-se hoje como que abandonado e servindo de presidio.

Alorna *(Quinta de).* V. *Almeirim.*

Alovagueira. Pov. da freg. de Couto de Cima, conc. de Vizeu.

Alpalhão. Villa e freg. (N. S.ª da Graça), da prov. do Alemtejo; conc. e com. de Niza, distr. e

bisp. de Portalegre; 2:191 hab. e 579 fog. E' pov. antiga. Tem Misericordia, hospital, escola do sexo masc. e est. post. permutando malas com a R. A. L. A pov. dista 10 k. da séde do conc. Foi fundada primitivamente no *Monte dos Sete*, e está hoje situada n'uma extensa planicie, cercada de muros construcção de D. João IV em 1660. Tem um castello, edificado por D. Diniz em 1300. Não se sabe ao certo quem fôram os fundadores, mas sabe-se que já existia no tempo dos romanos, com o nome de *Fraginum* ou *Fraxinum;* outros querem que a antiga *Fraginum* seja hoje a villa de *Gavião*, D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 13 d'outubro de 1512. A villa era do mestrado da ordem de Christo; fôram seus alcaides-móres e commendadores os marquezes d'Arronches, segundo uns, os marquezes d'Abrantes, segundo outros. E' banhada pelo rio do mesmo nome. Ha em Alpalhão duas fontes publicas, a da *Arca* e a da *Lama*. A fonte da Arca é de cantaria, com as armas reaes, a fonte da Lama tem optima agua. A terra é muito fertil. D'esta villa descobre-se Niza e Castello de Vide a 10 k. de distancia. || Pov. nas freg.^{s} de Envendos, conc. de Mação, e Tamengos. conc. de Anadia.

Alpande. Pov. da freg. de Ervões, conc. de Valle de Passos. || Ribeira da prov. de Traz-os-Montes. Nasce no logar de Quintella, freg. de Friões; na freg. de Ervões junta-se com outra ribeira, no sitio dos Cadavados. Morre na Ribeira Donra.

Alparagão. Ribeira da prov. do Alemtejo. Nasce proximo da villa de Chancellaria, recebe as ribeiras de Valle d'Açôr e Valle do Bispo. Lança-se no rio Sôr depois d'um curso de 9. k. Fez boas e rendosas lezirias, mas ha mais de cem annos que estão destruidas e infructiferas, por causa das areias que o mesmo rio traz nas enchentes.

Alparragão. Villa que existia na freg. de S. Pedro da Ervideira, conc. de Figueiró dos Vinhos. Não ha actualmente vestigios d'esta povoação. Na egreja da Ervideira existe uma imagem com o nome de N. S.^{a} de Alparragão.

Alpassos. Pov. da freg. de Rio Meão, conc. da Feira.

Alpedreira. Serra da prov. do Alemtejo, com 12 k. de comprido e 6 de largo. Exploraram-se aqui antigamente minas de ferro de que existem vestigios no sitio chamado das *Ferrarias*. Produz matto bravo, estevas, alecrim, etc. Cria caça.

Alpedrinha *(Cardeal de)*. V. *Costa (D. Jorge da)*.

Alpedrinha *(José Sebastião de Saldanha Oliveira e Daun, 1.º conde de)*. Veador da infanta D. Isabel Maria, moço fidalgo com exercicio no Paço, accrescentado a fidalgo escudeiro, por alvará de 30 de abril de 1794; do conselho ultramarino, em 1799; aposentado no Supremo Tribunal de Justiça, com as honras de conselheiro d'Estado, que pertencem aos conselheiros effectivos d'aquelle tribunal, quando são aposentados; Senhor da Villa da Zibreira: alcaide-mór de Alegrete; commendador de Santa Maria de Pernes, Alcanede, e da Povoa, na ordem de Christo; licenceado na faculdade de direito pela Universidade de Coimbra; coronel do regimento de milicias do termo oriental, e antes, foi capitão de cavallaria do exercito, e ajudante d'ordens do principe Augusto Frederico, duque de Sussex, filho de Jorge III, de Inglaterra, durante a sua residencia em Portugal, por occasião da guerra peninsular. N. a 10 d'abril de 1777; f. a 12 de novembro de 1855. Era filho do 1.º conde de Rio Maior, João Vicente Saldanha Oliveira e Souza Zuzarte Figueira *(V. este nome)*, e de sua mulher, D. Maria Amalia de Carvalho e Daun, filha do 1.º marquez de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Mello. Estando incluido, em 1810, na denominada *Septembrisada,* obteve permissão de ir para Inglaterra, em vez de ser desterrado para a ilha Terceira, como a maior parte dos seus companheiros de infortunio. Casou em 2 de setembro de 1799 com D. Maria Leonor Carolina da Conceição Manuel de Vilhena de Costa Freire Martins da Fonseca, sua prima, filha de D. Christovam Manuel de Vilhena, veador da princeza do Brazil, D. Maria Benedicta, viuva do principe D. José, alcaide-mór d'Alegrete, moço fidalgo, accrescentado a fidalgo escudeiro, pelo alvará de 12 d'agosto e 18 de outubro de 1740; commendador de Santa Maria de Pernes, e Alcanede, e da Povoa na Prelasia de Thomar, ambas na ordem de Christo, senhor do morgado da Tapada da Cubeira, tenente general do exercito. Pelo decreto de 30 d'agosto de 1854, e carta de 26 de dezembro de 1860 foi-lhe concedido o titulo de conde d'Alpedrinha, em uma vida. Este titulo está hoje extincto. O brazão d'armas; Escudo partido em pala: na primeira, em campo azul, uma roda de navalhas de oiro, com as navalhas de prata, e na segunda em campo vermelho, seis costas de prata firmadas e postas em duas palas. — Timbre, duas costas em aspa atadas com um torçal vermelho. São as armas dos Costas d'Alpedrinha. O conde escreveu: *Memoria historica sobre a origem, progresso ou consequencias da famosa causa da denuncia da contada e morgado de Pancas, que no juizo da corôa offereceu a viuva D. Maria Balbina de Sousa Coutinho contra os actuaes senhores de Pancas D. Maria Leonor Manuel de Vilhena Costa Freire, e seu marido*, Londres, 1811; *Diorama de Portugal nos trinta e tres mezes constitucionaes, ou golpe de vista sobre a revolução de 1820, e restauração de 1823, e acontecimentos posteriores até o fim de outubro do mesmo anno*, Lisboa, 1823; *Quadro historico politico dos acontecimentos mais memoraveis da historia de Portugal, desde a invasão dos francezes no anno de 1807, até á exaltação do senhor D. Miguel ao throno de Portugal*, Lisboa, 1829; *Relação historica (resumida) das cavalhadas ou torneio real que se fez na côrte e cidade de Lisboa no anno de 1795*, Lisboa, 1842. Em Londres tambem se imprimiu, no anno de 1811, um livro, que trata das *obrigações e deveres dos officiaes do estado maior do exercito.* No fim do folheto *Relação historica das cavalhadas*, etc., vem a nota de que brevemente se publicaria outra obra, com o titulo: *Portugal e os portuguezes em 1842 ou os ultimos vinte e dois annos.* Parece que não chegou a publicar-se.

Alpedrinha. Villa da prov. da Beira Baixa, freg. de S. Martinho, conc. e com. de Fundão, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 1.819 hab. 424 fog. Tem Misericordia, hospital, escolas para ambos os sexos, e est. post. com serviço de encommendas, permutando malas com Fundão. A villa dista 4 k. da séde do conc. E' pov. muito antiga do dominio dos romanos, que lhe davam o nome de *Petrata* ou *Petratinia*. Está situada nas

faldas da serra da Gardunha, apresentando um magnifico panorama. Dizem alguns que *Petratinia* é a actual Alpedrinha, e *Petrata* fôra uma colonia romana que existia 3 k. ao sul, sobre um monte, a que se chama *Carvalhal redondo*. Tem apparecido em Alpedrinha sepulturas com inscripções latinas, muitos canos de chumbo e de pedra, restos de columnas doricas e toscanas, tijolos, pedaços de vidraça muito grossa, alicerces de casas, etc. Em um dos canos ainda se lia a seguinte inscripção: *Ex officina Fabrici*. Parece que os arabes lhe chamaram *Alperiada*, nome que o rio ainda conserva. No *Valle da Torre*, a 10 k. a S. E. da villa, descobriram-se em dezembro de 1849 muitas moedas romanas, de prata e cobre prateado, e algumas de Sertorio; quasi todas teem d'um lado, a palavra *Roma*, e do outro o nome, ou as iniciaes do heroe a quem fôram dedicadas. Em Alpedrinha ha um magestoso chafariz, mandado fazer por D. João V, em 1722; tem tres canos de bronze. Está ao cimo da villa e é de ordem dorica. Ha mais tres fontes grandes, publicas, muitas mais pequenas, além das particulares. Na encosta da villa, ha mais duas fontes, abundantes de boa agua, é a *Ratinha* e das *Canadas;* ao centro vê-se uma cova profunda, tapada com uma lage, com esta inscripção; *Guarte d'aqui!* Não se lhe sabe a origem, o destino, nem a profundidade. Além da egreja matriz, que é de tres naves e toda de cantaria, e da Misericordia, ha em Alpedrinha mais as seguintes capellas: dos terceiros de S. Francisco, Santo Antonio, Espirito Santo, Senhor da Oliveira, Santa Catharina, Menino Deus e S. Sebastião. A pouca distancia ainda ha as ermidas de Santa Maria Magdalena e S. Miguel Archanjo. Alpedrinha tem foral, que lhe foi dado em 1202, por Pedro Guterri; é uma terra muito fertil em tudo, e muito saudavel; o terreno é saibroso nas camadas superiores, o qual degenera um pouco em argilaceo nas subpostas e mais profundas. O edificio da camara é antigo, mas de boa construcção. O hospital conservou-se fechado durante as invasões dos francezes. Nas cercanias d'Alpedrinha ha tres nascentes d'agua minero-medicinaes: *Alpreade, Zebras ou Fonte das Virtudes,* junto á margem esquerda da Ribeira de Alpreade, na falda d'um monte, a 2 k. dos logares das Zebras e do Valle da Torre. *Monte das Toucas ou Aguas enxofradas,* a 2 k; para nascente d'Alpedrinha no valle das Magdalenas, junto ao Monte das Toucas ou quinta da Conceição; *Bacellos,* a pequena distancia de Alpreade; pouco abundante, e sem offerecer maior importancia. Estas nascentes brotam de terreno saibroso e argiloso, e junto ás duas primeiras ha em cada uma d'ellas uma pequena casa com tanque para banhos. As aguas são frias, incolores, crystallinas, ingratas ao paladar, e espalham cheiro a sulfhydrico. Nas nascentes de Alpreade e das Toucas ha espessos rastos de lodo amarellado. São preconisadas e bastante usadas no tratamento do rheumatismo, padecimentos chronicos dos intestinos sem lesão organica, molestias de pelle, ulceras e arthrites. Applicam-se em banhos, depois de artificialmente aquecidas, e em bebida. Em Alpedrinha nasceu em 1406 D. Jorge da Costa, conhecido mais vulgarmente pelo cardeal de Alpedrinha, o qual morreu em Roma com 102 annos de edade (V. *este nome*); tambem foi patria do arcebispo de Lisboa D. Martinho da Costa e de D. Pedro da Costa, bispo do Porto e Osma. Em Alpedrinha teem-se publicado os seguintes jornaes: *Azul e Branco,* 16 de setembro de 1900, que durou pouco tempo; *O Camaleão,* 12 de novembro de 1899; *Estrella da Beira,* 31 de agosto de 1864. Existiu durante uns 15 annos. A respeito de Alpedrinha póde vêr-se um artigo intitulado *Beira Baixa,* no fasciculo 1.º do *Quadro da provincia da Beira Baixa,* de pag. 17 a 20, 21 e 22.

Alpedriz. Villa e freg. (N. S. da Esperança) da prov. da Estremadura, conc. e com. d'Alcobaça, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa. E' de origem arabe, reedificada por D. Affonso Henriques, que lhe deu foral em 1150. D. Manuel deu-lhe novo foral, em Lisboa, a 20 de março de 1515. Pertenceu á ordem de S. Bento de Aviz e é hoje uma das freguezias do conc. d'Alcobaça. 1:089 hab. Possue terrenos muito ferteis e mimosos. Nas suas proximidades são vulgares os vestigios archeologicos e muito especialmente de origem luso-romana. Não tem construcções especiaes e raras vezes se destacam as velhas casas d'alpendre, tão genuinamente portuguezas. A egreja matriz só offerece de curioso uma série de invocações da *ladainha,* pintadas com certa originalidade nos apainelamentos do tecto. Os restos do pelourinho, que se conservam ainda de pé, documentam pouco cuidado e mau gosto. A villa tem Misericordia, hospital, escola para o sexo masc. e est. post. Dista 9 kilom. da séde do concelho.

Alpe. Travesseiro ou cabeçal com sua fronha ou almofada. Vem no testamento de D. Mumadona, feito em 959.

Alpena. Forte na margem esquerda do rio Tejo, fronteiro a Belem. Tem bateria guarnecida com obuzes de 28 c.

Alpendres. Pov. da freg. de Giesteira, conc. d'Evora.

Alpendurada. Alpendre coberto, gallilé, sobre columnas ou pilares, á frente das moradas e egrejas.

Alpendurada *(Antonio Vieira de Magalhães, 1.º visconde e 1.º barão de).* Do conselho de Sua Magestade, commendador da ordem de Christo; commendador da ordem de S. Mauricio e S. Lazaro d'Italia; tenente-coronel dos extinctos batalhões nacionaes. N. a 17 de maio de 1789, f. em 20 d'abril de 1859. Era filho de Manuel Vieira de Magalhães, proprietario, e de sua mulher, D. Maria Angelica Pereira de Mello. Foi um abastado proprietario do districto do Porto. Casou em 22 d'agosto de 1811 com D. Margarida Albina de Mello, sua prima, filha de Antonio Joaquim Pereira de Mello e de D. Antonia Narcisa de Mello. Enviuvando em 1823, passou a segundas nupcias, casando a 3 de dezembro de 1829 com D. Maria das Neves Corrêa Leal, filha de José Lopes das Neves e de D. Anna Victorina das Neves. Do primeiro matrimonio houve cinco filhos: Joaquim Vieira, fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão a seus maiores, bacharel formado em direito, curador geral dos orphãos no Porto, casado com D. Adelaide Armenia da Costa Pedrosa, filha de Luiz Carlos da Costa Pereira Pedrosa; f. a 26 de fevereiro de 1858. D. Joaquina, casada com um negociante de grosso tracto da praça do Porto; f. em 1856. D. José, fallecido, ignoramos a data. D. Maria Adelaide, ca-

sada em primeiras nupcias com Bartholomeu de Sousa e Castro e depois com Francisco de Sousa Tavares; f. em 1855. Antonio Vieira, que foi o 1.º barão e 1.º conde de Magalhães (*V. este nome*). Do segundo matrimonio houve D. Josephina, que foi a 2.ª viscondessa d'Alpendurada, e D. Henriqueta, que foi condessa de Samodães (*V. Samodães*). O titulo de barão foi concedido por decreto de 13 de julho de 1848, e o de visconde por decreto de 13 de maio de 1851. O brazão d'armas compõe-se: Escudo partido em pala; na primeira as armas dos Vieiras, em campo vermelho seis vieiras de ouro em duas palas; e na segunda pala as armas dos Magalhães, dos srs. da Torre e quinta de Magalhães, em campo de prata tres faxas xadrezadas de vermelho e prata.

Alpendurada *(João Baptista Pereira da Rocha, 2.º visconde e 1.º conde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, abastado proprietario em Lamego. N. a 1 de fevereiro de 1831. Era filho de Francisco Dionysio Pereira da Rocha, fidalgo da Casa Real e proprietario, e de sua mulher D. Luiza Josephina Flora de Sousa Azevedo. João Baptista Pereira da Rocha casou com D. Josephina Augusta Vieira de Magalhães, 2.ª viscondessa de Alpendurada, em verificação de vida concedida no referido titulo por decreto de 12 d'agosto de 1865, a sua mãe a 1.ª viscondessa d'Alpendurada, que enviuvara em 1859. D. Josephina nasceu a 24 de janeiro de 1831; o casamento realisou-se na capella da casa de seus paes, na Feira Nova, conc. de Marcos de Canavezes a 12 de maio de 1850. Em virtude do referido decreto de 12 de agosto de 1865, Pereira da Rocha ficou autorisado a usar o titulo de visconde. Por decreto de 25 de maio de 1882 teve o titulo de conde. Tem o seguinte brazão que lhe foi concedido: Escudo partido em pala: na primeira as armas dos Pereiras, em campo vermelho uma cruz de prata, florida, vasia do campo; na segunda pala as armas dos Rochas, em campo de prata uma aspa de vermelho, e sobre ella cinco vieiras de ouro guarnecidas de azul. Timbre: uma cruz vermelha florida, entre duas azas de ouro abertas e por differença uma brica de prata com uma banda verde.

Alpendurada e Mattos. Villa e freg. da prov. do Douro, conc. e com. de Marco de Canavezes, distr. e bisp. do Porto; 1:326 hab. e 318 fog. Orago S. João Baptista e S. Miguel. Está situada em logar alto, sobranceiro ao Douro e na sua margem direita, distando 8 kilom. da séde do conc. Houve em Alpendurada um grande convento de benedictinos, junto ao monte Arados; a egreja era magestosa, a cerca muito extensa, com bons pomares e magnifico laranjal, em frente da freg. de Souzêllo. A respeito da sua fundação ha diversas versões; uma d'ellas conta como fundadores um padre chamado *Velino* ou *Silva Velino*, ermitão da capella de Santa Sabina, e um seu compadre chamado *Arguirio*, do logar de *Cabanellas* ou *Campanellas*, em 1062, durante o reinado de Fernando Magno, de Castella e Leão. Esta versão parece ter mais probabilidades, porque na egreja, á sahida da capella-mór, no espaço comprehendido entre a sacristia e a livraria, ha duas lapides com inscripções muito extensas, contando a historia do convento, e em que se dá como primitivo fundador *Velino, sacerdote em Santa Sabina*. No cimo do monte Arados existem vestigios de fortificações romanas ou arabes, e em frente, na margem opposta do rio, ha tambem ruinas d'uma fortaleza antiga. O nome *Alpendurada* diz-se que provém d'um grande alpendre que antigamente havia á porta da egreja. O convento é hoje uma bella e rendosa propriedade particular, pertencente á casa dos srs. condes d'Alpendurada.

Alpiarça. Pov. e freg. (Santo Eustaquio), da prov. da Estremadura, conc. d'Almeirim, com. e distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 5:835 hab. e 394 fogos. Está situada na margem direita do rio do mesmo nome, n'uma planicie, de onde se vê Santarem. Dista 7 k. d'Almeirim. E' povoação muito antiga, e foi villa n'outros tempos. No termo da povoação passava uma das vias militares romanas que de Lisboa se dirigiam a Merida, o que parece ser confirmado por differentes *marcos miliarios* dedicados a Trajano, que n'estes sitios teem apparecido. Alpiarça foi curato do vigario de Santa Iria; tem escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. L. e R. A. N. Produz fructas com abundancia, cereaes e peixe. || Rio da prov. da Estremadura. Nasce perto da villa de Ulme e entra no Tejo quasi defronte de Vallada, com 70 k. de curso. N'alguns sitios lhe chamam *Ribeira de Ulme* e *Alpiaçoulo*.

Alpiaçoilo. Pégo no canal de Alpiarça.

Alpoem. Pov. da freg. de Fradellos, conc. de Villa Nova de Famalicão.

Alpoim *(José Maria de)*. V. *Borges Cabral*.

Alpoim *(Pedro de)*. Doutor em direito cesareo ou direito civil, e lente da Universidade de Coimbra. Era nat. d'esta cidade e f. em Lisboa em 1580. Foi collegial do collegio de S. Pedro. Quando rebentou a lucta por causa da successão do throno portuguez, tomou o partido de D. Antonio, prior do Crato, sendo um dos que o acclamaram com enthusiasmo em Santarem. Pedro d'Alpoim fôra um dos jurisconsultos que defenderam o direito que tinha á corôa a duqueza de Bragança, por morte do cardeal D. Henrique. Em Coimbra, onde era muito considerado, trabalhou muito a favor de D. Antonio; veiu mais tarde a Lisboa encontral-o e depois da derrota da batalha da ponte d'Alcantara acompanhou-o na fuga até Vianna do Castello, onde o deixou para voltar a Lisboa a tratar com algum navio estrangeiro que fôsse á costa do Minho buscar o fugitivo. Andando n'esta diligencia, houve quem o reconhecesse e Pedro foi preso. Pozeram-n'o a tratos para o obrigarem a confessar onde D. Antonio se occultava e como se manteve sem se trahir, apesar dos soffrimentos a que o obrigavam, teve sentença de morte, sendo degolado em Lisboa.

Alpoim *(Pero de)*. Fidalgo que acompanhou á India Affonso d'Albuquerque, ouvidor na armada que cercou Ormuz, secretario do grande governador em Goa, parlamentario junto a Khodja-Athar, etc. Combateu valentemente ao lado de Affonso d'Albuquerque, e no ultimo ataque a Ormuz foi mandado a terra pelo governador como parlamentario a Khodja-Athar a intimal-o que entregasse a cidade. Pero d'Alpoim era homem da maior confiança d'Albuquerque; foi elle um dos refens mandados ao Hidalcão como penhor de segurança de um embaixador que este enviou a Pangim; as emprezas sérias e graves eram-lhe

sempre confiadas, como no segundo cerco de Goa, no cerco de Malaca, principalmente n'este ultimo combate, em que foi um dos mais uteis officiaes. Voltando de Malaca, capitaneando a nau *Trindade*, salvou no seu escaler Affonso d'Albuquerque, que vinha a bordo da nau *Flôr do Mar*, que naufragou. Pero d'Alpoim, sempre fiel companheiro, nunca o desamparou até á morte, e o notavel conquistador da India ainda na ultima hora de vida lhe deu uma prova de grande confiança, nomeando-o seu testamenteiro. Pero d'Alpoim regressou depois a Portugal para dar cumprimento á sua missão e desde então não se tornou a fallar no seu nome.

Alpoim *(Fr. Valentim de)*. Religioso, mathematico distincto e historiador. N. em Lisboa em 1623, f. em Santarem a 7 de janeiro de 1696. Professou na ordem de S. Francisco, em 1645. Sendo escolhido para confessor do vice-rei da India, partiu para o Oriente, regressando a Portugal no anno de 1671. Depois esteve em Santarem, como reitor do Collegio, até que falleceu. Era homem muito instruido em mathematicas e historia ecclesiastica e profana. Escreveu duas obras em latim, que se conservam manuscriptas, uma de astrologia, outra de historia, que é a continuação da historia de Eusebio Cesariense desde 1581 até 1665, terminando com a narração da batalha de Montes Claros.

Alpolentim. Pov. da freg. da Terrugem, conc. de Cintra.

Alportel. V. *S. Braz de Alportel*.

Alpossos. Pov. da freg. de Rio Meão, conc. da Feira.

Alpouvar. Pov. da freg. e conc. de Albufeira.

Alpreade ou **Alpereade.** Rio da prov. da Beira Baixa, termo de Castello Novo. Nasce na serra da Gardunha, dos ribeiros *Gualdim* e *Casa do Gonçalo*. Recebe tributo da ribeira de Richoso e dos ribeiros do Cão, das Enguias, e das Costeiras, tudo nos limites de Castello Novo. Nos primeiros 6 k. corre arrebatado por entre penedias, depois é plano e rega varias fazendas e arvoredos; morre no rio Ponsul, no sitio de Belgaios. Tem quatro pontes de pedra; uma junto á villa de Castello Novo, outra, d'alli a uma legoa, chamada da *Azênha;* entrando nos limites da villa da Atalaya do Campo, tem outra de cantaria, de cinco arcos, e na *Ponte Nova*, entre os logares de Olêdo e Sousa.

Alpriate. Pov. da freg. de Vialonga, conc. de Villa Franca de Xira.

Alpuim *(José de)*. Distincto fidalgo que tambem usa dos appellidos Silva de Sousa e Menezes. Nasceu em Vianna do Castello a 30 de março de 1861. E' filho de Miguel d'Alpuim da Silva de Souza e Menezes e da senhora D. Laura Mendes Norton d'Alpuim; neto paterno de João d'Alpuim da Silva e Menezes, fidalgo da Casa Real, senhor donatario do beneficio de Cambezes e dos prasos de Souto em Margaride, de Ruivó em Guimarães, de Calvello, Gaifar e Tresmonde em Ponte do Lima, e de D. Thereza Emilia de Sousa e Almeida. O sr. José d'Alpuim da Silva de Sousa e Menezes representa por seu pae a varonia dos senhores *del Puim*, de que descenderam o celebre Martim de Freitas, alcaide-mór de Coimbra no tempo de D. Sancho II, e o grande epico Luiz de Camões, como se vê do estudo do sr. Pereira Caldas *Tres folhetins da* «Folha de Villa Verde» *em homenagem nobiliaria a duas senhoras illustres, em Braga representantes do sangue de Camões*, folheto de publicação reservada de 55 exemplares, Braga, 1885. Em 29 de novembro de 1884 casou o sr. José d'Alpuim com D. Maria Augusta de Agorreta Pereira de Miranda de Sá Coutinho (já fallecida) filha herdeira de Candido de Agorreta Pereira de Miranda, senhor da Casa do Paço de Anha, e de D. Maria Augusta de Sá Coutinho, da illustre casa dos Condes d'Aurora. Eleito deputado da Nação em 30 de março de 1890, pelo circulo plurinominal de Vianna do Castello, representou-o o sr. José d'Alpuim em côrtes durante o triennio da legislatura. Vereador da camara municipal de Vianna do Castello em 15 de dezembro de 1895 e escolhido para presidente, exerceu esse cargo durante o respectivo triennio. Provedor da Santa e Real Casa da Misericordia da mesma cidade em reunião de assembléa geral de 1 de julho de 1894, foi reconduzido n'esse cargo em mais dois annos consecutivos. Presidente da commissão do recenseamento eleitoral em 1895 foi tambem vogal da mesma commissão nos annos de 1899-1900 e 1901. Existem impressos os relatorios da sua gerencia, quer como presidente da camara, quer como provedor da Santa Casa da Misericordia de Vianna do Castello.

Alqueidão. Pov. nas freg.as de Arrimal, conc. de Porto de Moz; Becco, conc. de Ferreira do Zezere; Ceissa, conc. de V. N.a de Ourem; Chão de Couce, conc. d'Ancião; Córtes, conc. de Leiria; Dornellas, conc. da Pampilhosa; Igreja-a-Nova, conc. de Mafra; S. Thiago de Litem, conc. de Pombal; Maçãs de D. Maria, conc. d'Alvaiazere; Mouriz, conc. de Paredes; Olalhas, conc. de Thomar; Paião, conc. de Figueira da Foz; Pias, conc. de Ferreira do Zezere; Pouzos, conc. de Leiria; Pussos, conc. de Alvaiazere; Santo Quintino, conc. de Sobral de Mont'Agraço; S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião; Sernache do Bom Jardim, conc. da Certã; Serra, conc. de Thomar, e Villa Nova d'Ourem. || Serra da prov. da Extremadura, distr. de Leiria. Tem varios nomes segundo os logares por onde passa, como *Arrebentão, Valle de Orem, Casal dos Bonseiros, Vallongo, Demo* e *Charneca do Sabugueiro*. Ha n'esta serra algumas povoações pequenas. E' pouco cultivada. Cria gado grosso e miudo.

Alqueidão do Matto. Pov. da freg. de Alcanede, conc. de Santarem.

Alqueidão da Serra. Pov. e freg. da prov. da Estremadura, conc. e com. de Porto de Moz, distr. de Leiria, patriarch. de Lisboa. 1:180 hab. e 227 fog. A pov. dista 4 k. da séde do conc. Orago S. José. Deriva da palavra arabe *alquidam* que significa *passos* ou *passadas*. E' terra fertil || Nome por que é tambem conhecida a freg. de *Pedrogão*, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. Orago Santa Maria. 2:611 hab. Está situada n'um monte junto á serra de Agre ou Minde.

Alqueidão Velho. Pov. da freg. de Alcobertas, conc. de Rio Maior.

Alqueidãosinho. Pov. da freg. da Serra, conc. de Thomar.

Alqueire. Antiga medida de solidos e liquidos, bem conhecida em Portugal desde os seus principios, porém com grande differença nas comarcas e concelhos, sendo em quasi todas ora maior, ora mais pequena, até que D. Pedro I mandou regular o alqueire de todo o reino pelo

de Santarem, com o que cessaram em grande parte as differenças. D. Manuel na sua reforma dos foraes intentou reduzir todos os differentes alqueires a um só, a saber: Os dois de Lamego a um, os quatro de Montemór a tres, os cinco de Coimbra a quatro, etc., como consta dos respectivos foraes. Comtudo essas differenças, assaz sensiveis, vieram persistindo até á adopção do systema decimal. Comparando as medidas antigas com o litro, segundo as localidades, encontram se os seguintes extremos: em Castro Marim o alqueire equivalia a 25,l761 e em Rio Maior a 13 litros, havendo nas diversas terras do reino alqueires cuja redução á medida actual se comprehende entre aquelles dois. Actualmente dá-se ao alqueire a equivalencia de 13,l80. O nome de *alqueire* parece ter começado a usar-se no seculo XII, medida que até então fôra conhecida por *modio*. (V. *Almude*). || *Alqueire abraçado;* era o alqueire arrazado com o braço, e encontra-se nos documentos do seculo XV. || *Alqueire de braço curvado;* o que se arrazava com o cotovelo e que pela desigualdade ficava com menos, contra o que diversos foraes prescreviam o uso de taboa razoira. || *Alqueire de mão posta;* o alqueire medido, entre o acogulado e o arrazado.

Alqueivinho. Pov. da freg. de Santa Catharina, de Fonte do Bispo, conc. de Tavira.

Alquena. Pov. da freg. (S. Lourenço) da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Portel, distr. e bisp. d'Evora; 865 hab. e 162 fog. Tem est. post. permutando malas com Portel. A pov. está situada n'um valle, entre montes, terreno aspero, pouco cultivado, e dista 18 k. da séde do conc. Pertenceu á corôa. A freguezia é cortada pelo Guadiana.

Alquerubim. Pov. e freg. (Santa Marinha) da prov. do Douro, conc. e com. d'Albergaria-a-Velha, distr. d'Aveiro, bisp. do Porto; 1.767 hab., 516 fog. Tem est. post. permutando malas com Aveiro e Albergaria-a-Velha. A pov. dista 8 k. da séde do conc. E' povoação muito antiga, e está situada na margem direita do Vouga. *Alquerubim* vem da palavra arabe *al-corbin*, que significa os *parentes*. Em 1085, Flamula, filha de Honorigo, doou ao convento de frades bentos de Pedroso, tudo quanto possuia em Alquerubim; Mendo Bernardo e sua mulher Godinha Paes, doaram a Santa Cruz de Coimbra varias propriedades, e tres partes da egreja da mesma povoação. Os parochos eram apresentados alternadamente pela Universidade de Coimbra e pelo Estado. No antigo regimen pertencia ao almoxarifado de Eixo, e á corregedoria de Barcellos. Os terrenos são muito ferteis, e a sua população occupa-se quasi exclusivamente da agricultura.

Alquete. Rio da prov. da Beira Baixa. Nasce na serra da Estrella, corre caudaloso e arrebatado, desaguando no rio Alva.

Alqueve. Pov. nas frg.ᵉ de Folques, conc. d'Arganil. Tem caixa postal || Nespereira, conc. de Sinfães; Santa Eulalia, conc. de Arouca; e Serzedo, conc. de Villa Nova de Gaia.

Alquicé. Capa usada pelos moiros.

Alrote. Pov. na freg. d'Aldeias, conc. de Gouveia.

Alrozella. Pov. da freg. de Alcabideche, conc. de Cascaes.

Altardo. Pov. na freg. da Graça, conc. de Pedrogão Grande. Tem esc. do sexo masculino.

Altares. Pov. á beira-mar na freg. e conc. da Praia da Victoria, distr. e bisp. d'Angra do Heroismo, na ilha Terceira, archipelago dos Açôres. Tem est. post., permutando malas com Lisboa. Orago S. Roque. Tem 2.602 habitantes; produz milho, legumes e gados. || Pov. da freg. de Pinheiro, conc. de Guimarães.

Altas Móras *(Manuel Quaresma Limpo Pereira de Lacerda, 1.º visconde de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real por successão a seus maiores. E filho de D. Rodrigo Limpo de Ravasco e Lacerda, fidalgo da Casa Real, e de D. Maria do Carmo Sanches Barreto de Gusmão. E' familia de antiga nobreza descendente de Affonso Limpo de Lacerda e Alvaro Limpo de Lacerda, naturaes de Moura, filhos de Ruy Limpo d'Abreu de Lacerda, fidalgo cavalleiro da Casa Real, e netos de Affonso Limpo de Cubellos; tiveram o fóro de fidalgos cavalleiros da Casa Real, por alvará de 24 d'abril de 1691. Dionysio Ravasco, filho de Bartholomeu Dias Ravasco, moço fidalgo e guarda-mór dos Contos do Reino e Casa, e neto de Dionysio Ravasco; teve o fóro de moço fidalgo por alvará de 24 de fevereiro de 1672, accrescentado a fidalgo escudeiro, por alvará de 12 d'abril de 1696. O titulo de visconde d'Altas Móras foi concedido por decreto de 26 de fevereiro, e carta de 11 de março de 1875.

Alte. Logo depois da conquista do Algarve encontramos em antigos documentos o senhorio d'Alte na posse de um descendente do glorioso capitão da batalha das Navas de Tolosa e herdeiro em Portugal do nome de Ribadeneyra que em Hespanha levava a sua historia e a origem da cruz sanguinha carregada de cinco vieiras de suas armas aos principios fabulosos da sua historia. Joham Gomes de Ribadeneyra, 4.º neto do pelejador das Navas, é o primeiro que por documentos authenticos encontramos na posse de Alte, succedendo-lhe seu filho Mendo Gomes e seu neto João Mendes. Este João Mendes, depois de ser esforçado cavalleiro, entrou em religião e foi proto-notario apostolico do reino dos Algarves e deão da Sé de Silves. A 23 de setembro de 1493 (da era) dotou o seu sobrinho Joham Mendes de Ribadeneyra alcaide mór de Loulé e cavalleiro da casa d'El-Rei com todos os seus bens, assegurando-lhe a successão do seu senhorio d'Alte para casar com Dona Isabel de Aragão, filha e herdeira de Rodrigo Esteves de Aragão, senhor de Selir. Na chancellaria d'El-Rei D. Manuel, anno de 1498, a fl. 300, lê-se: «El-Rei faz mercê a Joam Mendes de Ribadeneyra, senhor de Alte, por nos haver de servir na guerra com homens, armas, bestas, etc., de mandar que se privilegiasse seus annos, mordomos, etc.,—dada em Lisboa, em 7 de março de 1498.» Joam de Athayde de Ribadeneyra, senhor de Alte, casou com D. Catharina da Fonseca, filha de Lopo Esteves de Sarre, senhor de Athôr, que por esse casamento se veiu a juntar ao já extenso dominio de Alte. Seu filho Jorge Mendes de Athayde de Ribadeneyra casou com D. Philippa de Mello da Cunha, neta e herdeira de Alvaro de Mello da Cunha, fronteiro-mór do Algarve, e alcaide-mór de Tavira, da familia dos Cunhas, senhores de Pombeiro, que levou aos senhores de Alte os bens da antiquissima capella dos Mellos. D. Philippa era descendente em linha recta de D. Leonor Telles, rainha de Portugal, pelo primeiro casamento com D. João Lou-

renço da Cunha. Miguel de Athayde de Ribadeneyra, neto do antecedente, e que, como todos os seus ascendentes, foi commendador e alcaide mór de Albufeira, na ordem de Christo, senhor de Alte, de Athôr, da capella dos Mellos, veiu a casar com uma sua prima tambem D. Philippa da Cunha e neta de Jorge Viegas, da primeira nobreza do reino. Em 8 de junho de 1644, Manuel de Athayde de Ribadeneyra, filho de Miguel de Athayde, alcançou contra Fernão d'Azevedo Telles que lh'a disputava, uma sentença assegurando-lhe a capitania-mór de Albufeira; casou este tambem com outra herdeira d'um ramo dos Aragões. O seu filho Duarte de Mello de Ribadeneyra, o fidalgo d'Alte, em 10 de março de 1682, teve documento publico em como elle e todos os seus ascendentes se haviam tratado e vivido sempre segundo a lei da grande nobreza, e fruido de todos os seus privilegios nas suas pessoas, nas suas terras, nos seus homens d'armas, etc. Por carta patente de 3 de julho de 1694, El-Rei D. Pedro II o louva e o nomeia capitão da tropa da cavallaria que á sua custa levantou e organisou nos seus dominios. Restaurou o antiquissimo paço de sua familia, hoje em ruinas por causa do terremoto de 1755, beneficiou a egreja da villa que por seus avós fôra edificada e dotada, desviou o curso do rio para obter a formosissima quéda de agua que é um dos encantos do sitio, etc. Não casou e foi sua irmã D. Leonor que herdou a representação de sua casa juntamente com os senhorios de Alte, Selir, Athôr e capella dos Mellos, etc. Casou D. Leonor com Antonio Corrêa da Franca ou Franqua, alcaide-mór de Alvalade e seu commendador na ordem de Christo, e de S. Miguel do Outeiro, filho do alcaide-mór de Tanger e seu governador, André Dias de Franca, o restaurador do nome portuguez em Africa, o representante de uma longa linha de illustres cavalleiros cujos feitos vem acompanhando a historia de Portugal desde a fundação da monarchia, e deu homens como Lançarote da Franca, o audaz capitão-mór do infante D. Henrique, Diogo Lopes de Franca, o velho governador de Tanger que aos 80 e tantos annos foi morrer em Alcacer Quibir levando comsigo filhos e netos, André Dias da Franca, o alcaide-mór que prendeu o proprio filho e o remetteu a D. João IV «porque não concorreu na acclamação de El-Rei com toda a diligencia»; com elle mandou tambem presos o conde de Sarzedas e outros fidalgos, etc.—Os Francas juntaram ao seu escudo palado de verde em campo branco a cruz sanguinha dos Ribadeneyras. Francisco da Horta Machado da Franca de Ribadeneyra, bisneto de D. Leonor de Ribadeneyra e de Antônio Corrêa da Franca, 19.º senhor de Alte, 17.º de Marim, Selir, Athôr, etc., embaixador de El-Rei, commendador das suas ordens, e conselheiro d'Estado, foi um filho illustre dos Algarves. Foi pae de João Carlos, conde d'Alte. V. *este nome.*

Alte *(João Carlos da Horta Telles Machado da Franca, 1.º visconde e 1.º conde de).* Moço fidalgo com exercicio no paço, por alvará de 20 d'abril de 1822; abastado proprietario, 20.º senhor d'Alte e 17.º de Marim, administrador de Capellas; grãcruz da ordem de Christo; de S. Mauricio e S. Lazaro, da Sardenha; de S. Januario e de Francisco I das Duas Sicilias; enviado extraordinario e ministro plenipotenciario nas côrtes de Turim, de Napoles e de Roma. N. a 6 d'agosto de 1810. Era filho de Francisco José da Horta Osorio Machado. V. *Osorio Machado ((Francisco José da Horta)*, e de sua segunda mulher, D. Victoria José da Costa de Souza de Macedo. O conde de Alte foi elevado a par do reino por carta de 29 de dezembro de 1881, tomando assento e posse na respectiva camara a 28 de janeiro de 1882. Casou em primeiras nupcias, em 4 d'abril de 1840, com miss Henriqueta Mangin Browne, filha de Aquila Browne, e de sua mulher miss Maria Mangin Browne; enviuvando, casou segunda vez. O titulo de visconde de Alte foi concedido por D. Maria II, pelo decreto de 26 de novembro de 1851, e carta de 16 de fevereiro de 1853; elevado a conde, por decreto de 4 de junho de 1868, e carta de 12 de setembro de 1870.

Alte. Pov. e freg. N. S.ª d'Assumpção, da prov. do Algarve, conc. e com. de Loulé, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 4:846 hab. e 846 fog. Tem escola do sexo masc. e caixa post A pov. dista 17 k. da séde do conc., e está situada n'um profundo valle, entre quatro serros, junto a Albufeira, e nas margens da ribeira do seu nome. Do logar chamado *Rocha dos Surdos,* a 1 k. ao norte da pov., e que serve de guia aos navegantes, descobrem-se largos horisontes. E' atravessada por uma ribeira que tem origem em duas grandes nascentes, cuja agua rega muitos terrenos. Esta ribeira despenha-se no pégo chamado *Vigario,* n'uma altura de 44 m., e foi a este logar encaminhada, a expensas de Duarte de Mello Ribadeneira Côrte Real, administrador do morgado dos Monizes Telles, de Aragão, pelos annos de 1690, para regar o seu pomar da *Mina,* e para outros usos. Alte tem bastantes minas de cobre, que, segundo consta, já tem sido exploradas differentes vezes, sendo a ultima no anno de 1700. e tambem boas pedreiras de marmore fino. A egreja é de tres naves e espaçosa. O povo applica-se mais attentamente ao fabrico de redes, baraços e outras obras de esparto, que vão buscar ao Algarve. Antigamente era em Alte que se cultivava o esparto para estes trabalhos, mas hoje está muito abandonada esta cultura. Ha diversas mattas de zambujeiros e carrasqueiros, e muitos medronheiros. A 3 k. da pov. existe a *Fonte Santa,* que tem excellente agua. Junto vêem-se dois buracos, que segundo a tradição, um, do lado Este, vae ter a Loulé, e o de Oeste, á cisterna hoje arruinada do castello de Silves, que fica a 20 k. de distancia.

Alter. Ribeira do Alemtejo, em Villa Viçosa. Nasce no logar de *Horta d'Evora,* perto de Alter do Chão. Morre na ribeira de Sarrazolla.

Alter do Chão. Villa da prov. do Alemtejo. séde de conc., com. de Fronteira, distr. e dioc. de Portalegre, relação de Lisboa; pertence á 4.ª div. mil. e ao 29.º distr. de reserva do exercito effectivo com a séde em Portalegre. Tem só uma freg., N. S.ª da Assumpção, tendo-se-lhe annexado administrativamente a de N. S.ª das Neves, de Alter Pedroso; Misericordia, fundada em 1524, pela rainha D. Leonor, viuva de D. João II, hospital, com a invocação de S. Domingos, que a mesma soberana annexou á Misericordia, augmentando-lhe os rendimentos; escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio, cobrança de recibos, letras e obrigações, e de encommendas per-

mutando malas com a R. A. L. Comprehende o conc. as seguintes freg.ª com 1:356 fog., 8:033 hab., sendo 4:087 do sexo masc. e 3:946 do fem., n'uma superficie de 54:166 hect.: N. S.ª d'Assumpção, tendo annexa a de Alter Pedroso, com 4:004 hab., sendo 1:989 do sexo masc. e 2:015 do fem.; N. S.ª das Candeias de Cabeço de Vide, com 1:696 hab., 837 do sexo masc. e 859 do fem.; Santo Estevam de Chancellaria, com 1:341 hab., 680 do sexo masc. e 661 do fem.; N. S.ª do Espinheiro, de Seda, tendo 992 hab., 581 do sexo masc. e 411 do fem. A villa dista 22 k. de Portalegre; está situada n'uma planicie fertil e amena, junto á ribeira do mesmo nome, d'onde se gosam lindos pontos de vista. E' antiquissima; a primitiva fundação é attribuida aos romanos, quando dominaram a Lusitania, sendo então cidade opulenta, com o nome de *Eltori* ou *Elteri*. Não está, porém, averiguado se fôram elles os fundadores, pois alguns escriptores julgam que a fundação data do tempo dos turdulos ou dos celtas, e que os romanos sómente a ampliaram e aformosearam. O que não offerece duvida é que os romanos a possuiram e lhe fizeram grandes reformas, o que se confirma pelos documentos que existem escriptos, e muitas provas materiaes nos restos que se descobrem ainda de muitos edificios, tanto dentro da villa, como nos seus arredores, n'um circulo bastante extenso, porque a antiga cidade romana occupava a area que vae até Alter Pedroso, que fica em distancia de 3 k. Em diversas epocas, procedendo-se a escavações, fôram encontradas algumas medalhas, mosaicos, esculpturas, e até estatuas de idolos em pedra. Na sua *Relação do bispado d'Elvas*, publicada em 1635, affirma o conego Novaes, que se encontrou uma estatua de Cupido, com aljava e settas, bem esculpida em marmore. Dizem que no meado do seculo XVII ainda alli existiam as ruinas d'um edificio, que se conhecia ter sido templo, com o pavimento mosaico. Atravessava a antiga cidade uma das tres vias militares do imperador Antonino Pio, a qual ia de Lisboa a Merida, que era a capital da Lusitania. Fazia parte d'esta via militar a ponte de Villa Formosa sobre a ribeira de Seda, que é uma soberba reliquia do imperio romano, de belleza archaica de incontestavel primor, uma das mais notaveis pontes que ha no paiz, e que se tem conservado durante 1700 ou 1800 annos, que na opinião d'alguns archeologos, terá de existencia, sem nunca soffrer alteração. E' constituida por seis arcos de volta redonda. Esta ponte mereceu as attenções da illustre commissão dos Monumentos nacionaes, sendo considerada como tal. No anno 120 da era christã, o imperador Adriano mandou destruir a cidade, em castigo da rebellião dos habitantes contra as legiões no imperio. Devastada e saqueada durante diversas invasões que se succederam na peninsula iberica á dominação romana, abandonada pelos arabes, que preferiam os logares altos para as suas povoações, a cidade estava em completa ruina, quando os moiros fôram expulsos do Alemtejo. D. Affonso III a mandou reedificar e povoar, dando-lhe foral em 1249. D. Diniz deu-lhe novo foral em 1293 com os mesmos privilegios de Santarem, então a villa mais proeminente e favorecida do reino. Assim surgiu das ruinas da grande cidade *Eltori* a villa d'Alter do Chão. A primeira parte do nome é corrupção do antigo, e a segunda parte, derivada do sitio plano em que a villa está situada. Alter Pedroso occupa ainda uma parte do terreno em que se erguia a antiga *Eltori*. Em 1321, o referido monarcha D. Diniz reformou o foral, concedendo novas regalias e isempções com o intuito de lhe restituir o seu antigo valor. D. Manuel deu-lhe tambem foral, em Lisboa, no dia um de junho de 1512. A villa é cercada de muralhas, de que restam ainda vestigios, com o seu castello, feito por D. Pedro, em 1359, a cuja construcção assistiu, ficando concluido no dia 22 de setembro d'aquelle mesmo anno. O castello ainda hoje existe ao sul da villa, em regular estado de conservação. E' construido de cantaria tosca; tem tres torres quadrangulares de diversas alturas, com as respectivas ameias, e duas de fórma conica semelhando guaritas. D'estas ultimas só uma se encontra ainda completa; a outra, apesar de muito deteriorada deixa bem perceber a sua primitiva fórma. A mais alta, collocada ao occidente, mede 30 m. d'altura; a outra, ao norte, tem 18 m., e a terceira, ao sul, a mais baixa de todas tem apenas 12 m. Na sua base, abre-se a porta ogival, velha entrada do castello, sobre a qual existe encravada uma pedra de marmore branco, onde se vêem as armas de Portugal, tendo por baixo a seguinte inscripção: *Era 1359 a 22 de setembro o mui nobre rei D. Pedro mandou fazer este castello de Alter do Chão.* Dentro do castello ha um poço com abundancia d'agua. No largo da Barreira, em frente do castello, ha uma fonte romana de marmore branco de um curioso trabalho artistico, cuja origem se não conhece, por ser antiquissima. Tres columnas de marmore sustentam uma cupola da mesma pedra, de bem trabalhados lavôres. Tem tres bicas, d'onde corre abundantissima agua. Esta fonte estava no Terreiro, e foi mudada para o largo onde hoje se encontra, no anno de 1556. O senhorio da villa d'Alter foi dado por D. João I ao condestavel D. Nuno Alvares Pereira, com outras villas e povoações, passando depois para a casa de Bragança, em cujo dominio ainda se conserva. A matriz é um bom templo de tres naves. Além d'esta egreja, ha mais as seguintes: S. Marcos, Espirito Santo, Sant'Anna, N. S.ª da Conceição, S. Francisco, Senhor do Outeiro, e Santo Antonio. Era esta egreja a do convento de Santo Antonio, da ordem dos religiosos capuchos da provincia da Piedade, que fôra fundado junto á villa em logar mais alto, designado pela *Cabeça do alcaide*, pelo duque de Bragança, D. Theodosio II, pae de D. João IV. O duque lançou-lhe a primeira pedra em 8 d'outubro de 1617. Este convento, depois da abolição das ordens monasticas, foi vendido em hasta publica, e é hoje propriedade particular. Na egreja observam-se alguns primores de architectura. A antiga egreja do Espirito Santo foi primeiramente albergaria. Em 24 d'abril de 1595 fundou-se um convento de carmelitas descalços, com as rendas que tinha a confraria do Espirito Santo. e cuja construcção muito auxiliou a duqueza de Bragança, D. Catharina. Em 1599, os frades

Brazão da villa de Alter do Chão

passaram para Evora, por se queixarem do sitio ser muito doentio; o arcebispo, porém, obrigou-os a voltar; os frades conservaram-se então no convento mais cinco annos, findos os quaes desappareceram n'uma noite, não só por causa das doenças, como tambem para fugirem ás perseguições do povo da villa, que já estava cançado de soffrer o seu viver immoral e incorrigivel. Depois o convento passou a ser um beneficio simples, dado pelos duques de Bragança. A egreja da Misericordia tem servido de matriz, emquanto durarem as obras do novo edificio em construcção, planeado segundo um projecto grandioso. As obras estão paralysadas ha muitos annos por falta de recursos. Alter do Chão tem minas de chumbo e de cobre; bonitas praças e largos, sobresahindo a praça *Rocio do Espirito Santo*, que é espaçosa e cercada de arvoredo, e o largo da Graça ao centro da villa. A iniciativa particular e a camara teem feito grandes melhoramentos. A villa, actualmente, tem boas estradas macadamisadas para as povoações visinhas mais importantes. Nos ultimos annos tem-se construido um bairro inteiramente novo, de casas apropriadas ás classes pobres, o qual de anno para anno vae tomando extraordinario incremento; um matadouro em condições regulares de asseio e de hygiene; um lavadouro, obra de grande importancia e admirado de quantos o vêem, notavel sobretudo pela originalidade e acerto com que é aproveitado um immenso caudal d'agua nativa; fontes publicas e varias outras obras de secundario valor. O edificio da camara foi restaurado em 1871, por ameaçar ruina; tem excellentes installações e accommoda o tribunal judicial, repartição de fazenda, administração do concelho, sala das sessões da camara e secretaria. No centro do edificio eleva-se uma torre com o relogio official. Deu muita fama a esta villa a sua grande coudelaria real, que é um estabelecimento hippico, o primeiro de Portugal, e foi um dos principaes da peninsula iberica. A creação da coudelaria data de 1753, e é devida a el-rei D. José; estabeleceu-se na coutada do Arneiro, extensa propriedade murada, de terreno granitico e accidentado. D. José, pelo regimento de 10 d'outubro d'aquelle anno, deu algumas providencias para o apuramento d'aquellas raças de cavallos. São d'essa epoca as espaçosas cavallariças e alpendres, alguns palheiros e graneis para arrecadação de ferros, palhas, e grãos supplementares á alimentação de pastagem. Hoje já pouco apparece um cavallo da primitiva raça d'Alter, que era uma bella estampa do fino typo andaluz; d'elle se póde formar uma idéa do cavallo da estatua equestre de D. José, no Terreiro do Paço, que foi modelado d'um cavallo chamado *Gentil*, escolhido pelo marquez de Marialva, d'entre outros, das cavallariças reaes, como o mais distincto para se copiar. Eis o que foi o antigo Alter, e o que é hoje ainda um ou outro d'esta raça, em que o atavismo faz valer os seus direitos. O alter moderno, alter arabe, considerado como o melhor cavallo de sella portuguez, nobre, fino e de sangue, apparece com alguma frequencia, não obstante, ha alguns annos a esta parte, terem alli padreado cavallos de diversas origens, francezes, inglezes, arabes que, sem escrupulo e fóra das boas regras zootechnicas, vão cooperando para o exterminio da individualidade caracteristica da melhor raça cavallar que possuimos. Alter do Chão, no tempo do antigo regimen, tinha voto em côrtes, com assento no decimo banco. N'esta villa nasceu o distincto official da armada, João de Azevedo Coutinho, que tão notavel se tornou em Africa, sendo governador do Chire em 1890 e ultimamente na expedição ao Barué, em 1902. Quando em março de 1891 regressou ao continente, os alterenses quizeram prestar-lhe honrosa e sincera homenagem. Azevedo Coutinho teve em Alter uma recepção brilhantissima, foi uma festa genuinamente popular, e essencialmente patriotica. Na frontaria da casa onde nasceu, collocou-se uma lapide, com a seguinte inscripção:

AQUI NASCEU EM 3 DE FEVEREIRO DE 1865
JOÃO ANTONIO DE AZEVEDO COUTINHO,
QUE SENDO GOVERNADOR DO CHIRE
REIVINDICOU POR ACTOS DE ARROJO NUNCA
EXCEDIDO AS GLORIAS NACIONAES
DOS PRIMEIROS CIVILISADORES
DO CONTINENTE AFRICANO.

PREITO DE ADMIRAÇÃO OFFERECIDO PELOS
ALTERENSES AO SEU HEROICO CONTERRANEO
1891

O concelho em geral, e Alter do Chão em especial, é extremamente abundante em quasi todos os productos da agricultura, sendo notabilissima de valores a tabella da sua exportação. A maior parte do movimento da estação do Crato, que é uma das de maior trafico da linha de leste, e a quasi totalidade do da estação de Chança, é devido á exportação de cereaes, palhas, azeite, gados, lãs, cortiça, casca, carvão, etc. do concelho de Alter do Chão. Na villa faziam-se todos os annos duas feiras, uma em 25 d'abril e outra em 4 d'agosto. Agora faz-se unicamente a de abril, realisando-se tambem n'esse dia a festa de S. Marcos, notavel pela espectaculosa scena do *milagre do boisinho*, que se faz ainda hoje com todo o apparato mystico. Um devoto offerece o boi a S. Marcos. O animal é levado para junto da egreja por quatro irmãos da respectiva confraria, a que chamam *emprazadores*, previamente confessados, vindo d'opas vestidas e hyssope na mão. Levam varinhas bentas com que vão levemente tocando no boi, proferindo repetidas vezes estas palavras: *entra Marcos, em louvor do Senhor S. Marcos*, até que o animal entra na egreja, á porta da qual é aspergido pelo parocho, seguindo até ao altar, e voltando acto continuo. O boi sahe e é immediatamente vendido em leilão, constituindo o producto uma esmola para o culto do santo. O milagre consiste em que o boi, de ordinario bravio, torna se manso apenas entra a porta da egreja, indo até ao altar e sahindo por meio de muita gente sem molestar ninguem. Esta festa, apesar de bastante impropria, attrahe sempre grande concorrencia. No *Almanach de lembranças*, de Alexandre Magno de Castilho, de 1858, a pag. 168, vem um artigo de critica ácerca da festa do boisinho, escripto pelo dr. Antonio Mendes Calado. Tambem ha uma feira em Chança a 13 de dezembro. As touradas são o divertimento predilecto dos alterenses. Em Alter ha agencias do banco do Alemtejo, do banco Lisboa & Açores, e do banco de Portugal; agencia dos seguros: Equidade, Portugal e Internacional; Tagus; Con-

fiança portuense; Nova companhia de seguros do Douro; Portugueza de seguros. Fabricas: de moagem de trigo, do sr. José Mendes Calado; de refrigerantes, dos srs. Garcez & Caetano. Duas sociedades de recreio: Recreativa e Instructiva Alterense, e Artistica Alterense. No anno de 1887, uns estudantes em Coimbra lembraram-se de construir um theatro em Alter do Chão. Organisou-se uma commissão promotora, procedeu-se a uma subscripção pelos principaes proprietarios da localidade, e em pouco tempo foi lançada a pedra fundamental no edificio. A planta, delineada pelo fallecido alterense Francisco Barreto Caldeira, teve de ser modificada por falta de recursos pecuniarios. O theatro tem o nome de Azevedo Coutinho; é bastante regular e tem a fachada elegante. A sala dos espectaculos é confortavel, apesar de não ter luxuosas decorações; tem camarotes, logares de balcão, cadeiras e platea geral; o panno de bocca e a ornamentação do proscenio é trabalho do sr. Salvador João da Costa. O labor principal e talvez o unico da povoação é a agricultura em todos os seus ramos. Vive-se essencialmente da agricultura, no amanho e preparo das terras, sementeira e cultura de todos os productos cerealiferos, no tratamento dos gados, dos arvoredos e das plantas se emprega a actividade d'estes povos. O brazão da villa é um escudo com uma fonte de prata em campo verde.

Alter Pedroso. Pov. e freg. da prov. do Alemtejo, annexa administrativamente á de Alter do Chão; com. de Fronteira, distr. e dioc. de Portalegre. Orago N. S.ª das Neves. Está situada n'um alto penhasco, e juntamente com Alter do Chão formava a antiga e importante cidade romana Eltori. D. Affonso III, em 30 de junho de 1249, a separou, tornando-a independente, e doou-a aos cavalleiros da ordem de Aviz. D. Diniz construiulhe um castello, a que dava o nome de *Recreação* pela magnifica vista que d'elle se desfructava, n'uma grande extensão. Este castello foi destruido pelo general castelhano D. João d'Austria, em 1662. Tem outro castello, em sitio eminente, com suas torres e muralhas, tudo em ruinas. No centro do castello ha uma capella de S. Bento. A camara de Fronteira pediu a D. João II, que esta villa formasse o termo da Fronteira; o rei fez a concessão e D. Manuel depois confirmou. Os habitantes de Alter Pedroso, porém, oppozeram-se obstinadamente, allegando com varias inscripções antigas, sepulturas romanas e uma pedra que está no altar da capella de S. Pedro, ser a sua villa fundada antes da era christã, e portanto mais nobre que a de Fronteira, pelo que continuou a ter jurisdicção independente.

Alteza. Até D. Manuel os monarchas portuguezes eram tratados por *senhoria*, sendo este soberano o primeiro que usou o titulo de *alteza*. Filippe II, de Hespanha, o substituiu pelo de *magestade*, ficando o tratamento de alteza para os filhos e filhas dos reis. Teem o titulo de *alteza real*, por virtude dos decretos de 9 de abril de 1825 e 14 de setembro de 1833, o principe real e o principe da Beira; de *alteza*, pela lei de 16 de setembro de 1597, os infantes e infantas, aos quaes tambem se dá o tratamento de *alteza serenissima*.

Altim. Pov. da freg. de Maurelles, conc. de Marco de Canavezes.

Alto. Pov. na freg. e conc. de Aljezur. || Pov. na freg. de Collares, conc. de Cintra. || Pov. na freg. de Nespereira, conc. de Guimarães. || Pov. na freg. de Sant'Anna da Serra, conc. d'Ourique. || Pov. na freg. e conc. de Vallongo.

Alto de Baixo. Alto de Cima. Pov.ˢ na freg. d'Alferce, conc. de Monchique.

Alto do Cano. Pov. da freg. de S. Thiago, de Tavira.

Alto da Corda. Monte da ilha de Santo Antão, no archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental, cujo planalto é adequado á cultura do algodão, café, milho, anil, etc.

Alto Cuija. Roça na ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Alto Dande. Concelho do districto de Loanda, na prov. de Angola, Africa Occidental, com séde na pov. de Caxito. Orago N. S.ª de Sant'Anna. Este concelho foi dos mais importantes da provincia, tendo decahido com a revolta dos Dembos, em 1772, pois que perdeu a 1.ª divisão do Icáu. Ultimamente, porém, vae-se tornando o nucleo do commercio e da agricultura, podendo considerar-se o mais importante da actualidade. Abunda em palmeiras, larangeiras, bananeiras, mangueiras e muita variedade de fructas. O povo empregava-se mais activamente na lavoura do feijão, farinha de mandioca e milho; actualmente a sua maior industria é a plantação da canna sacharina de que julga tirar mais vantagens. O negocio mais importante é o do café, que é da melhor qualidade. Tem aproximadamente 7:227 habitantes, que se subdividem da seguinte fórma: 229 europeus e 6:998 indigenas, dos quaes sabem lêr 1:875. Tem este concelho duas povoações: Sassa, que constitue uma regedoria, e Caxito, a séde do concelho. Tem sete sanzalas: Caxingi, Quinguxi, Quimaria, Mazaza, Capunga, Sorylo, Mussungo-Apanzo; e tres sobas: Capeixe, Cacoria e Gimba. Ha uma auctoridade administrativa com designação de chefe do concelho, o qual accumula os seguintes cargos: juiz instructor, presidente da commissão municipal, recebedor do concelho e director do correio. Esta ultima repartição está autorisada a permutar vales com o reino. Ha diversas fabricas de distillação d'aguardente de canna saccharina com fazendas importantes, como as *Tentativa, Infante D. Henrique, Capunga, Quissuco, Quiambande, Quilengue, Tuco, Timor* e *Boa Vista*.

Alto Douro. Região banhada pela parte do rio Douro comprehendida entre o Cachão da Valleira e o sitio de Barqueiros, na qual se encontram as serras que continuam as cumiadas do Marão e se ligam com as de Montemuro. Era esta região a que constituia o paiz vinhateiro a que a antiga legislação concedera grandes privilegios. Occupava ella, na margem direita, Linhares, Riba Longa e Castanheiro, no distr. de Bragança, Castedo, Cottas, Villarinho de Cotas, Casal de Loivos, Valle de Mendiz, Favaios, Sanfins, Villar de Massada, Sabrosa, Villarinho de S. Romão, Provesende, S. Christovam do Douro, Goivães, Paradella de Goivães, Goivinhas, S. João da Cova, Goiães, Galafura, Covelinhos, Poiares, Abbaços, Villarinho de Freires, Alvações de Corgó, Ermida, Folhadella, Cumieira, Fornellos, Cever, Fontes, Medrões, Sanhoane, S. Miguel (Lobrigos), Peso da Regoa, Godim, Loureiro, Fontellas, Moura Morta, Oliveira, Cidadelhe, Villa Marim, Santa Christina, S. Nicolau, Villa Juzã, e

Barqueiros, no distr. de Villa Real; na margem esquerda, S. João da Pesqueira, Soutello, Nagozello, Ervedosa, Casães, Valcuça, Taboaço, Adorigo, S. Pedro d'Aguiar, Santo Adrião, Folgosa, Villa Secca d'Armamar, Armamar, Fontello, Parada do Bispo, Valdigem, Saude, Cambres, Samodães, Penajoia e Bairro, no distr. de Vizeu. ‖ Denominação de duas roças da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental, sendo uma pertencente á Companhia da ilha do Principe e a outra a um particular.

Alto Douro *(Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do).* Esta celebre companhia foi uma das mais importantes entre as estabelecidas pelo marquez de Pombal. Comtudo, foi a que maiores odios levantou contra o grande ministro. Os estatutos da sua instituição trazem a data de 31 de agosto de 1756. A 10 de setembro seguinte foi promulgado o respectivo decreto. Quiz o marquez de Pombal levantar a agricultura portugueza como levantara o commercio, estabelecendo uma companhia privilegiada, cuja idéa se attribue ao commerciante hespanhol D. Bartholomeu Pancorvo, residente no Porto; tendo exposto o assumpto ao ministro o frade dominicano fr. José de Mansilha. A' famosa companhia se deram largos e absurdos privilegios. Pelo édito de 10 de setembro de 1756 a companhia teria o monopolio de todo o commercio dos vinhos, aguardentes e vinagres, que se exportassem do Porto para as provincias da Bahia, Rio de Janeiro, S. Paulo e Pernambuco, no Brazil; todos os navios, que se dirigissem do Porto para as provincias acima nomeadas, seriam obrigados a receber os vinhos da companhia por preços tarifados, inalteraveis; seria prohibido vender a retalho na cidade do Porto e seus arredores, até á distancia de tres leguas, outro vinho sem ser o da companhia; todos os productores de vinho seriam obrigados a vendel-os á companhia por preços tarifados; limitar-se-hia dos dois lados do Douro, toda a extensão de terreno que produzia o vinho do Porto e ninguem poderia vender, em cada anno, uma quantidade de vinho inferior ao termo medio da producção de cinco annos da sua lavra sujeita á demarcação; nenhuma quantidade de vinho entraria na demarcação sem ser apresentado aos empregados da companhia, que lhe examinavam a qualidade e o destino, nenhum vinho poderia sair pela barra do Porto sem licença dos empregados da companhia, que, depois de os terem examinado, declarariam a que classe pertenciam, sendo a primeira classe (a de *feitoria)* destinada para o consumo da Inglaterra e dos outros paizes da Europa, a segunda *(subsidiaria)* ao do Brazil, e a terceira (do *ramo)* á venda no paiz, comprehendendo tambem os vinhos empregados na distillação; a companhia gosaria d'um foro privilegiado, seria obrigada a vender os seus vinhos, aguardentes e vinagres por preços egualmente tarifados; emprestaria dinheiro aos cultivadores a 3 por cento; o seu capital seria de um milhão e duzentos mil cruzados, e a sua duração de vinte annos. Nos considerandos do edito dizia-se que a companhia era instituida com o fim de levantar os vinhos do Alto Douro do descrédito em que tinham cahido em consequencia das falsificações. Segundo alguns historiadores o fim principal da creação da companhia fôra contrabalançar o monopolio que de facto estava nas mãos dos inglezes. Foi com leis rigorosas que se poude manter a policia dos vinhos, as visitas, pesquizas, suspeições e iufamações empregadas contra os commerciantes, os cultivadores, os vendedores e os consumidores do vinho. Os favores concedidos á companhia não se limitaram aos que se continham no édito da sua instituição. Durante os vinte e sete annos que o celebre ministro d'el-rei D. José I esteve no poder, não decorreu um só sem que uma nova mercê fosse concedida a essa feliz sociedade. Em 1760 um novo édito levou mais longe os privilegios da companhia, sendo elevado a quatro, em vez de tres, leguas da cidade o exclusivo da venda dos vinhos, accrescentando-se-lhe o do fabrico das aguardentes nas provincias do Minho, da Beira e de Traz-os-Montes. Foi prohibido aos cultivadores converterem os seus vinhos em aguardentes, a não serem as borras e os vinhos deteriorados. A companhia comprometteu-se a vender os vinhos por preços tarifados; as aguardentes foram divididas em classes, a primeira chamada *d'escada*, a segunda de *prova redonda* e a terceira de *prova baixa*. Uma gota d'azeite, lançada na aguardente, decidia a classe a que pertencia. Este édito foi um golpe mortal para os cultivadores das vinhas. A elle se seguiram varios decretos verdadeiramente barbaros, até que em 1773, tendo um ligeiro desenvolvimento a cultura das vinhas, deu o celebre ministro ordem para serem devastados os vinhedos e prohibiu aos proprietarios da demarcação que as cultivassem sem autorisação da companhia. Quanto ao modo de funccionar, dirigia os seus negocios um corpo politico chamado *Junta da administração,* que se compunha de um provedor, um vice-provedor, sete deputados e um secretario. A junta era biennal, eleita pelos accionistas, da companhia, devendo o governo approvar e confirmar a eleição. Parece que o governo abusou muitas vezes d'esta prerogativa, sendo por elle frequentemente nomeados os membros da direcção. Tinha a companhia oito inspecções, que eram: 1.ª a das tabernas do territorio privilegiado, de que era encarregado o provedor; 2.ª a inspecção de contadoria; 3.ª a dos vinhos de embarque; 4.ª a dos vinhos de ramo; 5.ª a das aguardentes; 6.ª a dos vinagres; 7.ª a da arrecadação dos direitos; 8.ª a das aulas de nautica e debuxo. O estabelecimento d'esta companhia, segundo referem varios autores, nem melhorou a qualidade dos vinhos nem augmentou a exportação de modo evidente. Com a subida ao throno de D. Maria I, a companhia do Alto Douro escapou ao desastre que abrangeu muitas das outras instituições pombalinas; até as proprias côrtes de 1821 não ousaram combatel-a, e finalmente a companhia só veiu a morrer em 1834, tendo contribuido para a sua extincção, por decreto de 30 de maio do mesmo anno, as espantosas perdas que esta companhia soffreu durante o cerco do Porto, sendo-lhe incendiados os armazens. Essas perdas, avaliadas em cinco milhões, impossibilitaram a continuação da sua gerencia mercantil. As exorbitantes attribuições, não só economicas mas até administrativas, que esta companhia successivamente obteve, as quaes de sociedade agricola e mercantil lhe deram o caracter de corpo politico, a complicação dispendiosissima da sua administração, a immensidade d'empregados, o codigo inextricavel de leis especiaes por que se regulava, e sobretudo o

inexoravel rigor com que fiscalisava os seus privilegios, a tornaram odiosa e comprometteram a sua sorte. Em 1838 foi novamente estabelecida a companhia, mas muito menos favorecida. Como é facil de comprehender esta vexatoria organisação da companhia levantou desde o seu estabelecimento na cidade do Porto uma forte resistencia em que avultam os acontecimentos a que Arnaldo Gama dedicou o seu bello romance historico *Um motim ha cem annos*. Em 23 de fevereiro de 1757, em quarta feira de cinzas, pela manhã, os taberneiros d'aquella cidade, que se viam privados dos interesses que auferiam, levantaram-se tumultuariamente e, excitando o povo, lograram sublevàl-o n'aquella manhã. A's nove horas dirigiram-se os amotinados, soltando gritos de *viva o o povo, morra a companhia,* a casa do juiz do povo, ao qual obrigaram a capitanear a insurreição, que se apasiguou com a simples promessa da revogação das leis sobre a companhia, feita pelo chanceller da relação João d'Almada. A casa do provedor Luiz Belleza foi invadida e destruida a mobilia. Não tardou a serenar o tumulto mas a repressão foi terrivel e ficou na historia como uma das maculas da administração do marquez de Pombal. Foi a sanguinaria e odiosa alçada dos juizes João Pacheco Pereira de Vasconcellos e seu filho José Mascarenhas, que condemnaram 478 pessoas, sendo 26 á morte, das quaes se executaram 17 no dia 14 de outubro. Coube uma infamissima parte n'este horroroso processo ao juiz Mascarenhas, que depois veiu a ser preso no Brazil. Abusando do cargo em que fôra investido parece ter saciado odios pessoaes na sua execranda alçada.

Alto da Fraga. Pov. da freg. de Medrões, conc. de Santa Martha de Penaguião.

Alto dos Leiros. Pov. da freg. de Jugueiros, conc. de Felgueiras.

Alto Libollo. Territorio ou sertão do distr. e provincia de Angola (Africa Occidental), situado a S. do rio Quanza e cortado pelos seus confluentes da margem esquerda, Gango e Tamba. E' n'este sertão e na serra Zambata que nasce o rio Longo, o qual passa ao S. de Mononga, Macongue e dos territorios dos sobas de Calungo, Cafuele e Cagia Camusungo, e a N. de Quirindo, Quintombollo, Quiacongollo e Muxixe, e recebe do lago grande o rio Bumbe.

Alto de Marvilla. Pov. da freg. de Loures.

Alto Mearim *(João Martins de Pinho, conde de).* Fidalgo da Casa Real, commendador das ordens de S. Thiago, do merito litterario e scientifico, e da Conceição de Villa Viçosa, cavalleiro da ordem de Christo, dignatario, e antes commendador da ordem da Rosa, do Brazil, do conselho de sua magestade, e par do reino. Era natural de Mattosinhos, e filho d'um abastado negociante das praças do Pará e Maranhão. Falleceu em Paris, repentinamente, a 11 de maio de 1900. Aos 14 annos, sendo já dotado d'um temperamento audaz e vivo, trocou os affagos da familia pela ardua vida commercial, começando como caixeiro de escriptorio. A vivacidade da sua precoce intelligencia, uma accentuada firmeza de caracter, já então claramente esboçada, e a muita confiança que soube impôr no meio em que exercia a sua actividade, proporcionou-lhe poucos annos depois a superior posição de gerente da importante casa commercial Alves Machado, na qual encetara a sua carreira, que depois havia de tornar-se tão brilhante. O conde de Alto Mearim, com o seu trabalho incessante conquistou uma por uma as glorias que engrandeceram o seu nome. Dotado de força de vontade que não conhecia obstaculos, temperado pelos mais rigidos principios de uma honradez sem macula, cedo começou a dedicar o tempo que lhe sobrava dos seus multiplos trabalhos, a todas as benemeritas instituições portuguezas no Rio de Janeiro, e todas ellas registram o seu nome entre os dos mais proeminentes protectores. A Beneficencia Portugueza, a Caixa de Soccorros D. Pedro V, o Gabinete Portuguez de Leitura, e tantas outras, sempre encontraram no conde d'Alto Mearim a intelligencia lucida, o braço forte, o coração generoso que nunca deixou perder occasião de engrandecer o nome portuguez, de prestar serviços aos seus compatriotas e ao paiz hospitaleiro onde passou grande parte da sua vida. Foi elle e quem deu o maior desenvolvimento ao Lyceu Litterario Portuguez, elevando-o a uma das principaes fontes da instrucção popular da capital do Brazil. Incansavel trabalhador, poude em tres dias, e sem o minimo esforço, augmentar o fundo de aquelle instituto com mil contos de reis, esplendido resultado d'uma subscripção effectuada entre os seus numerosos amigos. As instituições brazileiras de beneficencia e instrucção nunca appellaram em vão para o conde de Alto Mearim, que não o encontrassem prompto a auxilial-as directa ou indirectamente. O distincto titular foi o fundador do banco Credito Real, da Companhia Pastoril, com o poderoso capital de 60 mil contos, e de cooperação com os conselheiros Mayrink e Motta Machado, fundou egualmente o banco Constructor, um dos colossos financeiros do Brazil, cuja primeira assembléa deliberou offerecer, em reconhecimento do serviço prestado com a creação de tão poderosa casa de credito, a avultadissima somma de 600 mil contos áquelles seus tres fundadores. Essa importante offerta não foi acceite, declarando o conde d'Alto Mearim, em seu nome e dos outros dois cavalheiros, que a quantia tão bizarramente offerecida, seria destinada em partes eguaes ao Lyceu Litterario Portuguez e á creação d'um asylo para creanças indigentes de quaesquer nacionalidades. Casou com D. Isabel Labourdonnay Gonçalves Roque, nascida no Rio de Janeiro, e que falleceu na mesma cidade em 1 de dezembro de 1888, contando apenas 33 annos. Era filha do visconde do Rio Vez, natural da freguezia de S. João Baptista do Sistello, do conc. d'Arcos de Valle de Vez. A morte d'esta senhora causou a mais profunda magua. Toda a imprensa brazileira lhe consagrou saudosos necrologios, enaltecendo as suas virtudes, como desvelada e

Conde de Alto Mearim

carinhosa esposa, modelo de mães, e amiga dedicada. D'esses necrologios, destacamos o seguinte, d'um que publicou o *Jornal do Commercio:* «Os relevantissimos serviços prestados por ella á causa santa da caridade e da instrucção, ahi estão patentes para attestar á posteridade a grandeza do seu generoso coração. No Lyceu Litterario Portuguez, benemerita instituição que tem instruido gratuitamente a mais de doze mil cidadãos de todas as nacionalidades; na Sociedade Portugueza de Beneficencia, que mantem um asylo de ensino profissional; na Associação Protectora da Infancia Desamparada, á qual, entre outros valiosos donativos, prestou recentemente relevantes serviços, accedendo ao convite que gentilmente lhe fez a serenissima princeza imperial para coadjuval-a na ultima kermesse; em muitas outras instituições beneficentes, e sobretudo, no bem que particularmente faz, e que delicadamente occulta na penumbra da sua desaffectada modestia, tem a distincta senhora gravado o seu nome com justo direito á admiração publica e á veneração que lhe tributam todos os que com ella se relacionam. No lar domestico representa com inexcedivel zelo a missão elevada que tanto aproxima a mulher da Divindade. Mãe desvelada e carinhosa, esposa virtuosissima, ella é, podemos affirmal-o, o espirito benefico que alenta os actos philantropicos do seu digno esposo, o benemerito sr. commendador José João Martins de Pinho. Filha do ex.^{mo} sr. visconde do Rio Vez, recebeu uma educação esmerada, notavel mesmo, e, dotada de talento pouco vulgar, não faz alarde, antes occulta os seus merecimentos e gosto pelas Bellas Artes, das quaes é cultora distinctissima pela verdade que imprime na pintura de suas paizagens, genero a que de preferencia se dedica e que ainda ha pouco lhe valeu a medalha de ouro com que a municipalidade de Petropolis distinguia os seus trabalhos na ultima exposição, tendo já sido laureada pela Imperial Academia das Bellas Artes. Assim, á pintura como á musica; á caridade como á instrucção; á familia como á sociedade, fazem honra os preciosos dotes que enobrecem e distinguem a illustre senhora.» O conde d'Alto Mearim passou a segundas nupcias, casando com uma sua cunhada. O imperador do Brazil agraciou-o com o titulo de conde d'Alto Mearim. Alto Mearim é uma terra brazileira, onde nascera sua mãe. Voltou a Portugal, foi eleito deputado pelo circulo de Santarem, em tres legislaturas: 1892-1893, 1894-1895, 1896-1897. Em 17 de março de 1898 foi nomeado par do reino. No anno de 1891 o povo brazileiro elegeu-o membro do congresso, cargo que não acceitou, declarando mais tarde na camara dos deputados, na sessão de 6 de fevereiro de 1893, que procedera assim, porque depois de trinta annos de ausencia da patria, não hesitara entre a honra que lhe fôra conferida, e o seu nome de portuguez que desejava conservar. O conde de Alto Mearim tinha a medalha de ouro do Lyceu Litterario Portuguez do Rio de Janeiro, a humanitaria, da Sociedade Portugueza de Beneficencia, a medalha de honra da Caixa de Soccorros de D. Pedro V, e outras. Pouco tempo antes de fallecer, partira com suas filhas com destino á Belgica, no intuito de ir buscar seus filhos que estavam alli a educar-se, dirigir-se a Lisboa e voltar para Paris com o resto da familia, fixando a residencia n'aquella cidade durante a época da exposição. A morte, porém, surprehendeu-o, contando pouco mais de 50 annos de edade. O seu cadaver foi transportado para o Porto, para o jazigo de familia.

Alto Minho. Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Alto de Santa Martha. Pov. da freg. de Lobrigos (S. Miguel), conc. de Santa Martha de Penaguião.

Alto de Valle Telheiro. Pov. da freg. e conc. de Loulé.

Alto do Viso *(Batalha do)*. No monte, denominado *Alto do Viso*, proximo a Setubal, deu-se esta batalha, no dia primeiro de maio de 1847, entre as tropas da rainha D. Maria II, commandadas pelo general conde de Vinhaes, e a divisão da Junta insurreccional do Porto, commandada pelo visconde de Sá da Bandeira. Nas vesperas d'aquelle dia, Setubal tinha quasi prompta a sua linha de defeza, e as forças que a guarneciam, haviam já tomado melhor ordem; Sá da Bandeira sabia, comtudo, as tropas que tinha pela frente, porque se os populares de Setubal estavam cheios de enthusiasmo, e pediam a gloria dos combates, o exercito collocado no Alto do Viso tambem era de soldados valentes, disciplinados, e de uma boa parte de veteranos aguerridos. Sá da Bandeira, porém, tinha poderosas razões para não dar a batalha, razões que não podia revelar, sob pena de correr imminente risco e de sacrificar a divisão do seu commando. O visconde fôra instruido em 27 d'abril, pelo ministro inglez em Madrid, sir Bulwer, de que o governo hespanhol e inglez tratavam d'uma convenção, que dizia ser conveniente e honrosa tanto para a rainha como para a Junta do Porto, e assim recorria a elle visconde, para que não levasse os negocios a extremos, *que poderiam talvez ser fataes á causa que s. ex.ª seguia*. O visconde respondeu no dia 30: «Rogava a sir H. L. Bulwer acreditasse que com justiça o julgaria incapaz de desejar que corresse sangue inutilmente.» E n'esse mesmo dia, respondendo a outra carta de 29, a sir G. H. Seymour, dizia o seguinte: «Emquanto á suspensão das hostilidades, muito folgaria que se concluisse immediatamente, mas as considerações, que envio ao coronel Wylde impõem-me o dever de esperar pela decisão do general em chefe.» N'esse mesmo dia entrava no rio Sado o vapor de guerra inglez *Polyphemus*, de bordo do qual, o coronel Wylde participava a Sá da Bandeira, que o governo da rainha havia acceitado a mediação da Inglaterra, para se pôr termo á guerra civil, e concluia, propondo-lhe uma suspensão de hostilidades. Sá da Bandeira respondeu, censurando que o general inimigo construisse uma bateria no momento em que os officiaes enviados pelo ministro inglez em Madrid, e pelo governo hespanhol alcançavam a sua promessa, que sustentara, de cessar as hostilidades, até que voltassem, declarando tambem que este procedimento o obrigava a guardar ainda as maiores precauções. Era esta a situação nas vesperas do dia primeiro de maio. Sá da Bandeira entendia, portanto, não dever dar a acção, e muito mais, por lhe faltar polvora, uma das munições principaes. No entretanto, instado por alguns commandantes de brigadas, pelos estudantes que formavam o batalhão academico, e imprudencia dos soldados, ouvindo

no dia 30 todos os commandantes de brigada e de alguns corpos, que declararam não responderem pela disciplina nem pela ordem, se a acção se não desse, resolveu-se a atacar no dia seguinte o inimigo nas suas posições. No opusculo de João Carlos d'Almeida Carvalho, intitulado: *Duas palavras ao auctor do esboço historico de José Estêvão*, etc., vem a minuciosa descripção d'esta batalha, que em seguida reproduzimos: «Pelas seis horas da manhã do primeiro de maio no momento em que já o general conde de Vinhaes havia feito a descoberta sobre Setubal, e recolhido aos seus entrincheiramentos, foi quando o sr. visconde de Sá da Bandeira deu ordem para que o inimigo fôsse atacado nas suas posições. A guarda nacional de Setubal havia ido guarnecer a torre de Outão. As tropas do ataque formaram em duas columnas: a primeira composta de caçadores 5, Fuzileiros da Liberdade, movel de Coimbra, artilharia de campanha, e 120 cavallos, a qual deveria apoderar-se da forte posição em que o inimigo apoiava a sua direita, e ganhar a outra posição que ficava sobranceira á esquerda inimiga, para alli collocar a artilharia, e proteger o ataque da columna da direita, a qual se compunha dos batalhões 1.º de caçadores, emigração lisbonense, 2.º da legião, companhia de Cintra, e 60 cavallos, com a intenção de atacar a esquerda inimiga, destruir o seu reducto, e operar constantemente de accordo com a outra columna, ou fôsse avançando ou retirando. Além d'estas disposições, ordenou-se que o 6.º de caçadores commandado pelo major Freire, descesse de Palmella, e fôsse postar-se de reserva no sitio proximo a S. Paulo, ameaçando sobre a estrada de Azeitão a retaguarda do inimigo; que a brigada do Algarve formasse a reserva principal, e se postasse junto á linha de defeza: era composta dos batalhões de atiradores, o 1.º de Faro, do commando do tenente coronel José Coelho de Carvalho, o 2.º de Albufeira, do commando do tenente coronel Judice Samora, e de parte do 3.º de Lagos; e que o movel de Evora e 50 cavallos assegurassem as posições da quinta dos Bonecos, e do alto de Branca Annes, onde estava o forte do Barrete de Clerigo; guarnecido por atiradores do Algarve, contra qualquer tentativa, que porventura fizesse o inimigo. Os navios de guerra, do commando do valente Salter, receberam ordem de proteger o movimento, lançando projecteis sobre o inimigo. A columna direita marchou pela estrada de Azeitão, e a da esquerda, para chamar para alli a attenção do inimigo, e coadjuvar a operação, marchou a coberto pelo caminho proximo ao castello de S. Filippe. A rapidez do ataque e a celeridade com que as forças avançaram, fizeram com que immediatamente o inimigo cedesse o terreno nas posições da sua direita. Caçadores 5, seguindo o nobre exemplo do seu bravo commandante, o major Constantino de Azevedo Cunha correu a apoderar-se da extrema direita. O tenente coronel Joaquim Guedes não desmentiu os brios de sua familia, e, á frente do movel de Coimbra, avançou a proteger a artilharia, e com quanto ao seu arrojo devesse o ser logo gravemente ferido, continuou na acção a partilhar das gentilezas do seu batalhão. O general conde de Vinhaes avisado, pela retirada dos seus piquetes, de que era atacado, e de que já se haviam perdido as primeiras e vantajosas posições, fez reunir immediatamente a sua divisão, e ordenou que a 1.ª brigada, composta de 1.º e 2.º de infantaria, de uma companhia da guarda municipal de Lisboa, e de um esquadrão de cavallaria, marchasse logo pelas ladeiras que subiam ás altas posições da direita. No entretanto já n'esta occasião a artilharia, do commando do capitão Rola, e tambem dirigida pelo tenente Quaresma, estava assestada nas alturas, e fulminava incessantemente o inimigo, cuja divisão soffreu logo muita perda, tendo sido feridos alguns de seus principaes officiaes, como o fôram o commandante da 1.ª brigada, o coronel Marcelli, e os commandantes dos regimentos 12 e 1, o coronel Barreto, e o tenente-coronel Pereira. Engajou-se então um fogo vivissimo; as tropas batiam-se de parte a parte com a maior galhardia: era continuo o fuzilar da infantaria, não cessava o troar da artilharia, a espaços se sentia o tinir das espadas que se cruzavam, e o tropel da cavallaria que, pelo escabroso do terreno, apenas em pequenas forças carregava corajosamente aqui e alli. Na primeira carga succumbiu o tenente Paneada, e logo o tenente-coronel Castello Branco, aos golpes do corajoso tenente-coronel Galamba, que correu destemidamente a vingar a morte do seu camarada. Quebraram-se alli duas valentes espadas, que empunhavam dois bravos militares: um que combatia nas fileiras da Junta do Porto, o outro nas do governo de Lisboa, e ambos em holocausto offereceram suas vidas, convencidos de que pagavam á patria o tremendo tributo que lhe deviam. As forças populares, protegidas pela sua artilharia, repelliam com vigor o ataque inimigo, e sustentavam as posições da direita que lhe estavam sobranceiras. N'esta conjunctura a guarda municipal correu para caçadores 5, bradando-lhe: *vimo-nos entregar*. E este corpo, composto na sua maior parte de soldados novos, e tendo apenas um diminuto numero de officiaes, não obstante as reiteradas advertencias d'estes, e as vozes para atacar, do seu bravo commandante, deixou-se illudir, vendo-se bem depressa envolvido pela infantaria, e carregado pela cavallaria inimiga; então, tomado de um certo terror panico, retirou em desordem, não escutando a voz de *firme!* dada tantas vezes pelo valente major Azevedo Cunha, que lhe recordava as gloriosas tradições do 5 de caçadores, e o exhortava com fervor a que repellisse o inimigo. Estava entretanto de reforço Fuzileiros da Liberdade, que sustentou a sua posição com admiravel firmeza, e daria logar a que caçadores 5 se formasse, para novamente marchar ao ataque, se uma fatalidade se não desse. Fuzileiros havia nas vesperas recebido o armamento novo, apprehendido no vapor *Royal Tar*, e porque a pressa não desse tempo a que se examinasse, aconteceu que a maior parte das armas erraram fogo, por estarem os canos sujos, os ouvidos entupidos. Desesperados muitos dos soldados, uns quebravam as armas, outros vinham para a retaguarda. Assim mesmo o corpo continuou a bater-se com o mesmo denodo, tendo fóra do combate muitos dos seus officiaes e soldados. O inimigo empregou então aqui forças superiores, e toda a sua cavallaria. As forças populares, por esta circumstancia, e por outra muito essencial, que abaixo diremos, fôram cedendo o terreno com ordem, e protegidos pelos fogos do castello de S. Filippe e dos vapores de guerra, até que caçadores 5, fuzileiros, e

o movel de Coimbra abandonaram as suas posições, recolhendo por fim de uma das alturas, ainda occupada, alguns atiradores d'este ultimo corpo, commandados pelo intrepido tenente José Maria Christiano. O corpo academico, levando á frente o bravo capitão Fernando Mousinho d'Albuquerque, e que n'uma impetuosa avançada havia desenvolvido tanto denodo e bizarria, sendo afinal tambem atacado por forças superiores, foi forçado a retirar, deixando já no campo alguns mortos e feridos, e entre estes gravemente o seu digno commandante. Acossados, porém, pelas tropas adversas, e principalmente pela guarda municipal, que na vanguarda atacava com valentia, carregando muitas vezes á bayoneta, os academicos teriam deixado o campo juncado de seus cadaveres se, por um movimento rapido, não tivessem podido acolher-se ao castello de S. Filippe, cuja artilharia, jogando sem cessar, salvou os jovens academicos e repelliu o inimigo, que nunca poude collocar-se a coberto do fogo do canhão e da fuzilaria dos caçadores de Monchique, que guarneciam o castello, cujo governador era o major Gamito, que deu n'esta occasião mais uma prova da sua intrepidez. Emquanto as coisas assim se passavam na esquerda, a columna da direita não mostrava menos valor na acção; o 2.º da legião (dos Serezinos de Braga) commandado pelo tenente-coronel Montalverne, uma companhia do lisbonense, do commando do capitão Manuel de Jesus Coelho, e acompanhia dos cintrenses, que eram, por assim dizer, os zuavos da divisão, commandada pelo valente capitão Berter, repelliram as primeiras forças inimigas, que estavam emboscadas. O major Montenegro, dirigindo estes atiradores, subiu á montanha, e com egual celeridade e valor caçadores 1, commandado pelo major Mendonça, que chegou ao mesmo tempo ao reducto inimigo, parallelo ao Forte Velho, começando a sua destruição, e batendo-se com as forças adversas. O general conde de Vinhaes fez então avançar sobre esta posição a 2.ª brigada do commando do coronel Abreu, composta de caçadores 5, de infantaria 6, de duas boccas de fogo, e de 60 cavallos. Sustentou-se então um vivissimo fogo, que se estendia por toda a linha, e por mais de duas horas, com varios successos de parte a parte. Convergindo, porém, as forças adversas para a direita, onde estacionava o movel de Evora, o intrepido major Madureira mandou reforçar o reducto do Barrete de Clerigo, e occupar a quinta de Branca Annes, fazendo repellir o inimigo. A brigada de reserva, sob o commando do coronel Vaz Ferreira, chamada a entrar no combate, portou-se com distincção. A ala direita já havia cedido terreno, e occupava outras posições apoiada pelo Forte Velho, do qual sahia um vivo fogo de artilharia, dirigido pelo governador Ponte e Horta, capitão Pontes, e tenente Arrobas, sendo este fogo ainda secundado pelo da fuzilaria de uma força de caçadores 5, e de Cintra, que guarneciam o forte. Mas a polvora começava a escassear, e de toda a parte a requisitavam ao general. Foi então que se apresentou ao sr. visconde de Sá da Bandeira o capitão de S. M. Britannica Mac Cleverty, o qual da parte do coronel Wylde, convidou o illustre general a que mandasse suspender as hostilidades. E logo o sr. visconde recebeu do coronel Wylde o seguinte officio: «A bordo do navio de S. M. B. *Polyphemus*, Setubal 1.º de maio de 1847, pelas 7 horas da manhã. Urgente. Sr. Visconde: N'este momento sou informado de que as forças debaixo do commando de v. ex.ª vão marchando com intento de atacar as tropas da Rainha. Penso, portanto que é de justiça informal-o, que tendo S. M. F. acceitado a mediação da Inglaterra, se v. ex.ª ficar victorioso, terá provavelmente de encontrar as forças britannicas, que estão no Tejo, preparadas para defender a capital, e oppôrem-se á passagem do rio. E por outro lado, se v. ex.ª fôr derrotado, tornar-se-ha um dever para mim o recommendar, que as tropas que estão debaixo do seu commando, sejam excluidas do beneficio da amnistia, que segundo informei hontem a v. ex.ª, S. M. F. tem tenção de promulgar. Tenho a honra, etc. Wylde, coronel.» A acção ainda continuava com empenho, e os soldados batiam-se ainda com muito calor, soffrendo a esquerda inimiga grande damno com os fogos do Forte Velho e dos vapores, mas que eram correspondidos pela artilharia assestada no Alto do Viso, e sob o commando do major Simões. O sr. visconde de Sá da Bandeira, recebendo do capitão Mac Cleverty a promessa de que o conde de Vinhaes mandaria immediatamente cessar o fogo, deu ordem para que tambem da sua parte cessasse, mas já a estas horas, que eram nove da manhã, o campo estava coberto de mortos e feridos, sendo o maior numero das forças do conde de Vinhaes, em consequencia das vantagens que as de Setubal haviam obtido no principio da acção, e dos estragos causados pelos fogos da esquadra, castello de S. Filippe e Forte Velho. Dentro de pouco tempo as forças de ambas as partes haviam recolhido ás suas antigas posições». Consta que se tem encontrado ainda no monte do Alto do Viso, por diversas vezes, algumas balas dispersas, provenientes d'aquella batalha.

Altura. Pov. da freg. de Querença, conc. de Loulé.

Altura de Milhano. Pov. da freg. de Santa Maria do Castello, de Tavira.

Alturas. Pov. da freg. do conc. de Aljezur. || Serra do dist. de Villa Real, no cimo da qual está situada a villa do mesmo nome. Fica perto da serrania de Barroso e tem 10 k. de comprimento.

Alturas do Barroso. Pov. e freg. (Santa Maria Magdalena) da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Boticas, dist. de Villa Real, arceb. de Braga; 961 hab. e 133 fog.; Tem est. post., permutando malas com Boticas. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada no cimo da serra do mesmo nome, em grande elevação, d'onde se vê as serras do Gerez, de Mourella, de Louroso, o castello de Seudim, etc. Pertence á casa de Bragança. A terra é fria, e durante o inverno está coberta de neve; pouco productiva. A egreja matriz é muito antiga. Houve em Alturas do Barroso um convento de frades benedictinos que já existia em 889. Innocencio IV uniu-o ao convento de Osseira, de frades bernardos, na Gallisa, por um breve, de 1248. No *Archivo Rural*, vol. I, pag. 610 e 628, vol. II, pag. 6, 36, 62, 141, 258, 320, vem publicado um estudo technico e consciencioso de Silvestre Bernardo Lima, professor do Instituto Agricola de Lisboa, que dá bem a conhecer o valor do gado de Barroso: «Um dos melhores rendimentos para os lavrado-

res de Barroso é, sem duvida, a creação de gado, sobretudo vaccum, cavallar e muar. Os muitos e numerosos extensos prados naturaes ou lameiros que ha, bem como os dilatados terrenos marinhos, muitos dos quaes offerecem boas pastagens, ajudam muito áquella, criação, a qual mais cresceria se, aproveitando as aguas, acrescentassem os ditos lameiros, e promovessem a cultura de prados artificiaes; se bem que talvez em varios pontos do paiz não dariam o resultado que parece á primeira vista, em consequencia dos rigidos gelos. A raça barrosã produz-se principalmente nas terras que, na provincia de Traz-os-Montes, se estendem desde a raia da Galliza ao rio Tamega na direcção do N. ao L., e desde a extrema do conc. de Chaves á serra do Gerez e Cabreira, na raia do Minho, seguindo a direcção de E. a O. e S. a O.; terras que teem de extensão pouco mais ou menos, a N. a S., seis leguas, e, de E. a E., sete leguas, formando o paiz conhecido ha muito tempo pelo nome de Barroso. E' notavel este paiz por ser um dos mais serranos e montanhoso da provincia, cujo solo, granitico na maior parte, é de uma fertilidade mediocre; e cujo clima, frigidissimo, nevoso e geadeiro, apenas admitte a cultura de algum centeio e batatas, e mal consente a do trigo, milho e outras plantas que pedem mais calor e melhor temperança meteorica, para poderem granar e fructificar convenientemente; ajustando-se melhormente á vegetação pratense, graminosa, espontanea, que não tem estas exigencias, e que por isso é aqui tambem a mais dominante. Por estas circumstancias, Barroso é uma região pascigosa bem definida, e constitue um paiz necessariamente pecuario. Na parte mais elevada, fria e ingrata do paiz, no alto Barroso, onde a raça barrosã tem o seu centro de producção, o seu verdadeiro solar, e onde existe mais criação d'ella, pois no restante das terras do conc. de Boticas, e nomeadamente nas que fórmam a bacia onde corre o Terva, e nas situadas á margem direita do Tamega o clima amenisa-se por tal sorte, que consente a producção, cereal, e, em parte, a da vinha e oliveira; e sendo votadas a estas culturas, são com prejuizo, senão de qualidade, da quantidade da producção pratense, e por conseguinte com prejuizo tambem da creação bovina, que é incontestavelmente mais copiosa nas terras do conc. de Montalegre que no de Boticas». Em 1857, uma commissão de estudos agricolas do reino, composta de diversos lentes e alumnos do Instituto Agricola, foi estudar a provincia de Traz-os-Montes. Das diversas aldeias de Barroso póde apresentar-se como tapo a das Alturas, proxima da villa de Boticas. Quem vir aquellas habitações de miseravel aspecto, construidas de pedra schistosa, sem nenhum cimento, mal reparadas, cobertas de colmo, e souber que o mesmo acanhado albergue é estábulo de animaes e habitação de homens, duvidará da riqueza de Barroso. No emtanto essa riqueza existe; mas a aspereza do clima onde as neves são frequentes, e os invernos estiradissimos, justificam esta mistura de animaes e homens em casas baixas e de colmo; e o resto justifica-o a simplesa dos costumes barrosãos, que muito se resentem dos tempos patriarchaes. Parece que antes de 1857 não chegára nunca áquella aldeia homem algum, que indicasse ser homem de sciencia, por isso quando a commissão ali appareceu com todo o apparato de homens e de instrumentos para as precisas observações meteorologicas e geologicas, a admiração foi espantosa, e a segurança dos viajantes esteve um tanto arriscada, porque os precedeu na povoação o nome de feiticeiros e bruxos, desencantadores de minas de ouro. Os viajantes desciam a montanha dos Corvos na proximidade das Alturas, quando descobriram um jazigo de turmalina. Como não tivessem instrumentos para colher alguns exemplares que trouxessem para Lisboa, mandaram ás Alturas buscal-os, e com elles veiu uma porção de povo, que, pasmado, vira arrancar e guardar umas pedras que tantas vezes tinham pisado sem lhes conhecer o valor. Os barrosãos mais espertos começaram a indicar estas minas que n'aquellas serras existiam, com a mira no premio que poderiam receber; os mais piedosos, e entre estes o regedor da freguezia, offendiam-se com a presença dos homens da commissão e olhavam para elles com modos hostis. A commissão foi intimada pelo regedor para que sahisse da povoação dentro de vinte e quatro horas, e então no dia seguinte partiu para a villa de Boticas, onde a autoridade administrativa lhe prestou os necessarios auxilios para continuar os trabalhos.

Alumiar. Pov. da freg. de Travassô, conc. de Agueda, junto ao ponto de confluencia dos rios Agueda e Vouga.

Alumieira. Pov da freg. de Esgueira, conc. de Aveiro.

Alva. Vestidura ou tunica talar de panno branco que os sacerdotes põem sobre o amito para celebrar missa e outros officios divinos. Vestidura branca que levavam para o patibulo os que iam padecer pena ultima.

Alva *(D. João Diogo de Sousa Athayde, 1.º conde de).* Conselheiro de guerra, e tenente general. Era 2.º filho do 6.º conde d'Athouguia. N. a 31 d'outubro de 1663; f. a 11 d'abril de 1740. Foi general distinctissimo que serviu na guerra da successão de Hespanha, mostrando sempre grande valor, tendo acompanhado o marquez das Minas na sua aventurosa expedição a Madrid. Foi governador das armas das provincias do Minho e Alemtejo. Casou com D. Constança Luiza Monteiro Paym, 5.ª senhora do morgado d'Alva, morgado que depois foi elevado a condado, por concessão d'el-rei D. João V, pelo decreto de 29 de abril de 1729, em attenção dos gloriosos serviços prestados por D. João. O titulo de morgado fôra conferido a Rodrigo Borges de Sousa Veiga; sua filha, D. Thereza Borges de Sousa e Veiga, casou com o guarda roupa de D. João IV, Manuel Monteiro de Vasconcellos, ficando por este facto Monteiro de Vasconcellos senhor do morgado, que depois passou a Pedro Fernandes Monteiro Paym, filho de seu primo Roque Monteiro Paym, secretario d'Estado do expediente e mercês d'el-rei D. Pedro II, o qual o herdou do dito seu filho, que falleceu no estado de solteiro. O morgado passou então a D. Constança, 1.ª condessa d'Alva, por ser a filha primogenita de Roque Monteiro Paym. Por morte d'esta senhora, passou o morgado para sua irmã, D. Maria Antonia de S. Boaventura de Menezes Paym, casada com D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 2.º filho do 11.º conde de Redondo. D'este casamento nasceu D. Vicente Roque José de Sousa Coutinho Monteiro Paym, 7.º senhor do morgado d'Alva, que foi pae de D. Luiz

Roque de Sousa Coutinho Mouteiro Paym, creado conde d'Alva em 9 de junho de 1797, e marquez de Santa Iria, em 4 d'abril de 1833. (V. *Marquez de Santa Iria*). O brazão de familia é o seguiute: Um escudo partido em pala, com as armas dos Monteiros Payns e Sousas Coutiuhos, sendo a primeira pala esquartelada; no primeiro quartel as armas dos Payns, escudo franxado de prata e negro, sendo os campos alto e baixo de prata, e os das ilhargas de negro, e sobre elles um leão entrecambado dos mesmos esmaltes, armado e linguado de vermelho; no segundo quartel as armas dos Monteiros, em campo de prata, tres buzinas de negro, postas em faxa e dispostas em roquete, com bocaes de oiro e cordões de purpura, e assim os contrarios: a segunda pala tambem esquartelada com as armas dos Sousas do Prado e Sousas Chichorros, que adoptaram os Sousas Coutinhos, por procederem d'estas duas antigas familias, escudo esquartelado; no primeiro quartel em campo de prata, as quinas do reino sem a orla dos castellos; no segundo, tambem em campo de prata, um leão de purpura, armado e linguado de azul. Timbre: o leão do escudo dos Payns.

Alva *(D. Julião de)*. Primeiro bispo de Portalegre. Era nat. de Madrid; f. em Miranda a 13 de fevereiro de 1570. Veiu para Portugal com a rainha D. Catharina, mulher de D. João III, que muito o estimava e considerava pela sua vasta illustração e piedade. Em 1550 creou-se o bispado de Portalegre, por um breve do papa Julio III, e D. Julião d'Alva foi o eleito para essa nova mitra episcopal. O seu caracter austero e bondoso, muito amor ao estudo, e muita caridade, o tornaram digno de todo o respeito e veneração. Deixou boa memoria na sua diocese. Fez importantes dadivas de paramentos e vasos sagrados á cathedral. Morrendo o bispo de Miranda, D. Turibio Lopes, D. Julião d'Alva foi transferido para aquelle bispado, onde falleceu. O seu corpo veiu para Portalegre, e está sepultado na Sé d'aquella cidade. D. Julião d'Alva foi capellão-mór d'el-rei D. Sebastião.

Alva *(D. Luiz Mascarenhas, 2.º conde de)*. Vicerei e capitão-general da India, alcaide-mór da villa de Guimarães; commendador de Santa Marinha de Quintella da ordem de Christo. Era segundo filho do segundo marquez de Fronteira, e de sua mulher, D. Joanna Leonor de Toledo e Menezes. Primeiramente seguiu a vida ecclesiastica, foi porcionista no collegio de S. Paulo, de Coimbra, chegando a ser abbade de S. Martinho no arcebispado de Braga. Desejando depois seguir a carreira das armas, dirigiu-se a Roma, desligou-se da egreja, e voltando a Portugal, teve o posto de capitão de cavallos no Alemtejo. Em 1739 foi nomeado governador da capitania de S. Paulo no Brazil, exercendo esse cargo até agosto de 1748. Regressando ao seu paiz, teve a nomeação de deputado da Junta dos Tres Estados, e em 1754, a de vice-rei da India, recebendo n'essa occasião varias mercês, entre ellas a de conde d'Alva, por decreto de 13 e carta de 24 de março do referido anno. O titulo de conde d'Alva estava extiucto por ter morrido sem successão o primeiro conde, com quem D. Luiz Mascarenhas não tinha parentesco algum. O conde d'Alva partiu para o Oriente em 1 d'abril, e chegando a Gôa, tomou posse do governo do estado da India em 18 de setembro do mesmo anno de 1754. Eram bem criticas então as circumstancias em que os nossos dominios no Oriente se encontravam. Os que se haviam revoltado em Satary, tinham sido perdoados. Satary fazia parte das Novas Conquistas, assim se denominavam as possessões que o vice-rei marquez d'Alorna havia subordinado ao rei de Portugal. Os habitantes das Novas Conquistas já se regiam por leis especiaes, e o vicerei concedeu-lhes a liberdade de consciencia e a faculdade de construirem pagodes. Essas medidas, porém, não fôram approvadas pelo governo da metropole. Restituiu a Bounsuló as fortalezas de Rarim e Neutim, e prometteu ao rei de Sunda fazer-lhe tambem a entrega das praças de Piro e Ximpem, mas recusando-se este a cumprir a condição dos tratados, declarou-lhe guerra, contra o voto do conselho d'Estado. Não sabendo aproveitar as discordias que lavravam entre os potentados da India, descontentou a todos, e procedeu ás vezes d'um modo bem pouco leal, perdendo assim muito do prestigio que os successores de Affonso d'Albuquerque e D. João de Castro ainda gosavam. Marchando por fim contra a cidade de Pondá, foi morto em combate no dia 28 de junho de 1756. Acerca d'esta batalha, abriu-se uma rigorosa devassa, mas não se poude nunca averiguar, se a morte do vice-rei foi devida ás balas dos marathas, se ás dos proprios soldados portuguezes, que mostrando-se no ataque da praça bastante indisciplinados, receavam a justiça do chefe, depois da retirada. O conde d'Alva havia casado com D. Maria Barbara de Menezes, filha dos 2.os condes de S. Thiago.

Alva *(D. Luiz Roque de Sousa Coutinho Monteiro Paym, 3.º conde de)*. V. *Santa Iria (Marquez)*.

Alva *(D. Vicente de Sousa Coutinho Monteiro Paym, 4.º conde de)*. Par do reino, por successão a seu pae, prestando juramento e tomando posse na respectiva camara, em sessão de 27 d'abril de 1850; official-mór honorario da Casa Real; encarregado de negocios em disponibilidade, tendo servido na côrte de Turim, cavalleiro da ordem da Rosa do Brazil. N. a 7 d'abril de 1805; f. a 11 de setembro de 1868. Era filho do marquez de Santa Iria e 3.º conde d'Alva, D. Luiz Roque de Sousa Coutinho Monteiro Paym, e de sua mulher, D. Marianna Vicencia de Sousa Holstein, filha de D. Alexandre de Sousa Holstein. Tinha apenas 10 annos de edade, quando foi agraciado com o titulo de conde d'Alva, por decreto de 22 de junho de 1815, e carta de 23 d'abril de 1823. Assentou praça em 6 de junho de 1823, foi promovido a alferes para cavallaria n.º 4, em 9 de julho de 1827. No anno seguinte deixou o serviço militar, mas emigrando com sua familia, serviu a causa da liberdade como addido á legação em Paris, desde 1 d'agosto de 1830 até 4 de junho de 1833, emquanto que seu pae e seus irmãos D. Alexandre e D. Manuel combatiam no exercito constitucional. O conde d'Alva foi collocado na disponibilidade no mez d'abril de 1835, e ainda n'esse anno teve a nomeação de nosso en-

Brazão dos condes de Alva

carregado de negocios na côrte de Berlim; não conseguindo, porém, o governo reatar as relações diplomaticas com o reino da Prussia, foi exonerado d'essa commissão em 9 de novembro de 1839, e nomeado primeiro addido da legação de Portugal no Brazil. Em 27 de março de 1840 passou a secretario da mesma legação, e em 1841, sendo promovido a nosso encarregado de negocios no Piemonte, partiu para Turim, onde se conservou até 20 de novembro de 1843. Em 5 de dezembro do anno seguinte passou á disponibilidade. Casou a 6 de fevereiro de 1826 com D. Leonor Juliana Luiza Mascarenhas, 1.ª filha dos 6.ºs marquezes de Fronteira.

Alva. Villa e freg. de S. Martinho da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Castro Daire, distr. e bisp. de Vizeu; 643 hab. e 135 fog. Tem esc. do sexo masc., e est. post. Está situada n'um valle d'onde se não descobre povoação alguma, e dista 6 k. da séde do conc. E' muito antiga; D. Affonso III deu-lhe foral em 1256 e D. Manuel, em Lisboa, a 10 de fevereiro de 1514. Pertence á 2.ª div. militar. Fôram donatarios os condes d'Alva. O seu territorio é abundante de todos os generos do nosso paiz. || Aldeia da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Freixo de Espada á Cinta, distr. de Bragança. Tem um castello, em ruinas, onde antigamente foi a villa d'Alva. || Rio da Beira Baixa. Nasce no alto da serra da Estrella, de uma lagôa. Principia o seu curso no sitio da Cabreira. No logar de *Porto de Boi* perde o nome, a uns 80 metros distantes, no sitio do Summo, entra n'um tunnel natural, sahindo na ponte de Caniços. Junta-se-lhe mais abaixo um ribeiro que tem proximo uma ponte de pedra. Espraia-se n'este logar e fórma o grande *Pégo de Pedro Gil*, e por baixo tem outra ponte de pedra, proximo a Villa-Cóva á Coelheira. Passa em Sandomil, na Feira (Beira Baixa), na villa de Avô, onde tem uma ponte de pedra, passa á ponte de Villa-Cova de Sub-Avô, vae a Coja, á aldeia de Sarzêdo, onde se lhe junta o ribeiro d'este nome, e chega até aos *Furados*, nome que se dá a um boqueirão, aberto por baixo de uma serra e onde desce a agua em cachão, fazendo grande estrondo. Este aqueducto subterraneo aberto em rocha viva, é obra dos arabes. De *Furados* vae a Valle de Espinho, onde tem uma ponte de um só arco, mas de boa architectura, e finalmente morre no rio Mondego na *Foz do Alva*, com 60 k. de curso. As margens d'este rio têm vestigios d'oiro já explodos no tempo dos romanos e arabes.

Alvacar. Rio da prov. do Alemtejo. Nasce proximo das *Sete Alcarias*, termo da villa de Padrões, e entra no rio *Alvacarejo*. Fertilisa os campos por onde passa. E' termo arabe e quer dizer *boieiro*.

Alvacarejo. Rio da prov. do Alemtejo. Nasce em uma lagôa na villa de Padrões. Atravessa a freg. d'Alcaria Ruiva e junta-se ao rio Alvacar, no sitio do Moinho do Prior.

Alvações do Corgo. Pov. e freg. Santo Antonio, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Santa Martha de Penaguião, com. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real, dioc. de Lamego. 544 hab. e 146 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. permutando malas com Santa Martha de Penaguião. Sendo supprimido este conc. por decreto de 26 de setembro de 1895, Alvações do Corgo passou para o de Peso da Regoa. Restaurado porém o conc. de Santa Martha, por decreto de 13 de janeiro de 1898, voltou outra vez a pertencer-lhe. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada na margem do rio Corgo. Proximo fica uma penha, na qual existe uma lapa muito grande, tendo á entrada uma varanda de pedra, muito bem feita. Dizem, que antigamente era uma estrada, que dava passagem, por um tunnel para o outro lado do rio.

Alvações de Tanha. Pov. da freg. de Villarinho dos Freires, conc. e com. de Peso da Regoa. Tem uma capella de S. Bartholomeu, onde se faz uma grande romaria, em 24 d'agosto.

Alvadia. Pov. e freg. da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Ribeira de Pena, com. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real, arceb. de Braga. 366 alm. e 62 fog. A pov. dista 10 k. da séde do conc. Orago Santa Cruz. Está situada no alto d'um monte d'onde se descobrem algumas terras. Passa aqui o rio *Rôlos*, que desagua no Tamega. E' terra abundante de centeio, mas dos outros generos, pouco. Pertenceu aos marquezes de Marialva.

Alvados. Pov. e freg. da prov. da Estremadura conc. e com. de Porto de Moz, distr. de Leiria, patr. de Lisboa. 1:444 alm. e 277 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. Orago N. S.ª da Consolação. Está situada entre serras penhascosas. Produz em abundancia azeite, trigo, cevada, etc. Tem pouca agua. Pelo decreto de 7 de setembro de 1895 ficou annexada ao conc. d'Alcobaça, por ter sido extincto o do Porto de Moz, mas com a restauração d'este conc., pelo decreto de 13 de janeiro de 1898, ficou outra vez pertencendo ao de Porto de Moz. Alvados pertence á 5.ª divisão militar. || Serra, no distr. de Leiria. V. *Albardos*.

Alvagada. Pov. da freg. de Cossourado, conc. de Barcellos.

Alvaiade. Pov. da freg. de Villa Velha de Rodam.

Alvaiazere *(João Vieira da Silva de Vasconcellos Sousa e Almeida, 2.º barão de)*. Moço fidalgo com exercicio na Casa Real; bacharel formado em philosophia. N. no Rio de Janeiro a 14 d'abril de 1820, f. em 1882. Era filho do primeiro barão d'Alvaiazere, Manuel Vieira da Silva e de sua mulher D. Maria Ludovina Maxima de Sousa Almeida e Vasconcellos. O 2.º barão d'Alvaiazere casou a 11 d'abril de 1853 com D. Henriqueta da Motta Garcia de Vasconcellos Porto Carreiro Souto Maior, filha de Joaquim Manuel da Motta Garcia d'Amorim Pessoa de Vasconcellos Mascarenhas, fidalgo da Casa Real, administrador do vinculo de Motta Garcia, na cidade de Thomar, do vinculo de Amorim Pessoa de Brito e Almada, situada na villa do Rabaçal, e de outro vinculo em Evora, casado com D. Rita Frisone Verdier da Motta. O titulo de barão foi renovado por decreto de 30 de agosto e carta de 4 de setembro de 1865.

Alvaiazere *(Manuel Vieira da Silva, 1.º barão de)*. Fidalgo da Casa Real, do conselho d'el-rei D. João VI; commendador da ordem de Christo, e cavalleiro da antiga ordem da Torre e Espada; bacharel formado em medicina, e medico da real camara; physico-mór do reino e dominios ultramarinos; provedor da saude da côrte e estado do Brazil; proprietario do officio de provedor do registo da capitania de Taguahi, no Brazil. N.

em Villa Nova d'Ourem a 11 de novembro de 1753; f. na Aldeia da Cruz a 17 de novembro de 1826. Era filho de Manuel Vieira da Silva, bacharel formado em medicina, e medico em Villa Nova d'Ourem, e de D. Josepha Luiza d'Abreu, filha de Manuel d'Abreu Rebello, e de sua mulher, D. Isabel Borges. Conta-se que, exercendo clinica em Alvaiazere, fôra chamado para acudir repentinamente a D. João VI, sendo ainda principe regente, o qual passando n'aquelles sitios dera uma queda, ou tivera um accidente qual quer; Manuel Vieira da Silva foi tão feliz no tratamento e soube tão delicadamente applicar os apparelhos, que o principe D. João ficou enthusiasmado e logo o convidou para ser medico da sua real camara. Assim se elevou rapidamente o ignorado medico áquelle importante cargo. O valimento de D. João sempre se conservou; foi para o Brazil com a familia real, recebeu a carta de conselho, pouco depois a nomeação de provedor da saude da côrte e estado do Brazil, e finalmente physico-mór do reino e dos dominios ultramarinos. D. João não se causava de o presentear, e de lhe dar mercês, agraciando-o com algumas commendas. Concedeu-lhe o titulo de barão de Alvaiazere, por decreto de 6, e carta de 11 de fevereiro de 1818, e assentamento de 22 de dezembro de 1823. O titulo de fidalgo da Casa Real fôra-lhe concedido pelo alvará de 11 de julho de 1806. D. João VI fez-lhe tambem doações de propriedades. Uma d'essas doações occasionou uma forte demanda entre o barão d'Alvaiazere e Antonio d'Araujo Vasques da Cunha, depois barão de Pombalinho, como procurador dos herdeiros de Manuel Nunes Gaspar, capitão-mór de Santarem. Contestavam estes a validade da doação de uns accrescidos do denominado *Mouchão dos Coelhos*, proximo ás lezirias do Ribatejo, feita por el-rei ao seu physico-mór. Esta demanda deu origem á publicação d'algumas memorias, em que cada um dos contendores allegava os seus direitos contra os do adversario. Parece que se imprimiram sómente estas tres; *Exposição dirigida ao publico sobre as mercês ob e subrepticias, que ao medico Vieira se fizeram dos accrescidos no Mouchão dos Coelhos*, Lisboa, 1822; *Manifestação das falsidades conteúdas em um folheto que tem por titulo:* «Exposição dirigida ao publico sobre as mercês ob e subrepticias que ao medico Vieira se fizeram, etc.» Lisboa, 1822, com uma planta ou extracto do mappa das lezirias do Tejo. Julga-se que foi autor d'este opusculo Antonio José Pereira Maciel; *Duas palavras ao medico Vieira*, Lisboa, 1823. E' contestação do antecedente. O barão d'Alvaiazere escreveu: *Reflexões sobre alguns dos meios propostos por conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1808. O maior valor d'este folheto, que é bastante interessante e hoje muito raro, é ter sido o primeiro trabalho medico impresso no Brazil e que trata da salubridade publica do Rio de Janeiro. O barão d'Alvaiazere casou no 1.º de janeiro de 1819 com D. Maria Ludovina Maxima de Sousa Almeida e Vasconcellos, filha de Antonio de Sousa de Macedo d'Almeida e Vasconcellos, fidalgo cavalleiro da Casa Real, capitão-mór de Santa Comba Dão, coronel commandante do batalhão de voluntarios realistas d'Arganil, casado com D. Maria Hypolita Cassiana da Flôr da Rosa da Cunha Gusmão e Figueiredo. Regressando a Portugal com a familia real, falleceu pouco depois de D. João VI. O brazão d'armas compõe-se de um escudo esquartelado: no primeiro quartel as armas dos Vieiras, em campo vermelho seis vieiras de oiro, em duas palas, realçadas de preto; no segundo as dos Silvas, em campo de prata, um leão de purpura armado de azul; no terceiro as dos Abreus, em campo vermelho, cinco côtos de aguia de ouro, direitos, em aspa; e no quarto quartel as dos Borges, em campo de sangue, um leão de ouro batalhante armado de preto, e uma bordadura de azul, semeada de dez flôres de liz de ouro.

Alvaiazere *(Miguel Vieira da Silva de Vasconcellos Sousa e Almeida, 3.º barão de).* Filho primogenito do 2.º barão. N. a 7 de junho de 1855. Foi renovado o titulo por decreto de 25 de maio de 1882.

Alvaiazere. Villa da prov. da Extremadura, séde de conc. e de com., distr. de Leiria, bisp, de Coimbra. Tem uma só freg., Santa Maria Magdalena, com 433 fog. Pertence á 5.ª div. militar, 10.ª brigada, grande circumscripção militar do centro e ao distr. de recrutamento n.º 15, com a séde em Thomar. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e de encommendas permutando malas com a R. A. N. Thomar. O conc. comprehende 7 freg.ª com 1782 fog. e 11:693 hab., sendo 5:530 do sexo masc. e 6:163 do fem., n'uma superficie de 14:691 hect. As freg.ª são: Almoster (o Salvador do Mundo) com 1:663 hab., 795 do sexo masc. e 868 do fem.; Alvaiazere (Santa Maria Magdalena) com 2:054 hab., 1:004 do sexo masc. e 1:050 do fem.; Maçãs de Caminho (N. S.ª da Graça) com 598 hab., 273 do sexo masc. e 325 do fem.; Maçãs de D. Maria (S. Paulo) com 2:825 hab., 1:295 do sexo masc. e 1:530 do fem.; Pelmá (S. João Baptista) com 1:562 hab., 748 do sexo masc. e 814 do fem.; Pussos (Santo Estevam) com 1:673 hab., 783 do sexo masc. e 890 do fem.; Rego da Murta (S. Pedro) com 1:318 hab., 632 do sexo masc. e 686 do fem. A villa dista 38 k. da séde do distr. e está situada n'uma extensa varzea, d'onde lhe vem o nome, pois antigamente se chamava Alva-Varzea. Foi fundada por D. Sancho I, em 1200. Ha opiniões de que a sua fundação fôsse dos arabes e que D. Sancho a reedificara. Diz fr. Antonio de Sousa, que Alvaiazere provém da palavra arabe *Alabazir*, que significa plantas e outras cousas aromaticas que serviam para adubar as comidas. D. João I elevou-a á categoria de villa, dando-lhe foral em 1388. D. Manuel, em 15 de maio de 1514, deu-lhe novo foral, fazendo seu douatario o duque de Cadaval, ficando desde então pertencendo a este fidalgo o direito da nomeação da camara e mais autoridades do termo. O duque mandou construir uma casa propria onde podessem funccionar todas as suas autoridades, e junto d'ella duas prisões onde se recolhessem com bastante segurança os criminosos. Esta casa foi demolida, para se edificarem os actuaes paços do concelho. Proximo á referida casa, mandou tambem o duque de Cadaval construir outras para celleiro de suas rendas. N'este local vê-se hoje o edificio da escola *Conde de Ferreira*. O antigo donatario construiu tambem

um pelourinho, coroado com o brazão das suas armas. Quasi ao centro da villa está a egreja matriz, que foi padroado da ordem dos templarios, a quem D. Diniz a concedeu em 1306, pertencendo depois ao mestrado da ordem de Christo. Só os freires da ordem podiam ser n'ella beneficiados, e era tal a consideração em que tinham este padroado, que só eram providos homens de reconhecido saber e virtude. A matriz é um templo espaçoso de tres naves com duas ordens de columnas, mas sem architectura notavel. Ao lado esquerdo da porta principal encontra-se uma sepultura rasa com uma inscripção, onde dorme o somno eterno uma sobrinha do celebre D. Duarte Pacheco, cuja familia teve solar n'esta villa. Na torre da egreja está o antigo relogio, cuja fabrica é uma das mais fortes que n'este genero se encontram no paiz; toca sobre dois sinos, que excedem a altura da torre, collocados artisticamente sobre columnas de ferro, rodeadas por um passadiço de pedra gradeado tambem de ferro. Este relogio foi dado á camara municipal em 1837, e tres annos depois, em 1840, a camara mandou fazer aquella obra importante. Tem hospital, sustentado por um legado da confraria do Espirito Santo; nove capellas, sendo tres dentro da villa, e seis nos arredores, não apresentando nenhuma d'ellas cousa alguma de notavel. Ao lado occidental d'Alvariazere estende-se um fertil campo, rodeado pela serra d'Alvaiazere e outras collinas que lhe ficam ao norte e ao sul. Corre aqui o rio *Porta,* que não passa d'um riacho, que no verão está quasi sempre sem agua. Nasce nas faldas da serra d'Alvaiazere, proximo da povoação das *Larangeiras,* e lança-se no meio do campo, n'uma caverna a que dão o nome de *algar,* correndo depois subterraneamente, até que apparece impetuoso no sitio chamado *Olho de tordo,* no lado opposto da serra, no logar de *Paradellas.* Na encosta, vê-se a tradicional capella de N. S.ª da Apresentação dos Covões, cuja fundação é attribuida á seguinte lenda: Andando uma pastora, apascentando o seu rebanho n'aquelle sitio, encontrou mettida n'uma gruta a imagem da Virgem; levou-a para casa, e passados dias a foi encontrar outra vez no mesmo logar. Este fado considerou-se como milagre, e edificou-se a capella. Ao lado do altar de N. S.ª da Memoria ainda existe a celebre gruta. O sitio era muito concorrido pelos devotos, estabelecendo alli a sua residencia muitos d'elles, para implorárem o auxilio da Santa Virgem. A serra tinha sido em tempo habitada pelos moiros segundo diz a tradição, e muito antes d'elles, 1360 annos antes de Christo, alli viveu o celebre *Gorgoris,* riquissimo pastor da antiguidade, que se fez rei de toda a Lusitania. No ponto mais elevado da serra ainda se encontram vestigios de fortificações moiriscas. Ha uma especie de muralha que rodeia toda a eminencia na extensão de 3 a 4 k. e dentro d'ella um recinto plano ainda hoje conhecido pelo nome de *Carreira de cavallos.* Muito proximo, para o lado do nordeste, ha tambem uma caverna; é uma vasta sala abobadada, de sete a oito metros de altura aproximadamente, e não menos de largura. tendo entrada por uma abertura de dois a tres metros de diametro feita sobre rocha viva n'um dos lados, e é por esta e ainda por outra abertura mais pequena que recebe luz. Tem dentro uma fonte d'agua frigidissima, talvez a unica agua nativa que se encontra na serra. Em continuação a esta caverna ou gruta segue-se um fosso mais profundo, onde se encontram stalactites de diversas fórmas, conchas de peixes, e differentes mariscos petrificados. Esta gruta é conhecida pelo nome de *Algar d'agua.* A serra produz em abundancia o sumagre, rosmaninho, o lirio, a peonia singela e o alecrim. No campo, onde não entra o arado, cresce uma herva muito odorifera, a que os jardineiros chamam *sarpão-limão,* depois de cultivada; tambem se encontram alguns marmores, tanto na serra, como nos diversos montes que compõem a cordilheira, e sobretudo magnifica pedra para o fabrico de cal, industria que estaria mais desenvolvida, se houvesse as lenhas precisas para o seu cozimento. Em Alvaiazere ha feira aos domingos e quartas feiras, 31 de dezembro e 1 de janeiro. Em Almoster ha feira a 23 d'abril, e em Pussos mercados ás segundas e quintas feiras; tem agencias da seguros: *Fidelidade, Tagus* e *Providencia;* sociedade de recreio: *Gremio Alvaiazerense,* depositos de vinhos e azeites. O principal commercio de todo o concelho é o azeite. O vinho é tambem de optima qualidade, e o mais notavel n'este ponto é o da freg. de Pelmá. O conc. foi supprimido pelo decreto de 7 de setembro de 1895 e annexado, parte ao de Ancião e parte ao de Ferreira do Zezere; mas ficou restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898, com todas as freg.ª que o constituiam, e a mais de Maçãs de D. Maria, que se desannexou do de Ancião. Tem-se publicado n'esta villa os jornaes seguintes: *Alvaiazerense,* 1, julho a setembro, 1861. *Archivo Litterario,* 25, maio 1865. Poucos numeros fôram publicados. *Combate (O),* 1, janeiro, 1894. Pouco tempo durou. *Patriota (O),* 25, julho, 1863. Ignora-se quantos numeros se publicaram. ‖ Serra na prov. da Estremadura, na freg. de Pelmá, conc. de Alvaiazere. Na villa de Ancião une-se á montanha chamada *Serra d'Ancião.* Tem quatro ramificações *Serra de Santa Margarida,* de *Pousa Flores,* de *Almoster,* e da *Matta.* E' saudavel e tem varias povoações. Cria lobos, rapozas e caça miuda.

Alvalade *(Alfredo Augusto das Neves Holtreman, visconde de).* Advogado distincto e proprietario. N. em Santarem a 6 d'abril de 1837 e foi baptisado na freguezia de Santo Estevam do Santissimo Milagre. E' filho do dr. Antonio Maria Ribeiro da Costa Holtreman, bacharel formado em leis e em canones, advogado notavel e grande proprietario, natural de Lisboa, onde nasceu a 18 d'agosto de 1812 e falleceu a 12 d'abril de 1890, e de D. Libania Augusta das Neves Holtreman, natural de Coimbra. O sr. visconde d'Alvalade é neto paterno de Manuel Ribeiro Holtreman, cavalleiro da ordem de S. Thiago da Espada, e de D. Narcisa Perpetua d'Oliveira Seabra; neto materno do commendador dr. Antonio José das Neves e Mello, que foi lente da faculdade de Philosophia na Universidade de Coimbra, e de D. Maria Isabel de Lima Neves e Mello; bisneto paterno de Pedro Corrêa Seabra, que foi sargento-mór e governador de Cacheu, sendo assassinado n'aquella praça, por occasião d'uma revolta. E' bacharel formado em direito na Universidade de Coimbra; tendo concluido a sua formatura em 1858, inscreveu se advogado no Supremo Tribunal de Justiça, profissão que exerce ainda hoje, e foi admittido como socio effectivo, que é,

da Associação dos Advogados de Lisboa, no mesmo anno. Casou em 30 de julho de 1859 na freguezia do Coração de Jesus, com D. Julieta Natalina Luiza Garin, hoje viscondessa de Alvalade, filha do negociante francez Hyacinthe Garin, e de D. Josephina Anna Scola Garin. D'este matrimonio houve duas filhas, ambas já fallecidas, D. Josephina Libania, solteira, com 17 annos de edade, e D. Maria Antonia, com 32 annos, casada com Antonio Ferreira Roquette, proprietario e lavrador em Salvaterra de Magos. Esta senhora deixou quatro filhos, José, Julieta, Luiza e Alfredo, fallecido com oito annos, em 1896. O sr. visconde d'Alvalade foi advogado do antigo Conselho de Estado. E' perito em Paleographia, nomeado por carta regia; foi agraciado por S. M el-rei senhor D. Carlos, com o titulo de visconde de Alvalade, em 22 de junho de 1898, cujo decreto se acha publicado no *Diario do Governo*, de 30 de junho do referido anno; n'esta mesma data foi passada e assignada a competente carta régia. sendo no mesmo dia pagos os respectivos direitos de mercê. O sr. visconde, em memoria de seu pae, como filho obediente e muito respeitoso, trocou o titulo das propriedades a que elle ligava maior estima e consideração, pelo de *Villa Holtreman*. A quinta d'Alvalade, propriedade e residencia do sr. visconde, é situada no Campo Grande d'Alvalade, na Alameda do Lumiar; compõe-se de palacete, jardim, horta e terras de semeadura, cocheira, cavallariça, e outras accommodações, o que tudo junto com as propriedades annexas suas pertenças, tambem se denominam *Villa Holtreman no Campo Grande d'Alvalade*. Esta quinta está situada nos suburbios de Lisboa, na freguezia de S. João Baptista do Lumiar, do 3.º bairro de Lisboa para o administrativo, e do 2.º bairro para a fazenda. Denominava-se antigamente *Quinta das Moiras*, ou de *Santo Antonio das Moiras*, ou do *Bello*, nome segundo se julga d'algum dos seus antigos proprietarios. N'outro tempo havia n'esta quinta uma pequena estatua de Santo Antonio, de pedra, muito tosca, mettida n'um nicho; a estatua, apesar de estar bastante deteriorada, o sr. visconde tem-a conservado para memoria. A quinta é atravessada pelo encanamento da agua do chafariz das Moiras, e tem uma mina e nascente propria de muito boa agua, que antigamente, antes de construido o referido chafariz, era dada ao publico por caridade, como se acha escripto n'uma lapide ou padrão, que existe no muro ao lado da entrada da quinta. A inscripção ou legenda, que se vê alli gravada, é a seguinte: *Doua por caridade em quanto quizer como do protesto feito no Civel da Cidade Escrivão Manuel Gomes da Siva. A. D. 1789.* E tinha tambem no mesmo muro, por cima da lapide, um painel das almas, em azulejo, com o seguinte letreiro: *Quem bober ou vier buscar desta agua rezará pelas almas e pello bemfeitor que faz esta caridade hum P. N. e huma a V. M.ª* Por baixo vê-se uma carranca com seu tubo, e por ultimo uma pequena pia; mas tudo inculca não correr alli agua ha muitos annos. Procurando-se qualquer explicação, soube-se que na mesma quinta havia um encanamento muito curto, o no fim uma pequena claraboia da nascente, e pelo dito encanamento corria agua no tanque de regar a horta; esta agua, antes de ser construido o chafariz, corria para fóra, e assim esteve todo o tempo que o tal bemfeitor entendeu. Julga-se que a nascente fica muito á superficie da terra, porque aquelle encanamento parece correr n'um plano recto e sem declive algum. O logar rigoroso da nascente e da ultima claraboia estão no extremo da quinta que pertenceu ao fallecido João Anastacio Potsch, sendo hoje propriedade da sr.ª D. Beatriz Couceiro Potsch, viuva de Augusto Potsch Gomes Peixoto. O encanamento faz uma curva para entrar na quinta d'Alvalade. O sr. visconde tem feito algumas alterações n'este ponto da quinta. A area comprehendida entre o antigo palacio do marquez de Valença, situado no fim do Campo Grande, hoje pertencente ao sr. conselheiro dr. Eduardo Pinto da Silva e Cunha e sua esposa, a sr.ª D. Guilhermina Couceiro Potsch, até á quinta das Conchas na estrada do Lumiar, chamava-se o *Sitio das Moiras;* hoje toda aquella estrada tem o nome de *Alameda do Lumiar*, sendo antigamente conhecida pelo nome de *estrada das Moiras*, ou do *Lumiar*.

Visconde de Alvalade

Alvalade. Pov. e freg. da prov. da Extremadura, conc. e com. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa, bisp. de Beja. Orago N. S.ª da Conceição; 996 hab. e 245 fog. Tem escola do sexo masc., est. post. permutando malas com S. Thiago do Cacem, Misericordia e um hospital fundado pelo povo da villa em 1570. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 11 com a séde em Setubal. A pov. dista 25 k. de S. Thiago do Cacem, e está situada n'uma planicie elevada; as suas varzeas são regadas pelas tres ribeiras, Campilhas, S. Romão e Rocha. A pov. é muito antiga; em 993 já era villa; n'esso anno D. Ramiro de Leão doou ao mosteiro de Lorvão *duas terças partes* d'esta villa *d'Alvalat et de sua senra* (campo ou seara) *ut sit pro sustentatione vestra, seu hospitum pauperum, et perigrinorum, et propter remedium animarum nostrarum.* D. Manuel deu-lhe foral, em Santarem, a 20 de setembro de 1510. Foi mestrado da ordem de S. Thiago, e fôram seus commendadores os marquezes d'Arronches. *Alvalade* vem da palavra arabe *albalade*, que significa logar habitado e murado. Junto á villa ha um olho d'agua, chamado *Pégo Verde*, que nunca secca, mas é prejudicial á saude. Os terrenos são muito ferteis; tem vastos montados onde se criam muitos gados de toda a especie. ‖ Serra da prov. do Alemtejo. Nasce na freg. de S. Lourenço, termo da villa de Lavre. Tem 9 k. de comprimento e 3 de largo, acaba em Arraiollos. E' secca e cria caça e lobos. ‖ Ribeira da prov. do Alemtejo, no termo da villa de Grandola. Nasce na freg. de N. S.ª da Azinheira dos Bairros, e junta-se á ribeira de Corona; perdendo ambas o nome, fórmam a ribeira de Rocha, indo morrer no rio Sado. ‖ Aldeia do Algarve, no termo de Faro, que teve em tempos antigos a categoria de villa ‖ Alvalade—V. *Campo Grande.*

Alvalades. Pov. da freg. de Algoz, conc. de Silves.

Alvão. Pov. da freg. de Maciuhata do Seixá, conc. de Oliveira de Azemeis. || Serra da prov. de Traz-os-Montes, tendo 9 k. de comprido e 9 de largo. E' um ramo do Marão; muda de nome, segundo as povoações onde passa. Proximo da aldeia de Bustêllo, no alto da serra, ha um logar a que chamam o *Facho*, por ser o sitio onde se accendia lume, no tempo das guerras com Hespanha, para dar aviso. Além da aldeia de Bustêllo, ha ainda n'esta serra as de Povoa, e Santa Eulalia, e a freg. de Santa Martha da Montanha.

Alvar. Pov. nas freg.^s de Padreiro, conc. de Arcos de Val de Vez, e Pedralva, conc. de Braga.

Alvará. Carta, cedula, ou diploma real, por que se concede alguma mercê, ou se dá providencia a alguma cousa; despacho, licença, escriptura ou outro algum instrumento publico, pelo qual consta alguma cousa; — *de editos*, edital por que se citam as pessoas ausentes, para comparecerem em juizo dentro de certo tempo; — *de fiança* ou *de seguro*, antiga carta ou salvo conducto passado em nome do rei ao accusado de algum crime, para d'elle se defender fóra da prisão; carta por que o rei segura a vida a alguma pessoa; — *de lembrança*, carta ou cedula solemne, em que o soberano promette lembrar-se de alguem para lhe fazer mercê. Como o *alvará* representa a expressão da vontade do soberano começa pelas palavras *Eu El-Rei*. Antigamente era apenas valido por um anno, a não ser que n'elle se derogasse a lei em que isso se preceituava. Actualmente tambem se designa por *alvará* a carta ou titulo passado por autoridade judicial ou administrativa a favor de alguma corporação ou particular, certificando, autorisando, approvando ou confirmando algum acto, estado ou direito. Assim os modernos alvarás de *folha corrida*, de emancipação, de licença para venda, approvando estatutos, etc.

Alvarado *(Diogo de)*. Organista da capella real na primeira metade do seculo XVII. O seu nome figura no catalogo da livraria de musica de D. João IV, como autor de um motete a cinco vozes *Ave Virgo gloriosa*, e outro a quatro *Versa est in luctum*. Na Bibliotheca d'Ajuda existe um exemplar do *Libro de Tientos*, de Correia de Araujo, que tem no fim umas annotações manuscriptas referentes a composições de Diogo de Alvarado, citando-as como exemplos autoritarios, e apresenta duas d'essas composições muito curiosas. Estava sepultado na egreja dos Martyres, antes do terremoto de 1755, tendo o seguinte epitaphio sobre a lousa sepulchral: *Sepultura de Diogo de Alvarado tangedor de tecla na capella real, 43 annos e de sua mulher, o qual falleceu em 12 de fevereiro de 1643.*

Alvarães. Pov. e freg. da prov. do Minho, conc., com. e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 1:417 hab. e 303 fog. Tem caixa post. Orago S. Miguel. A pov. dista 12 k. da séde do conc. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3 com a séde em Vianna do Castello. A egreja matriz era a antiga egreja do convento de S. Romão de Neiva, de frades benedictinos, mas pelos annos de 1450, ficando o convento muito distante e sendo os caminhos muito maus, o povo pensou em construir uma egreja matriz n'um sitio onde já existia uma capella dedicada a Santa Maria Magdalena, e concordou com os frades pagando-lhes o meio dizimo, tributo a que mais tarde se quiz subtrahir, pelo que os frades, em 1489, fizeram demanda, que venceram, obrigando-se então o povo a pagar ao convento todos os annos 450 alqueires de milho e centeio. Em 1524 el-rei D. Manuel fez freguezia a nova matriz, annexando-lhe as de S. Julião do Freixo e Santa Maria de Ardegão, formando uma reitoria da mitra. As duas freguezias annexas tiveram curas nomeados pelos reitores d'Alvarães, até 1834. A matriz é um templo espaçoso, que está situado n'uma planicie muito productiva em cereaes, vinho e azeite. Ha em Alvarães as ruinas d'uma antiga torre chamada dos *Silveiras*. Consta que viveu n'aquella torre D. Egas Lourenço, chamado *d'Alvarães*, fundador do morgado dos *Silveiras*. Estes Silveiras pertenciam aos do morgado da Silveira, no Alemtejo, a que tambem pertenciam os condes de Sarzedas, e de Sortelha, e outras casas illustres. E' escasso de aguas. No sitio do *Pulho* d'esta freguezia ha uma lagoa que tem sempre agua. Junto ha um buraco d'onde brota agua, e que a tradição diz ser a entrada d'uma estrada subterranea feita pelos moiros e pela qual iam buscar agua ao rio Lima. Está tapada ha muito mais de um seculo. || Pov. da freg. de Borba da Montanha, conc. de Celorico de Basto.

Alvaredo. Pov. e freg. de S. Martinho, na prov. do Minho, conc. e com. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 760 hab. e 218 fog. A pov. dista 6 k. da séde do conc. Chamava-se antigamente Alvaredo de Paderne, e foi curato de S. Fins, em Valença, apresentado pela Universidade de Coimbra. Pertenceu a uma senhora chamada D. Onega Fernandes, que tendo enviuvado se fez freira, a qual deu a quarta parte da freguezia ao bispo de Tuy, D. Affonso, em 13 de abril de 1118, o que confirmaram seus filhos Paio Dias e Aragonta Dias. N'esta freg. ha duas torres, que pertenceram aos marquezes de Tenorio, chamando-se uma simplesmente *A Torre*, e a outra *Villar*. A que fica defronte da Galliza é solar dos Marinhos, e segundo a tradição foi feita por um fidalgo italiano chamado D. Froylão, que veiu a Portugal com o conde D. Mendo, ajudar a expulsar os moiros. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. do recrutamento de reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. da freg. de Paço Vedro de Magalhens, conc. de Ponte da Barca.

Alvaredos ou Alvaredes. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Vinhaes, distr. e bisp de Bragança: 215 hab. e 47 fog. A pov. dista 32 k. da séde do conc. e está situada sobre um cabeço, quasi no fim da serra da Abelheira. A antiga matriz era no sitio chamado *S. João Velho*, foi depois mudada para o local onde ainda se conserva, concluindo-se a nova egreja em 1733. Para o lado do sul da freguezia, ha o monte da *Picóta*, que foi povoação arabe, onde se vêem ainda vestigios de casas e uma celebre gruta. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 10, com a séde em Mirandella.

Alvarelhos. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Santo Thyrso, distr. e bisp. do Porto; 1017 hab. e 214 fog. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada entre a serra de Alvarelhos e o monte de S. Mar-

çal e S. Martinho. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8, com a séde em Braga. Fôram donatarios da pov. os condes d'Alva. Até 1834 o parocho era apresentado pelas freiras do convento de Vairão, da ordem de S. Bento. Tem a capella de Santa Eufemia, onde se faz annualmente uma romaria. ¦ Pov. e freg. da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Valle de Passos, distr. de Villa Real, bisp. de Bragança; 312 hab. e 86 fog. A pov. dista 12 k. da séde do conc. Orago N. S.ª da Expectação. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 19, com a séde em Chaves. A pov. está situada n'um valle, proximo da Serra Negra, entre dois ribeiros. O parocho, até 1834, era apresentado pelo vigario de Oucidres. Proximo a Alvarelhos ha um fortim arruinado que tem o nome de *Corôa,* onde, segundo a tradição, vivia um rei moiro. Passam na freg. dois ribeiros, que nascem no logar de Villa Nova, se juntam no sitio do Prado, regam e movem moinhos, indo depois morrer no ribeiro de Tinhella, no sitio do Codeçal.

Alvarenga. Appellido nobre em Portugal, cujos primeiros representantes fôram Paio Viegas d'Alvarenga e Pedro Viegas d'Alvarenga, filhos de D. Egas Affonso. O solar d'esta familia era na provincia de Entre Douro e Minho. *Na Nobiliarchia portugueza,* de Antonio Villas Boas, publicada em 1676, diz-se que o appellido de Alvarenga procede de Moço Viegas, filho de Egas Moniz; cujo descendente Martim Pires d'Alvarenga foi o primeiro que assim se chamou, por ser senhor d'Alvarenga, no concelho da Beira. O brazão tem em campo de veiros de prata e azul tres faxas sanguinhas; timbre um leão nascente vestido de veiros como os do escudo, e armado de sanguinho.

Alvarenga *(Francisco Xavier de Mattos Pereira).* Distincto maestro contemporaneo. N. em Lisboa a 11 de fevereiro de 1844: f. a 8 de março de 1883. Era filho de Antonio José Pereira Alvarenga, cozinheiro de D. João VI e de D. Miguel, o qual tendo chegado a possuir boa fortuna, morreu muito pobre, por causa da sua dedicação ao partido absolutista. Francisco ficou orphão de pae, assim como seu irmão mais velho, Nuno Alvarenga, que, apesar de muito novo, tomou a seu cargo toda a familia, que se compunha de mais uma irmã e da mãe; seguindo a carreira de seu pae, conseguiu á custa de muito trabalho e sacrificio, tornar-se tambem um cozinheiro distincto. A familia Alvarenga era protegida por algumas pessoas do partido miguelista. Francisco Alvarenga mostrava grande vocação para a musica, e a familia resolveu matricular-o no Conservatorio, onde frequentou a aula de flauta e a de trombone, concluindo o curso brilhantemente em 1869. Já em 1863 havia assentado praça na banda de musica dos marinheiros, que adquirira muita fama, com toda a justiça, e só se compunha de artistas escolhidos. Francisco Alvarenga frequentara tambem no Conservatorio durante um anno a aula de harmonia, tomando egualmente lições d'um condiscipulo pouco mais habilitado do que elle. Começou por apresentar á emenda, em vez de exercicios escriptos sobre o estudo elementar da harmonia, composições já acabadas mas informes, que fazia executar, sob a sua direcção, n'uma sociedade de amadores. N'essas composições havia uma abertura, uma novena de S. João Baptista e os fragmentos d'uma missa. Quando a banda dos marinheiros foi dissolvida, recorreu ao seu talento de compositor, e começou a escrever musica para algumas operetas e magicas, musicas que muito agradaram pela melodia facil e alegre, em que imitava com acerto o estylo das operetas francezas. Um d'esses trabalhos mais importantes foi a musica para o *Cofre dos encantos,* magica de Parizini, que se representou no antigo theatro das Variedades em 1874. A musica era todas as noites muito applaudida, sendo sempre bisados varios trechos, o que enthusiasmava o joven compositor, que então dirigia a orchestra. Muitas vezes tomava o libretto de operas comicas ou operetas francezas, e escrevia para ellas musica original. Foi assim que escreveu a musica para o *Sino do eremiterio,* cujo libretto é o dos *Dragões de Villars,* a do *Cerco de Granada,* etc. No theatro da Trindade cantou-se uma opereta sua, que obteve grande successo, *o Gil Braz de Santilhana.* Escreveu mais as musicas das seguintes peças: *Corsario negro, Amor e dinheiro, Lucta dos genios, Maestro Bovi, Filha da Senhora Angot, Os aerostatos, Pela bocca morre o peixe, Beldemonio, Cartas do conde-duque, Niniche, A filha do tambor-mór, Os Lanceiros, etc.* Partiu para o Brazil em 1882, para tentar fortuna, como director de musica d'uma companhia organisada por Sousa Bastos. No Rio de Janeiro a sua musica obteve grande acceitação, o que o animou a trabalhar com enthusiasmo, e apresentou successivamente quatro peças novas: *O visconde, O pato ganso, Um drama no alto mar* e *O periquito.* Francisco d'Alvarenga trabalhava mais do que podia, e regulava mal o seu viver; partira de Lisboa, já com a saude bastante arruinada, e o clima brazileiro ainda mais lhe abreviou a existencia. Tinha chegado á gloria ambicionada; no Rio de Janeiro era muito estimado e considerado; muito applaudido no theatro e pela imprensa que lhe tecia grandes elogios; falleceu quasi repentinamente, tendo apenas 39 annos de edade. Os jornaes do Rio de Janeiro, especialmente *O Globo,* a *Gazeta de Noticias* e o *Jornal da Noite,* dedicaram-lhe saudosos necrologios.

Alvarenga *(João de).* Um dos tres creados que o embaixador, mandado pelo preste João a el-rei D. Manuel, levou de Portugal para o Oriente, quando em 1520 regressou ás terras do preste.

Alvarenga *(José Antonio de).* D'este escriptor sómente se sabe que viveu no seculo XVIII, e que publicou em 1770 a seguinte obra, que pelo seu titulo, parece ter sido o seu autor um dos escriptores semi-officiaes ou officiosos do marquez de Pombal: *Sobre a auctoridade regia. Oração aos bachareis que se habilitam para servir a Sua Magestade nos logares de letras. Deduzidas das principaes doutrinas que se contém na* «Deducção Chronologica e Analytica» *e na* «Carta Encyclica» *do SS. P. Clemente XIV de 12 de Dezembro de 1769.*

Alvarenga *(Manuel José Correia).* Bacharel formado em canones, licenceado em artes na Universidade de Coimbra. N. em Braga a 4 de janeiro de 1717, f. na segunda metade do seculo XVIII. Estudou no collegio dos jesuitas em Braga e no collegio dos eremitas de Santo Agostinho. Escreveu: *Braga triumphante na real eleição e sempre gloriosa posse que o augustissimo principe e serenissimo senhor D. Joseph pessoalmente tomou do arce-*

bispado primaz das Hespanhas em o dia 23 de julho do presente anno de 1741, etc., Coimbra, 1742. O poema é em dois cantos. No fim vem a *Oração* feita na entrada do arcebispo pelo vereador mais velho do senado de Braga, diversas poesias do autor, licenças, etc. O exemplar d'esta obra, existente na bibliotheca d'Ajuda, tem uma estampa gravada, onde está figurado um templo encimado pela cruz archiepiscopal. Na tarja vêem-se quatro escudetes com as inscripções: *Braga triumphante, Avulesia, Bracarens — Hispaniarum Primas.* Na parte inferior da gravura tem *D. F.*, que deve ser *Duarte fecit; Relação dos estragos que desde o dia 3 de dezembro até 6 do mesmo mez do presente anno de 1739 infelizmente causou n'esta cidade de Coimbra uma sempre memorada tempestade*, Coimbra, 1760; *Relação das missões que fizeram na cidade de Braga os padres fr. Pedro de Calatayud e João de Carvagosi no anno de 1743.* Esta obra não chegou a imprimir-se.

Alvarenga *(D. Maria).* Abbadessa do convento d'Odivellas, onde professou. Viveu nos fins do seculo XV e principios do XVI; f. a 19 de março de 1510. Era filha de Lopo Garcia d'Alvarenga. Foi mestra da infanta D. Joanna, filha de D. Affonso V, que a egreja canonisou, e amiga e companheira da princeza D. Filippa, tia da referida infanta. Quando Santa Joanna se retirou ao convento d'Aveiro, onde morreu em 1490, D. Filippa quiz ir visital-a, por occasião da sua mortal doença, e fez-se acompanhar por D. Maria d'Alvarenga, que já era então abbadessa de Odivellas, onde falleceu com muita fama de virtudes, no referido dia 19 de março de 1510.

Alvarenga *(Pedro Francisco da Costa).* Doutor em medicina pela faculdade de Bruxellas, medico da camara de Sua Magestade, do hospital de S. José e da Santa Casa da Misericordia; socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e d'outras corporações scientificas, etc. N. no Brazil, na provincia de Piauhy, em 1826; f. em Lisboa a 14 de julho de 1883. Pertencia a uma familia portugueza, que se estabelecera n'aquelle imperio. Depois de ter feito os primeiros estudos na sua patria, a que sempre conservou muita affeição, tanto que se assignava: *Alvarenga, natural de Piauhy*, veiu para a Europa, a fim de seguir o curso de medicina, para que tinha vocação. Partiu para a Belgica, cursou em Bruxellas a referida faculdade, sendo estudante muito distincto, doutorando-se em 1849. Dirigiu-se então a Portugal, e feito o respectivo exame na Universidade de Coimbra, começou a exercer clinica em Lisboa, onde fixou a sua residencia em 1850. N'esse anno publicou a these que lhe servira no exame em Coimbra, a qual tem por titulo: *Mudanças no comprimento dos membros pelvianos na coxalgia.* Vagando na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa a cadeira de materia medica, o dr. Alvarenga foi ao concurso, e obteve o devido provimento, jubilando-se depois ao completar o tempo de serviço necessario. Quando em 1856 a epidemia da cholera-morbus invadiu Lisboa, o dr. Alvarenga apresentou-se immediatamente para o serviço, e ficou encarregado de dirigir a clinica no hospital que provisoriamente se estabeleceu em Sant'Anna. Anteriormente, em 1854, havia já apresentado á Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa um *Estudo de algumas das mais importantes questões sobre a cholera epidemica*, trabalho que fôra premiado pela referida sociedade, e publicado no seu jornal, nos vol.^{s} XIV e XV. Sempre muito estudioso, a clinica nos hospitaes dos cholericos serviu-lhe para escrever e publicar varias obras ácerca d'aquella epidemia: *Considerações sobre a cholera-morbus epidemica no hospital de S. José de Lisboa*, 1856; *Relatorio sobre a epidemia da cholera-morbus no hospital de Sancta Anna, em 1856*, Lisboa, 1858. No anno seguinte, 1857, Lisboa foi novamente invadida por outra epidemia, a febre amarella, doença ainda desconhecida entre nós. O dr. Alvarenga, logo se apresentou tambem para combater o terrivel flagello, sendo então encarregado de dirigir o tratamento na freguezia da Pena, e especialmente no hospital do Desterro. Foi espantosa a actividade que desenvolveu n'este serviço. Acerca do tratamento d'esta terrivel e devastadora epidemia, publicou: *Esboço historico sobre a epidemia da febre amarella na freguezia da Pena, em 1857*, Lisboa, 1859; *Anatomia pathologica e symptomologia da febre amarella em Lisboa no anno de 1857.* Memoria apresentada á *Academia Real das Sciencias em julho de 1860*, Lisboa, 1861. Esta obra foi traduzida em francez pelo dr. Garnier, e publicada em Paris, em 1861, assim como outras obras, porque o dr. Alvarenga era muito apreciado em França. A anatomia pathologica foi principalmente elaborada sobre observações feitas pelo autor, na qualidade de director que fôra do hospital do Desterro, hospital expressamente organisado para o tratamento dos doentes atacados da febre amarella. Na *Revolução de Setembro*, de 17 de abril de 1862, vem publicado um artigo, em que se descreve o elevado conceito que esta obra mereceu a alguns sabios extrangeiros: *Apontamentos sobre os meios de ventilar e aquecer os edificios publicos, e em particular os hospitaes*, Lisboa, 1857. Obra tambem premiada pela Sociedade das Sciencias medicas. O dr. Alvarenga dedicou-se especialmente ao estudo das doenças de coração, e, coincidencia notavel, foi a uma lesão cardiaca, que o distincto medico succumbiu. O dr. Alvarenga não tardou a abrir um consultorio sómente reservado para a consulta d'aquellas doenças; escreveu então muitas memorias sobre varios assumptos, que mais ou menos directamente se ligavam aos soffrimentos do coração. A sua primeira obra n'este genero foi a *Memoria sobre a insufficiencia das valvulas aorticas, e considerações geraes sobre as doenças do coração*, Lisboa, 1855. Esta obra tambem foi traduzida pelo dr. Garnier, e impressa em Paris, no anno de 1856. Publicou mais: *Como actuam as substancias branca e cinzenta da medulla espinal*, Lisboa, 1862; *Estado da questão ácerca do duplo sopro crural na insufficiencia das valvulas aorticas*, Lisboa, 1863. Esta questão do duplo sopro crural deu origem a larga polemica. O dr. Alvarenga sustentava que fôra elle o primeiro que reconhecera o duplo sopro crural, o dr. Durogiez contestava-lhe a prioridade; depois d'alguma discussão, o medico francez deu-se por vencido, segundo se deprehende do folheto, que o dr. Alvarenga publicou: *Reclamations et réponses*, etc., Lisbonne, 1880. São numerosas as memorias que o distincto medico escreveu tanto em portuguez como em francez. Homem de grande actividade, apesar da doença que o minava surdamente, estava sempre prompto a satisfazer as suas multiplas occupações de

socio da Academia, medico do hospital de S. José e do hospital da Misericordia e de lente da Escola-Medica, emquanto se não jubilou. Além d'isso, não abandonou a clinica, e passava uma boa parte do dia no seu consultorio attendendo os clientes que o procuravam, restando-lhe ainda tempo para ser um fecundo escriptor scientifico, e para redigir a *Gazeta medica*, de que foi director e redactor principal. N'aquelle jornal se encontram archivados varios e conscienciosos trabalhos seus, de grande valor, não só no que diz respeito á sciencia em geral, mas especialmente no que trata das epidemias devastadoras e terriveis que assolaram Lisboa, nos annos de 1856 e 1857, a *Cholera-morbus* e a *Febre amarella*. O dr. Alvarenga tinha um caracter muito excentrico, e até na propria morte patenteou bem essa excentricidade no testamento singular que se lhe encontrou, e que parece não ter podido ser ainda cumprido, pelo menos em grande parte. A sua morte foi um acontecimento notavel em Lisboa; todos lastimaram a sua perda como um homem de sciencia, e apesar das suas excentricidades bem conhecidas, gosava de muitas sympathias. Falleceu contando apenas 57 annos de edade. O dr. Alvarenga era muito susceptivel, não havia ninguem mais facil de se melindrar, assim como tambem não havia ninguem mais facil em perdoar as grandes offensas. Em certas cousas era intolerante e intransigente; sem se saber o motivo, despedia-se por vezes, sem mais nem mais do docente, e n'outras occasiões, tambem sem razão conhecida, tinha umas dedicações realmente extraordinarias. O distincto medico ha annos que se afastara da clinica; concentrava toda a sua possante actividade no estudo de gabinete, estudo que só interrompia dois mezes de verão, nas férias da escola, para dar um passeio pela Europa. No seu testamento prohibia expressamente que se pronunciassem discursos á beira da sepultura. D'um dos seus biographos transcrevemos o seguinte: «Do seu testamento, singular testemunho de beneficencia e de vangloria, de que não são isentos muitos grandes homens, entre muitos legados a amigos e pessoas das suas relações, criados, etc., extrahimos aquelles que são feitos com fim litterario ou de beneficencia geral. Consigna o fundo de 7 contos de reis nominaes em coupons a cada um dos seguintes estabelecimentos: Academia Real das Sciencias de Lisboa, de medicina de Paris, da Belgica, de Vienna d'Austria, sociedade de medicina de Berlim, de Stockolmo e do Rio de Janeiro, para com seu juro se constituir o premio Alvarenga que será adjudicado á melhor obra de medicina que se apresentar em concurso annual. A' Sociedade anatomica hespanhola 94:500 pesetas, e á Society medical de Londres 500 libras para o mesmo fim. Para o alumno que se tornar mais distincto na cadeira de materia medica therapeutica, na Escola Medica de Lisboa, e faculdade de medicina do Rio de Janeiro e de Coimbra outro premio, para o que lega a cada uma 20 obrigações da companhia das aguas de Lisboa. Ao hospital de S. José de Lisboa 500$000 reis afim de se comprarem camas para a enfermaria de S. Sebastião, de 30 das mesmas obrigações para a congregação de caridade, na sua freguezia, afim de ser distribuido o juro por pessoas necessitadas nos anniversarios do seu fallecimento; de 4:500$000 reis em coupons para a Camara Municipal de Lisboa, afim de fundar uma modesta escola no bairro oriental, para meninas; da herança de sua irmã D. Carlota para a autoridade competente do Piauhy, afim de fundar em Oeiras uma escola para creanças pobres dos dois sexos. A' casa de Misericordia de Lisboa um fôro de 43$200 reis para ser distribuido pelas mães das pensionistas d'aquella casa residentes na freguezia das Mercês. A' congregação de caridade da freguezia de S. Mamade, de Lisboa, 20 obrigações prediaes de assentamento. O remanescente da herança será applicado á construcção d'um edificio para instrucção, situado entre Alcantara e Pedrouços, reservando-se 8:000$000 reis em inscripções, cujo juro constituirá o ordenado do professor e conservador. Determinou que o seu cadaver fôsse cremado, e encerrado em uma urna de prata que deverá ser depositado na faculdade de medicina do Rio de Janeiro. N'este testamento sentia-se, a par das intenções, muitissimo louvaveis do testador uma vaidade insupportavel. Determinava que o seu nome e naturalidade se inscrevessem por toda a parte em letras de oiro, queria que fôsse escripta a sua biographia por um homem competente, etc. Os testamenteiros que nomeou, não acceitaram o encargo por ser pesadissimo e de difficilima execução.

Alvarenga. Villa e freg. de Santa Cruz, da prov. do Douro, conc. e com. d'Arouca, distr. d'Aveiro, bisp. de Lamego; 1.716 hab. e 365 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. permutando malas com Sobrado de Paiva. Pertence a 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e de reserva n.º 6 com a séde no Porto. A pov. dista 12 k. da Arouca. Está situada na serra do mesmo nome, cercada de montes, que a tornam muito fria no inverno e muito quente no verão. E' abundante de aguas e fertil em cereaes, fructas e vinho verde. Perto da villa passa o rio Paiva, atravessado n'esta freg. pela celebre ponte d'Alvarenga, um só arco, com mais de 30 m. de altura, medidos da abobada do arco para o rio, e 20 de largura no vão. A ponte está assente sobre dois rochedos graniticos, em frente um do outro, nas duas margens do rio. Dizem ser obra dos romanos, do tempo do imperador Trajano, que a mandou construir pelos annos 110 da era de Christo. A villa foi couto, e depois concelho, que o decreto de 24 d'outubro de 1855 supprimiu. D. Diniz deu-lhe foral em 1298. No principio do seculo XVIII, os habitantes d'Alvarenga, tendo muita necessidade de agua para os seus moinhos e para a rega das suas terras elevadas, onde as aguas do rio Paiva não chegavam, fôram a um ribeiro que corre a 6 k. a N. E., e n'uma só noite (por causa dos povos visinhos que não queriam o ribeiro secco), homens, mulheres e rapazes fizeram um rego com tal capacidade que trouxe a agua que faz moer quatorze moinhos, e rega a grande extensão de terras de cultura. Alvarenga não tem edificios notaveis. A casa da camara e a matriz estão situadas na villa da Egreja, que é a principal pov. d'este extincto conc. Pertencia á corôa os dizimos eram divididos em quatro partes, sendo tres para os jesuitas de Coimbra e uma para o cabido de Lamego. Os jesuitas apresentavam os reitores, e depois de serem expulsos, era a Universidade de Coimbra que os apresentava até 1834. ‖ Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. da Louzada, distr. e bisp.

do Porto; 119 hab. e 39 fog. Era reitoria da mitra e da commenda da Ordem de Christo. A pov, dista 3 k. de Louzada. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e de reserva n.º 20 com a séde em Amarante.

Alvares *(Affonso).* Architecto d'el-rei D. Sebastião, segundo D. Fr. Francisco de S. Luiz, na sua *Lista dos artistas portuguezes;* o monarcha n'um alvará de 1571 dá-lhe o titulo de *mestre das minhas obras.* Era um artista que fazia honra ao seu paiz. Fez o plano do mosteiro de S. Bento em Coimbra e para o mosteiro de S. Bento, que D Sebastião projectava em Lisboa, mas que não chegou a ser construido.

Alvares *(Affonso).* Um dos escriptores theatraes mais antigos, contemporaneo de Gil Vicente, Antonio Chiado e outros poetas; exerceu em Lisboa a profissão de mestre de ler e escrever. Não se sabe a sua naturalidade, nem as datas do seu nascimento e fallecimento, porém Barbosa Machado diz, que elle fôra *um dos mais estimados creados* do bispo d'Evora, D. Affonso de Portugal, e em vista d'esta affirmação, parece que deveria ter nascido nos principios do seculo XVI, porque o bispo D. Affonso de Portugal falleceu em 1522. Segundo se deprehende d'uns versos satyricos que lhe escreveu Antonio Chiado, seu acerrimo inimigo, Affonso Alvares era mulato. Os autos d'este poeta fôram sempre muito populares, e imprimiram-se muitos annos depois da sua morte. Conhecem-se quatro, que são os seguintes: *Auto de Santo Antonio feito a pedimento dos muy honrados e virtuosos Conegos de Sã Vicente: muy contemplativo, em partes muy gracioso, tirado de sua mesma vida,* Lisboa, 1613, edição de Vicente Alvares. Houve mais edições em Lisboa; 1639, por Antonio Alvares; em 1659, por Domingos Carneiro; em 1723, pela officina Ferreirinha. Em 1615, edição em Evora, por Francisco Simões; *Auto de S. Tiago Apostolo,* por Antonio Alvares, 1639; *Auto de S. Barbara Virgem e Martyr,* Lisboa, 1613, por Vicente Alvares; outra edição em Lisboa, em 1790, por Francisco Borges de Sousa, e outra em Evora, 1615, por Francisco Simões; *Auto de S. Vicente Martyr*... (Foi prohibido no Indice Expurgatorio dos livros mandados publicar pelo Inquisidor Geral, D. Fernando Martins Mascarenhas, e não consta que se reimprimisse). Escreveu tambem: *Resposta feita a uma petição que fez Antonio Ribeiro Chiado ao Commissario Geral de S. Francisco,* Lisboa, 1602. Anda tambem com os *Letreiros Senteneiosos* de Antonio Chiado, que Farinha reimprimiu em 1783.

Alvares *(Aleixo).* Jesuita, nat. de Bragança. Ignora-se a data do nascimento; falleceu a 20 de julho de 1585. Era muito caritativo, e morreu victima d'essa caridade, d'uma molestia contagiosa, por querer obstinadamente tratar os enfermos que a soffriam.

Alvares *(Fr. Antonio).* Religioso, nat. de Benavente, que viveu nos seculos XVI e XVII. Prégou em Hespanha e escreveu em hespanhol. Em Hespanha fôram tambem publicadas as suas obras, de fórma que os hespanhoes reclamam-n'o para seu patricio, dizendo que elle nascera em Benaventa na Castella Velha; mas n'uma das suas obras intitulada *Pertinales,* declara fr. Antonio Alvares positivamente que é portuguez. Os seus *Sermões e Silvas espirituaes* fôram editados em Lisboa e em Salamanca.

Alvares *(Padre Antonio).* Nasceu no Fayal e foi para o Brazil, onde escreveu um *Vocabulario da lingua que geralmente se falla no Maranhão.* Foi conego na cathedral do Pará e morreu em 1741.

Alvares *(Padre Antonio).* Religioso da congregação do Oratorio de Lisboa. N. n'esta cidade, na primeira metade do seculo XVIII, onde tambem falleceu a 22 de junho de 1807. Era filho de João Alvares Galvão e de Isabel Ferreira da Hungria. Entrou na congregação do Oratorio a 8 de dezembro de 1753. Era dotado de grande engenho, a sua vida foi sempre retirada e laboriosa, applicando-se aos estudos proprios da sua profissão, e particularmente aos da theologia, em que adquiriu os creditos de esclarecido e profundo. Escreveu: *Orthographia da Lingua Latina,* Lisboa, 1759. N'este tratado transluz a copiosa erudição do seu autor. Houve quem o contestasse, n'um opusculo anonymo, que se imprimiu, com o titulo: *Breves observações sobre a Orthographia da Lingua Latina,* Paris, 1761. N'este opusculo, com quanto se confutem algumas opiniões do padre Antonio Alvares, que o censor qualifica de erroneas, ou menos exactas, todavia o proprio censor não póde deixar de reconhecer em parte o merito da obra censurada, dizendo: «O proemio é uma peça muito excellente; todo elle está muito cheio de erudição solida e exquisita; reluz n'elle uma critica subtil e delicada; quem o ler com reflexão e madureza insensivelmente se ha deixar penetrar de um bem activo e penetrante amor á antiguidade. Eu ingenuamente confesso que até agora não encontrei critico, que em tão pouco désse melhor a conhecer o caracter e preciosidade dos antigos monumentos.... etc.» O padre Antonio Alvares sahiu a defender as suas opiniões na *Gazeta Litteraria,* de 1762.

Alvares *(Antonio).* Guarda-mór da torre do tombo de Gôa, em cujo cargo foi confirmado por D. Pedro II a 24 de fevereiro de 1697. Antonio Alvares fôra ouvidor e feitor em Diu e teve autorisação para renunciar o seu logar em vida ou testar por morte a favor de uma de suas filhas.

Alvares *(Antonio Joaquim).* Escriptor. N. em Braga a 18 de outubro de 1817. Seguiu a vida commercial em Evora, para onde partiu em 1829. Em 1842 foi para o Rio de Janeiro, onde escreveu a seguinte obra: *Indicador dos objectos mais curiosos, e de alguns monumentos historicos do reino de Portugal,* Rio de Janeiro, 1856. A respeito d'esta obra diz o autor, n'uma carta que escreveu a Innocencio Francisco da Silva, e que vem publicada no tomo 8.º do *Diccionario bibliographico:* «Escripto que eu desejava fôsse conforme o ideei de começo, e era desenterrar do esquecimento de tantos seculos a memoria de tantos e tão preciosos monumentos que temos em nosso bom e adorado Portugal; mas para isso carecia de eu ir pessoalmente tornar a percorrer varias terras da patria querida. Porém espero em Deus de ainda em minha vida levar ávante este intimo meu pensamento; e reservo-me de o fazer na segunda edição: pois que a primeira que foi de mil exemplares, que já pude distribuir quasi toda, tendo apenas cincoenta a sessenta exemplares. Suas Magestades, o sabio imperador D. Pedro II, el-rei D. Pedro V, a quem amo muito e reverenceio do fundo do coração, el-rei D. Fernando se dignaram acceitar um exemplar cada um.» Es-

creveu mais: *O joven emigrado portuense*, drama em 3 actos, Rio de Janeiro, 1861; *Horas vagas, contendo coincidencias historicas, artigos sobre moral e colonisação, felicitações, discursos, poesia sacra, descriptiva e pessoal*, Rio de Janeiro, 1861; *Os Lusos, ou a dominação de Portugal, poema em cinco cantos, por Antonio Joaquim Alvares em 1862, com a analyse conspicua do sr. conselheiro José Feliciano de Castilho*, Rio de Janeiro, 1865. Antonio Joaquim Alvares tambem fez um trabalho de escripta, á penna, em fórma de mappa, com as *Coincidencias historicas d'el-rei de Portugal o sr. D. Pedro V;* este quadro figurou na exposição da cidade do Porto, que se realisou em agosto de 1861. Tem por conclusão esta dedicatoria: «São as coincidencias historicas d'el-rei o senhor D. Pedro V que n'este quadro dedica á heroica, muito nobre e invicta cidade do Porto, e aos seus valentes e benemeritos filhos, Antonio Joaquim Alvares, Portuguez, commerciante no Rio de Janeiro, 1861; feita, escripta e delineada por elle, tendo 43 annos de edade.»

Alvares *(Antonio da Silva)*. Escriptor e mestre de escripta e arithmetica. Nat. do Porto; viveu nos seculos XVII e XVIII. Não se conhecem as datas do seu nascimento e morte. Escreveu: *Regras de escrever certo, e exemplar de contas, em que se ensina com toda a clareza o methodo de boa orthographia, e juntamente a praxe das quatro especies de contas*, Coimbra, no Real Collegio das Artes, 1715.

Alvares *(Balthazar)*. Architecto portuguez. Viveu na segunda parte do seculo XVI. Em 1598 fez o plano da egreja e convento de S. Bento, hoje palacio das Côrtes. E' citado por D. Fr. Francisco de S. Luiz na *Lista dos artistas portuguezes*. Attribue-se-lhe tambem o projecto do collegio de S. Bento de Coimbra, assim como se vê nos archivos da secretaria da congregação, com a data de 1600. Fr. Leão de Santo Thomaz, na sua *Benedictina Lusitana*, tomo II, pag. 428, publicado em 1644, chama-lhe *famoso architecto.*

Alvares *(Balthazar)*. Jesuita. Cancellario e lente de theologia na Universidade d'Evora e reitor do Collegio de Coimbra. N. em Chaves, em 1561, f. em Coimbra a 12 de fevereiro de 1630. Tendo 17 annos de edade, em 1647, entrou para a Companhia de Jesus; doutorou-se em 1602 na Universidade d'Evora. Foi elle o autor do famoso *Index expurgatorius librorum ab ortu Lutheri; Index Auctorum damnatæ memoriæ*, etc., em 1624, mandado fazer pelo inquisidor-mór D. Fernão Martins de Mascarenhas. O *Index* deu um golpe mortal no pensamento portuguez, que mutilou Gil Vicente, que fez finalmente uma verdadeira devastação na opulenta litteratura portugueza do seculo XVI. A principal obra de Balthazar Alvares é o *Tractatus de anima separata*, que foi impresso quatro vezes: em Lisboa, Lyão, Colonia e Veneza. Escreveu tambem um *Problemata, quæ in conimbricensis collegii commentariis physicis enodantur*, impresso em 1602.

Alvares *(Bartholomeu)*. Irmão leigo da Companhia de Jesus, fallecido a 24 d'agosto de 1614. O *Agiologio lusitano* faz menção d'elle pela sua extrema caridade com os enfermos e pela modestia com que sempre recusou todas as honras e recompensas.

Alvares *(Diogo)*. Ourives do infante D. Fernando, irmão do rei. Foi nomeado abridor de cunhos da casa da moeda de Lisboa em logar de Diogo Rodrigues, que havia fallecido. Fôram-lhe dados 6:664 reaes por anno de mantimento, como recebia o dito Diogo Rodrigues. Assim se encontra especificado na carta regia escripta em Almeirim a 18 de junho de 1523.

Alvares *(Diogo)* o *Caramurú*. V. *Alvares Correia*.

Alvares *(Duarte)*. Capitão d'um galeão na armada que, em 1523, foi guardar a barra de Bintão, onde morreu n'um combate com os moiros, que lhe queimaram o galeão.

Alvares *(Duarte)*. Notavel theologo e ermita da ordem de Santo Agostinho. Era natural de Villa Viçosa; f. em Lisboa em 1574. Regeu theologia no convento de Salamanca, em 1543. O geral da ordem, fr. Jeronymo Seripando, visitou o convento, e reconhecendo o prodigioso talento do padre Duarte Alvares, mandou-o a Paris, afim de o pôr mais em relêvo. Doutorou-se então na Universidade d'aquella cidade. Em 1546 foi a Antuerpia prégar sermões de quaresma. Era muito estimado e respeitado pela rainha de França, D. Leonor, irmã de Carlos V, que, tendo enviuvado d'el-rei D. Manuel, casara com Francisco I, de França. D. Leonor consagrava-lhe grande affeição, não só por ser homem de talento superior, mas, tambem por ser portuguez, do paiz onde passara os primeiros annos da mocidade, e de que sempre se lembrava com saudade. Em 1550, mandou-o por embaixador a seu irmão Carlos V. No anno de 1552 o padre Duarte Alvares era vigario geral da provincia da sua ordem em França. Saudoso da patria, regressou a Portugal, onde a rainha D. Catharina o nomeou seu confessor. Em 1565, fr. Luiz de Montoya, vigario geral, o escolheu para visitador da provincia, e n'essa qualidade presidiu ao capitulo celebrado no convento de N. S.ª da Graça, em Evora, no anno de 1574. Escreveu em latim: *Tratactus Varii Theologici*.

Alvares *(Fernando)*. Astrologo, medico e poeta do seculo XVII. Era nat. de Santarem. Muito perito em medicina e poeta apreciado. Escreveu: *De patrio refugio, sive quid præstat in morbis longis terram mutare.*

Alvares *(Padre Francisco)*. Presbytero secular, natural de Coimbra, beneficiado de Santa Justa da mesma cidade. Era homem muito illustrado, excellente theologo, e muito conhecedor dos ritos e cerimonias da lithurgia. Em 1515, el-rei D. Manuel o escolheu para companheiro de Duarte Galvão, na embaixada que tencionava mandar ao *négus* d'Abyssinia, ou Preste João das Indias, como então se lhe chamava. Esta embaixada era em retribuição da que D. Manuel havia recebido d'aquelle potentado. A escolha fôra bem pensada, porque sendo o *négus* christão de outra seita diversa, desejaria informar-se das cousas do catholicismo, e precisava se d'um homem autorisado, como o padre Francisco Alvares, para lhe responder condignamente, refutar-lhe os erros da doutrina, e chamal-o ao seio da egreja catholica. A embaixada sahiu de Lisboa a 7 d'abril do referido anno de 1515; tendo, porém, fallecido Duarte Galvão, antes de chegar ao seu destino, foi nomeado D. Rodrigo de Lima para o substituir. Francisco Alvares enterrou o cadaver de Duarte Galvão n'uma das ilhas do Mar Vermelho, marcando bem o sitio com o maximo cuidado para que se podesse trasladar para Lisboa, em

occasião opportuna. A embaixada fez-se mais pomposa do que ao principio se pensava; o padre Alvares foi nomeado capellão. Chegaram á côrte de Abyssinia em abril de 1520, e desembarcaram em Massuah. Francisco Alvares foi estimado pelo *négus*, que muito o distinguia, e com quem gostava de conversar ácerca das coisas religiosas. Aproveitando habilmente os recursos que podia obter, o padre Alvares apresentava grandes pompas no culto catholico, com que deslumbrava a côrte d'Abyssinia, sendo ajudado n'esse empenho por João Gomes, clerigo portuguez, que estava alli residindo e pelos membros da embaixada. Francisco Alvares aprendera rapidamente a lingua da terra, e traduzia n'essa lingua juntamente com Pero da Covilhã, que tambem estava na Abyssinia desde o tempo de D. João II, as lendas dos santos, com que o *négus* se distrahia. Além d'isso, sendo homem sensato e prudente, poude terminar algumas discordias que lastimosamente se levantavam entre D. Rodrigo de Lima e o seu immediato, o invejoso Jorge d'Abreu. Depois d'alguns annos, D. Rodrigo poude sahir da côrte do *négus;* sabendo, porém, no caminho, que o scheick de Arkiko, um dos portos do Mar Vermelho, consentira que na sua cidade fôssem mortos tres portuguezes, deliberou voltar atraz para pedir providencias ao soberano, indo só com mais tres companheiros, sendo um d'elles o padre Francisco Alvares. Finalmente, em 1526, os portuguezes poderam abraçar os seus compatriotas da armada de Heitor da Silveira, que os viera receber ao Mar Vermelho. D. Rodrigo de Lima e Francisco Alvares partiram logo para a Europa, desembarcando em Lisboa no dia 24 de junho de 1527. Fez depois a jornada de Roma, acompanhando a embaixada de obediencia, que o *négus* mandara ao papa, reconhecendo-o como chefe da egreja universal, e concluida essa commissão, regressou novamente a Lisboa. Em consequencia dos trabalhos que passara na Abyssinia, D. João III deu ao padre Francisco Alvares um beneficio rico da diocese de Braga. Escreveu a narração da sua viagem e do que observou durante a sua permanencia na Abyssinia, n'uma obra que tinha o seguinte titulo: *Verdadera informaçam das terras do Preste Ioam, segundo vio e escreueo ho padre Francisco Aluarez, capellã del Rey nosso senhor. Agora nouamẽte impresso por mandado do dito senhor em casa de Luis Rodriguez liureiro de sua alteza.* No fim tem o seguinte: *A honra de deos e da gloriosa virgẽ nossa sñra se acabou ho liuro do Preste Ioã das indias em q se conta todos os sitios das terras, e dos tratos e commercios d'ellas, e do que passara na viaje de dom Rodrigo de lima que foy por mandado de Diogo lopez de sequeira que entam era governador da india: e assi das cartas e presentes que ho Preste Ioã mandou a el Rey nosso senhor, cõ outras cousas notaueis q ha na terra. Ho qual vio e escreueo ho padre Frãcisco alvarez capellã del Rey nosso senhor com muita diligencia e verdade. Acabou-se anno encarnaçam de nosso sñor Iesu Christo a hos vinte dous dias de Outubro de mil e quinhentos e quarenta annos.* Fol. gothico com cento e trinta e seis folhas numeradas por uma só face, sem contar as do rosto, prologo e indice. Traz a folha do rosto por cima do titulo uma estampa aberta em madeira, que representa a entrada do embaixador na côrte da Abyssinia, e no fim tem outra, em folha separada, com a divisa do impressor. Esta obra teve extraordinaria acceitação em toda a Europa, o que se prova pelas traducções que d'ellas se fizeram em hespanhol, em allemão, em francez, em italiano, etc.

Alvares *(Padre Gaspar).* Jesuita, reitor do collegio de Santo Antão. Prestou muitos serviços em Lisboa na celebre peste de 1569.

Alvares *(Gonçalo).* Guerreiro que acompanhou á India, em maio de 1515, a Pero de Annaya, na armada que este commandava. Em Sofala foi pelo capitão-mór nomeado capitão do navio de João de Queiroz, que tinha sido morto pelos moiros.

Alvares *(Gonçalo).* Jesuita. Primeiro visitador do Oriente, nomeado por S. Francisco de Borja. Nat. de Villa Viçosa; ignora-se a data do nascimento, e f. a 21 de julho de 1573. Depois de residir algum tempo na India, foi visitar Malaca e Macau, onde fundou uma escola. No anno de 1572 embarcou para ir visitar as missões do Japão, mas, infelizmente, o navio que o conduzia naufragou, e o padre Gonçalo Alvares falleceu, com mais tres jesuitas seus companheiros. Escreveu: *Carta a S. Francisco de Borja, Geral da Companhia.*

Alvares *(Padre Jeronymo).* Jesuita. Doutor em theologia pela Universidade d'Evora e regente dos collegios da sua ordem de Coimbra e Lisboa. Nat. d'Evora, onde nasceu em 1564, f. na mesma cidade a 20 de janeiro de 1624. Escreveu: *Vida do beato Luis Gonzaga da Companhia de Jesus, escripta pelo padre Virgilio Cepari, trasladada do italiano em portuguez.* Lisboa, 1610. Deixou manuscripta outra obra: *Historia da Companhia de Jesus em o reino de Portugal, escripta por annaes.* Serviram de base a esta historia as *Memorias* do padre Alvaro Lobo.

Alvares *(João).* Almoxarife do armazem da Guiné e Indias, desde 12 de março de 1500 até 15 de maio de 1505. Em 20 de julho de 1509 lhe passou D. Manuel em Evora carta de quitação, de todo o dinheiro, navios, caravellas, galés, barcas, artilharia, armas e outras cousas, que dispendeu até entregar o almoxarifado a Ruy Leite.

Alvares *(João).* Valente soldado, o unico que, quando Adem foi cercada pelos turcos, acompanhou o scheick d'essa cidade, nosso alliado, ao passo que os restantes portuguezes que guarneciam a praça fugiam por não vêrem proveito na sua defeza. Adem perdeu-se, mas o scheick ficou tão reconhecido a João Alvares, que por força o queria conservar em sua companhia, fazendo-lhe as maiores vantagens. Alvares, porém, não acceitou, partindo para a India a continuar a sua modesta carreira.

Alvares *(João).* Genealogista; abbade de S. Mamede de Escariz, no Minho. N. nos arredores de Braga em 1622 e f. em 1700. Escreveu um *Nobiliario portuguez, nobiliario de algumas familias de Hespanha; Tratado das armas das familias de Portugal, de Castella e de algumas de Italia.*

Alvares *(Fr. João).* Prior e confessor na ordem militar de S. Bento d'Aviz, secretario e confessor do infante D. Fernando, filho de D. João I, que morreu com a fama de santo, e com quem ficou captivo em Fez, acompanhando-o constantemente nas tribulações do captiveiro até á morte. Voltando depois a Portugal, foi eleito abbade commendatario do convento de frades benedictinos de Paço de Sousa. Encontrou então os religiosos

n'um tal abuso e com um viver de tal fórma desregrado e immoral, que teve de empregar toda a sua energia para fazer entrar o convento n'um regulamento serio e de moralidade. Dizem existir ainda o documento da composição que se fez entre fr. João Alvares e os frades. Esta composição de reforma do mosteiro é um documento muito curioso, e no qual se vê a dissolução espautosa em que os frades viviam. D'este velho pergaminho sómente reproduzimos uma anecdota menos vergonhosa, que foi a obrigação a que os frades se sujeitaram, de *se contentarem com canada e meia de vinho diariamente, em logar de tres que até ali recebiam.* Fr. João Alvares conseguiu trazer para Portugal os intestinos do infeliz infante, os quaes entregou, em Santarem, a D. Affonso V. Negocios alheios o levaram a Roma e á Belgica. A duqueza de Borgonha, D. Isabel, irmã de D. Fernando, chamou fr. João a Flandres, e tambem o mandou a Roma, para solicitar do papa indulgencias para todos aquelles que assistissem na egreja de Santo Antonio de Lisboa á missa por alma do infante, no anniversario da sua morte. Escreveu: *Chronica do santo e virtuoso infante Dom Fernando, filho del Rey Dõ Iohã primeyro deste nome, que se finou em terra de mouros. Por Fr. Ioão Alvarez, corrigida por Ieronymo Lopes,* Lisboa, 1527. Fizeram-se mais duas edições d'esta obra. Quando estava em Roma e na Belgica, escreveu aos frades do seu convento tres cartas, remettendo-lhes a traducção de varios sermões *aos irmãos do ermo,* attribuidos a Santo Agostinho, e da regra de S. Bento, bem como a copia do celebre livro da *Imitação de Christo.* Nas *Dissertações Chronologicas,* de João Pedro Ribeiro, vem publicadas estas tres cartas, que fôram encontradas n'um livro em pergaminho, existente no archivo do mosteiro de Tibães; uma não tem data nem logar; outra é datada de Bruxellas de 24 de dezembro de 1467; e a outra de Bruges, de 20 de setembro de 1468. O resto do manuscripto, que com as cartas e aquellas versões formava um volume de quarto, desappareceu do Paço de Sousa, quando se extinguiu o convento. Fr. João Alvares era natural de Torres Novas, e falleceu depois do anno de 1470.

Alvares *(Joaquim Antonio).* Nat. da Madeira, onde nasceu a 19 de novembro de 1776. Era filho d'um negociante. Fez largos estudos em Inglaterra, em Douai, e depois na Universidade de Coimbra, onde tomou o grau de bacharel em mathematica e philosophia. Assentou praça na marinha portugueza, e em 1798 foi nomeado segundo tenente da armada. Em 1800, sendo commandante do cahique *Leão,* tripulado unicamente por vinte homens, tendo apenas umas peças de pequeno calibre, foi atacado por um corsario francez, grande escuna tripulada por muita gente, e montando dez peças de doze. O tenente Alvares não se rendeu ás intimações do inimigo, nem se acobardou com a desegualdade das forças. Bateu-se denodadamente até ao ultimo extremo. O cahique *Leão,* despedaçado pelas balas do corsario, começou a encher-se d'agua e a mergulhar. Não podendo já combater, o commandante e a guarnição o abandonaram, lançando-se a nado, e agarrando-se aos madeiros fluctuantes, conseguiram salvar-se. Viram então o cahique afundar-se, levando sempre içada a bandeira que tão heroicamente haviam defendido. O conselho do almirantado considerou o procedimento do tenente Alvares um acto de tanto patriotismo e valor, que logo o propoz para a promoção, e por decreto de 3 de dezembro de 1800 foi promovido a primeiro tenente por distincção em combate, *tendo-se batido até á ultima extremidade, sem embargo de não ter partido algum, unicamente por honra da real bandeira.* Parece que serviu ainda na esquadra do marquez de Niza, que esteve no Mediterraneo. Em 1804, tendo trocado a marinha pelo exercito, serviu no Brazil com o posto de capitão d'artilharia. Conservou-se alli, fazendo grandes serviços ao governo brazileiro. Morreu em 1835, n'uma viagem de Londres para Paris, onde foi sepultado no cemiterio *Père Lachaise.*

Alvares *(Jorge).* Fidalgo que esteve em Malaca, d'onde foi á China levar recado ao capitão-mór Fernão Peres de Andrade, para vir áquella cidade então em guerra. Em 1520 foi na armada de Antonio Corrêa combater a Pagó os moiros e o rei de Bintão; n'este combate se houve com muito valor, concorrendo em grande parte para desalojar d'alli o inimigo, libertando assim Malaca.

Alvares *(P.e José Luiz).* Jesuita muito erudito, lente de philosophia na Universidade de Coimbra. N. em Lisboa, em 1539, f. em Aviz a 25 de setembro de 1590. Era filho de familia nobre. Tornou-se sobretudo celebre pela sua eloquencia como orador sagrado. A sua fama chegou a Roma, e conta-se que o pontifice Pio V dissera a S. Francisco de Borja: *Ouço que tendes em Portugal outro S. Paulo.* O padre Luiz Alvares era um verdadeiro fanatico; do pulpito trovejava contra os judeus, e diz-se que morreu envenenado por um d'essa raça proscripta, n'um pouco de vinho que pedira ao descer do pulpito. Ha impressos alguns dos seus sermões, com o titulo de *Sermões varios.* Parece pertencer-lhe tambem o sermão publicado com a seguinte denominação: *Sermão do padre Luiz Alvares, da Companhia de Jesus, por occasião do desbarate de el-rei D. Sebastião.*

Alvares *(Luiz).* Fidalgo que viveu nos seculos XV e XVI. Estando na India em 1508, onde prestou bons serviços, foi nomeado pelo vice-rei D. Francisco d'Almeida, capitão da casa forte que o vice-rei havia mandado fazer a Cochim, entre os rios de Cangranor e Cochim.

Alvares *(Luiz).* Pintor e dourador da Casa Real, logar em que succedeu, em 1601, a Antonio de Barros. Parece ser o mesmo que Luiz Alvares d'Andrade. V. *Alvares d'Andrade (Luiz).*

Alvares *(Padre Luiz).* Celebre prégador da ordem dos jesuitas. Foi reitor em alguns collegios da Companhia de Jesus, provincial e preposito da casa professa de S. Roque em Lisboa. N. no logar de S. Romão, termo da villa de Cêa, em 1615; f. em Lisboa a 13 de janeiro de 1709, contando 94 annos de edade. Tomou o habito de noviço dos jesuitas em 1629; adquirindo larga instrucção, leccionou no collegio de Coimbra, e foi depois reitor dos collegios em Angra, no Porto e em Evora, vindo mais tarde para Lisboa para a casa professa de S. Roque. Tinha fama de muitas virtudes. Escreveu: *Amor sagrado,* Evora 1673. Houve segunda edição, em Lisboa, 1750; *Céo de graça, inferno custoso, offerecido á ill.ma sr.a D. Anna de Ataide Lima e Castro, condessa da Castanheira,* Evora, 1692; *Sermão do auto da fé que em a cidade de Evora se fez a 3 de Abril de*

1672, Lisboa, 1672; *Sermões da quaresma; offerecidos ao ill.mo e rev.mo sr. D. Fr. Luiz da Silva, arcebispo de Evora. Parte segunda*, Lisboa, 1693; *Sermões, offerecidos ao ill.mo rev.mo sr. D. Jeronymo Soares, bispo de Viseu. Terceira parte.* Evora, 1699. Escreveu tambem um livro em latim: *Josephus Rochellis filius illustratus*. O conhecido philologo Pedro José da Fonseca louva a vernaculidade do padre Alvares.

Alvares *(Manuel)*. Nadador notavel, o primeiro do seu tempo, conhecido pelo nome de *Escudeiro*. Quando esteve cercada a fortaleza de Cananor, em 1525, e já tão apertado o cerco que não havia mantimentos de especie alguma, Heitor da Silveira, um dos mais notaveis heroes da India, que a foi soccorrer, quiz passar para dentro da fortaleza viveres sem que o inimigo o presentisse. Carregou duas almadias, e mandou com ellas Manuel Alvares, o *Escudeiro*, porque sendo o primeiro nadador, poderia mais facilmente escapar a qualquer perigo. Foi feliz no desempenho da sua commissão, e os defensores de Cananor receberam os mantimentos de que tanto precisavam. N'um combate que depois se deu, Manuel Alvares portou-se tambem com toda a valentia, sendo um dos pouquissimos que escaparam da tripulação da caravella em que estava.

Alvares *(Padre Manuel)*. Jesuita muito erudito; reitor em varios collegios da ordem, e preposito na casa professa de S. Roque, de Lisboa. N. em Ribeira-Brava na ilha da Madeira, em 1526; f. em Evora a 30 de dezembro de 1583. Recebeu ordens menores no dia 11 d'agosto de 1538. Vindo para Portugal, deliberou vestir a roupeta jesuitica. Tornou-se tão distincto pelo seu talento e erudição, que os seus superiores lhe exigiram que escrevesse uma *Arte de Grammatica*, o que elle cumpriu em edade já mais avançada, mas com tanta felicidade, que o seu livro *De institutione grammatica*, impresso pela primeira vez em Lisboa no anno de 1572, correu toda a Europa, foi adoptado em toda a parte, e teve depois uma infinidade de edições com additamentos, notas, etc., não só n'este reino, como nos paizes estrangeiros. A *Grammatica* do padre Manuel Alvares foi por muito tempo o livro classico d'este ramo dos conhecimentos humanos. *A Arte de Grammatica* tambem foi traduzida na lingua japoneza pelos jesuitas, e d'ella fizeram uma edição em 1593 no seu collegio de Amacusa, no Japão, em papel de seda. Consta que existia um precioso exemplar d'esta edição na bibliotheca Angelica de Roma. O erudito jesuita escreveu mais as seguintes obras: *Emmanuelis Alvari Regulae de syllabarum quantitate, cultiores multo & auctiores quam antea editael*, etc. O rosto da obra é a duas côres; *Tratado breve das medidas, pesos e moedas*. Este tratado, com paginação separada, encontra-se entre a ultima pagina do texto e a primeira do indice da seguinte obra: *Indiculo universal*. Contém distinctos em suas classes os nomes de quasi todas as cousas que ha no mundo, e os nomes de todas as artes e sciencias... feito Francez Latino pelo P. Francisco Pomey, da Companhia de Jesus... feito novamente Lusitano Latino, accrescentado, como mostram as estrellinhas, pelos religiosos da Companhia de Jesus, estudantes de Rhetorica: no anno de 1697 para seu uso de fallar Latim. No fim tem Indice Portuguez, cujo numero é o das margens. Evora, com as licenças necessarias, 1716. Os caracteres typographicos do Tratado são eguaes aos do Indiculo.

Alvares *(Padre Manuel)*. Jesuita missionario em Africa. N. em Alter do Chão, em 1573, e f. em Lisboa a 3 de julho de 1619. Andou pela Guiné e pela Serra Leoa, convertendo os pretos. Compoz uma obra que ficou manuscripta, intitulada: *Descripção geographica da parte da Africa chamada Guiné*. Voltando para Lisboa, recolheu-se á casa professa de S. Roque, onde falleceu.

Alvares *(Padre Manuel)*. Jesuita, e pintor distincto. Falleceu em Gôa, onde era missionario, em 1616. Entrara para a Companhia de Jesus no collegio de Coimbra em 1549. Pintou diversos quadros, entre os quaes se conta o quadro representando a conversão de S. Paulo, que estava no collegio dos jesuitas em Gôa. O padre Francisco de Sousa, jesuita e preposito na casa professa d'aquella cidade, na parte 1.ª, pag. 185, do seu *Oriente conquistado*, chama-lhe *pintor insigne*.

Alvares *(Manuel Patricio)*. Escrivão no tribunal da Boa Hora. N. em Villa Nova da Cerveira a 31 de março de 1813. f. em Lisboa a 22 de dezembro de 1878. Aos 15 annos, mercê d'aquelles tempos profundamente abalados pelas convulsões politicas, contemplava em torno de si uma scena pungentissima; as courellas e os haveres da familia sequestrados, e seu pae encerrado na cadeia de Barcellos. O infeliz adolescente, fulminado pelo infortunio que carregava com mão de ferro sobre o modesto patrimonio e sobre o desventurado pae, nem por isso desanimou, e com precoce virilidade de animo resolveu-se a fazer valer os direitos paternos. Entretanto o imperador D. Pedro entrava na cidade do Porto, para organisar essa formidavel resistencia que acabou por legar áquella heroica cidade a gloria immortal, e a liberdade ao paiz. Patricio Alvares alistou-se então no batalhão de voluntarios do Minho, onde sempre se distinguiu pela sua valentia. Atravez das alternativas da politica constitucional, Patricio Alvares soube grangear as maiores sympathias, sendo estimado pelos caudilhos das mais oppostas parcialidades, os quaes todos presavam com affectuosa predilecção o intrepido voluntario que tinha partilhado com elles dos perigos e das glorias da campanha libertadora. No dia 17 de dezembro de 1831 foi ferido no peito por uma bala, e dois annos depois recebeu a cruz da Torre e Espada, pela bravura com que se batera na sanguinolenta acção de 25 de julho de 1833, no ataque geral das linhas do marechal Bourmont. No meio dos combates que a toda a hora se travavam n'aquella área memoranda das linhas do Porto, área cingida por egual, de reductos e cadaveres, Patricio Alvares procurava com anciedade o ensejo de poder libertar seu pae. Pediu para ser incorporado nas forças liberaes que iam partir para Lamego, por seu pae ter sido transferido para a cadeia d'aquella cidade, infelizmente, quando lá chegou com as maiores esperanças de o libertar, teve a triste noticia de que seu pae havia morrido tres dias antes. Terminada a guerra civil, Patricio Alvares deixou a vida militar e dedicou-se á vida civil, exercendo diversos empregos de justiça até que

em 1846, seguindo o partido da Carta, emigrou para Hespanha, em virtude dos acontecimentos politicos d'aquella epoca. No Alto Minho, servindo debaixo das ordens do conselheiro Antonio Pereira dos Reis, prestou relevantes serviços, contribuindo para a tomada e sustentação da praça de Valença. Era então director das alfandegas do circulo de Valença, e terminada a lucta civil passou a exercer o logar de escrivão de direito em Barcellos, o primeiro logar na carreira judicial, quanto a proventos que então havia no paiz. Os seus serviços tiveram em recompensa o grau de official da Torre e Espada. Teve tambem a cruz da ordem da Conceição e a medalha das campanhas da Liberdade. O governo de Hespanha tambem o agraciou com a commenda da ordem de Carlos III Foi depois correspondente de diversos jornaes; todos os homens de maior vulto na politica eram seus amigos, e o tratavam com a mais affectuosa intimidade. Patricio Alvares era franco, bizarro generoso e de uma extrema tolerancia. O seu maior prazer era prestar serviços e fazer obsequios.

Alvares *(Padre Miguel Justino d'Araujo Gomes).* Presbytero egresso da extincta congregação dos monges benedictinos; mestre de theologia na sua ordem, professor de historia sagrada, philosophia e rhetorica no seminario de Braga, conego na sé da mesma cidade, examinador synodal do arcebispado e prégador régio honorario. N. em Braga a 9 de maio de 1804, f. em setembro de 1864. Professou na congregação dos monges benedictinos em 27 de dezembro de 1825, sendo nomeado pouco tempo depois mestre de theologia no convento de Tibães. Depois da extincção das ordens religiosas, o padre Miguel Alvares continuou no exercicio do magisterio, leccionando particularmente no seminario dos orphãos, em Braga, philosophia racional, moral e rhetorica; sendo mais tarde nomeado professor de historia sagrada no seminario diocesano da mesma cidade, e alguns annos depois conego da sé primaz com obrigação de ensino. O padre Miguel Alvares prégou muitos sermões em diversas terras da provincia do Minho, que pena é não estarem colligidos em volumes e publicados. Foi elle um dos padres que no pulpito se tornaram celebres na cruzada contra Alexandre Herculano, principalmente n'umas domingas da quaresma em que prégou no templo de Santa Cruz, da cidade de Braga. Escreveu: *Taboas synopticas da Logica de Genuense,* Braga, 1842; *Refutação das perniciosas doutrinas contidas em um folheto intitulado:* «Fonte da Verdade, ou caminho para a virtude...» *impresso em Braga no mez de setembro de 1843,* Porto, 1843; *Supplemento ás Lições de metaphysica de Genuense, contendo seis tractados: 1.º Dos temperamentos. 2.º Espiritualidade da alma. 3.º Sua immortalidade. 4.º Sua liberdade. 5.º Existencia de Deus. 6.º Necessidade e utilidade da religião* Braga, 1841; *Taboa analytica, ou analyse do Pensamento,* Braga, 1842; *Oração funebre nas exequias do ex.mo e rev.mo sr. D. Pedro Paulo de Figueiredo da Cunha e Mello, arcebispo primaz e cardeal da Santa Igreja Romana. Recitada na cathedral aos 19 de Fevereiro de 1857.* Braga, 1857. O padre Miguel Alvares tambem se dedicou um pouco á litteratura dramatica, escrevendo alguns autos que ficaram ineditos, do nascimento de Christo e adoração dos magos, assim como os dramas biblicos: *José no Egypto, O filho prodigo, A casta Suzana.* Publicou duas farças: *A astucia de um estudante malograda* e *O barbeiro aspirante a deputado.*

Alvares *(Pedro).* Celebre ourives, de Guimarães, que viveu pelos annos de 1480.

Alvares *(Pedro).* Escriptor, nat. de Gouveia. Viveu no seculo XVI. Autor da seguinte obra: *Commentaria super lib. Hypoc. de victus ratione.*

Alvares *(Padre Pedro).* Distincto theologo. N. em Lisboa a 18 de janeiro de 1674; f. na mesma cidade a 29 de dezembro de 1739. Foi da congregação do Oratorio, qualificador do Santo Officio, e examinador das tres ordens militares. Escrevia com muita facilidade, tanto na lingua portugueza, como na latina e hespanhola. Publicou: *Extracto de todas as preposições, que condemnaram os summos pontifices desde o tempo do concilio Tridentino até o anno de 1706.* Lisboa, 1706. Sahiu sem o nome do autor; *Novena da gloriosa Senhora S. Anna,* Lisboa, 1706. Houve mais edições tambem em Lisboa, em 1720, 1731, e 1819. Todas estas edições sahiram anonymas; *Meditações para os nove dias da novena da gloriosa S. Anna,* Lisboa, 1709; *Novena á Virgem N. Senhora com o titulo da Esperança ou Expectação,* Lisboa, 1709. Tambem sahiu sem o nome do autor; *Sermão nas exequias da ill.ma e ex.ma sr.a D. Luiza Simoa de Portugal, condessa do Redondo, celebradas na congregação do Oratorio de Lisboa a 26 de abril de 1723,* Lisboa, 1742.

Alvares *(Rodrigo).* Natural da provincia do Algarve. Navegador, que fez parte d'uma expedição exploradora da costa africana de Cabo Verde para deante, que descobriu as ilhas de Nar e de Tider e reconheceu mais algumas leguas da costa. Esta expedição compunha-se de seis caravellas, commandadas por Gil Eannes, Lançarote, Estevam Affonso, João Dias, João Bernardes e Rodrigo Alvares.

Alvares *(Padre Rodrigo).* Jesuita. N. em Arzilla em 1552; f. em 1589. Era homem instruido; formára-se nas universidades de Hespanha. Adquiriu fama pela enfermidade de espirito, porque imaginava ter visões, e conversar com Jesus Christo e N.a Senhora. Professou quando já contava 45 annos.

Alvares *(Simão).* Pharmaceutico em Gôa, encarregado por D. João de Castro de levar a Gôa a bandeira de Cambaya, tomada em Diu, e a carta em que participava á camara a sua assignalada victoria. N'essa mesma carta, D. João de Castro elogiava muito o portador, dizendo que fôra um grande serviço a sua ida a Diu, porque tratava os feridos com muito cuidado, dando remedios de graça, de fórma que d'elle se podia dizer, notava D. João de Castro, *doutor e cavalleiro.* Por isso, com o applauso de todos, D. João de Castro o incumbiu de tão honrosa missão, que d'outra fórma melhor caberia a algum dos officiaes que se tinham illustrado na defeza.

Alvares *(Thomaz).* Medico d'el-rei D. Sebastião. Estava em Sevilha exercendo clinica, quando foi chamado a Lisboa, por causa da terrivel peste de 1569. Thomaz veiu immediatamente. Barbosa Machado considera-o portuguez, mas Innocencio da Silva, no *Diccionario bibliographico,* põe em duvida que o fôsse. Thomaz Alvares escreveu por ordem do governo um opusculo em que tambem collaborou Garcia Salzedo Coronel; este

opusculo era em portuguez, e imprimiu-se em Coimbra, no anno de 1569; tem o seguinte titulo: *Tratado ou regimento para preservar da peste.* Houve depois outra edição em 1580. Este livro é sensatamente redigido, e ainda é hoje considerado, principalmente no que diz respeito á symptomatologia. A prova do seu valor é tel-o a Academia das Sciencias de Lisboa imprimido em 1797, juntamente com outros folhetos mais recentes que tratavam do mesmo assumpto, com o titulo: *Advertencias dos meios que os particulares podem usar para preservar-se da peste, conforme o que tem ensinado a experiencia, principalmente na peste de Marselha em 1720, em Toulon e de Moscou em 1771. Compilados por um Socio da Academia Real das Sciencias* (Alexandre Antonio das Neves Portugal) *e por ella mandada imprimir em beneficio da saude publica. A que se ajunta o opusculo de Thomás Alvares e Garcia de Salzedo sobre a peste de Lisboa em 1569.* Esta edição esgotou-se, em 1801 fez-se *segunda mais accrescentada.* O opusculo de Thomaz Alvares tem n'esta edição rosto e paginação especial, com este titulo: *Recopilaçam das cousas que conuem guardarse no modo de preseruar á cidade de Lisboa: E os sãos, & curar os q esteuerẽ enfermos da peste. Feita pellos Doctores Thomaz Aluarez & Garcia de Salzedo, vesinhos de Seuilha, & Medicos do Serenissimo Rey de Portugal, Dom Sebastião Primeiro, nosso senhor: & dirigida a S. A.—Foi maudado imprimir a segũda impressão; por mã· dado da Cidade Lisboa, sendo Vereadores os senhores Manuel Tellez Barreto & Antonio Dagama, & Frãcisco de Saa, & Fernão de Pina. Prouedor Mór da Saude, & Bastião de Lucena Dazeuedo, Procurador da Cidade, & Gaspar Rodriguez, & Luys Franco, & Francisco Rodriguez, & Antonio Nobre, Procuradores dos Mesteres. Vendem-se em a Rua Noua, em casa da Sebastião Carualho. Impressa com Licença, 1598.* Zacuto Luzitano, o notavel medico portuguez que adquiriu uma celebridade européa, considerava Thomaz Alvares um dos grandes medicos do seu tempo.

Alvares *(Thomé).* Thesoureiro-mór da capella real no seculo XVI. Ha duvida na sua naturalidade, se é de Leiria ou de Villa Viçosa. Era homem muito instruido em ritos e cerimonias ecclesiasticas assim como na intelligencia das rubricas do Breviario e do Missal Romano. Escreveu em latim sobre estes assumptos: *Scholium in Rubricas 17 Missalis Romani Clementis VIII authoritatore cogniti de ordini genufleclendi in Missa privata, et solemni.* Escreveu em portuguez outra obra que se conserva manuscripta, intitulada: *Vida de D. Jorge de Athayde, bispo de Vizeu.* Por ordem d'este prelado, escreveu tambem: *O Directorio docôro.*

Alvares *(Tristão).* Capitão da armada, que em 18 de abril de 1506 sahiu de Lisboa com destino á India.

Alvares *(Fr. Vicente).* Religioso e escriptor portuguez do seculo XVI. Escreveu em hespanhol a descripção da viagem de D. Filippe II em 1548, quando, sendo ainda principe, foi encontrar-se com seu pae, Carlos V. Esta obra foi impressa em 1551.

Alvares *(Padre Vicente).* Jesuita, nat. de Ferreira do Alemtejo. Estudou na Universidade d'Evora, e partiu para o Oriente em 1599. No anno de 1606, passando de Baçaim para Gôa, foi feito prisioneiro de piratas moiros, que o mataram á vista de Dabul, no dia 18 d'abril.

Alvares *(Vicente Lino Patricio).* Guarda-mór da Relação de Loanda, director da alfandega de Guiné e de S. Thomé. N. em 1850, f. ha poucos annos. Era filho de Manuel Patricio Alvares, que por muitos annos foi escrivão no tribunal da Boa Hora. Aos 37 annos, Vicente Patricio Alvares já tinha exercido importantes cargos, revelando sempre uma intelligencia vigorosa, alliada a um espirito trabalhador e activo. Em 1870, Rebello da Silva, então ministro, nomeou-o guarda-mór da Relação de Loanda; e o modo por que desempenhou esse cargo, no exercicio de varias commissões de que o incumbiram, valeu-lhe o ser agraciado com o habito de Christo. Mais tarde foi despachado director da alfandega da Guiné, sendo depois transferido para a direcção da de S. Thomé, logar que sempre exerceu a contento de todos os governos, merecendo a estima de todo o commercio d'aquella ilha. Os seus importantes serviços em S. Thomé fôram reconhecidos no ministerio da marinha, e recompensados com as commendas das ordens de Christo e da Conceição. Além d'estas distincções teve a cruz de merito naval, de Hespanha.

Alváres. Pov. e freg. (S. Matheus) da prov. da Beira Baixa, conc. de Goes, com. de Arganil, distr. e bisp. de Coimbra, 3:896 alm. e 761 fog. Tem escola do sexo masc. e est. post. permutando malas com Pampilhosa. A pov. dista 20 k. da séde do conc. e está situada n'um valle entre outeiros. E' terra montanhosa. Os parochos eram apresentados pelos cruzios de Coimbra que recebiam os dizimos. Passa junto á villa a ribeira *Sinhel.* Defronte da egreja está a fonte de S. Matheus, de agua muito fria, que dizem ser

Vista de Alváres

boa para curar hydropisias. Perto d'aqui começa a serra do Sinhel. O principal commercio d'Alváres é lãs e cera, que exporta em grande quantidade. Os nossos primeiros reis lhe deram grandes privilegios. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 23 com a séde em Coimbra. Foi séde de conc., supprimido pelo decreto de 24 d'outubro de 1855. || Pov. na freg. de S. João dos Caldeireiros, conc. de Mertola.

Alvares Abreu *(Pedro). V. Abreu.*

Alvares d'Almada *(André). V. Almada.*

Alvares d'Almeida *(Pedro). V. Almeida.*

Alvares d'Andrade *(Fernão).* Valido de D. João III, e escrivão da real fazenda. Era filho de Alvaro Pires de Andrade, da familia dos condes de Andrade, da Galliza, que passou a Portugal. Fernão Alvares d'Andrade instituiu uma capella na egreja da Annunciada, que ardeu por occasião do incendio que se seguiu ao terremoto de 1 de novembro de 1755.

Alvares d'Andrade *(Francisco Ladislau).* Bacharel formado em Philosophia e Bellas Letras pela Universidade de Paris. N. no principio do seculo XIX. Foi empregado na secretaria d'Estado dos Negocios Extrangeiros, logar em que depois se reformou. Exerceu algumas commissões de serviço publico. Foi administrador da Empreza do Canal maritimo de Suez; teve o titulo de conselho de Sua Magestade, pelo decreto de 28 de julho de 1869; era socio de varias corporações scientificas e litterarias extrangeiras, etc. Escreveu: *Historia de José de Faro, ou o mercador ambulante; seus conselhos e experiencia, offerecidos aos seus compatriotas,* Londres, 1832; *Collecção dos Escriptos mais interessantes de Benjamin Francklin em moral, economia e politica, com uma noticia sobre a sua vida, tomo I,* Londres, 1832; *Picciola, por X. B. Saintine; obra premiada pelo Instituto de França, vertida em portuguez,* Lisboa, 1848; *Pastoral do Arcebispo de Paris para desenvolver e confirmar o decreto do concilio de Paris, relativo á intervenção do Clero nos negocios politicos. Traduzida do francez,* Lisboa, 1851. Nos annos de 1836 e seguintes publicou tambem: *A Abelha, jornal de utilidade, instrucção e recreio em portuguez e francez,* o n.º 1. Abril de 1836; a parte em portuguez occupa as primeiras 30 pag. e as 38 restantes a parte franceza; o n.º 2. Maio, é todo escripto em francez, tendo por titulo: *L'Abeille, journal encyclopedique.* A publicação foi interrompida, e tornou a apparecer em 1840. Passou depois a ser semanal, e mais tarde quinzenal. Do n.º 3 em diante está assignado *rédacteur et éditeur responsable* F. L. A. de Andrade. Continuou nos annos 1841 a 1843, e parece que terminou em 13 de maio d'este anno. O jornal compõe-se de artigos scientificos, historicos e litterarios; romances, poesias, chronica theatral e dos successos do tempo; com alguns figurinos de modas, retratos, vistas, peças de musica, etc.

Alvares d'Andrade *(Luiz).* Instituidor da procissão dos Passos da Graça, de Lisboa, e o inventor d'uns quadros das almas do Purgatorio, que por muito tempo se encontravam em diversos sitios da capital, e em que se viam uns vultos esqueleticos sahindo de entre chammas de furta-côres. N. em Lisboa mas ignora-se a data do nascimento; f. n'esta mesma cidade a 3 d'abril de 1631. Foi discipulo de fr. Luiz de Granada e de Francisco Bovadilha. Diz-se que se tornou insigne na sua arte de pintar e muito mais na pratica das virtudes christãs. Foi o principal instituidor da procissão dos Passos da Graça em 1587, e alcançou do pontifice um breve concedendo indulgencias a todas as pessoas que no dia do Senhor dos Passos visitassem a capella da Graça; gastando largas quantias, distribuiu por toda a parte, em grande quantidade, os taes quadros das almas do Purgatorio e uns livros de orações. A biographia de Luiz Alvares d'Andrade foi escripta por seu filho, o beneficiado da egreja parochial de S. Nicolau, de Lisboa, Lucas d'Andrade. Escreveu: *Advertencias espirituaes para mais agradar a Deus Nosso Senhor, com um exercicio mui proveitoso; traduzido e accrescentado,* Lisboa, 1625. Houve mais edições, todas em Lisboa, em 1639, 1647, 1656 e 1674. O *Catalogo da Academia* dá este opusculo em nome de Lucas d'Andrade, e diz que este o accrescentara, mas a traducção é evidentemente de seu pae Luiz Alvares d'Andrade.

Alvares Bandeira *(Gaspar).* D'este escriptor só se sabe que escreveu o seguinte livro ou opusculo: *Exame espiritual, que fez certo confessor a uma pessoa, que chegou a seus pés com ignorancia de quasi todas as cousas que n'este breve compendio se tratam,* Lisboa, 1780.

Alvares Cabral *(Fernando).* Filho do celebre descobridor do Brazil, Pedro Alvares Cabral. Serviu com seu pae nas armadas, mas teve a infelicidade de morrer em 1553, victima d'um naufragio que soffreu a esquadra que elle commandava, nas cóstas do Natal.

Alvares Cabral *(Pedro).* Senhor de Belmonte, alcaide mór de Azurara, e descobridor do Brazil. Suppõe-se que nasceu em Lisboa. Era filho de Fernão Cabral, senhor de Azurara, alcaide-mór de Belmonte e adeantado na provincia da Beira, e de D. Isabel de Gouveia, filha e herdeira que veiu a ser de João de Gouveia, senhor d'Almendra, alcaide-mór da Covilhã e Castello Rodrigo; neto paterno de Fernão Alvares Cabral, guarda-mór do infante D. Henrique, o grande navegador, filho de D. João I, e ao qual os moiros mataram no cerco de Tanger. A familia de Pedro Alvares Cabral era das mais nobres do reino, dizendo alguns que já existia em Hespanha, desde tempos muito anteriores á fundação da monarchia portugueza; e as honrarias e privilegios que lhe eram concedidos parecem justificar esta pretensão nobiliarchica, tendo os maiores d'Alvares Cabral occupado sempre entre nós logares dos de mais renome, a ponto de nunca renderem preito e homenagem dos castellos e praças, por elles governados, como faziam no de Belmonte, cujo senhorio, bem como o de muitas outras terras, permaneceu na familia Cabral por linhas de varonia nunca interrompidas. E' certo que no tempo d'elrei D. Diniz existiu um Ayres Cabral, que teve sob a sua guarda as fortalezas de Portalegre, Arronches e Castello de Vide, mas esta antiguidade não é considerada como ponto de partida pelos nobiliarios portuguezes. Todos estes começam a ascendencia do navegador em Alvares Gil Cabral, que viveu no tempo do rei D. Fernando, sendo por este muito honrado. Governador do castello da Guarda, negou-se a entregal-o a elrei D. João de Castella, por occasião da sua entrada em Portugal. Por este e outros serviços

foi agraciado com os senhorios de Azurara, Manteigas e Tavares, e as alcaidarias dos condados da Guarda e de Belmonte para si e para seus descendentes. Foi sua mulher D. Maria Annes Loureiro, filha de João Annes Loureiro, senhor do morgado do seu appellido, e fundador da egreja de Santa Maria de Salgueiros, no bispado de Vizeu, por elle dotada com perto de mil cruzados de renda; d'ella teve D. Beatriz Alvares Cabral e Luiz Alvares Cabral, que de seu pae herdou senhorios e alcaidarias, sendo tambem védor da casa do infante D. Henrique. Luiz Alvares Cabral casou, em primeiras nupcias, com sua prima D. Constança Annes Loureiro, de quem teve tres filhos. Um d'elles, Fernão Cabral, continuou a herança nobliarchica de seu pae, desposando D. Thereza de Novaes Andrada, dama da rainha D. Filippa; e seu filho Fernão Cabral é o pae do grande navegador, o qual, por não ser primogenito mas sim filho segundo, não herdou de seu pae nem titulos, nem bens alguns. Depois do descobrimento da India, determinou D. Manuel que começassem a correr armadas d'este reino cada anno ordenadamente, e querendo, no de 1500, que foi o seguinte á chegada de Vasco da Gama que regressara em 29 de agosto de 1499, mandar lá um fidalgo para firmar a alliança com o rei de Calicut, e levantar n'aquella cidade uma feitoria como principio do grande commercio do Oriente, nomeou a Pedro Alvares Cabral, pelas boas qualidades de sua pessoa e informação que d'elle havia, e o mandou por capitão-mór d'uma armada de treze vélas, dez naus e tres navios redondos, e mil e duzentos homens, com outros capitães debaixo do seu commando. Foi esta a segunda armada que sahiu de Lisboa para o Oriente, e Pedro Alvares Cabral o segundo navegador que tentou aquella nova e perigosa derrota, depois do seu primeiro descobridor. Aprasado o dia da partida, domingo 8 de março de 1500, foi el-rei e toda a côrte á ermida do Restello, em N. S.ª de Belem, e alli mandou celebrar missa de Pontifical, em que prégou D. Diogo Ortiz, bispo de Ceuta, que depois foi bispo de Vizeu, e emquanto durou a cerimonia teve sempre junto de si Pedro Alvares Cabral, e lhe entregou depois de sua propria mão uma bandeira, que em todo o tempo esteve arvorada, e fez benzer no fim da missa pelo mesmo bispo; collocando-lhe tambem na cabeça um barrete bento que o papa lhe havia mandado por grande honra. Com esta solemnidade, acompanhado do rei até embarcar, sahiu da praia do Restello no dia seguinte, segunda feira 9 de março, e proseguiu a viagem com favoravel vento. O segundo commandante da esquadra era Sancho de Toar. Os outros commandantes dos navios eram: Simão de Miranda, Ayres Gomes da Silva, Vasco de Athayde Nicolau Coelho, Bartholomeu Dias, seu irmão Diogo Dias, Nuno Leitão, Luiz Pires e Simão de Pina. Gaspar de Lemos commandava o navio transporte. Tambem iam religiosos de S. Francisco, um dos quaes, fr. Henrique de Coimbra, foi mais tarde bispo de Ceuta. El-rei ordenou a Pedro Alvares Cabral que forcejasse por alcançar a bemquerença do rei de Calicut e lhe impetrasse licença para a construcção d'uma fortaleza, e no caso contrario lhe declarasse guerra. Em Melinde devia Cabral entregar uma dadiva ao respectivo rei e desembarcar o embaixador, que d'alli trouxera Vasco da Gama para a Europa. Bartholomeu Dias e o irmão passariam a Sofala, afim de permutarem as mercadorias que levavam por ouro que alli superabundava. O roteiro seguido por Alvares Cabral, logo depois da sua partida, foi no principio analogo, em tudo, ao caminho por Vasco da Gama iniciado e que o conduziu ao caminho da India. Divergem aqui as opiniões dos chronistas. Dão uns como causa da variante de rumo que levou Pedro Alvares Cabral a descobrir o Brazil o simples receio de tempestades, e esta opinião é a que menos fundamentos apresenta. Asseveram outros, e entre elles João de Barros, que nos portuguezes houve o proposito de fugir ás calmarias da Guiné, e F. A. Varnhagem, na *Chronica do Descobrimento do Brazil,* dá como mais provavel o que de quasi certo hoje se póde qualificar, isto é, que no desvio do plano positivo entrou por muito o espirito aventuroso dos portuguezes de então, incitados ao amor pelo desconhecido, tão gloriosamente recompensado nas expedições anteriores. Nas *Lendas da India,* de Gaspar Correia, vêmos na parte relativa a Pedro Alvares Cabral, que fôra Vasco da Gama quem o aconselhara a navegar muito ao largo da costa d'Africa, porque lhe seria assim mais facil dobrar o Cabo da Boa Esperança. Como quer que fôsse, os galeões portuguezes houveram vista das Canarias em 14 do referido mez de março, e em 22 das ilhas de Cabo Verde. Ahi um temporal violento separou uma das naus, emquanto as restantes se fôram afastando cada vez mais para Oeste, mettendo-se pelo oceano austral, por onde navegaram durante quasi um mez. Em 24 d'abril descobriram de subito os navegantes uma alta montanha arredondada e coberta de arvoredo, que era continuada em declive suave por muitos outros montes. Estava descoberto o Brazil. Segundo as idéas religiosas d'aquella época, o monte ficou denominado *Monte Paschoal,* por ter sido descoberto no oitavario da Paschoa, em quanto toda a terra encontrada recebia o nome de *Vera Cruz* ou de *Santa Cruz,* segundo Damião de Goes e outros historiadores. Este nome de *Vera Cruz* ou *Santa Cruz* deriva do symbolo do christianismo, que foi alli arvorado no dia 1 de maio de 1500, e em torno do qual os portuguezes e indigenas agrupados ouviram a missa celebrada pelo capellão da armada, fr. Henrique de Coimbra, os primeiros com a devoção e o mysticismo crente da época, e os segundos com a natural curiosidade de selvagens, de indole em nada sanguinaria e dispostos a boas relações com os homens de raça desconhecida, que viam apparecer. E' grande a solemnidade do quadro immortalisado na téla pelo artista brazileiro Pedro Americo e pelo pintor portuguez sr. Ernesto Condeixa, n'uma magnifica composição em aguarella reproduzida pela lithographia.

E' como que o symbolo da communhão espiritual que devia ligar indissoluvelmente os descendentes d'aquelles homens, e desenvolver a nossa individualidade no meio da natureza magnificente do Brazil. Em 2 de maio, dia seguinte ao da missa, Pedro Alvares Cabral sahiu em direcção ao Cabo da Boa Esperança, tendo mandado a Gaspar de Lemos, em seu navio, que fôsse a Lisboa dar parte a el-rei D. Manuel de que novas terras tinham sido descobertas. Em 23 de maio, e já nas alturas do Cabo, assaltou a armada uma

furiosa tempestade. Quatro das naus fôram a pique, e entre ellas a de Bartholomeu Dias, o proprio descobridor do *Cabo Tormentoso*, que ficou sepultado no sitio que no oceano é padrão das suas glorias immorredouras. Das sete embarcações meio alagadas foi uma ainda, a de Pedro Dias, arremessada a Magadoxo, d'onde voltou ao reino, emquanto as seis restantes, correndo durante vinte dias em arvore secca e separadas, se reuniram, em 16 de julho, na costa de Sofala. A viagem proseguiu, costeando-se a Africa, achando-se Alvares Cabral em Moçambique no dia 20 de julho, aportando a Quiloa em 26 do mesmo mez e chegando a Melinde a 2 d'agosto. Em todos estes pontos, n'uns pelo receio que lhes incutira a expedição de Vasco da Gama e n'outros por natural tendencia hospitaleira, o acolhimento feito aos portuguezes foi cordeal e as provas de agrado manifestas. Era, porém, o objectivo principal da viagem, a India, e por isso Alvares Cabral partiu de Melinde em direcção a Calicut no dia 7 d'agosto, surgindo em 23 na ilha de Angediva, até que em 13 de setembro chegou com prospera viagem áquelle porto. Vasco da Gama sabia, por experiencia colhida na sua primeira viagem, de quanta influencia era no espirito dos rajahs o brilhantismo e esplendor dos trajos e a valia das dadivas em nome do rei de Portugal. Por isso a entrevista de Alvares Cabral com o rajah de Calicut não inspirou a este o desprezo que lhe causara a pobreza do primeiro navegador portuguez. Aconselhara-o decerto este a que seduzisse com ouropeis a phantasia oriental, pois as chronicas de Damião de Goes e a narrativa do piloto portuguez, enviada á collecção de Ramusio, mostram que em pouco ficaram inferiores ás magnificencias e pompas do rajah as galas que os portuguezes ostentaram e a riqueza dos seus presentes. Eram estes, segundo Ramusio diz na *Navegação de Pedro Alvares Cabral*, uma bacia de prata para as mãos, lavrados bastiões todos doirados, um gomil doirado com a sua tampa tambem de bastiões; uma taça grande de prata lavrada pela dita moda, duas maças de prata com as suas cadeias do mesmo metal para as maceiras e quatro almofadas grandes, duas de brocado e duas de velludo carmezim; demais d'isto, um docel de brocado com franjas de oiro e carmezim, um tapete grande e dois pannos de Arras, muito ricos, um de figuras e outro de verdura. O rajah, deslumbrado com todos aquelles presentes, concedeu a Pedro Alvares Cabral tudo quanto elle pedia, quanto era necessario ao trafico entre Portugal e a India, e á nossa influencia n'aquellas regiões, sendo André Corrêa nomeado feitor ou consul em Calicut. Mas o commercio em Calicut não via com bons olhos o estabelecimento de rivaes poderosos, que lhe mingnavam os lucros. D'ahi proveiu toda a serie de obstaculos e impedimentos, que fôram causa de luctas entre portuguezes e moiros, e a que pôz o sello terrivel o acto energico de Pedro Alvares Cabral, a vingança tremenda que tirou da morte de Ayres Corrêa e seus companheiros, em 17 de dezembro do mesmo anno de 1500. Uma chronica de então descreve este facto. Ha n'elle vestigios da atrocidade que Vasco da Gama iniciou n'aquellas regiões, mas, n'este ponto, o desejo natural de vingar a morte de tantos portuguezes e a necessidade de prevenir, com a amostra da força, futuros estorvos, são desculpa e justificação dos actos sanguinarios commettidos. Diz a chronica a que nos referimos: «Ao outro dia, 17 de dezembro, mandou accommetter mais de quinze naus que estavam no porto carregadas de fazendas, cahindo sobre ellas com tão terrivel estrago, que fôram todas abrazadas com o fogo da artilharia, e sem morrer nenhum portuguez, mortos muitos moiros, e postos a grilhões quantos escaparam de queimados ou afogados; e, acabada esta destruição das naus, por dois dias inteiros varejou a cidade com tanto damno que deixou derribadas as casas, quebradas as arvores, juncadas as ruas de cadaveres, e obrigado a fugir o Samorim para o sertão, assustado por vêr junto de si despedaçado de um pelouro um naire seu particular valido.» Satisfeita assim a vingança, Alvares Cabral fez-se á vela para Cochim, onde chegou a 24 de dezembro. Ahi firmou allianças, enviando a Coulão embaixadores para que o mesmo fizessem. Finalmente, carregadas as naus de fazendas, Alvares Cabral regressou ao reino, tocando primeiro em Cananor, onde recebeu mostras de honra e de amisade, e estabeleceu allianças, entrando no porto de Lisboa a 23 de junho de 1501. Estava cumprida a missão. O nosso nome coberto de prestigio nas Indias, assegurado o commercio e desenvolvido. Fôra este só o designio de D. Manuel, e Alvares Cabral trouxe ao monarcha portuguez mais um florão para a corôa de Portugal, o senhorio absoluto de mais uma região, o Brazil, com toda a sua vegetação luxuriante, extraordinariamente desenvolvida e uberrima pelo calor tropical. D. Manuel recebeu Alvares Cabral com toda a solemnidade, e conferiu-lhe muitas honras. Retirado á obscuridade d'uma terra de provincia, a Santarem, não tardou Cabral a ser esquecido pelo monarcha, como o fôram tantos e valiosos portuguezes, seus illustres servidores. N'aquella cidade deve ter fallecido Alvares Cabral cerca de 1520, na edade de aproximadamente 53 annos. Pedro Alvares Cabral casou com D. Isabel de Castro, filha de D. Fernando de Noronha e de D. Isabel de Castro. Estão ambos sepultados em Santarem, na egreja de N. S.ª da Graça, na capella do cruzeiro, ao lado esquerdo da capella-mór, tendo a sepultura a seguinte inscripção, escripta em caracteres goticos: *Aquy jaz pedral varez cabral e dona Isabel de castro sua molher cuja he esta capella he de todos os seus erdeyros aquall depois da morte de seu marydo foy camareyra mor da Infanta dona marya fylha del rey dõ João nosso Señor ho terceiro deste nome.* O quarto centenario de Alvares Cabral, em 1900, foi muito festejado em Portugal e no Brazil. O movimento litterario e artistico a que deu logar a commemoração foi deveras importante. Entre os livros que então se publicaram devemos distinguir os seguintes: *Os*

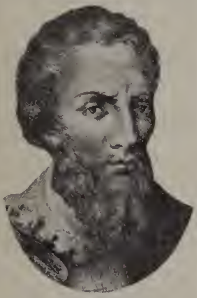

Pedro Alvares Cabral

Caramurús, romance historico da descoberta e independencia do Brazil, por Arthur Lobo d'Avila, Lisboa, João Romano Torres, editor; *A Descoberta do Brazil, por Faustino da Fonseca,* editor, José Bastos, Lisboa; *O Descobrimento do Brazil, narrativa d'um marinheiro, edição da empreza do «Occidente,»* Lisboa; n'este ultimo livro reproduz-se a curiosa carta a D. Manuel escripta pelo escrivão da frota Pero Vaz de Caminha; *O Brazil e o soberano congresso, ephemerides historicas, por A. X. da Silva Pereira.* Na Avenida da Liberdade realisou-se a exposição de lindissimas rosas, sendo os principaes expositores os srs. Marcolino Teixeira Marques, Campos Porto, Calixto José Gomes, José Manuel Moita d'Almeida, José Zuzarte da Silva, Antonio José Fernandes, Henry Cayeux. Rosas em vaso do Horto Costa, collecções de amores perfeitos de diversos expositores, plantas ornamentaes da Camara Municipal de Lisboa e Escola Polytechnica. No Rio de Janeiro inaugurou-se uma estatua ao grande navegador e descobridor do Brazil, realisando-se festas brilhantes em que se notou o maior enthusiasmo. Por mais de uma vez se tem falado em erigir em Portugal um monumento ao grande navegador, e em que se recolham as suas cinzas. N'esse sentido, para averiguar da existencia dos ossos na sepultura de N. S.ª da Graça, se fizeram já duas exhumações, sendo uma 1882 e outra em 14 de março de 1903; a primeira pelo cuidado do distincto escriptor portuguez, sr. Zephyrino Brandão e a segunda a pedido do cidadão brazileiro dr. Alberto de Carvalho, precedendo portaria do governo, publicada no Diario do Governo de 12 de fevereiro do mesmo anno. Da primeira vez fôram encontradas apenas tres ossadas, e da segunda tantas que foi impossivel descriminar qual a de Pedro Alvares.

Alvares Cabral *(Pedro).* Era filho de Fernando Cabral, governador de Pernambuco. Por successor a seus maiores foi senhor d'Azurara e alcaide-mór de Belmonte. Serviu na guerra como coronel, chegando ao posto de brigadeiro. Esteve em Madrid, como nosso embaixador, cargo para que foi nomeado em 1729; alcançou a intimidade dos principes das Asturias, mas era mal visto pela rainha, mulher de Filippe V. Parece que esta indisposição deu origem a que lhe fôsse attribuida a importancia que tomou um incidente, de que esteve quasi resultando a guerra entre Portugal e Hespanha. No domingo gordo de 1735, 22 de fevereiro, o nosso embaixador estava em sua casa, rodeado de seus amigos e convidados. Na rua passou um alcaide levando preso um criminoso. Armou-se uma pequena revolta e dois criados d'Alvares Cabral metteram-se na desordem, ajuntaram-se outros dois, e o preso aproveitando-se da occasião que se lhe proporcionava para a fuga, acolheu-se na residencia do embaixador. Alvares Cabral, apenas foi informado do que se passara, mandou pôr na rua o preso, despediu os criados desordeiros, mandando participar o facto ás autoridades, julgando d'esta fórma concluido aquelle incidente. Os governantes de Hespanha não fôram da mesma opinião, e no dia seguinte uma força militar apresentou-se em casa do embaixador para prender todos os criados. Apesar dos protestos de Pedro Alvares Cabral, ainda fôram presos mais dezesete. Alvares Cabral, então, vendo-se assim insultado, sahiu da côrte, foi para Chinchon, mandando logo participar o succedido ao governo de D. João V. Este facto causou desagradavel impressão em Lisboa, e o embaixador hespanhol na côrte portugueza, o marquez de Capecelatro, teve aviso para não apparecer no paço emquanto o rei de Hespanha não désse as devidas explicações, e ao mesmo tempo prenderam-lhe dezenove criados, em represalia dos que tinham sido presos em Madrid ao embaixador portuguez. Participou-se o caso a todas as côrtes da Europa, e a guerra julgou-se inevitavel, porque o governo hespanhol, instado pela rainha Isabel, mostrava extraordinaria arrogancia e altivez, negando-se a qualquer satisfação, e intimando Alvares Cabral a sahir de Hespanha no praso de doze dias, apenas soube do que acontecera ao marquez de Capecelatro. Chegaram-se a tomar algumas medidas para a guerra. e os estados estrangeiros, segundo os seus interesses particulares, procuravam impedir ou favorecer o rompimento das hostilidades. D. João V, porém, não tinha desejo algum de vêr quebrar a paz entre as duas nações, e a rainha Isabel, como conseguira que Pedro Alvares Cabral tivesse sahido de Hespanha, não se oppôz á conciliação, e depois de algumas negociações, terminou o incidente por um accôrdo, dando-se a liberdade aos presos tanto em Lisboa como em Madrid. Pedro Alvares Cabral falleceu a 15 de março de 1774.

Alvares de Carvalho *(Bernardo Teixeira Coutinho).* Doutor em leis graduado em 16 de julho de 1780. Era natural de Basto, e filho de Manuel Teixeira da Cunha e Andrade. Nomeado presidente da alçada que em 1817 foi mandada a Pernambuco para conhecer dos réos implicados na revolta d'esse anno, parece que se comportou com muita crueldade, ao que se lê no opusculo *Luiz do Rego e a posteridade,* do conego dr. Fernandes Pinheiro, onde vem alguns documentos, que abonam pouco a justiça e caracter do presidente da alçada. Alvares de Carvalho chegou a ser desembargador do Paço na côrte do Rio de Janeiro. Ignora-se a data do seu fallecimento, mas sabe-se que vivia ainda no anno de 1820. Escreveu: *Defensa das Theses de Direito Emphyteutico, que se defenderam, no anno de 1789 na Universidade de Coimbra,* Lisboa, 1790.

Alvares Correia *(Diogo).* Foi este homem um tactico portuguez do seculo XVI. Serviu como sargento e alferes em Flandres, na Italia e na Africa, Escreveu um livro, que se conserva manuscripto. intitulado: *Ordenança e instrucção da gente de guerra,* que elle dedicou ao infante D. Duarte, condestavel de Portugal.

Alvares Correia *(Diogo).* Fidalgo conhecido pelo nome de *Caramurú.* Era nat. de Vianna do Castello, f. na Bahia a 5 d'outubro de 1557. Foi o primeiro colonisador da Bahia e o mais proficuo agente da conquista do Brazil para a civilisação e para a fé. Diogo Alvares ia n'uma nau portugueza, que naufragou na Bahia, quando fazia caminho de Lisboa para a India, em 1510. Salvou-se e mais oito companheiros, os quaes fôram mortos e devorados pelos selvagens *tupinambas.* Diogo Alvares, porém, teve a lembrança de disparar um mosquete que trouxera do navio, e de matar com um tiro uma ave que passara nos ares. O estampido e o terrivel effeito d'esse trovão estranho aterraram de tal fórma os indige-

nas, que, bradando: *Caramurú! Caramurú!* e julgando vêr em Diogo Alvares um ente sobrenatural, se curvaram respeitosamente deante d'elle, e o adoraram como um deus. O nome de *Caramurú*, que quer dizer *homem de fogo*, foi-lhe dado pelos indigenas da costa da Bahia, em razão das armas de fogo, que usava. Diogo Alvares teve grande prestigio nos selvagens, entre os quaes permaneceu o resto da vida. Esse prestigio ainda mais augmentou pelo seu casamento com a filha d'um selvagem, que dispunha de muita influencia entre os seus compatriotas. Chamava-se *Paraguassú*, e baptisou-se com o nome de *Catharina*, para casar legitimamente, segundo a lei christã. Catharina Alvares sobreviveu por muito tempo a seu marido, e morreu na Bahia a 26 de janeiro de 1583, com perto de cem annos de edade. Mandou edificar uma capella a N. S.ª da Graça, que doou aos frades bentos, juntamente com os terrenos contiguos, no anno anterior ao da sua morte. Jaz sepultada n'essa capella, tendo por epitaphio sobre o tumulo: *D. Catharina Alvares Paraguassú.* Diogo Alvares aproveitou a influencia que adquirira para auxiliar o donatario da capitania da Bahia de Todos os Santos, Francisco Pereira Coutinho, que fundou a povoação Villa-Velha, no proprio sitio onde Diogo Alvares primeiramente se estabelecera com sua mulher. Pereira Coutinho, apenas imaginou que não precisava d'aquelle auxilio, mandou-o prender, mas os bahianos revoltaram-se, e Pereira Coutinho teve de fugir. Mais tarde, segundo consta, naufragou nas costas do Brazil e foi morto pelos selvagens. Diogo Alvares tambem prestou grandes auxilios aos governadores estabelecidos pelo rei, e aos missionarios jesuitas, que confessam nas suas cartas o muito que lhe deveram. Da sua vida aventurosa tem-se formado diversas lendas, sendo uma d'ellas a sua ida a França, a sua apresentação a Henrique II e a Catharina de Medicis, quando está averiguado que Diogo Alvares desde que naufragou na Bahia de Todos os Santos, nunca mais sahiu do Brazil, e que a primeira vez que se ouviu fallar no seu nome, foi quando Martim Affonso de Souza passou pela Bahia, em 1531, que o conheceu, deixando ficar em sua companhia dois portuguezes e algumas sementes de plantas uteis. Do consorcio de Diogo Alvares nasceram alguns filhos de quem descendem muitas familias brazileiras das mais distinctas. O profundo theologo fr. José de Sancta Rita Durão o cantou no seu poema *O Caramurú*, publicado em Lisboa, em 1781. Por occasião do quarto centenario do descobrimento do Brazil, o sr. Arthur Lobo d'Avila escreveu o romance historico *Os Caramurús*, que foi editado pelo sr. João Romano Torres, commemorando aquella celebração. Por algumas cartas regias de D. João III, do anno de 1554, registadas no livro III de *Privilegios* da sua chancellaria, se verifica que os filhos do *Caramurú* se chamavam Gaspar Alvares, Gabriel Alvares, Jorge Alvares, e o genro João de Figueiredo, aos quaes o soberano confirmou o grau de cavalleiro que o capitão geral do Brazil Thomé de Sousa lhes concedera. Aqui archivamos esses documentos na sua integra, conforme os leu o sr. Sousa Viterbo: «Dom Joham &. A quamtos esta minha carta uirem faço saber que por parte de Guaspar Aluarez, filho de Dioguo Aluarez Caramoru, que diz ser caualeiro de minha casa, me foy apresemtado huu alluara de Thome de Sousa, do meu conselho, que esteue por capitão gerall do Brasyll, feyto ha seis de julho do ano pasado de be liij pello qual se mostraua que elle fizera e armara caualeiro per vertude de seu Regimento que pera iso leuara e do poder que por elle lhe outorguey ao dito Guaspar Alluarez por o merecer e me seruir todo o tempo que o dito capitão nas ditas partes esteue asy na guera como na paz do mar e da terra e em todas as mais cousas que o encareguou de meu seruiço o fez sempre muito bem de sua pesoa como se delle esperaua, segundo tudo mais larguamente he comtheudo e declarado no dito alluara; pidimdome por merce que lho cõfirmase e mãdase que lhe fosem guardados os preuylegyos e liberdades dos caualeiros, e visto seu requerymento, e querendolhe fazer graça e merce, ey por bem e me praz de lhe cõfirmar o dito alluara e per esta lho cõfirmo e quero que elle guoze e vse daquy em diante de todolos preuilegyos e liberdades, graças e franquezas de que gozão e de direito devem de guozar e gouvir os caualeiros per mim comfirmados; e elle sera obriguado á ter armas e cauallo segundo forma da ordenação. Notificoo asy a todas as minhas justiças, oficiaees e pesoas a que esta carta for mostrada e o conhecimento della pertencer e lhe mãdo que ha cumprão e guardem e fação inteiramente comprir e guardar como se nella contem sem a ello porem duuida nem êbarguo alguu porque asy he minha merce. Dada em Lisboa a bij de feuereiro—Beltesar Fernandez a fez—ano do nascimento de uoso Senhor Jesus Christo de jbc lmj (1554) Joham de Castylho a fez esprever.» — «Dom J.º & outra tall carta de cõfirmação de caualeiro nem mais nem menos como acima a Guabriel Alvarez, filho do sobre dito Dioguo Alluaez Caramoru feyta e sobsprita pellos ditos escrivaees na dita cidade, no dito dia, mes e ano acima comteudo.» — «Dom J.º & outra tall carta de confirmação de caualeiro nem mais nem menos como acima a Joham de Figueiredo jemro do sobre dito Dioguo Alluarez Caramoru, feyta e sobresprita pellos ditos esprivaees na dita cidade no dito dia mes e ano acima comteudo». — «Dom J.º & outra tall carta de cofirmação de caualeiro nem mais uem menos como hacima a Jorge Alluarez, filho do sobredito Dioguo Alluarez Caramoru, feita e sobsprita pellos ditos esprivaees na dita cidade no dito dia, mes e ano acima comteudo».

Alvares Correia *(Padre Domingos)*. Missionario no Oriente. Era nat. da Covilhã, e padre da Companhia de Jesus, onde foi coadjuctor espiritual. Partiu para a India em 1576, d'onde escreveu algumas cartas, que foi pena não se terem publicado, porque seriam muito uteis para a historia das nossas descobertas no Oriente e dos serviços prestados á civilisação.

Alvares da Cruz *(Manuel)*. Medico conimbricense, oppositor em Coimbra, etc. Escreveu: *Arte medica, fundada no primeiro aphorismo de Hypocrates «Vita brevis, ars longa»*. Contém uma obra anatomica em que se explica Avicena na par te que trata do corpo humano, etc. Coimbra, 1759.

Alvares Frovo *(Padre João)*. Presbytero secular, capellão e bibliothecario da bibliotheca real de musica de D. João IV e mestre da capella na sé de Lisboa. N. n'esta cidade a 16 de

novembro de 1602. f. a 29 de janeiro de 1682. Estudou musica na aula da sé de Lisboa com o mestre de capella Duarte Lobo, de quem veiu a ser o successor em 1647. Escreveu uma unica obra conhecida: *Discursos sobre a perfeição do diathesaron e louvores do numero quaternario em que elle se contém, com um encomio sobre o papel que mandou imprimir o serenissimo senhor el-rei D. João IV, em defensa da musica moderna e resposta sobre os tres breves negros de Christovam de Morales*, Lisboa, 1662. Este trabalho começa por uma dedicatoria a D. João IV, e parece ter sido encommendado por este monarcha, pelo que se lê no final: «A nossa razão como seja inimiga de contendas põe fim a esta, com advertir, que nosso intento não é fazer lei, cada um póde seguir o que mais lhe agradar, que o principal que tivemos em vista, foi obedecer a quem nos manda.» *Do Diccionario biographico de musicos portuguezes*, de Ernesto Vieira, transcrevemos o seguinte, a pag.ª 439 e 440 do 1.º vol.: «São nove os discursos sobre o diatesarão, intitulados do seguinte modo: — 1.º Mostram-se os louvores do numero quaternario em as divinas letras. 2.º Mostra-se o caso que nas Sciencias e Artes se faz do numero quaternario. 3.º Mostra-se ser a Quarta Consonancia perfeita, por lho assi chamarem muitos Auctores. 4.º Mostra-se a difinição da Consonancia e da maneira que a Quarta com ella convem. 5.º Mostra-se encerrarem-se todos as Consonancias em o Quaternario Pythagorico e a Diathesaron estar nelle constituido. 6.º Mostra-se ser a *Quarta Consonancia* perfeita e como tal póde existir por sy só em as composições. 7.º Dá-se noticia de como se accomodaram as Consonancias m as proporções; e como os antigos as dividiram, e juntamente se mostra não ser a Consonancia imperfeita. 8.º Mostra-se não ser o Diathesaron Dissonancia. 9.º Apontam-se os Auctores, que usarão a Quarta em duas vozes.— O primeiro auctor citado n'este ultimo discurso é Palestrina e o segundo Orlando Lasso, os dois compositores de mais universal reputação d'aquella epoca. Toda a obra de Frovo dá testemunho de ter elle sido muito estudioso, fazendo frequentes citações de obras musicaes tanto didacticas como praticas e citando tambem os escriptores latinos e gregos. Ao mesmo tempo que o seu estylo é fluente e correcto.» Barbosa Machado diz que Frovo deixou mais as seguintes obras que ficaram inéditas; *Speculum universale in quo exponuntur omnium ibi contentorum An torum loci, ubi de quolibet Musices genere disserunt, vel agunt;* uma *Theoria e Pratica da Musica*, uma *Breve explicação da Musica*, muitas outras composições, entre as quaes se conta um psalmo a vinte vozes, um miserere a dezeseis, villancicos, etc. Alvares Frovo foi mestre de Manuel Nunes da Silva, seu successor na cathedral.

Alvares Landin *(Pedro)*. Doutor em theologia pela Universidade de Paris, prior-mór da ordem de S. Bento d'Aviz e esmoler-mór d'el-rei D. Sebastião. Nat. d'Evora, onde nasceu em 1527; f. em 1567. Traduziu elegantemente na lingua portugueza a carta que o bispo D. Jeronymo Osorio escreveu á rainha Isabel de Inglaterra, a qual se publicou com este titulo: *Epistola ad Serenissimam Elisabetham Angliæ Reginam*, Ulyssipone, apud Joannem Blavium, 1562.

Alvares de Moura *(Padre Joaquim José)*. Presbytero secular. N. na freguezia do Salvador da Infesta, conc. de Celorico de Basto, a 18 de novembro de 1815. Recebeu a ordem de presbytero em 1845; foi um dos primeiros sacerdotes que em 1848 se dedicaram ás missões religiosas nas provincias do norte. Escreveu. *Horas do Christão*, Porto, 1851. Houve segunda edição, reformada e augmentada, com o titulo: *Horas do exercicio espiritual do christão, ou collecção de orações, devoções, exercicios e praticas religiosas, com que o christão deve nutrir o seu espirito.*, Porto, 1854. Houve ainda 3.ª edição com este mesmo titulo, Porto, 1856; *Horas do recreio do christão, ou leitura recreativa e util, para todo o christão que desejar instruir-se em seus deveres: em dialogos, ou conversas familiares*, Porto, 1853; *Horas de devoção á Sanctissima Virgem, ou exercicios em louvor do Coração immaculado da Mãe de Deus, para todos os sabbados do anno*, Braga, 1855; *Archivo de indulgencias, ou resumo d'aquellas que pelos Summos Pontifices fôram concedidas a varias associações, cruzes, medalhas e orações, seguido de uma minuciosa explicação do augusto sacrificio da missa, e de um breve tractado para as pessoas virtuosas se dirigirem, etc.* Porto, 1850; *Vida e martyrio da insigne virgem e martyr Sancta Qviteria, meritissima infanta de Portugal, no monte de Pombeiro, pelo dr. Fr. Bento da Ascenção; impressa em Lisboa no anno de 1722. Mandada reimprimir, e offerecida aos Mezarios da Confraria do Coração de Maria da villa de Figueira pelo P. Joaquim José Alvares de Moura*, Porto, 1855; *Novena ao Sanctissimo e immaculado Coração de Maria*, Porto, 1852. Houve segunda edição, Porto, 1859.

Alvares da Nobrega *(Francisco)*. Escriptor e poeta. Nat. da ilha da Madeira, onde nasceu na villa de Machico a 30 de novembro de 1772; f. em Lisboa no anno de 1804. Era filho d'um lavrador pobre, mas de grande seriedade. Tendo 19 annos de edade foi empregar-se no Funchal n'um estabelecimento de fazendas pertencente ao commerciante Marcos João Ornellas. Começou de muito novo a tornar-se conhecido pelas sus composições poeticas, e era muito convidado para os antigos outeiros, onde se mostrava dotado de genio repentista e de prodigiosa memoria. Com a protecção de Marcos Ornellas conseguiu entrar em 1793 no seminario do Funchal, onde continuou a escrever poesias, importando-se pouco com os estudos; nas suas satyras distinguiu-se uma, que era dirigida ao bispo do Funchal, D. José da Costa Torres. Esse modo de pensar acarretou-lhe a inimisade do prelado e a dos seus superiores. Envolvido depois, em 1794, na perseguição que o bispo fez á maçonaria, foi expulso do seminario, preso, sendo mais tarde mandado para Lisboa com a accusação de pedreiro livre. Chegando á capital foi logo conduzido ao Limoeiro, onde jazeu algum tempo, recuperando afinal a liberdade, pelas diligencias d'algumas pessoas que o protegiam com o maior interesse. Reduzido á miseria, e vendo-se atacado da terrivel enfermidade denominada elephantiase, que obrigava os proprios amigos a desviarem-se, resolveu suicidar-se. Ainda foi preso outra vez, accusado de athen e de maçon, mas novamente obteve o perdão. Continuou vivendo de esmolas e valendo-se d'alguns amigos sinceros e dedicados, que o soccorriam e abrigavam, apesar da repugnancia que a terrivel

doença causava. Aborrecido da vida tão desgraçada a que se via sujeito, avivou-se-lhe a idéa do suicidio, o que realisou com todo o apparato e firmeza proprias d'um estoico, deitando-se no leito, amortalhando-se no lençol, que conseguiu coser socegadamente até aos hombros, e engolindo depois uma porção sufficiente de laudano, de que se havia prevenido com anteeipação, deixou-se adormecer para sempre. Esereveu: *Rimas de Francisco Alvares da Nobrega, natural da ilha da Madeira.* Folheto I, Lisboa, 1801. No mesmo anno e no seguinte sahiram os folhetos II, III e IV. D'esta obra sahiu segunda edição em 1850, com o seguinte titulo: *Rimas, que em signal de reconhecimento offereceu ao sr. Manuel José Moreira Pinto Baptista, na cidade de Lisboa, o seu auctor Francisco Alvares de Nobrega, por antonomasia* «O Camões pequeno». *Mandadas reimprimir por seu sobrinho Joaquim Justiniano de Nobrega.* Esta edição é precedida d'uma noticia biographica do poeta. *Rimas offerecidas em signal de reconhecimento ao sr. Manuel José Moreira Pinto Baptista,* etc. Lisboa. 1804. Esta colleeção, em que se encontram poesias já publicadas nos quatro folhetos acima citados, comprehende mais de cem sonetos, uma epistola, algumas glosas, e a fabula de Leandro e Hero, que na opinião de alguns é a melhor composição do autor: *Algar e Ainore, ou os funestos effeitos da ambição de um pae. Novella de Fulchiron, traduzida em portuguez,* Lisboa, 1804. Consta que pouco tempo antes de morrer, tinha prompta para se imprimir uma nova e mais variada collecção de poesias, em que se incluia tambem uma tragedia original, *Eponina.* Mas parece que se perdeu o manuscripto. Em Lisboa, sahiu em 1818 um novo folheto do mallogrado poeta: *Quadras glosadas, por Francisco Alvares de Nobrega.* Costa e Silva nas suas *Epistolas,* pag. 47, declara em nota que a mais bella composição de Nobrega era o poema sobre a morte de Leandro e Hero.

Alvares Nogueira *(Pedro).* Conego da sé de Coimbra, secretario do cabido, etc., falleeido a 26 de janeiro de 1597, e está sepultado na nave de S. Pedro da mesma sé. Escreveu: *Livro das vidas dos bispos d'esta sé de Coimbra,* etc. Copia do manuscripto existente no cartorio da referida sé. E' obra muito interessante e encerra noticias muito apreciaveis relativamente aos bispos e á historia ecclesiastica de Coimbra. Foi muito consultada por Miguel Ribeiro de Vasconcellos na obra que tambem escreveu, ácerca dos bispos de Coimbra, a qual a morte lhe não deixou concluir: *O Livro das vidas dos Bispos* vem inserto nas *Instituições christãs,* revista quinzenal, annos VII, VIII, IX e X. O cabido, depois da sua morte, mandou recolher para o cartorio aquella importante obra

Alvares do Oriente *(Fernão).* Poeta do seculo XVI. N. em Gôa, pouco mais ou menos, no anno de 1540: tambem é incerta a data da sua morte, mas julga-se que foi em 1595. Combateu na India, commandando uma embareação de guerra. Affirma o visconde de Juromenha, que Fernão Alvares esteve na batalha d'Alcacer-Kibir em 1578. Em 1591 conservava-se no Oriente, e fôra mandado a Ormuz por védor da fazenda, quando Filippe I de Portugal e II de Hespanha, deu ordem ao vice-rei da India para o mandar immediatamente retirar ao reino no primeiro navio que tivesse, por haver constado a el-rei, que ao partir para o Oriente *descompozera em dar novas trocadas d'estes reinos mas em prejuizo d'elle e do serviço real,* o que parece querer referir-se á tentativa do prior do Crato, provando-se assim que Fernão Alvares do Oriente era partidario de D. Antonio, e inimigo do dominio castelhano. Escreveu; *Lusitania transformada. Dirigida ao ill.mo e mui excellente senhor D. Miguel de Menezes, Marquez de Villa real, etc. Lisboa, por Luiz Estupinhan,* 1607. 8.º De VIII-306 folhas numeradas só na frente, e mais uma folha no fim com a divisa do impressor. Tem depois da folha 109 outra, em maior formato, contendo um *labyrintho em quintilhas,* a qual falta em alguns exemplares. Esta edição sahiu depois da morte do autor, por diligencia de Domingos Fernandes, livreiro. Houve nova edição, na Regia officina typographica, em 1781, com o titulo *Nova edição, reimpressa e revista, com um indice da sua linguagem, por um socio da Academia Real das Sciencias.* O socio da Academia, a que se allude, foi o Padre joaquim de Foyos. No *Diccionario bibliographico,* vol. II, pag. 280 e 281, diz Innocencio da Silva o seguinte: «Fernão Alvares pertence, como poeta, á escola italiana. A sua obra meselada de prosa e verso, formando um romance pastoril á semilhança da *Arcadia* de Sannazaro, ou da *Diana* de Montemayor, é escripta, ao parecer dos criticos, em linguagem purissima, correcta, e elegante: posto que a prosa ás vezes pareça desatada, e falta de numeros careeendo algum tanto da fluidez e harmonia que se admiram na de Francisco Rodrigues Lobo. Ha na sua fabula muita imaginação; invenção nos episodios historicos bem trazidos, e interessantes. Finalmente (diz J. M. da Costa e Silva) Fernão Alvares me parece, depois de Camões, o homem mais naturalmente poeta, de mais imaginação, e de gosto mais apurado d'aquelles tempos. Alguns criticos tiveram para si, entre elles Faria e Sousa, e recentemente Verdier, que esta obra não era de Fernão Alvares, mas sim um livro inedito de Camões de que elle se aproveitara, pretendendo fazel-o passar em seu proprio nome. Veja-se a este respeito o que diz o sr. F. Diniz no seu Resumo de l'Hist. Litt. de Portugal, a pag. 203; porém note-se a impropriedade do verbo *publicar* que ahi se emprega, quando Fernão Alvares não *publicou* cousa alguma em vida, e a *Lusitania* só veiu a sahir á luz annos depois da sua morte, por diligencia e industria do livreiro. Aquella accusação, tão injuriosa, quanto (a meu vêr) immerecida, apparece ainda renovada no *Manuel de Bibliogr. Univ.* da Encyclopedia Roret, tomo II, pag. 514, e no *Diction. général de Biographie,* etc, por M. M. Dezobry & Bachelet, impresso em 1857, no tomo I, pag. 68. Parece-me, porém, que a critica illustrada e consciencios a não póde admittir tal opinião, a que faltam fundamentos solidos para sustentar-se. Bem longe de havermos a Fernão Alvares na conta de plagiario, ao contrario, se dermos credito a Barbosa no artigo respectivo, algumas producções suas andam indevidamente attribuidas a outros autores. A elegia *Saiam d'est'alma triste e magoada,* que alli se diz ser sua, é a que vem sob o n.º XX entre as de Camões (posto que com a nota de duvidosa) no tomo II das edições das *Obras* d'este poeta, dadas pelo P. Thomaz José d'Aquino, e nas mais que sobre aquellas se fizeram posteriormente. O soneto *Formoso Tejo meu,*

quão differente que a opinião vulgar attribuiu a Francisco Rodrigues Lobo, é outra producção de Fernão Alvares, conforme o citado artigo de Barbosa Machado na Bibliotheca Lusitana, tomo II.)

Alvares Pegas *(Manuel).* Advogado da Casa da Supplicação, com privilegios de desembargador, por mercê de D. Pedro II; procurador das mitras de Lisboa, Braga, Evora, Lamego, da Capella Real e egrejas do padroado, e da Bulla da Cruzada, etc. N. em Extremoz a 4 de dezembro de 1635; f. a 12 de novembro de 1696. Recebeu o grau de bacharel em Direito Civil na Universidade de Coimbra. Adquirindo grande reputação de legista, foi advogado em Lisboa, grangeando grande fama pelo modo como sustentou a causa de D. Agostinho de Lencastre, que allegava ter direito á successão do estado e casa de Aveiro, e da casa e titulo de marquezado do Porto Seguro. Tinha apenas 31 annos quando defendeu esta causa, e desde então tratou de todos os negocios civeis importantes, como fôram o direito dos condes de Vimioso á successão de Pernambuco, o de D. Pedro de Menezes á da casa de Villa Real, o de D. Luiz Angel de Aragão á successão de uns morgados, o do deão e cabido da cathedral do Porto n'uma questão de etiquetas ecclesiasticas, e foi tambem advogado de accusação na causa crime intentada por Natalia Ribeiro Machado, mãe do mestre de campo Manuel Dantas da Cunha, que foi assassinado na estrada de Torpim para Almeida. Foi sepultado no antigo convento do Carmo, em sepultura propria, sobre a qual se collocou o escudo das suas armas, e um epitaphio em versos latinos. Escreveu 14 vol. de *Commentarios ás Ordenações do Reino:* 6 tomos de *Resoluções forenses;* e outras obras em latim; em portuguez publicou: *Allegação de direito em favor de D. Agostinho de Lencastre, sobre a successão do estado e casa de Aveiro,* Lisboa, 1666; *Allegação de direito a favor de D. Agostinho de Lencastre, sobre a successão da casa e titulo do marquezado de Porto-Seguro,* Madrid, sem data; *Allegação de direito por parte dos Condes de Vimioso, sobre a successão de Pernambuco,* Evora, 1671; Tem tambem o *Traslado da doação de Pernambuco feita a Duarte Coelho; Allegação de direito a favor do senhor conde de Figueiró D. Joseph de Lancastro sobre a successão do estado e casa de Aveiro,* Lisboa 1667; *Allegação de direito por parte de D. Pedro de Menezes, sobre o titulo e successão da casa de Villa Real,* Lisboa, sem data; *Allegação de direito por parte de D. Luis Angel Coronel Ximenes de Aragão, sobre a successão dos morgados instituidos por Antonio Gomes Angel, e sua mulher Joanna Jeronyma,* Madrid, 1665; *Allegação de direito pelo Deão e Cabido da Cathedral do Porto, na causa que traz no juizo e tribunal da Nunciatura sobre a prerogativa dos assentos das cadeiras do côro, etc. em que é parte o ill.^mo sr. D. João de Sousa, bispo do Porto,* Lisboa, 1693; *Allegação de direito sobre a accusação que faz Natalia Ribeiro Machado, da morte que se fez a seu filho, o mestre de Campo Manuel Dantas da Cunha, na estrada publica da villa de Torpim para a praça de Almeida, onde foi morto por conjuração, assassinio de proposito e caso pensado; etc.* sem logar nem anno de impressão. As quatro ultimas *Allegações* reimprimiram-se reunidas, em Lisboa, 1728. (O chamado *Catalogo da Academia* tem 1717) e com ellas sahiu novamente a seguinte: *Allegação a favor de Gomes Freire de Andrade, sobre a casa de Bobadella e suas pretenças e jurisdicções; Tratado historico e juridico sobre o sacrilego furto, execravel sacrilegio que se fez em a parochial igreja de Odivellas, termo da cidade de Lisboa, na noute de dez para onze de Maio de 1671,* Madrid, 1678. Outra edição em Lisboa, 1710. Diz Innocencio que n'um exemplar que possuia d'esta obra, está reunido e com elle encadernado um opusculo manuscripto, e anonymo, que tem por titulo: *Index dos casos mais atrozes e abominaveis, que tem succedido nesta côrte e cidade de Lisboa, e em varias partes do mundo, de roubos ao Sanctissimo Sacramento, e desacatos a imagens de Christo e de sua mãe Maria Sanctissima, e a varios sanctos,* etc. Consta de 35 paginas innumeradas em 4.º, e tem no fim a data de 20 de setembro de 1744. A seguinte obra tem o frontispicio em latim, mas é escripta quasi inteiramente em portuguez: *Opusculum de alternativa beneficiorum provisione Sede Papali Plena,* etc. Ulyssipone, 1697. Sahiu posthumo, com quanto licenceado ainda em vida do autor.

Alvares Pereira *(Diogo).* Irmão do condestavel D. Nuno Alvares Pereira; serviu com seu irmão D. Pedro a causa de Castella. Combateu em Aljubarrota nas fileiras castelhanas, e ficou prisioneiro dos portuguezes. Levado á presença de D. João, apesar de combater no exercito inimigo, como era irmão do condestavel, el-rei confiou-o a um fidalgo chamado Egas Coelho; mas os portuguezes vencedores estavam muito exaltados e irritados com os seus compatriotas que tinham seguido a bandeira inimiga, que não lhe valeu a protecção de Egas Coelho, e assassinaram-n'o barbaramente.

Alvares Pereira *(Fernão).* Irmão do condestavel D. Nuno Alvares Pereira. Combateu ao lado de seu irmão, morrendo em 1385 n'um assalto infructifero em Villa Viçosa, pouco antes da batalha d'Aljubarrota.

Alvares Pereira *(Francisco Antonio).* Director e lente do Instituto de Agronomia e Veterinaria. V. *Pereira (Francisco Antonio Alvares).*

Alvares Pereira *(Luiz).* Capitão e fidalgo da Casa Real. Foi nat. da villa de Mertola. Escreveu: *Delicias da alma, achadas em o seu essencial centro Christo Jesus,* Lisboa, 1700. Houve outra edição em 1721, feita em Coimbra.

Alvares Pereira *(D. Nuno).* Condestavel do reino, companheiro de D. João I em todas as lides guerreiras, progenitor da casa de Bragança. N. em Sernache do Bomjardim, junto á villa da Certã, a 24 de junho de 1360; f. em Lisboa, em 1 de novembro de 1431. Era filho do prior do Crato, D. Fr. Alvaro Gonçalves Pereira, uma das maiores personagens de Portugal, que acompanharam em 1340 el-rei D. Affonso IV na batalha do Salado, filho de D. Gonçalo Pereira, bispo de Lisboa e arcebispo de Braga, e neto do conde D. Gonçalo Pereira, grande senhor em estado de nobreza. Sua mãe era D. Iria Gonçalves Carvalhal, filha de Alvaro Gil de Carvalhal, senhor d'Evora Monte, alcaide-mór d'Almada. D. Iria era descendente, por seu pae, dos reis de Lombardia, e por sua mãe, d'el-rei D. Bermudo II, de Leão. D. Nuno Alvares Pereira foi logo legitimado no primeiro anno da sua edade por D. Pedro I, e a sua educação foi em tudo correspondente ao nascimento, formando-o desde o

principio para ser o perfeito heroe em quem se admirassem juntas as mais eminentes virtudes. Applicou-se tambem ao estudo das letras, mas descobrindo-lhe seu pae particular inclinação e nobre enthusiasmo para as armas, quiz destinar-lhe vida conforme a sua indole e qualidade, e apresentou-o na côrte, que então estava em Santarem. A rainha D. Leonor Telles tanto se agradou de D. Nuno, que apenas contava treze annos de edade, que o tomou para seu escudeiro, querendo ella propria vestir-lhe as armas. Não havia, porém, arnez que podesse servir-lhe, por ser ainda muito creança, e então resolveu-se a mandar pedir ao mestre d'Aviz, que tinha quinze annos de edade, um arnez pequeno, que lhe devia servir, e effectivamente foi esse que D. Leonor Telles lhe vestiu por suas proprias mãos, mal julgando que no futuro esses dois jovens fidalgos se tornariam os seus mais terriveis inimigos. Tres annos passou na côrte o joven D. Nuno, instruindo-se nas baixezas palacianas, que abominava, e presenceando os impudentes caprichos de sua real ama, que o rodeava de attenções. A guerra com a Hespanha terminara por então com o tratado de paz, e com a entrevista dos dois monarchas contendores no Tejo, em frente de Santarem. D. Nuno tinha pouco mais de dezeseis annos, quando seu pae, coadjuvado por el-rei e D. Iria Gonçalves, resolveu casal-o com D. Leonor d'Alvim, sua parenta affastada, que, apesar de muito nova, já era viuva de Vasco Gonçalves Barroso, grande fidalgo de Entre Douro e Minho, e proprietario da quinta da Pedrassa. O casamento celebrou-se com todo o esplendor em Villa Nova da Rainha, assistindo á cerimonia os reis e a côrte, partindo em seguida os novos desposados para a quinta do Bomjardim, seguindo mais tarde para a quinta da Pedrassa. D'aquelle auspicioso consorcio nasceram dois filhos que morreram no berço, e uma filha, D. Beatriz, de cujo parto falleceu sua mãe. D. Nuno Alvares Pereira lia com todo o interesse e enthusiasmo os romances de cavallaria. A guerra com a Hespanha tornou a atear-se; o rei D. Henrique, de Castella, havia fallecido, e D. Fernando, quebrando a fé jurada no tratado de paz e amisade, ia entrar em lucta com o seu successor D. João, querendo, segundo dizia, vingar no filho as affrontas que recebera do pae. D. Nuno, sendo ainda muito novo, esteve nas guerras do Alemtejo, por mandado do rei, que o enviara a reunir-se em Portalegre a seu irmão, afim de entrar em campanha, alliado ás forças dos fronteiros de Entre Tejo e Douro, com o mestre de Santiago, D. Fernando de Ançores, que, apresentara a guerra, viera invadir as nossas terras, vindo combater Veiros, e fazer grandes roubos e estragos nas povoações visinhas. D. Nuno deu então uma edificante prova da sua valentia. Vendo que todos os senhores reunidos com seus homens d'armas, tendo cerca de mil lanças, bons cavalleiros e escudeiros, e quasi cinco mil besteiros e homens de pé, haviam recuado ante as forças de D. Fernando de Ançores, propoz ao filho do mestre de Santiago, tão moço como elle, um combate singular, um duello de morte. Enviou o seu cartel ao adversario D. João de Ançores, para que elle com mais nove dos seus e D. Nuno com outros tantos, se matassem em duello *dez por dez*. Uma ordem terminante d'el-rei D. Fernando impediu que se realisasse o seu intento. Depois d'uns pequenos combates, resultado de ciladas que armava aos soldados e marinheiros castelhanos, nos campos marginaes do Tejo, junto á ponte d'Alcantara, e em que ficou ferido, tendo cahido do cavallo, veiu para Lisboa por ordem de seu irmão mais velho, D. Pedro Alvares. A paz com a Hespanha tornou a realisar-se pelo casamento da infanta D. Beatriz, filha d'el-rei D. Fernando, com o rei de Castella, D. João I, e D. Nuno retirou-se para as suas terras d'Entre Douro e Minho, voltando mais tarde a Lisboa nas exequias de D. Fernando. Depois da morte d'este monarcha, que deixara unicamente uma filha, casada com o rei de Castella, D. Leonor Telles tomou a regencia do reino, e de accordo com o conde d'Andeiro, fidalgo gallego que com ella entretinha impudentes amores, resolveu entregar Portugal á Hespanha, como herança de sua filha D. Beatriz. Os amores com o conde d'Andeiro tornavam-se cada vez mais escandalosos; o valido fôra feito conde d'Ourem por el-rei D. Fernando, a instancias de sua mulher, e o povo não podia vêr com bons olhos o fidalgo gallego com tanta preponderancia em Portugal. A esperança que a todos animava para a defeza do reino era o mestre d'Aviz. D. Leonor, sabendo o prestigio que D. João tinha entre o povo, procurou affastal-o, e nomeou-o fronteiro do Alemtejo. D. João partiu, porém, antes de chegar ao seu destino, retrocedeu, e entrou de subito em Lisboa. Deu-se então a morte do valido, no proprio paço, que enthusiasmou o povo e fez com que a rainha perdesse a força moral e fugisse para Alemquer. O mestre d'Aviz foi proclamado *defensor do reino*. Pouco tempo depois rompeu a guerra contra Castella. D. Nuno Alvares Pereira achava-se em Santarem, e sabendo que o mestre d'Aviz ficara em Lisboa, partiu logo a encontral-o, offerecendo-lhe o seu auxilio. D. João, que já lhe conhecia o caracter animoso e aguerrido, admittiu-o gostosamente, nomeando-o primeiro governador das armas do Alemtejo, para acudir áquella provincia, que se via muito ameaçada pelo inimigo. Diversas cidades e villas já tinham adherido á causa do mestre d'Aviz, expulsando os alcaides dos seus castellos. Soubera-se que se preparava um forte exercito castelhano e do Alemtejo mandavam pedir alguem que os commandasse, não se atrevendo a pedir tropas, por saberem que o mestre d'Aviz não podia dispensal-as. D. João reuniu o conselho; propoz D. Nuno Alvares Pereira, proposta que encontrou opposição no chanceller João das Regras, que allegava ser D. Nuno um general ainda inexperiente. Apezar da opinião do respeitavel jurisconsulto, D. João nomeou D. Nuno governador do Alemtejo. O futuro condestavel partiu então para aquella provincia, acompanhado d'uns duzentos homens, sendo a maior parte alemtejanos, levando poderes como representante do mestre d'Aviz, incluindo o direito de punir e de recompensar, e ordem para que todos lhe obedecessem como se fôsse o proprio defensor do reino. Apesar das numerosas difficuldades com que luctou, D. Nuno recrutou muita gente em diversas terras do Alemtejo por onde passara, e estando em Evora, escreveu para todos os logares da provincia pedindo que se lhe viessem reunir todos os bons portuguezes. Chegando a Extremoz conseguiu levantar o exercito á força de mil e qui-

nhentos homens pouco mais ou menos: mas os castelhanos, que estavam a pouca distancia do Crato, eram cinco mil, fóra as tropas do prior D. Pedro Alvares Pereira. Apesar d'isso, D. Nuno quiz marchar sobre o inimigo, mas o seu conselho declarou que seria imprudencia, e que demais a mais as tropas não se mostravam satisfeitas, por saberem que no exercito inimigo estava um irmão de D. Nuno, e receavam que podesse haver algum accôrdo secreto entre os dois irmãos. D. Nuno tinha tanto interesse em fazer triumphar a causa do mestre d'Aviz, que respondeu tranquillamente áquellas observações um pouco injuriosas. No entretanto, aquellas suspeitas tinham algum fundamento, e D. Nuno não tardou a ter ensejo de as desfazer completamente, porque recebendo pouco tempo depois propostas de seu irmão, elle nem sequer respondeu, marchando sobre Fronteira, que estava cercada pelos castelhanos. Deu-se a batalha nos campos de Atoleiros (V. *este nome)*, a 17 d'agosto de 1384. A victoria alcançada n'esta batalha animou muito os portuguezes e desanimou os inimigos. Tentou tomar Monforte, que estava guardada por Martim Annes Barbuda, que a defendeu energicamente, mas conseguiu render Arronches, Alegrete e Monsaraz; fez uma audaciosa entrada em Castella, onde não encontrou inimigos a combater, mas que tanto irritou o rei castelhano que continuava cercando Lisboa, que este destacou um dos seus melhores officiaes, Pedro Sarmento, com doze a quatorze mil homens para o Alemtejo a cohibir a audacia de D. Nuno. O valente general não se intimidou com a desproporção de forças, e sahiu d'Evora ao encontro de D. Pedro Sarmento, o qual, como dispunha de numerosas forças, bloqueava a phalange de D. Nuno Alvares como quem bloqueia um reducto, e D. Nuno viu-se quasi obrigado a render-se pela fóme. Retirou-se de noite com a sua phalange para Evora. Não descançou, porém, emquanto não tirou a desforra. Marchando de dia e de noite, conseguiu surprehender Almada; era impossivel atravessar o Tejo por causa da armada castelhana que embargava as communicações, e por isso D. Nuno passou a Palmella, submetteu o castello, que illuminou, para que em Lisboa vissem que elle estava alli, e de Lisboa corresponderam áquelle signal. Demorou-se alguns dias em Palmella, querendo aproveitar o ensejo de soccorrer o mestre d'Aviz. Os sitiados soffriam immenso com a fome, e no arraial castelhano lavrava a peste d'uma fórma desoladora. O exercito inimigo não podendo já supportar o horror da situação, levantou o cerco, e D. João I, de Castella, mandou deitar fogo ao acampamento. D. Nuno veiu então a Lisboa, n'um barco, atravessando o rio por entre os navios da armada castelhana, que se conservava ainda no Tejo. O mestre d'Aviz recebeu-o com o maior jubilo. Na egreja de S. Domingos recebeu D. João a homenagem de todos os fidalgos, em que se reservava, comtudo, expressamente, a questão da successão da corôa, questão que se reservava para ser resolvida em Coimbra, nas côrtes que o mestre d'Aviz declarou que brevemente convocaria. D. João seguiu para esta cidade, tomando pelo caminho as praças que hesitavam em reconhecer a sua auctoridade, D. Nuno voltou ao Alemtejo, e rendeu Portel. Depois de ter cercado Villa Viçosa, sem a poder tomar, foi assistir ás côrtes de Coimbra, em que D. João ficou acclamado rei de Portugal. A sessão das côrtes foi muito agitada, o povo cercava em grande tumulto a sala onde iam decidir-se os destinos do reino. Tomaram parte os tres estados: clero, nobreza e povo; isto é, os prelados, abbades e dignidades da egreja; os fidalgos e cavalleiros principaes, que não seguiam o partido de Castella, e os procuradores das villas e cidades, que tinham voz pelo mestre. Um consciencioso discurso de João das Regras foi que decidiu a questão. D. Nuno Alvares teve a nomeação de condestavel do reino. Esta dignidade fôra creada por el-rei D. Fernando na pessoa de D. Alvaro Pires de Castro, irmão de D. Ignez de Castro, conde de Arraiollos. D. Nuno foi o segundo condestavel. Vendo-se então em descanço, o bravo militar resolveu ir a S. Thiago de Castella, em romaria, e pelo caminho rendeu os castellos de Vianna, Neiva e Ponte de Lima, e as villas de Cerveira, Caminha e Monsão. Afinal não chegou a S. Thiago, por D. João lhe mandar ordem que fôsse a Braga auxiliar os bracarenses a retomarem o castello. Juntando-se depois ao rei em Guimarães, seguiram ambos caminho de Lisboa, mas recebendo em Santarem noticias desanimadoras do Alemtejo, D. João mandou-o áquella provincia, onde D. Nuno apenas teve tempo de animar os eborenses com a sua presença, porque logo recebeu nova ordem de voltar a encontrar-se com elle. Reuniram-se outra vez em Abrantes; D. João estava indeciso, porque os votos no seu conselho se dividiam, opinando, porém, quasi todos que não convinha a guerra, em quanto não chegassem os reforços que se esperavam de Inglaterra. D. Nuno combateu energicamente esta resolução, declarando que affrontaria o inimigo, ainda que tivesse só a quarta parte dos soldados que estavam reunidos em Abrantes. O conselho separou-se ainda hesitante, mas o condestavel, com as liberdades que tomava com o rei, partiu com as tropas em caminho de Thomar. Apesar d'este procedimento ter indignado os do conselho, D. João declarou que o approvava, e elle proprio marchou tambem para Thomar, onde ambos se encontraram, e recebendo noticias desanimadoras do inimigo, em que se sabia de certeza, que a hoste castelhana não era inferior a trinta mil homens, occultaram dos soldados a verdade, para os não desanimarem, e partiram para Ourem, Porto de Moz, e d'alli para Aljubarrota. Encontrando-se os dois exercitos inimigos, deu-se a notavel batalha de 14 d'agosto de 1385. (V. *Aljubarrota, batalha de).* D. Nuno Alvares Pereira soffreu um grande desgosto em Aljubarrota; foi a morte de seus irmãos D. Pedro e D. Diogo, que combatiam nas fileiras castelhanas. Dirigiu-se depois em roma

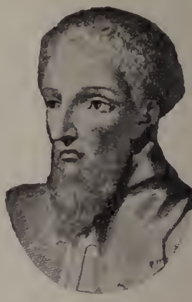

D. Nuno Alvares Pereira

ria á egreja de Santa Maria d'Ourem, e construiu no campo d'Aljubarrota uma capella dedicada a S. Jorge. Dos despojos do inimigo só reservou para si o tão fallado e historico caldeirão que doou ao mosteiro d'Alcobaça. (V. *Alcobaça, Mosteiro de Santa Maria).* D. João concedeu-lhe o condado d'Ourem, com todos os annexos que possuira o conde d'Andeiro, e mais as seguintes villas: Borba, Villa Viçosa, Extremoz, Evora Monte, Portel, Montemór-o-Novo, Almadá e Sacavem com os seus reguengos. o serviço real dos judeus de Lisboa, Porto de Moz, Rabaçal, Bouças, Alvaiazere e as terras de Pena de Bàsto e de Barroso, e as rendas e direitos que el-rei tinha em Silves e Loulé. O condestavel, em seguida á batalha d'Aljubarrota, ainda fez uma audaciosa entrada em Castella, á frente d'um exercito que organisou, dando-se então a batalha de Valverde (V. *este nome),* em que tambem ficou victorioso. A partida de D. Nuno não fôra autorisada por el-rei, e o valente guerreiro mandou-lhe depois pedir perdão da sua ousadia, participando-lhe ao mesmo tempo a victoria de Valverde. A resposta de D. João I foi a concessão do condado de Barcellos. Depois da tomada de Chaves, concedeu-lhe tambem a posse d'esta villa. D. Nuno abusava extraordinariamente do valimento e das boas graças d'el-rei, chegando muitas vezes a desobedecer-lhe, D. João, comtudo, concorria para aquelle proceder, prodigalisando-lhe numerosas mercês e doações. O condestavel, que era de animo largo, começou a distribuir pelos seus homens d'armas as terras, como verdadeiros préstamos. Quando a corôa procurava extinguil-os, elle resuscitava-os por sua conta, organisando no seio do paiz uma verdadeira realeza feudal. D. João irritou-se, e mostrando a D. Nuno que se lhe tolerava umas certas ousadias, era por amizade e não por fraqueza, obrigou-o a assignar um convenio, no qual o rei tomava para si os vassallos do condestavel, forçando-o a receber novamente as terras que dera de préstamo. Não se alcançou este accôrdo, senão depois de grandes discordias, chegando o condestavel a ameaçar D. João de que sahiria do reino. Todos estes factos concorreram para que as relações entre os dois heroes e amigos esfriassem bastante; mais tarde reconciliaram-se, e pensaram em ligar as duas familias pelos laços do parentesco. Realisou-se, em 1401, o casamento de D. Beatriz Pereira Alvim, filha de D. Nuno, com D. Affonso, filho natural do monarcha. O condestavel deu um grande dote á filha, transferiu para ella o condado de Barcellos, pedindo a D. João que désse o titulo de conde a D. Affonso, que mais tarde foi elevado a duque de Bragança, sendo D. Affonso o primeiro duque d'aquelle titulo, d'onde procede a actual dynastia reinante, a mais elevada nobreza do reino, e poderosos monarchas da christandade. D. Nuno, ainda em 1415, acompanhou el-rei á expedição de Ceuta, que foi a ultima em que tomou parte. Tinha fundado o convento do Carmo em Lisboa, pelo voto que fizera em Aljubarrota, e ali se recolheu, passando o resto da vida santamente. Renunciou a todos os titulos e dignidades, repartiu todos os bens que possuia, terras e rendimentos, sem reservar nada para si, e professou na ordem carmelitana a 15 d'agosto de 1423, tendo 63 annos de edade, trocando o glorioso nome de D. Nuno Alvares Pereira, pelo simples nome de fr. Nuno de Santa Maria, como desde então se assignou. Vivia no fervor das orações e penitencias quando sobreveiu a noticia do cerco que ameaçava Ceuta, e sendo consultado por ordem d'el-rei sobre a fórma de acudir a esta praça e direcção do soccorro, de novo se lhe mandou offerecer a que o admittisse como soldado, dizendo: «que com a edade e profissão não tinham esfriado n'elle os desejos de cumprir a sua obrigação na milicia que respeitava ao bem da egreja; que sem largar d'uma das mãos as contas, levaria na outra a espada, que ainda guardava para sustentar a honra de Deus, e que não poderia escolher morte mais gloriosa, nem sepultura mais honrada. que acabando n'aquella empreza em defensão da fé e gloria da patria.» Ainda viveu oito annos como religioso, distribuindo por suas proprias mãos a comida aos pobres, que se fazia n'uma caldeira grande, que elle mandara vir para o convento. O povo olhava-o com a mais profunda veneração. Em cada dois annos vestia os pobres das suas terras, dava peças de panno fino para se vestirem os cavalleiros e escudeiros menos abastados, e distribuia pelos pobres o trigo que nos seus celleiros sobejava dos gastos de sua casa. Na provincia do Alemtejo estabeleceu um donativo de quatro alqueires de trigo por mez a cada um de mais de quatrocentos castelhanos de ambos os sexos, que andavam ali esmolando pelas casas dos lavradores o pão que a esterilidade das suas terras lhes negava. Foi elle quem iniciou o costume de em sexta-feira de Paixão levar aos presos do Tronco, ou cadeia da côrte, abastada esmola em viveres e dinheiro, fazendo soltar alguns que por dividas estavam na prisão. E muitas vezes era visto á cabeceira dos enfermos pobres administrando-lhes remedios corporaes e espirituaes. A sua morte causou o mais profundo desgosto. Os frades choravam a perda do illustre padroeiro. O rei correu logo ao convento, o principe herdeiro, D. Duarte, todos chorando a perda do grande heroe, uma das glorias de Portugal. O povo acorria, gritando que morrera o santo. D. Nuno foi sepultado na capella-mór do seu convento em sepultura rasa; sobre ella conservou-se por muito tempo uma lampada de prata que em sua honra lhe mandou pôr el-rei D. Duarte. A rainha D. Joanna, de Castella, filha dos reis catholicos Fernando e Izabel, descendente do condestavel, o mandou trasladar para um rico tumulo de marmore com a sua estatua em cima da mesma pedra em habito de carmelita e na edade de velho; e no topo, em outra estatua, em pé, que o representava ao natural, ainda moço e armado em guerra. O terremoto de 1755 tudo destruiu.

Alvares Pereira *(D. Nuno).* Illustre fidalgo da casa da Feira, quarto filho de Manuel Pereira e de sua mulher D. Joanna da Silva, serviu desde 1605 nas armadas da India. Quando ali governava D. Fr. Aleixo de Menezes, foi por este mandado como general da conquista das minas de Monomotapa, conforme consta dos *Documentos remettidos da India*, impressos pela Academia Real das Sciencias. Ali conseguiu a doação das terras de Chicova com todas as suas minas de prata para a corôa de Portugal. Sendo nomeado capitão-mór da Africa Oriental chegou a Moçambique e tomou posse em 1609.

Alvares Pereira *(D. Nuno).* Descendente de

familias illustres. Era nat. de Miranda do Douro; f. em Madrid, pelos annos de 1624. Occupou durante vinte annos, em Madrid, os logares de secretario de estado de D. Filipppe III e de conselheiro de estado. Foi agraciado com o titulo de conde de Muge, que não chegou a gosar, por ser surprehendido pela morte. Escreveu uma *Historia das conquistas portuguezas*, que ficou inedita.

Alvares Pereira *(D. Pedro)*. Irmão primogenito do condestavel D. Nuno Alvares Pereira. Foi prior do Crato, por successão a seu pae, D. Alvaro Gonçalves Pereira. Esteve fronteiro em Portalegre e depois em Lisboa, nas guerras de 1377 e 1378, tendo n'essa epoca a tutoria de seu irmão D. Nuno, que debaixo das suas ordens começou a carreira das armas, e cujo ardor juvenil difficilmente poude conter. Quando morreu el-rei D. Fernando vieram ambos a Lisboa assistir ás exequias. Partiram para Portalegre, e apenas chegados, o prior Alvares recebeu ordem da regente D. Leonor Telles para que voltasse a Lisboa. O prior obedeceu immediatamente, e ainda conseguiu que D. Nuno o acompanhasse, bem contra vontade. Chegados a Santarem, souberam noticias dos graves acontecimentos de Lisboa, da morte do conde d'Andeiro, da fuga da rainha para Alemquer, e que o mestre d'Aviz estava á frente d'uma revolução popular. D. Nuno, contra a vontade do irmão, a quem fôra sempre obediente, quiz seguir para Lisboa; nada o fez desistir do seu proposito, e veiu reunir-se ao Mestre d'Aviz. D. Pedro dirigiu-se para Alemquer. Esta divergencia continuou sempre. D. Pedro Alvares Pereira reconheceu a autoridade do rei de Castella, D. João I, acceitou um commando no Alemtejo, onde seu irmão era fronteiro, esperando ainda adquirir a sua obediencia, mandou-lhe Ruy Gonçalves offerecer-lhe da parte do rei castelhano as mais altas recompensas, porém nada conseguiu; D. Nuno nem sequer lhe respondeu. D. Pedro é que foi contemplado, pelo monarcha a quem servia, com grandes mercês. Como o priorado do Crato em Portugal estava sendo perfeitamente metaphysico, o rei de Castella deu-lhe o mestrado de Calatrava, e foi n'essa qualidade que o acompanhou a Aljubarrota, onde foi morto na batalha de 14 d'agosto de 1385.

Alvares Pinto *(Padre Manuel)*. Prior na egreja matriz da villa do Crato e vigario geral na mesma villa e sua jurisdicção. Escreveu: *Oração funebre nas exequias que na sua egreja dedicou ás saudosas memorias do ill.^{mo} sr. Fr. Jeronymo de Brito de Mello, ailio de Lessa e grão-prior eleito do priorado do Crato*, etc., Lisboa, 1661. No fim traz algumas poesias em louvor do finado.

Alvares de Portugal *(D. Nuno)*. Filho do segundo conde de Vimioso. Foi presidente do senado da camara de Lisboa e um dos governadores do reino no tempo de Filippe III, juntamente com D. Diogo de Castro, conde de Basto e D. Martim Affonso Mexia, bispo de Coimbra. Parece que morreu antes de completar o tempo do seu governo. Encontram-se memorias d'esse governo, desde 1 de setembro de 1621 até 8 de janeiro de 1623.

Alvares de Queiroz *(Padre Manuel)*. Presbytero da Congregação do Oratorio, do Porto, da qual parece sahira no fim de alguns annos. Assim o indica o facto de ter juntado ao seu nome o segundo appellido de Queiroz, de que não podia fazer uso como congregado, em vista dos respectivos estatutos. Escreveu: *Historia da creação do mundo, conforme as idéas de Moysés e dos philosophos, illustrada com um novo systema, e com varias notas e dissertações*, Porto; *na officina de Francisco Mendes Lima, 1762*, vol. in 4.º. Fernando Palha, no *Catalogue* da sua bibliotheca, Lisboa, 1896, diz que é obra bastante estimada e que só se publicou o primeiro volume. Escreveu tambem: *Instrucção sobre a Logica, ou dialogos sobre a philosophia racional*, Porto, 1768.

Alvares Secco *(Pedro)*. Celebre professor de direito, formado na Universidade de Paris. Depois de terminar os estudos, voltou a Portugal e foi nomeado desembargador da casa da Supplicação e membro do conselho de D. João III. Este monarcha, em 1552, encarregou-o de escrever uma historia da Ordem dos Templarios e da Ordem de Christo; a rainha D. Catharina, viuva de D. João III, em 1560, sendo regente na menoridade d'el-rei D. Sebastião, lhe mandou fazer um *Tombo das rendas e direitos do convento de Thomar e commenda da Ordem de Christo*.

Alvares da Silva *(Annibal)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, advogado nos auditorios de Setubal, onde por vezes exerceu cargos publicos, entre elles o de presidente da Camara Municipal, deputado etc. Nasceu no Funchal a 29 de maio de 1819. Escreveu: *Memoria ácerca da Roda do Sal das marinhas do Sado, em resposta* á «Curta exposição sobre a Roda do Sal de Setubal.» Lisboa, 1852. A *Curta exposição*, etc. foi publicada n'alguns jornaes e em folheto no anno de 1852. Vinha assignada por *Simão Aranha*, mas a opinião geral dizia ser Latino Coelho o seu autor, assim como d'um folheto que se publicou tambem no mesmo anno, intitulado: *Abaixo a Roda! resposta ao sr. Annibal Alvares da Silva.*

Alvares da Silva *(Bartholomeu)*. D'este autor sómente se sabe que escreveu o seguinte livro: *Collecção de palavras familiares portuguezas, francezas, latinas e britanicas, com uma breve instrucção para perceber, e ainda fallar o idioma francez*, Coimbra, 1764.

Alvares da Silva *(José Verissimo)*. Professor jubilado de philosophia e latinidade em Thomar, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. em Abrantes, pelos annos de 1744, f. a 10 de maio de 1811. Estabeleceu-se em Thomar, casou, e assim viveu muitos annos; em 1810, porém, por vingança particular, foi preso como jacobino, accusado de haver acceitado um cargo de governança ao serviço francez, durante o tempo em que Thomar esteve militarmente occupada pela divisão do commando de Magarou. Alvares da Silva veiu preso para Lisboa, d'onde passou ao presidio da Trafaria; instaurou-se-lhe processo, foi condemnado a degredo para Africa, não obstante apresentar em sua defeza, que, acceitando aquella commissão dos francezes, evitara que Thomar soffresse egual sorte á de Leiria, que fôra por esse tempo saqueada e queimada. Não chegou, porém, a cumprir a sentença, porque falleceu no mesmo presidio, quando se preparava a partir para Africa. Foi homem muito estudioso e muito instruido nas sciencias physicas, moraes e politicas. Escreveu: *Introducção ao novo Codigo, ou dissertação critica sobre a principal causa da obscuridade do nosso Codigo authen-*

tico, Lisboa, 1780; *Memoria sobre a cultura das vinhas*, no tomo I das *Memorias de Agricultura premiadas pela Academia Real das Sciencias; Memoria sobre os meios de supprir a falta de estrumes animaes*, no mesmo tomo da referida collecção; *Memoria sobre as principaes causas por que o luxo tem sido nocivo aos portuguezes*, no tomo I das *Memorias Economicas da Academia; Observações botanico-meteorologicas, feitas em Thomar*, no tomo V das *Memorias Economicas*; *Memoria historica sobre a agricultura portugueza*, no mesmo tomo V; *Memorias sobre o direito de correição usado nos antigos tempos, e nos modernos, e qual seja a sua natureza*, publicada nas *Memorias de Litteratura da Academia*, tomo I; *Memoria sobre a fórma dos juizos nos primeiros seculos da monarchia portugueza*, no tomo VI das *Memorias de Litteratura; Reflexões criticas e philosophicas sobre as cartas de D. Jeronymo Osorio, bispo de Silves.*

Alvares da Silva *(Verissimo)*. Marechal de campo reformado. N. em Thomar e f. a 20 de outubro de 1865. Assentou praça em janeiro de 1799 e sahiu alferes em 4 de novembro de 1806. Sahiu de Portugal na legião portugueza, mas, podendo fugir ao serviço dos francezes, foi reunir-se aos hespanhoes, que já começavam a sacudir o jugo do invasor. Portou-se com toda a bravura no segundo cerco de Saragoça, fazendo parte do corpo de granadeiros commandados por Palafox. Foi-lhe então concedida a patente de capitão effectivo e a graduação de tenente-coronel do exercito hespanhol. Ficando depois prisioneiro dos francezes, lembrou-se de escrever uma obra relatando os feitos heroicos dos defensores de Saragoça, chegando ainda a mandar uma carta a Palafox em que incluia o prologo do livro que tencionava dedicar-lhe. Desistiu do seu intento, e de 1816 a 1819 esteve ao serviço da França. Estando então em Paris, mandou imprimir no anno de 1819 uma collecção de cartas do bispo D. Jeronymo Osorio, precedidas d'algumas reflexões escriptas por seu pae, e offereceu esta publicação ao conde de Palmella. Este livro tem o seguinte titulo: *Cartas portuguezas de D. Hieronymo Osorio, bispo de Silves, publicadas, e ao ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. conde de Palmella offerecidas, por Verissimo Alvares da Silva, com as reflexões criticas e philosophicas, que sobre ellas fez seu defunto pae, José Verissimo Alvares da Silva*, etc. Em 1820 estava no Brazil como capitão addido ao estado maior; em 1821 voltou á patria, serviu algum tempo na secretaria da guerra, e como official ás ordens do governador d'Abrantes. Quando começaram as luctas civis, em 1828, emigrou, e só appareceu em Portugal dez annos depois, em 1838. Foi novamente empregado na secretaria da guerra, passou depois para o archivo militar, seguindo os postos até á graduação de brigadeiro, sendo reformado em marechal de campo no mez de junho de 1854. Nos ultimos annos de vida teve muitas questões, promovidas pelo seu genio que se tornara altamente irascivel. D'estas questões houve duas, que se fizeram notaveis, pelas suas consequencias. Em abril de 1855, Alvares da Silva combateu no jornal *A Revolução de Setembro*, as opiniões apresentadas na *Revista Militar* a respeito da guerra da Russia, e no jornal de 5 de junho publicou uma carta tão desabrida que o redactor principal da *Revista Militar*, que era o capitão de engenheiros Frederico de Novaes Corte Real, deveras impressionado, se suicidou. Em 1864 desafiou o ministro da guerra, que era José Gerardo Teixeira Passos, por lhe ter indeferido um requerimento. Os termos da carta em que fôra feita a provocação eram tão insultantes, assim como um requerimento dirigido ao rei, e outros artigos publicados na *Revolução de Setembro*, que Verissimo Alvares da Silva eve de responder a um conselho de guerra, que o condemnou a tres mezes de prisão. Appellando para o Supremo Tribunal, foi julgada apenas uma falta de disciplina, e o castigo ficou reduzido a um mez de prisão na Torre de S. Julião da Barra.

Alvares Soares *(Antonio)*. Poeta, nat de Lisboa. Foi militar nas guerras de Flandres, em 1630, e por lá morreu, ignorando-se a data do fallecimento. E' contado entre os poetas judeus refugiados na Hollanda no seculo XVII, por Bédarride, na sua obra *Les Juifs en France, en Italie, et en Espagne*. Antonio Alvares Soares distinguiu-se muito n'um torneio metrico que se realisou em Lisboa em honra de D. Miguel de Noronha, conde de Linhares, imprimindo-se em 1628 nas suas *Rimas Varias*, que fôram premiadas. Este livro tem o seguinte titulo: *Rimas Varias-Primeira parte a D. Miguel de Noronha, conde de Linhares, do conselho d'El-rei Nosso Senhor*. Lisboa, 1628. A segunda parte nunca se publicou. Muitas das poesias comprehendidas n'este volume são escriptas em lingua castelhana. Escreveu e imprimiu tambem em 1629 um *Elogio do Marquez de los Balbazes*, em verso hespanhol.

Alvares Victorio *(Padre Francisco)*. Presbytero secular; notario apostolico e thesoureiro da egreja parochial de S. Paulo. de Lisboa. N. em Sernache do Bomjardim, termo da villa da Certã, a 7 d'agosto de 1702, f. depois do anno de 1760. Escreveu: *Vida e acções memoraveis do veneravel D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, Arcebispo e senhor de Braga, etc., dividida em duas partes, e extrahida dos excellentes escriptos de Fr. Luis de Granada, Fr. Luis de Cacegas, Fr. Luis de Souza e Luis Munhoz*, 1.ª e 2.ª partes. Lisboa, 1748. Escreveu muitas mais obras que Barbosa Machado menciona no vol. IV da *Bibliotheca Lusitana*.

Alvariça. Pov. da freg. de Argella, conc. de Coimbra.

Alvarim. Pov. nas freg.ª de Belazaima, conc. de Agueda; Dardavaz, conc. de Tondella; Parada, conc. de Paredes de Coura.

Alvarinha. Pov. nas freg.ª de Jugueiros, conc. de Felgueiras; Grovellas, conc. de Ponte da Barca; Fanzeres, conc. de Gondomar.

Alvarinho. Pov. nas freg.ª de Nespereira, conc. de Guimarães; e S. Felix conc. de S. Pedro do Sul.

Alvarinhos. Pov. da freg. de S. João das Lampas, conc. de Cintra.

Alvaro. E' por este nome conhecido um musico portuguez que viveu no tempo de D. Affonso V, e que escreveu um officio em cantochão, dedicado áquelle soberano, em acção de graças pela tomada d'Arzilla. Essa composição tem o seguinte titulo: *Vesperæ Matutinum et Laudes cum Anthiphonis et figuris musicis de inclyta ac miraculosa victoria in Africa parte ad Arzilla, era 1472*. Esta musica estava escripta em nove folhas de pergaminho, e o autographo dizem que existia na bi-

bliotheca do infante D. Pedro, depois el-rei D. Pedro III. Alvaro era licenciado.

Alvaro *(Actor)*. V. *Ferreira (Alvaro Filippe)*.

Alvaro. Villa e freg. S. Thiago Maior, da prov. da Beira Baixa, conc. d'Oleiros, com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 1:519 hab. e 356 fog. Tem Misericordia, hospital, e escola do sexo masc. Pertence á 2.ª divisão militar e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 21 com a séde em Castello Branco. A villa está situada n'um outeiro, que é uma ponta da serra d'Alvellos, cercada d'olivaes, sobre a margem esquerda do rio Zezere, que corre ao Norte; ao Sul é rodeada pelo rio Alvellos que se lança no Zezere, fazendo-a uma peninsula. A principal producção da terra são castanheiros e oliveiras. Ao rio Alvellos, chama-se tambem vulgarmente *rio d'Alvaro*, e é cortado por duas pontes de pedra. Pertenceu aos condes de Cantanhede, passando depois para os marquezes de Marialva. Era commendataria a ordem de Malta, que apresentava os parochos. O hospital foi fundado por Bartholomeu Gomes Curado e suas irmãs, pelos annos de 1500. Diz-se que fundou esta villa um fidalgo portuguez chamado D. Alvaro, natural de Guimarães, que para alli fôra degredado. No *Chão do Paço* vêem-se as ruinas d'uma casa, que, segundo a tradição, servia de morada a D. Alvaro. Teve foral esta villa dado em Lisboa a 5 de agosto de 1514, registado na Torre do Tombo no *Livro de Foraes Novos da Beira*, fol. 58 verso, col. I.ª No *Corpo chronologico*, parte II, maço 8, doc. 80, ha uma sentença de 9 de maio de 1504 a favor dos seus moradores contra João Alvares. Na villa existe uma capella do Senhor dos Passos, fundada por José Rodrigues Freire, capitão de cavallaria, no fim do seculo XVIII. Os logares de Maria Gomes, Portalage e Travessa passaram d'esta freg. para a de Machio, conc. de Pampilhosa, pelo decreto de 7 de setembro de 1895. A villa dista 10 k. da séde do concelho. ‖ Pov. da freg. de Teixeira, conc. de Baião.

Alvaro Martins. Bahia da Africa Occidental, na costa de Loango. E' tambem conhecida pelo nome de *Bahia de Mayumba*.

Alvarões. Pov. da freg. de Bustellos, conc. de Penafiel.

Alvarus. Desenhador do seculo XVI, cujo nome se vê no frontispicio do livro XI, da *Extremadura*, com a data de 1527, manuscripto illuminado pertencente á celebre *Leitura Nova*, mandada fazer por D. Manuel, collecção magnifica de quarenta e nove volumes in-folio grande, de pergaminho, com os frontispicios ornados de formosas pinturas d'aquelle genero. Alguns d'estes livros tem folhas assignadas pelo chronista Damião de Goes, que era então guarda-mór do archivo da Torre de Tombo, onde se guardam tão preciosos manuscriptos, em que se destacam pela belleza das suas illuminuras o *Livro das Ilhas*, que é dos mais ricos, o dos *Padroados* das *Legitimações*, etc., verdadeiras maravilhas artisticas. Vide *Leitura Nova*.

Alvas. Pov. da freg. de Capareiros, conc. de Vianna de Castello.

Alvasil. Dava-se antigamente esta denominação aos magistrados municipaes, vereadores da camara, e aos magistrados judiciaes. Uns e outros gozavam, durante o tempo que serviam, de grandes immunidades e regalias. ‖ *Alvasil dos ovençaes;* era o magistrado que julgava as questões entre os cobradores do fisco e os particulares.

Alvega. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Extremadura, conc. e com. d'Abrantes, distr. de Santarem, bisp. de Portalegre; 2:314 hab. e 575 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e est. post. com serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. L. Dista a pov. 13 k. da séde do conc., e está situada n'uma planicie, na margem esquerda do Tejo, onde existiu a antiga cidade da Lusitania, chamada *Aritium*. Tem-se encontrado grandes ruinas da velha cidade, por onde passava a via militar do tempo dos romanos, de Lisboa a Merida; alicerces de casas sumptuosas, sepulturas, aqueductos, galerias subterraneas com figuras e porticos de mosaico. No tempo dos arabes era ainda cidade populosa. A primitiva matriz foi a capella de Santo Antonio, junto ao Tejo. Era curato annexo a S. Vicente. Passam aqui os rios Lampreia, Carregal, Fernando e Tejo. A terra é fertil e muito abundante d'aguas. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. do recrutamento e reserva n.º 22, com a séde em Abrantes. Tem hotel e uma fabrica de ceramica. Em Alvega só se tem publicado um jornal : *O Echo do Tejo*, cujo primeiro numero sahiu em 24 de fevereiro de 1901, continuando ainda.

Alveitar. O pratico que tem por officio curar as enfermidades dos animaes, e que ordinariamente reune a este officio o de ferrador. ‖ *Alveitar das turmas*; o veterinario dos animaes do serviço dos officiaes das coutadas reaes. V. *Veterinario*.

Alveite Grande e **Alveite Pequeno.** Pov.ˢ da freg. e conc. de Poiares.

Alvejar. Pov. da freg. de Fatima, conc. de Villa Nova de Ourem.

Alvelhe. Pov. da freg. de Ossella, conc. de Oliveira de Azemeis.

Alvello. Pov. da freg. de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes.

Alvellos. Appellido de familia nobre. Procede de Martim Martins, a quem chamaram por sobrenome *Alvello*. Tem brazão completo: em campo vermelho cinco estrellas de ouro de sete pontas em aspa. Elmo de aço cerrado. Timbre, meio urso com uma estrella das armas na espadua. No quarto grau já esta familia traz o elmo de aço aberto.

Alvellos *(Henrique de Mello Lemos)*. Deputado e chefe de estado maior da 2.ª div. mil. N. em Vizeu, em 1803; f. a 16 d'agosto de 1859. Assentou praça aos 15 annos no regimento de infantaria n.º 11, foi reconhecido cadete, promovido a alferes em 1820 e a tenente em 1827. Fez toda a campanha como liberal, contra o partido absolutista, entrou na divisão auxiliar á Hespanha, e tomou parte nas luctas civis de 1846 e 1847, sendo tenente-coronel de cavallaria n.º 8. Foi nomeado chefe do estado maior da segunda divisão militar e eleito deputado. Em consequencia do movimento politico de 1851, teve a reforma em outubro d'esse anno, com a graduação de marechal de campo.

Alvellos. Pov. e freg. S. Lourenço, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga, 639 hab. 166 fog. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e de reserva n.º 3 com

a séde em Vianna do Castello. Pertenceu ao couto de Villar de Frades, e era abbadia apresentada pelo ordinario. Em Alvellos houve um convento de freiras da ordem de S. Bento, que era antiquissimo, o qual foi supprimido em 1480 pelo arcebispo, passando as rendas para a mitra, por uma bulla de Xisto V. Era solar dos *Alvellos*, de que procedem familias nobres. || Pov. da freg. da sé cathedral de Lamego. || Serra da prov. do Alemtejo, com 24 k. de comprido e 12 de largo. Lança um braço para o Oeste chamado serra da Certã, e outro para Este, chamado serra da Rasca, que vae á freg. do Esteiro. Abunda em caça e agua. || Pequeno rio da prov. da Extremadura. Nasce na serra do mesmo nome e entra no Zezere junto á villa d'Alvaro. Tem curso pequeno.

Alvem. Pov. da freg. e conc. de Goes.

Alvendre. Pov. e freg. da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda; 555 hab. e 113 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 6 k. da séde do conc. Orago S. Martinho. Deu-lhe foral D. Martinho, bispo de Egitania (Idanha-a-Velha) em abril de 1214. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e de reserva n.º 12, com a séde em Trancoso.

Alventella. Pov. da freg. de Paredes, conc. de Marco de Canavezes.

Alverca *(João de)*. Esculptor, nos trabalhos reaes. Falleceu em 1466.

Alverca *(João Antonio de Sá Pereira 1.º barão de)*. Donatario da villa d'Alverca da Beira, na antiga comarca de Trancoso, e alcaide-mór da mesma villa, pelo seu casamento; alcaide-mór de Montemór-o-Velho; commendador de S. Pedro de Pinhel, da ordem de Christo; marechal de campo do exercito. Foi governador e capitão general da ilha da Madeira. Ignora-se a data do nascimento, f. em 1804. Era filho de Manuel de Sá Pereira, fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores, senhor da casa de Condeixa, cavalleiro da ordem de Christo, mestre de campo do terço d'infantaria auxiliar da comarca de Coimbra; sua mãe era D. Marianna Placida de Menezes, filha de D. Francisco Furtado de Mendonça e Menezes, moço fidalgo com exercicio da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo, senhor da Barca, Souto de Rebordões, Castello de Neiva, Torre de Magalhães e Leomil, casas e morgados de Argemil, Ferreiras e Antas. O 1.º barão d'Alverca fez toda a campanha de 1762 no posto de coronel de infantaria. Casou com D. Luiza Maria Antonia de Moraes Sarmento Pimentel, primeira senhora donataria e alcaidaria-mór da villa d'Alverca da Beira, no termo de Trancoso, que el-rei D. José erigiu em villa, servindo-lhe de termo a respectiva freguezia por decreto e portaria de 5 d'abril de 1769, cujo senhorio e alcaidaria lhe fizera mercê em remuneração dos serviços de seu pae e de seu avô, bem como da alcaidaria-mór da villa de Montemór-o-Velho e da commenda de S. Pedro de Pinhel da ordem de Christo, por alvará de 22 de fevereiro de 1783; era filha unica e herdeira de Balthazar de Moraes Sarmento Pimentel, fidalgo da Casa Real por successão a seus maiores, pelo alvará de 10 de março de 1708. O titulo de barão d'Alverca foi concedido em memoria dos seus serviços e dos de seu pae e avô, por decreto de 4 e carta de 21 d'abril de 1795.

Alverca *(José de Sá Pereira, 1.º visconde de)*. Foi o 2.º conde d'Anadia, V. *este titulo*.

Alverca *(José de Sá Paes do Amaral Pereira e Menezes, visconde de)*. Segundo filho do 4.º conde d'Anadia, José Maria de Sá Pereira e Menezes Paes do Amaral d'Almeida e Vasconcellos Quifel Barbarino, fallecido em 10 de julho 1870, e de sua mulher, a condessa D. Anna Maria Juliana de Moraes Sarmento, filha do 1.º visconde e 1.º barão da Torre de Moncorvo, fallecida em Lisboa a 8 de março de 1903, tendo casado em segunda nupcias com o conde de Villar Secco, Joaquim de Carvalho Ponces de Leão. O sr. visconde d'Alverca nasceu a 7 de março de 1864. O titulo foi concedido por decreto de 31 d'agosto e carta de 7 de setembro de 1882. E' um dos mais distinctos «sportmen», e tem entrado em diversas touradas de fidalgos, tornando-se sempre crédor das maiores provas de sympathia.

Alverca *(D. Maria Luiza de Sá Pereira de Menezes de Mello Souto Maior, 2.ª viscondessa de)*. N. a 28 d'abril de 1801, f. a 31 de dezembro de 1861; era filha do 2.º conde d'Anadia e 1.º visconde d'Alverca. O titulo de 2.ª viscondessa d'Alverca foi em verificação de vida concedida no mesmo titulo a seu pae, por carta de 15 de junho de 1816, passada no Rio de Janeiro. A viscondessa d'Alverca era 3.ª donataria das villas d'Anadia e Alverca da Beira, e das alcaidarias-móres de Montemór-o-Velho e de Campo Maior; commendadeira das commendas de S. Pedro de Pinhel e de S. Paulo de Maçãs, na ordem de Christo, do bispado de Coimbra; 12.ª senhora de casa de Sás em Condeixa; 5.ª senhora donataria da Abrunhosa e Villa Mendo; 12.ª senhora do morgado de Sobreiro e outros. Casou com seu tio, o 3.º conde d'Anadia. V. *Anadia*.

Alverca *(Fr. Pedro de)*. Frade da ordem da Trindade. Era nat. da villa que lhe deu o appellido; f. em 1540. Professou em Santarem, passou depois a Hespanha, onde adquiriu grande fama de erudito em direito sagrado e profano. Com o auxilio do imperador Carlos V e do cardeal Adriano de Utrecht, que depois foi papa, com o nome de Adriano VI, contribuiu para que se fundasse em Saragoça um convento de frades trinitarios, em que foi provincial e reformador; foi tambem lente na Universidade de Saragoça.

Alverca. Villa e freg. de S. Pedro, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Villa Franca de Xira, distr. e patriarc. de Lisboa; 1.988 hab. e 404 fog. Tem misericordia, hospital, fundados em 1583, por uma senhora natural da ilha da Madeira, esc. do sexo masc. e est. post. permutando malas com a R. A. N. Tem est. do caminho do ferro do norte e leste. A villa dista 9 k. da séde do conc., e está situada na margem direita do Tejo, n'uma aprazivel planicie, muito fertil. E' fundação arabe, que D. Affonso I conquistou em 1147, dando-a depois aos estrangeiros que auxiliaram a tomada de Lisboa. Alverca tem muitos privilegios concedidos pelo referido monarcha, no foral que lhe deu em 1160. Estes privilegios fôram confirmados pelos reis seus successores. E' notavel por muitos titulos, entre os quaes se distinguem o ter sido das *capellas* de D. Affonso IV, cujo provedor era alcaide-mór da villa e seu donatario. Até 1834 era apresentado pelo prior da freguezia de Santo André ou

S. Martinho, de Lisboa. Proximo da villa d'Alverca houve um convento de carmelitas calçados, com uma espaçosa alameda. D. João V, em 1746, concedeu muitos privilegios ao convento. Era padroeiro José Salema Cabral e Paiva, pae de Pedro Paiva, instituidor do morgado d'Alfarrobeira. A capella-mór da egreja foi construida por D. Marianna de Paiva, mulher de D. Antonio de Mello, e filho do referido Pedro de Paiva. Houve ainda outro convento, de frades capuchos. Alverca é atravessada pelas ribeiras da *Fonte*, do *Valle*, e da *Silveira*, que fazem moer moinhos de trigo e de azeite em quantidade e desaguam no Tejo. Além d'estas ribeiras tem tres *esteiros* ou braços do mesmo rio. No esteiro de Ramiles, onde desemboca o ribeiro da Silveira, ha uma forte ponte com dois arcos, feita por D. Pedro II, em 1680. Alverca foi séde de conc., o qual se suppriniu pelo decreto de 24 d'outubro de 1855; tinha juiz ordinario e uma companhia de ordenanças, hoje possue uma fabrica de lanificios. Alverca foi berço d'alguns homens que se tornaram distinctos: Antonio Brandão de Revoredo, cavalleiro de Christo, que, sendo mestre de campo, falleceu na Galliza, em 1662, n'uma batalha em defeza da patria. Estacio Ribeiro de Revoredo, cavalleiro de Christo, que foi governador da praça de Villa Nova de Portimão. Jeronymo Pimenta Sampaio, que sendo governador da praça d'Alcantara, que se tinha tomado aos hespanhoes na guerra dos 27 annos, se defendeu heroicamente quando estes novamente a assaltaram, e não querendo render-se, morreu depois de luctar muito. ‖ Pov. e freg. de N. S.ª da Assumpção, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Pinhel, distr. e bisp. da Guarda; 1:245 hab. e 330 fog. Tem esc. para ambos os sexos, caixa post. A pov. dista 15 k. da séde do conc. E' fundação arabe, ao que parece, e torna-se notavel pela quantidade de cortumes. Pertence á 2.ª divisão militar e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 12, com a séde em Trancoso. Foi séde e denominação d'um conc. que se extinguiu por decreto de 31 de dezembro de 1853. ‖ Ribeira da prov. da Beira-Baixa, na freg. do mesmo nome, termo de Trancoso. Nasce na freg. e desagua no rio Macoime. Tem uma ponte de cantaria no sitio dos *Moinhos da Veiga*, e outra, tambem de cantaria, chamada *Ponte Pedrinha*. Junta-se-lhe a ribeira da *Matta*. E' arborisada e em parte cultivada.

Alvernaz *(Diogo Fernes)*. Escriptor, nat. da ilha Terceira. N. em Angra do Heroismo, onde cursou os estudos da grammatica e mathematica. Nunca produziu escripto que podesse considerar-se ao menos soffrivel. Em Angra publicou um folheto, que offerecia á rainha D. Maria II, para governar aquelles povos e fazel-os felizes. Inculcava-se como um sabio e grande politico; publicou outro escripto a que chamava *Constituição real*. Tentou escrever no jornal *Terceirense*, mas a redacção, depois de ver os primeiros trabalhos, despediu-o por o considerar uma perfeita nullidade. Vivia em Angra como um misanthropo, andava sempre só, porque ninguem se dava com elle, mostrando um certo desarranjo de idéas, e um desar de corpo singularissimo. Era uma especie de Esopo a quem só faltava o espirito e o talento. Veiu por vezes a Lisboa, quiz oppôr-se a uma cadeira de rhetorica, e foi a Coimbra fazer exame, onde nada conseguiu, porque no exame só provou completa ignorancia. Não se sabe a data do seu nascimento e fallecimento. Publicou em Angra, em 1856: *Orthographia da lingua portugueza, dividida em lições, para uso de todas aquellas pessoas que desejam escrever com acerto.* No fim tem um tratado de conjugações de verbos, a que chama *declinações*.

Alves *(Agostinho Luiz)*. Militar distincto. N. em Chaves em 1804, onde tambem falleceu a 9 de março de 1876. Assentou praça no 1.º de janeiro de 1819, e sendo pouco depois reconhecido cadete acompanhou o regimento n.º 12, a que pertencia, na expedição á Bahia, d'onde recolheu em 1823, já alferes. Tomou parte nas campanhas civis de 1826 a 1828, e sendo deportado para Amarante, evadiu-se d'essa villa para Inglaterra, seguindo depois para a ilha Terceira. Em 1826 foi promovido a tenente, e desembarcando no Mindello, serviu no 3.º e depois no 2.º batalhão de infantaria 18, obtendo em 1833 o posto de capitão para o regimento de infantaria 15. Entrou no ataque da Serra do Pilar, nas linhas do Porto, sendo ferido em Lordello, e nas acções de 10 de outubro em Lisboa, e depois em Loures, Leiria, Torres Novas e Pernes. Fez parte da expedição á Hespanha, como official do 1.º batalhão de infantaria 18, e recolhendo a Portugal no anno de 1837, depois de servir em diversos corpos, foi collocado na 3.ª secção, em 1842, e por causa das suas opiniões politicas, deportado para Montalegre. Voltando á effectividade do serviço, sendo já major, foi depois em 1846 demittido por ter seguido o partido da junta do Porto, e collocado na disponibilidade em virtude da amnistia no fim da lucta. Em 1851 foi nomeado tenente-coronel de infantaria n.º 3, que commandou até 1855, passando então a commandar o batalhão de caçadores n.º 1, onde se conservou até 1856, anno em que foi reformado com a graduação de marechal de campo.

Alves *(Alfredo)*. Escriptor contemporaneo. N. em Coimbra a 22 de fevereiro de 1866, f. no Porto a 29 de abril de 1896. Ficando orphão muito creança, foi acolhido por um seu tio, Joaquim d'Oliveira Guimarães, que o tratou com o desvelado e carinhoso amor de pae. Todos o consideravam filho do Porto, e Alfredo Alves tinha orgulho em que lhe déssem essa naturalidade, pois vivera no Porto desde a edade de seis annos, onde trabalhara incessantemente. Estudou para medico, mas resolveu não continuar, pelo pavor que lhe causavam os estudos anatomicos. Seguiu então o curso de engenharia, mas ao chegar ao 3.º anno, teve que suspender por causa da doença que o atacara. Alfredo Alves recolheu-se então a um descanço restaurador, e principiou a escrever versos, d'uma deliciosa e sentida tristeza, versos muito pessoaes, sem escola, deixando assim antever uma personalidade propria, muito sua. Sempre estudioso, começou a frequentar bibliothecas e archivos, e fez-se investigador; tentou o romance historico, escrevendo *Um pintor da Renascença* e *Maria O'Brilens*, que teve duas edições, e foi publicado em Lisboa no jornal *O Reporter*. Apresentou-se no concurso da memoria historica sobre o infante D. Henrique, e o seu trabalho, que se encontra impresso em volume, conquistou o primeiro premio. Por occasião do centenario antonino, em 1895, publicou tambem

uma memoria, intitulada: *Santo Antonio, conego regrante*. No começo do anno de 1896 publicou um novo livro de versos, uma collecção de bonitos sonetos, *Flôres do Outomno*, em que sobresae ainda a nota melancholica, que se manifesta em todos os seus escriptos. Aquelle volume de poesias lyricas foi como que o ultimo dedilhar das cordas da lyra. Alfredo Alves possuia uma vasta e solida erudição, uma intelligencia culta, que lhe reservava um brilhante futuro, se a morte o não arrebatasse na florescente edade dos trinta annos.

Alves *(Alfredo Henriques)*. Actor contemporaneo, actualmente no theatro de D. Amelia. N. em 20 de julho de 1872. Deixou pelo theatro a carreira commercial, que tinha encetado. Debutou no theatro da Avenida, no fim de fevereiro de 1892, na revista em 1 acto *Um sonho do citado autor*, de João Soller e José Ignacio d'Araujo, em que muito agradou, manifestando-se-lhe logo notavel merecimento para a scena. Na época seguinte obteve escriptura para o theatro de D. Maria, onde se fez um excellente artista. Em 23 de maio de 1893, foi com a companhia d'este theatro para o Brazil, ao lado de Brazão, Rosas, Rosa Damasceno, Lucinda do Carmo, etc. Em junho de 1899 tornou ao Brazil, fazendo parte d'uma companhia organisada por Sousa Bastos, estreando-se d'essa vez na peça *João Darlot*, com extraordinario exito. Em maio do anno seguinte fez terceira visita ao publico brazileiro, n'uma companhia formada por elementos artisticos dos theatros de D. Amelia e Gymnasio. Entretanto, nas épocas normaes, figurou sempre no elenco da companhia dramatica dirigida pelos distinctos actores Brazão e Rozas. Quando em 1898, estes artistas passaram do theatro de D. Maria para o de D. Amelia, Henrique Alves acompanhou-os. Ahi tem feito uma bella carreira, obtendo justissimos applausos pelos seus progressos e magnificos trabalhos. Do seu reportorio, já muito vasto, citaremos, por exemplo, os papeis de D. Sebastião do *Alcacer-Kibir*, duque de Velmouté da *Lagartixa*, Mem Rosado do *Viriato tragico*, Benjamin Grimard dos *Maridos de Leontina*, Simpson da *Parisiense*, D. José da *Severa*, Leopoldo Versaquette da *Coraly & C.ª*, Julio da *Zazá*, Theodoro do *Outro eu*, Agostinho Morillon da *Blanchette*, Max da *Madame Flirt*.

Alfredo Henriques Alves

Alves *(Diogo)*. Celebre facinora, que produziu a mais horrorosa sensação em Lisboa, durante os annos de 1836 a 1839, pelos seus crimes de roubos e assassinios. N. no Luso em 1810, foi enforcado em Lisboa, no Caes do Tojo, a 19 de fevereiro de 1841. Seus paes eram uns laboriosos e honrados lavradores, Anselmo Alves e Rosa Alves. Diogo veiu para Lisboa muito novo, onde começou, trabalhando como moço e depois como boleiro, servindo nas casas seguintes: marquezes de Penalva e Castello Melhor, conde de Belmonte, Castro e Cunha, e dr. João Thomaz de Carvalho, que o despediu por lhe desagradarem os instinctos ferozes de que Diogo principiava a dar indicios. Parece que antes de se entregar de todo á vadiagem e ao crime, ainda serviu n'uma casa em Palhavã, onde tomou relações com uma mulher, por alcunha a *Parreirinha*, que exercia grande influencia no seu espirito. A *Parreirinha* tinha uma taberna em Palhavã, e era casada com um trabalhador do Contracto do Tabaco, Antonio José Saraiva, de quem estava separada. Diogo Alves era muito bem conceituado, de muito boas contas, tinha bons creditos, e houve quem lhe emprestasse quantias importantes, que elle pagava conforme podia; era completamente analphabeto e tão simplorio, que lhe pozeram a alcunha do *Pancada*. A sua vida criminosa começou exactamente na data das suas relações com a *Parreirinha*, tendo elle 26 annos de edade. Seguiu-se então uma série de crimes, que traziam todos os habitantes de Lisboa em grande terror, sem nunca se poderem descobrir os criminosos. Appareciam casas roubadas, pessoas assassinadas, e durante seis mezes, seguramente, os Arcos das Aguas Livres serviram de theatro de seus crimes. Averiguou-se depois, no processo, que Diogo Alves se occultava no aqueducto, de que possuia chaves falsas, para sahir ao encontro das pessoas que preferiam o transito dos Arcos ao da estrada ordinaria, e depois de as roubar, precipitava-as do arco central, por ser o de maior altura. Por muito tempo se julgou que aquellas mortes tão repetidas eram resultado de suicidios. Diogo Alves foi preso com a sua quadrilha em 1839, respondeu em audiencia de jury no tribunal do extincto convento dos Paulistas, a 15 de julho de 1840, por ser accusado do assassinato de quatro pessoas da familia do medico Andrade, e tentativa de assassinato e roubo de Antonia Maria, estanqueira na calçada da Estrella, crimes em que conseguiram prendel-o. Seria difficil e horroroso descrever a série de crimes praticados até ao barbaro assassinio da familia do medico Andrade, que foi revestido das circumstancias mais horripilantes, e que produziu extraordinaria sensação. Da quadrilha de Diogo Alves, fôram enforcados Manuel Joaquim da Silva e Antonio Palhares, no caes do Tojo, no dia 11 de dezembro de 1840, Diogo Alves e Antonio Martins a 19 de fevereiro de 1841. A rainha D. Maria II tomou sob a sua protecção os filhos menores da *Parreirinha;* a filha, que no processo de seu pae, sendo muito creança, fez revelações importantissimas, foi admittida no recolhimento da rua da Rosa, e um seu irmão fez-se homem util e prestante, alcançando a habilitação d'um curso superior em que se tornou distincto.

Alves *(Francisco Antonio)*. Doutor e lente de medicina na Universidade de Coimbra, onde regeu a aula de anatomia pathologica geral e toxicologica, sendo tambem encarregado da direcção dos gabinetes de anatomia pathologica e de clinica medica da mesma Universidade. N. no Porto a 29 de novembro de 1832, f. a 13 de fevereiro de 1873. Era filho de Francisco Antonio Alves. Doutorou-se em 31 de janeiro de 1858. Foi um homem justo, incansavel trabalhador e um dedicado apostolo da sciencia. O gabinete de anatomia pathologica da Universidade foi creado

por sua iniciativa, augmentando constantemente em virtude dos seus esforços, chegando a ser um modelo na especialidade. Escreveu e publicou o seguinte: *Catalogo dos gabinetes de chimica medica e anatomia pathologica da Universidade de Coimbra.* Coimbra, 1865; *Supplemento ao dito catalogo.* Coimbra, 1866; *Elementos de anatomia pathologica geral,* Coimbra, 1869. A'cerca d'esta obra, publicou o dr. Rodrigues de Gusmão, na *Gazeta Medica de Lisboa*, n.º 22, novembro de 1869, um artigo muito apreciavel. A obra foi adoptada como compendio na aula respectiva, e mereceu ao seu autor a commenda da ordem de S. Thiago do merito scientifico, artistico e litterario. O dr. Francisco Antonio Alves, collaborou com os drs. Miguel Ferreira Leão e Lourenço d'Azevedo, no livro notavel: *As aguas mineraes de Moledo*, sua composição chimica, acção physiologica e effeitos therapeuticos, e no *Instituto* de Coimbra, publicou artigos de reconhecido valor.

Alves *(Henrique José).* General. N. em Villa Nova de Gaya a 16 de maio de 1814: era filho de José Alves da Costa e D. Rita Amelia da Costa, ambos descendentes de familias muito consideradas e distinctas. Quando contava apenas 18 annos de edade e estava ainda cursando os estudos preparatorios e a faculdade de philosophia, soou no paiz o grito de liberdade, e Henrique José Alves, com o seu genio patriotico e enthusiasta, correu a offerecer a sua vida em combate contra o absolutismo, alistando-se no regimento de voluntarios da rainha, em 30 de agosto de 1832. Tomou logo parte nas campanhas e acções que se realisaram n'esse anno, em 1833 e 1834. A bravura com que se houve, alcançou-lhe a honrosa condecoração da Torre e Espada, com que foi agraciado em 16 de maio de 1834, sendo apenas sargento aspirante a official. No anno seguinte, tendo terminado as luctas civis, offereceu-se, por troca com outro camarada, para tomar parte na divisão auxiliar á Hespanha, pertencendo então ao batalhão de caçadores n.º 3, e com tal valor se distinguiu em toda a campanha, principalmente na acção de 9 de maio de 1837, como nas linhas d'Arlavan, sendo porta-bandeira, que mereceu ser promovido a alferes por distincção, em 29 do mesmo mez e anno e condecorado com a cruz de Isabel II. Em 19 de maio foi nomeado ajudante do batalhão de caçadores n.º 28, e sempre energico, desempenhou este cargo com tal intelligencia e dedicação, que conquistou dos seus commandantes e mais superiores uma profunda e sincera sympathia. Como capitão, foi ajudante da primeira brigada do exercito libertador, e desempenhou muitos outros importantes serviços no commando de forças, anullando por vezes varios tumultos populares. Por decreto 23 de julho de 1862 foi promovido a major effectivo para o regimento de infantaria n.º 5, onde tambem tomou parte em varios serviços arriscados, como foi a annullação da revolta de Braga, em 1862, e dos tumultos dos estudantes de Coimbra em 1864. Em 6 de dezembro de 1867 foi promovido a tenente-coronel, e sendo ainda dos mais modernos da sua classe, o marquez de Sá da Bandeira, então ministro da guerra, lhe confiou o commando do regimento de infantaria n.º 8; commandou ainda como tenente-coronel o batalhão de caçadores n.º 7, até que foi promovido a coronel por decreto de 21 de setembro de 1872, para o regimento de infantaria n.º 5, corpo que commandou perto de cinco annos, sendo esse regimento notado na capital como modelo pela sua disciplina, firmeza e arranjo, e pela pericia e energia com que executava as manobras no campo. Quando nos fins de 1872 occorreu a gréve dos machinistas do caminho de ferro, chegando a haver interrupção na marcha dos comboios, foi-lhe ordenado quasi á noite, que mandasse marchar uma força para o Entroncamento, afim de coagir os revoltosos, dizendo-se que estes tinham levantado os carris, para evitar que o comboio seguisse e que a força ali chegasse. O coronel, ao receber esta ordem, e não tendo n'aquella occasião capitão nem official superior no quartel para tomar o commando da força disponivel, foi pessoalmente á gare, tomou o commando d'um pequeno numero de praças, e com a energia que lhe era peculiar e varias medidas acertadas que adoptou, conseguiu conter os revoltosos, apesar de se vêr abandonado das autoridades civis. Commandou tambem os regimentos de infantaria n.º 8 e 18 até 17 de dezembro de 1881, em que foi promovido a general de brigada, sendo-lhe logo dada a importante commissão do governo da praça d'Elvas, onde introduziu melhoramentos e fez dar cumprimento a algumas determinações que não tinham execução desde a epoca em que houvera sido ali governador o general Baldy. Em 10 de julho de 1883 foi nomeado commandante da 1.ª brigada de infantaria de instrucção e manobra. Nos fins de 1884, apesar de se sentir bastante doente, foi nomeado para assistir á dissolução do regimento de lanceiros, que se havia insubordinado, sendo posta á sua disposição uma brigada. Pela reforma do exercito, de outubro de 1884, foi proposto, pelo general visconde de Sagres, para segundo commandante da 1.ª divisão. Henrique José Alves era commendador da ordem de S. Bento d'Aviz, e condecorado com as tres medalhas de ouro do valor militar, bons serviços e comportamento exemplar. Era cavalleiro das ordens de N. Senhora da Conceição de Villa Viçosa e S. Bento d'Aviz, official da Torre e Espada, tinha a cruz de Isabel II, a medalha de prata da divisão auxiliar á Hespanha e a de D. Pedro e D. Maria, sendo-lhe tres d'estas conferidas no Porto em 1865. Henrique José Alves falleceu ha annos, reformado em general de divisão.

Alves *(Ignacio Augusto).* Capitão-mór da Africa Oriental, coronel de infantaria, nomeado para aquelle cargo em 25 de abril de 1870 pelo governador do Estado da India, em consequencia de ordens que lhe tinham sido transmittidas em telegramma de 17 do referido mez. Ignacio Alves chegou a Moçambique em 25 de julho e tomou posse no dia seguinte.

Alves *(João Baptista).* Distincto militar. N. em 1814, f. em 1885. Era filho do vice-almirante José Joaquim Alves, de quem herdou os predicados notaveis que o tornaram zeloso cumpridor do dever, e fiel e lealissimo ás causas a que se consagrava. Desde a edade de oito annos se viu envolvido nas aventuras e movimentos occasionados pelas perturbações politicas do seculo XIX, porque, em 1822 teve de acompanhar seu pae á Bahia, onde assistiu ás operações realisadas então, na qualidade de aspirante da armada. N'essa occasião começou João Baptista Alves a

sentir sympathia pela vida militar, que mais tarde honrou, praticando actos dignissimos e respeitando sempre, com a mais severa austeridade, o principio da disciplina, indispensavel á manutenção proficua da força armada. Foi esta uma das suas primeiras qualidades, uma das que maior prestigio grangearam ao seu nome illustre. Nunca procurou, com a independencia do seu caracter, utilisar, para satisfação de conveniencias proprias, as relações que possuia nas mais elevadas espheras da nossa sociedade, como nunca se envolveu nas intrigas da politica mesquinha dos corrilhos. O seu unico fito era o cumprimento dos deveres. Obedecer era a palavra em que resumia todas as suas attribuições. Em 1833 resolveu João Baptista Alves prestar á causa liberal, então gravemente compromettida nas linhas do Porto, o auxilio do seu braço valente, e o concurso da sua audacia destemida. Com este fim se dirigiu ao Porto, onde em principio de maio d'aquelle anno, conseguiu entrar, com imminente risco de vida, n'uma fragil rasca de pesca. Juntando-se a seu pae, que já ali se encontrava ao serviço de D. Pedro IV, tornou-se distincto logo pelos actos de bravura que praticou. Em 20 de junho de 1833 alistou-se, como aspirante a official, no batalhão de caçadores 5, sendo em 5 de julho seguinte ferido levemente na cabeça, n'uma acção em que tomou parte. A 10 de outubro d'esse mesmo anno tornou a ser ferido, mas gravemente, por uma bala na perna esquerda. Passou para a arma de cavallaria depois da entrada das tropas liberaes em Lisboa,

João Baptista Alves

na qual foi promovido a alferes em 28 de julho de 1837; a tenente em 15 de fevereiro de 1845; a capitão em 29 de março de 1851; a major em 28 de dezembro de 1864; a tenente-coronel em 17 de janeiro de de 1868; a coronel em 18 de agosto de 1873, reformando-se depois em general de brigada, no anno seguinte. A competencia de que era dotado em assumptos da sua arma, indicava-o naturalmente para as commissões importantes para que foi escolhido, e que desempenhou sempre com toda a intelligencia e capacidade. Entre os muitos serviços a cuja execução prestou os seus vastos conhecimentos, contam-se os que diziam respeito á tactica de cavallaria, os da reorganisação da Escola do Exercito, e os que prestou á disciplina quando commandou a sub-divisão militar de Faro. O general João Baptista Alves, não querendo nunca aproveitar, conforme dissémos, as suas valiosas relações para alcançar favores ou mercês, de que aliás era tão digno, tinha apenas a commenda d'Aviz e o algarismo 2 das campanhas da Liberdade. Mas se a munificencia dos governos nem sempre soubera premiar condignamente os serviços do honrado e modesto militar, possuia este em subido grau a estima e o respeito de quantos o conheciam, e a consideração geral. Tudo isto era devido á seriedade do seu caracter, que ao mesmo tempo que professava sincero e profundo acatamento pelas instituições de que se fizera convicto e leal defensor, prestava fervoroso culto ao suavissimo amor da familia que o estremecia. Militando cincoenta e dois annos nas fileiras do exercito portuguez onde adquirira os habitos rudes de velho militar disciplinador, nunca o seu coração compassivo perdeu a delicadeza que lhe permittia ser amigo dedicadissimo e perfeito cavalheiro.

Alves *(Joaquim J. B.)*. Architecto, aggregado á Academia de Lisboa em 1846, tendo de edade 46 annos.

Alves *(Joaquim José)*. Natural da Barquinha, onde nasceu a 23 de março de 1831. Filho de Domingos Antonio Alves, que, sendo obrigado a emigrar, perdera os seus limitados bens de fortuna por occasião da guerra civil de 1830 a 1834, o sr. Joaquim José Alves veiu para Lisboa, quasi desprotegido, para continuar os seus estudos, interrompidos na terra da sua naturalidade; com o valioso auxilio que lhe prestou o conselheiro Bernardo de Gorjão Henriques, então ministro do reino, poude matricular-se, na Escola Medico-cirurgica de Lisboa, onde seguiu e terminou o Curso de pharmacia, estando porém já a praticar no hospital de marinha desde 1845. Foi depois nomeado pharmaceutico de primeira classe do referido hospital, com a graduação de primeiro tenente da armada. Desde 1854 tem ensinado livremente sciencias naturaes, materia medica, toxicologia e pharmacia, aos alumnos que se dedicam a esta profissão. Em 1857, por convite do conselho da Escola Medico-Cirurgica, foi reger a cadeira de toxicologia e pharmacia, durante o impedimento do respectivo professor. Em outubro de 1868, após algum tempo de estudos de assumptos medicos na Belgica, fez na Universidade de Bruxellas os respectivos exames, obtendo com distincção o grau de doutor em sciencias. A importante these, que então defendeu, foi publicada, e tem o seguinte titulo: *Sur les acides organiques. Thèse presentée à la faculté des sciences de l'Université de Bruxelles,* etc. Bruxellas, 1868. D'esta these, appareceu uma traducção em hespanhol: *De los ácidos organicos.* O sr. dr. Alves, desde 1869 até 1882 foi successivamente reeleito para as vereações do concelho de Lisboa; e por tres vezes representou nas camaras legislativas um dos circulos de Lisboa. Tem sido incumbido de varias commissões de serviço publico, e é repetidamente chamado aos tribunaes para exames medico-legaes, e d'estes trabalhos existem interessantes relatorios, alguns publicados, não só no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana,* de que é principal redactor, mas tambem na folha official, como o da analyse da agua do Arsenal de Marinha, de que se encontra ampla menção no *Diario do Governo* de 26 de setembro de 1866. É socio da Sociedade Pharmaceutica Lusitana, que por vezes o tem eleito presidente e secretario, e é director do seu laboratorio chimico; socio da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, da Pharmaceutica de Paris, do Collegio dos pharmaceuticos de Madrid, etc. Tem os habitos de N. S.ª da Conceição e d'Aviz. Esteve em commissão junto do conselho de saude publica do

reino, e já por dois annos membro da junta do deposito publico, e os emolumentos que lhe competiram no exercicio d'essas funcções, talvez na importancia de quatrocentas libras, mandou-os distribuir por familias pobres. O sr. Joaquim José Alves foi quem reviu e preparou para o prélo o relatorio da commissão de peritos, encarregada da analyse chimica das visceras do infante D. João, fallecido em dezembro de 1861.

Alves *(Joaquim Manuel)*. N. em 1837 e falleceu em principios de 1903. Muito novo entrou para o serviço da Companhia das Aguas de Lisboa, como simples pedreiro, e auxiliado pelos engenheiros e conductores do trabalho, conseguiu tornar-se um excellente artista. A sua carreira começou nos trabalhos de Caneças, depois fez a casa forte da Companhia das Aguas, quando esta companhia teve a sua séde no largo do Pelourinho, hoje praça do *Municipio;* em seguida, sob a direcção do conductor Frederico Houwell, construiu a casa das machinas da praia, ao Terreiro do Trigo; a casa das machinas e reservatorio na cerca dos Barbadinhos e toda a 5.ª secção do canal do Alviella, desde Lisboa até á Verdelha. No dia da inauguração do canal do Alviella, 3 d'outubro de 1880, o mestre Joaquim Manuel, assim conhecido entre o pessoal da Companhia das Aguas, foi apresentado a el-rei D. Luiz, pelos engenheiros, então ao serviço da companhia, sr.ˢ Pires de Sousa Gomes e Paiva Couceiro. El-rei elogiou-o pelos seus trabalhos, e honrou-o com um aperto de mão. Quando se dividiu em duas secções o canal do Alviella, o mestre Joaquim Manuel foi nomeado chefe da segunda secção, de Lisboa a Alemquer. Construiu depois o grande reservatorio de Campo d'Ourique, o novo compartimento do reservatorio do Pombal, junto á Penitenciaria, e ultimamente, já muito adoentado, o reservatorio do Alto de S. Jeronymo, em Ajuda. Na inauguração d'estas importantes obras foi muito felicitado pelo pessoal superior technico das obras publicas, pela direcção, e engenheiros da Companhia das Aguas. No pouco tempo que o serviço o deixava livre, dedicava-se ás suas flôres, no parque dos Barbadinhos, propriedade pertencente á companhia. E' á sua diligencia e cuidado, que se devem as menções honrosas e as medalhas de ouro, que fôram conferidas á Companhia das Aguas nas exposições de rosas e cravos que se teem realisado em Lisboa. Era muito zeloso das suas flôres, e com muita difficuldade se poderia obter algumas das muitas e mimosas plantas que se encontram no parque dos Barbadinhos; no entretanto foi elle quem mandou confeccionar as tres coroas de camelias que se offereceram aos interpretes da opereta de Eduardo Coelho, *Um namorado exemplar,* na recita que se deu no theatro da Trindade, a favor do monumento que se projecta levantar na alameda de S. Pedro d'Alcantara em memoria do fallecido proprietario e director do *Diario de Noticias.* A morte de Joaquim Manuel Alves foi muito sentida, não só pela direcção e engenheiros, como tambem por todo o pessoal da Companhia das Aguas, porque todos o estimavam e consideravam pelo seu caracter probo e dedicado, e genio trabalhador.

Alves *(José Joaquim)*. Vice-almirante. N. em 1781, f. a 30 de julho de 1860. Era filho de João Baptista Alves. Tendo justificado a sua nobreza, assentou praça em 1796, como aspirante da marinha, tendo 15 annos de edade. Completou o curso dos estudos então prescriptos pela lei; tornou-se muito considerado, fazendo parte da guarnição das naus *Principe Real, Rainha* e *D. Maria I,* e das fragatas *Tritão, Minerva* e *D. Maria I,* em cruzeiros constantes no estreito de Gibraltar, na costa de Portugal e nos Açôres. Tendo 25 annos de edade, em 1806, foi-lhe confiado, como primeiro commando, o transporte, então denominado charrua, *Princeza da Beira,* em viagem para o Brazil. Depois commandou uma canhoneira e as escunas *Curiosa* e *Conceição,* e em 1811, sendo já capitão tenente, commandou a esquadrilha de guarda costa no Algarve. Em todos estes commandos, assistiu a varios combates, fazendo bons serviços, recebendo elogios dos superiores hespanhoes e inglezes nossos alliados. Em 1819 commandava a fragata *Successo* e foi encarregado da commissão bem espinhosa de proteger com a fragata do seu commando e mais cinco navios de guerra sob suas ordens e conduzir ao Brazil um numeroso e importantissimo comboio de cincoenta navios de commercio. A navegação e segurança de tão grande esquadra em comboio, demandam muita actividade no serviço, muitos conhecimentos nauticos e muita sciencia na tactica militar naval. O official a quem se confia um tal cargo, é tido em alta conta, e desempenhando-o bem, fica examinado, tendo feito as suas provas de marinheiro distincto. José Joaquim Alves era n'essa epoca capitão de mar e guerra, e sahiu-se honrosa e brilhantemente. Em 1822 commandou a fragata *Constituição.* Na guerra absolutista, tendo emigrado para fóra do reino, foi nomeado pelos governos constitucionaes commandante dos transportes *Minerva* e *Suzana,* e empregado na conducção de tropas e emigrados primeiramente para Plymouth e mais tarde para a ilha Terceira, atravessando felizmente o rigoroso bloqueio da esquadra miguelista. Depois de desembarcar no Mindello e no cerco do Porto, teve sempre commissões em terra, como o commando do deposito de marinha, e do tribunal de presas e outros. Quando acabou a guerra, foi nomeado vogal do supremo conselho de justiça militar, cargo em que finalisou a sua carreira activa. José Joaquim Alves tinha carta de conselho, o habito de Aviz e a commenda da mesma ordem, a grã-cruz de Carlos III, pelos feitos d'armas em Hespanha na guerra peninsular, e a cruz n.º 2 d'essa campanha.

Alves *(José Lopes)*. Benemerito portuguez, que em 1828 offereceu casa para uma escola de creanças d'ambos os sexos em Souto Maior, termo de Villa Real. O governo absolutista acceitou a offerta, mas os acontecimentos politicos impediram que a escola se estabelecesse.

Alves *(José Zeferino Xavier)*. Em 1868 e 1869, sendo director da alfandega de Moçambique, foi vogal do conselho do governativo da provincia, por fallecimento dos governadores Antonio Augusto de Almeida Portugal Correia de Lacerda e Fernando da Costa Leal.

Alves *(Luiz)*. Fundidor d'artilharia no reinado de D. Manuel, o qual executou a fundição d'um pelouro grande, peça que parece ter sido inventada pelo proprio monarcha, o que se deprehende d'uma carta de Estevão Paes de 12 de março de 1513 a D. Manuel. Tão interessante docu-

mento acha-se publicado a pag. 169 do vol. *Artes e artistas em Portugal* por Sousa Viterbo, Lisboa 1892.

Alves *(Manuel)* V. *Fonseca (Thomaz da).*

Alves *(Conego Sebastião José).* Nasceu este ecclesiastico no logar de Vergão, freguezia e concelho de Proença-a-Nova. Fôram seus paes José Alves e Viccencia Maria Alves, uns modestos lavradores que com os seus parcos haveres conseguiram que o filho fizesse o exame de instrucção primaria. Porém, como só isso não correspondesse á muita vontade e dedicação que Sebastião José Alves tinha pelo estudo e muito especialmente pela vida ecclesiastica, seus paes não podendo com recursos proprios satisfazer-lhe tão grande desejo, conseguiram internal-o no Seminario das Missões Ultramarinas, Sernache do Bomjardim, em janeiro de 1881. O seu porte e a sua extrema applicação ao estudo fôram sempre a gloria dos seus professores e o estimulo dos seus condiscipulos, sendo por uns e outros muito respeitado e considerado. Em todos os exames obteve distincções e em alguns d'elles o primeiro premio, conseguindo até n'um só anno fazer o 2.º e 3.º anno de theologia. Cantou a sua primeira missa em 2 de setembro de 1888. Nomeado missionario para Angola, sahiu de Lisboa a 6 de fevereiro de 1889, sendo mandado pelo respectivo bispo para a missão de S. Salvador do Congo, prestando alli relevantes serviços. Transferido a seu pedido para Novo Redondo, alli conseguiu com o seu esforço e acrisolado amor pela religião e illustração, o auxilio dos seus parochianos para edificação d'uma egreja a que foi dado o nome de egreja de N. S.ª da Conceição, e em cujas dependencias se installou uma escola que o conego Alves tão sabia como profissionalmente dirigia, desvendando assim as trevas do obscurantismo a esses povos. Quando o bispo D. Antonio Dias Ferreira foi proceder á benção da referida egreja, offereceu-lhe o logar de conego, porém, Sebastião Alves, modesto como quasi todos os grandes caracteres, recusou-se a acceitar tal honra, mas o bispo D. Antonio não acceitou a recusa e instou pela sua nomeação. Sebastião Alves não teve remedio senão conformar-se, apezar d'isso ferir a sua modestia, visto para isso ter influido um homem que além de ser seu superior, era inquestionavelmente um dos seus admiradores mais autorisados. Sendo-lhe confiado o cargo de superior da Missão de Santo Antonio do Zaire, os seus serviços alli prestados mereceram tanto applauso que dentro em pouco foi nomeado superior das Missões do Congo, estabelecendo por essa occasião residencia em S. Salvador, logar que o rev.mo sr. D. Antonio Barroso, actual bispo do Porto, occupou durante a sua vida de missionario. O conego Sebastião José Alves não foi durante a sua permanencia alli um simples ecclesiastico, foi mais do que isso; foi um homem de actividade e de um cerebro previlegiado, pois que illustrou o povo, desenvolveu a agricultura, esforçou-se emfim por dar áquelles povos, condições de vida que rarissimas são em tão longinquas paragens. Em outubro de 1897, apoz oito annos e meio de arduos trabalhos em Africa, voltou á metropole d'onde tornou a sahir em 6 de junho de 1898 com destino a Moçambique, em companhia de D. Sebastião José Pereira, prelado que em 1900 foi nomeado bispo do Damão, quando o conego Alves era prior em Lourenço Marques. O bom desempenho do seu mister deu logar a ser nomeado governador da prelazia, cargo que desempenhou durante dois annos com tanta solicitude, que em 1902 o actual prelado, D. Moutinho, o louvou em portaria, pondo bem em relevo o zelo e actividade de que o conego Alves deu provas, e nomeando-o seu secretario e vigario geral da provincia, logar que occupou até ao seu recente regresso a Lisboa.

Sebastião José Alves

Alves *(Venancio Pedro de Macedo).* Chefe da escola e officina da Casa da Moeda. N. em 31 de janeiro de 1853, e aos 15 annos foi admittido na Casa da Moeda, como alumno da antiga escola de gravura. Em 3 d'outubro de 1877, foi nomeado praticante de gravura; em 22 de fevereiro de 1894, promovido ao logar de segundo gravador, e em 17 de maio do mesmo anno ao de primeiro gravador e chefe das officinas de gravura d'aquelle importante estabelecimento do estado. Venancio Macedo Alves é um verdadeiro artista, de tão elevados talentos e aptidões na sua arte como excessiva modestia no seu modo de se julgar e avaliar. O seu caracter amavel e attencioso, a fórma captivante com que trata os seus subordinados e o respeito com que attende ás observações dos superiores, lhe teem grangeado as mais justas sympathias e respeitosa consideração. Todos os directores da Casa da Moeda lhe teem dispensado a maior estima e amizade, elogiando o zelo e intelligencia que sempre se notam no desempenho das missões de que tem sido encarregado. Em 1889, Venancio Alves foi visitar a exposição de Paris, á sua custa, e estudar os modernos processos de gravura em metal, sendo premiado com a medalha de prata. Os valiosos serviços prestados por este notavel artista, são bem conhecidos. Pertencem á sua execução o trabalho primoroso da modelagem e gravura da moeda do quarto centenario da descoberta da India. As peças de moeda, cunhada em prata, são de 200, 500 e 1$000 réis; a sua cunhagem é perfeitissima. No averso, ou *anverso*, tem em relevo as effigies em busto (sobrepostos) d'el-rei senhor D. Carlos e da rainha senhora D. Amelia; em torno vê-se escripto: *Carlos I Rei e Amelia Rainha de Portugal.* No reverso, a Cruz com a legenda, disposta em circulo: *In hoc signo vinces, 1498-1898*, e na circumferencia: *4.º centenario da descoberta da India, 1:000 réis.* Tambem é devido ao seu excellente buril a gravura das duas medalhas cunhadas na mesma casa, para com ellas se recompensarem os serviços de expedicionarios á India e Moçambique. Essas medalhas teem na face principal o retrato da rainha senhora D. Amelia, modelado pelo sr. Simões d'Almeida. No reverso d'uma, lê-se, ao centro d'uma corôa de louro: *Expedição á India,*

1895. No reverso, ou parte opposta da outra, acha-se tambem ao centro d'uma corôa de louro, a legenda: *Expedição a Moçambique, 1894-1895*. E' á competencia de Venancio Macedo Alves que se acha superiormente encarregada a gravura da moeda metallica corrente no reino com a effigie d'el-rei senhor D. Carlos, bem como a dos punções das contrastarias para a marcação official de ouro e prata de lei, gravuras microscopicas, em que elle é tão insigne que difficil seria achar quem podesse excedel-o. O distincto artista foi agraciado com o grau de cavalleiro da ordem de S. Thiago de merito scientifico, litterario e artistico.

Alves Barbosa *(José Francisco)*. Governador de Rios de Sena nos principios do seculo XIX. Escreveu uma memoria com o seguinte titulo: *Analyse estatistica, topographica e politica da capitania de Rios de Sena, dirigida ao soberano congresso das côrtes geraes e extraordinarias e constituintes da nação portugueza*. Está datada de 30 dezembro de 1821 e conclue por um projecto de reforma para a mesma capitania. Segundo o sr. Aragão, na *Numismatica*, tomo III, pag. 440, esta memoria constitue um manuscripto de 116 paginas, pertencente á livraria particular d'El-rei D. Luiz I.

Alves Bebiano *(Antonio)*. N. em Castanheira de Pera, pequena aldeia do distr. de Leiria, em 1831. No anno de 1852, contando 21 annos de edade, resolveu-se a ir ao Brazil e seguir a vida commercial n'aquella região, então imperio, para o que levava cartas de boa recommendação. Conseguiu empregar-se na casa commercial do abastado fazendeiro de Queluz, o commendador Joaquim Lourenço Baeta Neves, que lhe entregou a direcção do seu estabelecimento, onde bem depressa mereceu a mais elevada consideração e plena confiança, pelos valiosos serviços que prestou, pela prodigiosa actividade que desenvolvia e pelo rapido progresso que imprimiu com a sua vigorosa mão ao estabelecimento que dirigia. Casou com uma filha do seu patrão, e saudoso da patria, e sobretudo de seus velhos paes, decidiu-se a regressar á Castanheira de Pera, e no anno de 1868 sahiu do Brazil, na idéa de descansar das grandes luctas commerciaes a que consagrara parte da sua vida em terra estranha e tão longe dos seus. Tinha meios de fortuna, affagos carinhosos de familia estremecida, comtudo a actividade do trabalho a que se habituara, não lhe permittia a ociosidade; a natureza dotara-o com um temperamento pronunciadamente nervoso a que deve o vigor das suas qualidades moraes, a assombrosa actividade de que dispõe fadava-o para mais largas emprezas, e elle nem tentava oppôr-se ás tendencias do seu temperamento excepcional. Educado no trabalho, o trabalho era a sua vida. Com tão nobres sentimentos, facil foi a Alves Bebiano encontrar vasto campo onde exercesse a sua intelligencia e actividade, e de converter o seu trabalho em proveito da sociedade que o educara e da patria que tanto amava. Viu, com bastante pesar, que os seus conterraneos, desprezando as condições naturaes tão apropriadas ao desenvolvimento da industria fabril em larga escala, apenas se entregavam, como no tempo em que lá vivera, ao fabrico de tecidos da mais inferior qualidade, como eram a saragoça e o burel. Era pois dolorosamente certo que os seus patricios nenhum progresso haviam realisado na arte de fabricar, nos 16 annos que estivera ausente. Desde logo comprehendeu o partido que podia tirar das quédas e pureza das aguas, que formam a abundante ribeira que dá o nome á região, condições em demasia favoraveis á grande industria de que os habitantes de Castanheira de Pera apenas conheciam os rudimentos e de muito longe as vantagens. Pensou no estabelecimento d'uma fabrica de lanificios e traçou immediatamente o seu projecto, sem attender ás enormes difficuldades da sua realisação. Tendo passado a vida em outro genero de commercio, Alves Bebiano precisava dos conhecimentos necessarios para a empreza que pretendia encetar; sem estradas, o transporte do material atravez da escarpada serra da Louzã, seria extremamente difficil e obrigal-o-ia a enormes sacrificios. Não desanimou, porém, porque bem fortes eram as razões que o impelliam a semelhante emprehendimento: a consciencia do impulso grandioso que ia imprimir á industria da sua terra e do seu paiz, e a convicção de que o seu trabalho não seria improductivo. Construiu-se em pouco tempo uma casa, para onde vieram dezenas de machinas, que o accesso difficil da serra da Louzã não podera reter; duas largas e extensas levadas eram abertas para dar passagem á agua precisa a quatro motores hydraulicos, da força de 70 cavallos, e quatro machinas a vapor fôram destinadas a supprir os outros motores, quando o calor do verão faz desapparecer as aguas da ribeira. Trezentos operarios logo encontraram trabalho, e grande quantidade de artefactos de qualidades diversas principia a sahir todos os dias das officinas d'este estabelecimento, artefactos que fôram justamente apreciados nas exposições de Vienna d'Austria, Philadelphia, Paris, etc. Animados pelo exemplo e conselhos de Alves Bebianno, outros pequenos proprietarios não tardaram a imital-o, e em breve espaço Castanheira de Pera passava por uma transformação completa, convertendo-se com rapidez admiravel, de aldeia pobre e miseravel, em aldeia rica, laboriosa e alegre.

Alves Branco *(José Maria)*. Medico distincto contemporaneo. N. em Lisboa a 8 de fevereiro de 1825, f. a 8 de junho de 1885. Era filho de José Maria Alves Branco, primeiro official do ministerio da guerra, e de D. Quiteria Alves Branco. Formou-se na Escola-Medico-Cirurgica de Lisboa, e, pouco depois de encetar a sua carreira de clinico, foi mandado á ilha da Madeira, onde reinava com toda a violencia a epidemia da cholera-morbus; ali prestou o novel medico os mais relevantes serviços, estando prestes a succumbir, victima da sua dedicação. Voltou para o continente, e entrou com enthusiasmo no movi-

José Maria Alves Branco

mento scientifico. Filho da chamada *escola nova*, da renascença do ensino medico e cirurgico em Portugal, possuia uma forte educação scientifica e exercia a sua profissão com a maior solicitude e desvello. Dedicou-se tambem á litteratura medica, e escreveu no *Archivo universal*, jornal instituido em 1859, umas revistas semanaes sobre medicina, muito apreciadas; tornou-se um dos mais devotados socios da Sociedade das Sciencias Medicas, tomou parte activa nas suas discussões, e entregou-se com ardor á redacção do seu jornal. Entretanto tornara-se um medico muito afamado no hospital de S. José, ganhava fóros de excellente operador, sendo eximio na operação da ovariotomia; obtinha larga clinica particular e conquistava geraes sympathias. Estudava cuidadosamente todos os progressos da sciencia e lia todas as revistas scientificas estrangeiras. Juntamente com os seus collegas, os drs. José Joaquim da Silva Amado e Clemente José dos Santos, fundou o jornal *Correio Medico*. Foi vereador da camara municipal de Lisboa, professor de anatomia da escola de Bellas-Artes, director de enfermaria no hospital Estephania, sub-delegado de saude em Belem, presidente da Sociedade das Sciencias Medicas, socio da Academia Real das Sciencias, da Sociedade de Geographia e de outras corporações scientificas. O dr. Alves Branco teve sobretudo o merito de ser o implantador entre nós da cirurgia abdominal. Quando ha annos se pronunciou um energico movimento de opinião em favor da reforma dos nossos serviços hospitalares, Alves Branco entrou denodadamente n'esse movimento, com a palavra na Sociedade das Sciencias Medicas, e com a penna nos jornaes especialistas, podendo dizer-se que ganhou desde logo o primeiro posto n'esse movimento, que lhe valeu não poucos desgostos, mas que conseguiu fazer triumphar muitas idéas e alguns progressos uteis para o paiz. Chamavam-lhe o medico das mulheres e das creanças, por ser considerado o medico de olhar mais perspicaz e mais seguro para a pathologia tão delicada e ingrata das mulheres e das creanças. Em 1869 foi agraciado com a commenda da ordem de Christo, mas recusou essa mercê. Nos ultimos annos dedicou-se mais á politica, seguindo idéas republicanas; foi membro do directorio republicano portuguez, ao qual prestou serviços pelos seus prudentes conselhos e decidido amor á causa democratica. A sua morte causou o maior sentimento; no funeral viram-se incorporados os principaes membros da camara municipal, as escolas e os bombeiros, homenagem unanime e sincera, deliberada pela vereação, prestada ao seu collega. O dr. Alves Branco casara com D. Maria Felismina Alves Branco, que é hoje a sua saudosa viuva.

Alves Correia *(Antonio Narciso Rebello)*. Nasceu em Villa Real em 25 de maio de 1860 e morreu em 5 de janeiro de 1900. Dedicou-se á carreira pharmaceutica, mas apaixonado do ideal republicano, temperamento de luctador, começou escrevendo artigos para os jornaes. Breve, deixou a pharmacia e entrou para a redacção da extincta *Folha do Povo*. Pouco tempo passado, tinha logar na redacção do *Seculo*, onde emprehendia campanhas jornalisticas que deram brado, como a das obras do porto de Lisboa. Sahiu do *Seculo* para fundar o diario *Os Debates*. Supprimido este jornal por occasião da revolução de 31 de janeiro de 1891, substituiu-o a *Vanguarda*. Alves Correia era director-gerente e a propriedade pertencia a uma sociedade. Por divergencias com a empreza, deixou o jornal que dirigia em setembro de 1895, fazendo sahir em 1 novembro do mesmo anno o diario *O Paiz*. No *Seculo*, assim como na *Vanguarda* e no *Paiz*, Alves Correia mostrou raras qualidades de jornalista e de luctador. O *Seculo* deveu-lhe grande parte das suas prosperidades. A *Vanguarda* chegou, sob a sua direcção, a ter uma grande tiragem. Foi ruidosa principalmente a campanha que ahi levantou contra a policia de Lisboa e que obrigou o governo a substituir os seus funccionarios, creando uma nova organisação policial. O *Paiz* foi o seu ultimo jornal, aquelle que lhe mereceu mais trabalho e mais amor, podendo dizer-se tambem que foi aquelle onde encontrou a morte n'um fatigante trabalho superior á sua debil organisação physica. O *Paiz* foi dos jornaes populares portuguezes o primeiro que tomou uma feição moderna. E foi tambem aquelle com que, nos ultimos tempos, se iniciaram as perseguições extralegaes, como apprehensões e censura previa. Alves Correia foi sempre um apaixonado da idéa republicana, que serviu dentro e fóra d'ella, e um honestissimo trabalhador que passava os dias e as noites á banca da sua redacção. Morreu e viveu pobre, por se ter sempre sacrificado pelas opiniões, sem transigencias nem fraquezas. Defrontou sabres e pistolas no chamado campo da honra como defrontou bengaladas nas ruas e difamações calumniosas nos jornaes sem nunca succumbir nem fraquejar. Da sua lealdade dá conta um exemplo, entre muitos outros. Um dia, um redactor da *Vanguarda*, sendo elle director, escreveu um *suelto* que elle viu só depois de publicado e censurou asperamente. Dias depois, entrava alguem na redacção do jornal, e, como offendido, aggrediu Alves Correia. Este podia afastar as responsabilidades. Não as afastou. Na noite seguinte, em S. Carlos, dezenas de pessoas o aggrediam ao mesmo tempo pelo mesmo facto: elle nem então declinou as responsabilidades que de direito lhe não cabiam. Escrevendo muito, lia tambem muito, e era assim, á custa do proprio trabalho, muito illustrado. Dos trabalhos jornalisticos que attestam a sua illustração, lembram-nos as *Lições da Historia*, publicadas no *Paiz*, série de artigos fazendo a historia commentada dos modernos tempos, bem digna de passar das folhas perdidas do jornal para a perpetuidade do livro. Foi morto pela tuberculose esse bello temperamento de jornalista que, no delirio d'uma longa e torturante agonia, pedia aos que o rodeavam que escrevessem o que elle ia dictar e que, depois, como que a mostrar as preoccupações de toda a sua vida, no momento de extinguir-se, gritava, entre os ultimos exorcismos: — Republica... Patria... Patria!...

Alves Coutinho *(Bento)*. Poeta bucolico que escreveu: *Ecloga pastoril do pastor Lorindo, e conselhos do pastor Anfriso*, Lisboa, 1784.

Alves Crespo *(Joaquim Pedro)*. Medico distincto, escriptor e poeta. N. na Marinha Grande, em 1847. Pertence a uma familia illustre, que por varias vezes tem figurado na politica do paiz. Cursou preparatorios em Coimbra e em Lisboa. Matriculou-se na Escola Medico-Cirurgica da ca-

pital, e terminou o curso a 27 de julho de 1871, defendendo these inaugural, que imprimiu e publicou com o seguinte titulo: *Breves reflexões sobre a symptomatologia e tratamento dos aneurismas arterio venosal a proposito de um caso observado na clinica de ensino na escola medico-cirurgica de Lisboa.* Lisboa, 1871. Apenas se formou, o dr. Alves Crespo, modestissimo por indole, abandonou a vida da capital para se retirar á clinica da provincia, indo fixar a sua residencia na Ericeira, onde ainda actualmente exerce os cargos de medico do partido municipal e de guarda-mór de saude. E' muito considerado e muito estimado na Ericeira, não só pelo seu valor como medico, mas tambem pela dedicação e carinho com que trata os doentes, quer sejam ricos, quer sejam pobres. O dr. Alves Crespo é tambem escriptor e apreciado poeta; as suas mimosas poesias teem affinidades litterarias com Campoamor, que elle adora com todo o enthusiasmo, e do qual traduziu algumas das mais sentidas *Doloras* de tão eminente poeta hespanhol. O dr. Alves Crespo não é ambicioso de gloria, e por isso não pensou nunca em reunir em volume as suas poesias lyricas que se encontram disseminadas por muitos jornaes, como a *Civilisação,* de Coimbra, *Fructos academicos, Revolução de Setembro,* etc. O dr. Alves é tambem muito amante de theatro. Conhece toda a litteratura dramatica do nosso paiz, e escreveu uma comedia n'um acto, em verso, intitulada: *Um jogo de cartas,* que se representou no theatro de D. Maria, e parece que conserva outras peças ineditas. Já por duas vezes percorreu a Europa, visitando a França, a Italia, a Suissa, enriquecendo pelas suas proprias impressões pessoaes um espirito naturalmente avido de saber e finamente observador. Casou com uma senhora illustradissima, filha do conselheiro Moreira, que foi preceptor dos filhos mais novos da rainha D. Maria II. O dr. Alves Crespo vive, ora na sua casa de Mafra, ora na Ericeira, entregue ao amor da familia e tratando dedicadamente os seus doentes.

Alves Diniz *(Manuel Joaquim).* Nascido em Cabriz, pequena aldeia de Traz-os-Montes, districto de Villa Real, é hoje um dos negociantes mais importantes da praça de Lisboa. Veiu para a capital, chamado por um velho tio, que, n'essa occasião, estava estabelecido na rua dos Retrozeiros com uma loja de mercearia. A sua iniciativa depressa se revelou. Por morte do tio ficou proprietario do referido estabelecimento que tratou logo de desenvolver, fundindo-o com a importantissima casa de Araujo Couto, para onde depois mudou definitivamente. E' essa a casa que hoje lhe pertence, e que no seu genero é sem duvida alguma a primeira da cidade. Com effeito, quem passar pela rua de S. Julião, n.os 96 a 106, ha de notar o enorme movimento em assucar e café d'esse estabelecimento que fornece uma grande parte dos seus congeneres no paiz. Fazendo parte de quasi todos os bancos e companhias, o sr. Alves Diniz, que conta 64 annos de edade, occupa hoje uma das primeiras situações tanto no commercio como na finança portugueza.

Alves Faca *(Zacharias).* Bacharel nas faculdades de leis ou canones, pela Universidade de Coimbra. Escreveu: *Academia das mulheres, ou o liberalismo do seculo, combatido até pela fraqueza d'este sexo,* etc. Coimbra, 1823.

Alves Feijó *(D. José Luiz).* Bispo de Bragança e de Miranda, do conselho de S. M., commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, par do reino, etc. Tomou posse do seu logar na camara alta, em 28 de julho de 1871. Falleceu em Bragança a 7 de novembro de 1874. Escreveu: *Carta pastoral que dirige de Lisboa ao cabido, clero e povo da sua diocese, para saudal-os e avisal-os da sua preconisação, sagração e proxima partida para o meio d'elles,* Lisboa, 1866; *Pastoral ao clero e fieis da sua diocese,* (datada de Bragança a 29 de junho de 1873), Lisboa, 1873. Trata principalmente de instrucções rituaes e lithurgicas aos parochos da diocese.

Alves Machado *(Manuel Joaquim Alves Machado, visconde de).* Procurador da junta geral do districto do Porto, commendador da ordem de Christo, abastado capitalista, residente na cidade do Porto. Nasceu no logar de Cabriz a 4 de fevereiro de 1826. É filho de Bernardo José Alves e de Cypriana Rosa Alves, honrados lavradores. Recebeu uma pequena mas forte e radicada educação, que os portuguezes velhos costumavam dar, e que produziu tantos duros caracteres stoicos, assentes sobre um fundo de rudeza, que leva de vencida a admiração dos contemporaneos. A pequena aldeia de S. Pedro de Cerva, do concelho de Ribeira de Pena, a que pertence o logar de Cabriz, não era theatro para largos commettimentos, e os paes de Alves Machado enviavam aos doze annos, em 1838, para o Rio de Janeiro o filho que tanto estremeciam. Empregou-se n'aquella cidade, como caixeiro, na casa Fonseca, Sá & C.ª, um dos maiores estabelecimentos do Brazil; passou depois para a casa Povoa & Medeiros, e por ultimo esteve na de Bastos, Vieira & C.ª. O seu nome tornou se em pouco tempo um dos mais respeitaveis da colonia portugueza, e o governo imperial chamou-o ao logar honrosissimo de arbitro em todas as questões da alfandega, apesar de ser estrangeiro, o que é duplamente notavel. As operações commerciaes, coroadas d'um singular exito, tornaram-n'o em breve, um potentado financeiro. E' então que o coração grande e generoso se revela, e não contente de ceder a seu irmão mais velho todo o quinhão da herança do pae, principescamente accrescentado de numerosas dadivas, não contente ainda de beneficiar toda a sua familia, abre a muitos desherdados da fortuna as portas do trabalho, auxilia todas as vocações, não sómente no ramo commercial, mas ainda no ramo litterario, descerrando as portas das universidades e das escolas superiores a muitos que sem o seu auxilio, as não frequentariam nunca. Alves Machado voltou a Portugal em 1870. Senhor d'uma fortuna avultadissima, deixara ainda no Brazil os seus negocios em liquidação e só dois annos depois é que definitivamente veiu installar-se em Portugal. Invadindo a febre amarella fortemente o Rio de Janeiro, o ministro Rio Branco, de accordo com os seus collegas do ministerio, nomeou uma commissão para acudir a tão grandes males. Entre os nomes dos conhecidos e importantes capitalistas que fôram convidados, figura o de Alves Machado, que na qualidade de estrangeiro, representava na commissão os interesses das demais nações. Era amigo intimo e compadre dos chefes politicos Zacharias de Vasconcellos e Rio Branco. A commissão tinha ao seu dispôr os seus cafezaes, os seus enormes ca-

sarões e todo o numeroso pessoal de que dispunha; elle só, tinha ás suas ordens vapores, correios, telegraphos, comboios, porque convinha afastar os estrangeiros do fóco da epidemia. Admiravel na sua dedicação, Alves Machado conduziu, porque era elle quem presidia aos trabalhos, para cima da serra quatro mil emigrantes de doze differentes nacionalidades, segundo resam as estatisticas, e assim salvou a todos da terrivel epidemia. Recusou as recompensas que o governo lhe offerecia, e foi preciso que elle regressasse a Portugal, de viagem pela Europa, para lhe poderem lançar ao peito a ordem da Roza. Em 1873, Alves Machado, voltando de Vienna d'Austria, onde fôra visitar o glorioso certamen da exposição, fixou-se em Portugal. Entrando na politica, filiou-se no partido regenerador, sendo o presidente d'aquelle partido no Porto. Era amigo do grande estadista Fontes Pereira de Mello. Foi levado por surpreza á junta geral do districto do Porto, porque Alves Machado preferia presidir á Real Associação de Beneficencia, ser da Misericordia ou do conselho de Beneficencia, do que presidir ás assembléas legislativas. Recusou o pariato, que lhe foi offerecido, assim como outras diversas dignidades; sómente não poude eximir-se a acceitar o titulo de visconde, a que lhe juntou os appellidos de familia, unica herança que tomara do legado de seus paes. O titulo foi-lhe concedido por decreto de 15 de maio e carta de 21 d'agosto de 1879. Por morte de Fontes Pereira de Mello, adheriu ao grupo do partido de Barjona de Freitas. Escreveu: *O senador Zacharias de Góes e Vasconcellos, julgado pela imprensa do seu paiz por occasião do seu fallecimento.* Porto, 1879. O prologo d'este livro, que insere grande numero de artigos de jornaes brazileiros, é assignado tambem por Manuel José Rabello, então ministro do Brazil no Porto.

Alves Martins *(D. Antonio).* Religioso franciscano, doutor em theologia pela Universidade de Coimbra, conego da Sé Patriarchal, enfermeiro-mór do hospital de S. José, bispo de Vizeu, deputado em varias legislaturas, par do reino, e ministro de estado honorario. N. na Granja de Alijó, districto de Villa Real, a 10 de fevereiro de 1808, f. no paço episcopal de Fontello a 5 de fevereiro de 1882. Era filho de José Alves Martins. Entrou na ordem de S. Francisco da penitencia, tomando o habito de professo a 21 de maio de 1825, indo para Evora estudar philosophia, e matriculando-se no anno seguinte, em Coimbra, no Collegio das Artes, onde estudou, além de theologia, as sciencias mathematicas. No seu terceiro anno do curso universitario foi riscado, por se haver mostrado affeiçoado á revolta militar do Porto, de 16 de maio de 1828. Esta revolta foi resultado da acclamação do infante D. Miguel, em Lisboa, acclamação forçada, que na maior parte do paiz achou séria opposição. A Universidade esteve fechada, em consequencia d'estes acontecimentos politicos, no anno lectivo de 1828 a 1829, tornando a abrir nos annos 1829 a 1830, e 1830 a 1831, e fechando novamente em 1832. No entretanto, a revolta do Porto em 1828, não o impedira de seguir as aulas da sua congregação, sendo pouco depois, apesar de muito novo, nomeado mestre da sua ordem. Dentro do peito batia-lhe, porém, um coração ardente e apaixonado, que o burel de franciscano não conseguira amortecer. Com o seu temperamento bellicoso, a cella monastica era insufficiente para o seu espirito sedento de liberdade, e alistou-se como voluntario no regimento de Alijó, pelo que foi processado, conseguindo, porém, acolher-se á piedosa protecção do convento. Mas o seu espirito irrequieto não estava satisfeito. Afigurava-se-lhe um crime permanecer tranquillo na clausura, quando a patria precisava de defensores. Não podendo, portanto, socegar, conseguiu ser nomeado, em 1832, capellão da armada na fragata *Perola.* Os miguelistas não o perdiam de vista, porque o seu espirito de patriota bem se evidenciava, e Alves Martins foi novamente preso e processado, sendo encerrado na cadeia de Coimbra. Por motivo de segurança, lembraram-se de o transferir para as enxovias da villa d'Almeida, mas no caminho conseguiu fugir, e passando as maiores angustias e privações teve de ir acolher-se ao hospital de Leiria, onde recuperou as forças perdidas nas inclemencias e durezas da sua vida de foragido. Terminada a guerra civil, em 1834, pela convenção de Evora-Monte, a Universidade tornou a abrir, e Alves Martins matriculou-se no primeiro anno de mathematica; em 1835 voltou para a faculdade de theologia, onde concluiu com muita distincção o curso, doutorando-se a 16 de julho de 1837. Foi mais tarde, em 1839, nomeado, por concurso, lente da cadeira de geographia e historia no Lyceu Nacional do Porto. Em 1842 foi eleito deputado, e no anno seguinte, 1843, estando no Porto, teve a intimação de se recolher ao castello da Foz, sendo accusado de entrar em conluios revolucionarios; pouco tempo depois recuperou a liberdade. Quando se deu a revolução de 1846, Alves Martins novamente appareceu no seu posto de combatente, em que sempre se conservou até á convenção de Gramido, com que terminou a lucta. O valente patriota, o destemido liberal, voltou a occupar a sua cadeira de professor no Lyceu Nacional do Porto. O bispo de Vizeu collaborou e foi redactor em differentes jornaes politicos e litterarios do Porto e de Lisboa, nomeadamente da *Esperança,* do *Nacional* e do *Primeiro de Janeiro,* jornal que se publica ainda hoje, apoiando a Regeneração, de que mais tarde se desligou, por ella não realizar inteiramente o seu programma economico e politico. Em 1858, e parece que nos annos seguintes, tambem collaborou no *Jornal do Commercio,* de Lisboa. Em 1862, sendo nomeado lente da Universidade de Coimbra, optou pela cadeira de conego na Sé de Lisboa, continuando sempre, quer no parlamento, quer na imprensa, a combater os abusos do poder. Em 1861 foi nomeado enfermeiro-mór do Hospital de S. José, e em julho do anno seguinte, 1862, foi eleito bispo de Vizeu, sendo confirmada a eleição por Pio IX, a 25 de setembro do mes-

D. Antonio Alves Martins

mo anno; tomou posse por procuração, em 7 de novembro, chegou a Vizeu em 25 de janeiro de 1863, pousando no paço episcopal de Fontello, fazendo a sua entrada solemne em 29 do referido mez. O bispo de Vizeu afastou-se então, por completo da politica, até 1867, deixando até de comparecer na camara dos pares, onde a sua nova dignidade lhe dera accesso. Em junho de 1867, foi a Roma com outros bispos, a convite de Pio IX, para assistir ás grandes festas que então se realisaram n'aquella cidade em commemoração do 18.º centenario dos apostolos S. Pedro e S. Paulo, e á canonisação de alguns santos. Todos os prelados, que eram em numero de 485, dirigiram uma mensagem ao papa, protestando pela necessidade do poder temporal do santo padre, saudando o como rei de Roma e infallivel. Todos os bispos assignaram esta mensagem, menos o bispo D. Antonio Alves Martins, a despeito das instancias dos seus collegas, porque o seu caracter independente assim o aconselhava, recorrendo ao embaixador de Portugal junto ao Vaticano, para que o seu nome fôsse retirado d'aquelle documento, por não concordar com as affirmações doutrinarias n'elle exaradas. D. Antonio provou assim bem não ser nada ambicioso, porque de todos aquelles bispos, alli reunidos, era um dos mais pobres, e se tivesse ambições e aspirasse, como outros, a mitras mais rendosas, promptamente subscreveria. No anno de 1868, o duque de Loulé convidou o bispo de Vizeu a entrar n'um ministerio por elle presidido; não conseguindo, porém, o duque cumprir a missão de que fôra incumbido, el-rei D. Luiz encarregou o bispo de organisar gabinete, encargo que elle acceitou, constituindo o novo ministerio a 22 de julho de 1868. O programma politico apresentado ao parlamento resumia-se em pouco: «augmento de receitas e diminuição de despezas». D. Antonio, como homem essencialmente probo e desinteressado, entendia que o seu programma devia ser acolhido com toda a sympathia, mas enganou-se; teve de luctar muito contra aquelles que se viam lezados nos seus interesses; os projectos de reforma economica, que tentou pôr em pratica, não poupava pessoa alguma, não fazia excepções nem para si proprio. Em vez de se locupletar e os seus parentes e amigos, dando-lhes collocações e commissões rendosas, a lealdade e o patriotismo do bispo de Vizeu não collocou nem um só; começou por deduzir importantemente os vencimentos de todos os funccionarios, sem exceptuar os bispos e o clero, pelo que elle tambem soffria, tanto como bispo, como ministro de estado. Um governo economico não convinha; e o bispo, depois de luctar com uma vigorosa opposição, conheceu que a reforma economica que imaginara era de inexequivel execução, e o ministerio demittiu-se um anno depois de ser organisado. Completamente desilludido, retirou-se á paz da sua residencia episcopal de Fontello, d'onde attentamente seguia os successos politicos do paiz, que elle commentava em linguagem, por vezes, pittoresca, mas expressiva. A sua phrase, *anda cousa no ar*, popularisou-se e ficou celebre. A vida politica do bispo de Vizeu terminou definitivamente com a fusão dos partidos historico e reformista, de que nasceu o partido progressista. D. Antonio Alves Martins era muito illustrado e muito energico, foi tambem um distincto orador sagrado, e correm impressos alguns dos seus sermões. A sua vigorosa personalidade impunha-se, não acceitava imposições. Porque era forte, era franco, e quando a cortezia se lhe afigurava tibieza ou dissimulação, dispensava-a por importuna. Fallava no paço com alma á flôr dos labios, e conta-se que até a egreja lhe ouviu palavras sinceras que não soavam exactamente com o crepitar do incenso no thuribullo. Era excessivamente caridoso, protegeu, amparou sempre muito os parentes, dando boa educação aos sobrinhos; era mais prelado dos albergues da indigencia, do que na cathedral faustosa, e em vez de andar com a mão erguida a espargir orgulhos e benções, occultava-a para espalhar esmolas. Morreu pobre e pobre sempre vivera, com a maior singeleza, sem fausto nem apparato algum. A' hora da morte sómente fallava na falta que fazia aos pupillos da sua caridade. Os seus restos mortaes fôram trasladados para o cemiterio publico da villa d'Alijó, onde repousam n'um modesto mausoléo. Escreveu as seguintes obras: *Grandes questões d'Economia Social tractadas por M. M. Thitti e Lammenais, postas em vulgar*, Porto, 1841; *Duas palavras ácerca da eleição do Porto em 1851*, Lisboa 1851; *Sermão nas exequias de Sua Magestade Fidelissima a Senhora D. Maria II mandadas celebrar pela Camara Municipal de Alijó;* Lisboa, 1855; *Desaffronta da commissão de inquerito nomeada por Decreto Patriarchal de 22 de Julho de 1856 para conhecer do exercicio da Camara Ecclesiastica de Lisboa*, Lisboa, 1857. Posto que este documento seja conjunctamente assignado pelos dois outros membros da commissão, parece que a sua coordenação e redacção foi especialmente encarregada ao bispo de Vizeu; *Discurso moral e politico, recitado em 4 de abril de 1836, na Sé cathedral de Coimbra, por occasião da benção da bandeira do corpo da Guarda nacional da mesma cidade*, Coimbra, 1836; *O nove de Outubro, ou breves considerações sobre a ultima guerra civil, por um liberal*. Porto, 1849; *Sermão prégado no mosteiro de N. S.ª da Conceição de Portalegre na solemnidade de S. Bernardo, patriarcha d'aquella ordem*, Lisboa, 1859; *Oração funebre recitada nas exequias de S. M. el-rei sr. D. Pedro V, no dia 11 de Dezembro de 1861, na egreja patriarchal de S. Vicente de Fóra*, Lisboa, 1862. No *Archivo universal*, tomo IV, publicado em 1861, escreveu alguns artigos importantes.

Alves Martins *(Padre Luiz Gaspar)*. Abbade de Villar. Conhece-se d'elle as seguintes obras: *Questão nacional sobre a auctoridade e direitos do povo em o governo. Traduzido de Barruel*, Lisboa, 1823: *O Liberalismo desenvolvido moral e philosophicamente, etc*, Lisboa, 1823; *Dedicatoria apologetico-politica do muito alto e muito poderoso senhor D. João VI, rei do reino unido de Portugal, Brazil e Algarves*, etc. Lisboa, 1823; 4.º de CXXVIII-I-157 pag. A dedicatoria que occupa a primeira parte d'este, livro, tem no fim a assignatura do autor. A segunda parte, de pag. 1 a 157, é traduzida com o titulo: «*Exposição e demonstração dos verdadeiros principios sobre a auctoridade e soberania*.»

Alves Matheus *(Joaquim)*. Bacharel formado em theologia na Universidade de Coimbra, deputado em differentes legislaturas, par do reino, distincto orador sagrado, conego da sé d'Angra do Heroismo, d'onde foi transferido, em 1862,

para a sé de Braga. N. em Santa Combadão em 1835. Dizem que se estreou na tribuna sagrada n'uma egreja do Porto, em 1860. Como orador, tornou-se muito notavel pela vernaculidade da linguagem e elevação dos conceitos; e tanto na camara electiva como na dos pares, a sua palavra prestigiosa era sempre ouvida com respeitosa attenção. Alves Matheus ha muito que abandonou a tribuna sagrada. Escreveu: *Oração congratulatoria no consorcio de suas magestades fidelissimas o senhor D. Luiz I e a senhora D. Maria Pia de Saboya, que por occasião do* Te Deum *mandado celebrar pela camara municipal da cidade do Porto, recitou na sé cathedral da mesma cidade em 7 de outubro de 1862,* Angra do Heroismo, 1863; *Sermão de Nossa Senhora da Lapa, pronunciado em 3 de maio de 1872 na sua real casa da cidade do Porto,* Porto, 1872; *Oração funebre que, nas exequias de sua magestade imperial o senhor D. Pedro IV, celebradas no Porto na real capella de Nossa Senhora da Lapa, recitou a 24 de setembro de 1860,* Porto, 1861; *Oração funebre que, nas solemnes exequias de sua magestade elrei o senhor D. Pedro V, mandadas celebrar na sé cathedral do Porto pela camara municipal, recitou,* etc. Porto, 1862; *Oração gratulatoria e commemorativa do 1.º de dezembro de 1640, que, em igual dia de 1868, recitou na sé de Braga,* etc. Braga, 1869; *Oração funebre do marquez de Sá da Bandeira, nas exequias mandadas celebrar pelo centro do partido reformista na egreja da Encarnação, da cidade de Lisboa, no dia 21 de fevereiro de 1876,* Lisboa, 1876.

Alves Mendes *(Antonio da Silva Ribeiro).* Distincto orador sagrado. N. na villa de Penacova a 19 d'outubro de 1838; era filho de Joaquim Alves Ribeiro, operario, e de D. Joaquina Mendes da Silva. Frequentou o Lyceu de Coimbra, de 1853 a 1858, e quasi simultaneamente, 1856 a 1858, o curso superior do Seminario da mesma cidade. Em ambos esses estabelecimentos escolares recebeu as provas mais sympathicas da sua intelligencia e applicação, pois no primeiro ficou distincto em quasi todos os exames, e no segundo distincto em todos os actos. Entrando para a Universidade, formou-se em theologia, em 1859, sendo sempre premiado; em 1861 foi ordenado presbytero; em 1863, nomeado parocho do Valle de Remigio, e n'esse mesmo anno, apresentado conego da sé do Porto, com obrigação de ensino no seminario, regendo, por espaço de doze annos, com superior talento, a cadeira de eloquencia sagrada e theologia pastoral; orador muito fluente, os seus discursos assignalam-se pela eloquencia da fórma, brilho litterario, e imagens poeticas e elegantes, com que os enaltece. A sua fama de prégador notavel de ha muito se accentuara no Porto e em muitas terras da provincia, faltava-lhe, porém, a consagração da capital, onde, comtudo, o seu nome já era bem conhecido e respeitado. Proporcionou-se occasião de prégar em Lisboa, na solemnidade commemorativa do dia primeiro de dezembro; o dr. Alves Mendes escreveu um discurso imponente, de elevado valor historico, intitulado: *Patria!* que não chegou a ser pronunciado, mas que foi impresso. Quando se tratou da trasladação dos restos mortaes do grande historiador Alexandre Herculano para a egreja de Belem, o dr. Alves Mendes recebeu convite para pronunciar o elogio funebre n'aquella grandiosa cerimonia. O assumpto era bem espinhoso, porque ninguem ignora o bem definido papel que Alexandre Herculano desempenhou litterariamente em assumptos religiosos, de que resultou grande polemica com o clero. Foi até devido a esta circumstancia, talvez, que se levantaram difficuldades, procurando desviar o distincto orador d'aquella missão, d'aquella homenagem prestada ao illustre historiador. As difficuldades apresentadas chegaram ao parlamento, mas conseguiu-se que fôssem destruidas, e o dr. Alves Mendes subiu ao pulpito, na presença d'um auditorio respeitavel, composto das principaes pessoas do paiz, tanto em politica como em litteratura, altos funccionarios civis e militares, etc. Nunca em nossos dias orador algum, na cadeira, na tribuna, no fôro, vira tantas capacidades assim aggregadas á sua voz. A essa congregação correspondia a grandeza epica do templo, e á grandeza do templo a magestade do assumpto. O longo discurso causou a maior sensação e enthusiasmo. E' na realidade uma peça oratoria, brilhante,

Antonio da Silva Ribeiro Alves Mendes

conceituosa, e que para justificar o seu grandissimo valor, basta saber-se que se imprimiu, e logo se esgotaram duas importantes edições. E' notavel a fórma como o distincto orador se refere constantemente ao grande religioso que por vezes incorrera nas iras da Egreja. Nada ha alli que offenda os dogmas catholicos nem que amesquinhe a pureza ideal religiosa do abalisado escriptor. «Depois, dizia o orador, se elle incorrera em alguma censura, não estava sufficientemente perdoado desde que a propria Egreja lhe consagrara em todos os actos que se succederam á sua morte, as orações e as primicias que tributa aos seus fieis?» A carreira oratoria do conego Alves Mendes é muito longa; desde o mais amplo templo e a solemnidade mais sumptuosa, até á pequena capella e a festa mais simples, o illustre orador tem feito ouvir a sua palavra arrebatadora e conscienciosa. Nas exequias de D. Pedro IV, na egreja da Lapa, o conego Alves Mendes tem sido por diversas vezes, encarregado do elogio do imperador, n'aquella saudosa commemoração, em que sómente tem orado os primeiros e mais apreciaveis prégadores. D'um excellente artigo do conselheiro Ferreira Lobo, publicado no *Diario Illustrado* de 14 de julho de 1889, extrahimos os seguintes paragraphos: «Parece que as palavras se lhe decompõem n'outras palavras, que não em syllabas; falta a respiração a quem o ouve, não cança elle, que diz tudo d'um folego: esvae-se a attenção que quer seguil-o, só elle não desmaia nas alturas vertiginosas a que se eleva. Mas se quer substanciar, reduzir, apertar, chega a fazer a synthese de dezenove seculos em dezenove palavras ou poucas mais, como n'um discurso ainda inedito, que ha pouco se lhe ouviu em Lisboa. A's vezes

basta um pensamento, um conceito, uma idéa, uma phrase para tornar celebre um discurso. Qualquer imagem, qualquer phrase de Alves Mendes assignalaria um discurso. Chega a prejudical-as a abundancia; tão apertadas, abafam, suffocam-se. Não ha que preferir ou que escolher; boa selecta são os capitulos dos seus livros, a collecção dos seus discursos. Tem ainda no mais alto grau este outro predicado: a memoria. E' verdadeiramente prodigiosa, porque é incansavel, inexgotavel, d'uma promptidão e d'uma fidelidade, dignas de inveja. E que riquissimos thesouros estão lá dentro! Não póde por isso ser repentista, que se o quizera ser, cahiria por força no que traz feito e decorado. Esta superabundancia prejudica ás vezes a unidade dos seus discursos. A' elevação dos pensamentos, á grandeza das idéas, ao relevo das figuras, á fluencia da dicção, á propriedade da phrase deixa toda a acção, todo o effeito, toda a vida do discurso.» Mas não é só no pulpito que o dr. Alves Mendes tem demonstrado o seu elevado talento. Os seus escriptos são egualmente completos primores de estylo e de vernaculidade. O seu livro do viagens, intitulado: *Italia,* é de grande merecimento. A proposito d'esta obra, alguem tentou denegrir-lhe o mérito, arguindo o autor de ter transcripto algumas paginas dos *Recuerdos de Italia,* obra de Emilio Castelar, de quem era amigo intimo; o conego Alves Mendes escreveu então aquelle celebre opusculo de combate litterario: *Os meus plagios,* e viu-se que o distincto prégador era tambem um polemista terrivel. Por occasião d'uma controversia sobre a philosophia de S. Thomaz d'Aquino, escreveu e publicou dois opusculos importantes: *Um quadrupedante á desfilada,* e *Thomista ou tolista?* N'esses opusculos observa-se a subtileza da critica e a formosura da phrase com que fustiga e ridicularisa os seus contendores. Como orador e escriptor, o dr. Alves Mendes enthusiasma e arrebata pelo seu dizer puro e pela riqueza das suas concepções; como polemista e adversario é temivel, pela fórma singular com que argumenta, ironica, mordaz, até burlesca, mas sempre graciosa e feliz. O conego Alves Mendes publicou ainda outros livros de polemica: *O priorado de Cedofeita, Corrida em pello ao Silvano da «Ordem».* Dos seus sermões, além da *Patria* e elogio de *Alexandre Herculano,* estão publicados os seguintes: *Crença e Caracter,* elogio de *Fontes Pereira de Mello,* de *D. Margarida Relvas,* etc. Tem collaborado em muitos jornaes litterarios e religiosos, e escreveu o prefacio do *Album* dos mais notaveis trabalhos do distincto estatuario Soares dos Reis.

Alves Passos *(Manuel Joaquim).* Medico cirurgião pela Escola do Porto, professor da cadeira de Introducção á Historia natural dos tres reinos, no Lyceu Nacional de Braga. N. na freguezia de Refoyos, concelho de Cabeceiras de Basto, a 4 de fevereiro de 1816, f. em 1881. Frequentou a Escola medico-cirurgica, do Porto, e parece que começou a exercer clinica n'aquella cidade, onde publicou em 1840 um *Estudo sobre alguns synonimos da lingua portugueza.* Concorreu depois á cadeira de Introducção no Lyceu de Braga, em que foi provido. Achava-se n'esta cidade em 1862, quando de accordo com um official de caçadores, promoveu uma insurreição militar contra o governo progressista, insurreição que se mallogrou, depois de ter dado ainda origem á morte do major Vasconcellos. Alves Passos emigrou então para Hespanha, d'onde regressou pouco tempo depois, por ser comprehendido na amnistia, e continuou a sua clinica em Braga, onde adquiriu fama de excellente operador. Em 1871 foi eleito deputado, e representou o circulo de Villa Verde durante duas legislaturas. Alves Passos fundou o jornal *Bracharense.* Escreveu tambem: *Ao povo. Sobre as aguas sulfurosas de Curraes, aguas-santas da fonte de Nossa Senhora, onde se começaram as novas caldas no concelho de Cabeceiras de Basto.* Porto, 1846.

Alves Pereira *(Padre Joaquim).* Bacharel formado em theologia pela Universidade de Coimbra, arcediago na Sé cathedral, e capellão-mór da real capella da Universidade, professor de theologia no seminario episcopal, e examinador do bispado: director do collegio das Ursulinas, socio do Instituto, etc. N. em Coimbra a 7 de outubro de 1815, onde tambem morreu a 30 de maio de 1869. Principiou por publicar umas novenas, mas depois entregando-se a estudos historicos, escreveu um *Resumo historico da Santa Casa e Irmandade da Misericordia da cidade de Coimbra* 1842, e publicou tambem no *Instituto* uma memoria sobre o convento de S. Francisco. Escreveu mais: *Novena em reverente desaggravo do sagrado coração de Jesus, pelos desacatos commettidos contra o seu amor no SS. Sacramento da Eucharistia: ordenada para nove dias em cada mez, por um seu servo inutil,* Coimbra, 1836; *Novena das cinco chagas de nosso senhor Jesus Christo,* Coimbra, 1854; *Descripção da visita que o ex.mo e rev.mo sr. bispo-conde D. Manuel Bento Rodrigues fez ao real collegio das Chagas em S. José de Coimbra.* Segundo se lê no *Diccionario bibliographico,* é continuação (sem rosto especial, mas com diversa paginação) da *Memoria sobre a fundação e progressos do R. Collegio das Ursulinas de Pereira,* publicada anonyma, e que apesar da positiva declaração do sr. conselheiro Basilio Alberto de Sousa Pinto, inserta no jornal *Observador* de 16 de julho de 1850, ainda muitos insistem em ter por autor d'ella o padre Joaquim Alves Pereira: *Ceremonial das Ursulinas, approvado e confirmado pelo ex.mo e rev.mo sr. D. Manuel Bento Rodrigues, arcebispo-bispo de Coimbra, conde de Arganil, para uso das religiosas Ursulinas da sua diocese,* Coimbra, 1852; *Elementos de desenho linear,* Coimbra, 1853. Diz-se que o mais valioso das suas obras, foi o que deixou em manuscripto, em que se contam uma Memoria ácerca do convento de Sant'Anna, uma collecção preciosa de mais de quatrocentas pastoraes dos bispos de Coimbra, todas por elle publicadas, e sobretudo o seu *Consciso* em 2 vol., preciosa collecção de factos curiosos da Coimbra antiga e contemporanea. A sua morte foi muito sentida. O sr. dr. Laranjo, então alumno do seminario, recitou a *Oração funebre;* publicou-se a sua biographia em folheto, e o *Conimbricense* consagrou-lhe um saudoso artigo.

Alves Pereira *(Vital Prudencio).* Cavalleiro da ordem da Torre e Espada, tenente graduado do batalhão de caçadores n.º 2, etc. N. em Lisboa a 28 d'abril de 1823, f. em março de 188?. Assentou praça em dezembro de 1840, foi despachado alferes em junho de 1850; seguiu depois os postos até coronel na arma de infantaria, em que sempre serviu. Foi alguns annos ajudante de caçadores n.º 2, acompanhou o general barão do

Rio Zezere á inspecção de muitos corpos, sendo por ultimo nomeado chefe do estado maior da inspecção da arma de infantaria, logar em que falleceu. Publicou em 1850, sendo ainda sargento de infantaria n.º 10, *Cathecismo de tactica elementar, extrahido da terceira parte do Regulamento para o ensino e exercicio da infantaria, publicado em 1841.* Escreveu mais: *Collecção systematica das Ordens do Exercito, desde 1809 até 1858, seguida de um additamento com as ordens publicadas desde o 1.º de Janeiro de 1859 até o fim da publicação, e annotada com diversas portarias, officios, circulares e outras differentes peças officiaes, não publicadas nas ordens do exercito, etc.*, Lisboa, 1859. Prudencio Alves Pereira collaborou em varios jornaes, publicando no *Jornal do Commercio* uma série de folhetins, intitulados: *Quadros militares,* em que trata de assumptos da historia militar portugueza; na *Revista militar* publicou tambem uma interessante noticia da nossa divisão auxiliar á Hespanha, em 1837.

Alves Quintella *(José Luciano).* Cirurgião-medico, pela Escola Medico-Cirurgica do Porto. N. em Grijó do Valbemfeito, districto de Bragança, em 19 de março de 1847. Defendeu these a 28 de julho de 1874, a qual publicou, com o seguinte titulo: *Pathogenia da septicemia cirurgica,* Porto, 1874.

Alves Rente *(Francisco).* Compositor d'opereta, muito popular no Porto. N. n'esta cidade a 7 de setembro de 1851, falleceu em Lisboa a 10 de maio de 1891. Aos oito annos começou a cantar de soprano nas egrejas, tendo por mestre José Candido Correia Guimarães, musico notavel, mas que apenas era conhecido por José Candido. Tão bem soube aproveitar as suas lições, e tanto gosto e vocação tinha para o estudo, que aos 14 annos já occupava o logar de primeiro violino no theatro de S. João, e pouco depois apresentava-se como solista. No 1.º de junho de 1868, tendo 17 annos de edade, deu o primeiro concerto por sua conta, no salão do Palacio de Crystal, obtendo calorosa ovação. Foi o baptismo da arte. Não era, porém, como executante, que Alves Rente devia engrandecer-se, era como maestro. O seu genero de musica consistia na opera comica; tinha estro, inspiração, sabia instrumentar muito bem, ensaiava com muito esmero, comprehendia as situações, e sabia adaptar-lhe perfeitamente a musica; por isso a sua carreira artistica foi uma série de triumphos. Obtendo o logar de director no theatro da Trindade do Porto, onde os principaes actores eram Portugal e Josepha d'Oliveira, extreou-se com a opera burlesca em 4 actos, *O Schah da Persia,* letra de Manuel Maria Rodrigues, então redactor do *Commercio do Porto.* A recita deu-se em 21 de junho de 1874; a musica agradou extraordinariamente. Em abril de 1875, apresentou a opereta *O Diabrete,* em 3 actos, letra tambem do mesmo escriptor Manuel Maria Rodrigues, que foi egualmente applaudida. Escreveu a musica da magica de grande espectaculo *A Pata de Cabra,* que se representou uma unica vez, em 5 de julho do referido anno, por ter sido, n'essa mesma noite, destruido o theatro por um grande incendio. Passou então para o theatro das Variedades, e em 15 de outubro de 1876 apresentou a sua opera comica, que obteve o maior successo, o *Verde Gaio.* Seguiu-se depois uma série de trabalhos, com mais ou menos exito. Em 1878, veiu para Lisboa, para o theatro do Principe Real, escripturado por Sousa Bastos, onde apresentou, com o maior exito: o *Verde Gaio, A Roca de Vidro,* em 3 actos, letra de Sousa Bastos; o *Guizo,* em 1 acto, letra de Guiomar Torrezão; *A Princeza Azulina,* magica em 3 actos e 1 prologo, que se representara no Gymnasio, em 1855, com musica, escripta por Joaquim Casimiro, com o titulo *A Filha do Ar; Revista de 1878,* de Sousa Bastos; *O Processo da Luz Electrica,* opera burlesca em 2 actos, de Cypriano Jardim. Depois constituiu-se emprezario do theatro do Principe Real, do Porto, em 1879, durante duas épocas, e todos os annos vinha a Lisboa na primavera, dar uma série de recitas com a sua companhia. A sua valsa *Mon Etoile,* tocou-se muito na exposição de Paris, de 1878, obtendo grande successo, executada pelas bandas regimentaes. A esta succederam-se outras valsas; *Os Devaneios,* conhecida pela valsa *Verde Gaio,* e *Dans les nuages,* sendo todas editadas por uma casa franceza. Alves Rente tocou tambem como primeiro violino nos grandes concertos dos theatros dos Recreios e Trindade. No Porto fez parte da companhia do theatro Baquet, mas a empreza falliu, e voltou para Lisboa, onde foi atacado por uma anemia cerebral que o victimou aos 40 annos de edade. Alves Rente viveu só para o theatro, e quasi que só viveu do theatro. Além das peças já mencionadas, escreveu musica para as seguintes: *Samsão ou a destruição dos philisteus,* drama biblico em 3 actos, de José Romano; as peças magicas: *A romã encantada,* em 2 actos, de Carlos da Silva Pessoa; *O cabo da caçarola,* em 3 actos; de José Carlos dos Santos; *O rapé da bruxa Martha,* em 4 actos; *O feiticeiro do Valle d'Ouro, O gato preto,* em 3 actos; a peça phantastica *A volta do mundo;* e as operas comicas: *Era... e não era,* 3 actos; *A filha do tambor-mór,* 3 actos, *O visconde de Letorières,* 3 actos; *Mosqueteiros da rainha,* 3 actos; *O Noivo; A filha do inferno,* 3 actos; *A bilha quebrada,* 3 actos; *Amor molhado,* 3 actos; *Se eu fôra rei,* 3 actos; *D. Cesar de Bazan,* 3 actos; *O chapéo de tres bicos,* 3 actos; *Os dragões d'el-rei,* 3 actos; *O rei de ouros,* 3 actos.

Alves de Sá *(Eduardo Dally).* Doutor em direito pela Universidade de Coimbra, onde se formou em 1871, doutorando-se em 14 de julho de 1872. N. em Lisboa a 2 de dezembro de 1849. E' filho do fallecido presidente do Supremo Tribunal de Justiça o illustre jurisconsulto visconde d'Alves de Sá e de D. Engracia Dally Alves de Sá. Matriculou-se em 1866 e fez um curso brilhantissimo, de quatro annos. O assumpto escolhido para a sua dissertação, quando se doutorou, era bem alheio ás suas actuaes especialidades, e intitulava-se: *Dos direitos da Egreja e do Estado a respeito da erecção, suppressão, união, divisão e circumscripção das dioceses e metropoles.* A dissertação para o grau de licenciatura, ponto dado pela faculdade, foi sobre a *Evolução historica do Supremo Tribunal de Justiça e seu estado actual.* O sr. dr. Alves de Sá veiu estabelecer banca de advogado em Lisboa, em que se tem evidenciado pelo seu robusto talento, extraordinaria erudição e generosidade desinteressada. As primeiras causas em que assignalou o seu muito valor, como advogado, fôram as das avarias do patacho *Julia,* de Victorino Bravo, sobre o jogo de fundos, e a

celebre questão do abalroamento do vapor inglez *City of Meca* com o vapor portuguez o *Insulano*, em pleno dia, nas melhores condições de tempo e a poucas milhas da barra do Tejo, abalroamento fatal para o barco portuguez, que sossobrou em poucos minutos. Os seus creditos de advogado fôram-se accentuando gradualmente, e hoje o sr. dr. Alves de Sá é justamente considerado um dos nossos primeiros advogados. Seria difficil citar os numerosos processos celebres de que se tem incumbido; em todas as questões desenvolve uma excepcional capacidade de trabalho, e demonstrado grande talento e erudição. Muitos dos seus trabalhos correm impressos, bom costume por elle introduzido no nosso fôro, sem contar consultas, pareceres sobre assumptos de direito civil, de direito commercial sobre seguros, fallencias, casos de navegação, etc. E' um espirito superior, e as suas theorias tem-o levado a fundar uma escola portugueza do Direito, importante iniciativa scientifica. Tem renovado o Direito com os processos experimentaes orientados pela philosophia positivista. A celebre causa do sr. Augusto de Castilho, em 1894, foi um dos seus maiores triumphos. Essa causa tão sympathica, em que aquelle distinctissimo official da nossa marinha era o accusado, attrahiu todas as attenções, porque ninguem desconhecia a injustiça e a affronta de que elle fôra victima; o accusado tornou-se um heroe, o seu defensor, pela força de argumentos, de documentos apresentados, todos honrosos para o distinctissimo official de marinha, alcançou-lhe uma absolvição justamente gloriosa, que causou o maior enthusiasmo. Essa defeza, só por si, immortalisaria um advogado. O sr. dr. Alves de Sá, além de muitos escriptos notaveis, imprimiu o seu celebre discurso prounnciado na sessão inaugural da Associação dos Advogados, no começo do anno de 1873-1874, escolhendo para thema: *O estado actual da sciencia do direito civil;* e em janeiro de 1894 escreveu o elogio historico do dr. Oliveira Valle. Publicou tambem as *Questões usuaes de direito;* o *Commentario ao codigo do processo civil.* Quando em 1888 se publicou o codigo commercial, escreveu tambem um commentario sob o titulo de: *Primeiras explicações ao codigo commercial portuguez de 1888.* Além das linguas mortas, indispensaveis para quem cultiva as letras patrias, o sr. dr. Alves de Sá conhece o francez, o allemão, o italiano e o hespanhol. A sua vida está cheia de dedicações e sacrificios, que lhe tem grangeado as mais justas sympathias; a par do seu espirito fino e argucioso, possue tambem um coração e uma alma de verdadeiro artista, porque o sr. dr. Alves de Sá é um amador distinctissimo de pintura de figura, é que se confirma pelos valiosos trabalhos que tem apresentado, entre os quaes se notam com especialidade, o retrato de seu pae, que se vê no seu escriptorio, e o de sua mãe, que existe no gabinete de estudo da casa onde reside. Ambos esses quadros são admiraveis de semelhança, de desenho e de colorido. E' quasi impossivel de acreditar como o illustre advogado póde resistir ao enorme trabalho profissional, acompanhar o movimento philosophico e scientifico, produzir trabalhos theoricos, e ter ainda tempo para se entregar á pintura, e ser um bom e consciencioso critico de arte. Os grandes artistas que visitam Lisboa, teem n'elle um dos mais intelligentes e apreciadores *diletanti.* A grande companhia orpheonica russa enthusiasmava-o: Sarah de Bernardt arrebatava-o sempre. Quando em 1897 se reuniu o Congresso de Direito Penal, em Lisboa, o sr. dr. Eduardo Alves de Sá foi nomeado presidente do grupo portuguez. O Congresso celebrou as suas sessões na sala da Academia Real das Sciencias, realisando-se a primeira sessão preparatoria no dia 20 de abril do referido anno, em que a Associação dos Advogados deu as boas vindas aos congressistas estrangeiros. Presidiu a esta sessão o sr. dr. Henrique Midosi, secretariado pelos sr.[s] dr.[s] Pereira Alves e Azevedo e Silva. O sr. dr. Midosi, fallando em nome da Associação dos Advogados, pronunciou um brilhante discurso em francez, a que respondeu o sr. Taladriz, congressista hespanhol. Discursaram ainda dando as boas vindas os sr.[s] dr.[s] Carlos José d'Oliveira, Dias Ferreira e Tavares de Medeiros, agradecendo o sr. Marigny, adovogado em Paris, que discurson muito correctamente em portuguez. A primeira sessão do Congresso realisou-se no dia 21, abrindo a sessão o sr. conselheiro Veiga Beirão, presidente honorario do Congresso, que pronunciou um bello discurso em francez saudando os congressistas estrangeiros, e discorrendo sobre os fins do congresso. Respondeu o sr. Carnot, em nome dos congressistas estrangeiros. Em seguida o sr. conselheiro Veiga Beirão cedeu a presidencia ao sr. dr. Alves de Sá, presidente do grupo portuguez, constituindo-se a mesa definitiva do Congresso. Foi tambem muito notavel o discurso, em francez, pronunciado pelo sr. dr. Alves de Sá, esplanando as razões e fins do Congresso, e notando os progressos dos modernos estudos de criminalogia e de direito penal. Fôram cinco as sessões que o Congresso celebrou; nas duas primeiras discutiram-se as seguintes questões: *Sobre responsabilidade moral e penal*; na terceira: *Contravenções, definição, repressão e processo, tentativa;* na quarta, tratou-se do *degredo como repressão penal*; discutiu-se tambem a seguinte these: *Processo a seguir contra o delinquente menor cahido sob a alçada da lei penal.* Na quinta sessão o sr. dr. Bernardo Lucas fallou sobre os inconvenientes de se adoptar systema identico para os julgamentos de adultos e de menores, e advogou a necessidade do julgamento clandestino para os menores.

Eduardo Dally Alves de Sá

Alves de Sá *(Henrique Dally).* Bacharel em direito pela Universidade de Coimbra, onde se formou em 1871. N. a 16 de maio de 1848. E' filho do fallecido visconde Alves de Sá, juiz do Supremo Tribunal de Justiça, e de D. Engracia Dally Alves de Sá. E' advogado em Lisboa, e socio da Associação dos Advogados da mesma cidade. Tem sido um dos collaboradores do jornal da referida associação, intitulado: *Gazeta da associação dos advogados de Lisboa.*

Alves de Sá *(João Dally)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, secretario geral do governo civil do districto de Santarem, governador civil no districto de Leiria. N. a 3 de janeiro de 1841; é filho do fallecido visconde d'Alves de Sá, juiz do Supremo Tribunal Justiça, e de D. Engracia Dally Alves de Sá.

Alves de Sá *(João Maria Alves de Sá, 1.º visconde de)*. Bacharel formado em direito, presidente do Supremo Tribunal de Justiça, do conselho de S. M., par do reino, e proprietario. N. a 28 de março de 1803 e falleceu ha annos. Era filho de João Alves do Valle, lavrador e proprietario em Santarem, e de sua mulher, D. Theodora Ludovina do Coração de Jesus. Casou em 1840 com D. Engracia Dally Alves de Sá, filha de Silverio Dally, negociante de grosso tracto da praça do commercio de Lisboa, e proprietario, e de sua mulher, D. Maria Joaquina Martins Dally. O titulo de visconde foi concedido por decreto de 1 e carta de 4 de dezembro de 1869, e o de par do reino, por carta regia de 16 de maio de 1874, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara em sessão de 8 de janeiro de 1875. Era commendador da ordem de Christo, e tinha a grã-cruz da ordem de Carlos III, de Hespanha.

Alves da Silva *(Antonio)*. Bacharel em medicina, pela Universidade de Coimbra, e doutor na mesma faculdade pela de Paris, onde obteve o grau gratuitamente em 29 de dezembro de 1848, como demonstração de apreço devido ao grande talento, que alli manifestara: demonstrador de anatomia na Escola Medico-Cirurgica do Funchal; socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa. N. na ilha da Madeira a 13 de setembro de 1822, onde f. a 19 de janeiro de 1854. Escreveu: *La fiévre typhoide est une maladie inflammatoire dans la premiére periode, septiémique dans la seconde,* Paris, 1848. Voltando á patria foi nomeado demonstrador de anatomia no Funchal. Publicou um artigo, intitulado o *Medico*, o qual sahiu no n.º 8 da *Revista Academica* de Coimbra. Consta que deixou algumas obras em manuscripto.

Alves da Silva *(Padre José Maria)*. Presbytero secular, professor de grammatica latina e latinidade em Lisboa. Escreveu: *Memoria primeira sobre os abusos introduzidos na educação geral da mocidade, na insinuação dos professores particulares, das aulas regias, dos collegios e da casa pia; feita e dada á luz para utilidade da mesma mocidade,* Lisboa, 1821.

Alves Sinval *(Joaquim Maria)*. Bacharel formado em canones pela Universidade de Coimbra, concluindo o curso em 1813. Nat. de Vizeu, mas ignora-se as datas do nascimento e fallecimento. De 1820 a 1823 redigiu em Lisboa um jornal, rasgadamente liberal, chamado o *Astro da Lusitania,* que tinha grande influencia no povo, pela opposição energica que fazia a todos os actos do ministerio ultra-liberal. O numero supplemento de 15 de novembro de 1820 causou a maior sensação, por causa das reflexões que continha, e d'uma carta dirigida pelo redactor ao general Gaspar Teixeira, censurando-o asperamente, e anathemat sando o seu procedimento, como principal fautor que fôra dos successos do dia 11 do referido mez. Foi d'ahi que datou a grande popularidade de Sinval. Suspensas as garantias por occasião da Villafrancada, o *Astro da Lusitania* suspendeu a publicação, mas já em abril de 1823, o redactor fôra chamado aos tribunaes, imprimindo logo em seguida a sua defeza, em folheto com o seguinte titulo: *Defeza do redactor do «Astro da Lusitania» perante o jury em 11 de Abril de 1823,* Lisboa, 1823.

Alves de Sousa *(Joaquim)*. Bacharel formado em theologia pela Universidade de Coimbra, professor de lingua hebraica no Lyceu da mesma cidade, socio do Instituto, etc. N. em Montemór-o-Velho a 6 de janeiro de 1825. E' filho de José Alves de Sousa, e de D. Maria Pires. Escreveu: *Grammatica elementar da lingua latina,* Coimbra, 1857.

Alves de Sousa *(Manuel)*. General de brigada, inspector geral da arma de cavallaria. N. em 1529, f. em dezembro de 1892. Assentou praça, tendo apenas 15 annos de edade, em 15 de janeiro de 1844, no regimento de cavallaria n.º 8. Foi promovido a alferes para o mesmo regimento a 29 d'abril de 1851; a tenente em 1862; a capitão em agosto de 1870; a major em março de 1878; a tenente-coronel em maio de 1883; a coronel em 31 d'outubro de 1884, passando depois a general de brigada, e mais tarde a inspector geral da arma de cavallaria, posto em que falleceu. De 1858 a 1870, sendo tenente, exerceu o logar de ajudante de campo dos generaes commandantes da extincta 6.ª divisão territorial militar, Bernardo José d'Abreu, Trigueiros Martel, depois conde de Castello Branco, e visconde do Sardoal. N'essa commissão cheia de difficuldades e na qual facilmente se é odiado, Alves de Sousa afastou de si cautelosamente todos os elementos que vivem da intriga, e como era proprio do seu bello e honestissimo caracter, nunca se valeu do seu logar junto dos generaes senão para proteger algum camarada infeliz, que porventura carecesse de uma protecção efficaz. Foi por isso sempre estimado de todos. Em 1883, sendo tenente-coronel commandante do regimento de cavallaria n.º 8 (que não tinha coronel), foi por exigencias da politica local, transferido para cavallaria n.º 3, corpo que então estava egualmente sem coronel. Foi curto o seu commando, porque pouco depois, o coronel Brederode, que fôra promovido a este posto, tomou o commando effectivo do regimento. Em maio de 1884, o tenente-coronel Alves de Sousa foi nomeado para commandar o regimento de lanceiros n.º 1, em substituição do coronel, depois general, David Froes. N'essa época, Alves de Sousa instruiu o regimento do seu commando na nova tactica, e foi quem primeiro evolucionou com elle nos campos d'Elvas, dirigindo o serviço de exploração feito por todo o regimento, e acompanhando pessoalmente nas estradas as escolas em instrucção do serviço de segurança e observação do inimigo. Quando em maio de 1886, falleceu o coronel Mousinho d'Albuquerque, o coronel Alves de Sousa foi nomeado commandante de lanceiros n.º 2. O illustre official teve depois a presidencia da commissão de remonta, logar que deve ser exercido por um general. Dedicou-se sempre aos estudos militares; os seus artigos ácerca das provincias ultramarinas, teem muito valor, sendo o ultimo publicado na *Revista Militar* de 31 de março de 1878, o qual veiu mencionado no jornal militar allemão: *Militair Wochenlatt.* Na *Gazeta militar* tambem escreveu artigos sobre hygiene de quar-

teis, uniformes, descripções de batalhas da guerra peninsular; na *Revista das Sciencias militares* publicou um bello artigo com o titulo: *Breves reflexões ácerca da cavallaria*. Collaborou no *Liberal*, de Vizeu, na *Tribuna*, no *Occidente*, e na *Encyclopedia popular*. Deixou volumes traduzidos e alguns dramas inéditos. Conhecia a fundo as linguas ingleza e franceza, e possuia titulos de capacidade, passados pela direcção geral de instrucção publica, para ensinar as referidas linguas. Era commendador da ordem d'Aviz, e tinha a medalha de prata de comportamento exemplar. Alves de Sousa era homem de fina educação e um bello caracter; soube sempre attrahir as sympathias dos superiores e inferiores, que por egual lhe reconheciam o merecimento e a bondade.

Alves da Veiga *(Augusto Manuel)*. Foi um dos republicanos que fizeram a revolta do Porto, em 31 de janeiro de 1891. Formou-se em direito na Universidade de Coimbra, no anno 1874, tendo feito o curso com a maior distincção; emquanto estudante deu sempre provas de grande intelligencia e dedicação ao estudo, obtendo as classificações devidas aos seus meritos provados. Era n'essa epoca muito dado a estudos philosophicos e metaphysicos, de que é modelo um trabalho escolar, publicado quando frequentava o terceiro anno do curso; n'este opusculo mostrava-se favoravel á doutrina de Kant. Foi por essa mesma occasião que fez a sua profissão de fé republicana, tendo redigido um semanario intitulado: *Republica portugueza*, em que tambem collaboraram os sr. Magalhães Lima, Alves Moraes, Lopes de Mello, Alvaro de Mendonça, Almeida Ribeiro, ainda estudantes, Manuel de Arriaga, Silva Pinto e Albano Coutinho. No começo da sua vida de estudante, redigira egualmente um periodico chamado: *o Lyceu*; o dr. Alves da Veiga nasceu em Mirandella, em 1850, e é filho d'um abastado lavrador. Quando deixou a Universidade, foi installar-no Porto, onde estabeleceu banca de advogado, e onde casou. O professorado tambem o attrahiu, e a elle consagrou uma parte do seu tempo. Mas o que mais o enthusiasmava era a propaganda republicana, á qual dedicou todos os sacrificios. Fundou no Porto um jornal para advogar as suas idéas, com o titulo: *A Discussão*, que durou pouco tempo, e nem uma hora sequer deixou de cumprir o seu dever de democrata sincero e devotado. Orador eloquente, tomou parte em quasi todos os comicios e reuniões que por esse tempo se realisaram no paiz. A sua palavra era escutada religiosamente e sempre applaudida como a d'um apostolo. Em 1875 e 1876, quando fixou a residencia no Porto, foi um dos redactores da *Actualidade*, jornal que se publicou para se fundar o centro eleitoral, republicano, e na lista do governo provisorio figura o seu nome. Propoz-se como candidato republicano pelo Porto, mas perdeu a eleição. N'essa epoca, além de exercer a advocacia, leccionava tambem particularmente algumas das materias que constituem o curso dos lyceus. Quando ardeu o theatro Baquet, em março de 1888, o dr. Alves da Veiga recebeu em sua casa a rainha senhora D. Maria Pia, que foi vêr alli uns desgraçados orphãos, que elle recolhera. Foi companheiro do sr. Magalhães Lima n'uma viagem ao estrangeiro, em 1890. Na revolta de 31 de janeiro de 1891, de que foi uma das figuras primaciaes, leu das janellas da camara municipal a proclamação do novo governo ao povo. Tendo-se mallogrado a revolução, emigrou para Paris, onde se conserva, sendo advogado dos consulados portuguezes e brazileiros, continuando sempre a entregar-se aos seus estudos predilectos.

Augusto Manuel Alves da Veiga

Alviada. Pov. da freg. de Escariz, conc. e com. de Arouca, districto de Aveiro e bisp. do Porto.

Alviãos. Pov. da freg. de Palmaz, conc. e com. de Oliveira de Azemeis, districto de Aveiro, bisp. do Porto.

Alviar *(Pedro de)*. Cavalleiro da casa d'el-rei, tendo sido ourives por largos annos da infanta D. Maria, ultima filha de D. Manuel. A pedido d'ella foi nomeado, por alvará de 26 de setembro de 1565, mestre da casa da moeda da cidade de Gôa, emquanto estivesse ausente Bastião Ruberto, de quem o officio era. Por outro alvará de 1566 foi concedido a Pedro de Alviar que podesse renunciar o cargo em Diogo Rodrigues Cabaço, filho de Jorge Rodrigues, contractado a se casar como uma sua filha. Este casamento porém não houve effeito, segundo o ajuste feito entre os paes dos noivos, porque Diogo Rodrigues já se havia consorciado com outra. Por alvará de 14 de janeiro de 1568 foi passada nova provisão para que Pedro de Alviar fosse mettido na posse do cargo sem renunciar no presumido genro.

Alvide. Pov. da freg. de Alcabideche, conc. de Cascaes, comarca, districto e patriarchado de Lisboa.

Alviella. Rio no distr. de Santarem. Nasce no sitio da Louriceira, por debaixo d'uma penedia crespa e ouriçada de arvores, arbustos e trepadeiras, sobre um contraforte da serra que vae de Monsanto até aos logares de Amiaes e de Abran, a $54,^{m}3$ acima do nivel do mar. Tem uma belleza pittoresca e rude a nascente chamada dos *Olhos de agua*, a espumejar por entre penedos de calcareo. De verão o rio sae pacifico, mas de inverno é impetuoso, fazendo medonho ruido, que se ouve a grande distancia. Passa a Pernes, onde se lhe junta o rio de Porto do Centeio, e recebendo outros ribeiros, fazendo muitas voltas, desdobra a sua corrente por entre campos que fertilisa, formando algumas cascatas ou quedas d'agua; entra no Tejo, no sitio do Rebentão, por baixo da quinta de Valle de Carreira, com 24 k. de curso. No logar da Ribeira de Pernes fórma uma cachoeira, chamada *Corredoira*, que tem uns 14 metros de altura, e se despenha sobre a penedia com estrondoso estrepito, em cachões de espuma alvejante como os arminhos. E' esta uma das cascatas mais notaveis no paiz. Tinha logo abaixo uma ponte de pedra, d'um só arco, que o rio destruiu em 1705, e de que apenas restam vestigios. A que existe agora é de madeira; tem mais sete

pontes tambem de madeira, e uma de pedra no sitio de S. Vicente de Paul, com tres arcos e varias setteiras, para darem vasão ás aguas. Ha em todo este rio muitos moinhos e lagares de azeite. Em julho de 1157 D. Affonso Henriques doou ao mestre D. Gualdim Paes e seus cavalleiros, os templarios, oito moinhos na ribeira do Alviella.

Alviella *(Canal do).* Aqueducto construido pela Companhia das Aguas de Lisboa, uma das obras mais grandiosas no seu genero. Por se conhecer ser insufficiente para o abastecimento da capital e seus suburbios, as aguas dos aqueductos até então existentes, a companhia lembrou-se de aproveitar as do rio Alviella, trazendo-as a Lisboa, não só pela sua qualidade superior, mas porque a cota da sua nascente, acima do nivel do mar, 54,ᵐ 33, permittia com facilidade fazel-as chegar a todos os pontos da capital e seus arredores. Pensou-se tambem em introduzir no canal do Alviella as aguas do rio Otta, de que depois se prescindiu por se julgarem bastantes as d'aquelle rio. Para o aproveitamento d'estas aguas, procedeu-se a grandes estudos, que demoraram bastante tempo; fizeram-se então, dois traçados: um chamado o *Alto,* porque seguindo a meia encosta pelos Amiaes, vinha entrar em Lisboa, no Arco do Cego, e outro, o *baixo,* que foi o adoptado, tendo a approvação do governo pela portaria de 3 d'outubro de 1871 Este ultimo segue a margem direita do Alviella, passa em Pernes, atravessa a estrada d'esta villa a Santarem, passa em Valle de Lobos, Paul d'Asseca, Almoster, Alcoentrinho, Valle de Ameixoeira, Otta, Alemquer, Villa Franca, Alhandra, Povoa de Santa Iria, atravessa por meio d'uma ponte syphão o rio de Sacavem, seguindo aos Olivaes, Chellas e Xabregas, vindo a entrar na cidade pelo valle de Lazaro Leitão, lançando-se no grande reservatorio estabelecido na antiga cerca do convento dos Barbadinhos, na calçada do mesmo nome, com a cota de 103:831,ᵐ 8, e o *baixo,* que se adoptou, mede 114:050 metros. Os trabalhos começaram em 28 de dezembro do referido anno de 1871. Por diversas causas as obras fôram muito demoradas, e só depois de 1875 é que tiveram um largo impulso, soffrendo, comtudo, alguns transtornos por causa das grandes cheias de 1876. Para maior vantagem da construcção, dividiu-se o trabalho em cinco secções; a 1.ª das nascentes do Alviella até Valle de Lobos; a 2.ª até Alcoentrinho; a 3.ª até Alemquer; a 4.ª até Verdelha, e a 5.ª até ao reservatorio dos Barbadinhos. A extensão de cada uma d'estas secções regulava de 21:000 a 24:000 metros. Importou o orçamento de toda esta obra colossal em 3.264:415$200 reis. A compra das nascentes, além das expropriações necessarias em toda a extensão do canal, importou em 50 contos de reis. No canal ha 75:612,ᵐ2 em trincheira, 17:537 em 94 tuneis, atravessando elevações, 5:210ᵐ,8 em 110 obras de arte com postas de arcadas, e 15:590 metros em 51 syphões. Para dar claridade a todo o canal fôram construidas 196 clara-boias, que servem egualmente para arejamento e limpeza; ha mais 52 apparelhos para desaguadouros, 51 casas para o serviço dos syphões com torneiras e 102 para egual serviços sem torneiras. O canal tem a fórma ellyptica, sendo a sua altura desde as nascentes até aos Olivaes de 1ᵐ,90 e d'este ponto até ao reservatorio dos Barbadinhos, de 1ᵐ,80. Tem a largura de 1,ᵐ30. E' d'alvenaria de pedra calcarea com argamassa hydraulica feita com a pozzolana dos Açôres. Reveste-o interiormente um rebôco de cimento de Portland e areia; a sua capacidade póde dar vasão a quarenta milhões de litros em cada 24 horas. Tem de declive constante 0,ᵐ12 por kilometro para todo o canal e para os syphões uma perda de carga de 0,ᵐ6 tambem por kilometro. As nascentes fôram captadas n'um recinto, que d'um lado communica com o canal por duas adufas, que represam ou regulam a passagem das aguas, e do outro lado dá para uns descarregadores por onde se lançam no leito do rio as aguas que não entram no canal. No canal ha cincoenta syphões, formados por tubos de ferro fundido de um metro de diametro interior e 22 centimetros de espessura. O de maior extensão e maior flecha é o da *Boca das Vallas,* nas proximidades de Santarem, e o mais notavel é o de Sacavem, que atravessa o rio do mesmo nome n'um arco de 45ᵐ,5 de corda e 13ᵐ,5 de flecha, apoiando-se em encontros de alvenaria, cujas fundações sobre cylyndros de ferro, cheios de *beton,* assentam atravez dos lôdos, em terrenos firmes, que n'alguns pontos estão a 40 metros de profundidade. Em cada uma das suas extremidades tem cada syphão uma casa de communicação para o canal. Ha nas casas que ficam a montante da obra umas adufas que represam ou dão curso ás aguas, conforme é preciso, como a montante d'estas adufas ha desaguadouros de superficie e descarregadores de fundo por meio de adufas. Assim se regula e mantem a altura das aguas. Na antiga cerca do convento dos Barbadinhos, como dissémos, construiram-se os edificios necessarios para o grande reservatorio, com tres fortes machinas elevadoras, importando o reservatorio em 45 contos e as machinas em 100. O reservatorio é um grande edificio, composto de um tanque abobadado em fórma de quadrilongo. As suas arcadas são de volta abatida apoiadas em o numero de pilares precisos e na disposição conveniente. São as suas paredes independentes da abobada e divididas em dois compartimentos. Desce-se ao tanque por uma escada de pedra e é alumiado por uma série de lumieiras que tambem servem para a necessaria renovação do ar. A capacidade do tanque é de 12:000 metros, mais 6:540 que a do deposito das Amoreiras, pertencente ao antigo aqueducto. A altura da agua no reservatorio é de 4 metros e o seu fundo fica 27ᵐ,66 acima do nivel do mar, e é ligada com a antiga canalisação de Lisboa, por uma tubagem de ferro de um metro de diametro. A agua recebida em Lisboa por este canal é regularmente de 20:000 metros cubicos por dia, podendo elevar-se esta quantidade a 30:000 metros. Havendo-se declarado uma ruptura no syphão de Sacavem, esteve a capital privada das aguas do Alviella por alguns dias, e para evitar a repetição d'este facto, estabeleceu-se um outro reservatorio. A antiga cerca do convento dos Barbadinhos e suas dependencias estão situadas n'um lindo ponto da encosta que do Tejo se levanta até ao Alto de S. João, um pouco além da estação do caminho de ferro de St.ª Apolonia. As aguas atravessam, como dissémos, por meio da ponte syphão de Sacavem, o pequeno valle adjacente, entrando no estabelecimento n'uma pequena casa chamada das

valvulas, por estarem n'ella estabelecidas as duas que lhe dão passagem. O reservatorio é coberto de abobada de tijolo d'uma simplicidade curiosa para quem é pouco versado nas artes de construcção. E' dividido em dois grandes compartimentos, formando verdadeiramente dois reservatorios. Por dois canos convenientemente dispostos, passa a agua da casa das valvulas para qualquer d'aquelles. Ha em seguida tres casas eguaes á primeira, as quaes aparentam a fórma de uns pequenos pavilhões. A segunda e terceira casas dão entrada por meio de escadas estreitissimas, para os reservatorios; servindo a quarta para uma pequena officina de trabalho. Depois de passados os reservatorios, levanta-se a casa das machinas. Tem dois pavimentos. Entra-se e sae-se d'esta casa por meio de dois portões de ferro. E' alumiada pela parte anterior por tres janellas, e pela parte posterior por uma grande agua para a cisterna do Monte. Umas e outras são verticaes, de balanceiro, de dois cylindros e do systema Woolf. São de expansão variavel e de condensação, e tem cada uma a força de 120 cavallos, vapor, sobre a arvore do volante. Cada machina actuada directamente pelo balanceiro, põe em movimento um systema de duas bombas verticaes. Em 1889 foi installada nos Barbadinhos uma outra machina do mesmo systema e da força de 116 cavallos. Póde elevar 113 litros na mesma unidade de tempo e á altura de 47 metros para o reservatorio da rua da Veronica. As machinas são providas dos apparelhos necessarios para que o machinista, sem sahir da casa d'ellas, tenha um indicador da altura das aguas no reservatorio, um contador do numero de revoluções, um indicador do vacuo, um da pressão do vapor nos cylindros, outro da pressão nas caldeiras, e um indicador do nivel da agua d'estas. Além d'isso os

Alviella — Entrada das aguas no encanamento para Lisboa

janella que dá luz ao andar superior. No pavimento inferior estão bombas das machinas; para cada machina ha dois corpos de bombas, um grande reservatorio de ar, e outro mais pequeno em cada inflexão dos tubos, munidos todos de torneiras para aspiração do ar. Cada machina absorve a agua do reservatorio por meio de um tubo, e transmitte-a para o exterior por meio de outro tubo. No segundo pavimento estão os cylindros de vapor, os volantes e os balanceiros; o tecto é uma especie de plataforma que serve para dar accesso aos balanceiros. Por cima d'esta plataforma move-se longitudinalmente por umas corrediças um enorme guincho de ferro, entre cujas faces gira ao longo d'elle um carrinho, munido d'um grande moitão, podendo assim ser levado a qualquer ponto, para levantar qualquer peça. Ao principio havia alli sómente tres machinas elevadoras, constituindo dois grupos. Uma d'ellas eleva metade da agua destinada ao reservatorio da rua da Veronica. As outras duas elevam a reservatorios de ar tem manometros para indicar a altura ascencional da columna de agua. Segue-se a esta a casa das caldeiras, as quaes estão marcadas á pressão de seis atmospheras e estão providas dos apparelhos de segurança e dos instrumentos necessarios. Da casa das machinas passa-se para ella, e o machinista póde certificar-se a todo o momento do que se passa alli, por meio d'uma janella. São cinco as caldeiras e de fórma cylindrica representando cada uma d'ellas uma superficie de aquecimento de 112 metros quadrados, podendo trabalhar conjugadas, em communicação com o mesmo tubo de vapor, ou em separado, isolando-se por meio de valvulas. De um reservatorio commum partem os tubos que conduzem aos cylindros das machinas o vapor gerado por todas as caldeiras. A grande chaminé da edificação dos Barbadinhos tem 40 metros de altura e 1m,8 de diametro interior. Na sua origem as aguas do Alviella são das mais limpidas e agradaveis do paiz. E mesmo nos reservatorios

e encanamentos de Lisboa são muito superiores a algumas da provincia e a maior parte das que se consomem nas grandes capitaes da Europa. Os engenheiros que dirigiram estas importantes obras fôram os sr.ˢ José Joaquim de Paiva Cabral Conceiro e Joaquim Pires de Sousa Gomes. Tambem coadjuvaram os seguintes senhores: o engenheiro João Anastacio de Carvalho, que fez o nivelamento do perfil longitudinal; Frederico Howell, Eugenio Pereira da Silva, Torquato Carlos Ferreira de Lemos e Antonio Cluny, chefes de secção dos trabalhos; o mestre d'obras Joaquim Manuel e o chefe das officinas da companhia, Antonio Pinto Bastos. Era fiscal-technico do governo o engenheiro sr. Jayme Larcher, que durante algum tempo teve por adjunto o distincto engenheiro Miguel Carlos Correia Paes. A chegada do Alviella ao reservatorio nos Barbadinhos realisou-se no dia 3 de outubro de 1880. A inauguração fez-se com toda a solemnidade, assistindo el-rei D. Luiz, o ministerio, o arcebispo de Mytilene e todas as altas personagens do paiz. Era uma hora da tarde quando uma estridente girandola de foguetes annunciou que as aguas do Alviella desceram para o reservatorio. O arcebispo de Mytilêne, apenas as aguas entraram, aspergiu-as com o hyssope, ficando assim baptisadas com a agua benta. A festa continuou. A cêrca dos Barbadinhos apresentava um aspecto brilhante e alegre. Em frente dos reservatorios do Alviella erguiam-se dois elegantes pavilhões, ou um pavilhão com dois corpos, embandeirados, cheios de gente. Na cabeça do pavilhão estava a mesa real, servindo tambem de cabeça ao grande bufete armado no resto da barraca. A mesa real estava mais elevada. O lunch foi abundantissimo e delicado, fornecido pela antiga casa Ferrari. Uma força de infantaria 5, com a competente banda, fez a guarnição de honra. Estas informações, na maior parte, encontram-se no *Occidente,* de 1880, n'uns artigos importantes que n'esse anno se publicaram. Acerca do Canal do Alviella póde vêr-se: *Portugal, contingente da associação dos engenheiros civis portuguezes,* etc. pag. 99.

Alvim. Familia antiga e illustre de Portugal. Brazão: armas esquarteladas, o primeiro quartel xadrezado de ouro e vermelho de quatro peças em faxa e outras tantas em pala; no segundo em azul cinco flôres de liz de ouro, em sautor, e assim os contrarios; timbre um leão de ouro nascente com uma flôr de liz na mão.

Alvim *(Alexandre de Sousa e).* V. *Sousa e Alvim.*

Alvim *(Fernão Alvares de).* Filho primeiro de Genebra de Alvim e de seu marido Alvaro Rodrigues Robianno, teve grande valor e serviu em Safim com o capitão Nuno Fernando de Athayde, defendendo a cidade do grande cerco que lhe pozeram os moiros, e levantaram destruidos no ultimo de dezembro de 1510. Fez com o mesmo capitão a primeira entrada, no anno de 1511, pelas terras dos moiros, de que tiraram grande presa; mas na retirada viram-se tão embaraçados que lhes foi necessario virar aos moiros, nunca sem perigo, porque os inimigos eram muitos e mui resolutos, mas viraram vencidos e muito menos do que vieram. Fez segunda entrada no mesmo anno, em que destruiram vinte e cinco aduares, recolhendo uma grande presa. Com tantas primicias do seu valor, voltou ao reino e foi alcaide-mór de Alfaiates. Assim se encontra no manuscripto *Historia genealogica,* vol. III, que existe na Bibliotheca Publica de Ponta Delgada.

Alvim *(João de Araujo Vasconcellos e).* Benedictino egresso. N. em Cabeceiras de Basto a 23 de janeiro de 1807; f. em 1845. Era filho de Antonio de Araujo Vasconcellos Pereira e Alvim e de D. Maria Candida d'Araujo Antas Velloso de Mesquita. Professou na ordem dos benedictinos em 1824. Estava no mosteiro de Tibães, em 1834, quando a suppressão das ordens religiosas o obrigou a deixar a clausura, passando ao estado de egresso. No anno de 1839 resolveu matricular-se na faculdade de direito na Universidade de Coimbra, tomando o grau de bacharel em 1844, e doutorando-se em 1845, depois de ter feito o curso com toda a distincção. Era muito estudioso e applicado, tanto á sciencia a que se dedicou, como ás bellas lettras, e principalmente á poesia. Publicou sómente a dissertação do seu acto em Coimbra, que tratava do systema penitenciario. Tencionava refundir e desenvolver esta obra quanto o exigia a importancia do assumpto, provando pela analyse da constituição benedictina que na antiga disciplina ecclesiastica de Portugal se encontravam os elementos principaes do regimen penitenciario; infelizmente não poude realisar este seu desejo, porque a morte o surprehendeu, tendo apenas 38 annos de edade. O titulo da dissertação é o seguinte: *Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas, na qual se trata do systema penitenciario, e uso que se poderá fazer d'elle entre nós,* Coimbra, 1845.

Alvim *(João Lopes de).* Fidalgo que foi servir á India, filho de Lopo de Sousa Alvim; entrou na escola de Affonso de Albuquerque, de que sahiram discipulos valorosos; teve o fôro de fidalgo com 1$100 rs. de moradia; tomou a primeira lição na segunda tomada de Gôa, e desembarcando na ribeira, na parte que se lhe destinou, vencida a multidão dos moiros que a defendiam, viraram estes as costas, e ao entrarem pela porta da cidade o fez com elles João Lopes e outros capitães, que penetraram na cidade, onde os moiros viraram as caras e fizeram uma resistencia tão vigorosa que João Lopes e os companheiros ficariam alli mortos se não fôssem soccorridos, e receberam novo calor para destruirem os moiros e ficarem na cidade com a victoria. Tomou segunda vez lição na conquista de Malaca, no anno de 1511. Partindo d'ali Affonso de Albuquerque para a India, o deixou capitão de um navio da esquadra que havia defender a fortaleza e fornecel-a de viveres; mas teve novos motivos para exercitar o seu esforço, porque Pate Quetir, que dominava a povoação de Upi, bairro da cidade, emprehendeu fazer guerra aos portuguezes e aos que seguiram as suas bandeiras, e obrigou o capitão-mór da armada a entrar-lhe pela povoação com João Lopes de Alvim, e lh'a pozeram por terra a cinzas. Maior gloria alcançou na destruição da armada de Pate Unuz, senhor da cidade de Japára, na ilha de Java, que no anno de 1513, quando principiava, navegou com uma armada de noventa vélas, com o pensamento de tomar Malaca, de que sahiu Fernão Peres de Andrade, capitão-mór d'aquelle mar, com João Lopes de Alvim e outros capitães, a buscal-o; e abalroando João Lopes um junco inimigo, se viu em perigo grande, mas venceu o seu valor, e a armada inimiga ficou toda e só ficou ou escapou

o junco de Pate Unuz, em que elle fugiu, mas tão destroçado que nunca mais serviu. Na ausencia que Fernão Peres fez para a India, lhe succedeu João Lopes na capitania-mór, como era determinado por Affonso de Albuquerque, que conhecia o valor d'este discipulo, o qual desempenhou a eleição; e vendo-se com dobrados navios, que se repartiram em duas esquadras, andou nos canaes de Sabam e Singapura, destruindo as terras e uans do rei de Bintam, impedindo as embarcações para que não lhe levassem mantimentos, e o poz em tão grande consternação que, para poder viver, pedia paz ao governador de Malaca; mas como era rebelde e astucioso o quiz destruir o governador, e mandou a João Lopes com sua armada a ganhar aquella honra; mas o moiro se tinha fortificado com tal arte que João Lopes achou que não bastavam aquelle poder e o seu saber para conseguir a empreza, e recolheu-se para Malaca, onde morreu cheio de honras e sol teiro. A sua biographia encontra-se assim na *Historia genealogica manuscripta*, tronco 16.º, titulo de Alvins, ramo 1.º, n.º 19, isto é, vol. 3.º, fl. 3 — codices da Bibliotheca Publica de Ponta Delgada, legado Ernesto do Canto. O *Diccionario Popular*, de Pinheiro Chagas, faz-lhe esta ligeira referencia: Foi um fidalgo acerrimo partidario de Lopo Vaz de Sampaio, e que por isso foi por elle escolhido como um dos juizes, que, por sua parte haviam de decidir o pleito levantado entre elle e Pedro Mascarenhas sobre o governo da India.

Alvim *(D. Leonor de)*. Mulher do celebre condestavel D. Nuno Alvares Pereira *(V. este nome)*. Pertencia a uma familia cujo solar era em Alvim, terra que fica a pouca distancia de Ponte de Lima.

Alvim *(D. Pedro de Mello e Brito da Silveira)*. Bispo de Portalegre. N. em Siude, no bispado de Coimbra. Em 1773 vagou a diocese de Portalegre pela apresentação do seu bispo D. Jeronymo Rogado do Carvalhal e Silva na diocese da Guarda. Para a vaga da diocese de Portalegre foi por D. José I apresentado o então deputado do santo officio em Lisboa D. Pedro de Mello e Brito da Silveira Alvim, que, apenas obtida a confirmação da Santa sé, fez a sua sagração em 3 d'outubro d'aquelle mesmo anno. Como em 20 de setembro houvesse já retirado de Portalegre o novo bispo da Guarda D. Jeronymo Rogado, a 19 d'outubro D. Pedro de Mello tomou posse do do seu bispado por procuração dada ao rev.º Chantre do Cabido Polycarpo dos Santos Maya. O novo bispo de Portalegre chegado a esta cidade na noite de 27 de março de 1774, que era n'esse anno o domingo de Ramos, fez com grande solemnidade e pompa a sua entrada, sahindo do Paço para a Cathedral no dia 29 do mesmo mez. Fallecendo em 22 de novembro 1777 foi na tarde do dia seguinte sepultado na capella-mór da sé Cathedral, onde jaz. Bom, caritativo e affavel, deixou o 17.º bispo de Portalegre por estas suas qualidades grata recordação de si, pois o curto periodo da sua governação, que foi pouco além de quatro annos, não lhe permittiu que perpetuasse com monumentos a memoria do seu governo.

Alvim. Pov. da freg de Costa, conc. de Guimarães. ‖ Pov. na freg. e conc. de Goes. ‖ Pov. na freg. de S. Sebastião, conc. de Guimarães.

Alvimes. Antigo praso do hospital de S. Lazaro, de Coimbra, a cujos emphyteutas passava o reitor ou conservador da Universidade carta de privilegios. D'ellas se encontram registos no archivo da camara da mesma cidade, de 1762 a 1788.

Alviobeira. Pov. e freg. da prov. da Extremadura, conc. e com. de Thomar, dist. de Santarem, patr. de Lisboa. 848 hab. e 183 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 6 k. da séde do conc., orago S. Pedro. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 15, com a séde em Thomar.

Alvisquer. Pov. nas freg.ª de Belver, conc. de Gavião, e N. S.ª da Conceição, conc. de Tavira. ‖ Casal na freg. de Santa Maria de Torres Novas.

Alvite. Pov. e freg. de S. Pedro, na prov. do Minho, conc. e com. de Cabeceiras de Basto, distr. e arceb. de Braga; 497 hab. e 124 fog. A pov. dista 4. k. da séde do conc. e está situada na raiz d'um alto monte chamado *serra da Orada*. Foi couto do mosteiro benedictino de Refoyos de Basto, que apresentava os parochos. A' freguezia pertence a capellinha de Santa Catharina, no monte do mesmo nome, e que se torna muito curiosa por ter sido construida debaixo de dois grandes penhascos. Passa aqui o rio Portimão ou Potimão, que desagua no Tamega. A 2 de setembro faz-se uma feira importante em Alvite, onde apparece muito gado, especialmente touros de Barroso. E' n'esta freg. a casa nobre da Torre d'Alvite, na qual está incorporada a casa d'Alvação. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 19, com a séde em Chaves. ‖ Pov. e freg. de Santo Amaro, da prov. da Beira Alta, conc. e com de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 825 hab. e 181 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 8 k. de Moimenta da Beira. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 9 com a séde em Lamego. ‖ Pov. nas freg.ª: Caldellas, conc. de Guimarães; Cerva, conc. de Ribeira de Pena; Fajozes, conc. de Villa do Conde; Paço de Sousa, conc. de Penafiel; Sande, conc. de Guimarães; Serzedello, conc. de Ponte de Lima; Padornello, conc. de Paredes de Coura. ‖ Aldeia, da freg. d'Alvite, conc. de Cabeceiras de Basto. ‖ Quinta na freg. de Fonte Longa, conc. de Meda. ‖ Rio na Maia, prov. do Douro, freg. de Fajozes. Tem 9 k. de curso, e muda de nome por tres vezes, sendo *Alvite*, *Saltão* e *Beche*.

Alvite de Baixo e **Alvite de Cima.** Pov.ª da freg. de Escariz, conc. de Arouca.

Alvite Pequeno. Pov. da freg. de Serpins, conc. de Louzã.

Alvitelho. Pov. da freg. de Campia, conc. de Vouzella.

Alvites. Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança; 646 hab e 150 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 3 k. da séde do conc. D. Affonso III deu-lhe foral, em julho de 1249. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 10, com a séde em Mirandella. ‖ Pov. na freg. de S. Thiago da Ribeira de Alhariz, conc. de Valle de Passos, pov. na freg. de Mouçós, conc. de Villa Real. ‖ Pov. na freg. de S. Vicente d'Alvites, conc. de Mirandella.

Alvito *(Fr. Antonio de)*. Religioso da ordem

da Trindade, que foi a Alcacer-Kibir em 1579 tratar do resgate dos captivos portuguezes; tendo já resgatado muitos sob palavra, os moiros, receando que elle lhes não pagasse, encerraram-n'o n'uma prisão, e trataram-no com tanta crueldade que o pobre trinitario lá morreu, sem nunca soltar a mais simples queixa.

Alvito *(D. Diogo Lobo da Silveira, 2.º barão de).* Era filho do 1.º barão d'Alvito, João Fernandes da Silveira, e de D. Maria de Sousa Lobo (V. *Alvito ,1.º barão de).* Foi herdeiro da casa de seu pae. Casou duas vezes; a primeira com D. Joanna de Noronha, filha de D. João d'Almeida, conde d'Abrantes, e de D. Ignez de Noronha, bisneta d'el-rei D. Henrique II de Castella e d'el-rei D. Fernando de Portugal. Entre outros filhos, teve D. Rodrigo Lobo da Silveira, que succedeu na casa de seu pae. Casou segunda vez com D. Leonor de Vilhena, filha de Nuno Martins da Silveira, senhor de Goes, e de D. Filippa de Vilhena. D'este matrimonio nasceu D. Luiz Lobo, de quem procedem os condes de Sarzedas. V. *este nome.*

Alvito *(D. Fernando José Lobo da Silveira Quaresma, 5.º conde d'Oriola, 11.º barão, 15.º senhor d'Alvito, 2.º marquez de).* Gentil-homem da camara d'el-rei D. José; tenente general do exercito e commandante do regimento de cavallaria d'Alcantara; commendador de S. Salvador de Santarem e de N. S.ª da Repreza, da ordem de S. Thiago; de S. Martinho de Ruivães, e de S. Thiago d'Adeganhe na ordem de Christo; senhor, por mercê regia, da quinta e reguengo dos Calvos no concelho de Lafões e de varios dominios que andavam na casa dos seus predecessores, como são indicados na ordem da successão, bem como de varias tenças impostas em diversas casas fiscaes do Estado ou em almoxarifados. N. a 21 de novembro de 1727, f. a 19 d'abril de 1778. Era filho de D. José Antonio Francisco Lobo da Silveira Quaresma, 1.º marquez d'Alvito, 3.º conde d'Oriola, 10.º barão d'Alvito, 14.º senhor d'Alvito, e de D. Thereza d'Assis Mascarenhas, dama camarista, filha dos 2.ºs condes d'Obidos. O 2.º marquez d'Alvito succedeu na casa de seu pae em 1 de junho de 1773. Casou em primeiras nupcias, a 18 de fevereiro de 1753, com D. Anna Xavier d'Assis Mascarenhas, sua prima, dama da rainha D. Maria Anna Victoria, filha dos 3.ºs condes d'Obidos, a qual falleceu em julho de 1757; passou a segundas nupcias, a 21 de dezembro de 1777, com D. Maria Barbara de Menezes, filha de D. José de Menezes e Tavora da Silveira e Castro, gentil-homem da camara d'el-rei D. José e da rainha D. Maria I, senhor dos morgados de Caparica e Patameira; commendador de Santa Maria de Vallada, da ordem de Christo, governador da Torre Velha, e de sua mulher a condessa de Rapach, D. Luiza Gonzaga de Rapach, natural de Vienna d'Austria. O titulo foi confirmado no 2.º marquez, e declarados os titulos de barão d'Alvito e conde d'Alvito, de juro e herdade, *na forma da lei mental, com dispensa d'ella no que necessario fôr,* pelo decreto de 13 de maio e carta de 11 de junho de 1788.

Alvito *(João Fernandes da Silveira, 1.º barão de).* Regedor das justiças, chanceller-mór, escrivão de puridade de D. Affonso V, e védor da fazenda. Foi este o primeiro titulo de barão que se concedeu em Portugal. João Fernandes da Silveira era filho de Fernando Affonso, doutor em leis pela universidade de Bolonha, e dezembargador, filho legitimo de Affonso Martins, um bravo guerreiro de D. João I, que depois de viuvo professou em Santa Cruz de Coimbra, onde foi o decimo nono prior. Affonso Martins era filho de D. Martim Affonso de Sousa, senhor de Baião, e neto de D. Affonso Diniz, filho legitimado de D. Affonso III. João Fernandes da Silveira vinha a ser, portanto, quarto neto d'este monarcha. Fernando Affonso serviu el-rei D. João I com grande confiança e occupou diversos logares, entre elles o de embaixador a Castella em companhia de D. Fernando de Castro, no anno de 1423, para celebrarem as pazes, e no anno de 1428 foi como embaixador a França a ajustar o casamento da infanta D. Isabel com o duque de Borgonha. Sua mãe, D. Catharina Teixeira, camareira-mór da referida infanta D. Isabel, duqueza de Borgonha, era filha do Estevam Peres, alcaide-mór de Torres Vedras. Por dez vezes foi João Fernandes da Silveira encarregado de embaixadas a diversos principes, e prestou grandes serviços á patria; assistiu tambem á tomada de Tanger e Arzilla. D. Affonso V o agraciou com o titulo de barão da villa d'Alvito, por ser esta villa a principal cabeça das terras que possuia, continuando o titulo em todos os seus descendentes. A carta regia, com a data de 27 d'abril de 1475, tem esta designação: *Barão da villa d'Alvito, de juro e herdade para sempre, sem carecer de mais licença regia.* Esta graça foi depois confirmada por D. João II, em 10 d'abril de 1482. O 1.º barão d'Alvito casou duas vezes; a primeira com D. Violante Pereira, filha de Joanne Mendes de Agoada, corregedor da côrte. D'este consorcio não houve successão varonil. Em segundas nupcias casou com D. Maria de Sousa Lobo, filha e herdeira de Diogo Lopes Lobo, senhor d'Alvito, Villa Nova, Oriola, Aguiar e Niza de Setubal, e de D. Isabel de Sousa, filha de D. Lopo dias de Sousa, mestre da ordem de Christo, na casa de Lafões. D'este matrimonio houve dois filhos: D. Diogo Lobo da Silveira, que foi o segundo barão d'Alvito, e D. Filippe de Sousa, que tomou o appellido de seu avô materno, e foi o tronco da familia dos Sousas, senhores dos morgados de Calhariz, Monfalim e Fonte do Anjo, alcaides-móres da Certã, capitães da guarda real allemã, hoje chamada archeiros, ascendentes da actual senhora duqueza de Palmella. O barão de Alvito falleceu em 1484. Ao primeiro senhor d'Alvito, Diogo Lopes Lobo, fôram concedidos por D. João I o titulo de senhor d'Oriola e Villa Nova d'Aguiar, por carta de 12 de julho de 1419; e o de senhor d'Alvito e Ribeira de Niza, pela portaria de maio de 1425. O brazão d'armas; em campo de prata cinco lobos pardos em aspa, armados de vermelho, tendo o escudo uma bordadura de azul com oito aspas de ouro. Timbre, um dos lobos do escudo com uma aspa na espadua. A bordadura de azul é privativa dos barões d'Alvito, descendentes do primeiro senhor d'Alvito, Diogo Lopes Lobo, que estes adoptaram. D. João Lopo, bispo de Tanger, descendente dos primeiros membros d'esta nobre familia, usava do brazão d'armas primitivo dos Lobos: em campo de prata cinco lobos pardos postos em quina. El-rei D. Manuel ordenou, para maior nobreza, que os descendentes do senhor d'Al-

vito usassem o escudo d'armas da seguinte maneira: Em logar do primeiro lobo dos cinco das ditas armas dos Lobos, um castello dos da orla e bordadura do escudo das armas do reino, que é de oiro em campo vermelho. Dado na villa de Thomar a 24 de junho de 1506.

Alvito *(D. João Lobo da Silveira, 4.º barão de).* Védor da fazenda de el-rei D. Sebastião, emprego que fôra exercido por seu pae, D. Rodrigo Lobo da Silveira, 3.º barão d'Alvito, em tempo d'el-rei D. João III.

Alvito *(D. João Lobo da Silveira, 6.º barão de).* Foi provedor das capellas d'el-rei D. Affonso VI e commendador da Repreza na ordem de S. Thiago. Falleceu em 1654. Casou com D. Magdalena de Lencastre, filha de D. Luiz de Lencastre, commendador-mór d'Aviz, neto de D. João II, de Portugal.

Alvito *(D. João Lobo da Silveira, 8.º barão de).* Foi o 2.º conde d'Oriola. V. *este nome.*

Alvito *(D. José Antonio Francisco Lobo da Silveira Quaresma, 10.º barão d'Alvito, 4.º conde de Oriola, 1.º marquez de).* Do conselho d'Estado, 14.º senhor d'Alvito, gentil-homem da camara d'el-rei D. José, védor da fazenda da repartição d'Africa, marechal do exercito, presidente do senado da camara de Lisboa, em 1749, commendador de S. Salvador de Santarem e de N. S.ª da Reprêza da ordem de Thiago, de S. Martinho de Ruivães, e de S. Thiago d'Aldeganhe na ordem de Christo; teve mercê do dominio perpetuo da herdade do Barrocal, com as tres herdades a ella annexas, chamadas do Mortal, do Martinho e da Zambujeira, e da herdade da Amoreira e pomar da Gebeleecira, todas estas no termo e visinhanças da cidade d'Evora, cujas herdades ficaram unidas e vinculadas ao morgado principal da casa e baronia d'Alvito para sempre, com a natureza de bens patrimoniaes fóra da Lei mental, que com esta mercê foi dispensada, por carta de 18 de junho de 1766. N. a 3 de junho de 1698, f. no primeiro de junho de 1773. Casou com D. Thereza d'Assis Mascarenhas, dama camarista, aia do principe D. Pedro, filho promogenito de D. João V, filha dos 2.ºˢ condes d'Obidos. O titulo de marquez d'Alvito foi concedido por el-rei D. José, pela portaria de 31 de maio e carta de 4 de julho de 1766.

Brazão do marquez de Alvito

Alvito *(D. José Antonio Placido Lobo da Silveira Quaresma, 12.º barão d'Alvito, 6.º conde d'Oriola e 3.º marquez de).* Par do reino por carta regia de 30 d'abril de 1826, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara em sessão de 7 de novembro do mesmo anno; 16.º senhor d'Alvito, gentil-homem da camara da rainha D. Maria I, estribeiro-mór de D. Pedro IV, commendador de S. Thiago de Adeganhe, e de S. Martinho de Ruivães na ordem de Christo; de N. S.ª da Repreza, e de S. Salvador de Santarem da ordem de S. Thiago; senhor, por mercê regia, da quinta e reguengo dos Calvos, e da Apresentação da Casa de Bragança. N. a 5 d'outubro de 1769, f. a 3 de março de 1844. Seguindo a vida militar, foi major da primeira plana da côrte, e pela extincção d'esta, passou a governar um forte. Casou em primeiras nupcias, a 27 de janeiro de 1792, com D. Isabel Vicencia Ignez da Cunha e Lorena, filha dos 6.º condes de S. Vicente, Manuel Carlos da Cunha e Tavora, e D. Luiza Caetana de Lorena, filha do 3.º duque de Cadaval, D. Jayme de Mello, e da duqueza, D. Henriqueta de Lorena. Passou a segundas nupcias, a 2 de fevereiro de 1832, com D. Maria Isabel da Silveira Sande e Vasconcellos, dama da ordem de Santa Isabel, e da camara da rainha D. Carlota Joaquina, em cujo exercicio acompanhou a Hespanha as infantas D. Maria Isabel, que foi rainha d'aquelle reino, e D. Maria Francisca, que casou com o infante hespanhol D. Carlos. D. Maria Isabel era viuva de João Martinho d'Azevedo Coutinho de Montaury, guarda-roupa da rainha D. Maria I, tenente-coronel do exercito. Do primeiro matrimonio teve tres filhos: D. Fernando, que foi o 8.º conde d'Oriola e 13.º barão d'Alvito, o qual nasceu a 3 d'outubro de 1793, e morreu a 29 d'agosto de 1819. Foi casado com D. Rita de Noronha, filha dos 4.ºˢ marquezes d'Angeja, D. José Xavier de Noronha Camões de Albuquerque Sousa Moniz e D. Francisca Thereza d'Almeida; D. Henriqueta Polycarpa, que succedeu na casa de seu pae, a 3 de março de 1844, e foi a 9.ª condessa de Oriola, e 14.ª baroneza d'Alvito, que nasceu a 26 de janeiro de 1796, e falleceu a 7 de junho de 1858. Esta senhora casou em 2 de fevereiro de 1824, com Antonio Luiz de Souza Coutinho, filho dos segundos marquezes de Borba, official honorario da Casa Real, (serviu de estribeiro-mór nos impedimentos de seu sogro, o 3.º marquez d'Alvito), moço fidalgo com exercicio no paço, accrescentado a fidalgo escudeiro, pelo alvará de 10 de janeiro de 1824. Pelo seu casamento foi autorisado a usar do titulo de conde barão d'Alvito, pelo decreto de 26 de junho de 1844, e carta de 28 de janeiro de 1845, em que era renovado a sua mulher o referido titulo de 9.ª condessa e 14.ª baroneza. A outra filha foi D. Maria da Graça, que nasceu a 4 de maio de 1802, e casou a 15 de agosto de 1827, com Antonio de Siqueira Freire de Sousa Chichorro Abreu Cardoso Castro Calvos Cerniche, moço fidalgo com exercicio no paço, por alvará de 28 d'outubro de 1821.

Alvito *(D. José Lobo da Silveira Quaresma, 15.º barão d'Alvito, 10.º conde d'Oriola, e 4.º marquez de).* Par do reino, por successão a seu avô, o 3.º marquez d'Alvito, de que prestou juramento e tomou posse na camara respectiva, na sessão de 1 de março de 1861; gentil-homem da camara d'el-rei D. Luiz; commendador da ordem de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa, grã-cruz das ordens da Corôa d'Italia, de Carlos III de Hespanha, e da Rosa do Brazil; official-mór honorario da Casa Real, camarista d'el-rei senhor D. Carlos; abastado proprietario nos districtos de Lisboa e de Beja. N. a 11 de março de 1826. E' filho de D. Henriqueta Polycarpa José Antonio Lobo da Silveira Quaresma, 9.ª condessa d'Oriola e 14.ª baroneza d'Alvito, casada com Antonio Luiz de Sousa Coutinho, que pelo seu casamento ficou autorisado a usar do titulo de conde barão. O sr. marquez d'Alvito succedeu a sua mãe, fallecida a 7 de junho de 1858, na casa e referidos titulos. Casou a 2 de outubro de 1858, com D. Marianna Luiza de Sonza Coutinho, sua prima, pri-

meira filha dos 15.os condes de Redondo, a qual falleceu em Lisboa, a 24 d'abril de 1881. O titulo de marquez d'Alvito em sua vida, e conde barão d'Alvito, de juro e herdade, foi renovado por decreto de 15 de dezembro de 1861. O de official-mór honorario da Casa Real foi concedido por decreto de 1 d'outubro de 1874, e carta de 21 de dezembro de 1876. O sr. marquez d'Alvito, apesar de ser descendente d'uma familia miguelista, foi sempre liberal, e acceitou com reconhecimento, das mãos de D. Pedro V, o marquezado e os arminhos de par do reino. El-rei D. Luiz, em 1880, o convidou para seu camarista, logar que actualmente conserva, junto a el-rei senhor D. Carlos.

Alvito *(José Martins de).* Cirurgião militar e poeta. N. em Alvito a 8 d'abril de 1782; f. em Lisboa, no dia 1 de maio de 1851. Teve uns principios muito modestos; foi aprendiz e depois official de barbeiro, e consta que exerceu o seu officio n'uma casa, á praça da Figueira. Dedicando-se depois ao estudo, conseguiu adquirir credito como homem de sciencia e como poeta. Foi c rurgião militar, em que se reformou, exercendo aiinda clinica em Lisboa, já depois de ter a reforma. Por sua morte, deixou uma fortuna de cerca de vinte contos de reis, e uma pequena bibliotheca, em que conseguira reunir uns dois mil volumes. Falleceu quatro dias depois de ter soffrido a operação da talha. Publicou *Tres epistolas dirigidas ao ill.mo sr. José Ignacio d'Andrade,* escriptas em verso solto. José Maria da Costa e Silva falla com muito louvor d'estas *epistolas* no seu *Ensaio biographico sobre os melhores poetas portuguezes.*

Alvito *(D. Luiz Lobo da Silveira, 7.º barão de).* Foi o primeiro conde d'Oriola. V. *este nome.*

Alvito *(D. Rodrigo Lobo da Silveira, 3.º barão de).* Foi védor da fazenda de D. João III, e do seu conselho. Morreu a 25 de dezembro de 1550. Casou com D. Guiomar de Castro, filha de João da Silva, senhor de Vagos, regedor das justiças, e de sua mulher D. Joanna de Castro, filha de D. Diogo Pereira, 2.º conde da Feira.

Alvito *(D. Vasco Lobo da Silveira, 9.º barão de).* Foi o 3.º conde d'Oriola. V. *este nome.*

Alvito. Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc., com., distr. e bisp. de Beja. Tem uma só freg. N. S.ª d'Assumpção, com 486 fog. Pertence á 4.ª div. mil. 8.ª brigada, grande circumscripção mil. do sul, e ao distr. de recrutamento e de reserva n.º 17, com a séde em Lagos. Tem Misericordia, hospital, escolas para ambos os sexos, est. post. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio, cobrança de recibos, letras e obrigações, e de encommendas, permutando malas com a R. A. S. Estação do caminho de ferro do sul. O conc. comprehende duas freg. com 3.077 hab., sendo 1.547 do sexo masc. e 1.530 do fem., n'uma superficie de 38.126 hect. As duas freg. são: N S.ª d'Assumpção, com 1.982 hab., 1.008 do sexo masc. e 974 do fem.; Villa Nova da Baronia (N. S.ª d'Assumpção), 1.095 hab., 539 do sexo masc. e 556 do fem. Este conc. foi supprimido e annexado ao de Cuba por decreto de 26 de junho de 1896, e pelo decreto de 13 de janeiro de 1898 foi restaurado. A villa está situada n'uma planicie amena e saudavel, regada pelo rio Odivellas, atravessado aqui por uma sumptuosa ponte de pedra. Nos primeiros dias da monarchia havia n'este sitio uma herdade chamada de S. Romão, pertencente parte ao senado d'Evora e parte aos Pestanas, descendentes de Geraldo Sem Pavor. Reinando D. Affonso III, por commum accordo das partes interessadas, foi dada esta herdade ao chanceller-mór do reino, D. Estevam Annes, collaço d'aquelle soberano e tambem seu genro, por ter casado com uma sua filha bastarda, D. Leonor Affonso. Estevam principiou a cultivar a herdade e depois foi edificando algumas casas, que alugava a uns e dava a outros. Passou-se este facto no anno de 1255, e sete annos depois já havia n'aquella propriedade tantos moradores, que Estevam Annes, em 1262, lhe edificou uma egreja, que passado pouco tempo foi erecta em parochia com o titulo de S. Romão. Tal foi o principio da villa de Alvito, á qual D. Affonso III, passando por ali e vendo a povoação tão florescente e augmentada, lhe concedeu foral, em 8 de maio, dotando-a com muitos privilegios e regalias. Por sua morte, realisada a 20 de março de 1279, o chanceller-mór, não tendo herdeiros, deixou todas estas propriedades aos religiosos da Santissima Trindade, que logo trataram de ir aforando os terrenos a quem queria edificar, com o que se augmentou muito a povoação. Acerca da etymologia da palavra *Alvito*, conta-se o seguinte, que Pinho Leal, no *Portugal Antigo e Moderno*, 1.º vol., diz encontrar-se n'uma memoria, que existia no cartorio dos capuchos de Xabregas: Por occasião d'uma festividade, que se fez ali no começo da povoação, em que havia corridas de touros, fugiu um d'estes animaes, lançando nos circumstantes grande perturbação. Debalde andaram por algum tempo em procura d'elle. Já todos estavam cançados e descoroçoados, quando appareceram alguns homens com o touro agarrado, gritando: *Alvitre, alvitre,* por alviçaras. Foi de todos tão bem recebida a noticia que esta palavra annunciava, que ficou por nome á terra, d'onde no futuro, por corrupção, se pronunciou *Alvito*. Os frades trinitarios deram-lhe o primeiro foral no anno de 1321, o qual el-rei D. Diniz, depois de lh'o ter contestado por muito tempo, confirmou em 1327. D. Manuel deu-lhe novo foral, em Lisboa, a 20 de novembro de 1516. Alvito tem um castello, construido por D. João II, pelo anno de 1484. E' o monumento mais notavel da villa, o qual aquelle monarcha fez doação a João Fernandes da Silveira, primeiro barão d'Alvito *(V. este nome).* O castello ergue-se em terreno um pouco mais elevado, no meio d'uma planicie que o cerca por todos os lados. O edificio, na sua projecção horisontal, tem a fórma quadrangular. Compõe-se de quatro fachadas exteriores, flanqueadas de outras tantas torres circulares e mais elevadas, e de quatro fachadas interiores, que sobre arcadas guarnecem um espaçoso pateo. A frontaria principal estende-se sobre um amplo terreiro, denominado *Largo do Castello*, que, apesar de servir de para publica, é pertencente ao edificio. N'esta frente fica a entrada do castello, que é defendida por um fosso com ponte levadiça.

Brazão da villa de Alvito

No portal ha apenas digno de attenção dois escudos de armas, esculpidos em pedra, que avultam sobre o portal, logo por cima da lapide onde se lê a seguinte inscripção: *Esta fortaleza se começou em 13 de agosto de 1451, por mandado d'el-rei D. João II N. S. e acabou-se no tempo d'el-rei D. Manuel o primeiro. Fêl-a por seus mandados D. João Lobo, barão d'Alvito.* Esta inscripção, pelos seus anachronismos, conhece-se que foi posterior á fundação. Um dos escudos é o das armas reaes, e o outro o brazão da casa d'Alvito. Chama-se a esta fachada a principal por estar n'ella a porta do castello. As outras fachadas deitam para a cerca do castello do *Rocio* e *Praça* da villa. O portal da entrada conduz ao pateo em que fallámos, d'onde se sobe uma escadaria de tres lanços, que dá ingresso para uma grande sala chamada dos *Veados*, que por duas outras mais pequenas offerece communicação para todos os aposentos do castello. A torre que fórma o angulo do norte tem tres pavimentos, cada um com seu quarto circular. O quarto do primeiro andar tem um alçapão que dá para o quarto do pavimento terreo, que communicava com um subterraneo, que está hoje entulhado, e que seria provavelmente n'outro tempo uma passagem occulta, para, em caso de cêrco, proporcionar sahida á guarnição para se prover do que mais lhe escasseava, ou para tentar alguma empreza em que tomasse de sobresalto os sitiantes; ou, finalmente, em extrema necessidade, para proteger uma retirada. A torre do lado de leste tem tres andares, é denominada a *torre do sino*, por ser coroada pelo campanario da capella do castello, cuja sacristia occupa o segundo andar da dita torre. A do sul olha para a praça da villa; é de todas a que tem maior ambito. Nos seus tres andares, onde ha excellentes salas, vêem-se formosas janellas, que mostram pela sua architectura terem sido abertas ou reformadas, a do primeiro andar no reinado de D. João III, ou posteriormente, e a dos dois superiores no d'el rei D. Manuel. O sr. marquez d'Alvito tem feito reparar e aformosear para sua conservação as salas, mandando-as estucar por artistas de merecimento e bom gosto. Em memoria honrosa de ter ali estado D. João III, ainda se conserva, como reliquia sagrada, o aposento por elle occupado com a rainha sua mulher. Em uma das suas digressões ao Alemtejo, tambem se hospedaram no castello d'Alvito os saudosos monarchas D. Pedro V e D. Luiz I, o actual rei senhor D. Carlos e a rainha senhora D. Amelia. Por baixo d'esta torre, em um panno de muralha que resalta d'ella sobre a praça, nasce uma fonte de tão abundante agua, que vae d'ali regar seis quintas e fazer trabalhar seis azenhas. E' uma verdadeira curiosidade natural. Esta fonte data da fundação da villa. Em 1874 foi completamente transformada em estylo moderno, e ampliada de modo a facilitar ao publico o consumo da agua. A nova fonte foi mandada construir pela *commissão dos pastos*, cujo fim era administrar o rendimento dos pastos, que era n'aquella epoca de 972$750 réis. Além da verba destinada ao custeio da fonte, sahia tambem d'aquelle rendimento o aformoseamento da villa, a verba de illuminação e o ordenado de dois guardas campestres. A fachada da fonte é ampla e vistosa, tendo a meio uma lapide de marmore, onde se lê o seguinte: *1874. Esta obra foi feita com o producto dos pastos dos coitos d'esta villa, sendo membros da commissão administrativa Firminiano Maria Lobo Gonçalves, Joaquim Pedro Limpo Toscano, Raphael Baptista Sobrinho, Francisco Fialho da Silva e Francisco da Silva Romaneiro.* Além das quatro torres em que se fallou, ha mais outra chamada da *menagem*. Ergue-se entre as do norte e oeste. A torre da *menagem* é quadrada e tem dois andares. As suas paredes teem tres metros de espessura. Algumas janellas com grades revelam que servira de prisão. Sobre as quatro fachadas do castello corre um passadiço ou terrado guarnecido de ameias com setteiras, que communica interiormente com todas as torres, as quaes têm por cobertura uma plata-fórma com a

Castello de Alvito

mesma guarnição, excepto a da *menagem*. Das janellas, e sobretudo d'aquelle terrado, descobrem-se extensos panoramas, em que avultam muitas cordilheiras de montanhas, a cidade de Beja e diversas povoações. A capella é tão vasta que lhe dão a denominação de egreja. E' consagrada ao Espirito Santo. Os objectos notaveis que encerra são: uma imagem do *Senhor Morto*, que a tradição diz ser coeva com a fundação do castello, e uma banqueta de prata, que tem gravada a era de 1512. Em uma das salas do castello existe um grande movel antigo, rico e de feitio singular. Consta d'uma especie de commoda, com quatro gavetas e assente sobre quatro leões. Em cima d'esta peça levantam-se quatro columnas que sustentam um docel. Todo este movel é de madeira de cedro, marchetada de ebano e marfim. Tem de altura 3,^{m}50 e de largura 2^{m}. Esta descripção do castello encontra-se n'um interessante e excellente artigo do fallecido Vilhena Barbosa, publicado no *Archivo Pittoresco*, vol. 9, de 1866. Na villa ha um convento de frades trinos, fundado em 1182. Ha tambem um convento que na sua primitiva, em 900, anno em que foi construido, pertenceu aos frades bentos, mas que depois os condes barões d'Alvito reedificaram em 1534, dando-o aos frades da ordem de S. Francisco, com a invocação de N. S.ª dos Martyres. Quando o convento pertencia aos benedictinos chamava-se *Mujadarem*, isto é, monges d'além, onde viveu Santo Eleutherio, a quem se erigiu uma ermida proximo da villa, que ainda existe. A consagração, depois, de *N. S.ª dos Martyres*, deu-se em memoria dos que fôram aqui trucidados pelos romanos, no tempo dos imperadores Claudio e Aureliano, pelos annos de 280 de Christo. Como a população crescia consideravelmente, fez se nova egreja matriz consagrada a N. S.ª d'Assumpção, ficando a antiga, de S. Romão, reduzida a capella, com a invocação de N. S.ª da Graça. A nova egreja é de tres naves, muito espaçosa e bem ornada; tem sete capellas, sendo a capella-mór d'um riquissimo trabalho de talha, destinada ao sacrario, e uma magnifica tribuna de talha dourada, mandada fazer por D. fr. Luiz de Sousa, arcebispo d'Evora. Os condes barões d'Alvito teem aqui o seu jazigo, em duas capellas, onde se vêem alguns bons mausoléos de marmore com as armas dos Lobos. A nova egreja é contigua ao antigo convento dos trinos, servindo tambem de egreja dos frades, os quaes, em 1618, reedificaram e ampliaram o seu convento. No anno de 1743, andando a abrir-se os alicerces para a nova capella-mór da egreja, por ser a antiga muito pequena, e estar arruinada, achou se no dia 8 de junho, um tumulo formado de *adobes*, (tijolos seccos ao sol) dentro do qual estava um esqueleto, que, segundo dizem as memorias do tempo, tinha quatorze palmos de comprimento, e junto d'elle tres pequenas barras d'um metal desconhecido. Sobre o tumulo via-se uma lapide com a seguinte inscripção: *Hislonencas Selsas Florentis D. D.* Nas mesmas escavações encontraram-se tres pedras com cinco palmos e meio de comprimento, todas do feitio de pipas, massiças, e com inscripções sepulchraes. N'uma lia-se: *D. M. S. Musa vixit. Ann. A. X. Livia Liberatosct. H. S. E. S. T. T. L.*—Em outra: *D. M. S. Di gnitas. vixit ann. XXV. cryscros maritus posuit. H. S. E. S. T. T. L.* Em outra: *D. M. S. perenia mak. por. quae mor XXXV.* Em 1745, tambem n'uma escavação que se fez proximo d'esse sitio, se encontrou um cippo semelhante, onde se lia a seguinte inscripção: *D. M. S. C. Maria Euprepia qua ifate concesse runt vivere annis XXXV ben e merenti modestus conjuci sua posuit.* No logar conhecido pelas Pedreiras e na herdade de S. Romão encontraram-se alguns celleiros de pedra em fórma de potes subterraneos, com alguns metros de profundidade, de que os habitantes faziam uso para ali guardarem os cereaes, a que davam o nome de *matamorras*, que vem do arabe e que significa *masmorras*. Além d'estes celleiros tem-se encontrado ossadas e instrumentos de pedra de differentes feitios e tamanhos, assim como diversas moedas de cobre e prata e alguns objectos de louça bastante curiosos. Conforme a opinião de alguns antiquarios, existiu n'este logar uma povoação de origem celtica, que floresceu no tempo da dominação romana, e que foi completamente destruida por occasião das invasões dos suevos, alanos e mais nações do norte, ou no tempo dos moiros. Em 1531, estando em Alvito D. João III e a rainha, sua mulher, D. Catharina, nasceu no primeiro de novembro o seu filho primogenito, D. Manuel, que morreu creança. Em cumprimento d'um voto feito pelo nascimento d'este principe, el-rei mandou fazer o magnifico retabulo de jaspe, que se admira na egreja de N. S.ª da Pena, em Cintra, que pertenceu ao convento dos frades jeronymos, a quem D. João III o offereceu. A Misericordia, assim como o hospital, é fundação de Ramiro Alvares, que tem ali o seu jazigo e de sua familia. O hospital tem duas enfermarias, onde se nota rigoroso aceio. Ha poucos annos ainda era deploravel o seu estado, mas ao entrar como provedor o sr. José Gonçalves Godinho, procedeu-se a grandes melhoramentos. Junto houve tambem uma albergaria para viajantes, administrada pela Misericordia, a qual foi fundada por Manuel Alvares Pereira, segundo uns, e Ramiro Alvares, segundo outros. Até 1834 era parocho, reitor, um frade trino. Alvito tem uma boa casa da camara, construida pelos annos de 1720. Está ao centro da villa, no sitio mais elevado; tem uma alta torre de relogio toda de cantaria. As dependencias do edificio são muito espaçosas, e ali se accommodam todas as repartições publicas e a cadeia. Tem um riquissimo archivo e uma boa bibliotheca. Além das egrejas mencionadas, ha em Alvito e arrabaldes, as capellas de S. Pedro, S. Miguel, S. Sebastião, S. Bartholomeu e Santa Luzia. Além da fonte, que ha no castello, e que já mencionámos, encontram-se outras, tanto dentro da villa como nos arredores. Alvito é terra muito fertil, e nos seus arrabaldes existem muitas hortas e pomares, que os tornam amenos e aprasiveis. Todo o concelho é povoado de muitos olivaes e montados; tem muita caça, creação de gados; abunda em azeite, cereaes, fructas e mel. Ha feira annual a 20 e 21 d'agosto, e outra, a dos Santos, nos dias 1 a 3 de novembro. Ha em Alvito cinco fabricas: uma d'azeite, do sr. Carlos Anjos; de cortumes de pelles, da viuva de Joaquim David Ferreira; de moagens a vapor, pertencente ao sr. Manuel Domingos; e outra de cera. A fabrica de azeite é uma das primeiras, senão a primeira, do paiz. Tem uma machina a vapor, que além de pôr em movimento todas os appare-

lhos destinados ao fabrico do azeite, produz ainda luz electrica. Ha um theatro, *Grupo dramatico Alvitense*, uma sociedade de recreio, intitulada: *Sociedade Philarmonica 1.º de dezembro.* A praça da Rainha é o ponto mais frequentado da villa, ao fundo da qual se ergue o castello, que lhe dá um grande realce, fechada por bons edificios, e quasi todas as ruas da villa ali vão convergir. Ha mais dois largos, chamados das Egrejas, ambos arborisados, e ajardinados. O Rocio é um vasto recinto, conhecido pelo *Rocio da Fonte*. Ao fundo d'este largo ergue-se a egreja de S. Sebastião, capella antiga, que jazia abandonada, como se prova pela lapide que está sobre a porta principal com a seguinte inscripção: *Esta egreja foi reedificada com o auxilio d'este povo em 1892 sendo influentes José Maria Cruz, José de Moraes Cid, Joaquim Augusto Cançado, Francisco José Calhau e João Branquinho.* A villa tem minas de ferro e d'outros metaes; tinha voto em côrtes, com assento no banco decimo oitavo. Antigamente gosava do singular privilegio de que todo o preso, que fôsse d'ali natural, não podia ser removido para outra cadeia, fôsse qual fôsse o crime commettido. O seu brazão d'armas é: em campo vermelho o escudo real só com as quinas, entre dois troncos de arvores que rematam em duas unicas folhas, e firmados sobre um arco de ponte. || Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 108 hab. e 38 fog. A pov. dista. 9 k. da séde do conc. e está situada quasi no meio do valle de *Tamel*, e d'ella se descobre a villa de Barcellos, a 7 k. de distancia, e mais outras freguezias. Pertence á 3.ª divisão mil, e ao distr. de recrutameuto e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Alvito é terra muito abundante, apesar de não ter muita agua; é apenas atravessada por dois regatos, chamados: *Passaes* e *Lenihar*. Ha n'esta freguezia as ruinas d'uma grande torre, que foi cabeça do morgado dos *Ferreiras d'Argemil*. Foi senhor d'esta torre D. Godinho, de Pousada do Tamel, e depois os condes de Valle de Reis. Os abbades aqui eram apresentados pelo arcebispo de Braga. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 220 hab. e 76 fog. A pov. dista. 12 k. da séde do conc. Era das freiras de S. Salvador, e depois foi da Commenda de Christo. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. do recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna de Castello. || Pov. na freg. de Santa Marinha de Zezere, conc. de Baião. || Pov. na freg. da Redinha, conc. de Pombal. || Casal na freg. de S. Pedro d'Obidos, conc. de Leiria. || Casal na freg. d'Odivellas, conc de Loures. || Casal na freg. de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a-Nova. | Quinta na freg. de Alemquer. Trianna, conc. de Alemquer. || Quinta na freg. de S. João Baptista do Lumiar, 3.º bairro de Lisboa. || Ribeira na prov. da Beira Baixa, distr. de Castello Branco; nasce na freg. de Sargedas, e depois de 25 k. de curso, desagua na ribeira Ocresa.

Alvitre. Era a mercê que el-rei concedia a alguem de trazer em as naus do Estado uma certa porção de generos sem pagar direitos.

Alvo. Appellido nobre em Portugal. Procede de Estevam Alvo, natural da cidade do Porto, e teve brazão de armas incompleto dado pela rainha de Flandres: em campo azul leão de ouro lampassado de vermelho, passado de uma contrabanda do mesmo filetada de ouro, e carregada de tres rosas de prata, sahindo por entre as suas pétalas quatro folhas de verde. Timbre, uma das rosas das armas entre duas azas vermelhas a meio vôo. Outros usam em campo azul de leão de ouro lampassado de vermelho, passado com uma banda do mesmo carregada de tres flôres de liz de prata. Timbre, o leão das armas com uma flôr de liz de prata na garra direita.

Alvo Côvo. Pov. na freg. de S. Salvador de Figueiras, conc. de Louzada.

Alvoco. Rio da prov. da Beira Baixa. Nasce na Serra da Estrella, passa á villa da Feira e morre no Mondego. E' de corrente arrebatada. Ribeira da prov. da Beira Baixa, que nasce proximo á villa de Alvoco da Serra, junto á Serra da Estrella. E' atravessada por uma ponte de pedra junto á villa. Morre na ribeira de Vide, depois de um curso caudaloso por entre penhascos.

Alvoco da Serra. Pequena aldeia situada no interior da Serra da Estrella, entre as povoações de Unhaes da Serra e Loriga; pertence á freguezia de N. S.ª do Rosario, da provincia da Beira Baixa, conc. e comarca de Ceia, dist. e bisp. da Guarda; tem 1175 hab. e 255 fogos, escola de sexo masc. e estação postal permutando malas com a villa de Ceia. D. Manuel deu-lhe foral em Lisboa, a 17 de fevereiro de 1514; n'este foral dá-se-lhe o nome de *Alvoco da Serra da Estrella.* Era da corôa e os dizimos da commenda do Redondo e do bispo conde. Tem muitos gados e fabrica bons queijos. O vigario de Loriga apresentava o cura até 1831. Pertence á 2.ª divisão militar e ao dist. de recrutamento e reserva n.º 12 com a séde em Trancoso. Possue algumas fabricas de lanificios, sendo uma do sr. Antonio Garcia Mascarenhas e outra movida a vapor, de que é proprietario o sr. barão de Alvoco, Joaquim Monteiro de Pina; n'ellas se fabricam briches, baetas e saragoças empregando um pessoal operario superior a 200 individuos de ambos os sexos. Não ha para aqui estradas, sendo o transporte de mercadorias feito em cavalgaduras. E' abundante de caça e cereaes. Na ribeira de Alvoco, que banha a povoação, apanham-se as melhores trutas de toda a Serra, que, como é sabido, é o melhor peixe d'agua doce e o mais raro.

Alvoco de Varzeas. Pequena aldeia e freguezia no interior da Serra da Estrella pertencente á comarca e concelho de Oliveira do Hospital, e bisp. de Coimbra. E povoação muito antiga e de terrenos muito ferteis. A invocação da freg.ª é Santo André e seu actual parocho, o rev. Christiano Madeira da Costa Abreu, irmão do fallecido fr. Bernardo Madeira da Costa Abreu, que foi advogado muito distincto. Esta povoação é servida por estrada de macadam que vem da Ponte das Tres Entradas e deve seguir pela serra a ligar em Unhaes da Serra com a cidade da Covilhã. Infelizmente o lanço de estrada de Alvoco a Unhaes ainda não está concluido e nem sequer aberto á exploração, o que causa grande prejuizo aos habitantes d'estas localidades que não teem meio facil de permutar os productos das suas industrias e commercio. Tem 813 hab. e 166 fogos; tem escola do sexo masculino e caixa post. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e

está situada entre as serras de S. Sebastião da Feira e Onteiro dos Chãos, ramos da da Estrella, onde se cria muita caça, lobos e porcos montezes. Pertence á 5.ª divisão militar e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 23, com a séde em Coimbra. Até 1834 o cura era apresentado pelo vigario de Penalva d'Alva. Passa n'esta freg. o rio Alva.

Alvoeira. Pov. da freg. de Mouronho, concelho de Taboa.

Alvogas. Pov. na freg de S. Pedro d'Almargem do Bispo, conc. de Cintra. | Pov. na freg. de Santa Maria de Loures, conc. de Loures. V. *Albogas.*

Alvor *(Bernardo Filippe Nery de Tavora, 2.º conde de).* Mestre de campo general de batalha dos exercitos de D. João V, com o governo das armas da provincia de Traz-os-Montes, do conselho de guerra, mordomo-mór da princeza do Brazil, D. Maria Anna Victoria, senhor da villa de Moura, commendador de Machico, na ilha da Madeira, e de Santa Maria de Mesquitella; de Santa Maria de Freixedas, e da de Duas Egrejas, todas na ordem de Christo; alcaide-mór de Marialva. Serviu com seu pae na guerra em que occupou varios postos. N. em 1681, f. a 27 d'abril de 1744. Era filho do 1.º conde d'Alvor, Francisco de Tavora, e de sua mulher, D. Ignez Catharina de Tavora. Sendo general de batalha ficou ferido no choque da Godinha, em 1709, e ficou com o braço esquerdo paralysado. Casou em 1699 com D. Joanna de Lorena, filha de D. Nuno Alvares Pereira de Mello, duque de Cadaval, e da duqueza D. Margarida de Lorena. O 2.º conde d'Alvor foi pae de Francisco Assis de Tavora, 3.º marquez d'este titulo, suppliciado em Belem, em 3 de janeiro de 1759. As armas dos condes d'Alvor são as mesmas das dos marquezes de Tavora. O titulo ficou tambem extincto pela sentença proferida contra o ultimo marquez, Francisco de Assis.

Alvor *(Francisco de Tavora, 1.º conde de).* Governador d'Angola e vice-rei da India, do conselho de estado, e guerra. de D. Pedro II, regedor das justiças, e presidente do conselho ultramarino. N. em 1646, f. em Moura a 31 de maio de 1710. Era filho de Antonio Luiz de Tavora, 2.º conde de S. João, e de D. Archangela Maria de Portugal, filha de D. Miguel de Noronha, 4.º conde de Linhares. Dedicou-se á carreira das armas, e serviu com muita distincção na guerra contra Castella, figurando na batalha de Montes Claros, em 1665, já como tenente general da cavallaria de Traz-os-Montes, tendo apenas 19 annos de edade. Em 4 de março de 1668 foi nomeado governador d'Angola. N'essa epoca tornava-se difficil aquelle governo, porque na provincia reinava completa anarchia, chegando ao ponto de ter sido expulso pela população o governador Tristão da Cunha. Francisco de Tavora, porém, apesar de muito novo, pois sómente contava 22 annos, mostrou-se tão prudente e tão conciliador, que todas as discordias se serenaram, causando o maior espanto a bem calculada politica e diplomacia de Francisco de Tavora, a quem alcunharam lisongeiramente de *menino prudente,* attendendo á sua juvenil edade. No entretanto, o governo de Francisco de Tavora começou por um terrivel desastre. Em 1670, mandou um pequeno exercito commandado por João Soares d'Almeida, a castigar o regulo do Sonho, ao sul do Zaire, que estava revoltado contra o rei do Congo e praticava toda a qualidade de ladroeiras. Soares d'Almeida internou-se demasiadamente n'aquellas terras insalubres, apesar dos conselhos das pessoas praticas e conhecedoras do clima e do terreno. Achando-se com a gente rendida pelo cansaço e pelas febres em caminhos quasi intransitaveis, foi completamente derrotado, deixando em poder do inimigo bagagens e artilharia. Os pretos enthusiasmaram-se com a victoria que tinham alcançado, e o rei do Dongo, conhecido por D. João Hary, revolucionou-se e invadiu com os seus pretos o districto d'Ambaca. Felizmente Francisco de Tavora tinha ás suas ordens um bravo official, chamado Luiz Lopes de Sequeira, e o rei do Dongo ficou vencido e derrotado n'alguns recontros, até que afinal tambem succumbiu, sendo prisioneiros os irmãos. Lopes de Sequeira apoderou-se das Pedras de Pungo Andongo, que se diziam inexpugnaveis, fundando-se então o presidio, ficando o territorio do reino do Dongo incluido nos dominios do rei de Portugal. Em 1672 tambem os regulos de Quissama, que tinham investido o presidio de Muxima, foram batidos por outro valente militar, o capitão Manuel Nunes, e n'esse mesmo anno receberam egualmente castigo energico os mulatos por se terem revoltado em Massangano. A provincia conservou-se depois em socego até 1676, anno em que Francisco de Tavora foi substituido pelo novo governador Ayres de Saldanha. Durante o seu governo, formou-se uma companhia de cavallaria, reconstruiu-se a fortaleza de S. Miguel, e fundou-se um hospital em Benguella. Francisco de Tavora regressou ao reino, e pouco tempo depois foi nomeado vice-rei da India, por decreto de 4 de fevereiro de 1681. Chegou a Goa a 11 de setembro d'aquelle anno, e tomou posse no dia seguinte, na capella-mór da egreja dos Reis Magos. O seu governo foi mais infeliz que o de Angola, faltava-lhe o valioso auxilio de Lopes de Sequeira. Tendo-se notado que á proporção que subia o preço das renuncias das mercês das capitanias e officios do estado, baixavam os rendimentos das alfandegas e cresciam os roubos e tyrannias dos capitães, feitores e thesoureiros, ordenou a carta regia de 6 de março de 1681, que para atalhar a taes abusos, se taxasse no conselho da fazenda o justo preço da renuncia a cada uma d'essas mercês, e prevenia os conluios que em semelhantes compras poderia haver entre as partes contratantes. O conselho da fazenda em sessão de 10 de dezembro de 1682, tendo procedido a informações sobre o rendimento licito das capitanias e officios da India portugueza, fixou o preço que deviam receber os providos pela renuncia d'esses cargos. No anno seguinte, a 4 de fevereiro de 1683, Francisco de Tavora foi agraciado com o titulo de conde d'Alvor, concedido por D. Pedro II, sendo ainda regente. O Savagy invadiu as terras do estado, e a 24 de novembro de 1683 apoderou se por surpreza do forte da ilha de Jua ou de Santo Estevam, hoje abandonado e em ruinas. Savagy fôra o fundador da monarchia maharatta. Mais tarde, seu filho, Sambagy invadiu as provincias de Salsete e Bardez, ameaçando Gôa seriamente. O conde de Alvor viu-se desanimado, por conhecer serem diminutos os seus meios de resistencia, e não con-

tando já com soccorro algum, teve a resolução de recorrer ao auxilio divino antes de marchar ao encontro do inimigo, e mandando abrir o caixão de prata que encerrava o corpo de S. Francisco Xavier, o grande apostolo das Indias, entregou-lhe o seu bastão de commando, confiando á protecção do prodigioso santo o governo da India portugueza. Felizmente, as circumstancias melhoraram, porque este devoto procedimento reanimou os timidos que confiavam mais nas orações e milagres do que nas espadas e arcabuzes. Estes factos coincidiram com as descidas pelas montanhas dos Ghattes, do poderoso exercito do Grão Mogol, commandado por Sha-Alama Acbar, filho do imperador Aurangzeb, que vinha em perseguição das tropas de Sambagy; este, aterrado pelo inesperado soccorro que indirectamente viera aos portuguezes, retirou-se de prompto para as suas terras, propondo uma vantajosa paz, tanto mais, quanto a campanha que tinhamos sustentado contra elle, fôra bastante desastrosa, assignalando-se sómente d'um modo honroso a defeza da fortaleza de Rachol, que então foi restaurada, collocando-se-lhe por cima da porta principal a seguinte inscripção:

SENDO O CONDE DE ALVOR V. REY DA INDIA MANDOV REFORMAR ESTA FORTALEZA DEPOIS DE SE DEFENDER DO CERCO DE SAMBAGI 22 DE ABRIL DE 1684.

Na praça d'Angediva tambem existe um baluarte, com a inscripção de que foi o conde de Alvor quem mandou edificar a fortaleza (V. *Angediva*). O resultado da victoria sobre Sambagy confirmou a crença n'um milagre feito por S. Francisco Xavier, e desde então, segundo alguns historiadores, se originou a cerimonia da troca do bastão feita pelos vice-reis e governadores na capella do Santo apostolo das Indias no auto da posse do governo. Do tomo III da *Descripção geral e historica das moedas cunhadas em nome de reis*, por A. C. Teixeira d'Aragão, a pag. 71 e 72, transcrevemos o seguinte: «A cerimonia acha-se hoje muito simplificada. O novo governador dirige-se com os seus dois ajudantes de campo á capella de S. Francisco Xavier, na egreja do Bom Jesus em Gôa Velha, onde faz oração, indo depois occupar a segunda cadeira, ao lado do seu antecessor, na capella-mór da parte do evangelho; na frente está uma mesa com o livro das posses aberto, e junto o secretario geral Começa este o acto por ir pedir ao governador a carta regia da sua nomeação e, voltando ao seu logar, faz a sua leitura de pé e em voz alta; depois de restituir a carta, lê do mesmo modo o termo de posse previamente lavrado, e terminada a leitura, acompanhado do official maior que leva o livro, e de outro official da secretaria com a escrevaninha, vae receber a assignatura do novo governador. Em seguida o livro é collocado na mesa e assignado tambem, guardadas as precedencias, pelos juizes da relação, camara municipal, cabido e officiaes superiores. Na capella de S. Francisco Xavier tem logar a troca da *róta*, que é uma bengala com castão de oiro cravejado de pequenas pedras preciosas, a qual se acha encostada á imagem do santo; a maior parte das vezes o novo governador recebe-a no acto da cerimonia, e na mesma occasião ou dias depois manda-a restituir. Todas as solemnidades da posse terminam dando a bateria de artilharia, postada á porta do templo na direita da mais tropa da guarnição, a salva da ordenança, que é correspondida pelas fortalezas da margem do Mandovy.» Em 13 de dezembro de 1686, o conde d'Alvor entregou o governo da India a D. Rodrigo da Costa, que fôra nomeado para o substituir, e partiu para Portugal. Exerceu então os seguintes cargos: regedor das justiças, presidente do conselho ultramarino, para que foi nomeado em 1692, e general de marinha, a que foi elevado em 1701. Sendo presidente do conselho ultramarino, deu-se o facto de querer mudar a cidade de Gôa para o sitio de Mormugão. Affonso d'Albuquerque havia concedido em nome d'el-rei D. Manuel á cidade de Gôa varios privilegios, que a tornara realenga pela carta regia de 1 de março de 1518, depois confirmada por seu filho, D. João III. A accumulação de gente e a falta de aceio desenvolveram os ares mephiticos, que fôram dizimando a população e afugentaram muita gente de Gôa, estabelecendo-se parte dos funccionarios e descendentes em Ribandar. Por outro lado a intolerancia religiosa e a quebra do nosso poder nos mares da India, onde outras nações vieram participar ou apropriar-se das nossas conquistas, chegando mesmo a praticarem actos de pirataria contra os navios portuguezes, originaram a rapida decadencia da grande capital. Com o despovoamento vieram as ruinas e o augmento da insalubridade, e os governadores, em vez de procurarem remediar estes males, lembraram-se de mudar a cidade, como haviam feito os musulmanos no seculo XV. N'estas diligencias avantajou-se o conde de Alvor, accrescentando ao perigo prestilencial o d'aquella cidade, por ter pouca defeza, poder ser tomada por qualquer inimigo, e indicava como preferivel para a nova edificação o sitio de Mormugão, praça que se compõe dos importantes baluartes: Mombaça, Calheta, Malavar, Pedreira, Pedrinha e Cisterna, que por muito tempo lhe deram fama de inexpugnavel, servindo por esse motivo de resguardo aos cofres publicos e a muitas das principaes familias na invasão maharatta, governando o estado D. Pedro de Mascarenhas, conde de Sandomil. Não faltou quem combatesse a idéa da mudança da cidade, mostrando os maiores inconvenientes, mas apesar de todas as observações, fôram ordens de Portugal para que com urgencia se construissem em Mormugão os edificios indispensaveis para se accommodarem as autoridades e repartições publicas. Estas insistencias da côrte partiam principalmente do conde d'Alvor, a quem a posição de presidente do conselho ultramarino, facilitava o proseguir no seu capricho. Começando, porém, a guerra da successão de Hespanha, o conde de Alvor tomou parte na campanha da Beira, em 1704, dirigida pelo marquez das Minas, a quem foi auxiliar com o seu pequeno exercito. Este facto fez com que desistisse do seu proposito, e as ordens para se activarem as novas construcções de Mormugão, afrouxaram, as quaes continuaram, sendo administradas por jesuitas, com diversas alternativas, até que afinal el-rei as mandou suspender, em carta de 18 de março de 1712. Em 1707 recebeu o commando das armas do Alemtejo, cargo que pouco tempo conservou, porque falleceu, quando tentava recu-

perar a praça de Moura. O conde d'Alvor casou em 1677 com sua sobrinha, D. Ignez Catharina de Tavora, dama da rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboya, e filha de seu irmão, Luiz Alvares de Tavora, 1.º marquez de Tavora. O brazão d'armas era: um delphim da sua côr em cinco ondas tambem da côr propria em campo de prata com a letra por orladura: *Quas cumque findit.*

Alvor. Villa e freg. de S. Salvador, da prov. do Algarve, conc. e com. de V. N.ª de Portimão, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 3.014 hab. e 538 fog. Dist. 5 k. da séde do conc. e está situada n'uma collina pouco elevada, proximo á foz do rio do seu nome, com um pequeno porto, defendido por um castello. E' pov. muito antiga, querendo alguns que fôsse fundada pelos carthaginezes, sendo cidade muito importante. Diz a tradição que os carthaginezes lhe deram o nome de *Porto de Annibal,* mas tambem ha quem pretenda que *Porto* de *Annibal* seja a actual Villa Nova de Portimão. Os arabes apoderaram-se d'esta povoação e chamaram-lhe *Albur,* que significa *campo inculto,* d'onde procede o actual nome de *Alvor.* Consta que tinha então um forte castello, que foi tomado e arrazado pelos cruzados n'uma armada que appareceu alli em junho de 1189. Depois, ainda no mesmo anno, D. Sancho I a tomou, com o auxilio d'outra armada de cruzados, e mandou-a povoar, mas em 1191, os moiros tornaram a recuperal-a. D. Affonso III, em 1250, é que novamente a conquistou. D. Diniz, pelos annos de 1300, reedificou-lhe o castello. Na sua primitiva, Alvor foi fundada junto ao rio, onde ainda se chama *Villa Velha.* Muitos privilegios fôram concedidos aos portuguezes que vieram povoal-a. Por carta de 15 de maio de 1313, o referido monarcha D. Diniz lhe concedeu alvasis e alcaides privativos, como os de Lagos; metade da renda da barca, o rocio, as aguas e caminhos para ellas, etc., e por alvará de outubro do mesmo anno, que *não paguem para atalayas, nem para ajuda da terra de Silves.* Por carta de privilegio de 15 de maio de 1314, manda D. Diniz: *que se venda aos moradores o sal de que elles precisarem, se elle mandar adubar as marinhas velhas.* Por carta de 5 d'abril de 1358, D. Pedro I concede-lhe, que nomeiem juizes e tenham jurisdicção independente. Pelo alvará de 20 de julho de 1378, ficou sendo do termo de Silves. Na doação que D. Affonso V fez, em 18 de dezembro de 1451, a Alvaro de Athayde, incluia não só o dizimo do pescado, portagem de mar e terra, foros de azenhas, *serviço novo e velho dos judeus,* moinhos, casas, vinhas e barca de passagem, mas tambem as marinhas. A carta de lei de 28 de fevereiro de 1495 lhe dá foros de villa. El-rei D. Manuel, em 6 de novembro de 1497, concedeu a Nuno de Athayde fazer marinhas nos sapaes; na carta de 28 de dezembro de 1498, o mesmo soberano a desannexou do termo de Silves, e a 13 de dezembro de 1505 lhe deu foral, em Lisboa. Filippe II passou um alvará, para que esta villa usasse do foral de Silves. Ha uma provisão de D. João V, com a data de 14 de dezembro de 1715, em que faculta ao duque de Cadaval o poder vender o sal das marinhas de Alvor, sem embargo das disposições do foral. D. Pedro II, ainda regente, creou o condado d'Alvor, agraciando com este titulo Francisco de Tavora, filho do 2.º conde de S. João *(V. Alvor, 1.º conde),* e sobrinho do 1.º marquez de Tavora, Luiz Alvares de Tavora Foi o 1.º conde d'Alvor. Este titulo terminou em 1759, juntamente com o de marquez de Tavora, pela accusação que sobre esta familia recahiu, e que levou ao patibulo o terceiro e ultimo marquez, Francisco d'Assis, em Belem, a 13 de janeiro d'aquelle anno. O terremoto de 1755 causou graves prejuizos á villa d'Alvor; o mar, entrando impetuosamente pela terra dentro, arrebatou pelos alicerces a capella de N. S.ª d'Ajuda que existia na praia, não deixando o menor vestigio. A torre de vigia, chamada o *Facho,* construida sobre uma grande rocha, tambem ficou toda arruinada. Pelo alvará de 16 de janeiro de 1773 a villa ficou reduzida a aldeia e unida ao concelho de Villa Nova de Portimão, só pelo facto de ter sido condado pertencente á familia dos Tavoras, mas continuou a ser sempre considerada geralmente como villa. Foi em Alvor que falleceu a 25 d'outubro de 1495, no paço do alcaidemór, D. João II, indo procurar allivio á pertinaz doença que o victimou, nas aguas medicinaes, cujas virtudes eram então muito apreciadas. A nascente d'estas aguas ficava n'um poço, chamado *poço de baixo,* proximo da villa; a agua era minero-medicinal de natureza e temperatura indeterminada, mas está hoje de todo esquecida. Alvor tem marinhas de sal, que produzem muito, e exporta em grande quantidade. Era da Casa das Rainhas. E terra muito saudavel, os campos são abundantes de cereaes, fructas e hortaliças, tendo grande ramo de vinha; em torno vêem-se quintas e hortas aprazíveis que lhe dá um encantador aspecto. O porto, n'outro tempo, dava entrada a embarcações de grande tonelagem, hoje, porém, só entram alli as de pequena lotação. A egreja matriz, S. Salvador, é um espaçoso templo, que possue imagens magnificas. Ha muitas lages sepulchraes com inscripções antigas, distinguindo-se uma d'ellas pelo seu tamanho, em que se lê: *Aqui jaz o grande Alvaro de Athayde, pae de Tristão de Athayde.* Na capella de N. S.ª do Rosario estão as armas da familia dos Cunhas Costas, oriundos d'esta villa. Alvor pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 17, com a séde em Lagos; tem escolas para ambos os sexos, Misericordia, duas philarmonicas: *Primeiro de Maio* e *Oito de Dezembro.* Proximo fica o logar chamado *Montes d'Alvor,* situado n'uma encosta, e cercado de quintas. E ali a importante fabrica de azeite, do sr. João Antonio Guerreiro. Em Alvor nasceu Caetano Pimentel do Vabo, que foi tenente general e morreu no Brazil em 1815. Era filho do capitão-mór de Alvor, Antonio Pimentel do Vabo. Tinha mais quatro irmãos, e seu pae offereceu todos os cinco filhos ao serviço militar d'el rei D. José, que os mandou assentar praça em cadetes. Tambem nasceu em Alvor o mestre de campo e governador de Sagres, Francisco Soares d'Oliveira Pacheco. Foi um bravo militar na guerra da Restauração. ‖ Rio no districto de Faro.

Alvora. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, concelho e com. dos Arcos de Valle de Vez, districto de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 543 hab. e 163 fog. Dista 12 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, d'onde se desfructa um bonito panorama. E atravessada pelo rio Rajado. Tem uma ponte de cantaria no logar das Choças. Segundo diz o padre Costa Carvalho

na sua *Chorographia portugueza*, metade d'este logar pertencia no seu tempo á freguezia d'Alvora, e a outra metade á de Aboim, hoje, pertence sómente á freguezia d'Aboim. É tradição, que passou aqui Affonso VII de Leão, em 1128, o qual foi depois derrotado completamente, proximo a Arcos de Valle de Vez. Eram commendadores d'Alvora os viscondes de Villa Nova da Cerveira. Alvora tem ainda uma pequena fonte de riqueza nas suas boas pedreiras da Moirisca. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3 com a séde em Vianna do Castello. É terra muito fertil e abundante d'agua.

Alvorações *(Quinta de)*. Na freg. de N. S.ª d'Almacave, na cidade e conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Alvorão. Pov. da freg. de N. S.ª da Purificação de Assentiz, conc. de Torres Novas. || Casal, na freg. de S. Pedro, no mesmo concelho.

Alvôre *(Casal de)*. Na freguezia de Santo Antonio dos Olivaes, na cidade e conc. de Coimbra.

Alvorge. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Estremadura, conc. e com. d'Ancião, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 2:010 hab. e 547 fog. Tem Misericordia, hospital, escola do sexo masc. e est. post., permutando malas com Ancião, e agencia do banco do Minho. Alvorge dista 8 k. da séde do conc. E' palavra arabe, que significa *Torrinha*. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 15, com a séde em Thomar. Foi capitania-mór das armas da Beira, mandada conservar ainda em 25 de dezembro de 1754. Aos emphyteutas dos seus prazos em Alvorge passavam cartas de privilegios a Universidade e o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

Alvorninha *(Fr. Christovam de)*. Nat. da povoação d'este nome. Distinguiu-se no estudo de theologia escolastica e escreveu: *De Verbo abbreviato.*

Alvorninha. Pov. e freg. de N. S.ª da Visitação, da prov. da Extremadura, conc. e com. das Caldas da Rainha, patriarc. de Lisboa e distr. de Leiria; 2:644 hab. e 566 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada n'uma elevação muito saudavel, cercada de boas quintas, pomares e hortas. Era dos frades d'Alcobaça, cujo abbade, até 1834, apresentava o prior. Na antiga capella do Espirito Santo se fundou a Misericordia e hospital proximo, em 1605, e por alvará de D. Pedro II, gosava dos mesmos privilegios da Misericordia de Lisboa. Segundo diz Pinho Leal, no 1.º vol. do *Portugal Antigo e Moderno*, pag. 187, Alvorninha foi uma das treze villas pertencentes ao mosteiro d'Alcobaça, e teve foral, dado em Lisboa por D. Manuel, em 1 de outubro de 1514. Teve dois juizes, um para a villa e outro para o termo, o qual só tinha a freguezia de Vidaes; tinha uma companhia d'ordenanças, com seu capitão. Hoje pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 1, com a séde em Lisboa.

Alvorogizes *(Monte dos)*. Na freg. de S. Pedro do Corval, conc e com. de Reguengos de Monsaraz, dist. e bisp. d'Evora.

Alvração *(Quinta do)*. Na freg. de S. Sebastião, de Ferro, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Alvrangel. Pov. da freg. de S. Pedro da Beberriqueira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Alvre. Pov. da freg. de S. Romão de Aguiar de Sousa, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Alvura. Pov. da freg. de S. Thiago de Milheirós, conc. de Maia, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Comba, de Regilde, conc. de Felgueiras, dist. do Porto.

Alzina *(Germano da Cruz)*. Coronel graduado. N. no anno de 1800 e f. a 16 de janeiro de 1855. Assentou praça no primeiro regimento d'artilharia em 1817, tendo apenas 17 annos de edade. Tomou parte nas campanhas da liberdade nos Açôres e em Portugal. Na acção de Souto Redondo, a 29 de setembro de 1832, ficou ferido, recebendo n'esse dia o habito da Torre e Espada. No dia 24 de julho de 1834 foi promovido a capitão e commandou uma bateria da divisão auxiliar á Hespanha, e pelos serviços que prestou n'essa epoca, e com especialidade na batalha de Armiñon, teve a condecoração da ordem de S. Fernando. Voltando para o reino, serviu no primeiro regimento de artilharia até 1845, anno em que passou para o arsenal do exercito. Successivamente foi nomeado governador das praças de Valença, Abrantes e S. Julião da Barra, fallecendo no posto de coronel graduado.

Ama. Mulher que cria ou educa uma creança, aia de senhora de qualidade. As amas dos nobres (V. *Amadigo*) tinham honra ou prerogativa especial que se estendia ao logar em que habitavam. As dos expostos já pela carta de lei de 31 de maio de 1502 eram dispensados os maridos de peitas, fintas, talhas ou pedidos e isentos de todo o cargo de concelho; não se lhes podiam tomar casas de moradas, adegas, cavallariças, pão, vinho, roupa, cevada, palha, lenha, gallinhas, bestas de sella ou albarda. Muitos outros privilegios fôram dados aos maridos e filhos das amas dos expostos por outras leis posteriores. Ainda o alvará de 18 de outubro de 1806 reproduz os concedidos pelo decreto de 31 março de 1787 em que o soberano ordenou ao conselho de guerra que fossem isentos das obrigações de guerra os maridos e filhos das amas que criavam os engeitados do hospital real de Todos os Santos. || *Minha ama*, tratamento dado á rainha reinante pelas autoridades, que por falta de graduação não podiam ou não deviam, como os ministros de mais alta categoria, dizer *minha senhora*.

Amacau *(Porto de)*. Nome que a cidade de Macau, na China, teve até 1586, em que o vicerei da India a denominou *Cidade do Santo Nome de Deus de Macau.*

Amada. Pov. na freg. Santa Maria de Villa Fria, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Casal na freguezia de S. Thiago d'Evora d'Alcobaça, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria. || Fazenda na freg. de S. Matheus, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Fôro na freg. de S. Mathias, conc. e dist. d'Evora. || Herdade na freg. de Santa Maria d'Evora Monte, conc. d'Extremoz, distr. d'Evora.

Amadeiras *(Quinta das)*. Na freg. de Santo Adrião de Cabaços, conc. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu.

Amadeista. Membro d'uma congregação religiosa do seculo XV, fundada pelo franciscano portuguez João de Menezes da Silva, conhecido

pelo beato Amadeu *(V. este nome)*. Esta congregação durou até ao pontificado de Pio V.

Amadeu *(O beato)*. Conhecido no mundo profano por João de Menezes da Silva. N. em Ceuta, em 1431, f. em S. Pedro de Montorio a 10 de agosto de 1482. Era filho de Ruy Gomes da Silva e de D. Isabel de Menezes, neto materno do celebre conde de Vianna, D. Pedro de Menezes, governador de Ceuta. Frequentando como fidalgo que era, a côrte d'el-rei D. Duarte, desde creança se affeiçoou insensivelmente á infanta D. Leonor. filha d'aquelle monarcha, mais tarde esta affeição se transformou em paixão violenta, e quando a infanta casou com o imperador d'Allemanha, Frederico III, João de Menezes retirou-se á vida religiosa, deixou Portugal e foi a Assis vestir o habito de leigo em 1454, contando apenas 23 annos de edade. Em Milão ganhou as maiores sympathias do duque Francisco Sforza e da duqueza Branca, sua mulher, e foi ao seu poderoso valimento que conseguiu realisar um dos mais ardentes desejos, em que de ha muito pensava, que era a fundação d'uma nova ordem de observantes religiosos, denominada dos *Amadeus* ou *Amadeistas*, que logo se propagaram com tal rapidez, que em pouco tempo se contavam na Lombardia 16 casas de *Amadeus*. A duqueza de Milão o enviou a Roma, e o papa Sixto VI o recebeu com toda a deferencia, quiz conserval-o ao seu lado e autorisou-o a fundar, com o auxilio dos reis da França e de Hespanha, um convento da sua ordem em S. Pedro de Montorio, concedendo-lhe muitos privilegios para a ordem dos *Amadeus*, que sempre governou até fallecer. Escreveu: *Constituições da ordem dos Amadeus, approvadas pela Sé Apostolica: Homiliœ de B. V. Maria;* e *Sonetos Sagrados*, que se conservavam manuscriptos na bibliotheca de Coimbra. O livro de *Vaticinios*, que foi violentamente censurado pelo cardeal Bellarmino, porque encerra prophecias sobre o futuro da Egreja, querem alguns chronistas que seja obra do beato Amadeu, outros, porém, negam que fôsse por elle escripto. Os seus amores pela infanta D. Leonor foram romantisados por Francisco Maria Bordalo n'um pequeno conto, intitulado: *Ignoto Deo*, o qual se publicou em 1855, no *Panorama*. A vida do beato Amadeu não é muito conhecida e poucas são as fontes que se possam utilisar. A melhor é certamente a *Historia de la Casa de Silva* por D. Luiz de Salazar e Castro, Madrid, 1685. No começo do segundo volume *(Libro VI)* vem uma taboa genealogica e a historia dos paes de Amadeu, seguida da descripção da sua interessante vida, bem como da d'uma de suas irmãs a bemaventurada Beatriz: Nos *Acta Sanctorum* a vida do beato Amadeu encontra-se a 10 de agosto. dia do seu fallecimento, que ainda se festeja hoje na ordem dos franciscanos. No seu magnifico livro *Portugal e Italia*, Leorne, 1901, publicou o sr. Antonio de Portugal de Faria um curioso capitulo illustrado ácerca da *Egreja de Santa Maria della Pace* em Milão, construida por iniciativa do religioso portuguez Beato Amadeu, hoje transformada em *Salone Perosi*, para os concertos do insigne compositor de oratorias. Pelos mappas juntos ao mesmo capitulo se vê que os actuaes sr.ˢ condes de Tarouca, de Portugal, e os Silva-Tarouca, d'Austria, descendem do celebre religioso portuguez.

Amadigo. Logar, povo, quinta, herdade, que lograva privilegios de *Honra*, por n'elle residir a ama do filho d'um rico homem ou fidalgo. Davam se, porém, muitas isenções e abusos. porque alguns homens, querendo eximir-se de varios tributos e sujeições, combinavam com um rico homem ou fidalgo para que permittissem que sua mulher creasse um dos seus filhos. Estes abusos tornaram-se tão repetidos que el-rei D. Diniz, em 1290, annullou para sempre os *amadigos*.

Amado. Appellido de familia nobre portugueza, que anda na casa dos condes da Bahia e n'outras casas illustres do paiz. As suas armas são: escudo esquartelado: no primeiro quartel em campo azul uma aguia de oiro estendida armada de negro; no segundo em campo verde uma banda de prata semeada de arminhos e os contrarios da mesma fórma: timbre uma das aguias das armas. Trazem hoje estas armas os Amados de Pereira e da quinta da Arrocha, os quaes no reinado de D. João V lhes accrescentaram as armas dos Cunhas e as dos Vasconcellos. Estes Amados procedem de Joanne Annes Amado (V. *este nome)* por sua neta D. Isabel Varella Amado de Vasconcellos, que no primeiro quartel do seculo XVII veiu a casar em Pereira com Simão Soares do Cáso. D. Isabel viera para Pereira, em companhia de seu irmão Antonio Amado Varella, juiz dos direitos reaes em Coimbra. Este ramo dos Amados cujo solar é em Pereira, onde possuiram uma opulenta casa, traz a varonia dos Soares pelo referido casamento d'aquella senhora com Simão Soares do Cáso, filho de Filippe Soares, pertencente a uma das principaes familias que havia alli, e de sua mulher D. Helena do Cáso, e tambem a varonia dos Saros da Cunha de cuja familia advieram a esta casa os morgados instituidos em Condeixa e Soure nos annos de 1616 e 1677 e outros vinculos. Os Amados, de Pereira, que estão aparentados com as principaes familias das antigas provincias da Beira Alta e Beira Baixa, bem como com muitas das familias nobres de Portugal, trazem na sua linha principal desde o principio do seculo passado a varonia dos Pimenteis de Almeida, de Formoselha. Como se disse no artigo *Almeida (Pimenteis de)* é actual representante d'esse ramo dos Amados, com a varonia d'estes Pimenteis, o sr. João Maria Amado de Mello Ramalho Pimentel d'Almeida da Cunha de Vasconcellos, residente em Torres Novas.

Amado. Esculptor em madeira. Morreu, approximadamente, em 1820, com mais de 70 annos de edade.

Amado *(Daniel de Sousa)*. Professor de piano. Natural de Lisboa, onde nasceu a 24 de julho de 1822, falleceu a 5 de dezembro de 1900. Seguiu os estudos de piano e harmonia no Conservatorio, com o professor Xavier Migoni, concluindo o curso de piano em 1845. Dedicou-se depois ao professorado, obteve muitos discipulos, tornando-se credor de sympaticos pelo seu bom methodo de ensino e bom conducta. Tocou a solo em diversos concertos.

Amado *(Joanne Annes)*. Fidalgo da casa do cardeal D. Henrique, depois rei. N. em Aljubarrota em casa de seus paes e casou em S. Thiago de Cacem com D. Marianna de Vasconcellos, sua parenta proxima, senhora que pertencia ás nobres familias dos Vasconcellos, Britos Varellas e Raposos, d'aquella villa, e da casa de Fonte Boa. Era

filho de João Pires Amado, natural de Freixinho de Font'Arcada, da Beira, que viveu na quinta e couto de Valle de Esteio, e como elle tambem fidalgo da casa do mesmo cardeal infante, e de sua mulher D. Brites Annes Baracho de Santarem, neta e herdeira de Alvaro Annes de Santarem, senhor da dita quinta e couto de Valle de Esteio, termo de Aljubarrota, solar da familia dos Santarem; neto do doutor Pedro Gonçalves Amado, fidalgo de linhagem e fundador da capella-mór da parochial de Freixinho, onde está sepultado. Falleceu em 1547, tendo instituido na mesma capella o morgado de Freixinho que passou para a casa dos Tenentes ou Freyres, de Leomil. A um irmão d'este Joanne Annes Amado, chamado Pedro Annes Amado Baracho de Santarem, mandou D. João III passar carta de brazão d'armas em 17 de junho de 1543, da qual consta a sua illustre ascendencia.

Amado *(José)*. Medico distincto. N. a 28 de novembro de 1860, f. a 19 de janeiro de 1902. Muito trabalhador e activo conseguiu alcançar o curso de medicina, que concluiu no anno lectivo de 1894-1895. Foi nomeado medico da caixa de soccorros e reformas dos operarios e empregados da camara de Lisboa em 1897. Era um amigo desvelado dos pobres enfermos. A sua perda foi muito sentida, especialmente pelos operarios da camara, que lhe mereceram sempre a maior attenção. O dr. José Amado havia casado com a sr.ª D. Maria Theodora Franco, filha do fallecido conde de Restello. Era socio protector do Asylo-escola Antonio Feliciano de Castilho. O seu enterro foi muito concorrido, fazendo-se representar tambem aquelle instituto de caridade, pela sua regente e oito asyladas. A' beira da sepultura, o sr. dr. Santos Farinha, prior da freguezia da Magdalena, pronunciou um breve e eloquente discurso enaltecendo as distinctas qualidades do finado.

Amado *(José Joaquim da Silva)*. V. *Silva Amado*.

Amado *(José de Sousa)*. Presbytero secular. Bacharel formado em theologia pela Universidade de Coimbra, professor e examinador no Lyceu Nacional de Lisboa, membro da Relação patriarchal. N. no logar d'Assafarge, proximo de Coimbra, a 27 de março de 1812. Morreu ha annos, tendo sido jubilado. Escreveu: *Compendio da doutrina christã, precedido dos principios geraes de moral. Quarta edição augmentada com o modo de ouvir missa ao alcance dos meninos*, Lisboa, 1856. Esta obra em maio de 1885 contava dezeseis edições; *O respeito nos templos, ou observações moraes e religiosas ácerca do comportamento dos christãos nos templos*, Lisboa, 1853; *Cautella com os medicos ou observações e exemplos sobre a conveniencia e necessidade de não convidar nunca senão os medicos religiosos, e de rejeitar sempre os medicos impios*, Lisboa, 1858; *Vida de Sancta Stephania*. Teve duas edições, sendo a segunda publicada em 1858, seguida d'uma *Memoria do mosteiro do Sacramento em Alcantara; O mez de maio ou o mez da familia em honra de Maria Santissima*, 2.ª edição, 1842; *Noticia breve dos exercicios ao mez de Maria em Lisboa no anno de 1851; seguida de reflexões para maior fervor no proximo mez de maio*, etc. Lisboa, 1852; *Novena em beneficio das almas do purgatorio, composta pelo sr. bispo de Belley. Traducção livre da 14.ª edição de 1850*, Lisboa. Não tem data da publicação nem o nome do traductor; *Rosario vivo, modo novo de resar o rosario de Maria Santissima*, etc. *Segunda edição*, Lisboa, 1855. Sahiu anonymo; *A necessidade da confissão para a felicidade d'este e do outro mundo*, Lisboa, 1856; *Doutrina christã, que se deve saber para receber com proveito o sacramento da confirmação*, Lisboa, 1857; *Associação de supplicas para alcançar de Nosso Senhor Jesus Christo presente no Santissimo Sacramento do altar o triumpho da igreja*, Lisboa, 1857; *Livrinho de desaggravo em honra do Santissimo Sacramento para os dias dos desacatos que constam da tabella junta*, Lisboa, 1857; *O quarto mandamento da lei de Deus, ou exemplos de amor, obediencia e respeito de muitos filhos para com seus paes e mães. Supplemento á quinta edição do* «Compendio de doutrina christã», Lisboa, 1858; *Algumas reflexões ácerca da primeira communhão*, Lisboa, 1860; *Novo atlas das provincias portuguezas de alem-mar na Europa, Africa, Asia e Australasia, conforme as melhores cartas geographicas nacionaes e estrangeiras*, Lisboa, 1863; *Exposição universal do fim do mundo*, Lisboa, 1863. Sahiu anonyma; *Os conventos de religiosas em Portugal e na Inglaterra, ou observações sobre o abandono ou decadencia dos conventos de religiosas em Portugal, e a protecção e admiravel progresso dos mesmos em Inglaterra, com uma breve noticia das irmãs de caridade em Lisboa e outros logares*, Lisboa, 1859. Contém tambem alguns hymnos religiosos em latim; *O governo portuguez mostrado á Hespanha, á Belgica, á Inglaterra, á França e outras nações da Europa, ou a questão da venda dos bens das religiosas em Portugal, e a prohibição das profissões*, Lisboa, sem data; *Compendio de chorographia de Portugal, seguido de uma carta chorographica para uso dos alumnos de instrucção primaria*, Lisboa, 1858. A quarta edição accrescentada, em 1868, com cartas lithographadas; *Historia da reforma protestante em Inglaterra e Irlanda, fazendo vêr que este acontecimento abateu e empobreceu a maior parte dos habitantes d'estes paizes*, etc., *por Guilherme Abott. Nova edição ornada com gravuras em cobre, dedicada a todos os portuguezes*, Lisboa, 1864, com 16 estampas; *Compendio de geographia das provincias e colonias portuguezas de alem-mar, na Europa, Asia, Africa e Oceania, seguido de tres cartas geographicas*, etc. Lisboa, 1861; *Ao ill.mo e ex.mo sr. dr. Vicente Ferrer Neto Paiva. Carta sobre o casamento civil*, Lisboa, 1865; *Programma para o curso dos tres annos da lingua portugueza nos lyceus*, etc. *Seguido de lições de portuguez. Parte segunda*, Lisboa, 1866; *Algumas composições de verso latino em dez metros*, Lisboa, 1867; *O mez de Jesus ou o mez de janeiro consagrado a Jesus Christo, compilações de meditações, orações e exemplos. Segunda edição mais correcta e augmentada*, Lisboa, 1867. Terceira edição, em 1882; *O mez de Maria portuguez ou o mez de maio, meditações para todos os dias do mez, tiradas dos melhores auctores portuguezes, padre Antonio Vieira, fr. Thomé de Jesus, Theodoro d'Almeida e outros*, Lisboa, 1867, com uma gravura; *Documentos e reflexões para o processo, em primeira e segunda instancia do sr. padre João Manuel Cardoso de Napoles nas lojas maçonicas ir .·. «Bailly» e «Lamennais» nomeado para arcebispo coadjutor de Goa, e do sr. padre Antonio Ayres de*

Gouveia, na loja maçonica ir .·. «Eurico», *apresentado para bispo do Algarve. Não podem ser confirmados em Roma como n'este opusculo mostra*, etc., Lisboa, 1871; *Selecta. Quarta edição*, Lisboa, 1871; *A compra da igreja do extincto convento de Nossa Senhora dos Remedios de Lisboa por uma seita protestante*, etc., Lisboa, 1872, com uma estampa; *Historia da igreja catholica em Portugal e possessões*, etc., Lisboa, em dez tomos; *As coristas nas igrejas dos Martyres, de Santa Catharina, Soccorro e Conceição Velha, ou observações theologicas contra os parochos das tres primeiras e capellão da quarta*, etc. Lisboa, 1872; *As coristas nas igrejas dos Martyres, Santa Catharina, Soccorro e Conceição Velha, ou refutação de erros tambem contra a doutrina da religião catholica, que tem publicado o padre Brito no* «Diario de Noticias» *e o padre Vieira no jornal* «A Nação», etc. *Parte segunda*, Lisboa, 1873; *Refutação de leituras inconvenientes e erros manifestos contra a religião catholica, apostolica-romana, que se encontram na* «Selecta nacional», *publicada por F. Julio Caldas Aulete*, Lisboa, 1874. Por causa d'esta refutação, Caldas Aulete querellou do autor, e o padre Amado compareceu no tribunal no dia 6 de junho do mesmo anno de 1874, mas declarou que o juiz não era competente para o julgar, por elle pertencer a tribunal superior, porque era membro da Relação patriarchal; *Refutação da* «Selecta nacional». *Segunda parte. Erros mais e menos graves dos artigos primeiro e ultimo da mesma* «Selecta», Lisboa, 1876; *Modo de ganhar com aproveitamento a indulgencia plenaria do jubileu universal n'este anno de 1875. Leituras tiradas do Evangelho*, etc., Lisboa, 1875; *Roma e Portugal ou exposição succinta dos beneficios que os portuguezes têem recebido dos romanos pontifices desde a fundação da monarchia até hoje*, Lisboa, 1877; *Chorographia da Lusitania acompanhada de uma carta geographica para uso dos alumnos do segundo anno de geographia e principalmente no exame final da disciplina*, Lisboa, 1874. Não traz o nome do autor; *Os protestantes desmascarados ou os protestantes de hontem, de hoje e de ámanhã*, Lisboa, 1873; *Exposição contra os protestantes da doutrina catholica ácerca da presença real de Jesus Christo no sacramento da eucharistia segundo a doutrina dos santos padres*, etc. *Primeiro opusculo, desde o seculo I até ao seculo VI*, Lisboa, 1875; *As prisões da Junqueira durante o ministerio do marquez de Pombal, escriptas ali mesmo pelo marquez de Alorna, uma das suas victimas. Publicadas conforme o original*, Lisboa, 1882. D'esta obra existiam diversas copias, com o titulo: *Relação dos presos do forte da Junqueira*, etc. e era assim conhecida. O padre Amado é que então a publicou com o verdadeiro nome do original, em 1857, de que se fez esta nova edição; *Heroismo da joven e illustre senhora portugueza D. Izabel Juliana de Sousa, visavó da actual duqueza de Palmella e dos marquezes de Monfalim e de Cezimbra, ou o marquez e a marqueza de Pombal humilhados, confundidos, vencidos. Publicação de dois manuscriptos e observações sobre os mesmos.* Lisboa, 1882; *O mez de outubro ou o mez de Nossa Senhora do Rosario. Meditações ácerca do modo de resar o rosario com aproveitamento para todos os dias do mez*, etc. Lisboa, 1883; *A questão nuncio ou observações sobre apresentações de presbyteros para bispos e não acceitação d'elles pelo nuncio, seguida de breves reflexões ácerca da necessidade de nova divisão ecclesiastica das dioceses*, Lisboa, 1883; *Compendio de geographia, acompanhado de cartas geographicas geraes e especiaes da Europa*, Lisboa, 1884. O padre Amado foi redactor dos jornaes religiosos: *Catholico, Domingo* e *Bem Publico*.

Amado *(Luiz)*. Capitão do seculo XVI. Fez parte da armada de Bastião de Sousa, que sahiu de Portugal para a India, em 1514.

Amado *(Pelayo)*. Fidalgo da côrte do conde D. Henrique. Fallecendo sua mulher D. Munia, dama da rainha D. Thereza, teve tal sentimento, que foi viver como eremita, com outro, nas serras de Bouro, onde fizeram uma pobre ermida dedicada a Nossa Senhora, em que mais tarde o arcebispo de Braga fundou o magestoso sanctuario de Nossa Senhora da Abbadia. Por seu neto Paio Guterres descendem d'elle os Almeidas, condes de Assumar e depois marquezes de Alorna; por seu filho Amado Viegas descende Gonçalo Mendes Amado.

Amado *(Padre Vicente)*. Presbytero da Congregação do Oratorio de Lisboa. Viveu na segunda parte do seculo XVIII. Escreveu: *Quintiliano: Da Instituição do Orador; traduzido e illustrado com a explicação das palavras gregas e algumas notas, por Vicente Lisbonense*, Lisboa, 1777. E' só o tomo I, contendo os tres primeiros livros de Quintiliano. O tomo II nunca se publicou.

Amado de Azambuja *(José Gomes Annes)*. Fidalgo descendente das nobilissimas gerações dos Azambujas, Sousas, Tavares, Vogados e Amados; natural d'Aljubarrota e morador em Coimbra. No archivo municipal d'esta cidade guarda-se a carta de brazão d'armas de 5 de outubro de 1721, passada pelo rei d'armas *Portugal*. D'ella consta que era legitimo descendente das illustres familias indicadas, sem raça alguma de *judeu, mouro ou mulato*, ou d'outra *infecta nação*, nem de *vileza*, nem de bastardia As armas, divisadas e illuminadas na carta, fôram as seguintes: «Hum escudo direito esquartelado — no primeiro as armas dos Azambujas, em campo de ouro quatro bandas de vermelho — no segundo dos Vogados, em campo vermelho um leão de ouro entre quatro vyeiras de prata realçadas de preto e o leão rompente — no terceiro dos Amados, que são escudo esquartelado; no primeiro de asul, aguia de ouro estendida, armada de preto; no segundo, de verde, huma banda de prata semeada de arminhos, e assim os contrarios — no quarto, que he dos Tavares, em campo de ouro cinco estrellas vermelhas em santor, de seis pontas cada uma. Elmo de prata, aberto, guarnecido de ouro. Paquife dos metaes e côres das armas, e por timbre o dos Azambujas, que he um meio selvagem vestido de ouro com um pau vermelho ás costas esgalhado, que o segura com ambas as mãos.»

Amador. Familia de Florença, que passou a Portugal, no tempo d'el-rei D. Manuel. As suas armas são em campo azul, uma cotica de oiro culumbreada entre duas de prata direitas, postas todas em banda, e nos vãos em contrabanda duas estrellas de oiro de oito pontas; timbre um pavão de suas côres naturaes, com a cauda aberta e a cotica de oiro no bico, que lhe dá duas voltas no pescoço estando presa por uma ponta a um pé.

Amador. Negro celebre da prov. de S. Thomé e Principe. Sabendo que o governador D. Fernando de Menezes fôra excommungado por um bispo, em 1594, revoltou-se com outros pretos, em 1595, querendo ser senhor da provincia, chegando até a proclamar-se rei de S. Thomé. No anno seguinte foi preso e justiçado.

Amador. Pov. na freg. de S. João Baptista de Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Amador Arraes. V. *Arraes.*

Amadora. Pov. da freg. de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa.

Amados. Pov. de freg. de Facha, conc. de Ponte de Lima. Orago S. Miguel ‖ Herdade na freg. de Ciladas, conc. de Villa Viçosa, districto d'Evora.

Amadureira. Pov. da freg. de Capellins, conc. do Alandroal, distr. d'Evora.

Amagem. Terra do Alemtejo, cujo foral se comprehende no de Logumil, dado em Lisboa a 1 de julho de 1518.

Amagueija. Rio da prov. da Beira Baixa. Nasce na serra da Guardunha, e entra no rio Almaceda.

Amanço. Pov. da freg. de S. Romão de Edral, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

Amantelar. Era antigamente cercar de fortes e de muros a povoação. *Desmantelar* era derribal-os e destruil-os.

Amanuense. Na moderna burocracia é o empregado que occupa o logar immediatamente superior ao *aspirante* no quadro d'uma secretaria d'Estado. Corresponde perfeitamente ao antigo emprego de *official papelista,* designação usada até aos principios do seculo XIX.

Amaraes. Pov. da freg. de santo Estevam de Geraz do Minho, conc. da Povoa de Lanhoso, districto de Braga ‖ Horta, na freg. de S. Salvador, em Beja.

Amaral. Familia antiga, que tem o seu solar na prov. da Beira, na quinta ou villa de Amaral, de que tomou o appellido. Brazão: Em campo de oiro seis luas minguantes azues com as pontas para baixo, postas em duas palas; timbre um leão de oiro com uma clava ou maça de armas nas mãos, com o cabo azul e a lamina de prata. O primeiro que usou este appellido foi Pedro Martins de Amaral.

Amaral *(Fr. André).* Varão illustre, natural de Oliveira do Hospital. Viveu pelos annos de 1450 a 1523. Foi do conselho de el-rei D. Manuel, chanceller-mór e embaixador de Rhodes, conservador Geral da Ordem de Rhodes e Commendador de Vera-Cruz, Ansemil, Chavão, Villa-Cova, Alcafache e Fontêlo. Foi um dos substitutos dos Procuradores do Thesouro no quarto capitulo Geral do Grão-Mestre Aubusson em Rhodes, conservador Conventual, general das Galés da Religião e embaixador extraordinario do Grão-Mestre Filippe de Villers para tratar com o Governo de D. Manuel negocios de summa importancia do Priorado do Crato contra o provimento do Conde de Tarouca. Este varão illustre mereceu ser eleito pela ordem Prior do Crato e confirmado pela Sé Apostolica como immediato successor do Conde de Tarouca; mas a instancias de D. João III ficou sem effeito a provisão. Era filho de Martim Gonçalves do Amaral e de sua mulher, D. Mecia Rodrigues Homem ou D. Mecia Dias Homem. D. Manuel fez-lhe mercê de uma notavel carta d'armas em 23-abril-1515, na qual se diz que Fr. André do Amaral descendia por linha directa de Domingos Joannes, valoroso guerreiro natural da villa de Oliveira do Hospital, de quem o dito Fr. André do Amaral era 4.º neto. As armas de que lhe fez mercê El-Rei D. Manuel são um escudo dividido em 4 *campos,* tendo no 1.º campo o brazão de seu 4.º avô Domingos Joannes, que é em campo azul com aspa de prata entre quatro flôres de liz de ouro; no 2.º campo as armas dos Amaraes, que são em campo de ouro 6 crescentes de azul em duas palas com as pontas voltadas para baixo; no 3.º campo seis crescentes de ouro em azul em duas palas com as pontas voltadas para cima; no 4.º campo as armas dos Corrêas, que são em campo de ouro uma aguia de azas abertas com um escudo de ouro no peito, fretado de corrêas sanguineas, repassadas umas por entre outras em fórma de xadrez. Seu 4.º avô Domingos Joannes foi um valoroso guerreiro que viveu pelos annos de 1220 a 1280 e instituiu na villa de Oliveira do Hospital uma capella chamada hoje *Capella dos Ferreiros,* onde ainda se vêem com preciosa esculptura o seu tumulo e o de sua esposa Domingas Sabachaes, tendo n'elles esculpidas as suas armas, que são em campo azul uma aspa de prata entre quatro flôres de liz de ouro, tendo um elmo aberto em prata com paquife de ouro e azul e por timbre uma aspa de prata com uma flôr de liz no meio. Instituiu o morgadio de Touriz, proximo de Oliveira do Hospital. É tronco das mais nobres familias da Beira Alta. Seu 4.º neto Fr. André do Amaral soffreu a calumnia de haver incitado com avisos e promessas a Solimão II para que tomasse a ilha de Rhodes, facilitando-lhe Amaral a sua entrada. Jacome Bofio, na sua *Historia da Religião de Malta,* parte II em que descreveu a chronica da tomada de Rhodes, foi o primeiro que attribuiu a sua perda a uma supposta traição movida por Fr. André do Amaral e ao seu creado por nome Braz Dias. Todavia tal traição não teve logar e não foi mais que uma infame calumnia levantada pelos chronistas no intuito de serem agradaveis a Filippe de Villers L'Isle-Adam capital inimigo de Amaral cuja inimisade proviera de uma antiga resinga sobre o modo de accommetter certa armada turca. Frei Lucas de Santa Catharina foi o primeiro que em lingua portugueza fez a apologia de Fr. André do Amaral, levantando a luva da injusta accusação que se fazia ao grande heroe, que por tantos titulos mereceu a eloquente defeza e justa apologia do grande escriptor. Por isso, querendo Bernardo Paes do Amaral e Lourenço de Albuquerque do Amaral Cardoso, parentes de Fr. André do Amaral, ser admittidos na ordem de Malta, o fôram sem *dispensações,* porquanto tiradas as inquirições e provenças, se provára na verdade que não existia decreto algum na ordem que punisse o grande bailio André do Amaral.

Amaral *(Padre Antonio).* Jesuita portuguez do seculo XVII. Escreveu *Carta de Lisboa, 23 de setembro de 1640,* sobre o padre Jeronymo da Silva. Publicada na obra de P. Franco: *Imagem da virtude em o noviciado de Coimbra,* tomo I. Outra carta, sobre o P. Jeronymo Vogado, fallecido em 1602, na mesma obra, tomo II.

Amaral *(Antonio Caetano do).* Bacharel for-

mado em Canones pela Universidade de Coimbra, e depois inquisidor do Santo Officio em Lisboa, conego da Sé d'Evora, socio da Academia Real das Sciencias. N. em Lisboa a 13 de junho de 1747, onde tambem falleceu a 13 de janeiro de 1819. Era filho de Antonio do Amaral, guarda do numero da Casa da India, e de sua mulher, Joanna Ignacia do Nascimento, ambos naturaes de Lisboa. Se a mediocridade da sua condição a respeito dos bens da fortuna não parecia propria a fazel-o aspirar a grandes dignidades, o raro talento e seria applicação que n'elle reluziu desde os mais tenros annos, fizeram facilmente augurar que em si proprio acharia os meios de se tornar superior á sua sorte, uma vez que a debilidade de temperamento com que nascera, lhe não oppozesse obstaculos insuperaveis; assim, com a permissão dos paes, depois de empregar os primeiros annos no estudo das humanidades em que fez os maiores progressos, passou a matricular-se na faculdade de Canones na Universidade de Coimbra, formando-se em 1773. Os primeiros fundadores da Academia Real das Sciencias, em 1780, procuravam collaboradores dignos de os auxiliarem nas suas penosas tarefas, e Antonio Caetano Amaral foi nomeado entre os primeiros vinte e um socios supranumerarios, que de principio se ajuntaram n'aquella classe, a preencher os logares de effectivos, que viessem a vagar; Amaral bem depressa deu provas de que fôra justa e proveitosa a escolha que d'elle haviam feito, e n'uma das sessões leu o projecto para a historia civil de Portugal, assumpto vasto, interessante, e ainda não tratado, que todos applaudiram, reconhecendo, porém, ser de difficilima execução. Apesar dos conhecidos creditos e estudos do seu autor, causava espanto que elle o tivesse intentado, e muito mais, que tivesse meios de o completar. No entretanto, ninguem melhor do que Amaral conhecia o labyrintho intrincado, cheio de espinhos e de trevas, em que se propunha por primeira vez a abrir uma nova estrada, e tornal-a segura e amena; ninguem sabia melhor os urgentes soccorros e auxilios que eram precisos para tão laboriosa empresa, de quantas e diversas partes devia mendigar os materiaes para conseguir a sua realisação; á vista, porém, da manifesta utilidade d'aquelle arrojado emprehendimento, não esmoreceu, e começou a trabalhar com a maior assiduidade, consagrando-lhe todos os momentos de que podia dispôr. Passado pouco tempo leu a primeira *Memoria*, que encerrava a primeira época do seu trabalho. A Academia recebeu-a com enthusiasmo, e nomeou Antonio Caetano do Amaral socio effectivo na classe de Litteratura, apenas houvesse logar vago. Foi já com este titulo que no dia 4 de junho de 1786 abriu a sessão publica, celebrada no palacio das Necessidades, com um brilhante discurso que foi unanimemente applaudido. Não tardou que apparecesse a segunda *Memoria*, a qual foi lida em 1791, sendo egualmente muito bem recebida. A 30 de maio d'esse anno foi nomeado deputado do Santo Officio de Lisboa. Até então vivia do modico rendimento d'um beneficio na egreja de S. Lourenço e o seu pouco fausto e economia ainda lhe permittiam que servisse d'amparo a duas irmãs, que abraçaram a vida religiosa. Nenhuma outra distracção era capaz de o arrancar ao estudo, nenhuma outra ambição, a não ser a litteratura, lhe despertava estimulos que o fizessem perder tempo a procurar honras ou empregos. Oito annos depois obteve a posse da Cadeira Penitenciaria da Sé d'Evora, o que não veiu alterar a sua vida domestica e publica, servindo-lhe sómente para mais amplamente poder soccorrer os necessitados. Apesar de tão louvavel emprego, ainda lhe pesava na consciencia este beneficio ecclesiastico que não podia servir, e renunciou-o em 1806, reservando para si a modica pensão annual de 200$000 reis, com que subsistiu até ser nomeado, em 31 de agosto de 1816, inquisidor no Santo Officio de Lisboa, na epoca em que aquelle tribunal estava muitissimo modificado, não tendo a minima semelhança com a antiga e sanguinaria Inquisição. A terceira *Memoria* já havia sido appresentada, causando o mesmo enthusiasmo que as precedentes. Os serviços do illustre academico não se restringiram sómente aos seus valiosos escriptos; no começo do anno de 1797 foi chamado a servir interinamente de secretario nos impedimentos de José Corrêa da Serra, que então occupava aquelle logar; depois, entrando para este emprego Francisco de Borja Garção Stockler, ficou repetidos triennios reeleito vice-secretario. N'este anno do 1797, aproveitando os momentos disponiveis, visitou o cartorio da camara de Cezimbra, de cujo resultado deu conta na sessão de 21 de fevereiro de 1798. A quarta *Memoria* foi lida em novembro de 1805, e com este trabalho concluiu o primeiro e grandioso periodo em que tinha dividido a sua obra. O segundo offerecia maiores difficuldades, não só pela falta de documentos, como pelo trabalho ingrato de desenterrar esses documentos, lêl-os, combinar e escolher, para d'elles tirar todo o possivel aproveitamento. A quinta *Memoria* ainda foi escripta e publicada, mas infelizmente a morte veiu surprehendel-o, não o deixando concluir tão grandioso e util trabalho. Estas cinco memorias grangearam-lhe grande reputação de illustrado e erudito. Alexandre Herculano chamava-lhe o *illustre Amaral*. As *Memorias* veem largamente descriptas no tomo 8.º, parte a 2.ª das *Memorias da Academia Real dos Sciencias de Lisboa*, na *Noticia historica da vida e escriptos de Antonio Caetano Amaral, recitada na assembléa publica de 24 de junho de 1819, pelo socio Sebastião Francisco de Mendo Trigoso*. Antonio Caetano do Amaral era amigo e muito considerado do arcebispo de Braga, D. Fr. Caetano Brandão, e por sua ordem escreveu: a *Vida de S. Fructuoso* e a *Vida de S. Martinho Bracharense*, publicando as obras d'esses dois santos varões com a traducção e notas importantes. Depois da morte do arcebispo, publicou as memorias para a sua biographia. Nos ultimos annos de vida, Amaral emmagreceu a tal ponto que chegava a causar espanto. Foi autor das seguintes obras: *Vida e opusculos de S. Martinho Bracharense, impressos pela primeira vez neste reino por cuidado e ordem do Exmo e R.^{mo} Sr. D. Fr. Caetano Brandão, Arcebispo Primaz. Ajuntam-se algumas notas, como pequenas dissertações, e a traducção dos opusculos em portuguez*; *notas e lições variantes*, etc. Lisboa, 1803. A este volume anda outro reunido, que fórma um segundo tomo, com frontispicio especial, em que se lê: *Collecção de canones, ordenada por S. Martinho Bracharense com a versão em portuguez, notas á letra do texto de cada canon, e commentarios sobre a sua materia,*

publicada por ordem do ex.mo e rev.mo sr. D. Fr. Caetano Brandão, etc. Lisboa, 1803. Os canones são em numero de 84, todos ampla e eruditamente annotados e commentados; *Vida e regras religiosas de S. Fructuoso Bracharense, impressos pela primeira vez n'este reino com a traducção em vulgar e notas, de mandado do Ex.mo e Rev.mo Sr. D. Fr. Caetano Brandão, Arcebispo Primaz*, etc Lisboa. 1805. Esta obra tem uma introducção *Sobre o estado da disciplina ecclesiastica hispana*, e particularmente da provincia bracharense no seculo VII, tem como appendices as actas do concilio terceiro bracharense celebrado em 1675, no original, como traducção e commento: *A Monarchia: traduzida do original castelhano de D. Clemente Peñalosa y Zuniga*, Lisboa, 1798. Não traz no rosto o seu nome, mas vem assignado no fim da dedicatoria; *Evangelho em triumpho, historia de um philosopho desenganado, traduzida do castelhano*, Lisboa, 1802. Sahiu sem o nome do traductor; *Memorias para a historia da vida do veneravel Arcebispo de Braga D. Fr. Caetano Brandão*, Lisboa, 1818, 2 tomos e um retrato do arcebispo. Apesar de não trazer o nome do autor no frontispicio, todavia vem declarado na dedicatoria a D. João VI do conego doutoral de Braga, Francisco Antonio Duarte da Fonseca Montanha, a cuja instancia se escreveu a obra, e por cuja diligencia foi publicada: *Memorias sobre a forma do governo e costumes dos povos que habitaram o terreno lusitano desde os primeiros tempos conhecidos, até ao estabelecimento da Monarchia Portugueza. I; Estado da Lusitania até ao tempo em que foi reduzida a provincia romana*; inserta no tomo I das *Memorias de Litteratura Portugueza* publicadas pela *Academia Real das Sciencias*, pag 16 a 30; *Memoria II. Para a historia da legislação e costumes de Portugal. Sobre o estado civil da Lusitania no tempo em que esteve sujeita aos Romanos.* No tomo II das ditas *Memorias*, pag. 313 a 353; *Memoria III. Para a historia da Legislação* etc. *Sobre o estado civil da Lusitania desde a entrada dos povos do Norte até á dos Arabes.* No tomo VI, pag. 127 a 437; *Memoria IV. Para a historia* etc. *Sobre o estado de terreno que hoje occupa Portugal, desde a invasão dos Arabes até á fundação da Monarchia Portugueza.* No tomo VII, de pag. 60 a 236; *Memoria V. Primeira epoca da Monarchia Portugueza desde o Conde D. Henrique até o fim do reinado d'el-rei D. Fernando.* No tomo VI, parte II das *Memorias* da referida academia, e continuada no tomo VII. «Repletas de erudição e fructo de laboriosas e diuturnas investigações do seu autor, lê-se no *Diccionario biographico*, vol. I, pag. 100, esta serie de Memorias constitue um abundante deposito das especies necessarias para a organisação e conhecimento da historia civil e economica do reino em suas epocas primitivas. Todos os que posteriormente se deram a este genero de estudos deveriam, para fugir á merecida taxa d'ingratos, confessar franca e explicitamente suas muitas obrigações para com o academico intelligente que os precedeu em tão espinhosa carreira, que tratou de aplanar-lhes o caminho, e que nos trabalhos por elle elaborados lhes deixou subsidios de tamanho valor para lhes servirem de guia nas futuras explorações, com que teem conseguido dilatar os limites da sciencia, adquirindo para si honrosa nomeada.» Antonio Caetano do Amaral escreveu mais: *Cartas espirituaes de Sancta Joanna Francisca Fremiot, baroneza de Chantal, traduzidas do original francez da edição de Paris, 1753*, Lisboa, 1816, 2 tomos; *Memorias para a vida da madre Anna Ludovina de S. Lourenço*, que ficou inedita. Amaral tambem publicou por deliberação da Academia Real das Sciencias, os Dialogos ineditos de Diogo de Couto, que em 1790 se imprimiram com o titulo de *Observações sobre as principaes causas da decadencia dos portuguezes na Asia.* É obra sua a prefacção e as noticias illustrativas que se vêem á frente do volume.

Amaral *(Antonio Cardoso do).* Presbytero secular, formado em canones, professor e reitor da egreja de S. Lourenço, de Santarem, de que tomou posse em 1598, e a que renunciou em 1614. Nat. de Ruivães, bisp. de Lamego, ignoram-se porém as datas do nascimento e do fallecimento, Escreveu: *Devocionario da Virgem Senhora Nossa, Soccorro das almas do Purgatorio*, Lisboa, 1627; *Summa ou praxe de juizes e advogados*, sem data da publicação.

Amaral *(Balthazar do).* Jesuita do seculo XVI e XVII. N. em Cunha Baixa, no bisp. de Vizeu. Entrou na ordem dos jesuitas em 1601. Escreveu em latim um tratado de philosophia, dividido em oito partes, intitulado: *Doutrina philosophica*, o qual foi impresso em Lisboa, no anno de 1618, com o pseudonymo de Luiz Dias Franco.

Amaral *(Belchior do).* Magistrado e desembargador do paço, poeta latino muito apreciado, e muito instruido em direito. N. em 1526, f. em 1606. Era filho d'um desembargador muito valido da regente D. Catharina. Cursou a Universidade de Coimbra com a maior distincção e fez rapida carreira na magistratura, sendo já desembargador do paço, o grau mais elevado do corpo judicial, em 1564, em que contava apenas 38 annos de edade. Mostrou-se affeiçoado ao dominio hespanhol, e em 1583, indo como procurador de Lisboa ás côrtes d'esta cidade, em que foi jurado herdeiro do reino de Portugal Filippe II, de Hespanha, pronunciou um discurso, em que patenteava a sua fidelidade ao rei extranho. Este discurso foi impresso.

Amaral *(Belchior* ou *Melchior Estaço do).* Navegador dos fins do seculo XVI e principios do XVII. Nat. d'Evora, adquiriu fama, tanto pela sua sciencia nautica como pelas suas repetidas viagens. Escreveu: *Tratado das batalhas e successos do galeão Santiago com os hollandezes na ilha de Santa Helena, e da nau Chagas com os inglezes entre as ilhas dos Açôres, ambas capitanias da carreira da India, e da causa e desastres porque em vinte annos se perderam trinta e oito naus d'ella*, Lisboa, 1604. D'esta obra se aproveitou o autor para explicar o motivo dos desastres successivos por que estavam então passando as naus da carreira da India.

Amaral *(Bento do).* Heroe portuguez, professor no Rio de Janeiro em 1710, quando os francezes commandados por Du-Clerc atacaram aquella cidade. O governador permanecia n'uma deploravel inacção, e Bento do Amaral á frente dos seus estudantes e de paizanos armados, sahiu ao encontro dos invasores, repellindo-os energicamente, mallogrando assim o ataque, ficando os aggressores como prisioneiros. Duguay-Trouin não tardou a vir tirar a desforra, no anno seguinte, 1711; este commandante dos francezes,

mais energico que o precedente, vinha seguido de forças mais numerosas; o governador portuguez era ainda o mesmo, sem deliberação alguma, para se oppôr á nova invasão; em setembro do referido anno, Duguay-Trouin tomou o Rio de Janeiro quasi sem resistencia. D'essa vez foi ainda Bento do Amaral quem salvou a honra da bandeira, combatendo desesperadamente á frente dos seus cincoenta estudantes nas proximidades do Outeiro da Gloria no dia 22 de setembro de 1711, succumbindo como um verdadeiro heroe. Os proprios inimigos prestaram respeitosa homenagem ao seu valor, e D. João V louvou os serviços e a intrepidez do heroico professor, por um diploma que dirigiu á sua familia.

Amaral *(Bento José do)*. Fidalgo a quem D. Pedro III deu brazão d'armas completo por carta de 10 de novembro de 1783, do modo seguinte: em campo de ouro seis crescentes azues em duas palas; elmo de aço aberto; timbre, um leão d'ouro tendo nas garras uma alabarda, com haste azul e ferro de prata.

Amaral *(Bernardo d'Albuquerque e)*. Doutor e lente da faculdade de direito da Universidade de Coimbra, deputado, etc. Natural de Mesquitella, distr. de Vizeu. Filho de Thiago da Silva Albuquerque e Amaral. Doutorou-se a 28 de julho de 1861. Publicou a sua dissertação inaugural que tem por titulo: *Como devem ser graduados os credores, nos concursos de preferencias civis e commerciaes*, Coimbra, 1861. Tem posteriormente publicado outros trabalhos juridicos e collaborado em differentes codigos portuguezes.

Amaral *(Padre Diogo de)*. Jesuita portuguez, missionario nas Indias, no fim do seculo XVIII. Foi deportado para Italia. Escreveu: *Prosodia della lingua Canarina*.

Amaral *(Domingos Monteiro de Albuquerque)*. Formado em leis pela Universidade de Coimbra, desembargador da Casa da Supplicação, juiz do tombo da extincta basilica de Santa Maria de Lisboa. Nasceu em Murça, provincia de Traz-os-Montes, a 16 de janeiro de 1744, falleceu em Lisboa a 30 de março de 1830. Exerceu durante a sua longa carreira varios cargos e commissões de serviço publico; foi provedor dos residuos, censor regio, e dos theatros de Lisboa, gosando sempre da melhor opinião do governo e do povo, tanto pelo seu profundo saber em jurisprudencia e litteratura, como pela sua nunca desmentida probidade no exercicio da magistratura. O marquez de Pombal considerava-o muito, e chamava-lhe, gracejando, o doutor em prosa e em verso. Censor de theatro n'uma epoca em que um governo timido e fraco receava conspirações nas comedias, e a Inquisição sonhava heresias em scenas de entremezes, era bastante difficil; Amaral, porém, houve-se com tal moderação e prudencia, que não teve desgostos da parte do ministerio nem provocou queixumes da parte dos autores, phenomeno raras vezes visto n'aquelles que tomavam a espinhosa e fastidiosa commissão de exercer a censura theatral. Tambem foi juiz conservador da fabrica de papel em Alemquer, e como tal vem commemorado nas *Recordações de Jacome Ratton*. É notavel que, sendo elle quem elaborara os estatutos da sociedade exploradora da fabrica, fôsse logo nomeado conservador com o ordenado de 1:200$000 réis, e mais 600$000 réis para as despezas das jornadas. A pagina 169 das referidas *Recordações* lê-se o seguinte: «Se este desembargador entendia de fabricas de papel, não sei; mas o que se vê é que sabia muito bem estabelecer logares para conservadores, fôsse ou não bem succedida a empresa dos socios.» Foi poeta desde os primeiros annos; era de caracter jovial e de espirito mordaz. O orgulho e a demasiada tendencia para a satyra que desde a sua mocidade manifestara, suscitou-lhe algumas contendas com os seus collegas na magistratura e na poesia. Albuquerque Amaral foi um dos convivas dos serões litterarios que se realisavam em casa de Francisco Manuel do Nascimento, Filinto Elysio, que então morava na Ribeira das Naus, hoje Arsenal da Marinha. Estes serões eram dados por uma sociedade litteraria, a que elle pertencia, e que se formara em emulação á Arcadia, de que Amaral nunca fez parte. Levantou-se uma polemica em verso entre poetas, motivada por uma ode de critica que Albuquerque Amaral escreveu contra o padre Manuel de Macedo, poeta distincto; Macedo retorquiu-lhe e a polemica continuou de satyras e odes, sendo sempre superiores os escriptos do padre. A polemica terminaria, porque Manuel de Macedo entendeu que não devia proseguir nas respostas, se não surgisse um terceiro contendor, José Basilio da Gama, o engenhoso cantor do Uruguay, que publicou por este tempo uma satyra, com o titulo de *Entrudo*, em que incluia os dois poetas. Amaral respondeu tambem n'uma nova satyra. A questão durou tempo, porque se envolveram mais poetas; as poesias a este respeito formavam collecções manuscriptas, com o titulo de *Guerra dos poetas*, que pouco a pouco fôram desapparecendo. No 6.º volume do *Ramalhete*, vêem publicadas muitas satyras e outras poesias d'esta polemica poetica, com especialidade de Amaral e de Manuel Macedo. Deve notar-se, comtudo, que os poetas não se excediam, não baixavam a injurias, a torpezas, nem a descomposturas com palavras insultuosas; não sahiam dos limites d'uma censura moderada e decente; queriam fazer sorrir e não aborrecer, adornando as satyras com idéas engraçadas e reflexões uteis e judiciosas; entendiam que o poeta satyrico deve ser um censor urbano que corrija rindo, e censure brincando. Tinha já 77 annos de edade, quando o convidaram a entrar na maçonaria, onde por algum tempo foi *veneravel* da loja *quinze de setembro*. As suas poesias são numerosas, mas perderam-se na maior parte; parece que existem hoje algumas, que correm impressas em folhetos para festejar as festas da côrte, um poema burlesco publicado no Porto, e outras poesias que sahiram anonymas. No tomo II da *Collecção de poesias selectas dos melhores auctores portuguezes* vem umas suas quadras glosadas, um soneto e uma ode; Francisco Manuel do Nascimento affirma ser elle o autor d'outra glosa, que se conserva inédita.

> «Nise, ouço as tuas razões,
> Porém, não sei que te diga,» etc.

Amaral não casou nunca, mas deixou um filho illegitimo, com o mesmo nome, que, segundo consta, seguiu tambem os estudos juridicos, e falleceu, sendo juiz de direito d'uma das varas

criminaes de Lisboa. Falleceu em edade muito avançada, vivendo sempre como sabio e bom cidadão, querido dos seus amigos e respeitado por todos. O que está publicado em seu nome é o seguinte: *Discurso offerecido ao Ill.mo e Ex.mo Sr. José de Seabra da Silva, sendo eleito Ministro e Secretario d'Estado*, Lisboa, 1771, em prosa; *A El-rei nosso senhor D. José I, celebrando-se a faustissima inauguração da sua real estatua*, sem logar nem anno em que se publicou; *Ode ao Principe Regente nosso senhor, por occasião da paz com a Republica Franceza, e preliminares da paz geral*, Lisboa, 1801; *A Peidologia*, Porto, 1836, pequeno poema composto de oitavas burlescas, que por muito tempo correu em copias manuscriptas, e que afinal se imprimiu, sem trazer declarado o nome do autor. É um folheto, em 16.º, de 29 pag. *Dous Sonetos*, insertos no *Telegrapho Portuguez*, tomo II, pag. 705, assignados com as iniciaes D. M. A. A.

Amaral *(Padre Francisco do)*. Jesuita e reitor do collegio de Santo Antão de Lisboa. N. em Lisboa em 1593, onde tambem falleceu a 4 de setembro de 1647. Entrou para o noviciado dos jesuitas em 1608. Foi professor de philosophia em Evora, e de theologia em Lisboa, e reitor em Braga. Escreveu: *Primeiro tomo dos Sermões do P. M. Francisco do Amaral, dedicado a Sancto Ignacio, fundador da Companhia*, Braga, 1641. Tem um frontispicio elegantemente gravado pelo artista A. Soares Floriano. O segundo tomo não chegou a publicar-se.

Amaral *(Francisco Coelho do)*. Jornalista, deputado, etc. N. em Santar, distr. de Vizeu, em 1808, f. em Cannas de Senhorim a 6 d'outubro de 1876. Era d'uma familia muito distincta da Beira Alta. No berço foi embalado ao som da guerra contra os francezes e ao troar do canhão na batalha do Bussaco, perto da sua terra natal, batalha que se deu em 1810. Foi depois estudar para Coimbra, e em 1828 começou a defender as idéas liberaes, alistando-se na arma de artilharia. Sendo preso pelas forças miguelistas, foi encerrado nas masmorras de Extremoz e de Abrantes, onde esteve até ao fim da lucta fratricida. Apenas poude recuperar a liberdade e voltar a sua casa, organisou uma companhia da guarda nacional de que foi commandante. Apresentou-se sempre nas camaras como deputado pelo circulo de Vizeu, resolvido a sustentar as suas idéas, apesar das perseguições que soffria do partido cartista. Em 1846, affeiçoando-se á junta do Porto, organisou em Vizeu dois batalhões, tomando para si o commando d'um d'elles e confiando o do outro a Jayme Garcia Mascarenhas. Estes batalhões, depois da batalha de Torres Vedras em dezembro de 1846, em que Mascarenhas ficou prisioneiro, fundiram-se n'um só, sendo commandado por Coelho do Amaral. Prestou grandes serviços durante toda a campanha, pugnando sempre pela liberdade; a perseguição feita ao general Povoas pela serra da Estrella, alcançou-lhe a commenda da ordem da Conceição, e pelo valor que mostrou na acção de Mirandella, foi agraciado com o habito da Torre e Espada. Terminadas as luctas civis, Coelho do Amaral fez-se jornalista, continuou sendo deputado em diversas legislaturas, e tanto na imprensa como nas camaras defendeu sempre com intimativa as suas idéas liberaes. Amaral exerceu tambem o cargo de presidente da camara, e recusou uma pasta de ministro que lhe foi offerecida. Retirando-se mais tarde para Cannas de Senhorim ahi falleceu.

Amaral *(Francisco Joaquim Ferreira do)*. Illustre official de marinha, governador de Mossamedes, de S. Thomé, da provincia d'Angola, da India, deputado, ministro de estado, e presidente da *Sociedade de Geographia*. N. em Lisboa a 11 de junho de 1844; filho do illustre official de marinha João Maria Ferreira do Amaral *(V. este nome)*. Tinha apenas cinco annos quando seu pae foi traiçoeiramente assassinado pelos chins em Macau, onde era governador. Aos doze annos assentou praça na marinha, aos treze concluiu os preparatorios e teve que esperar um anno, com todas as habilitações litterarias já completas, para que lhe fôsse permittido matricular-se na Escola Polytechnica. Em 29 de setembro de 1855 foi feito aspirante, em 1861 terminou o curso, em 28 de janeiro de 1862 foi promovido a guarda-marinha, em agosto do mesmo anno a tenente graduado, a 17 de fevereiro de 1864 a segundo tenente effectivo, e em 28 de julho de 1874 a primeiro tenente. Durante este tempo e nos differentes postos que foi subindo, o sr. Ferreira do Amaral embarcou dezenove vezes, exercendo a bordo importantes cargos, como o de commandante do hiate *Penha Firme*, da estação naval de Macau, do couraçado *Vasco da Gama*, em que foi á inauguração canal de Kiel, na Allemanha, immediato da corveta *Mindello*, da fragata *D. Fernando*, onde foi instructor de artilharia, e commandante da corveta *Duque de Palmella*. O sr. Ferreira do Amaral tomou parte n'uma expedição á Africa Oriental, commandando o vapor *Tete*. Era devéras arriscada esta expedição; entrou em tres combates navaes, um no rio Inhamalungo e dois no Zaire, em que deu provas da maior bravura e do mais heroico sangue frio. Nos governos de Mossamedes e de S. Thomé, para que foi nomeado em 1878 e 1879, mostrou o seu elevado tacto administrativo e a sua energia intransigente. Intrigas de que foi victima fizeram com que fôsse demittido por causa d'uma accusação de excesso de severidade. D'esta accusação se defendeu elle brilhantemente n'uma conferencia publica, realisada no salão do theatro da Trindade. A sua permanencia no ultramar, principalmente nos primeiros portos da escala, devia chamar as faculdades da sua vasta intelligencia para o estudo dos mais intrincados problemas da administração colonial. De tal modo affirmou os seus estudos sobre este ramo de administração publica, que em 1882, Fontes Pereira de Mello o nomeou governador geral da provincia d'Angola, para onde partiu a 5 d'agosto d'aquelle anno. O distincto official havia casado em Lisboa, pouco tempo antes. No governo d'Angola deu provas do mais fino tacto administrativo, revelando-se um diplomata distincto pela fórma como se houve na questão do Congo. Foi o sr. Ferreira do Amaral que iniciou o systema da inspecção directa aos concelhos e districtos da provincia a seu cargo, para se orientar bem das suas necessidades mais urgentes, promovendo depois medidas de grande alcance administrativo e economico, como constam dos boletins d'Angola. Mais tarde teve a nomeação de governador da India, em 1886, onde teve o desgosto de perder

sua esposa. Este lamentavel acontecimento o obrigou a partir para Lisboa a cuidar dos filhos, que muito creanças ainda ficaram privados dos carinhos maternaes. Attendendo mais ao amor de pae do que ás grandezas e honras do alto cargo que exercia, preferiu vir apresentar-se ao serviço naval, a continuar á frente d'uma provincia das de maior importancia na administração ultramarina. O sr. Ferreira do Amaral tem sido deputado em mais d'uma legislatura, ministro da marinha no gabinete presidido pelo sr. conselheiro Dias Ferreira, em fevereiro de 1892. A respeito do seu ministerio, transcrevemos o seguinte, do excellente artigo publicado nos *Perfis Contemporaneos*, devido á penna do sr. Ernesto de Vasconcellos: «O conselheiro Amaral pensou que a primeira coisa a fazer era tratar de reorganisar certos serviços dependentes do seu ministerio, dando-lhe maior homogeneidade, afim de aplanar difficuldades para a boa execução do seu plano de governo. Como bom gerente, pensou antes de tudo em organisar os escriptorios d'essa grande casa, cujos negocios fôra chamado a dirigir. Foi assim que reformou a direcção geral do ultramar, concentrando em uma repartição todos os assumptos relativos ás obras publicas, dando maiores attribuições á junta consultiva do ultramar e á commissão de cartographia, que ficaram sendo dois elementos de informação de primeira ordem. A organisação do conselho do almirantado foi uma das suas boas medidas, pela concentração que deu ao mando da marinha, a qual libertou dos attrictos entre a direcção geral da marinha e o commando geral da armada, que eram, no fim de contas, dois commandos, sem se saber nunca a qual se devia obedecer. Por esta reforma o ministro ficava mais livre para se dedicar ao estudo das questões propriamente coloniaes, e o almirantado tinha alçada para determinadas providencias proprias do commando, sem ir incommodar o ministro para ninharias. Como o que é bom dura pouco, aquelles que nunca comprehenderam a organisação do almirantado, fizeram voltar tudo á fórma anterior. Tendo organisado estes e outros serviços, tratou de negocios de maior monta e vinculou então o seu nome á reforma das pautas, decretando a celebre pauta de 1892, com qual o commercio e a industria nacional, até então esmagada pela estrangeira, começava a animar-se á sombra de um bem entendido proteccionismo que a devia levantar, sobretudo a industria dos tecidos, ao grau brilhante em que já se encontra. Basta para isso notar que em 1891 a importação de tecidos nacionaes em Angola foi de 25 contos de réis e que em 1896 attingiu a verba de 700 contos de réis, isto é, augmentou em cinco annos vinte e oito vezes mais. Que de beneficios para o paiz não representa isto?! Quantas fabricas se não estabeleceram de então para cá, quantos operarios não teem ali encontrado o pão para suas familias?! E' achar assim a riqueza indirecta para o paiz, não a que entra pelos cofres das alfandegas, para se perder na voragem, mas a que vae levar lenitivos e consolos ás familias operarias, ás companhias industriaes, ás quaes se póde depois pedir um pequeno augmento compensador nos impostos directos. E' por isso que o nome do conselheiro Amaral é hoje bemquisto no paiz, que começa a comprehender onde deve ir chamar os seus homens de governo; é por isso que elle é adorado entre os industriaes, que bem lhe pódem chamar o protector da industria portugueza. Não bastava fazer conhecidas as nossas industrias no ultramar, era tambem preciso tornar as colonias conhecidas na metropole. Um dos meios que aquelle estadista devia adoptar para preencher este fim era divulgar os productos valiosos que ellas encerram e que jaziam agglomerados e esquecidos em um segundo andar do edificio do arsenal da marinha, no chamado museu colonial. Encarregar da sua guarda a *Sociedade de Geographia* foi o processo que adoptou, realisando a importante economia de 3:500$000 e tornando pratico o objectivo que tivera em vista. O museu colonial é hoje, póde dizer-se, um museu popular, onde clero, nobreza e povo, estuda, admira e calcula o valor dos nossos dominios ultramarinos. A *Sociedade de Geographia*, como sociedade douta e de propaganda que é, avaliou bem a importancia de uma tal medida e tem correspondido praticamente aos desejos do conselheiro Amaral. Querendo manifestar-lhe o seu reconhecimento elegeu-o seu presidente effectivo, bem contra as más vontades de alguns que n'aquella epoca, mordidos de inveja, não queriam que a *Sociedade* saldasse aquella divida ao homem que nos ultimos tempos maiores beneficios tem prestado ás colonias de que ella é zelosa defensora. Como presidente da *Sociedade de Geographia*, phase onde a chronologia dos acontecimentos nos leva agora, Ferreira do Amaral tem affirmado a sua individualidade imprimindo uma orientação verdadeiramente scientifica aos trabalhos da benemerita instituição nacional que mais tem feito respeitar o nome portuguez no estrangeiro e a unica sociedade scientifica que tem prestigio lá fóra, como acaba de vêr-se por mais esta brilhante prova que, pelo seu impulso, e sob a egide do seu nome de gloria, a commissão central executiva do centenario da India, a que presidia Ferreira do Amaral, poude realisar, com a admiração de nacionaes e estrangeiros. O centenario da India, quando não tivesse tido os resultados admiraveis que todos observaram, teve a suprema vantagem de fazer calar lá fóra, nas praças estrangeiras, a campanha de descredito que os erros de muitos cá de dentro e interesses desmedidos de lá de fóra havia levantado contra o nosso paiz. Effectivamente, á medida que se aproximava a epoca da celebração e que a commissão do centenario ia obtendo as mais fervorosas adhesões, que uma bem entendida propaganda havia conseguido alcançar por essa Europa adeante, os detractores iam emmudecendo, até que de todo se calaram perante a magnitude do acontecimento, e todos o celebraram, com verdadeiro enthusiasmo, com a nitida comprehensão

Francisco Joaquim Ferreira do Amaral

dos nossos passados heroismos, advento de tantos beneficios para a humanidade. Como se conseguiram, porém, tão notaveis resultados? Foi porque á frente da commissão executiva estava um homem de animo frio e de genio inquebrantavel, que, encontrando em cada um dos seus collegas da commissão o mais decidido apoio, traçou a linha de conducta cujo lemma era: «marchar para a frente e deixar falar os criticos mordazes, os invejosos e os de má vontade.» E fez-se justiça á commissão do centenario. O sr. conselheiro Ferreira do Amaral é contra-almirante, vogal da commissão central do *Instituto de soccorros a naufragos, da Junta geral das missões ultramarinas, e do Instituto Ultramarino.* e actual inspector do Arsenal da Marinha. Foi nomeado par do reino, de que tomou posse na respectiva camara 17 de março de 1898; n'esse mesmo anno teve commando do *Adamastor,* que foi ao Brazil reatar as relações interrompidas por occasião da revolta do Brazil, as quaes se reataram depois do litigio da ilha da Trindade com a Inglaterra, que por intervenção de Portugal foi decidido a favor da Republica brazileira. O regresso do Adamastor, em 3 de maio de 1899, causou enthusiasmo; muitos socios da *Sociedade de Geographia* fôram no vapor *Victoria* cumprimentar e receber o seu presidente; as duas camaras parlamentares lançaram na acta um voto congratulatorio com o bom exito da viagem.

Amaral *(Francisco José da Costa).* Bacharel formado nas faculdades de Canones e de Leis pela Universidade de Coimbra, do conselho de Sua Magestade, e commendador da ordem de Christo. N. em Portalegre a 14 d'agosto de 1798, f. em Lisboa a 11 de setembro de 1862. Resolvendo dedicar-se á magistratura, foi nomeado em 1822 juiz de fóra para Cabeço de Vide, sendo transferido para Aviz em 1826. Durante o governo absolutista foi muito perseguido, pelas suas idéas liberaes, e em 1834, terminando a guerra civil, foi nomeado ouvidor de Macau, para onde partiu tomando posse a 17 d'outubro do mesmo anno. Era então governador d'aquella colonia, Bernardo José de Sousa Soares Andréa, que pretendeu annullar-lhe a autoridade, porque assim o julgasse conveniente, ou por motivos de indisposição pessoal, tomando por pretexto a execução em Macau da legislação novissima, que para tal possessão não fôra calculada, nem podia executar-se sem gravissimos inconvenientes. D'este facto resultaram graves conflictos entre as duas autoridades. Appareceu um manifesto do governador, e em resposta um folheto do ouvidor, em sua defeza, o qual começa da seguinte fórma: *Francisco José da Costa Amaral. Ouvidor d'esta cidade de Macau, por nomeação de Sua Magestade Imperial o sr. Duque de Bragança,* etc. «Depois que no proprio e alheio paiz soffri pela minha fidelidade á Rainha Fidelissima incommodos de que não póde fazer idéa quem não esteve exposto aos furores da usurpação,» etc. No fim tem a data de 24 de fevereiro de 1835. Os conflictos entre Andréa, Costa Amaral e o senado de Macau deram ainda origem a outras publicações. Entre estas ha uma interessante memoria anonyma, que se intitula: *Macau: esboço historico d'este estabelecimento, extrahido dos registos officiaes existentes na Torre do Tombo e Secretarias d'Estado.* Foi publicada na *Revista Litteraria do Porto,* no tomo IV, 1839. Costa Amaral foi eleito senador pela India em 1838, e veiu para Portugal, trazendo muitos objectos riquissimos de Macau, que transformaram a casa n'um verdadeiro museu de preciosidades orientaes. Em 1851 teve a nomeação de vogal extraordinario do Conselho Ultramarino, passando pouco tempo depois a effectivo. Foi tambem deputado. Por diligencia de Costa Amaral, publicou-se a seguinte obra com um prologo da sua composição: *Observações sobre a efficacia da mostarda branca nas affecções do figado, orgãos internos, systema nervoso, e geral tractamento para a conservação da saude e da vida. Por Charles Turner Coock, traduzidas da sexta edição original pela ill.ma e ex.ma sr.a D. Mathilde Laura Coelho Pestana, e publicadas por,* etc., Lisboa, 1862. Costa Amaral possuia uma robusta e culta intelligencia, conhecida, porventura, de poucos, e mal apreciada pelo maior numero. Victima d'uma enfermidade dolorosa, viu resignado aproximar-se o termo da existencia, preparando-se christãmente com os soccorros da Egreja.

Amaral *(Francisco Maria do).* Distincto medico. E' natural de Coimbra, filho de José Maria do Amaral e de D. Maria de Jesus Amaral. Formou-se em 1895, e n'esse mesmo anno seguiu viagem para Africa, onde foi encorporado na columna que acompanhou Mousinho d'Albuquerque ás terras de Gaza. Foi elle, depois do commandante e do tenente Couto, quem á frente das forças entrou na povoação de Chaimite, tomando parte no accommetimento ás palhotas e aprisionamento do regulo e dos seus dignitarios, e sendo elle ainda quem teve de verificar a morte dos dois chefes de guerra que Mousinho d'Albuquerque mandou fuzilar.

Amaral *(Padre Gaspar).* Jesuita e missionario. N. em Corvaceira, distr. de Vizeu em 1592, f. a 23 de dezembro de 1645. Sendo ainda muito novo, no primeiro de junho de 1608, vestiu a roupeta de jesuita. Depois de concluidos os estudos de humanidades e de theologia, em Braga, Coimbra e Evora, pediu para seguir á India como missionario, e sendo-lhe satisfeito o pedido, partiu em 1623 na companhia do patriarcha da Ethiopia, Affonso Mendes. Chegando a Gôa, pouco se demorou, indo em seguida para Macau, depois para a Cochinchina, e finalmente a Tonkin, onde se conservou sete annos como superior da missão, prégando o evangelho, sendo muito bem acolhido pelos indigenas, conseguindo trazer muitos á fé catholica. Voltando a Macau, em 1633, foi reitor do collegio d'esta cidade, e provincial do Japão e China. Quando tornava pela segunda vez a Tonkin, soffreu um naufragio de que foi victima. Escreveu um *Diccionario da lingua annamita,* que ficou em manuscripto, e dizem ser uma obra muito apreciavel. Encontram-se extractos de suas cartas de 1643 na obra de P. Franco: *Imagem da virtude em o noviciado de Coimbra,* tomo II.

Amaral *(Gaspar Paes).* V. *Almeidinha (1.º visconde).*

Amaral *(Padre Gomes do).* Jesuita missionario. Era natural de Vizeu. Indo em companhia do padre João Fernandes ás missões das ilhas Molucas, fôram ambos assassinados em Java pelos regulos da mesma ilha, no dia 7 de janeiro de 1581.

Amaral *(Gregorio Paes do).* Na lista das obras dos artistas, citados pelo cardeal patriarcha D. Fr. Francisco de S. Luiz, vem mencionado o nome d'este artista como autor d'uma obra intitulada: *Exemplares de letra ingleza.*

Amaral *(João Eloy Ferreira).* Pintor contemporaneo, natural de Setubal. N. a 11 de novembro de 1839. Tendo desde cedo desejo de encetar a vida artistica, para que mostrava vocação, procurou para alcançar bons conhecimentos, especialmente praticos, um pintor portuguez de nome Antonio Alves Moreira, artista de reconhecido merito, com quem trabalhou durante alguns annos. Em 1862 passou a Lisboa, onde trabalhou sob a direcção de Cinatti e mais tarde com o seu conterraneo e collega José Maria Pereira Junior em varios trabalhos importantes. Estabelecendo-se a officina de pintura decorativa na Escola Industrial Affonso Domingues, foi, por escolha do respectivo director, indigitado para dirigir a mesma officina, cargo que exerce desde 1893. Eis uma lista das suas obras mais importantes: Tecto da egreja dos Martyres em Alcacer do Sal, pintura em téla, a oleo; capella particular do collegio de S. Francisco em Setubal, pintura a fresco; capella de S. José e capella interna dedicada a S. Estanislau, no collegio do Barro em Torres Vedras, desenho da ornamentação de tectos e retabulos, e respectiva pintura; quadro da tribuna da freguezia de Ferreira do Alemtejo, téla, copia da Assumpção da Virgem de N. Poussin; retrato a oleo, d'uma photographia, do padre Serrão, eximio musico setubalense, para uma sala do Municipio de Setubal; alguns quadros de natureza morta, muito principalmente peixes, que se encontram na posse de differentes pessoas; restauros importantes pelo estado deteriorado em que se encontravam por serem pintura a colla, como o tecto da egreja do Bomfim em Setubal e a sala principal do palacio do conde de Burnay, á portas de Santo Antão, hoje Atheneu Commercial. Em collaboração com diversos pintores: Com J. M. Pereira Junior na Camara Municipal de Lisboa, com o mesmo e Columbano Bordallo Pinheiro na cupola do mesmo edificio em 1880; com Antonio Ramalho e João Vaz no theatro Garcia de Rezende em Evora, em 1890; com João Vaz e Francisco Augusto Flamengo no theatro D. Amelia, de Setubal, em 1897, e ainda com o primeiro nos pavilhões portuguezes da exposição universal de Paris em 1900. Muitos outros trabalhos poderiamos apontar, produzidos nos 46 annos da carreira artistica do sr. João Eloy, mas tornar-se-hia fastidioso e desnecessario porque a maior parte d'elles são em edificios particulares.

Amaral *(Padre João José de).* Presbytero secular e professor de rhetorica e poetica na ilha de S. Miguel, onde nasceu em 1782; f. em 1853. Foi em 1845 um dos primeiros redactores do jornal politico *O Cartista dos Açôres;* collaborou tambem na *Revista dos Açôres.* Escreveu: *As cincoenta razões do duque de Brunswick para abjurar o protestantismo, e abraçar a religião catholica romana. Traduzido do inglez,* Ponta Delgada, 1844; *Elementos, ou primeiras lições de Geographia e Astronomia de J. A. Commings, traduzidas e augmentadas,* Ponta Delgada, 185...; *Glossario Rhetorico, para uso dos alumnos do curso de Rhetorica e Poetica no Lyceu Nacional de Ponta Delgada,* Ponta Delgada, 185... Em 1816 escreveu tambem uma poesia em louvor de Cavalcanti Albuquerque, governador da ilha, a qual se publicou em um folheto juntamente com outras poesias panegyricas do mesmo governador.

Amaral *(João José Miguel Ferreira da Silva).* Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra. Era filho do professor de grammatica e lingua latina, Francisco Antonio Ferreira da Silva Beirão. Ignora-se a data do nascimento e do fallecimento, mas sabe-se que falleceu no concelho de Villa Franca de Xira, onde tinha propriedades e onde exerceu por vezes alguns cargos municipaes, entre elles o de presidente da respectiva camara. Escreveu: *Discurso apologetico a favor dos martyres, contra as erroneas proposições do artigo* «Tolerancia» *no periodico* «O Independente» n.os 32, 34, 44 e 45; Lisboa, 1822. Suppõe-se ser d'elle o seguinte opusculo: *Discurso religioso-politico, no qual se mostra não só pelos fundamentos da religião, mas tambem pelos argumentos tirados do direito publico e da lei natural, tanto a auctoridade da igreja, como a legitima propriedade dos seus bens. Por um verdadeiro portuguez,* Lisboa, 1823.

Amaral *(João Maria Ferreira do).* Distincto e valente official da armada portugueza. Em 1821 era aspirante de marinha. Começou a sua brilhante carreira servindo na esquadra que no Brazil pugnava pelos direitos de Portugal. N'essa epoca, o Brazil constituia-se em estado independente; rebentara a revolução contra Portugal em todas as provincias, proclamava-se o imperio, e só a Bahia é que se conservava fiel ás tradições da velha metropole. A cidade estava cercada pelas forças brazileiras commandadas pelo general Labatour; era dentro dos seus muros que se abrigava ainda o pequeno partido da America e contra elle concentrava o principe D. Pedro, já então nomeado imperador, defensor e libertador do Brazil, todo o poder do seu exercito, ás ordens do mencionado general e da sua marinha commandada por lord Cokrane. Até junho de 1823 foi, portanto, a Bahia o ultimo baluarte do derrocado senhorio de Portugal, que n'essas circumstancias concentrava a sua derradeira esperança na marinha, unica que cursando o Atlantico poderia ainda conservar o titulo ao reino unido. A praça foi afinal entregue no dia 3 do referido mez e anno, vergonhosamente, pelo general Madeira e o chefe de esquadra João Felix, commandante das forças belligerantes portuguezas. Parece estar provado que estes dois chefes deixaram de cumprir as ordens das côrtes geraes, que eram empregar todos os esforços para sustentar a adherencia do Brazil a Portugal, a despeito dos malevolos projectos da facção rebelde e anarchica, e obedeceram a instrucções secretas d'el-rei D. João VI, que sacrificava para seu filho o melhor brazão da sua corôa. No entretanto, para salvar de maior vilipendio as nossas passadas glorias, praticaram-se por vezes alguns actos heroicos e deram-se honrosos combates. O mais notavel, na verdade, foi o de *Itaparica,* realisado pela marinhagem da esquadra em 24 de fevereiro de 1823. A ilha de Itaparica, naturalmente defensavel pelas difficuldades do desembarque, tornara-se quasi inexpugnavel pelas fortificações brazileiras, que a inacção dos nossos deixara tomar corpo. A ilha foi atacada pelos escaleres

da esquadra, acompanhados pelo brigue *Audaz*, como hospital de sangue. O ataque realisou-se com o maior enthusiasmo, e a valentia da marinhagem foi assombrosa. As peças collocadas no alto da montanha varejavam de metralha as aproximações da costa, emquanto a fuzilaria, espalhada pelos comoros a coberto dos rochedos, quasi á queima-roupa, dizimava os assaltantes. Não obstante, os destemidos marinheiros, entrados n'agua até á cintura, avançavam para os reductos, conduzidos por seus bravos officiaes, e tratando só de salvar o resto do cartuchame que se não molhara ao saltarem. A gente da esquadra praticou proezas de valor, actos de inaudita coragem, mas apesar de tanta bravura, o resultado foi uma derrota, embora gloriosa. Entre os mais valentes assaltantes e sempre na frente dos maiores perigos distinguiu-se logo no principio o guarda-marinha Ferreira do Amaral, que mal ferido de bala no braço direito, continuava avançando á carga e animando os seus. Recolhido quasi á força ao hospital de sangue, foi considerada de necessidade immediata a amputação, que o corajoso guarda-marinha soffreu sem um gemido, mordendo o charuto que fumava, sentado n'uma cadeira de braços. Quando os officiaes e mais praças, que assistiam á operação, empallideciam, calculando as dôres que elle devia sentir, e admiravam tanta energia e resignação no soffrimento, Ferreira do Amaral, vendo cahir o braço cortado, levantava-se da cadeira e atirava-o ao ar, exclamando com exaltação: «Viva Portugal!» E em seguida, ainda com as ligaduras mal apertadas, subia á tolda, e não podendo tomar já parte activa no combate, que continuava, encostava-se á borda do navio, e apontava enthusiasmado com o braço que lhe restava, a valente marcha dos seus marinheiros, animando-os com jubilosos brados. Apesar da mutilação continuou a sua carreira maritima, em que tinha dado tantas provas de coragem e heroismo, sendo promovido a tenente. Mais tarde, na campanha da liberdade, no periodo doloroso de 1828 a a 1833, Ferreira do Amaral foi um dos poucos officiaes da armada que poderam emigrar e que se apresentaram na ilha Terceira em serviço do partido constitucional. Fez parte da expedição do Mindello, commandando um dos pequenos navios de que se compunha a esquadra liberal, e até ao fim da guerra prestou grandes e valiosos serviços, especialmente commandando o brigue *S. Boaventura* e a esquadrilha do Ribatejo, que em 1833 defendeu Lisboa pelos lados do oeste. O almirante Napier, nomeado pela regencia commandante da marinha portugueza, considerava-o muito; Ferreira do Amaral era um dos officiaes a quem tratava com mais deferencia e distincção. Consultava-o sempre ácerca de assumptos militares e nunca se esquecia do destemido official quando precisava d'algum homem valoroso para qualquer expedição perigosa. Quando acabou a campanha era já official superior, posto a que fôra promovido por distincção. Até 1844 commandou Ferreira do Amaral diversos navios, e entre outros a corveta *Urania* com a qual desempenhou uma notavel commissão diplomatica a varios portos do Mediterraneo, e a fragata *Diana*, em que foi ao Brazil e Rio da Prata, na occasião que se deram contingencias difficeis para os interesses e segurança dos portuguezes. Em ambas as commissões foi Amaral firme e inabalavel representante do seu paiz, e um diplomata habil. Em Angola tambem se tornou notavel, servindo contra o trafico da escravatura e commandando a estação naval n'essa costa. Ferreira do Amaral, assim como todos os homens de valor, foi victima de invejas e de calumnias, de que elle sempre se sahiu triumphante. Prendeu em certa occasião um negreiro chamado Arsenio Pompilio e mandou-o para Lisboa, onde foi encerrado no castello de S. Jorge. Este homem escreveu alguns folhetos contra Ferreira do Amaral, fazendo-lhe as mais infames accusações. O honrado commandante respondeu de prompto, justificando-se de maneira tal, que tanto na opinião publica, como na do governo em nada ficou prejudicada a sua brilhante carreira. Ferreira do Amaral terminou então, por assim dizer, a sua parte maritima, por ter passado a exercer outras funcções do serviço publico. Durante o tempo em que andou embarcado fazia-se sempre obedecer como ninguem a bordo dos navios do seu commando. Os officiaes e a guarnição o respeitavam e estimavam. Quando terminava qualquer das commissões de que o encarregavam, transformava o seu navio n'um hiate de recreio, corria de porto em porto, mostrando nos esplendorosos salões e nos escondidos camarins a sua farda recamada de condecorações e de galões de ouro, ainda adornados pela manga vasia do braço direito, que na gentileza do cavalheiro elegante de sala fazia bem lembrar a valentia do official. Sempre amavel com as damas, segundo contam as memorias da epoca, foi heroe em muitas aventuras d'amor que lhe renderam alguns duellos, em que se batia á pistola, por não poder manejar a espada, pela falta do braço direito. Ferreira do Amaral tinha muitas excentricidades, entre as quaes se conta a de ser servido á meza, a bordo da corveta *Urania*, por um grande *chimpanzé* que trouxera d'Africa e que se tornara um soffrivel e geitoso creado pela paciencia com que elle o educara. O *chimpanzé* morreu apaixonado, depois d'um jantar dado a bordo d'aquella corveta, em frente de Paço d'Arcos, em que uma senhora, vendo o feio macaco deitar-lhe vinho no copo, se assustou e soltou um grande grito, que fez espantar o animal, deixando cahir o copo, que se entornou por cima do vestido. Amaral castigou o extranho serviçal, que se apaixonou de fórma que nunca mais quiz comer, até que falleceu. N'outro navio que commandava, tambem ensinou dois macacos, que recebiam a bordo os visitantes, um dos quaes se lembrou um dia de agarrar o chapéo armado d'um official inglez, e subindo depressa para as gaveas, o deixou cahir ao mar. O official inglez não se zangou, antes pelo contrario riu-se d'aquella excentricidade, e foi tambem comprar macacos para *moços dos cabos*, na sua fragata. Amaral tambem tinha o habito de entrar nos navios sendo içado ao lais, indo sentado n'uma cadeira de braços, quando poderia muito bem subir a escada de bota-fóra. Diz-se que a cadeira em que fazia a ascenção era quasi sempre a mesma onde se sentara para lhe ser amputado o braço direito. Muitas anecdotas e diversos casos se deram a bordo dos seus navios, que seria longo mencio-

nar, anecdotas excentricas e curiosas, e casos muito honrosos para o digno commandante. Ferreira do Amaral era deputado por Angola, quando foi nomeado governador da provincia de Macau em 1848. O ministerio de então, vendo estabelecer-se na China o poder da Inglaterra, na ilha de Hong-Kong a fundação d'uma cidade inteiramente ingleza, entendeu dever acabar em Macau com o predominio chinez, tornando o porto livre de alfandegas e fazendo d'elle uma verdadeira colonia portugueza. Macau, que fôra até então o emporio do commercio d'aquella parte do Oriente, emquanto a Europa alli não tinha outros portos abertos, ficaria reduzido á miseria pela fundação de Hong-Kong e abertura de portos ao commercio europeu, livres de peias e vexações que se davam na cidade que se dizia portugueza. Considerou-se pois como de absoluta necessidade o porto franco, como se entendeu absolutamente preciso sacudir de vez as exaggeradas pretensões dos mandarins. A guerra da Inglaterra com a China em 1842, em que a Inglaterra ficara de posse da ilha Hong-Kong, dera os resultados acima descriptos, e o governo de Portugal reconheceu o quanto descurara as suas relações com a China e os interesses de Macau. Havia então n'aquella cidade duas alfandegas, o *Hopú* chinez cujos rendimentos eram cobrados pelos mandarins, e a alfandega portugueza impondo direitos sobre o commando dos nossos navios dos quaes se pagava aos funccionarios da cidade, não havendo até então mais nenhuma renda publica. O governo entendeu, portanto, que devia fazer de Macau porto franco, e que para isso era necessario tornar aquella cidade independente do governo da India, ao qual fôra sujeita até então. A escolha do governador não podia ter sido mais acertada. Ferreira do Amaral expulsou os mandarins, fechou as alfandegas, abriu as portas e fez estradas nos campos que nos eram vedados, assenhoreou-se da ilha da Taipa, lançou tributos para occorrer ás despezas, organisou os serviços, estabeleceu e assegurou o nosso dominio com energia rara, grande talento e extraordinaria dedicação. Deve-se-lhe Macau, que elle pagou com a propria vida. O seu pequeno governo foi ousado e firme, e os delegados do celeste imperio reconheceram enraivecidos, que eram impotentes para luctarem com semelhante homem. N'estas circumstancias, os mandarins trataram traiçoeiramente de se desfazer de um tão forte inimigo, e na tarde de 22 d'agosto de 1849, em que Ferreira do Amaral sahira a cavallo, acompanhado sómente, como de costume, pelo seu ajudante d'ordens Jeronymo Pereira Leite, para dar um passeio fóra dos muros da cidade, sahiu a chamada porta do cêrco, collocada no extremo do isthmo que separa a peninsula de Macau do resto da ilha de *Sansane*, e entrou affoitamente no territorio chinez, desprezando o aviso que um chin, velho servo do palacio, lhe dera da traição que lhe preparavam, em que elle ouvira falar, pedindo-lhe até de joelhos que não sahisse n'aquella tarde. Ao sahir da porta do cêrco, Amaral foi logo assaltado por um grupo de seis chins armados que começaram barbaramente a acutilal-o e ao cavallo que montava, segurando-o pela redea e pelos loros dos estribos, e procurando derrubar o cavalleiro. Amaral não esmoreceu; largando as redeas da mão, picava de esporas para fazer soltar o cavallo, e só com o braço que tinha, usando do chicote, sua unica arma, defendia-se, como um leão, gritando ao mesmo tempo contra os assassinos chamando o ajudante em seu auxilio. No entretanto, Pereira Leite, tambem ferido por duas cutiladas, uma na parte superior da cabeça, outra nas espaduas, com o cavallo tambem ferido, corria em desenfreado galope até Macau, onde ia lançar o terror e o desanimo com a terrivel noticia. A cobardia dos chins planeara e mandara certamente executar aquelle crime, perpetrado junto d'um posto militar que não prestou soccorro aos assaltados, nem perseguiu os assassinos. Assim morreu João Maria Ferreira do Amaral, o valente e heroico militar, victima d'uma traição, depois d'uma lucta gigantesca e desesperada. Os seus restos mutilados fôram mais tarde recuperados pelas autoridades portuguezas e enviados para Portugal.

Amaral *(Joaquim Monteiro de Albuquerque e)*. Advogado da Casa da Supplicação. Era irmão do desembargador Domingos Monteiro d'Albuquerque e Amaral (V. *este nome)*. Entrou na celebre questão do morgado de Pancas, em que já se falou (V. *Alpedrinha, conde)*. Escreveu os seguintes opusculos juridicos: *Allegações juridicas por parte da corôa, sobre os bens que no districto de Pancas possuira o sr. D. Fernando, duque de Bragança, e nos quaes se achavam intrusos os denominados senhores de Pancas: precedidas do libello, e terminadas com o auto de exame sobre a falsidade praticada em um documento junto aos autos*, etc., Lisboa, 1805. Apesar de trazer o seu nome, querem alguns que fôssem obra do irmão; *Allegação historico-juridica sobre a successão do morgado e casa de Pancas, em sustentação do direito de succeder a ex.ma sr.a D. Maria Leonor Carolina Manuel de Vilhena, e seu marido o ex.mo sr. José de Saldanha de Oliveira e Daun, na causa da denuncia que lhe move a ex.ma sr.a D. Maria Balbina de Sousa Coutinho, no juizo da corôa: composta pelo doutor Miguel Lopes de Leão, advogado da casa da supplicação*, Lisboa, 1803; *Analyse juridico-critica da* «Allegação historico-juridica» *que compoz o doutor Miguel Lopes de Leão: offerecida á ill.ma e ex.ma sr.a D. Maria Balbina de Sousa Coutinho*, Lisboa, 1804. Vem n'esta transcripta integralmente a *Allegação* criticada. O autor não quiz declarar o seu nome, e assignou sómente a dedicatoria com as iniciaes *M. A. A.; Segunda allegação contra D. Maria Balbina de Sousa Coutinho, a favor de D. Maria Leonor Carolina Manuel de Vilhena e seu marido, offerecida ao juizo da corôa, onde se dera a denuncia do morgado de Pancas: pelo doutor Miguel Lopes de Leão*, etc., Lisboa, 1805; *Sentença, ou accordão do Juizo da corôa, em 29 de Março de 1806, pelo qual foram absolvidos os réos da acção intentada*, etc., Lisboa, sem data; *Embargos offerecidos no juizo da corôa por parte da ex.ma D. Maria Balbina de Sousa Coutinho, nos quaes se responde convenientemente aos fundamentos da sentença proferida no mesmo juizo a favor da ex.ma D. Maria Leonor Carolina Manuel de Vilhena*, etc., Lisboa, 1806; *Impugnação compendiosa aos embargos, que por parte de D. Maria Balbina de Sousa Coutinho se formaram contra a sentença proferida no juizo da corôa, sobre a denuncia do morgado de Pancas, a favor de D. Maria Leonor Carolina Manuel de Vilhena: pelo doutor Miguel Lopes de Leão*, Lisboa, 1806.

Amaral *(José do)*. Compositor, organista, pianista e cantor. Era natural de Barcellos, onde sempre viveu, fallecendo em 1876. Durante quarenta annos, aproximadamente, foi organista na collegiada d'aquella villa, sendo sempre considerado como um musico de merecimento. Vulgarmente era mais conhecido pelo *José dos Terceiros.*

Amaral *(José Duarte Pereira do)*. Cirurgião-medico pela escola do Porto. N. em Ovar a 6 de abril de 1851. E' filho de Manuel Caetano do Amaral. Defendeu these a 14 de julho de 1877, a qual, no mesmo anno, se publicou, com o seguinte titulo: *Breves considerações sobre a asthma*, 8.º gr. de 59 pag. e mais uma de proposições.

Amaral *(José Felicio Paes Nunes do)*. Medico pela escola medico-cirurgica do Porto. N. em Cannas de Senhorim, distr. de Vizeu, a 26 de julho de 1848, f. em 1880. Era filho de José Felicio da Costa Nunes de Figueiredo. Defendeu these a 27 de julho de 1880, pouco antes de fallecer. Publicou a these no mesmo anno de 1880, a qual tem o titulo: *Occlusão intestinal*, 8.º gr. de 20 (innumeradas)—24 pag. e mais uma de proposições.

Amaral *(José Julio do)*. Militar distincto e deputado. N. em Lisboa, em 1 de janeiro de 1801, f. em Belem a 28 d'outubro de 1876. Assentou praça em 1815, no regimento de infantaria 19, sendo pouco depois reconhecido como cadete; em 1819 foi promovido a porta-bandeira, e em 1820 despachado alferes para o regimento 13. No anno de 1821 partiu para Pernambuco, onde serviu como ajudante d'ordens do general Madeira. Regressou ao continente, onde pouco se demorou, partindo em 1 d'agosto de 1882 para a Bahia com o primeiro batalhão do seu regimento. Em abril de 1823 voltou novamente para o reino, e empregou-se no estado maior do brigadeiro commandante da força armada no Porto; tomou parte nas campanhas de 1826 e 1827. No anno seguinte, vendo-se perseguido pelo partido absolutista, por causa das suas idéas liberaes, conseguiu emigrar para Inglaterra, seguindo depois para a Ilha Terceira, reunindo-se no dia primeiro de março de 1832 aos bravos que defendiam a causa liberal. Sendo admittido no regimento de infantaria 18, foi depois chamado para o estado maior, onde se conservou no posto de capitão durante a lucta. Em 24 de julho de 1834 foi transferido para a arma de cavallaria, servindo em diversos corpos, até que foi separado do quadro do exercito em 1837, em virtude da convenção de Chaves, por ter seguido o partido dos marechaes. Aproveitando a amnistia de 4 d'abril de 1838, voltou para o serviço activo na commissão da sua arma e em varios corpos até novembro de 1843, anno em que foi promovido a tenente-coronel, sendo nomeado chefe do estado maior da 4.ª divisão militar. Em junho de 1846 ficou exonerado d'este cargo, e entrou na lucta civil como tenente-coronel, subindo depois a coronel de cavallaria 3, cujo commando deixou por algum tempo, por ter sido eleito deputado na legislatura de 1848. No anno de 1851 foi promovido a brigadeiro graduado, em 1860 a effectivo, sendo-lhe dado no anno seguinte, 1861, o commando militar da Ilha da Madeira. Pela organisação do exercito em 1864, foi nomeado general de brigada e commandante da 9.ª divisão. Em 1868 transferiu-se para a 2.ª divisão; em 1870 foi nomeado general de divisão, e sendo reformado em 1875, falleceu no anno seguinte.

Amaral *(José Rodrigues Coelho do)*. Do conselho de S. M., commendador da ordem de Christo, commendador e cavalleiro da de Aviz, cavalleiro da Torre e Espada, tenente-coronel de engenharia, governador geral d'Angola e de Moçambique, ministro de estado, socio da Academia Real das Sciencias, etc. N. em Lisboa a 15 de maio de 1808, f. em Moçambique a 14 de dezembro de 1873. Assentou praça na armada em 1825, sendo despachado guarda-marinha extraordinario em 1827. No anno de 1833 apresentou-se ao duque da Terceira, no proprio dia em que aquelle valente general entrou em Lisboa, conseguindo ser logo empregado nos trabalhos da fortificação das linhas da capital e collocado em março de 1834 no regimento de infantaria 15, passando logo no mez seguinte a fazer serviço no corpo de engenheiros. Em julho d'esse mesmo anno de 1834 pediu a demissão de official do exercito, e voltou para o serviço da armada, onde foi promovido a segundo tenente em 22 d'agosto de 1835. Sendo depois nomeado para a commissão dos trabalhos da triangulação do reino, deixou-a nos principios do anno de 1837, por ter sido chamado a exercer o logar de lente substituto da Escola do Exercito, que fôra creada n'aquelle anno. Voltou depois para o exercito, com o posto de tenente, em 1838, sendo promovido a capitão em 1840. Quatro annos depois foi mandado a França estudar na escola de pontes e calçadas, sendo ao mesmo tempo incumbido de visitar os estabelecimentos de instrucção militar d'esse paiz. Em junho de 1849, voltou á patria, e no anno lectivo que pouco depois começou, regeu a cadeira de estradas e caminhos de ferro. Em junho de 1850 foi admittido como socio na Academia Real das Sciencias. Em 1851 teve a nomeação de governador do districto de Benguella. Transferido para o governo geral da provincia d'Angola, e reconduzido em 1858, ao chegar a Lisboa, foi nomeado vogal do conselho ultramarino e por decreto de 10 de novembro de 1860 director da Escola Polytechnica. Poucos annos depois, em 1863, recebeu a nomeação de governador de Macau. Em 17 de julho de 1865 foi promovido a general de brigada, sem prejuizo dos officiaes mais antigos da sua classe e arma. Em janeiro de 1868 foi chamado aos conselhos da corôa, sendo-lhe confiada a pasta da marinha e ultramar, que administrou desde 9 de janeiro até 22 de julho d'esse mesmo anno. Poucos mezes depois foi novamente nomeado governador geral d'Angola. Achava-se n'esta situação, quando falleceu o governador de Moçambique, logar que era preciso preencher com um homem conhecedor do ultramar, e que possuisse qualidades excepcionaes. O governo convidou então Coelho do Amaral para aquelle cargo, o qual, apesar de bem avaliar os espinhos de semelhante commissão, e de já se sentir bastante arruinado de saude, acceitou aquelle importante logar. Chegando a Moçambique em 24 d'agosto de 1870, desembarcou a 26 e n'esse mesmo dia tomou posse do governo. Continuando a guerra na Zambezia, e tendo cessado o abono do subsidio que a metropole enviava para essas despezas extraordinarias, o governador Amaral, depois de haver esgotado por emprestimo todo o dinheiro existente nos cofres dos defuntos e ausentes e do im-

posto para obras publicas, achou-se em crise difficil, e para lhe acudir reuniu em 11 de fevereiro de 1873 os membros do conselho do governo, da junta da fazenda e os principaes negociantes da cidade, e relatando-lhes as circumstancias financeiras em que se achava, propoz como unico recurso a emissão de 30:000$000 réis em bilhetes de 5$000 e 2$500 réis, feita pela junta da fazenda em seis séries á proporção que fôssem precisas. A proposta, depois das objecções do procurador da corôa e fazenda, foi approvada com a condição de terem os bilhetes curso forçado em toda a provincia, podendo entrar na totalidade nos pagamentos, como se determinara para uns anteriores em portaria de 5 de dezembro de 1854. Quando falleceu o governador Coelho do Amaral, assumiu o poder provisorio o conselho do governo, assim composto: José Manuel Chrispiniano da Fonseca, juiz de direito; Amilcar Barcinio das Neves; Honorato José de Mendonça, major e secretario geral. O governador que o substituiu foi José Guedes de Carvalho Menezes, por decreto de 28 de janeiro de 1874. Escreveu: *Curso de construcções de estradas*.

Amaral *(D. Luiz do)*. Bispo de Vizeu, d'onde era natural; pertencia a uma familia muito nobre. F. a 10 de fevereiro de 1444, ignorando-se a data do nascimento. Em 1432 foi ao concilio de Basiléa, como embaixador, por mandado d'el-rei D. João I. N'esse concilio, D. Luiz do Amaral seguiu o dictamen relativamente ás controversias com o papa Eugenio IV. Os padres do concilio enviaram-n'o, como embaixador a Constantinopla, para que apressasse a vinda do imperador a Basiléa, ao mesmo tempo que o papa Eugenio IV enviava, tambem como embaixador, o bispo do Porto, afim de solicitarem do imperador que fôsse a Florença, onde estava então o papa e onde se havia reunido um novo concilio. Os dois prelados portuguezes encontraram-se, portanto, em Constantinopla, um a convidar o imperador para o verdadeiro concilio, e o outro, já scismatico, para o attrahir ao seu errado partido. Ambos porfiaram zelo e competencia em tão oppostas negociações, e o bispo do Porto foi quem venceu, conseguindo resolver o imperador a encontrar-se em Florença com o pontifice. Os padres do concilio teimaram em se separar, e elegeram o bispo D. Luiz do Amaral por legado *a latere* ao imperador Alberto, da Allemanha, a Filippe, duque de Borgonha, e a Francisco, duque da Bretanha. Mas á volta d'esta ultima commissão, D. Luiz do Amaral foi preso por ordem do papa Eugenio IV, sendo-lhe retirado o bispado de Vizeu, e excommungado, no anno de 1440. Pouco tempo depois, D. Luiz conseguiu escapar-se da prisão, e foi para Basiléa, onde os padres estavam deveras irritados contra Eugenio IV; o papa foi deposto, sendo substituido pelo duque de Saboya, Amadeu, que tomou o nome Felix V. Entre outros bispos, elevou D. Luiz de Amaral ao cardinalato em 1444. Esta eleição deveria decerto ser confirmada pelo papa Nicolau V, se a morte não viesse surprehendel-o pouco tempo depois de ter sido eleito cardeal. D. Luiz morreu já reconciliado com a Egreja, assim como o antipapa e os mais scismaticos, que todos se reconciliaram. Nicolau V reconheceu todos os cardeaes que Felix V havia elegido, por terem abjurado o scisma.

Amaral *(Fr. Luiz de)* Religioso da ordem de S. Francisco, que tendo ido prégar o christianismo á ilha de Ceylão, ahi foi martyrisado no anno de 1576, em companhia d'outro frade franciscano, fr. Martinho da Guarda.

Amaral *(Luiz Corrêa de França e)*. Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra. Segundo se presume, nasceu em Lisboa, no anno de 1725, e f. em 1808. Exerceu por algum tempo logares de magistratura. N'uma das successivas recomposições da Arcadia de Lisboa, entrou para socio, tomando o nome poetico de *Melizeu Cylenio*. Tambem foi socio da Nova Arcadia, ou Academia de Bellas Letras. Era poeta de pouco merecimento, mas bastante trabalhador e fecundo; foi um dos que mais provocaram as iras de Bocage, sendo victima da sua musa violenta e sarcastica, que o fustigou com as mais pungentes e acrimoniosas satyras. França e Amaral deixou um filho, Manuel Corrêa de Moraes, que foi empregado na antiga Intendencia das Obras Publicas. Tambem escreveu alguns versos que fôram impressos avulsamente; era, porém, ainda mais inferior poeta que o pae. As obras de França e Amaral são as seguintes: *Obras poeticas de Melizeu Cylenio, arcade de Lisboa*, Lisboa, 1764. Contém 10 eclogas, precedidas de reflexões sobre a poesia bucolica; 10 odes, precedidas tambem d'uma dissertação sobre este genero de poemas, e 7 cartas ou epistolas em tercetos hendecasyllabos; *Instrucção sobre o methodo de bem estudar, por Carlos Gobinet, traduzida em portuguez*, Lisboa, 1770; *Na plausivel e festiva acclamação da rainha nossa senhora D. Maria I, ode*, Lisboa 1777; *Idyllios moraes sobre as quatro estações do anno*, Lisboa, 1783. São antecedidos d'uma longa introducção e de cartas dirigidas ao autor; *Elegia na morte do sr.mo sr. D. José, principe do Brazil*, Lisboa, 1788; *Ode na desgraçada morte do ill.mo e ex.mo sr. D. José Thomás de Menezes*, Lisboa, 1790. Tem no fim as iniciaes *M. C. Arc. Lus*; *Elegia na geralmente sentida morte do ill.mo e ex.mo sr. D. José Thomás de Menezes*, Lisboa, 1790. Tem no fim as mesmas iniciaes; *Genethliaco* em versos hendecasyllabos parcados, ao nascimento do sr. D. Antonio, principe da Beira; *Carta ao sr. Belchior Manuel Curvo Semmedo, contra os intrusos poetas do presente seculo*. E' uma invectiva, dirigida principalmente contra Bocage; *D. Maria Telles*; *tragedia em tres actos, tirada da historia portugueza*, Lisboa, 1804; *Ao ill.mo e ex.mo sr. D. José de Bragança, duque de Lafões*, etc. *Ode*. Tem no fim as iniciaes *M. C. A.*

Amaral *(Manuel Pereira de)*. Capitão de artifices do regimento de artilharia de Lagos. Escreveu: *Memorias para um official de artilheria em campanha, obra utilissima para todos os officiaes dos exercitos de Sua Magestade*, Lisboa, 1778. No tempo em que fôram escriptas tinham muito valor. A obra tem cinco estampas e tres mappas.

Amaral *(Padre Miguel de)*. Jesuita. N. em Azurara em 1656, f. em Coimbra a 14 de dezembro de 1730. Entrou na Companhia de Jesus a 2 de julho de 1677. Esteve na China e no Japão. No fim do seculo XVII achava-se em Macau. Lê-se no *Diccionario bibliographico*, tomo XVII, pag. 36, que A. Marques Pereira publicara um artigo no *Tassi-yang-kuo*, de 30 de março de 1865, apresentando Miguel do Amaral como autor d'uma extensa proposta fundamentada, para a fundação d'uma

grande companhia de commercio em Macau. Foi encontrada no *Livro das monções* n.º 59 e d'ahi transcripta pelo erudito Cunha Rivara para a importante collecção de documentos officiaes que elle deu no *Boletim official* e no *Archivo portuguez oriental*. Escreveu: *Exercicios espirituaes de S. Ignacio, propostos ás pessoas seculares pelo R. Padre João Pedro Pinamonti da Companhia de Jesus, traduzido da lingua italiana na portugueza*, Coimbra, no Real Collegio das Artes da Companhia, 1726. Fez-se segunda edição em Lisboa, 1863; *Verdades eternas, expostas em lições ordenadas principalmente para os dias dos exercicios espirituaes pelo P. Carlos Gregorio Rosignoli, da Companhia de Jesus, traduzidas da lingua italiana na portugueza*, Coimbra, Real Collegio das Artes, 1726. E' a primeira edição da traducção parcial das *Verdades eternas* do P. Rosignoli. O original tem 16 leituras, mas o padre Amaral traduziu sómente oito.

Amaral *(Padre Miguel)*. Jesuita portuguez. N. a 29 de setembro de 1732; entrou para o noviciado a 12 de março de 1748. Foi deportado para Italia; professor de philosophia em Loreto, e de theologia em Ancona, de 1770 a 1773. Escreveu; *Admodum Reverendo Patri Magistro Nicolau Scandalibem Anconitano Ordinis Minorum S. Francisco Conventualium Provinciæ Picenæ Ministro Provinciali et Commissario generali ac Sacræ Indulgentiarum et reliquiarum Congregationis Consultori Propositiones Theologico-Polemicas de divina gratia Auxiliante publice sustinendas Vincentius Cruciani. Cathedralis Ecclesiæ Canonicus supranumerarius. D. D. D. omnibus post tertium apponendi facultate, 4.º pp* VIII;—no fim: *Disputabuntur in Templo Collegii Anconitani P. P. Societatis Jesu Mense Augusto Die... Hora... Excudebant Anconæ* Anno CIↃIↃCCLXX, Hæredes Typographiæ Bellelli. Superioribus annuentibus.

Amaral *(Miguel Antonio)*. Pintor de retratos, discipulo de Francisco Pinto Pereira, artista muito estimado na primeira parte do seculo XVIII. Miguel Amaral parece ter sido o autor dos retratos dos reis de Portugal, que Murphy viu em Alcobaça, e cita nas suas *Travels*, publicadas em 1795.

Amaral *(Nicolau Coelho do)*. Religioso da ordem da Trindade. Era nat. de Lisboa, mas ignora-se a data do nascimento; f. em Valladolid, a 6 de julho de 1568. Professou em 1544. Era a um tempo theologo, musico, mathematico e poeta; conhecia perfeitamente as linguas latina, grega e hebraica. Foi discipulo de Pedro Nunes, o grande mathematico, e lente de theologia na Universidade de Coimbra. Despeitado, porém, com o cardeal D. Henrique, passou para Valladolid, onde regeu tambem theologia n'aquella universidade, fallecendo pouco depois. Nicolau Coelho do Amaral publicou em Coimbra uma *Chronologia* em latim, dedicada a D. Antonio prior do Crato, e um *Monastichon de primis Hispanorum regibus*, obra em versos latinos, dedicada a D. João III. Deixou tambem manuscriptos em portuguez tres volumes de sermões e uma obra intitulada: *Empresas e triumphos militares dos Lusitanos*.

Amaral *(Nuno Fernandes)*. Fidalgo, vassallo de D. Pedro I, que lhe deu brazão d'armas incompleto: em campo de prata seis minguantes de ouro em duas palas. Timbre, um leão tambem de ouro com uma clava ou maça d'armas na garra direita, cabo azul, e ferros de prata.

Amaral *(Padre Pedro)*. Jesuita, nat. da villa d'Azurara, onde nasceu em 1621; f. em Lisboa a 29 de dezembro de 1711, com 90 annos de edade. Entrou no noviciado a 10 de janeiro ou de junho de 1636. Foi professor de humanidades e de rhetorica em Braga, e de philosophia e escriptura sagrada, em Coimbra. Foi tambem reitor em Braga. Escreveu: *Sermão do admiravel martyr S. Pedro de Arbues, conego regrante de S. Agostinho, primeiro inquisidor do reino de Aragão na solemnidade da sua beatificação, e primeira festa que lhe consagrou o real convento de S. Cruz de Coimbra, assistindo o tribunal da Santa Inquisição aos 17 de setembro de 1672*, Lisboa, 1674; *Canticum Marianum, hoc est, Sanctissimæ Dei Genitricis Virginis Mariæ Canticum, nempe eius Magnificat, litteralibus pariter, ac mysticis illustrationibus investigatum, investigatore P. Magistro Petro de Amaral Societatis Jesu, olim in Collegio Conimbricensi ejusdem Societatis per quindecim annos sacræ paginæ interprete.* Eboræ, ex Typographia Academiæ, Anno Domini MDCCIX.

Amaral *(Pedro Rodrigues do)*. Fidalgo portuguez, irmão de fr. André do Amaral (V. *este nome*), fundador do morgadio de Frexes, protonotario, conde palatino, administrador perpetuo do mosteiro de S. Pedro das Aguias e arcypreste da egreja de Santa Maria da villa d'Almeida. Tendo sido expulso de Constantinopla pelos turcos o imperador christão André Paleologo, este se acolheu a Roma á protecção do pontifice, que então era Alexandre VI, o qual se dirigiu a todos os principes da christandade, exhortando-os a organisar uma cruzada para fazer restituir o imperador ao seu imperio. Veiu esta cruzada a organisar-se sob o commando d'um principe francez, concorrendo para tal fim cavalleiros de varios paizes e entre elles Pedro Rodrigues do Amaral, o qual se distinguiu por tal fórma e prestou taes serviços que mereceu ao imperador fazer-lhe passar uma carta, sellada do seu sello e passada pela sua chancellaria, pela qual não só o nomeava conde palatino e lhe dava por brazão as armas do imperio, mas tambem concedia titulos de nobreza a elle e a todos os que d'elle descendessem, quer por varão quer por femea, e egualmente a seus irmãos, para sempre, e o auctorisava a poder nomear notarios e mandar passar cartas de legitimação a qualquer filho bastardo, naturaes, espurios e adulterinos, nefarios, etc., e outros varios privilegios, todos constantes da mesma carta que tem a data de 31 de maio de 1491. Por um seu breve approvou o papa Alexandre VI todas as cousas contidas na referida carta, e por outro pediu o mesmo pontifice a el-rei D. Manuel que a Pedro Rodrigues do Amaral, a seus irmãos e a toda a sua geração, pois os recebera e tinha por nobres e honrados, os mandasse o soberano portuguez honrar e tratar em todas as cousas como seus merecimentos e virtudes o requeriam. Por carta de nobreza de D. Manuel, passada em 30 de agosto de 1503, fôram confirmadas e outorgadas todas as honras concedidas bem como as armas divisadas na carta do imperador de Constantinopla. Este brazão é formado por parte das armas do mesmo imperio: em campo vermelho meio leão de ouro coroado do mesmo, armado de prata com uma espada na

garra direita, ferro de prata e guarnições de ouro, chefe colorido de azul, carregado de meia aguia de ouro de duas cabeças e coroada do mesmo; timbre o meio leão das armas armado de prata. Pedro Rodrigues era filho da antiquissima casa de Touriz, junto de Midões, hoje na posse do sr. Antonio d'Abreu da Gama, de Cannas de Senhorim. Sobre esta casa houve questões entre as familias Abreu, Povoas e senhores do Paço do Lumiar, que tambem descendiam de Pedro Rodrigues e dos quaes procedem os actuaes Povoas, da Guarda, assim como a sua quarta avó D. Catharina Pereira de Sampaio, viuva de Christovam de Tavora, senhora da casa de Soeiro Pires (V. *Souropires*). D. Catharina reedificou a torre que está sobre o portão da entrada da mesma casa, fez ahi construir ou reedificar uma capella em cujo tecto mandou pôr o escudo das armas de Pedro Rodrigues do Amaral, como sua descendente que era. Foi esse brazão pintado consoante o padrão original então em seu poder e depois transmittido aos seus descendentes Mendonças Falcões, vindo finalmente ao poder do sr. Antonio de Mendonça Falcão e Povoas, da Guarda, seu actual representante.

Amaral *(Prudencio do)*. Jesuita, nat. do Rio de Janeiro, onde nasceu em 1675 e falleceu a 27 de março de 1715. Entrou para o noviciado a 30 de julho de 1690. Leccionou bellas lettras em S. Salvador, e philosophia no seminario de Belem (Brazil). Escreveu: *Catalogo dos bispos que teve o Brazil até o anno de 1676, em que a capital da cidade da Bahia foi elevada a metropolitana, e dos arcebispos que nella tem havido, com as noticias que de uns e outros poude descobrir o ill.*^{mo} *e rev.*^{mo} *sr. D. Sebastião Monteiro da Vide, quinto arcebispo da Bahia, ordenados e mandadas publicar pelo dito arcebispo*, Real Collegio das Artes, Coimbra, 1720; *Prudentii Amaralii, Brasiliensis, de Sacchari opificio, Carmen*, Pisauri, MDCCLXXX. Foi reimpresso no livro: *Josephi Rodrigues de Mello, Lusitani Purtuensis, de rusticis Braziliæ rebus, Carminum libri IV*, Romæ, Puccinelli, 1781.

Amaral. Pov. na freguezia de Santa Maria de Quintiães, conc. de Barcellos. || Pov. na freg. de Santo Adrião de Sul, conc. de S. Pedro do Sul || Pov. na freg. de Santa Eulalia de Villela, conc. de Paredes. || Horta na freg. de S. Pedro em Elvas. || Horta na freg. da Sé d'Evora. || Quinta na freg. de Santo Estevam de Alemquer. || Quinta na freg. de Santo Antonio no Casal do Vasco, conc. de Fornos d'Algodres. || Quinta na freg. da Sé d'Evora. || Quinta na freg. d'Assumpção de Santarem. || Quinta na freg. de Santa Maria de Trancoso.

Amaral Botelho *(Francisco de Almeida)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, e advogado da Casa da Supplicação. Ignora-se a data do nascimento e a terra da sua naturalidade, mas parece ter fallecido entre os annos de 1812 e 1814, segundo se lê no *Diccionario bibliographico*, vol 2.° pag. 326. Publicou: *Discursos juridicos, em que se contém varias materias uteis aos principiantes, com os assentos da Supplicação*, etc., Lisboa, 1789, 2 tomos. O 2.° tomo comprehende uma collecção de Assentos tomados na Casa da Supplicação, depois dos impressos nas *Collecções terceiras á Ordenação*, edição de 1747; sendo o primeiro de 22 de fevereiro de 1742, e seguindo-se os outros até 14 de junho de 1788. Transcrevem-se n'elle egualmente os assentos anteriores á *Ordenação Filippina*, extrahidos do chamado *Livro Verde*; e finalmente os da Casa da Supplicação e Relação do Porto desde o anno de 1603 em que se publicou a dita *Ordenação*, até 1747, já collocados e distribuidos nas referidas *Collecções terceiras á Ordenação*.

Amaral Cardoso *(Francisco de Paula e Albuquerque do)*. Capitão general de Moçambique. Era filho de Antonio José de Albuquerque do Amaral. Foi despachado em 5 de janeiro de 1805; a carta patente tem a data de 26 do referido mez e anno; tomou posse a 11 d'agosto e falleceu a 28 de dezembro de 1807. No começo do seu governo fôram prohibidas as sepulturas nas egrejas, e mandaram-se construir cemiterios publicos. Por morte d'este governador constituiu-se um governo provisorio, composto de D. Vasco José da Boa Morte Lobo, bispo de Olba; Agostinho Bernardo Delgado Pinto, ouvidor geral; Elias José Pereira Ramos, tenente-coronel de milicias. O ouvidor geral Delgado Pinto morreu em 6 de março de 1809, e ficou em seu logar José Antonio de Araujo Lima, juiz ordinario. O novo governador, Antonio Manuel de Mello Castro e Mendonça, foi nomeado em 1808, mas só tomou posse a 14 d'agosto de 1809.

Amaral Frazão *(Jacintho Luiz)*. Bacharel formado em medicina pela Universidade de Coimbra, adjunto do provedor da Casa Pia de Lisboa, deputado, etc. N. em Ponta Delgada a 22 de julho de 1785, f. em Lisboa em janeiro de 1872. Seguiu com distincção o curso de medicina, em que recebeu premios, por vezes, formando-se em 1815. Voltou para a ilha de S. Miguel, onde começou a exercer clinica com o maior exito, sendo provido no partido da camara municipal e no dos hospitaes de Ponta Delgada e Ribeira Grande, exercendo ao mesmo tempo as funcções de physicomór da ilha. Em 1820 entrou com enthusiasmo na politica por effeito do movimento revolucionario d'aquelle anno, adherindo á causa da liberdade, assim como outros illustres michaelenses, concorrendo para que na sua terra houvesse numerosas adherencias ao grito nacional soltado no memoravel dia 24 de agosto. Vindo a Lisboa, foi nomeado medico dos hospitaes militares, logar que exerceu até á queda da constituição de 1823. Depois acceitou o partido medico da camara de Cintra, e ali exerceu clinica até 1828, anno em que, pelas suas idéas liberaes, se viu obrigado a fugir ás perseguições miguelistas, refugiando-se em Lisboa, onde viveu homisiado, quasi na miseria, até ao dia 24 de julho de 1833, em que de novo appareceu livremente. Teve logo a nomeação de medico da junta de saude de Lisboa e seu termo, e medico do hospital de S. Lazaro. Na legislatura de 1838 foi eleito deputado; exerceu mais os seguintes cargos: membro do Conservatorio Dramatico, vice-presidente da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa e adjunto do provedor da Real Casa Pia, de 1856 a 1859. D'este ultimo cargo foi exonerado por motivos politicos, segundo se affirma. Amaral Frazão, que n'esta epoca já estava em edade avançada e bastante doente, teria succumbido de miseria, se um seu sobrinho, João Augusto do Amaral Frazão (*V. este nome*) o não chamasse para sua casa e as côrtes lhe não votassem uma pensão de 200$000

réis. Esta pensão pouco lhe aproveitou, porque a morte não se fez esperar. Amaral Cardoso falleceu com 87 annos de edade. Escreveu sobre varios assumptos e foi por algum tempo redactor dos *Annaes* da Sociedade Promotora da Industria Nacional; publicou diversos artigos na *Gazeta dos Tribunaes* e na *Revista Universal Lisbonense.* Publicou tambem alguns sobre assumptos agricolas e industriaes, na maior parte anonymos. Correm impressas as seguintes obras: *Medicina sem medicina. Memoria, tendo por objecto um ensaio para a resolução do problema mais difficil, e o mais importante para a humanidade e para a sciencia*, etc., Lisboa, 1843; *Manual annuario de saude, para 1849, ou medicina e pharmacia domesticas, por F. R. Raspail. Traduzido em portuguez, e accrescentado com algumas notas*, Lisboa, 1849. Sahiu sem o nome do traductor. Em 1850 fez-se segunda edição, completamente refundida, e com alterações consideraveis, abreviando-se o texto em alguns logares e ampliando-se em outros; *Guerras da Russia, Expedição do Oriente*, Lisboa, 1855. Sahiu sem o seu nome.

Amaral Frazão *(João Augusto do).* Official da secretaria do extincto conselho de saude publica, passando depois para o ministerio do reino, como segundo official da quarta repartição da direcção geral de administração politica e civil. N. em Ponta Delgada a 29 de julho de 1824. Era filho do official do exercito Antonio Luiz do Amaral Frazão. Teve o grau de cavalleiro da Ordem da Torre e Espada. Escreveu: *Vida de Nicolau Tolentino; Relatorios geraes do serviço da repartição de saude.* No do anno de 1862 são de sua redacção as pag. 1 a 140; no de 1863, a pag. 1 a 140, e no de 1863, a pag. 1 a 172; *Relatorio da epidemia de cholera-morbus em Portugal nos annos de 1855 e 1856, e nos de 1865 e 1866.* E' trabalho seu a segunda parte d'este relatorio. *As noites de Ramadão*, traducção do francez; *Queda do throno das barricadas*, traducção do inglez. Collaborou, em prosa e em verso, sobre assumptos politicos e litterarios, nos seguintes jornaes: *Portuguez, Opinião, Imprensa e lei, Reforma, Justiça, Revista universal, Assembléa litteraria*, e outros. Em manuscripto, consta, que se conservam: um estudo da lingua portugueza, alguns contos historicos, um tratado de gymnastica hygienica, e varias tentativas dramaticas.

Amaral Pessoa *(Martim do).* Da vida d'este escriptor, apenas se sabe que escreveu a seguinte obra: *Analyse breve sobre o direito do padroado, que os reis de Portugal teem nas egrejas cathedraes d'este reino; porque modo se lhe adquiriu; e se póde o romano Pontifice derrogal-o, e como. Dividido em seis questões.* Tem a data de Coimbra, 31 de março de 1665. Diz-se no *Diccionario bibliographico* que o dr. J. C. Ayres de Campos possuia uma copia d'este manuscripto.

Amaral e Pimentel *(D. João Maria Pereira de).* Bispo de Macau e de Angra do Heroismo. N. na villa d'Oleiros, do antigo priorado do Crato, hoje districto de Castello Branco, a 21 de julho de 1815. Era filho de Francisco Antonio Pereira Barata, sargento-mór de ordenanças, e de D. Maria Eugenia Marques de Amaral e Pimentel. Em 1825 falleceu seu pae, e João Pereira ficou orphão, apenas com 10 annos de edade, tendo mais quatro irmãos, sendo elle o mais velho. Ficando em más circumstancias, sua mãe teve de luctar para a educação dos seus cinco filhos, e o prior da freguezia, vigario d'Oleiros, fr. Simão José Botelho Dourado e Pimentel, professo na ordem de Malta, irmão do avô materno do pobre orphão, tomou conta da sua educação e instrucção. Fr. Simão ensinou-lhe a lingua latina, de que era professor regio, mas obrigava o sobrinho a estudar demasiado para uma creança, exigindo-lhe que aprendesse em pouco tempo longas lições, sem ao menos attender á sua falta de saude. João Pereira custava-lhe não poder satisfazer completamente os desejos do tio, e com o excesso do estudo, adoeceu gravemente com um ataque de sarampo, o que muito affligiu fr. Simão, receando que fôsse elle a causa d'aquella doença, e tanto se apaixonou que falleceu perdido de cabeça, em 23 de janeiro de 1830, estando João Pereira já convalescente. Cinco annos estivera em companhia de seu tio, que o sustentara, e agora tornara a ficar a cargo de sua pobre mãe. Como mostrasse grande vocação para o estado de ecclesiastico, entrou no seminario de Sernache do Bom Jardim, então seminario diocesano do priorado do Crato, o qual era muito frequentado e acreditado. Por ter novamente adoecido interrompeu os estudos, mas em outubro de 1831, sentindo-se restabelecido, voltou para o seminario, que pouco depois abandonou pelas injustiças de que foi victima, obrigando-o a recomeçar os estudos por outro systema, a que não fôra habituado, e que lhe atrazava o adeantamento em que já estava. Resolvido a não voltar para Sernache, pediu a sua mãe que o deixasse ir estudar na villa de Certã, onde então havia um excellente professor da lingua latina; sua mãe desejosa que continuasse no seminario de Sernache, intercedeu com o padre mestre Teixeira, que era o director, para que fôssem mais benignos, e João Pereira voltou novamente para aquella casa escolar e, proseguindo o curso, conseguiu fazer exame em julho de 1831 e ficar approvado. Depois de muitas hesitações da parte do professor de rhetorica, que o não queria na sua aula pelo facto de ser d'Oleiros, e os rapazes d'aquella terra terem todos má fama de estupidos, concederam-lhe a muitas instancias do padre Teixeira, que fizesse um exame para poder ser admittido. N'este exame traduziu desembaraçadamente uma pagina completa de *Quintiliano*, que lhe valeu o ser matriculado na aula de rhetorica. O elevado talento e a applicação do joven estudante, começou a enthusiasmar o professor, que publicamente declarou na aula que elle excedia a todos os companheiros e valia mais que todos os estudantes juntos de Oleiros. Estudou depois philosophia racional e moral, theologia dogmatica e moral, até 1834, anno em que fôram expulsos do seminario os padres da congregação da missão, que o dirigiam, sendo mandadas fechar as portas áquella casa de educação. Voltando para Oleiros no fim d'esse anno, o governador e vigario capitular do bispado de Leiria, João de Deus Antunes Pinto, que muito o estimava e já conhecia desde o tempo em que estivera como parocho em Oleiros, o chamou para a sua companhia, onde se conservou mais d'um anno, a titulo de secretario, tratando-lhe do governo da casa e da escripturação. Um irmão do governador veiu depois occupar aquelle logar, e João Pereira voltou para Oleiros em 1836. Apesar de não ter ainda

completado vinte annos, dirigiu então os negocios publicos do concelho, até fins de 1842, anno em que obteve um emprego em Coimbra, com o fim de frequentar a Universidade, por lhe dizerem que havia estudantes n'aquelle edificio scientifico empregados tambem, e que assim se formavam nas faculdades que cursavam. Esta esperança enthusiasmou-o e empregou todos os meios e cuidados em realisal-a. Emquanto esteve em Oleiros prestou grandes serviços, tanto em beneficio do concelho, como no recrutamento militar, pagamento de contribuições, etc. Por sua iniciativa foi concertada a torre da egreja matriz, preparou-se uma nova cadeia, fizeram-se calçadas, caminhos, fontes e pontes, estabeleceram-se duas feiras na villa, uma em 25 de março e outra no primeiro de novembro. Esta situação durou seis annos. A falta de escolas que então se notava, levou alguns paes de familia a pedirem a João Pereira que leccionasse os seus filhos, os quaes se sujeitavam a mandar a Oleiros para esse fim. Não poude escusar-se a tão justos pedidos, e em breve se construiu um pequeno collegio, em que João Pereira era o unico professor, ensinando todas as humanidades. Este novo encargo roubava-lhe bastante tempo; mas era supprido pelos discipulos que se tornavam em amanuenses da secretaria, fazendo-lhe a maior parte da escripturação. João Pereira conseguiu afinal em Coimbra ser empregado na recebedoria geral; acompanhado d'um seu discipulo que muito estimava, Antonio Ferreira Miranda d'Oliveira, partiu de Oleiros em 30 de novembro de 1842, e chegando a Coimbra tomou posse do emprego em 2 de dezembro; em 7 de janeiro seguinte foi nomeado amanuense ordinario da secretaria do governo civil, e encarregado do cartorio dos extinctos conventos, debaixo da direcção do antigo empregado Isidoro José da Costa. Em julho do mesmo anno de 1843 conseguiu com o seu companheiro fazer todos os exames preparatorios. Os exames fôram brilhantes, especialmente o de philosophia, que durou tres horas. Em outubro de 1843 matriculou-se na faculdade de direito e Miranda d'Oliveira na de theologia, para d'este modo abrangerem maior numero de disciplinas e melhor se habilitarem para um dia poderem realisar a abertura d'um collegio em Sernache, como tinham planeado. Pouco tempo depois de matriculado, tratou de tirar os apontamentos das prelecções dos lentes para as publicar em folhas lithographadas, o que fez durante o tempo do curso, estabelecendo para esse fim uma officina lithographica, que passava por ser a melhor de Coimbra. Com o rendimento d'esta industria e os lucros que tirava das dissertações que escrevia e explicações que dava aos condiscipulos por occasião dos exames, permittiram-lhe que em 1846 desistisse do logar de amanuense do governo civil na occasião da revolta da Maria da Fonte, por quererem obrigal-o a pegar em armas, para que teve sempre negação, e tanto elle como o seu companheiro se formaram, um em direito e outro em theologia, sem que as suas familias fizessem despeza alguma. Fôra sempre estudante distincto, muito considerado e estimado pelos lentes; alcançara o primeiro *accessit* no quarto e quinto annos, apesar de ter pouca saude, a ponto de se vêr quasi obrigado a interromper o curso. Concluiu brilhantemente a formatura em 30 de junho de 1849. Em 1850 acompanhou o bispo eleito de Bragança, D. Joaquim Pereira Ferraz, na qualidade de secretario, e por merecer a inteira confiança do prelado, foi nomeado em 8 de agosto, do mesmo anno, seu provisor e vigario geral, por occasião de sahir de Bragança D. Manuel Martins Manso, chantre da sé, que fôra eleito bispo do Funchal, e que exercia aquelles cargos. Em 10 de dezembro foi apresentado, por diploma regio, chantre da cathedral, de que tomou posse em 31 do referido mez. Quando D. Joaquim Pereira Ferraz, em maio de 1852, sahiu do bispado por motivo de doença grave, sendo aconselhado a tomar os ares patrios, João Pereira ficou investido no governo da diocese, pela provisão do mesmo mez. Na occasião da transferencia do referido bispo para Leiria, o cabido de Bragança recebeu uma carta regia, datada de 12 de abril de 1853, na qual se lhe recommendava a pessoa do seu chantre João Pereira Botelho do Amaral e Pimentel para ser eleito vigario capitular, pela boa *informação das virtuosas* qualidades do mesmo; o cabido deu-lhe então as funcções de vigario capitular, por provisão de 9 de maio de 1853. Por serviços prestados á diocese recebeu a mercê da commenda da ordem de Christo, por decreto de 16 d'agosto de 1854. Tomando posse o novo bispo de Bragança, D. Manuel José de Lemos, e tendo tomado posse da sua nova diocese de Leiria o bispo D. Joaquim Ferraz, este prelado novamente chamou para junto de si o seu antigo secretario, o qual, indo para Leiria, exerceu ali simultaneamente as funcções de deão do cabido da sé cathedral, por carta regia de 7 de novembro. Em 21 de dezembro chegou a esta cidade e apresentou-se ao prelado. No dia 31 tomou posse da cadeira de deão, e no dia primeiro de janeiro de 1855 começou a exercer os cargos de secretario do bispo e de deão do cabido, sendo nomeado provisor e vigario, por provisão de 3 de janeiro do referido anno. Repetidas vezes governou o bispado nas ausencias a que o bispo D. Joaquim Ferraz se via obrigado a fazer por causa dos graves soffrimentos que o não deixavam permanecer em Leiria. Na occasião de sahir de Bragança renunciou o logar de commissario dos estudos d'aquelle districto, para que fôra nomeado em 6 de setembro de 1854. Sendo nomeado, a 22 de dezembro de 1859, substituto das cadeiras do seminario diocesano, offereceu-se ao prelado para reger um curso triennal de educação, eloquencia sagrada e lithurgia, que effectivamente regeu emquanto esteve em Leiria. Foi vogal effectivo do concelho do districto de Leiria, por decreto de 10 de junho de 1858, cargo que desempenhou pelo espaço de dois annos; foi honrado pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, com o titulo de associado provincial da mesma academia, por carta de 23 de março de 1857 e desembargador da Relação e Curia Patriarchal metropolitana, por provisão do cardeal patriarcha de Lisboa, de 10 de março de 1862. O marquez de Sá da Bandeira, tendo informações das qualidades do deão da sé de Leiria, fez-lhe saber que el-rei D. Luiz estava na resolução de o apresentar bispo de Macau. Elle não só se escusou, mas allegou taes razões que fizeram vacillar o ministro, o qual, mostrando desejos de conferenciar pessoalmente com o deão, João Pereira veiu a Lisboa, e por mais desculpas que désse,

allegando que pela sua doença não podia emprehender uma viagem á China, o ministro não desistiu do seu proposito, e João Pereira foi apresentado bispo de Macau por decreto de 11 de maio de 1865. Na mesma occasião foi muito instado o novo bispo eleito para se encarregar interinamente, emquanto se demorasse no continente, da direcção do collegio das missões ultramarinas, o qual, tendo andado de mal a peior, estava então em circumstancias de acabar. Apesar da sua recusa, foi nomeado no anno seguinte superior d'aquelle collegio, estabelecido no edificio do antigo seminario de Sernache do Bom Jardim, onde havia tido a pretensão de se estabelecer. O novo professor teve de se conformar com este novo encargo, e veiu tomar posse d'elle nos fins de julho do mesmo anno. Em 15 de janeiro de 1866 deixou Leiria com bastante pezar, e chegou a Sernache no dia seguinte, sendo recebido a meia legua de distancia pelas pessoas principaes da freguezia com todas as demonstrações de regosijo. O papa confirmou a eleição do bispo de Macau, em consistorio de 8 de janeiro de 1866, mas com a jurisdicção restricta á cidade, emquanto o governo portuguez não satisfizesse ás obrigações do padroeiro no resto da diocese, que abrange as extensissimas provincias de Cantão e Kuang-si e a grande ilha de Hainan. Recusou o governo acceitar n'aquelles termos as bullas da confirmação, e portanto não poude sagrar-se o bispo eleito, nem ir para o seu destino. Continuou pois a dirigir o collegio das missões, esperando que se aplanassem as difficuldades suscitadas. Era preciso desenvolver toda a sua intelligencia, zelo e actividade para se desempenhar de tão difficil empreza. Os seus primeiros cuidados fôram encher de alumnos a casa existente e procurar os necessarios professores. Os alumnos começaram a affluir com tal abundancia, que se podiam escolher á vontade, sendo muitos rejeitados. Se havia difficuldade em conseguir professores, o superior não só servia de substituto em todas as cadeiras, mas suppria os professores que faltavam, e as cousas corriam com toda a regularidade. Ao mesmo tempo procurava meios de concluir o edificio, porque não havia quartos com commodidades sufficientes para os alumnos. O governo tinha a maxima confiança no novo superior do collegio; conseguiu do cofre da bulla da cruzada, em 1867, a primeira prestação de fundos para as obras extraordinarias, o ministerio da marinha e ultramar encarregou o mesmo superior de as dirigir, ao que elle se entregou com inteira dedicação, formando o plano da obra, etc. Preparados os materiaes, começaram a abrir-se os alicerces no principio de março de 1868, e a 16 do mesmo mez se lançou solemnemente a primeira pedra nas novas obras. Os trabalhos progrediram. O novo edificio concluiu-se, o antigo melhorou muito, o bispo ajardinou o claustro, plantando n'elle lindos arbustos e flôres, levantando no centro um elegante caramanchão; mandou fazer uma cisterna n'um canto do mesmo claustro, completou o carrilhão de sinos da torre da egreja, accrescentando-lhe tres para ficar completa uma oitava; na cozinha collocou um fogão correspondente ao serviço da casa; mandou fazer importantes obras no parque, cuja matta administrou desde 1867. José Rodrigues Coelho do Amaral foi inspeccionar o collegio, como membro do extincto conselho ultramarino, que tinha a respectiva superintendencia. Ficou tão satisfeito do estado em que o viu, que entre outras propostas que fez para o auxiliar, apresentou logo a do augmento de 2:400$000 a 4:800$000 réis de subsidio annual, que o collegio recebe dos rendimentos dos bens das missões de Macau, administradas pelo seminario d'aquella cidade. Este estado satisfatorio era devido ás diligencias e boa administração do bispo, de quem o proprio governo por differentes vezes reconheceu os relevantes serviços. Nas côrtes discursou-se em diversas sessões, elogiando-se sempre o bispo. A casa ainda não tinha estatutos. A lei de 12 de agosto de 1856 encarregava, com razão, o superior do collegio de os organisar, e elle n'isso trabalhava desde que principiara a sua gerencia. Differentes projectos havia apresentado, mas o governo demorava a approvação, e mostrando a experiencia que careciam de alterações, offerecia novo projecto. O ultimo fôra remettido ao governo no principio de 1871. O superior carecia de prompta approvação para que o collegio continuasse a prosperar, mas antes de receber a resposta, appareceram no *Diario do Governo*, de 13 de setembro do mesmo anno, uns estatutos dados ao collegio das missões contrariando em todos os pontos essenciaes as medidas propostas pelo superior, sem ao menos ter sido avisado d'estas alterações. Foi um grande desgosto para o bispo. João Pereira tambem soffreu desconsiderações da parte das autoridades de Macau e dos poderes publicos, que bastante o desgostaram, o que o obrigou a recusar decididamente e indignado o bispado, cujas difficuldades se haviam já congraçado, offerecendo a resignação d'aquelle elevado cargo, sem pedir congruas nem compensação alguma. N'esta situação e continuando a reger o collegio das missões, é que foi transferido para o bispado d'Angra do Heroismo, por decreto de 15 de junho de 1871. Pelo muito amor que tinha ao collegio, e receando que soffresse com a sua sahida, veiu a Lisboa, apenas soube d'este novo despacho, e pediu instantemente dispensa de tal cargo, porém só poude conseguir que se não desse andamento á apresentação para bispo d'Angra, emquanto se não dispozessem as cousas do collegio de modo que não lhe prejudicasse a sua sahida. A eleição foi confirmada em consistorio secreto de 22 de dezembro de 1871 e a sagração realisou-se a 28 d'abril de 1872, com toda a solemnidade, na egreja do collegio, sendo sagrante o bispo de Bragança D. José Luiz Alves Feijó. A egreja estava muito bem armada; tinham-se construido duas vastas tribunas, prevendo-se que não obstante a egreja ser grande, não era sufficiente para conter a grande affluencia de pessoas que concorreriam a tão magestosa festa. O novo bispo chegou a Angra a 25 d'agosto de 1872. Desde então adoptou o nome de João Ma-

D. João Maria Pereira de Amaral e Pimentel

ria Pereira do Amaral e Pimentel; quiz accrescentar o nome de Maria, pela sua devoção para com a Santa Virgem. A biographia desenvolvida d'este dignissimo prelado está publicada por Carlos José Caldeira, no seu opusculo: *Vida publica do novo bispo de Angra, D. João Maria do Amaral e Pimentel*, Lisboa, 1872. A'cerca do Collegio das Missões Ultramarinas, póde vêr-se a *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios*, etc., de José Silvestre Ribeiro, tomo XI, pag. 79.

Amaral e Pimentel *(Obras do bispo D. João Maria do). Sentença que declara nullo o matrimonio celebrado entre Antonio José Pimentel e Maria Bernarda da Costa, do logar de Rebordello*, Bragança, 1853; *Analyse do accordão da relação ecclesiastica de Braga, de 8 de abril de 1854, que revoga a sentença de 8 de março de 1853, proferida pelo governador do bispado de Bragança, pela qual se declarava nullo o matrimonio contrahido entre Antonio José Pimentel e D. Maria Bernarda da Costa, de Rebordello*, Braga, 1854; A este respeito deve tambem vêr-se o seguinte: *Accordão da sessão pontificia erecta na metropole bracarense, em que se declara nullo o matrimonio de D. Maria Bernarda da Costa com Antonio José Pimentel, do bispado de Bragança*, Braga, 1859; *Pastoral aos fieis de Bragança e Miranda*, Porto, 1853; *A Senhora da Serra, canção que á mesma Senhora com a respectiva musica, para se cantar em seu louvor, offerece um seu favorecido devoto*, Bragança, 1854; *Pastoral aos fieis de Bragança*, Bragança, 1854; *Convite para a associação da propagação da fé, datado de 25 de setembro de 1852*, publicado no jornal do Porto, chamado *O Christianismo*, em 1852; *Pastoral, como governador do bispado de Bragança, sobre disciplina ecclesiastica*, de 20 de dezembro de 1852. No mesmo jornal, reproduzida depois na *Voz da Verdade*, de Ponta Delgada, em os n.os 32, 33 e 34, do seu quinto anniversario; *Praticas recitadas por João Pereira B. de Amaral e Pimentel... por occasião de presidir á eleição da prelada de uma das casas religiosas do bispado*, folheto lythographado de 15 paginas; *Pastoral por occasião de ser nomeado vigario capitular de Bragança*. Tem a data de 10 de maio de 1853; *Pastoral publicando a bulla da cruzada em 2 de janeiro de 1854; Pastoral despedindo-se de vigario capitular do bispado de Bragança, em 4 de junho de 1854; Annaes das missões portuguezas ultramarinas*. Publicação trimensal, de que sahiram 21 numeros. Sete numeros imprimiram-se em Alvaiazere, e os outros em Braga. N'esta revista dava o superior do collegio conta dos actos mais importantes d'elle, e das missões, que então principiavam ainda; *Sermão do calvario, prégado na igreja de Santo Agostinho, na cidade de Leiria, por occasião da procissão dos Passos no anno de 1857*, Braga, 1861; *Sermão da immaculada Conceição de Nossa Senhora, prégado na igreja da veneravel ordem terceira de S. Francisco da cidade de Leiria, em 8 de dezembro de 1859, por occasião da collocação de uma imagem de Nossa Senhora da Conceição n'aquelle templo*, Braga, 1861; *Sermão das dores de Nossa Senhora, prégado na igreja do convento de Sant'Anna, da cidade de Leiria, em sexta feira santa do anno de 1852*, Braga, 1861; *O processo nos juizos e tribunaes ecclesiasticos, segundo os principios de direito natural, canonico e civil*, Braga, 1862. Traz o retrato do autor, gravado pelo fallecido professor Joaquim Pedro de Sousa; no fim tem a data de Leiria, 5 de abril de 1862; *Oração funebre que nas exequias celebradas na sé cathedral de Leiria por alma de sua magestade fidelissima o sr. D. Pedro V, de saudosa memoria, recitou em 30 de janeiro de 1862*, Braga, 1862; *Sermão de Nossa Senhora Mãe de Deus e dos homens, prégado na igreja do real seminario de Sernache do Bom Jardim, no dia 4 de maio de 1856*, Braga, 1864; *Sermão do Santissimo Sacramento prégado na sé cathedral de Bragança, no dia 13 de junho de 1852*, Braga, 1864; *Sermão sobre a torpeza do peccado prégado na sé cathedral de Leiria na primeira tarde das domingas da quaresma do anno de 1858*, Braga, 1864; *A joven filha do sultão e o Senhor Jesus, lenda do seculo* XV. Traduzida dos *Annaes da philosophia christã*, com duas orações pelo traductor, Braga, 1864; *Relatorio do estado do collegio das missões ultramarinas em Sernache do Bom Jardim, recitado pelo superior d'elle... bispo eleito de Macau, na presença do ex.mo sr. bispo de Cabo Verde, no dia 1.º de junho de 1866, por occasião dos exercicios escolares, que n'aquelle dia tiveram logar no mesmo collegio*. Publicado por um antigo amigo do ex.mo sr. D. João, bispo eleito, Alvaiazere, 1866; *Discurso que no dia 8 de dezembro de 1866 no collegio das missões ultramarinas de Sernache do Bom Jardim recitou o superior*, etc., Braga, 1867; *A sagrada paixão e morte de Nosso Senhor Jesus Christo*, Braga, 1874; *Carta pastoral do... bispo de Angra do Heroismo por occasião da sua primeira visita á diocese, começada em março de 1874* Braga, 1874; *Collecção de orações compostas por... bispo de Angra para distribuir pelos seus diocesanos por occasião da sua primeira visita pastoral*, Horta, sem data; *Orações para depois do exame de consciencia, para antes e depois da sagrada communhão, e para resistir ás tentações*, etc.. Braga, 1874; *Noticia da apparição da Virgem Maria Nossa Senhora nas montanhas de Salette*, etc., Braga, 1874; *Discurso feito pelo... bispo da diocese de Angra aos... parochos da ilha Terceira por occasião de lhes offerecer um jantar no dia 13 de agosto de 1874*, Braga 1874; *Cartas do... bispo de Angra relativas a um processo crime que corre no juizo de direito da comarca da Certã. Appendice ao folheto publicado pelo advogado... dr. Antonio Gil, em defeza dos réus no mesmo processo*, Lisboa 1875; *As primeiras tres pastoraes do... bispo de Angra do Heroismo e os seus diocesanos*, Angra, 1876; *A sciencia da civilisação. Curso elementar completo de educação superior religiosa, individual e social*, Braga, 1865. Esta obra foi composta com o intuito de servir de compendio do curso de educação nos seminarios ecclesiasticos que quizessem adoptar esta disciplina; sendo esta primeira edição para beneficiar os estudos no seminario de Leiria. A segunda edição publicou-se no Porto, 1877. Muitos jornaes fallaram d'esta obra, tecendo-lhe elogios e chamando-lhe *um livro muito util; Homilia feita pelo bispo de Angra, por occasião da benção da imagem do B. João Baptista Machado, na igreja do collegio de Angra*, Angra, 1376; *Pastoral do... bispo de Angra do Heroismo, de 27 de setembro de 1876, analysando, refutando e condemnando o opusculo intitulado* «Os lazaristas nos Açôres,» Angra, 1876; *Breve noticia da vida e martyrio do B. João Baptista Ma-*

chado, Angra, 1874; *Pastoral agradecendo as demonstrações de benevolencia que recebeu o bispo de Angra por occasião da guerra que lhe foi feita*, Angra, 1877; *Regulamento disciplinar do seminario de Angra*, Angra, com a data de 8 de outubro de 1873; *Instrucções para o uso da agua de Lourdes*. Tem a data de 2 de julho de 1878; *Discurso que no dia 3 de dezembro de 1880 recitou o bispo de Angra por occasião da distribuição dos premios aos alumnos do seminario*, Angra, sem data; *Instrucção pastoral sobre os milagres, annunciando uma peregrinação portugueza a Nossa Senhora de Lourdes*, Angra, traz no fim a data de 2 de janeiro de 1878, e fizeram-se duas edições; *Discurso que na inauguração da estatua do ill.^mo^ e ex.^mo^ sr. José Silvestre Ribeiro, na villa da Praia da Victoria, recitou o bispo da diocese*, etc., Angra, 1879; *Pastoral*, (mandando abrir uma subscripção permanente para o dinheiro de S. Pedro, em commemoração do primeiro anniversario da coroação do Santo padre Leão XIII), Angra; tem no fim a data de 3 de março de 1879; *Discurso de introducção aos exercicios espirituaes... no anno de 1879*, Angra; *Santo exercicio da Via-sacra .. pelo bispo de Angra .. para uso dos seus diocesanos*, Angra, 1881; *Pastoral... contra os excessos da impiedade*. Tem a data de 21 de fevereiro de 1881; *O santo rosario... pelo bispo de Angra. . para uso dos seus diocesanos*, Angra, 1883; *Summario das indulgencias de Santa Brizida; Stabat Mater*, traducção em verso; *Discurso de introducção aos exercicios espirituaes... de 1883*, Angra; *Pastoral sobre o protestantismo;* tem a data de 23 de agosto de 1883, Angra; *Discurso sobre o celibato e castidade do clero como introducção aos exercicios espirituaes do clero de Angra no anno de 1880*, Angra; *Pastoral do .. bispo de Angra, de 22 de dezembro de 1880, exhortando o clero e fieis da sua diocese a concorrerem com alguns donativos para dotação do seminario diocesano, e regulando a administração dos donativos que se teem feito e houverem de fazer ao mesmo seminario*, Angra, 1880; *Discurso de introducção aos exercicios espirituaes do clero da diocese de Angra, no anno de 1881*, Angra, 1881; *Carta pastoral*, ácerca da necessidade de uma subscripção publica para attenuar os males causados pelo tremor de terra nas ilhas do Fayal e Pico, Angra. Tem no fim a data de 25 de maio de 1882; *Discurso de introducção aos exercicios espirituaes do clero da diocese de Angra, no anno de 1882*, Angra; *Memorias da villa de Oleiros e do seu concelho*, etc. Angra, 1881. Traz uma gravura de N. S.^a^ da Conceição, a quem esta obra é dedicada, e o retrato do autor, gravado por Caetano Alberto. E' um trabalho historico e de investigação, muito interessante, que muitos jornaes citaram com louvor; revela o patriotismo do reverendo prelado. E' a mais completa monographia que podia escrever-se para honrar a terra natal; *O culto catholico com solemnidade, sem ministros sagrados*, Angra. Em 1872 creou o bispo D. João Amaral um *Boletim do governo ecclesiastico dos Açôres*, em que estão registados os mais importantes actos da administração da diocese, Angra. Publicou tambem, sendo ainda estudante em Coimbra, um escripto lithographado em *Defeza da infallibilidade do papa*.

Amaral Pinel (*Victorino Victoriano Xavier do*). Era natural de Setubal, e membro da Academia Problematica, estabelecida n'aquella cidade. No tomo III da *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vem noticia de varias composições poeticas que ficaram manuscriptas, e de outras que publicou em applauso de obras de outros escriptores, nas quaes fôram aquellas incluidas. Além d'essas obras, ha a registar a seguinte: *Questão, ou problema*: «Quaes são mais prejudiciaes aos povos, os letrados, ou os medicos?» *Defende-se que os letrados*. Sahiu no *Museu Litterario*, n.º 10, pag. 298 a 316.

Amarante (*Francisco da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira, 1.º conde de*). Moço fidalgo com exercicio na Casa Real e fidalgo cavalleiro; 9.º senhor donatario das Honras de Nogueira e S. Cypriano; senhor do morgado do Espirito Santo na villa de Canellas; commendador de Santa Marinha de Rio Frio da Carregosa, no bispado de Miranda, na ordem de Christo; grã-cruz da ordem de Christo, da antiga ordem da Torre e Espada, e da ordem militar de S. Fernando e Merito da Hespanha; tenente-general do exercito, governador das armas da provincia de Traz-os-Montes, durante o periodo da invasão franceza. N. na villa de Canellas a 1 de setembro de 1763, f. em Villa Real a 27 de maio de 1821. Era filho de Manuel da Silveira Pinto da Fonseca e de D. Antonia Silveira. Assentou praça de cadete no regimento de cavallaria de Almeida em 25 de abril de 1780, foi promovido a alferes do mesmo regimento a 27 de fevereiro de 1790, a tenente do regimento de cavallaria n.º 6, então chamados os *ligeiros de Chaves*, a 17 de dezembro de 1792, a capitão e ajudante de ordens do marechal de campo e governador das armas da provincia da Beira, João Brun da Silveira, a 17 de dezembro de 1799. Succedeu ao morgado de Espirito Santo e na casa de seu pae, a 22 de fevereiro de 1785. Por occasião da guerra contra a França e Hespanha, em 1801, Francisco da Silveira, com outras pessoas importantes da sua provincia, levantou um corpo de voluntarios, de que foi sargento-mór, o qual figurou sómente na empresa de Monte-Rei, ordenada por Gomes Freire d'Andrade. No entretanto, em recompensa dos serviços prestados n'essa época, foi promovido á effectividade de sargento-mór para o seu regimento de cavallaria n.º 6, e a tenente-coronel em 14 de março de 1803. Commandava aquelle corpo de cavallaria, em 1807, quando houve ordem para todo o exercito portuguez marchar das fronteiras do reino para o litoral. Achava-se em Aveiro, quando em dezembro do mesmo anno, foi chamado a Coimbra para testemunhar a aniquilação dos regimentos de cavallaria 6, 9, 11 e 12, effectuada n'aquella cidade por ordem do general Junot. Alcançou do governo francez a sua demissão, e partiu logo para o Porto com o proposito de se evadir para bordo da esquadra ingleza, d'onde tencionava passar ao Brazil. O seu plano ficou mallogrado, e dirigiu-se então para Villa Real, onde posteriormente foi um dos fautores da acclamação do governo legitimo em 1808. A junta do supremo governo do Porto recompensou este serviço em 21 de julho d'aquelle mesmo anno com a patente de coronel do seu antigo regimento de cavallaria n.º 6. Ainda no mesmo anno, e na qualidade de commandante da vanguarda no exercito de Bernardim Freire, marchando do Porto sobre a capital, foi promovido pelos governadores do reino, ao

posto de brigadeiro, para depois lhe confiarem o governo militar da provincia de Traz-os-Montes, por carta régia de 15 de fevereiro de 1809. Faltando-lhe elementos para impedir que o marechal Soult invadisse a referida provincia, Francisco Silveira sahiu da praça de Chaves em retirada para Villa Pouca d'Aguiar, d'onde em breve regressou a Chaves, apenas soube que o marechal Soult se dirigia para Salamonde e Carvalho d'Este. Foi o primeiro general portuguez que alcançou victoria contra as disciplinadas e aguerridas tropas francezas, no entretanto, Silveira, dispunha de pouca tropa de linha portugueza, sendo a maior parte das forças do seu commando duas brigadas de valorosos milicianos e voluntarios transmontanos. Foi com estes destemidos portuguezes que retomou a praça de Chaves, entrando n'ella com os regimentos 12 e 14 d'infantaria e regimentos de milicias de Miranda e Moncorvo, dispostos a tomar a praça por assalto, e occupando varias posições de ataque e sustentação d'elle os regimentos de milicias de Lamego e Bragança, bem como os de Chaves e Villa Real. Havendo retomado a praça, Silveira encontrou-se na defeza da ponte de Amarante contra as tropas do general Loison. Esta defeza foi heroica, disputando a passagem de forças muito superiores do exercito francez, oppondo-se-lhe com a maior bravura á frente dos regimentos de milicias de Chaves, Villa Real e Miranda, e quatro peças d'artilharia. Ha quem diga, que no fim de tão brilhante defeza, o general Silveira se deixara surprehender, vendo-se obrigado a retirar sobre Entre-Ambos-os-Rios. O que passa por ser verdade é que as tropas francezas conseguiram surprehender pela retaguarda as baterias da ponte, servindo-se do auxilio d'alguns traidores portuguezes, e principalmente protegidas pela espessissima nevoa que n'essa manhã cobria o rio Tamega. O facto é que o general Silveira se bateu valentemente e que foi promovido a marechal de campo na ordem do dia de 21 de maio de 1809, em *contemplação do zelo e patriotismo com que se havia conduzido*, e quando chegou á côrte do Rio de Janeiro a fama dos seus serviços, o principe regente agraciou-o com o titulo de conde d'Amarante, em 13 de maio de 1811, tendo a carta a data de 28 de junho seguinte e assentamento em 1 de fevereiro de 1812. Continuando a defender, como governador das armas, a provincia de Traz-os-Montes, travou combate com os francezes nas visinhanças da Puebla de Senabria, no dia 4 d'agosto de 1810, em que ficou vencedora a cavallaria portugueza commandada pelo capitão Francisco Teixeira Lobo; n'esse combate tambem entraram as duas brigadas, já mencionadas, de valentes milicianos e um batalhão de caçadores voluntarios de Montalegre, acompanhados por duzentos soldados de cavallaria 12. No dia 10 do referido mez houve outro combate, em que o general Silveira, de accordo com o general hespanhol Taboada, aprisionou um batalhão suisso, que em força de quatrocentos homens guarnecia o castello de Senabria. Até ao fim da guerra peninsular, o general Silveira continuou sempre dando provas da maior bravura, tomando parte na acção de Valverde, em 14 de novembro de 1810, na defeza de Pinhel, na ponte de Abbade do lado de Trancoso, em 31 de dezembro, na villa da Ponte, em 11 de janeiro de 1811, em que teve de retirar-se para Lamego e atravessar o Douro, com bastante perda de gente. A 5 de fevereiro de 1812, foi promovido a tenente-general. Terminada a campanha, voltou ao seu antigo logar de general das armas da provincia de Traz-os-Montes. O conde d'Amarante foi um dos generaes mais notaveis do exercito portuguez que entraram na guerra peninsular. Quando no Porto rebentou a revolução liberal de 24 de agosto de 1820, a junta provisoria d'aquella cidade pretendeu alliciar o conde d'Amarante. O conde, porém, recusou-se e reunindo em Chaves as tropas da provincia para combater a revolução, seu cunhado, Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda, conseguiu chamal-as ao serviço da junta do Porto. Este facto causou inconsolavel desgosto ao conde d'Amarante, que sahiu logo de Chaves, retirando-se a Ponte de Lima, recolhendo-se por fim a Villa Real, onde falleceu em maio do anno seguinte, victima d'uma molestia de peito. Por disposição testamentaria foi o seu cadaver amortalhado com o habito de frade franciscano, entoando-se-lhe um officio de corpo presente por seis padres, e conduzido da egreja de S. Dionysio de Villa Real para Canellas, onde ficou sepultado em jazigo de familia, na capella do Espirito Santo. O conde d'Amarante casara a 16 de abril de 1781 com D. Maria Emilia Teixeira de Magalhães e Lacerda, filha de Antonio Teixeira de Magalhães e Lacerda, senhor da casa da Calçada em Villa Real, e de sua mulher, D. Anna Thereza Pereira Pinto de Azevedo Souto Maior, terceira senhora do morgado de Celleiros. D'este matrimonio houve tres filhos: Manuel da Silveira Pinto da Fonseca, que foi 2.º conde d'Amarante e 1.º marquez de Chaves *(V. este nome)*; Miguel da Silveira, 2.º tenente da armada real que morreu assassinado no antigo Collegio dos Nobres; e D. Marianna da Silveira, que foi a 1.ª viscondessa de Varzea, por ter casado com o 1.º visconde d'aquelle titulo, Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca *(V. Varzea)*. Além das honras e dignidades que apontámos, o conde d'Amarante era condecorado com a medalha de sete campanhas da guerra peninsular, com as medalhas inglezas e hespanholas por acções e batalhas durante a mesma guerra, e com a cruz de ouro de commando. Antonio da Silveira Pinto da Fonseca, irmão do conde de Amarante, foi agraciado por D. João VI, em 1823, com o titulo de visconde de Canellas. V. *este titulo*.

Amarante *(S. Gonçalo de)*. Este santo varão portuguez, que a egreja canonisou, pertencia á familia nobre dos Pereiras, e nasceu na aldeia de Arriconha, freguezia de Tagilde, á beira do pequeno rio de Vizella, termo de Guimarães, pelos annos de 1200, f. a 10 de janeiro de 1262, segundo uns, e de 1259, segundo outros. Conforme se lê no *Minho Pittoresco*, vol. I, pag. 642, ainda se conserva a casa no casal do Paço, onde o santo nasceu, e a sua interessante cruz de prata em estylo gothico, d'um alto valor artistico, pelos lavores e esculpturas de que é ornada. São curiosidades que tem a freguezia de Tagilde. N'aquella casa viviam ha annos uns lavradores, que se diziam ainda descendentes da familia do veneravel santo. Destinando-se á vida ecclesiastica, Gonçalo seguiu os estudos em Braga, com tal aproveitamento e exemplar conducta, que o arcebispo lhe tomou grande affeição, e no proprio paço archiepiscopal o ordenou presbytero, e apesar de

ser muito moço o fez abbade da freguezia de S. Paio de Riba, junto a Tagilde, freguezia que já não existe. Depois partiu para Roma a visitar os tumulos dos apostolos S. Pedro e S. Paulo, d'onde seguiu em peregrinação aos logares santos de Jerusalem. Regressando a Portugal, depois da longa ausencia de quatorze annos, andou missionando por todo o Entre Douro e Minho, prégando a religião christã com verdadeiro zelo evangelico. Em 1250 ou 1251 tomou o habito da ordem de S. Domingos no convento de Guimarães, e por mandado do prelado passou a Amarante com outros companheiros. Encontrou esta villa tão devastada que nem se viam indicios de habitações. Onde fôra a povoação havia sómente um grande bosque. S. Gonçalo construiu uma capella, dedicada a N. Sr.ª da Assumpção, n'um rochedo sobranceiro ao rio Tamega, capella que existe ainda, formando actualmente a capella-mór da matriz, que era a egreja do convento de S. Gonçalo, da ordem de S. Domingos. O povo attribuia a fundação do convento ao proprio santo, mas os fundadores fôram el-rei D. João III e sua mulher, a rainha D. Catharina, No meio d'aquelle deserto, o santo era como um braço da providencia para amparar os que pediam soccorro e conforto. Para os caminhantes perdidos era um guia fiel e zeloso. Para os que via extenuados pela fome e pela fadiga, ou prostrados por doença, era um hospitaleiro que a todos recolhia e agazalhava conforme podia. O santo falleceu na capella que construira, depois de alguns de vida ascetica, e alli foi sepultado. A fama dos seus milagres começou a attrahir á localidade muita concorrencia de devotos, a villa repovoou-se novamente, havendo ao principio umas estalagens e umas casas para abrigarem os romeiros, as quaes pertenciam á collegiada de Guimarães. O santo, póde dizerse, que foi um novo fundador de Amarante; na antiga capella, por elle edificada, e que hoje está incluida na egreja matriz, vê-se o seu sarcophago de granito, encimado pela sua grosseira estatua. A antiga ponte, em Amarante, que atravessa o rio Tamega, foi feita ou reconstruida por S. Gonçalo, pelos annos de 1260. A primeira ponte era obra dos romanos, feita pelo imperador Trajano, uns 106 annos antes de Christo, mas chegou a tal estado de ruina, que era um verdadeiro perigo atravessal-a. Segundo a tradição, foi S. Gonçalo quem a reconstruiu, ou edificou outra de novo. Essa ponte tambem já não existe; diz-se que se desmoronou em 10 de fevereiro de 1763. A actual ponte é obra dos fins do seculo XVIII V. *Amarante.*

Amarante *(João Hermeto Coelho).* Escriptor e poeta do seculo XIX. Nat. da ilha Graciosa. As suas poesias, dispersas por differentes jornaes insulanos, fôram reunidas em volume.

Amarante *(Manuel da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira, 2.º conde de).* Foi o 1.º marquez de Chaves. V. *este nome.*

Amarante *(Fr. Pedro de).* Militou na India, como um dos melhores guerreiros dos primeiros annos do reinado de D. João III. Depois, deixou a vida militar, e fez-se religioso franciscano, e tornou-se tão popular que era muito consultado como valioso oraculo; adquiriu fama de santo, e fôram-lhe attribuidos alguns milagres. Falleceu em Cochim, no anno de 1585. Na India, por muito tempo, foi considerado santo.

Amarante. Villa da provincia do Douro, séde de conc. e de com., dist., relação e diocese do Porto. Tem uma só freg. S. Gonçalo, com 383 fog. Pertence á 6.ª div. mil., 11.ª brigada, grande circumscripção militar do norte, e ao distr. de recrutamento e reserva de que é séde, bem como do segundo grupo de baterias do regimento de artilharia n.º 4. Tem Misericordia, escola para ambos os sexos, hospital, lyceu nacional, est. teleg. post. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e de encommendas, permutando malas com a R. A. D. Este conc. comprehende 41 freg., com 7:643 fog. e 32:929 hab.,

Vista geral de Amarante

sendo 15:221 do sexo masc. e 17:708 do fem., n'uma superficie de 25:550 hect. A villa dista 48 k. da séde do distr. As freg.ª são as seguintes: Aboadella, Ovelha do Marão (Santa Maria) com 788 hab., 346 do sexo masc. e 442 do fem.; Aboim (S. Pedro), 394 hab., 190 do sexo masc. e 204 do

fem.; Amarante (S. Gonçalo), 1:700 hab., 798 do sexo masc. e 902 do fem.; Anciães (S. Paio), 828 hab., 402 do sexo masc. e 426 do fem.; Athayde (S. Pedro), 606 hab., 272 do sexo masc.

Egreja de S. Gonçalo

e 334 do fem.; Bostello (S. Mamede), 736 hab., 344 do sexo masc. e 392 do fem.; Canadello (S. Pedro), 379 hab., 175 do sexo masc. e 204 do fem.; Candomil (S. Christovão), 911 hab., 428 do sexo masc. e 483 do fem.; Carneiro (S. Martinho), 442 hab., 207 do sexo masc. e 235 do fem.; Carvalho do Rei (S. Martinho), 411 hab., 206 do sexo masc. e 205 do fem.; Cepellos (Santa Maria), 736 hab., 361 do sexo masc. e 375 do fem.; Chapa (S. Cypriano), 217 hab., 105 do sexo masc. e 112 do fem.; Figueiró (Santa Christina), 882 hab., 374 do sexo masc. e 508 do fem.; Figueiró (S. Thiago), 1:553 hab., 665 do sexo masc. e 888 do fem.; Fregim (Santa Maria), 1:114 hab., 534 do sexo masc. e 607 do fem.; Freixo de Baixo (S. Salvador), 609 hab., 291 do sexo masc. e 318 do fem.; Freixo de Cima (S. Miguel), 682 hab.; 313 do sexo masc. e 369 do fem.; Fridão (S. Faustino), 469 hab., 216 do sexo masc. e 253 do fem.; Gatão (S. João Baptista), 652 hab., 310 do sexo masc. e 342 do fem.; Gondar (Santa Maria), 1:523 hab., 742 do sexo masc. e 781 do fem.; Gouveia (S. Simão), 1:018 hab., 500 do sexo masc. e 518 do fem.; Jazente (Santa Maria), 489 hab., 217 do sexo masc. e 272 do fem.; Lomba (S. Pedro), 625 hab., 298 do sexo masc. e 327 do fem.; Louredo (S. João Baptista), 329 hab., 142 do sexo masc. e 187 do fem.; Lufrei (S. Salvador), 813 hab., 374 do sexo masc. e 439 do fem.; Magdalena (Gestaço) (Santa Maria Magdalena), 440 hab., 206 do sexo masc. e 234 do fem.; Mancellos (S. Martinho), 2:185 hab.: 1:001 do sexo masc. e 1:184 do fem.; Oliveira (S. Paio), 316 hab., 149 do sexo masc. e 167 do fem.; Padronello (Santo André), 746 hab., 341 do sexo masc. e 405 do fem.; Passinhos (S. Julião), 81 hab., 41 do sexo masc. e 40 do fem.; Real (O Salvador), 1:206 hab., 514 do sexo masc. e 692 do fem.; Rebordello (Nossa Senhora das Dôres), 398 hab., 193 do sexo masc. e 205 do fem.; Salvador do Monte (S. Salvador), 775 hab., 377 do sexo masc. e 398 do fem.; Sanche (Santo Isidoro), 868 hab., 380 do sexo masc. e 488 do fem.; S. Verissimo, 598 hab., 277 do sexo masc. e 321 do fem.; Tellões (Santo André 2:060 hab., 964 do sexo masc. e 1:096 do fem.; Travanca (O Salvador), 1:519 hab., 697 do sexo masc. e 822 do fem.; Varzea (S. João Baptista), 420 hab.: 194 do sexo masc. e 226 do fem.; Villa Cahiz (S. Miguel), 1:085 hab., 495 do sexo masc. e 590 do fem.; Villa Chã do Marão (Santo Estevão), 984 hab.: 445 do sexo masc. e 539 do fem.; Villa Garcia (S. Salvador), 315 hab., 137 do sexo masc. e 178 do fem. A villa d'Amarante, propriamente dita, está situada na margem direita do rio Tamega, n'um declive, em bonita posição; é muito fertil, produzindo optima castanha, magnificas fructas, sobretudo pecegos e bom vinho verde; na margem esquerda, pertence a duas freguezias distinctas, denominando-se *Covêlo* a parte de Santa Maria de *Cepellos*, que vae desde a ponte até ao Arquinho, e que era, antes de 1834, a séde do concelho de Gouveia, e denominando-se *Magdalena* á parte onde estava a séde do antigo conc. de *Estaço*, para além do ribeiro do Arquinho. Este ribeiro está agora canalisado por debaixo do aterro em que assenta o largo do Principe Real. A ponte communica a villa com estes antigos concelhos, cuja povoação principia junto da mesma ponte, e se compõe d'uma extensa rua, chamada de Covêlo, toda guarnecida de casas, servindo de tronco a duas importantes estradas, que no fim d'ella teem começo, dirigindo-se uma pela serra do Marão e Villa Real á provincia de Traz-os-Montes, e a outra, por Mesão Frio e Lamego, á provincia da Beira Alta. Outr'ora, o termo d'Amarante para este lado apenas abrangia metade da ponte, pertencendo a outra metade aos concelhos de Gouveia e Gestaço. O lado direito da rua de Covêlo era do

Ponte de S. Gonçalo

concelho de Gouveia, e o lado esquerdo do concelho d'Estaço, cada um com sua casa da camara, cadeia, etc. A povoação é antiquissima; parece que foi fundada pelos turdetanos da Lusitania, 360 annos antes de Christo. Ignora-se o seu primitivo nome, mas, sob o dominio dos romanos, o governador do imperio n'esta provincia, o capitão Amaranto, a ampliou e reedificou, impondo-lhe o seu nome, que durante o imperio romano a villa sempre conservou. O capitão Amaranto jaz sepultado no hospital de S Marcos, em Braga, tendo escripto sobre a campa:

AMARANTO SENECTIONIS H. S. E. *(hic sepultus est).*

Este nome tem permanecido só com uma insignificante differença. Pela sua posição geographica, foi frequentemente campo de batalha, nas continuas guerras da edade media, sendo todas as vezes mais ou menos destruida, até que por fim ficou de todo arrazada e despovoada. No anno de 1250, um santo varão, chamado Gonçalo (V. *Amarante—S. Gonçalo)*, frade dominicano, vindo d'uma peregrinação aos logares santos, construiu uma ermida em Amarante, então tornada n'um grande deserto, ermida que dedicou a N. Sr.ª da Assumpção e onde passou vida penitente durante alguns annos, até que falleceu. Com a vinda de S. Gonçalo começou a espalhar-se a fama dos seus milagres e as romarias dos devotos tornaram-se muito repetidas; estabeleceram-se então umas estalagens, e a collegiada de Guimarães alli construiu duas casas para abrigar os romeiros. Assim se fôram pouco a pouco construindo casas, até que a villa renasceu e se repovoou. A esta circumstancia se attribue a S. Gonçalo a fundação da villa actual. A passagem do rio Tamega era muito perigosa, assignalando-se por differentes catastrophes, ou porque já não existisse a antiga ponte de Trajano, ou porque o seu estado de ruina fôsse imminente perigo. S Gonçalo, diz a tradição, que, em 1260, fez uma nova ponte ou reedificou a antiga (V. *Amarante — S. Gonçalo)*. No meio d'esta ponte havia um cruzeiro que marcava o limite dos dois concelhos de Amarante e de Gouveia. Hoje vê-se n'um pequeno oratorio, um monumento tosco e antigo, que representa N. Sr.ª da Piedade. E' uma interessante curiosidade archeologica. Arruinando-se tambem com os annos, a ponte desmoronou-se pelas dez horas e meia da noite de 10 de fevereiro de 1763, e a passagem sobre o Tamega ficou então fazendo-se n'uma barca durante vinte e oito annos. Em 1781, no reinado de D. Maria I, começou a construir-se a ponte de cantaria, muito solida e excellente que actualmente existe, como se vê das inscripções gravadas nos escudos de pedra com que são ornados os obeliscos das entradas da mesma ponte. A obra foi devida á iniciativa do dr. Caetano José da Cunha e Mello, corregedor, provedor e contador da real fazenda na comarca de Penafiel. O mestre architecto da obra, segundo a inscripção gravada a meio do parapeito occidental da ponte, foi Francisco Thomaz da Motta, da freguezia de Adaufe, do termo da cidade de Braga. Abriu-se a ponte á circulação publica em 1791, havendo n'esta occasião grandes festas em honra de tão notavel melhoramento. A ponte tem conservado o nome de S. Gonçalo. Em 1809, Amarante era povoação muito importante. Aqui se tornou heroe o bravo general conde de Amarante, Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, n'um combate contra as tropas francezas commandadas pelo general Loison. Esta defeza valeu ao distincto militar ser promovido a marechal de campo, e o ser agraciado com o titulo de conde de Amarante *(V. este nome)*. Os francezes, quando mais tarde occuparam a villa, n'esse mesmo anno de 1809, enraivecidos pela sua derrota, pozeram-n'a a saque e incendiaram muitas casas e os principaes edificios. Em 10 de fevereiro de 1827 tambem aqui houve combate contra as tropas miguelistas, commandadas por Telles Jordão. Antes de 1834, a divisão civil de Amarante era muito despropositada. Havia na rua principal, comprehendendo a ponte, tres jurisdicções civis e tres ecclesiasticas, tres foraes e tres pelourinhos. Junto á ponte, na margem direita do Tamega, está o convento de frades dominicos, cuja fundação o povo tambem attribue a S. Gonçalo. O convento, porém, foi fundado em 1540 por el-rei D. João III e a rainha D. Catharina, sua mulher, sendo continuado por el-rei D. Sebastião. No frontispicio do templo, na chamada *varanda dos reis*, vêem-se ainda as estatuas dos reaes fundadores, assim como a do cardeal D. Henrique. O convento só ficou acabado no tempo de Filippe I de Portugal, segundo se depreheudo d'uma inscripção existente na base de duas grandes columnas da capella-mór, inscripção que depois da restauração de 1640 se mutilou, eliminando-se a picão as palavras *El-Rei D. Filippe I Nosso Senhor*. Os frades dominicanos do convento de Guimarães, onde S. Gonçalo professara, e os habitantes de Amarante concorreram muito para as obras da nova casa religiosa, que ficou sendo uma das mais sumptuosas da ordem de S. Domingos. A sua pomposa egreja é que serve hoje de matriz. O templo é de tres naves, que sustentam o solido e elegante zimborio. Em 1559 a rainha D. Catharina doou-lhe a antiga matriz, cujo orago era S. Verissimo, ficando os frades parochos da villa, embora aquella egreja continuasse a ser a parochia, como ainda hoje é, mas annexada civilmente á freguezia d'Amarante, cujo padroeiro é propriamente S. Gonçalo. A ermida do santo estava, portanto, em territorio da freguezia de S. Verissimo, e fórma hoje a capella-mór da egreja, que é magestosa; ali está sepultado o santo varão, n'um tumulo de granito, tendo em cima a sua estatua. Para que a capella-mór ficasse no sitio da sepultura de S. Gonçalo, foi preciso empregar-se grandes diligencias e não menores despezas. O chronista da ordem de S. Domingos descreve nos seguintes termos as difficuldades do terreno que o architecto teve de vencer: «Ficou o monte talhado a prumo, tanto até ás entranhas e centro d'elle, que corre toda a egreja a olivel com a sepultura do santo e além de todo o comprimento d'ella, que é grande, faz no mesmo andar uma boa rua, entre a porta principal e a rocha, que dá serventia para a portaria do convento. Mas aqui se mostra e é de ver o muito que se alcançou com a força e mãos dos homens; porque sobe a rocha talhada e direita para o céo, como se fôra d'uma só pedra; e em tanta altura, que senhorcia todo o convento e o mais alto pouto do telhado da egreja. Ficou o convento com dois claustros e suas fontes; obra bem feita mas moderada em grandeza, como convinha fazer em terra fria, e pela baixeza do

sitio ser sujeita a grandes nevoeiros e humidades. Os dormitorios, ao mesmo respeito, de bom gasalhado, mais que fausto e sumptuosidade; cerca grande, de horta, e frescura de arvoredos, ao longo do rio, de propriedades que depois se fôram comprando.» A frontaria da egreja é de um gosto pesado, e de fórmas pouco esbeltas; divide-se em tres corpos, decorados com dez columnas e seis estatuas, assim dispostas: duas no corpo inferior, ao lado da porta principal, tres no centro e uma no corpo superior. Esta fachada fica ao lado da capella-mór, correspondendo, por conseguinte, a porta principal ao cruzeiro. A parede do corpo da egreja, que se prolonga com a dita fachada, é toda aberta na parte superior em uma formosa galeria de cinco arcos, divididos por seis cariatides. O interior do templo não tem magnificencia, a não ser a obra de talha dourada que lhe guarnece os altares. N'este genero de ornato é muito rica a capella onde está o sepulchro de S. Gonçalo. E' um sanctuario dos mais populares do Minho. O povo considera ainda como padroeiros os dois santos, Gonçalo e Verissimo. A posição do convento sobre o Tamega é pittoresca. Na sacristia existe um quadro representando um bello Santo Christo, pintura em madeira, de incontestavel valor. Esta imagem foi tão respeitada pelos francezes, ou talvez por não poderem levar o quadro, que lhe collocaram ao pé uma sentinella para a resguardarem do vandalismo destruidor da soldadesca. Hoje o convento, depois da extincção das ordens religiosas, foi aproveitado para se alojarem as repartições publicas, entre as quaes sobresae a casa da camara municipal, modernamentee reconstruida, o theatro e o segundo grupo do regimento d'artilharia n.º 4. A casa da camara do antigo concelho d'Amarante, ainda hoje existe, servindo de cadeia, conservando a antiga torre de dois sinos, que na edade media era um attributo das residencias municipaes. Por detraz da egreja, descendo-se uma escada de pedra, encontra-se a fonte de S. Gonçalo, a que o povo suppõe virtudes extraordinarias; n'um degrau d'essa escada lê-se a seguinte inscripção:

AQUI JAZ GASPAR CAIO, QUE AQUI SE MANDOU SEPULTAR EM REVERENCIA DO SENHOR S. GONÇALO

Em Amarante havia tambem o convento de freiras de Santa Clara, da ordem franciscana, fundado por Santa Mafalda, filha de D. Sancho I, pelos annos de 1220. O conde de Redondo reedificou-o em 1560 e chegou a ter ali encerradas umas cento e dez freiras. Principiou aquella casa religiosa por um recolhimento de beatas, e mais tarde o povo é que fez o convento á sua custa. Tinha uma grande cerca. O edificio, modernamente, perdeu todo o aspecto religioso, e está transformado n'uma elegante casa apalaçada, propriedade do sr. dr. José Monteiro da Silva. A egreja de S. Pedro tem antiga collegiada, e na sacristia admira-se um formoso tecto apainelado todo guarnecido de artezões, em que a madeira se opulenta de folhagem e flôres, esmeradamente executadas. No sitio onde hoje existe a egreja, ficava antigamente uma capella dedicada a S. Martinho, onde era a Misericordia. Actualmente, a Misericordia está na parte alta da villa, assim como um bello hospital, edificios fundados pelo desembargador Balthazar Vieira. No fim da villa está a capella de S. Lazaro, e junto d'ella uma casa muito antiga, que foi *gafaria*, hospital para leprosos. No campo da Feira estava o Calvario com a capella do Senhor do Pé da Cruz. Para este campo deitava o muro da cerca do convento de Santa Clara. Hoje já não existe a capella nem o calvario, mas vê-se a ermida moderna de N. S.ª d'Ajuda, que primeiro teve o titulo de S. Sebastião. No muro havia um miradouro, que já está fechado, e que abria sobre o campo, para as freiras gosarem as cavalhadas e festas que se faziam no largo. Hoje, n'aquelle campo, faz-se uma feira no primeiro sabbado e no dia 17 de cada mez, de gado bovino e suino. Nos dias 12 e 28 de cada mez tambem ha feira no Cavallinho; na freguezia de Gondar, mercados semanaes; no terreiro de S. Gonçalo, ás quartas feiras e sabbados faz-se uma especie de mercado, que é muito concorrido, a 10 de janeiro ha uma feira e outra pelas oitavas do Espirito Santo. Em honra do santo padroeiro da villa vão ali todos os annos, no dia da sua festa, muitas pessoas em devota romaria. N'estes dias vendem-se uns pãesinhos, de fórma oblonga, a que o povo dá o mesmo nome com que vulgarmente designa os orgãos geradores do sexo masculino. A entrada da villa passa o ribeiro *Rella* e pelo meio d'ella o *Locia*, ambos confluentes do rio Tamega, ao qual se juntam nas proximidades. A serra do Marão fica a 9 k. a N. N. E. No concelho ha minas de prata e de chumbo. N'outro tempo, Amarante constava apenas d'uma rua com algumas travessas, a qual principiava ao pé da ponte, e ia subindo pela encosta do monte, com mais ou menos declive, e de modo que descrevia uma grande curva. Esta rua ainda existe, e estão n'ella situados os principaes edificios, tanto publicos como particulares Depois da invasão dos francezes, começou a construir-se uma nova rua, na mesma direcção, até á ponte. Antes d'essa invasão viam-se em Amarante muitas casas de familias nobres. Nos arrabaldes tambem ha boas quintas e magnificas propriedades. Apesar de ser importante posição militar, Amarante nunca foi cercada de muralhas nem teve castello. Dizem que appareceram ha annos, n'umas escavações que se fizeram na propriedade de Villa de Leça, de Gondar, uns vasos romanos. A 3 k. ao S. d'Amarante é o rio Tamega atravessado pela ponte do *Pego;* é de madeira e muito bem construida. Na villa ha agencias das seguintes casas bancarias: *Banco de Portugal, Alliança e Minho, Commercial do Porto, Commercial de Lisboa, Alemtejo,* e *Credit Franco-Portugais.* Agencia das companhias de seguros: *Garantia, La Unión* e *Urbana portugueza.* Agencia da companhia de vapores *Mala Real;* Sociedades de recreio: *Assembléa Club Amarantino* e *Club dos Prudentes;* tres pharmacias, dois hoteis, etc. O principal commercio do concelho é vinho e cereaes. Em Amarante tem-se publicado os seguintes jornaes: *Amarantino (O),* 11 de novembro de 1883; *Eclectico (O),* 2 de janeiro de 1897; *Flôr do Tamega (A),* 6 de dezembro de 1886, ainda em publicação; *Jornal d'Amarante,* 11 de julho de 1886. Para a historia de Amarante póde consultar se o livro de Francisco Alpoim e Menezes, intitulado: *Historia antiga e moderna da sempre leal e antiquissima villa de Amarante desde a sua primeira fundação... até ser incendiada pelos francezes, em 1809,* Londres, 1814. As illustrações que acompanham este artigo fôram feitas sobre

photographias, obsequiosamente offerecidas pelo sr. A. T. Carneiro. A villa d'Amarante tem sido berço de muitos varões illustres, entre os quaes se contam: Paulino Cabral de Vasconcellos, poeta, abbade de Jazente; o frade franciscano João de Deus Amarantino, illustre geographo; D. Alberto da Silva, arcebispo de Gôa; Fr. Antonio de Guadalupe, bispo do Rio de Janeiro; fr. João de Deus, autor genealogico, etc. O dr. João Pinto Ribeiro, um dos heroes de 1640, diz-se que nasceu em Lisboa, mas que é oriundo de Amarante; ha, porém, quem affirme, que elle nasceu nos suburbios d'esta villa. || Pov. de freg. de Santo Adrião, do Sul, conc. de S. Pedro do Sul.

Amarantes. Rio da prov. da Beira Alta. Nasce n'uma serra proximo a Villa Alva e junta-se ao rio Sul, no sitio da Gallinha.

Amarantinho. Pov. da freg. de Santa Maria de Fregim, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Amarãs. Pov. na freg. de S. Pedro de Jugueiros, distr. do Porto.

Amareira. Pov. na freg. de S. Miguel de Gonça, conc. Guimarães, distr. de Braga. || Rio da prov. da Beira Alta. Nasce na freg. de S. Martinho de Moimenta do Douro e morre no rio Paiva.

Amarelha. Pov. da freg. de S. Bartholomeu de Campello, conc. de Baião, distr. do Porto.

Amarelho. Pov. na freg. de S. Paio de Azões, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Amarella. Pov. na prov. de Santo André, de Braga (Gondisalves), conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria de Ferreiros, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Pedro de Goães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na freg. de N. S.ª da Graça de Maçãs de Caminho, conc. d'Alvaiazere, distr. de Leiria. || Casal, na freg. de N. S.ª d'Alva, d'Aljezur, conc. d'Aljezur, distr. de Faro. || Courella na freg. de S. Braz, da Granja, conc. de Mourão, distr. d'Evora. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção de Saboya, conc. d'Odemira, distr. de Beja. || Serra do Minho, com 10 k. de comprido e 8 de largo, e entra na Galliza. Do alto descobrem-se Vianna, Ponte do Lima, outras freguezias, e terras da Galliza. E' fria e inculta. Cria lobos, raposas e caça. Os moradores dos coutos de Villa Garcia, de Lindoso e da freg. da Ermida, eram antigamente obrigados a montear os lobos em differentes epocas do anno. Na serra nascem os rios *Cabrão* e *Lousa*, morrendo ambos no Lima.

Amarellas. Casaes na freg. de N. S.ª da Purificação d'Aveiras de Cima, conc. d'Azambuja, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, e conc. d'Azambuja, distr. de Lisboa.

Amarelleja. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, conc. e com. de Moura, distr. e bisp. de Beja; 3.591 hab. e 824 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. permutando malas com Moura. A pov. dista 20 k. da séde do conc. e está situada n'uma campina rasa. Era da Casa do Infantado. Pertence á 4.ª div. militar e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 17, com a séde em Lagos. Ha aqui os montes *Garrochaes*, que criam bastante caça, e d'onde nascem os ribeiros *Escaravelho* e *Valle de Navano*.

Amarellinha. Monte da freg. de N. S.ª da Assumpção de Saboya, conc. d'Odemira.

Amarello. Monte na freg. de S. Luiz, conc. d'Odemira, distr. de Beja.

Amarellos. Pov. na freg. de Santa Maria de Rendufinho, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Sebastião do Sarnadas de Rodam, conc. de Villa Velha de Rodam, distr. de Castello Branco. || Casal na freg. de S. João Baptista, de Pero Moniz, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa. || Casal na freg de N. S.ª da Oliveira, de Sobral da Abelheira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Silvestre, do Gradil, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de N. S.ª da Orada, conc. de Aviz, distr. de Portalegre. || Herdade na freg. de Santo Estevão, conc. de Extremoz, distr. d'Evora. || Quinta na freg. de Santa Quiteria de Méca, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Amares. Villa da prov. do Minho, séde de conc. e de com., distr. e bisp. de Braga, relação do Porto. Tem uma só freg., orago S. Salvador, com 91 fogos. Pertence á 3.ª div. mil., 5.ª brig., grande circumscripção mil. do N., e ao distr. de recrutamento e reserva com a séde em Braga. Tem esc. para ambos os sexos, est. post. e telegr.

Vista de Amares

com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e de encommendas, permutando malas com a R. A. M. - Braga. O conc. comprehende 24 freg.ᵃ com 2:890 fogos e 12:718 hab., sendo 5:563 do sexo masc. e 7:155 do fem., n'uma superficie 8:917 hect. A villa dista 10 k. da séde do distr. As freg.ᵃ são as seguintes: S. Salvador, com 425 hab., 177 do sexo masc. e 248 do fem.; Barreiros (S. Pedro), 476 hab., 205 do sexo masc. e 271 do fem.; Besteiros (S. Paio), 379 hab., 159 do sexo masc. e 220 do fem.; Bico (S. Vicente),

Amares — Uma vista do Barco do Bico

238 hab., 98 do sexo masc. e 140 do fem.; Bouro (Santa Maria), 1.141 hab., 531 do sexo masc. e 610 do fem.; Bouro (Santa Martha), 774 hab., 333 do sexo masc. e 441 do fem.; Caires (Santa Maria), 722 hab., 309 do sexo masc. e 413 do fem.; Caldellas (S. Thiago), 737 hab., 344 do sexo masc. e 393 do fem.; Carrazedo (S. Martinho), 631 hab., 281 do sexo masc. e 350 do fem.; Dornellas (S. Salvador), 479 hab., 214 do sexo masc. e 265 do fem.; Ferreiros (Santa Maria), 976 hab., 419 do sexo masc. e 557 do fem.; Figueiredo (S. Pedro), 546 hab., 226 do sexo masc. e 320 do fem.; Fiscal (S. Miguel), 673 hab., 291 do sexo masc. e 382 do fem.; Goães (S. Thiago), 551 hab., 256 do sexo masc. e 295 do fem.; Lago (S. Martinho), 814 hab., 343 do sexo masc. e 471 do fem.; Paranhos (S. Lourenço), 208 hab., 96 do sexo masc. e 112 do fem.; Paredes Seccas (S. Miguel), 196 hab., 87 do sexo masc. e 109 do fem.; Portella (S. Pedro), 186 hab., 81 do sexo masc. e 105 do fem.; Prozello (S. Thomé), 452 hab., 145 do sexo masc. e 307 do fem.; Rendufe (S. André), 849 hab., 411 do sexo masc. e 438 do fem.; Sequeiros (S. Paio), 310 hab., 144 do sexo masc. e 166 do fem.; Seramil (S. Paio), 285 hab., 124 do sexo masc. e 161 do fem.; Torre (Santa Maria), 288 hab., 120 do sexo masc. e 168 do fem.; Villela (S. Thiago), 382 hab., 169 do sexo masc. e 213 do fem. A villa está situada n'uma formosa planicie, banhada pelos rios Homem e Cavado, em cujas margens se vêem muitas arvores fructiferas. Proximo ás confluencias dos rios ha duas bellas pontes de pedra, de oito arcos a do Cávado, e de quatro a do Homem. Segundo a tradição, a villa teve principio n'umas tabernas que existiam no caminho entre a *Ponte do Porto* e a de *Caldellas*, onde descançavam os viandantes. O seu primitivo nome era *Marecos* ou *Marrecos*, tendo depois o de *Amares*. A primeira pessoa que usou d'este appellido, foi D. Gualdim Paes (V. *este nome)*, grande guerreiro, descendente da primeira nobreza, amigo particular de D. Affonso Henriques, fundador de castellos e mosteiros, e da ordem dos templarios, de que teve o mestrado. Thomar deve-lhe tambem a sua existencia. D. Gualdim Paes nasceu em Amares, e a villa tem grande orgulho em o contar entre o numero dos seus filhos. D. Gualdim possuia n'aquella localidade uma quinta, que era conhecida pela *quinta do Marecos*, e d'ahi veiu o nome á povoação. No reinado de D. Affonso III, era senhor do *Casal do Paço de Marecos* Ruy Martins de Marecos. Amares é cabeça do antigo e extincto concelho de Entre Homem e Cávado, de que eram senhores os condes da Figueira. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 6 d'abril de 1514. Este foral aproveitava tambem a Caldellas, Figueiredo, Odivellas e Prozello. A villa é muito fertil, produz milho, centeio, abundancia de azeite, de castanha e de magnificas laranjas, algum vinho, muita lenha e caça. Diz-se que as primeiras oliveiras que se plantarem na prov. do Minho, foi em Amares, trazidas de Louzã pelo morgado Manuel Machado de Azevedo, em 1534. Este morgado tinha aqui muitos rendimentos; acabou com as *luctuosas*, que se lhe pagavam por morte dos cabeças de casal, determinando que em logar d'este encargo se lhe pagasse a *parecerosa*, isto é: quando ao dito cabeça de casal nascesse algum filho varão, *reconhecer* o senhorio, dando um carneiro, uma fogaça, e um *cabaço* (cantaro) de vinho, como principio de *boa estreia*. A matriz é uma egreja pequena, cercada d'um estreito adro, a cuja entrada fica, entre dois barrotes, o campa-

nario parochial, o sino da freguezia. Proximo vê-se o pelourinho, n'um largosito, onde n'outro tempo se reuniam os cavaqueadores do antigo concelho de Entre Homem e Cávado e que ainda hoje é visinho dos edificios destinados a todas as repartições publicas. Em Amares, além de D. Gualdim Paes, nasceram outros varões illustres. Era aqui o solar dos *Machados,* descendentes do rico homem D. Mendo Moniz, que a machado arrombou as portas de Santarem, em 8 de maio de 1147, e que D. Affonso Henriques recompensou, concedendo-lhe que usasse do appellido de *Machado,* e dando-lhe o senhorio de Gondar. Desde essa epoca, ficaram nobilitadas todas as pessoas que tinham este appellido. Os descendentes do rico homem D. Mendo Moniz são hoje representados pelos condes da Figueira. A *Torre dos Vasconcellos,* n'esta villa, é o solar da nobilissima familia dos Vasconcellos, da qual procedem os marquezes de Castello Melhor e outros ramos nobres e fidalgos. Os officios publicos do concelho eram da casa dos Castros, de Villa Nova de Cerveira, menos o de escrivão das sizas, que era de nomeação regia. Amares tinha sargento-mór e tres companhias de ordenanças. Dizem que ha n'este concelho minas de azougue, e que no tempo do dominio dos hespanhoes se passou provisão por cinco annos para a sua lavra, que nunca se chegou a fazer. Todas as terras d'este concelho são aprasiveis, tendo algumas d'ellas edificios importantes e muitas curiosidades, que se descreverão nos artigos que lhes dedicarmos. O mosteiro de Rendufe, o grande edificio balnear das caldas de Caldellas; no caminho de Carrazedo para Prozello fica a casa dos Castros, que foi do marquez de Montebello, e pertence hoje aos condes da Figueira. As habitações estão arruinadas; ao nascente levanta-se a torre quadrada com ameias, tendo n'uma das paredes o brazão dos Machados, e por baixo a seguinte inscripção:

ESTA TORRE MANDOU REFORMAR
ANTONIO E LUIZA SUA MULHER
SENHORES DONATARIOS D'ESTE
CONCELHO. ANNO 1699.

Em Ferreiros é o solar da familia Vasconcellos, descendente de Ramiro III de Leão, e a séde da antiga e nobre casa da *Corredoura.* A *Torre do Outeiro,* na freguezia *Dornellas,* solar das familia d'este appellido, ou *Ornellas,* ainda hoje erguida, como senhora feudal, por sobre as casas rusticas do logar. Em Goães, a terra dos lagares de azeite e dos engenhos de serrar; em Santa Martha de Bouro, a egreja matriz n'uma eminenciasinha pittoresca, rodeada de oliveiras ao lado da estrada. Em Santa Maria de Bouro o convento e a egreja onde se vê uma estatua colossal d'el-rei D. Affonso Henriques, recordando a apparição de Ourique. E' de grande veneração a imagem do Senhor da Columna, que se festeja aqui no segundo domingo de julho. Em Prozello, freguezia rural, sobre a margem direita do rio Cavado, o qual, d'ali muito proximo é atravessado por uma ponte secular. Um pouco abaixo d'esta ponte, fica o sitio chamado *Barco do Bico,* em que se vê o aspecto pittoresco do rio Cavado, como representa a nossa gravura. Na freguezia de Ferreiros, logar da Feira Nova, faz-se uma feira semanal, á quarta feira, e na freguezia de Bouro nos dias 8 e 24 de cada mez. Ha em Amares dois hoteis, quatro medicos, duas pharmacias, etc. Até ao presente apenas se tem publicado n'esta villa dois jornaes, *O Amarense,* cujo primeiro numero sahiu em 28 de abril de 1898 e ainda continúa, e *A Folha do Minho*, que está no 6.º anno.

Amargosa. Logar na freg. de S. Miguel de Gonça, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Amarilha. Pov. da freg. de Azões, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Amaro *(Paulo).* Jesuita portuguez, professor de theologia no collegio de Santo Antão, de Lisboa, em 1741. Dedicatoria de vinte paginas, datada do Collegio de Santo Antão, de Lisboa, 30 de dezembro de 1738, tendo por titulo: *Sermões do P. Antonio de Bettencourt, da C. de J.*, Lisboa, 1739; *Carta* (traduzida do portuguez em hespanhol) ao P. Manuel de Campos, datada de 1741, comprehendendo sete paginas, com o titulo de *Defensa de la dissertacion critica-historica sobre el Juicio universal*, de D. Salvador José Mañes, Madrid.

Amaro. Logar na freg. de S. Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. ‖ Casal na freg. de S. Sebastião, de Sernache do Bom Jardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. ‖ Casal na freg. de S. Thiago, de Torres Vedras, distr. de Lisboa. ‖ Quinta na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Atalaia, conc. de Villa Nova da Barquinha, distr. de Santarem.

Amaro *(Santo).* Ha differentes povoações, casaes e quintas d'este nome. *V. Santo Amaro.*

Amaro Gonçalves. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Amassada. Pov. da freg. de Santo Isidoro, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Amassia. Cidade da ilha de Timor, na Oceania, na costa do S. E. Tem minas de ouro e cobre, e abunda em madeiras de sandalo.

Amato Luzitano. Cognome por que era conhecido João Rodrigues de Castello Branco. V. *este nome.*

Amaya. Jesuita portuguez; partiu para o Japão, onde foi provincial, no seculo XVII. Escreveu: *Elogium viridarii sacræ ac profanæ eruditionis P. Franc. de Mendoza*, Lyon, 1632.

Ambabary. Aldeia pertencente á divisão de Uply-Pahw, ao sul do rio Sandalcalo, no conc. de Nagar-Avely, distr. de Damão, na India.

Ambaca. Conc. da prov. e bisp. de Angola, com. e distr. de Loanda, na Africa Occidental. E' limitada ao N. e N.E. pelo Molungos e pela serra de Bragança, a E. pelo concelho do Duque de Bragança, ao S. pelo do Pungo-Andongo e a O. pelo Golungo-Alto. O rio Lucalla, confluente do Quanza em Massangano, e situado ao S. do conc., atravessa-o na direcção E.O. A cabeça d'este concelho é a povoação de Ambaca, a qual tem um presidio muito importante, e fica situada a 3°36' lat. S. e 25°5' long. E. Dista 260 k. de Loanda, a que está ligada por um caminho de ferro; 110 de Massangano, 90 de Cambambe, 55 de Pungo-Andongo, 110,5 de Malange, 60 do Duque de Bragança e 20,5 do rio Lucalla, em cuja margem direita está situada. No conc. de Ambaca residem bastantes sobas tributarios. O clima é muito saudavel. Faz-se abundante colheita de café. Conta 73:369 hab. Este concelho tem as seguintes divisões: Hari de Baixo, Lucalla, Lucamba, Pari,

Praça Velha, Praia Mulenga, Quinhóca, Samba, Zamba, Zenza d'Além e Zenza d'Aquém. Tem administração judicial, com juiz, delegado e escrivão, commissão municipal, conservatoria, delegação de fazenda e esc. primaria. A respectiva est. post. permuta vales com o reino.

Ambace. Territorio no sertão da prov. de Moçambique, Africa Oriental portugueza, habitado por cafres, cujo chefe tem o titulo de principe e é confirmado pelo governador geral da provincia.

Ambage. Pov. ao noroeste da serra da Canganza, nos Mahungos, conc. de Encoge, distr. e com. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, na Africa Occidental portugueza, situada na estrada que conduz do presidio de Encoge ao do Duque de Bragança.

Ambaia. Confluente do rio Bamba na Africa Occidental; corre a sul do conc. de Encoge, no distr. e com. de Loanda, prov. de Angola.

Ambary. Pov. do territorio de Damão, na India, com 138 habitantes.

Ambaulim. Regedoria do conc. de Quepem, distr. de Gôa, na India. Dista 2 k. da séde do concelho.

Ambavary. Pov. da propriedade rustica do mesmo nome, na freg. de Santo André de Brancavará, do conc. de Diu, na India.

Ambaxe. Pov. situada na margem esquerda do rio Quanza e pertencente ao conc. de Quissama, distr. e comarca de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental portugueza. Fica a 10 k. S. O. de Massangano, a 195 de Cambambe e a 105 N. de Muxima.

Ambaza. Ilha da costa de Zanguebar, Africa Oriental, ao N. de Quilimane.

Ambeachó-gonvol. Aldeia da circumscripção militar de Codal, na prov. de Satary, distr. de Gôa, na India. Dista 20 k. e meio de Valpoy, séde do respectivo commando militar.

Ambedém. Aldeia da circumscripção militar de Valpoy na prov. de Satary, distr. de Gôa, na India. Dista 4 k. da séde da circumscripção.

Ambedém Bussuinco. Pov. da prov. de Satary, antiga 2.ª divisão das Novas-Conquistas, distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, na India. 64 habitantes.

Ambedém Codal. Pov. da prov. de Satary, antiga 2.ª divisão das Novas-Conquistas, distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, na India. 86 habitantes.

Ambelim. Pov. da freg. de Velim, do conc. de Salsete, na India, arceb. de Gôa. Pertenceu aos jesuitas. Dista 17 k. de Margão, séde do concelho.

Ambely. Aldeia da circumscripção militar de Cotorém, prov. de Satary, distr. de Gôa, na India. Dista 9 k. de Valpoy, séde do respectivo commando militar.

Ambeno. Reino na parte portugueza da ilha de Timor, na Oceania; 18:000 almas, sendo 1:000 christãos. Está situado na costa do norte e encravado na região hollandeza.

Amberém. Regedoria do conc. de Perném, distr. de Gôa, na India. Está situada esta pov. na margem esquerda do rio Tiracol. Dista 4,6 k. da séde do concelho.

Ambexi. Pov. na India, no conc. de Sanquelim. Dista da séde do conc. 14 k. Tem aguas mineraes, em que se encontram bons indicios de acido borico.

Ambia. Familia nobre portugueza, d'origem hespanhola. Tem por armas o escudo esquartelado; no primeiro quartel em campo de ouro uma faxa vermelha; o segundo xadrezado de azul e ouro de tres peças em faxa e outras tantas em pala, e assim os contrarios.

Ambiulla. Pov. da margem esquerda do rio Bamba, conc. de Encoge, distr. e com. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, na Africa Occidental.

Amblivary. Pov. da propriedade rustica do mesmo nome, na freguezia de Santo André de Brancavará, do conc. de Diu, na India.

Ambly. Aldeia pertencente á divisão Etly-Pahw, ao norte do rio Sandalcalo, no conc. de Nagar-Avely, dist. de Damão, na India.

Amboillas. Territorio limitado a N. pelo rio Longa, a E. pelo Gango, a S. pelo Cuvo e a O. pelo Oceano Atlantico, pertencente ao distr. e com. de Loanda, na prov. de Angola.

Amboim. Commando militar do districto de Loanda, na provincia de Angola.

Amboina. Ilha importante do grupo das Molucas a S. O. de Cerana (Oceania). Foi descoberta em 1512 pelos portuguezes Antonio de Abreu e Francisco de Abreu, mandados por Affonso d'Albuquerque com tres navios ás Molucas. Em 1605 os hollandezes, aproveitando-se do enfraquecimento de Portugal, apoderaram-se d'ella, e ficaram seus possuidores com excepção apenas de dois pequenos intervallos em que os inglezes a occuparam. Esta ilha dá o nome a um grupo do archipelago das Molucas composto de 12 ilhas.

Amboly. Aldeia pertencente á divisão de Uply-Pahw, ao sul do rio Sandalcalo, no conc. de Nagar-Avely, distr. de Damão, na India.

Amborá. Aldeia do conc. de Salsete, na India. Dista 9 k. de Margão, séde do mesmo conc. Ha aqui umas aguas mineraes, a que se attribuem curas de erupção cutanea.

Ambosse. Cidade do reino do Congo, na Africa Occidental. Os portuguezes fundaram n'esta cidade, em 1491, uma egreja, que depois foi elevada a cathedral, com collegiada e bispado, no tempo d'el-rei D. João III. Ambosse era capital do reino.

Amboxum. Pov. ao S. da provincia de Bicholim, dist. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, na India, 650 habitantes.

Ambracia. Cidade que pertenceu á Luzitania, e que hoje pertence á Hespanha. Dizem ser a actual cidade de Plasencia na Extremadura hespanhola.

Ambrães. Pov. da freg. de S. Salvador de Thuias, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Ambriche. Rio d'Angola, Africa Occidental portugueza. Nasce no conc. de D. Pedro, atravessa as terras de Bamba e lança-se no Oceano Atlantico formando uma bahia. Tem de curso 280 k. Tambem lhe chamam Ambre. A foz está situada a 35 k. ao N. do presidio de Ambriz.

Ambriz. Pov. importante, com excellente presidio e porto de facil accesso, na foz e margem esquerda do rio Loge ou Bamba, conc. de Ambriz, dist. e com. de Loanda, provincia e bisp. de Angola, na Africa Occidental. Começada a colonisar em 1840 e occupada definitivamente em maio de 1855, foi considerada districto administrativo em março de 1857, sendo-lhe annexos os concelhos de Encoge e Bembe ou D. Pedro V, e,

depois de setembro de 1860, o commando militar de S. Sâlvador do Congo. Abrangia assim um vastissimo territorio, limitado ao norte pelo Zaire, ao sul pelo Lifune, a oéste pelo mar e a éste ia alem de 15º 30'' de longitude Greenwich. Por decreto de 5 de maio de 1866, sendo supprimido o districto, passou á categoria de concelho, reduzido unicamente á povoação. Depois das sublevações de fevereiro e março de 1860, energicamente reprimidas, o gentio do interior manteve-se sempre em respeito para comnosco. As casas commerciaes que já aqui existiam ao tempo da occupação, estavam edificadas na praia, e ainda depois se construiram ali algumas; mas o violento embate das ondas depressa obrigou os seus proprietarios a virem estabelecer-se onde hoje é a povoação. Na praia só se encontram agora a alfandega e alguns velhos armazens. A ponta chamada do Ambriz, no dorso da qual assenta a povoação, n'uma altitude de 25 a 29 metros, acaba, cortada a pique, com 650 metros de largura. Os terrenos que a fórmam, estratificados, são arenaceo-calcareo argilosos, diversamente corados; as rochas ainda muito pouco consistentes, e por isso a pedra que d'ellas se tira é má para construcções. No extremo nordeste eleva-se o pharol de luz fixa. A luz sobe a 16,5 metros sobre o nivel do mar. A su-sueste, ao fim do povoado, está a fortaleza bem situada. Tem uma boa caserna para os soldados do destacamento, casa para o commandante, arrecadações, cozinha e prisões, e actualmente encontram-se alli 2 morteiros, 16 peças de bronze, 3 e 4 de ferro com diversos calibres. Todas estas boccas de fogo são antigas, teem alma lisa e carregam pela bocca; algumas não teem reparos. A fortaleza foi quartel do batalhão de caçadores n.º 2 de 1861 a 1870, e, d'este anno ao de 1876, do de caçadores n.º 4. A povoação tem alfandega, hospital militar e correio, permutando vales com o reino.

Ambrizette. Pequena pov. na foz do rio Ambriche, na prov. de Angola, Africa Occidental. Fórma uma das cinco circumscripções administrativas do distr. do Congo e divide-se em tres residencias: Quicambo, Musserra e Quinzau. Tem est. postal e telegraphica, permutando vales com o reino.

Ambrões. Pov. na freg. de S. Clemente de Paços de Gaiolo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Jorge da Varzea, concelho de Felgueiras, districto do Porto.

Ambrosio *(Fr. Manuel de Santo).* Carmelita descalço, portuguez, que falleceu de 1807 a 1812. Escreveu: *Epitome da vida do ex.mo e rev.mo sr. D. Fr. Ignacio de S. Caetano, confessor da rainha nossa Senhora, arcebispo de Thessalonica, inquisidor geral, e ministro assistente ao despacho*, etc. Lisboa, 1791.

Ambrosio. Pov. na freg. de Santo Adrião de Vizella, conc. de Felgueiras. distr. do Porto. || Casal na freg. de S. Sebastião do Peral, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. Sr.ª da Piedade, de Vidães, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Ambrosios. Monte da freg. de S. Thiago Maior, conc. de Alandroal, distr. d'Evora.

Ambuella. Pov. d'Africa, reino do Congo, onde havia importantes minas de ouro.

Ambuellas. Pov. que, com a de Ganguellas, forma uma capitania-mór do districto de Benguella, na prov. de Angola, Africa Occidental.

Ambuilla. Pov. da Africa Occidental portugueza, prov. d'Agola, com. de Loanda, conc. de Encoge. Tem est. postal, que permuta vales com o reino. V. *Ambuella.*

Ambulim. Pov. da India, no interior da prov. Chandrovaddy.

Ameal *(Conde e visconde). V. Ayres de Campos.*

Ameal. Pov. e freg. de S. Justo, na prov. do Douro, conc., com., distr. e bisp. de Coimbra; 967 hab. e 238 fog. Tem caixa postal. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada em um valle, proximo da margem esquerda do Mondego. O prior era apresentado pelos frades cruzios, do convento de S. Jorge, de Coimbra. No quarto domingo d'agosto ha feira n'um outeiro, onde está a capella de N. Sr.ª da Alegria. Ameal pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 23, com a séde em Coimbra. || Ribeira da Beira Baixa. Nasce proximo da villa de Monsanto, e entra no rio Monsul. || Ribeira do Alemtejo. Nasce na Fonte da Gamosa, termo da Villa de Envendos, e morre na ribeira da Avessada. || Ribeira da Beira Alta. Nasce junto á quinta da Moçafra e entra no Dão. || Ribeira da prov. da Extremadura. Nasce na serra de Santa Catharina, n'um sitio chamado *Ameal* e morre no Nabão, proximo do Prado. Recebe no seu curso, successivamente, os nomes de *Infestinos, Moinho, Carvalheira* e *Pias.*

Amedo. Casal na freg. de S. Martinho d'Avessadas, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Amedo. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Carrazeda d'Anciães, distr. e bisp. de Bragança; 642 hab. e 154 fog. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada n'uma baixa, nas abas da serra de Roboredo. E' atravessada por dois regatos, um que morre no Tua e outro no Douro. O vigario era apresentado, primeiro pelo commendador de S. João de Anciães, e depois, até 1834, pelo reitor de Marzagão, que lhe fica visinho. E' terra fertil e notavel pela creação de bichos de seda. || Logar na freg. de S. Thiago d'Amedo, conc. de Carrazeda d'Anciães. || Logar na freg. de S. Miguel de Villarinho, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Quinta na freg. de N. S.ª d'Assumpção de Barrô, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Ameijoafa. Logar na freg. de S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Ameijoeira. Logar na freg. de Santa Maria e conc. de Lagos, distr. de Faro.

Ameira. Pov. na freg. de S. Bartholomeu da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Francisco da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de Santo Antonio, de Vendas Novas, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Conceição d'Alvalade, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Ameira do Gonçalves. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Ameira do José Filippe. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Ameira do Paul. Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Ameiraes de Cima. Pov. na freg. de Santa Clara-a-Velha, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Ameiral. Monte na freg. de Santa Margarida da Serra, conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Ameiras de Baixo e de Cima. Duas pov.[s] na freg. de N. S.ª d'Assumpção, e conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Ameiras das Faias. Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Ameirinha. Logar na freg. de N. Sr.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, districto de Lisboa.

Ameis. Monte na freg. de Santa Victoria do Ameixial, conc. d'Extremoz, distr. d'Evora.

Ameixa. Horta na freg. de N. Sr.ª da Alcaçova, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. Sr.ª da Conceição e conc. de Castro Verde, distr. de Beja.

Ameixas. Logar na freg. de Santa Marinha, de Paços de Vilharigues, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || Horta na freg. de N. Sr.ª d'Assumpção, de Torrão, conc. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Ameixeda. Logar na freg. de Santa Maria de Refoios de Lima, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello.

Ameixedo. Logar na freg. de N. Sr.ª d'Assumpção de Eja, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Queimadella, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Ameixeira. Herdade na freg. de Sauto Antonio, de Vendas Novas, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora. || Monte na freg. de N. Sr.ª da Conceição e conc. de Alandroal, distr. d'Evora.

Ameixeira do Meio. Pov. na freg. de N. Sr.ª da Conceição do Cereal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Ameixeirinha. Pov. na freg. de S. Miguel do Juncal, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Ameixiaes. Logar na freg. dos Santos Reis, Campo Grande, 3.º bairro de Lisboa. || Herdade na freg. de N. S.ª das Reliquias, conc. d'Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª das Reliquias, conc. d'Odemira, distr. de Beja.

Ameixiaes de Baixo. Monte na freg. de S. Salvador, e conc. d'Odemira, distr. de Beja.

Ameixiaes do Meio. Monte da freg. de S. Salvador, e conc. d'Odemira, distr. de Beja.

Ameixiaes da Rocha. Monte na freg. de S. Salvador, e conc. d'Odemira, distr. de Beja.

Ameixial *(Batalha do).* Depois da restauração gloriosa de 1640, a Hespanha continuou disputando a posse de Portugal, em differentes batalhas, ficando sempre derrotada. Uma das mais importantes d'estas batalhas foi sem duvida a que se deu no dia 8 de junho de 1663, nos campos d'Ameixial, entre os montes de Ruivinhos e da Granja, campo povoado de hortas e pomares, distante 5 k. de Extremoz para o occidente. Ao oriente d'esta planicie desdobra-se uma longa cordilheira, que se ramifica até ligar-se com a serra de Souzel. O ponto mais elevado d'esta cordilheira tem o nome de *Serra Murada,* que depois da batalha se ficou tambem chamando *Outeiro dos Ataques.* O conde de Villa Flôr, D. Sancho Manuel, era o general da provincia do Alemtejo. Nos primeiros dias de março de 1663 partiu para Extremoz, e apenas chegou áquella praça, tratou com toda a actividade das prevenções do exercito e defeza da provincia. Passado algum tempo, o tenente-general D. João da Silva, que estava em Elvas, avisou o conde de Villa Flôr, de que D. João d'Austria sahira de Badajoz, no dia 6 de maio, com o seu exercito, e ficara alojado nas Barrocas do rio Caia. D. João d'Austria era o capitão-general, o duque de San German o governador das armas, D. Diogo Cavalhero, mestre de campo general e general de cavallaria, e D. Luiz Ferrer, conde d'Almenara, general d'artilharia. Os mestres de campo, tenentes generaes da cavallaria e mais officiaes, todos eram escolhidos pela larga experiencia guerreira de D. João d'Austria, com a attenção devida á difficil empreza a que se arrojava. O exercito constava de doze mil infantes, seis mil quinhentos cavallos, dezoito peças d'artilharia, em que entravam seis meios canhões, tres morteiros, quantidade de munições e de mantimentos conduzidos em tres mil carros, e outra grande multidão de bagagens. O conde de Villa Flôr, sendo de tudo informado, logo comprehendeu pelo grande numero de carros do exercito, que a intenção de D. João d'Austria não era sitiar praça alguma das fronteiras, porque para intentar pôr cerco a qualquer d'ellas, não precisava tão numerosas carruagens, principalmente n'aquelle tempo, em que o inverno parecia ter-se prolongado, tornando os campos pouco transitaveis. Reuniu, portanto, os officiaes, e todos opinaram em que se presidiasse a cidade d'Evora, porque era sómente o ponto mais perigoso do centro da provincia que podiam ameaçar aquelles preparativos bellicos. Foi então mandado para Evora o mestre de campo Manuel de Sousa e Castro, com o terço do Algarve, que constava de setecentos infantes, e o de Lisboa, de que era mestre de campo Roque da Costa Barreto, com quinhentos infantes, commandados pelo sargento-mór Luiz d'Azambuja, por ter quebrado um braço Roque da Costa, n'uma queda que dera d'um cavallo, trezentos auxiliares da provincia de Traz-os-Montes, e quatrocentos cavallos commandados pelo tenente general de cavallaria D. Luiz da Costa, quatro peças d'artilharia, e todas as munições, que pareceram necessarias. D. João d'Austria proseguiu na marcha, e no dia 11 avistou a praça d'Extremoz, que encontrou mais bem defendida que no anno anterior, porque dentro d'ella estava o exercito do conde de Villa Flôr, a que se haviam reunido alguns terços de inglezes e francezes ao serviço de Portugal, sendo os postos exteriores de S. José e Santa Barbara, bem artilhados e providos de munições e mantimentos. A attitude em que viu a praça, obrigou D. João d'Austria a não desistir do seu intento de sitiar Evora, e a continuar a marcha por entre Extremoz e Souzel. Sahiu a reconhecel-a o conde de Schomberg, general de cavallaria e artilharia, com duzentos cavallos, ficando o resto da cavallaria formada fóra da praça. Os castelhanos, vendo sahir de Extremoz a cavallaria, passaram todos os batalhões do lado direito ao esquerdo, fazendo frente aos portuguezes, e todas as carruagens ao lado direito da infantaria, porque sómente da parte de Extremoz poderiam recear-se. Aquella noite o exercito de Castella alojou-se no campo do Ameixial, e o conde de Schomberg voltou para Extremoz com o seu exercito. Conferenciando depois

Villa Flôr com todos os generaes ácerca do mau estado em que se encontrava Evora, resolveu-se reforçar o presidio d'aquella cidade, para que o numero de gente supprisse a falta de fortificações, e servisse para prolongar o cerco o tempo preciso para que chegassem os soccorros das provincias, por serem todas as razões que obrigavam a soccorrer Evora, quantas eram as que obrigavam D. João d'Austria a elegel-a pa a emprego do seu exercito. Considerando-se pouco energico o governador d'Evora, Luiz de Mesquita, foi mandado para o substituir, Manuel de Miranda Henriques. Começaram logo os trabalhos para se reforçarem as fortificações. Uma grande tempestade impediu que os castelhanos continuassem a marcha durante dois dias. Quando o tempo serenou, proseguiram, e appareceram formados á vista d'Evora, a 14 de maio, havendo antecipadamente o general de cavallaria circulado a cidade com dois mil cavallos para evitar soccorros. D. João d'Austria, com os cabos, engenheiros e officiaes, reconheceu os postos mais importantes, elegeu para seu quartel general o convento do Espinheiro, distante da cidade menos d'uma legoa. Junto ao convento levantou outra bateria, tomando os castelhanos outro alojamento no convento dos Remedios, fronteiro ao campo de S. Braz, e tão visinhos á cidade, que só a estrada tinha por divisão, e como D. João d'Austria pretendia ganhar depressa a cidade, reconhecendo na sua larga circumvalação invencivel o trabalho de levantar trincheiras, valeu-se de toda a cavallaria para servir de animado cordão, que não deixasse aproximar os soccorros que poderiam vir á praça Apesar de todas as diligencias dos portuguezes, das fortificações melhoradas, deram-se em Evora desintelligencias entre os partidarios do governador demittido e do que fôra nomeado. Miranda Henriques sentia-se muito doente, do que resultou os hespanhoes irem sempre vencendo e a cidade capitular em 22 de maio. N'esse mesmo dia sahia de Extremoz o exercito em soccorro d'Evora, mas no caminho soube da capitulação e não proseguiu a marcha. Esta desastrosa noticia causou o mais profundo desgosto. O conde de Villa Flôr reuniu em conselho todos os officiaes, e na conferencia houve grande variedade de opiniões. Entendiam uns que os grandes males não podiam curar-se sem remedios violentos e que n'esta consideração era preciso arrimar-se o exercito quanto fôsse possivel ao quartel do inimigo com o fim de lhe impedir os auxilios de Castella e as commodidades do campo; e que se acaso D. João d'Austria quizesse dar batalha, ficaria acreditada a opinião do reino, e o successo nas mãos da fortuna. Entendiam outros que se devia caminhar com mais segurança, ainda que vagarosamente, porque, supposto que o desejo da desforra da perda d'Evora incitava os animos valorosos, era necessario antepôr os interesses publicos aos affectos particulares; que a perda d'Evora obrigava a se desvanecerem todos os intentos de soccorrel-a e fazia suspender a marcha do exercito, porque lhe faltava o auxilio do numeroso presidio, que considerava pelejando; e que expôr o exercito a dar batalha sem fim preciso, seria indesculpavel temeridade; que havia tempo para se pelejar com muitas vantagens, esperando os soccorros que sem falta haviam de acudir de todo o reino, evitando se os que podiam chegar aos castelhanos, e expondo-as a que com o trabalho e differença do clima padecessem as doenças e calamidades tantas vezes experimentadas no rigor do sol do estio n'aquelles campos. D. João da Silva foi um dos que ajudaram com todo o fervor esta opinião, e assignalou para o alojamento do exercito a villa de Alaudroal, dizendo que ficava em egual distancia de todas as praças de Castella, d'onde podiam entrar soccorros e comboios ao exercito inimigo; que ficavamos cobrindo Monsaraz, Villa Viçosa e Terena, praças de grande importancia e cuidado, tanto pela sua pouca defeza, como por abrirem passo a communicarem os castelhanos as suas praças com a d'Evora, diligencia de que tanto necessitavam, que frustrando-se-lhe, ficaria inutil a fortuna conseguida; que a defeza d'Extremoz n'aquelle sitio era a mais certa; que os comboios de todas as praças principaes se receberiam sem risco, e que a fertilidade do campo, a abundancia de aguas e forragens conservariam vigorosos os soldados e os cavallos e que tentando-se mais alguma empresa, se poderia ganhar Olivença por assalto, por estar mal guarnecida, não tendo receio de proximo perigo, e o armazem de todos os mantimentos e munições castelhanos, com que os portuguezes viriam a conseguir n'uma só acção ganhar a praça mais importante, por consequencia Juromenha e Evora, unicamente animadas dos soccorros d'Olivença. Ouvidas as razões de D. João da Silva, que pareceram muito bem fundadas, poucos houve no conselho que as contradissessem. O conde de Villa Flôr approvou-as. O exercito marchou para o Alandroal. Villa Flôr tratou promptamente, com todo o segredo, da empreza d'Olivença, tendo todas as esperanças de a conseguir, por se averiguar que a sua guarnição era apenas de trezentos soldados, numero muito inferior para a defeza de todos os baluartes e cortinas de que se compunha aquella praça; que sendo assaltada por varias partes pareceria impossivel que podesse resistir. Em Lisboa, porém, dera-se um caso extraordinario; o povo amotinado, julgando o marquez de Marialva traidor, attribuindo-lhe a perda d'Evora, assaltou o seu palacio, querendo incendial-o, estando ausente o marquez. (V. *Lisboa—palacio Marialva).* Sendo conhecido em Extremoz este facto, o conde de Villa Flôr desistiu da empreza d'Olivença. No dia primeiro de junho sahiu d'Alandroal com o seu exercito, a que se haviam incorporado as guarnições de todas as praças, que sem perigo podiam dispensal-as, e tambem por ter ido por ordem d'el-rei o conde de Sabugal para Elvas, em defeza d'aquella praça e das que lhe ficavam proximas, das tropas que novamente se juntavam em Badajoz. Sem contrariedade continuou o exercito dois dias a marcha, passou o rio Degebe ao terceiro dia, e appareceu vistoso e militarmente formado em batalha no campo do Rego da Varzea, distante meia legoa d'Evora, e por lhe ficar o inimigo na frente, marchava recuando. Formou a vanguarda ao lado esquerdo, os terços e batalhões de cavallaria conservavam os logares que no primeiro dia de marcha se lhes havia assignalado, e o conde de Schomberg com a emulação generosa de haver de observar D. João d'Austria a composição da marcha, empenhou todas as attenções na regularidade d'ella, cobrindo todo o campo de corpos

de infantaria e cavallaria com tanta proporção, que não havia entre uns e outros penetravel desigualdade. Oito peças d'artilharia seguiam na linha da vanguarda o ultimo batalhão de cavallaria, sete o ultimo troço de infantaria; as bagagens, que marchavam na retaguarda da segunda linha, cobriam a reserva. Os castelhanos, supposto que estavam tão visinhos, não se deixavam divisar, porque D. João d'Austria formara o exercito em sitio a coberto das observações dos nossos exploradores. Antes de amanhecer, os portuguezes achavam-se no campo do Rego da Varzea. O exercito parou, ficando em frente d'Evora formado em linha de batalha, determinando o mestre de campo general que passasse assim a noite, entendendo que no campo, tendo o inimigo tão proximo, não podia haver alojamento mais seguro. O conde de Villa Flôr não se conformou com esta disposição, mas depois d'algumas discussões com o conde de Schomberg, o exercito sempre passou a noite formado em batalha. Os castelhanos não fizeram movimento algum durante a noite, o que causou espanto aos nossos generaes. O conde de Villa Flôr, apenas amanheceu, mandou retroceder a marcha do dia antecedente, e observando-se a mesma ordem até chegar ao Degebe, se desordenou na passagem do rio, de tal fórma que se expozera a evidente perigo, se D. João d'Austria tivesse, como deveria, avançado o corpo de cavallaria em que era superior, se pensasse no que poderia succeder na passagem d'um rio, apesar de pequeno, tão alcantilado, que sómente se deixava atravessar por dois estreitos portos. Livres d'este embaraço, o exercito portuguez acabou de passar o Degebe ás tres horas da tarde, e começando o conde de Schomberg a dispôr o quartel na margem esquerda do rio, appareceram da outra margem os primeiros batalhões da vanguarda do exercito de Castella, porque D. João d'Austria, tendo recebido como reforço as tropas que vinham d'Alcacer do Sal, marchou a occupar com todo o exercito as mesmas eminencias, sobre o Degebe, que poucas horas o nosso exercito havia abandonado, mandando improvisar uma platafórma na eminencia mais proxima do alojamento das forças portuguezas, d'onde quinze peças de artilharia começaram um tiroteio, apenas anoiteceu. D. João d'Austria no dia seguinte de manhã tentou atravessar o rio, mas, sendo valentemente repellido, desistiu do seu proposito, e durante a noite fez retirar d'Evora, occultamente, as suas bagagens. Só ao amanhecer é que os portuguezes souberam d'esta retirada disfarçada, e apesar dos hespanhoes terem já uma hora de avanço, ao mesmo tempo que passavam o rio Tera na Venda do Duque, passavam-n'o os portuguezes em Evora Monte. Os dois exercitos seguiram á vista um do outro até ao sitio do Ameixial. O general hespanhol quiz entrar em Arronches, por não lhe convir dar batalha emquanto não recebesse de Badajoz os reforços que esperava, mas o conde de Villa Flôr, conhecendo o seu intento, procurou na manhã do dia 8 de junho cortar-lhe o passo. D. João d'Austria mudou então de direcção, e foi occupar as alturas do Ameixial desde os Ruivinos até ao monte da Granja. O exercito portuguez occupava o topo das serras que ficam para o lado de Extremoz. Era ali que os nossos generaes queriam dar batalha, e n'este proposito mandou o conde de Villa Flôr, que o general de cavallaria, Manuel Freire d'Andrade, marchasse com quinhentos cavallos e dois terços de cavallaria a desalojar alguns batalhões castelhanos que estavam mais perto do nosso campo. Manuel Freire d'Andrade desempenhou-se brilhantemente da sua commissão, desalojou com facilidade o inimigo das alturas do Ameixial, e descendo á planicie, atacou, com pouca gente que levava, um grande corpo de cavallaria que em duas columnas vinha marchando vagarosamente. Estava exposto a grande perigo, porque se acaso esforçasse a escaramuça, sem duvida os castelhanos carregariam os batedores com muito maior poder, do que levava para soccorrel-os, e o exercito em que deviam ter confiança, achava-se tão distante, que seria desbaratado infallivelmente, antes que podesse ser soccorrido. O general d'artilharia D. Luiz de Menezes, avisou-o d'este perigo, e Manuel Freire d'Andrade poude retirar a tempo, sendo assim que o seu arrojo não soffreu desaire. D. João d'Austria comprehendeu que os generaes portuguezes queriam dar batalha, e proclamou ás suas tropas, appellando para os seus brios militares. Depois d'algumas horas de fraco tiroteio, D. João d'Austria lembrou-se de fazer passar as suas bagagens para além do apertado passo do Canal, protegidas pela cavallaria, fazendo desfilar em seguida a infantaria pelas alturas que lhe ficavam á retaguarda, no caminho de Arronches, onde, durante a noite metteria a salvo todo o exercito. Os generaes portuguezes, porém, reunidos em conselho, resolveram dar batalha sem demora, atacando a cavallaria inimiga na planicie e lançando a infantaria contra as formidaveis posições dos castelhanos. Manuel Freire d'Andrade commandava a primeira linha de cavallaria, Affonso Furtado a primeira de infantaria. A montanha, onde estava D. João d'Austria, foi atacada por todos os lados. Os hespanhoes ficaram completamente derrotados. A batalha do Ameixial é uma das mais notaveis da guerra dos vinte e sete annos. D. João d'Austria, apesar de ter um exercito muito superior ao portuguez, e estar fortemente collocado n'um monte alcantilado, soffreu grande derrota, e abandonou o campo. No exercito castelhano houve quatro mil mortos e seis mil prisioneiros, sendo muitos d'elles fidalgos das principaes familias de Castella. Entre os prisioneiros contavam-se dois mil e quinhentos feridos. Os portuguezes perderam mil homens, e tiveram quinhentos feridos, entre os quaes se contou o general Manuel Freire d'Andrade. No campo da batalha deixou o inimigo toda a artilharia, que se compunha de oito bocas de fogo, um grande morteiro, muitas armas de todas as especies, mil e quatrocentos cavallos e mais de dois mil carros de bagagens e preciosidades roubadas nas terras portuguezas por onde o exercito havia passado. A sumptuosa copa de D. João d'Austria e toda a sua secretaria com todos os papeis que continham os segredos mais importantes, os livros de contas das védorias do exercito, e artilharia, ficaram tambem entre os despojos, bem como dezoito coches, tres dos quaes pertenciam áquelle general, doze bandeiras de infantaria, muitos estandartes de cavallaria, e o mais importante para a gloria militar, que foi o proprio estandarte de D. João, tendo d'um lado as armas reaes castelhanas custosamente ornadas, e do outro lado uma empreza que mostrava o sol

em campo celeste dando resplandor á lua, entre as estrellas, com a seguinte legenda: *Si no es sol, será deidad.* A noticia da victoria do Ameixial causou o maior jubilo em todo o paiz. D. Affonso VI ordenou que, no local onde se ferira a batalha, se levantasse um padrão em memoria de tão notavel acontecimento *(V. Ameixial)*. No *Portugal restaurado*, de D. Luiz de Menezes, conde da Ericeira, edição de 1698, vem uma minuciosa descripção d'esta batalha, na parte II, livro VIII, pag. 546 e seguintes.

Ameixial. Pov. na freg. de Santa Victoria, conc. de Extremoz, districto d'Evora; 488 hab. e 116 fog. Dista 6 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie. N'uma eminencia ha um paredão arruinado, a que chamam *Torreão*, que mostra ter pertencido a um grande edificio, e segundo parece, houve aqui uma povoação arabe. Mais abaixo ha a fonte da *Moura*. Deu-se em Ameixial a celebre batalha conhecida por este nome. *V. Ameixial (batalha de)*. Para commemorar esta victoria, D. Affonso VI mandou levantar um grande padrão na estrada que vae para a villa do Cano, no proprio *Outeiro dos Ataques* com uma inscripção commemorativa. O padrão é de marmore branco, á maneira de pelourinho, e rematado pela corôa real. A inscripção está no pedestal e é a seguinte: *No anno de 1663, a 8 de junho, reinando em Castella D. Filippe IV, vindo D. João d'Austria, seu filho, capitão general do exercito d'aquelle reino, retirando-se com elle da cidade d'Evora, se formou n'este sitio á vista do exercito de Portugal, que o seguia, de que era governador D. Sancho Manuel, conde de Villa Flôr, que o accommetteu dando-lhe batalha, e destruindo o exercito de Castella, em que vinha toda a nobreza d'ella, ganhando-lhe toda a artilharia, e grande quantidade de carruagens, que o acompanhavam. E para memoria de tão glorioso successo, mandou el-rei D. Affonso VI pôr aqui este padrão, que é o logar em que se deu e venceu a batalha.* Pertence a pov. á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 22, com a séde em Abrantes. Em Ameixial ha fabricas de moer azeitona, etc. ‖ Freg. do conc. de Extremoz, distr. d'Evora. Orago S. Bento; 615 hab. e 108 fog. Dista 4 k. da séde do conc. e está situada n'uma campina. O parocho era freire professo da ordem de S. Bento de Aviz, e apresentado pela Mesa da Consciencia e Ordens. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 22, com a séde em Abrantes. ‖ Freg. de S. Antonio, conc. e com. de Loulé, distr. de Faro; 1:592 hab. e 303 fog. Tem escola do sexo masc., e caixa post. A pov. dista 23 k. da séde do conc. e está situada n'um alto, entre fragosas e asperas serras. Tem excellentes fructas e hortaliças; cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 4 com a séde em Faro. ‖ Pov. na freg. de S. Salvador, de Aramenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Envendos, conc. de Mação, distr. de Santarem. ‖ Pov. da freg. de N. S.ª da Oliveira, de Samora, conc. de Benavente, distr. de Santarem. ‖ Aldeia na freg. de Santa Victoria, conc. de Extremoz, distr. de Evora. ‖ Casal na freg. de S. Pedro d'Alvega, conc. d'Abrantes, distr. de Santarem. ‖ Casal na freg. de S. José de Lamarosa, conc. de Coruche, distr. de Santarem. ‖ Herdade na freg. de S. João Baptista e conc. de Moura, distr. de Beja. ‖ Monte na freg. de N. S.ª dos Martyres, conc. do Crato, distr. de Portalegre. ‖ Monte da freg. de S. Pedro de Panoias, conc. de Ourique, distr. de Beja. ‖ Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção de Saboya, conc. de Odemira, distr. de Beja. ‖ Monte na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja. ‖ Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. d'Evora.

Ameixial de Além. Pov. da freg. de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Ameixial Cimeiro. Pov. da freg. de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Ameixial do Meio. Pov. da freg. de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Ameixieira. Pov. na freg. de Santa Maria de Airães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. ‖ Pov. na freg. de S. Vicente, de Boim, conc. de Louzada, distr. do Porto. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Bordeira, conc. d'Aljezur, distr. de Faro. ‖ Pov. na freg. de Santo Estevam, de Boalhosa, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. ‖ Pov. na freg. de S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação de Chão do Couce, conc. d'Anciião, distr. de Leiria. ‖ Pov. na freg. de S. Pedro, de Condeixa-a-Velha, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Ega, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra. ‖ Pov. na freg. de Santa Eulalia, conc. d'Arouca, distr. d'Aveiro. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Gulpilhares, conc. de V. N.ª de Gaya, distr. do Porto. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro. ‖ Pov. na freg. de S. Pedro de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, conc. de Monchique, distr. de Faro. ‖ Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pelmá, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. ‖ Pov. na freg. de Santa Maria, de Reguengo, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. ‖ Pov. na freg. de S. Silvestre, do Souto, conc. d'Abrantes, distr. de Santarem. ‖ Pov. na freg. de S. Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e distr. de Leiria. ‖ Casal na freg. de S. João Baptista, do Estreito, conc. d'Oleiros, distr. de Castello Branco. ‖ Casal na freg. de S. Domingos, de Fanga da Fé, conc. de Mafra. distr. de Lisboa. ‖ Casal da freg. de Santa Luzia, de Pego, conc. d'Abrantes, distr. de Santarem. ‖ Herdade na freg. de N. S.ª da Purificação, de Cabeção, conc. de Mora, distr. d'Evora. ‖ Horta na freg. da N. S.ª da Conceição, e conc. de Castro Verde, distr. de Beja. ‖ Monte na freg. de N. S.ª d'Alva e conc. d'Aljezur, distr. de Faro. ‖ Monte na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Castro Verde, distr. de Beja. ‖ Monte na freg. de S. Luiz, conc. d'Odemira, distr. de Beja. ‖ Monte na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja. ‖ Monte na freg. de N. S.ª das Neves, conc. e distr. de Beja. ‖ Quinta na freg. de N. S.ª do O', de Ançã, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. ‖ Quinta na freg. de Santa Maria, de Arrifana de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra.

Ameixieira de Baixo. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, do Cercal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Ameixieiraria. Pov. da freg. e conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Ameixieiras Pov. na freg. de S. João Baptista, de Ayão, conc. de Felgueiras, distr. do Porto || Pov. na freg. de Santo André, de Gondomar, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Monte, na freg. de N. S.ª da Conceição de Alcaria Ruiva, conc. de Mertola, distr. de Beja || Monte na freg. de N. S.ª da Graça, d'Assumar, conc. de Monforte, distr. de Portalegre.

Ameixieirinha. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, Cercal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa, || Monte na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. d'Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Theotonio, conc. d'Odemira, distr. de Beja.

Ameixiosa. Pov. na freg. de S. Martinho das Moutas, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Ameixioso. Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Saboya, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Ameixoafra de Baixo e de Cima. Duas pov.ˢ na freg. de S. Barnabé, conc. d'Almodovar, distr. de Beja.

Ameixoeira. Freg. de N. S.ª da Encarnação, no 3.º bairro de Lisboa; 342 hab. e 53 fog. Está situada n'uma eminencia, d'onde se desfructam magnificos panoramas. Em epocas muito remotas chamava-se Funchal, pertencia á freguezia do Lumiar, mas em junho de 1536 tornou-se independente por uma bulla do papa. Houve grande opposição da parte do parocho e de muitas pessoas do Lumiar, porém os moradores da povoação obtiveram do papa uma nova *bulla*, em 1539, que se cumpriu em 1540. Armaram-se questões com o parocho do Lumiar e com as freiras d'Odivellas, houve terceira e quarta *bulla* do papa Julio III, e ainda quinta, com a data de 16 d'outubro de 1541, em que ficou decididamente feita a separação; comtudo, as demandas ainda continuaram até 1545, em que finalmente se terminou a questão. Ameixoeira pertenceu depois durante muitos annos ao conc. de Loures, e hoje pertence ao 3.º bairro de Lisboa. A povoação é antiquissima, já existia no tempo dos romanos, como se prova pelo cippo que appareceu em 1720 com a seguinte inscripção:

D. M. Q. JULIO MAXIMO GAINEROTIANN ORATORI
O: JULIUS MAXIMUS TER. FIFIO PIISSIMO I. C.

Em 1719, tambem se fizeram umas escavações n'um olival do morgado do Outeiro, no sitio da Varzea, e na azinhaga de Santa Suzana, onde se encontrou uma grande concavidade cheia de ossos, e muitas tulhas moiriscas, ou seriam talvez tumulos celtas, ou dos tempos prehistoricos. Consta que na Varzea d'Ameixoeira houve uma grande batalha com os romanos, ou contra os moiros, e que os ossos que appareceram eram dos que tinham morrido n'essa batalha. A antiga capella de N. S.ª do Funchal serviu de egreja matriz até 1664, anno em que foi reedificada e ampliada. D. Pedro II, sendo regente, e o conde de Vimioso, D. Miguel de Portugal, concorreram muito para estas obras; D. Pedro mandou construir a capellamór em 1681. Quando se formou a freguezia, é que o titulo da egreja foi transferido para N. S.ª da Encarnação. A'cerca da fundação da primitiva capella ha differentes versões; uns dizem que foi fundada em memoria d'uma grande victoria que os christãos alcançaram aqui contra os moiros; outros, que a capella já existia no tempo dos godos, e que um moiro, chamado *Mixo* ou *Mixio*, déra o nome á povoação, que até ao seculo XVII se chamára *Mixoeira*, tendo tido primeiro o nome de Funchal, como se disse. Ha tambem quem pretenda que só a imagem da Virgem é que era do tempo dos godos, que a esconderam, quando os moiros se apoderaram da povoação para que elles a não queimassem, e que mais tarde, n'uma batalha que se deu no alto do monte, onde agora está situada Ameixoeira, entre moiros e christãos, fôra encontrada entre os funchaes que cobriam parte do monte, fazendo-se então a capella em sua honra. A imagem revela muita antiguidade, e tem seis palmos de altura. Os paineis, que adornam a actual egreja, são de Bento Coelho da Silveira, um dos nossos melhores pintores do seculo XVII. Para Ameixoeira fôram os templarios, em 1098, e depois os cavalleiros de Christo. Era donatario d'esta freguezia o convento d'Odivellas. A matriz, até 1756, teve curas feitos pela confraria da padroeira, mas n'esse anno se collou o primeiro reitor. Corre aqui o rio *Ameixoeira*, que divide a freguezia da de Odivellas, e sobre o qual ha duas pontes de cantaria, uma chamada da *Povoa*, e outra de *Odivellas*. Em Ameixoeira ha boas quintas, e é sitio muito fertil. Na *Memoria sobre chafarizes*, etc. de Velloso d'Andrade, Lisboa, 1851, veem descriptos um poço e uma fonte no sitio da Ameixoeira, no caminho para a estrada de Carriche. Por cima da fonte estão as armas da cidade e mais acima uma cruz, que tem no Calvario a data de 1764, mas presume-se ser muito mais antiga. || Egreja na freg. de N. S.ª da Graça da Abrigada, conc. d'Alemquer. Foi edificado este templo no seculo XVII, segundo se deprehende da sua architectura. Ficava em grande elevação, e chegava-se á porta principal por meio d'uma bella escada de marmore. Junto á egreja havia casas para residencia do capellão e sacristão, e para abrigar os romeiros. Tinha contigua uma horta, que pertencia á egreja. Parece, porém, não ser esta a primitiva egreja. Segundo o *Sanctuario Marianno*, existia já ali, no anno 700 da era de Christo, uma capella dedicada á Santa Virgem, onde viviam alguns eremitas. Em 717, quando os arabes invadiram a Lusitania, os eremitas fugiram, depois de enterrarem todos os objectos do culto divino, deixando a capella abandonada. No tempo de D. Affonso II, encontrou-se ali enterrado um cofre, onde estava a imagem da Senhora, a pedra sagrada que continha o signal das suas pégadas e dois pergaminhos em latim barbaro d'aquelles tempos. O primeiro diria o seguinte: *No anno de 717, em que entrou o agareno em Hespanha, com total destruição de templos e imagens, havendo já muitos annos que habitavamos este deserto, vendo as nossas vidas em perigo, nos deliberámos a o desamparar, para não vêrmos tão feras barbaridades e tão feios desacatos, e não podendo levar esta santa imagem, a deixamos aqui no mesmo logar. Ella seja servida de se guardar das mãos dos barbaros. Amen.* O segundo pergaminho diria: *Em nome de Deus Verdadeiro, esta pedra é a mesma em que a Virgem Santissima se dignou estampar as suas sagradas plantas, vindo em corpo e alma visitar esta ultima parte do mundo. A 10 das kalendas de janeiro, era de* 755 (31 de dezem-

bro de 717 da era de Christo). *Seja o Senhor servido defendel a das mãos dos moiros. Amen.* Este apparecimento foi tido na conta de milagre. D. Affonso II mandou construir uma ermida no sitio onde apparecera a imagem. Não se sabe quando deixou de existir a ermida, mas parece que foi quando se edificou a egreja a que nos referimos. No ultimo domingo d'agosto fazia-se uma grande festa a N. S.ª da Ameixoeira, onde concorriam muitos romeiros e varios cyrios das freguezias visinhas. Estas festas duraram ainda, segundo se diz, até ao principio do seculo XIX. Consta que Filippe II roubou d'esta egreja os dois pergaminhos e a pedra sagrada, e os mandou para o Escurial. Esta egreja estava annexa á collegiada de S. Pedro de Alemquer, e ao prior e beneficiados d'esta collegiada pertencia a nomeação do eremita encarregado da guarda e conservação d'ella. A egreja começou depois a ser abandonada; em 1833 já estava em muita ruina, e o povo d'Abrigada, vendo-a chegar ao ultimo abandono, levou a imagem da Virgem para a egreja matriz onde continuou a ser festejada. Os da freguezia de S. Pedro, de Alemquer, julgando-se com direito á sua posse, por ser annexa a esta freguezia a egreja da Ameixoeira, pretenderam tambem a imagem. Depois de grandes questões, os povos d'Abrigada ficaram vencedores. || Pov. na freg. de S. Thiago do Pinheiro, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Pov. na freg. do Santissimo Sacramento, de Cabeçudo, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de S. João Baptista de Estreito, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Souto de Carpalhosa, conc. e distr. de Leiria. || Serra situada na freg. do mesmo nome, na Extremadura, a 6 k. ao N. de Lisboa. E' quasi toda cultivada e fertil.

Ameixoeiras. Pov. da freg. de Ayão, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Casal na freg. de Santo Ildefonso, de Montargil, conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre.

Ameixosa. Pov. da freg. de S. Martinho das Moutas, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Amelia *(D.)*. Rainha de Portugal. V. *D. Maria Amelia.*

Amelia *(Porto)*. V. *Porto Amelia.*

Amélim. Pov. do conc. de Nagar-Avely, a leste de Damão, na India.

Amella. Pov. da freg. de S. Gens de Boelhe, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Amencoca. Monte na freg. de S. Vicente, de Vallongo, conc. e distr. d'Evora.

Amendo. Pov. da freg. de S. Martinho de Paço Vedro de Magalhens, conc. de Ponte de Barca, distr. de Vianna do Castello.

Amendoa. Pov. e freg. (N. S.ª da Conceição) da prov. da Estremadura, conc. e com. de Mação, distr. de Santarem, bisp. de Portalegre; 1:698 hab. e 343 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 7 k. de Mação. Pertence á 4.º div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 22, com a séde em Abrantes. || Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição de Olalhas, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alvalade, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, do mesmo nome, conc. de Mação, distr. de Santarem. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sabacheira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Horta na freg. de Santa Maria, conc. e distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Pedro, de Panoias, conc. d'Ourique, distr. de Beja.

Amendoa de Cima. Monte na freg. de S. Pedro, de Panoias, conc. d'Ourique, distr. de Beja.

Amendoaes. Pov. da freg. de N. S.ª da Piedade, de Algoz, conc. de Silves, distr. de Faro.

Amendoal. Pov. da freg. de N. S.ª da Visitação, da Guia, conc. de Albufeira, distr. de Faro.

Amendoeira. Pov. e freg. de S. Nicolau, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança. 430 hab. e 133 fog. Dista 8 k. da séde do conc. e está situada n'uma baixa. Foi habitação dos romanos, que lhe edificaram um forte, que está já em ruinas. Em escavações que se tem feito, encontraram-se sepulturas, moedas romanas e outras antiguidades. Produz bastante trigo, centeio, vinho e linho. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. na freg. de Santa Catharina, da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro. Pov. na freg. de S. Francisco da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Sebastião, de Gomes Ayres, conc. d'Almodovar, distr. de Beja. || Pov. na freg. de Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Annunciação, conc. de Mertola, distr. de Beja. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Querença, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, conc. de Silves, distr. de Faro. || Casal na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de O Salvador, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || Courella na freg. de N. S.ª d'Assumpção, conc. de Ferreira do Alemtejo, distr. de Beja. || Herdade na freg. de Sant'Anna do Campo, conc. d'Arraiollos, distr. d'Evora. || Herdade na freg. de S. Bento do Zambujal, conc. de Redondo, distr. d'Evora. || Herdade na freg. de N. S.ª da Graça de Divor, conc. e distr. d'Evora. || Herdade na freg. de S. Gens, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora. || Herdade na freg. de S. Thiago e conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora. || Herdade na freg. de S. João Baptista e conc. de Moura, distr. de Beja. || Horta na freg. de Santo Antonio Velho, conc. de Serpa, distr. de Beja. || Monte da freg. de Santo Ildefonso e conc. d'Almodovar, distr. de Beja. || Monte da freg. do Espirito Santo, de Azinhal, conc. de Castro Marim, distr. de Faro. || Monte na freg. de S. Bento do Mato, conc. e distr. d'Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Castro Verde, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Collos, conc. d'Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de Santa Maria d'Evora Monte, conc. d'Extremoz, distr. d'Evora. || Monte na freg. de Santo Indefonso, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de S. Miguel de Machede, conc. e distr. d'Evora. || Monte na freg. de Santa Margarida da Serra, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Messejana, conc. d'Aljustrel, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça, de Moncarapacho, conc. de Olhão, distr. de Faro. || Monte na freg. de N. S.ª das Neves, conc. e distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Oriolla, conc. de Portel, distr. d'Evora. || Monte ou herdade na freg. de N. S.ª

do Rosario, conc. d'Arronches, distr. de Portalegre. ‖ Monte na freg. de Sauto Antonio, de Terrugem, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. ‖ Monte da freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Torrão, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. ‖ Monte na freg. de Santo Antonio de Viamonte, conc. de Monforte, distr. de Portalegre. ‖ Quinta na Azinhaga do Rego, freg. dos Santos Reis, do Campo Grande, 3.º bairro de Lisboa. ‖ Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. d'Evora. ‖ Quinta na freg. de N. S.ª da Conceição, da Varzea, conc. e distr. de Santarem.

Amendoeira e Azinhal. Dois logares juntos na freg. de S. Martinho, de Estoy, conc. e distr. de Faro.

Amendoeira de Baixo e de Cima. Montes da freg. de Alcaria Ruiva, conc de Mertola, distr. de Beja.

Amendoeira de Cima e do Meio. Herdades na freg. de S. Pedro, de Algalé, conc. de Monforte, distr. de Portalegre.

Amendoeira do Valle Telheiro. Logar na freg. de S. Clemente, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Amendoeiras. Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cazevel, conc. e distr. de Santarem. ‖ Casal na freg. de S. João Baptista dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. ‖ Horta na freg. de S. João Baptista, conc. de Moura, distr. de Beja. ‖ Horta na freg. de Santa Catharina, de Quintos, conc. e distr. de Beja. ‖ Monte na freg. de S. Thiago, conc. e distr. de Beja. ‖ Quinta na freg. d'Assumpção, de Cadafaes, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa. ‖ Quinta do Valle Formoso de Cima, na freg. de Santa Maria dos Olivaes, 1.º bairro de Lisboa.

Amendoeirinha. Monte na freg. de S. Pedro, de Algalé, conc. de Monforte, distr. de Portalegre. ‖ Monte na freg. da Sé, conc. e distr. d'Evora.

Ameno *(Francisco Luiz).* Professor de primeiras letras e de latim, proprietario da *Typographia Patriarchal.* N. em Arcozello, na prov. de Traz-os-Montes, a 16 de março de 1713, f. em Lisboa, em 1793. Era filho de Antonio Portuguez e de D. Isabel Luiz. Depois de ter estudado latim e mais preparatorios, matriculou-se em 1727 na Universidade de Coimbra, na faculdade de Direito Canonico. Alguns obstaculos, que sobrevieram, o obrigaram a abandonar os estudos, e a vir para Lisboa. Estabeleceu então uma aula de primeiras letras e grammatica latina, que conservou por algum tempo. Em 174⁸, pouco mais ou menos, fundou a *Typographia Patriarchal,* que chegou a ser uma das melhores de Lisboa n'aquella epoca, por estar muito bem fornecida de excellentes materiaes e pela correcção com que sahiam as impressões de muitas obras litterarias que se imprimiram ali, durante cincoenta annos. Luiz Ameno era infatigavel em diligencias e cuidados para aperfeiçoar a typographia, que elle dirigia com todo o acerto e capacidade. Imprimiram-se tambem muitas obras sobre musica, com especialidade livros de cantochão, muitos librettos de operas, tendo todas a indicação em italiano: *Nella Stamperia Ameniana.* Luiz Ameno era homem estudioso, nos ramos da historia, bellas letras, como se vê por muitas das suas obras que fôram impressas, além das que deixou manuscriptas. Foi elle, segundo dizem, o primeiro que emprehendeu a publicação dos *Almanachs de Lisboa.* Traduziu tambem tres operas, que se cantaram no theatro dos Paços da Ribeira, para as quaes escreveu a musica o grande compositor italiano, d'aquella epoca, David Peres, e mais alguns librettos de diversas operas. Escreveu: *Indice geral de todos os appellidos, e cousas notaveis que se comprehendem nos dezenove tomos da Historia genealogica da Casa Real portugueza,* Lisboa, 1749; *Escola nova, christan e politica, na qual se ensinam os primeiros rudimentos que deve saber o menino christão, e se lhe dão regras para com facilidade aprender a ler, escrever e contar,* Lisboa, 1756; sahiu com o nome supposto de D. Leonor Thomazia de Sousa e Silva. Publicou-se segunda edição, em 1813; *Novenas de Sancta Ignez, Sancta Agueda, da Maternidade de Maria Santissima, da Fugida da Senhora, da Pureza da mesma, de Sancta Isabel, S. Camillo de Lellis, e S. Vicente de Paula;* sahiram todas anonymas, insertas nos tomos I a III do *Novenario geral,* publicado por Luiz Ameno, em 1751-1752; *Achilles em Sciro, opera composta em italiano por Pedro Metastasio, e traduzida em portuguez,* etc., Lisboa, 1755; *Alexandre na India, opera composta por Metastasio, traduzida em portuguez,* Lisboa, 1755; *Zenobia em Armenia, opera,* etc., *traduzida...* Lisboa, 1755; *A clemencia de Tito, opera,* etc., *traduzida...* Lisboa, 1755; *Demoofonte em Thracia, opera,* etc., *traduzida ..* Lisboa, 1755; *Antigone em Thessalonica, opera,* etc., *traduzida...* Lisboa, 1755. D'estas seis peças, a primeira, traduzida em verso, sahiu anonyma, e ignora-se se pertence ou não a Francisco Luiz Ameno; as outras cinco são em prosa, sahiram todas com o pseudonymo de Fernando Lucas Alvim. Costumam andar juntas encadernadas n'um só volume, e com um frontispicio geral, onde se lê: *Theatro dramatico, ou collecção das operas que compoz na lingua italiana o abbade Pedro Metastasio, traduzidas em portuguez por Fernando Lucas Alvim,* Lisboa, 1755. Ainda ha mais quatro operas traduzidas, em nome de Fernando Lucas Alvim, supposto traductor. São as seguintes: *Semiramis reconhecida, opera do abbade Metastasio, traduzida,* Lisboa, 1755; *Farnace em Eraclea, opera traduzida do italiano,* Lisboa, 1760; *Vologeso e Berenice, opera traduzida do italiano,* Lisboa, 1761; *Temistocles, opera de Metastasio, traduzida,* Lisboa, sem data. *Horas da semana santa, offerecidas á senhora D. Maria Pacheco da Cruz,* Lisboa, 1784; *Manual chronologico, que contém as principaes epocas da historia de cada um dos povos,* Lisboa, 1788. Sahiu com o nome de Lucas Moniz Cerafino, que é anagramma puro do seu proprio; *Parabens ao ser.*mo *Principe da Beira pelo seu faustissimo nascimento.* Sem indicação de logar nem de anno, mas parece que foi na typographia de Francisco Luiz Ameno, em 1761. Traz uma gravura allegorica e vinhetas. E' um elogio em prosa. Na *Bibliotheca Eborense* ha varias operas e farças manuscriptas e autographas, cujos titulos se pódem vêr no respectivo *Catalogo,* tomo II, pag. 131 e 132. Innocencio, no *Diccionario bibliographico,* vol. II, pag. 432, diz que lhe parece ser sua a seguinte obra, que se imprimiu anonyma, na sua typographia, em 1781: *Diccionario exegetico que declara a genuina e propria significação dos vocabulos da lingua portugueza, adoptados unicamente pelos sabios da nação. Dado*

ao publico por um anonymo. A *Typographia Patriarchal* ainda durou algum tempo depois da morte do seu proprietario.

Amenta. Salario que se dava ao parocho para encommendar a Deus as almas de alguns defuntos; *obrigação de offertas e amentas.*

America. Uma das cinco partes do mundo, chamada tambem *Novo Mundo* por contraposição ao continente conhecido dos antigos. A sua historia anteriormente á epoca dos descobrimentos é de todo o ponto obscura. Falando-se da America e do seu descobridor, o nome de Portugal não póde deixar de andar-lhes associado. Colombo, genovez de nascimento, era portuguez pela familia e portuguez pelos estudos. Formou-se na escola portugueza de navegação; residiu por muito tempo nas ilhas da Madeira e dos Açôres; viajou em navios portuguezes até á costa da Mina e parece que o seu projecto proveiu das indicações de pilotos portuguezes. Censura se Portugal por não ter acceitado esse projecto, que tão brilhantemente illustrou os reis de Hespanha, mas a censura é immerecida. Colombo pretendia tentar um novo caminho para as Indias através do Atlantico e suppunha encontrar pelo Occidente a ilha de Cypango e o Cathay das tradicções de Marco Polo. Portugal, que então possuia os melhores cosmographos do mundo, sem desprezar eguaes explorações pelo occidente, preferia a este tempo para a mesma empresa o caminho do mar das Indias, cujas vantagens eram superiores, accrescendo que as condições apresentadas por Colombo eram exaggeradas em honras e privilegios. Acceita a sua proposta pela Hespanha, partiu aquelle navegador do porto de Palos na Andaluzia a 3 de agosto de 1492, chegando setenta dias depois á ilha Guanahami do archipelago de Bahama, a que deu o nome de S. Salvador, e continuando na sua exploração descobriu Cuba e Haiti. No regresso tocou em Lisboa e apresentou-se a D. João II, e tão convencido vinha de ter tocado em terras da Asia, que perante o monarcha portuguez affirmou voltar da ilha de Cypango. Esta mesma idéa de chegar ás Indias pelo occidente, já muito antes de se descobrir a America, era alimentada em Portugal, tendo D. Affonso V chegado a consultar o sabio astronomo florentino Toscanelli, e o descobrimento dos Açôres e outras viagens, realisadas na mesma direcção em 1432 a 1439, mostram como em Portugal os espiritos se preoccupavam com a existencia de terras ao occidente. Depois da primeira viagem de Colombo, que ainda effectuou mais tres derrotas nos annos de 1493-95, 1498 e 1502, julgou-se que a America fôsse a Atlantida de Platão ou a ilha Antilia, que as lendas da edade média collocavam no Oceano Atlantico. Por esta supposição se deu o nome de Antilhas aos primeiros archipelagos descobertos, e como se julgava tambem que fôssem as Indias Occidentaes denominaram-se indios os naturaes que as habitavam. As viagens á America do Norte pela familia Côrte-Real são uma das glorias portuguezas. Não falando de João Vaz Côrte-Real, que parece ter descoberto com Alvaro Martins Homem, em 1463, a ilha dos Bacalhaus, na Terra Nova, facto que anda revestido de obscuridades e incertezas, é positivo que em 1500 Gaspar Côrte Real, filho de João Vaz, explorou a costa americana a noroeste desde a Groenlandia, que elle por uma coincidencia com os exploradores scandinavos do seculo x, chamava tambem Terra Verde, até ao golfo de S. Lourenço, incluindo o Labrador, o Canadá e a Terra Nova, como o attestam alguns nomes portuguezes d'aquellas remotas paragens. Buscava este navegador tambem uma passagem para as Indias, mas, dotado d'um genio audacioso, preferia tental-a pelo norte, arrostando com os gelos e as inclemencias das regiões boreaes. Em 1501 tentou ainda Gaspar Côrte-Real outra viagem, mas d'esta vez o mar não o restituiu á patria. Miguel Côrte-Real partiu em seguida em procura de seu irmão e tambem não voltou. Fôram baldados os esforços e as expedições que D. Manuel empregou para haver noticias dos dois irmãos. Como preito á sua memoria deu-se ás terras descobertas o nome de Terra dos Côrte-Reaes. No anno de 1500, dirigindo-se Pedro Alvares Cabral para a India, foi arremessado para o occidente e descobriu o Brazil, pelo que na America do Sul como na do Norte realisaram os portuguezes varios descobrimentos. O florentino Americo Vespucio, que fizera parte d'uma expedição hespanhola em 1449 ás costas de Venezuela e da Guyana, passou ao serviço de Portugal de 1501 a 1504, realisando na sua qualidade de cosmographo e de piloto duas viagens ao Brazil em navios portuguezes. Publicou este navegador a narração das suas viagens de exploração feitas ao Novo Mundo, logrando a gloria de vincular o seu nome a todo o novo continente, que appareceu com designação de America logo em 1507 n'um mappa allemão. Em 20 de setembro de 1519 o portuguez Fernão de Magalhães partiu do porto de San Lucar, na Andaluzia, para, em serviço da Hespanha, emprehender a sua gloriosa viagem á roda do mundo, a primeira circumnavegação do globo. Procurando pelo sul da America a passagem para as Indias, que os Côrte-Reaes haviam procurado pelo norte, aventurou-se pelo estreito que tem o seu nome e entrou no Oceano Pacifico. Pertencem pois aos portuguezes muitos dos descobrimentos realisados no novo continente.

Americo *(D.)* Cardeal, bispo do Porto. V. *Santos e Silva.*

Amerosa. Pov. da freg. de S. Miguel de Leça da Palmeira, conc. de Bouças, distr. do Porto.

Ametade. Pov. da freg. de S. Pedro de Codeceda, conc. de Villa Verde, distr. do Braga. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alvalade, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Amexeiraria. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Amezendinha. Quinta na freg. de N. S.ª da Graça, de Vella, conc. e distr. da Guarda.

Amezio. Logar na freg. de S. Thiago, de Nogueira, conc. de V. N.ª da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Amiã. Pov. na freg. de S. Paio, de Villar Chão, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Amiã d'Além. Logar na freg. de S. Paio, de Villar Chão, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Amiaes. Pov. na freg. de S. Pedro, de Castello de Penalva, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu. ‖ Pov. na freg. de S. Thiago de Andrães, conc. e distr. de Villa Real. ‖ Pov. na freg. de Santo Estevam, do Couto de Esteves, conc. de Sever do Vouga, distr. d'Aveiro. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Fer-

reira do Alemtejo, distr. de Beja. || Povoação na freg. de S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Clemente, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. da Louzã, distr. de Coimbra. || Casaes na freg. do Espirito Santo, de Landal, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Casal na freg. de S. Pedro e conc. de Tarouca, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de S. Sebastião, de Cepos, conc. d'Arganil, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de Santo Antonio, de Urgueira, conc. de Sabugal, distr. da Guarda. || Quinta na freg. de S. Mamede, de Villa Cova á Coelheira, conc. de Ceia, distr. da Guarda. || Quinta na freg. de N. S.ª da Expectação, de Nogueira do Cravo, conc. d'Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Amiães de Baixo. Pov. e freg. N. S.ª da Graça, da prov. da Estremadura, conc., com. e distr. de Santarem, patr. de Lisboa; 1:292 hab. e 214 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 24 k. de Santarem. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 16, com a séde em Lisboa.

Amiães de Cima. Pov. da freg. de Santa Margarida, de Abrã, conc. e distr. de Santarem.

Amial. Pov. na freg. de Santa Eulalia, conc. d'Agueda, distr. d'Aveiro. || Pov. na freguezia de Santa Marinha, de Alquerubim, conc. d'Albergaria a-Velha, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de S. Justo, conc. e distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Estevam, de Barrozas, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Cabril, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Carvalho, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || Pov. na freguezia de S. Domingos, de Castanheira, conc. de Pedrogam Grande, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Castellões, conc. de V. N.ª de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Ferreiros de Tendaes, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Fontoura, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de Santa Christina, de Meadella, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Paio e conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Mondim da Beira, conc. de Tarouca e distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de Santa Maria, do Olival, conc. de V. N.ª de Gaya, distr. do Porto. || Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto e conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Verissimo, de Paranhos, bairro oriental do Porto. || Pov. na freg. de S. Thomé, de Penalva d'Alva, conc. d'Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Luiz, de Pias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de S. Lourenço, do Ramalhal, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Rans, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Christovam, do Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Maria, do Salto, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Serdiellos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de S. Miguel, do Soutello, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Torradas, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Pov. na freguezia de S. Pedro e conc. de Trancoso, distr. da Guarda. || Pov. na freguezia de S. Jorge, da Varzea, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Casal na freguezia de S. Pedro e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. João Baptista, d'Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Casal na freg. de N. S.ª da Piedade, de Vau, conc. d'Obidos, distr. de Leiria. || Monte na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa Viçosa, distr. d'Evora. || Quinta na freg. de S. Miguel, de Meruge, conc. d'Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Quinta na freguezia de S. João Baptista, de Pera do Moço, conc. e distr. da Guarda. || Quinta na freguezia de N. S.ª da Graça, de Povoa de Midões, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de Santo Adrião, de Cever, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

Amial de Baixo e de Cima. Duas pov.ˢ na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Semide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Amião. Pov. na freg. de S. Cosme, de Podame, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Vicente, de Tavora, conc. d'Arcos de Valle do Vez, distr. de Vianna do Castello.

Amiar. Pov. na freg. de Santa Maria, de Salto, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Amicto. Véo ou panno branco que os ecclesiasticos de ordens sacras põem na cabeça, d'onde desce a cobrir-lhes o pescoço e hombros, quando se revestem para celebrar funcções ecclesiasticas. Pequeno paramento de linho branco que o sacerdote põe sobre os hombros debaixo da alva.

Amido. Pov. na freg. de N. S.ª do Bom Despacho, de Recarei, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Amieira. Pov. e freg. (Nossa Senhora das Neves) da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Portel, distr. e arceb. d'Evora; 710 hab. e 132 fog. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada ao S. do Tejo, n'uma baixa, cercada de montes. D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 15 de novembro de 1512. Amieira tem Misericordia e hospital, muito antigos. D. João IV deu á Misericordia, em 1642, as fazendas da capella de N. S.ª da Sanguinheira, com obrigação de reparo e conservação de varias capellas da freguezia. Na praça ha um castello com quatro torres, sendo a principal a torre de menagem, onde ha cisterna. Foi fortaleza importante, porque teve alcaides-móres, entre os quaes figuraram alguns homens notaveis. Os priores do Crato fôram senhores donatarios de Amieira, por esta pov. ser uma das doze do grão priorado do Crato. Tem quatro fontes publicas. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recruta-

mento e reserva n.º 11 com a séde em Setubal. || Pov. e freg. (S. Thiago Maior) da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Niza, distr. e bisp. de Portalegre. Tem est. post. permutando malas com Gavião. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada entre duas serras. E' terreno muito fertil. || Pov. e freg. (S. Francisco d'Assis) da prov. da Beira Baixa, conc. de Oleiros, com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre. 562 hab. e 113 fog. A pov. dista 5 k. d'Oleiros; pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Castello de Vide, distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. d'Ancião, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Gondar, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Leça do Bailio, conc. de Bouças, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. d'Alvaiazere, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de Santa Leocadia, de Macieira da Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, da Marinha Grande, conc. e distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira-a-Grande, conc. de V. N.ª de Portimão, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, do Olival, conc. de V. N.ª d'Ourem, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Paião, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Francisco d'Assis e conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de S. Sebastião, da Regueira de Pontes, conc. e distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Rezende, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Thiago e S. Matheus e conc. de Sardoal, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de S. Vicente, de Troviscal, conc. da Certã, districto de Castello Branco. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Villar do Paraizo, conc. de V. Nova de Gaya, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Justa, de Villarinho das Azenhas, conc. de Villa Flôr, distr. de Bragança. || Casal na freg. de N. S.ª da Alva e conc. d'Aljezur, distr. de Faro. || Casal na freg. de Santa Catharina, de Anobra, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de Santo Ildefonso, de Montargil, conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre. || Casal na freg. de Santa Maria do Castello e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª da Expectação, de Villar, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de S. Matheus, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora. || Monte na freg. de S. Pedro, de Marateca, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de S. Theotonio, conc. d'Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Thiago do Escoural, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora. || Monte na freg. de S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem. || Pequena ribeira da Extremadura, que nasce proximo da freg. do Olival, e morre na ribeira das Formigas. || Ribeira, que nasce na freg. de S. Miguel do Matto.

Amieira *(Caldas da)*. Estas thermas estão situadas na falda da montanha dos Casaes da Camarinheira, que se dirige de norte a sul; defrontam com o Oceano pelo lado do poente, e estão separadas da foz do rio Mondego por uma distancia aproximadamente de 12 k. Desde épocas remotas, que as aguas d'Amieira eram conhecidas e consideradas nas suas circumvisinhanças, pelos effeitos beneficos alcançados por pessoas, a maior parte gente pobre, que vinham ali fazer uso n'uma simples poça, abrigando-se n'algumas barracas de caniço, disseminadas pelos campos, que serviam de unico alojamento. Este costume popular foi-se generalisando de fórma tão evidente, as aguas fôram ganhando tanto credito, que trazendo o acaso áquella localidade um doente, que para combater uma molestia cutanea e renitente havia já percorrido uma grande parte das thermas de Portugal, conseguiu elle curar-se e restabelecer-se. Este facto decidiu os primeiros passos que se deram para a constituição d'uma companhia, a qual se denominou *Companhia das Aguas Thermaes da Amieira*. Em maio de 1885 iniciavam-se os trabalhos de construcção dos tres principaes edificios, e o estabelecimento inaugurava-se em maio de 1886. Amieira, antigamente, era uma região doentia e sezonatica; os campos, semeados d'arroz, davam enorme contingente á producção de febres palustres na maior parte d'aquelles, que os deveres da sua profissão chamavam á laboração de tractos de terrenos para

Vista geral das Caldas da Amieira

um genero de cultura o mais penoso na industria agricola. Hoje as condições mudaram completamente. A companhia, adquirindo parte dos terrenos paludosos, fez d'elles terra de cultivo para outros generos, para arvores de fructo e de aformoseamento; a direcção das obras publicas do Mondego, por seu lado, encetou tambem uma verdadeira lucta contra aquelles que, mantendo-se na idéa de interesses maiores, não queriam abandonar uma cultura tão ruinosa para a saude, e

conseguiu extinguir essa serie de pantanos, formar vastos jardins de videira, em que o lucro para os seus proprietarios é hoje a verdadeira convicção das idéas, que já por muitas vezes se havia tentado fazer-lhes comprehender. A abundante arborisação, as plantações em grande escala e todos os serviços que foi mister empregar para uma boa hygiene da localidade deram o reflexo d'un optimo estado sanitario das thermas da Amieira. Os ventos dominantes na epoca balnear são os do norte, nordeste e noroeste; a temperatura é agradavel, sendo raros os dias de grande calor. As nascentes apparecem na vertente d'uma montanha, á beira d'uma enorme planicie onde o estabelecimento balnear está construido; esta planicie é revestida de frondoso arvoredo e de vinha, e atravessada de norte a sul pelo rio Pranto. As nascentes são tres. Communicando entre si n'um espaço onde estão captadas, dão em vinte e quatro horas um caudal de 3.891:888 litros, medido pelo molinete de Woltmaun, modificado por Baumgarten. A abundancia d'este manancial permitte que as aguas sejam aproveitadas para o estabelecimento balnear, para a grande exportação que é feita para todo o paiz e para Africa, e ainda para lagos, cascatas, regas, etc. Estas aguas são classificadas: hypothermal-hyposalino-chloretado-sodicas; fôram as primeiras em Portugal que tiveram a classificação de chloretadas, e pela sua composição e excellente fórma da captagem teem merecido premios em todas as exposições a que teem concorrido; na sua origem apresentam 29.° de temperatura; são, porém, cuidadosamente aquecidas por uma machina a vapor, a fim de sem alteração da sua virtude curativa e da sua constituição poderem ser usadas nos banhos medicinaes. As aguas fôram analysadas no laboratorio chimico da Universidade de Coimbra pelo director dos trabalhos praticos d'aquelle laboratorio, o sr. Joaquim dos Santos e Silva. Na distancia de 80 m. das nascentes d'agua chloretada, as obras effectuadas para o saneamento do Campo do Sampaio descobriu-se ha annos uma importante nascente sulfurea, e mais adeante outra ferrea de pequeno caudal. As aguas da Amieira são limpidas, incolores, inodoras e de sabor agradavel. São principalmente uteis no tratamento das manifestações internas da escrofula, engorgitamentos ganglionares das cavidades, inflammações sub-agudas e chronicas da mesma diathese na pharinge, bronchios, intestinos, orgãos sexuaes e urinarios, e n'algumas fórmas de chlorose e anemia, bem como em certas dyspepsias e molestias chronicas do figado e baço. Externamente são muito preconisadas contra as manifestações escrofulosas e dermatoses de differentes especies. As aguas d'Amieira usam-se interna e externamente. Como bebida, a dose inicial é de um pequeno copo em jejum e outro uma hora antes de cada refeição, mas dentro em pouco póde ser elevada, bebendo-se sempre que houver sede e ás refeições, com ou sem vinho. Esta applicação faz-se mesmo longe do logar das Caldas, porque as aguas como são colhidas com extremo cuidado, conservam-se perfeitamente nas garrafas, que são exportadas em grande quantidade para differentes pontos do paiz e d'Africa. Applicadas externamente, algumas vezes ao primeiro banho, a pelle do doente apresenta-se um pouco macia ao tacto e tanto esta como a molestia cutanea de que o doente se acha affectado, lhe dá indicio d'uma pequena melhora; no entretanto, no começo nem sempre se realisa este aspecto agradavel, algumas vezes é precedido d'um periodo ligeiro de excitação da molestia cutanea nos dois ou tres primeiros banhos, para em seguida tomar a phase de declinação. Os edificios, em numero de tres, assentam no mesmo plano horisontal; ao sul a casa dos banhos; proximo d'esta e para o norte, a casa das machinas; ao norte e a distancia de 50 m. da primeira, o hotel. Todos os edificios seguem a orientação de norte a sul. A casa dos banhos tem sala de recepção, escriptorio e consultorio. Os quartos de banhos são em numero de 21, havendo-os de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes. As tinas para os differentes banhos d'immersão são de marmore ou de cimento, conforme a classe a que pertencem, todas munidas de dois canos conductores d'agua quente e fria e terminadas por torneiras metallicas, podendo d'esta fórma lançar-se sobre a tina mais ou menos agua quente ou fria, conforme as prescripções medicas. Além d'estes banhos, encontra-se ali grande variedade de banhos exigidos pela sciencia, e em que se empregam os apparelhos mais modernos. Ha banhos circulares, de chuva, de douches, de cadeira, piscina, etc. A casa das machinas fica muito proximo; a agua é aquecida, e conjuntamente com a agua fria, é elevada á sua parte superior para dois depositos e d'ali lançada para a canalisação geral dos banhos. O edificio tem a fórma d'um castello e a um dos lados encontra-se a nascente com a sua cascata formada de pedras esburacadas. O hotel possue compartimentos muito confortaveis e todas as commodidades. Tem grande numero de quartos espaçosos, independentes, com janellas rasgadas, podendo servir para um ou mais hospedes, sala de recepção com piano, bilhar, gabinete para o medico, gymnasio, gabinete de leitura, varios jogos, correio, telegrapho, etc. Em Amieira tambem se alugam casas para familias, bonitos chalets, etc. São construcções modernas, separadas pela linha ferrea, que passa ali contigua aos edificios da companhia, ficando estes na falda da montanha, do lado do poente, e aquellas ao nascente da mesma montanha. Junto aos banhos d'Amieira ha uma avenida, dirigida de poente ao nascente, no fim da qual se edificou uma bonita capella de gosto moderno. Esta avenida devidamente arborisada, dá ingresso ao parque, uma das obras mais importantes n'aquella localidade. Delineado na encosta da mesma montanha, em harmonia com todas as ondulações que ella reveste, occupa uma área de 17:280 m. quadrados, comprehendendo ruas, casas de sombra, lago, grutas, jardim onde se observa uma enorme collecção de plantas proprias de jardim, estufas, pomares, etc. Além das distracções que os banhistas possuem no hotel e ao ar livre, como trapezios, jogos, passeios fluviaes n'um pequeno rio da companhia, ha ainda o rio do Pranto que passa a distancia de 300 m. e que é um affluente do rio Mondego, podendo qualquer banhista ou familia ir em barco até á Figueira da Foz e regressar no mesmo dia. Póde tambem ir á Figueira em comboio, em tres quartos de hora, a Alfarellos em meia hora; os que preferirem os passeios a pé, teem os bellos campos das margens do Mondego e o vasto parque;

os que desejam gosar bonitos e curiosos panoramas, facilmente os encontram, subindo á collina que fica ao nascente, no cume da qual é o logar de Casaes das Camarinheiras, d'onde a vista alcança os mais extensos e pittorescos horisontes, vendo-se em baixo o valle cortado pelos rios do Pranto e Mondego, que se vê até á foz. Finalmente, quem quer divertir-se com os exercicios de canotagem, póde navegar no bello rio em pequenos barcos que se alugam por preços modicos. Junto ao estabelecimento balnear passa a linha ferrea, parando ali até 31 d'outubro todos os comboios ascendentes e descendentes da Figueira da Foz. A temporada propria d'estes banhos é de 15 de maio a 31 d'outubro. O sr. dr. Alfredo Luiz Lopes, no seu importante livro *Aguas Minero-Medicinaes de Portugal*, publicado em 1892, dá nota das seguintes obras ácerca das Caldas d'Amieira: *As aguas chloretadas de Amieira*, por Augusto Rocha, na *Coimbra Medica*, de 1885, pag. 165; *Relatorio da direcção e do serviço clinico da Companhia das Aguas Thermaes da Amieira*, Lisboa, 1886; Relatorios dos annos de 1887 a 1891; *Os banhos de Amieira*, por Lopes Vieira, na *Coimbra Medica*, 9.º anno, 1889, pag.ª 275 e 324; *As Caldas de Amieira*, por A. Coelho, na *Coimbra Medica*, 9.º anno, 1889, pag. 296. *Catalogo descriptivo da secção de minas da Exposição Nacional de Industrias Fabris de Lisboa em 1888*, por Severiano Monteiro e J. A. Barata, Lisboa, 1889. Os relatorios annuaes teem continuado.

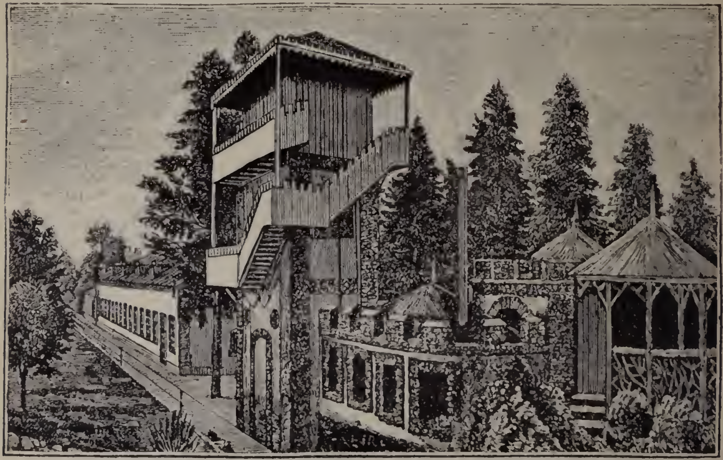

Cascata, nascente, casa das machinas, torre do deposito e estabelecimento de banhos das Caldas da Amieira

Amieira de Baixo e de Cima. Duas herdades na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Vidigão, conc. d'Arraiollos, distr. d'Evora.

Amieira das Barrocas. Pov. na freg. de N. S.ª dos Milagres, conc. de e distr. Leiria.

Amieira da Cova. Pov. na freg. de Santa Clara, d'Alcaravella, conc. de Sardoal, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Gavião, distr. de Portalegre.

Amieira dos Louros. Pov. na freg. de Santa Maria, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Amieira Secca. Herdade na freg. de N. S.ª do Peso, conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Amieiraes. Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Saboya, conc. d'Odemira, distr. de Beja.

Amieiral de Baixo e de Cima. Montes na freg. de N. S.ª da Graça, de V. N.ª de Milfontes, conc. d'Odemira, distr. de Beja.

Amieiras. Monte na freg. de N. S.ª das Reliquias, conc. d'Odemira, distr. de Beja.

Amieirinha. Pov. na freg. de N. S.ª do Amparo, de Carvalhal, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Marinha Grande, conc. e distr. de Leiria. || Horta na freg. de Santa Maria e conc. de Extremoz, distr. d'Evora. || Monte na freg. de S. Theotonio, conc. d'Odemira, distr. de Beja.

Amieiro. Pov. e freg. de Santa Luiza, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Alijó, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego. 382 hab. e 103 fog. Est. do caminho de ferro na linha de Mirandella a Foz-Tua. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada entre penhascos, na margem direita do Tua, e junto á cordilheira granitica de Villarelho, que, com diversos nomes, se estende desde S. Fins do Douro até ao Tua. E' terra muito fertil, pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 13, com a séde em Villa Real. || Pov. do conc. de Carrazeda d'Anciães, distr. de Bragança. Tem est. post. permutando malas com a R. A. D.—Mirandella. || Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, de Arazede, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Tem caixa postal. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Folhada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Thiago, da Moita, conc d'Anadia, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de S. Miguel, d'Oliveira do Douro, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Rebordões, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Santa Marinha, de Tropeço, conc. d'Arouca, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Valladares, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Horta na freg. de N. S.ª d'Assumpção, conc. e distr. de Castello Branco. || Quinta na freg. de Santo André, de Curalha, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || Pequeno rio na prov. do Douro, que nasce na freg. d'Avanca e morre na ria d'Aveiro.

Amieiro Longo. Quinta na freg. de Santo Antão de Benespera, conc. e distr. da Guarda.

Amieiros. Pov. da freg. de S. Matheus de Alváres, conc. de Goes, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pinho, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Amigos. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Amil. Quinta na freg. de S. Martinho de Dume, conc. e distr. de Braga.

Amillo. Pov. da freg. de Santa Eulalia, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Amimôas. Monte na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Caia, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre.

Amins. Pov. na freg. de Martinho, de Carvalhas, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Chorente, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Courel, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Amiolla. Casal da freg. de N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Mont'Agraço, distr. de Lisboa.

Amiosa. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Valladares, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Amiosinho. Pov. na freg. de S. Matheus, de Alváres, conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Amioso. Pov. da freg. de S. Pedro, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Ribeira na Beira Baixa. Nasce no Troviscal e desagua na Ericeira da Certã. Tem uma ponte de cantaria, de dois arcos, defronte da ermida de Santo Amaro, e mais outras de madeira.

Amioso Cimeiro. Pov. da freg. de S. Matheus, de Alváres, conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Amioso Fundeiro. Pov. da freg. de S. Matheus, de Alváres, conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Amioso do Senhor. Pov. da freg. de S. Matheus, de Alváres, conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Amisa *(N. S.ª do Rosario).* A maior das trinta e uma ilhas que fórmam o archipelago de Querimba ou de Cabo Delgado, e que faz parte do distr. d'este nome, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem 50 k. de circumferencia.

Amnistia. Perdão que o chefe do Estado concede aos rebeldes, sediciosos, criminosos de delictos politicos, etc. E' um acto do poder moderador, ordinariamente exercido para celebrar um acontecimento notavel. Conforme o decreto de 20 de setembro de 1779, a amnistia é uma promessa concedida pelo partido preponderante de esquecer todos os aggravos e quaesquer males feitos durante a lucta e de não se proceder ulteriormente contra os amnistiados. Segundo o § 8.º do art. 74 da Carta Constitucional, pertence ao rei o concedel-a em caso urgente e quando assim o aconselhem a humanidade e o bem do Estado. Os art.ºs 120.º e 121.º do antigo codigo penal definiam e regulavam o acto real de amnistia, considerando-o aquelle que, por determinação generica, manda que fiquem em esquecimento os factos que enuncia antes praticados, e ácerca d'elles prohibe a applicação das leis penaes. As mesmas idéas se encontram no codigo penal vigente mas n'outros artigos. A amnistia differe do perdão, pois que este presuppõe sentença condemnatoria e aquella não só extingue a pena mas ainda a acção penal.

Amo. Denominação dada antigamente aos reis, principes e pessoas de elevada jerarchia, pelos que lhes eram inferiores. Aio, mestre, pedagogo. No seculo XVIII, tambem se designava assim o estalajadeiro.

Amoinha. Pov. da freg. de S. Thiago da Ribeira de Alhariz, conc. de Valle Passos, distr. de Villa Real.

Amoinha Velha. Pov. da freg. de S. Miguel de Nogueira da Montanha, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Amóllar. Pov. da freg. de S. Miguel de Bustello, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Amona. Regedoria do conc. de Quepem, distr. de Gôa, na India. Dista kilometro e meio da séde do concelho.

Amonã. Regedoria do conc. de Sanquelim, distr. de Gôa, na India, comprehendendo a povoação de Verdy. Dista 5 kilometros e meio da séde do concelho.

Amonde. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc., com. e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga. 415 hab. e 82 fog. Tem caixa post. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada n'um valle pouco fertil. No monte, chamado da *Corôa,* ha vestigios de fortificações muito antigas. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Amor. Pov. e freg. de S. Paulo, da prov. da Estremadura, conc., com. e distr. de Leiria; 1.542 hab. e 317 fog. A pov. dista 8 k. de Leiria, e está situada n'uma baixa, entre pinhaes. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 7, com a séde em Leiria.

Amor de Deus *(Fr. Martinho do).* Chamava-se no seculo Martim Teixeira de Carvalho. Nat. de Lisboa, onde falleceu, depois de prolongada doença, a 23 d'abril de 1749. Completando os estudos preparatorios, matriculou-se em Coimbra, na faculdade de direito civil, entrando no collegio de S. Paulo no dia primeiro de novembro de 1716. Doutorou-se na referida faculdade. Aborrecido do mundo, renunciou um beneficio que tinha na egreja de Coruche, e dirigiu-se ao seminario de Brancanes, ao pé de Setubal, onde vestiu o habito da ordem de S. Francisco, em 27 de setembro de 1724. Mais tarde, obtendo a necessaria autorisação, passou para o convento de Santo Antonio dos Capuchos, de Lisboa, onde

chegou a ser eleito procurador geral e chronista da provincia. Escreveu: *Eschola da penitencia, caminho de perfeição, estrada segura para a vida eterna. Chronica da sancta provincia de Sancto Antonio da regular e estreita observancia da Ordem do seraphico patriarcha S. Francisco no instituto capucho, n'este reino de Portugal.* Tomo I, Lisboa, 1740. Não se publicou mais volume algum, porque a morte veiu surprehender o autor, não o deixando continuar. Esta chronica publica noticias muito curiosas da ordem franciscana e muitas noticias biographicas, contando-se entre ellas a do celebre fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo.

Amor da Faia. Horta e monte na freg. de Santa Maria e conc. d'Extremoz, distr. d'Evora.

Amor e Melancholia ou a Novissima Heloisa. Obra interessantissima de Antonio Feliciano de Castilho, 1.º visconde de Castilho. Foi escripta quando o illustre poeta contava 28 annos, publicada em 1828, e reimpressa no Rio de Janeiro. Em 1861 sahiu *nova edição correcta e accrescentada,* contendo mais a *Chave do enigma, parte complementar* em prosa, e intercalados alguns trechos em verso. O livro é todo dedicado á memoria da primeira esposa do autor, D. Maria Isabel de Baena Coimbra Portugal. Esta edição traz uma estampa gravada em madeira, representando o monumento que o 1.º visconde de Castilho mandou erigir no cemiterio dos Prâzeres. A *Empresa da Historia de Portugal* acaba de fazer nova edição d'esta obra, que constitue o vol. 1 da sua collecção das obras do mesmo autor, Lisboa, 1903.

Amora *(Caetano Alberto de Borja e).* Ajudante de milicias de Lisboa. N. em 1782, f. em Lisboa a 16 de novembro de 1849. Assentou praça no regimento de Freire d'Andrade, e tomou parte, sendo cadete, na campanha de 1801. Depois da invasão de Junot, teve a baixa, por occasião do licenciamento do exercito, mas no anno seguinte apresentou-se no seu antigo regimento, quando se reorganisou o exercito. Sendo nomeado ajudante aggregado do regimento de voluntarios reaes de milicias a pé de Lisboa, foi depois servir ás ordens do tenente-general Manuel d'Almeida e Vasconcellos, commandante da peninsula ao sul do Tejo. e instruiu as companhias de caçadores que se formaram n'essas localidades. Em agosto de 1809 teve a nomeação de ajudante effectivo das milicias de Lisboa occidental, e n'esse cargo assistiu á batalha do Bussaco em 1810, e tomou parte na defesa das linhas de Torres Vedras. Em 1817 teve ordem de prisão, por ser accusado de cumplicidade na conspiração de Gomes Freire d'Andrade, mas conseguiu escapar-se, por ser avisado a tempo. Ainda assim, não deixou de ser sentenciado á morte. Com a amnistia que se seguiu á revolução de 1820, voltou a exercer a commissão que tinha antes da sua fuga, e assim se conservou até 1828, em que foi demittido pelo infante D. Miguel. Continuando sempre dedicado ás idéas liberaes, conseguiu estar algum tempo escondido, para se escapar ás perseguições do partido absolutista; no entretanto, em abril de 1829, chegou a ser preso, sendo trazido para Lisboa, passando depois para a torre de S. Julião da Barra. Recuperando a liberdade, em 1833, com a victoria do partido constitucional, foi na manhã de 24 de julho de 1834 buscar armas ao arsenal do exercito, seguindo para a casa da camara, onde tambem assignou o auto da acclamação da rainha D. Maria II. Durante o tempo que esteve preso soffreu muitas privações, que lhe arruinaram a saude, e foi por esse motivo mandado servir no batalhão movel d'Almada, sendo em setembro de 1837 nomeado capitão addido ao forte da mesma villa, em attenção ao seu tempo de serviço e padecimentos que adquirira em defeza da liberdade. No dia 9 de novembro de 1849, sendo accommettido d'uma apoplexia, cahiu na rua, ficando muito ferido; os soldados da estação municipal da praça da Figueira correram a soccorrel-o, conduziram-no ao hospital de S. José, onde falleceu sete dias depois. O enterro foi feito com o producto d'uma subscripção que se abriu entre alguns amigos e antigos camaradas do finado.

Amora. Pov. e freg. de N. S.ª do Monte Sião, do conc. e com. do Seixal, distr. e patriarc. de Lisboa; 2.103 hab. e 303 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. postal permutando malas com o Seixal. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada n'uma linda paizagem, proximo da margem esquerda do Tejo. Por decreto de 26 de setembro de 1895, ficou annexada ao conc. d'Almada, mas voltou ao do Seixal, por ter sido restaurado este conc. pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. Ha em Amora uma fabrica de lanificios, dos srs. Rosado & Rosinha; uma de polvora, da Companhia Africana em Valle de Milhaço, de que é gerente technico o sr. Libanio Augusto d'Oliveira, e outra de vidros, fundada em 1888, pelos srs. José L. da Silva Gomes, Justino Guedes e Jayme Gilman, especialmente para o fabrico das garrafas. A fabrica fundou-se n'uma propriedade do sr. Gomes, á beira do rio, defronte d'Arrentella, e o pessoal operario foi contractado na Allemanha. Em 1889 a empreza passou a uma companhia. No *Occidente*, n.º 475, de 1 de março de 1892, vem uma minuciosa descripção d'esta importante e conhecida fabrica. Em Amora ha tambem uma sociedade de recreio, philarmonica, constituida pelos operarios da fabrica de vidros. N'esta povoação pittoresca e aprazivel existe o palacio e quinta que pertenceram á princeza D. Maria Benedicta, irmã da rainha D. Maria I, viuva do principe D. José, e fundadora do hospital dos invalidos, de Runa. A propriedade passou depois para a infanta D. Izabel Maria, e por sua morte foi comprada pelo infante D. Augusto, pela quantia de vinte e seis contos de réis. O palacio está situado n'uma eminencia, d'onde se descobre toda a quinta, que é vastissima e de esplendida vegetação. Aquella importante propriedade compõe-se da antiga quinta da Princeza, que pertenceu á infanta D. Izabel Maria, e das quintas de Cheiraventos e do Caldas, que D. Augusto comprou; o infante remiu todos os fóros e construiu ou reedificou o bello palacio, que actualmente existe, gastando n'essa construcção cincoenta contos de réis. A quinta ficara em completo abandono depois da morte da infanta D. Izabel Maria; D. Augusto deu grande incremento aos trabalhos, plantou vinhas e pinheiros, fez-lhe toda a especie de cultura compativel com as qualidades do terreno, estabeleceu uma pequena coudelaria que lhe deu productos que fôram premiados nas nossas exposições, mandou abrir poços, seccar pantanos, ajardinar a parte proxima do palacio, fez

acquisição de excellente gado de trabalho, etc. A quinta e palacio eram o encanto de D. Augusto, que não se poupava a despezas para o aformoseamento e beneficio de tão principesca propriedade. A antiga producção de vinho era apenas de oito pipas, e D. Augusto conseguiu elevar esse

Palacio da Amora

numero a sessenta. Por sua morte a quinta da Princeza ficou na posse da Casa Real, em que continua, e a quinta de Cheiraventos foi vendida a um particular.

Amora de Baixo e de Cima. Pov.ª da freg. de N. S.ª do Monte Sião, da Amora, conc. e com. do Seixal, distr. de Lisboa.

Amoreira. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. d'Almeida, distr. e bisp. da Guarda; 475 hab. e 129 fog. Tem est. post. permutando malas com a R. A. B. A.—Cerdeira. A pov. dista 18 k. d'Almeida. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 12, com a séde em Trancoso. Teve foral dado em Lisboa por D. Manuel, em 14 de setembro de 1512. Foi do conc. de Castello Mendo, que se annexou ao do Sabugal; em 1870 é que passou ao de Almeida. || Pov. e freguezia de N. S.ª da Aboboriz, da prov. da Extremadura, conc. de Obidos, com. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria, patr. de Lisboa. 2:099 hab. e 371 fog. Tem Misericordia, hospital, escola do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada ao pé da serra do seu nome, e é terra muito fertil. A egreja tinha dois beneficiados. O parocho, até 1834, era annual, nomeado pelo povo. Teve um castello antiquissimo, que existia ainda no principio da monarquia. Houve aqui o mosteiro de *Valle Bem Feito*, de frades jeronymos, fundado em 1570 por D. Catharina, viuva de D. João III. Estes frades estiveram até então nas Berlengas, mas os piratas barbarescos, quando lhes lembrava, d'ali os levavam como escravos, e por isso elres fugiram para aqui *(V. Berlengas)*. A alcaidalia-mór d'este castello andava na familia dos Mellos. Amoreira foi da Casa das Rainhas. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 1, com a séde em Lisboa. || Pov. na freg. de S. Vicente d'Alcabideche, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de N. S.ª da Alva e conc. d'Aljezur, distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Alvor, conc. de V. N.ª de Portimão, distr. de Faro. || Pov. na freg. de Santo Estevam, de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Braz, do Campanario, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal. || Pov. na freg. de N. S.ª da Gaiola, de Córtes, conc. e districto de Leiria. || Pov. na freg. de S. João Baptista, e conc. de Coruche, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, Cumieira, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de Santo Antonio, Fatima, conc. de Villa Nova d'Ourem, districto de Santarem. || Pov. na freg. de S. Paio, Guimarei, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Cosme e Damião, de Lobreira, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Maurelles, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Romão, de Monriz, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Odeleite, conc. de Castro Marim, distr. de Faro. || Pov. na freg. do Santissimo Nome de Jesus, d'Odivellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Oliveira do Bairro, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Paderne, conc. d'Albufeira, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de S. Bento, de Ribeira Brava, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || Pov. na freg. de Santa Eufemia, de Rio de Moinhos, conc. d'Abrantes, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Vicente e conc. d'Abrantes, distr. de Santarem. || Casal na freg. de N. S.ª da Purificação, de Cachoeiras, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Bartholomeu, Charneca, 3.º bairro de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Enxara do Bispo, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Facundo, conc. d'Abrantes, distr. de Santarem. || Casal na freg. de Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Casal

na freg. de Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de S. Thiago e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Pedro e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de S. Bento do Zambujal, conc. de Redondo, distr. d'Evora. || Herdade na freg. de S. Mathias, conc. e distr. d'Evora. || Herdade na freg. de N. S.ª da Graça e conc. de Monforte, distr. de Portalegre. || Herdade na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Villa Nova da Baronia, conc. d'Alvito, distr. de Beja. || Horta da freg. de S. Lourenço, de Galveias, conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre. || Horta na freg. de S. Lourenço, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alvalade, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de Santa Victoria, do Ameixial, conc. d'Extremoz, distr. d'Evora. || Monte na freg. de Sant'Anna, conc. de Portel, distr. d'Evora. || Monte na freg de S. Bartholomeu, de Outeiro das Oriollas, conc. de Portel, distr. d'Evora. || Quinta na freg. de S. João Baptista, do Lumiar, 3.º bairro de Lisboa.

Amoreira Alta. Casal na freg. de Santa Justa, conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Amoreira de Baixo. Pov. na freg. de S. Lourenço, conc. d'Elvas, distr. d'Evora. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Amoreira do Cabido. Herdade na freg. de N. S.ª da Purificação, da Repreza, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora.

Amoreira de Cima. Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cadafaes, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de N. S.ª da Purificação, de Repreza, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Lisboa. || Horta e monte na freg. de S. Lourenço, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de S. Pedro, Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Amoreira Cimeira. Pov. da freg. de N. S.ª da Paz, da Portella do Fojo, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra. Tem caixa postal.

Amoreira Fundeira. Pov. da freg. de N. S.ª da Paz da Portella de Fojo, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Amoreira da Gandara. Pov. na freg. de S. Vicente, de Sangalhos, conc. d'Anadia, distr. de Aveiro. Tem caixa postal. Teve foral, comprehendido no de Sangalhos, dado em Lisboa a 20 de agosto de 1514 por el-rei D. Manuel.

Amoreira da Gandara (*Quinta e casa d'*). Esta antiquissima propriedade, sita na freg. de Sangalhos, conc. de Anadia, pertence actualmente ao rev. padre Alipio Pinto de Tavares Ferrão, que a houve de seu pae o coronel de milicias da Figueira, José Pinto de Tavares Ferrão Pacheco de Castello Branco. Este ultimo, fidalgo da Casa d'El-rei por successão a seus maiores e alvará de 25 d'agosto de 1826, herdou-a de seus avós Affonços d'Almeida por parte de sua mãe D. Joanna Adosinda Guiomar d'Almeida, senhora da dita casa e quinta, casada que foi com Bernardo José Pinto Tavares de Mendonça, fidalgo da Casa Real. José Pinto de Tavares Ferrão batalhou no cerco do Porto onde se distinguiu no ataque de S. Miguel, desempenhando por esta occasião o cargo de brigadeiro, e com tal denodo que D. Miguel lhe pôz ao peito a real effigie. Já antes fôra agraciado com o grau de cavalleiro da Conceição, como se vê da *Gazeta de Lisboa*. Correm differentes lendas ácerca da casa da Amoreira que a nossa estampa representa, sendo certo porém que a propriedade em que assenta foi aforada pelas freiras de S. Clara, de Coimbra, aos 24 de novembro de 1495, a Fernão Borges Cardoso, escudeiro fidalgo, natural de Aveiro, e a sua mulher Maria Barreto, que a transmittiram a seus descendentes, em conformidade com as palavras do aforamento. O portão da casa tem brazão: escudo esquartelado, no primeiro as armas dos Pintos, no segundo as dos Castellos Brancos, no terceiro as dos Tavares, no quarto as dos Mendonças. Tudo sobrepujado pela corôa ducal que em tempos de D. João V principiaram a usar varios fidalgos, descendentes de ricos-homens de Portugal. Este brazão é mixto, e adoptado por se ter prohibido pela sentença de Pombal o que antes se usara, o qual foi reconhecido ao avô paterno de José Pinto, de nome João Pinto Coutinho Cardoso e Tavora, fidalgo da Casa Real, casado que foi com D. Leonor Ignacia de Mendonça Ferrão de Castello Branco e Silva, por ser descendente com avós conhecidos e todos fidalgos dos Tavares, se-

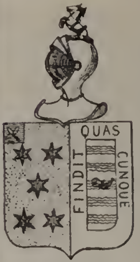

Brazão de João Pinto Coutinho Cardoso e Tavora

Casa de Amoreira da Gandara

nhores de Mira e dos Tavoras, senhores do Mogadouro, como se diz na regia carta de 27 de setembro de 1737. Esse brazão, que tambem reproduzimos em gravura, de que actualmente usam os descendentes d'esta casa por se lhes ter novamente registado em virtude de ser concedido a João Pinto e *seus descendentes* é o seguinte: escudo em pala, na primeira as armas do Tavares, na segunda as dos Tavoras; elmo de prata aberto guarnecido d'ouro, timbre dos Tavares, brica azul com um trifólio de ouro. José Pinto de Tavares Ferrão Pacheco de Castello Branco nasceu na casa d'Amoreira aos 14 de março de 1816 e lá falleceu aos 26 de junho de 1882. Casou com D. Maria José de Avellar, foi XIII senhor da Quinta da Povoa de Recardães *(V. Recardães)*, administrador do respectivo vinculo, e XII representante da Casa de Fontechãs *(V. Fontechãs)* e administrador do respectivo vinculo.

Amoreira dos Pavões. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem

Amoreira da Torre. Quinta na freg. de S. Thiago, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora. Pertenceu aos Mascarenhas, condes de Santa Cruz e duques d'Aveiro. Acerca d'umas estatuas mutiladas que existem ali, transcrevemos alguns periodos d'um artigo, do sr. Gabriel Pereira, publicado na *Revista archeologica*, n.º 8, agosto de 1890, pag. 169 a 171: «A quinta da Amoreira da Torre era antigo solar alemtejano. Era um solar, como muitos outros que então existiam, com as suas fortes torres de dois ou tres pavimentos, as suas frestas e ameias guerreiras, e no pavimento mais alto as janellas ogivaes, em alguns ainda bem conservadas. A torre, o palacio, a capella, as casas baixas da creadagem, e as cocheiras fecham uma quadra ampla com seu portão brazonado. Na casa da entrada do palacio, em dois nichos feitos a proposito, estão duas estatuas romanas: o *marquez* e a *marqueza* degolados, no dizer do povo. Nos *Estudos historicos, juridicos e economicos sobre o municipio de Montemór-o-Novo*, principalmente devidos ao sr. dr. Lopes Praça, vol. I, pag. 45 e 46, diz-se a respeito d'esta quinta: «A commenda da Amoreira era dos condes de Santa Cruz, e andou na casa de Lavradio. N'esta quinta foi recebido pelo marquez de Gouveia D. João V, que ali jantou e pernoitou, em 30 d'outubro de 1716.» O sr. dr. Lopes Praça refere-se depois a uma noticia dada por Faria e Sousa, e accrescenta: «D'aqui se fica sabendo que pelos annos de 1630 era a quinta da Amoreira dos condes de Santa Cruz; e do dizer popular sobre uma estatua, ou mais estatuas mutiladas, que ainda existem; terem sido estroncadas ou descabeçadas quando o foi o duque d'Aveiro, se vê que essa quinta era ainda em 1760 pertença d'esta familia. Passou ao fisco real e ha pouco tempo parava na casa do marquez de Lavradio, e hoje na do sr. Justino Coelho Palhinha.» O proprietario actual é o sr. visconde da Amoreira da Torre. Segundo Faria e Sousa, as estatuas vieram de Mertola para a Amoreira, e foi a gente de Montemór-o-Novo quem as desfez. Não se sabe porque, no tempo não houve agitações profundas na localidade. André de Rezende já fala das estatuas sem cabeça achadas em Mertola *(De antiquitatibus Lusitaniæ*, de Myrtilo); affirma que as estatuas achadas em Mertola estavam degoladas. O que parece provavel, é que as estatuas da Amoreira vieram de Mertola no seculo XVII, tendo sido descobertas no seculo XVI, para os seus nichos que são dois apeuas, feitos de proposito para as conter. Vieram decapitadas; a origem da tradição de *marquez* e da *marqueza* é a tragedia do marquez de Montemór-o-Novo, e a applicação do caso de 1760 vem de que o povo, ou talvez mesmo a autoridade de Montemór fez apear os brazões da casa de Aveiro da Torre e do portão da quinta. E ainda lá estão, e eu procurando pedras lavradas ou com letreiros, dei com elles a um canto da estrebaria, sob uns mólhos de vide. As estatuas são colossaes, sem cabeças e sem mãos; de bom marmore, que não conheço nos arredores de Mertola. As roupagens estão bem conservadas; as arestas nitidas; de uma elegancia, em dimensões, no trabalho e no material. Homem e mulher, ambos togados. As inscripções que estavam nas faces lisas, aos pés, fôram picadas. Parece-me que, em ambas, a roupagem não cobria a cabeça; tinham os pescoços nus.»

Amoreira Velha. Casal da freg. de N. S.ª da Gaiola de Córtes, conc. e distr. de Leiria.

Amoreiral. Horta na freg. de Santo Ildefonso, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre.

Amoreiras. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Odemira, distr. e bisp. de Beja; 2:571 hab. e 592 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 24 k. da séde do conc. e está situada entre quatro sêrros bastante altos. A egreja era da ordem de S. Thiago da Espada. O terreno é pouco fertil; os montes criam lobos, porcos montezes e muita caça. || Pov. na freg. de Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de Santo Antonio, conc. de S. Roque do Pico, distr. da Horta. || Pov. na freg. de S. Braz, do Arco, conc. da Calheta, distr. do Funchal. || Pov. na freg. de Santo Antão, do Caniço, conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Almacave, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de N. S.ª dos Remedios, da Quinta Grande, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal. || Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Sobral da Serra, conc. e distr. da Guarda. || Pov. na freg. de S. Lourenço, de Villa Nogueira d'Azeitão, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cabrella, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora. || Herdade na freg. de N. S.ª das Ciladas, conc. de Villa Viçosa, distr. d'Evora. || Horta na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. d'Alandroal, distr. d'Evora. || Monte na freg. de S. Pedro, de Corval, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. d'Evora. || Monte na freg. de S. Manços, conc. e distr. d'Evora. || Monte na freg. de S. Bartholomeu, de Valle de Prazeres, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco. || Quinta na freg. de N. S.ª da Conceição, de Caria, conc. de Belmonte, distr. de Castello Branco. || Quinta na freg. de S. João Baptista, conc. de Coruche, distr. de Santarem. || Quinta na freg. da Sé, conc. e dist. d'Evora.

Amoreirinha. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Canhas, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || Pov. na freg. de N. S.ª da Paz, de Portella do Fojo, conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra. || Herdade na freg. de N. S.ª da Purificação, de Repreza. conc. de Montemór-o Novo, distr. d'Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Caia, conc. d'Elvas, distr. de Por-

talegre. Monte na freg. de Santa Sophia, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora.

Amoreirinha das Arcas. Monte na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Caia, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre.

Amores. Pov. na freg. de N. S.ª das Reliquias, do Canal, conc. d'Extremoz, distr. d'Evora.

Amores *(Fonte dos).* Celebrado local de Coimbra, que fica n'uma das extremidades do Campo de Santa Clara, ensombrado de cedros gigantescos, que elevam seus pincaros altivos e que a lenda fez contemporaneos de Ignez de Castro, assegurando que elles prestaram sombra aos seus amores, como assegura tambem que, junto da fonte que ali brota, chorou a desventurada amante do rei Justiceiro e foi mais tarde assassinada. E' um sitio encantador pelas suas bellezas naturaes, impregnado de tristeza e saudade, que nos traz á lembrança os desditosos amores d'aquelle grandioso vulto feminil da nossa historia, não obstante as investigações dos eruditos que sustentam que o assassinato de Ignez de Castro teve logar não n'esta fonte mas nos paços reaes, que existiram junto do antigo convento de Santa Clara, do qual eram pertença por doação da rainha Santa Isabel e de que já no tempo de Coelho Gasco apenas restavam ruinas, denominadas o *Culgo* e habitadas por proletarios. Os nossos chronistas sustentam isto mesmo, como por exemplo Ruy de Pina, que na sua *Chronica del Rey Dom Affonso Quarto*, escreve: «—... & *consentido (D. Affonso) na morte da dita Dona Inez acompanhado de muyta gente armada & seveo a Coimbra onde ella estava nas cazas do Mosteyro de Santa Clara.*» A Camões se deve a creação d'esta lenda que immortalisou a *Fonte dos Amores*, que no seculo XVI era denominada *Fonte nova*, sendo baptisada com o nome que hoje conserva depois das referencias do grande poeta no episodio dos seus immortaes *Lusiadas*. Faria e Sousa contribuiu egualmente para a consagração de que Camões revestira este melancholico retiro, pretendendo que o principe D. Pedro confiava ás aguas da *Fonte dos Amores* as cartas destinadas a D. Ignez, servindo de mensageiro um simples barquinho de cortiça que deslisava por um aqueducto que ia dar ao paço de D. Ignez. Saindo das entranhas da terra, á sombra d'uma vegetação exuberantissima, a agua deslisa brandamente, n'um doce murmurio, por um pequeno canal que vae dar a um tanque quadrado, onde fluctuam uns musgos aquaticos que a tradição popular diz serem os cabellos de D. Ignez, por se assemelharem a cabellos loiros. No fundo do cano divisam-se manchas vermelhas que se alastram pelas pedras, e que a lenda quer que seja o sangue que espadanou da ferida quando foi assassinada a formosa amante de D. Pedro I. Os colossaes cedros que abrigam a fonte, constituem o maior encanto d'este delicioso local, havendo poetas que os fazem contemporaneos de D. Ignez, para o que contribuiria o facto de um dos cedros, que foi derrubado em 1838 por um violento furacão, ter entalhado no tronco este verso: «*Eu dei sombra a Ignez formosa*». Os naturalistas, porém, sustentam que os cedros não podiam ter dado sombra a D. Ignez, havendo quem affirme que no tempo d'esta princeza ainda não tinha sido introduzida entre nós esta especie de arvores, que apenas principiaram a ser plantadas no segundo quartel do seculo XVII, junto da ermida de S. José na serra do Bussaco, por mandado do reitor da

Fonte dos Amores

Universidade, Manuel de Saldanha, fundador da mesma ermida. Mas não obstante os reparos que a critica faça á *Fonte dos Amores*, esta continuará a ser um dos sitios mais aprazíveis de Coimbra e um delicioso trecho da formosa *Quinta das Lagrimas*, pertencente a uma illustre familia que ali possue um sumptuoso palacio, o qual na noite de 21 para 22 de dezembro de 1879 foi em parte destruido por um incendio, que reduziu a cinzas a parte do edificio voltada ao oriente e grande numero de preciosidades artisticas e historicas, salvando-se a bibliotheca que encerra valiosas obras impressas e manuscriptas. O palacio foi reconstruido e é hoje uma das melhores vivendas de Coimbra. Uma das proprietarias da *Quinta das Lagrimas* chamava-se D. Antonia Ignez de Castro, sendo talvez esta circumstancia que influisse bastante para que a poesia popular collocasse n'ella o episodio de Ignez de Castro.

Amorim. Appellido de familia nobre em Portugal, oriunda do couto de Amorim, na Galliza. Brazão: Em campo vermelho cinco cabeças de moiros de sua côr, em aspa, cortadas em sangue, com trunfas de prata e azul, e com as barbas de oiro; timbre, um braço armado de prata com uma cabeça na mão como as do escudo, pendurada pela trunfa ou turbante. O primeiro fidalgo d'este appellido, que se encontra em Portugal, no tempo de D. João I, é D. Hylario de Amorim, que entrara ao serviço do duque de Lencastre, sogro d'aquelle monarcha, quando o duque movia guerra a Castella para fazer valer os seus direitos. D. Hylario ficou em Portugal e foi senhor na provincia do Minho da Torre de Amorim, a que deu o nome. Outros nobres do mesmo appellido usaram de escudo esquartelado: no primeiro quartel de verde cinco cabeças de moiros em santor; no segundo duas columnas de prata entre tres vieiras do mesmo; no terceiro de prata um leão negro; no quarto de ouro cinco caldeiras de negro em aspa; timbre, uma aguia vermelha.

Amorim *(Antonio)*. Flautista de muito merecimento e compositor. Viveu sempre em Braga, d'onde era natural e onde morreu em 1872 com mais de 70 annos de edade. Deixou diversas composições de musica religiosa, entre as quaes se notam dois *Benedictus*, que n'aquella cidade ainda se cantam com frequencia.

Amorim *(Antonio Maria de)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, vogal no conselho superior de instrucção publica, director geral do extincto ministerio de Instrucção Publica e Bellas Artes, secretario geral do ministerio do reino, conselheiro, etc. Nasceu na villa da Lourinhã em 8 de dezembro de 1825, quando seu pae ali exercia o logar de medico de partido da camara municipal. É filho de José Antonio de Amorim, bacharel formado em medicina pela Universidade de Coimbra, e de D. Emilia Candida Ventura Freire e Amorim, ambos naturaes da cidade de Coimbra. Formou-se na Faculdade de Direito da Universidade em junho de 1849, obtendo informações distinctas. Pelo seu caracter altamente despretencioso, não acceitou o convite feito pelo dr. Coelho da Rocha para frequentar o sexto anno e tomar capello. Nomeado primeiro official da Secretaria do Conselho Superior de Instrucção Publica, em 17 de janeiro de 1847, serviu com elogio esse logar até 1859, em que o mesmo conselho foi extincto. Exerceu em commissão o logar de secretario da camara municipal de Coimbra, onde se distinguiu, sendo elogiado pela boa ordem e organisação dada á secretaria respectiva. Por decreto de 12 de janeiro de 1860 foi nomeado, precedendo concurso e provas publicas, primeiro official da Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino e em seguida chefe da repartição de instrucção primaria da direcção geral de Instrucção Publica. Serviu por muitas vezes o cargo de director geral de Instrucção Publica nos impedimentos ou vagas dos effectivos, merecendo ser graduado director geral por decreto de 16 de fevereiro de 1865 e elogiado pelo seu zelo e serviço em varios diplomas, e entre elles a portaria do Ministerio do Reino de 19 de julho de 1873, publicada no *Diario do Governo* n.º 161 de 21 do mesmo mez e anno. Por decreto de 18 de julho de 1865 (*D. do G.* n.º 193 de 29 d'agosto) foi agraciado com a carta de conselho de Sua Magestade. Em 1869, quando se extinguiram as direcções geraes no Ministerio do Reino, e ficou reduzida a da Instrucção Publica a uma só repartição, foi d'esta nomeado chefe por portaria de 1 de maio d'esse anno. Serviu de secretario da conferencia escolar na reunião de setembro de 1869 e mereceu por isso um voto unanime de louvor. Em 1870 foi nomeado secretario da Junta Consultiva de Instrucção Publica, logar que exerceu até 1878, sendo o seu serviço por vezes elogiado em sessão da mesma junta. Por decreto de 14 de novembro de 1878 foi nomeado director geral de Instrucção Publica, e por decreto de 19 de julho de 1884 vogal da secção permanente do Conselho Superior d'Instrucção Publica. Em 26 de dezembro de 1885, secretario geral do Ministerio do Reino. Com a creação dos ministerios de Instrucção Publica e Bellas Artes, passou a exercer provisoriamente e depois com provimento definitivo o logar de secretario geral d'esse ministerio em 1890. Extincto este e o Conselho Superior, foi addido á nova Direcção Geral de Instrucção Publica por decretos de 25 de junho de 1892, e nomeado vogal do novo Conselho Superior por decreto de julho do mesmo anno. É socio ordinario do Instituto de Coimbra; socio honorario da Associação dos Artistas de Coimbra; socio benemerito da associação *Civilisação Popular;* socio honorario do Museu de antiguidades do Algarve; Official da Instrucção Publica de França; Gran-cruz da Real Ordem de Izabel a Catholica de Hespanha; Grau de Official da Ordem da Corôa de Italia; commendador da ordem de S. Thiago de merito scientifico, litterario e artistico. Foi nomeado adjunto ao provedor do Asylo de Mendicidade por decre-

Antonio Maria de Amorim

to de 26 de janeiro de 1878, logar que exerceu até maio de 1882, em que foi encarregado de continuar o trabalho da collecção official da legislação portugueza. Fez parte das commissões encarregadas de preparar e dirigir os trabalhos preparatorios para as exposições de França, Italia e Hespanha, e pelos serviços prestados a esses paizes recebeu varias condecorações, e a medalha de honra conferida pelo governo francez. Por portaria de 5 de julho de 1897 foi incumbido de proceder a uma syndicancia ao Lyceu Central de Coimbra, de que apresentou relatorio ao Ministerio, em 31 do mesmo mez.

Amorim *(Francisco Gomes de)*. Ajudante do escrivão da thesouraria da Marinha, servindo em commissão como official da Bibliotheca naval, segundo official da Secretaria da Junta Geral da Bulla da Cruzada, socio da Academia Real das Sciencias e de varias sociedades litterarias nacionaes e estrangeiras. Nasceu em Avelomar, bonita aldeia assentada no regaço d'uma praia da pittoresca provincia do Minho, 2 k. ao N. da Povoa de Varzim, em 13 d'agosto de 1827; falleceu a 4 de novembro de 1891. Era filho de José Gomes de Amorim e de D. Marianna Joaquina Bento. A sua familia era toda composta de lavradores pouco abastados; seu avô paterno era o unico instruido da familia, e o que possuia e gostava de livros. Liberal convencido, mas sereno, tinha-se retirado áquella meia solidão talvez para evitar a vigilancia dos restauradores de 1823, incansaveis em assellarem o seu zelo pelos *direitos inauferiveis*. O velho era muito discreto e falava pouco do passado, por isso nada se sabia ao certo ácerca da sua vida. Se acaso fôra empregado e perdera o logar com a queda da constituição, ou se o cutello demissorio o havia alcançado, vibrado pela mão perseguidora dos vingadores do throno e do altar. Em 1827 todos os tios do poeta, e eram muitos, andavam ausentes, e nunca mais voltaram á patria. Dispersos pelo Brazil e pela Iudia, quando as armas constitucionaes triumpharam em 1833, depois da lucta em que tantos prodigios as illustraram, mais resentidos do que saudosos, nenhum d'elles quiz recolher-se á patria, d'onde os tinham desterrado os odios politicos e a intolerancia. O unico filho que se conservou junto do ancião, por estar casado, foi José Gomes de Amorim, pae do poeta; mas apenas rebentou a guerra, esse mesmo se viu obrigado a tentar fortuna, atravessando os mares e dobrando o Cabo da Boa Esperança. O seu casamento fôra contra a vontade do seu sogro, avô materno do poeta, que as opiniões realistas exaltavam, e, em vez de trazer a paz, ateara ainda mais a discordia entre as duas familias e, forçado pela necessidade, e quem sabe se pelo receio tambem, o desconsolado marido, sem protecção nem recursos, foi constrangido a separar-se da esposa, e a começar a longa serie de peregrinações longinquas, que na maior parte do tempo o sequestraram do lar domestico. A grande pobreza em que seu avô paterno declinára desde 1824, o quasi desapego do avô materno, logo depois reduzido á escassez pelas commoções civis, e os poucos lucros colhidos por seu pae da aventurosa existencia a que se entregára, concorreram para que a meninice de Gomes de Amorim corresse penosa e amargurada. Sua mãe não desanimou com o doloroso quadro de miserias e privações a que a votára a sua meia viuvez. Sem outro amparo mais do que as suas virtudes, abrigada por um tecto humilde, cujo preço deveu por alguns annos, pediu forças á sua ternura para não succumbir, e soube ser mãe exgotando todos os sacrificios. Gomes d'Amorim e seu irmão mais velho entraram na aula das primeiras letras, na aldeia de Avelomar. Seu irmão aproveitou, coroando de rapidos progressos os esforços do mestre, Manuel Corval, que ao mesmo tempo se queixava da preguiça invencivel do nosso poeta, a quem inflingia castigos, que nada conseguiam. A pobre mãe affligia-se muito por vêr que seu filho nada aprendia, e que nem os castigos nem as boas palavras o obrigavam a estudar. A verdade é que na puericia Gomes de Amorim promettia pouco, não tinha agudesas, ditos engraçados, nem facilidade de aprender. Elle proprio o confessava. Os seus talentos, aliás variados, assignalavam-se em outras applicações. Inventava todos os dias um pretexto novo para escapar á aula, atirava á pedra com uma certeza digna dos fundibularios romanos. Não conhecia rival na grande arte de apanhar os passaros a laço, e na corrida disputava o premio aos mais velozes, trepava ás arvores, vindimava as uvas, e arrombava as paredes dos cerrados aos visinhos. Todas estas travessuras aborreciam as pessoas da aldeia, que por vezes o perseguiam para o castigarem. N'essa época os rapazes do Minho enthusiasmavam-se com as noticias de enormes riquezas alcançadas nas terras de Santa Cruz; Manuel d'Amorim, o irmão mais velho do poeta, influido por um d'esses alliciadores da chamada *escravatura branca*, que então abundavam pelas terras da provincia do Minho, resolveu-se a ir para o Brazil, apesar da opposição de sua mãe, dos parentes e mais pessoas, que afinal o deixaram partir, em vista da sua teimosia em seguir viagem. O joven Manuel d'Amorim foi acompanhado por toda a familia até ao Porto, onde, depois d'alguns dias de demora, embarcou. Gomes d'Amorim, vendo muitos outros rapazes seguirem o exemplo do irmão, e tambem influenciado por um d'aquelles alliciadores, decidiu embarcar, e, sem attender nem aos conselhos nem ás lagrimas da mãe, embarcou pouco depois, em 1837, tendo apenas dez annos de edade. Chegando ao Pará, todos os colonos ficaram em exposição até que apparecesse comprador, que assim se póde chamar, a quem vem escolher empregado nas condições d'aquella especie de escravatura branca. Gomes d'Amorim foi então para o estabelecimento d'um commerciante chamado José Maria Fernandes, e ali continuou a sua vida turbulenta, fazendo travessuras aos freguezes, a ponto que os irritavam e se queixavam amargamente. Fernandes, afinal, era bom homem, zangava-se, mas aturava o caixeiro, pensando que se emendasse com a edade. Gomes d'Amorim, muitos annos depois, ainda fallava ás vezes com saudade d'este seu primeiro patrão. Fernandes, contudo, perdeu um dia a paciencia, por uma diabrura seria, que Amorim fez ao creado d'um severo magistrado, e teve de o despedir, tratando de o empregar n'outra casa qualquer; porém a fama d'Amorim, como travêsso tornava-se diabolica, e em loja nenhuma o queriam admittir. Assim chegou aos doze annos, vendo-se quasi ao desamparo, e então envergonhou-se da sua ignorancia. Desejou apren-

der a ler e a escrever bem, começou a applicar-se, e com tanta fortuna, que em poucos mezes conseguiu o que não podera vencer em todo o tempo que andara na aula. A muito custo obteve ser collocado n'um estabelecimento no extremo opposto da cidade. A primeira obra que o acaso lhe deparou, foi a *Historia de Carlos Magno e dos doze pares de França,* que o enthusiasmou. N'aquella epoca era prohibida no Pará a leitura aos caixeiros. Amorim, comtudo, não se importava e ia estudando. Em pouco tempo, tendo alcançado os *Luziadas* de Camões, já decorava e recitava muitas das oitavas d'aquelle immortal poema; fôram estas as primeiras lições de historia e de poesia, que tomou. Aborrecido da vida de caixeiro, jurou deixal-a, e seu irmão e um primo, de que era hospede, em vão teimaram por tornarem a sujeital-o. Convencidos de que nada conseguiam, propuseram-lhe outras carreiras, a de artista, a de padre, a de medico, ou advogado, obrigando-se a concorrerem com as despezas necessarias. Amorim rejeitou todas as propostas. As grandes florestas estavam proximas, e ha muito que elle se sentia como assaltado da nostalgia das selvas, e que ardia em impaciencia de percorrer livre aquellas solidões, cujos perfumes acres nas azas da briza nocturna o convidavam de perto. Via n'ellas a patria do seu pensamento, confessava elle, a terra de eleição com que sonhara. Decidiu-se, e uma madrugada embarcou em uma canôa e partiu para o rio Xinque. Apenas entranhado nas mattas virgens achou-se no seu reino, no imperio da sua phantasia. Depois de vaguear um anno inteiro pelas mattas e cachoeiras do Xingú, subiu o Amazonas, e veiu completar os treze annos ao seio da linda e viçosa villa d'Alemquer, assentada na orla de terra banhada por um braço do immenso rio, entre os grandes lagos Carumurú e Surubiú. Foi ali, em casa d'uma familia indigena, e dentro d'um cesto formado de folhas de bananeira, que entre quatro ou cinco livros velhos, encontrou e leu pela primeira vez o admiravel poema *Camões*, d'Almeida Garrett, edição do Rio de Janeiro. O seu enthusiasmo foi enorme, a vocação adormecida despertou com as harmonias divinas do verso; a alma espandiu se, a natureza appareceu-lhe outra e mais bella, vista por um prisma poetico. O poema *Camões* transformara-o completamente, a musa chamava-o e sorria-lhe do fundo das florestas; achava-se emfim com o destino que sonhara. No seu arrebatamento, lembrou-se de escrever a Garrett. N'uma carta, redigida com a singeleza dos primeiros deslumbramentos, Amorim retratava-lhe a notavel agitação de que se possuira com a leitura do poema *Camões*, e perguntava-lhe se ella seria indicio de engenho captivo, que desejasse soltar-se e voar. Alcançaria resposta? Garrett era grande em tudo. Tempo depois, chegava ao Pará a resposta, no dia 19 de fevereiro de 1846. Garrett, n'uma carta datada de 5 d'outubro de 1845, consolava-o, animava-o, estendia-lhe a mão, dizendo que tivesse esperança. A boa nova da sua vocação era firmada pela penna do mestre. Divulgou se a noticia, muitas pessoas quizeram vêr essas linhas do punho do cantor adorado quasi como um semi-deus em todo o Brazil. Houve incredulos que duvidavam que a carta fôsse verdadeiramente de Garrett, mas um negociante muito acreditado, que conhecia a letra do grande poeta, affirmou ser d'elle, e então todos emudeceram, os que se tinham rido das travessuras da puericia indomita do obscuro caixeiro, converteram-se em seus admiradores. Invejavam lhe como benção aquellas letras que lhe falavam do futuro e das grandezas do espirito. A sorte estava lançada. Gomes d'Amorim resolveu voltar a Portugal, queria admirar de perto o homem, cuja gloria havia mais tarde lançar um raio de luz sobre elle, estimando-o como amigo e honrando-o como poeta. Não ignorava que novas provações e fadigas o esperavam na patria, e que para as promessas do mestre se cumprirem carecia de envidar todos os poderes da vontade, resignado aos mais arduos sacrificios. Recolhia-se pobre e sem protecções como partira. Dos sonhos de ouro que o tinham arrancado ao ninho da infancia, a unica riqueza que trazia era a esperança. Da maneira protectora e amigavel com que foi recebido por Almeida Garrett, fala elle largamente nas *Memorias*, que publicou, em que minuciosamente conta a vida do eminente autor do *Fr. Luiz de Sousa*. A' sombra de tão alterosa arvore, Gomes d'Amorim consagrou se completamente ao estudo; em 1848 já publicava no *Patriota* e na *Revolução de Setembro* as poesias: *Garibaldi, A queda da Hungria* e a *Liberdade,* que causaram a maior impressão. Estas poesias são trechos lyricos d'um grande vigor poetico, e estão reproduzidas nos *Cantos matutinos*. Gomes d'Amorim fôra consagrado poeta, e apresentado por Garrett. Os primeiros escriptores d'aquelle tempo offereceram-lhe um jantar; foi uma festa litteraria a que presidiu Garrett, e em que se reuniram homens notaveis na sciencia, na imprensa e na tribuna, sem excepção de côres politicas. Desde então conviveu muito com Alexandre Herculano, visconde de Castilho, Rebello da Silva, Mendes Leal, etc., Gomes d'Amorim, porém, via-se obrigado a angariar meios de subsistencia, e lembrando-se de aprender um officio, dedicou-se ao de chapeleiro, em que trabalhava durante o dia, ficando-lhe a noite livre para estudar. Garrett interessou-se muito em o empregar, e depois de ser recommendado e apresentado a pessoas influentes, conseguiu entrar na burocracia. Em 1858 foi eleito membro da Academia Real das Sciencias. Gomes d'Amorim tornou-se amigo e admirador dedicadissimo de Garrett, e o grande poeta tambem lhe dispensava toda a estima e consideração. Foi sempre seu companheiro, até que a morte, a 9 de dezembro de 1854, roubou a Portugal aquelle espirito illustradissimo, de saudosa memoria, uma gloria do paiz que o viu nascer. Gomes d'Amorim viu extinguir-se aquella luz de brilho fulgurante, que nunca se apagará no espirito dos que se dedicam e verdadeiramente amam as letras patrias.

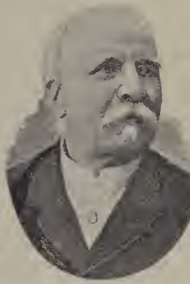

Francisco Gomes d'Amorim

No prefacio da primeira edição dos *Cantos matutinos*, diz Amorim: «Desde o momento em que nos encontrámos pela primeira vez até áquelle em que o vi expirar-me nos braços, proferindo o meu nome e dizendo-me estas derradeiras palavras: *já o não vejo*, devi-lhe sempre a maior affeição e os melhores conselhos que um filho póde receber de seu pae. Foi elle o meu mestre; porém, apesar de todos se dizerem seus discipulos depois da sua morte, não ha ninguem que realmente o represente hoje na litteratura do seu paiz. Segundo a expressão de Theophilo Gauthier: *cada poeta celebre leva comsigo o seu segredo quando desce á sepultura.*» Para lhe suavisar o grandissimo desgosto que lhe causou a perda irreparavel do eminente autor das *Viagens na minha terra*, Amorim entregava-se aos desvelos da familia, sua carinhosa esposa, a sr.ª D. Maria Luiza Barbosa Gomes de Amorim, e seus estremecidos filhos. No gabinete de trabalho, onde a poltrona de Garrett representava uma reliquia veneranda e recordações gratissimas; onde a preciosa livraria disposta em magnificas estantes d'uma belleza severa e modesta, impunham o respeito que se deve ao estudo e ao talento, reuniam-se muitas summidades litterarias, politicas e artisticas. Mais tarde começou a soffrer d'uma enfermidade cerebral que o acompanhou até ao fim da existencia. Comtudo, nos intervallos que os dolorosos padecimentos o deixavam mais socegado, continuava cultivando as letras, e até a desempenhar do modo possivel os deveres officiaes do serviço publico. Não se realisando em 1864 a proposta de reforma que a seu respeito apresentara na camara dos deputados o ministro da marinha, José da Silva Mendes Leal, a qual se fôsse decretada peoraria em vez de melhorar a sua situação pelo cerceamento annual de 200$000 réis no ordenado de 500$000 réis que recebia como empregado d'aquelle ministerio, foi mais tarde, na gerencia de Latino Coelho, promovido de official a conservador na bibliotheca e museu de antiguidades navaes. Esta promoção o obrigou, a novos e extraordinarios trabalhos, que vieram aggravar-lhe os soffrimentos. Nos ultimos annos, Gomes d'Amorim vivia como um anachoreta; não sahia de casa, no largo do Carmo, cuja entrada era no local por onde hoje se entra para o elevador de Santa Justa; entregava-se sómente á familia, com toda a dedicação, e aos trabalhos litterarios, sempre que podia; foi n'esse estado que escreveu a sua ultima obra, *A critica dos Luziadas*. Dedicava-se tambem ao theatro, e no theatro de D. Maria viu representar todas as suas producções dramaticas, algumas das quaes obtiveram grande successo. Um caso doloroso veiu abreviar-lhe a existencia. Em a noite de 3 para 4 de novembro de 1891, cahiu sobre toda a cidade uma chuva torrencial, acompanhada de forte ventania e trovoada; os estragos fôram enormes, as inundações horrorosas. A casa do largo do Carmo não escapou áquella terrivel catastrophe, e Gomes d'Amorim, que se sentira peor, levantou-se da cama á pressa, vendo o quarto todo inundado, de que lhe resultou uma congestão que o victimou quasi repentinamente. Tinha 64 annos de edade.

Amorim *(Obras de Francisco Gomes de)*. Em 1866, emprehendeu Gomes d'Amorim a publicação completa das suas obras, pela seguinte fórma: *Versos. Tomo I, Cantos matutinos. Segunda edição*, Lisboa, 1866. A primeira edição publicara-se em 1858. Este volume comprehende, além dos prefacios d'esta e da edição anterior, uma carta de Antonio Feliciano de Castilho (depois visconde de Castilho) e as composições poeticas divididas em dois livros. Fez-se terceira edição, no Porto, em 1874; *Versos. Tomo II. Ephemeros*, Lisboa, 1866. Este volume, *dedicado á muito illustre e liberal cidade do Rio de Janeiro*, divide-se tambem em dois livros. Entre as muitas notas curiosas que esclarecem algumas d'estas composições, encontra-se a *Carta do autor ao sr. Francisco Paz, secretario do Retiro Litterario portuguez no Rio de Janeiro*, que fôra inserta na *Gazeta de Portugal* de 13 de julho de 1864. Destinada a explicar a razão que motivou a dedicatoria do volume, o autor refere-se muito de espaço n'esta carta ao que se passou, quando achando-se gravemente doente na ilha de S. Miguel em 1863, e desconfiado da vida, quiz prevenir o futuro desbarate e provavel dispersão dos seus livros, propondo-se desfazer-se d'elles, e dando ordem a que fôssem remettidos aos seus amigos do Rio de Janeiro, de quem solicitava o favor de os venderem emquanto estava vivo. A generosidade dos portuguezes e brazileiros obstou a que a venda se effectuasse. Por essa occasião, entre muitos artigos publicados em diversos jornaes, appareceu um, notavelmente conceituoso, de Rinaldo Carlos Montoro, no *Correio mercantil*, do Rio de Janeiro, de 3 d'outubro de 1863. A'cerca da publicação dos *Versos*, em 1866, appareceram em muitos jornaes de Portugal e do Brazil artigos encomiasticos. Os *Ephemeros* tiveram nova edição no Porto, em 1874. O theatro está publicado tambem em diversos volumes, sem numeração de ordem que os distinga: I. *Os incognitos do mundo*, comedia-drama em 5 actos, *Os herdeiros do milionario ou o testamento singular*, comedia em 3 actos, Lisboa, 1869; II. *Odio de raça*, drama em 3 actos, seguido de notas, relativas principalmente a costumes e cousas do Brasil, Lisboa, 1869. Consta que o auctor recebera, com referencia a este drama, uma longa carta muito honrosa de Ferdinand Denis, em que lhe promettia consignar a lenda da *Mãe d'Agua*, que vem nas notas, n'uma nova edição que estava preparando da sua obra *Le monde enchanté*. O *Odio de raça* tornou-se um drama muito popular; no theatro de D. Maria teve um successo, e tem sido representado por muitas sociedades de amadores dramaticos e por companhias ambulantes de Portugal e Brazil; III. *Ghigi*, drama em 5 actos, *A prohibição*, comedia em 3 actos, Lisboa, 186?. A primeira edição do *Ghigi* publicou-se em 1852. Ha tambem uma *contrafacção* d'este drama, feita no Rio de Janeiro em 1861. *Ghigi* tem a singularidade de não entrarem damas. Foi tambem uma das obras de Gomes d'Amorim que se tornaram mais populares; IV. *Figados de Tigre*, parodia de melodrama em 4 actos, seguido de notas e esclarecimentos. Representou-se no theatro de D. Maria, com o titulo *O melodrama dos melodramas*; V. *A abnegação*, comedia-drama em 5 actos, *A viuva* comedia em 2 actos, Lisboa, 1870. *A abnegação* representou-se com o titulo de *Comedia da vida*; VI. *Aleijões sociaes*, comedia-drama em 5 actos, *O casamento e mortalha no céo se talha*, comedia proverbio em 2 actos, Lisboa, 1870. Os *Aleijões*

sociaes representaram-se com o titulo de *Escravatura branca*. VII e VIII. *O cedro Vermelho*, drama em 5 actos, Lisboa 1874. O 1.º volume consta do drama e o 2.º de notas curiosas e interessantes. Escreveu mais, além dos apontados n'esta relação, os dramas *D. Sancho II*, em 5 actos e 1 prologo, e o *Corsario*, em 5 actos. Uma das suas obras mais importantes é, sem duvida, *As memorias de Garrett*, 3 grossos volumes em que se conta minuciosa e esclarecidamente a vida d'aquelle eminente poeta, acompanhada de muitas notas e documentos. A publicação é de Lisboa. O 1.º vol. em 1881, o 2.º e o 3.º em 1884. Gomes d'Amorim collaborou nos seguintes jornaes: *Panorama*, em que publicou *Uma viagem ao Minho*, nos annos de 1853, 1854, 1856, etc.; *Patriota, Regeneração, Reforma, Jardim Litterario*, de que foi redactor e co-proprietario, de 1848 a 1851, e varios outros jornaes litterarios, onde escreveu muitos artigos de critica e revistas theatraes, com os pseudonymos de *Fiera-Mosca* e de *Hoffmann*. Durante alguns annos foi correspondente do *Diario da Bahia*. Collaborou tambem muito assiduamente no *Archivo Pittoresco*, publicando no vol. III d'aquelle excellente hebdomadario, a pag. 10, 21 e 59, um estudo, que ficou interrompido, e que se intitulava: *Poetas portuguezes no Brazil*. No referido volume, a pag. 116, 130, 138, 162, 170 e 222 um estudo, *Ultimos momentos do grande poeta portuguez Almeida Garrett*, com o titulo de *Extractos de um livro inedito*. No tomo XI publicou tambem uns romancesinhos intitulados: *Historia d'um rouxinol, Aventuras de um caranguejo, Rozeiras d'amor*. Na *Revolução de Setembro*, de 10 a 13 de maio de 1869, publicou uma serie de folhetins intitulados *Um photographo portuguez*, os quaes fôram traduzidos na lingua franceza para o jornal *L'Union photographique; Fructos de vario sabor*, Lisboa, 1876, collecção de contos, constando do seguinte: I. *Os imperadores do Brazil em Portugal*, II. *As rozeiras do amor*, III. *Angelo Cardoni*, IV. *Saudades*, V. *Scenas da edade média*, VI. *Salvador Rosa*, VII. *Aventuras d'um defunto*; *Os selvagens*, romance em um vol.; *O remorso vivo*, continuação d'*Os selvagens*, 1 vol.; *Muita parra e pouca uva*, 1 vol.; *O tenente Santelmo*, romance maritimo, 1 vol.; *As Fiandeiras*, 1 vol. Tambem escreveu dois volumes de *Correspondencias litterarias, artisticas e familiares*, um volume de *Estudos diversos*, o poema em dez cantos *Os fructos adulterinos*. Estas obras parece que se conservam ineditas.

Amorim *(Francisco Pedro da Fonseca Anjo Marques Bacalhau Araujo e)*. Bacharel formado em direito. Parece que nasceu em Lisboa e que falleceu em 1829, com mais de 92 annos de edade. Escreveu: *Reflexões politicas e criticas*, Lisboa, 1823, um folheto; *Elogio a El-rei nosso senhor*, Lisboa, 1823, um folheto; *Oração funebre na morte da muito alta e poderosa rainha D. Maria I*, Lisboa, 1816.

Amorim *(Gaspar de)*. Religioso da ordem de Santo Agostinho. N. em Ponte de Lima, f. em Gôa, a 7 d'agosto de 1646, com perto de 70 annos. Professou no convento da Graça, em Lisboa, a 18 de dezembro de 1596. Foi prior da sua ordem em Gôa, deputado na Inquisição, e exerceu ainda outros cargos importantes no Oriente. Escreveu: *Sermão funeral nas exequias do ill.mo e rev.mo sr. D. Fr. Aleixo de Menezes, arcebispo de Gôa, Primaz e Governador da India, mandadas celebrar em Cochim no anno de 1618*, Lisboa, 1620; *Sermão em o Auto da Fé que na cidade de Gôa celebrou o muito illustre senhor Inquisidor Antonio de Faria Machado, em 26 d'Agosto de 1635*, Lisboa, 1637; *Sermão em a solemne celebração dos prodigiosos milagres que Christo Senhor nosso obrou em um crucifixo que está sobre o arco do côro do convento de Santa Monica de Gôa; anno de 1636*, Lisboa, 1647. Sobre este assumpto tambem escreveu um sermão o augustiniano fr. Diogo de Sant'Anna.

Amorim *(João Pedro de)*. Seguiu por algum tempo a vida maritima, e depois a de commerciante. Compoz e imprimiu, em Lisboa, no anno de 1841, um *Diccionario de marinha*, dedicado aos officiaes da armada nacional. Falleceu alguns annos depois de se ter publicado o livro.

Amorim *(José Maria Avelino de)*. Bacharel formado em medicina e cirurgia pela Universidade de Coimbra. N. em Villarinho de Cottas, conc. d'Alijó, distr. de Villa Real, em 7 de março de 1836. Falleceu ha annos. Era filho de Antonio Avelino de Amorim. Escreveu: *Estudos sobre as causas do carbunculo da especie humana. Dissertação para concurso apresentada á escola medico-cirurgica do Porto*, Porto, 1869.

Amorim *(José da Motta Pessoa de)*. Professor publico de ensino primario na freg. de S. Sebastião da Pedreira. N. em Thomar, pelos annos de 1813. Estudou no antigo estabelecimento regio do Bairro Alto. Era filho do dr. Manuel da Motta Pessoa de Amorim, juiz de fóra em Thomar, ou corregedor da comarca. Escreveu: *Compendio de grammatica portugueza para uso das escolas de instrucção primaria*, Lisboa, 1842; *Compendio de Historia universal, extrahido dos melhores auctores*, Lisboa, 1847. Dizem que são seus os artigos que se publicaram n'alguns numeros da *Revolução de Setembro*, datados da *Quinta de Santo Antonio*, e assignados pelo pseudonymo de Manuel Antonio da Silva Rosa.

Amorim. Pov. e freg. de S. Thiago, da Prov. do Minho, conc. e com. da Povoa de Varzim, distr. do Porto, arceb. de Braga; 2:292 hab., 601 fog. Tem esc. do sexo masc. A povoação dista 4 k. da séde do conc. e está situada em campina raza. E' terra muito fertil. Os dizimos eram das freiras de Santa Clara, do Porto; pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 18, com a séde no Porto. || Pov. e quinta na freg. de Santa Maria, de Abbade do Neiva, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Miguel, do Barrio, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Lobão, conc. da Feira, distr. d'Aveiro.

Amorim de Castro *(Joaquim de)*. Doutor em leis, em 22 de junho de 1783, pela Universidade de Coimbra, desembargador da Relação do Rio de Janeiro, juiz da corôa e fazenda, e adjunto ao supremo conselho de justiça militar n'aquella côrte, correspondente da Academia Real das Sciencias, de Lisboa, etc. Era da Bahia. Falleceu no Rio de Janeiro a 28 de fevereiro de 1817. Escreveu: *Memoria sobre a cochonilha do Brazil*. Sahiu inserta nas *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias*, tomo II; *Memoria sobre o malvaisco da villa da Cachoeira, no Brazil*, inserto no tomo III, das referidas *Memorias*.

Amorim Pessoa *(D. João Chrysostomo de)*. Doutor em theologia pela Universidade de Coim-

bra, arcebispo de Gôa, primaz do Oriente, e arcebispo resignatario de Braga. N. em Cantanhede, a 14 d'outubro de 1810, f. a 25 de dezembro de 1888, na quinta de Cabanas em Braga. Era filho de João Dias Pessoa e de D. Francisca Ignacia de Jesus Gomes Murta. Os seus primeiros estudos fôram feitos em Cantanhede, estudando latim com o padre João Sarrilhas de Campos. Entrou para o noviciado no convento de Santo Antonio da ordem de S. Francisco, da referida villa, em 11 de junho de 1826, e professou no mesmo convento a 13 de junho de 1827. Em seguida á profissão foi mandado para o convento de Santo Antonio, da Certã, e a 20 de janeiro de 1828 transferido para o convento de Santo Antonio da Lameda, em Lisboa, onde estudou philosophia racional e moral, geometria e principios de physica, no collegio do mesmo convento, passando depois, em 22 de julho de 1830, para o collegio de Santo Antonio da Pedreira de Coimbra, a completar os seus estudos de theologia. Em 1829 o arcebispo de Cranganor conferiu-lhe ordens menores, no Hospicio da Terra Santa, que então estava estabelecido em Lisboa, onde está hoje o edificio do governo civil. Na capella do paço episcopal de Coimbra recebeu a ordem de sub-diacono, em dezembro de 1831, e a de diacono em 1832, sendo-lhe estas duas ordens conferidas pelo bispo-conde D. Fr. Joaquim da Nazareth. No capitulo, celebrado em 1833 no convento de Santo Antonio da Castanheira, foi nomeado *Passante* ou *Oppositor*. A 19 de setembro de 1835 foi ordenado presbytero, em Lisboa, pelo bispo de Cabo Verde D. Fr. Jeronymo da Soledade. Em 1843 estava matriculado em theologia na Universidade de Coimbra, formando-se em 1849 e tomando capello a 28 de julho de 1850. N'este anno foi nomeado examinador synodal da diocese de Coimbra, pelo vigario apostolico de Coimbra, Dr. Antonio José Lopes de Moraes, e em 1851, por concurso, foi apresentado parocho da egreja de Cantanhede, de que tomou posse a 9 de novembro do mesmo anno. Em 1854 teve a nomeação de professor de sciencias ecclesiasticas no seminario episcopal de Coimbra; em 1855, lente substituto extraordinario da faculdade de theologia, renunciando em seguida á egreja de Cantanhede, sendo pouco depois promovido a lente substituto ordinario. Por decreto de 18 de janeiro de 1856 foi apresentado n'uma cadeira da Sé Cathedral, como arcediago do Vouga, tomando posse a 9 de fevereiro seguinte. A 30 de junho de 1859 foi eleito bispo de Cabo Verde, e confirmado pela Santa Sé, a 23 de março de 1860, sendo sagrado em Santarem, a 23 d'agosto do mesmo anno, pelo patriarcha de Lisboa, D. Manuel, tendo por assistentes os bispos resignatarios de Angola, D. Sebastião e D. Joaquim. Não chegou, porém, a tomar posse d'aquella diocese, por ter sido eleito n'esse mesmo anno de 1860, arcebispo de Gôa, por decreto de 22 d'outubro, tendo a confirmação em 22 de março de 1861, cujas bullas recebeu a 2 de maio de 1862. Partiu para Gôa em 4 de setembro seguinte, indo primeiro a Roma, e visitando Nantes, Orleans, Paris, Lyon, Marselha, Napoles, Messina, Alexandria, Cairo e Suez. Chegou a Gôa a 31 de dezembro de 1862, tomou posse da archidiocese a 11 de janeiro de 1863, começando o seu governo por visitar todas as terras e povos do grande arcebispado primaz do Oriente. De como desempenhou esta difficil missão, ficou bem provado pelas demonstrações de respeito e reconhecimento que todos os povos lhe testemunhavam, como a um dos mais dignos e esclarecidos prelados que tinham até então estado n'aquella archidiocese, chegando o povo de Madrasta a offerecer-lhe uma preciosa medalha de honra na sua visita pastoral, em memoria dos beneficios dispensados pelo illustre arcebispo. D. João Chrysostomo dava tanta importancia a esta medalha, que pedira licença ao governo para a usar. Esteve na India até 5 de fevereiro de 1869 porque o seu estado de saude não lhe permittiu demorar-se mais tempo. Uma das cousas que lhe prendeu mais a attenção foi o ensino do clero, que encontrou muito descuidado; fez grandes reformas no seminario de Rachol, iniciando uma bibliotheca muito precisa para o estudo. Defensor do padroado portuguez no Oriente, combateu quanto em suas forças coube pelos direitos de Portugal, pugnando desafogadamente e com energia pela conservação d'esse padroado. Regressando a Portugal, retirou-se algum tempo da vida activa, vivendo na sua quinta de Santa Monica, proximo de Coimbra, até que em 27 de julho de 1874 foi nomeado coadjuctor do arcebispo de Braga D. José Joaquim de Azevedo e Moura, nomeação confirmada em 17 de novembro seguinte, e tomando posse em 1875. Morrendo o arcebispo de Braga a 27 de novembro de 1876, foi quem o substituiu. No dia 13 de fevereiro de 1877 recebeu o pallio como metropolita e primaz das Hespanhas, na egreja do Sacramento, de Lisboa, da mão do bispo de Bragança, D. José Maria da Silva de Carvalho Martius, e tomou posse solemne na séde archiepiscopal, em 11 de março do mesmo anno. O seu governo tambem se assignalou pela boa administração e zelo pela egreja; mandou fazer obras na Sé, restaurando as suas capellas; no paço archiepiscopal tambem procedeu a obras, incluindo a restauração d'alguns quadros da sala dos arcebispos. Promoveu a mudança do seminario de Braga, do edificio do campo de D. Luiz I para o edificio do convento das Urselinas, cedido pelo governo, a seu pedido, por decreto de 5 de maio de 1882; organisou o estudo de theologia no seminario segundo o programma da Universidade de Coimbra; mandou trasladar os restos mortaes de D. Fr. Caetano Brandão para a capella do seminario dos Orphãos que elle fundara, afim de lhe erigir um mausoleu condigno. Assistiu em Guimarães á inauguração dos trabalhos do monumento a Pio IX na serra de *Santa Catharina*, cerimonia que se realisou pomposamente no dia 18 de junho de 1882. O seu secretario particular, o dr. Alfredo Elviro dos Santos, escreveu uma

D. João Chrysostomo de Amorim Pessoa

memoria muito circumstanciada ácerca d'aquella solemnidade, que publicou em 1882, com o seguinte titulo: *Monumento a Pio IX, Visita do Ex.mo e Rev.mo Snr. D. João Chrysostomo de Amorim Pessoa, arcebispo e senhor de Braga, Primaz das Hespanhas, etc., etc., á cidade de Guimarães por occasião do lançamento da primeira pedra do monumento que vae ser eregido no monte da Penha, na serra de Santa Catharina, suburbios da mesma cidade, em honra do Summo Pontifice Pio IX, por Alfredo Elviro dos Santos presbytero com o curso trienal Theologico do Seminario Patriarchal de Santarem, Bacharel formado em Theologia pela Universidade de Coimbra, secretario particular do Ex.mo e Rev.mo Snr. Arcebispo de Braga, Primaz das Hespanhas, etc., etc.* Em 1882, não se tendo conformado com a resolução do governo, que lhe negou licença para consultar a Santa Sé sobre as ordens que recebera do mesmo governo, decidiu-se a resignar o seu logar, renuncia que lhe foi acceite. Retirou-se então á vida particular, indo viver socegadamente para a sua quinta de Cabanas, proximo de Braga, entregando-se aos seus trabalhos litterarios. D. João Chrysostomo d'Amorim Pessoa era par do reino desde 1871, por nomeação régia, em attenção aos seus meritos e pelos serviços prestados no governo da diocese de Gôa; tinha a commenda da ordem da Conceição desde 1862, e a grã-cruz da ordem de Christo. Era do conselho de S. M., socio do Instituto de Coimbra, do de Vasco da Gama, de Gôa, da Sociedade de Geographia, de Lisboa, da Associação dos architectos e archeologos e de outras corporações. Deixou uma fortuna perto de cem contos de réis, de que fez testamento, contemplando os parentes e instituindo herdeiro universal de todos os seus bens a Misericordia de Cantanhede, com a obrigação de fundar um hospital para os pobres, e estabelecer duas aulas de francez e latim. A livraria, muito importante, deixou-a á camara municipal de Cantanhede, os manuscriptos á bibliotheca da Universidade. A' mitra de Braga deixou as suas carruagens de gala, á Sé o seu calix de oiro, ao cabido os breviarios antigos e missal bracharense; deixou tambem muitas esmolas para o hospicio e pobres de Braga, especialmente os da freguezia de S. Martinho, onde era a sua residencia. São numerosas as suas publicações. N'um espaço de tempo muito superior a um quarto de seculo, o illustre prelado subiu ao pulpito e prégou talvez tres mil sermões. Elle contava isto com orgulho, aliás justificado, e accrescentava que, depois de ser elevado ás mais subidas funcções do clero, muitas vezes ia ao pulpito fazer homilias. O seu cadaver, com todas as honras e cerimonial devidos a tão alto personagem, foi transportado para Cantanhede, onde ficou sepultado. Escreveu: *Theologiæ dogmaticæ Institutiones quas Aloysius Vincentius Cassitus Neapolitana Universitate Sacræ Theologiæ Magister disposuit quæsque in usum Regalis Seminarii de Rachol, correxit et adoptavit D. Joannes Chrysostomos de Amorim Pessoa, Archiepiscopus Metropolitanus Goanensis et Orientis Primas*, Novæ Goæ, 1865, o tomo I; 1868, o tomo II; 1869, o tomo III. Publicou-se segunda edição correcta e augmentada, em 1875; *Historiæ Ecclesiasticæ compendium quod auctore Henrico Guilielmo Wouters, revisit, in meliorem redigit formam et ad Ecclesiasticæ suæ Diœcesis studia apte disponit*, etc., Novæ Goæ, 1868, tomo I; 1869, tomo II; *Collecção das pastoraes e provisões, portarias, editaes e circulares, e de alguns outros documentos attinentes ao governo do... arcebispo de Gôa*, etc., Nova Gôa, 1871; *Pastoral do arcebispo de Gôa e primaz do Oriente .. despedindo-se da archidiocese de Gôa*, Nova Gôa, 1874; *Pastoral ao clero e fieis da archidiocese metropolitana primaz das Hespanhas*, etc. (Sobre a bulla da Santa Cruzada), Braga, dezembro de 1875; *Exhortação pastoral.* (Na publicação do jubileu do anno santo, em 1875), Braga, 1875; *Pastoral*, etc., (Sobre a Bulla), Braga, 1877; *Resposta dada pela commissão administrativa do collegio dos orphãos de S. Caetano de Braga ao officio do governo civil n.º 66, com data de 13 de junho de 1877*, Braga, 1878; *Exhortação pastoral .. em 17 de novembro de 1878*, Braga, 1878; *Carta pastoral publicando o jubileu concedido na Bulla* «Pontifex Maximus» *do SS. Padre Leão XIII*, Braga, 1879; *Circular* (A'cerca do obolo de S. Pedro), Braga, 1879; *Exhortação pastoral... em 8 de janeiro de 1879*, Braga, 1879; *Visita pastoral .. aos arciprestados de Villa do Conde e Barcellos no mez de maio de 1879*, Braga, 1879; *Carta pastoral... por occasião da transferencia do seminario diocesano para o novo edificio*, Braga, 1880; *Provisão. . publicando o indulto apostolico para uso das comidas de carnes na quaresma e concedendo varias faculdades aos confessores em favor dos fieis que tomarem a Bulla da Santa Cruzada*, Braga, 1880; *Cathecismo historico da religião christã*, Nova Gôa, 1863; *Pastoral de saudação* (em que se despediu do clero e dos fieis de Braga), Lisboa, 1883. Além dos documentos registados, ha um volume de documentos importantes em Gôa, hoje raro, muitas outras peças, pastoraes, provisões, portarias de ordens ou providencias geraes dos governos das archidioceses de Gôa e Braga. Sob o titulo de *Obras de D. João Chrysostomo de Amorim Pessoa*, o sr. Carlos Pessoa, sobrinho do distincto prelado, procedeu á publicação de todas as obras de seu tio, em tomos separados, onde se encontram pastoraes, discursos, provisões, e mais documentos. Na *Bibliographia da imprensa da Universidade de Coimbra, nos annos de 1874 e 1875*, pag. 95 a 102, vem uma extensa biographia, publicada por Seabra de Albuquerque. D. João Chrysostomo fundou *A Semana religiosa bracharense*, que durou desde 1875 a 1886; escreveu varios artigos anonymos sobre assumptos ecclesiasticos para differentes revistas religiosas. Consta que estão ineditos: *Memoria sobre o padroado portuguez, por ordem do governo, no mez de janeiro de 1880.*

Amorim e Vasconcellos *(Francisco Pereira de).* Pharmaceutico, administrador da pharmacia do Hospital da Trindade, no Porto, secretario da créche de S. Vicente de Paula, na mesma cidade, fundado em 1853. N. em Concelho do Bem-viver, bispado do Porto, a 26 de fevereiro de 1812; f. a 25 de julho de 1859, em estado de alienação mental, resultado das tentativas que por vezes empregara para se suicidar. Amorim e Vasconcellos nos ultimos annos em que viveu. influenciara-se muito pelo espiritismo; tinha divagações incoherentes por cousas sobrenaturaes: parecia atacado d'uma febre cerebral de homœpathia; entendia o mysterio das dynamisações infinitesimaes; não duvidava assegurar que dez gotas de nux lançadas das Berlengas ao mar podiam con-

verter o oceano n'um remedio bom para dôres de estomago, de cabeça e outras. As demonstrações sahiam-lhe claras e irrecusaveis como uma operação algebrica. Por occasião da cholera-morbus, em 1856, escreveu judiciosas considerações sobre as epidemias, e questionou com violencia nos jornaes com os contradictores das suas doutrinas. Escreveu tambem sobre homœpathia na gazeta especial d'aquelle systema. Em 1858, vendo-se com bens de fortuna, começou a scismar no casamento. A edade já não era muito propria para o lar conjugal, e além d'isso, elle emagrecera extraordinariamente depois que se entregara a estudos de espiritismo. Conservou-se sempre solteiro. Andava pensando nas mezas de pé de gallo, movidas pelo impulso magnetico dos dedos e explicava o phenomeno. Entregava-se de continuo a experiencias de somnambulismo; dizia que tinha achado uma somnambula lucidissima: era uma actriz do theatro de S. João. Pouco tempo antes de morrer, dizia elle: «o logar dos espiritos não é aqui no globo sublunar.» Dias depois, debruçou-se n'uma janella do terceiro andar da casa da rua do Bom Jardim, onde morava, inclinou-se muito sobre o peitoril e deixou-se cahir, fallecendo minutos depois. Tinha feito testamento deixando parte dos bens á pharmacia homœpatica, parte á créche de S. Vicente de Paula e parte aos parentes. Não se esqueceu tambem de deixar um pequeno legado á actriz somnambula. Amorim e Vasconcellos era doutissimo na sua especialidade, talvez o primeiro chimico esperimental do Porto. Era bemfazejo e liberal com os pobres, mas comsigo austeramente economico. A apprehensão sobre o espiritismo e o somnambulismo transtornaram-lhe a cabeça; ainda assim tinha momentos de perfeita lucidez. Publicou o seguinte livro: *Breves considerações sobre epidemias em geral*, Porto, 1857; *Addittamentos ás Breves considerações sobre epidemias em geral*, etc. Porto, 1857. Amorim e Vasconcellos foi redactor do *Boletim de Pharmacia e sciencias accessorias*, publicado no Porto.

Amorim Vianna *(Pedro de)*. Bacharel formado em mathematica pela Universidade de Coimbra, e lente proprietario d'esta secção na Academia Polytechnica do Porto, tendo anteriormente alcançado em concurso a cadeira de logica no lyceu nacional de Lisboa, que pouco tempo regeu, em consequencia do seu novo despacho. N. em Lisboa a 21 de dezembro de 1823, f. em 1873. Era filho de João Antonio de Amorim Vianna e de D. Maria Felisarda O'Neill. Era considerado como um dos nossos primeiros mathematicos, e desde o tempo em que estudava, era conhecido pelo cognome de Newton. No jornal litterario *A Peninsula*, que no Porto se publicou em 1852, escreveu muitos artigos philosophicos e economicos, sobresahindo entre elles a sua analyse das contradicções economicas de Proudhon, trabalho que, segundo o juizo dos eruditos, é só por si bastante para crear uma grande reputação. A *Peninsula* fôra fundada por Amorim Vianna, juntamente com Arnaldo da Gama, e os professores Delfim Maria d'Oliveira Maia e Antonio Ribeiro da Costa e Almeida. Collaborou tambem em outros jornaes litterarios e politicos, contando-se n'esse numero *O Clamor publico*, onde escreveu com mais assiduidade. Consta que compoz um *Compendio de pilotagem*, mas parece não ter sido publicado. Escreveu mais: *Cartas ao ministro do reino, por Pedro de Amorim Vianna*, etc., Porto, 1863.

Amorique. Casal na freg. de Santo Antonio, das Vendas Novas, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora.

Amorosa. Pov. da freg. de S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro. ‖ Casal da freg. de S. Pedro, de Azurem, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Quinta na freg. de S. Salvador, de Ceivães, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Ampapa. Pov. do distr., com. e prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Amparo *(Rodrigo Barba Alardo de Lencastre e Barros, 1.º visconde do)*. Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, por alvará de 9 d'agosto de 1825; administrador dos vinculos do Amparo em Leiria, de Santo Antonio da Ribeira de Litem, da casa da Matreina, em Thomar, do d'Amoreira, do de Real e de Caldellas, em Braga; 13.º administrador do da Romeira em Santarem, instituido por Fernão Barba, e outros vinculos; tenente-coronel do regimento de milicias de Leiria. N. a 16 de setembro de 1818, f. a 24 d'abril de 1865. Era filho de Gonçalo Barba Alardo de Menezes Barros e Lencastre, moço fidalgo com exercicio da Casa Real, por alvará de 23 de setembro de 1800; alcaide-mór de Leiria, cargo que pertenceu desde muitos annos a esta nobre familia, que é das mais antigas do reino; comtudo não fôram elles os primeiros alcaides-móres de Leiria, por quanto d'esta alcaidaria teve mercê Fernando de Sousa, por carta d'el-rei D. Affonso V, datada de Coimbra a 20 de setembro de 1445. Barros e Lencastre era tambem 12.º administrador do morgado da Romeira, em Santarem, e do morgado instituido por Fernão Rodrigues Barba, o *Mouco*, de que era cabeça do dito morgado a quinta do Sirol junto a Leiria; administrador dos vinculos de Santo Antonio da Ribeira de Litem, do da Amoreira, e do de Real e Caldellas em Braga, da Capella de Garcia Barba, da Casa de Matreina, em Thomar, e outros; tenente-coronel aggregado ao regimento de milicias de Leiria; coronel do regimento de milicias de Braga, e antes major de cavallaria n.º 4. Era casado com D. Augusta Mathilde Pinto de Souza, filha dos 1.ºs viscondes de Balsemão, com grandeza, Luiz Pinto de Souza Coutinho, grã-cruz da ordem de S. Bento d'Aviz, e cavalleiro da ordem do Tosão de oiro de Hespanha; tenente-general do exercito, conselheiro d'Estado, ministro plenipotenciario á côrte de Londres, ministro dos negocios extrangeiros, guerra e reino. O visconde do Amparo casou em 16 de novembro de 1843 com D. Henriqueta Christina Corrêa Henriques de Noronha, filha dos 1.ºs viscondes da Torre Bella. Esta senhora sobreviveu treze annos ao visconde seu marido, fallecendo em Vizeu a 31 de maio de 1878. O titulo ficou extincto, por não ter sido renovado na filha unica dos viscondes do Amparo, D. Emilia Augusta Barba Alardo, casada com Antonio d'Albuquerque do Amaral Cardoso, fidalgo da Casa Real por successão a seus maiores, filho primogenito de Antonio d'Albuquerque do Amaral Cardoso, senhor da casa do Arco em Vizeu, e dos vinculos dos Coutos: Pindo, S. Francisco do Monte, Tourães, Taboza, Arcozello, Sernancelhe, Sendim e Barcos, fidalgo cavalleiro da Casa Real pelo alvará de 22 d'agosto de 1823, por successão a seus

maiores. O titulo foi concedido pelo decreto de 30 d'agosto de 1823. O brazão d'armas é o seguinte: Escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Barbas, em campo de prata uma cruz de preto florida e vasia, entre dois ramos de hera, que principiando no fundo do escudo, se vão estendendo em orla até se juntarem no meio do chefe; no segundo, as armas dos Lencastres, que são as armas do reino, com uma cotica negra em contrabanda, que passa por baixo do escudinho do meio; no terceiro quartel as armas dos Barros, dos do concelho de Regalados, descendentes do nosso chronista João de Barros, em campo vermelho tres bandas de prata, e sobre o campo nove estrellas de oiro, uma no primeiro alto, tres em cada um dos do meio, e duas no fundo do escudo; e no quarto as armas dos Alardos, em campo vermelho tres flôres de liz de ouro em roquete, com um crescente de prata no centro.

Amparo. Pov. da freg. de S. Thiago, de Faia, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Martinho, conc. e distr. do Funchal. || Pov. na freg. de S. Pedro, na Ponta do Pargo, conc. da Calheta, distr. do Funchal. || Quinta, na freg. de S. Thiago, de Marrazes, conc. e distr. de Leiria. || Logar na freg da Sé e conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Casal da freg. de S. Braz, conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || Roça da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. || Praso do distr. de Sofala, prov. de Moçambique, situado entre os rios Donde e Gorongoza e conquistado aos cafres Quitives em 1811.

Ampaza. Pov. de um pequeno estado do mesmo nome na Africa Oriental, na foz do Patta. Houve aqui um forte construido pelos portuguezes.

Ampeta. Territorio na Africa Oriental portugueza, prov. de Moçambique, distr. de Sofala. Faz parte do paiz dos Butongas e é fronteiro á ilha Chiloane.

Ampróa. Pov da freg. de S. Mamede, de Escariz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Catharina, de Pousa, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Anachoreta. Eremita ou monge, vivendo na solidão dos desertos. Em Portugal abundaram antigamente estes solitarios; «os seus mais escabrosos rochedos, os seus valles mais profundos, retirados e sombrios fôram testemunhas oculares das suas rigorosas penitencias, diz Viterbo no seu *Elucidario.* João Cirita na Beira foi o ecco dos da serra d'Ossa no Alemtejo, a relação de todos occuparia dilatados volumes. No anno de 1142 D. Affonso Henriques doou a herdade de Tarouquella ao mosteiro de Grijó, com obrigação de dar tudo o preciso para comerem e vestirem os tres monges, eremitas, ou anachoretas, a saber: Pedro, filho do conde Affonso e Pedro Tição, e Sueiro, os quaes renunciando todas as commodidades do mundo: *Vivunt in solitudine, quæ est in ripa fluminis Ardæ.* E o soberano, ambicioso de participar das suas orações, se propunha assistir-lhes com todo o necessario. Pela morte dos tres anachoretas ficaria livre ao mosteiro a herdade de Tarouquella.

Anachoreta. Casal na freg. de S. Salvador, conc. e distr. de Santarem.

Anacleto. Casal na freg. de S. Pedro, conc. d'Obidos, distr. de Leiria.

Anacos. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, conc. d'Ancião, distr. de Leiria.

Anadaria. Antigo direito que parece consistir nas forragens devidas ao anadel. Em 1385, por carta de 10 de abril, aboliu D. João I este direito pelos vexames que por elle soffria o povo de Lisboa. Segundo Viterbo, *anadaria* era o districto em que o capitão de bésteiros tinha poder e jurisdicção.

Anadel. Até ao reinado de D. Fernando I designava-se por este nome o capitão de bésteiros, assim de cavallo como da guarda do couto e do monte, que chamavam de *fraldilha,* e tambem de *espingardeiros* || *Anadel-mór.* Commandante de certo numero de companhias commandadas por anadeis. || *Anadel-mór do reino.* Chefe de todas as forças commandadas pelos anadeis-móres.

Anadelaria. Posto de anadel, jurisdicção de anadel. Imposto relativo ao anadel.

Anadia *(João Rodrigues de Sá e Mello, 1.º visconde e 1.º conde de).* Moço fidalgo com exercicio, accrescentado a fidalgo escudeiro, pelo alvará de 14 de fevereiro de 1786; primeiro senhor donatario da villa de Anadia, para a possuir em sua vida, da mesma fórma que teve a Universidade de Coimbra por carta de 17 d'abril de 1787; commendador de S. Paulo de Maçãs, no bispado de Coimbra; alcaide-mór de Campo Maior, tambem em sua vida, por decreto de 24 d'abril de 1786; conselheiro do conselho da Fazenda de Capa e Espada; ministro plenipotenciario á cô te de Berlim; socio livre da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Ignora-se a data do nascimento; f. a 30 de dezembro de 1809. Era filho de Ayres de Sá e Mello, moço fidalgo com exercicio, accrescentado a fidalgo escudeiro, por alvará de 16 de junho de 1734; senhor do praso e morgado d'Anadia; senhor dos morgados da Louzã e de N. S.ª do Livramento, em Coimbra; conselheiro do conselho da Fazenda de Capa e Espada; ministro plenipotenciario á côrte de Napoles, embaixador na de Madrid; secretario d'Estado adjunto ao marquez de Pombal, e secretario de Estado dos negocios extrangeiros e da guerra. Sua mãe era D. Maria Antonia de Sá Pereira, filha de Manuel de Sá Pereira, fidalgo da Casa Real, por successão de seus maiores, senhor da casa de Condeixa, cavalleiro da ordem de Christo, mestre de campo do terço de infantaria auxiliar da comarca de Coimbra. João Rodrigues de Sá e Mello seguiu a carreira diplomatica; casou com D. Maria Antonia de Carvalho Cortez de Vasconcellos, filha de Manuel Antonio Cortez de Vasconcellos, fidalgo da Casa Real e senhor do morgado de Santa Eufemia. D'este consorcio não houve geração. O titulo de visconde d'Anadia foi concedido por carta de 8 de maio de 1786. Na *Resenha das familias titulares e grandes de Portugal,* de Albano da Silveira Pinto e visconde de Sanches de Baena, 1.º vol. pag. 96, vem publicado este decreto: «D. Maria I, Rainha, etc Attendendo ao bem que por espaço de vinte e seis annos Me tem servido Ayres de Sá e Mello, nos empregos de Ministro Plenipotenciario em Napoles, d'onde passou para embaixador em Madrid; de Secretario d'Estado adjunto ao Marquez de Pombal, e de Secretario d'Estado dos Negocios Extrangeiros e da Guerra; e de haver-lhe supplicado para seu filho João Rodrigues de Sá e Mello, as mercês com que Eu Me dignasse de attender aos ditos serviços, para um testemunho do que Me haviam sido gratos: Tendo consideração ao referi-

do, e em rememoração dos sobreditos serviços: Hei por bem fazer mercê ao mesmo seu filho João Rodrigues de Sá e Mello, de Visconde da Anadia, com o Senhorio da dita Villa, para o possuir na mesma fórma que tem a Universidade de Coimbra, da Commenda de S. Paulo de Maçãs da ordem de Christo, no Bispado de Coimbra; e da Alcaidaria-mór de Campo Maior, tudo em sua vida sómente. E não sendo da Minha Real Intenção prejudicar a referida Universidade, no que lhe pertence, Lhe deixo salvo o direito que lhe compete para poder requerer na Minha Real Presença a compensação da sobredita Villa da Anadia, para Eu lhe deferir como fôr de justiça. Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, em 24 de abril de 1786. Com a real firma.» O titulo de visconde foi elevado a conde por decreto de 17 de dezembro de 1808, pela regencia do principe D. João, depois D. João VI. Brazão d'armas: Um escudo com as armas dos Sás, o campo enxequetado de prata e azul, de seis peças em faxa, tendo no centro um pelourinho de prata. Timbre, meio bufalo de sua côr, enxequetado de prata, com uma argola nas ventas.

Brazão dos condes de Anadia

Anadia *(José Antonio de Sá Pereira, 1.º visconde d'Alverca e 2.º conde de).* Segundo donatario e alcaide-mór da villa d'Alverca; alcaide-mór da villa de Montemór-o-Velho; commendador de S. Pedro de Pinhel da ordem de Christo, em verificação de vida concedida a sua cunhada a baroneza d'Alverca, e bem assim nas duas alcaidarias, e na dita commenda de Pinhel para se verificar em filho ou filha, pelo alvará de 23 de dezembro de 1804, decreto de 9 de novembro de 1805 e carta de 18 de maio de 1810; enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Portugal nos Paizes Baixos em 1750; em missão extraordinaria á côrte de Vienna d'Austria, onde residiu por espaço de quatro annos; transferido para a côrte de Napoles, onde permaneceu quarenta e quatro annos, sempre em effectivo serviço do Estado; commendador da commenda das Hervagens na ilha de S. Miguel na ordem de Christo; cavalleiro de justiça da ordem de S. João de Jerusalem; doutor na faculdade de Canones pela Universidade de Coimbra. N. a 11 de dezembro de 1731, f. a 3 de março de 1813. Era filho de Manuel de Sá Pereira, fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores; senhor da casa de Condeixa, cavalleiro da ordem de Christo, mestre de campo do terço de infantaria auxiliar da comarca de Coimbra, patente de 24 de outubro de 1733. Sua mãe era D. Marianna Placida de Menezes, filha de D. Francisco Furtado de Mendonça e Menezes, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo, senhor da Barca, Souto de Rebordões, Castello de Neiva, Torre de Magalhães e Leomil, casas e morgados de Argemil, Ferreiras e Antas. Depois de se doutorar em canones, aos 19 annos, seguiu a carreira diplomatica. Casou a 2 de fevereiro de 1799 com D. Maria Joanna de Sá Menezes, condecorada com a Estrella da ordem de S. João de Jerusalem, filha de Simão Paes do Amaral, moço fidalgo da Casa Real; decimo senhor de Mangualde, segundo senhor de Abrunhosa e Villa Mendo, e de sua mulher D. Isabel Luiza d'Almeida e Vasconcellos Quifel Barbarino, herdeira por sua mãe, de varios vinculos. Succedeu na casa de Condeixa e titulo d'Alverca a seu irmão João Antonio de Sá Pereira, 1.º barão d'Alverca (V. *este nome).* Foi elevado a visconde d'Alverca da Beira, em duas vidas, por decreto de 4 e carta de 12 de novembro de 1805, em attenção aos seus longos serviços na carreira diplomatica, e aos serviços militares de seu irmão. Teve a concessão do titulo de 2.º conde d'Anadia, succedendo a seu sobrinho, o 1.º conde, João Rodrigues de Sá e Mello, por decreto de 17 de dezembro de 1812, e carta de 23 de fevereiro de 1813. D'este consorcio houve tres filhas: D. Maria Luiza, que foi a 2.ª viscondessa d'Alverca (V. *este nome),* em verificação de vida, e mais uma vida no titulo de 3.ª condessa d'Anadia, por decreto, passado no Rio de Janeiro, de 17 de dezembro de 1815, e carta de 15 de junho de 1816. Esta senhora casou com seu tio, Manuel Paes de Sá do Amaral d'Almeida Quifel Barbarino, que foi o 3.º conde d'Anadia, pelo seu casamento (V. *este nome).* As outras duas filhas fôram: D. Maria José, que casou com José Maria Salema de Saldanha, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, de quem enviuvou, recolhendo-se então ao convento da Encarnação, de commendadeiras da ordem de S. Bento e Aviz, onde foi moça do côro; e D. Maria Joanna que falleceu solteira.

Anadia *(José Maria de Sá Pereira e Menezes Paes do Amaral Almeida e Vasconcellos Quifel Barbarino, 4.º conde de).* Official-mór honorario da Casa Real; 12.º senhor da casa de Mangualde; 5.º senhor do morgado e quinta d'Anadia e dos morgados de Monperres e Almeida; 13.º senhor da casa de Sás em Condeixa, e do morgado do Sobreiro. Nasceu a 4 de março de 1839, e falleceu a 10 de julho de 1870. O titulo de conde de Anadia foi em verificação de vida concedida no mesmo titulo a sua mãe, a terceira condessa, por decreto de 31 d'outubro de 1855. Casou a 12 de dezembro de 1861 com D. Anna Maria Juliana de Moraes Sarmento, filha de Christovam Pedro de Moraes Sarmento, 1.º visconde e 1.º barão da Torre de Moncorvo, e de sua segunda mulher, a viscondessa D. Carolina Guilhermina Jordan. O conde d'Anadia tornou-se muito popular pela sua vida aventurosa e picaresca, que lhe deu certa celebridade. O povo estimava-o pela fórma franca e sympathica como elle o tratava; via-se muitas vezes em passeios e nas casas de comidas dos arrabaldes de Lisboa, dedicava-se a amores faceis, e estacionava muito no Rocio, junto ao Arco do Bandeira, n'uma tendinha que se conserva ainda hoje, e ficou conhecida pela tendinha do conde d'Anadia. Porém, n'este meio em que por vezes vivia, conservava sempre a sua linha fidalga e fazia-se respeitar. Falleceu apenas com 31 annos, e a sua morte foi muito sentida e pranteada pelo povo, que sinceramente o estimava. Entre as cantigas populares de Lisboa figurava o *fado do conde d'Anadia*, em que se deplorava, em quadras plangentes, a morte do sympathico e popular fidalgo. Deixou tres filhos: Manuel de Sá Paes do Amaral, que foi o 5.º conde d'Anadia,

ha pouco fallecido *(V. este nome)*, José de Sá Paes do Amaral, actual visconde d'Alverca *(V. este nome)*, e Carlos de Sá Paes do Amaral, actual visconde d'Alferrarede *(V. este nome)*. A condessa D. Anna Maria Juliana de Moraes Sarmento nasceu em Londres a 10 de fevereiro de 1844. Tendo enviuvado em 1870, passou a segundas nupcias, em Coimbra, no dia 15 de fevereiro de 1879, com o conde de Villar Secco, Joaquim de Carvalho Ponce de Leão, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, deputado em differentes legislaturas e proprietario em Villar Secco. Pelo seu casamento ficou sendo condessa d'este titulo. Falleceu em 7 de março de 1903.

Anadia *(Manuel Paes de Sá do Amaral d'Almeida e Vasconcellos Quifel Barbarino, 3.º conde de)*. Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, por alvará de 8 d'outubro de 1802; par do reino, official-mór honorario da Casa Real, decimo senhor da casa de Mangualde, quarto senhor dos morgados de Monperres e Almeida, senhor da quinta e morgado d'Anadia, e quinto senhor donatario da Abrunhosa e Villa Mendo, presidente da extincta Junta da Serenissima Casa de Bragança, commendador da ordem de Christo. Nasceu a 7 d'abril de 1781, e falleceu a 29 de maio de 1859. Era filho de Simão Paes do Amaral, moço fidalgo com exercicio na Casa Real por successão a seus maiores, nono senhor da casa de Mangualde, e terceiro senhor d'Abrunhosa e Villa Mendo. Sua mãe era D. Izabel Luiza d'Almeida e Vasconcellos Quifel Barbarino, senhora dos morgados de Monperres e Almeida, filha de Manuel Estevão d'Almeida Vasconcellos Quifel Barbarino, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, por successão a seus maiores; conselheiro do Conselho Ultramarino; desembargador da casa da Supplicação, com exercicio na Relação e Casa do Porto; syndyco do hospital real de Todos os Santos; alcaide-mór de Penedono, e cavalleiro professo na ordem de Christo. O conde d'Anadia foi suspenso no exercicio do pariato, em consequencia do decreto com força de lei de 28 de maio de 1834, que considerou como resignando aquella honra os pares do reino que praticaram quaesquer actos politicos que offendessem as disposições da Carta Constitucional que instituira a camara dos pares, ou que d'algum modo contribuiram para sustar o regimen constitucional, estatuido pela mesma Carta. Este decreto foi revogado pelo decreto com força de lei de 25 de maio de 1851. Foi-lhe expedida nova carta régia de par do reino, em 15 de dezembro de 1849, em virtude da qual prestou novo juramento e entrou no exercicio do pariato em sessão de 7 de janeiro de 1850. Casou em 23 de maio de 1821 com sua sobrinha materna D. Maria Luiza de Sá Pereira de Menezes de Mello Soutomaior, terceira condessa de Anadia e segunda viscondessa d'Alverca da Beira, filha do 2.º conde d'Anadia. Manuel Paes do Amaral teve autorisação de usar do titulo de conde por carta de 31 d'agosto de 1822. D'este matrimonio houve os seguintes filhos: D. Maria Joanna, que casou com o quarto conde da Louzã, D. João José Lencastre de Basto Baharem *(V. Louzã)*, D. Maria Izabel e D. Maria da Gloria, que falleceram solteiras, José Maria, que foi o quarto conde d'Anadia *(V. este nome)*, Simão das Chagas, que casou com D. Carlota Amalia de Moraes Sarmento, filha do primeiro visconde e primeiro barão da Torre de Moncorvo, Christovam Pedro de Moraes Sarmento e de sua primeira mulher, a baroneza D. Carlota Amelia Jordan. Esta senhora enviuvou, e passou a segundas nupcias, a 28 de novembro de 1877, com o marquez d'Oldoini, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario do rei d'Italia junto á côrte de Lisboa; a ultima filha foi D. Maria das Dores, que casou com Manuel d'Almeida e Vasconcellos do Soveral de Carvalho da Maia Soares d'Albergaria, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, filho dos terceiros condes da Lapa *(V. Lapa)*.

Anadia *(Manuel Paes de Sá do Amaral Pereira e Menezes Quifel Barbarino, 5.º conde de)*. Illustre fidalgo por successão de seus maiores, official-mór honorario da Casa Real, herdeiro de todas as honras e dignidades de seu pae. Nasceu em 2 d'outubro de 1862; falleceu em 25 de maio de 1903. Era filho primogenito do 4.º conde de Anadia, José Maria de Sá Pereira e Menezes Paes do Amaral Almeida e Vasconcellos Quifel Barbarino, e da condessa D. Anna Maria Juliana de Moraes Sarmento, filha do 1.º visconde e 1.º barão da Torre de Moncorvo, que passou depois a segundas nupcias com o conde de Villar Secco, Joaquim de Carvalho Ponce de Leão, já hoje fallecida. Casou com D. Maria da Graça Barros Lima, filha do conselheiro Barros Lima, par do reino e governador civil d'Aveiro, e de sua esposa D. Maria Biester de Barros Lima; foi dama honoraria de sua magestade a rainha senhora D. Amelia. Falleceu em Paris a 22 de outubro de 1902. O seu cadaver foi trasladado para Lisboa e ficou sepultado em jazigo de familia. Era irmã da sr.ª condessa d'Alferrarede e da esposa do sr. Carlos Maria Eugenio d'Almeida, par do reino. O conde d'Anadia exerceu por algum tempo a carreira diplomatica. Dois filhos seus, ainda de menoridade, serviram de moços fidalgos, na ceremonia do juramento do actual principe herdeiro senhor D. Luiz Filippe. O titulo de 5.º conde de Anadia foi renovado por decreto de 22 de fevereiro de 1882. A casa d'Anadia é uma das mais ricas e illustres da Beira Alta, onde possue em Mangualde um esplendido palacio e importante quinta. O conde falleceu repentinamente, victima d'uma congestão cerebral.

Anadia. Villa da prov. do Douro, séde de conc. e de com., distr. de Aveiro, relação do Porto, bisp. de Coimbra. Não tem egreja matriz, pertencendo a duas freguezias, Moita e Arcos, seis mezes no anno a cada uma. Faz parte da 5.ª div. mil., 9.ª brig., grande circumscripção militar do centro e do distr. de recrutamento e reserva n.º 24, com a séde em Aveiro. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. e telegraphica com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. Norte. O concelho comprehende 12 freg.ª com 3:946 fog. e 17:159 hab., sendo 7:579 do sexo masc. e 9:580 do fem. As freguezias são as seguintes: Ancas (N. S.ª d'Assumpção), 484 hab., 212 do sexo masc. e 272 do fem.; Arcos (S. Paio), 2:096 hab., 920 do sexo masc. e 1:176 do fem.; Avellãs de Caminho (Santo Antonio), 593 hab., 251 do sexo masc. e 342 do fem.; Avellãs de Cima (S. Pedro),

1:461 hab., 657 do sexo masc. e 804 do fem.; Mogofores (N. S.ª da Conceição), 504 hab., 243 do sexo masc. e 261 do fem.; Moita (S. Thiago), 1:676 hab., 766 do sexo masc. e 910 do fem.; Ois do Bairro (Santo André), 264 hab., 117 do sexo masc. e 147 do fem.; Sangalhos (S. Vicente), 2:574 hab., 1:069 do sexo masc. e 1:505 do fem.; S. Lourenço do Bairro, 2:090 hab., 916 do sexo masc. e 1:174 do fem.; Tamengos (S. Pedro), 1:571 hab., 715 do sexo masc. e 856 do fem.; V. N.ª de Monsarros (S. Miguel), 1:378 hab., 654 do sexo masc. e 724 do fem.; Villarinho do Bairro (S. Miguel), 2:468 hab., 1:059 do sexo masc. e 1:409 do fem. A comarca de Anadia tem 42 freguezias, pois que comprehende tambem as dos concelhos da Mealhada e de Oliveira do Bairro. O concelho de Anadia é o que no paiz tem maior numero de estradas. A villa dista 30 k. da séde do distr. e está situada a pequena distancia da ribeira de Cértima, em terreno muito fertil, como todo o d'aquella região, conhecida pela Bairrada *(V. este nome).* Conforme consta d'um manuscripto inedito, de 1760, que nos foi amavelmente communicado pelo sr. D. Fernando de Tavares e Tavora, da casa de Sepins (Cantanhede), a localidade em que hoje assenta a villa da Anadia foi em velhos tempos um casal sem importancia e sem nome, habitado e povoado por Anna Dias, mulher a quem seus paes deram em dote uma tapada de vinha. Do bom vinho que esta produzia e que era vendido na estrada *Coimbrã,* que passava proximo, tirou Anna Dias a perpetuidade e fama do seu nome, que ficou ligado á terra em que habitou. Outros autores affirmam que esta povoação existia já antes de 1082, anno em que, sob a fórma *Nadia,* é pela primeira vez nomeada. Pelos esforços dos Sás e Mellos, ascendentes dos condes da Anadia, foi elevada esta povoação á categoria de villa. No reinado de D. Manuel teve Anadia foral dado em Lisboa, com a data de 21 de agosto de 1514. O velho concelho comprehendia apenas as povoações de Anadia, Alfeloas, Valle do Azar e Fatella, que já não existe; eram as suas justiças um *juiz ordinario,* que servia para o civel, crime e orphanologico; um *vereador* e um *procurador,* que se faziam por eleição de pauta e eram confirmados pelo reitor da Universidade. De *escrivão* servia o mesmo que em Aguada de Cima. Anadia teve capitão-mór de ordenanças. Em tempos passados houve aqui um hospicio de frades de Santo Antonio, no mesmo sitio em que ficam actualmente os paços do concelho. O senhorio da villa de Anadia pertenceu, desde os tempos da primeira dynastia até aos de D. João III, aos frades de Santa Cruz de Coimbra; n'este tempo passou para a Universidade, onde se conservou até á época liberal. Existia o pelourinho em frente do paço ha pouco vendido pelos seus proprietarios, condes de Anadia, que hoje não possuem n'esta villa um palmo de terreno. Este paço, de apparencia pouco elegante, em que se ostentava um escudo em pala, já apeado, com as armas dos Sás e dos Mellos, está sendo demolido para se fazerem obras novas. N'esta casa permaneceu largo tempo Ayres de Sá e Mello, senhor d'ella, enviado a Napoles e embaixador a Castella, casado em segundas nupcias com sua prima D. Marianna de Sá e Menezes. Depois do solar d'Anadia, a casa mais velha, de certa importancia e com pretenções a palacete, é a dos Capitães-móres, concluida em 1799 por D. Josepha Angelica Maria de Campos, viuva do ouvidor e capitão-mór d'Anadia, bacharel Fernando Affonço d'Almeida, filho de Manuel Affonço d'Almeida, que foi jurisconsulto muito distincto, ouvidor de Montemór-o-Velho por carta de 1748 e senhor da nobre casa d'Amoreira pelo seu casamento com D. Maria Angelica de Moreira. Fernando Affonço d'Almeida teve entre outros filhos, que exerceram elevados cargos nas ordens religiosas em que professaram, a Joaquim Affonço d'Almeida que foi o ultimo capitão-mór de Anadia e casou com D. Francisca Libania Mendes de Carvalho Coutinho, filha de José Mendes de Carvalho, doutor em canones, cavalleiro professo na ordem de Christo, descendente por varonia dos Mendes de Tanger, etc., e de sua mulher D. Anna Ignacia Joaquina Alves Coutinho de Figueiredo, dos Coutinhos de Cantanhede. D'este matrimonio descenderam damas e cidadãos que se teem distinguido pelo seu talento e merecimentos nas carreiras que abraçaram. Pertence actualmente a Casa dos Capitães-móres a D. Maria José Rebello Coutinho, que a houve de seus maiores por parte de sua mãe D. Marcia Adelaide Coutinho, filha dos citados Joaquim Affonço e de D. Francisca Libania. A sr.ª D. Maria José é casada com o bacharel José Paulo Monteiro Cancella, procurador régio junto da Relação de Lisboa. Das casas dos Capitães-móres e Amoreira derivou a das Tenentas, actualmente possuida pelo bacharel Bernardo José Pinto Ferrão, fidalgo da Casa Real, filho de José Pinto de Tavares

Tribunal da Anadia

Ferrão Pacheco de Castello-Branco *(V. Amoreira da Gandara)*. Anadia é uma bonita villa de aspecto moderno, enriquecida de bons edificios e magnificas estradas. Tem paços do concelho excellentemente situados, construidos em 1881, sem duvida um dos melhores do districto; um pequeno mas bonito theatro, inaugurado em 1879, uma bella e ampla quinta regional ou estação de fomento agricola, antiga escola de viticultura Alexandre de Seabra. Entre as boas casas particulares podem indicar-se a do bacharel Paulo Cancella, a do advogado José de Sampaio, a de D. Maria Emilia Seabra de Castro, casada com o conselheiro d'Estado José Luciano de Castro, a de D. Maria Luiza Salgado, a do medico sub-delegado de saude Leonel Portella, etc. A casa do sr. Paulo Cancella foi antigo vinculo e ainda tem a respectiva capella, sob a invocação de S. Gonçalo, a qual instituiram Paulo Fernandes da Silva, de Barcô d'Aguada, e sua mulher Rosaria Josepha de Figueiredo. A casa da sr.ª D. Maria Emilia de Seabra foi herdada de seus paes, o sabio jurisconsulto Alexandre de Seabra e sua mulher D. Justina Cancella. As acquisições, que posteriormente tem feito aquella senhora, tornaram a quinta das Felgueiras e terrenos das Insuas uma propriedade enorme, que, com as suas estradas, embellezamentos e bemfeitorias, é, sem favor, uma das mais bonitas e opulentas vivendas de Portugal. Deve Anadia a maior parte do seu progresso aos actuaes possuidores d'esta casa e ao seu ante-possuidor. A' entrada da villa, vindo de Arcos, fica a escola primaria Conde de Ferreira, e no centro ha um novo edificio destinado para escola primaria do sexo feminino, projecto do architecto Adães Bermudes. Anadia tem adega social e no flanco occidental do monte do Crasto, em que assenta, estão as caves e adegas da Associação Vinicola da Bairrada, formada pelos srs. Luciano de Castro, Paulo Caucella, Padre Antonio Alves Mariz, gerente, e Justino Alegre. Esta companhia fabrica especialmente vinho espumoso, typo *Champagne*. A pouca distancia, na freguezia de Arcos, estão o palacio e quinta da Graciosa, solar dos marquezes d'este titulo. *(V. Graciosa)*. No alto do monte do Crasto está situado o cemiterio. A villa, porém, cousa notavel e rara em terras de certa importancia, não tem, como dissémos, egreja matriz, e, o que é mais extraordinario ainda, pertence a duas freguezias, Moita e Arcos. Este facto, hoje inexplicavel, foi devido em passados tempos ás cheias de um pequeno rio que corre entre Moita e Anadia, as quaes por vezes impediam a administração dos sacramentos na primeira d'estas freguezias. E' esta, pelo menos, a razão apontada pelo mencionado manuscripto de 1760. Anadia é patria de alguns homens importantes, taes como o dr. Alexandre de Seabra, o jurisconsulto já referido, autor do projecto do codigo processo civil, e do distincto jornalista Albano Affonso d'Almeida Coutinho, filho do capitão-mór Joaquim Affonço e de D. Francisca Libania, já citados. Os retratos dos dois primeiros ornam a sala das sessões da camara municipal da mesma villa. A familia dos Campos, de Anadia, é actualmente representada n'esta villa pela sr.ª D. Januaria Adelaide de Campos Magalhães, afilhada do imperador D. Pedro II do Brazil e da princeza D. Januaria, condessa d'Aquilla, e por D. Maria Isabel de Campos Magalhães, irmãs do conselheiro Antonio Joaquim de Campos Magalhães, chefe da repartição dos Proprios Nacionaes, e do major José de Campos Magalhães que batalhou em Africa, filhos do bacharel Joaquim Rodrigues de Campos, juiz de direito, commendador da Conceição e cavalleiro de Christo, um dos 7:500 bravos do Mindello, natural d'Anadia e filho do capitão Joaquim Rodrigues, morto pelos francezes, e de sua mulher D. Bernarda de Campos, de Villa Nova de Monsarros. O bacharel Joaquim Rodrigues de Campos, barbaramente assassinado pela soldadesca cabralista em 25 de fevereiro de 1847. foi casado com D. Francisca Adelaide do Couto Magalhães. Por esta senhora são as actuaes representantes primeiras netas do conselheiro Joaquim Antonio de Magalhães, natural de Lamego, duas vezes embaixador extraordinario e ministro plenipotenciario no Brazil pela rainha D. Maria II, amigo e fiel servidor de D. Pedro IV, distincto parlamentar, juiz do Supremo Tribunal de Justiça e commendador da Conceição, e de sua esposa D. Joanna Thuribia do Couto, filha de João Anastacio do Couto, contador geral da Universidade,

Casa da sr.ª D. Maria Emilia Seabra de Castro

e de sua mulher D. Vicencia Rita do Couto. N'esta villa ha varias agencias bancarias, de seguros, de vapores; fabricas de cal parda, dos srs. Agostinho Rodrigues d'Almeida e Filippe José Martins Lares, e de licores, dos srs. Moraes, Baptista e Cunha; escolas primarias nas freguezias de Aneas, Avellãs de Caminho, Avellãs de Cima, Moita, Sangalhos, S. Lourenço, Ois do Bairro, Tamengos e V. N. de Monsarros; hoteis e pharmacias. No terceiro domingo de cada mez ha feira no Villarinho do Bairro, e a 25 de cada mez, na Moita, que é importante. O principal commercio do concelho é vinho, cortiça, azeite, aguardente, arroz, madeira, cal parda e fina, mineraes, cereaes e legumes. A 4,5 k. de Anadia, e a 44 da estação de Mogofores, na freg. de Tamengos, ha a nascente d'aguas mineraes da Curía, que são applicadas no tratamento das doenças epidermicas, de qualquer natureza que sejam. As aguas fôram ha pouco tempo analysadas pelo chimico Charles Lepierre. O estabelecimento thermal ainda está em construcção, mas funcciona regularmente (V. *Curía).* A 2 kilometros de Anadia e a 5 da estação de Mogofores, na freg. da Moita, existe a nascente d'aguas ferreas de Valle da Mó, que todos os chimicos consideram as primeiras do seu genero no paiz. Em Anadia teem-se publicado os seguintes jornaes: *Bairrada (A),* cujo 1.º numero saiu em 16 de janeiro de 1890; *Correio da Bairrada* em 1 de janeiro de 1892; *Ideal da Bairrada (O)* em 8 de dezembro de 1898; *Jornal de Anadia* em 21 de maio de 1888, ainda em publicação, proprietario José Martins Tavares; *Verdades* em 1 de setembro de 1900; *Voz da Bairrada (A)* em março de 1901, e que continúa sob a direcção dos srs. Antonio Calheiros e drs. Antonio Cerveira de Mello e Joaquim Lino Ferreira. || Quinta na freg. de S. Julião, de Friellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Anadia *(Arcos de).* Freg. do Douro, conc. e com. d'Anadia, orago S. Paio, distr. d'Aveiro; 2:096 hab. Está situada na falda do monte do Crasto, que tem muitas oliveiras. No alto ha um extenso plató onde está a capella de N. S.ª da Penha de França. D'este alto desfructa-se um lindo panorama. D'esta freguezia foram padroeiros os Almadas, da Boa Vista, passando depois o padroado para a corôa. Antigamente teve foros de villa. E' de edificação muito antiga. O rio da *Serra* passa por esta freguezia. A egreja de S. Cucufate foi vendida pelo padre Pedro Bahalul ao padre Daniel, com os seus passaes e ornamentos, por 45 soldos kazimos, sob condição de que por morte do comprador, ficaria ao mosteiro de Lorvão. Esta condição cumpriu-se. A venda realisou-se em 931. Estão n'esta freguezia a nobre casa e quinta da Graciosa (V. *Graciosa).*

Anaduva. V. *Adua.*

Anafé de Baixo e de Cima. Duas pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Chouto, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Anagueis. Pov. na freg. de S. Thiago, de Almelaguez, conc. e distr. de Coimbra.

Anaguném. Aldeia da circumscripção militar de Quelandém, na prov. de Satary, distr. de Gôa, na India.

Anal. Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Garvão, conc. d'Ourique, distr. de Beja.

Analecto Poetico. Publicado sob o nome de *Alceu Duriense,* Porto, 1836, 2 tomos, em 8.º illustrado e com varias notas.

Analecto de Recreio e Erudição. Publicação periodica mensal, Lisboa, 1805. Parece que se publicaram sómente seis numeros, formando um volume de 281 paginas. Contém pequenos contos, noticias scientificas, anedoctas, poesias, etc. Tem tambem uma *Memoria em ordem ao progresso da grammatica philosophica da lingua latina,* por Luiz Antonio de Azevedo. No *Diccionario bibliographico,* diz Innocencio que lhe parece que o redactor incognito d'este periodico seria o mesmo que annos antes tentara outra empresa semelhante com o titulo: *Novidades litterarias, philosophicas, scientificas, poeticas e mercantis, por ***,* tomo I, Lisboa, 1802. O mesmo, ou outro, publicou depois, tambem anonymo: *Archivo de peças divertidas e scientificas,* Lisboa, 1807.

Analecto theologico-canonico. *Sobre a Jurisdicção dos Bispos, Cabidos, Clero e obrigação do Povo Christão em todos os tempos de perseguição contra a Igreja de Deus,* Lisboa, 1843. Do *Diccionario bibliographico* transcrevemos o seguinte do vol. I, pag. 57: «Este opusculo, publicado como se vê, anonymo, é do proprio autor que escreveu a obra *Pastor Fidelissimo,* como elle proprio se declara em uma nota a pag. 80 do *Analecto.* Grande numero de exemplares fôram mandados distribuir gratuitamente em Lisboa e nas provincias, remettidos a diversas pessoas em pequenos pacotes, com um bilhetinho appenso, e manuscripto cujo theor aqui reproduzo com escrupulosa fidelidade: *De um desterrado sem culpa. Em prova de amisade sincera regalanse a V. S. dez exemplares de ese pequeno libro, que depois de telo lido o julgará grande q os distribuirá entre os seus amigos.*

Anaras. Quinta na freg. de Santo Isidoro, de Cavernães, conc. e distr. de Vizeu.

Anas. Rio que formava o limite entre a Lusitania e a Betica. E' o actual Guadiana.

Anascer. Quinta na freg. de N. S.ª das Neves, de Bemquerença, conc. de Penamacor, distr. de Castello Branco.

Anastacio. Casal na freg. de S. Nicolau, conc. e distr. de Santarem.

Anaya *(Francisco de).* Filho de Pero de Anaya, primeiro governador de Sofala *(V. este nome).* Por morte de seu pae succedeu-lhe interinamente n'aquelle governo, distinguindo-se sempre muito pelo seu valor e resolução. Em 1526 tornou á India como capitão d'uma nau, e nas questões sobre a successão de governo, que não tardaram a levantar-se entre Pero Mascarenhas e Lopo Vaz de Sampaio, tomou o partido d'este ultimo, ou antes n'esse ponto não fez mais do que condescender com a vontade do védor da fazenda Affonso Mexia.

Anaya *(Joaquim José). V. Annaya.*

Anaya *(Pero de).* Primeiro governador de Sofala, para onde foi em 1505, na armada de D. Francisco d'Almeida, levando ordem de fundar ali uma fortaleza. Sendo muito bem acolhido pelo regulo, obteve logo licença para fundar feitoria e casa de habitação. Pero de Anaya foi levantando egualmente uma tranqueira em que pudesse defender-se, o que muito lhe valeu, quando os negros sublevados pelos maus tratos dos portuguezes, deliberaram expulsal-os. Pero d'Anaya encerrou-se na tranqueira com cento e trinta ho-

mens a que estava reduzido, por causa das doenças, e resistiu energicamente á multidão de cafres que o cercou. Estes suppunham ao principio ser facil empreza, mas, quando receberam a primeira descarga d'artilharia, e sobretudo quando viram fugir os elephantes bravos, que andavam no matto, por terem sido attingidos pelas balas, ficaram de tal fórma aterrados que levantaram o cerco. Pero d'Anaya tratou de construir a fortaleza, onde pouco tempo esteve, porque falleceu, victima das febres africanas, no anno de 1506. Succedeu-lhe seu filho interinamente, até que, tendo constado no reino a morte do governador, foi nomeado para o substituir Nuno Vaz Pereira. A fortaleza foi depois melhorada e ampliada por Antonio de Saldanha.

Anaya Coutinho *(Diogo de)*. Soldado portuguez que se tornou celebre pela sua bravura temeraria. Era fidalgo e fez parte da guarnição de Diu, ás ordens de D. João de Mascarenhas, quando aquella cidade foi cercada pela segunda vez. Conta-se d'elle o seguinte facto: D. João de Mascarenhas queria saber noticias do inimigo, e Diogo de Anaya promptificou-se logo a ir aprisionar um moiro. Desceu as muralhas da fortaleza por meio d'uma corda, e foi sósinho, sem ao menos se disfarçar, ao acampamento inimigo. Encontrou dois moiros, atacou-os, matou um ás lançadas, e trouxe o outro prisioneiro para a fortaleza, apesar d'elle se defender desesperadamente. Já n'essa occasião o campo estava todo alvorotado, e os moiros vinham em sua perseguição. Diogo de Anaya não desanimou; chegando á fortaleza, entregou o moiro captivo, tornou a descer, porque perdera o capacete, e foi buscal-o no meio d'uma saraivada de balas dos inimigos. Quando regressou, obteve grande ovação pela sua intrepidez e temeridade. O fallecido escriptor José da Silva Mendes Leal aproveitou este facto para um pequeno romance, que foi publicado no jornal *America*.

Anca de Baixo, do Meio e de Riba. Tres pov.ª na freg. de S. Salvador, de Pinheiro, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Ançã. Villa e freg. de N. S.ª do O', da prov. do Douro, conc. e com. de Cantanhede, distr. e bisp. de Coimbra; 1:803 hab. e 429 fog. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. permutando malas com Coimbra. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada n'um valle muito fertil, na margem direita do rio Mondego, cercado de quatro outeiros: Monte da Bôrra, ao N.; Monte Alto, ao E.; Monte Tinhoso, ao S.; Monte de Jerumello, ao O. E' tradição que el-rei D. Duarte lhe dera categoria de villa, mas em diversos documentos da primeira parte do seculo xiv, que existem no cartorio da Sé de Coimbra, é ainda chamada *Aldêa* ou *Locum*. O que é certo, é que D. Manuel lhe reformou o foral, em Lisboa, a 28 de junho de 1514. Ançã foi séde e denominação d'um conc. extincto por decreto de 31 de dezembro de 1853. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 7, com a séde em Leiria. E' povoação antiquissima, que já existia no tempo dos romanos. Da *Memoria historica chorographica dos diversos concelhos do districto de Coimbra,* pelo sr. A. L. de S. Henriques Secco, a pag. 4 e 5, transcrevemos o seguinte: «Informa-me o sr. João Lopes de Sampaio Bacellar, que em 1798 fallecera na villa um sabio (o sr. Damião José Saraiva, muito bom poeta, socio da Arcadia de Lisboa, que serviu diversos logares de letras e compoz um poema epico, inédito, em verso solto, dedicado á povoação em geral), que escreveu um opusculo laudatorio da mesma, no qual sustentava que a sua fundação se deve aos oito monges, que o Patriarcha do Occidente S. Bento, deputara a estes sitios pelo seculo vii; que os ditos monges eram italianos, como se deprehende do nome que impozeram á villa Ançã, que em italiano quer dizer *abundancia de aguas*, pelas muitas que ahi ha, ou pelos montes que cercam a villa, de que em Italia ha alguns nomes semelhantes; que nas suas proximidades ha muitas florestas e espessas mattas muito abundantes de caça; e por isso um senhor romano, que elle suppunha ser Flavio Ervigio, fez sua casa de campo junto á fonte, e d'aqui percorria em suas caçadas. O caso é que, pouco tempo depois da morte do dito sabio, comprou o sr. José da Cunha Pereira Bandeira de Neiva um quintal no sitio da fonte, e, escavando-o para nivelar o terreno, teve occasião de encontrar (1842 ou 1843) uma elegante figura de fino alabastro, em meio corpo de dois palmos e meio de alto, parecendo representar um mancebo romano, que facilmente obtiveram os srs. Ferreiras Pintos, em cujo poder hoje está; quatro ou cinco arcos de tijolo, de dois a tres palmos d'altura e outro tanto de largura, um pavimento de lindo mosaico; grande porção de argamassa mui compacta, com engraçados relevos, e um tubo de chumbo que, sendo de duas pollegadas de diametro na extremidade inferior, ia engrossando proporcionalmente para a outra extremidade, que não observaram por se achar introduzida na parede da casa alheia, produzindo a porção descoberta perto de tres arrobas. Lamenta, e com razão, o sr. João Lopes de Sampaio Bacellar, que se não levasse a exploração ao cabo, e acrescenta que a cada passo apparecem ali vestigios historicos comprovativos da antiguidade da villa, como ha pouco succedeu no quintal do morgado João Agostinho, proximo ao anterior.» O terreno não é montanhoso, mas bastante semeado de collinas, algumas bem ferteis e risonhas, e é digna de menção a extensa e fertil varzea, que, começando proximo á Pena, vem confundir-se no campo junto a S. Facundo. Os seus terrenos produzem toda a qualidade de legumes e fructas, principalmente vinho e azeite, e tambem bastante trigo nos terrenos ao N. da villa, que são calcareos; uma parte dos seus habitantes emprega-se, quer na venda por miudo do pescado das praias desde Buarcos até Aveiro, quer na elaboração das ricas pedreiras que existem nas proximidades da villa, e de Portunhos, d'onde se extrahiu boa quantidade para o Jardim Botanico e todos os conventos de Coimbra. E' extraordinaria a producção de pedra calcarea (carbonato de cal) branca e azul, chamada vulgarmente *pedra de Ançã*, muito facil de trabalhar e propria para edificios, no que se gasta a maior parte d'ella, fazendo-se com isto grande commercio. Tambem ha n'esta villa pedreiras de ardosia; abundam os grandes pinhaes de producção espontanea, merecendo entre estes especial menção os que ficam junto a Vil-de-Mattos, que do poder dos jesuitas passaram para a Universidade e depois para a fazenda nacional, mas diariamente vão rareando, não só pelo consumo

que lhes deparam as fabricas de aguardente e fornos de cal, mas pelo impulso dado á agricultura desde 1834. N'elles, comtudo, bem como nos pousios, se alimenta bastante quantidade de gado vaccum, cabrum e ovelhum. A egreja matriz é espaçosa e de tres naves; a capella de S. Bento, toda abobadada, está construida sobre um grande rochedo. Proximo da villa vê-se o convento de S. Marcos, de frades jeronymos, fundado por João Gomes da Silva, alferes-mór de D. João I, pelos annos de 1395. Fôram seus donatarios os marquezes de Cascaes. Até 1803, o extincto concelho d'Ançã era regido por um juiz ordinario sómente; mas desde então, porque passou do padroado da casa do marquez de Louriçal para a Casa das senhoras rainhas, por carta régia de 15 d'outubro de 1799, que dispõe d'esta e da villa de S. Lourenço do Bairro a favor da princeza da Beira, D. Carlota Joaquina, foi elevada á categoria de logar de primeira entrancia, e teve juiz de fóra, que era ao mesmo tempo almoxarife da donataria. Ançã tem duas nascentes d'agua, a da *Fonte de Ançã* e da Gruta de Portunhos; a primeira brota d'um rochedo, de um jacto, e em tanta abundancia, que logo fórma uma copiosa ribeira, cujas aguas, ainda que salobras pelos contentos calcareos, que trazem dissolução, em consequencia das enormes massas, que atravessam, aproveita egualmente á cultura, e a dezoito moinhos ou engenhos de fazer farinha, afora um lagar d'azeite, sómente até á pequena distancia da quinta do Rol; a segunda nascente, porque sae d'um orificio insondavel, existente ao centro d'uma extensa galeria subterranea; secca quasi todos os estios; suppõe-se ser a mesma nascente que a primeira e que só repuxa, quando o canal subterraneo não póde conduzir toda a massa d'agua. As jugadas da villa d'Ançã pertenciam ao duque d'Aveiro, conforme lhe foi julgado por sentenças da Supplicação de 12 de janeiro e de 23 de junho de 1662. No termo d'Ançã havia as terras da Quinta Branca e reguengo d'Arroios, pertencentes ao desembargador do paço Lançarote Leitão. Por carta de 10 de setembro de 1683 prohibiu o corregedor do civel da côrte que ninguem pudesse caçar nem cortar lenha nas mesmas terras.

Pov. na freg. de N. S.ª da Espectação, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Ançada. Pov. na freg. de S. Julião e conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Ançara ou Ansara. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Ventosa, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Ançario. Pov. da freg. de S. Pedro dos Escudeiros, conc. e distr. de Braga.

Ançariz. Pov. da freg. de S. Thiago de Monquim, conc. de V. N.ª de Famalicão, distr. de Braga.

Ancas. Pov. e freg. de N. S.ª da Assumpção, da prov. do Douro, conc. e com. de Anadia, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra. 484 hab. e 107 fog. Tem escola do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 9 k. d'Anadia. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 24, com a séde em Aveiro. Esta povoação está proxima á estação de Mogofores. Foi muito importante pela cal que ali se fabricava, e d'onde cerca de 1860 foi fornecida a maior parte da que se empregou na alfandega nova do Porto.

Ancede *(Henrique Soares, 2.º barão de).* Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, pelo alvará de 17 de março de 1845; par do reino, por successão a seu pae, de que prestou juramento e tomou posse na camara respectiva, na sessão de 23 de março de 1857; bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra. Nasceu a 23 de setembro de 1830. Já hoje fallecido. Era filho de José Henriques Soares, 1.º barão d'Ancede *(V. este nome).* O titulo de 2.º barão foi concedido em verificação de vida, por decreto de 18 e carta de 21 d'abril de 1845.

Ancede *(Alfredo Soares, 3.º barão de).* Sobrinho do 2.º barão de Ancede, Henrique Soares, e filho do sr. Frederico Soares, official-mór do governo civil do Porto *(V. este nome)* e de sua mulher D. Clementina Emilia da Silva. Nasceu a 25 d'outubro de 1864. Reside actualmente no Porto.

Ancede *(José Henriques Soares, 1.º barão de).* Par do reino, por carta regia de 3 de maio de 1842, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara, em sessão de 24 de julho de 1842; commendador e cavalleiro professo na ordem de Christo; sargento-mór de brigada do corpo de ordenanças da cidade do Porto; abastado proprietario e capitalista na mesma cidade. N. na freg. de S. Martinho de Soalhães a 6 de julho de 1785, f. a 4 de julho de 1853. Era filho de Joaquim José Soares, proprietario e monteiro-mór do concelho de Soalhães, e de sua mulher, D. Maria Margarida da Purificação e Silva, filha de Antonio José da Silva Araujo. O conde d'Ancede prestou serviços pessoaes e pecuniarios d'alguma valia á causa da liberdade e do throno constitucional, durante o cêrco do Porto, de 1832 a 1833. Casou em 13 de dezembro de 1812 com D. Thereza Delfina Campeam, que falleceu a 16 de julho de 1821, filha de João Baptista Campeam, negociante, natural de Genova, e de sua mulher, D. Maria do Carmo Campeam. Casou, segunda vez, em 24 de julho de 1826, com D. Anna Maxima de Lima Machado, que tambem falleceu a 15 d'abril de 1873, filha de Antonio José d'Araujo Lima. O titulo de barão foi concedido por decreto de 7 d'outubro, e carta de 12 de dezembro de 1842, concessão de mais uma vida no titulo, decreto de 18 e carta de 21 d'abril de 1845. O brazão d'armas é o seguinte: Um escudo em pala; na primeira as armas dos Soares d'Albergaria, em campo de prata uma cruz vermelha florida e vasia, orla de prata perfilada de negro, com oito escudetes das armas do reino; na segunda pala as armas dos Araujos de Portugal, em campo de prata uma aspa azul carregada de cinco besantes de oiro. Por differença uma brica azul com um farpão de ouro.

Ancede. Villa e freg. de Santo André, da prov. do Douro, conc. e com. de Baião, distr. e bisp. do Porto; 3:495 hab. e 810 fog. Tem escolas para ambos os sexos, estação post. permutando malas com a R. A. D. e serviço de encommendas, hotel, philarmonica e pharmacias. A villa dista 2 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do Douro. Parte d'esta freg. pertencia aos Azevedos, de Baião. Havia aqui as honras de Gozende e das Eiras, das quaes eram senhores os Castros, de Roriz. A povoação é muito antiga, parece que foi fundada no tempo dos godos por um homem chamado *Ancede*, que lhe deu o seu nome. Em 1202, D. Sancho I, com seus filhos e filhas, deu *carta de povoação* a D. Gon-

çalo, prior da egreja de *Audifici*, reg. d'Ancede, para os moradores do reguengo de Cedema. Houve um convento de cruzios, fundado em 1107 mesmo junto ao Douro, onde ainda está a *Egreja velha*, mas queixando-se os frades de haver n'aquella localidade muita falta d'agua, o convento mudou-se, em 1160, para Ancede, sitio de Ermello. Foi couto dos frades dominicos de Lisboa, que apresentavam o cura. O prior do convento de S. Domingos d'esta cidade era o capitão-mór do couto, e como tal punha as justiças e nomeava os officiaes de ordenanças. O couto tinha 6 k. de comprimento, ao longo do Douro, e 3 de largura. Apresentava as egrejas de Campello, Santa Leocadia, Medim e S. João do Grillo. Todos os priores d'estas egrejas eram cruzios, e se intitulavam abbades, menos o de Campello, que se intitulava arcediago. Em 1539 os frades cruzios aforaram o antigo convento e cerca d'Ermello, que ultimamente era propriedade do fallecido conselheiro do supremo tribunal de justiça, A. Dias d'Oliveira. Consta que a antiga egreja já não existe, conservando-se sómente a capella-mór, que fórma a capella onde o proprietario mandava dizer missa. Este convento veiu ao poder de commendatarios, sendo o ultimo D. Sancho, que falleceu no principio do anno de 1557; n'este anno, el-rei D. João III o deu a Santa Cruz de Coimbra, para o reunir á congregação e o reformar. Santa Cruz tomou posse em 2 de fevereiro do mesmo anno, morrendo, porém, D. João III em 11 de junho, a rainha viuva, D. Catharina, regente do reino, o cedeu ao convento de S. Domingos de Lisboa em 1559, que d'elle tomou posse em 1560, por bulla de Paulo IV, indo os antigos frades cruzios para Santa Cruz de Coimbra. A egreja foi então reedificada, e é hoje a que serve de matriz. Ancede pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 13, com a séde em Villa Real. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Baltar, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Crasto, conc. de Fonte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Thomé, de Prozello, conc. d'Amares, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Martinho, do Valle, conc. de V. N.ª de Famalicão, distr. de Braga.

An eiro. Pov. da freg. de S. Pedro, de Espinho, conc. de Mortagua, distr. de Vizeu.

Ancella. No termo de Villarinho. Teve foral dado em abril de 1255 por D. Affonso III.

Anchas. Pov. da freg. de S. Domingos, de Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Anchieta *(Padre José)*. Jesuita, natural de Thomar, onde nasceu a 13 de maio de 1732; entrou no noviciado de Lisboa, em 1748. Foi deportado para a Italia em 1751. Residiu em Roma até fins do seculo XVIII. Escreveu: *Considerazioni divote sopra i misterj principali della Beatissima Vergine, che posson servire per la Novena dell'istessa gran Signora solto il titolo di Capo d'acquala dicui miraculosa immagine si venera in Città Reale.* In Roma, MDCCCV. Escreveu em verso portuguez os dezeseis livros das Metamorphoses d'Ovidio.

Anchietta *(José Alberto d'Oliveira)*. Explorador portuguez em Africa. N. em Lisboa a 9 de outubro de 1832, f. em Caconda a 14 de setembro de 1897. Era filho de José Maria Anchietta Portes Pereira de Sampaio, antigo official de cavallaria, que falleceu reformado em general de brigada, senhor de um morgado em Setubal, e de D. Maria do Carmo Oliveira, ambos descendentes de familias distinctas. Como seu pae era militar, entrou para o collegio da Luz, onde pouco se demorou, passando mais tarde para a Universidade de Coimbra, com o destino de se formar em mathematica, mas a falta de regularidade nas mesadas o obrigaram a abandonar aquelle proposito. Matriculou-se então na Escola Polytechnica. O seu caracter independente e excentrico não podia sujeitar-se á disciplina, e apesar da sua intelligencia e talento, que os proprios professores lhe reconheciam, não conseguiu nunca ser regular nos estudos. Vendo que seu pae havia dissipado o morgado que deveria herdar, respondia sempre a quem o aconselhava que se prevenisse contra o futuro, que sempre havia de viver, e não lhe importava nada herdar de seus avós, porque o merecimento é ganhar a vida por seu proprio trabalho. Na Escola Polytechnica affeiçoou-se muito a dois condiscipulos, Felix Capello e Francisco A. Pinheiro Baião, ambos tambem de genio muito excentrico, e por esse motivo alguns lhes chamavam a *trindade*. Capello havia partido para Cabo Verde em 1854, e Anchietta, com desejos de o vêr, e de conhecer novos climas e novas terras, partiu para aquella possessão. A'cerca da sua permanencia em Cabo Verde transcrevemos do *Occidente*, n.º 93, do 4.º volume, 1881, o seguinte: «Estava ali havia algum tempo já, com a mania de naturalista formando collecções e estudando aquella natureza, pouco explorada ainda, quando sobreveiu a epidemia da cholera-morbus ou febre amarella na ilha de Santo Antão. Anchietta, por inclinação e gosto, havia seguido os estudos de medicina como amador, e este successo veiu collocal-o nas circumstancias de em pregar os seus conhecimentos. A epidemia lavrava fazendo centenares de victimas. Anchietta partiu para Santo Antão, d'onde todos fugiam. Largo campo se abriu então para o nosso explorador patentear os ricos thesouros da sua alma e da sua intelligencia. Junto ao leito de alguns amigos, proximo á palhoça dos pobres, via-se Anchietta soccorrendo-os, fortificando-os, consolando-os até que os salvava, ou a morte lh'os arrebatava. Levou a tanto a sua dedicação, que elle e o seu amigo Assis de marinha chegaram a enterrar alguns, por não haver quem o fizesse ou a isso se prestasse; um d'elles foi Henrique Guibara. Emfim, achou-se só. Tudo tinha morrido ou fugido. Um cordão sanitario fôra estabelecido com o fim de impedir a passagem da ilha de Santo Antão para as outras ilhas. Anchietta havia terminado a sua missão de caridade. Restava-lhe a miseria e a fome. Internou-se na ilha, subiu e desceu e montes; o fato já era todo farrapos, as botas já não tinham solas; com os pés em sangue, foi-lhe ainda auxilio um negro que lhe vendeu um par de sapatos para poder andar. Ao cabo d'um trajecto penosissimo, veiu encontrar-se em uma praia; d'ahi viu passar um vapor francez, acenou, fez signaes; foi visto do navio, uma lancha vogou a buscal-o, e roto, esfrangalhado, morto de fome e de cansaço foi recebido a bordo. Chegou depois d'estes rudes trabalhos a Lisboa, deixando em Cabo Verde os seus livros e a sua rabeca, unicas cousas que lamentava.» Anchietta estremecia os livros mais que a propria vida, e

dedicara-se tambem á musica, consagrando egual paixão á rabeca, de que se tornara amador distinctissimo, um professor de concerto. Tudo o mais lhe era indifferente, passar melhor ou peor de comida, vestir bem ou mal, nada lhe importava, o seu unico prazer eram os livros, e depois a sua rabeca. A excentricidade levava-o a ponto de apparecer mezes de fato mal cuidado, chapéo ruço, empoeirado, gravata em desalinho, collarinhos amarrotados, cabello despenteado, encontrando-se mezes depois, de bota de polimento, bengala, fraque bem feito, collete e calças brancas, se era verão, chapéo muito lustroso, collarinho e punhos da mais nitida alvura, cabello bem penteado, emfim, um todo irreprehensivel. Estas transformações duravam pouco. Dizem que Serpa Pinto o encontrou no meio dos sertões d'Africa a caçar, vestindo casaca preta; quando a casaca se gastasse, appareceria em mangas de camisa, para elle seria indifferente. A epidemia na ilha de Santo Antão havia-lhe despertado ainda mais as disposições para a medicina e cirurgia. Algum tempo depois do regresso a Lisboa, partiu para Inglaterra, com a intenção de se formar ali n'aquella sciencia. Todo o tempo que esteve em Londres seguiu com todo o cuidado e boa vontade os cursos publicos, e visitava assiduamente os laboratorios, os theatros anatomicos, vendo, estudando e praticando como qualquer medico. Depois de se demorar perto d'um anno em Londres, partiu para Paris, seguindo o mesmo systema de vida. Apesar da falta de curso regular, Anchietta tinha aproveitado tanto da sua applicação aos estudos que decerto obteria a formatura independente da frequencia, se a falta de meios o não obrigasse a retirar do estrangeiro, para onde fôra contra vontade da familia. Esta contrariedade, comtudo, não impediu que Anchietta apparecesse em Lisboa com o mesmo aspecto risonho, a mesma indifferença philosophica pelos transtornos ou confortos da vida, que sempre o acompanhava desde a juventude. N'alguns actos publicos a que assistiu, n'algumas discussões em que entrou, patenteou sempre a sua elevadissima intelligencia e vastos conhecimentos scientificos. Anchietta começou em breve a aborrecer-se da capital e a pensar em voltar á Africa; effectivamente para ali partiu em companhia do seu antigo condiscipulo Pinheiro Baião e outros exploradores, completamente abandonado de recursos pelo governo da metropole e das possessões. Apenas chegado ás regiões africanas, discorreu pelos sertões entregando-se á sua occupação favorita, o estudo da natureza. Foi então colhendo, organisando e completando varias collecções da fauna e flora africanas, nomeadamente das especies desconhecidas ou menos conhecidas. A fama dos

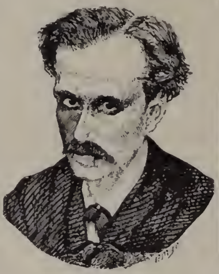

José Alberto d'Oliveira Anchietta

serviços prestados em Santo Antão precedera-o, e tanto o indigena como o europeu disputavam a vantagem de serem tratados nas suas enfermidades por José Anchietta. Não obstante a sua indifferença e desprendimento por qualquer retribuição, muitas pessoas o gratificaram com generosidade, e era com esses recursos e com os vencimentos officiaes que se sustentava, empregando grande parte d'esses proventos nas despezas feitas com as suas collecções. Depois de cinco annos passados assim n'esta vida, voltou a Lisboa, trazendo uma preciosa e valiosissima collecção, que offereceu ao museu da Escola Polytechnica. Para não estar ocioso ia então ouvir as lições de zoologia na Escola. Quando as aulas se fecharam, foi encarregado officialmente da exploração zoologica da provincia d'Angola. Anchietta havia casado em 14 de julho de 1866 com a sr.ª D. Maria Amalia de Almeida, de familia muito distincta, e partiu para Africa dois annos depois do casamento, levando comsigo sua esposa. Estes serviços que Anchietta ia prestar ao paiz e ao mundo scientifico, eram sómente pagos com cem mil réis mensaes, mas o distincto explorador nunca reclamou; tendo estado em Africa por duas vezes, sete annos sem vencimento d'ordenado, nada mais lhe importava que a sua mania scientifica. Da primeira vez que estivera em Africa, fez explorações no archipelago de Cabo Verde, e da segunda explorou a região do Zaire. N'esta terceira vez dirigiu-se a Angola, seguindo logo para Benguella. Algum tempo depois de explorar aquella localidade, partiu para Catumbella, onde foi acommettido de febres, que o iam impossibilitando para o trabalho, que elle não abandonou nunca, fazendo valiosas collecções de aves e reptis. Depois seguiu a Mossamedes, chegando até Porto de Pinda, sitio extremamente pantanoso, e de reputação pouco animadora. Foi de novo atacado das febres, e tendo ensaiado alguns methodos therapeuticos, resolveu-se a curar-se com leite, contra a opinião dos facultativos de Africa, obtendo os melhores resultados. Depois de explorar o Porto de Pinda, voltou a Mossamedes, seguiu para Campamgombe, onde reuniu uma valiosa collecção de mammiferos, aves e reptis, dos quaes algumas especies eram completamente desconhecidas. N'estas primeiras excursões foi acompanhado por sua esposa, que se viu obrigada a sujeitar-se a muitas privações; sendo, porém, acommettida pelas febres por diversas vezes, conheceu-se que o clima africano lhe era perigosissimo, e então resolveram separar-se, regressando sua esposa a Lisboa. Anchietta ficou outra vez vivendo como solitario. Explorou o rio Gimbo, onde se vêem muitos macacos de especies já muito conhecidas. Seguiu a Macanje, a Biballa, e tempo depois a Huilla, d'onde formou grande collecção d'aves. Alcançou ali dois leões, que, apesar de muito conhecidos, mandaria para o museu, mas nem havia caixas para os transportar nem quem as fizesse. Fez tambem a exploração do Humbe, e atreveu-se a dirigir-se aos Gambos. Apesar de ser respeitado entre o gentio, teve de fugir á perseguição que lhe fizeram, debaixo de fogo, com muito risco de vida, da perda da sua pequena escolta e das preciosas collecções. Durante o tempo que esteve em Africa explorou mais os districtos de Golungo-Alto, Ambaca, Caleuje, Bihé, Ambriz, Lagoa dos Cavallos Mari-

nhos, Quillengues e Caconda, ponto onde foi encontrado pelos exploradores Capello, Ivens e Serpa Pinto. Em toda a parte era infatigavel trabalhador, caçando, preparando exemplares que podia colher, classificando-os, marcando-os, catalogando-os, empacotando-os, encaixotando-os, tomando variados apontamentos de toda a especie para os consignar nos seus relatorios. Passava horas, e até mesmo dias, a pensar e a estudar novos processos para a conservação das pelles dos animaes, vendo-se muitas vezes obrigado a abandonar o trabalho para correr d'ali muitas legoas a acudir a algum doente. Em 1868 teve de deixar o sertão e ir a Mossamedes, a chamado do dr. Faro, que estava gravemente enfermo, e só confiava na sua intelligencia. Anchietta conseguiu salvar o amigo. Então os moradores dirigiram um requerimento á camara municipal para elle tratar tambem o povo. Apesar de contrariado, não poude deixar de acceitar aquelle cargo, que o affastava dos seus trabalhos. Sua esposa, só em 1886, a muito custo, poude conseguir que o governo lhe augmentasse o vencimento annual a 1:800$000 réis, sem que Anchietta pensasse nunca em exigir augmento algum. N'uma exploração zoologica a Caconda, em 1897, falleceu. Não existe homem de sciencia, nacional ou estrangeiro, que não conheça e respeite o nome de José de Anchietta; não ha viajante ou explorador dos sertões africanos, que não tivesse ensejo de admirar aquelle illustre sertanejo, que tanto bem merece da patria e da sciencia pelos adeantamentos que lhe forneceu. Em 3 de abril de 1876 foi nomeado socio da Sociedade de Geographia, e, por proposta de Ferreira d'Almeida, em sessão de 21 de abril de 187.¹, foi pedido que se lhe conferisse a medalha de ouro, como galardão dos serviços por elle prestados. Em 26 de junho de 1879, o sr. dr. Barbosa du Bocage participava á assembléa da Sociedade de Geographia, constituida então por vinte e um socios, que a medalha de ouro lhe fôra conferida por unanimidade. Em 1883, estando José Anchietta em Benguella, foi nomeado socio honorario da Sociedade de Geographia. O notavel explorador deixou alguns escriptos valiosos, entre os quaes se contam os *Traços geologicos da Africa Occidental portugueza*, insertos no Boletim da Sociedade de Geographia, n.º 9, 5.ª serie, respectivo a 1895.

Ancia. Pov. da freg. de Santa Maria de Real, conc. de Castello de Paiva, distr. d'Aveiro.

Anciães. Antiga villa, que desde 1734 passou a ser a principal freg. do conc. de Carrazeda de Anciães, distr. de Bragança. Pertencia á corôa. Está situada no alto d'um monte, a 23 k. da Torre de Moncorvo; correm-lhe proximo os rios Sabor e Tua. Tinha o seu castello e fortes muralhas de cantaria lavrada, com varias torres, sendo a principal uma de grande altura, chamada a *Torre do Sol*, que ficava dentro da fortaleza. O castello era grande e bem construido, servindo para defeza da villa, assim como as grossas muralhas que a cercavam, onde se viam quatro portas, assim denominadas: Postigo da Egreja, da Villa, da Fonte e a de S. Francisco, que era a principal, sendo encimada pela seguinte inscripção: *Anciaens leal no reino de Portugal.* Esta inscripção vê-se no brazão d'armas, que é um escudo com um castello *(V. Carrazeda d'Anciães)*. No castello, apesar de estar completamente arruinado, ainda se conhece a grande solidez da construcção. Diz-se que fôra construido pelos romanos antes da era de Christo, mas nada consta ao certo a este respeito. Ao sahir da porta principal, á esquerda, tem uma pedra com uma inscripção em caracteres desconhecidos, que se não entendem. A fortaleza esteve em poder dos moiros, os quaes fôram investidos e atacados, sendo expulsos e perseguidos até a um valle proximo, ao occidente de Villarinho da Castanheira, onde, de tal fórma fôram batidos e cortados, que, pelo avultado numero de moiros que ali se enterraram, se ficou chamando o *Valle da Osseira*, nome que tem conservado até nossos dias; pelo que, o rei de Leão e de Castella lhe deu foral e titulo de villa, que lhe foi confirmado, mais tarde, por D. Affonso Henriques. Desde então, 1112, começou a chamar-se *Villa de Anciães*. D. Sancho deu lhe depois foral, a 6 d'abril de 1198. Fôram ambos confirmados em Guimarães por D. Affonso II, em abril de 1219. D. Manuel deu-lhe novo foral, em Santarem, no primeiro de junho de 1510. Anciães parece ter sido em tempos remotos uma grande povoação, como fôra uma importante posição militar, pela natureza do terreno e pelas obras d'arte. A tradição diz que a villa soffreu apertados cercos e resistiu victoriosamente a varios assaltos de tropas castelhanas. A unica parochia era S. Salvador, que está situada á porta do castello. E' de construcção tambem muito antiga, e ignora-se a data da fundação e o nome do fundador. A porta principal, de arco de volta redonda e toda ornada de figuras, é muito curiosa. N'uma columna do arco está uma inscripção antiga, de caracteres romanos, e dentro da egreja, entrando da parte esquerda, vêem-se tres inscripções em caracteres semelhantes aos da inscripção do castello. No adro estão gravadas nas pedras varias armas das ordens militares, o que faz suppôr que estejam ali sepultados muitos cavalleiros mortos talvez n'alguma batalha. O reitor apresentava seis freguezias annexas: Fonte Longa, Seixo, Selores, Beira Grande, Belver e Samorinha. Em Anciães ha tambem a egreja de S. João Baptista, que fica extra-muros, ao norte da villa, onde egualmente se vêem muitas sepulturas de pessoas nobres, e é ainda tradicional, que a esta egreja vinham enterrar-se os defuntos de Villa Real. A etymologia da palavra *Anciães* não consta de documento algum; dando-se, porém, credito a tradições, e olhando-se ao som da palavra e ao seu analogismo, quer dizer *villa muito antiga*, e com effeito, no pelourinho da mesma villa, que se vê hoje deitado por terra, se descobre no cimo junto á gravura das armas portuguezas a figura d'um velho calvo, de grandes barbas, e tendo em cada mão uma chave, d'onde se póde concluir ser este o symbolo que dá o nome á villa e a representa. Accresce, além d'isto, que movendo-se sempre muitas contendas e pleitos entre os moradores e nobres de Anciães e Castello, e os donatarios d'ella, sobre a quaes d'elles pertencia

Brazão de Anciães

a alcaidaria-mór do mesmo castello, D. Manuel, para evitar duvidas e contendas entre uns e outros, fez doação e mercê perpetua da referida alcaidaria-mór aos moradores do mesmo castello, ficando, comtudo, sujeitos á protecção e senhorio da corôa e por ella sustentado e conservado d'ali em deante, e el-rei nem os seus successores nunca mais concederiam mercê nem doação d'esta villa e castello a donatario algum, comtanto que os seus moradores lhe prestassem preito e homenagem, como alcaides-móres d'elles, o que assim cumpriram por seu bastante procurador João da Silva, no tempo e reinado de D. João III, como tudo constava do cartorio da villa. Esta doação e mercê perpetua de alcaides-móres que D. Manuel concedeu aos moradores da villa e castello, foi motivada por Vasco Pires de Sampaio, seu filho Lopo Vaz de Sampaio e seus successores, que no reinado de D. João I eram donatarios da referida villa, se quererem intruzar como alcaides-móres do castello e cobrarem as rendas da alcaidaria-mór, com o fundamento de que aquelle titulo e emprego se comprehendia na letra e espirito ou mercê, que lhes fôra feita por el-rei; porém os moradores da villa e castello se lhe opposeram e se defenderam de fórma, que obtiveram sentença a seu favor e contra Ruy Dias de Sampaio, seu successor, o quinto e ultimo donatario que d'ella foi; ficando excluido assim não só da alcaidaria-mór do castello, mas tambem do senhorio da villa, do que se conclue que a alcaidaria-mór sempre pertenceu e esteve em poder dos moradores do castello, corroborando-se ainda esta velha posse pelas contendas ulteriores que houve entre elles e os donatarios da villa; e bem assim pelas sentenças que os mesmos moradores obtiveram contra os donatarios, como se deixa dito. Os fóros e privilegios concedidos aos moradores d'Anciães eram innumeros, o que justifica bem os seus valiosos serviços e fidelidade á corôa. D. Sancho fez doação de Linhares aos cavalleiros e fidalgos d'Anciães, com o poder de elegerem para aquella povoação um juiz que tomasse conhecimento e julgasse sómente as causas civeis que se movessem entre os moradores d'aquella aldeia com appellação e aggravo para os juizes ordinarios da mesma villa d'Anciães, doação que constava d'um pergaminho existente no cartorio da comarca da referida villa. Tambem por um pergaminho, encontrado na mesma camara, constava que o termo da villa se estendia até Villa Real, a qual fôra suffraganca ou sujeita a Anciães até ao reinado de D. Diniz. Até 6 d'abril de 1734, data em que se mudou a cabeça do concelho para Carrazêda, Anciães teve juiz de fóra. Esta mudança não se fez sem opposição, e tanto assim que o juiz de fóra Francisco Justiniano Ferraz de Araujo e Costa, para desfazer e acabar o prestigio que a antiga villa d'Anciães tinha ainda para algumas pessoas, mandou deitar abaixo e despedaçar o pelourinho em que falámos, e que era antiquissimo. Anciães é terra muito abundante e produz optima fructa; tem falta d'agua, só possue a cisterna do castello e uma fonte particular, as mais são extra-muros. No monte Roboredo, que lhe fica sobranceiro, ha minas de ferro; consta que tambem se descobriram minas de oiro que fôram exploradas pelos nossos monarchas, os quaes mandaram construir casas n'esta localidade para arrecadações e residencia dos empregados. A maior exploração fez-se no principio do reinado de D. João V. Junto á aldeia do Pombal, d'esta freguezia, ha uma nascente d'agua mineral (V. *Carrazêda d'Anciães*). A villa está muito decahida; a sua decadencia principiou ha bastantes seculos, e hoje parece mais uma aldeia. Ainda em 15:0 ali viviam muitas familias nobres, que pouco a pouco fôram abandonando a terra. A causa d'este abandono seria talvez a aspereza do clima, que é extraordinariamente frio, o desconforto da situação e a falta d'agua para uma povoação numerosa. Hoje Anciães é apenas habitada por algumas familias de lavradores; no entretanto, faz bastante commercio com os seus generos, que exporta para a cidade do Porto, pelo Douro, embarcando na foz do rio Tua, onde tem o seu porto commercial. Em Anciães nasceu Lopo Vaz de Sampaio, que foi governador da India, D. Fr. Gonçalo de Moraes Mesquita, bispo do Porto, D. Manuel de Sousa, arcebispo primaz de Gôa, etc. (V. *Carrazêda d'Anciães*). Para a historia d'esta villa pódem consultar-se as seguintes obras: *Memorias do concelho d'Anciães*, publicadas em 1857 por José Maria de Moraes de Mesquita; *Relação de Anciães*, composta por João Pinto de Moraes, parocho d'aquella villa, e por Antonio de Souza Pinto, remettida á Academia Real. Esta obra ficou inedita. || Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Douro, conc. e com. de Amarante, distr. e bisp. do Porto; 828 hab. e 212 fog. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada n'uma ribeira, da qual só se descobre a freguezia de Sandomil. E' cercada pela serra do Marão, em distancia de 8 k. Nascem aqui varios regatos, juntando-se todos n'um sitio chamado Redéllos, e que se mettem no rio Tamega, a pequena distancia. Na serra, no sitio chamado *Romeu*, ha minas de estanho. Cria bastante gado, grosso e miudo, e tem lobos, rapozas e caça. Anciães pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Airães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, da Varzea, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Anciães Proença *(José Antonio)*. Cirurgião-medico pela escola do Porto. N. em Avelloso, conc. de Mêda, distr. da Guarda, a 27 de dezembro de 1844. Defendeu these a 26 de julho de 1873. Escreveu: *Blenorrhagia aguda na uretra do homem* (these), Porto, 1873, 8.º gr. de 62 pag. e mais uma de proposições; *A febre traumatica. Dissertação de concurso, apresentada á escola medico-cirurgica do Porto*, Porto, 1877.

Ancião. Villa da prov. da Extremadura, séde de conc. e com., distr. de Leiria, relação de Lisboa, bisp. de Coimbra. Tem só uma freguezia, N. S.ª da Conceição, com 663 fog. Pertence á 5.ª div. mil., 10.ª brig., grande circulo mil. do centro, e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 15, com a séde em Thomar. Tem escolas para ambos sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegr., cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N. — Pombal. O conc. comprehende oito freguezias, com 2:155 fog. e 13:299 hab., sendo 6:120 do sexo masc. e 7:179 do fem., as quaes são as seguintes: Alvorge (N. S.ª da Conceição),

2:010 hab., 909 do sexo masc. e 1101 do fem.; Ancião (N. S.ª da Conceição), 2:164 hab., 973 do sexo masc. e 1:191 do fem.; Avellar (Espirito Santo), 1:024 hab., 488 do sexo masc. e 536 do fem.; Chão de Couce (N. S.ª da Consolação), 2:106 hab., 993 do sexo masc. e 1:113 do fem.; Lagarteira (S. Domingos), 709 hab., 302 do sexo masc. e 407 do fem.; Pousaflôres (N. S.ª das Neves), 1:876 hab., 893 do sexo masc. e 983 do fem.; S. Thiago da Guarda, 2:580 hab., 1:184 do sexo masc. e 1:396 do fem.; Torre de Valle de Todos (N. S.ª da Graça), 830 hab., 378 do sexo masc. e 452 do fem. A villa dista 37 k. da séde do distr. e está situada entre montes e valles, d'onde se não descobre povoação alguma. E' antiga e teve um foral, com o titulo de *Mordomado,* pelo foral de Coimbra, passado em certidão de 2 de janeiro de 1465. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 4 de julho de 1514. D. Affonso VI elevou-a á categoria de villa em 1663, e dizem alguns que lhe deu então foral novissimo; doou-a ao conde da Ericeira, D. Luiz de Menezes, em recompensa da fórma como se houvera na batalha do Ameixial. Esta doação e a causa d'ella consta d'uma inscripção latina gravada no pelourinho da villa. Eram donatarios os marquezes de Louriçal, passando depois para a corôa, até que foi dada ao conde da Ericeira. A egreja d'Ancião é de tres naves. A villa tem Misericordia, hospital intitulado N. S.ª do Pranto, hotel, medico, pharmacia, tabellião, sociedades de recreio, *Club* e *Gremio Ancionense.* Em Ancião ha mercado semanal aos domingos e feira a 24 de janeiro 2 de julho, 10 e 11 d'agosto; em Alvorge no primeiro domingo de junho; em S. Thiago da Guarda, a 25 de julho; na Constantina feira a 19 de março. O concelho produz cereaes, legumes, fructas e muito azeite. Nasceu em Ancião o celebre desembargador e reformador da Universidade de Coimbra, Paschoal José de Mello Freire dos Reis a 6 d'abril de 1738 (V. *este nome),* e o celebre jurisconsulto Jeronymo Soares Barbosa a 24 de janeiro de 1737. || Serra, na Beira Alta e Extremadura. Na *Antiga Geographia Luzitana* é denominada *Monte Tapeyo;* outros dizem, porém, que o *Tapeyo* fica por cima da villa de Soure, e que se chama ainda *Monte Tapeyo.* A serra d'Ancião fica proximo da villa do seu nome, tem 18 k. de comprimento e 12 de largura. N'esta serra contam-se as seguintes povoações: villas de Aguda, Ancião, Alvaiazere, Maçãs de D. Maria, Chão de Couce e varias aldeias. Corre desde Coimbra até Thomar, ficando-lhe de uma e outra parte as villas de Pombal e Rabaçal. Divide-se em dois braços, formando um a serra de Alvaiazere, e o outro a da Juuqueira. Nascem aqui dois ribeiros, que, unindo-se, se vão metter no rio Nabão junto a Thomar. Na serra ha ainda varias e abundantes nascentes. Diz-se que tambem existem minas de oiro. E' em partes, cultivada, e tem muitos carvalhaes e olivaes. No terreno inculto, produz-se muito alecrim e plantas medicinaes. Cria gado grosso e miudo, bons porcos e muitas colmeias, encontrando-se tambem lobos e muita caça. Ainda se vêem n'esta serra vestigios de habitações arabes. || Ribeira na Extremadura, que nasce no meio da freguezia que lhe dá o nome, em *Valle Buyo,* rega e faz mover alguns moinhos e lagares de azeite, mas quasi sempre sécca de verão. Junto á villa do mesmo nome tem uma ponte de cantaria. Morre no rio Nabão junto a Thomar. Em Ancião publicou-se um jornal *O Concelho de Anciâo,* cujo 1.º numero saiu em 1 de janeiro de 1896 e o ultimo em 11 de abril de 1897.

Ancias. Horta na freg. de Santo Antonio e conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. d'Evora.

Ancide. Pov. na freg. de S. Paio, de Moreira dos Conegos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Marinha, de Louzado, conc. de V. N.ª de Famalicão, distr. de Braga. || Monte na mesma freguezia.

Ancinho. Quinta na freg. de Eirado, conc. de Aguiar da Beira, distr. da Guarda.

Ancobello. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Pedreira, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Ançõe3. Pov. da freg. de S. Jorge, de Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Ancoêza. Praso com 15 k. de comprimento sobre 20 de largura, situado na margem direita do rio Luabo, distr. de Senna, conc. de Quelimane e prov. de Moçambique, Africa Oriental. Produz arroz, tabaco e algodão.

Ancomene. Reino de negros beafares, na margem direita do rio Geba, na Guiné.

Ancora. No pittoresco e fertil valle do Ancora, assente na margem direita sul do rio d'este nome, fica situada a freguezia de N. S.ª d'Assumpção, que é a mais antiga e decerto a primitiva d'estes sitios. Pertence ao conc. e com. de Caminha, d'onde dista 10 k. para o norte e 14 de Vianna do Castello, a cujo distr. pertence, sendo do bisp. de Braga. Tem 145 fog. e 657 hab. A padroeira, N. S.ª d'Assumpção, festeja-se no dia 15 d'agosto. Está dividida em dois grandes logares, o da Lage, ao poente, correndo de sul a norte, pelo sopé ou base do monte da Guarita e Cividade, e o da Aspra, do lado do nascente, que começa ao sul nas faldas da serra de Tarrugem, onde fica o sitio de Crasto de Moiros, fronteiro a Ancora e a Affife *(V. este nome).* Ao sul ficam-lhe, portanto, os montes de Tarrugem e da Cividade, e ao norte confina com o rio Ancora, do nascente com S. Pedro de Soutello, poente com o mar, que lhe fica para além do pinhal da Gelfa, atravessado pelas duas estradas de ferro e macadam. O logar da Aspra fica ligado com Gontinhães e Riba d'Ancora pela notavel ponte de Abbadim sobre o rio Ancora, feita em 1608. *(V. Abbadim).* O centro d'esta freguezia são veigas ferteis e abundantes. A egreja parochial é de tres naves e de cantaria, fica ao norte da freguezia, junto do rio Ancora. Está construida sobre os terrenos da antiga bahia, e foi edificada muito depois das aguas desapparecerem, e n'este sitio, proximo ao rio, no centro de Ancora e Gontinhães, para servir ás duas freguezias, em tempo antigo. Foi toda reconstruida em 1865. A que existia, era de 1360. Conserva-se muito asseada e bem adornada, tendo em frente da porta principal o cemiterio construido no anno de 1886, em terreno do passal do parocho, e por isso muito bem situado. Tem optimas e espaçosas casas de residencia parochial, edificadas em 1707 pelo abbade Jeronymo de Abreu de Lima. Como a torre da antiga egreja era acanhada, baixa e ameaçava ruina, foi construida a actual, em 1728. Está firmada sobre estacas, por não se lhe poder encontrar outra firmeza. Fôram abbades notaveis d'esta freguezia, desde 1673 até 1749, Leonel de Abreu de Lima, Jeronymo de Lima de Abreu, da casa

do Meal de Vianna, fidalgo de solar e moço fidalgo da Casa Real e seu capellão; o dr. Antonio da Costa Amorim, desembargador da relação ecclesiastica de Braga; Miguel Carlos de Sousa Caldas Velloso Bacellar, o primeiro apresentado pelos frades do convento de Cabanas (Affife), os quaes continuaram a apresentar o parocho. Fôra-lhes concedido esse direito em 1455, pela annexação da freguezia de Ancora ao mosteiro de Cabanas, e que se levou a effeito com o abbade Velloso Bacellar, pois os anteriores haviam sido collocados por concurso. Isto consta d'um antigo manuscripto, com referencia á apresentação dos parochos de Ancora pelos frades de Cabanas. Ancora foi sempre terra de muitos ecclesiasticos, e ainda hoje existem cinco, dos quaes só um vive na propria terra. Ha noticia de 20 ecclesiasticos d'esta freguezia entre o seculo XVIII e XIX. A escola de ensino primario d'esta freguezia data do tempo de D. João VI. Fica no logar da Aspra, em casa doada pelo benemerito filho d'esta terra João de Azevedo Torres, que adquiriu no Brazil boa fortuna, e aqui fundou uma pequena quinta, que já passou a segundo possuidor. Entre as capellas existentes na freguezia, torna-se notavel a de N. S.ª do Soccorro, situada no extremo do logar da Lage, nas faldas do monte da Matança e Cividade *(V. Ancora—Capella de N. S.ª do Soccorro)*, a capella de S. Sebastião, no centro do logar da Lage, reconstruida por devotos, ha pouco, a de Santa Luzia, no centro do logar da Aspra. Subindo da capella do Soccorro pelo caminho que, por entre pinhaes, se dirige para Affife, fica a pouca distancia o monte da Matança, cujo nome lhe proveiu da grande mortandade que dizem ter ali havido em combate ferido entre moiros e christãos no seculo x. D'aqui se sobe para o alto da Cividade, a estação prehistorica mais importante d'estes sitios, onde o distincto archeologo Martins Sarmento fez algumas explorações, de que fala no primeiro e segundo numeros do *Pantheon—Revista Portuense*, e que offereceria vasto campo a explorações archeologicas, se não estivesse este monte todo coberto de pinhaes, mattas e giestas, que são propriedades particulares. Martins Sarmento levou d'aqui para o museu de Guimarães preciosas reliquias archeologicas em pedra, umas que explorou, outras que lhe offereceu o dono d'uma bouça que arroteou, onde poz a descoberto immensa pedraria antiga, como portadas, mós, cylindros, pedras com varios desenhos, etc., o que tudo foi objecto por muito tempo das visitas dos curiosos. Para sueste d'este local fica Crasto de Moiros, no alto da serra de Tarrugem. Descendo da Cividade para noroeste fica o alto do Facho, local onde se accendiam fachos por occasião da guerra peninsular, que se correspondia com outros no monte de Gontinhães ao norte, e com outro ao sul no alto do Monte-Dor, na freguezia de Carreço. A mais notavel curiosidade de Gontinhães é o bello dolmen, conhecido entre os archeologos pelo nome de *Dolmen da Barrosa*, e na linguagem popular pela *Lapa dos Moiros*. Este monumento estava collocado proximo do limite oriental d'um pequeno pinheiral sobre uma especie de plató de curtas dimensões. Hoje fica junto da estrada districtal n.º 2 que atravessa o valle do Ancora e dentro da propriedade de Rodrigo Lourenço da Rocha, que arroteou e cercou com muro as devezas onde o dolmen fica e o qual foi solicitado para que não arruinasse aquelle monumento. Assentava sob um monticulo de terra ou *tumulus*, cuja base se vê cercada por algumas pedras grosseiras com o fim de vedarem o recinto occupado pelo dolmen. A'cerca d'este monumento escreveram uma minuciosa descripção os srs. general Mesquita de Carvalho, um livro com o titulo de *Dolmen da Barrosa*, publicado no Porto, em 1898, e José Caldas, na memoria, intitulada: *Monumentos megalithicos na bacia hydrographica do Ancora*, apresentada ao congresso anthropologico de 1880. Fronteiro ao logar da Lage, do lado do poente, fica o monte da Guarita, com o alto do Crasto, projecção do monte da Cividade, e que é um ponto culminante e de larga vista para todo o valle do Ancora. Os nomes de Crasto e Guarita indicam ter sido ponto fortificado em eras antigas. Existem algumas moedas de cobre, que fôram aqui encontradas, e fragmentos de louça antiga muito grosseira. As moedas estão tão gastas, que não é possivel saber a época a que pertencem, mas julga-se serem romanas. Ha aqui vestigios de muralhas, e, ha pouco tempo, n'uma escavação, encontrou-se um objecto de oiro, côr de limão, em fórma semicircular com lavores e rendilhados pelo centro, que um ourives de Vianna pagou por 4$000 réis

Ancora — Lagarteira, Portinho e Castello

á pessoa que o achou. Muitos objectos antigos se poriam a descoberto, se se fôsse procedendo a escavações regulares, o que se torna difficil por serem, como já dissémos, propriedades particulares, e em parte bouças cobertas de pinhaes e mattos. Para o norte, na planicie funda, fica o grande pinhal da Gelfa, atravessado pelas duas estradas, e todo dividido em talhos ou sortes, que fórmam propriedades dos habitantes da freguezia. Eram areaes extensos, que fôram sementados, e onde era prohibido cortar matto, por causa das areas se fixarem. Depois d'este pinhal, entre a linha ferrea e a praia, fica um grande trato de areaes, que tem sido sementado pelo governo. Confinam estes pinhaes com a margem sul do rio Ancora. E' muito antiga a freguezia, e parece que na primitiva tinha o nome de Santa Maria de Villar d'Ancora, na marinha ou junto ao mar. E' tradição constante aqui que a pequena capella de S. Braz, situada junto ao rio Ancora, mas no limite de Gontinhães, margem norte do referido rio, proximo da ponte da Torre e a pouca distancia tambem da egreja de Ancora, fôra a primitiva matriz dos primeiros povos christãos d'estes sitios, e o seu adro serviu de cemiterio. Ainda hoje ali apparecem cinzas e ossos, que se desfazem em pó logo que se lhes toca. Isto observou-se ao arrancar alguns sobreiros que existiam ali, e na construcção de caminhos em volta, ou junto ao referido adro. A capella primitiva devia ser outra construcção, porque a actual é de 1686. Esta capella fica rodeada de veigas, e no adro vêem se algumas oliveiras antiquissimas. Faz-se a festa do santo a 2 de fevereiro, que é sempre muito concorrida. E' incontestavel, pois, esta tradição, e o seu adro cemiterio publico d'estes povos, que talvez perseverasse até ao seculo x, epoca em que começaram a permittir-se os enterramentos dentro das egrejas. Crescendo a população constituiram-se primitivamente duas freguezias independentes, a de Ancora com a sua egreja junto ao rio d'este nome, parecendo ser para séde dos povos da Ancora ao sul, e a de Gontinhães ao norte. Augmentando a população para o nordeste, formou-se a egreja da freguezia de Riba d'Ancora. O titulo indica que fica além e para cima de Ancora, e assim é. A freguezia de S. Pedro de Soutello devia formar-se a seguir, pois ficava encravada ao nascente de Ancora, entre o rio, a continuação da serra de Tarrugem ao sul, e uma projecção da mesma a poente, que a separa de Ancora. Continuando a crescer a população, Gontinhães desmembrou-se de Ancora, fundando a sua egreja no centro da população d'aquelle tempo, ao norte, e que se estendeu pelas faldas do monte Bulhente e do Real. Ao norte do rio Ancora fica a freguezia de Ville, entre Gontinhães e Riba d'Ancora, vindo terminar a pouca distancia da ponte de Abbadim, encostada aos referidos montes. Ville separou-se então de Gontinhães, indo formar uma freguezia com o logar de Azevedo, ficando com a séde na antiga egreja do convento de Varães, que fica no monte d'este nome. Freixieiro de Soutello, que fica para o nascente entre Riba de Ancora e S. Pedro, e que é a unica atravessada pelo rio Ancora, tendo parte n'uma margem e parte n'outra, parece ser a ultima que se formou, roubando parte a Riba d'Ancora e outra parte a S. Pedro de Soutello, e reduzindo esta a uma pequena freguezia. A fórma das egrejas de Ancora, Gontinhães e Riba d'Ancora, era egual, mas estão reformadas. Em Riba d'Ancora houve a capella de S. Bartholomeu, no logar da Ponte, hoje em ruinas. Eis como se fôram constituindo em freguezias independentes os povos do valle

Ruinas da capella de S. Bartholomeu em Riba d'Ancora

de Ancora, tendo a principio formado e constituido uma unica parochia com a séde na capella de S. Braz. A 21 de janeiro de 1708 naufragou nas costas do mar de Ancora a nau *N. S.ª do Roque Amador*, que vinha da Bahia para Lisboa. Morreram cento e quarenta pessoas, escapando apenas cinco. No adro da egreja fôram sepultadas quarenta e oito, que pouco a pouco iam apparecendo na costa. No primeiro de novembro de 1773 cantou-se na egreja de Ancora um *Te Deum* em acção de graças pela extincção da Companhia de Jesus, por ordem do prelado e carta d'el-rei. Ancora pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Ancora *(Capella do Soccorro)*. Construida pelo padre João Martins Nogueira, em 1678, pouco depois da sua ordenação, esta capella fica proximo da casa onde residia, quasi em frente, tendo rompido rochedos para collocar e aplanar o ádro, ficando encostada aos pinhaes e subida para a Matança, adquirindo os ditos pinhaes e bouças que ficam ao sul e poente, e terras de cultura ao nascente, de sorte que se diz em alguns documentos que a capella ficava collocada no meio da quinta da capella do Soccorro, não obstante estar junta de caminhos publicos, e pi-

nhaes abertos ao sul, onde se faz o transito para Afife. Por sua morte deixou á capella um rico patrimonio, com a obrigação de quatro missas cantadas ou doze resadas, legado que foi abolido em 1776, em virtude da lei de 1770, relativa a legados pios e capellas de missas. Dois sobrinhos do instituidor fôram os que herdaram todos os seus bens vinculados á sobredita capella, como administradores, devendo a administração subsistir successivamente em sua familia, como declara no seu testamento, feito a 3 d'agosto de 1709. Estes sobrinhos sustentaram entre si larga demanda, que durou vinte e nove annos, a pretexto de que os bens do patrimonio se deviam dividir. Assim o conseguiram, ficando depois dois administradores da capella. Hoje existe um só descendente, em sexta geração dos sobrinhos do instituidor, mas a capella não tem patrimonio, porquanto os seus bens fôram exonerados dos legados, e considerados livres, por effeito da provisão de abolição, e por isso muitos fôram vendidos. Dez annos depois de concluida a capella, já o padre João Martins Nogueira tinha fundado uma numerosa irmandade, com quatro jubileus, sendo a sua festa principal no dia 25 de março de cada anno. Concorria na vespera gente de longe, para cuja accommodação se tinham construido casas. Dotou-a o fundador com muito bons paramentos de damasco, uma lampada de prata, calices, livros, etc., muitas e boas imagens, das quaes algumas desappareceram, e veneraveis reliquias de santos, que existiam n'um altar lateral; hoje ainda se conservam algumas, mas em abandono. Em volta tinha sete capellas pequenas dos passos de Christo, com portas de grades de ferro, onde havia confissões nos jubileus. D'estas capellas sómente existem seis sem portas nem imagens, e quasi a desmoronarem-se. São pequenas, baixas, de abobada, e sem telhado. A capella é ampla, sendo revestida de pinturas sacras, assim como a sacristia, e de azulejos nas paredes interiores. Tem a imagem de N. S.ª do Soccorro, a de N. S.ª do Allivio n'um altar lateral, um calvario com o Christo crucificado n'outro altar. Tinha duas torres, das quaes existe só uma; a do relogio cahiu no principio do seculo XIX. Na frente vê se um largo alpendre sustentado por grandes columnas de pedra. Dentro do alpendre, por cima da porta principal, ha uma representação ou symbolo justificando o titulo da Virgem do Soccorro, em pintura feita no azulejo: uma nau prestes a naufragar tendo a imagem da Senhora á prôa, como que apparecendo por milagre. Tem cruzeiro a alguns metros de distancia, defronte da porta principal, cujo caminho é orlado de antiquissimas oliveiras. A fama e esplendor d'esta capella chegava á Galliza, de sorte que na sua festa principal e nos jubileus vinham d'ali muitos romeiros em peregrinação. Sendo o seu fundador homem energico, zeloso e justiceiro, impoz aos herdeiros a obrigação de seguirem alternadamente as demandas que se suscitassem por causa dos bens da capella; fez numerosas compras de bens, terrenos, propriedades, até quasi ao anno em que morreu. Os bens da capellania de seu tio Domingos Sanches constituiam o seu patrimonio, e a titulo d'elles se ordenára, segundo a disposição testamentaria do referido tio, e as cem missas d'esta capellania dizia-as decerto na capella do Soccorro, e até para este fim, e pelo motivo de ficar longe a egreja parochial, é que construiu a capella proximo da casa onde habitava. E' longa a historia dos incidentes e successos por que passou a capella do Soccorro depois da morte do fundador, em 1710, o qual ali ficou sepultado. Domingos Sanches era natural do logar de Queijadinha, nome do sitio onde o padre Nogueira edificou a sua capella, e foi negociante em Carthagena das Indias Occidentaes (Colombia); instituiu uma capella de cem missas na egreja de Santa Maria d'Ancora, e falleceu em Carthagena, a 5 de dezembro de 1625. No seu testamento é que mandou instituir uma capellania perpetua de mil ducados na egreja maior de Santa Maria d'Ancora, de cem missas resadas cada anno, e a renda d'elles, que são cincoenta ducados, haja o leve por esmola das ditas missas quem servir esta capellania, que ha de ser o parente mais chegado que houver, o qual possa estudar e ordenar-se a titulo d'esta capellania. O ultimo administrador e capellão foi o padre Domingos Rodrigues, fallecido em 1804, o qual, firmado na lei de 1770, do marquez de Pombal, que, como dissémos, abolia as capellas que não tivessem certo rendimento, obteve em 1776 provisão em que se aboliu a instituição das cem missas, ficando os seus bens e rendas livres e allodiaes. Estes bens fôram tambem motivo de muitas demandas entre administradores e caseiros, por causa das rendas. Só n'um anno, 1774, sustentou Domingos Rodrigues cinco demandas, em razão das pensões e fóros da capellania instituida por Domingos Sanches. Esta instituição durou cento e cincoenta e um annos, sendo administrada por differentes parentes do instituidor, e ordenando-se tres padres a titulo d'ella. Os legados da capella do Soccorro apenas duraram sessenta e cinco annos. As demandas e questões successivas, a falta de reparos, a abolição dos legados, tudo concorreu para o abandono em que foi cahindo a capella, que por fim já nem tinha irmandade, e os moradores da freguezia, não havendo outros recursos, são os que fazem a festa de N. S.ª do Soccorro, em agosto, com os donativos que pódem dispensar. Hoje, de tanta grandeza e esplendor, só resta um edificio ou capella em decadencia ou ameaçando ruina para attestar a memoria do fundador da capella de N. S.ª do Soccorro, o padre João Martins Nogueira.

Ancora *(Praia de banhos)*. Fica aqui a magnifica praia de banhos, margem direita do Ancora, talvez a melhor de Portugal, situada no logar da Lagarteira, a 8 k. de Caminha e 17 k. de Vianna, freguezia de Santa Marinha, de Gontinhães, em cuja egreja, uma das melhores do concelho de Caminha, ha altares antiquissimos e de grande valor, com obra de talha. A praia de Ancora tem estação de caminho de ferro, est. telegr., escolas para ambos os sexos, bom edificio para hotel e assembléa, muitas casas para banhistas, alguns estabelecimentos e um theatro de pouca importancia. Pela Paschoela, ha annualmente uma feira de gado bovino. As festas e romarias mais notaveis realisam-se na egreja da freguezia e na capella de N. S.ª da Bonança, d'onde sahe uma procissão deveras caracteristica. A capella foi reconstruida por subscripção particular. Além da linha ferrea, é atravessada pela estrada real de Vianna a Caminha e pela districtal de Ponte de Lima pelo Amonde, em construcção. A locali-

dade é hygienica. Na Praia e nos arredores ha muitos cruzeiros, ermidas, marcos e portaes antigos, alguns de valor. A pesca mais importante é a sardinha e o patêlo. Pescam-se tambem aqui bastantes lagostas, que são exportadas para França. Ha muita miseria como em todas as terras da beira-mar. As mulheres dedicam-se ao arranjo das rêdes, enfardamento de sardinha e aos trabalhos das terras ou lavoura. Na Lagarteira, um dos locaes mais pittorescos é o do Portinho e o Castello, já desartilhado, outr'ora construido para atacar piratas que n'aquella costa abundavam. Nos suburbios tem o dolmen da Barrosa, em que já fallámos, a fonte da Retorta, as ruinas do convento de Bulhente, esplendidos panoramas dos altos do Cobertorinho e Calvario. Em Ancora ha bellos passeios, tanto na localidade, como ás terras proximas, Affife e Monte-Dor; Riba d'Ancora e Ville, Moledo, praia situada nas proximidades do pinhal de Camarido, Caminha, Seixas e Lanhellas. Ha ineffaveis passatempos e digressões nas margens do rio Ancora repletas de carvalhos, amieiros e salgueiros, como por exemplo o local denominado *ponte d'Abbadim* e d'ahi até Soutello, freguezia proxima.

Ancora *(Quintas existentes na freguezia de). Quinta da Boa Vista.*— E' situada nas faldas do monte de Tarrugem. Pertenceu a Luiz Brandão, de Vianna do Castello, depois a Pedro Marinho Brandão, em seguida a D. Michaela Maria Soares Palma, viuva do dr. Ignacio Xavier da Silva Palma, que a poude rehaver do anterior por demanda que entre ambos sustentaram. Em 1825 foi esta quinta vendida ao marechal de campo Gabriel Antonio Franco de Castro, fidalgo cavalleiro da Casa Real, natural e de Riba d'Ancora, do concelho de Caminha Contava elle vir passar o resto da sua vida n'esta quinta, mas falleceu na capital; os seus herdeiros venderam depois a quinta a pessoas d'esta freguezia. *Quinta de Santo Antonio.*—E' maior que a da Boa Vista, e está situada ao sopé do mesmo monte de Tarrugem. Tem boas casas, a capella da Santissima Trindade, no largo da entrada. Era dos Teixeiras Macieis, moradores em Vianna do Castello, no largo de S. Domingos, com cuja casa a quinta formava um vinculo. A ultima possuidora, pertencente a esta familia, foi D. Maria da Natividade Teixeira Maciel, que actualmente reside em Vianna, a qual herdára de seu irmão, João Barbosa Teixeira Maciel, por ter fallecido sem filhos. A quinta vendeu-se ha pouco a uma senhora de Guimarães, chamada D. Maria do Carmo Meirelles, juntamente com a sua grande cerca, propriedades, lavradios, pinhaes e matta no monte de Tarrugem. Parte da quinta, ao sul, havia pertencido aos Pimentas da Gama, de Vianna, e fôra cedida á ultima possuidora. João Barbosa Teixeira Maciel, a quem pertenceu o vinculo ou morgado, fez muitas obras na quinta, tornando-a uma bella vivenda de verão, e restaurou a capella. Era casado com uma senhora do Porto, de quem não teve descendentes, ficando herdeira sua irmã, como se disse. Eram filhos de Bento Pereira de Araujo Barbosa e de D. Camilla Clementina Teixeira Maciel. A quinta de Santo Antonio e a da Boa Vista teem boas nascentes d'agua, que lhes vem do monte de Tarrugem, por isso são ambas muito ferteis e abundantes. *Quinta do Paço.* — E' mais extensa. Fica junto ao rio de Ancora; tem moinhos de moer cereaes, e capella annexa ás casas, com frente para um terreiro interior, com a invocação de N. S.ª d'Ajuda. Eram seus proprietarios, em 1750, Henrique Ventura de Mattos Fagundes e sua mulher D. Ignacia Maria Joanna de Benevides; depois pertenceu a João Gonçalves Pinto Ribeiro Barbosa e Cirne. O ultimo aqui conhecido foi Maximo Barbosa Pereira Pinto, que embarcou com a familia real para o Brazil, em 1807. André Alves Pereira Nabuco Cirne, que residia no Brazil, foi o herdeiro de todos os bens da quinta, e vendeu-a ali a um homem, de appellido Maia, natural de Vianna do Castello, a quem a comprou o actual proprietario, o sr. Manuel Francisco Bargiella. Maia viera tomar conta da quinta, e, com a de Serreleis, que tambem comprára em Vianna do Castello, formava um vinculo. Hoje, a quinta do Paço está dividida pelo sr. Bargiella e seus herdeiros. A casa acha-se toda reformada. Os antigos possuidores festejavam a padroeira da capella no dia 8 de setembro, distribuindo tambem n'esse dia muitas esmolas e jantar a quantos pobres ali affluiam. Muitos d'elles estão sepultados na capella da quinta do Paço, incluindo Henrique Ventura de Mattos Fagundes, que morreu na de Serreleis e que para aqui foi transportado. A quinta tinha o legado d'uma missa resada todos os sabbados, que já se não cumpre. Consta que os antigos proprietarios iam todos os annos á romaria de S. João d'Arga, a 29 de agosto, levando á frente um gaiteiro, caixa e bombo, tocando; o passeio seria, decerto, a cavallo, pela grande distancia em que fica. A romaria ainda hoje se faz, e costuma ser muito concorrida, indo para ali um piquete da força de Vianna do Castello fazer a policia. A familia ingleza Teage, residente e negociante em Vianna, vem todos os annos, no verão, passar uma temporada á quinta do Paço e caçar trutas no rio Ancora, pois as suas grandes casas não são habitadas pelo proprietario o qual habita na freg. de *Soutello (Freixieiro)*. Estas tres quintas conservam os brazões d'armas dos antigos possuidores, entre ameias, sobre os portões da entrada.

Ancora *(Rio)*. Nasce de duas fontes, no sitio das *Bezerreiras,* na serra de Arga, limites da freg. de S. Lourenço da Montaria. Com 8 k. de curso mette-se no Atlantico, no sitio da Foz do Ancora, entre os fortins da Lagarteira, ao norte, e do Cão, ao sul. Este fica 2 k. ao sul da foz do rio, limite de Ancora, e do norte a 300 metros junto do porto de pesca. Estes fortins, e outros mais pelas nossas costas do Minho, mandou construir D. Pedro II, pelos annos de 1690, por causa dos piratas africanos que, de improviso, assaltavam as povoações do litoral, saqueando-as e levando captivos seus moradores. Este rio foi muito mais caudaloso na antiguidade, pois que era muito nomeado em tempos remotos e anteriores ao Christianismo. As grandes agglomerações de seixos rolados que se encontram em toda a baixa da freguezia d'Ancora, desde a superficie do terreno até grande profundidade, demonstram evidentemente que todos estes vastos terrenos fôram em tempos muito antigos occupados pelo Oceano, que, n'este sitio da costa recuou mais de 1:500 m. O mar chegava ao sitio onde está hoje a egreja de Ancora, pontão da Torre e o logar de Ancora, formando uma vasta bacia; e no sitio onde se

encontram as casas do logar d'Ancora, a poucos metros e fronteiras á egreja, é ponto mais firme, onde decerto seria o ancoradouro, existindo provavelmente n'esses sitios pequenas barracas de pescadores. Abaixo e junto ao rio fica o sitio da Torre, e como ahi existe um pontão raso sobre o rio, mandado fazer pelo abbade Caldas, de Gontinhães, se lhe ficou chamando ponte da Torre, sem haver ali torre alguma nem constar que a houvesse; comtudo, é provavel que na primitiva existisse, que poderia servir para vigia ou pharol da enseada. Na margem direita, Gontinhães, ha uma veiga chamada *porta vedra,* que poderia provir de denominação antiga, *porta vetera,* que se désse a qualquer porta da torre, e por esse motivo se ficasse chamando áquelle sitio, *porta vedra.* Os ventos de noroeste, que são aqui frequentes no verão, fôram accumulando as areias do lado sul do rio, formando grandes dunas, pelo andar do tempo, onde ficam hoje o grande pinhal da Gelfa e os grandes areaes sementados pelo

Rio Ancora, nas proximidades do pinhal da Gelfa

governo, a tal ponto que fizeram recuar o mar, iam assim as dunas de areia fechando a bocca da enseada, e até fizeram recuar a foz do rio que era a direito pelo meio dos areaes sementados pelo governo modernamente, e hoje fica quasi encostada ás casas que fórmam a praia de banhos de Ancora, assim chamada por ficar junta ao rio d'este nome, ficando toda na margem direita da freguezia de Gontinhães, e mais iria para o norte se não fôssem os rochedos da praia e topographia do logar que o impede. Todos os terrenos da antiga bahia são hoje veigas feracissimas e junceaes. As que ficam em volta da egreja de Ancora tem de mistura muitos seixos miudos e roliços, e fórmam aqui os passaes do parocho da freguezia. Foi esta a razão porque a enseada desappareceu pouco a pouco, por causa das areias que paulatinamente iam crescendo e fechando a entrada do mar. As terras de alluvião trazidas pelas cheias do rio, que se estendem por todos estes terrenos, fôram-se accumulando e formando as veigas e junceaes existentes. Abrindo-se ha pouco em um campo, poucos metros acima da egreja de Ancora, e pelos sitios onde deveria ter sido o ancoradouro, um poço para exploração d'aguas, a poucos metros de profundidade, encontraram-se fragmentos de louça, areia grossa de lastro, e outros vestigios proprios do leito das aguas, o que bem demonstrou que as aguas do mar chegavam aqui em tempos remotos. Sobre o rio ha as seguintes pontes de communicação entre Ancora e Gontinhães: Ponte nova na estrada de macadam, de tres arcos, feita em 1857; uma grande cheia a arruinou em 1865, escavando-lhe os fundamentos dos postes firmados em estacaria; reconstruida em 1870, ficou de dois arcos e mais alta. Ponte ou pontão raso da Torre, ao nascente da egreja de Ancora, em que já se falou, onde era a antiga estrada de Vianna, atravessando obliquamente o pinhal da Gelfa, e seguindo para as freguezias do norte. Como o pontão é raso facilmente as cheias lhe passam por cima, o que tem occasionado algumas tragedias. Do lado de Ancora ha uma cruz junto da ponte, que tem na base a seguinte inscripção: *1822. P. N. por alma de Ignacio Franco da Riceira. M. A. E. O. — 9 — A. D. O. N. R.* Diz-se que este homem passara a cavallo por cima da ponte, em occasião d'uma cheia, e que errando a direcção do trilho, o cavallo e o cavalleiro fôram arrastados pela corrente. No meio do pinhal da Gelfa e á margem da estrada que seguia d'esta ponte, encontra-se outra cruz, em que se lê: *R. por alma de João Francisco Martins da Rocha, aqui morreu a 18 de agosto de 1783. A. S.* A terceira ponte é a da Abbadim (*V. este nome).* Em todo o percurso do rio, desde Ancora, Riba d'Ancora e Gontinhães até á foz, ha em ambas as margens oito casas com varios moinhos de moer cereaes e tres de serrar madeira. Na memoria dos povos de Ancora e suas proximidades correm varias tragedias causadas por differentes naufragios. Conta-se que a fragata *Medusa,* illudida com os fachos que de noite observou na freguezia de Gontinhães, imaginou estar em Vigo, metteu para terra e veiu despedaçar-se contra um caes, que se diz estar soterrado nos areaes que descrevemos. Muitos dos naufragos que fôram victimas, sepultaram-se no adro da egreja de Ancora. Acerca da origem d'este nome ha uma versão, que é a lenda de D. Ramiro e D. Urraca, que se lê no *Portugal antigo e moderno*, vol. I, pag. 209; o padre D. Jeronymo Contador d'Argote, nas suas *Memorias de Braga*, pag. 372, diz que o nome lhe vem de *ancoradouro* ou porto de *ancoragem* que faziam aqui as frotas romanas, que conduziam tropas; essas frotas, porém, seriam talvez de pescadores e não romanas. Ha tambem quem diga, que este nome lhe foi dado, por ter apparecido aqui uma ancora de oiro. Aos logares da Lage e Corrãs se lhes deu o nome de Balthazares nos seculos XVII e XVIII. As terras que possuiam aqui as casas Malheiros e Pimentas de Vianna chamavam-lhes prasos de Balthazares, porem o local da egreja sempre se

denominou logar e Egreja de Santa Maria de Ancora desde a sua primitiva fundação. A razão porque a parte alta da freguezia se chamou Balthazares não é facil averiguar. Devemos estas informações a respeito d'Ancora ao desinteressado obsequio dos srs. Manuel José Gonçalves, reitor de Carreço, e Alberto Dias Guimarães, de Lisboa.

Ancoradouro. Logar onde um navio póde lançar a ancora. O direito de ancoradouro é pago pelos navios para poderem ancorar e demorar-se em certos portos, bahias, etc. Este direito é fixado pelos regulamentos locaes e depende da tonelagem do navio. O regulamento sobre o modo como os navios devem amarrar-se, e guardar as distancias no Tejo, acha-se na portaria de 7 de junho de 1811, e decreto de 10 de julho de 1834. Para o rio Douro legislou o decreto de 18 de julho de 1834.

Ancoragem. Acção de ancorar. Quantia que se paga para ancorar. Diz-se tambem assim o direito que se paga pela faculdade de ancorar n'um porto ou enseada. Este direito é um encargo ordinario da navegação, e por conseguinte não entra em classe de avaria, propriamente dita, senão que é a cargo do navio, salvas as condições que, ácerca das despezas de porto, se possam fazer no contracto, do fretamento ou pro vindo de fortuna de mar, e motivo extraordinario.

Ancoras. Rio da costa da Guiné, descoberto em 1446 por Antonio de Nolle e Luiz de Cadamosto. A sua foz dista 5 k. do rio de Jatta, a O. de Bissau.

Anços. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, de Redinha, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Montelavar, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Rio das duas Beiras. Os antigos chamavam-lhe *Anco*. Nasce nas abas da serra da Estrella, de tres olhos d'agua. Suas margens são cultivadas e muito ferteis, onde não são pantanosas. Passa em Redinha, onde tem uma ponte de cantaria, e em Soure, onde tem duas. Passa tambem em V. N.ª d'Anços, Montemór-o-Velho e Verride, entrando no Mondego, por baixo do monte *Arnes;* depois d'um curso de 60 k. Em V. N.ª d'Anços tambem tem uma ponte de cantaria muito boa, d'um só arco. Este rio foi dado por D. João III aos freires da ordem de Christo, do collegio de Coimbra. Cria muito e variado peixe. De Verride para baixo foram as pescarias dos duques d'Aveiro.

Andada. Caminhada, jornada, passeio. O caminho que faziam os officiaes de justiça para qualquer diligencia, e a esportula ou salario que recebiam pelo caminho andado. || *Escrivão das andadas do vinho*; o do varejo dos vinhos para cobrança do respectivo imposto.

Andador. O que tem por officio ou occupação andar levando recados, fazendo cobranças, pedindo esmolas, etc. Designa especialmente um irmão ou serventuario de confraria, que faz os avisos para as reuniões e festas, e pede esmolas para os santos. || *Andador das almas;* o que pede esmolas para suffragios pelas almas do purgatorio || *Andador do concelho;* official de diligencias que fazia citações, etc., ou que guardava os presos nas cadeias publicas e servia em certas diligencias do concelho. || *Andador do almotacé, andador das rendas do concelho;* cobrador. Segundo Viterbo, no seu *Elucidario,* ao andador pertencia guardar os presos nas cadeias publicas e servir outros misteres enfadonhos. Do officio de *andoria* eram isentos os ferreiros do Felgar, isto é, os que se occupavam em tudo o que pertencia ás minas e fabricas do ferro, que n'aquella terra se obrava e produzia. Os privilegios d'esta ferraria fôram confirmados em 1436 por sentença de D. Duarte.

Andainho. Pov. da freg. de S. Miguel de Juncal, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Andal. Pov. da freg. de S. Salvador, de Covão do Lobo, conc. de Vagos, distr. d'Aveiro.

Andalatando. Séde do conc. de Cazengo, prov. de Angola, Africa Occidental. A antiga séde do concelho era na pov. de Caculo.

Andaluz *(Antonio Julio de Santa Martha do Vadre de Mesquita e Mello, 3.º visconde de).* Fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores; secretario geral do Governo Civil do distr. do Funchal, desde 1 de julho de 1863 até 4 de setembro de 1869, em que foi elevado a governador civil d'aquelle districto; bacharel formado em direito e abastado proprietario do distr. de Santarem. N. a 12 d'abril de 1833. Era filho do 2.º visconde d'Andaluz, Joaquim José dos Martyres de Santa Martha do Vadre de Mesquita e Mello, e de sua primeira mulher, D. Maria de Jesus de Sousa Bello Lobo da Motta Pereira. Casou em 1869 com D. Anna Joaquina Figueira, filha dos 1.ºs barões da Conceição, Fortunato Joaquim Figueira e de sua mulher Miss Elisabeth Lehman Langstroth. Por decreto de 23 de março de 1852 foi concedida mais uma vida no titulo de visconde de Andaluz. A verificação de vida no 3.º visconde, foi concedida por decreto de 12 e carta de 17 de dezembro de 1864.

Andaluz *(Antonio Luiz Maria Sarmento, 1.º barão e 1.º visconde de).* Do conselho d'el-rei D. João VI e seu guarda-roupa; secretario da Casa e Estado do Infantado; commendador das ordens de N. S.ª da Conceição, de S. Bento d'Aviz e da antiga ordem militar da Torre e Espada; commendador do Foruo da Porta do Sol, da ordem de S. Thiago da Espada; tenente-general do exercito e governador da ilha das Cobras, no Rio de Janeiro. N. a 14 de junho de 1745, f. a 24 de junho de 1821. Era filho de Francisco Manuel de Mariz Sarmento, que foi guarda-roupa e porteiro da Real Camara, e de sua mulher, D. Anna Apolonia de Vilhena Coutinho. Casou com D. Maria Barbara do Vadre d'Almeida Castello Branco, açafata da ser.ma princeza do Brazil, e depois da rainha D. Carlota Joaquina, cujo exercicio largou para casar. D'este consorcio não houve descendencia. D. Maria Barbara era filha de José Antonio do Vadre Vieira d'Almeida, thesoureiro da Casa da Moeda, e de sua mulher D. Anna Joaquina de Castello Branco. A viscondessa fez cedencia dos seus serviços como açafata e dos serviços de seu marido, ainda não remunerados, em seu sobrinho Joaquim José dos Martyres de Santa Martha Mesquita e Mello, por termo feito na data de 30 de janeiro de 1840. Em remuneração d'estes serviços e dos serviços proprios do referido Mesquita e Mello, lhe foi conferida a renovação do titulo de visconde d'Andaluz (V. *2.º visconde de Andaluz).* O titulo de visconde foi concedido por D. João VI, sendo ainda principe regente, por decreto de 17 e carta de 24 de dezembro de 1811. O titulo de barão, pelo mesmo principe regente, por decreto de 13 e carta de

22 de maio de 1810. Fôro de fidalgo cavalleiro, pelo alvará de 30 d'agosto de 1816. O brazão de armas é um escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Mellos, em campo vermelho seis bezantes de prata entre uma cruz doble e uma bordadura de oiro; o segundo quartel tem o campo partido; na parte direita as armas dos Alcoforados, campo enxaquetado de prata e azul de sete peças em faxa; na parte esquerda as armas dos Mesquitas, em campo de oiro cintas de vermelho postas em banda, com talhões de fivelas de prata anilados, e uma bordadura d'azul com sete flôres de liz de prata; no terceiro quartel as armas dos Almadas, em campo de oiro uma banda azul com duas cruzes de oiro floridas e vasias, entre duas aguias vermelhas estendidas, armadas de preto; e no quarto as armas dos Aguiares, em campo de oiro uma aguia de vermelho estendida, armada de preto.

Andaluz *(Joaquim José dos Martyres de Santa Martha do Vadre de Mesquita e Mello, 2.º visconde de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão a seus maiores, por alvará de 30 d'agosto de 1816; deputado na legislatura de 1851 a 1852. N. a 28 d'outubro de 1806, f. a 4 de janeiro de 1868. Era filho de José Germano Santa Martha Mesquita e Mello, fidalgo cavalleiro da Casa Real, desembargador dos Aggravos da Casa da Supplicação, e antes desembargador da Relação e Casa do Porto; cavalleiro professo na ordem de Christo, casado com D. Antonia do Vadre d'Almeida Castello Branco, açafata do quarto principe da Beira. O 2.º visconde de Andaluz casou a 29 de dezembro de 1824 com D. Maria de Jesus de Sousa Bello Lobo da Motta Pereira, filha de Antonio Franco de Sousa Bello e de sua mulher D. Leocadia Carolina Lobo da Motta Pereira. Tendo envinvado em 24 de março de 1863, o visconde d'Andaluz passou a segundas nupcias com D. Maria da Conceição da Silva Vouga, filha de Constantino Vouga, abastado proprietario em Alcanede. Por morte do visconde, em 1868, a viscondessa casou segunda vez, com Manuel José de Mello, capitão d'artilharia, official ás ordens d'el-rei D. Luiz, e filho do segundo matrimonio do 9.º conde de S. Lourenço, Antonio José de Mello Silva Cesar e Menezes, e D. Maria Victoria do Resgate Correia de Sá *(V. Sabugosa)*. A viscondessa d'Andaluz perdeu o direito de usar do titulo de seu primeiro marido, por não ter alvará de confirmação d'aquelle titulo e honras sem embargo de haver passado a segundas nupcias. Do primeiro matrimonio do 2.º visconde de Andaluz, houve a seguinte descendencia: D. Maria José, nascida a 9 de novembro de 1827, que casou a 6 de fevereiro de 1853 com Agostinho Maria da Costa Macedo, fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores, proprietario na Gollegã, o qual era filho de Joaquim José da Costa Macedo, do conselho de Sua Magestade, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa, official da ordem do Cruzeiro do Brazil, commendador da ordem de Gustavo Vaza, da Suecia, socio e secretario da Academia Real das Sciencias de Lisboa e de outras academias e sociedades litterarias estrangeiras; sua mãe era D. Thereza Germana da Fonseca. D. José Germano, nascido a 29 de dezembro de 1829; totalmente cego, e devido a esta circumstancia, cedeu o direito á administração da casa e morgados em seu irmão, o actual visconde de Andaluz, por escriptura publica de 23 de janeiro de 1851, feita em Lisboa. Francisco Xavier, que nasceu a 26 de janeiro de 1831 e falleceu a 28 de março de 1851. Antonio Julio, o actual visconde *(V. 3.º visconde da Luz)*. D. Maria da Conceição, nascida a 8 de dezembro de 1834, fallecendo a 12 de novembro de 1849. D. Maria Thereza, que nasceu a 10 de fevereiro de 1837, e morreu a 14 de março de 1879; casára em 30 de maio de 1858 com Ignacio Xavier de Figueiredo Oriol Pena, fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores, administrador de vinculos, e abastado proprietario em Torres Novas, fallecido em 19 de maio de 1876. D. Maria Carlota, nascida a 6 de fevereiro de 1838, e fallecida a 15 d'outubro de 1856. João Maria, nascido a 20 d'abril de 1844 e fallecido a 23 de junho de 1872. Ignacio Augusto, nascido a 15 de junho de 1847, e Joaquim Eduardo, nascido a 6 d'abril de 1856. O titulo de visconde foi renovado pelo decreto de 14 de fevereiro de 1840.

Andão. Pov. na freg. de S. Salvador de Fornellos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de S. Miguel, de Juncal, com. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Andarilho. Homem que anda muito por officio ou por gosto. Lacaio que acompanhava a pé as carruagens e cavalgaduras.

Andarim. V. *Andarilho*.

Andavia. Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Andeade. Quinta na freg. de S. João Baptista, de Luzim, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Andeandem. Pov. situada a éste da provincia de Pernem, com. e distr. de Bardez, arceb. de Gôa, na India.

Andeiro *(João Fernandes, conde de)*. Fidalgo da Galliza, que se tornou celebre na historia portugueza. Quando D. Fernando, rei de Portugal, movido pela ambição e desejoso de aproveitar o descontentamento de muitos fidalgos castelhanos, se resolveu a invadir a Hespanha pela Galliza, onde se evidenciava mais o espirito da revolta, Fernandes d'Andeiro foi um dos que mais o ajudaram, entregando-lhe a cidade de Corunha, onde governava. Mallogrando-se a invasão, refugiou-se em Portugal, passando d'aqui para Inglaterra. Em 1372 voltou a Portugal, acompanhado d'um fidalgo inglez, e da parte do duque de Lancaster, para tratar com D. Fernando uma alliança contra a Hespanha. Combinou-se a alliança, e D. Fernando, julgando-se auxiliado pelo duque, declarou novamente guerra á Hespanha, que foi um desastre completo. Assignado mais tarde o tratado de paz, que obrigava D. Fernando a não consentir que estivessem em Portugal emigrados hespanhoes, Fernandes d'Andeiro partiu outra vez para Inglaterra, d'onde voltou pouco tempo depois para tratar de novas allianças entre o duque de Lancaster e el-rei D. Fernando. Como o conde d'Andeiro era emigrado, não podia estar em Portugal, e D. Fernando occultou-o na torre de menagem do castello de Extremoz, onde estava residindo com sua mulher, a rainha D. Leonor Telles, realisando-se entre os tres largas conferencias politicas. Foi d'esta convivencia que nasceram os amores da rainha com o fidalgo gallego, que tão escandalosos se tornaram. Terminado o negocio diplomatico de que se encarregára, João Fernandes partiu muito em

segredo para Leiria. Apenas ali chegou, seguindo um plano combinado com el-rei, apresentou-se desassombradamente. O facto foi logo communicado a D. Fernando, que se mostrou irritadissimo por tanta audacia, e enviou ordem para o prenderem. Alguns dias depois de estar preso, mandou-o embarcar n'um navio que partia para Inglaterra, ordenando-lhe positivamente que não voltasse mais a terras portuguezas. Este procedimento não passava, porém, d'um ardil para que o conde Andeiro podesse transmittir a resposta d'el-rei ao duque de Lancaster. Não tardaram a vir para Portugal tropas inglezas commandadas pelo conde de Cambridge, e Andeiro veiu com ellas. Os amores de Leonor Telles, animados pela cegueira d'el-rei, manifestaram-se então com toda a impudencia. D. Fernando, que não recusava nada á rainha, encheu Andeiro de honras e dignidades, fêl-o conde d'Ourem, deu-lhe terras e riquezas, com grande escandalo dos fidalgos portuguezes que se espantavam da cegueira d'el-rei e da ousadia da rainha. D. Leonor Telles comprehendeu o escandalo que estava dando, e que seria preciso tomar algumas precauções. Insistiu então com o conde Andeiro para que mandasse vir da Galliza sua mulher, D. Mayor, e tão depressa ella chegou, encheu-a de affagos, de honras e distincções, a que a astuciosa hespanhola se mostrava profundamente grata, mas dando bem a conhecer, na ausencia da rainha, que aquelles carinhos e attenções a não illudiam, e que perfeitamente sabia porque lhe eram prodigalisados. Depois da morte de D. Fernando, ficando D. Leonor Telles regente do reino, mostrou-se então impudentissima, e o valimento do conde de Andeiro tornou-se extremamente escandaloso. No principio do anno de 1384, o povo deveras indignado, não só com o projecto que se meditava da entrega do reino aos hespanhoes, como tambem por aquella concubinagem aviltante, fundavam todas as suas esperanças no mestre d'Aviz, D. João, pedindo-lhe que desembaraçasse o reino d'aquelle valido e da mulher que deshonrava o throno. D. João foi nomeado fronteiro do Alemtejo, para onde partiu, mas a pouca distancia, voltou para Lisboa, resolvido a satisfazer os desejos do povo. Entrou no paço real, onde é hoje a cadeia do Limoeiro, e apresentou-se á rainha e ao valido, que ficaram muito espantados e tambem horrorisados com o seu subito regresso. D. João declarou que vinha apenas pedir mais tropas, por serem poucas as que levára, e em seguida disse ao conde d'Andeiro que desejava fallar-lhe em particular. O conde hesitou, mas, não vendo motivo de desconfiança, não podia esquivar-se ao pedido. Fôram ambos para o vão d'uma janella, e, depois de trocarem algumas palavras, os que assistiram á scena, todos partidarios do mestre de Aviz, viram-n'o de repente arrancar d'um punhal e vibrar um golpe no conde, que mortalmente cahiu ferido. Houve grande alvoroto no paço, e o povo, sublevado logo pelas vozes d'um pagem que, segundo o plano combinado, percorria a cidade gritando que queriam matar o mestre d'Aviz, corria ao palacio real em grande tumulto. Estava feita a revolução, D. Leonor prisioneira no proprio paço, e D. João senhor da capital, ficando dentro em pouco senhor do reino. O conde Andeiro esteve desamparado na sala, onde fôra morto, até que, por ordem de D. João, foi enterrado muito em segredo.

Anderson. Appellido nobre em Portugal, oriundo da Irlanda, d'onde passou na pessoa de Guilherme Anderson. Tem brazão incompleto: em campo de prata, asna abaixada de negro entre tres cruzetas de vermelho perfiladas de negro, e em chefe um escudinho de prata perfilado de negro, carregado de uma mão esquerda. Timbre, uma cabeça e pescoço de veado com uma setta atravessada no pescoço.

Andeviso. Pov. na freg. de Santa Comba, de Eiras, conc. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Mei, conc. dos Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello.

Andião. Pov. de S. Salvador, do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello.

Andimos. Pov. da freg. de N. S.ª do Desterro de Pouzos, conc. e distr. de Leiria.

Andino. Monte na freg. de N. S.ª dos Martyres, conc. do Crato, distr. de Portalegre.

Andives. Herdade da freg. de N. S.ª do Monte, de Valle de Guizo, conc. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Abella, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Andoney. Rio da Costa do Calabar na Guiné, Africa Occidental, a que os portuguezes chamam rio Doce.

Andonia. Pov. da freg. de S. Paio de Azões, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Andorão. Quinta na freg. de N. S.ª de Conduzende, de Adorigo, conc. de Taboaço, distr. de Vizeu.

Andoria. V. *Andador*.

Andorinha. Pov. na freg. de S. Paio e conc. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Castellões, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Pedro de Covello de Paivô, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de Sauto Varão, de Lamarosa, conc. e distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Travancas de Lagos, conc. d'Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Travassos, conc. de Povoa do Lanhoso, distr. de Braga. || Quinta na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Villa Verde dos Francos, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa.

Andorinhas. Pov. da freg. de S. Pedro dos Grilhões, de Dois Portos, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Andorinheira. Pov. na freg. de S. Cosme e Damião, de Podame, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Andorinhos. Monte na freg. de N. S.ª dos Martyres e conc. de Arraiollos, distr. d'Evora.

Andrada ou **Andrade.** Appellido nobre em Portugal. Procede d'um dos cinco cavalleiros que passaram a Hespanha, á guerra dos moiros, com o conde D. Mendo. E' seu solar a villa d'Andrada ou Andrade, no reino de Galliza. Os d'este reino descendem de Nuno Freire de Andrada, mestre da ordem de Christo, que passou a Portugal no reinado de D. Pedro de Castella. Tem brazão completo: em campo verde uma banda vermelha filetada de oiro, sahindo da boca de duas serpes. Elmo de aço aberto. Timbre, dois

meios corpos de serpe de oiro retorcidos, lampassados de vermelho, e postos em fogo. O segundo que passou d'aquelle reino a Portugal, com egual appellido, foi Fernão Alvares d'Andrada, a quem D. João III nomeou escrivão da fazenda. Teve mercê de brazão de armas incompleto: em campo de oiro banda vermelha sahindo da boca de duas cabeças de serpe verdes picadas de prata, e entre duas caldeiras de negro xadrezadas de prata e vermelho, e cada uma com outras duas cabeças de serpe egualmente de verde, e lampassadas de vermelho no pegado das azas. Timbre uma cabeça e pescoço de serpe de oiro lampassada de vermelho. *Andrade* é corrupção para este appellido de *Andrada*. João Fernandes do Arco de Andrade deixou as armas dos Andrades para usar as dos Arcos, só com a differença de ser aqui passante o saggittario, e n'aquellas de passo levantado, e a corda do arco em umas de prata, e em outras de verde. Outros do mesmo appellido usam em campo verde banda de oiro sahindo da boca de duas serpes; e orla de prata com estas palavras: *Ave Maria gratia plena*. Estes appellidos Andrada e Andrade parecem ser só um, e usado indifferentemente. Miguel Leitão d'Andrada, na sua *Miscellanea*, assim o declara, a pag. 194, tratando umas pessoas de sua familia por Andrada e outras por Andrade, como por exemplo D. Beatriz, sua segunda mulher e prima, filha d'um irmão de seu pae, a quem elle dá o nome de *Beatriz de Andrade*.

Andrada *(Diogo Paiva de)*. Insigne theologo. N. em Coimbra a 26 de julho de 1528, f. em Lisboa a 1 de dezembro de 1575. Era filho de Fernão Alvares de Andrada, fidalgo da Casa d'el-rei D. João III, do seu conselho, escrivão e thesoureiro-mór da sua fazenda, e de sua mulher, D. Isabel de Paiva, filha de Nuno Fernandes Moreira, escrivão da camara de Lisboa, e de D. Violante de Magalhães. Foi de nobilissima familia, e teve o fôro de Moço Fidalgo com matricula no livro dos moradores da Casa d'el-rei D. João III. Da mãe tomou o appellido de Paiva, que era de familia antiga, em que se contavam homens muito distinctos de Lisboa no serviço de cargos honrados dos reis D. João II e D. Manuel; o appellido de Andrada era por seu pae, cuja nobreza procedia da descendencia legitima derivada dos condes de Andrada em Galliza, assim como Miguel Leitão d'Andrada, o autor da *Miscellanea (V. este nome)*. Tendo dez annos de edade Diogo de Paiva de Andrada foi entregue á direcção de fr. Luiz de Montoia, no convento da Graça, de Lisboa; aos quatorze annos passou ao collegio da mesma ordem na Universidade de Coimbra, que D. João III então edificava; ahi com o conhecimento da lingua latina, que adquiriu em grande perfeição, e das letras humanas recebeu o grau de Mestre em philosophia com assombro de toda a Universidade, e o grau de doutor na faculdade de theologia, em que se fez eminente por ser muito versado nas linguas hebraica e grega, e pelo estudo assiduo da Escriptura Sagrada, e dos padres da Egreja, em que empregava cada dia oito horas. Dedicando-se então ao estudo ecclesiastico, foi um dos maiores oradores do seu tempo, pela erudição, elegancia e agudeza de conceitos. Antes de subir ao pulpito celebrava missa, e no fim, prostrado por terra, pedia a Deus lhe illustrasse o entendimento e accendesse o coração para despertar os peccadores do lethargo da culpa em que jaziam. El-rei D. Sebastião nomeou-o por seu theologo ao concilio de Trento em 1561, onde, como refere fr. Luiz de Sousa, na *Vida de D. Fr. Bartholomeu dos Martyres*, «Se fez amar e respeitar de todos os padres do Concilio por suas grandes letras, aviso e prudencia, de que fazem illustre testemunho os escriptos que deixou em lingua latina e vulgar.» Foi isso tanto mais para admirar, quanto contava então elle pouco mais de trinta annos. Em varias congregações foi ouvido o seu parecer sempre com respeito e consideração sobre o sacramento da Ordem, instituição dos bispos, poder da Egreja para annullar os matrimonios clandestinos, autoridade do papa e dos bispos, e varios outros pontos que se suscitaram no concilio. A Diogo de Paiva de Andrada foi incumbida a missão de reunir todas as seitas lutheranas para d'ellas se tratarem no referido concilio. Havia n'este tempo apparecido o cathecismo protestante de Moheim, cheio de dogmas contrarios á Egreja Romana, e a Universidade de Colonia o fizera censurar pelos jesuitas. Kemnitz, theologo lutherano de grande reputação e saber, tratou de defendel-o, e por esta occasião atacou violentamente o instituto jesuitico. Paiva d'Andrada tomou então a peito o pugnar a favor da Companhia de Jesus, e rebater as opiniões do escriptor allemão. Com este intuito publicou em latim o seu livro das *Explicações orthodoxas*, impresso em Colonia, em 1561. Kemnitz replicou-lhe com azedume, escrevendo um livro em que não sómente injuriava o nome de Diogo de Paiva de Andrada, mas impugnava os principaes dogmas estabelecidos no concilio de Trento. Diogo de Paiva volveu ao combate tambem com energia, refutando o livro, e publicando uma obra intitulada *Defensão da fé tridentina*. N'esta lucta, os dois contendores não pouparam injurias nem argumentos, armas quasi sempre usadas conjunctamente nas questões litterarias ou scientificas d'aquelles tempos. Fechado o concilio passou Paiva d'Andrada a Roma, onde o seu talento não foi menos venerado e apreciado. Rejeitando muitas dignidades que podia alcançar pelos seus merecimentos, voltou á patria a exercer o seu officio apostolico de prégar, que sempre dirigiu á instrucção dos ignorantes. Por ser mais abundante de dotes de graça que de bens de fortuna, contrahira algumas dividas por causa da viagem a Trento, para cujo effeito e para limar as suas obras, resolveu retirar-se a uma quinta junto ao convento do Varatojo, distante sete leguas de Lisboa, que pertencia ao morgado de seu irmão Alvaro Peres d'Andrada; antes, porém, de se recolher á quinta, foi accommettido da enfermidade que o victimou.

Diogo Paiva de Andrada

Jaz sepultado na capella de S. Nicolau Tolentino, na antiga egreja da Graça, de Lisboa, em sepultura particular, sobre a qual se viam entalhados em fino marmore uns versos latinos. Sua sobrinha D. Joanna de Noronha, filha de sua irmã, a condessa de Linhares, mandava resar todos os dias n'aquella capella uma missa por sua alma. Diogo Paiva d'Andrada tinha os seguintes irmãos: Alvaro Peres de Andrada, commendador de S. Pedro de Torres Novas; Thomé de Andrada, que foi o veneravel fr. Thomé de Jesus, dos eremitas de Santo Agostinho, morto no captiveiro de Berberia, cuja virtude e sciencia fôram muito respeitadas; fr. Cosme d'Apresentação, da mesma ordem, que morreu em Bolonha com a mesma veneração, indo prégar aos hereges d'Allemanha, por mandado de Gregorio XIII; Francisco d'Andrada, chronista-mór do reino, e guarda-mór da Torre do Tombo; D. Violante d'Andrada, dama da imperatriz D. Isabel, que por casar com D. Francisco de Noronha, conde de Linhares, ficou sendo condessa d'aquelle titulo. Escreveu as seguintes obras em latim: *Orthodoxarum explicationum libri X. Primus est de origine Societatis Jesus. 2. de Scriptura Sacra. 3. de peccato. 4. de libero arbitrio, 5. de Lege & Evangelio. 6. de Justificationi & Fide. 7. de Cœna Domini. 8. de Confessione, Confirmatione, & Extrema unctione. 9. de veneratione Sanctorum, & imaginibus. 10 de Cœlibatu,* Coloniæ, 1564. Na prefacção d'este livro, Jeronymo Osorio, bispo de Silves, faz-lhe um eloquentissimo elogio em latim; *De Societatis Jesu origine libellus contra Kemnicii cujusdam petulantem audaciam,* Lovanii, 1566. Sahiu traduzido em francez, por Miguel Jove, 1565. Este tratado é o primeiro do livro precedente intitulado: *Orthodoxarum,* etc.; *Defensio Tridentinæ Fidei Catholicæ & integerrimæ quimque libris comprehensa adversus detestabiles hæreticorum calumnias, & præsertim Martini Kemnitii Germani. Primus liber constat de generalis Concilij authoritate. 2. de authoritate S. Scripturæ, & tradicionum. 3. de libris Canonicis. 4. de authoritate vulgatæ Latinæ editionis. 5. in tres partes dividitur. 1. est de Peccato originis. 2. de peccati originalis reliquis, sive de concupiscentia quæ post baptismum in mente est reliqua. 3. de Virginis Deiparæ Conceptione,* Olyssipone, 1578. Coloniæ, 1580. Venetiis, 1592; *Oratio habita ad P P Tridentinæ Synodi Dominica secunda post Pascha anni 1562.* Sahiu com outras, Lovanii, 1567. Venetiis, 1562. Publicou tambem: *Sermões, Primeira parte,* Lisboa, 1603; *Segunda parte,* Lisboa, 1604; *Terceira parte,* Lisboa, 1615. Estes livros de sermões sahiram, como se vê, muito depois da morte do autor, por diligencias d'um seu sobrinho, fr. Manuel da Conceição, religioso da ordem de Santo Agostinho. São hoje muito raros. O erudito fr. Manuel do Cenaculo considerava os sermões de Paiva d'Andrada como um excellente modelo de boa linguagem classica.

Andrada *(Diogo Paiva de).* Escriptor, sobrinho de Diogo Paiva de Andrada. N. em Lisboa a 13 de dezembro de 1576, e falleceu em Almada a 21 de dezembro de 1669. Era filho de Francisco de Andrada, chronista-mór do reino e commendador de S. Paio de Trogoes, no bispado do Porto, e de D. Helena da Costa. Aprendeu com incrivel brevidade e maior comprehensão a lingua latina, rhetorica, poesia e letras humanas, em que sahiu muito habil, com especialidade na arte poetica em que imitava o estylo dos mais insignes poetas, o que lhe valeu grandes elogios dos escriptores distinctos do seu tempo. Não foi menos estimado pelo estudo da historia assim sagrada como profana, em que consumiu o tempo particularmente na investigação d'algumas difficuldades respectivas a Portugal, distinguindo com judiciosa critica o falso do verdadeiro, por cuja applicação se considerou com direito de substituir seu pae no logar de chronista-mór do reino; vendo, porém, que lhe fôra preferido fr. Bernardo de Brito, chronista da ordem de S. Bernardo, apaixonou-se de tal fórma, que desafogou contra elle a sua ira, escrevendo a seguinte obra: *Exame de antiguidades. Parte primeira. Repartida em doze tractados, onde se apuram historias, opiniões e curiosidades pertencentes ao reino de Portugal, e a outras partes, desde a creação do mundo até o anno 3403. Dirigida ao Principe D. Filippe Nosso Senhor,* Lisboa, 1616. N'esta obra o autor censurou e pretendeu convencer de falsas as opiniões de fr. Bernardo de Brito, seguidas em varios logares da *Monarchia Lusitana.* Fr. Bernardino da Silva, monge cisterciense, sobrinho de fr. Bernardo, sahiu a defender o tio, publicando a *Defensão da Monarchia Lusitana,* mostrando que o falsificador de antiguidades era o proprio Andrada. Eram dois volumes que fôram impressos em 1620 e 1627. Fr. Fortunato de S. Boaventura, na *Historia Chronologica e Critica de Alcobaça,* a pag. 121, diz que fr. Bernardino da Silva confutou nervosamente os argumentos e razões do adversario, ficando este havido por falso, malevolo, contrario ao sagrado texto, e falto de noticias. Paiva d'Andrada não respondeu á critica, e não continuou a publicação da obra, cuja segunda parte já estava promettida. No entretanto, as reflexões do *Exame de antiguidades* ficaram, em grande parte, sem resposta, porque, segundo se affirma, não era possivel contestar muitas das objecções de Diogo de Paiva de Andrada. Ha mais as seguintes obras d'este distincto escriptor: *Casamento perfeito, em que se contém advertencias muito importantes para viverem os casados em quietação e contentamento, e muitas historias e acontecimentos particulares dos tempos antigos e modernos,* etc., Lisboa, 1630. Houve outra edição, tambem em Lisboa, 1726. E' um livro assás curioso, que encerra muitos documentos da vida civil e domestica, e noticias muito variadas; *Instrucção politica em dialogo em que são interlocutores hum Anjo e o Corpo; Epistola Latina escripta a João Rodrigues de Sá, Camareiro-mór,* Lisboa, 1641. *De Scitu dignis libri quattuor; Compendium recentis historiæ Lusitanorum adversus Hispanico-potestatem; Quæ Sors, quod astrum, quod vé Tartareum Scelus; Ad Theodosium Brigantinum Ducem cum Fastis Joannis Tertii Portugalliæ Regis missa Panegyris,* 1613; *Eduardus* e *Joannes Baptista,* duas tragi-comedias. Estas obras se reunem todas n'um só volume com muitos versos heroicos, elegiacos, saficos, jambicos, e alcaicos, e varias cartas latinas; *Chaudeleidos libri duodecim. Canitur memoranda Chaulensis Urbis propugnatio, & celebris victoria Lusitanorum adversus Copias Inizæ Maluci,* Ulyssipone, 1628. O assumpto d'este poema é o cerco de Chaul, sendo governador d'aquella cidade D. Francisco Mascarenhas, e vice-rei

da India, D. Luiz de Athayde, 1570 a 1571. O *Chaudeleidos* contem 12 cantos, e foi o poeta romano *Estacio,* que Paiva de Andrada tomou por principal modelo.

Andrada *(Francisco de).* Poeta e historiador portuguez; commendador de S. Paio de Trogoes na ordem de Christo no bispado do Porto, do conselho d'el-rei, guarda-mór da Torre do Tombo, e chronista-mór do reino. N. em Lisboa, pelos annos de 1540, onde tambem falleceu em 1614. Era filho de Fernão Alvares de Andrada, fidalgo da casa d'el-rei D. João III, e de D. Isabel de Paiva, filha de Nuno Fernandes Moreira, escrivão da camara de Lisboa. Teve por irmãos, o grande theologo Diogo Paiva de Andrada, e fr. Thomé de Jesus, dos eremitas de Santo Agostinho (V. *estes nomes).* Desde muito novo deu mostras de grande talento e amor ao estudo. Cursou humanidades com o mais distincto aproveitamento. Applicou-se com particular desvello á lição de Historia, principalmente da monarchia portugueza, em que sahiu tão doutamente versado, que substituiu no logar de chronista-mór do reino e guarda-mór da Torre do Tombo a Antonio de Castilho. Foi um *excellente historiador,* como lhe chamou Antonio de Sousa de Macedo, nas *Flôres de Hespanha,* cap. 8.º, escrevendo a chronica de D. João III. Tornou-se tambem muito notavel no cultivo da poesia, deixando numerosas composições; possuia o condão de alliar a louçania pura da linguagem com a elegancia do estylo e a sonora facilidade da versificação, tudo isto abrilhantado pela grande variedade de imagens e episodios. O *Primeiro cerco de Diu* é a sua obra prima. Casou com D. Helena da Costa, filha de Salvador Correa de Menezes e de D. Violante da Costa. Escreveu: *Chronica do muito alto e muito poderoso rei d'estes reinos de Portugal D. João o III d'este nome,* Lisboa, 1613. Segunda edição, Coimbra, 1796, 4 tomos. Entre os que censuram esta obra, achando-lhe defeitos de omissões e de parcialidade, conta-se fr. Miguel Pacheco, que na *Vida da infanta D. Maria* fala pouco lisongeiramente. A pag. 19 diz, que Francisco de Andrada sepultara em silencio muitas embaixadas e outros negocios de porte, acontecidos durante o reinado de que se propoz tratar: *culpa que le podia obligar en conciencia a restituir las gajes de su officio, y a perderlo por yerros, pues no le puede aver mas que grave un historiador, que callar ó no saber las acciones mayores del principe sujeto de su historia, ó las cosas notables sucedidas en el reyno en tiempo de su gobierno.* O marquez de Alegrete diz que a *Chronica* é escripta com a falta que muitas d'outras teem, por não tratarem do governo economico do reino; mas no estylo conserva o autor a naturalidade e clareza do seculo que acabava. *Instituição d'el-rei nosso senhor,* obra escripta em latim por Diogo de Teive, insigne mestre de humanidades quando el-rei D. Sebastião completava sete annos de edade. Sahiu impressa, no livro do mesmo Teive, intitulado: *Epodon, sive jambicorum Carmen libri tres.* Olyssipone, 1565; foi traduzida por Francisco de Andrada em versos soltos portuguezes; *Chronica do valoroso principe e invencivel capitão Jorge Castrioto, senhor dos Epirenses ou Albanezes, que por suas maravilhosas obras foi chamado Scanderbego, que entre os Turcos quer dizer Alexandre senhor, escripta em latim por Martinho Barlesio, e trasladada em portuguez .. impressa em Lisboa, em casa de Marcos Borges, impressor del Rey nosso senhor,* 1567. *Com privilegio.* No fim diz: *Foy impressa em Lisboa, em casa de Marcos Borges, impressor del Rey nosso senhor, detrás de Nossa Senhora da Palma. Acabousse aos quatro dias do mes de Março. Anno de 1567.* A tarja do frontispicio é aberta em madeira. Esta chronica foi traduzida em castelhano por Juan Ochoa de la Salde, e sahiu impressa em Sevilha, em 1582; *O primeiro cerco que os Turcos puzerão ha fortaleza de Diu nas partes da India, defendido pollos portuguezes,* Coimbra, 1589. E' um poema dividido em vinte cantos, de oitava rima, bem versificado, com pureza e louçania de linguagem, e estylo elegante e figurado. D'este poema fez-se uma nova edição, formando parte da collecção de livros classicos denominada: *Bibliotheca Portugueza,* Lisboa, 1852; *Philomena de S. Boaventura, trasladada de latim em lingoagem em terceira rima, em que a alma deuota breuemente medita sua creação, a encarnação a prégação e paixão do Filho de Deos. — Elegia da alma deuota a seu esposo. — Desejos de Amor diuino. — Aspirações da alma deuota ao Amor diuino. — Trasladação do Psalmo Benedic anima mea Domino, em terceira rima: Em o qual a alma deuota se aleuanta em admiraçam do seu creador por o conhecimento das creaturas.* No fim diz: *Foy impresso em casa de Ioannes Blavio de Colonia,* 1561. Ficaram manuscriptas as seguintes obras: *Vida e feitos de D. Vasco da Gama, descobridor da India, e dos mais fidalgos d'aquella Familia, que militarão na India.* Esta obra estava prompta para a impressão, mas não chegou a publicar-se; foi escripta a instancias de D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, extrahindo as noticias mais particulares da *Historia da India,* de Gaspar Correa; *Dialogo entre o Anjo da Guarda, e o corpo humano; Historia de Felicio, e Delia,* obra pastoril; *Elegia á morte de D. Catherina de Attaide,* em que são interlocutores Felicio e Sylvano.

Andrada *(Jacintho Freire de).* Presbytero secular, bacharel em Canones pela Universidade de Coimbra, e abbade de Santa Maria das Chans no bispado de Vizeu, que era então um dos mais opulentos beneficios d'este reino; historiador e poeta. Nasceu em Beja, em 1597, e falleceu em Lisboa, a 13 de maio de 1657. Era filho de Bernardim Freire de Andrada e de D. Luiza de Faria. Ambos descendentes de familias nobres; Andrada descendente de fidalgos da Galliza, que passaram a Portugal *(V. Andrada),* e Faria, que se derivava do castello d'este appellido, na provincia de Entre-Douro e Minho, solar d'uma das mais antigas familias d'este reino. Estudou humanidades na Universidade d'Evora, e foi depois matricular-se na de Coimbra, onde seguiu com distincção os cursos de direito e theologia. Em 18 de maio de 1618 recebeu o grau de bacharel em canones, titulo que lhe dava accesso a todas as dignidades no estado ecclesiastico, a que se dedicara. Terminada a carreira escolastica, onde se revelou tambem como aprimorado poeta, sobretudo nas satyras joco-sérias em que ridiculisava as affectações e subtilezas gongoricas do gosto dominante n'aquella época. Jacintho Freire d'Andrada passou á côrte de Madrid, onde mereceu as maiores considerações e sympathias das principaes pessoas, tanto da gerarchia ec-

clesiastica como secular, devidas á nobreza do seu nascimento e ao seu elevadissimo talento. Pouco tempo depois de estar na côrte de Madrid, foi provido na abbadia de N. S.ª da Assumpção de Sáobade, no termo da villa d'Alfandega da Fé, na provincia de Traz-os-Montes, que era do padroado real; e, apesar de ser muito rendosa, passou por nova nomeação para a abbadia de Santa Maria das Chans, do mesmo padroado, situada no bispado de Vizeu. Com este rendoso encargo accumulou durante annos varias commissões, que, em serviço do Estado desempenhou na côrte de Madrid. Como se mostrasse affeiçoado á casa de Bragança, defendendo vocalmente e por escripto os seus direitos ao throno de Portugal, tornou-se suspeito, chegando mesmo a passar-se-lhe ordem de prisão, a que elle poude eximir-se, fugindo disfarçado de Madrid; e, vencidos varios perigos, procurou refugiar-se na sua abbadia de Chans, onde viveu largos annos, entregando-se á leitura dos bons livros. Acclamado el-rei D. João IV em 1640, dirigiu-se a Lisboa, sendo recebido pelo monarcha, com o maior agrado, pela nobreza com todo o affecto e pelo povo com dedicada veneração. O principe D. Theodosio, herdeiro presumptivo da corôa, lhe era muito dedicado e apreciava altamente a sua eloquente e instructiva conversação. Depois da morte de D. Theodosio, D. João IV o elegeu para mestre do principe D. Affonso, cujo logar, ainda que honorifico, resolutamente rejeitou, prevendo o caracter rebelde e indomito que o principe apresentava para a disciplina. Determinado el-rei a occupar o seu elevado merito em alguma das côrtes da Europa, e não realisando este intento, lhe offereceu o bispado de Vizeu, a cuja offerta respondeu Jacintho Freire d'Andrada, com discreta galantaria, *que não queria gosar de uma dignidade em leite, pois não podia ser em carne,* alludindo á repugnancia com que os papas, n'aquelle tempo mais attentos á politica de Castella, se negavam á confirmação dos bispados. D'este apothegma jocoso, que os seus emulos interpretaram por liberdade indecorosa ao soberano, seguiu-se o ser julgado incapaz do ministerio quem era tão resoluto nas acções e explicito nas palavras. Conhecendo então que sómente as lisonjas eram premiadas na côrte, retirou-se para a sua egreja de Chans. Comtudo, as saudades da vida buliçosa a que durante annos se havia habituado, puderam mais no seu espirito que o despeito; fazia-lhe falta a convivencia com os letrados, e Jacintho Freire d'Andrada resolveu partir para Lisboa, onde em companhia d'uma sua irmã, D. Maria Coutinho, habitou n'uma casa que possuia na rua das Portas de Santo Antão, vivendo exclusivamente entregue ás letras em que se comprazia, até que falleceu, sendo sepultado na egreja parochial de Santa Justa, em humilde jazigo. Esta egreja ficava no largo do mesmo nome, onde hoje existe o *Hotel Pelicano.* Jacintho Freire d'Andrada tinha o aspecto melancholico e grave, que causava respeito. Era inimigo declarado da adulação, fallou sempre com liberdade, proferindo o seu voto com maior attenção á consciencia, do que ao respeito de quem o consultava. A pedido do bispo inquisidor geral, D. Francisco de Castro, neto do quarto vice-rei da India D. João de Castro, escreveu a vida d'este heroe. Um grande incendio devorou a casa da rua das Portas de Santo Antão, e n'elle se perderam muitos manuscriptos do notavel escriptor, entre os quaes se contavam umas celebres *Cartas* em prosa, escriptas em estylo familiar, e que Barbosa Machado cita com elogio na *Bibliotheca Lusitana.* Relação das suas obras: *Vida de Dom João de Castro, quarto viso-rei da India. Offerecida ao ill.mo e rev.mo sr. D. Francisco de Castro, do Conselho geral do Santo Officio, e de Sua Alteza,* etc., Lisboa, 1651. E' ornada d'um elegante frontispicio gravado além do rosto impresso. *Segunda edição,* Lisboa, 1671. *Terceira edição,* Lisboa, 1703. *Quarta edição,* Lisboa, 1722. *Quinta edição,* Lisboa, 1736. Esta edição sahiu accrescentada, com uma carta original de S. Francisco Xavier, em que dá noticia ao padre Ignacio Martins da morte do viso-rei; e bem assim a resposta dada por João Pinto Ribeiro á carta que lhe enviara Simão Torrezão Coelho, remettendo-lhe o Elogio de D. João de Castro. Publicou-se tambem uma traducção em inglez, por Peter Wyche, com o titulo: *The life of Dom John de Castro, the fourth viceroy of India,* London, 1664; outra em latim pelo padre Francisco Maria del Rosso, da Companhia de Jesus, Roma, 1727. Ha mais edições da vida de D. João de Castro, Lisboa, 1747, Paris, 1759 e 1779, tendo esta ultima o retrato do autor; Lisboa, 1786, 1798 e 1804; Madrid, 1804; Paris, 1818; Lisboa, 1786, 1815, 1822, 1834 e 1839; Pernambuco, 1844. Merece distincto reparo a edição, que em 1835 se fez por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa, com o seguinte titulo: *Vida de D. João de Castro .. Impressa conforme a primeira edição de 1651. Ajuntam-se algumas breves notas auctorisadas com documentos originaes e ineditos, por D. Francisco de S. Luiz.* Traz o retrato de D. João de Castro. Esta edição foi reproduzida em Paris, em 1837; *Portugal restaurado.* E' traducção da obra intitulada *Lusitanae vindicatae,* que escrevera o capellão-mór D. Manuel da Cunha. Esta traducção, que sahiu sem nome e sem data, foi dedicada em 24, á rainha D. Luiza Francisca de Gusmão, fechando o traductor a dedicatoria feita a 20 de março de 1645, com estas discretas palavras: «Aqui não ha cousa minha, senão os erros da versão, porque traduzir não é mais que levar um recado alheio, que eu acceitei para com elle me pôr de joelhos aos pés de V. Magestade.» *Origen, y progresso de la Caza, y Familia de Castro, y de los grandes hombres que ha havido en ella, desde su principio hasta nuestros tiempos, sacado de Chronicas, Historias, y otros Autores dignos de todo credito;* não se imprimiu esta obra, a qual foi escripta em obsequio do bispo inquisidor geral D. Francisco de Castro, e que sua sobrinha D. Marianna de Noronha e Castro deixou aos padres theatinos d'esta côrte, sua desvellada bemfeitora, e que sempre se conservou na bibliotheca d'esta communidade. Poderia formar-se volumes das obras poeticas, que se perderam no fatal incendio em que se fallou; unicamente se fizeram publicas no tomo III do *Fenix renascida: ou Obras Poeticas dos melhores engenhos Portuguezes,* Lisboa, 1718, de pag. 316 até 384, diversos sonetos, romances, sylvas, canções, endechas, *Fabula de Narciso; Fabula de Polifemo e Galatea.*

Andrada *(Joaquim Carlos Paiva de)* V. *Paiva d'Andrada.*

Andrada *(Miguel Leitão de).* Commendador da

ordem de Christo. N. em Pedrogão Grande a 28 de setembro de 1553, f. em Lisboa a 7 de setembro de 1630. Era filho de Belchior de Andrada, que succedera á casa de seu pae e nas capellas de seus avós Domingos Affonso Barreiros e Domingos Annes; cavalleiro fidalgo, juiz dos orphãos na sua terra natal. Sua mãe era Catharina Leitoa. Por morte de Belchior d'Andrada, em 1568, ficaram dez filhos, sendo cinco rapazes e cinco meninas, todos a cargo de sua mãe. Miguel Leitão d'Andrada, no seu bem conhecido e interessante livro *Miscellanea,* fala da illustre ascendencia da familia Andrada e da dos Leitões. A linhagem d'estes ultimos vem largamente descripta; n'ella se encontram muitos nomes distinctos e notaveis: Paulina Leitoa, tia de Catharina, que era viuva, fundadora do mosteiro de Santa Clara em Figueiró dos Vinhos; Brites Leitoa, fundadora do mosteiro de Jesus, de Aveiro; a santa freirinha Francisca da Paixão, e fr. Nicolau do Rosario Leitão que foi martyrisado na Ethiopia. A familia Andrada remonta a grande antiguidade, descende de Nuno Freire d'Andrada, mestre da ordem de Christo, que passou a Portugal no reinado de D. Pedro de Castella. Ambas estas familias são nobres, e vieram a ligar-se pelo casamento de Catharina Leitoa com Belchior d'Andrada, paes de Miguel Leitão de Andrada. Na *Miscellanea* narram-se circumstanciadamente diversos factos que tornaram notaveis alguns membros dos Andradas e dos Leitões, já dignos de todo o respeito e consideração pela nobreza do nascimento. Miguel Leitão d'Andrada educou-se no convento da Luz, de Pedrogão Grande, sendo seus mestres fr. Manuel de Sousa, fr. Lopo de Sousa e fr. Antonio de Ourem. Esteve para tomar o habito de noviço n'aquelle mesmo convento; fallecendo, porém, seu pae, e sendo já dois dos seus irmãos religiosos, João na ordem de S. Bernardo e Gaspar na de S. Domingos, Miguel resolveu seguir outra vida. De todos os filhos de Belchior de Andrada fôra o mais inquieto e travêsso. Fr. João d'Andrada, no mesmo anno de 1568, em que morrera seu pae, partiu para Salamanca a seguir os estudos e levou comsigo seu irmão Miguel. Tencionava doutorar-se n'aquella Universidade, mas o superior da ordem cisterciense, abbade commendatario d'Alcobaça, o cardeal infante D. Henrique, lhe ordenou que fôsse doutorar-se em Coimbra. Voltaram os dois irmãos para Portugal, mas na viagem demoraram-se em Madrid; fr. João foi para Coimbra e Miguel para Pedrogão Grande, não tardando tambem a ir para aquella cidade estudar, depois de ter obtido licença materna. Em 1577 estava cursando o primeiro anno de Canones. Chegou o anno de 1578 e com elle a fatal expedição á Africa, projectada e ordenada por el-rei D. Sebastião. Miguel foi um dos estudantes que mais se enthusiasmaram, e partiu com outros companheiros em caminho de Lisboa, para se reunirem ao exercito portuguez. A partida para Africa realisou-se em 24 de junho de 1578. Miguel d'Andrada, na *Miscellanea,* conta o que lhe succedeu durante a viagem e da fórma como o exercito chegou a Arzilla. Na desastrosa batalha d'Alcacer-Kibir, a 4 d'agosto d'aquelle anno, ficou estendido no campo, tendo duas feridas na cabeça e tres na perna esquerda. Conseguiu curar-se, mas não poude evitar o captiveiro. A batalha d'Alcacer-Kibir vem descripta minuciosamente na *Miscellanea,* acompanhada de duas estampas. Miguel Leitão d'Andrada, apesar de captivo, alcançou meio de escrever para Portugal a seu irmão fr. João de Andrada, uma carta em que narrava a batalha, o desapparecimento de D. Sebastião, a completa derrota do exercito portuguez, e os prisioneiros que existiam. A carta poude chegar ao seu destino, e fr. João foi logo apresental-a ao cardeal D. Henrique. Parece ter sido esta missiva a primeira noticia que se recebeu no reino do desastroso desenlace da empresa d'Alcacer-Kibir. Miguel Leitão d'Andrada esteve anno e meio encerrado n'um carcere, d'onde afinal poude fugir, chegando a Lisboa depois de muitos trabalhos e de correr imminentes perigos, nos primeiros dias de janeiro de 1580. Na *Miscellanea* tambem vem descripta esta longa e dolorosa jornada. Miguel d'Andrada vinha encanecido e em grande abatimento. Sabendo que D. Henrique, já de posse do throno, estava em Almeirim, seguiu logo para aquella villa. O cardeal achava-se gravemente enfermo, e não poude recebel-o. Andrada tratou de pagar a promessa, que fizera a N. S.ª d'Assumpção, de celebrar uma grandiosa festa, se escapasse de tão longo e triste captiveiro. Depois d'alguns transtornos que sobrevieram, a festa realisou-se mais tarde, nos dias 15, 16 e 17 d'agosto de 1582. Miguel Leitão d'Andrada pertencia á casa do prior do Crato, e tomou o seu partido nas pretensões ao throno do Portugal, mais por dever do officio, do que por convicção, pois no intimo parece que se inclinava mais ao partido castelhano. A derrota na batalha da ponte d'Alcantara anniquilou-o completamente; fazia parte da guarnição da Torre de S. Julião da Barra, e tendo-se rendido esta fortaleza ao general hespanhol duque d'Alva, Andrada entendeu que devia apresentar-se ao rei Filippe de Castella, desamparando a causa portugueza, o que acontecera com bastantes pessoas da nobreza. Casou então com D. Ignez d'Athouguia, que pouco tempo depois falleceu. Esta morte causou suspeitas, dizendo-se que não fôra natural, e as suspeitas recahiam sobre o proprio viuvo, sem fundamento, mas formuladas por um genealogista. O caso tomou certo incremento, e Miguel de Andrada teve de resignar-se á prisão, porque de nada lhe valeram as protecções de que dispunha, tanto na côrte de Madrid, como em Lisboa, especialmente de seu cunhado, o conde de Linhares D. Fernando de Noronha. Conseguiu alcançar fiança, mas continuou preso. Andrada aggravara da injusta prisão perante a Mesa da Consciencia, que era o juizo dos cavalleiros das ordens militares, a que elle pertencia como cavalleiro de Christo. Este tribunal representou ao vice-rei; ainda sobre isso houve grandes relutancias e contradicções; afinal expediu-se uma portaria da vice-regencia mandando-o soltar; no entretanto, o processo parece ter continuado, até que emfim sahiu a sentença declarando Miguel Leitão d'Andrada innocente, mandando-lhe dar baixa da culpa, e deixando-o ir em paz, solto e livre. Andrada casou segunda vez com sua prima, D. Beatriz de Andrade, filha de Nicolau Altero de Andrade, e de sua mulher, Martha de Andrade. Em virtude do casamento ficou Andrada de posse d'algumas das melhores propriedades do Bairro Alto, então conhecido pela *Villa Nova d'Andra*

de, as quaes fôram vinculadas ao morgado que instituiu em 1627. O Bairro Alto era uma vastissima quinta e terras, que pertenceram a Nicolau Altero de Andrade, onde pouco a pouco se fôram abrindo ruas e travessas, edificando casas, formando-se o actual bairro. O 1.º vol. da *Lisboa Antiga*, importante e bem conhecida obra do sr. visconde de Castilho (Julio), é todo dedicado ao Bairro Alto; n'elle se vê minuciosamente descripta a antiga *Villa Nova d'Andrade*, com muitas noticias historicas e curiosas. Miguel d'Andrada enviuvou outra vez, e passados oito annos, casou novamente com D. Francisca de Sousa. Esta senhora sobreviveu a seu marido, e ficou testamenteira e mais seu sobrinho, Francisco de Andrada Leitão, que herdou o morgado, sendo então desembargador dos aggravos. Miguel d'Andrada morreu na calçada de Sant'Anna, onde morava, e foi sepultado na casa do capitulo do convento de S. Domingos, que ficava proximo. No *Archivo Historico Portuguez*, n.º 4, Lisboa, 1903, acha-se publicado o seu testamento. Escreveu: *Miscellanea do sitio de Nossa Senhora da Luz de Pedrogão Grande, apparecimento de sua sancta imagem, fundação do seu convento e da see de Lisboa, expugnação d'ella, perda d'el-rei Sebastiam. E que seja Nobreza, Senhor, Senhoria, Vassallo d'El-Rei, Rico-homem, Infanção, Corte, Cortezia, Mizura, Reverencia, e Tirar o chapéo, e prodigios. Com muitas curiosidades e poesias diversas*, Lisboa, 1629. Este titulo é aberto a buril, e com tal orthographia, em uma portada gravada pelo artista portuguez João Baptista; além do frontispicio ha na obra o retrato do autor e duas estampas descriptivas da batalha d'Alcacer-Kibir. E' escripta em dialogos. Ha outra edição publicada em 1867.

Andrada *(Thomé de)*. Irmão do grande theologo Diogo Paiva de Andrada e do chronista-mór Francisco d'Andrada. Professou na ordem dos eremitas de Santo Agostinho, tomando o nome de Thomé de Jesus *(V. este nome)*.

Andrada e Silva *(José Bonifacio de)*. Nasceu a 13 de junho de 1763, na villa de Santos, da capitania, hoje provincia de S. Paulo, no Brazil, e falleceu a 6 d'abril de 1838. Era filho do coronel Bonifacio José de Andrada, e de sua mulher D. Maria Barbosa da Silva. Concluidos no Brazil os estudos preparatorios, passou a Portugal, tendo pouco mais de dezoito annos, e matriculou-se na Universidade de Coimbra, seguindo os cursos de philosophia e de direito, em cujas faculdades se formou ao fim de seis annos. Concluida a formatura, José Bonifacio veiu para Lisboa com o intuito de se entregar á magistratura, porém, o duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança, com quem se relacionou, reconhecendo-lhe elevado talento e grande propensão para os estudos das sciencias naturaes, o fez entrar como socio na Academia das Sciencias, e pouco depois, por proposta da Academia, foi pelo governo pensionado para viajar na Europa, afim de adiantar os seus conhecimentos nos ramos da Historia Natural e Metallurgia. Desde 1790 até 1800 percorreu José Bonifacio a França, a Italia, a Allemanha, a Dinamarca, a Hollanda, a Suecia, etc., e, recolhendo á patria, foi logo nomeado intendente geral das minas, com a graduação de desembargador da Relação do Porto, sendo-lhe então conferido o grau de doutor em philosophia a 20 de junho de 1802, sem ter defendido theses nem haver feito exame privado, em virtude das cartas régias de 15 de abril e 20 de maio de 1801, que o nomearam proprietario da nova cadeira de metallurgia, creada pela carta régia de 21 de janeiro do mesmo anno. Os diplomas mencionados de abril e maio ordenavam que lhe fôsse conferido o grau de doutor em philosophia, e se incorporasse n'esta faculdade. Regeu a cadeira de metallurgia até 1807, época da primeira invasão dos francezes. Depois de expulsos os invasores, organisou-se em Coimbra um batalhão academico para auxiliar a defeza do reino, e José Bonifacio foi nomeado major, passando em pouco tempo a tenente-coronel, indo mais tarde servir o cargo de intendente da policia na cidade do Porto; em 1819 obteve licença para sahir de Portugal, e retirou-se ao Brazil, onde se conservou afastado dos negocios publicos. As occorrencias de 1821 despertaram-no, e José Bonifacio resolveu-se a intervir activamente, collocando se á frente dos que deram os primeiros passos para a independencia do Brazil, proclamada no dia 7 de setembro do anno seguinte. Foi nomeado ministro do novo imperio. Tornou-se um homem muito distincto e importante, occupando logares de summa responsabilidade; pertenceu tambem ás academias de Stockolmo, Copenhague e Turim; á sociedade dos investigadores da natureza, de Berlim, etc. Os brazileiros ergueram-lhe uma estatua, e, em sua memoria, cunharam uma medalha. Até á independencia do Brazil, publicou as seguintes obras: *Memoria sobre a pesca das baleias, e extracção do seu azeite*, inserta nas *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias*, tomo II; *Memoria sobre as minas em Portugal*. Sahiu no *Patriota*, do Rio de Janeiro em 1813; e foi transcripta no *Investigador portuguez*, em 1814; *Discurso historico, recitado como Secretario da Academia Real das Sciencias de Lisboa, na sessão de 24 de junho de 1813*. Publicado no tomo III, part. 2.ª da *Historia e Memorias da Academia; Discurso historico, recitado na Academia Real das Sciencias, na sessão de 24 de junho de 1815*. No tomo IV, parte 2.ª da referida *Historia e Memorias; Memoria sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal. Publicado de ordem da Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1815; *A Primavera: Idylio traduzido do grego em portuguez*, Lisboa, 1816. Sahiu com as iniciaes J. B. A. S.; *Memoria sobre a nova mina de ouro da outra banda do Tejo*. No tomo V, parte 1.ª da *Hist. e Mem. da Acad.; Memoria sobre as pesquizas e lavra dos veios de chumbo de Chacim, Souto, Ventozello e Villar de Rei, na provincia de Traz-os-Montes*. No tomo V, parte 2.ª das referidas *Memorias; Discurso historico, recitado na sessão publica de 24 de junho de 1818*. No tomo VI, parte 1.ª da *Hist. e Mem. da Acad.; Discurso historico na sessão publica de 24 de junho de 1819*. Idem, tomo VI, parte 2.ª; *Carta do governo provisorio da provincia de S. Paulo a sua alteza real o principe regente, de 20 de agosto de 1821, em resposta á carta régia que o mesmo principe lhe mandára expedir em 30 de julho do mesmo anno*, Rio de Janeiro, 1821; *Estatutos para a sociedade economica da provincia de S. Paulo*, Rio de Janeiro, 1821; *Instrucções dadas pelo lente de metallurgia da faculdade de philosophia da Universidade de Coimbra*, etc., 1806. Depois da independencia, ainda

publicou muitas obras, e parece que deixou manuscriptos, diversos trabalhos sobre metallurgia.

Abel Pereira de Andrade

Andrade *(Abel Pereira de)*. Doutor em direito pela Universidade de Coimbra, lente na mesma faculdade, deputado, do conselho de S. M., director geral da instrucção publica no ministerio do reino. E' natural de Villa do Conde, e filho de José Maria Pereira de Andrade. Foi sempre um estudante distinctissimo e muito laureado, tanto em direito como em theologia, faculdade em que tambem se formou. Da excellente revista *Brazil-Portugal*, de 16 de março de 1901, transcrevemos os seguintes paragraphos, d'um artigo firmado pelo sr. dr. Alfredo da Rocha Peixoto, referentes a alguns trechos do discurso do sr. dr. Assis Teixeira de Magalhães, pronunciado na ceremonia do doutoramento, em 1898: «O seu talento e capacidade de trabalho, que fôram considerados as qualidades caracteristicas da sua individualidade academica, fôram postos á prova em 1886, quando se propoz fazer, n'uma só época, todos os exames preparatorios ante os jurys do lyceu de Braga, com o fim de poder matricular-se na Universidade. O exito que obteve n'esses exames deixou prevêr desde logo a brilhante carreira que lhe estava reservada, porque conseguiu ser approvado com distincção nos exames de litteratura, physica, chimica e historia natural, latinidade e legislação civil; e com louvor nos restantes, isto é, nos de lingua portugueza, franceza, geographia e historia, desenho e philosophia. Em outubro seguinte matriculou-se no 1.º anno das faculdades de theologia e direito, em que deu as suas provas finaes, interrompendo em seguida o curso de direito, cujos estudos reatou em 1892 a 1893, depois de se formar em theologia. As classificações que alcançou nos seus dois cursos — theologico e juridico — são as mais elevadas que os conselhos academicos pódem conferir, porque em todos os cinco annos de theologia conquistou premios pecuniarios, e em direito uma distincção, dois premios pecuniarios e dois accessits. As informações de formatura fôram, em theologia: Muito Bom com 17 valores, e em direito: Muito Bom com 16 valores, que manteve no seu acto de licenciatura. No exame de hebreu havia obtido approvação distincta. Poucos estudantes, de entre os mais benemeritos por talento e estudo, chegam a este logar laureados com tão numerosas e tão elevadas classificações!» Da carreira academica passa o illustre cathedratico para a de escriptor, e exprime-se n'estes termos: «E se as suas primicias de escriptor procuraram a modesta estreia do jornal, em breve a largueza do livro foi escolhida para campo adequado á exposição desenvolvida das doutrinas e ao firme criterio d'uma orientação definida.» E termina recommendando tão distincto candidato, já mesmo como funccionario publico de elevada categoria: «Finalmente, o sr. Abel de Andrade entrou na vida publica depois de ter obtido, em um difficil e disputado concurso, a primeira e mais distincta classificação, exercendo com rara competencia o logar de secretario geral do governo civil de Santarem; e é-me agradavel affirmar que o ultimo governador civil d'esse districto, e meu presado amigo, o excellentissimo senhor Francisco José Machado, em documento espontaneo e muito honroso, testemunhou o seu profundo reconhecimento pela maneira intelligente, leal, digna e briosa, com que o senhor Abel de Andrade o coadjuvou em todos os ramos de serviço submettidos á sua esclarecida e sabia apreciação — palavras textuaes do illustre magistrado administrativo.» O sr. dr. Abel de Andrade estuda profundamente as questões de que trata, desde as suas origens, nas suas diversas phases, atravez de varios accidentes, considerando todas as hypotheses, procurando e distinguindo todas as soluções, e mantendo com escrupulo a probidade scientifica. O sr. dr. Abel de Andrade é homem de poderosas faculdades de trabalho, de grande actividade e de elevados sentimentos, a que se reune vigoroso talento, e um caracter consciencioso e energico. A sua vida publica tem sido brilhante; na camara tornou-se um afamado orador de opposição e de combate. Faz parte de uma commissão parlamentar e assignala-se o seu trabalho. Confia-se-lhe a direcção geral da instrucção publica, e a sua actividade e a sua malleabilidade n'essa tão complexa e importante repartição do estado, impõem-n'o á sympathia e á consideração. Eis a lista das suas obras, que vem mencionada no artigo, a que já nos referimos: *A Synthese Cartesiana.* Influencia do cartesianismo sobre o racionalismo; *Principio das Nacionalidades* — Critica litteraria — *A parede e as minhas responsabilidades* — Administração e Direito Administrativo — A João de Deus, plaquette; *A Tuberculose, impedimento dirimente do matrimonio* — Memoria apresentada ao congresso nacional de tuberculose — Critica Financial — *Commentario ao Codigo Civil Portuguez, tomo* I, *artigos 352.º a 443.º — Evolução politica em Portugal — Caducidade dos annos reaes — A Vida do Direito Civil — Apontamentos de direito Commercial, editados por um discipulo. — A Vida do Direito Civil* comprehende cinco opusculos de larga e variada erudição. *Estudo sobre a questão social — Natureza do Direito — Direito Social — Codigos do Direito Civil — Applicações anthropologico-sociaes.* O sr. dr. Abel d'Andrade recebeu a carta de conselho no anno de 1901.

Andrade *(Albino Jacintho José de)* Era natural de Vizeu, filho de João Carlos de Andrade e Silva. Foi doutorado em theologia a 13 de julho de 1856.

Andrade *(Alvaro de)*. Lente de Canones na Universidade de Coimbra, logar que obteve em 1875. Regeu a cadeira de direito pontificio, e obteve grande reputação como canonista. Acerrimo adversario dos hespanhoes escreveu uma *Allegação de direito* a favor da duqueza de Bragança D. Catharina, que ficou manuscripta, mas que pouco aproveitaria ainda que fôsse impressa. As allegações contrarias trazia-as o duque d'Alba, e contra essas é que não havia argumentos.

Andrade *(Anselmo Assis de)* V. *Assis d'Andrade.*

Andrade *(Padre Antonio de).* Jesuita portuguez, do seculo XVI. Escreveu: *Oratio de laudibus scientiarum, habita ab Antonio de Andrade. Soc. Jesu, secunda die octobris, 1559.* Em Evora (Catalogo dos manuscriptos, II, pag. 191); *Elegia in mortem Regis Joannis* III (Idem, II, pag. 48); *Epigrammata ad Divam Elisabetham* (Idem, II, pag. 49); *Epitaphia latina* (Idem, III, pag. 491).

Andrade *(Padre Antonio de).* Jesuita. Nasceu em Oleiros, na Beira Baixa, em 1580, e falleceu em 30 de março de 1634. Era filho de Bartholomeu Gonçalves e de Margarida de Andrade. Sua familia queria obrigal-o a casar, mas Antonio d'Andrade, querendo dedicar-se á vida monastica, poude fugir aos laços do matrimonio, e entrou no noviciado dos jesuitas em Coimbra, no dia 16 de dezembro de 1596. Tendo mostrado grande intelligencia e vocação para o estudo, partiu para as missões do Oriente, em 1600, e, depois de missionar por alguns annos no imperio do Mogol, para cuja missão fôra nomeado superior, o padre Antonio d'Andrade quiz descobrir o mysterioso Thibet, em plena Asia Central. Para isso emprehendeu a viagem em que passou innumeros trabalhos, chegando á capital do Thibet em 1624. Teve a felicidade de ser bem acolhido pelo Grão-Lama, o que parecia difficil por ser este soberano muito contrario a qualquer outra religião, alheia á que professava. Os nossos missionarios tinham, porém, grande vantagem nos muitos pontos de contacto que existiam entre o christianismo e o buddhismo .Tomavam-n'os por frades do culto buddhista, e acceitavam talvez mesmo em Jesus Christo um novo Buddha, um successor de Cakia Mouni. O certo é que o padre Antonio d'Andrade conseguiu edificar no Thibet uma egreja a Nossa Senhora, voltou ao Mogol, fez nova viagem ao Thibet, e, regressando finalmente a Gôa, foi eleito provincial e nomeado deputado do Santo Officio. Falleceu n'esta cidade, com suspeitas de ter sido envenenado pelos judeus, que elle perseguia cruelmente. Erigiu-se-lhe um tumulo onde se esculpiu em pedra a sua imagem. Escreveu: *Novo descobrimento do Gram Cathayo ou dos reinos de Thibet pelo padre Antonio de Andrade da Companhia de Jesus, portuguez, no anno de 1624.* Lisboa, 1626. Esta obra foi traduzida em varias linguas: *Nuevo descubrimiento del gran Cathayo, à Reynos de Tibet, por el padre Antonio de Andrade, en el año de 1624,* Agra 8 de novembro de 1624. No fim lê-se: *Está impressa esta Relacion del Catayo, com licencia, en Madrid, en casa de Luis Sanchez, impressor del Rey nuestro Sñor, y del Regno, año 1627. Laus Deo.* Houve uma edição franceza, Paris, MDCXXVII; outra em Veneza, 1646; *Carta em que narra aos padres da Companhia de Gôa os successos, que lhe aconteceram desde a cidade de Sarinegar até Bordinara, quando foi para o descobrimento do Tibet em 16 de março de 1624, a qual, com outras, sahiu em italiano,* Roma, 1627; *Carta sobre a sua segunda viagem; partida d'Agra, a 17 de julho de 1625, chegada ao Tibet a 28 d'agosto de 1625,* no livro do padre Antonio Franco: *Imagem da Virtude em o noviciado de Lisboa; Segunda carta. Prosigue el descubrimiento del gran Catayo, o Reynos del gran Thibet, por el Padre Antonio d'Andrade, de la Compañia de Jesus, Portuguez, escrita a su general y embiada del Virrey de la India a sua Magestad, en este año de 1627.* No fim lê-se: *De Chaparãgue Corte del Rey del gran Thibet en 15 de agosto de 1626. El Padre Antonio de Andrade. Con licencia del señor don Gonçalo Perez de Valencuela, en Segovia por Diego Flamenco, Año de 1628.* Inserto tambem na *Imagem da virtude em o noviciado de Lisboa,* do padre Antonio Franco; *Relacion nueva y cierta que escrive el P. Antonio de Andrade, Religioso de la Compañia de Jesus, em cartas que llegaron este año de 1629 con la Náo de la India Oriental, dando aviso de todo lo que passa el gran Catayo, y Reinos del Tibet, y Cochinchina, Tonquim, Cambaia y Sian.*

Andrade *(Antonio de).* Distincto tenor portuguez. N. em Lisboa, a 13 d'abril de 1854. Era filho do dr. José Justino de Andrade e Silva, advogado illustre e muito conhecido pelas suas notaveis aptidões e profundos conhecimentos juridicos. Filho d'uma familia distincta, relacionada com a mais escolhida e aristocratica sociedade de Lisboa, tanto elle como seu irmão Francisco de Andrade (V. *este nome)* cursaram os estudos superiores e receberam uma finissima educação que lhes grangeou as maiores sympathias e considerações. O dr. Justino d'Andrade era o principal proprietario do theatro do Gymnasio e um dos seus primeiros accionistas, e naturalmente os irmãos Andrades, os dois futuros artistas lyricos, começaram desde muito novos a frequentar aquelle theatro, convivendo em intimidade com os actores mais distinctos e os escriptores de maior nomeada. Essa intimidade e a convivencia do palco lhes despertaram o gosto pelo theatro, e a grande vocação que tinham ambos para a scena se lhes desenvolveu da maneira mais auspiciosa e brilhante. Estudaram declamação com José Romano, ensaiador e muito conhecedor da vida de theatro, e com D. Luiz da Costa, que foi professor de declamação no Real Conservatorio. Decidiram por fim representar em recitas particulares. O theatro Taborda foi o escolhido para as suas experiencias, onde se apresentaram, recebendo os maiores applausos. Os *Campinos, Os fidalgos da casa mourisca* e *O fidalgo pobre,* fôram as peças em que mais se salientaram e que lhes deram os foros de distinctos amadores dramaticos. Os irmãos Andrades dedicavam-se tambem á musica, de que eram grandes apreciadores; as suas vozes bem timbradas tornaram-se o enlevo das salas e dos concertos intimos em que se faziam ouvir. Antonio de Andrade tinha voz de tenor e seu irmão de barytono. Na sua infancia haviam estudado com o maestro Joaquim Casimiro, depois receberam lições do professor Carreira, e em seguida do maestro Pontechi. Com o estudo assiduo e bom methodo de ensino as vozes dos dois irmãos principiaram a adquirir um certo volume, uma tal sonoridade, que fizeram adivinhar que estavam ali dois artistas de merecimento. Animados com tão bons auspicios, começaram a pensar em seguir a carreira de cantor, que sonhavam cheia de glorias e ovações. S. Carlos tornou-se o seu theatro favorito, e na epoca em que estiveram em Lisboa a Borghi, o Tamagno e o Pandolphini, as suas relações com estes illustres artistas, as ovações constantes que o publico lhes dispensava, enthusiasmaram de tal fórma os dois futuros artistas, que os decidiram a seguir a carreira lyrica que tão brilhantemente entreviam.

N'este proposito partiram ambos para Italia, em 1881, a fazer os seus estudos. Antonio d'Andrade tomou para professor o grande e afamado tenor Miraglia e Francisco de Andrade o barytono Ronconi, dois artistas muito conhecidos e considerados no mundo lyrico, e cuja carreira foi uma serie de triumphos. A vida dos dois irmãos Andrades até á epoca em que debutaram em Italia foi, por assim dizer, commum; andavam sempre juntos, assim se estrearam como amadores dramaticos e se apresentaram nas *soirées* familiares e concertos intimos; estudaram com os mesmos professores, partiram para Italia a proseguirem os estudos, e só depois do seu debute, é que se apartaram por vezes. O debute de Antonio d'Andrade realisou-se a 30 de setembro de 1882 no theatro de Vareze, com a *Favorita*. O exito que obteve foi superior ao que se esperava; na segunda opera que cantou, *Lucia de Lamermoor*, accentuou-se ainda mais ruidosamente esse exito. Esta estreia auspiciosa lhe garantiu um contrato para Livorno, em que interpretou por imposição do maestro Ponchielli, com a Brambilla, as operas *Promessi Sposi* e *Rigoletto*. Teve depois escriptura para quatro recitas na capital da velha republica do Prato, onde cantou o *Rigolleto*, o *Baile de mascaras* e a *Linda de Chamounix*, causando tanto enthusiasmo, que, a pedido, cantou em mais outras quatro recitas. D'ali passou a Milão, onde salvou a empresa do theatro de Piza, que estava prestes a fallir, por não ter nenhum tenor do agrado do publico. O tenor portuguez apresentou-se no *Rigoletto*, sendo recebido com as mais sympathicas demonstrações de agrado, o theatro começou a ter concorrencia e a empreza rehabilitou-se. A noite de despedida tornou-se deveras notavel; uma commissão de senhoras milanezas, desprezando a etiqueta, seguindo sómente o seu enthusiasmo, foi cumprimental-o ao camarim, tecendo-lhe os maiores elogios. De Milão foi reconduzido a Livorno, onde repetiu as operas *Rigoletto*, *Baile de mascaras* e *Linda de Chamounix*. Uma grande enfermidade o obrigou a desfazer o seu contrato com o theatro de Barcelona, em que deveria cantar, o *Roberto do Diabo*. Depois veiu a Lisboa visitar sua familia, demorando-se dois mezes n'esta cidade. Por toda a Italia se divulgara a fama do tenor portuguez, e as propostas de varios theatros lyricos começaram a affluir. Antonio d'Andrade acceitou a do theatro Rossini, de Veneza, e em novembro de 1883 appareceu ao publico veneziano, obtendo tambem grande successo. N'aquelle theatro cantou o *Fausto*, *Luiza Miller*, *Força do destino* e o *Ruy Blas*. O publico affeiçoou-se de tal fórma ao cantor portuguez, que no theatro Rossini não queriam outro tenor; chegou a ponto essa affeição, que, vendo-se obrigado Antonio d'Andrade a não sair de casa por ordem do medico, em consequencia de se ter ferido n'um pé, o publico não acceitou o tenor que o emprezario escripturara para o substituir, e n'uma noite em que se cantava o *Fausto*, para socegar a plateia que se tornara insubordinada, o emprezario foi pedir com grandes instancias a Antonio de Andrade, que fôsse concluir a opera. Andrade, apesar de muito incommodado, mal podendo andar, accedeu ao pedido, e a coxear, agarrado a uma bengala, lá foi satisfazer os desejos do publico cantando o resto da opera, no meio d'uma calorosa ovação. De Veneza passou a Milão, onde esteve tres epocas consecutivas, isto é, oito mezes, no theatro Dal-Verme, cantando, além das operas já conhecidas do seu reportorio, a *Traviata*, *Giordano Bruno*, *I. Willis*, e *Marcellina*. Em setembro de 1884 obteve escriptura para Aix-les-Bains, para substituir o celebre tenor Marconi. A condição da escriptura era debutar com o *Ruy Blas*, mas difficuldades que sobrevieram obrigaram o distincto tenor, para não prejudicar o emprezario, a debutar na *Lucrecia Borgia*, que apesar de ter sido cantada noites antes por Marconi, lhe rendeu uma grande ovação. O *Ruy Blas* cantou-se mais tarde; era a primeira vez que se dava em terras de França, facto que chamou áquella localidade muitos criticos distinctos. Em Aix-les-Bains esteve egualmente seu irmão, e ambos cantaram o *Fausto* e o *Trovador*. O celebre barytono Maurel escreveu a Antonio de Andrade, propondo-lhe ir cantar o *Ruy Blas* e o *Simão Boccanegra* a Paris, mas não teve effeito a proposta, pela má sorte da empreza. Mapleson quiz escriptural-o juntamente com Marconi para Nova-York, porém Antonio de Andrade não acceitou a proposta, porque reservava para mais tarde a viagem á America. Os emprezarios de Trieste e Turim offereceram-lhe escripturas vantajosas em 1885, mas o distincto artista não acceitou por causa da cholera-morbus, que então se tornara violenta na Italia. Vendo-se então sem compromissos, e acontecendo seu irmão não estar escripturado, vieram ambos a Portugal. Chegando a Lisboa, a cantora Sembrick estava causando enthusiasmo em S. Carlos, e terminando a escriptura, foi ao Porto contratada por quatro recitas para o theatro de S. João. O empresario convidou os dois illustres cantores portuguezes para cantarem n'aquellas recitas; o convite foi acceite, e os dois irmãos cantaram com a distincta artista o *Rigoletto* e a *Traviata*. De Lisboa muitos dos seus amigos e amadores de musica fôram expressamente ao Porto para os ouvir. Campo Valdez, que então era empresario, em vista do brilhante successo obtido no Porto, quiz escriptural-os para cantarem a *Carmen*, mas os irmãos Andrades não poderam acceitar a escriptura, por estarem já contratados pelo Carl Theater de Vienna d'Austria, para uma serie de representações com a Sembrick, contrato que não se realisou, por ter adoecido aquella cantora. Em setembro de 1885 fôram ambos escripturados para Moscow, onde pouco tempo antes havia estado o tenor Massini, artista de grande fama. Foi esta uma das epocas mais brilhantes que tiveram os dois cantores portuguezes. A escriptura era apenas de tres mezes, mas em vista do seu exito colossal, o empresario prolongou a escriptura até oito mezes, e ainda assim, quando se retiraram, receberam uma mensagem com trezentas e cincoenta assignaturas das

Antonio de Andrade

pessoas mais illustres de Moscow protestando aos dois artistas a admiração enthusiastica pelo seu talento, o pesar de os vêr partir, e os votos ardentes para que em breve voltassem a Moscow. Antonio de Andrade partiu então para Turim, onde ia crear o *Cid*, de Massenet; a empreza, porém, mudara de idéa, e em vez do *Cid* pôz em scena os *Luthuani*, de Ponchielli, que Andrade não conhecia, e que estudou e ensaiou apenas em quatro dias. A opera é difficilima e de muito trabalho para o tenor; no entretanto Andrade poude vencer as difficuldades e agradou immenso, mas no fim de oito recitas successivas adoeceu gravemente. O excesso enorme que fizera, deixara-o prostrado; então Andrade teve de pensar seriamente na sua saude, e veiu para Lisboa tratar-se. O tratamento foi muito demorado, e não o deixou cantar no theatro do Covent-Garden, de Londres, para onde estava contratado juntamente com seu irmão, para a epoca de 18?7, tendo de ir terminar o curativo nas estações balneares de França, afim de preparar-se para a epoca de inverno de 1887 a 1888, no theatro de S. Carlos de Lisboa, para onde os dois irmãos haviam sido escripturados pelo empresario Campos Valdez. Esta epoca foi uma campanha de que os notaveis artistas se sahiram brilhantemente. Antonio de Andrade debutou em 4 de novembro de 1887, com o *Fausto*. O theatro de S. Carlos estava repleto, tinha uma *enchente á cunha*, como se diz em linguagem de bastidores. Da familia e amigos, ninguem faltou áquella verdeira festa. Era um compatriota que chegava, laureado dos theatros lyricos estrangeiros. O successo foi enorme, apesar das recentes recordações que deixara em Lisboa o grande tenor Massini. Cantou depois o *Rigoletto*, em que debutou seu irmão (V. *Francisco Andrade)*. Foi outra noite de festa não menos notavel. Seguiram-se a *Aida*, *Baile de mascaras* e *Ruy Blas*. Esta opera era uma das suas mais brilhantes corôas, mas na noite em que a cantou, estava doentissimo, ardendo em febre, tendo deliquios de momento a momento por causa d'uma affecção gastrica, que depois o reteve no leito por muito tempo. Ainda depois cantou a *D. Branca*, de Alfredo Keil, e outras operas. Infelizmente está hoje retirado da scena, de que foi um brilhante ornamento, por causa da surdez que o accommetteu. Além das operas apontadas, Antonio de Andrade ainda tem as seguintes no seu vasto reportorio: *Gioconda, Roberto do diabo, Guilherme Tell, Vesperas sicilianas, Africana, Barbeiro de Sevilha, Poliuto, Salvador Rosa, Guarany. Puritanos, Somnambula*, etc.

Andrade *(Antonio Corrêa da Fonseca e)*. Escriptor portuguez; cavalleiro professo da ordem de Christo. N. em Montemór-o-Velho a 15 de junho de 1648; f. a 29 d'agosto de 1717. Era filho de Domingos Correa da Fonseca e de D. Maria de Mello da Fonseca, filha de Jacintho da Fonseca de Andrade e de sua mulher, D. Cecilia de Eça. Formou-se em leis da Universidade de Coimbra, mas não seguiu a carreira de letrado, e foi capitão de milicias da sua terra e procurador ás côrtes celebradas em Lisboa, em 1679. Viveu quasi sempre retirado da côrte, e empregava os seus ocios provincianos no cultivo das letras, no estudo da historia, e principalmente da historia genealogica. Escreveu um tratado das *Familias do reino de Portugal*, em 10 volumes, e uma *Historia Manlianense*. Estas duas obras ficaram manuscriptas.

Andrade *(Fr. Antonio do Espirito Santo)*. Religioso, que apenas vem mencionado no *Diccionario bibliographico*, de Innocencio, vol. 8.º pag. 131, com a noticia de ter publicado em Lisboa, de 1765 a 1768, tres volumes de *Sermões panegyricos e moraes*.

Andrade *(Antonio Galvão de)*. Fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo da ordem de Christo, commendador de S. Thiago d'Ourem, e Santa Maria da Caridade; estribeiro-mór e mestre de ambas as sellas, de D. João IV e dos principes D. Theodosio e D. Pedro. Era natural de Villa Viçosa, onde nasceu em 1613, e falleceu a 9 d'abril de 1689. Seu pae chamava-se Francisco Galvão de Andrade, era estribeiro do duque de Bragança D. Theodosio, e sua mãe, D. Ignez Mouro, filha de André Alvares Mouro. Foi insigne na arte de cavallaria, de tal sorte que mereceu, pela sua grande sciencia e destreza competir com os mais celebres professores d'aquella arte, como na *Vida do Principe D. Theodosio* escreve o padre Manuel Luiz, liv. I, cap. 12, n.º 27: *Equestri peritia in paucis magnus, omnibusque quos nostra vidit ætas ea in arte præstantes æquiparandus*. Desde os sete annos que começara a exercitar-se como cavalleiro. Escreveu a seguinte obra; *Arte de Cavallaria de gineta e estardiota; bom primor de ferrar e alveitaria: dividida em tres tractados que contém varios discursos e experiencias novas d'esta arte. Dedicada ao Serenissimo Principe de Portugal, D. Pedro nosso senhor, filho do Senhor Rei D. João IV de Portugal de gloriosa e saudosa memoria, composta por Antonio Galvão de Andrade fidalgo de sua casa e seu estribeiro; commendador das commendas de Santiago d'Ourem, e de Nossa Senhora da Caridade, ambas da ordem de Christo*. Lisboa, 1678. Esta importante obra é acompanhada do retrato do autor, gravado a buril, e de treze estampas. N'este livro vem uma curiosa apologia do cavallo, cheia de anecdotas interessantes, com as quaes se pretende provar a intelligencia d'esse animal. Na introducção do livro dá o autor algumas noticias da sua vida, e conta os motivos que teve para escrever a obra: «As cavallarias extraordinarias que obrei no casamento do senhor rei D. João IV, que Deus haja, antes da sua feliz acclamação, das quaes se poderá seguir aos cavalleiros livrarem de muitos riscos, como n'ellas escrevo; introduzir coisas n'esta arte com que os cavalleiros livrem melhor de infortunios, que é a primeira coisa a que se deve attender; e querer dar bem a entender muitas opiniões que os cavalleiros não conhecem, e assim mostrando as devem entender como as escrevo; como tambem mostrar primores na cavallaria, os quaes não vi escriptos, nem postos em pratica; e juntamente declarar o como se obram as sellas e arreios, de que resultará aos cavalleiros saberem-n'o mandar obrar melhor. Tenho repetido as rasões que se offereceram para fazer este livro; seguem-se as de que me nasceu a confiança de o tirar a publico. O ser amparado de tão grande principe e cavalleiro, e da muita continuação que sempre tive no exercicio d'esta illustre arte, pois da edade de sete annos a comecei, e a exercitei até á edade de sessenta e cinco, no fim dos quaes o imprimi com a maior clareza que pude alcançar; aproveitando-me sempre das

lições de meu pae e mais mestres, e de livros que vi; e principalmente da grande experiencia que tive no decurso de todos estes annos, da qual me nasceu fazer muitas outras particulares com grande vagar e sentido, não as fazendo uma só vez senão muitas; e d'ellas tirei o melhor que contém o livro; servindo sempre de estribeiro e mestre de ambas as sellas aos senhores reis e principes da real casa de Bragança, os quaes fôram: el-rei D. João IV, e os principes D. Theodosio e D. Pedro, que todos fôram tão admiraveis cavalleiros como bem o souberam os a quem chegou sua fama, accrescendo muitos titulos, fidalgos e gente nobre que havia em seu serviço, aos quaes vi obrar esta arte com bom primor; havendo tambem muitas cavallariças que certo não sei encarecer a grande quantidade de cavallos que ensinei, assim na gineta como na estardiota. E considerando no pouco que os portuguezes tem escripto n'esta arte (não chamando pouco ao que esqueceram), me pareceu fazer este livro, assim para credito, como tambem para se aproveitarem, e as mais nações, do que elle contém.»

Andrade *(Antonio Herminio de)*. Engenheiro contemporaneo. N. em Ribeira de Pena, e é descendente d'uma das familias mais nobres da provincia de Traz-os-Montes. Nos serviços que tem tido a seu cargo na direcção das obras publicas do districto de Villa Real, multiplos e complicados, commandando grande numero de empregados, nunca deixou de seguir rigorosamente os dictames da justiça, não tem nunca praticado acto algum menos irreprehensivel, antes pelo contrario, tem auxiliado quanto póde, dentro dos limites da lei, os que d'elle dependem. Muito dedicado á distincta carreira que seguiu, fez da engenharia um verdadeiro sacerdocio, e á qual presta um culto de inestimavel valor. Como funccionario, a sua vida tem sido uma serie inint· rrupta de triumphos, em traçados do caminho de ferro, em pontes, em construcções de todos os generos, em tudo emfim que a sua actividade se tem empregado. O sr. ministro da marinha, em 1901, conselheiro Teixeira de Sousa, nomeou-o para em commissão servir no caminho de ferro de Benguella.

Andrade *(Antonio Joaquim Gonçalves de)*. Presbytero, official da ordem imperial do Brazil, conego e deão na cathedral do Funchal, confessor e capellão da imperatriz D. Amelia, viuva de D. Pedro IV, antigo professor de latinidade, philosophia e theologia dogmatica e moral, associado provincial da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. E' natural do Funchal. Escreveu: *O anno dos romanos*, e *Sacerdocio romano*. Notas de muita erudição, appensas á versão dos *Fastos* de Ovidio, por Antonio Feliciano de Castilho, visconde de Castilho, a primeira no tomo I, de pag. 217 a 248, e a segunda no tomo II, de pag. 585 a 620; *Notas e addições* á «Historia insulana» *do Padre Antonio Cordeiro, na parte relativa á ilha da Madeira*. Sahiram na segunda edição da mesma *historia*, no tomo II, de pag. 365 a 404. Parece que existem mais alguns escriptos impressos e outros que ficaram manuscriptos.

Andrade *(Antonio Pequito Seixas de)*. Conselheiro, par do reino vitalicio, ministro de Estado. Nasceu em Gavião a 10 d'agosto de 1819, f. na mesma villa a 3 de setembro de 1895. Era filho do desembargador João Pequito de Andrade, e de D. Perpetua Maria Ayres de Oliveira Seixas. Concluiu a sua formatura em direito no dia 11 de julho de 1842, sendo o segundo estudante premiado do curso. Em 8 de julho de 1846 foi nomeado delegado do procurador régio para a comarca de Portalegre. Pouco tempo exerceu este logar, porque pediu a exoneração por desejar antes dedicar-se á advocacia, indo abrir banca de advogado, onde o seu nome se tornou celebre na defeza de causas da maxima importancia. Filiou-se no partido reformista, foi eleito deputado em 1851 pelo circulo de Portalegre, e depois, successivamente representou em côrtes os circulos de Sardoal e Niza até 1871. Era chefe da segunda repartição no ministerio da justiça, cuja demissão, em abril de 1869, se viu obrigado a pedir, em consequencia do seu mau estado de saude.

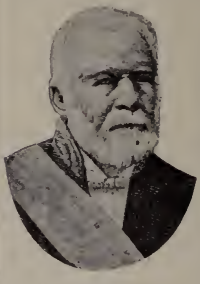

Antonio Pequito Seixas de Andrade

Fez parte da commissão de revisão do projecto do *Codigo Civil*, sendo por esse motivo agraciado com a carta de conselho. Foi ministro da justiça no ministerio presidido pelo bispo de Vizeu, em julho de 1868, gerindo aquella pasta até agosto de 1869. Durante este tempo recebeu do governo hespanhol a grã-cruz da ordem de Carlos III. Foi na occasião em que esteve no ministerio, que se perseguiu o terrivel assassino João Brandão e a sua quadrilha, que infestavam a provincia da Beira e particularmente o districto de Coimbra. Até então tinham sido protegidos pelos governos e pelas autoridades. Seixas de Andrade conseguiu libertar aquella provincia de semelhante flagello. João Brandão e os seus companheiros fôram presos e condemnados, sendo escolhidos para os respectivos processos magistrados de rigorosa austeridade e intransigentes no espinhosissimo cargo que exerciam. Seixas d'Andrade entrou no partido progressista, por occasião do pacto da Granja, tomando parte muito activa nas luctas politicas, como membro da camara alta até 1890. Desde então conservou-se afastado da politica, mas fiel ás tradições liberaes do partido, quer notando o que lhe parecia injusto, quer fazendo ouvir a sua voz a bem do que sempre julgou util e conveniente ao paiz. Foi sempre um propugnador incançavel de principios justos, por isso o seu nome não se ligava nunca a reformas decretadas, de que tinha a convicção terem sido presididas por conveniencias partidarias e não por um principio de justiça. Ao seu caracter justo e austero alliavam-se os mais nobres sentimentos de caridade e philantropia. A sua casa nunca o desvalido recorria inutilmente; dotou a Misericordia de Gavião com oito contos de réis, e no testamento deixou um premio perpetuo para ser dado todos os annos á alumna pobre que mais se distinguisse na escola publica da sua freguezia.

Andrade *(Antonio de Pina)*. Nome com que fr. Manuel de Pina Cabral assignou a sua obra

Observações sobre as leituras da boa latinidade, etc., obra de que se fizeram duas edições, em Lisboa, 1782 e 1829.

Andrade *(Padre Antonio Pinto Corrêa de)*. Escriptor, de que apenas se sabe que escreveu em 1822 um folheto com o seguinte titulo: *Poemas constitucionaes em applauso da Constituição portuguesa, e dos heroes que a promoveram*, Lisboa, 1822, 4.º, de 14 pag. Contém uma ode, seis sonetos, e uma quadra glosada em decimas.

Andrade *(Arcadio)*. Medico portuguez do seculo XVI. Escreveu um livro, que ficou manuscripto, e em que dava conta dos signaes que tinham apparecido no céo, por cima de Barcellos, no dia da batalha d'Alcacer Kibir.

Andrade *(Ayres Vicente de)*. Escriptor portuguez, de que apenas se sabe que escreveu a seguinte obra: *Origem da monarchia luzitana: Vantagens do governo monarchico, e hereditario. Direitos de legitimidade do muito augusto senhor D. Miguel, legitimo herdeiro d'esta monarchia*, Lisboa, 1828.

Andrade *(Bartholomeu Ferraz de)*. Nasceu em Lisboa, em 1555, e falleceu tambem em Lisboa, em 1599, victima da peste. Era filho de Thomaz d'Andrade, e neto de Bartholomeu Ferraz de Andrade, coronel-general. Militou por espaço de quinze annos na India, distinguindo-se em varios combates. Escreveu dois poemas que ficaram manuscriptos: *Thesouro luzitano*, que tem por assumpto os cercos de Gôa e de Chaul no tempo do vice-rei D. Luiz de Athayde, dedicado a D. Francisco Mascarenhas, conde de Santa Cruz, e o *Cerco de Mazagão*. Escreveu mais os tres seguintes pareceres, dirigidos a D. João III: *Parecer a El-Rey D. João III, sobre a guerra de Africa, mostrando-lhe com razoens concludentes ser conveniente ao seu serviço conservar nas suas Praças duas mil lanças e quatro mil pioens; Parecer ao mesmo Rey sobre a disposição com que se devia levantar hum exercito, e de que officiaes havia constar para ser perfeito; Parecer ao mesmo Principe mostrando-lhe a causa por que se perdia a Mina, e como se podia remediar*. Todas estas obras ficaram manuscriptas.

Andrade *(Padre Belchior do Rego de)*. Secretario particular das rainhas D. Luiza de Gusmão, D. Maria Francisca Isabel de Saboya e D. Maria Sophia Neuburgo. Natural de Villa Viçosa, onde nasceu nos principios do seculo XVII, e falleceu a 14 de março de 1690. Era filho de Ignacio do Rego de Andrade, moço do guarda-roupa do duque de Bragança, D. Theodosio I, e de D. Innocencia Cacella, filha de Belchior Mendes Cacella, moço da guarda-roupa do duque de Bragança, D. João I. Estudadas na villa as letras humanas, passou a Coimbra, onde se formou em canones; foi desembargador dos Aggravos na Casa da Supplicação, logar em que tomou posse a 15 d'outubro de 1661, de chanceller da mesma casa, a 14 de junho de 1668, e depois desembargador do paço. Ordenado de presbytero foi por muitos annos conego da collegiada de Barcellos, e depois prior da egreja de S. Thiago, de Lisboa. A rainha D. Luiza de Gusmão o chamou para seu secretario particular, cargo que tambem exerceu junto das duas rainhas que se seguiram: D. Maria Francisca Izabel de Saboya e D. Maria Sophia Neuburgo. O padre Belchior de Andrade era muito estudioso na historia sagrada e profana, principalmente na investigação das antiguidades de Portugal, de que deixou á posteridade doutissimos monumentos. Falleceu em edade muito avançada, e foi sepultado na egreja de S. Thiago, de Lisboa, onde fôra prior. Escreveu: *Antiguidades de Villa Viçosa sua Patria*, que, por humildade, não quiz imprimir; *Antiguidades da villa de Barcellos*, tambem manuscripto; *Tratado da Antiguidade da Villa de Ourem, e suas grandezas*, manuscripto; *Vida e milagres da B. Tareja, filha del-Rey D. Affonso Henriques*, manuscripto.

Andrade *(Bento Ferreira de)*. Vereador da camara municipal do Porto. Nasceu n'esta cidade no seculo XVII, onde morreu a 13 de junho de 1714. Fazia versos com facilidade em portuguez, latim e hespanhol. Escreveu: *Vida e Milagres de S. Thomaz de Villa Nueva*, em verso hespanhol; *Transporte das reliquias de S. Thomaz de Villa Nueva de Valença para Portugal*, em portuguez, e varios sonetos. Tudo está impresso nos *Acroamas panegyricos*, publicados em Coimbra, em 1690, por occasião da chegada das reliquias a que se refere o poeta.

Andrade *(Bernardim Freire de)*. Marechal de campo, governador e capitão general de S. Paulo, governador das armas do partido do Porto; nasceu em Lisboa a 18 de fevereiro de 1759, e morto em Braga, em 1809. Era filho de Fernando Martins Freire de Andrade e Castro, senhor dos morgados de Ribeira do Sado e do Bom Despacho, e de D. Joanna Izabel de Lencastre Forjaz. Alistando-se no exercito, foi despachado alferes em 1782, e, tendo seguido todos os postos, entrou como tenente-coronel no regimento de Peniche, na campanha do Roussillon e Catalunha, sendo ferido no ataque da posição da Magdalena. No fim da lucta voltou ao reino e foi promovido a coronel no regimento em que servia. Em 1800 teve a nomeação de governador e capitão-general de S. Paulo. Não chegou a exercer este cargo, porque, tendo rebentado a guerra em 1801, foi encarregado de commandar a brigada composta dos batalhões de granadeiros e caçadores da Extremadura e Alemtejo, que fazia parte do exercito que devia combater n'esta ultima provincia. No desempenho d'esta commissão prestou relevantes serviços, evitando, pelo seu esforçado valor, a completa destruição das forças portuguezas na batalha de Arronches. Promovido a marechal de campo e encarregado do governo das armas do partido do Porto, em 1807, quando sobreveiu a invasão de Junot e o licenceamento do exercito, recolheu-se a sua casa, conservando-se ali até junho de 1808, em que, pela junta, então creada no Porto, foi restituido ao seu autigo cargo. Tratando de activar a reorganisação das forças militares ao norte do reino, conseguiu reunir debaixo do seu commando uns sete mil homens dos antigos corpos, além de dez mil de milicias e de quinze mil das ordenanças, marchando todos para Coimbra a 5 d'agosto. Não tendo podido chegar a um accordo o general Welesley, que encontrou em Montemór-o-Velho, no plano que os exercitos alliados deviam seguir nas operações, Bernardim Freire de Andrade ficou em Leiria para observar os movimentos do general francez Loison, a cujo encontro não queria ir o general inglez e futuro duque de Wellington. Pouco depois, quando o general Loison se-

guiu para Rio Maior, foi uma força portugueza occupar Abrantes, afim de restabelecer as communicações com o Alemtejo, e a maior parte do exercito marchou ás ordens de Bernardim Freire de Andrade para Alcobaça e Caldas da Rainha a unir-se com as tropas de sir Arthur Wellesley. A' batalha de Vimeiro, dada em seguida á da Roliça (*V. estes dois nomes*), e antes da juncção, seguiu-se a proposta de armisticio e depois a convenção de Cintra. Bernardim Freire de Andrade protestou energicamente contra o procedimento do general inglez para com o povo. Terminada a lucta pela retirada das tropas de Junot, Freire d'Andrade reassumiu o governo das armas do partido do Porto, e, por aviso de 24 de janeiro de 1809, lhe foi confiado tambem o commando das forças do Minho, para occorrer á defeza d'esta provincia e oppôr-se á entrada do inimigo por Traz-os-Montes, tendo em vista cobrir sempre a cidade do Porto. A regencia de Lisboa, indicando ao general os pontos a que mais especialmente devia attender, esqueceu-se de que não tinha preparado com a devida antecedencia os meios necessarios para a execução d'esse programma. Bernardim Freire de Andrade, ao receber o aviso que o encarregava de tão difficil missão, depois de considerar nos parcos elementos de que dispunha, reconheceu ser uma temeridade. Que poderia fazer se das tropas que tinha ás suas ordens poucas sabiam o que era disciplina militar, e se os muitos mil homens que formavam as milicias e ordenanças, o menos que fariam na presença do inimigo seria fugirem em debandada? Apesar, porém, de estar convencido que os seus esforços nada conseguiriam, apressou-se a marchar para o Alto Minho, e, conseguindo que o exercito de Soult não entrasse em Portugal pelas proximidades de Caminha, não poude, comtudo, evitar que se realisasse a invasão na fronteira de Traz-os-Montes. Sabendo que os francezes seguiam o caminho de Braga, depois de tomar providencias que julgou urgentes para a guarda de alguns pontos nas margens do Minho, marchou para o interior da provincia, collocou as forças da fórma que julgou mais conveniente para demorar a marcha dos invasores. Quando visitou os postos entre Braga e Ruivães, a 15 de março de 1809, achou a população de S. Gens muito exaltada, e chegou a ouvir alguns insultos que lhe eram dirigidos. Os francezes encontrando na frente apenas massas populares mal armadas e sem disciplina, atravessavam Ruivães, venciam Salamonde, a ponte da Senhora do Porto, e estavam já perto de Braga. Reconhecendo que não podia sustentar-se n'essas posições, Bernardim Freire de Andrade julgou prudente abandonar a cidade e seguir pela estrada do Porto. Chegando ao logar de Carapôa, logo a população do Vimeiro o quiz deter, mas foi salvo dos furores do populacho pelo commandante d'uma brigada de ordenanças, Antonio Bernardo da Silva. Pouco depois encontrou as ordenanças de Tebosa em completa debandada, marchando ao encontro dos francezes com enthusiasmo. Bernardim Freire vendo-se rodeado por aquella multidão de selvagens, achou-se prisioneiro, teve de apear-se e voltou para Braga no meio da turba infrene, que muito exaltada, julgavam mal o plano das operações, vendo uma traição no que era só prudencia do general em chefe, accusando-o de jacobino e de vendido aos inimigos da patria. Bernardim Freire de Andrade foi barbaramente morto, sendo o seu cadaver arrastado pelas ruas da cidade. Emquanto se passavam estas scenas horrorosas, Soult atravessou a provincia do Minho, entrava no Porto e a brigada Franceschi, chegando até ao Vouga, iria ainda mais longe, se não encontrasse em vez de bandos tumultuarios, forças militares bem organisadas. A familia do desditoso general requereu depois um conselho de guerra para averiguar a verdade dos factos e o procedimento da infeliz victima do furor popular; a sentença declarou, como era de justiça, que Bernardim Freire de Andrade se conduzira d'um modo digno de louvor, e com uma fidelidade superior a toda a prova.

Andrade (*Bernardino Freire de*). Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, accrescentado a fidalgo escudeiro, pelo alvará de 16 de janeiro de 1681; do conselho d'el-rei D. Pedro II, vogal do conselho ultramarino, capitão-general e governador da ilha de S. Thomé, sargento-mór de batalha, mestre de campo general com exercicio no reino do Algarve e na provincia do Alemtejo, governador militar de Portalegre e de Peniche, e n'esta ultima qualidade assistiu ás côrtes de 1668, em que foi jurado e acclamado el-rei D. João V. Ignora-se a data do nascimento; falleceu em 1714. Fez um bom governo em S. Thomé, o qual durou tres annos, de 1677 a 1680; foi elle quem fundou em 1680 o forte d'Ajudá. Teve mercê da capitania da fortaleza de Chaul, que pertencera a seu sogro, pela renuncia de sua cunhada D. Luiza Clara de Menezes, como se vê da carta de 2 de março de 1697. Serviu com distincção nas guerras contra Castella, contra os reis catholicos D. Filippe V e D. Carlos III. Em 1704, sendo já sargento-mór de batalha e governador de Portalegre, ficou prisioneiro dos hespanhoes, e sobre o seu procedimento se levantaram suspeitas, de que se justificou completamente. Em 1707 foi nomeado governador da artilharia do exercito do Alemtejo. Casou com D. Joanna Vicencia de Menezes, filha de Ambrosio Pereira de Berredo e Castro, fidalgo da Casa Real, do conselho de D. Pedro II, governador e capitão-general que fôra da ilha de S. Thomé, capitão da fortaleza de Chaul, morgado de Peixinhos, o qual casou com D. Maria Lobo da Silveira. D'este matrimonio houve dez filhos, nos quaes se contam Manuel Freire d'Andrade, que foi sargento-mór de batalha, governador da praça d'Elvas, e das armas do Alemtejo; Luiz Freire d'Andrade, bacharel formado em canones; Gomes Freire d'Andrade e José Antonio Freire d'Andrade, que fôram os 1.º e 2.º condes de Bobadella (*V. este titulo*), Fr. João de S. Bernardo, da ordem de S. Paulo, primeiro eremita, e Fr. Francisco Nicolau, da ordem de S. Bernardo.

Andrade (*Padre Braz de*). Jesuita. N. na villa d'Alpalhão, no bisp. de Portalegre, a 8 de fevereiro de 1701, f. na villa de Ruffinella, Italia, a 2 de junho de 1782. Vestiu a roupeta da Companhia de Jesus, em Evora, a 2 de dezembro de 1726. Ensinou grammatica, humanidades, rhetorica e philosophia, tres annos a theologia moral, foi ministro em Evora, e reitor em Setubal; sendo deportado para a Italia, ali morreu. Publicou: *Relação do apparato triumphal e procissão solemne com que os Padres da Companhia de Jesus do Collegio de Evora applaudiram publicamente aos gloriosos S. Luiz Gonzaga e Stanislau Kostka da*

mesma Companhia, novamente canonisados pelo Santissimo Padre Benedicto XIII, agora Presidente na Igreja de Deus, Evora, 1728. Sahiu sem o nome do autor.

Andrade *(Caetano Ayres de)*. Pintor, professor de desenho na Academia. N. em 1787. Expôz alguns quadros, em Lisboa, na exposição de 1843.

Andrade *(Chrispim de)*. Capellão da capella real, sub-chantre e mestre de cantochão da Sé cathedral. Dizem que tinha uma voz magnifica. Era natural de Lisboa. Traduziu do latim um *officio particular em louvor do principe dos Anjos, o glorioso Archanjo S. Miguel*, que se imprimiu em Lisboa, no auuo de 1701, ainda em vida do autor.

Andrade *(Christovam de)*. Escriptor e viajante portuguez, natural de Lisboa, no seculo XVI; estribeiro de D. Alexandre de Bragança, arcebispo d'Evora; depois de Portugal se ter reunido á Hespanha, serviu no exercito de Alexandre Farnesio, duque de Parma, general de Filippe II, e militou em Flandres como sargento-mór. N'essa qualidade assistiu á tomada de Antuerpia em 1585, um dos mais brilhantes feitos d'armas d'essas campanhas. Voltando a Portugal escreveu os seguintes livros, que não se chegaram a imprimir, os quaes dedicou á duqueza de Bragança, D. Catharina: *Descripção da Olanda, e Zellanda*, e *Saco de Anvers em que se achou.*

Andrade *(D. Christovam Luiz de)* Natural de Gafete ou Alpalhão, foi juiz de fóra de Monforte, de que tomou posse em 23 de dezembro de 1701, conselheiro d'estado e chanceller da relação de Gôa pela carta regia de 24 de março de 1720. Fez parte do governo da India de 13 de setembro de 1723 a 28 de outubro de 1725.

Andrade *(Cypriano Lopes de)* V. *Lopes d'Andrade.*

Andrade *(Diogo de)* Navegador portuguez do seculo XVI. Esteve com Affonso d'Albuquerque nos assaltos a Adem. Em 1515 era um dos escrivães do feitor de Ormuz, Mauuel da Costa.

Andrade *(Diogo de)*. Vigario geral do bispo da Guarda, D. João de Portugal, e prior de N. S.ª dos Açores, do mesmo bispado. Viveu no seculo XVIII e era natural de Celorico da Beira. Dedicou-se á vida ecclesiastica, e, frequentando a Universidade de Coimbra, tornou-se muito erudito em direito cesareo e pontificio. Escreveu um grande *Commentario á Ordenação do reino*, que ficou manuscripto; 2 tomos grandes, que herdou o licenceado Manuel da Costa.

Andrade *(Diogo de Goes Lara de)*. Bibliothecario da Bibliotheca do Porto, juiz da alfandega da ilha do Fayal, e depois director das alfandegas do sul do reino. Suppõe-se que naseeu no Rio de Janeiro; falleceu em Setubal a 3 d'abril de 1844. Foi redactor do *Diario do Governo*, desde abril de 1821 até 12 de junho de 1823. Escreveu: *Lições de Direito publico Constitucional para as escolas de Hespanha, por Ramon Salas, Dr. de Salamanca. Traduzidas em portuguez com varias notas*, Lisboa, 1822. No Brazil fez-se uma edição d'esta obra, *offerecida aos estudantes dos cursos juridicos de S. Paulo e Olinda*, Rio de Janeiro, 1831. Ha uma reimpressão feita depois de 1833: *Reflexões politicas*, Angra, 1831. Segunda edição, Porto, 1834; *Da responsabilidade e das garantias dos Agentes do Poder*, Lisboa, 1842; *Traducção das obras politicas do sabio jurisconsulto Jeremias Bentham, vertidas do inglez na lingua portugueza, por mandado do soberano Congresso das Cortes geraes, extraordinarias e constituintes da mesma nação*, etc., Lisboa, 1822, 4.º Dois tomos, dos quaes o primeiro contém a *Theoria das penas legaes* e o segundo a *Theoria dos premios*. A queda do governo constitucional, em 1823, fez interromper a continuação d'este trabalho. Esta traducção é attribuida a Diogo Goes de Lara e Andrade.

Andrade *(Diogo Lopes de)*. Notavel prégador regio. N. em Azambuja a 28 de dezembro de 1569, f. em Otranto a 7 de agosto de 1628. Vestiu o habito da ordem dos eremitas de Santo Agostinho, em Perpignan, França, em 1590. Leccionou theologia em Lerida, e voltando a Portugal, foi tambem leccionar em Braga, a convite do arcebispo d'aquella archidiocese. Passou depois a Madrid, onde grangeou grande fama de prégador, sendo muito elogiado pelos escriptores hespanhoes, entre os quaes se conta Lope de Vega. Filippe IV, que então dominava em Portugal, o nomeou prégador regio, e bispo d'Otranto no reino de Napoles. Todas estas distincções fôram devidas ás repetidas manifestações da sua eloquencia nos pulpitos de Hespanha. Deixou varios sermões e varias obras de theologia em hespanhol, que sahiram posthumas em Madrid, sendo alguns dos seus escriptos reimpressos em Lisboa. Os sermões fôram colleccionados em 3 tomos, por um seu irmão, carmelita, chamado Fr. Jeronymo d'Audrade. Diogo Lopes d'Andrade ainda teve outro irmão, tambem frade da ordem de Santo Agostinho, que viveu na Andaluzia, fr. André Nunes de Andrade, o qual intentou reduzir a ordem alphabetica os logares communs da Sagrada Escriptura, e illustral os com os seus commentarios, mas a morte veiu interrompel-o quando apenas terminava a parte relativa ao *A* e ao *B*. Ainda assim essa parte imprimiu-se em Cordova em 1600 com o titulo de *Vergel de la Divina Escriptura.*

Andrade *(Fernão Alvares de)*. Valido d'el-rei D. João III, escrivão da sua real fazenda. Instituiu uma capella na egreja da Annunciada, que ardeu pelo terremoto de 1755.

Andrade *(Fernão Peres de)*. Navegador e guerreiro do seculo XVI, um dos vultos mais importantes das nossas chronicas orientaes. O seu nome apparece constantemente durante quasi meio seculo nas paginas mais brilhantes da nossa historia do Oriente. Em 1506 combateu ao lado de D. Lourenço d'Almeida, o infeliz filho do primeiro vice-rei da India, D. Francisco d'Almeida, que falleceu victima da sua audacia e temeridade. Sendo amigo particular de D. Francisco d'Almeida, tomou o seu partido nas contendas que se levantaram com Affonso d'Albuquerque. Era irmão de Simão d'Andrade (V. *este nome)*, que tambem seguiu a mesma bandeira. Ambos os irmãos se reconciliaram depois com Affonso d'Albuquerque, ambos estiveram na infeliz empresa de Calicut, havendo-se com a maior valentia, nos diversos combates que se travaram com os indios em Gôa, e por causa de Gôa ambos fizeram renhida opposição a Affonso d'Albuquerque, por occasião das medidas severas que o governador tomou para reprimir a libertinagem que grassava a seu bordo. Ambos fôram a Malaca, exercendo Fernão Peres d'Andrade, sendo mais velho, logares mais importantes; na tomada d'aquella praça

teve apenas uns ligeiros ferimentos, emquanto que seu irmão ficou ferido gravemente. Simão de Andrade partiu depois para a India, e Fernão deixou-se ficar em Malaca, com o cargo de capitão do mar. Em 1512 derrotou, n'uma brilhante batalha naval, os juncos malaios que pretendiam conquistar a cidade, que Affonso d'Albuquerque havia tomado. Em 1516 foi encarregado de ir entabolar relações commerciaes com esse mysterioso imperio do Cathay, cujas maravilhas inflammavam tanto a imaginação dos portuguezes já senhores da India, como o sonho do Prestes João havia inflammado a phantasia dos seus ascendentes, emquanto abriam penosamente um caminho para as regiões orientaes atravez dos mares desconhecidos da Africa. Não se tratava, portanto, só de um negocio commercial, tratava-se tambem de uma preoccupação scientifica, tanto assim que Fernão Peres d'Andrade devia mandar para a capital da China um embaixador que o rei de Portugal enviava a esse mysterioso soberano, e que era Thomé Pires, filho do boticario da Casa Real, homem muito instruido, muito investigador e desejoso de ampliar a area dos estudos geographicos e ethnologicos do seu tempo. Fernão Peres de Andrade tinha de explorar esses mares ainda quasi virgens, de estudar esse imperio quasi desconhecido, ácerca do qual só havia as relações de Marco Polo, tomadas á conta de mentirosas em grande parte, e ultimamente umas vagas noticias de que ali abordara um portuguez chamado Raphael Perestrello. Um grande temporal não permittiu que Fernão d'Andrade seguisse viagem, obrigando-o a voltar á India. A's costas da China foi parar um outro portuguez, Duarte Coelho. Em 1517 Fernão Peres d'Andrade fez-se de novo á véla com uma esquadra de quatro naus e tres juncos. Eram as naus *Espera,* em que ia o capitão-mór, a *Santo André,* em que ia Pero Soares, a *Santiago,* commandada por Jorge Mascarenhas, a *Santa Cruz* do commando de Simão d'Alcaçova. Os tres juncos iam confiados a Jorge Botelho, Manuel de Araujo e Antonio Lobo Falcão. Quando a esquadra chegou proximo das costas da China, encontrou uma esquadra chineza, que lhe fez fogo, julgando serem navios de piratas. Fernão d'Andrade, homem destemido mas sempre prudente, em vez de com um só tiro das nossas boas bombardas, metter no fundo toda a esquadra chineza, que era defendida pela sua fragil artilharia, recebeu o fogo sem responder, o que desde logo lhe captivou as boas graças do almirante chinez, a quem mandou recado, dizendo que vinha em boa paz para commerciar, e lembrando-lhe que Affonso d'Albuquerque, na tomada de Malaca, não só não fizera mal aos negociantes chins, mas até os tratara com muita distincção. O mandarim respondeu, que todas aquellas noticias lhe eram muito agradaveis, mas que elle não podia entrar no rio Tigre, que banha Cantão, e deante de cuja embocadura estavam, sem que o vice-rei mandasse a licença que se mandava pedir. Fernão Peres d'Andrade esperou por algum tempo, fundeado n'uma ilha da foz do rio, mas como a licença se demorava, começou a suspeitar da lealdade dos chins, levantou ferro e foi entrando pelo rio, apesar dos repetidos recados do mandarim, a que elle só respondia que tinha pressa e não podia esperar licenças. Então o mandarim, admirado de tanto atrevimento e que se entrasse assim n'um rio desconhecido sem mais precaução, mandou um piloto para os conduzir ao ancoradouro da cidade. Os habitantes ficaram espantados e cheios de terror, quando a esquadra começou a salvar. O governador mandou logo perguntar a razão d'aquelles tiros, e Fernão Peres d'Andrade respondeu que era uma saudação ao costume da Europa, mas se era contrario ao que se usava na China, não se repetiriam as salvas. D'esta fórma conquistou a sympathia dos mandarins, e sendo muito escrupuloso na compra de tudo quanto necessitava e em pagar tudo que comprava, impedindo os portuguezes de fazerem desordens em terra, houve-se perfeitamente com os chins, estabeleceu boas relações commerciaes, voltou rico para a India mais os seus companheiros, trouxe avultados proventos para a fazenda publica, deixando em Cantão o embaixador Thomé Pires, que foi muito bem tratado e conduzido a Pekim. Fernão Peres de Andrade voltou para Cochim, regressando depois á Europa. Emquanto se conservou em Cochim viveu principescamente, dando festas sumptuosas que excitavam a inveja e a cubiça dos outros portuguezes, que já não queriam ouvir falar senão na China. Chegando a Lisboa, Fernão Peres d'Andrade foi commandar uma nau na esquadra que transportou a Italia a infanta D. Beatriz, duqueza de Saboya. Em 1535 tornou á India como commandante d'uma armada, em 1538 já estava outra vez de volta a Portugal, quando se divulgou a noticia de que uma poderosa esquadra turca passara á India no intuito de destruir o nosso dominio. Era governador d'aquelles estados Nuno da Cunha. O terror foi geral, e D. João III tratou de preparar gente em todo o reino para soccorro do governador da India. Fernão Peres d'Andrade foi então enviado ao Porto. Esses preparativos não fôram, porém, a effeito, por se reconhecer que não eram precisos. Em 1544 ainda Fernão Peres d'Andrade voltou á India com uma esquadra de sete naus, indo a commandar uma d'ellas seu filho Simão Peres d'Andrade, que tambem se distinguiu nas guerras do Oriente. Desde então tornou-se invisivel o vulto gigantesco de Fernão d'Andrade, ficando sempre desconhecida a data e o logar da sua morte.

Andrade *(Filippe José Gonçalves de).* Cirurgião-mór do Algarve. Nasceu em Travassos do Rio, logar do termo de Montalegre, a 12 de fevereiro de 1753; falleceu no logar de Cabril, proximo tambem de Montalegre, a 12 de junho de 1833. Foi nomeado cirurgião-mór do reino do Algarve, por carta régia de 2 de março de 1788, e agraciado com o habito da ordem de S. Thiago, por carta régia de 2 de julho de 1791. Depois de viver alguns annos no Algarve e em Lisboa, retirou-se á sua provincia, onde falleceu. Em 1788 publicou em Lisboa o seguinte opusculo, traduzido do francez: *Memoria a respeito da peste, escripta por Mr. Paris coroada pela faculdade de medicina de Paris em 1775. Traduzido do francez.*

Andrade *(Francisco de).* Cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição, e professor de grammatica portugueza e latina no lyceu do Funchal. Nasceu n'aquella cidade a 2 de junho de 1806, Escreveu: *Principios de Grammatica Portugueza, coordenados por F. de Andrade Junior,* Funchal, 1844. Este opusculo obteve honrosas approva-

ções. Entre outros elogios feitos ao autor, nota-se o que vem publicado no *Instituto*, de Coimbra, vol. VIII, pag. 60, escripto pelo dr. Jayme Moniz, seu patricio; *Grammatica portugueza das escholas primarias do primeiro grau*, Funchal, 1849. Houve segunda e terceira edição, sendo esta ultima feita por Albano da Silveira, em Lisboa, 1859; ***Relatorio sobre as escholas municipaes de instrucção primaria do concelho do Funchal, apresentado á camara municipal respectiva pelo vereador, director das mesmas Escholas, Francisco de Andrade, no fim do anno lectivo de 1848 a 1849.***

Andrade *(Francisco de).* Distincto barytono portuguez. Natural de Lisboa; filho do habil jurisconsulto dr. José Justino de Andrade e Silva. Cursou os estudos superiores, recebendo uma finissima educação, juntamente com seu irmão, Antonio de Andrade (V. *este nome*). Até á sua partida para Italia, em 1881, as notas biographicas dos dois irmãos Andrades são em tudo semelhantes. Estudaram ambos declamação com José Romano e D. Luiz da Costa, e musica com Joaquim Casimiro, Carreira e Pontechi; ambos reunidos representaram como amadores dramaticos em theatros particulares, cantaram em *soirées* e concertos intimos, dedicando-se ambos á carreira lyrica, tornando-se dois artistas distinctissimos. Partindo juntos para Italia, estudaram com o afamado professor, o barytono Ronconi. Francisco de Andrade debutou no theatro de San Remo, a 22 de dezembro de 1882, na *Aida*. O seu debute, assim como o de seu irmão, foi o mais auspicioso possivel, o publico recebeu-os com as maiores provas de sympathia e consideração. N'aquelle theatro ainda cantou o *Fausto* e a *Lucia de Lamermoor*. De San Remo passou a Roma, onde cantou com o tenor Tamagno no *Poliuto, Trovador* e *Guilherme Tell*, sendo sempre phreneticamente applaudido. O desejo de vir a Lisboa visitar seus paes, obrigou-o a recusar contractos para Parma e Padua. Depois de se demorar na capital por algum tempo, partiu para Carrara a continuar a sua brilhante carreira. Ali cantou o *Rigoletto*, *Puritanos* e *Ernani*, sendo classificado, tanto em Carrara como em San Remo e Cesena, para onde foi mais tarde, como a primeira figura da companhia. O enthusiasmo na noite da sua festa artistica chegou a ponto de ser levado a casa em triumpho. O mesmo enthusiasmo o acompanhou a Cesena, em que cantou os *Puritanos* e a *Traviata*. Na recita de despedida houve tanta influencia, que os preços dos diversos logares do theatro triplicaram. Passou depois a Milão, sendo escripturado para substituir no theatro Dal Verme o barytono Panteleoni no *Rigoletto*. A opera cantou-se doze noites seguidas, sempre applaudida com enthusiasmo. Um dos criticos musicaes mais notaveis da Italia, o dr. Filippi, escreveu n'essa occasião o seguinte, a respeito do distincto barytono portuguez: «Reproduziu a personagem com um talento de comediante, que não estamos habituados a encontrar nas scenas lyricas. Alternadamente meigo e terrivel, sempre pathetico, fez valer tudo quanto este papel reune de bello e de sublime. Não exaggerando physicamente o lado grotesco, deu ao pobre bobo do rei a verdadeira physionomia. O futuro d'este artista está de per si accentuado.» No theatro Dal Vermè creou ainda uma nova opera, *O rei Maufredo*. Em 1884 esteve em Aix-les-Bains com seu irmão, e rejeitou, assim como elle, escripturas vantajosas para Italia, por causa da devastação horrorosa que estava então causando n'aquelle paiz a epidemia da cholera morbus. Os dois irmãos Andrades partiram para Portugal e, ao chegarem a Lisboa, encontraram a distincta cantora Sembrick cantando em S. Carlos, causando enthusiasmo e completando já o seu contrato, devendo seguir para o Porto, onde estava contratada para cantar em quatro recitas no theatro de S. João. A convite do emprezario, os dois irmãos acompanharam a distincta cantora e cantaram com ella o *Rigoletto* e a *Traviata*. (V. *Antonio Andrade*). Não puderam acceitar a escriptura, proposta então por Campos Valdez, para cantarem a *Carmen*, por estarem ambos compromettidos para Vienna d'Austria, onde deveriam tomar parte n'uma serie de representações com Sembrick, contrato que não poude afinal realisar se, por ter adoecido aquella notavel cantora. Partiram depois ambos para Moscow, onde fôram alvo de repetidas ovações. De Moscow seguiu Francisco de Andrade para Londres, emquanto que seu irmão foi para Turim. No theatro de Covent-Garden fez uma brilhante época. Elle e a Theodorini, cantora muito conhecida em S. Carlos, fôram as estrellas da época em Londres. Os jornaes inglezes teciam-lhe grandes elogios; o *Standardt, Daily News, Daily Telegraph* e o *Globe*, nos seus artigos, chamavam-lhe *barytono russo*, nacionalidade contra que Francisco de Andrade protestou, fazendo constar que era portuguez. Fez cinco épocas no Covent-Garden. Durante este tempo, mesmo de Londres emprehendeu diversas *tournées* artisticas pela Russia, Austria, Hungria, Italia, Inglaterra, Hollanda, Suissa, Suecia e Noruega. Depois foi cantar a Barcelona, e na época de 1887 a 1888 fôram os dois irmãos escripturados para o theatro de S. Carlos, pelo empresario Campos Valdez. O debute do notavel barytono realisou-se a 28 de dezembro de 1887 com o *Rigoletto*. O successo foi colossal. O publico estava admirado d'aquelle desempenho tão completo, não só como cantor, mas tambem como um actor consummado, apesar da fama que o acompanhava de todos os theatros que percorrera no estrangeiro. Cada nova opera em que se apresentava, era um novo triumpho para o artista, e enchentes completas para o theatro. Cantou então a *Dinorah*, *Linda de Chamounix*, *Huguenottes*, *D. João*, *Lucia de Lamermoor*, etc. N'este theatro cantou tambem com a Patti o *Rigoletto*, *Dinorah* e *Linda de Chamounix*. Francisco de Andrade continua seguindo a sua gloriosa carreira; é o artista querido da Allemanha, da Russia e da Hollanda, e está considerado como um dos primeiros barytonos. Para lhe dar um logar proeminente na scena, dizia ha tempo um artigo publicado a seu respeito, basta a interpretação, affirmada por todos os criticos allemães, que tem dado á lendaria figura de *D. João*, de Mozart. Francisco de Andrade, sempre acclamado pelo publico e elogiado pela critica, firmou os seus creditos de artista celebre, e tem sido contratado como verdadeira celebridade, e por preços por que nunca viera a Portugal nenhum barytono. Veiu de novo a S. Carlos, em 1898, sendo empresario José Paccini, mas, ao chegar a Lisboa, adoeceu por tal fórma, que só poude ser ouvido uma unica vez no *Rigoletto*, não podendo dar ao

seu papel o relevo que costumava, por causa do mau estado de saude. Cantou então com a Biondelli e o tenor Cartica. Os irmãos Andrades são dois artistas de muito merecimento, que no estrangeiro teem honrado a arte portugueza. O reportorio do distincto barytono é vastissimo; além das operas já apontadas, podemos notar as seguintes: *Africana*, *Gioconda*, *Roberto do Diabo*, *Carmen*, *Barbeiro de Sevilha*, *D. Carlos*, *Somnambula*, *Mignon*, *Macbeth*, *Nabucodonosor*, *Sapho*, *Propheta*, *Vesperas Sicilianas*, *Martha*, *Mephistofeles*, *Força do destino*, *D. Branca*, *Ruy Blas*, *Simão Bocanegra*, *Baile de mascaras*, *Promessi Sposi*, *Favorita*, *Lucrecia Borgia*, *Hamlet*, *Maria de Rohan*, *Lithuani*, *Palhaços*, *Lohengrin*, *Mestres cantores*, *Tanhauser*, *Walkyria*, *Casamento de Figaro*, *Hans Herling*, etc.

Francisco de Andrade

Andrade *(Francisco Freire de)*. Almirante da armada do commercio. Era pertencente á familia dos Freires de Andrade, ou d'Andrada, em que se notam tantos varões illustres. Viveu no tempo de D. João IV. Fez muitas viagens ao Brazil e contribuiu bastante para a restauração de Pernambuco. Foi depois governador das armas da provincia da Beira em Portugal, posto que exerceu com toda a distincção e valor. Teve tambem o governo das armas da provincia de Traz-os-Montes, e era governador da Torre de S. Julião e membro do conselho de guerra, quando falleceu.

Andrade *(Francisco José de)*. Formado em direito pela Universidade de Coimbra, e advogado na Casa da Supplicação. Escreveu *Descripção da Chamusca*, *Parte 1.ª*, Lisboa, 1759. Não consta que se publicasse a segunda parte.

Andrade *(Francisco Martins de)*. Conservador ajudante da Bibliotheca Nacional de Lisboa, encarregado da repartição dos manuscriptos e antiguidades, e professor da cadeira de numismatica, mandada crear na mesma bibliotheca pela carta de lei de 9 de julho de 1855. Nasceu em Lisboa a 30 de janeiro de 1810, e falleceu em 19 de outubro de 1878. Era filho de Manuel de Andrade e de D. Anastacia Paula da Conceição. Estudou nas aulas do mosteiro de S. Vicente de Fóra todos os preparatorios, que a lei exigia para a matricula nos cursos superiores da Universidade, e juntamente a lingua grega e theologia moral e dogmatica. Em 1830 foi nomeado beneficiado da Basilica Patriarchal de Santa Maria Maior, e em 1836 official supranumerario da Bibliotheca Publica da Côrte, hoje Bibliotheca Nacional de Lisboa, sendo n'esse mesmo anno promovido a conservador ajudante. Em 1855 creou-se uma cadeira de numismatica junto á bibliotheca, e Martins d'Andrade teve o encargo de a reger. Quando a bibliotheca se reorganisou foi nomeado chefe da terceira repartição. Escreveu: *Opusculo ácerca da origem da lingua portugueza, composto e dedicado ao ex.mo sr. conselheiro João Baptista de Almeida Garrett, por dois socios do Conservatorio Real de Lisboa*, Lisboa, 1844. O outro collaborador n'este escripto foi João Nepomuceno de Seixas, professor de rudimentos historicos no Conservatorio. Não chegou a imprimir-se a segunda parte d'este opusculo; *Catalogo das obras do* XV *seculo, que possue a Bibliotheca Nacional de Lisboa, feito segundo a ordem alphabetico-chronologica dos nomes das cidades em que foram impressas, e illustrado com notas*, Lisboa, 1844. Fórma o tomo II do *Relatorio ácerca da Bibliotheca*, dado ao ministro do reino pelo bibliothecario-mór José Feliciano de Castilho; *Compendio de doutrina popular*, Lisboa, 1847; *As irmãs de caridade ou a questão de momento*, Lisboa, 1858. Entre os muitos artigos por elle escriptos e publicados em diversos jornaes nacionaes e estrangeiros, notam se os seguintes que sahiram na *Opinião*, jornal politico, nos annos de 1857 e 1858: *Rudimentos de numismatica grega e romana*, 1858; *Breves considerações ácerca de alguns pontos da numaria portugueza*, 1858; *Apontamentos relativos ao insigne escriptor o padre Francisco de Macedo*, 1857; *Recordações de um grande principe portuguez* (o infante D. Henrique), 1858; *Apontamentos a respeito de D. João de Castro e dos seus conhecimentos scientificos, extrahidos d'escriptos nacionaes e estrangeiros*, 1857; *Breve noticia de alguns monumentos litterarios ineditos existentes em Portugal, notaveis pela fórma dos caracteres e pela belleza das illuminuras*, 1857; *Breves considerações a respeito da natureza, origem e progressos do canto*, 1857; *Selecta portugueza para uso das escolas*, 1859. Além dos trechos copiados de obras impressas que no livro se contém, ha outros trasladados de escriptos ineditos existentes na Bibliotheca Nacional. Taes são alguns excerptos do *Itinerario* de Fr. Tristão da Cunha e cartas do padre Antonio Vieira, de D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, D. Jeronymo Osorio, etc.; Sermões da *Circumcisão*, *Epiphania*, *Lavapés*, *Dôres de Nossa Senhora*, *Paixão de Nosso Senhor*, *Degolação de S. João Baptista*, *S. João Nepomuceno*, *Santa Maria Magdalena*, *Santissima Trindade*, *S. Thiago Maior*, *Eucharistia*, *Assumpção*, *S. Lourenço*, *S. José*, traduzidos de diversos oradores contemporaneos, hespanhoes e francezes. Veem insertos no vol. I do *Sermonario Selecto dos Prégadores*, publicado em 1860 por Albano da Silveira, e todos designados com as iniciaes F. M. A.; *Sermões ácerca da relação de Maria Santissima com Jesus*, *Santa Martha*, *Ascensão*, *S. Martinho*, *S. João Evangelista*, *Contra a incredulidade*, traduzidos como os antecedentes e publicados no vol. II do mesmo *Sermonario selecto*, 1861. Tambem coordenou o seguinte: *Catalogo methodico dos manuscriptos paleographicos, que possue a Bibliotheca Nacional de Lisboa, illustrado com notas historicas, criticas e bibliographicas; Catalogo da collecção biblica da Bibliotheca Nacional de Lisboa, egualmente illustrado com notas; Grammatica philosophica da lingua portugueza; Breve compendio da historia da peninsula Iberica.*

Andrade *(Francisco de Paula Freire de)*. Tenente coronel de dragões de Minas Geraes. N. no Rio de Janeiro em 1752, f. a 29 de março de 1808. Era filho natural do 2.º conde de Bobadella, José Antonio Freire de Andrade. Seguindo a carreira

militar, era em 1789 tenente-coronel do regimento de dragões de Minas Geraes. Apesar do seu posto militar, patrocinou muito a conspiração republicana do Tira Dentes, e não só entrou n'ella, como franqueava a sua casa para ali se reunirem os conjurados. Quando se descobriu a conspiração, Francisco de Paula Freire d'Andrade foi preso, e escapou á morte, talvez por pertencer á nobre familia portugueza dos Freires de Andrade. O seu castigo foi o desterro para as Pedras d'Angoche em Moçambique, para onde partiu em 1792. Apesar do seu grande desejo de voltar á patria, só poude alcançar licença em 1808, depois da familia real partir para o Rio de Janeiro. O destino, porém, mais implacavel, não o deixou realisar esse desejo, porque morreu em viagem, em março do mesmo anno.

Andrade *(Gomes Freire de)*. Governador das capitanias do Rio de Janeiro, Minas Geraes e de S. Paulo. Foi o 1.° conde de Bobadella. V. *este titulo.*

Andrade *(Gomes Freire d')*. Marechal de campo e um dos mais distinctos officiaes do exercito portuguez. N. em Vienna d'Austria a 27 de janeiro de 1757, morto em S. Julião da Barra a 18 de outubro de 1817. Era filho de Ambrosio Freire d'Andrade, então embaixador de Portugal n'aquella côrte, e da condessa de Schafgoche, oriunda d'uma antiga e illustre familia da Bohemia. Teve a educação que n'aquella época se costumava dar aos filhos da nobreza. Destinado á carreira das armas assentou praça de cadete no regimento de Peniche, e em 1772 foi promovido a alferes. Passou depois a servir na Armada Real, embarcando em 1784, na esquadra que foi auxiliar as forças navaes hespanholas no bombardeamento de Argel. Regressou a Lisboa em setembro do referido anno, foi promovido a tenente do mar da Armada Real, e em abril de 1788 voltou ao seu antigo regimento no posto de sargento-mór. Tendo pedido e alcançado licença para servir no exercito de Catharina II, que n'essa época andava em guerra com a Turquia, partiu para a Russia, onde conquistou as maiores sympathias na côrte de S. Petersburgo e da propria imperatriz. Durante a campanha de 1788 a 1789, commandada pelo principe Potémkin, distinguiu-se nos plainos do Danubio, na Criméa, e muito notavelmente no cerco de Oczakow, onde foi o primeiro a entrar á frente do regimento, quando aquella praça, depois de prolongado sitio, se rendeu a 17 d'outubro de 1788. Em toda a campanha praticou muitos actos de bravura, e que a imperatriz recompensou com o posto de coronel do seu exercito, tendo elle apenas 26 annos de edade, posto que depois, em 1790, lhe foi confirmado no exercito portuguez, mesmo estando ausente de Portugal. Tambem lhe conferiram o habito de S. Jorge, uma das ordens mais estimadas da Russia. Foi tal a sensação causada em S. Petersburgo pelo arrojo e vivacidade de Gomes Freire, que a propria imperatriz lhe offereceu em audiencia solemne, e por suas proprias mãos, uma espada de honra. Ha quem diga, que a sympathia e enthusiasmo da formosa e provocante czarina pelo distincto militar, se tornaram de grande e amorosa intimidade, o que parece ser confirmado pelo facto das desintelligencias que se deram entre Gomes Freire d'Andrade e o principe de Potémkin, favorito da czarina. Gomes Freire voltou a Lisboa, e foi nomeado coronel do regimento do marquez das Minas, que estava prestes a embarcar para a Catalunha, fazendo parte da divisão que o governo portuguez mandava em auxilio de Hespanha na guerra que sustentava com a republica franceza. Tendo chegado a Lisboa nas vesperas da partida da esquadra, não poude acompanhar a expedição por mar, mas atravessando a Hespanha, foi depressa tomar o commando do regimento, que então trocou o antigo nome pelo de Freire d'Andrade. O exercito portuguez, na força de cinco mil homens, commandados pelo general João Forbes, chegou á Catalunha, desembarcando no porto de Rosas, em 11 de novembro de 1793. N'esta expedição iam alguns estrangeiros no estado maior: o duque de Northumberland, general e par de Inglaterra, o principe de Luxemburgo Montmorency, o conde de Chalons e o conde de Liautau. Pouco depois de ter chegado ao porto de Rosas, a divisão portugueza partiu para Ceret, occupando o regimento Freire d'Andrade com o de Cascaes a povoação de Rebós na sua linha de batalha. Fôra o caminho de Rosas a Ceret feito sob um violento temporal, chegando todos muito cançados pelo accelerado da marcha e completamente encharcados; apesar d'isso, tiveram logo de correr ás trincheiras da ponte de Ceret, para salvarem o exercito hespanhol, que já estava a ponto de capitular. O debute do regimento Freire d'Andrade foi brilhantissimo, carregando os francezes briosamente. O combate deu-se a 26 de novembro de 1793. Estava terminada a campanha d'este anno. Em Arlés (França) acampou em quarteis de inverno o regimento Freire d'Andrade e o de Cascaes, que constituiam a segunda brigada, commandada por Gomes Freire. Apesar das victorias do exercito hispano-portuguez sobre os republicanos, a guerra do Roussillon ia tornar-se uma verdadeira armadilha. Os hespanhoes tinham mais de dezoito mil doentes nos hospitaes, e os portuguezes mais de mil homens fóra de combate. Os francezes estavam constantemente recebendo reforços. Um deputado na Convenção Nacional pediu cem mil soldados da Republica para a fronteira, e pouco menos teriam os generaes francezes ao começarem a campanha de 1794 a 1795. No dia 29 d'abril de 1794, o general em chefe das divisões republicanas, Dugommier, atacou a esquerda do exercito hespanhol, toda composta de corpos da divisão portugueza; sustentaram os nossos o vigoroso embate dos francezes, desde o romper da manhã até ás duas da tarde. Ainda d'esta vez foi a legião portugueza que salvou o exercito hespanhol. A 17 de novembro, depois do mallogrado ataque de 13 de agosto ao campo francez, foi ainda a brigada de Gomes Freire, os

Gomes Freire d'Andrade

regimentos Freire d'Andrade e de Cascaes com parte do primeiro do Porto, a que retirou a salvo, castigando por vezes o inimigo. Parte do primeiro regimento do Porto ficou prisioneira, devido ao abandono dos hespanhoes que assim deixaram envolver por cinco mil francezes quem por ordem do chefe hespanhol marchava a cobrir-lhes a retirada. Era tal, por este tempo, a desmoralisação das tropas hespanholas, que a praça de Figueras rendeu-se ao receber do inimigo apenas quatro bombas incendiarias, tendo nove mil homens de guarnição, duzentos canhões de grosso calibre, dez mil quintaes de polvora e grande quantidade de projecteis. Gomes Freire d'Andrade, que se tinha batido como um bravo, e que na desastrosa retirada do primeiro de maio fôra do diminutissimo numero dos que resistiram ás bayonetas de Dogommier, em face da indisciplina dos soldados do rei Carlos IV, e indignado contra a brandura do velho João Forbes para com o tom altaneiro de generaes que contavam derrotas por batalhas, tornou-se um pouco independente. Era preciso sustentar alguma passagem difficil, lá ia o regimento Freire d'Andrade, e não era raro que outros o seguissem, porque era voz constante na divisão auxiliar, que onde estava Gomes Freire, estava a victoria ou a salvação da honra do exercito nacional. Nos primeiros tres mezes de 1795 começaram a correr boatos de paz nos acampamentos; de abril a junho houve alguns reconhecimentos sem resultado e escaramuças de postos avançados. A 17 de julho de 1795 sahiram de Gerona algumas tropas de infanteria, cavallaria, milicias e hussards de pé e a cavallo, sob o commando do marechal de campo D. Gregorio de la Cuesta. Em quatro dias, passando por Besalu e Lot, chegaram a Ping-Cerdá. Este importante forte era pouco depois tomado á viva força; em seguida entregava-se Velbet á columna de ataque em que iam uns oitocentos portuguezes. A guarnição franceza ficou toda prisioneira. Terminou então a guerra chamada do Roussillon, e no seguinte mez d'agosto houve ordem de suspender as hostilidades nos dois campos inimigos. A subida instrucção e extremado valor de que Freire d'Andrade deu provas e manifestou constantemente em todo o decurso da campanha, fôram tambem a causa de varias questões que teve com alguns dos officiaes pertencentes á divisão auxiliar. A primeira foi com o coronel do primeiro regimento d'Olivença Jacob Mestral, e que em vão procurou intervir o general Forbes obrigando os dois officiaes a assignarem um termo de bem viver perante o auditor, porque logo depois d'este acto renovou-se a discordia, tendo o commandante em chefe de prender Gomes Freire no castello de Figueras. Nas paredes da prisão onde esteve desenhou então a figura de Mestral revestido de todos os seus uniformes, de roca á cinta e um fuso na mão direita, continuando assim pelo ridiculo de que podia dispôr, a lucta que dera logar ao castigo. Algum tempo depois, sabendo o general Forbes que elle deixára o posto em frente de Ceret para vir passar a noite ao quartel do conde d'Assumar, seu intimo amigo, mandou o reprehender, porém Gomes Freire em vez de aceitar a reprehensão, desafiou o ajudante do general que lh'a transmittira. Mais tarde appareceu no supplemento do n.º 51 da *Gazeta de Lisboa*, o relatorio da retirada que o nosso exercito fez em 20 de novembro de 1794, e Gomes Freire viu n'esse documento uma offensa á sua honra e á das tropas do seu commando, e por isso escreveu ao general Forbes uma carta em francez, na qual, procurando restabelecer a verdade dos factos, accusava asperamente Clavière de ter abusado do pouco conhecimento que o commandante em chefe tinha da lingua portugueza para lhe fazer assignar uma relação muito inexacta. N'essa carta, cuja traducção vem publicada no *Jornal do Commercio* de 22 de julho de 1868, Gomes Freire admirado de se vêr reduzido depois de oito campanhas, durante as quaes entrou em mais de trinta combates, a provar que não era medroso, desenha com as mais negras côres o caracter de Clavière e depois de lhe chamar despresivel porque desmaia á vista d'uma espada nua, remata dizendo a Forbes que conseguiria a admiração das tropas se entre elle e o exercito se não intromettesse aquelle official ao lado de quem todo o homem de honra se envergonha de apparecer. A esta carta respondeu Forbes com a ordem que encarregou o intendente geral da policia e o auditor da divisão de observar uma devassa sobre a conducta d'elle general, expediente desgraçadissimo e de cuja realidade se poderia duvidar se não houvesse documentos insuspeitos que a confirmam. O governo de Lisboa soube d'estas occorrencias por uma carta e requerimento de Gomes Freire, em que pedia um conselho de guerra, assim como pelas participações do general em chefe, e não deixou de estranhar a este o insolito procedimento que tivera e com o qual prostituira a sua autoridade, determinando lhe que mandasse apresentar immediatamente em Lisboa o coronel Freire d'Andrade, e fizesse primeiro suspender sem perda de tempo a devassa começada, remettendo á secretaria d'estado o proprio original para que de semelhante facto não ficasse vestigio algum. Poucos mezes depois, em 1795, recolhia á patria a nossa divisão auxiliar; n'esse mesmo anno publicou Gomes Freire uma pequena memoria em francez, sobre a retirada do exercito no primeiro de maio de 1794, que foi um dos mais notaveis episodios da campanha, e no qual o autor do opusculo claramente mostrou as brilhantes qualidades de que era dotado na frente do inimigo. Em 17 de dezembro de 1795 foi-lhe dada a graduação de marechal de campo, ficando na effectividade do posto em 20 de setembro de 1796; quando se tratou de constituir o exercito para a guerra de 1801, foi nomeado quartel mestre general do marquez de la Rosiére, commandante das forças ao norte do Douro. Na organisação dos estados-maiores fôram então adoptadas as idéas que Freire d'Andrade exposera n'uns apontamentos redigidos em setembro de 1800 e que estão transcriptos na *Revista Militar*, de julho de 1856. As unicas operações offensivas, que as nossas tropas tentaram na guerra de 1801, fôram realisadas sob a direcção de Gomes Freire d'Andrade, mas as derrotas no Alemtejo e o humilhante tratado que pôz termo á lucta, fizeram com que ninguem prestasse attenção ás vantagens alcançadas em Traz-os-Montes. Tendo sido excluido da commissão que o governo encarregou do estudo das instituições militares, escreveu então o distincto general um livro sobre tão importante assumpto, que foi impresso em 1806. Pelo tratado com a França, de 29 de janeiro

de 1801, foi o rei de Hespanha obrigado pelo governo do primeiro consul a declarar guerra a Portugal. Só teriamos probabilidades de paz nas seguintes condições: abandonar a Inglaterra, abrir os nossos portos aos francezes e hespanhoes e fechal-os aos inglezes, entregar á Hespanha uma ou mais provincias como refens até que a Inglaterra lhe entregasse Mahon, Malta e Trindade, indemnisar a França e a Hespanha, e rectificar os nossos limites com esta potencia, abandonando-lhe os nossos terrenos a leste do Guadiana. A 2 de março de 1801 estava officialmente declarada a guerra entre Portugal e a Hespanha unida á França. O numero total do exercito portuguez, no estado impossivel de entrar em campanha, mal attingia então o effectivo de trinta mil homens. O exercito hespanhol sob o commando superior do duque d'Alcudia, era composto de sete divisões, na força de cincoenta quatro mil e oitocentos homens. A 1.ª d'estas divisões devia atacar o Minho e Traz-os-Montes; a 2.ª o Algarve; as cinco restantes occupariam o Alemtejo e observavam as provincias da Beira e Estremadura, sendo protegidas por um corpo do exercito francez, sob o commando de Leclerc, que devia estar em Ciudad Rodrigo. O exercito portuguez, dividido em dois corpos de operações, um ao norte outro ao sul do Douro, era superiormente commandado pelo duque de Lafões, que então contava 82 annos de edade. O exercito do Alemtejo do general Forbes compunha-se de doze mil homens; o da Beira do marquez d'Alorna com milicias e tropa de linha attingia a cifra de doze mil cento trinta e oito homens, e o do norte uns tres mil homens, sob as ordens do emigrado francez marquez de la Rosiére, tendo por mestre de campo Gomes Freire d'Andrade. O exercito portuguez estava indisciplinado, e os chefes não acreditando na guerra não se preparavam para o combate. A campanha durou pouco mais de dezoito dias, e perderam-se Olivença, Juromenha, Campo Maior, Monforte, Arronches, Castello de Vide, Ouguella e Barbacena. Se não fôssem as conquistas feitas por Gomes Freire ao norte do reino, tudo estava perdido. A 14 de julho tomou o valente general as aldeias de Bosaens e de Fizera, e o exercito hespanhol, apesar de superior em força, foi sempre recuando ua sua frente. Os habitantes da Galliza não davam logar a que o exercito de Carlos IV readquirisse a força moral perdida, por isso que a brigada de Gomes Freire era por elles recebida aos gritos de *Viva Portugal! Viva a rainha fidelissima!* E tudo isto conseguia Gomes Freire apenas em quatro dias com uma columna de ataque de dois mil homens, n'uma rapida marcha, como só depois o fizeram os marechaes de Napoleão. Com as brilhantes operações do general Gomes Freire no norte, conseguimos que em troca das povoações tomadas na provincia da Galliza, nos fôssem entregues Campo Maior, Juromenha, Arronches e Monforte. Gomes Freire começou a pensar que Portugal não poderia nunca rehabilitar-se, emquanto entre nós sómente imperasse o estrangeiro. De animo vigoroso, não sabia ser hypocrita. E n'um meio monastico como então assoberbava o paiz, a irritação do caracter de Gomes Freire era muito natural. N'uma desintelligencia havida no dia do Corpo de Deus de 1803, entre Gomes Freire e os officiaes francezes da guarda de policia, commandada pelo conde de Novion, resultou uma indisposição entre os regimentos sujeitos ao mando d'esses dois chefes. Pouco tempo depois, promovendo os soldados do regimento Freire d'Andrade, que estava aquartelado em Campo de Ourique, uma festa á Senhora da Piedade, e apparecendo nas immediações do quartel algumas praças da policia, travou-se grave desordem, chegando a haver algumas mortes e ferimentos. N'esta sedição entrou tambem a Legião do marquez de Alorna. Gomes Freire deu voz de prisão ao francez Grosson, ajudante do real corpo de policia, como principal autor dos disturbios. O governo, tomando conhecimento do facto, mandou prender Gomes Freire na Torre de Belem, e o seu regimento foi desterrado para Cascaes. Pela intervenção do duque de Sussex, então em Lisboa, Gomes Freire foi solto, provando-se que os tumultos de julho de 1803 eram *symptomas da impressão desagradavel, causada no animo dos portuguezes pela preponderancia que o elemento estrangeiro ia tomando em Portugal.* Quatro annos depois era o paiz invadido, sem resistencia da nossa parte, pelos soldados de Napoleão e formava-se a Legião Lusitana, á frente da qual estavam os generaes Gomes Freire e marquez d'Alorna. A Legião sahiu de Portugal na primavera de 1808. Não ia exclusivamente servir os interesses dos francezes, por isso que obedeciam ás ordens do principe regente D. João. As auctoridades do paiz mandavam que os francezes fôssem recebidos e tratados como amigos pelo povo portuguez. Apenas a Legião chegou a França, Napoleão empregou-a nas campanhas do norte. Tendo se demorado algum tempo em Lisboa com licença, Gomes Freire partiu para Hespanha nos fins d'abril, e, chegando a Victoria, marchou a tomar o commando dos portuguezes que tinham sido mandados para o sitio de Saragoça. Levantado o cerco, partiu para Grenoble, onde assumiu o commando nominal da Legião, quando em 1809 o marquez das Minas veiu a Paris, e n'esta situação se conservou até fevereiro de 1810, em que teve ordem de seguir para Allemanha. Regressando a França depois da paz com as tropas portuguezas, foi para Metz, onde esteve até agosto de 1810, em que, recebendo ordem para acompanhar Massena na invasão do nosso paiz, conseguiu esquivar-se, marchando para o Valais a tomar o commando dos tres batalhões da Legião, que n'essa época fazia parte das tropas sujeitas ao general Berthier. Acompanhando o quartel general do imperador na expedição á Russia, em 1812, foi-lhe conferido, quando chegou á Lithuania, o governo da provincia de Disna. Chamado mais tarde a Moscow, encontrou já o exercito francez em retirada, seguiu o imperador até Smorghoni, e, continuando depois por Kœnisberg, Dantzick e Custrin, chegou em março de 1813 a Francfort, na margem do Meno. N'este mesmo anno Napoleão o promoveu a marechal e lhe entregou o governo militar da cidade de Dresda. Pelo tratado de 1814 regressaram a Lisboa os restos da Legião Lusitana, que, além da guerra da Russia, haviam feito a campanha da Austria, entrando na celebre batalha de Wagram. Gomes Freire apresentou-se no quartel general da côrte e provincia da Estremadura a 26 de maio de 1815, sendo a 8 de junho declarado innocente, apesar de ter servido nos exercitos dos inimigos

de Portugal. A guerra da peninsula estava concluida; os portuguezes haviam conseguido afastar para longe da patria os soldados de Junot, de Soult e de Massena. D'este modo alcançára o povo restituir o throno a D. João VI. Em Lisboa continuava a inhabil regencia e Beresford exercia uma verdadeira dictadura militar. A regencia era composta, no anno do 1817, de Antonio José de Miranda, marquez de Olhão, conde de Peniche, marquez de Borba, e D. Miguel Pereira Forjaz. Pelo seu governo despotico, Beresford tornara-se pouco querido do povo, e a permanencia dos officiaes inglezes no nosso exercito concorria poderosamente para lhe fazer perder todas as sympathias que alcançara durante a guerra. De coronel para cima era raro o official que não fôsse inglez. Havia dois annos que terminara a guerra, e nada justificava o dominio britannico. Beresford previa alguma conspiração que se formasse d'um momento para outro, mas não imaginava que já houvesse algum projecto urdido entre portuguezes, e por isso ficou espantado quando o seu ajudante d'ordens, o capitão João d'Andrade Corvo de Camões, o informou em abril de 1817 da existencia d'um plano de revolta, que já contava um certo numero d'adeptos. Beresford cuidou logo em buscar os fios da conspiração, e mandou chamar o capitão Pedro Pinto de Moraes Sarmento, que fôra quem informara o ajudante Corvo de Camões. Depois de larga conferencia fez entrar Moraes Sarmento na conspiração para estar bem ao facto do que se ia tramando, e egualmente levou o bacharel João de Sá e mais dois officiaes do exercito a filiarem-se no numero dos revolucionarios, para assim colher as provas e documentos necessarios para a prisão dos conjurados. Todas estas medidas fôram tomadas sem que a regencia tivesse communicação alguma, e parece que a idéa de Beresford era julgar os réos pela justiça militar, mas consultando a este respeito Cypriano Ribeiro Freire, visconde de Santarem e José Antonio d'Oliveira Leite de Barros, fôram estes de parecer que se informasse o governo do occorrido. Beresford assim o fez, e depois de tomadas as devidas precauções militares na cidade, procedeu-se no dia 25 de maio á prisão dos conjurados. Instaurado o processo, lavrou-se afinal a sentença, e apesar de serem muitos os réos condemnados á morte, os governadores do reino não pediram a sancção real, e a sentença executou-se dois dias antes de ser dada ao publico. Os presos fôram uns para o Limoeiro, outros para o castello de S. Jorge, e só Gomes Freire d'Andrade foi encerrado na Torre de S. Julião. Procedeu aos interrogatorios o intendente geral da policia, Barbosa de Magalhães, com os seus dois ajudantes, Casal Ribeiro e João Gaudencio. Gomes Freire soffreu na prisão as maiores crueldades e privações até ser nomeado governador da Torre o marechal Archibald Campbell, que foi mais benevolo. Gomes Freire revoltou-se contra a morte na forca, e pediu para ser fusilado. Na manhã de 18 d'outubro de 1817 começou a fardar-se com todo o socego, julgando que fôra attendida a sua supplica, mas quando lhe disseram que envergasse a alva dos condemnados á forca, não podendo resistir no primeiro instante á impressão que tão dura affronta lhe causava, desmaiou, mas recuperando logo o sangue frio, caminhou sereno para o logar do supplicio. A's 9 horas da manhã o corpo inanimado de Gomes Freire d'Andrade pendia da forca levantada no alto do Alqueirão, proximo da Torre, e algumas horas depois eram as suas cinzas lançadas ao mar, cumprindo-se d'este modo a sentença com toda a exactidão. N'aquelle mesmo dia, no Campo de Sant'Anna, hoje Campo dos Martyres da Patria, eram enforcados, sendo-lhes depois cortadas as cabeças, e queimadas juntamente com os corpos, deitando-se ao mar as cinzas, os seguintes réos: Antonio Cabral Calheiros Furtado de Lemos, Henrique José Garcia de Moraes, José Campello de Miranda, José Joaquim Pinto da Silva, José Ribeiro Pinto, José Francisco das Neves, Manuel Monteiro de Carvalho. A serem enforcados: Manuel de Jesus Monteiro, Manuel Ignacio de Figueiredo, Maximo Dias Ribeiro, Pedro Ricardo de Fiqueiró. A degredo para Angola por toda a vida, Francisco Antonio de Sousa; para Moçambique, por dez annos, Antonio Pinto da Fonseca Neves; para Angola por cinco annos, Francisco de Paula Leite; e a ser expulso de Portugal o barão Frederico Eben. No *Occidente*, de 1890, vol. 13.°, pag. 206, 207, 214 e 215, vem publicado um documento importante, extrahido da *Memoria sobre a conspiração de 1817, vulgarmente chamada de Gomes Freire, escripta e publicada por um portuguez amigo da Justiça e da Verdade.* E' uma carta, assignada por Pedro Pinto de Moraes Sarmento, escripta em Londres a 8 de maio de 1821, em que elle se defende da denuncia que fez da conspiração, e da fórma como procedera por ordem de Beresford. O general barão da Batalha, quando esteve governando a Torre de S. Julião em 1851, mandou erigir no alto do Alqueirão, no local em que foi levantado o patibulo de Gomes Freire, um singelo monumento commemorando a sua morte. V. *S. Julião da Barra.*

Andrade *(Gomes Freire de).* Deão da egreja patriarchal. N. a 6 de julho de 1761, f. a 8 d'abril de 1831. Era filho de Fernando Martins Freire de Andrade e Castro, senhor dos morgados de Ribeira do Sado e do Bom Despacho, e de D. Joanna Isabel de Lencastre Forjaz. Era irmã do marechal de campo, Bernardim Freire d'Andrade, (V. *este nome*), e de Nuno Freire d'Andrade, que depois foi conde de Camarido. (V. *este titulo*). Dedicou-se á vida ecclesiastica, e muito novo ainda foi admittido na basilica patriarchal; nos ultimos annos do seculo XVIII já ali estava collocado como principal presbytero. Subindo mais tarde a principal primario, chegou a ser o decano da corporação, e quando em 15 de setembro de 1820 rebentou em Lisboa a revolução liberal, foi escolhido para presidente do novo governo. Gomes Freire de Andrade estava n'esse dia ausente, mas sendo chamado por um proprio, chegou no dia 16 ás 11 horas da noite ao palacio da Inquisição, tomando posse do novo cargo para que havia sido eleito. Realisando-se o accordo entre o governo interino de Lisboa e a junta que se formara no Porto em 24 d'agosto, constituindo-se n'essa occasião a Junta provisional do supremo governo do reino e a preparatoria das côrtes, foi nomeado presidente da primeira. A assignatura com que s mpre firmou os documentos d'essa época era a de *Principal Decano.* Por duas vezes se recusou a acceitar a nomeação de patriarcha, assim como a mitra de

bispo do Porto, dignidades que lhe fôram offerecidas, contentando-se com o logar de deão da egreja patriarchal, que exerceu até ao fim da existencia.

Andrade *(Gualter Pereira de).* Presbytero do habito de S. Pedro; era natural do Porto. Viveu no seculo XVIII. Escreveu: *Panegyrico em redondilhas do Thaumaturgo Catalão S. Salvador de Horta*, Lisboa, 1726.

Andrade *(Henrique José).* Jornalista e professor no seminario d'Elvas. N. n'esta cidade a 18 de novembro de 1841. Era filho de Francisco d'Andrade e de D. Maria da Conceição de Andrade. Estudou as disciplinas ecclesiasticas no seminario diocesano d'Elvas, obtendo em todos os exames boas classificações. Tomou a ordem de presbytero a 23 de dezembro de 1865. Trabalhou na composição d'uma obra original, com o titulo de *O orphão na familia,* cuja publicação se não effectuou. Foi correspondente da *Gazeta de Portalegre* e do *Campeão do Alemtejo,* da mesma cidade, e collaborou na *Voz do Alemtejo.* Em 1867 fundou um jornal intitulado: *Democracia pacifica,* para defeza das idéas avançadas democratico-sociaes. Esta folha, passado tempo, continuou a publicar-se com o titulo: *Democracia.* O primeiro numero sahiu em 20 d'outubro de 1866, e o ultimo a 27 de fevereiro de 1877. Escreveu: *Cartas a um bispo,* por D. Emilio Castelar, traduzidas e precedidas de um prologo por José Simões Dias, Elvas, 1869; *Noticia da vida e escriptos de José Simões Dias,* Elvas, 1870. Publicou tambem o *Boletim ecclesiastico da diocese de Elvas*, principalmente destinado a ser o repositorio dos monumentos inéditos concernentes á dita diocese. Só se imprimiram oito numeros, os cinco primeiros em Elvas, e os tres ultimos em Coimbra. O *Boletim* sahiu no anno de 1877 para 1878.

Andrade *(D. Izabel de Castro e).* Poetisa. Nasceu, segundo se presume, entre os annos de 1530 a 1535; falleceu em Lisboa, em 1595. Era filha de Alvaro Peres de Andrade, da familia dos condes de Villa-Alva, na Galliza, commendador de Torres Vedras e senhor do morgado da Annunciada, de Lisboa. Distinguiu-se no conhecimento das linguas, tanto antigas como modernas, e dedicou-se a estudos superiores, chegando a defender conclusões publicas de philosophia e theologia no convento do Varatojo. Tornou-se tambem poetisa, e as suas salas eram frequentadas pelos melhores poetas do seu tempo, tanto nacionaes como estrangeiros. As suas composições poeticas, porém, julga-se que ficaram manuscriptas na livraria da casa de Louriçal. Casou com D. Fernando de Menezes, quarto senhor de Louriçal e commendador da ordem de Christo. Segundo affirmam as chronicas contemporaneas, tornou-se notavel este casamento pelo facto de D. Izabel de Castro e Andrade, casando aos 54 annos de edade, ter tido ainda dois filhos: D. Henrique de Menezes, que foi o quinto senhor de Louriçal, e D. Maria de Castro, que casou com D. João de Menezes, alferes-mór do reino. D'esta poetisa ha impressos dois sonetos; um vem na *Historia Seraphica* da provincia de Portugal, parte 3.ª, liv. 3.º, cap. XIV; e o outro no *Commentario* das Rhythmas de Luiz de Camões, por Manuel de Faria e Sousa, tomo I, pag. 181. D. Izabel d'Andrade foi sepultada na capella-mór do convento da Annunciada de Lisboa, onde existia o jazigo de sua familia. Este convento ficou completamente destruido com o terremoto do 1.º de novembro de 1755.

Andrade *(Jacob Freire de).* Judeu portuguez que viveu no seculo XVII, e escreveu: *Sermão em portuguez,* que foi traduzido em castelhano e impresso em 1706.

Andrade *(Jeronymo).* Pintor de architectura e d'ornato. Nasceu em Lisboa, em 1715, e falleceu a 25 de dezembro de 1801. Entrou na confraria de S. Lucas, em 1746. Distinguiu-se como pintor de architectura e d'ornato, e foi sempre um dos preferidos para os trabalhos mais difficeis da côrte. Entre outras obras, traçou, dirigiu e executou o tecto, em perspectiva, da egreja de S. Paulo, de Lisboa, ajudado por José Thomaz Gomes, Vicente Paulo e Gaspar José Raposo, tambem artistas distinctos. Jeronymo d'Andrade pronunciou o elogio funebre do pintor d'ornato Victorino Manuel da Serra *(V. este nome).*

Andrade *(Jeronymo Emiliano de).* Commissario dos estudos de Angra do Heroismo, e primeiro reitor do lyceu d'esta cidade. Nasceu em Angra a 30 de setembro de 1789, onde tambem falleceu a 11 de dezembro de 1847. Filho ignorado do povo e abandonado por pae desconhecido, só teve o ninho do seio maternal nos primeiros tres mezes de existencia. O beneficiado José d'Andrade, homem muito respeitado e caritativo, lastimando aquelle abandono, o levou para sua casa, onde a vida se lhe desabrochou sob o bafejo auspicioso da caridade evangelica. Recebeu do seu protector as primeiras lições da lingua materna ainda na edade infantil, começando desde logo a manifestar a grandeza do seu talento pela facilidade com que se adeantou nos estudos, a ponto que aos quinze annos já era profundo conhecedor, não só da lingua portugueza, como da latina. Jeronymo, como não conhecia o pae, adoptou o appellido do padre Andrade, e, a conselho d'elle, entrou na ordem franciscana, onde professou, apenas completou dezeseis annos de edade, tomando o nome de Fr. Jeronymo Emiliano. Sendo já bem conhecido o seu elevado talento, foi-lhe confiada, ainda em verdes annos, a regencia, no convento, da aula de latim da communidade. Antes de ser ordenado presbytero, defendeu theses publicas, e a maneira como se houve e respondeu aos arguentes, mereceu os maiores elogios, e a ordem lhe conferiu a nomeação de substituto da cadeira de philosophia. Depois de ordenado presbytero e de ter feito duas brilhantes opposições, foi nomeado lente em Artes, e em 1818, o vigario capitular João José da Cunha Ferraz o escolheu para reger uma cadeira, então creada, de theologia dogmatica e moral. As horas que o magisterio lhe deixava livres, empregava-as no estudo. Sahia do convento unicamente para visitar o desvelado protector a quem tanto devia, e para levar os confortos, que os seus parcos recursos lhe permittiam, á sua pobre e abandonada mãe. O beneficiado José d'Andrade morreu a 14 de janeiro de 1821, o que muito o penalisou, e em saudade e gratidão escreveu e publicou o seu elogio funebre. Em 2 de abril d'este mesmo anno rebentou na ilha Terceira a revolução liberal, e o padre Jeronymo Emiliano patenteou logo a sua adhesão á liberdade, como philosopho estudioso e padre sincero. Em 15 de janeiro de 1823 partiu para S. Miguel

como oppositor á cadeira de rhetorica. Voltou á patria em julho do referido anno, e ficou deveras amargurado vendo a ilha Terceira sob a oppressão do despotismo e dos horrores da anarchia. Sabendo que nada podia remediar, e causando-lhe tristesa aquelle deploravel estado, partiu para o Fayal em 10 d'agosto seguinte, demorando-se ali até 14 de janeiro de 1825, anno em que voltou a Angra a exercer o cargo de professor de rhetorica, para que fôra nomeado por D. João VI, não por vontade propria, mas por solicitações estranhas. Começando a guerra civil de 1828, o padre Jeronymo, já cançado das luctas liberaes, não tendo animo de vêr a patria regada pelo sangue de seus irmãos, resolveu retirar-se para longes terras, e, em 23 d'agosto do mesmo anno de 1828, embarcou com destino ao Fayal, na idéa de seguir d'ali para o Brazil. O navio, porém, em que embarcára, fazia escala pela ilha Graciosa, e o padre Jeronymo, desembarcando, teve de ceder ás instancias d'amigos que tinha n'aquella ilha e de mais pessoas que o respeitavam pela fama do seu saber e virtudes, e ali se conservou, desistindo da viagem em que pensára. Emquanto esteve na Graciosa passava o tempo entregue a profundos estudos, escrevendo e colligindo apontamentos para as suas topographias das ilhas Terceira e Graciosa, das quaes esta ultima não chegou a ter publicidade. Em 15 d'agosto de 1831 voltou de nova á patria, e continuou no exercicio da cadeira de rhetorica, á qual, por despacho de 8 de março de 1832, accumulou a de philosophia e historia universal. Depois da extincção das ordens monasticas, fr. Jeronymo Emiliano ficou sendo presbytero secular e, creando-se os lyceus nacionaes nos Açôres, foi nomeado por decreto de 6 de agosto de 1845, professor da 5.ª e 6.ª cadeiras do Lyceu d'Angra do Heroismo, e, por decreto de 3 de dezembro do mesmo anno, teve a nomeação de reitor do Lyceu Nacional, sendo elle o primeiro reitor que teve o Lyceu, e commissario dos estudos no respectivo districto. Ha tempo que começára a padecer do estomago, e, em junho de 1847 tornaram-se gravissimos esses soffrimentos, até que, no dia primeiro de dezembro d'esse mesmo anno, dando a ultima lição, recolheu-se ao leito, succumbindo no dia 11 seguinte. O padre Jeronymo Emiliano d'Andrade protegeu e animou muito a instrucção nos Açôres, escreveu compendios sobre diversos assumptos: *Cathecismo religioso, Compendio de moral e civilidade, Grammatica portugueza e latina, Arithmetica, Geometria, Geographia, Historia patria, universal e philosophica, Rhetorica, Poetica, Theologia dogmatica e moral.* Todos estes compendios se publicaram, com excepção do de *theologia;* todos tiveram mais d'uma edição, e a *grammatica* teve muitas, tanto na ilha Terceira, como em Ponta Delgada e em Lisboa, sendo n'uma das reformas de instrucção secundaria impressa com um pequeno supplemento para ser adaptada ao curso de portuguez dos lyceus. O padre Jeronymo foi tambem orador sagrado, mas dos sermões sómente se publicou a *Oração capitular*, recitada na provincia de S. João Evangelista dos Açôres. No tempo das luctas civis era conhecido pelo nome de *prégador dos constitucionaes*, por causa das suas idéas de liberdade, e ser chamado para prégar em todas as festas dos liberaes. Em memoria dos serviços prestados nos Açôres, o governador civil do districto, o conselheiro Nicolau Anastacio de Bettencourt, lembrou-se de lhe erigir um monumento, e para esse fim publicou um edital em 18 de dezembro de 1847, convidando os habitantes da ilha para concorrerem em subscripção para as despezas. Ninguem se recusou, os donativos affluiram, e, no dia 18 de dezembro de 1850, a convite do referido governador civil, reuniram-se na egreja da Conceição das Freiras, onde fôra sepultado o cadaver do benemerito insulano, todas as autoridades locaes, professores, estudantes, e os mais illustres e distinctos cidadãos da ilha. Os convites eram marcados com a formula official — *Serviço nacional e real.* O concurso do povo era tambem enorme. Houve solemnes exequias, prégando o chantre Eusebio Joaquim Fernandes. Depois, em grandioso prestito, procedeu se á trasladação dos restos mortaes para o cemiterio do Livramento, sendo recolhidos no tumulo que se lhe erigira em marmore, na fórma d'uma pyramide quadrangular, encimada por uma urna funeraria, e tendo na face voltada ao poente a seguinte inscripção:

Aqui jaz
O insigne padre
Jeronymo Emiliano d'Andrade
Primeiro commissario dos estudos
No districto d'Angra do Heroismo
Reitor do Lyceu d'esta cidade
e professor de
Rhetorica, Poetica e Litteratura
No mesmo Lyceu
Nasceu em 30 de setembro de 1789
Falleceu no dia 11 de dezembro de 1847.
Honrou as lettras e a patria.

Lista das suas obras: *Oração capitular, recitada no Capitulo provincial que celebraram os Menores observantes da provincia de S. João Evangelista dos Açores*, Lisboa, 1818; *Elogio historico da vida do insigne sacerdote José de Andrade, beneficiado na egreja parochial de N. S.ª da Conceição da cidade de Angra*, Lisboa, 1821; *Primeiros elementos das quatro partes da grammatica portugueza, accommodados ao uso das escholas de primeiras letras*, Angra do Heroismo, 1849. Fizeram-se cinco edições successivas, e depois a sexta em Lisboa, 1859. Conta-se tambem a *oitava edição mais correcta e augmentada, por A. da S.* (Albano da Silveira), Lisboa, 1861; *Topographia, ou descripção physica, politica, civil, ecclesiastica e historica da ilha Terceira dos Açores. Parte I. Offerecida á mocidade terceirense*, Angra do Heroismo, 1843. Trata propriamente da descripção geographica e geologica da ilha: divisão ecclesiastica e civil; fortalezas, templos, edificios publicos, etc., com a resenha de todas as freguezias comprehendidas no seu circuito. *Parte II.* Angra do Heroismo, 1845. Comprehende a historia civil e politica da ilha desde o tempo do seu descobrimento até ao fim da dominação hespanhola; *Apontamentos posthumos do P. Jeronymo Emiliano de Andrade, para servirem de continuação á Topographia da ilha Terceira*, publicados pelo professor do Lyceu, o padre Marianno Constantino Homem, seu discipulo e intimo amigo, Angra do Heroismo, 1850; *Primeiros elementos de geographia astronomica, physica e politica, para uso dos estudantes do curso philosophico da cidade de An-*

gra. Segunda edição correcta e augmentada, Angra do Heroismo, 1841; *Primeiros elementos de logica para uso dos estudantes do curso de philosophia racional e moral de Angra do Heroismo*, etc. *Segunda edição correcta e copiosamente augmentada*, etc. Angra do Heroismo, 1844; *Primeiros elementos de metaphysica para uso dos estudantes*, etc. *Segunda edição correcta e copiosamente augmentada*, Angra do Heroismo, 1844; *Primeiros elementos de historia philosophica para uso dos estudantes*, etc. *Segunda edição correcta e copiosamente augmentada*, Angra do Heroismo, 1843; *Exame de ordinandos até á sagrada ordem do presbyterado, segundo a pratica do bispado de Angra, concluido em 1847*, Angra do Heroismo, 1856. Em 1861, o latinista terceirense José Augusto Cabral de Mello publicou a biographia do benemerito padre Jeronymo Emiliano d'Andrade.

Andrade *(Jeronymo José Nogueira de)*. Escriptor que se conhece sómente pela sua obra, intitulada: *Descripção do estado em que ficaram os negocios da capitania de Moçambique nos fins de Novembro de 1789. com algumas observações e reflexões sobre as causas da decadencia do commercio, e dos estabelecimentos portuguezes na costa oriental da Africa. Escripta no anno de 1790*. Sahiu no *Investigador portuguez*, no anno de 1815, começando no n.º XLVI, e continuada nos seguintes até ao LIV, em que terminou.

Andrade *(João de)*. Frade da ordem da Trindade. N. em Ceuta a 27 de janeiro de 15·8, f. a 2 de novembro de 1655. Era filho de Manuel de Azevedo, almoxarife de Ceuta, e de Violante de Andrade, ambos de familias nobres e ricas. Vestiu o habito dos trinitarios em 1603, passou depois a Lisboa, estudou as sciencias ecclesiasticas e leccionou-as. Sendo jubilado em theologia, foi reitor do collegio da ordem da Trindade em Coimbra, depois ministro no convento de Lisboa, e finalmente provincial, eleito no anno de 1651. D. João IV respeitava-o muito pelas suas virtudes, illustração e extrema caridade, cuja fama era geral, e nomeou-o em 29 de outubro de 1655 bispo de Ceuta e de Tanger, logar que não chegou a occupar, por ser surprehendido pela morte no principio de novembro seguinte á nomeação. A sua morte foi muito sentida e o funeral muito concorrido, em que tambem se incorporou o inquisidor geral, D. Pedro de Lancastre. Escreveu: *Apologia Patriarchal sagrada em que provou e defendeu o culto immemorial dos Santos Patriarchas João e Felix feita a 12 de setembro de 1647*. Esta obra conservava se em manuscripto na livraria do convento da Trindade, de Lisboa; *Questiones selectæ in Universam theologiam*, tambem em manuscripto. João d'Andrade escreveu mais obras em portuguez e latim, que tambem ficaram inéditas; parece que a unica que se publicou, foi a seguinte: *Apologia pro vero & proprio martyrio per pestem*. Sahiu impressa no tomo 20 das obras do padre Theophilo Raynaud, da Companhia de Jesus, a pag. 219, da edição de Cracovia, em 1669. E' doutissima e defende o *Tratado* que sobre o mesmo assumpto escreveu aquelle jesuita.

Andrade *(João Antonio da Costa e)*. Formado em direito civil e advogado de causas forenses em Santarem; nasceu n'esta cidade a 18 de novembro de 1702. Ignora-se a data do fallecimento. Escreveu: *Crysol seraphico, em que se apuram as verdades do instituto da Ordem terceira da penitencia do patriarcha dos pobres S. Francisco*, Lisboa, 1739; *Conversação erudita, discurso familiar, conferencias asceticas, historicas, politicas e philosophicas sobre os effeitos do terremoto do 1.º de novembro na villa de Santarem*, Lisboa, 1756; *Elogio do sr. Sebastião Xavier da Gama Lobo, fidalgo da Casa Real, commendador de S. Pedro de Trancoso*, etc., Lisboa, 1761; *Panegyrico gratulatorio aos annos da ill.ma e ex.ma sr.a condessa de Oeiras;* sem o local nem a data da publicação.

Andrade *(João Joaquim de)*. Cavalleiro da ordem de Christo, presbytero secular, e conego da sé episcopal d'Elvas, em que foi provido a 20 de agosto de 1816. Natural d'Elvas, onde nasceu em 1790, falleceu em Lisboa, d'uma apoplexia, a 13 d'outubro de 1859. Deu-se ao cultivo das letras, apesar de firmar apenas com o seu nome a biographia do dr. Bernardino Antonio Gomes, inserta na *Gazeta Universal*, de 1823. Era amigo intimo do padre José Agostinho de Macedo, com quem entreteve uma correspondencia que nunca se publicou.

Andrade *(João José de)*. Escriptor. Natural da ilha do Fayal. Foi redactor do *Monitor* e do *Cartista dos Açôres*. Escreveu: *O Thecel, ou o Castilho em zero! como resposta ao seu: «Ou eu ou elles»*, Ponta Delgada, 1849.

Andrade *(João Nunes de)*. Professor particular de grammatica latina, que leccionou durante alguns annos, passando depois ao Rio de Janeiro em 1843, onde continuou no mesmo exercicio. Nasceu na Covilhã, pelos annos de 1799 a 1800. Morreu no Rio de Janeiro em junho de 1861. Publicou varios livros de ensino, sendo a maior parte no Rio de Janeiro. A'cerca d'elles lê-se no *Diccionario Bibliographico*, de Innocencio: «Os que lêrem estas obras não poderão, a meu vêr, deixar de maravilhar-se de que ellas sahissem da penna de um professor de grammatica! São taes e tão frequentes os solecismos, as faltas na regencia dos periodos, as construcções abstrusas, as amphibologias e incorrecções de toda a especie, em que abundam a cada passo, que julgo difficil reprimir o sentimento de lastima, inspirado pela leviandade com que o autor d'ellas se affoitou a dal-as ao prelo, sem as entregar préviamente ao juizo de quem lh'as corrigisse e castigasse.» Os livros que publicou em Lisboa fôram os seguintes: *Principios fundamentaes sobre a regencia da Grammatica portugueza e latina*, 1834; *Grammatica elementar da lingua portugueza por systema philosophico, offerecida ao ill.mo e ex.mo* sr. *José Ferreira Pinto Basto*, etc., 1841. A epigraphe, dedicatoria e prefacio fôram escriptos por D. Gastão Fausto da Camara Coutinho; *Noções geraes de orthographia elementar da lingua portugueza*, 1843.

Andrade *(Joaquim Maria de)*. Monge benedictino. N. no Porto a 29 de novembro de 1768, f. em Lyssou Grove a 26 de março de 1830. Era filho de paes humildes. Desde o berço foi destinado á vida ecclesiastica, e logo nos primeiros estudos deu inequivocas provas de talento superior, de modo que, sendo estudante da lingua grega, o professor Thomaz de Lane o encarregava de o substituir no magisterio nas repetidas faltas que os seus soffrimentos lhe obrigavam a fazer. Feitos os primeiros estudos preparatorios, seus paes conseguiram que fôsse admittido na ordem

benedictina, para onde entrou em 31 d'outubro de 1785, professando em 1786 no convento de Tibães, em que tomou o nome de Joaquim José de Maria Santissima. Em 1788 passou ao collegio de Coimbra, onde começou o curso de philosophia, e em 1791 matriculou-se como voluntario em phoronomia e chimica na Universidade, em 1792 no primeiro anno de theologia, e em 1793 no primeiro anno de cada uma das faculdades de philosophia e mathematica. Seguiu estes cursos com muito aproveitamento, sendo premiado em todos os annos de mathematica e nos primeiro e segundo de philosophia. Em 1796 tomou o grau de bacharel e fez a sua formatura n'esta faculdade; em 1797 tambem se formou na de mathematica. Tão notaveis e conspicuos se haviam feito seus talentos e tão decidida a sua vocação para as sciencias abstractas, nas quaes se havia distinguido por um modo que enchia de admiração seus mestres, homens respeitaveis por muitos titulos, que estes fizeram vêr ao reitor reformador, então o Principal Castro, quão vantajosa acquisição seria para a faculdade a d'um alumno de tão agigantadas esperanças; de sorte que o illustre prelado, sinceramente zeloso do lustre da Universidade, conseguiu do governo de Sua Magestade que elle pudesse continuar o anno de repetição para fazer os actos grandes, e graduar-se na faculdade de mathematica, o que então não era permittido aos Regulares. Joaquim José de Maria Santissima defendeu conclusões magnas; fez exame privado e tomou o grau de doutor em mathematica a 2 de junho de 1799. N'esse mesmo anno, por aviso regio, assignado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho no primeiro de março e dirigido ao D. Abbade geral da congregação benedictina, foi em nome de Sua Magestade convidado, pela reputação que já tinha de bom mathematico, para ir servir nas egrejas da China e entrar ali no tribunal mathematico, o que seria de grande interesse para o Estado e para o real serviço; porém elle declinou este honroso convite com o fundamento de seguir de preferencia o magisterio da Universidade; e com effeito no despacho geral da faculdade foi nomeado lente substituto de Astronomia pratica, com as seguintes expressões lançadas na carta regia do primeiro de junho de 1801: «E porque Me foi presente que o doutor Fr. Joaquim José de Maria Santissima, monge da congregação de S. Bento, é notoriamente reputado por um dos mais habeis doutores da mesma faculdade: Hei por bem nomeal-o para lente substituto da cadeira de Astronomia Pratica, sem embargo de quaesquer ordens, que em contrario haja para Regulares serem excluidos do corpo d'esta faculdade, da qual nunca o deverão ser emquanto tiverem tal merecimento e reputação, que deva esperar-se de sua litteratura e luzes um vantajoso credito á faculdade e aos progressos d'ella». Fr. Joaquim de Maria Santissima, por autorisação de Roma, passou em 1803 da ordem de S. Bento para freire da ordem de Christo, e n'esta secularisação deixou o nome que tinha, para novamente adoptar o de Joaquim Maria de Andrade. Ao mesmo tempo dirigia as observações astronomicas que no observatorio da Universidade se faziam em outro tempo com a maior regularidade e precisão, não só como objecto d'ensino, mas por causa das Ephemerides que então se publicavam, que mereceram a mais honrosa commemoração dos astronomos estrangeiros; encarregando-se d'uma parte importantissima d'esta obra, qual foi a composição da Taboa cosmographica, não sómente na occasião da sua primeira e laboriosissima coordenação, mas tambem em duas reformas, que successivamente lhe fôram feitas; e com o seu penoso e diligente trabalho concorreu muito para o credito que aquella producção academica da Universidade de Coimbra grangeou nas universidades estrangeiras. Em 1817, depois de 16 annos de substituto, foi despachado lente cathedratico de phoronomia. Por sentença do conselho dos decanos de 12 de janeiro de 1821 foi julgado habil para ser apresentado nas conesias magistraes pertencentes á faculdade de mathematica, sendo finalmente nomeado conego magistral na sé de Leiria, por carta regia de 27 de fevereiro de 1821. Por carta regia de abril de 1823 foi promovido a lente cathedratico com exercicio na cadeira de astronomia pratica e primeiro astronomo do Observatorio Real, em que preencheu o logar de director, que estava vago desde o fallecimento do dr. José Monteiro da Rocha, que tinha sido quasi o seu fundador. Em 1825 foi despachado segundo lente da faculdade com exercicio na mesma cadeira. Depois do fallecimento do professor Maia, lente de astronomia theorica, offereceu-se voluntariamente para substituir a cadeira e continuar a explicar a Theoria Astronomica escripta pelo celebre autor da *Mechanica celeste,* contribuindo grandemente por sua parte para que a escola mathematica da Universidade fôsse considerada e respeitada na Europa. Por espaço de vinte e nove annos exerceu o magisterio, desde 1799 até 1828. N'este anno, por occasião da reacção tentada no Porto a favor da Carta Constitucional e da legitimidade do governo de D. Pedro IV, acceitou da Junta Provisoria, que se estabelecera n'aquella cidade, o cargo de vice-reitor da Universidade. Este facto o obrigou a homisiar-se, por causa dos acontecimentos que sobrevieram, tendo por fim de emigrar para Londres em 1829, para escapar do patibulo. Chegando a Londres em julho d'este anno, D. Pedro IV o recebeu amigavelmente, e o escolheu para mestre de sua filha D. Maria da Gloria, depois rainha D. Maria II. Joaquim Maria d'Andrade, porém, não poude exercer tão elevadas funcções, por causa da dolorosa enfermidade que o accommetteu, obrigando-o a recolher-se ao asylo de Lysson Grove, onde falleceu no anno seguinte, sendo sepultado na egreja catholica Moorfields em 3 d'abril. No *Paquete de Portugal*, jornal portuguez que se publicava em Londres, no n.º 33, de 6 de abril de 1830, vem um epitaphio escripto em latim, o qual está reproduzido no tomo II da *Revista Litteraria,* do Porto, 1838, a pag. 157. Joaquim Maria d'Andrade era socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Escreveu: *Ensaio de Trigonometria spherica, para servir de introducção ao Tractado de Astronomia physica de Briot. Puplicado de ordem da Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1830. Esta obra foi traduzida em francez por Guilherme José Antonio Dias Pegado (*V. este nome)* e publicada em Brest no anno de 1833. Na *Revista Litteraria*, em que já falámos, tomo II, pag. 149 a 157 vem a biographia de Joaquim Maria d'Andrade, escripta por Agostinho Albano, seu discipulo e amigo dedicado e no *Ensaio sobre*

Historia Litteraria de Portugal, a pag. 238, por Freire de Carvalho.

Andrade *(Joaquim Miguel de)*. Major de cavallaria e commandante da guarda real de policia no Rio de Janeiro. Nasceu em 1779, mas ignora-se a terra da sua naturalidade e a data do fallecimento. Regressou a Lisboa em 1821 ou pouco depois. Escreveu e publicou a seguinte obra: *Memorial de official da guarda real da policia de Lisboa, ou epitome de noticias da instituição e organisação progressiva do corpo: ordem interior: policia e disciplina: funcções competentes em que se emprega, ordinarias e extraordinarias: castigos: recompensas: Com um additamento e plano da creação dos soldados guardas-barreiras*, etc. *Extractado de leis organicas, e coordenado systematicamente*, etc. Lisboa, 1824; 8.º de VIII — 177 pag. com varios mappas, modelos, etc., no fim.

Andrade *(Joaquim Navarro de)*. Doutor e lente da faculdade de medicina na Universidade de Coimbra, director e decano da mesma faculdade, director litterario da Academia de Marinha e Commercio da cidade do Porto, deputado eleito ás Côrtes constituintes em 1821, cargo de que se escusou, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. Era natural de Guimarães, e doutorou-se em 20 de julho de 1788. Escreveu: *Distributio Methodica interpretandorum Aphorismorum Hippocrates, superiori jussu, in usos academicos, juxta nosologicam methodum Chirurgiæ praticæ Kenckii, Primarumque linearum Praxeos medicinalis Cullenii, instituta et ordinata, Conimbricæ, 1819*. Foi escripta para servir de compendio na aula que regia, como professor que foi da Universidade por mais de trinta annos; *Carta apologetica e analytica ao redactor do periodico intitulado «O Portuguez»*, impresso em Londres, Lisboa, 1822; *Primarum Linearum Physiologiæ Alberti Haller index, Conimbricæ, 1810; Oratio in exequiis Augustissimæ ac Fidelissimæ uniti Regni ex Portugallia et Brasilia, Algarbiisque Reginæ Mariæ Primæ*, et. Fluvi Januarii, 1818.

Andrade *(Jorge Freire de)*. Juiz de fóra de Coimbra e Campo Maior, ouvidor de Campo de Ourique, provedor d'Elvas, e finalmente desembargador da Casa da Supplicação, vereador do senado de Lisboa, e juiz conservador da Casa da Moeda. Nasceu na villa d'Arruda em 25 de novembro de 1650; falleceu em Lisboa, no dia 15 de março de 1741. Era filho do dr. Antonio Freire de Andrade Encerrabodes, e pae de outro do mesmo nome, que foi perseguido atrozmente pelo marquez de Pombal. Quando entraram em Lisboa o principe D. José, depois el-rei D. José I, e sua esposa a princeza D. Marianna Victoria, pronunciou uma oração congratulatoria, que foi impressa.

Andrade *(Fr. José de)*. Lente de mathematica na Universidade de Coimbra. Nasceu em Lisboa, no anno de 1624; falleceu em 1690. Escreveu: *Tractado dos Epiciclos* e *Tractado sobre o Cometa que appareceu no anno de 1606*.

Andrade *(José Baptista de)*. Almirante, vice-presidente do conselho do almirantado, commandante geral da armada, do conselho de Estado, governador geral do Ambriz e d'Angola, deputado, etc. Nasceu em 27 de março de 1819; falleceu em 26 de fevereiro de 1902. Assentou praça em 13 de setembro de 1833, sendo promovido a guarda-marinha graduado em 30 de novembro de 1839, e a effectivo em 11 de dezembro de 1840. A sua primeira viagem foi a Moçambique e a Gôa. D'um artigo, firmado pelo fallecido official de marinha, Alfredo Maia, inserto no *Diario Illustrado*, de 6 de janeiro de 1880, extrahimos o seguinte, ácerca d'esta viagem: «Ainda não tinha concluido o curso de marinha, aos 15 annos, e já o viamos em 1834 no caminho das Indias orientaes, galgando ligeiro á gavea da *gata* e subir aos *vaus* com a agilidade e alegria, proprias dos verdes annos. Era ali o seu throno mais estavel, em sua mobilidade constante, que o dos imperadores e dos reis; tendo por degraus a bamba enfrechadura da enxarcia e por unico docel a immensa abobada celeste, umas vezes pura e azul, recamada de fulgidas estrellas; outras, pelo contrario, negra e forrada de pardacentas nuvens, que um vento de rajadas arremessa com furia pelo espaço infinito, despejando torrentes de chuva que alaga o mar e o navio. E elle ahi vae. O sextante e a maca; agua á ração e vacca salgada; sem tabaco e sem rancho; com alegria e com esperança; o infinitamente grande no espaço e nas illusões, o infinitamente pequeno no camarote e na despensa; mas tudo esplendido em sua phantasia, tudo admiravel em seus anhelos, tudo heroico em seu patriotismo e brios! No Cabo da Boa Esperança perdeu o leme depois de fortissimo temporal e ali *andou á matróca*, por muitos dias, quasi reduzido á ultima extremidade e vendo morrer, a todos os momentos, os seus camaradas de infortunio, que durante a noite eram sepultados no mar. Poucos terão um noviciado tão tetrico e nem muitos resistiriam á tentação de se refugiarem no mais alto pinaculo do Himalaya, onde nem mesmo as aguas de um novo diluvio pudessem vir a chegar. Elle não. Costumado ao balanço das vagas, sente enjôos em terra e só vive alegre e satisfeito quando o perigo da tormenta o desafia a uma lucta de Olympo.» Voltou da India em 1838, foi acabar o curso da Escola Polytechnica, tornando depois para o mar, já no posto de segundo-tenente, a que fôra promovido a 19 de setembro de 1844, como immediato do cutter *Andorinha;* em 27 de setembro de 1845, foi elevado a primeiro-tenente, por distincção, e de quadro a 11 de dezembro de 1847. Depois de cinco annos de immediato, passou a commandar o navio, e só pelo desarmamento do cutter é que o nosso tenente o deixou. Mas o seu nome já era conhecido e as suas aptidões fôram successivamente aproveitadas como immediato do brigue *Serra do Pilar*, de que mais tarde foi commandante, passando d'esta commissão ao commando do brigue *Cruzador Corimba* e da polaca *Esperança*. Em tão verdes annos e no posto de tenen-

José Baptista de Andrade

te, poucos terão desempenhado tão importantes logares. O que faz o seu maior elogio e o que mais abrilhanta o começo da sua carreira é a escolha que d'elle fizeram os poderes superiores, nomeando-o governador do Ambriz. Em 16 de maio de 1855 saltou em terra com os seus marinheiros, e não voltou mais á camara da polaca *Esperança*, porque os altos interesses da patria tornavam necessario o sacrificio da sua vida; precisava-se d'um homem de sabedoria e audacia, com abnegação e tino, e a escolha não podia recahir melhor que em Baptista d'Andrade. A nomeação foi feita por portaria do governo da provincia d'Angola em data de 31 de maio de 1855, confirmada depois pelo decreto de 27 de setembro do mesmo anno. Desde então, a carreira do bravo official foi uma serie de trabalhos e glorias, em diversas operações intentadas para debellar e castigar a revolta de varios regulos indigenas. Do modo como se houve n'este governo, fala o decreto de 6 d'outubro de 1857, que o nomeou official da ordem da Torre e Espada, em attenção aos seus elevados serviços. Por decreto de 19 d'abril de 1858, foi promovido a capitão tenente, por *distincção no campo da batalha*, contando a antiguidade de 8 de setembro do anno anterior, em que se dera o maior e mais importante ataque aos sóbas rebeldes do districto de Ambriz. Tendo pedido autorisação para regressar ao reino, findos os tres annos de governo, se continuassem os seus padecimentos, foi-lhe deferida a supplica *em consideração á maneira distincta como se tinha desempenhado d'esta commissão*. Mas, em vez de descanço, Baptista d'Andrade teve, em convalescença, de partir para Engunde, no Bembe, e por tal fórma se portou no ataque aos pretos revoltosos, que novamente foi louvado com as forças do seu commando. Na situação em que se encontrava o Ambriz, era muito difficil a escolha d'um governador, e talvez impossivel, no momento, da substituição, e por isso, apesar da junta de saude o mandar recolher á patria com seis mezes de licença, foi elle reconduzido por mais tres annos, em attenção aos seus serviços. Em 1859, por decreto de 24 de março, deixou o districto e foi autorisado a acceitar a superintendencia das minas do Bembe, por um anno, com a obrigação de determinar as latitudes e longitudes das minas e de Mossamedes, bem como dos caminhos para ellas. Precisando sahir da provincia o governador Coelho do Amaral, e não convindo entregar a administração ao conselho governativo, foi nomeado Baptista d'Andrade para o substituir. Chamado ao commando em chefe de todas as forças em operações na expedição ao norte do rio Dande, na defeza de Bembe em 1860, em attenção, diz a portaria, ao seu distincto merito, *reconhecida aptidão, comprovada valentia e coragem*, juntas com a sua muita prudencia e conselho, cedeu generosamente a quantia com que o gratificavam, impondo a condição de ser distribuida por todos os officiaes que o seguissem. Por ter conseguido o fim principal da commissão do Dande e por motivo de doença, solicitou a exoneração do commando em que se achava investido. Regressou finalmente á patria, sendo já capitão de fragata, a que fôra promovido por decreto de 21 de setembro de 1860. Para descançar tomou o commando da corveta *D. Estephania*, em 6 de setembro de 1861, e onze mezes depois foi nomeado governador geral d'Angola, por decreto de 11 d'agosto de 1862, sendo tambem promovido a capitão de mar e guerra por decreto de 11 d'agosto de 1863, sem prejuizo dos officiaes mais antigos, entrando para o quadro a 13 de maio de 1868. Percorreu então o norte da provincia d'Angola, desde o Dande até ao Zaire, desde o Bembe até S. Salvador do Mundo, consolidando o nosso dominio e affirmando o nosso prestigio. Do seu governo basta dizer que lançou os fundamentos da prosperidade relativa, que se nota em Angola, e que a moral, tão fortemente abalada nas repartições do estado e nas casernas do exercito africano, foi custosamente restabelecida com o esforço da sua poderosa vontade. Em Angola organisou-se a expedição do Bembe sob o commando do major Theotonio Maria Coelho Borges, que foi em auxilio de Baptista d'Andrade, que, cercado no Bembe pelo gentio aguerrido, se defendeu durante mezes, praticando actos de incontestavel bravura. Em 1865, depois de completar tres annos de governo, pediu a demissão, e veiu ao reino. Passou então ao commando da fragata *D. Fernando*, voltando depois ao da corveta *Estephania*, que tinha deixado quando partira para o governo da provincia d'Angola. Sete annos durou esta commissão, desempenhando sempre todos os serviços que lhe fôram encarregados, sendo alguns tão difficeis, que mereceram os maiores elogios, e outros tão arriscados, que punham em perigo a vida da guarnição inteira. A corveta foi ao isthmo de Suez, em 1869, por occasião da inauguração do canal, representar a nossa bandeira n'aquella festa universal, não chegando, porém, ao seu destino pela grande tempestade que soffreu, devendo-se ao valor, pericia e energia do commandante a salvação de quatrocentas praças. Mais tarde, a revolta da India tomava grande incremento; era urgente um recurso prompto e o governo olhou para a corveta *Estephania* por ser o navio unico que poderia mais brevemente partir. O commandante Baptista d'Andrade era então deputado, mas preferiu abandonar as camaras e a patria para tomar conta d'aquella expedição. Regressando a Portugal, deixou pela segunda vez a corveta *Estephania;* foi promovido por distincção a contra-almirante supranumerario, em 19 de fevereiro de 1872, e do quadro a 20 d'outubro de 1877. Em 1873 as circumstancias em Angola eram graves, os dembos tinham batido as nossas forças, e corria em Lisboa que o governador havia sido morto. O ministro da marinha pensou logo em Baptista d'Andrade, e nomeou-o governador d'Angola e chefe da estação naval. Angola ficou pacificada, e, no fim de tres annos, o notavel official de marinha regressou a Lisboa. Em 14 d'agosto de 1862 recebera a carta de conselho; por carta régia de 8 de janeiro de 1880 foi eleito par do reino vitalicio, tomando posse na respectiva camara a 23 do referido mez e anno. Baptista d'Andrade era ajudante de campo d'el-rei D. Luiz. A 26 de junho de 1889 teve a promoção de vice-almirante; pelo decreto de 15 de fevereiro de 1890, a de commandante geral da armada; primeiro ajudante e chefe da casa militar d'el-rei senhor D. Carlos, por decreto de 24 de abril do referido anno; vice-presidente do conselho do almirantado, por decreto de 17 de agosto de 1892. Foi tambem vogal da junta con-

sultiva do ultramar e vice-presidente da direcção do Instituto Official destinado a dar protecção ás familias dos funccionarios militares e civis, fallecidos no ultramar. Em 1895, por nobilissima distincção, foi promovido a almirante, honra excepcionalissima com que o governo portuguez o agraciou. O almirante Baptista d'Andrade tinha as seguintes condecorações e honrarias: carta de conselho, gran-cruz, commendador, official e cavalleiro das ordens da Torre e Espada e de S. Thiago, gran-cruz da ordem de S. Bento d'Aviz, commendador das ordens da Rosa, do Brazil, de Carlos III de Hespanha, e medalha d'oiro de Africa, concedida por serviços distinctos e assiduos, medalha militar de oiro, da classe de comportamento exemplar. Em 29 de março de 1900 fez parte do conselho d'Estado. No anno de 1886 tambem conduziu de Bordéos a Lisboa a princeza senhora D. Amelia, actual rainha de Portugal, cujo casamento se realisou a 22 de maio d'aquelle anno. O almirante José Baptista d'Andrade foi um verdadeiro heroe, as suas façanhas compõem um glorioso poema de valentia e bravura. Em 1896, achando-se falto de forças e em edade muito avançada, resolveu definitivamente abandonar o serviço activo e dedicar-se á vida privada, descançando das fadigas da sua longa e victoriosa carreira; n'este intuito, pediu a exoneração do cargo de vice-presidente do almirantado. A exoneração foi-lhe concedida pelo decreto, datado de 3 de setembro do referido anno de 1896, em que se lêem estas phrases honrosissimas: «Attendendo ao que me representou o almirante conselheiro José Baptista d'Andrade, chefe da minha casa militar, e tomando em consideração as muitas e repetidas instancias do illustre e venerando almirante, baseadas na sua avançada edade e abatimento de forças, que lhe tornam pesado encargo, a accumulação do serviço da minha casa militar com as elevadas funcções de vice-presidente do conselho do almirantado, e sendo certo que não póde nem deve recusar-se, nem demorar-se por mais tempo, a concessão de relativo descanço a que tem sobejo direito quem, por tão longo tempo e de modo tão brioso, alevantado e patriotico, serviu honrada e dedicadamente o seu paiz e, menos ainda, quando o pedido se fundamenta no natural quebrantamento de forças, tão generosamente gastas em proveito da patria, e com excepcional lustre e perduravel gloria para si e para o nome portuguez, personalisando, pela fórma a mais nobre, as brilhantes qualidades e tradicionaes distincções que exornam e, fidalgamente, caracterisam a armada real: hei por bem, como deferimento ao seu pedido e instancia, conceder ao referido almirante a exoneração do cargo de vice-presidente do conselho do almirantado, alliando ao sentimento de justiça que manda deferir, o sentimento de magua profunda e sincera, pela perda de tão autorisada collaboração no mencionado conselho.»

Andrade *(José Calheiros de Magalhães e).* Lente de mathematica na Academia Real de Marinha e Commercio da cidade do Porto. Natural de Braga e suppõe-se haver cursado a faculdade de medicina na Universidade de Coimbra. Era socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Ignora-se a data do nascimento e do fallecimento, mas ainda vivia em 1826. Escreveu: *Regras das cinco ordens de Architectura, segundo os principios de Vignola, com um ensaio sobre as mesmas ordens, traduzido do francez, e com um augmento de varias reflexões interessantes*, Coimbra, 1787. *Segunda edição*, Lisboa, 1830. Dizem que se publicaram ainda terceira e quarta edição d'esta obra.

Andrade *(José de Coimbra de).* Fidalgo bracarense. Nasceu em Braga a 20 d'agosto de 1684; falleceu a 27 de novembro de 1745. Senhor do morgado de Nossa Senhora da Conceição, chamado vulgarmente *dos Coimbras.* Frequentou a Universidade, onde adquiriu uma certa illustração, que o tornou muito considerado. Quando D. José de Bragança, filho natural de D. João V, tomou posse do arcebispado de Braga em 1742, era José de Coimbra de Andrade o mais velho dos vereadores, e foi elle quem compoz a oração gratulatoria, que se imprimiu na imprensa dos jesuitas, com o seguinte titulo: *Oração na gloriosa entrada e feliz posse do Serenissimo D. José na cidade de Braga, 1742.*

Andrade *(José Francisco de).* Capitão de cavallaria, antigo ajudante de campo do commandante geral das guardas municipaes, cavalleiro da ordem de S. Bento d'Aviz, e condecorado com a medalha de prata e comportamento exemplar. Nasceu em Elvas a 6 de março de 1837. Escreveu: *Carta relatorio ao ill.mo e ex.mo sr. general Luiz Augusto de Almeida Macedo, commandante das guardas municipaes*, Lisboa, 1882, com 15 mappas estatisticos. E' um officio de remessa de diversos e curiosos mappas estatisticos que o auctor elaborou a pedido do general commandante das guardas municipaes, com referencia ao serviço da mesma guarda. Apenas se imprimiram 15 exemplares, que fôram distribuidos pelos officiaes superiores e commandantes das companhias da guarda.

Andrade *(José Homem de).* Pharmaceutico estabelecido em Lisboa, onde nasceu a 24 de novembro de 1658 e falleceu a 17 de maio de 1716. Estudou com muito aproveitamento grammatica, philosophia, theologia e diversas linguas; tornou-se tambem profundo nas sciencias correlativas com a medicina. Exerceu a profissão de boticario, e escreveu varias obras importantes para o estudo da sciencia no seu tempo, das quaes se imprimiram as seguintes: *Apologia pharmaceutica pela verdadeira trituração da jalapa, e dos aromaticos discutientes que entram na composição da Benedicta*, etc., Lisboa, 1691; *Segunda parte apologetica pela trituração da jalapa, e todos os mais medicamentos segundo a ordem dos canones universaes de Messue*, Lisboa, 1692. Consta que ficaram em manuscripto umas *Controversias medicinaes*, tres obras em latim sobre pharmacia e medicina, e uma em hespanhol sobre botanica, intitulado *Ramilhete de plantas.*

Andrade *(José Ignacio de).* Presidente da camara municipal de Lisboa e escriptor distincto. N. nos Açores, ilha de Santa Maria, a 2 de novembro de 1780, f. em Lisboa a 1 de janeiro de 1863. Dedicando-se desde muito novo á vida commercial e maritima, emprehendeu, como capitão de navios, viagens á India e á China, realisando-se a ultima em 1835, d'onde voltou a Portugal dois annos depois, em 1837. Foi eleito vereador da camara municipal de Lisboa, servindo de presidente no biennio de 1838 e 1839. Exerceu tambem o cargo de director do banco de Por

tugal, tendo já sido director do mesmo banco, antes da nova organisação, então chamado banco de Lisboa. José de Andrade dedicava-se tambem á litteratura, e as suas viagens, o conhecimento que tinha dos paizes orientaes, fôram que principalmente lhe forneceram assumpto para as suas lucubrações litterarias. Escreveu: *Memoria sobre a destruição dos piratas da China, e o desembarque dos inglezes na cidade de Macau, e sua retirada*, Lisboa, 1835. Dizem ser sua uma outra *Memoria* sobre o mesmo assumpto, publicada anonyma no tomo II, n.º 4, da *Mnemosine Lusitana*, 1817; *Biographia de Rodrigo Ferreira da Costa*. Sahiu com o poema de Helvecio, *A Ventura*, traduzido pelo mesmo Rodrigo, de quem José Ignacio de Andrade era amigo intimo, e mandou fazer uma edição, em 1835, em homenagem á sua memoria, para com ella brindar os seus amigos; *Discurso do Presidente da Camara Municipal de Lisboa, no acto do encerramento da vereação de 1838, e investidura da que entrou em exercicio no anno de 1839*. Sahiu na *Synopse dos actos administrativos da Camara Municipal de Lisboa de 1838*, de pag. 36 a 51; *Cartas escriptas da India e da China, nos annos de 1815 a 1835, a sua mulher D. Maria Gertrudes de Andrade*, Lisboa, 1843, 2 tomos com doze retratos lithographados. A primeira edição era notavel pela sua elegancia, e não foi posta á venda, porém sim distribuida pelo autor entre amigos e mais pessoas a quem desejou obsequiar. Com autorisação do autor, fez-se segunda edição, que em nada desmereceu da primeira, com additamentos e correcções feitas por José Ignacio d'Andrade. No fim do 2.º tomo vem algumas poesias encomiasticas da obra. Traz tambem doze retratos lithographados, em que além de varias personagens chinezas, figuram os de José Ignacio d'Andrade, sua mulher, e dos seus amigos Domingos Antonio de Sequeira e Rodrigo Ferreira da Costa. N'esta obra conseguiu o autor apresentar um quadro interessante, bem que resumido, descriptivo da historia civil e politica da China, de suas leis, costumes, religião, etc., acompanhando tudo de reflexões eruditas e muitas vezes judiciosas. José Ignacio d'Andrade tambem imprimiu em 1851 umas cartas que lhe dirigiram, cuja edição só foi feita para obsequiar os seus amigos, não se expondo exemplar algum á venda. Tinha por titulo: *Epistolas offerecidas ao sr. José Ignacio de Andrade*, por seus amigos J. M. da Costa e Silva, F. A. Martins Bastos e J. Martins Alvito.

Andrade *(José Maria de)*. Formado em medicina pela Universidade de Coimbra. Era natural de Cellas, nos arrabaldes da mesma cidade. Cursava o terceiro anno do curso, quando publicou: *Regimento da proscripta Inquisição de Portugal, ordenado pelo Inquisidor geral o Cardeal da Cunha, e publicado por José Maria de Andrade*, Coimbra, 1821. Na introducção do editor, entre outras noticias e curiosidades a proposito do assumpto, se transcreve uma sentença dada na inquisição de Coimbra contra a *feiticeira Maria Antonia*, accusada de haver feito *pacto com o diabo!* Esta sentença tambem vem publicada no livro *Cavar em ruinas*, de Camillo Castello Branco, n'um pequeno quadro historico-romantico, *Mephistopheles e Maria Antonia*.

Andrade *(José Maria de)*. Jornalista e escriptor. N. em Lisboa a 29 de fevereiro de 1820, onde morreu a 27 de novembro de 1885. Era filho d'um escrivão, em cujo cartorio trabalhou, passando depois a aprender o officio de ourives de prata, na officina de seu avô, que exercia aquella profissão. Foi para o Pará, onde esteve desde 1836 a 1848; depois em S. Thomé, de 1852 a 1854, e no Rio de Janeiro, de 1858 a 1862; sempre empregado no commercio, desde caixeiro ou escripturario até guarda-livros, sahindo das casas commerciaes, algumas de primeira ordem, por livre vontade, e com attestados muito honrosos. Quando voltou de S. Thomé em 1854, redigiu um jornal, intitulado: *Philemporo*, periodico de instrucção mercantil, 1855 a 1862. Depois de voltar do Rio de Janeiro, publicou uma encyclopedia com o nome de *Kaleidoscopo* (julho a dezembro de 1865). N'esse mesmo anno tambem publicou o folheto *Bancos de avanço para as classes menos abastadas*. Estes escriptos sahiram todos anonymos. José Maria d'Andrade teve parte no relatorio do inquerito á *Companhia União Mercantil*, a cuja commissão pertencia. Collaborou tambem no *Archivo commercial* e no *Diario de Noticias*, assignando os seus artigos.

Andrade *(José Maria de)*. Compositor typographico que pertenceu ao quadro da Imprensa Nacional, e depois ao da imprensa da Academia Real das Sciencias, etc. Escreveu: *D. Maria II a virtuosa. Poema*, Lisboa, 1857. Publicou outras composições em separado, e em varios jornaes litterarios.

Andrade *(José Maria Dantas Pereira de)*. (V. *Dantas Pereira*).

Andrade *(José dos Santos de)*. Bacharel formado na faculdade de canones na Universidade de Coimbra. Viveu no seculo XVII. Foi muito profundo na lição de historia ecclesiastica e secular d'este reino, como na genealogia, o que se prova pelas suas obras que se conservavam manuscriptas na livraria do convento de S. Domingos do Porto, onde Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, a pag. 898 do 2.º vol., diz que as viu. Escreveu: *Recopilação Historial do principio, e Origem do estado religioso e das Sagradas Religioens, que neste Reyno de Portugal propagárão seu Santo, e religioso instituto; Compendio Historial de Espanha, naçoens, que a habitárão, e sua Restauração do tempo dos Godos até Filippe III. de Portugal; Nobiliario Lusitano, Epitome da Nobreza, e Alfabeto das familias portuguezas 1.ª e 2.ª Parte dedicado ao Illustrissimo Senhor D. João de Souza, Arcebispo Primaz; Espelho puro, e clarissimo de exemplares virtudes no qual se podem ver expressadas as Idéas mais primorosas da perfeição Evangelica*.

Andrade *(José Sergio Velloso de)*. Official archivista da camara municipal de Lisboa, e administrador das obras das Aguas Livres, para que foi nomeado a 27 d'outubro de 1851. Suppõe-se que nasceu em 1783; falleceu em outubro de 1864. Publicou um livro intitulado: *Memoria sobre chafarizes, bicas, fontes e poços publicos de Lisboa, Belem e muitos logares do termo. Offerecida á ill.ma Camara Municipal de Lisboa*, Lisboa, 1851. 4.º gr. de 398 pag., acompanhada de mappas e plantas. Esta memoria é abundante de noticias historicas e archeologicas. Foi mandada imprimir á custa e por deliberação da camara municipal, sendo os exemplares entregues ao autor, *para d'elles dispôr como lhe aprouvesse*. No

Diccionario bibliographico, vol. 13.º, pag. 199, diz-se que esta *Memoria* não é de Velloso d'Andrade, mas do archivista seu antecessor, Joaquim Antonio Lucio dos Santos, que tivera primeiro o pensamento de colligir subsidios e documentos, em que foi coadjuvado pelo empregado do archivo Francisco Xavier da Rosa, deixando, quando morreu, a obra quasi completa, que Velloso d'Andrade aproveitou e publicou, ampliando-a com muitos mais conhecimentos que poude obter n'um constante e profundo trabalho de investigação.

Andrade *(José de Sousa)*. Commandante da brigada de artilharia das forças miguelistas, chefe do estado maior do commando geral de artilharia. Nasceu no anno de 1804, em Lisboa, onde tambem falleceu a 21 de setembro de 18›7. Assentou praça no primeiro regimento de artilharia, em 1822, e tres annos depois foi promovido a segundo tenente por ter concluido o curso exigido para ser official d'aquella arma; em julho de 1829 subiu a primeiro tenente; em novembro d'este mesmo anno foi escolhido para ajudante do regimento, e em dezembro de 1831 promovido a capitão. Era commandante da brigada de artilharia das forças miguelistas, quando se deu o combate na Cova da Piedade, em 23 de julho de 1833; n'esse mesmo dia se apresentou ao general duque da Terceira, que logo o encarregou de ir, como parlamentario, intimar o governador do castello d'Almada a que se rendesse. Foi lhe conservado o posto de capitão no exercito constitucional. José de Sousa Andrade tomou parte nas luctas civis até á convenção d'Evora Monte, e, servindo sempre no primeiro regimento, ficou commandando este corpo quando o visconde d'Ourem foi nomeado governador da India. Promovido a coronel e brigadeiro graduado em 1851, passou a exercer o logar de chefe do estado maior do commando geral d'artilharia, em que se conservou até que falleceu.

Andrade *(Julio de)*. Distincto e benemerito cavalheiro, membro e um dos primeiros socios da Sociedade Protectora dos Animaes, de Lisboa. O sr. Andrade é incançavel e desvellado em serviços prestados á humanidade, trabalhando a bem da instrucção do povo, abençoada cruzada, que sempre o tem preoccupado, assim como a protecção aos animaes, que eram victimas, na maior parte, de brutalidades e falta de instrucção dos seus donos e conductores. A'cerca da instrucção popular e do trato dos animaes, o sr. Julio d'Andrade constituiu uma bibliotheca muito util, de que já estão publicados bastantes volumes, todos elles de autores competentissimos, de reconhecido merito nos diversos assumptos que trataram, sendo a tiragem de cada um d'elles de alguns milhares de exemplares. D'estes volumes temos conhecimento de doze, que fôram publicados até 1901, os quaes são: tres de Mrs. Bray, intitulados: *Elementos de moral*, *Physiologia e Hygiene*, e *Deveres para com os animaes*. De cada um d'estes volumes sahiram 4:500 exemplares; um de A. Newsholme e M. S. Scott, chamado *Economia domestica*, com a tiragem de 2:000 exemplares; dois de Samuel Smiles, *Sê honrado* e *O dever*, cada um com a tiragem de 2:000 exemplares; um de Alice Price, *Primeiros passos para a temperança*, com a tiragem de 3:000 exemplares; dois de P. H. Chavasse, *Advertencias ás mulheres casadas* e *Advertencias ás mães*, a 2:000 exemplares cada um; dois do dr. André Wilson, *Doenças infecciosas e maneira de as evitar*, e *Maneira de ter uma casa saudavel*, com 3:000 exemplares cada um; e um de Frederico Treves, *Educação physica*, egualmente com 3:000 exemplares. Todos os volumes d'esta bibliotheca attingem o numero de 35:500, não sendo posto á venda nenhum exemplar, porém sendo mandados traduzir e publicar a expensas do sr. Julio de Andrade, para uso das escolas e da mocidade, sendo distribuidos gratuitamente n'essas casas de educação, e em muitas casas de familia. A' Sociedade Protectora dos Animaes tem tambem prestado grandes serviços. A sociedade inaugurou-se a 23 de novembro de 1875, e em 30 de dezembro seguinte entrou logo para socio o sr. Julio de Andrade; em 22 de julho de 1877 foi eleito vogal da direcção, logar para que foi reconduzido, successivamente, nos annos de 1878 e 1879. Em 25 de junho de 1880 foi eleito thesoureiro, exercendo tambem este cargo nos annos seguintes, desde 1881 até 25 de julho de 1886, em que foi chamado á presidencia da direcção, vaga pelo fallecimento do visconde de Soares Franco, e desde então tem sempre exercido esse honroso cargo. São muito e valiosos os serviços que tem prestado, e a sociedade deve-lhe grandes melhoramentos, e muito mais, por terem sido todos feitos á custa d'aquelle benemerito cavalheiro. Mais de cincoenta baldes fôram collocados ás portas de muitas lojas em diversos pontos da cidade, para servirem de bebedouro aos animaes, e que os lojistas se promptificaram a receber, conservando-os sempre cheios de agua; mandou imprimir mais de 16:000 exemplares de opusculos de propaganda em favor dos bons tratos e protecção aos animaes: a *Guia do cocheiro e carroceiro*; *Para as creanças*; *Ao sexo feminino*; *As touradas*; *Os burros*; *Os passaros*; *Benevolencia para com os animaes*, etc. Estes exemplares fôram tambem entregues á Sociedade que os fez distribuir profusamente. Mandou ainda construir doze marcos fontenarios para pessoas e animaes, de sua propria invenção, de todo o ponto adequados aos ditos fins, e por intermedio da Sociedade os offereceu e entregou á camara municipal de Lisboa, para serem collocados nos logares mais concorridos, e para isso mais apropriados da capital, sendo o primeiro inaugurado em 15 de agosto de 1887 no largo do Corpo Santo. O beneficio de tal modo prestado aos racionaes e irracionaes é da maior importancia. Assim, á sua custa, fez construir o angar de fer o, que se vê no largo do Corpo Santo, para abrigo dos animaes contra o rigor das estações, e tambem a expensas suas, ordenou um carro destinado a levantar e retirar da rua qualquer animal cahido e que por seu pé não possa seguir seu destino. Este carro foi entregue á camara municipal e guarda-se na estação de bombeiros municipaes da rua de D. Carlos. A' Sociedade Protectora dos Animaes do Porto, offereceu o sr. Julio de Andrade dois marcos fontenarios, que tinham sido destinados, um para ser collocado em Xabregas e outro em Campo d'Ourique, onde estiveram durante quatro annos, sem nunca terem agua; por desistencia da camara municipal, é que o sr. Julio de Andrade fez a offerta referida. Do jornal da Sociedade Protectora dos Animaes, *O Zoophilo*, tomou o illustre benemerito mais de quarenta

assignaturas, que manda distribuir gratuitamente pelas bibliothecas municipaes, varias escolas primarias do districto de Lisboa e pelos principaes cafés. Em homenagem ao sr. Julio de Andrade, por proposta d'um dos membros da sociedade, collocou-se o seu retrato na sala das sessões, e por proposta do conselho fiscal, que funccionou no anno economico de 1898 a 1899, foi-lhe conferido o diploma de socio benemerito. O sr. Julio de Andrade foi educado em Italia, onde permaneceu quatro annos successivos, e tem feito diversas viagens ao extrangeiro.

Andrade *(Padre Lucas de).* Prior de Santa Maria dos Anjos em Villa Verde, beneficiado na egreja de S. Nicolau, de Lisboa. Nasceu n'esta cidade, onde tambem falleceu, em edade muito avançada, a 10 d'agosto de 1680. Era filho de Luiz Alvares d'Andrade (V. *este nome*), e de Brites Cabral. Ordenado de presbytero, obteve um beneficio na parochial egreja de S. Nicolau, de Lisboa, sendo depois promovido a capellão da Capella Real, prior da egreja de Nossa Senhora dos Anjos de Villa Verde, do patriarchado de Lisboa, e Protonotario Apostolico. Foi muito versado nos ritos e cerimonias ecclesiasticas, que prescreve o *Ceremonial Romano*, de que deixou numerosas provas; era sempre consultado nas maiores duvidas que se levantavam entre os mestres de cerimonias, e a sua opinião e decisão eram respeitadas como um oraculo. Escreveu: *Manual das ceremonias da Missa Solemne de tres padres, e das Missas dos Defunctos, e das que se devem guardar nas Horas Canonicas que se cantão solemnemente, e das procissões solemnes em que se levar o Santissimo Sacramento*, Lisboa, 1652; *Manual de ceremonias do officio solemne da Semana Sancta, começando de Domingo de Ramos thé á menhãa de Paschoa da Resurreição*, Lisboa, 1653; traz uma estampa representando o Santissimo Sacramento da Eucharistia; *Breve relação do sumptuoso enterro que se fez em 17 de Maio de 1653 ao Serenissimo Principe o Senhor D. Theodosio, desde os Paços de Alcantara ao Real Convento de Belem, onde foy depositado*, Lisboa, 1653; *Breve relação do que sucedeu depois da morte da Serenissima Senhora D. Joanna, Infanta de Portugal*, Lisboa, 1654; *Illustração aos Manuaes da Missa Solemne, e do Officio Solemne da Semana Sancta*, Lisboa, 1660; *Discurso Eucharistico em que prova dever-se dizer Alleluya nas Missas, e Officios, e commemoraçoens, que fazem intra annum como no dia de Corpus Christi excepto a tempore Septuagessimæ ad Sabbatu Sanctum*, Lisboa, 1660; *Eucharisterion, ou de Alleluya*, Lisboa, 1662; sahiu reimpresso com esta obra o *Discurso Eucharistico*, tendo uma apologia contra a critica de um religioso jeronymo; *Theosebia, ou culto, e adoração que se deve a Deus, com as Ceremonias, que se devem guardar no celebrar o Officio Divino*, Lisboa, 1670; alguns exemplares são acompanhados de duas gravuras; *Acções episcopaes tiradas do Pontifical Romano, e Ceremonial dos Bispos com hum breve compendio dos poderes, e privilegios dos Bispos*, Lisboa, 1671; *Visita geral que deve fazer um Prelado no seu Bispado, apontadas as cousas por que deve perguntar, e o que devem preparar os Parochos para a Visita*, Lisboa, 1673; *Advertencias espirituaes para mais agradar a Deus Nosso Senhor com hum exercicio muy proveitoso para depois da Communhão*, Lisboa, 1656; *Segunda edição*, Lisboa, 1670; *Terceira*, Lisboa, 1674; este opusculo foi publicado e addicionado por elle, porém, a traducção é de seu pae. Além das referidas edições, ha outra mais antiga, de 1647, de que Innocencio, no *Diccionario bibliographico*, vol. 5.º, pag. 202, diz possuir um exemplar, o qual tem no verso da pagina do rosto uma pequena gravura em madeira, representando uma alma no purgatorio. Obras em manuscripto: *Vida de seu pae; Tratado do poder e jurisdição dos Parochos; Preferencia da honra a todas as cousas da vida; Conservação da Monarchia no meyo de todas as tempestades; O officio menor de Santa Maria Magdalena; Methodo de huma confição desembaraçada*, traduzido do padre Thomaz Tamborino, da Companhia de Jesus, e addicionado; *Casos repentinos, que costumão succeder aos Parochos na administração dos sacramentos*; todas estas obras estavam promptas para a impressão, como affirma o seu autor no prologo da *Theosebia; Descripção de Guiné, e das varias naçoens, que a povoão, seus Costumes, Leys, Ritos e Ceremonias, Guerras, Armas, Trajes, qualidades dos postos e comercios que nellas se fazem.* Apesar do que se tem escripto desde então, ainda hoje são muito consideradas as obras do padre Lucas d'Andrade, e o seu nome é respeitado entre os ecclesiasticos.

Andrade *(Luiz de).* Fidalgo que acompanhou á India o governador geral Nuno da Cunha, o qual, chegando a Mombaça, o mandou adeante com um navio a annunciar a sua chegada, em 1529. Sendo nomeado, em 1530, governador das Moluccas, Gonçalo Pereira, que devia substituir D. Jorge de Menezes, Luiz d'Andrade acompanhou-o, no exercicio de feitor de Ternate. Gonçalo ia encarregado de prohibir aos portuguezes o commercio do cravo, em que os abusos se tornavam intoleraveis, porque todos queriam enriquecer sem se importarem com os meios. Gonçalo Pereira tinha Luiz d'Andrade na maior consideração; eram, porém, ambos odiados, especialmente Luiz d'Andrade que, no seu logar de feitor, tinha mais directamente a seu cargo as questões financeiras. No entretanto, contra Gonçalo Pereira é que todos conspiravam, querendo demittil-o, para que voltasse novamente D. João de Menezes a occupar o logar de governador. Gonçalo Pereira era energico, e mandou pôr D. João de Menezes a ferros, e assim o remetteu a Cochim, para o governador geral. Os portuguezes, que se julgavam lesados nos seus interesses, continuaram a conspirar, figurando d'um lado os moiros de Ternate, e do outro o proprio vigario da guarnição. Luiz d'Andrade foi sabedor d'esta noticia, que muito o surprehendeu e espantou, correu á fortaleza, que segurou com gente de confiança, e preparando uma pequena força dirigiu-se á povoação para conter os moiros que já andavam insubordinados e completamente indisciplinados. Apesar da conspiração ter sido descoberta ainda a tempo do governador não ser surprehendido a dormir, como os conspiradores haviam planeado, comtudo, Gonçalo Pereira não escapou de ser assassinado. Depois d'esta fatalidade, tratou-se de nomear novo governador, e disputavam o logar entre si Braz Pereira, que era capitão de mar, e Luiz de Andrade, a quem não só competia a successão por disposição regia, mas tambem por legado do fallecido Gonçalo Pereira, que á hora da morte

dissera que lhe entregassem a fortaleza. O revoltosos não queriam nem um nem outro, e elegeram um terceiro pretendente, Vicente da Fonseca, apesar dos protestos de Luiz de Andrade, que muito indignado, antes quiz partir a machado as chaves da fortaleza do que entregal-as. Partiu em seguida para Malaca, a queixar-se ao governador Garcia de Sá, o qual apenas poude fazer em seu favor, não enviar a Vicente da Fonseca o soccorro que este lhe pedira, e mandar Luiz de Andrade expôr as suas queixas ao governador geral das Indias, que tambem nada lhe poude fazer.

Andrade *(Luiz Alvares de)*. V. *Alvares de Andrade.*

Andrade *(Padre Manuel de)*. Jesuita. N. em Coimbra em 1616 e morreu em Lisboa a 15 de janeiro de 1687. Entrou na Companhia de Jesus a 5 de agosto de 1632; ensinou eloquencia, philosophia e theologia moral. Escreveu: *Ignatio, Euristho suo Herculis agones et labores duodecim Alcides Primarius Gymnastes. P. Emmanuel de Andrade Societatis Jesu. D. U. P. C.*, etc., Conimbricæ, 1653. Era professor de rhetorica em Coimbra, quando defendeu estas theses litterarias.

Andrade *(Padre Manuel Brun Pistor e)*. Vigario da egreja de Paião. Escreveu: *Quadros patrioticos,* offerecidos á infanta D. Isabel Maria, regente de Portugal Coimbra, 1827.

Andrade *(Manuel Carlos de)*. Picador da «Picaria Real de Sua Magestade Fidelissima». Escreveu: *Luz da Liberal e nobre arte da cavallaria; offerecida ao Senhor D. João, Principe do Brazil. Parte I e II,* Lisboa, 17..0, na *Regia Offic. Typographica,* in-fol. A obra é illustrada com 93 estampas, entre as quaes se vê o retrato do Principe Real. As estampas fôram abertas a talho doce pelo gravador portuguez Joaquim Carneiro da Silva. Esta edição foi mandada fazer por ordem da rainha D. Maria I, sendo a tiragem de mil exemplares, dos quaes se entregaram oitocentos ao autor, ficando duzentos para serem postos á venda. Ha quem supponha que o marquez de Marialva, D. Pedro de Alcantara Menezes Coutinho, estribeiro-mór da Casa Real, fôra quem escrevera esta obra, e Andrade só collocara o seu nome no frontispicio, por ser essa a vontade do marquez. Parece, porém, que não ha nada averiguado a este respeito. No *Jornal do Commercio,* de 28 de setembro de 1859, vem uma carta ou artigo, assignado por João Carlos Feio, em que esta opinião se apresenta como verdadeira.

Andrade *(Manuel Freire de)*. Fidalgo portuguez. N. em Alhandra e falleceu em 1686. Viveu quasi sempre em Madrid, onde foi conhecido como primoroso poeta. Escreveu uma comedia intitulada: *Verse y tenerse,* que é uma das celebres comedias do reportorio hespanhol do seculo XVII. Foi impressa em Madrid, em 1670.

Andrade *(Manuel Freire de)*. Coronel dos regimentos da Beira, Algarve e Peniche, etc. N. em Villa Viçosa. Era filho de Bernardim Freire de Andrade. Seguindo a carreira das armas, foi promovido a capitão, e depois a coronel dos regimentos da Beira, Algarve e Peniche, passando depois a brigadeiro no anno de 1735. Foi governador da praça d'Olivença. Escreveu um livro, intitulado: *Postilla militar,* em que estudava a arte dos cercos, mas o qual nunca se imprimiu.

Andrade *(D. Mariana Angelica de)*. Distincta poetisa. Nasceu na Casa Branca, concelho de Souzel, a 14 de maio de 1840, falleceu em Lisboa, a 14 de novembro de 1882. Era filha de Francisco Serrano, pertencente á familia do celebrado poeta Curvo Semedo (1766-1838), que na Arcadia teve o cognome pastoril de *Belmiro Transtagano.* Veiu para Setubal ainda muito creança, e ahi foi educada. Aos quatorze annos estreou-se como poetisa, demonstrando n'essas primicias talento e brilhantismo. Redigiu a *Gazeta Setubalense* e collaborou na *Voz feminina* e em outras folhas de Lisboa, Coimbra e Porto, sempre na parte litteraria ou noticiosa. D. Mariana Angelica de Andrade tornou-se uma distincta poetisa, recebendo pela imprensa os applausos de Castilho, Gomes de Amorim, Julio Cesar Machado, Xavier Cordeiro, e de muitos outros escriptores. Em 1870 publicou o seu primeiro livro de versos, *Murmurios do Sado,* prefaciado pelo dr. Candido de Figueiredo, então ainda estudante de Coimbra. Vê-se no proemio, a proposito d'este livro: «Não se diga que os preceitos da arte cederam á naturalidade do canto. Se n'uma obra poetica os homens da philosophia da arte exigirem imaginação rica, sensibilidade viva, juizo seguro, expressão forte, sentimento musical, de tudo isto acharão alguma cousa n'este formoso livro.» A illustre poetisa casou no anno de 1874 com o sr. dr. Candido de Figueiredo, distincto poeta, escriptor e jornalista, actualmente um dos redactores do *Diario de Noticias,* de Lisboa. Em 1882 publicou outro volume de versos, *Reverberos do Poente;* mas, acabando de revêr as provas typographicas, falleceu em novembro d'aquelle mesmo anno. Este segundo livro foi enthusiasticamente prefaciado pelo notavel escriptor e poeta Francisco Gomes de Amorim. A edição fez-se no Porto, pelo editor Joaquim Antonio Leitão, em 1883. O livro traz o retrato da autora. O *Diario Illustrado* de 6 de março de 1883, ao dar a noticia do apparecimento d'este livro, escreveu algumas phrases de critica affectuosa e justa, de que transcrevemos as seguintes: «Este livro, que é todo de amor e benções, representa a herança que duas creancinhas receberam do coração amantissimo de sua mãe estremecida, que se partiu do mundo deixando-lhes este adeus que se representa tambem por uma lição de affectos intimos, queridos, que se expandem suavissimos no templo da familia. D. Mariana Angelica de Andrade possuia o sentimento que se espraia em poesia; não a arte genial que faz versos soberbos, poderosos de talento. Era aquella a sua feição; nem ella queria outra, antes procurava esquivar-se ás influencias das assimilações realistas que fórmam a atmosphera do nosso meio litterario. Estas poesias, que escreveu ao aproximar-se da morte, são da

D. Mariana Angelica de Andrade

mesma qualidade das que ella lançou enthusiasmada á larga publicidade quando se iniciou na associação das letras. São poesias de um coração de mãe, como hontem eram poesias do sentimento de uma mulher. Na sua vida litteraria houve um grande periodo de silencio; mas ao resurgir o seu espirito mostra a antiga inspiração do amor, da amisade, da caridade, das flôres, da saudade, de tudo quanto é nobre, affectuoso e intimo.» D. Mariana Angelica de Andrade deixou inéditos muitos versos, contos, artigos de critica, phantasias e outros trechos litterarios, dos quaes só se publicou em 1883, no segundo anniversario do seu fallecimento, uma comedia intitulada. *As esporas do alferes.*

Andrade *(Mathias de).* Religioso da Congregação do Oratorio. Nasceu em Castello Rodrigo e viveu no seculo XVIII. Era filho de Salvador de Barros de Araujo e de Maria Andrade. Estudou philosophia na Congregação do Oratorio de Freixo de Espada á Cinta, e theologia na Universidade de Coimbra. Vestiu a roupeta de S. Filippe Nery a 26 de maio de 1707, na Congregação onde estudara philosophia. Leccionou na Congregação de Braga as sciencias escolasticas. Tres vezes exerceu o logar de Preposito com summa prudencia e affabilidade. A instrucção que tinha da erudição sagrada e profana bem a manifestou nas suas obras: *Filho instruido pelo melhor Pay,* Salamanca, 1732; *Paz interior, Triduo ditoso, Dialogo entre hum velho solitario, e hum mancebo estudante,* Lisboa, 1734; *Vida de Santa Maria Magdalena; Verdades sonhadas introduzidas na phantasia do mundo adormecido*; *Guerra interior; Tratado para conduzir a alma á estreita união com Deus, e para a conservar, e perfeiçoar no mesmo amor.* E' traducção do italiano para portuguez. Estas obras dizem-se manuscriptas.

Andrade *(Miguel Joaquim de).* Major de cavallaria, no seculo XVIII. Escreveu um *Memorial de Official da Guarda Real da Policia de Lisboa.*

Andrade *(Nicolau de).* Um dos mais energicos officiaes de Affonso de Albuquerque, commandante d'um bergantim tripulado exclusivamente por grilhetas na expedição que partiu de Socotorá em 1508 para a conquista d'Ormuz.

Andrade *(Nuno Freire de).* Irmão de Bernardim Freire d'Andrade, assassinado em Braga. Foi o 1.º conde de Camarido. *V. este titulo.*

Andrade *(Paulo Gonçalves de).* Poeta portuguez, que floresceu nos reinados dos Filippes II e III, de Portugal, ignorando-se, comtudo, as datas do seu nascimento e fallecimento, assim como a sua profissão. Apenas consta que era natural de Lisboa. Escreveu: *Varias poesias,* Lisboa, 1629. Houve outra edição, *dedicadas a Francisco de Faria Severim,* Coimbra, 1658. Todos os criticos falam com louvor e distincção de Paulo Gonçalves de Andrade.

Andrade *(Pedro Nicolau).* Natural de Lisboa; suppõe-se ter nascido nos ultimos annos do seculo XVII. Traduziu do hespanhol a obra de Pedro de Ribadeneyra: *Historia ecclesiastica do scisma do Reino de Inglaterra, na qual se tratão as cousas mais notaveis, que sucederão naquelle Reino tocante á nossa Santa Religião, desde que principiou até á morte da Rainha de Escocia, 1732.* Está em manuscripto.

Andrade *(Pedro de Noronha).* Natural de Lisboa. Viveu no seculo XVII e era descendente de familia nobre. Cultivou a poesia, em que foi muito festejado pelos poetas do seu tempo, Antonio Figueiredo Durão, Manuel de Galhegos e Jacintho Cordeiro. Compoz varios versos de que se podiam formar um volume, mas sómente se fizeram publicos no *Certame do Conde de Linhares,* dois *sonetos,* que são os 17 e 22. *Soneto* em louvor das *Rimas varias* de Vicente Gusmão Soares, Lisboa, 1630. Deixou a seguinte obra em prosa, e em manuscripto: *Commentaria in Thebaidam Statii Papinii.*

Andrade *(Philotheio Pereira de).* Escriptor e jornalista. Natural de S. Thomé, do concelho de Salsete, India portugueza, onde nasceu a 10 de fevereiro de 1864. Era filho primogenito de Amaral Ignacio Piedade Pereira de Andrade, facultativo pela escola medico-cirurgica de Nova Gôa, fallecido em 1881, e de D. Anna Clarina Pudiciana Pereira, ambos de nobres familias indianas. Com alguns estudos feitos no real seminario de Rachol, passou os exames de direito, e obteve provisão de advogado para a comarca de Damão, mais tarde apostillada para a das ilhas, mas não frequenta o foro. Pereira de Andrade tem occupado algumas commissões de serviço publico. Foi vogal da Junta Geral da Provincia, pelo concelho de Salsete, 1899-1900; associado provincial da Academia Real das Sciencias de Lisboa; socio correspondente do Instituto Geographico e Historico da Bahia; socio correspondente da Sociedade Nacional dos Antiquarios de França; membro titular, da primeira classe, da Academia Mont-Real de Toulouse, França, e um dos seus delegados na India; membro da B. B. Royal Asiatic Society; socio ordinario da Sociedade de Geographia de Lisboa; socio correspondente da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes de Lisboa, e delegado correspondente da Sociedade Academica Indo-Chineza de França. Tem sido collaborador dos semanarios indianos *Discussão* e *India Portugueza.* Além de varios artigos insertos em outros jornaes, publicou o seguinte: *Padre Francisco Caetano Sant' Anna e Costa,* esboço biographico, Margão, 1883; *Introducção ao Estudo de Jurisprudencia Portugueza, notas a lapis,* Margão, 1887. E' uma verdadeira collecção de apontamentos, como confessa o seu autor, ordenados por uma fórma concisa; *Martinho Antonio Menezes,* elogio funebre, Margão, 1890; *Os santos martyres de Cuncolim, subsidios para a historia de sua vida,* Margão, 1894. E' uma succinta narração do glorioso martyrio; traz tambem o Breve da beatificação e noticia das festas de commemoração, em extractos. E' uma memoria illustrada com muito interessantes notas; *Estudos criticos das épocas do serviço postal da India Portugueza,* marcadas pelo sr. José Antonio Ismael Gracias, Nova Gôa, 1895. E' uma collecção de cartas em que estes dois escriptores ventilaram renhidamente a questão da época do serviço do correio na India Portugueza; *Paginas da Pedra da India Portugueza,* precedidas d'uma breve introducção historica. Parte I, fasciculo I, Margão, 1896. E' uma contribuição para o quarto centenario do descobrimento do caminho maritimo para a India. Segue depois um trabalho epigraphico cheio de notas elucidativas; *Padre Antonio Gomes,* estudo bibliographico, biographico, epigraphico, historico e critico, Bastorá, 1897. Este trabalho é cheio de informações historicas

de largo interesse, principalmente sobre a origem e successos da Christandade do Canará; *A inercia da materia*, ensaio philosophico, Bastorá, 1898; *Documentos konkanis*, para a historia de Gôa, Bastorá, 1898. E' outra contribuição para o quarto centenario do descobrimento do caminho maritimo para a India. Consta que tem outro escripto ainda não publicado, com o titulo de: *Vasco da Gama e os soberanos orientaes - Ensaio historico diplomatico.*

Andrade *(Raphael Jacome Lopes de)*. Governador geral da India, do Timor e Moçambique, etc. Nasceu em Lisboa a 1 d'outubro de 1851; falleceu a 26 de julho de 1900. Era filho do commendador Raphael José Lopes de Andrade, um veterano que prestou relevantes serviços á causa da liberdade, acompanhando D. Pedro IV nas luctas liberaes, servindo o logar de consul geral em Gibraltar, depois de estabelecido definitivamente o systema constitucional, logar em que estava reformado quando falleceu. Raphael Jacome Lopes d'Andrade completou os preparativos para a sua matricula na Escola Polytechnica, em 1868. Assentou praça como aspirante extraordinario de marinha em 18 de outubro do mesmo anno, foi promovido a guarda-marinha em 1871, a segundo-tenente em 1875, a primeiro-tenente em 1884, a capitão-tenente em 1890 e a capitão de fragata em 1895. Embarcou successivamente até 1888. Muito distincto e estudioso, marinheiro destemido, passou perto de trinta annos no serviço da patria, sendo por vezes encarregado de diversas commissões do governo do ultramar, em cujo desempenho se houve sempre com dignidade e distincção. Commandou o transporte *Africa*, a canhoneira *Rio Lima*, e interinamente o vapor *Tejo*. Quando commandou a *Rio Lima*, o seu nome impôz-se por completo; indo n'esta canhoneira em viagem de Macau para Timor, fez prodigios de valentia não abandonando o seu logar, continuando durante dois dias e duas noites a dirigir a faina dos seus homens, no meio d'um horroroso temporal, apesar de se vêr com uma perna partida, por causa d'uma vaga que o atirára contra a amurada. Em 1881, sendo ainda segundo-tenente, seguia no *Africa* para a estação de Macau. A bordo tambem ia o primeiro batalhão do ultramar, para render em Macau o segundo batalhão. Nos mares do Oriente, n'uma madrugada, a tripulação acordou sobresaltada aos gritos de: «Orça! orça! Estamos sobre terra!» O official de quarto tinha-se enganado, e o *Africa* dirigia-se a todo o vapor para uns baixios. Raphael d'Andrade, que por acaso estava na coberta, déra pelo erro da derrota, e fôra quem soltára aquellas vozes de commando. O navio orçou e salvou-se do

Raphael Jacome Lopes de Andrade

naufragio infallivel. Os soldados e os marinheiros que iam a bordo, nunca mais se esqueceram do nome do valoroso segundo-tenente, que lhes salvára a vida. Raphael d'Andrade foi nomeado governador de Timor, depois da viagem na canhoneira *Rio Lima*. A situação era difficil, porque aquella possessão andava revoltada, mas o seu bom governo conseguiu apasiguar os animos e restabelecer a paz. Em seguida foi nomeado governador de Moçambique, onde foi alvo de grandes opposições pelas medidas energicas que tomou para reprimir os grandes abusos que ali foi encontrar. Contra elle se levantou então uma campanha de descredito, de que sahiu são e salvo, como sempre. Por esse tempo, a guerra com os macanjas, em que se portou briosamente, valeu-lhe a commenda da ordem da Torre e Espada. Depois teve a nomeação de governador geral da India, onde tambem soffreu grandes opposições, pelas mesmas razões que se tinham dado em Moçambique, porque o seu caracter honesto não lhe consentia tolerar abusos. Em 1895 succediam-se as guerras no ultramar, e o governo, precisando mandar mais forças militares para a provincia de Moçambique, deu ordem ao governador geral da India para d'ali serem mandadas, como em outras occasiões acontecera; d'esta vez, porém, houve insubordinações da parte dos marathas, com o pretexto de lhe terem faltado ao que d'outras vezes lhes haviam promettido. Foi esta a versão que correu no reino ácerca da insubordinação. A noticia de não terem querido partir para Moçambique perto de quatrocentos marathas, conforme as ordens do governo da metropole, causou a maior impressão pela sua gravidade. Comtudo, parece que a causa da revolta não era sómente a partida para Moçambique, mas o facto é que a questão se tornára muito séria na India, e o governador geral, então o visconde de Villa Nova d'Ourem, via-se sem sufficientes recursos para fazer entrar na ordem os indisciplinados. O governo da metropole tratou de dar providencias promptas, organisando immediatamente uma expedição militar para ir em auxilio da India. Essa expedição era composta de duas companhias de guerra de infantaria 3, na força de 444 praças e 11 officiaes; com a companhia de cavallaria 3, na força de 70 praças e 4 officiaes; uma secção de artilharia de montanha, na força de 40 praças, 1 official e 10 muares; pessoal de serviço de saude e de administração militar. Em cinco dias se aprомptou a expedição, a qual era commandada pelo senhor infante D. Affonso, então tenente-coronel honorario de artilharia, embarcando a bordo do vapor *Zaire*. A esta força do exercito reuniu-se uma esquadrilha de guerra, que o governo mandou juntar no mar da India, sob o commando do sr. Ferreira do Amaral. Raphael Lopes d'Andrade fôra nomeado governador geral da India, para substituir o visconde de Villa Nova d'Ourem, que regressou ao reino. No dia 20 do já citado mez e anno, partiu de Brindisi para Bombaim o vapor que havia de conduzir á India o novo governador, o qual ali chegou nos primeiros dias de novembro seguinte. O governo lembrára-se de Raphael d'Andrade, por ser um dos officiaes mais energicos e decididos da nossa marinha de guerra. Ao voltar da India, Raphael d'Andrade casou com uma senhora estrangeira, e fixou a sua resi-

dencia em Cintra, onde falleceu repentinamente em julho de 1900, conforme dissémos. A sua morte causou profunda impressão, por ser um distincto e brioso official da nossa armada, e contar apenas 49 annos de edade incompletos. Os seus maiores serviços fôram prestados no ultramar; na Europa foi instructor da Escola Pratica de Artilharia Naval, secretario da commissão encarregada de formular um projecto de reforma das tabellas de sobresalentes, vogal da commissão de cartographia e adjunto no commando geral da armada, etc. Ajudante de campo honorario d'el rei senhor D. Carlos, por nomeação de 28 de julho de 1894. Tinha o officialato de Aviz e as commendas das ordens de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa e da Torre e Espada; a medalha militar de prata por bons serviços no ultramar, grau de cavalleiro das ordens de Christo, Conceição e Aviz, a medalha de comportamento exemplar, etc.

Andrade *(D. Rita Clara Freire de).* Senhora do seculo XVIII, natural de Bilrete, no concelho de Salvaterra de Magos, onde nasceu em 1758. Foi casada com Bartholomeu Cordovil de Sequeira e Mello, professor de grammatica latina na villa de Algodres. D. Rita de Andrade traduziu em verso rimado a *Arte poetica de Q. Horacio Flacco,* cuja traducção se publicou em Coimbra, 1781. Ha quem attribua este trabalho a seu marido, e outros querem que fôsse feito pelo bedel da Universidade, Antonio Isidoro dos Santos. A traducção consta de 856 versos; foi esta a terceira que se imprimiu em portuguez, sendo a primeira a de Candido Lusitano, e a segunda a de Miguel do Couto Guerreiro. A traducção que se diz ser de D. Rita d'Andrade, fôsse feita por quem fôsse, o que é facto é que mereceu ser louvada pelos entendidos. A. L. Seabra, na sua traducção das *Satyras e Epistolas,* de Horacio, tomo II, pag. 278, fala a este respeito nos seguintes termos, que nós copiamos do *Diccionario bibliographico,* pag. 164, do 7.º volume: «Esta traducção tem bastante merecimento, tem animação e espirito poetico; mas desgraçadamente é forçado o traductor a sacrificar ao futil tonilho da rima os pensamentos do autor, ora supprimindo, ora accrescentando idéas que o desfiguram. Se Cordovil se não tivesse manietado com a rima, ter-nos-ia dado uma excellente traducção da *Arte poetica.* Assim mesmo é superior a todas as outras.»

Andrade *(Romualdo José de).* Constructor naval. Sabe-se que em 1783 construiu na Ribeira da Villa de Barcellos, no Brazil, por ordem do governador e capitão-general do Estado, João Pereira Caldas, duas canoas artilheiras.

Andrade *(Ruy Freire de).* Official no exercito da India no tempo do governador D. Jeronymo de Azevedo, quando reinava em Portugal, com o nome de Filippe II, Filippe III de Hespanha. Em 1617 fôram-nos tomada á traição por Abas-Khan a fortaleza de Karanjá nas proximidades de Chaul, sendo assassinado o governador Balthazar Rebello. Não tardámos a retomal-a, e Ruy Freire de Andrade, percorrendo victorioso aquelles mares, destroçou Abas-Khan, e desafrontou Damão. Não tardou em que tivesse de militar em empreza mais grave. O schah Abas da Persia, resentido com o governo hespanhol, acceitou a alliança que os inglezes lhe offereciam, e deliberou tomar Ormuz. Para proteger esta cidade, o governo hespanhol mandou construir uma boa fortaleza na ilha de Kischnuich ou Queixome, como lhe chamam os nossos chronistas, fortaleza que perfeitamente cobria Ormuz contra a Persia. Para esse fim, partiu de Lisboa em 1619 Ruy Freire de Andrade com dois galeões, tres urcas e mais de 600 soldados. Reinava ainda Filippe III, e era governador da India Fernando de Albuquerque, militar já cançado, mas experiente, que não approvou a idéa. A fortaleza construiu-se, e em março de 1620, Ruy Freire de Andrade, que para isso recebera ordem, não permittiu a navegação do mar Vermelho e do Golpho Persico aos navios inglezes que vinham comprar seda ao seu novo alliado o schah da Persia. Este soberano irritou-se por vêr interceptado o commercio dos seus subditos com os inglezes, e que nós iamos construir sem mais nem mais uma fortaleza em Kischnuich ou Queixome, que era territorio persa. Dispôz-se logo á guerra, em que os inglezes o auxiliaram. Ao começo, as vantagens fôram todas para Freire d'Andrade, que se defendia valentemente em torno de Ormuz. O soberano da Persia, além dos inglezes, tambem se alliara com os arabes e tomara Doba e Julfar, que abasteciam Ormuz de mantimentos e agua; porém Ruy d'Andrade abrazou toda a costa, e queimou ou metteu a pique mais de quatrocentos navios. Ruy Freire d'Andrade fazia prodigios, mas não podia multiplicar-se, e teve de recolher-se á fortaleza, que fundára, quando o Khan de Schiraz enviou um dos seus generaes, Abdul Khan, cercar a ilha com vinte e cinco mil soldados. Corria o anno de 1622, e era D. Francisco de Souza o governador d'Ormuz. Ruy Freire de Andrade teve de luctar com a má vontade do governador da India, que lhe enviou recursos muito fracos, e além d'isso desertaram-lhe dois capitães, dizendo-se aggravados, para assim desculparem a sua cobardia. Comtudo, Ruy de Andrade não desanimou. Não havia assalto que não encontrasse os nossos dispostos a repellil-o, e ao mesmo tempo poucas noites se passavam sem que o arraial dos sitiadores despertasse em desordem para se defender das sortidas dos portuguezes. A defeza de Queixome, se foi menos feliz, não foi menos heroica que as celebradas defezas de praças no tempo da nossa gloria. Queixome sustentou-se nove mezes. Os soccorros de Gôa não chegavam, e comtudo Ruy d'Andrade não desanimava. A morte de D. Francisco de Sousa, governador de Ormuz, foi o primeiro prenuncio do proximo desastre. Simão de Mello, que o substituiu, era invejoso e vaidoso, introduziu a discordia nos conselhos, onde sempre reinara a união, apressando assim a ruina de todos. Desamparou Ruy Freire de Andrade, sem pensar que, se cahisse Kischnuich, Ormuz não tardaria tambem a perder-se. Entretanto Abdul-Khan redobrava os assaltos, era sempre repellido com perdas consideraveis, mas que ainda assim facilmente reparava, ao passo que as da guarnição, por pequenas que fôssem, eram irreparaveis. Um engenheiro inglez, que dirigiu os trabalhos do assedio, não tardou a arrasar com o fogo bem dirigido das suas baterias as muralhas da fortaleza, de modo que os portuguezes, cercados de ruinas, combatiam já quasi em campo aberto. Era impossivel continuar a defeza que durara perto de nove mezes, desde

junho de 1622 até fevereiro de 1623. Ruy Freire de Andrade é que não estava resolvido a render-se, e queria legar ao mundo um grande exemplo, sepultando-se debaixo das ruinas da fortaleza. Impediram-n'o de realisar este projecto os capitães e os soldados, que julgaram ter cumprido largamente o seu dever praticando prodigios de valor, que os proprios adversarios admiravam. Ruy Freire d'Andrade, porém, chegara verdadeiramente a esse estado de exaltação que se póde chamar a loucura do heroismo, e foi a despeito da sua indignação que os defensores da fortaleza desmantelada acceitaram a capitulação que os inglezes offereciam e que não podia ser mais honrosa; foi uma brilhante homenagem prestada por generosos e heroicos vencedores ao sobrehumano heroismo dos vencidos. A guarnição da fortaleza sahiu com as honras da guerra, passando para Ormuz de bandeiras desfraldadas, com os tambores rufando, morrões accesos, e balas na bocca dos canhões. Só Ruy d'Andrade é que ficou prisioneiro de guerra. Os inglezes que o receberam a bordo de uma nau, tratando-o com extremos de cortezia, não queriam que elle fôsse repetir para Ormuz as inclitas façanhas de Queixome. Acolheram-n'o, porém, como quem sabe apreciar e respeitar o valor nos adversarios. Ormuz seguiu logo na queda a fortaleza de Queixome. Ruy Freire de Andrade foi resgatado do captiveiro, e poucos annos depois, sendo governador da India o conde da Vidigueira, ainda se fez sentir o valor do incançavel militar, correndo sobre duas frotas hollandezas, que tinham ido cercar Bombaim, que era ainda possessão portugueza. As frotas fôram destroçadas completamente, uma nau queimada, e a fortaleza ficou liberta. Em 1663, a esquadra commandada por Freire de Andrade, foi procurar vingar na costa da Persia e da Arabia as derrotas que soffreramos. Era então governador da India o conde de Linhares. N'um combate que se travou em Mascate, Ruy Freire d'Andrade cahiu morto, como um heroe, ainda encarando o inimigo.

Andrade *(Sebastião da Costa)*. Conego magistral da Sé d'Evora. Natural de Lisboa, mas ignora-se a data do nascimento. Falleceu em Evora a 3 de junho de 1612. Era filho de Antonio da Costa de Andrade, e de D. Maria de Novaes. Estudou theologia na Universidade de Coimbra, e depois de se doutorar foi admittido no collegio real de S. Paulo a 7 de julho de 1597. Teve vasta noticia das escripturas e dos santos padres, e era considerado como um dos celebres prégadores do seu tempo. Foi conego magistral da sé d'Evora, commissario da Bulla n'este arcebispado, e d'elle governador por morte do arcebispo D. Alexandre de Bragança. Recusou o bispado de Cabo Verde. O arcebispo D. Theotonio de Bragança o nomeou seu testamenteiro conjunctamente com seu sobrinho D. Francisco d'Almeida, D. João de Bragança e o prior da Cartuxa, para que estando ausentes os dois primeiros, elle com o prior executassem as clausulas do testamento. Sebastião da Costa Andrade falleceu em 1612, como se disse, e foi sepultado na capella do Sacramento da sé d'Evora. Escreveu: *Quæstionarium variæ Theologiæ ad explicationem Bullæ Cruciatæ*, Eboræ, 1606; *Officia propria Ecclesiæ Eborensis*, Eboræ, 1607. Estes officios fôram compostos por ordem do arcebispo D. Alexandre e do seu cabido, como consta de duas cartas que ambos escreveram ao pontifice. Diz a primeira, a do arcebispo: *Doctor Sebastianus à Costa de Andrade vir, & litteris, & moribus præstamtissimus, & Magistralis nostræ Canonicus insignis.* A segunda, a do cabido, diz: *Provincia hæc Doctori Theologi Sebastianõ à Costa de Andrade Canonico Magistrali hujus Ecclesiæ viro in divinis litteris versatissimo demandata est.*; *Commentaria in Threnos & Orationem Jeremiæ prophetæ*. Lugduni, 1609; *Sermão nas Exequias da Rainha D. Margarida de Austria celebradas na Santa Sé de Evora em 19 dezembro de 1611*, Lisboa, 1611; *Sermão do Auto da Fé, celebrado em Evora a 19 de Fevereiro de 1612*, ficou em manuscripto, assim como as seguintes obras: *Exposição sobre hum Psalmo; Questoens moraes sobre cousas tocantes á Irmandade da Misericordia, de que foi irmão em Evora no anno de 1602; Tratado sobre se he bem, que na procissão que a Misericordia faz por dia de Todos os Santos para trazer os Ossos dos Enforcados se leve o Crucificio da Confraria*; *Le bono mortis*, que deixou imperfeito.

Andrade *(Simão de)*. Fidalgo que militou na India no tempo dos sete primeiros governadores, e que nas discordias entre D. Francisco d'Almeida e Affonso de Albuquerque tomou o partido do vice-rei, assim como seu irmão, Fernão Peres de Andrade (V *este nome)*. Ambos, porém, se reconciliaram pouco depois com Affonso d'Albuquerque, e ambos se encontraram na infeliz expedição de Calicut, na tomada de Gôa, e na retirada d'esta cidade, quando os indios a retomaram. Simão d'Andrade era um dos officiaes mais valentes que militaram na India, mas tambem um dos mais insubordinados. Tanto elle como o irmão se revoltaram contra as medidas severas que Affonso d'Albuquerque havia tomado para acabar com a libertinagem e devassidão que em grande escala se davam a bordo, e Simão d'Andrade tambem entrou no motim que se levantou quando o governador mandou enforcar um fidalgo por continuar a zombar das suas ordens. O motim foi reprimido severamente, e Simão d'Andrade rehabilitou-se dando cada vez mais provas de valentia, tanto na segunda tomada de Gôa, como na de Malaca, onde tambem esteve seu irmão Fernão d'Andrade, sendo sempre incumbido de missões perigosas, e onde ficou gravemente ferido. Na volta de Malaca veiu commandando um junco, e sendo surprehendido por uma terrivel tempestade, naufragou, assim como a nau *Affonso d'Albuquerque;* corrido pelo vendaval, foi encalhar nas ilhas Maldivas. A prova do muito valor de Simão d'Andrade é que Affonso d'Albuquerque nunca deixou de o levar comsigo em todas as expedições que emprehendeu, e de o collocar nos postos mais importantes, apesar d'elle ser sempre manifestamente um dos chefes de opposição do grande governador. Foi assim que esteve em Adem, commandou depois um dos navios da esquadra que Albuquerque enviou ao mar Roxo, e era um dos capitães que sempre o acompanhou em todas as contingencias da tomada d'Ormuz, e na viagem do seu regresso á India, em que falleceu na barra de Gôa. Pela morte do notavel conquistador dos estados indianos, Simão d'Andrade apressou-se a participar pessoalmente a triste noticia ao novo governador, Lopo Soares de Albergaria, e este o mandou para Ormuz com um commando importante. Em Ormuz, Simão d'An-

drade mostrou a sua natural indole opposicionista, promovendo logo graves desintelligencias com o governador da fortaleza, D. Aleixo de Menezes, o qual o mandou prender, enviando-o depois para Gôa. Lopo Soares d'Albergaria achou razão a D. Aleixo, o que indignou altamente Simão d'Andrade; conseguindo, porém, conter-se, disfarçou o seu despeito, e acompanhou Albergaria a Ceylão, depois a Djeddah na Arabia, mas na tomada d'esta cidade, não podendo refrear o seu genio irrequieto e insubordinado, disse duas insolencias ao governador, do que resultou ser novamente preso. Simão d'Andrade pediu que o deixassem ir para a China, que acabava de ser descoberta, e o governador concedeu-lhe licença da melhor vontade. Então, n'essas terras riquissimas do extremo Oriente, povoadas de gente timida e fraca, Simão d'Andrade achou meio de enriquecer, e quando voltou á India vinha riquissimo. Em Gôa encontrou então como governador D. Duarte de Menezes, e não lhe foi difficil obter o governo de Chaul, apesar de ser preciso atropellar direitos adquiridos. Em Chaul viveu como um potentado oriental, hospedando com toda a magnificencia os capitães portuguezes que lá iam, e o proprio governador que tinha muita predilecção por aquelles banquetes. D. Duarte de Menezes era um funccionario venal, um dos peiores que tem havido no governo da India, e quando chegou a Lisboa a noticia das suas vergonhosas proezas, foi logo nomeado o conde da Vidigueira, D. Vasco da Gama, para o substituir, levando ordem de reparar todas as irregularidades por elle praticadas. Uma das primeiras cousas, a que o governador procedeu, foi demittir Simão d'Andrade, o qual, ainda assim, não voltou logo ao reino, porque mais tarde acompanhou o governador Henrique de Menezes na gloriosa empresa de Calicut, e no descerco de Cananor, portando-se como sempre valorosamente. Afinal, depois de residir na India mais de vinte annos, regressou á metropole, onde morreu. Tinha casado por procuração com uma filha natural de D. Duarte de Menezes.

Andrade *(Vicente Navarro de)*. Doutor em medicina pela Universidade de Coimbra, onde se doutorou a 13 de fevereiro de 1803, 1.º barão de Inhemorim no Brazil, medico da Real Camara, etc. Era natural de Guimarães, filho de Sebastião Navarro de Andrade e irmão do dr. Joaquim Navarro de Andrade (V. *este nome)*. Escreveu: *Plano de organisação de uma Eschola Medico-cirurgica, que por ordem de S. A. R. o Principe Regente, traçou e escreveu*, etc., Rio de Janeiro, 1811.

Andrade. Casal na freg. de S. Pedro, de Alhadas, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Monte na freg. de Santa Maria, conc. de Extremoz, distr. d'Evora. || Quinta na freg. de S. Miguel, de Ribeira de Frades, conc. e distr. de Coimbra. || Quintal na freg. de Santa Cruz, conc. do Barreiro, distr. de Lisboa. || Bairro na freg. dos Anjos, da cidade de Lisboa.

Andrade e Albuquerque *(Caetano de)*. V. *Bettencourt*.

Andrade Barreto *(José de)*. Natural de Lisboa, filho de Manuel de Andrade Barreto, cantor da Capella Real, e de Paschoa de Meza, e irmão de fr. Lucas de Santa Catharina, chronista da ordem de S. Domingos, e academico da Academia Real. Foi muito instruido nas letras humanas e na lição da historia profana, como na poesia, por cujos dotes mereceu ser um dos celebres alumnos da *Academia dos Anonymos*, instituida em Lisboa, onde entre outras obras com que acreditou o seu nome, se fez publico nos *Progressos Academicos* da mesma Academia, a pag. 306, a oração, que recitou, sendo o argumento: *O Arcebispo de Braga D. Lourenço que recebendo na batalha de Aljubarrota uma cutilada no rosto, vendo depois uma estatua sua sem ella, elle lh'a fez com huma espada dizendo que só com aquelle sinal ficava bem retratado.*

Andrade Barroco *(Fr. Placido)*. Frade da congregação da ordem terceira de S. Francisco. N. em Lisboa a 5 d'outubro de 1750, onde tambem falleceu, no convento de Jesus, a 10 de fevereiro de 1813. Professou a 7 de junho de 1771. Exerceu o magisterio na mesma ordem de S. Francisco por alguns annos, e foi definidor, chronista, e ministro geral da ordem, eleito no capitulo de 16 de maio de 1807. Era irmão de Sebastião José Ferreira Barroco, distincto poeta (V. *Barroco)*. Escreveu: *Sonetos ao casamento do Conde da Redinha*, Lisboa, 1775; *Sacrificio de Melchisedech: poema dramatico em louvor do Sanctissimo Sacramento*, Lisboa, 1779. Sem o nome do autor; *Dissertação sobre a origem das vestes sagradas na lei da graça*, Lisboa, 1791; *Horas christãs, para uso da igreja de Beja*, Lisboa, 1794; *Summa da Theologia moral de Jacob Besombes, traduzida em portuguez*, Lisboa, 1791, 4 tomos; *Summa da Theologia moral de Fr. Fulgencio Cuniliate, traduzida em portuguez*, Lisboa, 1799, 6 tomos; *Ode, soneto e epigrammas por occasião da solemne inauguração da estatua d'el-rei D. José I.* Sahiram na *Academia celebrada pelos religiosos da Ordem Terceira de S. Francisco*, etc. (V. *Academia)*. Na livraria do convento de Jesus existiam manuscriptas algumas obras de Fr. Placido de Andrade Barroco, em prosa e em verso, a cujo respeito póde ler-se Fr. Vicente Salgado, no *Catalogo* tambem manuscripto, dos *Escriptores de Terceira Ordem*. O bispo de Beja, D. Fr. Manuel do Cenaculo Villas Boas, que foi seu amigo e protector, nos *Cuidados Litterarios*, a pag. 394, transcreve a traducção por elle feita em verso do psalmo 59.

Andrade Caminha *(Pedro de)*. Natural do Porto, filho de João Caminha, védor da casa da infanta D. Isabel, depois imperatriz da Allemanha, e de D. Filippa de Sousa. Foi camareiro de D. Duarte, irmão d'el-rei D. João III, que muito o estimava pelo seu grande talento, especialmente na poesia vulgar que lhe mereceu os elogios dos maiores poetas seus contemporaneos, como eram Diogo Bernardes, o dr. Antonio Ferreira, Petrus Sanchez, etc. Andrade Caminha foi casado com D. Paschoela Coutinho, dama da rainha D. Catharina, dotada de grande juizo, de cujos sentenciosos ditos se conservava um livro na Bibliotheca do Chantre d'Evora, Manuel de Severim de Faria. Falleceu em Villa Viçosa, no anno de 1594. Compoz varias poesias, das quaes D. Antonio Alvares da Cunha, guarda-mór da Torre do Tombo, conservava um volume manuscripto na sua livraria. Na *Relação do solemne recebimento, que se fez em Lisboa ás Santas Reliquias, que se leváram á Igreja de S. Roque*, Lisboa, 1588, estão as seguintes poesias: *Outava ás Santas Reliquias*, fol. 118, *Soneto ao mesmo assumpto*, fol. 119, tres *Poemas*

em diverso metro ao dito assumpto, fol. 119 a 121, *Soneto ao Santo Lenho*, fol. 131, outro a *N. Senhora*, fol. 135, outro aos *Apostolos*, outro aos *Martyres*, fol. 166, outro aos *Confessores*, fol. 168, outro ás *Virgens*, fol. 169. Dois *sonetos* á *Elegiada* de Luiz Pereira; *soneto* em louvor da *Austriada*, de Jeronymo Corte Real; *Epigramma* portuguez em applauso do segundo cerco de Diu, escripto poeticamente por Jeronymo Corte Real; *Ecloga entre dois Segadores Falconio e Sylvano dirigida ao Senhor D. Duarte*; *Ecloga entre Androgeo e Serrano; Nigralamio*, epithalamio joco-serio no casamento de Diogo Mendes, preto da casa do duque Bragança, com uma moça branca da mesma casa, em manuscripto; *Commentarios da Historia de Arzilla no tempo do governo de Antonio da Silveira*, tambem em manuscripto.

Andrade Corvo *(João de)*. Commendador da ordem de Christo, lente da Escola Polytechnica, ministro de Estado, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa. poeta e escriptor distincto, etc. Nasceu em Torres Novas a 30 de janeiro de 1824, falleceu em Lisboa a 16 de fevereiro de 1890. Era filho d'um antigo official de cavallaria ao serviço das idéas realistas. Em 1834, no desenlace das luctas fratricidas, em que o partido constitucional ficou vencedor, era ainda Andrade Corvo uma creança de dez annos apenas, vivendo em Torres Novas na companhia de seu pae, que, apesar de professar idéas absolutistas, era incapaz de causar o menor mal aos que seguiam o partido contrario. Conta um dos biographos de Andrade Corvo que o distincto estadista conservára sempre uma recordação tristissima da infancia. O lar domestico, até ali tranquillo e descuidado, fôra testemunha da violencia e desvairamento do partido que ainda então era vencedor. Crente no abrigo, tido por seguro, da casa d'um realista, a ella se acolheu um pobre constitucional acossado pela furia partidaria de uns milicianos. As portas, que sobre o pobre fugitivo se fecharam, são arrombadas; invadido o santuario da familia e escarnecidas as leis da hospitalidade! O perseguido poude evadir se, mas as suas supplicas e as lagrimas que derramava ficaram para sempre gravadas na memoria de Andrade Corvo, como um protesto contra a exaltação e ebriedade das facções. «E' desde esse dia, confessava elle, que nasceu no meu espirito um odio invencivel para as violencias politicas, e uma antipathia violenta contra o partido de D. Miguel, a que pertencia toda a minha familia.» Dias depois de se passar esta scena, entrava em Torres Novas a divisão commandada pelo marquez de Saldanha, e o pae de Andrade Corvo partia á frente da cavallaria de Chaves a reunir-se em Santarem ao grosso das forças do exercito realista, não sem primeiro ter tentado a sorte das armas, batendo-se braço a braço nas ruas de Torres Novas, com os lanceiros da divisão constitucional. A convenção d'Evora Monte, pondo termo á guerra civil, trouxe para Lisboa toda a familia de Andrade Corvo, e o general Nuno Augusto de Brito Taborda, irmão de sua mãe, encarregou-se bondosamente da educação do seu joven sobrinho. Foi a este tio, como Andrade Corvo declarava, a quem elle devia a educação e a brilhante vida publica que teve. O futuro estadista seguiu os cursos de instrucção secundaria e mais tarde os das escolas especiaes. Os estudos preparatorios fôram feitos com irregularidade, e a propria familia perdera completamente a esperança de o vêr progredir. Passou a aperfeiçoar-se no latim com o antigo professor Ferrea Aragão, autor dramatico de pouco valor. Estudou depois em S. João Nepomuceno philosophia com o distincto professor Xavier, que a um caracter sério e verdadeiramente paternal, juntava um methodo de ensino ao alcance dos discipulos, e, apesar de ser um encyclopedista de lei, a consciencia dos seus deveres profissionaes moderava-lhe sempre o impeto da palavra e o desabafo irreflectido das proprias crenças. Teve tambem em creança um professor de musica, chamado Pereira, e no Collegio Militar, onde egualmente esteve, estudou a lingua ingleza com um professor propriamente inglez. Aos quinze annos, em 1839, entrou Andrade Corvo para a Escola Polytechnica, tendo por companheiros Latino Coelho, Fradesso da Silveira, José Horta e o conde de Almoster, filho do marechal Saldanha Com tão boa camaradagem sentia-se outro nos bancos das novas escolas que se propunha a cursar. Fez um curso brilhante, foi premiado durante cinco annos em todas as cadeiras de sciencias naturaes. Nas mathematicas não obteve premios, mas foi tambem um estudante muito acima do vulgar. Tendo completado estes estudos, concorreu, em 1844, ao logar de substituto, que vagára, da terceira cadeira de botanica, de que era proprietario o professor José Maria Grande, na mesma época em que Latino Coelho alcançára a cadeira de geologia, e Fradesso da Silveira a de physica. O acto foi brilhantissimo, e João d'Andrade Corvo teve a nomeação de lente substituto da nona cadeira, quando ainda estava cursando as aulas da Escola do Exercito, em que concluiu o curso de engenharia, sendo tambem premiado, e as da Escola de Medicina, onde, por mera curiosidade, completou o curso respectivo. Começou a sua carreira militar em outubro de 1843, contando dezenove annos de edade, seguindo a arma de engenharia pela sua elevada classificação militar. Foi já official do exercito e lente da Escola que João de Andrade Corvo principiou a dedicar-se á poesia, e os seus primeiros ensaios poeticos mereceram a honra dos conselhos e emendas de Almeida Garrett, homem que na phrase popular não costumava despender cêra com ruins defuntos. Esta primeira animação, vinda da parte d'um juiz tão competente, enthusiasmou o joven poeta, e, juntamente com outros rapazes formou uma associação com o titulo de *Sociedade Escolastica Phylomatica*, a que por muito tempo pertenceram Rebello da Silva, Thomaz de Carvalho, Daniel Augusto da Silva, Latino Coelho, Lobo d'Avila, Silva Tullio, Mendes Leal, Lopes de

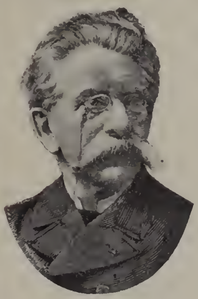
João de Andrade Corvo

Mendonça, Ribeiro de Sá, Luiz Augusto Palmeirim e muitos outros; o presidente honorario era o cardeal patriarcha Fr. Francisco de S. Luiz, e associados honorarios Garrett, Antonio Feliciano de Castilho, Alexandre Herculano, Silvestre Pinheiro, visconde de Santarem e Sá da Bandeira. A sociedade tinha um semanario seu, chamado o *Cosmorama*, e era um dever de honra, um empenho de todos os associados, encher-lhe as oito paginas. Influido pelos triumphos que no velho theatro da Rua dos Condes alcançava Garrett com o drama *Um Auto de Gil Vicente*, e Mendes Leal com *Os dois renegados*, Andrade Corvo quiz tambem escrever para o theatro, e apresentou o drama *D. Maria Telles*, que o publico recebeu muito bem, applaudindo-o phreneticamente. Por esse tempo, e cursando ainda a Escola do Exercito, começou a escrever um poema dramatico e phantastico, intitulado *D. Gil*, modelado pelos poemas *Fausto* e *Manfredo*, que depois corrigiu e ampliou, chegando a completal-o; e tendo grande affeição áquelle seu trabalho, dizia elle, nunca tivera coragem de o publicar. Escreveu em seguida os dramas *O astrologo*, em 5 actos, e *O alliciador*, em 3 actos, que mais tarde se representaram no theatro de D. Maria, e a chistosa e elegante comedia em 3 actos *Um conto ao serão*, que se representou tambem no referido theatro, obtendo brilhante successo. Em 1847 entrou no jornalismo politico, e collaborou por algum tempo no jornal *A Epoca*, entregando-se ainda assim mais á litteratura e á sciencia do que á politica. Além dos artigos politicos, publicou em 1849 um folheto, intitulado *Falou a opposição;* pelo menos attribuiu-se-lhe esse protesto contra o manifesto que a opposição então lançára. Em 1850 escreveu para os seus alumnos uma *Botanica elementar*, que imprimiu. Collaborou na *Revista Universal*, onde começou a publicar o seu romance mais notavel *Um anno na côrte*, nos *Annaes das sciencias e artes*, no *Mosaico*, *Revista contemporanea*, em que publicou poesias firmadas com o pseudonymo de *Sophia da Soledade*. João de Andrade Corvo tambem pagou largamente o seu tributo á mocidade; era um dos companheiros do marquez de Niza, na famosa *Sociedade do delirio*, mas, ao contrario do que succedia aos membros d'aquella sociedade, sabia ligar o trabalho com o prazer, não deixando nunca de aperfeiçoar e de cultivar o espirito. A sua vida publica foi brilhantissima, tornando-se um notavel estadista e um profundo homem de sciencia. Quando se fundou o Instituto Agricola, escolheram-n'o para professor d'uma das cadeiras; entregou-se então dedicadamente aos estudos especiaes da agricultura. Em 1852 a Academia das Sciencias chamou-o ao seu gremio, e deu-lhe logo o espinhoso mas honroso encargo de ir estudar o mal das vinhas na ilha da Madeira, sobre o qual escreveu em 1855 uma *Memoria sobre a mangra ou doença das vinhas nas ilhas da Madeira e de Porto Santo*. N'esse mesmo anno foi nomeado vogal da commissão portugueza da exposição de Paris, e escreveu um relatorio especial sobre a agricultura na exposição; em 1859 publicou artigos diversos sobre agricultura no *Jornal do Commercio*, e sobre instrumentos agricolas no *Archivo Universal*. Em 1864 o governo nomeou-o, conjunctamente com o marquez de Niza e o conde de Casal Ribeiro, para uma commissão encarregada de apresentar um projecto de lei sobre commercio de cereaes ao conselho de commercio, agricultura e industria. Esse projecto e o seu relatorio fôram redigidos por Andrade Corvo. A primeira vez que se apresentou na camara dos deputados, sendo eleito por Idanha-a-Nova, foi na legislatura que começou em 30 de junho de 1865, e a primeira vez que tomou parte nos conselhos da corôa, foi em 1866, no gabinete presidido por Joaquim Antonio de Aguiar, para se encarregar da pasta do ministerio das obras publicas, sendo nomeado por decreto de 6 de junho. O conde de Castro havia sahido do ministerio, onde occupava aquella pasta, sendo substituido pelo conde de Casal Ribeiro, que era ministro dos negocios estrangeiros, o qual, depois de ter accumulado durante anno e meio as duas pastas, desistiu da das obras publicas, para que foi então convidado Andrade Corvo. Na camara dos deputados já o illustre parlamentar havia mostrado quanto valia, pronunciando nas sessões de 9, 10 e 11 de abril de 1866 um magnifico discurso ácerca da instrucção publica, discurso que se imprimiu em separado. Como ministro, mostrou-se tambem um administrador de elevada intelligencia e de rara e fecunda iniciativa. A agricultura deveu-lhe cuidadosa attenção; animou a industria, fundou o credito agricola de tão alta vantagem para a lavoura, que infelizmente não poude desenvolver-se e radicar-se como elle estipulava, pela negligencia com que esse assumpto foi tratado. E' a Andrade Corvo que se deve a lei que mandou proceder á construcção dos caminhos de ferro do Minho e Douro, que tem sido uma fonte de amplos rendimentos para o thesouro. Teve de luctar com as diversas difficuldades provenientes da companhia do caminho de ferro do sueste. Sobre este assumpto escreveu em 1868, depois de sahir do ministerio com os seus collegas, no dia 4 de janeiro d'esse anno, o interessante folheto: *A questão do caminho de ferro do sueste*. Em 1867 tinha feito uma conferencia na Real Associação de Agricultura, conferencia que sahiu impressa. A queda do ministerio em 1868, fôra resultado do movimento da Janeirinha, e Andrade Corvo só voltou á camara em 1869, sendo eleito deputado pelo circulo de Soure, na camara, que principiou a funccionar a 26 d'abril d'esse anno, e que foi dissolvida a 20 de janeiro de 1870, assim como a que se lhe seguiu, em consequencia do golpe de estado de 19 do mez de maio seguinte. A 31 d'esse mesmo mez e anno foi nomeado par do reino, tomando posse na respectiva camara a 21 d'outubro. Ainda n'este anno publicou o notavel folheto politico, intitulado: *Perigos*. Ao ministerio dos cem dias, presidido pelo marechal duque de Saldanha, succedeu um ministerio de transição presidido pelo marquez de Sá da Bandeira, e depois o gabinete formado pelo marquez d'Avila, o qual se recompoz no principio de 1871, e que cahiu na camara legando o poder a Fontes Pereira de Mello, que, a 13 de setembro do referido anno, formou novo gabinete, para que foi convidado João d'Andrade Corvo como ministro dos estrangeiros. Entrou n'esse gabinete, gerindo os negocios de marinha e ultramar, o sr. conselheiro Jayme Moniz, mas em 19 de novembro de 1872 sahiu do ministerio, e Andrade Corvo ficou encarregado d'aquella pasta, que accumulou com a dos estrangeiros N'este

anno publicou um romance contemporaneo, *O sentimentalismo*, obra digna de apreço, mas inferior ao *Anno na côrte*. Em 1873 apresentou na camara o *Livro branco*, relativo ao anno de 1872. N'elle estão descriptos os negocios internacionaes no periodo em que Andrade Corvo geriu exclusivamente a pasta dos negocios estrangeiros. Em 1875 publicou o *Relatorio da sua administração ultramarina e naval*. N'este ministerio tambem se tornou notavel; foi elle quem comprou o couraçado *Vasco da Gama*, e novos navios dos mais modernos systemas; procedeu á montagem de machinas no Arsenal e na Cordoaria; á reorganisação do corpo de marinheiros, á creação d'um regimento ou legião do ultramar, á pacificação das colonias; foi elle quem contratou uma linha de vapores para estabelecer communicações regulares e seguidas entre Lisboa, Gôa e Moçâmbique; quem contratou a navegação do Quanza, quem empregou maior influencia para a abolição da escravatura nas nossas colonias africanas, e do trafico dos *coolis* chinezes pela cidade de Macau; foi elle, finalmente, quem lançou em Africa as expedições de obras publicas, que deram grande impulso ás nossas provincias ultramarinas, não só porque inauguravam obras importantes, mas porque enviavam a essas regiões, consideradas outr'ora como essencialmente mortiferas, homens de verdadeira sciencia, quebrando assim o funesto encanto que vedava aos portuguezes o accesso ás nossas colonias africanas. Andrade Corvo tambem celebrou com a Inglaterra o tratado da India, contra o qual tanto se falou, mas que fez rapidamente d'um paiz arruinado uma colonia relativamente florescente; o tratado que habilitou o governo portuguez a construir o caminho de ferro de Mormugão; lançou as bases para o tratado de Lourenço Marques, que não foi feliz. O ministerio regenerador demittira-se em 1877 e fôra substituido por um gabinete organisado pelo marquez d'Avila. Em maio de 1878 subira novamente ao poder o partido regenerador, ficando Andrade Corvo com a pasta dos estrangeiros, e foi durante a sua gerencia n'esta pasta, que negociou os dois tratados com a Inglaterra ácerca da India e de Lourenço Marques. Este ministerio durou pouco tempo, por ter subido ao poder o partido progressista em maio de 1879. Andrade Corvo entregou-se novamente aos seus estudos scientificos e litterarios. Em 1875 tinha publicado o *Livro do lavrador*. Depois, sendo encarregado pela Academia Real das Sciencias de publicar o *Roteiro da viagem que D. João de Castro fez a primeira vez que foi á India, no anno de 1538*, que se conservava inédito, publicou-o, enriquecendo o com muitas notas elucidativas, e preparava trabalhos importantes sobre este assumpto. No fim de dois annos demittiu-se o ministerio progressista e voltou ao poder o partido regenerador. Andrade Corvo recusou-se a tomar parte no gabinete, e foi então a Madrid, e depois a Paris, como enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. Entretanto, a instancias do sr. Jayme Arthur da Costa Pinto, escrevia uma serie de folhetos agricolas e de instrucção popular, elaborando ao mesmo tempo os seus magnificos *Estudos ultramarinos*, de que fôra encarregado pela Academia. Quando voltou de Madrid já vinha bastante doente, e em Paris acabou de arruinar a saude. A sua robusta intelligencia começou a declinar sensivelmente, a palavra, antes tão facil e fluente, começou a enlear-se e a embaraçar-se. Em fevereiro de 1886, quando se demittiu o ministerio regenerador, Andrade Corvo achava se em Lisboa com licença, e assistiu a um jantar offerecido por Fontes Pereira de Mello, em que todos lhes notaram uma situação physica deveras deploravel. Sendo vice-presidente da camara dos pares, era Andrade Corvo quem presidia ás sessões, quando Fontes Pereira de Mello, que era o presidente, estava no ministerio; mas em 1886 já se sentia, não só incapaz de presidir, mas de tomar sequer a palavra. Assistia silencioso a todas as discussões, e nas conferencias a que era chamado, limitava-se a emittir o seu voto sem o fundamentar. Pouco depois de subir ao poder o partido progressista, Andrade Corvo foi demittido do elevado cargo de ministro plenipotenciario, sendo nomeado para o substituir o conde de Valbom. Andrade Corvo veiu então para Lisboa, e esteve dirigindo nominalmente a Escola Polytechnica, em que soffreu o seu ultimo desgosto que talvez concorresse para lhe abreviar a existencia, porque sobrevindo a questão ingleza e o ultimatum de 11 de janeiro de 1890, e querendo os estudantes fazer comicios e reuniões no edificio da Escola, que o governo entendeu não dever consentir, Andrade Corvo, ou quem em seu nome governava, prohibiu essas manifestações, e os estudantes lembraram-se de pedir ao governo que o demittisse. O governo, como era de esperar, não attendeu ao extranho pedido, mas se Andrade Corvo ainda teve consciencia do que se passava, com certeza devia amargural-o bastante, e o seu estado melindroso de saude devia resentir-se; o facto é que falleceu em fevereiro seguinte. Andrade Corvo era coronel de engenharia, do conselho de Sua Magestade, par do reino, socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e pertenceu a outras corporações scientificas e litterarias nacionaes e estrangeiras. Era cavalleiro d'Aviz, e tinha a gran-cruz da ordem de S. Thiago, do merito scientifico, litterario e artistico, e a commenda das ordens de S. Mauricio e de S. Lazaro, de Italia.

Andrade Corvo *(Obras de)*. *Um anno na côrte*, Lisboa, typ. da *Revista Universal Lisbonense*, 1850-1851, 4 tomos em 8.º Esta obra é um dos nossos romances historicos mais interessantes. Tem tido diversas edições; *Nem tudo que luz é oiro*, proverbio em um acto, Lisboa, na imprensa da *Epoca*, 1849. Sahiu tambem no jornal d'este titulo; *O alliciador*, drama em 3 actos. Sahiu no *Archivo universal*, tomo I, em 1859; *O astrologo*, drama em 5 actos, inserto no dito jornal, tomo I e continuado no tomo II. Estes dois dramas publicaram-se depois juntos, n'um volume; *Memoria sobre a mangra, ou doença das vinhas, nas ilhas da Madeira e Porto Santo*, Lisboa, na Academia Real das Sciencias, 1855, e no tomo I, parte 2.ª das *Memorias da Academia* (nova serie, classe 1.ª); *Relatorio sobre a Exposição Universal de Paris — Agricultura*, Lisboa, Impr. Nacional, 1857; *Revistas extrangeiras*, artigos publicados com este titulo em diversos numeros dos *Annaes das Sciencias e das Letras*, tomo I e II, 1.ª classe, ácerca das recentes descobertas, e dos melhoramentos introduzidos nas sciencias nos paizes mais cultos da Europa; Varios artigos e algumas poe-

sias lyricas, insertas na *Revista Universal Lisbonense*, tomo VII; Poesias avulsamente impressas no *Mosaico*, tomo III; Artigos ácerca de agricultura, publicados em varios numeros do *Jornal do Commercio*, em março e abril de 1859; artigos sobre sciencias, artes e litteratura, insertos na *Epoca*, em 1848 e 1849; *Falou a opposição*, Lisboa, na typ. da *Revista Universal Lisbonense*, 1849. E' lhe attribuido este opusculo, em que o autor censura o manifesto publicado pela opposição; *Botanica elementar escripta para uso dos alumnos de introducção á historia natural*, Lisboa, na typ. da *Revista Universal Lisbonense*, 1850; *Instrumentos e machinas para a lavoura*. Sahiu no *Archivo Universal*, tomo II, 1859, em varios numeros successivos; *Relatorio e projecto de lei sobre o commercio de cereaes, apresentados ao conselho do commercio, industria e agricultura, pela commissão composta de José Maria do Casal Ribeiro, marquez de Niza, e do relator João de Andrade Corvo*, Lisboa, Imp. Nacional, 1864; *Instrucção publica. Discurso pronunciado nas sessões de 9, 10 e 11 de abril de 1866 na camara dos senhores deputados ácerca da instrucção publica em Portugal*, Lisboa, typ. Franco Portugueza, 1866. Veiu no *Diario da camara dos senhores deputados* d'aquella epoca legislativa, e foi transcripto em muitos jornaes, entre elles o *Bracharense*, de maio do referido anno; *Conferencia feita na Real Associação Central da Agricultura Portugueza*, Lisboa, typ. Universal, 1867. E' o 1.º numero ou fasciculo d'uma publicação intitulada *Conferencias agricolas*, publicadas pela referida associação; *A questão do caminho de ferro do sueste*, Lisboa, typ. Portugueza, 1868; *Perigos*, Lisboa, typ. Universal, 1870. E' uma publicação anti-iberica. Comprehende considerações geraes ácerca do futuro de Portugal, suscitadas pelo presente, e respeitantes á conservação da sua autonomia e independencia no futuro; *O livro do lavrador dedicado aos agricultores de Portugal, do Brazil e das colonias*, Lisboa, typ. Universal, 1875. Este opusculo é o primeiro d'uma serie destinada á divulgação de assumptos agricolas; contém quatro tratados, divididos em capitulos: 1.º *Chimica e physica*, 2.º *Botanica*, 3.º *Zoologia*, 4.º *Geologia e meteorologia*. com uma carta geologica de Portugal e gravuras intercaladas no texto; *Roteiro de Lisboa a Gôa, por D. João de Castro*, Lisboa, 1882; *Negocios externos—Relatorios e documentos apresentados ás côrtes na sessão legislativa de 1872, pelo ministro e secretario d'estado dos negocios extrangeiros*. O primeiro d'estes relatorios, que denominaram *Livro branco*, foi apresentado ás côrtes em 1 67 pelo conde de Casal Ribeiro; o segundo em 1870, por Mendes Leal; publicaram-se além d'estes, mais os seguintes relatorios: 1872, 3 vol. e 1 appenso; 1873, 1 vol. e 1 appenso; 1874 a 1877, 1 vol. em cada anno; 1879, 3 vol.: 1880, 1 vol.; 1881, 3 vol.; 1882, 6 vol. Para a *Bibliotheca da agricultura e sciencias*, fundada pelo sr. Jayme Arthur da Costa Pinto, escreveu os seguintes fasciculos ou numeros, que fôram impressos na typ. de Lallemant, frères: 1.º *A agricultura e a natureza*; 2.º *Physica popular*; 3.º *Economia politica para todos*; 4.º *Da agua para as regas*; 5.º *Chimica popular*; 6.º *Os motores na industria e na agricultura*; 7.º *As regras do bem viver*; 8.º *As machinas agricolas*; 9.º *Botanica*; 10.º *As irrigações*; *Contos em viagens*, Lisboa, 1883. Este volume tem um segundo titulo que indica ser a primeira parte de uma serie: *I Phantasias philosophicas de D. Facundo primigenius. Conto prologo*; *Estudo sobre as provincias ultramarinas*, Lisboa, na typ. da Academia das Sciencias. São 4 tomos; 1.º e 2.º em 1883, o 3.º em 1884 e o 4.º em 1887. Referem-se ao estado actual das possessões portuguezas no ultramar. Nas *Considerações preliminares*, com que abre o primeiro tomo, lê se o seguinte: «A historia do nosso dominio colonial póde, naturalmente, dividir-se em tres periodos: o periodo dos descobrimentos, das conquistas e do monopolio no commercio das especiarias, guardado e mantido pela força; o periodo em que o monopolio commercial se perde, combatido pela concorrencia de outras nações navegadoras, e em que toma largas proporções, nos portos da Africa, o horrivel trafico da escravatura; o periodo do trabalho livre, da exploração das riquezas naturaes, do verdadeiro desenvolvimento agricola, industrial e commercial em condições normaes e em conformidade com os principios economicos, considerados como verdades praticas pela civilisação moderna.»

Andrade Corvo (*Luiz de*). Era filho do illustre estadista João de Andrade Corvo. N. em 1850, Lisboa, em onde tambem falleceu poucos mezes depois da morte de seu pae. Frequentou o curso do Instituto Agricola, que terminou com distincção, e foi nomeado agronomo do districto de Lisboa. Em 1879 publicou o seu *Relatorio e propostas ao governador civil*, e em 1881 um *Estudo sobre a tuberculose da vinha*. N'este folheto encara Luiz de Andrade Corvo por um lado novo a doença dos vinhedos, e sustenta um principio inteiramente seu, baseado em estudos praticos que fez, durante annos, nas vinhas do districto de Lisboa, e especialmente no concelho de Azeitão. Os seus estudos ácerca do phylloxera fôram-lhe muito apreciados, e valeram-lhe em 1884 o ser premiado na exposição agricola do districto de Lisboa. Nomeado director do Museu Colonial, prestou grandes serviços, assim como na exposição de Paris, onde trabalhou rudemente, o que decerto lhe debilitou a constituição já muito enfraquecida pela doença. Em Paris apresentou uma collecção notavel de productos coloniaes, que causou admiração aos especialistas. Andrade Corvo fundou a *Empresa viticola*, que dirigia proficientemente. Voltando a Portugal em julho de 1890, fez a jornada n'um comboyo, em que se deu um desastre que muito o impressionou, e chegando a Lisboa, falleceu pouco depois inesperadamente. Luiz de Andrade Corvo collaborou no *Jornal do Commercio*, em revistas agricolas e outras folhas destinadas á divulgação da sciencia da agricultura. Era socio de varias corporações scientificas nacionaes e estrangeiras.

Andrade Corvo (*Sebastião de*). Doutor e lente cathedratico da faculdade de mathematica da Universidade de Coimbra, e director da Academia do Porto. Era natural da cidade d'este nome, mas ignora-se a data do nascimento; f. na provincia do Minho, pelos annos de 1840. Era filho de Francisco Maria de Andrade Corvo. Foi religioso na ordem de S. João de Deus, passou depois a ser freire professo na ordem militar de Christo, cujo convento em Coimbra habitou por alguns annos. Matriculou-se no primeiro anno de philosophia na Universidade de Coimbra, em 1799,

apresentando então certidão do baptismo e outros documentos, que depois lhe fôram entregues por despacho de 13 de outubro do mesmo anno, não existindo por isso no archivo competente. Doutorou-se em mathematica e foi lente cathedratico d'essa faculdade. Affirma-se que seguira n'outro tempo com enthusiasmo as doutrinas liberaes, porém que, chegada a revolução de 24 de agosto de 1820, pretendera fazer parte da Junta Provisoria do Porto, como representante da Universidade, o que não conseguiu, sendo-lhe preferido Fr. Francisco de S. Luiz, e que o despeito causado por essa preferencia o levara a lançar-se com egual ardor no partido contrario, praticando pelo tempo adeante alguns excessos que provocaram ser expulso da Universidade em 1834. Comtudo, uma testemunha insuspeita n'este caso, como devemos considerar Simão José da Luz Soriano, nas suas *Revelações*, pag. 299 e seguintes, fala d'elle com louvor e lhe chama *um dos mais dignos e respeitaveis lentes, que n'aquelle tempo tinha a faculdade de mathematica*, e conta ahi mesmo a seu respeito anecdotas curiosas. Ha ainda outras opiniões, em que eram falsas essas accusações e pouco justificada a sua exclusão. Escreveu: *Nota sobre as propriedades das linhas trigonometricas,* Coimbra, 1825; *Nota sobre a dizima periodica, com breves noções do methodo de exhaustão,* Lisboa, 1825; *Nota sobre o livro V de Euclides, e particularmente sobre a definição,* Lisboa, 1825. Estes opusculos fôram reimpressos no *Instituto*, de Coimbra, vol. VIII. Diz-se que Sebastião de Andrade Corvo compozera um *Tratado, ou Elementos de Arithmetica,* para uso da sua aula; porém não sendo a obra approvada pela faculdade, desistira de imprimil-a Deixou muitas poesias satyricas.

Andrade Ferreira *(José Maria de).* Escriptor distincto. N. em Lisboa a 18 de novembro de 1823, f. a 29 de março de 1875. Era filho de Joaquim Candido Ferreira dos Santos, empregado publico do antigo regimen, e de D. Maria Angelica de Andrade. Começara o curso de humanidades no antigo collegio do bairro do Rocio, localisado então no convento dos carmelitas descalços, vulgo *Torneiros*, quando a suppressão do mesmo convento em 1834, e os transtornos de fortuna, que as instituições liberaes acarretaram sobre a sua familia, composta na maior parte de legitimistas, o impossibilitaram da continuação de estudos regulares. Alguns annos mais tarde é que poude ouvir as lições das cadeiras de physica e economia politica da Escola Polytechnica, na qualidade de alumno voluntario. No entretanto, as duras necessidades da vida o obrigaram a procurar meios de subsistencia, e Andrade Ferreira entrou no serviço publico como amanuense da repartição de fazenda do districto de Lisboa. Sendo grande amador da litteratura, dedicava todas as horas de que podia dispôr, a estudos e trabalhos litterarios. A sua primeira tentativa foi a imitação ou paraphrase d'uma antiga xacara, *O cego*, que foi publicada no *Panorama* de 1846. Começou depois a traducção do romance *Sathaniel*, de Frederico Soulié, que não concluiu, precedendo-a d'um prologo, que é na verdade uma dissertação bem deduzida ácerca do romance, considerado desde os primeiros seculos da litteratura grega e latina até á epoca actual. Entrou na politica em 1851, como jornalista, estreando-se no periodico a *Regeneração*, escrevendo alguns artigos de polemica, além de outros litterarios. Redigiu successivamente a *Reforma*, com o dr. Alves Martins, depois bispo de Vizeu; a *Esperança*, com os drs. Moraes Soares e D. João de Azevedo; em 1856 foi redactor principal do *Seculo*, folha que durou pouco tempo, mas que se fez notar pela sisudeza e independencia com que n'ella se discutiam varias questões economicas e administrativas. Durante este tempo, e mesmo depois do *Seculo* ter suspendido a publicação, collaborou em varios jornaes litterarios. Em 1857 voltou á politica, como redactor principal do periodico a *Opinião*, tendo por companheiros na redacção Antonio de Serpa e dr. Thomaz de Carvalho. Por causa d'uma questão jornalistica, bateu-se uma vez em duello com o seu collega na imprensa Claudio José Nunes. O duello foi á espada, ficando ferido n'um braço o seu antagonista. Alguns mezes depois de ser redactor da *Opinião*, abandonou a vida jornalistica, para se entregar exclusivamente a assumptos litterarios, como os que mais se identificavam com o seu espirito. Collaborou muito na *Revista contemporanea* e no *Commercio do Porto*, onde publicou muitos folhetins, *Illustração Luso-brasileira*, *Panorama*, *Archivo Pittoresco*, *Revista dos espectaculos*, e muitos outros jornaes de Lisboa. Dedicou-se tambem ao theatro, escrevendo e traduzindo algumas peças, que se representaram com applauso, entre as quaes se contam, e que não fôram publicadas, a traducção do drama em 1 acto, *Graziella*, de Lamartine, e a comedia em 2 actos, de E. Scribe, *Jeune et fille, ou le premier et le dernier chapitre*, que elle traduziu com o titulo de *Quem te viu e quem te vê*. Em que se tornou ainda mais notavel foi como critico analysta, apresentando n'este genero trabalhos muito apreciaveis. Andrade Ferreira era socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e foi administrador do concelho de Oeiras, logar que exercia quando falleceu, depois de longa e dolorosa enfermidade. N'esta occasião andava publicando, por conta dos editores lisbonenses Mattos Moreira & C.ª, um *Curso de litteratura portugueza*, cujo primeiro volume appareceu pouco depois de ter sido sepultado o seu autor. Camillo Castello Branco, a convite dos editores, propoz-se a continuar esta obra. Pouco antes da sua morte, havia publicado ainda um folhetim no jornal *A democracia*, n.º 4313. Eis a lista das suas obras: *Historia da revolução franceza de 1848, por A. de Lamartine, traduzida em portuguez*, Lisboa, 1849-1850, são 4 tomos ornados com diversos retratos lithographados; *Narrativas, contos e lendas da minha terra; O baile nacional e seus mysterios*, Lisboa, 1855; só se publicaram oitenta paginas e uma estampa, e sahiu sem o nome do autor: *Uma viagem ao sul do Tejo*, publicada em estylo humoristico no jornal *A esperança; Revistas criticas e litterarias*, traçadas no gosto das que Jules Janin publicava annualmente no *Almanach de la litterature, du theatre et des beaux arts*, e fôram as primeiras que appareceram em Portugal, dando conta do movimento intellectual do paiz, e acompanhando a exposição das competentes apreciações criticas, a do anno de 1855 sahiu na *Illustração Luzo-brazileira*, e foi reproduzida em hespanhol na *Revista Peninsular*, tomo I. A do anno de 1858, na *Revista Contemporanea*, tomo I; *Ar-*

tigos de critica dramatica, publicados no jornal a *Patria; Poetas e romancistas portuenses*, sob este titulo começaram a sahir no *Panorama* os perfis criticos, ou retratos litterarios dos homens de letras do Porto, precedidos de uma introducção chistosa e epigrammatica; *O jornalismo litterario em Portugal*, artigo notavel inserto no *Archivo Pittoresco*, tomo I; *Artigos de apreciação musical*, sahiram no jornal *O Futuro*, assignados com o pseudonymo *Atticus; Biographia da actriz Delphina*, é o primeiro numero da *Galeria Artistica*, collecção de biographias dos actores contemporaneos de Portugal e Brazil, illustradas com retratos e fac-similes, Lisboa, 1859; *Biographia do actor Rosa* é o n.º 3 da mesma *Galeria*, Lisboa, 1859; *A reforma da Academia das Bellas Artes de Lisboa*, Lisboa, 1860, é tiragem feita em separado dos artigos que, sob o titulo de *Considerações geraes sobre as bellas artes em Portugal*, fôram insertos no *Diario de Lisboa*, a contar do n.º 21, de 26 de janeiro de 1860; *A Litteratura Dramatica em Portugal*, 1.ª série, contendo: Introducção, o visconde de Almeida Garrett, Mendes Leal, D. José d'Almada, Camillo Castello Branco, Gomes de Amorim, Ernesto Biester, Palmeirim, A. Corrêa de Lacerda; *Santa Catharina de Ribamar, romance*, sahiu no livro 1.º dos *Brindes do Diario de Noticias*, 1865; *Reinado e ultimos momentos de D. Pedro V*, Lisboa, 1861, teve seguidamente duas edições, no Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão appareceram logo contrafeições; *Tradições e phantasias*, Lisboa, 1862; *Antes na provincia*, comedia em 3 actos, representada no theatro de D. Maria, Lisboa, 1862; *Os Melhoramentos materiaes*, revista de 1859, em 3 actos e 4 quadros, representada no theatro do Gymnasio, Lisboa, 1860; esta revista suscitou acaloradas questões, e por isso foi mandada retirar de scena como satyra politica, com que se julgaram offendidas algumas personagens d'aquella época; *A questão iberica em relação á nossa historia e os deveres do professorado*, Lisboa, 1864; *A familia do jesuita, romance portuguez*, Rio de Janeiro, 1870, editor A. A. da Cruz Coutinho; esta edição brazileira foi contrafeita pelos folhetins que o autor então publicou; a edição portugueza só veiu a apparecer por conta do editor Antonio Maria Pereira, 1876; *Curso de litteratura portugueza*, começou a sahir no *Boletim geral de instrucção publica*, tomo III, 1863, e continuou no tomo IV, 1864, annos depois, o autor refundiu o seu trabalho, e publicou o tomo I do *Curso*, Lisboa, 1875, pelos editores Mattos Moreira & C.ª, conforme dissémos; *Litteratura, musica e bellas artes*, Lisboa, 1871-1872, 2 tomos, n'esta obra estão incluidos artigos que tinham sido anteriormente publicados na *Revista contemporanea, Diario de Lisboa, Gazeta litteraria*, do Porto, e outras folhas. Na *Revista contemporanea*, entre os seus artigos, ali publicados figuram: *Luiz Augusto Rebello da Silva*, estudo biographico-critico, *Biographia de Francisco Augusto Metrass*, e *Biographia de D. José de Almada e Lencastre*. José Maria d'Andrade Ferreira era muito amigo de D. José d'Almada e Lencastre e foi seu companheiro desvelado até á morte d'aquelle poeta e escriptor (V. *Almada e Lencastre*). Teve um irmão, chamado Joaquim de Andrade Ferreira, que tambem traduziu algumas peças para o theatro, entre as quaes se conta *Os tafues de Paris*, drama em 5 actos, que no antigo theatro das Variedades se representou no anno de 1861.

Andrade Figueiredo *(Manuel de)*. Professor de calligraphia em Lisboa. Natural da capitania do Espirito Santo no estado do Brazil, hoje Republica dos Estados-Unidos da America do Sul, onde nasceu pelos annos de 1670, fallecendo em Lisboa a 4 de julho de 1735. Era filho de Antonio Mendes de Figueiredo, que governou a referida capitania, e exerceu o officio de pagador da gente militar em Sofala, e de sua mulher, Maria Coelha. Foi insigne na arte de formar diversos caracteres com a penna, e teve por discipulos as pessoas da primeira gerarchia d'esta côrte; querendo eternisar o seu magisterio na posteridade, escreveu e publicou: *Nova Eschola para aprender a ler, escrever & contar. Offerecida á augusta magestade do Senhor D. João V*, etc., Lisboa, 1722. O livro traz o retrato do autor, e é ornado de diversos abecedarios, uns de letra redonda, outros de troncos de arvores engenhosamente fabricados, e de treslados de diversas letras. Apesar do frontispicio dizer que é *Primeira parte*, a obra está completa. São em numero de 45 as estampas gravadas a buril. O frontispicio gravado representa as armas de Portugal e uma vista do palacio real em Lisboa, tal como era antes do terremoto de 1755. Ha duas edições sem data. A licença para aquella correr está datada de 1722; a obra foi impressa em *Lisboa occidental, na officina de Bernardo da Costa Carvalho*.

Andrade Leitão *(Diogo)*. Doutor na faculdade de Direito Cesareo, conego da sé de Coimbra, etc. Nasceu em 1630 e falleceu em Lisboa a 23 de julho de 1710. Era filho de Belchior de Andrade, o qual depois de servir com valor nas campanhas de Flandres, foi escrivão dos Filhamentos da Casa Real. Aprendeu as letras humanas e poesia, em que se tornou distincto, e passando á Universidade de Coimbra, matriculou-se na faculdade de Direito Cesareo, em que se doutorou: foi admittido no Collegio de S. Pedro a 12 de fevereiro de 1666, para reger as cadeiras de *Instituta*, de que tomou posse a 23 de junho de 1668; do Codigo, a 13 de janeiro de 1672; dos Tres livros, a 30 de outubro de 1676; de Vespera, a 3 de outubro de 1686, e de Prima a 16 de novembro de 1690, em que se jubilou a 15 de fevereiro de 1694. Foi conego da sé de Coimbra, desembargador dos Aggravos na Casa da Supplicação, de que tomou posse a 13 d'outubro de 1678, conselheiro de fazenda, e chanceller das Ordens Militares. Em tão differentes e importantes logares sempre manifestou a rectidão do seu animo unido com a profundidade da sua litteratura. Fallecendo em Lisboa, na avançada edade de 80 annos, foi sepultado no convento de S. Francisco. Escreveu: *Lucifer spoliatus. Carmen*. Ulyssipone, 1651.

Andrade Leitão *(Francisco de)*. Doutor em Direito Cesareo pela Universidade de Coimbra desembargador do Paço, e ministro plenipotenciario d'el rei D. João IV na côrte de Inglaterra e Estados de Hollanda. N. em Condeixa, perto de Coimbra, pelos fins do seculo XVI; f. em Lisboa, a 17 de março de 1655. Era filho de Manuel Fernandes de Almada e de Anastacia de Andrade, filha de Belchior de Andrade e de Catharina Leitão. Applicou-se na Universidade de Coimbra ao

estudo de Direito Cesareo, em que recebeu o grau de doutor, merecendo, não sómente, ser admittido por collegial no Collegio de S. Pedro a 30 de outubro de 1617, mas ser nomeado lente de Instituta, de que tomou posse a 27 de novembro do dito anno. Como era egualmente douto na sciencia Legal, assim explicativa como pratica, passou da Universidade para a Casa da Supplicação com o logar de desembargador, de que tomou posse a 14 de setembro de 1626, e de Aggravos a 17 de junho de 1628. Quando se proclamou a independencia do reino em 1640, foi Andrade Leitão quem pronunciou a oração do auto do juramento de D. João IV, em 15 de dezembro do referido anno. O mesmo soberano o nomeou em 1641 seu embaixador, juntamente com D. Antão Vaz d'Almada, ao reino de Inglaterra, e no anno seguinte, 1642, vendo-se que Tristão de Mendonça não conseguira que a Hollanda tratasse os portuguezes com lealdade, Francisco de Andrade Leitão foi como embaixador representar áquelles estados a injusta violencia com que dominavam Angola, S. Thomé e Maranhão. Chegando a Haya procurou alcançar que largassem as colonias que eram nossas, ou pelo menos não proseguissem na conquista, como ainda fôssemos vassallos d'um paiz seu inimigo, que por tantos annos nos havia opprimido, e não como independentes e livres. Andrade Leitão andou muito acertadamente n'esta embaixada, e publicou algumas das allegações que fez aos estados geraes da Hollanda, até que foi substituido por Francisco de Sousa Coutinho. Provada a sua grande capacidade e lealdade, e tendo sido nomeado desembargador do paço, o mesmo monarcha o enviou com o titulo de plenipotenciario, em companhia do dr. Luiz Pereira de Castro, ao Congresso da Paz que se celebrou em Munster e Osnaburg, cidade de Westphalia, onde chegaram a 11 de julho de 1648. Depois de assignada a paz, voltou Andrade Leitão para Portugal, onde falleceu poucos annos depois, sendo sepultado no convento de S. Domingos. Tinha casado com D. Anna Leitoa Godinho, de quem teve uma unica filha, Antonia d'Andrade, a qual casou com Francisco Machado de Brito, thesoureiro da Casa da India. Escreveu: *Oração recitada a 15 de dezembro de 1640 no auto do juramento d'el-rei D. João IV*, Lisboa, 1641; *Discurso politico sobre o se haver de largar á coroa de Portugal Angola, S. Thomé, e Maranhão, exclamado aos Altos e Poderosos Estados de Hollanda*, Lisboa, 1642; *Copia das proposições, e segunda allegação aos Altos Senhores, ordens geraes, e potentes Estados das Provincias unidas ácerca da restituição da cidade de S. Paulo de Loanda em Angola*, Lisboa, 1642. Estas duas obras sahiram vertidas em latim com o seguinte titulo: *Copia primæ allegationis pro restitutione Civitatis S. Pauli de Loanda in Angola, Insularumque Sancti Thomæ, nec non etiam do Maranhão*, Hagæ Comitum, 1642; *Copia Propositionum et secundæ Allegationis pro restitutione S. Pauli de Loanda in Angola; pro Insula & Civitate S. Thomæ; pro Insula, et districtu Maranonij, et aliis locis, ac Civitatibus & captis post tractatum Pacis cum Ordinibus Fœderati Belgij renovatæ die 14. Junij 1642*. Hagæ Comitum, 1642. *Pro Christi Resurgentis Solemnitate Oratio habita in suo humaniorum litterarum tyrocinio*. Ulyssipone, 1651. Além das obras descriptas, deixou tres tomos in folio, com o titulo de *Observações de Francisco de Andrade Leitão*, e dois outros intitulados: *Embaixada de Francisco de Andrade Leitão*. Estes cinco volumes, diz-se no *Diccionario bibliographico* a pag. 335 do vol. 2.º que existiram em tempo na antiga livraria do conde Redondo, ao qual fôram comprados com muitos outros livros ali existentes para a bibliotheca real, no reinado de D. José I, ou pouco depois. Acham-se hoje na Bibliotheca d'Ajuda os que tratam um pouco da missão de Inglaterra e de direito. Na *Historia do Infante D. Duarte, irmão de el-rei D. João IV*, importante obra do sr. José Ramos-Coelho, vem publicado o retrato de Francisco de Andrade Leitão, com largas referencias a seu respeito, visto o papel importante que na mesma historia elle represeuta.

Andrade de Moraes *(José de)*. Formado em Canones pela Universidade de Coimbra. N. em Miranda do Douro a 17 de abril de 1701; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Francisco Fernandes de Andrade, e de Anna Fernandes. Passou ao Brazil, e na villa do Ribeirão do Carmo, chamada hoje Marianna, exerceu com geral acceitação os cargos de Patrono de Causas Forenses e de prégador evangelico. Escreveu: *Oração historico-sagrada da Sacrosanta Paixão de Jesus Christo, prégada na Matriz das Minas do Ouro do anno de 1738*, Lisboa, 1741; *Oração funebre em as Exequias do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor D. Fr. Antonio de Guadalupe, quarto Bispo do Rio de Janeiro, celebradas na Igreja Matriz da Villa do Carmo em as Minas*, Lisboa, 1743; *Sermão Ascetico Apologetico, e Panegyrico prégado na Festa de N. Senhora do Carmo Padroeira da Villa do Ribeirão do Carmo das Minas do Ouro*, Lisboa, 1744; *Sermão Gratulatorio pela felicissima e desejada saude, que por Beneficio da Senhora das Necessidades alcançou El-Rey D. João V. Nosso Senhor recitado na Igreja Matriz da Villa do Carmo das Minas do Ouro*, Lisboa, 1744; *Sermão de Acção de Graças pela continuação das Milhoras da saude del Rey D. João V. Nosso Senhor, e pela exaltação da Villa do Carmo das Minas em Cidade Marianna na Festa do Anjo Custodio do Reyno, a 18 de Julho de 1741*, Lisboa, 1746.

Andrade Neves *(José Wenceslau de)*. Official portuguez; foi alumno do Collegio Militar, e serviu no exercito miguelista. Ignora-se a data do nascimento, mas falleceu a 4 de agosto de 1844. Desligado do serviço militar em consequencia da Convenção d'Evora Monte, foi nomeado provisoriamente lente de geographia, chronologia e historia no Lyceu Nacional de Braga, por provisão de dois de setembro de 1840, sendo depois provido definitivamente por carta regia de 11 de julho de 1843, fallecendo um anno depois. Escreveu: *Lições Elementares de Historia Universal*, Lisboa, 1842; parece ser o resumo d'um livro escripto sobre o mesmo assumpto por Antonio Leite Ribeiro, professor do Collegio Militar; *Discurso recitado na abertura da aula de Historia Universal*, Lisboa, 1842.

Andrade Pinto *(Joaquim José)*. Vice-almirante commandante geral da armada. Assentou praça como aspirante de marinha em 20 de setembro de 1825, tendo a promoção a guarda marinha em janeiro de 1830. A sua carreira militar superabunda em serviços ao paiz em que se con-

tam rasgos de bravura, não poucos exemplos d'essa coragem fria, d'essa impassibilidade tradicional no marinheiro, ante o perigo, quer elle parta das furias dos elementos, quer dos canhões do inimigo. Na vida de Andrade Pinto ha exemplos de patriotismo, actos de abnegação nunca desmentidos, e de amor pelo bom nome da sua arma e pela manutenção da disciplina. No fim de sessenta annos de assentamento de praça alcançou os galões de vice-almirante e o cargo de commandante geral da armada, a que foi promovido em setembro 1885. Na sua longa carreira pertenceu aos seguintes navios, fazendo parte da guarnição, em uns, e sendo commandante n'outros: fragata *Princeza Real*, nau *D. João VI*, fragata *Diana*, escuna *Prudencia*, brigue escuna *Liberal*, corveta *Villa da Praia*, escuna *Graciosa*, brigue *Mindello*, corveta *Portuense*, canhoneira *Rio Douro*, brigue *Elisa*, fragata *Duqueza de Bragança*, corveta *Isabel Maria*, commandando a corveta *Urania*, brigue *D. Pedro*, a corveta *D. Pedro*, a corveta *D. João I*, o brigue *Boaventura*, o brigue *Audaz*, a fragata *D. Maria II*, o brigue *Vouga*, a nau *Vasco da Gama*, a corveta *Iris*, o vapor *Mindello*, a corveta *Estephania*, e a fragata *D. Fernando*. Andrade Pinto tinha na sua carreira a nota de desertor. De facto desertou, ou para melhor dizer, emigrou para Inglaterra, na occasião em que o partido liberal portuguez intentava derrubar o throno do absolutismo. Da Inglaterra passou á Ilha Terceira, onde offereceu a sua espada para a defesa da causa da liberdade. O exercito libertador desembarcava nas praias do Mindello a 8 de julho de 1832, e o brigue escuna *Liberal*, a cuja guarnição pertencia Andrade Pinto, entrava a 8 no rio Douro. Tomou então parte muito activa nas luctas, pugnando sempre pela bandeira constitucional. Achando-se o brigue *Vouga* arribado em Vigo, por causa do tempo, desembarcou ali na madrugada de 3 de dezembro de 1846, sob as ordens do commandante em chefe das forças navaes do bloqueio da barra do Porto, com as guarnições dos navios, para tomar as praças de Valença, Caminha e Vianna do Castello. Tomadas estas praças, regressou victorioso ao brigue, em 15 de janeiro seguinte. Tendo-se sublevado em 27 de abril de 1847 a guarnição da corveta *8 de julho* que entrara no rio Douro, foi n'aquelle mesmo dia Andrade Pinto remettido para a cadeia da Relação, por não ter adherido á sublevação. Em 30 de junho do mesmo anno foi solto, por se haver dissolvido a junta revolucionaria, recolhendo n'esse mesmo dia ao vapor *Infante D. Luiz*, que tinha entrado no rio Douro para receber e conduzir a Lisboa o marechal duque da Terceira e mais officiaes que estiveram presos na mesma cadeia. Em 1847 foi nomeado vogal da commissão encarregada da organisação da escola naval e em abril de 1848 fez parte da commissão encarregada de propor os meios para a emancipação dos escravos. De 25 de novembro de 1851 a 18 de abril seguinte, accumulou a direcção do arsenal de Gôa, com o commando da corveta *Iris*. Em 8 de abril de 1862 foi nomeado vogal da secção da marinha do supremo conselho de justiça militar; em junho foi nomeado vogal da commissão incumbida de propor um novo systema de vigilancia e policia nos portos e costas do reino; em outubro seguinte, vogal da commissão encarregada de formular o regulamento para a execução do decreto que creou a medalha militar; em outubro de 1869, nomeado superitendente do arsenal de marinha; em novembro do mesmo anno nomeado presidente da commissão que tinha a seu cargo o formular um regulamento para aquelle estabelecimento do Estado: em 1872 nomeado presidente da commissão encarregada de propôr a reforma do serviço de contabilidade de marinha; em outubro de 1873 nomeado vogal do supremo conselho de justiça militar; em setembro de 1875 considerado vogal do tribunal superior de guerra e marinha; em junho de 1879 nomeado para inspeccionar o arsenal de marinha, a cordoaria e mais estabelecimentos d'essa dependencia. O bravo militar contava nos seus feitos d'armas, além da tomada de Valença, a que concorreu com a guarnição do *Vouga*, facto em que já se falou, da defesa do supradito brigue nos dias 15, 16 e 17 de janeiro de 1847, em Vianna do Castello, contra as forças da junta revolucionaria do Porto. Andrade Pinto tinha a carta de conselho e as seguintes distincções: cavalleiro das ordens militares de Christo, N. S.ª da Conceição e Torre e Espada; era commendador das ordens de S. Bento d'Aviz e da Conceição, e tinha a medalha de D. Pedro e de D. Maria II, algarismo n.º 4.

Andrade Rego *(Antonio)*. Jurisconsulto do seculo XVII. Natural de Lisboa, ignora-se a data do nascimento e do fallecimento. Era filho do desembargador Ignacio do Rego de Andrade, vereador do senado da Camara, deputado da Junta e estado da Casa de Bragança e do Infantado, procurador da fazenda, e ouvidor das terras das rainhas D. Maria Francisca Isabel de Saboya e D. Maria Sophia Isabel de Neuburgo, e D. Magdalena Maria de Lamirante, filha de Pedro Lamirante, e d · D. Joanna do Rego. Instruido profundamente nas letras humanas e lingua latina, se applicou á philosophia, e depois ás resoluções de Direito Pontificio. Pelos progressos que fez, recebeu na Universidade de Coimbra o grau de Mestre em Artes e o de doutor em Canones. Foi admittido no Real Collegio de S. Paulo em 19 de dezembro de 1705, e logo em 1716 subiu á cadeira de Sexto, onde no anno de 1720 passou á de Decreto, em que se jubilou Foi desembargador da Relação do Porto, da Casa da Supplicação, e titular dos Aggravos, de que tomou posse a 5 de dezembro 1716. Foi tambem conego doutoral do Algarve, academico da Academia Real de Historia Portugueza, conselheiro da fazenda, eleito no anno de 1735, e deputado da Casa de Bragança. Era muito eloquente no pulpito. Escreveu: *Sermão da Rainha Santa Isabel sexta de Portugal, prégado em o Real Convento de Santa Clara de Coimbra assistindo em prestito a Universidade em 4 de Julho de 1727*, Coimbra, 1727; *Sermão da Conceição da Virgem Maria Senhora Nossa na Capella do Paço do Duque de Bragança em 15 de dezembro de 1734 festejando a Academia Real este Purissimo Mysterio*, Lisboa, 1735; *Oração com que congratulou os Academicos da Academia Real quando foi eleito seu Collega no anno de 1734* Sahiu impresso no tomo XIV da Collecção dos documentos e Memorias da Academia Real, Lisboa, 1734.

Andrade Silva *(José Justino de)* Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, tabellião em Lisboa, etc. Escreveu: *Repertorio geral ou*

indice alphabetico e remissivo de toda a Legislação Portugueza publicada desde o anno de 1815 até 1849, em continuação ao de Fernandes Thomaz, Lisboa, 1850; *Collecção chronologica da Legislação Portugueza, compilada e annotada.* Tomo I, 1603 a 1632, Lisboa, 1854; tomo II, 1613 a 1619, Lisboa, 1855; tomo III, 1620 a 1627, Lisboa, 1855; tomo IV, Lisboa, 1855; tomo V, 1634 a 1640, Lisboa, 1855; tomo VI, 1640 a 1647, Lisboa, 1856; tomo VII, 1648 a 1656, Lisboa, 1856; tomo VIII, 1657 a 1674, Lisboa, 1856; tomo IX, 1675 a 1682, Lisboa, 1859; tomo X, 1683 a 1700, Lisboa, 1859. Andrade e Silva fundou uma typographia, que teve o seu nome, onde imprimiu parte d'esta *Collecção*, e um jornal politico, em 1852, chamado *Justiça*.

Andrade Vellocino *(Jacob de)*. Celebre medico judeu e naturalista, oriundo de familia hollandeza. N. em Pernambuco em 1639, no tempo em que aquella provincia era governada pelo principe Mauricio de Nassau e morreu em 1712. Era filho d'um hollandez e d'uma portugueza. Completou os estudos em Haya e em Amsterdam, e dedicou-se á medicina; já como naturalista, já como medico, poude obter grande e merecida reputação. Escreveu na lingua hollandeza algumas obras scientificas, cujos titulos são ignorados; conhecem-se d'elle os de duas obras de caracter muito diverso, mas não se sabe se fôram escriptas em portuguez, se em hollandez, se em latim. Uma d'ellas é o *Theologo religioso*, que dizem ser uma invectiva contra o livro do judeu Bento Espinosa, que se fez atheista, o qual é intitulado: *Theologo politico*. A outra obra chama-se: *Messias restaurado*, e é destinada a combater as doutrinas d'uma obra de Jaquelot, ministro calvinista, intitulada: *Dissertações do Messias*. A obra do rabino Morteira, chamada *Epitome de la verdad de la ley de Moysés*, foi reduzida a melhor estylo por Jacob d'Andrade de Vellocino, o qual lhe accrescentou doutissimas reflexões.

Andrades. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Tocha, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. ‖ Horta na freg. de S. Thiago, e conc. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. ‖ Monte na freg. de S. Brissos, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Andrães. Pov. e freg. de S. Thiago na prov. de Traz-os-Montes, conc., com. e distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 1:789 hab. e 496 fog. Tem escolas para ambos os sexos. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie fertil em fructa e castanha. Passa perto o ribeiro da *Ponte do Poço*. Pertencia á casa do Infantado, menos a commenda, que era dos marquezes de Valença. D. Sancho I mandou-a povoar em 1202, e em julho de 1208 deu-lhe foral, com o nome de Andranes. Andrães pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e de reserva n.º 13 com a séde em Villa Real.

André *(Fr.)*. Bispo de Cochim. V. *Santa Maria (Fr. André)*.

André *(Gaspar)*. Militar portuguez que viveu nos seculos XV e XVI. Esteve na India com o governador D. Duarte de Menezes, e residiu em Maluco, onde andou sempre em guerra com os moiros; falleceu de doença em 1524.

André *(Manuel)*. Pintor portuguez que viveu nos reinados de D. João III e de D. Sebastião. Foi discipulo do pintor Garcia Fernandes. Falleceu em 1574. Pintou o claustro da Sé de Lisboa. Do *Diccionaire Historico-Artistique du Portugal* pelo conde A. Raczynski, traduzimos o seguinte, que vem a pag. 9: «Entre os papeis que pertenceram aos frades da Trindade, e que estão hoje depositados nos archivos reaes, existe um documento de justificação pelo qual os ditos frades provaram que fr. Manuel Contreiras, da sua ordem, tinha sido o primeiro fundador da Misericordia, e que em commemoração d'esta piedosa instituição, este frade tinha sido pintado no quadro collocado sobre o altar-mór da Misericordia, que teve a sua primeira installação na cathedral: que se via egualmente o seu retrato nas antigas bandeiras da Misericordia de Lisboa e de Santarem, e que, mesmo n'esta epoca (1574), se notavam dois religiosos d'esta ordem no grande quadro do altar-mór, onde estava representada Nossa Senhora junto d'um papa e d'um bispo. Em virtude d'esta justificação, os ditos frades pediram por uma petição a conservação d'este costume, do qual resultava tanto credito para a sua ordem. Entre o numero de dezeseis ou dezoito depoimentos de testemunhas que fórmam este interrogatorio, lê-se o seguinte: Manuel André, pintor, morando no Rocio, o qual jurou de não dizer mais que a verdade, toda a verdade, tendo sido interrogado ácerca da petição, responde que nada sabe; mas que durante o tempo da epidemia, (refere-se á peste de 1569) elle, testemunha, pintou o claustro da cathedral d'esta cidade, e que tinha visto, pintados sobre a porta d'uma capella reputada communmente por ser a da fundação da Misericordia, as insignias d'esta instituição piedosa; que n'um outro sitio, entre outras pessoas que se viam pintadas, estava um monge vestido de branco, parecendo ser da ordem da Trindade: que não sabia o que significava; que se recorda que durante o tempo que fôra estudante de Garcia Fernandes, autor do quadro da Misericordia, vira n'um quarto uma caixa da Misericordia onde estava pintado um monge vestido de branco, e que elle não sabia a que devia attribuir; assim como tambem tinha visto pintados no quadro do altar-mór da Misericordia, dois monges egualmente vestidos de branco, tendo a apparencia de trinitarios, e que não sabia mais nada a este respeito. Este depoimento está assignado por Manuel Antonio Hieronymus. A justificação tem a data de 25 de agosto de 1574. *(Communicação do visconde de Juromenha)*.»

André. Casal na freg. de N. S.ª da Salvação, conc. d'Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. ‖ Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. d'Evora.

André de Azevedo. Horta na freg. de N. S.ª da Purificação da Ventosa, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre.

André Luiz. Quinta na freg. de Santo Estevam, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa.

André Macho. Quinta na freg. de S. Pedro, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Andréa *(Bernardo José de Sousa Soares de)*. Capitão de fragata da marinha portugueza, governador de Macau, etc. N. em Lisboa a 13 de abril de 1795, f. a 28 d'abril de 1844. Era filho de José Joaquim Soares de Andréa, descendente d'uma das principaes familias da antiga republica de Genova, e de D. Isabel Narcisa de Sant'Anna e Sousa. Tendo justificado a sua nobreza, assentou praça como aspirante de marinha em 9 de

janeiro de 1810. Curson os estudos com distincção. Foi promovido a segundo tenente em 17 de dezembro do anno de 1811, a primeiro tenente em 13 de maio de 1818, a capitão-tenente a 17 de maio de 1837 e a capitão de fragata em 14 de novembro de 1838. Desde 1821 a 1823 commandou differentes navios da esquadra do Rio da Prata, merecendo ser graduado, por distincção, no posto de capitão-tenente, em consequencia de haver retomado em combate a barca *D. Anna de de Jesus Maria*. Commandava um dos quatro navios com que seu irmão, o capitão de fragata José Maria de Sousa Soares de Andréa bateu, em 21 de outubro de 1823, as seis embarcações brazileiras que bloqueavam o porto de Montevideu. Foi governador de Macau, cargo de que tomou posse a 3 de julho de 1833, sendo depois confirmada sua nomeação pela carta regia de 13 maio de 1834. No seu governo de Macau houve-se distinctamente, conquistando as sympathias geraes, e quando retirou á metropole, em 1837, os habitantes d'aquella cidade, em testemunho de gratidão, offereceram-lhe uma espada de honra, de oiro cravejada de brilhantes de subido valor. Pouco depois do seu regresso a Lisboa foi nomeado governador nas ilhas de S. Thomé e Principe, d'onde voltou doente e cego; reformou-se a 11 de janeiro de 1844, fallecendo pouco depois. Não quiz nunca acceitar o fôro de fidalgo, que lhe pertencia como a seus irmãos, Francisco José de Sousa Soares de Andréa, que depois foi barão de Caçapava, o capitão Thomaz José de Sousa Soares de Andréa e o capitão de fragata José Maria de Sousa Soares de Andréa. Era cavalleiro das ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição, condecorado com a Estrella de Ouro na guerra de Montevideu. Era um pouco dado á poesia, e escreveu um livro de versos, intitulado: *Poesias de Alcéo lusitano*, que publicou em 1825. E' obra de diminuto valor litterario. Imprimiu, emquanto esteve em Macau: *Manifesto* (dos motivos que teve para dissolver a camara em 22 de fevereiro de 1835), juntamente com o bando que n'esse dia mandou publicar ao som da caixa, e com os artigos do decreto de 16 de maio de 1832, pelos quaes se devia regular a nova camara, occupa ao todo 7 pag. in folio.

Andréa *(Eugenio d'Oliveira Soares)*. Official de marinha de guerra, que falleceu em abril de 1901. Sempre distincto, esteve na Guiné commandando o vapor *Guiné*, como segundo tenente, serviu na escola de torpedos, onde commandou barcos torpedeiros, governou Tete, e por tres vezes o districto da Zambezia, em que prestou relevantes serviços, ligando o seu nome a medidas administrativas que adoptou com grande vantagem para o districto, onde esteve durante oito annos, tomando n'este tempo uma parte importantissima na organisação e preparação da expedição que com tanto exito foi combater o regulo Mataca. Elaborou o projecto da canhoneira *Chaimite*, cuja construcção dirigiu e fiscalisou, e com tanta proficiencia o fez, que aquelle barco de guerra é hoje um dos mais perfeitos no seu genero, e tem prestado bons serviços em Moçambique. A' maneira distincta por que se houve n'este importante trabalho, devia o estar indigitado para dirigir e fiscalisar a nova canhoneira *Patria*, offerecida pelos portuguezes que residem no Brazil Soares Andréa era grande enthusiasta pelo desenvolvimento da riqueza das colonias africanas por meio de capitaes exclusivamente nacionaes; para o conseguir trabalhava com insistencia e rara dedicação, desenvolvendo uma grande energia, o que junto á influencia do clima africano, lhe prejudicou profundamente a saude, até que o prostrou. Era agraciado com os officialatos de Aviz, da Torre e Espada e de S. Thiago; tinha as commendas da ordem de S. Estanislau da Russia e Estrella Brilhante, de Zanzibar.

Andréa *(Francisco José Soares de)*. Marechal do exercito, conselheiro de estado e de guerra no imperio do Brazil. N. em Lisboa, a 29 de janeiro de 1781, f. a 2 d'outubro de 1858. Era filho de José Joaquim Soares Andréa, fidalgo portuguez, descendente d'uma das principaes familias da antiga republica de Genova, e de D. Isabel Narcisa de Sant'Anna e Sousa. Sentou praça em cadete no regimento de infantaria n.º 2, em 14 de dezembro de 1796. Seguiu com distincção o curso de engenharia e navegação, o qual completou, seguindo depois a servir em artilharia. Foi n'esta arma que fez a campanha de 1801. Em 1807 passou para a marinha, e acompanhou a familia real ao Brazil, indo a bordo da nau *Principe Real*. Em 1808 foi promovido a segundo tenente, sendo transferido para o corpo de engenheiros, em que teve accesso ao posto de capitão em 7 de abril do mesmo anno. Notavel pela intelligencia, foi desde logo encarregado da direcção de trabalhos importantes, taes como o nivelamento da cidade do Rio de Janeiro, desseccamento de paues, construcções de estradas e outras commissões, em que alcançou elevada reputação como engenheiro, e pelas quaes começou a distinguir-se na longa serie de valiosos serviços prestados ao Brazil, patria de sua mãe. Em 1817, sendo major, marchou na qualidade de chefe de engenheiros, n'uma expedição encarregada de pacificar a provincia de Pernambuco, e apenas chegou, foi logo encarregado pelo general Luiz do Rego Barreto, da secretaria do governo da provincia, e de organisar a divisão militar da capitania com autorisação de dar instrucções, fazer propostas de promoções, reformas e nomeações de chefes, etc. Durante estes serviços, foi promovido a tenente-coronel em 4 de novembro de 1818, e recebeu a graduação de coronel em 15 do mesmo mez. A sua vida activa e a fórma como o distinguiam, a que elle tinha direito pela sua illustração e serviços valorosissimos prestados durante toda a vida militar, despertaram invejas, e a politica e a calumnia começaram a quererem feril-o. Tratava-se do julgamento dos homens compromettidos na rebellião de 1817, e o juiz da alçada mostrava-se animado do excessivo rigor no tocante a punil os; á intervenção de Soares Andréa deveram alguns dos revoltosos o não pagar com a vida os delictos de que eram accusados. Era este um dos pontos gravissimos da accusação contra o valente militar, que, impetuoso nos combates, sabia ser compassivo na victoria. Em 1821 foi chamado ao Rio de Janeiro, e teve de responder ás accusações calumniosas tramadas pelos seus inimigos, conseguindo confundir os calumniadores e justificar-se completamente. Depois da independencia do Brazil, continuou a prestar serviços áquelle imperio, occupando cargos importantes e da maxima confiança, chegando ao posto de marechal do exercito, em que por fim se reformou. Falle-

ceu com 76 annos, tendo sido agraciado com o titulo de barão de Caçapava. Soares Andréa era grã-cruz da ordem de S. Bento de Aviz, commendador da ordem da Rosa e official da imperial do Cruzeiro.

Andréa *(Henrique de)*. Prelado portuguez, doutor em leis e canones pela universidade da Sapiencia de Roma, arcediago de Fonte-Arcada, membro da Academia dos Arcades, e da dos Infecundos de Roma, etc. N. em Lisboa, em 1711. Ignora-se a data do fallecimento. Escreveu: *A verdadeira fé triumphante. Explicação do mysterio da Sanctissima Trindade. Disputa entre um hebreu e um christão. Obra de Jacome Cavalli, traduzida do italiano*, Lisboa, 1751. Traz no principio um epitome da vida do autor.

Andréa *(Fr. João de)*. Doutor em direito civil e canonico pelas escolas de Roma, arcediago de Fonte-Arcada. Nasceu em 1713 em Lisboa, onde tambem falleceu, a 17 de março de 1742, sendo sepultado na egreja do Loreto. Ainda adolescente passou á Italia, e doutorou-se em Roma nas duas faculdades de Direito Civil e Canonico. A fama do seu elevado talento chegou ao papa Clemente XIII, o qual o convidou para recitar no Vaticano uma oração latina. Esta oração sahiu impressa em Roma, no anno de 1734. Nomeado arcediago de Fonte-Arcada, regressou a Portugal e falleceu tendo apenas 29 annos de edade.

Andréa *(José Maria de Sousa Soares de)*. Capitão de fragata. N. a 16 de junho de 1791, f. a 8 de julho de 1856. Era filho de José Joaquim Soares de Andréa, fidalgo portuguez, descendente d'uma das principaes familias da antiga republica de Genova, e de D. Isabel Narcisa de Sant'Anna e Sousa. Depois de justificar a sua nobreza, assentou praça como aspirante de marinha em 2 de março de 1809. Completou o curso de estudos então prescriptos pela lei na Academia de Marinha do Rio de Janeiro, e foi despachado guarda marinha a 20 de março de 1810; promovido a segundo tenente em 17 de dezembro de 1811, a primeiro tenente em 12 d'outubro de 1817, a capitão-tenente em 17 de maio de 1837, e a capitão de fragata em 15 de maio de 1847, posto em que se reformou. Desde 1813 até 1824 serviu com distincção em diversos navios da nossa esquadra no Brazil. Em 1823, estando no Rio da Prata com o commando da escuna *Luiz de Camões*, foi preso por motivos politicos em S. Domingos Soriano, e remettido para a colonia do Sacramento a bordo da escuna *Seis de Fevereiro*, da qual conseguiu evadir-se, indo apresentar-se em Montevideu, que se conservava em obediencia ao governo de Portugal. Em Montevideu foi encarregado da inspecção do arsenal, accumulando esta com as funcções de commandante desde 6 de fevereiro de 1823 até á retirada das forças portuguezas para Lisboa. A 18 d'outubro d'aquelle anno recebeu ordem para que se fizesse de véla a divisão naval do seu commando, a fim de bater as embarcações brazileiras que bloqueavam o porto. No combate naval de 21 d'outubro de 1823, houve-se com intelligencia notavel e muita coragem, e foi a elle que se deveu em grande parte a victoria alcançada pelos navios portuguezes sobre os brazileiros. Quando chegou a Lisboa, em 1824, teve logo o encargo de commissões importantes do serviço do mar, até que foi preso, em 15 de junho de 1832, por ser affecto ao partido constitucional, e remettido ao castello de S. Jorge. Recuperou a liberdade no celebre dia 24 de julho de 1833, sendo depois empregado no commando das baterias da praça de Peniche. Por documento authentico, datado de Faro em 18 de abril de 18 0 e assignado pelo conselheiro Antonio Maria Couceiro, membro que foi d'uma commissão patriotica creada em Lisboa por D. Pedro IV no tempo da usurpação, consta que José Maria de Sousa Soares de Andréa fôra encarregado por aquella commissão de varias empresas importantes e arriscadas, satisfazendo a todas com o maior zelo e dedicação pela causa da rainha, principalmente por occasião da entrada da esquadra franceza no Tejo. Soares de Andréa tinha a cruz de oiro da campanha de Montevideu e o habito de Christo.

Andréa *(José Maria de Sousa Soares)*. Vice-almirante reformado. Pertencia a uma familia, que nos annaes da nossa marinha de guerra occupa um logar proeminente. Desde o seculo XVIII que se tem distinguido a familia dos Soares Andréa, tanto na marinha, como no exercito. José Maria Soares Andréa foi nomeado aspirante de segunda classe em 3 de junho de 1852; aspirante de primeira classe em 6 de agosto de 1853; guarda-marinha em 12 de março de 1856; a segundo tenente em 12 de junho de 1858; primeiro tenente em 3 de fevereiro de 1867; capitão-tenente em 14 de maio de 1878; capitão de fragata em 9 de outubro de 1884; capitão de mar e guerra em 25 de julho de 1889; contra-almirante em 7 de novembro de 1895, reformando-se então no posto de vice-almirante. Tinha o curso de engenheiro hydrographo, e dirigiu o observatorio do infante D. Luiz, na Escola Polytechnica, e o posto meteorologico D. Amelia, na Serra do Pilar, do Porto, logar para que foi nomeado em 24 de dezembro de 1885. Depois de ser encarregado da direcção d'este posto, foi addido á majoria general da armada. Tomou parte em varias commissões, entre as quaes se conta a que formulou o regulamento do corpo de marinheiros. Acompanhou a imperatriz duqueza de Bragança á Madeira, a bordo da fragata *D. Fernando*. Pertenceu ás guarnições dos seguintes navios: vapor *Infante D. Luiz*, corveta *D. João I*, nau *Vasco da Gama*, fragata *D. Fernando*, escuna *Cabo Verde*, barca *Velha Annita*, brigue *Sado* e corveta *Porto*. Era condecorado com varias medalhas, e tinha o grande officialato de Aviz. José Mar a de Sousa Soares de Andréa vivia ultimamente no Outeiro, em Bemfica, e falleceu repentinamente n'uma carruagem de primeira classe do comboio que vinha de Queluz na manhã de 30 de setembro de 1901 e chegou á estação do Rocio ás dez horas e cinco minutos. Da estação foi o cadaver conduzido ao hospital da marinha, e d'ali para a egreja parochial do Sacramento, onde deu entrada ao meio dia, realisando-se o funeral no dia 1 d'outubro. Foi sepultado no cemiterio occidental, em jazigo proprio.

Andréa *(Thomaz José de Sousa Soares de)*. Capitão de cavallaria. N. em Lisboa a 25 de julho de 1777, f. em Villa Viçosa a 26 de dezembro de 1826. Era filho de José Joaquim Soares de Andréa, descendente d'uma das principaes familias da antiga republica de Genova, e de D. Isabel Narcisa de Sant'Anna e Sousa. Ainda muito novo

assentou praça de cadete no regimento de cavallaria 7. Distinguiu-se nas guerras com a Hespanha, quando em 1801 Carlos IV, por suggestões da França, declarou guerra a Portugal, a qual terminou pelo tratado de paz assignado em Badajoz no dia 6 de junho d'aquelle referido anno. Tomou tambem parte n'essa campanha, seu irmão Francisco José de Sousa d'Andréa, depois barão de Caçapava. Durante a guerra peninsular egualmente se distinguiu, ganhando o respeito e estima dos camaradas e os elogios de quantos o conheciam, que o consideravam como um dos melhores e mais arrojados officiaes do nosso exercito. Em 1826, durante a guerra civil, Thomaz Andréa, tendo o posto de capitão, commandava em Villa Viçosa dois esquadrões do regimento de cavallaria n.º 7. Confiando nas informações de autoridades locaes de que o inimigo se havia retirado, foi surprehendido por uma força consideravel de infantaria commandada por Magessi. A surpreza realisou-se de madrugada. Os cavallos, n'uma grande parte, estavam sem freios para poderem comer e descançar á vontade, pois tinham estado a postos todo o dia anterior. A supposta retirada do inimigo havia sido annunciada para facilitar o assalto, no momento em que a força não podia sahir a campo. Thomaz Andréa foi surprehendido por uma descarga dada para dentro do quartel, quasi á queima roupa, e vendo a porta tomada de assalto, emquanto os cavallos se apromptavam, veiu só, de espada em punho, defender a entrada. N'esta empreza temeraria e heroica recebeu muitos ferimentos de bala e de baioneta sem se render, até que cahiu atravessado com um tiro nos rins, de que lhe resultou a morte poucos dias depois. Os jornaes d'aquella época tecem os maiores elogios ao capitão Thomaz Soares de Andréa, pela sua bravura e excellente caracter, e recommendaram unanimente ao governo os filhos de tão valente militar; o governo attendeu a justa recommendação, e ordenou que os filhos, emquanto menores, recebessem o soldo de seu pae.

Andréa *(Thomaz José de Sousa Soares)*. Official de marinha. N. em 1824. Assentou praça de aspirante de marinha em outubro de 1839; foi promovido a guarda marinha graduado, em dezembro de 1842; effectivo em dezembro de 1844; 2.º tenente em maio de 1847; 1.º tenente em julho de 1859; capitão tenente em março de 1869; capitão de fragata em fevereiro de 1874; capitão de mar e guerra em outubro de 1879. Foi sempre um estudante distincto, tendo premio na cadeira de navegação; logo nos primeiros annos de embarque affirmou a sua valia como maritimo. D'uma intelligencia acima do vulgar, com perfeito conhecimento do que maudava e sem a minima hesitação no que era preciso fazer; ainda nas occasiões mais criticas, os commandantes depositavam n'elle a maxima confiança, e os camaradas consultavam-n'o sobre as cousas do mar, seguindo e respeitando a sua opinião. D'um artigo firmado pelo sr. J. C. Adrião, publicado no *Occidente* de 11 de janeiro de 1884, transcrevemos o seguinte ácerca de Thomaz Soares de Andréa: «Poderiamos citar bastantes factos que provam a sua pericia como official de marinha, se carecesse de prova o que é reconhecido por todos os que com elle tem navegado; narraremos apenas um caso que nos occorre, e de que fômos testemunha, no qual a salvação do navio e da guarnição se deveu ao seu sangue frio e nenhuma hesitação, em face de um perigo imminente. Ao anoitecer de um dia de inverno, com o tempo carregado e os barometros descendo, achava-se proximo da embocadura do golfo de Yedo, nos mares do Japão, a corveta *D. João I*, commandada por Thomaz Andréa. O navio de gaveas nos segundos, com a ancora a BB, mal se mexia com as fracas bafagens que de quando em quando lhe enfunavam a panno. Tinham-se marcado havia pouco as ultimas ilhas que se viam pela prôa a estibordo, que se não podia saber quaes fôssem, por isso que o mappa que dispunha os roteiros as não tinha indicado por serem ainda pouco estudadas aquellas paragens. Pelas 6 horas da tarde começou a soprar vento que dava bordoada para se montarem as ditas ilhas, e immediatamente se tratou de o aproveitar para esse fim. Tendo navegado até ás 11 horas da noite, suppoz-se pelo andamento do navio, ter passado as ilhas, e por isso áquella hora o commandante mandou andar ao rumo de N., calculando que seguindo assim até ás 2 horas da noite e virando a essa hora, só deveria avistar a terra que fórma a embocadura do golfo de Yedo pelas 8 horas da manhã, por isso que os roteiros indicavam correntes a E. Tendo effectivamente virado ás 2 horas, seguiu sem apprehensão alguma, de estar proximo de terra, quando pelas 4 horas a vigia que estava na verga do traquete gritou: terra na prôa, muito perto... Thomaz Andréa que estava debaixo do tombadilho, sae á tolda, olha para a prôa, conhece, pelo clarão que a agua fazia batendo de encontro á rocha, que o negrume que se avistava era effectivamente a terra, e sem um momento de hesitação nem de duvidas, mette a virar em roda, por isso que com as gaveas nos segundos e o mar agitado como estava, seria pouco provavel o exito da manobra, se mettesse a virar por d'avante, mandando com intimativa, mas sem que na voz se lhe conhecesse a minima commoção. A manobra foi executada pela marinhagem com a maior rapidez. Quando o navio acabou de virar, via-se distinctamente a muito proxima distancia, a rocha alta, onde o mar batia floreando e prumou-se em 4 braças e meia. Se o commandante hesitasse um minuto, se não calculasse rapidamente que tinha espaço para virar, das duzentas e tantas praças que compunham a guarnição do navio, talvez nenhuma se salvasse, por isso repetimos, deve-se o não se ter perdido o navio e com elle toda a tripulação, ao seu sangue frio, e pericia como marinheiro.» Quando a companhia Luso-Brazileira veiu buscar á marinha militar os commandantes, e segundos dos seus bellos vapores *D. Pedro* e *D. Maria*, Andréa foi um dos escolhidos, sendo ainda tenente, e houve-se, como segundo commandante d'elles, da fórma mais distincta. Dotado de grande robustez, nunca deixou, por doença, de cumprir as obrigações do seu cargo, mas em 1879, aproximadamente, o attingiu uma doença terrivel, em que muito soffreu, e de que conseguiu restabelecer-se, mas perdendo infelizmente a vista de um dos olhos. Soffreu com toda a resignação semelhante e dolorosa perda. Commandava desde 1876 o couraçado *Vasco da Gama*, commando que assumiu sendo ainda capitão de fragata. Tem commandado os seguintes navios:

barca *Martinho de Mello*, transporte *India*, corvetas *Damão*, *D. João I*, e *Bartholomeu Dias*. Embarcou de guarnição na fragata *D. Maria II*, corveta *Urania*, escuna *Conselho*, charrua *Principe Real*, corveta *Iris*, nau *Vasco da Gama*, brigue *Vouga*, fragata *D. Fernando*, corveta *Porto*, corveta *D. João I*. Em muitas commissões do ministerio da marinha tem tomado parte ou como presidente ou como vogal. El-rei D. Luiz consagrava-lhe a maior consideração.

Andréas. Pov. da freg. de S. Salvador, de Barreira, conc. e distr. de Leiria.

Andrénunes. Celebre dolmen na serra de Cintra. V. *Cintra*.

Andrés. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação de Ceissa, conc. de V. N.ª d'Ourem, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Andreu. Pov. na freg. de S. Francisco de Assis e conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre || Monte na freg. de S. Sebastião, de Carreiras, conc. e distr. de Portalegre.

Andreus. Pov. na freg. de S. Salvador, de Barreira, conc. e distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Thiago e S. Matheus, e conc. do Sardoal, distr. de Santarem.

Andreza. Casal na freg. de Santa Maria e conc. d'Obidos, distr. de Leiria. || Monte na freg. de Santa Catharina, de Selmes, conc. da Vidigueira, distr. de Beja.

Andrezes. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Quereuça, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Andrias. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Celleirós, conc. e distr. de Braga.

Andrino *(João Rodrigues)*. Pintor. Natural de Tavira, onde nasceu pelos annos de 1660, e não se sabe a data do fallecimento. O seu nome encontra-se na lista dos naturaes da provincia do Algarve, dignos de menção pelo seu merecimento. De Beruarda d'Ascenção, com quem era casado, teve uma filha, Theodora Maria Andrino (V. *este nome*), de quem tambem foi professor de pintura. Os distinctos pintores Diogo Magina e José da Cunha Taborda falam d'elle com muito louvor. Taborda chamava-lhe *insigne pintor*.

Andrino *(Theodora Maria)*. Pintora. N. em Tavira, em 1692, e falleceu em Faro a 10 d'agosto de 1716, contando apenas 24 annos de edade e foi sepultada na egreja de S. Pedro. Era filha do pintor João Rodrigues Andrino (V. *este nome*), e de Beruarda d'Ascenção e casou com Antonio de Mendonça, de Faro. Segundo Cunha Taborda, foi discipula de seu pae, mas parece que o excedeu ainda como artista. Taborda attribue-lhe um quadro de merecimento, cujo assumpto era N. S.ª da Graça.

Andrinos. Pov. na freg. de N. S.ª do Desterro, de Pousos, conc. e distr. de Leiria. || Casal na freg. de S. Thiago, de Marrazes, conc. e distr. de Leiria.

Andulo. Sertão situado entre os rios Quanza a E. e Quito a O. nos limites sul do districto de Loanda, provincia de Angola.

Aneane. Pov. na freg. de S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Anegia. V. *Arêja*.

Anelhe. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga. 696 hab. e 156 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada junto do monte *Pedrice*. Passa aqui o rio Tamega. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e de reserva n.º 19, com a séde em Chaves.

Anes. E' o mesmo nome que Annes ou Eanes. Significa descendente ou filho de João. V. *Annes*.

Anes *(Domingos)*. Architecto, cuja actividade foi exercida no Porto, no tempo de D. Affonso IV (1325-1340).

Angediva. Ilha na costa do Malabar, distando 70 kilom. ao sul de Nova Gôa, na India. Mede no seu maior comprimento 1:300 metros desde o limite oriental, na ponta de fóra, até ao ponto mais occidental da ilha, e 300 metros de largura média, desde o baluarte de S. Francisco até á depressão da escarpa da bateria da peça. Tem 1

Ilha e fortaleza de Angediva

freg., 1 aldeia e 15 fogos com 50 habitantes de ambos os sexos, segundo o recenseamento de 1900. Foi descoberta esta ilha por Vasco da Gama a 24 de setembro de 1498. Pertence á comarca e arcebispado de Gôa. Constitue a ilha de Angediva, com a sua praça de guerra, um dos nossos padrões de gloria no Oriente, por ser a primeira praia do Malabar, onde desembarcou D. Francisco de Almeida, aos 13 de setembro de 1505. No domingo seguinte ao desembarque, mandou este valoroso capitão construir na ilha uma fortaleza, a qual se edificou em um baixo da ilha, onde estava um grande edificio e um poço, o que tudo, sete mezes depois, foi demolido. A fortaleza teve o nome de S. Miguel e n'ella ficou por capitão Manuel Pessanha, com 60 homens e artilharia. N'este tempo, os habitantes de Angediva eram piratas moiros, uns gentios baços, sujeitos á cidade de Anur, da suzerania do rei de Narsinga, os quaes fugiram para a costa fronteira do Canará. Duvidando o vice-rei Antonio de Mello de Castro fazer entrega aos inglezes da ilha de Bombaim, que Portugal havia cedido á Inglaterra pelo tratado de 23 de julho de 1661, recolheram-se estes na ilha de Angediva, então desoccupada, e só de lá sahiram em 1665, anno em que se fez a entrega de Bombaim. Em consequencia d'isso ficou Angediva outra vez desoccupada, até que, por occasião da guerra com o maratha Sambagy, o vice-rei e capitão-general da India, Francisco de Tavora, conde de Alvor (V. *este titulo*), a mandou, no anno de 1682, novamente fortificar por Amaro Simões Pereira, como consta das inscripções abaixo, que se acham collocadas aos lados da porta da ilha:

GRAÇAS A DEUS. — FRANCISCO DE TAVORA
CONDE D'ALVOR DO CONSELHO DO ESTADO,
VICE REI E CAPITÃO GENERAL DA
INDIA, MANDOU EM 5 DE MAIO DE 1682 EDIFICAR N'ESTA ILHA ESTA FORTALEZA POR
AMARO SIMÕES PEREIRA,
PRIMEIRO CAPITÃO-MÓR D'ELLA, O QUAL LHE
LANÇOU A PRIMEIRA PEDRA EM
2 DE JUNHO DO DITO ANNO, E A PÔZ
DEFENSAVEL ANTES DE SEIS MEZES, COM DEZESEIS CANHÕES, E LHE
CONCERTOU POÇOS, FONTES, TANQUE GRANDE
E A COURAÇA REAL E O BALUARTE DE
S. FRANCISCO COM TODAS AS SUAS
SERVENTIAS, MURO, PORTAES, E ESTA ENTRADA
QUE COROÔU COM ESTA CRUZ PARA SEMPRE.
— ANGEDIVA 3 DE MAIO
DE 1683 — M. T. — ARMAS — M. S.

SENDO VICE-REI DA INDIA O ILL.^{mo} E EX.^{mo} SR.
CONDE D'ALVOR MANDOU FORTIFICAR ESTA
ILHA NA ERA DE 1682 POR
AMARO SIMÕES PEREIRA PRIMEIRO GOVERNADOR
D'ESTA PRAÇA, E NA ERA DE 1731
ORDENOU O ILL.^{mo} E EX.^{mo} SR. MARQUEZ DE TAVORA
O VICE-REI DA INDIA
AO TENENTE-CORONEL O GOVERNADOR
ANTONIO PEDRO DOS REIS E SILVA, A REPARASSE
DE TODA A SUA RUINA, O QUE
SE FEZ COM TODA FORTALEZA E ACEIO POSSIVEL.

A ilha de Angediva assenta sobre grandes massas de rochas igneas, escarpadas e inteiramente inaccessiveis pelos lados occidental e meridional, tendo uma ligeira declinação para os lados oriental e septentrional, onde se estabeleceram as principaes fortificações e a povoação. Tem a ilha duas grandes nascentes de agua potavel, tres poços e um grande tanque ou reservatorio quasi na parte superior da montanha. Este reservatorio, que se diz ter sido mandado construir pelo conde de Alvor, está muito arruinado, mas já existia ao tempo da viagem de D. Francisco d'Almeida, e n'elle poderia navegar uma nau de 400 toneladas. A população tem diminuido constantemente, embora em tempos tivesse sido numerosa. As casas, quasi todas de humilde apparencia, são construidas de terra e cobertas de *ólas* ou de telha. Estão dispostas em amphiteatro na vertente da ilha fronteira ao continente, com escadas de serventia feitas de pedra solta. As casas apresentariam uma magnifica perspectiva se fôssem construidas de pedra e cal como a egreja de Nossa Senhora das Brotas, orago da freguezia, no largo da Couraça, a capella de Nossa Senhora das Dôres, no baluarte de S. Francisco, o pequeno quartel do destacamento, e uma outra casa particular assim construida. As muralhas, baluartes e baterias são construidas de granito, rocha dominante no continente fronteiro á ilha. As que bordam a parte accessivel da ilha, banhada pelas aguas do canal desde o baluarte de S. Francisco até á Couraça, estão soffrivelmente conservadas, mas não assim a cortina do mar desde o baluarte de S. Francisco até ao do Diamante, e com especialidade a cortina d'este ultimo, que desabou nos invernos de 1862 e 1863 e que Lopes Mendes, o operoso autor da *India Portugueza*, na sua visita n'este ultimo anno, diz ter achado em completa ruina. Nos baluartes e baterias encontrou elle 73 peças de ferro de differentes calibres, das quaes existiam na Couraça, montadas em reparos de madeira, 7 de calibre seis, e 1 de calibre quatro; as restantes viam-se abandonadas em differentes pontos da praça A guarnição militar consistia em dois destacamentos: um de artilharia de Nova Gôa, composto de um official inferior, 3 cabos e 16 soldados; e o outro do 1.º batalhão de caçadores de Margão, de 1 official inferior, 1 cabo e 9 soldados. Tinha um major commandante da praça e governador da ilha, 1 alferes ajudante, 1 cirurgião, 1 capellão encommendado, 1 professor de lingua portugueza, e 1 lingua da praça que ensina maratha. A praça era considerada presidio e tinha em 1863 doze galés. As mulheres angedivanas fazem meias de algodão que exportam para Gôa; os homens empregam se em pescar ao anzol tubarões e peixe viola, e em colher nos ilhéos do archipelago, que ficam ao occidente de Angediva, ninhos de andorinhas do mar, que exportam para a China, onde são muito apreciados. Estes ninhos são feitos de uma substancia leve, amarellada e transparente, que uns suppõem ser formada de ovas de peixe, molluscos, etc. e outros da secreção salivar d'aquellas aves d'arribação. São um manjar delicioso para os chins, que d'elles fazem uma geléa delicada, gostosa e nutritiva. No numero 6-7 da 17.ª serie do *Boletim* da Sociedade de Geographia, Lisboa, 1901, está publicada uma minuciosa descripção da praça de Angediva, datada de fevereiro de 1841 e assignada por Bento Zeferino Gonçal-

ves de Macedo; tem por titulo *Memoria historica do actual estado da ilha e praça de Angediva* e apresenta muitas indicações interessantes. Fala esta memoria de uma fonte na parte oeste da ilha, com sua lapide e inscripção:

FONTE DE TAVORA FEITA EM MARÇO DE 1751 A. P.

Na mesma memoria se accentuava já que a população soffrera grande golpe, pois que sendo de seiscentas almas em annos anteriores tivera mais de duas mil. No mesmo numero do *Boletim* publicou o sr. Gabriel Pereira uma noticia da viagem de D. Francisco de Almeida, de Lisboa á India, transcripta do codice manuscripto *De insulis et peregrinatione lusitanorum*, de Valentim Fernandes, allemão, existente na Bibliotheca Nacional. Referindo-se á ilha de Angediva apresenta o autor da noticia uma importante descripção ethnographica.

Angeiras. Pov. da freg. de S. Salvador de Lavra, conc. de Bouças, distr. do Porto.

Angeja *(D. Antonio de Noronha, 3.º conde de Villa Verde, e 2.º marquez de).* Commendador de Santa Martha de Alvarenga na ordem de Christo. N. a 24 d'outubro de 1680, f. em Vianna do Castello a 18 de julho de 1735. Era filho do 1.º marquez d'Angeja e 2.º conde de Villa Verde, D. Pedro Antonio de Noronha, e de sua mulher, D. Isabel Maria Antonia de Mendoça. Succedeu na casa de seu pae, e foi senhor d'Angeja e de todos os mais estados que elle possuira; serviu na guerra contra Castella, e depois de occupar varios postos, foi mestre de campo general dos exercitos, e do conselho de guerra; teve o governo das armas da provincia do Minho desde janeiro de 1716 até á data do seu fallecimento. Casou a 28 de fevereiro de 1713 com D. Luiza Josepha de Menezes, filha de João Gomes da Silva, 4.º conde de Tarouca, e da condessa D. Joanna Rosa de Menezes.

Angeja *(D. Caetano Gaspar d'Almeida Noronha Portugal Camões Albuquerque Moniz e Sousa, 8.º marquez de).* Era o 3.º conde de Peniche, em verificação de vida concedida no mesmo titulo por decreto de 9 de março de 1824, em remuneração dos serviços de seu pae, e dos de sua tia D. Thereza d'Almeida Noronha, que foi dama da rainha D. Carlota Joaquina, cedidos pelo pae d'esta senhora e seu herdeiro o 1.º conde de Peniche D. Caetano de Noronha, por termo datado de 28 de fevereiro de 1824. Par do reino por successão a seu avô, o 6.º marquez de Angeja, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara a 18 de julho de 1853, onde tambem, durante onze annos, foi secretario. Seu avô fôra feito par do reino por D. Pedro IV, por carta regia de 30 de abril de 1826, de que nunca tomou posse. O marquez d'Angeja foi ministro de Estado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Portugal junto da côrte da Belgica, 26.º administrador do morgado de Villa Verde dos Francos, solar dos Noronhas, e dos vinculos de Camões, de Albuquerque, de Moniz e de Sousa; commendador da ordem de Christo, pelos serviços de seu pae, na guerra peninsular como ajudante d'ordens do marechal Beresford; grã-cruz da de Carlos III de Hespanha, concedida emquanto foi ministro, etc. N. em Lisboa a 12 de março de 1820, f. a 1 de julho de 1881. Era filho do 2.º conde de Peniche, D. Manuel d'Almeida Noronha, e de sua segunda mulher, D. Isabel Telles da Silva, filha dos 3.ºs marquezes de Penalva. Fez o curso de instrucção secundaria na aula regia do padre Manuel de Freitas, do mosteiro dos conegos regrantes de S. Vicente, na congregação do oratorio, e no convento da Trindade, tendo por condiscipulos em diversas aulas, Carlos Zeferino Pinto Coelho, José da Silva Mendes Leal, Henrique Teixeira Sampaio, Victorino de Avellar Telles, Henrique Morley, e outros homens, que se tornaram depois muito distinctos nas sciencias e nas letras. Matriculou-se em 1838 em direito na Universidade de Coimbra, e sendo sempre estudante distincto formou-se n'aquella faculdade, em 1842; em 18 d'outubro d'esse anno entrou para a Associação dos Advogados de Lisboa e foi inscripto no mesmo dia no tribunal da relação como advogado dos auditorios da comarca. Durante o curso alistou-se no batalhão academico, de que teve o posto de major. Succedeu na casa de seu pae a 10 de março de 1824, e nos morgados de Villa Verde e outros a sua tia, D. Francisca Xavier, filha do 4.º marquez de Angeja, e irmã do 5.º marquez do mesmo titulo, a qual casara com o 1.º marquez de Chaves e 2.º conde d'Amarante, Manuel da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira (V. *Chaves, este nome e titulo).* A 22 d'agosto de 1849 foi nomeado governador civil de Evora, logar que exerceu até 1851 ao movimento da chamada Regeneração, e assignalou a sua passagem suffocando por meios de brandura a revolta do regimento de infantaria n.º 11, o que deu em resultado ser acclamado pela soldadesca. Foi demittido com a queda do marechal Saldanha. Emquanto foi par do reino, e durante os annos em que serviu de secretario, pertenceu a commissões de administração publica e legislação, e a diversas commissões de inquerito nomeadas pela camara dos pares. Fôram estas as seguintes: o caminho de ferro de Lisboa ao Carregado; sobre os actos do governo para reprimir os tumultos que se deram em dezembro de 1861, por occasião da morte de D. Pedro V e de seus irmãos D. João e D. Fernando; administração do hospital de S. José, sendo ministro do reino Fontes Pereira de Mello. Era amigo intimo de Rodrigo da Fonseca Magalhães, pertenceu ao partido regenerador, a que prestou assignalados serviços. Fez a fusão historico-regeneradora entre Rodrigues Sampaio e o duque de Loulé; data d'ahi a sua maior fama politica, sobretudo pela guerra vigorosa que fez a essa mesma fusão, desde que entraram n'ella Martens Ferrão e o conde de Casal Ribeiro. Em 1867 tinha por tal fórma alargado o seu poder, que Joaquim Thomaz Lobo d'Avila, mais tarde conde de Valbom, escudado com a sua influencia, foi eleito n'uma lucta renhida, por um grande numero de votos, contra todos os meios postos em pratica pelo ministerio fusionista, que então guerreava. Depois d'isto o nome de conde de Peniche encontrou-se em quasi todas as proclamações revolucionarias, e foi ouvida a sua voz nos *meetings* populares, do maior dos quaes, realisado em Portugal em março de 1867, foi elle o principal elemento. Este *meeting* era presidido por Antonio d'Oliveira Marreca, com o appoio do duque de Loulé, Lobo d'Avila, marquez de Niza, José Maria Eugenio, barão de Villa Nova de Foscôa, Manuel de Jesus

Coelho, etc., e ficou conhecido pelo nome de *meeting do Campo de Sant'Anna*. Foi sem duvida, o primeiro passo para a revolta, conhecida tambem pelo nome de *Janeirinha*, da qual, com o auxilio do Porto, Portalegre, e outras cidades do paiz, foi o conde de Peniche o principal motor. Esta revolta nasceu da resistencia que o conde e os seus amigos politicos pretendiam oppôr á execução do decreto da reforma do ministerio dos negocios estrangeiros e do regulamento do imposto de consumo, decretado pelo governo de então, e que devia começar a executar-se em janeiro de 1868. Para alargar essa resistencia fizeram-se *meetings* parciaes, dos quaes o maior foi o de 29 de dezembro, dia em que Antonio Rodrigues Sampaio tinha sido eleito vereador, com o maior numero de votos, da camara municipal de Lisboa. D'esse *meeting* sahiu a commissão que no dia 31 foi representar ao presidente do conselho. Fontes Pereira de Mello, contra o regulamento, e a el-rei no dia primeiro de janeiro. Cahiu o governo, a que succedeu o ministerio presidido pelo conde d'Avila, mais tarde duque d'Avila e Bolama. Este ministerio oppôz tenaz resistencia ao conde de Peniche e durou de 13 de janeiro a 25 de junho em que houve amnistia. Succedeu-lhe o ministerio Sá da Bandeira, cuja alma foi o bispo de Vizeu, que o conde sustentou com agitação em janeiro de 1869, quando o partido historico, querendo oppôr-se, elegeu presidente José da Silva Mendes Leal. Esta agitação durou quinze dias, e o conde de Peniche entendendo, pouco depois, que o bispo não satisfazia os compromissos politicos que com elle combinára, guerreou-o, contribuindo para a queda do governo por meio de varios *meetings*, entre os quaes ficou assignalado o da Junqueira, no palacio do marquez de Valladas. A este governo succedeu o do duque de Loulé, que o conde de Peniche, o duque Saldanha, Lobo d'Avila e outros, mas estes especialmente, derrubaram por meio da conhecida revolta de 19 de maio de 1870, que triumphou, entrando então o conde no ministerio organisado e presidido pelo marechal Saldanha. N'este ministerio entraram tambem Antonio Rodrigues Sampaio, José Dias Ferreira, D. Antonio da Costa de Sousa de Macedo e D. Luiz da Camara Leme. Acceitou a pasta das obras publicas, por decreto de 26 do referido mez e anno, que deixou oito dias antes do golpe de estado, sendo nomeado ministro plenipotenciario em Bruxellas onde chegou a 24 de setembro de 1870, e de Haya onde chegou a 22 d'outubro do mesmo anno. Havia rejeitado a Joaquim Antonio d'Aguiar o titulo de marquez d'Angeja, acceitando-o depois do duque de Loulé, por decreto de 19 de maio de 1870. Havia succedido a este titulo a sua prima affastada D. Maria do Carmo de Noronha, 7.ª marqueza d'Angeja, filha do 6.º marquez, D. João de Noronha, fallecida no estado de solteira. (V. *este nome e titulo).* Quando voltou a 10 de março de 1871 da sua commissão diplomatica, foi collocado na disponibilidade. Sendo accusado depois em novembro do mesmo anno na camara dos pares, constituida em tribunal de justiça, por ter sublevado o exercito, escondeu-se, e ha quem affirme que passara a fronteira, para se livrar da prisão a que fôra condemnado. Em 1872, resolvido a combater o ministerio presidido por Fontes Pereira de Mello, obrigou o governo a tomar medidas energicas contra o novo grupo revolucionario em que estava envolvido, o que lhe valeu uma perseguição de cinco annos. Em 1877 o duque d'Avila deu lhe amnistia. Desde então retirou-se da politica. Havia casado em 30 de novembro de 1844 com D. Maria Antonia Raposo d'Andrade e Sousa Alte Espargosa, filha de José Maria Raposo d'Andrade e Sousa Alte Espargosa, fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão a seus maiores, tenente da guarda real dos archeiros, commendador da ordem de Christo, proprietario e administrador de varios vinculos, e de sua mulher D. Maria Carlota do Vadre d'Almeida Castello Branco.

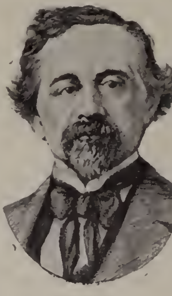

Conde de Peniche
e marquez d'Angeja

Angeja *(D. João de Noronha Camões de Albuquerque Sousa Moniz, 8.º conde de Villa Verde e 6.º marquez de).* Era 11.º senhor das villas de Angeja, Bemposta e parte da do Pinheiro, por successão de juro e herdade; conde de Villa Verde, por decreto de 14 de junho de 1804; par do reino por Carta Regia de 30 d'abril de 1826, de que não chegou a tomar posse; gentil homem da camara d'el-rei D. João VI; tenente general do exercito, servindo de governador das armas da provincia do Minho, etc. N. a 20 d'abril de 1788, f. em Braga a 23 de junho de 1827. Era filho do 4.º marquez d'Angeja, D. José Xavier de Noronha, e de sua mulher D. Francisca Thereza d'Almeida, filha dos 2.º marquezes de Lavradio e 5.º condes d'Avintes. Succedeu na casa de seu pae a 27 de dezembro de 1811, e nos titulos a seu irmão D. Pedro José de Noronha, que foi o 5.º marquez, ainda em vida de seu pae, o qual, falleceu a 27 de maio de 1804, e por decreto de 4 de junho d'esse anno lhe fôram confirmados, bem como o tratamento de marquez parente. Seu pae, o 4.º marquez d'Angeja, acompanhou a familia real ao Brazil, em 1807, onde chegou ao elevado posto de marechal do exercito. Ficando em Portugal, D. João tomou parte na guerra da Peninsula, onde muito se distinguiu nas batalhas do Bussaco e Albufeira, estando presente nos sitios de Ciudad Rodrigo e Badajoz. Antes de terminada a lucta teve a promoção de general. Em 1820 foi nomeado governador das armas do reino do Algarve e depois das da provincia do Minho, onde estava quando rebentou a revolta absolutista em 1826. Abraçou immediatamente a causa da liberdade, e combatendo as guerrilhas em Traz-os-Montes, conseguiu reunir-se na Lixa com o conde de Villa Flor. Na ponte do Prado e na ponte da Barca derrotou as forças realistas em fevereiro de 1827, e poucos mezes depois falleceu em Braga. O marquez d'Angeja era grã-cruz das ordens de S. Bento d'Aviz e da Torre e Espada (antiga); condecorado com a medalha de 4 campanhas da

guerra peninsular, e com as medalhas portuguezas pelas batalhas de Bussaco, a 27 de setembro de 1810, de Albuhera a 16 de maio de 1811, assalto e sitio de Ciudad Rodrigo, 7 a 9 de janeiro de 1812; condecorado com a medalha hespanhola pela batalha d'Albuhera. Tinha casado em primeiras nupcias a 20 de julho de 1806 com D. Maria Antonia de Lencastre, filha dos 3.os marquezes d'Abrantes e 7.os condes de Villa Nova de Portimão. D'este consorcio não houve successão. Enviuvando em 1808, passou a segundas nupcias. a 4 de novembro de 1812, com D. Juliana da Camara, filha de D. Luiz Gonçalves da Camara Coutinho Pereira de Sande, 11.° senhor das Ilhas Desertas, e 12.° morgado da Taipa, e de sua mulher D. Maria de Noronha, filha dos 7.os condes dos Arcos. Esta senhora falleceu no Rio de Janeiro em 1814, deixando uma unica filha, D. Maria do Carmo, que foi a herdeira de sua casa e titulos, e 7.ª marqueza d'Angeja. Passou ainda a terceiras nupcias, a 30 de janeiro de 1815, com D. Marianna Castello Branco, filha dos 1.os marquezes de Bellas, a qual morreu em 1862, sem deixar successão. O 6.° marquez d'Angeja teve uma filha natural, nascida no Brazil, chamada D. Maria Rita de Noronha, que foi legitimada pelo alvará de 28 de maio de 1845, e agraciada com o titulo de viscondessa d'Aljezur. Esta senhora casou com o subdito brazileiro Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, visconde d'Aljezur, em Portugal, pelo seu casamento, e veador da fallecida imperatriz do Brazil. O titulo fôra concedido por D. Pedro V pelo decreto de 15 de setembro e carta de 23 de outubro de 1858, sendo Pereira Coutinho, n'esta data, auctorisado a usar d'esse titulo, que mais tarde foi elevado a conde pelo decreto de 10 d'abril de 1878.

Angeja *(D. José Xavier de Noronha Camões de Albuquerque de Sousa Moniz, 5.° conde de Villa Verde, 4.° marquez de).* Gentil-homem da camara da rainha D. Maria I, grã-cruz da ordem de S. Thiago e da Torre Espada (antiga), 10.° senhor das villas d'Angeja, Bemposta e parte da do Pinheiro, e 10.° senhor da mesma villa; commendador das commendas que andavam na casa de seu pae, em verificação de vida concedida n'estes e outros bens da corôa e ordens, e mercê do Forte e Casas com todas as suas pertenças que n'aquella época occupava e se achava em posse, situadas na Junqueira (Lisboa, Bairro de Belem), em propriedade e como patrimoniaes, para ficarem unidas em morgado aos vinculos da sua casa, e de uma vida mais fóra da Lei Mental, em remuneração dos serviços de seu pae, por decreto de 14 de junho de 1804; conselheiro de Estado e do Conselho Supremo Militar e de Justiça no Rio de Janeiro; presidente do desembargo do Paço, da Mesa da Consciencia e Ordens, e da Junta da Administração do Tabaco; padroeiro da egreja de S. João da Praça de Lisboa; tenente-general do exercito, governador das armas da Côrte. Nasceu a 24 de abril de 1741, e falleceu no Rio de Janeiro a 27 de dezembro de 1811. Succedeu á casa e a todas as honras de seu pae a 11 de março de 1788. Embarcou para o Brazil em 1807, com a familia real. Casou a 23 de janeiro de 1768, com D. Francisca Thereza d'Almeida, filha dos 2.os marquezes de Lavradio e 5.os condes d'Avintes. Por decreto de 13 de maio e carta de 2 de junho de 1804, teve as honras de marquez parente, concedidas na regencia do principe D. João, e por decreto de 14 de junho do mesmo anno, concessão de mais uma vida nos titulos da casa, fóra da Lei Mental.

Angeja *(D. Manuel Gaspar d'Almeida Noronha Portugal Camões de Albuquerque Moniz e Sousa, 9.° marquez de).* Succedeu á casa, e a todos os senhorios e honras de seu pae. Nasceu a 29 d'agosto de 1845; falleceu a 16 de dezembro de 1901. Era filho do 3.° conde de Peniche e 8.° marquez d'Angeja, D. Caetano Gaspar d'Almeida Noronha Portugal Camões Albuquerque Moniz e Sousa, e de sua mulher a marqueza D. Maria Antonia Raposo d'Andrade e Sousa Alte Espargosa. Era um caracter excentrico, despretencioso e alegre; o marquez d'Angeja, sendo fidalgo da maior nobreza, conseguira ser ao mesmo tempo uma das figuras mais populares de Lisboa. Afastado systematicamente da vida assidua da côrte, dedicou a sua actividade á lavoura; e a administração modelar da sua magnifica propriedade da Lapa, deu-lhe um logar primacial entre os agricultores portuguezes. O marquez d'Angeja foi um dos fundadores do Albergue das Creanças Abandonadas. Falleceu na sua casa d'Ameixoeira, tendo apenas 56 annos incompletos. Foi-lhe concedido o titulo de marquez pelo decreto de 29 de março de 1883.

Angeja *(D. Maria do Carmo de Noronha Camões e Albuquerque, 7.ª marqueza de).* Filha unica do 6.° marquez, D. João de Noronha Camões de Albuquerque e Sousa Moniz, e de sua segunda mulher, D. Juliana da Camara. Foi herdeira da casa e titulos de sua mãe, e 7.ª marqueza d'Angeja, de juro e herdade, em verificação de vida fóra da Lei Mental, mercê concedida a seu avô, o 4.° marquez d'Angeja, pelo decreto de 14 de junho de 1804, e de que em virtude de prova perante o juizo das justificações, lhe foi confirmado por decreto de 15 d'abril de 1828, durante o governo absoluto; marqueza parente pelos serviços de seu pae, tratamento e honra de que já gosavam seu pae e seu avô, por decreto de 11 d'agosto de 1827. Era senhora das villas d'Angeja, Bemposta e parte da do Pinheiro; e da alcaidaria-mór de Villa Verde dos Francos; padroeira de Santa Maria de Villa Verde e de S. João da Praça de Lisboa, e da alcaidaria-mór de Terena; commendadeira da alcaidaria-mór do Torrão, e da commenda de Aljezur, ambas na ordem de S. Thiago; commendadeira das commendas de Santa Maria d'Alvarenga, de S. Pedro de Chide, de S. Salvador da Ribeira de Pena, de S. Thiago de Penamacôr, e de S. Pedro da Veiga de Lila, todas na ordem de Christo, de que tinha mercê d'uma vida fóra da Lei Mental, em cumprimento do decreto já citado, de 14 de junho 1804, ficando ainda salva, e por cumprida a mercê de uma outra vida fóra da Lei Mental, tanto nos titulos como nos bens da corôa e ordens que andam na Casa de Angeja, e fôra concedida ao 3.° marquez D. Pedro José de Noronha, por decreto de 10 de maio de 1786. N. no Rio de Janeiro a 30 d'agosto de 1813, e f. a 15 de julho de 1833, no estado de solteira. Ficando assim extincta a linha da varonia da casa de Angeja, ficou tambem extincto o direito á continuação do titulo de marquez d'Angeja de juro e herdade, e á praxe da continuação das honras de parente. O titulo só foi depois concedido em

duas vidas a seu primo afastado D. Caetano Gaspar de Noronha, 3.º conde de Peniche, em 1870. V. *Angeja (8.º marquez de).*

Angeja *(D. Pedro Antonio de Noronha de Albuquerque, 2.º conde de Villa Verde, 1.º marquez de).* Era o 13.º senhor de Villa Verde, e dos logares de Lapaduço, Portella do Sol, Rechaldeira, e das villas d'Angeja, Bemposta e Pinheiro, dos logares de S. Martinho de Salreu, Fermelãs, Fermelainha, Canellas, Pinheiro e Branca, alcaide-mór e commendador de Aljezur, na ordem de S. Thiago, e de Santa Maria de Penamacor, e do Prestimonio de S. Salvador de Moucos, todas na ordem de Christo; e dos padroados de S. João da Praça de Lisboa, e da parochia de Villa Verde, e dos mosteiros de N. S.ª dos Anjos da referida villa e de Santo Antonio, de Aveiro; védor da fazenda, do conselho d'Estado e de guerra, mordomo-mór da princeza do Brazil, N. a 13 de junho de 1661, f. a 16 de julho de 1731. Era filho de D. Antonio de Noronha, 1.º conde de Villa Verde, e de sua mulher, D. Maria de Menezes, filha de D. Duarte Luiz de Menezes, 3.º conde de Tarouca, e da condessa D. Luiza de Faro, filha de D. Estevão, conde de Faro. D. Pedro de Noronha passou á India no anno de 1692, como vice-rei, e voltou no anno de 1699. Foi depois general da cavallaria da provincia do Alemtejo, mestre de campo general, e com este posto esteve na gloriosa campanha de 1706, em que o nosso exercito, commandado pelo marquez das Minas, occupou Madrid, tomando o marquez grande parte; depois de varias campanhas, voltando ao reino, do principado da Catalunha, foi no anno de 1710 commandar o exercito do Alemtejo com o cargo de governador das armas d'aquella provincia, em 1713 teve a nomeação de vice-rei e capitão general de mar e terra, com intendencia e superioridade em todas as capitanias d'America, d'onde voltou no anno de 1718. Casou em 1676 com D. Isabel Maria Antonia de Mendoça, filha de Henrique de Sousa Tavares, 1.º marquez de Arronches, 3.º conde de Miranda, governador da Relação do Porto, do conselho de Estado, senhor da casa de Sousa, e de sua mulher, D. Marianna de Castro. O titulo de marquez foi concedido por D. João V, em carta regia de 21 de janeiro de 1714. A casa d'Angeja tem a varonia de Noronha, que se deduz na seguinte fórma: D. Henrique II de Castella teve um filho, chamado D. Affonso, que foi conde de Gijon e Noronha, e casou com D. Isabel, filha de D. Fernando, rei de Portugal. Celebrou-se o casamento em Burgos no anno de 1378, sendo esta alliança um dos artigos da paz, que os monarchas D. Henrique e D. Fernando então celebraram. Entre os muitos filhos que nasceram d'esta união, houve um, D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa, fallecido a 20 d'agosto de 1452. De D. Branca Perestrello, mulher de nobre condição, tambem teve filhos, entre os quaes se conta D. Pedro de Noronha, alcaide-mór de Obidos, commendador-mór da ordem de S. Thiago, mordomo-mór d'el-rei D. João II, de quem foi embaixador de obediencia ao papa Innocencio VIII, no anno de 1485, e casou com D. Catharina de Tavora, filha de Martim de Tavora, reposteiro-mór de D. Affonso V. D'esta união nasceram tres filhos: D. Henrique de Noronha, que foi commendador-mór da ordem de S. Thiago, de quem procedem os condes dos Arcos; D. Martinho, de Noronha d'onde descende a casa de Angeja, e D. Guiomar de Noronha, que casou com o senhor de Unhão, Ruy Telles de Menezes. D. Martinho, que era terceiro neto por varonia dos reis D. Henrique e D. Fernando, foi senhor do Cadaval, casou com D. Guiomar d'Albuquerque, filha herdeira de Fernão d'Albuquerque, senhor de Villa Verde, e por este casamento passou esta villa aos Noronhas; d'este consorcio nasceu D. Pedro de Noronha, senhor de Villa Verde, védor da casa da rainha D. Catharina, mulher de D. João III, e depois védor da sua fazenda, o qual casou com D. Violante de Noronha, filha de Francisco da Silveira, senhor das Sarzedas, coudel-mór; e foi seu filho D. Pedro de Noronha, senhor de Villa Verde, que de sua segunda mulher D. Catharina d'Athayde, filha de D. Francisco da Gama, 2.º conde da Vidigueira, almirante da India, teve D. Francisco Luiz de Noronha de Albuquerque, appellido que tomou pela pretenção de succeder ao morgado de Affonso d'Albuquerque; foi este o oitavo senhor de Villa Verde, commendador de Aljezur na ordem de S. Thiago; casou com sua sobrinha, filha herdeira de D. Manuel de Sousa e Tavora, e de sua irmã D. Brites d'Athayde. D'este matrimonio nasceu D. Pedro de Noronha e Sousa, nono senhor de Villa Verde, commendador e alcaide-mór d'Aljezur na ordem de S. Thiago, que foi casado com D. Juliana de Noronha, que veiu a ser herdeira, por mercê de D. Affonso V, dos bens da corôa de seu irmão, Francisco Moniz, conde da Bemposta, senhor de Angeja, e filho de Vasco Moniz, 4.º senhor d'Angeja, Bemposta, Assequins, Figueiró de Pinheiro. Foi este o pae de D. Antonio de Noronha, 1.º conde de Villa Verde, e avô do 1.º marquez d'Angeja. O brazão d'armas é um escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas reaes portuguezas; no segundo as de Castella, mantelado de prata, e dois leões de purpura batalhantes, e uma bordadura composta de ouro, e veiros de côr azul, e assim os seus alternos. O senhorio de Villa Verde foi concedido a 7 de junho de 1396, e o de Angeja a 9 de setembro de 1496. O padroado da egreja de S. João da Praça, de juro e herdade, foi mercê feita a pedido do cardeal Sousa, arcebispo de Lisboa, para seu sobrinho o conde de Villa Verde, a 20 de julho de 1699.

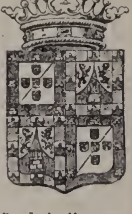

Brazão dos Marquezes d'Angeja

Angeja *(D. Pedro José de Noronha Camões de Albuquerque Moniz e Sousa, 4.º conde de Villa Verde, e 3.º marquez de).* Grande estadista, successor de toda a casa, senhorio de varias terras e commendas que teve seu pae. Nasceu a 17 de agosto de 1716, falleceu a 11 de março de 1788. Era filho do 2.º marquez d'Angeja e 3.º conde de Villa Verde, D. Antonio de Noronha, e de sua mulher D. Luiza Josepha de Menezes, filha dos 4.ºˢ condes de Tarouca. Era contrario ao governo do marquez de Pombal, e atravessou aquella época com tanta dissimulação, que o grande estadista confessava ser elle, entre todos os membros da nobreza, um dos unicos homens em cujos pensamentos e intenções nunca pudera penetrar.

Depois da queda do grande ministro d'el-rei D. José, o marquez d'Angeja, favorecido pela intimidade do infante D. Pedro, pela fraqueza da rainha, e pela fama de erudito, que alcançára, foi escolhido para presidente do real Erario quando se formou o novo gabinete. Falto de experiencia na difficil arte de governar, parece ter presidido aos seus actos, como ministro, a unica idéa de uma completa reacção contra o governo do seu antecessor, porque uma das primeiras medidas que adoptou, foi mandar suspender as obras começadas pelo marquez de Pombal para a reconstrucção de Lisboa, que o terremoto de 1755 havia reduzido a um montão de ruinas. O povo, vendo isto, dizia então, resumindo n'esta phrase o juizo que formava do novo governo, a cuja frente estava o marquez d'Angeja: «mal por mal antes Pombal.» O marquez, além dos titulos que herdara de seu pae, alcançou successivamente os seguintes: gentil-homem da real camara, deputado da Junta dos Tres Estados, do conselho da rainha D. Maria I e do de guerra, tenente general dos exercitos, ministro adjunto ao despacho do gabinete, presidente e logar-tenente da real pessoa no Erario regio, governador da Torre de S. Vicente de Belem, inspector geral de toda a arrecadação das fazendas dos armazens da Guiné e India e do arsenal real da marinha, inspector geral das obras publicas e do plano de reedificação da cidade, commendador das ordens de Christo e S. Thiago, capitão general da armada dos galeões de alto bordo do mar Oceano, etc. Apesar de tantos cargos e honrarias, não consta que para o bem publico estabelecesse alguma cousa util, além d'um jardim botanico, instituição ainda duvidosa. Para si e para todos os seus, é bem sabido, ter sido sempre de grande prodigalidade. No palacio em que habitava, conseguiu formar um notavel museu, que era considerado como uma das curiosidades de Lisboa, n'aquella epoca. Em 1783, tendo adoecido gravemente, foi substituil-o no ministerio o visconde de Villa Nova da Cerveira, D. Thomaz Xavier de Lima Nogueira Vasconcellos Telles da Silva, que depois foi agraciado com o titulo de marquez de Ponte de Lima (*V. este titulo*). Ainda em 1786, o marquez d'Angeja recebeu a valiosa commenda da villa do Torrão. Tinha casado em 31 de outubro de 1733 com D. Maria de Lorena, filha dos 3.os marquezes d'Alegrete.

Angeja *(D. Pedro José de Noronha, 6°. conde de Villa Verde e 5.° marquez de)* Gentil-homem da camara de D. Maria I, coronel do regimento de cavallaria do Caes. N. a 7 d'abril de 1771, e falleceu no estado de solteiro a 27 de maio de 1804. Era filho do 4.° marquez d'Angeja, D. José Xavier de Noronha, e da marqueza sua mulher, D. Francisca Thereza d'Almeida, filha dos 2.os marquezes de Lavradio e 5.os condes d'Avintes. Teve o titulo de marquez ainda em vida de seu pae, e pelo seu fallecimento succedeu-lhe no titulo seu irmão D. João de Noronha. (V. *Angeja, D. João de Noronha*, etc., *6.° marquez de)*.

Angeja. Villa da prov. do Douro, freg. de N. S.^{a} das Neves, conc. d'Albergaria-a-Velha, distr d'Aveiro, bisp. do Porto; 1:963 hab. e 580 fog. Tem escola para o sexo masc. e est. postal. A villa dista 9 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Vouga, n'uma pequena elevação, tendo para o lado sul uma extensa e fertil veiga, chamada *Campo d'Angeja*. Esta veiga é dividida por muitas vallas para enxugamento das aguas, de modo que na maior parte d'ella, não pódem entrar carros, e o serviço agricola é feito em barcos proprios para andarem n'estas vallas. O Vouga atravessa esta planicie aprazivel, e tem uma ponte de cantaria junto á villa. A planicie é toda cultivada, e é cercada por todos os lados, menos pelo sul, de pequenos montes, em grande parte cultivados ou cobertos de frondoso arvoredo, e povoados de varias freguezias. A villa, apesar de estar bem situada e ser muito fertil, tem cahido em decadencia. A egreja matriz é bastante antiga, e é talvez o melhor edificio da villa. Angeja foi séde e denominação d'um concelho, extincto por decreto de 31 de dezembro de 1853 ou pelo decreto de 24 d'outubro de 1855, como se lê no vol. I do *Portugal antigo e moderno*, de Pinho Leal, pag. 216. D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 15 d'agosto de 1514. A villa tem por armas Nossa Senhora entre duas torres. D'ella se descobrem a villa d'Eixo e as povoações de Cacia, Fermelãs, Canellas, Salreu, Murtosa de Veiros e outras. No dia 26 de cada mez tem feira, e mercado aos domingos. Tambem ha em Angeja uma fabrica de louça, do sr. Francisco Corrêa Vidinha. A villa pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.° 24, com a séde em Aveiro. Em Angeja teem-se publicado os jornaes: *Bouquet d'Angeja (O)*, cujo primeiro numero sahiu em 8 de março de 1887 e *Gazeta de Angeja*, que se publicou desde 20 de julho até 15 de setembro de 1887.

Angela. Casal na freg. de S. Silvestre, de Bezelga, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Angelo. Cantor portuguez, que estudou na Italia, subsidiado pelo governo portuguez, no reinado de D. João VI. Ignoram-se pormenores da sua vida, apenas se sabe que era cantor distincto e residente em Lisboa no anno de 1821.

Angelo *(Miguel) V. Pereira (Miguel Angelo)*.

Angelo. Casal na freg. de N. S.^{a} d'Assumpção, de Cazevel, conc. e distr. de Santarem.

Ango *(João). V. Palha (Fernando)*.

Ango. Pov. no conc. de Ambaca, distr. e com. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental. Fica 25 k. a N. do Lucalla e 35 a E. de Ambaca, na estrada que se dirige ao conc. do Duque de Bragança.

Angobó. Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Angoche. Districto da provincia de Moçambique, na Africa Oriental, formando uma das tres capitanias-móres em que estão divididos os territorios continentaes d'aquella provincia. Prolonga-se desde o rio Sangage ou de Santo Antonio, que o separa do districto de Moçambique, até ao rio Quizungo Grande, limite do districto de Quelimane, e é formado pela ilha de Angoche, e territorio circumvisinho, bem como pelas ilhas Primeiras, Fogo, Arvores e Rosa. As costas d'este districto são banhadas pelas aguas do canal de Moçambique, formado pelo mar das Indias, e os seus principaes rios, além dos dois já mencionados, são o chamado rio Angoche, cuja foz é fronteira á ilha de Mafamede, Mutella e Moma. A primeira capital do districto foi a povoação de Angoche, assente na margem direita do braço de mar tambem assim chamado. Tem alfandega e hospital militar e residencia do governador. Além

d'esta povoação, são tambem importantes no districto Mamevoni e Mataia, que fica na margem esquerda do rio Quizungo Grande. Este districto foi constituido por decreto de 5 de julho de 1765, e organisado successivamente por differentes actos quer do governo central, quer do governo de Moçambique. A actual capital é no sitio do Parapato, que desde 21 de setembro de 1892 se chama Antonio Ennes. Em abril de 1893 foi supprimido o governo subalterno de Angoche e substituido por um commando militar que em 1897 foi transformado em capitania-mór. A historia da nossa occupação de Angoche é a seguinte: Em 1855 era sultão de Angoche um moiro chamado Assave, que seu irmão Mussá Quanto incitou a intentar uma guerra contra os regulos dos arredores de Quelimane e de Tete, guerra que deu origem á destruição de umas propriedades, pertencentes a um negociante portuguez, José Bonifacio da Silva, que jurou vingar-se, e assim o declarou ao sultão de Angoche. Esta declaração deu origem a discordias graves entre os moiros, de que resultou ver-se Assave quasi abandonado pelos seus, tendo de retirar-se para Quíloa. Então José Bonifacio da Silva resolveu anniquilal-o, e fez uma proposta n'esse sentido ao governador geral de Moçambique, que não só acceitou, mas até auxiliou a tentativa, mandando com José Bonifacio uma força de caçadores 2 e 4 peças de artilharia. Assave fugiu para Madagascar e depois para Zanzibar em uns cinco pangaios carregados com as suas riquezas, e Mussá Quanto, que tomára o titulo de sultão de Angoche, foi completamente batido por José Bonifacio, que tomou a ilha a 26 de setembro de 1860, mas que morreu no combate, succedendo-lhe no commando dos cypaes seu irmão Victorino. Mussá Quanto foi prisioneiro para Moçambique, ahi esteve encerrado na fortaleza de S. Sebastião, d'onde conseguiu evadir-se passando para Madagascar, onde alcançou soccorros em fazendas e munições, que o habilitaram a reconquistar Angoche menos a ilha, tendo assassinado em 1862 o destacamento portuguez do Parapato, que se compunha de sete soldados e um cabo. Dez annos esteve Mussá Quanto senhor do territorio de Angoche menos da ilha. Mas em 1871, travando-se discordia entre o sultão de Angoche, Mussá Quanto e o de Imbanella Morlamno, o governo portuguez protegeu e defendeu este ultimo, enviando-lhe um auxilio pequenissimo dirigido por um portuguez chamado Manuel Simões, que prestou relevantes serviços. Depois de varias peripecias tremulou a bandeira portugueza no Parapato, e a paz assignada com Mussá Quanto a 16 de maio de 1877 assegurou-nos a posse definitiva do districto de Angoche. Os principaes generos que o districto de Angoche produz e exporta são: amendoim, gergelim, urzella e borracha. Ao capitão-mór pertence a administração do concelho. Tem alfandega e capitania dos portos, escola, e correio permutando vales com o reino. || Ilha do grupo do mesmo nome, no canal de Moçambique. E' baixa como todas as do grupo, havendo alguns logares que são cobertos na occasião de preamar. Não tem agua nativa. Está proxima do continente para o qual se passa d'ella a vau em mais de um sitio. Foi residencia do sultão, mas os portuguezes conseguiram estabelecer ali dominio ha alguns annos. Construiram-se dois pequenos reductos a fim de repellir os ataques dos indigenas e evitar o commercio de contrabando que por aquella ilha se fazia. Saía tambem d'aqui a maior parte dos escravos que faziam objecto de infame trafico. A ilha é importante pela sua facil communicação com o continente, e por acudirem ali grande copia de productos sertanejos. A sua população é de 10:000 habitantes. || Grupo de ilhas situadas na costa de Moçambique, sendo as principaes as de Angoche, Mafamede, Caldeira, Passaros e Pau. São pequenas e de formação madreporica. A sua extensão não é inferior a 5 k. e a elevação sobre o nivel do mar não excede em geral a 2^{m},5. São quasi todas rodeadas de recifes. Caldeira é a mais occidental e Mafamede a mais oriental. || Nome que se dá a um braço de mar que se mette pela terra, formando na apparencia um rio, na costa de Moçambique, no districto do mesmo nome. A emboccadura d'este braço de mar é larga, e a barra dá facil entrada aos navios que não demandem mais de 14 de pés de agua.

Angola *(Historia da provincia de).* O descobrimento de Angola deve-se a Diogo Cão. Mandado por el-rei D. João II para proseguir no reconhecimento da costa, passou, em 1484, além do cabo de Santa Catharina, e chegou á foz d'um grande rio, onde assentou um padrão, tomando posse da terra por parte do rei de Portugal. Deu áquella grande corrente o nome de rio do Padrão, por haver ahi levantado o signal do seu descobrimento. Os naturaes denominavam-o rio Zaire, nome por que geralmente é conhecido. Ainda, em 1859, existiam restos d'este memoravel padrão, que foi depois substituido por outro. Voltando, em 1486, ao Zaire, onde foi muito bem recebido pelo rei do Congo, proseguiu Diogo Cão no descobrimento da costa, e collocou padrões no cabo de Santa Maria, no Cabo Negro e no Cabo Serra. Continuaram as relações amigaveis entre o rei do Congo e os portuguezes, aos quaes foi cedida toda a costa maritima entre o rio Zaire e a ilha de Loanda, e começou a estabelecer-se o commercio com o reino de Angola ao qual concorriam alguns armadores da ilha de S. Thomé. Requereu o rei d'estas paragens assentar pazes com o de Portugal, e, em 1559, foi ali mandado Paulo Dias de Novaes com tres caravélas. Retido algum tempo pelo rei de Angola, voltou ao reino, d'onde só poude partir de novo em 1574, sendo então nomeado governador e capitão-mór da conquista do reino de Angola. Com a sua frota, conduzindo uns 350 homens, entrou Paulo de Novaes a barra de Corimba em 1575, fundou a villa de S. Paulo de Loanda em 1576 e a de Calumbo em 1577. Obrigado a defender-se do traiçoeiro ataque do rei de Angola, alcançou d'elle uma serie de victorias, de que resultou alargar-se o nosso dominio, fundando-se varios presidios. Depois da morte de Paulo de Novaes continuou a guerra com varia fortuna. Edificou-se em 1617 o forte de S. Filippe de Benguella, sujeitaram-se varios sobas e estabeleceram-se feiras em differentes pontos. A tomada de Loanda pelos hollandezes veiu interromper o proseguimento das nossas conquistas. Desde 1641 até 1648 esteve a cidade em poder d'elles, e só lhes foi arrancada pelo patriotico esforço do governador Salvador Correia de Sá Benevides, que, em seguida, os expulsou tambem de todos os outros pontos que haviam occupado. Em 1666 foi destruido, em uma

terrivel batalha, ferida nas terras de Ambuilla, o exercito do rei do Congo, que invadira o territorio portuguez; em 1671 foi destroçado e morto o rei do Dongo, e o rei de Motamba egualmente derrotado e morto em 1681, ficando assim assegurada a conquista de Angola e do Benguella. Desde então houve quasi sempre necessidade de combater as invasões ou rebellião de varios sobas, mas pouco a pouco se foi fixando o nosso dominio, construindo-se alguns presidios e fortalezas. Em 1840 começou a colonisar-se Mossamedes e o Ambriz. D'ahi por deante as lutas de conquista são derimidas entre as chancellarias e pela diplomacia. As nações interessadas n'esta parte do continente africano, apoz negociações, tratados e arbitragens, que seria enfadonho relatar, reconheceram a Portugal os seus legitimos dominios em Angola. Sob a denominação de Angola — primitivamente N'Gola, appellido do rei do Dongo, quando os portuguezes ali chegaram, em 1486 — comprehendem-se, pois, os territorios, que descobrimos, occupámos e explorámos, achando-nos em contacto com povos de que, na Europa, não havia a menor noticia. Foram realmente os portuguezes os primeiros, que aportaram a estas regiões, inteiramente desconhecidas e isentas de qualquer influencia estranha. E, ahi estabelecidos, exercemos todos os actos de soberania e de posse, creando presidios, organisando postos de segurança (patrulhas), abrindo feiras, mantendo feitorias, fazendo viagens, realisando explorações scientificas, procedendo a travessias, espalhando o commercio, hasteando a cruz, acceitando vassallagens e fazendo-as respeitar sempre que se dava rebeldia ou traição, tendo patenteado por todos estes territorios um largo dominio e uma administração sensata. Explorámos, colonisámos, lutámos, e, se muitos presidios foram as legitimas consequencias de uma heroica conquista, outros foram o resultado da nossa acção commercial e civilisadora, procurando fazer a felicidade de todos os povos, que ali se nos deparavam, assimilando e não destruindo-os ou eliminando-os. E dos reinos de N'Gola e de Benguella formámos uma capitania geral, subordinando os presidios a esta fórma de administração, que acabou em 1836, passando a designar-se governo geral. Os presidios receberam o nome de concelhos. Data d'esta época a primeira transformação administrativa, não havendo ministro que não tenha procurado levar ali alguns melhoramentos, muitos d'elles de caracter scientifico e alguns verdadeiramente notaveis. E governadores geraes ali se teem apresentado, deixando uma brilhante folha de serviços e dando provas de superior criterio administrativo. Não havia então limites á nossa expansão por todas estas regiões nem, ao nosso lado, se havia estabelecido nação alguma, abrindo nós, pela nossa parte, as portas, franca e lealmente, a todos os exploradores estrangeiros, que ali queriam ir. Precisavam todos elles de estudarem a lingua portugueza para bem se entenderem com os indigenas, e, d'este modo, não receavamos nós a concorrencia d'esses exploradores, que, por todas estas regiões, encontravam a nossa acção civilisadora na lingua que aprendiam, nos vegetaes e plantas uteis que introduziamos e nos caminhos commerciaes que abriamos e que ainda hoje causam a admiração dos sabios, que os estudam. No entretanto, em volta d'esses exploradores abre-se uma formidavel campanha de vulgarisação; ha mesmo jornaes que subsidiam explorações e assim se deu origem á conferencia de Berlim (1885), creando-se, n'essa época, sobre a carta da Africa Central, o Estado Independente do Congo, que, logo a seguir, guiando-se apenas por este criterio, nos arrebatou territorios, a que não tinha o menor direito, e, ao mesmo tempo, avançava a França pelas nossas possessões do Congo, subia a Inglaterra pelo valle do Zambeze, sobre que temos incontrastaveis, direitos e a Allemanha estabelecia-se ao sul da provincia. E vimo-nos então obrigados a regular a nossa esphera d'acção com todas estas nações, que creavam um direito colonial para seu uso e nos cercavam e comprimiam ao norte, a léste e ao sul. Temos, felizmente, a oeste, na costa Atlantica, importantes portos, que nos facilitam a entrada, e permittem reagir e evitar, com vantagem, a acção absorvente das nações visinhas. E Portugal procura aproveital-os, mantendo para ahi carreiras de navegação e fazendo construir caminhos de ferro de penetração, collocando-se assim a par das outras nações. São brilhantissimos alguns estudos, que se vão realisando, e de todos elles se deveria fazer larguissima vulgarisação e activissima propaganda, a fim de que se patenteasse por uma fórma radical o que temos feito e vamos fazendo por todos os territorios, que nos deixaram, e se pudesse estabelecer um facil e seguro confronto com o que se faz nas colonias limitrophes, e a respeito das quaes se publicam constantemente trabalhos de toda a ordem, tambem valiosos subsidios para a sua historia.

Angola *(Provincia de)*. A provincia de Angola, na Africa Occidental, reduzida como está a nossa esphera de acção, acha-se hoje delimitada, e devem ser bem conhecidos os seus limites com as possessões visinhas, a fim de que possa avaliar-se a sua importancia politica, social e commercial. Os limites, ao norte, são os seguintes: Linha de convenção entre Portugal e o Estado Livre do Congo, sendo representada pela margem esquerda do Congo-Zaire até Noqui; d'este ponto pelo respectivo parallelo até ao rio Cuango; pelo curso d'este rio, a montante, até á foz do rio Untungila (troço fluvial que olha a leste), e d'este ponto segue a fronteira com taes variantes entre o 7 e 8 grau de latitude sul, que mal se podem explicar, e vae terminar a linha quebrada limitrophe no rio Cassai por 7° 17'. Como se vê teem estes limites, ao norte da provincia, excepcional importancia, attentas as forças de aspiração demographica e commercial, que ali se manteem, e contra as quaes estamos lutando, como nos cumpre. Não se relembram agora os principaes meios d'acção, que se vão empregando. Perdemos largos territorios, em alguns dos quaes tinhamos negociantes estabelecidos, quando ali chegaram os modernos exploradores, como por exemplo no Lubuco, entre os rios Cassai e Lulua, por 6° de latitude sul e 22° a 23° de lon-

Brazão da provincia de Angola

gitude, e necessario é agora que não soffrainos maiores perdas. Os limites, a leste, são o curso do rio Cassai desde o parallelo 7° 17', sul, até á foz de um rio, que vem do lago Dilolo, por 1:445 metros de altitude, e tem a foz na magem direita d'este rio; segue depois a linha limitrophe ou a divisoria das cabeceiras do Zambeze e o curso d'este rio até aos rapidos de Catima. Ha, sem razão que o justifique, um desvio para oeste, entre os rios Loeti e Capaco, que teem a foz na margem direita do Zambeze, dando-se como fronteira, não o curso d'este rio, mas a linha politica, raiana ou divisoria do reino do Barotze, e perdemos os pontos, em que descançavam os nossos exploradores, que se destinavam á Africa Central, e entre os quaes são affamados Libonta e Lialui. Discutem-se, n'este momento, os limites definitivos n'esta altura da provincia, tendo sido submettidos á arbitragem, e assim se decidirá até onde chega a nossa esphera de acção, a leste da provincia, e na sua conjugação com a dos inglezes. Os limites, ao sul da provincia são a linha de convenção entre a Allemanha e Portugal, assignalada pela margem direita do rio Cunene até aos primeiros rapidos d'este rio e d'este ponto para leste o parallelo até ao rio Cubango, tão celebre nas nossas explorações; segue depois o curso d'este rio até Audára, que pertence aos allemães, e vae, d'este ponto, em linha recta, até aos já mencionados rapidos de Catima, no Zambeze. Corre esta linha raiana na região septentrional do grande deserto do Calahari, e merece por isso toda a nossa attenção, quando se pretenda valorisar as terras da provincia a este rumo. Tem a Companhia de Mossamedes mandado proceder a differentes estudos, principalmente sob o ponto de vista mineiro, mas, por emquanto, ha muito que explorar, collocando-nos em circumtancias de resistir, com vantagem, á acção absorvente dos allemães, que nos fecham por este lado. Da parte do oeste da provincia desenvolve-se a costa Atlantica por uns 1:625 kilometros, na sua vertente occidental, o que expõe os nossos territorios, a este rumo, á benefica acção das correntes maritimas e á dos ventos que sopram do alto mar (ventos Atlanticos n'um anno, Loanda, 5:294 vezes, e terrestres 1.975). Colloca-nos esta linha fronteira, além d'isso, em optimas condições de luctar pela nossa independencia provincial, pois, por toda ella, ha portos que nos facilitam a entrada em qualquer das zonas parcellares, em que se dividem os territorios, opprimidos pelas possessões, que os rodeam a todos os outros rumos.—E, finalmente, para dentro de todos estes limites convencionaes levanta-se alterosa a nossa provincia d'Angola, tendo a sua superficie plana 1.255:775 k.², quando a do Estado Livre do Congo, sem factos que o justifiquem, está calculada em 2.450:000 k.²! E' muito mais do dobro do que deixaram a Portugal, que ali trabalhava havia mais de tres seculos (1575-1885), tendo ahi exercido uma notavel acção civilisadora, deixando itinerarios tão bem traçados que fazem a admiração dos sabios, que hoje os examinam, e prestando serviços, que agora se podem apreciar e pôr em confronto com o das nações, que nos estão fazendo concorrencia e nos affastaram dos mercados da Africa Central, principalmente de Nyangué ou de Manyema, por 6° 30' latitude sul e 23° 40' long. E. Green., um pouco para leste do *nosso* Lubuco (22° 23' de long. E. Gr.). Dos territorios, que nos ficaram, ha informações tão importantes quanto minuciosas, mas acham-se por tal modo dispersas que se torna impossivel consultal-as, comparal-as e resumil-as em pouco tempo. No entretanto consignam-se aqui os factores, que melhor podem dal-os a conhecer e mais influem nas populações da provincia, cujo modo de ser social e mesmo anthropologico ainda não se acha scientificamente estudado, nem bem conjugado com os logares e com trabalho, os modificadores por excellencia das sociedades humanas. Formam as terras de Angola uma pequenina fracção do nosso planeta, constantemente exposta aos raios perpendiculares do sol, que ali passa duas vezes por anno, fazendo-se acompanhar do annel nubloso (*pot au noir* dos marinheiros francezes)—que é o regulador das estações em taes paragens. E esta circumstancia cosmica imprime-lhe um caracter muito excepcional—completamente differente do que se nos depara na metropole, como *habitat* humano Levanta-se a pequenina zona cosmica de Angola a egual distancia do Equador e do tropico de Capricornio, no hemispherio austral, no continente d'Africa, e pertence assim, em todo o rigor, ás regiões verdadeiramente intertropicaes. Participa ainda assim, por um lado, das influencias equatoriaes propriamente ditas, que dominam as terras do Congo portuguez e as de Loanda, confinando entre si, e, por outro, das tropicaes, que se impõem nas terras de Benguella e de Mossamedes, servindo de divisoria cosmica entre estas influencias o parallelo 12°, sul, passando um pouco ao norte do Bailundo, do Bié e do Lobale, na bacia do alto Zambeze. Differem as condições de vida por todas estas terras de um modo muito sensivel, e necessario é descrevel-as, a fim de que possam apreciar-se os meios de acção a empregar, quando se trata de qualquer exploração ou de qualquer colonia de povoamento por europeus ou por indigenas, as quaes devem merecer todo o cuidado, quando se pretenda valorisar qualquer territorio da provincia por um modo tão vantajoso como efficaz e seguro. Todas as terras de Angola são verdadeiramente atormentadas por grandes relevos, montes, serras e cordilheiras, que impedem as communicações e difficultam os transportes, sendo estes feitos por meio de caravanas dos indigenas, o que os affasta das culturas alimentares e lhes dá uma organisação social tão nefasta aos progressos das suas terras como a que deriva da caça e das guerras, em que constantemente se envolvem, muitas vezes para obterem alimentos! Da arrumação das terras da provincia de Angola provem, sem a menor duvida, uma das mais fortes causas da sua improgressibilidade, e bem o reconhece Portugal, que se empenha em a combater pelos processos mais energicos e mais efficazes, precedendo as outras nações colonisadoras, que, ao nosso lado, teem agora as suas possessões. Não se elevam a grandes alturas os montes, serras e cordilheiras da provincia de Angola, mas são em grandissima quantidade, e formam differentes zonas telluricas muito distinctas umas das outras; a do littoral, a média ou montanhosa, a dos plan'altos colonisaveis, a da borracha indigena e a aurifera. São longitudinaes as tres primeiras e regionaes as ultimas, sendo muito importantes os seus caracteres dif-

ferenciaes. Na zona do littoral ha uma largura de uns 100 a 150 kilometros. É baixa, em geral, insalubre e bastante arida. Os rios que a atravessam, na secção equatorial, são navegaveis por lanchas e são notaveis as obras, que se teem feito nas margens para impedirem o transbordamento das aguas. Merecem especial menção as dos rios Dande, Bengo e Cuanza. Chamam-se a estas obras na provincia *bongues*, e recordam o que se fazia no Mondego, em Portugal, no seculo XVII. A zona média ou montanhosa apresenta uma largura de 50 a 80 kilometros. Abunda em florestas, tem uma população densa, sendo representada, na parte equatorial da provincia, por Cazengo, Golungo-Alto e Dembos. A zona dos plan'altos colonisaveis levanta-se para cima de uns 1:500 metros de altitude, havendo por ahi bons prados e podendo fazer-se, com vantagem, a cultura do trigo. A zona da borracha indigena, nas terras mais a leste, estende-se sobre as cabeceiras do rio Cubango, no Chipollo, por 1:220 metros de altitude e na região superior dos Ganguellas por 1:370. Não se produz tão bem em zonas superiores a 1:500 metros de altitude. A zona aurifera pertence á bacia hydrographica do rio Cunene, sendo conhecida sob o nome de Cassinga e rodeada a oeste e ao sul de grandes florestas em que ha elephantes, leões, zebras e antilopes. Levanta-se por uns 1:400 metros de altitude e já se acha sufficientemente estudada. Pertencem estas duas ultimas zonas ás terras tropicaes, o que muito as distingue tambem das equatoriaes, embora façam parte integrante da mesma provincia. Qualquer d'estas zonas merece especial vulgarisação, differençando-se sobretudo pelas altitudes, pela distribuição das aguas, completamente diversa ao norte e ao sul do rio Cuanza, pelas aptidões agricolas e ainda pelas culturas sociaes ou economicas. Não é possivel, todavia, individualisar cada uma das caracteristicas differenciaes, e assim apenas se trata aqui do que ha de mais geral n'umas e n'outras. Relembram-se, no entretanto, os principaes montes, serras e cordilheiras, que nada teem de comparavel com as da Europa, Asia e America, o que obedece ás leis cosmicas, que regem o nosso planeta, e ás quaes se deve prestar toda a attenção, quando se pretende fazer a descripção de *um habitat* humano. Na provincia de Angola rememora se a serra de Tala Mugongo, dominando Cassange, tão affamada na nossa historia provincial. Eleva-se a uns 1:340 metros de altitude e pertence a uma das zonas de mais difficil exploração. A serra da Chella e a de Vissecua, variando entre 1:600 a 2:000 metros de altitude delimita as colonias de povoamento e pertence uma e outra á região das terras tropicaes. As colonias de povoamento, já fundadas, são as seguintes: Palanca, 1:900 metros de altitude, 14° c.; Colonia de S. Januario, 1887, idem; Huilla, 1:780 metros, 17° c.; Colonia do Caculuvar, 1:770 metros, 18° c.; Colonia Sá da Bandeira, 1:800 metros, id.; Colonia da Chibia, 1:700 metros, 19° c.; Colonia de Joba, 1:475 metros, 19° id. Distingue-se o monte Lovili por 12° 5' de latitude sul, ficando por isso na divisoria cosmica, que separa os territorios equatoriaes dos tropicaes a uma altitude de 2:300 metros. Fica-lhe proximo o monte Elonga, erguendo se a 2:300 metros. O monte Caomba, de uns 1:700 metros de altitude, levanta-se no extremo leste da provincia, e torna-se por isso digno de muita attenção. Emerge este celebre massiço por 11° 30' de latitude sul e por 24 de longitude E. Gr., sendo o principio da cordilheira que se extingue ao pé do lago Tanganica. D'este monte nos falam os exploradores Capello e Ivens. Tornam-se muito notaveis os montes, que formam a celebre cordilheira, que, da região septentrional do plan'alto do Biè, se dirige para o norte da provincia, e d'ahi até aos montes Camarões, no fundo do golfo dos Mafras, seguindo parallelamente a costa, e não se levantando a grandes alturas. Dão-lhes os geographos o nome de Montes de Crystal, e d'elles se teem feito minuciosas descripções. Pertencem estes montes costeiros á região equatorial de Angola, onde a raça branca não se aclima — não póde cavar a terra. Em contraposição, nas mesmas condições, na direcção norte-sul, a partir das alturas meridionaes do plan'alto do Biè, na mesma provincia, levantam-se outros montes costeiros, que formam a cordilheira de Vissecua e da Chella, bem conhecida pela sua salutar influencia nas terras colonisaveis. Pertencem estes montes costeiros á região tropical da provincia, onde a raça branca se aclima e póde, em geral, cavar a terra. Muito singulares são tambem os chamados montes queimados como o de Caculo Cabaça no valle medio do rio Cuanza. Devem relembrar-se os morros, que se avistam do mar, quando se vae navegando costa a costa. São os do Ambriz, das Lagostas, da foz do rio Cuanza, boa marca para a reconhecer, e o celebre Chapéo Armado na costa do sul. Tornam-se notaveis as afamadas pedras de Pungo An-Dongo, levantando-se a 1:180 metros de altitude e constituindo uma das maravilhas orographicas da provincia, e a respeito das quaes se teem feito importantes estudos. Levanta-se o plan'alto de M'Bulumvulo a uns 1:700 metros de altitude, pertencendo á região do Biè. E' n'este plan'alto que se nos deparam as nascentes dos principaes rios de Angola, o que lhe dá excepcional importancia no estudo orographico da provincia. Ao lado da margem esquerda do rio Cuanza corre a serra de Quimbella, e centenares de morros, de collinas e de montes, alguns sem vegetação, blocos de pedra verdadeiramente notaveis, desfiladeiros e quebradas se deparam por toda a provincia, mas seria demasiado extenso ennumeral-os, classifical-os e apreciar-lhes as respectivas funcções. Deve notar-se, no entretanto, que as cordilheiras e serras longitudinaes de Angola interrompem os cursos dos rios, que se despenham por altas cachoeiras e por variados rapidos e quedas d'agua, o que dá aos leitos dos rios uma feição muito caracteristica e torna impossivel, por completo, a navegação fluvial, como meio de penetração nas regiões centraes da provincia. E é esta evidentemente uma das causas, que mais tem concorrido para não se fazer a exploração agricola em larga escala. Todos esses montes, serras e cordilheiras, formam um verdadeiro reducto em volta dos plan'altos, e estes, nas suas regiões mais altas, ficam muito abaixo da linha das geleiras equatoriaes (5.900 metros d'altitude), e assim falta na provincia esta origem fluvial e a sua influencia nos climas altitudinaes. São verdadeiramente notaveis os contrastes orographicos, que se nos deparam na provincia de Angola, e necessario é tornal-os bem co-

nhecidos a fim de que possam apreciar-se, com vantagem, as aptidões agricolas das regiões, que se tentam explorar ou onde se pretende estabelecer colonias de povoamento. Em conjugação com o regimen orographico da provincia, deve estudar-se o dos rios, tomando em muita attenção as vertentes que elles seguem e a direcção que tomam. A vertente mais extensa e de maior desenvolvimento é a do Atlantico. A do rio Cuango, a leste, é bastante limitada, e faz parte integrante da bacia hydrographica de Cassai, que leva as suas aguas ao Congo-Zaire. Não tem a provincia vertente para leste do Zambeze, que corre em direcção ao sul, indo despejar as suas aguas no Mar das Indias. Recebe alguns affluentes na margem direita, que dranam as terras do Lobale, onde ha largas zonas alagadas e que por isso se tornam insalubres. E' originalissima a vertente do rio Cubango, mas faz-se melhor idéa d'esta e d'outras vertentes, apreciando os cursos d'agua que ahi correm e as condições em que se apresentam. E' curioso o systema hydrographico da provincia de Angola, quer se attente na vertente Atlantica, que se apresenta monotona, pezada, faltando-lhe, no seu extremo maritimo, deltas e peninsulas, fundas bahias e golfos amplos, onde os rios despejassem as suas aguas, e a navegação de longo curso ou mesmo de cabotagem recebesse incitamento, quer na das regiões inteiramente continentaes e sem nenhuma influencia maritima. Dos rios, que merecem maior attenção, devem mencionar-se os externos, em parte servindo de limites, como o Zaire, no seu curso inferior, o Cuango e o Cassai, o Zambeze, no seu curso superior, o Cubango e o Cunene no seu curso inferior tambem. O rio Cunene nasce a uma altitude de 1:784 metros por 12° 44' de latitude sul. Tem por affluente da sua margem direita o rio Caculuvar, que faz a dranagem de uma região salubre, onde temos promettedoras colonias de povoamento. Nasce o Cubango por 1:800 metros de altitude n'uma planicie de matto rasteiro (inhara ou anhara), recebendo muitos affluentes na sua margem esquerda, conservando estes os seus cursos quasi parallelos ao do receptor principal, o que é uma caracteristica de alguns rios em Angola. Atravessa o Cubango a celebre região de Catoco, onde temos o forte da Princeza Amelia e vae descarregar as suas aguas, ao sul provincia, na região lacustre e que fecha a provincia por este lado. E' verdadeiramente original a hydrographia d'esta zona, que muda, por completo, segundo as differentes estações do anno. Chamam-se *omarambas* ou *murollas* os cursos d'agua, que ahi se formam no tempo das chuvas e que por vezes chegam a ligar os rios Cunene e Cubango e os lagos que ahi afloram, como o Atacha, por exemplo. Na costa maritima, de Mossamedes para o sul, toda de areia, formam-se tambem correntes, que seccam no tempo das estiagèns, e recebem ahi o nome de *dambas*, o que não ha em nenhuma outra região da provincia. São bastantes os rios, que teem toda a bacia hydrographica dentro dos territorios de Angola, devendo mencionar-se o Quebe ao sul do Cuanza e este rio, que é, por certo, o que deve merecer mais attenção. O Quebe nasce por 1:700 metros d'altitude n'uma quebrada das serras de Cadumbo-Huambo, e vae desaguar no Atlantico junto ao morro de Benguella Velha, onde recebe o nome de Cuvo. Tem grandes cataractas e diversos rapidos, como, em geral se encontram em todos os rios da provincia. O rio Cuanza apresenta uma individualidade fluvial muito distincta, embora não seja dos grandes rios d'Africa. Este rio, tão portuguez por ser n'elle que fizemos as primeiras viagens de penetração (1576), praticando ahi feitos heroicos de tal imponencia que deveriam ser proclamados em todas as chorographias da provincia, e em todos os trabalhos de vulgarisação colonial, tem a sua nascente determinada pelas seguintes coordenadas: Altitude, 1:680 metros; longitude E. Gr. 17° 54'; latitude sul, 13° 30'. Mostram estes tres factores desde já que se trata de um rio, que tem a sua origem a mais de um terço abaixo das regiões geleiricas (5900-1630), e que, na sua bacia de recepção, se inclina quasi por um grau e meio para dentro das terras tropicaes, o que o faz participar das influencias salubres d'este logar. Affasta-se, porém, d'esta zona para entrar nas terras equatoriaes, tendo um curso verdadeiramente atormentado e correndo sempre dentro de uns quatro parallelos, o que mantem a sua improgressibilidade e acção pouco commercial. Tem a foz, no Atlantico, por 9° de latitude sul. A sua disposição, sensivelmente transversal, dá-lhe quasi as mesmas estações e as mesmas plantas uteis, e até identicas producções por todo o seu valle medio e inferior, embora, n'este, haja palmares vastissimos, muitos baobabs e os celebres mangues, que lhe orlam as margens até onde se sentem os mares ou a influencia das aguas salgadas. A bacia hydrographica d'este rio é de 169.412 k.² e o seu percurso de uns 850 kilometros. Atravessa as terras dos Ganguelles e do Bié, onde tem margens encantadoras, descriptas pelos nossos exploradores antigos e recebe, n'esta região, differentes affluentes, sendo um dos principaes o rio Coqueima que nasce a uns 1:780 metros de altitude. Depois de receber o Coqueima, muda o Cuanza de rumo, separa as terras de Lemba e Gamba das do Songo, havendo n'esta altura grandes desnivellamentos, onde se formam cachoeiras, rapidos e cataraetas, de que nos dão bellas descripções os nossos exploradores Brito Capello e Roberto Ivens. São as ultimas quedas d'agua as de Cambambe, acima da villa do Dondo, sendo o rio depois navegavel até ao mar. São miseras as povoações do Dondo, Massangano, Muxima e Calumbo, que se levantam sobre as margens d'este rio, no seu curso inferior, e mostram as condições improgressivas do principal rio da provincia. Não tem o rio Cuanza uma foz ampla, de facil entrada, sendo a profundidade de uns 3,m5 e offerecendo baixos de areia, muito movediços e que é preciso conhecer muito bem, quando por ahi passar um navio de maior lotação. Recebe o Cuanza differentes affluentes no seu curso medio e inferior, como o Luando e o Lucalla, que é o maior, tendo a sua foz um pouco ao sul da villa de Massangano, heroica villa, onde nos primeiros tempos se construiram embarcações. Acha-se hoje em ruinas, e não se levantará mais, porque aos cursos navegaveis dos rios se substituem agora os caminhos de ferro, ao lado dos quaes se fundarão as novas povoações e os novos centros commerciaes. Trata-se, pois, de uma nova provincia, succedendo-se á primeira, que tem de existencia ao publicar-se este diccionario 328 annos e que

representa, na nossa vida colonial, uma brilhante epopeia de trabalho e de serviços verdadeiramente uteis e que não foram apreciados pelas nações colonisadoras que se reuniram na conferencia de Berlim e nos tiraram largas regiões e nos affastaram dos mercados centraes para os occuparem sómente, porque dispunham do direito da força! A administração superior da provincia de Angola, depois da sua transformação em 1836, perdeu o caracter inteiramente militar, e tomou nova orientação, embora ao principio se conservasse vacillante e amortecida. Teve ella os seus inicios por largo periodo, pois sómente, nos fins de 1869, appareceu o decreto da sua nova administração, pelo qual ainda se regula, bem como ainda ali se adopta o codigo administrativo de 1842! Não tem estacionado felizmente o movimento administrativo, e, sob alguns pontos de vista, póde dizer-se que é brilhantissimo. Não se divulga o que organisamos, de novo, assim como nunca se divulgou, por um modo largo e efficaz, o que fizemos nos primeiros tempos, sendo mesmo mal apreciado por alguns dos escriptores dos nossos dias, chegando a apparecer, no Congresso Colonial, uma Memoria, em que se affirma que nada haviamos feito nas terras da Africa Central. Não admira, por isso, que sejamos mal apreciados como nação colonisadora, e que até se julgue que não temos capacidade de colonisar! O que é certo é que o decreto organico de 1869 tem sido alterado, modificado, embora, por effeito de tradição colonial, não se conjugue ainda com as localidades e com as populações que as habitam, o que deverá desapparecer ou modificar-se, pois as localidades e o trabalho são a base fundamental, em que deve assentar a administração de uma colonia. E assim é que a transformação de uma sociedade depende principalmente da transformação territorial, abrindo vias de communicação, alargando as culturas e animando os industriaes e o commercio. E é verdadeiramente admiravel o que Portugal tem feito em Angola nas obras publicas, em campanhas militares e na fazenda publica. São nobilissimos tambem os trabalhos scientificos, attestados por obras de grande valor, e, por isso mesmo, impõe-se uma nova administração, que venha rehabilitar a provincia, e dar-lhe todo o brilho, a que tem direito. A provincia de Angola, no actual momento historico, constitue um governo geral, sendo todos os negocios dirigidos por um governador, que tem poderes militares e civis com jurisdicção em todos os territorios e respectivas populações, subordinando-se ainda assim ao ministro da marinha e ultramar, em Lisboa, que é, nos principaes negocios, o arbitro supremo. Simplifica-se a administração publica de tão vasta provincia, quatorze vezes maior do que a metropole, dividindo-se em districtos, tendo á sua frente governadores subalternos, com excepção do da capital da provincia. Sub-dividem-se ainda estes em concelhos, commandos militares ou circumscripções, capitanias-móres e postos militares. São deficientissimas estas divisões e sub-divisões administrativas, ás quaes correspondem grandes territorios, por vezes sem as menores communicações nos que ficam a léste. Ha, comtudo, concelhos já servidos pelo telegrapho, que os liga com a capital da provincia, formando uma rede, que se calcula em 1228 kilometros, sendo no districto de Loanda 920, no de Benguella 24 e no de Mossamedes 284. E' este um melhoramento de grande importancia, e vae sendo cada vez maior o seu desenvolvimento. Está tambem em plena exploração o caminho de ferro de Loanda a Ambaca, tendo por estações, a partir da capital, Cacoaco, Quifandongo, Funda, Cabiri, Catete, Cunga, Cassoneca, Barraca, Calumguembo, Zenza do Itombe, Cassoalala, Oeiras, tão afamada no seculo XVIII, Talla Quizanga, Luinha, Canhoca, Queta, N'Dalla Tando, hoje séde do concelho de Cazengo, e Pamba, séde do concelho de Ambaca. Trata-se de prolongar este mesmo caminho de ferro até Malange, que hoje serve de capital do districto da Lunda. E, a par d'estes progressos, deve mencionar-se o caminho de ferro de Benguella á fronteira, e que já se acha em construcção, tendo por terminus, sobre a costa Atlantica, a bahia do Lobito, para onde, em 1842, se quiz transferir a cidade de Benguella. Dirige-se esta via ferrea á região de Caconda e do Muambo, passando, por ultimo, além da nossa fronteira, e seguindo para a celebre região da Catanga, percorrida pelos nossos exploradores Brito Capello e Roberto Ivens, e que ficou sob o dominio do Estado Livre do Congo! Dá-se um facto importante na direcção d'este caminho de ferro. Segue de oéste para léste, como o de Ambaca, vindo ambas estas vias ferreas a conservarem-se, como os rios, transversalmente, o que constitue uma condição de improgressibilidade, e urge, por isso que se construam ramaes, ligando os mercados ou povoações mais importantes longitudinalmente. As communicações entre as terras equatoriaes e tropicaes devem tornar-se tão seguras e tão rapidas como as das regiões orientaes com a costa Atlantica, sendo esse o meio d'acção de maior valor, que temos a empregar para lutarmos, com vantagem, contra as nações, que nos rodeam, dando ás suas possessões centraes toda a força de expansão, que podem, afim de nos prejudicarem. E cumprenos reagir, organisando linhas de resistencia por todas as zonas raianas, e aproveitando os portos como base da nossa força dominadora. Temos, sem a menor duvida, os melhores fundeadouros da costa Atlantica meridional, desde o Cunene até ao Zaire ou Congo, sendo já animados por tres carreiras a vapor e pelo cabo submarino, que liga Lisboa com Loanda, Benguella e Mossamedes. E os paquetes, que saem a 6 de cada mez, tocam, na ida, no Ambriz, Loanda, Novo Redondo, Benguella e Mossamedes, e, no regresso, saem d'esta sympathica villa, a nossa colonia de povoamento, por excellencia, e fazem escala pelos mesmos portos e ainda pelo Ambrizete, onde, na ida, não fundearam. Os paquetes do dia 12 de cada mez tocam apenas em Loanda na ida e na volta, mas os de 21 visitam primeiramente 7 portos na costa de Angola, além do de Cabinda, e, no regresso, fundeam em 10, afim de receberem toda a carga que ahi lhes podem dar. Todos estes melhoramentos representam grandes progressos, mas, de per si sós, não são sufficientes para valorisarem a provincia de Angola e fazerem augmentar as producções, fornecendo cargas para os vapores, que vão aos portos da provincia, realisando em cada mez 29 escalas. Faz parte da provincia o territorio de Cabinda, Molembo e Massabi, encravado entre o Congo Francez e o Congo Belga, e cujos limites se regularam pelos convenios de 12 de

maio de 1886 (França) e 25 de maio de 1901 (Belgica). Ha realmente um novo territorio a considerar, quando se trata de apreciar a administração da provincia, visto ficar dependente do districto do Congo, estando ahi a respectiva capital, o que não póde deixar de trazer grandes difficuldades á publica administração, pois não se comprehende a vantagem de estar a capital de um districto da provincia fóra do respectivo territorio. Impõe-se por isso a necessidade de organisar novos districtos, devendo desde já estabelecerem-se os seguintes: Cabinda, séde em Cabinda; Congo, séde em S. Salvador do Congo; Loanda, séde em Loanda; Novo Redondo, séde em Novo Redondo; Lunda, séde a crear o mais central possivel e onde melhor se possam obter forças de resistencia contra a acção absorvente do Estado *Independente* do Congo; Benguella, séde em Benguella; Biè, séde em Belmonte; Lobale, territorio oriental da provincia, quasi sem vida nenhuma commercial ou agricola, séde em Mochico, hoje posto militar; Mossamedes, séde em Mossamedes; Huilla, séde em Sá da Bandeira, uma das colonias de povoamento, que merecem ser animadas; Cubango Oriental, séde em Quiriri, limitando-se a léste com a fronteira ingleza e ao sul com a allemã, sendo este um dos principaes recursos a empregar para resistirmos á absorpção por parte da Inglaterra e da Allemanha, que ahi teem possessões em contacto com a nossa provincia, e hão-de chamar para ahi todo o nosso commercio local e fazer contrabando tanto mais frequente quanto maior fôr o abandono d'esta vasta região. São, ao todo, 11 districtos, 6 maritimos e 5 interiores, sendo os mais affastados e que mais perigos correm os da Lunda, Lobale e Cubango Oriental. A cada um d'estes districtos ficaria pertencendo ainda uma área administrativa de 114:161 k^2, muito maior do que Portugal e ilhas adjacentes. São realmente notaveis os melhoramentos, que temos nas povoações de oéste da provincia, sobre a costa ou mais proximas, mas nas do interior, principalmente a léste, tudo falta, por completo, e necessario é providenciar, pois é d'essas regiões que hão-de vir os produetos commerciaes e agricolas que hão-de manter as carreiras a vapor, já em larga escala e que precisam de muita carga para não enfraquecer, como já tem succedido, e que não deveria tornar a succeder. Tem a provincia hospitaes, enfermarias e ambulancias em differentes povoações, podendo dizer-se que o hospital de Loanda é um dos melhores da Africa Central, mas o serviço de saude e sanitario, regulando-se pela carta de lei de 28 de maio de 1896, é muito insufficiente, carecendo de ser transformado. Ajuntaram-lhe, para mais o aggravar, o das ilhas de S. Thomé e Principe, a muitos dias de viagem da capital, sendo este um dos maiores contrasensos, que offerece a administração publica de Angola. Pertencem á provincia de Angola e ás ilhas de S. Thomé um chefe do serviço de saude em Loanda, 2 sub-chefes, um em S. Thomé e outro em Cabinda ou em Benguella, 10 facultativos de 1.ª classe e 18 de 2.ª, 10 pharmaceuticos e uma companhia de saude, tendo 4 sargentos e 82 praças. O serviço militar na provincia regula-se pela organisação de 14 de novembro de 1901 para as tropas de 1.ª linha, estando toda a força militar dependente do respectivo quartel general, em Loanda. Compõe-se esta força de 1 bateria mixta de artilharia de montanha e de guarnição, 2 companhias mixtas de artilharia de montanha e de infantaria, 1 esquadrão de dragões, uma companhia europea, de infantaria, um corpo de policia, um batalhão disciplinar, 4 companhias de deposito e 3 bandas de musica europeas. Pertencem ás tropas de 1.ª linha 3:205 praças, podendo elevar-se, em casos de necessidade, ao dobro. O effectivo das forças de 2.ª linha está ainda por fixar. São bem conhecidos os brilhantes serviços prestados pelo exercito á nossa provincia de Angola, e as respectivas forças merecem todas as attenções, procurando habilital-as a resistirem á acção deprimente do clima, que, a breve trecho, produz as anemias, que abrem as portas ás doenças e inutilisam os soldados, quando não lhes roubam a vida. Vejamos, finalmente, qual é a actual administração da provincia de Angola, apreciando-a sob os seus pontos de vista fundamentaes, e d'este modo póde fazer-se clara idéa do estado, em que se acha a publica administração, e das solidas reformas de que precisa. Tem a provincia d'Angola, incluindo o encravo de Cabinda e Molembo, 6 districtos administrativos, a saber: 4 maritimos e 2 continentaes ou interiores. Os maritimos são: o Congo e Loanda nas zonas equatoriaes, e Benguella e Mossamedes nos tropicaes; os interiores são: o da Lunda, na bacia hydrographica do Cassai, affluente do Congo-Zaire, inclinando-se mais para o equador, e o da Huilla, na bacia do Caculuvar, affluente da margem direita do rio Cunene, inclinando-se para o tropico meridional. Corresponde a cada um d'estes districtos uma superficie de 209:295 $k.^2$, isto é, uma área territorial, mais do dobro de toda a metropole. Póde imaginar-se, portanto, o que póde ser a sua administração. Ao districto do Congo dão-se 5 residencias e 3 delegações, estando as respectivas sédes, duas fóra de Angola, no encravo de Cabinda e Molembo, que são Cabinda e Cacongo, e tres, no Congo Portuguez, Ambrizete, S. Antonio e S. Salvador. Ha delegações do Ambrizete em Musserra e Quissembo e Mucula; de S. Salvadôr em Maquella e Cuilo e de S. Antonio em Quissanga, e Mussuco, Noqui e Congo-Yala. Pertencem ao districto de Loanda vinte concelhos, entre os quaes figuram os mais antigos da provincia, como os do valle inferior do Cuanza, a saber: Calumbo, Muxima, Massangano e Cambambe. Sobre a costa Atlantica ficam os do Ambriz, com a séde na propria povoação, Barra do Bengo, em Quifandongo, Barra do Dande no Forte da Barra e Novo Redondo na propria povoação. São interiores os de Ambaca, Cazengo, Cassange, sobre o rio Cuango, Duque de Bragança, Encoje, Golungo Alto, Malange, Pungo-An-Dongo, e Zenza do Golungo. O concelho de Loanda, maritimo, tem por séde a propria capital. Icolo e Bengo tem Cabiri, proximo á costa. O Alto Dande tem por séde Caxito. Todos estes concelhos pertencem ás zonas equatoriaes da provincia, e corresponde a cada uma, em media, uma superficie de 10:464 $k.^2$, isto é, egual á de todo o Alemtejo, em Portugal. No districto de Benguella ha seis concelhos e tres capitanias-móres, a saber: Benguella, com a séde na propria capital do districto; Catumbella em Catumbella; Egito, na propria povoação, Caconda, Dombe Grande e Quillengue, e as capitanias-móres são as do Biè, Bailundo e Ganguellas e

Amboelas, que ficam a grandes distancias da séde do districto. Tem o districto de Mossamedes cinco concelhos, sendo quatro maritimos e um no interior, desenvolvendo-se todos entre a costa e a serra de Chella. Os maritimos são: Mossamedes, S. Nicolau, Porto Alexandre e a Peninsula dos Tigres, e o interior é o de Capamgombe. Comprehende o districto da Huilla seis circumscripções, todas sobre o plan'alto da Chella e differentes postos militares, estendendo-se a léste e representando a nossa occupação por todas as regiões raianas das terras tropicaes da provincia. No districto da Lunda não ha ainda concelhos, nem outras divisões administrativas. Está ainda em organisação, devendo ser a capital em Capenda-Camalemba, a pouca distancia do rio Cuango, margem esquerda, a uns 6° 10' latitude sul. Fica assim muito affastada das terras do norte e léste da provincia, o que lhe difficulta toda a sua acção contra a influencia do Estado Livre do Congo a estes dois rumos. Ha, finalmente, em toda a provincia de Angola apenas 52 unidades administrativas, o que dá para cada uma a superficie de 24:149 k.^{2}, ficando assim mais extensas do que todo o nosso Alemtejo, ao qual correspondem quarenta e dois concelhos. Póde imaginar-se, por isso, o que deve ser actualmente a administração concelhia na provincia de Angola, á qual se acham sujeitos tão diversos povos, com usos, costumes e indoles, inteiramente differentes uns dos outros, embora haja traços geraes, que os ligam como raça e como sociedade intertropicaes ao occidente da Africa. A administração da justiça, em Angola, regula-se pelo decreto de 29 de dezembro de 1898, dividindo-se toda a provincia em cinco comarcas, a saber: Loanda, Benguella, Mossamedes, Ambaca e Congo. Ha um tribunal de 2.ª instancia ou Relação, ao qual pertencem cinco juizes, e em cada comarca um juiz de 1.ª instancia. Ha um delegado do procurador da corôa e fazenda, um tribunal commercial de 1.ª instancia, um juiz municipal em cada um dos julgados, que não fôr séde de comarca e um juiz popular em cada freguezia. A administração da justiça, em Angola, tendo sido remodelada, ha cinco annos, póde dizer-se moderna, embora não possa ter acção activa nas populações indigenas, que habitam a provincia, e preciso é, por isso, transformal-as e attrahil-as por todos os modos possiveis, visto estarmos cercados por outras colonias, que se esforçam por augmentar a população preta, sem a qual não ha progresso possivel na Africa Central. Pelo que diz respeito á administração ecclesiastica, constitue Angola um bispado com séde em Loanda. Ha parochos nas freguezias e missões religiosas, tendo algumas d'estas uma boa folha de serviços. Fornecem minuciosas informações das zonas, em que funccionam, e, embora se divulguem na revista *Portugal em Africa*, convinha resumir todas essas informações e vulgarisal-as por modo que pudessem tornar-se conhecidas em todo o paiz. Ha missões religiosas em S. Salvador do Congo, em Landana, Malange, Libollo, Bailundo, Caconda, Huilla, Bié, Jau, e Cuanhama. Outras ha menos importantes, mas póde dizer-se que a sua influencia se estende a todo o territorio provincial. Constitue a provincia d'Angola um circulo aduaneiro, cuja séde é na capital, e da qual dependem as alfandegas de Benguella, Ambriz e Mossamedes. A alfandega de Loanda tem uma delegação em Novo Redondo, ao sul do rio Cuanza e na Praia das Salinas, em Calumbo, nas barras do Dande e do Cuanza, Benguella-a-Velha, Lobito, testa do novo caminho de ferro, Cuio, Porto Alexandre, Bahia dos Tigres, e outros logares da costa, mas por toda a linha raiana do sul, léste, e mesmo do norte, não ha a menor fiscalisação, o que não póde deixar de influir no regimen economico e financeiro da provincia. O serviço aduaneiro, pelo que diz respeito ao Congo, está sob a responsabilidade dos residentes e seus delegados. Os trabalhos alfandegarios são, por certo, os de maior importancia administrativa, e devem completar-se com a fiscalisação terrestre, a fim de que os rendimentos publicos possam levantar-se e sair do misero estado, em que se acham, e que podem avaliar-se pelo seguinte quadro, referente ao anno economico de 1902 a 1903.

Receitas		1.743:412$000
Despezas	Ordinarias	1.963:741$149
	Extraordinarias	62:470$000
	Somma	2.026:211$149
Deficit		282:799$149

Podem invocar-se todos os trabalhos, que se teem feito e estão fazendo em Angola e aprecial-os como melhor se entenda, mas todos elles se devem aferir por estes tristes resultados! Não se podem comprehender as razões por que uma provincia, 14 vezes maior que Portugal, fertilissima, de terrenos similares aos da ilha de S. Thomé, por exemplo, renda apenas uns 1:800 contos por anno, em média, quando na metropole sobem os rendimentos a 54 mil contos e na ilha de S. Thomé a 639:870$000 réis, cerca de um terço de todo o rendimento de Angola! São estes os factos, que se consignam, a fim de que possa apreciar-se o estado financeiro e economico da provincia n'esta epoca (1903), e d'este modo se podem procurar as causas, que mais concorrem para este misero estado provincial. O commercio, no seu movimento geral, mostra tendencia progressiva, mas sem se conjugar com o bem-estar das populações, que constituem o povo, que ali se occupa em trabalhos de toda a ordem nos campos, nas officinas, nas artes e nas industrias, na vida social, emfim, que, na época actual, se acha muito atrazada. O movimento commercial, em 1899, foi o seguinte:

Congo	1:711	contos de réis
Ambriz	143	»
Loanda	5:481	»
Benguella	6:908	»
Mossamedes	560	»
Somma	14:806	contos de réis

Para bem se apreciar o movimento commercial de Angola, é mister examinar os generos, que se permutam, as condições em que se faz a permutação, e ainda a sua procedencia, attentando nas populações trabalhadoras, que os produzem e enviam aos mercados fóra da provincia. Os generos, que se exportam, em geral, são os seguintes: Oleos vegetaes, borracha, cera, coconote, café,

agnardente, marfim, urzella, algodão, gado e peixe secco ou salgado. Não correspondem estes productos a culturas sociaes, que são as que marcam o progresso fundamental, nem traduzem o desenvolvimento agricola generalisado. A borracha é colhida pelos indigenas, que a veem permutar aos portos, na costa, e constitue um dos productos mais importantes da provincia, e a respeito do qual se teem publicado minuciosos estudos. Não tem soffrido, comtudo, este genero uma transformação efficaz nos seus principaes centros de producção, podendo dizer-se que a respectiva cultura se encontra ainda, na maior parte dos territorios, n'um estado primitivo. O coconote procede das palmeiras, que abundam na provincia, principalmente nas margens dos rios Cuanza e Lucalla, onde se apresentam os mais bellos palmares da provincia. Está ainda por valorisar esta cultura, dando-se preferencia ao café, canna saccharina e algodão, de que ha formosas fazendas, tornando-se algumas verdadeiros modelos e rivalisando com as da ilha de S. Thomé. Deixa-se, todavia, a exploração das palmeiras aos indigenas assim como a da cera e da borracha, e conviria por isso collocal-os em condições de elles fazerem com proveito estes trabalhos, sob a direcção de homens competentes. A transformação agricola em Angola impõe-se, finalmente, como uma das necessidades mais urgentes e mais imperiosas, sendo desde logo acompanhada da reforma administrativa nos seus principios fundamentaes, bem conjugados com o estado actual das populações e das localidades que ellas habitam, e cuja exploração agricola se deve promover por um modo tão pratico quanto efficaz, a fim de que os rendimentos publicos possam elevar-se, tirando a metropole algum proveito dos sacrificios, que está fazendo com a provincia, já cobrindo os deficits provinciaes já pagando despezas que muito convem evitar.

Angola *(Publicações especiaes sobre).* Conta um crescido numero de especies diversas a bibliographia portugueza relativa a Angola. D'ellas destacamos as que se seguem, pois torna-se impossivel indicar muitos trabalhos dispersos em revistas, relatorios officiaes, publicações genericas e obras de geographia: *Almanach estatistico da provincia de Angola e suas dependencias,* etc. Loanda, imp. do Governo, 1851, 4.º de XXVII-55-8 pag.; *Angola*, vol. da *Bibliotheca do Povo e das Escolas,* Lisboa, 1890, por Ladislau Batalha; o mesmo autor tem, n'esta collecção, outros escriptos sobre o continente africano, entre elles o *Lingua de Angola,* Lisboa, 1891; *Angola, brève notice par A. d'Almada Negreiros,* Paris, 1901, um folheto, 4.º, com gravuras e um mappa; *Angola, estudo administrativo,* por Henrique de Paiva Couceiro, Lisboa, typ. da Cooperativa militar, 1899; *Angola e Congo, quatrocentos annos depois, historia antiga e moderna,* etc., *A questão do Zaire,* etc., por A. J. Valente. Lisboa, typ. rua da Atalaya, 1887. 8.º de 501-4 pag., com 19 est. e com o retrato do autor, tomo I; *Angola e Congo (Conferencias),* por F. A. Pinto, Lisboa e livraria Ferreira, editora, 1888, 1 vol. 4.º com o retrato do autor e um mappa; *De Angola á contra-costa,* por Capello e Ivens, Lisboa, 1886, 2 vol.; *Annuario estatistico da provincia de Angola*, Loanda, Imprensa Nacional, 1897; *As fazendas do Banco Ultramarino em Angola,* etc., por Manuel José Martins Contreiras, Lisboa, typ. Barata & Sanches, 1896, 8.º de 18 pag.; *A provincia de Angola, breves considerações sobre o seu presente e futuro administrativo, agricola, commercial e financeiro,* por Manuel José Martins Contreiras, Lisboa, livraria Ferreira, 1894, 8.º de 100 pag.; *A provincia de Angola e o Estado Independente do Congo,* por Henrique de Carvalho, na *Revista portugueza, colonial e maritima,* vol. 7.º, onde tambem se encontram muitos outros estudos de valor sobre aquella colonia; *De Benguella ás Terras de Iacca,* por H. Capello e Roberto Ivens, edição illustrada, 2 vol., Imprensa Nacional, 1881, foi publicação official; *Caminho de ferro entre Loanda e Ambaca, primeiros estudos technicos,* por Angelo Sarrea Prado, *Memoria descriptiva e planta topographica,* Lisboa, imp. Democratica, 1877. 8.º gr. de 53 pag. com 1 planta desdobravel; *Catalogo dos governadores de Angola,* no *Panorama* 15-1858-pag. 35; *A Colonisação Luso-Africana (zona occidental) dissertação de concurso,* 250 pag. e 7 diagrammas, Lisboa, Lallement Frères, 1884; apresenta-se n'este trabalho a physiographia applicada á provincia de Angola e dão-se minuciosas informações sobre o seu regimen agricola; *As Conferencias e o Itinerario do viajante Serpa Pinto atravez das terras da Africa austral, nos limites das provincias de Angola e de Moçambique-Bié a Shoshong,* estudo critico e documentado, contendo tres cartas geographicas sobre a região do Bié, por Manuel Ferreira Ribeiro, Lisboa, 1880; é um livro de vulgarisação a respeito da exploração sertaneja em Angola; *Descripção da viagem á Mussumba de Muatiânvua,* por H. A. Dias de Carvalho, 3 gr. vol., Imprensa Nacional, 1890, publicação official; fôram publicados outros livros a respeito d'esta expedição, quo se tornam uteis quando se pretenda estudar a fundo as regiões da Lunda, de que os belgas nos tomaram largos territorios; *Ensaios sobre a estatistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental,* etc., por José Joaquim Lopes de Lima, etc., Lisboa, Imp. Nacional, 1846, tomo III, 8.º com mappas e plantas desdobraveis; *Estudos Medico-Tropicaes durante os trabalhos de campo para o Caminho de ferro de Ambaca na provincia de Angola (1877-1878),* por Manuel Ferreira Ribeiro, medico da expedição; tem 276 pag. e foi publicado em 1886, na Imprensa Nacional, com os relatorios dos engenheiros, sendo feita uma separata em livro especial, que vae ser reimpresso, tendo cuidadosa revisão; *Exploração Geographica e Mineralogica no districto de Mossamedes, em 1894-1895,* por J. Pereira do Nascimento, medico da Armada Real, Lisboa, typographia da Companhia Editora, contendo 110 pag. e um mappa da região percorrida; *Historia dos governadores e capitães-generaes de Angola, desde 1575 até 1825, e a descripção geographica e politica de Angola e Benguella,* por J. C. Feo Cardoso de Castello Branco e Torres, comprehendidas nas *Memorias* publicadas em Paris, 1825, 1 vol. 8.º; *Historia das guerras angolanas,* por Antonio de Oliveira Cadornega, 1680 a 1684, obra importante e inedita, em tres tomos, de que em Portugal se conservam algumas copias, existindo o 1.º e 2.º tomos na antiga bibliotheca dos marquezes de Alegrete, só o 1.º na da Academia Real das Sciencias e o 3.º na de Evora, tendo em 1900 começado a publicar esta obra a revista *Portugal em Africa,*

por copia d'um manuscripto existente na bibliotheca de Paris; *Da Huilla ás Terras do Humbe (Notas a Lapis)*, por J. Pereira do Nascimento — Huilla, typ. da Missão Catholica 1891, 118 pag. e differentes esboços topographicos; *A mais completa prophylaxia nas terras de paludismo maligno*, por Manuel Ferreira Ribeiro, typ. Estevão Nunes, Lisboa, 1901; trata-se n'este trabalho dos meios de valorisar a provincia d'Angola, e comprehende 240 pag.; *Memoria geographica e politica das possessões portuguezas na Africa occidental, que diz respeito aos reinos de Angola e Benguella e suas dependencias*, por Joaquim Antonio de Carvalho e Menezes, Lisboa, typ. Carvalhense, 1834; *Memorias do reino de Angola e suas conquistas, escriptas em Lisboa por D. Francisco Innocencio de Sousa Coutinho, governador e capitão-general que foi do dito reino*, 1773 a 1775, manuscriptos do archivo municipal do Porto; *Meteorologia, Climalogia e Colonisação nas terras de Angola*, por Henrique Augusto Dias de Carvalho, edição illustrada, typ. do jornal *As Colonias Portuguezas*, 1892; traz os retratos do conselheiro Julio de Vilhena e do dr. Manuel Ferreira Ribeiro; tem 586., pag., é publicação official; *Minas em Angola, ouro, prata e carvão no Golungo Alto e Cambambe, memoria historica*, por Francisco de Salles Ferreira, Lisboa, typ. de A. da Costa Braga, 1896, 8.º; *Mossamedes, conferencia* por J. B. Ferreira d'Almeida, um vol. de 169 pag. sem indicação de typographia; *Ornithologie de Angola*, por J. V. Barbosa du Bocage, Imp. Nacional, 1881; *Plan'alto do sul de Angola, missões portuguezas de Caconda, Catoco, Bié e Bailundo*, communicação feita á Sociedade de Geographia de Lisboa em 22 de dezembro de 1896 pelo padre Ernesto Lecomte, Lisboa, 1897; *Quesitos Medico-Coloniaes, relativos á colonisação europea no plan'alto de Mossamedes*, por J. Pereira da Nascimento, medico naval sub-chefe, 1890, Huilla, typographia da missão catholica; *A questão da borracha em Angola*, opusculo de 149 pag., Imprensa Nacional, 1897; *Relatorio da Viagem entre Bailundo e as terras de Mucusso* por Paiva Conceiro, Imprensa Nacional, 1892, tem 215 pag. e um mappa sobre o curso do rio Cubango; *Resumida historia do governo de Francisco Antonio Cardoso* por E. A. de Sá Nogueira Pinto de Balsemão, folheto de 86 pag., traz uma relação das minas descobertas até á data da publicação em 1871; *Territorios e limites das provincias de Angola e Moçambique*, demonstrados e patenteados ao mundo, etc. no livro *Homenagem aos heroes que precederam Brito Capello e Roberto Ivens, na exploração da Africa austral de 1486 a 1877*, etc., por Manuel Ferreira Ribeiro, Lisboa, Lallemant frères, typ. 1885, 8.º gr. de 128-7-pag.; *Trabalhos geodesicos em Angola*, por A. G. Ferreira de Castro (sem indicação da typographia, nem local da impressão), 1887.

Angolares *(Santa Cruz dos)*. Territorio da ilha e provincia de S. Thomé, occupado por negros denominados Angolares. A sua principal povoação está situada na bahia de S. João. Os angolares vivem como que independentes da autoridade da provincia. O commandante ou chefe é nomeado pelo governador e por escolha d'elles. Consiste o seu commercio em madeiras que a ilha lhes fornece abundantemente. Esta povoação deve a sua origem a um navio carregado de escravos, que no seculo XVI naufragou nas costas da ilha. Em principio os escravos, tornados senhores, commetteram muitos roubos e violencias; hoje, porém, mais civilisados, não incommodam os habitantes da ilha de S. Thomé.

Angolares *(S. João dos)*. Roça na ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Angolome. Pov. do conc. de Golungo Alto, provincia e bisp. de Angola, com. de Loanda, Africa Occidental, na margem direita do rio Lucalla, 60 k. a O. de Ambaca e 20 ao S. de Golungo Alto.

Angores. Pov. na freg. de S. Pedro de Samedães, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Angoy. Reino da Guiné inferior ou meridional, Africa Occidental, o qual se estende desde a fronteira do reino de Cathongos até ao Zaire. Este vasto territorio está quasi inteiramente coberto de florestas e é cortado em toda a extensão pelo rio Zaire ou Congo. A sua capital é uma grande povoação denominada Zaire, situada a 17 kilom. do rio. O rei de Angoy paga ao de Loango um tributo de mulheres, escravos e ouro em pó. Os habitantes permutam varios artigos com os portuguezes em Angola. Tambem se denomina Goy.

Angra. Pequena pov. da costa do Gabão, Africa Occidental, a 15 k. da foz de um rio do mesmo nome. || Rio da Africa Occidental, que desagua na bahia de Corisco, na Costa do Gabão. Tem de largura na foz 2 k. A profundidade é aqui de 32 metros. Este rio era n'outros tempos muito frequentado pelos portuguezes que ali iam fazer commercio com os indigenas, o qual consistia principalmente na permutação de armas, polvora, ferro, diversas fazendas e aguardente, por marfim e paus de tinturaria.

Angra Fria. Bahia ao sul de Mossamedes, provincia de Angola, na Africa Occidental.

Angra do Heroismo. Cidade da ilha Terceira, capital do distr., séde de conc., de com. e bisp. do mesmo nome, uma das do grupo central do archipelago dos Açores, situada á beira-mar, em fórma de amphitheatro na bahia que lhe deu o nome, e que fica entre o castello de S. Sebastião do lado do oriente, na ponta de leste, e o de S. João Baptista, no monte Brazil, do lado do occidente, na ponta de oeste. Pelo seu arruamento regular e elegante, apresenta o cunho d'uma cidade da Renascença. E' sem duvida a mais formosa cidade dos Açôres. Existe no Lyceu d'Angra um mappa topographico da cidade em 1595, que pouco differe da actual. O autor d'aquelle mappa foi o celebre Linschoten, autor do valiosisimo *Itinerario da India Lusitana*. Angra tem quatro freguezias: N. S.ª da Conceição, com 3:538 hab., sendo 1:578 do sexo masc., 1:960 do fem. e 793 fog.; Santa Luzia, com 2:535 hab., sendo 1.110 do sexo masc., 1:425 do fem. e 617 fog.; S. Pedro com 2:009 hab., sendo 861 do sexo masc., 1:148 do fem. e 466 fog.; Sé, com 2761 hab., sendo 1:304 do sexo masc., 1:457 do fem., e 666 fogos. O

Antigo brazão de Angra do Heroismo

dist. compõe se dos seguintes concelhos, com 73.452 hab. sendo 33:361 do sexo masc. e 40:091 do fem.: Angra do Heroismo, com 33:322 hab., sendo 15:441 do sexo masc. e 17:881 do fem.; Calheta, com 7:628 hab., sendo 3:188 do sexo masc. e 4:440 do fem.; Praia da Victoria, com 15:598 hab., sendo 7:288 do sexo masc. e 8:310 do fem. Santa Cruz da Graciosa, com 9:394 hab., sendo 3:813 do sexo masc. e 4:581 do fem.; Vélas, com 8:510 hab. ;sendo 3:631 do sexo masc. e 4:879 do fem. O conc. d'Angra comprehende 17 freg. Além das quatro já apontadas, contam-se as seguintes: Altares, S. Roque, 1:670 hab., 805 do sexo masc. e 865 do fem.; Doze Ribeiras, S. Jorge, 1:397 hab.. 667 do sexo masc. e 730 do fem.; Porto Judeu, Santo Antonio, 1:757 hab.; 808 do sexo masc. e 949 do fem.; Raminho, S. Francisco Xavier, 1:309 hab., 624 do sexo masc. e 685 do fem. Ribeirinha, S. Pedro, 3:090 hab., 1:484 do sexo masc. e 1:606 do fem.; N. S.ª do Pilar, 1:208 hab. 545 do sexo masc. e 663 do fem.; Santa Barbara, 2:195 hab. 1:034 do sexo masc. e 1:161 do fem.; S. Bartholomeu, 2:049 hab., 950 do sexo masc. e 1:099 do fem.; S. Bento, 1.395 hab., 653 do sexo masc. e 742 do fem.; S. Matheus da Calheta, 2:312 hab., 1:105 do sexo masc. e 1:207 do fem.; S. Sebastião, 1:963 hab., 932 do sexo masc. e 1:031 do fem.; Serreta, N. S.ª dos Milagres, 867 hab., 401 do sexo masc e 466 do fem.; Terra Chã, N. S.ª de Belem, 1:267 hab., 580 do sexo masc. e 687 do fem. O vocabulo *Angra* vem do latim classico *Ancora*, que significa, segundo Ovidio, *refugio*, na baixa latinidade *ancra*, que deu o nome portuguez *Angra*, isto é, pequena enseada formando porto natural ou refugio para os navios. Fôram os cavalleiros de Christo que deram este exacto nome á primitiva povoação costeira, elevada depois a cidade por D. João III, em 1534, sendo desde essa epoca séde episcopal, epoca em foi erecto pelo pontifice Paulo III o bispado dos Açôres, com o titulo de bispado d'Angra, suffraganeo do patriarchado de Lisboa. A descoberta dos Açôres é attribuida a Gonçalo Velho Cabral, que descobriu em 1432 a ilha de Santa Maria, vindo a ilha Terceira a descobrir-se entre os annos de 1441 a 1450, tomando este titulo, por ser a terceira na ordem do descobrimento do archipelago. Angra é capital militar por existir ali o commando geral, que se compõe do regimento de infantaria 25, da bateria n.º 1 d'artilharia de guarnição do distr. do recrutamento e reserva n.º 25 e da 10.ª companhia de reformados. E' praça de guerra de primeira classe. O castello de S. João Baptista, onde está aquartelada toda a força militar, foi muito melhorado e ampliado por Filippe II de Castella e I de Portugal, em 1591, durante a usurpação hespanhola; serviu de prisão ao rei D. Affonso VI, de 1669 a 1674, e ultimamente conserva encerrado o celebre Gungunhana, o temido rei dos vátuas, aprisionado por Mousinho de Albuquerque. O castello está edificado sobre um morro alto e negro, chamado Monte Brazil, de rochas escarpadas, o qual é limitado a este pela bahia d'Angra, ao sul pelo mar, ao poente pela bahia do Fanal, e ao norte por uma especie de isthmo, que separa as duas bahias. E' uma verdadeira cidadella. A fortaleza chamou-se na primitiva de Santo Antonio, depois denominou-se de S. Filippe, quando o monarcha castelhano a reconstruiu, e passou a ter o nome de S. João Baptista, pela restauração de 1640. No seu extenso ambito ha importantes terras lavradias, que, em caso de apertado cerco, pódem fornecer o necessario alimento á sua guarnição. Dentro do castello ha uma capella com a invocação de S. João Baptis-

Vista da cidade e bahia de Angra do Heroismo

ta. O general commandante é ao mesmo tempo governador do castello. No anno de 1450 foi doada a ilha Terceira ao flamengo Jacome de Bruges, para a povoar estabelecendo-se os primeiros povoadores na então villa de S. Sebastião, hoje freguezia, estendendo-se depois para a Villa da Praia e mais tarde para Angra. João Vaz Côrte-Real, alcaide-mór de Tavira, foi por carta de 1464 o primeiro donatario da capitania de Angra. Era o pae dos celebres navegadores Gaspar, Miguel e Vasco Côrte-Real. Estes, Pero de Barcellos e João Fernandes Labrador descobriram a Terra Nova, peninsula do Labrador e Canadá. Embora filhos do continente, pódem todos ser considerados glorias angrenses do seculo xv. A Terceira, situada na derrota entre as chamadas Indias orientaes e occidentaes, era um posto avançado e propicio para ousadas e brilhantes emprezas maritimas. Parece pertencerem á familia Barcellos, terceirenses, o commendador da ordem de S. Thiago Pero de Barcellos e João de Barcellos, dois nomes illustres, tanto na terra como no mar, no tempo de D. João II. Angra tem longa e gloriosa historia nas luctas de que foi theatro, representando sempre um papel importante. Prendem-se a esta cidade interessantes factos: Em 1580, o governador dos Açôres, Cypriano de Figueiredo, depois elevado a conde de S. Sebastião por D. Antonio, prior do Crato, repelliu Filippe de Castella. Houve pelejas sangrentas n'esta epoca, D. Antonio, reconhecido em Angra, como rei de Portugal, achou n'esta cidade, em 1582, sincero agasalho quando a sua esquadra acabava de ser profundamente desbaratada na batalha naval de Villa Franca do Campo. Em 1583 a cidade foi conquistada pelo almirante hespanhol, marquez de Santa Cruz, depois de renhida resistencia. De 1641 a 1642 luctou valorosamente para expulsar os hespanhoes e acclamar D. João IV. Este soberano, como recompensa d'esse heroismo, concedeu-lhe o titulo de *muito nobre e sempre leal cidade*. Os hespanhoes rendidos, sahiram do castello a 4 de março de 1642. A 2 de abril de 1821 foi acclamada a Constituição que só durou dois dias, sendo deposta pelos realistas a 4 do mesmo mez e morto o chefe liberal, o general Francisco Antonio d'Araujo e Azevedo, irmão do erudito diplomata conde da Barca. Em 18 de maio de 1828 foi em Angra proclamado o infante D. Miguel, como rei de Portugal, pela camara, juizes dos sete officios e Casa dos Vinte e Quatro. A data mais celebrada é a de 22 de junho de 1828, em que se deu a acclamação da rainha D. Maria II e o juramento da Carta Constitucional. A Terceira serviu de refugio aos emigrados liberaes. Em Angra organisou-se a regencia, em nome da Carta. D. Pedro IV ali desembarcou em 3 de março de 1832, e organisou um exercito, sendo elevada a cidade á categoria de capital do reino e séde da regencia, por um decreto do mesmo principe, regente na menoridade da sua filha, D. Maria II, emquanto permanecesse n'aquella cidade, que denominou *Angra do Heroismo*, como brazão dos grandes feitos d'armas ali praticados pelos seus valentes, heroicos e dedicados defensores. O exercito libertador veiu mais tarde

Caes e alfandega

a desembarcar nas praias do Mindello, em 8 de julho do mesmo anno de 1832. De Belle-Isle tambem vieram os emigrados liberaes a bordo do navio *Fluminense* para a cidade d'Angra, onde se reuniram ao imperador, vindo sob a presidencia e o commando do conselheiro Manuel Gonçalves de Miranda, coronel de cavallaria, antigo ministro da guerra, ex-deputado ás côrtes constituintes de 1821, e socio honorario da Academia Real das Sciencias. Foi hasteada a bandeira da Carta, e os rochedos basalticos da Terceira convertidos em seu escudo inquebrantavel. Os terceirenses dos dois partidos civis guerrearam com ardor e soffreram com devoção. Em sangue gemeo escaldavam paixões differentes, mas uns e outros amavam com fervor o mesmo solo sagrado da patria. D. Maria II, para galardoar a dedicação da cidade de Angra á sua causa, accrescentou ao titulo de *muito nobre e sempre leal*, que já tinha, o de *sempre constante*. Eis as suas armas na conformidade do decreto de 12 de janeiro de 1837: Um escudo esquartelado, tendo no primeiro quartel, em campo vermelho, um braço de prata armado com uma espada na mão; no segundo quartel, em campo de prata, um açôr da sua côr; e assim nos contrarios: e sobre tudo um escudete com as quinas de Portugal, e em remate uma corôa mural; e por timbre o braço armado das armas; em roda do escudo uma fita azul ferrete sahindo da parte inferior da corôa, com a tenção em letras d'ouro: «*Valor, Lealdade e Merito*» tendo pendente a insignia de grã-cruz da antiga e muito nobre ordem da Torre e Espada. Angra soffreu terriveis tremores de terra em 1614 e

1761, e espantosas erupções vulcanicas; hoje tem ruas largas bem calçadas, com passeios espaçosos lateraes, como a rua da Sé, onde existem importantes estabelecimentos, a de S. João, a do Gallo,

Passeio Duque da Terceira

a da Rocha, a rua Direita, o passeio Duque da Terceira, que é muito concorrido, e de que damos a gravura, etc. Os melhores edificios são os paços do concelho, o governo civil, a alfandega, o lyceu nacional; os mais bonitos pontos de vista são o pico do Facho no Monte Brazil, e o castello de S. Luiz, hoje praça de D. Pedro IV, onde está levantada uma pyramide de fórma quadrangular, com as datas allusivas á vida do duque de Bragança. A cidade ostenta-se aprazivel e garbosamente, contemplada d'esses dois pincaros dominadores; tem um porto limpo, de boa ancoragem, e com a capacidade para receber muitos navios, que ficam ali abrigados de todos os ventos menos do de sueste, que entrando de travessia, levanta grosso mar, e obriga as embarcações a demandar o largo. O mar intromette-se a cada passo ora a açoitar as penedias vulcanicas, ora a rebentar junto de macissos de verdura. Hoje na sua decadencia senhorial, Angra, a mãe das fidalguias insulanas, ataviada á moda quinhentista, conserva o aprumo aristocratico da formosa e esbelta princeza dos Açôres, que outr'ora, como governadora, foi cortejada por todo o archipelago. Angra tem um posto meteorologico, capitania do porto, alfandega, escolas para ambos os sexos, lyceu nacional, est. post. com serviço de emissão e pagamento de vales, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas permutando malas com Lisboa; tem cozinha economica, o recolhimento Jesus Maria José, uma casa religiosa educadora do sexo feminino, asylo de infancia desvalida e da mendicidade, etc. As egrejas que mais se destacam são a Sé, S. Francisco, Santo Ignacio do Collegio e a Misericordia. A Sé, depois da expulsão dos jesuitas no reinado d'el-rei D. José, foi transferida para a egreja que D. Sebastião, em 1669, fundou a expensas do Estado, juntamente com o convento que lhe fica contiguo, para collegio da Companhia de Jesus. Até então a cathedral estava estabelecida no antigo templo edificado em 1534 por D. João III. E' um vasto templo construido de cantaria; o frontispicio é simples mas elevado, comprehendendo tres grandes portas debaixo de arcadas, e duas altas torres cobertas de azulejos sobre cantaria, fechadas em suas grifas, ao modo dos pavilhões romanos. Ao centro sobresahe um tarjão de marmore com um relogio, encimado por uma grande cruz de ferro. A egreja é de tres naves, com o tecto de cedro bem trabalhado. A capella-mór é de abobada, sustentada por seis columnas jonicas; tem ao lado direito a capella do Sacramento, que é muito rica, e ao lado esquerdo a de S. Pedro ad Vincula, Santo Christo e N. S.ª do Rosario. Um dos orgãos é muito notavel, e passa por ser o melhor dos Açôres. A egreja foi sagrada pelo bispo D. José Pegado d'Azevedo, em 1808. A egreja e o hospital da Misericordia estão situados em frente d'um bello caes; é um edificio de architectura moderna, com duas torres no frontispicio. Do caes, que é de cantaria, sobem duas escadas de pedra com grades de ferro, que vão terminar em duas portas, que deitam para o largo da Misericordia, deixando entre ambas um espaço, em cujo fundo se vê uma bonita fonte encostada á parede. Ao pé da Misericordia fica a casa da alfandega, vasto edificio modernamente construido, e talvez a me-

Actual brazão de Angra do Heroismo

Camara Municipal

lhor alfandega das provincias ultramarinas. A esquerda fica o mercado do peixe, e á direita o porto das Pipas com o seu caes e vasadouro para

Costume do manto

os barcos de serviço. Ha ainda o hospital militar, e o civil, denominado do Espirito Santo. Na egreja do convento de S. Francisco repousam os ossos de Paulo da Gama, irmão de Vasco da Gama, que morreu em Angra, quando voltava do descobrimento do caminho maritimo da India. Perdeu-se d'elle a sepultura, mas não se perdeu a memoria. No cruzeiro, do lado do evangelho, está gravada uma inscripção commemorativa. Acerca d'este facto, publicou Felix José da Costa, no *Angrense* n.º 624, de 15 de março de 1869, um artigo intitulado: *Sobre a verdadeira sepultura de Paulo da Gama na cidade de Angra do Heroismo.* O palacio do governo civil é no extincto convento dos jesuitas, um dos melhores edificios d'Angra; foi depois residencia dos capitães-generaes, primeira autoridade militar, que governava em todo o archipelago. É de grandes dimensões, de solida construcção e de agradavel aspecto. Toda a frente principal é occupada pelo general commandante da divisão militar, e pelas repartições respectivas. Na parte que deita para o jardim, estão as repartições do governo civil. O jardim é espaçoso e muito aprazivel, embellezado com varios lagos, frondosas arvores e muitas flôres. Tem á direita a rua D. Amelia e á esquerda a ladeira de S. Francisco. Foi n'este palacio que a regencia do reino teve as suas sessões, presididas pelo duque de Palmella, e foi o primeiro paço real portuguez no reinado de D. Maria II, por ter ali habitado D. Pedro IV, que lhe conferiu todas as honras de paço real, considerando-o como tal em todos os diplomas de sua assignatura, e creando o seu almoxarifado pela portaria de 9 d'abril de 1832. Tem um grande salão, onde se vêem os retratos de todos os reis da dynastia de Bragança, e alguns outros, todos pintados a oleo; n'este salão deu D. Pedro IV um grande baile em 4 d'abril de 1832, para festejar o anniversario natalicio da rainha, sua filha. N'outra sala ha um retrato de D. Sebastião, que dizem ser o melhor que existe, o de D. José, do marquez de Pombal e o de D. Antão d'Almada, que foi o primeiro capitão-general dos Açôres. A principal fachada do palacio tem treze janellas e deita para o Largo 22 de Junho. No fim da rua Direita está a praça velha, hoje da Restauração, adornada de bellas arvores exoticas, tendo ao fundo o palacio da camara municipal, edificio de architectura moderna, que é sem contestação um dos melhores edificios publicos dos Açôres. Foi lançada a primeira pedra em 11 de agosto de 1849, anniversario da batalha da Villa da Praia. No alto da fachada vê-se o brazão da cidade, que já descrevemos; e por cima uma elegante estatua, symbolisando a cidade d'Angra. O salão nobre, onde se realisam as sessões, é vasto e elegante; tem ao fundo os retratos de D. João IV, D. Pedro V e D. Maria II; é o primeiro retrato d'esta soberana, que ella propria mandou de Londres offerecido á municipalidade angrense, sendo portador o general conde de Villa Flôr, depois duque da Terceira. Tambem ali se vêem os retratos dos benemeritos cidadãos, 1.º e 2.º

Vendedor de peixe

condes da Praia da Victoria e o conde de Sieuve de Menezes. O lyceu está estabelecido no antigo convento de S. Francisco, assim como o posto

meteorologico, devido ao zelo e illustração do dr. José Nogueira de Sampaio, reitor do lyceu e distincto clinico. Angra é tambem assento d'um tribunal da relação; era a capital de todas as ilhas dos Açôres, hoje é apenas a capital de um dos tres districtos administrativos em que mais tarde se dividiu o archipelago. No antigo systema tinha voto em côrtes, com assento no primeiro banco. Teve muitos conventos de frades e de freiras, das ordens de S. Francisco, de Santo Agostinho e dos jesuitas. Tanto no concelho como no districto, a primeira industria é a agricultura. E' importante a do alcool da *Nova Empresa Angrense de Distillação*. Ha as seguintes fabricas: de fundição, *Perseverança Terceirense;* de louça, *Progresso Angrense;* de manteiga e queijos, de Sequeira e Chassereau; de sabão, *Saboaria União Fabril;* de tabacos, *Flôr d'Angra* e *Angrense;* de moagens, etc. Agencias dos bancos: *Portugal; Alliança, Guimarães, Portuguez e Brazileiro; Commercial do Porto; Minho;* de seguros: *Loyd's;* de vapores: *Empresa Insulana de Navegação; Empresa de Navegação a vapor, de J. H. Andressen;* corpo consular para diversas nações; sociedades de recreio: *Assembléa angrense* e *Club popular angrense*; philarmonicas: *Angrense, Triumpho*, e *Recreio dos Artistas;* theatro *Angrense*. O commercio principal do concelho é alcool, queijo, manteiga, trigo, milho, gado vaccum e suino, peixe secco, sabão, etc. São curiosos alguns trajos caracteristicos, que se notam na ilha: o *manto*, que a nossa gravura representa, é um envolucro de alpaca preta, egual á da saia, e que, franzido em volta da cintura, cobre o tronco, os braços e a cabeça, formando por cima d'esta um tecto em fórma de telha, duro, graças ao forro de papelão. Custa a perceber o rosto no fundo d'aquelle nicho, quando entrevisto entre a obscuridade do manto, que mão pequenina ás vezes descerra na altura do pescoço, para logo a fechar de fórma que fica apenas um orificio, atravez do qual os olhos dardejam curiosos. O capote figura a par do manto, vendo-se em muitas damas descahido para traz por causa do calor: teem longo cabeção e pesado capello, terminado posteriormente em fórma de travesseiro. Este abrigo, que constitue abobada por cima da cabeça e resguarda as faces, com as abas verticaes acabadas em bico á altura dos hombros, tambem o deitam para as costas algumas damas, quando sentem falta de ar. Do matiz formado pelos chales e lenços de seda ou de chita, que adornam as mulheres do povo, destaca-se um ou outro capote e lenço para ser ainda maior a diversidade dos trajos. Usam tambem galochas de solas de pau, pregadas em volta com tachinhas amarellas, e enfeitadas no peito do pé com bordados escarlates a sobresahirem no fundo azul da carneira. Nos homens tambem os trajos são bem curiosos; o vendedor de peixe, que a nossa gravura representa, é tambem um typo caracteristico; o vendedor de leite, apparece logo de manhãsinha, mettido n'uma grande camisa de linho, e coberto com o classico barretinho de malha que se parece muito com o solidéo ecclesiastico; traz o leite em duas grandes cabaças escuras, amarradas aos extremos d'um bordão, ligeiramente curvo, que lhe assenta pelo meio do hombro esquerdo. São ainda notaveis os costumes d'outros vendedores populares. A tourada á corda é um dos divertimentos caracteristicos da ilha Terceira, a unica das nossas ilhas onde ha touros susceptiveis de serem corridos. Os homens que trazem o touro veem mascarados; o animal tem as hastes emboladas e presas a um extenso cabo, que os homens seguram pela extremidade opposta, largando ou puxando para dar fuga ao animal ou obrigal-o a parar, os homens vestem calças e camisas muito brancas, sendo as camisas avivadas de encarnado, e trazem bonets de copa baixa apenas differentes dos que usam vulgarmente os cozinheiros, por terem tambem vivos d'aquella côr. A *viseira*, que lhes occulta a metade superior do rosto, é que originou a denominação de *mascarados de corda*, como o povo lhes chama. O touro passa de corrida; homens e rapazes o seguem de tropel, o touro alcança-os, e, quando se dispõe a repetir as marradas, é o cabo esticado, dando lhe a *pancada*,

Uma tourada á corda

obrigando o animal a retroceder e arrancando-lhe um rugido. Por occasião da viagem de Suas Magestades em 1901 aos Açôres e á Madeira, houve em Angra, assim como nas demais ilhas, festas, illuminações brilhantes, realisando-se tambem uma tourada á corda. Angra tem sido berço de muitos varões illustres: João Baptista Machado, que nasceu em 1582, e foi decapitado a 27 de maio de 1617, fóra dos muros da cidade de Omura, no Japão, martyr pela fé catholica; era padre da Companhia de Jesus, que, depois de completar a sua instrucção nas letras humanas e canonicas nos collegios de Gôa e de Macau, partiu a missionar para Nagasaki, na ilha de Kiu-Siu. Pio IX beatificou o em 1867, e é festejado na diocese angrense a 15 de fevereiro. D. Fr. Christovão da Silveira, filho de Christovão Lemos de Mendonça, nasceu em 1613; foi eremita de Santo Agostinho, reitor do collegio de Coimbra, arcebispo primaz do Oriente, e morreu em 1673; tornou-se um professor insigne na sua ordem. O conde de Subserra, Manuel Ignacio Martins Pamplona Corte Real, nasceu a 3 de junho de 1760, e morreu na casa-mata do forte da Graça, em Elvas, a 16 d'outubro de 1832. Entrou em diversas campanhas, alcançando distincções honrosas, chegando ao posto de tenente-general. Foi ministro da guerra e presidente do conselho em 1823, e um dos chefes do movimento constitucional. Conde da Praia da Victoria, Theotonio d'Ornellas Bruges e Avila Paim da Camara Noronha Ponce de Leão, nasceu a 25 d'abril de 1807, falleceu a 25 d'outubro de 1870. Foi um dos chefes do movimento constitucional na ilha Terceira em 1828, presidente da deputação que em Paris, em 1831, apresentou a D. Pedro, duque de Bragança, o voto de todos os liberaes, pedindo-lhe que se collocasse á frente da sua causa. Francisco Jeronymo da Silva, bacharel formado em canones, nasceu a 30 de dezembro de 1807, falleceu em 1872, celebre advogado em Lisboa, anteriormente professor e magistrado. E' autor de diversos opusculos forenses. Adquiriu a bibliotheca do visconde d'Almeida Garrett, legou a sua bibliotheca juridica á cidade d'Angra, livros e estantes, que iniciaram a actual bibliotheca municipal. O padre Jeronymo Emiliano de Andrade nasceu em 1789, falleceu em 1847. Foi o primeiro reitor do lyceu d'Angra. Antonio Moniz Barreto Côrte-Real, formado em Coimbra na faculdade de canones, nasceu a 8 de dezembro de 1804, e falleceu a 23 de setembro de 1888. Foi professor e reitor do lyceu d'Angra. José Maria Pacheco d'Aguiar nasceu em 1803, e morreu em 1876; frade agostiniano do convento da Graça d'Angra, professor de theologia em Braga, conego da sé d'Angra e professor do seminario diocesano. A'cerca d'esta cidade póde vêr-se o livro de Felix José da Costa, Angra, 1867, intitulado: *Angra do Heroismo, os seus titulos, edificios e estabelecimentos publicos*.

Angra do Heroismo *(Jornaes que se tem publicado na cidade de). Academico (O),* 16 de setembro de 1892 (sahiram poucos numeros); *Açôres (Os),* 10 de agosto de 1879 a 22 de julho de 1880; *Açoriano Liberal (O),* 23 de abril de 1901, e durou cerca de dois annos; *Album,* 1 de dezembro de 1876 a 26 de janeiro de 1878; *Alumno,* 1877; *Amigo das Familias (O),* 24 de maio de 1885 a 4 de abril de 1887; *Angrense (O),* 23 de setembro de 1836 (em publicação); *Annunciador (O),* 25 de abril de 1847 a 1849; *Annunciador* (2.º), 1 de janeiro de 1873 a 10 de abril de 1874; *Arco da Velha,* 14 de julho de 1838; *Artista* (1.º), 8 de março a 10 de maio de 1885; *Artista* (2.º), 10 de abril de 1887; *Atheneu (O),* setembro de 1887 a outubro de 1888; *Athleta (O),* 30 de novembro de 1879 a 27 de outubro de 1885 (sahiram 221 numeros); *Aurora d'Além-Tumulo (A),* 13 de fevereiro a 14 de março de 1879; *Aurora Angrense,* 7 de março a 18 de junho de 1885; *Binoculos (Os),* dezembro de 1887 a março de 1888; *Boletim do Governo Ecclesiastico da Diocese dos Açôres,* setembro de 1872 (em publicação); *Boletim Judicial da Comarca d'Angra,* 15 de fevereiro de 1886 a 28 de abril de 1887; *Boletim da Junta Geral do Districto de Angra,* 25 de outubro de 1882; *Boletim Mensal da Livraria e Papelaria de Antonio Gil,* setembro de 1878 (parece que findou em fevereiro de 1879); *Boletim Official do Districto d'Angra,* 15 de junho de 1859 a julho de 1880; *Borboleta (A),* 27 de março de 1884 a 19 de junho de 1886; *Bouquet,* 7 de fevereiro de 1901; *Boletim do Governo Civil d'Angra do Heroismo,* 2 de abril de 1854 a 1856; *Boletim Official da Junta Governativa,* 8 de maio de 1847 a 1 de agosto de 1849; *Brisas Terceirenses,* 15 de março de 1877 (publicaram-se seis numeros); *Cabra A' Mostra (A),* 29 de dezembro de 1888; *Cartão de Visita (O),* 10 de janeiro de 1891 (durou cerca de um anno); *Catholico (O),* 21 de outubro de 1876 a 31 de dezembro de 1886; *Catholico Terceirense (O),* 15 de janeiro de 1857 a 15 de outubro de 1858; *Cavaquinho (O),* 28 de dezembro de 1891; *Chicote (O),* 5 de maio a 25 de agosto de 1878; *Chronica (A),* semanario terceirense, 3 de abril de 1831 a 15 de abril de 1832, anno em que passou para Ponta Delgada com o n.º 39; *Chronica dos Açôres,* 6 de janeiro a 29 de dezembro de 1833; *Chronica Constitucional d'Angra,* 5 de janeiro de 1834 a 11 de junho de 1835; *Chronica da Terceira* (1.º), 17 de abril de 1830 a 29 de maio de 1832; *Chronica da Terceira* (2.º), 5 de agosto a 16 de setembro de 1846; *Clarim Terceirense (O),* 12 de dezembro de 1866 a 18 de junho de 1869; *Commercio (O),* 15 de maio de 1890; *Correio (O),* 4 de julho de 1883 a 21 de maio de 1884; *Correio da Terceira,* 29 de janeiro de 1874 a 22 de outubro de 1876; *Diario de Annuncios,* 1 de dezembro de 1888 (findou em 1890); *Diario da Terceira,* 1 de junho a 26 de julho de 1878; *Direito do Povo (O),* 12 de dezembro de 1877 a 31 de março de 1878; *Districto de Angra,* 16 de junho de 1890; *Domingo (O),* 15 a 29 de janeiro de 1888; *Echo Açoriano,* 13 de março a 5 de novembro de 1863; *Ecco Agricola,* 23 de janeiro a 17 de março de 1864; *Echo do Povo (O),* 9 de janeiro de 1898; *Ecco Praiense,* 28 de março de 1880 a 23 de julho de 1882; *Epoca (A),* 21 de junho a 13 de dezembro de 1879; *Escova (A),* 30 de dezembro de 1886 a 30 de abril de 1887; *(Escudo O),* 3 de novembro de 1844 a 20 de junho de 1849; *Espectador (O),* 9 de junho de 1842 a 6 de junho de 1852; *Estimulo (O),* 2 de outubro de 1856 a 23 de setembro de 1857; *Estudante (O),* 1 de janeiro de 1890 (pouco tempo durou); *Evolução,* 20 de junho a 11 de dezembro de 1884; *Evolução (A),* 3 de dezembro de 1885 (findou em dezembro de 1892); *Fantoche,* outubro de 1884 a janeiro de 1885; *Folha Nova,* 3 de novembro de 1897, a 3 de agosto de

1899; *Fraternidade Artistica (A)*, 5 de março a 6 de agosto de 1887; *Futuro (O)*, 15 de fevereiro a 4 de agosto de 1886; *Gabinete de Estudo*, janeiro a maio de 1877; *Galeria (A)*, 1 de janeiro de 1896; *Gazeta de Noticias*, 14 de janeiro de 1885 (em publicação); *Heroismo (O)*, 1 de dezembro de 1863 a 26 de fevereiro de 1867; *Heroismo (O)*, 1 de janeiro de 1880 (findou em 1881); *Ideia Nova (A)*, 9 de agosto de 1876 a 24 de outubro de 1888; *Ideia Social (A)*, 5 a 12 de outubro de 1870; *Imparcial (O)*, 5 de novembro de 1883 (em publicação); *Incolor (O)*, 20 de março de 1889 (poucos numeros se publicaram); *Incentivo (O)*, 15 de fevereiro a 24 de junho de 1871; *Independencia (A)*, 11 de maio de 1871 a 13 de julho de 1876; *Independente da Terceira*, 15 de setembro de 1870 a 9 de maio de 1871; *Industrial (O)*, 13 de dezembro de 1888 a 28 de abril de 1890; *Instrucção (A)*, 21 de fevereiro de 1889; *Insulano (O)*, 19 de janeiro de 1857 a 4 de janeiro de 1861; *Iris da Terceira (O)*, 6 de julho de 1838 a 9 de abril de 1842; *Jornal do Gremio Litterario de Angra*, 1 de maio de 1868 a 1 de fevereiro de 1869; *Justiça (A)*, 4 de abril de 1889; *Lagrima (A)*, 28 de abril de 1868 a 20 de março de 1869; *Alerta*, janeiro a dezembro de 1881; *Liberal (O)*, 29 de março de 1835 a 9 de julho de 1836; *Liberal (O)*, 10 d'outubro de 1863 a 7 de maio de 1864; *Liberal (O)*, 14 de março de 1897 a 10 de julho de 1898; *Lidador (O)*, 15 de fevereiro a 6 de abril de 1862; *Luctador (O)*, 13 de outubro de 1884; *Luiz de Camões*, 1 de dezembro de 1863 a 8 de maio de 1884; *Lyceu (O)*, 30 de setembro de 1855 a 26 de abril de 1856; *Lyceu (O)*, 6 de março a 24 de julho de 1873; *Noticiarista (O)*, de 1889; *Observador (O)*, 14 de abril a 31 de julho de 1836; *Onze de Agosto de 1829*, 26 de março de 1868 a 15 de junho de 1871; *Operario (O)*, 21 a 26 de janeiro de 1886; *Opposição (A)*, 21 de maio de 1890; *Padres e Reis*, 1 de outubro de 1884 a janeiro de 1885; *Partido do Povo (O)*, 28 de julho de 1878 (um só numero); *? (O)*, 19 de novembro de 1889; *Peregrino de Lourdes*, 24 de outubro de 1887 (em publicação); *Pobres na Terceira*, 26 de novembro de 1852 a 19 de março de 1865; *Popular (O)*, 9 de abril de 1878 a 10 de junho de 1879; *Popular (O)*, 24 de abril de 1890; *Primeiro de Maio*, 1 de maio de 1902 (em publicação); *Pregoeiro (O)*, 1 de agosto a dezembro de 1843; *Progressista (O)*, 3 de outubro de 1889 (publicou-se durante alguns annos); *Progresso (O)*, 26 de novembro de 1876 a 15 de maio de 1878; *Progresso (O)*, 1 de outubro de 1893; *Protesto (O)*, 10 de novembro de 1877 a 8 de fevereiro de 1878; *Razão (A)*, 1 de junho de 1871 a 1 de maio de 1872; *Razão (A)*, 30 de setembro de 1887 a 29 de outubro; *Reacção (A)*, 5 de setembro de 1890; *Reclame (O)*, 14 de novembro de 1891; *Recreio Academico*, 5 de agosto de 1900; *Religião e Patria*, julho de 1860 a janeiro de 1861; *Revista Angrense*, 4 de agosto a 3 de novembro de 1887; *Ronda (A)*, 2 de fevereiro a 8 de maio de 1878; *Santelmo (O)*, 24 de novembro de 1866 a 25 de setembro de 1869; *S. Miguel e Terceira*, 1895; *Semana*, 1 de janeiro de 1900 (em publicação); *Sentinella*, 1 de janeiro de 1878 a 9 de fevereiro de 1879; *Sentinella Constitucional dos Açôres*, 16 de março de 1835 a 14 de abril de 1836; *Sol e Sombra*, 13 de junho de 1897 (foi curta a sua duração); *Terceira (A)*, 4 de janeiro de 1859 (em publicação); *Terceirense (O)*, 14 de fevereiro de 1844 a 17 de dezembro de 1845; *Tourciro (O)*, 8 de abril de 1894; *Trombeta Açoriana*, 28 de novembro de 1866 a 25 de setembro de 1869; *Typographo (O)*, 26 de dezembro de 1894 (pouco tempo durou); *União (A)*, 3 de dezembro de 1893 (em publicação); *Utilidade Publica*, 9 de fevereiro de 1856 (publicou-se um unico numero); *Voz do Artista (A)*, 21 de junho a 14 de setembro de 1885; *Voz do Professorado (A)*, 15 de agosto de 1883; *Zangão (O)*, 20 de março a 26 de maio de 1888. Numeros unicos: *Bouquet (O)*, 20 de julho de 1893; *Commemoração (A)*, 1887; *Commemoração*, 1 de dezembro de 1888; *Festa Artistica do Espada el Pechuga*, 1894; *Nephelibata (O)*, 1894.

Angra do Negro. Antigo nome da bahia de Mossamedes, na provincia de Angola, Africa Occidental.

Angra de S. João. Porto aberto ao sueste e o melhor dos da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental; tem capacidade para receber quinze a dezoito navios de alto bordo e é abrigado de todos os ventos, excepto do sueste.

Angra Toldo. Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Angriá. Celebre pirata atrevido, que, nos principios do seculo XVIII, inquietou os portuguezes na India e a quem algumas emprezas felizes haviam tornado insolente. O governador Vasco Fernandes Cesar de Menezes, que governou aquelle Estado com o titulo de vice-rei desde 21 de setembro de 1712 a 13 de janeiro de 1717, ordenou a Antonio Cardim Froes que fôsse com 15 vélas bloquear a barra de Culabo, proximo de Chaul, onde o dito Angriá se achava bem fortificado. Foi tanto o damno que o capitão-mór causou ao pirata, que conseguiu abater lhe a importancia maritima. Os arabios não perdiam tambem occasião de nos hostilisarem, e o vice-rei, sabendo que a esquadra de Mascate se achava fundeada no poço de Surrate, ahi mandou uma armada, que a combateu e logrou destroçar. Igual successo obteve contra Rugapury na barra de Dauda. Esta serie de victorias conteve em respeito os inimigos do Estado, e valeu certas considerações dos potentados com quem estavamos em boas relações. O grão Mogor doou nos as terras de Pondá que confinavam com as nossas possessões. Em 1721 o Angriá mostrára-se novamente pirata poderoso e arrojado; rebelde com o seu legitimo soberano, e, accommettendo as embarcações portuguezas e britannicas, causava graves prejuizos ao commercio. O vice-rei, alliando-se com os inglezes, resolveu-se a commandar uma expedição contra Culabo, que ficava entre Chaul e Bombaim. Sahindo a armada a barra do Mandovi em 21 de novembro de 1721, foi sitiar a fortaleza do Angriá, que ao primeiro assalto propoz capitulação com grandes vantagens para os alliados, e a 20 de janeiro de 1722 já Sampaio de Castro se achava em Gôa. Em 1740 os desastres dos portuguezes na India animaram o Angriá, que destruiu a armada portugueza.

Angueira. Pov. e freg. da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Vimioso, com. de Miranda do Douro, distr. e bisp. de Bragança; 481 hab. e 111 fog. A pov. dista 11 k. da séde do conc. Orago S. Cypriano. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 10, com a séde em

Mirandella (V. *S. Martinho d'Angueira*). || Ribeira na prov. de Traz-os-Montes. Nasce em Alcousilho, a 6 k. dentro de Castella, termo de Alcaniças. Junta varios ribeiros e cria muito e bom peixe. Todas as suas margens são arborisadas. Tem varias pontes de pedra e de madeira. Morre no Mação, perto de Algoso. || No sitio da Terronha, na margem direita do Angueira, ao nascente de Vimioso e a 4 kilom. da villa, existe uma pequena nascente de aguas sulfurosas frias, muito aproveitaveis para molestias de pelle. São pouco conhecidas. A estação do caminho de ferro mais proxima é Mirandella, a 69 kilometros.

Angueira d'Além. Serra de Traz-os Montes. Principia na aldeia do seu nome, seguindo pelas *Alturas de Barroso* até ao mar, e para E. vae por Hespanha dentro, parece que até aos Pyrineus.

Angueiras. Como se vê dos foraes de Castello Branco, 1213, de Barcellos, dado por D. Affonso I e confirmado por D. Affonso II, de Fonte-Arcada, 1193, e outros, esta palavra tanto significa o aluguer de animaes de carga e tiro, como o serviço que o colono devia prestar ao senhorio. Comquanto queiram alguns que este termo viesse aos latinos e europeus, dos arabes, syrios ou chaldeus, o que parece menos contestavel é que elle viesse dos persas, que fôram os inventores dos correios, postas ou postilhões, a que chamavam *Angáros*. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Lavra, conc. de Bouças, distr. do Porto.

Angueiro. Pov. da freg. de Santa Eulalia de Valladares, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Angurez. Pov. da freg. de S. Pedro, de Samodães, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Angustias. Pov. e freg. do conc., com. e distr. da Horta, na ilha do Fayal, archipelago dos Açôres. Orago N.ª Senhora. || Quinta na freg. de S. João Baptista, de S. João da Ribeira, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

Angusto. Pov. da freg. de S. Thiago Maior, de Christello, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello.

Anha ou Darque. Pov. e freg. (S. Thiago) da prov. do Minho, conc., com. e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga, 2:348 hab. e 428 fog. Tem caixa post. A pov. dista 5 kilom. da séde do conc. Foi abbadia da casa de Bragança. Antigamente era egreja matriz *N.ª S.ª das Areias;* mas as areias fôram crescendo tanto, que a egreja e a freguezia se submergiram, e muitas marinhas de sal, que existiam no logar chamado *Darque Maior*. Mudou-se então a matriz para o sitio onde actualmente está, em frente de Vianna do Castello, e no local da antiga apenas existe uma capella, onde vão annualmente os *clamores* de varias freguezias, por voto muito antigo. Esta capella ainda conserva a invocação de N. S.ª das Areias. E' na margem esquerda do Lima, perto da sua foz, e abaixo do Caes Novo. *Clamores* chamam-se no Minho a uma especie de procissões que se fazem, reunindo os povos de differentes freguezias, cada um com o seu parocho, cruzes, bandeiras, etc., havendo sermão, preces e outras cerimonias religiosas. Estes *clamores* vão em dias certos e de tempos antiquissimos, ou marcados por combinação dos diversos parochos, em occasiões de grandes séccas, chuvas constantes e prejudiciaes, pestes, fome, guerra, ou outras calamidades publicas. Anha é banhada pelo rio Saborido e pelo rio do mesmo nome que tem uma ponte de pedra no logar de *Medonha*. E' celebre a *Subida do Faro d'Anha*, em cujo monte ha granito que é muito apreciado. Anha pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Ha n'esta povoação a antiga casa do Paço d'Anha, cujo senhorio passou da familia Agorreta para o sr. José de Alpuim V. *este nome*.

Anha Loura. V. *Anna Loura*.

Anhaya. Appellido de familia nobre em Castella, d'onde passou a Portugal no tempo d'el-rei D. Affonso V. Brazão: em campo de oiro cinco bandas de azul; timbre um pescoço e cabeça de lobo da sua côr. V. *Anaya* e *Annaya*.

Anhenhos. Pov. da freg. de S. Pedro, de Esmeriz, conc. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga.

Anho. Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Gonçalo, conc. e distr. da Guarda.

Anho Bom. Pov. na freg. de S. Miguel, de Anreade, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Sá, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Fonte-Arcada, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Anhões. Freg. do Minho, de S. Thiago, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; com 275 hab. e 65 fog. Foi vigararia das freiras de S Francisco, de Monsão, que depois fôram para o convento da Conceição, de Braga. Tem caixa post. e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3 com a séde em Vianna do Castello. A pov. dista de Monsão 5 kilometros.

Anhoura. V. *Anna Loura*.

Aniães. Pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real.

Aniceto. Casal da freg. de Sant'Anna, da Carnota, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa. || Casal na freg. do Senhor Jesus, de Carvalhal, conc. d'Obidos, distr. de Leiria. || Courella, na freg. de N. S.ª da Orada e conc. d'Aviz, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de Santa Maria e conc. d'Extremoz, distr. d'Evora.

Anicha *(Pedra da)*. Rochedo na enseada do Portinho da Arrabida, conc. de Setubal.

Aniello. Monte na freg. de N. S.ª da Annunciação e conc. de Vianna do Alemtejo, distr. de Evora.

Anissó. Pov. e freg. (Santa Maria) da prov. do Minho, conc. e com. de Vieira, dist. e arceb. de Braga, 324 hab. e 71 fog. A pov. dista 5 k. da séde do concelho e está situada ao pé d'um monte. E terra fertil, cujos lavradios ficam em um valle ao pé da serra de *Pena Mourinha*, em que existe uma gruta notavel pela sua extensão, e do monte de *Crasto,* onde houve um castello no tempo dos arabes. No sitio, chamado *Crasto Medoeiro*, dizem que tambem houve um castello moirisco. A freguezia foi creada em 1740, sendo desmembrada da de Vieira. Até 1834 o vigario era apresentado pelo abbade de Vieira.

Aniza. Herdade na freg. de N.ª S.ª da Conceição, da Azinheira de Barros, conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Anja. Casal na freg. de N.ª S.ª dos Milagres, de Vieira, conc. e distr. de Leiria.

Anjinho. Pov. na freguezia de Santa Maria de

Mire de Tibães, conc. e distr. de Braga. ‖ Casal da freguezia de S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. ‖ Quinta na freg. de S. Pedro de Penaferrim, e conc. de Cintra, distr. de Lisboa. ‖ Quinta na freg. de Santa Maria e conc. de Extremoz, distr. d'Evora.

Anjo. Pov. da freg. de Santa Maria de Mire de Tibães, conc. e districto de Braga. ‖ Casal na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. ‖ Horta na freg. de S. João, Ribeira de Souzel, conc. de Souzel, distr. de Portalegre. ‖ Quinta na freg. de N. S.ª dos Prazeres, de Aldeia Gallega da Merceana, concelho d'Alemquer, distr. de Lisboa. ‖ Quinta da freg. de S. Lourenço, de Alhos Vedros, conc. da Moita, distr. de Lisboa. ‖ Quinta na freg. de N. S.ª da Purificação, de Pontevel, conc. do Cartaxo, distr. de Santarem. ‖ Quinta na freg. de S. Braz, de Varzea, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre.

Anjo de Baixo e de Cima. Duas aldeias na freg. de S. Pedro, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Anjo Custodio do Reino. Celebra-se esta festa no terceiro domingo de julho, com rito duplex. Foi determinada por um breve apostolico especial, a pedido de D. Manuel. No archivo municipal de Coimbra guardam-se alguns documentos interessantes relativos á procissão do Anjo Custodio. Taes são o *Titulo do Rigymento da precyção da ffesta do hamjo e de que maneira a eydade ha mamda em cada hum ano fazer segumdo El-Rey noso senhor mamda que se faça*, e o treslado da carta d'el-rei D. Manuel, de 6 de junho de 1504, que no reino instituiu a dita procissão *(do amjo noso gardador)* no terceiro domingo de julho de cada um anno, recommendando á camara de Coimbra que a essa festa religiosa chamasse todo o povo, mandando fazer, para n'ella apparecer, uma bandeira grande com a pintura do dito anjo e o lettreiro CUSTOS REGNY ET CYVYTATIS CULIMBRIEMSES. Ainda ácerca d'esta procissão se pódem vêr as *Ordenações Manuelinas*, liv. I, tit. LXXVIII.

Anjo da Guarda. Quinta na freg. de S. Martinho, de Alpedrinha, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco.

Anjos *(Alfredo)*. V. *Fontalva (conde de)*.

Anjos *(Fr. Amaro dos)*. Prégador geral, reitor d'Evora. Era natural de Leiria, falleceu em Xabregas a 25 de janeiro de 1729. Entrou na congregação dos conegos seculares do Evangelista, cujo habito recebeu no convento de Villar de Frades, no dia 28 de março de 1685. Foi definidor da mesma congregação. Era muito versado em ritos e cerimonias ecclesiasticas, ministerio que exerceu por muito tempo no convento de S. Bento de Xabregas, de Lisboa, cabeça da mesma congregação e onde residiu bastantes annos até á data do seu fallecimento. Escreveu um livro que trata dos ritos e liturgia, intitulado: *Directorio ceremonial*, Lisboa, 1717; e outro em tres volumes, que ficaram manuscriptos, com o nome de *Suor alheio distillado no alambique da paciencia*. Esta obra conservava-se no convento de Xabregas.

Anjos *(Ambrosio dos)*. Religioso, eremita de Santo Agostinho, que foi prégar o Evangelho na Asia Central, no seculo XVII, no reino de Gorgistão, habitado por numerosa multidão de scismaticos, para cuja missão foi mandado pelo arcebispo de Gôa, por ser muito erudito nas linguas persiana e turquesca. Escreveu duas cartas sobre as suas missões, uma das quaes se imprimiu em 1630, na *Breve relação das christandades que os religiosos de Santo Agostinho tem n'essa conta nas partes do Oriente*, tendo o titulo: *Carta escripta de Gorgistão em 29 de junho de 1628, ao Vigario Provincial dos eremitas de Santo Agostinho.* A outra carta ficou inédita, e é assim chamada: *Carta em que relata a Missão, que os Religiosos Agostinhos fizerão no anno de 1616 em o Reyno de Gorgistão.* Escreveu tambem uma *Breve Relação do martyrio da rainha Gativanda executado em 25 de setembro de 1624*, obra que ficou em manuscripto, e se conservava na livraria do convento de Nossa Senhora da Graça, de Lisboa.

Anjos *(Fr. André dos)*. Religioso trinitario, natural do Alemtejo, que foi um dos que mais se empenharam no resgate dos prisioneiros de Alcacer-Kibir. Livrou 95 prisioneiros em pouco tempo. Falleceu em 1609.

Anjos *(Fr. Antonio dos)*. Religioso da ordem da Trindade. Natural de Lisboa. Era filho de Alvaro Annes e de D. Isabel Gil. Professou no convento da sua ordem, de Lisboa, em 12 de janeiro de 1571. Sendo sempre muito distincto e reconhecida a sua elevada intelligencia, recebeu o grau de bacharel em theologia pela Universidade de Coimbra. Era profundo nas linguas latina, italiana, franceza, castelhana, e tambem em grego, hebraico e caldaico, em que foi sempre muito versado. Tornou-se eloquente orador, poeta elegante, com especialidade na lingua latina em que publicou varios poemas. Em musica, ou compondo ou cantando, competiu com os mais celebres professores do seu tempo. Foi reitor no collegio de Coimbra, ministro no convento de Lisboa, e duas vezes provincial, eleito a primeira vez em 1595, e na segunda em 1608; em tantas prelasias conciliou sempre o affecto dos domesticos e a benevolencia dos extranhos. Como era dotado de summa prudencia e zelo para os augmentos da sua religião, passou a Madrid para defender uma causa intentada contra ella, e n'este tempo o nomeou Filippe III bispo de Cabo Verde, e depois de Ceuta, cujas dignidades não chegou a exercer, porque a morte não o permittiu, surprehendendo-o no anno de 1614. Escreveu: *Compendium Institutionis ordinis Sanctissimæ Trinitatis, et indulgentiarum a summis Pontificibus eidem concessarum,* Ulyssipone, 1613; *Varia Poemata*, Ulyssipone, 1623; *Commentaria in Sacram Scripturam*, 5 tomos, que se conservavam todos na livraria do convento da Trindade, de Lisboa. O principal d'estes tomos é o seguinte: *De transmigratione filiorum Israel.* Na obra de Duarte Nunes do Leão, *Origem da lingua Portugueza,* pag. 143 e 144, vem um escripto poetico, seu, dedicado a Santa Ursula. Fr. Antonio dos Anjos remetteu-o a Duarte Nunes do Leão, acompanhado d'um soneto, dizendo que o fizera um *Religioso principal mui docto nas letras divinas e humanas, e noticia das linguas.*

Anjos *(Fr. Antonio dos)*. Religioso franciscano. N. em Lisboa, em 1563, f. em Gôa no convento de Taná, em julho de 1631. Era filho de Simão Gonçalves e de Margarida Queimada. Passou á India, tendo apenas 17 annos de edade, movido da ambição de grandes lucros, que lhe promettia

a fortuna, porém, frustrando-se-lhe as suas esperanças, recolheu-se á ordem de S. Francisco, professando no convento da Madre de Deus, em Gôa. Logo no noviciado causou admiração a sua virtude, que servia de exemplo e de estimulo aos seus companheiros. Querendo ser profundamente versado na sciencia dos santos e não das escolas, frequentou com violencia os estudos, dos quaes sahiu sufficientemente instruido para o pulpito. Foi muito compassivo com os enfermos, affavel com os penitentes, muito parco em comer e beber, e conservava-se em continua oração. Fazia muitas penitencias, macerando o corpo, chegando a estar 9 dias seguidos sem comer, vigiando duas noites, e tres dias de pé, sempre firme. Era sincero fanatico Depois de ter sido guardião no convento da Madre de Deus, em Gôa, foi eleito Provincial a 6 de fevereiro de 1622, com uniformidade de todos os capitulares. D'este logar injuriosamente o depôz o commissario geral, cuja injustiça tolerou com invicta paciencia, e para manifesto argumento da sua inculpavel vida, foi restituido á mesma prelasia no anno de 1629, por decreto do pontifice Urbano VIII. Adoecendo gravemente, falleceu no convento de Taná, conforme dissémos. Viveu em Gôa 51 annos. Publicou: *Carta escripta de Gôa a 30 de Setembro de 1617 a seu irmão o P. João da Costa da Companhia de Jesus.* N'esta carta, que é muito longa, conta individualmente os trabalhos que soffreu, tanto espirituaes como corporaes. Sahiu impressa no *Vergel de Plantas e Flores da Provincia da Madre de Deus,* composto por Fr. Jacintho de Deus, cap. 7, artigo 15, onde largamente se fala d'este santo varão.

Anjos *(Fr. Belchior dos).* Eremita de Santo Agostinho, em cuja ordem professou em 1587, no convento de Gôa. Era natural de Lisboa. Em 1608 foi enviado á Persia, como embaixador, pelo vice-rei da India, D. João Pereira, conde da Feira. Tendo revelado n'esta missão muito zelo e sagacidade, voltou á Europa, e estabeleceu a sua residencia em Madrid, onde então era a séde do governo portuguez, e ali se conservou ainda depois de se ter proclamado a independencia de Portugal, sendo em 1643 nomeado prégador de Filippe IV. Foi autor de duas obras que ficaram manuscriptas, uma intitulada: *Historia do martyrio de Fr. Nicoláo de Mello e de Fr. Guilherme de Santo Agostinho, com a Relação das cousas notaveis que na Persia fizerão os Religiosos de Santo Agostinho pelo espaço de quatorze annos. Composta em Aspão a 20 de Fevereiro de 1616.* Conservou-se esta obra na livraria do convento de N. S.ª da Graça, de Lisboa. Escreveu tambem: *Relação da Jornada que fez ó India D. Garcia da Sylva, Embaixador da Persia.* Pertencia á bibliotheca do rei de Hespanha.

Anjos *(Carlos Pecquet Ferreira dos).* Filho de Flamiano José Lopes Ferreira dos Anjos e de D. Leonor Pecquet Ferreira dos Anjos. Dedicou-se no principio da sua vida ao commercio, e ainda hoje é socio d'uma das primeiras casas commerciaes de Lisboa, que gira sob a firma Anjos & C.ª, substituido pelo seu filho Guilherme Anjos na ingerencia d'esta casa; dedicou toda a attenção ao desenvolvimento das suas propriedades agricolas. Assim, possue hoje uma das mais importantes do paiz, não só pela grandeza mas pelos aperfeiçoamentos agricolas que n'ella se encontram. Tudo o que ha de mais moderno em alfaias, todos os processos modernos de cultura que a sciencia indica, se teem experimentado na sua magnifica propriedade, denominada *Quinta de Montalegre,* na estrada da Luz. E' uma installação agricola tão completa e o seu estado de aperfeiçoamento é tal, que os alumnos do Instituto d'Agronomia ali vão amiudadas vezes, com os seus lentes, a assistir a lições praticas. A Carlos Anjos se deve, em grande parte, o nosso systema de fabrico d'azeite por meio de prensas com cinchos. Em muitas tentativas, que por sua conta fez, gastou sommas importantes, mas viu coroados os seus esforços, pois a referida propriedade tem hoje uma fabrica d'azeite, montada em condições taes, que o seu producto obtem um elevado preço no mercado. Com os conhecimentos que tem adquirido, tem sido d'um grande auxilio para os industriaes que pretendem concorrer para o aperfeiçoamento do fabrico d'azeite. Tanto esta fabrica como a que tem nas suas propriedades no Alemtejo, em Alvito, a primeira que se montou em Portugal, a vapor, rivalisam com as melhores que ha no paiz e no estrangeiro. Sacrificando os seus interesses, tem prestado á agricultura do paiz taes serviços, que o governo de Sua Magestade o agraciou com a gran-cruz do Merito Agricola, distincção muito pouco vulgar, mas que com difficuldade a acceitou, e por se oppôr a isso o seu modesto caracter. Foi Carlos Anjos quem creou a formosa estação balnear e de inverno, hoje tão concorrida por nacionaes e estrangeiros, o *Mont'Estoril.* Só quem conheceu os pinhaes e arribas que compunham aquelle local e hoje vê as magnificas avenidas e os lindos chalets construidos em grande parte a expensas suas, o bello jardim do apeadeiro, tambem construido á sua custa, é que póde avaliar a transformação maravilhosa que soffreu aquelle local. Além d'um grande numero de melhoramentos que os habitantes do Mont'Estoril hoje gosam devidos a Carlos Anjos, a elle é tambem devido os habitantes d'esta povoação, do Estoril e S. João do Estoril poderem beber em suas casas a bella agua da sua quinta de Valle de Cavallos na Serra de Cintra, em cujo encanamento e em outras obras gastou sommas avultadas. Carlos Anjos tem sido um verdadeiro benemerito.

Anjos *(Fr. Daniel dos).* Religioso arrabido. N. em Villa Nova da Rainha, em 1579, f. em Lisboa a 3 de dezembro de 1644. Foi sacristão, mestre de noviços e guardião de dois conventos d'esta ordem. Dedicava-se especialmente ao confessionario. Escreveu um livro, intitulado: *Summa de casos de consciencia.* A'cerca d'esta obra, escreveu Fr. José de Jesus Maria, na *Chronica da Provincia d'Arrabida,* Parte 2.ª, liv. 1.º cap. 26: *era muito util pela vastidão das suas noticias a qual tresladarão muitos Confessores para se aproveitarem das suas Resoluções.* Fr. Daniel dos Anjos foi sepultado no claustro do convento de S. José de Ribamar.

Anjos *(Fr. Dionysio dos).* Eremita augustiniano, confessor d'el-rei D. João IV, e de seu filho, o principe D. Theodosio, pro-commissario da Bulla da Cruzada, por ser o deputado mais antigo d'este tribunal, qualificador do Santo Officio, examinador das tres ordens militares, e bispo eleito do Algarve. N. em Leomil, bispado de Lamego, pelos annos de 1588 a 1590, e f. em

Lisboa a 24 de novembro de 1654. Era filho de paes nobres: Luiz Tavares e Helena Ferreira. Professou no convento de N. S.ª da Graça, de Lisboa, a 10 de agosto de 1606. Ensinou aos seus domesticos as sciencias escolasticas, em que foi muito douto. Não chegou a exercer o elevado cargo de bispo do Algarve, dignidade para que fôra eleito, por ser surprehendido pela morte. Deixou manuscripta uma obra em latim, com este titulo: *Annotationes ad aliqua privilegia Mendintium, & ad alias materias morales*, que se conservou na livraria do convento da Graça, de Lisboa; outra impressa: *Tratado da Eucharistia*. D'esta obra fazem menção João Franco Barreto, na *Bibliotheca Lusitana*, e Fr. Manuel de Figueiredo, no *Flos Sanct. August.*, tomo 4, pag. 150, n.º 103, affirmando ambos, que se imprimira. Escreveu tambem: *Sermão no Convento da Graça de Lisboa, nas demonstraçoens que se fizerão pelo roubo do Santissimo Sacramento da Parochia de Santa Engracia da mesma cidade*, Braga, 1630; *Suspiros do grande Doutor da Igreja Sancto Agostinho*, traduzidos do latim em portuguez, Lisboa, 1656.

Anjos *(Fr. Dionysio dos)*. Religioso jeronymo. Era natural de Lisboa. Professou no convento de Belem a 6 de janeiro de 1656. Foi compositor de musica muito distincto, sendo insigne na arte de contraponto, e tocador de harpa e de viola. Sempre muito correcto no cumprimento das suas obrigações, gosou sempre da melhor fama e consideração no convento de Belem, onde falleceu a 19 de janeiro de 1709. Deixou composto: *Responsorios para todas as festas de primeira classe, Psalmo de Vesperas, e Magnificat, Diversas Missas, Villancicos e Motetes*. Todas estas obras se conservavam com a maior estimação no convento de Belem, mas é de suppôr que já se tenham extraviado.

Anjos *(Emilia dos)*. Distincta actriz, ha annos retirada de scena, onde teve uma carreira brilhantissima. N. em Lisboa a 22 de maio de 1846. Foi uma das poucas actrizes que cursaram o Conservatorio, sendo discipula do distincto e bem conhecido professor de declamação e grande conhecedor do theatro, a cujo estudo dedicou muitos annos, Duarte de Sá, ha annos fallecido. Filha d'uma familia pobre e humilde, entrou aos cinco annos, em 1861, no Conservatorio, onde seguiu todo o curso com o maior aproveitamento seu e grande applauso do seu mestre, de quem ficou sempre sendo a discipula predilecta; nos tres annos de que se compunha o curso, o primeiro de declamação e os dois seguintes de arte de representar, recebeu premios mensaes, arbitrados gradualmente. Concluido o curso, apresentou-se a provas publicas, conforme a lei ordenava, no theatro de D. Maria em 4 de fevereiro de 1865 na comedia em 1 acto de Octave Feuillet, *Le cheveu blanc*, imitada do francez por Duarte Sá, com o titulo *Por um cabello;* e na comedia d'Almeida Garrett, tambem em 1 acto, *O Tio Simplicio*. Na comedia *Por um cabello*, representou com o grande mestre da arte, José Carlos dos Santos. Guiada ao palco por um bom professor, apresentada ao publico por um grande artista, Emilia dos Anjos foi recebida com applauso pelo publico, que entendeu muito bem, que n'aquella debutante estava uma artista distincta, e dispensou lhe justos e animadores applausos. O jury dramatico classificou-a em segundo logar, e o publico logo a consagrou como actriz consummada. Durante o tempo em que cursou no Conservatorio representou em theatros particulares, com amadores dramaticos, sendo sempre muito festejada. Pouco tempo depois, a companhia do theatro se dividiu, acompanhando parte d'ella o emprezario Francisco Palha para o antigo theatro da Rua dos Condes, onde provisoriamente deu os seus espectaculos, em quanto se construia o theatro da Trindade, que se inaugurou em 1867; Emilia dos Anjos foi escripturada tambem para aquelle theatro, juntamente com os notaveis artistas: Tasso, Santos, Isidoro, Leone, Joaquim d'Almeida, Queiroz, Delphina, Emilia Adelaide, Emilia Letroublon, e outros de cujos nomes nos não recordamos. Foi n'esse tempo que na Rua dos Condes subiram á scena notaveis dramas entre os quaes nos lembram: *O Demonio do jogo, O guerrilheiro, Nobrezas do trabalho, Familia Benoiton, Direitos do homem, Mulheres á solta*, etc. Na Trindade depois, representou com progresso notavel, a *Mãe dos pobres, Tempestades de familia, Drama da rua da Paz, Miss Multon, Viver de Paris, Frou-frou, Rascunho, Ultima moda*, etc. Por um contrato celebrado entre a empreza e o governo, a companhia representava tambem no theatro de D. Maria. Em julho de 1871, Emilia dos Anjos terminou a escriptura no theatro da Trindade, e juntamente com alguns dos seus companheiros de trabalho, fez uma digressão artistica pelas provincias, representando o seu reportorio nos principaes theatros do paiz. Em 1872 escripturou-se no Gymnasio, e no espaço d'um anno tomou parte importante em quasi todo o reportorio. Entre muitas peças lembram-nos a *Calumnia, Côrte na aldeia, Lenço branco, Bola de sabão, Familia Mongrol, Que falladora!, Lazaristas*, etc. Em 1874 tomou parte, com Leopoldo de Carvalho, Polla, Joaquim d'Almeida, e Maria das Dores, da empreza artistica que explorou o Gymnasio, e á qual se reuniram em 1876 o actor Santos e José Joaquim Pinto, com os actores que tinham vindo com elles do theatro de D. Maria. Durante a gerencia d'esta empreza, representou além das peças já conhecidas do seu reportorio, nos *Campinos, Eugenia Milton, Saltimbanco, Suzanna, Casamentos de conveniencia, Fernanda, Avó, Torre de Babel, Paralytico, Amor que mata, Duas orphãs, Roca d'Hercules*, expressamente escripta por Pinheiro Chagas, *Casas, creados e agiotas, Condessa Heloisa, Afilhado de Pompignac* etc. Acompanhou Santos para o theatro da Rua dos Condes, quando o emprezario do Gymnasio o alugou á empreza Lupi, e foi escripturada pela empreza Biester, Brazão & C.ª para o theatro de D. Maria, onde entrou nos *Fourchambault, Danicheff, Amigo Fritz, Ovelhas de Panurgio, Casamentos bastardos, Asmodeu, Leões e raposas, Cora* etc. Em fevereiro de 1880 retirou-se do palco, fazendo depois parte da empreza concessionaria do theatro de D. Maria. Foi reformada como actriz de primeira classe, e actualmente vive afastada da scena. Tendo casado com o distincto homem de estado e escriptor, Antonio Ennes, é hoje a sua saudosa viuva.

Anjos *(Fr. Feliciano dos)*. Religioso franciscano. Natural de Lisboa; ignora-se a data do nascimento e do fallecimento. Era filho de João da Costa Vidigal e de Josepha da Encarnação. Professou no convento de S. Francisco de Setu-

bal, da provincia dos Algarves, a 20 de setembro de 1718. Foi guardião dos conventos de Torrão e de Beja, e secretario da provincia. Publicou: *Sermão do Banquete com o Santissimo Sacramento manifesto prégado de tarde na Quarta Dominga da Quaresma no Real Convento de Santa Clara de Beja, anno de 1740*, Lisboa, 1740.

Anjos *(Flamiano José Lopes Ferreira dos).* Era o segundo dos tres irmãos, negociantes muito conhecidos em Lisboa. Antonio Anjos, o mais velho, falleceu pelos fins do anno de 1879, e o terceiro irmão, Polycarpo Anjos, que ainda hoje vive, apesar da sua avançada edade (V. *Anjos & Companhia).* De nascimento humilde, bem cedo aquelles tres irmãos, filhos de lavradores, guiados pelo instincto e amor do trabalho, deixaram a terra da sua naturalidade, freguezia do Cabeçudo, proximo da villa da Certã, e vieram para Lisboa, cheios de esperanças e boa vontade, empregando os seus esforços, procurando entregar-se ao commercio, para que se sentiam com decidida vocação. Flamiano dos Anjos, assim como seus irmãos, conseguiu sahir vencedor da lucta. Começando pequeno e modesto, chegou pela tenacidade e perseverança, depois d'um trabalho assiduo e honradissimo, a uma situação opulenta, e a desfructar as commodidades d'uma vida principesca, sem comtudo nunca se exceder em prodigalidades, que repugnavam ao seu caracter digno e serio. Durante a sua vida, gosou sempre das attenções e deferencias dos governos e dos seus contemporaneos, pois estava relacionado com os vultos mais eminentes da nobreza, da politica, e do commercio. Era excessivamente modesto e muito dedicado á familia, o que o tornava ainda mais sympathico e respeitavel. Nunca se deixou vencer pela vaidade, e recusou sempre elevar-se por distincções aliás muito disputadas e quasi sempre pedidas. Não foi presidente da Associação Commercial de Lisboa, apesar d'esse cargo lhe ter sido mais d'uma vez offerecido instantemente, assim como tambem recusou o pariato, não querendo egualmente trocar o seu nome burguez, mas honrado e popular, por um titulo, que aliás significaria o galardão dos importantes serviços que prestára á industria, ao commercio e á causa da beneficencia, porque na verdade, o nome de Flamiano dos Anjos figurou em todos os actos em que o commercio e industria careciam d'auxilio e de incentivo. Algumas das empresas industriaes que mais honram hoje o trabalho nacional devem a existencia á sua esclarecida e corajosa iniciativa, e não houve calamidade publica ou emprehendimento para o qual a sua bolsa não estivesse aberta. Falleceu a 26 de fevereiro de 1886. O seu funeral esteve muito concorrido, foi uma manifestação de sentimento, uma homenagem imponente. A' beira da sepultura, o dr. Joaquim José Maria d'Oliveira Valle pronunciou um pequeno e commovente discurso. Flamiano dos Anjos casara com D. Leonor Magdalena Pecquet dos Anjos, que falleceu alguns annos antes de seu marido. No seu testamento deixou legados ao hospital de S. José, alguns asylos, aos operarios da fabrica d'algodão de Xabregas e aos pobres da freguezia da sua naturalidade.

Anjos *(Fr. Francisco dos).* Alumno da ordem dos prégadores, a quem fr. Luiz de Sousa, na *Historia de S. Domingos do Reyno de Portugal*, tomo I, liv. 5, cap. 42, chama *religioso exemplar, e letrado.* Era confessor de D. Jeronyma de Carvalho, que professou na ordem de S. Domingos, quando enviuvou de seu marido, D. Francisco Coutinho, herdeiro da casa de Marialva. Francisco dos Anjos escreveu: *Vida da Ven. Serva de Deos D. Jeronyma de Carvalho.*

Anjos *(Fr. Francisco dos).* Conego secular da congregação do Evangelista. Natural de Vianna do Castello; f. em Lisboa, no convento de Santo Eloy, a 9 de fevereiro de 1683. Era muito perito na Historia sagrada e profana. Escreveu: *Selecta utriusque Historiæ Sacræ & prophanae: Opus sane util & delectabile*, manuscripto que se conservava na livraria do convento de S. João Evangelista.

Anjos *(D. Garcia dos).* Era natural do Porto, e filho de Luiz Alvares de Tavora, balio de Leça. Recebeu o habito de conego regrante no real convento de Santa Cruz de Coimbra, onde se distinguiu entre os seus condiscipulos na comprehensão das sciencias escolasticas, sendo laureado doutor em theologia na Universidade de Coimbra, em 1662. Foi reitor do collegio novo de Santo Agostinho, e prior do real convento de S. Vicente, de Lisboa. Morreu a 31 de julho de 1689. Escreveu a seguinte obra, que ficou manuscripta: *Livro de Cazos com relaçoens, e sentidos muito approvados, e chegados á rezão.*

Anjos *(Gaspar dos).* Doutor pela Universidade de Coimbra, conego secular da congregação do Evangelista, qualificador do Santo Officio e provedor do hospital das Caldas da Rainha, onde morreu a 20 de fevereiro de 1720, com mais de 80 annos de edade. Era natural de Coimbra; professou no convento de Villar de Frades a 20 de abril de 1650, recebeu o grau de doutor em 31 de julho de 1670, sendo-lhe conferido por D. Luiz de Sousa, que da cadeira primaria de theologia subiu á primacial de Braga. Escreveu e publicou em Coimbra, no anno de 1672, os dois sermões seguintes: *Sermão na Canonisação do glorioso S. Francisco de Borja prégado no primeiro dia do seu Outavario de tarde no Real Collegio de Coimbra da Companhia de Jesus da Universidade de Coimbra; Sermão do Doutor da Igreja S. Jeronymo no seu Collegio de Coimbra.*

Anjos *(Fr. Gonçalo dos).* Religioso carmelita calçado. Nat. de Lisboa, onde nasceu em 1583; falleceu no convento do Carmo de Lisboa a 18 de março de 1659. Era filho de Gonçalo Vaz de Villas Boas, procurador da cidade de Lisboa, e de Justa de Magalhães. Recebeu o habito carmelitano no convento do Carmo, em Lisboa, a 8 de dezembro de 1601, e professou solemnemente a 30 de janeiro de 1603. Aprendidas as sciencias escolasticas no Collegio de Coimbra, dictou philosophia em Evora, theologia em Coimbra, e Lisboa, onde foi regente dos estudos Tornou-se tambem um prégador considerado. Foi prior nos conventos de Setubal, Moura, Evora, e reitor do collegio de Coimbra. Escreveu: *Sermão da primeira oitava do Pentecostes, prégado no convento do Carmo de Lisboa*, Roma, 1617; *Commentaria in Mathæum.* Esta obra estava prompta para a impressão, em 1659, mas não chegou a publicar-se.

Anjos *(D. Gregorio dos).* Nat. de Lisboa, filho de João Gomes Coimbra e de Maria d'Almeida, irmão de D. Apolinario d'Almeida, da Companhia de Jesus, bispo de Nicéa em Ethiopia, em que sacrificou a vida pela fé christã. Na edade juve-

nil recebeu a murça de conego secular do Evangelista a 10 de setembro de 1635, onde aprendeu as sciencias escolasticas, sendo depois admittido entre os doutores de theologia pela Universidade de Coimbra. Mais tarde foi reitor do Collegio d'Evora, e procurador geral em Roma na causa da beatificação do veneravel padre Antonio da Conceição; D. Pedro II nomeou-o, em 1672, bispo de Malaca, e depois do Maranhão, sendo o primeiro que teve este Estado, em que falleceu a 11 de março de 1688. Escreveu: *Vida do Veneravel D. Apolinario de Almeida da Companhia de Jesus, Bispo de Nicéa em Ethiopia, onde padeceu pela Fé a 9 de Julho de 1638*. Esta obra ficou em manuscripto, e foi escripta a instancias do licenceado Jorge Cardoso, como elle affirma no tomo 3.º do *Agiologio Lusitano*, pag. 614.

Anjos *(Guiomar dos)*. Religiosa do convento de Santa Clara, de Amarante, villa de que era natural. Floresceu pelos annos de 1592. Deixou em manuscripto o *Memorial do Mosteiro de Santa Clara de Amarante; contém as virtuosas memorias de muitas religiosas que nelle floresceram com opinião veneravel.*

Anjos *(Soror Isabel dos)*. Religiosa que ficou celebre pelo seu ascetismo. Viveu na ilha Terceira como freira professa no convento de S. Gonçalo, de Angra. Morreu em 1653.

Anjos *(Fr. João dos)*. Religioso eremita de Santo Agostinho, e chronista da ordem. Escreveu: *Triumpho do Amor Divino*.

Anjos *(João Maria dos)*. Guitarrista afamado. N. em 1856, em Lisboa, onde tambem falleceu em julho de 1889. Estudou no Conservatorio os rudimentos de musica e um pouco de violino. Dedicando-se depois a uma vida de bohemio, tornou-se um guitarrista de fama, dando lições d'este instrumento, ganhando assim os meios de subsistencia. Deu alguns concertos em Lisboa, e bastantes nas provincias, que por varias vezes percorreu. Era muito procurado, como professor, e tambem como tocador, por pessoas de elevada gerarchia, chegando a ser chamado a casas da alta sociedade lisbonense, para ser ouvido n'algumas reuniões mais intimas. Publicou um *Novo methodo de guitarra, ensinando por um modo muito simples e claro a tocar este instrumento por musica ou sem musica*, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1877.

Anjos *(Joaquim dos)*. Typographo e poeta. Natural de Lisboa, onde nasceu a 14 de novembro de 1856. Tem sido collaborador de diversos jornaes, e escreveu o *Manual do Typographo*, unico livro que existe em portuguez com as noções da typographia. Das suas numerosas poesias, estão publicadas as seguintes: *Os Engeitados*, que tem tido muitas edições, e foi recitada com grande exito no theatro de D. Maria, pelo actor Carlos Posser, em 9 de julho de 1876; *O Mundo livre*, recitado no theatro do Principe Real, pelo actor Taveira, em 3 de junho de 1877: *A Miseria; O Marquez de Pombal; A Camões*, recitada pelo actor Salazar, no antigo theatro da Rua dos Condes; *A Victor Hugo; As Mães; Os Heroes da India; A Guerra; Amor patrio; A Patria; Os Miseraveis; A Justiça; O Suicida; Combates; A Imprensa*, poesia dedicada á associação typographica lisbonense, e recitada pelo actor Augusto Rosa no theatro de D. Maria II.

Anjos *(Fr. José dos)*. Conego de S. João Evangelista e lente da Universidade de Coimbra. N. em Braga a 21 de novembro de 1664, e f. em Coimbra a 25 de maio de 1731. Era filho de Miguel Rodrigues e de Ursula Francisca. Ainda não excedia os annos da adolescencia, quando recebeu a murça de conego secular do Evangelista, no convento de Villar de Frades, a 16 de fevereiro de 1682, onde fez taes progressos nas sciencias escolasticas, que se doutorou. Foi cathedratico da cadeira de Escoto na Universidade de Coimbra, de que tomou posse a 15 de fevereiro de 1726. Falleceu no collegio de Coimbra. Chamava-se José de Goes, e quando professou, tomou o nome de fr. José dos Anjos. Prégou diversos sermões com geral acceitação, dos quaes se publicou um com o seguinte titulo: *Sermão no Acto publico da Fé que se celebrou na Praça de S. Miguel da Cidade de Coimbra a 25 de maio de 1727*, Coimbra, 1727; *Sermão nas Exequias do Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Arcebispo Primaz Ruy de Moura Telles*. Este sermão ficou em manuscripto, porque fr. José dos Anjos não consentiu na publicação para evitar elogios, porque juntamente continha um Epitome das acções da sua vida virtuosa e respeitavel.

Anjos *(Fr. José dos)*. Mestre de capella no convento dos eremitas de S. Paulo, em Lisboa, onde hoje está estabelecida a freguezia de Santa Catharina, e uma companhia da guarda municipal. Viveu nos fins do seculo XVIII, fallecendo em principios de julho de 1802. N'aquelle convento dirigia uma aula de musica, que era muito frequentada. Cursaram n'esta aula o celebre clarinetista Avelino Canongia, e o compositor organista Fr. José Marques e Silva. Na segunda edição da *Nova Arte e breve Compendio de Musica*, obra de Francisco Ignacio Solano, vem uma dedicatoria a fr. José dos Anjos, nos termos mais lisongeiros e affectuosos. Pertenceu á irmandade de Santa Cecilia, onde se matriculou em 28 de março de 1764, exercendo alguns cargos, entre elles, o mais elevado, que era o de primeiro assistente.

Anjos *(D. Luiz dos)*. Conego regular da congregação de Santo Agostinho, e prégador notavel no seu tempo. Era da congregação de Santa Cruz, de Coimbra; ornado de muita litteratura e grande talento para o pulpito, prégou em Lisboa, Porto e Coimbra. Só deixou um sermão publicado em Lisboa, em 1643, o qual tinha por titulo: *Sermão na entrada, e recebimento da Sagrada Reliquia do Glorioso S. Theotonio, primeiro Prior do Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, dos Conegos Regulares de Santo Agostinho, prégado no convento de Vianna na tarde do primeiro dia desta solemnidade neste anno de 1642*. Sahiu na Relação das festas que a notavel villa de Vianna fez no recebimento d'esta reliquia.

Anjos *(Fr. Luiz dos)*. Religioso, eremita da ordem de Santo Agostinho, e chronista da sua provincia. Era natural do Porto, e falleceu em Coimbra a 8 de janeiro de 1625. Era filho de Gaspar Rodrigues, e de Maria Botelho, egualmente nobres e ricos. Professou em edade adolescente, a 13 de setembro de 1591, no convento de N. S.ª da Graça, de Lisboa. Dictou theologia especulativa e positiva em diversos conventos da provincia, de cuja instrucção sahiram discipulos que em breve se tornaram mestres. Foi confessor do arcebispo de Braga, D. Fr. Aleixo de Mene

zes. Apenas terminou os seus estudos severos, applicou-se logo em honra da sua religião que ternamente amava, a examinar a antiguidade da sua origem, os privilegios e indultos que lhe concederam os summos pontifices, e os varões illustres em virtude e sciencia que n'ella floresceram, e como para conseguir tão ardua empreza lhe fôsse preciso decorrer por Hespanha, França e Italia, revolvendo os archivos de todos os conventos augustinianos, o nomeou chronista a 28 de dezembro de 1608, fr. João Baptista de Aste, geral da ordem, cuja eleição desempenhou como se esperava da sua elevada intelligencia e capacidade. Muitos escriptores celebraram a sua memoria com muitos elogios. Fr. Luiz dos Anjos escreveu: *Jardim de Portugal, em que se dá noticia de algumas sanctas, e outras mulheres illustres em virtude, as quaes nasceram, ou viveram, ou estão sepultadas neste reino e suas conquistas. Recopilado novamente de varios e graves auctores*, Coimbra, 1626. Esta obra estava já prompta para a impressão, com as devidas licenças, mas só veiu a publicar-se depois da morte do autor, por diligencia de fr. Antonio da Purificação, como o proprio fr. Antonio declara na dedicatoria do livro á condessa do Sabugal. Dizem que no catalogo dos livros raros de Gubian vem mencionada uma edição, que parece ter sido feita em vida do autor, tendo differença no titulo: *Jardim de Portugal. Vida de matronas insignes em virtude e santidade*, Lisboa, 1625. Publicou o *Sermão em louvor de nosso padre Santo Agostinho, bispo de Hyponia*, Coimbra, 1618; *De Vita & Laudibus S. Patris Aurelii Augustini Hipponensis Episcopi, & Ecclesiæ Doctoris eximij libri sex*, Conimbricæ, 1614. No desempenho dos seus deveres de chronista, começou a *Historia geral da ordem de Santo Agostinho*, chegando a escrever dois tomos. O primeiro foi parar ás mãos do chronista geral que se lhe seguiu, fr. Pedro del Campo, que o traduziu em castelhano, o additou e publicou em Barcelona, com o seu nome, em 1640. O segundo ficou manuscripto no convento da Penha, de Lisboa, assim como as *Notas sobre as centurias de frei Jeronymo Roman*.

Anjos *(Fr. Luiz dos)*. Franciscano da provincia dos Algarves. Era natural de Lisboa, e morreu no convento de Xabregas. Não se sabe a data do nascimento nem do fallecimento. Era filho de paes illustres, Pedro Cesar e D. Briolanja de Mello. Professou na provincia dos Algarves, onde foi lente jubilado em theologia, qualificador do Santo Officio, e duas vezes provincial, sendo a segunda vez eleito em 1623. Deve-se-lhe a reimpressão da *Primeira e segunda Parte das Chronicas da Ordem dos Frades Menores do Serafico Padre S. Francisco, compostas por Fr. Marcos de Lisboa*, 3 tomos in folio, Lisboa, 1615. Attribue-se-lhe, parece que sem fundamento, uma obra intitulada: *Mesa espiritual*.

Anjos *(Fr. Luiz dos)*. Religioso carmelita, cantor da capella real, no reinado de D. João V. Professou no convento do Carmo, de Lisboa, e tornou-se notavel como cantor e mestre de capella, a tal ponto que chamou a attenção d'aquelle monarcha, que procurava reunir na sua capella os mais excellentes musicos. Entrando para o serviço real, fr. Luiz dos Anjos, dotado de grande abnegação e dedicado ao extremo pela sua ordem, dispendia com o convento os importantes proventos que lhe rendia o seu elevado merito, chegando a privar-se de muitas commodidades. O chronista da ordem do Carmo, fr. José Pereira de Sant'Anna, na parte em que descreve o convento de Lisboa, no tomo I, parte IV, pag. 575 e 576, conta o seguinte: «Nas primeiras columnas de huma, e outra parte da nave do meyo, junto ao Cruzeiro, estão dois admiraveis Pulpitos, obrados de finos jaspes com escadas da mesma pedraria. O Padre Fr. Luiz dos Anjos (hum dos mais applaudidos Musicos, que houve na Corte) os fez mais preciosos, porque os mandou cobrir de prata lavrada, com guarnição de pedras finas, entre as quaes se distinguem muitos Emblemas da Soberana May de Deos, a quem este importante donativo foy consagrado. O da parte do Evangelho tem hum letreiro que diz: —*Este pulpito mandou fazer o Padre Fr. Luiz dos Anjos, Cantor da Capella de Sua Magestade*, anno de 1717. O da parte da Epistola tem a mesma inscripção, sem outra differença, mais que no anno, porque appareceu acabado no seguinte, de 1718. A despeza de ambos importou, com pouca differença, doze mil cruzados, adquiridos nas licitas esmolas que pelos exercicios de sua Arte recebia; o que tudo com religiosa piedade empregou, não só n'esta, mas em outras avultadas obras que em sua vida mandou fazer n'este convento.» A pag. 774 e 775, ainda fr. José Pereira de Sant'Anna menciona outra obra importante mandada fazer por fr. Luiz dos Anjos: «Na contraria (parede do refeitorio), que he a Occidental, encostado pela parte exterior hum formoso tanque de pedra, onde se conserva a agua, que bebem os Religiosos; e nella está uma memoria, que diz: *Este tanque fez á sua custa o Padre Fr. Luiz dos Anjos, Mestre da Capella, que foy deste Convento, e Cantor de Sua Magestade. Anno de 1697.*»

Anjos *(Soror Luiza dos)*. Freira do convento de Santa Clara, de Alemquer, que viveu no meado do seculo XVI. Querendo eternisar a memoria de algumas das suas companheiras que se distinguiram em virtudes, escreveu em 1550: *Relação das vidas das Religiosas Veneraveis por virtudes, e observancia do Mosteiro da Conceição da ordem de Santa Clara da Villa d'Alemquer*. Este livro ficou em manuscripto.

Anjos *(D. Luzia dos)*. Senhora muito caridosa e enfermeira dedicada, que se tornou sobretudo notavel pela delicadeza e tacto especial com que lavava as mais asquerosas feridas, a ponto de dizerem os enfermos tratados por ella, que, para uma ferida se curar, bastava que a lavasse, e sobre ella fizesse tres vezes o signal da cruz. Era natural de Ponta Delgada, ilha de S. Miguel, onde nasceu em 1582 e falleceu em 1622.

Anjos *(D. Fr. Manuel dos)*. Franciscano da provincia dos Algarves. Era natural d'Alcacer do Sal, e morreu em Evora a 28 de setembro de 1634. Foi provincial na sua provincia em 1616, deputado da Inquisição d'Evora, de que tomou posse a 11 de janeiro de 1620, bispo titular de Fez, e coadjuctor do arcebispo d'Evora, D. José de Mello, em cuja dignidade foi confirmado no anno de 1621 pelo pontifice Gregorio XV. No tempo em que este prelado esteve em Madrid, governou a diocese com egual vigilancia e prudencia. Movido de ardente zelo e caridade, assistia em 1580 aos feridos da peste que devastava

a cidade d'Evora, dispondo por ordem do arcebispo da mesma cidade, D. Theotonio de Bragança, de largas esmolas para remedio dos que padeciam o contagio. Escreveu os tres sermões seguintes, que se publicaram em Evora: *Sermão do Auto da Fé, que se celebrou na cidade d'Evora em a Dominga infra oitava de Corpus Christi em 21 de junho de 1615; Sermão do Auto da Fé, que se celebrou na cidade d'Evora em o primeiro de abril de 1629, na quinta Dominga da Quaresma; Sermão na beatificação de S. Francisco de Borja no collegio da Companhia de Jesus da cidade de Evora em 26 de novembro de 1624.*

Anjos *(Fr. Manuel dos).* Franciscano da congregação da terceira ordem, procurador e secretario geral da provincia, e ministro do convento da Esperança, junto a Belmonte. Nasceu no logar de Manteigas, bispado da Guarda, foi baptisado a 11 de fevereiro de 1595, falleceu no collegio de Coimbra a 19 de novembro de 1653. Fôram seus paes Manuel Pires Alrote e Maria Cupeira. Professou no instituto da ordem terceira da Penitencia, no convento de S. Francisco da Pesqueira, a 3 de maio de 1615. Estudou as sciencias escolasticas no convento de Jesus, em Lisboa, onde dictou aos seus domesticos theologia moral, em que foi insigne. Depois de exercer o officio de procurador da provincia pelo espaço de seis annos, serviu de secretario do provincial fr. Manuel Botelho, e no anno de 1645 foi eleito ministro do convento de N. S.ª da Esperança. Fr Manuel dos Anjos foi homem muito erudito e virtuoso. Escreveu: *Triumpho da Sacratissima Virgem Maria Santissima Nossa Senhora, concebida sem peccado original*, Lisboa, 1638; *Historia universal do mundo, em que se descrevem os Imperios, Monarchias, Reinos e Provincias do mundo, com muitas cousas notaveis que ha n'elle. Copiada de diversos auctores, chronistas approvados, e authenticos geographos*, Coimbra, 1651; *segunda edição*, Lisboa, 1702. No *Diccionario bibliographico* vem o seguinte, no vol. 5.º, pags. 356 e 357: «Advirta-se que ha duas edições realmente diversas, mas com eguaes indicações nos frontispicios, tendo uma e outra a nota de *Segunda:* sendo porém que uma d'ellas, depois da data 1702 segue dizendo: *A' custa dos herdeiros de Domingos Carneiro*, declaração que na outra se não acha. Tem ambas egual numero de paginas, etc., porém differem visivelmente nos caracteres typographicos. Ha tambem *Quarta edição*, Lisboa, por Manuel Fernandes da Costa, 1735.» «A proposito d'esta obra diz o arcebispo Cenaculo nas suas *Memorias Historicas*, pag. 136: Vê-se ella hoje com indifferença, porque depois do seculo e meio em que se tem escripto n'aquella immensa materia com muita variedade, e com a extensão que conhecem os doutos, seria cousa rara, se ainda aquella *Historia* fizesse novidade: em seus dias (refere-se ao autor) não eram vulgares semelhantes collecções de noticias historicas, que abrangessem o terreno que Deus entregou aos cosmopolitas. Por aquella fórma parece aquella historia haver sido a primeira n'este reino em seu genero de compendio universal; e se a mocidade a aprendesse não seria bisonha em conhecimentos uteis, e que a levassem a buscar os factos da historia, pois que o autor não os desconheceu absolutamente, merecendo mais pelo seu seculo a desculpa dos criticos, aos quaes hoje é facil vêr melhor.» Escreveu mais: *Politica predicavel e doutrina moral do bom governo do mundo*, Lisboa, 1693; outra edição, Lisboa, 1702. D'esta obra diz o citado Cenaculo nas referidas *Memorias*, a pag. 133: «Que o seu erudito auctor aproveitou mais do que em Aristoteles para a compôr no meio do seu seculo XVII. N'ella mostra singular bondade, rectas intenções, e muita erudição, ordenada segundo as idéas de philosophia, que em seu tempo dominavam.»

Anjos *(Padre Manuel dos).* Jesuita, lente de theologia. Nasceu em Formoselha, em 1681, falleceu em Coimbra a 30 de maio de 1742. Era filho de Matheus Gomes e de Maria Francisca. Professou na Companhia de Jesus, no noviciado de Coimbra, a 25 de janeiro de 1699, contando apenas dezoito annos de edade. Aprendeu as sciencias escolasticas, que depois ensinou, sendo lente de theologia no collegio de Santo Antão, de Lisboa, e depois em Coimbra. Com o pseudonymo de padre Manuel d'Oliveira Monteiro escreveu duas obras: *Corôa dos doze principaes privilegios da Santissima Virgem Maria symbolisados nas doze Estrelas de que apareceo coroada no Ceo, e offerecida aos devotos da mesma Virgem Senhora para se exercitarem quotidianamente em seus louvores, e se prepararem para huma boa morte*, Coimbra, 1737, traducção do italiano; *Arte da boa morte, ou devoção quotidiana para com a Virgem Santissima Mãy de Deos util para conseguir todos os bens espirituaes e utilissima para alcançar huma feliz morte*, Coimbra, 1732, traducção da lingua latina, do padre jesuita Gabriel Hevenesi.

Anjos *(Soror Maria dos).* Regente de noviças no recolhimento de Santa Martha, em Lisboa. Era dotada de taes virtudes que, estando o recolhimento quasi a fechar-se por falta de meios, conseguiu juntar esmolas bastantes para que elle continuasse. Morreu em Lisboa, em 1620.

Anjos *(D. Miguel dos).* Conego regular do collegio de Santo Agostinho, em Coimbra, onde professou e foi reitor no anno de 1609. Nasceu em S. Thiago do Cacem, falleceu em Coimbra a 14 de julho de 1610. Deixou o seguinte sermão, que foi publicado em Coimbra, em 1596: *Sermão do solemne recebimento das Santas Reliquias feito em o Real Convento de Santa Cruz de Coimbra no anno de 1595.* Sahiu impresso na *Relação do solemne recebimento das referidas reliquias.*

Anjos *(Fr. Miguel dos).* Religioso franciscano. Nasceu em Olivença, na provincia Transtagana, em 1608, e viveu 37 annos no convento d'Arrabida; morreu em Lisboa, no hospicio do hospital real, a 13 d'abril de 1678. Escreveu: *Vida da Ven. Serva de Deos Maria da Cruz Terceira da Ordem de S. Francisco sua confessada.*

Anjos *(Polycarpo José Lopes dos).* Foi um dos negociantes mais importantes da praça de Lisboa. Nasceu na Certã, em 1820, é filho de honrados lavradores, que lhe proporcionaram uma educação, relativa á época, no acreditado seminario de Sernache do Bonjardim. Veiu para Lisboa em 1834, encetando a sua carreira n'uma casa commercial, já então acreditada, de que veiu mais tarde a ser socio (V. *Anjos & Companhia*), adquirindo assim os elementos com que veiu estabelecer-se em 1852, tendo já conquistado a sympathia e a confiança do commercio da capital. A fabrica Anjos, em Alcantara, da sua

fundação, productora de artigos genuinamente nacionaes, elevou-se rapidamente no conceito publico, conceito merecido, como provaram os jurys das quatro exposições industriaes: 1861, Porto; 1863, Lisboa; 1867, Paris; e 1873, Vienna d'Austria; conferindo-lhe os primeiros premios. Em tempos muito difficeis, no biennio de 1864-1865, foi Polycarpo Lopes dos Anjos vereador da camara municipal de Lisboa, logar a que tentou esquivar-se e que acceitou quasi forçado. Foi tambem membro do conselho do districto. Entre os serviços então prestados, que deixaram menção honrosa nos Annaes do Municipio, merece especialisar-se a offerta do primeiro varredor mechanico, que comprou á sua custa, a primeira bomba a vapor, adquirida por suas instancias e iniciativa, e a collocação do gradeamento no jardim de S. Pedro d'Alcantara, terminando assim com os continuos suicidios que se davam ali. Outros melhoramentos são ainda devidos á sua iniciativa, como a arborisação do Terreiro do Paço, muitos actos de beneficencia, etc. Nunca se esquivou a auxiliar as instituições caritativas e é um dos mais importantes sustentaculos da congregação de caridade da freguezia de S. Mamede; protegeu tambem muito o asylo de Nossa Senhora da Conceição para raparigas abandonadas, que de tanta utilidade tem sido, do qual foi nomeado provedor, exercendo este cargo de uma fórma digna de todo o elogio. Nas inundações que assolaram o sul do paiz, em 1875, foi eleito vogal e thesoureiro da commissão encarregada de solicitar soccorros, e houve-se n'este trabalhoso encargo como homem de coração, não se poupando ás maiores fadigas e sacrificios para o bom desempenho dos intuitos piedosos d'aquella sociedade dos *Soccorros aos inundados*. Quando el-rei D. Luiz fundou o Albergue Nocturno, o proprio monarcha desejou ter a cooperação de Polycarpo Anjos, a qual foi a mais brilhante, figurando sempre o seu nome entre os dos maiores subscriptores. Tantos e tão assignalados serviços tiveram em recompensa a mercê de fôro fidalgo da Casa Real, as commendas das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, dizendo a carta régia estas lisongeiras phrases: «... que querendo dar a Polycarpo José Lopes dos Anjos, fidalgo cavalleiro, e commendador da ordem militar de Nosso Senhor Jesus Christo, um novo testemunho da minha Real Consideração e do apreço em que tenho os merecimentos e qualidades que concorrem na sua pessoa; e os bons serviços que prestára na qualidade de provedor que foi do Asylo de Nossa Senhora da Conceição para raparigas abandonadas, e não menos as valiosas provas da sua exemplar caridade, e os donativos com que tem contribuido para beneficio do mesmo asylo, hei por bem, etc.» Polycarpo Anjos tem tambem a carta de conselho, e foi agraciado pelo rei de Hespanha com a commenda de Carlos III. Tem sido varias vezes louvado em diplomas officiaes, e nomeadamente na portaria de 30 de janeiro de 1877, que contém expressões muito lisongeiras.

Anjos *(Polycarpo Pecquet Ferreira dos)*. V. *Ferreira dos Anjos.*

Anjos *(Simão dos)*. Mestre da capella do Hospital de Todos os Santos, de Lisboa, onde foi successor de Pedro Thalesio, cerca de 1600. Em 1610 requereu a cadeira de musica na Universidade de Coimbra, mas não obteve deferimento. Foi discipulo de Manuel Mendes, o grande professor de musica. Na Bibliotheca d'Evora existe um documento attestando que Simão dos Anjos foi compositor: é um motete a quatro vozes, *Pueri hebreorum vestimenta prosternabat,* o qual faz parte d'um codice manuscripto do seculo XVII, onde está junto com outras composições de Manuel Mendes, Antonio d'Oliveira e algumas anonymas.

Anjos *(Freguezia dos)*. A séde d'esta freguezia é no templo existente, no 1.º bairro de Lisboa, e que vae ser demolido, passando a parochia para a nova egreja em construcção, no bairro Andrade, avenida D. Amelia. Esta freguezia era filial da de Santa Justa, que o cardeal D. Henrique em 1563 separou, por ser grande o seu territorio, e fundou-a na ermida de N. S.ª dos Anjos, que depois se ampliou com dinheiro de cinco por cento de alugueres das casas da mesma parochia, em tempo de Filippe III, de Portugal. A antiga capella ficava ao fundo do Valle de S. Jordão, denominação que anteriormente tinha o actual *Regueirão dos Anjos*, tambem prestes a desapparecer, e o que se corrobora ainda pela existencia na mesma egreja de uma antiga imagem de S. Jordão, a qual está no altar collateral dedicado a S. Braz. N'esta egreja houve em outros tempos uma collegiada de 11 capellães que organisa-

Egreja dos Anjos

vam coro diariamente desde o anno de 1579 em que se transferiu para este local. Este edificio é dos antigos; foi reedificado em 1725, e soffrendo muito com o terremoto do primeiro de novembro de 1755, tornou a ser reconstruido em 1758. O frontispicio tem no remate uma cruz, com que se orna o vertice da cimalha. Possue nove capellas incluindo a capella-mór, onde está collocada a imagem do anjo S. Miguel como antigo orago da parochia, seis capellas entre os dois lateraes, e duas nos lados do arco grande da capella-mór; sendo uma a do Santissimo, e outra a de Nossa S.ª da Conceição. Do lado do Evangelho tem mais as seguintes: N. S.ª dos Anjos, primeira imagem d'este templo, Santo André e Santo Antonio. Do lado da Epistola, Senhor Jesus do Bomfim, S. Braz e S. Sebastião. Todas as capellas se conservam com muita decencia. Tem tres irmandades: do Santissimo, de N. S.ª da Conceição, Santo André e Almas. (V. *Anjos, Irmandades da freguezia dos*). O templo tem quadros a oleo, na capella-mór, e seis quadros mais pequenos nas capellas lateraes; além de toda a egreja ser guarnecida com quadros, entre riquissimas molduras de talha dourada, egualmente o tecto de toda a egreja é forrado de paineis a oleo entre molduras douradas, tendo ao centro o anjo S. Miguel. Todas as capellas teem imagens de madeira, e entre ellas é digna de maior consideração a do Santo Christo, que estava collocada na sua capellinha, por cima do arco cruzeiro, sendo muito soffriveis esculpturas as imagens de N. S.ª da Conceição e a de N. S.ª dos Anjos. Esta imagem do Santo Christo, de boa esculptura, acha-se hoje na referida capella do Senhor Jesus do Bomfim. O templo foi reedificado ha mais de sessenta annos, pela parte exterior, tendo a camara municipal de Lisboa encanado de novo as aguas d'aquella rua, e d'esta fórma ficou o adro da egreja embellezado na melhor ordem possivel. Desde a primitiva que a invocação e orago era S. Miguel, pelo que em tempos se deu um conflicto entre os corpos ecclesiasticos e as irmandades da freguezia dos Anjos e a de S. Miguel de Alfama, terminando por um accordo em que se resolveu que as solemnidades a S. Miguel se celebrassem: a de S. Miguel d'Alfama a 8 de maio, e a de S. Miguel, como principe dos Anjos, a 29 de setembro. Comquanto a freguezia dos Anjos fosse estabelecida, como dissémos, na ermida de N. S.ª dos Anjos, sabe-se que o orago não é Nossa Senhora, mas sim os Anjos em geral, cujo principe é S. Miguel, pois ali a sua festa se celebra em 29 de setembro. Se, porém, o orago fôra N. S.ª dos Anjos, deveria festejar-se no dia 2 de agosto, o que nunca se fez. Em todos os livros do cartorio, desde o seu principio, se não encontra a denominação de freguezia de N. S.ª dos Anjos, mas simplesmente freguezia dos Anjos, em contrario do *Mappa de Portugal*, de João Baptista de Castro, que lhe dá aquelle titulo. A imagem de N. S.ª dos Anjos esteve sempre na primeira capella lateral da parte do Evangelho, onde existe ainda uma lapide na parede, e nunca no altar-mór. Esta capella foi transformada em capella do Santissimo Sacramento á custa da familia Seixas Borges no primeiro quartel do seculo XIX. Ainda se adduz como prova de ser S. Miguel, como principe dos Anjos, o orago d'esta freguezia, o estar, como acima dizemos, representado no painel do centro no tecto da egreja, local onde de ordinario se põe o orago. As paixões politicas tambem contribuiram para esta confusão, pois em 1834 foi a imagem de S. Miguel, que está no altar-mór, substituida pela de Nossa Senhora, visto aquelle santo ter o nome do rei exilado. Então o partido liberal acoimava os parochianos dos Anjos de miguelistas, e que, por isso, queriam a S. Miguel para orago. D'esta sem-razão politica se conhece, reflectindo que o Archanjo era festejado solemnemente havia longos annos. Nos primeiros tempos da freguezia o parocho tinha apenas o titulo de cura. D. Thomaz d'Almeida, cardeal-patriarcha, é que lhe concedeu o predicamento de reitor, cuja reitoria orçava por setecentos e cincoenta mil réis. Ficando arruinada a egreja por causa do terremo-

Interior da egreja dos Anjos

to, foi provisoriamente transferido o SS.^mo para a ermida do desembargador Alexandre Metello, no campo do Curral, perto de Santa Barbara. A população da freguezia, pelo censo de 1864, era de 8:000 hab., e pelo de 1900, por onde nos temos regulado n'este nosso trabalho, é de 20:294, sendo 9:302 do sexo masc. e 10:992 do fem. O novo edificio, situado á direita da avenida D. Amelia, c^a 150 metros, aproximadamente, da actual e antiga egreja, ao cimo do largo do Intendente, tem a sua fachada ou alçado principal olhando para a mesma avenida. A egreja é circumdada por um vasto recinto comprehendido n'um parallelogrammo, cujos lados são confinantes, ao noroeste com a avenida D. Amelia, ao oriente com a rua Palmyra, ao sul com a rua n.º 3, e ao norte com a rua n.º 4. O terreno que cerca a nova egreja será vedado por uma cortina de cantaria e gradeamento, devendo ter dois portões, um dando para a avenida D. Amelia, em frente da entrada principal da egreja, e outro dando para a rua Palmyra, de serviço para a sacristia. O novo edificio compõe-se de tres corpos, a nave, o cruzeiro, e a parte posterior. O côro é bastante espaçoso e tem duas entradas. No cruzeiro, ou corpo central, é o altar-mór com portas lateraes para a sacristia; á esquerda da entrada, do lado do Evangelho, fica a capella para a pia baptismal. As capellas são tantas quantas a da actual egreja. Deverá ter o novo edificio 22 janellas. A torre fica no centro do corpo posterior. A fachada remata por um frontão triangular com uma cruz no vertice. Tem tres portas; as janellas, que são tres, dão para uma varanda de cantaria, apoiada sobre quatro columnatas.

Anjos *(Irmandades da freguezia dos).* Das tres irmandades que existem n'esta freguezia é a *Real Irmandade de N. S.ª da Conceição* a mais antiga, pois foi instituida em 1589, na ermida dos Anjos, então extra-muros da cidade de Lisboa e recente curato da freguezia de Santa Justa; curato ali estabelecido pelo cardeal D. Henrique em 1574. A imagem da Virgem foi mandada fazer por Antonio Canha e trazida do convento de S. Domingos para esta egreja em procissão no dia 7 de dezembro de 1588. Sendo ampliada a egreja no reinado de Filippe III a expensas dos moradores d'aquelles contornos, foi a capella de N. S.ª feita de novo á custa sómente da sua irmandade. O altar sagrado possue muitos privilegios concedidos pelos papas desde Innocencio XII, em 1695, até Pio VII em 1815. A ultima sagração foi em 6 de maio de 1764, como se prova pela inscripção que está á direita do altar e que é a seguinte:

AOS 6 DE MAJO DE 1764 FOI SAGRA-
DO ESTE ALTAR DE N.ª SR.ª DA CONC.ª^m PE-
LO EX.^mo SR. ARCEBISPO DE LACEDEMONIA
D. JOSÉ DANTAS BARBOSA E CONCE-
DEU 40 DIAS DE INDVLG.ª A Q.^m O VEZI-
TAR NO D.º DIA EM TODOS OS ANNOS P.ª
SEMPRE NA FORMA DA IGR.ª

Em 1646 foi n'este altar jurada solemnemente e proclamada a Virgem da Conceição padroeira do reino. Não se sabe qual foi o monarcha que deu o titulo de Real a esta irmandade, mas em 1768 já as pessoas reaes portuguezas pertenciam a esta irmandade e era seu juiz o, então infante e depois rei, D. Pedro III, e em 1646 já o altar da Virgem se chamava Real Capella. Pela data da sua instituição parece que esta irmandade é a mais antiga das da sua invocação. Antes de 1758 tinha um capellão privativo. No edificio da velha egreja dos Anjos possue esta irmandade a sua casa de despacho que em tempos adquiriu por compra, bem como lhe pertence o camarim do respectivo altar. Na estampa respectiva, representando o interior da formosa egreja, vê-se do lado da Epistola, á esquerda da capella-mór, o altar de N. S.ª da Conceição, pertencente a esta irmandade. Dos seus relatorios e contas estão impressos os relativos aos annos de 1881 a 1897. A *Irmandade do Santissimo* teve n'outros tempos dois capellães. Entre os seus fastos distinguimos as duas inscripções que seguem, as quaes se encontram, a primeira na sacristia da egreja e a outra na escada da torre:

AO NOSSO BENEMERITO IRMÃO ASSISTENTE AO JUIZ
O ILL.^mo SR. SABINO JOSÉ DE SOUSA,
JÁ POR TANTOS TITULOS
PROTECTOR E BEMFEITOR D'ESTA IRMANDADE,
E AO NOSSO IRMÃO PRIMEIRO
PROCURADOR, ILL.^mo SR. FRANCISCO SANCHES XARA,
EM COMMEMORAÇÃO DOS VALIOSOS
SERVIÇOS, PRESTADOS Á IRMANDADE
DO SANTISSIMO SACRAMENTO DA PAROCHIA
DOS ANJOS, E QUE CONSTAM DA ACTA
DA JUNTA GRANDE
DE 25 DE MARÇO DE 1860;
A REFERIDA IRMANDADE LHES LEVANTOU ESTE
PADRÃO EM TRIBUTO DE ETERNO
RECONHECIMENTO.
EM 11 DE JULHO DE 1860

A IRMANDADE DO SS.^mo D'ESTA PAROCHIA
EM AGRADECIMENTO
AO DIGNO ASSISTENTE AO JUIZ DA MESMA IRMANDADE
ILL.^mo SR. SABINO JOSÉ DE SOUSA.
EM 30 DE DEZEMBRO DE 1855

A *Irmandade de Santo André e Almas* é tambem antiga e foi decerto a mais importante das d'esta freguezia, pois no meado do seculo XVIII chegou a ter quatorze capellães. Além d'estas irmandades houve ainda duas confrarias, a dos Anjos e a de S. João Baptista, com um capellão cada uma. Ultimamente, devido aos esforços do actual parocho, organisou-se a *Confraria de S. Sebastião*, que já no presente anno celebrou a respectiva festa, com o devido esplendor.

Anjos. Pov. e freg. (Santa Maria) da prov. do Minho, conc. de Vieira, distr. e arceb. de Braga. 522 hab. e 135 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 7 k. de Vieira. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Canhas, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal, ilha da Madeira. || Casal na freg. de S. Pedro, de Alverca, conc. de Villa Franca, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Annunciação, conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Salvador, conc. e distr. de Santarem. || Quinta na freg. de Nossa Senhora da Purificação, de Sacavem, concelho de Loures, districto de Lisboa. || Bairro no termo da cidade de Leiria.

Anjos & Companhia. Uma das mais antigas e mais acreditadas firmas commerciaes da praça de Lisboa. Fundou-se no anno de 1836 entre Antonio Lopes Ferreira dos Anjos, o qual com pequeno capital se iniciava na vida trabalhosa do commercio de fazendas d'algodão, Flamiano José Lopes Ferreira dos Anjos, um dos futuros chefes da firma que de tantos creditos tem gosado. Os irmãos mais novos d'este, que tinham vindo conjunctamente para Lisboa, deixando todos muito cedo a terra onde nasceram, a aldeia do Cabeçudo, perto da villa da Certã, exerceram, com a coadjuvação dos interessados na firma, o logar de caixeiros em algumas casas estrangeiras, até que em 1839 os dois irmãos Flamiano José Lopes dos Anjos e Polycarpo José Lopes dos Anjos (V. *estes nomes*), a convite e por cedencia de seu tio José Ferreira dos Anjos, entraram na sociedade sob a firma de Anjos & C.ª, que assim ficou composta dos quatro irmãos, Antonio, Flamiano, Polycarpo e Bernardino. Mais tarde os irmãos Polycarpo e Bernardino fundaram uma nova casa do mesmo ramo de commercio, a qual pouco tempo depois, por fallecimento de Bernardino, ficou a cargo exclusivo do socio sobrevivente Polycarpo José Lopes dos Anjos. A firma Anjos & C.ª, então unicamente composta dos socios Antonio e Flamiano, tomou um enorme desenvolvimento, não só na importação de fazendas estrangeiras e na exportação para a Africa Occidental, mas egualmente em transacções de productos agricolas. Em 1865 Antonio Lopes dos Anjos trespassou a sua parte na casa de Anjos & C.ª a Flamiano e aos dois filhos d'este, Carlos e Polycarpo, que entraram para socios. Mais tarde Polycarpo José Lopes dos Anjos, desejoso de se retirar do commercio, trespassou por sua vez a casa commercial a Anjos & C.ª, continuando as transacções ainda por algum tempo, sob a firma de P. Anjos & Sobrinhos. Deve accrescentar-se que os antigos socios de Anjos & C.ª, Antonio e Flamiano, adquirindo importantes propriedades agricolas na provincia do Alemtejo, coadjuvaram em larga escala o desenvolvimento agricola d'esta provincia e havendo egualmente collocado largos capitaes na industria fabril, formaram, com o auxilio tambem da sua gerencia, diversas fabricas, entre ellas a de Anjos, Cunha, Ferreira & C.ª, que foi no paiz a primeira no ramo de estamparia mechanica de algodão, a da Companhia do Fabrico d'Algodões, de Xabregas, e ainda a de estamparia manual, de Pinto & C.ª, das quaes a primeira e a ultima se transformaram mais tarde n'uma sociedade anonyma. Em 1886, por fallecimento do chefe da casa, Flamiano, proseguiu a firma de Anjos & C.ª no mesmo grau as suas transacções sob a administração dos dois filhos, Carlos e Polycarpo. Posteriormente e seguindo sempre o mesmo ramo de negocio, teem entrado em diversas épocas para a sociedade Guilherme Anjos, filho do socio Carlos, e Fernando e Henrique Anjos, filhos do socio Polycarpo, de sorte que em 1903, sempre sob a inalteravel e antiga firma, compõe-se esta dos socios: Carlos Anjos, Polycarpo Anjos, Guilherme Anjos, Fernando Anjos e Henrique Anjos.

Anjuna. Regedoria do concelho de Bardez, distr. de Gôa, na India.

Anna *(D.)*. Infanta, filha d'el-rei D. João IV, ainda antes da sua acclamação. Nasceu em Villa Viçosa a 21 de janeiro de 1635 e morreu no mesmo dia, sendo enterrada no côro do convento de freiras das Chagas, na mesma villa.

Anna. Herdade na freg. de S. Pedro, de Algalé, conc. de Monforte, distr. de Portalegre.

Anná. Antiga moeda de cobre de Bombaim, onde corria por 42 $^5/_8$ réis de Gôa.

Anna *(Santa)*. V. *Sant'Anna*.

Anna Ambó. V. *Agua Ambó*.

Anna Chaves *(Bahia de)*. Porto aberto ao nordeste na ilha de S. Thomé, na Africa Occidental, dentro do qual ha o forte de S. José e a fortaleza de S. Sebastião. E' o porto mais frequentado de toda a ilha porque banha a capital da provincia e porque está n'elle estabelecida a alfandega. || Pico situado no centro da mesma ilha, um pouco para E. do pico denominado S. Thomé.

Anna Gomes. Horta na freg. de S. Julião, de Monte Trigo, conc. de Portel, distr. d'Evora.

Anna de Jesus *(D.)*. Infanta de Portugal. V. *Bragança (D. Anna de Jesus Maria de)*.

Anna Laura. V. *Anna Loura*.

Anna Loura. V. *S. Bento d'Anna Loura* e *S. Domingos de Anna Loura*.

Anna Loura. Ribeira do Alemtejo; nasce em uma fonte, na freguezia de seu nome, proximo de Extremoz, sahindo das entranhas d'uma rocha, abundante e placida; morre no Sorraia, á vista da villa de Fronteira. Os visinhos pagavam certo fôro á casa de Bragança, para se servirem da agua d'este rio.

Anna Maria. Casal na freg. de S. Nicolau, conc. e distr. de Santarem.

Anna Passo. Pov. na prov. d'Angola, conc. do Dande, Africa Occidental.

Anna de Vargas. Pov. nas Lagens do Pico, distr. da Horta. V. *Canada Anna Vargas*.

Anna Velha. Pov. da freg. de S. Sebastião de Guelfes, conc. de Olhão, distr. de Faro.

Annadel-mór. Certo cargo do exercito portuguez. Houve varias differenças de annadeis-móres: *dos bésteiros do couto e do monte, ou da fraldilha; dos bésteiros da camara; dos bésteiros de cavallo; e bésteiros dos espingardeiros*. Tambem houve alguns *annadeis-móres de todo o reino*. As funcções do annadel-mór correspondiam, com pouca differença, aos majores de brigada. Eram sempre fidalgos que desempenhavam aquelles logares, que se fôram pouco a pouco supprimindo, até que os ultimos se extinguiram a 21 de março de 1500, por ordem d'el-rei D. Manuel. V. *Anadel*.

Annaduva. V. *Adua*.

Annaes. Pov. e freg. de Santa Marinha, conc. e com. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello e arceb. de Braga; 771 hab. Dista 12 k. da séde do conc.; pertence á 3.ª div. militar e ao distr. de recrutamento e de reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. A antiga matriz diz-se ter sido proxima do monte chamado do Castello, onde se notam ainda vestigios de fortificação. Um dos outeiros que se encontram aqui, chamado *monte de Francos*, parece indicar origem muito remota.

Annaes. Collecção de factos historicos, dados anno por anno, historia dos acontecimentos de cada anno. Historia de um povo, d'uma sociedade, d'uma religião. Collecção scientifica, artistica, litteraria, politica, escripta ou publicada perio-

dicamente. O termo *Annaes* tem hoje diversa significação da que já teve. Hoje registram os factos seguindo uma ordem chronologica; são por assim dizer os materiaes de que se fórma a historia, que aproveitando-lhes a ordem chronologica, põe em evidencia a causa dos factos, o seu desenvolvimento logico, as relações que os ligam e fazem depender uns dos outros. Todas as nações tiveram annaes, que se pódem considerar como a infancia da historia. || *Annaes astronomicos*, collecção de observações de phenomenos celestes, que todos os annos se continuam, se conservam, e cada geração que sobrevem enriquece com os seus descobrimentos; todos os observatorios hoje possuem os seus *annaes astronomicos* (V. *Ephemerides*). Alguns dos principaes estabelecimentos de instrucção, publicos e particulares, tambem publicam os seus annaes (V. *Annuario*). D'entre outros são conhecidos os annaes seguintes: *Annaes da Academia de Estudos Livres*, que comprehendem: I — *Ensino inicial de leitura*, por J. Augusto Coelho, II — *O marinheiro portuguez atravez da historia*, por Vicente Almeida d'Eça, III — *Da unidade de pensamento no cyclo das descobertas*, por Henrique Lopes de Mendonça, IV — *Uma excursão a serra da Arrabida*, Lisboa, 1903; *Annaes administrativos e economicos*, publicados em 1855; *Annaes da Associação dos Advogados de Lisboa*, cujo primeiro numero, de 1856, sahiu em 1857, Imp. Nacional, 8.º gr. 77 pag., e só quatro annos depois é que se publicou o segundo numero, 1861, 8.º gr. 119 pag., comprehendendo além dos relatorios lidos pelo secretario perpetuo nas conferencias mais solemnes, e dos elogios funebres dos socios finados, um discurso do sr. conselheiro dr. Ignacio Francisco da Silveira da Mota sobre a abolição da pena de morte, e outro do sr. J. G. S. Efrem ácerca da questão: *Se no crime de morte a acção particular passa por fallecimento do accusador para seus herdeiros?* (V. *Associação dos Advogados*); *Annaes e Boletim do Conselho Ultramarino*, publicação official do Conselho Ultramarino começada em 1854 (V. *Boletim e Annaes do Conselho Ultramarino*); *Annaes do Club Militar Naval*, Lisboa, de publicação mensal, fundados em 1870, tiveram como redactor principal Torquato E. dos Prazeres Machado, capitão de fragata; *Annaes do conselho de saude publica do reino*, publicação começada em 1838 e continuada nos annos seguintes, formando ao todo 5 tomos em 8.º grande d'ella foi redactor e principal collaborador o conselheiro Francisco Ignacio dos Santos Cruz, e n'ella tambem collaboraram J. J. S. Silva, e A. J. de Sousa Pinto; *Annaes de estatistica* 1.º vol. *Finanças — Estatistica bancaria*, 1858 a 1892, 2.º vol., *Instrucção publica—Estatistica do ensino commercial e industrial*, 1854 a 1893, Lisboa, 1894-1899, 2 vol. 4.º publicados pela Direcção Geral da Estatistica e dos Proprios Nacionaes e pela antiga repartição de Estatistica Geral; *Annaes para a historia do tempo da usurpação*, escriptos por José Liberato Freire de Carvalho, *continuação do Ensaio politico sobre as causas que prepararam a usurpação do infante D. Miguel, 1828*, Lisboa, 1842 e 1843. (V. *Freire de Carvalho, José Liberato*); *Annaes da Ilha Terceira*, por Francisco Ferreira Drummond, Angra, 1850-1864, 4 vol., 4.º; *Annaes de marinha (1900)*. Lisboa, 1900, 1 folh.; *Annaes da marinha portugueza*, publicação feita por ordem da *Academia Real das Sciencias*, de Lisboa, por Ignacio da Costa Quintella (V. *este nome*), Lisboa, 1830 e 1840, 2 tomos, 4.º; *Annaes da Marinha e Ultramar*, publicação semanal, feita em Lisboa, 1864; *Annaes Maritimos e Coloniaes*, periodico mensal, acompanhado de mappas geographicos e estampas illustrativas, redigido sob a direcção da Associação Maritima e Colonial; começou em novembro de 1840, e saiu successivamente até 1846, compondo-se a collecção de 6 tomos, 8.º gr., sendo o ultimo incompleto; as memorias sobre as nossas possessões na Oceania, sobre a prioridade dos nossos descobrimentos em o norte da America, sobre os estados da India, etc., são excellentes; o *Tomo I ou primeira série*, 1840-1841, comprehende onze numeros ou cadernos, e findou com o do mez de setembro de 1841; *Tomo II ou segunda série*, 1842; *Tomo III ou terceira série*, 1843; *Tomo IV ou quarta série*, 1844; *Tomo V ou quinta série*, 1845, cada um d'estes quatro tomos comprehende os doze mezes dos respectivos annos; *Tomo VI ou sexta série*, 1846, comprehende sómente os mezes de janeiro a abril, com que a publicação terminou; *Annaes das Missões Portuguezas Ultramarinas*, de que saiu o ultimo numero em 1867, sendo collaborado pelos professores e alumnos do Seminario de Sernache do Bonjardim, e impresso na typographia Alvaiazerense; *Annaes do Municipio de Lisboa*, publicação destinada a substituir as *Synopses dos actos administrativos da Camara*, interrompidas desde 1852; era feita periodicamente de 15 em 15 dias, e continha o extracto das sessões da camara, posturas, regulamentos, etc.; fórmam a série relativa aos biennios de 1856-1857 e 1858-1859; publicou-se conjunctamente a *Collecção das providencias municipaes da camara de Lisboa desde 1833*, cheia de noticias curiosas; estas publicações eram redigidas pelos archivistas da camara, Francisco Xavier da Rosa e João Carlos de Sequeira e Silva; *Annaes do municipio de Santiago do Cacem*, pelo padre Antonio de Macedo e Silva, Lisboa, 1869, folheto; *Annaes do notariado portuguez*, publicação mensal, fundada em 1881, Rio Tinto, Porto; *Annaes do observatorio do infante D. Luiz em Lisboa*, estão publicados tres volumes d'estes *Annaes*, redigidos pelo seu director Fradesso da Silveira, e pelos observadores João Carlos de Brito Capello e Fernando Maria da Gama Lobo; os volumes teem as seguintes datas: 1.º 1856 a 1863, 2.º 1864, 3.º 1865 a 1866; como supplemento e ampliação d'estes *Annaes* ha tambem: *Trabalhos meteorologicos do observatorio do infante D. Luiz na Escola Polytechnica*, titulo com que teem sido ultimamente publicados; *Annaes do Orpheon portuense*, desde a sua fundação em 12 de janeiro de 1881, até ao fim de maio de 1897. Id.: — Primeiro supplemento — epoca 17 de dezembro de 1897 a 3 de junho de 1898; id.: — Segundo supplemento, — epoca 10 de dezembro de 1898 a 29 de maio de 1899, Porto, 1897, 98 e 99, 3 folh.; *Annaes da Propagação da Fé, Compilação das cartas dos bispos, e dos outros missionarios encarregados das missões nos dous mundos, e de todos os documentos relativos ás mesmas, e á obra da Propagação da Fé, Collecção servindo de continuação ás* «Cartas edificantes», *mandada traduzir pelo ex.mo bispo D. Thomaz de Noronha*, tomo 2, 1839; o original francez parece ter começado em 1822;

na Bibliotheca Nacional de Lisboa existe a collecção, composta de 37 volumes, sendo o ultimo de 1865; *Annaes do Real Collegio de D. Fernando de Burgaens*, Porto, 1860; *Annaes das sciencias, das artes e das letras*, publicação feita por uma sociedade de portuguezes residentes em Paris, José Diogo Mascarenhas Netto, Francisco Solano Constancio, Candido José Xavier, Luiz da Silva Monsinho d'Albuquerque, e outros collaboradores; a collecção comprehende ao todo 16 vol. em 8.º gr., tendo o primeiro a data de julho de 1818; contém muitos trabalhos importantes que são ainda consultados com utililidade; terminando em 1822, tentou no anno de 1826 uma nova empreza fazer outra publicação semelhante, com o titulo de *Novos annaes das sciencias e das artes*, «dedicados aos que falam a lingua portugueza em ambos os hemispherios», mas apenas chegaram a sahir quatro numeros; *Annaes das Sciencias e Lettras*, publicação feita sob os auspicios da Academia Real das Sciencias de Lisboa; começou em março de 1857 e terminou em 1858; era dividida em duas classes: a primeira abrange os diversos ramos das sciencias mathematicas, physicas, historico-naturaes e medicas, a segunda os das sciencias moraes, politicas e bellas lettras; da primeira parte sahiram ao todo 17 numeros, e da segunda 21; a publicação era coordenada por uma commissão composta de socios, e nomeada pela Academia; entre outros collaboradores, apparecem na primeira classe os nomes de João d'Andrade Corvo, Carlos Ribeiro, Julio Maximo d'Oliveira Pimentel, depois visconde de Villa Maior, e na segunda Alexandre Herculano, Rebello da Silva, Lopes de Mendonça; *Annaes de sciencias naturaes*, publicados por Augusto Nobre, Coimbra, Imprensa da Universidade, o vol. VI traz a data de 1900; *Annaes das Sciencias Naturaes*, publicados no Porto; *Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana*, publicação feita por conta d'uma associação de antiquarios, com este titulo, fundada em Setubal por Manuel da Gama Xaro; sahiram sómente tres numeros d'este jornal, de que foi o primeiro redactor o referido Manuel da Gama Xaro, 1850-1851; as causas que determinaram a suspensão, acham-se explicadas no *Relatorio dos trabalhos da Sociedade; Annaes da Sociedade da Industria Nacional*, Lisboa, 1822, 7 vols. 8.º; *Annaes da Sociedade Litteraria Portuense*; d'esta publicação, que se fez no Porto em 1837 e 1838, e que insere alguns trabalhos importantes, fôram principaes collaboradores o conselheiro Francisco de Assis Sousa Vaz, Agostinho Albano, Antonio de Almeida, etc.; *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional*; a publicação d'estes annaes passou por diversas alternativas, que fôram para assim dizer, um reflexo das vicissitudes por que a sociedade passou, e a obrigaram a ser irregularissima; publicaram-se tres séries em Lisboa: *Tomo I*, sahiu em 1822, 4.º, e terminou inteiramente com a suspensão da sociedade, decretada pelo governo em maio de 1824; *Tomo II*, 1826, 4.º; *Tomo III*, 1827, 4.º; estes dois tomos pertencem ao periodo em que a sociedade se reconstituiu novamente e funccionou desde o estabelecimento do governo da Carta em 1826, até que foi mandada dissolver por ordem peremptoria em outubro de 1828; os referidos tres tomos fôram coordenados e redigidos pelo bibliothecario da sociedade, João Antonio dos Santos; restaurada a sociedade em 1833, apenas restabelecido em Lisboa o governo constitucional, comtudo só em 1834 é que recomeçou a publicação dos seus *Annaes*; a este tempo já João Antonio dos Santos se despedira do seu serviço, pelo facto de ter sido nomeado secretario da camara municipal de Lisboa; não se sabe a quem foi encarregada a redacção d'este novo periodo do jornal, de que chegou a sahir o quarto tomo, em 1835, 4.º; a publicação tornou a ser interrompida, começando com o anno de 1840 a série denominada *segunda*, da qual sahiram os tomos I, II, III e IV, em annos successivos até 1845, e o tomo V em 1848; soffreu ainda a sua interrupção de dois annos, dando-se em 1851 principio a outra série; correndo a direcção d'ali em diante a cargo de Ribeiro de Sá, na qualidade de vogal do conselho director; Ribeiro de Sá publicou á sua parte mais onze numeros, tendo cada um d'elles sua numeração especial, e sahindo em periodos incertos e irregulares, de modo que correspondendo o primeiro ao mez de janeiro de 1851, o ultimo só appareceu em 1854, parecendo que desde esta data se não imprimiu mais numero algum.

Annaes de Cornelio Tacito. Traducção portugueza, por José Liberato Freire de Carvalho, Paris, 1830, 2 vols. 8.º gr. O titulo é o seguinte: *Os Annaes de Cornelio Tacito, traduzidos em linguagem portugueza, offerecidos á sua patria e aos seus amigos.* Os dois primeiros livros já tinham sido impressos em folhas separadas, que se distribuiram conjunctamente com os numeros do *Campeão portuguez*, a cujo vol. IV costuma reunir-se essa parte impressa, que tem rosto especial como se segue: *Os Annaes de Cornelio Tacito, trasladados em linguagem portugueza, e agora por a primeira vez impressos e publicados, O. D. C. aos subscriptores do Campeão Portuguez, José Liberato Freire de Carvalho*, Londres, 1820, 8.º gr. de 185 pag.; esta versão foi começada em 1809 ou 1810, pouco depois do exercito de Junot sahir de Portugal, e concluida em Coimbra pelos annos de 1823 ou 1824. V. *Freire de Carvalho (José Liberato).*

Annaes de D. João III. Obra de fr. Luiz de Sousa, a qual existia manuscripta na Real Bibliotheca das Necessidades, e que pertenceu aos padres da congregação do Oratorio. Deve-se a Alexandre Herculano a sua publicação em 1844, que descobriu o autographo incluido n'um grosso volume in-folio, em pergaminho, com este rotulo: *Papeis de Castro*, e é o primeiro dos documentos ali comprehendidos. Alexandre Herculano addicionou aos *Annaes* as memorias e documentos que fr. Luiz de Sousa deixára. A fórma como os padres do oratorio haviam adquirido aquella obra importantissima para a historia do paiz, não poude Herculano averiguar, não obstante ter descoberto por documentos que colligiu, a historia da composição dos *Annaes;* baseando-se nas actas da Academia Real das Sciencias do anno de 1791, diz o grande historiador, que o padre José de Azevedo, um dos membros mais distinctos da congregação do Oratorio, lêra nas sessões de 8, 15 e 22 de junho d'esse anno alguns capitulos do manuscripto de fr. Luiz de Sousa, a que nas actas se dá o nome de *Chronica de D. João III*. Apesar de todas as suas investigações, Herculano não poude decidir se o padre Azevedo ob-

teria este codice para a livraria das Necessidades, ou, se por já lá o encontrar, o fôra ler, em parte, á Academia das Sciencias. Pelos documentos que fr. Luiz de Sousa deixou, poude o grande historiador colligir que em maio de 1627, estaudo então em Madrid, fr. Luiz de Sousa recebera verbalmente do marquez de Castello Rodrigo uma ordem de Filippe IV para escrever a vida de D. João III, sendo-lhe fornecidos desde logo documentos importantes, e em novembro d'esse mesmo anno foi-lhe ratificada por escripto a ordem de Filippe IV, que tambem se dirigiu ao provincial de S. Domingos, pedindo-lhe que dispensasse fr. Luiz de Sousa de outras occupações; sabendo-se mais que o illustre dominicano viera pouco depois a Villa Viçosa para obter um documento importante, e voltara para Madrid, onde já se encontrava no mez de julho, e conservando-se ali, talvez no serviço da ordem, até que regressou a Portugal nos fins de 1627 ou principios de 1628. Suppoz Herculano que fr. Luiz de Sousa se demorara em Lisboa, estudando documentos de que precisava, e que em agosto de 1629 se recolhera a Bemfica, onde acabara de tomar os apontamentos, que fôram achados em janeiro de 1630. Fr. Luiz de Sousa, apesar de já contar mais do setenta annos, architectava com a possivel brevidade os *Annaes*, ao mesmo tempo que trabalhava na *Historia de S. Domingos*. Os *Annaes*, publicados por Alexandre Herculano em 1844, comprehendem cinco livros da primeira parte, suppondo o grande historiador que faltavam ainda cinco, e dois da segunda parte, sendo o segundo d'estes interrompido no capitulo sexto. Os *Annaes* são acompanhados d'um *fac-simile* do manuscripto original e autographo. A publicação d'esta obra foi, sem duvida, um grande serviço que Alexandre Herculano prestou á historia litteraria de Portugal.

Annaes do Municipio. Com este titulo determinou-se, por portaria de 8 de novembro de 1847, que todas as Camaras Municipaes tivessem no seu archivo um livro assim denominado, no qual consignassem annualmente os acontecimentos notaveis, descoberta de riquezas, longevidade de pessoas, augmento ou diminuição de producções agricolas, e tudo quanto pudesse interessar ás tradições locaes.

Annães. V. *Annaes*.

Annagueis. Pov. da freg. de S. Thiago de Almelaguez, conc. e distr. de Coimbra.

Annaia. V. *Annaya*.

Annaia. Pov. da freg. de S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || Quinta na freg. de N. S.ª da Purificação, de Pernes, conc. e distr. de Santarem. || Quinta na freg. da Povoa de Santa Iria, d'**Azoia**, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Annal. Dia anniversario da morte de alguem. Encontra se nos documentos do seculo XIV. V. *Anniversario*.

Annata. Direito que recebiam os superiores ecclesiasticos na occasião da collação de um beneficio. A principio foi fixado no equivalente á renda ou proventos de um anno. Renda ou pensão que os rendeiros annualmente pagavam ao senhorio da terra. || *Meias annatas*, direitos de mercê, ou metade dos vencimentos ou emolumentos, correspondentes aos de um anno, que eram obrigados a pagar os individuos providos em algum emprego civil ou ecclesiastico.

Annaya *(Joaquim José)*. Capitão de infantaria, empregado na repartição do ajudante general, e chefe da 4.ª repartição da 1.ª direcção da secretaria da guerra em 1825. Em 1830 serviu o governo de D. Miguel. Escreveu: *Almanach militar dos officiaes do exercito de Portugal, referido ao primeiro de outubro de 1825*, Lisboa, 1825; *Lista militar dos officiaes do exercito de Portugal, referida ao dia primeiro de agosto de 1830*, Lisboa, 1830.

Annaya *(Joaquim José)*. Professor de ensino livre. Natural de Lisboa, onde nasceu em 1 de março de 1826, falleceu n'esta mesma cidade a 6 de junho de 1884. Era filho do brigadeiro Joaquim José Annaya, um dos officiaes amnistiados d'Evora Monte, e de D. Marianna Guilhermina Annaya, que se esmeraram na sua educação e instrucção. Annaya cursou os preparatorios da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, estudos que não poude concluir, por causa de ter que attender ás urgentes necessidades da vida. Adoptou então o magisterio livre, como profissão que lhe daria mais promptos meios de subsistencia, embora parcos, para si e para os seus. Em 1847, na febre da guerra civil, serviu como voluntario nos batalhões que se organisaram então em Lisboa, no segundo batalhão do commercio, primeiro movel de atiradores, e cavallaria, no posto de primeiro sargento. Em 1849 casou com a sr.ª D. Maria Emilia Corrêa de Sá, filha de José Maria Corrêa de Sá Amaral, official da Mordomia-mór da Casa Real, e n'esse mesmo anno fundou um collegio na rua de Buenos Ayres, com o titulo de *Instituto Litterario*, que se tornou bastante importante. D'ali sahiram habilitados para as escolas superiores alguns alumnos, entre os quaes se contam o dr. Sousa Martins, Henrique Stagner, professor d'allemão, e Henry Wite, secretario do Instituto de Agricultura, que depois se tornaram muito distinctos. Por motivos que desconhecemos, fechou-se o collegio, e em 1855 Joaquim José Annaya entrou para a Escola Academica, de cujo director, Antonio Florencio dos Santos, era já amigo desde o anno de 1843. Ali esteve, com o cargo de vice-director e tambem de professor, mas começou a sentir-se doente, adquirindo uma enfermidade mortal, que dia a dia o ia minando, e por conselho dos medicos viu-se obrigado a descançar, deixando a Escola em 1882. Joaquim José Annaya estabelecera na sua propria casa um collegio de meninas, dirigido por sua esposa, senhora de grande intelligencia e de grande instrucção. Depois de se retirar da Escola Academica, transferiu o collegio para a rua da Junqueira, onde, pouco tempo depois, falleceu. Joaquim José Annaya era intelligente, trabalhador e muito estudioso; nunca abandonou os estudos litterarios, e, dedicando-se ao theatro, traduziu muitas peças que, na maior parte, se representaram nos theatros de Lisboa, sendo uma das peças que mais se distinguiram *A vida d'um rapaz pobre*, drama em 5 actos e 7 quadros de Octave Feuillet, que se representou pela primeira vez no theatro de D. Maria, em beneficio do grande actor José Carlos dos Santos, em 1 de abril de 1865. Este drama tem sido representado em differentes épocas e em diversos theatros do paiz, obtendo sempre acceitação. Joaquim José Annaya publicou todo o seu theatro n'uma collecção, a que deu o nome de *Bibliotheca Lisbo-*

nense, reunindo-lhe tambem alguns trabalhos dos conhecidos escriptores Rangel de Lima, Carlos Borges e outros. Esta collecção era distribuida por assignatura, em cadernetas, acompanhadas d'uns pequenos contos, vertidos do francez. Daremos nota sómente das traducções de Joaquim José Annaya. Em 5 actos: *A vida d'um rapaz pobre, A pastora dos Alpes*, drama representado pela primeira vez no Gymnasio, em 28 de julho de 1869, no beneficio da distincta actriz Lucinda Simões; *O filho do povo*, representado no beneficio do conhecido actor Queiroz, no antigo theatro da Rua dos Condes, em 29 d'outubro de 1866; *As fidalgas de Pontalec, Os mysterios de Paris* e *André Gerard*. Em 4 actos: *Um naufragio nas costas da Bretanha, As duas diplomatas* e *Um corregedor de Sevilha*. Em 3 actos: *Tribulações d'um herdeiro, Roberto Macario, Que lição, A' procura d'uma herança* e *O meu segredo*. Em 2 actos: *Matheus braço de ferro, Uma fabrica de casamentos, Um casamento amargurado* e *O doutor Bombalino*. Em 1 acto: *Jorge o marinheiro, Uma lição aos maridos, Um creado amo, Ha de servir-me a lição, Effeitos do prego, Olho vivo com as creadas, São todos o mesmo, O Lanceiro, Um collegial endiabrado, A marqueza de l'Espalier, Os contos do tio João, Gata e mulher, O artista, Quer apostar?, Amor de madrasta, Uma troca de retratos, Como o diabo as tece, Differentes educações, Uma idéa imprudente, O primo e a viscondessa, Não subam escada ás escuras, Os amores da modista, Um peccado velho, O viveiro de fr. Anselmo, Um casamento da moda.*

Anneis. Monte na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Vianna do Alemtejo, distr. de Evora.

Annel. Circulo de metal ou outra substancia que se traz no dedo por adorno ou por distincção de dignidade. || *Annel episcopal ou pastoral*, annel de ouro com uma grande amethysta ou relicario que os prelados trazem no dedo e que dão a beijar aos fieis. || *Annel real*, sello em cifra, ou camafeu real, talvez o sello privado, que não é o das quinas, que se punha redondo nas patentes, ou pendente por fios, ou cadarço nos diplomas. || *Annel de sincte*, o que serve de sello no lacre das cartas. || *Bispo de annel*, aquelle que é provido pelo papa n'um bispado cujo territorio está n'essa occasião em poder dos infieis (V. *Bispo*). || *Annel d'agua*, certa quantidade d'agua nascente, que equivale a quatro pennas d'agua.

Annequim. Bobo no paço do tempo de D. Fernando I.

Annes. Appellido portuguez; o mesmo que *Eannes* ou *Eanes*. V. *Anes*.

Annes *(Affonso)*. Escrivão do infante regente D. Pedro em 1443.

Annes *(Affonso)*. Residia em Lisboa, e em 5 d'outubro de 1449 D. Affonso V lhe passou carta de privilegio d'um invento, a pedido de sua tia, a duqueza de Borgonha. Esta carta póde vêr-se no *Instituto*, de 1903, pag. 40, onde vem transcripta.

Annes *(Cosme)*. Vêdor da fazenda em Gôa, no meado do seculo XVI.

Annes *(Domingos)*. V. *Anes*.

Annes *(Fernando)*. Vidreiro morador em Lisboa. Por causa d'umas pancadas que déra e de duas arrochadas de chumbo que tomára a um moiro, fôra condemnado por duas vezes a degredo fóra de Lisboa, seis mezes de cada. Tendo cumprido quatro mezes obteve perdão dos restantes em 5 de maio de 1492. A carta de perdão vem publicada no *Instituto*, de 1903, pag. 106.

Annes *(Fr. Fernando)*. Monge benedictino. João Franco Barreto e por sua indicação Barbosa Machado attribuem-lhe uma obra com o titulo de *Vida de S. Bento e S. Amaro*. Parece, porém, que fr. Fernando Annes nunca existiu, e que o abbade Barbosa Machado se equivocou. Innocencio da Silva, que no tomo II do *Diccionario bibliographico*, pag. 269, incorre no mesmo equivoco, rectifica no vol. IX (supplemento), a pag. 214, e escrevendo no mesmo vol. a pag. 304 a 306 ácerca de fr. Francisco Ibanez ou Ivañez, apresenta como d'este frade benedictino a obra em questão. No fim da pag. 305 lê-se: «O que parece não envolver duvida é, que esta *Vida de S. Bento e S. Amaro com varias noticias da ordem monachal* é a propria que Diogo Barbosa, na *Bibliotheca Lusitana*, attribuiu a fr. Fernando Annes, fundando-se meramente, ao que parece, em uma indicação encontrada em João Franco Barreto; e que eu passára com a devida reserva para o *Dicc.*, tomo II, pag. 269. A este proposito me escreve o sr. visconde de Azevedo, em carta de 16 de setembro de 1868.» E transcreve a carta, a pag. 306: «Parece-me que attinjo a causa porque Barbosa poz *Fr. Fernando* em logar de *Fr. Francisco*. Provavelmente João Franco Barreto escreveu na sua Bibliotheca o nome *Francisco* em breve, d'esta sorte, *F.º*, que Barbosa sem mais reflexão interpretou *Fernando*. Mas eu, por alguns manuscriptos que possuo do seculo XVII sobre genealogias vejo que a abreviatura de *F.º* serve n'elles egualmente para os dois nomes, ainda que mais vezes para o de *Francisco*, que para o de *Fernando*. Eis aqui, me parece, a razão do equivoco de Barbosa. Quanto ao patronimico *Annes*, corresponde elle exactamente ao hespanhol *Ibannez, Ivannez* ou *Yvañez*; e por conseguinte julgo provada e fóra de duvida a identidade do livro que possuo com essa obra, que o nosso douto bibliographo deu equivocadamente em nome de fr. Fernando Annes.»

Annes *(Gonçalo)*. Era natural d'Elvas este mestre de *fazer massa para se fazer vidros*. A sua biographia está incluida na de João Rodrigues, de quem foi companheiro ou ajudante. Nas desavenças de D. Affonso V com seu tio, o infante D. Pedro, Gonçalo Annes trocou o officio de vidreiro pelo de soldado, alistando-se nas hostes d'el-rei. Indo á cadeia com o carcereiro, João d'Evora, fugiram n'esta occasião alguns presos, por cuja fuga o culparam, e elle se homisiou. A pedido de João Rodrigues, D. Affonso V lhe passou carta de perdão, a 5 de fevereiro de 1455, a qual vem transcripta no *Instituto*, de 1903, a pag. 361 e 362.

Annes *(João)*. Armeiro no tempo de D. Duarte e autoridade em avaliação da moeda, conforme se vê de documentos coevos.

Annes *(João)*. Pintor d'el-rei D. Affonso V. A sua carta tem a data 7 de julho de 1454. Este monarcha ligava-lhe a maior consideração, e agraciou-o com prerogativas, isentando-o de diversos cargos exigidos pela lei. Exerceu a sua arte nos armazens de Lisboa.

Annes *(Martim)*. Architecto e esculptor, mestre dos trabalhos reaes de Lisboa. Devia ter exercido a sua arte principalmente no tempo de

D. Affonso V e de D. João II, porque em 1504 era já muito velho, e Pedro Nunes foi nomeado para o substituir todas as vezes que a sua edade avançada o exigisse. Em 1477 este mesmo Martim Annes, vivendo em Santarem, onde era canteiro, alcançou o logar de mestre dos trabalhos reaes da mesma villa, e foi confirmado n'este emprego em 1496.

Annes *(Pedro).* Architecto, mestre das obras das possessões d'Africa: Ceuta, Alcacer, Tanger e Arzilla, por carta de D. Affonso V em 5 de setembro de 1473.

Annes *(Pedro).* Pintor, que acompanhou Affonso de Albuquerque, ás Indias em 1510.

Annes *(Rodrigues).* Architecto, mestre dos trabalhos de cantaria, em Santarem, no reinado de D. Affonso V.

Annes d'Azurara *(Gomes).* V. *Azurara.*

Annes Baganha *(Domingos Rodrigues).* Nasceu em Alcacer do Sal a 20 de fevereiro de 1847, filho de Luiz José Annes Baganha e de D. Maria da Piedade Vaz Baganha, ambos professores regios de instrucção primaria. Vindo para Lisboa em 1859, aos 12 annos de edade, aqui fez exame de instrucção primaria, physica, mathematica elementar e desenho geometrico, disciplinas que cursou no Instituto Industrial, onde tambem foi admittido como aprendiz na officina de instrumentos de precisão. D'aqui passou para a officina de machinas, com destino a engenheiro machinista, no Arsenal de Marinha, onde frequentou a aula de mechanica, disciplina em que foi approvado com louvor. A sua tendencia para profissão intellectual não o deixou identificar com aquellas profissões mechanicas. Com estes preparatorios, e tendo feito exame de francez, unico indispensavel então, no Instituto Agricola, aqui foi admittido em concurso, como pensionista do estado, á frequencia do curso de medicina veterinaria em 1863, com 16 annos de edade. Concluindo com *distincção* (sem o que não poderia ser nomeado intendente de pecuaria) este curso antes dos 20 annos, viu-se exhaurido de recursos, porque com a conclusão do curso cessava o abono de 400 réis diarios, com que o estado o subsidiára. N'esta situação foi auxiliado pelo fallecido director geral do commercio e industria, conselheiro Rodrigo de Moraes Soares, que o encarregou, mediante o mesmo honorario, de catalogar os productos agricolas destinados á exposição de Paris em 1867. Foi este o seu primeiro serviço publico. Por decreto de 26 de janeiro d'esse mesmo anno, foi nomeado intendente de pecuaria do districto de Faro, logar que exerceu durante vinte e dois annos, até 1889, em que teve transferencia, a seu pedido, para identico logar em Lisboa. Hoje ainda no exercicio d'aquelle logar, compete-lhe por antiguidade o logar de inspector dos serviços pecuarios do sul. O sr. Annes Baganha tem exercido as seguintes commissões extraordinarias: recenseamento dos gados do districto de Faro em 1870; colleccionação de productos agricolas, no districto de Faro, para a exposição agricola de Lisboa em 1884; colleccionação de productos agricolas e gados, no mesmo districto para a exposição agricola de Lisboa em 1888; colleccionação dos escriptos do eminente zootechnista Silvestre Lima, por portaria de 18 de setembro de 1902, muito honrosa e importante commissão; inquerito agricola no mesmo districto em 1887; inspector do matadouro de Faro desde março de 1882 até dezembro de 1888; foi-lhe dada com officio de louvor a exoneração que pediu, ao retirar-se de Faro; serviço veterinario da segunda bateria de artilharia 2, em Faro, desde janeiro de 1887 até dezembro de 1888; pesquisa phyloxerica nos concelhos de sotavento do Algarve em 1886; colleccionação de productos agricolas, no mesmo districto, em 1888, para a exposição de Paris, em 1889; combate contra a diphteria do gado suino no districto de Vizeu em 1889; combate contra a enterite infecciosa nos equideos do concelho de Cintra em 1889; serviço da febre aphtosa auxiliando o veterianrio districtal d'Evora em 1892; serviço de policia sanitaria do mormo no Ribatejo em 1893. Foi director interino do hospital veterinario de 1892 a 1893. No relatorio do conselheiro Moraes Soares sobre o recenseamento geral dos gados de 1870, Annes Baganha, tendo apenas tres annos de serviço, foi dos 17 intendentes de pecuaria do reino, o sexto classificado em relação ao modo satisfatorio como se desempenhou de tão difficil e arduo serviço, conseguindo assim não *cair* sob tão grande responsabilidade. No relatorio de 1872, do presidente do conselho especial de veterinaria, Silvestre Lima, vem Annes Baganha superiormente classificado em relação ao seu zelo no cumprimento dos deveres officiaes e ao merito dos trabalhos apresentados ao conselho. Foi louvado cinco vezes em portaria regia pelo zelo e distincção com que tem desempenhado varias commissões de serviço; estas portarias teem as datas de 15 de dezembro de 1873, 17 de setembro de 1890, 29 de julho de 1892, 14 d'abril de 1893 e 19 de junho de 1894. Publicou estas tres obras: *Tratado elementar de zootechnia*, *A trichina* e *O gado lanigero do Algarve*, que obtiveram uma medalha de prata na exposição agricola de Lisboa em 1884. Publicou tambem: *O medico dos animaes*, *As vaccas leiteiras*, livro que alcançou a medalha de prata na exposição agricola de Lisboa em 1898, e menção honrosa na exposição de Paris em 1900; *O tratamento da febre aphtosa*, 1902; opusculo cuja edição se esgotou rapidamente, prestando grande serviço aos creadores de gado durante a ultima epizootia de tal doença; *O cavallo*, 1902, traducção de um primoroso album original do distincto veterinario allemão Shwarz, o qual obteve prompto acolhimento por parte dos creadores illustrados, officiaes de cavallaria e amadores do sport hyppico. O sr. Annes Baganha tem collaborado larga e variadamente sobre assumptos veterinarios, no *Archivo rural*, *Jornal official de agricultura*, *Agricultor portuguez*, *Gazeta das aldeias*, *Agricultura portugueza*, *Agricultura nacional*, etc. Publicou varios relatorios no

Domingos Rodrigues Annes Baganha

Boletim da direcção geral de agricultura. O sr. Annes Baganha foi membro do congresso nacional da tuberculose em Coimbra, em 1895, no qual a classe medico-veterinaria se distinguiu com surpreza da classe medica; e apresentou ahi uma memoria, que teve a honra de ser publicada no relatorio geral do congresso, na qual tratou da *defeza da saude publica contra a tuberculose bovina.* Tendo entranhada devoção pela causa da instrucção publica, conhecimentos pedagogicos, aptidão na pratica do ensino, habilitou para o magisterio primario suas duas irmãs, que o exercem em escolas officiaes do Algarve. A mais velha, a sr.ª D. Ignacia Annes Baganha Leal, faz parte do corpo docente da escola districtal de habilitação para o magisterio primario em Faro; é muito illustrada e exerce o seu cargo com muita distincção. O sr. Annes Baganha ainda publicou: *Noções elementares de pedagogia*; *Compendio de moral,* que conta quatro edições; *Analyse da linguagem portugueza.* Tem tambem collaborado em muitos jornaes de instrucção publica. E' socio honorario da *Associação protectora dos artistas de Faro,* por serviços prestados á instrucção popular; socio benemerito da *Scuola dantesca napolitana,* como promotor da instrucção publica; diplomado pelo poeta e pedagogista João de Deus, com declaração de o considerar habilitado a substituil-o na explicação do seu mothodo de leitura. Nas *Auroras da instrucção,* de D. Antonio da Costa, faz-lhe esta elogiosa referencia. Fez memoravel propaganda theorica e pratica d'aquelle methodo de leitura, no Algarve, ensinando a ler creanças e adultos, habilitando muitos professores officiaes, que as camaras subsidiaram para irem a Faro e a Villa Nova de Portimão para esse fim. Por todos estes serviços benemeritos recebeu officios communicando os votos de louvor e de agradecimento que fôram lançados nas actas das referidas camaras. Sobre litteratura, tambem o sr. Annes Baganha tem publicado diversos folhetins e artigos, que se vêem disseminados por varios jornaes de Lisboa e do Algarve. Como poeta egualmente se tem tornado conhecido, e em muitas folhas periodicas se encontram poesias lyricas de bastante merecimento, devidas á sua penna. Tambem escreveu dois poemetos. *A esmola do pobre cego,* episodio veridico, altamente dramatico, que se vendeu em beneficio do Asylo dos Cegos, de Lisboa, e *Sempre livres,* poemeto patriotico contra a união iberica. Profundamente avesso á politica de campanario, sempre instinctivamente se tem afastado d'essa atmosphera infecciosa; tem, porém, professado francamente o credo liberal, convencido, apoz os assomos de republicanismo da juventude, de que a formula do regimen governativo pouco ou nada tem com a essencia do poder. O grau da liberdade depende de muitas circumstancias sociaes, principalmente da civilisação do povo. Absolutamente despido de ambições, e propositadamente isolado no meio acanhado da sociedade portugueza, tem exercido espontaneamente a sua actividade, tanto na esphera da sua profissão e cargos officiaes, como no campo sympathico e florido da instrucção popular e da poesia. Tem, por consequencia, uma parte importante de influencia no progresso scientifico e intellectual do paiz.

Annes Bandarra *(Gonçalo).* V. *Bandarra.*

Annes Caldeira *(Gonçalo).* No tempo de D. João III fez este individuo um contrato com o soberano para lhe ser privilegiada uma mina de ferro que descobrira no termo da cidade do Porto, no sitio denominado Ponte de Ferreirinha. O privilegio começou em 1530 e terminou cinco annos depois, tendo-se obrigado o empreiteiro a dar de renda seiscentos quintaes de ferro por anno. Mais tarde este contrato foi renovado, por consideração ás grandes despezas feitas por Gonçalo Annes nas pesquizas do mineral e nas obras hydraulicas necessarias, que uma enchente do rio arruinou.

Annes de Carvalho *(D. Francisco da Mãe dos Homens).* Do conselho de Sua Magestade, par do reino, commendador da ordem de Christo, arcebispo d'Evora, etc. Nasceu em Evora a 24 de setembro de 1780, e falleceu n'esta mesma cidade a 3 de dezembro de 1859. Era filho de João Ferreira Marques e de D. Thereza de Jesus, que viviam rasoavelmente dos proventos do seu commercio e do producto das suas fazendas. Apesar de já serem muito edosos quando nasceu Francisco, que era o ultimo dos seus filhos, procuraram dar-lhe esmerada instrucção, e o seu talento e intelligencia se manifestou tão notavelmente, que na edade de doze annos já se via corrente em todos os ramos da latinidade, cujos classicos, tanto de prosa como de verso, elle traduzia com facilidade e fielmente. Habilitado pelo passe do seu professor e pelo exame por que passou, matriculou-se na aula de rhetorica, cujo curso percorreu com distincção. Como na ordem dos reformados de Santo Agostinho teve cinco irmãos, todos acreditados por sua sciencia e talentos, Francisco quiz tambem vestir o habito d'aquella ordem, o qual lhe foi lançado por seu sobrinho, fr. Joaquim da Mãe dos Homens Galvão Palma, então prior do convento de N. S.ª da Conceição de Extremoz, effectuando-se a ceremonia a 5 de novembro de de 1795; adoptou então o nome de fr. Francisco da Mãe dos Homens, em logar de Francisco Pereira Marques, de que antes usava. Regia n'aquelle tempo, no convento da Boa Hora, de Setubal, uma cadeira de philosophia racional e moral, seu irmão fr. Joaquim de Jesus, depois mais conhecido pelo nome de Joaquim Pereira Annes de Carvalho (V. *este nome),* que passava n'estes reinos por ser um dos mais habeis methaphysicos do seu tempo. Fr. Joaquim de Jesus conseguiu que o irmão fôsse para Setubal acabar o noviciado no mesmo convento. Tendo concluido o anno de tirocinio, professou no dia 6 de novembro de 1796. A esse tempo já fr. Francisco tinha percorrido a logica e a methaphysica, estava corrente na lingua franceza, que traduzia, falava e escrevia correctamente, e para que não esquecesse o latim, o irmão o encarregou de dar lições a tres dos seus discipulos. Abrindo-se n'essa época, no convento das Mercês, d'Evora, um collegio de philosophia, fr. Francisco foi mandado frequentar aquelle curso da ordem; depois passou a Santarem, e concluido o anno foi para o convento de Santa Maria de Portalegre encetar o curso de theologia, em que defendeu conclusões presididas pelo padre mestre fr. José de S. Boaventura Piteira, d'onde seguiu ao de Coimbra, por terem os hespanhoes entrado n'aquella cidade em 1801. Concluidos os estudos da ordem, foi nomeado professor de philosophia em Evora, mas a invasão franceza, em 1807, lhe veiu interromper o curso

e obrigal-o a recolher-se a casa. Entretanto chegava o mez de junho de 1808, e o povo portuguez revoltava-se querendo expulsar os soldados de Junot, e festejava como sua victoria o triumpho alcançado pelos hespanhoes nos campos de Bailen. Na sé d'Evora celebrou-se então uma grande solemnidade para festejar este facto, e fr. Francisco da Mãe dos Homens, sendo escolhido para orador, pronunciou um eloquente sermão, exaltando a bravura dos vencedores, e procurando animar o patriotismo dos que o escutavam. Os francezes tiveram conhecimento d'esta solemnidade, e da fórma insinuante com que fr. Francisco da Mãe dos Homens discursara do pulpito, e quando mais tarde entraram em Evora, nos dias 29, 30 e 31 do seguinte mez de julho, trataram ardentemente de prender o audacioso prégador, porém fr. Francisco poude salvar-se d'uma morte inevitavel, descendo ou saltando pela muralha, quando as tropas do general Loison occupavam já parte da cidade. Refugiou-se em Monsaraz, e só depois da convenção de Cintra é que voltou a Evora; foi por algum tempo parocho de S. Matheus, extra-muros de Montemór-o-Novo, e passou depois a Lisboa, onde teve a nomeação de lente de theologia no convento da Boa Hora, de Belem, no qual foi lente de theologia moral, cargo que exerceu até embarcar para o Rio de Janeiro, em 15 de setembro de 1812, onde chegou a 3 de dezembro. Durante o tempo que se conservou n'aquella cidade, tornou-se tão distincto e afamado no pulpito, que D. João VI o nomeou procurador régio e conego da real capella, conferindo-lhe outras distincções, escolhendo-o sempre para orador nas festividades solemnes que se fizeram, celebrando os grandes successos politicos da época. No anno de 1821 começaram as perturbações do Rio de Janeiro, que determinaram o regresso a Portugal, de D. João VI e de toda a sua côrte, deixando como regente no Brazil o principe real D. Pedro, o qual, possuido das idéas liberaes que todos lhe reconheceram, ordenou no dia 23 d'agosto á noite, que o conego Mãe dos Homens prégasse no dia seguinte, nas solemnes acções de graças que se celebraram na capella real commemorando o dia 24 d'agosto de 1820. Não querendo fr. Francisco trocar a patria onde nascera por outra patria adoptiva, conseguiu licença de voltar ao reino, e partiu para Lisboa, onde desembarcou em 12 de junho de 1822. Pouco tempo depois, em 1823, partiu para o Maranhão, provincia que se conservava ainda fiel ao dominio de Portugal, e onde lavrava grande agitação; fr. Francisco fôra escolhido para membro da junta, e n'este difficil encargo procurou quanto possivel conservar a harmonia entre os brazileiros e os portuguezes, arriscando por vezes a vida. Os seus esforços, porém, fôram infructiferos, porque exactamente quando conseguira entrar em combinações com os chefes da revolta, chegava ao Maranhão a noticia de estar proclamada a independencia. Não querendo então acceitar as vantagens e promessas com que pretenderam tental-o para o decidirem a permanecer no Brazil, voltou a Portugal, e D. João VI o nomeou conego da sé de Coimbra, servindo tambem de secretario do bispo D. Fr. Joaquim da Nazareth, nomeado n'aquella mesma época. O infante D. Miguel, mais tarde, no seu governo absoluto, o obrigou a sahir de Coimbra, por causa das suas idéas liberaes, e o conego fr. Francisco da Mãe dos Homens viveu alguns annos em Trancoso e em Mangualde. Terminando a lucta civil, foi nomeado vigario capitular de Beja, cujo bispado governou com integridade por um anno, findo o qual, depois de muitas instancias, obteve a demissão, estando já collado em um canonicato da sé de Lisboa, por carta régia de 16 de janeiro de 1835, que pouco tempo antes se havia ali organisado. Foi depois agraciado com a commenda da ordem de Christo, e com a carta de conselho em 28 de março de 1843; quando se reorganisou a nova patriarchal, entrou no seu quadro na qualidade de thesoureiro-mór, que era uma das suas dignidades, em 25 de novembro de 1844, tendo obtido n'este periodo ser eleito deputado em duas legislaturas, a primeira pelo Alemtejo e a segunda por Lisboa. Em 1845, a 20 de setembro, foi eleito arcebispo d'Evora, sendo confirmada a eleição a 24 de novembro do mesmo anno, pelo papa Gregorio XVI, e sagrado no dia primeiro de fevereiro de 1846, cerimonia a que assistiram a rainha D. Maria II e el-rei D. Fernando, suas altezas e grande parte da côrte. Tendo tomado posse da sua cadeira de par, na respectiva camara, entrou no exercicio do pariato, governando a diocese por uma junta de cinco membros por elle nomeada. Com a revolução do Minho, demittiu-se o ministerio, fecharam-se as camaras, e no dia 9 de junho de 1846 partiu o arcebispo para Evora. Escreveu e publicou: *Discursos moraes, para instrucção dos filhos da sancta Egreja metropolitana d'Evora,* Lisboa, 1847. Quando esteve no Rio de Janeiro publicou o seguinte: *Oração, que na real capella d'esta côrte, celebrando-se as acções de graça pelas noticias do armisticio geral, no dia 17 de junho de 1814, recitou,* etc., 1814; *Oração funebre nas exequias da ser.ma sr.a D. Maria Anna, infanta de Portugal, recitada na real capella d'esta côrte a 14 de junho de 1813,* 1813. No jornal *O Parlamento,* de 7 de dezembro de 1859 e seguintes, vem uma biographia de D. Francisco da Mãe dos Homens Annes de Carvalho, escripta pelo fallecido escriptor Francisco Duarte de Almeida Araujo.

Annes de Carvalho *(Joaquim Pereira)* ou *Joaquim Annes de Carvalho.* Eremita reformado da ordem de S. Agostinho, tomando o nome de fr. Joaquim de Jesus, e depois freire da ordem de Christo N. em Extremoz, mas ignoram-se as datas do seu nascimento e fallecimento. Era filho de João Ferreira Marques e de D. Thereza de Jesus, irmão de D. Francisco da Mãe dos Homens Annes de Carvalho, prégador regio e arcebispo d'Evora (V. *Annes de Carvalho, D. Francisco da Mãe dos Homens).* Foi doutor em theologia pela Universidade de Coimbra, e deputado ás côrtes constituintes de 1821, oppositor ás cadeiras de theologia na Universidade, censor regio do Desembargo do paço, e ouvidor da jurisdicção ecclesiastica da prelasia de Thomar. Parece que esteve preso nas cadêas da Relação do Porto, nos annos de 1828 e seguintes, por professar idéas constitucionaes. Suspeita-se que morresse antes de 1833, por não constar que fôsse contemplado com algum cargo ou logar de consideração, depois do restabelecimento do governo libertador. Passou por ser um dos melhores oradores do seu tempo. Começou a traduzir Tacito em 1810, estando em Thomar, mas nunca se publicou a tra-

ducção. Ha quem lhe attribua tambem a seguinte que se imprimiu anonyma: *Obras elementares de philosophia racional, compostas em francez pelo abbade de Condillac, e traduzidas em portuguez, tomo I que contem a logica*, Lisboa, 1801. Ha quem affirme que esta traducção era do P. Antonio de Castro. Os seus discursos, como deputado, acham-se insertos no *Diario das Côrtes*; e o juizo critico, ácerca do modo como se houve, vem na *Galeria dos deputados*, de pag. 205 a 211. Parece que deixou bastantes manuscriptos, entre os quaes se contam exhortações, cartas, orações sagradas, funebres e gratulatorias, etc.

Annica. Horta na freg. de S. Thiago e conc. d'Alcacer de Sal, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. d'Odemira, distr. de Beja.

Annissó. V. *Anissó*.

Anniversario. Dia natalicio, cerimonia annual. Nos documentos antigos, especialmente testamentos, não declarando o testador ou instituidor outra cousa, se entendia por anniversario uma missa resada n'aquelle dia ou dias, que elle se mandava fazer. Pela lei de D. Affonso II (*Monarchia Lusitana*, tomo 4, folha 106, col. 3) foi prohibido que as ordens podessem comprar bens de raiz salvo os que fôssem necessarios para os *anniversarios*.

Anno. Titulo geral de algumas obras cuja materia é ordenada chronologicamente. Entre outras conhecem se as seguintes: *Anno admiravel, diario prodigioso e primeiro instante purissimo de Maria*, por José de Seixas Vasconcellos, Lisboa, 1758, 1 vol. 8.º; *Anno evangelico contendo discursos para todas as Domingas e sermões para os differentes dias, principalmente os penitenciaes da quaresma*, pelo presbytero Antonio José Nicolau Barreto, Margão, 1861, 2 vol. 8.º; *Anno historico, diario portuguez, noticia abreviada de pessoas grandes e coisas notaveis de Portugal*, pelo padre Francisco de Santa Maria, Lisboa, 1744-46, 3 vol., fol., com um prologo anti-critico publicado em 1746; *Anno medico, que contem as observações meteorologicas e medidas feitas no Porto, em 1792*, por José Bento Lopes, 1796, 8.º; *Anno meditativo, que propõe meditações para todos os mezes do anno, com dois appendices de exercicios e maximas de virtude para todas as almas que seguem a vida devota*, por fr. José de Bringel, Lisboa, 1765, 1 volume; *Anno panegyrico e moral, ou sermões escolhidos sobre as virtudes dos sanctos mysterios da religião e deveres da moral*, Lisboa, 1780, 2 vol. em 8.º; *Anno (O) politico (1896)*, por Fernandes Costa, Lisboa, 1897, 1 vol. 8.º.

Anno Bom. Casal na freg. de S. Pedro de Penaferrim e conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Anno Bom. Ilha no golfo de Biaffra, Africa Occidental, tendo 7 kilometros de comprimento e 35 de largura. Eleva-se a uma altura de 900 metros acima do Oceano, tendo clima saudavel. A população é quasi unicamente composta de negros, em numero de 3:000, que se entregam á cultura da mandioca, canna de assucar e algodão; sendo importante a creação de porcos, carneiros e cabras. A ilha de Anno Bom foi descoberta, provavelmente em 1471, pelos portuguezes João de Santarem e Pero de Escobar, quando fôram explorar a costa para além do Cabo das Palmas. Diz-se que o nome da ilha provém de ter sido avistada no 1.º de janeiro d'aquelle anno. Teve foral dado em Lisboa por D. João III a 20 de abril de 1554. Em 1778 foi cedida á Hespanha pelo tratado de 24 de março do mesmo anno. || Pov. principal da ilha do mesmo nome, situada ao noroeste. O porto proximo é o unico da ilha. Acerca d'esta ilha conhecemos o seguinte opusculo portuguez: *Sobre um «Hemidactylus» novo da ilha de Anno Bom*, extracto do *Jornal de Sciencias Mathematicas Physicas e Naturaes*, 2.ª série, por J. Bettencourt Ferreira, Lisboa, 1897.

Anno mau. Chamou-se assim entre nós ao de 1124, por ter então morrido muita gente de fome e de peste. Pelo mesmo motivo se póde applicar ao anno de 1202, em que houve fome e grande mortandade de gente e animaes; ao de 1310 em que a fome originou uma terrivel peste, e ao de 1403, em que tambem houve fome. Mas foi especialmente o de 1124 que se designou *anno mau*, usando-se nos documentos firmados posteriormente, *anno post annum malum*.

Anno de morto. Certa collecta imposta em todos os beneficios do reino e ilhas, de qualquer ordem ou natureza que fôsse, tanto nas renuncias *in favorem* como nas pensões. Arrecadava-se pelo methodo estabelecido na cathedral de Braga. Cobrava-se de dois em dois annos excedendo a dois contos de réis; em tres, sendo de um até dois contos de réis; e em quatro, sendo até um conto. Não se pagava dos ténues, ou que apenas davam a congrua parochial. Pelo alvará de 3 de julho de 1806, que deu o beneplacito ás letras apostolicas, foi regulada a cobrança do *anno de morto* de todos os beneficios ecclesiasticos que vagassem, sem excepção, mandando que do producto da arrematação dos fructos d'esses beneficios vagos se comprasse pelo cambio, com o dinheiro em metal, apolices de *papel moeda*, então já bastante depreciadas, afim de as inutilisar. (V. *Papel Moeda*). Eram os corregedores que arrematavam a parte d'esta collecta ou a administravam, não havendo lançador. No districto da côrte e cidade de Lisboa fazia a arrecadação a autoridade nomeada pelo presidente do Erario. Vagando os beneficios, os vigarios geraes, ou vigarios da vara, remettiam aos corregedores respectivos attestado da vacatura ou da posse, para elles arrematarem ou administrarem os fructos. São bem elucidativos os preceitos declarados por aviso de 28 de abril de 1807: 1.º que o anno de morto nem é o mesmo, nem se deve confundir com os cabidos das egrejas vagas do Padroado Real, e a collação ordinaria, porque se cobra depois da posse do novo provido; 2.º Que não se deve abater porção alguma a titulo de congrua para o beneficiado; 3.º Em que casos tem logar a divisão concedida; 4.º Que nas renuncias *in favorem*, ou coadjutorias com futura successão, regula o dia do obito, porque então é que verdadeiramente vaga o beneficio; 5.º Que vagando duas vezes em cinco annos o beneficio parochial, só se paga uma vez o *anno de morto*, e se abate ao segundo provido o que pagou o primeiro; 6.º Que a quantidade e não a qualidade dos fructos é que constitue a congrua; 7.º Que as *benésses* e rendimentos incertos se computam na congrua; 8.º Que aos prelados é que compete decidir qual é ou não é a congrua ténue; 9.º Como se faz a arrecadação no caso de se acharem arrematados os fructos. Pelo decreto de 16 de junho de 1818 se determinou novamente qual era o *anno de*

morto que devia pagar-se pela nomeação ou promoção de uns a outros beneficios. Por ordem de 14 de março de 1822 e portaria de 19 de fevereiro de 1823 permittiu se que o *anno de morto* fôsse recebido pelos herdeiros dos beneficiados fallecidos nas dioceses, em que este costume estivesse estabelecido e approvado por bullas pontificias. Finalmente, pela carta de lei de 19 de dezembro de 1843, foi declarado que com a execução do decreto de 30 de junho de 1832 havia cessado a obrigação do pagamento do *anno de morto.*

Annobra. V. *Anobra.*

Annoias. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. d'Aneião, distr. de Leiria.

Annotações. Apontamento por escripto, nota explicativa, observação tomada á margem d'um texto para explicar ou criticar qualquer passagem d'elle. Inventario de bens apprehendidos a um accusado, quando o crime não está tão provado, que desde logo se possam confiscar: «Accusar annotação de bens.» Inventario dos bens d'um accusado ausente, que tinha por fim obri gal-o a apresentar-se á justiça. || *Annotações ao Codigo de Commercio Portuguez*, pelo conselheiro Diogo Pereira Forjaz, lente cathedratico da Universidade de Coimbra, 6 vol. em 4.º || *Annotações aos Elementos de Direito natural do sr. Vicente Ferrer Netto Paiva*, por José Dias Ferreira, 1 volume.

Annotado. Notificado, inventariado, citado com clausula de perda de bens. Commentado, explicado, esclarecido por meio de notas. || *Bens annotados*, sequestrados, apprehendidos.

Annotador. Que põe notas ou faz annotações em algum escripto, que toma apontamentos, que inventaria bens: «Manuel Correia, annotador de Camões.»

Annotar. Pôr notas explicativas ou criticas em algum texto; tomar apontamentos. Falando dos bens d'um accusado, inventariar, confiscar. || Ser tomado em nota: «Nos livros classicos tudo deve annotar-se.»

Annuario. Collecção ou relação destinada a reproduzir, annualmente, uma série de factos ou de acontecimentos relativos a certa região, paiz ou localidade. Mais propriamente applica-se este nome ás collecções annuaes dos conhecimentos humanos em qualquer ramo das sciencias, artes, industrias, etc. Alguns estabelecimentos litterarios e scientificos publicam os seus annuarios, contendo além dos calendarios academicos, listas dos professores, alumnos, etc. Entre outros, temos nota dos seguintes: *Annuario do Archivo Pittoresco*, interessante publicação emprehendida por Castro & Irmão, editores do antigo e excellente semanario *Archivo Pittoresco;* teve principio com o n.º 1 em janeiro de 1864, e continuou mensalmente, sem interrupção, até findar com o n.º 36 em dezembro de 1866; a collecção completa fórma um volume de 288 pag., impresso no mesmo formato do *Archivo;* cada numero é dividido regularmente em cinco secções: 1.º Politica europea — 2.ª Administração publica interna — 3.ª Industria, commercio e agricultura — 4.ª Lettras e artes — 5.ª Noticiario; os artigos da 1.ª e 2.ª são de Rebello da Silva; os da 4.ª de Pinheiro Chagas, da 3.ª e 5.ª de Brito Aranha; *Annuario da Academia Polytechnica, do Porto*, de que teem sido publicados os respectivos aos annos lectivos de 1877-1878 e seguintes até 1901-1902, sendo os de 1878 até 1898 impressos no Porto, e os de 1899 em diante em Coimbra, na imprensa da Universidade; *Annuario da camara dos senhores deputados*, anno de 1890 e seguintes, Lisboa, volumes in 4.º; *Annuario Commercial de Portugal, da industria, da magistratura e da administração*, coordenado sob a direcção de Caldeira Pires, continuação do antigo *Almanach Commercial de Lisboa*, editor e proprietario Manoel José da Silva, XXIII anno (11.º) Lisboa, 1903, a mais importante publicação portugueza no seu genero, constituindo um manancial copioso de informações de administração publica, legislação, burocracia official e indicação do commercio e industria de todo o reino, ilhas e ultramar; fórma um grosso volume de 1:700 paginas, dividido em secções rigorosamente alphabetadas, o que torna a consulta muito facil; a mesma publicação tem outro volume, a *Agenda do Annuario Commercial de Portugal*, que saiu pela primeira vez n'este anno e que é um verdadeiro complemento do annuario de que tomou o titulo; *Annuario clinico da arte obstetricia*, por Joaquim da Rocha Mazarem, publicação feita em Lisboa, em 4.º, começada no mez de setembro de 1825 e terminada no fim d'agosto de 1826; *Annuario diplomatico e consular portuguez* dos annos de 1889 e seguintes; *Annuario da direcção geral de administração politica e civil*, em publicação desde 1888; *Annuario da escola districtal de habilitação ao magisterio primario de Vianna do Castello, anno de 1898 1899* e seguintes, Vianna, Typographia de André J. Pereira & Filho; *Annuario da Escola do Exercito*, anno lectivo de 1896-1897 e seguintes — Lisboa, vol. 8.º; *A Escola Medico-Cirurgica de Lisboa em 1898-1899*, e annos seguintes — *Annuario, coordenado pelo professor José Antonio Serrano* — Lisboa, Imprensa Nacional; *Annuario estatistico da Camara Municipal do Porto*, annos de 1890 e 1891, Porto; *Annuario estatistico das Contribuições Directas*; anno de 1892, tendo os volumes anteriores sido publicados pela Direcção Geral das Contribuições Directas; o do anno civil de 1893 e anno economico de 1893-1894, Lisboa, 1900, 1 vol. 4.º, foi publicado pela Direcção Geral da Estatistica e dos Proprios Nacionaes, em 1894; *Annuario estatistico da direcção geral das contribuições directas*, serviço do anno civil de 1878 e do anno economico de 1878-1879, Lisboa, 1881, 1 vol 4.º; *Annuario estatistico da provincia de Angola*, publicado desde 1897, Imprensa Nacional, Loanda; *Annuario estatistico do reino de Portugal, publicado pela repartição da estatistica do ministerio de Obras Publicas, Commercio e Industria*, publicado desde 1875, Lisboa, 1 vol. em 4.º; *Annuario do Gremio Artistico*, começou no anno de 1890, Lisboa, 1891; *Annuario do Lyceu Nacional de Aveiro*, publicado desde 1894-1895, sendo os dos primeiros cinco annos impressos em Lisboa, e os ultimos em Aveiro; *Annuario do Lyceu Nacional de Bragança*, anno lectivo de 1900-1901, Lisboa, 1902; *Annuario do Lyceu Central de Evora*, publicado desde 1894-1895 e impresso em Lisboa, 1901, 1 folheto; *Annuario do Lyceu Nacional de Faro*, publicado desde 1894-1895 e impresso em Lisboa; *Annuario do Lyceu Nacional de Leiria*, publicado desde o anno lectivo de 1894-1895, impresso em Lisboa, 1 folheto; *Annuario do Lyceu Nacional de Nova-Goa, da Escola Normal e das*

aulas annexas ao Lyceu, elaborado pelo reitor A. F. Marques Pereira, Nova Gôa, 1900, 1 vol. *Annuario portuguez historico biographico e diplomatico, seguido de uma synopse de tratados e convenções celebrados entre Portugal e outras potencias, ou em que este reino foi comprehendido, desde 1093 até 1854*, por Antonio Travassos Valdez, Lisboa, 1855, 1.º vol., 8.º gr.; é uma obra de curiosa e diligente investigação; *Annuario portuguez scientifico, litterario e artistico*, 1.º anno, 1863, por João José de Sousa Telles, publicado em 1864, 8.º gr., foi dedicado a Innocencio Francisco da Silva, autor do *Diccionario bibliographico*; *Annuario postal para 1878*, publicado pela Direcção Geral dos correios de Portugal. Lisboa, 1878, 1 vol. 8.º; *Annuario do Real Collegio Militar*, anno lectivo de 1899-1900, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900; *Annuario do Serviço Municipal de Saude e Hygiene da cidade do Porto*, tomo I—1898, editado pela repartição de saude e hygiene da camara do Porto, 1899, 1 vol. 4.º de 444 pag., comprehendendo a demographia e hygiene da mesma cidade, por Ricardo Jorge; *Annuario da Sociedade Nacional Camoneana*, Porto, 1881, 1 vol., 4.º; *Annuario da Universidade de Coimbra*, publicado desde o anno lectivo de 1892-1893, Coimbra, vol. 4.º; *Annuario para 1863, ácerca da conservação dos dentes e seu tratamento, e apparelhos de nova invenção com dentes artificiaes*, Lisboa, 1862 (folheto).

Annunciação *(D. Fr. Agostinho da)*. Arcebispo de Gôa, na India. Fez parte do governo d'aquelle estado de 9 de janeiro de 1691 a 28 de maio de 1693. Antes de entrar para a ordem militar chamava-se Bartholomeu Carvalho da Fonseca, era filho de Macedonio Paes e Olaia da Costa, nasceu na villa de Alhandra no anno de 1652, foi graduado em theologia na Universidade de Coimbra, e oppositor ás cadeiras da mesma faculdade. Tendo sido sagrado arcebispo de Gôa em 1690, embarcou para o seu destino a 25 de março do anno seguinte, na nau *S. Francisco de Borja*, que entrou a barra do Mandovi em 11 de setembro; tomou logo posse da diocese, e a 20, em virtude de ordens régias, foi associado ao governo do Estado, cargo em que se conservou até á chegada do novo vice-rei D. Pedro Antonio de Noronha, em 28 de maio de 1693. D. Fr. Agostinho da Annunciação falleceu a 6 de junho de 1713, tomando o cabido o governo ecclesiastico e elegendo o respectivo vigario geral.

Annunciação *(Antonio)*. Conego secular de S. João Evangelista, provedor do hospital das Caldas da Rainha; mostrou ser sempre homem de muita caridade. Falleceu a 15 de setembro de 1665, no convento de Santo Eloy em Lisboa, em cuja livraria deixou uma obra intitulada: *Manual de ceremonias sagradas*, que se conservava em manuscripto na livraria do referido convento em que falleceu.

Annunciação *(D. Antonio da)*. Doutor em theologia. Nasceu em Evora, em 1717; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Antonio José Callado e de Maria Xavier Clara. Aprendeu philosophia na Universidade da terra da sua naturalidade. Passou depois para a de Coimbra, que largou mais tarde para se recolher ao claustro dos conegos regulares de Santo Agostinho, recebendo o habito no Real Convento de Santa Clara a 12 de março de 1738, tomando o nome de D. Antonio da Annunciação, deixando o que tinha usado no seculo, Antonio José Callado. A 25 de julho de 1746 doutorou-se na faculdade de theologia, e, depois de dictar philosophia, foi eleito primeiro mestre da Historia Ecclesiastica na Academia da Liturgia, instituida novamente no Real Convento de Santa Cruz pelo papa Benedicto XIV. Escreveu: *Oratio quam primam habuit pro Historia commendanda in Academia Liturgica a Santissimo Domino Nostro Benedicto XIV. Collimbriæ apud Canonicos Regulares Lateranenses instituta*, Collimbricæ, 1757; *Novena de S. Joseph Pay de Christo, e Esposo da sempre Virgem Mãy de Deus, Protector da Congregação reformada dos Conegos Regrantes de Santo Agostinho, composto conforme os ritos da mesma Congregação; Philosophia universa Eclectica ad mentem Magni P. Augustini*, Collimbricæ, 1757; *Vida de S. Theotonio, primeiro Prior de Santa Cruz de Coimbra; Lusitana Primitiva;* consta de noticias da Historia Ecclesiastica pertencentes a este reino; *Sermão em acção de graças pela conservação da Casa Real, e por todos os beneficios feitos á nação Portugueza entre o commum estrago do grande terremoto do primeiro de Novembro de 1755*, Coimbra, 1757.

Annunciação *(Fr. Antonio da)*. Religioso da ordem dos prégadores. Natural de Lisboa, falleceu no convento da ordem, na mesma cidade, a 18 de setembro de 1737. Era filho de Manuel Lourenço e de Antonia Jorge. Depois de aprender a lingua latina no collegio dos padres jesuitas da sua patria, ouviu a philosophia na congregação do oratorio. Foi admittido ao habito da ordem dos prégadores no convento de Santarem, onde solemnemente professou a 4 de junho de 1704, trocando o nome de que usava, Antonio de Sousa, pelo de fr. Antonio da Annunciação. Foi cathedratico de Prima de Theologia no convento de Lisboa, com grande acceitação dos seus domesticos, até que chegou a ser presentado na mesma faculdade. Tambem foi um prégador notavel. Quando morreu, exercia o logar de vigario das religiosas do convento de S. João, de Setubal. Parece que imprimiu só um dos seus sermões, o qual tem o seguinte titulo: *Sermão no Real Convento de Nossa Senhora do Carmo de Lisboa aos 27 de setembro de 1727, na solemnidade com que o dito Convento celebrou a Canonização de S. João da Cruz*, Lisboa, 1728. Sahiu nas *Memorias Historicas Panegirico e Metric. do Sagrado Culto com que o convento do Carmo celebrou a Canonização do D. Mystico S. João da Cruz*, de pag. 320 até 361.

Annunciação *(Fr. Antonio da)*. Eremita augustiano descalço. Foi vigario geral na sua congregação, doutor em theologia, fundador de varios collegios, etc. Nasceu em Lamego a 15 de outubro de 1691. Ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Jeronymo Ferreira de Oliveira e de Coleta de Campos Tolosa. Abraçou o instituto augustiniano, professando solemnemente a 26 de março de 1715. Depois de ser prior dos conventos de Porto de Móz, Montemór-o-Novo e de Lisboa, foi commissario geral na provincia do Alemtejo e reino do Algarve, d'onde subiu a vigario geral da sua congregação, cargo que exerceu pelo espaço de nove annos, nos quaes como vigilante e zeloso prelado a augmentou com tres collegios situados, o primeiro na Universidade de

Coimbra, o segundo no termo da cidade do Porto, e o terceiro em Lisboa, além de duas casas, uma no Porto e outra no logar de Malhada Sorda Fr. Antonio foi tambem qualificador do Santo Officio, examinador das tres ordens militares e confessor da rainha D. Marianna Victoria, mulher de el-rei D. José. Para a instrucção dos seus religiosos, publicou: *Collegium abbreviatum, seu brevis institutio Philosophiæ nova methodo ordinata & expplicata in usum Juventutis scholasticæ Classe prima Dialecticæ vulgo Summulæ*, Hispali, 1752; *Collegium abbreviatum &c. Classe* III. *Physicam generalem, & particularem continens*, Hispali, no mesmo anno; *Collegium abbreviatum &c. Classe* IV. *De Generatiône, Corruptione, anima, &. meteoris*, Hispali, no mesmo anno; *Collegio abbreviado de Ordinandos, prégadores e confessores, em tres classes dividido, ou Theologia Escholastica, Moral, Dogmatica, Polemica e Rhetorica*, Lisboa, 1748. A primeira edição sahiu com o nome de P. Antonio de Oliveira Campos; a segunda é de Salamanca, 1752; ainda outra edição, Lisboa, 1765, *correcto n'esta ultima impressão; Summæ Summularum de Filosofia no idioma Portuguez resumido com muy breve clareza, para que toda a Pessoa possa facilmente aprender o que por dilatados volumes se acha tratado*, tomo I, Lisboa, 1730; sahiu em nome de seu irmão Manuel d'Oliveira Pinto, auditor da gente militar da provincia do Alemtejo; *Sermão da Bulla da Santa Cruzada, da Composição e Defuntos*, Lisboa, 1752; *Sermão Panegyrico do Pay dos Padres Santo Agostinho*, Lisboa, 1752.

Annunciação *(Balthazar da)*. Conego secular e depois Geral da Congregação de S. João Evangelista, provedor do hospital das Caldas da Rainha, reitor dos conventos de Villa de Frades e de Santo Eloy, de Lisboa. Era natural d'esta cidade, onde tambem falleceu a 20 de maio de 1622. Deixou manuscriptas as seguintes obras: *Vida de S. Lourenço Justiniano e Vida de D. Agostinho Ribeiro, bispo de Angra e Lamego.*

Annunciação *(D. Bernardo da)*. Chamou-se Bernardo Manuel de Araujo Rangel, trocando o nome para D. Bernardo da Annunciação quando professou na Reformada Congregação de Santa Cruz, de Coimbra, a 13 de janeiro de 1730. Nasceu no Porto a 13 de dezembro de 1715; não se sabe a data do seu fallecimento. Era filho de Agostinho de Araujo Aranha, cavalleiro da ordem de Christo, e de D. Thereza Maria de Araujo Rangel. Estudou com muita applicação a Theologia Escolastica, da qual recebeu as insignias doutoraes na Universidade de Coimbra, como da Moral, e da Dogmatica. Por tantos dotes scientificos mereceu reger a nova cadeira dos Ritos Ecclesiasticos instituida pelo papa Benedicto XIV no Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, para cuja abertura compoz e recitou: *Oratio in regio S. Crucis Monsterio ad auspicandum Academiam Liturgicam*, Collimbricæ, 1757.

Annunciação *(D. Carlos da)*. Conego regrante de Santo Agostinho, doutor em theologia pela Universidade de Coimbra e regente da cadeira de theologia exegetica do Novo Testamento. Chamava-se no seculo D. Carlos Maria de Figueiredo Pimentel. Professou no convento de Santa Cruz, de Coimbra, em 30 de dezembro de 1734, tomando o nome de D. Carlos da Annunciação, e com este mesmo nome foi socio da Academia Liturgica d'aquella cidade. Na collecção das obras da Academia veem publicadas duas *dissertações* em latim, que se acham no tomo II, a pag. 407 e no tomo IV a pag. 324. Morreu em edade muito avançada, pelo anno de 1793.

Annunciação *(D. Estevão da)*. Conego regrante de Santo Agostinho, doutor em theologia pela Universidade de Coimbra e socio da Academia Liturgica da mesma cidade. Nasceu no Porto a 2 d'agosto de 1707 e parece que vivia ainda em 1780. Na collecção das obras da Academia andam publicadas as seguintes dissertações: *Dissertação sobre o idioma da liturgia*, no tomo II; *Dissertação sobre as liturgias orientaes, que se acham com o nome de S. Tiago, S. Basilio e S João Chrysostomo*, no tomo III.

Annunciação *(Filippe da)*. Conego regular de Santa Cruz, que escreveu em 1754 um *Acompanhamento para orgão, missas, hymnos*, etc.

Annunciação *(Fr. Francisco da)*. Religioso augustiniano, doutor em theologia. Nasceu em Portel, Alemtejo, em 1668; falleceu no convento de N. S.ª da Graça, de Lisboa, a 13 d'agosto de 1720. Era filho de Simão Pinto e de Agueda Rodrigues. Instruido nas primeiras letras em Portel, veiu a Lisboa, e, tendo 16 annos de edade, recebeu o habito de Santo Agostinho no convento de N. S.ª da Graça, professando a 16 d'outubro de 1685. Tornou-se muito distincto em philosophia e theologia, que pelo espaço de nove annos dictou aos domesticos no collegio de Coimbra, em cuja Universidade foi admittido no numero dos doutores theologos, em 8 de junho de 1698. Foi notavel orador academico. Tendo chegado a Lisboa com o encargo de expedir uma missão para a congregação da India, que ordenava o Geral da Ordem fr. Francisco Maria Querini, na qual queria ser um d'estes missionarios se não fôsse impedido por ordem dos seus superiores, revelou a um discipulo que estava proximo da morte, e effectivamente falleceu pouco depois. Escreveu: *Consulta Mystico-Moral sobre o habito de certas Religiosas da ordem de Santa Clara Urbanas*, Coimbra, 1717; *Vindicias da virtude, e escarmento de viciosos nos publicos castigos de Hypocritas dados pelo tribunal do Santo Officio, Primeira Parte*, Lisboa, 1725; *Parte segunda*, Lisboa, 1726; *Parte terceira*, Lisboa, 1727; *Disputationes Theologicæ de statu religioso, obligantionibusque eidem annexis atento peculiari jure nostræ Sacræ Religionis; Philosophia ad mentem Doctoris Fundatissimi B. Ægidii Columnæ*, 3 tom.; *Aproveitamento espiritual dirigido ás Religiosas do Convento de Santa Monica de Lisboa; Cartas espirituaes; Questão curiosa. Que tempo deva, e possa gastar hum Sacerdote em dizer Missa para a dizer sem peccar, e com decencia?* Estas ultimas obras são manuscriptas, e conservavam-se na livraria do convento de Nossa Senhora da Graça, de Lisboa.

Annunciação *(Fr. Francisco da)*. Prior do convento do Espinheiro e visitador geral da ordem. Nat. de Setubal, ignora-se a data do nascimento e do fallecimento. Era filho de Antonio Barbosa Lobo e de Brites da Costa. Professou no instituto do doutor Maximo, no Real Convento de Belem, a 5 de dezembro de 1706. Escreveu: *Sermão de S. Luiz Gonzaga prégado no setimo dia do outavario, que á sua Canonização, e á de Santo Estanislão Koska consagrárão os Religiosos da*

Companhia de Jesus no collegio, e Universidade d'Evora, Evora, 1730.

Annunciação *(D. Gabriel da)*. Conego secular da congregação de S. João Evangelista, coadjuctor no arcebispado d'Evora, sendo arcebispo D. João Coutinho. Foi sagrado com o titulo de bispo de Fez, em 1638, no convento de Santo Eloy, de Lisboa. Depois tambem teve o cargo de visitador geral do mesmo arcebispado. Era natural de Guimarães e falleceu em Evora a 18 de março de 1644. Recebeu a murça de conego de S. João Evangelista no convento de Villar de Frades, e no collegio de Coimbra estudou as letras sagradas em que sahiu grande letrado e insigne prégador. Partindo o arcebispo para Madrid, ficou governando a diocese, logar que exerceu com egual prudencia e vigilancia até á morte d'aquelle prelado, a 12 de setembro de 1643. A séde vacante o nomeou visitador geral do arcebispado, onde adoeceu gravemente, e vendo-se obrigado a recolher-se a Evora, falleceu no convento da sua congregação. Publicou. *Sermão que prégou em a nova igreja do seu Mosteiro de Enxobregas em o dia da Degolação de S. João Baptista, que foi o ultimo dos tres, em que se solemnisou a nova translacção do Sanctissimo Sacramento da Igreja Velha para a nova Capella, que fez a Senhora D. Joanna de Noronha*, Lisboa, 1625. Ficou em manuscripto um outro sermão que proferiu nas exequias de D. Miguel de Castro, com o seguinte titulo: *Sermão nas Exequias que fez o Mosteiro de Santo Eloy de Lisboa na Sé da mesma Cidade, em a morte do Illustrissimo e Reverendissimo Senhor D. Miguel de Castro.* Era reitor do convento de Lamego, quando prégou este sermão.

Annunciação *(Fr. Gabriel da)*. Frade franciscano da provincia de Portugal, e vigario do coro nos conventos de Lisboa, Porto e Coimbra. N. em Ovar, bispado de Aveiro, em 1681, e parece que vivia ainda em 1759. Era filho de André Francisco de Aguiar e de Isabel de Carvalho. Depois de receber na terra da sua naturalidade os rudimentos de grammatica, rhetorica e os preceitos da musica, foi admittido ao seraphico habito no Real Convento de S. Francisco da Cidade, a 6 de setembro de 1706, tendo 25 annos de edade. Completou os estudos no convento de Leiria, e foi tambem compositor de musica. Escreveu: *Arte do Cantochão resumida para o uso dos Religiosos Franciscanos observantes da provincia de Portugal*, Lisboa, 1735. Fr. Gabriel da Annunciação reformou, com muito trabalho e continua applicação, toda a livraria dos livros pertencentes ao côro que horrorosamente se consumiu no incendio que devastou a egreja e o coro do convento de S. Francisco, a 10 de julho de 1707, cujo catalogo é o seguinte: *Livro de Antiphonas Feriaes que principia no Advento até Sabbado de Alleluya; Livro de Antiphonas Feriaes desde Domingo de Paschoa até ao Advento; Livro da Missa dos Santos; Livro das Missas proprias desde a Dominga do Espirito Santo até á ultima post Pentecostes; Livro das Missas particulares a 4 vozes, Livro de officio e Missa de Defuntos, Officio da sepultura dos Religiosos com varias Antiphonas de suffragios pelos Religiosos; Officio do Archanjo S. Rafael para o convento de S. Francisco do Porto; Manual e Ceremonial de canto*, obra que ficou em manuscripto. Tetis e o allemão Forkel, segundo dizem, escreveram a sua biographia.

Annunciação *(D. Ignacio da)*. Conego regrante de Santo Agostinho. N. no Porto a 19 de julho de 1723. Não se sabe a data em que falleceu. Chamava-se no seculo Ignacio Antonio de Barros; era filho de Ventura de Barros Silva e de Vicencia da Silva. Estudadas as letras humanas e philosophia no collegio dos jesuitas no Porto, deixou a casa de seus paes, que muito sentiram a sua ausencia, e abraçou o instituto da reformada congregação dos conegos regrantes de Santo Agostinho, recebendo a murça no Real Mosteiro de Santa Cruz, de Coimbra, a 16 de outubro de 1741, contando apenas 18 annos de edade. Tornou-se notavel sobretudo pela sua elevada competencia nas cerimonias e ritos ecclesiasticos, que exerceu no convento de S. Vicente de Fóra, em Lisboa. Deixou muitos tratados manuscriptos, tendo-se apenas publicado o seguinte: *Instrucção pratica dos ritos e ceremonias que se devem observar na solemnissima funcção do lausperenne, em quarenta horas*, Lisboa, 1765. Os tratados manuscriptos são: *Martyrologium Sanctorum Canonicorum Regularium ad usum Ecclesiæ Regalis Monasterii Sancti Vicentii*; *Explicação Liturgica, Dogmatica, Moral, e Historia das principaes festas do anno; Collecção dos Ritos, e Ceremonias da Igreja, segundo a opinião dos Expositores das rubricas, e dos Decretos da sagrada Congregação dos Ritos; Discurso em que se mostra a razão de se cobrirem as Imagens no tempo da Paixão, sua origem e antiguidade, e os diversos usos, que d'esta Ceremonia ha em algumas Igrejas; Tratado da diversidade de côres, de que usa a Igreja Romana nas suas funcções, sua origem, e antiguidade, e mysterios, que em si encerrão, e das côres, que usão os orientaes; Explicação das rubricas do Missal por modo de Dialogo para instrucção dos Ecclesiasticos; Instrucção que se ha de observar na confirmação dos Abbades, que tem uso de mitra, e baculo; Tratado do poder, que tem os Prelados dos Conegos Regrantes do uso de mitra, e baculo, de benzer Imagens, ornamentos, Sinos, Calices, &c, não só para as suas proprias Igrejas, mas tambem para as alheias; Relação do enterro, e exequias de El-Rey D. João V.* Traduziu do francez a obra do abbade de Lenglet, com o seguinte titulo: *Principios da Historia para a educação da mocidade por annos e por lições.*

Annunciação *(D. João de Nossa Senhora da)*. Conego regrante de Santo Agostinho, cujo habito recebeu no mosteiro de Santa Cruz, de Coimbra, a 10 d'abril de 1738, deixando o nome que tinha no seculo, João de Sousa de Castello Branco, e tomando o de D. João de Nossa Senhora da Annunciação. N. em Leiria, sendo baptisado a 27 de outubro de 1718. Ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Pedro de Sousa de Castello Branco, senhor do concelho de Guardão, commendador da commenda de Santo André do Ervedal na ordem de Christo, coronel do regimento da Armada, sargento-mór de batalha, e governador da praça de Setubal, e de D. Helena Mafalda Vicencia de Castello Branco. Depois de ter estudado philosophia no Real Collegio da Purificação da cidade d'Evora, onde foi porcionista, passou a Coimbra para continuar a carreira das primeiras faculdades; porém attrahido da exemplar observancia dos conegos regrantes do Real Convento de Santa Cruz, preferiu entrar no claustro. Traduziu do francez a seguinte obra: *Avisos*, e

reflexões sobre o que deve obrar um Religioso para satisfazer ao seu Estado, muito efficazes para animar a quem o tem abraçado, e desempenhar a sua vocação, Lisboa, 1751, 2 tomos; foi reimpressa em Lisboa, em 1778, 4 tomos; *Compendio da Historia Sagrada, com as provas da religião*, Lisboa, 1769. E' tambem versão do francez.

Annunciação *(D. Jorge da)*. Doutor em theologia, reitor do collegio de Coimbra. Era profundo na lingua latina, e por isso lhe chamavam o *Cicero portuguez*. Natural do concelho de Penafiel, falleceu a 30 de março de 1634. Era filho de Nuno Pinto e de Maria Guedes. Recebeu o habito de conego regrante de Santo Agostinho no Real Convento de Santa Cruz, de Coimbra, a 14 de março de 1600. Dictadas as sciencias ecclesiasticas aos seus domesticos, doutorou-se em theologia em 1621, na Universidade de Coimbra; foi reitor do collegio da mesma cidade em 1627. Escreveu: *Tractatus Theologicus*, &c. *Juridicus de Contractibus*, 1634, obra que ficou em manuscripto e se conservava no convento de S. Salvador de Grijó.

Annunciação *(Lourenço Justiniano da)*. Conego secular da congregação de S. João Evangelista, doutor em theologia e geral da sua ordem. Nasceu em Arcos de Valle do Vez a 8 de janeiro de 1678; ignora-se a data da sua morte. Era filho de Domingos de Amorim e de Margarida Gomes. Recebeu a murça de conego secular no convento de Villar de Frades a 5 d'abril de 1692, contando apenas 16 annos de edade. Fr. Lourenço d'Annunciação foi tambem qualificador do Santo Officio, examinador do tribunal das tres ordens militares, reitor do convento de S. Eloy, de Lisboa, e eleito geral da sua congregação. Imprimiu em 1714 o primeiro tomo do *Anno Historico*, do padre Francisco de Santa Maria, de quem era muito amigo, reimprimiu-o depois em 1744, e editou o 2.º e o 3.º nos quaes publicou muitos escriptos seus, uma dedicatoria a D. João V, e uma Prefacção muito longa, a qual foi nervosamente combatida, e criticada pelo autor dos *Fastos Politicos e Militares da antiga e nova Lusitania*.

Annunciação *(Luiz da)*. Conego da congregação de S. João Evangelista, lente e doutor em theologia pela Universidade de Coimbra, qualificador do Santo Officio. Era natural do Porto e falleceu a 28 de novembro de 1709. Chamava-se no seculo Luiz Lopes; filho de João Lopes e de Paula Leonarda. Professou no convento de Villar de Frades a 17 de junho de 1652. Administrou por duas vezes a provedoria do Hospital Real das Caldas, e foi reitor dos conventos de Villar de Frades, e do collegio de Coimbra. Escreveu: *Sermão quinto e ultimo em a celebridade da trasladação dos ossos do patriarcha S. Bento, que se fez em o mosteiro de suas reliquias da cidade do Porto, offerecido ao reverendo padre meretissimo Joseph de Santa Maria*, Coimbra, 1673; *Sermão do discipulo amado o Evangelista S. João prégado no Hospital Real de Coimbra*, Coimbra, 1675; *Censura da Chronica dos Conegos Seculares do Evangelista, composta pelo padre Francisco de Santa Maria*, que sahiu impressa no principio d'esta obra, Lisboa, 1697.

Annunciação *(Luiz da)*. Conego da congregação de S. João Evangelista, reitor do convento de Santo Eloy, do Porto. Nat. de Arcos de Valle do Vez, falleceu a 13 de maio de 1740. Era filho de João da Fonseca Araujo, e de Domingas de Araujo Barbosa. Foi lente jubilado em theologia, que dictou com applauso dos seus domesticos, qualificador do Santo Officio, examinador synodal do bispado de Lamego, e reitor do convento de Santo Eloy, em cujo governo falleceu. Foi afamado prégador, mas dos seus numerosos sermões só se imprimiu em 1730, um do *Santissimo Sacramento prégado no triduo das Festas de Braga em 29 de maio de 1728*.

Annunciação *(Fr. Manuel da)*. Frade dominicano, lente de philosophia e theologia, prior do convento de S. Domingos, de Lisboa, prégador regio, etc. Nasceu na freg. de N. S.ª do Reclamador dos Casaes, no termo da villa de Thomar, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de João Delgado da Silva, cavalleiro professo da ordem de Christo e almoxarife da mesma ordem, e de sua mulher D. Domingas Nunes. Depois de ter estudado as letras humanas, recebeu o habito da ordem dos prégadores no convento de S. Domingos, d'Elvas, professando solemnemente a 27 de março de 1706, onde pelo seu talento exercitado na lição de philosophia que dictou no convento d'Evora, e da theologia na cadeira de Vespera, e de Prima no Real Collegio de N. S.ª da Escada, de Lisboa, mereceu ser mestre jubilado, consultor do Santo Officio, examinador synodal da Real Capella da Bemposta, etc. Publicou os seus sermões em cinco tomos, com o titulo de *Annunciações Evangelicas em varios assumptos*. Os cinco tomos publicaram-se annualmente, em Lisboa, sahindo o 1.º em 1745, e os outros a seguir até 1749, em que se publicou o ultimo.

Annunciação *(Fr. Miguel da)*. Carmelita calçado, reitor do Collegio de Coimbra, definidor e um dos grandes theologos do seu tempo. N. em Villa Nova de Portimão, na segunda metade do seculo XVI, e falleceu no dia 22 d'abril de 1613, no Languedoc, provincia franceza. Era filho de Vicente Vaz Chacim, e de Isabel Rodrigues. Sendo instruido na lingua latina, philosophia e theologia, recebeu o habito de carmelita calçado no convento do Carmo, de Lisboa, a 27 de maio de 1591, professando com toda a solemnidade a 31 do referido mez do anno de 1592. No collegio de Coimbra dictou com applauso a theologia, doutorando-se n'essa faculdade. Por varias vezes substituiu algumas cadeiras, sendo tão forte em argumentar, e prompto em responder, que era reputado como um dos famosos letrados do seu tempo. Foi escolhido juntamente com o provincial fr. Braz Tostado, para ir defender conclusões no capitulo geral que se celebrou em Roma, a 20 de maio de 1613, mas falleceu no caminho, em Agde no Languedoc. As suas obras theologicas, escriptas em latim, não chegaram a publicar-se, e conservavam-se manuscriptas na livraria do collegio do Carmo, de Coimbra.

Annunciação *(D. Miguel da)*. Bispo de Coimbra, conde d'Arganil e doutor em direito canonico. N. em Lisboa a 28 de fevereiro de 1703, falleceu a 29 d'agosto de 1779. Era filho do 1.º conde de Povolide, Tristão da Cunha d'Atayde e Mello, e de D. Angela Maria de Tavora, filha do 2.º conde de S. Vicente, Miguel Carlos de Tavora. Foi porcionista no Collegio Real de S. Paulo, de Coimbra, e estava já despachado Conductario com privilegio de lente, quando movido

por umas missões que em Coimbra fizeram dois frades do Varatojo, fr. Affonso dos Prazeres e fr. Manuel de Deus, ao tempo em que fr. Gaspar da Encarnação começava a reformar a congregação de Santo Agostinho, resolveu-se a seguir a vida claustral, tomando o habito dos conegos regrantes do mosteiro de Santa Cruz, de Coimbra a 26 d'abril de 1728. No seculo chamava-se Miguel Carlos da Cunha. No meado do seculo XVIII a religião havia chegado em Portugal a deploraveis aberrações; n'alguns conventos o despotismo dos superiores impunha aos religiosos a obrigação de descobrirem na confissão não só as proprias faltas mas tambem as de seus companheiros e cumplices. Este abuso começou a lavrar pelo anno de 1744 entre os eremitas calçados de Santo Agostinho, d'onde passou para os conegos regulares de Santa Cruz, e d'este para muitos outros. Os religiosos que transigiram com a imposição dos seus superiores constituiram seitas, e tomaram o nome de *sigillistas*, por violarem o sigillo da confissão, e mais especialmente se denominavam *jacobeus*, por haver na sala onde realisavam as suas reuniões, um quadro representando a escada de Jacob. No anno de 1737 foi eleito Geral d'aquella congregação, eleição para a qual contribuiu a nobreza do seu nascimento, e pouco depois, em 1738, foi nomeado bispo de Coimbra, por el-rei D. João V. Governou aquella diocese por mais de vinte e sete annos. D. Miguel d'Annunciação, presumindo muito da sua posição e nascimento, era um dos jacobeus mais exaltados, sendo tido e havido como chefe e fautor d'esta seita e da dos sigillistas. Em 8 de novembro de 1768 atreveu-se a publicar uma pastoral subversiva, combatendo as ordens do papa Ganganelli, que tendo colhido provas certas de que o partido dominante em Roma induzira a seita jacobea a conspirar contra o governo de D. José, que expulsou os jesuitas, entregara os criminosos á justiça do governo do marquez de Pombal. Examinada pela Mesa Censoria a pastoral do bispo, a mesa a declarou por sentença *falsa, sediciosa e infame,* foi rasgada e publicamente queimada com pregão na praça do Commercio de Lisboa, a 24 de dezembro do mesmo anno. Os membros da Mesa Censoria, que pronunciaram a sentença, chamavam-se João Pereira Ramos, fr. Manuel do Cenaculo Villas Boas, e fr. Ignacio de S. Caetano. Quinze dias antes de se realisar este auto da fé, no dia 9 de dezembro, era o bispo de Coimbra conduzido para o forte de Pedrouços, entre uma escolta, por ordem do marquez de Pombal. A sé de Coimbra ao mesmo tempo era dada por vaga e o prelado considerado morto, chegando a dobrar os sinos a finados. Um decreto real havia declarado: «que um bispo manchado pelo crime de rebellião, morre civilmente; a sé fica vaga, e o governo se devolve no cabido na fórma do Concilio». Até 23 de fevereiro de 1777 conservou-se preso e incommunicavel no forte de Pedrouços, onde recebia grosseiros tratamentos, e deveu a liberdade a el-rei D. José, que proximo a morrer, em 23 de fevereiro de 1777, concedeu perdão a todos os presos do Estado. D. Maria I o rehabilitou por uma carta muito honrosa, e D. Miguel da Annunciação, depois de estar encarcerado durante oito annos, voltou para o bispado de Coimbra a reassumir as suas funcções, fallecendo pouco depois. Para a historia da pastoral, que deu causa á prisão de D. Miguel da Annunciação, póde vêr-se a *Collecção das leis promulgadas, e Sentenças proferidas nos casos da infame pastoral do Bispo de Coimbra D. Miguel da Annunciação, das seitas das Jacobeos e Sigillistas, que por occasião d'ella se descubriram n'este reino de Portugal, e de alguns Editaes concernentes ás mesmas ponderosas materias;* O tomo I, pag. 143, do *Popular,* jornal que se publicou em Londres em 1824, e o artigo chamado *Os jacobeus portuguezes*, do conego J. d'Oliveira Berardo, inserto no *Liberal* de Vizeu, n.º 61, de dezembro de 1857. Na *Collecção da Academia Liturgica,* tomo I, pag. 79, e III, pag. 142, vem impressas duas *Dissertações latinas*, de D. Miguel d'Annunciação. Nos *Apontamentos para a historia contemporanea,* de pag. 315 a 321, e de pag. 322 a 338, dá Joaquim Martins de Carvalho uma minuciosa noticia biographica do bispo D. Miguel da Annunciação e da imprensa clandestina em que este prelado, por alguns annos, a contar do de 1746, teve importantissima parte. D'ali sahiu o seguinte folheto, cuja redacção exclusiva se lhe attribuiu, apparecendo até parte do manuscripto autographo; *Fundamentos que certas pessoas doutas, sendo perguntadas, offerecerão aos srs. arcebispos e bispos de Portugal, em defesa da sua jurisdicção ordinaria, os quaes fôram apresentados a Sua Santidade pelos procuradores dos ditos excellentissimos e reverendissimos prelados, e agora dados ao prelo por Pedro Berrebo Municess, para que a todos constem as justificadissimas rasões que suas excellencias tiveram para recorrerem a Sua Santidade, e para os mais procedimentos, que fizeram sobre o ponto de interrogação dos cumplices aos penitentes no acto da confissão sacramental*, Madrid, 1746. A indicação *Madrid* foi como a de *Roma,* que trazem as *Letras apostolicas*, ambas falsas, para occultarem os trabalhos do bispo. De D. Miguel d'Annunciação existem muitas pastoraes, sendo parte d'ellas muito estimadas. Entre ellas, contam-se as seguintes: *Carta pastoral e exhortatoria,* de 15 d'agosto de 1761, encontra-se no livro intitulado *Instrucções praticas,* do conego da sé de Coimbra, José Simões; *Pastoral* regulando a comida que lhe deviam dar os parochos quando fôsse em visita pastoral ás suas egrejas, em 26 d'agosto de 1741, e foi reproduzida no *Conimbricense*, de 30 d'agosto de 1881; *Pastoral* relativa á constituição de Sua Santidade sobre a benção e indulgencia plenaria que se deve applicar aos moribundos, em 10 de fevereiro de 1748; *Pastoral* prohibindo a leitura de certos livros, em 8 de novembro de 1768; esta pastoral, origem dos grandes trabalhos que soffreu este prelado, foi distribuida aos parochos manuscripta, corre impressa no *Conimbricense*, de 20 d'abril de 1869; *Carta circular sobre a visita pastoral*, em 26 d'agosto de 1761; *Pastoral com breve inserto de Sua Santidade* (Bento XIV) *sobre a oração mental*, em 6 de abril de 1747; *Pastoral com a indicação apostolica do anno santo*, em 30 de dezembro de 1749; *Carta pastoral sobre os officios e exequias dos defuntos e sacramento do matrimonio*, em 23 de janeiro de 1762; *Carta circular sobre o jejum da vigilia de S. Mathias* em 8 de fevereiro de 1762; *Pastoral reduzindo o numero dos peccados reservados*, em 3 de janeiro de 1763; *Pastoral com o teor de uma carta ou breve de Sua Santidade, em que se declara a ver-*

dadeira intelligencia das letras apostolicas, em fórma de breve, sobre o sagrado jejum, em 3 de novembro de 1745.

Annunciação *(D. Possidonio da).* Conego regrante de Santa Cruz, de Coimbra. Chamava-se no seculo Possidonio José de Passos Leite. Nasceu em Guimarães e foi baptisado a 25 de maio de 1713. Ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Manuel Passos Leite e de Dionysia de Freitas. Sendo beneficiado na parochial de S. Thiago de Coimbra, e frequentando a Universidade alguns annos, deixou o seculo, e abraçou o instituto da reformada congregação dos conegos regrantes do Real Convento de Santa Cruz a 24 de novembro de 1743. Escreveu e publicou em Coimbra, 1742: *Rosarium mysticum sive Psalterium in quo omnium hostium tela nequissima facillime confinguntur ad maiorem facilitatem triplici parte divisum, scilicet Rosarium Gaudiosum, Rosarium dolorosum, Rosarium gloriosum.*

Annunciação *(Thomaz José da).* Notavel pintor, professor na Academia das Bellas Artes de Lisboa. Nasceu a 26 d'outubro de 1818, na freguezia de N. S.ª d'Ajuda, em Belem, falleceu a 3 de abril de 1879. Era filho de Manuel Joaquim d'Annunciação, honradissimo empregado na Patriarchal, então situada em Ajuda, que em 1807, quando a familia real partiu para o Brazil, ficou de posse de muitas preciosidades d'aquella egreja, que todos suppunham terem tambem embarcado, mas que as restituiu intactas, quando a familia real regressou ao reino. Este acto de honradez tornou-o ainda mais digno da consideração e respeito de que já gosava, no entretanto, não lhe melhorou a modesta posição. Apenas principiou a frequentar os estudos primarios, Thomaz d'Annunciação logo revelou notaveis faculdades artisticas. Desenhava, pintava por toda a parte e d'um modo surprehendente, soldados, lavadeiras, camponezes, vaccas, burricos, etc. O maior exemplo d'essa precocidade extraordinaria deu-se na visita que fez a casa de seu padrinho, um conego da Patriarchal, que o levou a vêr a procissão do Corpo de Deus, que elle desenhou n'uma folha de papel, reproduzindo-a em todos os detalhes com um primor relativo, verdadeiramente admiravel. O pae ajudava aquella vocação tão decidida; convivia com os pintores e professores da escola d'Ajuda; a sua casa era frequentada tambem por um empregado do Jardim Botanico, chamado Manuel Antonio da Silva, e foi por sua intervenção, que o futuro professor obteve um logar de praticante desenhador no Museu de Historia Natural, que pouco tempo frequentou, por ter acabado aquelle estabelecimento artistico e scientifico. Em 1836 fundou Manuel Passos a Academia das Bellas Artes, e Thomaz d'Annunciação matriculou-se a 21 d'outubro de 1837 nas suas aulas, frequentando-as todas, tornando-se bem distincto, especialmente na de gravura de paizagem. Era o melhor discipulo do professor Benjamin Comte, que sempre lhe dispensou particular estima. Comte deu-lhe noções de desenho de paizagem a lapis e a sepia, mas os estudos de gados que Thomaz d'Annunciação fez depois, sem outro mestre mais que o natural e a sua rara percepção da côr e do contorno, ficam a grande distancia dos trabalhos realisados na aula de gravura. Annunciação frequentou a aula de desenho quatro annos, sendo em todos premiado com o primeiro premio. Em 1841 passou a cursar a aula de pintura historica, dirigida por Antonio Manuel da Fonseca e Norberto José Ribeiro. Durante tres annos se entreteve copiando cabeças e prégas dos quadros quinhentistas que possue a Academia, e imitando do gesso o claro-escuro. Já enfastiado de semelhantes trabalhos, e considerando, assim como os condiscipulos, que o tempo d'esta fórma empregado era uma perfeita dissipação, combinaram todos deixar a aula, o que realisaram em 1844. Entregou-se então ardentemente ao estudo de desenho, dando lições, pintando alguns quadros que vendia com difficuldade. O ministro da Allemanha, em Lisboa, o conde de Raczinski, singular amador das artes, tambem muito o distinguiu e fala de Annunciação nos dois livros que escreveu, *Artes em Portugal* e *Diccionario historico-artistico*, como um dos mais esperançosos alumnos da Academia das Bellas Artes. O conde mostrava um vivo interesse pelas nossas coisas, e communicava para Allemanha o que via aqui de notavel e precioso em quadros antigos. Não sendo facil enviar desenhos d'elles, pediu a Thomaz da Annunciação que lhe desenhasse algumas das cabeças mais caracteristicas, afim de as remetter como amostra ao seu paiz; n'este empenho houve-se Annunciação com tal felicidade, que esta circumstancia reunida a outras de não menos consideração, levou o conde de Rakzinski, de accordo com dois distinctos fidalgos portuguezes, a escolhel-o para estudar fóra do paiz, o que não chegou a realisar-se. Thomaz d'Annunciação, comtudo, não desanimava; não era tão abastado, que pudesse proseguir desassombradamente, livre de cuidados, na sua carreira. Passaram-se dois annos em continua lucta, achando abrigo em casa dos condes dos Arcos, que lhe consagravam affeição verdadeira, e a quem elle sempre se confessou muito grato. Thomaz tinha um amigo dedicado, excellente pintor e bom esculptor, João Anastacio Rosa, o grande actor de elevadissimo merecimento, pae dos actuaes e distinctos artistas João e Augusto Rosa. Annunciação ouvia-o com proveito e seguia com excellente resultado muitas das suas indicações. Rosa antevia a brilhante posição que elle alcançaria como artista, e juntamente com um seu amigo, Hermano Moser, grande amador das bellas artes, conseguiu animal-o. Thomaz d'Annunciação continuou nos seus trabalhos, apresentando bellos quadros, que João Anastacio Rosa se encarregava de vender, divulgando o merito do autor, expondo-os na loja do dourador Margotteau, na rua Nova do Carmo, hoje rua do Carmo. São as primicias d'estes novos trabalhos, 4 quadrosinhos, representando gados, que estavam em Cintra na galeria d'elrei D. Fernando. Rosa que não descançava em auxiliar o seu amigo, tivera meio de fazer chegar ao paço a noticia dos quadros d'Annunciação, acompanhada de muitos elogios, e D. Fernando, o rei artista, grande amador e animador das bellas artes, teve a curiosidade de os vêr, e mandou comprar aquelles quatro quadrosinhos. Deu-se este facto pelos annos de 1848. Thomaz d'Annunciação ainda com mais vontade se entregou então ao trabalho, quando soube da venda dos quadros, e que D. Fernando desejava conhecel-o. Foi ainda o seu amigo Rosa quem o arrastou, constrangido e envergonhado, ao paço das

Necessidades. El-rei proferiu algumas phrases elogiosas, e encommendou-lhe um quadro. Annunciação voltou a casa triumphante, e começou logo uma das suas mais encantadoras têlas, *Amores de aldeia*. Estava-se em 1849, e desde então, D. Fernando nunca mais desamparou o artista. As galerias dos seus aposentos fôram adornadas de numerosas producções de Annunciação. Tres annos depois, em 1852, vagava o logar de substituto da cadeira de paizagem na Academia das Bellas Artes; abriu-se concurso, e Annunciação concorreu, sendo provido no logar com geral applauso, em presença da brilhante prova que déra, pintando a sua magnifica *Vista tirada do sitio da Amora*, quadro que enviou á exposição de 1856, juntamente com outros dois, sendo todos tres muito louvados. Em 1857 tratou-se de prover a propriedade da mesma cadeira, Annunciação, concorrente unico em 1852, tendo regido a aula até áquelle tempo na falta do octogenario professor, não tendo deixado de estudar um momento, solicitou, a rogo dos seus amigos, a dispensa do concurso, prova que se tornava escusada pelas habilitações do candidato, e tyrannica por se dar na época, em que grassava a terrivel epidemia da febre amarella, e em que fôra victima o seu irmão mais velho, Antonio Maria d'Annunciação, official do exercito, que era o amparo de duas irmãs. Annunciação tinha a certeza de que não appareceria outro concorrente; era considerado por todos como o primeiro paizagista portuguez, como um dos pintores mais distinctos da Peninsula. Tendo acabado de dar a sua medida nos admiraveis quadros que apresentára na exposição de 1856, tinha realmente todo o direito de ser dispensado do concurso. Comtudo, não conseguiu a dispensa. As provas que se viu obrigado a dar n'este concurso demonstram que nas producções d'arte se revela necessariamente o estado de espirito do autor: tão friamente, tão materialmente as concluiu, que logo passado aquella crise lamentavel da epidemia e da morte do irmão, a primeira cousa de que tratou foi de se desempenhar da especie de desar que lhe ficára da inferioridade d'aquelles amargurados trabalhos. Aquelle quadro representava uma vista da Tapada d'Ajuda. Sendo lente proprietario da cadeira de paizagem na Academia, Annunciação julgou coroadas as suas mais arrojadas ambições. Tinha segura a subsistencia e a de sua familia. Continuava a trabalhar por paixão á arte, e não porque ambicionasse ser rico. Fundou-se a Sociedade Protectora das Bellas Artes, que terminou depois de ter realisado dez exposições que bastante concorreram para o incontestavel progresso que a arte teve em Portugal, Annunciação trabalhou com ardor para essas exposições, a que mandou mais de cem quadros, entre elles, a *Eira*, que foi vendido em Inglaterra por elevadissimo preço. Este grande numero de quadros foi mandado com o intuito de auxiliar a Sociedade, porém Annunciação, apenas soube que os seus collegas se queixavam da concorrencia que elles lhes fazia, que os não prejudicava pecuniariamente, porque os quadros eram sorteados, mas que os punha na sombra, ferindo-lhes o amor proprio, retrahiu-se immediatamente. Na exposição do Porto figurou brilhantemente, e obteve d'um jury internacional a medalha de honra, unica que n'esse grande concurso se distribuiu na secção de bellas artes. Em 1867 abriu-se em Paris a grande exposição internacional, e foi a primeira vez que Thomaz d'Annunciação sahiu do reino, e ainda assim foi preciso, por assim dizer, que o seu amigo, o illustre pintor e viajante infatigavel, Thomazini, o arrastasse. Thomaz de Annunciação era muito commodista e muito modesto, mettia-se na sombra o mais que podia, e sendo um admiravel paizagista, quasi que não pintou senão vistas dos arredores de Lisboa. Finalmente, foi a Paris, conheceu os grandes pintores, tratou com elles, trabalhou no atelier do grande animalista Palizzi, frequentou o atelier de Yvon, que lhe deu á despedida como recordação da sua estada em Paris um magnifico desenho representando um soldado ferido; admirou sobretudo Meissonnier e Troyon, sendo este ultimo o seu paizagista predilecto. Sendo artista poderoso de observação e de sentimento, o insigne pintor preoccupava-se constantemente com a grande evolução da arte contemporanea. Desde 1867, sobretudo, em que visitou a exposição de Paris, apparece completamente accentuado o seu estylo, distinguindo-se sempre como verdadeiros primores os seus quadros d'ovelhas. Em 1871 mandou á exposição de Madrid um quadro, o *Extraviado do rebanho*, que é uma das suas obras primas. Em Madrid conquistou, por opinião de nacionaes e estrangeiros, a gloria de ser considerado o primeiro paizagista da Peninsula. Este quadro foi reproduzido em varias illustrações hespanholas, e figura hoje, infelizmente, n'uma galeria ingleza. O governo hespanhol condecorou Annunciação com o habito de Carlos III; o governo portuguez já lhe havia conferido os habitos de Christo e de S. Thiago, elevara-o a director da galeria d'el-rei e a professor da rainha senhora D. Maria Pia. Quando morreu Marianno da Silva, o director da galeria d'Ajuda, el-rei D. Luiz offereceu esse logar a Annunciação, que o acceitou. Não quiz, porém, o logar de director da Academia, que sómente se resignou a acceitar, a instancias e quasi exigencias dos seus amigos, quando falleceu Joaquim Pedro de Sousa, que fôra nomeado em vista das suas primeiras recusas. Depois dos cincoenta annos começou a sentir-se profundamente desalentado; invadia-o grande tristeza, que vinha aggravar-lhe a sua natural melancholia. Não via em torno de si senão ruinas; tinham morrido a maior parte dos seus camaradas, e quasi todos mais novos do que elle, e suas irmãs doentes inspiravam-lhe cuidados, e a sua saude arruinada exigia tambem precauções. Nos ultimos annos de vida, foi passal os a Caneças e a sua paleta prodigalisou-se nas magnificas paizagens d'esse pittoresco sitio. Uma

Thomaz José da Annunciação

tarde, sahiu de casa, na rua dos Moiros, segundo o seu costume, e foi passear ao jardim de S. Pedro d'Alcantara. De manhã estivera ainda na Academia, conversando. Sentindo-se incommodado, voltou a casa, onde falleceu pouco depois, victima d'uma congestão pulmonar. A arte portugueza perdia n'elle um dos mais brilhantes representantes que teve no seculo XIX. Thomaz d'Annunciação era um exeellente caracter, além d'um grande talento, simples e sincero como todo o verdadeiro artista. Amava muito o campo, e, sempre que podia, ia colher em flagrante, no espectaculo vivo da natureza, os assumptos que mais o impressionavam e que tanto individualisavam a sua arte. Todos os pintores o estimavam como um pae e como um mestre. Passam de quinhentos os quadros pintados por Thomaz d'Annunciação, e que estão disseminados hoje por todo o reino de Portugal e pelos paizes estrangeiros.

Annunciação *(D. Theodosio da)*. Conego regrante de Santo Agostinho, cujo instituto professou no mosteiro de Santa Cruz, de Coimbra, a 27 de maio de 1731. Era nat. de Lisboa, f. em Mafra a 17 de maio de 1778. Foi na sua ordem mestre de theologia moral e de escriptura, prior nos mosteiros de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, e de S. Simão, da Junqueira. Escreveu: *Finezas de Jesus sacramentado para com os homens*, etc., *escripto em italiano pelo P. Fr. João José de Sancta Thereza, traduzido e accrescentado com muitos exemplos*, etc., Lisboa, 1765; tem sido algumas vezes reimpresso; *Carta para os irmãos escravos da Senhora do Pilar*, Lisboa, 1764. Deixou em manuscripto duas obras asceticas: *Nova Concordia espiritual* e *Felicidades de Portugal pelo culto Marianno.*

Annunciação. Ponta da costa de Mossamedes, Africa Occidental, provincia de Angola, 15° 16' lat. Sul. Fica perto d'esta ponta um baixo onde se perdeu em 1842 a escuna portugueza *Amelia* e onde outros navios teem naufragado.

Annunciação Avelino *(D. Antonio da)*. Clerigo regular theatino, e depois parocho da freguezia de Santa Isabel, de Lisboa, em cujo exercicio morreu pelo anno de 1820. Escreveu: *Sermão de S. Francisco d'Assis*, Lisboa, 1806; *Peregrinação de Philothea ao sancto templo e monte da Cruz, composta por D. João de Palafox y Mendonça, traduzida do castelhano*, Lisboa, 1806; sahiu com as iniciaes D. A. d'A. A. C. R. da D. P. que significam D. Antonio d'Annunciação Avelino, Clerigo Regular da Divina Providencia. Esta obra já fôra traduzida pelo dr. José de Faria Manuel e publicada em 1682.

Annunciação Justiniano *(D. Diogo da)*. Conego secular de S. João Evangelista, doutor em theologia, arcebispo de Cranganor, etc. Era natural de Lisboa, sendo baptisado a 26 de julho de 1654; f. em Evora a 28 de outubro de 1713. Era filho de Paschoal Alvares e de Isabel Rodrigues. Tinha 16 annos de edade, quando recebeu o canonico habito da congregação do Evangelista, onde aprendeu as sciencias escolasticas no collegio de Coimbra, em cuja Universidade se doutorou na faculdade de theologia. Por causa de negocios graves em que era interessada a sua congregação, passou a Roma, onde foi muito considerado pelo seu talento e profunda instrucção; prégou repetidas vezes e a numerosos auditorios. Em recompensa da prudente actividade com que tratou diversas dependencias da corôa de Portugal, D. Pedro II o nomeou bispo da Serra e arcebispo de Cranganor, em cuja dignidade foi sagrado em Roma pelo cardeal Leandro Collonedo, a 2 de maio de 1692. Algum tempo depois voltou ao reino, sentiu-se doente e, aggravando-se-lhe muito os soffrimentos, não poude partir para o seu arcebispado, que por esse motivo resignou no anno de 1695. Nas côrtes celebradas no primeiro de dezembro de 1697, em que foi jurado principe herdeiro D. João, mais tarde D. João V, orou em nome do Estado Ecclesiastico, tão eloquentemente que arrebatou a attenção do magestoso congresso que o escutava. O arcebispo d'Evora, D. Simão da Gama, que muito o considerava, o nomeou seu coadjuctor, provisor do arcebispado, e presidente da Relação Ecclesiastica, cujos logares administrou como se esperava da rectidão da sua inculpavel vida, que terminou aos 59 annos. Foi sepultado no atrio da egreja de S. João Evangelista de conegos seculares d'Evora. Escreveu: *Trofeo Evangelico, exposto em quinze sermões Historicos, Moraes e Panegiricos, Primeira Parte*, Lisboa, 1685, com o nome de P. M. Diogo da Annunciação; *Parte II*, Lisboa, 1699; *Parte III*, Lisboa, 1699; *Parte IV*, Lisboa, 1713. Avulsamente se imprimiu o seguinte: *Sermão das chagas de S. Francisco, prégado de tarde no Real Convento da Madre de Deus em a cidade de Lisboa*, Lisboa, 1680; *Sermão da Tresladação gloriosa de S. Vicente, prégado na Sé*, Lisboa, 1682; outra edição em Coimbra, 1718; *Sermão da conversão do Bom Ladrão, prégado em Santa Clara de Coimbra*, Lisboa, 1683; *Oração funebre nas Exequias Reaes da Serenissima Rainha de Portugal, D. Maria Sophia Isabel N. Senhora, celebradas na Real Casa da Misericordia de Lisboa, aos 11 de Setembro de 1696*, Lisboa, 1699; *Sermão do Auto da Fé, que se celebrou na Praça do Rocio desta Cidade de Lisboa, juncto dos Paços da Inquisição, em 6 de Setembro de 1705*, Lisboa, 1705; *Sermão do Auto da Fé que se celebrou no Taboleiro da Parochial Igreja de Sancto Antão d'Evora em Domingo 20 de Julho de 1710*, Lisboa, 1710; *Practicas que nos dous Actos de Cortes, que Elrei N. Senhor mandou convocar, e se celebrárão na Cidade de Lisboa em o primeiro e a 4 de Dezembro de 1697*, Lisboa, 1697; dizem que os sermões d'este arcebispo são os melhores que se escreveram no seu tempo; *L'Oriente, giro & agonia del Sole; Discorso Panegirico dela Santissima Nascitá di Christo detto in Roma nella Chiesa di S. Girolamo dell' Illirici detti Schiavoni*, Roma, 1689; *Turris Davidica, contra Judæos*, 3 tomos, que ficaram em manuscripto, assim como: *Volatus Aquilæ, sive expositio litteralis, moralis, & allegorica in Epistolas S. Joannis Apostolo.*

Annunciação da Virgem Maria *(D. Manuel)*. Conego regrante da reformada congregação de Santa Cruz, de Coimbra. N. em Lisboa, sendo baptisado a 9 de dezembro de 1723; f. no mosteiro de S. Vicente de Fóra a 2 de setembro de 1747. Era filho do desembargador Antonio Peixoto de Figueiredo, e de D. Maria Thereza de Sousa. Professou em Santa Cruz de Coimbra a 29 de março de 1739, a tempo que frequentava a Universidade. Traduziu do latim: *Vida de S. Tude Martyr, Conego Regular advogado da Tosse*, obra que ficou em manuscripto.

Annunciada. Titulo de differentes ordens religiosas que tinham por missão especial honrar e defender o mysterio da Encarnação; a *ordem* da Annunciada, *religiosa* da Annunciada. Tambem era chamada *Annunciada* a religiosa d'um convento d'essa ordem; uma *Annunciada*. Muitas ordens religiosas se fundaram sob o nome de *Annunciada*.

Annunciada *(D. João da)*. Conego regrante de Santo Agostinho, e depois da extincção das ordens religiosas, em 1834, nomeado conego da Sé metropolitana d'Evora. N. na aldeia de Covões, comarca de Cantanhede, e foi baptisado n'um dos ultimos dias de novembro de 1784; f. em Evora a 3 de novembro de 1847. Era filho do dr. José Manuel Mendes de Carvalho e de D. Anna Ignacia Joaquina de Figueiredo. Na occasião de se extinguirem as ordens religiosas, era conventual de S. Vicente de Fóra. Por ser contrario ao governo de D. Miguel, esteve em Refoios de Lima, deportado pela policia, desde novembro de 1828 até abril de 1834. D. João da Annunciada era um homem excessivamente jovial, e tanto, que nas visitas ás parochias das aldeias, quasi sempre compunha versos, satyrisando o que vira. Publicou: *Sermão da Soledade*, Lisboa, 1816; *Methodo de ensinar a eloquencia, que segue D. João da Annunciada*, etc. *sendo do agrado de s. em.ª o sr. Cardeal Arcebispo de Evora*, Lisboa, 1826; *Sermão em acção de graças a Deus, pelo parto de Sua Magestade a Rainha*, Lisboa, 1837; *Sermão de exequias, prégado na trasladação de André de Resende, e Manuel Severim de Faria dos seus jazigos para a cathedral de Evora a 30 de Julho de 1839*, Lisboa, 1839; *Sermão na benção do cemiterio da cidade de Evora a 10 de Julho de 1840*, Lisboa, 1840; *Carta pastoral ao Clero de Evora*, Lisboa, 1841; *Descripção da egreja cathedral de Evora, remettida ao auctor do Universo Pittoresco em Julho de 1844*, Lisboa, 1844. Ha quem affirme ser D. João da Annunciada o autor do seguinte livro, que bem concordava com o seu genio chistoso, de que se contavam muitas anecdotas engraçadas: *Bernardices vulgarisadas ás principaes classes da sociedade, extrahidas das melhores collecções, e dispostas em ordem alphabetica por*, etc., *que ama o riso, estima a graça, mas aborrece e despreza o escarneo*, Lisboa, 1826.

Annunciada *(Convento da)*. De religiosas dominicas, em Lisboa. A origem da sua fundação conta-se da seguinte maneira: el-rei D. Manuel mandou que as mesquitas de moiros, que se haviam conservado até ao seu tempo n'este reino, fôssem todas destruidas ou consagradas em templos e casas religiosas. Entre essas mesquitas havia uma, muito importante, edificada junto do monte onde se vê o castello de S. Jorge, que em 1519 el-rei ordenou que se transformasse em convento, com a invocação de *Annunciada*, da ordem dos prégadores, de que D. Manuel era muito devoto. Tendo o convento d'Aveiro, n'aquella epoca, a fama de severo observante, mandou el-rei que d'elle viessem tres religiosas, illustres por geração e por suas virtudes. Vieram então D. Joanna da Silva, filha do 1.º conde de Penella, a qual foi a primeira prioresa d'este convento; D. Brites de Menezes, filha do 2.º conde d'aquelle titulo, e D. Brites de Noronha, filha do conde d'Abrantes. Com tão insignes fundadoras, em breve o convento se encheu de muitas e nobres religiosas. Como com o andar dos tempos se reconhecesse ser aquelle sitio pouco saudavel, el-rei D. João III, no anno de 1539, o transferiu para o local, hoje chamado *Largo d'Annunciada*, onde existia um convento de frades de Santo Antão-o-Velho, por troca que se fez com fr. Affonso de Andrade, commendador do mesmo mosteiro. As freiras trouxeram comsigo a invocação de *Annunciada*, e os frades levaram o nome do santo para o mosteiro, que o conservou chamando-se depois *O Colleginho*. Defronte do mosteiro da Annunciada, existia o palacio d'este nome, que pertencia a Fernão Alvares d'Andrade, fidalgo da casa de D. João III, descendente dos condes d'Andrada, fidalgos hespanhoes. Fernão Andrade foi um grande bemfeitor d'este convento, e gastou parte da sua fortuna nos ornamentos da egreja e em outras obras. A abbadessa, em reconhecimento de tantos beneficios, pediu licença a D. João III para lhe doar a capella-mór da egreja, ao que o rei annuiu, e onde Andrade e sua mulher fôram sepultados. Sobre a campa pozeram-lhe o seguinte epitaphio: *Capella e sepultura de Fernão Alvares de Andrade do conselho de el-rei D. João III, descendente, em linha direita, da nobre geração dos condes de Andrade, de Galliza, fallecido em março de 1552—e de D. Isabel de Paiva, sua mulher, que falleceu em maio de 1530—e de seus descendentes.* Esta campa existia ultimamente nas ruinas da egreja do Carmo, no museu archeologico dos architectos civis. O convento da Annunciada occupava uma grande area, onde hoje estão construidas diversas propriedades, e a parochial egreja de S. José, inaugurada em 15 d'agosto de 1883, depois d'umas obras que duraram para mais de vinte annos *(V. S. José—freguezia de)*. Era dos conventos mais estimados e considerados do reino, pela sua religiosa observancia, e pela devoção e magnificencia com que celebrava os officios divinos. Distinguiram-se algumas religiosas, entre ellas soror Antonia das Chagas, natural de Lisboa, pelas suas grandes virtudes, a qual falleceu a 19 de janeiro de 1603, e foi sepultada no coro de baixo; soror Margarida de S. Paulo (*V. este nome)*, que no seculo se chamava D. Margarida de Noronha, filha do segundo conde de Linhares, D. Francisco de Noronha. Esta monja tornou-se notavel pela sua grande erudição, amor ás artes, sendo distincta em desenho e em pintura. Desenhou a egreja, officinas e a varanda do convento, que destinara para a sua habitação; ha quem julgue que os antigos retabulos, que se conservavam no convento, fôssem obra sua. Era tambem muito conhecedora de musica. Falleceu em 1636. O convento e a egreja da Annunciada arruinaram-se muito com o terremoto do dia primeiro de novembro de 1755. A egreja ficou com a abobada toda aberta pelo meio até ao arco da capella-mór, perecendo n'este estrago dez religiosas, entrando n'este numero a soror Caetana da Encarnação, filha do segundo marquez de Tavora, soror Josepha Thereza, soror Anna Felicia, e soror Luiza Victoria, filha dos barões da Ilha Grande. Preoccupadas as outras religiosas de grande terror, vendo tambem a violencia do fogo que já proximo as ameaçava, resolveram que sahisse toda a communidade para uma horta contigua, chamada do Cardador, onde estiveram até que passaram para o convento de Santa Joanna.

Annunciada *(Palacio da)*. Antigo palacio em Lisboa, fundado por Fernão Alvares de Andrade, ou Andrada, descendente dos condes d'Andrada, fidalgos da Galliza, d'onde procediam os ramos portuguezes, e portanto proximo parente de Nicolau, de Bartholomeu, e de Miguel Leitão d'Andrada. Fernão Alvares d'Andrade era do conselho de D. João III, thesoureiro-mór do reino, escrivão de fazenda. O palacio foi construido em 1533, e era um dos melhores que n'essa epoca existiam em Lisboa; ficava defronte do mosteiro d'Annunciada, lá em baixo, ás hortas do Valle Verde, extramuros. Faziam moldura ao vastissimo quarteirão do palacio e suas pertenças as hortas ao poente, hoje Avenida da Liberdade; ao norte o terreiro, que é o largo d'Annunciada; ao nascente a rua que sahia das portas de Santo Antão; e ao sul a travessa que era a prolongação da calçada da Gloria, e que veiu a chamar-se rua dos Condes. Essa vivenda senhoril foi vinculada, e veiu a pertencer á casa dos condes da Ericeira, depois marquezes de Louriçal. Alvaro Peres de Andrade, filho de Fernão Alvares d'Andrade, casou e teve por herdeira sua filha D. Isabel de Castro, a qual casou com D. Fernando de Menezes, de quem fôram representantes os condes da Ericeira, senhores do dito vinculo da Annunciada. Os Menezes fizeram importantissimos melhoramentos no seu palacio, ajuntaram-lhe novos quartos, ficando ao todo comprehendendo cento e vinte casas, dez pateos, jardins, hortas, e um museu com mais de duzentos quadros, sendo muitos d'elles pinturas de Ticiano, Corregio e Rubens, cartas hydrographicas, levantadas pelos primeiros descobridores das nossas conquistas. A entrada do palacio era magnifica, cercada de grutas e de fontes, e um jardim onde se admirava uma cascata, obra prima do celebre esculptor romano *Bernini*, que, segundo se dizia, não tinha rival em toda a peninsula. Entrava-se por um claustro de columnas; o rez-do-chão era uma região phantastica. Encontrava-se aqui a celebre livraria dos condes da Ericeira, que continha dezoito mil volumes impressos, mil collecções de papeis varios, e a historia de Carlos V, escripta pela propria mão do imperador, um livro que tratava de hervas e de plantas illuminadas com suas côres naturaes, que pertenceu a Mathias Corvino, rei da Hungria, muitos volumes manuscriptos em diversas materias pelos senhores da Casa de Ericeira. Das salas da livraria passava-se ao jardim; seguia-se uma grande rua coberta de redes para viveiro, onde chilreavam os melhores passaros cantores, e da outra parte viam-se frondosas arvores e hortas deliciosas. A escada, por onde se subia para o andar nobre, era sumptuosa; desembocava em quatro salões differentes e adornados de preciosos moveis e excellentes pinturas, indo dar a um bellissimo eirado de mosaico, cheio de estatuas de marmore e de varias fontes. O incendio, que se seguiu ao grande terremoto de 1755, reduziu a cinzas em breves minutos tão preciosas e admiraveis riquezas, deixando todo aquelle recinto n'um montão de ruinas.

Annunciada. Casal na freg. de N. S.ª dos Olivaes e conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Annuncião. Reconhecimento solemne da justiça e direito que assiste á parte contraria; aceitação da sentença proferida; renunciação authentica de toda e qualquer acção que o vencido pudesse ter na causa litigiosa e depois resolvida em paz pelo senhor da terra e *homens bons*, examinados os titulos allegados em favor da causa. Estes instrumentos, a que chamaram tambem *privilegio* ou *placito*, fôram muito usados em Portugal até ao seculo XIV.

Annuncio. Aviso pelo qual se torna conhecido um facto. Declaração que trazem as cartas e os diplomas. e que tem por fim confirmar qualquer condição. Os annuncios, consoante o modo por que se fazem, assim se designam e se conhecem. Ha o antigo annuncio que se fazia ao som de trompa e tambor, por continuação de velhas uzanças, meio de que se serviam as camaras para fazer scientes os povos dos seus editos, bem como os grandes senhores e os grandes commerciantes, e de que ainda agora na vida moderna ha resquicios. Ha o annuncio que se affixa nas esquinas e logares concorridos, em que se diffama uma collectividade ou um determinado individuo, tomando o nome de *pasquim (V. esta palavra)*. O annuncio que se faz inserir nos periodicos, nas folhas supplementares ou nas capas dos livros de muita publicidade, actualmente o que tem mais voga e a que está destinado o mais amplo futuro, e resume a fórma mais perfeita do annuncio; tudo o que se vende, por qualquer fórma que a venda se effectue, se annuncia, e n'este ponto a originalidade do annuncio é propriedade e invenção americana. Entre nós o annuncio tende a alcançar as proporções mais colossaes, microscopicas ainda assim, se comparadas á publicidade, abundancia e variedade dos annuncios francezes, inglezes e americanos. Annunciam-se os medicamentos, os generos de alimentação e vestuario, as especialidades de todos os ramos de commercio, todas as industrias, todos os descobrimentos, todos os vicios e todas as celebridades falsas ou genuinas, monstruosas ou coherentes. O annuncio pelo jornal constitue uma industria, prospera e florescentissima; *Annuncios judiciaes*, a lei exige a inserção nos jornaes d'um grande numero d'actos judiciarios e administrativos, sendo obrigatoria a inserção por tres vezes no *Diario do Governo*, unica que faz fé em juizo. O annuncio não é invenção tão moderna como se possa imaginar, já era explorado em França no tempo de Luiz XIII. O annuncio em Portugal é moderno; o primeiro periodico portuguez, de que ha noticia, é a *Gazeta*, que se começou a publicar no mez de dezembro de 1641, e que era mensal. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa, e na de Evora, existem algumas folhas d'esta *Gazeta*, que parece ter terminado em 1647. Nas folhas que existem na Bibliotheca de Lisboa não se encontra annuncio algum. No *Mercurio Portuguez*, que se lhe seguiu, tambem se não publicaram annuncios. Appareceu depois a *Gazeta de Lisboa*, que principiou a publicação em 10 d'agosto de 1715. O primeiro annucio, que se encontra n'este jornal, vem inserto no n.º 4 de 31 d'agosto do referido anno; é um aviso feito ás pessoas curiosas da lingua franceza, de ter chegado a Lisboa um francez chamado Villeneuve, que falava as linguas latina, allemã, italiana, hespanhola e portugueza, promptificando-se a ensinal-as, dizendo que podia ser procurado na rua da Cordoaria Velha, em casa do livreiro Manuel Diniz. Este annuncio foi repetido varias vezes. Parece que só em 1716 é que appa-

receu outro, feito por um medico estrangeiro, D. Luiz Morette, offerecendo um especifico para curar a gonorrhea. Os annuncios pouco mais se desenvolveram; na maior parte, eram de livros de medicos e cirurgiões que offereciam os seus elixires, de escravos fugidos, ás vezes de objectos perdidos, e d'aqui não passavam, com raras excepções. Só depois do anno de 1800 é que os annuncios augmentaram, mas em pequena escala. Em 1822, quando a publicidade se desenvolvia, o annuncio ainda era acanhado. O *Astro da Lusitania*, jornal importante d'essa epoca, muito poucos annuncios contém. Paulatinamente foi florescendo o annuncio. A *Revolução de Setembro* foi o primeiro periodico que attrahiu os annunciantes. Depois de 1850 é que se póde fixar a epoca da prosperidade dos annuncios, e mais especialmente em 1858. Nos ultimos annos tem-se desenvolvido muito, porque todos se vão convencendo da vantagem de tornar conhecida a sua industria, ou de convocar o publico para tudo que possa convir aos seus negocios. O annuncio vae-se tornando cosmopolita, porque os estrangeiros annunciam nos jornaes de todos os paizes, e chamam assim a attenção geral para a sua industria. *Agencia de annuncios;* vulgarisa por quantos jornaes o annunciante deseje qualquer annuncio que se apresente, fal-o repetir as vezes que quizer, recommenda-o pelo *réclamo*, etc. Entre nós a agencia d'annuncios não é muito antiga; foi fundada por Luiz Maria Pereira Braun Peixoto, tendo o titulo de *Agencia primitiva de annuncios*. Peixoto era d'uma iniciativa incansavel, e para vulgarisar a sua agencia servia-se de meios os mais engraçados. Por occasião de festas populares e durante as noites em que, por qualquer motivo, a multidão se agglomerava nas ruas, Peixoto annunciava nas janellas da sua agencia, na rua Augusta, sombras dissolventes e quadros plasticos, ou bizarras illuminações em que destacava a gaz o titulo da sua obra, seguido do nome do fundador e do nome da rua e numero da porta. Depois vieram outras agencias, entre as quaes se contava a de Bastos & Gonçalves, que se conserva ainda hoje. O annuncio moderno toma muitissimas fórmas, tantas quantas se possam imaginar || Titulo de varias obras: *Annuncios das occultações das estrellas pela lua, visiveis em Lisboa para o anno de 1831 até 1836*, por Antonio Maria da Costa e Sá; *Annuncios ruraes a favor da agricultura e colonias*, por ***, Lisboa, 1802.

Anôa. Casal na freg. de Santa Maria d'Alcaçova e concelho de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Anobra. Pov. e freg. de Santa Catharina, da prov. da Beira Baixa, conc. de Condeixa-a-Nova, com., dist. e bisp. de Coimbra; 881 hab. e 196 fog. Tem caixa postal. A pov. dista 6 kilometros da séde do concelho Fôram ultimos senhores d'ella os duques de Cadaval, que até 1834 apresentaram os priores. Foi villa e povoação muito antiga. D. Affonso III deu-lhe foral em Lisboa a 13 de fevereiro de 1271; o mesmo soberano lhe deu outro foral, tambem em Lisboa, a 2 de julho de 1275, e D. Manuel deu-lhe novo foral em Lisboa a 20 de julho de 1514, reformando e declarando o foral antigo de D. Affonso III, o qual tinha a data de 8 de julho da *era* de 1313 (anno de 1275). Esto e o de 13 de fevereiro da *era* de 1309 (anno de 1271) e algumas noticias a elles referentes bem como aos direitos do duque de Cadaval no logar da Anobra, veem publicados nas *Questões Forenses*, N.º 3, pag. 210 e 258. Por carta regia de 24 de julho de 1481 fez o soberano doação ao conde de Tentugal, D. Alvaro, para elle e um seu filho lidimo, em satisfação da villa de Torres Novas, que cedera á corôa, do logar da Anobra e outros. O condado de Tentugal foi depois incorporado no ducado de Cadaval. Os condes de Tentugal e de Ferreira nomeavam os almoxarifes e escrivão n'este reguengo para a cobrança dos direitos reaes. Por sentença da relação do Porto, de 21 de maio de 1588, fôram escusados os moradores da Anobra do pagamento das coimas das novas posturas da camara de Coimbra. A Universidade passava cartas de privilegios aos seus caseiros nos prazos que tinha na Anobra, documentos de que se guardam alguns no archivo municipal de Coimbra. Anobra pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e de reserva n.º 23, com a séde em Coimbra.

Anoenha. Horta na freg. de N. S.ª da Graça e conc. de Monforte, distr. de Portalegre.

Anorelha *(Casa da)*. Na freg. de Santa Catharina, de Quintos, conc. e distr. de Beja.

Anóveas. Valor nove vezes superior. Pela Ordenação de D. Affonso IV era o ladrão condemnado, para se livrar da forca, a pagar nove vezes o valor da cousa furtada, sendo duas partes para o queixoso e sete partes para o rei.

Anquião. Pov. na freg. de S. Vicente de Fornellos, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. N'esta povoação está o paço, chamado solar d'*Anquião*, que foi de D. Rodrigo de Mello e Lima, quinto filho de D. Leonel, primeiro visconde de Villa Nova da Cerveira. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Lijó, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Anquião de Baixo e de Cima. Duas pov.ª na freg. de S. João Baptista, de Gestaçô, conc. de Baião, distr. do Porto.

Anquilha. Conclusões de materia escolhida pelo defendente na Universidade de Coimbra, antes da reforma de 1772. V. *Anquinhas*.

Anquinhas. Almofadas ou arames arqueados, destinados a avultar os quadris das mulheres, antiga moda que depois correspondeu ás *tournures*, que usam ainda.

Anreáde. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Rezende, distr. de Vizeu, bisp. do Lamego; 1:421 hab. e 352 fog. A pov dista 4 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do Douro. Os dizimos eram de uma commenda instituida em 1512, e depois passaram para os condes de S. Miguel. Pertence á 2.ª div. mil. e ao districto de recrutamento e de reserva n.º 9, com a séde em Lamego.

Anriques. V. *Henriques*.

Anriques *(Alonso)*. Capitão na armada de Fernão d'Alcaçova, que sahiu de Portugal para a India em 1517, e teve de arribar ao Brazil, por causa do mau tempo.

Anriques *(D. Antonio)*. Fidalgo que esteve na India com o governador D. Duarte de Menezes. Em 1523 fez parte da armada, que sahiu de Malaca para combater a armada do rei de Bintão. Tendo sido depois surprehendido pelos moiros em Porto de Pão, foi traiçoeiramente morto por elles com todos os seus.

Anriques *(D. Garcia)*. Esteve na India com

o governador Diogo Lopes de Sequeira e entrou em varios combates, n'um dos quaes foi gravemente ferido com uma frécha no pescoço.

Anriques *(Lopo de Goes)*. Capitão d'uma corveta, na armada commandada por D. Fernando d'Eça, que em 1505 sahiu de Lisboa para a India a acompanhar o primeiro vice-rei D. Francisco de Almeida.

Anriques *(Manuel)*. Fidalgo que serviu na India com o governador D. Duarte de Menezes e foi morto com mais oitenta portuguezes n'um recontro com os moiros, em 1523.

Anriques. Moedas de Castella, de que appareceram muitas circulando em Portugal. Por terem sido bastante falsificadas promulgou-se em 1471 um regimento especial, que lhes fixava os quilates. Os primeiros *anriques* ou *henriques* fôram mandados correr a 340 réis; os segundos, attenta a sua muita liga, tinham um valor intrinseco inferior a 200 réis.

Ansada. Pov. da freg. de S. Julião e conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Ansam *(Fr. Gaspar de)*. Monge cisterciense do mosteiro d'Alcobaça. Escreveu: *Varii sermones sanctorum*.

Ansam *(Fr. Gregorio)*. Monge cisterciense. Escreveu: *Sermones in Evangelia totius anni*.

Ansar. Pov. na freg. de S. Martinho de Mondim, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Ansara. Pov. da freg. de N. S.ª da Purificação, de Ventosa, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Ansariz. Pov. na freg. de S. Pedro dos Escudeiros, conc. e distr. de Braga.

Ansberto de Noronha *(D. João José)*. Da casa dos marquezes d'Angeja. V. *S. Lourenço (conde de)*.

Anselmo. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Moiriscas, conc. d'Abrantes, distr. de Santarem. || Casal na freg. de N. S.ª d'Annunciada e conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de Santa Maria e conc. de Extremoz, distr. d'Evora.

Ansemil. Commenda da ordem de Malta, na Povôa da Pêga, Fonte Cuberta, Bruscos e Bera, do concelho de Condeixa, distr. de Coimbra. Teve foral dado em Lisboa a 15 de agosto de 1518. No archivo municipal de Coimbra encontram-se os traslados da carta regia e alvará dos privilegios da ordem de Malta, passados pelo seu juiz conservador, nos principios do seculo XVII, aos diversos emphyteutas da commenda d'Ansemil. Alguns dos privilegios dos caseiros d'esta commenda eram passados pelo tabellião de Lafões.

Anseriz. Pov. e freg. de S. Bento, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Arganil, distr. e bisp. de Coimbra; 450 hab. e 98 fog. Tem caixa post. A pov. dista 13 k. de Arganil, e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e de reserva n.º 23, com a séde em Coimbra. || Pov. na freg. de S. Pedro de Escudeiros, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Mouquim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Anspessada. Primeiro posto militar, que se distinguia por uma só divisa no braço. Esta palavra entrou no uso commum das linguas da peninsula hispanica, pelos seculos XVI e XVII, devendo-se a sua introducção ao contacto frequente das tropas hespanholas com os exercitos napolitanos. E' provavel que de Castella passasse para Portugal, onde no exercito figurou por muito tempo, estando já hoje abolido.

Ansul. Quinta na freg. de N. S.ª da Annunciação, de Leomil, conc. d'Almeida, distr. da Guarda.

Ansur *(Alfredo)*. Advogado e escriptor portuguez contemporaneo. N. em Porto de Moz a 14 de junho de 1849. E' filho do conhecido advogado provisionario Innocencio de Sousa Duarte. Em casa de seus paes e no lyceu de Leiria estudou primeiras letras e parte da instrucção secundaria até aos 13 annos, edade em que partiu para Coimbra a terminar os preparatorios. Tres annos depois matriculou-se na faculdade de Direito, em que se formou no mez de junho de 1870. Encetou a vida de advogado, praticando no escriptorio de seu pae, em Mafra, desde junho até dezembro d'aquelle anno, continuando em Lisboa, nos annos de 1871 e 1872 com o visconde de Paiva Manso, dr. Levy Maria Jordão. O dr. Alfredo Ansur tem assignalado o seu nome mais pela vehemencia com que expõe e defende as suas opiniões politicas, do que pelas glorias alcançadas no fôro. Tem exercido os seguintes cargos: administrador dos concelhos de Mafra e de Cuba, procurador á junta geral do districto de Lisboa pelo circulo de Mafra, delegado interino do procurador regio da primeira vara de Lisboa, etc. Em 1875, juntamente com o distincto engenheiro Gastão Mesnier, inaugurou no salão da Trindade umas conferencias publicas, de que só se realisaram tres, não podendo proseguir por ter Gastão Mesnier de se ausentar de Lisboa. Em 1876 houve na Academia Real das Sciencias um concurso para official da Bibliotheca,; fôram quatro os concorrentes, dois dos quaes eram os srs. Alfredo Ansur e Pamplona Corte Real, e sendo este ultimo o preferido, o dr. Ansur dirigiu ao presidente do jury, Latino Coelho, um cartel de desafio para discutir com elle bibliographia universal nas linguas portugueza e franceza. Latino Coelho não respondeu, e o duello ficou sem effeito. Em muitos jornaes se encontram insertos varios discursos que pronunciou em assembléas politicas. Pertencia ao partido progressista, mas divergiu d'esse partido, e depois d'um discurso vehemente, que pronunciou no centro progressista, então situado na rua do Alecrim, na celebre sessão de 12 de janeiro de 1878, filiou-se no Centro Republicano de Lisboa, presidido por Latino Coelho, accentuando pronunciadamente as suas opiniões republicanas, por meio de pamphletos, artigos nos jornaes, discursos contra a corôa, etc. Sendo ainda estudante em Coimbra, tambem se dedicou á litteratura. E' socio honorario da Associação dos Artistas d'aquella cidade. O dr. Alfredo Ansur conserva o seu escriptorio de advogado, mas poucas vezes se encarrega da defeza de causas crimes. Escreveu: *Pensamentos soltos de Plutarcho*, *Contos em Mafra*, e *o Asylo dos filhos dos soldados*, *carta ao ex.*^mo^ *sr. ministro da guerra, em que condemnava aquelle estabelecimento*; *Duas linhas sobre a Questão Penafiel*, opusculo juridico, politico, offerecido á camara dos pares, 1872; *Leonor de Bragança*, drama original em 5 actos, em verso, 1873; *Mensagem á Academia Real das Sciencias de Lisboa*, 1876; *Differença entre o damno criminal e o desforço meramente civil*, minuta de aggravo á Relação de Lisboa, 1887; *Le Roi traducteur ou Vive la Republique*, epistola em alexandrinos francezes a Victor Hugo, 1878; *Um brado ao Poder Legislativo*, 1879; *Discurso*

contra a corôa, 1880; *Discurso contra a corôa,* 1881. O dr. Alfredo Ansur tem collaborado tambem em diversos jornaes politicos.

Ansures *(Goesto).* Trovador portuguez, guerreiro valente e tronco da familia dos Figueiredos. As chronicas contam o seguinte episodio altamente dramatico. Mauregato, filho bastardo de D. Affonso, o Catholico, tendo usurpado o throno do seu sobrinho, dominava despoticamente as provincias N. O. da peninsula iberica. Vassallo de Abd-el-Rhaman, emir de Cordova, todos os annos lhe pagava o tributo de cem donzellas, cincoenta nobres e cincoenta plebéas, escolhidas d'entre as mais formosas do reino das Asturias. O destino d'estas desgraçadas era serem vendidas como escravas ou fazerem parte das odaliscas do emir. Este golpe, que todos os annos vinha ferir as familias das victimas, obrigou-as a excessos taes, que mais de uma vez aconteceu serem as donzellas arrancadas das mãos dos moiros á força d'armas, com derramamento de sangue e tumultos graves. Ramiro, um velho, digno representante de todo o orgulho e pretenções da sua raça, tinha uma filha, chamada D. Mecia, a quem a fatal sorte havia destinado a ser incluida no terrivel tributo. Haviam-lhe já morrido dois filhos, e só ella lhe restava, a quem estremecia com o mais ferveroso affecto. N'um dia ardente do mez de julho, uma escolta moirisca conduzia seis donzellas, entre as quaes se contava D. Mecia, para se ir encontrar com outras escoltas, que de differentes logares vinham reunir-se a um ponto ajustado; passando por Vizeu, a escolta parou n'um sitio, a tres legoas de distancia, situado no concelho d'Alafões, e hoje chamado Figueiredo das Donas, em razão d'um facto heroico que ali se deu. Era um sitio ameno e delicioso pela frescura das aguas e pelo viçoso das arvores que as cobriam, largo bosque de figueiras, cujas amplas e grossas folhas vedavam todo o sol e convidavam ao repouso com a sua sombra. N'uma pequena casa ali existente, recolheram as infelizes, emquanto o calor abrazava, indo os moiros espalhar-se por aquelle figueiral, deitando-se á sombra das arvores, cantarolando alegremente canções nacionaes, d'envolta com os risos escarnecedores com que insultavam as pungentes lagrimas que as pobres victimas derramavam. N'esse momento, porém, passava proximo um cavalleiro bem montado, armado rigorosamente e seguido d'alguns pagens; era Goesto d'Ansures, o qual, observando aquelles prantos e ouvindo as imprecações dos moiros, corre para a casa indicada, aproxima-se d'uma janella, descobre espantado D. Mecia, de quem estava apaixonado, e louco pela dôr e pela triste narração quo lhe fazem, promette ás donzellas, com palavras que procura tornar meigas, que as salvará, a risco da propria vida. Os moiros ouvindo a conversação e reconhecendo uma voz de homem, correm precipitadamente, meio estremunhados. Ansures embraça então o escudo, abaixa a viseira, enrista a lança, pica de espora, e arremettendo enfurecido, acompanhado dos seus pagens, atravessa uns com a lança, derruba outros com as patas do cavallo, e rancando da espada mata desapiedadamente quasi todos os que restavam, até quo a espada se lhe quebrou. As donzellas, que presenciavam a carnificina, quasi perderam a esperança de salvação e os moiros que ainda restavam, tomaram animo. O valente paladino, porém, não perdeu a coragem; amor e desesperação fazem prodigios, corre a uma figueira, arranca-lhe um tronco, brande-o como uma espada, repete os golpes sem cessar sobre os moiros, e em pouco tempo completa a victoria, jazendo o campo do cadaveres. Toma para si um dos cavallos moiriscos, e parte com as donzellas, já livres d'aquelle captiveiro, levando junto a si D. Mecia. Chegando ao seu castello, offerece-lhes abrigo até serem entregues ás suas familias. Ramiro, louco d'alegria por tornar a vêr sua filha, consentiu logo no casamento. O povo alvorotado, reune-se ao libertador corajoso, aquelle valoroso esforço excita os animos; todos tomam armas e juram livrar a Hespanha e Portugal d'aquelle tributo vergonhoso. A rebellião toma grande incremento dão se differentes batalhas em que os moiros ficam vencidos, e o tributo foi de vez abolido. Em commemoração d'este facto, Goesto Ansures adoptou o appellido de Figueiredo, tomando tambem este nome o sitio onde se dera o facto; mandou pintar no escudo cinco folhas de figueira e uma no remate do elmo, alludindo assim ás seis donzellas que libertara; ficaram sendo estas as armas da sua linhagem. Este episodio curiosissimo está poeticamente celebrado na conhecida *Canção do Figueiral,* que é um dos mais antigos monumentos da nossa poesia, e que a tradição attribue a Goesto d'Ansures, não obstante terem-se levantado duvidas sobre a sua identidade. Este facto vem contado por Almeida Garrett, n'um artigo intitulado *Os Figueiredos*, inserto na *Illustração*, jornal universal, 1845 a 1846, e que está incluido no livro XXIV das suas obras, que tem por nome *Escriptos diversos,* edição de 1877. A este respeito tambem ha um drama, *Le tribut des cien vierges,* de que José da Silva Mendes Leal fez uma imitação, com o titulo de *Tributo das cem donzellas*, que ha talvez perto de cincoenta annos se representou obtendo o maior exito, conservando-se em scena por muito tempo, tendo enchentes repetidas.

Anta. Dava-se este nome ás pilastras quadradas de que os antigos se serviam para terminar as muralhas lateraes de um templo, sempre que essas muralhas se prolongavam além da fachada da *cella* ou parte principal da construcção. Nunca se emprega esta palavra senão no plural, visto que de cada banda do edificio se requer uma d'estas pilastras de supporte. Modernamente dá-se o nome de *antas* ás pilastras angulares de um edificio.

Anta. Pov. e freg. S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com, da Feira, distr. de Aveiro, bisp. do Porto. 1:935 hab. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada na costa do Atlantico, em bella e fertil planicie, cercada de pequenas collinas cobertas de pinheiros e outras arvores silvestres. Tem uma só lagôa d'agua salgada quo traz bastante peixe. O abbade cruzio da Serra do Pilar (Villa Nova de Gaya) apresentava o cura até 1834. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento de reserva n.º 24, com a séde em Aveiro. ‖ Pov. na freg. de S. Salvador, de Bilhó, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. ‖ Pov. na freg. de S. Martinho, de Cavallões, conc. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de S. Thomé, da Correlhã, conc. de Ponte

de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Courel, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Paio, de Figueiredo, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santos Cosme e Damião, de Gemunde, conc. da Maia, distr. do Porto; teve foral comprehendido no da Maia, dado em Evora a 15 de dezembro de 1519. || Povoação na freguezia de S. Martinho, de Lanhellas, concelho de Caminha, districto de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Lemenhe, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Maiorca, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. V. *S. Martinho d'Anta*. || Pov. na freg. de S Miguel, de Pinheiro d'Azere, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Soalhães, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Casal na freg. de Santo Ildefonso, de Montargil, conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª da Conceição, da Egrejinha, conc. d'Arraiollos, distr. d'Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça e conc. de Móra, distr. de Santo Antonio, de Vaiamonte, conc. de Monforte, distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Vimieiro, conc. d'Arraiollos, distr. d'Evora. || Quinta na freg. de S. Brissos, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora. || Quinta na freg. de N. S.ª do Valle, de Romãs, conc. de Satam, distr. de Vizeu. || Pequena serra do Douro, na freg. do seu nome, conc. e com. da Feira; 3 k. de comprimento e 3 de largura. E' quasi toda coberta de pinheiros.

Anta ou dolmen. Monumento megalithico que consiste n'uma lagea, de ordinario muito larga, descançando sobre outra, quasi sempre duas, bastante elevadas acima do solo onde estão enterradas as suas bases. A' pedra horisontal dá-se o nome de *meza;* ás verticalmente collocadas o de *esteios* Se o monumento só consta de tres pedras, chama-se *linhaven*, derivado de duas palavras celtas que querem dizer *meza de pedra,* ou *trilhita*, derivado do grego, *tres pedras*. A anta é descoberta ou revestida d'uma capa de terra, e n'esse caso recebe o nome de *mamoas* ou *mamunhas,* pelos quaes é conhecida na Galliza e no norte do reino. Muitas das antas que hoje se encontram, apparecem descobertas, o que varios archeologos attribuem a excavações ou quaesquer outros accidentes, visto serem quasi todos de opinião que eram primitivamente cobertas. Anta é vocabulo propriamente portuguez, derivado pelos antigos diccionaristas de *antão* ou caminho, e geralmente definida d'esta fórma: «aras antigas de pedra espalhadas pelos caminhos como marcos ou balisas.» (V. *Dolmen).* Em varios pontos de Portugal se encontram, com esta designação rudes altares, que serviam, segundo a tradição, a uso sagrado. Junto á cidade da Guarda, perto do pequeno logar de Guilhafonso, em um valle largo ou campina cercada de outeiros, havia uma anta, na fórma de meza de pedra tosca, com 13 palmos de largura e 15 de comprimento, correndo do nascente ao poente, elevada nove palmos da terra sobre cinco toscos padrões; existia outra junto do logar das Antas de Penalva, muito maior (V. *este nome);* outra, que estava junto da Matanca, com 30 palmos de comprimento, e outra junto da Carrapichana, não muito longe de Celorico. No Alemtejo tambem se notava uma anta, ao pé de Niza. Das duas ultimas arruinou o tempo algum dos padrões ou columnas, e conservavam-se só quatro no meado do seculo XVIII, que, como n'ellas se estribava o grande peso da pedra, que serve de meza, resistiram ao curso de tantos seculos, vendo-se as outras derribadas, de sorte que a união d'estes padrões, que se juntaram uns aos outros, quanto lhes permittia a figura irregular, constituiam um muro cerrado, sobre o qual descançava a meza ou pedra grande, que o cobria, sem que o vão, que ficava dentro, tivesse entrada alguma. A palavra *anta* ou *antas* é muito antiga, no nome das povoações de Antas de Penalva, Antas de Penedono, S. Thomaz d'Antas, e na familia, que de alguns d'estes logares tomou o appellido. A'cerca da origem da palavra *anta,* ha diversas opiniões; uns querem que seja hebréa, outros da antiga phenicia, grega, latina etc. As antas parece que se edificaram antes da invasão dos arabes, porque o termo não é arabigo, nem se lhe póde attribuir uso algum profano ou religioso, porque os mahometanos não teem altar, nem a sua lei lhes permitte o uso dos sacrificios, pois unicamente conservou o rito, que se executa na villa de Muna, junto a Meca, e o sacrificio, a que chamam Corban, no fim do grande Bairão, que executam, não em altares, mas em covas; tambem parece que não fôram edificadas pelos godos, alanos e suevos, que tanto dominaram esta parte da Hespanha, porque, quanto entraram estes povos, já tinham conhecimento de Christo, e não adoravam a idolatria, nem esta depois dos romanos foi dominante em Hespanha. Todos confessam que as antas não são obra de romanos, que todas faziam de pedra quadrada e muito bem lavrada, e as aras fabricavam com especiaes adornos de frizos, molduras e relevos, como se vê nas que resistiram ao tempo, e nas que se acham gravadas nas medalhas romanas, e tinham ordinariamente inscripções que declaravam, não sómente a divindade a que se consagravam, mas a pessoa que as erigia; e se fôssem aras para uso da idolatria dos romanos, não se conservariam de pé tanto tempo, pelo zelo com que os christãos de Hespanha, apenas a egreja teve paz e foi protegida pelos imperadores, procuraram destruir as aras, os templos e os edificios publicos, dedicados aos idolos. Póde-se quasi affirmar que as antas são o mais antigo monumento artificial, talvez no mundo todo, porque não se mostrará edificio algum a que se possa attribuir egual antiguidade. Diz-se monumento artificial, porque as conchas petrificadas, que se encontram n'alguns montes, são monumentos que a natureza deixou desde tempos prehistoricos. Dizem os chronistas que apesar dos seus profundos estudos, não poderam descobrir noticia alguma das nossas antas, ou de monumentos que as imitassem.

Anta de Baixo e Anta de Cima. Duas pov.ˢ na freg. de S. Pedro, de Manhouce, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Anta de Cima. Herdade na freg. de S. Brissos, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora.

Anta Cova. Pov. na freg. de S. Pedro, de Manhouce, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Anta Pequena. Pov. na freg. de S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Anta de Penalva. Serra, no distr. de Vizeu, ramificação da serra da Estrella, com 10 kilometros de extensão.

Antadega. Pov. da freg. de S. Vicente de Passos, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Antanhol. Pov. e freg. de Nossa Senhora da Alegria, da prov. da Beira Baixa, conc., com., dist. e bisp. de Coimbra; 711 hab. e 154 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada na encosta d'um monte. Em alguns livros antigos dá-se-lhe o nome de *Aranhol;* tambem se chamou *Atanhol dos Cavalleiros.* Era honra dos Cunhas. A matriz foi fundada, ou reedificada, em 1386. O cura era até 1834 apresentado pelas freiras benedictinas de Semide, que desde 1563 até 1834 receberam os dizimos d'aqui. N'esta freguezia ha a grande quinta do Paço com boas casas e uma extensa matta. Esta quinta foi instituida em morgado, por Vasco Pires, em 1386, juntando-se-lhe outras propriedades e foros. Vasco Pires morreu em 1389, e foi sepultado no convento dos cruzios de S. Jorge, a par de Coimbra. Os povos d'esta freguezia, por serem caseiros dos Cunhas, senhores da honra, tinham muitos privilegios que lhes deram D. João I em 1425 e D. Manuel em 1514. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 23, com a séde em Coimbra. ‖ Ribeira da pov. do Douro, comarca de Coimbra. Nasce no logar da Palheira, tem duas pontes de cantaria; rega e móe. Corre pela freguezia do seu nome, e morre no Mondego, proximo ao logar d'Arzilla.

Antão *(Santo). V. Santo Antão.*

Antão do Tojal. V. *Santo Antão do Tojal.*

Antas *(Fernando Xavier da Silva Pereira, 3.º conde das).* Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, official do Supremo Tribunal Administrativo. Nasceu em Lisboa a 30 de novembro de 1851, falleceu tambem n'esta cidade a 24 de janeiro de 1895. Era filho do 1.º conde das Antas, tenente general Francisco Xavier da Silva Pereira, e da condessa, sua mulher, D. Maria Theotonia da Guerra e Sousa de Rávago Santistevan, filha unica e herdeira de Gaudino José da Guerra e Sousa, fidalgo cavalleiro da Casa Real, chefe de divisão da Armada Nacional, vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar, commendador da ordem de Christo, cavalleiro da ordem militar de S. Bento d'Aviz, e da distincta ordem de Carlos III, de Hespanha, condecorado com a medalha ou cruz da corôa da Marinha hespanhola. Succedeu no titulo, a seu irmão, o 2.º conde das Antas, do mesmo nome de seu pae. Casou em 15 de fevereiro de 1882 com D. Eliza d'Araujo, filha de Joaquim Lucio de Araujo, abastado negociante e proprietario. O 3.º conde das Antas foi um dos mais destemidos amadores tauromachicos e tomava sempre parte nas touradas de fidalgos. Era despido de toda a vaidade, nunca se importou com honrarias, vivendo sempre longe da politica, sempre indifferente aos negocios da administração publica. Foi fidalgo de nascimento e por distincção propria, um *sportman*, sempre apreciado, bom e affavel.

Antas *(Francisco Xavier da Silva Pereira, 1.º barão, 1.º visconde e 1.º conde das).* Tenente-general do exercito, par do reino, vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar, inspector geral da arma de infantaria, governador geral dos estados da India, deputado da nação ao congresso constituinte de 1837, etc. Nasceu em Valença a 14 de março de 1793, e falleceu em Lisboa a 20 de maio de 1852. Era filho de Francisco Xavier da Silva Pereira, cavalleiro da ordem militar de S. Bento d'Aviz, coronel de infantaria do exercito e governador da praça de Campo Maior, e de sua mulher D. Antonia José d'Abreu. A vida militar do conde das Antas occupou um logar vastissimo na historia politica do seculo XIX. Na epoca do seu nascimento, seu pae era official subalterno do regimento de Valença, em cuja cidade permaneceu com sua familia até 1807, em que veiu como licenceado fixar-se no Porto com a patente de capitão. Dedicava-se attentamente a educar seu filho, quando a revolução do 1808 o veiu novamente chamar ao serviço militar, sendo encarregado de organisar um batalhão em que o moço estudante, abandonando os estudos, veiu alistar-se, a 20 de junho d'esse anno. Quando se constituiu a leal Legião Lusitana, o capitão Silva Pereira foi escolhido para major do primeiro batalhão, e seu filho recebeu o posto d'alferes no mesmo corpo a 14 de setembro ainda de 1808, com o qual tomou parte na campanha da Restauração. Passou depois a tenente aggregado ao primeiro batalhão da Legião Lusitana, por decreto de 3 de novembro de 1809. Seguiu-se a grande lucta travada entre o nosso exercito e as hostes de Napoleão, e póde dizer-se que não houve acção importante a que não assistisse: Albuhera, Bussaco, Nive, Nivelle, Salamanca e Victoria, tomando parte em todas ellas, sendo ferido na de Salamanca, que se realisou a 22 de julho de 1812. N'estas batalhas houve-se tão distinctamente, que foi promovido a capitão de caçadores 7 pela portaria de 11 de novembro de 1813, por distincção no campo da batalha, proposta feita pelo marechal de Beresford, juntamente com um officio dirigido ao commandante da brigada, louvando a sua conducta. Em Orthez e Tolosa deu novas provas de valor, e regressando á patria no fim da campanha, foi-lhe conferida a medalha da guerra peninsular, com o algarismo 6, a 21 de janeiro de 1821, que era a maior distincção militar; fôra egualmente condecorado pelo rei de Hespanha, com as medalhas de Albuhera e de Victoria. Em 1820, adheriu á revolução de 24 d'agosto, servindo ás ordens do coronel e depois general Sepulveda; em 1823 militou no exercito constitucional contra as forças rebeldes do general conde d'Amarante, sendo afinal desligado do exercito com a mudança de politica. A 28 de abril de 1826, foi reintegrado e collocado no batalhão de caçadores 7 com o posto de capitão graduado em major, d'onde sahiu em dezembro para o 12, já em major effectivo, a que foi promovido por decreto de 28 do referido mez e anno; commandando este corpo fez a campanha contra as tropas rebeldes do marquez de Chaves em 1827. Proclamada no Porto, em 16 de maio de 1828, a reacção cartista contra a usurpação de D. Miguel, o major Xavier adheriu ao movimento cartista com o seu batalhão 12 com o qual desbaratou uma columna de guerrilhas na ponte do Espinhel em 15 de junho do referido anno, merecendo os elogios do general Saraiva, depois barão de Ruivoz; e entrou nas acções da Cruz de Morouços e da margem do Vouga. Tendo-se dissolvido a celebre junta que se encarre-

gára de manter a autoridade de D. Pedro IV, e marchando o exercito para a Galliza, o major Xavier era de opinião que se devia combater, teve, porém de emigrar para Inglaterra com os seus companheiros, partindo a 2 de junho de 1828 a bordo do vapor inglez *Belfast*. De Inglaterra passou á ilha da Madeira, onde desembarcou em agosto, para sustentar a causa da legitimidade; estava ali o general Valdez, depois conde de Bomfim. Demorou-se pouco tempo n'aquella ilha, por causa do desembarque das forças realistas, e no dia 23 do referido mez d'agosto, juntamente com outros officiaes e alguns habitantes, foi para bordo da corveta ingleza *Alegator*, d'onde duas semanas depois passou para o navio *Jane*, indo desembarcar no porto de Saint-Yves. Fez parte da expedição commandada pelo general conde de Saldanha, que sahiu de Plymouth para a ilha Terceira, onde não poude entrar por causa dos tiros dados pelo capitão Walpole de bordo do *Ranger*, em 11 de janeiro de 1829, tendo de desembarcar em Brest. Até ao mez de setembro conservou-se em França; sendo então encarregado de reunir as praças de pret emigradas, passou a Ostende, organisou o corpo que depois foi caçadores 12, e, atravessando o bloqueio, conseguiu desembarcar com o seu batalhão na ilha Terceira, no dia 20 de janeiro de 1830. Nomeado no anno seguinte commandante de caçadores 5, fez parte da expedição que, ás ordens do general conde de Villa Flôr, tomou as ilhas do archipelago dos Açôres, onde se portou com a costumada bravura, especialmente com a ilha de S. Miguel, entrando na acção da Ladeira-a-Velha. Em 1832 fez parte do exercito libertador, desembarcando nas praias do Mindello em 8 de julho d'esse anno; era então major de caçadores 5, e n'este posto assistiu e cooperou para o reconhecimento de Vallongo em 22 de julho do mesmo anno de 1832. A 23 d'agosto seguinte foi promovido a tenente-coronel effectivo. Pelos exemplos que deu de bravura e pela tactica com que dirigiu o seu batalhão na memoravel defeza das linhas do Porto, desde a investida á fortificação da Serra do Pilar, a 8 de setembro de 1832, data em que principiou a celebridade d'aquelle baluarte de fidelidade e valor, até á interrupção do cerco da cidade, por causa da retirada das forças sitiantes a 6 d'agosto de 1833, em que o conde de Bourmont, depois da batalha de 25 de julho do referido anno, teve de acudir a Lisboa, a tomar o commando das tropas miguelistas, até que de facto foi levantado pela ultima acção nas linhas do Porto a 18 do referido mez d'agosto, contra as forças realistas commandadas pelo general Mac-Donald, que substituira Bourmont, e do seu immediato o conde d'Almer, que cobrira a retirada; mas sobretudo onde mais se distinguiu o tenente-coronel Xavier foi na sortida de 17 de novembro de 1832, e tomada das alturas das Antas com o bravo batalhão de caçadores 5, de que então era coronel graduado e commandante, ostentando e occupando a posição d'aquelle monte, situado a distancia da linha de defeza no intermedio, á direita da bateria do monte da *Quinta dos Congregados*, e esquerda da bateria da cumiada *Guellas de Pau*, até n'elle se construir um forte reducto; e, depois na acção de 24 de março de 1833, atacando intrepidamente a posição do monte das Antas, obrigando o inimigo a abandonal-a, e repellindo com a maior valentia e coragem os ataques successivos de forças contrarias muito superiores, que d'ali, por duas vezes, o pretenderam debalde desalojar. Por este facto lhe foi concedido em 3 d'outubro o grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada, de Valor, Lealdade e Merito, e egual condecoração foi conferida a diversos officiaes e soldados de caçadores 5, pelo denodo e valentia que mostraram n'estes dois sanguinolentos combates. Por decreto de 22 de novembro de 1832 foi promovido a coronel graduado. Distinguiu-se na sortida de 28 de setembro do mesmo anno, sendo por isso encarregado do commando da segunda brigada da primeira divisão, na ordem do dia de 2 de março de 1833. Em 4 de abril seguinte foi condecorado com o habito da Conceição, por ter na acção de 24 de março atacado intrepidamente a posição das Antas; entrou no combate de Covelo em 10 de abril de 1833 e foi nomeado commendador da ordem d'Aviz, por decreto de 15 d'agosto do mesmo anno; em 25 de julho tinha sido promovido a coronel effectivo; tendo marchado com o batalhão de caçadores 5 para a defeza da capital, foi elogiado pelo seu comportamento na acção das linhas em 5 de setembro do mesmo anno. D. Pedro IV, por decreto do referido mez, o nomeou commendador da Torre e Espada e de Aviz, pelos serviços prestados em 18 d'agosto e 9 de setembro. Depois da acção de Cacilhas veiu o batalhão de caçadores 5 para Lisboa, e ainda no dia 18 d'outubro nas linhas, e no immediato em Loures, teve o coronel Xavier ensejo de mostrar o seu valor na frente do inimigo. Cooperou para a tomada de Leiria em 15 de janeiro de 1834, e para a acção de Pernes em 30 do referido mez. A 24 de julho d'este anno teve a nomeação de brigadeiro. Por decreto de 17 de setembro de 1835 foi agraciado com o titulo de barão das Antas. Quando terminou a guerra foi mandado governar a praça d'Elvas, onde se conservou apenas um mez, por ter de ir a Evora, reassumindo depois o governo, que tornou a deixar em setembro, indo commandar a terceira brigada do corpo do exercito, que se formou em Traz-os-Montes para observar a fronteira, ás ordens do general Avilez. Em agosto de 1835 foi nomeado governador de Setubal, continuando, apesar d'isso, no exercito de observações. Tendo-se assignado entre Portugal e Hespanha o tratado de 24 de setembro d'esse anno, marchou em cumprimento d'elle para Hespanha uma divisão auxiliar, sob o commando do brigadeiro barão do Valle, cuja vanguarda foi confiada ao brigadeiro barão das Antas. A vanguarda entrou em Hespanha a 18 d'outubro. Em fevereiro de 1836 commandava uma columna de tres mil homens; entrou na tomada

Conde das Antas

de Valmacela em 12 de março, e nas acções de Castello da Pedra e Venda Mal Abugro. N'esta occasião foi agraciado pelo governo hespanhol com a cruz de S. Fernando. Quando o governo portuguez chamou a columna do barão das Antas para mais proximo da fronteira, o commandante em chefe do exercito de operações do norte e da reserva rendeu aos nossos soldados, apesar de hespanhol, os mais rasgados louvores e a merecida homenagem ao destemido brigadeiro portuguez que os commandava, e que acabava de realçar a sua brilhante carreira militar com as acções de 28 e 29 de junho, pelas quaes recebia depois como premio a grã-cruz de Isabel, a Catholica. Proclamada em Portugal a constituição democratica de 1820, na noite de 9 de setembro de 1836, por alguns batalhões revoltosos da guarda nacional de Lisboa, o barão das Antas adheriu á mesma revolução em 23 do referido mez com a divisão de que havia tomado interinamente o commando, por adoecer o barão do Valle. Sendo agraciado com o titulo de visconde, por decreto de 13 d'outubro seguinte, prestou muitos serviços á causa da rainha Isabel nas margens do Ebro e em Victoria, campanha de 1837, inutilisando muitas fortificações dos carlistas com repetidos ataques ás linhas d'Arlaban, em 14 de maio; pretendendo destruir a fabrica de balas por elles estabelecida em Barambio, a seis legoas de Victoria, feito este que mereceu os maiores elogios do ministro da guerra hespanhol e do conde de Luchano; salvando por tres vezes a praça de Pena Serrada, batendo a 18 de junho as forças do pretendente em Salvatierra. No dia 21 de julho o visconde das Antas, com a divisão portugueza, bateu-se nos campos de Zambrana, retirando-se para Armiñon com enorme perda. Durante a sua permanencia em Hespanha exerceu o commando geral das Merindades de Castella, o commando em chefe de reserva e o das forças de Alcoa, o vice-reinado de Navarra e o commando geral das provincias Vascongadas. Em Portugal rebentou então a revolução cartista, e o governo chamou o visconde das Antas, que logo em 3 de setembro entrou em Almeida com o resto das tropas, quando a segunda brigada da divisão auxiliar, commandada pelo coronel José de Sousa Pinto, acabava de proclamar a Carta durante a sua marcha de Valladolid por Salamanca, e quando ia juntar-se aos revoltosos de Bragança. O visconde das Antas, que em 5 de setembro havia sido promovido a marechal de campo graduado, dirigiu-se por Lamego, onde entrou no dia 9, chegando ao Porto em 13, sahindo logo em 15 em perseguição das forças cartistas do barão de Leiria, que encontrou em Ruivães, e que depois derenhido combate poz em debandada. Seguiu-se a convenção de Chaves, assignada em 20 de setembro, pelos marechaes duque da Terceira e marquez de Saldanha, que se viram obrigados a assignal-a juntamente com o visconde das Antas, e cuja convenção poz termo ao movimento revolucionario. Por decreto do 27 do referido mez, foi o visconde das Antas promovido a marechal de campo effectivo, e encarregado do commando das tropas de observação nas provincias do norte, tomando assento no congresso constituinte como deputado na sessão de 16 de novembro. Por decreto de 4 d'abril de 1838 foi elevado a conde do mesmo titulo, e por decreto de 15 de maio seguinte teve a nomeação de commandante da 3.ª divisão militar, continuando no commando das forças de observação. Prestou juramento á constituição de 1838 na praça de Chaves, á frente da divisão em grande parada no dia 6 de maio. Proclamada a Carta constitucional no Porto, a 27 de janeiro de 1842, o conde das Antas, na sua qualidade de senador, assignou com outros senadores o protesto contra este movimento, e foi nomeado commandante d'uma divisão de operações da Extremadura, por decreto de 7 de fevereiro d'aquelle anno, com o fim de hostilisar este movimento, o que não se realisou, porque a rainha D. Maria II adheriu ao mesmo movimento, nomeando em seguida novo ministerio. Então foi o conde das Antas encarregado de dissolver a força e as guardas nacionaes, que armára o ministerio denominado do *entrudo*, commissão que desempenhou atravez alguns insultos da plebe angariada. Por carta regia de 3 de maio seguinte foi nomeado par do reino, tomando assento na respectiva camara, votando sempre na opposição do ministerio cartista. Por carta regia de 18 de julho do referido anno de 1842 teve a nomeação de governador dos estados da India, sendo promovido a tenente-general por decreto datado do dia seguinte, 19 de julho. Pouco tempo se demorou no governo da India, de que tomou posse a 19 de setembro, deixando-o a pretexto de falta de saude, a 25 d'abril de 1843; entregando-o ao chefe da divisão, Joaquim Mourão Garcez Palha, partiu para Portugal, e chegou a Lisboa a 23 de julho. Tomou assento na camara dos pares e foi eleito para a commissão de guerra por 19 votos, na sessão de 3 de janeiro de 1844. Por decreto de 11 de julho d'este anno, teve a nomeação de vogal do supremo conselho de justiça militar. Em maio de 1846 foi nomeado pelo ministerio do duque de Palmella, que se acabava de formar, commandante da 1.ª divisão militar: transferido em agosto para o Porto, e encarregado do commando das forças do norte. Quando em 6 d'outubro de 1846 rebentou a revolução contra o governo do conde de Thomar, o conde das Antas assumiu o commando geral do exercito levantado pela *Junta do Porto*, e, pondo-se á frente da revolução, explicou os motivos d'este proceder n'uma carta que dirigiu á rainha. Marchou então para o sul com uma divisão dos corpos que seguiram a causa da Junta, e, entrando em Santarem, foi logo obrigado a retirar-se ao Porto, por ter ficado prisioneira em Torres Vedras uma grande parte das suas forças, que obedeciam ao conde de Bomfim. Aproveitando o enthusiasmo da cidade e immediações por causa da Junta, de prompto organisou novos regimentos, e em fevereiro de 1847 marchou para o norte contra o conde do Casal, que n'essa epoca estava senhor de Vianna. Depois d'alguns movimentos no Minho, regressou ao Porto, e em maio tomou o commando da expedição que seguiu por mar para Lisboa. Logo á sahida da barra do Porto, o conde das Antas foi intimado pelo commandante da esquadra ingleza sir T. Maitland, para sustar o movimento e ancorar debaixo do fogo dos seus navios. O conde protestou, mas vendo-se cercado por forças superiores entregou se prisioneiro, e seguiu para a capital. Entrando a barra do Tejo, foi logo remettido para a Torre de S. Julião, onde esteve até á convenção de Gramido, em que recuperou a liberdade, sendo-lhe então restituidos os pos-

tos e honras de que o governo de Lisboa o tinha exautorado. Já velho, mais pelos trabalhos que pela edade, desgostoso e cançado, o conde das Antas afastou-se quasi completamente da politica. Pelos fins do anno de 1851 foi nomeado inspector de infantaria, e em maio seguinte falleceu na sua casa da rua de Santa Isabel, hoje rua Saraiva de Carvalho. O seu nome era conhecido e respeitado d'um extremo ao outro do paiz. Em todas as luctas civis que se travaram pronunciava-se sempre pelo partido do povo, chamado *patuleia*. O conde das Antas casou a 22 de julho de 1845 com D. Maria Theotonia da Guerra e Sousa de Rávago Santistevan, filha unica e herdeira de Gaudino José da Guerra e Sousa, e de sua mulher, D. Maria Bernarda Josepha Fagundo de Rávago Santistevan *(V. 3.º conde das Antas)*. D'este matrimonio houve dois filhos, Francisco e Fernando, já hoje fallecidos, e que fôram os 2.º e 3.º condes d'este titulo. A morte do conde das Antas foi muito sentida pelo povo; no dia do funeral, depois dos officios religiosos que se celebraram com grande pompa na egreja de Santa Isabel, o caixão foi levado a braços até ao cemiterio dos Prazeres, seguindo-se o coche e um concurso enorme de convidados. As tropas de toda a guarnição estavam formadas no largo do cemiterio, onde prestaram as ultimas homenagens ao valente militar. Por uma subscripção popular que se abriu, construiu-se um soberbo mausoléo, para onde em 1859 fôram trasladados os seus restos mortaes, com todas as honras devidas. Sobre o tumulo vê-se a sua estatua, que é um primoroso trabalho do fallecido esculptor Victor Bastos. A viuva do insigne tenente-general passou a segundas nupcias, a 22 de setembro de 1855, com Luiz de Quilinan, 2.º secretario da legação portugueza em Londres, cavalleiro da ordem militar de S. Bento d'Aviz, commendador da ordem de S. Gregorio Magno, de Roma, cavalleiro da ordem de Danebrog, de Dinamarca, commendador das ordens de S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia, bacharel formado na Universidade de Coimbra, em direito e mathematica, capitão de cavallaria. Com o segundo casamento, a viuva perdeu o direito de usar o titulo e de gosar as honras de condessa que lhe pertenciam pelo seu primeiro marido, em consequencia de não se lhe haver concedido alvará para poder continuar a gosar das honras e titulo de condessa das Antas, sem embargo de haver passado a segundas nupcias, como é de estylo e antiga praxe da côrte. Falleceu em Londres a 10 de maio de 1872. O conde das Antas publicou o *Discurso pronunciado na sessão da Camara dos Dignos Pares em 15 de fevereiro de 1848*.

Antas *(Francisco Xavier da Silva Pereira, 2.º conde das)*. Fidalgo com exercicio na Casa Real. N. em Lisboa a 27 de setembro de 1849. Era filho do 1.º conde das Antas e da condessa, sua mulher, D. Maria Theotonia da Guerra e Sousa de Rávago Santistevan. O titulo de conde das Antas foi-lhe concedido por decreto de 16 de maio de 1852. Falleceu no estado de solteiro, succedendo-lhe no titulo seu irmão Fernando Xavier da Silva Pereira.—*V. 3.º conde das Antas*.

Antas *(Leonardo José Pimenta e)*. Mestre de escripta, ou professor de calligraphia, como actualmente se diz, no Real Collegio dos Nobres. Foi insigne no caracter de letra franceza. Morava no largo do Pelourinho. Ignora-se a data do nascimento, mas ainda vivia em 1794, sendo jubilado ou aposentado. Antonio Jacintho d'Araujo, na sua *Arte de Escripta*, impressa n'este anno, dá a entender que elle era então de edade muito avançada, e chama-lhe «varão de honrado comportamento, e unico em Portugal em caracter de letra franceza». Leonardo Pimenta e Antas foi um dos autores no genero comico, que mais se distiguiram no seculo XVIII. Escreveu muitos entremezes que se representaram com geral applauso nos theatros de Lisboa. José Agostinho de Macedo, seu contemporaneo, citava-o muitas vezes com louvor, e chamava-lhe *um d'aquelles genios raros, que por fatalidade vivem ignorados*. Eis a relação dos seus entremezes e farças: *A ambição dos Tartufos invadida*, Lisboa, 1770, tem no fim as iniciaes L. J. P. e considera-se uma satyra aos jesuitas; *As desordens dos peraltas*, entremez, Lisboa, 1771, tendo no fim as mesmas iniciaes, bem como os que se seguem, todos escriptos em versos hendecassyllabos pareados; *O peralta malcreado; Chocalho dos annos de D. Lesma*, Lisboa, 1783; *Os casadinhos da moda*, Lisboa, 1784; *Entremez sobre o uso das alcachofras e machinas volantes*, Lisboa, 1785. Attribuem-se-lhe tambem alguns outremezes, que andam publicados anonymos: *Entremez da assembléa do Isque*, Lisboa, 1770; *O velho impertinente e allucinado*, Lisboa, sem indicação do anno. Pimenta e Antas é tambem autor do seguinte opusculo, que se imprimiu anonymo: *Instrucção methodica especulativa para os mestres praticarem no ensino da formação dos caracteres de escrever com os discipulos principiantes*, Lisboa, 1774.

Antas *(Miguel Martins d')*. V. *Dantas (Miguel Martins)*.

Antas. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N.ª de Famalicão, distr. e arcebisp. de Braga. E' povoação antiquissima, e parece que fôra já habitada pelos celtas ou pelos latinos. Esta freguezia tambem se denomina *S. Thiago d'Antas*, e foi annexada para effeitos administrativos, por decreto de 15 de julho de 1890, á de *Abbade de Vermoim*, do mesmo conc. (V. *este nome)*. Pertence á 3.ª div. militar e ao distr. de recrutamento e de reserva n.º 8, com séde em Braga. Houve antigamente n'esta freguezia um convento de templarios, que depois da supressão d'esta ordem, passou a ser propriedade dos Maias, e depois dos marquezes de Fontes. A egreja de S. Thiago, cuja fachada gothica a nossa gravura representa, era a do convento e serve de matriz; dizem ter grandes rendimentos parochiaes. Nada apresenta de notavel, nem o mesmo cunho antigo existe no interior da egreja, por causa de diversos restauros que tem tido. || Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Minho, conc. de Espozende, com. de Barcellos, dist. e arceb. de Braga; 1:186 hab. e 214 fogos. A pov. dista 8 k. da séde do conc.; era vigararia do mosteiro de S. Romão. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e de reserva n.º 3 com a séde em Vianna do Castello. || Pov. na freguezia de S. Pedro, da Azueira, concelho de Mafra, districto de Lisboa. || Pov. na freguezia de Sant'Anna da Carnota, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de N. S.ª das Mercês, de Carvalhal Bemfeito, conc das Caldas da Rainha, dist. de Leiria. || Pov. na freg. de

S. Francisco, da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Mamede, de Gondoriz, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. João Ba-

Egreja de S. Thiago d'Antas

ptista, de S. João do Rei, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Christovão, de Labruja, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Pedro de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Verissimo, de Paranhos, conc. e distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Rubiães, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. N'esta aldeia ha a capella de S. Bartholomeu. Era aqui o antigo solar da casa das Antas, appellido nobre já existente no principio do seculo XIII. Segundo os antigos documentos, que ainda existem n'essa familia, tinham os senhores do vinculo um paço acastellado com suas torres, que os leonezes destruiram em 1129. A capella de S. Bartholomeu das Antas foi fundada por Lopo Dantas, o romano, creando-lhe desde logo tres capellanias com missas diarias. E' no alpendre d'esta capella, onde existem tres sepulturas de familia, que estão servindo seis marcos, trazidos de Cossourado, e onde mal pódem ler-se as inscripções, que tinham gravadas. || Pov. na freg. de Santa Maria dos Anjos e conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Ventosa do Bairro, conc. de Mealhada, distr. d'Aveiro; tambem lhe chamam Antes. Teve foral comprehendido no de Casal Comba, dado em Lisboa a 12 de setembro de 1514. || Pov. na freg. de Santa Maria, de N. S.ª de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de Santo Ildefonso, de Montargil, conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre. || Herdade na freg. de Santa Maria e conc. de Extremoz, distr. d'Evora. || Herdade na freg. de N. S.ª da Atalaya e conc. de Fronteira, distr. de Portalegre. || Herdade na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Lavre, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora. || Monte na freg. de Santa Maria, de Campanhã, conc. e distr. do Porto. || Quinta na freg. de S. Jeronymo, de Cabra, conc. de Gouveia, distr. da Guarda. || Quinta na freg. de Santo Isidoro, de Caveruães, conc. e districto de Vizeu.

Antas de Baixo. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. de Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Sebastião, de Gomes Ayres, conc. d'Almodovar, distr. de Beja. || Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Villa Alva, conc. de Cuba, distr. de Beja. || Casal na freg. de N. S.ª da Salvação, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || Horta na freg. de Santa Maria, conc. de Estremoz, distr de Evora.

Antas de Cima. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Gomes Ayres, conc. de Almodovar, distr. de Beja. || Casal na freg. de N. S.ª da Salvação e conc. d'Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

Antas do Meio. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Gomes Ayres, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Antas Mendonça *(Luiz Adelino Rocha).* Doutorado em direito pela Universidade de Coimbra a 6 de fevereiro de 1840. Era natural de Coimbra e filho de João da Rocha d'Antas e Mendonça. E já fallecido.

Antas de Penalva. Pov. e freg. de S. Vicente Martyr, da prov. da Beira Alta, conc. de Penalva do Castello, com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu; 1:358 hab. e 298 fog; tem escola do sexo masc.; a pov. dista 12 k. da séde do concelho e está situada n'uma campina, ao fundo d'uma serra; eram seus donatarios os marquezes de Cascaes. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. V. *Anta.*

Antas de Penedono. Pov. e freg. de S. Miguel da prov. da Beira Alta, conc. de Penedono, com. de Mêda, distr. de Vizeu, bispado de Lamego; 705 hab. e 157 fog; tem escola do sexo masc. e est. post. permutando malas com Trancoso. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada em campina, junto ao monte Sirigo. E' muito fertil e antiquissima, sendo do tempo dos celtas. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 9, com a séde em Lamego. Foi annexada ao conc. de Mêda, por decreto de 7 de setembro de 1895, que extinguiu o de Penedono, e voltou para este, por ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898.

Antas do Viegas. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Gomes Ayres, conc. de Almodovar, districto de Beja.

Ante-firma. Os termos de cortezia que nas cartas precedem a firma ou assignatura.

Ante-paço ou Antepasso. Aldeia na freg. de Santa Marinha, de Arcozello, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. Dizem uns que se chama *Ante-paço* por abreviatura de *Antigo paço*, e que existiu aqui um *paço* do consul romano *Decio Junio Bruto*, que conquistou este paiz dos lusitanos 135 annos antes da era de Christo; outros querem que seja *Antepasso*, e assim se vê escripto nos livros antigos, porque o nome deriva de estar situada entre a passagem do rio Lima, e ainda porque n'este logar passava

a via militar romana de Braga para Astorga. No fim do seculo XVIII havia n'esta aldeia tres padrões, que fôram marcos miliarios, mencionados pelo padre Argote, de dois dos quaes, Pinho Leal, no *Portugal antigo e moderno*, 1.º vol., pag. 221, dá as inscripções, sendo a traducção da primeira a seguinte: «Este padrão se levantou, sendo imperador Cesar Adriano Augusto, pontifice maximo, investido do poder tribunicio 18 vezes, e do consular tres. D'aqui a Braga são 20:000 passos.» Argote entende que esta estrada foi aberta ou reedificada por Augusto Cesar, como se colhe d'um padrão que se achou, com a sua inscripção, nas margens do Cávado, quando se reedificou a ponte do Prado, mas que, arruinada com o tempo, a mandou concertar pelos annos 134 ou 135 o imperador Adriano. A segunda inscripção está traduzida assim: «Esta columna se levantou, sendo imperador Marco Aurelio Antonino, filho do divo Severo, neto do divo Marco Antonino, bisneto do divo Antonino Pio, terceiro neto do divo Adriano, quarto neto do divo Trajano parthico, e do divo Nerva, pio, feliz, augusto, parthico maximo, britanico maximo, germanico maximo, pontifice maximo, 17 vezes investido no poder tribunicio, consular quatro, imperador tres, e proconsul. D'aqui a Braga são 20:000 passos.»

Ante-Porta. Aldeia na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

Ante-Portas. Aldeia na freg. de S. Martinho, de Dume, conc. e distr. de Braga.

Ante-Ribeiros. V. *Entre-Ribeiros.*

Ante-Villar. Logar da freg. de Moreira de Conegos, na margem direita do Rio Vizella, proximo á localidade d'este nome. Pertence á com. e conc. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga. Ha aqui uma fabrica de papel, fundada pelos annos de 1813-1814, ampliada em 1856, e cuja descripção se póde vêr no Relatorio da exposição industrial de Guimarães, em 1884.

Antelagar. Pov. da freg. de S. Salvador de Paço de Sousa, concelho de Penafiel, districto do Porto.

Antella. Pov. na freg. de S. Salvador, de Lavra, conc. de Bouças, distr. do Porto. Teve foral dado por D. Affonso III, em abril de 1255. || Quinta na freg. de N. S.ª da Conceição, do Eirado, conc. d'Aguiar da Beira, distr. da Guarda.

Antellas. Pov. da freg. de Santa Maria de Pinheiro, concelho de Oliveira de Frades, districto de Vizeu.

Antelmo. Quinta na freg. de N. S.ª do Monte Sião, em Amora, concelho do Seixal, districto de Lisboa.

Antemil. Pov. da freg. de S. Thiago, de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. Teve foral comprehendido no de Sanfins, dado em Lisboa a 10 de fevereiro de 1514. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Bougado, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pensello, concelho de Guimarães, districto de Braga.

Antemuro. Muralha, parapeito ou barbacan, que se punha em frente das muralhas de ponto fortificado para sua defeza.

Antenome. Prenome, palavra que precede o nome e lhe junta um qualificativo honorifico: *doutor* Antonio, *dom* José, *frei* João, *conselheiro* Abel, *commendador* Joaquim, etc.

Anterronde. Pov. na freg. de Santa Eulalia, concelho de Arouca, districto de Aveiro.

Antiga. Pov. da freg. de S. Thiago de Poiares, conc. de Ponte de Lima, districto de Vianna do Castello.

Antigo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Dornellas, conc. de Boticas, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Viade, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Curros, conc. de Boticas, distr. de Villa Real.

Antigo d'Arcos. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sarraquinhos, conc. de Montalegre, districto de Villa Real.

Antigos. Pov. da freg. de S. Martinho de Sande, conc. de Guimarães, districto de Braga.

Antigrapho. Signal orthographico, que serve para distinguir as palavras do texto, que se vae glosando, conforme a *Ortographia* de João Franco Barreto, Lisboa, 1671.

Antiguidades. Titulo abreviado por que vulgarmente se conhecem varias obras historicas: *Historia das Antiguidades de Evora*, etc., etc., por *Amador Patricio*, pseudonymo de Martim Cardoso de Azevedo, Evora, na offic. da Universidade, 1739; *Collecção das Antiguidades de Evora, escriptas por André de Rezende, Diogo Mendes de Vasconcellos, Gaspar Estaço, Fr. Bernardo de Brito e Manuel Severim de Faria*, etc., por Bento José de Sousa Farinha, Lisboa, na offic. de Filippe da Silva e Azevedo, 1785, 8.º de 180 paginas; *Primeira parte da fundação, antiguidades e grandezas da mui insigne cidade de Lisboa, e seus varões illustres em sanctidade, armas e letras, Catalogo de seus prelados, e mais cousas ecclesiasticas e politicas até o anno de 1147 em que foi ganhada aos mouros por el-rei D. Affonso Henriques*, por Luiz Marinho de Azevedo, Lisboa, 1652; outra edição, 1753; *Antiguidades de Mafra ou relação archeologica dos caracteristicos relativos aos povos que senhorearam aquelle territorio antes da instituição da monarchia portugueza*, por S. P. M. Estacio da Veiga, Lisboa, 1879, 1 vol., 4.º; *Antiguidades do Porto*, por Simão Rodrigues Ferreira, Porto, 1875, 1 vol., 8.º; *Varias antiguidades de Portugal*, por Gaspar Estaço, Lisboa, 1625.

Antime. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Fafe, distr. e arceb. de Bragança; 628 hab. e 148 fog.; a pov. dista 1 k. da séde do concelho. O abbade d'esta freg., até 1834, era apresentado pela casa de Bragança, na qualidade de com-padroeira, o que se verifica por um alvará feito na cidade de Braga, a 17 de janeiro de 1408, pelo qual o arcebispo D. Martinho confirma a apresentação de Affonso Martins para abbade d'esta freguezia, feita por D. Brites, mulher de D. Affonso I, duque de Bragança, e por D. Joanna Martins de Alvim e D. Ignez Martins, suas primas co-irmãs, como consta do mesmo documento. Em Antime passa o rio Bacelha, que se junta ao de Vizella. Todos os laços administrativos, politicos e commerciaes, prendem as duas freguezias, Fafe e Antime; tendo como para garantir esta união physica e moral um elemento de consolidação, que é o elemento religioso. A egreja da Senhora d'Antime, da Misericordia ou do Sol, pois pelos tres nomes é conhecida, serve de matriz ás duas freguezias que ficam separadas por uma ponte, collocadas so-

bre um affluente do Vizella. No segundo domingo de julho ha um festival de confraternidade. Logo de manhã, na egreja parochial d'Antime, se celebra missa e sermão, vindo depois a Senhora processionalmente pela ponte até ao largo de Portugal, onde Fafe a vem condignamente receber e onde, tambem em procissão, a vem entregar á tarde, depois de lhe haver cantado outra missa e prégado outro sermão. Este segundo encontro marca o começo do arraial que se fórma ali, onde concorre muita gente das freguezias proximas. Antime pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e de reserva n.º 20 com a séde em Amarante.

Antinha. Monte na freg. de N. S.ª da Graça e concelho de Móra, districto de Evora.

Antiphona. Versiculo que o chantre diz ou entôa, em todo ou em parte, antes de um psalmo ou canto biblico, e depois se repete em côro. V. *Antiphonario.*

Antiphonario. Livro de côro que contém as horas, responsos e antiphonas em cantochão. Nos nossos archivos publicos guardam-se alguns d'estes livros em manuscripto, que pertenceram ás ordens religiosas. Assim, na Torre do Tombo existe um *Antiphonario* em pergaminho, que foi do mosteiro de Lorvão; é escripto em cadernos de oito folhas, reconhecendo-se a falta dos tres primeiros, e deve ser trabalho do seculo XIII; contém algumas letras capitaes muito bem illuminadas, o pergaminho é finissimo e a notação musical em quatro linhas. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa ha um grande manuscripto intitulado: *Antiphonario do Advento e Quaresma e sabbados e domingos pello discurso do ãno*, que perteneeu ao convento da Ave Maria, do Porto; na segunda folha lê-se: *Este livro mandou faser a senhora dõna Felippa Pereira, sendo abbadessa d'este convento — Anno de 1687;* as capas teem cantos de metal e em cada face, ao centro, uns escudetes ovaes com uma freira esculpida. Na secção de archeologia do Instituto de Coimbra, existe um *Antiphonario e Collectario*, ou *Gradual e Livro das collectas*, manuscripto em pergaminho, in folio, com muitas letras illuminadas, umas de arabescos a azul e vermelho, e outras de ouro sobre vermelho, vendo-se n'uma das illuminuras a data de 1554. Este manuscripto foi offerecido áquella secção em 1888 pelo socio Abel da Silva Ribeiro.

Antiquario Conimbricense. Publicação, impressa na Typographia da Universidade, em 1841. Tratava de archeologia: sahiram apenas nove numeros contendo ao todo 72 paginas com estampas e desenhos lithographados. N'este jornal se publicaram inscripções, noticias, fac-similes e documentos ineditos de certa utilidade para o estudo da archeologia portugueza. A maior parte dos documentos que viram no *Antiquario Conimbricense* a luz da publicidade foram extrahidos das bibliothecas dos extinctos conventos. O redactor foi o sr. Pereira Coutinho, prior de S. Christovão de Coimbra, mas poucos auxilios prestou ao estudo das antiguidades portuguezas, por ter tido pouco tempo de existencia.

Antiqueira. Pov da freg. de N. S.ª da Esperança, da Ribeira de Niza, concelho e districto de Portalegre.

Antôa ou Entôa. Monte na freg de Santa Clara a-Nova, conc. d'Almodovar, distr de Beja

Antoã. Pov. da freg. de S. Martinho, de Salreu, conc. de Estarreja, districto de Aveiro.

Antoão. Nome antigo da actual villa de Estarreja. Tem foral dado em Evora, por el-rei D. Manuel, a 15 de novembro de 1519. V. *Estarreja.*

Antoeido. Pov. na freg. de S. Felix, de Candomil, conc. de V. N.ª da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Antões. Pov. na freg. de S. Mamede, de Matta Moirisca, conc. de Pombal, distr. de Leiria. ‖ Monte na freg. da Conversão de S. Paulo, de Pavia, conc. de Mora, distr. de Evora.

Antões d'Além. Pov. da freg. de S. Thiago do Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Antões d'Aquém ou da Capella. Pov. da freg. de S. Thiago do Louriçal, conc. de Pombal, distr de Leiria.

Antoinha. Pov. da freg. de Santa Maria de Avelleda, conc. e distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de S. Salvador, de Mazedo, conc. de Monsão, distr de Vianna do Castello.

Antonia *(D.)*. Infanta de Portugal, D. Antonia Maria Fernanda Michaela Gabriela Raphaela Francisca d'Assis Anna Gonzaga Silvina Julia Augusta, princeza de Hohenzollern Sigmaringen, filha da rainha D. Maria II e d'el-rei D. Fernando, irmã dos fallecidos monarchas D. Pedro V e D. Luiz I, tia do actual soberano el-rei senhor D. Carlos. N. em Lisboa, no paço das Necessidades, a 17 de fevereiro de 1845; senhora dotada d'um caracter bondoso e finissima educação, era estimada pelo povo portuguez, assim como todos os filhos de D. Maria II. Casou em 12 de setembro de 1860 com o principe Leopoldo, filho do principe de Hohenzollern, outr'ora reinante. Este principado, incorporado hoje na Prussia, compõe-se de duas partes: o de Hechingen e o de Sigmaringen, que ficam nas proximidades do Danubio. O principe Leopoldo, já fallecido ha annos, era irmão da rainha D Estephania, mulher de D. Pedro V. Seis dias depois do casamento, partiram os dois esposos para Allemanha, a bordo da corveta *Bartholomeu Dias*, do commando do infante D. Luiz, que no fim do anno seguinte, 1861, succedeu no throno pelo fallecimento de seu irmão, el-rei D. Pedro V, succedido a 11 de novembro d'este anno. A princeza senhora D Antonia, já no estado de viuva, visitou Lisboa no anno de 1887, onde desembarcou ás 4 horas da tarde do dia 25 de março. Teve uma recepção affectuosa e festiva. Estivera mais de vinte annos ausente de Portugal, vivendo no seu castello de Sigmaringen, e, comtudo, essa longa ausencia não fez desmerecer o amor e a dedicação dos portuguezes, que pesarosos a tinham visto deixar a patria, tendo apenas deze-

Infanta D. Antonia

seis annos incompletos. Dizem que a princeza senhora D. Antonia vive inconsolavel pela perda de seu marido e saudosa pela patria, que estremecia. Os serviçaes do castello de Sigmaringen, segundo consta, teem ordem de a informarem com referencia aos nomes e posição dos portuguezes que passam ali, e que mesmo sem solicitarem audiencia, ella toma a iniciativa de a conceder, procurando com todo o interesse saber noticias de Portugal, e deleitando-se em falar o idioma do paiz que lhe foi berço.

Antonia *(Quinta da D.)*. Na freg. da Sé, conc. e districto de Evora.

Antonias. Quinta na freg. da Sé, conc. e districto de Evora.

Antonina. Pov. da freg. de S. Martinho de Moure, conc. de Villa Verde, districto de Braga.

Antonio *(D.)* Prior do Crato, filho do infante D. Luiz, e neto d'el-rei D. Manuel. Foi um dos pretendentes á corôa portugueza, quando falleceu o cardeal rei D. Henrique. Nasceu em Lisboa, em 1531, morreu em Paris a 26 d'agosto de 1595. Sua mãe chamava-se Violante Gomes, de alcunha a *Pelicana*; era uma israelita por quem o infante D. Luiz se deixára fascinar. Entretanto, parece ter sido convertida, porque D. João de Castro diz que ella era: «dama humilde de nascimento, mas de rara belleza, e que morreu professa no mosteiro d'Almoster». Uma tal origem devia ser prejudicial a D. Antonio; succedeu, porém, que d'ella mesmo tirou vantagem, porque os judeus de Portugal se interessavam na sua legitimação, para o tornarem capaz de succeder no throno, depois da morte de D. Henrique, seu tio, pois entre elles havia muitos parentes do lado de sua mãe. D. Antonio tornou-se um vulto de grande importancia historica. A' sua educação não faltaram cuidados; na infancia foi confiado e recommendado aos frades do convento da Costa, junto a Guimarães, seguindo depois, em 1548, para Santa Cruz, de Coimbra, onde cursou as aulas, recebendo em 5 de maio de 1551, tendo 20 annos de edade, o grau de licenceado em artes na Universidade. Para entrar na carreira que lhe apontavam as escolas em que havia formado o espirito, e para o qual seu tio D. Henrique lhe affeiçoava a vocação, era indispensavel consagrar-se de preferencia aos estudos theologicos. N'este intuito foi para Evora receber lições de theologia de D. Fr. Bartholomeu dos Martyres. Habilitado para o sacerdocio, seu tio cardeal lhe conferiu as ordens de sub-diacono e diacono, professando ao mesmo tempo na ordem militar de Malta, recebendo o priorado do Crato, um dos mais rendosos e mais appetecidos d'então; nunca quiz tomar ordens de presbytero. Não tardou que accentuasse o primeiro passo da sua vida politica. D. Henrique assumira a regencia do reino, o que promoveu umas desavenças entre tio e sobrinho, dando em resultado D. Antonio partir para Madrid, onde se demorou por algum tempo na côrte de Filippe II. Regressando a Portugal, agitavam-se as grandes luctas africanas, que fôram as primeiras tentativas da fatal guerra, que fez perder a nossa independencia durante sessenta annos. D. Antonio, impellido tambem por aquella corrente vertiginosa, partiu para Africa, chegando a assumir o governo de Tanger, em 1574, na substituição de Ruy de Sousa de Carvalho. Acompanhou D. Sebastião nas duas expedições á Africa, distinguiu-se na batalha de Alcacer-Kibir, não só pelo seu valor, mas pela dedicação com que procurou sempre salvar a pessoa do rei. Foi feito prisioneiro e conseguiu resgatar-se por meio d'uma astucia que justifica os recursos do seu grande genio. Com palavras de brandura e modos humildes, convenceu os moiros de que era pobre, um simples padre, tendo por patrimonio apenas um modesto beneficio, sem o qual assim mesmo ia ficar, por determinação pontificia, provocada e merecida pelo facto de haver abandonado a sua egreja. N'estes casos era um captivo sem importancia, e os moiros, que principiavam já a consideral-o um encargo inutil, aproveitaram a offerta de dois mil cruzados, que veiu a ser o preço do seu resgate. Quando D. Antonio regressou a Portugal, já D. Henrique havia sido acclamado; teve uma recepção muito affectuosa; esses agrados, porém, fôram de curta duração. D. Henrique adivinhou as aspirações de seu sobrinho ácerca da successão do throno, e primeiro do que elle, as adivinhou talvez a influencia hespanhola que o dominava. A's pretenções de D. Antonio seguiram-se intrigas, desgraças, processo sobre os seus direitos e bastardia. Romperam-se hostilidades violentas, sendo a maior d'ellas a promulgação da sentença, que o declarava bastardo, mas que D. Antonio conseguiu annullar por meio d'um breve do papa Gregorio XIII, com manifesta indignação e odio do cardeal-rei, que se queixou amargamente d'este breve, como de uma notoria affronta que se fazia a um rei justo e piedoso, a um cardeal que prestára grandes serviços á causa da Santa Sé; accrescentando que era prejudicial ao rei catholico e ao socego da christandade. O prior do Crato fazia d'este breve um escudo contra Filippe II, dizendo que o papa era o juiz natural das legitimidades, porém Filippe apresentava contra elle dois documentos que provavam irrefutavelmente a bastardia. Era o primeiro uma informação achada entre os papeis do cardeal-rei, pela qual o infante D. Luiz supplicava ao papa Julio II concedesse dispensa a seu filho D. Antonio para poder tomar ordens sacras, supplica desnecessaria e que não teria feito, se D. Antonio fôsse filho legitimo. O outro documento era uma carta guardada pelo secretario de estado Bartholomeu Froes, contendo a ordem dada por D. João III a Lourenço Pires de Tavora, para negociar em Inglaterra o casamento do infante D. Luiz, seu irmão, com a princeza Maria, filha de Henrique VIII, de Inglaterra, aquella que depois foi rainha, e casou com o principe Filippe, mais tarde rei de Hespanha, o que provava não ser o infante casado com Violante Gomes, como affirmavam os judeus. Além d'isso, D. Antonio passava sempre por bastardo, e o testamento de seu pae assim o tratava. No entretanto, as intelligencias do prior do Crato com a França eram importantes; repetidas cartas para Catharina de Medicis a instruiam dos receios que tinha por vêr que o cardeal-rei se unia com o rei de Hespanha contra elle, e davam-lhe a conhecer a intenção de ir estabelecer-se em França, no que já se notava pouca confiança no resultado das suas pretenções, que afinal, n'essa época, eram muito limitadas, porque apenas desejava ser governador de Portugal e receber uma pensão de tres mil ducados transmissiveis a seu filho mais ve-

lho. Em 1579 escrevia a Catharina de Medicis o embaixador francez em Lisboa, M. Vivonne de Saint-Goard, dizendo que desconfiava de D. Antonio, por ter querido entrar em ajustes com Hespanha. Comtudo, a morte do cardeal-rei e algumas circumstancias fortuitas, lhe permittiram levantar temporariamente com altivez a cabeça, e reentrar no grande combate que ia travar pela sua arriscada posição. N'esta época é que realmente D. Antonio se apresenta como pretendente ao throno de Portugal. Filippe II recusára a proposta que elle lhe fizera, de ser governador de Portugal, mas, depois da morte do cardeal-rei, foi quem pretendeu entrar em negociações, receando da influencia que o prior do Crato tinha no povo. D. Christovão de Moura, dizem, que serviu de intermediario, offerecendo a D. Antonio duzentos mil ducados souantes para pagar as dividas, cem mil de rendimento, durante a sua vida, para que não tivesse a commodidade de casar-se, e o titulo de duque em vez do de principe, que elle pedia e que Filippe não queria conceder, para que não se deixasse a possibilidade de ser filho legitimo. O prior, porém, exigia mais. A morte do cardeal augmentára-lhe as pretenções; pediu duzentos mil ducados de renda, que tanto era o rendimento dos infantes D. Luiz, seu pae, e D. Duarte, seu tio; as terras e rendas que desfructára a fallecida rainha D. Catharina, mulher de D. João III, o governo de Portugal, o grão mestrado de S. Thiago, a nomeação de vice-rei da India, de governador do Brazil e de capitão general d'Africa, mais a faculdade de dispôr, por sua morte e á sua vontade, de cem mil ducados de renda. Filippe, ao principio, fingiu consentir, mas o prior do Crato, não se illudindo com aquelle assentimento simulado, aproximou-se de Lisboa, querendo fazer sobre esta cidade a sua primeira tentativa. Viu, porém, que contava demasiado com a popularidade, que julgava ter adquirido, e retirou-se a Belem, e d'ali para Almeirim, submettendo-se fingidamente aos estados do reino. De Almeirim seguiu a Santarem, onde, ás intimações que lhe mandou fazer Filippe II, respondeu com uma recusa formal. Como não tinham transpirado as negociações secretas que anteriormente propuzera, esta recusa foi considerada um grande heroismo. D. Antonio fez-se então acclamar em Santarem, a 24 de junho de 1580, pelo povo enthusiasmado, que jurou morrer em defeza dos seus direitos e da independencia do reino. Alemquer, fiel ás antigas tradições da sua lealdade e patriotismo, abraçou a causa de D. Antonio, o qual esteve algum tempo hospedado no convento de S. Francisco, recebendo ali as homenagens das autoridades, de que se lavrou um auto, que elle assignou a 22 de julho do referido anno. Este auto ainda existia no anno de 1758, no archivo da camara d'aquella villa. Os governadores, por essa occasião reunidos em Setubal, não o reconheceram como rei, porém D. Antonio, sem perder um instante, veiu a Lisboa, reservando para mais tarde occupar-se dos governadores. D. João Tello de Menezes, pela sua parte, quiz defender-se em Lisboa, mas, á proporção que D. Antonio se aproximava, ia modificando a resistencia, e quando elle chegou á capital, já D. João Tello consentiu em recebel-o, se não como rei, ao menos como defensor do reino. O povo foi quem se enthusiasmou, sendo apenas acompanhado por um vereador, indo ao encontro do novo rei. O pomposo discurso com que o dr. Manuel da Fonseca Nobrega o veiu cumprimentar, indemnisou D. Antonio da pouca consideração que lhe testemunharam o clero e a nobreza; uns e outros se tinham abertamente declarado contra elle e até contra a duqueza de Bragança, cedendo á proposta de ajustes com Hespanha, proposta feita pelo cardeal-rei nas côrtes d'Almeirim, em 11 de janeiro de 1580; e além d'isso, pelas promessas e dinheiro que Christovão de Moura prodigamente dispendia. O prior do Crato proseguia, comtudo, no engrandecimento da sua causa; foi acclamado em Lisboa, assistindo á acclamação o embaixador francez; repartiu muitos cargos no paço, jurou manter os privilegios dos vassallos, escreveu cartas circulares a todas as cidades e villas para o reconhecerem por seu soberano. Esperava, portanto, que em breve todo o paiz lhe fôsse fiel, e conseguiu ainda que algumas cidades adoptassem o seu partido. Os governadores fôram obrigados a sahir de Setubal, e seguiram para Castro Marim, e, apenas sahiram, Setubal tambem acclamou a D. Antonio. Estes triumphos aproveitaram por tal modo ao seu prestigio, que o duque de Bragança chegou a entrevêr um caracter nacional. D. Antonio esperava soccorros da França, que mandára pedir, primeiro por um portuguez chamado Barreto, depois pelo consul francez Dora, mas a prudente Catharina de Medicis não mandaria esses soccorros antes de vêr o caminho que tomavam os acontecimentos, para se não declarar abertamente contra Filippe II, caracter obstinado em odios e vinganças. O prior do Crato tambem se via exhausto de recursos pecuniarios; os meios empregados para os obter, prejudicavam-lhe a popularidade, quebrando-lhe assim a sua unica e verdadeira força. Eram impostos successivos lançados sobre os mercadores; a emissão de moedas de má fabrica e do mais baixo toque; os mosteiros forçados a darem toda a prata que tinham. Não encontrando na milicia burgueza quem quizesse ser ministro n'estas execuções fiscaes, empregou a milicia negra, que organisára em Lisboa; e era ainda com a ajuda d'esta barbara soldadesca que obrigava os frades a pegar em armas. Entretanto, o duque d'Alba tratava de conquistar terreno a todo o transe. Comprava as resistencias, quando não podia captar as vontades. Chegando á frente de Estremoz, defendida por D. João d'Azevedo, este quiz resistir em nome dos governadores e não de D. Antonio, mas a praça tomou o partido de capitular, as portas abriram-se, e D. João d'Azevedo foi mandado preso para Villa Viçosa. Henrique de Gusman tomou Evora, depois Setubal, e, ganhando terreno, obrigou D. Antonio a tornar a entrar em Lisboa. A esquadra e o exercito de Hespanha apoderaram-se de Cascaes e da Torre de S. Julião; o exercito marchou sobre Lisboa. Ao chegar á ponte d'Alcantara, em agosto de 1580, D. Antonio tomou-lhe o passo capitaneando as poucas forças de que dispunha, dando renhida batalha, na qual praticou rasgos de bravura, mas em que ficou ferido e derrotado (V. *Alcantara, Batalha de*). O prior do Crato acolheu-se disfarçado nos suburbios de Lisboa, e segundo a tradição, a ultima noite que pernoitou na capital, foi no palacio da rua dos Poyaes de S. Bento, onde era

a loja de papel de Verissimo José Baptista, muito conhecido em Lisboa, cujo palacio está hoje transformado em predio, em que se vê uma papelaria. Dizem que nos titulos da propriedade se mencionava este facto. D. Antonio fugiu para o norte; e atravessando Lisboa a galope, parou a cinco leguas de distancia, passando depois a Santarem, onde reuniu o resto das tropas que lhe restavam, e d'ali seguiu ás provincias do norte, onde, depois de ter occupado successivamente Coimbra e Aveiro, se fortaleceu no Porto, mas não tardou que fôsse expulso pelo general D. Sancho de Avila, que fôra mandado em sua perseguição. Então D. Antonio, sem soldados e sem recursos, viu-se forçado a vaguear disfarçadamente pelo Minho, recebendo hospitalidade nos conventos, nas casas fidalgas e, ainda com mais frequencia, nas choupanas; e assim andou errando durante todo o resto do anno de 1580. A sua cabeça fôra posta a preço. Filippe II dava 80 mil ducados a quem lh'a apresentasse, e, comtudo não houve uma pessoa, nem mesmo entre as mais pobres, que se tentasse e atraiçoasse o prior do Crato. Estando em Aveiro, D. Antonio mandou a França um novo emissario, D. Antonio de Brito Pimentel, e finalmente, quando já estava refugiado nas montanhas, mandou ainda D. Jeronymo da Silva. Catharina de Medicis e seu filho, Henrique III, mostraram-se bem dispostos a favor do infeliz pretendente, e mandaram-lhe um navio para o trazer a França. D. Antonio já tentara evadir-se a bordo d'um navio que dera á costa, voltando o principe á sua triste peregrinação. O navio francez por muito tempo não pôde receber a seu bordo o proscripto, tal era a vigilancia activissima que o marquez de Santa Cruz, almirante hespanhol, desenvolvia. Afinal, em 6 de janeiro de 1581 conseguiu embarcar, e poude transportar-se para Calais, sendo auxiliado na fuga por um frade franciscano. Chegado a Calais, resolveu visitar a rainha Isabel de Inglaterra, que o recebeu affavelmente, dando-lhe muitas esperanças, que se desfizeram em desillusões. Embarcou então com destino á França, e a 6 d'outubro de 1581 estava no castello d'Eu, onde o esperava o duque d'Alençon, irmão do rei, com o qual teve uma entrevista. Seguiu depois a Dieppe, visitou o conde de Vimioso, Filippe Strozzi e outros amigos, que sempre se lhe conservaram fieis. Partiu para Paris, e no caminho recebeu muitas homenagens; Henrique III foi ao seu encontro até Nantes. Em Paris teve uma recepção com honras de rei; hospedou-se no Louvre. N'estas homenagens havia uma intenção reservada. O plano da França era humilhar a influencia da Hespanha e alcançar o Brazil, que D. Antonio

D. Antonio

promettera, se subisse ao throno. Armou-se uma esquadra de cincoenta e cinco navios, equipou-se um exercito de cinco mil homens, distribuiu-se o commando pelo capitão Landereau e por Filippe Strozzi, e, o que é ainda mais, advertiu-se á Inglaterra, que lhe incumbia associar-se com egual empenho a este movimento. Semelhante politica não foi bem recebida por toda a França. Levantaram-se contra ella protestos e conflictos. Entretanto D. Antonio achava-se em Tours, onde as circumstancias lhe eram ora favoraveis ora adversas. Se uns defendiam a sua causa, outros a condemnavam com a mesma energia. Prompta a esquadra, fez-se á véla, trazendo a seu bordo o prior do Crato, o conde de Vimioso, Ruy Gomes e outros portuguezes, M. de Saint-Soléne, Jean Beaumont e varios fidalgos francezes. Aportou á ilha Terceira, onde a soberania de D. Antonio fôra reconhecida e era sustentada pelo seu governador Cypriano de Figueiredo, que conseguira desbaratar a expedição hespanhola, que fôra disputar-lhe o governo. D. Antonio foi bem recebido, porém o inimigo rugia-lhe perto. As forças castelhanas, commandadas pelo marquez de Santa Cruz, tinham baluarte nos Açôres. D. Antonio meditou logo uma batalha, que veiu a ferir-se em Villa Franca do Campo, a 27 de julho de 1582. A lucta era desegual, os castelhanos tinham a seu favor a superioridade dos navios e das forças, e a tactica dos officiaes. Foi esta a primeira batalha naval que se deu no alto mar Atlantico. Os portuguezes ficaram derrotados, succumbindo o conde de Vimioso e Strozzi, que eram dos melhores companheiros de D. Antonio, depois de combaterem corajosamente. O prior do Crato refugiou-se na ilha Terceira, mas não desistindo do seu proposito, entregou ao conde de Torres Vedras, D. Manuel da Silva, o governo das duas ilhas, Terceira e Fayal, que se conservavam ainda fieis, e partiu para a Europa. A 29 de dezembro de 1582 estava em Tours redobrando de esforços com os governos inglez e francez, para que o auxiliassem. N'este empenho eram-lhe favoraveis alguns diplomatas de nome conhecido, como lord Burghley, M. de Vivonne de Saint-Goard e outros. Henrique III limitou-se a offerecer uma pequena força, commandada por Aymar du Chaste, o qual dirigindo-se á Terceira, assistiu á queda d'esta ilha e da do Fayal, que no fim de muita resistencia, já haviam capitulado. Antes de terminar o anno de 1583, Aymar du Chaste regressou á França com os que tinham podido escapar da expedição e ás crueldades do marquez de Santa Cruz; o conde de Torres Vedras fôra decapitado. A hora fatal do desterro soou então para D. Antonio. Refugiado na aldeia de Rueil, proximo de Paris, em principios de 1584, padeceu grande doença e chegou ás ultimas privações, que eram partilhadas por dois dos seus filhos naturaes, D. Miguel e D. Christovão. A miseria era tanta, que ás vezes passavam unicamente a pão e agua, e os criados que se lhe conservavam fieis, chegaram a estar dias successivos sem comer, sem soltarem o mais leve queixume. O que se torna singular, é que n'este estado tão afflictivo, foi quando D. Antonio manteve mais austera a sua dignidade, recusando com altivez as propostas de Filippe II, que lhe promettia pagar as dividas e dar-lhe uma quantia avultada em troca da desistencia dos seus direitos á corôa portugueza. Em Rueil todos o res-

peitavam; os habitantes pediram-lhe como grande honra que fôsse collocar a primeira pedra da egreja que iam construir. Até 1793 via-se n'esta egreja uma inscripção, dizendo que fôra D. Antonio I, rei de Portugal, quem collocara a pedra fundamental d'aquelle edificio em 1584. D. Antonio ainda fez varias tentativas, que fôram infructuosas. Filippe II não deixava de perseguil-o, e quatro assassinos, por sua ordem, pretenderam matal-o, o que obrigou D. Antonio a fugir, indo abrigar-se na Bretanha no castello d'Auray, que Catharina de Medicis lhe offereceu. Não se julgando seguro, porque o duque de Mercœur, governador da Bretanha, estava em boas relações com a Hespanha e parecia disposto a entregal-o, refugiou-se no castello de Beauvoir, pertencente á duqueza de Loudunois; ainda d'ali, D. João Heredia, sobrinho do marquez de Santa Cruz, sendo enviado por Filippe II, tentou arrancal-o á força d'armas, mas não o encontraram, porque D. Antonio fugira para a ilhota de Sossimo. O castello foi então saqueado. Em agosto de 1585, Henrique III promulgou cartas patentes, declarando que o principe D. Antonio estava debaixo da sua protecção, fustigando severamente os que se tinham atrevido a molestal-o. Porém a auctoridade de Henrique III era pouco respeitada em França, e D. Antonio foi refugiar-se na cidade protestante da Rochella, onde afinal se poude considerar seguro. Vendo, porém, os seus negocios paralysados, e crendo que em França poderia ser accommettido com alguma punhalada pelos agentes de Filippe II, passou á Inglaterra em 1586. A rainha Isabel mostrava-se inclinada ao proscripto, a Hollanda tambem o olhava com attenção, e Catharina de Medicis, despertada por tantas benevolencias, que poderiam prejudical-a, convidou-o a voltar para França, mas D. Antonio recusou. Filippe II exigia da rainha Isabel a extradição de D. Antonio, e ao mesmo tempo assalariava Miguel Vaz para ir a Londres envenenal-o. A Inglaterra, seduzida pelas promessas de D. Antonio, chegou ainda a armar uma esquadra de 30 navios, com 12 mil homens, a qual se fez de véla a 1 d'abril de 1589. N'esta expedição, commandada por John Norris e Francis Drake, vinha D. Antonio, seu filho D. Manuel, e outros homens notaveis, e entrou no Tejo a 21 de junho seguinte. O ataque sobre a cidade custou milhares de vidas, mas Lisboa estava esmagada por um jugo de ferro, e a armada teve de retirar-se, e com ella D. Antonio, que recebera o ultimo desengano. O resto da vida passou-o, errando de França para Inglaterra, como que ao acaso; sentindo avisinhar-se-lhe a morte, escreveu de Paris uma serie de cartas á rainha de Inglaterra, ao rei de França, ao principe Mauricio de Nassau, ao conde d'Essex e á princeza d'Orange. O assumpto d'estas cartas era o pedido d'uma esmola para os filhos que iam perder seu pae. D. Antonio foi sepultado no convento grande dos franciscanos em Paris, mas o coração ficou depositado no convento da Ave Maria, da ordem de Santa Clara, ao lado do altar-mór, com um longo epitaphio em latim, que vem publicado no 1.º vol. da *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, a pag. 191. D. Antonio, na hora extrema, pediu que os seus ossos fossem trasladados para Alemquer, e os sepultassem no côro do convento de S. Francisco; seu filho D. Manuel tambem manifestou este desejo, porém não se cumpriram as suas ultimas vontades, porque os cadaveres do pae e do filho se conservaram no estrangeiro, longe da patria que tanto prezavam. De diversas mulheres teve D. Antonio dez filhos; foi homem intelligente e muito illustrado; além das cartas em que falámos, escreveu tambem, em latim: *Psalmi confessionales*, que fôram traduzidos em diversas linguas. Em 1653 publicou-se em Lisboa uma traducção com o seguinte titulo: *Soliloquios em que um peccador arrepeudido fala com Deus, disposições para bem se confessar, e industrias para bem morrer. Acharam-se em um escriptorio do Serenissimo D. Antonio Principe Portuguez, na sua propria letra, na lingua latina, com tradição que era obra do seu grande juizo, e confissões feitas pelo seu grande arrependimento, agora traduzidos e pouco acrescentados para melhor cadencia da lingua portugueza, pelo P. Fr. Jorge de Carvalho*, etc. Escreveu tambem: *Panegyris Alphonsi primi Lusitanorum Regis*, Conimbricæ, 1550; este panegyrico foi recitado pelo autor na presença de D. João III e da rainha D. Catharina, quando em 1550 fôram visitar a Universidade; escreveu tambem a sua vida, em 3 tomos, com o titulo de *Historia do rei D. Antonio*. Este manuscripto foi dado por seu filho D. Manuel de Portugal, a fr. João Caramuel, que o conservou em grande estimação. Acerca do prior do Crato ha publicados muitos livros, tanto nacionaes como estrangeiros, de que nos dá relação o *Diccionario bibliographico*, de Innocencio da Silva, vol. 1.º e 8.º

Antonio *(D.)*. Infante de Portugal, filho d'el-rei D. Manuel e da rainha D. Maria. Nasceu em Lisboa a 9 de setembro de 1516, morrendo logo depois de nascido, e foi enterrado na egreja de Belem; a sua morte causou tambem a de sua mãe, porque a deixou tão doente, que falleceu em 7 de março de 1517.

Antonio *(D.)*. Infante de Portugal, filho d'el-rei D. João III e da rainha D. Catharina. Nasceu em Lisboa a 9 de março de 1539, falleceu a 20 de janeiro de 1540.

Antonio *(D.)*. Infante de Portugal, filho d'el-rei D. Pedro II e da rainha D. Maria Sophia de Neuburgo. Nasceu em Lisboa a 15 de março de 1694. Era homem sympathico e muito predilecto d'el-rei D. João V, seu irmão. Viveu, comtudo, sempre retirado, e morreu nas proximidades de Lisboa, na quinta da Tapada, no dia 20 d'outubro de 1757.

Antonio *(D.)*. Filho illegitimo de D. João V, um dos tres irmãos conhecidos pelos «Meninos de Palhavã», D. Antonio, D. Gaspar e D. José. D. Antonio nasceu a 1 d'outubro de 1714, foi reconhecido com seus irmãos por el-rei D. José, a 18 de janeiro de 1755, recebendo d'esta data em deante as honras que lhe competiam. Viviam no palacio de Palhavã, pertencente hoje aos srs. condes d'Azambuja. D. Gaspar, em 1746, foi nomeado arcebispo de Braga. Os tres irmãos guerreavam occultamente o marquez de Pombal, sendo o mais audacioso o arcebispo. O marquez soube das suas idéas revoltosas, e mandou desterrar para o convento do Bussaco, a 21 de julho de 1760, D. Antonio e D. José, que era inquisidor mór. O arcebispo tornou-se manso, mas os desterrados só voltaram á capital em 1778, quando morreu el-rei D. José, e se deu a demissão do marquez de Pombal. D. Antonio falleceu a 14 de

agosto de 1800, e foi sepultado na capella de N. S.ª da Encarnação, no claustro do mosteiro de S. Vicente de Fóra. Transcrevemos da *Descripção geral e historica das moedas*, etc., do dr. Teixeira d'Aragão, a pag. 72, vol. II o seguinte documento, por onde se vê, que D. João V reconheceu estes seus tres filhos illegitimos: «Por entender que sou obrigado, declaro que tenho tres filhos illegitimos de molheres limpas de todo o sangue infeto, hum se chama D. Antonio, outro D. Gaspar que se chamou no baptismo Manuel, outro D. José que no baptismo se chamou Manuel. A sua educação encarreguei a fr. Gaspar da Encarnação, reformador dos conegos regulares, o que executou com tanto cuidado e zello, que tenho muito de que me agradar, e que lhe agradeser pelo que me consta a respeito dos ditos meus filhos. Encomendo ao principe lhes dê aquelle estado, que mais for conveniente ás suas pessoas como irmãos seus: Eu sempre quiz que fossem encaminhados para o Ecleziastico e espero que o Principe os favoreça e ajude, de sorte que tendo a abundancia competente não necessitem de outra proteção mais que a sua; Mandei fazer esta declaração pelo Beneficiado Antonio Batista, a qual a entregará ao dito fr. Gaspar da Encarnação, que a apresentará no tempo que lhe tenho declarado. Villa das Caldas da Rainha, 6 de Agosto de 1742. Com a rubrica de S. Magestade.» *V. D. Gaspar e D. José.*

Antonio *(D.)*. Principe de Portugal, filho primogenito do principe regente D. João, que depois foi D. João VI, e de D. Carlota Joaquina. N. em 1795 e f. em 1802. O seu nascimento foi celebrado com muitas e pomposas festas, de que se fizeram minuciosas descripções.

Antonio *(Fr.)*. Eremita de S. Paulo, na serra d'Ossa no Alemtejo. O seu nome ficou memorado nos fastos da sua ordem, pela piedosa crença, que elle consagrava á Virgem, sob a invocação de Nossa Senhora de Guadalupe. Com effeito, tendo realisado uma viagem a Jerusalem pelo anno de 1500, foi, quando voltava, atacado junto a Narbonne, por uma quadrilha de ladrões que o roubaram e feriram, deixando-o por morto. Elle, porém, invocando a Santa Virgem de Guadalupe, conseguiu salvar-se, o que o levou a fazer uma romaria em acção de graças ao sanctuario d'essa Senhora, e voltando depois para Portugal, morreu no seu convento, com fama de santidade. Escreveu: *Declaração sobre os sete Psalmos da Penitencia em linguagem Portugueza dedicada a seu irmão em Christo o virtuoso, e devoto pobre Tristão Provincial de todas as Provincias da Serra Dossa, e vida eremitica de S. Paulo primeiro Ermitão*, Lisboa, 1544.

Antonio *(Mestre)*. Cirurgião-mór d'el-rei D. João II, a quem os nossos chronistas chamam *Fisiquo e solorgiam*. N. em Torres Novas, e parece que vivia ainda em 1551. Era filho de mestre Thomaz, e foi pae de Nicolau Lopes, que tambem gosou das honras de *Fysico d'El-rei.* Escreveu: *Compendio das grandezas e cousas notaveis d'Entre Douro e Minho,* impresso pela primeira vez em e 1606, que anda sempre annexo á Chronica de Ruy de Pina, a quem muitos o attribuiram. Escreveu tambem: *Memorias do seu tempo,* e *Chronica de D. João II; Ajudas da Fé contra os judeos,* obras que ficaram manuscriptas.

Antonio *(Mestre)*. Medico da côrte de el-rei D. João II, estabeleceu-se em Arzilla no principio do seculo XVI, e não só se occupou de tratar os feridos e doentes da guarnição da praça africana, mas tambem escreveu uma historia das *Cavalgadas e boas entradas que fez D. Pedro de Menezes almocadem de Arzilla*, que ficou em manuscripto como uma grande parte dos livros que podiam dar subsidios á historia portugueza.

Antonio *(Santo)*. Os portuguezes chamam a este vulto notabilissimo do agiologio nacional, *Santo Antonio de Lisboa*, emquanto que do seu lado os italianos o conhecem por *Santo Antonio de Padua*, por ter prégado e passado grande parte da sua vida em Padua. N. em Lisboa, em 15 d'agosto de 1195, n'uma casa que existia então junto a uma das portas da antiga cidade, intituladas *Portas do Mar*, no local denominado *Pedreira da Sé*, casa que hoje vêmos transformada n'um elegante templo levantado á sua memoria; falleceu em Padua, a 13 de junho de 1231. Foi n'aquella casa que viu a luz do mundo esse pequenino ente, que devia tornar-se gigante na austeridade do seu caracter, na santidade da sua vida, no talento e intelligencia pouco vulgares, que fôram o assombro do mundo inteiro, no desprendimento absoluto com que encarava as cousas mundanas, gigante na palavra, no exemplo de todas as virtudes, na fama de santidade tão justamente adquirida, a ponto de ser canonisado logo no anno seguinte ao da sua morte. O papa Gregorio IX, foi testemunha da sua eloquencia, valor e santidade, quem celebrou a cerimonia da canonisação, a instancias dos habitantes de Padua, em 30 de maio de 1232, na cathedral de Spoletto, onde então estava estabelecida a curia romana. Os nuncios paduanos voltaram jubilosos a Padua, e apresentaram a bulla da canonisação. Foi esse dia de grande festa na bella cidade italiana, e no anno seguinte, em 13 de junho, primeiro anniversario da morte do notavel thaumaturgo, celebraram-se pomposas solemnidades em honra d'aquelle heroe do christianismo, que a egreja glorificara. Santo Antonio foi baptisado na Sé de Lisboa; ainda hoje se vê n'aquelle templo, ao lado esquerdo, entrando pela porta principal, o baptisterio onde se realisou a cerimonia do baptismo, recebendo o nome de Fernando o neophyto a quem o futuro reservava a consagração d'um dos maiores santos da christandade. O baptisterio está resguardado por um gradeamento doirado, tendo sobre a porta o seguinte distico, escripto em latim, em letras tambem doiradas:

HIC SACRIS LUSTRATUS AQUIS ANTONIUS ORBEM
LUCE BÉAT, PADUM CORPORE, MENTE POLUM

Santo Antonio era filho de Martim de Bulhões e de D. Thereza Maria Taveira, ambos pertencentes a familias distinctas. Martim de Bulhões era empregado na Casa Real. Desde muito creança, sentindo decidida vocação para a vida ascetica, Fernando de Bulhões começou a frequentar os claustros da Sé de Lisboa, e ali cursou as primeiras lettras, os principios da doutrina christã, latim e musica. As tendencias para o serviço divino cada vez mais se lhe enraizavam n'alma, o seu maior prazer era ajudar todos os dias á missa, e exercer devotamente outros misteres como menino do coro, nas horas que os estudos lhe deixavam livres. Tinha 15 annos quando se

resolveu a entrar n'uma ordem religiosa, e querendo pôr em pratica o seu desejo, pediu humildemente ao superior do mosteiro de S. Vicente de Fóra, da ordem dos conegos regrantes de Santo Agostinho, o prior Gonçalo Mendes, que o admittisse n'aquelle religioso asylo, e obtido o consentimento do digno prelado, tomou o habito augustiniano no anno de 1211. Durante dois annos ali permaneceu, porém o ardente desejo de se encerrar n'um convento mais austero, o impelliu para Santa Cruz de Coimbra. Era então prior D. João Cesar, que o recebeu com toda a consideração e respeito, porque apesar da curta edade de dezoito annos, Fernando de Bulhões já era notado pelo seu fecundo e raro talento, e pela fama da santidade. Perto de oito annos se conservou em Santa Cruz, de Coimbra, onde estudou philosophia e theologia. Conta a tradicção, que o santo thaumaturgo era dotado de prodigiosa memoria; sabia de cór a Sagrada Escriptura e as passagens mais notaveis dos santos padres que a commentaram. N'aquella epoca tambem se tornara muito afamado outro santo varão, Francisco d'Assis, a quem chamavam o *Seraphico*, por ter instituido a ordem seraphica; a fama d'aquelle religioso chegou a Portugal, e em sua honra, a rainha D. Urraca, mulher de D. Affonso II, quiz fundar um pequeno convento em sitio pouco distante de Coimbra, onde se recolhessem os frades da ordem dos menores mendicantes de S. Francisco; o convento edificou-se no anno de 1217, primeiramente com a invocação de Santo Antão, passando depois a chamar-se de *Santo Antonio dos Olivaes*. O numero de frades era diminuto, os quaes viviam n'uma severidade cenobitica rigorosissima; vinham pedir esmola á cidade, e Fernando, vendo-os tão humildes e resignados, despertou-se-lhe n'alma o mais vivo interesse por aquella vida de extrema pobreza e continua penitencia. A chegada a Coimbra das reliquias dos santos martyres de Marrocos ainda mais lhe avivou o seu amor pela ordem seraphica, e de ir procurar tambem os martyrios ás inhospitas terras africanas. Fernando decidiu definitivamente trocar o habito de Santo Agostinho pelo pobre e tristissimo burel dos franciscanos, contando 26 annos de edade, mudando egualmente de nome, adoptando o de Antonio, em louvor do novo convento que lhe servia de asylo. Corria então o anno de 1220. Hoje, em vez d'aquella casa religiosa, vê se a egreja parochial conservando a mesma denominação de *Santo Antonio dos Olivaes;* junto ha uma capella, que segundo consta, foi construida no proprio logar onde estava a cella do santo. Na egreja guarda-se, desde tempos bem remotos, uma ou duas télas conhecidas do seu verdadeiro retrato. Santo Antonio conseguiu tambem partir para Africa como missionario; chegou a embarcar, porém adoeceu gravemente, e essa circumstancia o obrigou a desistir do seu intento; regressando a Portugal, uma terrivel tempestade arrojou ás costas da Sicilia o navio que o conduzia. Sabendo então pelos frades de Messina, que em Assis ia reunir-se o capitulo geral da ordem, convocado pelo seu fundador S. Francisco, quiz tambem assistir áquella congregação, o que conseguiu, apesar de ainda se sentir muito fraco, consequencia da grande enfermidade que o accommettera, e dos incommodos da tempestade que supportara. Concluido o capitulo, os frades dividiram-se pelas provincias, e Santo Antonio pediu ao Geral, fr. Graciano, que o collocasse n'um logar qualquer solitario; fr. Graciano levou-o para um oratorio de frades, situado no ermo do monte de S. Paulo. Ali viveu no meio da maior solidão e penitencia. Tempo depois alguns frades fôram mandados a Forlivia a tomar ordens, entre elles tambem Santo Antonio e alguns frades da ordem dos prégadores. N'esta reunião, recusando-se todos a prégar, Santo Antonio humildemente tomou a palavra, falou com tanta eloquencia e erudição, que o seu discurso enthusiasmou o auditorio. S. Francisco, sendo sabedor d'este facto, mandou aperfeiçoal-o nos estudos pelo abbade de Vercelli, e impoz-lhe o preceito de prégar e ensinar theologia. Antonio obedeceu com humildade áquelle preceito, e começou as suas missões por toda a Italia e França, sendo sempre escutado com o maior respeito e veneração. Em Rimini, onde as doutrinas hereticas grassavam profundamente arraigadas, conseguiu converter muitos infieis; em Roma, o papa e o sacro collegio admiravam a eloquencia dos seus sermões; em Tolosa, em Montpellier, professou a sciencia theologica com a mais brilhante nomeada; em Puy foi guardião do convento dos menores. Em 1230, tendo já fallecido S. Francisco, reuniu-se capitulo geral, em que fr. Elias, o ministro geral, quiz minorar os rigores da regra seraphica, impostos pelo santo fundador Santo Antonio oppoz-se energicamente, o que causou no espirito dos frades certa indignação, chegando

Santo Antonio

Copia do quadro existente na Basilica de Padua

a descompol-o e a perseguil-o. Fr. Elias, enraivecido, quiz até mandal-o prender; Antonio, porém, partiu para Roma, e queixou-se ao pontifice Gregorio IX, resultando ser annullado tudo quanto o Geral disposera, sustentando a religião com toda a força e autoridade. N'aquelle capitulo, foi Santo Antonio ordenado prégador e leitor do papa; depois de andar de cidade em cidade, de provincia em provincia, animando e exhortando os povos com a sua palavra evangelica, permaneceu em Padua, onde o enthusiasmo pelos seus sermões era tal, que o povo corria em grandes massas ás egrejas, que não podiam comportar tão consideravel numero de ouvintes; esta circumstancia obrigou Santo Antonio a prégar nos campos, para que todos podessem escutal-o. A's suas predicas assistia sempre o bispo, o clero, todos os religiosos, e até as donzellas recolhidas. As lojas fechavam-se durante os sermões, porque os logistas corriam a ouvil-o, e apesar d'aquelle concurso enorme de pessoas, emquanto o santo falava, não se ouvia o mais pequeno rumor. A fama dos seus milagres tomava grande desenvolvimento, e a integridade do seu caracter e os bons conselhos eram respeitados e venerados. Finalmente, contando apenas 36 annos de edade, achando-se n'um arrabalde de Padua, chamado o *Campo de S. Pedro,* sentiu-se doente, e sendo levado em braços para o oratorio de Santa Maria d'Arcella, instituido por S. Francisco em 1220, e pertencente á ordem dos menores, ali expirou. Todos prestaram homenagem ao talento rarissimo d'aquelle profundo theologo, d'aquelle heroe da christandade; e na verdade, Santo Antonio foi um homem superior na epoca em que viveu. Gregorio IX chamou-lhe *Arca do Testamento;* Xisto V, *Chave de oiro*; os seus biographos chamam-lhe *Martello de hereges, Defensor da fé, Lume da Egreja, Officina de milagres, Maravilha da Italia, Honra das Hespanhas, Gloria de Portugal, Cherubim eminentissimo da religião serafica*, etc. O padre Braz Luiz d'Abreu publicou um livro em Coimbra, em 1725, dedicado ao santo thaumaturgo, narrando a sua vida e milagres, o qual tem por titulo: *Sol nascido no occidente e posto ao nascer do sol.* Seria longo enumerar os milagres que as chronicas religiosas attribuem ao popular santo portuguez, tanto durante a vida como depois da sua morte. Na *Chronica dos frades menores da ordem de S. Francisco*, de fr. Marcos de Lisboa, livro v da parte I, descrevem-se muitos d'estes milagres; especialisaremos apenas o seguinte, que se tornou muito popular: estava o santo a prégar em Padua, e veiu a Lisboa salvar o pae, já no caminho do patibulo, sentenceado á morte pela imputação d'um crime d'assassinio. Os paduanos ouviam o sermão que elle prégava n'um pulpito improvisado n'um dos arredores da cidade, e apesar do prodigioso thaumaturgo vir a Lisboa, a sua figura não deixou de se conservar no pulpito. Chegando o santo ás proximidades da Sé, encontrou o triste cortejo no local onde, segundo consta, hoje vêmos a rua do Milagre de Santo Antonio, assim chamada em commemoração d'este facto. Os magistrados e os guardas pararam. O santo declarou que o pae estava innocente, e dirigindo-se ao adro da Sé, que servia de sepultura á victima, mandou abrir a cova e levantar o morto, o qual, erguendo-se, affirmou a innocencia de Martim de Bulhões. Os magistrados, confusos, deram logo a liberdade ao preso, e querendo saber quem fôra o verdadeiro assassino, o santo desappareceu, dizendo que viéra de Padua salvar um innocente, e não denunciar criminosos. Santo Antonio ficou sepultado em Padua, porque os paduanos não consentiram de fórma alguma que o seu corpo d'ali sahisse. Em 1259 erigiram-lhe, n'aquella cidade, um sumptuoso templo, e em 1263, a 7 d'abril, realisou-se a trasladação das suas reliquias. O cardeal de Bolonha celebrou a ceremonia, e mandou fazer á sua custa um cofre de prata, onde se encerrou a cabeça do santo. S. Boaventura, que assistiu á trasladação, vendo a lingua intacta, encerrou-a no sacrario das reliquias, na sacristia dos frades. O corpo do santo foi mais duas vezes trasladado, porém sómente se commemora a segunda trasladação, realisada em 15 de fevereiro de 1350, para a grandiosa basilica que os paduanos lhe edificaram novamente, basilica que póde competir com a maior das maravilhas do mundo. No *Anno Historico*, do padre Francisco de Santa Maria, vol. I, pag. 272, vem a descripção da capella que n'esta basilica foi destinada ao deposito do milagroso cadaver. A devoção pelo thaumaturgo portuguez está generalisada por todo o mundo catholico; em todas as nações estrangeiras se vêem imagens do santo nas egrejas, e muitos templos edificados em sua honra, especialmente na Italia. Em Portugal, não ha talvez, tanto em Lisboa como nas terras das provincias, egreja que não possua a imagem de Santo Antonio, nem tão pouco oratorio particular, por mais insignificante que seja. Na cidadella de Cascaes, existe na capella de N. S.ª da Victoria a imagem de Santo Antonio, imagem que tem uma historia muito curiosa. Pertenceu ao regimento de infantaria 19, o qual foi creado pelo decreto de 3 de dezembro de 1808: a imagem acompanhou sempre o regimento em toda a campanha peninsular desde 1810 até 1814, sendo de grande devoção para os soldados. Passa como certo que o santo fôra aprisionado pelos francezes, e que o regimento correra logo a libertal-o; desde então a imagem andava sempre bem á vista, collocada em cima d'um macho branco. O Santo Antonio de Cascaes tem a patente de tenente coronel, e é condecorado com a cruz de oiro, algarismo 5, commemorativa da guerra peninsular. Em 1895 festejou-se o 7.º centenario do anniversario da sua morte; as festas duraram de 13 a 30 de junho, constando de grandes illuminações, cortejo civico, conferencias religiosas em S. Vicente, procissão, marcha *aux flambeaux,* etc. A imagem de Santo Antonio de Cascaes tambem figurou na procissão de triumpho que se realisou no dia 30. N'esta occasião publicaram-se varios livros e folhetos ácerca da vida e milagres do popular santo, e os jornaes tambem lhe renderam homenagem, publicando o seu retrato e dedicando-lhe artigos elogiosos. A respeito do regimento de infantaria 19 e do seu veneravel santo, póde lêr-se o livro do sr. major Augusto Carlos de Sousa Escrivanis, governador militar da cidadella de Cascaes.

Antonio *(Santo).* Varias povoações d'este nome em Portugal. V. *Santo Antonio.*

Antonio *(Santo).* Cidade da Ilha do Principe, na Guiné, Africa Occidental. V. *Santo Antonio.*

Antonio *(Fr. Aleixo).* Jesuita. Nasceu em Agueda a 22 de janeiro de 1712; ignora-se a

data do fallecimento. Era filho de Manuel Pinheiro Henriques e de Agneda de Figueiredo. Entrou na Companhia de Jesus, aprendeu as letras amenas e severas, e, depois de recebido o grau de mestre em artes, dictou philosophia aos seus domesticos. Ao tempo que no collegio do Pará explicava humanidades, compoz em honra de S. João Francisco Regis, escripto no catalogo dos santos, a seguinte tragi-comedia que foi representada com applauso dos espectadores: *Herculcs Gallicus, Religionis Vindex Plausus theatralis D. Joanni Francisci Regis S. J.*, Lisboa, 1739; *Oração funebre nas exequias do Augustissimo, e Fidelissimo Senhor Rey D. João V, prégado na Igreja do Collegio da Companhia da Cidade de Belem do Grão Pará*, Lisboa, 1754.

Antonio *(Bento)*. Escriptor do seculo XVIII, e supposto heroe do poema satyrico, intitulado a *Benteida* ou *Nova Metamorphose*, de Alexandre Antonio de Lima, que se publicou em nome de *Andronio Meliante Laxaed*, anagramma do nome do autor. Escreveu um livro intitulado: *Aldêa na Côrte e noites de verão, seguidas ás Noites de inverno de Francisco Rodrigues Lobo, offerecido ao Excellentissimo Senhor D. Martinho de Mascarenhas, filho do Excellentissimo Senhor Marquez de Gouvêa*, Lisboa, 1750. D. Martinho de Mascarenhas era filho de D. José de Mascarenhas, então marquez de Gouveia, e depois duque d'Aveiro, que em 14 de janeiro de 1759 foi justiçado no cadafalso em Belem, como chefe da conjuração contra a pessoa e vida d'el-rei D. José.

Antonio *(Francisco)*. Padre jesuita. Nasceu em Lisboa a 13 d'abril de 1713, falleceu em 1775, no hospital de S. José, da mesma cidade. Admittido na ordem em 13 de junho de 1728, ensinou grammatica e as humanidades, cinco annos de rhetorica; partiu para as Indias, foi deportado na Italia. Escreveu: *Mercurio philosophico, dirigido aos philosophos de Portugal, com a noticia dos artigos, que na Dieta imperial da Philosophia na sessão quinta, se consultaram e mandaram propôr á physica experimental da Real Casa de Nossa Senhora das Necessidades, a fim de estabelecer uma perfeita paz entre a philosophia moderna e antiga*, Lisboa, 1752; *Mercurio grammatical, dirigido aos estudiosos da lingua latina em Portugal, com a noticia do que na Dieta da Grammatica, na sessão terceira, se consultou e determinou sobre o Novo methodo da Grammatica Latina, que para uso das escolas e da Real Casa das Necessidades ordenou e compoz a Congregação do Oratorio*, Lisboa, 1753. O padre Antonio defende a supremacia da grammatica d'Alvares, e a justifica das faltas, ou pretendidas faltas, que Antonio Pereira assignala no seu prefacio.

Antonio *(Francisco)*. Mathematico, contemporaneo do jesuita do mesmo nome. Escreveu: *Taboadas perpetuas e immudaveis e Praxe mais facil de resolver os problemas da navegação*, Lisboa, 1765.

Antonio *(Francisco)*. Esculptor e musico distincto no seculo XVIII. Falleceu com 60 annos, em 1795 ou 1796. Era notavel como regente, por ter uma excellente voz de baixo profundo, e por possuir bastantes conhecimentos technicos. Nos annos de 1791 e 1792 dirigiu a festa de S. Lucas, que a irmandade dos pintores fazia annualmente. Pertenceu tambem á irmandade de Santa Cecilia, na qual foi admittido em 1790. Como esculptor, foi discipulo de José d'Almeida *V. este nome*.

Antonio *(Francisco)*. Padre jesuita. N. em Lisboa, em 1535, falleceu em Madrid a 15 de fevereiro de 1610. Frequentou na Universidade de Coimbra com tanta applicação o direito civil, que o dictou em dois annos, ganhando grande fama, quando apenas contava 23 annos de edade. Tomou o habito da ordem dos jesuitas, no collegio da mesma cidade, a 25 d'abril de 1558. Por ser ornado de muita prudencia, foi mandado pelos superiores com o padre Balthazar de Pina para a fundação do collegio de Fassão na Sardenha. Depois foi mestre de noviços em Roma, passou a Vienna d'Austria, e sendo apresentado na côrte, a imperatriz Maria mais d'uma vez o enviou a Madrid, como embaixador, a seu irmão, Filippe II. O padre Francisco Antonio foi, durante trinta e seis annos, prégador da referida imperatriz. Quando falleceu, estava em Madrid, n'uma embaixada. Como sahira de Portugal, ainda muito novo, escreveu todas as suas obras em latim e em hespanhol, as quaes são as seguintes: *Carta a S. Francisco de Borja*, de Vienna, 10 d'agosto de 1567, para lhe recommendar Estanislau Kostka, na *Chrono-Historia* de la C. de J. en la Provincia de Toledo, tomo II, pag. 185; *Avisos para soldados y gente de guerra compuestos por el P. Francisco Antonio de la Compañia de Jesus, dirigidos al Serenissimo Principe y Señor, el Cardenal Archiduque Alberte*, Madrid, 1590; e outra edição em Bruxellas, 1597; a obra foi traduzida em italiano, e publicada em Roma, 1708; *Catechismus Hoc est. Catholica christianae Iuuentutis institutio, à Magistro Edmondo Augerio Societatis Iesv Theologo, primum editus: Nunc vero sacræ scripturæ, Sacrorum Conciliorum, ac SS. Patrum authoritatibus illustratus et locupletatus per Patrem Franciscum Antonium eiusdem Societatis Iesv. Ad Serenissimum Principem Albertino Cardinalem Archiducem Austriæ*, Madriti, 1592; *Considerationes sobre los mysterios del Altissimo sacrificio de la Missa. Repartidos en quatro libros, en los quales tambien se ponem muchos frutos y milagros de la Missa, y del santissimo Sacramento, y del Agua Bendita, y de las Imagines, y Reliquias de los Santos, y de la señal de la Cruz, y del Agnus Dei, por el Padre Francisco Antonio de la Compañia de Iesus, dirigida a la Ces. R M. de la Emperatriz*, Madrid, 1596; *Tratados espirituales de algunos santos antiguos*, Madrid, 1603; *Carta á Don Juan de Borja*, Madrid, a 12 de junho de 1604, sobre a tentativa do grau de theologia de D. Gaspar de Borja, que na edade de 20 annos deixou admirado o claustro de doutores da Universidade de Alcalá, a fol. 359 d'um recopilador manuscripto do *British Museum*; Carta ao referido Don Juan de Borja, pedindo-lhe recommendação para o vice-chanceller de Aragão, a fol. 361; *Commentarii in libros Priorum et Posteriorum Aristotelis, partim octaviani liberi baronis Fugger; partim alterius manuscripto*, 1567.

Antonio *(Padre Gaspar)*. Poeta portuguez do seculo XVI, que gosou de reputação entre os seus contemporaneos, ficando, porém, manuscriptas todas as suas obras. Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, vol. III, pag. 332, diz que o padre Gaspar Antonio se manifestou poeta insigne na *Ecloga*, em que são interlocutores Menandro Hergasto, Lizandro, e Argeo, cuja *Ecloga* está no *Cancioneiro*, de que foi collector o Padre Pe-

dro Ribeiro, escripto no anno de 1577, e se conservava manuscripto na bibliotheca do cardeal de Sousa.

Antonio *(Fr. José).* Carmelita calçado, doutor em theologia pela Universidade de Coimbra. Escreveu: *Regra e constituições dos religiosos e religiosas da B. sempre Virgem Maria do Monte Carmello, da antiga e regular observancia. Acrescentadas com a exposição da mesma regra*, etc., *composta em hespanhol pelo P. fr. Francisco Pastor, e traduzida em lingua portugueza, e n'esta impressão acrescentada*, etc., Coimbra, 1749.

Antonio *(Luiz)* Medico. Lente de medicina na Universidade de Coimbra. N. em Lisboa, em 1547. Escreveu em latim varios trabalhos sobre aquella sciencia e particularmente sobre a respiração, o coração e a asthma.

Antonio *(Manuel).* Parece que nasceu em 1720, segundo o prologo ou dedicatoria da seguinte obra, e foi baptisado em 19 de dezembro d'aquelle anno. Era clerigo *in minoribus*. Escreveu: *Panegyrico do ex.mo e rev.mo sr. D. Rodrigo de Moura Telles, principal de santa igreja patriarchal* (depois arcebispo de Braga), Lisboa, 1739.

Antonio *(Marçal).* Engenheiro constructor e professor de mathematicas. N. em Lisboa a 16 de janeiro de 1820, f. a 11 de setembro de 1867. Escreveu: *Resoluções de algumas equações do primeiro e segundo grau, ou exercicios sobre os primeiros theoremas de algebra*, Lisboa, 1845; *Fragmentos das prelecções de mathematica e historia dadas no lyceu intitulado «Escola academica», que está para ser brevemente elevado á alta categoria de «Atheneu lisbonense», coordenadas e commentadas*, Lisboa, 1849; *Problemas de maximo e minimo, que se podem resolver pelas equações do segundo grau*, Lisboa, 1860; *Problemas de algebra para exercicios dos principios geraes d'esta sciencia*, Lisboa, 1865; *Problemas d'algebra;* Sahiram 150 no *Boudoir*, 1863 a 1865; *Problemas de geometria resolvidos por algebra;* sahiram na *Revista telegraphica*. Deixou em manuscripto: *Problemas de analyse indeterminados do segundo grau; Problemas de geometria resolvidos pelo calculo differencial e integral, para exercicio dos principios geraes d'esta sciencia; Problemas de arithmetica para exercicio dos principios geraes d'esta sciencia.*

Antonio *(Matheus).* Official do exercito, que em 16 de agosto de 1811 propoz á casa da moeda de Lisboa o fornecer-lhe as chapas de bronze para a nova moeda, os *patacos*, o que foi acceito, tendo fornecido bronze no valor de 159:423$320. As suas officinas estavam situadas no Thesouro Velho. A proposta acha-se extractada no tomo II da *Numismatica*, de Aragão, a pag. 149.

Antonio *(Miguel).* Medico, natural d'Evora, que mereceu os elogios do notavel medico Zacuto Lusitano, que lhe chamava: *Medicus solertissimus*. Escreveu uma obra, que se conservou inédita, intitulada: *De paranda Cœna.*

Antonio *(Miguel).* Presbytero secular do bisp. de Coimbra. Escreveu: *O prégador instruido nas qualidades necessarias do seu ministerio, primeira parte; e na rhetorica ecclesiastica proporcionada á eloquencia do pulpito, segunda parte*, Coimbra, 1791.

Antonio *(Pedro José).* Da Congregação do Oratorio, em Lisboa, cidade de que era natural. Estudou as sciencias severas na congregação, sendo discipulo em philosophia do padre Estacio d'Almeida, qualificador do Santo Officio e academico real, e theologia, como discipulo do padre Julio Francisco, que foi bispo de Vizeu, defendendo n'esta faculdade conclusões publicas a 28 de junho de 1732. Sendo ordenado presbytero obteve um beneficio pingue. Pertencendo á Academia Portugueza e Latina, presidiu n'ella a 18 d'outubro de 1733, publicando a oração que recitou, com o seguinte titulo: *Oração academica que disse Pedro José Antonio, sendo ultimo Presidente da Academia Portugueza e Latina, em 18 d'outubro de 1733, dedicada ao muito rev.mo sr. Pedro Paulo de Araujo*, etc., Lisboa, 1733.

Antonio *(Casal de D.).* Na freg. de Santa Luzia, de Pego, conc. d'Abrantes, distr. de Santarem. || Horta na freg. de S. Thiago, conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Antonio da Batalha. Quinta na freg. de N. S.ª do Rosario, de Parceiros, conc. e distr. de Leiria.

Antonio Braz. Casal da freg. de S. Thiago da Guarda, conc. d'Ancião, distr. de Leiria.

Antonio Dias. Horta na freg. de S. Thiago, e conc. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Antonio Ennes. Capital do distr. de Angoche, na prov. de Moçambique, na Africa Oriental. V. *Angoche*.

Antonio Feliciano. Horta na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Canha, conc. d'Aldeia Gallega, distr. de Lisboa.

Antonio Germano. Quinta na freg. de S. Pedro de Penaferrim e conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Antonio Ignacio. Casal na freg de S. João da Ribeira, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

Antonio de Jesus. Vinha na freg. de S. Vicente, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Antonio José Coelho. Casal na freg. de S. Vicente, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Antonio José Lopes Nogueira da Silva. Quinta na freg. de N. S.ª da Graça, conc. de Benavente, distr. de Santarem.

Antonio Negro *(Beato).* V. *Negro.*

Antonio Pedro. Actor, já fallecido. V. *Sousa.*

Antonio Pedro Careca. Monte na freg. de N. S.ª da Conceição, conc. de Villa Viçosa, distr. d'Evora.

Antonio da Quinta Nova. Casal na freg. de Santa Maria, conc. e distr. de Beja.

Antonio dos Santos. Cerrado na freg. de S. Braz, da Varzea, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre.

Antonio Soares. Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Antonio Vicente. Quinta na freg. de N. S.ª da Conceição, conc. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Antorchado. Ornato dos vestidos antigos. Era de oiro ou prata. As leis sumptuarias portuguezas prohibiram-n'o. «E se em logar do dito debrum, antes quizerem trazer um passamane, antorchado, froco ou espiguilha de seda, ou retroz pelas bordas dos golpes, os poderão trazer sem mistura de oiro ou prata.» *Leis extravagantes.*

Antosido. Pov. da freg. de Candomil, conc. de V. N.ª de Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Antuan ou Antuão. Rio na prov. do Douro. Nasce em Coimbra, e, depois d'um curso de 50

k., entra no rio de Ova.. E' atravessado por algumas pontes. V. *Antoão*.

Antunes Nome de familia nobre em Portugal. As suas armas são: em campo vermelho uma cidade de prata murada em roda com uma porta á frente, tudo do mesmo metal; timbre, um castello ou a mesma cidade das armas em ponto mais pequeno, tambem de prata. Procede de Simão Antunes, que parece o tomára da aldeia de Antunes, na Extremadura, e adquiriu seu brazão d'armas em Flandres, pelejando a favor de Henrique IV, rei de França. Voltando a Portugal, foi aqui conselheiro de guerra e commendador da ordem de Christo.

Antunes *(Acacio)*. Poeta e escriptor contemporaneo. N. na Figueira da Foz a 26 d'agosto de 1853. Estudou preparatorios nos lyceus de Coimbra e Porto. Veiu residir para Lisboa, em 1879, e dedicando-se ao jornalismo, entrou na redacção do *Jornal da Noite*, folha onde iniciou as *gazetilhas diarias*, tendo mais tarde um valente auxiliar em Antonio de Menezes *(Argus)*. Essas gazetilhas muito espirituosas, e alguns artigos de critica theatral, fôram tornando conhecido o seu nome no mundo litterario. Usava do pseudonymo de *Vampiro*. Tendo grande predilecção pelo theatro, começou a apresentar varias traducções e originaes, representando-se a sua primeira peça no theatro da Trindade, em 1880 ou 1881, que era uma traducção da opera comica *A Embaixatriz*. Seguiram-se, entre outras, uma comedia original em 3 actos, no Gymnasio, *A's onze e meia*, uma opereta em 4 actos, *Kin Fá*, extrahida do romance *Atribulações d'um chinez na China*, de Julio Verne, e que subiu á scena com grande exito no theatro do Principe Real do Porto, empreza Taveira; arranjos das operetas *D. Cezar de Basan*, *Guerra alegre*, *A noiva*, etc.; traducções: *O Tio Milhões*, em D. Maria; *Ave Azul*, na Trindade; *O rei damnado*, etc; varios monologos e cançonetas. Tendo já estabelecido os seus creditos de escriptor, e traductor assim como de poeta, pelas muitas poesias disseminadas em diversos periodicos, dedicou-se ás lides theatraes, e os seus estudos e o muito conhecimento que tinha do palco, o chamaram a exercer os logares de director e ensaiador. E foi n'esta qualidade que Sousa Bastos o contratou em 1895 para a companhia de que era emprezario, e que ia em passeio artistico ao Brazil. Depois da companhia voltar a Portugal, Acacio Antunes ainda se demorou no Rio de Janeiro, onde esteve seis annos, dirigindo varios theatros, fazendo ali representar uma revista original em 3 actos, de collaboração com Moreira Sampaio, e varias traducções de comedias e operetas francezas. Regressou a Portugal em dezembro de 1900, entrando em 1901 para o theatro de D. Maria, como ensaiador, logar que actualmente ainda exerce. Acacio Antunes é incansavel no trabalho; todos os dias apparecem novos escriptos seus, que são sempre lidos ou escutados com interesse. Traduz com muita facilidade o verso das operetas, adaptando-o á musica com toda a precisão, o que de ordinario se não torna facil. Tem collaborado tambem em diversos jornaes e almanachs. Publicou um livro de versos, intitulado: *Aguarellas e Aguas fortes*; e a traducção em verso do drama de Victor Hugo *Le Roi s'amuse*, o *Rei diverte-se*, que é um trabalho correctissimo e de muito merecimento.

O seu repertorio de theatro é enorme, tanto em traducções, como imitações e originaes, e tem sido representado nos theatros de Lisboa, Porto e Brazil. Além das peças já apontadas, lembranos as seguintes: *A cigarra*, 3 actos; *28 dias de Clarinha*, 3 actos; a graciosa cançoneta o *Pão fresco*, a poesia *O estudante alsaciano*, que tambem tem sido recitada frequentes vezes em theatros particulares, etc.

Antunes *(Padre Ambrosio)*. Presbytero secular. Escreveu: *Arte de conhecer os homens, escripta em francez pelo Abbade de Bellegarde, e traduzida na linguagem portugueza*, Lisboa, 1789, 8.º Sahiu 2.ª edição em 1818, 8.º, 2 tomos.

Antunes *(Augusto)*. Actor muito considerado, que faz parte da actual companhia do theatro de D. Amelia. Nasceu a 22 d'outubro de 1849. Veiu da arte typographica. Fez o seu debute no theatro das Variedades, Salitre, em 1868, com o drama: *O amor da patria ou o que são os portuguezes*. Ali fez ainda alguns papeis, em que sempre agradou. No anno seguinte passou com escriptura para o theatro do Principe Real, onde appareceu na magica *Pelle de burro*, e onde permaneceu até 1876, anno em que entrou para o theatro de D. Maria II. N'este theatro, a primeira peça em que representou, foi o drama maritimo: *O botão d'ancora*; depois principiou a figurar em quasi todo o repertorio da companhia Rosas e Brazão, com a qual, em 1898, passou para o theatro de D. Amelia, e de que ainda hoje é um dos bons elementos artisticos. Foi em maio de 1893 ao Brazil com os artistas Brazão, Rosas, Rosa Damasceno, Lucinda do Carmo, etc.; e, pela segunda vez, em maio de 1900, fazendo parte d'uma companhia de artistas dos theatros D. Amelia e Gymnasio. No seu enorme repertorio figuram os seguintes trabalhos de grande apreço: Abd-allah dos *Intimos*, Chebe do *Fromont & C.ª*, Manuel de Brincosa do *Amor louco*, D. Martinho de *O que morreu d'amor*, Remonin, da *Estrangeira*, Gaspar Montoya do *Alcacer-Kibir*, Bristo do *Viriato Tragico*, Monsenhor dos *Degenerados*, Luiz da Cunha da *Estrada nova*, Plantin dos *Maridos de Leontina*, Timpanas da *Severa*, Glasspard da *Coraly & C.ª*, Malardot da *Zázá*, Martinho Egalisse da *Casa Bonardon*, Diogo dos *Malhados*, Zeluchais do *Outro eu*.

Augusto Antunes

Antunes *(Diogo)*. Padre jesuita. Nasceu no Crato em 1552, e morreu no Japão, em 1611. Professou no collegio dos jesuitas d'Evora, a 4 de março de 1571. Ensinou grammatica, e partiu para o Oriente em 1579, viveu muito tempo em Macau, onde foi confessor e prégador, assim como em Cochim. Escreveu umas cartas, intituladas: *Cartas annuas da China* de 1603.

Antunes *(Fernão)* O nome d'este portuguez liga-se a um dos actos de maior temeridade e

bravura que se praticaram na India. Lopo Soares d'Albergaria fundára em Ceylão uma feitoria, onde deixára setenta portuguezes, quando appareceu deante de Colombo um celebre corsario moiro chamado Bale Hussein, que exigiu do rajah de Colombo que lhe mandasse os portuguezes amarrados, quando não lhe destruiria a terra. Bale Hussein trazia doze fustas, que inspiraram grande terror ao rajah, o qual procurou salvar os seus hospedes, promettendo ao corsario grande resgate, mas o moiro declarou que não desistia do seu proposito. Afflicto, mas não se atrevendo a resistir, o rajah deu parte aos portuguezes da triste posição em que se via. Fernão Antunes disse-lhe então, que elle e os seus companheiros só uma coisa pediam, e era que os não mandasse amarrar, porque elles o não consentiriam, deixando-se primeiro morrer todos, mas que lhes désse armas, para que ao menos podessem morrer matando tambem. O rajah consentiu n'esta proposta, lamentando a sorte dos que suppunha já victimas dos seus numerosos inimigos, e os portuguezes, depois de tomarem as suas ultimas disposições, de se abraçarem e rezarem devotamente, fôram ao encontro dos moiros, e com tal furia os combateram, que, apesar de serem apenas quarenta os que estavam sãos, obrigaram os moiros a embarcar com tanta pressa que viraram com o tropel duas das fustas, abandonaram nove que os portuguezes queimaram, e os restantes fugiram n'uma fusta e n'um zambuco que tinham tomado. O rajah e os seus festejaram muito este acto heroico de Fernão Antunes e dos seus companheiros, attribuindo estes a milagre tão prodigiosa victoria; os moiros não queriam acreditar que tivessem sido atacados só por setenta homens, entre os quaes estavam trinta doentes, e que podessem derrotal-os d'aquella fórma.

Antunes *(João)*. Architecto da Casa Real no reinado de D. Pedro II.

Antunes *(João)*. Presbytero no habito de S. Pedro, natural de Braga; floresceu nos principios do seculo XVIII. Era muito perito nas disciplinas mathematicas, e experiencias physicas. Escreveu a seguinte obra, em 10 cadernos, que ficou manuscripta: *Ephemeride astronomica demonstrativa, e vaticinio astrologico conjectural physico, ecclesiastico e politico para o anno de 1728, bissexto, calculado ao meridiano, e latitude da muito nobre, augusta, e sempre leal cidade de Braga, cathedral, metropole, e primaz de todos os reinos de Hespanha.*

Antunes *(João)*. Da Congregação do Oratorio de S. Filippe Nery, de Lisboa. Nasceu n'esta cidade, e falleceu na villa de Atalaya, antes do anno de 1747. Era filho de Manuel Antunes Machado e de Magdalena da Cruz. Entrou para a congregação, em Lisboa, a 13 de junho de 168?, onde aprendeu as letras sagradas, que dictou aos seus domesticos com credito da sua sciencia, pela qual mereceu ser consultor do Santo Officio. Depois de estar muitos annos na Congregação, coisas urgentes o obrigaram a abandonal-a, e, attendendo á sua grande erudição, o conde d'Atalaya o nomeou prior da parochial egreja de N. S.ª d'Assumpção, da mesma villa, onde falleceu. Escreveu: *Escola do Temor de Deus em que se ensina a viver bem, fugindo dos vicios e procurando virtudes*, Lisboa, 1707; teve outra edição em 1745; é traducção do italiano da obra composta pelo padre José Mansi, da Congregação do Oratorio; o traductor accrescentou-lhe umas breves *meditações* para todos os dias da semana: *Arvore da vida plantada no Paraizo da Igreja junto ás correntes da graça, que em seus sagrados ramos offerece todos os mezes os mais suaves fructos de santidade*, etc., Lisboa, 1720. D'esta especie de *Flos Sanctorum*, distribuida pelos mezes e dias do anno, que devia constar, ao que parece, de doze tomos, só se publicou o primeiro, que contém a vida dos santos de que reza a egreja no mez de janeiro.

Antunes *(João Baptista)* V. *Antunes (Manuel)*.

Antunes *(João do Canto e Castro Silva)*. Official de marinha. Alistou-se na companhia dos guardas-marinhas em 1881; foi promovido a guarda-marinha em 1883; em 1884 partiu para a estação de Macau, d'onde regressou em 1887 com a patente de 2.º tenente; em seguida embarcou a bordo da canhoneira *Zaire*, onde, durante quasi dois annos serviu de immediato, passando depois a commandante interino; foi promovido a 1.º tenente em 1891; no anno de 1892 era-lhe offerecido o logar de governador de Lourenço Marques, que occupou dez mezes, tendo de vir ao reino por motivo de doença; mas, no fim de 1893, voltou para o seu logar, estando ali em 1894 quando se deu a rebellião dos pretos, conseguindo, com um limitado numero de soldados de terra e mar, evitar a entrada dos pretos na cidade. Por estes serviços foi agraciado com o grau de cavalleiro da Torre e Espada. Em 1895 teve a nomeação de governador de Mossamedes, cargo que desempenhou em 1896. O capitão-tenente Canto e Castro esteve no Natal com o explorador Serpa Pinto; fez parte como auxiliar technico da commissão de limites do Congo, serviu como instructor na escola de alumnos marinheiros, e desempenhou outras commissões de serviço. Tem a ordem de N. S.ª da Conceição e o grau de cavalleiro da Estrella Africana, com que o agraciou o governo belga. A este distincto official de marinha tambem coube a honrosa missão de dirigir a expedição que em 5 de dezembro de 1894 foi retomar Anguane. Commanda actualmente a canhoneira *Sado*.

Antunes *(Joaquim Antonio de Lora)*. Era natural de Dornes, comarca de Thomar, e filho de Liberato Antonio de Lora; foi doutorado em canones, a 23 de maio de 1802. Não se conhecem as datas do seu nascimento e fallecimento.

Antunes *(José)*. Padre jesuita. Nasceu em Pombal, em 1675; sendo admittido no noviciado, sahiu pouco depois, e foi de novo recebido em 1702. Partiu para as Indias, ensinou humanidades em Gôa, assim como a philosophia; foi cura em Salsete. Pelo seu grande merecimento alcançou o logar de deputado da inquisição de Gôa, de que tomou posse a 26 d'abril de 1713. Ha d'elle tres sermões de S. José, prégados n'aquella cidade, e que fôram publicados n'um volume em Lisboa, em 1715, sendo o primeiro prégado em 1711, o segundo em 1712 e o terceiro em 1713.

Antunes *(José Ricardo da Costa Silva)*. Em 1891 era coronel de infantaria, ex-secretario da Escola do Exercito, secretario do tribunal superior de guerra e marinha, cavalleiro das ordens da Torre e Espada e Aviz, e condecorado com a medalha de prata de comportamento exemplar. Nasceu em Lisboa a 7 de fevereiro de 1831. Es

creveu: *Disposições em vigor sobre a antiguidade e promoção dos officiaes do exercito*, Lisboa, 1863; *Projecto de regulamento sobre a antiguidade, promoções e demissões dos officiaes combatentes do exercito*, Lisboa, 1864, publicado na *Revista militar; Apontamentos para a historia da Escola do Exercito*, Lisboa, 1874. Este livro é destinado para os que quizerem escrever a historia da referida escola. A primeira parte d'este livro contém uma desenvolvida descripção dos diversos institutos de instrucção, quer extinctos, quer existentes, onde eram ou são ministrados os conhecimentos precisos para a carreira das armas; tratando a segunda parte da Academia de fortificação, artilharia e desenho e escola do exercito, esta ultima sub-dividida em duas épocas, 1837 a 1863, e 1864 até 1884. Tendo o autor corrigido, ampliado e modificado este trabalho quanto á sua estructura, e havendo obtido parecer favoravel da Academia Real das Sciencias, foi elle impresso com autorisação do ministerio da guerra, Lisboa, 1886. Silva Antunes foi collaborador da *Revista militar*, tornando-se notavel, entre os seus artigos, a curiosa e interessante noticia que tem por titulo: *Asylo e Hospital dos Invalidos militares em Runa*, inserta no n.º 14 de 31 de julho de 1876, e que mais tarde ampliou no jornal *O Exercito Portuguez*, de 1884.

Antunes *(Luiz)*. Padre jesuita, que viveu no seculo XVI. Morreu victima da sua dedicação em Coimbra, soccorrendo os atacados da peste no anno de 1599.

Antunes *(Manuel)*. E' do *Diccionario biographico dos musicos portuguezes*, de Ernesto Vieira, vol. 1.º, pag. 37, que extrahimos as seguintes noticias ácerca d'este ultimo fabricante de cravos e primeiro fabricante de pianos que existiu em Lisboa. Foi muito notavel por ter construido os *clavicembali a martelleti col piano e forte*, exactamente na época que se marca para o estabelecimento definitivo d'estes instrumentos (1760, no *Diccionario musical*, artigo *piano*). Da sua existencia restam, porém, certificados de grande valor; em primeiro logar dois documentos, e em segundo, como que a corroboral-os, um interessante modelo dos trabalhos produzidos. Dos documentos collige-se que Manuel Antunes começou a construir *cravos com martellos*, isto é, verdadeiros pianos, antes de 1760, e que, apresentando essa fabricação como invento seu, o que bem poderia ser em alguns detalhes, pediu e obteve n'aquelle anno privilegio por dez annos para só elle os fabricar e vender em Portugal. O requerimento que fez n'esse sentido, foi á consulta da Junta do Commercio. Em seguida, transcreve o parecer da Junta, que tem a data de 21 d'abril de 1760, o qual teve a seguinte resolução: «Como parece. Nossa Senhora da Ajuda em 2 de maio de 1760. Com a rubrica de Sua Magestade.» Completando o despacho favoravel á pretenção de Manuel Antunes, foi-lhe passado um alvará em 16 d'outubro do mesmo anno, que lhe concede para elle e seus filhos o privilegio requerido, com a curiosa condição de que o preço de cada um dos novos instrumentos não excedesse 120$000 réis. Está tambem registado este alvará, e que no mesmo *Diccionario biographico dos musicos portuguezes* se transcreve Ernesto Wagner possuia um exemplar dos cravos de martello construidos por Manuel Antunes; tem collada no interior uma etiqueta com assignatura e data: «Antunes — 1767.» Lê-se no *Diccionario* alludido: «Estes documentos desvanecem todas as duvidas que acaso tivesse suscitado a authenticidade d'esta assignatura ou da respectiva data; e conferem ao instrumento um valor historico incontestavel. Não póde haver duvida: desde 1760, pelo menos, fabricaram-se excellentes pianos em Lisboa. E digo excellentes, em vista do exemplar conhecido que tive occasião de apreciar. Está optimamente conservado, ou habilmente restaurado, patenteando-nos uma construcção perfeita, segundo os mais adeantados progressos do mechanismo dos pianos n'aquella época, com martellos, conductores, abafadores, tudo cuidadosamente trabalhado, como decerto melhor não seriam os dos fabricantes allemães e italianos, então em competencia na exportação dos seus productos. Note-se que os primeiros pianos francezes conhecidos no commercio fôram os de Sebastião Erard, fabricados em 1777. A industria iniciada tão brilhantemente por Manuel Antunes, não poude, todavia, supportar a concorrencia estrangeira nem triumphar da crise politica que assoberbou o paiz no começo do seculo XIX; mas resistiu ainda por bastante tempo, conservada, embora com mesquinha vida, pelos descendentes do habil constructor. Era seu neto João Baptista Antunes, dono da *Real Fabrica de Instrumentos Musicos de teclado*, que desde 1825 até 1830 esteve estabelecida na calçada de S. João Nepomuceno. Esta fabrica inseriu um annuncio na *Gazeta de Lisboa* em 5 de abril de 1830, no qual o proprietario lhe dá o titulo que acima t anscrevi. Este mesmo Antunes era n'esse tempo o afinador effectivo do Seminario Patriarchal, de que recebia estipendio anunal, e passou depois a desempenhar o mesmo serviço no Conservatorio, quando este estabelecimento se fundou em substituição d'aquelle». Parece que João Baptista Antunes falleceu pouco depois de 1865, muito velho, surdo e pobre. Ainda trabalhava, e para remediar a surdez, quando afinava os pianos collocava uma varinha entre os dentes, encostando-a ás cordas, cujas vibrações precisava ouvir mais distinctamente.

Antunes *(P. Manuel Damaso)*. Presbytero, collaborador d'alguns jornaes; cooperou para a fundação do *Diario da Manhã*, do fallecido escriptor Pinheiro Chagas, jornal de que foi administrador Publicou: *Missal romano em portuguez, segundo o calendario de Portugal e Brazil*, Lisboa, 1881.

Antunes *(Thomaz Quintino)*. V. *S. Marçal (conde de)*.

Antunes. Casal em Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra. ‖ Casal na freg. de N. S.ª dos Martyres, de Serra do Bouro, conc de Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Antunes de Azevedo *(Sebastião)*. Escriptor Era natural de Penamacor, muito perito na historia portugueza, e principalmente na geographia do reino de Portugal. Deixou incompleta uma obra com o seguinte titulo: *Geographia da Provincia do Alemtejo*, manuscripto.

Antunes de Brito *(João)*. Presbytero secular; nasceu na Bahia, e viveu no ultimo quartel do seculo XVII. Foi professor de humanidades. Escreveu: *Mappa da grammatica latina, dividida em cinco partes, com admiravel brevidade e clareza*, Coimbra, 1714.

Antunes de Carvalho *(Anselmo)*. Impressor distincto. N. em Ponte Velha, freguezia de Foz d'Arouce, a 20 d'abril de 1860; falleceu em 1897. Era filho de Manuel Antunes de Carvalho e de D. Maria Antonia de Carvalho. Veiu para Lisboa, tendo apenas 8 annos de edade. Dedicou-se á arte de imprimir, dando entrada na officina de François Lallemant, e depois na antiga casa de Sousa Neves, onde se conservou alguns annos, sendo seu mestre um bondoso velho, o *mestre Antonio*, como elle lhe chamava ainda quando se referia saudosamente, a quem o iniciara nos segredos da impressão typographica, e a quem prodigalisou todos os cuidados, recebendo-o em sua casa, onde falleceu, quando já não podia auferir os meios sufficientes para se manter. Mais tarde entrou Anselmo de Carvalho na casa Christovão, e por fim na de David Corazzi, e foi n'esta casa, actualmente d'uma companhia, intitulada: *A Editora*, sita no largo do Conde Barão, que Anselmo de Carvalho manifestou mais claramente as suas altas qualidades de artista de grande valor. Foi ali que teve occasião de enriquecer a industria typographica, não só os bons specimens dos seus trabalhos, como tambem de bons discipulos. Foi n'aquella casa, ajudado por David Corazzi, que Anselmo de Carvalho tornou conhecidos em Portugal os melhores mechanismos, os optimos processos de trabalho em todos os generos, e successivamente os ultimos aperfeiçoamentos, como a impressão da photogravura, e finalmente o novo processo das tres côres, que poz em pratica, não conseguindo vêl-o em circulação. Era notavel a fórma e o interesse que Anselmo de Carvalho tomava para realisar qualquer melhoramento respectivo á sua industria. Alguns trabalhos fôram devidamente apreciados no extrangeiro, especialmente o que representa o modelo da machina *Victoria* impresso sobre fundos de celluloide, a que varios jornaes italianos e allemães dispensaram justos elogios. São muitas as impressões d'este genero, executadas pelo fallecido artista. Anselmo de Carvalho foi socio fundador da Liga das Artes Graphicas, a que dedicou parte da sua actividade e do seu prestimo. Era um artista muito distincto e muito estimado. A sua morte causou profunda impressão a quantos o conheciam e respeitavam pelo seu elevado merecimento.

Antunes Ferreira *(Joaquim)*. Armador da praça de Lisboa, e commerciante de grande credito. Dedicou-se ao commercio, e na edade de 22 annos fez-se despachante da Alfandega de Lisboa, accumulando este arduo trabalho com o que até ahi tinha exercido; o seu genio emprehendedor desenvolvia-se, e em 1875 montou em sociedade com Antonio Francisco da Silva, uma *Agencia de Commissões e Consignações*. Em 1877 associou-se com o sr. Julio Augusto Nunes, sob a firma social J. A. Ferreira & C.ª, de que elle ficou sendo administrador; e em 1892 dissolveu-se amigavelmente esta sociedade, ficando todo o activo e passivo a seu cargo. Antunes Ferreira tem-se salientado nobremente na cruzada verdadeiramente nacional e patriotica do levantamento da marinha mercante portugueza. Em 1892 foi que Antunes Ferreira iniciou a sua já gloriosa carreira de armador. Com a sua sagacidade natural, tinha previsto que seria lucrativa a empreza; com o amor pelo seu paiz, seduzia-o a idéa de cooperar para o levantamento d'esta instituição eminentemente patriotica. Regressara a Lisboa por esse tempo, Leandro d'Almeida, commandante do brigue *S. Thomé*, naufragado nos Açôres, e Joaquim Antunes Ferreira, querendo auxiliar este amigo e ao mesmo tempo reconhecendo opportuna a occasião para pôr em pratica a idéa que ha muito acariciava, partiu com elle para Londres e comprou a barca *Emilia* de construcção mixta, ferro e madeira, de cerca de 1200 toneladas de carga, e com ella iniciou a *Linha da Navegação á véla para os portos da Africa*. A experiencia realisou de tal fórma as suas patrioticas aspirações, que no anno immediato comprava a barca *Flôres*, de egual systema de construcção, mas de maior carga; e em 1895 adquiriu a galera *Ferreira* de maior lotação ainda. O esforço isolado d'este energico e previdente trabalhador despertou o estimulo de outros egualmente trabalhadores e amantes do seu paiz, de modo que pouco depois creava-se no Porto uma *Commissão permanente para a defeza da Marinha Mercante Portugueza*, para a qual o armador da praça de Lisboa foi eleito vice-presidente. No exercicio d'este cargo, e como directamente interessado, tem Antunes Ferreira feito parte de todas as commissões que se tem dirigido aos poderes publicos para obter protecção para a marinha mercante e nacional. Em 31 d'outubro de 1895 foi eleito administrador da *Mala Real Portugueza*, cargo que resignou por não dispôr do tempo necessario para o bem desempenhar.

Antunes Freire *(Simeão)*. Nome com que fr. Simão Antonio de Santa Catharina, monge jeronymo, assignou a 2.ª parte das suas *obras academicas* dedicadas a José Antonio da Motta Coutinho e Sousa, em 1731. No *Diccionario bibliographico*, a pag. 273 do 7.º vol. vem a seguinte nota: «Tendo o autor publicado a primeira parte com o seu proprio nome, não sei achar que razão ou capricho o levaram a dar á luz este segundo sob um nome supposto, e que pelo que se vê, nem ao menos é de que usava antes de ser religioso.» O nome que fr. Simão de Santa Catharina tinha no seculo, era Simão Lopes. V *Santa Catharina (fr. Simão Antonio de)*.

Antunes Monteiro *(João)*. Presbytero secular e prior da freguezia de S. Nicolau, de Lisboa. Escreveu: *Relação historica e juridica da fundação dos Congregados de N. S. da Assumpção na côrte e cidade de Lisboa*, Lisboa, 1731; *Breve compendio da prodigiosa vida, e estupendos milagres do glorioso arcebispo de Myra S. Nicolau*, Lisboa, 1720.

Antunes Monteiro *(José Manuel)*. Bacharel em leis pela Universidade. N. em Lagos nos ultimos annos do seculo XVIII, e formou-se em 1819 ou 1820. Foi secretario da legação portugueza no Rio de Janeiro. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Escreveu: *Ode ao Ill.mo sr. conselheiro Lazaro da Silva Ferreira*, Lisboa, 1815; sahiu mais tarde no *Jornal de Coimbra*, n.º 43, pag. 46; *Ode á feliz acclamação de Luiz XVIII, rei de França, recitada no paço da Universidade*, Lisboa, 1814.

Antunes Navarro *(Antonio José)*. Engenheiro chefe de 1.ª classe do corpo de engenheiros de obras publicas. Muito novo ainda entrou para o serviço do Ministerio das Obras Publicas em 1866, onde a sua carreira foi uma serie ininterrupta de

triumphos em variadissimas commissões de serviço de caminhos de ferro, de estudo e construcção de estradas, de edificios, etc. Valiosos foram tambem os serviços que prestou como adjunto do commissario especial do nosso paiz na Exposição Internacional de Philadelphia em 1876, trazendo d'essa commissão importantissimos conhecimentos, que mais tarde aproveitou em prol de muitas commissões que teve que desempenhar, até á data do seu fallecimento em 24 de fevereiro de 1902. Como director das obras publicas districtaes de Castello Branco, a elle se devem quasi todos os estudos e trabalhos de construcção das estradas de 2.ª ordem n'aquelle districto, onde prestou relevantes serviços como procurador á Junta Geral, presidente do Monte-pio dos Artistas e provedor da Misericordia de Castello Branco. A Antunes Navarro se deve o plano geral dos melhoramentos da Covilhã, por meio do qual se transformaria aquelle importante centro manufactureiro em uma cidade correspondente á sua valia economica e fabril. Para realisação d'aquelle projecto foi debaixo da direcção de Antunes Navarro que se levantou a planta cotada da Covilhã. Ainda é a Antunes Navarro que se deve o plano do cemiterio de Penamacôr, o mais notavel do districto de Castello Branco pela area, situação e magestoso portico de entrada. Pode dizer-se affoitamente que todos os melhoramentos da viação ordinaria de Castello Branco, sem exceptuar as estradas municipaes e ainda muitas obras de interesse geral se devem a Antunes Navarro. Como director de estudos e engenheiro fiscal da construcção do caminho de ferro da Beira Baixa, a sua gerencia deu-lhe nomeada e consideração de tal ordem que o governo portuguez o escolheu para seu delegado no Congresso de Caminhos de Ferro, que teve logar em Londres em 1895. Não limitou porém Antunes Navarro a sua actividade aos serviços officiaes, por isso que entre varios trabalhos inseriu na *Revista de Obras Publicas e Minas* uma memoria sobre a *Viação Municipal em Portugal*, que foi premiada pela Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes, memorias referentes a assumptos de material ferro-viario e um relatorio importante pela fórma e pelo assumpto ácerca da viação no districto de Castello Branco. Quando director das obras publicas do districto de Lisboa, coordenou e salvou de imminente ruina documentos technicos, antiquissimos, entre os quaes se contam: *Planta da cidade de Lisboa de 1807, levantada pelo intendente d'Obras publicas Duarte José Fava; Planta da cidade antiga sobre a qual foi traçada a cidade baixa, mandada fazer pelo marquez de Pombal;* tem o seguinte curioso distico: *Aspecto da frontaria da Praça do Comercio da parte do Arcenal aproveitando grande parte da torre ou pavilhão da casa da India cuja frontaria he comtudo similhante á que lhe corresponde no lado opposto, que deve fazer toda a frontaria da Alfandega comprehendendo tambem a bolça do mesmo Comercio;* o architecto foi Eugenio dos Santos Cruz; *Espacato* (córtes transversaes das edificações da Baixa) *que atraveça huma das ruas principaes mostrando a divisão que se faz com os culmelos nos caminhos para a gente de pé, com a largura e altura da cloaca do meyo da Rua, a fórma de madeyrar as cazas, e os pateos que hade aver no meyo delas para luz e despejo das aguas que por canos particulares dezagoão nas cloacas geraes;* tem a assignatura de Sebastião José de Carvalho e Mello (marquez de Pombal); *Primitiva planta do Passeio Publico; Planta do Arsenal de Marinha,* do tempo do marquez de Pombal; *Planta do Palacio d'Ajuda; Planta do palacio das Necessidades; Projecto do porto de Lisboa,* feito pelo architecto Carlos Mardel, desde o Terreiro do Paço até Belem, anterior a 1755; *Primitivo projecto do pharol da Roca;* e uma pasta contendo os projectos de quasi todas as edificações de Lisboa. Ainda foi Antunes Navarro quem enriqueceu a bibliotheca d'aquella direcção com a collecção completa dos *Annales des Ponts et chaussées,* as obras de Rondelet, e outras importantes sob o ponto de vista technico. Quando falleceu, victimado por uma doença de coração, era vogal do Conselho Superior de Melhoramentos Sanitarios e devia ser promovido a inspector de obras publicas na primeira vaga que se désse no respectivo quadro. O seu enterro foi uma imponente manifestação de estima por parte de todos os seus collegas, como se póde ver pelos artigos que appareceram nos jornaes d'aquella data e especialmente pela homenagem que á memoria d'aquelle engenheiro prestou a *Construcção Moderna* no seu numero 52, de 1 de março de 1902.

Antonio José Antunes Navarro

Antunes Portugal *(Domingos).* Cavalleiro professo da ordem de Christo. Natural de Penamacor; fal. em Lisboa a 1 de fevereiro de 1677. Depois de estar sufficientemente instruido na lingua latina e Letras Romanas, passou á Universidade de Salamanca, onde teve por mestres de Jurisprudencia Cesarea os dois insignes jurisconsultos Francisco de Amaya e Belchior de Valença, celebres pelos seus escriptos. Voltando para o reino assistiu como procurador de Penamacor, e definidor de Castello Branco nas côrtes, celebradas em Lisboa, em 1641, e n'ellas assignou a 5 de março do referido anno. Depois foi conservador da Universidade de Coimbra, desembargador da Relação do Porto, e da Casa da Supplicação, de que tomou posse a 3 de novembro de 1661, e dos aggravos a 24 de maio de 1664, e ultimamente deputado do Conselho Ultramarino. Casou com D. Izabel Taborda, filha de Salvador Taborda de Negreiros. Foi sepultado no convento de Santo Antonio dos Capuchos, de Lisboa. Escreveu: *Tractatus de Donationibus Regiis Jurium & bonorum Regiæ Coronæ,* Lisboa, tomo I, 1673, tomo II, 1675. Sahiram mais correctos em um só volume, no anno de 1680.

Antunhaes. Pov. na freg. de S. Paio de Pousada, conc. e distr. de Braga

Antuzede. Pov. e freg. de Santo Agostinho, da prov. da Beira Baixa, conc., com., dist. e bisp. de Coimbra. 733 hab. e 168 fogos. Tem caixa postal. A pov. dista 6 k. da séde do concelho. Era

do padroado de Santa Cruz, de Coimbra, que tambem tinha a jurisdicção ordinaria. No principio do seculo XII, toda esta freguezia constituia uma quinta dos frades cruzios. Entre outros privilegios os caseiros do mosteiro n'este logar tinham o de não serem obrigados a pagarem para a levada dos presos nem a darem aboletamento a soldados, o que lhes foi confirmado por sentenças da relação do Porto de 4 de fevereiro de 1589 e 22 de maio de 1590. Com o augmento da população, e a pedido dos povos d'aqui, a elevaram os frades a freguezia em 1592, anno em que se fez a egreja, sendo a capella-mór á custa dos frades e o corpo da egreja pelo povo. Em obediencia á sua antiga parochia, tinham os povos d'esta localidade a obrigação de ir tres vezes no anno, pelo Corpo de Deus, Santa Cruz e S. João, á egreja de S. João, de Santa Cruz, a que haviam pertencido. Esta obrigação acabou ainda no seculo XVIII. Esta freguezia foi annexada, depois de 1834, á de S. Fagundo ou S. Facundo. Conta Pinho Leal, no 1.º volume, pag. 223, do *Portugal antigo e moderno*, que em 1851 houve em Antuzede uma grande desordem promovida pelo parocho, porque tendo morrido uma mulher, e não querendo elle enterral-a no cemiterio da freguezia, duas mulheres a enterraram. O padre pediu tropas de Coimbra, e com 20 infantes e 30 cavallos vieram desenterrar a mulher, e como o povo se oppozesse quasi em massa, houve muitos feridos, e fôram cinco *cabeças de motim* presos para Coimbra. Antuzede pertence á 5.ª div. mil. e ao dist. de recrutamento e reserva n.º 23, com a séde em Coimbra.

Anuadinha. Herdade na freg. de Santa Justa, conc. d'Arraiollos, distr. d'Evora.

Anubda. O mesmo que *Anuda, anudiva, annduba, anuduva, anuguera*, etc. V. *Adua*.

Anur. Quinta na freg. de S. Salvador, de Corteleiro, conc. de Sabugal, distr. da Guarda.

Anzete. Paiz de pretos, nas montanhas do Lobombo, situado a noroeste do distr. de Lourenço Marques, provincia de Moçambique, Africa Oriental.

Apagafogo. Prazo no distr. e provincia de Moçambique, Africa Oriental.

Apalpadeira. Mulher que nas estações de policia, nos postos das alfandegas, nas cadeias, nas enfermarias, etc. tem por officio apalpar ou revistar as outras mulheres, para vêr se trazem comsigo qualquer objecto prohibido.

Apanagio. Antiga consignação, ou prestação, que se fazia para alimentos e tratamento, como nos contratos matrimoniaes ás senhoras durante a sua viuvez; aos filhos segundos onde havia morgados; aos infantes, renda ou tença vitalicia. Fôram as leis de 17 de agosto de 1761 e 4 de fevereiro de 1765 que regularam e definiram os *apanagios* e alimentos das viuvas das casas nobres. Tambem se designava por *apanagio* a terra ou bens de onde sahia tal pensão. Pelo actual codigo civil são designados por *apanagios* os alimentos a que tem direito o conjuge viuvo, sem meios de subsistencia, pelos rendimentos do outro conjuge.

Apáras. Moeda de prata na India, mandada fundir pela estiva de 21 de novembro de 1668 para se amoedarem em *xerafins*. V. *Abacis*.

Apariça. Pov. na freg. de S. Mathias, conc. e distr. de Beja.

Apascoamento. Portuguez antigo, significa pastagem, logar destinado para pasto do gado. Encontra-se nos documentos do seculo XIII.

Apaul. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Apaula. Pov. na freg. de S. Martinho, de Moimenta do Douro, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Apaulinha. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Apeada. Pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Ilhavo, distr. de Aveiro.

Apedrado. Em portuguez antigo o mesmo que apedrejado. N'este sentido se encontra no foral de Thomar de 1174, traduzido no seculo XIV.

Apegada. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Tropeço, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Apeiro. Designa-se assim nos antigos documentos a todo e qualquer artificio de caçar, taes como redes, fios, laços, armadilhas, cães, furões, carcazes, dardos, reclamos, apitos, etc.

Apenar. Intimar para prestar qualquer serviço; condemnar com penas corporaes. Por um alvará de D. Affonso V, de 1476, encontrado por frei Santa Rosa de Viterbo na camara do Porto, diz-se: *O qual prioll possa apenar nos bens, e corpos. As quais penas por elle postas, seram firmes.*

Aperral. Pov. na freg. de Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Aperrella. Pov. da freg. de S. Martinho e conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Apertado. Posto fiscal no Aramé, na costa da Guiné, Africa Occidental, perto do antigo presidio de Bolor, em territorio dos felupes.

Apertados. Pov. da freg. de S. João Baptista, de Poucello, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Apertadura. Pov. na freg. de S. Salvador, de Aramenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Apocalypse. O ultimo dos livros sagrados do Novo Testamento, em que se conteem as mysteriosas revelações que teve S. João Evangelista em Pathmos. No archivo da Torre do Tombo guarda-se um celebrado manuscripto que tem por titulo *Commentario ao Apocalypse*. Alexandre Herculano, n'uma nota junta ao volume escreveu: «Commentario ao Apocalypse, pelo monge Beato de Liebana, de que existem varias copias na Europa, feitas desde o IX até o XIII seculo. Esta é feita por um certo Egas em 1189 (era 1227) como se lê na subscripção. O valor d'este codice está principalmente nas suas barbaras illuminaras, onde se encontram muitos especimens *authenticos* de trajos, alfaias, architectura, etc., do seculo XII, raros em Portugal. Obtive-o das freiras de Lorvão em 1853 para o fazer depositar no archivo da Torre no Tombo, a que fica pertencendo.—A. Herculano.» São extraordinarias as grosseiras illuminuras que illustram este manuscripto e bem o disse Herculano: ellas constituem subsidios d'altissimo valor para o estudo dos costumes. E' escripto em grosso pergaminho e as miniaturas, desenhadas a castanho escuro, teem invariavelmente o colorido a duas tintas, vermelho *(minium)* e amarello. Muitas d'ellas representam scenas de morte, degolação, prisão, adulterio, guerreiros de trajos compridos e cingidos ao corpo; outras a ceifa, um lagar, a vindima, etc., que é o que se vê nas suas sessenta illuminuras. A architectura das miniaturas é por vezes do estylo romanico, porém a maioria é a da seita mosarabe. Este Commentario é muito notavel e decerto o mais antigo dos que existem na Europa.

Apocalypse *(Fr. João do).* Monge benedictino. Nasceu em Guimarães, e morreu no mosteiro de S. Salvador de Travanca, a 22 de abril de 1632. Era tão observante do seu instituto como incansavel investigador das antiguidades da sua monastica congregação. Alcançou grande fama no pulpito, e mais ainda pela pratica das virtudes religiosas, de que foi exemplar nos logares que exerceu na religião, sendo abbade do mosteiro de Santo André de Rendufe em 1608, do mosteiro de Santa Maria de Carvoeiro em 1614, e do mosteiro de Santo Thyrso em 1628. Escreveu: *Coronica da Religião de S. Bento de Portugal, e dos Reys em cujo tempo floreceu, e das Fundaçoens dos Mosteiros*, manuscripto; consta de 10 livros, e de 390 folhas; o 1.º livro trata da *demarcação do Reyno de Portugal, e Reys que nelle florecerão antigamente, e Mosteiros que edificarão;* o 2.º, da *Destruição de Hespanha, e do estado della até serem lançados os moiros;* o 3.º, *Continua esta materia até á successão dos Reys de Portugal;* o 4.º, *Continua a mesma materia;* o 5.º, *Como se governarão antigamente os Mosteiros:* o 6.º, *Da Congregação de S. Bento em Portugal;* o 7.º, *Do augmento dos Mosteiros depois da Reforma, e do estado em que agora estão;* o 8.º, *Dos Mosteiros das Monjas Bentas que houve, e ha em Portugal;* o 9.º, *Dos Privilegios que á Religião concederão os Summos Pontifices, e das Cerimonias de Altar, Coro, e modo de Vestir;* o 10.º, *Dos Santos da Ordem que ouve em Portugal, e tão bem dos Abbades de alguns Mosteiros;* esta obra conservava-se no convento de S. Salvador de Travanca. Os livros que seguem, conservavam-se manuscriptos na livraria do convento de Tibães: *Loci communes de B. Virgine, D. Joanne, et D. Benedicto*, 3 tom.; *Loci Communes Sacræ Scripturæ; Commentaria in libros Regum*, 2 tomos; *Varietatis rerum; Ponderaçoens sobre a Regra de S. Bento*, 7 tomos.

Apocalypse Linhares *(Fr. José).* Religioso franciscano. N. na villa de Linhares, cujo nome adoptou como appellido, a 25 de novembro de 1674; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Antonio Botelho de Carvalho e de D. Barbara da Costa Pacheco, pessoas distinctas pela sua ascendencia. Instruido na terra da sua naturalidade com as letras humanas, recebeu o habito seraphico em 3 de maio de 1689, no convento de S. Francisco de Lisboa na provincia de Portugal, quando contava 15 annos de edade, e professou a 6 do referido mez do anno seguinte, 1690. Nos estudos escolasticos mostrou tão elevada intelligencia, que logo foi destinado para mestre, logar que exerceu em varios conventos da sua ordem, principalmente no collegio de Coimbra, onde foi admirada a sua agudeza no argumentar, e promptidão em responder. Foi guardião do convento de Lisboa, e confessor das religiosas do convento da Esperança d'esta côrte. Entre muitos sermões que prégou, está um publicado com o seguinte titulo: *Sermão da Canonização de S. João da Cruz, primeiro Carmelita Descalso, e Theologo Mystico, no Collegio de S. Jozé dos ditos Carmelitas Descalsos da Universidade de Coimbra no segundo dia do Triduo que os mesmos religiosos lhe consagrarão*, Lisboa, 1728.

Apolice. Pequeno bilhete emittido pelo Estado para correr como moeda. Houve-as tambem com juro. Segundo Teixeira de Aragão, na sua *Descripção geral e historica das moedas*, etc., vol. II, pag. 117 em deante, foi no reinado de D. Pedro II, quando se tratou de tirar da circulação a moeda cerceada, para a fabricar de novo com o peso legal, que se crearam os *padrões* de juros, que podiam ser negociados convencionalmente; e ordenou-se em 22 de março de 1687 que os *vales* ou recibos passados pelo thesoureiro da Casa da Moeda aos particulares que ali levassem o dinheiro velho, corressem no mercado como moeda effectiva. Pelo notavel cerceamento que appareceu nas moedas estrangeiras de prata correntes nos Açôres, mandou o alvará de 8 de janeiro de 1795 que taes moedas deixassem de correr, a não ser pelo valor intrinseco, fixando-se para a entrega o praso de um mez em cada ilha. A commissão encarregada d'este serviço devia dar como garantia aos possuidores do dinheiro *bilhetes* com valores determinados de 24$000, 12$000, 9$600, 7$200, 4$800 réis, ou de quantias menores que se julgassem necessarias, para facilitar o commercio; os quaes *bilhetes* teriam valor nas ilhas, como se fôssem dinheiro. O decreto de 29 de outubro de 1796 annunciou o emprestimo de dez milhões de cruzados em *apolices* de 100$000 réis para cima, vencendo 5 por cento de juro; os que dessem o capital por mais de quinze annos, teriam 6 por cento, e aos contribuintes de capital superior a 40:000$000, com desistencia dos juros, seriam conferidas mercês honorificas. Estas medidas não peccaram pela novidade; já em 1687 havia sido proposto um alvitre quasi semelhante. O alvará de 13 de março de 1797 elevou os dez milhões a doze, egualou todo o juro a 6 por cento, isento de decima, mas por tempo illimitado, não podendo as *apolices* ser inferiores a 50$000 réis; e permittiu que se entrasse com ellas, como dinheiro effectivo, no pagamento dos direitos ao Estado. O alvará de 13 de julho de 1797 determinou que dos doze milhões do emprestimo se fizessem tres em *apolices* inferiores a 50$000 réis, para terem curso forçado, sendo acceitas pelo valor nominal em metade dos pagamentos, não só nas recebedorias da fazenda, mas entre os particulares, com as penas impostas aos que engeitavam moeda metallica. O governo começou a abusar da lei, pagando muitas vezes aos funccionarios do Estado dois terços dos seus vencimentos com tal *moeda*. Este emprestimo sem garantias, representado nominalmente n'um bocado de papel, emittido em crise financeira, introduziu logo a desconfiança, augmentada pela irregularidade com que se pagavam os juros e se faziam as amortisações. A emissão começou em 1 de agosto de 1797 pelos bilhetes de 10$000 réis, seguindo-se a 26 os de 5$000; a 25 de novembro os de 20$000; a 19 de dezembro os de 2$400; a 23 de novembro de 1798 os de 1$200; a 3 de julho de 1799 os de 12$800, e finalmente a 10 de julho do mesmo anno os de 6$400 réis. O total emittido de 1797 a 1799 foi de 1.943:876 *apolices pequenas*, sommando 16.513:720$000 réis. Queimaram-se durante este praso 665:973 bilhetes de 20$000, 10$000, 5$000 e 2$400 réis, representando nominalmente 5.820:243$000 réis. Continuaram em circulação no principio do seculo XIX 1.277:903 bilhetes, na importancia de 10.693:477$000 réis; e advirta-se que a autorisação foi só de 1:200 contos! Como compensação o aviso de 4 de abril de 1799 mandou que o con-

selho da fazenda vendesse os bens que tinha em administração, livres de siza, podendo ser pagos em *papel moeda*. O alvará de 24 de janeiro de 1800 providenciou a creação de uma caixa de descontos, e o proprio governo alli agiotou o *papel moeda* a 6 por cento, moralisando o facto com a preferencia aos portadores de menor numero de bilhetes. As perdas resultantes á fazenda do encargo dos juros, o preço a que haviam subido todos os generos, os descontos que pesavam nos pensionarios do estado, e outros muitos inconvenientes commerciaes do *papel moeda,* só fôram reconhecidos pelo governo do principe regente, quando mandou cessar a sua emissão, pelo alvará de 31 de maio, consignando-lhe por dez annos o subsidio nos vinhos, o rendimento das loterias que se fizessem em Lisboa e Porto, e as dividas á real fazenda anteriores a 1797 e que se pagassem nos tres annos successivos. Estes recursos destinavam-se, além dos votados no decreto de 29 de outubro de 1796, para pagamento dos juros e amortisação das *apolices grandes,* e comprehendiam a decima do rendimento das commendas, do quinto dos bens da corôa e das contribuições ecclesiasticas. A permissão era só para se fabricar o *papel moeda* preciso para trocar o que se dilacerasse no giro. O decreto de 23 de janeiro de 1801 mandou inutilisar as *apolices pequenas* que entrassem no erario, para não continuarem em circulação; e no dia seguinte publicou-se um outro decreto ordenando que se vendessem os predios e fóros administrados pelo conselho da fazenda, e o seu producto se pagasse no erario em *apolices pequenas,* que seriam queimadas publicamente no pateo da Moeda. O edital de 31 de janeiro de 1801 traz as seguintes providencias a respeito do *papel moeda:* pagamento dos seus juros no erario, sendo parte em metal; a venda de alguns bens da corôa em *apolices,* que depois seriam destruidas pelo fogo; e promover a troca dos bilhetes grandes pelos pequenos, e o curso d'estes ultimos nas provincias. O alvará de 23 de março determinou que as dividas anteriores ao *papel moeda* fôssem pagas em metal, ou com o respectivo rebate, sendo em *papel.* A 7 de março de 1801 um outro alvará declarou que no emprestimo dos doze milhões entraria em partes iguaes o metal e as *apolices pequenas,* estabelecendo para pagamento dos seus juros novos impostos sobre o assucar, chapéos, manufacturas nacionaes, predios urbanos de Lisboa e Porto, creados e cavalgaduras. O emprestimo de 1797 mandou-se fechar em 24 de janeiro de 1803, e tratando-se da sua amortisação, crearam-se bilhetes de credito com a natureza de letras de cambio com hypotheca especial nos mesmos escriptos. As *apolices,* que entraram no erario para amortisação, tornaram a sahir pelo decreto de 27 de abril de 1804, com pertences assignados para correrem assim endossadas. Os seus juros fôram reduzidos a novos titulos de rendas permanentes, pelas portarias de 17 de março e 7 d'abril de 1811. O alvará de 2 de abril de 1805, considerando excessivo o juro do *papel moeda,* que não estava em proporção com o das apolices grandes, ordenou a sua reducção de 6 a 5 por cento, ficando captivo á decima; que se fizessem novos bilhetes, não excedendo a 200 contos os de 1$200 réis, e a 300 contos os de 2$400 réis, para substituição dos que andavam no mercado em mau estado; e que visto as *apolices* de tão diminutas quantias apenas servirem de trocos, passassem a não vencer juro, devendo todas as antigas dar entrada no real erario, para se trocarem por outras com a referida declaração. O desenho da estampa foi feito n'esta conformidade, sendo todos estes bilhetes de 1$200 e 2$400 réis fabricados na Casa da Moeda, vindo o papel, que era especial, da fabrica de Alemquer. Aos officiaes encarregados d'essa fiscalisação foi arbitrada a ajuda de custo de 25$000 réis mensaes a cada um, e ao porteiro o salario de um cruzado diario, emquanto durasse a manufactura. Os emblemas e allegorias dos bilhetes variavam não só em relação ás quantias que representavam, mas tambem nas diversas emissões que se fizeram. O pretexto da substituição das *pequenas apolices* dilaceradas serviu para se emittirem mais 124:998 bilhetes de 2$400 réis e 166:666 de 1$200, na importancia de 499:994$400 réis, pois a amortisação indicada no alvará não consta se chegasse a fazer, elevando-se assim o total do *papel moeda* a 11.193:471$100 réis. O alvará de 21 de outubro de 1807 ainda autorisou a emissão de mais 400:000$000 réis, para substituir o *papel moeda* que se tinha queimado e se havia de queimar; por esta concessão apenas se fabricaram 58:475 bilhetes de 2$400 réis e 18:982 de 1$200, na importancia de 163:118$400 réis. Parece que não houve mais emissão do *papel moeda.* Os alvarás de 13 de fevereiro e 23 de março de 1812 providenciam sobre o pagamento do seu juro; e até 1816, ultimo anno em que se fez tal abono, montaram os bilhetes pagos a réis 4.030:500$446. A portaria de 8 de julho de 1817 augmentou os direitos de importação a certos generos, para serem applicados aos juros e amortisação das apolices ou acções do ultimo emprestimo. A amortisação, além de se fazer lenta e irregularmente, prestava-se, por falta de fiscalisação, a immensas fraudes. Em alguns termos que se lavraram, menciona-se apenas o numero de saccos de tantos alqueires, que se *dizia* irem cheios de bilhetes emmaçados, e assim eram queimados, portando por fé os assistentes, apesar de se murmurar contra tão irregular processo. Como é facil de suppôr, no mercado appareceu grande quantidade de *papel moeda* falso, fabricado no estrangeiro e no reino, e que muitas vezes difficilmente se distinguia do verdadeiro. Matheus Pereira Pacheco imaginou duas marcas para impedir a sua falsificação, pedindo um conto de réis pelo invento e despezas que com elle fizera. O provedor da Casa da Moeda, informando em 13 de novembro de 1821 sobre o merito e valor da obra, declara compôr-se de dois sinetes, um de oiro e outro de aço, avaliando o metal e a parte artistica em 38$745 réis; e emquanto ao mais deu-se por incompetente para o apreciar. O decreto de 26 de setembro de 1826 mandou pôr nos bilhetes um carimbo a tinta encarnada, o qual n'um circulo radiado incluia o nome do reinante D. PEDRO, encimado pela corôa real e por baixo o anno 1826, como se observa nos exemplares ainda á venda no mercado, tendo por fim principal conhecer a quantia em circulação, e poder propôr-se ás côrtes a sua regular amortisação. A crise do banco e a quéda do systema representativo destruiu estes projectos. Os avisos de 7 e 20 de agosto de 1828 mandaram continuar com um carimbo identico ao anterior, tendo o

nome de D. MIGUEL e o anno 1828 (como se vê da apolice que reproduzimos na nossa gravura), renovando-se a ordem no decreto de 30 de janeiro de 1830, e prohibindo o curso ao *papel moeda* sem a dita marca; disposição que foi derogada, em 23 de dezembro de 1833, logo depois do restabelecimento do governo. A lei de 31 de dezembro de 1821, creando o Banco de Lisboa, impoz-lhe o onus de coadjuvar o governo na amortisação das pequenas *apolices*, o que cumpriu abrindo o desconto a 13 por cento, e entregou, para se queimar, a somma de quasi tres milhões; por isso o agio conservou-se até 1826 entre 11 e 14 por cento. A crise do

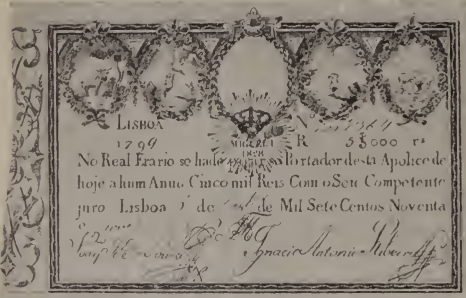
Lisboa N.º 1364
1799 MIGUEL 1828 R 5$000 rs
No Real Erario se hade pagar ao Portador desta Apolice de hoje a hum Anno Cinco mil Reis Com o Seu Competente juro Lisboa de de Mil Sete Centos Noventa

Reducção a metade de uma Apolice de D. Miguel

banco em 1827 obrigou-o a suspender o rebate do *papel moeda*, o que elevou o desconto a 30; e assim se conservou, com insignificantes alternativas, até fins de 1833, em que attingiu uma perda de 72 a 75 por cento. Desde 23 de julho de 1834, em que foi extincto, com a promessa de ser pago em metal com desconto de 20 por cento, soffreu sempre depreciação, chegando a offerecer-se com o prejuizo de 95 por cento. A creação do *papel moeda* foi uma operação absurda, um tributo oneroso, ou melhor um emprestimo forçado e desigual, que, dando logar a immensos abusos, só conseguiu desenrolar mais o triste sudario das nossas finanças. Tão facil em romper se como em falsificar-se, serviu de tropeço ao commercio, e pelas oscillações do seu agio prestou-se a grandes especulações. Não podendo entrar nas compras inferiores a réis 2$400, pesou mais na classe pobre, que só se surte por miudo, e estas circumstancias, juntas á facilidade que o governo tinha de deitar para o mercado tal especie de moeda, incutiram no publico a desconfiança, que o futuro demonstrou não ser infundada. O preço dos generos andava sempre em relação com a subida e descida no rebate dos bilhetes. A maneira e a epoca da sua extincção não fôram bem escolhidas, acabava-se de uma guerra civil, que havia consumido sommas enormes, sendo urgente pagar os grandes encargos contrahidos no estrangeiro; e esta medida precipitada veiu augmentar os embaraços, que se esperava solver com os bens das ordens religiosas extinctas. As *apolices pequenas* ainda hoje se negoceiam a uns 4 % do seu valor nominal, usando-se raramente no pagamento de fóros, *na forma lei*, que mandava que se fizesse metade em *papel moeda*, metade em numerario. ‖ As *apolices de seguros*, instrumento ou certificado escripto de uma obrigação mercantil. V. *Companhia de seguros*.

Apollinarias. Horta na freg. de Santa Maria, conc. e distr. de Beja. ‖ Monte na referida freg., conc. e districto.

Apollinario *(Joaquim José)*. Este escriptor sómente é conhecido pela sua obra: *Resumo orthographico, ou regras de orthographia da lingua portugueza para uso dos meninos*, Lisboa, 1826; outra edição, tambem em Lisboa, 1831.

Apolinario. Horta na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. d'Elvas, distr. de Portalegre.

Apollo *(Alumnos de)*. Com este titulo fundou-se em Lisboa a 26 de maio de 1872 uma sociedade philarmonica, que ainda hoje existe.

Aporfiosa. Pov. da freg. de Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Aposentador. Tinha a seu cargo dar ou inculcar aposento ás pessoas que a elle haviam direito. ‖ *Aposentador-mór*, official que tratava da aposentadoria do rei, da sua côrte e sequito, e decidia as causas dos privilegiados em direitos de aposentadoria. Este emprego só se sabe com certeza, que existiu em Portugal, desde o tempo de D. João I, sendo ainda mestre d'Aviz, e pouco mais d'um anno depois da morte de D. Fernando I (1383). E' possivel, porém, que já existisse no reinado antecedente. A obrigação do aposentador-mór era prevenir o alojamento do rei nas jornadas e resolver as duvidas que se offerecessem sobre a aposentadoria dos infantes e das outras pessoas da côrte, que formavam a comitiva, quer em tempo de paz como no de guerra. O aposentador-mór partia sempre com um dia d'avanço ao da jornada. Parece que no principio se lhe chamou *pousador-mór*. Gonçalo Vasques de Azevedo, fidalgo e rico proprietario em Almada, atraiçoando a patria, tomando o partido de D. João I de Castella. O mestre d'Aviz lhe mandou sequestrar tudo e o deu tudo a Estevão Lourenço, por doação de 22 de dezembro da era de 1422. (1384 de Christo) e n'essa doação denomina Estevão Lourenço, seu vassallo, creado e *pousador-mór* (*L. 1º da Chancellaria de D. João I*). Ruy de Sousa foi feito aposentador-mór por D. João III, em 7 de novembro de 1542. Este *officio*, segundo a provisão, o herdou por parte da sua mulher, que era filha de D. Martinho Castello Branco, 1.º conde de Villa Nova e de D. Mecia de Noronha. Desde então andou sempre o officio de aposentador-mór n'esta casa, que depois foi dos condes de S. Thiago. (de Beduido). ‖ *Aposentador do exercito*, official encarregado de ir á frente do exercito para escolher os arraiaes e cuidar dos alojamentos. Correspondia ao *primicerius mensorum*

dos romanos, como hoje lhe corresponde o *quartel-mestre general*. No archivo da camara de Coimbra acha-se registada uma carta de D. Fernando I, de 26 de março da *era* de 1406 (1368), ordenando que os infantes, arcebispos, bispos, ricos-homens e fidalgos, por poderosos que fôssem, não podessem tomar bairros e pousadas em Coimbra sem que lhes fôssem dados pelo aposentador d'el-rei *(meu pousadeiro)*, e estas com intenção de andarem caminho e não para fazerem grande morada, devendo todas estas pessoas ir pousar nas estalagens da dita cidade, *que são taes hu bem podem aver todo o que lhes comprir*. Para fazer graça e mercê á cidade de Lisboa, houve por bem e quiz el-rei D. Affonso V, por sua carta regia de 23 de julho de 1449, que o corregedor da mesma cidade ouvisse e julgasse os feitos sobre aposentadorias, sem embargo de quaesquer privilegios ou ordenações em contrario.

Aposentadoria. Acto de aposentar ou aposentar-se; direito de tomar pousada a alguem e privilegio de conserval-a. Jurisdicção propria do *aposentador*; contribuição de cama, roupas e alfaias indispensaveis para hospedagem dos principes e nobres que tinham direito a serem aposentados. Nos antigos foraes portuguezes se encontram differentes concessões e isenções de aposentadoria. A aposentadoria dizia-se *activa* para quem tinha direito a exigil-a; *passiva* para quem tinha direito a recusal-a. A lei de 28 de julho de 1678 confirmou o privilegio do Hospital Real de Lisboa para se não darem de aposentadoria as casas que lhe eram foreiras. As aposentadorias fôram extinctas em 1834.

Apostiça. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação e conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa.

Apostilla. Pequena nota marginal, verba que se põe em algum papel publico para indicar nova mercê ou a continuação da anterior. Pelo alvará de 14 de outubro de 1766 fôram mandadas pôr *apostillas* nas cartas de mercê originaes, quando se confirmassem, como succedia nos padrões de juro real. As promoções dos empregados publicos constam das apostillas ás respectivas cartas de mercê do logar para que primeiro foram despachados.

Apostolorios *(Quinta dos)*. Na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Torre de Moncorvo, distr. de Bragança.

Apostolos. Pov. na freg. da Sé, conc. e distr. de Portalegre. || Casaes na freg. de S. Miguel, de Milharado, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Casal na freg. d'Assumpção e conc. d'Azambuja, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de N. S.ª do Rosario, conc. d'Alandroal, distr. d'Evora. || Horta na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de S. Vicente, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. d'Evora. || Quinta na freg. de Santa Maria, de Ferreiros, conc. e distr. de Braga. || Quinta na freg. de Santa Engracia, 1.º bairro de Lisboa. || Quinta na freg. de N. S.ª da Esperança, de Ribeira de Niza, conc. e distr. de Portalegre.

Apparecida. Pov. da freg. de S. Martinho de Balugães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Appariça. Casal na freg. de S. Mathias, conc. e distr. de Beja. || Horta na freg. de S. Cucufate, de Villa de Frades, conc. da Vidigueira, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Thiago, de Entradas, conc. de Castro Verde, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª das Neves, conc. e distr. de Beja.

Apparicio *(Faustino José de Mena)*. Engenheiro militar. N. em Abrantes em 1819, falleceu a 21 de janeiro de 1869. Entrou para o Collegio Militar em 1828, d'onde sahiu em 1831 para se alistar nas fileiras do exercito. Continuando a estudar na academia de fortificação, escola polytechnica e do exercito, completou o curso de engenharia. Sendo promovido a alferes em julho de 1837, seguiu os diversos postos até ser elevado em 30 de maio 1868 a tenente-coronel. Depois de ter desempenhado algumas commissões de serviço militar, e de tomar parte nos trabalhos geodesicos, quando se creou o ministerio das obras publicas, foi nomeado chefe de secção na repartição technica. Mais tarde foi escolhido para secretario do conselho de obras publicas e minas e para chefe da primeira divisão d'obras publicas que comprehende o districto administrativo de Lisboa. Mena Apparicio foi um dos fundadores da *Revista militar*, jornal em que assiduamente collaborou. Deixou tambem publicado um pequeno volume, intitulado: *Elementos de arithmetica.*

Apparicio *(Monte do)*. Na freg. de Santa Anna da Serra, conc. d'Ourique, distr. de Beja.

Apparicios. Pov. da freg. de N. S.ª do Desterro, de Pousos, conc. e distr. de Leiria.

Appellação. Pov. e freg. de Nossa Senhora da Encarnação, da prov. da Extremadura, conc. de Loures, com. (4.ª vara), distr. e patr. de Lisboa; 374 hab. e 63 fogos. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada n'um valle ameno e com bellas quintas, searas, hortas e pomares. Tem optimas aguas e é muito saudavel. Era reguengo da casa de Bragança, á qual pagava a quarta parte de todos os fructos, sendo cabeça d'este reguengo a villa de Sacavem, a 3 k. de distancia. Na freguezia havia apenas algumas fazendas da ordem de Malta isentas d'este tributo. Até 1594 pertenceu á freguezia de Unhos, a que ficaram pagando, depois d'essa data, os dizimos, imposto que terminou em 1834. A egreja foi fundada, assim como a freguezia, por Bartholomeu d'Oliveira Botelho, commendador da ordem de Christo, e por sua mulher Anna Chaves Correia, aos quaes o arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro, concedera licença, em 1590. Na capella-mór está a seguinte inscripção, que o declara: *Sepultura de Bartholomeu de Oliveira Botelho, commendador da Ordem de Christo, e de Anna Chaves Correia, sua mulher, os quaes fundaram e dotaram esta egreja de Nossa Senhora da Encarnação, e deixaram para a fabrica d'esta capella-mór dez mil réis de renda e dotaram ao padre cura a renda que tem.* Os mesmos fundadores deram á egreja o rendimento annual de 50$000 réis, grande numero de alfaias, ficando por isso seus padroeiros, apresentando o parocho, a quem davam um moio de trigo, um porco, dez mil reis em dinheiro, e casas para morar. O nome da freguezia conta-se que teve por origem o facto de ter sido isenta d'uma grande peste que assolou todo o reino, sendo principalmente affectada a cidade de Lisboa, e todos os seus arredores. Como esta localidade nada soffresse, fugia para ali muita gente, gritando: *ap-*

pellemos para a freguezia de N. S.ª da Encarnação, o que occasionou ficar-se chamando *Appellação*, áquelle local. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e de reserva n.º 5, com séde em Lisboa. Na *Memoria sobre chafarizes, bicas,* etc, de Velloso d'Andrade, Lisboa, 1851, vem descripto que á sahida do logar da Appellação, e na estrada que conduz a Unhos, está uma fonte, toda forrada de cantaria tendo o peitoril 6 palmos de comprido e altura de bocca 5 e meio, fazendo o fundo de 9 palmos; junto havia um tanque para lavadouro.

Appellidar. Em portuguez antigo era chamar gente para a guerra. Pelos foraes velhos eram todos obrigados a acudir ao *appellido* em defeza da terra, tanto propria como alheia. Mais tarde as *Ordenações* só permittiam appellidar por *el-rei* nas brigas e arruidos..

Appellido. Sobrenome pelo qual se distinguem as linhagens ou gerações dos homens e se conhece tambem a nobreza hereditaria. No principio usava-se um só; depois de dois, tres, e quatro, como succedeu com os romanos, que muitas vezes tiravam os appellidos de acções famosas, outras das terras que conquistavam, etc. Com o imperio romano entraram na peninsula os seus costumes e se adoptou aquelle uso até á entrada dos godos, que, vencendo e expulsando os romanos, tambem proscreveram o systema de accumularem appellidos, de tal sorte que tornaram a ser conhecidos sómente pelos nomes proprios singulares, sem sobrenome algum, o que durou até á invasão dos arabes, depois da qual se introduziu o uso dos patronimicos, como Martins, Esteves, Fernandes, Gonçalves, Rodrigues, Henriques, etc., que se derivam de Martinho, Estevão, Fernando, Gonçalo, Rodrigo, etc., de cujos sobrenomes ou patronimicos, passando quarta geração, ficaram sendo appellidos, muitos d'elles em suas linhagens, como Paes, Soares, Henriques, etc., que hoje são verdadeiros appellidos, e tem armas proprias. O costume dos primeiros seculos da nossa monarchia até ao reinado de D. João I estabeleceu a regra geral, e com mui poucas excepções, de que o filho mais velho tomasse o nome proprio do avô materno, e por sobrenome, o de seu pae ou patronimico, que lhe servia de appellido. Isto mesmo se verifica no primeiro rei de Portugal, que tomou o nome de Affonso, pae de sua mãe D. Thereza, e por sobrenome Henriques, patronimico de seu pae, o conde D. Henrique; e mesmo fóra da côrte se observou esta pratica até ao reinado de D. Affonso V. Não bastando, porém, os patronimicos para se conhecerem ou differençarem os homens, por virem a ser muitos, por exemplo, os Peres, os Rodrigues, os Alvares, etc., accrescentaram, pela mesma razão acima referida, os nomes das cidades, villas, logares e quintas, em que viviam, ou d'onde eram naturaes: por este motivo Nuno Alvares de Faria assim se appellidou por morar no julgado de Faria, districto de Barcellos; os Bragas, os Bejas, os Braganças, por serem naturaes d'estas cidades; os Avellares, os Amaraes, os Altes, por viverem nas quintas d'estes nomes; os Alteros, os Avinhaes, os Azambujas, etc., por assistirem n'estas villas. Outros tomaram o appellido dos castellos, que possuiram, como os Alcaçovas; das torres de que eram senhores, como os Alvins, Athaides, Araujos, Bacellares, Torres, etc.; dos estabelecimentos que fundavam, como os Albergarias; das terras que povoáram, como os Albuquerques. Houve por devoção quem os usasse, como os Quaresmas; ou os derivasse da moeda, que n'aquelle tempo corria, como os Barbudas; das terras que conquistavam, como os Baharens, os Benambares, etc.: ou, finalmente, de alcunhas que passáram a appellidos de familias nobres, como os Coelhos, Falcões, Malafaias, Rapozos, Perdigões, Pegas, Sardinhas, Salemas, etc. Foi esta a origem dos appellidos em Hespanha e Portugal, onde tambem ha muitos nobres, que vieram de reinos estranhos em diversos tempos, como Rolins, Silvas, Cotas, Pessanhas, Taveiras, Severins, Pachecos, etc., que em Portugal gozaram da nobreza e esplendor, que alcançáram na sua origem, e conservam seus appellidos; além de outras familias, que, perdendo esses appellidos, se acham confundidas com outras de inferiores categorias e lustre. As diversas *Ordenações* preceituavam que ninguem podia tomar appellido que lhe não pertencesse, elucidando que *appellidos*, que se davam aos que por honrosos feitos os ganharam, são certos signaes e prova de sua nobreza e honra, e dos que d'elles descendem. Pela carta de lei de 9 de setembro de 1769, eram obrigados os administradores de vinculos a usar dos appellidos das familias respectivas, com pena de passarem os mesmos vinculos aos immediatos successores.

Apra. Quinta na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Apregoar. V. *Pregão.*

Aprendiz. O que aprende alguma arte ou officio mechanico. V. *Officios.*

Apresentação ou Presentação *(Fr. Antonio da).* Religioso franciscano, provincial da Arrabida. N. em Lisboa, em 1638, fal. no convento de S. Pedro d'Alcantara, da mesma cidade, a 20 de dezembro de 1724, com 86 annos de edade. Era filho de João de Carvalho, e de Antonia Frota, professou no instituto da serafica provincia da Arrabida, no convento de S. José, a 22 de novembro de 1660, onde foi respeitado de tal sorte o seu talento, que tendo sómente 13 annos de habito foi eleito guardião, e depois secretario da provincia, definidor, e ultimamente provincial no anno de 1697, em cujo ministerio como summamente zeloso da observancia dos estatutos da sua penitente reforma, que tinham sido compostos pelo custodio fr. Francisco da Cruz, para serem exactamente observados, diminuiu algumas clausulas e accrescentou outras, alcançando a confirmação d'elles pelo pontifice Innocencio XII, por um breve expedido a 4 de maio de 1697. O titulo era o seguinte: *Estatutos da Provincia de Santa Maria d'Arrabida da mais perfeita observancia do nosso seraphico Padre S. Francisco,* Lisboa, 1698. Fr. Antonio da Apresentação foi examinador das ordens militares, e um dos religiosos que no seu tempo mais floresceram n'esta provincia. Acabado o triennio do Provincialado, retirou-se para o convento d'Alferrara, d'onde passou para o deserto d'Arrabida, em que viveu cinco annos, findos os quaes os seus superiores o chamaram ao convento de S. Pedro d'Alcantara, de Lisboa, e ali adoeceu, fallecendo pouco depois.

Apresentação *(Fr. Cosme da).* Religioso da ordem de Santo Agostinho. Nasceu em Lisboa, em 1544, falleceu em Bolonha a 15 de junho de

1580. Era filho de Fernão Alvares d'Andrada e de Isabel de Paiva, irmão de fr. Thomé de Jesus, de Francisco d'Andrada, o orador, e do erudito Diogo de Paiva d'Andrada. Professou na ordem dos eremitas de Santo Agostinho de Lisboa, e adquiriu tanta reputação de talento e de saber, que o geral da ordem, fr. Christovão Patavino, o chamou a Roma, e o nomeou para acompanhar fr. Agostinho de Castro, que depois foi arcebispo de Braga, o qual fôra eleito por ordem do papa Gregorio XIII para reformar os conventos da Allemanha, que estavam incorrendo em grandes irregularidades. Quando se preparava para cumprir esta missão, falleceu, contando apenas trinta e seis annos de edade, assim que chegou a Bolonha. Traduziu do latim, por ordem do cardeal D. Henrique: *Sermoens de Diogo de Payva de Andrade*. Escreveu mais: *Tratado sobre os Mysterios do Rosario*, que ficou em manuscripto; *Questões Economicas*, que se não puderam imprimir, por ter sobrevindo a morte do autor.

Apresentação *(Fr. Damaso da)*. Franciscano da provincia de Santo Antonio. Nasceu em Punhete, hoje V. N.ª de Constancia, em 1577; falleceu em Lisboa a 19 de novembro de 1642. Quando chegou aos 18 annos, recebeu o habito de frade menor na reformada provincia de Santo Antonio, onde, depois de estudar as sciencias necessarias para o pulpito e confessionario, foi guardião do convento de Lisboa, duas vezes custodio da provincia e qualificador do Santo Officio. Escreveu: *Obrigação do Frade menor, em a qual se tocam as cousas que está obrigado a guardar, assim por sua regra, como por lei divina*, no convento da Carnota, em 1627, e novamente em Lisboa, 1727.

Apresentação *(Fr. Egidio da)*. Religioso augustiniano, celebre theologo, deputado da inquisição de Coimbra, vice-reitor da Universidade, etc. Nasceu em Castello Branco em 1539, falleceu em Coimbra a 8 de fevereiro de 1626. Era filho do dr. Francisco Martins da Costa, insigne jurisconsulto, de cuja faculdade recebeu as insignias doutoraes na Universidade de Paris, e de Perpetua da Fonseca. Os paes o mandaram estudar em Coimbra, não sómente as letras humanas, mas philosophia e direito cesareo, em cujas faculdades sahiu tão perito, que, sendo discipulo, competia com os mestres na profunda agudeza com que explicava os textos mais antinomicos. Passados sete annos no estudo da Jurisprudencia, ao tempo que podia receber o premio das suas estudiosas vigilias, inspirado por natural impulso, se recolheu á religião dos eremitas de Santo Agostinho, professando no convento da Graça, de Lisboa, a 25 d'abril de 1558; leccionou por muito tempo n'este convento, e doutorou-se depois em theologia, sendo logo escolhido para professor da Universidade; foi lente de Gabriel, a 14 de julho de 1582; de Escoto, a 10 de novembro de 1586; de Vespera, a 29 de janeiro de 1597, onde jubilou a 21 d'agosto de 1607. Pela sua doença e edade avançada, não chegou a reger a cadeira de Prima, de cujo titulo teve a mercê por carta de Filippe III, passada em Lisboa, a 13 d'outubro de 1616. Foi deputado da inquisição de Coimbra, de que tomou posse a 27 de fevereiro de 1597. Não acceitou o bispado de Coimbra, que lhe offereceu Filippe II, e até o logar de provincial em que fôra eleito a 6 de maio de 1618, renunciou, querendo antes governar as paixões proprias que as alheias. Escreveu: *De Immaculata Beatæ Virginis Conceptione ab omni Originali peccato immuni libri quatuor, Dicati Sacræ Maiestati Philippi III Hispaniarum Regis*, Conimbricæ, 1607; *Disputationes de animæ & corporis beatitudine ad priores quinque Quæstiones primæ Secundæ D. Thomæ, & ad Quæst. 12 primæ partis in tres tomos distributæ in quorum primo, & secundo agitur de Beatitudine corporis*, tom. I, Conimbricæ, 1609; *Disputationes de Beatitudine animæ & corporis septem libris absolutæ in quibus agitur de beatitudine animæ in ordine ad objectum beatificani & de iis, quæ beatitudinem animæ aut antecedunt, aut comitantur, aut consequantur*; tem 2 tomos, Conimbricæ, 1616; *Disputatione de beatitudine animæ, & corporis quinque libris absolutæ*; tom. 3, Conimbricæ, 1617; *Commentationes Physicæ, & Methaphysicæ*, Ursellis, 1604; sahiu em nome de Fr. Egidio Romano, sendo seu verdadeiro autor Egidio Lusitano; *Primas Augustinianus, sive prærogativa excellentiæ Ord. Eremit. D. Augustini in libris novem dissectus, Coloniæ, 1627; De voluntario, e involuntario libri duo; De Incarnatione Divini Verbi; De Eucharistia, de Sacrificio Missæ*. Estes tratados theologicos com muitos outros conservavam-se na livraria do Collegio de Coimbra, assim como: *De Peccato Originali*, em manuscripto, se conservava no convento da Graça, de Lisboa.

Apresentação *(Fr. Francisco da)*. Religioso da ordem de S. Jeronymo. Nasceu em Setubal, professou no convento de Belem, em 1706. Foi prégador distincto. Dos seus sermões conhece-se apenas o da canonisação de fr. Luiz Gonzaga.

Apresentação *(Fr. João da)*. Religioso franciscano. Nasceu em Pernambuco em 1670. Era filho de João Baptista Campelo, e de D. Brites Baudeira de Mello. Depois de frequentar os collegios dos jesuitas, fez-se frade franciscano em 1708, e foi estudar theologia no convento de Olinda. Nomeado confessor do bispo D. Fr. José Fialho, acompanhou este prelado nas visitas pastoraes, e tambem o acompanhou quando elle foi transferido para a Bahia, e depois para a Guarda. Em 1720 foi assistir ao capitulo geral da sua ordem em Valladolid. Foi um orador muito estimado; falleceu quando estava para imprimir os seus sermões em quatro volumes, e uma biographia de D. Fr. José Fialho, o bispo de quem fôra muito amigo.

Apresentação *(Fr. Manuel da)*. Religioso franciscano da ordem Terceira e vigario do coro em varios conventos. Nasceu em Evora a 21 de novembro de 1732, falleceu a 24 de fevereiro de 1785. Escreveu: *Breviario explicado, assim romano como seraphico, com as suas respectivas rubricas traduzidas em portuguez e illustradas com varios decretos, etc.*, Lisboa, 1771; *Ceremonial da Missa resada, que contém a explicação das suas respectivas ceremonias, extrahidas das rubricas do Missal romano, traduzidas e illustradas*, etc., Lisboa, 1780.

Apresentação *(Soror Maria da)*. Religiosa no convento da *Ara Cœli*, em Alcacer do Sal, onde foi mestra da ordem, vigaria do coro e escrivã do convento. Por ser muito devota das almas do Purgatorio, instituiu uma irmandade a ellas dedicada. Nasceu em Faro, e falleceu no seu convento, em 1651. Escreveu uma obra que ficou em manuscripto, com o seguinte titulo: *Noticias das*

religiosas, que lhe precederam n'este convento onde viveu e morreu, e das que professaram depois de ser já professa.

Apresentação Campelli *(Fr. João da)*. Religioso franciscano da provincia do Brazil. Nasceu na villa de Santo Antonio do Recife de Pernambuco em 1690, falleceu a 18 de fevereiro de 1751. Era filho de João Baptista Campelli e de D. Brites Bandeira de Mello. Estudou os primeiros rudimentos de latinidade e letras humanas no seminario de Belem, a quinze legoas de distancia da cidade da Bahia; ouviu dois annos de philosophia no collegio dos jesuitas da mesma cidade, e resolveu tomar o habito serafico no convento de Santo Antonio de Paraguassú da provincia do Brazil, a 20 de novembro de 1708, professando solemnemente a 21 do referido mez de 1709. Applicado aos estudos das sciencias severas, as dictou nos conventos de N. S.ª da Olinda e de Santo Antonio do Recife, com tanto credito do seu talento, que o bispo de Pernambuco, D. Fr. José Fialho, monge cisterciense, o elegeu para seu confessor, examinador synodal, e missionario, cujo mister exerceu por espaço de oito annos, acompanhando o prelado nas visitas, onde fez em duas acclamações evangelicas grande reforma nos costumes. Sendo o prelado promovido ao arcebispado da Bahia, e depois ao bispado da Guarda, fr. João d'Apresentação foi em sua companhia, valendo-se em ambas estas dioceses da sua grande litteratura de tal fórma, que o tinha nomeado lente de theologia moral do clero da Guarda. Assistiu ao capitulo geral, celebrado em Valladolid em 1740, d'onde voltando, foi creado penitenciario geral da ordem serafica, e qualificador do Santo Officio. Escreveu: *Sermões varios asceticos, moraes, e Panegyricos*, 4 tomos; *Vida do Excellentissimo e Reverendissimo D. Fr. José Fialho no tempo de Bispo de Pernambuco, arcebispo da Bahia, e Bispo da Guarda; Prolusiones Sacræ ad perfectam aliquarum vocabularum Sacræ Scripturæ intelligentiam*. Estas obras estiveram promptas para a impressão, mas parece que ficaram inéditas.

Apréstamo. Imposto, em dinheiro ou em generos, lançado sobre propriedades, destinado ao sustento de alguma pessoa ou a alguma obra de caridade. Tambem ás vezes se tomava pela propriedade onerada com esta pensão. Na jurisprudencia ecclesiastica se dá o nome de *prestimonio* a uma porção tirada para sempre dos redditos de um beneficio, para uma applicação qualquer. Aos que recebiam esta pensão, e dava o nome de *prestameiros*.

Aprestimo. Pov. da freg. de S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Aprigio *(Santo)*. Primeiro bispo de Beja, no seculo VI, durante o dominio dos godos na peninsula. Varão eminente em letras sagradas e virtudes, morreu a 3 de janeiro de 530. Alguns escriptores hespanhoes pretendem que santo Aprigio fosse bispo de Badajoz e não de Beja, querendo assim com fundamentos pouco solidos, tirar-nos a gloria de o termos por portuguez, observando que *Pax Julia*, ou *Pax Augusta* quer dizer Badajoz e não Beja. Esta questão é tratada por Jorge Cardoso, grande indagador das antiguidades, no *Commentario de 3 de janeiro, letra A*, a quem remettemos o leitor, onde não sómente estabelece a sua opinião de ser bispo de Beja com as autoridades dos escriptores portuguezes de que é corypheu André de Rezende, lib. 4, de *Antiquitat. Lusitaniæ*. mas dos mais celebres autores castelhanos, como Moral, Roa Santos de Cordova e outros, com especialidade o P. João de Mariana, que era pouco affecto ás glorias d'este reino, o qual no liv 5, cap. 7, da *Hist. de Espan.*, o confessa por estas palavras: *Aprigius Pacis Juliæ Episcopus Lusitania.* Santo Aprigio tornou-se celebre pelos seus *Commentarios do Apocalypse* e pelo *Cantico dos canticos*, hoje apenas conhecidos por varias criticas de autoridades, como Santo Isidoro, de Sevilha, etc.

Apty. Aldeia pertencente á divisão de Uply-Pahw, ao sul do rio Sandalcalo, no concelho de Nagar-Avely, districto de Damão, na India. Está situada a léste da séde do districto.

Apulia. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. de Espozende, com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 1:614 hab. e 377 fogos Tem escola do sexo masc. e est. postal e telegr., permutando malas com Barcellos. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está em bonita posição, n'uma extensa planicie, muito fertil, na costa do Oceano; fica ligada a Fão, por uma formosa estrada do litoral, assim como o está á Povoa, e ás Necessidades, pela qual passa junto da capella do Amparo. Foi couto dos arcebispos de Braga, a que tambem esteve annexo o couto de Baçar, a uns 3 k. para o nascente. Apulia tem uma bonita praia de banhos, que é sempre muito concorrida; fica n'um sitio pittoresco, modesto e asseado, o mar sereno, as ondas cariciosas, a planicie coberta de milharaes. Começou-se por edificar pequenas casas para banhistas; como estes continuassem a affluir, fôram augmentando as edificações, a ponto que a praia se tornou devéras importante. Ha em Apulia os vestigios d'uma valla por onde entrava o mar, formando um esteiro navegavel para barcos, que conduziam a bordo dos navios o oiro das minas que então existiam ali. Esta valla foi construida pelos romanos A matriz está situada n'um grande areal; a antiga egreja foi submergida pela areia. Uma das

Vista de Apulia

curiosidades naturaes d'Apulia é a sua celebre lagôa, que tem 900 metros de comprimento, creando muitos caniços, de que se fórmam bons canaviaes, e tabúa. E' redonda e cercada d'arvores, a que chamam *olciros*, as quaes dão um fructo a que dão o nome de *olas*, mas que se não come. Vê-se tambem ali grande abundancia de caça de aves marinhas; apparece muito e bom peixe. Antigamente tinha um facho á beira-mar, sempre acceso de noite, e eram os seus moradores obrigados a sustental-o e guardal o, armados, por causa dos piratas. O nome de Apulia foi-lhe imposto pelos romanos, pela semelhança que o paiz tinha com a antiga *Apulia* italiana, e que se chama hoje *Capitanato*, *Terra de Bari* e *Terra d'Otranto*. Os povos d'estes sitios chamam-lhe, por corrupção, *Pulha* ou *Conto da Pulha*. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e de reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Apulia compõe-se dos seguintes logares: Egreja, Paredes, Criar, Aldeia, Bosa e Areia. Em Apulia ha uma grande romaria, que antecede tres dias a das Necessidades, para a qual seguem os romeiros banhistas, que em uma só villegiatura de oito a quinze dias aproveitam os banhos da praia, as festas d'Apulia, a romaria do Amparo, e, finalmente, a grande romaria das Necessidades.

Apupos. Casal na freg. de N. S.ª dos Prazeres, de Aldeia Gallega da Merceana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Triana e conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa. || Casal na freg. do Espirito Santo, de Otta, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa.

Aquario. Reservatorio, viveiro para peixes e plantas aquaticas. Torna-se difficil saber o nome do inventor do aquario. A palavra é moderna, mas o objecto que ella designa é antiquissimo. Desde eras remotas que se encontram reservatorios destinados a conservar como specimens peixes e plantas aquaticas. Proximo de Lisboa, está o aquario d'Algés, situado perto da estação do caminho de ferro, no Dáfundo. V. *este nome.*

Aquæ Flaviæ. Banhos dos Bracari, Tarraconensis, hoje Chaves. V. *este nome*.

Aqueducto. Canal feito de pedra ou de tijolo, construido n'um terreno accidentado para conduzir a agua d'um a outro ponto. Os romanos construiram innumeros aqueductos. Os aqueductos são *subterraneos* e *apparentes* ou *exteriores*. Os primeiros, no intuito de manter egual nivel ou declive geometrico ao filete de agua que conduzem, perfuram montanhas e rochedos; os segundos são visiveis á luz, atravessam os valles, as povoações, os rios e as estradas, com a sua arearia mais ou menos complicada e os seus pilares vasados n'um molde architectonico, mais ou menos caprichoso. Geralmente a disposição dos logares, exige os dois generos de aqueductos. Portugal tem alguns antigos e notaveis. Como modelo de aqueducto romano, ha o de Evora ou do Sertorio, reedificado por D. João V (V. *Evora*); o aqueducto que abastece d'agua o convento de Santa Clara em Villa do Conde, que é elegantemente construido e conta 999 arcos (V. *Villa do Conde*). São tambem notaveis os aqueductos, de Obidos, fundado sob a protecção da rainha D. Catharina, mulher de D. João III, e o de Torres Vedras, pittorescamente situado e graciosamente construido; o de Elvas, que levou longos annos a construir e consta de arcarias sobrepostas, etc. O aqueducto, porém, que a todos domina e sobreleva pelo seu desenho, dimensões, marmores e cantarias empregados na fabrica, é o denominado Aguas Livres, de Lisboa. V. *Aguas Livres.*

Aquém. Pov. da freg. de Navelim, conc. de Salsete, na India. Acha-se situada ao sul da villa de Margão, da qual dista 2 kilometros.

Aquino *(D. Fr. Paulo de S. Thomaz de).* Membro do governo da India, de 3 de dezembro de 1821 a 18 de novembro de 1823. Era frade dominicano, foi confirmado pela bulla de 16 de janeiro de 1819 arcebispo de Cranganor, e sagrado no collegio de S. Thomaz d'Aquino em Banguenim, a 4 de março de 1821. Falleceu a 20 de dezembro de 1823, em Olicaré, com 50 annos de edade, e está sepultado no presbyterio da egreja parochial de Changanacheira, tendo na campa uma inscripção malabar, que Cunha Rivara publicou no *Instituto Vasco da Gama*, n.º 20, a pag. 177, assim traduzida:

NO ANNO DE 1822 MAR PAULO METROPOLITANO DA DIOCESE DE KODUNGALLOOR VEIO PARA O MALABAR, NA ERA (malabar) DE 998, A 20 DE DEZEMBRO.
NO ANNO DE 1823 MORREO EM OLICARÉ EM COULÃO, NA ERA (malabar) DE 999, A 20 DE DEZEMBRO E FOI SEPULTADO NA EGREJA DE CHANGNACHERRY A 22 DITO.

Aquino *(Fr. Thomaz).* Monge benedictino. Nasceu em Lisboa a 22 de janeiro de 1720; falleceu em 1770. Era filho de José d'Oliveira de Sousa, contador dos Coutos do Reino e Casa, e de D. Isabel da Silva Neves, irmão de Francisco Xavier d'Oliveira, cavalleiro professo da ordem de Christo. Na edade da adolescencia recebeu a cogula monastica de S. Bento, no convento de Tibães a 5 de junho de 1736, onde aprendeu as sciencias escolasticas, em que mostrou viveza de engenho; dedicou-se ao ministerio do pulpito, pelo qual mereceu ser na sua religião prégador geral, eleito a 4 de junho de 1749. Publicou: *Oração funebre, e Panegyrica nas exequias do Augusto, Magnifico, e Fidelissimo Senhor D. João o V, celebradas pela Irmandade de N. Senhora de Monserrate da Nação Espanhola no dia 23 de outubro de 1750 na Igreja do Mosteiro de S. Bento da Saude de Lisboa,* Lisboa. Não tem anno da impressão.

Aquino *(P. Thomaz José de).* Presbytero secular e escriptor muito conhecido, sobretudo pelas duas edições das *Obras de Luiz de Camões*, que preparou e dirigiu em 1779 e 1782, a respeito das quaes se levantou na imprensa uma encarniçada polemica, por parte do P. José Clemente, congregado do Oratorio. A'cerca d'esta questão, das censuras que se levantaram e da defeza da parte do P. Thomaz José d'Aquino, póde vêr-se *O exame critico das primeiras cinco edições dos Luziadas,* por Sebastião Trigoso, inserto no tomo VIII da parte I das *Memorias da Academia*, em folio. Não se sabe a terra nem a data do nascimento do P. Thomaz José d'Aquino, mas parece que nasceu pelos annos de 1718 a 1720, e viveu sempre em Lisboa, onde falleceu a 13 de fevereiro de 1804, na rua dos Calafates, hoje do Diario de Noticias, em casa de Manuel Rodrigues

Maia, professor de grammatica latina, de quem era amigo intimo, sendo sepultado na egreja de N. S.ª do Monte. Foi homem muito estudioso, versado em humanidades, de bastante erudição e zeloso pela gloria e incremento das letras patrias, o que bem se justifica pelos seus numerosos escriptos, que na maior parte se publicaram anonymos ou com nomes suppostos. O P. Thomaz José d'Aquino exerceu o cargo de sub bibliothecario da Real Meza Censoria, e depois da Meza da Commissão geral sobre o exame e censura dos livros, até á extincção d'esta em 17 de dezembro de 1794. Julga-se que passou depois a servir na secretaria do desembargo do paço, com os outros empregados d'aquella extincta repartição. Nos ultimos annos de existencia, diz-se, que foi atacado de monomania. Dos seus escriptos notam-se os seguintes: *Delicioso jardim da Rhetorica, tripartido em elegantes estancias, e adornado de toda a casta de flôres da eloquencia: ao qual se ajuntam os opusculos do modo de compôr e amplificar as sentenças, e da airosa collocação e estructura das partes da oração: segunda edição mais correcta e augmentada*, etc., Lisboa, 1750, 8.º de XII — 69 pag., as quaes são de numeração dobrada, tendo em frente o original latino, e ao lado a versão portugueza; não tem nome do traductor, e, apesar de se dizer *segunda edição*, diz o *Diccionario bibliographico*, vol. 7.º, a pag. 247, que parece impossivel que exista outra *primeira*, quando n'esta, as licenças primitivas para impressão do opusculo, teem a data de 31 de janeiro de 1750; *Oração de Luiz Antonio Verney, cavalleiro Torquato, arcediago de Evora, na morte de D. João V, rei fidelissimo de Portugal, aos cardeaes; traduzida do idioma latino no portuguez por Theotonio Montano; accresce uma carta d'este mesmo traductor sobre a traducção*, Lisboa, 1752, 4.º de XXVIII (innumerados) — XVIII pag.; a numeração d'estas ultimas é dobrada, por modo que são realmente 36; tem o original latino em uma pagina, e na seguinte, em frente, a versão portugueza; *Traducção portugueza da ode IV do livro IV de Quinto Horacio Flacco, principe dos poetas latinos, por Paulo Germano*, Lisboa, 1761, 4.º de XXXXV — 17 pag.; *Traducção portugueza da ode XI do livro I, e da V do livro II de Quinto Horacio Flacco, por Paulo Germano; vão juntamente as analyses das mesmas odes, e vão tambem umas notas tumultuarias*, Lisboa, 1762; parece que pelo mesmo tempo, e sob o referido pseudonymo de Paulo Germano, se publicára uma versão das *Comedias de Terencio*, em 2 tomos; *O velho Catão, ou dialogo de Marco Tullio Cicero sobre a velhice; traduzido do idioma portuguez por Marçal Joseph de Rezende*, Lisboa, 1765, 8.º de VII (innumeradas), 69 pag., sendo estas de numeração dobrada (segundo o costume do traductor), contendo o texto em latim, e a versão em portuguez; depois do dialogo vem: *Carta apologetica em resposta a um amigo que deu o seu parecer sobre a presente traducção*; segue-se ainda: *Carta de um amigo a outro, na qual se remette a traducção de um coro das tragedias de Seneca, dada á luz por Marçal Joseph de Rezende; dá-se tambem uma breve noticia da poesia dithyrambica: Carta que se escrevia a certo amigo com a declaração da palavra «Estaos»*, Lisboa, 1788; *A Poetica de Q. Horacio Flacco, restituida á sua ordem, com a interpretação paraphrastica em portuguez, e uma carta do editor a certo amigo sobre este mesmo assumpto*, Lisboa, 1793; *A Epistola 1.ª do livro segundo de Quinto Horacio Flacco a Augusto, com a interpretação em verso portuguez: accresce a Poetica do mesmo Horacio restituida á sua ordem e traduzida em verso vulgar*, Lisboa, 1796. As edições dos *Luziadas*, conforme se disse, deram causa a uma grande questão, e a esse respeito se publicou o seguinte: *Carta de um amigo a outro, em que se fórma juizo da edição novissima do poema da Luziada do grande Luiz de Camões, que sahiu em 1779*, Lisboa, 1783; sahiu anonyma, porém consta que fôra seu autor o P. José Clemente; *Discurso critico, em que se defende a nova edição da Luziada do grande Luiz de Camões, feita no anno de 1779, das accusações que contra ella publicou o autor da Carta de um amigo a outro*, Lisboa, 1784; *Camões defendido, e o editor da edição de 1779, e o censor d'este julgados sem paixão: em uma carta, dada á luz por Patricio Alethophilo Mizalazão*, Lisboa, 1784. O autor D. José Valerio, então oratoriano, e depois bispo de Portalegre, soube trazer a questão para o seu verdadeiro campo, tratando o assumpto com a gravidade, sisudez e conhecimento proprios de bom philologo e critico imparcial. Não puderam, comtudo, as suas razões calar no animo do confrade P. José Clemente, o qual, para mais patentear no assumpto a sua inepcia, veiu novamente á luz com o seguinte: *Juizo do juizo imparcial do moderno anonymo, o qual em vão pretendeu defender os erros da edição novissima do poema da Luziada do grande Luiz de Camões*, Lisboa, 1784: o P. Thomaz de Aquino publicou por fim o seguinte: *Carta em resposta a um amigo, na qual se mostra que pela figura synalepha, assim como na latina se pódem elidir os dithongos na versificação vulgar*, Lisboa, 1785 — sahiu sem o nome do autor.

Aquino *(Thomazia Caetana de)*. Poetisa do seculo XVIII, que entrou no concerto geral de nenias e elegias, que rebentou em Portugal, quando morreu, no anno de 1736, a infanta D. Francisca. O seu lugubre tributo chama-se *Ais luctuosos*.

Aquino Cação *(P. Marianno)*. Sacerdote secular, residente no isento de Santa Cruz de Coimbra. Nada se sabe a seu respeito, além da seguinte obra, publicada em Coimbra, no anno de 1761: *Noticia dos Santos protectores de Coimbra*, a qual contém, em abreviado resumo, as vidas de S. Theotonio, dos Santos Martyres de Marrocos e de Santa Izabel.

Aquivileiras. Antiga herdade que teve foral dado em 1 de maio de 1253, por D. Affonso III.

Ara Cœli *(Fr. Francisco)*. Religioso franciscano. Nasceu no Porto, em 1651, falleceu no convento de S. Francisco da mesma cidade, em 1720. Era filho de Antonio Pereira Roriz, e de Clara da Costa Pereira. Recebeu o habito seraphico no convento de S. Francisco de Lisboa, a 22 de outubro de 1670, e professou a 24 do referido mez de 1671. Applicou-se ao estudo da theologia positiva, moral e mystica, e á lição da Historia Sagrada, e profana, adquirindo grande fama de erudito. Escreveu: *Sermão de S. José no Mosteiro da Madre de Deos de Monchique, na profissão de sua Irmã a Madre Soror Maria Clara de Ara Cœli*, Coimbra, 1692; *Sermão no Triduo da Canonização de S. Paschoal Baylon*, Lisboa, 1692: *Luzes do Ceo descubertas nas sombras da Paixão*

do Redemptor do Mundo, para os que dezejão aceitar o caminho da perfeição, Coimbra, 1697; *Norma viva de Religiosas, tratado Historico, e Panegyrico, em que se descreve a vida, e acçoens da serva de Deos Leocadia da Conceição, Religiosa no Recoleto Mosteiro da Madre de Deus de Monchique*, Lisboa, 1708; *Orador evangelico*, consta de sermões de diversos assumptos, tomo I, Coimbra, 1730.

Ara Cœli. Pov. na freg. de S. Marcos d'Atabocira, conc. de Castro Verde, distr. de Beja. ‖ Quinta na freg. de Santa Barbara dos Padrões, conc. de Castro Verde, distr. de Beja. V. *Araceli.*

Ara Pouco. Herdade na freg. de N. S.ª do Monte, de Valle de Gniso, conc. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Arabi. Senhor, mestre ou sabio da lei. Era este o titulo dos magistrados dos judeus, em Portugal, até ao reinado d'el-rei D. Manuel. O *arabi-mór* usava do sello das armas do reino, com esta legenda: «Sello do Arabi-mór de Portugal.» Os seus delegados, nas differentes comarcas do reino, tinham o titulo de *Arabis-menores*. Estes cargos eram annuaes. Tinham por dever velar pela observancia das leis e costumes judaicos. No reinado de D. Pedro I, em Portugal, o *arabi-mór*, Moysés Navarro, e sua mulher instituiram um grande morgado no termo de Lisboa. Os judeus nunca tiveram tanta consideração em Portugal como durante o reinado de D. Fernando I, porque, tanto este monarcha como sua mulher, D. Leonor Telles, lhes deviam enormes quantias, pois só a elles recorriam em occasiões criticas, que eram muito continuadas. Por morte de D. Fernando e pela subida ao throno do mestre de Aviz, os judeus perderam toda a influencia, porque D. João e todos os seus partidarios sabiam que elles eram dedicados a D. Leonor Telles. Por uma lei de D. João I, promulgada em 1404, se determinou que *todo o judeu que no dia de S. Martinho não descrevesse todos os bens de raiz e fructos que possuisse, os tivesse perdidos*. D. Duarte, filho de D. João I, promulgou uma lei, *prohibindo que os moiros ou judeus pudessem ser* officiaes do rei, rainha, infantes, titulares ou prelados, o que D. Affonso V, seu filho, confirmou. O livro 4.º, titulo 1.º das *Ordenações manuelinas*, determinava que *qualquer judeu que possuisse bens de valor superior a 6$000 réis, pagasse por cada propriedade 120 réis*. Estes vexames duraram até á expulsão dos judeus e moiros, em 1497. Os judeus em Portugal quasi que formavam uma nação ápartc, uma especie de colonia. Viviam em bairros separados, chamados *judiarias*, e tinham leis e juizes seus privativos. A sua autoridade suprema era o *arabi-mór*, cada comarca tinha o seu ouvidor para quem costumavam appellar os arabi-menores. No Porto assistia o que governava a provincia de Entre-Douro e Minho; em Moncorvo, o de Traz-os-Montes; na Covilhã, o das Beiras; em Santarem, o da Extremadura; em Evora, o do Alemtejo; em Faro, o do Algarve. Além do privilegio de terem magistrados, sacerdotes e mesquitas proprias, tinham os judeus mais outros, sendo o principal o seguinte: D. João I determinou que nos sabbados, ou outro qualquer dia festivo, segundo o seu rito, as justiças reaes não pudessem proceder contra elles; nem pudessem correr n'esses dias as causas em que elles fôssem partes. O arabi-mór apresentou a este monarcha, em Coimbra, em 1392, em nome de todos os judeus de Portugal, duas bullas, com diversas providencias e isenções para elles. Uma era do papa Clemente VI, expedida d'Avinhão em 5 de julho de 1357; a outra era de Bonifacio IX, dada em Roma a 22 de julho de 1389. O rei as mandou cumprir por provisão de 17 de julho de 1392. Os bairros onde habitavam os judeus eram sempre proximos, mas fóra das povoações, e cercados de muros com guardas nas entradas. Depois das Ave Marias da tarde até ás da manhã do dia seguinte, era-lhes expressamente prohibido sahirem dos seus bairros. As distincções da magistratura dos judeus acabaram todas em 1507, ordenando-se que fossem regidos pelas leis communs do reino.

Arabia. Pov. na freg. de Santa Maria do Castello e conc. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. ‖ Pov. na freg. de S. Pedro, conc. e distr. de Faro.

Arabó. Ilha no rio Colvate ou Chaporá, e que faz parte do concelho de Pernêm, districto e comarca de Bardez, arcebisp. de Gôa, na India. Acha-se situada ao sul de Pernêm, e na margem direita do rio. Tem cerca de 100 fogos e 600 habitantes, todos gentios; dista 10:700 metros da séde do concelho. O forte d'esta ilha que fôra conquistado por D. Frederico Guilherme de Sousa em 1781, tendo-o sido antes em 1746, pelo marquez de Alorna, já não existia em 1863. A sua guarnição até 1842 compunha-se de 34 praças, e havia ali montadas 7 peças d'artilharia. Posteriormente foi mandado abandonar e demolir pelos alicerces, só restando agora o terreno em que assentava. Lopes Mendes, na sua *India Portugueza*, diz ter ainda ali encontrado a *Darvazó*, ou casa forte gentilica, que a estampa reproduz e que foi mandada construir pelos antepassados dos dessays da ilha de Arabó.

«Darvazó» de Arabó

Arábriga. Antiga cidade da Lusitania, fundada pelos celtas, 200 a 300 annos antes de Christo. Era situada na raiz da serra d'Arrabida, en-

tre Setubal e Cezimbra. João Soares de Brito, no seu *Theatro geographico da Lusitania*, diz que no principio do seculo XIII ainda havia vestigios d'esta cidade, que o mar ou as areias depois submergiram, porque não ha d'ella o menor indicio. Nada mais se sabe d'Arábriga, restando sómente a memoria da sua existencia.

Aracaty *(Marquez de)*. Fidalgo portuguez de nome João Carlos Augusto Oyenhausen, conhecido na historia pelo excellente ainda que brevissimo governo que fez em Moçambique. Diz-se excellente, porque o marquez desenvolveu extraordinaria actividade, e procurou tanto quanto possivel melhorar as condições economicas da provincia. E' certo, porém, que, sendo nomeado para aquelle governo em annos adeantados, e conservando os preconceitos da sua mocidade, não foi muito fiel executor do pensamento do governo no que respeitava á lei da abolição da escravatura promulgada por Sá da Bandeira. Nomeado governador geral da provincia de Moçambique, por carta regia de 22 de dezembro de 1836, e sendo o primeiro que teve aquelle logar, porque até ali os chefes da provincia denominavam-se governadores e capitães-generaes, ou governadores civis e militares, partiu o marquez de Aracaty para Moçambique a bordo da charrua *D. João Magnanimo*, onde ia tambem como governador da India o barão de Sabroso. Levava o marquez um secretario geral chamado Lobão, que era tambem um homem activo, intelligente e zeloso. Tomou posse do governo no dia 5 d'outubro de 1837. Entendendo que a provincia ficava arruinada com a abolição da escravatura, suspendeu a execução da lei de 10 de dezembro de 1836, que a supprimia, e ordenou que os exportadores dos negros pagassem por cada um 18:000 réis. A medida não era louvavel, mas percebe-se que um homem no ultimo quartel da vida, não póde facilmente desembaraçar-se dos preconceitos da sua educação, e abraçar com enthusiasmo as novas idéas. No dia 22 de outubro estabeleceu o conselho do governo, e logo em seguida restabeleceu a junta de fazenda, dando assim execução ás reformas decretadas por Sá da Bandeira, e preparava-se emfim para cumprir nobre e energicamente o seu dever, quando a morte o veiu surprehender a 28 de março de 1838, tendo governado menos de seis mezes. Foi sepultado na capella-mór da egreja de S. Francisco Xavier, que actualmente pertence ao palacio do governo. Tomou conta da administração da provincia o conselho governativo, composto do juiz Antonio Ramalho de Sá, do coronel Antonio Francisco Cardoso, do major Caetano da Costa Mattoso, do governador ecclesiastico Antonio José da Maia, do presidente da camara Antonio Joaquim Garcia de Miranda, e do capitão-mór Adolpho João Pinto de Magalhães. Este conselho do governo regeu dois annos a provincia, porque só em 29 de março de 1841 tomou posse o novo governador nomeado, Joaquim Pereira Marinho.

Araceli. Serra, no Alemtejo, freg. de Ataboeira. Vem-lhe o nome d'uma capella de N. S.ª da Ara Cœli, que existe aqui. Outros dizem que o nome lhe vem de um *dolmen, ara celtica*, que existiu n'este sitio por muitos seculos. Tem 3 k. de comprido e 1:500 m. de largo. E' um ramo da serra d'Ossa e habitada em parte. Produz muito trigo, centeio e milho, azeite de *daro*, azeitona brava, muito boa para a luz. Tem hervas medicinaes, colmeias, gado, principalmente porcos, caça e lobos.

Arada. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. d'Ovar, distr. d'Aveiro, bisp. do Porto, 1.794 hab. e 419 fog.; pertenceu á ordem de Malta com total isenção dos bispos do Porto. Tem escola do sexo masc. e caixa post.; a pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada proximo do Atlantico, em planicie muito fertil, sobretudo em milho. O cura era, até 1834, apresentado pelo commendador de Rossas, Frossos e Rio Meão, com approvação do vigario geral de Malta. Em Arada passa o ribeiro d'Arca Pedrinha. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 24, com a séde em Aveiro. || Pov. na freg. de Santa Marinha, d'Avanca, conc. d'Estarreja, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Carvalhaes, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Thiago de Font'-Arcada, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Mamede, do Manhuncellos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Pov. da freg. de Santo André, de Molares, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Pombeiro de Riba Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Marinha, de Villar de Pinheiro, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Serra da prov. do Douro, no antigo conc. de Lafões. Chamam-lhe tambem serra dos Carvalhaes. Communica-se pelo Este com a serra de S. Mauricio e do Oeste com a de Manhouce. Tem 18 k. de comprido e quasi 5 de alto. E' alcantilada, cheia de medonhos precipicios e perigosos despenhadeiros. No alto tem um plató cultivado, que é da freguezia do Candal. N'este plató está a aldeia da Coelheira, e por elle corre um pequeno ribeiro, que se despenha com estrepito por entre penhascos. Tem pedreiras da melhor pedra de construcção das duas Beiras. Na parte não cultivada é coberta de matto, carvalhos, medronheiros, giestas e hervas medicinaes. Tem muita caça.

Aradas. Pov. e freg. de S. Pedro Fins, na prov. do Douro, conc., com. e distr. d'Aveiro, bisp. de Coimbra; 2:936 hab. e 498 fogos Tem escola do sexo masc. e caixa postal. A pov. dista 3 k. da séde do concelho. Chamava-se antigamente *Erada*. No tempo de D. Affonso I pertencia a Jacob ou Job Mendes, que a deixou, por sua morte, á Santa Cruz, de Coimbra, onde foi depositado, pelo testamento que fizera em 1181, que assim o ordenava. Emquanto fôram donatarios os frades cruzios, teve foral, que elles lhes deram em 1219. Passou mais tarde, em 1700, para os frades cruzios da Serra do Pilar, Villa Nova de Gaya, juntamente com os casaes de Ilhavo, que formavam tambem o referido legado de Jacob Mendes. Tinha juiz do crime, do civel, dos orphãos, e camara; a jurisdicção era do rei. A egreja parochial está situada no logar do Bom Successo, foi e construida ha pouco mais de cincoenta annos. O antigo templo ficava no logar de Ribas, n'um valle, junto ao canal ou esteiro navegavel, ramo da ria d'Aveiro. Era do tempo dos godos; dizem que já existia em 979 quando para aqui veiu um *fuzil da cadeia de S. Pedro* e um pedaço do *Santo Lenho*. Emquanto pertenceu aos frades de Santa Cruz, de Coimbra, teve priores, e desde que passou para os da Serra do Pilar, eram os curas annuaes apresentados pelos frades. Aradas pertence á 5.ª div. mil. e ao distr.

de recrutamento e reserva n.º 24 com a séde em Aveiro. Foi antigo concelho, que o decreto de 6 de novembro de 1836 supprimiu. O ultimo acto solemne que a camara celebrou foi a acclamação da rainha D. Maria II em 26 de maio de 1834. As ruinas dos paços do concelho viram-se por muito tempo, onde hoje é a entrada para uma quinta, que em 1877 pertencia a Manuel José Ferreira do Amaral. || Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Podentes, conc. de Penella, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de S. Matheus, de Unhaes-o-Velho, conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Arade. Ribeira do distr. de Faro. Tem 6 k. de curso e é affluente do Portimão.

Arádega. Fôro ou pensão de fructas que os colonos pagavam ao senhorio da terra em Portugal. Este tributo variava segundo a qualidade das medidas, que eram differentes em quasi todas as localidades. Em Santarem a arádega constava de doze alqueires; em Alcobaça de seis fangas ou vinte e quatro alqueires. A arádega era paga em pão ou vinho.

Aradella. Pov. da freg. de S. Martinho de Mancellos, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Aradinha. Herdade na freg. de Santo Aleixo, conc. de Moura, distr. de Beja.

Arado. Pov. na freg. de S. Pedro de Mernfe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Sant'Anna do Campo, conc. de Arraiollos, distr. d'Evora. || Casal na freg. de S. Thiago, do Penso, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Herdade na freg. de N. S.ª da Purificação, de Represa, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora.

Arados. Monte na prov. do Douro, freg. d'Alpendurada.

Araduca. Cidade antiquissima da Lusitania. Ha todas as razões para acreditar que seja a actual Arouca. Não ha, porém, n'esta villa, vestigios de tão remota antiguidade, a não ser varias antas, alguns dolmens e duas ou tres mamoas, que estão nos seus montes, o que prova incontestavelmente que por ali habitaram os celtas por muito tempo. Alguns autores tambem lhe dão o nome de *Araducta*.

Aradura. Antiga cidade da Lusitania, que alguns geographos dizem ser a actual cidade de *Guimarães*, e outros a villa de *Amarante*.

Araes. Casal na freg. de S. Thiago, de Fontes, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Aragão. Appellido tão nobre em Portugal como em Hespanha, onde se tomou do reino de Aragão; procedendo de D. Affonso de Aragão, filho bastardo do rei D. Affonso IX, passou este appellido a Portugal na pessoa de Martim de Aragão, que veiu com a rainha D. Dulce, mulher de D. Sancho I. O respectivo brazão é incompleto: em campo de ouro quatro palas vermelhas, que são as armas d'aquelle antigo reino da Hespanha; timbre, um touro vermelho saltante com colleira e campainha ao pescoço, tudo de ouro. Tambem veiu para Portugal D. Pedro de Aragão, filho bastardo do rei D. Pedro III, de Aragão, em 1297 com sua meia-irmã a rainha Santa Izabel, mulher do rei D. Diniz, e ficou em Portugal. As suas armas eram as acima descriptas. Outros fidalgos do mesmo appellido, e que procedem de Rodrigo Affonso de Aragão, trazem as mesmas armas, porém o timbre é um leão vermelho.

Aragão *(D. Anna de).* Dama da rainha D. Catharina, mulher de D. João III. Vivendo ainda na epoca do dominio hespanhol, foi victima do seu extremado amor da patria, sendo desterrada e presa em Toledo, onde falleceu, accusada de se corresponder com D. Antonio, prior do Crato, que então estava emigrado em Inglaterra.

Aragão *(Fr. Antonio de).* Eremita de Santo Agostinho. N. em Faro a 13 de junho de 1650, f. no convento de Tavira a 30 d'abril de 1716. Era filho de Gonçalo Jorge e de Petronilla Fajardo Sevilhana. Entrou na religião dos eremitas de Santo Agostinho, tendo 16 annos, e professou no convento d'Evora a 2 de janeiro de 1676. Foi muito observante dos seus estatutos regulares servindo de exemplo aos domesticos e de veneração aos estranhos. Escreveu: *Indulgencias plenarias, Jubileos plenissimos, absolvições geraes de culpa e pena, remissoens de peccados, relaxaçoens de penitencias, e concessoens de Quarentenas, que os Summos Pontifices concederão aos Confrades da Correa de Santo Agostinho com particular reza repartidas pelos dias, e festas do anno*, Lisboa, 1731.

Aragão *(Antonio Barnabé de Elescano Barreto e).* Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, cavalleiro professo na ordem de Christo, juiz do crime em Santarem, e auditor do regimento de cavallaria de Castello Branco. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento, viveu, porém, nos fins do seculo XVIII. Tornou-se especialmente conhecido pela sua obra *Demetrio moderno*, dissertação historica e critica sobre os monumentos da legislação portugueza antiga e moderna, e sobre as obras de jurisconsultos estrangeiros e nacionaes. A Mesa Censoria riscou-lhe algumas passagens *por indignas da luz publica*. Aragão revoltou-se, e imprimiu algum tempo depois o livro sem supprimir a maior parte das passagens. A Meza Censoria prohibiu então, por um edital publicado com a data de 1 de março de 1781, que a obra se vendesse, ordenando tambem a todas as pessoas que tivessem exemplares, os entregassem na respectiva secretaria no preciso termo de um mez, debaixo das penas comminadas nas leis contra os que imprimissem, retivessem ou divulgassem livros prohibidos. O autor foi suspenso do cargo que exercia na magistratura, mas parece que alguns annos depois foi restituido ao serviço publico. O titulo completo do livro que promoveu tão grave questão, era o seguinte *Demetrio moderno, ou o Bibliographo Juridico Portuguez; o qual em uma breve dissertação historica e critica, propõe e dá uma clara e distincta idéa das preciosas reliquias e authenticos monumentos antigos e modernos da Legislação Portugueza, e egualmente de todos os livros e obras dos Jurisconsultos e Escriptores Reinicolas theoricos e praticos*, etc. Lisboa, 1781. Aragão escreveu tambem: *Historia da Jurisprudencia Natural desde a sua origem até aos seus progressos, perfeição, e estado actual, considerada como uma necessaria e utilissima sciencia*, Lisboa, 1771: *Catecismo Historico, ou Compendio da Historia Sagrada e Doutrina Christã, composto em francez pelo Abbade de Fleury, trad. em vulgar*, Lisboa, 1774, 2 vol.; *A El-rei Fidelis*

simo D. José I no faustissimo dia dos seus annos, e inauguração da sua Real Estatua; ode epodaica, Lisboa, 1775; *A S. A. R. o Principe nosso senhor, e Regente dos reinos de Portugal e Algarve: Cumprimento de congratulação no dia dos seus annos*, Lisboa, 1792.

Aragão *(Antonio Pereira Ferrea)*. Cavalleiro da ordem de Christo, doutor em mathematica pela Universidade de Paris, professor de humanidades, e por vezes director de alguns collegios de educação em Lisboa, escrivão do tribunal da Relação da mesma cidade, etc. Nasceu na aldeia da Torre, a duas legoas de Trancoso, em 1801. falleceu em Lisboa a 11 d'outubro de 1857, victima da febre amarella, que n'esse anno flagellou Lisboa durante quatro mezes ou mais. Aragão foi homem erudito e cultor de boas letras, agradavel conversador, sempre bom conselheiro nas cousas da vida. Sem ter dotes de escriptor nem de dramaturgo, escreveu varios romances e dramas, que nunca se representaram, apesar das muitas diligencias que o autor empregava para os vêr em scena. Foi alguns mezes redactor do *Diario do Governo* e de um jornal que se publicou em 1837, com o titulo de *Vigilia do Capitolio*, de que poucos numeros sahiram. No *Diario do Povo*, *Revolução de Setembro*, *Nacional*, *Patriota*, *Portuguez*, e em muitos outros encontram-se correspondencias e artigos sobre diversos assumptos, firmados com o seu nome. Ferrea Aragão era tambem muito conhecido pelas suas excentricidades. Escrevia o seu nome, por vezes, eliminando o appellido *Ferrea*, e outras, pondo-o entre parenthesis, explicando o facto d'esta fórma: depois da sua formatura, cortára o *Ferrea*, por lhe parecer o nome demasiado comprido: porém, n'uma polemica jornalistica, accusaram-n'o de ter commettido um crime sob aquelle appellido, e por isso o omittira. Aragão, para se justificar e provar que não tinha o menor receio, continuou a escrevel-o, collocando-o, porém, entre parenthesis, demonstrando assim ser demais aquelle appellido. Outra das suas grandes excentricidades foi a que se deu com o casamento. Aragão, quando pensou em mudar de estado, lembrou-se de escolher uma orphã, e, n'esse proposito, dirigiu-se de carruagem á Casa-Pia, segundo uns, ou á Misericordia, segundo outros, e apresentando-se na direcção, declarou ser funccionario publico, poder apresentar folha corrida do seu comportamento, e que pretendia achar noiva n'uma das orphãs d'aquelle estabelecimento pio para a fazer feliz. O caso é que a proposta foi acceite, e d'umas raparigas que mandaram chamar, a noiva foi escolhida, o casamento realisou-se, tornando-se uns casados felizes, Aragão um bom chefe de familia, ella uma dedicada esposa e excellente dona de casa. D'este consorcio houve bastantes filhos, morrendo a maior parte da mesma epidemia que victimou o pae. Aragão trajava tambem com excentricidade: casaca á antiga portugueza de aba grande e larga, portinholas á *marialva*, gola levantada meio palmo, chapéo alto de dimensões colossaes e bengala de unicornio com castão e ponteira de prata. Debaixo do chapéo via-se um barretinho preto, a que elle chamava o *solidéo*, e que lhe conchegava a cabeça. Trazia sempre seis ou oito rolos de papel, que lhe sahiam das vastas algibeiras; eram de ordinario dramas que ia apresentar ás emprezas theatraes. Aragão leu, emprestado por um dos seus discipulos, um tratado de *mnemonica* escripto e impresso em Paris por um dos irmãos do fallecido poeta visconde de Castilho (Antonio Feliciano de Castilho). Apaixonou-se por aquelle systema de decorar phrases, chegando a sua paixão até ao fanatismo. Os ultimos annos da sua vida, que fôram bem amargurados, consagrou-os a representar periodos inteiros por palavras de uma ou duas syllabas Fôram as suas maiores manias a mnemonica e a litteratura. Por causa da primeira sustentou grandes luctas, com a classe do professorado; queria applicar para tudo a mnemonica: entendendo que não era preciso mais nada a quem bem a comprehendesse. Uma das suas maiores preoccupações foi tambem o theatro. Aragão foi juiz d'uma das varas criminaes de Lisboa; era condecorado com o habito de Christo, que sempre trazia ao peito, e de que elle muito se orgulhava, por lhe ter sido dado por D. João VI n'uma época em que as condecorações custavam muito a alcançar. A relação dos seus escriptos é a seguinte: *O cego da fonte de Santa Catharina*, drama em 5 actos, extrahido do romance *La Fontaine de Sainte Cathèrine*, de Ducrai-Dumiuil, que sob aquelle titulo tem tido diversas traducções e edições; *Epicedio pela chorada falta do ex.*^mo^ *sr. Antonio Manuel Lopes Vieira de Castro*, sahiu no *Nacional*, de 26 de setembro de 1842; *Elisa, ou a portugueza virtuosa, romance portuguez, historico e original*, Lisboa, 1844; *A orphã portugueza e o seu tutor, ou as duas ultimas venerandas victimas da usurpação dos Filippes, romance original*, Lisboa, 1847, 4 tomos; *Ode dedicada a Sua Sanctidade Pio IX, por seu insuspeito admirador*, etc., Lisboa, 1848; esta ode traz no seu remate e por appendice uma nota curiosa, e verdadeiramente original, em que o autor mostra ser um consummado propheta politico, pois que dentro em vinte annos se lhe cumpriram ou realisaram não menos de seis vaticinios, que em diversas épocas fizera; *Ode dedicada a El-Rei o Sr. D. Fernando II*, sahiu n'uma folha solta, com o titulo: *Grave accusação feita pelo sr. Sampaio, redactor da «Revolução de Setembro», ao muito obscuro e nullo vivente Antonio Pereira Ferrea Aragão*, Lisboa, 1850; *Ode dedicada a Sua Magestade a Rainha*, inserta na *Reforma*, de 3 de julho de 1852; *As meditações, poema didascalico em dez cantos*, Lisboa. 1851; *Diccionario Mnemotechnico, e um breve resumo das regras mais importantes da arte de ajudar a memoria*, Lisboa, 1850. A respeito d'este livro, lê-se no *Diccionario bibliographico*, de Innocencio da Silva, vol. I, pag. 223: «Os repetidos testemunhos de pessoas respeitaveis por seu saber, ou insuspeitos por sua probidade, depondo de factos proprios, parece haverem posto fóra de duvida que Aragão conseguira effectivamente alargar os limites da Mnemonica, introduzindo e desenvolvendo formulas de sua composição, e combinações fecundas e vantajosas, como por vezes mostrou em actos publicos. N'este caso, o *Diccionario Mnemotechnico*, onde elle depositou essas formulas, e expôz os principios do seu methodo, deve ser tido como um poderoso auxiliar para todos os que se propozerem cultivar uma arte, cujas applicações tão proveitosas pódem tornar-se na pratica, já para conservar a sciencia adquirida, já para empregal-a de prompto, quando a necessidade o

exige. Os preconceitos que o autor excitára contra si, devidos mais que tudo á especie de sobranceria e orgulho litterario que o dominavam, e que elle mal podia disfarçar sob as vestes de sua apregoada e fingida modestia, acham-se extinctos com elle, e é já tempo de lhe ser feita a justiça que na realidade merecer.» Escreveu mais: *Arte Latina Mnemotechnica, para aprender a declinar e conjugar rapidamente, e a traduzir com facilidade*, Lisboa, 1852; *Ao Sr. D. Pedro V (ode)*, foi impressa conjunctamente com uma poesia latina ao mesmo soberano, em folha avulsa, tendo no fim a data de 5 de outubro de 1854; *D. Pedro duque de Coimbra, drama original portuguez*, 5 actos, Lisboa, 1853; *A Rainha Santa Izabel e D. Diniz, drama original portuguez*, 3 actos, Lisboa, 1854; *Affonso e Virginia, drama original portuguez*, 5 actos, Lisboa, 1854; *As duas orphans portuguezas, drama original historico*, 5 actos, Lisboa, 1857; *Virginia, Affonso e Corinna, ou o mais nobre sacrificio do coração de duas virgens; romance historico portuguez*, Lisboa, 1853, 2 tomos; *Estatutos do Instituto Litterario e Scientifico, dirigido por A. P. F. Aragão*, Lisboa, 1856.

Aragão *(Fr. Archangelo de)*. Natural de Vinhó, termo da villa de Gouveia, falleceu a 3 de janeiro de 1691; era filho de Francisco de Aragão e Pinna, e de D. Maria da Fonseca. Recebeu o habito militar da ordem de Christo no Real Convento de Thomar, em 1644. Depois de dictar theologia especulativa no collegio de Coimbra, e moral, onde professára, foi superior no mesmo convento, sendo qualificador do Santo Officio, examinador das ordens militares, e grande prégador. Escreveu e imprimiu: *Sermão gratulatorio, e Panegyrico na prospera e suspirada vinda da Serenissima Senhora D. Maria Sofia Isabel, Rainha de Portugal*, Lisboa, 1688.

Aragão *(Augusto Carlos Teixeira de)*. Medico militar, antigo cirurgião-mór em chefe do exercito, posto em que se aposentou, e numismata distincto. Nasceu em Lisboa a 15 de junho de 1823, falleceu n'esta mesma cidade a 29 de abril de 1903. Assentou praça em 1849, depois de ter concluido o respectivo curso na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. Dirigia o hospital militar em Tavira, quando a colera-morbus victimou grande parte da população d'aquella cidade. Em 1867 foi incumbido pelo ministerio das obras publicas de dirigir na exposição universal de Paris as secções da *Historia* dos trabalhos de Bellas Artes; e cumulativamente pelo ministerio da guerra de representar o *comité* portuguez nas conferencias e congresso internacional da sociedade de soccorros aos referidos militares de terra e mar. N'aquelle mesmo anno foi nomeado director do gabinete de numismatica e archeologia d'el-rei D. Luiz; em 1868, o ministerio do reino o encarregou de explorar e estudar um cemiterio romano que fôra descoberto no Algarve, commissão de que deu conta n'um relatorio publicado no *Diario de Lisboa*, de 26 do referido anno. Em 1871 acompanhou á India portugueza o batalhão de caçadores n.º 1 na qualidade de cirurgião-mór. Em Gôa exerceu n'essa occasião o cargo de secretario geral interino do governo, para que foi nomeado pela portaria de 12 de dezembro do referido anno. Depois de exercer este cargo durante tres mezes, pediu a exoneração, que lhe foi concedida pela portaria de 12 de março de 1872, com declaração de que tinha servido com muito zelo e intelligencia. Ainda em 1872, o ministerio da guerra o incumbiu da regencia do curso de hygiene militar, na Escola do Exercito. Nas solemnidades do tri-centenario de Camões, em 1880, foi escolhido para delegado da Academia Real das Sciencias, de que era socio effectivo. Fez parte do *comité* da organisação para a nona sessão do congresso internacional de archeologia e de anthropologia prehistorica, reunido em Lisboa em 1880. Em julho de 1882 pertenceu tambem á commissão executiva da Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental em Lisboa, juntamente com o dr. Augusto Filippe Simões, Antonio Thomaz da Fonseca, conde d'Almedina, Francisco Marques de Sousa Viterbo, Ignacio de Vilhena Barbosa e José Luiz Monteiro. O dr. Teixeira Aragão foi homem muito erudito e de extrema actividade. Ao tempo que leccionava na Escola do Exercito era medico no Collegio Militar; exerceu importantes commissões officiaes, sobretudo de caracter archeologico. Como numismata foi a primeira autoridade do paiz. A sua obra, sem duvida de maior valor, é a *Descripção geral e historica das moedas*, etc. que escreveu por incumbencia do ministerio do reino. A ella nos temos soccorrido muitas vezes em varios artigos d'este diccionario. O dr. Teixeira Aragão era commendador das ordens de Aviz e de Carlos III de Hespanha, grande official da ordem de Nischan Ifitkhar de Tunis, cavalleiro das ordens da Torre e Espada, de Christo, e da Corôa de Ferro d'Austria; condecorado com as tres medalhas de prata, correspondentes ás classes de valor militar, bons serviços e comportamento exemplar; era socio honorario e correspondente de muitas sociedades scientificas e litterarias de Portugal e do estrangeiro. Escreveu a seguinte obra, em que já falámos: *Descripção geral e historica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, edição feita em 3 grossos volumes de 8.º francez, verdadeiro repositorio de pacientes investigações sobre tão curioso assumpto. Os dois primeiros volumes occupam-se exclusivamente das moedas do continente, reservando o seu autor para o 3.º a enumeração das moedas da India e da Africa Oriental. Este volume foi publicado em 1880, por occasião de se celebrar o tri-centenario de Camões. Falta ainda um outro volume para completar a obra, destinado á descripção das moedas do Brazil e da Africa Occidental, cujas estampas já estavam impressas, estando egualmente adeantado o trabalho historico e descriptivo. Escreveu mais, quando esteve em Paris na exposição de 1867: *Description des monnaies, médailles et autres objects d'art concernants l'histoire portugaise du travail*; e as *Cartas ao dr. Marques*, que fôram impressas no

Augusto Carlos Teixeira de Aragão

Escoliaste medico, n.os 296, 301 e 305. Em 1870 publicou tambem um volume, com o titulo: *Descripção historica das moedas romanas, existentes no gabinete numismatico d'el-rei o senhor D. Luiz I.* e uma monographia historica, de que se deram tres edições, a ultima das quaes com importantes ampliações, por occasião das festas commemorativas do quarto centenario do descobrimento da India, em 1898. Em 1871 escreveu um opusculo intitulado: *Vasco da Gama e a Villa da Vidigueira*, a proposito da trasladação então projectada dos restos mortaes do mesmo capitão para o templo de Belem. Anteriormente, o dr. Teixeira d'Aragão escrevera: *Apreciação de algumas causas que podem contribuir para a frequencia da tisica nos alumnos do real collegio militar;* artigos publicados no *Escoliaste medico*, de 1866; *Hygiene militar para uso dos alumnos da Escola do Exercito*, folheto pequeno de 120 pag.; as primeiras folhas d'este trabalho fôram reproduzidas em seis numeros do jornal *Galeria militar contemporanea;* um romance *O Hercules Preto*, Lisboa, 1846, e a these inaugural: *A thoracentese ou operação do empyema*, Lisboa, 1849. Constava que o dr. Teixeira Aragão possuia uma das mais consideraveis collecções de moedas, mas que, além d'isso, a sua casa era um verdadeiro museu de trajos e costumes de muitos povos do mundo e de objectos archeologicos e artisticos, cuja venda publica effectuára pouco tempo antes da sua morte, tendo o museu das Bellas Artes de Lisboa adquirido muitos d'esses objectos.

Aragão ou Aragon *(D. Felix de)*. Fidalgo portuguez, que, renegando a sua patria, combateu contra ella nos exercitos de Filippe II de Castella. Foi ferido nos Açôres, onde fazia parte da guarnição da esquadra do commando do marquez de Santa Cruz, em attenção ao que Filippe II o nomeou governador de Piombino. Era filho de D. Francisco de Aragão, fidalgo da côrte de D. Manuel, que entrou ao serviço do imperador Carlos V, militou e morreu na Italia.

Aragão *(Fernão Ximenes de)*. Licenceado em direito canonico pela Universidade de Coimbra, e arcediago de Santa Christina na Sé de Braga. Natural de Lisboa; ignora-se a data do nascimento, e falleceu tambem em Lisboa, a 29 d'abril de 1630. Era filho de D. Thomaz Ximenes de Aragão, e de D. Thereza Vasques d'Elvas, filha de Antonio Fernandes d'Elvas, fidalgo da Casa Real e thesoureiro da infanta D. Maria, filha de el-rei D. Manuel. Depois de receber o grau de licenceado, obteve ser arcediago de Santa Christina na sé de Braga, que possuiu durante quarenta annos, até que o renunciou em seu sobrinho, Jeronymo Ximenes de Aragão. A maior parte d'este rendoso beneficio dispendia-a pelos pobres, e, para que se continuasse depois da sua morte esta caritativa beneficencia, deixou á Misericordia de Lisboa um legado perpetuo. Dedicando-se ao estudo dos santos padres, escreveu um livro que teve grande celebridade, com o fim de combater o judaismo, do qual houve tres edições: as duas primeiras no espaço de tres annos, e a terceira um seculo depois. Escreveu: *Doutrina catholica para instrucção e confirmação dos fieis; extincção das seitas supersticiosas e em particular do judaismo*, Lisboa, 1625, dedicada a D. Fernando Martins Mascarenhas, bispo do Algarve, e inquisidor geral: sahiu a segunda edição mais accrescentada e com mudança no titulo, que ficou sendo: *Extincção do Judaismo e mais seitas supersticiosas, e exaltação da só verdadeira Religião Christãa dada por Deos aos homens para por ella serem salvos*, Lisboa, 1628; a terceira edição, com alguns addicionamentos, e com o titulo: *Triumpho da Religião Catholica*, etc., Lisboa, 1752; *Praxis da oração mental, ou exercicio espiritual e trato da alma com Deus*, Lisboa. 1633; *Incendium primæ, sive abbreviatum Verbum Misericordiarum Dei*, Ulyssipone, 1630, dedicado a D. Francisco de Castro, inquisidor geral. Fernão Ximenes de Aragão escreveu tambem uma obra em verso, na lingua castelhana: *Restauracion del hombre*, Lisboa, 1608; 2.ª edição, Lisboa, 1628. Segundo o *Diccionario bibliographico*, a 1.ª edição tem o seguinte titulo: *Libro de la restauracion y renovacion del hombre: compuesto por Fernando Ximenes, Arcediano de Santa Christina en la santa e primás Iglesia de Braga, graduado en canones, natural de Lisboa; con licencia de la Santa Inquisicion*, Lisboa, 1608. O titulo é gravado dentro de uma portada, com varias figuras, aberta em chapa de metal pelo artista portuguez Braz Nunes. Divide-se em dois tratados, o primeiro chamado *Semana espiritual*, e o segundo com o titulo de *Dialogo*, em que são interlocutores Theophilo e Theosophia, em prosa. a que segue um cantico, e outro dialogo entre Jesus Christo e um christão seu discipulo, em verso.

Aragão *(D. Francisco de)*. Fidalgo da côrte de D. Manuel. V. *Aragão (D. Felix de)*.

Aragão *(Padre Francisco de Faria e)*. Escriptor que se dedicou, segundo se vê pelos seus livros, ao estudo das sciencias physicas e naturaes. Nasceu na villa de Castello de Ferreira de Aves, em 1726; falleceu em Lisboa, em 1806. Era filho de Caetano de Faria e de D. Margarida Maria. Professou na Companhia de Jesus, e em 1759, quando se deu a expulsão dos jesuitas, era mestre de theologia no collegio da Lapa em Lamego, collegio que pertencia á companhia. Partiu para a Allemanha, foi ali mestre dos principes d'uma casa reinante, obteve por isso uma pensão que, mesmo estando em Portugal, não deixou de receber, e, em 1783, quando D. Maria I começou a admittir alguns jesuitas, voltou a Portugal, trazendo comsigo um pequeno gabinete de physica, que era o seu estudo predilecto e o seu recreio. Formou para seu uso um jardim botanico, onde cultivava plantas exoticas, e mandou fazer uma casa de madeira envidraçada, onde mettia enxames d'abelhas, seguindo com toda a attenção por entre os vidros os habitos d'esses insectos. Serviu-lhe este estudo para escrever o seu *Tratado das abelhas*, que foi publicado pela primeira vez em 1796, annexo ao periodico *Palladio portuguez*. Quando regressou do estrangeiro, recolheu-se em casa d'uns parentes, onde falleceu. Escreveu a obra a que já nos referimos, que tem o seguinte titulo: *Tractado historico e physico das abelhas*, Lisboa, 1800, 4.º, com uma estampa; *Breve Compendio, ou tractado sobre a electricidade*, Lisboa, 1800, 4.º, com duas estampas; *Horographia, ou Gnomonica portugueza, a qual contém a theoria e juntamente a pratica de fazer relogios solares pelos methodos mais faceis, para os curiosos d'esta materia*, Lisboa, 1805, 4.º.

Aragão *(D. Izabel de)*. V. *Izabel (Rainha Santa)*.

Aragão *(Jeronymo Ximenes de)*. Escriptor do seculo XVII. Natural de Lisboa, era filho de D. Thomaz Ximenes de Aragão, e de D. Thereza d'Elvas, irmão de Fernão Ximenes de Aragão (V. *este nome)*. Foi administrador do morgado e padroado do collegio de S. Patricio, habitado pelos irlandezes, em Lisboa, no qual succedeu a seu outro irmão, Rodrigo Ximenes de Aragão. Entre os estudos que cultivou, preferiu o de genealogia, em que deixou a seguinte obra que ficou manuscripta: *Nobiliario das familias portuguezas e de Annotações historicas, politicas e moraes, dedicadas a el-rei D. Affonso VI*.

Aragão *(Joaquim Pedro de)*. Esculptor da Academia de Lisboa, nascido no começo do seculo XIX.

Aragão *(D. Leonor de)*. V. *Leonor (D.)*.

Aragão *(Manuel Pedro Thomaz Pinheiro e)*. Professor regio de philosophia em Portalegre, e de grammatica latina e portugueza em Lisboa, director d'um collegio de educação, e ultimamente escripturario na Contadoria do Arsenal do Exercito, etc. N. em Lisboa a 24 de janeiro de 1773, f. tambem em Lisboa a 16 do referido mez de 1838. Era poeta medíocre; em 1805 publicou a sua primeira obra poetica, uma elegia á memoria de Bocage, e seguiram-se-lhe outras. Escreveu: *Memorias curiosas para a grammatica philosophica da lingua portugueza, compostas e arranjadas para uso dos seus alumnos*, Lisboa, 1812; *Elegia á deploravel morte de M. M. B. du Bocage*, Lisboa, 1805; *Jardim das Musas e dos Sabios*, etc., Lisboa, 1806; pequenos folhetos contendo poesias originaes e traduzidas de varios autores; parece que sahiram sómente seis numeros; *A aguia desasada a golpes de Inglaterra, Hespanha e Portugal, segundo as nossas esperanças e votos; versos de Almeno Tagideo* (nome arcadico que para si adoptava), Lisboa, 1809; *Pretende um grato genio lusitano immortalisar a gloria do ill.*^{mo} *e ex.*^{mo} *sr. marechal-general Lord Wellington*, etc., Lisboa, 1813; é meia folha de papel contendo uma quadra glosada; *Ode de Pindaro, a segunda das Olympicas, em louvor de Theron, rei de Agrigento, traduzida do grego por Antonio Maria do Couto, e metrificada em frente por M. P. T. P. e Aragão*, Lisboa, 1816; *Lysia triumfante*, Lisboa, 1817; são versos latinos de José Coelho de Lemos, escriptos por occasião do descobrimento da chamada conspiração de Gomes Freire, e traduzidas em quadras octosyllabas por Aragão, sem o seu nome; *Exaltações de Lysia*, Lisboa, 1820. Publicou tambem diversas poesias no *Ramalhete*, jornal litterario, vol. II, 1839 e vol. VI, 1843; e no *Portuguez Constitucional*, de Pato Moniz, de 14 de outubro de 1820 vem um *Soneto aos nossos libertadores*, etc. Escreveu a *Anti-Pavorosa*, especie de parodia á celebre epistola *Pavorosa illusão da Eternidade*, de Bocage, em que os versos d'esta são transportados do sentido irreligioso para outro propriamente christão. Sahiu pela primeira vez impressa em nota appensa ás *Poesias eroticas, burlescas e satyricas de Bocage*. O bem conhecido escriptor José de Torres conservava na sua bibliotheca um grosso volume manuscripto das suas poesias ineditas, com o titulo de *Collecção de poesias lyricas e pastoris*, de M. P. T. P. e Aragão, que tem todo o caracter de autographo, e declara no rosto haver sido colligido pelo proprio autor em 1797.

Aragão *(Maximiano Pereira da Fonseca e)*. Bacharel formado pela Universidade de Coimbra. N. no logar de Fagilde, freg. de Fornos de Maceiradão, conc. de Mangualde, a 29 de maio de 1853; é filho de Antonio Agostinho de Fonseca e Aragão, tambem de Fagilde, e de D. Albina Augusta Pereira de Figueirêdo, do logar de Vinhol, conc. de Tondella. Depois do curso triennal no seminario de Vizeu, foi para Coimbra, onde recebeu na Universidade o diploma de bacharel nas faculdades de theologia e de direito. Foi administrador dos concelhos de S. João da Pesqueira e de Tondella, de 1879 a 1880, e de S. Pedro do Sul, de 1886 a 1887. Em 1880 foi professor de philosophia do lyceu de Vizeu, cargo que só interrompeu quando esteve como funccionario administrativo em S. Pedro do Sul. Foi procurador á junta geral do districto de Vizeu, membro da commissão districtal por seis annos, e membro da commissão de recenseamento d'este ultimo concelho durante dez annos consecutivos. Exerce tambem as funcções de advogado. Foi redactor principal do *Districto de Vizeu*, nos ultimos dez annos de existencia d'este periodico, e em 1892 tomou a direcção politica do jornal *A Liberdade*. Tem collaborado em outras publicações, em epocas commemorativas ou para fins de beneficencia. E' socio do Instituto de Coimbra, vogal correspondente da commissão dos monumentos nacionaes, socio da associação dos architectos e archeologos portuguezes, socio honorario da associação dos escriptores e artistas de Madrid, etc. Escreveu mais: *Memoria biographica do dr. Antonio Nunes de Carvalho*, professor do collegio das artes e lente da Universidade de Coimbra; sahiu no jornal *Districto de Vizeu; Vizeu, apontamentos historicos*, Vizeu, 1894, 2 tomos; *Estudo historico sobre pintura*, Vizeu, 1897; *A imprensa no districto de Vizeu, fragmento historico*, Vizeu, 1893, edição que se compoz apenas de oito exemplares; em 1900 publicou-se segunda edição, accrescentada e melhorada, cuja tiragem, dizem, não ter chegado a duzentos exemplares. Ainda publicou em Vizeu, mas sem data, o seguinte: *Memoria sobre a fundação do asylo viziense da infancia desvalida* e *Memoria sobre o convento do Bom Jesus de Vizeu*. Nos seus escriptos costuma assignar-se *Maximiano de Aragão*

Aragão *(Quinta do)*. Na freg. de Santa Maria Magdalena, de Aldeia Gavinha, conc. d'Alemquer.

Aragão e Lima *(José Eugenio de)*. Natural de Tavira, no Algarve; apenas se conhece da sua vida que foi professor regio de philosophia na cidade de Belem do Grão Pará. Escreveu: *Aódia drama recitado no Pará, antes da opera n'elle representada... em applauso do nascimento de S. A. R. a ser.*^{ma} *sr.*^{a} *infanta D. Maria Thereza*, etc. Lisboa, 1794; *Drama, recitado no theatro do Pará, a principio das operas e comedia n'elle postas, pelo doutor Juiz presidente da Camara e Vereadores do anno de 1793, em applauso do nascimento da ser.*^{ma} *sr.*^{a} *D. Maria Thereza*, Lisboa, 1794. São duas composições em verso. Aragão e Lima publicou tambem um poemeto sobre a tomada de Cayenna pelas tropas portuguezas, que parece ter algum valor historico, sobretudo pelas notas.

Aral. Pov. na freg. de S. Salvador, de Covas, conc. de V. N.ª da Cerveira, distr. de Vianna do Castello || Prov. na freg. de S. Cypriano, conc. e distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de Santo André,

de Escariz, conc. d'Arouca, distr. d'Aveiro. — Pov. da India portugueza, na prov. de Nagar Avely a Este de Damão. — Um dos quatro bairros ou torofos da prov. de Bally, com. de Salsete, arcebispado de Gôa, Velhas Conquistas, India portugueza.

Arally. Aldeia da regedoria do torofo do mesmo nome, no conc. de Quepém, distr. de Gôa, na India.

Aramas. Quinta na freg. de Santa Maria, de Borbella, conc. e distr. de Villa Real.

Arambol. Pov. e regedoria do conc. de Perném, distr. e arceb. de Gôa, na India. Orago da freg. S. João Baptista. Dista 12 k. da séde do concelho.

Aramé. Pov. da costa da prov. de Guiné, na Africa Occidental, perto do presidio de Bolor, no conc. de Cacheu, na mesma provincia.

Aramenha. Villa e freg. de S. Salvador, da prov. do Alemtejo, conc. de Marvão, com., distr. e bisp. de Portalegre. 2:418 hab. e 512 fog. Dista 8 k. da séde do conc. e está situada nas margens do rio Sever, que nasce na serra de S. Mamede. d'esta freguezia. Aramenha é pov. muito antiga; foi cidade muito importante no tempo dos romanos, com o nome de *Medobriga*. No *Portugal antigo e moderno,* vol. I. pag. 226, observa Pinho Leal, que ha engano manifesto em André de Rezende quando diz que *Medobriga* é a actual villa de S. Thiago do Cacem, e que a semelhança dos nomes das tres antigas cidades. *Medobriga*, *Merobriga* e *Mirobriga,* é que occasionou a confusão dos nossos archeologos, affirmando que *Medobriga* é a actual Aramenha; *Merobriga*, S. Thiago do Cacem; e *Mirobriga,* Ciudad Rodrigo, em Castella. Pinho Leal ainda accrescenta, que estando situada esta povoação nas faldas da serra de Marvão, a que os antigos chamavam *Herminio-Menor*, Duarte Nunes do Leão, que erradamente lhe chama *Merobriga*, diz que o seu actual nome lhe provém de *Herminia*. Parece que pelos annos 50 antes de Christo, já os romanos davam a *Medobriga* o nome de *Herminia*, pois assim chamam os historiadores romanos aos povos que o cruel Longino ou Longuinho então quasi exterminou. Tambem podia ser que lhe chamassem *povos da Herminia*. pela visinhança da serra *Herminio-Menor*. Dizem outros que os arabes chrismaram a velha cidade de *Medobriga* com o nome de *Armenia;* a corrupção é facil para *Armenha*, e d'esta palavra para *Aramenha*. Alguns autores pretendem que a antiga cidade de *Medobriga* foi fundada pelos gallo-celtas 400 annos antes de Christo, e que fôram elles quem lhe deram este nome, que, segundo dizem, significa *povoação ou cidade dos medos*. Outros querem que seja fundação ainda mais remota, devida aos gregos, 1906 annos antes de Christo. Prova-se que esta cidade foi no sitio da actual villa de Aramenha, pelo *Itinerario* do imperador Antonino Pio, que marca *Medobrica,* como os romanos lhe chamavam entre Portalegre, Arronches, Alegrete e Marvão. que é exactamente a situação de Aramenha. A antiquissima cidade era muito extensa e ficava situada n'um valle, entre dois rios, a que se dá hoje o nome de *Varzea de Aramenha*, ficando hoje uns cem metros distante da matriz. N'esta varzea se vêem muitas torres e pontes, sobre o rio Sever, muitos restos de edificios e de um grande aqueducto romano que trazia agua á cidade; restos de pavimentos, uns lageados, outros de bellos mosaicos, e outra muitas curiosidades archeologicas. D. Fr. Amador Arraes diz que no seu tempo, se encontraram nas ruinas de Medobriga muitas columnas e sepulturas de marmores preciosos, com elegantes letras, moedas de oiro, bellissimas pelo seu lavores, do tempo de Vespasiano, Tito. Tiprociano (pontifice), e de Trajano. A's moedas antigas que apparecem nas escavações ou em qualquer parte, e cujo maior valor não é o metal de que são feitas, mas a sua antiguidade, dá-se o nome de *medalhas*. Teem-se encontrado diversas lapides com inscripções, e em abril de 1797 achou-se uma com a seguinte inscripção:

C. JUL. VECEFO
FLAMINI PRO
VINCIE LUSITA
NII PROPINIA
STAFRA MARI
TO OPTIMO.

A qual se deve ler: *Caio Julio Vecefo Flamini Provinciæ Lusitanæ: Propinia Strafra Marito Optimo*, o que quer dizer: *Propinia Stafra a seu optimo marido Caio Julio Vecefo, flamine da provincia Lusitana*. Esta lapide foi mandada em 25 do referido mez e anno para a Academia Real das Sciencias de Lisboa, pelo seu presidente, que era então o duque de Lafões. N'uma quinta denominada da *Azenha branca,* existia um magnifico portico de cantaria lavrada, fortissimo, que ficára inteiro entre as ruinas da velha cidade de Medobriga, e servia de entrada á referida quinta. Esse portico foi em 1710 para Castello de Vide, cujas fortificações os castelhanos haviam destruido em 1706; o governador, coronel Manuel de Azevedo Fortes o desejou para ornamento da praça, e propoz a compra d'elle, mas o então proprietario Luiz Freire da Fonseca Coutinho, generosamente o offereceu a el-rei D. João V. O portico ficou substituindo a antiga porta de carro do castello, e por isso se lhe ficou chamaudo *porta de Aramenha* (V. *Castello de Vide*), collocando-se-lhe a seguinte inscripção: *Reinando em Portugal o mui alto e poderoso senhor D. João V, foi este portado tirado debaixo das antigas ruinas da cidade de Medobriga, fundada 1906 annos antes de Christo, no sitio chamado Aramenha: transferido e posto n'este logar por Manuel de Azevedo Fontes, governador d'esta praça, no anno de 1710*. Explica e corrobora esta inscripção o seguinte documento: «Manuel de Azevedo Fortes, cavalleiro professo da ordem de Christo, coronel de infantaria do partido da côrte, e governador da praça de Castello de Vide por Sua Magestade que Deus guarde. Certifico que, encarregando-me Sua Magestade, que Deus guarde, a reedificação d'esta praça, que os inimigos deixaram demolida, e sendo necessario fazer-se uma nova porta na cortina de S. Francisco, por estar de todo incapaz a que chamavam do *carro*, me vali de um portado de cantaria grossa, e fortissimo, que ficou inteiro entre as ruinas da antiga cidade de Medobriga, aonde chamam Aramenha, uma legua d'esta villa, e estava servindo de portico e entrada a uma quinta que n'aquelle sitio tem Luiz Freire da Fonseca Coutinho, o qual, sabendo o meu intento. e que desejava servir-me do dito portado para a forti-

ficação d'esta praça, querendo-lh'o comprar, o offereceu gratuitamente para o serviço de Sua Magestade, sacrificando a este fim o gosto que tinha em conservar na sua quinta aquella antiguidade e memoria, pois foi fundada a dita cidade, segundo os historiadores, mil novecentos e seis annos antes da vinda de Christo. E com effeito mandei conduzir o dito portado para esta praça, para se collocar na nova porta de Aramenha, e com elle se poupou á fazenda real, só no arranco e lavor das pedras, se houvessem de mandal-o fazer, mais de duzentos mil réis. Passa o referido na verdade pelo juramento dos Santos Evangelhos, de que mandei passar o presente por mim assignado. Castello de Vide, 15 de novembro de 1710, *Manuel de Azevedo Fontes.*» Na quinta da *Azenha branca* teem apparecido muitas antiguidades em differentes épocas. No monte proximo a Aramenha ha galerias de extracção de oiro, prata e chumbo. Na serra da *Portagem*, tambem proxima, estão duas cavernas, uma ao sul, que tem 33 ou 34 metros d'altura, e outra ao norte, muito comprida. N'estas cavernas tambem teem apparecido columnas, capiteis, amphoras, medalhas de prata e de bronze, cippos, etc. As duas cavernas teem communicação uma com a outra. A do norte é escurissima, e não se sabe onde termina; é feita de rocha viva. Diz-se que foi uma grande mina de chumbo ou estanho, dos romanos. Os latinos chamam *plumbum*, tanto ao chumbo como ao estanho, e parece que os antigos habitantes de Medobriga se entregavam á industria mineira, porque os romanos lhes chamavam *plumbarios*. Junto á serra da Portagem nasce uma fonte abundantissima, chamada *Os olhos d'agua*, que logo ao pé da nascente faz mover alguns moinhos. Aramenha pertencia á corôa. Não consta que tivesse foral; é possivel que esteja incluido no de Marvão. O que não offerece duvida, é que tinha antigamente grandes privilegios, como Marvão, sendo os principaes não darem soldados, não pagarem portagem, e poderem conduzir cereaes de toda a parte do reino, sem pagarem direitos. Mas era obrigada a defender a praça de Marvão em tempo de guerra, por contrato feito em 1226 com D. Sancho II. Esta obrigação era em troca do privilegio de não darem soldados; os outros privilegios fôram concedidos para promover a população da villa. Não se sabe ao certo quando Aramenha veiu para o poder dos christãos, mas parece que foi tomada aos arabes, em 1160, no tempo de D. Affonso Henriques, e que este monarcha ou seu filho D. Sancho I a mandou povoar. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 22, com a séde em Abrantes; tem escolas para ambos os sexos, fabricas de moagens e lanificios, fornos de cal. Tendo sido annexada ao concelho de Castello de Vide, por decreto de 26 de setembro de 1895, que supprimiu o de Marvão, voltou a este por ter sido restaurado, pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. || Pov. e casaes na freg. de N. S.ª da Conceição, da Varzea, conc. e distr. de Santarem. || Casal na freguezia de S. Silvestre, de A dos Francos, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. No *Boletim Architectonico*, 2.ª serie, 1874, da *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, fundada em Lisboa, em 1863, vem a pag. 25, 45, 70 e 152, uma larga e desenvolvida descripção da antiga cidade de Medobriga, firmada pelo socio correspondente F. P. de Gusmão.

Arameira. Casal na freg. de N. S.ª da Purificação, de Aveiras de Cima, conc. d'Azambuja, distr. de Lisboa.

Arameiro. Quinta de N. S.ª da Encarnação, de Appellação, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Aranda. Appellido nobre em Portugal, mas oriundo em Hespanha, onde foi tomado da villa de Aranda, no reino de Aragão, ou no de Navarra. Não se sabe quem o trouxe a Portugal; mas foi aqui herdado em uma torre junto ao rio Douro, á qual deram o nome de Aranda-do-Douro. Por allusão a esta ponte usaram d'ella no escudo das respectivas armas, que se encontram sem elmo nem timbre, a saber: escudo dividido em pala, na primeira de prata um leão vermelho; na segunda tambem de prata um castello do mesmo metal sobre uma ponte de arcos em contra-chefe diminuto de ondas de azul e prata, orla de ouro carregada de oito arandelas de lança azues.

Arandela. O guarda-mão ou defensa da mão direita, em fórma de funil, que se crava no grosso da lança ou maça d'homem d'armas. || Especie de antigo collarinho e punhos com prégas.

Arangões. Pov. na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Reguengo do Fetal, conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Aranguez. Quinta, na freg. de S. Sebastião e conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Arandis. Antiquissima cidade da Lusitania, descripta por Ptolomeu, que a colloca entre Salacia (Alcacer do Sal) e Evora; e pouco distante de Castraleacos (Alcaçovas) que vem a ser o sitio onde hoje fica o reguengo d'Alcalá, onde Manuel Severim de Faria, e outros, descobriram varias ruinas. Outros querem que Arandis seja Arraiollos.

Arandosa. Aldeia do Minho, que pertenceu á freg. de S. Paio de Villar Chão. Era um sitio tão aspero, que seus habitantes o abandonaram, não se sabe quando, e apenas d'ella restam os vestigios das casas.

Aranha. Familia de origem franceza. Suppõe-se que passou a Portugal com o conde de Bolonha. As suas armas são: em campo azul um chaveirão vermelho coticado de oiro firme no escudo, entre tres flôres de liz do mesmo metal, e no alto do chaveirão um escudete de prata carregado de uma banda vermelha com tres aranhas de oiro; timbre uma das flôres de liz; porém Villas Boas traz em campo azul uma asna de preto entre tres flôres de liz de oiro, e sobre a cabeça da asna um escudinho vermelho, com uma banda de prata, e sobre a banda tres aranhas de prata; timbre o chaveirão das armas como está. O primeiro Aranha, de que dá noticia a historia portugueza, é Diogo Annes Aranha, escrivão da puridade de D. Affonso IV.

Aranha *(Boaventura Maciel Darque).* Contador da Fazenda da Mitra Primacial de Braga, e secretario da casa do despacho da Relação do mesmo arcebispado, apesar de não ter tomado ordens. N. em Darque, termo de Vianna do Castello, em 1702; era filho de Lourenço Maciel Aranha e de Izabel Rodrigues. Escreveu: *Cuidados da vida e descuidos da morte, representados em varias cartas, que o auctor escreveu a seus irmãos, persuadindo-os a que façam vida benemerita da eterna, nos estados de sacerdote, religioso, e casado, dos quaes diffusamente se tracta por estylo claris-*

simo, etc.: acrescentados com um epitome da vida e morte do Ex.mo e Rev.mo Sr. D. Rodrigo de Moura Telles, Arcebispo de Braga, Primaz das Hespanhas, Lisboa, 1743; *Cuidados da morte e descuidos da vida, representados nas vidas dos sanctos e sanctas, dos varões illustres em virtudes, e veneraveis servos de Deus, que como refulgentes astros e lucidissimos planetas esmaltaram o ethereo firmamento da Igreja Lusitana, tomo* I, Lisboa, 1761; esta obra póde ser propriamente chamada *Flos Sanctorum portuguez*; devia constar de quatro tomos, segundo diz o autor, mas imprimiu-se apenas o primeiro; *Da affeição e amor que se devem ter a Maria Virgem Sanctissima*, Coimbra, 1759; *Exercicios admiraveis para os dias do recolhimento interior, que costumam e devem ter as pessoas religiosas, e as que desejam salvar-se; descrevem-se as prerogativas da oração*, etc., etc. *Ordenados e traduzidos por*, etc., *edição segunda*, Lisboa, 1728; *Novo espelho do espelho em que se deve ver, e compor a alma devota, que aspira ao perfeito amor de Deus, e á sua divina união*, etc., *explicação da doutrina christã compendiosa, sentenças de muitos santos a diversos intentos; conselhos de Santa Thereza, Novena das almas, e um devotissimo acto de contricção*, Lisboa, 1729; *Novo ramilhete de divinas flores para se aproveitarem de suas odoriferas, e celestiaes fragrancias nas principaes horas, e occupações da vida das Almas, que desprezando a terrestre desejarem agradar a Deus e alcançar a celestial*, Coimbra, 1728; *Brevissima introducção, e modo facil para se aprender, e ajudar a bem morrer*, Lisboa, 1728; *Consolação dos atribulados, gemidos e affectos Espirituaes de huma alma a seu Esposo Jesus Christo, e varios documentos para quem quizer seguir a vida espiritual*, Lisboa, 1728.

Aranha *(Padre Francisco)*. Jesuita. N. em Arronches em 1603, fal. em Evora a 16 de maio de 1677. Era filho de Rodrigo Aranha e de Catharina Lourenço. Entrou na Companhia de Jesus com 15 annos de edade, a 24 de dezembro de 1618, onde depois de aprender as sciencias amenas e severas, ensinou seis annos humanidades e rhetorica, nove philosophia e theologia moral; foi perfeito dos estudos no collegio de Coimbra, e reitor do collegio d'Elvas, em que, por sua influencia, se introduziu a agua, concedida pelo senado d'aquella cidade. Escreveu: *Commentario a Virgilio, no qual se explicam os logares mais difficultosos do poeta*, Evora, 1657; outra edição, Lisboa, 1668; *Sermão prégado em S. Gião de Lisboa, pelo feliz successo do exercito que tinha sahido á campanha em 20 de Outubro de 1657*, Lisboa, 1658; *Serie dos reis de Portugal, com suas patrias, idades e mortes*, uma folha ao largo, sem logar nem anno de impressão; *Sitio e restauração da cidade d'Evora*, em manuscripto.

Aranha *(Francisco Xavier do Rego)*. Formado em leis pela Universidade de Coimbra. Ignora-se a data do nascimento e do fallecimento, mas ainda vivia em 1826. Foi socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Escreveu: *Oração que recitou na camara da villa de Alter do Chão, sendo juiz de fóra della, em 4 de maio de 1793, apenas recebeu a noticia do feliz parto da Princeza N. S.*, Lisboa, 1793; *Elementos de Agricultura, que mereceram o premio da Sociedade de Berne em 1774, por M. Bertrand, traduzidos em portuguez; 2.ª edição*, Lisboa, 1805; *Carta escripta de Lisboa, em resposta a um amigo que lhe perguntou o seu parecer sobre a dissertação chimica dada á luz pelo bacharel Alexandre Antonio das Neves Portugal, a respeito do melhor methodo de preparar a flôr do anil*, Lisboa, 1788. Deixou manuscripta a seguinte obra: *Epitome da Historia de Hespanha, extractado dos melhores auctores*, 2 tomos. Diz-se que em 1811 offereceu á Academia Real das Sciencias a traducção em verso de *Atreo e Thyestes*, tragedia de Crébillon.

Aranha *(Gaspar Coelho)*. Formado em theologia, capellão do conde de Monsanto, D. Antonio de Castro, a quem dedicou um *Tratado das idéas de Platão*, que ficou inédito juntamente com outras poesias que o acompanhavam. No tempo de Barbosa Machado existia este manuscripto na bibliotheca do Duque de Lafões.

Aranha *(Horacio)*. Gravador e photographo portuense. Nasceu no Porto a 18 d'outubro de 1837, falleceu em 1 de março de 1863, tendo apenas vinte e cinco annos de edade, victima d'uma tisica pulmonar. Era filho de João Francisco Aranha, director dos trabalhos da fabrica de fundição do Bulhão. Revelou tanto talento em gravura, que José Victorino Damasio quiz que elle fôsse estudar a França, e facilitou-lhe os meios de partir. Em Paris foi discipulo de M. Best, gravador do *Magasin Pittoresque*. Voltando ao Porto, alcançou pelas suas photographias um premio na exposição de 1861. A morte veiu arrebatal-o, prematuramente, quando dava esperanças de vir a ser um artista distinctissimo.

Aranha *(Fr. João)*. Religioso dominicano da ordem dos prégadores. N. em Coimbra, em 1556, e f. na referida cidade, em 1620. Era filho de Fernando Aranha e de Leonor Coelho. Aprendidas na terra da sua naturalidade as primeiras letras, em que logo mostrou grande talento, recebeu o habito da ordem dos prégadores no convento da Batalha, onde solemnemente professou a 13 de junho de 1581. Dictou em particular as sciencias severas aos seus domesticos no convento da Batalha, e collegio de Coimbra e subiu a cathedratico de Escriptura na Universidade a 2 de junho de 1615. Foi deputado da inquisição de Coimbra, de cujo logar tomou posse a 18 de setembro de 1618. Fr. João Aranha era reputado como homem de grande erudição, e um dos melhores ornamentos do pulpito do seu tempo. Falleceu no collegio de Santo Thomaz, de Coimbra. Prégou um sermão em Santarem, nas exequias de Filippe II de Hespanha, e parece ter sido o unico que se imprimiu dos seus sermões: *Oração nas exequias que a mais nobre villa de Santarem sumptuosamente fez em Nossa Senhora de Marvilla a El-Rei Nosso Senhor D. Filippe I de Portugal, a que se acharam as Ordens todas, e clerezia, toda a Nobreza, e povo da terra em 19 d'outubro de 1598*, Anda na *Relação das exequias de el-rei D. Filippe*, de folhas 47 a 63, que se publicou em Lisboa, em 1600. Fr. João Aranha deixou em manuscripto as seguintes obras: *Dissertação se no milagre da Hostia qae se venera na Villa de Santarem estava o Santissimo Sacramento e se se devia adorar?; Quatro indices ao Commento do livro dos Cantares, que compoz o M. Fr. Luiz de Sotomayor da ordem dos prégadores.*

Aranha *(Manuel Guedes)*. Nada se sabe a respeito d'este homem, o qual, no seguinte escripto, se denomina procurador da camara do Maranhão, e é n'essa qualidade que se dirige ao rei: *Papel*

politico sobre o estado do Maranhão, apresentado em nome da camara ao sr. D. Pedro II, etc., anno de 1665. Foi publicado na revista tri-mensal do Instituto Historico, tomo XLVI, parte I, de pag. 1 a 60. Segundo uma nota final este *Papel* foi copiado d'um manuscripto da Bibliotheca Nacional de Lisboa, e offerecido ao Instituto pelo dr. Henrique Leal.

Aranha *(D. Miguel)*. Acerca d'este escriptor, que vem citado nas obras de *Filinto Elysio*, diz Innocencio, no *Diccionario bibliographico*, tomo 6, pag. 224 e 225, que não encontrou mencionado o seu nome em nenhum dos nossos bibliographos, a não ser em *Filinto Elysio*, tomo III, pag. 78, da edição de Paris, que lhe attribue a qualidade de portuense, e transcreve quatro versos seus, que se diz serem do poema *Delicias de Diana*, sem mesmo declarar se esta obra está impressa ou manuscripta.

Aranha *(Pedro Wenceslau de Brito)*. Escriptor e antigo jornalista, redactor principal do *Diario de Noticias*, de Lisboa. Nasceu n'esta cidade a 28 de junho de 1833. Sendo de origem humilde, não poude, por falta de recursos, seguir curso algum, vendo assim contrariadas as suas aspirações litterarias. Depois de obtidos os rudimentos de instrucção primaria, entrou aos dezeseis annos de edade na aprendizagem da arte typographica, que exerceu até 1857, com algumas interrupções, chegando ainda a pertencer ao quadro do pessoal artistico da Imprensa Nacional. Muito desejoso sempre de se instruir, substituia a falta de estudos regulares, dedicando á leitura de bons livros, todo o tempo que os seus trabalhos o deixavam disponivel, procurando tambem o convivio e a conversação de pessoas illustradas. A energia e a força de vontade são grandes auxiliares para quem deseja elevar-se. O sr. Brito Aranha estreou-se como jornalista, publicando no *Jornal do Centro promotor dos melhoramentos das classes laboriosas*, em 1852, um artigo sobre trabalhos da Associação typographica lisbonense. A este artigo seguiu-se uma carta, publicada na *Tribuna do operario*, de que então era director F. Vieira da Silva. Animado pelo bom acolhimento que estes escriptos obtiveram, como iniciadores da sua vida jornalistica, e aconselhado por alguns amigos, resolveu abandonar a arte typographica, e entregar-se inteiramente á imprensa. Desde então tornou-se collaborador mais ou menos effectivo das folhas periodicas, onde se encontram muitos folhetins e artigos, originaes e traduzidos do francez e do hespanhol, uns firmados com o seu nome, e outros anonymos. Foi correspondente em 1857 da *Revue espagnole, portugaise, brésilienne et hispano-américaine*, publicada em Paris, onde inseriu, entre muitos, um artigo no tomo III, de pag. 114 a 125, com o seguinte titulo: *Chronique portugaise*. Pertenceu ao jornal *O Futuro*, como traductor e revisor, depois como collaborador; e, quando este jornal se fundiu com a *Discussão*, formando um só, intitulado *Politica liberal*, ficou encarregado da parte noticiosa do paiz e do estrangeiro, logar que exerceu até á terminação do referido periodico, em agosto de 1862. Foi tambem correspondente do *Districto de Leiria*, e collaborador effectivo do *Archivo pittoresco*, dirigindo os ultimos volumes d'este importante semanario, juntamente com o erudito academico, ha annos fallecido, Ignacio Vilhena Barbosa. Em companhia de Francisco Vieira da Silva, foi membro da commissão promotora das associações operarias, no Centro promotor das classes laboriosas, e concorreu com persistencia e actividade para a creação de muitas aggremiações populares. A'cerca da continuação do *Diccionario bibliographico*, de Innocencio da Silva, de que o sr. Brito Aranha foi encarregado, diz um dos seus biographos, o fallecido escriptor F. Pereira de Sousa, n'um bem elaborado artigo publicado no *Occidente* de 25 d'agosto e 5 de setembro, o qual vem transcripto no vol. XVII do referido *diccionario*: «Morto Innocencio Francisco da Silva, o illustrado e laboriosissimo autor do *Diccionario bibliographico portuguez*, de quem fôra amigo intimo e cooperador constante, o sr. Brito Aranha, reconhecendo quão grande perda importava para as letras e para a bibliographia nacional a interrupção d'aquella obra, propoz-se, aproveitados os subsidios e apontamentos do autor, continual-a e completal-a em harmonia com o plano concebido e executado por Innocencio. Antes, porém, de metter hombros a tamanha empreza, consultou e assegurou-se do auxilio e coadjuvação dos individuos que considerava mais no caso de o coadjuvarem, ou mais lidos no assumpto. Foi só depois de obtidas as mais lisongeiras adhesões, que o sr. Brito Aranha se resolveu a requerer, e conseguiu contractar com o governo de Sua Magestade, o proseguimento e conclusão d'aquelle grande e precioso inventario. Os volumes publicados (10.º a 16.º), desde 1883, anno em que veiu á luz o primeiro (que é, na serie respectiva, o 3.º do supplemento), abrindo-lhe as portas da Academia Real das Sciencias, que o elegeu seu socio correspondente, teem justificado plenamente o acerto da resolução adoptada, demonstrando a capacidade e absoluta competencia do sr. Brito Aranha, que, em verdade, com os elementos de que dispõe quem, na nossa terra, se dedica ou emprehende trabalhos de semelhante natureza e tal magnitude, difficilmente, crêmos, poderia fazer mais e melhor. E' justo que especialisemos os dois volumes, dedicados á bibliographia camoneana, reputados, com justo fundamento, como um dos trabalhos mais amplos e mais completos que se conhecem sobre o centenario do immortal cantor das glorias portuguezas.» No começo do 10.º vol. vem uma larga advertencia preliminar, em que o sr. Brito Aranha diz ter convivido quasi trinta annos com o autor do *Diccionario bibliographico*, e que, na qualidade de testamenteiro e cabeça de casal, recolhera todos os seus papeis, em que encontrára muitos elementos aproveitaveis, posto que em grande parte incompletos e de difficil averiguação, para o proseguimento do *Dicciona-*

Pedro Wenceslau de Brito Aranha

rio; que durante a vida d'aquelle escriptor repetidas vezes estudára com elle, e lhe fornecera tambem apontamentos e livros procurados com o intuito de o auxiliar nos seus trabalhos, e habituado á sua maneira de investigar e colleccionar, chegára, por assim dizer, ao lado, ou na presença d'elle, a formar collecções systematicas de obras e papeis varios, que são dos mais importantes e indispensaveis subsidios para a bibliographia. «D'este modo, continúa o sr. Brito Aranha, trocavamos livros e folhetos, e elle, o meu prestante e leal amigo, no seu amor incontestavel e profundissimo ás letras nacionaes, mais por affecto, que pelo minguado lucro, que poderia ter com a minha sincera dedicação, alegrava-se em me vêr tão propenso aos livros. Persuado-me até, que d'ahi augmentou a sua amisade para comigo, d'ahi nasceu a minha predilecção pelos estudos bibliographicos, e o estreitamento das nossas relações litterarias.» Na sua longa carreira jornalistica o sr. Brito Aranha tem sido encarregado de numerosas commissões, de que se ha sempre desempenhado com toda a intelligencia e dignidade. Pelo fallecimento de Eduardo Coelho em 1889, um dos fundadores e redactor principal do *Diario de Noticias*, foi o sr. Brito Aranha substituil-o na redacção, a convite do socio fundador sobrevivente, o já hoje fallecido conde de S. Marçal, com o assentimento de todos os seus collegas redactores, que muito o respeitam e consideram. O sr. Brito Aranha conserva-se ainda hoje no seu logar de redactor principal. O distincto e antigo jornalista tem tambem concorrido muitissimo para o ensino e educação da infancia, redigindo e publicando, entre outros, um livrinho destinado ás escolas primarias, sob o titulo de *Leituras populares, moraes e instructivas*, obra que mereceu ser premiada em varias exposições, e obteve a approvação do governo, que a mandou adoptar para leitura nas escolas officiaes, e que já conta bastantes edições. Apesar de ser extranho, desde muitos annos, a qualquer partido politico, tem tido sempre ensejo de estreitar relações com quasi todos os escriptores, vultos notaveis do paiz, e muitos do Brazil e d'outras nações estrangeiras, como Romero Ortiz, Trueba, Alarcon e Emilio Castelar, em Hespanha, e Victor Hugo, em França, de quem possue algumas cartas, e cuja biographia inseriu no *Archivo pittoresco*, ampliando-a até com conhecimentos obtidos do proprio biographado. O sr. Brito Aranha pertence ás seguintes corporações litterarias e scientificas: *Associação typographica lisbonense e artes correlativas*, de que foi fundador, 1852; *Instituto de Coimbra*, diploma de 10 de janeiro de 1863; *Associação civilisação popular*, diploma de protector em data de 31 de dezembro de 1865; *Albergue dos invalidos do trabalho*, fundador, e, por serviços extraordinarios, diploma de *bemfeitor*, passado a 19 de maio de 1868; *Sociedade de Geographia de Lisboa*, fundador, diploma d'abril de 1876; *El fomento de las artes*, Madrid, diploma de 6 de abril do mesmo anno; *Associação dos jornalistas e escriptores portuguezes*, fundador, diploma de 30 de novembro de 1880; *Académie Mont Réal*, de Toulouse, membro honorario de 1.ª classe, diploma de 31 de outubro de 1881; *Sociedade protectora dos animaes*, diploma de socio honorario de 21 de novembro do referido anno; *Instituto libre de enseñanza de Valladolid*, socio honorario, diploma de 1 de setembro de 1880; *Instituto archeologico e geographico pernambucano*, socio correspondente por diploma de 27 de abril de 1882, e honorario pelo diploma de 10 de novembro do mesmo anno; *Instituto historico, geographico e ethnographico do Brazil*, admittido em 7 de agosto de 1885; *Real associação dos architectos e archeologos portuguezes*, socio honorario, diploma de 5 de setembro do referido anno; *Academia real das sciencias de Lisboa*, socio correspondente, diploma de 11 de março de 1887; *Gremio artistico*, socio fundador, diploma de 1 de abril de 1890. Foi membro do congresso geographico hispano-portuguez-americano, por aviso do presidente da commissão organisadora, general Arroquia, sob a data de 31 de março do 1892. Em maio de 1897 recebeu aviso de ter sido eleito socio do *Instituto historico e geographico da Bahia*, ficando assim pertencendo ás tres primeiras corporações doutas do Brazil, e tambem a nomeação de socio correspondente da *Associação dos jornalistas e homens de letras* do Porto. O sr. Brito Aranha tem-se empenhado sériamente para o restabelecimento da antiga Associação dos jornalistas. Os estatutos respectivos fôram approvados por diploma de 24 de setembro de 1896, ficando o sr. Brito Aranha eleito presidente na primeira assembléa geral provisoria e reeleito por unanimidade na primeira assembléa geral da constituição definitiva, segundo os estatutos; em 1898, 1899 e 1900 continuou a ser reeleito, por ser considerado como o mais antigo jornalista de Lisboa, em serviço effectivo na imprensa, sem nunca ter exercido outras funcções publicas. Tambem é membro correspondente da Real academia da historia, de Madrid, para que foi eleito por unanimidade. Pelos seus livros para as escolas primarias, foi premiado na exposição internacional de Vienna d'Austria de 1873, e na exposição universal de economia domestica de Paris de 1872. Na exposição agricola de Lisboa, realisada em 1884, na Tapada d'Ajuda, obteve menção honrosa pela grande collecção de livros sobre agricultura, que apresentou. Na exposição musical celebrada em Milão, recebeu um diploma de menção honrosa por haver apresentado uma collecção de livros, theoria e pratica musical, de varios autores portuguezes, sendo alguns raros. No concurso aberto em Toulouse, em 1881, pela academia de Mont-Réal, fôram-lhe conferidas as palmas de prata *ex equo*, diploma de 21 de janeiro de 1882; por carta regia de 7 de novembro de 1866 foi condecorado com o grau de cavalleiro da ordem militar da Torre e Espada, do valor, lealdade e merito, pelos serviços prestados como vogal da Associação typographica lisbonense por occasião da epidemia da febre amarella no anno de 1857. Pela camara municipal de Lisboa foi-lhe concedida, pelo mesmo motivo, a medalha de prata (febre amarella, serviços humanitarios), sendo-lhe communicada tal concessão por officio de 3 de agosto de 1869. O sr. Brito Aranha é modelo do jornalistas, pela sua linha de conducta e pela sciencia do seu mister; foi pelo jornalismo que adquiriu os titulos de consideração que lhe são devidos. É longa a serie dos jornaes em que tem collaborado: *Revolução de Setembro*, *Civilisação*, *Rei e ordem*, *Federação*, *Jornal para todos*, *Archivo familiar*,

Jornal do centro promotor das classes laboriosas, Tribuna do operario, Jornal do Commercio, O Futuro, Politica liberal, Gazeta de Portugal, Gazeta do Povo, O Occidente, Artes e letras, Amphion, Correio da Europa, Correio da Manhã, Diario Illustrado, Gazeta dos empregados do commercio e industria, Gabinete dos reporters, Echos da Avenida, Archivo pittoresco, Annuario do Archivo pittoresco, Liz, Leiriense, jornaes de Leiria, *Diario do Recife*, de Pernambuco, *Gazeta de Noticias*, do Rio de Janeiro, *Correspondencia de Coimbra, Commercio do Porto, Nova alvorada*, de Famalicão, *Revue espagnole, portugaise et américaine*, de Paris, e o *Diario de Noticias*, onde escreve desde a fundação.

Aranha *(Bibliographia de Pedro Wenceslau de Brito).* Instrucção publica: *Elementos de chorographia do Brazil*, Lisboa, 1888; *Elementos de chorographia de Portugal*, Lisboa, 1888; este resumo entrou tambem na segunda edição do seguinte livrinho: *Leituras populares, instructivas e moraes colligidas para as escolas*, approvada pela junta consultiva de instrucção publica, Lisboa, 1871; o apparecimento d'esta obra coincidiu com a chegada á capital do fallecido imperador do Brazil, D. Pedro II, a 21 de junho de 1871, e o autor dedicou-lh'a em homenagem á nação brazileira; das *Leituras populares* fez-se nova edição, adornada com duas estampas, em 1872, a qual faz consideravel differença da primeira edição, e póde considerar-se outro livro com intuito identico; no principio tem uma carta de approvação do arcebispo d'Evora; já conta nove edições, e tem sido adoptada em muitas escolas do continente, ilhas e ultramar; em geral as edições differem umas das outras; *Leitura para as escolas*, publicada no *Archivo pittoresco*, de 1867 e d'outros annos; *Primeiro livro da infancia, arte de aprender a ler*, partes I e II, dois fasciculos, Lisboa, tem quatro edições; *Quadros biblicos para as escolas primarias*, inedito.—Estudos historicos, estatisticos, biographicos e bibliographicos: *Memorias historico-estatisticas de algumas villas e povoações de Portugal com documentos ineditos*, Lisboa, 1871; contém uma carta-prefacio ao editor, por Innocencio Francisco da Silva; noticias e descripções das seguintes terras: Povoa de Varzim, Louzã, Marinha Grande, Peso da Regoa, Mossamedes, Vista Alegre; o editor fez segunda edição, em tudo egual, em 1883; *Christiano Gellert*, no *Archivo pittoresco*, de 1868; *Glorificação do actor*, a Joaquim José Tasso, Lisboa, 1864; *Glorificação da imprensa, de Victor Hugo; Emilia dos Anjos*, esboço biographico, Lisboa, 1874; *Lagrimas e saudades*, duas palavras a Theophilo Ottoni ácerca de Rebello da Silva, Lisboa, 1872; este folheto foi como resposta ao referido escriptor brazileiro, e sahiu primeiramente em folhetins na *Gazeta do povo; Esboços e recordações*, Lisboa, 1875; *Victor Hugo*, serie de artigos no *Archivo pittoresco; O visconde de Juromenha*, serie de artigos no *Occidente*, de 1887; *Mendes Leal*, memorias politicas, litterarias e bibliographicas, no *Brinde do Diario de Noticias*, Lisboa, 1887; *Processos celebres do marquez de Pombal, factos curiosos e escandalosos da sua epoca, documentos historicos ineditos, 1782 a 1882*, por um anonymo, Lisboa, 1882, contendo os seguintes capitulos: I—O marquez de Pombal, preliminares, II—Dados biographicos, serviços, apreciações, III—Processos particulares e politicos, IV—Ainda os processos politicos, supplicio dos Tavoras, tentativas para a sua rehabilitação, V—Mesa censoria, Pagliarini, a bibliotheca real d'Ajuda, VI—O centenario, VII—Notas para uma bibliographia pombalina; *Gravura de madeira em Portugal*, serie de artigos, pela maior parte historicos, para acompanhar as gravuras do fallecido professor da Escola de Bellas Artes de Lisboa, João Pedroso; *Subsidio para a historia do jornalismo nas provincias ultramarinas*, Lisboa, 1885, com gravuras, representando os brazões das diversas provincias; *Francisco Gasul*, (maestro), no *Amphion* revista de musica, theatro e bellas artes; *Exposição agricola de 1884 na real Tapada d'Ajuda, instrucção agricola*, grupo VIII, classe XLVI, *Bibliographia*, Lisboa, 1884; *Rapport de la section portugaise* (1.er congrés international de la presse, 1894, Anvers), Lisbonne, 1894; parte d'este relatorio, de pag. 5 a 8, e de pag. 14 a 15, são de collaboração com o sr. Magalhães Lima; *Memorias contemporaneas;* diz o sr. Brito Aranha, no volume, 17 do *Diccionario bibliographico*, pag. 244, que começou um volume a que dará este titulo ou o de *Memorias do meu tempo*, de que já estão publicados varios fragmentos, ou capitulos; *Camões e os Luziadas, 1580-1880, idéa da resurreição patria*, discurso recitado na sessão solemne da Associação dos Melhoramentos das classes laboriosas, no dia 7 de junho, para a inauguração do retrato de Camões, Lisboa, 1880; *Discurso inaugural nas conferencias do Atheneu Commercial de Lisboa em 18*..., sahiu no *Diario de Noticias; Memoria ácerca dos terremotos de Lisboa e particularmente de 1755*, com documentos ineditos; *Notas ao Diccionario de geographia das provincias ultramarinas;* começou a imprimir-se por conta do editor Antonio Maria Pereira, mas teve de interromper-se a impressão por motivos poderosos, que o sr. Brito Aranha explica no referido vol. XVII do *Diccionario; Memoria ácerca de um livro de* «Horas» *manuscripto e com estampas de miniaturas, pertencente á bibliotheca de el-rei D. Fernando*, trabalho que opportunamente será apresentado á Academia Real das Sciencias; *A obra monumental de Luiz de Camões, estudos biographicos*, etc., Lisboa, 1870 a 1889, 8.º gr. 2 tomos; o tomo I tem a dedicatoria á Academia Real das Sciencias de Lisboa, ao Instituto historico do Brazil, e o tomo II foi dedicado á Sociedade de geographia de Lisboa, ao Gabinete portuguez de leitura do Rio de Janeiro, ao visconde de Juromenha, a todos os homens de boa vontade e patriotismo, que auxiliaram a commemoração do tri-centenario de Camões, e aos mais aprimorados camonianistas; *A imprensa de Portugal nos seculos* XV e XVI, *as ordenações de el-rei D. Manuel*, Lisboa, 1898, com sete estampas; publicação feita para a collecção das obras commemorativas do 4.º centenario do descobrimento do caminho maritimo para a India; *Rodrigo Velloso*, bacharel, antigo jornalista e actualmente advogado e tabellião em Lisboa, nota biographica, no periodico *Gabinete dos reporters; Luiz Antonio Gonçalves de Freitas*, bacharel, poeta e jornalista, nota biographica, no mesmo periodico, em abril de 1899; *Martins de Carvalho e José do Canto*, em a *Nova alvorada*, de Famalicão de 8 de dezembro de 1898.—Romances, contos e lendas, publicados no *Archivo pittoresco*, contos de Truc-

ba: *O canto de Lamia, O preste João das Indias, A vara de açucenas, Abençoados sejam os que perdôam, Noiva para um rei, Lição para fatuos.* De outros autores e originaes: *O que é a poesia, O martyrio, A sobrinha do sr. prior, Mari-Santa, Historia d'umas flôres, O primeiro amor de um rei*, de Julio Nombela, *O casamento e a mortalha no céo se talha*, conto original, na *Revolução de Setembro, Margarida*, idem, na *Tribuna do operario, Uma tradição religiosa*, lenda de Emilio Castelar, Lisboa, 1856; sahiu primeiro na *Civilisação; A galera do senhor de Vivonne*, romance de Amadée de Bast, Lisboa, 1857, sahiu tambem em folhetins no *Rei e ordem; Lendas, tradições e contos hespanhoes*, etc., Lisboa, 1862, 8.º 2 tomos, é uma especie de florilegio hespanhol, em que fôram colligidas formosas composições de D. José Maria de Goizueta, Llofrin y Sagrera, D. Pedro Antonio de Alarcon, D. Antonio de Trueba, D. Carlos de Pravia e D. Maria del Pinar Sinnés de Marco; *Viva o papa!* No *Diario de Noticias* tem publicado os seguintes contos de Trueba: *Creio em Deus, O tio Miserias, Os filhos de Matheus, Grammatica parda, A felicidade domestica.* No mesmo jornal: *A fabrica*, conto moral e social; *O remorso*, conto social; *Os deuses e os operarios*, de Emilio Castelar. No *Brinde do Diario de Noticias*, de 1875, *Nos casebres do Loreto*, conto original, e no de 1876, outro conto, intitulado: *Só; Contos de Trueba*, prefaciados pelo sr. conde de Valenças, dr. Luiz Jardim, Lisboa, 1889, 8.º contendo os seguintes: *Abençoada seja a familia, O embusteiro, O man filho, A resurreição da alma, A madrasta, O que é a obrigação, O tio Miserias.*—Theatro: *Ás armas! .. pela França*, scena dramatica, original, offerecida a Victor Hugo, representada no theatro do Gymnasio, com applauso, em 1870, por occasião da guerra franco-prussiana, Lisboa, 1871: é antecedida d'uma carta do autor a Victor Hugo, cuja traducção franceza, bem como a da scena dramatica, acompanhou o original portuguez; no fim d'este opusculo, o autor colligiu os juizos da imprensa portugueza e estrangeira ácerca d'esta peça, antes e depois da sua representação; *O habito não faz o monge*, opera comica em 3 actos, imitação, que se representou no theatro da Trindade em beneficio da actriz Rosa Damasceno; *Receita para casar*, comedia em 1 acto, imitação, representada nos theatros de Lisboa e Porto; *Pela bôca morre o peixe*, comedia drama em 5 actos, traduzida; *Amor á patria*, drama em 3 actos, original.—Miscellanea litteraria, critica e politica: *O papa e o congresso*, traducção, Lisboa, sem designação de anno (1859), d'este opusculo, quando appareceu em Paris, extrahiram-se milhares de exemplares, e foi logo traduzido em todas as linguas; *O imperador, Roma e o rei de Italia*, traducção, fragmento escripto em 1861; veiu em folhetim no *Diario de Noticias*, de 4 de junho de 1865; *O bom senso e o bom gosto*, humilde parecer, etc., com uma carta de A. Feliciano de Castilho, Lisboa, 1866; *Papa e imperador*, traducção, publicado na *Politica liberal, Jornal do Commercio* e outras folhas; *A mulher nas diversas relações da familia e da sociedade*, serie de artigos insertos no *Archivo pittoresco; Guia do parocho no exercicio do seu ministerio ou manual completo das obrigações, direitos e privilegios dos parochos*, etc., Lisboa, 1865; *Os jesuitas em 1860*, traducção com prologo e notas do traductor, Lisboa, 1861; *Os jesuitas e os lazaristas*, segunda edição augmentada, Lisboa, 1862; é precedida d'uma advertencia e introducção que tem no fim as iniciaes B. A. Esta obra mereceu para o autor uma congratulação de Victor Hugo, em carta datada de Guernesey, a 12 de junho de 1862, a qual foi publicada com um artigo encomiastico no n.º 8 do vol. VII da *Federação*, de 28 do referido mez, e pelo mesmo tempo reproduzido em todos os jornaes liberaes de Lisboa e das provincias; *Almanach de bernardices para 1870:* anecdotas, banalidades, satyras, etc. publicado por dois pacatos, Lisboa, 1869; os autores fôram o sr. Brito Aranha e Tito Augusto de Carvalho.

Aranha *(Padre Silvestre)*. Jesuita. N. em Lisboa a 8 de janeiro de 1689, morreu a 15 d'agosto de 1768. Era filho de Santos Aranha e de Anna Maria de Jesus. Foi reitor d'Elvas, prefeito dos estudos em Evora e Coimbra; professor de humanidades em Evora e de philosophia e theologia em Coimbra. Sendo deportado para Italia, falleceu em Roma. Escreveu em latim as tres seguintes obras philosophicas: *Disputationes Logicæ in tres partes distributæ; prima de Universalibus generatim; secunda de Universalibus speciatim; tertia denique de signis*, Conimbricæ, 1736; *Disputationes de intellectu, ejusque triplici operatione in duas partes distributæ; prima de intellectus, ejusque operationibus generatim; secunda de speciebus intellectionis*, Ulyssipone, 1738; *Disputationes Methaphysicæ in duas partes distributæ; prima de Antipraedicamentis*, Conimbricæ, 1740; *Relação das festas do collegio do Espirito Santo da cidade d'Evora na beatificação do veneravel P. João Francisco Regis da Companhia de Jesus*, Evora, 1717; *Metaphoras jocoserias*, impressas no *Commercio de Coimbra.*

Aranha *(Fr. Thomaz)*. Religioso da ordem de S. Domingos; formado em theologia na Universidade de Coimbra, prior do convento da sua ordem em Amarante e reitor do collegio de Santo Thomaz, de Coimbra. N. n'esta cidade a 4 de julho de 1588, f. em Lisboa a 24 de fevereiro de 1663. Era filho de Diogo Aranha Chaves, alcaide-mór de Redondo, e de sua mulher, D. Isabel da Costa. Entrou na ordem dominicana no convento de Coimbra, e professou solemnemente no convento d'Aveiro a 4 de julho de 1606. Frequentou a Universidade de Coimbra, e teve a nomeação de substituto de theologia; foi tambem vigario das religiosas de Leiria. Era afamado prégador, sendo sempre convidado para orar nas mais celebres solemnidades, onde concorriam as pessoas mais eruditas, formando o auditorio. Escreveu: *Poesias compostas na Universidade de Coimbra na occasião da felicissima e milagrosa acclamação e coroação d'el-rei nosso senhor D. João o IV de Portugal*, etc., Lisboa, 1645, sahiu sem o seu nome; estas poesias fôram omittidas no livro, que na mesma occasião se imprimiu, tendo por titulo: *Applausos academicos da Universidade de Coimbra a El-Rei Nosso Senhor D. João IV; Sermão prégado em S. Domingos de Lisboa, na festa que celebrou ao glorioso martyr S. Jorge a noblissima nação ingleza*, Lisboa, 1638; *Sermão na festa que as commendadeiras de Sanctos fizeram a S. Thiago, estando o Sanctissimo exposto*, Lisboa, 1644; *Sermão no officio que se fez pelas almas dos irmãos defunctos da casa da Misericordia de Lisboa*, Lis-

boa, 1645; *Sermão de S. Lucas Evangelista, prégado na igreja da Annunciada de Lisboa*, Lisboa, 1646; *Sermão de S. Carlos Borromeu, prégado na igreja do Loreto, de Lisboa, em 1646*, Lisboa, 1647; *Sermão da gloriosa Sancta Cruz, prégado no seu convento*, Lisboa, 1648; *Sermão do glorioso S. Damaso papa, prégado na villa de Guimarães*, Coimbra, 1651; *Sermão nas exequias do principe de Portugal D. Theodosio, que lhe celebraram as religiosas de S. Domingos de Bemfica e Almada no real convento de Belem, em 27 de junho de 1653*; Lisboa, 1653; *Triumpho da Fé na vida e morte do glorioso S. Pedro Martyr Padroeiro do Santo Officio*, ficou em manuscripto, assim como: *Sermoens Quadragesimaes* e *Sermoens varios*.

Aranha. Pov. na freg. de S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Paio, de Parada de Tibães, conc e distr. de Braga. || Casal na freg. de S. Vicente, de Troviscal, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Herdade na freg. de N. S.ª da Esperança, conc. d'Arronches, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de N. S.ª da Purificação, de Sacavem, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Aranha de Baixo e de Cima. Duas herdades na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Vidigão, conc. d'Arraiollos, distr. d'Evora.

Aranha da Paixão *(Fr. Diogo)*. Religioso franciscano, natural de Braga. Era filho de Thomaz Gibneos e de Helena Calé, de nação hibernios, antigo nome dos habitantes da Irlanda. Fr. Diogo Aranha da Paixão professou na ordem seraphica da provincia de Portugal; foi prégador da rainha de França, Maria de Médicis, de quem recebeu provas de muita consideração pelo seu talento e pelos seus profundos conhecimentos scientificos. Augmentou e dispôz em melhor fórma a obra seguinte, que compozera Francisco Gemma, presbytero theologo, natural de Capua, e a dedicou á mesma rainha de França com o titulo de: *Cantica centum quinquaginta cum hymnis triginta, totidemque orationibus in D. Joseph Deiparæ semper Virginis Mariæ Sponsum ad instar Psalmorum Davidicorum*, Parisiis, 1624.

Aranha Velha. Pov. na freg. de S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Aranhães. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Penamacôr, distr. de Castello Branco.

Aranhas. Pov. e freg. de N. S.ª da Penha, da prov. da Beira Baixa, conc. de Penamacôr, com. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 1.047 hab. e 224 fogos. A pov. dista 10 k. de Penamacôr. Teve foral comprehendido no d'esta villa. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Bemposta, conc. d'Abrantes, distr. de Santarem.

Aranhas á dos Calvos *(Quinta das)*. Na freg. de Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Aranhas de Baixo *(Casal das)*. Na freg. de Santa Maria, d'Ulme, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Arantes *(Francisco de)*. Doutor e antigo lente de theologia na Universidade de Coimbra; conego magistral na Sé da mesma cidade. Nasceu no Recife, em Pernambuco, a 30 de novembro de 1783, falleceu com perto de 90 annos de edade. Era filho de Felix José d'Arantes e de D. Thereza Joaquina dos Santos. De tenros annos mostrou grande vocação para os estudos, formou-se em theologia a 29 de junho de 1820, tendo logo a nomeação de lente d'esta faculdade; em 14 de maio de 1856, foi nomeado deão, e depois governador do bispado de Coimbra. Era tambem prégador muito considerado. Escreveu: *Refutação da «Voz da Razão do dr. José Anastasio da Cunha, lente de mathematicas da Universidade de Coimbra», ou a verdadeira Voz da Razão*, Coimbra, 1824; *Compendio de Chronologia mathematica e historica, extrahido dos melhores auctores*, Coimbra, 1825; *Segunda edição mais correcta e accrescentada*, Lisboa, 1826. Quando se publicou a primeira edição d'esta obra, suscitou-se uma grave contestação entre Francisco de Arantes e o revisor da imprensa da Universidade, Joaquim Ignacio de Freitas, por ter Ignacio de Freitas feito algumas censuras e reparos a diversos logares da obra, cujas emendas o autor repelliu, procurando provar que não havia erro da sua parte. A questão tornou-se tão séria, que deu causa a um processo em fórma, que ficou depois guardado no archivo da referida imprensa. Afinal Francisco de Arantes fez recolher toda a edição e veiu publicar no anno seguinte a segunda em Lisboa. Escreveu mais: *Sermão sobre a Conceição immaculada de Maria Sanctissima, prégado a 8 de Dezembro de 1824, na capella da Universidade*, Coimbra, 1825; *Sermão da Senhora da Boamorte, prégado na cathedral de Coimbra, a 14 d'Agosto de 1853*, Coimbra, 1853; *Sermão sobre a definição dogmatica da Conceição pura e immaculada da Sanctissima Virgem, não recitado na cathedral de Coimbra em 10 de junho de 1855, por doença grave que sobreveiu ao autor*, Lisboa, 1855; este sermão foi reproduzido a pag. 293 e seguintes, no tomo II do *Sermonario selecto*, publicado pelo sr. A. da Silveira; *Resposta ao annuncio que na Gazeta n.º 79, a pag. 352, mandou publicar o dr. João Thomás de Sousa Lobo*, Coimbra, 1824; *Sermão do patrocinio do glorioso S. José, prégado na capella da Universidade*, Porto, 1826.

Arantes Pedroso *(José Antonio de)*. Cirurgião medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, e lente da quarta cadeira, pathologia externa, na mesma escola; do conselho de Sua Magestade, socio effectivo da Academia Real das Sciencias, da Sociedade das Sciencias Medicas, da qual foi por vezes presidente e um dos principaes e effectivos redactores do seu jornal, etc. Nasceu em Lisboa a 22 de janeiro de 1822, falleceu na mesma cidade a 19 de janeiro de 1897. Matriculou-se aos 16 annos de edade na Escola Medico-Cirurgica, e nos primeiros exames que fez, logo lhe foi conferido louvor. Argumentador habil, dotado de eloquencia persuasiva, a sua carreira escolar tornou-se uma serie ininterrupta de triumphos. Nas cadeiras de physiologia, materia medica, pathologia, medicina operatoria, etc., foi sempre dos primeiros classificados, mas o seu talento mais se evidenciou na these que preparou, contando apenas 21 annos de edade. Com tão bons auspicios, e depois d'um brilhante concurso, alcançou em 1851 o logar de lente substituto da Escola Medica. Em 1856 foi nomeado lente proprietario da cadeira de pathologia externa, re-

gendo ainda diversas vezes a cadeira de clinica cirurgica e a de obstetricia. Em 1887 assumiu o honroso cargo de director da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, logar que desempenhou com a respeitabilidade que sempre presidia a todos os seus actos; foi o quinto director que teve a Escola Medico-Cirurgica desde a sua fundação, em 1836. Arantes Pedroso era um dos medicos mais antigos e dos mais afamados da capital. No hospital de S. José deixou tambem vestigios da superioridade da sua intelligencia, e da sympathia e bom nome que justamente adquiriu. Nomeado director do Banco por decreto de 20 de abril de 1880, tratou logo de propôr a reforma do regulamento d'esta repartição. Havendo necessidade de se eleger uma commissão que se encarregasse de promover as bases da reforma para depois ser discutida, não só foi eleito presidente, como tambem quem mais trabalhou para se levar a cabo uma obra em que a classe medica do hospital se achava empenhada. Até ao seu fallecimento, não deixou nunca Arantes Pedroso a escola nem o hospital, sempre ensinando e exercendo clinica; foi professor durante perto de quarenta e cinco annos, e quasi todos os medicos que exercem actualmente clinica em Portugal fôram seus discipulos, tornando-se alguns muito distinctos. Nas sessões da Sociedade das Sciencias Medicas e nas da Academia Real das Sciencias, a sua voz autorisada era sempre ouvida com interesse; seduzia pelo vigor da argumentação e da critica, que tinha tanto de elevada como de acerada e espirituosa. Como clinico evidenciou-se, principalmente como habilissimo operador; não sendo ambicioso, por indole, era a sua divisa a independencia sem orgulho, e a isenção de caracter sem pretenção. Estes dotes davam-lhe ás vezes certa apparencia de altivo e soberbo, que o trato intimo desmentia, e contra a qual a correctissima pratica de todos os seus actos protestava. Arantes Pedroso deixou luminoso rasto do seu genio no jornalismo medico e nas sociedades scientificas a que pertenceu. Revelou-se tambem um habil polemista em notoria controversia, que por muito tempo se tornou assumpto de todas as conversações, e que por si só bastaria para fazer a reputação de quem no mundo das letras e das sciencias não a tivesse já tão solidamente estabelecida. Foi fundador do jornal *Gazeta medica*, juntamente com Bernardino Antonio Gomes, Cunha Vianna, Polido, José Maria Grande, Barbosa du Bocage, Andrade Corvo, etc. Já nos ultimos annos de vida, sendo aggregado á junta consultiva de saude publica, pela fama do seu nome e pelos altos cargos que occupava, ostentou toda a realeza do seu talento defendendo com intimativa varias theses, entre outras a da cremação como a melhor pratica hygienica applicada á consumpção do cadaver. Morrendo na edade muito avançada de 75 annos, Arantes Pedroso conservou sempre a linha caracteristica da sua individualidade. Todos que de perto o conheciam, se admiravam do contraste que se notava entre o inabalavel vigor do espirito e o successivo e gradual abatimento das forças physicas. Em publico testemunho dos serviços relevantissimos que prestara ao paiz no desempenho de varias commissões, foi agraciado com a commenda da ordem de Christo, e mais tarde teve a carta de conselho. O dr. Arantes Pedroso falleceu tres dias antes de completar 75 annos, e sepultou-se em 22 de janeiro, no proprio dia em que se commemorava o seu anniversario natalicio. Ao saber-se a noticia da sua morte, o que causou a mais profunda consternação, reuniu-se logo o conselho da Escola Medica, á uma hora da tarde, do dia 20 de janeiro, unicamente para se tratar da manifestação que se devia fazer em homenagem do seu fallecido collega e director. A sessão tornou-se imponentissima, pronunciaram-se importantes discursos enaltecendo a memoria do finado, e ficou resolvido o seguinte: dar parte do triste acontecimento á Universidade de Coimbra e á Escola Medico-cirurgica do Porto; mandar fazer o busto do dr. Arantes Pedroso, e encarregar o professor J. A. Serrano de escrever a sua biographia, para ser impressa em diminuto numero de exemplares, sómente os indispensaveis para serem distribuidos pelos lentes da Escola Medica, sendo por isso numerados, e levando cada um o nome dos respectivo professor a quem fôsse entregue; realisar na occasião do primeiro anniversario da sua morte, uma sessão solemne, na qual fôsse inaugurado na sala da Escola o busto e lida a biographia. O funeral foi imponentissimo; fez-se representar a faculdade de medicina da Universidade de Coimbra pelo sr. dr. Eduardo Burnay, a Sociedade das Sciencias Medicas, a Academia Real das Sciencias; concorreu o corpo docente e os estudantes da Escola Medica, os estudantes da Polytechnica e d'outras escolas; professores, muitos convidados, e pessoas que sinceramente o estimavam e consideravam. O feretro foi conduzido n'uma carreta funeraria pelos quintanistas da Escola Medica. A' beira da sepultura falaram os srs. drs. Marques Guimarães, em nome dos estudantes da Escola Polytechnica, e Eduardo da Motta, em nome do conselho da Escola Medica. O dr. Arantes Pedroso escreveu e publicou: *Oração inaugural recitada na escola medico-cirurgica de Lisboa em sessão de abertura das aulas no anno de 1853*; contém o elogio historico do distincto facultativo e lente que foi da mesma escola, João José Pereira. Sahiu no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, tomo XIII, de pag. 151 a 174.

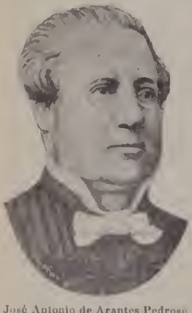

José Antonio de Arantes Pedroso

Arão. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Valença, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 671 hab. e 181 fogos. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada n'um pittoresco e extenso valle proximo da margem direita do rio Minho, cujo valle chega até ás muralhas de Valença. E' terra muito abundante. Ha n'esta freguezia a celebre lagôa dos *Ameaes* ou *Mira*. No inverno é muito dilatada e muito abundante de peixe, que lhe vem do rio

Minho, com o qual então se communica, e de muita caça do ar. No verão, depois das aguas despejarem o terreno, é este cultivado e muito fertil. Foi abbadia dos marquezes de Villa Real até 1641, que a perderam com todos os seus bens e titulos, quando o marquez de Villa Real e seu filho, o duque de Caminha, fôram condemnados á morte como traidores á patria. Passou depois para a Casa do Infantado, que até 1834 representava os abbades. No mez d'agosto festeja-se o orago, S. Salvador, sendo uso collocar-se na mão da imagem do santo os primeiros cachos d'uvas ou espigas de milho, que amadurecem por estas cercanias, uvas ou espigas que depois são arrematadas. Arão pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e de reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc. de V. N.ª de Portimão, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Odiaxere, conc. de Lagos, distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Soajo, conc. d'Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello. || Casal na freg. de S. Paio, de Loivas do Monte, conc. de Baião, distr. do Porto. || Casal na freg. de S. Salvador, de Roge, conc. de Macieira de Cambra, distr. d'Aveiro.

Ararigboia. Este nome, que significa *cobra feroz*, designa um selvagem brazileiro, que foi alliado fiel de Mem de Sá, de Estacio de Sá e de Salvador Correia de Sá nas suas luctas contra os francezes e os tamoyos, e seu auxiliador na fundação da cidade do Rio de Janeiro. De 1560 a 1565 combateu sempre ao lado dos portuguezes com bravura não desmentida, e uma vez salvou de morte inevitavel Salvador Correia de Sá. D. Sebastião recompensou-o fazendo-o capitão-mór d'uma aldeia, mandando-lhe um fato completo de seu uso, uma tença de onze mil réis, e o habito de Christo. Baptisando-se, tomou o nome de Martim Affonso de Sousa. Consta que morreu afogado.

Araujo. Appellido nobre em Portugal. Procede de Vasco Rodrigues de Araujo, senhor das terras e castello de Araujo, no reino da Galliza, perto do rio Minho, que é o seu solar, cujo filho, Pedro Annes de Araujo, passou a este reino em tempo d'el-rei D. Fernando, procedendo d'elle os que ha d'este appellido. Os de Galliza trazem por armas uma torre com uma dama, e ao pé da torre um falcão com uma perdiz nas garras, e tres flôres de liz em chefe. Os de Portugal em campo de prata uma aspa azul, com cinco bezantes de oiro: timbre um meio moiro, com braços, vestido de azul, com um capello de oiro, como de caça. E' esta a designação que nos dá Villas Boas, a pag. 234, do seu livro *Nobliarchia portugueza*, publicado em 1676. Outros autores, porém, dizem-n'os, que o appellido procede da Galliza, do castello de Arauja, perto do rio Minho, e passou a Portugal na pessoa de Pedro Paes de Arauja, alferesmór do reino de Leão e depois do de Portugal. Foi do conselho de D. Affonso Henriques e seu rico-homem. O nome de Arauja corrompeu-se em Araujo, com o qual passaram outros cavalleiros a Portugal. As armas d'esta familia na Galliza são uma torre de prata com uma dama no alto, em campo azul, tres flôres de liz de oiro em chefe um falcão da sua côr por timbre. Em Portugal, aspa azul carregada de cinco bezantes de oiro em campo de prata; timbre um moiro vestido de azul, sem braços, com um capello de casis na cabeça.

Araujo *(Alvaro Correia da Silva)*. V. *Barcellinhos (visconde de)*.

Araujo *(Antonio de)*. Viveu na India oriental, mas desconhece-se a epoca. Autor do seguinte livro: *Informação da ilha de Ceilão, com as qualidades da terra e mercadorias d'ella*.

Araujo *(P. Antonio de)*. Jesuita. N. na ilha de S. Miguel em 1566, faleceu em 1632. Era filho de Joaquim de Araujo e de D. Anna Pacheco. Passou á America na sua adolescencia, e entrou na companhia de Jesus no collegio da Bahia; ensinou humanidades e durante nove annos foi superior nas missões do Brazil, discorrendo com outros companheiros do seu apostolico espirito os sertões da America, e, para obter melhor resultado do seu evangelisador mister, aprendeu a lingua brasilica com bastante trabalho, e de tal modo a ficou sabendo, que parecia ter nascido entre aquelles selvagens. Para instrucção dos muitos que conseguiu converter á fé catholica, compôz conjunctamente com os outros missionarios a seguinte obra: *Cathecismo na lingua brasilica, em que se contém a summa da Doutrina Christã, com tudo o que pertence á nossa sancta fé, e bons costumes: composto a modo de dialogos por padres doutos e boas linguas da Companhia de Jesus*, Lisboa, 1618; traz no principio umas *Cantigas para os mininos da Sancta Doutrina*, compostas pelo P. Christovão Valente, da mesma companhia. Passados muitos annos foi outra vez impresso este cathecismo, com o seguinte titulo: *Cathecismo brasilico da Doutrina Christã, com o ceremonial dos Sacramentos e mais actos parochiaes, composto por Padres doutos da Companhia de Jesus; aperfeiçoado e dado á luz pelo P. Antonio de Araujo; emendado n'esta segunda edição pelo P. Bartholomeu de Leam, da mesma Companhia*, Lisboa, 1686. Este livro foi traduzido em varios dialectos da America.

Araujo *(Antonio de)*. Natural de Arcos de Valle do Vez, cavalleiro professo da ordem de Christo, e valente official, que muito se distinguiu na guerra da restauração de 1640. Depois de estabelecida a paz entre Portugal e Hespanha em 1668, dedicou-se tambem á litteratura, e escreveu a seguinte obra: *Mesopotamia Lusitana, ou descripção e antiguidades da Provincia de Entre Douro e Minho*, o qual ficou manuscripto. Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, 1.º volume, diz que esta obra era muito estimada pelos eruditos, e ainda alcançaria maior applauso se tivesse o beneficio da luz publica.

Araujo *(Fr. Antonio de)*. Religioso da ordem de S. Bernardo. Nat. da villa de Rua, no bispado de Lamego. Professou no convento de Salzedas, onde em pouco tempo fez taes progressos na observancia religiosa, que foi eleito pelos seus superiores mestre dos noviços, sendo mais tarde abbade do convento de S. Pedro das Aguias, e em 1678, no das religiosas de S. Bento de Castris pouco distante da cidade d'Evora, em cujo ministerio falleceu antes de acabar o triennio. Foi bibliothecario da grande livraria do convento d'Alcobaça. Fr. Antonio de Araujo foi insigne em formar os caracteres para os livros do coro, debuxando com a penna como se fôra pincel, as letras iniciaes, e illuminando-as com oiro e diver-

sas côres. Raro foi o convento em que habitou, onde para o uso do coro não deixasse muitos livros escriptos em pergaminho, sendo tão elegantes as figuras da musica, como as letras que n'ellas formava a sua penna e pincel. No seu tempo de bibliothecario escreveu com egual perfeição em papel imperial: *Index dos livros e descripção dos emblemas, e figuras, que na mesma livraria estão,* cujo livro terminou no anno de 1636, e se conservava na referida bibliotheca.

Araujo *(P. Antonio de).* Presbytero secular, natural de Lisboa, onde falleceu em 1684. Traduziu do castelhano e do francez algumas obras piedosas, para instrucção e aproveitamento dos fieis, consistindo unicamente o merito das versões em certa fluencia de linguagem. Escreveu: *Solitario comtemplativo e guia espiritual do P. Jorge de S. Joseph, traduzido do castelhano,* Lisboa, 1678; *Definições moraes, recopiladas das obras do P. Christovam de Aguirre, traduzido do castelhano, accrescentado com os casos reservados aos bispos de Portugal, com as proposições condemnadas por Alexandre VII,* Lisboa, 1681; outra edição, tambem em Lisboa, 1691, e outra em Coimbra, em 1706; *Tractado da oração e meditação, com huma breve traducção para os que começam a servir a Deos, e hum tractado das virtudes e votos dos religiosos, e outro da paz das almas,* Lisboa, 1679; *Pensamentos christãos para todos os dias do mez, traduzidos do P. Domingos Bonhours,* Lisboa, 1680. Sahiram novamente accrescentados com o *Jardim da Alma* e outras devoções, Lisboa, 1764.

Araujo *(Antonio Jacintho de).* Professor de arithmetica e de calligraphia em Lisboa, e membro correspondente da Academia Imperial de S. Petersburgo. Coordenou e reuniu um pequeno museu de historia natural, que foi, depois do seu fallecimento, comprado aos herdeiros e mandado encorporar no museu real, então estabelecido no paço d'Ajuda. Morreu em 1797. Escreveu: *Arithmetica pratica e especulativa para uso dos principiantes que pretendem frequentar as aulas de mathematica e commercio,* Lisboa, 1788; este tratado escripto sem rigor mathematico, falho de demonstrações, e limitado por assim dizer á pratica das operações, era totalmente incapaz de preencher o fim que o seu autor levava em vista ao publical-o; assim acha-se ha muitos annos completamente esquecido, diz Innocencio, no vol. 1, pag. 157, do *Diccionario; Nova Arte de Escrever, offerecida ao Principe Nosso Senhor para instrucção da mocidade,* Lisboa, 1794, acompanhado de 25 estampas, gravadas a buril. A respeito d'esta obra lê-se no referido *Diccionario:* «Tratando d'ella o insigne professor de calligraphia, Joaquim José Ventura da Silva, diz que esta Arte foi impropriamente intitulada por seu autor *Arte de Escripta Ingleza;* porque o caracter de letra que ella apresenta nos seus originaes nunca foi inglez, nem ao menos com elle se parece, nem com qualquer outro caracter definitivo de letra, como se vê da confrontação dos mesmos originaes com os que eu trago na minha Arte, ou com outros abertos em Inglaterra.»

Araujo *(Antonio José da Costa).* Escriptor que viveu no meado do seculo XVIII. Dos seus escriptos que são hoje raros, apenas se conhecem os seguintes: *Relação dos favores que Deus nosso Senhor fez a Portugal pela sua sagrada imagem dos Passos do convento da Graça de Lisboa,* Lisboa, 1753; *Nova Relação da viagem que fez o corsario de guerra Nossa Senhora da Estrella para Cacheu, e derrota que seguiu ao porto de Bissau,* etc., não traz indicação de logar, nem de anno, mas sabe-se que é de Lisboa, 1753; no fim tem as iniciaes A. J. C. A. B.; *Segunda parte da relação do combate que deu, e victoria que alcançou o nosso corsario de guerra N. S. da Estrella no anno de 1753,* etc., tambem sem indicação de logar e anno.

Araujo *(Belchior de).* Capitão de Tete em 1616. O seu nome ficou registado na historia do paiz, pelo seguinte facto, que prova a sua bravura e genio bellicoso. Partindo com uma força de setenta homens em soccorro de Monomotapa, conseguiu dispersar trinta mil negros que cercavam um dos fortes.

Araujo *(Bernardo de Bulhões).* Congregado do oratorio. N. no bispado da Guarda, no logar de Porco, a 5 de abril de 1701. Era filho de paes de conhecida nobreza, o capitão José Bulhões de Araujo e de Maria Thereza de Escobar e Sousa. Estudou philosophia e theologia na congregação do oratorio de Freixo d'Espada á Cinta, onde não sómente foi congregado, mas dictou as mesmas faculdades aos seus domesticos. Por justas causas deixou a congregação, sendo já presbytero, e como tivesse muita intelligencia e vocação para o pulpito, exercitou em varias partes este evangelico ministerio, creando fama de prégador distincto. Dos seus sermões, parece que publicou sómente o seguinte: *Sermão do Santissimo Sacramento roubado em Santa Engracia no anno de 1630, e desagravado no Convento da Rosa de Lisboa occidental neste anno de 1738; recitado no ultimo dia do seu Triduo,* Lisboa, 1738.

Araujo *(Damião Barbosa de).* Distincto compositor de musica. Nasceu na ilha de Itaparica, proximo da cidade da Bahia, a 27 de setembro de 1778; ignora-se a data do fallecimento. Era filho d'um pobre sapateiro, chamado Francisco de Araujo, mas a sua vocação para a musica era tão decidida, que apesar de se vêr completamente sem recursos, aprendeu aquella arte, e obteve um logar de segundo violino n'um theatro. Começou então a compôr musicas religiosas e profanas, que lhe deram certa celebridade. Quando a familia real portugueza passou pela cidade da Bahia, Damião d'Araujo foi alistar-se na musica da brigada real que se organisara para a acompanhar ao Rio de Janeiro, onde chegou em 1808. Não encontrou conservatorio onde pudesse estudar, desenvolver as suas tendencias artisticas, comtudo, teve em compensação os grandes maestros Marcos de Portugal e o padre José Mauricio, que muito o protegeram, e alcançaram que fôsse admittido na capella real como violinista, e obtivesse o logar de mestre de musica da brigada real. Compoz varios *Te-Deums,* missas, e tambem modinhas profanas, um quartetto dedicado ao ministro Antonio de Araujo, duas missas e matinas funebres dedicadas ao professor de musica João Baptista Lisboa, e uma grande missa offerecida em 1822 a D. Pedro, na occasião em que foi acclamado imperador do Brazil. Escreveu egualmente a musica para uma burleta italiana, intitulada *Intriga amorosa.*

Araujo *(Dionysio).* Engenheiro. Embarcou em 1670 para a India em companhia do viso-rei Luiz de Mendonça Furtado. Occupara até então o posto de ajudante de um terço de ordenança, e

foi nomeado engenheiro para aquelle Estado com o encargo de construir as fortificações que fôssem ali precisas. Na mesma monção foi tambem o engenheiro Antonio Pinto Vieira. A carta que o nomeia é d'este theor: «Dom Pedro, etc., faço saber aos que esta minha carta patente virem que per ser nesesario hir pesoa ao estado da India em companhia do Viso Rei Luis de Mendonça Furtado para fazer naquelas partes as forteficaçois nesesarias, e tendo respeito ao prestimo e serniços de Dionisio de Araujo he ocupar o posto de ajudante de hum terço de ordenança; hei por bem de lhe fazer merce do cargo de engenheiro do estado da India, para que va fazer naquelas partes as forteficaçois de que nela se nesceitão, e que haia com o dito cargo vinte sinco mil reis de soldo cada mez, pagos nas rendas daquele estado, os quais comesará a uencer do dia que partir desta cidade, o que justificará pelas pesoas que forem embarcadas no galeão em que for, e gosará de todas as honras, etc. Dada na cidade de Lisboa a vintoito de março .. de mil e seiscentos e setenta. O secretario Manuel Barreto de Sampaio a fez escrever. O Principe.» (D. Affonso VI, *Doações*, livr. 35, fol. 94.)

Araujo *(Padre Domingos de)*. Jesuita. Nasceu em Arcos de Valle do Vez, bispado de Braga, em 1672, morreu no collegio do Pará a 13 de junho de 1733. Foi admittido na Companhia de Jesus a 16 d'abril de 1689; ensinou grammatica e humanidades, philosophia e theologia. Foi missionario no Maranhão em 1720. Escreveu: *Chronica da Companhia de Jesus da Missão do Maranhão*, 1720. Esta chronica é dividida em tres partes, e conserva-se manuscripta na bibliotheca d'Evora.

Araujo *(Domingos de)*. Bacharel formado em canones pela Universidade de Coimbra, e muito perito nos preceitos da lingua latina. Era natural de Alemquer. Escreveu: *Grammatica latina novamente ordenada, e convertida em Portuguez*, Lisboa, 1627; dedicada a D. Duarte e a D. Francisco de Castello Branco, netos do primeiro conde de Sabugal, meirinho-mór d'estes reinos, embaixador a Castella, e védor da fazenda real; sahiu reformada, e accrescentada por Antonio Felix Mendes, mestre de latinidade, Lisboa, 1737; *Prognostico Geral da vida, e costumes do Excellentissimo Senhor Duque de Barcellos feito em Evora a 2 de Abril de 1634*, ficou em manuscripto. Este duque era o principe D. Theodosio, filho d'el rei D. João IV; *Anacephalæosis introductionis in praxim artificialis memoriæ*, em manuscripto.

Araujo *(Fr. Duarte de)*. Freire da ordem militar de Christo, e geral da mesma ordem, para que foi eleito a 22 de abril de 1580. Foi natural de Thomar, e morreu no convento de Christo d'aquella cidade, em 17 de abril de 1599. Fr. Duarte de Araujo concorreu muito para a conservação da ordem de Christo, porque tendo o cardeal D. Henrique alcançado um moto proprio do papa Gregorio XIII para a sua extincção, o erudito religioso passou a Roma, e conseguiu pela sua actividade e intelligencia que fôsse revogada a bulla que a ordenava, e expedida outra, que não sómente conservava a religião no estado em que permanecia, mas que ampliou com larga beneficencia os seus privilegios. Era tanta a sua autoridade, prudencia e litteratura, que mereceu, sendo prior-mór, que na procissão do Corpo de Deus fôsse á sua direita Filippe o *Prudente*, que acompanhara a Lisboa, e á esquerda o commendador-mór. Escreveu: *Vida de Santa Iria Virgem e Martyr*, Coimbra, 1597. Fr. Duarte d'Araujo esteve em Roma, onde foi muito considerado e apreciado pelas suas virtudes e erudição.

Araujo *(Felix Correia de)*. Magistrado ultramarino do seculo XVIII; era ouvidor no reino d'Angola em 1799, anno em que teve de julgar uma questão relativa a uma galera *Minerva*. As sentenças proferidas por elle n'essa causa, fôram publicadas em 1807 por Luiz Prates de Almeida e Albuquerque.

Araujo *(Francisco de)*. Capellão do bispo de Otranto, D. Fr. Diogo Lopes de Andrade. Foi proto-notario apostolico e capellão-mór do terço de D. Vespasiano Suardo, no reino de Napoles. Escreveu na lingua castelhana, e publicou em Napoles, em 1631, a historia dos martyres d'Otranto, com o seguinte titulo: *Historia de los Martyres de la Ciudad de Otranto Reyno de Napoles por la preza, que della hizo el Baxá Asomet en nombre de Mahamet Ottomano Emperador de Constantinopla el año 1480, y ou recuperacion Ferdinand I. Rey del dicho Reyno*, *Vaso de tribulacion y testamento del alma*, publicado em Napoles, no anno de 1646.

Araujo *(Francisco de)*. Jesuita. N. em Lisboa em 1540, fal. na casa professa de S. Roque, da mesma cidade, a 12 de dezembro de 1623. Era filho de Sebastião Fernandes e de Beatriz Domingues. Entrou na Companhia de Jesus no collegio de Coimbra a 6 de setembro de 1555. Foi mestre de noviços em Evora e em Lisboa, reitor dos collegios de Santo Antão, da capital, de Bragança e d'Angra do Heroismo. Era muito devoto de S. José; no dia em que falleceu, ainda celebrou missa, e sentindo-se então muito doente, pediu que lhe dessem a Extrema-Uncção, expirando pouco depois. Escreveu: *Fundação do collegio de Santo Antão de Lisboa*, onde relata a entrada e principios da Companhia em Portugal, e dos primeiros padres que habitaram o dito collegio, obra dividida em dois livros, ficando terminado o primeiro, e o segundo somente com seis capitulos.

Araujo *(Francisco Correia de)*. Musico distincto que viveu nos principios do seculo XVII, e cujo nascimento é duvidoso, se foi em Portugal ou em Hespanha. Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, vol. II, pag. 136, fala a seu respeito, dizendo que era tangedor de orgão na collegiada de S. Salvador, em Sevilha, onde foi reitor da irmandade dos sacerdotes, porém nada nos diz ácerca da naturalidade; comtudo faz acreditar que elle o julgava portuguez, pelo facto de na sua obra, sómente tratar de autores portuguezes, que se tornaram distinctos. No *Diccionario biographico de musicos portuguezes*, de Ernesto Vieira, vol. I, pag. 44 e seguintes, veem umas largas considerações ácerca da naturalidade de Francisco Correia de Araujo. Em todo o caso, foi em Sevilha que exerceu a sua actividade artistica, e onde recebeu o ensino da arte musical, como elle proprio confessa em uma das *Advertencias* da sua obra, que é realmente uma das melhores que se tem escripto sobre musica, a qual tem o seguinte titulo: *Libro de Tientos y Discursos de Musica practica e theorica de organo, intitulada Facultad organica; con el qual y con moderado estudio e perseverancia, qualquier me-*

diano tañedor puede sahir avantajado en ella, sabiendo diestramente cantar canto de organo, e sobretodo teniendo buen natural. Compuesto por Francisco Correa de Arauxo, Clerigo Presbitero, Organista de la Iglesia Collegial de San Salvador da la Ciudad de Sevilha, Reitor de la Hermandad de los Sacerdotes della y maestro en la Facultad, etc., *Impresso en Alcalá por Antonio Arnao. Año de 1626.* Esta obra é um *in-folio* com 204 folhas numeradas, contendo, além do texto em que expõe a theoria, 69 *tentos* ou peças de musica para orgão, concluindo com um cantico á Virgem. No *Diccionario*, a que já nos referimos, lê-se o seguinte: «O que dá todo o interesse a este livro é o especial systema de notação em que elle está escripto. Baseia-se esse systema sobre a representação dos sons por meio de algarismos, meio que alguns pretendidos innovadores modernos teem querido apresentar como invenção de recente data. A notação com algarismos, na fórma em que a emprega Correia de Araujo, é uma applicação á musica para instrumentos de teclado da tablatura medieval usada para o alaúde, viola e mais instrumentos congeneres.» Em todo o caso, conclue Ernesto Vieira: «Francisco Correia d'Araujo, portuguez ou hespanhol, foi um dos notaveis musicos da peninsula, e a sua obra constitue hoje um exemplar curiosissimo para a historia da musica no seculo XVII. Existem d'elle, que eu saiba, dois exemplares em Lisboa: um na Bibliotheca Nacional e outro na Bibliotheca d'Ajuda. O primeiro tem a nota de ter pertencido ao convento da Graça, e na folha de guarda lê-se a seguinte observação em letra do seculo XVII: *Que sciencia esta de que contem este livro.* O segundo tem um appendice a duplicar-lhe o valor: em manuscripto portuguez do seculo XVII, e com as folhas numeradas em continuação ao livro, seguem-se-lhe treze folhas com observações e exemplos a corroboral-as: dois d'esses exemplos são composições do organista portuguez Diogo de Alvarado, e uma é do hespanhol Perazza, sendo anonymas as outras.» Fetis, compositor e critico musical belga, no seu livro *Biographia universal dos musicos*, chama-lhe um *artista de genio.*

Araujo *(Francisco Duarte d'Almeida)*. V. *Almeida Araujo.*

Araujo *(Francisco Zacharias Ferreira de)*. Major de cavallaria. Natural de Beja, onde nasceu a 5 de novembro de 1786, fal. em Lisboa a 1 d'outubro de 1867. Assentou praça em cavallaria, e quando se organisou a guarda real de policia, passou para este corpo, onde foi muito estimado pelo commandante, o conde de Novion. Por motivo de ser o unico dos officiaes inferiores do corpo de policia que falava o francez, foi mandado para o quartel-general de Junot, quando as tropas de Napoleão invadiram Portugal. Os officiaes francezes, e com especialidade Delaborde, sympathisaram com elle e convidaram-n'o a ir para França, assegurando-lhe um futuro brilhante, porém Francisco Zacharias d'Araujo, dotado de verdadeiros sentimentos patrioticos, recusou-se, e apenas anciava pelo ditoso momento em que visse o seu paiz livre do jugo estrangeiro. Quando as tropas inglezas desembarcaram em Portugal, deliberou ir immediatamente offerecer a espada aos defensores da independencia de Portugal, e conseguiu fugir de Lisboa, com risco de vida, com alguns soldados da policia que o quizeram acompanhar, e foi apresentar-se a lord Wellington. Promovido a quartel-mestre do corpo de policia, começou a manifestar sentimentos liberaes, que poderiam acarretar-lhe a animadversão da regencia e dos generaes inglezes, se não houvesse a circumstancia de ser um bom official e de prestar serviços na administração do corpo a que pertencia, que o tornavam estimado por todos. No entretanto, em 1817, poz em risco a propria cabeça, porque tendo conhecimento da ordem de prisão que se passara contra Gomes Freire d'Andrade, disfarçou-se em aguadeiro e foi avisal-o, aviso de que aquelle general se não aproveitou, dizendo que não tinha nada a recear por estar innocente. Quando rebentou a revolução de 1820, adheriu a ella com o maior enthusiasmo, contribuindo immenso para o seu triumpho, devido ao grande prestigio que tinha entre os soldados do corpo em que servia. Apesar dos altos serviços que prestou á causa da independencia e da liberdade, não teve honras nem recompensas, mas nem por isso acceitou as largas offertas que lhe fôram feitas pelos conspiradores que tramavam com a rainha Carlota Joaquina a queda do regimen liberal para auxiliar a contra revolução de 1823. Francisco Zacharias d'Araujo rejeitou essas offertas com o mais nobre desinteresse, as quaes consistiam no posto de major, um baronato e importantes sommas de dinheiro. O resultado d'esta recusa é facil de prevêr, porque triumphando a contra revolução, Francisco Zacharias d'Araujo foi preso, demittido e obrigado a emigrar para Inglaterra, onde permaneceu até 1828, anno em que passou por Londres o infante D. Miguel, que vinha para Lisboa, tomar conta da regencia do reino depois de ter jurado a Carta Constitucional. Francisco Zacharias de Araujo, julgando que elle viria estabelecer sinceramente no reino o regimen liberal, apresentou-se-lhe com os seus companheiros de emigração. D. Miguel recebeu-os seccamente, o que desanimou os emigrados, fazendo-lhes perder todas as esperanças de liberdade, prevendo tristes acontecimentos, pois que em breve D. Miguel deu o golpe de Estado, a que se seguiu a sua subida ao throno. Organisada em Inglaterra uma expedição com o fim de restabelecer o governo constitucional, Francisco Zacharias d'Araujo foi um dos expedicionarios. A expedição partiu a bordo do vapor *Belfast*, com destino ao Porto, onde chegou a desembarcar, tendo de sahir pouco depois, por se terem malogrado as suas tentativas. A alçada do Porto condemnou á pena ultima todos os expedicionarios, que felizmente conseguiram voltar a Londres. Francisco Zacharias de Araujo continuou vivendo quasi exclusivamente da penna. Collaborou com Joaquim Ferreira de Freitas no periodico ultra revolucionario, intitulado: *Padre Amaro*, no *Cruzeiro*, *Correio dos Açôres*, *Bibliotheca Politica*, e *American Monitor.* Por esta epoca publicou tambem um folheto, intitulado: *Golpe de vista sobre a pretenção de alguns negociantes inglezes estabelecidos na cidade do Porto, ácerca da companhia geral de agricultura dos vinhos do Alto Douro, desde 1756, epocha da sua creação até março de 1826.* Este folheto publicou-se anonymo em Londres, e foi traduzido em inglez, por ordem da companhia dos vinhos. Diz-se que a edição portugueza foi de tres mil

exemplares e a ingleza de mil e quinhentos. Em 1833, Francisco Zacharias d'Araujo regressou a Portugal, e parece que deveria ser largamente recompensado pelos largos annos de tribulações e martyrios que soffrera pelo seu entranhado amor á liberdade; dotado de genio independente, contrario a todo o servilismo, não quiz curvar-se, e vendo além d'isso, que eram mais considerados e recebiam maiores mercês os que menos serviços haviam prestado á causa da liberdade, e alguns miguelistas que tinham passado ao partido constitucional, conseguiu apenas ser reformado no posto de major de cavallaria. Desgostoso, recolheu-se inteiramente á vida privada, sem mostrar azedume, sem fazer a menor recriminação, consagrando-se á educação de seu filho, o bem conhecido escriptor Francisco Zacharias de Araujo Costa Aça. V. *Costa Aça (Francisco Zacharias de Araujo).*

Araujo *(Hamilton).* Poeta muito conhecido no Porto, pela sua vida bohemia, e pela facilidade com que escrevia o verso. N. em Peso da Regua em 1868, e fal. no Porto em 1888. As suas poesias, d'um suave e delicado sabor lyrico, fôram depois colleccionadas pelo bibliographo sr. Rodrigo Velloso, com o titulo de *Canções d'um Bohemio*, e publicadas em Barcellos em 1899. Hamilton era um bom e intelligente rapaz, que a bohemia e uma constituição physica em extremo franzina mataram aos 20 annos, sob a fórma de tisica pulmonar.

Araujo *(Jacome de).* Escriptor, cuja naturalidade e posição se ignoram; foi muito versado na lição de historia profana. Escreveu: *Guerras de França e Inglaterra*, manuscripto que se conservava na bibliotheca real.

Araujo *(Jeronymo da Silva).* Celebre escriptor forense. N. em Lisboa a 8 de março de 1706; era filho de José da Silva Araujo e de Thereza Maria Cerveira, irmão d'outro escriptor distincto, fr. Antonio da Silveira, religioso da ordem da Trindade. Jeronymo d'Araujo, instruido nas letras humanas, conhecedor da lingua latina e dos preceitos da poesia, frequentou na Universidade de Coimbra o direito pontificio, no qual recebendo o grau de bacharel, voltou para Lisboa, onde exerceu o logar de patrono de causas forenses. Compoz a seguinte obra, ornada de varia erudição, para que com ella se instruissem os jurisconsultos que exercessem a advocacia, intitulada: *Perfectus advocatus, hoc est, tractatus de Patrono, sive Advocatis, theologicus, juridicus, Historicus, &c. Poeticus; cui accedunt supremi Lusitani Senatus pulcherrimæ, et vere aureæ Decisiones, nec non et Forenses aliquæ Consultationes*, Ulyssipone, 1743; *In obitu Serenissimæ Portugaliæ Infantis D. D. Franciscæ Epigrammata tria;* sahiram no fim da Parte II dos *Accentos Metricos das Musas a este Assumpto*, Lisboa, 1736; *Venus Juridica*, em manuscripto; consta de 22 ordenações do reino, no livro 5, pertencente aos delictos da carne; *Oraniados*, poema latino da conquista da praça de Orão; consta de cinco mil versos; *Consolatio ad Lusitaniam in obitu Serenissimi Infantis D. D. Caroli*, elegia; *Oração funebre, panegyrica, e consolatoria sobre o mesmo assumpto*, dedicada á serenissima rainha D. Marianna d'Austria; *Consolatio ad Societatis Jesus in obitu P. Petri de Almeida ejusdem Societatis alumni*, elegia.

Araujo *(João de).* Maritimo do seculo XVI, que fazia parte da armada que Duarte Pacheco commandava na India em 1503. No anno de 1504 foi nomeado pelo capitão-mór capitão da sua armada.

Araujo *(João Barbosa de).* Escriptor, natural d'Alcobaça, onde nasceu a 27 de outubro de 1675. Ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Gonçalo Barbosa de Araujo e de Andreza Ferreira; desde os primeiros annos se applicou ao estudo de mythologia, em que fez grandes progressos. Escreveu: *Oraculo poetico para intelligencia dos poetas antigos, ou Diccionario fabuloso para lição dos modernos*, obra que ficou manuscripta; *Discurso sobre a antiguidade da Irmandade dos Passos, sita na Igreja de Nossa Senhora do Desterro, de Lisboa*, tambem em manuscripto.

Araujo *(João Salgado de).* Presbytero secular, doutor em direito pontificio na Universidade de Coimbra, proto-notario apostolico, conservador da Religião de Malta, abbade da Egreja de S. Lourenço de Souro Pires, pertencente hoje ao concelho de Pinhel, d'onde passou para a de S. Martinho de Pera, no bispado de Vizeu, no anno de 1644, e depois para a de Villa Nova de Foscôa, deixando em todas estas parochias saudosas memorias da sua vigilancia pastoral. N. na villa de Monsão, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Cultivou com muita applicação e aproveitamento o estudo da historia e genealogia, sendo o seu maior empenho narrar os gloriosos successos que as armas portuguezas alcançaram no feliz tempo em que D. João IV foi acclamado rei de Portugal, e defender a justiça d'esta causa contra a ambição castelhana. Escreveu: *Successos militares das armas portuguezas em suas fronteiras, depois da real acclamação contra Castella; com a geographia das provincias e nobreza d'ellas; a El-rei nosso senhor*, Lisboa, 1644. Esta obra mereceu ser elogiada pelo profundo homem de letras, D. Francisco Manuel de Mello, que chamava a Salgado Araujo: *zelosissimo portuguez e douto escriptor*. Escreveu mais, em lingua castelhana: *Memorial, informacion y defension apologetica del patronato de España por el apostolo S. Tiago*, Salamanca, 1629; *Ley regia de Portugal*; *primeira parte*, Madrid, 1627; segundo Barbosa Machado, no vol. II da *Bibliotheca Lusitana*, é *Uma idéa de um principe perfeito*, confirmada com exemplares dos reis de Portugal; *Summario de la familia illustrissima de Vasconcellos, historiada y com elogios*, Madrid, 1638; *Marte portugues contra emulaciones castellanas e Justificaciones de las armas del Rey de Portugal contra Castella*, Lisboa, 1642; *Carta que uno caballero biscaiño escrevio en discursos politicos y militares a otro del Reyno de Navarra, en respuesta de averle consultado sobre la justificacion de las Armas auxiliares Aragonezas Navarras, y Biscaiñas por Castilla contra el Principado de Cataluña; y le dá cuenta del estado que tienen las Portuguesas, y abonando com graves documentos su justificacion engrandece su valor*, Lisboa, 1643; *Successos victoriosos del exercito de Alentejo &c. Relacion Summaria de lo que pro mar y tierra obraron las armas Portuguesas contra Castilla el año 1643*, Lisboa, 1643; *Que los estatutos de Portugal jurados por Su Magestad nó impidem las Juntas, que se hazem en esta Corte de Ministros*

Castellanos sobre pretenciones, pleitos, y cauzas do aquel Reyno, fol. sem logar nem nome do impressor. Em manuscripto deixou as seguintes obras: *Nobiliario das Casas nobres de Galiza*; *De Primatu Ecclesiæ Bracharensis; Do Sacrificio da Missa*; *Discurso Apologetico sobre o modo que se deve seguir no governo d'estes Reinos de Portugal, e suas Conquistas em materias Ecclesiasticas considerado no estado presente carecendo de Bispos, e da integridade do governo espiritual; Posse immemorial que gozão os Serenissimos Reys de Portugal em a nomeação dos Bispos em todas as Igrejas Cathedraes do seu Imperio, provada em direito, e exemplificada com actos positivos; Clamores de Portugal, e suas Conquistas pela falta de Bispos, que padecem desde doze annos a esta parte, enviados aos pés do Pontifice Romano Pay, e Pastor nosso.*

Araujo *(Joaquim de)*. Poeta e escriptor contemporaneo. Nasceu em Penafiel a 22 de julho de 1858. Antigo alumno do Curso Superior de Letras, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, da Sociedade de Geographia da mesma cidade, do Instituto de Coimbra, da Sociedade de Geographia Commercial do Porto, d'onde tambem teve o cargo de primeiro secretario, para que foi eleito em 1882, presidente da secção de estatistica e membro da redacção do primeiro volume do *Boletim* da referida sociedade e relator do projecto de reforma dos estatutos; presidente do gremio litterario e recreativo Infante D. Henrique, associação operaria, em 1882; um dos socios fundadores da Sociedade Nacional Camoneana; procurador á junta geral do districto do Porto pelo circulo Vallongo, 1883, e, reunida a junta, eleito vice-secretario e primeiro substituto da commissão executiva, entrando depois na effectividade, e sendo eleito secretario da referida commissão. Presidente, em 1884, da grande commissão portuense iniciadora de um monumento ao distincto poeta já fallecido Guilherme Braga. Actualmente é consul de Portugal em Genova. O sr. Joaquim d'Araujo tem collaborado em muitos jornaes politicos, e nos seguintes jornaes litterarios, em prosa e em verso: *Instituto*, *Dois mundos*, *Revista dos archivos nacionaes e boletim de bibliographia portugueza*, *Chronica illustrada*, *Chronica moderna*, *Portugal pittoresco*, *Illustração*, *Folk-Lore Andaluz* (Sevilha), *Matinées litteraires*, etc. Dirigiu a *Harpa*, revista litteraria, que sahiu com intervallos, de 1873 a 1876, e no qual collaboraram tambem os srs. Candido de Figueiredo, Simões Dias, Innocencio, Anthero do Quental, Theophilo Braga, Adolpho Coelho, Gonçalves Crespo e outros. Dirigiu tambem a *Renascença, orgão dos trabalhos da geração moderna, publicação mensal*, em 1878. Parece que se publicou apenas um anno. Teve por collaboradores os srs. Thomaz Ribeiro, Guilherme de Azevedo, Bernardino Pinheiro, A. Filippe Simões, Gabriel Pereira, Julio Cesar Machado, Guerra Junqueiro, Antonio Papança, Anthero do Quental, Luiz Guimarães Junior, e outros. Egualmente foi director do *Diario nacional*, folha politica, impressa no Porto, em 1883 e 1884. Escreveu um livro de poesias, intitulado *Lyra intima*, o qual foi publicado no Porto, em 1881, sendo mandado imprimir nitidamente pelo editor David Corazzi. Comprehende duas partes: a primeira intitulada *Canções de abril*, e a segunda *Filigranas*. Este livro tem sido muito apreciado por escriptores notaveis, e a seu respeito se tem publicado o seguinte: *A pocsia na actualidade, estudo critico* por Anthero do Quental, Porto; sahiu traduzido em hespanhol no *Lyceu brigantino*, de Corunha; *Lyra intima*, por J. P. Oliveira Martins, Porto, 1881; Carta ao autor da *Lyra intima*, por João de Deus, Porto, 1882; *Lyra intima*, por Affonso Vargas, Barcellos, 1882; *Lyra intima*, por J. Augusto Vieira, Coimbra, 1884; *Lyra intima*, por Jayme Seguier, Coimbra, 1884; *Lyra intima*, por Theophilo Braga, Barcellos; *Lyra intima* por Bruno, Braga, 1885; *Lyra intima*, por Marianno Pina, Braga, 1884. Do sr. Joaquim d'Araujo ha mais as seguintes obras; *Projecto de reforma de estatutos da sociedade de geographia commercial do Porto*, Porto; o preambulo é assignado pelo sr. Joaquim de Araujo, mas o projecto tem tambem a assignatura dos srs. Forbes de Magalhães, Delphim de Lima e Vieira de Castro; *Um verso de Camões, soneto*, Porto, 1883; este soneto já estava incluido na *Lyra intima*, com uma dedicatoria ao sr. bacharel Antonio Augusto de Carvalho Monteiro; a tiragem foi apenas de nove exemplares em papel Whatmann; na penultima pagina veem os nomes das pessoas contempladas com este brinde; *Boletim da sociedade de geographia commercial do Porto, segunda serie, redactor Joaquim de Araujo*, Porto, 1883-1884; N.os 1, 2 e 3, com a collaboração dos srs. Anselmo d'Andrade, Oliveira Martins, Gabriel Pereira, Bernardes Branco, Ernesto do Couto e Paiva e Pona; Depois do n.º 3, o sr. Joaquim d'Araujo deixou de ser redactor principal; *Bibliographia camoneana, Resenha chronologica das edições das obras de Luiz de Camões e das suas traducções impressas, tanto umas como outras em separado, por Alfredo do Valle Cabral; edição revista por Joaquim de Araujo*, Porto; esta *Bibliographia* sahira no Rio de Janeiro, por occasião do tri-centenario de Camões; na reimpressão portugueza a nota final pertence ao sr. Joaquim d'Araujo; *Emilio Castelar; a historia de Portugal de Oliveira Martins*; *versão*, Porto, 1884; esta versão contem um prologo, em que o traductor expõe o seu modo de vêr ácerca de uma liga litteraria hispano-portugueza, proposta por alguns escriptores da moderna geração hespanhola, e assumpto de que se tem tratado em differentes epocas; *Nathercia*, folha volante impressa no Fayal, dizem que sem autorisação do autor; *Luiz Paulino*, larga biographia do marechal d'este nome; sahiu no *Boletim de bibliographia portugueza*, do sr. Fernandes Thomaz; *Autores omittidos no vol. XVII do «Diccionario Bibliographico Portuguez»*, 1 folheto, Porto, 1901; *Judeus portuguezes, notas bibliographicas*, Famalicão, 1901. No vol. XVII do *Diccionario bibliographico*, pag. 336, diz-se que tem para imprimir as seguintes obras: *Camões, versos, com uma carta de Eça de Queiroz; Parnaso portuguez contemporaneo, com uma introducção critica do collector*; foi annunciado na Allemanha como complemento dos trabalhos do sr. dr. Theophilo Braga; *Selecta infantil, para uso das escolas; O intermezzo lyrico, poema de Henrich Heine*, traduzido em verso; *Arabescos*, versos; *Contemplativas*, versos; *Quadros antigos*, versos; *Esboços e notas*, critica; *Relatorio da medalha João de Deus;* foi mandada cunhar por iniciativa do sr. Joaquim de Araujo, e subscri-

pção aberta no *Diario nacional*, coadjuvada por outras folhas, em homenagem a João de Deus; a medalha é obra do gravador sr. Molarinho; *Poetas hespanhoes*, serie de traducções em verso de trechos escolhidos do parnaso hespanhol moderno; *Amor allemão, romance de Max-Muller*, traduzido com um prologo de João de Deus; *Contos de velhos e creanças* (da tradição oral portugueza); *Folk-Lore portuguez* (jogos, crenças, superstições, etc.); *Notas de numismatica portugueza, offerecidas ao sr. Teixeira de Aragão*; o *Cavalheiro de Oliveira e a sociedade portugueza do seculo XVIII*, e *Viajantes portuguezes no estrangeiro*, dois volumes de historia e critica. O sr. Joaquim d'Araujo mandou imprimir á sua custa, em edição luxuosa, o livro *As bellas artes do centenario de Camões*, por Alfredo Xavier Pinheiro, e em opusculo o soneto *Camões*, de Eduardo Coimbra, em cinco exemplares tirados em papel Japão. Está tambem publicado com o seu nome o *Orçamento do districto do Porto*, para 1885. No ensaio de diccionario bibliographico, *Portugal e Italia*, de Antonio de Portugal de Faria, publicado em Leorne, 1898 e 1900, extrahimos os titulos dos seguintes escriptos do sr. Joaquim de Araujo: *A idéa da bébé*, bluette, Genova, 1895, tiragem de 36 exemplares, sendo quatro em papel cartão, pelo casamento de Antonio Vianna da Silva Carvalho com M.elle Schrœter, traduzido em francez, e publicado em Paris; *Canção do berço*, segunda edição, com uma carta do dr. J. T. de Sousa Martins, Genova, 1895; teve uma tiragem especial de 10 exemplares em papel de linho, distribuidos pelos seguintes senhores: 1.º Gaspar de Queiroz Ribeiro, 2.º Joaquim de Araujo, 3.º Ignota Dea, 4.º Luiz Fernandes, 5.º dr. J. T. de Sousa Martins, 6.º dr. A. A. de Carvalho Monteiro, 7.º dr. Xavier da Cunha, 8.º D. Anna do Quental, 9.º dr. Manuel Bento de Sousa, 10.º Annibal Fernandes Thomaz; terceira edição, Padua, 1895, destruida, de que só resta um exemplar na mão do autor; terceira edição, idem, teve uma tiragem especial de 5 exemplares, em papel de linho, os quaes fôram distribuidos aos srs.: 1.º Joaquim de Araujo, 2.º Annibal Fernandes Thomaz, 3.º Conde de Valenças, 4.º dr. J. T. de Sousa Martins, 5.º dr. A. A. de Carvalho Monteiro; *A idéa da bébé* foi tambem traduzida em italiano, por M.elle Alice Pazzi, Messina, 1898; *Uma glosa camoneana do seculo XVIII*, por Joaquim Franco de Araujo, Padua, 1895; opusculo consagrado ao casamento de Aunibal Fernandes Thomaz e M.elle Mello Freitas. Joaquim Franco de Arâujo é um poeta do seculo XVIII; o nome que figura no frontispicio é o do editor critico, autor da introducção, que occupa até á pag. 12; a tiragem do opusculo foi de 32 exemplares, e em frente ao frontispicio se indicam os respectivos possuidores; *A João de Deus*, Genova, 1896; tiraram-se alguns exemplares, não numerados, em papel de linho; reproduzida na California (Hawayard); *A Lirica DC do Cancioneiro portuguez do Vaticano, interpretada por João de Deus*, Padua; teve uma tiragem especial de 12 exemplares em papel de linho, cuja distribuição desconhecemos; *Adamastor, episodio do V canto dos Luziadas*, Livorno, 12 de julho de 1896, edição de 56 exemplares de 16 pag., in. 16.º, feita pelos nove portuguezes assistentes ao *varo* do cruzador e dirigida e revista por Joaquim de Araujo. *Julio Diniz, Lettera al sig. Vittorio Baroncelli per accompagnare la traduzione dei* «Pupille del signor Curato», Bergamo, 1896; não foi publicado em portuguez; teve uma tiragem especial de sete exemplares, cuja distribuição desconhecemos; *Bibliographia Antheriana*, resposta aos srs. Delfim Gomes e José Pereira de Sampaio, Genova, 1897; tiraram-se dois exemplares em papel verde, um pertencente ao autor, outro ao sr. dr. Antonio Augusto de Carvalho Monteiro, assim como alguns exemplares em papel de linho, formato grande. *Segunda Commemoração da apotheose de João de Deus, em 8 de março de 1895*, Padua, 1897; teve uma tiragem especial de 12 exemplares, em papel de linho, assim distribuidos: 1.º D. Guilhermina de Bataglia Ramos, 2.º Joaquim de Araujo, 3.º M.elle Clotilde Bataglia Ramos, 4.º dr. Emilio Teza, 5.º Luiz Fernandes, 6.º dr. A. Augusto de Carvalho Monteiro, 7.º dr. José Carlos Lopes, 8.º dr. Theophilo Braga, 9.º José do Canto, 10.º Annibal Fernandes Thomaz, 11.º Francisco Guilherme Tito da Silva, 12.º M.elle Maria Izabel Ramos; *Quarto centenario da partida de Vasco da Gama em demanda do caminho maritimo da India; As traducções Italianas dos Luziadas*, Livorno, 1897; tiragem de 56 exemplares, numerados; *Na aza do Rythmo*, Padua, 1897; 32 exemplares, pelo casamento da sr.ª D. Carmo de Moraes com o sr. João Flores; tem a data de 30 de julho de 1897; *Sulla tomba di Camillo Castello Branco; parole pronunciate nei funerali del grande scrittore portoghese, tradotte da Vittorio Baroncelli*, Padova, 1896; teve tiragem de doze exemplares, numerados, em papel de linho: esta traducção compendia apenas o discurso funebre, sem as cartas de Camillo, que se lêem na segunda edição do original portuguez; *Luigi di Camoens, poemetto con una lettera di Eça de Queiroz*, tradusione dal portoghese di G. Zuppone-Strani, Genova, 1895; teve tiragem especial, em papel de linho fino; *Canzone della culla*, tradotta da Prospero Peragallo, Padova, 1895; tiraram-se 5 exemplares, especiaes, em papel de linho, distribuidos pelos srs. 1.º Joaquim de Araujo, 2.º Annibal Fernandes Thomaz, 3.º Conde de Valenças, 4.º Prospero Peragallo, 5.º dr. Antonio Augusto de Carvalho Monteiro; *Nel Subborgo di S. Anna*, tradotto dal prof. Francesco Paolo Pace, Padova, 1895; tiragem de 25 exemplares, os cinco primeiros em papel de linho, e os restantes em papel rosa; citada e reproduzida na rica edição polyglota do sr. Xavier da Cunha, *Pretidão de amor; Ignez de Castro, projecto de drama, rascunho de algumas scenas*, opusculo, divulgado por Joaquim de Araujo, Livorno, 1897; teve tiragens especiaes, uma de 8 exemplares em papel de linho, numerados, outra de dois em papel verde. *Ignez de Castro*, Florença, 1897; edição de 60 exemplares; *Ignez de Castro*; *Summarios para uma monographia bibliographica*, Padua, 1897; *Parodie d'Inés de Castro*, tragedie de la Motte; *Sur l'air du Mirliton*, n'este folheto, em introducção, publicou o sr. Joaquim de Araujo um estudo critico acompanhado de uma lista de librettos d'opera; *Bibliographia Inesiana*, Pisa, 1897, estes cinco opusculos ultimos fórmam uma serie; *Centenario do P. Antonio Vieira*, 1897; 8 paginas com duas estampas; *Centenario da India, o soneto de Torquato Tasso a Camões e Vasco da Gama; carta a Antonio de Portugal de Faria*, Genova, 1898; *Sousa*

Martins, Roma, 1898; *Proverbios do oriente (Sabedoria da vida)*, Genova, 1897, opusculo dedicado ao casamento da sr.ª D. Herminia Tavares com o sr. Elpidio Queiroz; teve tiragem especial de 5 exemplares em papel de linho, e 16 em cartão verde; *Intorno al genovese Carlo Antonio Paggi. Cenni*, Genova, 1898; tiraram-se exemplares em cartão verde e papel de linho, em resumido numero; *O retrato de Dona Maria de Portugal filha do infante D. Duarte*, Genova, 1899; *Bibliographia historica; I — D. Antonio prior do Crato*, edição refundida, Livorno, 1899; *Italia — Bibliographia do centenario da India*, Livorno, 1899; *O centenario de Garrett, 1799-1899*, Genova, 1898; tiraram-se 6 exemplares em papel de linho, com uma agua-forte, representando Garrett; teve outra tiragem em cartão verde de 16 exemplares; este opusculo causou grande ruido, sendo o ponto de partida da celebração do centenario de Garrett, a que adheriram a Academia Real das Sciencias, a Sociedade de Geographia de Lisboa, o Instituto de Coimbra, e em geral toda a opinião portugueza; *Sobre as edições das «Veglie», attribuidas a Torquato Tasso*, nota bibliographica; *Le Chateau de Faria*, de Alexandre Herculano, *O retrato da rainha D. Leonor, terceira mulher de el-rei D. Manuel; Leonor da Fonseca Pimentel, apontamentos historico-biographicos, no centenario da sua morte*, com retrato. Para o numero da *Nova Alvorada*, consagrado á memoria de Sousa Martins, escreveu o sr. Joaquim de Araujo duas sentidas quadras. São estas duas quadras que o autor publicou depois em separado, cedendo aos desejos d'alguns amigos, edição de 70 exemplares, fóra do mercado, dedicada a D. Thomaz de Mello Breyner; *Tres estrophes de Camões*, traduzidas em armenio pelo padre Arsenio Ghazick, Méckitarista, publicadas por Joaquim de Araujo, Veneza, 1898, 1 folheto de 8 pag ; foi mais uma contribuição para o centenario da India; estas tres estrophes são as primicias de uma versão completa dos *Luziadas* em armenio, empreza tentada pelo erudito padre a instancias do sr. Joaquim de Araujo, que as publicou acompanhadas d'uma breve noticia.

Araujo *(Joaquim Cardoso de)* Egresso da ordem terceira da penitencia, filho de Antonio Cardoso de Araujo, natural de Paços, districto de Vizeu. Doutor em theologia a 27 de julho de 1845. Já falleceu.

Araujo *(Joaquim dos Santos)*. Architecto e decorador, discipulo de Simão Caetano Nunes, pintor d'architectura e o decorador mais afamado de Lisboa, no seu tempo, depois de Lourenço da Cunha. Joaquim dos Santos Araujo nasceu em 1741 e falleceu em 1795. Era muito habil na perspectiva, mas os seus ornatos resentiam-se d'um mau gosto. Na empreza de Bruno, dirigiu por alguns mezes o theatro do Bairro Alto; entrou como noviço no convento de Jesus, de Lisboa, da ordem terceira de S. Francisco, sahiu, porém, sem professar, e depois de ter feito algumas pinturas na cella do padre Mayne, confessor do rei. Casou-se, mas a vida desregrada que seguiu, o levou á extrema pobreza e a soffrimentos physicos a que succumbiu na edade de 54 annos.

Araujo *(Padre José de)*. Jesuita, natural do Porto, onde nasceu a 22 de junho de 1680, fallecendo em 1748. Era filho de Pedro Moreira Porto e de Maria S. João Benavides. Com 16 annos de edade entrou na Companhia de Jesus no noviciado de Lisboa, a 10 d'outubro de 1696. Dictou rhetorica em Coimbra, philosophia no Porto, e theologia no collegio de Santo Antão, de Lisboa. Foi examinador das tres ordens militares, qualificador do Santo Officio, e confessor do infante D. Manuel, irmão de D. João V. O padre José d'Araujo é principalmente notavel pela calorosa guerra que, sob o pseudonymo de Fr. Arsenio da Piedade fez ao *Verdadeiro methodo de estudar*, do arcediago Verney, livro que teve de atravessar uma longa lucta, porque dava um golpe mortal na litteratura, na sciencia e ensino officiaes. Tal systema de ensino trouxe consequencias funestissimas para a sociedade do seculo XVIII, consequencias que se tornaram bem manifestas na litteratura e nos costumes d'esses tempos. A litteratura reduzia-se ás academias e sociedades, d'onde sahiam apenas versos em louvor de santos e dos jantares e saraus dos fidalgos. A sociedade, n'essa epoca, era toda freiratica, e a hypocrisia dominava todas as consciencias, portanto não admira que o livro de Verney tivesse de atravessar uma longa lucta, como sempre acontece aos trabalhos de revolução scientifica e litteraria, e aquelle livro revolucionava effectivamente os velhos systemas de ensino, não só na instrucção secundaria como tambem na superior. Foi n'estas circumstancias que o padre Jose de Araujo, conservador aferrado ás velhas tradições escolasticas, sahiu, além d'outras, a combater o erudito arcediago d'Evora; este respondeu-lhe n'um opusculo, procedimento que teve de repetir com outros muitos censores, porque a questão ventilada por Verney, produziu muitos opusculos. Escreveu e publicou: *Cursus Theologicus in decem disputationes divisus, tomus primus*, Ulyssipone, 1737, *Cursus Theologicus in novem disputationes divisus, tomus secundus*, Ulyssipone, 1743: *Carta de um curioso da Universidade de Evora escripta a outro curioso da Universidade de Coimbra, que pela sua resposta mostra as consequencias terriveis, que nascem de alguns Confessores não guardarem o sigillo da confissão sacramental*, Madrid, 1746; este opusculo e outros muitos ácerca do mesmo assumpto, formaram depois de reimpressos e reunidos, a *Collecção Universal das bullas, editaes, pastoraes, cartas, dissertações, apologias, e tudo o mais que até agora se tem escripto e divulgado, e mais se póde desejar para inteira e individual noticia do insolito e pernicioso erro da fracção do sigillo sacramental; e das contendas que a este mesmo respeito tem havido sobre o ponto da jurisdicção entre o Tribunal do Sancto Officio e alguns dos senhores Ordinarios do reino*, etc., Madrid, 1746 e 1747, 3 tomos; *Reflexões Apologeticas á obra intitulada* «Verdadeiro Methodo de estudar», *dirigida a persuadir um novo methodo para em Portugal se ensinarem, expenderem as sciencias e refutar o que neste Reyno se pratica, expedidas para desaggravo dos portuguezes em uma carta, que em resposta de outra escreveu da cidade de Lisboa á de Coimbra o P. Fr. Arsenio da Piedade, religioso da provincia dos Capuchos*, offerecidas ao ill.^mo^ e ex.^mo^ sr. D. João José Ansberto de Noronha, conde de S. Lourenço, etc. por Nicolau Francez Sion, Lisboa, 1748.

Araujo *(José Alves de Almeida)*. Coronel de engenharia e chefe da segunda divisão da direcção geral da mesma arma. N. em 24 de setembro de 1849, fal. a 12 de setembro de 1902. Assentou

praça em 19 de setembro de 1870, foi promovido a alferes em 9 de dezembro de 1873, a tenente em dezembro de 1875, a capitão em 1876, a major em 1887, a tenente coronel em 1892, e a coronel a 21 de julho de 1895. Era commendador e cavalleiro da ordem d'Aviz, e tinha a medalha de prata da classe de comportamento exemplar.

Araujo *(José Antonio Barbosa)*. Ministro da Relação Ecclesiastica ou Curia patriarchal, formado em canones pela Universidade de Coimbra, advogado da Casa da Supplicação, em Lisboa, etc. Ignora-se a data do nascimento; fal. em edade muito avançada, em 1833, Escreveu: *Allegação de facto e de direito, em defeza de Antonio José Cabral de Mello Pinto, sobre a morte de sua mulher D. Maria dos Prazeres de Abreu Soares*, etc. Lisboa, 1822. Mello Pinto fôra accusado d'esta morte. *Allegação em defeza dos chamados conspiradores da rua Formosa*, etc., Lisboa, 1823. Barbosa Araujo era pae de José Balbino Barbosa Araujo, que morreu visconde de Tilheiras. *V. este titulo.*

Araujo *(José Antonio de Sepulveda Gomes e)*. Latinista, bacharel em leis pela Universidade de Coimbra, advogado na Casa da Supplicação, de Lisboa. Diz-se que fôra natural da Bahia, onde nasceu, segundo parece, pelos annos de 1740; fal. em 1814 ou pouco antes. Fez os seus primeiros estudos no collegio dos jesuitas da mesma cidade, chegou a vestir a roupeta da ordem, e dispunha-se a professar, quando se deu a suppressão dos jesuitas em Portugal, em 1759, o que o obrigou a tomar outro destino. Foi um dos poetas que escreveram em homenagem da estatua de D. José, na sua inauguração no Terreiro do Paço, hoje Praça do Commercio, compondo um hymno em latim, que foi impresso, o qual tem por titulo: *Fidelissimo Regi nostro Josepho Primo, Felice, Invicto, Pio, Augusto in sua auspicatissime equestris statuæ inauguratione, Elogium*, Lisboa, 1775. Parece que escreveu tambem sobre outros assumptos, muitos versos latinos e portuguezes, e algumas peças dramaticas, originaes ou traduzidas, que se representaram em Lisboa.

Araujo *(José Balbino de Barbosa)*. Visconde de Tilheiras. *V. este titulo.*

Araujo *(José Bento de)*. Cavalleiro tauromachico, bem conhecido do publico. Iniciou-se na arte de tourear n'uma vaccada, realisada em 1874 na praça da Junqueira. Pouco depois toureou em Sacavem, e mais tarde em Lisboa, na antiga praça do Campo Sant'Anna, onde trabalhou por muitos annos. Em 1892 foi a França, entrando em diversas corridas, em Paris, Nimes, Avignon, Marselha e outras cidades. Tambem já tem tomado parte em corridas em varias terras de Hespanha. Na praça do Campo Pequeno tem continuado com os seus trabalhos tauromachicos, sendo sempre muito applaudido. Já esteve no Brazil, onde, em companhia do fallecido cavalleiro Alfredo Tinoco, causou enthusiasmo n'umas touradas no Rio de Janeiro. E' de muita coragem e bom artista.

José Bento de Araujo

Araujo *(José Boreas de)*. Escrivão da Casa de Ceuta. N. em Lisboa a 2 de maio de 1667, fal. a 28 de dezembro de 1743. Era filho de Pedro de Araujo e de D. Magdalena Boreas, ambos de conhecida nobreza. Desde a edade de 19 annos, em que herdou de seu pae a propriedade do officio de escrivão da Casa de Ceuta, se occupou até ao fim da vida, exercendo varios cargos publicos de administração de fazenda, com muita intelligencia e probidade. «Nas horas vagas, diz Barbosa Machado, no vol. II da *Bibliotheca Lusitana*, pag. 831, que as suas occupações lhe permittiam, estudava philosophia natural descobrindo a penetração do seu juizo sem direcção de mestre um novo systema do Fogo Elemental e Natural contra os dictames do Principe da Escola Peripatetica, cuja obra ornada de erudição sagrada, e profana collocou o seu nome entre os Corifeos da philosophia moderna». Consta que foi muito perito em pintura, que exercia tanto com o pincel como com a penna, executando desenhos que podiam competir com os dos melhores professores. José Boreas de Araujo rejeitou o cargo de védor da fazenda do Estado da India, e de outros cargos ultramarinos egualmente mais honorificos que rendosos, querendo antes a gloria de os merecer do que a conveniencia de os acceitar. Era muito caritativo, dispendendo com os parentes e outras pessoas necessitadas todos os interesses que auferia, reservando para si proprio menos do que precisava. Escreveu: *Discursos da ignorancia, em que se duvida do fogo Elemental, e se define o material, e em consequencia se difficulta a maior parte da Philosophia Peripatetica*, tomo I e II, Lisboa, 1740; *Livro de Contas, onde por modo brevissimo, e nunca praticado, se ensina as mayores difficuldades de Arithmetica*, etc. Esta obra ficou em manuscripto.

Araujo *(José Domingues d'Araujo, visconde de)* Abastado capitalista e negociante de grosso tracto na praça do Rio de Janeiro. E' subdito portuguez e foi agraciado com o titulo de visconde em 18 de maio de 1868.

Araujo *(José Gregorio da Rosa)* Commerciante, deputado, par do reino, presidente da camara municipal de Lisboa. N. n'esta cidade a 17 de novembro de 1840, onde tambem falleceu a 26 de janeiro de 1893. Era filho de Manuel José da Silva Araujo e de Eulalia Rosa da Silva Araujo, de quem herdou uma fortuna colossal grangeada em improbo labor quotidiano, e o amor e dedicação ao trabalho. Seu pae estava estabelecido com uma importante confeitaria na rua de S. Nicolau, estabelecimento que seu filho sempre conservou, e onde entrou em 1853 na companhia de seu pae, tendo apenas 13 annos de edade, incompletos. Cursara os estudos primarios no collegio de Santo Agostinho, que começou a frequentar aos seis annos. N'essa curta edade deu então principio á sua vida commercial. No estabelecimento falava-se em politica, que era da particular predilecção de seu pae, e decerto foi esse o motivo que o resolvera a assentar praça por occasião das luctas civis que terminaram em 1834, tornando-se mais tarde *patuléa* exaltado na guerra da *Maria da Fonte*, em 1846; fôra socio do *Club dos Camillos* e influente nas

eleições. Tudo isto, porém, praticara aquelle respeitavel chefe de familia, com um desprehendimento verdadeiramente exemplar, detestando a ostentação, e simplesmente firmado no desejo de concorrer por essa fórma, na medida das suas forças, para o bem da patria. A uma singeleza de costumes juntara sempre a maior rigidez de principios e a mais alta sinceridade de convicções. Foi depois de 1857, d'aquelle anno lastimoso em que a febre amarella tantas victimas causou, que Rosa d'Araujo começou a inscrever-se em differentes associações, tornando-se um grande trabalhador pela causa popular, prestando muitos serviços que lhe grangearam as maiores homenagens. Foi pelas associações que principiou a sua carreira publica. Pertencia tambem a diversas companhias commerciaes, distinguindo-se sempre pela sua extraordinaria actividade, iniciativa intelligente e emprehendimentos uteis e rasgados. N'essas empresas, em que era muito estimado e respeitado, tomou parte em differentes commissões de exames de contas, de reforma de estatutos, e até de inquerito. Nas associações occupou o cargo de presidente no *Gremio Popular*, na *Associação homœopathica*, e na *Fraternidade*, de soccorros mutuos; vice-presidente na *Associação dos empregados do commercio e industria*, e da *Irmandade do Santissimo*, da egreja de S. Nicolau, uma das associações que mais serviços prestava á pobreza da capital. Nas companhias exerceu as distinctas funcções de presidente na de *Tabacos nas barreiras de Xabregas*, vice-presidente da *Fidelidade*, secretario da *Bonança*, *Algodões de Xabregas*, das *Lezirias do Tejo e Sado*, e da antiga companhia do *Gaz*, sendo tambem director effectivo da de *Credito Commercial*. No fim de outubro de 1871, Rosa Araujo tratava unicamente dos negocios relativos á laboriosa casa de seu pae, e dos que mais directamente interessavam ás associações e companhias a que estava ligado, quando recebeu um convite do governador civil de Lisboa, então Augusto Cesar Cau da Costa, para fazer parte da lista da eleição municipal. Rosa Araujo recusou; mais tarde foi novamente instado, não só pelo governador civil, como tambem pelo fallecido estadista Antonio Rodrigues Sampaio; Rosa Araujo persistiu firmemente na sua recusa, e sómente se resolveu a acceitar tão honroso convite, quando seu pae interviu, decidindo-o com os seus bons conselhos. Figurou então pela primeira vez na vereação da camara, em fevereiro, no biennio de 1872 a 1873. N'esta gerencia logo se distinguiu, com especialidade pela resolução tomada ácerca das concessões dos carris de ferro, dando em resultado estabelecer-se definitivamente na capital esse systema de viação, em substituição do antigo formulario das licenças, e ainda mais pelo novo systema de imposto e pela nova marcha financeira, inaugurada pelo primeiro emprestimo de 160 contos de reis, contrahido por intervenção do Banco Lusitano. A resolução dos negocios relativos aos carris de ferro foi devida principalmente ao estudo e ao bom conselho de José Elias Garcia, em substituição do formulario das licenças e do trabalho iniciador de Geraldo Braamcamp, que deixara saudosas recordações na administração municipal. Rosa Araujo foi quem contractou o emprestimo, depois de terem sido infructiferos todos os esforços empregados pela vereação anterior, e mesmo por aquella de que fazia parte na mesma occasião. De accordo com o sr. Francisco Simões Margiochi, conseguiu que o ministro da fazenda, então o fallecido estadista Antonio Serpa, apresentasse ás côrtes um projecto de lei, elevando a dotação da camara a quinze contos de reis, o que foi approvado com o voto unanime do parlamento. A harmonia que existiu no biennio de 1872 a 1873 não se repetiu no biennio seguinte, em que se levantaram graves conflictos a proposito da decoração da fachada principal dos Paços do Concelho, o que deu em resultado sahirem da camara os vereadores Rosa Araujo, Simões Carneiro, dr. Alves e Barros Gomes. Falou-se muito na dissolução, promoveram-se *meetings* para esse fim, mas o governo, sendo ministro do reino Antonio Rodrigues Sampaio, não acceitou a imposição, apesar de ser muito instado por amigos politicos e dedicados. Pelo fallecimento de sua mãe, Rosa d'Araujo afastou-se dos trabalhos assiduos durante algum tempo, mas em novembro de 1875 tornou a figurar nas eleições camararias. Depois de renhida lucta, novamente foi eleito, sendo vereador no biennio de 1876 a 1877, em que a camara deu as mais elevadas provas de energia e actividade; devido ao presidente, o sr. Luiz d'Almeida e Albuquerque, alcançou-se a lei, pela virtude da qual o municipio ficava habilitado a negociar os meios precisos para o saneamento da cidade. O mercado da Praça da Figueira foi então muito discutido tambem, se deveria ser entregue á especulação particular e Rosa Araujo, sendo vice-presidente, combateu aquella idéa, levando o municipio a contrarial-a como prejudicial e nociva aos interesses do concelho. N'essa camara, sob proposta ainda de Rosa Araujo, resolveu-se fazer cumprir o artigo 294 do codigo civil, creando o asylo municipal, e fazendo admittir provisoriamente as creanças no asylo de Maria Pia, mediante uma mensalidade estipulada. Alugara para esse fim o palacio do conde de Redondo a Santa Martha, mas a vereação que se seguiu, ordenou que se pozessem escriptos no palacio, limitando-se a admittir uma ou outra creança no asylo Maria Pia. Mais tarde tornou a ser eleito vereador, e desde então tomou parte da presidencia, logar em que depois sempre se conservou. Datam d'essa epoca as grandes obras municipaes que transformaram a cidade. Iniciou as obras do bairro Estephania; creou os asylos municipaes com escolas para as creanças; as créches, em 1876, principiando pela de Santa Eulalia, que assim a denominou em memoria do nome de sua mãe. Esta créche é situada no largo da Graça, e foi toda construida á sua custa, desde os alicerces. Creou os talhos municipaes, como meio de obstar ao monopolio dos marchantes; cooperou quanto pôde para a conclusão dos Paços do Concelho, e promoveu muitos outros melhoramentos da cidade, a maioria dos quaes fôram da sua iniciativa. A obra, porém, mais notavel foi, sem duvida, a *Avenida da Liberdade*, que só a extraordinaria boa vontade e energia de Rosa Araujo poderia conseguir, luctando com as numerosas difficuldades que se levantaram para a sua realisação. Os habitantes da cidade, em grande parte, oppozeram-se á demolição do antigo Passeio Publico, chegando a fazer representações á camara por causa do *attentado* que Rosa Araujo

queria commetter. O energico presidente da camara encontrou tambem outra difficuldade importantissima, a falta de dinheiro para semelhante obra, que exigia avultados capitaes. A camara não estava habilitada, porém Rosa Araujo possuia algumas dezenas de contos de réis e não desanimou. Os trabalhos inauguraram-se no dia 24 de julho de 1879, pela demolição do velho theatro das Variedades e da velha praça do Salitre; seguiram-se as demolições dos predios importantes da praça d'Alegria, em que os proprietarios eram largamente indemnisados; as demolições proseguiram á maneira que as urgencias o exigiam, e a vasta avenida concluiu-se, sendo hoje um dos melhores pontos de reunião da cidade, vistosa e grandiosamente adornada com edificios e propriedades sumptuosas, theatros da Avenida e Rua dos Condes, hotel magnifico, tendo junto a estação central do caminho de ferro, monumento dos Restauradores, etc. Na occasião dos festejos do tri-centenario de Camões em 1880, Rosa Araujo tomou parte muito activa n'essa memoravel commemoração, cooperando para a creação de bairro Camões. Rosa Araujo foi deputado, par do reino electivo, e tinha a commenda de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. Consta que mais de uma vez lhe fôra offerecido o titulo de visconde, que não quiz nunca acceitar. Era um bom caracter, trabalhador incançavel, amigo sincero e serviçal; filho do povo, soube elevar-se, conservando sempre a sua vida de commercio, tanto na consideravel confeitaria que herdara de seu pae, como na casa bancaria que estabelecera na rua do Arco do Bandeira. Tendo predilecção pela politica como seu pae, a ella se entregou com dedicação, que lhe absorveu, por assim dizer, uma grande parte da sua fortuna. Dotado de extrema bondade e excessivamente caritativo, a sua bolsa estava sempre aberta para donativos, esmolas, e emprestimos, de que raras vezes era embolsado; os seus capitaes estavam tambem sempre á disposição do municipio Creou dois jornaes politicos: *O Espectro da Granja*, de que fôram redactores Eduardo Tavares e Jacinto Augusto de Freitas Oliveira, e a *Gazeta commercial*, de que foi director politico o conselheiro dr. Antonio José Teixeira. Todas estas liberalidades e grandeza d'alma concorreram grandemente para que a sua fortuna fôsse compromettida, levando-o quasi á pobreza. A morte de Rosa Araujo foi muito sentida, e o funeral uma manifestação imponente e das mais sympathicas, em que se encorporaram todas as associações, a camara municipal, vereação, empregados superiores e pessoal menor, as escolas municipaes com os seus professores e alumnos, vestindo o fardamento que então usavam, levando á frente os seus estandartes, os bombeiros municipaes, voluntarios, da Ajuda e da Junqueira, a direcção e professores dos asylos municipaes com uma carreta carregada de corôas, pessoal do cemiterio occidental levando á frente o respectivo administrador, empregados da Associação do Commercio e Industria, as suas aulas levando os estandartes, carreta com o feretro, muitos convidados, representantes da imprensa etc., seguindo todos a pé até ao cemiterio oriental. A camara dos pares, o ministerio e o partido regenerador fizeram-se tambem representar. No cemiterio esperavam as creanças dos asylos d'Ajuda e do Campo Grande, com os respectivos directores e professores. A' beira da sepultura discursaram: o dr. Theophilo Ferreira, um socio da Associação do Recreio 11 d'outubro, e os srs. José Bastos, do Atheneu Commercial, Simões d'Almeida, Gomes da Silva e Julio Ribeiro.

José Gregorio da Rosa Araujo

Araujo *(José Ignacio de)*. Poeta e escriptor contemporaneo. N. em Lisboa a 30 de junho de 1827. E' filho de Luiz Antonio de Araujo, natural de Braga, e de D. Maria Candida de Araujo, natural de Lisboa. Seguiu o officio de ourives, que seu pae tambem exercia, tendo estabelecimento na rua da Victoria, junto á ermida do mesmo nome, casa que ainda hoje existe, completamente reformada por um sobrinho do popular poeta. José Ignacio de Araujo nunca mostrou vocação para seguir o officio de seu pae, aprendendo-o mais por obediencia, do que por vontade; no emtanto fez vida do que sabia, dedicando-se aos trabalhos de filigranista, e por ultimo ao de decorador, em que era eximio. Bem se póde dizer que só nas horas vagas trabalhava pelo officio, visto que a maior parte do dia a dedicava á cultura das letras n'um labor tão util como modesto, lendo e produzindo de tal modo, que o seu nome começou em breve a ser conhecido. Os escriptos de José Ignacio de Araujo são todos, mais ou menos, de genero humoristico, espalhados em livros, folhetos e jornaes durante muitos annos, primando sempre pela graça natural e espontanea, e pela admiravel correcção. Sabe de cór quasi todas as rimas, improvisando com a maior felicidade e gosto. Dotado de espirito alegre e descuidado, livre de encargos e compromissos, a sua individualidade desenha-se sempre sob uma fórma faceta e um tanto bohemia. Escreveu muito para o theatro; a maior parte das suas producções estão ineditas. Das publicadas, lembram-nos as seguintes: *A princeza de Arrentella*, tragedia burlesca, em 3 actos, em verso, Lisboa, 1860; *A sombra do sineiro*, tragedia burlesca em 3 actos, tambem em verso, Lisboa, 1860; *Um bico em verso*, scena comica, Lisboa, 1860; *O principe Escarlate*, tragedia burlesca em 2 actos, em verso, Lisboa, 1862; *Um homem que tem cabeça*, comedia em 1

José Ignacio de Araujo

acto, Lisboa, 1864; *Poesias*, Lisboa, 1862; *Dois curiosos como ha poucos*, entre-acto comico, Lisboa, 1861; *Cosme parola*, scena comica, Lisboa, 1868, na collecção *Theatro para todos; Symphronio e Giralda*, entre-acto tragico-burlesco, Lisboa, 1863; *A herança do tambor-mór*, comedia em 1 acto, em verso, Lisboa, 1866; *O trapeiro*, cançoneta comica, Lisboa, 1863; *A viuva Felizarda*, comedia em 1 acto, Lisboa, 1863: *Ultimos momentos de um Judas*, entre-acto tragico-burlesco, Lisboa, 1864; *O sr. Galvão*, scena comica, Lisboa, 1864; *Morte de Renhanhau*, destempero tragico carnavalesco, poesia comica; anda junta com a poesia comica: *Procopio iman de corações*, Lisboa, 1866; *Um velho de bom gosto*, poesia comica, Lisboa, 1866, publicada no periodico *Espectador imparcial; Delyrio e vingança*, poesia comica, publicada no referido periodico: *Por causa d'uma seraphina*, entre-acto comico, Lisboa, 1865; *Um progressista de escacha pecegueiro*, scena comica, Lisboa, 1882; *O espectro*, poesia carnavalesca, original em verso, sem data; anda junta com a scena comica *Zé pinote*, de José Romano; *A mulher de Socrates*, comedia em 1 acto de Banville; traducção que se representou no theatro de D. Maria. José Ignacio de Araujo collaborou com João Soler na revista do anno *O sonho do citado autor*, que se representou no theatro d'Avenida, e na traducção da zarzuela *El plato del dia*. Escreveu uma graciosa descripção da *Genismonda*, que está quasi esgotada, e mais alguns folhetos de genio alegre. Ha muitos annos que collabora assiduamente no *Pimpão*, e ultimamente na *Parodia*. Por occasião do tri-centenario do Camões, em 1880, inseriu na *Folha do Povo* umas estancias e alguns sonetos elogiando o poeta. Tem traduzido todas as fabulas de *La Fontaine* e ha muitas outras producções, em poder de seu sobrinho, assim como tambem na dos seus amigos Henrique de Avellar e Julio de Menezes, proprietario do bem conhecido estabelecimento, intitulado o *Gato Preto*, e que em 1898 organisou o numero unico d'uma publicação em homenagem ao popular poeta, em que fôram collaboradores artistica e litterariamente os srs.: A. Armando, Alberto Pimentel, Alfredo da Cunha, Antonio José Henriques, Alfredo Sarmento, Xavier de Araujo, Baptista Machado, Bulhão Pato, Cruz Moreira, Eduardo Coelho, Francisco Pastor, Francisco Pinto, Lopes de Mendonça, Hygino de Mendonça, Joaquim dos Anjos, Libanio Ferreira, Libanio da Silva, Luiz de Araujo, Maximiliano de Azevedo Moraes Pinto, Penha Coutinho, Bordallo Pinheiro, Sousa Bastos e D. Thomaz de Mello. D'essa publicação de 6 paginas, formato grande, que se esgotou rapidamente, imprimiram-se apenas na typographia de Libanio da Silva 200 exemplares em papel de linho vulgar, e 6 em papel de Hollanda. José Ignacio de Araujo conta hoje 76 annos de edade; modificando por completo os seus habitos, atravessa actualmente uma vida sedentaria, apparecendo pouco, mas nunca deixando de escrever graciosos versos.

Araujo *(D. Fr. José Maria de)*. Monge de S. Jeronymo, bacharel formado em theologia pela Universidade de Coimbra, e dom abbade do real mosteiro de Belem. A 13 d'abril de 1804 foi eleito bispo de Pernambuco, e só tres annos depois é que tomou posse da sua diocese, onde falleceu a 21 de novembro de 1808. Em 18 de março d'este anno fôra nomeado membro do governo interino de Pernambuco, pela sahida do governador geral, Miranda Montenegro. Escreveu: *Oração funebre prégada nas exequias de D. João Francisco Nicolau Marin*, Lisboa, 1803; *Pastoral ao clero e fieis da sua diocese, datada de Belem a . . de maio de 1807*, Lisboa, 1807.

Araujo *(José Maria Xavier de)*. Fidalgo da Casa Real, do conselho de Sua Magestade, commendador da ordem de Christo, bacharel formado em canones pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Arcos de Valle do Vez, em 1786; ignora-se a data do fallecimento. Era filho do desembargador Francisco Xavier de Araujo, conselheiro da fazenda e fidalgo cavalleiro. Entrou na carreira da magistratura, e acabava de exercer o logar de provedor da comarca de Vianna do Castello, quando se associou a 22 de junho de 1820, no Porto, á cruzada politica prégada por Manuel Fernandes Thomaz e Ferreira Borges. Estes dois illustres conspiradores haviam-se associado n'aquella cidade, em 21 de janeiro de 1818, tomando sobre si a perigosissima empreza de vingar a morte de Gomes Freire d'Andrade e dos seus companheiros. No dia seguinte já esta pequena sociedade conspiradora era augmentada com mais dois nomes, o de Silva Carvalho e Ferreira Vianna; de fevereiro a julho entraram Duarte Lessa, Lopes Carneiro, Santos Silva e Pereira de Menezes. Por meados de 1819 vieram a Lisboa sondar a opinião publica Silva Carvalho e Pereira Menezes, e viram apenas que todos estavam ainda contristados pelas fogueiras do Campo de Sant'Anna, tendo por unica esperança a iniciativa que da provincia podesse partir para a salvação do paiz. No entretanto, alguns espiritos mais destemidos trabalhavam em Lisboa, tomando por divisa a symbolica palavra: *Segurança*. Não bastava, porém, esta corporação para fazer vingar os esforços liberaes da provincia, que receberam valioso auxilio com a revolução que rebentara em Hespanha. Foi então que se associaram no Porto ao mesmo partido regenerador Francisco Gomes da Silva, Sotto Maior, Castro de Abreu, Xavier de Araujo e o coronel Castro e Sepulveda. A secreta junta revolucionaria do Porto ficou, pois, composta de treze membros, um verdadeiro apostolado da religião liberal, a saber: Manuel Fernandes Thomaz, José Ferreira Borges, José da Silva Carvalho, João Ferreira Vianna, Duarte Lessa, José Maria Lopes Carneiro, José Gonçalves dos Santos Silva, José Pereira de Menezes, Francisco Gomes da Silva, João da Cunha Sotto Maior, José de Mello e Castro de Abreu, José Maria Xavier de Araujo, e Bernardo Correia de Castro e Sepulveda. Nas *Revelações e memorias* etc., obra escripta e publicada por José Maria Xavier de Araujo, lê-se o seguinte ácerca do movimento revolucionario do Porto, depois do autor descrever detalhadamente a instituição do Synedrio, os trabalhos preparatorios, as forças de que dispunha etc.: «Tal era o estado das cousas no mez de janeiro de 1820, quando cheguei ao Porto; tendo acabado de servir o logar de provedor da comarca de Vianna, e conservando muitas relações na provincia do Minho, e intimas com o coronel Barros, commandante do regimento n.º 9 de infantaria, e da brigada n.ºs 9, 21 e 12 de caçadores, eu fui julgado proprio para o trazer á revolução; consideração esta decisiva, junta com a

de revelações particulares de amisade, que eu tinha com alguns membros do Synedrio; tudo isto decidiu a minha admissão para elle, que se verificou em uma tarde do mez de junho na casa de Duarte Lessa em uma reunião geral e solemne dos membros d'elle. Sem embargo de ter presenceado muitos d'estes actos, devo confessar que fez sobre mim impressão profunda o discurso que Fernandes Thomaz me dirigiu. Presidia elle, e com sua voz fortemente accentuada pintou o estado do paiz, sem rei que o governasse, um general estrangeiro senhor do exercito, estrangeiros tambem governando as provincias, nossa independencia do Brazil, e emfim, a revolução de Hespanha, que acabava de terminar felizmente com o juramento de Fernando VII á constituição de Cadiz. Ficaremos nós assim? ou devemos continuar n'este aviltamento? Repetiu elle muitas vezes com força! A figura de Fernandes Thomaz, as suas cans respeitaveis, tudo o fazia sublime n'esta occasião! Sahi enthusiasmado e capaz de arrostar os maiores perigos! No dia immediato me communicou Borges os estatutos do Synedrio e as forças de que este dispunha para levar a effeito a revolução; eram todas as que compunham o partido do Porto e a provincia de Traz-os-Montes; restava só no norte a força militar do Minho, numerosa, e forte, pois se compunha dos regimentos n.ºs 9 e 21 de infantaria, 12 de caçadores e n.º 15 aquartelado em Braga; commandava toda esta força o coronel Barros, servindo de brigadeiro. Seu intimo amigo, razão tinha para contar com elle para a revolução, porque, além da nossa intima amisade, me dissera em janeiro de 1820 no Porto, onde ambos falámos, as seguintes palavras: meu amigo, sou por aqui muito festejado; por toda a parte vejo caras alegres e risonhas! Se se trata de alguma coisa seria conta comigo como comtigo mesmo. Estava pois seguro de Barros, e prometti a sua cooperação que era essencial, porque, suppondo a revolução infeliz no Porto, o Synedrio á frente das forças do Minho, com a retaguarda segura na praça forte de Valença, e faceis communicações com a Galliza, estava certo de triumphar afinal. Dada esta segurança decidiu-se o dia da revolução para 29 de junho; no dia 22 escrevi a Barros, para se achar em Braga em logar designado, a fim de tratarmos de negocios importantes; não faltou nem eu; expuz-lhe então o motivo da minha carta e da minha convocação; breve foi o meu discurso, porque suppunha falar com um homem persuadido e decidido; notei, porém, grande alteração na sua physionomia, e não foi pequeno o meu espanto, quando Barros me respondeu: Meu amigo, as circumstancias mudaram depois do mez de janeiro, o marechal foi ao Rio, espera-se por momentos, e eu dei a minha palavra de honra ao general da provincia, João Wilson, de não concorrer para revolução alguma na sua ausencia; não posso pois faltar ao que prometti, e em conclusão, meu amigo, falo-lhe com amisade; tu corres á tua perdição com os teus amigos. A revolução não se faz em Portugal; a de Hespanha vae ser suffocada, e eu mesmo tenho ordens do governo portuguez para me pôr em communicação com o coronel Pereira da Galliza e começar a contra revolução n'aquelle paiz. E' pois prematura a tua jornada a Braga e póde comprometter-me. Estamos cercados de espiões, e talvez a esta hora se saiba já no quartel general de Vianna da nossa conferencia, portanto para desvanecer todas as suspeitas, eu exijo de ti que saias já, já, da cidade.—Com effeito, não obstante tudo o que pude dizer-lhe, foi forçoso sahir de Braga e partir para as Caldas das Taipas, onde se achava Fernandes Thomaz; fui a sua casa participar-lhe o acontecido, achei-o em um aposento escuro e cuidadosamente fechado. Meu amigo, me disse elle, vem achar-me no segredo. A nossa revolução mallogrou-se no Porto! Contei-lhe a minha conferencia com o coronel Barros, e disse-me por fim: vá sem demora cuidar da sua segurança, e veja se escapa á sorte que nos ameaça a todos. — Parti já de noite para minha casa e confesso que os dias mais amargos da minha vida fôram os que se passaram até ao fim de julho d'esse anno! Por vezes decidi salvar-me na Galliza, porém a lembrança do terrivel coronel Pereira me dissuadia d'isso. No fim de junho um expresso de Ferreira Borges me restituiu a tranquillidade; mandava-me elle as folhas inglezas d'esse mez, e dentro d'uma d'ellas um pequeno bilhete muito substancial, com as seguintes palavras: «Meu amigo, estivemos quasi perdidos, porém hoje a nau voga em um mar bonançoso e tranquillo.» Depois, serenada a tempestade, todos se prepararam para a revolução, egualando-se no mesmo enthusiasmo patriotico! Xavier de Araujo foi chamado, na manhã do dia 23 de agosto, por um bilhete de Ferreira Borges, e ás 11 horas da noite partiu para o Porto. Pouco depois um estrondo d'artilharia annunciou a revolução; raiava a aurora do memoravel dia 24 de agosto, que devia ficar celebre na historia patria. A 15 do mez seguinte, o governo oppressor da Regencia foi derrubado, o systema liberal estava proclamado em todo o paiz. Xavier de Araujo, sendo vencedora a idéa que tão dedicadamente defendera, foi eleito deputado ás côrtes constituintes, nas quaes ainda se tornou notavel por pertencer á minoria que ao organisar a Constituição pugnava pelo estabelecimento do poder legislativo nas duas camaras. O governo constitucional, porém, pouco tempo durou; em 1823, D. Miguel conspirou com sua mãe, a rainha D. Carlota Joaquina, e com o partido absolutista. Para derrubar a Constituição, e auxiliado pelo regimento de infantaria n.º 23, pronunciou-se em Villa Franca contra o systema liberal. As côrtes constituintes, na impossibilidade de continuarem a funccionar, reuniram-se pela ultima vez com o fim de protestarem contra qualquer modificação que se fizesse na Constituição de 1822, sendo este protesto assignado por 61 deputados. Começou então para os defensores da liberdade uma nova epoca de perseguições e soffrimentos. Xavier de Araujo teve de emigrar, e só voltou ao rei-

José Maria Xavier de Araujo

no, em 1834, quando estava restabelecido definitivamente o poder constitucional; foi então nomeado juiz do Tribunal do Commercio de segunda instancia, sendo depois transferido em 1850, para o tribunal da Relação do Porto. Escreveu: *Revelações e memorias para a historia da revolução de 24 de Agosto de 1820, e de 15 de Setembro do mesmo anno* (com a epigraphe: *Et quorum pars fui*), Lisboa, 1846. Esta obra contém particularidades curiosas sobre o assumpto, e apresenta o retrato de algumas das personagens que tomaram parte. As *Memorias* fôram reimpressas no *Conimbricense* de 1878.

Araujo *(José de Sousa Azevedo Pizarro de).* Bacharel em canones pela Universidade de Coimbra, monsenhor presbytero e thesoureiro-mór da capella imperial do Rio de Janeiro, do conselho d'el-rei D. João VI, deputado na Mesa Censoria, e deputado-presidente da Assembléa geral legislativa do Brazil em 1825. N. no Rio de Janeiro a 12 d'outubro de 1753, falleceu a 14 de maio de 1830. Era filho do coronel Luiz Manuel de Azevedo Carneiro da Cunha. Partiu para Coimbra em 1769, tomou o grau de bacharel em canones em 1776. Recebendo, porém, a noticia da morte de seu pae, ficou tão impressionado, que tomou ordens sacras, e em 1781 partiu para o Brazil a tomar posse do canonicato em que fôra provido no anno antecedente. No Rio de Janeiro fez parte da especie de academia fundada pelo vicerei Luiz de Vasconcellos, mas o seu successor, o conde de Rezende, não viu com bons olhos esta reunião de sabios, e sob diversos pretextos dispersou a academia, prendendo uns e perseguindo outros. Pizarro de Araujo conseguiu do bispo que o mandasse visitar as diversas parochias da diocese, e assim escapou ás furias do vice-rei. Em 1801 foi chamado a Lisboa para exercer o logar de conego da Patriarchal, e em 1807 acompanhou a familia real para o Brazil, e foi então que exerceu os differentes cargos em que falámos. Depois da independencia do Brazil, ainda ali foi deputado e presidente da camara. Pizarro de Araujo era cavalleiro das ordens de Torre e Espada e de Christo. Escreveu: *Prospecto das memorias historicas do Rio de Janeiro*, etc., Rio de Janeiro, 1819; *Memorias historicas da capitania do Rio de Janeiro, e das provincias annexas á jurisdicção do vice-rei do estado do Brazil*; *tomos I, II e III*, Rio de Janeiro, 1820; *tomos IV, V, VI, VII e VIII, parte 1.ª e 2.ª, tomo IX*, Rio de Janeiro, 1822. Nos *Annaes da imprensa nacional*, pag. 177, de Valle Cabral, lê-se o seguinte: «Esta obra ficou completa conforme o plano que adoptara o autor no prospecto que publicara em 1819.» Os criticos brazileiros falam elogiosamente ácerca d'esta obra.

Araujo *(Luiz Antonio de).* Escriptor portuguez dos seculos XVIII e XIX. Escreveu: *Historia critica do theatro, na qual se tractam as causas da decadencia do seu verdadeiro gosto, traduzida em portuguez para servir de continuação ao* «Theatro de Manuel de Figueiredo», Lisboa, 1779; *Memoria chronologica dos tremores mais notaveis, e irrupções de fogo, acontecidos nas ilhas dos Açores, com a relação dos tremores que houveram n'esta ilha Terceira, desde 24 de junho de 1800 até 4 de Septembro immediato, accrescenta-se a noticia de um phenomeno observado no dia 25 de Junho, a do estado das furnas n'esse mesmo dia, a experiencia feita para se tirar o enxofre das mesmas furnas*, etc., Lisboa, 1801.

Araujo *(Luiz Antonio de).* Official-maior do desembargo do Paço durante o reinado de D. João VI. Foi funccionario muito distincto e logrou a confiança particular do monarcha.

Araujo *(Luiz Antonio de).* Bacharel formado em direito na Universidade de Coimbra. Nasceu em Lisboa a 28 de maio de 1803, falleceu no Campo Grande, arredores da capital, a 17 de dezembro de 1876. Recebeu o grau de bacharel a 12 de julho de 1824; foi juiz de fóra da Villa da Certã e da cidade de Tavira; corregedor em Portalegre, e em 1840 inscreveu-se advogado nos auditorios de Lisboa, tornando-se distincto na defesa d'algumas causas importantes. No anno de 1852 foi escolhido com mais dois collegas para ir a Londres advogar um pleito celebre, o que mostrava a sua competencia no fôro. Reunindo aos conhecimentos da jurisprudencia, o amor pela litteratura dramatica, escreveu para o theatro varias comedias, que mereceram o applauso publico pela sua muita graça e vivacidade. Escreveu tambem um *Cathecismo penal*, folheto que revelava as suas altas qualidades de jurisconsulto. Luiz Antonio d'Araujo tinha o grau de cavalleiro da ordem da Conceição; era um conversador alegre e espirituoso, e a sua morte foi geralmente sentida, sendo-lhe á beira da sepultura pronunciado um elogio funebre pelo dr. Silva Mattos. Relação do seu theatro representado em Lisboa e Porto: *O juiz eleito*, scena de costumes original, Lisboa, 1854; foi reimpressa no mesmo anno. Esta peça representou-se no Gymnasio, causando grande enthusiasmo, e conservou-se por muito tempo e por mais d'uma epoca, em scena. Almeida Garrett classificou-a como o primeiro quadro de costumes saloios. As seguintes comedias fôram publicadas na collecção do *Theatro para rir*: *O diabo a quatro n'uma hospedaria*, 1 acto, original; *O baptisado*, 1 acto, imitado do francez; *As afflicções d'um perdigoto*, 1 acto; *Os dois maridos*, 1 acto, imitação; *Um duello aos beijos*, 1 acto, traducção; *O cabelleireiro Leonardo*, 3 actos traducção; *O mistificador*, 1 acto, imitação; *O tio Barnabé vindo do Brazil*, 1 acto; *Uma ceia no campo*, 1 acto; *Os banhos das Caldas*, 2 actos; *O dragão de Chaves*, 1 acto, imitação; *O chapéo de chuva do sr. Pantaleão*, 1 acto, imitação; *Mestre Egreja muito em cima*, 2 actos, continuação da comedia em 1 acto, *Por causa d'um algarismo*, escripta por seu filho, Luiz Antonio d'Araujo, mais conhecido por Luiz d'Araujo *(V. este nome)*; *O cantor improvisado*, 2 actos. Escreveu tambem: *Cathecismo penal para uso da mocidade*, Lisboa, 1855; *Historia do processo feito aos creados do conselheiro Bayard, e sessão do julgamento, acompanhada dos discursos do dr. Delegado e defensores dos réos*, Lisboa, 1856.

Araujo *(Luiz Antonio d').* Mais conhecido por Luiz d'Araujo, e no tempo em que vivia seu pae, por ser de egual nome, assignava-se *Luiz d'Araujo Junior*. N. em Portalegre a 5 d'abril do 1833. Era filho do advogado e escriptor popular, Luiz Antonio d'Araujo *(V. este nome)*. Foi empregado na secretaria do ministerio das obras publicas. Começou a sua carreira litteraria, tendo apenas 20 annos de edade, animado e auxiliado por seu pae. E' um fiel observador dos usos e costumes populares, e sendo dotado de uma veia comica

espontanea, sabe com extrema felicidade aproveitar todos es episodios de occasião para os reproduzir na scena por meio de *apropositos*, em que a finura da critica eguala muitas vezes o tecido das situações. A sua estreia no theatro foi a comedia em 1 acto, *Por causa d'um algarismo*, representada com feliz successo pela primeira vez no Gymnasio em 1854, a qual foi uma das corôas do fallecido actor Isidoro, que estava então no principio da sua carreira artistica. Luiz de Araujo, assim como seu pae, é um conversador espirituoso, achando sempre anecdotas a proposito, allusões e ditos engraçados com que prende quem o escuta, tornando a conversação deveras interessante. A relação dos seus escriptos para o theatro é bastante longa, e todos teem sido representados nos theatros de Lisboa e das provincias; tambem é autor de alguns livros de contos. Seu pae escreveu, em continuação do *Por causa d'um algarismo*, a comedia em 2 actos, intitulada *Mestre egreja muito em cima*, que está publicada na collecção do *Theatro para rir*, e Luiz d'Araujo escreveu, tambem uma comedia de costumes saloios, *Zé Canaia, regedor*, em continuação do *O juiz eleito*, comedia de seu pae, que fez epoca no theatro do Gymnasio. Eis a relação dos seus escriptos theatraes: *Por causa d'um algarismo*, 1 acto, Lisboa, 1854; segunda edição, 1856; terceira edição, 1866; *As felicidades das Felicidades*, 1 acto, Lisboa, 1855; *Um marido que é victima das modas*, 1 acto, 1860; *Um provinciano nas festas da acclamação*, scena comica, Lisboa, 1855; *Mestre Farronca contando o Caurlos Magro, juizo critico de um remendão sobre a magica das Variedades*, scena comica, Lisboa, 1860; *Quem conta um conto accrescenta um ponto*, 1 acto publicado na collecção do *Theatro para rir*, assim como os entre-actos: *O mano João explicando o caminho de ferro* e *O gallego e o cauteleiro;* e a comedia n'um acto, *Na casa da guarda*; *A paixão de André Gonçalves*, 1 acto, Lisboa, 1860; *O gallo e o corvo feitos patos por causa d'um pinto*, 1 acto; *O guiso do tio Filippe*, 2 actos; *O baile de minhas tias*, scena comica; *Intrigas no bairro*, parodia em verso, ás operas comicas, 2 actos, Lisboa, 1864; teve segunda edição; é das peças mais populares de Luiz d'Araujo, e das que mais representações teem tido, tanto em Lisboa como nas provincias e theatros particulares; *Novas intrigas no bairro, segunda parte das Intrigas*, parodia egualmente em verso ás operas comicas, Lisboa, 1865; *Amanhã vou pedil-a*, scena comica, Lisboa, 1866; teve outra edição em 1869; *O meu casamento*, em 2 actos, Lisboa, 1866; *J. R.*, 1 acto, Lisboa, 1865; *Não se casem assim*, 1 acto, Lisboa 1865; *Emquanto o panno não sobe*, scena comica, Lisboa, 1868; *O sr. João e a sr.ª Helena*, opereta em 1 acto, Lisboa, 1865; segunda edição em 1884; *Eu gosto de namorar*, scena comica, Lisboa, 1864; *Confissões d'uma pessoa sincera*, scena comica, Lisboa, 1865; *Qual dos bancos é melhor?* scena comica; *Com medo da revolta*, em 1 acto; *As economias do principe Cornelio Gil*, scena comica; *Desabafos do Zé-leiteiro contra as vaccarias*, scena comica; *Os estribilhos*, poesia comica; *Chapéo de chuva*, poesia comica physiologica; *Ciumes, amores e cozinha*, 1 acto, Lisboa, 1870; *Os picadores de portas*, intervallo comico hygienico e municipal em que entram muitos lojistas, Lisboa, 1870; *Um toleirão!* poesia comica, Lisboa, 1871; *Um contribuinte em pancas!* scena comica sobre os impostos, Lisboa, 1871; *Por causa d'uma mulher*, 1 acto, Lisboa, 1871; *Um marido em suores frios*, 1 acto, Lisboa, 1871; *A carestia dos alimentos*, tribulações d'um chefe de familia, Lisboa, 1871; *Grandes afflicções de um esposo*, 1 acto, Lisboa, 1872; *As touradas de José Diogo*, disparate em 1 acto, Lisboa, 1872; *O grande chocolate Mathias Lopes*, intervallo comico e lyrico a proposito do rei dos chocolates, Lisboa, 1872; *A baronesa dos dentes*, parodia á comedia em 3 actos, *O dente da baronesa*, Lisboa, 1872; *O passeio publico á noite com fogos, coros e balões*, 1 acto lyrico e typico, Lisboa, 1872; *A carreira do sr. Carreira*, scena comica, Lisboa, 1872; *O dr. João da Cruz*, 1 acto, Lisboa, 1872; *A gréve dos barbeiros*, poesia comica, Lisboa, 1872; *O frontão municipal*, aproposito em verso sobre a questão do frontispicio dos paços do concelho no largo do Pelourinho, Lisboa, 1875; *O barrete de dormir*, poesia comica, Lisboa, 1881; *Quando eu namorar*, poesia comica, Lisboa, 1881; *O 34 da 3.ª companhia*, aventuras d'um soldado conquistador, scena comica; *O tio Zé Chibato*, scena comica; *Dois gallegos politicos*, entre-acto comico; *Kalendario para namorados*, scena comica; *As pégas dos touros*, comedia em 1 acto; *Que arco! que amazonas! que palhaços!* entre-acto comico, publicado no *Almocreve das petas*, do mesmo autor, assim como a comedia em 1 acto, *Cousas que acontecem ao sr. Antonio Joaquim*; *Uma creada impagavel*, 1 acto, publicada na collecção *Theatro moderno*; *O caminho de ferro Larmanjat*, aproposito n'um acto. Luiz d'Araujo tem mais: *O novo almocreve das petas*, escrito na fórma do antigo livro de critica, do mesmo titulo, de José Daniel Rodrigues da Costa; *Almanach dos bons petiscos* e *Almanach do padre prior*, (recheado de allusões politicas a occorrencias do tempo); e sem o seu nome foi publicado o *Almanach dos recreios; Almanach de Luiz d'Araujo*, que ha muitos annos se publica; *Contos e historias, dedicado a sua magestade el-rei o sr. D. Fernando*, Lisboa, 1871; *Cousas portuguezas, um volume para rir, dedicado a sua magestade el rei o sr. D. Luiz I*, Lisboa, 1872. Tem collaborado em diversos jornaes, em que se contam o *Boudoir*, *Diario de Noticias*, *Diario illustrado*, *Commercio de Lisboa*, etc.

Araujo *(Manuel)*. Maritimo portuguez do seculo XVI. Esteve na India em 1510 e acompanhou Affonso d'Albuquerque á conquista de Gôa, sendo depois nomeado capitão na armada de Duarte de Mello, que ficou guardando a costa da cidade. Em 1516 acompanhou á China o capitão-mór Fernão Peres de Andrade, como capitão d'um junco.

Araujo *(Manuel Antonio Vieira)*. Escriptor no seculo XVIII; nada se sabe a seu respeito, apenas se julga que nasceu em Braga. Escreveu: *Descripção do prodigioso augusto sanctuario do Bom Jesus do Monte, da cidade de Braga, antigamente nomeado de Sancta Cruz*, Lisboa, 1793. Alguns exemplares da mesma edição appareceram depois com o frontispicio mudado, e alterado o titulo d'esta fórma: *Particularidades e origem do admiravel sanctuario do Bom Jesus do Monte, extremos da cidade de Braga*, Lisboa, 1803.

Araujo *(Manuel José Rodrigues de)*. Escriptor, que apenas é conhecido pela sua obra, publicada em Lisboa em 1792: *Elegia no execrando insulto commettido em a villa de Barcellos a 26 de agosto*

de 1791 contra a pessoa da Sr.ª D. Marianna Ignacia do Rego.

Araujo *(Manuel do Monte Rodrigues de).* Prelado brazileiro, muito distincto e respeitado. N. em Pernambuco a 17 de março de 1798. Estudou com os padres da Congregação do Oratorio e com os carmelitas, seguindo depois o curso do Seminario d'Olinda, e tomou ordens no Rio de Janeiro em 1822. Depois da independencia do Brazil, consta que foi lente de theologia, que exerceu diversos cargos importantes e foi bispo em Pernambuco, fallecendo em 1863. Deixou algumas obras de valor sobre theologia e direito ecclesiastico.

Araujo *(Manuel Pinto Coelho Cotta de).* D'este escriptor apenas se sabe que falleceu nos fins do anno de 1851 ou principio de 1852, e que publicou em Lisboa as seguintes traducções do francez: *Emilio ou os serões de meu pae,* 1836, 4 tomos; *Palmyra, novella ingleza,* 1836, 4 tomos; *Paulo ou os herdeiros abandonados,* 1836, 4 tomos; *Celina ou a filha do mysterio,* 1839, 6 tomos; *Julio ou a casa paterna,* 1840, 4 tomos; *Esperta ou o cemiterio de S. Thiago,* 1841, 4 tomos; *Elmonda ou a menina do hospicio,* novella de Ducray Duminil, 1844, 3 tomos; *Jesus Christo ante o seculo ou novos testemunhos das sciencias a favor do catholicismo,* autor Rosally de Lormes, traducção da 14.ª edição franceza, 1844; *A fonte de Santa Catharina,* 1858, 2 tomos.

Araujo *(Padre Miguel de).* Jesuita. Natural de Lama Longa, conc. de Macedo de Cavalleiros, falleceu na Bahia. Era filho de Balthazar Fernandes de Araujo, e de Magdalena Gonçalves. Foi admittido na Companhia de Jesus, no noviciado de Coimbra, a 17 de janeiro de 1598, partindo depois para a Bahia. Escreveu: *Cartas annuaes do Brazil de 31 de Dezembro de 1621.* Sahiram traduzidas em italiano, com outras, em Roma, 1627.

Araujo *(Miguel Martins de).* Formado em direito civil pela Universidade de Coimbra, oppositor ás cadeiras da mesma faculdade, e depois advogado de causas forenses em Lisboa, cidade d'onde era natural; tinha o mesmo nome de seu pae; ignoram-se as datas do seu nascimento e fallecimento. Instruido nas letras humanas, passou á Universidade de Coimbra, e, applicando-se ao estudo da jurisprudencia Cesarea, em breve fez os maiores progressos. Escreveu: *Elogio de José Pegado da Silva e Azevedo, presbytero ulyssiponense, doutor em Canones, e oppositor ás suas cadeiras na Universidade de Coimbra,* Coimbra, 1754; sahiu sem o nome do autor; *Elogio de Alexandre de Gusmão, cavalleiro professor da ordem de Christo, fidalgo da Casa Real, academico do numero da Academia Real,* Lisboa, 1754.

Araujo *(Paulo Carneiro de).* Cavalleiro da ordem militar de Christo, doutor em direito civil, desembargador da Relação do Porto, da Casa da Supplicação, dos aggravos, procurador e conselheiro da Fazenda, chanceller da Casa da Supplicação e deputado da Junta do Tabaco. N. no Porto, e falleceu em Pontevel a 30 d'agosto de 1703. Era filho de João Carneiro de Moraes e D. Helena d'Araujo. Frequentou a Universidade de Coimbra na edade da adolescencia, applicando-se muito á jurisprudencia Cesarea, em que tomou o grau de licenceado, e foi admittido a collegial do Collegio Real de S. Paulo a 23 de março de 1669. Casou com D. Joanna Maria Pacheco de Mello, filha de Manuel Pacheco de Mello, governador de Cabo Verde, da armada real, e conselheiro ultramarino, e de sua segunda mulher, D. Izabel da Silva. Tendo adoecido d'uma paralysia, Carneiro d'Araujo fôra tratar-se ás Caldas da Rainha, e ao voltar, falleceu em Pontevel. Exercera tambem o cargo de procurador ás côrtes celebradas em Lisboa, no mez de dezembro de 1697. Escreveu: *Pratica nos autos do juramento do serenissimo principe D. João, e primeiro dia de Côrtes, em o 1.º e 4 de Dezembro de 1697,* Lisboa, 1697.

Araujo *(Payo Rodrigues de).* Valente fidalgo, que se distinguiu na India no tempo do governador Lopo Vaz de Sampaio, cujo partido tomou nas luctas com Pedro de Mascarenhas, e no tempo do governador Nuno da Cunha, que o fez alcaide-mór da nova fortaleza de Diu. Exerceu este cargo durante os dois celebres cercos d'esta fortaleza, portando-se sempre como um dos mais distinctos heroes. Gaspar Correia accusa-o de ter escondido a melhor parte da presa que tomara n'uma rica nau de moiros, durante uma excursão maritima que as fustas e caravélas ancoradas deante de Diu tinham feito por ordem de D. João de Castro. Esteve tambem na India com o governador D. Henrique de Menezes. Em 1526 fez parte da armada que acompanhou o governador A. Bacanor, para combater alguns paráos de moiros N'esse mesmo anno foi nomeado capitão na armada de Heitor da Silveira.

Araujo *(Pero de).* Mestre d'obras em Aveiro. Por alvará de 26 d'abril de 1613 lhe foi concedido o ordenado annual de 19$000 réis, que era outro tanto como recebia o seu antecessor Miguel Dias. N'este alvará se lhe fazem grandes elogios, denominando-o tambem architecto. Vem transcripto no vol. 2 do *Diccionario historico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes,* etc., coordenado por Sousa Viterbo.

Araujo *(Ruy de).* Tinha um cargo que equivaleria hoje a official de fazenda das expedições indianas. Figura pela primeira vez na India em companhia de Affonso d'Albuquerque, na primeira viagem que este grande capitão fez ao Oriente. Ficou em Cochim como escrivão da feitoria, e foi um dos bravos de Duarte Pacheco. Ainda ali se conservava em 1509, e era um dos que faziam opposição ao governo de D. Francisco d'Almeida, e portanto quando chegou Affonso d'Albuquerque, resultou que o vice-rei o mandou pôr a ferros, bem como lhe demoliu as casas, e já o tinha embarcado para o enviar ao reino, quando a chegada de Fernando Coutinho, pondo termo ás deploraveis dissenções que existiam entre aquelles dois grandes vultos, restituiu a liberdade a Ruy d'Araujo, o qual, como era de esperar, ficou sendo um dos validos do novo governador, que logo o mandou a Malaca na expedição de Diogo Lopes de Sequeira, para ficar como chefe da feitoria portugueza n'aquella cidade opulenta, o que equivalia a enriquecel-o. Assim aconteceu, e quando se fundou a feitoria ficou elle sendo o feitor, mas não tardou que o sultão de Malaca se arrependesse da concessão que fizera, e atacasse a feitoria tão repentinamente, que Diogo Lopes de Sequeira, que estava ainda defronte da cidade com os seus navios, mal poude soccorrel-a. Ruy d'Araujo defendeu-se como um heroe, porque n'esses tempos os officiaes de fazenda eram perfeitos officiaes com-

batentes, mas em vista da superioridade do numero dos inimigos, teve de render-se com os companheiros que tinham sobrevivido á lucta e Diogo Lopes de Sequeira, não se achando com forças para tomar vingança da affronta feita aos portuguezes, partiu, e por outra parte, como Affonso d'Albuquerque estava empenhado na conquista de Gôa, addiou para momento mais opportuno a sua expedição, porque tinha agora duplamente a peito em primeiro logar fazer de Malaca um dos emporios de Portugal no Oriente, e em segundo logar libertar os nossos compatriotas captivos. Acabara Affonso d'Albuquerque de conquistar Gôa, quando recebeu de Ruy d'Araujo, por uns mercadores de Cochim, uma carta em que lhe dava preciosas indicações sobre os meios de atacar Malaca, e em que lhe certificava de que o que mais lá se temia era a sua vinda. Affonso d'Albuquerque não hesitou, partiu logo para Malaca, onde Ruy d'Araujo lhe foi de grande auxilio, porque sendo homem finissimo e de viva intelligencia, soubera aproveitar o tempo do seu captiveiro, informando-se minuciosamente de todas as cousas da terra, creando relações uteis, requestando mesmo as malaias para fazer d'ellas os instrumentos dos seus planos, aproveitando, finalmente, todas as circumstancias e pormenores que podiam guial-o para o fim que tinha em vista. D'esta fórma, Affonso d'Albuquerque era informado do que se passava em Malaca, das forças e dos planos do inimigo, e dos pontos por onde devia dirigir o ataque. Estas informações auxiliaram muitissimo os portuguezes na tomada de Malaca, e quando já vencido n'uns poucos de recontros, o sultão malaio, para conciliar a boa vontade do sitiador, lhe restituiu os prisioneiros que tinha em seu poder, livrou-se sem o saber d'um dos principaes elementos da sua derrota, porque no captiveiro, Ruy d'Araujo era-lhe muito mais prejudicial, do que estando em liberdade. Ao lado d'Albuquerque ainda se tornou de grande utilidade, pelo profundo conhecimento que adquirira dos usos, costumes e recursos de Malaca. Quando se deu por fim o assalto decisivo, Ruy d'Araujo combateu valentemente, sendo encarregado por Affonso d'Albuquerque das missões de maior confiança. Por tão relevantes serviços Ruy d'Araujo foi nomeado feitor, alcaide-mór, justiça-mór de Malaca e recebedor do seu rendimento. Não poude, comtudo, gosar por muito tempo os fartos proventos d'este cargo, porque morreu heroicamente, combatendo contra os malaios, que mais tarde se revoltaram.

Araujo *(Padre Simão de)*. Jesuita. N. em Coimbra, em 1585, fal. em Lisboa, na casa professa de S. Roque, a 16 de junho de 1638. Era filho de Diogo Dias e de Izabel João. Entrou na Companhia de Jesus, tendo apenas 15 annos de edade, a 25 d'abril de 1600; foi reitor do collegio da Ilha de S. Miguel, ensinou grammatica e theologia moral; tambem se distinguiu no pulpito, como notavel prégador. Escreveu: *Compendio em que se relatam as deprecações publicas, que por ordem de Sua Magestade mandou fazer o bispo Dr. Fr. João de Valladares pelas calamidades presentes: contagião de Italia, fome, conflagração da Ilha de S. Miguel, Caso de Santa Engracia; e pelo bom successo das armas d'esta Monarchia*, Porto, 1631.

Araujo. Pov. na freg. de S. Salvador, de Barbeita, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Semelhe, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Turiz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Monte na freg. de Santa Maria, de Leça do Balio, conc. de Bouças, distr. do Porto; tem caixa post. || Monte Novo, na freg. de Santa Maria, e conc. de Extremoz, distr. d'Evora. || Quinta na freg. de S. Sebastião, de Horta, conc. de Moncorvo, distr. de Bragança. || Quinta na freg. de S. Braz, de Varzea, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre.

Araujo Assis *(José Bento de)*. Fundador da Companhia Lisbonense de Estamparia, secretario da Companhia das Lezirias, um dos primeiros empresarios dos açougues do concelho de Lisboa e abastado proprietario. N. em Lisboa a 9 de janeiro de 1841. Era filho de Francisco de Assis, marchante, e de D. Joanna Rita da Conceição Assis. Depois de terminados os primeiros estudos, dedicou-se á arte dramatica, que muito estimava, e para que tinha grande vocação. Foi um dos amadores dramaticos de maior fama no seu tempo, chegando a ter propostas vantajosas d'algumas empresas theatraes, se acaso se resolvesse a seguir a vida de actor. Representou com a maior acceitação nos theatros das sociedades *Thalia*, *Recreio dramatico* e *Garrett*, no antigo theatro da Rua dos Condes, Gymnasio, Principe Real e D. Maria, com os mais bem organisados grupos de distinctos amadores e até ao lado de artistas de fama. A notavel actriz Lucinda Simões, a primeira vez que se apresentou em scena, foi n'uma recita particular no theatro do Gymnasio, em companhia de José Bento de Araujo Assis, representando com elle a comedia em 3 actos *O cão e o gato*. N'essa recita desempenhou Araujo Assis, se nos não falha a memoria, a scena dramatica, de Mendes Leal, intitulada: *Os ultimos momentos de Camões*, em que teve grande ovação. Apenas sahiu do collegio, além da sua predilecção pelo theatro, tambem se dedicou á litteratura, collaborando nos seguintes jornaes: *Estrella d'alva*, *Jornal para todos*, *Portugal litterario*, etc.; depois escreveu na *Revolução de Setembro*, *Conservador*, *Parlamento*, *Chronica dos theatros*, e *Diario de Noticias*, Em 1871, no *Jornal do Commercio*, publicou uns artigos ácerca da *Camara municipal e o mercado da praça da Figueira;* no *Diario illustrado* e *Diario da manhã*, publicou em 1877, uma serie de artigos combatendo o estabelecimento dos talhos municipaes. Em 1873 fundara a Companhia Lisbonense de estamparia e tinturaria de algodões, da qual, como relator do conselho fiscal, deu interessantes relatorios mostrando a prosperidade d'aquella empresa, de que depois foi director. E' primeiro escripturario e secretario da assembléa geral da Companhia das Lezirias do Tejo e Sado. Araujo Assis escreveu tambem muito para o theatro. Hoje acha-se afastado das lides litterarias, entregando-se unicamente á vida commercial. Relação dos seus escriptos theatraes: Em 5 actos: *Trevas e luz*, drama, Lisboa, 1867; *O cabo Simão*, drama, não consta que fôsse impresso; em 3 actos: *Abençoada resignação*, drama, Lisboa, 1867, *Scenas da actualidade*, comedia, inedita; em 2 actos; *O segredo d'uma esmola*, comedia drama, Lisboa, 1861, *A sciencia aos trambulhões*, comedia, Lisboa, 1865; em 1 acto: *Deus nos livre das mulheres*, comedia, Lisboa, 1861, *As duas paixões*, comedia, Lisboa, 1864, *O que é o*

destino, comedia, Lisboa, 1867, *Duvidas do coração*, drama, Lisboa, 1867, *Protecção e mysterio*, comedia, inedita, *Enganos e Loucuras*, farça lyrica, Lisboa, 1867, *As lições de Joanninha*, comedia, inedita, *Um tutor*, comedia, inedita, *Um encontro no omnibus*, comedia, inedita. Escreveu tambem: *Serões litterarios, com duas cartas do ex.mo sr. Camillo Castello Branco*, Lisboa, 1869. E' a collecção de folhetins e outros escriptos do autor já publicados em differentes jornaes. Camillo Castello Branco mandou-lhe uma carta de congratulação, que sahiu no *Diario de Noticias*, de 1869. O volume contem os seguintes escriptos: Amores que a morte creou; Os tres amores de Simplicio; Biographia da actriz Luiza Leopoldina Fialho; O filho do mysterio; De Lisboa ao Porto; Uma historia completa; Derradeira homenagem; Mais vale quem Deus ajuda, do que quem muito madruga; Cousas que pertencem ao dominio da fé; Biographia do actor Joaquim Antonio Rodrigues Rolão; Memorias de um homem que não apanhou a sorte grande dos cinco actos; O luxo e o oiro; Amor velho n'esse peito joven; Não leiam; Scenas innocentes da comedia humana; Os litteratos; Carta a um amigo; Pela bôca morre o peixe; A pedinte, historia dos sinos da Bemposta; Historia d'uma mosca; Uma consulta; A liberdade; O chapéo de chuva; Ricardo José Fortuna.

Araujo d'Azevedo *(Antonio de)*. 1.º conde da Barca. V. *este titulo*.

Araujo e Azevedo *(Manuel Felicissimo Lousada de)* V. *Azevedo*.

Araujo Basto *(Evaristo José de)*. Escriptor, jornalista, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra. N. no Porto a 26 d'outubro de 1821, fal. no fim de junho de 1865. Era filho de Francisco José de Araujo Basto, commerciante, e de D. Anna Angelina de Araujo Basto. Concluidos os estudos menores e os da instrucção secundaria comprehendidos no quadro então vigente, passou em 1838 a matricular-se na Universidade de Coimbra como alumno de sciencias naturaes, e levou os cursos mathematico e philosophico até concluir o terceiro anno. Mudando de resolução, passou em 1840 para o primeiro anno juridico, curso que continuou até 1846, em que recebeu o grau de bacharel. N'esse anno sobreveiu a lucta civil, da chamada *Maria da Fonte*, e Araujo Basto entrou no serviço da Junta do Porto, sendo-lhe dado o logar de official-maior e chefe da quarta repartição do Governo Civil, que desempenhou até á convenção de Gramido. Associado com José Joaquim Gonçalves Basto, tomou conta da redacção do *Nacional*, dando ambos grande incremento a esta folha, augmentando-a no formato, e tornando-a o mais curioso e interessante jornal da opposição d'aquella epoca. Decedindo exercer a profissão de advogado, iniciou-se na pratica forense durante anno e meio com o dr. Rodrigo Nogueira Soares, considerado como dos melhores jurisconsultos do Porto. O seu genio voluvel, porém, não lhe permittiu demorar-se muito tempo n'aquelle logar, e pouco depois trocou a banca de advogado pela escrevaninha de escrivão d'uma das varas de direito, para que foi despachado em 1852. Atacando-o depois uma grave enfermidade, falleceu em 1865, conforme dissémos. Collaborou tambem no periodico a *Coalisão, Clamor publico*, e em outros jornaes; attribue-se-lhe egualmente o seguinte livro: *Uma visita da rainha de Portugal ao castello de Thomar*, romance em verso, Porto, 1845; *O mestre Santiago, romance castelhano*, de Bermudez de Castro, traducção em verso, Porto, 1848.

Araujo Camisão *(Pedro Antonio)*. Militar, que em 1826 pertencia ás tropas do commando do marquez de Chaves, que se revoltaram contra a Carta Constitucional, e que por esse motivo emigraram para Hespanha; Araujo Camisão voltou pouco depois ao reino, em 1829, sendo tenente de infantaria n.º 7. Escreveu: *Principaes deveres de um official em campanha, extrahidos das instrucções dadas por Frederico II aos seus officiaes, e apropriadas á organisação do exercito portuguez*, Lisboa, 1829.

Araujo Carneiro *(Heliodoro Jacinto de)*. Formado em medicina pela Universidade de Coimbra, em 21 de julho de 1799. N. n'aquella cidade em 1776, fal. em 1849. Passou a maior parte da vida no estrangeiro, exercendo principalmente algumas commissões scientificas, e depois missões diplomaticas, principalmente em Londres; foi tambem encarregado de missões particulares dos soberanos a quem serviu. Voltou a Portugal em 1820, esteve dezoito mezes em Lisboa, e partindo depois para Paris, publicou um violentissimo pamphleto politico contra os liberaes, e uma edição do poema de José Agostinho de Macedo, *Os burros, ou o reinado da sandice*, alterado consideravelmente por intuitos politicos. São suas tambem umas notas illustrativas, que lhe ajuntou, referidas a certos individuos por elle introduzidos no poema. Estando ao serviço de D. Miguel durante o seu governo, foi agraciado com o titulo de visconde de Condeixa, recebendo outras mercês, que o governo constitucional depois não quiz reconhecer. Escreveu: *Reflexões e observações sobre a pratica da inoculação da vaccina, e as suas funestas consequencias feitas em Inglaterra*, etc., Londres, 1808; reimpressas em Lisboa, em 1809; esta obra foi analysada e refutada pelo dr. Abrantes de Castro, no *Investigador portuguez*, em um *Exame*, que sahiu no n.º 6, de dezembro de 1811, a pag. 173, e continuou no n.º seguinte, de pag. 352 a 377. D'ella proveiu tambem ao autor o epitheto de *Doutor Bexigas*, com que os seus inimigos o motejaram por muito tempo. Publicou mais: *Brazil e Portugal, ou reflexões sobre o estado actual do Brazil*, Rio de Janeiro, 1822; *Carta dirigida ao ill.mo sr. Francisco Soares Franco, deputado em Côrtes*, Lisboa, 1822; *Provas dos talentos diplomaticos que se teem desenvolvido no primeiro anno da Regeneração, sendo ministro dos negocios estrangeiros Silvestre Pinheiro Ferreira*, Lisboa, 1822; *Cartas dirigidas a Sua Magestade el-rei D. João VI desde 1817, ácerca do estado de Portugal e Brazil, e outros mais documentos*, Londres, 1821; *Camões: Ode do cavalheiro Raynouard, traduzido em verso portuguez por Francisco Manuel, Vicente Pedro Nolasco, e Timotheo Lecussan Verdier; correcta e annotada, dedicada a Sua Magestade el-rei o sr. D. João VI*, Lisboa, 1825; *Exposição resumida do que, durante os dezoito mezes que estive em Lisboa, soffri á facção e aos scelerados que dominavam El-rei, e o levaram á sepultura*, Paris, 1826; não traz no frontispicio o nome do autor; *Cartas para elucidarem a conducta do Conde de Palmella;* sem logar de impressão nem anno, mas dizem que fo-

ram impressas em Paris em 1821; *Representação ao Congresso das côrtes constituintes*, Lisboa, 1821; meia folha de papel; *Carta sobre a obrigação que os ministros teem de contrariar as côrtes onde estão acreditados qualquer asserção indecorosa ao seu governo, etc.*, Lisboa, 1821; meia folha; *Lettre à mr. le comte de Porto Santo, ministre des affaires étrangéres de Portugal, par le chevalier d'Araujo Carneiro*, Paris, 1826; *Du complôt contre le prince D. Miguel, et introduction à l'histoire secréte du cabinet de Lisbonne, par um loyal portugais;* Paris, 1826; *Quelques mots en réponse à quelques personages sur les affaires du Portugal*, Londres, 1831. Este opusculo tambem se publicou em portuguez, e sahiu depois mais accrescentado com o seguinte titulo: *Algumas palavras em resposta ás que certas pessoas teem dito e avançado ácerca do governo portuguez; com algumas observações tanto a respeito do estado de Portugal e da Europa, como da extravagante e inesperada conducta do governo inglez para com Portugal; segunda edição corrigida e augmentada*, Londres, 1832; *Carta ao Exmo Sr. Silvestre Pinheiro Ferreira*, Lisboa, 1821. A carta propriamente dita, sob a data de Lisboa em 30 de outubro de 1821, comprehende 7 paginas e quasi meia; as restantes, 4 e meia, são de documentos. Contém uma queixa, detidamente fundamentada, ao ministro Silvestre Pinheiro, a quem attribuia não se lhe ter pago em Londres o que então se lhe devia, e para o que já tivera ordem de el-rei; allegando que a todos se mandava pagar, menos a elle, apesar da resolução superior a que o ministro desobedecia. N'este documento existem revelações biographicas e historicas. No vol. x do *Diccionario bibliographico*, de pag. 383 a 385, vem transcripto o documento, precedido da observação, que acima tambem transcrevemos.

Araujo e Castro *(Manuel de)*. Natural de Monsão, arcebispado de Braga, reitor da egreja de S. Pedro de Merufe, e muito versado em poesia comica. Publicou em Lisboa, em 1645, o seguinte: *Comedia famosa, intitulada La maior hazaña de Portugal. Dedicada a la muy alta, inclita, catolica y serenissima señora D. Luiza, reyna de Portugal.* O argumento é baseado na restauração de Portugal, em 1640. Entram na comedia estas personagens: Duque de Bragança, D. João; duqueza, D. Luiza, sua mulher; marquez de Herrera, D. Francisco de Mello; conde de Vimioso; Jorge de Mello, cavalleiro; D. Antão d'Almada, cavalleiro; D. Miguel d'Almada, cavalleiro velho; D. Gastão Coutinho, cavalleiro; rei Filippe IV; infanta de Saboya, Margarida, viuva; conde de Olivares; Miguel de Vasconcellos, secretario de estado; D. Antonio Tello; o dr. João Pinto Ribeiro; um creado.

Araujo Estaço *(Jorge de)*. Fidalgo da casa d'el-rei D. João IV, desembargador da Casa da Supplicação, juiz das justificações, etc. Natural de Lisboa, fal. a 17 de agosto de 1657. Era filho de Aleixo Estaço. Instruido nas letras humanas applicou-se ao estudo das sciencias severas, na Universidade de Coimbra, sendo laureado com as insignias doutoraes na faculdade de direito Cesareo. Exerceu com a maxima integridade os logares de desembargador da Casa da Supplicação, de que tomou posse a 27 de março de 1629; desembargador dos Aggravos a 24 de setembro de 1633. Foi tambem procurador da cidade de Lisboa nas côrtes celebradas em 1653. Falleceu na capital e foi sepultado no convento de S. Francisco. Escreveu: *Resposta que deu, como procurador de côrtes da cidade de Lisboa, á proposta do juramento do serenissimo principe D. Affonso, feita pelo Bispo capellão-mór em o acto de côrtes de 22 de Outubro de 1653*, Lisboa, 1653; *Segunda resposta á proposta feita pela bispo capellão-mór, em o acto de côrtes, que se celebraram em 23 de Outubro de 1653*, Lisboa, 1653.

Araujo Fonseca *(José Bernardino de)*. Cirurgião medico pela Escola Medico-cirurgica do Porto, defendendo these a 13 d'outubro de 1880. N. a 9 d'abril de 1847. Era filho de Manuel de Araujo Fonseca, natural de S. Christovão de Cabeçudos, concelho de Villa Nova de Famalicão. Publicou a these, que tinha o seguinte titulo: *Estudo physiologico da medicação alcalina*, Porto, 1880.

Araujo Gama *(Joaquim de Azevedo de)*. V. *Torre das Donas (Visconde da)*.

Araujo e Gama *(Manuel de Azevedo)*. Doutor em theologia pela Universidade de Coimbra, e lente da mesma faculdade. N. em Cerdal, distr. de Vianna do Castello, a 21 de março de 1853. E' filho de João de Azevedo Araujo e Gama. Entrou para a Universidade em 1874, formou-se em theologia em 1879, e recebeu o grau de doutor em 19 de dezembro de 1880. Foi premiado durante o curso. Por decreto de 2 de junho de 1881 foi nomeado lente substituto de theologia, e por decreto de 3 de novembro de 1882 lente cathedratico. Escreveu: *Religio ad ethicam constituendam necessaria, dissertatio inauguralis, quam pro magnarum conclusionum S. Theologiæ, facultatis actu in conimbricensi academia rentabat ac propugnabat*, Conimbricæ, 1880; *Theses ex universa theologia decerptæ, etc.*, Conimbricæ, 1880; *Estudo sobre o casamento civil; dissertação academica que para o concurso a uma das substituições vagas na faculdade de theologia na Universidade de Coimbra, offereceu o candidato dr. Manuel de Azevedo Araujo e Gama*, Coimbra, 1881; n'esta obra o assumpto é tratado em face da doutrina catholica, da philosophia social e da legislação portugueza; *Explicações ao publico a proposito do incidente occorrido entre o ex.^mo^ sr. bispo-conde e a faculdade de theologia da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1886; *Analyse critica do libello accusatorio que o ex.^mo^ e rev.^mo^ sr. bispo-conde redigiu contra a faculdade de theologia da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1888. A'cerca d'esta questão, publicaram se os seguintes livros e folhetos: *Memoria lida perante o conselho superior de instrucção publica, na sessão annual ordinaria de 1885, pelo vogal do mesmo conselho dr. Damasio Jacintho Fragoso*, Coimbra, 1885; *A extincção do convento de Sá em Aveiro e os jornaes portuguezes religioso-politicos, Carta ao ex.^mo^ e rev.^mo^ sr. nuncio apostolico Vicente Vannutelli*, etc., *pelo bispo de Coimbra*, Coimbra, 1886; *Carta dos lentes da faculdade de theologia da Universidade de Coimbra a s. ex.^a^ rev.^ma^ o sr. bispo-conde*, Coimbra, 1886; *O sr. bispo-conde e a faculdade de theologia, documentos transcriptos da revista «Instituições christãs» de 5 de fevereiro de 1886*, Coimbra, 1886; *Resposta ás explicações do sr. dr. Manuel de Azevedo Araujo e Gama pelo padre Manuel d'Albuquerque*, Porto, 1886; *A faculdade de theologia; breves reflexões sobre a Memoria lida pelo lente de vespera da*

mesma faculdade perante o conselho superior de instrucção publica, Porto, 1886: na ultima pagina vem a assignatura do autor *Egydio d'Azevedo; Egydius-Episcopius, traducção livre; Egydio alugado ao bispo; carga n.º 1*, Porto, 1886: traz no fim a assignatura: *O obscuro auctor, Ruy Diogenes*; *Carta á faculdade de theologia da Universidade de Coimbra, a proposito do folheto Egydius-Episcopius, traducção livre, Egydio alugado ao bispo; carga n.º 1*, Coimbra, 1886; tem no fim a assignatura de *Egydio d'Azevedo*; *Egydius-Episcopius, traducção livre, Egydio alugado ao bispo*; *carga n.º 2*, Coimbra, 1886; traz no fim a assignatura *Ruy Diogenes: Carta de Egydius-Episcopius ao seu collega na mitrolatria Manuel de Albuquerque, o incomparavel*, Porto, 1886; tem no fim a assignatura: *Egydius-Episcopius; A faculdade de theologia e as doutrinas que elle ensina, pelo padre José Maria Rodrigues, quintanista de theologia*, Coimbra, 1886; *Resposta que dá á faculdade de theologia, e ás doutrinas que ella ensina, Egydio Pereira de Oliveira e Azevedo, conego honorario da sé de Lamego, bacharel formado em theologia e professor de sciencias ecclesiasticas no seminario de Coimbra*, Coimbra, 1886; *Carta de M. d'Albuquerque a Egydius-Episcopius*, Porto, 1887; tem no rosto a epigraphe: «Cujus est hæc oratio? — Amor com amor se paga,» e no fim a assignatura: *Do teu amigo, M. d'A.; Carta á «Correspondencia de Coimbra»*; tem um prologo ou introducção, não assignada, de Pereira Caldas, professor bracarense, e apesar de não ter data nem local da impressão, sabe-se que foi impressa em Braga, no anno de 1887: a carta é reproduzida da *Correspondencia de Coimbra*, n.º 11, de 8 de fevereiro de 1887, numero em que originariamente fôra publicada: *Representação da faculdade de theologia*; publicada no *Diario do governo*, n.º 91, de 25 de abril de 1888, e reproduzida nas *Instituições Christãs*, n.º 9, de 5 de maio do referido anno; tem a data de 21 de março de 1887: *Resposta que em 31 de maio de 1887, deu o bispo de Coimbra á representação da faculdade de theologia que o digno par do reino, sr. Miguel Osorio Cabral de Castro, pediu, em uma das primeiras sessões do mez de abril de 1888, que fosse enviada á camara dos dignos pares; Analyse critica do libello accusatorio que o ex.mo e rev.mo sr. bispo-conde redigiu contra a faculdade de theologia da Universidade de Coimbra, por Manuel de Azevedo Araujo e Gama*, Coimbra, 1888; este titulo acha-se collado a um folheto, contendo uma carta do sr. bispo-conde a el-rei, datada de Coimbra em 31 de maio de 1887, tendo a assignatura de: *Manuel, Bispo-Conde*; não consta d'elle o logar nem anno da impressão, mas sabe-se ter sido impresso em Coimbra, em 1887: o titulo foi-lhe collado muito posteriormente; esta resposta foi reproduzida no *Diario do governo*, de 26 d'abril de 1888; tambem se encontra nas *Instituições christãs*, de 5 de maio de 1888, onde vem precedida d'um artigo intitulado: *A representação da faculdade de theologia ao governo de sua magestade e a Resposta dada sobre a mesma pelo ex.mo e rev.mo sr bispo-conde; Projecto de resposta por parte da faculdade de theologia ao documento do ex.mo e rev.mo bispo de Coimbra publicado na folha official de 26 de abril de 1888, que se propunha apresentar á sua faculdade o dr. Bernardo Augusto de Madureira*, Coimbra, 1888.

Araujo Guimarães *(Joaquim Ferreira de)*. Presidente da camara municipal e administrador do concelho de Alcobaça. Nasceu n'esta villa, onde tambem falleceu em 1898. Foi chefe do partido regenerador na sua localidade, e era um fanatico pelo fallecido estadista Fontes Pereira de Mello. Mas a politica sómente a desejava para ser util á sua terra. Gosava da maior consideração e estima, o que bem se provou na sympathica homenagem prestada no seu funeral, que foi um dos mais imponentes que se tem realisado em Alcobaça, a que todas as classes sociaes e de todos os partidos, se associaram. Foi Araujo Guimarães quem fundou a fabrica de fiação de tecidos da Fervença; n'ella se concentrava toda a sua dedicação, fazendo-a progredir, e aperfeiçoando-a a ponto de ser considerada entre as primeiras do paiz. Foi este o seu maior titulo de gloria. Administrativamente era, sob a sua direcção, um modelo de ordem e economia, sendo inteira a confiança que n'elle depositavam os accionistas, estando cheios de votos de louvor os respectivos relatorios.

Araujo Guimarães *(Manuel Ferreira de)*. Commendador da ordem de S. Bento de Aviz, cavalleiro do Cruzeiro, brigadeiro reformado do corpo de engenheiros, etc. N. na Bahia a 5 de março de 1777, fal. no Rio de Janeiro a 24 d'outubro de 1838. Frequentou com distincção os estudos secundarios, tanto na Bahia como em Lisboa, e, estando habilitado para entrar na Universidade, não o poude conseguir por falta de meios pecuniarios, que elle ainda aggravou, casando, tendo apenas 19 annos de edade, com uma senhora pobre. No principio do anno de 1798 matriculou-se na Academia Real de Marinha, de Lisboa, e seguiu o curso atravez de muitas difficuldades, conseguindo, porém, alguns premios pecuniarios, um pequeno subsidio para poder continuar os estudos, e approvação do governo para uma traducção que fizera do *Curso de mathematicas* do abbade Marie. Quando concluiu os estudos foi logo promovido a lente d'uma das cadeiras da Academia, e encarregado de acompanhar os seus alumnos a umas excursões praticas que fizeram; soffreu, porém, immensas contrariedades, preterições e muitos outros desgostos; achava-se apenas reduzido a um pequeno vencimento que lhe não chegava para viver, quando o conde da Ponte, João de Saldanha da Gama Mello Torres Guedes de Brito, sendo nomeado governador da Bahia, o convidou a acompanhal-o; Araujo Guimarães acceitou o convite, mas na Bahia não obteve collocação mais vantajosa, e estava já resolvido a voltar a Portugal, quando recebeu noticia de que a côrte se transferia para o Brazil. Quando os ministros do principe regente D. João fundaram n'aquella nova côrte estabelecimentos de instrucção correspondentes aos que tinham sido obrigados a abandonar em Lisboa, Araujo Guimarães foi reger as suas cadeiras, sempre contrariado e perseguido. Pouco tempo depois começou a dedicar-se ao jornalismo e foi redactor da *Gazeta do Rio de Janeiro*, de 1813 a 1821, *Patriota* de 1813 a 1814 e por fim o *Espelho* desde outubro de 1822 até junho de 1823, jornal hostil aos portuguezes, em que defendeu na epoca da grande crise nacional a independencia brazileira. Era então Araujo Guimarães coronel de engenharia, arma para onde passara, porque tendo

assentado praça na marinha, soffrera tambem grande guerra dos seus inimigos, que lhe levantaram os maiores obstaculos para lhe evitar o seguimento d'aquella carreira. Depois da independencia do Brazil, consta que foi deputado e brigadeiro, posto em que estava reformado quando morreu. Escreveu: *Curso elementar e completo de mathematicas puras, ordenado por La Caille, augmentado por Marie, e illustrado por Theveneau, traduzido do francez*, Lisboa, 1800, com doze estampas; esta traducção é diversa de outra, que do mesmo *Curso* se imprimiu em Coimbra no anno seguinte, feita por fr. Bento de S. José; *Explicação da formação e uso das taboas logarithmicas pelo abbade Marie, traduzida em portuguez*, Lisboa, 1800; *Tratado elementar da Analyse mathemathica por J. A. J. Cousin, traduzido do francez*, Lisboa, 1802; *Elementos de Geometria, por A. M. Légendre, traduzidos em portuguez*, etc., Rio de Janeiro, 1809; *Elementos de Astronomia para uso dos discipulos da Academia Real Militar*, etc., Rio de Janeiro, 1814; tem 4 estampas: *Elementos de Geodesia, para uso dos discipulos*, etc., Rio de Janeiro, 1815; com estampas; *Epithalamio nos desposorios do ex.mo sr. D. Fernando Antonio de Almeida*, Lisboa, 1805; *Ode pela restauração do Porto, offerecida a Sua Alteza Real*, Rio de Janeiro, 1809; *Epicedio ao ill.mo e ex.mo sr. D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares*, etc., Rio de Janeiro, 1812; foi tambem publicado n'um dos numeros do *Investigador portuguez*, do mesmo anno; sahiu nova edição em Lisboa, egualmente em 1812; *Testemunho de saudade pela lamentavel morte do ill.mo e ex.mo sr. João de Saldanha da Gama Mello Torres Guedes de Brito, conde da Ponte*, etc., Lisboa, 1809; *Prospecto do Patriota*, Rio de Janeiro, 1812; *Variação dos triangulos esphericos para uso da Academia Real Militar*, Lisboa, 1812; *Indice geral do «Patriota»*, Rio de Janeiro, 1819; é o indice systematico das materias contidas n'aquella folha litteraria; *Defeza do coronel Manuel Ferreira de Araujo Guimarães contra as accusações que na «Gazeta» n.º 76 se publicaram*, Rio de Janeiro, 1821; *Um cidadão do Rio de Janeiro á divisão auxiliadora do exercito de Portugal, em que se refutam as gratuitas asserções do chamado manifesto da mesma divisão*, Rio de Janeiro, 1822. Consta que esta publicação trouxe em perigo a vida do autor, porque alguns portuguezes quizeram por vingança assassinal-o, sendo salvo n'uma noite de qualquer aggressão, por um official do batalhão lusitano n.º 11, que o avisou, e se prestou a acompanhal-o a casa.

Araujo Juzarte *(Joaquim de)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, socio effectivo da Associação dos Advogados, de Lisboa. N. em Portalegre a 6 de outubro de 1835. Escreveu: *Poesias*, Coimbra, 1855; *O derradeiro beijo, ou o adeus do trovador*, romance; sahiu na *Illustração*, Lisboa, 1852; e ficou incompleto por ter acabado este jornal; *A' memoria de sua magestade fidelissima a senhora D. Maria II*, Coimbra, 1853; *Hymno ao ex.mo sr. Antonio Feliciano de Castilho*, Coimbra, 1854; *Discurso pronunciado na segunda abertura da escola pelo methodo Castilho em Portalegre;* sahiu no *Cysne do Mondego*, Coimbra, 1857; *Algumas linhas ácerca da sciencia de economia politica*, no mesmo jornal; *Poesia aos srs. Taborda, Arouca e Soares Franco*, Coimbra, 1857. Encontram-se tambem muitas producções de Araujo Juzarte, tanto em prosa como em verso, nos seguintes jornaes: *Rei e Ordem*, *Opinião*, *Braz Tisana*, do Porto; *Imprensa e Lei*, *Revolução de Setembro*, *Patriota*, *Cysne do Tejo*, *Iris*, de Coimbra, *Ordem publica*, da mesma cidade, *Miscellanea poetica*, do Porto, *Observador e Cysne do Mondego*, de Coimbra; no *Almanach de Lembranças*, dos annos de 1855, 1856 e 1859.

Araujo Lacerda *(José)*. Medico da Companhia de Moçambique. N. em Figueiró dos Vinhos, em 1868; veiu para a capital em 30 de outubro de 1880, destinado á carreira commercial. Quando completou 18 annos de edade, sentindo-se sem vocação para aquella vida, resolveu abandonal-a, tomando para comsigo proprio o arrojado compromisso de estudar um curso superior, sem contar com protecção alguma, e não dispondo de recursos pecuniarios. A sua excessiva boa vontade e energia conseguiram o fim a que se propozera, á custa de sacrificios e de esforços. Começou a estudar na Escola Central n.º 2, com o conhecido professor João Francisco Barroso, o qual, reconhecendo a elevada intelligencia do novo discipulo, tomou por elle o maior interesse. Lacerda tornou-se, por assim dizer, o discipulo dilecto do professor, a quem tambem muito se affeiçoou. A falta de meios de subsistencia o obrigou a sujeitar-se a soffrer penosas privações, e a leccionar nas horas vagas, conseguindo assim fazer o curso da Escola Normal, curso que findou com tanta discrição, que lhe valeu o primeiro premio pecuniario. Durante o curso no Lyceu e na Escola Medica recebeu sempre dos professores e dos condiscipulos as maiores provas de estima e consideração; em 1890, por occasião do *ultimatum* inglez, a classe academica realisou um congresso em Coimbra, e Araujo de Lacerda, que então cursava o ultimo anno do Lyceu, foi escolhido pelos companheiros para os representar em Coimbra. Quando estava no quarto anno de medicina, veiu a Lisboa o celebre professor Labée, da faculdade de Paris, encarregado d'uma operação melindrosissima. Deu-se então um caso, que se tornou muito honroso para Araujo de Lacerda, em que se manifestava o seu alto valor intellectual. Na enfermaria de clinica cirurgica havia n'essa epoca um doente que precisava soffrer operação identica á que o dr. Labée realisara, e o curso de medicina resolveu pedir ao professor, que a operação fôsse effectuada por um quartanista. Sendo satisfeito o pedido, foi Araujo de Lacerda o sorteado para esse trabalho, de que se desempenhou com a maior felicidade. Terminou o curso, quando contava 27 annos de edade. Em 1897 partiu para Africa Oriental, como medico da Companhia de Moçambique, sendo o chefe do serviço de saude, e director do *Hospital da Rainha D. Amelia*. Actualmente acha se na Beira exercendo clinica.

Araujo Lasso *(Caetano de)* Poeta bucolico, de quem apenas se conhecem estes dois livros: *Ecloga de Florencio e Liberata*, Lisboa, 1759 escripta em oitava rima, e traz no principio uma carta de João Xavier de Mattos, amigo do autor, o qual o elogia muito e á sua composição; *Ecloga de Marino, pescador, Pelagio, lavrador, e Sylvano, pastor*, Lisboa, 1759.

Araujo Leal *(Bento de)*. Presbytero do habito de S. Pedro, e mestre de grammatica em Lisboa, no seculo XVIII. Escreveu: *Miscellanea grammati-*

cal na qual se explicão as partes da oração com todas as suas etymologias; e circumstancias para perfeita intelligencia da lingua latina, Lisboa, 1734.

Araujo Leão *(João de)*. Poeta do seculo XVI. Era natural de Lisboa. Mereceu sempre o premio nos certames poeticos, como se viu no que se fez em homenagem ao conde de Linhares, D. Miguel de Menezes. Das suas muitas obras, parece que sómente se publicaram as seguintes poesias: *Dois Sonetos, que são o 58, e 49*, sahidos do Certame do Conde de Linhares; *Sextinas em applauso da Gigantomachia de Manuel Galhegos*, Lisboa, 1628; *Soneto á Estatua do silencio*.

Araujo Lima *(José)*. Presbytero e missionario apostolico; era muito versado na sagrada escriptura, na lição dos santos padres e sagrados interpretes. Publicou: *Sermão da quarta Dominga da Quaresma, prégado na Cathedral da Cidade de Mariana em as Minas Geraes, no anno de 1748*, Lisboa, 1749.

Araujo Lima *(José Antonio de)*. Juiz ordinario de Moçambique, de cujo governo provisorio fez parte por morte do ouvidor geral Delgado Pinto, fallecido em 16 de março de 1809.

Araujo Pessoa *(Joaquim Antonio de)*. General de divisão reformado. N. no Algarve a 13 de fevereiro de 1813, fal. em Lisboa a 6 de agosto de 1885. Era descendente d'uma das familias mais distinctas do Algarve. Bem cedo começou a sua vida de trabalhos, porque logo aos 15 annos de edade, em 1828, foi preso, em resultado das grandes perseguições com que o partido absolutista affligia a sua familia. O general das armas mandou-o soltar; no dia 26 de outubro de 1830, porém, tornou a ser preso juntamente com seu irmão mais novo, que fôra mandado castigar por ordem do juiz de fóra de Tavira. Na noite d'esse mesmo dia 26 d'outubro, depois de realisada a prisão, foi apedrejada a casa onde habitava a mãe dos jovens prisioneiros. Esta senhora, apezar do grande perigo em que se via, conseguiu a muito custo, illudir os seus perseguidores, fugindo para Faro em companhia de seus filhos. Araujo Pessoa resolveu então vir á capital procurar uma sua tia, casada com o capitão d'artilharia Duarte Ferreira do Amaral, que tambem estava preso na Torre de S. Julião, na esperança de que esta senhora lhe podesse alcançar passagem para algum dos corpos liberaes que estavam no cêrco do Porto. Andava-se n'esta diligencia, quando aconteceu um caso muito celebre, que n'aquella epoca de terror era deveras para temer. N'um dos primeiros dias de fevereiro de 1833, Araujo Pessoa passava pelo Loreto, quando um desconhecido se lhe aproximou, perguntando se queria ir para o cêrco do Porto. Como rapaz, não comprehendendo o alcance que poderia ter semelhante pergunta, respondeu affirmativamente e com o maior enthusiasmo; o desconhecido deu-lhe então uma senha, para que fôsse apresentar-se a bordo do paquete inglez. Apenas a tia soube d'este caso, receando que o sobrinho tivesse sido victima d'algum espião miguelista que de proposito lhe désse a senha para depois o denunciar, occultou-o em casa d'uma familia respeitavel com quem mantinha relações de amisade, e procurou instantemente por todos os meios ao seu alcance arranjar-lhe passagem para o Porto. Conseguindo este desejo, Araujo Pessoa embarcou em 9 do referido mez de fevereiro no paquete inglez, sendo acompanhado desde casa até ao caes por muitos inglezes, pertencentes á esquadra para assim poder escapar á vigilancia absolutista. Chegando ao Porto assentou praça em 12 d'abril de 1833, no regimento de infanteria 10, de que era commandante o coronel Pacheco. Fez então toda a campanha do cêrco do Porto, tendo apenas vinte annos de edade. Terminada a guerra civil com a convenção de Evora Monte, ainda Araujo Pessoa tomou parte nas operações do Algarve de 1837 a 1840, contra o celebre guerrilheiro miguelista Antonio dos Reis, o *Remexido*. Na batalha de Asseiceira, em 16 de maio de 1834, fôra agraciado com o grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada. No dia 1 de março de 1837, teve transferencia para caçadores 5, onde se conservou até 21 de março de 1838, passando então como alferes para caçadores 3 e voltando mais tarde, em 12 de junho, para caçadores 5. Em 11 de março de 1845 foi promovido a tenente. Começando em 1846 as novas luctas civis, Araujo Pessoa, com as suas idéas essencialmente liberaes e democraticas, era contrario ao partido cabralista, o que lhe valeu ser passado para a terceira secção em 25 de janeiro de 1847. Depois da batalha de Torres Vedras, tão infausta para a causa popular, vieram presos para Lisboa a bordo da fragata *Diana*, alguns officiaes de caçadores 5, e fôram remettidos para o Limoeiro os officiaes superiores, e para o castello de S. Jorge os inferiores. Araujo Pessoa estava em commissão em caçadores 5, e vendo que os seus camaradas haviam perdido as bagagens, promoveu uma subscripção a favor dos pobres prisioneiros, remettendo-lhes elle proprio muitas roupas, de que tinham necessidade urgente. O producto d'esta subscripção chegou para dar jantar todos os dias aos officiaes presos no castello e tambem aos domingos e dias santos aos que estavam retidos no Limoeiro. Em 29 d'abril de 1847 o movimento popular fez abrir as portas d'esta cadeia, e todos os presos, tanto politicos como criminosos, fôram postos em liberdade; sendo, porém, perseguidos tornaram a ser presos e conduzidos ao Limoeiro. Araujo Pessoa refugiou em sua propria casa os seus amigos tenente Pinto e o cirurgião ajudante Brandeiro, ambos de caçadores 5, e conseguiu dar-lhes fuga, apesar de estarem ainda escondidos em sua casa, quando a policia ali os foi procurar. Sendo depois collocado no batalhão de caçadores 2, requereu passagem para a terceira secção, sem vencimento, o que lhe foi concedido. Mais tarde passou a caçadores 7, em 14 de março de 1849, voltando pouco tempo depois para o regimento de infantaria 10. Quando foi promovido a capitão em 1 de julho de 1851, tornou para caçadores 2, mas em 24 do mesmo mez conseguiu nova passagem para infantaria 10. Por nomeação de 28 de agosto de 1854, Araujo Pessoa foi exercer as funcções de major na artilharia da Carta, onde se conservou até 21 de julho de 1855, tendo a promoção de major effectivo a 21 de dezembro de 1866. Araujo Pessoa não quiz adherir á revolta de 19 de maio de 1870, promovida pelo duque de Saldanha, e foi por isso transferido para caçadores 2 em 21 do referido mez, obtendo dois mezes depois, a 9 de julho, novamente passagem para infantaria 10. Em 9 de dezembro d'aquelle anno subiu ao posto de tenente-coronel, sendo

então collocado em infantaria 17, onde esteve até 6 d'abril de 1872, data em que foi transferido para infantaria 16. No dia 3 de dezembro teve que partir para Ponta Delgada a commandar o batalhão de caçadores 11. Voltando a Lisboa, tornou para infantaria 17, em 16 de maio de 1874, já no posto effectivo de coronel, e em 14 de setembro de 1877 teve nova transferencia para caçadores 5, juntamente com o commando do castello de S. Jorge. Em 23 d'agosto de 1881 foi nomeado commandante da sub-divisão militar do Funchal, cargo que não quiz acceitar, pedindo então a reforma em general de divisão, que lhe foi concedida por lhe serem applicaveis as disposições do decreto de 10 de setembro de 1880. Araujo Pessoa gosou sempre das maiores sympathias, mesmo nos adversarios politicos, pelo seu caracter nobre, independente e bondoso. Emquanto esteve em caçadores 5, tomou as medidas mais acertadas, tudo para o bem estar dos subordinados. Estabeleceu a escola regimental, a bibliotheca, a caixa economica e o rancho para os officiaes. O quartel, tambem por sua iniciativa, foi reformado consideravelmente. Araujo Pessoa, além do grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada, como dissémos, tinha as seguintes condecorações: o habito de S. Bento d'Aviz, a medalha da liberdade, de D. Pedro IV e D. Maria II, e as medalhas de prata de comportamento exemplar e de valor militar. Por decreto de 13 d'agosto de 1874 fôra tambem agraciado com a commenda d'Aviz.

Araujo Ribeiro *(Maximiano Pedro de)*. Professor de rhetorica e poetica no Real Estabelecimento do Bairro Alto de Lisboa, nomeado pela Resolução regia de 10 de novembro de 1771. Ignora-se a data do nascimento e do fallecimento, mas sabe-se que vivia ainda em 1826, já impossibilitado do exercicio da respectiva cadeira, por causa da sua avançada edade e padecimentos chronicos. Escreveu: *Sentimento e consolação de Lysia na morte do ser.*^mo *sr. D. José, principe do Brazil*, Lisboa, 1788; é uma ode publicada com as iniciaes M. P. A. R.; *Ás melhoras felicissimas das perigosas feridas que recebeu na batalha ao pé de Salamanca o ill.*^mo *e ex.*^mo *sr. marechal W. C. Beresford*, Lisboa, 1812; é uma ode publicada sem o seu nome; *Immortal monumento, que ao ill.*^mo *e ex.*^mo *sr. Arthur Wellesley, lord marquez de Wellington, consagra*, etc., Lisboa, 1813; ode, á imitação das de Pindaro; *O sonho, ou o Galo, dialogo de Luciano Samosateno, traduzido do grego*, Lisboa, 1824; *Discurso sobre a arte declamatoria*, inserto no *Jornal de Bellas-artes, ou Mnemosine Lusitana*, tomo II, pag. 209 a 217; n'este mesmo jornal vem alguns sonetos, quadras glosadas e outras poesias de sua composição, assignadas com o seu nome, ou só com as iniciaes; *Ode ao ex.*^mo *sr. Antonio de Araujo de Azevedo*, etc.; no *Jornal poetico*, em 1812, bem como sete sonetos. Consta que Araujo Ribeiro deixou muitas obras manuscriptas, originaes e traduzidas, e que por sua morte passaram, dizem, para o Rio de Janeiro entre outras, existia em poder do fallecido conego Januario da Cunha Barbosa, as seguintes, como se lê a pag. 186, dos *Gemidos poeticos sobre os tumulos*, do dr. L. V. de Simoni: *Satyras de A. Persio, traduzidas em verso portuguez;* este manuscripto, dizem, que estava já prompto para a impressão, com as licenças precisas, em data de 7 de outubro de 1781. Publicaram-se no *Archivo theatral*, do Rio de Janeiro, em 1845, alguns escriptos dramaticos seus, entre os quaes se contam estas tres tragedias em 5 actos: *Montezuma, rei do Mexico*, em verso; *Constantino o grande, ou a ambição castigada por si mesma*, em verso; e *Rhadamisto*, de Crébillon, traduzida em verso, em 1819.

Araujo Silva *(José Antonio de)*. Era negociante do Porto. Apenas é conhecido pelo seguinte folheto, que trata do descobrimento d'um cadaver dentro d'um barril com sal, em 12 de março de 1825, no Porto, n'um armazem da rua do Laranjal, com evidentes signaes de violento assassinato. O autor declina de si a culpabilidade do crime, fazendo-o recahir no caixeiro João Chrysostomo Ribeiro, que tivera empregado desde 1814, e a quem por vezes perdoara faltas graves. A imprensa do Porto occupou-se muito, n'aquella epoca, d'este facto. O folheto tem por titulo: *Justificação que perante o publico imparcial faz José Antonio de Araujo Silva, negociante que foi na cidade do Porto*, Lisboa, 1836.

Araujo e Silva *(Manuel Cesario)*. Official maior da contadoria do hospital de S. José, de Lisboa. Nasceu em 1803, e falleceu a 25 de fevereiro de 1878. Dizem que era filho do padre José Agostinho de Macedo. Sendo dedicado ao governo de D. Miguel, era amanuense no ministerio da Fazenda, e segundo o decreto incluido na collecção de legislação, foi demittido d'aquelle emprego em 31 de julho de 1833. Só muitos annos depois é que alcançou ser empregado no hospital de S. José. Escreveu: *O Hospital de S. José e annexos em 1853*, Lisboa, 1853; opusculo interessante e curioso pelas noticias que contém relativas áquelle estabelecimento em tempos anteriores, e ao estado actual do mesmo na epoca a que principalmente se refere; *A officialidade do exercito libertador e a convenção de Chaves*, Lisboa, 1839; *Continuação sobre os relevantes serviços da benemerita officialidade do exercito libertador*, Lisboa, 1840; *Reflexões breves sobre as eleições para as novas camaras*, Lisboa, 1840; *Os officiaes convencionados em Chaves e a sua defeza*, Lisboa, 1840; *Observações analyticas sobre alguns prejuizos que a interferencia ingleza tem causado aos negocios politicos e industria de Portugal*, Lisboa, 1840; *A convenção de Chaves ou circumstancias politicas pelas quaes uma grande parte do exercito libertador não reconheceu legitima, nem necessaria, a revolução de setembro de 1836*, Lisboa, 1840; *Um golpe de vista sobre a circular do governo de 20 de setembro de 1842, na parte que indica a reducção do numero de empregados*, Lisboa, 1842. Começou a publicar tambem um opusculo intitulado: *Direitos das classes servidoras do estado*, mas parece que só sahiu a primeira caderneta.

Araujo e Sousa *(Gonçalo José de)* Brigadeiro reformado. N. em Lagos a 3 de fevereiro de 1769, fal. em 1839. Destinava-se á vida ecclesiastica, da qual desistiu, para seguir a carreira militar, em que chegou ao posto de coronel de infantaria, reformando-se em brigadeiro. Escreveu: *Primeira parte do diario que contém os successos acontecidos no reino de Portugal, pertencentes ás tropas francezas com algumas noticias anteriores á sua entrada, desde o dia 24 de novembro de 1807 até 4 de janeiro de 1808*, Lisboa, 1808. Deixou manuscripta a segunda parte, contendo os successos de 4 de janeiro até 7 de abril; *Pa-*

negyrico historico da vida do ill.^mo^ *e ex.*^mo^ *sr. D. Antonio Soares de Noronha, tenente general dos reaes exercitos,* Lisboa, 1815.

Araujo Travassos *(Antonio de).* Official no ministerio da Fazenda, socio da Academia Real das Sciencias, de Lisboa, etc. N. em Elvas, e parece que vivia ainda em dezembro de 1829, em Paris, onde estava residindo havia alguns annos. Escreveu: *Ensaio sobre a economia dos combustiveis, premiado pela Sociedade Real Maritima, e lido em sessão de 4 de fevereiro de 1804,* Lisboa, 1810; *Defeza contra a injusta accusação que no numero XX do «Jornal de Coimbra» lhe fez o doutor Constantino Botelho de ter chamado suas varias descobertas alheias,* Lisboa, 1813; esta polemica durou em varios numeros do mesmo jornal; *Ensaio sobre um novo methodo d'ensinar a ler, e taboadas para a multiplicação dos numeros de 1 a 100 por cada um dos mesmos numeros: com as cartas respectivas, e 432 pequenas estampas para recreio e instrucção dos meninos, e para se lhes darem em premio á medida dos seus progressos,* Lisboa, 1820, 3 tomos; *Extracção de Loterias, que se executa em tempo brevissimo, e sem que possa haver engano,* inserto no tomo v, parte i das *Memorias da Academia Real das Sciencias*; *Memorias sobre a distillação,* inserta nas referidas *Memorias,* tomo v, parte ii, e a continuação no tomo vii.

Araujo Velloso *(José Antonio de).* Era natural da villa de Barcellos, onde nasceu pelos annos de 1778 a 1780, falleceu em Evora a 21 de novembro de 1824. Em 1809, ou pouco depois, entrou no serviço da repartição do Commissariado do Exercito, sendo mais tarde commissario em Evora, na data da sua morte. Casara com D. Anna Luiza de Queiroz Coimbra, senhora respeitavel, que falleceu antes de seu marido. Escreveu: *Ode ao ill.*^mo^ *e ex.*^mo^ *sr. Bernardino Freire d'Andrade,* Lisboa, 1808, seguida d'uma *Proclamação,* tambem em verso, aos portuguezes; *Ode ao ill.*^mo^ *e ex.*^mo^ *sr. Antonio Fernando Pereira Pinto d'Araujo de Azevedo, do conselho de S. A. R. abbade de Lobrigos,* etc., Lisboa, 1808; *Rhadamisto: tragedia de Mr. de Crébillon, traduzida em versos portuguezes,* Lisboa, 1814; *Traducções dramaticas,* Lisboa, 1816; são as tragedias *Abel,* de Legouvé e *Leis de Minos,* de Voltaire, precedidas de epistolas dedicatorias do traductor á ex.^ma^ sr.^a^ D. Clara Victoria de Araujo de Azevedo, e a Antonio Fernando Pereira Pinto, abbade de Lobrigos, irmãos um e outro do conde da Barca, Antonio de Araujo: Velloso inculca dever a toda esta familia as maiores obrigações; *Representação feita a Sua Magestade Catholica, o sr. D. Fernando VII, em defensa das Côrtes, por D. Alvaro Flores Estrada; impressa em Londres em 1819, e trasladada por J. A. A. Velloso,* Lisboa, 1821; *Ode ao juramento das bases da Constituição portugueza;* sahiu no *Portuguez Constitucional* de 4 d'abril de 1821.

Araujo Villas Boas *(Luiz).* Natural de Villa do Conde, onde tambem morreu a 14 de março de 1630. Era filho de Gonçalo Vaz Villas Boas e de Francisca Vaz de Araujo, sua segunda mulher. Estudou direito pontificio na Universidade de Coimbra. Escreveu, recopilando as obras do grande jurisconsulto Francisco de Caldas Pereira, *Tractatus de Emphyteusi,* que ficou em manuscripto.

Araujos. Pov. da freg. de S. Romão, da Carvalhosa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Araully *(Torofa de).* Bairro séde da regedoria do concelho de Quepém, districto de Gôa, na India, comprehendendo as aldeias Arally, Dabém, Naquery, Quittol e Vangurdem.

Arauto. Embaixador, interprete, internuncio, que, em nome do seu rei ou da sua nação, declarava a guerra ás potencias estrangeiras, ou lhes annunciava a paz. Segundo official da armaria em Portugal. Official que, entre os antigos, proclamava os torneios e os nomes dos vencedores. O arauto pertence a uma gerarchia distincta, de duas outras que com ella são confundidas vulgarmente, a dos *Kerukes,* gregos, e *Feciaes,* latinos, que eram os mensageiros da paz e da guerra; e a dos arautos d'armas, da edade media, mestre de cerimonias, e raras vezes incumbidos das funcções dos *Kerukes* e *Feciaes.* A antiguidade chegou a considerar os arautos como semi-deuses. O arauto principiou por ter unicamente a seu cargo a convocação dos homens d'armas. Esta missão era exercida sem apparato. Os arautos erravam de castello em castello, cantando os louvores dos grandes senhores, alguns dos quaes tinham assalariados por sua conta d'esses menestreis improvisados. A concessão d'este officio ou dignidade tinha por motivo uma batalha, um torneio, uma cerimonia qualquer. As attribuições do arauto dividiam-se em tres ordens: mensagens, cerimonias e funcções heraldicas propriamente ditas. Como mensagem era inviolavel, não podendo ainda assim penetrar em terreno inimigo sem prévia autorisação. Assistia á sagração e ao funeral dos reis, aos estados geraes, á recepção dos cavalleiros, dos nobres, etc. Para que pudesse ser confirmada a nomeação de um alferes era indispensavel que o arauto certificasse que o nomeado poderia fornecer os 50 homens que era obrigado a ter promptos, e dispunha de fortuna bastante para manter a representação da sua dignidade. Nas exautorações pertencia-lhe despojar os cavalleiros da sua armadura. Nos banquetes, se o arauto via algum senhor indigno de bater-se com cavalleiros esforçados, ia, cortava a toalha no sitio onde elle estivesse, o que significava a maior injuria. Nas festas de cavallaria, nos torneios, etc., cabia-lhe a honra de convidar os combatentes e proclamar os vencedores. Os despojos d'estes combates pertenciam-lhe de facto e de direito. O arauto recenseava os nobres, e velava pela observancia de todas as formalidades em questões de heraldica. Estas attribuições fôram sendo reduzidas com as transformações dos systemas e costumes que as tinham feito nascer, até que ultimamente, nos paizes onde ainda existem, os arautos são apenas uns officiaes do estado, que figuram apenas nas graudes solemnidades, sem attribuição alguma definida. *O baptismo dos arautos* era uma cerimonia em que o rei lançava um copo d'agua sobre a cabeça do passavante, impondo lhe o nome d'uma provincia. Entre os muitos e diversos usos que a influencia ingleza, no tempo de D. João I, introduziu em Portugal, conta-se a creação das tres classes dos officiaes de armaria: reis d'armas, arautos e passavantes. Os arautos eram tres com os nomes de Silves, Lisboa e Gôa, correspondentes aos tres appellidos dos reis d'armas. As insignias são uma cota de seda vermelha com lavores tecidos a oiro e um escudo das armas do reino, de que são arautos, mas sem corôa presa no

peito. || Jornal politico publicado em Lisboa, e de que sahiu o primeiro numero no dia 17 d'abril de 1854. Foi seu fundador e redactor principal, por convite do duque de Saldanha e de Rodrigo da Fonseca Magalhães, Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos, até que, levantando-se uma questão em que este distincto escriptor não quiz tomar a defeza do governo, partiu para Paris, ficando Affonso de Castro encarregado da redacção. O jornal acabou em 2 de maio de 1856.

Aravia. Horta na freg. de N. S.ª da Purificação, de Cabeção, conc. de Móra, distr. d'Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça, de Casa Branca, conc. de Souzel, distr. de Portalegre.

Aravinha. Monte na freg. de N. S.ª da Graça, de Casa Branca, conc. de Souzel, distr. de Portalegre.

Aravil, Arabil, ou Arrabil. Rio da Beira Baixa. Nasce no logar de Monforte, e é muito arrebatado d'inverno, mas de verão quasi sempre secca. No sitio dos Zebros, junta-se-lhe o ribeiro Toulica. As margens são cobertas d'arvores silvestres. As areias levavam muito oiro antigamente, que se extrahia. Entra no Tejo, no sitio da Fraga. || Ribeira no districto de Santarem, que nasce na serra da Murracha, e vae desaguar no Tejo, depois d'um curso de 50 kilometros.

Aravor. Cidade romana nas faldas do Outeiro, onde hoje se ergue Marialva. *V. este nome.*

Arazede. Pov. e freg. de Nossa Senhora do Pranto, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Montemór-o-Velho, dist. e bisp. de Coimbra; 4:614 hab. e 995 fog. Tem escola de sexo masc. e est. post. permutando malas com a R. A. Norte. Estação do caminho de ferro da Figueira. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada n'uma campina fertil. Tinha dois donatarios, o bispo de Coimbra e a Universidade, e era couto dos mesmos donatarios. El-rei D. Manuel deu-lhe foral em Lisboa, a 23 d'agosto de 1514. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e de reserva n.º 7, com a séde em Coimbra.

Arbim. Tecido grosseiro de lã que se usava antigamente por lucto, e de que se faziam bainhas de espadas, punhaes, etc. É dos principios da monarchia.

Arbitrador. Arbitro, avaliador, perito, louvado. Em jurisprudencia, perito, nomeado pelas partes ou pelo juizo, para interpôr o seu parecer sobre um dado ponto de duvida, afim de servir como meio de prova á justa decisão da causa. Taes são as pessoas, chamadas sob juramento, a avaliar propriedades, a responder a quesitos em vistorias e exames, a dirimir emfim uma questão qualquer de facto. A louvação ou arbitramento de peritos no objecto controvertido em juizo serve de informação e prova ao julgador. A escolha de arbitradores deve sempre recahir em peritos no ponto especifico da questão e entre elles nos que mais probos se reputarem. O seu numero é arbitrario ao tribunal, que os nomeia, quando julga necessaria a vistoria, louvação ou exame, e as partes não quizerem ou não convierem n'ellas, mas sempre com citação das mesmas partes. A Ord. L. 3.º, tit. 17 princ. define o arbitrador, e marca a differença d'elle ao arbitro, dizendo; «Entre os juizes arbitros e os arbitradores, que quer tanto dizer como avaliadores ou estimadores, ha ahi differença, porque os juizes arbitros não sómente conhecem das causas e razões que consistem em feito, mas ainda das que estão em vigor de direito. E os arbitradores conhecerão sómente das causas que consistem em feito.» Em Portugal dá-se aos arbitros e aos arbitradores o nome generico de louvados, pela razão de que as partes em regra os escolhem e se louvam n'elles sem embargo, porém, de que uns e outros sejam louvados, nem por isso as suas funcções são eguaes; uns são juizes, outros são peritos. Uns dirimem questões de facto e de direito; outros avaliam, dão preço a cousas e dão opinião sobre cousas. Portanto dos primeiros, como julgadores interpõem-se recursos; não assim dos segundos. Assim os louvados em seguros, em avarias, em sociedades são juizes, mas não o são os que, por exemplo, fôrem simplesmente nomeados para examinar contas, documentos ou livros commerciaes, ou fazendas avariadas, etc. *(Dicc. Jur. Com).* Os arbitradores fôram creados pelo artigo 37 do decreto de 29 de julho de 1886, confirmado pela carta de lei de 1 de dezembro de 1887, extinctos pelo artigo 10 do decreto n.º 2 de 15 de setembro de 1892, restabeleceram-se pelo decreto de 23 de dezembro de 1897, cujo regulamento é de 12 de novembro de 1898. A portaria de 26 d'abril de 1898 determina que os conselheiros presidentes das Relações fixem um praso de 30 dias para os antigos arbitradores requererem a sua reintegração. São considerados empregados publicos, e como taes sujeitos ao imposto industrial sobre os emolumentos que recebem. *(Dec. de 24 de novembro de 1892)*, devendo ser tributados pela verba n.º 20 da tabella geral das industrias e não pela verba n.º 196 *(Decr. de 9 de março de 1893).*

Arbitragem. Não ha sociedade, nem legislação, por mais antigas que sejam, onde não figure a arbitragem. Foi ella decerto a primeira das jurisdicções, e, mesmo depois de instituidos os tribunaes regulares, não cessam de exercer manifesta a influencia na resolução dos conflictos e contendas. Em 1873, os governos portuguez e inglez recorreram á intervenção do presidente da republica franceza, para se definir por uma vez se era a Portugal ou se á Inglaterra, que por direito pertencia a posse da bahia de Lourenço Marques, na costa oriental da Africa, sendo a arbitragem do magistrado francez favoravel a Portugal. A arbitragem implica a idéa de um compromisso que prende as partes e as obriga a respeitar a sentença arbitral, a não ser que os arbitros apresentem um julgamento injusto e contrario á razão, podendo em casos taes deixar de se cumprir o que elles hajam prescripto. Em todo o caso a arbitragem deve considerar-se como um recurso valioso para pôr termo aos conflictos que não interessam directamente a salvação dos estados.

Arbonça. Pov. da freg. de S. Bartholomeu do Rego, concelho de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Arbués Moreira *(Francisco Pedro de).* Coronel de engenheiros, cavalleiro da ordem de S. Bento d'Aviz; falleceu em 1844. Escreveu: *Carta das linhas do Porto, com a descripção historica do sitio*, Lisboa, 1834. É uma folha lithographada contendo a planta, e em breves palavras o que o autor chama *Descripção historica.*

Arbués Moreira *(Joaquim Lucio).* General de brigada reformado. N. a 7 d'agosto de 1816, f. na Cruz Quebrada a 15 de outubro de 1902.

Era empregado civil do ministerio da guerra, e chegou a primeiro official com a graduação de coronel do quadro da administração militar. Por decreto de 14 de maio de 1884 foi nomeado chefe da repartição de contabilidade do ministerio da guerra, em conformidade com as disposições de plano para a reforma da contabilidade publica, approvada pela carta de lei de 25 de junho de 1881. Exerceu este logar até 1897, em que requereu a reforma, sendo então reformado no posto de general de brigada. Arbués Moreira era commendador e official da ordem de Aviz, condecorado com a medalha das campanhas da liberdade, algarismo 2, e commendador da ordem de Carlos III, de Hespanha.

Arca. Appellido nobre em Portugal, onde se encontra a partir do reinado de D. Fernando I. O primeiro que o usou foi Fernão Gonçalves de Arca, natural de Evora e conselheiro d'estado de D. João I. Tem brazão completo: escudo esquartelado, no primeiro e quarto de ouro uma faxa vermelha; no segundo e terceiro enxadrezado de ouro e vermelho de tres peças em faxa e outras tantas em pala; elmo de aço aberto; timbre um galgo preto sentado. V. *Arcas*.

Arca. Pov. e freg. do Espirito Santo, da prov. da Beira Alta, conc. de Oliveira de Frades, com. de Vouzella, distr. e bisp. de Vizeu; 524 hab. e 127 fogos. Tem escola do sexo masc.; a pov. dista 1 k. da séde do concelho. Foi antigamente da comarca de Tondella, conc. de S. João do Monte, e tambem pertenceu á antiga comarca de Lafões. O cura era apresentado pelo vigario d'Alcofra. Todo o povo d'esta freguezia era caseiro dos frades de Santa Cruz de Coimbra. Arca é terra muito fertil; o seu nome é corrupção de *ara*. Junto á egreja ha um *dolmen*, celtico (ara), que deu o nome á freguezia. É como uma meza, ou altar, que consta de tres pedras postas ao alto, e de uma grande lagem, que tem 15 palmos de vão, e 20 de comprimento, a qual corre sobre as tres que estão levantadas. Passa n'esta freguezia o rio de Val de Mouro, que nasce no Monte Têso, e morre no Alfusqueiro, junto a Bolfiar. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e de reserva n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. ‖ Arca, pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 771 hab. e 42 fog. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e de reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. ‖ Pov. na freg. de S. Martinho, de Cavallões, conc. de V. N.ª de Famalicão, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de Santa Maria, de Turiz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Arca d'Agua. Pov. da freguezia de Paranhos, conc. e distr. do Porto. ‖ Pov. na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. ‖ Monte na freg. de S. Brissos, conc. e distr. de Beja.

Arca e contrato. É este o nome com que se designa o systema adoptado em 1641 para com pouco dispendio do Estado conservar as companhias de cavallos na força que se julgava necessaria. Aos capitães entregava el-rei um certo numero de cavallos quando se levantava a companhia, e a conservação dos animaes corria por conta do commandante que para esse fim recebia na occasião das mostras uma certa quantia proporcionada á força que se achava estabelecida para a companhia. Diz o conde da Ericeira, no seu *Portugal Restaurado*, que esta industria era tão util que parecia milagrosa pelo effeito; alguns militares, porém, que depois escreveram sobre o assumpto, não seguiram a mesma opinião, e apontam as fraudes a que era sujeito este systema eminentemente descentralisador.

Arca Pedrinha. Pov. na freg. de S. Mamede, de Travanca, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. ‖ Pequeno ribeiro, na prov. do Douro, que nasce na freg. de S. Miguel do Souto, passa a Arada, rega, móe, e mette-se na ria d'Aveiro.

Arcã. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Riba Pinhão, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real.

Arcabuzado *(Quinta do)*. Na freg. de Santa Maria, de Barbella, conc. e distr. de Villa Real

Arcabuzeiro. Soldado que ia á guerra armado de arcabuz; o que fazia os arcabuzes, especie de arma de fogo que tinha a arca do cano um pouco mais larga que a das espingardas.

Arcade. Socio da academia denominada *Arcadia*.

Arcadia. Sociedade litteraria fundada em Portugal em 1756 no tempo d'el-rei D. José, por iniciativa de Antonio Diniz da Cruz e Silva e Manuel Nicolau Esteves Negrão, aos quaes se associou o dr. Antonio Gomes de Carvalho, que com elles organisou o projecto dos estatutos. O fim d'esta sociedade era pôr termo a uma infinidade de outras que existiam, estragando o gosto litterario, em vez de o educarem e aperfeiçoarem. A Arcadia ora se reunia na real Casa das Necessidades, ora na Junta do Commercio. Ali se liam poesias e se faziam dissertações em prosa sobre a refórma litteraria. O logar onde se reunia chamava-se *Marte Menalo*. Cada socio adoptava o nome d'um pastor, nome com que passaram á posteridade, a ponto de serem por elle mais conhecidos do que pelo nome proprio. Estes nomes eram os seguintes: Domingos dos Reis Quita, *Alcino Micenio;* Fr. José do Coração de Jesus, *Almeno;* Francisco José Freire, *Candido Lusitano;* Claudio Manuel da Costa, *Lanceste Saturnio;* Antonio Ribeiro dos Santos, *Elpino Duriense;* Antonio Diniz da Cruz e Silva, *Elpino Nonacriense;* Pedro Antonio Corrêa Garção, *Corydon;* Francisco Manuel do Nascimento, *Filinto Elisio;* Domingos Maximiano Torres, *Alfeno Cynthio*. A Arcadia deixou de existir em 1776, pela dispersão de muitos dos seus socios, mas a sua influencia protrahiu-se até ao nascimento do romantismo, e é a sua escola que torna brilhante o ultimo periodo das letras classicas em Portugal. A Arcadia procurou renascer nos fins d'aquelle seculo, com o titulo de *Nova arcadia*, ou *Academia das bellas letras*, mas depois de ter publicado o *Almanach das Musas*, unica producção da sua ephemera e ingloriosa existencia, extinguiu-se ante as aggressões de Bocage, que d'ella fazia parte, com o nome de *Elmano Sadino*.

Arcaes. Pov. da freg. de S. Pedro de Athey, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real.

Arcam. Pov. da freg. de Santa Marinha, de Avanca, conc de Estarreja, distr. d'Aveiro.

Arcão. Pov. na freg. de S. Salvador, de Medrões, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr de Villa Real. ‖ Quinta na freg. de S. Lourenço, de Arranhó, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. ‖ Rio do Alemtejo, que nasce em um

olho d'agua a 3. k. ao N. da villa de Grandola, chamado Borbolegão; é da grandeza da roda d'um carro e sente-se grande rumor subterraneo, ás vezes. Morre no Sado, depois de se lhe terem reunido alguns regatos. Este rio era *coutado*, e ninguem podia n'elle pescar sem licença dos mestres d'Aviz. As margens são todas cobertas de frondoso arvoredo. O Arcão, debatendo-se furioso contra um enorme rochedo, fez uma ponte natural formosissima, sobre a qual passa um carro com segurança e commodidade.

Arcas. Appellido nobre de familia portugueza O solar era no territorio de Valle das Arcas, prov. do Alemtejo, termo de Montemor-o-Novo. Brazão: o mesmo que vae indicado em *Arca*.

Arcas *(Francisco d'Assis Pereira do Lago, visconde das)*. Antigo deputado, e abastado proprietario no concelho de Macedo de Cavalleiros. N. a 8 de janeiro de 1844. Era filho de João Silverio de Sá Pereira de Lago, fidalgo da Casa Real e administrador do vinculo de S. Francisco d'Assis da Quinta do Mosteiro na villa de Chaves, e de sua mulher, D. Mathilde de Gouvêa de Moraes Sarmento, filha de João Evangelista Nogueira de Moraes Sarmento, fidalgo da Casa Real, tenente-coronel de cavallaria. O visconde das Arcas casou em 1867 com D. Carolina Candida d'Almeida Pessanha, filha de Manuel d'Almeida Pessanha, par do reino, e de D. Carolina Thereza Rodrigues.

Arcas. Pov. na freg. de S. Vicente, de Boim, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santo André, de Christellos, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Escapães, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Mões, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Rendufinho, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sever, conc de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Souto, conc. de Penedono, distr. de Vizeu. || Pov. na freguezia de Santa Eulalia, de Villa de Punhe, conc. e distr. de Vianna de Castello. || Pov. na freg. de S. Salvador, do Pinheiro conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santo Estevão, de Geraz do Minho, conc. de Povoa de Lanhoso, distr de Braga. || Pov. na freg. de S. Mamede, de Talhadas, conc. de Sever do Vouga, distr d'Aveiro. || Casal na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Tinhella, conc. de Valle de Passos, distr. de Villa Real. || Quinta na freg. de S. Pedro, e conc. de Penedono, distr. de Vizeu.

Arcas e Nozellos. Pov. e freg. de Santa Catharina da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 607 hab. e 149 fogos. Teve foral dado por D. Diniz em 1 de abril de 1284. N'este foral dão-lhe o nome de Nozellos. Tem tambem uma sentença dada em Porto de Móz, a 7 de fevereiro de 1438, sobre os seus fóros, em instrumento feito na Granja a 14 d'abril de 1447. Não se chegou a expedir foral novo, mas fizeram-se os *apontamentos* na reforma de D. Manuel. Arcas tem escola do sexo masc. A pov. dista 18 k. da séde do conc. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e de reserva n.º 10, com a séde em Mirandella.

Arcaus. Vallado real do sul, na leziria de Villa Franca de Xira, no Tejo.

Arcavilla *(Casal da)*. Na freg. de N. S.ª d'Assumpção, e conc. d'Azambuja, distr. de Lisboa.

Arcaz. Arca, caixão grande com ou sem gavetões. Movel destinado nas sacristias das egrejas para arrecadação dos paramentos e alfaias que servem nas cerimonias do culto.

Arce. Familia nobre portugueza, oriunda das Asturias. Brazão: cinco flôres de liz picadas de oiro e azul, assentadas em sautor, e uma bordadura composta de duas ordens de escaques de oiro e vermelho.

Arcebispa. Monte na freg. de Santa Catharina, de Sitimos, conc. Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Arcebispado. Jurisdicção de arcebispo, territorio da sua diocese, séde do seu governo, titulo da sua dignidade, paço da sua residencia, rendas da sua mitra.

Arcebispal. Pertencente ao arcebispo, á sua jurisdicção, beneficio ou dignidade.

Arcebispo. Prelado metropolitano superior ao bispo na hierarchia ecclesiastica, e que tem bispos suffraganeos. Segundo os armidoutos os arcebispos timbram as suas armas com um chapéo forrado de côr verde com os cordões entrelaçados de seda e pendentes com dez borlas em quatro ordens de cada lado e uma cruz simples, com uma só travessa, ponteada de ouro, posta por baixo do chapéo e a haste por detraz do escudo.

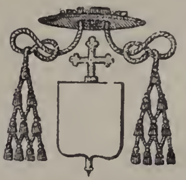

Brazão de arcebispo

Arcediago. Primitivamente, o primeiro, o mais antigo dos diaconos, que secundava o bispo nas funcções exteriores, e particularmente na administração do temporal. Modernamente, ecclesiastico investido pelo bispo de certos poderes e do direito de visita aos curas da diocese.

Arcediago. Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Arcella. Pov. na freg. de S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Gondalães, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Victor, conc. e distr. de Braga.

Arcellas. Pov. na freg. de S. Pedro, de Azurem, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Lamaçaes, conc. e distr. de Braga.

Arcellos. Pov. da freg. de S. Lourenço, de Matto, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello.

Arcena e **Arcena pequena.** Duas povoações da freg. de S. Pedro de Alverca, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Archa. Arma de que usavam os archeiros. Vem de *arco* que era a arma dos antigos archeiros que depois se substituiu pela machada, fazendo então a *archa de armas*. || *Archa de roseira,* especie de frécha farpada.

Archangelo Jovene *(José)*. Bacharel em leis, pela Universidade de Coimbra, e professor da lingua franceza. Escreveu: *Arte de grammatica para aprender a lingua franceza por meio da por-*

tugueza, Coimbra, 1761; *Orthographia franceza, recopilada em regras abreviadas*, Coimbra, 1761; *Mappa orthographico, para se ler com brevidade, e sem maior uso, a escripta franceza*, Lisboa, 1772. Parece ter havido outra edição anterior, em Coimbra, 1769.

Archanjos. *(Fr. Antonio dos)*. Frade menor da provincia dos Algarves e provincial da ordem. N. em Evora, em 1632, fal. no convento de Xabregas a 25 de fevereiro de 1682. Era filho de Domingos Fernandes e Agueda Jorge. Estudou para a ordem de S. Francisco, onde foi um brilhante ornamento. Ensinou philosophia e theologia aos seus religiosos, até que jubilou na cadeira de Prima. Depois de ter occupado varias prelasias da ordem com summa prudencia, foi eleito provincial a 8 de setembro de 1663. Na Curia Romana preencheu as obrigações de diligente procurador dos negocios domesticos da sua provincia. Foi qualificador do Santo Officio. Examinador das ordens militares e prégador d'el-rei D. Pedro II. O P. Francisco da Fonseca, na *Evora gloriosa*, pag. 410, chama-lhe *prégador insigne*. Escreveu: *Sermão nas honras que fez a cidade de Tavira em o Reyno do Algarve na morte do Serenissimo Senhor D. João IV, Rey de Portugal*, Lisboa, 1657; *Sermão de Santa Clara exposto o Santissimo no seu convento de Lisboa*, Lisboa, 1664; outra edição em Coimbra, 1672; sahiu traduzido em castelhano por dr. Estevão de Aguilar y Zuniga com outros sermões do livro intitulado: *Laurea Portugueza*, Parte II, Madrid, 1679; *Sermão da Immaculada Conceição de N. Senhora na Capella Real assistindo S. Magestade, e Alteza em 8 de Dezembro de 1664*, Evora, 1665; outra edição em Coimbra, 1672; *Sermão na profissão da Madre Soror Brites da Madre de Deus, filha de Fernão da Sylva de Souza, e Menezes,e de Dona Guiomar da Sylva e Mello, dia de S. José exposto o Santissimo em o Convento do Salvador em Evora*, Lisboa, 1664; outra edição em Coimbra, 1672; *Sermão na Dedicação de N. Senhora do Loureto reedificada pela Nação Italiana patente o Santissimo*, Lisboa, 1696; *Sermão da quarta terça feira da Quaresma na Capella Real*, Lisboa, 1687, sahiu com outros sermões na *Laurea Portugueza*.

Archanjos. *(Fr. Antonio dos)*. Religioso da ordem de S. Francisco, provincial da sua ordem e theologo distincto. N. em Lisboa; era filho de Paschoal Luiz, e de Domingas Antunes, que o educaram tão virtuosamente, que logo na adolescencia deixou o mundo e buscou a religião seraphica, professando no convento de S. Francisco, de Setubal, da provincia dos Algarves, a 11 de março de 1686. Aprendeu as sciencias escolasticas com tal viveza de engenho como quem as havia de ensinar, exercendo o magisterio até que jubilou. Da profundidade das suas letras assim theologicas como juridicas, tambem deu exuberantes provas, em 29 de maio de 1700, em Roma, no capitulo geral da sua ordem, defendendo umas conclusões de toda a theologia, e direito canonico, dedicadas a el-rei D. Pedro II, cujo retrato se via aberto primorosamente n'uma grande lamina ao qual veneravam as quatro partes do mundo, adquirindo não pequena gloria o seu nome com a promptidão e sciencia com que respondia ás maiores difficuldades. Depois de ser confessor das religiosas do mosteiro de Santa Clara, de Beja, e guardião do convento de Xabregas, secretario, definidor, custodio da provincia, e qualificador do Santo Officio, foi eleito ministro provincial por moto proprio impetrado por D. João VI, o qual, no convento de Santa Maria de Xabregas, se publicou a 14 de setembro de 1737, com geral acclamação de toda a provincia. Imprimiu: *Prolusio Encomiastica in generalibus comitiis totius ordinis Fratrum Minorum Seraphici Patris Nostri Francisci Romæ celebratis 29 die mensis Maij anno Jubilœe, 1700*, Romæ, 1700, Consta de dezoito elogios extensos de obra lapidaria em louvor do reino de Portugal, e nação portugueza, servindo de preludio estas inscripções latinas como problematica questão ás Conclusões que defendeu.

Archeiro. Soldado da guarda principal propria da casa de Borgonha, que veiu para Castella com o imperador Carlos V. Era uma guarda nobre que se reformou com a entrada de Filippe V em Hespanha. Está n'ella a origem das modernas guardas da Casa Real, isto é, das guardas internas ou palatinas da pessoa real. A guarda dos archeiros foi introduzida em Portugal, por D. Sebastião, a pretexto de Lisboa estar invadida por muitos hereges. Os archeiros nunca pertenceram a qualquer milicia militar, capaz de entrar em guerra. Hoje ainda na côrte de Portugal se ostenta aos lados dos coches reaes nas grandes solemnidades a guarda real dos archeiros, com as suas casacas e calções de côres variegadas, chapéos armados, meia esticada, sapato de fivéla, alabarda vistosa e brunida. D'antes, nas fileiras d'esta guarda real só tomava parte a mais selecta nobreza; hoje as suas funcções são desempenhadas por pessoas da classe baixa. Corresponde na côrte portugueza, aproximadamente, á guarda suissa dos antigos reis de França, e constitue uma milicia permanente de apparato nos actos solemnes. Compõe-se d'um capitão commandante e de um tenente, honorarios, dois sargentos, seis cabos, sessenta soldados effectivos e cento e quarenta honorarios, um tambor e um pifano. O cargo de *commandante da guarda real dos archeiros* é ainda hoje um alto cargo na côrte Esteve na casa dos condes de Mesquitella e presentemente é desempenhado pelo sr. duque de Palmella. Nas vesperas das grandes festas da côrte, percorriam as ruas da cidade dois archeiros com o seu fardamento, munidos d'um tambor e d'um pifano, parando á porta dos diversos serviçaes do paço, onde tocavam n'aquelles instrumentos uma antiga melodia. Este costume, que já está abolido, veiu de Castella, onde o receberam dos seus monarchas allemães ou austriacos. Na Universidade de Coimbra tambem chamam *archeiros* aos empregados incumbidos de fazerem a policia academica.

Archeologia. Sciencia das cousas antigas, que comprehende o estudo de toda a antiguidade. Divide-se em dois ramos: a *archeologia da arte* que tem por objecto os monumentos artisticos, e a *archeologia dos utensilios*, que estuda as armas e os objectos de uso domestico. Entre nós os trabalhos de archeologia teem sido distinctamente cultivados. Além de eruditos antiquarios (V. *Antiguidades*) ha a apontar abalisados archeologos, taes como Estacio da Veiga, Possidonio da Silva, Martins Sarmento, Leite de Vasconcellos, Gabriel Pereira, etc. Em 1878 publicou Possidonio da Silva o livro *Elementos de archeologia*, trabalho

approvado pela junta consultiva de instrucção publica. O *Boletim da Real Associação dos Archeologos*, etc., e o *Archeologo Portuguez*, etc. encerram muitas noticias sobre a archeologia nacional.

Archeologica Lusitana *(Sociedade)*. V. *Setubal.*

Archeologico do Carmo *(Museu)*. E' devido á iniciativa do architecto da Casa Real e archeologo enthusiasta, Joaquim Possidonio Narciso da Silva, fallecido em 24 de março de 1896, iniciativa persistentemente auxiliada pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, a principio denominada Associação dos Architectos Portuguezes, que sempre o tem mantido, melhorando-o quanto póde com os seus diminutos recursos. Acha-se estabelecido desde 1868 nas ruinas a que, por effeito do terremoto de 1 de novembro de 1755, ficou reduzida a egreja de Nossa Senhora do Vencimento do Monte do Carmo, mandada construir em 1389 pelo condestavel D. Nuno Alvares Pereira juntamente com o grandioso convento de carmelitas, em que professou, e que serve hoje de quartel da guarda municipal de Lisboa. Por diligencias do fallecido conde de S. Januario, que depois de Possidonio da Silva foi presidente d'aquella benemerita Associação, realisaram-se n'este edificio importantes obras a expensas do Ministerio das Obras Publicas, sendo então ministro o actual presidente da mesma Associação sr. conselheiro Augusto José da Cunha, e director da extincta direcção de edificios publicos o engenheiro sr. J. V. Mendes Guerreiro, que por todos os meios ao seu alcance facilitaram o melhoramento da installação do Museu, a ponto de se tornar hoje a todos os respeitos digno de ser visitado. N'elle estão expostas verdadeiras preciosidades archeologicas e artisticas: machados de pedra e de bronze, monumentos varios do tempo dos romanos, collecções de azulejos, tumulos de varões illustres portuguezes, etc., etc. Algumas obras complementares, que são indispensaveis, parte encetaram-se já, parte estão projectadas e até concluidos os respectivos orçamentos, como, por exemplo, o restabelecimento da serventia do edificio pela porta lateral do sul. Em 1900 publicou a Associação uma larga e minuciosa descripção, escripta pelo eminente archeologo sr. Gabriel Pereira, socio conservador do Museu, intitulada *O Museu Archeologico do Carmo*, interessantissimo folheto, que está ali exposto á venda. A admissão dos visitantes é por meio de bilhetes, ou *individuaes* (100 réis) ou *de familia* (200 réis). As photographias das principaes salas do Museu, que se admiram n'uma das *vitrines*, são as que estiveram na secção da exposição portugueza em Paris no anno de 1900. V. *Architectos Civis e Archeologos Portuguezes.*

Archeologo. Individuo versado na archeologia.

Archeologos Portuguezes *(Real Associação dos Architectos Civis e)*. V. *Architectos Civis e Archeologos Portuguezes.*

Archiatro. O primeiro, o chefe dos medicos; o medico do rei. Os archiatros em Portugal, na edade media, chamavam-se physicos.

Archino. Pov. da freg. do Espirito Santo, d'Otta, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de Santa Martha, de Villa Nova da Rainha, conc. d'Azambuja, distr. de Lisboa.

Architecto. Artista que risca os edificios, faz as plantas, alçados e orçamentos, e dirige as construcções segundo as regras da architectura. Distingue-se o architecto do engenheiro e do mestre d'obras. Ao engenheiro cabem unicamente os trabalhos em que se attende mais á solidez, e á conveniencia da construcção do que á belleza das fórmas, assim como lhe compete a construcção de estradas, pontes, etc., o que não compete ao architecto. O mestre d'obras é em geral um homem pratico, sem grandes conhecimentos technicos e que ordinariamente começou por ser pedreiro ou carpinteiro. O architecto deve nos seus trabalhos attender especialmente á fórma do edificio e á sua decoração. Deve fazer intervir nas suas obras o elemento artistico a que o engenheiro não é obrigado a dar a mesma importancia. A architectura floresceu em Portugal, e podem-se apontar os nomes dos insignes artistas, como vinculados aos monumentos que constituem a gloria do paiz. Os mais antigos architectos, que encontramos, são: Affonso Martins architecto d'Odivellas, no tempo d'el-rei D. Diniz e Domingos Domingues, autor do chamado claustro de D. Diniz em Alcobaça, e que é considerado o mais antigo exemplar da architectura ogival em Portugal. Outro nome, immortalisado por Herculano, no seu notavel romance *A abobada*, é o de Affonso Domingues, primeiro architecto do convento da Batalha, que levantou a abobada da sala do capitulo, que é uma verdadeira maravilha de elegancia e arrojo. No mesmo convento trabalharam Fernando d'Evora, mestre Matheus Fernandes, e outros. E' tambem do tempo de D. João I o architecto João Garcia, cujas obras mais notaveis são: Nossa Senhora da Oliveira em Guimarães e o mosteiro benedictino de S. João da Pendorada. Sabe-se que D. Nuno Alvares Pereira deu a Affonso Eannes a direcção das obras mandadas fazer no convento do Carmo, de Lisboa; que Martins Annes era mestre d'obras de D. Affonso v; que Pedro Affonso dirigia certos trabalhos em Santa Cruz de Coimbra em 1436, no reinado de D. Duarte. Varios architectos trabalharam no magestoso monumento de Belem; taes são, entre outros, Boytac, que tambem construiu o convento de Jesus, em Setubal, e cujo busto se vê esculpido n'uma pilastra do pulpito dos Jeronymos; João de Castilho, que foi o successor de Boytac, e que tambem esteve algum tempo encarregado dos trabalhos da Batalha, depois da morte do mestre Matheus. Os architectos que havia em Portugal não eram sufficientes para a grande quantidade de obras que se emprehendiam por todos os lados, com as sommas enormes provenientes do commercio do Oriente, por isso el-rei D. Manuel mandou vir de França, em 1517, Nicolas, que dirigiu o trabalho do portal dos Jeronymos. Além dos architectos já mencionados, existiam tambem Pantaleão Dias, architecto da antiga egreja de Santo Antonio, de Lisboa; Thiago de Castilho, irmão de João de Castilho e que trabalhou nos paços de Coimbra, e no convento de Santa Cruz; João Cordeiro, architecto dos paços de Cintra, e outros. Thiago, Francisco e Miguel Arruda pertencem ao tempo de D. João III. Miguel Arruda era militar e levantou varias fortificações na India e Africa. Devem-se tambem mencionar os architectos militares, Jeronymo de Castilho, filho de Thiago Arruda e digno succes-

sor de tão illustre nome, e André Rodrigues que, em 1646, levantou a fortaleza de Tanger. Tambem floresceram Lourenço Martins, architecto do convento de S. Francisco, d'Evora, e Luiz Fernandes, que trabalhou em Santa Maria, de Belem; Pedro de Meada, architecto militar de D. Sebastião, e Nicolau de Frias, seu architecto civil. Balthazar Alvares foi o encarregado de levantar em 1598 o mosteiro de S. Bento da Saude, actualmente o palacio das Côrtes. Por esta epoca, era architecto da Inquisição Matheus do Couto, que deixou n'um primoroso livro de debuxos, que dizem existir na Torre do Tombo, os desenhos dos principaes edificios que n'este reino pertenciam ao Santo Officio. Garcia de Rezende, apesar de não ser architecto de profissão, tinha profundos conhecimentos artisticos e grande amor á arte. É provavel que adquirisse esta especial instrucção durante as viagens que fez pela Europa, em virtude da particular estima com que o honrava o inquisidor-mór d'estes reinos; a elle se attribue o desenho da Torre de Belem. Depois da restauração de 1640 são menos frequentes os nomes dos architectos. Ainda assim merece mencionar-se Francisco Tinoco da Silva, que foi o architecto dos paços da Ribeira, no principio do seculo XVII. No reinado de D. João V, Manuel da Maia foi o architecto do aqueducto das Aguas Livres. As ruinas causadas pelo terremoto de 1755 deram grande desenvolvimento ás edificações. D'este periodo contam-se os seguintes architectos: Eugenio dos Santos, que desenhou o plano da moderna Lisboa; Carlos Mardel, autor de muitos edificios; José da Costa e Silva, autor do theatro de S. Carlos; Manuel Caetano de Sousa, architecto da Bemposta, e que levantou a torre d'Ajuda. No seculo XIX, contam-se João Pires da Fonte e José da Costa Sequeira, cujo principal merito é terem sido os primeiros professores de architectura na Academia das Bellas Artes de Lisboa, onde ainda hoje cursam os nossos architectos.

Architecto. Casal na freg. de Santo André, e conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Architectos Civis e Archeologos Portuguezes *(Real Associação dos).* Fundada em Lisboa, no anno de 1863, com o titulo de Associação dos Architectos Portuguezes pelos architectos civis João Pires da Fonte, José da Costa Sequeira, Feliciano de Sousa Corrêa, Manuel José de Oliveira Cruz, Paulo José Ferreira da Costa, Verissimo José da Costa, Valentim José Corrêa, José Lucas dos Santos Pereira, José da Costa Lima, Manuel José Carneiro, João Maria Feijó e José Luiz Nogueira, sob a iniciativa de Joaquim Possidonio Narciso da Silva, antigo architecto da Casa Real. Primitivamente esteve a Associação no palacio da calçada do Combro, n.º 172, hoje está no edificio historico do Carmo. Os primeiros Estatutos por que se regeu, approvou-os o decreto de 30 de janeiro de 1864; e pelo alvará regio de 14 de novembro de 1872 passou a usar o titulo que tem presentemente. Os segundos Estatutos, em vigor, receberam approvação em 30 de setembro de 1879. El-rei o senhor D. Fernando concedeu-lhe em 1866 a graça do seu protectorado, e em 10 de maio de 1886, el rei o senhor D. Carlos, então principe real, substituiu seu augusto avô, fallecido em dezembro de 1885, acceitando benignamente o ser protector da Associação e seu Presidente honorario. Os serviços prestados por esta benemerita collectividade são bem notorios e constam egualmente da *Memoria historica da fundação, progresso e trabalhos da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes desde a sua instituição até ao anno de 1889,* Lisboa, typ. da Companhia Nacional Editora, 1889, e das suas numerosas publicações, além do *Archivo de Architectura Civil,* que principiou a ser impresso em 1865 (1.ª serie) e do *Boletim de Architectura e de Archeologia* que teve começo em 1874 (2.ª série, tom 1.º a 5.º). A 3.ª série abrange 2 vol. (tom. 7.º e 8.º); principiou em 1894. Da 4.ª série está quasi a terminar o tomo 9.º, primeiro da mesma série. Cada tomo comprehende 12 numeros, correspondentes a trez annos. Como dissémos no artigo sobre o *Museu Archeologico*, tem este sido sustentado desde 1868 pela Real Associação e «é indubitavel que o direito de prioridade da organisação do primeiro Museu Archeologico regularmente organisado, pertence indisputadamente á pleiade de benemeritos que, com Possidonio da Silva á frente, o estabeleceram nas ruinas da egreja do Carmo», textuaes palavras do jornal *O Economista* de 16 de outubro 1898. Corpos gerentes da Real Associação em 1903: presidente, conselheiro Augusto José da Cunha; vice-presidente, architecto, Rozendo d'Araujo Carvalheira; vice presidente, archeologo, engenheiro J. V. Mendes Guerreiro; secretario da architectura, Antonio Cesar Mêna Junior; secretario da archeologia, Eduardo A. da Rocha Dias; vice-secretarios, Francisco Carlos Parente e Victor M. Ribeiro Conservadores do Museu, Gabriel Pereira e J. J. d'Ascensão Valdez; adjuntos, Mena Junior e Ganhado; conservador da bibliotheca, visconde da Torre da Murta; thesoureiro, Ernesto da Silva. *Secção de architectura* (historia e theoria da architectura, construcção e decoração architectonica, apreciação das obras de arte em projecto ou em execução): presidente, J. V. Mendes Guerreiro; secretario, F. Carlos Parente; delegado, Visconde da Torre da Murta. *Secção de archeologia,* (archeologia geral e desenvolvimento d'esta sciencia no nosso paiz): presidente, Gabriel Pereira; secretario, Ascensão Valdez; delegado, monsenhor conego Pereira Botto. *Secção de construcção* (construcção em geral, analyse chimica dos materiaes empregados nas construcções em Portugal, hygiene applicada ás edificações): presidente, engenheiro Caetano da Camara Manuel; secretario, Manuel Joaquim de Campos; delegado, Jesuino A. Ganhado. O conselho facultativo (direcção) compõe-se dos tres membros da mesa da assembléa geral, do bibliothecario, do thesoureiro, dos presidentes, secretarios e delegados das secções. O distinctivo ou insignia de que podem usar os socios é formado por tres peças unidas: uma serpente dourada, symbolo da sciencia, tendo através, em sentido horisontal, um machado (2.ª peça) semelhante aos machados de pedra descobertos na Scandinavia, e segurando com a bôca virada para baixo o angulo superior do frontão de um simile, do templo de Diana em Epheso (3.ª peça). As columnas jonicas, o entablamento e o frontão, tudo prateado, dão realce ao fundo que é dourado. No friso e nas molduras da cornija tem o seguinte titulo: *Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes — 1864.* O cor-

dão d'esta insignia é azul claro entrançado com fios de prata. No relatorio ultimamente publicado vê-se que esta Associação contava em 30 de dezembro de 1902 os seguintes socios: effectivos, 48; honorarios, 11; benemeritos, 5; correspondentes, nacionaes e estrangeiros, 65. V. *Archeologico do Carmo (Museu).*

Architectura. Arte de compor e construir edificios, segundo as regras e proporções convenientes. E' uma das tres artes comprehendidas sob a antiga denominação de *artes do desenho*, e aquella cujas manifestações mais profundamente impressionam o espirito. Divide-se em tres ramos: *architectura civil*, que se emprega na construcção de edificios publicos e particulares; *architectura militar*, que tem por objecto as fortificações das cidades e praças; a *architectura naval*, que se encarrega da construcção dos navios, portos, diques, caes, etc. Cada um d'estes ramos sub-divide-se em differentes secções ou classes. Como *architetura gothica* ha em Portugal diversos edificios importantes e magnificos. Coimbra, Thomar, Vizeu, Guimarães, a Batalha e Belem conservam riquezas sem preço d'esta architectura opulenta. Entre os edificios gothicos portuguezes destacam-se o convento da Batalha e o convento dos Jeronymos, de Belem. N'este ultimo o gothico offerece a variante, que na arte tem o nome de *gothico manuelino,* onde a symetria existe nas linhas geraes e primevas do edificio, mas não existe nas minudencias, o que permitte ao esculptor multiplicar prodigiosamente os ornatos e dar largas á sua phantasia e faculdades creadoras. A *architectura militar* é a arte da fortificação. Tem por objecto levantar fortificações, e construir obras nas posições que se quer defender, ou que devem formar abrigos contra forças superiores e contra surprezas. A arte de defeza bem como a dos sitios teem ambas por base a arte das fortificações, dividida em fortificações de praças e em fortificações de campanha, servindo umas, como o seu nome indica, para defender uma praça e as outras uma posição. São ambas permanentes ou passageiras. As tropas que tiram vantagem das fortificações de campanha dizem-se *entrincheiradas*, as que defendem as praças fortes *sitiadas*. O *Livro das fortalezas que são situadas no extremo de Portugal e Castella*, desenhado á penna por Duarte de Armas, entre os annos de 1500 a 1507, é uma valiosa collecção de modelos da architectura militar. A formosa torre de Belem é uma joia rara d'esse genero. Na *architectura naval*, parece que o genero de embarcação que deve ter precedido o navio, é, segundo toda a apparencia, a *piroga*, feita ordinariamente d'um simples tronco d'arvore cavado. E' esse producto ingenuo da architectura naval, que se tem encontrado junto aos restos das mais antigas habitações européas conhecidas, Durante seculos tem progredido e desenvolvido extraordinariamente em todo o universo. No seculo XV, os portuguezes fizeram tambem progressos na architectura naval, as suas armadas eram temidas, os seus navios d'uma forte construcção; o systema de ligações para as differentes peças de construcção, a maneira de talhar as cavernas para formar os delgados de vante, a união das peças que formavam o carro da pôpa ou almeida, composto de gios, porquetes e mancos, etc., tudo tornava os nossos navios mais perfeitos e mais aptos para a navegação. Foi no seculo XVI que a marinha teve mais notaveis progressos. Em 1551 o engenheiro Descharges generalisou o systema das portinholas, já conhecido dos portuguezes, e que cem annos antes havia sido notado nos navios da esquadra de Bettencourt. Este systema é ainda usado para as baterias. Os portuguezes e hespanhoes já, antes dos fins do seculo XVI, apresentavam navios de alta significação militar naval, pois jogavam com muitas boccas de fogo montadas em reparos de madeira, chegando alguns navios a terem oitenta e mais peças de artilharia, quando o mais forte navio de guerra inglez não tinha mais de cincoenta canhões. O mais poderoso navio que até 1535 se construiu foi o celebre navio portuguez *S. João Baptista,* o *Botafogo,* que tinha trezentos e seis canhões de bronze. Não se conhecem exactamente as suas dimensões, mas sabe-se que, disposto para o combate, recebiam as amuradas seiscentos homens armados de mosquetes e quatrocentos soldados de rodela e espada: a artilharia era servida por quatrocentos artilheiros. O que sobretudo tornava este navio mais temido era um talhamar de aço á prôa, destinado a romper as cadeias de ferro que se collocavam nas barras para impedir a entrada do inimigo. A actividade maritima dos portuguezes começou depois da submissão dos Algarves por D. Affonso III. Após a conquista de Ceuta, o infante D. Henrique principiou, com o seu impulso e a sua vigorosa iniciativa, a serie de descobrimentos maritimos que abriu para o paiz o caminho das Indias, e lhe trouxe immensas riquezas em Africa e principalmente na Asia. Começava a grande epoca da dynastia d'Aviz (1385-1580), illustrada por tanto navegador. Portugal, trasbordando de riquezas, era então uma potencia naval de primeira ordem. A architectura naval não se tornou verdadeiramente scientifica e artistica, senão em tempos mais modernos, e isso mais ainda pelo que respeita aos navios de guerra, os que fôram classificados em cinco especies principaes, fazendo abstracção de algumas variações pouco importantes na fórma e nas dimensões, as quaes não alteram em nada a ordem da classificação. Alguns dos navios d'esta classificação cahiram completamente em desuso, perante os progressos extraordinarios da moderna artilharia naval. Entre os navios conhecidos e usados pela marinha mercante portugueza, citaremos a galera, barca, brigue, lugre, escuna, brigue-escuna, chalupa, hiate, cutter, cahique, patacho, bateira, palhabote, etc.; não falando em pequenos botes destinados ao transporte de gente e mercadorias dos nossos rios, principalmente no Tejo, os quaes tambem recebem diversos nomes, e são entre outros os seguintes: fragata de agua acima, falua, saveiro, varino, bote cacilheiro, catraio, etc. Data da applicação do vapor á navegação a serie ininterrupta de progressos feitos pela architectura naval. Não se pode fazer uma rezenha historica da architectura religiosa e civil em Portugal, porquanto são raros os edificios que tem sido estudados devidamente, com excepção da Batalha e de Belem, de que ha publicadas valiosas monographias. Do castello de Leiria, a obra mais brilhante da nossa architectura civil medieval, publicou o sr. Korrodi uma interessante trabalho de reconstrucção. Outro estrangeiro, o sr. Haupt, publicou dois fasciculos ácerca

da architectura do renascimento em Portugal, trabalho ultimamente vulgarisado pela revista lisbonense *Scrões*. Mas a falta de obras especiaes não se oppõe a que se ponderem um grande numero de problemas artisticos com relação á nossa architectura. O mais importante de todos é averiguar se houve, como se affirma, um estylo architectonico perfeitamente nacional. O pretendido estylo manuelino apparece já anteriormente ao rei venturoso. Outro problema é o das escolas dos nossos architectos, que não podiam apparecer de subito em tão adeantado grau como o mostram as suas obras. A architectura portugueza tem que ser estudada além do continente, porque logo ás primeiras conquistas e descobrimentos os architectos militares traçam as fortificações para a occupação e segurança das feitorias. Os pannos das muralhas e as abobadas das cisternas d'essas praças de guerra são obras de grande merecimento. E' pois vastissimo o campo que abrangeria uma historia da architectura portugueza. E' de justiça citar aqui o importante trabalho do sr. Sousa Viterbo *Diccionario historico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes ou a serviço de Portugal*, cujo primeiro volume se publicou em 1899. N'esta notavel obra se encontram os melhores elementos para a historia da architectura nacional.

Archivista. Official encarregado d'algum archivo pertencente a repartição publica ou ao estado; o que procede a investigações nos archivos. Esta profissão exige conhecimentos muito vastos. Para o seu bom desempenho, importa que se esteja familiarisado com os caracteres ou abreviaturas e os estylos empregados nas differentes epocas; a legislação, desde os seus primeiros actos, o direito civil, etc. Em Portugal este logar é exercido em cada secretaria por um official do respectivo quadro, mediante uma gratificação diminuta, sem que se lhe exijam habilitações especiaes.

Archivo. Collecção de documentos manuscriptos ou impressos, que conteem a historia de um estado, d'uma cidade ou d'uma familia. Collecção de documentos relativos a uma corporação qualquer. Cartorio, casa onde se guardam escripturas publicas, autographos, diplomas, leis e outros monumentos escriptos ou impressos. Publicação periodica contendo varios artigos de litteratura ou de sciencia. São notaveis entre os archivos de Portugal e colonias, pela grande quantidade e importancia dos documentos n'elles existentes, os seguintes: *Archivo Real da Torre do Tombo*, no angulo occidental do antigo mosteiro de S. Bento, hoje palacio das Côrtes (V. *Torre do Tombo*); o *Archivo do extincto conselho ultramarino*, que faz parte do ministerio da marinha e ultramar; o *Archivo da secretaria do governo de Gôa*, um dos mais importantes d'esta possessão; o *Archivo da Relação de Gôa*; *Archivo da camara municipal da mesma cidade*; *Archivo da junta de Fazenda do governo da India*; *Archivo da secretaria do reino*, etc. Titulo geral de diversas publicações hebdomadarias, muito apreciadas pelos documentos que transcrevem. Entre outras apontam-se as seguintes: *Archivo dos Açores*, destinado á vulgarisação dos elementos indispensaveis para todos os ramos da historia dos Açôres, Horta, 1878; *Archivo açoriano*, jornal religioso e litterario de Ponta Delgada, que começou em 1 de outubro de 1856 e terminou em 1860; *Archivo de architectura civil*, jornal da Associação dos architectos portuguezes e archeologos, Lisboa, acompanhado de estampas lithographadas, cujo 1.º numero sahiu em julho de 1865 e o 8.º, ultimo, em junho de 1867, dirigido por Joaquim Possidonio Narciso da Silva, e collaborado por Vilhena Barbosa, Costa Sequeira, Teixeira de Vasconcellos, Antonio Damaso de Castro e Sousa, etc.; *Archivo bibliographico da Bibliotheca da Universidade de Coimbra*, publicação mensal começada em janeiro de 1901, dando conta dos impressos recebidos por offerta, compra e propina, catalogo dos manuscriptos e alguns excerptos dos inéditos da bibliotheca: *Archivo Commercial*, semanario de Lisboa, dedicado aos empregados do commercio de Portugal e Brazil, cujo primeiro numero sahiu em 5 de março de 1864, e o 39, o ultimo, em 12 de dezembro do mesmo anno, redigido por Albano Augusto Gourgelt, e collaborado por A. J. Pereira Serzedello Junior, José Maria d'Andrade, etc.; *Archivo commercial*, jornal que tratava de assumptos commerciaes, publicado no Porto; *Archivo familiar, semanario pittoresco*, de Lisboa, tendo começado a publicar-se em 26 de setembro de 1857, durou, depois de varias interrupções, até agosto ou setembro de 1861, em que sahiu o n.º 43, que foi o ultimo, sendo ornado de estampas representando monumentos e vistas de paizes estrangeiros; *Archivo municipal de Lisboa* (V. *este nome*); *Archivo de peças divertidas e scientificas*, Lisboa, 1807, 2 folhetos em 8.º com 54 e 68 paginas; *Archivo pittoresco*, publicação illustrada, que começou em julho de 1857 e terminou em 1869, com o volume 11.º; teve por editores, Castro, Irmão & C.ª, foi fundado por uma empreza, constituida por Vicente Jorge de Castro e Thomaz d'Aquino Gomes; a collaboração era dos primeiros escriptores da epoca; o *Archivo pittoresco* divulgava nas suas illustrações os mais formosos e venerados monumentos, bellas paizagens tanto do paiz como do estrangeiro, retratos de homens illustres, etc.; *Archivo popular*, semanario pittoresco, publicado em Lisboa, comprehendendo leituras de instrucção e recreio; sahiram 7 vol. em 4.º de 1837 a 1843; *Archivo portuguez*, semanario destinado a todas as classes, publicado em Lisboa; sahiram apenas 13 numeros, tendo o 1.º a data de 11 de agosto de 1838; *Archivo portuguez oriental*, em que se conteem as cartas e instrucções que restam dos reis de Portugal aos vice-reis e governadores da India no seculo XVI, e tambem as provisões, alvarás reaes e outros dos vice-reis comprehendidos na mesma epoca, tudo extrahido do archivo do governo na India, Nova Goa, 1861; *Archivo rural*, jornal de agricultura, artes e sciencias correlativas; começou a publicar-se no 1.º de maio de 1858, sendo por muito tempo o unico jornal no seu genero; foi seu fundador e principal redactor Rodrigo de Moraes Soares, tendo por collaboradores dr. Isidoro Emilio Baptista, Sebastião Bettamio d'Almeida e Manuel José Ribeiro; *Archivo Universal*, revista hebdomadaria, publicaram-se 4 tomos em Lisboa, de 1859 a 1861; eram redactores A. P. de Carvalho, I. F. Silveira da Motta e Rodrigo Paganino; *Archivo theatral*, ou *Collecção selecta dos mais modernos dramas do theatro francez*, representados no antigo theatro da Rua dos Condes; publicou-se esta collecção desde o anno de 1838 até 1845; 8

vol. ficando o ultimo incompleto; o 1.º volume começa com um artigo intitulado: *Historia geral da Arte Dramatica.*

Archivo militar. Entre as diversas medidas adoptadas em Portugal depois da paz de Badajoz em 1801, mencionam-se a creação da inspecção das fronteiras e costas maritimas do reino em 20 de julho de 1802 e do *Archivo militar* em 4 de setembro do referido anno, para deposito dos trabalhos executados na dita inspecção. Em 1812 foi o *Archivo militar* collocado debaixo da inspecção do commandante geral do corpo de engenheiros, por occasião de ser dado um regulamento a esse corpo. Foi depois encarregado do expediente relativo a esses trabalhos o distincto official Franzini, que nas côrtes de 1822 tomou a defesa do Archivo, quando houve a idéa de o supprimir por occasião de se discutir o orçamento. Como a despeza que se fazia com elle era apenas de dois contos de réis, continuou a subsistir o estabelecimento, que n'essa epoca reunia ás suas antigas attribuições a de centro dos trabalhos estatisticos do reino. Por entre as crises politicas por que passou Portugal, foi continuando o Archivo a sua existencia descançada mas com pobreza, indifferente aos cuidados dos legisladores; mas em 28 de dezembro de 1849 o ministro da guerra Ferreri buscou reorganisal-o e dar-lhe maior consideração. Por isso o dividiu em tres secções incumbidas de todos os trabalhos geodesicos, topographicos e estatisticos, de reconhecimentos e itinerarios militares, de todos os trabalhos relativos á defesa do paiz e dos projectos e orçamentos de obras, para construcção ou reparação de edificios militares. A importancia que desde então tomou o Archivo militar foi devida á creação do ministerio das obras publicas a que ficou pertencendo a direcção dos trabalhos geodesicos e do levantamento da carta chorographica do paiz; não esquecendo a paz de que Portugal tem gosado desde 1851 até ao presente. Em 1868 foi decretada a reunião do Instituto geographico e do Archivo militar em um só estabelecimento com o nome de Deposito geral da guerra, mas como esta organisação não se tornou effectiva, em março do anno seguinte foi creado o Archivo do corpo de engenheiros, ao qual ficaram pertencendo attribuições identicas ás do Archivo militar de 1849, com a excepção dos trabalhos topographicos e geodesicos. Por decreto de 18 de dezembro de 1869 foi extincto o Deposito geral da guerra e o Archivo da engenharia, e o serviço, que a este pertencia, ficou distribuido pelas secções da Direcção geral de engenharia creada pouco antes. O extincto Archivo militar, não sendo tão rico como seria para desejar, possuia bastantes memorias, cartas, plantas interessantes para o estudo da defesa do paiz e da nossa historia militar.

Archivo do ministerio da guerra. Creada uma secretaria de estado dos negocios estrangeiros e guerra, por alvará de 28 de julho de 1736, seguiu-se-lhe como consequencia necessaria a formação d'um archivo em que se reunissem e guardassem os documentos respectivos aos assumptos tratados n'aquella repartição; porém o terremoto de 1755 destruiu completamente o que existia já colligido por essa epoca. Depois d'aquella catastrophe foi a secretaria de estado transferida para o palacio do Pateo das Vaccas, em Belem, e ahi se estabeleceu novo archivo que foi crescendo e augmentando até 1820. Mudando-se n'este anno outra vez para a capital a secretaria de estado, visto que Belem estava bastante distante, formou-se um outro archivo já então privativo e exclusivo de negocios militares, porque o antigo ministerio dos estrangeiros e guerra foi dividido em dois. Vieram depois as luctas da liberdade e entrada de D. Pedro IV em Lisboa, o que deu logar a começar-se ainda outro archivo separado e distincto do que já existia. O que havia desde 1820 a 1833, bem como os documentos relativos ao cerco do Porto, o archivo do conselho de guerra, então extincto, e os de outras repartições que por esse tempo fôram egualmente extinctas, tudo recolheu ao palacio do Pateo das Vaccas, para ahi se juntar ao que existia guardado desde 1755 até 1820. Em 1845 foi encarregado o major de engenheiros Bergara de inspeccionar esse archivo, e, no desempenho d'essa commissão, inutilisou muitos papeis que julgou futeis, separou o que dizia respeito á guerra peninsular, e remetteu para o archivo militar e inspecção d'obras publicas os documentos que entendeu deviam ser guardados e depositados n'estas duas repartições Em 1860 fôram incumbidos Felner e Jorge Figanière de separarem os documentos relativos aos negocios estrangeiros, existentes no archivo que em 1845 havia sido transferido do Pateo das Vaccas para o palacio da Ajuda, e que posteriormente foi mudado para as casas do Jardim Botanico. Em 1865 Luiz Travassos Valdez teve o encargo de proceder á coordenação do archivo do extincto conselho. Sendo, porém, este official nomeado chefe de estado maior da primeira divisão em abril de 1866, foi incumbido d'essa commissão Claudio de Chaby. Pelas diligencias e zelo d'este distincto official acham-se hoje cuidadosamente guardados na Torre do Tombo milhares de documentos de grande valia e existem publicados quatro volumes contendo uma Synopse dos decretos e papeis remettidos para o archivo nacional, comprehendendo os annos decorridos desde a acclamação de D. João IV até ao fim do reinado de D. João V, e parece estar tambem já muito adeantada a impressão do volume relativo á epoca do governo de D. José. No archivo do ministerio da guerra guardam-se tambem os documentos posteriores a 1833, geralmente ordenados e classificados por modo que é facil encontrar de prompto os esclarecimentos que se desejarem. E' no moderno archivo que se encontram tambem reunidos os livros de registros dos corpos do exercito desde 1763 em que fôram estabelecidos. O Archivo acha-se estabelecido actualmente no antigo quartel de artilharia 4, no Campo de Santa Clara.

Archivo municipal de Lisboa. Em o seu numero 4:098, de 17 de agosto de 1897, noticiou o jornal lisbonense *Novidades* achar-se concluido o guarnecimento do archivo municipal, devido ás diligencias do erudito archivista sr. Eduardo Freire de Oliveira e do antigo architecto da camara sr. José Luiz Monteiro, fazendo uma succinta descripção do mesmo archivo. A vasta sala do archivo da camara, estabelecido no rez-do-chão do edificio da camara (V. *Lisboa, Camara Municipal),* acha-se guarnecida em toda a sua circumferencia por duas ordens de armarios, sobrepostos, formando dois pisos, constituido o su-

perior por uma galeria, guarnecida de varanda de ferro. A esta galeria dá accesso uma elegante escada, lançada ao fundo, e ao centro do salão cujo tecto abobadado e excellentemente estucado sustentam quatro ordens de pilares, entre cada dois dos quaes se vêem, correspondendo-se mutuamente a um e outro lado da vasta quadra quatro aparadores quadrangulares, com as suas tampas de vidraças dispostas em prismas triangulares obliquos, servindo de guarda a manuscriptos e diplomas diversos, como o *Foral de Lisboa* com as armas da cidade, em bella illuminura. Ao centro da quadra estende-se uma grande banca, para serviço do expediente do archivo, ficando-lhe nas cabeceiras, e a distancia conveniente, dois corpos sextavados rematando em aparador, onde se acham expostos os modelos ou padrões das medidas de solidos e liquidos, de duas epocas differentes;—D. Sebastião e D. José I. O corpo inferior d'estes dois aparadores acha-se cheio, bem como os que estão nas duas naves da casa, de livros impressos e codices manuscriptos, illuminados, de grande importancia para a historia do municipio lisbonense. Na parte superior dos aparadores quadrangulares, acham-se em exposição objectos artisticos por egual interessantes e curiosos, não só pelo que representam, mas tambem como artefactos, taes são, as chaves da cidade, em prata doirada, que ainda servem nas ceremonias da entrada dos monarchas, os restos das que um incendio voraz consumiu em parte ha annos, quando a camara estava installada no local onde agora se acha o ministerio do reino, medalhas diversas, pennas de assignaturas solemnes, etc. Toda a guarnição e mobilia são de carvalho, trabalhado com inexcedivel perfeição e apurado gosto. Ha em todo o recinto quatro carteiras da mesma madeira, e em perfeita harmonia com o conjuncto. Uma d'ellas, a principal, collocada ao fundo da sala, em correspondencia extrema com a escada que dá accesso á galeria, eleva-se sobre um estrado adequado. É a mesa de trabalho do archivista que preside d'ali ao serviço d'esta importante repartição municipal. As restantes tres são destinadas aos empregados do archivo, havendo ao fundo mais duas bancas para serviços proprios do expediente, collecionamento de documentos, exame de papeis e impressos, etc., etc. Um grande numero de documentos existentes n'este archivo, teem sido publicados na importante obra *Elementos para a historia do Municipio de Lisboa* pelo sr. Eduardo Freire de Oliveira (V. *este nome*), publicação mandada fazer a expensas da Camara Municipal de Lisboa, para commemorar o centenario do Marquez de Pombal em 8 de maio de 1882. Muitos d'esses documentos são acompanhados de notas elucidativas e eruditas. Com o titulo *Archivo Municipal de Lisboa* já em 1 d'abril de 1860 se fez uma publicação contendo as actas das sessões da camara, legislação e posturas da mesma camara, relatorios e estatisticas das repartições e estabelecimentos respectivos, e alguns documentos transcriptos dos que existem no cartorio municipal. Eram redactores Francisco Xavier da Rosa e João Carlos de Sequeira e Silva. N'outras obras se encontram publicados varios documentos d'este precioso repositorio.

Archivo Nacional ou **Archivo Real.** V. *Torre do Tombo.*

Arcipreste. Titulo de dignidade ecclesiastica que dá aos curas de certas egrejas uma preeminencia especialmente honorifica sobre os outros curas. Era primitivamente o mais antigo em ordenação dos padres d'uma egreja episcopal, ou aquelle que o bispo, sobretudo na egreja grega, designava como o mais eminente. O seu principal serviço consistia em substituir, nas ceremonias do culto, o bispo impossibilitado por doença.

Arcipreste. Monte na freg. de S. Miguel de Machede, conc. e distr. d'Evora. || Quinta na freg. no mesmo conc. e distr. || Quinta na freg. de N. S.ª das Neves, de Pousa Flores, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Arco. Arma feita d'uma vara flexivel de pau, marfim ou qualquer outra materia elastica, que curvada violentamente por meio de uma corda presa de ponta a ponta, despede com impeto a setta cujo cabo se imbebe na corda, restituindo-se depois ao seu estado natural.

Arco. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Castello de Vide, distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Cepões, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Folhada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Faustino, de Guinfães, conc. de Maia, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Christovão, de Labruja, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Lanhezes, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Pov. da freg. de S. Thiago, de Milheirós, conc. da Maia, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Paio, de Moreira dos Conegos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Nespereira, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Serzedo, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Terrões, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, e conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Villa Fria, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Christovam, de Mafamude, conc. de V. N.ª de Gaya, distr. do Porto. || Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, Triana, concelho d'Alemquer, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Martinho, de Conde, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Horta na freg. de S. Nicolau, conc. e distr. de Santarem. || Monte na freg. de N. S.ª do O', de Aguas Santas, conc. da Maia, distr. do Porto. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. d'Evora. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Gouveias, conc. de Pinhel, distr. da Guarda. || Quinta na freg. de S. Salvador, e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de S. Bartholomeu, e conc. de Villa Flôr, distr. de Bragança.

Arco de Baulhe. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Cabeceiras de Basto, distr. e bisp. de Braga; 1:093 hab. e 263 fogos. Tem escola do sexo masc. e est. post. permutando malas com Cabeceiras de Basto e Guimarães. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada n'um valle; é terra muito abundante e fertil. Até 1834 pertencia a duas provincias e a dois concelhos, ficando a maior parte no Minho, conc. de Cabeceiras de Basto, e o resto em Traz-os-Montes, conc. de Atey. A parte do Minho era da corôa, e a de Traz-os-Montes dos marquezes de Marialva. A egreja matriz foi fundada pelos

annos de 1690 a 1700. O vigario era apresentado pelo reitor do collegio de S. Jeronymo, de Coimbra, que tambem recebia os dizimos. A povoação é cercada ao N. por um ribeiro sem nome, que nasce em S. João de Latão (corrupção de Latrão), d'este concelho. Junta-se-lhe outro ribeiro anonymo. Do *Vau* para baixo divide esta freg. da de Santa Marinha de Pedraça, até que, chegando ao logar do *Arco*, é atravessado por uma antiga ponte de cantaria, de um só arco, da qual provém o nome á aldeia e á freguezia, de Baulhe, de Bagulhe, ou de Baunte, que por estes tres nomes é conhecida. O ribeiro morre no rio Tamega, junto ás cachoeiras do *Telhado*, notaveis não só pela sua belleza, mas tambem pelas magnificas trutas que se criam ali. Em Arco de Baulhe ha uma boa hospedaria. Pertence á 6.ª div. mil. e distr. de recrutamento e de reserva n.º 19, com a séde em Chaves. Tem feira no dia 15 de cada mez. No dia 8 de setembro realisa-se a romaria de N. S.ª dos Remedios, que é uma das mais importantes do concelho, onde concorrem os povos das freguezias mais proximas.

Arco da Calheta. Pov. e freg. de S. Braz do conc. de Calheta, com. de Ponta do Sol, distr. e bisp. do Funchal; 4:119 hab. e 829 fogos. Pertence ao commando militar da Madeira e ao distr. de recrutamento e de reserva n.º 27, com a séde no Funchal. Em Arco da Calheta ha fabricas de aguardente, que pertencem a Julianna Lopes Jardim e Joanna Lomelino Cavalheiro; e uma fabrica de manteiga, de Henrique Martins Pereira da Silva.

Arco de Cima. Quinta na freg. de S. Salvador, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Arco da Memoria. Primeiro marco dos coutos d'Alcobaça, que existe ainda no alto da serra de Aljubarrota. Está situado no ponto onde se diz que D. Affonso Henriques prometteu, em 1147, aos monges de Cister dar-lhes toda a terra que d'ali se descobrisse. Foi erecto em 13 de maio do referido anno, e conserva ainda a inscripção que commemora este facto. V. *Alcobaça* e *Aljubarrota*.

Arco Pintado. Pov. da freg. de S. Thiago d'Eiras, conc. e distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de Santa Cruz, conc. e distr. de Coimbra.

Arco de Sant'Anna. Notavel romance d'Almeida Garrett, baseado na conhecida anecdota historica de D. Pedro I, que açoitou com as suas proprias mãos, segundo narra Fernão Lopes, um bispo do Porto no seu palacio episcopal. Foi escripto em 1845. D'esta obra extrahiu-se o libretto d'uma opera, cuja musica escreveu o maestro portuguez Francisco de Sá Noronha, opera que conservou o mesmo titulo e foi cantada nos theatros de S. Carlos, de Lisboa, e de S. João, do Porto.

Arco de S. Jorge. Pov. e freg. de S. José, conc. de Sant'Anna, com. de S. Vicente, distr. e bisp. do Funchal; 585 hab. e 154 fogos. Pertence ao commando militar da Madeira e ao distr. de recrut. e de res. n.º 27, com a séde no Funchal.

Arco do Rodovalho. Pov. na freg. de S. Thiago, de Cendufe, conc. d'Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello.

Arcobriga. V. *Arcos de Valle de Vez*.

Arcolena. Povoação na freg. de Santa Maria de Belem, 4.º bairro de Lisboa. Dizem que o nome lhe provém de *Arco de lenha*, alludindo ás cambotas do convento de Belem, que para ali estiveram arrumadas. Hoje aquelle sitio tornou-se importante pelo grande reservatorio, que a companhia das Aguas ali mandou construir nos terrenos contiguos á estrada de Cazellas e rua de Domingos Tendeiro, no alto de Arcolena. A inauguração fez-se com toda a solemnidade no dia 15 de outubro de 1902. Os dois compartimentos do reservatorio, chamado dos Jeronymos, tinham sido esgotados, e estavam illuminados por candeeiros de grande fóco e pela luz que se escoava pelos ventiladores da abobada; fôram então percorridos pelos visitantes, que teceram merecidos elogios aos distinctos engenheiros e á direcção da Companhia. Abertas as torneiras de canalisação que abastece os dois compartimentos leste e oeste do reservatorio, começou a correr n'elles a agua. Finda a cerimonia da inauguração, o director da companhia, o sr. Martinho Guimarães, foi apresentar aos visitantes o mestre geral da companhia, sr. Joaquim Manuel, que conta 50 annos de serviço, e que já pertencera á antiga empreza, elogiando-o muito pela sua comprovada competencia, sendo aquelle mestre muito felicitado por todas as pessoas presentes. Este reservatorio veiu melhorar as condições do abastecimento da zona mais occidental da cidade, que por se achar bastante afastada dos reservatorios que até então existiam, e ser alimentada por canalisações de pequeno calibre, estava, nos sitios de maior altitude, privada d'um abastecimento que fôsse regular. O reservatorio dos Jeronymos tem a capacidade util total de 4.500 metros cubicos, em dois compartimentos eguaes e symetricos relativamente ao muro que os separa. Em cada compartimento ha um pavilhão que dá accesso ao interior do reservatorio. Assim, como os restantes reservatorios da Companhia, fica todo enterrado. É alimentado pelo da praça do Principe Real, por meio d'um syphão. Com a construcção d'este reservatorio concluiu a Companhia das Aguas as obras a que era obrigada pelo contrato celebrado com o governo a 18 de julho de 1898.

Arcos. Pov. da freguezia de Santo Antonio da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Estremoz, distr. e arc. d'Evora; 992 hab. e 185 fogos. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada n'um monte, d'onde se vê Portalegre, Veiros, Monforte e Villa Boim. Produz trigo, cevada, e muita fructa. N'esta freg. ha uma lagôa que só tem agua desde o principio da primavera até ao outono; e a grande nascente de Valle de Zebro, que rega e móe, desaguando depois no Alcaravissa, da freguezia da Orada. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e de reserva n.º 22, com a séde em Abrantes. || Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. de Villa do Conde, distr. do Porto, arceb. de Braga; 631 hab. e 101 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 8 k. da séde do conc. É terra fertil. No *Monte do Castello* houve, segundo a tradição, um castello moirisco, e no da *Reguenga* ha uma estrada coberta, que vae ter ao rio Ave. Arcos era vigararia do mestre-escola da collegiada de Barcellos. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e de reserva n.º 18, com a séde no Porto. || Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 225 hab. e 156 fog. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada, parte n'um valle, e

parte no monte de Santa Martha. A egreja é pequena; o vigario era apresentado pelo abbade de S. João de Nogueira. É terra abundante e cria muito gado, grosso e miudo. Passa aqui o rio Arcos. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e de reserva n.º 14, com a séde em Braga. Esta freg. estava annexa á de Nogueira, e foi desannexada por decreto de 7 de maio de 1891, para effeitos administrativos, sendo certo que tambem o é para effeitos judiciaes, segundo o decreto de 28 de dezembro de 1898, e para effeitos civis; todavia na ordem do exercito encontra-se annexa á de Nogueira. ‖ Pov. e freg. de S. Silvestre da prov. da Beira Alta, conc. e comarca de Tabuaço, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 441 hab. e 131 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada n'um valle d'onde se descobrem as villas de Nagosa e S. Cosmádo, e a aldeia de Contim. Pertencia á corôa. O cura era apresentado pelo reitor de Sendim. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e de reserva n.º 9 com a séde em Lamego. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello, bisp. do Porto; 613 hab. e 171 fog. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada, parte n'um monte e parte em campina raza. Do monte descobre-se Ponte de Lima, Moreira, Sá, Bertiandos, Duas Egrejas, Couto da Feitosa, Correlhan, Facha e Victorino das Donas. É terra fertil. O abbade era apresentado pela casa da *Lage,* d'esta freguezia. Houve aqui antigamente, na serra de Arga, um castello chamado de *Amorim,* de que apenas restam vestigios. Era solar dos *Marins* ou *Amorins,* o qual fôra fundado por D. Hilarião de Morim, allemão, ao serviço de D. Affonso, o Catholico, de Leão, pelos annos de 750. Este soberano lhe deu o castello de Amorim e o da Formiga, que D. Hilarião tinha tomado aos moiros, e outras muitas terras por estes sitios, com que formaram um grande morgado. D. João I, de Portugal, deu mais tarde a um descendente do referido D. Hilarião o couto de *Paredes,* na freg. de Meadella. Extinguindo-se esta familia, foi tudo vendido, até a pedra da torre dos Amorins. Para O. ha um monte, a que chamam *O Castello da Formiga,* onde está a capella de S. Romão, e em que dizem, terem residido moiros. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e de reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. ‖ Pov. na freg. de S. Pedro de Britello, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de Santa Christina, de Cervos, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. ‖ Pov. na freg. de S. Pedro, de Cesar, conc. d'Oliveira d'Azemeis, distr. d'Aveiro. ‖ Pov. na freg. de S. Sebastião, de Geraz, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de S. Pedro Fins, conc. da Maia, distr. do Porto ‖ Pov. na freg. de S João Baptista, e conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. ‖ Pov. na freg. de S. Lourenço, de Arranhó, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. ‖ Casal na freg. de Santa Maria, d'Ulme, conc. da Chamusca, distr. de Santarem. ‖ Horta na freg. de Santa Maria, conc. e distr. de Beja. ‖ Horta na freg. de Santa Maria e conc. de Serpa, distr. de Beja. ‖ Monte na freg. de S. Victor, conc. e distr. de Braga. ‖ Monte na freg. de N. S.ª das Neves, conc. e distr. de Beja. ‖ Quinta na freg. de S. Julião, e conc. de Constancia, distr. de Santarem. ‖ Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. d'Evora. ‖ Quinta na freg. de Santa Margarida, do Lavradio, conc. do Barreiro, distr. de Lisboa. ‖ Quinta na freg. de S. Lourenço, de Villa Nogueira d'Azeitão, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. ‖ Rio da prov. do Minho, que nasce na freg. de Nogueira, e morre no rio Veiga, na freg. de Esporões. Suas margens são cultivadas e abundantes. Ha uma ponte de pedra sobre a estrada real. Rega e móe. Tem uma cachoeira em *Agua Levada.*

Arcos d'Anadia. V. *Anadia (Arcos de).*

Arcos de Val-de-Vez *(D. Lourenço Filippe de Lima Brito e Nogueira, 2.º conde de).* Filho do 1.º conde de Arcos de Val-de-Vez, D. Luiz de Lima Brito e Nogueira, e de sua mulher, a condessa D. Victoria de Cardaillac, dama da rainha D. Izabel de Bourbon, filha de Francisco de Cardaillac, barão de la Chapelle, e da baroneza D. Magdalena de Bourbon. O titulo fôra concedido a seu pae em tres vidas, por carta de Filippe III, de 8 de fevereiro de 1620, em attenção a elle estar casado, com approvação d'el-rei Filippe II, com D. Victoria de Bourbon, dama da rainha de Hespanha, e pelos merecimentos e qualidades d'aquelles de quem descendiam *(V. 1.º conde de Arcos de Val-de-Vez).* No decreto alludido, designam-se d'esta fórma as tres vidas, a que é concedido o titulo: 1.ª D. Luiz de Lima Brito e Nogueira; 2.ª seu filho D. Lourenço; 3.ª sua filha D. Magdalena de Bourbon, que foi dama do paço, e casou com D. Thomaz de Noronha, que foi o 3.º conde de Arcos de Val-de-Vez, pelo seu casamento *(V. este nome e titulo).* D. Lourenço falleceu sem geração, passando o titulo a seu cunhado D. Thomaz de Noronha.

Arcos de Val-de-Vez *(D. Luiz de Lima Brito e Nogueira, 1.º conde de).* Era filho do visconde de Villa Nova de Cerveira. Foi creado conde de Arcos de Val-de-Vez, por carta de 8 de fevereiro de 1620, de Filippe III, em attenção a ter casado com D. Victoria de Cardaillac e Bourbon, dama da rainha D. Isabel de Bourbon, e pelos merecimentos e qualidades d'aquelles de quem descendiam. A varonia d'esta casa é Noronha, que assim como a dos marquezes d'Angeja, procede de D. Martinho de Noronha, senhor de Cadaval, de quem foi irmão mais velho D. Henrique de Noronha, commendador-mór da ordem de S. Thiago, terceiro neto dos reis D. Henrique II, de Castella, e D. Fernando, de Portugal. O conde de Gijon, D. Affonso, filho natural de D. Henrique II, casara em 1378, com D. Izabel, filha natural de D. Fernando I, de Portugal. D. Martinho de Noronha casou com D. Guiomar de Castro, filha de D. João de Noronha e de D. Joanna de Castro, herdeira da casa e condado de Monsanto. D'este matrimonio nasceu D. João de Noronha, que lhe succedeu na casa, e morreu com opinião de santo a 22 d'agosto de 1572; casou com D. Branca de Castro, filha de Gonçalo Coutinho, commendador da Arruda, e teve, entre outros filhos, a D. Marcos de Noronha, que casando com

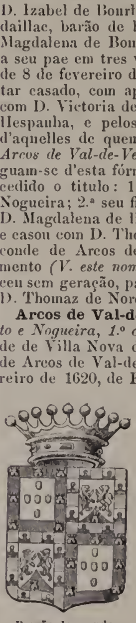

Brazão dos condes de Arcos de Val-de-Vez

D. Maria Henriques, filha de D. Francisco da Costa, embaixador a Marrocos, fôram paes de D. Thomaz de Noronha, que pelo seu casamento, veiu a ser 3.º conde de Arcos de Val-de-Vez. A carta passada a 8 de fevereiro de 1620, por Filippe III, concede a mercê em tres vidas *(V. 2.º conde d'este titulo)*. O brazão é o seguinte: escudo esquartelado; no primeiro e quarto quartel as armas de Portugal; no segundo e terceiro as armas do antigo reino de Castella, mantelado de prata, e dois leões de purpura, batalhantes, com uma bordadura composta de oiro e veiros d'azul.

Arcos de Val-de-Vez *(D. Manuel José de Menezes e Noronha, 7.º conde de)*. Gentil-homem da camara d'el-rei D. Pedro III, desembargador ordinario da Relação e Casa do Porto, para entrar em vaga por carta de 19 d'abril de 1762; desembargador ordinario da Casa da Supplicação, por carta de 12 de dezembro de 1764; deputado da Junta da Administração do Tabaco, para o logar vago por fallecimento do deputado Domingos Lobato Quinteiro, por alvará de 8 d'outubro de 1763; deputado da Junta dos Tres Estados por decreto de 21 de março de 1769, e carta de 21 d'abril do mesmo anno; do conselho d'el-rei D. José, por carta de 5 d'abril de 1769, commendador de Santa Maria de Villa de Rei, na ordem de Christo. N. a 3 de junho de 1740 e morreu na tourada de Salvaterra em 1779. Era filho dos 4.ºs marquezes de Marialva e 6.ºs condes de Cantanhede, e de sua mulher, D. Eugenia Mascarenhas, filha dos 3.ºs condes d'Obidos. Foi o 7.º conde de Arcos de Val-de-Vez, por ter casado em 1766 com D. Julianna Xavier de Noronha, filha primogenita e herdeira da casa dos 6.ºs condes de Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito, e de sua mulher, D. Maria Xavier de Lencastre, filha dos 3.ºs condes de S. Miguel, e dama da rainha D. Marianna Victoria, em 1750. O titulo foi renovado, em carta de 21 de maio 1760, por el-rei D. José. A condessa D. Julianna nasceu a 29 de setembro de 1732, e sobreviveu a seu marido, vindo a fallecer em 1817.

Arcos de Val-de-Vez *(D. Manuel de Noronha e Brito, 9.º conde de)*. Par do reino por successão a seu pae, de que prestou juramento na camara respectiva na sessão de 29 de novembro de 1844; gentil-homem da camara de D. João VI, em 1817, commendador de Santa Maria de Villa de Rei, e de Santo Ildefonso de Sedaes, ambas na ordem de Christo, padroeiro do mosteiro do Salvador, de Lisboa, tenente-coronel reformado de infantaria do exercito. N. a 28 de fevereiro de 1792, fal. em Lisboa a 12 de junho de 1877. Era filho do 8.º conde de Arcos de Val-de-Vez, D. Marcos de Noronha e Brito, e de sua mulher, D. Maria Rosa Caetana de Lorena, filha do 6.º conde de S. Vicente, Manuel Carlos da Cunha, e da condessa D. Luiza Caetana de Lorena. Casou a 23 de novembro de 1815, com D. Barbara da Silva Tello, filha dos 2.ºs marquezes de Vagos e 7.ºs condes d'Aveiras. O titulo foi renovado, em carta de 10 de dezembro de 1813, pela regencia do principe D. João, no reinado de D. Maria I.

Arcos de Val-de-Vez *(D. Marcos de Noronha e Brito, 4.º conde de)*. Gentil-homem da camara do infante D. Francisco. Nasceu em 1650, fal. a 25 de março de 1718. Era filho dos 3.ºs condes de Arcos de Val-de-Vez, D. Thomaz de Noronha e Brito, e D. Magdalena de Bourbon, dama do paço. Casou em 17 de junho de 1671 com D. Maria Josepha de Tavora, que morreu a 9 de fevereiro de 1731, e era filha de Luiz Alvares de Tavora, 1.º marquez d'este titulo, e da marqueza D. Ignacia Maria de Menezes. O titulo foi-lhe concedido por carta de 12 de junho de 1665.

Arcos de Val-de-Vez *(D. Marcos de Noronha e Brito, 6.º conde de)*. Capitão de cavallaria. N. a 26 de junho de 1738. Era filho do 5.º conde de Arcos de Val-de-Vez, D. Thomaz de Noronha e Brito, e de sua mulher, D. Magdalena Bruna de Castro. Casou a 18 de novembro de 1731 com D. Maria Xavier de Lencastre, irmã de sua madrasta, e filha dos 3.ºs condes de S. Miguel, dama da rainha D. Marianna Victoria, em 1750.

Arcos de Val-de-Vez *(D. Marcos de Noronha e Brito, 8.º conde de)*. Par do reino, por carta regia de 30 d'abril de 1826, de que prestou juramento e tomou posse a 31 d'outubro do mesmo anno; gentil-homem da camara de D. Maria I; conselheiro de estado effectivo em 1823; presidente do conselho de ministros, e ministro e secretario de estado dos negocios da marinha e ultramar, em 1821; ministro e secretario de estado da mesma repartição, no Rio de Janeiro, em 23 de junho de 1817; governador e capitão-general da capitania do Grão-Pará e Rio Negro, por carta patente de 21 d'abril de 1795; vice-rei e capitão-general de mar e terra do estado do Brazil, por carta regia de 25 de janeiro de 1799; governador e capitão-general da capitania da Bahia; tenente-general do exercito, etc. N. a 7 de junho de 1771, e fal. a 6 de maio de 1828. Era filho do 7.º conde de Arcos de Val-de-Vez, Dom Manuel José de Menezes, e de sua mulher, a condessa D. Julianna Xavier de Noronha. Succedeu na casa de Arcos a sua mãe, a 8 de janeiro de 1814, e no titulo a seu pae, por carta regia de 20 de fevereiro de 1783. Quando a 7 de março de 1808 chegaram ao Rio de Janeiro as pessoas reaes, exercia elle o cargo de vice-rei e capitão-general de mar e terra do estado do Brazil, terminando no dia seguinte, que foi o desembarque, o seu vice-reinado. Em junho de 1809 foi nomeado governador geral da capitania da Bahia, logar que vagara a 8 de maio do referido anno, por ter fallecido o então governador geral, o 6.º conde da Ponte, João Saldanha da Gama Mello Torres Guedes de Brito; tomou posse em setembro de 1810, e n'este cargo se conservou até principios de 1818. São de sua iniciativa n'esta provincia o estabelecimento da primeira typographia, e de um jornal intitulado: *A edade de oiro*, bem como a abertura solemne da bibliotheca publica d'aquella cidade, em 13 de maio de 1811, a qual teve principio pela importante livraria do benemerito cidadão Pedro Gomes Ferrão, que elle proprio offerecera ao governador geral. Quando se deu a revolução de Pernambuco em 1817, o conde de Arcos de Val-de-Vez empregou toda a energia, e tomou as mais promptas providencias para submetter os rebeldes, chegando a ser cruel na applicação dos castigos, e aprestando tropas e soccorros, ainda antes de receber ordens do governo do Rio de Janeiro. O cargo de ministro da marinha, no Rio de Janeiro, para que foi nomeado em junho de 1817, fôra exercido pelo conde da Barca, Antonio de Araujo de Azevedo, que tinha fallecido a 21 do referido mez e anno. Re-

gressando D. João VI a Portugal, ficou sendo presidente do ministerio, que se constituiu junto do principe regente D. Pedro. Pouco depois appareceram novos tumultos e os chefes do movimento impozeram a D. Pedro que o demitisse. O conde partiu então para Lisboa, e D. João VI o nomeou membro da Junta do Governo do Reino, que creara pelo decreto de 6 de março de 1826, para coadjuvar a infanta D. Izabel Maria na regencia do reino, decidindo-se todos os negocios á pluralidade dos votos, sendo sempre decisivo o da infanta; determinação esta, que regularia tambem para o caso de morte do mesmo rei D. João VI, emquanto o legitimo herdeiro e successor da corôa não desse as suas providencias a este respeito — *Supplemento ao n.º 56, da «Gazeta de Lisboa», de 7 de março de 1826.* Faziam parte d'esta junta, além do conde de Arcos de Val-de-Vez, o cardeal, 6.º patriarcha de Lisboa, D. Fr. Patricio da Silva; o 4.º duque de Cadaval, D. Nuno Caetano Alvares Pereira de Mello; o 1.º marquez de Vallada e 1.º conde de Caparica, D. Francisco de Menezes da Silveira e Castro, e os ministros e secretarios de estado: dos negocios do reino, José Joaquim de Almeida Araujo Correia de Lacerda; dos negocios ecclesiasticos e de justiça, Fernando Luiz Pereira de Sousa Barradas; dos negocios da fazenda, D. Miguel Antonio de Mello, depois 1.º conde de Murça; dos negocios da guerra, o conde de Barbacena, D. Francisco Furtado de Mendonça; dos negocios da marinha e ultramar, José Joaquim Monteiro Torres, vice-almirante; e dos negocios estrangeiros o 1.º conde de Porto Santo, Antonio Saldanha da Gama. O 8.º conde de Arcos de Val-de-Vez casou a 7 d'agosto de 1791 com D. Maria Rosa Caetana de Lorena, filha do 6.º conde de S. Vicente, Manuel Carlos da Cunha, vice-almirante da Armada Nacional, e da condessa D. Luiza Caetana de Lorena, filha dos 3.ºs duques de Cadaval. Era gran-cruz da ordem de S. Bento d'Aviz e da antiga ordem da Torre Espada; commendador da ordem de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa, e da de Santa Maria da Villa de Rei, na ordem de Christo, padroeiro do mosteiro do Salvador, de Lisboa.

Arcos de Val-de-Vez *(D. Nuno José de Noronha e Brito, 10.º conde de).* Addido honorario de legação, e proprietario. N. a 17 de novembro de 1816. Era filho do 9.º conde de Arcos de Val-de-Vez, D. Manuel de Noronha e Brito, e de sua mulher, D. Barbara da Silva Tello. Casou em 1 d'outubro de 1842 com D. Maria Rita Gonçalves Zarco da Camara, filha do 7.º conde da Ribeira Grande, D. José Maria Antonio Gonçalves Zarco da Camara, e de sua segunda mulher, a condessa D. Marianna d'Almeida, dama de honor da rainha D. Maria I, e dama da ordem de Santa Izabel, de Portugal. O titulo foi em verificação de vida concedida no mesmo titulo a seu pae, por decreto de 2 de maio de 1855. O 10.º conde de Arcos de Val-de-Vez foi elevado ao pariato, como successor de seu pae, e tomou posse na camara respectiva na sessão de 18 de março de 1878. A condessa, D. Maria Rita Gonçalves Zarco da Camara, falleceu em Lisboa a 29 de setembro de 1882.

Arcos de Val-de-Vez *(D. Thomaz de Noronha, 3.º conde de).* Do conselho de estado e de guerra, d'el-rei D. Affonso VI, presidente do conselho ultramarino, e gentil-homem da camara do principe D. Theodosio. Era filho de D. Marcos de Noronha, e de D. Maria Henriques, filha de D. Francisco da Costa, embaixador a Marrocos. Casou duas vezes; a primeira, com D. Brites de Vilhena, filha de D. Francisco de Noronha e Albuquerque, senhor de Villa Verde, que falleceu sem geração. A segunda, com D. Magdalena de Bourbon, dama do paço, filha de D. Luiz de Lima Brito, 1.º conde de Arcos de Val-de-Vez, e da condessa sua mulher, D. Victoria de Cardaillac, dama da rainha D. Izabel de Bourbon, filha de Francisco de Cardaillac, barão de La Chapelle, e da baroneza D. Magdalena de Bourbon; por este casamento, e por morte de seu cunhado, o 2.º conde de Val-de-Vez, D. Lourenço Filippe de Lima, que falleceu sem successão, ficou sendo o 3.º conde d'aquelle titulo.

Arcos de Val-de-Vez *(D. Thomaz de Noronha e Brito, 5.º conde de).* Do conselho d'el-rei. Era filho do 4.º conde de Arcos de Val-de-Vez, D. Marcos de Noronha e Brito, e de sua mulher, D. Maria Josepha de Tavora, filha do 1.º marquez de Tavora, Luiz Alvares de Tavora, e de sua mulher, D. Ignacia Maria de Menezes. O 5.º conde de Arcos de Val-de-Vez foi brigadeiro com um regimento de cavallaria da côrte, e general de batalha. Casou em 9 d'outubro de 1704 com D. Magdalena Bruna de Castro, que falleceu a 31 de janeiro de 1729, filha de D. João d'Almeida, conde d'Assumar, e da condessa, sua mulher, D. Izabel de Castro.

Arcos de Val-de-Vez *(Batalha de).* Batalha dada entre D. Affonso, de Portugal, e seu primo Affonso VII, de Castella e Leão. Chamou-se *Veiga da Matança* ao sitio onde se feriu o combate; outros dizem que foi no planalto da Bolhosa, proximo da *Fôrna* ou castello da *Pena da rainha*, onde actualmente é a *Chã das pipas.* Alexandre Herculano, na *Historia de Portugal*, diz o seguinte, referindo este facto ao anno de 1139 ou proximo de 1140: «Ao longo das correntes do Lima, pela sua margem direita, as montanhas de Penagache na Galliza internam-se em Portugal, e vem formar ao nascente de Arcos de Val-de-Vez os asperos pendores do Suajo sob as altissimas chapadas da Peneda, cujos agrestes habitantes são ainda hoje dos que mais tenazmente conservam as tradições e usanças de antigos tempos. E' territorio crespo de serranias e cortado de rios e torrentes. Perto da villa de Arcos, aquellas altas cordilheiras bifurcam-se e achatam-se, deixando para o poente a veiga de Val-de-Vez. Avançando do lado do norte, depois de atravessar o Minho ou, talvez, marchando do nascente pela provincia de Traz-os-Montes, o imperador descia das alturas d'aquelles selvaticos desvios dirigindo-se ás margens do Lima. Passada a Portella de Vez, que tira o nome do mesmo ribeiro que o deu á veiga, elle acampara em frente do castello da Pena da Rainha, que era acaso o que posteriormente chamaram Torre da Penaguda. O conde Radimiro adeantou-se então com algumas forças a talar o territorio inimigo; mas não tardou a topar com o infante que marchava rapidamente ao encontro dos invasores. Travou-se um combate, e o conde, que loucamente se atrevera a afastar-se do grosso do exercito, foi desbaratado e captivo. Com este prospero successo os portuguezes não hesitaram em avançar para Val-de-Vez, e Affonso VII viu coroarem-se de uma

selva de lanças as altas e asperas serranias que se prolongavam defronte do seu acampamento. Assim como as epocas de adeantada civilisação tendem a fazer semelhantes os costumes de povos diversos, assim na infancia das sociedades usanças barbaramente poeticas se repetem frequentemente entre nações divididas por largas distancias de espaço ou de tempo. Os heroes da Iliada preludiavam ao travar as batalhas por combates singulares, com os quaes se excitavam o esforço e o enthusiasmo do commum dos guerreiros. A idade média viu muitas vezes renovarem-se estas scenas da infancia da civilisação grega, e nas raizes do carrancudo Suajo repetiram-se tambem esses duellos homericos. Entre os dois exercitos a veiga do Vez offerecia-se como uma vasta estacada, onde os barões e cavalleiros de Leão e Portugal podiam encontrar-se corpo a corpo, sem a desordem e confusão de uma batalha, e experimentarem qual das duas provincias de Hespanha gerava braços mais robustos, animos mais féros. Foi um largo torneio em que a victoria coube aos valentes homens de guerra do infante. Fernando Furtado, irmão do imperador, Vermudo Peres, cunhado de Affonso Henriques, o conde Ponce de Cabrera e muitos outros dos mais notaveis fidalgos da corte do imperador, derribados pelas lanças dos portuguezes, ficaram prisioneiros, segundo as leis da cavallaria. A memoria do facto perpetuou-o ahi no nome de *Jogo do Bafurdio* ou *Boforda*, que se poz ao logar do torneio, o qual, depois, a tradição popular, engrandecendo o successo, segundo é costume, denominou Veiga da Matança, bem que a historia não nos diga que morresse no combate um só dos nobres contendores».

Arcos de Valle de Vez. Villa da prov. do Minho, séde de conc. e de com., distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga. Tem duas freguezias: S. Paio e S. Salvador. Pertence á 3.ª div. mil., 5.ª brigada, grande circumscripção militar do

Brazão da villa de Arcos de Valle de Vez

gante e aligeirada por uns arcos intermediarios mais pequenos, põe em communicação as duas margens e as duas partes, em que a villa está naturalmente dividida. Ali o rio mais parece um lago que uma corrente. A transparencia das aguas, nascidas em granitos denudados, deixa vêr as areias amarellas do alvéo e o reflexo nitido e até inverosimil das casas marginaes. O bairro chamado da *Ponte*, situado na margem esquerda, tem uma graciosidade, que em noites de brilhante luar ultrapassa a composição mais bem imaginada. A villa é de fundação muito antiga. Querem alguns que fôsse obra dos gallo-celtas, 350 annos antes de Christo, com o nome de *Arcobriga*. Os romanos estabeleceram-se aqui sem lhe mudarem o nome, pronunciando apenas *Arcóbriga*. Na doação que o rei suevo Theodomiro fez da egreja de Santa Maria de Palacios ao bispo de Tuy, em 560, vê-se que esta villa teve o nome de *Valle de Vice*, mas já então se chamava *Val-de-Vez*. Em 1125, D. Thereza, mãe de D. Affonso Henriques, doou á Sé de Tuy o mosteiro de S. Cosme e S. Damião, que ficava sobre a margem esquerda do rio Vez, em Azere, com todas as herdades e egrejas do seu couto, determinando n'essa occasião que ninguem tivesse vassallos nem possessões no couto de Azere sem autorisação do bispo. Este contrahia, porém, o compromisso de vir todos os annos a Azere ministrar ordens e o chrisma, e cantar na capella de S. Miguel da Veiga uma missa pela sua alma e pela dos reis seus successores. Além d'estes serviços piedosos, D. Thereza collocou tambem na egreja um capellão com ordem de cantar missa todos os dias por sua intenção e dos seus des-

Vista geral de Arcos de Valle de Vez

norte, e ao distr. de recrutamento e de reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. E' uma villa pitoresca, situada no meio do valle principal d'uma extensa e anfractuosa formação granitica, cujo topo está a 1:415 metros sobre o nivel do mar. Este valle é sulcado pelo rio *Vez* ou *de Vez*, que é o principal affluente do Lima. O Vez torneia a villa, curvando o leito n'uma sinuosidade violenta. Uma ponte moderna de quatro arcos abatidos, d'uma robusta construcção, mas ele-

cendentes. Em documentos mais antigos se lê *Valle de Vico* ou *Valle de Vice*. A villa dividia-se antigamente em dois partidos; um ao O. do rio, tendo seu foral no *Carvalho de Penellas;* o outro principiava na ponte *d'Aspa*, cortava a Portella de Vez pelo E. e era o seu foral no logar das Choças. Entre estes partidos havia alguns coutos. Esta villa pertenceu ao infante D. Diniz, filho de D. Pedro I e de D. Ignez de Castro, que a perdeu, por se ter recusado a beijar a mão de

sua cunhada, a rainha D. Leonor Telles, e fugir para Castella. D'estas terras fez mercê D. João I, metade a D. Fernando Annes de Lima, pae de D. Leonel de Lima, 1.º visconde de Villa Nova da Cerveira; vindo mais tarde a obter a outra metade, que era senhorio dos Pachecos, por estes terem abandonado Portugal passando ao serviço

Egreja da Misericordia

de Castella Ficaram, portanto, de novo unidas estas propriedades com o nome de Val-de-Vez, sendo cabeça os Arcos, por ficar central e proximo ao paço de Giella. Quando el-rei D. Manuel passou n'esta villa em 1498, indo para S. Thiago da Galliza e para Toledo, os moradores levantaram uns sumptuosos arcos, na passagem do monarcha. Em memoria d'este facto, dizem que D. Manuel mandou que desde então a villa se chamasse *Arcos de Valle de Vez.* Apezar de ser esta a opinião d'alguns escriptores, vê-se uma certa contradicção, porque no foral dado á villa pelo referido soberano em 2 de junho de 1515, ainda se lhe chama sómente *Val-de-Vez.* Outros querem que o nome fôsse tomado por causa d'uns arcos de cantaria que fórmam uma praça coberta, muito boa. Os dois arcos, que estão no adro e ajudam a fazer a praça, consta terem sido mandados construir por D. Affonso Henriques, em memoria de uma batalha, que se realisou ali, e que tornou celebre aquelle local *(V. Arcos de Val-de-Vez, batalha de).* O concelho de Arcos de Valle de Vez comprehende 49 freg. n'uma superficie de 45:990 hect. com 31.327 hab., sendo 13.872 do sexo masc. e 17:455 do fem. A villa dista 39 k. da séde do distr. As freguezias são as seguintes: Aboim de Chocas, Santo Estevam, 508 hab.: 225 do sexo masc. e 283 do fem.; Aguiã, S. Thomé, 509 hab.: 219 do sexo masc. e 290 do fem.; Alvora, Santa Maria, 543 hab.: 235 do sexo masc. e 308 do fem.; Arcos de Valle de Vez, S. Salvador, 1:279 hab.: 550 do sexo masc. e 729 do fem.; Arcos de Valle de Vez, S. Paio, 1:359 hab.: 622 do sexo masc. e 737 do fem.; Azere, S. Cosme e Damião, 353 hab.: 138 do sexo masc. e 215 do fem.; Cabana Maior, S. Martinho, 674 hab.: 277 do sexo masc. e 397 do fem.; Cabreiro, O Salvador, 913 hab.: 394 do sexo masc. e 519 do fem.; Carralcova, S. Thiago, 297 hab.: 133 do sexo masc. e 164 do fem.; Cendufe e Rio do Cabrão, S. Thiago e S. Lourenço, 708 hab.: 313 do sexo masc. e 395 do fem.; Couto, S. Pedro, 784 hab.: 351 do sexo masc. e 433 do fem.; Eiras, Santa Comba, 355 hab: 145 do sexo masc. e 210 do fem.; Ermello, Santa Maria, 479 hab.: 223 do sexo masc. e 256 do fem.; Extremo, N. S.ª da Natividade, 270 hab.: 130 do sexo masc. e 140 do fem.; Gavieira, O Salvador, 399 hab.: 193 do sexo masc. e 206 do fem.; Giella, S. Vicente, 311 hab.: 143 do sexo masc. e 168 do fem.; Gondoriz, Santa Eulalia, 1:546 hab.: 653 do sexo masc. e 893 do fem.; Grade, Santa Maria, 563 hab.: 278 do sexo masc. e 285 do fem.: Guilhadezes, S. André, 518 hab.: 216 ds sexo masc. e 302 do fem.; Jolda, Santa Maria Magdalena, 482 hab.: 224 do sexo masc. e 258 do fem.; Jolda, S. Paio, 282 hab.: 134 do sexo masc. e 148 do fem.; Loureda, S. Miguel, 338 hab.: 158 do sexo masc. e 180 do fem.; Mei, S. Martinho, 161 habitantes: 62 do sexo masc. e 99 do feminino; Miranda, Santa Maria, 953 hab: 439 do sexo masc. e 514 do fem.; Monte Redondo, S. Bartholomeu, 389 hab.: 173 do sexo masc. e 216 do fem.; Oliveira, Santa Maria, 366 hab.: 136 do sexo masc. e 230 de fem.; Paçô, N S.ª do Soccorro, 603 hab.: 281 do sexo masc. e 322 do fem.; Padreiro, O Salvador, 405 hab.: 178 do sexo masc. e 227 do fem.; Padreiro, Santa Christina, 283 hab.: 126 do sexo masc. e 157 do fem; Padroso, N. S.ª das Neves, 526 hab.; 221 do sexo masc. e 305 do fem.; Parada, S. João Baptista, 241 hab.: 101 do sexo masc. e 140 do fem.; Portella, Santo André, 541 hab.: 243 do sexo masc. e 298 do fem.; Prozello, Santa Marinha, 778 hab.: 361 do sexo masc. e 417 do fem.; Rio Frio, S. João Baptista, 1:623 hab.: 752 do sexo masc. e 871 do fem.; Rio de Moinhos, Santa Eulalia, 709 hab.: 313 do sexo masc. e 396 do fem.; Sá, S. Pedro, 249 hab.: 109 do sexo masc e 140 de fem.; Sabbadim, O Salvador, 823 hab: 350 do sexo masc. e 473 do fem.; Santos Cosme e Damião, 269 hab.: 110 do sexo masc e 159 do fem.; S. Jorge, 1:251 hab.: 553 do sexo masc. e 698 do fem.; Senhorei, S. Cypriano, 545 hab., 247 do sexo masc. e 298 do fem.; Sistello, S. João Baptista, 757 hab.: 338 do sexo masc. e 419 do fem.; Suajo, S. Martinho, 2:032 hab.: 908 do sexo masc. e 1:124 do fem.; Souto, S Pedro, 626 hab.: 278 do sexo masc. e 348 do fem.; Tabaçô, e Santar, S. Thiago e Santa Maria,

391 hab.: 173 do sexo masc. e 218 do fem.; Tavora, Santa Maria, 801 hab.: 353 do sexo masc. e 448 do fem.; Tavora, S. Vicente, 315 hab.: 141 do sexo masc. e 174 do fem.; Valle, S. Pedro, 1:437 hab.: 623 do sexo masc. e 814 do fem.; Villa Fonche, Santa Comba, 380 hab.: 176 do sexo masc. e 204 do fem.; foi a primitiva freguezia dos Arcos de Valle de Vez com o nome de Guilhafonse; Villela, Santa Maria, 403 hab.: 173 do sexo masc. e 230 do fem. A villa tem tres praças ou campos: o largo do Terreiro, chamado hoje *Campo de D. Luiz*, a do centro da villa, onde está o edificio da camara municipal, e a praça de S. Braz. O Terreiro é ladeado pelas egrejas do Salvador e do Espirito Santo. Em frente e ao fundo vê-se o rio espraiado; depois, em todo o redor, encostas amenas, casas, devezas cerradas de carvalhos, canteiros silvestres de pinhaes, etc. Na villa encontram-se abundantes fontes de excellente agua. Uma d'ellas tem o nome de *Fonte do Piolho*. A antiga matriz foi fundada em 1372 pelo abbade de Sabbadim. No seculo XVII estabeleceu-se a parochia do Salvador na capella da praça passando depois para o templo da antiga matriz, já reedificado nos annos de 1690 a 1700, por mercê de D. Pedro II, á custa dos direitos do sal. Eram padroeiros d'esta egreja os viscondes de Villa Nova da Cerveira, que lá teem o seu brazão no frontispicio. A egreja é d'uma só nave, de boa talha nos altares, principalmente o do Sacramento, que é, segundo affirmam, o melhor do concelho, onde se vê um curioso frontal representando a *Ceia de Christo*, em baixo relevo sobre madeira. Entre as alfaias do culto são dignos de especial menção a preciosa custodia de prata doirada e o vaso do sacrario, esplendidos trabalhos de ourivesaria do seculo XVII. Estas preciosidades estiveram na exposição d'arte de Vianna do Castello. A pyxide é do mesmo theor. A parochia de S. Paio é muito antiga, e falam d'ella os mais velhos documentos da Sé de Tuy, á qual pertenceu. No logar da Egreja Velha esteve o primeiro templo, que foi demolido ha cerca de um seculo por ameaçar ruina. O actual foi começado em 1781, e terminou-se em 1831, sendo destinado a esta obra o real d'agua, por mandado de D. Maria I. A parochia já estava erecta na egreja nova em meados do anno de 1817. E' templo muito elegante e bem situado. Fôram seus padroeiros os Magalhães, passando ultimamente o padroado para a mitra primaz. A primitiva egreja da Misericordia parece ter sido construida em 1595, á custa de esmolas. No anno de 1710 achava-se bastante arruinada, tendo cahido parte da fachada; foi então reedificada, collocando-se sobre a porta principal, n'um grande nicho envidraçado, a imagem de *N. S.ª da Porta*, a que o povo da villa e o das aldeias proximas consagram grande devoção. No adro existe um cruzeiro d'algum valor. E' obra de granito e de regular execução, e nas quatro faces do capitel da columna tem quatro passos da Paixão de Christo, em relevo. A real capella da Misericordia tem cinco altares e uma capella destinada ao Sacramento. Todos os altares são de talha moderna; um d'elles é de Santo Antonio, e foi feito a expensas de dois bemfeitores da capital, no anno de 1813. O hospital está contiguo á egreja; é bem construido e bem administrado. O edificio do novo hospital fica ao sahir da villa, na margem da estrada que vae para Vianna de Castello. A primeira pedra foi lançada em 1880, fazendo de provedor o dr. Antonio A. Pereira, medico. Construiu-se segundo o plano apresentado pelo habil hygienista hospitalar Dr. Antonio Augusto Simões. O aspecto do hospital indica logo a vastidão e cubagem das enfermarias e das restantes dependencias. A fachada principal olha ao nascente e mede, em total comprimento, 60 metros. A sua situação e orientação foi sanccionada por peritos. O serviço hospitalar está confiado ás irmãs hospitaleiras francezas. Em Arcos de Valle de Vez ha ainda as seguintes egrejas: S. Bento, que é um templo de boa construcção. Era o antigo convento de frades cartuxos de Santo Antonio, dedicado ao santo d'aquelle nome, fundado por Bento Cerveira Baião. As obras começaram em 1678 e concluiram-se em 1724. Diz-se, que, antes da fundação do convento, já ali existia uma ermida. A egreja tem quatro altares de boa talha; o retabulo do altar mór é o melhor da villa. Está aqui erecta a ordem terceira, e no adro estabeleceu-se o cemiterio municipal, que dizem ser hoje pequeno para o movimento obituario da villa. A egreja do Espirito Santo é a maior e a mais sumptuosa do concelho, pela sua construcção e pela talha dos seus altares, sobretudo da dos doceis ou cupolas dos pulpitos. Se a confraria dos clerigos que a administra tivesse fundos, e as esmolas dos fieis abundassem, seria hoje um templo que faria honra a qualquer das nossas primeiras cidades. E' séde da irmandade dos clerigos pobres, que foi fundada em 1549. A egreja de N. S.ª da Lapa está situada onde n'outro tempo existia uma ermida dedicada a S. Braz. Em 1758, um frade do Varatojo, vindo a esta villa cumprir uma missão, trouxe comsigo uma ima-

Hospital da Misericordia

gem de N. S.ª da Lapa, e foi collocal-a na ermida. Tornou-se tão grande a devoção por aquella imagem, que em 1774 já o novo templo estava construido á custa de esmolas. Na encosta do monte de S. Paio e sobranceiro á villa, está o santuario de N. S.ª dos Remedios, branquejando no meio do frondoso arvoredo. Foi construido pelos annos de 1852 a 1856, tambem á custa de esmolas, sendo o seu maior bemfeitor o fallecido Manuel José de Carvalho. Proximo áquelle local tinha havido muito anteriormente uma ermida consagrada á mesma Virgem, que é de muita devoção pelo povo d'estes arredores. Entre as fragosas serranias do Suajo está localisado o santuario de N. S.ª da Peneda, um dos melhores do alto Minho. O templo é espaçoso e de boa architectura. As capellas teem os passos da vida de Christo e da Virgem; são regulares, e attendendo á difficuldade de communicação com aquellas serras e á falta de madeiras, muito se tem feito ali para que o santuario prenda a attenção dos visitantes. No primeiro largo de entrada vêem-se seis capellas; no centro está a columna do Anjo da Guarda, em cuja base se lê uma inscripção, declarando que «depois de restaurarem as ruinas do santuario, impetrarem a graça do jubileu sagrado, collocarem o augustissimo sacramento no tabernaculo santo, ampliarem o antigo terreiro, e fundarem os magnificos edificios, pozeram esta pedra para monumento eterno do seu zelo, triumpho da religião e gloria immortal da Santissima Virgem, na era christã de MDCCLXXXVII.» As romarias ao santuario da Peneda, e principalmente a de setembro, são muito concorridas, tanto de portuguezes como de hespanhoes. A casa da camara é um edificio vistoso e importante, de construcção moderna. Parece que estão ali reunidas as differentes repartições do concelho. Em Arcos de Valle de Vez houve tres torres solares, de que já não restam vestigios: a de *Penaguda*, *Souto da Torre*, e outra fóra da villa. Os arrabaldes são abundantissimos d'aguas, frondosos arvoredos, campos bem cultivados e ferteis. A villa foi condado por mercê de Filippe III, em 1620, concedida a D. Luiz de Lima de Brito e Nogueira, que foi o 1.º conde de Arcos de Val-de-Vez *(V. este titulo)*. Tem escolas para ambos os sexos: *Escola moderna* e de *Nossa Senhora das Dôres*; est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamentos de vales de correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, serviços de encommendas, permutando malas com a R. A. M.—Vianna do Castello; Asylo de invalidos de N. S.ª da Peneda; *Monte-pio arcoense;* Sociedade de recreio: *Theatro Teixeira Coelho*; *Circulo catholico d'operarios*; *Bombeiros voluntarios*, de que el-rei é presidente honorario; *Gremio arcoense; Club recreativo dos empregados do commercio;* Typographia Lusitana; Agencias bancarias: *Alliança, Banco de Portugal, Commercial de Lisboa, Lisboa & Açores, Mercantil, Minho, Portuguez & Brazileiro, Banco commercial do Porto*; Agencias de seguros: *Tagus, Fidelidade, Urbana Portugueza, Portugal e Fraternidade;* Agencias de vapores: *Diogo José Cerqueira Dantas, Manuel Joaquim Pereira* e *Manuel José Alves Barreiros*. Corpo consular: *vice-consul de Hespanha e agente consular d'Italia;* dois hoteis: *Restaurante dos Arcos*, e o da *Serra;* medicos; cinco pharmacias; feiras a 21 e 25 de março e 12 de abril. O pelourinho da villa é um monumento curioso do seculo XVI. Esteve primeiro no centro da praça principal, depois foi mudado para junto do rio. Ao pé do pelourinho são as *pedras da Valleta*. Arcos de Valle de Vez tem communicação para as principaes povoações do Minho, por uma bella estrada de

Egrejas do Espirito Santo e Salvador (um trecho da villa)

Egreja e um trecho da freguezia de S. Paio

macadam. Ha diligencias para Braga, Vianna do Castello e Monsão. A villa, desde tempo immemoriaes, teve juiz ordinario de vara branca, seis tabelliães e um alcaide que servia de carcereiro; vereadores, escrivães da camara e almotacé, tudo nomeado pelos marquezes de Ponte de Lima, que fôram capitães-móres de dez companhias de ordenanças, que tinha a villa, e seu termo, até 1834. O juiz dos orphãos e seu escrivão, meirinho, escrivão das sizas, eram de nomeação regia. O brazão concedido por D. Manuel, em 1515, é o escudo das armas reaes portuguezas entre a esphera armillar e a cruz da ordem de Christo, que são as conhecidas divisas de el-rei D. Manuel. O concelho dos Arcos de Valle de Vez é essencialmente agricola. Uma unica machina a vapor trabalha dentro dos seus limites, é a que move uma pequena fabrica de manteiga, de *Aboim*, pertencente ao official reformado do exercito, Antonio Joaquim Alvares d'Oliveira Aboim. E' rico em pecuaria; tem grande producção de vinhos verdes e milho, e a industria bastante florescente da creação e engorda do gado bovino. A industria vinicola é quasi geral no concelho, tendo apenas a exceptuar as freguezias da serra. Faz-se grande exportação de vinho para os concelhos visinhos e estrangeiro. Os romanos chamavam *personae*, entre outros objectos, ás carrancas fontenarias, que ainda hoje se empregam para o mesmo uso. Quando ha annos se rompia a estrada que une as duas villas Arcos de Valle de Vez e Monsão, appareceu uma d'estas carrancas, que parecia representar o rosto d'uma bacchante, toucada com o *corymbus* de folhas e bagas de hera, pendendo-lhe das fontes rolos opulentos de cabello. A concavidade da parte posterior está ainda quasi toda occupada pelo chumbo que serviu para fixar a carranca á extremidade do conducto da agua. Este objecto, parece, que não póde ser considerado como gárgula para as aguas do telhado, não só porque as gárgulas eram de barro ou de pedra, para servirem tambem de ornamentos á cornija, mas ainda porque as dimensões da bôcca são exiguas para tal serventia. Está em perfeito estado de conservação, porém coberta de patina caracteristica. Deve ser obra romana de bom estylo, provavelmente proveniente d'algum centro importante de população, onde florescessem as artes e as industrias. Não consta, porém, que n'esta região, hajam apparecido vestigios de qualquer povoação importante da epoca romana. || *Jornaes;* N'esta villa teem sido publicados os seguintes: *Arcoense (O)*, 20 de março de 1886, em publicação; *Atalaia do Vez*, 12 de junho de 1870 a 22 de fevereiro de 1874, o primeiro jornal aqui publicado; *Athleta Christão (O)*, 1 de outubro de 1899, em publicação; *Commercio de Vez*, 13 de maio de 1884, em publicação; *Grinalda (A)*, agosto de 1890, teve curta vida; *Jornal do Vez*, 8 de Abril de 1887, em publicação e continuado do *Opportunista* (cuja numeração seguiu do n.º 31; *Jornal dos Arcos*, 5 de abril de 1890, em publicação; *Opportunista (O)*, 26 de agosto de 1886 a 24 de março de 1887, que mudou o titulo para *Jornal do Vez; Primeiro de Dezembro*, 1 de dezembro de 1880 a 29 de julho de 1883; *Progressista dos Arcos*, 21 de março de 1901, em publicação; *Regenerador Arcoense*, 2 de fevereiro de 1893.

Paços do Concelho

Arcos Velhos. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Arcos, conc d'Extremoz, distr. d'Evora.

Arcossó *(Pedro Antonio Machado Pinto de Sousa Canavarro, 1.º barão de).* Fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores; terceiro senhor do morgado de S. José de Arcossó, no termo de Chaves; cavalleiro das ordens de S. Bento de Aviz e da antiga Torre Espada; brigadeiro do exercito. N. em Villa Pouca d'Aguiar a 30 de dezembro de 1772 e fal. em Chaves a 13 de maio de 1836. Era filho de Francisco José de Sousa Machado de Carvalho Navarro, fidalgo-cavalleiro da Casa Real, pelo seu casamento, alvará de 18 de janeiro de 1753; cavalleiro professo da ordem de Christo, pela portaria de 20 de setembro de 1752; segundo senhor do morgado ou capella de S. José d'Arcossó, ou quinta do Outeiro da Veiga; proprietario, por successão, do officio de escrivão da camara do antigo concelho de Villa Pouca de Aguiar; coronel do regimento de cavallaria de Bragança. Casara duas vezes, a primeira com D. Brigida Bernarda de Azevedo da Cunha Coutinho, dama da camara da rainha D. Maria Anna Victoria, filha de Balthazar da Cunha Sampaio; da segunda vez, com D. Sebastiana Joaquina Eufrasia Machado Pinto Vahia de Miranda, filha e herdeira de Antonio Machado Pinto, senhor do morgado de Bornes, cavalleiro da ordem de Christo; pagador das tropas de Traz-os-Montes, familiar do Santo Officio; e de sua mulher, D. Feliciana de Miranda Vahia. O barão d'Arcossó foi filho do segundo matrimonio. Succedeu á casa de seu pae, a 19 de janeiro de 1778. Seguindo a carreira militar, foi reconhecido cadete em 1783, e subindo aos primeiros postos de official em 1792, 1796 e 1808, foi em março de 1812 promovido a major para o regimento de cavallaria n.º 9, em

que já servia, e logo no fim d'esse anno reformado por falta de saude. Voltando ao serviço activo em junho de 1823, foi collocado como tenente-coronel em cavallaria n.º 10, e em 1827 subiu ao posto immediato, recebendo o commando do regimento. Seguindo a causa liberal, emigrou, e foi juntar-se aos que na ilha Terceira defendiam a Carta, sendo então nomeado chefe da policia militar, e depois commandante da cidade de Angra do Heroismo. Seguiu o exercito de D. Pedro IV, desembarcou com elle nas praias do Mindello, recebeu a graduação de brigadeiro pelos serviços que prestara nos Açôres, e foi-lhe confiado o commando do primeiro districto das linhas de defesa do Porto. Promovido a brigadeiro effectivo a 25 de julho de 1833, foi logo depois encarregado do governo da provincia do Douro. Quando a rainha D. Maria II elevou á grandeza alguns dos antigos companheiros d'armas de seu pae, não se esqueceu do brigadeiro Canavarro, e agraciou-o em 1 d'outubro de 1835 com o titulo de barão de Villa Pouca d'Aguiar, mas que, pelo decreto de 2 de dezembro do referido anno, trocou pelo titulo de barão d'Arcossó, em uma vida. A 23 de fevereiro de 1802 casou com D. Luiza Maria Slessor, filha do marechal de campo, commandante do regimento de cavallaria de Chaves, João Slessor, natural da Escocia, e de sua mulher D. Rita Izabel Bristow. D'este matrimonio houve alguns filhos, d'entre os quaes se notam: 1.º João de Sousa, nascido em 1804, e fal. em 1853, fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores; quarto senhor do morgado de S. José de Arcossó, official de cavallaria, casou em 1825 com D. Marianna Eduarda de Faria Machado Pinto Robim, filha de João de Faria Machado de Gusmão Abreu de Lima, fidalgo da Casa Real, e senhor da casa das Hortas e da Bagoeira em Braga. 2.º Francisco de Sousa, nascido em 1807, fidalgo da Casa Real por successão a seus maiores; commendador da ordem de S. Bento d'Aviz, cavalleiro da ordem da Torre Espada, condecorado com a medalha n.º 9 das campanhas da liberdade. Era general de brigada. 3.º Pedro Slessor de Sousa, nascido em 1813, fidalgo da Casa Real por successão de seus maiores; commendador da ordem de S. Bento d'Aviz, cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição, condecorado com a medalha d'oiro de valor militar, e com a medalha n.º 4 das campanhas da liberdade, major do exercito. O brazão é o seguinte: Escudo esquartelado; no primeiro e terceiro quartel as armas dos Sousas-Arronches, que são as armas do reino com um filete negro em contrabanda, que não chegue á orla, e passe por baixo do escudinho do meio, e no segundo, em campo sanguinho, quatro crescentes de lua de prata apontados, e assim os contrarios; no segundo quartel do escudo as armas dos Machados, em campo vermelho, cinco machados de prata com os cabos d'oiro postos em aspa; no quarto quartel as armas dos Carvalhos, em campo azul uma estrella de oiro de oito raios dentro de um quaderna de crescentes de prata.

Arcossó. Pov. e freg. de S. Thomé da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 1.233 hab. e 267 fog. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Tamega n'um alto, d'onde se descobrem muitas povoações. O cura era apresentado pelo reitor de Moreiras. Junta-se aqui o rio Oura ao Tamega. É n'esta freg. o celebre logar ou aldeia de Vidago, onde ha os banhos d'alcalinos-gazosos, muito efficazes para varias doenças, e que se applicam ás refeições, simples ou misturadas com vinho. *(V. Vidago)*. Arcossó pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e de reserva n.º 19, com a séde em Chaves. N'alguns documentos encontra-se com o nome de *Arcossô*, *Arcoso* e *Arcusso*.

Arcozello *(Joaquim Teixeira de Castro, 1.º visconde de)*. Proprietario, filho de João Teixeira, proprietario, e de sua mulher D. Anna Joaquina Teixeira, filha de Manuel Coelho de Castro e de sua mulher, D. Maria Joaquina de Castro. O titulo foi concedido por el-rei D. Luiz, por decreto de 7, e carta de 13 de maio de 1874. Alvará de brazão d'armas passado em outubro de 1876, o qual consiste n'um escudo partido; á direita as armas dos Teixeiras, em campo azul uma cruz de oiro potentea, vazia de campo; e á esquerda as armas dos Castros de Monsauto, Cascaes, Unhão, e senhores de Penella e Penedono, em campo de prata seis arruellas de azul em duas palas. Timbre, o dos Teixeiras, um unicorneo da sua côr, armado de oiro, nascente, e por differença uma brica de prata com um farpão verde.

Arcozello. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, dist. e arceb. de Braga, 559 hab. e 113 fog. A pov. dista 15 k. da séde do conc. Era abbadia de mitra primacial. Os antigos escreviam *Arcuzello*. E' terra fertil, creando muito gado de toda a qualidade. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva, n.º 3 com a séde em Vianna do Castello. ‖ Pov. e freg. de S. Miguel da prov. do Douro, conc. de Villa Nova de Gaia, com. (2.ª vara), distr e bisp. do Porto; 3.032 hab. e 436 fogos. A pov. dista 1 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, d'onde se vê S. João da Foz, varias serras, o convento de Grijó, algumas freguezias e o mar. O parocho era reitor, apresentado alternativamente pelo papa, pelo abbade, cruzio, de Grijó, e pelo bispo do Porto. Era commenda da ordem de Christo, e foi seu ultimo commendador o marquez das Minas, ha bastantes annos fallecido, e por sua morte, passou á corôa. O reitor d'aqui apresentava o cura d'Oleiros, no conc. da Feira. Esta freg. pertenceu ás Terras de Santa Maria, e foi do conc. e com. da Feira. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e de reserva n.º 6, com a séde no Porto. Pertence a Arcozello grande parte da aldeia do Corvo, que é muito importante, pertencendo o resto á freg. de S. Felix da Marinha, tambem do conc. de Gaia. ‖ Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, dist. e arceb. de Braga; 310 hab. e 83 fog. A pov. dista 11 k. da séde do conc. Foi até 1855 da com. de Pico de Regalados, conc. de Penella. Era da abbadia primacial, dada por concurso. Rendia 450$000 réis. N'esta freg. está a casa do *Paço dos Barbosas*. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8, com a séde em Braga. ‖ Pov. na freg. de S. Julião, de Agua Longa, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. ‖ Pov. na freg. de S. Jorge, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. ‖ Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Pov. na freg. de S. Miguel, de Serzedo, conc de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Pov na freg de

S. Thiago, de Varzea de Meruge, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Arcozello d'Além. Pov. da freg. de S. Salvador, de Novellas, conc. de Penafiel, distr. do Porto

Arcozello d'Aquém. Pov. da freg. de S. Salvador, de Novellas, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Arcozello do Cabo. Pov. na freg. de N. S.ª de Entre-as-Vinhas, de Arcozellos, conc. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu.

Arcozello do Lima. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte de Lima, dist. de Vianna do Castello, arceb. de Braga, 1.873 hab. e 400 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 2 k. da séde do conc. Foi abbadia da Sé de Tuy, por doação do rei suevo Theodomiro, no anno de 563. D. Thereza e seu filho D. Affonso Henriques confirmaram esta doação em 13 de setembro de 1125. O abbade era apresentado pelo ordinario. Corre por esta freguezia o rio Lima, que tem em Arcozello uma formosa ponte de cantaria com 34 arcos; e na entrada, pela parte que toca a esta freguezia, está edificada uma torre antiga, com suas ameias, a que chamam *Torre Velha*. Esta ponte é que deu o nome á fronteira villa de Ponte de Lima. A situação de Arcozello é pittoresca, o clima saudavel e o territorio fertilissimo. Cria muito gado de toda a qualidade, tem bastante caça nos montes, e muito peixe do rio e do mar. N'um privilegio ou carta de confirmação de partilha, feita entre o bispo D. João e o seu cabido, em 1156, le-se: *In ripa Limeæ ecclesia S. Marinæ de Arroselo integra*, etc., pelo que alguns suppõem que esta freguezia se chamou *Arrosêllo*, mas é possivel que fôsse engano do notario, porque antes e depois de 1156, sempre e em tudo se chamou *Arcozello*. O arcebispado de Braga terminava antigamente na margem esquerda do Lima, e esta freguezia era a primeira do bispado de Tuy. D. Affonso V obteve do papa Eugenio IV, pelos annos de 1446, que as freguezias de Portugal que pertenciam ao bispado de Tuy, passassem para o bispado de Ceuta. O distr. d'Olivença era do arcebispado de Braga, e o arcebispo D. Diogo de Sousa trocou com D. Henrique, bispo de Ceuta, em 1512, dando-lhe Olivença a sua comarca, e recebendo Valença o seu districto, onde era comprehendida esta freguezia, o que Leão X confirmou em 1513. O arcebispo tomou posse da comarca ecclesiastica de Valença em 1514, e desde então ficou pertencendo ao arcebispado de Braga. Esta freg. tinha dois abbades, um com cura, cujo rendimento era 600$000 réis, e o outro sem cura, um *beneficio simples*, que rendia 350$000 réis. Diz-se que em Arcozello houve um hospicio de *templarios*, na quinta que se chama *Freiria*. Tambem foi aqui o mosteiro de *Valle de Pereiras*, primeiramente de frades franciscanos, cuja fundação se realisou em 1368, occupando-o os frades até 1565. N'aquelle anno, e dia 27 de março, tomaram d'elle posse duas freiras do convento de Santa Clara, de Villa do Conde, por concessão do papa Leão X. As ruinas d'este mosteiro asseutam n'uma collina do monte de Santo Ovidio, que pelo norte vem, como ultima ramificação da serra de Arga, fechar o horisonte, devendo talvez o nome á ermidinha que o corôa, dedicada ao santo d'aquella invocação. No domingo do Espirito Santo faz o povo a sua romaria á ermida, levando-lhe como offerta uma ou mais *telhas*, segundo a promessa. No alto do monte de S. Miguel ha vestigios de fortificações romanas. Além das aguas do rio Lima, ha n'esta freg. muitas e boas fontes. Um ribeiro que vem da Labruja, atravessa toda a freg. passando primeiro pelo arco da Gêa, ou da Cheia, e depois pela ponte do Arquinho. Tem varias fontes. Em Arcozello ha a capella de S. Gonçalo, no souto do mesmo nome, que é vasta como uma egreja. Costuma ser muito concorrida de romagens. N'aquelle sitio esteve n'outro tempo muito desenvolvida a industria dos pellames, ainda florescente nos fins do seculo XVIII. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e de reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Em Arcozello ha tambem a observar os marcos miliarios da quinta de *Antepaço* ou *Antepasso*, que dizem ser assim chamada por ter sido morada do celebre consul romano Bruto. Essas columnas miliares são tres, indicando nas suas inscripções a passagem por estes terrenos do Lima d'uma das vias militares que partia de Braga para Astorga tomando a direcção de Tuy. Uma d'aquellas columnas é levantada a Adriano Trajano no anno 134 da era christã, a outra a Antonino Caracalla no anno 213 ou 214. Ambas marcam vinte mil passos a Braga. A 10 de janeiro faz-se em Arcozello uma feira a que concorrem os povos das aldeias visinhas.

Arcozello das Maias. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Alta, conc. de Oliveira de Frades, com. de Vouzella, distr. e bisp. de Vizeu; 1.357 hab. e 299 fogos. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada nas faldas da serra do Gravo, onde nasce o rio Quintella, que banha a freg. e se mette no Vouga no logar de Fornello. Pertenceu á antiga comarca de Lafões. O vigario era apresentado pelo arcipreste de Vizeu. Tinha 70$000 réis de renda. Ha n'esta freg. uma fonte chamada da Cancella, cuja agua, dizem, ter o privilegio de curar a dôr de pedra, e, por esse motivo, costuma ser procurada de muito longe. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamente e de reserva n.º 14 com a séde em Santa Comba Dão.

Arcozello da Serra. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Gouveia, distr. e bisp. da Guarda; 1.341 hab. e 277 fog. Tem escolas para ambos os sexos. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada n'um valle bastante fertil. Pertencia á corôa. É muito abundante de cereaes, fructas, vinho, muito azeite, gado e queijos. A egreja matriz é de tres naves. Era priorado que apresentava o senhor da villa de Mello, e o prior d'esta freguezia apresentava o prior da villa do Cabra. O prior tinha de rendimento 350$000 réis. Na capella de S. Marcos fazia-se antigamente uma festa no seu dia, indo na procissão um touro bravo, que entrava na capella e ia até ao altar mór assistir á festa muito quieto. N'esse dia havia feira. Existiu tambem um convento de freiras da ordem de S. Francisco, com o nome de N. S.ª do Couto, ou da Assumpção, fundado em 1539, por Maria Borges. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 12, com a séde em Trancoso. Ha n'esta freg. a serra do Aljaz, onde se encontra muita caça. Perto passa o rio Mondego. Nos segundos domingos de cada mez, realisa-se uma feira.

Arcozello da Torre. Pov. da freg. de N. S.ª de Entre-as-Vinhas, de Arcozellos, conc. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu.

Arcozellos. Pov. e freg. de N. S.ª de Entre-as-Vinhas, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 946 hab. A pov. dista 1 k. da séde do conc. e está situada em um valle muito fertil. O cura era apresentado pelo reitor da villa da Rua. Tinha 35$000 réis de rendimento. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 9 com a séde em Lamego.

Arculo. Monte na prov. do Minho, proximo á freg. de Darque e do rio Lima.

Arcusso. V. *Arcossó.*

Arda. Rio, da prov. do Douro. Tem tido tambem os seguintes nomes: *Arda*, *Alarda*, *Alardo*, *Adarda*, *Arnaldo*, *Anarda*, *Pedonde* e *Pédorido*. Antigamente era mais conhecido pelos nomes de *Alarda*, *Adarda* e *Pedonde;* actualmente quasi todos lhe chamam *Arda*. Este rio não passa d'um regato, que nasce no *Gamarão*, casal e serra, a 3 k. ao N. da villa de Arouca. Junta-se ao *Marialva*, que nasce na serra da Senhora da Mó, 1.500 m. a NE. da villa, proximo á mesma, e passando por ella junta-se ao *Silvares*, tomando ali todos o nome de Arda, e esta junção é que se torna conhecida pelos diversos nomes em que falámos. Dentro da villa ha tres pontões de cantaria, o da *Lavandeira*, o da *Praça* e o da *Ribeira*. Proximo á villa ha uma linda ponte de cantaria lavrada, feita sobre a estrada real, em 1862. Contam-se ainda mais duas elegantes pontes de cantaria lavrada, construidas em 1864, que são a do *Areeiro* e a do *Rossado*, todas no valle de Arouca. Move o lagar de azeite do convento e faz mover varios moinhos. Rega e fertilisa este delicioso e feracissimo valle, e n'elle mesmo recebe varios ribeiros anonymos. Desde a aldeia de Cella, freg. de Santa Marinha de Tropeço, até ao logar de Gahido, freguezia de Pédorido, divide primeiro o antigo concelho de Fermedo, do de Arouca, até Folgosinho, e depois o do Castello de Paiva do de Fermedo, até Gahido; porque d'ahi para baixo, corre no conc. de Paiva, mas isto apenas um k. distante da sua foz. Até 1834 tambem dividia este rio a Terra da Feira do conc. de Arouca servindo egualmente de divisão do chamado Partido do Porto, pelo mesmo sitio por onde dividia o conc. de Fermedo e a Terra da Feira. No Carvalhal é cortado por uma ponte de pedra, construida em 1760, metade á custa do conc. de Fermedo e metade á custa do de Arouca; é d'um só arco, mas a maior que tem este rio. No logar da Ponte é cortado por outra de madeira, reconstruida em 1842, metade á custa do conc. de Fermedo, e outra metade á do de Paiva. Este rio rega differentes freguezias. Desde Arouca até Varzea, as suas margens são em toda a parte cultivadas; d'ali para baixo só são cultivadas em parte. Cria bastante e bom peixe, sobretudo trutas. Serve de motor a quatro boas fabricas de papel, e uma de papelão e a muitos moinhos de milho. Desagua no Douro, margem esquerda, no sitio da Foz do Arda, freg. de Pédorido, 35 k. a NE. do Porto, com 30 k de curso. O nome actual d'este rio é o mais antigo, a que os arabes juntaram o artigo *al*, ficando *Alarda*. E este o seu nome official nos primeiros tempos da monarchia, apesar de n'alguns papeis antigos se lhe chamar tambem *Adarda* e *Pedonde*. Alguns escriptores sustentam que o nome actual deste rio é a palavra arabe *Arada*, que significa apresentar, fazer apparecer. É d'este verbo que se deriva o substautivo alardo, *(V. Alardo)*, resenha de gente de guerra, e é tambem um dos nomes d'este rio. Outros derivam este nome da palavra arabe *aduar*, que significa aldeia feita de tendas ambulantes, de pastores. Deriva-se do verbo *dáuara*, cercar ou murar á roda. Sendo assim vem a significar *Rio da aldeia*, e segundo a outra etymologia, vem a ser *Rio do Alardo*. É tradição que este rio trazia muito oiro nas suas areias. Passa como certo, que os arabes, e tambem os romanos, extrahiram oiro do rio Arda, não só das areias, mas tambem dos montes que formam as suas margens. Não é só a tradição, ha tambem vestigios em muitas partes, e proximo d'este rio, de antigos poços e galerias, sendo os mais notaveis na serra da Carraceira, margem direita d'este rio, freguezia de Santa Marinha, onde se vêem sete galerias, e que por isso se chama a este sitio *Os sete buracos*. Mais abaixo, e proximo ao sitio de Laeciras, e em outros sitios, ha galerias de extracção de metaes. Tem aqui apparecido, por varias vezes, nas margens do rio, ou muito proximo, muitas mós de pedra, com que os arabes moiam o cascalho do rio para d'elle se soltarem as particulas de oiro. Estas mós são toscas, feitas de granito, tendo as inferiores, no centro, um veio feito na mesma pedra, que embutia em um buraco dos superiores; estas, porém, não teem signaes de buraco onde se mettesse algum torno para as fazer mover, o que mostra serem impellidas com a mão. ‖ Quinta na freg. de N. S.ª da Expectação, de Fermedo, conc. d'Arouca, distr. d'Aveiro.

Ardade. Pov. da freg. de S. André, de Lever, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Ardão. Pov. na freg. de Santa Maria, de Silvares, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Ardãos. Pov. e freg. de Santo André, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Boticas, com. de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 613 hab. e 146 fog. A pov. dista 15 k. da séde do conc. Era vigararia do reitor de S. Miguel de Bobadella. Rendia 90$000 réis. É terra fertil. Tem escola para o sexo masc. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 19, com a séde em Chaves. N'esta freg. ha umas lagôas grandes, que, segundo a tradição, fôram minas de metal no tempo dos romanos.

Ardazubre ou Ardezubre. Pov. na freg. de Santo Varão, de Lamarosa, conc. e distr. de Coimbra. No seculo XVI alguns moradores d'este logar eram caseiros do mosteiro de Santo Thyrso, cujo abbade lhes concedia diversos privilegios.

Ardegabão. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, e conc. de Villa do Bispo, distr. de Faro.

Ardegães. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Aguas Santas, conc. da Maia, distr. do Porto. ‖ Pov. na freg. de S. João Baptista, de Semelhe, conc. e distr. de Braga.

Ardegão. Pov. e freg. de N. S.ª do O', da prov do Minho, conc. e com. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 261 hab. e 51 fogos. A pov. dista 14 k. da séde do conc. É terra muito fertil. Passa perto o rio Neiva. A egreja não tinha sacrario, e vinha o viatico aos enfermos da freg. de S. Julião do Freixo. O vigario era apresentado pelo reitor de Alvarães, a

cuja freg. está annexa. Tinha de renda 30$000 réis. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Minho, conc. e com. de Fafe, distr. e bisp. de Braga; 270 hab. A pov. dista 10 k. da séde do conc. Era dos marquezes de Valença. O vigario era annual, apresentado pelo convento de Santa Maria de Pombeiro, e tinha de rendimento 20$000 réis. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 20 com a séde em Amarante.

Ardena. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Pequeno rio, na prov. do Douro, que nasce na freg. de Alvarenga, conc. d'Arouca, e morre a 10 k., no rio Paiva, no sitio da Espiunca. É de curso arrebatado por entre penedias. Faz mover alguns moinhos.

Ardido *(Casal do).* Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Turquel, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria.

Ardilla. Rio do Alemtejo, que nasce em Castella. Cria muito peixe. As suas margens são em parte cultivadas e n'outras arborisadas. Recebe os rios Safareja e Mortigão. Moe e réga. Morre no Guadiana ao N. de Mourão.

Ardingo. Antigo magistrado da Lusitania. V. *Gardingo.*

Ardosas. Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Areaes. Pov. na freg. de S. Pedro, de Athey, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Christellos, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Pedro Fins, conc. da Maia, distr. do Porto. || Quinta na freg. de S. Salvador, de Donai, conc. e distr. de Bragança. || Pov. na freg. de S. Miguel, d'Oliveirinha, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de N. S.ª da Ouvida, de Ranhados, conc. e distr. de Vizeu.

Areal. Pov. na freg. de Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de Santo Antonio (ilha do Pico), conc. de S. Roque do Pico, distr. da Horta. || Pov. na freg. do Espirito Santo, de Arca, conc. d'Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Baltar, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Barrio, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Paio, de Bésteiros, conc. de Amares, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Bostello, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Julião, de Calendario, conc. de V. N.ª de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Couto, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Fareja, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Santo Isidoro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Lama, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira-a-grande, conc. de N. S.ª de Portimão, distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Miomães, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Oliveira, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santo Antonio, de Oliveirinha, conc. e distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de S. Vicente, de Passos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Pousada de Saramagos, conc. de V. N.ª de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Sanguedo, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. e conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Marinha, de Tropeço, conc. d'Arouca, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de Santa Maria, do Valle, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. Tem caixa postal. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Villa Cova de Perrinho, conc. de Macieira de Cambra, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Villa Frescainha, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Cypriano, e conc. de V. N.ª da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Villarinho, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Mequinha, conc. de Baião, distr. do Porto. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Triana, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. João Baptista, e conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || Casal na freg. de S. Pedro, de Infias, conc. de Fornos d'Algôdres, distr. da Guarda. || Casal na freg. de S. Silvestre, e conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de N. S.ª da Purificação, de Pontével, conc. do Cartaxo, distr. de Santarem. || Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Vinhó, conc. de Gouveia, distr. da Guarda. || Quinta na freg. de Santo Isidoro, de Cavernães, conc. e distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de Santa Maria d'Alcaçova, e conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Areal *(S. José do)* Freguezia do concelho de Salsete, districto de Gôa, na India.

Areal de Baixo e de Cima. Pov.ˢ na freg. de Santo André, de Barcellinhos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov.ˢ na freg. de S. Victor, conc. e distr. de Braga. || Pov.ˢ na freg. de S. Martinho, de Moreira de Rei, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Areal Gordo. Pov. na freguezia da Sé, conc. e distr. de Faro.

Areal de Jugueiros. Pov. na freg. de S. Paio, de Portella, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Arealde Sant'Anna. Pov. na freg. de S. Faustino, de Guinfães, conc. de Maia, distr. do Porto.

Areatica. Pensão de fructos que o colono pagava ao respectivo senhor das terras. V. *Eiradiga.*

Areda *(P. Diogo).* Jesuita. Nat. d'Arraiollos, onde nasceu em 1568; fal. em Lisboa, na casa professa de S. Roque, em 12 de dezembro de 1641. Entrou no instituto dos jesuitas, tendo 16 annos de edade, no collegio d'Evora, a 25 de maio de 1584. Instruido nas humanidades e sciencias severas, ensinou com muito aproveitamento philosophia no collegio de Lisboa, e theologia no de Coimbra. Foi um dos maiores oradores evangelicos do seu tempo. O profundo conhecimento que tinha d'aquellas duas faculdades, o faziam ser consultado nos assumptos mais graves, seguindo-se sempre a sua resolução como a mais autori-

sada. Por sua morte deixou á casa professa de S. Roque uma importante livraria. Das suas obras sómente se publicaram: *Sermão nas exequias que o Santo Officio mandou fazer na Egreja de S. Roque de Lisboa da Companhia de Jesus ao illustrissimo Senhor D. Fernão Martins Mascarenhas Inquisidor geral nestes Reynos, e Senhorios de Portugal*, Lisboa, 1628; *Sermão em Santa Engracia no Outavario do Desacato*, Lisboa, 1630; *Sermão na Egreja de Santa Engracia estando o Santissimo Sacramento em publico pelo caso que succedeo na mesma Igreja*, Lisboa, 1630; *Sermão que o padre Diogo Areda fez na egreja de Santa Justa de Lisboa, estando o Santissimo Sacramento em publico, pelo caso que succedeu na egreja de Santa Engracia na mesma cidade de Lisboa*, Lisboa, 1630. Ficaram em manuscripto as seguintes obras: *Manifesto na acclamação del Rey D. João o IV;* conservou-se na Bibliotheca do cardeal de Sousa; *Parecer ácerca dos varios meyos que se offerecerão a Filippe III para permittir que os Christãos novos assistissem neste Reyno; Parecer sobre o morgado da Casa de Aveiro;* sahiu na allegação de direito, que fez d'esta materia o dr. Francisco Valasco de Gouveia.

Areda *(P. Diogo).* Jesuita. Era sobrinho do padre jesuita do mesmo nome. Tambem natural d'Arraiollos, onde nasceu em 1599, fallecendo egualmente na casa professa de S. Roque, de Lisboa, a 18 de dezembro de 1671. Vestiu a roupeta de jesuita no collegio d'Evora, a 27 de maio de 1615. Terminando os estudos passou á India, onde foi missionario, e professor de theologia em Goa por alguns annos. Sendo confessor do vice-rei, veiu por sua ordem a Portugal em negocios de grande importancia, voltando depois á India, onde foi reitor do collegio de Chaul, e companheiro do provincial. Segunda vez regressou ao seu paiz, e quando tentava terceira viagem á India, os seus achaques e o peso dos annos o impediram. Foi o primeiro reitor do collegio de Setubal, e um dos mais distinctos prégadores do seu tempo. Por muitos annos ensinou doutrina na casa professa de S. Roque, em que falleceu na edade de 72 annos. Escreveu e imprimiu: *Sermão do Auto da Fé prégado em Gôa, anno de 1644*, Gôa, 1644; *Sermão do Apostolo São Thomé prégado na Capella Real de Sua Magestade a 21 de dezembro de 1645, Lisboa, 1646*; *Sermão funebre na Santa Sé de Evora nas Honras, que o Cabido della celebrou á piedosa memoria do Serenissimo Infante D. Duarte*, Lisboa 1650; *Exame de Consciencia e modo facil para se fazer Confissão Geral*, Lisboa, 1670. Sahiu segunda vez inserto nas *Horas portuguezas* e *Ramalhete manual de diversas oraçoens*, Lisboa, 1673.

Areda. Pov. da freg. de Santo Estevam, de Regadas, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Aredes. Pov. da freg. de Santa Leocadia, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Aredo *(Arrabalde do).* Na freg. de S. João Baptista, de Capelludos, conc. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real.

Areeira. Pov. na freg. de S. Pedro, de Alhadas, conc. da Figueira da Foz, distr. de Coimbra. ‖ Pov. na freg. de S. Christovam, de Carangueijeira, conc. e distr. de Leiria. ‖ Pov. na freg. de S. Thiago, de Carapeços, conc. de Barcellos, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. ‖ Casal na freg. de Santo André, de Cella, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria. ‖ Quinta na freg. de S. Thiago, de Camarate, 3.º bairro de Lisboa.

Areeirinho. Pov. na freg. de S. Martinho, de Pecegueiro, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Areeiro. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro. ‖ Pov. na freg. de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra. ‖ Pov, na freg. de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa. ‖ Pov. na ilha do Fayal, freg. da Santissima Trindade, de Capello, conc. e distr. d'Horta. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. d'Almada, distr. de Lisboa. ‖ Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Chaves, conc. d'Arouca, distr. d'Aveiro. ‖ Pov. na freg. de S. Salvador, de Fornos, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. ‖ Pov. na freg. de S. Salvador de Joanne, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. ‖ Pov. na estrada de Sacavem, freg. de Arroios, 2.º bairro de Lisboa. E' sitio pittoresco e aprazivel, cercado de quintas e casas de pasto, passeio predilecto de muitos habitantes da capital, que vão ali gosar a amenidade do campo em alegre convivio. Ha annos houve um importante hotel e restaurante no Areeiro, onde se reunia até altas horas da noite a mocidade doirada de então. E' servido este logar pelo apeadeiro do seu nome, na linha do caminho de ferro de cintura. ‖ Pov. na freg. de S. Clemente, e conc. de Loulé, distr. de Faro. ‖ Pov. na freg. de S. Pedro, de Manhouce, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. ‖ Pov. na ilha da Madeira, freg. de S. Martinho, conc. e distr. do Funchal. ‖ Pov. na freg. de Santa Maria, e conc. de Marvão, distr. de Portalegre. ‖ Pov. na freg. de S. Paio, de Meixedo, conc. e dist. de Vianna do Castello. ‖ Pov. na freg. de S. Romão, de Mesão Frio, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de N. Sr.ª da Visitação, de Odeleite, conc. de Castro Marim, distr. de Faro. ‖ Pov. na freg. de S. Pedro, de Palhaça, conc. d'Oliveira do Bairro, distr. d'Aveiro. ‖ Pov. na freg. de S. Salvador, de Pedragaes, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de S. Paio, de Pinheiro da Bemposta, conc. d'Oliveira d'Azemeis, distr. de Aveiro. ‖ Pov. na freg. de S. Lourenço, conc. e distr. de Portalegre. ‖ Pov. na freg. de S. João Baptista, de Rio Frio, conc. d'Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello. ‖ Pov. na freg. de S. Salvador, de Ruivães, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de S. Nicolau, conc. e distr. de Santarem. ‖ Pov. na freg. de Santo André, de Telões, conc. d'Amarante, distr. do Porto. ‖ Pov. na freg. de S. Pedro, de Valbom, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de S. Jorge, da Varzea, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. Pov. na freg. de Santa Maria, de Infantas, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, e conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. ‖ Casal na freg. de S. Salvador, de Real, conc. d'Amarante, distr. do Porto. ‖ Casal na freg. de S. Miguel, de Anreade, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. ‖ Pov. na freg. de S. Pedro, de Azueira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, e conc. de Cadaval, distr. de Lisboa. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Canha, conc. d'Aldeia Gallega do Ribatejo, distr. de Lisboa. ‖ Pov. na freg. de S. Pedro, de

Dois Portos, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Thiago, d'Evora d'Alcobaça, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria. || Casal na freg. de S. José, de Lamarosa. conc. de Coruche, distr. de Santarem. || Casal na freg. de Santa Maria Magdalena, de Turcifal, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de S. Braz, da Figueira e Barros, conc. e d'Aviz, distr. de Portalegre. || Horta na freg. de S. Salvador, conc. e distr. de Beja. || Pov. na freg. de N. S.ª da Atalaia, e conc. de Fronteira, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de S. Sebastião, de Budens, conc. de Villa do Bispo, distr. de Faro. || Monte na freg. de Santa Catharina, de Valle de S. Thiago, conc. d'Odemira, distr. de Beja. || Quinta na freg. do Monte, de Caparica, conc. d'Almada, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de Sant'Anna, de Carnota, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa. || Quintas, na freg. de N. S.ª da Conceição, de Covas, conc. de Taboa, distr, de Coimbra. || Porto no Tejo, junto do pégo da Silveira, perto de Villa Velha. || Sitio na freg. de Pudentes, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Areeiro dos Covões. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Covões, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Areeiro do Meio. Casal na freg. de Santa Maria Magdalena, de Turcifal, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Areeiro Novo e Areeiro Velho. Duas povoações na freg. de S. Thiago, e conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Areeiros. Pov. da freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Comba, de Regilde, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Arega. Villa e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Estremadura, conc. de Figueiró dos Vinhos, com. de Ancião, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 1:441 hab. e 367 fog. E' pov. muito antiga. Tem escola do sexo masc. e est. post. permutando malas com Figueiró dos Vinhos. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada junto á foz do Alje ou Alja, que desagua no rio Zezere, n'um alto d'onde se avistam diversas villas. Na foz do Alje houve, no seculo XVIII, uma fundição d'artilharia. Arega era priorado de concurso, seis mezes do papa e outros seis do bispo de Coimbra. Tinha de rendimento 300$000 réis. Os juizes ordinarios e dos orphãos eram feitos pelos donatarios e pela camara. Pertencia aos condes de Tentugal. D. Pedro Affonso, irmão bastardo de D. Affonso I, que lhe deu foral em março de 1201. Pelos limites da freguezia corre o rio Zezere. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e de reserva n.º 15, com a séde em Thomar.

Aregas *(Fr. Amaro)*. Theologo distincto. Foi monge da ordem de S. Bernardo no real convento d'Alcobaça. Nasceu em Arega, ao norte de Thomar. Ignora-se a data do nascimento e do fallecimento. Deixou em latim um manuscripto, intitulado *De matrimonio*, que se conservava na bibliotheca do seu convento.

Aregas *(Fr. Silvestre)*. Religioso do convento d'Alcobaça, onde professou. Era muito distincto na sagrada escriptura e na leitura dos santos padres. Nasceu em Arega, ao norte de Thomar. Desconhecem-se as datas do seu nascimento e fallecimento. Escreveu: *Sermones Dominicarum et Sanctorum*, manuscripto que existia no seu convento.

Aregos. Villa da Beira Alta, na freg. de Anreade, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. Foi denominação d'um concelho, que o decreto de 24 d'outubro de 1855 supprimiu. Tem estação de caminho de ferro na linha do Douro, duas hospedarias, est. post. permutando malas com a R. A. D. Está situada na margem esquerda do rio Douro, sobre uma pequena elevação erguida na falda do monte de S. João. Tambem se chama *Caldas d'Aregos*, pelas suas aguas thermaes, que tiveram grande fama nos seculos passados. Dos lameiros que se vêem no fundo da povoação borbulham as nascentes d'esta preciosa agua, aos lados d'um pequeno riacho, em cuja margem esquerda emergem tres das mais importantes fontes. Duas, as mais razoavelmente exploradas e aproveitadas, alimentam os banhos do *Ribeiro*, propriedade do sr. José Joaquim Correia; a terceira alimenta a fonte da *Bica*, e pela sua prodigiosa abundancia tem sido aproveitada para motor de machinas de moagem. Um pouco mais para o sul, distando alguns metros entre si, ficam as seguintes nascentes: *Figueira*, pouco abundante e de thermalidade inferior; *D. Anna*, cujos banhos, com os do Ribeiro, são os unicos presentemente usados; e *Albergaria*, cujo balneario, construido no seculo XIII, acha-se hoje em ruinas. Foi construcção da rainha de Castella, Santa Mafalda, filha de D. Sancho I, de Portugal; a albergaria tinha um tanque, e era obrigada a ter sempre promptas duas camas para os pobres. Outros escriptores dizem que a fundadora da albergaria foi D. Mafalda, mulher de D. Affonso I e avó de Santa Mafalda. Esta rainha fundou e dotou a capella de Santa Maria Magdalena, n'esta villa, e juntamente instituiu um hospital para lazaros e *gafos* no sitio onde estão os banhos, dando-lhe muitas rendas e fóros, a barca da passagem das Caldas, e que, *cada morador do concelho que pão malhasse e vinho alagarasse* pagaria para o hospital o seguinte: os da freguezia d'Anreade um cantaro de vinho, e os das mais um alqueire de pão. Nomeou para administrar o hospital a camara da villa. E' possivel que seja esta a albergaria, cuja construcção se attribue a Santa Mafalda, ou então haveria tambem o hospital dos *gafos*, sendo dois os estabelecimentos de caridade na mesma localidade. No reinado de D. João IV demoliu-se o hospital, e os seus rendimentos fôram dados pelo monarcha a um capitão chamado Paulo Barbosa, que d'elles tomou posse a 22 de julho de 1644. De todas as nascentes, a do *Ribeiro* é a que possue maior grau de sulfuração. O terreno em que as aguas brotam é essencialmente granitico, sendo a terra aravel constituida por sedimentos de formação recente pouco espessos e bastante arenosos. O antigo estabelecimento thermal, hoje propriedade particular, é modesto e administrado sem direcção medica. Parte d'elle, o banho da *Albergaria*, o mais antigo de todos, construido por D. Mafalda, está hoje em ruinas, como dissémos, e o restante, apesar d'estas thermas ainda conservarem bastante fama, é bastante defeituoso desde a captagem das aguas até ás casas baixas e pouco abrigadas, onde se tomam os banhos. É, comtudo, muito frequentado nos mezes de junho a outubro. As aguas são applicadas em banhos geraes e locaes, banhos d'agua corrente, inhala-

ções dos vapores sulfureos que espontaneamente se evolam, e em duches. Não ha apparelhos para inhalações, pulverisações ou duches. A agua d'estas thermas é limpida e incolor, com sabor e cheiro pronunciadamente sulphydrico. Exposta ao ar adquire uma côr amarellada, perdendo pouco a pouco o cheiro, sabor e transparencia: é atravessada constantemente por grande numero de bolhas gazosas. São boas no tratamento das affecções rheumatismaes e gottosas, e das dermatoses chronicas, e uteis em certos casos de escrofulismo, bronchite, laringite, otite, cystite e dysmenorrhea. Ha publicada no Porto, em 1886, a dissertação inaugural de Joaquim Pinto Valente, que se occupa d'estas aguas, e tem o seguinte titulo: *Aguas sulfuro-medicinaes de Aregos, (Rezende)*. A villa tem tres *cartas de fôro* dadas por el-rei D. Diniz, a primeira feita em Santarem, a 8 d'abril de 1299; a segunda em Lisboa, a 10 de julho de 1302; e a terceira em Santarem, a 9 de janeiro de 1303. D. Manuel deu lhe foral em Lisboa, no primeiro de setembro de 1513. N'este foral era concedido o privilegio de villa, ficando os seus moradores livres, *do mesmo modo que aos das cidades, villas e logares insignes do reino*. Até ao tempo de D. João I, esta villa não teve senhorio algum; este monarcha é que a deu a Fernão Martins Coutinho, filho de Vasco Fernandes Coutinho, e a sua mulher Beatriz Gonçalves de Moura, para elles e seus descendentes, por carta passada em Vizeu, a 12 de janeiro de 1392. A doação comprehendia a jurisdicção civel e criminal, *imperio mero e mixto*, com todas as suas rendas, direitos, fóros e tributos, menos a correição e alçada, direitos que D. João I reservára para si. Succedeu a Fernão Martins Coutinho sua filha D. Beatriz Coutinho, que casou com D. Pedro de Menezes, conde de Vianna, almirante de Portugal e governador de Ceuta. Passou, por casamento, para os condes de Penella, que venderam os seus direitos a Fernão de Mello e sua mulher, D. Maria de Castro, da casa do Paço de Rezende, por *950 mil réis brancos, em paz e salvo, livres de siza*, etc. Em pagamento deram-lhe uma quinta no sitio d'Aldadilhas, termo de Mafra, e outras mais propriedades e fóros, e 150 mil réis em dinheiro. A escriptura foi feita em Torres Vedras, a 6 de setembro de 1496. D. Manuel confirmou o contrato por alvará d'Alcochete, de 13 de julho de 1496. Por morte de Fernão de Mello ficou possuidora sua mulher que, não tendo filhos, tornou a dar tudo a D. Affonso de Menezes e Vasconcellos, conde de Penella. Fôram succedendo seus herdeiros, até que o ultimo, D. Affonso de Vasconcellos, morreu sem filhos, vagando outra vez a villa para a corôa, menos os *reguengos*, que os ficaram possuindo os viscondes de Villa Nova da Cerveira. A casa da camara é no sitio de *Arcade*, com cadeias, no Rocio, onde se faz a feira em dia de *Santo Amaro*.

Areia. Pov. da freg. de S. Pedro, de Alvega, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. ‖ Pov. na freg. de S. Thiago, de Anha, conc. e distr. de Vianna do Castello. ‖ Pov. na freg. de S. Miguel, de Apulia, conc. de Espozendo, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de S. Salvador, de Arvore, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. ‖ Pov. na freg. de Santa Marinha, de Avanca, conc. d'Estarreja, distr. de Aveiro. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Belver, conc. de Gavião, distr. de Portalegre. ‖ Pov. na freg. de Santa Cecilia, de Bemfeita, conc. d'Arganil, distr. de Coimbra. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cacella, conc. de Villa Real de Santo Antonio, distr. de Faro. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, e conc. de Cascaes, distr. de Lisboa. ‖ Pov. na freg de N. S.ª da Conceição, conc. e distr. de Faro. ‖ Pov. na freg. de Santa Marinha, de Crestuma, conc. de Villa Nova de Gaia, dist. do Porto. ‖ Pov. na freg. de S. Sebastião, de Darque, conc. e distr. de Vianna do Castello. ‖ Pov. na freg. de S. Martinho, de Estoy, conc. e distr. de Faro. ‖ Pov. na freg. de S. Domingos, de Fanga da Fé. conc. de Mafra, distr. de Lisboa ‖ Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Ferreira-a-Nova, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. ‖ Pov. na freg. de de N. S.ª d'Assumpção, e conc. de Grandola, distr. de Lisboa. ‖ Pov. na freg. de S. Thiago, de Nogueira, conc. de V. N.ª da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. ‖ Pov. na ilha do Pico, freg. de N. S.ª d'Ajuda, de Prainha, conc. de S. Roque do Pico, distr. d'Horta. ‖ Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Veiros, conc. d'Estarreja, distr. d'Aveiro. ‖ Pov. na freg. de S. João Baptista, e conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. ‖ Casal na freg. de Santa Maria Magdalena, de A dos Negros, conc. d'Obidos, distr. de Leiria. ‖ Casal na freg. de Santa Suzanna, de Carapinheira, conc. de Montemór-o-Velho, dist. de Coimbra. ‖ Casal na freg. de S. Matheus, de Erra, conc. de Coruche, distr. de Santarem. ‖ Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. ‖ Casal na freg. de Santo Antonio, de Salir dos Mattos, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. ‖ Casal na freg. de S. Torquato, conc. de Coruche, districto de Santarem. ‖ Casal na freg. de S. Sebastião, de Vimeiro, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria. ‖ Quinta na freg. de S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. ‖ Rio da prov. da Extremadura; nasce de duas fontes em dois logares diversos, Picamilho e Castanheira, entra na villa de Coz, e d'ahi em deante se chama Ribeira de Coz. Corre pelo campo de Maiorca, e morre no rio da Abbadia. Tem duas pontes de pedra, uma na villa de Coz e outra no Campo.

Areia Larga *(Antonio Garcia da Rosa, 1.º barão de)*. Fidalgo da Casa Real, tenente-coronel do regimento das milicias do Fayal. Foi grande proprietario na ilha do Pico. N. a 25 d'agosto de 1790; fal. a 25 d'abril de 1876 com 86 annos de edade. Seu pae era Manuel Garcia da Rosa, natural da villa de Santa Maria Magdalena, da ilha do Pico; cavalleiro da ordem de Christo, desembargador da Casa da Supplicação, que serviu os logares de corregedor da cidade d'Angra do Heroismo, em 18 d'Agosto de 1786; juiz de fóra da ilha do Fayal, em 12 de setembro de 1780; bacharel formado em leis, em 1778, e habilitado no Desembargo do Paço a 16 de março de 1799. Sua mãe era D. Izabel Josepha Forjaz de Lacerda, filha de André Francisco de Sabath, e de sua mulher D. Maria Feliciana Forjaz de Lacerda. O barão d'Areia Larga serviu repetidas vezes os cargos administrativos de vereador da camara municipal da Horta, de provedor do concelho da villa e depois cidade da Horta; de sub-prefeito da ilha do Fayal em 1833; e de governador civil interino do districto administrativo de Horta. Casou a 15 de julho de 1815 com D. Maria de

Lacerda Peixoto, filha de Luiz Peixoto de Lacerda. D'este consorcio houve alguns filhos, dos quaes mencionaremos os dois primeiros: Antonio Garcia da Rosa, nascido a 20 d'outubro de 1819 e fal. a 4 de janeiro de 1867; fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo, casado com D. Maria Izabel de Sá, filha de Manuel Rodrigues de Sá e de sua mulher D. Maria Constança Mauricia de Sá; Manuel Garcia da Rosa, nascido a 12 d'outubro de 1825, hoje já fallecido. fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo, cavalleiro da ordem de Leopoldo da Belgica, deputado na legislatura de 1857 a 1858, que durou apenas 15 mezes, e foi a 10.ª legislatura depois do restabelecimento do regimen constitucional e governo da rainha D. Maria II; primeiro secretario de legação em exercicio, servindo de encarregado de negocios de Portugal junto á côrte do Rio de Janeiro; bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra. Casou a 19 de junho de 1850, com D. Anna Izabel de Sá, irmã mais nova de D. Maria Izabel de Sá. D'este casamento nasceu a 19 de maio de 1871 o actual barão d'Areia Larga, o sr. Manuel Maria Garcia da Rosa. O titulo foi concedido ao 1.º barão por D. Pedro V, durante a regencia do seu pae, el-rei D. Fernando, em decreto de 22 de fevereiro de 1854, e carta de 12 de março de 1857. O brazão d'armas: um escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Pereiras, em campo vermelho uma cruz de prata, florida e vazia do campo; no segundo as armas dos Sás, o campo enxequetado de prata e azul de seis peças em faxa e sete em pala, e assim os contrarios. Timbre, uma cruz de vermelho florida e vazia, entre dois cotos d'azas de ouro.

Areia Larga. Pov. da ilha do Pico. na freg. de Santa Maria Magdalena, conc. de Magdalena, distr. de Horta.

Areia de Saborido. Pov. na freg. de S. Thiago, de Anha, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Areia Branca. Pov. da freg. de N. S.ª d'Annunciação, e conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa. Fica proximo do Oceano, formando uma boa praia de banhos. || Casaes na mesma freg. e concelho.

Areia de Gonde. Pov. da freg. de Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro.

Areia da Camarneira. Pov. na freg de Santo Antonio, de Covões, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Areias. Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. do Alemtejo conc. de Marvão, com. de Castello de Vide, e distr. de Portalegre; 2.291 hab. e 416 fogos. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada n'uma pequena planicie, cercada de montes alcantilados. E' pouco fertil. O cura, até 1834, era apresentado pelo bispo de Portalegre. Tinha de renda dois moios de trigo. Entra aqui a ribeira de Sever, no sitio chamado a *Ponte Velha*. Tendo sido annexada ao conc. de Castello de Vide por decreto de 26 de setembro de 1895, que supprimiu o de Marvão, voltou a este, por ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. Areias pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 22, com a séde em Abrantes. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. de Santo Thyrso, distr. e bisp. do Porto; 621 hab. e 142 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 3 k. da séde do conc. O parocho (abbade) era da apresentação da mitra, e tinha de renda 300$000 réis. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. na freg. de S. Vicente, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga, 393 hab. e 157 fog. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está em um valle, nas margens do Cávado. Era couto da mitra de Braga. O cura era apresentado pelo reitor do convento de Villar de Frades. Tem um monte chamado de Penide, por cujas raizes corre o Cávado, que só produz matto, e onde se vê muita caça miuda. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Passa em Areias o rio Ave. Junto ao rio sobre um alto rochedo, sobranceiro a elle, está uma torre, alta, bem lavrada, e que n'outro tempo teve tres sobrados. Tem uma fresta para cada um dos quatro lados, e para o N. tem uma janella de sacada, sendo por todos os lados cercada de parapeitos de pedra lavrada. A porta por onde se entra para a torre é de arco. Junto ainda se vêem vestigios de casas. Diz a tradição que esta torre foi construida ou habitada por Alboazar Ramirez, filho natural de D. Ramiro II, de Leão, e da moira Zara ou Gaia, irmã de Alboazar, emir do régulo arabe de Gaia. || Pov. e freg de N. S.ª da Graça, da prov. da Extremadura, conc. de Ferreira de Zezere, com. de Thomar, distr. de Santarem, bisp. de Coimbra; 2.897 hab. e 603 fogos. Tem escolas para ambos os sexos e est. post., permutando malas com Thomar. A pov. dista 6 k. da séde do conc. Era do rei, como grão-mestre da ordem de Christo. A egreja está situada no Campo das Areias, ao pé da serra, que n'outro tempo se chamava Guimareira, e hoje se chama de S. Saturnino, defronte da serra de Monchite. E' a segunda parochia que existiu na prelazia de Thomar, e d'ella se desannexaram as freguezias da villa de Pias e S. Silvestre dos Chãos, como consta do tombo da mesma egreja, mandado fazer por D. João III, em 1542. A egreja é de tres naves, com um espaçoso adro, alpendre sobre a porta, sustentado em columnas, e sobre elle o côro e a torre dos sinos. Tinha tres beneficiados da ordem de Christo. O parocho (vigario) era apresentado pelo tribunal da Mesa de Consciencia e Ordens, por ser da prelazia de Thomar, e tinha de renda dois moios de trigo, o mesmo de cevada, uma pipa de vinho e 20$000 réis em dinheiro. Tinha tambem um thesoureiro, sendo tudo pago pelo almoxarifado de Thomar, onde se cobravam os dizimos e oitavos d'esta freguezia. No Campo das Areias, junto á egreja, fazem-se duas feiras por anno, no domingo da Paschoela e na quinta feira d'Ascenção. Os logares de Pinheiro e Rego da Murta são da com. d'Alvaiazere. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 15, com a séde em Thomar. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Amedo, conc. de Carrazeda d'Anciães, distr. de Bragança. || Pov. na freg. de Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Avintes, conc. de V. N.ª de Gaia, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Castanheira, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. d'Aveiro.

|| Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, e conc. de Castro Verde, distr. de Beja. || Pov. na freg. de S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de Santo Emilião, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Pedro, d'Este, conc e distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Romão, de Fonte Coberta, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Gondar, conc. de d'Amarante, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Pov. na freg de S. Clemente, e conc. de Loulé, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira-a-Grande, conc. de V. N.ª de Portimão, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Moncarapacho, conc. d'Olhão, distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Mondrões, conc. e distr. de Villa Real. || Pov. na freg de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. do Espirito Santo, de Pera, conc. de Silves, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, d'Alcantarilha, conc. de Silves, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Pontével, conc. do Cartaxo, distr de Santarem. || Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Porches, conc. de Lagoa, distr. de Faro. || Pov na ilha do Porto Santo, freg. de N. S.ª da Piedade, distr. do Funchal. || Pov. na ilha do Fayal, freg. de N S.ª d'Ajuda, de Pedro Miguel, conc. e distr. de Horta. || Casal na freg. de S. Pedro, d'Alverca, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de Sant'Anna, de Carnota, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa, || Casal na freg. de N. S.ª da Graça, de Ega, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra. || Casal na freg de N. S.ª da Conceição, de Ponte do Rol, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S Miguel do Rio Torto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Herdade na freg. de S. Bartholomeu, conc. d'Arronches, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça, de Castello Novo, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco. || Monte na freg. de S. Thiago, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Sebastião, de Darque, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Quinta na freg. de S. João Baptista, do Lumiar, 3.º bairro de Lisboa. || Quinta na freg. de N. S.ª da Purificação, de Sacavem, conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Logar da freg. de Campanhã, do Porto, em virtude do decreto de 13 de janeiro de 1898, que o desannexou de Fanzeres, conc. de Gondomar.

Areias Altas. Pov. na freg. de Santo André, de Ancede, conc de Baião, distr. do Porto.

Areias de Baixo. Pov. na freg. de Thiago, e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Areias de Cambra *(Antonio Soares Leite Ferraz d'Albergaria, 1.º barão de).* Abastado proprietario, senhor da Quinta das Areias, situada na freg. de S. Pedro de Castellões de Cambra, solar da familia Ferraz d'Albergaria; cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa, administrador do concelho de Cambra, desde 19 de junho de 1848 até 12 d'agosto de 1861. N. a 16 de julho de 1824. Seu pae era Thomaz Antonio Leite Soares d'Albergaria, fidalgo da Casa Real, tenente-coronel do regimento de milicias d'Oliveira d'Azemeis, por decreto de 22 de julho de 1822, e depois tenente-coronel commandante do batalhão nacional das Quatro Villas, por decreto de 17 de setembro de 1833; cavalleiro da ordem de Christo, condecorado com a medalha de prata por duas campanhas da guerra peninsular, que fez no exercicio do posto de capitão do regimento de milicias d'Oliveira d'Azemeis; proprietario abastado, etc.; sua mãe era D. Maria José Candida Ferraz d'Albergaria. O barão d'Areias de Cambra teve um irmão gemeo, chamado José Maria Leite Soares Ferraz d'Albergaria, que foi tambem fidalgo da Casa Real, commendador das ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição, deputado na legislatura de 30 de julho de 1865 a 14 de janeiro de 1868, bacharel formado em direito, e antigo administrador do concelho de V. N.ª de Gaia.

Areias do Pinheiro. Pov. na freg. de S. Thiago, e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Areias de S. João. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, e conc. d'Albufeira, distr. de Faro.

Areias de Villar. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 380 hab. e 140 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 7 k. de Barcellos. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Areinha da Foia. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Areiras. Pov. na freg. de S. Pedro, de Teixeira, conc. de Baião, distr. do Porto.

Areja. Aldeia da prov. do Douro, da freg de Santo Antonio, da Lomba, conc. de Gondomar, distr. do Porto; 1:127 hab. Está situada nas faldas da serra d'Areja, ramo da serra do Cabeço de Sovereiro, sobre a margem esquerda do Douro, 1 k. abaixo de Pédorido, na confluente do ribeiro d'Areja com o Douro. Segundo a tradição, foi n'este sitio a capital do vasto territorio chamado, no tempo dos romanos e dos gôdos, cidade d'*Anégia* ou *Arégia*.

Arelhano. Appellido nobre em Portugal, procedente de Hespanha, onde foi tomado da villa de Arellano. Não se sabe quem primeiro o trouxe a Portugal, mas encontram-se já no tempo do conde D. Henrique o seu grande privado D. João Ramires de Arelhano e os descendentes do mesmo cavalleiro com as seguintes armas: Escudo dividido em pala, a primeira de vermelho e a segunda de prata. Não se lhe conhece elmo nem timbre, mas sim outras variantes do escudo. Na folha das moradias e mercês dos reis de Portugal, feitas nos annos de 1518 a 1519, se encontra outro João Ramires de Arelhano com 3$650 réis por mez e alqueire e meio de cevada por dia. Tinha brazão incompleto: Escudo, orlado de azul com oito flores de liz de ouro, dividido em pala; a primeira de vermelho, a segunda de prata, e tres flores de liz em roquete; na primeira pala flôr de liz de ouro, na segunda flôr de liz vermelha. na terceira flôr de liz antrecambada.

Arelho. Pov. da freg. de Santa Maria, e conc. d'Obidos, distr. de Leiria. Tira o nome do rio assim chamado que desagua no Arnoia, junto da lagoa d'Obidos; 1:954 habitantes.

Arenal ou Arnal. Casal na freg. de S. Pedro, d'Alhadas, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Arenda. Quinta na freg. de S. Pedro, de Granjinha, conc. de Tabuaço, distr. de Vizeu.

Arengosa e Arengosinha. Herdades na freg. de N. S.ª das Ciladas, conc. de Villa Viçosa, distr. d'Evora.

Arenosa. Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, do Barreiro, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Arentim. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 418 hab. e 96 fog. Est. do cam. de ferro do Minho no ramal de Braga ao Porto. A pov. dista 10 k. da séde do conc. Foi couto. Era vigararia do arcediagado de Braga, mas os arcebispos é que recebiam a renda. E' terra muito fertil. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8 com a séde em Braga

Areões. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, conc. de Lagos, distr. de Faro.

Areóla. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Outeiro dos Gatos, conc. de Meda, distr. da Guarda.

Areólas. Pov. na freg. de Santa Maria, de Pinheiro Grande, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Areólos. Pov. na freg. de S. Martinho, de Estoy, conc. e distr. de Faro.

Areosa. É uma das freguezias mais importantes do conc. e com. de Vianna do Castello. Tem 340 fog. e 1800 hab. Fórma toda ella um conjuncto de boas habitações, vendo-se tambem alguns edificios de importancia, sendo uma das freguezias mais ricas d'estes sitios. Confina ao sul com Vianna do Castello, e ao norte com o Carreço, ficando toda n'uma planicie ao sopé dos montes de Areosa pelo nascente. É atravessada por duas estradas, estendendo-se a freguezia entre o monte e as duas estradas; d'ahi até á costa do mar é uma enorme planicie cultivada e muito fertil. A egreja, templo antigo e grandioso, tem por sua padroeira Santa Maria da Vinha. Nos meados do seculo XVII era *Santa Maria de Vinea* a séde do arciprestado de Vianna na collegiada de Valença, mas o parocho (vigario) era apresentado pela mitra. Tinha o rendimento de 200$000 réis. A torre fica ao centro da porta principal; a egreja é de 3 naves com bellos altares de talha. Alguns bemfeitores teem contribuido para o seu aformoseamento e importancia. O primeiro foi o fallecido Jeronymo da Costa Jacome, por alcunha o *Rainha*, que fez o cemiterio e uma grande reconstrucção na parte central; em seguida, o negociante lisbonense Manuel Vieitas da Costa, que a mandou assoalhar, e collocou o gradeamento de divisão, dotando-a de ricos lustres e alfaias. Domingos José de Moraes, rico industrial tambem de Lisboa, reconstruiu e ampliou a capella-mór, rasgando a vasta avenida da porta principal á estrada de macadam, na extensão aproximadamente de duzentos metros. A familia Vieitas da Costa tem sido constante bemfeitora da egreja d'Areosa. Na sacristia, feita na occasião em que se reconstruiu a capella-mór, estão collocados os retratos dos bemfeitores, em pintura a oleo, com ricas molduras douradas, trabalho do artista Julião de Vianna, sendo o primeiro o do actual prior, Narciso José da Costa, que ha perto de trinta annos dirige a parochia; a seguir os de Jeronymo da Costa Jacome, Manuel Vieitas da Costa e Domingos José de Moraes. Junto á estrada de macadam ha um mirante ou galeria envidraçada de recreio, pertencente á familia Vieitas, com larga vista para a planicie cultivada e para o mar, tendo na frente a enorme casaria, a poucos metros para o nascente, a qual pertence á referida proprietaria. Areosa tem um bom edificio para a escola de instrucção primaria, d'ambos os sexos, com dotação para a escola nocturna de adultos. Tem est. post. e no centro da freg. existe o apeadeiro da linha ferrea. No alto do monte fronteiro á freg. fica o Castro do Pego, n'um ponto muito elevado e superior. Em volta notam-se vestigios bem salientes e visiveis d'este planalto ter sido cercado de fortes muralhas de pedra, das quaes ainda existem pedaços bem conservados, com recortes e angulos semelhantes aos dos castellos e fortes, que ha disseminados pelas costas do mar, mas de menores dimensões. No centro observam-se os vestigios e signaes bem patentes de muitas casas circulares e quadradas, pequenas, onde se encontram restos de ceramica antiga e telha romana, de fórmas primitivas. É portanto um ponto perfeitamente defensivel, e, pelos restos de muralhas que se conservam ainda, vê-se que devia ser de difficil accesso, e os povos que em tempos antigos o habitaram deviam estar a salvo de qualquer aggressão. Junto das muralhas ha uma garganta no monte, ou uma depressão funda, talhada a prumo, por onde, de rocha em rocha, e de precipicio em precipicio, se despenha o pequeno rio de Areosa, fazendo andar muitas rodas de moinhos, que em pequenas casas, pelos recantos d'estes fraguedos, se vão estendendo até ao sopé do monte, principio da subida. Na base do monte do Castello do Pego fica a magnifica quinta do sr. João Coelho Vianna, tendo no meio das ameias por cima do portão da entrada, o brazão d'armas dos antigos proprietarios. Areosa foi antigamente villa e couto, que D. Affonso Henriques deu á Sé de Tuy e ao seu bispo D. Paio, em 1137. Então o bispado de Tuy chegava até á margem direita do rio Lima. Em 1262, D. Affonso III, em troca d'esta villa, deu á referida Sé metade da freg. de Affife e a freg. da Sé em Ponte de Lima. Vindo os conegos de Tuy para Valença, por causa do scisma, levantaram-se com as rendas que ali tinham. Estas rendas vieram depois a dividir-se em tres partes, uma para a collegiada de Valença, outra para a de Vianna, e outra para o prelado. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, e conc. de Ancião, distr. de Leiria. ‖ Pov. na freg. de Santa Maria, de Avioso, conc. de Maia, distr. do Porto. ‖ Pov. na freg. de S. Pedro, de Avioso, do mesmo conc. e distr. ‖ Pov. da freg. de N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. ‖ Pov. na freg. de S. Thiago, de Carapeços, conc. de Barcellos, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de S. Martinho, de Courel, conc. de Barcellos, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de Santa Maria, de Goios, do mesmo conc. e distr. ‖ Pov. na freg. de S. Paio, de Pinheiro da Bemposta, conc. d'Oliveira d'Azemeis, distr. d'Aveiro. ‖ Pov. na freg. de S. Christovam, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto. Tem caixa post. ‖ Pov. na freg. de S. Miguel, do Souto conc. da Feira, distr. d'Aveiro. ‖ Pov. na freg. de Santa Maria, de Turiz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. ‖ Logar (a parte envolvida pela circumvallação fiscal) da freg. de Paranhos, do Porto, em

virtude do decreto de 21 de novembro de 1895, que o desannexou da freg. de Rio Tinto, conc. de Gondomar.

Areosa de Baixo e de Cima. Duas pov.ª na freg. de Santa Leocadia, de Geraz de Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Areosa do Norte e do Sul. Duas pov.ª na freg. de S. Thiago, de Beduido, conc. d'Estarreja, distr. d'Aveiro.

Ares. Cidade antiga da Lusitania, na provincia do Alemtejo, arcebispado d'Evora, de que ha apenas ruinas. E' uma das cidades destruidas de que faz menção Julio Pacense. ‖ Casal na freg. de S. Salvador, de Fojo Lobal, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. ‖ Casal na freg. de S. Martinho, de Soalhães, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Ares Bellos. Pov. na freg. da Sé, e conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Aresta. Quinta na freg. de Santa Maria Magdalena, de A dos Negros, conc. d'Obidos, distr. de Leiria.

Arestal. Serra, da prov. do Douro, na freg. de Silva Escura, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. Tem 9 k. de comprido e 6 de largo, muito arvoredo silvestre e matto, e em partes é cultivada e fertil. Cria muito gado grosso e miudo, e traz bastante caça. N'esta serra nascem os ribeiros das *Prezas*, *Remezal*, *Silva Escura* e *Rio Mau*, que morrem no Caima e no Vouga. São aqui as grandes minas de cobre chamadas do *Palhal*. V. *este nome*.

Arestim. Pov. na freg. de S. Thiago, de Brandara, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. ‖ Pov. na freg. de Santa Marinha, de Linhares, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Areteira. Pov. na freg. de Cucufate, de Villa de Frades, conc. da Vidigueira, distr. de Beja.

Arez. Appellido nobre em Portugal, tomado da povoação de Arez, no Alemtejo, e procedendo de Gonçalo Nunes de Arez. Tem brazão incompleto: em campo vermelho castello de prata, e mantelete do mesmo metal; na primeira parte cruz vermelha, floreada e vazia de campo; na segunda aguia preta. Timbre, a aguia das armas.

Arez *(Joaquim José Fernandes)*. Commissario geral das alfandegas e vogal effectivo da Junta Consultiva do Ultramar. Natural da India, onde nasceu a 21 d'agosto de 1839, falleceu em Lisboa a 28 de janeiro de 1903. Era filho do tenente-coronel Antonio Joaquim Arez e de D. Maria Antonia Ferreira Martins Arez, uma das familias mais distinctas de Gôa, contando nos seus ascendentes alguns nomes illustres. Tendo concluido com distincção o curso dos lyceus, assentou praça em abril de 1858, obtendo nas escolas superiores um honroso logar, sendo classificado para a arma de engenharia. Promovido a 2.º tenente em 1865, foi no mesmo anno nomeado membro d'uma commissão, encarregada de proceder á tombação e demarcação de terrenos, arrendados a longo prazo na provincia de Satary, a uma colonia americana, que a guerra da Succeessão tinha obrigado a exilar. Esta commissão, de que tambem faziam parte os srs. José Maria Rodrigues e Antonio Lopes Mendes, foi mais tarde ainda encarregada de proceder ao levantamento geral topographico da referida provincia, e em 1870 apresentava os seus trabalhos compostos de 170 mappas parciaes, um mappa geral, e um relatorio elaborado sobre as condições de Satary, pelo que foi louvado em portaria de agosto de 1870. No decurso dos trabalhos da commissão citada, Fernandes Arez concorreu á Escola Militar de Nova Gôa, a obter ali o logar de lente de mathematica, já hoje extincto, em 1868, cadeira que regeu distinctamente. No referido anno de 1870 foi ainda encarregado de ir a Bombaim adquirir material de guerra para a columna de cypaios que devia cooperar na expedição mandada á Zambezia contra o Bonga. Promovido em 1871 a 1.º tenente, teve o encargo da demarcação das mattas nacionaes e da elaboração de novos regulamentos para as mesmas; n'esta commissão houve-se tão distinctamente que foi louvado em portaria de julho do referido anno. A demarcação de limites entre Gôa e Canará do Norte, India ingleza, deu novo ensejo a que Fernandes Arez se evidenciasse, e o governador da India ingleza, W. Seymour Fritzgerald, em officio a J. Ferreira Pestana, testemunhou a sua satisfação pela conducta do distincto engenheiro. Arez foi administrador do concelho de Pondá em 1872, no tempo em que as grandes quadrilhas de salteadores infestavam as provincias das Novas Conquistas; tinha o encargo de as derrotar, assim como de extinguir os restos da revolta dos marathas. Em menos d'um anno, Fernandes Arez, desenvolvendo uma energia admiravel, conseguiu com sagacidade rara aprisionar os que escaparam com vida nos numerosos recontros com as forças de que dispunha. Foi então proposto pelo governador, o general Macedo e Couto, para a promoção ao posto immediato por distincção. Sendo secretario particular do governador da India, o general Tavares d'Almeida, foi a Delhi em 1877 assistir ao *durbar* da proclamação da rainha Victoria, como imperatriz das Indias. N'esse mesmo anno acompanhou o estadista Nogueira Soares a Calcutá Simla para estabelecer as negociações d'um tratado de commercio, commissão que desempenhou até 1878. Em 1879 foi nomeado subdirector das obras publicas de Nova Gôa, e ainda no mesmo anno teve a incumbencia de estudar as pautas das alfandegas da India ingleza, para pôr em execução, juntamente com Antonio Augusto d'Aguiar, o tratado de commercio e o regimen do sal e abkari. O vice-almirante Caetano d'Albuquerque nomeou-o commissario d'estas possessões e membro do conselho governativo, em recompensa dos serviços prestados. Fernandes Arez foi então chamado á metropole para negociar, ainda com Antonio Augusto d'Aguiar, um novo tratado, encarregando-se de o pôr em execução no anno immediato; em 1891 tambem foi chamado pelo ministro sr. Barbosa du Bocage, para acompanhar, como delegado technico, Pinheiro Chagas nas negociações novamente entaboladas, em que repelliu as exigencias do commissario inglez Caren. Tendo requerido a sua aposentação como commissario do sal e abkari, resignou o seu posto no exercito, conservando, comtudo, as honras de tenente-coronel. Fernandes Arez foi eleito deputado pela India durante o ministerio Neves Ferreira, por duas vezes membro da Junta Consultiva do Ultramar, e em 1897 teve a nomeação de membro effectivo da referida Junta, sendo relator de muitos e importantes assumptos coloniaes. Tornou a ser deputado na ultima si-

tuação progressista, e ultimamente fez parte d'uma commissão, presidida pelo sr. general Cabral Couceiro e composta dos mais distinctos engenheiros da metropole, para estudar a questão das tarifas da linha ferrea de Mormugão. A morte de Fernandes Arez foi muito sentida. A' beira da sepultura o sr. dr. F. A. Ochôa pronunciou um sentidissimo discurso, accentuando os seus elevados merecimentos na brilhante carreira em que tanto se distinguiu, e relevantes serviços prestados ao paiz e á terra da sua naturalidade. Publicou o seguinte: *Relatorio da commissão encarregada de demarcar os terrenos da provincia de Satary*, Nova Gôa, 1866-1869; *Relatorio final da commissão da demarcação dos terrenos da provincia de Satary*, Nova Gôa, 1866.

Arez. Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Niza, distr. e bisp. de Portalegre; 580 hab. e 128 fog. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie, d'onde se avistam Castello de Vide, Marvão, Niza e outras povoações. Pertencia á corôa. O vigario era apresentado pelo tribunal da Mesa da Consciencia. Arez é terra fertil, tem Misericordia na capella do Espirito Santo, e hospital, de cuja origem não ha memoria. A sua commenda é uma das villas do mestrado d'Aviz. D. Manuel deu-lhe foral em Lisboa, a 20 d'outubro de 1517. N'esta freg. passa a ribeira do *Sóto*, que se mette na de Figueiró, no sitio do Satangunheiro. No termo da villa, no local em que se divide de Niza e d'Alpalhão, ha um poço chamado da *Lança*, a que nunca se encontrou fundo. Na distancia de 3 k. de Arez, e proximo tambem de Gafeta e Tolosa, brota do interior d'um rochedo uma nascente d'agua mineral, que outr'ora foi medicamente usada n'uma acanhada casa com duas banheiras, mandada fazer pelo desembargador J. M. do Casal Ribeiro, quando era provedor em Portalegre. Hoje, esta casa está em ruinas, porque a descoberta d'outras aguas mais efficazes fez diminuir a concorrencia. Estas aguas, em virtude do cheiro desagradavel de sulfhydrico que exhalam, fizeram dar á fonte o nome de *Fedegosa* ou *Fedagosa* pelo qual são conhecidas. *(V. este nome).* São consideradas *sulfhydricas frias*, chloretadas, e teem algum acido carbonico livre. São empregadas, ainda que raras vezes, no tratamento do rheumatismo. Arez pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 22 com a séde em Abrantes. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª do Monte, de Valle de Guizo, conc. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Areza. Monte na freg. de S. Julião, de Monte Trigo, conc. de Portel, distr. d'Evora.

Arga. Serra muito alta da prov. do Minho. *Arga* é corrupção de *Agra*, nome por que era conhecida antigamente. D'aqui se descobrem os bispados de Braga e de Tuy, as villas de Caminha e Ponte de Lima, e a cidade de Vianna do Castello. No alto da serra ha duas planicies: a de *S. João*, em que pódem acampar quinhentos homens, e a da *Bica*, que comporta quatrocentos. Lança quatro braços para N., S., L. e O., que se dilatam por espaço de 24 k. Nascem aqui muitas fontes, entre as quaes se destaca a fonte da *Urze*, porque, segundo dizem, a sua agua é muito boa para auxiliar a digestão. N'esta serra nasce o rio Ancora, que cria grandes trutas, mas pouco gostosas. Nos seus penhascos ha ninhos de aguias, e nas brenhas apparecem bastantes lobos, que fazem muito damno nos gados, que ha aqui de toda a especie, obrigando a juntar-se em montarias os termos de Caminha, Vianna, Ponte de Lima, Coura, Arcos e V. N.ª da Cerveira, acompanhando os seus monteiros-móres. Ha tambem muita e diversa caça. De tempos muito remotos era costume muitos homens dos termos d'Arcos e Coura trazerem aqui os seus gados a pastar em certos mezes do anno, por ser sitio mais quente. Pagavam de fôro ao alcaide-mór um vintem por cada cabeça e cem réis por cada egoa. O motivo de ser aqui o sitio mais quente ou menos frio é porque, apezar de na serra cahir muita neve, como fica visinho ao mar, logo desapparece com o ar que d'ali lhe vem. Dividem-se aqui os termos de Vianna, Caminha, Ponte de Lima e Coura. No centro inculto das suas espessas brenhas está a egreja de S. João d'Arga. N'um cabeço d'esta serra existiu o mosteiro *Maximo*, da ordem benedictina. Consta que a fundação era do seculo VII e que principiou no reinado de Sisebuto I, que reinou na peninsula, desde 612 a 621; outros affirmam ser construido por S. Fructuoso, arcebispo de Braga, no tempo dos godos. Existia em 1026, pois que D. Fernando de Leão, dividindo os condados de Entre-Douro e Minho, n'esse anno, fala d'este mosteiro e do seu grande couto: *præter cantum illud magnum, quod Reges olim dederunt Monasterio Maximo, sito in illo altissimo monte Agra.* Em 1346 conservava-se o convento com abbadia e monges. No meado do seculo XVI passou a abbadia secular. Nas bullas de reforma de Xisto V, em 1587, ordenou-se que a ordem tornasse a tomar conta d'elle, o que não se verificou, Depois fôram os abbades apresentados pelos marquezes de Villa Real, que perderam todos os seus bens e a vida, em 1641, por traidores á patria, mudando-se então o padroado para o Infantado. N'este mesmo sitio, com pouca distancia, houve tambem um convento de religiosas, e as filhas das pessoas nobres d'esta terra íam ali educar-se em trabalho honesto e exercicio de virtudes. Póde-se conjecturar que se aperfeiçoou o principal edificio no anno de 661, porquanto esta data se encontrou escripta n'uma padieira da porta da egreja ou de outra officina do mosteiro, que vem a ser: *anno de Christo 623*. O vulgo chamou-lhe *montanha sagrada* por terem n'ella vivido muitos monges santos, por entre aquelles mattos e á borda d'aquelles ribeiros. Mostrava-se aqui uma sepultura, com a meia lua d'um arco de pedra por cima, a qual dizem ter sido mandada fazer pelo arcebispo D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, por se vêr, que os gados que a pisavam quebravam as pernas. Dizem estar ali enterrado um monge benedictino. Por este e outros motivos, o arcebispo Ruy, ou Rodrigo de Moura Telles, fez averiguação dos sagrados segredos d'este retiro, em ordem de descobrir algumas memorias e algumas reliquias, mas parece, que não achou nada digno de se escrever, averiguando sómente a historia d'aquelle santo a que o vulgo chama *Aginha*, e cuja capella está n'este mesmo monte. A vida d'este santo vem escripta no *Breviario bracharense*. Descendo aos mais principaes braços da montanha, deriva-se o monte de N. S.ª da Serra, onde estava uma capella dedicada á Virgem, feita agora de novo, desde os alicerces, no mesmo logar em que estava a antiga, mettida em sua cerca de pedra, onde ha

uma formosa imagem da Virgem, antiga. Esta capella fica no monte ao norte de Riba d'Ancora. O segundo monte é o de S. Pedro de Varães, onde está uma egreja que foi d'um mosteiro de religiosos benedictinos. Depois d'elles o deixarem, ficou sendo parochial das freguezias de S. Sebastião de Ville e S. Miguel de Azevedo. A egreja de S. Pedro de Varães, que se vê ainda hoje na serra, foi commenda, e o seu commendatario Fernão Velho, n'um prazo que fez a Lucrecia Lobo, se intitulava abbade reitor, como consta do original que estava em Vianna na mão de Ascenso Pereira da Silva, senhor d'este prazo, o qual pertenceu á casa Malheiro Reymão, de Vianna do Castello, vulgo *Casa da praça*, e hoje pertence por compra aos lavradores de Ancora e Ville. No mesmo monte vê-se arruinada outra egreja, chamada S. Salvador de Bulhente, que era de um convento de freiras, tambem da ordem de S. Bento, as quaes juntamente com a communidade de Victorino das Donas, que estava á beira do rio Lima, fôram conduzidas para Braga, onde se formou a communidade do Salvador do Campo da Vinha, conservando o nome de S. Salvador, que tinha em Bulhente. O arcebispo Ruy de Moura Telles fez mudar esta egreja para o Calvario da freg. de Gontinhães, onde hoje existe feita á moderna, n'um sitio aprazivel. De Bulhente só resta um pequeno pedaço de parede occulta entre mattos, bouças e pinheiros. O terceiro monte é o do Facho, eminente ao oceano, onde está a costa chamada o *Ladeiro*, por causa das ladainhas que se cantavam pela irmandade dos *clamores*. Ao pé d'esta costa, já na pedregosa praia do oceano, está a grande capella de S. Izidoro, arcebispo de Sevilha. E' toda de abobada, tem retabulo de pedra e uma imagem do santo. E' a romaria muito frequentada, tanto de gallegos como de portuguezes, que costumam levar-lhe telhas de offerta, em agradecimento das mercês recebidas. E' esta capella casa capitular da notavel irmandade, que ha n'estes contornos, chamada dos *clamores*, tão antiga, que não se lhe conhece a origem. Parece que estes clamores se introduziram por causa das grandes esterilidades e doenças que soffreu esta região, como se lê no livro dos seus estatutos sendo tal a sêcca e a falta d'agua, que, segundo conta a tradição, n'essa epoca, os povos do Valle d'Ancora iam levar os gados a beber no rio Minho. A irmandade compõe-se de 16 freguezias, nos termos de Caminha e Vianna, que assistem em todas as suas funcções com cruzes de prata muito areadas. Não tem livro onde se inscrevam os irmãos, mas todos que nascem n'estas freguezias, ou n'ellas estabelecem domicilio, ficam considerados irmãos e obrigados a obedecer aos superiores da irmandade, sem excepção de estado, nem posição. Estes superiores são: um arcipreste, um escrivão e um thesoureiro, este leigo e os dois sacerdotes, assistindo todos aos actos da irmandade com suas varas de prata. Os principaes clamores são tres em tres sextas feiras de quaresma, e fazem se por estes montes com grande concurso. Um é na egreja de S. Pedro de Varães, outro na de S. Salvador, outro em Christello, na sua parochia de S. Thiago. Além d'estes, ha outros clamores não só ordinarios, mas extraordinarios para pedir sol ou chuva, e a festa do santo que se celebra com toda a devoção. No dia de S. Thiago, a 25 de julho, vae a irmandade á capella do mesmo santo, espera pelo escrivão, thesoureiro e alguns irmãos da Misericordia de Caminha, que tem obrigação de ir lá n'esse dia pedir esmolas aos romeiros para os pobres. Fórma-se depois a grande procissão, finda a qual, o escrivão da Misericordia, por costume antigo, offerece uma abundante merenda aos irmãos que o acompanharam e ás pessoas mais distinctas que convidaram. No dia de S. João, tambem esta irmandade se reune em S. João de Cabanas, mosteiro de frades de S. Bento, que está na freg. d'Affife, e depois da costumada procissão, tambem por antigo costume, o abbade do convento convida o arcipreste e mais sacerdotes para um refresco. A irmandade ainda faz outras romarias: em 7 de março ao convento das freiras de Santa Clara, de Caminha; em 5 de agosto á capella de N. S.ª da Serra, e em 6 de maio á capella de S. João d'Arga, detraz d'esta serra. Na freguezia de Seixas tambem se formava a procissão na egreja de S. Bento, havendo festa solemne, dando o arcipreste um bom jantar de peixe e promovendo outros regalos aos sacerdotes. Estes costumes já estão abolidos, tanto os banquetes e merendas em Cabanas, Seixas e Santo Izidoro, como a vinda dos irmãos da Misericordia, de Caminha.

Arga de Baixo. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Caminha, distr de Vianna do Castello, arceb. de Braga. 230 hab. e 60 fog. A pov. dista 15 k. da séde do conc. Pertencia á Casa do Infantado. O cura era apresentado pelo abbade de Covas, e tinha de rendimento 50$000 réis. Os dizimos eram metade para os prestimónios d'esta freg. e da de Arga de S. João; porque a casa de Bragança tambem tinha aqui feito outro prestimónio. Nascem n'esta povoação os ribeiros Ladeira e Abutres, que se juntam ao rio da Azebora ou Azebra, e morrem no rio Coura. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Arga de Cima. Pov. e freg. de Santo Antão, da prov. do Minho, conc. e com. de Caminha, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 173 hab. e 40 fog. A pov. dista 13 k. da séde do conc. Pertencia ao Infantado. O vigario era apresentado pela abbadessa do convento de Sant'Anna, de Vianna do Castello, que recebia os dizimos. Tinha de rendimento 13$000 réis e o pé d'altar. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Argacasa. Pov. na freg. de Santa Christina, de Meadella, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Argainha. Pov. da freg. de S. João Baptista, de S. João do Rei, conc. da Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Arga de S. João. Pov e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. e com. de Caminha, distr. de Vianna do Castello, arcep. de Braga; 122 hab. e 33 fog. A pov. dista 12 k. da séde do conc Pertencia ao Infantado. O reitor era apresentado pelo abbade de Covas, e tinha de rendimento 40$000 réis. A' casa de Bragança pertencia *metade dos fructos* d'esta freg., por n'ella ter feito *prestimónio*. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Argamassa (*Francisco da Gama Lobo Botelho, barão de*). Tenente-general reformado. N. em Oli

vença a 11 d'abril de 1788, fal. a 23 d'agosto de 1848. Era filho de Manuel da Gama Lobo Botelho, senhor da casa de Argamassa, no termo d'Elvas, e major de infantaria. Assentando praça no exercito foi reconhecido cadete em fevereiro de 1805, nomeado tenente ajudante de infantaria 15 em 1809, e dois annos depois promovido a capitão para o mesmo corpo, tomando assim parte na guerra da peninsula, pelo que lhe foi conferida a medalha de ouro com o algarismo n.º 4. Em julho de 1814 foi transferido para cavallaria, e collocado no regimento n.º 11 d'esta arma, do qual sahiu em 1820 por ser promovido a major, e para onde voltou no anno seguinte, já como tenente-coronel. Em 1827 subiu ao posto de coronel, ficando addido ao regimento n.º 5, e em janeiro de 1828 deram-lhe o commando do regimento n.º 12. Quando se deu a revolução do Porto n'este anno, o coronel Gama Lobo, sendo reconhecido como liberal, foi escolhido para membro da junta provisoria que então se formou. Para se livrar das perseguições do partido miguelista, emigrou para Inglaterra, d'onde passou á Terceira. Fez parte da junta que se organisou n'aquella ilha, e quando em março de 1832 de constituiu o exercito expedicionario, foi nomeado commandante do 2.º corpo de cavallaria, Depois de ter desembarcado nas praias do Miudello, foi elevado a brigadeiro em recompensa dos serviços prestados nos Açôres, escolhido para fazer parte do conselho permanente estabelecido no Porto, e finalmente encarregado do governo militar da provincia do Minho e Douro. Quando depois da acção da Cova da Piedade, D. Pedro entrou em Lisboa, o general Gama Lobo foi nomeado commandante da força armada da capital e incumbido da instrucção e disciplina dos batalhões nacionaes; depois substituiu o governador militar da côrte e provincia da Extremadura Jorge d'Avilez, sempre que este teve de ir tomar assento nas camaras. Em outubro de 1835 foi agraciado com o titulo de barão. Exonerado em dezembro d'este anno do cargo de governador militar de Lisboa por ser supprimido o logar, foi no começo do anno de 1837 nomeado para a commissão de cavallaria, sendo pouco depois reformado em consequencia das suas opiniões politicas. Apesar da reforma, ainda fez parte da commissão central do ministerio da guerra, e recebeu a nomeação de vogal do supremo conselho de justiça militar. Em 1843 foi-lhe melhorada a reforma em tenente-general.

Argamassa. Horta na freg. de Santo Ildefonso, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de S. Thiago, conc. e distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Luiz, conc. d'Odemira, distr. de Beja.

Argan. Em portuguez antigo significa alforge, trouxa, taleigo, mochila, etc.

Argana. Pov. da freg. de N. S.ª dos Reis, de Lama Longa, conc. de Macedo de Cavalleiros, distr. de Bragança.

Argande. Pov. na freg. de S. Pedro, de Queimadella, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Arganil *(Conde de)*. O titulo de conde de Arganil anda annexo á mitra da diocese de Coimbra, e é actualmente o titulo de conde mais antigo na côrte de Portugal. Esta mercê e prerogativa foi concedida por D. Affonso V ao 21.º prior de Santa Cruz, de Coimbra, e bispo d'esta diocese D. João Galvão. O bispo havia acompanhado o monarcha na jornada d'Africa no anno de 1471, e não só lhe prestara grandes auxilios de fazenda, como o ajudara pessoalmente na conquista de Arzilla e Tanger. Em paga d'estes grandes serviços é que D. Affonso lhe concedeu, para elle e seus successores, o titulo de conde de Arganil, titulo que até hoje tem sido sempre usado pelos bispos de Coimbra. Transcrevemos em seguida a carta passada por D. Affonso V, em Coimbra, a 25 de setembro de 1472, a qual está no liv. 3 dos *Mysticos*: «A quantos esta Carta virem, que considerando Nós os grandes e muitos extremados serviços, que temos recebido de D. João Galvão, Bispo de Coimbra, do nosso conselho, e em especial em a filhada das nossas Villas, e da Cidade de Arzilla, e Tanger nos portos de Africa, etc. Que elle dito Bispo, e por seu respeito, e memoria todos os seus successores, Bispos de Coimbra, e se chamem e intitulem Condes da Villa de Arganil, etc. e tenhão e uzem de tudo o que gozão todos os outros Condes de nossos Reynos. Dada em Coimbra,» etc. Assim, todos os bispos de Coimbra se intitulam desde então condes de Arganil. E' para notar que n'uma provisão de 25 de novembro de 1471 o bispo de Coimbra D. João Galvão tomasse o titulo de conde de *Santa Comba*, tendo depois a 25 de novembro de 1472 recebido o titulo de conde de Arganil, como prova a documento acima transcripto. O dr. João Pedro Ribeiro conjectura que o bispo D. João Galvão já tivesse sido agraciado com o titulo de conde, n'uma data anterior, e que depois se désse apenas a mudança do titulo. Os bispos-condes, além do titulo, já tambem se assignaram *Senhores de Coja* e *Alcaides-móres de Avô*. Os castellos de Coja e de Arganil fôram dados á Sé de Coimbra pela rainha D. Thereza e conde D. Henrique, como consta do *Livro preto*. A preeminencia de conde, inherente á sua dignidade, tem obrigado os bispos de Coimbra a apresentar-se em occasiões solemnes com o fausto e ostentação proprios dos grandes senhores. Fr. Luiz de Sousa, enumerando os prelados portuguezes que assistiram ao concilio de Trento, diz do bispo de Coimbra: «Um D. João Soares, que com o titulo de bispo de Coimbra tinha tambem os de conde d'Arganil e senhor da villa de Coja, e por estes se houve obrigado a apparecer no concilio com fausto de principe secular, o qual representou com esplendor e magnificencia notavel. E porque se visse que fôra isto força do estado, mais que de animo vão, passada a occasião do concilio, se poz em caminho a visitar os logares santos de Jerusalem, recompensando com a moderação de peregrino voluntario, as superfluidades de senhor forçado.» A D. João Galvão seguiram-se entre outros os bispos-condes: D. Jorge d'Almeida, D. Garcia de Menezes, D. Fr. João Soares, D. Manuel de Menezes, D. Fr. Gaspar do Casal, D. Affonso Castello Branco, D. Affonso de Mendonça, D. Martinho Affonso Mexia Tovar, D. Jorge de Mello, D. Joanne Mendes de Tavora, D. Manuel de Noronha, D. Fr. Alvaro de S. Boaventura, D. João de Mello, D. Antonio de Vasconcellos e Sousa, D. Miguel d'Annunciação, D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, D. Francisco de S. Luiz, D. Fr. Joaquim da Nazareth, D. José Manuel de Lemos *(V. estes nomes)*. A'cerca dos condes de Arganil pódem vêr-se o artigo e o folheto de Augusto Mendes

Simões de Castro, o primeiro inserto no *Instituto*, vol. XIX, pag. 17, o segundo publicado com o titulo *Bispos-Condes, noticia da origem do titulo de conde de Arganil de que usam os bispos de Coimbra*, Coimbra, 1895.

Arganil *(Fr. Custodio de)*. Monge de Cister. Nat. de Arganil. Era muito douto na lingua grega. Deixou os seguintes manuscriptos: *Gesta Barlaam, et Josaphat a Joanne Damasceno e Græco translata; Smaragdus Abbas ir librum qui vocatur*.

Arganil *(Fr. José)*. Theologo e prégador apreciavel. Natural de Arganil. Floresceu no seculo XVIII. Professou no instituto seraphico da reformada provincia da Soledade, onde aprendeu theologia. Deixou impresso: *Oração funebre nas exequias de Bento de Moura Barata Mendoça e Freyre, Fidalgo da Casa de S. Magestade, e Cavalleiro professo da Ordem de Christo recitada no Convento de Nossa Senhora da Charidade de religiosos da Provincia da Soledade de que a sua Casa tem o padroado, e Jazigo na Villa do Sardoal*, Lisboa, 1741.

Arganil *(D. Manuel Corrêa de Bastos Pina, 25.º conde de)*. Bispo de Coimbra. N. na quinta da Costeira, freguezia de Carregosa, conc. d'Oliveira de Azemeis, a 19 de novembro de 1830. E' filho de Antonio Corrêa de Bastos Pina, e de sua mulher, D. Maria Joaquina da Silva, proprietarios em Carregosa. Sendo destinado por seus paes á carreira das letras, veiu para Coimbra em verdes annos, e foi commensal do bispo-conde D. José Manuel de Lemos, então lente da faculdade de theologia, e vice-reitor da Universidade. Sob a direcção d'este bom protector estudou e fez os exames preparatorios para entrar na Universidade. Em outubro de 1848 matriculou-se no primeiro anno da faculdade de direito, e seguiu o curso com muita distincção, o qual concluiu a 18 de julho de 1853. Por este tempo havia sido nomeado bispo de Bragança o seu bom amigo D. José Manuel de Lemos, e quando este illustre prelado partiu a tomar posse do governo da sua diocese em julho de 1854, fez-se acompanhar pelo seu joven protegido, nomeando-o desde logo secretario, e a 19 de novembro ordenou-o presbytero. Por proposta do referido bispo, foi despachado, pelo decreto de 6 de dezembro d'aquelle anno, chantre da Sé Cathedral, e por provisão do mesmo respeitavel prelado, de 20 de janeiro de 1855, foi nomeado para o importante cargo de vigario geral da diocese, sendo encarregado tambem, por outra provisão de 6 de novembro do referido anno, da regencia d'uma cadeira de sciencias theologicas do respectivo seminario. O bispo de Bragança, em 1856, foi transferido para a diocese de Vizeu, e o sr. Bastos Pina acompanhou-o. Sendo então apresentado na dignidade de deão da Sé Cathedral viziense por decreto de 21 de maio d'aquelle anno, não quiz tomar posse do beneficio, por não o reputar canonicamente vago, mas por decreto de 21 d'agosto seguinte, foi despachado chantre

Brazão do 25.º conde de Arganil

da Sé de Vizeu, dignidade egual á que já tinha occupado em Bragança, e d'este beneficio tomou posse. Por provisão de 29 de março de 1857 foi nomeado examinador synodal do bispado. O bispo D. José Manuel de Lemos teve nova transferencia, indo para a diocese de Coimbra; o sr. Bastos Pina tambem o acompanhou como vigario geral, e pelo decreto de 5 de julho de 1858 foi apresentado chantre da Sé Cathedral d'aquella cidade, cargo que exercera já em Bragança e em Vizeu, vindo a tomar posse d'este beneficio só em novembro de 1859, pelo facto de ter sido obrigado a demorar-se em Vizeu, por conveniencias de serviço ecclesiastico, porque fôra eleito pelos seus collegas vigario capitular *séde vacante* em 25 d'outubro de 1858, dignidade que exerceu até que tomou posse da diocese o novo bispo D. José Xavier de Cerveira e Sousa. O sr. Bastos Pina partiu immediatamente para Coimbra, a prestar ao bispo-conde os seus relevantes serviços como vigario geral. Não sómente o auxiliava no governo d'aquella importantissima diocese, como tambem algumas vezes a ficou administrando, já na ausencia do prelado, quando os trabalhos parlamentares o chamavam á capital, já quando os incommodos de saude o impediam de governal-a. Pela morte do bispo de Vizeu, tornou novamente o sr. Bastos Pina a ser eleito vigario capitular d'esta diocese, em 8 de maio de 1862. As circumstancias, porém, eram então bem diversas e bastante difficeis, mas o digno vigario houve-se de tal fórma, governando o bispado com tão fino tacto administrativo, que grangeou as maiores sympathias, sendo justamente apreciados o seu alto merecimento e qualidades distinctissimas. Em attenção a estes serviços recebeu a mercê da commenda de N. S.ª da Conceição. Mezes depois, tendo tomado posse da diocese de Vizeu o bispo D. Antonio Alves Martins, voltou para Coimbra continuando na dignidade de vigario geral junto do bispo-conde. Sentindo-se este distincto prelado já muito edoso, e tendo-se-lhe aggravado os padecimentos, viu-se bastante impossibilitado do governo e ministerio pastoral; nomeou então o sr. Bastos Pina governador do bispado de Coimbra, por provisão de 1 de janeiro de 1865, entregando-lhe a administração plena da diocese. Por instancias do bispo-conde foi tambem apresentado, por decreto de 8 de janeiro de 1870, bispo coadjuctor e seu futuro successor. Em 26 de março seguinte falleceu o bispo D. José Manuel de Lemos, e no dia 31 do referido mez, foi eleito D. Manuel Corrêa de Bastos Pina vigario capitular *séde vacante*, sendo mais tarde, pelo decreto de 12 de maio do mesmo anno de 1870, apresentado bispo de Coimbra, sendo confirmado por Letras Apostolicas a 22 de dezembro de 1871. A sagração realisou-se a 19 de maio de 1872, domingo do Espirito Santo, na Cathedral de Coimbra, cerimonia feita com toda a solemnidade, a que concorreram muitas pessoas de todas as classes e muito povo, louvando todos a eleição de um bispo por elles tão estimado e considerado. O sr. bispo-conde é par do reino, em virtude do decreto de 30 d'abril de 1826, que creou o pariato ecclesiastico e civil, de que prestou juramento, tomando posse na camara respectiva na sessão de 4 de fevereiro de 1873. E' socio do Instituto de Coimbra, e grã-cruz da ordem militar de Nosso Senhor Jesus Christo. Uma das cousas que mais

tem preoccupado o sr. bispo-conde, é o engrandecimento do seminario episcopal. Este importante instituto de educação moral e religiosa tem-se elevado, pelos perseverantes esforços do illustre prelado, á altura de ser considerado o primeiro estabelecimento d'esta ordem que existe no paiz. As solemnidades religiosas na sua Cathedral, ás quaes ordinariamente preside, são pomposas e imponentes. N'estas occasiões, e sempre que as suas forças o permittem, a sua mão caridosa vae beneficiar os pobres das freguezias da cidade, os asylos de beneficencia e os presos da cadeia civil. Não protege partido algum politico. A sua politica é simplesmente o Evangelho. Acatando as leis do seu paiz, respeita e manda respeitar os poderes legitimamente constituidos. No desempenho do seu ministerio pastoral antepõe a justiça a todas as considerações sociaes. Nas suas muitas provisões e cartas pastoraes (V. a *Bibliographia* adeante), escriptas em estylo claro e de suavidade evangelica, mas por vezes em linguagem energica corrigindo abusos, encontra-se a confirmação dos grandes serviços que o distinctissimo prelado tem prestado á egreja e ao paiz. O sr. bispo-conde e seu irmão, o sr. conselheiro Antonio Maria Corrêa de Bastos Pina, D. Prior de Cedofeita, erigiram em Carregosa um santuario com a invocação de N. S.ª de Lourdes, o qual se inaugurou em agosto de 1902. O santuario está situado na quinta da Costeira, que fica ao centro d'uma fertilissima veiga rodeada de montanhas cobertas de frondosa vegetação *(V. Carregosa)*. O brazão d'armas do sr. bispo-conde é o seguinte: Escudo oval partido: na primeira pala, á direita, as armas dos Corrêas, descendentes do Mestre de S. Thiago, D. Paio Corrêa, campo de oiro fretado de corrêas sanguinhas repassadas umas por outras de seis peças, tres em banda e outras tres em contrabanda; a segunda pala cortada, tendo no quartel superior as armas dos Bastos, descendentes de Gonçalo Viegas de Basto, em campo vermelho cinco leões de prata, faxados de duas faxas de purpura cada um, uma pelo pescoço, e outra pela barriga, euxequetados de oiro, postos em aspa; e no quartel inferior as armas dos Pinas, em campo vermelho uma torre de prata lavrada de preto, firmada em uma rocha verde, lavrada d'azul. Sobre a corôa de conde o chapéo semi-pontifical de bispo, de côr preta, forrado de verde, e guarnecido com cordões de seda verde, tendo dez flocos ou borlas por lado, como competem aos patriarchas, primazes, e arcebispos. Por detraz do escudo sobresae a mitra e o baculo episcopal com a volta para fóra. Com estes flocos ou borlas, se acham esculpidas as armas dos bispos de Coimbra, em differentes edificios, da mesma cidade.

D. Manuel Corrêa de Bastos Pina
(25.º conde de Arganil)

Arganil *(Bibliographia de D. Manuel Corrêa de Bastos Pina, bispo de Coimbra e conde de)*. *Provisão* sobre o concilio ecumenico de 8 de outubro de 1869, Coimbra, 1868. *Pastoral* dispensando no bispado de Coimbra a lei da abstinencia de carne durante a proxima quaresma, Coimbra, 1872; *Pastoral* de saudação aos parochos, clero e fieis da diocese de Coimbra, dada no dia da sua sagração, 19 de maio de 1872, Coimbra, 1872; *Advertencia aos parochos sobre a primeira communhão dos meninos e das meninas*, Coimbra, 1873; *Provisão para o sagrado Lausperenne nos primeiros domingos de cada mez, na capella episcopal de S. João de Almedina, em Coimbra*, a 26 de janeiro de 1874; *Provisão* dispensando na diocese de Coimbra a lei da abstinencia de carne durante a proxima quaresma, de 10 de fevereiro de 1874; *Carta pastoral aos reverendos arciprestes, parochos e mais clero do bispado de Coimbra*, de 15 de janeiro de 1875, relativa á Bulla da Cruzada, Coimbra, 1875; *Provisão* de 14 de fevereiro de 1875, dispensando na diocese de Coimbra a lei da abstinencia de carne durante a proxima quaresma; *Carta do bispo de Coimbra ao seu cabido sobre a visita pastoral de 1875*, Coimbra, 1875; *Provisão* sobre a festa da Annunciação em quinta feira santa, de 14 de fevereiro de 1875, Coimbra; *Pastoral sobre o jubileu do anno santo de 1875*; é de 16 de junho de 1875, Coimbra, 1875; *Providencia sobre a residencia coral na sé de Coimbra; disposições regulamentares estabelecidas pelo ex.mo sr. bispo-conde, com o accordo e approvação do ill.mo cabido em sessão de 21 de outubro de 1875*, Coimbra; *Provisão sobre o habito talar ecclesiastico*, de 27 d'outubro de 1875; *Carta pastoral aos reverendos arciprestes, parochos e mais clero do bispado de Coimbra*, datada de 2 de fevereiro de 1877, e relativa á Bulla da Santa Cruzada, Coimbra, 1877, com documentos; *Pastoral* de 9 de maio de 1877, relativa ao quinquagesimo anniversario da sagração episcopal do Santo Padre Pio IX, Coimbra, 1877; *Carta* pastoral sobre o jubileu sacerdotal de Leão XIII, datada de 26 de setembro de 1877; *Circular* relativa ao procedimento dos parochos e clero nos actos eleitoraes, em 28 de novembro de 1877, Coimbra; *Circular* relativa ao recenseamento geral da população do paiz, com a data de 5 de dezembro de 1877, Coimbra; *Provisão* de 10 de fevereiro de 1878, ordenando suffragios por alma de Sua Santidade Pio IX, e preces *pro eligendo Summo Pontifice*, Coimbra; *Pastoral sobre o jubileu do anno de 1879*, Coimbra 1879, com algumas peças annexas; *Officio do bispo de Coimbra ao ex.mo sr. governador civil do districto sobre o seminario diocesano*, Coimbra, 1879; *Circular sobre o dinheiro de S. Pedro*, Coimbra, 1879; *Provisão* sobre a festa da Annunciação, em quinta feira santa, em 3 de março de 1880; *Carta pastoral*, de 15 de janeiro de 1881, relativa á perniciosa cultura do arroz, Coimbra, 1881, com alguns documentos; *Carta pastoral aos arciprestes, parochos e mais clero do bispado de Coimbra*, relativa á Bulla da Santa Cruzada; é datada de 2 de fevereiro de 1881, Coimbra, 1881, com documentos e mappas; *Officio do bispo de Coimbra ao governo de sua magestade, sobre a cultura do arroz no seu bispado*, com a data de 26 de fevereiro de 1881, Coimbra, 1881, contendo interessantes documentos ácerca da prejudicial cultura do arroz; *Pastoral sobre o jubileu extraordinario do anno de 1881*,

datada de 29 de julho de 1881, Coimbra, 1881; *Portaria* aos arciprestes, relativa ao subsidio da Bulla da Cruzada para as egrejas pobres do bispado de Coimbra, datada de 30 de janeiro de 1882, Coimbra, 1882; *Circular* ácerca das esmolas para *o dinheiro de S. Pedro*, em 15 de fevereiro 1882, Coimbra, 1882; *Provisão* de 15 de fevereiro de 1882, dispensando a lei da abstinencia de carne na quaresma, Coimbra, 1882. *Circular* de 7 de março de 1882, relativa á distribuição do subsidio da Bulla da Cruzada pelas egrejas mais pobres da diocese de Coimbra, com um mappa dos arciprestados pelos quaes se fez essa distribuição; *Carta pastoral* de 3 de abril de 1882, relativa á benefica prohibição da cultura do arroz n'alguns concelhos do bispado de Coimbra, tendo annexos alguns documentos, Coimbra, 1882; *Palavras proferidas pelo bispo de Coimbra na academia que houve no seminario no domingo 14 de maio de 1882, em honra de Santo Thomaz d'Aquino*, Coimbra, 1882; *Allocução proferida pelo bispo de Coimbra na benção das locomotivas do caminho de ferro da Beira Alta, no dia 4 de agosto de 1882*, Coimbra, 1882; *Carta do bispo de Coimbra aos arciprestes do Couto do Mosteiro, Sandomil e Santa Marinha, sobre a circumscripção diocesana*, em 18 de setembro de 1882, Coimbra, 1882; *Provisão do bispo de Coimbra sobre a circumscripção diocesana em 1882*, datada de 30 de setembro de 1882, Coimbra; *Circular* de 14 de dezembro de 1882, relativa aos effeitos da prohibição da cultura do arroz n'alguns concelhos da diocese de Coimbra; *Provisão* de 15 de dezembro de 1882, mandando que nas freguezias de novo incorporadas no bispado se observasse a de 27 de outubro de 1875, ácêrca do trajo ecclesiastico, Coimbra 1882; *Circular* de 21 de dezembro de 1882, relativa á observancia das regras disciplinares da diocese pelo clero que novamente lhe ficou pertencendo em virtude da circumscripção diocesana, Coimbra; *Circular* sobre a dispensa da carne para a quaresma de 1883, em 27 de janeiro de 1883, nas *Instituições christãs*, vol. I, 1.ª serie, n.º 3; *Circular* recommendando as instrucções dadas pela commissão central anti-phyloxerica do sul do reino, em 13 de março de 1883, nas *Instituições christãs*, vol. I, 1.ª serie, n.º 7; *Discurso proferido pelo bispo de Coimbra na academia de Santo Thomaz d'Aquino no seminario diocesano no dia 20 de maio de 1883*, Coimbra, 1883; *A egreja nova da Louzã* no bispado de Coimbra, Coimbra, 1883, com uma noticia ácerca da festividade por F. A. Rodrigues de Gusmão; *Romaria* do Rosario a Aveiro, officio ao governo, em 30 de outubro de 1883, nas *Instituições christãs*, vol. I, 2.ª serie, n.º 9; *Provisão* agradecendo a fé e piedade com que a diocese celebrou a festa do Rosario, em 30 de outubro de 1883, nas *Instituições christãs*, vol I, 1.ª serie, n.º 11; *Pastoral ácerca da festa do Rosario de 1883*, em 27 de dezembro de 1883; *Circular* de 1 de dezembro de 1883, relativa á distribuição do subsidio da Bulla da Cruzada pelas egrejas pobres do bispado, com um mappa, Coimbra, 1883; *Provisão* de 13 de fevereiro de 1884, relativa ás preces que os sacerdotes devem recitar depois das missas resadas, Coimbra; *Provisão* de 13 de fevereiro de 1884 sobre a recitação do Rosario e accrescentamento de um verso na Ladainha de Nossa Senhora, Coimbra; *Provisão* de 15 de fevereiro de 1884, relativa á dispensa da lei de abstinencia de carne na quaresma de 1884, Coimbra; *Pastoral, Rosario, 1884*, Coimbra; *Provisão* sobre a celebração do matrimonio, em 17 de março de 1884, nas *Instituições Christãs*, vol. II, 1.ª serie, n.º 7; *Circular* sobre o subsidio da Bulla, tendo annexo o respectivo mappa, em 21 de março de 1884, nas *Instituições christãs*, vol. II, 1.ª serie, n.º 9; *Discurso* proferido pelo bispo de Coimbra na academia de Santo Thomaz de Aquino a 25 de maio de 1884, nas *Instituições christãs*, vol. II, 1.ª serie, n.º 11; *Allocução* proferida pelo bispo de Coimbra na celebração do sacramento do matrimonio, a que assistiu em 5 de junho de 1884, sendo contrahentes o sr. dr. Joaquim Pereira Jardim e uma filha do fallecido proprietario José Pereira Soares, nas *Instituições christãs*, vol. II, 2.ª serie, n.º 1; *Portaria* sobre a defesa dos direitos parochiaes no enterro do reitor da Universidade, visconde de Villa Maior, em 26 de outubro de 1884, nas *Instituições christãs*, vol. II, 2.ª serie, n.º 10; *Officio* sobre a nomeação do bispo de Bethsaida, sr. Ayres de Gouveia, em 29 novembro de 1884, nas *Instituições christãs*, vol. II, 2.ª serie, n.º 11; *Circular* de 21 de janeiro de 1885, mostrando os beneficios da Bulla da Cruzada, Coimbra; *Questão* sobre o funeral do reitor da Universidade, janeiro de 1885, nas *Instituições christãs*, vol. III, 1.ª serie, n.º 2; *Provisão* sobre a dispensa de carne na quaresma de 1885, em 28 de janeiro de 1885, nas *Instituições christãs*, vol. III, 1.ª serie, n.º 5; *Circular* sobre o subsidio da Bulla com o respectivo mappa, em 7 de março de 1885, nas *Instituições christãs*, vol. III, 1.ª serie, n.º 6; *Discurso na academia de Santo Thomaz d'Aquino no seminario diocesano no dia 31 de maio de 1885*, Coimbra, 1885; *Allocução ás associadas do Santissimo Coração de Jesus, em Aveiro, no dia 9 de agosto de 1885*, Coimbra, 1885; *Pastoral, Rosario*, 1885; *Pastoral* de 3 de janeiro de 1886, annunciando a sua proxima visita *ad sacra limina*, Coimbra, 1886; *Portaria* sobre o canto de mulheres nas egrejas, em 4 de abril de 1886, nas *Instituições Christãs*, vol. IV, 1.ª serie n.º 12; *Breves palavras proferidas antes do solemne Te-Deum celebrado na Sé Cathedral á sua chegada de Roma no dia 8 de abril de 1886*, Coimbra, 1886; *Portaria sobre a vaccina*, em 26 d'abril de 1886, nas *Instituições christãs* vol. IV, 1.ª serie, n.º 12; *Portaria* sobre a desobriga dos fieis em freguezias estranhas á sua residencia, em 5 de maio de 1886, nas *Instituições christãs*, vol. IV, 1.ª serie, n.º 12; *A extincção do convento de Sá em Aveiro e os jornaes portuguezes religioso-politicos; carta ao ex.mo e rev.mo sr. nuncio apostolico Vicente Vanutelli, arcebispo de Sardia*, Coimbra, 1886; *Pastoral* sobre a abstinencia da carne e esmolas da Bulla da Cruzada, em 8 de fevereiro de 1887; *Circular* mandando fazer preces *pro felici partu* de Sua Alteza a Princeza D. Amelia, em 24 de fevereiro de 1887, tendo annexas as respectivas preces em latim, nas *Instituições christãs*, vol. V, 1.ª serie, n.º 5; *Circular* recommendando a do ministerio da marinha que convida o clero a ir exercer o seu ministerio em Africa, em 5 de março de 1887, nas *Instituições christãs*, vol. V, 1.ª serie, n.º 6; *Portaria* recommendando a pastoral de 8 de fevereiro de 1887 sobre as esmolas da Bulla em 6 de março de 1887, tendo annexos os mappas das esmolas da mesma Bulla nas freguezias do bispado nos annos de 1885 e 1886,

nas *Instituições christãs*, vol. v, 1.ª serie, n.º 9; *Circular* sobre o inquerito agricola, em 13 de abril de 1887, nas *Instituições christãs*, vol. v, 1.ª serie, n.º 9; *Circular* sobre a organisação das reservas do exercito, em 17 de maio de 1887, nas *Instituições christãs*, vol. v, 1.ª serie, n.º 11; *Resposta que, em 31 de maio de 1887, deu o bispo de Coimbra á representação da faculdade de theologia que o digno par do reino sr. Miguel Osorio Cabral de Castro pediu, em uma das primeiras sessões do mez de abril de 1887, que fôsse enviada á camara dos dignos pares*, titulo que se vê collado a um folheto em 4.º de 37 pag., contendo uma carta do sr. bispo-conde a el-rei, datada de Coimbra em 31 de maio de 1887, tendo a assignatura: *Manuel, Bispo-Conde;* não consta d'elle o logar nem anno da impressão, mas sabe-se ter sido impresso em Coimbra, na typ. das *Instituições christãs*, em 1887, sendo o titulo collado muito posteriormente; esta resposta foi reproduzida no *Diario do governo*, de 26 d'abril de 1888; tambem se encontra nas *Instituições christãs*, de 5 de maio de 1888, onde vem precedida d'um artigo intitulado: *A representação da faculdade de theologia ao governo de sua magestade e a Resposta dada sobre a mesma pelo ex.mo e rev.mo sr. bispo-conde; Discurso* proferido pelo bispo de Coimbra na academia de Santo Thomaz de Aquino, em 5 de junho de 1887, nas *Instituições christãs*, vol v, 1.ª serie, n.º 12; *Allocução* proferida pelo bispo de Coimbra na distribuição dos premios aos alumnos no collegio de Santa Joanna, de Aveiro, no dia 23 de agosto de 1887, nas *Instituições christãs*, vol. v, 2.ª serie, n.º 8; *Felicitação* a Sua Santidade pelo seu jubileu sacerdotal, em 25 d'outubro de 1887, e tambem assignada por todo o clero do referido bispado, nas *Instituições christãs*, vol. vi, 1.ª serie, n.º 1; *Circular* recommendando de novo o auxilio dos reverendos parochos para o inquerito agricola; é de 30 de novembro de 1887, nas *Instituições christãs*, vol. v, 1.ª serie, n.º 11; *Provisão* sobre o jubileu sacerdotal de Leão XIII, em 23 de dezembro de 1887, nas *Instituições christãs*, vol. vi, 1.ª serie, n.º 1; *Pastoral* sobre a abstinencia da carne na quaresma de 1888, em 8 de fevereiro de 1888, nas *Instituições christãs*, vol. vi, 1.ª serie, n.º 4; *Circular* sobre a distribuição do subsidio da Bulla, em 3 de março de 1888; *Portaria* sobre os incidentes que o inquerito agricola produziu na freguezia dos Felres, em 16 d'abril de 1888, nas *Instituições christãs*, vol. vi, 1.ª serie, n.º 10; *Palavras* proferidas pelo bispo de Coimbra na sessão solemne da academia de Santo Thomaz de Aquino, no dia 3 de junho de 1888, Coimbra, 1888; *Provisão* sobre os suffragios que devem fazer-se pelas almas do purgatorio, conforme a encyclica *Quod anniversarius*, em 4 de setembro de 1888, nas *Instituições christãs*, vol. vi, 1.ª serie, n.º 6; *Circular* sobre o encerramento do anno do jubileu sacerdotal de Sua Santidade, em 18 de dezembro de 1888, nas *Instituições christãs*, vol. vi, 2.ª serie, n.º 12; *Provisão* sobre a dispensa de carne para a quaresma de 1889, em 12 de fevereiro de 1889, nas *Instituições christãs*, vol. vii, 1.ª serie, n.º 4; *Circular* sobre o subsidio da Bulla ás egrejas pobres do bispado, em 11 de março de 1889, nas *Instituições christãs*, vol. vii, 1.ª serie, n.º 6; *Circular* sobre a conducção de cadaveres para a sepultura, em 16 de março de 1889, nas *Instituições christãs*, vol. vii, 1.ª serie, n.º 7; *Palavras* proferidas na sessão solemne da academia de Santo Thomaz d'Aquino, celebrada no seminario diocesano no dia 2 de julho de 1889, Coimbra, 1889; *Pastoral do Rosario*, 1889, nas *Instituições christãs*, 1889; *Officio* ao governo sobre a isenção do imposto de 4$500 réis ás dispensas do parentesco de contrahentes pobres, em 30 de agosto de 1889, nas *Instituições christãs*, vol vii, 2.ª serie, n.º 10; *Circular* sobre a collecta da missa, em 4 de novembro de 1889, nas *Instituições christãs*, vol. vii, 2.ª serie, n.º 10; *Provisão* sobre a dispensa de carne para a quaresma de 1890, nas *Instituições christãs*, vol. viii, 1.ª serie, n.º 4; *Circular* sobre a subscripção nacional, em 23 de fevereiro de 1890; *Circular* sobre o subsidio da Bulla, em 28 de fevereiro de 1890, nas *Instituições christãs*, vol. vii, n.º 8; *Palavras* proferidas pelo bispo de Coimbra na sessão solemne da academia de Santo Thomaz de Aquino, celebrada no seminario diocesano no dia 8 de junho de 1890, Coimbra, 1890; *Breve allocução* proferida pelo bispo de Coimbra na benção solemne da egreja do extincto convento do Carmo, em Collares, restaurada e aberta ao culto publico em 27 de julho de 1890 pelo novo possuidor do mesmo extincto convento, o sr. conselheiro José Dias Ferreira; *Circular* sobre o recenseamento da população, em 28 de outubro de 1890, nas *Instituições christãs*, vol. viii, 2.ª serie, n.º 9; *Circular* suscitando o cumprimento de varias determinações e providencias disciplinares, em 8 de novembro de 1890, nas *Instituições christãs*, vol. viii, 2.ª serie, n.º 10; *Circular* sobre a dispensa de carne na quaresma de 1891, em 2 de fevereiro de 1891, nas *Instituições christãs*, vol. ix, 1.ª serie, n.º 3; *Palavras* proferidas pelo bispo de Coimbra no congresso catholico de Braga em 6 d'abril de 1891, Coimbra, 1891; *Allocução* proferida pelo bispo de Coimbra na inauguração da nova egreja de Taboa, em 17 de maio de 1891, Coimbra, 1891; *Pastoral* do bispo de Coimbra sobre a ria de Aveiro, Coimbra, 1891; *Ordens religiosas*, discurso proferido pelo bispo de Coimbra na distribuição dos premios do collegio de Santa Joanna, d'Aveiro, em 19 de agosto de 1891, Coimbra, 1891; *Circular* sobre o subsidio da Bulla, em 23 de outubro de 1891, nas *Instituições christãs*, vol. ix, 1.ª serie, n.º 9; *Pastoral* sobre a dispensa de carne na proxima quaresma de 1892, graças espirituaes da Bulla e subsidio por esta concedido a egrejas pobres do bispado, em 14 de fevereiro de 1893, tendo annexo o mappa das freguezias subsidiadas no anno economico de 1890 a 1891, nas *Instituições christãs*, vol. x, 1.ª serie n.º 4; *Discurso* proferido pelo bispo de Coimbra, na sessão solemne da academia de Santo Thomaz de Aquino, celebrada no seminario diocesano no dia 29 de maio de 1893, Coimbra, 1893; *Bispado de Coimbra*, o jubileu episcopal de Sua Santidade Leão xiii, Coimbra, 1893; *Os mosteiros de Lorvão e de Santa Clara e o templo da Sé Velha*, Coimbra, 1893; tem no fim em photo-zincographia uma carta de S. Magestade a rainha senhora D. Amelia, occupando mais de 8 pag. innumeradas, incluindo a ultima em que o rev.mo bispo-conde dá a razão porque este *facsimile* vae fóra do logar proprio, a pag. 53; *Palavras* proferidas pelo bispo de Coimbra na sessão solemne da academia de Santo Thomaz de Aquino, celebrada no seminario diocesano no dia 11

de junho de 1891, Coimbra, 1893; *A educação da mulher portugueza*, doutrinas expostas pelo bispo de Coimbra na distribuição dos premios no real collegio ursulino de Coimbra e no de Santa Joanna de Aveiro, em 10 e 17 d'agosto de 1893, typ. do Seminario, Coimbra, 1893, mas o titulo e a indicação typographica só se encontram na capa do folheto, porque no rosto lê-se apenas: *Bispado de Coimbra, a educação da mulher portugueza; Discurso proferido pelo bispo de Coimbra no congresso catholico internacional de Lisboa, celebrado em 1895*, typ. do Seminario, Coimbra, 1895; *Palavras* proferidas pelo bispo de Coimbra, dois folhetos, Imprensa da Universidade, 1896, sendo a primeira d'estas orações quando o illustre prelado foi recebido na Real Academia de Historia, de Madrid, em 5 de junho de 1896; a segunda na inauguração do museu de antiguidades do Instituto de Coimbra em 26 de abril de 1896; *Carta do Bispo de Coimbra, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1896*, dirigida ao ministro da guerra sr. Moraes Sarmento, quando este estadista pediu ao mesmo prelado alguns exemplares do discurso que pronunciara em Madrid, ácerca das victorias portuguezas, afim de serem distribuidos pelas bibliothecas regimentaes, ao que o sr. bispo-conde respondeu offerecendo 1:200 exemplares; *Allocução proferida pelo bispo de Coimbra, no 25.º anniversario da sua sagração episcopal, typographia do Seminario*, Coimbra, 1897; etc.

Arganil. Villa e freg. de S. Gens, cab. de conc. e de com., distr. e bisp. de Coimbra. Está situada n'uma campina, cercada de montes, e cortada por duas ribeiras, que vão entrar no rio Alva, acima de Sarzêdo, onde tem uma bonita ponte de pedra, feita em 1858. Tanto estas ribeiras como o rio, que, nascendo na serra da Estrella, passa ali proximo no seu curso para o Mondego, fazem os seus arrabaldes aprazíveis e muito productivos. A sua principal cultura consiste em cereaes, legumes, azeite, vinho e castanhas. O rio Alva abastece a villa de variados peixes. Arganil é palavra antiga portugueza, diminuitivo de *arga*, e significa pequeno campo. A villa é antiquissima. Querem alguns que seja a cidade Aussasia, dos primeiros lusitanos, fundada 550 annos antes de Christo; outros dizem que fôram os romanos que a fundaram pelos annos 150 da era christã, dando-lhe o nome de *Argos*, que os arabes corromperam no actual. No dominio dos romanos foi cidade muito florescente, mas os arabes, na sua invasão em 716, arruinaram-n'a, tornando-a depois a povoar, não chegando, porém, nunca a readquirir a sua anterior prosperidade. Arganil tambem soffreu muito nas guerras de que resultou a expulsão dos arabes. Foi conquistada depois por D. Affonso Henriques. A rainha D. Thereza fez doação d'esta villa aos bispos de Coimbra, como consta do *Livro preto*; exercia então aquella elevada dignidade D. Gonçalo, no anno de 1122 da era christã. N'este tempo já existia o convento de S. Pedro de Folques. D'esta doação consta que D. Thereza tinha antes dado a villa a D. Fernando Peres de Trava, conde de Trastamara, o qual a cedeu em troca d'outras terras que a rainha lhe deu. Dizem, porém, que a doação feita ao bispo D. Gonçalo não foi a effeito, ou porque a doadora mudasse de disposição, ou porque a villa tornasse ao poder dos arabes. O certo é que, em 1219, era senhor d'Arganil Affonso Pires, o que trouxe as cabeças dos cinco martyres de Marrocos para Santa Cruz, de Coimbra. D. Senhorinha ou D. Marinha Affonso, neta de Affonso Pires, herdou de seu avô o senhorio de Arganil, casou com D. Fernão Rodrigues Redondo, os quaes construiram o paço d'Arganil e a capella de S. Pedro, destinando a capella para seu jazigo. Como não tinham filhos, fizeram testamento de mão commum, recommendando a edificação d'uma nova capella e casas para clerigos, no paço, com certas e determinadas obrigações. Fallecendo D. Fernão, abriu-se o testamento, mas a viuva entregou a administração de toda a sua grande casa aos testamenteiros, Fernão Lopes e Francisco Nunes, e foi residir para Santarem, onde vivia seu cunhado Rodrigo Annes Redondo, no anno de 1295. Não tencionando voltar mais a Arganil, conseguiu depois que D. Affonso IV lhe désse certas rendas e o padroado da egreja de S. Nicolau, de Santarem, onde fez novo jazigo, em troca dos direitos, terras e padroado de Arganil, Pombeiro e seus termos, em cuja negociação figuraram os dois citados testamenteiros. É assim voltou para a corôa o senhorio de Arganil. O referido monarcha, em 1354, deu a em dote a sua neta, a infanta D. Maria, filha de D. Pedro I e de sua primeira mulher, D. Constança, por occasião do seu casamento com o infante D. Fernando, de Aragão. Morrendo esta senhora sem filhos, tornou Arganil a pertencer á corôa. A villa foi em 1423 doada por D. João I a Martim Vasques da Cunha. Nove annos depois, obtidas as necessarias licenças, fez este ultimo uma troca pela villa de Belmonte e seu termo e o couto de S. Romão, que pertenciam á Sé de Coimbra, e assim veiu Arganil para o senhorio dos bispos d'esta cidade, com todas as suas jurisdicções, ficando a egreja pertencendo ao padroado real, sendo depois feita commenda de Christo. No real archivo não ha foral algum antigo d'esta villa, porém acha-se no *Livro preto* da cathedral de Coimbra, a fl. 255 v., datado de 25 de dezembro de 1114. El-rei D. Manuel deu-lhe foral novo em Lisboa, a 12 de setembro de 1514, segundo o que indica Franklin na sua *Memoria dos Foraes*. Na secretaria da camara municipal de Taboa, encontrou em 1885 o então parocho d'aquella freguezia e actualmente da de Midões, rev. conego Francisco Freire d'Oliveira Garcez, a carta-foral de Arganil, cuja data verificou ser a de 6 de junho do referido anno de 1514. Este documento ainda se conserva na mesma secretaria; é escripto em pergaminho e com as iniciaes illuminadas. Ao tempo da primeira correição, em 1672, já não existia a primeira folha, que posteriormente foi substituida. O concelho de Arganil comprehende 16 freguezias n'uma superficie de 37.942 hectares, com 20.594 habitantes, sendo 9.287 do sexo masculino e 11.307 do feminino. A villa dista 30 k. da séde do distr. As freguezias são as seguintes: Anceriz, S. Bento, 450 hab.; 216 do sexo masc. e 234 do fem.; Arganil, S. Gens, 2.960 hab.: 1.343 do sexo masc. e 1.617 do fem.; Bemfeita,

Brazão da villa de Arganil

Santa Cecilia, 1.617 hab.: 687 do sexo masc. e 930 do fem.; Celavisa, S. Miguel, 954 hab.: 397 do sexo masc. e 557 do fem.; Cepos, S. Sebastião, 427 hab.: 185 do sexo masc. e 242 do fem.; Cerdeira, Santo Antonio, 541 hab.: 231 do sexo masc. e 310 do fem.; Coja, S. Miguel, 1.976 hab.: 899 do sexo masc. e 1.077 do fem.; Folques, S. Pedro, 1.235 hab.: 493 do sexo masc. e 742 do fem. Piódão, N. S.ª da Conceição, 787 hab.: 396 do sexo masc. e 391 do fem.; Pomares, Santa Luzia, 2.302 hab.: 1.089 do sexo mac. e 1.213 do fem.; Pombeiro, S. Salvador, 2.069 hab.: 956 do sexo masc. e 1.113 do fem.; S. Martinho da Cortiça, S. Martinho, 1.844 hab.: 803 do sexo masc. e 1.041 do fem.; Sarzêdo, S. João Baptista, 876 hab.: 429 do sexo masc. e 447 do fem.; Seccarias, S. Sebastião, 369 hab.: 177 do sexo masc. e 192 do fem.; Teixeira, Santa Izabel, 832 hab.: 378 do sexo masc. e 454 do fem.; Villa Cova de Sub-Avô, Natividade de N. S.ª, 1.355 hab.: 608 do sexo masc. e 747 do fem. Os bispos de Coimbra, desde D. João Galvão no seculo xv, por mercê de D. Affonso V, teem o titulo de conde d'Argauil (V. *este titulo*). A distancia de mil e quinhentos metros da villa está um alto cabeço, de fórma pyramidal, no topo do qual se vê a capella de N. S.ª do Mont'Alto, á qual se faz uma grande romaria em 14 e 15 d'Agosto, e a 6, 7 e 8 de setembro. Este monte é tão escarpado, que só se póde subir a pé e com muito custo. O vigario da freguezia era apresentado pelo real padroado, e tinha de rendimento 40$000 réis. A Misericordia foi fundada em 1647, á custa do povo. A egreja de S. Pedro, proximo á villa, situada no sitio onde estão as ruinas d'uma antiga povoação, na estrada que vae para Coimbra, é de architectura gothica, e diz a tradição que foi mesquita dos moiros. Tambem consta ter-se encontrado aqui em differeutes epocas, algumas moedas romanas. E' o monumento mais antigo da villa. Aquellas ruinas dizem ser da antiga cidade romana chamada *Aufragia*, que dizem ter sido domiuio de *Lenciano*, *Lencivam* ou *Luciano*, apóstata christão, e mais tarde novamente convertido, sendo um dos companheiros do martyrio de Santa Quiteria. A egreja do Senhor d'Agonia póde considerar-se uma das melhores da provincia. A egreja matriz tem quatro beneficiados. Ha aiuda a egreja do *Senhor da Ladeira*. Houve em Arganil um convento, fun dado por D. Vermudo Paes e sua mulher D. Elvira Draiz, por doação feita em 13 de junho de 1086, dando para a referida casa religiosa, ao prior Goldrofe, umas herdades que tinham em Folques. Os frades cruzios, de Coimbra, apossaram-se d'elle, com autorisação ou sem autorisação, e recusaram a obediencia por elle devida ao bispo da diocese. O papa Innocencio III, porém, compelliu-os a prestar-lh'a, não obstante a bulla subrepticia, que tinham implorado em menoscabo da jurisdicção do ordinario. Em 1190, estando a egreja e o convento muito arruinados, fôram mudados de Arganil para a Matta de Folques, sob a invocação de S. Pedro. D. Sancho I coutou este convento em 1204. Em 1472, D. Affonso V, por o prior de Folques, D. Miguel Pires da Silva, largar a jurisdicção secular que tinha em Arganil, por ter sido feito conde o bispo D. João Galvão, deu ao referido prior o titulo de conde da Villa de Alvares e senhor da villa de Fajão. O couveuto conservou os senhorios d'estas duas villas até 1834, tendo n'ellas jurisdicções, pondo alcaides, recebendo jugadas, etc., e, todas as vezes que os priores do Folques fôssem á villa d'Alvares, era a camara obrigada a dar-lhes um tanto em dinheiro para o jantar. Este mosteiro veiu ao poder de commendatarios, sendo o ultimo Luiz Carneiro, em tempo d'el-rei D. Sebastião. Por morte de Luiz Carneiro, foi em 1595 annexo a Santa Cruz, de Coimbra. Os bispos-condes tinham em Arganil servidores, que conheciam das appellações de viute e duas villas, que eram coutos do referido bispado. Faziam mais um juiz ordinario, tres vereadores, um procurador do concelho, escrivão da camara, juiz dos orphãos, etc. Até 1834, além de juiz de fóra, era governada por um corregedor, tendo egualmente sargento-mór e capitão-mór de ordenanças, cada um nas suas respectivas attribuições. Seguudo a antiga organisação da força militar, havia nos limites actuaes do districto de Coimbra, cinco regimentos de milicias: em Arganil, Coimbra, Figueira, Lonzã e Soure. A collegiada, que havia na villa, deixou de existir em 1834. As villas de Pombeiro e Celaviza pagavam n'outro tempo certo fôro a esta villa, mas quando compravam aqui alguma cousa, eram isentas da siza. Arganil foi elevada a comarca em 1750. Teve voto em côrtes, que exerceu ainda nas que fôram convocadas em 1828. Tem um bom tribunal, escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, lettras e obrigações, e serviço de encommendas permutando malas com a R. A. B. A. Pertence á 5.ª div. mil., 9.ª brigada, grande circumscripção militar do Centro, e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 23 com a séde em Coimbra. A estação do caminho de ferro mais proxima é Santa Comba Dão. Está estudado, e em parte construido, o caminho de ferro de Coimbra a Argauil. Tem carreiras diarias para esta cidade; para Felgueiras, directamente de Arganil, e por Goes e Moita da Serra. Na villa ha agencia de seguros, fabrica de fiação de tecidos de lã, hoteis, pharmacias, sociedades de recreio: *Recreativa* e *Constança*, theatro, *D. Pedro da Cunha*, feira aunual nos dias 5, 6, 7 e 8 de setembro, sendo no dia 7 a feira do gado, onde concorre o commercio do Porto, Braga e Coimbra. No segundo domingo de cada mez ha mercado. Junto da villa ha duas grandes montanhas: a de *Val de Pisão* e a da *Serra da Aveleira* commuuicando ambas com a serra da Estrella. São tambem dignas de reparo as duas galerias subterraneas, a que dão o nome de *Furados*, afastadas uma da outra mais de 2 k., abertas na rocha viva, mixto de ardósia endurecida e basalto cortado de veios siliciosos, no sopé do môrro extremo de duas serras, onde o rio Alva fórma pronunciado cotovêlo á volta d'ellas; não parecem obra casual de exploração mineira, que quasi sempre nas suas perfurações segue a veia caprichosa da substancia procurada, formando agora uma curva, logo uma recta, estreitando-se n'um lado e alargando-se no outro. A respeito d'estes *Furados*, póde vêr-se o livro do sr. visconde de Sanches de Frias, publicado em 1899, e que tem por titulo: *Pombeiro da Beira*, pag. 20 e seguintes, onde vem uma descripção minuciosa. O brazão da villa é um escudo com uma amoreira. Arganil foi berço d'alguns homens illustres. D. Mathias de Figueiredo e

Mello, governador e bispo de Pernambuco, onde morreu em 1692; fr. Feliciano, juiz de fóra de Porto de Moz, que depois se fez religioso capucho, e morreu em Vianna do Castello, com a fama de santo; fr. Francisco Nunes, da Companhia de Jesus, peregrino de Jerusalem, e morto na India no martyrio; o dr. Manuel Caldeira de Lemos, provedor; dr. Manuel Homem Freire; seu irmão Nuno da Fonseca; dr. Luiz da Costa Faria, desembargador e juiz da Junta do Tabaco, etc. Em Arganil tem-se publicado os seguintes jornaes: *Comarca de Arganil (A)*, 1 de janeiro de 1901, em publicação; *Folha Verde*, 2 de fevereiro de 1890 || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cardigos, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Arge. *(José Maria Eugenio de Almeida, 1.º conde de)*. Filho de Carlos Maria Eugenio d'Almeida, V. *este nome*.

Arge Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, e conc. de V. N.ª de Portimão, distr. de Faro. || Casal na freg. de S. Thiago, de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Argéa *(Fr. Manuel da Conceição)*. Frade franciscano da prov. dos Algarves; prégador e mestre na sua ordem. Nasceu no Lavradio pelos annos de 1780, e fal. antes de 1833. Perseguido em 1828, por ser affeiçoado ás idéas liberaes, teve de homisiar-se para escapar á prisão que seus inimigos lhe preparavam, e refugiando-se ao sul do Tejo, ali viveu incognito, divagando disfarçado pelos mattos e charnecas, até que falleceu. Foi tambem capellão do regimento de milicias, de Setubal. Escreveu: *Sermão do Senhor Jesus da Pobresa, prégado na egreja de Sancta Catharina*, Lisboa, 1815; *Oração funebre nas solemnes exequias celebradas em memoria da muito alta e poderosa rainha de Portugal a senhora D. Maria I, pela communidade de S. Pedro d'Alcantara*, Lisboa, 1816; *Oração funebre recitada nas solemnes exequias do ex.mo e rev.mo Sr. D. Fr. Cypriano de S. José, bispo de Marianna, em 16 de Dezembro de 1818*, Lisboa, 1819; *Sermão de S. Pedro d'Alcantara, prégado em 1820*, Lisboa, 1821; *Elogio funebre da muito alta e muito poderosa senhora D. Maria Izabel, infanta de Portugal e rainha de Hespanha, recitado na real basilica de Mafra*, Lisboa, 1819; *Sermão na solemne acção de graças pelo acabamento da Constituição, prégado na freguezia de S. João da Praça*, Lisboa, 1822; *Oração funebre que nas exequias dos portuguezes que morreram na tomada de Badajoz, mandadas fazer na sé de Elvas pelo ex.mo bispo, recitou*, etc., Lisboa, 1812; *Sermão da terceira dominga de quaresma, prégado na freguezia de S. João da Praça em Lisboa, no anno de 1827*, Lisboa, 1827.

Arg a. Pov. da freg. de N. S.ª do O', de Olaia, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. Tem caixa postal.

Argella. Pov. e freg de Santa Marinha, da prov. do Minho, conc. de Caminha, com. e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 468 hab. e 129 fog. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada sobre tres montes, d'onde se vê muita terra de Portugal e da Galliza, a barra de Caminha, o forte da Insua e o oceano. O abbade era apresentado pelos arcebispos, e tinha renda de 100$000 réis. E' terra muito fertil e abundante d'aguas. A fonte do Solar, cuja agua vem encanada de 4.500 m de distancia, junta-se com mais algumas aguas, e faz mover 36 moinhos e rega varias terras. || Serra, da Beira Baixa, na freg. de Lavacolhos, termo da Covilhã. Principia na freg. de Castellejo e termina na serra da Garduuha. Tem 6 k. de comprimento e o mesmo de largura. Lança um braço para o N. que vae findar na freg. do Peso. Tem uma boa pedreira de cantaria. E' em partes cultivada, e tem muitas arvores de frueto. Cria muito gado grosso e miudo, muitas colmeias, lobos e caça miuda. Argella pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3 com a séde em Vianna do Castello.

Argemil. Pov. na freg. de S. Nicolau, de Carrazedo de Montenegro, conc. de Valle Passos, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de S. Emilião, de Mariz, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, e conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Travancas, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || Antigo açude no rio Cávado.

Argeriz. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Valle Passos, com. e distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 898 hab. e 265 fog. A pov. dista 8 k. da séde do conc. Argeriz é corrupção da palavra arabe *Algerás*, que significa campainhas ou chocalhos. Antigamente dizia-se *Algeriz* ou *Aljariz*. E' pov. muito antiga, pelo menos já existia no tempo dos moiros. D. Affonso I doou o couto de Argeriz, em 1152, ao mosteiro de Salzedas. A terra produz muito sumagre, e é fertil. Passa aqui o rio do mesmo nome, o qual nasce no logar de Sarapigos e se mette no rio Crasto. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 19, com a séde em Chaves.

Argivae ou Argival. Pov. e freg, de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. de Povoa de Varzim, distr. do Porto, arceb. de Braga; 379 hab. e 78 fogos. A povoação dista 5 kilometros da séde do concelho e está situada em plano na costa do oceano. E' terra muito saudavel e fertil. O cura era apresentado pelos arcebispos de Braga; tinha de rendimento 30$000 réis. A pov., segundo a tradição, foi fundada por uma colonia de argivos, que lhe deram o seu nome, e esteve por muitos annos annexada á Povoa de Varzim. Passa por aqui o grande aqueducto por onde vae a agua para o convento de Santa Clara, de Villa do Conde, que fica a distancia de 3 k. Esta obra tem 6 k. de comprido, principia na raiz d'um monte, na freguezia de Terroso, e finda no convento. Pertence á 3.ª div. mil., e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 18, com a séde no Porto.

Argo do Monte. Pov. da freg. de S. Thiago, de Romarigães, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Argodidas. Pov. da freg. de Santo André, de Mareccos, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Argoladas *(Herdade das)*. Na freg. de S. João Baptista, e conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Argolia *(Herdade da)*. Na freg. de N. S.ª do Monte Virgem, conc. de Redondo, distr. d'Evora.

Argollo. Appellido nobre em Portugal, oriundo de Hespanha, d'onde procede de Affonso Argollo. Passou a este reino na pessoa de Paulo Argollo. que foi para o Brazil, ficando na cidade da Bahia. Tinha brazão incompleto: em campo de ouro duas chaves azues em pala, orla vermelha carregada de oito aspas de ouro. Timbre, um leão ver·

melho com uma das chaves do escudo na garra direita.

Argomil. Pov. na freg. de S. Nicolau, de Carrazedo de Monte Negro, conc. de Valle Passos, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Pomares, conc. de Pinhel, distr. da Guarda.

Argonça. Casal na freg. de Santa Eulalia, da Ordem, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Argoncilhe. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Feira, distr. de Aveiro e bisp. do Porto; 2.936 hab. e 506 fog. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada em montes e valles, cercada de pinhaes, é fertil. Era *isento* do convento dos cruzios de Grijó, e por isso *nulius diocesis,* até 1834. O parocho era cura, de apresentação do mesmo convento, e tinha 12$000 réis e o pé de altar. Hoje é abbadia. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 24 com a séde em Aveiro. Em Argoncilhe ha uma fabrica de tecelagem. Nos dias 5, 6 e 7 de agosto costuma haver uma romaria á egreja de N. S.ª das Neves, d'esta villa.

Argonda. Pov. da freg. de S. Salvador, de Moure, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Argonde. Pov. da freg. de S. Pedro de Queimadella, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Argonte. Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. d'Evora.

Argosello. Pov. e freg. de S. Fructuoso, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Vimioso, com., distr. e bisp. de Bragança; 1.368 hab. e 319 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e é situada entre os rios Sabor e Maçãs, em planicie, d'onde se vê a villa de Vimioso, o castello da villa do Outeiro, e outras povoações. A matriz está collocada ao centro do logar; compõe-se de cinco altares, tendo o altar mór a imagem de S. Fructuoso e o Santissimo, e os outros as imagens de N. S.ª do Rosario, do Espirito Santo, que tinha confraria e irmandade, N. S.ª da Esperança e S. Miguel e Almas. O parocho era o cura apresentado pela sé de Miranda, que recebia os dizimos. O cura tinha apenas o que rendia o pé de altar. Gosava dos privilegios concedidos á casa de Bragança. Perto da pov., e n'um alto cabeço, ha vestigios d'uma antiga fortaleza; diz-se que fôra castello de moiros; em partes ainda se vê a muralha, de quasi tres metros de grossura. Na freg. de Argosello ha seis ermidas: Christo crucificado, Santo Amaro, S. Roque, S. Sebastião, N. S.ª da Conceição, fundada pelo P. Francisco Vaz de Quina, e S. Bartholomeu, com sua confraria e irmandade. Havia aqui umas romarias, principalmente no verão, em dia do santo, fazendo-se uma feira que durava só um dia; e quatro jubileus, que tem esta confraria: dia dos Santos Innocentes, primeiro domingo de quaresma, segunda oitava do Espirito Santo e dia de Santo Antonio. Era da jurisdicção do juiz de fóra da villa do Outeiro. Argosello é muito abundante d'aguas, que a terra liberalmente lhe reparte em seis fontes perennes, todas dentro do logar, e d'ellas bebem os moradores, especialmente da que chamam a *fonte do Prado*, por estar n'um valle ou alameda, povoada d'olmos, que no tempo do verão tornam este sitio ameno e aprazivel. Nos montes d'Argosello ha porcos bravos e caça miuda. A povoação pertence á 6.ª divisão milit. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 10, com a séde em Mirandella. Houve aqui fabricas de sola e de cordovão, que os fabricantes costumavam ir vender ás feiras de differentes terras, principalmente na provincia de Traz-os-Montes. Actualmente existe uma fabrica de cortumes e sola.

Argote. Appellido nobre em Portugal, oriundo de Hespanha. Não se sabe como passou a este reino, antes do seculo XVII, sendo a primeira pessoa que se encontra Luiz Contador de Argote, pae de D. Jeronymo Contador d'Argote (V. *este nome).* Tinha brazão incompleto: em campo vermelho cruz firmada de veiros de prata e azul.

Argote *(D. Jeronymo Contador de).* Clerigo regular theatino. N. em Collares a 8 de julho de 1676, fal. no convento dos Caetanos, de Lisboa, a 9 d'abril de 1749. Era filho do dr. Luiz Contador de Argote, que depois de ser desembargador da Relação do Porto, e na Casa da Supplicação, se recolheu á Congregação do Oratorio d'esta cidade, onde morreu, sendo leigo. Sua mãe era D. Maria Josepha Lobo da Gama. Aprendeu os primeiros, rudimentos no Porto, e os preceitos da lingua latina no collegio de S. Francisco Xavier, da parochia do Paraizo em Lisboa, com os padres jesuitas Alvaro Machado e Antonio Vieira. Tinha 12 annos de edade, quando deixou seus paes e vestiu a roupeta de clerigo regular theatino, no convento de N. S.ª da Divina Providencia, hoje egreja dos Caetanos e Real Conservatorio, a 22 de janeiro de 1688. Applicado aos estudos escolasticos, e dispondo de grandes faculdades intellectuaes, sahiu tão perito em sciencias, que foi dictar philosophia; teve, porém, de interromper por vezes este exercicio, em consequencia dos seus soffrimentos, e aconselhando-o os medicos a mudança de clima, foi viver algum tempo na provincia de Entre Douro Minho; vendo que não experimentava melhoras, voltou para Lisboa em 1715. Depois de bom conhecedor das linguas latina, grega, franceza e italiana, cultivou com particular desvelo a historia sagrada e profana, chronologia e geographia. Pelo seu elevado talento e dotes scientificos mereceu ser alumno da Academia Portugueza, instituida no palacio do conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes, onde recitou em diversas conferencias doutissimos discursos, sobre as fabulas introduzidas na historia, attribuindo-as á ignorancia, malicia, poesia e pintura. Sendo dos primeiros cincoenta academicos com que se formou a Academia Real da Historia Portugueza, foi nomeado por el-rei D. João V para escrever as *Memorias historicas dos Arcebispos de Braga*, argumento digno dos seus profundos estudos, cargo de que se desempenhou causando admiração aos seus collegas e a todos os professores. Escreveu: *Regras da lingua portugueza, Espelho da lingua latina, ou disposição para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza,* Lisboa, 1721; esta 1.ª edição sahiu com o pseudonymo de P. Caetano Maldonado da Gama; a 2.ª *muito accrescentada e correcta,* Lisboa, 1725, traz o verdadeiro nome do autor; *Sermão da Paixão, prégado no convento de N. S.ª da Divina Providencia,* etc., Lisboa, 1717, reimpresso em 1735; *Vida e milagres de S. Caetano Thiéni, fundador dos Clerigos regulares*, Lisboa, 1722; *Supplemento á Vida de S. Caetano*, Lisboa, 1747, que costuma andar junto á obra precedente; *Vida da veneravel Madre Rosa Maria Serio de*

Santo Antonio, carmelita da antiga observancia e prioreza do Mosteiro de S. José de Fazano Baliado da Religião da provincia de Bari do Reyno de Napoles, traduzida do P. José Gentil, Lisboa. 1744; 2.ª e 3.ª edição, Lisboa, 1749 e 1762, sendo por um edital da Mesa Censoria, de 10 de junho de 1771, mandado supprimir e recolher este livro; *De Antiquitatibus Conventus Bracharaugustani libri quatuor vernaculo latinoque sermone conscripti, secunda editio quinto libro locupletata,* Olyssipone, 1738, tendo sahido a primeira edição no tomo VIII da *Collecção das Memorias e Documentos da Academia Real de Historia; Memorias para a Historia Ecclesiastica de Braga, primaz das Hespanhas; tomo I, que tracta da geographia do arcebispado de Braga, e da geographia antiga da provincia bracharense,* Lisboa, 1732; *tomo II* e *tomo III*, sobre o mesmo assumpto, Lisboa, 1734 e 1744; O *tomo IV—Dos Arcebispos que occuparam a cadeira primaz de Braga, e Concilios que celebraram,* Lisboa, 1747; *Parecer anatomico, historico, critico, e juridico sobre a dissertação historica e critica de uma inscripção que existe no campo de Sant'Anna, na cidade de Braga,* etc., Lisboa, 1742, com o pseudonymo de Egidio Albornoz de Macedo; n'este opusculo pretendeu o autor defender-se da judiciosa critica, que lhe fizera Bento Morganti, por motivo da referida inscripção; *Dissertação da vinda de S. Thiago a Hespanha, provada e sustentada com a doutrina do Maximo Doutor S. Jeronymo;* foi escripta em 1722, e sahiu na *Collecção das Memorias e Documentos da Academia,* do mesmo anno. Contra esta dissertação escreveu outra o academico fr. Miguel de Santa Maria, pretendendo mostrar que não fôra S. Thiago, e sim S. Paulo, o apostolo que primeiro trouxera ás Hespanhas as luzes do Evangelho. D. Jeronymo Argote escreveu ainda: *Conta dos seus estudos Academicos, recitada na Academia Real a 24 de fevereiro de 1724;* Idem, *recitada no Paço a 7 de setembro de 1725;* Idem, *recitada na Academia a 22 d'agosto de 1726;* Idem, *recitada na Academia a 4 de janeiro de 1731;* Idem, *recitada no Paço, a 25 d'outubro de 1732.* Estas *Contas* fôram todas publicadas na *Collecção dos Documentos e Memorias da Academia,* nos tomos IV, V, VI e IX.

Argueda. Pov da freg. de Santo André, de Santa Cruz do Lima, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello.

Arguedeira. Pov. da freg. de S. Pedro, e conc. de Tarouca, distr. de Vizeu.

Argueirão. Pov. da freg. de N. S.ª d'Assumpção, e conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Argueiros *(Ambrosio).* Mestre das obras de pedraria, que trabalhava na India no ultimo quartel do seculo XVI. Executou varios trabalhos architectonicos, sendo alguns na sé de Gôa, como se deduz d'umas instrucções enviadas pelo governo da metropole a Mathias d'Albuquerque, governador da India, publicadas no *Archivo portuguez oriental,* fasc. III, n.º 79, IV pag. 303.

Argufe. Pov. da freg. de Santa Maria, de Abbade de Neiva, concelho de Barcellos, distr. de Braga.

Arguiçó. Pov. na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto.

Arialva. Pov. e freg. de S. Thiago, e conc. d'Almada, districto de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Sendim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Aricá. Moeda de cobre maratha, cujo giro na India portugueza se fazia pelo valor de $1^1/_2$ réis de Gôa.

Aricera ou **Ariscera.** Povoação e freguezia de S. Christovam, da prov. da Beira Alta, conc. de Armamar, com. e distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 471 hab. e 121 fog. A pov. dista 5 k. da séde do conc. Tem est. post. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 9 com a séde em Lamego.

Ariceira. V. *Aricera.*

Arieiro. V. *Areeiro.*

Ariete. Antiga machina de guerra, formada de uma grande trave, com uma extremidade da feição de cabeça de carneiro, suspendida no ar por duas cadeias ou cordas grossas, a qual servia para destruir as muralhas e torres, dando-lhes violentos embates.

Arilhe. Pov. da freg. de Santa Maria, de Valle, conc. de Feira, distr. d'Aveiro.

Arimba. Pov. da Africa Oriental, districto de Cabo Delgado, prov. de Moçambique. Bom porto para embarcações d'alto lote. Está hoje comprehendido nos territorios da Companhia do Nyassa.

Arimo. Horta ou quintal das habitações na Africa Occidental.

Arimono. Antigamente se designava assim a cadeirinha coberta e fechada.

Arinho. Pov. da freg. de S. Thiago, de Sabariz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Pedro, e conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || Pequeno rio da prov. do Minho, que banha o conc. de Villa Verde, e passa junto de Pico de Regalados.

Arinhos. Pov. da freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Ventosa do Bairro, conc. de Mealhada, distr. d'Aveiro.

Arinte. Quinta na freg. de Santa Maria Maior, e conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Arinto. Casal na freg. de S. Silvestre, e conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

Ariques. Pov. da freg. do Salvador do Mundo, de Almoster, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Aritium. Antiga cidade da Lusitania. V. *Alvega.*

Ariul de Baixo e de Cima. Duas povoações da freg. de S. Pedro, d'Almargem do Bispo, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Ariz *(Antonio Joaquim Vieira de Magalhães, visconde e conde de).* Fidalgo da Casa Real por successão a seus maiores, proprietario em Ariz, do conc. de Marco de Canavezes. N. a 16 d'outubro de 1852. Seu pae era Joaquim Vieira de Magalhães, fidalgo da Casa Real por successão a seus maiores, bacharel formado em direito, e curador geral dos orphãos na cidade do Porto, filho primogenito do 1.º visconde d'Alpendurada, Antonio Vieira de Magalhães; sua mãe, D. Adelaide Armenia da Costa Pedrosa, filha de Luiz Carlos da Costa Pereira Pedrosa, bacharel formado em direito, e de D. Maria Emilia de Faria da Costa. Casou a 27 de maio de 1872, com sua prima D. Lucia Josephina Pereira de Magalhães, filha do 1.º conde d'Alpendurada, João Baptista Pereira da Rocha. O titulo de visconde d'Ariz foi concedido em sua vida, por el-rei D. Luiz, em decreto de 20 de maio e carta de 25 de junho de

1880. Este titulo foi mais tarde elevado a conde. extinguindo-se pelo fallecimento do seu possuidor.

Ariz. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Marco de Canavezes, distr. e bisp. do Porto; 713 hab. e 151 fog. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada em planicie, com varios montes em roda, entre os quaes ha dois, um chamado da Forca e outro de S. Thiago Maior de Arados, de grande altura. Pertencia á corôa. O parocho era apresentado pelo convento de S. João d'Alpendurada, e tinha de renda 350$000 réis. A egreja parece que foi na primitiva mosteiro de freiras da ordem de S. Bento e depois passou a abbadia secular, pertencendo mais tarde aos monges benedictinos. O abbade fr. Gaspar de Penella trouxe para esta egreja, em 1560, muitas reliquias de santos. A terra é bastante fertil e produz muito vinho verde. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 13, com a séde em Villa Real. ‖ Pov. e freg. do Espirito Santo, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 274 hab. e 59 fog. Tem caixa post. A pov. dista 13 k. da séde do conc. E' terra fertil e produz muito vinho. O parocho (cura) era apresentado pelo abbade de S. Miguel de Pera, e tinha de rendimento 6$000 réis e o pé d'altar. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 9, com a séde em Lamego. ‖ Pov. na freg. de S. José, de Godim, conc. de Peso de Regoa, distr de Villa Real.

Arja Velha. Casal na freg. de S. Martinho, e conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Arjana. Pov. na freg. de S. Martinho, de Estoy, conc. e distr. de Faro.

Armação. Apparelho para a pesca do atum, a mais importante em Portugal, e que se emprega na costa do Algarve. Compõe-se o apparelho de cinco peças: *legitima* ou *caça*, *bucho*, *copo*, *guia presa a 150 ancoras*, pouco mais ou menos de terra, e *guia de fóra*. Ha dois systemas de pesca no Algarve: pesca de *direito* e pesca de *revez*. A de *direito* faz-se nos mezes de maio e junho ou parte de julho, e é realisada pelas armações que se lançam desde o cabo de Santa Maria até ao de S. Vicente. A de *revez*, em parte de junho, agosto e setembro e as redes são lançadas desde o cabo de Santa Maria até Villa Real de Santo Antonio. O pessoal empregado em cada uma d'estas emprezas regula por oitenta homens. A preparação das redes e combinação das cinco peças de que se compõe, é trabalho que occupa aquella gente durante tres semanas. O lançamento das redes leva oito dias depois de promptas.

Armação. Pov. na freg. de S. Pedro, conc. e distr. de Faro.

Armação, Armação-de-Pera, ou Pera-de-Baixo. Aldeia, no Algarve, freg. de Pera, hoje annexa á de Alcantarilha, conc. de Silves, distr. de Faro. A pov. está a 1.500 m. de Pera de Cima. Tem uma das mais extensas praias de banhos. Pesca-se aqui muito e variado peixe, principalmente sardinha. Em 1820 não passava d'uma pequena aldeia, composta exclusivamente de cabanas de pescadores; actualmente é uma bonita povoação, com boas casas. No dia primeiro de novembro de 1755 o mar varreu toda esta povoação, deixando só uma casa de pé. Entrou mais de 3 k. pela terra dentro, inundando tudo. Morreram afogadas muitas pessoas. A 1.500 m., no sitio da Ponta da Galé, houve n'outro tempo uma grande armação para a pesca de atum. Na pov. ha bastantes botes ou lanchas, destinados exclusivamente ao serviço da pesca, sendo cada um tripulado por seis ou sete homens. O peixe que pescam é vendido em lotes, e comprado pelos *revendões*. Ha quem não tenha outro modo de vida. Tambem se encontram negociantes que, no tempo da fartura, compram e salgam o peixe, para, assim secco, o venderem no inverno.

Armaçor. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Fermentações, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Armada. O conjuncto de navios de guerra de um estado ou nação; o total das forças maritimas de qualquer potencia. Em Portugal, nos seculos transactos, especialmente no seculo XVI, fôram numerosas as armadas que partiram do Tejo para as grandes descobertas, e em navegação do Oriente, depois do descobrimento e conquista dos estados indianos. A contar de 1486 as principaes armadas fôram as seguintes: n'esse anno, houve a de 3 caravélas, commandada por Bartholomeu Dias, seu irmão Pedro Dias e João Infante; a 8 de julho de 1497 a armada de Vasco da Gama, na descoberta da India, composta de 3 naus: a *S. Gabriel*, montada pelo grande almirante, e commandada por Pero d'Alemquer; a *S. Raphael*, do commando de Paulo da Gama, irmão do almirante, e a *Berrio* ou *S. Miguel*, do commando de Nicolau Coelho; mais um transporte de viveres, superitendido por Gonçalo Nunes, familiar do almirante. Em 1500, a 9 de março, a armada de Pedro Alvares Cabral, de 13 vélas, a qual foi dispersa por uma tempestade, abordando o valente navegador ás costas d'America, o que motivou a descoberta do Brazil; a 15 de março de 1501, a de 4 naus, commandada por João da Nova, que descobriu a ilha de Santa Helena, no seu trajecto para a India. A 10 de fevereiro de 1502 partiu do Tejo a segunda expedição de Vasco da Gama, composta de 20 navios, formando 3 divisões, sendo uma d'ellas commandada por Vicente Sodré, que sahiu isolado das duas primeiras, em abril do dito anno; em 1503 uma armada de 9 navios formando 3 divisões: a primeira ás ordens de Affonso d'Albuquerque, que sahiu a barra a 6 d'abril; a segunda do commando de Francisco d'Albuquerque, partindo a 14 do referido mez, e que morreu no naufragio da nau *Rainha*, que commandava; e a terceira, do commando de Antonio Saldanha, o qual partiu alguns dias depois, descobrindo, no seu cruzeiro do mar Roxo, a ilha de Socotora, sendo Diogo Fernandes Pereira o que ali abordou; a 22 d'abril de 1504, sahiu do Tejo a sexta armada do Oriente, commandada por Lopo Soares d'Albergaria, composta de 12 naus e 2 caravélas; a 27 de fevereiro de 1505 a armada de 20 vélas, sendo 12 para voltarem com especiarias, e 12 para os cruzeiros da India, commandada por D. Francisco d'Almeida, que fôra nomeado vice-rei d'aquelles estados. Um dos navios do cruzeiro, de que era commandante D. Lourenço d'Almeida, foi que descobriu as ilhas Maldivas; a 6 d'abril de 1506, uma armada do commando de Tristão da Cunha; em 1510 a armada de Gonçalo de Sequeira, que serviu de reforço á com que Affonso d'Albuquerque tomou Gôa. A 7 de abril de 1515 uma armada em que Lopo Soares d'Albergaria, sendo nomeado

governador da India, partiu pela segunda vez para o Oriente; em 1516 a de Diogo Lopes, que foi em soccorro d'Arzilla, que estava cercada pelo rei de Fez; em 1520 a de Jorge de Brito, conduzindo a seu bordo o bispo D. Diogo; a 9 d'abril de 1524, a terceira viagem de Vasco da Gama, com o titulo de vice-rei, a armada compunha-se de 15 vélas; em 1528 uma armada do commando de Nuno da Cunha. A 24 de março de 1539, Pero Lopes de Sousa partiu do Tejo com uma armada de 6 grandes naus; a 25 de março de 1540 sahiu a barra de Lisboa uma armada de 4 naus, sob o commando de Francisco de Sousa Tavares; a 7 d'abril de 1541, uma de 7 naus, commandada por Martim Affonso. De 1542 a 1545 sahiram do Tejo 3 armadas: a primeira de 5 naus, do commando de Fernão Alvares da Cunha, a segunda tambem de 5 naus, sob o commando de Diogo da Silveira, e a terceira, sendo commandante D. João de Castro, que foi vice-rei da India. De 1546 a 1548, partiram 6 armadas, levando o numero total de 30 vélas, sendo uma d'ellas commandada pelo capitão-mór Francisco Barreto. De 1549 a 1555 partiram outras 6 armadas, compostas de 40 vélas, sendo uma do commando de D. Affonso de Noronha, em que ia o galeão *S. João*, commandado por Manuel de Sousa Sepulveda, que naufragou no cabo da Boa Esperança, ao voltar da India. De 1566 a 1570 sahiram do Tejo 10 armadas, com o total de 57 vélas, de 1571 a 1580, 9 armadas, com o total de 33 vélas. De 1581 a 1590, 5 armadas, levando ao todo 26 vélas, quando Portugal já estava sob o dominio de Castella. De 1591 a 1600 sahiram a barra 10 armadas, com um total de 44 vélas. De 1601 a 1640, 17 armadas, levando ao todo 87 vélas. De 1641 a 1700, 17 armadas, com o total de 62 vélas, além de muitos navios isolados, conduzindo novos governadores. || *Terço da armada;* deve-se a formação d'este terço a D. Antonio d'Athayde que, pouco depois de ser provido no cargo de general perpetuo da armada portugueza, alcançou ordem d'el-rei para formar um terço fixo destinado ao serviço da armada, acabando por esta fórma com o systema de reunir á ultima hora os homens precisos para qualquer expedição. O almirante D. Francisco d'Almeida foi o primeiro mestre de campo do terço da armada. Este corpo creou-se, pouco mais ou menos, em 1620, e subsistiu durante o resto da denominação hespanhola; depois de 1640 soffreu varias modificações; como se vê nos decretos remettidos ao conselho de guerra. Passando a constituir um regimento quando se introduziu na nossa milicia essa unidade tactica e administrativa, foi em 1763 fundido com um outro, e encorporado no exercito de terra, sendo-lhe então dada a denominação de regimento de La Lippe, que a conservou até 1806 em que foi trocada pela do regimento de infantaria n.º 1. || *Ordem da armada;* boletim que se publica e distribue aos corpos e officiaes do exercito naval, contendo as precauções, licenças e outras ordens ou disposições de que devem ter conhecimento.

Armada. Pov. na freg. de Santa Maria de Beiral do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Chozendo, conc. de Sernancelhe, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Christovam de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu || Pov. na freg. de S. Thiago, de Infesta, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Sapardos, conc. de V. N.ª de Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Santa Martha. de Serdedello, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello.

Armada de Porco. Terra ou povoação que apparece incluida no primeiro foral de Moura, dado em abril de 1151.

Armada *(Majoria general da).* V. *Almirantado (Conselho do).*

Armada Invencivel. Nome com que na historia é conhecida a poderosa esquadra que Filippe II de Hespanha e I de Portugal mandou aprestar para invadir a Inglaterra, restabelecer n'esse paiz o catholicismo e tirar a desforra da execução de Maria Stuart. Foi no porto de Lisboa, então no dominio hespanhol, que se preparou essa formidavel armada, superior a todas as outras que até então se viram e que constava de 10 divisões e de 146 navios tripulados por 8 000 marinheiros, artilhados com 2:500 bocas de fogo, e que levava a bordo 16:000 homens de desembarque, sem falar nas embarcações menores, que seguiam essa forte esquadra. A 27 de maio de 1588, sob o commando de D. Affonso Peres de Gusmão, duque de Medina Sidonia, levantou ferro do porto de Lisboa a Invencivel Armada, em que havia baixeis de todas as proveniencias e marinheiros de quasi todas as nações, pois que numerosas obedeciam então ao mando de Filippe II. Victor Hugo, que em seus versos descreve esta armada, diz que eram precisos leões, por isso fôram marinheiros de Lisboa. Logo ao principio houve contrariedades que agouraram a expedição, que na noite de 28 de junho foi quasi inteiramente destruida, no canal da Mancha, por uma horrivel tormenta e pelos inglezes, ficando assim aniquillados os projectos de Filippe. || No archivo municipal de Coimbra guarda se a carta do mesmo soberano, de 15 de fevereiro de 1588, para o bispo-conde D. Affonso de Castello Branco, recommendando-lhe que rogasse a Deus pelo bom successo d'aquella armada, que havia de partir de Lisboa.

Armadilhas. Pov. na freg de S. Francisco, da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Armado *(Casal do).* Na freg. de N. S.ª da Annunciação, e conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa.

Armador. O que apparelha qualquer embarcação para objecto de commercio; o que faz armação de pescaria; o commandante de navio armado, munido de autorisação legal para investir contra as embarcações inimigas. Chamava-se tambem armador á pessoa que commandava um navio armado em corso. A este respeito dizia o alvará de 7 de dezembro de 1796: «Prohibo a todos os meus subditos tomarem commissões de outros alguns reis, principes ou estados estrangeiros para armar navios em guerra e correr o mar debaixo das suas bandeiras, salvo se fôr com licença minha, sob pena de serem tratados como piratas.» Havia tambem o *Regimento dos armadores e prezas,* 18 de junho de 1704, que regulava a navegação e continha disposições especiaes com respeito aos armadores de navios e aos seus commandantes. Na legislação actual são armadores os proprietarios ou afretadores que fizerem equipar o navio.

Armador. Quinta na freg. de Santa Maria, dos Olivaes, 1.º bairro de Lisboa.

Armador-mór ou **Armeiro-mór.** Antiga dignidade da côrte dos nossos primeiros reis. Primeiro chamou-se *armeiro-mór,* e depois passou ao titulo de *armador-mór.* A primeira pessoa que teve esta dignidade foi D. Duarte da Costa, nomeado por D. João III, pelos annos de 1525. Tem a seu cargo armar o soberano sempre que tomar as armas, e por isso acompanhal-o para lhe ministrar quaesquer armas para seu uso e serviço pessoal. Compete-lhe mais a inspecção e guarda d'essas armas, e para asseio e limpeza d'ellas tem á sua disposição dois creados d'el-rei. E' o depositario do riquissimo livro cheio de preciosas illuminuras, mandado fazer por D. Manuel, e em que estão pintadas as armas de todos os reis e os brazões dos nobres de Portugal *(V. Armorial).* Pertence-lhe ainda conservar em seu poder a bandeira real que o alferes-mór tem de levar quando exercita as funcções do seu cargo. Ao armador-mór tambem competia prover que nas diversas provincias do reino houvesse artistas que trabalhassem em toda a qualidade de armas. Actualmente este cargo é simplesmente honorifico, mas, ainda em 1828, o fidalgo que o exercia, pediu para ser exonerado do commando d'um batalhão para poder acompanhar a D. Miguel no exercito e ministrar-lhe as armas, segundo as attribuições marcadas no regimento do referido cargo. Esta dignidade tem andado sempre na casa dos condes de Mesquitella.

Armadouro. Pov. da freg. de S. Domingos, de Cabril, conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Armadura. E' a reunião de armas defensivas que cobrem, garantem o corpo e os membros, como o capacete, a couraça, etc. Todos os povos guerreiros da antiguidade conheceram uma ou muitas das armas defensivas destinadas a resguardarem o corpo, mas nenhum fez uso da armadura completa, tal como foi usada na Europa durante a edade media e no começo dos tempos modernos. Esta armadura teve a sua origem nos primeiros annos do seculo xiv, depois de modificações successivas introduzidas na confecção do vestuario de malha chamado *loriga*, que os christãos occidentaes tinham copiado dos musulmanos na epoca das cruzadas. Constituia uma especie de involucro metallico que cingia o corpo todo, e cujas diversas peças se reuniam entre si por meio de correias, ganchos, fivelas, etc. Os cavalleiros portuguezes da edade media e ainda os de tempos posteriores usaram armaduras como os demais da Europa, e entre nós houve quem as soubesse trabalhar excellentemente. No palacio real de Villa Viçosa havia magnificas armaduras pertencentes n'outro tempo aos duques de Bragança e aos homens d'armas e serviçaes d'esta nobilissima casa. Algumas d'ellas eram primorosamente cinzeladas e com ricos damasquinos. Fôram vendidas no seculo passado, como ferros velhos, sucata, a serralheiros da localidade, que as recortaram pelos damasquinados, afim de os aproveitarem para espelhos de fechaduras. Assim transformados é facil encontral-os aos pedaços pelos portões d'algumas terras do Alemtejo. Em Portugal não existe uma unica collecção de armaduras, e são bem raras as que se encontram dispersas pelos museus e na posse dos particulares *(V. Armaria).* Todavia a armadura mais rica, de mais notavel trabalho artistico, que se conhece, foi portugueza; é a de D. Sebastião, que hoje se admira, a par das dos Filippes, na *Real Armeria* de Madrid. A armadura compunha-se de differentes peças: — *O acicate* era uma espora ponteaguda usada pelos que montavam á gineta, a qual tinha uma ponta de ferro para picar o cavallo, e n'ella um botão a distancia proporcionada para impedir que entrasse muito a ponta. Tambem se chamava *aguilhão.* Era differente da espora usada para montar á brida. — *Adarga,* escudo oval ou em fórma de coração, formado de pelles dobradas, unidas entre si, por meio de grades, e cosidas. Na lingua então generalisada na peninsula, a *adarga* chamou-se tambem *darga* e *atareca.* — *Ala* é a parte saliente em varias peças de armadura, especialmente em cima dos guarda-braços e das bufas. — *Bufas* eram umas peças de reforço com uma aza, que se collocavam na parte anterior do guarda-braço esquerdo, segurando-se com um ou mais parafusos. Usavam-se mais geralmente nos torneios e passos de armas. — *Aldron,* termo castelhano. Não tem equivalente na nossa lingua, mas sabe-se que equivale a *sobaqueira* ou *sovaqueira*, *gocete de malha* ou *guarda-axila.* Por qualquer d'estes termos era conhecida uma peça da armadura que se ajustava debaixo dos sovacos. — *Almofar,* peça da antiga *loriga,* que consistia em um capuz, casquete ou gorro de malha para cobrir a cabeça, deixando livre o rosto desde as sobrancelhas até um pouco abaixo do beiço inferior, á semelhança de touca mongil.

Armadura equestre de Filippe I de Portugal

Para evitar o incommodo que devia causar o seu contacto immediato com a cabeça e parte do rosto, punha-se-lhe por baixo uma especie de coifa de linho acolchoado. Sobre o almofar ajustava-se um barrete ou capello de ferro batido, que tomava diversos nomes, como *capellina*, *cervilheira*, *borguinhota*, etc. — *Ante-braços*, peças do arnez, que serviam para cobrir e defender o braço desde o cotovelo até á mão. — *Arção volteado*, assim chamado commumente o arção trazeiro de uma especie particular de sellas para montar a cavallo, as quaes tinham um arco de madeira adeante e outro atraz, que proporcionava a segurança ao cavalleiro, cingindo-o até um pouco acima da cintura. A esta especie de sellas chamavam os antigos cavalleiros da peninsula *cabalhueste*. — *Babeira* ou *baveira*, peça da armadura que, unida ao elmo, á celada ou ao elmete, resguardava a bocca, a barba e os queixos. Durante algum tempo fez parte integrante da viseira. Debaixo d'ella havia um appendice formado geralmente de varias laminas que constituiam a *gola*. A babeira tambem tinha os nomes de *barbote* e de *barbeira*. Dizia-se *capacetes com seus botões*. — *Bacinete* é um termo que segundo os diccionaristas portuguezes deriva do francez *bassinet*, e os francezes dizem que o derivavam do hespanhol *bacinete*. Era a armadura da cabeça, uma especie de *borguinhota*, ou da *cervilheira*, que usavam os soldados armados de couraça ou couraceiros. — *Barda*, segundo alguns, é um termo de baixa latinidade. E' o nome que se deu á antiga armadura defensiva do cavallo. Esta idéa de armar ou acobertar os cavallos é da mais remota antiguidade. — *Barreta* ou *barrete*, variedade de morrião ou elmo usado na edade media. — *Brafoneiras*, umas peças da armadura antiga que resguardavam a parte superior dos braços ou as pernas e coxas, feitas á semelhança das lorigas. — *Brahon* significa macho ou prega, e *brahones* eram o machcado ou dobra plicada que cahia em cima dos hombros e uma parte dos braços; de *brahones*, por corrupção, se derivou *brafones*. — *Braçal* ou *braçaes*, parte da armadura destinada a cobrir os braços; era feita de chapa de aço. Compunha-se de tres peças: uma que cobria a parte superior do braço, outra o cotovelo, e a terceira o ante-braço. Para o hombro havia uma peça chamada *guarda-braço* ou *hombreira*. Na *adarga* chamava-se *braçal* cada uma das azas de couro que formavam a péga. — *Borguinhota* era um capacete ligeiro muito diverso da celada e do elmo, pois não tinha *cara* do *elmete* e deixava o rosto inteiramente descoberto á imitação dos capacetes gregos e romanos, aos quaes muito se assimilhava; tinha uma crista como o elmo, uma parte saliente destinada a proteger os olhos, a que se chamou *sobrevista* ou *frontal*, e por ultimo tinha uma circumstancia que a caracterisava de um modo muito especial, que eram duas placas circulares, quadradas ou prolongadas, moveis por meio de charneiras ou gonzos e que, visto a sua posição, se chamavam *jugulares*, *orelheiras*, ou *faceiras*. Algumas vezes tinham só uma *faceira* collocada do lado esquerdo, afim de o resguardar dos golpes que viessem do lado direito do adversario. — *Barguicha*, peça importante da antiga armadura que cobria e defendia as partes genitaes do homem de armas ou do cavalleiro. — *Brigandina*, couraça formada de laminas pequenas e com a fórma de loriga, sobrepondo-se umas ás outras como escamas e cravadas n'um panno grosso por meio de rebites. — *Broquel*, variedade de escudo ou rodela muito usada na peninsula no seculo XVI. Escudo pequeno, feito de madeira e coberto de anta, oleado ou pellica de carneiro, com uma guarnição de ferro no canto; ao meio tem uma cassoleta de ferro ôca, para a mão poder empunhar a aza ou annel que elle tem pela parte de dentro. — *Camal* era um capuz de malha que se punha por baixo do bacinete, ou uma parte da armadura que defendia o pescoço, feita de malha mais fina e mais flexivel. Se andava unido com o bacinete, chamava-se a este: *bacinete de camal*, como tambem havia *bacinete de baveira*, quando andava unido a esta. — *Camisote*, o mesmo que loriga; antiga cota de malha com a fórma de camiza, cujas mangas chegavam até á mão. — *Canelleira*, peça da antiga armadura des

Armadura de gala de D. Sebastião

tinada a completar o coxote e que cobria a perna por deante desde o joelho até ao tornozelo. — *Capacete*, não tinha *crista* nem *viscira* e devia ser mais leve do que a *celada*; segurava-se por baixo da barba com um grilhão, e parecia-se bastante com um morrião, excepto em ter ordinariamente uma fórma mais espherica, chata ou aplanada superiormente, abas largas e cahidas, emquanto que o morrião era em geral de fórma conica, como os da segunda metade do seculo XIII, e tinha as abas levantadas e encurvadas em fórma de barco. O capacete foi uma arma defensiva muito usada pela infantaria portugueza, nos seculos XVI e XVII (V. *Capacete)*. — *Capellina*, pequeno e ligeiro casco de ferro que cobria a parte superior da cabeça á maneira de capacete. Era uma variedade do elmo, na edade media. — *Capello de ferro*, armadura para a cabeça, usada pelos homens d'armas. — *Cara do elmete;* na antiga armadura chamava-se assim o conjuncto das peças que fórmam a viseira. — *Cascavel*, instrumento conhecido, e de que faziam uso os cavalleiros da edade media, não só para adorno do peitoral e do atafal ou retranca dos seus cavallos, como tambem para fazer ruido e aterrar o inimigo, como faziam os antigos gregos e os latinos com as suas *tintinnabula*. — *Casquete* era uma especie de armadura ligeira com que se cobria o cavalleiro, quando tirava o elmo e queria tomar o fresco sem se desarmar inteiramente. Havia *casquetes* de malha de ferro. Alguns deram ao *casquete* o nome de *capellina*. — *Celada*, variedade do antigo casco ou armadura da cabeça. *Celada de encaixe* é a que não tem gola e encaixa no gorjal, isto é, na peça assim chamada que faz parte da couraça ou do corselete. Muitos escriptores estrangeiros variam muito de opinião ácerca da *celada;* mas tirando por deducção, parece ser quasi um synonimo d'elmo ou d'elmete. — *Cimeira* era o nome que se dava ao emblema ou divisa, que os cavalleiros usavam no cimo do elmo. Era uma figura de animal, quadrupede, volatil, ou reptil, ou uma figura monstruosa extravagante, especialmente nos torneios, com o fim de infundir terror ao inimigo, e serem os cavalleiros reconhecidos pelos seus, para que os não desamparassem. Nenhum simples escudeiro ou qualquer, que não tivesse dado provas de nobreza, podia usar um tal distinctivo, permittindo-se-lhe unicamente o uso de plumagens ou lambrequins. — *Coifa* ou *escoifa*, ligeiro barrete de ferro, almofadado interiormente, que se levava por baixo do elmo para defender a cabeça e fazer com que os golpes não fôssem contundentes. — *Couraça* nem sempre significou o mesmo que hoje, porque antigamente faziam-se de fortes correias entretecidas umas com as outras. As couraças deviam ter servido para os cavalleiros se armarem ligeiramente á gineta. Tambem se chamava antigamente *couraça* ao soldado de cavallaria que a usava, e *corselete* ao de infantaria (V. *Couraça)*. — *Corselete;* os diccionarios portuguezes derivam esta palavra do francez *corselet*. Os antigos escriptores diziam *cossolete*. Tambem se diz *corsalete*. No tempo em que a armadura era um trajo de guerra complicado, e em que cada uma das suas partes tinha um nome, alguns dos quaes se ignoram hoje, chamava-se corselete á parte principal ou á couraça, o *thoraculus corpori adstrictus,* a qual cobria o peito e as costas. Constituia a verdadeira arma defensiva da cavallaria ou

Armadura pequena de Filippe II de Portugal

gente d'armas. Inventada a polvora e inutilisada essa pesada armação de ferro da edade media, ficou unicamente o corselete, isto é, a couraça, sem esses accessorios de gola, peito, espaldar, escarcella, etc. Acerca da *cota de armas* é frequente os diversos autores confundil-a com a *cota de malha*, o que não é exacto, por ser a *cota de malha* um trajo de guerra, e a de *armas* não passar de uma especie de capa ou tunica que os homens d'armas vestiam sobre a couraça. A cota d'armas, por fim, chegou a constituir o trajo especial dos reis d'armas, o qual consiste em uma dalmatica toda coberta com os brazões ou armas das differentes provincias, e no centro as do rei ou dynastia reinante. Quando conteem todas as referidas armas, chamam-se *cotas de armas reaes plenas*. A *crista* era uma lamina dupla de ferro mais ou menos delgada, e mais ou menos alta, que atravessava o cimo do elmo ou celada. A *crista* era mais alta e larga na parte mediana, ía diminuindo por diante e por detraz, e servia assim para enfraquecer os golpes dados no elmo e para guiar a viseira quando esta se levantava. A crista dos elmos da edade media costumava tambem não ser mais do que uma especie de simples cordão com a curvatura da parte mediana do elmo. Nos elmos de grande merecimento artistico, a crista

tinha ás vezes a figura d'um dragão, d'uma chimera, d'um animal, d'uma figura humana, e então chamava-se-lhe *cimeira*. A *escarcella* era uma parte da antiga armadura fixa ao volante do peito ou d'elle pendente por meio d'umas correias com fivélas. A escarcella de ferro tomou o seu nome da bolsa larga, ordinariamente de couro, que pendia egualmente da cintura á coxa. Nas armaduras equestres, ou para montar a cavallo, que tinham escarcellas, estas eram quasi sempre deseguaes; a da direita era mais curta do que a esquerda, afim da coxa direita não soffrer impedimento nos movimentos no acto do cavalleiro montar. Por isto, e pelo facto da maior parte dos golpes se receberem no lado esquerdo, a escarcella d'este lado costumava ser mais comprida do que a outra, e feita d'uma só peça ou lamina para os torneios.—*Escarcellão* chamava-se a uma escarcella grande. O *escudo* era antiga arma defensiva, de fórma circular ou oblonga, que se enfiava no braço para defesa dos golpes de espada ou de lança (V. *Escudo)*. O *elmete* era uma peça da armadura antiga que cobria a cabeça. Tambem assim se chamava o soldado armado do *elmete*. O *espaldar* era a peça da antiga armadura, quer da

Armadura para justar a pé, de Filippe I de Portugal

couraça, quer do corselete, que cobria o hombro do guerreiro.—*Espaldar volante*, peça que se collocava sobre o espaldar, e tinha a mesma fórma, chamavam-lhe tambem *sobre-espaldar*. A *fralda* era a parte plana do guarda-braço, que por detraz se assimilha á omoplata e a cobre e por deante se dirige até ao peito e cobre ás vezes grande parte d'elle, especialmente do lado esquerdo. Havia tambem *fraldas de malha*.—*Fraldas da sella* se chamava á parte do forro que cahia dos dois lados na sella de guerra.—*Fraldão*, a parte que pendia do peito á similhança de fraldas ou fraldilhas. Não se deve confundir com a escarcella.—*Gola*, parte unida ao elmo para defeza do pescoço dos homens d'armas. *O gorjal* servia para a defeza do pescoço e andava em contacto com elle. Era a peça que primeiro se vestia; por cima enfiava-se a couraça, e a esta se enlaçavam depois os guarda-braços por meio d'uma fivéla ou correia. A *greva*, peça d'armadura antiga que cobria a perna.—*Guante*, luva de ferro da armadura antiga, synonimo de manopla. Já se usava no seculo VI.—*Guarda-braço;* esta peça cobria o hombro ou a parte superior do braço na armadura antiga; geralmente tinha duas folhas, uma anterior outra posterior. A anterior era quasi sempre maior do lado esquerdo que do direito. A's vezes o guarda-braço tinha superiormente uma lamina saliente a que se chamou *aba*.—*Hombreira*, peça da antiga armadura, que cobria e defendia o hombro. Consistia em uma correia forte e larga, revestida de escamas de ferro ou de outro metal, que servia ao mesmo tempo para unir e segurar o peito da couraça com o espaldar. Alguns dão o nome de *hombreira* ao *guarda-braço*.—*Joelheira*, peça que servia para defender o joelho do cavalleiro.—*Jubanete* ou *jibanete*, hoje *gibão*; pequeno gibão d'aço ou de ferro, ou talvez de malha. Em 1485 dispensou el-rei D. João II a dois armeiros do Porto dos cargos municipaes: um d'elles fazia *jibanetes*, e o outro *armas brancas*. E, por um alvará do referido anno, consta que o mesmo soberano determinou que em certas terras houvesse *dois armeiros: um de armas brancas, um couraceiro e um alimpador;* dando-lhe o concelho uma *tença e obrigando-se o mesmo senhor a tomar-lhe cad'anno cem corpos de coiraças, e cincoenta capacetes com suas babeiras, cujos jibanetes se obrigão a apromptar*. E finalmente, em 1487 o rei dispensa os moradores do Porto de *terem arnezes brancos compridos; bastando só o terem jubanetes, ou solhas com seu capacete e babeira: ou bazinete frances com sua babeira, e fraldas, e gocetes de malha: ou armaduras brancas de braços e pernas* (Doc. do Porto). Em uma sentença de 1481, lê-se: *Fiserão Irmandade, e se armarão de jibanetes, cascos, capacetes, loudes, bestas, espadas, lanças e outras espingardas* (Doc. de Pinhel). Os *lambrequins* eram fitas largas ou girões de panno dispostas em fórma de pennacho, que serviam na edade media para defender dos raios ardentes do sol a cabeça dos cavalleiros. Fixavam-se ao elmo e fluctuavam para todos os lados, sendo ás vezes tão compridas que cahiam sobre a garupa do cavallo. A *luva* empregava-se como synonimo de *manopla* ou de *guante*. Alguns affirmam que a *luva* era o guante coberto de malha. Alguns escriptores empregam *luva de aço* como synonimo de *manopla*.—*Malha* era um tecido de anneis de ferro acerado com que se cobriam os guerreiros da edade media, e que foi muito usado até á adopção das armaduras de laminas de ferro batido. A *manopla de justa* era uma manopla forte, que se calçava na mão esquerda, e que não tinha movimento na parte correspondente aos dedos, sendo feita assim de proposito para poder receber lançadas nos torneios, justas e passos d'armas.—*Morrião* era d'uma fórma um tanto conica, ordinariamente com uma crista quasi constante, aba

larga e levantada, encurvada á maneira de barco e terminando em ponta adeante e atraz. No cimo, quasi sempre curvo, tinha umas vezes uma especie de gancho, unha ou botão, outras uma ponta aguda. Apesar do morrião ser particularmente usado pela infantaria ou pelos peões, nem por isso deixavam de trazel-o os cavalleiros e personagens notaveis, por causa de ser mais leve do que o elmo, e por deixar o rosto a descoberto, permittindo o respirar mais facilmente. No entanto os morriões dos cavalleiros só se pareciam com os dos peões na fórma, porque os d'estes eram lisos e os d'aquelles tinham adornos elegantes, cinzeladuras, doirados, esmaltes, etc.—*Nasal* chamava-se á parte do elmo, fixa ou movel, que cobria o nariz do cavalleiro. A viseira movel e completa era composta de tres partes ou peças separadas: a *viseira* propriamente dita, o *nasal*, e uma terceira peça a que os hespanhoes chamavam *ventalla*. Estas tres peças baixavam-se e levantavam-se á vontade do cavalleiro, já unidas, já separadas (V. *Viseira*).—*Orelheiras* eram umas tiras de couro, geralmente cobertas de escamas de metal, ou tecidas em fórma de cadeia, as quaes pendendo de ambos os lados do casquete ou morrião vinham atar se debaixo do queixo cobrindo as orelhas e parte da face do soldado.—*Panóplia* chamava-se á armadura completa de um cavalleiro da edade media, hoje designa mais especialmente o conhecimento theorico das armaduras e armas antigas. *Paramento,* grande manta do cavallo de batalha e de torneio, que costumava chegar até ás juntas das pernas do animal, tendo o brazão com as armas ou empresa do cavalleiro.—*Pavez,* escudo grande que cobria quasi todo o corpo do combatente, defendendo-o dos golpes do inimigo. —*Pennacho,* adorno de pennas de côres que se collocava no elmo, celada, capacete, etc. As pennas que o compunham, eram muitas vezes atadas com cintas ou tiras de seda rica, bastante compridas, as quaes eram verdadeiros lambrequins.—*Peitoral,* peça grande da barda do cavallo dos homens d'armas, que cobria o peito do animal.—*Ristre ou riste,* peça que se fixava ao lado direito do peito da antiga armadura para firmar n'ella o conto da lança ao investir ou accommetter. Dizia-se *lança em riste* quando a arma ia collocada sobre essa peça, assim como *enristar* significava collocar a lança no riste.—*Roseta,* estrella da espora. A *sella* em que o antigo guerreiro pelejava, era de duas especies: de *armas* e de *gineta*. A primeira, que tambem se chamava de *brida*, tinha arções grandes cobertas com chapas de aço, e era tambem empregada nos torneios. Na segunda, o arção deanteiro devia ser tão alto, que, levantado o cavalleiro sobre os estribos, não pudesse sahir de cima; o arção de traz tinha de ser mais baixo, e um pouco sahido, nem largo nem curto.—*Sobreveste,* tunica sem mangas, coberta por deante na sua parte inferior e toda forrada de arminhos ou de uma téla de côr vistosa. Apertava-se á cintura com um cordão ou correia pondo-se-lhe por cima o talabarte ou telim da espada. Em geral a sobreveste era adornada com os brazões do cavalleiro. —*Tarja*, arma defensiva em fórma de escudo ou rodela que cobria todo o corpo do guerreiro. Esta palavra confunde-se com *pavez*. Em geral pintava-se na tarja o brazão, a empresa ou divisa do cavalleiro. A *tarja* deve tambem, em alguns casos, ter sido o mesmo que a *tarjeta,* escudo proprio para os torneios.—*Testeira,* peça da antiga barda do cavallo catafracto ou armado para a batalha, que lhe cobria mais ou menos a testa, conforme o seu tamanho. Chamava-se-lhe *testeira mocha,* quando lhe faltava uma ou as duas orelheiras, e *testeira de unicornio*, quando tinha no centro uma ponta aguda.—*Volante*, denominação applicada a toda a peça que se sobrepunha para reforço na armadura dos tempos da cavallaria. —*Borzeguim*, *sapato de ferro ou ferrado*, de duas maneiras se costumou cobrir o pé do guerreiro nos tempos cavalheirescos com o sapato ou escarpim de ferro, terminado em ponta, ou com o mesmo calçado de ponta quadrada ou romba (V. *Borzeguim*).—*Umbigo* era a parte central do escudo de guerra antigo, guarnecida d'uma lamina em relevo e ordinariamente adornada de cabeças monstruosas.

Armães. Pov. da freg. de Santa Maria, de Carvoeiro, conc. e distr. de Vianna de Castello.

Armamar *(Ruy de Mattos Noronha, conde de).* Foi um dos fidalgos que entraram na conspiração tramada em 1641 contra D. João IV, e que fôram decapitados na praça do Rocio, a 29 d'agosto d'aquelle anno. O titulo foi então extincto. Contando apenas 24 annos deixou-se o joven fidalgo seduzir pelas idéas e conselhos de seu tio, o arcebispo de Braga D. Sebastião de Mattos Noronha, principal chefe da conspiração. Descoberto o plano, el-rei mandou prender os que n'elle trabalhavam, e, adoptadas as prevenções apenas indispensaveis, fôram os diversos nobres e plebeus conduzidos aos fortes e carceres que de antemão lhes haviam sido destinados. O conde de Armamar foi recolhido ao castello de Lisboa, e nos interrogatorios confessou o crime. Reunidos os juizes, fôram condemnados á morte diversos fidalgos, entre os quaes se contavam o marquez de Villa Real, duque de Caminha e o conde d'Armamar. No dia 28 d'agosto os réos fôram transferidos para umas casas no Rocio, d'onde sahiram no dia seguinte para serem executados n'um tablado, que se tinha levantado ali proximo. O titulo de conde de Armamar fôra concedido por Filippe IV, de Hespanha, durante o seu reinado em Portugal.

Armamar. Villa da prov. da Beira Alta, séde de conc., com. e bisp. de Lamego, e distr. de Vizeu. Tem uma só freg., orago S. Miguel. E' pov. muito antiga. Ao N. fica o monte da Misarella, que é muito alto. Corre-lhe ao pé o ribeiro Themi-Lobos. Do alto do Misarella descobre-se um bonito panorama. Antigamente tinha o nome de *Ermo-mór*. No *Elucidario* de Santa Rosa de Viterbo diz-se que se chamava *Hermamar* ou *Ermamar*. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. D. A villa está situada sobre um monte cultivado e coberto de olivaes, hortas e vinhas, pelo S. e O., pelos N. e E. é inculto e muito ingreme. Vê-se d'aqui toda a provincia de Traz-os-Montes, o arcebispado de Braga, bispado do Porto, serra do Marão, Peso da Regoa e muitas freguezias. O concelho comprehende 17 freg. com 2:936 fog. e 12:102 hab., sendo 5:866 do sexo masc. e 6:236 do fem., n'uma superficie de 10:987 hect. A villa dista 75 k. da séde do distr. As freg. são as se-

guintes: Arieera, S. Christovam, 471 hab.: 223 do sexo masc. e 248 do fem.; Armamar, S. Miguel, 2.473 hab.: 1.221 do sexo masc. e 1.252 do fem.; Cimbres, S. Martinho, 733 hab.: 337 do sexo masc. e 396 do fem.; Coura, S. João Baptista, 163 hab.: 82 do sexo masc. e 81 do fem.; Folgosa, N. S.ª da Graça, 516 hab.: 319 do sexo masc. e 197 do fem.; Fontello, S. Domingos, 1.030 hab.: 526 do sexo masc. e 504 do fem.; Gonjoim, Santa Eulalia, 596 hab.: 297 do sexo masc. e 299 do fem.; Queimada, S. Pedro, 670 hab.: 320 do sexo masc. e 350 do fem.; Queimadella, N. S.ª da Piedade, 479 hab.: 226 do sexo masc. e 253 do fem.; Santa Cruz de Lumiares, Santa Cruz, 329 hab.: 148 do sexo masc. e 124 do fem.; S. Cosmado, S. Cosme e Damião 1.404 hab.: 640 do sexo masc. e 764 do fem.; S. Martinho de Chãs, S Martinho, 1.100 hab.: 512 do sexo masc. e 588 do fem.; S. Romão, 420 hab.: 214 do sexo masc. e 206 do fem.; S. Thiago, 499 hab.: 234 do sexo masc. e 265 do fem.; Tões, Santa Senhorinha 285 hab.: 142 do sexo masc. e 143 do fem.; Villa Sêcca, Espirito Santo, 726 hab.: 341 do sexo masc. e 385 do fem.; A villa pertence á 2.ª div. mil. 3.ª brig., grande circumscripção mil. do Centro, e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 9, com a séde em Lamego. E' tradição que a egreja matriz foi construida por Egas Moniz, aio de D. Affonso Henriques, antes da fundação do convento de Salzedas. E' templo vasto e de tres naves, com bastante altura. A este convento, em 1127, doaram Fernão Martim, e sua mulher, D. Agueda, personagens importantes da terra, uma vinha no sitio de Valle de Nacar. Em 1163, Pedro Viegas vendeu a D. Thereza Affonso, mulher de Egas Moniz, tudo que tinha nos territorios de Lamego e Ermamar, que D. Thereza tambem doou aos frades de Salzedas. A egreja era reitoria do padroado real, e rendia 100$000 réis. Tinha seis beneficiados. Foi commenda dos condes de Valde-Reis, marquezes, e hoje duques de Loulé, que pagavam ao parocho, beneficiados e sacristão. O parocho d'aqui apresentava seis egrejas, que eram: Folgosa, Villa Secca, Coura, Aricera, S. Thiago e Tões, que eram filiaes e annexas. No local onde está hoje a matriz, houve em tempos remotos uma ermida dedicada a S. Miguel. A camara de Fontello era antigamente obrigada a vir encorporada ouvir missa á egreja do convento de Salzedas no domingo de Paschoa, sob pena de 4$000 réis de multa. N'esta freg. estava o solar dos Mergulhões, appellido nobre de Portugal, oriundo da villa de Caceres na Extremadura hespanhola. A 3 k. a NE. da villa vê-se a ermida de Sant'Anna, construida pelos fieis, e defronte d'ella uma fonte, a que se attribuem grandes virtudes. A este sitio chama-se o *Passadouro*. Armamar tem foral, dado por el-rei D. Manuel, em Lisboa, a 5 de maio de 1514. Foi cabeça de condado, sendo o conde d'Armamar decapitado, por traidor á patria, no Rocio de Lisboa, a 29 d'agosto de 1641, sendo então supprimido o condado. Em Armamar ha mercado no 4.º domingo de cada mez, e em S. Thiago no 1.º domingo tambem de cada mez. A est. de caminho de ferro mais proxima é a de Covellinhas. A villa tem dois hoteis, pharmacia, e sub delegado de saude. O principal commercio de todo o concelho é vinho e cereaes. Teem sido publicados n'esta villa os seguintes jornaes: *Correio da Beira Alta*, 14 de dezembro de 1884 a 24 de setembro de 1886; *Gazeta de Armamar (A)*, 5 de julho de 1900, em publicação.

Armando *(Quinta do)*. Na estrada de Sacavem, freg. de Santa Maria, d'Olivaes, 1.º bairro de Lisboa.

Armão. Jogo deanteiro nas viaturas de artilharia, mormente no reparo e no carro de munições.

Armão. Ilha do Pico, freg. de Santa Maria Magdalena, conc. de Magdalena, distr. d'Horta. ‖ Pov. na freg. de S. Paio, de Parada de Tibães, conc. e distr. de Braga.

Armaria. Edificio ou logar onde se guardam armas de differentes generos. Em Portugal não ha nenhuma collecção digna d'este nome. A derrota de Alcacer-Kibir, o dominio hespanhol, o terremoto de 1755 e a invasão franceza tudo destruiram. Não existe em Portugal uma armadura completa e de valor; todavia em nenhuma parte houve primeiro mais rica e opulenta armaria do que a do *Armazem do Reino*, junto aos paços de D. Manuel na Ribeira de Lisboa. ‖ Sciencia ou arte que ensina a descrever e ordenar os signaes, divisas ou emblemas contidos nos brazões, de geração, nobreza e dignidade, concedidos pelos soberanos para distincção das casas, familias, corporações, cidades e villas. V. *Brazão*.

Armas *(Duarte d')*. Escudeiro da casa de D. Manuel, cuja habilidade no desenho á penna se revela no *Livro das fortalezas*, vol. in fol. em pergaminho existente na Torre do Tombo. As fortalezas, que se acham no livro, são as que estavam situadas nos limites de Portugal e Castella. Em 1507, D. Manuel mandou uma pequena expedição sondar as barras d'Azamor, Mamora, Salé e Larache, e d'ella fazia parte como technico Duarte d'Armas.

Armas *(Governador das)* V. *Governador das armas*.

Armas *(Rei d')*. O extremo cuidado que os monarchas portuguezes tiveram sempre em conservar a exactidão e pureza nos brazões d'armas dos nobres, trouxe na epoca de D. João I a creação do cargo de rei d'armas, introduzindo-se então no paiz essa dignidade que já existia em Inglaterra. O principal dever dos officiaes d'esta classe era formar livros em que estivessem inscriptos os nomes dos fidalgos, e bem assim os brazões e divisas que lhes pertenciam usar. El-rei D. Manuel encarregou o rei d'armas Antonio Rodrigues de ir ao estrangeiro estudar os assumptos que diziam respeito ao seu officio, e depois que Antonio Rodrigues voltou a Portugal, ordenou a formação d'um livro em que estivessem desenhados os brazões de toda a nobreza do reino, e mandou construir a conhecida sala do palacio de Cintra, onde se collocaram 74 brazões d'armas dos principaes fidalgos. Segundo o regimento dos officiaes da armaria, são tres os reis d'armas, e a cada um d'elles compete a escripturação d'um livro em que se lançam os nascimentos, casamentos e acções notaveis dos nobres pertencentes a cada um dos reinos, Portugal, Algarve, e India. A cerimonia da investidura e baptismo dos reis d'armas era feita pelo monarcha com toda a solemnidade; hoje cahiu tudo em desuso, e estes officiaes sómente figuram nas acclamações dos soberanos, abertura das côrtes, etc., acompanhando o cortejo real com as suas dalmaticas ou cotas vermelhas tecidas com oiro, e com um col-

lar tendo peudente o brazão d'armas do reino, de que teem o nome. Actualmente ainda lhes pertence determinar o brazão d'armas de que devem usar os individuos elevados de novo á grandeza, e por isso recebem certas e determinadas propinas.

Armas do Reino. V. *Portugal (Armas de).*

Armaticá. Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freguezia de Santo André de Brancavará, do concelho de Diu, na India.

Armatoste. Engenho com que se armavam as antigas béstas.

Armazem. Na ilha de S. Jorge, freg. de N. S.ª do Rosario, do Topo, conc. de Calheta, distr. d'Angra do Heroismo. || Casal na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de Santa Clara-a-Velha, conc. d'Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. da Sé, conc. e distr. d'Evora. || Quinta na freg. de N. S.ª das Neves, de S. Salvador, conc. e distr. de Vizeu.

Armazem do Fidalgo. Pov. na freg. de S. Thiago, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Armazem do Reino. V. *Almazem.*

Armazens. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Armeiro. Official que faz ou concerta armas. Em muitas cidades e villas de Portugal houve sempre habilissimos armeiros. Uma parte eram pagos á custa da fazeuda real, outra pelos concelhos. D. Manuel mandou lançar armas por todas as cidades e villas do reino, ordenando que houvesse couraceiros e armeiros nas seguintes terras: Beja, Castello Branco, Coimbra, Covilhã, Elvas, Evora, Lagos, Lamego, Monsaraz, Moura, Monrão, Porto, Santarem, Tavira, Torre do Moncorvo e Vianna da foz do Lima. Ao armeiro-mór competia a inspecção dos arsenaes, armas das armarias reaes e officiaes d'ellas. Nas differentes terras os armeiros tinham sempre o respectivo feitor a quem estavam subordinados. Estes armeiros eram pagos pelos concelhos e d'elles havia um cadastro no *Armazem do reino.*

Armeiro. Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. d'Evora.

Armeiro-mór do Reino. A este official-mór da Casa Real pertencia antigamente provêr em todo o reino todos os logares de armeiros, espingardeiros, lanceiros, couraceiros e outros officiaes de fazer armas, com seus ordenados pagos pelo thesouro e com grandes privilegios. Cumpria-lhe ainda mandar fabricar por conta da fazeuda real as armas necessarias para a defeza do reino e para o serviço da Casa Real. Devia tambem fazer arrecadar e ter em boa guarda nos diversos armazens as armas que se fabricavam, e mandal-as distribuir segundo as ordens do soberano. Com o correr dos tempos perdeu estas attribuições, conservaudo, porém, a de nomear 12 armeiros em todo o reino para fabricarem as armas, de que o soberano quizesse usar. Hoje este cargo é simplesmente honorifico, e anda ligado ao de armador-mór. V. *Armador.*

Armel. Pov. da freg. de S. Thiago, de Cossourado, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Armelim Junior (*Manuel Velloso de*) Advogado e escriptor. Nasceu na villa das Vélas, ilha de S. Jorge (Açôres), no 1.º de fevereiro de 1857. E' filho legitimo de Manuel Velloso d'Armelim, fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão de seus maiores, e proprietario, e de D. Maria Januaria Avellar d'Armelim. Descende, por seu pae, das uobres familias de Vasco Gil Sodré, fidalgo cujo brazão data de 1519; de Mendo Furtado de Mendonça, tambem fidalgo por mercê regia de 1619; de Alvaro Pires, sargento-mór do Algarve; de João Valido, de Pedro Luiz de Sousa, primeiro fundador do castello de S. João Baptista, da cidade de Augra do Heroismo; de Francisco Luiz de Sousa, da antiga e nobilissima familia dos Sousas, que em Portugal fôram fidalgos de solar e cota de armas; da illustre familia Armelim, cujo appellido ainda hoje usa a sua familia oriunda pela linha paterna, da Italia, onde ainda existe a illustre familia Armilini. Por sua mãe, o dr. Armelim Junior descende de uma das mais distinctas familias açorianas, onde se contam os nomes dos considerados jurisconsultos drs. José Severino d'Avellar e Manuel Aprigio Severino d'Avellar, e dos conhecidos medicos drs. José, Francisco e Emilio Severino d'Avellar. O dr. Armelim em 1882 matriculou-se na faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, formando-se em 8 de julho de 1887. No 1.º de outubro d'este mesmo anno assentou banca de advogado, em Lisboa. Bem depressa ao dr. Armelim Juuior fôram confiadas notaveis causas da capital e das provincias. Correm impressas muitas das suas minutas e contraminutas relativas a processos, onde, como advogado de defeza, tem obtido verdadeiros triumphos. Entre esses processos, muitos ficaram celebres nos annaes judiciarios. O dr. Armelim Junior como advogado e jurisconsulto não se tem consagrado só ao campo das causas crimes, e egualmente se tem distinguido nas diversas especialidades da materia civel e administrativa, cultivando a scieucia juridica, em todos os meandros. Devido aos seus numerosos trabalhos, o dr. Armelim Junior foi eleito socio correspondente do Instituto de Coimbra, da Real Academia de Legislação e Jurisprudencia, de Madrid, do Instituto de Legislação Comparada, de Paris, da Sociedade das Instituições de Previdencia de França e do Instituto da Ordem dos Advogados Brazileiros. Pertence ainda á Associação dos Advogados de Lisboa, á Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes, á Sociedade de Geographia, figurando nas suas principaes secções scientificas, e ao Real Instituto de Lisboa, na qualidade de socio effectivo e benemerito, presidente da commissão de justiça. O dr. Armelim Junior é querido de varias e importantes associações populares, as quaes rendendo culto á sua intelligencia e aos serviços por elle prestados á causa dos pobres, lhe teem conferido o diploma

Manuel Velloso de Armelim Junior

de socio honorario. São muitas as biographias que a imprensa tem publicado, sendo as mais importantes as da *Nova Era*, *Perfume*, *Obra*, *Diario Illustrado*, n.º 6:514, *Monarchia Portugueza*, e *Correio de Cintra*, n.º 304. Desempenhou as funcções de secretario na secção de Direito Publico do Congresso Juridico de Lisboa, e tomou parte nos Congressos de Associações de Previdencia e Anthropologia Criminal reunidos, em Paris, em 1889. A obra do dr. Armelim Junior está condensada em muitos volumes, estendendo-se ainda a numerosos artigos publicados em muitos jornaes em que tem collaborado, e na revista de legislação e jurisprudencia que dirige e redige, intitulada *Correio Juridico*. Eis alguns dos seus escriptos juridicos: *Questões de responsabilidade moral e juridica, responsabilidade moral e juridica, direito e philosophia, duas theses propostas ao segundo Congresso de anthropologia criminal*, 1890; *O tabaco e o alcool, estudo medico, economico e juridico*, 1890; *Tribunal da Relação de Lisboa, appellação commercial n.º 2:971*, 1890; *Supr. Trib. de Justiça, revista commercial n.º 23:907*, 1890; Id. *recurso de revista n.º* 23:825, 1890; *Aggravo crime do despacho do juiz do 2.º districto criminal de Lisboa para a Relação do districto*, 1891; *Replica extra-processal ás duas contra-minutas no recurso de revista n.º 23:825*, 1891; *Necessidade de uma victima, João Alberto Lopes e Antonio Ignacio da Fonseca, minuta de revista crime*, 1891; *Replica extra-processal á contra-minuta de revista crime n.º 13:717*, 1891; *Sup. Trib. de Justiça, recurso de revista crime, n.º 13:686*, 1891; Id. *recurso de revista crime n.º 13:751*, 1891; *Replica extra-processal á minuta d'aggravo de injusta pronuncia da irmã Collecta; Contencioso Fiscal de 2.ª instancia, recurso fiscal em processo de supposta tentativa de descaminho*, 1891; *Aggravo civel de despachos do juiz da 6.ª vara de Lisboa para a Rel. do Distr.*, 1892; *Aggravo civel ao accordão da Rel. de Lisboa para o Sup. Trib. de Justiça*, 1892; *Aggravo crime n.º 238 do despacho do juiz do 2.º dist. crim. de Lisboa para a Rel. do dist.*, 1892; *Sup. Trib. de Justiça, recurso de revista civel n.º 24:619*, 1892; *Trib. da Rel. de Lisboa, appellação commercial n.º 891*, 1892; *Fallencia de Joaquim Neves Junior; Sup. Trib. de Justiça, revista commercial n.º 25:125*, 1893; *Sup. Trib. de Justiça, revista civel n.º 26:043*, 1894; *Trib. da Rel. de Lisboa, appellação crime n.º 1:709*, 1895; *Sup. Trib. de Justiça, revista crime n.º 14:856*, 1895; *Trib. da Rel. de Lisboa, appellação crime n.º 4:445*, 1895; *Trib. da Rel. de Lisboa, appellação civel n.º 4:235*, 1896; *Nós e o sr. Campeão, liquidações e exautoração*, 1896; *Trib. de Rel. de Lisboa, aggravo crime n.º 88; O celebre crime da Arruda*, 1896; *Ainda nós e Campeão*, 1897; *O celebre crime da Arruda, minuta dos seus appellantes, contra-minuta do ministerio publico appellado, resposta do juiz* a quo, *refutação d'esta resposta*, 1897; *Sup. Trib. de Justiça, revista civel n.º 27:955*, 1898; *O celebre crime da Arruda, a prevenção e o arbitrio dos tribunaes*, 1898; *Trib. da Rel. de Lisboa, appellação civel n.º 2:046*, 1898; *Trib. da Rel. de Lisboa, aggravo crime n.º 1:985*, 1898; *Trib. da Rel. de Lisboa, aggravo crime n.º 715*. 1898; *Sup. Trib. de Justiça, revista civel n.º 28:309*, 1898; *Trib. de 1.ª vara civel de Lisboa, autos civeis de artigos de falsidade*, 1899: *Trib. da Rel. de Lisboa, aggravo civel n.º 4:954*, 1899; *Trib. da Rel. de Lisboa, appellação crime n.º 842*, 1899; *Trib. da Rel. de Lisboa, appellação crime n.º 28*, 1899; *Trib. da Rel. de Lisboa, aggravo civel n.º 4:754*, 1899; *Sup. Trib. de Justiça, recurso de revista civel n.º 28:794*, 1900; *Trib. da Rel. de Lisboa, aggravo civel n.º 5:127*, 1900; *Trib. da Rel. de Lisboa, aggravo civel n.º 200*, 1900; *A convicção pessoal de um juiz arvorada em prova e esta a collidir com a constante dos autos*, 1900; *Sup. Trib. de Justiça, revista civil n.º 28:741*, 1900; *Sup. Trib. de Justiça, revista crime n.º 16:168*, 1900; *Trib. da Rel. de Lisboa, aggravo civel, n.º 5:019*, 1900; *Legitima e justissima decisão da Rel. de Lisboa revogando sentença fundada na convicção pessoal de um juiz arvorado em prova e esta a collidir com a constante dos autos*, 1900; *Trib. da Rel. de Lisboa, aggravo civel n.º 342*, 1900; *Trib. da Rel. de Lisboa, aggravo civel n.º 5:098*, 1901; *Trib. da Rel. de Lisboa, appellação civel n.º 5:268*, 1901; *Monographias juridicas, importante e controversa questão de direito civel, os netos illegitimos, perfilhados ou reconhecidos são herdeiros dos avós fallecidos* ab intestato? 1901; *Gravissimo caso medico-legal, supposto attentado contra o pudor de uma menor com communicação de affecção venerea, teratologia de um processo crime*, 1901; *Sup. Trib. de Justiça, revista crime n.º 16:474*, 1901; *Sup. Trib. de Justiça, revista crime n.º 16:741*, 1902; *Direito incontestavel de D. José de Sousa Coutinho, filho segundo do Conde de Linhares (D. Rodrigo) ao pariato por successão de seu tio D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho, 1.º conde e 1.º marquez do Funchal*, 1903; *Trib. da Rel. de Lisboa, aggravo crime n.º 1:301*, 1903. A esta bibliographia se podem accrescentar outros escriptos: *Dois benemeritos, o dr. Constantino Cumano e José Maria Assis*, 1885; *Trib. da Rel. de Lisboa, recurso d'appellação*, 1887; *Sociedade de Geographia de Lisboa-Da assistencia e Salvação Maritima-These 14.ª do programma do Congresso Juridico de Lisboa em 1889, memoria da commissão de direito internacional da sociedade*, 1889; *Elogio historico do dr. Antonio Maria Ribeiro da Costa Holtreman, vice-presidente da Associação dos Advogados de Lisboa, lido na sessão extraordinaria da mesma Associação em 17 de dezembro de 1890; Necessidade de uma victima, João Alberto Lopes e ainda mas indirectamente Antonio Ignacio da Fonseca, petição de aggravo crime*, 1891; *Replica extra-processal á resposta do juiz a fls. 39 dos autos de aggravo crime*, 1891; *Trib. da Rel. do Porto, appellação crime vinda da Comarca de Santa Comba Dão*, 1892; *Trib. da 6.ª vara civel de Lisboa, processo de incidente de falsidade*, 1896; *Trib. da Rel. de Lisboa, aggravo civel n.º 5:111*, 1899; *Monstruosidade de uma defeza e correcção de um tribunal. . teratologia de um processo crime*, 1900; etc., etc.

Armenia. Alguns escriptores dizem que antigamente houve uma cidade d'este nome nas margens do Lima, acima da actual Ponte de Lima. Não ha d'ella outra noticia, nem vestigios que a confirmem.

Armental. Pov. da freg. de Santa Lucrecia, de Louro, conc. de V. N.ª de Famalicão, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de S. Thiago, de Codal, conc. de Macieira de Cambra, distr. d'Aveiro. Tem caixa postal.

Armenteiros. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Loivos da Ribeira, conc. de Baião, distr. do Porto.

Armez. Pov. da freg. de S. João Degolado de Terrugem, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Armidouto. Autor douto na sciencia da armaria e preceitos heraldicos.

Armigero. Pagem d'armas, moço que trazia armas de alguem na antiga cavallaria; cavalleiro d'alguma ordem militar.

Armil. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Fafe, distr. e arceb. de Braga; 589 hab. e 158 fog. A pov. dista 4 k. da séde do conc. O parocho, vigario, era da apresentação dos monges benedictinos do convento de Pombeiro, e tinha de rendimento 50$000 réis. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 20, com a séde em Amarante.

Armillo. Pov. da freg. de S. Pedro, de Formariz, conc. de Coura, de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Arminho. Na armaria diz-se arminho o esmalte especial que imita a pelle do arminho e se representa tambem pela côr da prata, semeada de mosquetes pretos; ao contrario se chama *contra-arminho*. O escudo póde ser ornado com arminhos, como no forro do pavilhão das armas portuguezas. Tambem se diz *carregada de tantos arminhos* ou *arminada* a peça do brazão, quando se quer indicar o numero de mosquetes de que é composto o arminho.

Armoniz. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, e conc. de Vinhaes, distr. de Bragança,

Armorial. Livro de registo ou collecção dos brazões d'armas de todos os nobres do reino. No archivo da Torre do Tombo guarda-se, entre outros livros do mesmo genero, o seguinte armorial: *Tombo das armas dos Reys e titulares de todas as familias nobres do reyno de Portugal*, intitulado *Thesouro da Nobresa por Francisco Coelho, Rey de armas India*. Feito no anno de 1675, é um grande manuscripto em pergaminho, com 67 folhas, nas quaes estão desenhados em diversos graus de perfeição os escudos e brazões dos principaes nobres e titulares portuguezes, tendo cerca de 800 brazões. E' notavel a collecção das armas das rainhas, a qual é precedida d'um frontispicio que representa a Virgem da Conceição coroada por dois anjos e abençoada pelo Pae Eterno, allusão a el-rei D. João IV, que a tomou por padroeira do reino: *Tvte'laris Regni*, como se vê d'esta e d'outras inscripções na mesma allegoria. Os condes de Mesquitella, armadores-mór, como eram, do reino, possuiram e possue ainda hoje a sua nobre descendencia uma copia, decerto mais perfeita e rica, d'este trabalho. Tem este livro uma encadernação deveras original e que é um antigo specimen, formosissimo, d'aquella arte em Portugal. Representam ambas as faces do volume um rico portal coroado pelas armas portuguezas e por duas espheras armillares. O couro em que está incuso este desenho assenta sobre madeira, formando assim a capa do livro.

Arnadello. Pov. da freg. de S. Salvador, de Torgueda, conc. e distr. de Villa Real.

Arnado. Pov. da freg. de N. S.ª das Neves, de Bella, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Campo, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Lourenço do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Ponte, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Jorge, de Abbadim, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Arnador. Pov. da freg. de S. João Baptista, das Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Arnaes. Pov. na freg. de Santa Catharina da Serra, conc. e distr. de Leiria.

Arnal. Pov. na freg. de S. Miguel, de Linhares, conc. de Carrazeda d'Anciães, distr. de Bragança. || Pov. na freg. de S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, de Maceira, conc. e distr. de Leiria. || Pov. na freg. de Santa Marinha, de Villa Marim, conc. e distr. de Villa Real.

Arnalha. Pov. na freg. de N. S.ª do Monte da Virgem, conc. de Redondo, distr. d'Evora.

Arnão. Appellido nobre em Portugal, oriundo de Inglaterra, onde procede de Guilherme Arnau, que acompanhou a rainha D. Filippa de Lencastre, mulher de D. João I, e foi seu mordomo-mór e védor de sua casa. Jaz na egreja do convento de S. Domingos de Bemfica. Este appellido corrompeu-se em Arnão. Tem brazão incompleto: em campo de prata seis leões negros em duas palas, e lampassados de vermelho. Timbre, um dos leões das armas. Outros usavam escudo esquartelado: no primeiro e quarto, as armas dos Soutos Maiores, no segundo e terceiro um lobo batalhante.

Arnas. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Alta, conc. de Sernancelhe, com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 615 hab. e 158 fog. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada na encosta d'um monte. E' terra bastante fertil. O parocho, cura, era apresentado pelo commendador de Sernancelhe, e tinha de rendimento 30$000 réis. A pov. tem caixa post. e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recr. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Arnaud *(Manuel Pinheiro)*. Nat. de Lisboa, viveu no seculo XVII. Formou-se em jurisprudencia na Universidade de Coimbra. Cultivou a poesia e deixou em estylo burlesco 76 oitavas no *tomo* IV da «*Fenix, renascida*» *1721*, e diversas fabulas, sonetos, etc., 1674 a 1692.

Arnaud de Medeiros *(Filippe)*. Bacharel em direito pela Universidade de Coimbra. Advogado da Casa da Supplicação em Lisboa. Ignora-se a terra da sua naturalidade e a data do nascimento; fal. em Lisboa a 9 de novembro de 1838. Foi o defensor dos réos na conspiração de 1817, e trabalhou bastante para livrar da morte essas victimas do despotismo. Foi um liberal enthusiasta, lançando-se com ardor na politica em 1820. Terminada a guerra civil, retirou-se á vida privada, fallecendo na obscuridade, em 1838. Escreveu: *Memoria sobre a possibilidade e meios de pagar a divida do Estado*, Lisboa, 1820; *Reflexões sobre os acontecimentos do dia 11 e noute do dia 17 do corrente mez de novembro de 1820 offerecidas á Nação*, Lisboa, 1820; *Allegação de facto e direito, feita no processo em que por accordão do Juizo da Inconfidencia e Commissão especialmente constituida, foi nomeado para defender os pronunciados como réos da conspiração denunciada em Maio de 1817*, Lisboa, 1820.

Arneirão. Pov. na freg. de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago de Cacem, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de S. Salvador, e conc. de Odemira, distr. de Beja.

Arneirinho. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Azinheira dos Barros, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de Santa Cruz, de S. Thiago de Cacem, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Abella, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Arneirixo. Pov. na freg. de S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Arneiro *(José Augusto Ferreira da Veiga, visconde de).* Official da ordem de S. Thiago, do merito litterario, scientifico e artistico; addido honorario de legação; membro da Sociedade dos Compositores Dramaticos, de França; bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, grande proprietario e distincto compositor de musica. N. em Macau a 22 de novembro de 1838, e fal. em San Remo, cidade da Italia, a 7 de julho de 1903. Era filho de Joaquim José Ferreira da Veiga, natural de Braga, uegociante de grosso tracto e capitalista em Macau e em Lisboa, importante proprietario. Foi casado duas vezes; ignoramos o nome da primeira senhora; a segunda foi D. Joanna Ulmann Veiga, filha de Jacob Ulmann, subdito hollandez, e de sua mulher, D. Rosa Ulmann. D. Joanna falleceu ha bastantes annos em Bemfica. O visconde d'Arneiro era filho do segundo matrimonio. Matriculou-se na Universidade de Coimbra em 1855 e seguiu o curso de direito, sahindo bacharel em maio de 1859. Em verdes annos mostrou logo grande vocação para a musica, e no tempo de estudante já se apreseutava como distincto musico, sendo-lhe confiada a direcção musical do theatro Academico, distincção devida á sua reconhecida competencia. Estudou os primeiros rudimentos com o mestre de capella da Sé, Autonio José Soares, um bom musico, autor de diversas composições para o theatro; harmonia e composição com o professor da orchestra de S. Carlos, Manuel Joaquim Botelho; contraponto e fuga com Vicente Schirri, que tambem foi director da orchestra do referido theatro. Quando concluiu o curso na Universidade, era já um pianista distincto, e tornou-se bem conhecido por varias composições musicaes. A sua estreia, como compositor, foi uma pequena opereta, intitulada: *A questão do Oriente*, que se cantou no theatro Academico, em cujo desempenho tomou parte o laureado estudante; seguiu-se uma missa em *sol maior* a quatro vozes e a orgão, e uma novena a S. Theotonio. Voltando para Lisboa, abriu banca de advogado, em que se distinguiu tambem, encarregando se d'algumas causas difficeis. Se a paixão pela musica o não desviasse da advocacia, o fôro teria tido no visconde d'Arneiro uma das suas mais brilhantes glorias. Apesar de já ser conhecido como pianista de primeira ordem, accentuou-se ainda mais a sua reputação de compositor com uns trechos, que tiveram grande voga nas salas e no mundo musical: um *Scherzo* em *mi bemol*, uma *Polonaise de concert* e os *Refrains du printemps*. Entrando na politica, o visconde d'Arneiro foi eleito deputado por Sabugal, na legislatura de 1861 a 1864. Apesar dos seus trabalhos parlamentares, continuou a dedicar-se á musica, e em 2 de março de 1865 apresentou no theatro de S. Carlos um bailado phantastico, com o titulo de *Ginn*, que obteve calorosos applausos. Em seguida partiu para Italia a estudar e a cultivar a sua arte favorita. No anno de 1870 compoz um *Te-Deum*, que a Sociedade Orpheonica de Lisboa executou em 1871, na na festa de N. S.ª da Conceição, na egreja de Santa Catharina. Este *Te-Deum* era uma obra prima, e foi cantado em S. Carlos no anno seguinte, n'um concerto de distinctos amadores. Mais tarde executou-se em Paris, com o titulo de *Symphonie Cantate,* obtendo grande exito, e mereceudo os maiores elogios dos criticos francezes, que o consagraram como compositor. Em Paris apresentou depois uma opera de grande vulto, cujo libreto foi escripto pelo poeta francez Jean Jacques Magne. Esta opera, que tem 4 actos, cantou-se em S. Carlos no dia 31 de março de 1876, com o titulo de: *O prodigio ou o elixir da mocidade.* O exito foi muito lisongeiro e enthusiastico. Nos finaes dos actos, fôram chamados todos os interpretes e o maestro, a quem o publico dispensou os mais phreneticos applausos. O desempenho da opera nada deixou a desejar, alguns dos trechos fôram bisados. O visconde d'Arneiro foi muito felicitado pelos seus amigos, que lhe offereceram lindas corôas de louro com bagas de ouro. A opera repetiu-se apenas uma vez, no dia 2 de abril, por estar a findar a epoca lyrica. N'essa noite, el-rei D. Luiz, que assistira ás duas audições, mandou chamar o illustre maestro portuguez ao seu camarote, e declarou-lhe que tencionava agracial-o com o habito da ordem de S. Thiago. O visconde d'Arneiro partiu depois para Italia, onde residia com mais frequencia, e apresentou a sua opera no theatro Dal Verme de Milão. O viscoude d'Arneiro era muito considerado no estrangeiro em todo o mundo musical, sendo tido por autoridade. Em Italia, no torneio internacional da exposição de Milão, em 1881, foi convidado, juntamente com o maestro Pontechi e outro dos mais afamados de Italia, para fazer parte do jury encarregado de conferir os premios á musica dramatica. O visconde, porém, declinou essa honra, em consequencia de tambem ser um dos expositores. A opera *Derelita* foi premiada pelo jury, depois de muita discussão, com o primeiro premio, a medalha de ouro, apesar d'áquelle certame terem concorrido alguns já laureados maestros. Em 14 de março de 1885 ouviu-se em S. Carlos essa opera do distincto compositor portuguez. O libreto é de Paravicini, e a opera é cheia de situações dramaticas, em que o seu autor teve largo ensejo de evideuciar as suas faculdades de compositor. O successo foi collossal, como era de esperar. O visconde d'Arneiro, desde então conservou-se no estrangeiro, entregando-se aos dedicados cuidados da educação artistica de sua filha adoptiva, Mary

Visconde de Arneiro

Arneiro, que é já hoje uma das mais consideradas cantoras, e que se estreou em S. Carlos, no *Fausto*, a 10 de dezembro de 1891. Consta que o distincto maestro tinha concluido outra opera, intitulada: *Dom Bibas*, cujo libreto é extrahido do *Bobo*, notavel romance historico de Alexandre Herculano. Destinava esta opera para um dos principaes theatros d'Italia. O titulo de visconde foi-lhe conferido por el-rei D. Luiz, pelo decreto de 17 e carta de 20 de julho de 1870. O visconde d'Arneiro casou em 1859 com D. Virginia Francisca da Silva, filha de Manuel Gonçalves da Silva, negociante de grosso tracto e capitalista de Macau e de Lisboa, e de sua mulher D. Francisca Josepha de Castro Silva. Era irmão de D. Maria Rosa d'Araujo Veiga, filha do primeiro matrimonio de seu pae, a qual casou com o fallecido visconde dos Olivaes, Antonio Theophilo de Araujo (V. *Olivaes)*. Tinha tambem por irmãos: Joaquim José Ferreira da Veiga, que foi commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, e casou com D. Marianna Sarmento Ottolini, filha do conselheiro José Cupertino d'Aguiar Ottolini (V. *este nome)*, fallecido em Italia; D. Paulina Francisca Ferreira da Veiga, que casou com Antonio Alves de Sousa Guimarães, fidalgo da Casa Real, filho dos condes de Bolhão (V. *este titulo)*; Carlos Manuel Ferreira da Veiga, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra; João e Jorge Ferreira da Veiga, cantores distinctos, já fallecidos, e D. Maria Elisa Ferreira da Veiga, que casou com o 1.º visconde d'Ottolini, Manuel Sarmento Ottolini.

Arneiro. Pov. na freg. de N. S.ª dos Prazeres, de Aldeia Gallega da Merceana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. Houve n'esta povoação a capella do Espirito Santo, que está toda arruinada; tinha annexo um hospital, que tambem já não existe. Em frente está uma magnifica propriedade, que pertencia ha perto de 30 annos a Francisco da Costa Leal. || Pov. na freg. do S. Vicente, d'Alcabideche, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Almansil, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Pov. na freg. de Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de Santa Suzana, de Carapinheira, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria. || Pov. na freg. de Santa Cruz, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Domingos de Rana, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Freixianda, conc. de V. N.ª de Ourem, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, de Maceira, conc. e distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Miguel do Rio Torto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de Santa Maria, e conc. d'Odemira, distr. de Beja. || Pov. na freg. de S. Francisco de Assis e conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Querença, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, dist. de Faro. || Pov. na freg. e conc. de S. Thiago, de Tremez, conc. e distr. de Santarem. || Pov. na freg. de Santo Izidoro. conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Casaes na freg, de S. Miguel, de Milharado, conc. de Mafra, distr. de Lisboa, || Casal na freg. da Exaltação da Santa Cruz, conc. da Batalha, distr. de Leiria. || Casal na freg. do Senhor Jesus, do Carvalhal, conc. d'Obidos, distr. de Leiria. || Casal na freg. de S. Pedro, de Dois Portos, conc. de Torres Vedras distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S Julião do Tojalinho, conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de Santa Maria, e conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Miguel, de Martinxel, conc. d'Abrantes, distr. de Santarem. || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Moita dos Ferreiros, conc. de Lourinhã, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cabrella, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora. || Horta na freg. de N. S.ª Assumpção, e conc. de Grandola, distr. de Lisboa, || Monte na freg. de Santo Amaro, conc. de Fronteira, distr, de Portalegre. || Monte na freg. de Santo André. conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de Santa Suzana, de Mombeja, conc. e distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Simão, de Pé da Serra, conc. de Niza, distr. de Portalegre. || Montinho na freg. de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Sebal Grande, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra. || Rio da prov. da Extremadura, que nasce em uns brejos proximo aos logares de Espinheiro e Arneiro de Milhariças, termo de Pernes. Tem 6 k. de curso e mette-se no Alviella, junto á ponte de Pernes, com o nome de rio do Porto de Centeio. Nas suas margens ha muitas vinhas e arvores de fructo e silvestres, sendo cultivadas em parte. Tem duas pontes de cantaria lavrada, de um só arco; uma na Gésteira e outra junto á sua foz, chamada de Pernes. Faz mover lagares de azeite, moinhos, e réga. Suas aguas e pescarias fôram sempre livres. Recebe os ribeiros do Tôco, Gésteira e S. Miguel, além d'outros menores.

Arneiro do Alto. Casal na freg. do Espirito Santo, de Valle de Cavallos, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Arneiro de Arreganha. Pov. da freg. de S. João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Arneiro de Baixo e de Cima. Duas quintas na freg. de S. Pedro, de Azueira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Arneiro da Batalha. Casal na freg. de S. João Baptista, de S. João da Ribeira, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

Arneiro dos Borralhos. Pov. da freg. de N. S.ª da Purificação, de Achête, conc. e distr. de Santarem.

Arneiro Branco. Na Ribeira de Morganel, freg. de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª d'Alva, concelho d'Aljezur, districto de Faro.

Arneiro Branco de Bemparece. Pov. na freg. de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Arneiro dos Canafechaes. Pov. na freg. de

S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Arneiro da Carreira. Pov. na freg. de N S.ª das Febres, conc. de Cantanhede, conc. de Coimbra. A pov. do Arneiro ficou pertencendo integralmente ao conc. de Mira, assim como outras povoações desannexadas do conc. de Cantanhede.

Arneiro do Cepo. Pov. da freg. de S. João Baptista, de Seixo de Gatões, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Arneiro Gallego. Pov. na freg. de S. Bartholomeu da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Arneiro Grande. Pov. na freg. de S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Samora Correia, conc. de Benavente, distr. de Santarem.

Arneiro da Judia. Pov. na freg. de Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Arneiro da Lage. Pov. da freg. de S. Bartholomeu, de Bensafrim, conc. de Lagos, distr. de Faro,

Arneiro dos Marinheiros. Pov. da freg de S. João, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Arneiro do Meio. Pov. na freg. de S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Arneiro das Milhariças. Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. da Estremadura, conc., com. e distr. de Santarem, patr. de Lisboa; 898 hab. e 181 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 19 k. da séde do conc. Pertenceu á comarca de Torres Novas, conc. de Pernes até 1855, e desde então ficou sendo da com. e conc. de Santarem. Chama-se *Arneiro* por causa do seu solo areento, e das *Milhariças*, por ser o nome d'uma aldeia muito antiga que existe aqui. A matriz era uma ermida feita pelos moradores, cuja construcção começou em 1608 e se concluiu em 1610. Foi feita freguezia a 10 de fevereiro de 1694 pelo dr. João de Mattos Henriques, prior de N. S.ª dos Anjos, Villa Verde, visitador pelo arcebispo de Lisboa e cardeal D. Luiz de Sousa; no dia 11 do referido mez de fevereiro deu posse da egreja ao cura, que ficou sendo parocho. Até 1834 apresentava este cura o vigario de Pernes, de cuja freg. se havia separado. N'esta povoação estava o convento de S. João Baptista, fundado em 1583 por D. João d'Alencastre. Arneiro das Milhariças pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 16 com a séde em Lisboa.

Arneiro Negro *(Casal do)*. Na freg. do Espirito Santo, de Valle de Cavallos, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Arneiro da Rocha. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Arneiro de S. João. Pov. na freg. de S. Salvador, de Maiorca, conc. da Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Arneiro de Sazes. Pov. da freg. de S. Mamede, de Quiaios, conc. de Figueira da Foz distr. de Coimbra.

Arneiro do Seixo. Pov. na freg. de S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Arneiro do Tecelão. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, de Arazede, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Arneiro do Touro. Monte na freg. de Santo Antonio, de Couço, conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Arneiro Velho *(Quinta do)*. Na freg. de Santa Suzana, de Maxial, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Arneiros. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação do Castello e conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Martinho, e conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Mamede, de Ventosa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, e conc. de V. N.ª de Portimão, distr. de Faro. || Casal na freg. de Santo Justo, de Amial, conc. e distr. de Coimbra. || Casal na freg. de S. Lucas, de Freiria, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Raposeira, conc. de Villa do Bispo, distr. de Faro. || Quinta na freg. de Santa Maria Magdalena, de Turcifal, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Arneiros de Baixo. Herdade na freg. de N. S.ª da Apresentação, de Lavre, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Abella, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Arneiros do Castanheiro. Pov. na freg. de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Arneiros de Cima. Herdade na freg. de N. S.ª da Apresentação, de Lavre, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora.

Arneiros de Fóra. Pov. na freg. de S. Salvador, de Maiorca, conc. de Figueira do Foz, distr. de Coimbra.

Arneiros da Gafaria. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Arneiros Grandes. Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Abella, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Arneiros do Outeiro. Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Abella, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Arneiros da Urgueira. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N.ª d'Ourem, distr. de Santarem.

Arneiros da Vinha. Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Abella, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Arneirós *(Antonio Pinheiro da Fonseca Osorio Vieira da Silva, 1.º visconde de)*. Fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores; 5.º administrador do vinculo ou capella de N. S.ª do Pilar, situada nos suburbios de Lamego; bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, proprietario abastado em Lamego e seu termo. N. a 16 d'agosto de 1824. Era filho de Joaquim Antonio Pinheiro da Fonseca Vieira da Silva, fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores, 4.º administrador, por successão, do vinculo ou capella de N. S.ª do Pilar, condecorado com a medalha por duas campanhas da guerra peninsular; tenente-coronel effectivo, e depois coronel aggregado ao regimento de milicias de Lamego; abastado proprietario, casado com D. Anna Adelaide Osorio de Magalhães Cabral Soares Machuca, filha de Antonio Osorio Soares Machuca de Aragão Cabral, fidalgo da Casa Real. O visconde

d'Arneirós contava tambem nos seus ascendentes, da parte de seu pae, homens muitos distinctos: Francisco Antonio Pinheiro da Fonseca Vieira da Silva, João Pinheiro da Fonseca, Manuel Pinheiro da Fonseca *(V. estes nomes)*. O visconde d'Arneirós exerceu por muitos annos differentes cargos administrativos como o de presidente e vereador da camara municipal de Lamego, vogal e presidente da junta geral do districto de Vizeu. Foi deputado na legislatura de 1852, na de 1853 a 1856, na de 1860 a 1861, e na de 1861 a 1864. Casou em 1849 com D. Maria Candida de Araujo Martins Sarmento, filha de Francisco Joaquim da Gama Moraes Sarmento, e de sua mulher, D. Joaquina Rosa de Araujo Martins. O titulo de visconde foi concedido em sua vida por decreto de 23 de dezembro de 1870 e carta de 7 de janeiro de 1871. O alvará concedendo o respectivo brazão tem a data de 12 de março de 1737: Um escudo partido em pala; na primeira as armas dos Silvas, em campo de prata um leão vermelho rompente; na segunda pala, as armas dos Vieiras, em campo vermelho seis vieiras de ouro em duas palas. Timbre, um leão vermelho andante, e por differença uma brica azul com um trifolio de ouro.

Arneirós. Pov. na freg. de S. Sebastião, de V. N.ª de Souto d'El-Rei, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. Foi couto, do qual era cabeça a villa de Souto d'El-Rei, ou Villa Nova do Souto d'El-Rei. Sendo extincto este couto, que era dos bispos de Lamego, se tirou á villa a categoria, que tinha conservado desde o tempo de D. Diniz, ficando reduzida a aldeia. Parece que nunca teve foral. E' ainda cabeça do antigo viscondado do seu nome. V. *Villa Nova de Souto d'El-Rei.*

Arnella. Pov. no freg. de S. Martinho, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, distr. d'Aveiro,

Arnellas. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Olival, conc. de V. N.ª de Gaia, distr. do Porto. Está situada na margem esquerda do Douro, em fórma de amphitheatro. Até 1834 pertenceu ao conc. da Feira e ao couto de Crestuma. E um porto muito importante para o commercio de vinhos, de que ha ali varios armazens. Pela povoação passa um pequeno ribeiro do seu nome, que servia de divisão: ao E. do ribeiro era da freg. do Olival, couto de Crestuma, conc. e com. da Feira, e ao O. era da freg. e couto d'Avintes, conc. de V. N.ª de Gaia, com. do Porto. Confinavam tambem aqui, servindo o mesmo ribeiro de divisão, as provincias da Beira Alta e do Minho, ficando a Beira Alta a E. do ribeiro, e o Minho a O. Ainda o mesmo ribeiro dividia o governo das armas de Almeida do do Porto, e a correição de Esgueira da d'esta cidade. Terminava tambem n'este ribeiro o condado d'Avintes. Hoje sómente divide a freg. de Avintes da do Olival. A pov. actual foi edificada, em 1540, sobre as ruinas da antiga. Arnellas está em sitio fertil, aprazivel e pittoresco, mirando-se nas aguas do Douro, e é uma das mais bonitas povoações que existem nas margens d'este rio. Tem uma capella muito boa, a qual foi construida, segundo consta, com o tributo especial d'um real em cada quartilho de vinho e outro real em cada raza de sal que se vendesse no couto de Crestuma, por mercê de D. João V. Lançou-se-lhe a primeira pedra a 20 d'outubro de 1723, e resou-se a primeira missa na quinta-feira d'Ascenção do anno de 1727. || Pov. na freg. de S. Pedro, d'Avintes, conc. de V. N.ª de Gaia, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Estevam, de Villela, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Arnes *(Quinta de)*. Na freg. de S. Sebastião, de Alfarellos, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Arnez. Armadura completa d'um homem d'armas; coura, peito d'aço, gibão de ilhós, couraça. V. *Armadura.*

Arnezado. Acontiado em arnez, armado com arnez. Podia tambem ser o cavallo arnezado, como se diz na Ordenação Affonsina, I pag. 508.

Arnoia. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. e com. de Celorico da Basto, distr. de Braga; 1.740 hab. e 476 fog. A pov. dista 3 k. da séde do conc. Dá-se tambem a esta freg. o nome de S. João do Ermo d'Arnoia. Está situada entre montes, d'onde se descobrem diversas freguezias. Alguns escriptores querem que Arnoia fôsse a *Celiobriga* romana. O castello que fica sobre um alto monte, já em ruinas, consta que foi edificação dos moiros. A pov. pertencia á côroa, e é terra muito fertil. Tinha um convento da ordem benedictina, antiquissimo, que dizem ter sido construido por D. Arnaldo de Baião, pelos annos de 995. Vê-se aqui uma sepultura de D. Monio, ou D. Moninho Mouiz, que foi ali enterrado em 1034. Pretendem alguns escriptores que fôsse este o fundador do convento, mas não parece ser exacto. D. Monio enriqueceu-o com muitas e valiosas doações. Era descendente de D. Arnaldo, e ascendente d'Egas Moniz, aio de D. Affonso Henriques. O convento era muito rico, foi senhor do couto de Rebordello e de muitas rendas e terras, que perdeu no reinado de D. João I. O parocho da freguezia, vigario regular, era um dos monges benedictinos do referido convento, de apresentação trienal do seu prelado. Os seus rendimentos eram incertos. Na aldeia de Santo Abdou, d'esta freg. diz-se que existiu até 1838 o solar do dr. João Pinto Ribeiro, um dos heroes da restauração de 1640. Arnoia pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. de reserva n.º 19, com a séde em Chaves. || Pov. na freg do Espirito Santo, de Castello, conc. da Certã, distr. de Castello Branco; 1.457 hab. Tem caixa post. e fica a 55 k. da estação de Payalvo.

Arnosa de Pampelido. Praia na costa de Portugal, duas legoas ao norte do Porto, duas ao sul de Villa do Conde, e legua e meia ao sul da pequena povoação de S. João do Miudello. Foi n'esta praia que desembarcou o exercito de D. Pedro IV no dia 8 do julho de 1832, e para commemorar este facto se vê hoje ali um monumento, cuja primeira pedra foi lançada no dia 1 de dezembro de 1840, sendo esta cerimonia feita com a maior solemnidade. O fallecido duque d'Avila e Bolama, então administrador geral do districto do Porto, foi quem teve idéa de erigir n'aquelle ponto um padrão commemorativo do desembarque das tropas constitucionaes. Em quanto aquelle magistrado esteve á testa do districto, as obras caminharam com bastante rapidez, mas depois ficaram interrompidas por largo praso, e só em vista d'uma representação da camara municipal do Porto, em 1863, mandou o governo concluir o monumento, o qual se compõe d'uma pyramide de 15 metros d'altura sobre uma base de 6 de largura. Nas quatro faces do pedestal vêem-se diversas inscripções, sendo a do lado do sul a da proclamação de D. Pedro ao exercito libertador,

e a do lado norte a relação dos corpos que compunham esse mesmo exercito, e os nomes dos commandantes das fracções em que se dividia na occasião do desembarque. A praia chama-se hoje *Praia da Memoria*.

Arnoso *(Bernardo Pinheiro Correia de Mello, conde de)*. Fidalgo da Casa Real, capitão do estado maior de engenharia, cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição, commendador de Izabel a Catholica, de Hespanha; cavalleiro da ordem de S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia; official ás ordens d'el-rei senhor D. Carlos e seu secretario particular, escriptor contemporaneo, etc. Nasceu em Guimarães, a 27 de maio de 1855. E' filho do segundo matrimonio do primeiro visconde de Pindella, João Machado Pinheiro Corrêa de Mello, fidalgo cavalleiro da Casa Real, do conselho de S. M., commendador da ordem de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa *(V. Pindella)*. Sua mãe, é a sr.ª D. Eulalia Estelita de Freitas Rangel de Quadros, filha de Antonio Moreira Lopes Machado, opulento negociante, e de sua mulher, D. Maria Emilia de Freitas de Mello e Castro Rangel de Quadros. O sr. conde d'Arnoso acompanhou a Pekin, em 1887, como secretario, o sr. conselheiro Thomaz Rosa n'uma missão diplomatica, que tinha por fim celebrar um tratado com a China, e foi o negociador do convenio do primeiro de dezembro do referido anno. E' um apreciado escriptor. Diz um dos seus biographos: «O conde d'Arnoso é de nascença, e teria de sêl-o pelas imposições da sua vida, o que os francezes chamam um espirito *prime-sautier* e que nós chamamos em portuguez, quando se trata do coração, *um coração ao pé da bocca*. A intelligencia dentro d'elle está sempre de serviço, não tem ferias; e elle encommenda-lhe em curtissimos prasos, as mais desencontradas tarefas. E' assim que o tenho visto tratar de negocios, apreciar homens e livros, escrever elle proprio graciosos contos, encantadoras peças de theatro, vivas notas de viagem, com uma velocidade de comboio expresso e com uma egual despretenção, felicidade, elegancia e gosto. A sua obra litteraria é uma serie de *instantaneos* do seu espirito, cuja graça, cuja agudeza revelam, assim como os actos da sua vida espelham o seu coração sempre em flagrante.» Sendo grande admirador do fallecido homem de lettras Eça de Queiroz, o sr. conde d'Arnoso foi um dos maiores influentes para que se levantasse um monumento á sua memoria, que breve será inaugurado no largo do Quintella. O distincto fidalgo acompanhou Sua Magestade el-rei senhor D. Carlos a Inglaterra, em janeiro de 1901, por occasião do fallecimento da rainha Victoria, e foi assistir ás cerimonias da coroação do rei Eduardo VII, acompanhando sua alteza o principe senhor D. Luiz Filippe. Tambem fez parte da comitiva real na viagem que suas magestades realisaram em junho de 1901 ás ilhas dos Açôres e Madeira. O sr. conde d'Arnoso tem colloborado em diversos jornaes, e está publicando actualmente uns artigos na *Arte e a Natureza*, publicação quinzenal do Porto, editores Biel & C.ª. Nas *Novidades* inseriu as suas notas da viagem a Pekin, em 1887, as quaes reuniu depois n'um livro com o titulo de *Jornadas pelo mundo*, que publicou em 1895. E' uma obra curiosissima em que descreve a China e o Japão. A edição foi feita pela casa editora Magalhães & Moniz, do Porto. Pelo decreto de 28 de setembro de 1895 foi agraciado com o titulo de conde d'Arnoso. Até então assignava-se sempre *Bernardo Pindella* em todos os seus trabalhos litterarios. O primeiro livro que publicou tem por titulo *Azulejos*, impressões da sua vida de estudante na Universidade Coimbra. *De braço dado*, escripto de parceria com o primoroso poeta sr. Conde de Sabugosa, edição da livraria Gomes, Lisboa, em 1894; *A primeira nuvem*, comedia em 1 acto, representada no theatro D. Amelia em maio de 1902, editada pela casa Ferin, de Lisboa. *Suave milagre*, em 6 quadros, de collaboração com o distincto escriptor sr. Alberto d'Oliveira. E' um delicado trabalho, baseado n'um conto de Eça de Queiroz, que se representou no theatro de D. Maria, pela primeira vez, em 28 de dezembro de 1901, e se repetiu em bastantes noites, obtendo sempre applausos. O *Suave milagre* foi tambem publicado, pela casa editora Ferin, em 1902, n'uma bella edição adornada de lindas illustrações.

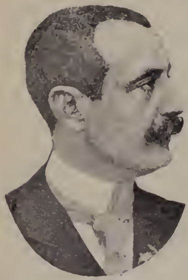
Conde de Arnoso

Arnoso. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N.ª de Famalicão, distr. e arceb. de Braga. 795 hab. e 204 fog. A pov. dista 3. k. da séde do conc. E' fertil, e cria muito gado, principalmente bovino. O parocho era abbade de concurso synodal, e tinha de rendimento 360$000 réis. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8, com a séde em Braga. A egreja parochial está situada sobre uma collina. ‖ Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho, conc. e com. de V N.ª de Famalicão, distr. e arceb. de Braga, 306 hab. e 79 fog. A pov. dista 9 k. da séde do conc. O vigario era apresentado pelo deão da sé de Braga, e tinha o rendimento de 130$000 réis. Pertence á 3.ª div. mil e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8, com a séde em Braga.

Arnoso Mosteiro. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N.ª de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 203 hab. e 41 fog. A pov. dista 8 k. da séde do conc. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8, com a séde em Braga. O nome provém de ter ali existido um convento duplex, de benedictinos, fundado por S. Fructuoso, em 642, destruido depois pelos moiros em 715 ou 716, e reedificado no anno de 1067 por D. Garcia, filho de D. Affonso Magno. O convento foi supprimido em 1495 pelo papa Alexandre VI, a pedido de D. João II, e o arcebispo D. Jorge da Costa, cardeal d'Alpedrinha, o uniu depois ao de Pombeiro. Mais tarde foi mudado para Belem, do Minho, onde tinha uma grande quinta. Ha perto de duzentos annos supprimiu-se, tomando tudo de emprazamento o dr. Miguel Pinheiro Figueira, conego da sé de Braga, passando depois a D. Izabel de Sousa Lima Figueira, etc.

Arnozella. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho, conc. e com. de Fafe, distr. e arceb. de Braga; 278 hab. e 79 fog. A pov. dista 9 k. da séde do conc. Foi dos marquezes de Valença. O parocho era vigario da apresentação dos conegos regrantes de Santo Agostinho, do mosteiro de Caramôs, e tinha de rendimento 40$000 réis. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Campo, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Moure, conc. de Felgueiras, districto do Porto.

Arnozello. Pov. da freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Numão, conc. de V. N.ª de Foscôa, distr. da Guarda. || Pov. na freg. de Santo Antonio, de Beira Grande, conc. de Carrazeda d'Anciães, distr. de Bragança.

Aro. As terras visinhas d'uma cidade, ou villa grande, o seu termo e arredores.

Aroal. Pov. da freg. de S. Sebastião de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Arochas de Baixo, de Cima e do Meio. Tres montes na freg. de Santa Maria, conc. de Serpa, distr. de Beja.

Aroeira. Pov. da freg. de N. S.ª da Piedade, de Monte Redondo, conc. e distr. de Leiria. || Casaes na freg. de N. S.ª da Conceição, de Abitureiras, conc. e distr. de Santarem. || Casaes na freg. de N. S.ª da Purificação, de Achete, conc. e distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Pedro, d'Alverca, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Casal na freg. do Senhor Jesus, de Carvalhal, conc. d'Obidos, distr. de Leiria. || Casal na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Casal na freg de S. Salvador, e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || Casal da freg. de N. S.ª da Conceição, da Varzea, conc e distr. de Santarem. || Horta na freg. de S. Cucufate, de Villa de Frades, conc. da Vidigueira, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Abella, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alvalade, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de Sant'Anna da Serra, d'Ourique, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Sebastião, de Bonavilla, conc. d'Aviz, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de S. Thiago, e conc. de Castro Marim, distr. de Faro. || Monte na freg. de Santa Margarida da Serra, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Thiago, e conc. de Castro Marim, distr. de Faro. || Rio da Estremadura, no bisp. de Leiria, o qual começa no sitio de Nasce-Agua, por cima do logar de Fonte-Cova, freg. de Monte Redondo, termo de Montemor-o-Velho. Nasce d'uns olhos d'agua muito abundantes. Primeiro chama-se Fonte Cova e depois Aroeira. Mette-se no rio Real, que vem de Leiria, no sitio das Pontes da Bajanca, junto ao logar da Anja, freg. de Corvide. No sitio d'Aroeira tem uma boa ponte de cantaria.

Aroeira de Baixo e de Cima. Montes na freg. de S. Miguel, de Adaval, conc. de Redondo, distr. de Evora.

Aroeiras. Pov. na freg. de N. Sª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Villa Chã, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, e conc. d'Azambuja, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de S. Theotonio, conc de Odemira, distr. de Beja.

Aroenha. Horta na freg. de Santa Maria da Graça, e conc. de Monforte, distr. de Portalegre.

Arões. Pov. e freg. de Santa Christina, da prov. do Minho, conc. e com. de Fafe, distr. e arceb. de Braga; 400 hab. e 81 fogos. A pov. dista 4 k. da séde do conc.; tem caixa post. O parocho, abbade, era apresentado pelo rei, por ser a egreja do real padroado e tinha de rendimento 200$000 réis. Arões pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 20 com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. Romão, da provincia do Minho, conc. e com. de Fafe, dist. e arceb. de Braga; 898 hab. e 203 fog. A pov. dista 6 k. da séde do conc. Tem caixa post. O parocho recebia de rendimento 255$000 réis, e era apresentado pela casa Bragança, que tinha o direito de padroado e grandes rendas. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 20, com a séde em Amarante. A egreja tem uma bella torre e dois campanarios. || Pov. e freg. de S. Simão, da prov. do Douro, conc. de Macieira de Cambra, com. de Oliveira de Azemeis, distr. d'Aveiro, e bisp. de Vizeu; 1.772 hab. e 336 fog. Tem escola do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 12 k. da séde do conc. Foi antigamente da com. da Feira. Está situada entre serras e montes muito altos. É muito fertil, aprazivel, fresca e saudavel. Cria bom gado bovino, outro gado miudo e algumas colmeias. Ha tambem em Arões muita caça miuda. O parocho, abbade, era apresentado pela Casa do Infantado, á qual a freguezia pertencia. Tinha de rendimento 560$000 reis. A freg. da Junqueira, ha muitos annos extincta, está annexada desde 1702 á freg. de S. Simão, de Arões. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 24 com a séde em Aveiro. || Pov. na freg. de S. Gonçalo, de Mosteiró, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Aroil de Baixo e de Cima. Duas pov.ª na freg. de S. Pedro, d'Almargem do Bispo, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Arondem ou **Araundem.** Grande rio, o mais septentrional do territorio de Gôa, na India. Divide a provincia de Perném da de *Saunt Warim*, ou antigos dominios do Bounsuló. Está situado na lat. N. 15.º 45' e long. E. 73.º 4' 30" do meridiano de Greenwich. Tem de extensão 11 milhas e meia, e segue a direcção do noroeste. Toma a sua origem na India ingleza, e, depois de banhar o limite norte de Perném desde Torxém até Querim, vae desaguar no Oceano Indico, entre Querim e a fortaleza de Tiracol. E' navegavel por pequenas *tonas* ou canoas desde Uguem até Naibaga; chegando ali a maré, torna-se navegavel por grandes tonas até Tiracol, onde dá entrada a *patamarins* e outras embarcações costeiras de menor lote. Conta de fundo na entrada 1 e meia a duas braças e dentro do rio umas tres. Na margem esquerda do Arondem fica situada a Cassabé de Perném, cidade e capital da mesma provincia.

Arosa. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 286 hab. e 87 fog. A pov. dista 18 k. da séde do conc. Tem caixa post. e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 20, com a séde em Amarante. Arosa passou para o conc. de Povoa de Lanhoso por decreto de 14 d'agosto de 1895, e voltou para o de

Guimarães por decreto de 13 de janeiro de 1898. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Cavez, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Lobão, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Arosa de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Arossim. Pov. da freg. de S. Thomé, no conc. de Salsete, na India. Dista 10 k. e meio da séde do conc. e está situada no littoral.

Arouca *(Antonio Mendes).* Jurisconsulto. N. em 1610; morreu na cidade de Angra do Heroismo a 23 d'agosto de 1680. Aprendeu os primeiros rudimentos em casa de seus paes, e mostrou logo tal propensão para as letras, que, chegando á edade da adolescencia, o mandaram estudar direito civil na Universidade de Salamanca, onde fez taes progressos, que era o espanto dos condiscipulos e dos proprios professores. Ainda não tinha acabado o curso, quando voltou a Portugal, e continuou então na Universidade de Coimbra os seus estudos, tornando-se tão profundo em jurisprudencia, que aos 24 annos de edade recebeu o grau de bacharel com applauso de todos os cathedraticos. De Coimbra passou a Lisboa, entregando-se á advocacia, tornando-se logo notavel em diversas causas. No largo periodo de trinta annos, dedicou-se aos trabalhos forenses, e aos seus elevados merecimentos deveu o ser eleito advogado da Casa da Supplicação. Antonio Arouca era sempre consultado, e os seus conselhos considerados como oraculos; nas controversias mais graves chamavam-n'o como arbitro, por se conhecer que as suas resoluções procediam d'um juizo profundo e d'um caracter recto. Tendo enviuvado, Antonio Arouca apaixonou-se tanto, que resolveu deixar o mundo, indo viver com os eremitas do Valle das Furnas na ilha de S. Miguel. Estes eremitas transferiram-se depois para a ermida de N. S.ª da Consolação, de Val de Cabaços. O illustre jurisconsulto trocou o seu nome pelo de Antonio d'Assumpção, que conservou até ao fim da vida. N'aquelle eremiterio viveu durante quinze annos com a maior austeridade, entregue aos livros dos santos padres e da sagrada escriptura. Sabendo então que, em Angra do Heroismo, morriam no hospital muitas pessoas, victimas da peste terrivel que grassava n'aquella cidade, e que pelo mal ser contagioso, viam-se ao desamparo, correu velozmente em auxilio dos enfermos, tratando-os com todo o carinho e solicitude. Foi victima da sua dedicação, fallecendo em Angra, onde ficou sepultado. Deixou aos padres jesuitas do collegio de Ponta Delgada os livros que compoz e cujos manuscriptos se conservavam na bibliotheca do convento. São os seguintes: *Anno devoto, ou devotas meditaçoens sobre todos os Evangelhos que se costumão cantar na Igreja por todo o circulo do anno*, 3 tom.; *Meditaçoens pias, e observaçoens espirituaes sobre os cento e cincoenta Psalmos de David*, 3 tom.; *Peregrinação que costumam fazer os moradores da Ilha de S. Miguel visitando as Igrejas de Nossa Senhora; Peregrinação da alma seguindo os Passos de Christo Senhor Nosso, e contemplando os logares que santificou com sua presença, e o que n'elles obrou*, 8 tom.; *Pias meditaçoens, e contemplaçoens para se ouvir com fruto o Sacrosanto Sacrificio da Missa; Principios, e progressos da Congregação dos Eremitaens do Valle das Furnas da Ilha de S. Miguel, transferidos depois para o Valle da Piedade.* Escreveu mais as seguintes obras que fôram publicadas por um seu neto: *Allegationes juris in quibus quam plurimæ, & valde utiles quæstiones in Lusitaniæ Tribunalibus disceptatæ proponuntur, & juxta facti contingentiam pro advocationis numere enucleantur*, Ulyssipone, 1690; *Adnotationes practicæ ad librum fere primum Pandectarum Juris Civilis, in quibus per singulos textus, & versiculos ea tantum, quæ pro fori exercitio, & Lusitaniæ advocationis munere utilia visa sunt, omissis superfluis expenduntur, insertis occurrentium materiarum per regulas cum suis amplicationibus, & fallentijs, non inutilibus tractatibus*, *Pars* I, Ulyssipone, 1701; *Pars* II, 1702. Traduziu do latim, do P. Hermano Hugo, da Companhia de Jesus, em portuguez: *Desejos piedosos, e suspiros da Alma*, 3 tom.; *Dialogos asceticos interlocutores a Sabedoria Divina, e seu Ministro Fr. Henrique Suso*; *A oração do Padre Nosso explicada com pias meditaçoens, e diversos affectos das virtudes, e perfeição christã*, traduzidas do livro *Paradisus animæ* do P. Jacobo Merli da Companhia de Jesus. Antonio Mendes Arouca foi pae do grande theologo dr. Fr. Antonio da Madre de Deus, eremita de S. Paulo.

Arouca *(Domingos Corrêa).* Fidalgo da Casa Real, commendador das ordens de Aviz e de N. S.ª da Conceição, governador civil e militar de Cabo Verde, brigadeiro do exercito do ultramar e vogal do conselho ultramarino, etc. N. em Castro Marim, em 1790; fal. a 24 de janeiro de 1861. Foi alferes e tenente do regimento de milicias de Tavira, e passando em 1810 para Moçambique, serviu nos corpos d'aquella provincia, foi commandante da companhia de Quelimane e governador de Inhambane. Voltando de novo em fevereiro de 1834, foi em junho de 1836 nomeado governador de Cabo Verde, e n'aquelle logar se conservou até principios de 1837. O tempo do seu governo foi uma epoca tumultuosa para a provincia, não só porque se repetiam ali as desordens de Portugal, mas tambem porque, ficando no archipelago o ex-governador Joaquim Pereira Marinho, este favoreceu, ou pelo menos não impediu as desordens, chegando algumas ilhas a recusar obediencia ao coronel Corrêa Arouca. Este official, depois de entregar o governo e de regressar a Portugal, publicou em 1837 uma *Exposição* dos seus actos, que Joaquim Pereira Marinho contradictou, o que deu logar a Domingos Corrêa Arouca publicar em 1842 um outro folheto com o titulo de *Desmentido*, e no qual fazia um parallelo entre os seus actos e os do seu antecessor no governo. Sendo promovido a brigadeiro em 1842, foi nomeado membro do conselho ultramarino. Era fidalgo da Casa Real por alvará de 4 de dezembro de 1834. Escreveu: *Exposição que faz ao Governo e á Nação o ex-Governador civil e militar de Cabo Verde*, etc., Lisboa, 1837; *Desmentido ás accusações feitas pelo ex-governador de Cabo Verde e de Moçambique, o sr. Joaquim Pereira Marinho, contra Domingos Corrêa Arouca*, etc. *Com um parallelo entre os actos do accusador e as suas arguições*, etc., Lisboa, 1842.

Arouca *(Frederico Gusmão Corrêa).* Conselheiro d'estado effectivo, ministro das obras publicas e dos estrangeiros, par do reino, conselheiro do Tribunal de Contas, advogado syndico da camara municipal de Lisboa, ministro de Portugal

em Londres, etc. N. em 1847, fal. no Grande Hotel do Mont'Estoril a 6 de março de 1902. Doutorou-se na faculdade de direito na Universidade de Coimbra, e, vindo depois para a capital, abriu banca de advogado em 1870. Começou a sua carreira publica sendo delegado na comarca de Cintra, mais tarde delegado do procurador régio, em Lisboa, e ajudante da procuradoria geral da corôa. Entrando na politica, filiou-se no partido regenerador, e foi eleito deputado, pela primeira vez, em 1878, pelo circulo do Cadaval, conservando sempre a sua cadeira no parlamento nas successivas legislaturas, representando nos annos de 1887 a 1892 o circulo de Portalegre Em 1890, a convite do fallecido estadista Antonio de Serpa Pimentel, tomou parte no ministerio, gerindo a pasta das obras publicas, de 14 de janeiro a 13 de outubro. Por carta regia de 6 d'abril de 1893 foi feito par do reino, tomando posse na camara respectiva a 12 de julho seguinte. Em 1893 entrou novamente no ministerio, sendo presidente do conselho o sr. Hintze Ribeiro, e dirigiu a pasta dos negocios estrangeiros, de 20 de dezembro de 1893 até 14 de março de 1894. Em 30 de janeiro de 1896 foi nomeado enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Londres, para onde partiu em 11 de fevereiro, servindo até 21 de julho, sendo exonerado a 4 do mez de fevereiro de 1897. Apezar de não pertencer ao corpo diplomatico, o conselheiro Francisco Arouca fôra escolhido para aquelle elevado cargo, por ter dado provas de rara habilidade na gerencia da pasta dos estrangeiros; e substituiu o marquez de Soveral no alto posto que occupava na diplomacia portugueza e que tinha deixado para tomar conta da pasta dos estrangeiros. Pela queda do ministerio voltou para Lisboa, sendo nomeado pouco depois conselheiro do Tribunal de Contas; em 1900 teve tambem a nomeação de conselheiro d'Estado na vaga deixada por Barjona de Freitas. Quando falleceu era vice-presidente da camara dos pares, advogado syndico da camara municipal, e vogal na commissão executiva da Companhia dos Caminhos de Ferro. Tinha muitas condecorações nacionaes e estrangeiras, contando-se entre ellas a banda e grã-cruz de Pio IX e a commenda e grã-cruz da ordem de Christo. Frederico Arouca foi orador notavel, sendo no parlamento o mais estrenuo defensor da agricultura portugueza, questão que tratou com o mais profundo conhecimento, mostrando quanto a havia estudado. Era esta a sua especialidade parlamentar, fóra das questões puramente politicas. Em 1884 fôra relator da reforma penal. Nos debates era bom argumentador, e entrava brilhantemente nas discussões, com muita cortezia, mas com um criterio firme, arguto, uma apreciação segura, com um bom senso que o fazia subresair no exame das questões, ainda que estas fôssem das mais arduas e complicadas. Frederico Arouca gozava das maiores sympathias e a sua morte foi muito sentida.

Frederico Gusmão Correia Arouca

Arouca. Villa da prov. do Douro, séde de conc. e de com., distr. d'Aveiro, bisp. e rel. do Porto. A comarca foi creada por decreto de 28 de fevereiro de 1835, sendo considerada de 3.ª classe pelo decreto de 2 de setembro de 1876, compondo-se dos jurados de Arouca, Canellas, Fermedo, e Sobrado, em virtude do decreto de 23 de dezembro de 1875. Tem uma só freguezia, cujo orago é S. Bartholomeu. E' povoação antiquissima e póde affirmar-se que foi fundada pelos gallo-celtas, cerca d'uns cinco seculos antes da vinda de Christo; e isto porque a profusão de *antas* e *mamôas*, monumentos d'aquelles povos, fornecem á historia o seu testemunho pétreo e de todo o ponto indiscutivel. Varios cyclos passaram sobre esta região deixando-a na obscuridade, de sorte que nem se conhece o seu valor no tempo dos primitivos lusitanos. Assim permaneceu até 34 annos antes da era christã, em que Cesar Augusto fundou aqui uma cidade com o nome de *Arauca, Aruca*, ou *Araducta*, que se mudou depois em *Arouca*, dando-lhe o brilho e grandeza, que era a rubrica d'aquelle grande povo de conquistas. Foi, pois, uma cidade importante até ao anno 716 da era de Christo, epoca em que os arabes a atacaram e destruiram quasi na totalidade. N'esse tempo já existiam, que se saiba, duas freguezias em Arouca, a de S. Estevão do Valle de Moldes e a de S. Pedro, no mesmo local onde ainda se vê a capella, actualmente em ruinas. Sabe-se bem até que ponto estava então posta em pratica a constante lucta dos defensores da fé contra os infieis. Em 1038 houve n'esta localidade um grande combate, ficando derrotadas as tropas do rei moiro de Lamego, Zadão Iben, por D. Fernando Magno de Castella e Leão, e o arrojado Ruy Dias de Bivar, o *Cid (V. Arouca, batalha de)*. A comarca de Arouca foi muito extensa e importante pelos annos de 1080, e estava governada por D. Egas Hermigio, tio de Egas Moniz. D. Affonso Henriques deu foral a esta villa em abril de 1151, o qual foi confirmado por seu neto D. Affonso II, em Coimbra, em novembro de 1217. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 20 de dezembro de 1513. Ha quem esteja convencido de que a primitiva villa foi na aldeia de Burgo, a 1500 m. a óeste de Arouca. Funda-se esta supposição na existencia de certos distinctivos de antiga importancia, que se encontravam no Burgo ainda ha pouco tempo. Effectivamente, ha cerca de 36 annos, viam-se de pé as paredes da casa da camara e o pelourinho, testemunho de ter sido ali comarca ou couto; tudo isso foi removido quando se construiu a estrada para Oliveira de Azemeis. Se assim era, não logrou grande importancia, porque de nenhuma fonte consta que tivesse havido foraes n'esta terra, quando os primeiros senhores do paiz se não descuidavam em fazer do foral uma attracção para chamar familias e povoarem as localidades que iam conquistando aos moiros. Tambem ha opiniões de que a primitiva

Brazão da villa de Arouca

Arouca estava situada onde hoje se encontram a aldeia e a capella de S. Pedro. O que não soffre duvida é que foi ali a primeira matriz de Arouca, porque de 716 a 1708 o orago da freguezia era S. Pedro, e a egreja da sua invocação estava na falda meridional do monte de N. S.ª da Mó. Por ser pequena se edificou uma outra, bastante espaçosa, de tres naves, no centro da villa com galilé á porta, e cosida ao côro do convento. Segundo a tradição, tinha da parte de fóra sobre cachorros de granito os sarcophagos de Wandilio e Loderigo, bem como os de Ansur e de sua mulher D. Eleva. No ddcurso do anno de 1220, como o convento tivesse sido ampliado e melhorado, e a fabrica da egreja, que lhe estava unida, se oppozesse ao accrescentamento, foi ella demolida a expensas das freiras, para o que obtiveram licença, tendo previamente contrahido a obrigação de ceder a nova egreja do mosteiro para o serviço cumulativo de matriz da villa. Nos fins do reinado de D. Diniz, allegando as freiras que o serviço parochial, especialmente os casamentos, e o ensino da doutrina ás creanças lhe perturbavam as rézas do côro, construiram uma capella no terreiro, ao norte, do convento, com a invocação de S. Bartholomeu; era então D. Milicia abbadessa perpetua do mosteiro. A capella, que tinha fabrica acanhada e modesta, ainda hoje se vê arruinada no referido terreiro, estando estabelecida a parochia na egreja do convento. O conc. d'Arouca compõe-se de 19 freguezias, com 3:586 fog. e 16:687 hab., sendo 7.768 do sexo masc. e 8.919 do fem., n'uma superficie de 4.1774 hect. As freguezias são: Albergaria das Cabras, N. S.ª d'Assumpção, 230 hab.: 111 do sexo masc. e 119 do fem.; Alvarenga, Santa Cruz, 1.716 hab.: 799 do sexo masc. e 917 do fem.; Arouca, S. Bartholomeu, 1.186 hab.: 557 do sexo masc. e 629 do fem.; Burgo, S. Salvador, 1.182 hab.: 584 do sexo masc. e 598 do fem.; Cabreiros, S. Mamede, 489 hab.: 215 do sexo masc. e 274 do fem.; Canellas, S. Miguel, 399 hab.: 283 do sexo masc. e 316 do fem.; Chave, Santa Eulalia, 986 hab.: 435 do sexo masc. e 551 do fem.; Escariz, S. André, 1.158 hab. 579 do sexo masc. e 579 do fem.; Espiunca, S. Martinho, 521 hab.: 229 do sexo masc. e 292 do fem.; Fermedo, N. S.ª da Expectação, 1.081 hab.: 513 do sexo masc. e 568 do fem.; Janarde, S. Barnabé, 317 hab.: 144 do sexo masc. e 173 do fem.; Mansores, Santa Christina, 789 hab.: 373 do sexo masc. e 416 do fem.; Moldes, S. Estevão, 1.195 hab.: 541 do sexo masc. e 654 do feminino.; Rossas, N. S.ª da Conceição, 971 hab.: 424 do sexo masc. e 547 do fem.; S.ª Eulalia. 1522 hab.: 727 do sexo masc. e 793 do fem.; S. Miguel do Matto S. Miguel, 731 hab.: 336 do sexo masc. e 395 do fem.; Tropeço, Santa Marinha, 859 hab.: 389 do sexo masculino e 470 do feminino; Urrô, S. Miguel, 841 habitantes: 373 do sexo masculino e 468 do feminino; Varzea, S. Salvador, 314 habitantes: 154 do sexo masculino e 160 do feminino. As freguezias d'Alvarenga, Canellas, Espiunca, Janarde, e Tropeço teem estação postal. Quasi todo o concelho é servido pela posta rural. Arouca pertence á 3.ª div. mil., 6.ª brigada, grande circumscripção mil. do Norte, e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 6, com a séde no Porto. Está situada a N. E. d'um riquissimo valle, e fica abrigada do Sul pela serra da Freita, e do Este e Noroeste pelas serras da Mó e Gamarão. A vil-

Vista geral de Arouca

la é banhada pelos ribeiros Silvares e Marialva, cuja juncção, n'este sitio, fórma o rio Arda (V. *este nome).* Antigamente, a abbadessa do mosteiro d'Arouca, como donataria da villa, era quem nomeava o juiz ordinario, sem precisar de approvação do corregedor de Lamego, a cuja comarca pertencia. Por alvará de 26 d'agosto de 1776 foi-lhe derogado este privilegio, e creado o logar de juiz de fóra do crime no concelho d'Arouca. Alguns annos depois da morte da ultima freira, baixaram ordens á repartição de fazenda d'este concelho para serem intimados os devedores de fóros ao extincto convento, que eram todos os habitantes, a pagar os seus debitos n'um certo e determinado praso, sob pena de execução, o que se chegou ainda a praticar com alguns devedores. Semelhante exigencia vinha certamente aggravar a situação de muitas familias, e ficariam algumas completamente desgraçadas, se o intento lograsse ir por diante. Foi n'este estado de cousas que em 1898, sendo presidente do conselho de ministros o sr. conselheiro José Luciano de Castro, foi apresentado no parlamento um projecto extinguindo os referidos fóros. Em ambas as camaras houve renhida e muito acalorada discussão, advogando a causa dos habitantes de Arouca os srs. condes de Castello de Paiva, conselheiro José Luciano de Castro e Francisco Felisberto Dias Costa. O projecto ficou finalmente approvado em 4 de junho do referido anno. Arouca viu-se livre d'aquelle jugo, e desde então tem progredido grandemente. Quem ha dez annos sahisse de Arouca, e regressasse hoje, difficilmente reconheceria os locaes onde foram a praça, a egreja matriz, e muitos outros, que o progresso, a civilisação e a hygiene teem transformado com a construcção de bons predios e

Tribunal e cadeia de Arouca

ruas espaçosas, que teem aformoseado a villa. Todos estes melhoramentos são devidos á iniciativa e boa vontade dos srs. dr. Ignacio Brandão de Vasconcellos, Manuel de Sousa Brito e dr. José Gomes de Figueiredo Sobrinho, actual presidente da camara. No sitio em que a velha egreja estava situada vê-se hoje a *Praça Brandão de Vasconcellos*, que é alegre; ao meio da praça, que é calçada com pedra branca e preta formando bonitos desenhos, ergue-se o chafariz, cuja architectura, infelizmente, é pouco elegante. Quando se construiu, parece que se não reparou que as dimensões eram insufficientes para o tamanho da praça, de que resultou que a agua, correndo por quatro bicas, augmenta de volume, cae fóra da bacia, inundando a praça, o que torna impossivel conserval-a asseada. Se a columna fôsse mais elegante, segundo a opinião d'alguns habitantes d'Arouca, a bacia teria relativamente, maiores dimensões, e assim se evitaria um defeito, que se torna notado pelos visitantes. N'esta praça ha uma casa, que em tempo foi solar d'um antigo fidalgo da visinha freguezia de Moldes, onde se lê n'uma lapide a curiosa inscripção:

Praça Brandão de Vasconcellos

1639

ELLE O SABE

ELLA O SENTE

Até hoje ainda ninguem decifrou o enigma, e não será facil que venha a descobrir-se. Seguindo da praça encontram-se bonitas propriedades, recentemente construidas, na continuação da estrada real. Junto á praça tambem se vê o edificio do tribunal, tendo na parte inferior a cadeia, como a nossa gravura representa. A pequena capella da Misericordia é formada de azulejos antigos, de bastante merecimento, e foi construida a expensas do povo e das freiras, que deram o terreno. Em 1860 fizeram-se alguns melhoramentos devidos ao commendador Antonio Teixeira de Brito, então provedor. O antigo hospital era unido á capella, e onde se acham hoje os paços do con-

celho; tinha estatutos approvados por alvará regio de 2 d'outubro de 1610. Eram poucos os seus rendimentos, os quaes provinham de esmolas, e de dois casaes no logar de Fonte Joanne, freguezia de Oliveira d'Azemeis. Esses rendimentos desappareceram, devido a abusos, e o hospital teve de fechar por não poder sustentar-se. No anno de 1858 as irmandades da Misericordia, Santissimo Sacramento, Santa Eulalia, N. S.ª dos Prazeres, de Burgo, e dos Terceiros de S. Francisco, deliberaram fundar um novo hospital. Sendo approvada esta deliberação pelo conselho do districto em 22 de junho do mesmo anno, construiu-se o hospital, que actualmente existe, junto ao convento, installado na antiga casa dos frades. É um edificio espaçoso e confortavel, que póde recolher muitos doentes. A casa da camara, construida em 1822, tem modesta apparencia. Na sala das sessões vêem-se os retratos dos srs. conselheiros José Luciano de Castro e Dias Costa, e do sr. conde de Castello de Paiva, consagrados benemeritos do concelho. A villa não tem sido feliz com os meios de communicação. A estrada districtal, que liga Entre Rios a Ovar, ainda não está concluida nos sitios da Mó, difficultando muito as relações entre esta villa e o visinho concelho de Castello de Paiva. O transporte de correspondencias é feito entre Arouca e Oliveira

Costume das mulheres de Arouca

d'Azemeis, e entre Arouca e Sobrado de Paiva, a pé, gastando-se no percurso muitas horas, causando grandes difficuldades ao commercio. Por vezes tem a direcção geral dos correios mandado abrir praça para a arrematação em carro, mas, ou não apparecem concorrentes, ou se apparecem, elevam o preço da carreira a sommas consideraveis, que obriga o serviço a ser feito em más

Paços do concelho

condições. Arouca tem escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, serviço de encommendas. A est. do caminho de ferro mais proxima é a de Ovar. Ha diligencias duas vezes por semana para Estarreja, segundas e quintas feiras, e de regresso ás terças e sextas. Tem duas feiras por mez, a 15 e a 20. A 13 em Cabeçaes, freguezia de Fermedo, e um grande arraial nos dias 23 e 24 d'agosto, festejando S. Bartholomeu, orago da freguezia; agencia de seguros, hoteis, sub-delegado de saude e pharmaceuticos. O logar mais importante é Cabeçaes, e o principal commercio do conc. é cereaes, vinho, azeite e madeira. Ha minas de cobre, chumbo, ferro, carvão e plombagina (graphite) que não se exploram, e no monte ou serra da Carraceira, freg. de Tropeço, encontram-se pedreiras de bella calcedonia. Em dezembro de 1872 fôram achadas entre seis grossos tijolos varias moedas romanas de prata e cobre antiquissimas. Cabral d'Azevedo, dono do local onde se encontraram, offereceu-as em janeiro de 1873 ao museu municipal do Porto. A villa de Arouca tem o brazão que a nossa gravura representa, mas a camara não faz uso de brazão algum. Até ao presente apenas se publicou aqui um unico jornal, *Commercio de Arouca*, cujo primeiro numero sahiu em 19 de abril de 1888. ‖ Povoação da freguezia de S. Thiago de Figueirô, conc. de Amarante, distr. do Porto. ‖ Pov. na freg. de S. Thiago, de Lustosa, conc. de Lousada, distr. do Porto. ‖ Casal na freg. de S. Thiago da Guarda, conc. d'Ancião, distr. de Leiria. ‖ Herdade na freg. de N. S.ª. da Morte, de Valle de Guiza, conc. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Arouca *(Batalha de)*. Depois da derrota do rei de Lamego, Zadão Iben (V. *Arouca)*, os arabes voltaram ao campo, e deu-se então outra batalha, em 1102, que foi a mais importante; d'esta vez se affirmou definitivamente a conquista dos christãos, e o senhorio do historico Egas Moniz, contra quem foi movida a guerra. Quando o con-

de D. Henrique e sua mulher, a rainha D. Thereza, vieram para Portugal, era Egas Moniz varão tão famoso em armas, nobreza e riqueza, que foi o primeiro vassallo de Portugal, muito respeitado e amado de D. Henrique (V. *Moniz, Egas*). Estava o conde havia pouco tempo em Portugal, quando o rei moiro de Lamego, Echa Martim, seu tributario, se rebellou, e, pondo em pé de guerra um consideravel exercito, cahiu nos dominios christãos, onde fez vasto destroço. Os reis de Lamego eram tributarios dos de Leão, desde 1038, e pelo casamento do conde D. Henrique com D. Thereza, filha do rei D. Affonso VI, de Leão, ficaram sendo tributarios do conde. D. Egas Moniz, ignorando o que se passava, não poude evitar o saque nem o aprisionamento dos pobres christãos, mas, apenas houve conhecimento do succedido, armou a gente, e, secundado pelo conde D. Henrique, sahiu em busca dos moiros, os quaes encontrou proximo do mosteiro de Arouca, n'um valle, pouco mais ou menos, ao pé da villa de Burgo, ao E. nos campos de Santa Eulalia O rei moiro seguia orgulhoso do seu facil triumpho, acompanhado de muitos despojos e de uma das suas mulheres, Ayxa Ansora. Vendo-se atacado pelos christãos, mandou que a mulher e as bagagens carregadas dos ricos despojos, subissem ao monte Arreçaio, conhecido n'aquelles tempos pelo nome de *Serra sêcca*. Não lhe valeu o calculo, porque emquanto D. Henrique o atacava no valle, Egas Moniz atacava-o no monte. Não se póde dizer que a empresa fôsse facil aos christãos, pois que as chronicas narram que os musulmanos se bateram heroicamente; a victoria coube, porém, a Egas Moniz e a D. Henrique, sendo Echa Martim derrotado em ambas as posições. A opinião de alguns historiadores é que a capella de Santo Antonio do Burgo foi fundada em memoria d'esse facto, attribuindo-se egualmente o monumento, que existe junto a ella, á sepultura de algum dos chefes portuguezes, morto na batalha; outros querem que a capella, assim como um monumento existente em Sobrado de Paiva, fôssem levantados em memoria de ter passado n'aquellas paragens o cadaver da rainha santa, quando foi transportado do Rio Tinto para o mosteiro d'Arouca. O rei moiro ficou captivo, com sua mulher e a gente que sobreviveu ao combate. Ao contrario do que então acontecia, D. Henrique tratou humanamente os captivos. Ou porque a brandura se amoldasse á religião dos vencedores, ou porque a isso fôssem impellidos pela força, o que não raro succedia, os infieis entraram no gremio da egreja catholica. D. Henrique deu a liberdade a Echa, e investiu-o no senhorio de Lamego e seu termo. O documento que confirma esta mercê, e que, segundo a praxe e a epoca, é escripto em latim, existiu por muito tempo no cartorio do convento de Arouca; actualmente ignora-se o seu paradeiro.

Arouca *(Mosteiro de)*. Em frente da praça *Brandão de Vasconcellos* ergue-se o colossal mosteiro da ordem de Cistér, um dos mais magestosos em Portugal. Conserva-se o templo consagrado ao culto, e em bom estado. O terremoto de 1755 abriu umas brechas enormes no arco central do corpo da egreja e em outros sitios, todavia assim se tem conservado desde aquella epoca, sem que isso constitua o menor perigo. Não se sabe em que anno foi lançada a primeira pedra d'esse monumento, que tanto engrandece a arte nacional; apenas se sabe, por muitos documentos, e entre elles um que foi escripto no anno de 1758 pelo padre Antonio Carvalho da Costa, natural de Lisboa, clerigo do habito de S. Pedro, que antes de 716, dominando os godos a villa d'Arouca, dois fidalgos de Moldes andaram occupados da sua construcção. O convento tinha o nome de S. Pedro e S. Paulo; foi primeiro habitado pela ordem benedictina, congregação mixta, isto é, de frades e freiras. Wandilio e Lodcrigo, os dois fidalgos fundadores, conservaram, porém o direito do padroado, conforme os usos determinavam. Em 920 eram padroeiros do mosteiro os senhores de Arouca, D. Ansur e sua mulher D. Éleva, que o doaram a Hermenegildo, seu abbade, juntamente com a villa d'Arouca e as egrejas de Santo Estevão e S. Pedro. Foi pouco depois d'esta doação, que os arabes arrazaram a villa e a pozeram a saque. Parece que a communidade assim *mixta* não deu bom resultado, pelo seu viver escandaloso, porque os frades fôram expulsos, ficando o mosteiro habitado sómente por freiras benedictinas. Rézam ainda as chronicas que as religiosas, depois de viverem exemplarmente durante muitos annos, tambem cahiram na mesma desmoralisação. Em 1220, tenho sido annullado o casamento de D. Mafalda, filha d'el-rei D. Sancho I, com Henrique I, de Castella, esta rainha resolveu recolher-se e professar n'este convento. A ordem estava então muito pobre, de fórma que as freiras não observavam a regra pela necessidade de se manterem com o producto do seu trabalho, o que motivava, em parte, a desmoralisação a que tinham chegado. D. Mafalda fez entrar tudo em bons termos, começando por mudar o habito e os estatutos conventuaes, reduzindo o convento á ordem de Cistér, que era bastante severa. Afinal o convento prosperou, porque D. Mafalda, que n'elle viveu 70 annos, deu-lhe boa administração, e obteve muitos donativos d'el-rei D. Affonso II, seu irmão, alguns d'estes importantes, como eram os direitos reaes da villa, toda a jurisdicção, muitas propriedades e rendas no concelho d'Estarreja, varios padroados de egrejas e o dominio directo de bastantes herdades. No primeiro de maio de 1290 falleceu D. Mafalda, em Rio Tinto, apóz uma viagem que fez, segundo dizem, para cobrar os fóros e rendas pertencentes ao mosteiro. Os moradores do logar de Rio Tinto queriam á viva força que o corpo de tão virtuosa senhora ali ficasse, visto ter sido ali a sua morte; e, como era natural, os de Arouca egualmente reclamavam a posse do precioso feretro. Houve quem lembrasse um expediente, que foi logo posto em pratica, do caixão ser collocado sobre uma mulinha em que D. Mafalda costumava viajar, e para onde a mulinha seguisse, ahi se sepultasse o cadaver. Com o maior espanto e magua dos habitantes de Rio Tinto, a mulinha dirigiu-se para os lados de Arouca, caminhando até á egreja do convento, onde parou proximo do altar de S. Pedro, em que se encontram os restos mortaes de Santa Mafalda, e dobrando as patas dianteiras, cahiu para nunca mais se levantar. É esta a lenda que se affirma como um facto consummado, e que n'umas pinturas existentes ainda hoje em bom estado no côro da referida egreja, se vê reproduzida. Foi, pois, a rainha santa sepultada no altar de S. Pedro, do lado da Epistola, collocando-se-lhe ali um epita-

phio em versos latinos. Parece que muitos annos depois, em 1617, quando se tratava da canonisação da virtuosa rainha, mudou-se o cadaver para outro sepulchro, onde, por descuido se não pôz o epitaphio, o qual vem transcripto na *Monarchia Lusitana,* liv. xv, cap. xxi, e na *Chronica de Cistér*, de fr. Bernardo de Brito. No anno de 1792, quando a santa rainha foi canonisada, é que o mosteiro adquiriu o actual sarcophago, onde estão encerrados os seus restos mortaes. É todo d'ebano, com delicadas decorações de prata e cobre dourado, encimado pela corôa real. Um dos lados é de vidro, d'onde se vê o santo cadaver revestido de cêra. No vão do altar está o primitivo tumulo da mesma santa, que é um magnifico exemplar medieval. Por detraz do côro de baixo está sepultada Santa Espinella, freira d'este convento, e vêem-se ainda outros tumulos que encerram as cinzas de religiosas tambem eminentes em virtudes. O côro é riquissimo, amplo, magestoso, e profundo; sem duvida, o melhor dos de Portugal, no seu genero. Corre-lhe ao alto um largo entablamento de granito, d'onde pendem uns tantos quadros de pouco merito, e sobre o qual se abrem algumas janellas com balaustres, dando para o interior. Está dividido em dois pavimentos, sendo o superior destinado ás famulas do mosteiro e o inferior ás monjas. O azulejo que se vê na sala do capitulo é o que ha de mais bello no genero, e está muito bem conservado; outro tanto se não póde dizer dos dormitorios. Esta parte do convento esteve por muito tempo abandonada, e os temporaes fôram fazendo a sua obra de destruição; porém, desde de maio de 1900, fôram os referidos dormitorios e a cêrca cedidos á camara municipal da villa d'Arouca, e, se esta corporação não tem feito reparos, tem pelo menos conservado o que estava. Na parte onde as freiras tinham o celleiro, encontram-se hoje installadas a repartição de fazenda, recebedoria, correio e telegrapho. Tambem n'uma dependencia do mesmo convento funcciona a escola do sexo feminino. A abbadessa D. Maria José Gouveia Tovar e Menezes, ultima freira que existiu no convento, morreu em 3 de julho de 1886. Logo apóz o seu fallecimento, o governo tomou posse de tudo quanto pertencia á communidade, mandando transportar muitos e valiosos objectos para Aveiro, sendo, porém, necessario recorrer á força armada, e ainda assim não lograram retirar as reliquias e os ricos paramentos, tal foi a attitude que o povo de Arouca tomou. No *Jornal do povo*, de Oliveira d'Azemeis, de 17 de maio de 1893, vem publicado um artigo sobre o mosteiro de Arouca, firmado por F. J. Patricio, do qual transcrevemos o seguinte: «Em mais do que um quarto, dentro de boas arcas de jacarandá, estão os soberbos paramentos e até os pontificaes para uso dos prelados. São dignas de memorar-se, como preciosidades artisticas de primeira ordem, a cruz de prata dourada, estylo gotico, onde está uma reliquia *insigne* do Santo Lenho e um espinho da corôa de Christo, um relicario em fórma de *capella tricipite,* portatil, todo cheio de lavores e cinzelados, tambem de prata dourada, e, como a cruz do Santo Lenho, é obra do seculo XIII; um Christo de marfim em cruz de azeviche, que servia para as noviças levarem na mão quando iam professar; todas estas joias pertenceram á rainha Santa Mafalda, que as legou ao mosteiro, impondo em seu testamento a condição de não sahirem d'ali. Ha ainda uma soberba mitra do seculo XIV, e muitos outros objectos do culto e alfaias valiosissimas.» No espolio do convento vieram tambem para o Museu Nacional muitos objectos curiosos, escolhidos pela Academia das Bellas Artes de Lisboa, e cuja relação está publicada no vol. I do *Archivo historico,* pag. 159. No *Conimbricense* de 23 de junho de 1885, vem publicada pelo fallecido escriptor Joaquim Martins de Carvalho a nota da dotação e do enxoval das noviças, quando se recolhiam ao convento. No seculo XVI soffreu a fabrica do edificio um incendio, que pouco a damnificou, porém, a 22 de fevereiro de 1725, foi então pasto d'uma lastimosa e terrivel devastação pelas chammas, que reduziu tudo a cinzas, exceptuando a egreja e um lanço novo do dormitorio, abobadado. O convento foi novamente edificado com a largueza do edificio anterior, que era irregular e caprichoso, mas ganhou sobre este a vantagem da unidade no aspecto e da regularidade nas proporções. Foi filho d'essa reedificação o mosteiro actual, que no extremo oeste de Arouca se ostenta grandioso sem primores d'architectura; filia-se na ordem toscana, e fórma um vasto edificio quadrangular. Acerca do convento pódem consultar-se a *Historia da fundação e dedicação do mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca, e da santa vida de seus fundadores*, etc. por fr. Bernardo de Brito, etc.; as *Memorias para a vida de Beata Mafalda*, etc., por fr. Fortunato de S. Boaventura, Coimbra, 1814; *O mos-*

Mosteiro de Arouca

teiro de Arouca. lenda historica, por A. F. d'Araujo e Silva, Aveiro, 1886. *O mosteiro de Arouca*, artigos no *Occidente*, vol. VI, pag. 236, etc., vol. VII, pag. 4, etc., vol. IX, pag. 59.

Aroucas *(Quinta das)*. Na freg. de S. Thiago, e conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Arouce. Rio na provincia do Douro; nasce na serra de Trivim, e, engrossando com varios ribeiros que se lhe juntam, toma a direcção de E. a O. por entre alcantiladas penedias, até 300 metros, pouco mais ou menos, da villa da Louzã. Rodeia uma especie de cabo, que faz a serra da Louzã n'aquelle sitio, o qual é formado de altissimos rochedos inaccessiveis por toda a parte, menos pela especie de isthmo que o prende á serra. Sobre este acervo de rochedos gigantes, vêem-se antigas fortificações, com um largo fosso. É um pequeno castello, mas tão bem construido, que apesar de ser antiquissimo, ainda se conserva quasi inteiro, e a torre sobretudo está n'um perfeito estado de conservação. Do alto da fortaleza desfructa-se um magnifico panorama. A fundação do castello suppõe-se ser dos arabes, e o conde D. Sisnando, governador de Coimbra, o reedificou em 1080. Tornou a cahir no poder dos sarracenos, sendo novamente conquistado pelos portuguezes no fim do seculo XII.

Arouquella. Pov. da freg. de S. João da Ribeira, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

Arpilla de Baixo e de Cima. Duas hortas na freguezia de S. Thiago, e conc. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Arpim. Casal na freg. de N. S.ª da Purificação, de Bucellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Arporá. Pov. e freg. da regedoria de Nagoá, no conc. de Bardez, comarca e distr. do mesmo nome, arceb. de Goa na India. Fica a 6,5 k. ao O. da séde do conc. Junto d'esta freg. passa a estrada entre Aguada e Chaporá.

Arqueiro. Artifice ou vendedor de arcas; o que tem ou guarda a chave da arca do dinheiro, particularmente nas corporações e antigas communidades; soldado que pelejava com arco e flêchas.

Arqueiro. Casal na freguezia da Exaltação da Santa Cruz, e conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Arquinha. Nos antigos coches designava-se assim o assento onde se collocava o cocheiro para guiar.

Arquinho. Pov. na freg. de S. Paio, de Moreira de Conegos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Clemente, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santo Estevão, de Urgezes, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. d'Evora.

Arquinhos. Monte na freg. de N. S.ª das Neves, conc. e distr. de Beja.

Arquitaria. Antigo officio da Casa Real, intendencia dos comestiveis guardados em arcas; ucharia.

Arrabaça. Pov. na freg. de S. Julião, conc. e distr. de Portalegre. || Monte na freg. de Santo Antonio, de Capellins, conc. d'Alandroal, distr. d'Evora.

Arrabaças. Pov. na freg. de S. Matheus, de Alváres, conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Arrabães. Pov. na freg. de S. Salvador, de Torgueda, conc. e distr. de Villa Real.

Arrabal. Pov. e freg. de Santa Margarida, da prov. da Extremadura, conc. com. e distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 1.591 hab. e 285 fog. A pov. dista 10 k. da séde do conc. Esta palavra deriva-se do arabe *arrabab*, instrumento musico, especie de rabeca, a que por corrupção, se chama *arrabil*. A esta freg. está annexa outra que se chamou *Arrebal*, e tinha a mesma etymologia. O parocho, cura, era apresentado pelo ordinario, e tinha de rendimento 120$000 réis. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 7, com a séde em Leiria. || Pov. na freg. de Santo Antonio, de Arrimal, conc. de Porto de Móz, distr. de Leiria. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Sandomil, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Arrabalde. Bairro contiguo ás cidades ou villas populosas, mas fóra de suas muralhas ou barreiras; suburbios, arredores, visinhanças, circumvisinhanças, cercanias, immediações, proximidades. Os extremos d'uma povoação, quando dentro do recinto respectivo.

Arrabalde. Pov. na freg. de Santa Maria, de Alvarelhos, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Arco de Baulhe, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santo Antonio, e conc. de V. N.ª da Barquinha, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Carvalho, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Jorge, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Delães, conc. de V. N.ª de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Esmoriz, conc. d'Ovar, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de Santa Christina, de Figueiró, conc. d'Amarante, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Fontellas, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de S. Simão, de Gouveia, conc. d'Amarante, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Marrazes (Arrabalde da Ponte), conc. e distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Paio, de Midões, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Moure, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Pov. da freg. de S. Salvador, de Moure, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Paio, de Oliveira, conc. d'Amarante, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Ribeira, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Thiago de Rio de Moinhos, conc. de Borba, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Roriz, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Gens, de Salamonde, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santo André, de Sanhoane, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Sobre Tamega, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Teixeiró, conc. de Baião, distr. do Porto. || Pov. na Aldeia das Casas Novas, freg. de S. Thiago Maior, conc. d'Alandroal, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Varzea de Abrunhaes, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de V. N.ª de Telha, conc. da Maia, distr. do Porto. || Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Villar, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. João

Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Casal na freg. de S. Pedro Fins, de Gominhães, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Quinta na freg. de S. João Baptista, de Souto de Lafões, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Arrabalde d'Além. Pov. na freg. de Santa Leocadia, e conc. de Baião, distr. do Porto.

Arrabalde do Castello. Pov. na freg. de Salvador, de Alvor, conc. de V. N.ª de Portimão, distr. de Faro.

Arrabalde do Cimo. Pov. na freg. de S. Cosme, de Aldeias, conc. de Gouveia, distr. da Guarda.

Arrabalde da Egreja. Pov. na freg. de S. Gregorio, conc. d'Arraiollos, distr. d'Evora.

Arrabalde de Fonseca. Pov. na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto.

Arrabalde das Fragas. Pov. na freg. de S. Jorge, de Paradança, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real.

Arrabalde da Marinheira. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Villa Marim, conc. e distr. de Villa Real.

Arrabalde do Moinho. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Paredes da Beira, conc. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Paulo, de Real, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu.

Arrabalde de Nossa Senhora da Esperança. Pov. na freg. de S. Thiago, de Entradas, conc. de Castro Verde, distr. de Beja.

Arrabalde do Paço. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Capelludos, conc. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real.

Arrabalde do Poço. Pov. na freg. de N. S.ª das Candeias, e concelho d'Almeida, distr. da Guarda.

Arrabalde da Ponte. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. da Extremadura, conc., com. e distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 2.899 hab. e 511 fog. Esta freg. tambem é conhecida pelo nome de Marrazes. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada n'uma baixa. O cura era apresentado pelo bispo de Leiria, que lhe dava um moio de trigo, 25 almudes de vinho e 4$000 réis em dinheiro. Os parochianos davam-lhe o que queriam. O pé d'altar era para o cabido da sé de Leiria. A freguezia é fertil. Houve n'esta povoação um convento de frades franciscanos, quasi todo arruinado pelas innundações do Liz, que passa mesmo pelo meio da cerca. Foi fundado por D. João I, em 1384, e á egreja se lançou a primeira pedra em 14 de janeiro de 1562. Havia tambem aqui algumas albergarias, que se venderam, revertendo a sua importancia e as suas rendas para a Misericordia de Leiria.

Arrabalde da Porqueira. Pov. na freg. de S. Jorge, de Paradança, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real.

Arrabalde de Santa Catharina. Pov. na freg. de Santo Estevão e conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa.

Arrabalde de Santo Antonio. Pov. na freg. de N. S.ª das Candeias, e conc. d'Almeida, distr. da Guarda.

Arrabalde de São Pedro. Pov. na freg. de S. Salvador, d'Alvor, conc. de V. N.ª de Portimão, distr. de Faro.

Arrabaldes. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Monte Real, conc. e distr. de Leiria.

Arrabaldinho. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Souto de Lafões, conc. d'Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Arrabel *(Casal do).* Na freg. de S. Pedro, de Vallougo, conc. d'Agueda, distr. d'Aveiro.

Arrabens. Pov. na freg. de S. Salvador, de Torgueda, conc. e distr. de Villa Real.

Arrabida. Pov. na freg. de S. Martinho, de Lordello do Ouro, Porto, bairro oriental. || Caminho na freg. de Loureuço de Villa Nogueira d'Azeitão, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de S. Pedro, de Panoias, conc. d'Ourique, distr. de Beja. || Quinta na freg. de S. Thiago, e conc. d'Almada, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Torres Novas, distr. de Santarem.

Arrabida. A peninsula da Arrabida é formada pelo Tejo ao norte, pelo Atlantico ao occidente, pelo mesmo mar e pelo Sado ao sul. E' região plana e arenosa com excepção das ribas de Almada e de toda a extrema meridional desde o morro coroado pelo castello de Palmella á agulha do cabo do Espichel. Este trato de terreno formava o velho promontorio *Barbaricum* e no começo da monarchia portugueza foi dividido em tres concelhos apenas: Almada, Cezimbra e Palmella. Doado á ordem de S. Thiago, constituiu pela divisão de 1324 quatro commendas: Almada, Cezimbra, Arrabida e Palmella. Mais tarde houve sub-divisões. A da Arrabida tinha ao sul o mar, ao nascente a commenda e o concelho de Palmella n'uma linha de Galapo ao monte de S. Francisco; pelo norte ia pelo cume dos montes de Azeitão, partindo com a commenda de Cezimbra e ao poente dirigia-se do Porto Velho ao Risco, tendo por este lado tambem a anterior commenda. Era toda no conc. de Cezimbra, freg. de Santa Maria. Creada no seculo XIV a freg. de S. Lourenço d'Azeitão, ficou-lhe pertencendo. O nome de Arrabida, do *Arrabidah*, cadeia de montes, dá perfeita idéa da sua configuração. Ha quem queira deriva-o da palavra *Arrabdá*, tambem arabe, que significa habitação de gado, logar de pastagem; outros pretendem que o nome actual venha do latim *Rabidus*, alludindo á bravcea e *raiva* com que o mar bate ali na costa de *Arábriga*, que existiu na raiz da serra, entre Setubal e Cezimbra (V. *Arábriga).* Os romanos chamavam-lhe *Mons barbaricus*, e já antes d'elles se lhe dava o nome de *Promontorio barbarico.* O que parece incontestavel é que o actual nome lhe foi dado pelos moiros. Diz-se que o nome de *Barbarico* se lhe pôz pela grande barbaridade dos *sárrios*, seus primeiros habitantes. Muitas elevações, appellidadas serras pelos naturaes da região, sub-dividem-se ainda em montes diversos com designações variadas: Castello de Olivede ou Olivença, onde ha vestigios d'uma fortaleza, *Cabeça-Gorda*, *Cabeço-de-Visão*, *Matta-da-Loureceira* e *Monte-Formosinho*, onde, segundo a tradição, existiu um templo dedicado a Apollo. O que modernamente se chama *Serra d'Arrabida* limita-se ao Este por uma profunda cobertura, desaguadouro dos valles do Picheleiro e Alcube; vae pelo primeiro d'estes valles até El-Carmen, e tornejando o monte, segue ao mar. E' a serra mais alta da prov. do Alemtejo, a Thebaida dos frades capuchos arrabidos. Vista de longe, pa-

rece inacessivel, e procurada de perto não menos se torna intransitavel. A serra começou a povoar-se no anno de 1512, com a edificação do convento. Principia na freg. d'Ajuda do termo de Setubal, e termina no cabo do Espichel. Ha junto á praia uma gruta, conhecida pela Lapa de Santa Margarida, uma das curiosidades mais notaveis do paiz. Esta gruta está cavada por baixo dos rochedos n'uma extensão consideravel, sendo a primeira galeria um vasto recinto onde pódem abrigar-se umas quinhentas pessoas. O tecto está ornado de formosas stalactites, as quaes, vistas á luz dos archotes, produzem um effeito surprehendente. Tem uma grande rotura por onde lhe entra o ar e a luz, e por onde muitas vezes tambem entra o mar. A' esquerda fica a entrada da gruta, tendo á direita uma varanda com assentos e parapeitos, que fórma o adro da ermida da gruta, descendo-se ainda doze degraus. A ermida é quadrada, com o tecto forrado e com telhado por causa da agua que cahe pelos intervallos ou fisgas do rochedo superior. Tem um só altar, vendo-se ao centro a imagem de N. S.ª da Salvação, com uma galé na mão direita, e o Menino Jesus na esquerda; ao lado direito está a imagem de Santa Margarida, e á esquerda a de Santo Antonio. Todos os marinheiros e pescadores tem grande devoção com a imagem da Virgem da Salvação. Segundo a lenda, um barco de christãos fugindo a um corsario moirisco, refugiou-se n'este sitio; os moiros o perseguiram, mas encalhando o seu barco, todos fôram agarrados pela gente da terra. E por isto se collocou uma galé na mão da Senhora. Antigamente todos os homens do mar, de Setubal, se encarregavam da conservação e culto da ermida, e faziam annualmente uma festa. Até 1834 sempre aqui houve eremitas, a maior parte clerigos, que residiam n'umas casas á maneira de recolhimento, com sua cêrca, tudo feito a expensas dos duques d'Aveiro, que eram senhores de toda a serra da Arrabida. Santa Margarida é todos os annos festejada pelos seus devotos, com o titulo de confrades, cuja confraria instituiram os religiosos em 1606, dando-lhe compromisso, por onde se governam, e no dia da festa acode muito mais gente, que toda se recolhe na Lapa sem violencia, porque se pódem accommodar umas quinhentas pessoas, conforme se disse. Defronte, ao mar, está o penedo do Duque, assim chamado desde o tempo em que D. Alvaro de Lencastre ali se divertia pescando á canna, e como não consentia que ninguem mais se désse áquelle divertimento, se ficou chamando *Penedo do Duque*. A pouca distancia da Lapa de Santa Margarida, na quebrada que a serra faz para Oeste, está a egreja de N. S.ª do Carmo, fundada por D. Magdalena Girão, duqueza d'Aveiro, filha dos duques d'Ossuna, a qual para que se soubesse que a fundação era d'uma hespanhola, deu á Virgem o titulo de *Senhora del Carmen*. E' um templo vasto, tendo collocado sobre o arco cruzeiro o brazão dos duques d'Aveiro. Tem só um altar, onde está a imagem da padroeira, estando á direita a da Senhora da Pinha, e á esquerda a do Menino Jesus. Esta capella foi muito concorrida em epocas remotas pelos povos de Azeitão, Cezimbra, Palmella, Setubal, e outros, que lhe faziam grandes romarias, havendo n'algumas d'ellas, além das missas cantadas, sermões, musica, fogo preso e do ar, tambem comedias, entremezes e bailes; como, porém, se praticavam bastantes abusos, o cabido de Lisboa em séde vacante, prohibiu por uma pastoral, que se mandou pregar na porta da egreja em 1714, as representações e bailes, sob pena de excommunhão maior. Junto da capella mandou a irmandade de N. S.ª do Carmo construir umas casas, para commodo e abrigo dos irmãos e dos romeiros. Sobre a verga d'uma das portas d'estas casas lê-se:

ESTAS CASAS MANDOU FAZER
A IRMANDADE DE SETUBAL,
E SE ACABOU A OBRA NO ANNO
DE 1611.

Até 1834 teve a ermida um ermitão, com residencia e cêrca murada; um capellão dizia missa aos domingos e dias santificados. A ambos pagou a casa dos duques d'Aveiro uma *ordinaria*, até 1759. A imagem de N. S.ª da Pinha foi mandada fazer e cedida ao templo por D. Maria de Faro, duqueza de Cadaval. A 1 k. de distancia para o lado de Setubal mandou D. Pedro II fazer uma fortaleza em 1670, para que os moiros não viessem inquietar os frades, e captival-os como até ali faziam. Esta fortaleza foi transformada em casa de verão pelo fallecido conselheiro Peito de Carvalho, que annexou uns jardins á esplanada, tornando as casernas em residencia confortavel, e envolvendo os canhões n'umas camisas de trepadeiras. Diz a tradição que em epocas muito remotas houve um convento de frades cruzios no mesmo sitio onde está situado o dos capuchos arrabidos. Costeando a serra pelo outro lado, em uma ponta, que fica distante uma legua de Setubal, se vê a torre de Outão, fundada em defeza da barra d'aquella cidade, por el-rei D. Manuel.

oje está ali estabelecido um sanatorio de tuberculosos (V. *Outão*). Dizem que n'este sitio houve um templo dedicado a Neptuno. Em 1641, D. João IV mandou accrescentar a fortaleza, e quando se abriram os alicerces para a reedificação encontrou-se parte d'uma estatua de marmore, com alguns versos em louvor d'aquelle deus fabuloso, e uma sua estatua feita de metal; entre as ruinas d'um edificio que mostrava ser templo d'esta divindade, se viam muitas architraves e pedaços de columnas de marmore fino com umas inscripções latinas, nas quaes se dava áquelle sitio o nome de *Promontorio de Neptuno*, o que faz parecer que o nome de *Promontorio Barbarico* não era commum a toda a serra, mas sómente á parte que corre desde Outão até Cezimbra. Tambem n'esta occasião appareceram muitas moedas de varios metaes com as effigies dos imperadores romanos Julio e Tiberio. As moedas, a estatua de marmore e os cippos fôram enviados pelo governador d'aquelle tempo, Manuel da Silva Mascarenhas, ao duque D. Pedro de Lencastre, e este as apresentou a el-rei. A estatua de metal foi fundida para fazer artilharia para a mesma fortaleza. A serra d'Arrabida tem muitos e profundissimos algáres, sendo deveras medonho o que está no caminho que vae para a egreja de N. S.ª do Carmo, onde chamam Val-Bom, e d'aqui vae sahir ao sitio da Agua-Branca, 7 k. por baixo do chão. Desde o cabeço chamado *Monte-Cabrão*, vêem-se muitas capellinhas, sendo a mais notavel a do Bom Jesus que D. Antonio de Lencas-

tre, filho do 1.º duque d'Aveiro, D. Alvaro, construiu em 1650, a qual importou em 16 mil cruzados. A capella é de rara architectura e foi cercada de formoso jardim, cujo muro, ainda de pé, termina do lado sul n'um frondoso bosque, entre o qual se encontram as ruinas de casas que n'outro tempo serviram de morada a diversas pessoas. Prende a vista e enleia o espirito a belleza natural d'aquelle sitio, d'onde se descobre o mar e a serra em grande extensão, principalmente sobre o penedo que denominam *Mirante*. O ultimo dos monges, que vivêram ali, foi um italiano de nobre ascendencia, que morreu em Santarem, já depois da extincção das ordens religiosas. Subindo a serra para o convento encontra-se um largo, em frente um penhasco com um calvario, e defronte d'elle a estatua de S. Pedro d'Alcantara; entrando por um e outro d'este penhasco, encontra-se outro a vinte e cinco passos de distancia, que representa o monte Alverne, e sobre elle a imagem de S. Francisco recebendo as chagas; por duas entradas que offerece este monte, se desce a uma lapa, onde está a imagem de Santa Maria Magdalena; defronte da lapa desce-se um degrau para um pateo, ao fundo do qual, entre dois arcos abatidos se eleva a estatua de marmore de fr. Martinho de Santa Maria, o fundador do convento. E' toda symbolica e foi-lhe erigida, em 1662, pelo duque D. Alvaro. N'uma das mãos tem uma tocha, a fé que alumia as consciencias, e na outra as disciplinas com que se mortificava; os olhos fechados para as galas e vaidades do mundo, a bocca cerrada por um cadeado mostrando quanto era parco de palavras, o peito com uma fechadura para que não entrassem ali pensamentos da terra. Serve de pedestal á estatua uma esphera, onde se lê a seguinte inscripção:

EFFIGIES FRATRIS MARTINI A
SANCTA MARIA, QUI IN HOC
BARBARICO MONTE, E SANTE
LOCO PRIMUM CENOBIUM
HUJOS SANTÆ RELIGIONIS
CAPUCINORUM DE ARRABI-
DA SIC FUNDAVIT,
ANNO MDXLII
ET DOMINUS ALVARUS, QUARTUS
DUX DE AVEIRO, E TERTIUS PATRONUS
HUJOS SANTÆ PROVINCIÆ, UT
MEMORIA TANT VIRI, E FILIORUM
EJUS IN POSTEROS PERMANEAT, TYPUM
POSUIT ANNO DOMINI MDCXXII

A *Lapa do Medico* tem na sua parte inferior um vasto subterraneo, que produz verdadeiro assombro. A entrada é perpendicular e apresenta no começo uma pequena área quasi circular, d'onde partem duas compridas galerias em que brilhantes pyramides e columnas de estalactite ostentam fórmas singulares. O tecto da gruta é coberto de saliencias crystalisadas. A'cerca d'Arrabida póde consultar-se o *Relatorio sobre as pedras lithographicas de Calhariz de Arrabida,* descobertas em junho de 1849, por Antonio Joaquim Dias Monteiro; *Geographia do Alemtejo,* por Sebastião Antunes d'Azevedo; *Chronica d'Arrabida,* por fr. Antonio da Piedade; *Impressões d'um passeio a Arrabida,* por Manuel Maria Portella, publicadas na *Gazeta Setubalense* em julho e agosto de 1873; *O palacio de Calhariz, Diogo Bernardes, fr Agostinho da Cruz, a serra da Arrabida,* artigo de Bulhão Pato na revista *Artes e Lettras,* 1872. *Uma excursão á serra da Arrabida* por J. C de Sousa Gonçalves, 1903; *Portugal, recordações do anno de 1842,* pelo principe Lichnowsky, 1844; etc

Vista da serra e convento da Arrabida

Arrabida *(Convento da)*. Fundado em 1542 por fr. Martinho de Santa Maria, castelhano da mais alta nobreza, filho de D. Francisco de Benavides e de D. Maria Carrilho Cordova e Velasco, 3.os condes de Santo Estevam del Puerto. Antes de se construir o convento, existia ali uma ermida, cuja origem se conta da seguinte fórma: Nos principios do seculo XVI, um mercador inglez, chamado Haildebrant, sahiu da sua patria, e embarcou-se com fazendas para Lisboa, onde o commercio lhe promettia maiores lucros. Era muito devoto e possuia uma imagem da Virgem Maria, talhada em pedra, que se dizia ter sido a mesma que levaram a Inglaterra os religiosos da ordem de S. Bento, mandados por S. Gregorio Magno a doutrinar aquelle paiz. O navio já demandava a barra de Lisboa, quando se levantou de repente um medonho temporal, e esteve a ponto de perder-se na barra de Setubal. Entretanto a escuridão da noite augmentou a cerração da tempestade, e o mercador e os companheiros, perdendo já toda a esperança de salvação, recorreram ao auxilio da Virgem, orando fervorosamente, ajoelhados ante a imagem que os acompanhava. A tempestade abrandou; correm todos a observar a milagrosa mudança do tempo, e cresce a surpreza, quando um suave clarão, não como de incendio, mas como do despontar d'aurora, parece brilhar no *Promontorio barbarico*, para lhes servir de pharol durante a noite. Ao voltarem á camara para agradecerem á Virgem aquelle milagre, mais surprehendidos ainda ficaram, não encontrando a imagem. O dia nasceu formoso e tranquillo. Saltam em terra, procuram cheios de curiosidade, e vêem firmada sobre uma rocha a imagem que tinha desapparecido. N'esse mesmo sitio edificou uma ermida, a que pôz o nome de *Memoria*, para commemorar o milagre. Haildebrant renunciou aos seus sonhos de riqueza, e fez-se ermitão; distribuiu em obras piedosas todos os seus haveres, reservando para si unicamente o preciso para a edificação da ermida e d'uma pequena casa de habitação para lhe servir d'abrigo. Aos companheiros ordenou, que em certo tempo o visitassem e á Virgem trazendo-lhe algumas offertas em memoria do seu grande milagre. Os companheiros partiram para Alcantara, hoje pertencente á cidade de Lisboa, e todos os annos iam de romagem á serra d'Arrabida. Esta devoção divulgou-se por todo o reino, começando a affluir os devotos em grandes romarias. Foi aqui que se fundou depois, em 1542, o convento de frades capuchos chamados *arrabidos*, o qual fica situado n'uma ladeira da serra, voltada para o lado do mar em meia encosta, como que semeado e disperso por entre as rochas, as arvores, as mattas e os arbustos, n'uma posição lindissima. Fr. Martinho, desde verdes annos, sent a invencivel inclinação para a vida monastica, e vestiu ainda muito novo o habito franciscano no convento de Villa de Vêas de Segura, no reino de Murcia, bispado de Carthagena. Viveu o joven religioso vinte annos n'esta provincia com a maior austeridade e penitencia. Foi a Roma, onde se demorou algum tempo, e sonhando com a liberdade de peregrino, foi-se de romagem a N. S.ª de Guadalupe. Encontrou-se então n'aquelle devoto logar com o 1.º duque d'Aveiro, D. João de Lencastre, ainda seu parente, o qual pelos grandes desgostos que soffrera, vendo que D. Guiomar Coutinho, filha do conde de Marialva, por quem elle se apaixonara, ia ser noiva do infante D. Fernando, se dedicara a piedosos exercicios, trocando algumas vezes o conforto do seu palacio pelas asperezas do caminhar, fazendo-se peregrino e romeiro; n'uma das vezes que fôra ao santuario de Guadalupe encontrou-se com fr. Martinho, que lhe patenteou o seu desejo de viver solitario. O duque, que estava de posse da serra d'Arrabida, lh'a offereceu então para eremiterio, que o religioso castelhano acceitou reconhecido, mediante a licença dos seus prelados, que o duque d'Aveiro se encarregou de obter, escrevendo sem delongas n'esse sentido ao geral da ordem. Fr. Martinho veiu para Portugal, sendo acompanhado por fr. Martinho Navarro, que depois d'algum tempo foi substituido por fr. Diogo de Lisboa, da provincia dos Algarves. Estes dois religiosos, juntamente com fr. Francisco Pedrita e S. Pedro d'Alcantara, constituiram a primeira communidade do convento d'Arrabida. Não tendo mais que a antiga ermida, ali vivêram dois annos, fazendo por suas proprias mãos umas estreitas cellas em que se recolhiam. No fim d'aquelle praso é que D. João de Lencastre edificou o convento, com a

Fachada do convento

designação de N. S.ª d'Arrabida. Deu começo á egreja mais ampla e mosteiro com officinas em sitio mais accommodado, junto da fonte, onde tambem havia terreno capaz de hortejo. Quando o geral da ordem, fr. João Calvo, visitou o conven-

to, no proprio anno de 1512, animou os religiosos a perseverarem no seu santo ministerio, e instituiu seu presidente fr. Martinho, juntando-se-lhe movido da maior devoção, fr. Archangelo, que acompanhava o geral. Um anno depois o infante D. Luiz estabeleceu no hospital de Todos os Santos a enfermaria de N. S.ª da Conceição, para estes religiosos. Foi n'este hospital que fr Martinho falleceu em 1547, sendo sepultado na egreja de S. Francisco, de Lisboa. O convento d'Arrabida não é um edificio continuado como os outros; compõe-se de varias cellas ou cubiculos espalhados por diversas partes da montanha, todas dentro do muro, que lhe serve de clausura. As cellas são pobrissimas, e ainda hoje se vêem tão estreitas, que apenas lhes cabe uma pessoa. O duque D. João não procedeu a maiores construcções pela repugnancia que fr. Martinho manifestava, desejando a maior austeridade, e emquanto elle viveu, assim se conservaram paralysadas as obras do *convento novo*, como então lhe chamavam. Depois da morte do rigoroso fundador, D. Jorge de Lencastre, filho do duque D. João, continuou as obras encetadas por seu pae, mandou fazer uma cerca, vedando com um muro a clausura, até então só marcada por balisas. Mais tarde, D. Alvaro, primo e genro de D. Jorge, proseguiu nas construcções, fazendo as chamadas *hospedarias*, que lhe serviam de alojamento, e projectou as graciosas e conhecidas *guaritas* na crista do monte para a estação dos passos de Jesus, deixando por sua morte tres por acabar. D. Anna Manrique de Lara, nora de D. Alvaro e viuva do duque de Torres Novas, D. Jorge, adeantou muito a construcção das *guaritas*, e fez as capellas de S. Paulo e de S. João do Deserto. Sobre um alto rochedo ficava a habitação de fr. Agostinho da Cruz. Este frade chamava-se no seculo Agostinho Pimenta; era natural de Ponte de Lima, pertenceu á côrte, mas desditosos e malogrados amores, ao que parece, o levaram á vida religiosa, e em fins de 1605 recolhen-se á Arrabida, onde o duque D. Alvaro lhe mandou construir habitação conforme os seus desejos. A sua caveira esteve muitos annos exposta no convento d'Arrabida, com um letreiro que designava a pessoa a quem pertencera. A vida de fr. Agostinho da Cruz, está descripta por Alberto Pimentel, no seu livro *Noites do asceta*. Ao principio os religiosos estavam separados, habitando cada um a sua cella, afastados bastante para poderem disciplinar-se, orar e chorar á sua vontade sem serem ouvidos uns dos outros. Sahiam de manhã, descalços, encostados ao seu bordão, a esmolar pelos arredores o só estrictamente preciso para frugal alimento. A communidade tornou-se notavel pelo rigor das privações. Era prohibido comer carne, ovos e peixe, e beber vinho. Para a agua serviam-se d'uns vasos de cortiça, e mais tarde, d'uns alcatruzes de barro tosco; os pratos tambem eram d'este barro em toda a provincia, sendo ao principio as conchas de marisco, que se encontravam na praia; os guardanapos para se limparem não passavam de grosseira estopa: por travesseiro usavam um madeiro tosco, ou uma pedra; o habito, apezar d'um tecido pobrissimo, era de proposito remendado d'almafega, lona de vélas e até de pedaços de couro, cosidos com barbante e correias de malvaisco. Estes rigores fôram até censurados pelo geral da ordem dos arrabidos, fr. André da Insua, quando em 1518 visitou o convento, reputando de *singular e monstruoso* o trajo remendado, e, reprehendendo os religiosos, mandou que só usassem o habito da ordem seraphica. Em 1551, porém, os arrabidos alcançaram que o infante D. Luiz e o duque d'Aveiro pedissem ao pontifice Julio III a approvação dos estatutos de fr. Martinho, *fórma de vestir e mais santos costumes;* comtudo, o papa expediu o breve de 28 de outubro, referindo-se apenas aos estatutos, sem tratar do habito. No anno seguinte, os referidos protectores poderam alcançar outro breve, permittindo o uso dos remendos, mas limitando as côres ao preto, pardo ou branco, e mandando que as cordas fôssem mais polidas. A egreja do convento é pequena, a capella-mór divide-se com umas grades que fecham um pequeno arco. Dentro fica o altar mór, levantado do pavimento, onde está o Sacramento depositado n'um sacrario de ebano, lavrado, a cujos lados se admiram duas imagens: uma de S. Francisco e outra de Santo Antonio. No retabulo, de talha dourada, vêem-se collocadas em quatro nichos as imagens de S. Domingos, S. Boaventura, S. Pedro d'Alcantara e de S. Diogo. A tribuna, apesar de pequena, serve de magestoso throno ao milagroso simulacro de N. S.ª d'Arrabida. Junto a este altar ficam, do lado do evangelho, o de Jesus crucificado, e do lado da epistola, o da N. S.ª da Conceição. A capella-mór tem duas portas em correspondencia; a da direita dá para um comprido corredor, que vem dar á portaria, terminando por um portal que dá serventia ao convento, tendo ao pé a imagem do Senhor Jesus no Horto, mettida n'um nicho, e pelas paredes em azulejo curioso muitos santos pintados e alguns religiosos, que n'este convento floresceram em virtudes. A outra porta da capella, á esquerda, dá passagem para a sacristia; apparece logo um jardim ou claustro, onde em variados alegretes se conservam flôres para o ornato da egreja; ao fim vê-se a ermida de N. S.ª da Piedade. Contigua á ermida ha uma porta, por onde, seguindo pela esquerda, entre frondoso arvoredo silvestre, se encontra uma fonte com magnifica agua, que nasce n'uma penha que fica debaixo do altar da capella mór. Esta fonte não sécca, nem mesmo nas maiores estiagens. Seguindo pelo lado direito, encontra-se outra fonte. Vindo novamente ao jardim, ou sahindo do corredor da portaria, sóbe-se por uma escada de pedra tosca a um largo plano ladrilhado a que serve de telhado uma parreira. A' direita desce-se outra escada tambem de pedra para um estreito sobrado que servia antigamente de tribuna aos duques d'Aveiro, e depois de côro. Junto a esta escada fica a casa do Capitulo, onde se vê a imagem de Christo com a cruz ás costas. No fim encontra-se a porta da cosinha, que está embrenhada na serra, e logo a do refeitorio. No refeitorio sóbe-se por outra escada de pedra a uma estreita rua ou dormitorio, em que d'uma parte estão algumas cellas pequenas com algumas officinas, e da outra a dura rocha. Mais adiante encontra-se um terreiro, chamado de S. Thiago, por haver ali um nicho com a imagem d'aquelle santo, e logo a cella dos prelados, junto d'uma escada coberta, que desce para o côro. Ha ainda outras ruas estreitas que vão ter a outras cellas curiosas, dispersas pela cerca. Entre o bosque está uma ermida com a imagem do Ecce Homo, e no

mais alto da serra outra de Christo crucificado, a ermida da Memoria e a de Santa Catharina. Mais distante, entre brenhas está a de S. João do Deserto, e defronte da egreja do convento e a do Bom Jesus. Este santuario foi edificado em meio do seculo XVII por D. Antonio de Lencastre, filho do duque d'Aveiro, D. Alvaro *(V. Arrabida)*. Pouco tempo antes de terem sahido do convento os frades, o que succedeu no dia 24 de setembro de 1834, dia em que falleceu D. Pedro IV, houve um grande incendio na matta, proxima, incendio que poz o edificio em grande e imminente perigo. Depois da sahida, a livraria foi dispersa por diversas pessoas, e apenas parte d'ella se salvou do vandalismo e existe na bibliotheca dos srs. duques de Palmella, no seu palacio do Calhariz, proximo d'Arrabida, aos quaes actualmente pertence a propriedade do convento. Tanto este, como as capellas e cubiculos soffreram grande ruina e total profanação, depois da sahida da communidade. No anno de 1876, o actual sr. duque de Palmella mandou proceder a muitos reparos, preservando o convento da total destruição. A egreja está perfeitamente conservada. A ordem dos religiosos arrabidos chegou a ter grande desenvolvimento. Em 1551 fundou-se o convento da Boa Viagem, a pouca distancia de Caxias, n'um alto muito pittoresco, e que domina o rio; em 1558 o de N. S.ª da Piedade, em Caparica; em 1559, o de S. José de Ribamar, proximo á Boa Viagem, e em 1560, o de Santa Cruz, na serra de Cintra. O pontifice Pio IV, vendo que a ordem tomava tão importante desenvolvimento, erigiu-a em provincia. Então succederam-se com breves intervallos as construcções de conventos, hospitaes e enfermarias. Em 1566, em Alcobaça, o de Santa Maria Magdalena; em 1570, o de N. S.ª dos Anjos, de Torres Vedras, e uma enfermaria em Santarem; em 1573, o do Espirito Santo, de Loures; em 1576, o de N. S.ª da Conceição, de Alferrara, e o de N. S.ª da Conceição, do Povoa de Santa Iria; em 1589, o hospital e a enfermaria de N. S.ª em Setubal; em 1591, o da Madre de Deus, de Verderenna, e o de Santo Antonio, de Torres Novas; em 1601, o de N. S.ª dos Prazeres, de Palhaes; em 1602, o de S. Miguel, de Gayeiras; em 1623, o de N. S.ª de Jesus, de Val de Figueira; em 1626, a de N. S.ª da Piedade, de Salvaterra de Magos; em 1634 o de Santa Catharina de Ribamar, entre S. José de Ribamar e a Boa Viagem; em 1646, a enfermaria de Santo Antonio em Torres Vedras; em 1652 o convento de Santo Antonio, de Leiria; em 1662, o hospital de N. S.ª d'Assumpção, de Torres Novas; em 1663, o hospital e enfermaria de Santo Antonio, nas Caldas da Rainha; em 1672, o convento de S. Pedro d'Alcantara, de Lisboa; em 1674, o de S. Cornelio, nos Olivaes; em 1695, o hospital de N. S.ª do Porto Seguro, em Cascaes; em 1717, o convento de Mafra; e em 1733 o hospital de Santo Antonio, de Minde. Desde os primeiros tempos da sua existencia, os arrabidos tiveram tambem uma enfermaria em Azeitão. Além da bibliographia indicada no artigo anterior, pode ainda consultar-se, ácerca da serra da Arrabida e da ordem d'este nome, o seguinte: *Espelho de penitentes, chronica da provincia d'Arrabida*, 1.º vol., por fr. Antonio da Soledade, e o 2.º por fr. José de Jesus Maria; *Mappa de Portugal*, por João Baptista de Castro; *Das ordens religiosas em Portugal*, por Pedro Diniz; *Cerimonial da provincia d'Arrabida em o qual se trata do modo com que se hão de celebrar os officios divinos no chôro e altar, e de outros actos da Communidade, exercicios da Religião e costumes da provincia; Estatutos da provincia de Sancta Maria d'Arrabida da mais perfeita observancia do Seraphico P. S. Francisco; Diccionario geographico*, do P. Luiz Cardoso; *Memoria sobre a historia e administração do municipio de Setubal; Occidente*, vol. II, IV e IX; *Revista illustrada*, de 1890; *Branco e Negro, 1896;*

Arrabida *(Romarias e cirios da)*. A origem d'estas romarias e cirios parece remontar á epoca em que o inglez Haildebraut construiu a primitiva ermida d'Arrabida, onde passou o resto da vida. Os seus companheiros que viviam em Alcantara, hoje pertencente a Lisboa, iam todos os annos em romaria agradecer á Virgem o milagre de os ter salvado do perigo imminente em que tinham estado prestes a succumbir, por causa da tempestade que os assaltou (V. *Arrabida, convento da)*. Muitos cirios se teem organisado desde então, até nossos dias. O chamado *antigo cirio de Setubal* foi instituido a 20 de maio de 1839, por Antonio Avelino da Silva, João Martins Nogueira da Silva e José Romão Peres. Nos annos de 1884 a 1891 decahiu muito, chegando a julgar-se quasi extincto, mas em 29 de maio de 1893 organisou se uma commissão que o reanimou, tornando á sua antiga importancia. Na instituição do cirio foi seu primeiro juiz Felisberto José Gomes, e na sua reconstituição Joaquim Lourenço da Conceição Leitão. Existem mais o cirio de Villa Nogueira de Azeitão, que começou a 22 de maio de 1845, sendo seus fundadores Manuel dos Santos Platéa e João Franco; o de Cezimbra, e o novo de Setubal, que se instituiu em 1892, e de que fôram fundadores Antonio de Jesus Canôa, Manuel Pereira da Costa, Manuel José Ramos e Francisco Joaquim. Nos ultimos annos as festas da Arrabida teem sido revestidas de grande brilhantismo, tanto as que se realisam na serra como as que se fazem na cidade de Setubal, aonde concorrem milhares de forasteiros. Além dos programmas respectivos, que correm impressos, tem a commissão promotora feito varias publicações, d'entre as quaes destacamos: *Arrabida, publicação commemorativa da festividade celebrada pelo antigo cirio de Setubal*, Setubal, 1896, em que se inserem artigos de J. Rasteiro e Paulino de Oliveira; *Arrabida, numero unico*, Setubal, 1 de julho de 1899. Egualmente tem feito cunhar em aluminio diversas medalhas commemorativas.

Arrabido. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, e conc. de Ferreira, distr. de Beja.

Arrabil. Rabeca moirisca; instrumento de cordas e arco, semelhante á rabeca porém de corpo mais largo do que esta e braço mais comprido, usado pelos pastores arabes. V. *Arrabal.*

Arrabis *(Herdade dos)*. Na freg. de S. Bento de Anna Loura, conc. d'Extremoz, distr. d'Evora.

Arraçaio de Baixo e de Cima. Duas quintas na freg. de Santo Antão, de Benespera, conc. e distr. da Guarda.

Arraes. Patrão ou mestre de um barco de pesca. Encontra-se desde os primeiros tempos da monarchia. Em 1460 mandou D. Affonso V que o almirante do rei não tivesse jurisdição sobre os arraes, a qual pertencia aos concelhos.

Arraes. Appellido de familia nobre portugue-

za, origiuaria de Castella. Attribue-se ao seguinte facto, que Villas Boas nos apresenta no seu livro *Nobliarchia portugueza*, publicado em 1676, a pag. 234: «Vendose no Tejo, defronte de Sautarem, ElRey Dom Fernando de Portugal, & ElRey Dom Henrique o Segundo de Castella, para ajustamento da paz entre estas duas Coroas, foi ElRey Dom Fernando em huma barca concertada com todo o primor, a que servia de Arraez hum Cavaleiro o mais bem disposto, & trajado da Corte, & como ElRey Dom Fernando era o mais gentil-home do seu tempo, dizem, que dissera ElRey de Castella, ua despedida, falando para os seus: *Fermoso Rey, fermosa Barca, fermoso Arraez.* A este Cavaleiro, & a aquella palavra attribuem os desta familia a asceudencia, & origem do seu appellido. Tem por armas o escudo esquartelado, ao primeiro de vermelho nove folhas de golfam de ouro em tres pallas: ao segundo partido em aspa de ouro, & verde, hum S. preto sobre o ouro, & sobre o verde huma banda vermelha acoticada de ouro, & assi os contrarios: tymbre hum meyo selvagem, com um ramo de ouro ás costas.»

Arraes *(D. Fr. Amador)*. Carmelita calçado, doutor em theologia pela Universidade de Coimbra, coadjuctor do cardeal-rei D. Henrique, quando foi arcebispo d'Evora, seu esmoler-mór, bispo de Portalegre, etc. N. em Beja, em 1530, morreu no primeiro d'agosto de 1600. Era filho de Simão Arraes. Seu pae destinara-o para a carreira ecclesiastica, e confiou a sua educação a fr. Candido da Soledade, couventual dos frades carmelitas da mesma cidade de Beja. Tomou o habito carmelitano no convento do Carmo, de Lisboa, a 24 de janeiro de 1545, sendo o primeiro que professou este sagrado instituto no collegio de Coimbra, a 31 de janeiro de 1546. Desde verdes annos deu mostras de grande talento e vocação para a vida religiosa. Estudou philosophia e theologia na Universidade de Coimbra, e formou-se n'esta ultima faculdade. Dictou philosophia e theologia, não só aos seus domesticos, como tambem aos conegos regulares de Santo Agostinho do convento de Santa Cruz, que n'aquelle tempo convidavam para este ministerio um varão eminente em letras sagradas e profanas. A fama do seu talento e erudição divulgou-se tanto, que, chegando ao conhecimento do joven rei D. Sebastião, este monarcha manifestou desejos de o ouvir, e tão maravilhado ficou que lhe concedeu as honras de prégador regio. O cardeal D. Henrique, sendo arcebispo d'Evora, o nomeou seu coadjuctor, cuja eleição foi confirmada por Gregorio XIII em 2 de julho de 1578, com o titulo de bispo Adrumentino, que depois se mudou no do bispado de Tripoli, *in partibus infidelium*. Parecendo-lhe, porém, este cargo ainda insufficiente, o nomeou seu esmoler-mór. Mais tarde, tendo sido promovido da diocese de Portalegre para a de Placencia D. André de Norouha, Filippe II, de Castella, então dominador de Portugal, o elegeu para aquelle bispado em 30 d'outubro de 1581, eleição que foi confirmada pelo referido pontifice Gregorio XIII, e de que D. Fr. Amador Arraes tomou posse a 9 de janeiro de 1582. O reverendo prelado governou a diocese perto de 15 annos, distinguindo-se sobretudo pela caridade evangelica com que velava á cabeceira do leito dos enfermos atacados de peste, que n'aquella epoca grassava em Portugal. Distribuia muitas e avultadas esmolas, e o seu bolsinho estava egualmente aberto para o resgate dos captivos d'Alcacer-Kibir. Foi, portanto, entre os enfermos e os captivos que deslisou a vida episcopal de D. Fr. Amador Arraes, cujas grandezas tanto pesavam á sua humildade, que renunciou a ellas em 1596, recolhendo-se ao collegio do Carmo, em Coimbra, onde falleceu, sendo sepultado na capella-mór do collegio da referida cidade. D. Fr. Amador Arraes tambem procedeu a dispendiosas obras na cathedral de Portalegre, pondo-lhe pavimento de pedra muito polida, fazendo a capella-mór com toda a magnificencia, a torre do relogio, o paço episcopal, etc Escriptor consciencioso e profundo, ficou sendo considerado um dos primeiros classicos portuguezes; os seus escriptos fôram sempre muito apreciados pela pureza e elegancia da linguagem São os seguintes: *Dialogos*, Coimbra, 1589; 1. *Queixas dos enfermos, e curas dos medicos;* 2. *do alivio dos afligidos;* 3. *da Gente Judaica;* 4. *da Gloria, e Triumpho dos Lusitanos;* 5. *das condições, e partes do bom Principe;* 6. *das vias por que Deus n'este tempo nos chama;* 7. *da Fortaleza, e paciencia Christãa;* 8. *do Testamento Christão;* 9. *da Consolação para a hora da morte;* 10. *da invocação de Nossa Senhora.* Estes *dialogos* sahiram *revistos e accrescentados pelo autor n'esta segunda edição*, Coimbra, 1604, a qual se publicou quatro annos depois da morte de D. Fr. Amador Arraes. Em 1846 sahiu terceira edição, em 2 tomos, em Lisboa, feita sob a direcção e cuidado do bibliographo Antonio Manuel do Rego Abranches, e são d'elle o prologo e noticia que a precedem. Seguiu-se em geral a segunda edição por ter sido reformada e accrescentada pelo proprio autor, mas aproveitaram-se da primeira, por mais correcta, as alterações que pareceram convenientes e ajustadas á boa razão, as quaes se indicam n'uma taboa de variantes posta no fim do volume.

Arraes *(Duarte Madeira)*. Medico celebre e physico-mór d'el-rei D. João IV. Foi natural de Moimenta da Beira, e fal. em Lisboa a 9 de julho de 1652. Instruido com as letras humanas e poesia, estudou na Universidade de Coimbra philosophia e medicina, cujas faculdades recebeu o grau de mestre e licenciado com universal acclamação do seu engenho; sendo physico-mór de D. João IV, alcançou grande fama, porque não havia enfermidade que resistisse á efficacia dos seus medicamentos. Duarte Arraes não foi sómente medico distincto, tambem se tornou habil cirurgião, executando com felicidade as mais violentas operações. Está sepultado junto da sacristia do convento de N. S.ª de Jesus, de Lisboa. Escreveu: *Apologia em que se defendem umas sangrias de pés, dadas em uma inflammação de olhos complicada com gonorrhéa purulenta de seis dias; dedicada ao Conde de Villanova, D. Gregorio de Castellobranco*, Lisboa, 1638; *Methodo de conhecer e curar o morbo gallico;* I *parte: propõem-se definitivamente a essencia, especies, causas signaes, prognosticos, e cura do morbo gallico, e de todos os seus effeitos; e largamente se tracta do azougue, salsa parrilha, gaiação, pau sancto, raiz da China, e de todos os mais remedios d'esta enfermidade*, Lisboa, 1642; II *parte; disputam-se largamente por questões e argumentos em fórma todas as duvidas, que se pódem mover sobre a essencia, especies, causas, signaes e prognosticos da cura do morbo gallico, e*

as que póde haver sobre o azougue, etc., Lisboa, 1642. Sahiram ambas as partes, n'um tomo, em segunda edição, Lisboa, 1683; e novamente a primeira parte: *illustrada com annotações* pelo dr. Francisco da Fonseca Henriques Mirandella, Lisboa, 1715; *Novæ Philosophiæ, & Medicinæ de occultis qualitatibus a nemine unquam excultæ pars prima Philosophicis, & Medicis pernecessaria, Theologis vero a prime utilis; accedit inaudita Philosophia de Arbore Vitæ Paradisi qualitatibus; de viribus Musicæ de Tarantula, ac qualitatibus electricis, & magneticis; Serenissimo Lusitaniæ, & Braziliæ Principi Theodosio*, Ulyssipone, 1650; *Curatio, & Consultatio de Tertiana Spuria cum suspicatione malignitatis quæ in quinta accessione, & nona die terminata fuit;* manuscripto que se conservava na bibliotheca real; *Anatomia do cavallo*, 2 tom.; manuscripto que se conservava na livraria do medico Manuel Soares Brandão; *Observaçoens medicas*, tambem em manuscripto.

Arraes *(Francisco Pinto de Mendonça)*. Coronel de milicias da Covilhã, herdeiro dos morgados e mais casa de seus paes, Luiz Bernardo Pinto de Mendonça Figueiredo e D. Anna Leonor Nogueira d'Abreu Abranches Homem Pessoa (V. *Arraes, D. José Pinto de Mendonça)*; era cavalleiro da ordem de Christo, condecorado com a medalha de ouro n.º 2 da guerra peninsular. Casou com D. Anna Antonia Benedicta Castello Branco Osorio da Fonseca Coelho d'Abreu, senhora do morgado d'Alpedrinha. D'este matrimonio nasceu uma unica filha, D. Anna de Guadalupe Pinto de Mendonça Arraes, que casou com seu tio, irmão de seu pae, o 1.º visconde de Vallongo, Luiz Pinto de Mendonça Arraes. V. *Vallongo*.

Arraes *(Gonçalo)*. Fazia parte da armada, que em 1503 ficou estacionada na India, commandada por Duarte Pacheco.

Arraes (*D. José Pinto de Mendonça*). Clerigo secular, monsenhor da Patriarchal de Lisboa, bispo de Pinhel e da Guarda. N. em Cêa a 3 de julho; fal. em Lisboa, no anno de 1823. Era filho de Luiz Bernardo Pinto de Mendonça Figueiredo, fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo, desembargador da Relação do Porto e senhor dos morgados de N. S.ª das Préces, em Cêa, da quinta de Pinhanços, e de S. Bernardo; era casado com D. Anna Leonor Nogueira d'Abreu Homem Pessoa, filha de Manuel Nogueira d'Abreu Homem, tenente-general de dragões. D. José Pinto de Mendonça Arraes era tido por um prelado de muito merecimento. Foi D. Maria I quem o elegeu bispo de Pinhel, em 1782 e depois o transferiu para o bispado da Guarda em 1798, por fallecimento do bispo D. Jeronymo Rogado. D. José edificou o paço episcopal de Pinhel, edificio vasto e elegante, e dispunha-se a construir a Sé junto ao paço, quando foi transferido para a cidade da Guarda. Em Cêa tambem edificou o palacete, que pertenceu depois aos condes d'aquelle titulo. Escreveu: *Pastoral a todas as pessoas ecclesiasticas e seculares do bispado da Guarda* (na occasião de tomar posse da cadeira episcopal, datada de Lisboa, 25 de setembro de 1798), Lisboa, 1798; *Carta pastoral exhortatoria expedida para todas as egrejas da sua diocese*, (datada de 18 d'agosto de 1818), Lisboa, 1818. D. José Pinto de Mendonça Arraes era irmão do 1.º visconde de Vallongo, Luiz Pinto de Mendonça Arraes.

Arraes (*José de Faria*). Foi professor distincto em musica e na arte poetica. N. em Setubal em 1762, fal. em 1834. Deixou entre varias obras: *El Pastor de las Brottas; Bien sucede a quien bien vive*, etc. Attribuem-se-lhe varias comedias e lôas e um poema sobre a fundação de Mafra.

Arraes (*Luiz Pinto de Mendonça*). 1.º visconde de Vallongo. V. *este titulo*.

Arraes. Monte na freg. de Santa Catharina, de Sitimos, conc. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Arraes de Mendonça (*D. Pedro*). Conego regular de Santo Agostinho. Vivia no meado do seculo XVII, sem que sejam conhecidas as datas do seu nascimento e fallecimento. Era filho de Simão Arraes de Mendonça. Professou o canonico instituto de Santo Agostinho no convento de Santa Cruz de Coimbra. Escreveu: *Relação das festas que a notavel Villa de Viana fez na entrada, e recebimento da sagrada reliquia do Glorioso S. Theotonio, primeiro Prior do Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, dos Conegos Regulares de Santo Agostinho no seu mosteiro que os mesmos Conegos de novo lhe edificarão na mesma Villa de Viana, celebradas em 5, 6, 7 e 8 de agosto de 1642*, Lisboa, 1643. Sahiu sem o nome do autor. Além da descripção das festas, contém os sermões prégados nos referidos dias, as poesias que então se recitaram, etc.

Arrage. Antigo direito sobre as searas, declarado remivel em 1790.

Arraia *(Casal da)*. Na freg. de N. S.ª d'Annunciação, conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa.

Arraia ou **Raia de Baixo e de Cima.** Duas povoações na freg. de N. S.ª da Visitação, de Odeleite, conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Arraiaes (*Quinta dos*). Na freg. de S. Martinho, e conc. de Fundão, distr. de Castello Branco.

Arraial. Acampamento de exercitos ou de povo. Agglomeração de gente em algum ponto. Romaria, festa campestre, com barracas diversas, etc. || Termo antiquado: grito das acclamações dos reis portuguezes; corrupção de *real, real*.

Arraial. Pov. da freg. de Santa Eulalia, de Sanguedo, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de Santo Antonio, de Areias, conc. de Marvão, distr. de Portalegre. || Pov. na freg. da Sé, conc. e distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de N. S.ª da Calçada, de Carnicães, conc. de Trancoso, dist. da Guarda. || Quinta na freg. de Santo Estevão, de Maçal do Chão, conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda. || Roça da ilha de S. Thomé, na Africa occidental.

Arraido. Pov. da freg. de S. Salvador, de Villa Cova da Lixa, conc. de Felgueiras. distr. do Porto

Arraiôa. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Arraiollos *(D. Alvaro Pires de Castro, conde de)*. Era filho de D. Pedro Fernandes de Castro, mordomo-mór de Affonso XI de Castella, e irmão de D. Ignez de Castro. Passando a Portugal recebeu de D. Pedro I varias doações de terras importantes, e D. Fernando I, em 1371 o agraciou com o titulo de conde de Vianna na foz do Lima. Foi tambem conde de Arraiollos, mercê concedida em 1377, e como senhor de muitas villas, chegou a ser um dos mais ricos e poderosos fidalgos do seu tempo. Foi alcaide-mór de Lisboa e o primeiro condes-

tavel que existiu em Portugal. Posteriormente o Mestre d'Aviz tirou á villa d'Arraiollos toda a sujeição em que estava ao conde e incorporou-a na jurisdicção da corôa, ficando todavia patrimoniaes e proprios a D. Alvaro, que pouco depois falleceu. Logo em seguida a doou o Mestre d'Aviz a Fernão Alvares Pereira, irmão de D Nuno Alvares Pereira, e, por morte d'esse novo senhor d'Arraiollos, foi a terra dada em 1387 ao condestavel com o titulo de condado. Em 1422, este aguerrido varão deu a villa, juntamente com outras terras, a seu neto D. Fernando, que depois foi o primeiro duque de Bragança, ficando d'este modo o titulo de conde d'Arraiollos incorporado n'esta nobilissima casa, a que pertence ainda.

Arraiollos (*Fr. Martinho de*). Monge cisterciense do seculo XII. Era natural da villa do seu appellido. Floresceu pelos annos de 1170. Foi muito versado em todo o genero de erudição. Escreveu o *Vocabularium alphabetica methodo digestum, significatione nominum latinorum adhibita*, manuscripto que se conservou na bibliotheca do convento d'Alcobaça.

Arraiollos. Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc. e de com. de 3.ª ordem; distr. e arceb. d'Evora. Tem uma só freguezia, N. S.ª dos Martyres. A villa está situada n'uma elevação muito sadia e fertil, e fica na parte mais central do Alemtejo, desafrontada, tres leguas ao norte d'Evora. A sua eminente posição dá-lhe a vantagem de gozar, além de bons ares, uma dilatada perspectiva. D'alguns sitios, e especialmente do monte de S. Pedro, descobrem-se em dias claros a cidade d'Evora, as villas de Redondo, Mousaraz, Evora-Monte, Estremoz, e muitas outras. Arraiollos é pov. antiquissima; muitos querem que seja a *Calantica* dos romanos, outros pretendem ter sido ali a autiga *Arandiz*, descripta por Ptolomeu. O mais verosimil é que seja a *Calantica*, e que fôsse fundada pelos gallo-celtas, 360 annos antes de Christo, com o nome de *Calantia*, que os romanos alteraram, chamando-lhe *Calantica*. Ha tambem quem diga que Arraiollos foi edificada pelos *sabinos*, *tusculanos* e *albanos*, que habitaram Evora antes de Sertorio pelos annos 200 antes de Christo, dando o governo da villa a um capitão grego chamado *Rayeo*, e porisso tomara o nome de *Rayolos*, que pelo decurso do tempo ficou sendo *Arraiollos*. O certo é que em sitio não muito distante da villa, a menos d'uma legoa para nornoroeste, onde está hoje a pequena aldeia de Sant'Anna do Campo, houve povoação romana, o que se prova pela simples inspecção da mesma egreja de Sant'Anna formada nos restos d'um templo romano, o qual tinha a figura de cruz de quatro braços eguaes, voltados aos quatro pontos cardeaes. Era formada de pilastras e paredes de grossas pedras de granito, ali abundante, toscamente lavradas, e despidas de todos os ornatos e galas da architectura (V. *Sant'Anna do Campo*). Nas invasões dos povos do norte que destruiram o imperio romano, mais tarde na dos arabes, e depois nas guerras travadas entre estes e os

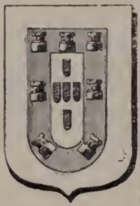

Brazão da villa de Arraiollos

christãos, arruinou-se e despovoou-se a villa d'Arraiollos. Em 7 de maio de 1217, D. Affonso II, com sua mulher, a rainha D. Urraca, e seus filhos, os infantes D. Sancho, D. Affonso e D. Leonor, doaram ao bispo d'Evora, D. Sueiro, e ao cabido da mesma cidade a *sua herdade chamada d'Arraiollos*, concedendo-lhes a permissão de edificarem castello. Esta doação foi perpetua e hereditaria, abrangendo a dita *herdade* com todos os seus termos e direituras, e com todas as suas pertenças assim em terras, como em aguas, declarando n'ella el-rei que fazia a doação por amor de Deus, e da bemaventurada Virgem Maria, e pelo serviço que d'elles recebeu, e ao diante espera receber. Apesar de ser perpetua e hereditaria a doação, vê-se que D. Affonso III, mais tarde, promoveu demanda no tempo do bispo D. Martinho sobre o dominio d'esta e d'outras terras de doação regia, como Alcaçovas e Vimieiro. O bispo impugnou a pretenção d'el-rei, e conservou-se de posse das referidas terras emquanto viveu. No tempo do seu successor, D. Durando, depois de muitas altercações, houve afinal uma composição sobre estas e outras mais possessões, feita a 4 de dezembro de 1271, em Lisboa. Restituido a el-rei o dominio de Arraiollos, não tardou que fizesse, como senhor da terra, em 15 de março de 1273, carta de aforamento da sua vinha de Arraiollos, e da herdade, a 19 povoadores, com a condição, que lavrassem e frutificassem a dita vinha e herdade, dando a el-rei e a todos os seus successores, em cada anno, da vinha a quarta parte do vinho no lagar, e semelhantemente a quarta parte do pão, e de todas as outras cousas que produzisse. Que não vendessem a vinha ou herdade a ordem, a cavalleiro, clerigo, dama nobre, escudeiro, nem a pessoa religiosa. E se quizessem vender ou dar, as vendessem ou dessem a taes homens, que em cada anno pagassem a elle dito rei e a todos os seus successores o sobredito fôro completo. D. Affonso III, estando para morrer, chegou a fazer uma composição com o estado ecclesiastico, mandando reparar os damnos que entendia ter causado, restituindo ao bispo e cabido d'Evora o que lhe havia tirado. Esta vontade, porém, não foi cumprida por seu filho D. Diniz, porque Arraiollos continuou a ser do dominio regio. No seu interesse de restaurar das ruinas as terras do seu reino, mandou reconstruir e povoar Arraiollos, dando-lhe foral no anno de 1310. O bispo D. Sueiro e o cabido não se aproveitaram da concessão de D. Affonso II para construirem o castello, e foi D. Diniz o seu fundador. O castello tem seis torres e duas portas; a que fica voltada para a villa actual, chamava-se da *barbacã*, e a outra, de Santarem, por ser voltada ao noroeste em frente da villa, hoje cidade, d'aquelle nome. Parece ter havido uma porta falsa ou postigo, da parte do oriente, onde o muro tem alguma ruina. Em 1315 estava tambem edificado o paço, que já não existe. O castello está situado ao norte da villa, sobre um monte de figura conica, mais alto que os outros montes visinhos, e coroado no vertice pela antiga egreja matriz de S. Salvador, egreja hoje chamada do Senhor dos Passos. Dentro do castello havia uma cisterna, de que tambem não ha vestigios. El-rei D. Manuel deu-lhe novo foral, em Lisboa, a 29 de março de 1514. D. Pedro I havia dado Arraiollos e Pavia a Rodrigo Affonso de Sousa, e novamente se apo-

derou d'ellas, sem que d'um e d'outro successo se conheçam as circumstancias. El-rei D. Fernando, subindo ao throno, mandou de Santarem, em 1367, que as referidas terras lhe fôssem restituidas. Rodrigo Affonso de Sousa falleceu sem descendencia legitima, e D. Fernando, para satisfazer os desejos da rainha D. Leonor Telles, deu aquelle senhorio com o titulo de conde a D. Affonso Pires de Castro (V. *Arraiollos, conde de).* D. João I, depois da morte de D. Alvaro, cedeu aquelle dominio a Fernão Alvares Pereira, irmão do condestavel D. Nuno Alvares Pereira, conjunctamente com os de Pavia e Alvito, de juro e herdade. Morrendo Fernão Alvares, a villa foi cedida a D. Nuno. Em 14 de março de 1526, estando em Arraiollos o duque de Bragança, D. Jayme, como senhor da terra e do reguengo, celebrou novo contrato com os povoadores. Nas luctas da independencia, quando os hespanhoes tomaram Evora, entraram tambem em Arraiollos, e lançaram fogo ao castello, que continha muitas casas de habitação dentro das suas muralhas. No reinado de D. João IV fôram reparadas as muralhas, castello e barbacã para defeza da villa, que tornou a ser restaurada com o auxilio dos habitantes, que fizeram quanto podiam. Em 1655 estava novamente arruinado. Em 1663, D. João d'Austria, general castelhano, marchando á frente do seu exercito, assaltou a cidade d'Evora. Arraiollos, estando completamente desguarnecida, não podendo resistir, mandou prestar obediencia ao general castelhano em 13 de maio, no sitio da Venda do Duque, quando o exercito marchava de Estremoz para Evora. Levada pelo impulso geral a villa d'Arraiollos não duvidou impôr aos seus moradores o tributo do real d'agua para a reformação do castello; mas, como este dinheiro se havia de cobrar demoradamente, alcançou uma provisão d'el-rei, em 23 d'agosto de 1664, para poder contrahir um emprestimo do cofre dos orphãos, que seria pago pelo primeiro dinheiro recebido d'aquelle imposto, o qual terminaria apenas a fortificação estivesse concluida e o emprestimo pago. O tributo foi recebido, mas a obra ficou por fazer, porque o dinheiro applicou-se ás fortificações d'Evora. O abandono do castello continuou, e desde então nunca mais foi habitado nem restaurado. Em 1833 serviu o pateo do paço de cemiterio das victimas da *cholera morbus*, mas depois o cemiterio foi transferido para o claustro do convento de S. Francisco. Além d'este convento, houve tambem em Arraiollos um outro, de frades loios, fundado por João Garcez, em 1527, o qual foi construido n'uma quinta do fundador, intitulada Valle Formoso. Tinha hospital. A freguezia actual é N. S.ª dos Martyres, conforme dissémos; fica dentro do castello e fóra da povoação. Os arcebispos d'Evora são os priores e apresentavam o reitor; tem quatro beneficiados. No antigo regimen a villa tinha voto em côrtes com assento no decimo quinto banco. Pertence á 4.ª div. militar, 7.ª brigada, grande circumscripção militar do sul, e ao districto de recrutamento e reserva n.º 11, com a séde em Setubal. O conc. comprehende 8 freguezias com 8.009 hab., sendo 3.931 do sexo masc., 4.078 do fem., n'uma superficie de 58:761 hect. As freguezias são as seguintes: Arraiollos, N. S.ª dos Martyres, 2.623 hab.: 1.192 do sexo masc. e 1.431 do fem.: Cafanhoeira, S. Pedro, 819 hab.: 452 do sexo masc. e 367 do fem.; Egrejinha, N. S.ª da Consolação, 747 hab.: 295 do sexo masc. e 452 do fem.; Sant'Anna do Campo, 540 hab.: 295 do sexo masc. e 245 do fem.; Santa Justa, 460 hab.: 221 do sexo masc. e 239 do fem.; S. Gregorio, 614 hab.: 291 do sexo masc. e 323 do fem.; Vidigão, N. S.ª da Encarnação, 416 hab.: 248 do sexo masc. e 168 do fem.; Vimieiro, N. S.ª da Encarnação, 1.790 hab.: 937 do sexo masc. e 853 do fem. As freguezias de Sant'Anna do Campo, e do Vimieiro teem caixa post. Arraiollos tinha um celleiro commum muito antigo, que foi abolido por um decreto de setembro de 1870, *ficando os bens, direitos e acções, sujeitos á lei commum, no dominio e posse de quem pertencer.* Gozava do privilegio da Casa de Bragança, para não serem os seus moradores citados para fóra d'este juizo. O antigo brazão era uma cabeça na fórma d'uma esphera, em memoria de *Rayeo*, brazão que ainda usam alguma corporações d'aquelle concelho. Hoje segundo os melhores auctores, são as armas reaes de Portugal mettidas n'um escudo. Nos arrabaldes ha algumas hortas e pomares, regadas pelas ribeiras de Odivor, Pontega, e da Vide, as quaes criam peixe miudo, e fazem trabalhar varios moinhos. Houve em Arraiollos uma fabrica de tapetes, que muito prosperou no seculo XVIII, tendo os seus productos grande extracção no paiz e nas nossas possessões ultramarinas (*V. Tapeçaria*). A villa tem Misericordia, um hospital da invocação do Espirito Santo, e umas seis ermidas nos suburbios, escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, lettras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. Sul. Feiras annuaes, muito importantes, de gado bovino, a 13 de junho e no segundo domingo de julho; *Associação de soccorros mutuos Monte-pio de Nossa S.ª dos Martyres*, hoteis, pharmacia, sociedades de recreio: *Recreativa Arraiollense* e *União Arraiollense*; uma fabrica de telha e tijolo. O principal commercio do conc. é legumes, hortaliças, cereaes, azeite, vinho, laranja e cortiça. Diz-se que, em fevereiro ou março de 1868, cavando uns trabalhadores terra d'um lavrador, encontraram um sarcophago romano Era um caixão de marmore liso, sem ornamento nem inscripção. Conhece-se que fôram serradas as pedras de que é formado. Estavam todas em seus logares, mas sem cimento algum, e apenas ligadas por tres peças de ferro, que engatavam nas pedras lateraes, por baixo da pedra superior, que servia de tampa. Uma camada de tijolos cobria todo o sarcophago. Dentro estavam alguns ossos humanos, e na pedra do fundo algumas manchas denegridas, em correspondencia ás partes mais salientes do corpo, que as haviam produzido com os humores acidos da decomposição cadaverica. Encontrou-se tambem uma moeda de cobre do tempo do imperador Augusto. O sarcophago appareceu no sitio chamado Villa Ladra, a 1 k. de Arraiollos, da parte de sudoeste. N'este mesmo logar se tem achado alguns raros vestigios romanos, e ha perto de 40 annos se encontrou uma moeda de ouro gotica. Os ferros, um fragmento de marmore e um tijolo romano, existem na bibliotheca publica d'Evora. Em Arraiollos nasceu, em 1809, Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, formado em medicina, 1.º official da secretaria da administração

geral d'Evora, hoje governo civil, e bibliothecario da bibliotheca publica da mesma cidade (*V. Rivara*). Em Arraiollos ha aguas mineraes que, apesar de não estarem em exploração, se teem applicado com vantagem para a dyspepsia; as do monte do Carrascal, pertencentes a Joaquim José de Mattos Fernandes, e a da fonte chamada da *Fome*, na herdade da Mesquita, pertencente a José Joaquim Franco; para a anemia as da horta dos Mosqueiros, pertencentes á viuva Rivara. Até á actualidade tem-se publicado sómente o seguinte jornal, n'esta villa: *Imparcial de Arraiollos* (*O*), 8 de novembro, 1897; durou cerca de tres annos. Para a historia da villa d'Arraiollos pódem-se consultar as *Memorias*, escriptas por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, insertas no *Panorama*, vol. 10, publicado em 1853, pag. 122, etc. || Ribeira do distr. d'Evora. Nasce perto da villa do seu nome e entra no Divor, depois de 10 k. de curso.

Arraiva. Pov. da freg. de N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Arramada. Abrigo usado no Alemtejo para recolher o gado de trabalho em tempo invernoso, afim de lhe ser ahi ministrada alguma palha como supplemento ao pasto que então escasseia; é feito de colmo e ramos de arvores seccas.

Arramada (*Monte da*). Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alvalade, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Arramada do Monte da Vinha. Logar na freg. de Santa Cruz, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Arramadas. Pov. na frg. de S. Bartholomeu da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Arramadinhas (*Monte das*). Na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. d'Odemira, distr. de Beja.

Arrancada. Designavam-se assim antigamente as expedições militares, que se dirigiam contra os moiros e outros inimigos.

Arrancada. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição de Febres, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de N.S.ª d'Assumpção, de Querença, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Redinha, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Vallongo, conc. d'Agueda, distr. d'Aveiro. Tem est. post. permutando malas com Agueda. || Casal na freg. de Santa Maria Magdalena, de Bemposta, conc. de Abrantes, distr. de Santarem || Casal na freg. de Santa Maria, de Pinheiro Grande, conc. de Chamusca, dist. de Santarem. || Casal na freg. de S. Torquato, conc. de Coruche, distr. de Santarem, || Pequeno rio da Beira Baixa. Nasce na serra de S. Vicente de Beira e morre no rio de Val de Sando, no sitio da Virgem Garrida. Suas margens são cultivadas e teem muito arvoredo fructifero, oliveiras e arvores silvestres.

Arrancanes. V. *Arrecadas*.

Arrancoeira. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Arrancosa. Pov. da freg. de S. João Baptista. de Avões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Arranhada (*Monte da*). Na freg. de N. S.ª das Reliquias, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Arranhadouro. Pov. na freg. de S. Pedro de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Sequeira, conc. e distr. de Braga. || Herdade na freg. de S. Romão, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora.

Arranhó. Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. da Estremadura, conc. de Arruda dos Vinhos, com. de Villa Franca de Xira, distr. e patr. de Lisboa; 1.443 hab. e 278 fog. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada em terreno montuoso, mas fertil. O cura era apresentado pelo prior de S. Christovam, de Lisboa, e tinha de congrua um moio de trigo, tres alqueires de cevada, uma pipa de vinho e 4$500 réis em dinheiro. Tendo sido supprimido o conc. de Arruda dos Vinhos, pelo decreto de 26 de setembro de 1895, Arranhó foi annexado ao conc. de Villa Franca de Xira, voltando para o d'Arruda, depois d'este ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr, do recrutamento e reserva n.º 5, com a séde em Lisboa. Tambem é conhecida esta povoação pelo nome de *S. Lourenço d'Arranhó* e *Arranhó de Cima*. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Gallegos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. | Pov. na freg. de S. Mamede, de Marrancos, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Arranqueira. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, e conc. de Villa do Rei, distr. de Castello Branco.

Arrão de Baixo e de Cima. Dois casaes na freg. de Santo Ildefonso, de Montargil, conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre.

Arras (*Quinta dos*). Na freg. de Santa Maria da Varzea de Tavares, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Árras. Certa quantia que o marido promette á mulher para seu sustento e tratamento se ella lhe sobreviver. | Signal e penhor de cumprir qualquer contracto. Refens. *V. Arrhas*.

Arrás. Tapeçaria antiga, com desenhos e figuras de côres brilhantes, para ornamentar casas, templos, etc. Em Portugal fôram vulgares os pannos de raz ou arrazes, com que se armavam e decoravam as salas dos palacios dos fidalgos, as egrejas e as casas dos burguezes ricos. As tapeçarias de toda a especie eram dos objectos mais apreciados do luxo medieval e da renascença. Nos inventarios do recheio das casas fidalgas e abastadas apparecem as verbas respectivas. Eram opulentos em pannos de arrás os marquezes de Villa Real, os duques de Aveiro e de Bragança. Os viajantes nacionaes e estrangeiros, que em todas as epocas correram o paiz, notaram essa grande variedade e abundancia de tapeçarias. No seculo XVI, no palacio real da Alcaçova, onde residia D. Sebastião, havia entre outras tapeçarias um bellissimo panno de Flandres com a imagem da virtude segurando pelos cabellos a fortuna. Os quartos do joven rei eram forrados com pannos de raz, em que avultavam personagens e episodios do Velho Testamento. No seculo XVII ainda eram magnificos os arrazes que se viam nas paredes da sala das sessões do senado da camara de Lisboa. Representavam a vida do imperador Constantino e tinham custado dezeseis mil cruzados. Nos paços de Villa Viçosa havia pannos de arrás rarissimos de oiro e seda, representando

as victorias e feitos notaveis do condestavel D. Nuno Alvares Pereira; outros chamados dos Planctas, por os terem figurados; outros com toda a extensa historia de David e Saul, de inestimavel valor e arte. De todos elles se encontram noticias em varios autores, taes como: Diogo Ferreira de Figueirôa, no seu *Epitome das festas que se fizeram no casamento do serenissimo Principe Dom João*, duque de Bragança, Evora, 1633; o sr. Ramos-Coelho na sua *Historia do infante D. Duarte*, tomo I, pag. 137, Lisboa, 1889; o sr. visconde de Castilho (Julio) na sua *Lisboa Antiga*; Vilhena Barbosa nos seus estudos archeologicos; o sr. D. José Pessanha, no *Occidente*, vol. XIX pag. 7, etc. No palacio de Queluz existem dois pannos de armar com o caracter do seculo XVI, encimados com as armas nacionaes e tendo na orla inferior uns disticos em portuguez, como vem referido no livro do sr. Sousa Viterbo *Artes e Artistas em Portugal*, Lisboa, 1892. Ainda em varias casas se encontram alguns pannos de arrás. Os do palacio dos Aguilares, em Elvas, são de grandes figuras e representam o filho prodigo. São muito bons os que se guardam no palacio Ficalho, a S. Caetano, e no da sr.ª marqueza de Rio Maior, ambos n'esta capital. V. *Tapeçaria*.

Arrau. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Nespereira, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Arrayollos. V. *Arraiollos*.

Arreaes. Pov. na freg. de S. Martinho, de Espiunca, conc. de Arouca, distr. d'Aveiro.

Arreal. Termo antiquado. Arraial, acampamento. «Em 1386, achando-se D. João I no *arreal* de sobre Chaves recompensou os bons serviços do seu vassallo João Rodrigues Pereira dando-lhe Baltar, Paço e Penafiel de *juro e herdade*, com a jurisdicção civel e crime, mero e mixto imperio; reservando só a correição e alçada», conforme consta d'um documento existente na camara do Porto.

Arreaz. Peça de arreio na cavallaria. Chama-se assim á fivéla sem charneira, nem fusilão, pegada ao vaso da sella, por onde passam os loros dos estribos.

Arrebenta. Pov. da freg. de Santo André, e conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Arrebentanito. Pov. na freg. e concelho de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Arrebentão. Ilha de Santa Maria; freg. de Santa Barbara, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Athães, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Arrebitado. Pov. na freg. de S. Thiago, de Burgães, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto.

Arrecadas. Brincos, argolas usadas moderna e antigamente para ornamento das orelhas; primeiro pelas mulheres do povo e depois tambem pelas senhoras de qualidade. Antigamente houve arrecadas de *pensamentos* pela sua demasiada finura; de *bicha*, pela figura de uma cobrinha; e de *alfinete*, que se mettiam nos buracos das orelhas e se não fechavam. Parece, segundo Viterbo no seu *Elucidario*, que as arrecadas ou *arrancanes* fôram tambem ornamento de homens em tempos antigos. Assim, no testamento de D. Sancho I, feito no anno de 1209, veem mencionadas com aquelle ultimo nome. V. *Brincos*.

Arreçaio. Pov. na freg. de Santa Eulalia, conc. d'Arouca, distr. d'Aveiro.

Arreçal. Tralha inferior dos quartos das armações redondas de Peniche.

Arreces (*Quinta de*). Na freg. de S. Thiago e S. Matheus, e conc. de Sardoal, distr. de Santarem.

Arrecha. Pov. na freg. de S. Miguel, das Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Arrechada. Pov. na freg. de Santo Aleixo, de Unhaes da Serra, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Arreciada Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, conc. d'Arronches, distr. de Portalegre.

Arreciadas. Pov. da freg. de S. Miguel do Rio Torto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Arredores. Logares em volta e a pequena distancia de alguma cidade ou villa. V. *Arrabalde*.

Arregaça. Pov. da freg. de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra.

Arregada. Serra da prov. do Douro, ramo da de Agrella. E' secca, pedregosa e esteril. Só produz matto e tem alguma caça miuda.

Arreganhada (*Quinta da*). Na freg. de N. S.ª dos Córos, de Teixoso, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Arreganhado (*Monte do*). Na freg. de S. Salvador, e conc. d'Ourique, distr. de Beja.

Arregata (*Casal da*). Na freg. de N. S.ª d'Alva, e conc. d' Aljezur, distr. de Faro.

Arreigada. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Paços de Ferreira, distr. e bisp. do Porto; 374 hab. e 93 fog. A pov. dista 4 k. da séde do conc. Estava na antiga honra de Frazão. O seu orago era S. Pedro e S. Felix, pelo que lhe chamam corruptamente *S. Perofins*. O prior dos cruzios da Serra do Pilar, apresentava o cura. Tinha de rendimento 40$000 réis em dinheiro e o pé d'altar. Passa aqui o rio Sousa. A pov. produz principalmente milho e painço. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 18, com a séde no Porto.

Arreigada. Pov. da freg. de Santo André, de Marecos, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Arreigadas (*Quinta das*). Na freg. de S. Gonçalo, de Valença do Douro, conc. de Taboaço, distr. de Vizeu.

Arreigota (*Monte da*). Na freg de N. S.ª d'Assumpção, e conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Arreinella de Baixo e de Cima. Duas quintas na freg. de S. Thiago, d'Almada, distr. de Lisboa.

Arrelhano. Appellido nobre em Portugal, cuja familia usava d'umas das armas indicadas no appellido *Arelhano* (V. *este nome*), mas com a differença da orla do escudo ser carregada de oito flôres de liz de ouro.

Arremaladiço. Pov. na freg. de Sando André, de Varzea da Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Arremedilho. Assim se designavam antigamente os entremezes e as farças. Já nos documentos, nas leis, nas chronicas dos diversos reinos das Hespanhas, affirma Herculano, se encontram não raras memorias d'esses domesticos representadores de momos, arremedilhos e escarneos. Dos principios da monarchia portugueza ha noticia de certas representações, que sob a designação de *arremedilhos* eram assumpto de muito folgar, e tanto que se offereciam como *rébora* ou confirmação de doações. Viterbo, no *Elucidario*,

diz que no anno de 1193 el-rei D. Sancho I, com sua mulher e filhos fizeram doação de um casal, dos quatro que a corôa tinha em Canellas de Poyares do Douro, ao farçante ou bobo, chamado Bonamis e a seu irmão Acompaniado, para elles e seus descendentes. O respectivo documento terminava: *pro roboratione unum arremedillum*. O arremedillho não passaria certamente da imitação mimica de algumas personagens ou casos conhecidos. De um certo Rodrigo Alvares se encontra noticia de que, em tempo de D. João II, elle fazia graças, imitando um prégador italiano, arremedava os judeus nas suas praticas religiosas, contrafazia qualquer coisa a que respondia o juiz e o escrivão em tom de cantochão; com a solemne magestade do *Prefacio* ou *Vere dignum* dizia a lamentação de um clerigo que roubaram em um caminho, e tambem em cantochão dizia a paixão de um frade e de uma freira. Da evolução d'estes arremedos, momos, danças mimicas, touras, guinolas, etc. sahiram as representações publicas e particulares, que tão brilhantemente se iniciaram com Gil Vicente.

Arremeça ou Arremessa. Pov. da freg. de N. S.ª do Soccorro, de Paçô, conc. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Viauna do Castello.

Arrendamento. Pov. na Ilha de S. Miguel, freg. do Espirito Santo, de Maia, conc. de Ribeira Grande, distr. de Ponta Delgada. || Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Norte Grande, conc. de Vélas, distr. d'Angra do Heroismo.

Arrenegada. Monte na freg. de Santa Maria, e conc. d'Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. d'Odemira, distr. de Beja.

Arrenegados *(Monte dos)*. Na freg. de N. S.ª das Candeias, e conc. de Mourão, distr. d'Evora.

Arrentella. Pov. e freg. de N. S.ª da Consolação, da prov. da Extremadura, conc. e com. do Seixal, distr. e patriarc. de Lisboa; 1430 hab. e 331 fog. Está situada em uma ponta ou lingua de terra, que cercam dois braços de mar, um pelo E., chamado *rio de Coina*, que finda na villa d'esse nome; outro pelo O., que vem findar proximo d'Arrentella. Junto do rio Coina estão situados dois grandes armazens do Estado, e na praia contigua muita madeira soterrada para construcções navaes. A este logar chama-se Azinheira. Voltando d'este ponto para o sul segue o rio de Coina na extensão d'uma legoa, em cuja margem se notam algumas intercepções devidas a pequenas enseadas que faz o mesmo rio, e que dão serventia publica e particular a differentes quintas. Diz-se que o seu nome vem de *arrenta tellos*, por ser terra levantada e despenhada, para a parte do mar. Outros dizem que o seu primitivo nome era *Aventella* por ser muito varrido dos ventos. Outros, finalmente, querem que se chamasse antigamente *Arentella* ou *Areentella*, por causa dos seus areaes. Tem caixa postal, permutando malas com o Seixal; escola para o sexo masc., sociedades de recreio: philarmonicas *Honra e Gloria*, *Arrentellense* e *Fabril Arrentellense*, pharmacia, etc. E' pov. antiquissima, e julga-se que já existisse no tempo dos moiros. Pertence á 1.ª div mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 2, com a séde em Lisboa. De Arrentella se avista um bonito panorama, Lisboa desde Chellas até Alcantara, Almada, Pragal, Caparica, Amora, Cezimbra, Palmella, e a Serra d'Arrabida. A matriz é d'uma só nave e toda de abobada. Até 1834 o cura era annual e apresentado pelo povo. Tinha a renda da porta da egreja, um quarto de vinho que lhe dava o monte do dizimo d'Almada, e tres potes de vinho de cada pessoa da freguezia, que o lavrava. Isto, o pé de altar e mais benesses, rendiam uns 200$000 réis. Tem hospital. Quasi todas as terras d'esta freguezia se compõem de vinhas, pelo que ha muito e bom vinho. Tambem produzem bastante azeite. Para o lado do sueste estende-se a freguezia uns tres quartos de legoa, tudo pinhal, pertencente aos frades jeronymos, de que depois fôram proprietarios os herdeiros de Abraham Wheelhouse. Os frades tambem possuiam marinhas de sal. Arrentella é terra muito abundante de peixe. Encontram-se ali muitas e boas quintas, e grande commercio com Lisboa, pelo Tejo. Foi annexada ao conc. do Barreiro por decreto de 26 de setembro de 1895, mas voltou para o de Seixal, por ter sido restaurado em virtude do decreto de 13 de janeiro de 1898. Em Arrentella existe uma importante fabrica de lanificios proximo ao logar da Torre da Marinha, em sitio muito pittoresco á beira do Tejo. Os seus productos teem grande reputação no mercado, pela sua perfeição e variedade. Começou por um lavadouro de lãs, que no principio do seculo XIX, ali estabeleceu um francez, chamado André Durrieu, para o que aforou alguns terrenos aos frades carmelitas accrescentando o seu estabelecimento com armazens, casas e brejos. Depois, em 1831, o governo de D. Miguel comprou a propriedade por tres contos de réis, e estabeleceu-se ali uma fabrica de mantas para o exercito, fabrica que em 1834 se acabou, fechando-se os armazens que já estavam bastante arruinados. Com a extincção das ordens religiosas, as propriedades que pertenciam aos frades, fôram consideradas bens nacionaes, e a propriedade d'Arrentella foi vendida por diminuto preço a João Rodrigues Blanco, que a renovou para estabelecer uma fabrica de estamparia de algodões, a qual prosperou por muito tempo, até que decahiu com a alteração dos direitos da pauta. Esteve então fechada por alguns annos, e em 1855, Julio Caldas d'Aulete formou uma parceria mercantil, com o capital de 160 contos, em acções de 100$000 réis, para se fundar uma fabrica de lanificios. Começaram logo as edificações necessarias, compraram-se machinas para trabalhar a vapor, e em 1858 principiou a fabricar, produzindo logo no primeiro anno 10:650 metros de pannos pretos, azues e mesclas. Em 1859 entrou para gerente administrador d'esta parceria Manuel Egreja, que lhe deu grande impulso, produzindo logo n'esse anno 21:475 metros d'aquellas e outras fazendas e diversas casimiras de côres. Em 1861 produziu 40:000 metros, e os seus productos attingiram tal perfeição, que a fabrica apresentou na exposição industrial do Porto um variado sortimento de pannos avelludados, casimiras e castorinas de diversas côres, mesclas finas e ordinarias, tudo escolhido no seu deposito, e não fabricado expressamente para a exposição. A fabrica foi uma das premiadas. Em 19 de maio do referido anno de 1861 a parceria foi transformada em companhia com o capital de 200 contos. Tem uma machina a vapor da força de 48 cavallos, que trabalha continuamente e com toda a sua força. E' a primeira que se fez

em Portugal, na officina Perseverança. Tem mais seis machinas de fiação com 1:560 fusos, 32 teares mechanicos e varios manuaes, machinas de lavar, cardar, etc. Possue além d'isso as precisas officinas de serralheria e carpintaria. Em 1862 calculava-se em 150 contos de réis o valor dos edificios, machinas, utensilios lãs em deposito, etc. A existencia d'esta fabrica tem contribuido muito para a prosperidade da pov. de Arrentella. O edificio é separado das outras officinas. Consta de tres pavimentos. No terreo está o motor, o lavadouro e a tinturaria. No segundo os teares, no terceiro a fiação e trabalhos de acabamento. Além da medalha de prata alcançada na exposição do Porto em 1861, recebeu a fabrica de Arrentella medalha de cobre na de Vienna d'Austria em 1873; medalha de prata na de Paris em 1878; diploma de houra na exposição da Avenida Paris em 1888, etc

Arrenunes *(Quinta do)*. Na freg. de N. S.ª da Luz, de Carvoeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Arrepiado. Pov. da freguezia de Santa Maria de Pinheiro Grande, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Arreponte. Pov. na freg. de S. Salvador, de Dornellas, conc. d'Amares, distr. de Braga.

Arretoria Pov. da freg. de S. Bartholomeu, de Pechão, conc. de Olhão, distr. de Faro.

Arrezina de Dentro e Arrezina de Fóra. Dois casaes na freg. de Santa Maria, de Pinheiro Grande, conc. da Chamusca distr. de Santarem.

Arrhas. Quantia ou bens que o noivo assegura, por contrato dotal, á esposa, para sua alimentação e tratamento no caso de lhe sobreviver. Dinheiro de signal que se dá em segurança de um contrato ou penhor; *Dar arrhas a alguem*, exceder-lhe, ser-lhe superior, ter-lhe vantagem. *Arrhas por fôro d'Hespanha*, narrativa historica, 1391-1392, por Alexandre Herculano, publicada no tomo I das *Lendas e narrativas*. N'este interessante estudo historico pinta admiravelmente o grande historiador os amores d'el-rei D. Fernando e de D. Leonor Telles.

Arriacha da Cimeira. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Belver, conc. de Gavião, distr. de Portalegre.

Arriacha Fundeira. Pov. da freg. de N. S.ª da Visitação de Belver, conc. de Gavião, distr. de Portalegre.

Arriaga. Segundo o autor hespanhol Jeronymo de Vila, na 3.ª parte da *Historia e brazões de armas*, a fl. 108, tit. Arriaga, teve esta familia o seu primitivo solar no povo de Alza, perto da cidade de S. Sebastian, provincia de Guipuzcoa, onde, como escreve o mesmo autor, se distinguiu sempre, não só nas honras como pelos seus feitos illustres. Nas historias nobiliarias de Hespauha, e como o certifica D. João de Mendonça, chronista e rei d'armas de Carlos II em 1678, figura como uma das mais autigas casas do reino visinho, tornando-se já notavel no tempo dos romanos, na forte opposição que a provincia de Guipuzcoa fizera ao consul Quinto Publio, que no senado romano enviara contra os segedanos no anno de 601 da fundação de Roma. Diz o referido D. João de Mendonça, que elle floresceu por largo tempo, conquistando quantas honras e grandezas gosam as familias illustres e propagando-se um muitos heroes e não poucos ramos, celebrados pelos historiadores hespanhoes, e adornados de actos positivos e distinctos de nobreza e uuião com as mais nobres casas de Hespanha. Entre os homens illustres d'esta familia cita a Sebastião Arriaga, um dos 500 infanções fidalgos, que entraram na batalha das Navas de Tolosa, ao serviço do rei D. Affonso o *Nobre*, juntando ás suas armas a cruz gloriosa, que n'ella appareceu como auxilio divino, segundo a tradição. As armas da familia Arriaga são um escudo partido em faxa, tendo no quartel superior em campo azul uma arvore verde com dois fructos roxos, e ao lado dois escudetes roxos em fórma de coração, um em cada lado; e no quartel inferior em campo de ouro uma cruz aberta em fórma das de Calatrava, brazão que juntou ás suas primitivas armas, depois da batalha das Navas de Tolosa. Salvador Arriaga, tendo passado á cidade de Bayona, ali casou com M.me de Heribaron nas casas chamadas de *Berrendi*.

Arriaga *(João de)* Foi um dos fidalgos que emigraram do norte para o Fayal, como consta da historia dos Açôres. N. em 1652. Era filho de Salvador d'Arriaga e de sua mulher, madame de Heribaron. João d'Arriaga casou com D. Catharina de Brum da Silveira, filha de Pedro Brum da Silveira e de D. Maria Brum da Silveira, a herdeira e successora de seu irmão, Amaro Brum da Silveira, 6.º neto de Jorge da Terra, senhor e possuidor da terça instituida em vinculo por este ultimo em 1516. A familia Terra Brum da Silveira descende dos primeiros donatarios das ilhas do Fayal e Açôres, que ella representa hoje, é das mais antigas de Portugal, e são seus actuaes represeutantes as familias Terra, Canto e Arriaga. D'aquelle consorcio nasceu José de Arriaga, que foi casar se a França com m.elle Catharina Naudin, filha de Claudio Egydio Naudin e de m.me Luiza de Pyrelongue, filha de Pedro de Pyrelongue, director geral que foi da companhia das Indias Orientaes e Occidentaes da França. V. *Arriaga Brum da Silveira (Miguel).*

Arriaga *(Joaquim Pinto de Magalhães, 1.º visconde e 1.º conde de)*. Fidalgo da Casa Real; do conselho d'el-rei D. Luiz; deputado, par do reiuo, vogal da junta consultiva do ultramar e do conselho ultramarino; juiz de 2.ª instancia no quadro de magistratura; juiz e presidente da Relação de Loauda em 1855, e juiz de direito em Moçambique, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, proprietario abastado em Cintra e Collares. N. em Alijó a 6 de julho de 1819, fal. em Lisboa a 17 de dezembro de 1892. Era filho de Joaquim Pinto de Magalhães, 1.º visconde da Ribeira d'Alijó (V. *este titulo)* e de sua mulher, D. Leonor de Mesquita Gouveia de Castro Souto Maior. O conde d'Arriaga, contando 21 annos de edade, em 6 de julho de 1840, concluiu o curso universitario. Durante dois annos foi delegado em Alijó, e em 1844 teve o despacho de juiz para o ultramar, e serviu na comarca de Moçambique; em 1850 foi nomeado governador d'esta provincia pelo duque, então marquez, de Loulé, que o distinguiu sempre com particular amizade; e completando o triennio veiu á metropole, não acceitaudo a presidencia da relação de Loanda por ter sido eleito deputado por Moçambique. Foi esta a sua primeira entrada no parlamento. Filiado no partido regenerador, era amigo muito considerado de José Estevão Coe-

lho de Magalhães, do conhecido jornalista Antonio Rodrigues Sampaio, e do grande estadista Fontes Pereira de Mello. Em legislaturas successivas teve sempre logar na camara dos deputados sendo eleito pelo circulo da sua naturalidade, d'onde nunca poude ser desalojado, apesar da lucta que em 1879 sustentou contra os progressistas, que estavam então no poder. O conde de Arriaga foi nomeado vogal effectivo do conselho ultramarino, e depois, quando em 1870 se extinguiu aquelle tribunal, passou na mesma categoria a servir na junta consultiva do ultramar. Por carta régia de 29 de dezembro de 1881 foi elevado ao pariato, tomando posse na respectiva camara na sessão de 4 de fevereiro de 1882. Nas duas casas do parlamento usou por muitas vezes da palavra mostrando-se muito conhecedor das questões de administração ultramarina, e publicando um folheto sobre Moçambique, em que se previram alguns episodios da questão ingleza. Soldado enthusiasta do seu partido, acceitou por dedicação partidaria, a propriedade da *Revolução de Setembro,* fundada por José Estevão e glorificada por Sampaio, e como promettera a José Estevão nunca deixar passar a mãos estranhas o jornal, sustentou-o sempre, apesar de muitos sacrificios e de soffrer bastantes dissabores. O conde de Arriaga foi um dos directores da Companhia das Aguas de Lisboa e pertenceu aos corpos gerentes de outras empresas de credito. Fontes Pereira de Mello passava muito tempo na quinta d'Arriaga, importantissima propriedade que possuia em Collares o conde d'aquelle titulo. Foi na capella d'essa quinta, que se celebrou em dezembro de 1876 o casamento do distincto parlamentar com D. Elisa Adelaide Esteves Guimarães, filha de Antonio Esteves Costa, fidalgo da Casa Real, e proprietario. Foi agraciado com o titulo de visconde por decreto de 17 e carta de 26 d'outubro de 1871, e com o de conde no anno de 1890. O conde d'Arriaga tinha a commenda da ordem de N. S.ª da Conceição, a carta de conselho, e era official da ordem da Rosa do Brazil. O brazão foi concedido ao 2.º visconde da Ribeira de Alijó, irmão mais velho do conde d'Arriaga, por alvará de 28 d'agosto de 1860. Consta do seguinte: Escudo esquartelado, no primeiro quartel as armas dos Mesquitas, em campo de ouro cinco cintas de vermelho postas em banda, com tachões de fivélas de prata nilados, e uma bordadura de azul, com sete flôres de liz; no segundo as armas dos Castros, dos antigos condes de Bastos e de Monsanto, em campo de ouro treze arruellas de azul em tres palas; no terceiro quartel as armas dos Pimenteis, em campo verde cinco vieiras de prata postas em santor, com orla de prata carregada de oito cruzes potenteas, ou patras, de vermelho; no quarto, as armas dos Gouveias, escudo partido em pala; na primeira, em campo vermelho, seis bezantes de prata, entre uma cruz dobre e bordadura de oiro; na segunda, em campo de prata, seis arruellas de azul. A condessa d'Arriaga, viuva, falleceu a 15 d'agosto de 1898.

Arriaga (*José de*). Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, e escriptor contemporaneo. N. na cidade da Horta, ilha do Fayal, a 8 de março de 1848. E' filho de Sebastião de Arriaga Brum da Silveira e de D. Maria Christina de Arriaga Caldeira. Foi para Coimbra em 1861, começar os estudos preliminares; em 1864 matriculou-se na Universidade e recebeu o grau de bacharel em 1869. Pouco tempo depois foi despachado conservador do registo predial para a comarca de Armamar, d'onde passou para a de Rezende, e d'ahi para Benavente, d'esta para a de Moura, e depois para a de Reguengos, de que foi exonerado por não tomar posse. Desde os bancos da Universidade tem-se dedicado a estudos historicos e litterarios, e collaborado em diversos jornaes: *Democracia, Era Nova* e na *Folha do Povo*, onde publicou uma serie de artigos de propaganda historico-politica e de direito publico. No jornal *Os perfis artisticos* inseriu uma serie de artigos ácerca do movimento revolucionario da musica moderna. *Os perfis artisticos,* em nova serie, receberam o titulo de *Perfis litterarios e artisticos*, sendo José d'Arriaga encarregado da direcção pela empreza editora. Redigiu o prospecto com o fim de se entregar á apreciação dos artistas portuguezes mais distinctos antigos e modernos, dos monumentos nacionaes, e de lançar as bases d'uma historia da arte em Portugal; mas, apenas escreveu a biographia de Machado de Castro, e a noticia da grandiosa obra d'este insigne estatuario, o monumento d'el-rei D. José, sahiu do jornal. José d'Arriaga tem os seguintes escriptos: *A politica conservadora e as modernas allianças dos partidos politicos portuguezes,* Lisboa, 1880; *A Inglaterra, Portugal e suas colonias, dedicado á commissão executiva do centenario do marquez de Pombal,* Lisboa, 1882; *As raças historicas na Lusitania,* é n.º 55 da setima serie da *Bibliotheca do povo e das escolas.* Em 1870 escreveu: *A influencia do christianismo nas idéas modernas*, na qual toma por typo das duas raças principaes em que está dividida a Europa: a França e a Allemanha, tratando do movimento philosophico, moral, litterario, artistico e politico d'aquellas duas nações. Estando ainda em Coimbra escreveu um opusculo apropo sito, intitulado: *Questão iberica e o Saldanha,* onde põe em evidencia as condições antonomicas do nosso paiz, e patenteou o seu ardente amor patrio. A sua obra principal é a *Historia da Revolução de 1820,* que foi publicada no Porto, pelos editores Lopes & C.ª, typ. Occidental, 1886 1889. O prologo do *Catalogo dos manuscriptos da antiga livraria dos marquezes de Alegrete, dos condes de Tarouca e dos marquezes de Penalva,* Lisboa, 1898, é trabalho de José de Arriaga, que tambem elaborou o mesmo catalogo.

Arriaga (*Manuel de*). Advogado distincto, poeta, escriptor e antigo deputado. N. na cidade da Horta, na ilha do Fayal; era filho de D. Sebastião de Arriaga Brum da Silveira. e de D. Maria Christina de Arriaga Caldeira. Matriculado no Universidade de Coimbra, na faculdade de direito, fez um curso brilhantissimo, affirmando-se logo nas lições dos primeiros annos como tribuno, revelando as mais distinctas qualidades oratorias a par de não menores qualidades de talento. Esta affirmação parte do segundo anno do curso, quando uma vez, como premiado, deu uma lição a respeito dos direitos do infante D. Miguel de Bragança, direitos que o joven estudante, valendo-se de todos quantos argumentos poude, combateu fortemente. Desde os primeiros annos da sua mocidade, habituou-se a um incessante e aturado trabalho, leccionando em

Coimbra, conseguindo assim a muito custo, não só fazer a sua formatura, como ainda auxiliar seu irmão mais novo até ao 3.º ou 4.º anno. Terminando o curso, o dr. Manuel de Arriaga veiu para Lisboa e abriu banca de advogado, e, com a fama que já o acompanhava, facilmente se tornou bem conhecido pelas causas de que se encarregava com a maior felicidade, sendo considerado como um dos melhores advogados de Lisboa. A sua fama de tribuno tambem se tinha accentuado de fórma que a cidade do Porto o mandou convidar para orar n'um *meeting*, ao que elle accedeu, sendo na cidade invicta o alvo das mais vivas demonstrações de sympathia. O dr. Manuel d'Arriaga apresentou-se n'um concurso para a 10.ª cadeira da Escola Polytechnica, e publicou em 1866 a sua dissertação: *Sobre a unidade da familia humana debaixo do ponto de vista economico*. Fez concurso tambem para uma cadeira de historia no actual Curso Superior de Letras, mas foi preterido por outro candidato. Durante alguns annos regeu a cadeira de inglez no Lyceu de Lisboa, onde exerceu com distincção varias commissões; foi um dos vogaes da commissão creada por decreto de 26 de agosto de 1876, para a reformada instrucção secundaria, e o seu projecto ficou approvado na generalidade pelo conselho do lyceu; está inserto na collecção de respostas mandada publicar pelo governo no anno de 1877. Ao congresso juridico reunido em 1889, celebrando as suas sessões plenarias na sala da bibliotheca da Academia Real das Sciencias, apresentou o relatorio de que fôra relator: *These—O systema penitenciario, quando exclusivo e unico, abrangerá os phenomenos mais importantes da criminalidade, e não os abrangendo, converter-se-ha n'uma instituição contraproducente e nefasta?* O relatorio foi publicado n'esse referido anno. O dr. Manuel d'Arriaga pertence ao partido republicano, a que tem prestado os mais relevantes serviços. E' um dos seus propagandistas mais enthusiastas e eloquentes, e por diversas vezes tem sido eleito deputado. Os seus discursos são notaveis, não só pelo brilho e elegancia da fórma, como pela grande elevação das idéas. Sendo eleito pela ilha da Madeira, advogou tão acertadamente os interesses d'aquelle circulo, que os madeirenses declararam que havia muitos annos não tinham tido em côrtes representante mais desinteressado e dedicado. Tem escripto muitas poesias apreciaveis, estando umas publicadas e outras aiuda inéditas. Tambem escreveu uma dissertação sobre a necessidade da intervenção das sciencias naturaes na historia universal dos povos para assental-a em bases positivas e dar-lhe um caracter verdadeiramente scientifico, a qual foi publicada em 1878. A politica e a advocacia o teem distrahido da sua grande vocação para as letras. Não ha um só club, uma só associação democratica, em que o dr. Manuel d'Arriaga não tenha orado nas suas sessões, sendo sempre escutado com o maior interesse. Tambem está publicado o discurso que o distincto orador proferiu na camara dos deputados, na sessão de 23 de junho de 1890, sobre a *questão ingleza*.

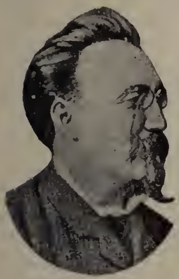

Manuel de Arriaga

Arriaga *(D. Maria Christina)*. Natural da ilha do Fayal, onde vive. Publicou em 1901 um volume de poesias: *Flores d'alma*, prefaciado pelos srs. Osorio Goulart e dr. Julio Pereira de Carvalho e Costa, procurador regio da relação dos Açôres. O producto da venda d'este livro foi destinado pela autora á fundação d'uma cozinha economica.

Arriaga *(Miguel Street de)*. Escriptor e secretario geral do governo civil da Horta; primo do dr. Manuel d'Arriaga. Traduziu a *Evangelina*, de Longfellow, e é autor de varios dramas.

Arriaga *(Sebastião de)*. Engenheiro agronomo distincto. N. no anno de 1836 e fal. em 1875. Era filho de Sebastião José de Arriaga Brum da Silveira e de D. Maria Christina de Arriaga Caldeira. Sebastião d'Arriaga foi o 15.º e ultimo morgado da casa Arriaga Brum da Silveira, por ter fallecido sem descendentes. Foi estudar a Grignon, onde fez um curso distincto, e regressando a Portugal tentou estabelecer no Alemtejo uma quinta modelo de agricultura pratica, para o que applicou toda a sua actividade e intelligencia n'um esforço nobre de patriotismo. Solicitou a protecção d'el-rei D. Luiz, e, obtendo a promessa da sua coadjuvação, começou a empresa com o enthusiasmo que o caracterisava. Partiu para o Alemtejo, e, procedendo aos competentes estudos, escolheu a herdade de Assumar pertencente á Casa Real. Escreveu então uma obra intitulada: *Projecto de cultura e agricultura pratica*, que lhe mereceu os elogios de todos os seus professores de Grignon, e os do ministro do fomento de Hespanha. Quando se achava mais animado de ardente patriotismo, como prova a sua obra, veiu a politica desconcertar-lhe os planos e deitar por terra os seus sonhos. Soffreu o mais profundo golpe com similhante decepção, mas apezar d'isso escreveu em 1870 outra obra notavel, com o titulo: *Tratado pratico de mechanica agricola*, da qual apenas sahiram tres fasciculos, que mostram a sua importancia e valor. N'essa occasião, e tando em Hespanha, foi Sebastião de Arriaga surprehendido pela fatal doença a que succumbiu, depois d'um longo periodo de soffrimentos. Apenas se sentiu doente veiu para Portugal, e na partida perdeu-se o manuscripto d'aquella obra, que a sua familia não conseguiu descobrir. O pensamento dos seus trabalhos sobre agricultura era o reagir contra a sciencia agricola puramente theorica do paiz e obrigal-a a entrar n'um campo pratico, para abrir assim um periodo de completa regeneração á agricultura nacional. Não poude, porém, vêr realisadas as suas idéas porque falleceu, tendo apenas 36 annos de edade. Deixou algumas obras litterarias e mostrava grande vocação para a poesia.

Arriaga *(Quinta da)*. Na freguezia de N. S.ª d'Assumpção, de Collares, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Arriaga Brum da Silveira *(José)*. Filho de José d'Arriaga e de sua mulher, madame Catharina Nandin. Succedeu a seu irmão Miguel

d'Arriaga como administrador do vinculo, por ter fallecido sem descendencia. Casou na ilha do Fayal com D. Francisca Josepha Borges da Camara, filha do capitão Ignacio Ferreira de Sousa e de D. Rosa Borges da Camara, natural da cidade de Angra do Heroismo, a qual era senhora e possuidora de diversos vinculos instituidos por seus ascendentes, com os quaes se formou o morgado actual d'esta casa do Fayal e Pico.

Arriaga Brum da Silveira (*Manuel José de*). Jurisconsulto açoriano, desembargador do paço, conselheiro d'Estado, deputado ás côrtes constituintes em 1821, intendente geral da policia da côrte e reino em 1826, e senhor do morgado d'Arriaga Brum da Silveira. N. na ilha do Fayal, nos meados do seculo XVIII; fal. em Lisboa, já em edade muito avançada, a 11 d'abril de 1833. Era filho de José d'Arriaga Brum da Silveira, successor e administrador do morgado d'Arriaga Brum da Silveira, por herança de seu irmão, Miguel d'Arriaga Brum da Silveira, que falleceu sem descendencia. Sua mãe era D. Francisca Josepha Borges da Camara. Manuel José d'Arriaga fez parte do governo provisorio da ilha Terceira, e, por fallecimento de seu sogro, foi deputado nas côrtes de 1821, e intendente de policia em 1826. Formou-se em leis na Universidade de Coimbra, e, seguindo a carreira da magistratura, chegou aos altos cargos acima descriptos. Casou com D. Francisca Maria de Assis Mello e Castro, filha de D. Diniz de Mello e Castro, capitão-general das ilhas dos Açores. Escreveu: *Memoria geographica, estatistica, politica e historica sobre as ilhas do Fayal e Pico, offerecidas no dia 2 de Novembro ao augusto e soberano congresso das Côrtes geraes, extraordinarias e constituintes*, etc., Lisboa, 1821. O dr. Manuel José d'Arriaga falleceu sem descendencia, passando o vinculo para seu irmão, o general Sebastião José d'Arriaga Brum da Silveira. V. *este nome*.

Arriaga Brum da Silveira (*Miguel*). Era filho de José d'Arriaga e de sua mulher madame Catharina Nandin, filha de Claudio Egydio Naudin e de madame Luiza de Pyrelongue. Mais tarde Miguel d'Arriaga herdou a casa e representação da familia Pyrelongue, que hoje está n'esta casa por morte de Manuel José de Pyrelongue, a quem foi conferida e ratificada a graça que Luiz XV, rei de França, fizera a David de Pyrelongue, gentil-homem da sua casa, coronel de cavallaria e primeiro ajudante-mór da segunda companhia dos mosqueteiros a cavallo, o qual por haver salvo a vida a Luiz XIV, juntou, segundo o diploma de 29 de agosto de 1719, ás suas armas o seguinte: Em campo azul um cavalleiro da Encarnação vestido de ouro e coroado com uma corôa de ouro, montado n'um cavallo ao natural, o freio e sella de goles (côr vermelha), o cavallo empinado e contraposto sobre um terrado de sinopla (côr verde), o cavalleiro cahindo e sustentado por um braço tambem de Encarnação partindo do lado direito do escudo com a divisa *salvat et sustenit*, conforme o descreve o celebre Hosier, genealogista e guarda d'armas de França. Miguel d'Arriaga Brum da Silveira casou em Lisboa com D. Marianna Joaquina Apolonia de Vilhena Coutinho, dama da real camara da rainha D. Maria I, e senhora muito celebre no seu tempo, não só pela sua belleza, como pela sua intelligencia e influencia, a qual foi conhecida pelo nome de *Marianna d'Arriaga*. D'este casamento não houve descendencia, por cujo motivo foi successor e administrador do vinculo, seu irmão. José d'Arriaga Brum da Silveira. V. *Arriaga Brum da Silveira (José de)*.

Arriaga Brum da Silveira (*Miguel de*). Desembargador da Casa da Supplicação do Brazil, com exercicio em ouvidor da comarca de Macau. Era filho de José d'Arriaga Brum do Silveira e de sua mulher D. Francisca Josepha Borges da Camara, irmão do desembargador do paço Manuel José d'Arriaga e do general Sebastião José d'Arriaga. Miguel d'Arriaga prestou valiosos serviços á sua patria em Macau, apromptando uma expedição contra os piratas que infestavam os mares da China, e conseguindo o restabelecimento dos antigos privilegios concedidos aos portuguezes pelo imperador da China. Por esse motivo recebeu de D. João VI a alcaidaria-mór da villa da Horta. Transcrevemos a carta de doação, passada pelo referido monarcha, a 25 de junho de 1812: «Faço saber aos que esta minha carta virem que, tendo consideração aos relevantes e distinctos serviços, que me tem feito o dr. Miguel d'Arriaga Brum da Silveira, desembargador dos aggravos da Casa da Supplicação do Brazil, com exercicio em ouvidor da comarca de Macau, apromptando com muita actividade e intelligencia uma expedição distincta contra os piratas que atacaram a China com grandes forças, infestavam os mares e perturbavam o commercio d'aquelle imperio, conseguindo não só repellil-os, isentando o estabelecimento portuguez de Macau da total ruina que o ameaçava, mas tambem que se restituissem todos os antigos privilegios concedidos pelo imperador da China aos portuguezes, os quaes se achavam ha muito tempo revogados. Hei por bem fazer-lhe mercê da alcaidaria-mór da villa da Horta do Fayal, em sua vida, além de outras que pelo mesmo respeito lhe fiz, com a qual lograrà de todas as honras, emolumentos e tudo o mais que lhe tocar e pertencer em razão do dito cargo». Miguel José d'Arriaga era tão considerado na China, que o imperador lhe concedeu as honras de mandarim, e por sua morte ordenou luto na côrte, e que o seu nome fôsse gravado em letras d'ouro.

Arriaga Brum da Silveira (*Sebastião José*). General, cavalleiro da ordem da Torre e Espada, condecorado com a cruz de honra e merito ingleza, com a medalha da Victoria, da mesma nação, com a do commando, a das 6 batalhas, cruz de Hespanha, a medalha de Villa Viçosa, etc. Era filho de Miguel de Arriaga Brum da Silveira e de sua mulher, D. Marianna Joaquina Apolonia de Vilhena Coutinho. O general Arriaga foi um dos officiaes de artilharia mais distinctos do seu tempo, e fez toda a campanha de guerra peninsular, em que praticou muitos actos de bravura, pelo que adquiriu os seus postos e se tornou um dos militares mais considerados, tanto no exercito inglez como no portuguez e hespanhol. Na acção de Arroio de Molinos, sob o commando do general Will, mereceu os agradecimentos de todo o quartel-general em pessoa; na batalha da Victoria foi um dos officiaes que mais se distinguiram e que prestaram serviços mais importantes. Casou com D. Maria da Piedade Cabral da Cunha Goodolphim de La Rocca, filha de Ignacio Cabral

da Cunha Goodolphim, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher, D. Eugenia Rita da Piedade de Figueiredo Cabral da Camara, dama das rainhas D. Maria I e D. Carlota Joaquina. V. *Arriaga Brum da Silveira (Miguel de)*.

Arriaga e Cunha *(José Street de)*. Bacharel formado em philosophia pela Universidade de Coimbra, abastado proprietario e lavrador. Primeiro visconde de Caruide. *V. este titulo.*

Arriaga Nunes *(Manuel de)*. Medico, governador civil da Horta. N. na ilha do Pico, freg. de S. Matheus, Açôres, em 1845; fal. em Lisboa a 8 de março de 1894. Seus paes, exemplarmente honestos, não eram tão favorecidos da sorte que podessem proporcionar ao dilecto filho a educação desejada; comtudo a propria modestia dos seus principios incitou em Arriaga Nunes intensos desejos de lucta. Nos primeiros estudos patenteou logo qualidades excepcionaes para as letras, e tinha apenas 12 annos quando se matriculou no lyceu da Horta, sendo protegido por um tio. Aos 18 annos concluiu os preparatorios. Os paes destinavam-n'o ao sacerdocio, porém o seu desejo era dar outro rumo ás tendencias do seu espirito, e por esse motivo resolveu abandonar a terra natal, partindo para o Brazil, apezar do grande desgosto que lhe causava o abandonar seus paes. No Rio de Janeiro terminou os estudos, seguindo ali distinctamente o curso de medicina. Para acudir ás suas necessidades teve de leccionar differentes disciplinas. No exercicio da clinica tornou-se conhecido e estimado, não só pelas suas maravilhosas curas como pelos seus inexplicaveis desvellos. Os relevantes serviços prestados aos portuguezes residentes na capital do Brazil fôram galardoados com os maiores testemunhos de apreço, louvor e consideração. Todos os sacrificios a que se votara eram d'essa fórma compensados pelo triumpho alcançado á custa d'uma enorme lucta de privações e dissabores. Arriaga Nunes casou no Rio de Janeiro com uma senhora pertencente a uma familia brazileira de grande importancia. Voltou depois a Portugal. habilitou-se na Escola Medica de Lisboa a exercer clinica no reino, defendendo brilhantemente uma these sobre a febre amarella, em 1883. Para complemento da sua ardua carreira foi a Vienna d'Austria applicar-se a cursos especiaes, adquirindo valiosos conhecimentos para a sua arte, em que se cifrava todo o seu ideal. Embora quasi toda a sua attenção incidisse sobre a sciencia medica, Arriaga Nunes tambem escreveu series de artigos sobre a hygiene das construcções, sem prejuizo da arte; estudos sobre febres, etc.; demonstrou os recursos do seu espirito na questão da *sellagem*, apresentando artigos de sensação. Escreveu tambem muitos artigos litterarios e poesias, que estão disseminados por differentes jornaes. Em 1890 foi nomeado governador civil da cidade da Horta, cargo que desempenhou sensatamente. Soffrendo muitos desgostos, por causa dos seus inimigos politicos, resolveu no fim de tres annos pedir a demissão. Fixou a residencia em Lisboa, entregando-se sómente aos cuidados da familia Sendo em agosto de 1893 accommettido d'uma congestão cerebral, repetiu-se-lhe em março do anno seguinte, em que succumbiu, contando apenas 49 annos de edade.

Arribã. Pov. na freg. de Santo Adrião, de Cever, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Quinta na freg. de S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Arribada. Pov. na freg. de S. Martinho, de Cocujães, conc. d'Oliveira d'Azemeis, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S. Mamede, de Negrellos, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto.

Arribana *(Herdade da)*. Na freg. de Santa Maria, d'Evora Monte, conc. d'Estremoz, distr. d'Evora.

Arribança. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, de Arazede, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Arribas. Pov. na freg. de S. Thomé, de Abbação, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Casal na freg. de S. Thiago dos Velhos, conc. d'Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

Arriconha. Pov. na freg. de S. Salvador, de Tagilde, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Teixeiró, conc. de Baião, distr. do Porto.

Arricote. Pov. na freg. de Santa Maria, de Fregim, conc. d'Amarante, distr. do Porto.

Arrifana. Pov. na freg. de S. Martinho, da prov. da Beira Baixa, conc., distr., e bisp. da Guarda; 706 hab. e 132 fogos. Tem escola do sexo masc. e caixa postal para o serviço da posta rural. A pov. dista. 9 k. da séde do conc. e está situada n'um valle que fórmam dois montes, d'onde se descobre a villa de Jarmello. O cura era apresentado pelo prior de prima da sé da Guarda; tinha 10$000 réis em dinheiro, 50 alqueires de centeio e o pé d'altar. E' terra fertil. No limite d'esta freg. está a serra da Caroteira, e corre o rio de Pinhel. Arrifana pertence á 2.ª div. mil. e ao dist. de recrutamento e reserva n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. na freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. da Feira, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 1.216 hab. e 253 fogos. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie elevada. E' muito abundante d'aguas, e por isso muito fertil; tem bonitas vistas descobrindo-se d'aqui muitas freguezias e grande extensão de mar. O abbade era apresentado pela Casa do Infantado, e tinha de rendimento 400$000 réis. A matriz é de bella architectura, muito ampla, e das melhores da comarca. Dizem que Arrifana foi villa em tempos remotos. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 24, com a séde em Aveiro. Em Arrifana ha feira no dia 4 de cada mez. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. da Beira Baixa, conc. de Poiares, com. de Penacova, distr. e bisp. de Coimbra; 1.726 hab. e 387 fog. Tem escola do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está n'um sitio chamado *Chan de Poiares*, que é uma campina raza. Pertencia á corôa. Os povos d'esta freg. gozavam de todos os privilegios da Universidade de Coimbra, por serem todos seus caseiros. A terra produz principalmente bastante vinho e azeite. Pertence á 5.ª divisão militar e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 23, com a séde em Coimbra. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Atalaia do Campo, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Alva, e conc. d'Aljezur, distr. de Faro. || Pov. na freg. do Santissimo Sacramento, de Cabeçudo, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção. de Cabril, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. ||

Pov. na freg. de Santa Maria, de Carquere, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Carregosa, conc. d'Oliveira de Azemeis, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de Santa Maria Maior, e conc. de Ceia, distr. da Guarda. || Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Ega, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de Santa Eulalia de Bésteiros, conc. de Toudella, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Fonte Arcada, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Freixo de Cima, conc. d'Amarante, distr. do Porto. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Manique do Intendente, conc. de Azambuja, districto de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Miguel do Rio Torto, conc d'Abrantes, distr de Santarem. || Pov. na freg. de S. Julião, de Moreira de Lima, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. Pov. na freg. de S. Salvador, de Pinheiro, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na ilha de S. Jorge, freg. de N. S.ª do Rosario, de Rosaes, conc. de Vélas, distr. d'Angra do Heroismo. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Sande, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Marinha, de Tropeço, conc. de Arouca, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de S. Jeronymo, Vallede de Prados, conc. de Macedo de Cavalleiros, distr. de Bragança. || Monte na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira. distr. de Beja. || Quinta na freg. de N S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Villar Maior, conc. de Sabugal, distr. da Guarda. || Ilhota do Algarve, situada quasi defronte d'Aljezur, n'uma enseada a NE. da enseada de Sagres, de que dista cerca de 3 k. Tem uma fortaleza desmantelada, as ruinas d'um grande armazem, e varias cabanas. Houve aqui grandes armações de atum.

Arrifana d'Além. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Tropeço, conc. d'Arouca, distr. de Aveiro.

Arrifana de Baixo. Pov. na freg. de S. Salvador, de Fonte Arcada, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Arrifana de Sousa. Freg. de S. Martinho, bispo. Alguns escriptores antigos lhe dão o titulo de villa, porém hoje, juntamente com Penafiel, fórma uma só freguezia e uma mesma cidade. Era donatario o senado do Porto, que punha justiças no primeiro de janeiro. Tomou o sobrenome do rio Sousa, que lhe fica a 1 k. a Oeste. É pov. aprazivel e vistosa, situada no cume d'um monte. Arrifana é antiquissima, porque no anno 850, da era de Christo, achando se o paiz sob o dominio dos moiros, um cavalleiro christão, chamado D. Fayão Soares, rico-homem descendente dos godos, e tronco da familia dos Sousas, fundou a povoação de Penafiel, junto a Arrifana de Sousa, com os moradores que tirou da antiga e destruida cidade de Penafiel, e com os do castello d'Aguiar de Sousa, situados na foz do Sousa, aquella na margem esquerda e este na direita. Esta fundação consta que foi feita com o beneplacito dos moiros; outros querem que D. Fayão resgatasse estas terras do seu poder, antes d'ella se effectuar. E' aqui o solar da nobre familia dos Sousas. Ficou a povoação pertencendo á freguezia d'Arrifana, dando-lhe o fundador o nome de Penafiel, em memoria da antiga cidade d'este nome. Ha tambem escriptores que dizem não existir aqui povoação alguma, e que D. Fayão, á que então se fundou, não deu o nome de Penafiel, mas o de Arrifana de Sousa. D. Fayão teve dois filhos, um que fundou o convento de S. Miguel de Bustello, a 3 k. de distancia, e foi progenitor dos marquezes de Minas e Arronches e dos senhores de Gouveia; d'elle tambem descende Ruy Dias de Bivar, o Cid, bem conhecido pelo seu valor em todo o mundo. Esta familia dividiu-se em dois ramos no seculo XIV: o primogenito está representado pelos duques de Lafões, e o segundo pelos srs. duques de Palmella. O outro filho não teve descendentes. D. João V, em 25 de fevereiro de 1741, elevou Arrifana de Sousa á categoria de villa e cabeça de concelho, sendo o seu primeiro juiz de fóra o bacharel Francisco Teixeira da Motta. D. José a fez cidade e séde de bispado, em 3 de março de 1770, e lhe mudou o antigo nome de Arrifana de Sousa no de Penafiel (*V. este nome*). A egreja matriz foi construida em 1750, e tem a invocação de S. Martinho. A freg. de S. Thiago de Sub-Arrifana está annexa á de Arrifana de Sousa e Penafiel. O convento dos frades capuchos da provincia da Soledade foi fundado em 1666; existe tambem o recolhimento de N. S.ª da Conceição. Como estas casas religiosas fôram edificadas ainda em tempo da antiga Arrifana, daremos aqui conta da sua fundação, segundo se lê no *Portugal antigo e moderno*, de Pinho Leal, vol. I, pag. 238: «Na quinta das Lages, freguezia de Milhundes ou Milhundos, junto a Arrifana de Sousa, morava o capitão Ignacio de Andrade, que tomou para sua casa alguns frades de Valle de Piedade, para fazerem um convento na Arrifana. Quizeram elles primeiro fazêl-o no sitio das *Melroas*, mas não o podendo obter, escolheram dois *tapados* no sitio dos *Pellames*, um dos quaes era de Gonçalo da Silva, escrivão dos orphãos, outro de umas mulheres appellidadas as *Cantadeiras;* e como nenhum dos donos quizesse vender isto *ao bem*, obtiveram os frades provisão regia para os compellir a vender. Os frades se mudaram da quinta das Lages, para a capella e officinas do Senhor do Hospital, que lhes emprestou a irmandade da Misericordia, para estarem mais perto da obra. Lançou-se-lhe a primeira pedra a 27 de janeiro de 1666. Concorreu muito para esta obra D. Francisco de Azevedo e Athayde, general de Vianna do Minho e senhor donatario da honra de Barbosa, que fez a capella mór á sua custa, dotando-a com a renda de 30$000 rs. Foi por isso que ficou sendo padroeiro, e que seus descendentes teem jazigo n'esta capella-mór. O recolhimento de N. S.ª da Conceição foi fundado por Gonçalo Ferreira Pinheiro e sua mulher, Anna de Castilho, os quaes, morrendo seus filhos, deixaram as suas rendas a seis mulheres, que em sua casa, fechadas e com habito de *beatas*, rezassem por suas almas. Gonçalo Pereira da Costa principiou um convento de freiras no bairro da Piedade, mas, empobrecendo, se lhe arrematou tudo por dividas. As *beatas* arremataram o tal principio de convento e o adaptaram para sua morada; e o bispo do Porto, D. Thomaz d'Almeida, depois primeiro patriarcha de Lisboa, lhes deu a pedido d'ellas o habito da Senhora da Conceição, e lhes mandou para re-

gente uma recolhida do Anjo, do Porto, e mais tres recolhidas, uma para vice-regente, outra para porteira e outra para prioreza; as quaes aqui chegaram a 19 de novembro de 1716.» No seculo XIII viveu em Arrifana, d'onde era natural, Affonso Fernandes Barbuz, ferreiro de profissão, que floresceu em santidades e virtudes. Foi elle quem inventou *encommendarem-se as almas*, de noite, *a toque de campainha*. Acerca d'esta antiga villa póde consultar-se o livro, intitulado: *Arrifana de Sousa illustrada*, pelo padre João de Meyrelles Beça. V. *Penafiel*.

Arrifaninha. Pov. na freg. de S. Salvador, de Carregosa, conc. d'Oliveira d'Azemeis, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Codal, conc. de Macieira de Cambra, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de S. Nicolau, e conc. da Feira, distr. d'Aveiro.

Arrife. Pov. na ilha do Pico, freg. de Santa Barbara, de Ribeiras, conc. de Lagens do Pico, distr. da Horta. || Pov. na freg. do Espirito Santo, de Monsanto, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Domingos de Reguengos Grande, conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de S. Bento do Cortiço, conc. d'Estremoz, distr. d'Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Gloria, conc. d'Estremoz, distr. d'Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. d'Evora. || Quinta na freg. de S. Gregorio, conc. d'Arraiollos, distr. d'Evora.

Arrife de Baixo e de Cima. Dois montes na freg. de S. Pedro, de Terena, conc. d'Alandroal, distr. d'Evora.

Arrifes. Pov. e freg. de N. S.ª da Saude, conc., com. e distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo, na ilha de S. Miguel, archipelago dos Açôres; 5:634 hab. e 1:160 fog. Pertence ao commando militar dos Açôres, e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 26, com a séde em Ponta Delgada. || Pov. na ilha da Madeira, freg. de N. S.ª da Luz, e conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || Pov. na ilha de S. Jorge, freg. de N. S.ª do Rosario, de Rosaes, conc. de Vélas, distr. d'Angra do Heroismo. || Monte na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Vimieiro, conc. d'Arraiollos, distr. d'Evora.

Arrifes e Covas. Ilha de Santa Maria, pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, e conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada.

Arrifes do Poço. Pov. na freg. de N. S.ª d'Alva, conc. d'Aljezur, distr. d'Evora.

Arrimal. Pov. e freg. de S. Antonio, da prov. da Estremadura, conc. e com. de Porto de Moz, dist. de Leiria, patriar. de Lisboa; 736 hab. e 146 fog. A pov. dista 11 k. da séde do conc. Esta freg. é composta só de duas aldeias, Arrimal e Alqueidão. E' terra fertil e tem muita caça nas serras da Mendiga, a E., e Arrimal a O. Toda a freguezia bebe d'um poço de boa agua, que está proximo d'uma lagôa, e tanto d'esta lagôa como d'outra, que lhe fica perto, serve a agua para o gado beber. O cura era apresentado pela collegiada de Porto de Moz, e tinha de rendimento 90$000 rs. Arrimal foi annexada ao conc. d'Alcobaça por decreto de 7 de setembro de 1895, que extinguiu o de Porto de Moz, e voltou a este, por ter sido restaurado, pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 7, com a séde em Leiria. || Serra, na prov. da Estremadura, proximo de Porto de Moz, acabando na Venda da Costa com 18 k. de comprimento. E' braço da grande serra de Miude. E' sêcca. Produz muito esparto. Quasi todo o matto é carrasco, alecrim, aroeira e medronheiros. Tem tambem muitos carvalhos, caça miuda e do ar, muitos lobos e raposas. Quasi toda a serra é minada de *algares* profundissimos onde se criam muitos pombos bravos, gralhas, etc. N'esta serra ha tambem boas pedreiras de marmore e cantaria; minas de lignite, ferro e prata. Esta serra faz parte da dos Albardos, mas é aqui que está o arco de cantaria lavrada, que se fez para demarcar as fazendas dos frades de Alcobaça, e a que se chama *Memoria*. *V. Albardos.*

Arrinho. Areal ou enseada onde é facil e copiosa a pescaria dos saveis e lampreias. *Direito dos tres arrinhos*, o que se pagava no rio Douro pela pesca d'estes peixes.

Arriota *(Casal da)*. Na freg. de Santo André, de Mafra, distr. de Lisboa.

Arripiada *(Monte da)*. Na freg. de S. Salvador, e conc. Ourique, distr. de Beja. || Quinta na freg. de Santa Maria Maior, e conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Arripiado. Pov. da freg. de Santa Maria, de Pinheiro Grande, conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || Herdade na freg. de N. S.ª da Graça, da Ribeira de Souzel, conc. de Souzel, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de Santa Maria, de Pinheiro Grande, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Arrisada. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, de Martim Longo, conc. de Alcoutim, distr. de Faro. || Casal na freg. de N. S.ª das Neves, conc. e distr. de Beja.

Arrobas *(Antonio Maria Barreiros)*. Conselheiro, antigo deputado, par do reino, do corpo do estado maior do exercito, governador de Cabo Verde, governador civil de Lisboa, etc. N. em 1825, fal. a 20 de maio de 1888. Assentou praça a 2 de maiod e 1840; foi promovido a alferes em 1844, a tenente em 1848, a capitão, em 1851, a major em 1856, a tenente-coronel em 1884, pouco tempo depois ao posto de coronel, e estava prestes a sahir general de brigada, quando falleceu. Apesar de pertencer ao corpo do estado maior do exercito, exerceu muitos empregos e commissões na carreira civil. Estando filiado no partido regenerador, foi deputado em successivas legislaturas, par do reino vitalicio, nomeado pelo gabinete presidido por Antonio Rodrigues Sampaio, vogal da junta consultiva do ultramar, e vogal de direcção em diversos bancos e companhias, governador de Cabo Verde, e governador civil de Lisboa, para que foi nomeado em 1881. Quando exerceu este ultimo cargo, affrontou com firmeza todas as difficuldades que se lhe deparavam, especialmente as que lhe promoveu a classe escolar, procurando reprimir todos os abusos, de manter o rigoroso respeito pelas instituições vigentes. A sua dedicação monarchica era tão decidida, que prohibiu expressamente que se tocasse o hymno republicano francez, a *Marselheza*, até mesmo aos mais innocentes e inoffensivos pianos das casas particulares. Emquanto foi governador civil, publicou um edital, prohibindo os abusos dos sineiros, que incommodavam as visinhanças das egrejas, com demorados repiques obrigando-os a tocar apenas cinco minutos

para annunciarem as festividades, tanto no proprio dia como na vespera. Para evitar desordens, que frequentemente se davam durante a madrugada, por causa de se conservarem abertos, até ao amanhecer, muitos restaurantes, lojas de bebidas e armazens de vinho, publicou tambem um edital, obrigando a que, sem excepção alguma, todos fechassem á 1 hora da noite, sob pena de pagarem multa. Esta ordem, porém, foi alterada, tolerando-se que os estabelecimentos só fechassem ás 2 horas. Tambem foi Arrobas quem organisou o systema dos moços de fretes trazerem chapas, o que mostra serem autorisados pela policia, etc. Quando o ministerio progressista, presidido por Anselmo José Braamcamp, subiu ao poder em 1879, Arrobas propoz-se a deputado por Setubal, circulo que por largos annos representou em côrtes, e a que prestara muitos serviços. O ministerio conservou-se no poder apenas vinte e dois mezes, e Arrobas tornou-se um dos mais implacaveis da opposição, na celebre questão dos assucares que n'essa epoca se discutia. As galerias viam-se sempre repletas de espectadores que o escutavam com interesse e curiosidade. Em 1884 aggravaram-se-lhe os soffrimentos, causados por uma lesão cardiaca que ha tempo o minava, e a que succumbiu. Desde então só intervinha em negocios politicos excepcionalmente; abandonara a camara dos pares, mas, pouco tempo antes de fallecer, sentindo-se mais animado, appareceu ainda na camara, onde apresentou alguns projectos de lei, e requereu documentos importantes pelos differentes ministerios. Antonio Maria Barreiros Arrobas foi homem intelligente, bondoso, muito activo, de rara energia e força de vontade. Era commendador da ordem de S. Bento de Aviz.

Arrobinhas (*Monte das*). Na freg. de N. S.ª da Lagôa, e concelho de Portel, districto de Evora.

Arroça. Pov. na freg. de S. Salvador, de Pombeiro, concelho de Arganil, districto de Coimbra.

Arroçada (*Quinta da*). Na freg. de Santo André, e conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Arroçadas (*Casaes das*). Na freg. de N. S.ª da Purificação, de Achete, conc e distr. de Santarem.

Arrocaria. Pov. na freg. de Santo Estevão, e conc d'Alemquer, distr. de Lisboa.

Arroçarios (*Monte dos*). Monte de grande altura, na freg. de Dornes, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. Está coberto por uma frondosa matta de castanheiros.

Arrocha ou **Rocha** (*Quinta da*). Em alguns documentos antigos se encontra designada pelos dois nomes indicados esta propriedade, solar d'um dos ramos dos Amados. Está situada na freg. de S. Pedro, do Sebal Grande, actual conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra. A quinta tem casa nobre muito arruinada e capella annexa sob a invocação de N. S.ª da Conceição.

Arrochada. Pov. na freg. de S. Vicente, de Branca, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro.

Arrochado. Serra, na prov. do Minho, que principia em S. Jorge d'Abbadim com o nome de Arrochado; depois lhe chamam *Corgo das Cernadas*, por fim *Terra da Vibora*. Lança para o O. um braço chamado o Gorgolão, e outro para E. chamado Rio do Cotêllo. Tem um regato anonymo, que nasce aqui, e morre no rio Tamega. E' pouco cultivada, cria matto rasteiro, algum gado miudo, lobos, raposas e caça miuda. Nos sitios cultivados só produz centeio e algum milho.

Arrochal. Pov. da freg. de S. Lourenço, do Prado, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Arrochas (*Casal das*). Na freg. de S. Pedro, de Orjaes, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Arrochella (*Nicolau d'Arrochella Vieira d'Almeida Sodré Laborão de Moraes e Castro Pimentel, 1.º conde de*). Fidalgo da Casa Real, par do reino, senhor dos morgados d'Arrochella, Paço e Ameixoeira, 27.º administrador, por direito de successão, da capella, albergaria e morgado de Santa Catharina, na villa de Chaves; 26.º padroeiro, por direito de successão, do capitulo do extincto convento S. Francisco da cidade de Bragança (jazigo da illustre familia dos Pimenteis); 9.º padroeiro, por direito de successão, e administrador do morgado da capella de N. S.ª do Populo, sita na freg. de S. Sebastião do Populo, do conc. de Murça, e hoje de Alijó, senhor das quintas de Covêllo e Pousada, em Castello de Paiva, e da de Covelinhas, junto á cidade de Guimarães, como herdeiro de sua mãe; commendador de numero extraordinario da ordem de Carlos III, de Hespanha; governador civil de Braga, de 1847 a 1848; juiz de fóra da villa de Mesão Frio, em 1823; bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra. N. a 9 de dezembro de 1799, e fal. a 26 de outubro de 1867. Era filho de Heitor d'Arrochella Malheiro Vieira d'Almeida Sodré Laborão de Castro Moraes Pimentel, fidalgo da Casa Real, senhor dos morgados de Arrochella, Paço d'Ameixoeira, casado com D. Margarida Isabel de Freitas Faria Gouvêa, sr.ª das quintas de Covêllo e Pousada, em Castello de Paiva, e da de Covelinhas, junto a Guimarães, filha e herdeira de Antonio de Freitas de Faria, da Casa das Devezas de V. N. de Gaia. fidalgo da Casa Real. O titulo de conde d'Arrochella, em sua vida, foi concedido por D. Maria II, pelo decreto de 10 de novembro de 1852, e carta de 9 de janeiro de 1853, em memoria de ter hospedado em sua casa aquella soberana, por occasião da sua visita ás provincias do norte do reino, em 1852, Foi elevado a par do reino por carta regia de 22 d'outubro de 1847, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara, na sessão de 7 de janeiro de 1848. Casou em 18 de maio de 1840, com miss Virginia Thatcher, filha de Thomaz Tatcher. O seu brazão era o seguinte: Escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Vieiras, em campo vermelho seis vieiras de ouro em duas palas; no segundo as dos Almeidas, em campo vermelho seis besantes de ouro entre uma cruz dobre e bordadura do mesmo metal; no terceiro quartel as armas dos Lebrões, o campo vermelho, e n'elle cinco lebres, «in fautorum» de sua côr; no quarto as armas dos Sodrés, em campo azul um chaveirão de prata firmado no escudo carregado de tres estrellas sanguinhas, entre tres gomis (jarras) de prata, com suas azas. Timbre, o dos Vieiras, uma vieira do escudo entre dois bordões de S. Thiago, vermelhos, ferrados de ouro postos em aspa, e atados com um torçal de prata.

Arrochella. Pov. na freg. de S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Carralcova, conc. d'Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Nespereira, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Norte Grande, ilha de S. Jorge, conc. de Vélas, distr. de Angra do r eroismo. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Ajuda, de Pedro Miguel, ilha do Fayal, conc. e distr. da Horta. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pedrogão Pequeno, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Pechão, conc. d'Olhão, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, e conc. de Silves, distr. de Faro. || Casal na freg. de Santa Martha, de Bemfica, conc. d'Almeirim, distr. de Santarem. || Quinta na freg. de Santa Maria Maior, de Pombeiro de Riba Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Sitio no canal de Alpiarça, no Tejo.

Arrocho (*Casal do*). Na freg. de N. S.ª da Graça, de Azoia de Cima, conc. e distr. de Santarem.

Arrodanito (*Monte do*). Na freg. de S. Luiz, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Arrodão (*Monte do*). Na freg. de S. Luiz, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Arroeiras. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Arroia. Pov. da freg. de S. Miguel, de Liceia, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Arroio. Pov. na freg. de Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc de Tavira, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, conc. e distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, conc. de Tavira, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Urrós, conc. da Torre de Moncorvo, distr. de Bragança.

Arroios (*Cruzeiro de*). Sendo a rainha Santa Izabel beatificada pelo papa Leão X, a instancias d'el-rei D. Manuel, nos ultimos annos do seu reinado, festejou-se este acontecimento tão desejado com funcções pomposas nas egrejas, e festas populares nas ruas e nas praças. O senado da camara de Lisboa, como preito da sua veneração pela virtuosa rainha, e em testemunho dos applausos dos lisbonenses á bulla pontificia, que lhe deu culto nos altares, determinou tambem erigir-lhe um padrão commemorativo do acto glorioso que mais ennobreceu o seu nome: as pazes por ella ajustadas entre o esposo e o filho no meio do campo de batalha. A rainha mandara collocar o seu padrão no proprio sitio onde se encontraram os dois exercitos, e ainda hoje existe no Campo Pequeno, mas o senado da camara resolveu levantar a sua memoria no centro do largo d'Arroios, onde el-rei D. Diniz reunira a sua hoste, e partindo á sua frente para castigar o filho rebelde. Para se assignalar a epoca da edificação, ordenou-se que o marmore ostentasse, como ornato, a empresa que para si tomara el-rei D. João III, em cujo reinado se levou a effeito este patriotico intento. Era a empresa uma cruz sobre uma penha de cinco pontas, com a lenda *In hoc signo vinces*. E para obviar duvidas que no futuro se pudessem suscitar ácerca do autor de tão feliz idéa, fez o senado da camara collocar no pé da cruz as armas de que ella usa: uma nau com dois corvos, um na pôpa, outro na prôa, em memoria da que, em 1173, conduziu o corpo de S. Vicente, (*V. Lisboa, brazão de*). A imagem que se observa n'este monumento, tendo na mão esquerda as referidas armas da cidade de Lisboa, é identica á do mesmo santo gravada em duas moedas de oiro que D. João III mandou cunhar, pela lei de 10 de junho de 1555, uma com o nome de *S. Vicente*, do valor de 1$000 réis, e outra com o nome de *meio S. Vicente*, do valor de 500 réis. D. João III ordenou que sempre ardesse uma lampada defronte do monumento. O padrão é todo de marmore branco ou pedra lioz; sobre o capitel onde se ergue a cruz, acha-se encostada a esta a imagem de N. S.ª da Piedade, com o Senhor Jesus morto no regaço. Logo abaixo do capitel vê-se a imagem de S. Vicente, conforme dissémos. As estatuas fôram mandadas fazer no Porto, por existir n'aquella cidade um esculptor de muita fama, cujo nome, porém, não refere a tradição. O padrão fôra collocado primitivamente sobre um taboleiro lageado e quadrangular, descendo d'elle para o pavimento do largo quatro escadas de cinco degraus. Era resguardado o monumento por um pavilhão envidraçado, cujo telhado pyramidal descançava em pilares de cantaria. Conservou-se n'este estado, tendo resistido incolume ao terremoto de 1755, até ao anno de 1837, em que a camara municipal o mandou desfazer, movida, como as que a tinham precedido, do louvavel empenho de aformosear a cidade, desobstruindo muitas ruas e praças de barracas, de edificios arruinados e d'outras mesquinhas construcções. Já a camara de 1835 o mandara destruir em setembro d'esse anno; deu-se-lhe o primeiro impulso n'uma noite, mas ficou sem effeito. Em outubro seguinte, tambem de noite, appareceram alguns operarios da camara commandados por um vereador, e n'esta occasião foi a imagem de Christo e da Virgem para a sacristia da egreja de Arroios, sendo collocada sobre um altar, embebendo n'este a parte inferior da columna, ou haste da cruz. Pelas ultimas refórmas que se fizeram no edificio, o cruzeiro ficou collocado debaixo do côro.

Arroios (*Largo de*). Antigamente era um arrabalde de Lisboa; hoje faz parte d'esta cidade e pertence ao segundo bairro e comarca do 3.º districto. Existem ali os palacios de D. Christovam Manuel de Vilhena, senhor de Pancas e filho dos condes d'Alpedrinha, o dos condes de Linhares e dos condes de S. Miguel, onde esteve a estação dos primeiros caminhos de ferro pelo systema Larmanjat. Tambem existe no largo d'Arroios uma fabrica de tecidos mixtos e tecidos d'algodão, da qual foi fundador em 1853, José Antonio Teixeira. A fabrica estabeleceu-se no largo do Outeirinho da Amendoeira, a S. Vicente, e logo no anno seguinte, 1854, se transferiu para a rua d'Arroios, n.º 50, onde estava depois a cervejaria Leão. Em 1886 edificou-se a fabrica hoje existente, montando-se a primeira machina de vapor franceza, da força de oito cavallos. Em 1884, tendo fallecido o fundador, formou-se a actual companhia. A machina que hoje possue é da força de 35 cavallos, vapor. Ha 46 teares manuaes, 12 teares mechanicos e 1850 fusos. Em apparelhos diversos tem calandras, hydro-estractor, fiações, cardas, *echardonneuse*, pisões, esfar-

rapadeiras, etc. O seu pessoal consta de 106 homens, 87 mulheres e 27 creanças. Consome, como materias primas, a lã de Montevideu, as lãs hespanholas, portuguezas e outras, diversas. O capital da companhia é de 80 contos de réis. Mercados de consumo Lisboa e Porto. A companhia mantem na fabrica, e por sua conta, uma *créche* e uma aula para os filhos dos seus operarios, auxilia um montepio para os doentes e uma philarmonica. O fundador obtivera a medalha de cobre na exposição do Porto, em 1861, e em Lisboa, 1863. Menção honrosa em

Cruzeiro de Arroios

Paris, 1867 e 1875; Rio de Janeiro, 1879. A companhia obteve medalha de 2.ª classe no Porto, em 1885 e medalha de prata na exposição de industrias fabris na Avenida da Liberdade, em 1888. Em Arroios está a egreja parochial (V. *Arroios, S. Jorge*), uma casa da Sociedade de Infancia desvalida (V. *Infancia desvalida*), e o bem conhecido monumento, que existe hoje dentro da egreja, collocado por debaixo do côro (V. *Arroios, cruzeiro de*). Com a construcção dos novos bairros Estephania e Andrade, e a Avenida D. Amelia, ficou muito alterado o sitio de Arroios. O largo d'Arroios tambem se tornou celebre no começo do seculo XIX pelas scenas populares de que foi theatro por occasião da invasão franceza em 1810. Encheu-se a capital de gente fugida das differentes terras do reino ao aproximar-se o exercito do marechal Massena Calculou-se em 50 mil as pessoas que penetraram em Lisboa, sem contar as que ficaram nas villas e aldeias suburbanas. Era preciso acudir a estes desgraçados. Os governadores do reino, o senado da camara, e diversos cidadãos benemeritos, organisaram por differentes fórmas largos serviços de caridade. Transformaram-se então algumas praças de Lisboa, e entre estas o largo d'Arroios, em verdadeiros acampamentos, obstruidos de bagagens, por meio dos quaes se aninhavam as familias desoladas. Inaugurou-se tambem a distribuição quotidiana de sopas economicas, que se serviam á multidão, n'esses acampamentos improvisados. Este facto inspirou a Domingos Antonio Sequeira, o grande pintor portuguez, que então residia no largo d'Arroios, um magnifico desenho, que *O Occidente*, n.º 748, de 10 d'outubro de 1899, reproduziu da primitiva estampa, acompanhado d'um artigo, devido á penna do bem conhecido escriptor Gomes de Brito, continuando nos seguintes numeros: 749, 750 e 751. Do primoroso desenho de Sequeira, fez o habil gravador Gregorio F. de Queiroz, discipulo do celebre Bartolozzi, uma bella gravura, tendo os contornos das figuras sido abertos pelo proprio Domingos de Sequeira.

Arroios (*S. Jorge de*). A fundação d'esta freguezia é antiquissima, porque, segundo consta de documentos, já existia em 1169. A primitiva parochia teve a sua origem proximo da Sé de Lisboa, onde hoje se vê uma boa propriedade de casas, que divide as ruas do Limoeiro e do Barão, fronteiro ao antigo Aljube. Depois do terremoto de 1755, sendo pequeno o recinto da freguezia, pois que apenas possuia 58 fogos, e ficando totalmente destruida por aquella terrivel catastrophe, se mandou transferir para a ermida de Santa Barbara no sitio das Fontainhas em Arroios, dividindo-se parte das freguezias dos Anjos e Santos Reis. Sendo esta ermida muito pequena, tornou-se a mudar a parochia para a do Senhor Jesus da Boa Sorte e Santa Via Sacra, no largo das Olarias, freg. de N. S.ª dos Anjos. Vendo então o governo, que era mais proprio a parochia estar no seu novo districto, mandou transferil-a, em 1818, para a capella de Santa Rosa de Lima, pertencente aos condes de Murça, defronte do Caracol da Penha de França, onde se conservou até se estabelecer a nova egreja, que se edificou em frente da estrada da Charneca e Saeavem, fronteira ao cruzeiro d'Arroios, que hoje está collocado dentro da actual egreja, por debaixo do côro (V. *Arroios, cruzeiro de*). O edificio foi começado em 1820, sendo sagrado a 8 de novembro de 1828, e n'esse dia se transportou o Santissimo Sacramento em solemne procissão, da capella de Santa Rosa Lima para o seu novo templo parochial. Segundo se lê no manuscripto existente na Bibliotheca Nacional de Lisboa, intitulado *Monumentos sacros*, recopilado por Luiz Gonzaga Pereira no anno de 1840, a pag. 53 da 3.ª parte, esta egreja podia accommodar mais de quinhentas pessoas. O antigo templo possuia quatro capellas

incluindo a capella-mór, em cujo altar estava a imagem de S. Jorge, orago da freguezia, e nas tres restantes o Santissimo Sacramento, Almas, e Menino Jesus dos cegos, que passou depois para a egreja de S. Martinho. A nova egreja, a que se refere Luiz Gonzaga Pereira, tem cinco capellas, contando com a capella-mór. A parochia era dirigida por um prior, e tinha cura, thesoureiro e sacristão. Em tempo mais antigo teve tambem quatro beneficiados. No districto d'esta freguezia existiam: o convento de N. S.ª da Penha de França, o mosteiro de N. S.ª da Conceição, e differentes capellas collocadas nas quintas dos arredores. O novo templo, escrevia Gonzaga Pereira em 1840, não possue pinturas senão a do retabulo da capella-mór, que é pintado em liso, figurando uma bem desempenhada e bem acabada perspectiva. As paredes da egreja são de varios ornatos apainelados de estuque. Tem algumas imagens de esculptura em madeira, sendo uma das mais perfeitas a da Virgem, que está collocada na sua capella, do lado da Epistola. As outras imagens teem pouco merecimento artistico, incluindo a de S. Jorge, que se vê na capella-mór. De 1895 a 1899 fizeram-se grandes melhoramentos na egreja, sendo a capella-mór e a capella do Santissimo Sacramento decoradas com boas pinturas pelo distincto artista pintor decorador Pereira Junior. O tecto do corpo da egreja foi restaurado, bem como os estuques das paredes; renovados os soalhos, ficando o do corpo da egreja enxadradezado e o da capella-mór em espinha. Por esta occasião o cruzeiro, que estava n'uma capella debaixo do côro, passou para o meio da nave, ficaudo em frente do guarda-vento da entrada principal. O orgão foi tambem restaurado pelo organeiro Silva e pelo organista Amôr Machado, que conseguiram pôl-o a servir nas festividades da parochia. Reconstruiu-se toda a parte occidental do antigo edificio, que se encontrava em completa ruina, ficando a egreja com magnificas officinas, entre as quaes uma espaçosa casa de despacho para a irmandade do Santissimo Sacramento. Houve n'esta freguezia outras irmandades que antes de 1840 já estavam extinctas. D'uma d'ellas, a de S. Miguel e Almas, ainda se conservam no cartorio da do S. S.^{mo} os estatutos que em fórma de compromisso fizeram os respectivos irmãos em 1780. A irmandade do Santissimo foi ordenada em confraria no anno de 1568, realisando a sua primeira festa e procissão no dia 21 de novembro do mesmo anno. Foram seus fundadores D. Rodrigo de Lencastre, juiz; D. Diogo Sotomayor, mordomo-mór; Silvestre Pires, mordomo pequeno; Sebastião Dias, procurador. Do primitivo compromisso existe no cartorio o respectivo manuscripto em pergaminho. Em 1778 foi reformado pelo actual, que tem essa data. Por provisão de 6 de fevereiro de 1770 incorporou-se na irmandade do Santissimo a do Senhor Jesus da Boa Sorte e Santa Via Sacra, visto ter-se mudado a parochia da ermida das Olarias, onde esta irmandade estava erecta. Do lado direito da egreja d'Arroios, na antiga estrada da Charneca, hoje das Amoreiras, ha uma bica com a frente para leste, na qual se vêem esculpidas e emmolduradas as armas da cidade de Lisboa com as do reino á direita, tendo n'estas o escudo das quinas treze castellos. Inferiormente está a seguinte inscripção:

Egreja de S. Jorge de Arroios

ESTA OBRA MANDOU FAZER A CI
DADE Á CUSTA DO REAL D'AGOA
ANNO DE 1624

Mais para o norte, por cima da verga da porta que dá entrada para a mina, estão outras duas inscripções ou padrões, sendo uma em sete linhas de letra maiuscula allemã e a outra em 4 linhas de letra corrente, reproduzindo com ligeira differença os dizeres da primeira:

NA ERA DE 1398 TEVE PRINCIPIO ESTA FONTE NO CAMPO
DE LOURENÇO AFFONSO COSTAS, THESOUREIRO DO CON
CELHO, SENDO ESCRIVÃO D'ELLE LOURENÇO DURAENS
E MESTRE PEDREIRO DO MESMO CONCELHO JOÃO GIALDI

Acerca d'esta bica apresenta Velloso d'Andrade algumas indicações interessantes na sua *Memoria sobre chafarizes,* etc. Em 1848 tinha, como agora, um tanque de 35 palmos de comprimento, tomando toda a frente da casa n.º 78 a 81 no largo de Arroios. Em sessão de 9 de março do mesmo anno mandou a camara que a bica fosse mudada para o principio da estrada da Charneca, onde hoje está. Para a nova obra offereceu João Lopes Calheiros Menezes, proprietario da dita casa, a quantia de 48$000 réis. A primeira agua veiu a correr em 6 de dezembro de 1848; os sobejos foram concedidos ao palacio n.º 86 do largo de Arroios mediante o fôro annual de cincoenta réis.

Arroios. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com. e dist. de Villa Real, arceb. de Braga; 588 hab. e 118 fog. A pov. dista 3 k. da séde do conc. Era do Infantado. Desfructa-se d'aqui Villa Real, Matheus, Adoufe, Borbella, Lordello, Villa Marim, Mondrões e Torqueda. O vigario era apresentado pelo convento dos conegos seculares de S. João Evangelista, loios do Porto, e tinha de renda 50$000 réis. No dia 24 de junho, festa do orago, costumava vir a camara de Villa Real, com a sua bandeira, assistir á missa que mandava dizer em honra do Santo. Passa por esta freg. o rio Tourinhos. Arroios pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 13, com séde em Villa Real. || Freg. do conc. de Villa Flôr. V. *Roios.*

Arrojadouro. Pov. da freg. de S. João Baptista, de Meiomães, conc. de Rezende, districto de Vizeu.

Arrojella de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc. de V. N.ª de Portimão, distr. de Faro.

Arromba (*Casal do*). Na freg. de S. Lourenço, de Maiorga, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Arrombadas. Antiga fortificação dos navios de baixo bordo, que se fazia para ficarem mais alterosos e cobrirem aos que iam n'elles dos tiros do inimigo. As arrombadas eram de madeira, reforçadas com massame, e faziam-se por dentro do costado.

Arrombas (*Quinta das*). No logar da Urmeira, freg. de S. João Baptista, do Lumiar, 3.º bairro de Lisboa.

Arronches (*Carlos José de Ligne, 5.º conde de Miranda, 2.º marquez de*). Principe do Sacro Romano Imperio, cavalleiro da ordem de S. Thiago, do conselho de D. Pedro II, e seu embaixador ao imperador d'Allemanha, Leopoldo I. Nasceu em Baudeur, no Haynault; a 20 d'agosto de 1661 fal. em Padua, a 20 de janeiro de 1713. Era filho de Claudio Lamoral, principe de Ligne, de Amblisse, e do Sacro Romano Imperio, grande de Hespanha de 1.ª classe, etc. e da princeza Clara Maria de Nassau. Carlos José de Ligne foi educado na Italia, para onde fôra com seu pae, quando este exerceu os cargos de vice-rei da Sardenha e governador de Milão. Em 23 de abril de 1684 casou com D. Marianna Luiza Francisca de Sousa Tavares da Silva e Mascarenhas, 5.ª condessa de Miranda, 29.ª senhora da casa de Sousa, e successora de todos os bens da corôa e ordens, morgados, padroados, etc., a ella pertencentes. Esta senhora era filha do 4.º conde Miranda, Diogo Lopes de Sousa, filho primogenito do 1.º marquez d'Arronches, e 3.º conde de Miranda, Henrique de Souza Tavares. Diogo Lopes de Sousa casara com D. Margarida de Vilhena, filha unica e herdeira de D. João Mascarenhas, 3.º conde de Sabugal, meirinho-mór do reino, commendador d'Alpedrinha na ordem de Christo, e da condessa D. Brites de Castelbranco herdeira do condado de Sabugal. O titulo do marquezado d'Arronches só reviveu na 5.ª condessa de Miranda, D. Marianna, neta do 1.º marquez d'aquelle titulo. Carlos José de Ligne, sendo feito conde de Miranda e marquez de Arronches, pelo seu casamento, foi em 1695 nomeado embaixador de Portugal em Vienna, onde lhe aconteceu uma aventura extraordinaria. Tendo apparecido morto no anno seguinte, 1696, n'um bosque dos arredores d'aquella cidade, o conde de Halveil, fidalgo polaco, levantaram-se suspeitas de que tivesse sido assassinado pelo marquez, por causa de questões de jogo. Este boato produziu um pessimo effeito no povo, que todo se revolucionou contra o embaixador de Portugal, o que obrigou o marquez d'Arronches a sahir de Vienna incognito e a refugiar-se em Veneza. Em 1697, descobriu-se o verdadeiro criminoso, que fôra tambem um polaco, e no anno de 1700 a Meza da Consciencia e Ordens promulgou uma sentença declarando o marquez absolvido e rehabilitado. Comtudo, apezar d'essa rehabilitação e de lhe ser concedida licença para voltar ao reino, o marquez continuou vivendo em Veneza, fallecendo em Padua, annos mais tarde. A marqueza, sua viuva, falleceu em Lisboa, a 30 de dezembro de 1743. Do consorcio dos 2.ºs marquezes d'Arronches houve uma filha, D. Luiza Antonia Ignez Casimira de Sousa Nassau e Ligne, que casou com D. Miguel, filho natural, legitimado de D. Pedro II, e de D. Anna Armanda de Vergé, senhora que viéra de França ainda menina, com sua mãe, na companhia da rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboia. D. Miguel morreu desgraçadamente, afogado no rio Tejo, na noite de 13 de janeiro de 1724, por se voltar o escaler em que atravessava da outra banda para Lisboa. D. Luiza teve honras de duqueza, por mercê de 2 d'abril de 1716. A 21 de junho de 1718, D. João V fez doação do concelho de Lafões a D. Pedro Henrique de Bragança Sousa Tavares Mascarenhas e Silva, filho de D. Miguel, com o titulo de duque, incluindo n'esta mercê todas as villas e terras do mesmo concelho, com todas as jurisdicções, fóros e tributos que pertenciam á corôa, cartas de officios, apresentação de juiz de fóra, chamando-se os moradores seus vassallos, e servindo os officios pelas suas cartas; e a D. Luiza, como mãe de D. Pedro, renovou a mercê das honras que já tinha, podendo usar do titulo de duqueza de Lafões, titulo que continuou reunido aos de marquez d'Arronches e de conde de Miranda do Corvo. Estes tres titulos fôram declarados de *juro e herdade*, por decreto de 18 julho de 1804, e carta de 19 de junho de 1805. (*V. Lafões*).

Arronches (*Henrique de Sousa Tavares, 3.º conde de Miranda do Corvo, e 1.º marquez de*). Foi o 28.º senhor da casa de Sousa, e das villas Podentes, Folgosinho, Oliveira do Bairro, Miranda, do julgado de Vouga, Avelãs de Caminha, alcaide-mór de Arronches, commendador de Santa Maria de Villa Nova do Alvito e d'Alpalhão na

ordem de Christo, da commenda hereditaria de Sousa, gentil-homem da camara, estribeiro-mór do principe D. Theodosio, etc. N. no Porto a 17 de janeiro de 1626, falleceu a 10 d'abril de 1706. Era filho de Diogo Lopes de Sousa, 2.º conde de Miranda, e de D Leonor de Mendonça, da familia dos condes de Penaguião. 10.º neto por varonia d'el-rei D. Affonso III, cujo filho, D. Affonso Diniz, casou com D. Maria Paes Ribeira, herdeira da casa de Sousa. O titulo de conde de Miranda fôra creado na pessoa de seu avô Henrique de Sousa. O 3.º conde de Miranda estava com seu pae em Madrid, quando rebentou a revolução de 1 de dezembro de 1640. Apezar dos seus poucos annos cuidou logo em ir servir a patria, tanto mais que seu pae morrera, e era elle agora por herança, o conde de Miranda; mas vigiado como todos os outros fidalgos portuguezes que estavam em Hespanha, só a 1 d'abril de 1643 é que poude sahir de Madrid, com o pretexto de ir servir o rei de Hespanha nas guerras de Flandres. D'esta fórma conseguiu o conde de Miranda sahir pela posta para Bilbau, onde o esperava um navio inglez, que elle fretára, e que o devia levar a Flandres, mas em vez de seguir esse rumo, tomou o da Bretanha, onde desembarcou, dirigindo-se immediatamente a Paris a apresentar-se ao ministro portuguez n'aquella côrte, então o marquez de Niza. Em dezembro do referido anno de 1643, embarcou com destino a Portugal, n'um navio hollandez, que foi atacado por um corsario argelino. Travou-se vivo combate, em que o conde de Miranda ficou muito ferido, salvando-se, porém, do captiveiro, por causa da violenta tempestade que se armou, obrigando os dois navios a separarem-se. Comtudo, a fatalidade ainda quiz que o navio hollandez, vendo-se livre do poder dos corsarios, fôsse naufragar n'umas rochas na altura de Villa do Conde, salvando-se apenas tres pessoas a nado, sendo uma d'ellas o conde de Miranda, que apezar das muitas feridas, conseguiu milagrosamente tocar em terra, partindo logo para Lisboa. Em acto continuo fez a campanha do Alemtejo, nos annos de 1645 e 1646, e acompanhou a Elvas o principe D. Theodosio. Retirando-se para Miranda, foi chamado á côrte em 1655, depois do fallecimento do principe, e nomeado mestre de campo do terço da armada, embarcou para segurar as costas, as frotas do Brazil e as naus da India, n'esse anno e no seguinte. Mais tarde foi nomeado governador militar e politico da cidade do Porto, e d'ella tirou grandes soccorros de gente e dinheiro para auxiliar o governador de Entre Douro e Minho, o visconde de Villa Nova da Cerveira, no cerco de Monsão. Tendo-se passado ao serviço de Castella, o embaixador na Hollanda, D. Fernando Telles de Faro, a rainha regente D. Luiza de Gusmão, logo nomeou para aquelle cargo o conde de Miranda, onde se conservou até ao tratado de paz de 1661, pelo qual foi restituido a Portugal na sua integridade o Brazil e Angola, e se acautelou contra novas tentativas d'estes audazes republicanos o resto do dominio portuguez das colonias. Regressando á patria, serviu no Alemtejo, e indo para o Porto, marchou com a sua gente a reunir-se ao conde do Prado, e assistiu á tomada do forte da Guarda. O conde de Miranda foi um dos plenipotenciarios na paz com Castella, em 1668, e embaixdor extraordinario á côrte de Madrid em 1669, depois conselheiro de estado e de guerra; em 1674 foi agraciado com o titulo de marquez d'Arronches. Figurou nas festas do casamento de D. Affonso VI, como gentil-homem da camara. Em 1680 teve a nomeação de embaixador em Inglaterra, a fim de dar auxilio a D. Catharina de Bragança, irmã de D. João IV, então rainha da Gran-Bretanha, por ter casado com o rei Carlos II, que em Londres se via tão isolada e tão sujeita aos odios e ás perseguições dos fanaticos protestantes inglezes. No fim de tres annos que se demorou em Londres, voltou para Portugal, fixando residencia no Porto, onde era governador da Relação. Em 1692, por ordem de D. Pedro II, foi á fronteira receber com grande pompa a rainha d'Inglaterra, que enviuvara, e recolhia á patria. O marquez d'Arronches casou em 1645 com D. Marianna de Castro, filha de D. Antonio Mascarenhas, commendador de Castello Novo na ordem de Christo, e de sua mulher e prima D. Izabel de Castro. Teve filhos, mas o titulo de marquez d'Arronches sómente reviveu n'uma sua neta, filha do seu primeiro filho Diogo Lopes de Sousa. Falleceu com 80 annos, e foi sepultado no convento de Santa Catharina de Ribamar, da ordem dos arrabidos, de que sua familia fôra fundadora. O titulo de conde de Miranda do Corvo foi concedido por Filippe II a seu avô Henrique de Sousa, como dissémos, em 21 de março de 1611, o de marquez d'Arronches, por D. Affonso VI, regencia do infante D Pedro, em carta passada a 27 de junho de 1674. A nomeação d'alcaide-mór d'Arronches foi passada por D. Affonso V a um dos seus antepassados, a 12 de fevereiro de 1476, assim como o de senhor de Miranda do Corvo, d'Oliveira do Bairro, Podentes, Vouga, Jarmello e Folgosinho, tambem a um dos seus avós, por Filippe II, em 6 de abril de 1603.

Arronches. Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc. de 2.ª ordem, com., distr. e bisp. de Portalegre. Tem uma só freg., N. S.ª d'Assumpção. Pertence á 4.ª div. mil., 7.ª brigada, grande circumscripção mil. do sul, e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 22, com a séde em Abrantes. A villa está situada entre os rios Caia e Alegrete, em logar pouco elevado, relativamente ao valle que a cerca, porém é dominada pelos montes visinhos, que lhe estreitam o horisonte, e lhe prohibem que se descubra alguma povoação. Não ha noticia certa da sua fundação; alguns escriptores dizem que, no tempo do imperador romano Caio Caligula, no anno 45 da era de Christo, vieram aqui fundar uma povoação varios habitantes da villa d'Aroche, na Andaluzia, os quaes lhe puzeram o nome de Arrochella, em memoria da sua patria, de que se derivou por corrupção o actual nome de Arronches. D. Affonso Henriques a tomou aos moiros em 1166; os moiros tornaram a alcançal-a, e D. Sancho II a reconquistou em 1235. Ainda cahiu no poder dos moiros, mas em 1242 é que finalmente ficou pertencendo a Portugal, sendo recuperada por D. Paio Peres Correia. D. Sancho II fez doação da villa em 7 de janeiro de 1236, ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, tanto no *espiritual* como no *temporal*. N'aquelle mesmo anno, D. João, prior de Santa Cruz, foi tomar posse da villa e lançou os alicerces da egreja e collegiada de Santa Maria, porém fallecendo aquelle prelado em 14 de se-

tembro do mesmo anno, as obras ficaram paralysadas. Quando em 1242 os portuguezes tornaram a apoderar-se da villa, o prior de Santa Cruz, então D. João Pires, mandou concluir as obras sumptuosamente, collocando n'aquelle priorado seu irmão, conego de Santa Cruz, D. Godinho Pires, que se fez acompanhar por dez conegos do referido mosteiro, Esta collegiada era cabeça de seis egrejas parochiaes, que tinha o seu termo. D. Affonso III trocou o senhorio secular d'Arronches pelos padroados das egrejas d'Obidos, Assumar e Albergaria de Poiares, em 1264, attendendo que Arronches ficava proximo da fronteira, e que devia tornar-se em praça d'armas, para o que muito se prestava pelas fortificações que a defendiam, sendo cercada de muros e barbacãs. Com esta troca ficou a villa encorporada na corôa. Tinha um forte castello muito antigo, que diziam ser obra dos romanos, e que mais tarde, em 1310, el-rei D. Diniz reformou. D. Affonso III encorporou depois a villa na dotação de seu filho D. Affonso, que a possuiu bastantes annos, até que em 1287, D. Diniz, em discordias que teve com seu irmão, poz cerco á villa, e, por uma composição feita com D. Affonso, ficou sendo o seu possuidor, e encorporou-a na corôa. No tempo de D. João I, Arronches cahiu em poder dos castelhanos, mas em 3 de fevereiro de 1384, D. Nuno Alvares Pereira a reconquistou, sendo o inimigo completamente derrotado. Quando se tratou do casamento de D. Affonso V, então viuvo da sua primeira mulher, com sua sobrinha, a princeza D. Joanna de Castella, que, ficando herdeira de seu pae, el-rei D. Henrique de Castella, via a herança tão contestada e duvidosa, que só com o auxilio extranho se poderia conservar, foi em Arronches que aquelle monarcha reuniu côrtes com as pessoas principaes do reino para tratar sobre tão grave assumpto. Decidida a questão a favor de D. Affonso, resolveu-se o casamento, que se fez sem a devida dispensa pontificia, o que motivou ser anullado pelo papa, e a princeza D. Joanna ser encerrada no convento de Santa Clara, de Santarem, passando depois para o de Santa Clara, de Coimbra, onde professou. D. Joanna ficou conhecida na historia do paiz pela nome de *a excellente senhora*. D. João III, em 1549, deu ao bispo de Portalegre, D. Julião d'Alva, o senhorio da villa de Arronches e as egrejas suas dependentes, assim como as de Leiria, Ourem e Obidos, para o sustento do novo bispo e conegos de Portalegre. Os antigos monarchas concederam muitos privilegios a esta villa. D. Affonso IV deu-lhe o de não se fazerem penhoras aos habitantes nos objectos que tivessem dentro de casa em que morassem, nem nos trigos destinados para semente, nem nos bois de arado. D. João I o de não se levantarem soldados para ir militar para fóra da villa; o de poderem os pastores de todo aquelle termo trazer armas, excepto nos mezes de julho, agosto e setembro, permittindo-se aos moradores da villa

Brazão da villa de Arronches

trazerem-n'as por todo o reino. D. Affonso V deu-lhe a prerogativa de não poder d'ahi em deante ser alienada da corôa, e determinou que não podessem ser vereadores as pessoas que não tivessem cavallo seu. D. João II concedeu que os seus habitantes não fôssem obrigados a trabalhar nos muros, pontes, fontes, calçadas, ou em outras quaesquer obras, que se intentasse fazer na villa ou fóra d'ella, quer por si proprios, quer por seus bens; não podessem ser constrangidos a acompanhar presos, nem a servir cargos n'outro concelho, nem a ter armas ou cavallos. Havia ainda muitos outros privilegios. O general castelhano D. João d'Austria tomou a villa em 1661, mas abandonou-a apenas chegou o exercito portuguez. A 17 de junho de 1722 os castelhanos tentaram ainda tomal-a d'assalto, e chegaram a cercal-a, mas á primeira investida, achando forte resistencia, fugiram cobardemente. O conc. compõe-se de 6 freguezias com 4.693 hab., sendo 2.455 do sexo masc. e 2.238 do fem. As freguezias são as seguintes: Arronches, N. S.ª d'Assumpção, N. S.ª do Rosario, e S. Bartholomeu, com 2.582 hab.: 1.341 do sexo masc. e 1191 do fem.; Degolados, N. S.ª da Graça, 737 hab.: 364 do sexo masc. e 373 do fem.; N. S.ª da Esperança, 858 hab.: 445 do sexo masc. e 413 do fem.; Mosteiros, Nossa Senhora da Graça dos Mosteiros, 566 habitantes, 305 do sexo masculino e 261 do feminino. As freguezias Degolados, Esperança e Mosteiros tem correio e caixa para serviço da posta rural. Arronches tem quatro portas de entrada: ao N. a de Santa Maria, hoje Porta Nova; ao poente a do Rio; ao S. a do Crato, e uma entrada moderna denominada do Boqueirão. A matriz é um bom templo, muito antigo, amplo e de abobada com tres porticos de cantaria, bem lavrados; tem tres naves sustentadas em seis columnas, além de duas menos altas, porém mais brincadas, em que se firma o côro. N'esta egreja existem algumas reliquias, entre ellas uma cruz do Santo Lenho. A torre dos sinos é mais antiga do que a egreja, porque pertenceu a outra que existiu aqui, da invocação de S. Thiago. Os bispos do Portalegre são os priores de Arronches, e apresentavam o vigario e mais oito beneficiados. Tem Misericordia, construida no reinado de D. Manuel. D. Ruy Gonçalves, alcaide-mór da villa, instituiu uma albergaria em 1362, segundo refere uma inscripção, com a data de 1628, onde tambem se vê que n'esta data, a antiga albergaria estava transformada em hospital. Parece que esta transformação se deu em 1496. D. Ruy Gonçalves, para a sua benefica edificação, deu as suas proprias casas, e as necessarias rendas. O hospital está bem situado, e é digno do menção, pelas boas condições em que se encontra. Tem duas enfermarias, mas em caso de necessidade, ha espaço no edificio para se estabelecerem outras. Tem pharmacia. N'um documento antigo, que existe no archivo da Misericordia, encontra-se que D. Manuel, em dezembro de 1517, mandou que a Misericordia tomasse cuidado dos doentes que se recolhessem no hospital. A Misericordia d'Arronches tem actualmente o seu compromisso approvado por alvará de 3 do maio de 1889. A egreja do Espirito Santo é muito antiga e não ha memoria da sua fundação. E ampla, de abobada e com um formoso portico de cantaria. Houve tambem n'esta villa o convento de N. S.ª

da Luz, de frades agostinhos calçados, que foi construido em 1570. Junto á villa ha um convento de *congregados da Tomina*, principiado em 1710, em que os frades viviam de esmolas. Arronches teve foral, dado por D. Affonso III em Lisboa a 16 de junho de 1255, o qual foi confirmado por outro do mesmo soberano, dado tambem em Lisboa a 2 de janeiro de 1279. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, no 1.º de junho de 1512. D. Affonso VI tambem lhe deu foral novissimo, em Lisboa, a 25 de julho de 1678. É das poucas terras do reino que possuem d'estes foraes. No antigo regimen tinha voto em côrtes, com assento no 9.º banco. O seu brazão é um castello em campo de purpura. Arronches tem escolas para ambos os sexos, est. postal e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. L., hoteis, praça de touros, pharmacias, sociedades de recreio: *Recreativa, Philarmonica Arronchense*, theatro, fabricas de azeite, de moagens e de telha e adobe; feiras a 24 e 25 de maio, e a 17 e 18 de setembro; e mercado de porcos, aos domingos, nos mezes de janeiro e fevereiro. O principal commercio do concelho são cereaes, carnes ensacadas, azeite, cortiça, carvão vegetal, cêra e lãs. É solar d'um ramo de nobilissima familia dos Sousas, d'onde descendem os marquezes d'Arronches, condes de Miranda do Corvo, e duques de Lafões (V. *estes titulos*). || Ribeira na prov. do Alemtejo. Tem este nome por passar proximo das muralhas da villa d'Arronches, mettendo-se ali no rio Caia, com 24 k. de curso, junto da ponte de Crato. Nasce na serra de S. Mamede, ao pé da villa de Marvão. Cria muito e variado peixe. As suas margens são cultivadas n'algumas partes, onde se vêem muitos salgueiros e amieiros. || Serra na prov. do Alemtejo. É dividida em varios montes e cabeços de grande altura e asperêza, sendo os principaes cabeços: *Tagarraes*, *Louções*, *Tagarrilha*, *Cavalleiro*, *Monte Novo* e o *Serro do Senhor Rei Salvador*. É em grande parte cultivada, e tem alguns casaes, todos foreiros á camara d'Arronches. Cria corças, veados, caça miuda e do ar.

Arronço. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Nespereira, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Arrondado. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Pechão, conc. de Olhão, distr. de Faro.

Arrope. Pov. na freg. de Santa Maria, de Penha Longa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Arrossa. Pov. da freg. de S. Salvador, de Pombeiro, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Arrota. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Sever do Vouga, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Villarinho do Bairro, conc. d'Anadia, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Loureiro, conc. d'Oliveira d'Azemeis, distr. d'Aveiro. || Casal na freg. de S. Mamede, de Talhadas, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Arrota-a-Velha. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Espinhel, conc. d'Agueda, distr. de Aveiro.

Arrotas. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, de Porcariça, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Arroteaça. Pov. da freg. de S. Thiago, de Milheirós, conc. da Maia, districto do Porto.

Arroteia. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Carvalhas, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de N. S.ª do Reclamador, de Casaes, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Pantaleão, de Cornes, conc. de V. Nova da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Annunciação, de Espariz, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Fermedo, conc. d'Arouca, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Gondufe, com. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Christovão, de Labruja, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Leça do Bailio, conc. de Bouças, distr. do Porto. || Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, conc. de Tavira, distr. de Faro. || Pov. na freg, de N. S.ª da Conceição, e conc. de Mação, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de S. Mamede, de Infesta, conc. de Bouças, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Milheirós, conc. da Maia, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Martinho, e conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Rebordões, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Redinha, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Rossas, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Pov. na freguezia de S. Salvador, de Sabadim, concelho de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Mamede, de Serôa, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e distr. de Leiria. || Pov. na freg. de Santo André, de Tellões, conc. d'Amarante, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Travanca, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Thomé, de Vade, concelho de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Verissimo, de Valbom, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Valle, conc. d'Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Paio, de Villar de Figos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Sitio na freg. de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Casaes na freg. de S. João Baptista, de S. João da Ribeira, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Pedro, de Azueira, conc. de Mafra. distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Paio, de Farinha Podre, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de Santa Quiteria, de Meca, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça. de Baleizão, conc. e distr. de Beja. || Monte na freg. de Santa Suzana, de Mombeja, conc. e distr. de Beja. || Quinta na freg. de N. S.ª da Purificação, de Alcanede, conc. e distr. de Santarem. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Dois Portos, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de Santa Maria, de Paços, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real.

Arroteia Nova. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Vimeiro, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria.

Arroteia Velha. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, conc. de Ferreira, distr. de Beja.

Arroteias. Pov. na freg. do Espirito Santo, d'Aldeia Gallega do Ribatejo, distr. de Lisboa. ‖ Pov. na freg. de S. Lourenço, de Alhos Vedros, conc. da Moita, distr. de Lisboa. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª de Boa Viagem, e conc. da Moita, distr. de Lisboa. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, da Varzea, conc. e distr. de Santarem. ‖ Casaes na freg. da N. S.ª da Purificação, de Bucellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa. ‖ Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cazevel, conc. e distr. de Santarem.

Arrothea. Pov. da freg de S. Miguel, de Sapardos, conc. de Villa Nova da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Arrotheas. Pov. da freguezia de S. Braz, da Romeira, conc. e distr. de Santarem.

Arroto. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Assumes, conc. de Vallongo, distr. do Porto.

Arrouquellas. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João da Ribeira, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

Arroyo *(Antonio José)*. Engenheiro, inspector das escolas industriaes do norte, vogal do conselho d'arte musical, e um dos mais devotados propugnadores do ensino artistico. E' natural do Porto, filho de José Francisco Arroyo (*V. este nome*) e de D. Rita Xavier Rosola Arroyo. Foi sempre estudante distincto, tanto na Universidade como na Academia Polytechnica do Porto, onde começou os seus estudos, sendo então já considerado um dos primeiros talentos da sua geração. Critico de valor, os seus estudos criticos, especialmente *Soares dos Reis e Teixeira Lopes*, são de grande merecimento. Antonio José Arroyo, como delegado technico industrial, foi escolhido para vogal da commissão portugueza na exposição de Paris, de 1900. E condecorado com a Legião de Honra.

Arroyo *(João Emilio)*. Musico militar. N. no Porto em 1831, f. a 4 de dezembro de 1896. Era irmão de José Francisco Arroyo (*V. este nome*), e começou, como elle, por ser musico militar, desde a infancia, tocando flautim. Depois de ter adquirido com a pratica sufficientes habilitações, encorporou-se na banda da guarda municipal do Porto, occupando os logares de requinta e contra-mestre. Quando a banda foi dissolvida em 1862 (*V. Arroyo, José Francisco*), passou para a tropa de linha, e veiu para Lisboa dirigir a banda de infantaria 2, occupando ao mesmo tempo o logar de segundo flauta na orchestra de S. Carlos. Em 1868 concorreu com Antonio Croner e Soromenho á cadeira de flauta no Conservatorio, mas ficou vencido. Quando Croner adoeceu, foi Emilio Arroyo quem o substituiu na orchestra de S. Carlos, e logo que este falleceu, em 1888, obteve particularmente do director do Conservatorio, então Luiz Augusto Palmeirim, a nomeação de professor provisorio. Quatro annos depois, em 19 de novembro de 1892, realisou-se finalmente concurso publico, em que ficou vencedor. Emilio Arroyo era musico pratico de grande merito. Existiu ainda outro irmão, Antonio Maria Arroyo, que foi violoncellista e professor de piano no Porto, onde nasceu e sempre residiu até fallecer, a 21 de dezembro de 1893. Era muito considerado como habil e digno professor, embora não fôsse executante de grandes recursos. Continuas congestões lhe perturbaram a razão e o impossibilitaram de trabalhar, obrigando-o a viver exiguamente. Era o mais novo dos tres irmãos.

Arroyo *(João Marcellino)*. Doutor formado em direito pela Universidade de Coimbra, e lente cathedratico na mesma faculdade. Ministro de estado, deputado, etc. N. no Porto em 1861. Era filho do bem conhecido e distincto compositor de musica, José Francisco Arroyo (*V. este nome*), e de D. Rita Xavier Rosola Arroyo. Estudante distinctissimo, tanto no Porto como depois na Universidade, a 1 de novembro de 1884 doutorou-se na faculdade de direito, concorrendo pouco depois ao logar de substituto d'uma cadeira da referida faculdade, sendo approvado unanimemente. Tem a data de 24 de dezembro de 1885 o seu primeiro despacho como lente cathedratico. Em 1880, por occasião das festas do terceiro centenario de Camões, falou em publico pela primeira vez, no sarau com que Coimbra celebrou esta gloriosa data. Jornalista distincto, entrou na politica, sendo deputado na legislatura de 1885, em que representou o circulo de Villa do Conde. A sua estreia como orador é citada como uma das mais notaveis e no parlamento nos ultimos quarenta annos. Facilidade de palavra, vasta intelligencia habituada ao estudo, energia de caracter, tudo denunciava n'elle um homem destinada a distinguir-se na tribuna parlamentar. Tomou depois parte em varias legislaturas sendo eleito pelo Porto, e em 1890, contando apenas 29 annos de edade, foi chamado ao ministerio, presidido por Antonio Serpa Pimentel, que lhe confiou a pasta da marinha, passando pouco depois para a de instrucção publica, ministerio que então se creou, e que teve curta duração. Entrando nos conselhos da corôa não surprehendeu ninguem, porque muitas vezes havia já affirmado os direitos áquella elevadissima posição, pela sua reconhecida competencia. Em 1900 voltou de novo ao ministerio, no gabinete presidido pelo actual presidente do conselho, o sr. Hintze Ribeiro, encarregando-se da pasta dos negocios estrangeiros. O sr conselheiro Arroyo acompanha sempre as questões de administração especial e de politica geral que se tem ventilado. Estando nas fileiras da opposição, é um aguerrido soldado prompto a combater no posto mais arriscado da batalha A sua carreira publica tem sido, portanto, das mais brilhantes. Apezar da vida laboriosa e da politica a que se dedicou, o sr. conselheiro Arroyo não abandonou nunca a arte musical, que cultiva com verdadeiro amor, desde a edade de 14 annos, como artista de elevado merito. Tem publicado: *Estudo sobre a successão legitimaria*, Coim-

João Marcellino Arroyo

bra, 1884, 1 vol. 8.º; *Das excepções no Processo Civil Portuguez*, Porto, 1884, 1 vol. 8.º; *Estudo segundo sobre a successão legitimaria*, Coimbra, 1885, 1 vol. 8.º

Arroyo *(José Diogo)*. Doutor em philosophia pela Universidade de Coimbra, e lente da cadeira de zoologia na Academia Polytechnica do Porto, socio do Instituto de Coimbra, antigo deputado, etc. N. no Porto a 23 de junho de 1854. E' filho de José Francisco Arroyo (*V. este nome*). e de D. Rita Xavier Rosola Arroyo. Estudante sempre distincto, tanto quando cursou as escolas do Porto, como na Universidade, doutorou-se em philosophia a 20 de junho de 1880, e os seus actos de licenceado e de capello ficaram celebres entre os mais notaveis. E' um jornalista de rija tempera, um professor de primeira ordem. Escreveu: *Estudo sobre a cellula vegetal*, Coimbra, 1880; *O reino dos protistas-Apreciação da legitimidade d'esta hypothese na classificação dos seres organisados*, Porto, 1881. Este trabalho serviu de *dissertação do concurso á Academia Polytechnica do Porto.*

Arroyo *(José Francisco)*. Musico militar e compositor de musica. N. no Valle de Oyarzun, pequena povoação na provincia de Guipuzcoa, a duas legoas da cidade de S. Sebastião, a 14 de janeiro de 1818; fal. no Porto a 20 de setembro de 1886. Era filho d'um musico militar vasconço cujo nome desconhecemos, e de D. Josepha Arroyo. Veiu muito novo para o Porto, assentou praça na banda d'um dos regimentos ali aquartelados, e tornou-se tão habil em musica, que occupou o logar de clarinete na orchestra do theatro de S. João. Dedicando-se apaixonadamente á arte musical, escreveu uma opera, intitulada *Bianca de Mauleon,* que se cantou em 1846 no theatro de S. João. A critica occupou-se muito d'esta opera, fazendo-lhe censuras, mas elogiando o compositor. Dois annos mais tarde concluiu outra opera, que se chamou *Francesca Ventivoglio*, que não chegou a cantar-se, apezar do interesse que a imprensa tomou, e da insistencia com que aconselhava que ella fôsse ouvida. Em 1849, José Francisco Arroyo, sendo mestre da banda da Guarda Municipal, compoz uma marcha funebre para ser executada no prestito que acompanhou os restos mortaes de Carlos Alberto, quando fôram conduzidos ao navio de guerra, que os transportou á Italia. Carlos Alberto era o rei da Sardenha, pae de Victor Manuel, e avô de sua magestade a rainha senhora D. Maria Pia, que tendo perdido o throno nas guerras que então assolavam a Italia, se refugiara em Portugal, e falleccra no Porto. Por ter escripto esta marcha, foi agraciado pelo governo italiano com a commenda das ordens de S. Mauricio e S. Lazaro. N'esta epoca, tambem o paiz era flagelado por grandes agitações politicas. O marechal Saldanha, que em 1847 fizera recuar a revolução do Minho com o prestigio da sua espada, pôz em 1851 essa mesma espada ao serviço do partido revolucionario, entrando triumphantemente no Porto, acclamado pelo exercito e pelo povo. Por essa occasião compoz José Francisco Arroyo um hymno triumphal, que foi executado no theatro de S. João por todas as bandas militares que estavam no Porto, e se reuniram debaixo da sua direcção. Este hymno imprimiu-se em Lisboa, para piano e canto, na lithographia de Canongia & C.ª, mas parece que sem o consentimento do autor, que protestou contra essa publicação, n'um artigo que sahiu no *Periodico dos pobres,* de 31 de maio de 1851. No anno seguinte, 1852, quando el-rei D. Fernando foi ao Porto, tambem Arroyo compoz uma cantata dedicada á rainha D. Maria II, a qual se executou no referido theatro de S. João, na presença d'el-rei, que o brindou com uma abotoadura de brilhantes, dirigindo-lhe palavras amaveis e elogiosas. Em 1855 estabeleceu na rua Formosa um armazem de instrumentos e objectos de musica, estabelecimento que em 1857 mudou para outra casa da mesma rua, e em 1863 para a rua de Santo Antonio. No anno de 1855 foi condecorado com o habito da ordem de N. S.ª da Conceição. Em 1858 tomou a empresa do theatro das Variedades auxiliado pelo fallecido actor e escriptor José Maria Braz Martins. Escreveu então musica para as seguintes peças: *O segredo do tio Vicente*, opereta n'um acto, de A. C. Lousada; *Recordações da guerra da Peninsula*, drama em 5 actos, de Braz Martins; *S. Gonçalo d'Amarante*, drama em 3 actos e 1 prologo. José Francisco Arroyo foi sempre muito estimado e considerado pelos seus collegas. Em 1860, estando todos em grande discordia, aggredindo se violentamente, guerreando-se por todos os meios com o maior encarniçamento, alguns dos mais importantes lhe dirigiram uma carta, exaltando-lhe as suas qualidades, e pedindo-lhe que assumisse a direcção da sociedade *União musical*, que tão desunida se encontrava. Em 1861 compoz um hymno consagrado á acclamação d'el-rei D. Luiz, o qual se executou pelas bandas reunidas da Guarda Municipal e de infantaria 8, durante a cerimonia da acclamação que se realisou no Porto, no dia 22 de dezembro d'aquelle anno. Em 1862 funccionou no theatro de S. João uma companhia dirigida por Braz Martins, que representou duas das peças, que já tinham sido representadas nas Variedades, as *Recordações da guerra da Peninsula* e *O segredo do tio Vicente,* e mais o drama n'um acto *Os monges de Toledo,* cuja musica foi tambem composição de José Francisco Arroyo. O considerado compositor soffreu um grande desgosto, quando em principios de 1862 subiu ao poder um ministerio do partido historico, presidido por Lobo d'Avila, mais tarde conde de Valbom. O commandante da Guarda Municipal do Porto, então nomeado, o tenente-coronel Doutel de Figueiredo Sarmento, apenas tomou posse, tratou de dissolver a banda e demittir o seu chefe, o que se effectuou em abril do referido anno, declarando-se officialmente que a razão d'esta medida fôra a banda envolver-se em politica. Desde essa epoca, Arroyo abandonou a vida activa de musico profissional, dedicando-se exclusivamente á gerencia do seu estabelecimento. José Francisco Arroyo era um modelo de honestidade e consciencia artistica. Caracter bondoso e dedicadissimo a sua esposa, D. Rita Xavier Rosola Arroyo, filha d'uma das familias mais illustres da Biscaya, d'uma casa morgadia, e cuidando extremosamente da educação dos seus tres filhos, José, Antonio e João Arroyo (V. *estes nomes)*, de que se orgulhava, por vêr a distincção com que proseguiam nos estudos, tanto no Lyceu, como na Academia e na Universidade de Coimbra. Arroyo tocava com perfeição uns poucos de instrumentos, mas especialmente a flauta e o clarinete eram os seus predilectos. Compoz muitas musicas, passando por

ser uma das suas melhores inspirações a symphonia do drama sacro *S. Gonçalo d'Amarante*, a que já nos referimos. A sua actividade affirmou-se mais na musica sacra. Além das que temos apontado, compoz mais as seguintes musicas: Missa grande a 4 vozes e grande orchestra, 1872; 3.ª missa, 1854; *Libera me*, para grande orchestra, 1855; *Laudate pueri*, 4 vozes, 1872; *Laudate Dominum*, 4 vozes, córos, grande orchestra, 1872; *Te Deum*, 4 vozes e córos, 1872; Missa a 3 vozes, 1873; *Credo* a 4 vozes, 1873; 2.º credo a 4 vozes, 1873; *Te Deum*, 4 vozes e córos, grande orchestra, 1873; Missa a 4 vozes e córos, grande orchestra, 1873, escripta expressamente para a inauguração da egreja da Trindade, do Porto. Deixou tambem muitas symphonias para grande orchestra, um galope concerto, *A caçada*, *Doze estudos para flauta*, que dizem ser trabalho de merecimento, e o hymno da *Regeneração*, dedicado ao fallecido estadista Fontes Pereira de Mello.

Arroz *(Casal do)*. Na freg. de S. Matheus, de Junceira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Arruamento. A disposição das ruas, nas cidades e villas. A acção de arruar as pessoas da mesma profissão em ruas apropriadas e designadas. Em Portugal as noticias do arruamento dos officios alcançam aos principios do seculo XIV. No anno de 1308 mais de quinze tanoeiros se quizeram arruar em Lisboa com suas tendas e casas. Em 1351 a camara do Porto concedeu varias prerogativas aos mesteiraes que quizessem vir morar para a cidade. Em 1395 uma carta regia, dirigida á camara de Lisboa, suscitava o preceito ordenado pela de 5 de junho de 1351, para que fôssem arruados os mesteiraes cada um de seu mister em suas ruas. Segundo varios documentos, o *arruamento* era estabelecido por bom regimento e maior formosura da cidade, para que os juizes dos officios e os almotacés das execuções pudessem mais facilmente fiscalizar os artefactos expostos á venda, e verificar se eram feitos como deviam a bem da reputação dos artigos e dos interesses do povo. Um grande numero de posturas do senado da camara de Lisboa prohibiam que os officiaes mecanicos morassem n'outras ruas que não fossem as destinadas a cada officio. Havendo duvida sobre se os officios podiam escolher arruamento, determinou-se pela Resolução de 2 de setembro de 1669 que só á camara isso pertencia. Ainda hoje a algumas ruas da capital se dá a antiga designação dos officios arruados; assim as dos Cordoeiros, Correeiros, Sapateiros, Douradores, Ferreiros, Pescadores, Algibebes, Remolares, Fanqueiros, Retrozeiros, etc. Por muitas vezes se mandaram observar os arruamentos e foi prohibido abrir lojas fóra d'elles. Assim o ordenavam a Resolução de 22 de abril de 1709, o alvará de 16 de dezembro de 1757 e o decreto de 10 de setembro de 1788; etc. Não era raro queixarem-se os officios de que no seu arruamento não havia casas sufficientes e que os alugueres eram excessivos. Por decreto de 4 de dezembro de 1782 foi ordenado que os proprietarios de casas nos arruamentos de Lisboa não pudessem escolher inquilinos senão d'entre as pessoas das corporações arruadas. De todas estas questões se encontram muitos documentos interessantes publicados pelo sr. Freire de Oliveira nos seus *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, especialmente nos vol. I pag. 291, vol. VII pag. 160, vol. IX pag. 288, vol. XII pag. 331 e seguintes. Por privilegios especiaes havia algumas excepções de arruamento, como, por exemplo, sempre succedeu quanto aos officios de armeiro e moedeiro, que desde o reinado de D. João I gozaram d'essa regalia. Com a extincção da Casa dos Vinte e Quatro, por decreto de 7 de maio de 1834, fôram extinctos tambem os gremios dos differentes officios, caducando todas as disposições respectivas e com ellas a do *arruamento*.

Arruda *(Balthazar de)*. Architecto, filho de Miguel de Arruda. El-rei D. Sebastião, em 1566, lhe fez mercê de 30$000 réis annuaes, por dois annos sómente, 1566 e 1567, emquanto estivesse estudando architectura fóra do reino. Pouco se sabe mais a seu respeito. Em 1564 ainda estava em Lisboa, porque n'essa epoca D. Sebastião lhe confirmou os 20$000 réis de tença, que seu pae lhe deixava em testamento. Os documentos relativos a estas duas mercês veem transcriptos no *Diccionario historico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes*, etc; coordenado por Sousa Viterbo, 1º vol. a pag. 513.

Arruda *(Bartholomeu de Gambôa e Liz, 1. barão de)*. Par do reino, por carta regia de 1 de setembro de 1834, de que prestou juramento e tomou posse na camara respectiva, na sessão de 4 do referido mez e anno; foi eleito senador pelo circulo d'Alemquer em 1848; cavalleiro-fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo da ordem de Christo e commendador da mesma ordem; coronel aggregado ao regimento de milicias de Soure, em 1807, e depois reformado; capitão-mór da villa d'Arruda, e abastado proprietario. Nasceu em Arruda dos Vinhos a 10 de janeiro de 1778, e fal. a 26 de março de 1870. Era filho de Antonio Theodoro de Gambôa e Liz, cavalleiro-fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo da ordem de Christo, capitão-mór d'Arruda, d'onde era natural, proprietario da quinta do Monte Gudel, familiar do Santo Officio, casado com D. Maria Rita do Quintal Souto Maior, filha de Antonio Caetano Ruas e de sua mulher D. Anna Luiza Souto Maior. Casou em 9 de setembro de 1798 com sua prima, D. Maria Joaquina de Gambôa e Liz, filha de Domingos de Gambôa e Liz, cavalleiro-fidalgo da Casa Real; cavalleiro professo na ordem de Christo; desembargador da Relação e Casa do Porto, com o exercicio de primeiro deputado da Junta da Administração das Fabricas do Reino e obras das Aguas Livres; antigo juiz de fóra de Torres Vedras, casado com D. Anna Rosa da Silva. D'este matrimonio houve seis filhos, distinguindo-se o primogenito, Antonio de Gambôa e Liz, que nasceu a 27 de junho de 1799, e foi par do reino, por successão a seu pae, de que prestou juramento e tomou posse na camara dos pares, na sessão de 25 de novembro de 1870; fidalgo da Casa Real por successão dos seus maiores, do conselho de sua magestade, commendador da ordem de Christo, condecorado com a medalha das campanhas da Liberdade, algarismo n.º 5, *por serviços civis* prestados durante esse periodo; bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra; antigo juiz de fóra da villa d'Arronches em 1825; exerceu altos cargos administrativos, sendo sub-prefeito da comarca d'Alemquer em 1835; administrador geral e governador civil nos districtos do Funchal e Lisboa, em 1839 e 1842; administrador geral da Al-

fandega das Sete Casas; juiz presidente da praça dos leilões e arrematações judiciaes no Deposito Publico da cidade de Lisboa; fal. a 19 de março de 1878, sendo juiz de direito aposentado. O titulo de barão foi concedido pala rainha D. Maria II, em sua vida, pelo decreto de 8, e carta de 27 d'agosto de 1845; e de honras e grandezas, pela mesma soberana, em carta de 27 de janeiro de 1837. O brazão consta do seguinte: um escudo partido em pala; na primeira as armas dos Lizes, em campo de ouro sete bandas verdes; e na segunda as armas dos Cayados, em campo vermelho um elmo de prata entre um lobo de sua côr armado de ouro, e um cão de prata com coleira azul; chefe, em campo de ouro tres folhas de golfão azul. Os bens da casa de Gambôa e Liz, conhecida pela casa do capitão-mór d'Arruda, passaram a pessoa estranha á familia, por disposição testamentaria do ultimo herdeiro.

Arruda *(Bernardo Ramires Esquivel, barão de)*. Foi o 1.º visconde de Estremoz. (*V. este nome*).

Arruda *(Diogo)*. Architecto do tempo d'el-rei D. Manuel. Era irmão d'outro architecto chamado Francisco Arruda (*V. este nome*). Ha uma carta d'el-rei D. Manuel, escripta em Almeirim, com a data de 29 d'abril de 1510, dirigida a Diogo de Braga sobre a obra a fazer no côro e sacristia de certo convento. Ahi se declara a vontade e ordem d'el-rei, para que a obra seja entregue a Diogo de Arruda, indicando ao mesmo tempo as dimensões d'ella e outras particularidades. Em 1512 achava-se em Safim tambem n'umas obras; nos ultimos mezes d'aquelle anno, e durante o de 1513 era mestre das obras do convento de Thomar. Em 1514 estava com o irmão, Francisco de Arruda, em Azamor, onde fôram para concertar aquella fortaleza, devendo depois seguir para Mazagão. D'ali escreveram uma longa carta a el-rei, dando conta minuciosa dos fornos que fizeram para cozer a cal, e da má qualidade d'esta. Expôem tambem o estado das obras a que procederam. Em 1519 era empreiteiro da obra do castello novo da cidade d'Evora. Em 1520 foi a Estremoz visitar e examinar as obras do convento novo de Santa Clara. Em 1521 teve a nomeação de mestre das obras da comarca do Alemtejo, e de medidor das obras do reino. Em março de 1522 exercia o mesmo cargo na medição de certas obras do convento do Espinheiro, em Evora. Em 1525 foi nomeado mestre das obras dos novos paços d'Evora, na vaga que ficara pelo fallecimento de Martim Lourenço. No mesmo anno era enviado á villa d'Alfaiates, para medir as obras que se estavam ali executando. Em 1529 foi mandado correr os logares d'Africa, na companhia de Duarte Coelho e de outro engenheiro. Em 1530 foi a Setubal com Pero Vicente, medir e avaliar as obras que Gil Fernandes ali executara. N'aquelle mesmo anno, D. João III tambem o mandou a Coimbra, para examinar as obras do mosteiro de Santa Cruz, e dar sobre ellas a sua informação. Diogo d'Arruda pouco tempo mais poderia viver, porque em maio de 1531 foi nomeado seu irmão Francisco d'Arruda, para lhe succeder no cargo de mestre das obras do paço d'Evora e medidor de todas as obras do reino. D'estas nomeações e encargos existem documentos na Torre do Tombo, que veem transcriptos no *Diccionario dos Architectos*, etc., coordenado por Sousa Viterbo.

Arruda *(Dionysio de)*. Era sobrinho de Miguel de Arruda (V. *este nome*), a quem, por sua morte substituiu no cargo de mestre d'obras do mosteiro da Batalha. O alvará que o nomeia, tem a data de 25 d'outubro de 1563.

Arruda *(Francisco de)*. Architecto, assim como seu irmão, Diogo Arruda, (V. *este nome*). Em 1510 era empreiteiro das obras das muralhas e castellos de Moura, Mourão e Portel. Em 1514 estava em Azamor com seu irmão Diogo. Em 1516 trabalhava no baluarte do Restello, de que era mestre. Em 1531 era nomeado para exercer os tres cargos officiaes, que o fallecimento do irmão deixara vagos: mestre das obras da comarca do Alemtejo, dos paços d'Evora, e medidor das obras. Em 1532 era-lhe permittido fazer-se substituir por pessoa habilitada, quando não podesse ir directamente fazer a medição. Em 1533 foi-lhe concedida licença para andar de mula ou faca de sella. Francisco Arruda parece que residia em Evora, pelo menos possuia ali umas casas em que costumava descançar e sua filha. Em 30 de junho de 1534, uma carta d'el-rei ordenava que ninguem lh'as tomasse de aposentadoria. N'aquelle mesmo anno, el-rei deu-lhe 16$000 réis de ordenado por anno *com o carrego do laranjal, orta, latadas e casas de meus paços de Evora*. Por um alvará fez em seguida transferir a mercê a sua mulher, Izabel Fernandes, para a gozar pelo fallecimento do marido. Por um documento passado em 1545, vê-se que Francisco de Arruda renunciara ao encargo do laranjal e horta, continuando, porém, a receber o ordenado de 16$000 réis, com a condição de, por sua morte, passarem para sua mulher. Em 1542 foi Francisco d'Arruda nomeado visitador do cano da agua da prata d'Evora, para que estivesse bem corrigido e reparado, e não soffresse damnificação. Teria de ordenado 10$000 réis as custas da renda da cidade. N'este documento é qualificado de cavalleiro da ordem de Christo. Francisco d'Arruda falleceu a 30 de novembro de 1547, e um anno depois, a 7 de novembro de 1548, foi nomeado para o substituir nos cargos de mestre das obras da comarca do Alemtejo e dos paços d'Evora, Diogo de Torralva, seu genro. Os documentos relativos a Francisco d'Arruda, existem archivados na Torre do Tombo, e veem transcriptos no *Diccionario dos Architectos*, a que já nos temos referido.

Arruda *(João de)*. Era mestre d'obras do mosteiro da Batalha no tempo de D. João II. Em 1485 foi enviado a Beja para, conjunctamente com outros officiaes, avaliar o preço d'umas casas pertencentes a Pedro Godins, cavalleiro da Casa Real, e que a infanta D. Beatriz, sogra d'aquelle monarcha, desejava adquirir para ampliar o seu paço, que andava construindo junto ao convento de N. S.ª da Conceição.

Arruda *(Fr. João de)*. Nasceu na villa de que tomou o appellido, e fal. no convento de Villar de Frades, a 29 de junho de 1470. Foi educado por um tio, prior da egreja parochial de N. S.ª da Salvação, da mesma villa Desde muito creança, mostrou a vocação que tinha para as cerimonias ecclesiasticas, como sciencia da musica, para regular o côro. Ordenado de presbytero, como fôsse venerado pela innocencia dos costumes, o infante D. Fernando, denominado o infante santo, filho d'el-rei D. João I, o elegeu seu capellão, e por

conselho do mesmo infante, foi mestre da capella real de D. Affonso V, devendo-se a elle a reforma de muitos abusos que se tinham introduzido nos officios divinos. D. Fernando, quando em 1549, acompanhou sua irmã, a infanta D. Izabel, para se desposar com Filippe o Bom, duque de Borgonha, levou-o em sua companhia, juntamente com o mestre João e Martim Lourenço, bases fundamentaes dos conegos seculares n'este reino; com a convivencia d'estes santos varões se lhe despertou o desejo de deixar o mundo, e firme n'esta resolução, quando voltou ao reino, recebeu o habito canonico em Villar de Frades, em cujo convento foi reitor e exerceu com assombro as mais santas virtudes. Durante doze annos permaneceu no convento, d'onde sahiu unicamente para, em beneficio da sua congregação, ir a Roma obrigado pelos superiores, jornada que fez a pé. Concluida a sua missão com a curia romana, partiu para Veneza, recolhendo-se em Arga, na congregação dos conegos de S. Jorge, onde aprendeu algumas regras conducentes para a perfeição do canto ecclesiastico e culto divino. Voltando a Portugal, buscou logo o seu convento de Villar de Frades, onde se conservou até fallecer. Escreveu: *Tratado das Ceremonias Ecclesiasticas, e do Canto, que se usa nos officios divinos,* obra que ficou em manuscripto.

Arruda *(Miguel de)*. Architecto. O documento mais antigo, que se encontra a seu respeito, é a carta de 25 de junho de 1533, que o nomeia mestre d'obras do mosteiro da Batalha, pela renuncia que n'elle tinha feito João de Castilho, a 17 de maio de 1532. Ainda não era cavalleiro da Casa Real, e el-rei dá-lhe apenas o titulo de pedreiro No anno de 1533 tambem lhe foi permittido o privilegio de andar de mula ou faca, como tambem fôra concedido a Francisco de Arruda. Em 1541 Miguel d'Arruda foi visitar a fortaleza de Ceuta, em companhia do celebre engenheiro italiano Benedicto de Ravena. Era então governador da fortaleza, D. Affonso de Noronha, que mandou a D. João III uma carta interessantissima, dando conta da missão que elles desempenharam, e relatando ao mesmo tempo a aptidão de cada um. Dois annos depois, Miguel d'Arruda voltou a Ceuta, na companhia de D. João de Castro, que ia encarregado de examinar aquella praça e outras. Arruda era o technico da expedição. A 5 de fevereiro de 1543 foi nomeado mestre das obras de pedraria e alvenaria dos paços reaes de Santarem, assim como o era seu irmão Pedro d'Arruda, por cujo fallecimento havia vagado o cargo. Ficou tambem sendo mestre dos paços d'Almeirim e de Muge. Assim como Francisco d'Arruda, Miguel d'Arruda possuia casas em Evora, o que faz suspeitar que fôssem parentes. A 17 de maio do referido anno de 1543, D. João III fez-lhe mercê de que ninguem pudesse tomar de aposentadoria as referidas casas, concedendo-lhe além d'este privilegio, a tença de tres moios de trigo por anno. Foi Miguel d'Arruda quem deu a traça para a fortaleza de Moçambique, cuja construcção D. João III recommendara a D. João de Castro. A este respeito vem uma referencia, n'uma carta escripta d'Almeirim a 8 de março de 1546. Pela referencia d'el-rei, vê-se que D. João de Castro conhecia muito de perto Miguel d'Arruda, conhecimento provavelmente tomado em Ceuta Miguel d'Arruda diversas vezes foi ao norte d'Africa para examinar as praças de guerra portuguezas. Fr. Luiz de Sousa, nos *Annaes de João III*, pag. 429, chama-lhe *grande engenheiro*. Lourenço Antonio Mexia Galvão, na *Vida do famoso heroe Luiz de Loureiro*, tratando do forte do Scinal, allude frequentemente a Miguel d'Arruda, que classifica de insigne em architectura militar. Em 1548 Arruda foi nomeado mestre das obras dos muros e fortalezas, tanto do continente como do ultramar, em attenção á sua habilidade e experiencia, e pela maneira como se coutinha no regimento, que lhe foi mandado passar. O ordenado que principiaria a vencer de janeiro de 1549 em deante, era de 80$000 réis annualmente. No referido anno de 1548, esteve em Thomar, onde el-rei o mandou informar-se com João de Castilho ácerca das obras do mosteiro. Em 1554, fôram-lhe concedidos mais quatro moios de trigo, além de seis que já recebia por padrões anteriores. Miguel de Arruda foi tambem o architecto do convento de Sant'Anna, obra de pouco valor artistico, mas que alcançou grande fama por ter dado abrigo na sua egreja aos ossos de Luiz de Camões. Tambem foi egualmente o architecto ou o encarregado da obra dos paços de Enxobregas. Em 20 d'outubro de 1556, D. João III lhe fez o donativo annual, em dia da sua vida, de uma arroba de especiarias, a saber: doze arrateis de canella, dez de cravo, e outros tantos de pimenta. Miguel d'Arruda fal. em 3 de janeiro de 1563, e a 25 d'outubro d'este anno foi nomeado para o substituir no cargo de mestre das obras da Batalha, seu sobrinho Dionysio d'Arruda. No anno seguinte era nomeado para o substituir no cargo de todas as obras, que se fizessem á custa da fazenda real, Antonio Rodrigues. Era casado com Izabel Mendes, de quem teve os seguintes filhos: Margarida, a quem el-rei D. Sebastião, em alvará de 27 de maio de 1559, fez mercê de diversos cargos em Baçaim á pessoa com quem ella viesse a casar, em attenção aos serviços de seu pae; Balthazar, de quem já se falou (V. *Arruda, Balthazar de)*, Belchior e Antonio. Belchior d'Arruda foi nomeado, por carta de 20 d'abril de 1564, nos cargos de feitor, alcaide-mór, provedor dos defuntos e vedor das obras da fortaleza de Baçaim. Os documentos relativos a Miguel d'Arruda, que existem na Torre do Tombo, veem transcriptos no *Diccionario dos Architectos*, etc. já por diversas vezes citado.

Arruda *(Pedro de)*. Era irmão de Miguel d'Arruda (V. *este nome)*. O unico documento, de que o *Diccionario dos Architectos*, etc, nos dá noticia a pag 74 do 1 vol., é a carta de 11 de novembro de 1526, em que elle foi nomeado mestre das obras de pedraria e alvenaria dos paços de Santarem. Succedeu a Pedro Nunes, por cujo fallecimento vagou o officio. O documento official denomina-o pedreiro. Pedro Arruda devia ter fallecido em 1543, porque n'este anno foi nomeado para o substituir seu irmão Miguel d'Arruda.

Arruda *(Casaes da)*. Na freg. de N. S.ª de Aboboris, de Amoreira, conc. d'Obidos, distr. de Leiria. || Casal na freg. de S. Lucas, de Freiria, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. da Sé, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Arruda dos Pizões. Pov. e freg. de S Gregorio, da prov. da Extremadura, conc. de Rio Maior com. e distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 316 hab. e 62 fog. A pov. dista 9 k da séde do conc.

O parocho, vigario, era apresentado pela corôa pelo tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens. Tinha de rendimento 120$000 réis.

Arruda dos Vinhos. Villa da prov. da Extremadura, séde de conc., com. de Villa Franca de Xira, distr. e patriarc. de Lisboa. Pertence á 1.ª div. mil., 2.ª brigada, grande circumscripção mil. do Centro, e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 5, com a séde em Lisboa. Circulo eleitoral n.º

Emblema existente no sino da casa da camara e que se presume representar as armas da villa

15, que abrange o 1.º e 2.º bairro de Lisboa e os concelhos d'Alemquer, Azambuja, Loures, Cadaval, Villa Franca e Arruda dos Vinhos. Tem uma só freg., N. S.ª da Salvação. O conc. comprehende 4 freg. com 5:515 hab., sendo 2:906 do sexo masc e 2:609 do fem. São as seguintes: Arranhó, S. Lourenço, com 1:443 hab.: 766 do sexo masc. e 677 do fem.; N. S.ª da Salvação, 2:287 hab.: 1:211 do sexo masc. e 1.076 do fem.; Cardosas, S. Miguel, 733 hab.: 372 do sexo masc. e 361 do fem.; S. Thiago dos Velhos, 1:052 hab.: 557 do sexo masc. e 495 do fem. O antigo concelho tinha mais as freguezias que hoje compõem o concelho de Sobral de Monte Agraço, e são as de Sobral, S.to Quintino e Sapataria. Tem Misericordia, hospital, estação telegrapho-postal que permuta malas com a R. A. do Norte na estação do caminho de ferro em Alhandra, a qual dista 10 k. d'esta villa, havendo diligencia para transporte de passageiros áquella estação e vice-versa, duas vezes por dia. A estação de Dois Portos na linha ferrea de Oeste dista 14,5 k. Dista 12 k. de Villa Franca de Xira, séde da comarca. É a villa atravessada pela estrada districtal n.º 143 de Alhandra a Torres Vedras, vindo entroncar proximo de Arruda as districtaes n.º 146 que conduz a Villa Franca, n.º 145 (em construcção) que conduz ao Carregado, estrada de serventia (tambem em construcção) que vae entroncar com a estrada real n.º 60, de Lisboa ás Caldas da Rainha, pondo esta villa em communicação com as duas freg.ª do conc. Arranhó e S. Thiago dos Velhos e com a villa de Bucellas. A freguezia das Cardosas vae ter tambem uma estrada de serventia para a districtal n.º 146, tendo-se já dado começo ás expropriações, e ficando assim aquella freg. em communicação com a séde do conc. e da com. Estas estradas pertencem á 6.ª secção de conservação da 2.ª direcção d'obras publicas do distr. de Lisboa. A estação telegrapho-postal tem serviço de emissão e pagamento de vales, cobrança de recibos e serviço de encommendas postaes. Ha n'esta villa agentes dos bancos *Crédit Franco Portugais* e *Economia Portugueza*, e das companhias de seguros *Reformadora*, *Previdencia*, *Internacional*, *Tagus* e *Probidade*. Tem um medico de partido municipal, pharmacia, e um notario. Possue bibliotheca publica, escolas para ambos os sexos, um pequeno mas muito elegante theatro, hoteis, e *Philarmonica dos bombeiros voluntarios*. Está esta villa situada a uns 40 k. ao N. de Lisboa, entre as povoações de Alhandra e Sobral, n'uma baixa rodeada de montes e serras de consideravel elevação, o que torna o seu clima bastante variavel, sentindo-se aqui muito os rigores das estações. Comtudo é bastante saudavel e tanto que, grassando a peste em Lisboa, para aqui foi transferida a Casa da Supplicação, havendo ainda hoje um sitio denominado *Alto da forca*, onde n'esse tempo esteve levantado este patibulo. As serras que ficam ao sul e oeste da villa faziam parte das celebres linhas de Torres Vedras, 1.ª linha de defeza de Lisboa, organisada por lord Wellington e que teve começo nos fins do anno de 1809, linhas que principiavam na margem direita do Tejo, junto a Alhandra, e se prolongavam por sete leguas até ao oceano, na foz do rio Sizandro. Ainda hoje se encontram vestigios d'essas importantes fortificações, ante as quaes teve de curvar-se o famoso cabo de guerra dos exercitos napoleonicos, o marechal Massena, que, apezar do seu numeroso e aguerrido exercito, se declarou impotente para as investir. Os reductos mais proximos d'esta villa eram o de S. Sebastião, que ainda em 1814 estava artilhado com 3 peças de calibre 9, 1 de 12 e 4 canhoneiras, e da Carvalha com 2 peças de 9 e 4 canhoneiras, o o do Moinho do Céo com 2 peças de 12. Em 1818 todo o material e artilharia, tanto d'esta 1.ª como da 2.ª linha, foi retirado para o arsenal do

Entrada da villa pelo lado de Alhandra

exercito. Junto á villa correm dois rios que as aguas fluviaes engrossam extraordinariamente no inverno, ficando no verão apenas alguns pegos. O maior, chamado Rio Grande, vem de NO, banha a villa pelo N, onde é atravessado pela estrada districtal n.º 143, por meio de uma boa ponte, e, dirigindo-se para NE, vae lançar-se no Tejo proximo da ponte da Couraça, junto ao Carregado. O outro nasce a pouco mais de 3 kilometros da villa, no sitio de Villa Nova, corre junto á mesma pelo lado oriental, e ahi toma o nome de rio da Barroca, por correr n'um sitio assim designado. Vae desaguar no primeiro n'um local muito pittoresco proximo da villa, chamado a *Pipa*, onde ha sobre aquelle, a montante da confluencia, uma pequena ponte só para peões. A corrente do primeiro d'estes rios, quer a montante quer a jusante

Edificio da camara municipal

da confluencia do segundo, é aproveitada como força motriz por muitas azenhas espalhadas pelas suas margens. Além da população da villa, tem a freguezia de Arruda uma importante população rural, dispersa por muitos logares como são os da Matta, Carrasqueiro, Fonte Nova, Adobarriga, Quinta da Serra, etc., e por innumeros casaes e quintas importantes, taes como a de S. João, Mattos, Tojeira, Moita, D. Dulce, Pé do Monte, Venga, Capellã, S. Sebastião, Paraizo, S. Pedro, Mont'Aragão, Bataca, etc. O solo, se não é dos mais ferteis para a cultura cerealifera, é comtudo muito proprio para a vinha, que é aliás o mais importante ramo agricola d'esta região, sobrelevando muito a qualidade á quantidade, pois que, se as vinhas não attingem as grandes producções que se notam n'outros centros viticolas, o vinho é dos mais apreciados e procurados pelas suas qualidades de côr e graduação alcoolica, sendo optimo não só para consumo directo, mas tambem para lotação. Exporta Arruda, além d'isso, muita uva e outros fructos, de que tambem é muito abundante, para os mercados do paiz e para Inglaterra, Africa e Brazil. A antiguidade da villa de Arruda não póde com exactidão determinar-se. É sem duvida das povoações mais antigas do paiz e remonta talvez á dominação romana, visto que se teem encontrado tumulos, moedas e restos de edificações, bem como productos de ceramica, sem duvida de origem romana. A sua existencia no periodo de declinação do dominio arabe na peninsula demonstram-n'a diversos factos historicos. Assim D. Affonso Henriques, cuja dignidade real já fôra reconhecida por Affonso VII, em 1143, pelo tratado de Zamora, mas cuja inteira independencia da corôa leoneza só mais tarde em 1179 seria reconhecida pela bulla de Alexandre III, doou comtudo em 1172 o castello da villa de Arruda á ordem de Santiago, doação que, a ter-se tornado effectiva, o que é duvidoso, por ser mais tarde renovada por D. Sancho I sem allusão á primeira, seria o unico vestigio da existencia, por esse tempo, em Portugal, da nova ordem, pouco antes fundada em Leão, e que só mais tarde, no reinado de D. Diniz, se nacionalisaria, elegendo d'ahi em diante os seus mestres, sem dependencia dos de Ucles. A nova doação de Arruda aos freires de Santiago por D. Sancho I, feita sem duvida pelo mesmo tempo que as de Alcacer, Palmella e Almada, deve ter sido anterior ás invasões de Yacub Al-Manssor em 1190 e 1191, porque, depois d'estas, fôram as duas ultimas praças, não doadas á ordem, mas reoccupadas por ella, não o sendo logo tambem novamente a de Alcacer, por isso que Yacub, ao retirar para o Andaluz, a deixou bem fortificada e guarnecida, como que servindo de sentinella ao territorio por elle de novo collocado sobre o dominio serraceno, e que era quasi todo o Alemtejo e Algarve. Pinho Leal, na sua obra *Portugal Antigo e Moderno*, fixa a data da doação de D. Sancho I no anno de 1186, o que confirma o que deixamos dito. Em relação á doação feita por D Affonso Henriques em 1172 e que talvez se não tornasse effectiva, diremos ainda segundo affirma Alexandre Herculano na sua *Historia de Portugal*, tomo 2.º pag. 15 da 3.ª edição, consta ella de documento archivado na Torre do Tombo (Mac. 12 de For. A n.º 3, f. 76). E por alguns autores dizerem que a ordem de Santiago fôra fundada em Leão em 1175, tres annos depois da dita doação, não se julgue isso anachronismo, pois o certo é que ella já ali existia antes, e apenas n'esse anno, a instancias do mestre da mesma ordem, D. Pedro Fernandes, ella foi confirmada por bulla de Alexandre III, de 5 de julho de 1175. Compunha-se a referida ordem de freires leigos e freires clerigos, estes com voto de castidade e aquelles com voto de fidelidade conjugal. Sendo as ordens monastico-militares o principal elemento de defeza a cuja guarda se confiavam os territorios e praças fortes que os nossos primeiros monarchas iam conquistando aos serracenos, os freires de Santiago, como os das outras ordens, constituiam um exercito sempre em pé de guerra e prompto a entrar em campanha á primeira voz. De andarem sempre em combate resultou provavelmente a necessidade de viverem tambem em communidade as *mulheres de obrigação* dos cavalleiros leigos de Santiago, e mo effectivamente viveram, recebendo a sua primeira superiora, D. Sancha Martins, o titulo de *commendadeira* que

veiu a generalisar-se a todas as freiras de Santiago, geralmente conhecidas por *commendadeiras de Santos*, pela sua residencia em Santos-o-Velho e depois em Santos-o-Novo. A egreja de Santos-o-Velho foi edifidada por D. Affonso Henriques, logo depois de 1147, e doada aos freires de Santiago; o mosteiro, porém, só mais tarde foi construido por D. Sancho I que tambem o doou á ordem, em fevereiro de 1174. (Collecç. especial Gav. 28, m. 9). Vê-se portanto que sómente depois d'esse anno, ali poderiam ter residencia as *commendadeiras de Santos*. Até então, pelo menos a sua residencia foi em um mosteiro existente muito proximo da villa d'Arruda, n'um sitio denominado *Villar*, como se prova por alguns documentos que existiam no cartorio das referidas commendadeiras. D'entre elles citaremos uma escriptura feita em Cezimbra, em março de 1255, em que o mestre D. Paio Peres Corrêa e D. Gonçalo Peres, commendador de Mertola, dizem: *damos e outorgamos a vós Estevam Mendes nosso freire aquel campo, que nós avemos na Arruda, que é chamado o Villar, em que soião a morar as freiras*. Foi pois em Arruda o primeiro recolhimento das commendadeiras de Santiago, d'onde depois fôram para Santos-o-Velho, e ahi se conservaram, até ao reinado de D. João II em que passaram para o convento de Santos-o-Novo, mandado edificar por este monarcha. Por morte do ultimo mestre da ordem, D. Jorge, duque de Coimbra, filho natural de D. João II, foi o mestrado unido á corôa na pessoa de D. João III e seus successores por breve do papa Julio III expedido em 1551. Annos depois fôra nomeado primeiro duque d'Aveiro D. João de Lencastre, filho do referido D. Jorge e neto, portanto, de D. João II. A' casa dos duques d'Aveiro ficou pertencendo a commenda e a alcaidaria-mór da villa de Arruda que era, como vimos, do mestrado de Santiago, e provavelmente n'essa casa se conservou até á execução do ultimo duque de Aveiro, José Mascarenhas, condemnado pelo attentado de 3 de setembro de 1758 contra D. José I. E'crença popular que n'esta villa existiu um palacio dos duques de Aveiro, e pretende-se que são restos d'esse antigo palacio um velho edificio denominado o *paço*, e terrenos adjacentes, onde se edificou a actual escola do sexo masculino; erêmos, porém, que tal edificio nunca foi mais que um celleiro, onde eram recolhidos os fóros da commenda. Como é assumpto que se relaciona com a ordem de Santiago, referir-nos-hemos aqui ao brazão d'armas da villa de Arruda. Aponta-se geralmente como brazão d'esta villa, e vê-se gravado ou descripto em varias obras, verdade seja que todas modernas, e até ultimamente na edição da *Historia de Portugal* de M. Pinheiro Chagas, em publicação, um escudo branco tendo ao centro uma espada de Santiago com uma concha de peregrino ao meio, e por timbre uma corôa de barão. Não consta, porém, que tal escudo tenha a garantir-lhe a authenticidade algum documento ou monumento antigo e parece ter sido phantasia naturalmente originada no facto de haver esta villa pertencido ao mestrado de Santiago. O verdadeiro brazão julga-se ter sido um castello contendo um escudo com as quinas e tres videiras, uma na parte superior da torre e uma de cada um dos lados d'ella. E' este pelo menos o emblema que existe em um sino collocado na parte superior da casa da camara, junto á inscripção seguinte: *Mandaram fazer este sino* (segue um nome illegivel) *juiz de fóra em esta villa de Arruda e Rui Carvalho e Martim Fernandes vereadores em 1561.* E' este sem duvida um elemento muito elucidativo do assumpto e que por desconhecido aqui reproduzimos, lastimando que não haja para corroborar a sua opinião algum antigo estandarte do municipio ou qualquer documento escripto no archivo da camara, o que aliás não deve admirar, sabendo-se que Arruda muito soffreu com as invasões napoleonicas do principio do seculo passado. O municipio de Arruda é um dos

Portico da egreja matriz

Hospital da Misericordia

mais antigos do paiz, tendo recebido o seu primeiro foral de D. Affonso Henriques em 1160. D. Manuel lhe deu novo foral em 15 de janeiro de 1517, gozando sempre esta villa os fóros municipaes até 1887, em que o ministerio progressista, presidido pelo conselheiro José Luciano de Castro, transferiu a séde do concelho para o Sobral de Monte Agraço, o que occasionou grandes rivalidades entre as duas povoações. Em 1890 e em virtude d'essas rivalidades, o ministerio regenerador, presidido pelo fallecido conselheiro Antonio de Serpa Pimentel, constituiu dois novos concelhos com as freguezias do antigo municipio de Arruda, ficando o novo concelho d'esta villa com as freguezias de Arruda, Arranhó, Cardosas, S. Thiago e Sapataria, e o do Sobral com as de Sobral e S.to Quintino. Pela reforma administrativa decretada em 1895 pelo conselheiro João Ferreira Franco Pinto Castello Branco, ministro do reino na nova situação regeneradora, fôram supprimidos os dois novos concelhos conjuctamente com muitos outros do paiz, sendo restaurados em 1897 pelo ministerio progressista que lhe succedeu, com a divisão que teem actualmente, isto é, passando a freguezia da Sapataria para o concelho do Sobral. Conforme já fica dito ha n'esta villa uma só freguezia, cuja invocação foi primitivamente de Santa Maria de Arruda, passando depois para a que actualmente tem de N. S.a da Salvação. Foi do padroado real, tendo os priores de S. Vicente o direito de apresentação, pelo que nomeavam um conego da sua corporação com o predicamento de reitor e mais tarde de prior. Havia n'esta egreja uma collegiada respeitavel pela solemnidade e devoção com que exercia as funcções do culto. Compunha-se de sete beneficiados, numero que no seculo XIII foi reduzido a seis que conservou até ser extincta. O culto da Senhora da Salvação está hoje a cargo de uma irmandade, a qual celebra, no dia 15 de agosto de cada anno, a festa da sua padroeira com esplendor nada vulgar, convidando os melhores oradores, cantores, musicos e armadores de Lisboa, pelo que esta festividade é sempre muito concorrida, sendo considerada uma das melhores fóra da capital. A irmandade de Nossa Senhora da Salvação é de remotissima data, como se vê do proemio que antecede o seu actual compromisso que diz ser ella quasi coeva da fundação da monarchia. A destruição dos seus archivos, por occasião das invasões francezas, não nos permitte ao certo averiguar essa data. A provisão que confirma o referido compromisso é expedida em nome de D. Pedro IV, no tempo da regencia presidida pela infanta D. Izabel Maria que governou o reino por morte de D. João VI, e tem a data de 8 de maio, de 1826, quando ainda não era conhecida a abdicação da corôa portugueza feita pelo imperador seis dias antes, no Brazil, a favor de sua filha D. Maria da Gloria, depois D. Maria II. Entre os titulos que ennobrecem esta irmandade contam-se dois breves do papa Pio VI expedidos em 1775, ultimo anno do seu pontificado, concedendo varias indulgencias aos irmãos. Foi sempre fervorosa a devoção pela imagem da Virgem padroeira da villa, primitivamente venerada com o titulo de Santa Maria d'Arruda e mais tarde, depois da reedificação da egreja em 1531, com o de N. S.a da Salvação que tem actualmente. A imagem parece ter sido renovada quando o foi tambem a egreja, julgando-se ser d'essa epoca o rosto da Virgem e do Menino Jesus, e devendo ser muito mais antigo todo o resto da primitiva esculptura, attenta a sua grande imperfeição que obrigou a cobril-a de vestidos, sendo ella de esculptura inteira e assentada. Uma antiga crença popular vem corroborar a antiguidade da referida imagem e do culto ardente que já em remotissimas eras lhe tributavam. Consistia essa crença em que a imagem fôra escondida pelos christãos no tempo da invasão sarracena em um sitio ainda hoje chamado *Antas*, conservando-lhe ahi o culto pelo que os tres unicos fornos, feitos com pedra d'esses sitios, que coziam todo o pão para os habitantes da villa e arredores, uma vez aquecidos não necessitavam de o ser por muito tempo, perdendo a pedra essa virtude quando transportada para fóra d'aquelle sitio. D'esta crença fala Manuel de Faria e Sousa no seu *Epitome das Historias Portuguezas*, parte 4.a, cap. 17, fol. 408, onde diz: *En el contorno de la villa de Arruda ay una piedra, de que hazem los hornos sus moradores, y tiene tal calidad, que calientando-se una vez moderadamente sirve dos dias, y está coziendo pan continuamente: cozas de menos humedad, como galinas, sin calentar-se, las assa y deseca: levada fuera de aquella tiera esta piedra, no tiene aquella virtud.* A egreja actual foi reedificada, como dissemos, de 1528 a 1531, havendo poucos vestigios da primitiva construcção sem duvida antiquissima. E' de architectura gothica já deturpada por varias modificações sem respeito pela arte nem pelo estylo, como succede quasi sempre em obras ordenadas sem o criterio artistico. O corpo da egreja occupa um extenso parallelogrammo rectangulo e é dividido em tres naves, por meio de columnas, que sustentam arcadas semi-circulares, sobre as quaes assenta o tecto. A nave central é muito mais larga que as lateraes, e tem no topo o grande arco do cruzeiro que dá ingresso para a capella-mór, dedicada á padroeira, cujo fundo, machineta e recinto em que esta se acha, e que fica sobranceiro ao altar-mór, tudo é obra de pri-

Chafariz publico

morosa talha dourada, em alto relevo, de tão grande valor artistico que, apezar de muito deteriorada pelo tempo, é admiração de quantos a examinam, e bem merecia que o governo, como obra primorosa da arte nacional digna de conservar-se, a mandasse reparar, pois é empresa muito fóra dos recursos de uma junta de parochia ou de uma irmandade. A cada um dos lados do grande arco da capella-mór, ha outros mais pequenos, correspondendo ás naves lateraes, que dão entrada para duas pequenas capellas, de um e outro lado da principal, communicando com ella por duas portas fronteiras, depois das quaes ficam os degraus para o altar-mór. Por baixo do recinto da machineta em que está a imagem da Senhora da Salvação e por detraz do altar-mór, fica uma sacristia privativa da irmandande. A sacristia propria da egreja constitue um corpo separado que communica com o templo por um pequeno corredor, o qual tem uma uma porta para a capella lateral do lado do Evangelho e outra para uma capella que foi da Ordem Terceira de S. Francisco e hoje é do Santissimo. Tem a egreja sete altares, todos do cruzeiro para cima, a saber: o altar-mór de que já falámos; um em cada uma das capellas lateraes, sendo o do lado da Epistola dedicado a N. S.ª das Angustias, depois de ter sido do Santissimo quando a capella a que já nos referimos era de S. Francisco, e o do lado do Evangelho dedicado a N. S.ª da Piedade; dois aos lados do arco da capella mór, sendo o da parte da Epistola dedicado a S. Pedro e o do lado do Evangelho a N. S.ª dos Prazeres; finalmente no fim da nave do lado direito o altar de N. S.ª do Rosario que fica fronteiro a um grande arco aberto na parede opposta que dá entrada para a capella

Escola primaria para o sexo masculino

hoje do Santissimo, á qual já nos referimos. Esta capella communica com uma casa de despacho que foi tambem da Ordem Terceira, e que tem uma porta para a egreja. D'este mesmo lado ha uma outra porta de communicação para a torre quadrangular que fica na face do templo e annexa a elle. Na parte inferior da torre está a escada para o côro, que occupa toda a nave central até á primeira columna, tendo de cada um dos lados uma tribuna em toda a largura das na-

Uma parte do antigo aqueducto

ves lateraes. As paredes da egreja, capella-mór e capella do Santissimo são revestidas de azulejos. Além da imagem da Senhora da Salvação, são dignas de notar-se a de Santo Antonio, em marmore branco, que é uma preciosissima obra de esculptura, e a de N. S.ª da Piedade, antes denominada N. S.ª do Pranto. Esta ultima não se torna recommendavel como obra d'arte, pois é de esculptura bastante imperfeita, mas pela sua antiguidade, parecendo ser uma reproducção de outra identica imagem mandada fazer pelo condestavel D. Nuno Alvares Pereira quando fundou o convento do Carmo, onde mais tarde se recolheu e onde veiu a fallecer. As duas imagens pela sua grande semelhança parecem ser obra do mesmo artista. São ambas de pedra, de dimensões e attitude identicas, egualmente encarnadas e, para em tudo se assemelharem, ambas tiveram primeiramente o titulo de *Pranto* e mudaram depois para o de *Piedade*. A do Carmo de Lisboa crêmos que existe hoje na sacristia da Ordem Terceira. A imagem de Arruda teve a sua irmandade no seculo XV, sendo o seu compromisso de 1427. A parte exterior da egreja matriz de Arruda nada offerece de notavel a não ser o portico de estylo gothico. A Misericordia da villa foi instituida em 1574 pelo povo. Tem hospital com duas enfermarias amplas, e capella que, sem ser luxuosa, é comtudo elegante e merece ser visitada. Diz-se que esta egreja fôra primitivamente de tres naves; hoje é de uma só e tem tres altares. O altar-mór é formado por uma vitrine. onde se expõe a imagem do Senhor Morto, em tamanho quasi natural e de boa esculptura. E esta imagem muito venerada e vae, em esquife proprio, na procissão do enterro que se realisa em sexta-feira de Paixão e que sae da Misericordia

para a Matriz, onde annualmente se realisam todas as festividades da Semana Santa. Entre as coisas notaveis de Arruda citaremos ainda um optimo chafariz de tres bicas que abastece toda a povoação. A reconstrucção é de 1789 e tem um tom grandioso que chama a attenção de todos os que pela primeira vez o admiram. Deante do chafariz ha um tanque de grandes dimensões que é objecto tambem da admiração dos forasteiros. A agua, que abastece o chafariz e o tanque, nasce em uma serra nas proximidades do logar da Matta, a alguns kilometros de distancia da villa, e era antigamente conduzida por um aqueducto em arcadas, hoje quasi demolido, tendo sido substituido por encanamento de ferro subterraneo. D'este encanamento saem outros parciaes que forneeem agua para os lagos do passeio publico, hospital e repartições publicas. Esta villa e suas proximidades teem sido berço de alguns homens notaveis: Vicente Pereira de Castro e Antonio de Castro e Sande, que fôram governadores da India; Antonio Paes de Sande, governador do Rio de Janeiro; João de Macedo Côrte Real, tenente general de artilharia em Pernambuco, e Martim Affonso de Sousa, antecessor do grande D. João de Castro, como vice-rei da India, pelo que ainda tem o nome de Martim Affonso o logar da sua residencia, que fica a nus 5 k. d'esta villa, a meio caminho do Sobral. Conta-se que, dirigindo-se á India o referido Antonio de Castro Sande e sendo muito devoto de N. S.ª da Salvação, levou comsigo uma das mãos da imagem, como talisman que o livrasse de perigos. Parece que da grande devoção de muitos dos cavalleiros que d'aqui partiam para as expedições maritimas, é que resultou para a imagem a mudança de invocação que, como dissémos, de Santa Maria de Arruda passou, por esses tempos, a ser Nossa Senhora da Salvação. Devemos este bem elaborado artigo sobre a villa de Arruda á amabilidade do sr. Antonio Bernardo de Miranda, illustrado pharmaceutico n'essa villa. As vistas que publicamos são egualmente reproduzidas de trabalhos photographicos do mesmo senhor, a cuja iniciativa a villa de Arruda deve o seu theatro. Na mesma villa exerceu o sr. Miranda por muito tempo, com extremado zelo e competencia, o logar de administrador de concelho, substituto, bem como outros cargos officiaes importantes. Acerca de Arruda póde vêr-se o seguinte: *O concelho de Arruda dos Vinhos*, representações dos povos das cinco freguezias, etc., Lisboa, 1897, 8.º folheto de 16 paginas; *Archivo historico*, vol. I; *Domingo illustrado*, vol. I; *Memorias sobre a população e a agricultura em Portugal*, por L. A. Rebello da Silva; *Archeologia portugueza*, vol. III; *Historia do reinado d'el rei D José*, por Simão José da Luz Soriano, vol. I; *As Misericordias*, por Costa Goodolphim.

Edificio da administração do concelho, repartição de fazenda e recebedoria

Sitio da Ponte (sahida da villa para o lado do Sobral)

Arrudão. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Quintos, conc. e distr. de Beja. || Monte na freg. de Santa Catharina, de Valle de S Thiago, conc. d'Odemira, distr. de Beja.

Arrudas (*Casal das*). Na freg. de S. Miguel, de Carregueiros, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Arrueiras. Pov. na freg. de N S.ª da Conceição, de Egreja Nova, concelho de Mafra, districto de Lisboa.

Arruella. Circulo pequeno, em fórma de moeda, que se põe no escudo de armas, como as teem os brazões dos Almeidas e dos Castros. Tambem se encontram nos escudetes das moedas portuguezas até D. Affonso III, variando o numero e a disposição pela seguinte fórma:

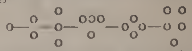

Os escudetes de feitio triangular não teem pouto.

Arruella ou Ruella. Pov. na freg. de S. Salvador, de Donim, conc. de Guimarães, distr. de

Braga. || Pov. na freg. de Santo Thyrso, de Prazins, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Arruellas. Pov. na freg. de S. Pedro, de Alhadas, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Arrufina. Pov. da freg. de S. Miguel, de Creixomil, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Arruinha. Pov. na freg. de S. Pedro, de Ferreiros de Tendaes, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Arrujo. Pov. na freg. de Santo Isidoro, de Eixo, conc. e distr. de Aveiro.

Arruncia. V. *Aljubarrota*.

Arrunhado. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Pechão, conc. de Olhão, distr. de Faro.

Arsejas *(José Joaquim Nepomuceno)*. Antigo livreiro e encadernador de Lisboa. N. n'esta cidade, no anno de 1800; fal. a 26 d'outubro de 1869. Era filho do antigo actor, um dos primeiros do seu tempo, José Joaquim Arsejas, que foi director das companhias dos theatros do Salitre e Rua dos Condes, o qual falleceu em 1838. Nepomuceno Arsejas, depois das primeiras letras e de ter começado o estudo de desenho e das linguas franceza e ingleza, por circumstancias de familia matriculou-se na classe de livreiro, em 1820. De 1824 a 1826 exerceu o logar de ajudante do administrador da *Gazeta de Lisboa*, e pelo fallecimento do administrador, serviu interinamente aquelle logar, até que os successos politicos de 1833 o obrigaram a deixal-o. Em 1857 foi nomeado porteiro da Bibliotheca Nacional de Lisboa, continuando com o estabelecimento de livreiro e editor, situado desde 1836 na rua Augusta. Em 1863 foi transferido para o logar de amanuense da secretaria da referida bibliotheca. Escreveu e publicou, em 1853, a seguinte obra: *Historia contemporanea ou D. Miguel em Portugal: motivos da sua exaltação e a causa da sua decadencia. Esta obra vae dividida em quatro epocas e um additamento: a 1.ª começa em 1807 até 1820; a 2.ª em 1820 até 1823; a 3.ª de 1823 até 1828; e a 4.ª de 1828 até á convenção de 1834.* A respeito d'esta obra lê-se o seguinte no vol. 10 do *Diccionario bibliographico*, a pag. 24: «Esta compilação, embora se diga escripta com imparcialidade, tem sobejas provas das opiniões do compilador, affeiçoado ao partido denominado legitimista, por isso, os factos são quasi sempre expostos segundo as suas idéas politicas Mas os proprios legitimistas não ficaram satisfeitos com ella, por certas exaggerações que podiam considerar-se como offensivas para algumas pessoas que cercavam D. Miguel. Encontram-se n'esta obra documentos que seria difficil achar n'outra parte. A edição exhauriu-se dentro de pouco tempo,» etc. Arsejas editou tambem a traducção d'alguns romances, em que se contam: *O conde de Monte Christo*, de Alexandre Dumas; *A nodoa de sangue*, do visconde d'Arlincourt; *Deus o quer*, de Chateaubriand; *O marquez de Puyglaurens*, etc. Editou egualmente: *Jornal de comedias e variedades*, de que se publicaram 27 numeros, contendo algumas farças originaes do editor; *Almanach historico*, sahiu de 1856 a 1860; *Museu de miscellanea historica*, sahiu irregularmente; a collecção comprehende 24 numeros, de 1861 a 1864; *Indice das peças officiaes que se publicam no «Diario do Governo»*. Sahia um indice no fim de cada semestre no formato do *Diario* para se poder addicionar á respectiva collecção. Começou a publicar-se em 1851, sendo o ultimo o de 1859, segundo parece. Depois d'este anno alguns indices, que tem apparecido, são colligidos por diversos.

Arsella. Pov. na freg. de S. Pedro, de Azurem, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Gondelães, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Gualtar, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Lamaçães, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Marinha, de Pereira, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Martha, de Serdedello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Arsenal. Grande estabelecimento onde se fabricam e depositam armas, munições e petrechos de guerra; ou onde se fabricam e reparam as embarcações de guerra, e se guardam todos os petrechos sobresalentes e mais objectos para as equipar. A palavra *arsenal* tem, segundo varios etymologistas, origens differentes. Uns suppõem que deriva do persa de *Ters*, navio, e *Hauo*, casa. Outros encontram-lhe a origem na lingua arabe, deduzindo *arsenal* de *darsena*. Alguns ainda querem derival-o do hebreu de *Darasiná*, que pouco differe do antecedente, significando *casa onde se trabalha*. *Tercena*, *Taraçana* e *Ataraçana* chamavam os hespanhoes aos estabelecimentos de construcção naval. *Darcena* e *Arsenal* denominavam os venezianos o armazem onde se fabricam e guardam galés. *Terça naval* chamou, primeiramente, o infante D. Henrique ao seu estabelecimento em Sagres. A origem dos arsenaes remonta aos tempos em que as nações guerreiras reconheceram a utilidade de terem locaes e edificios construidos para n'elles se fabricarem os diversos objectos proprios para o ataque e para a defeza. Esses estabelecimentos fôram tambem em todos os tempos cercados de fortificações que os punham ao abrigo de quaesquer tentativas. Devem a essa circumstancia o nome de *arsenal*, *arx navalis*, cidadella, posto. Os romanos tinham numerosos arsenaes em todos os confins do imperio. Hoje, salvo algumas excepções, os arsenaes estão encerrados em praças de guerra. Ha duas especies: arsenaes para o serviço de terra, e outros para o serviço da armada. Os arsenaes de terra são destinados, na maior parte, a receberem e a conservarem as armas, munições e objectos de equipamento, recebidos d'outros estabelecimentos de fóra. Compõem-se na generalidade de um pateo principal que abriga o material da artilharia e contém, além dos escriptorios e alojamentos do pessoal, vastas salas d'armas portateis e seus accessorios. Em pateos secundarios conteem officinas de carpintaria, serralharia, etc., para as reparações precisas. N'uma parte mais afastada e completamente isolada tambem, em geral, existe uma officina de pyrotechnia e um ou mais paioes de polvora. Em todas as praças fortes e capitaes de estado existem arsenaes d'este genero. Os arsenaes maritimos ou de marinha teem por fim a construcção, a reparação e o armamento dos navios de guerra. Para isto encerram no seu recinto todas as officinas, armazens, estaleiros, etc., que este triplice destino reclama. Independentemente das fortificações que os protegem do lado

de terra, teem outras do lado do mar, dispostas de fórma a poder forçar as esquadras inimigas a conservarem-se o mais longe possivel. A entrada ordinariamente é fechada por um obstaculo movel, chamado a *cadeia*, porque consistia antigamente n'uma grossa cadeia de ferro amarrada pelas extremidades e sustentada no meio por barcos. Comquanto conserve o mesmo nome, este obstaculo compõe-se hoje de peças de madeira fluctuantes, reunidas por anneis de ferro. Conserva-se ao pé d'esta cadeia o navio almirante, no qual está estabelecido o posto encarregado da guarda do arsenal. Os arsenaes de marinha são em geral collocados á borda d'um rio ou mar.

Arsenal do Exercito. E' uma designação generica na qual são comprehendidas grande numero de repartições, fabricas, depositos e officinas para fabrico, arrecadação, concerto e fiscalisação e direcção superior da maior parte dos artigos, que constituem o material do exercito nas suas multiplas e numerosas variedades. Desde os mais antigos tempos se cuidou com muita attenção, no nosso paiz, em fabricar armas e em estabelecer depositos para as arrecadar, afim de que em tempo de guerra se não estivesse desprovido para occorrer ao armamento e municiamento das milicias populares, como tantes vezes foi mister. No local, onde está hoje estabelecido o Arsenal do Exercito, existiram as antigas *tercenas* (V. *este nome*), chamadas das *Portas da Cruz*, que um terrivel incendio destruiu completamente em a noite de 11 de julho de 1726. El-rei D. João V resolveu reedificar as *tercenas*, sob um plano mais vasto e regular, mas o edificio ficou sem magnificencia e bastante acanhado para o fim a que se destinava. Annos depois, o mesmo soberano encarregou o architecto francez, Mr. Larre, de aformosear o edificio. Aquelle artista delineou um lindo portico, ou antes, um corpo central, para adorno do portão da entrada, porém adoecendo gravemente el-rei, da doença de que morreu, as obras ficaram suspensas, estando quasi em principio. Quando se deu o terremoto de 1755, ainda se conservavam em grande atrazo, e soffreram graves prejuizos. Foi então, em 1760, que o marquez de Pombal tomou a iniciativa de construir o Arsenal do Exercito. N'esse mesmo anno se lançou a primeira pedra nos alicerces, e começaram as obras, não soffrendo interrupção alguma, até se concluirem. Tratam da creação d'este arsenal e sua reforma o alvará de 24 de março de 1764 e o decreto de 29 de junho de 1773. Encarregou-se dos trabalhos o tenente-general de artilharia, que estava ao serviço d'el-rei D. José, Fernando del Chegaray; depois melhoraram muito o edificio Amaro de Macedo, o tenente-general Manuel Gomes de Carvalho, e Bartholomeu da Costa. Por decreto de 1 de julho de 1834, o Arsenal do Exercito teve grandes melhoramentos e reformas, feitas pelos inspectores, coronel Leão e os generaes barão d'Ovar e barão de Monte Pedral. O arsenal era conhecido vulgarmente pela *Fundição* para se distinguir do estabelecimento de construcções maritimas, com seus respectivos armazens e arrecadações, a que o vulgo exclusivamente consignou o nome de *arsenal*. Porém a verdadeira fundição, chamada de *Cima*, hoje *Fundição de canhões*, onde se fundem as peças de artilharia, é contigua ao palacio destinado para residencia do inspector, em terreno muito mais elevado e com serventias ingremes, fronteiro ao templo incompleto de Santa Engracia, no Campo de Santa Clara, e no extremo d'este campo, ao nascente, estão collocadas as ferrarias e o deposito dos reparos e petrechos concernentes á arma d'artilharia. E' esta uma parte integrante do arsenal, como tambem o é a maior distancia o laboratorio de fogos d'artificio, a Santa Apolonia. Vê-se, portanto, que é um corpo com os membros dispersos, o que sem duvida foi devido ás differentes epocas da edificação de cada uma das partes avulsas que o compõem, e que nasceram da necessidade de occorrer ao fornecimento permanente e regular. Não se quizeram perder os trabalhos já feitos, e como o terreno adjacente não dava largas, crearam-se pelas visinhanças os estabelecimentos complementares. O barão de Monte Pedral foi quem começou, em 1842, a organisar na repartição, de Santa Clara, um museu onde se guardassem modelos de machinas, apparelhos e objectos raros e curiosos, organisação que foi sanccionada pelo decreto que em 1851 reformou o Arsenal do Exercito. Mais tarde, quando foi dada nova organisação á arma de artilharia, em 1869, passou o museu a estar a cargo do director da fabrica de armas. Em 1876, sendo director geral d'artilharia, o general Antonio Florencio de Sousa Pinto, foi o museu transferido para o edificio da Calçada Nova, onde esteve installado o extincto collegio dos aprendizes do Arsenal do Exercito. Foi encarregado d'este trabalho o capitão d'artilharia Eduardo Ernesto de Castelbranco, nomeado em 5 d'outubro de 1876 director do Museu d'Artilharia, cargo que actualmente exerce. Foi n'este edificio que, na melhor disposição das differentes collecções, se attendeu á parte decorativa do referido museu. Em 1895, sendo grande a ruina do edificio da Fundição de Baixo, onde estavam installadas as repartições do commando geral da artilharia, tratou-se de crear recursos para proceder a um concerto radical, que o puzesse ao abrigo d'uma destruição completa. Cuidou-se primeiro de se reconstruir a parte antiga, e depois da sua ampliação até ao largo dos Caminhos de Ferro. Foi em outubro de 1896 que começou a installação das repartições do commando geral da artilharia no rez-do-chão do edificio, destinando-se o andar nobre e o pateo da Fundição de Baixo para a installação do Museu d'Artilharia. Nos fins de novembro de 1900, foi autorisada a creação de novos recursos propostos, para com elles se fazer uma frente para o largo dos Caminhos de Ferro. As installações do museu tornam-se notaveis pelas magnificas obras de talha, estatuas e quadros de autores portuguezes, como os de Bruno José do Valle e de Columbano Bordallo Pinheiro. Os quadros de Bruno são copias dos de Lebrun no palacio de Versailles e allegoricos a feitos historicos, e os de Columbano dizem respeito a feitos militares das armas portuguezas nas differentes partes do mundo. A ornamentação do museu é completada com decorações feitas com elementos de material de guerra. O edificio do Arsenal do Exercito é de agradavel aspecto, construido de cantaria magnifica e bem lavrada. Tem uma bella fachada. As columnas, que adornam a porta, são da ordem corinthia e monolithas. Sobre a janella principal estão as armas portuguezas, e o entablamento é coroado de tropheos militares, tudo de marmore. Em frente da fachada

havia um pequeno terreiro, que em 1874 se alargou com o terreno conquistado ao Tejo, tomando então o titulo de *Largo da Fundição*. No pavimento inferior estão os vastos armazens de arrecadação, que constituem o primeiro deposito, segundo o regulamento de 1 de julho de 1834. O arsenal distingue-se como museu militar e como estabelecimento industrial. Vêem-se ali armas de todas as epocas, armaduras antigas e boccas de fogo, que só hoje se admiram como recordação e como specimen do tempo em que fôram fundidas. Como estabelecimento industrial encontram-se ali os trabalhos metallurgicos mais perfeitos do paiz, muitos dos quaes rivalisam com os melhores do estrangeiro. No andar superior do lado do norte do corpo central, estão a secretaria, a contadoria, o archivo e outras secções da inspecção geral do arsenal. Do lado do sul vêem-se as cinco importantes salas d'armas, que compõem o Museu de Artilharia. 1.ª *Europa*, sala chamada da *Rainha*, que primitivamente se chamou do *Principe*. Ao fundo tem o retrato de D. Maria II n'um grande quadro pintado a oleo por Joaquim Raphael, professor da Academia das Bellas Artes. Este retrato está disposto em meio d'um trophéo de bandeiras historicas. Por baixo do quadro fica um estrado com uma soberba cadeira de espaldar. No tecto vê-se um quadro, intitulado Aljubarrota, trabalho de Bruno José do Valle, feito em 1762. No centro está o genio da guerra, personificado por uma figura possante de mulher alada, alçando na dextra o pendão das quinas e cercada por attributos militares. Com a mão esquerda indica um medalhão sustentado por dois anjos, onde se destaca o busto do condestavel D. Nuno Alvares Pereira. A sala tem muita obra de talha, sendo as paredes revestidas de armeiros engenhosamente dispostos, contendo 250 bacamartes, 1:000 carabinas, 1:488 pistolas, 300 espadas, 12 armaduras, umas com lanças em punho e outras com espadas. A 2.ª sala, *Africa*, intitulada d'el-rei D. José I, tem o retrato d'este monarcha, n'um magnifico quadro. Aos lados, collocadas entre os vãos de quatro portas guarnecidas de lanças, estão quatro estatuas allegoricas, esculpidas em madeira, representando: o *Valor*, a *Fidelidade*, *Vulcano* e *Marte*. A sala encerra 12:600 espingardas, 1:000 carabinas e outras tantas espadas para cavallaria. No tecto vê-se o quadro, Ceuta, com duas figuras aladas, a *Fama* e a *Victoria*, voando em direcção de D. João I, meio envolto na velha bandeira de Portugal. Aos pés d'elle se despenha no abysmo o poder mahometano, representado por um moiro de aspecto torvo. Por detraz do vulto pensativo do monarcha, entrevê-se a figura tradicional do infante D. Henrique, cravando no espaço o olhar profundo e scismador, como a interrogar o infinito. A 3.ª sala, *Asia*, chamada de D. João V, tem o retrato d'este soberano, n'um quadro collocado entre duas estatuas de madeira dourada, representando *Minerva* e *Neptuno*. Na sala existem 12:000 espingardas, 800 carabinas, e 1:000 espadas; as portas tambem são guarnecidas de lanças. No quadro do tecto, Gôa, vê-se Vasco da Gama apontando sobre o globo o seu itinerario glorioso. Junto d'elle Affonso de Albuquerque indicando a figura de Gôa, por elle subjugada ao poder portuguez. Voltada para essa figura, mostrando o dorso ao espectador, a *Abundancia* entorna a flux as gemmas da sua cornucopia. Na parte superior, o genio da Nação e a Fortaleza corôam e saudam os dois heroes. A' direita de Vasco da Gama, o Oriente, personificado por opulento rajah, volve para elles o olhar humilhado. Na parte inferior do quadro, um anjo erguendo bellos pannejamentos de seda oriental, como a descobrir os heroes, representa a Posteridade. A 4.ª sala, *America*, conhecida pela das Armaduras; tem collocadas symetricamente 32 armaduras de ferro, antigas, e um numero egual ao da 3.ª sala de espadas e espingardas, n'um total de 13:000 armas. Servindo de ornato, tambem ali se vêem os bustos de André d'Albuquerque e de Duarte Pacheco. O quadro do tecto, Brazil, representa a *Fortuna* descobrindo aos olhos encantados de Pedro Alvares Cabral a terra de Vera Cruz, figurada por um indio da America meridional. As nuvens escuras indicam que a tempestade concorreu para arremessar o heroe ás plagas do Novo Mundo. Ao fundo do quadro ainda se contempla, armado em guerra, o vulto de João Fernandes Vieira, que durante a restauração de 1640 arrancou o Brazil das mãos dos hollandezes. A 5.ª sala, allegorica ás campanhas

Entrada principal do Arsenal do Exercito

da Liberdade, torna-se notavel pelas quatro magnificas estatuas douradas, postas entre as quatro portas revestidas de espadas; encerra tambem 18:000 espingardas e 1:000 espadas para cavallaria, e os bustos de D. João de Castro, do contestavel D. Nuno Alvares Pereira, D. Duarte de Menezes e Affonso d'Albuquerque. No quadro do tecto vêem-se dois anjos pintados em fundo de nuvens, um dos quaes empunha a palma da victoria e ergue com a outra mão a bandeira azul e branca. No tecto da escada ha bellas pinturas. O quadro do centro é trabalho de Bruno José do Valle, e as *quatro partes do mundo*, dos quatro angulos, são de Pedro Alexandrino de Carvalho e de Bernardo Pereira Pegado. N'estas cinco salas, além dos retratos de D. Maria II, D. José I e D. João V, em que já se falou, encontram-se tambem os de suas magestades el-rei senhor D. Carlos e da rainha, senhora D. Amelia. O retrato do general d'artilharia sr. Eduardo Castelbranco, foi collocado no Museu d'Artilharia, por ordem do general Silveira Ramos, director geral do serviço d'artilharia, em 3 d'outubro de 1900, por ter sido o referido official quem tão dedicada e intelligentemente tem organisado o Museu de Artilharia. Além dos bustos já mencionados, tambem ali se encontram os de D. Pedro V, de D. Luiz I, e de sua magestade el-rei senhor D. Carlos I. Em seguida a estas salas, onde se vêem as bandeiras dos antigos regimentos e batalhões, depois de se atravessar um salão quadrado todo forrado de magnificos armarios e arcas, e onde funcciona n'um vão de janella uma pequena estação telegraphica em communicação com o ministerio da guerra e com o quartel general, encontra-se o gabinete do director geral da arma d'artilharia. Proximo fica a bibliotheca, e por cima o archivo onde se conservam valiosos documentos. Na sala da bibliotheca celebra as suas sessões a Commissão de Aperfeiçoamento. A artilharia de sitio esteve depositada n'um terreno contiguo e agora acha-se no grande pateo no interior do edificio. E' aqui que se vê a notavel peça de Diu, achada pelos portuguezes, quando tomaram esta cidade, depois da morte do sultão Badur. E' de bronze e de tamanho colossal, de carregamento pela bocca e destinada a atirar balas de ferro de 110 libras de peso. Tem $6^{m},06$ de comprido, e pesa 19:494 k. (V. *Diu*, e *Artilharia, museu de)*. Este museu tem um catalogo curiosissimo, elaborado pelo sr. general Castelbranco, trabalho consciencioso e utilissimo, que já teve duas edições, sendo a ultima no anno de 1901, intitulado: *Catalogo das collecções do Museu de Artilharia.* No Arsenal do Exercito fabricam-se armas de toda a qualidade, para o que possue excellentes officinas estabelecidas n'um pateo, com porta para o lado do sul, tendo na frente um caes de cantaria com guindaste para serviço do edificio. Ha bem organisadas officinas de diversos officios mechanicos, a alguns dos quaes se póde dar o nome de artes, como o de abridor de metaes, e o de fabricante de instrumentos bellicos e mathematicos. Houve um collegio d'aprendizes, que foi extincto. No Museu d'Artilharia, no Arsenal do Exercito, vêem-se muitos e diversos modelos, entre os quaes se contam os das estatuas d'el-rei D. José I, e do duque da Terceira. No *Diccionario Universal Portuguez Illustrado*, editado por Henrique Zeferino d'Albuquerque, vol. II, pag. 1308, vem um importante artigo, descrevendo minuciosamente o Arsenal do Exercito. Actualmente, dezembro de 1903, o commando geral d'artilharia anda procedendo a importantes obras n'este arsenal, devido á iniciativa do sr. general Castelbranco. O plano do novo portico da fachada oriental, em construcção, é do distincto esculptor Teixeira Lopes. Para o lado do rio Tejo, tambem se projecta uma fachada, ficando assim o edificio muito mais amplo e vistoso. V. *Artilharia (Museu de)*.

Arsenal de Marinha. Este vasto e graudioso edificio está situado na margem do rio Tejo, junto á praça do Commercio. A frontaria principal olha para o norte, e prolonga-se com a rua do Arsenal e com a praça do Municipio, onde tem a sua entrada nobre. A frente do lado do sul olha para o rio, e cae sobre os espaçosos terreiros, onde se acham os telheiros em que se fazem os mastros, escaleres, etc.; os estaleiros de construcção naval; varias officinas, e o dique. Para o lado de oéste tem uma fachada que deita para o pateo das officinas. Do lado de léste liga-se com as trazeiras do palacio occidental da Praça do Commercio. A construcção do Arsenal de Marinha começou no anno de 1759, em terreno que fôra occupado por uma parte dos paços reaes da Ribeira, tornados em completa ruina pelo terremoto de 1755, e sobre o proprio local das antigas *Tercenas navaes*, (V. *este nome)* edificadas por D. Manuel, estabelecimento, que não era exclusivamente naval, porque continha armazens d'armas para o exercito. No reinado de D. Manuel e de D. João III guardavam-se n'este deposito armamentos completos para 40:000 homens de infantaria e 3:000 de cavallaria, além de muitas peças d'artilharia. Este arsenal tambem teve o nome de *Ribeira das naus*, que conservou até ao terremoto de 1755, que destruiu completamente todos os seus edificios. Esta denominação passou ao novo arsenal, por alvará de 16 de novembro de 1755, e por muito tempo ainda o povo assim lhe chamava. O architecto Eugenio dos Santos de Carvalho, autor da planta da reedificação de Lisboa, foi quem fez o risco para o novo edificio. O Arsenal da Marinha tem armazens vastissimos, que no começo do seculo passado se achavam bem providos de todo o material necessario para uma marinha de guerra respeitavel; a marinha portugueza compunha-se então de 12 naus, 12 fragatas e muitos outros vasos de menor lotação. Tem dois estaleiros bem construidos de cantaria. O dique é uma obra grandiosa, mas que deveria ter maiores dimensões, comtudo, quando se acabou, recebia os navios de maior lote que então se fabricavam. Deve-se a sua construcção ao ministro da marinha, Martinho de Mello e Castro, no reinado de D. Maria I. As obras fôram dirigidas pelo tenente-general Bartholomeu da Costa. A Martinho de Mello é que a marinha portugueza deve mais o seu desenvolvimento. Havia visitado os arsenaes estrangeiros, por ordem da rainha, e conhecendo os defeitos da fiscalisação, a maneira pouco propria porque nos almoxarifados se encontravam os objectos da fazenda, a falta d'uma nomenclatura conveniente n'um arsenal naval, a imperfeição e pouca clareza dos inventarios, foi obrigado a chamar pessoas devidamente habilitadas para se dar a bem combinada e util reforma de 3 de junho de 1793, estabelecendo essa classificação

em relação a qualquer estado em que se possa imaginar um navio e um arsenal naval. É fóra de duvida que desde 1757 a 1793 se legislara muito sobre a organisação do arsenal, essa legislação porém não satisfazia. A reforma de Martinho de Mello, que se póde dizer se iniciou em 1791, deu como resultado em 1796 o aprestamento de 39 navios de guerra e mais 26 embarcações de serviço em que se contavam 6 grandes charruas. Por morte de Martinho de Mello, seguiu-se na pasta da marinha D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que tambem seguiu as medidas já decretadas, ampliando-as por sua iniciativa com outras de alcance pratico. Para completar o armamento dos navios de guerra, foi creada, por decreto de 29 de junho de 1771, a fabrica de Cordoaria do Arsenal da Marinha. Sob as beneficas administrações de Martinho de Mello e de Sousa Coutinho, a marinha foi creando forças, e parecia readquirir o seu antigo esplendor; a bandeira portugueza já quasi esquecida fluctuava outra vez, ora nos navios que se empregavam no serviço de guarda costa, ora nos comboios das frotas mercantes da India e do Brazil, ora na perseguição dos piratas barbarescos, como no bombardeamento de Tripoli, em que, ao lado da esquadra hespanhola, figurou uma divisão portugueza commandada por Bernardo Ramires. A retirada da familia real para o Brasil, em 1807, deu o golpe mortal na marinha de guerra. A esquadra foi dividida, ficando uma pequena parte em Portugal, acompanhando a familia real todos os navios importantes, O dique começou a ser abandonado, pelo desleixo em que recahiram todas as repartições do Estado, e foi-se entulhando, até ficar inteiramente obstruido pelo lodo, porque não podendo as comportas aguentar o embate das aguas, e não se dando as providencias necessarias, o lodo e a areia iam entrando e agglomerando-se, a ponto de o inutilisarem. Diversas vezes, e em differentes epocas se tentou desentulhar o dique, mas todo o trabalho ficava sem effeito pela difficuldade de se conseguir fabricar portas sufficientemente solidas para resistir ao impulso das aguas. D'esta fórma esteve o dique durante muitos annos inutilisado, o que causava enorme transtorno ao arsenal. Finalmente, em 1845, sendo ministro da marinha Joaquim José Falcão, fez-se nova tentativa, e então com o mais proficuo resultado; os trabalhos de desentulho e limpeza do dique fôram feitos sob a direcção e plano do engenheiro hollandez Pieterson; o dique ficou, portanto, fechado com umas portas de construcção muito solida e nas melhores condições de serviço. Posteriormente se assentou uma machina movida a vapor, para que as aguas se esgotassem com maior promptidão, e da parte de fóra das portas tambem se collocou uma draga, movida egualmente a vapor, para conservar sempre desobstruida de lodo e areia, a entrada do dique. Estas obras, porém, apezar de importantes, não produziram resultado completamente satisfactorio; só annos mais tarde, em 1873, é que o dique ficou ainda em melhores condições, com a collocação d'um *batel-porta*, á entrada. A marinha de guerra chegara a um lastimoso estado de decadencia; na sessão da camara dos deputados, de 19 de junho de 1853, foi proposto um inquerito parlamentar sobre a situação e organisação dos serviços das repartições de marinha. A eleição da commissão do inquerito realisou-se em 5 de abril de 1855, e os resultados dos seus trabalhos fôram publicados em 1856 em dois grossos volumes. O arsenal foi então reformado, por decreto de 20 de outubro de 1859. Esta reforma, porém, não foi moldada sobre os principios modernos que presidem ás organisações dos arsenaes, e portanto não produziu resultados favoraveis. As officinas estão construidas sobre um plano regular, e apresentam um aspecto agradavel; o desenvolvimento dos trabalhos artisticos dá honra aos operarios, ao edificio e ao paiz. A officina de serrar madeiras é vastissima, de estylo moderno e elegante; a serração é feita por uma machina movida a vapor. Em 1865 executou-se uma obra importantissima e de grande urgencia, foi a ponte e a cabrea, ambas de ferro, e muito notaveis pelas suas proporções, estructura e solidez. Por maior que seja a lotação, todo e qualquer navio póde com facilidade atracar á ponte; a cabrea permitte a descarga até dos mais pesados volumes, pois póde levantar até ao peso de 60 toneladas; tirar ou receber mastros, artilharia, etc., sendo a conducção para dentro do Arsenal feita por carris de ferro. A embarcação que estreou a ponte e a cabrea foi, logo no referido anno de 1865, a fragata de guerra *D. Fernando*, que veiu ali receber os mastros. O director d'estas obras foi o engenheiro João Evangelista d'Abreu. O Arsenal tem tambem um caes todo de cantaria, conhecido pelo nome de *Inspecção*, por estar collocada ao centro d'elle a casa onde se vê a secretaria da inspecção. Em 30 de dezembro de 1868, houve nova reforma, que não logrou longa vida, seguindo-se o decreto de 28 de outubro de 1869. A transformação por que passou a marinha, obrigou tambem a reorganisar os estabelecimentos de construcção. Tornaram-se precisas novas machinas, ferramentas e apparelhos especiaes para effectuar a construcção dos navios do moderno systema. Em 1873 tentou-se ensaiar a construcção d'uma canhoneira *composite*, mas as difficuldades que logo surgiram, obrigaram a mudar-se de resolução e voltou-se para os antigos processos e construcção só de madeira. Em 1896 começaram as construcções de ferro, e foi contratado um engenheiro naval francez e mais pessoal para riscar e construir um cruzador de 4.ª classe. No pavimento nobre do Arsenal existem as repartições respectivas do edificio, a Relação de Lisboa com suas dependencias, Escola Naval, a bibliotheca e o museu. Entre as muitas e extensas salas, que servem de arrecadação e para outros misteres, sobresae a vasta *sala do risco*, cujo comprimento é de 81 metros e tantos centimetros. E' guarnecida de janellas por ambos os lados, éste e oéste e em todo o seu comprimento, e no lado do sul tem portas de vidraças, que deitam para um terrado, onde está o telegrapho central maritimo. São n'esta sala as escolas naval e de construcção, tendo na extremidade do lado do norte, por onde ha communicação para outros corpos do edificio, uma corveta para exercicio dos alumnos, a qual occupa o fundo da sala em quasi toda sua largura e altura. Tambem se conservam na *sala do risco* alguns modelos de embarcações de guerra construidas no Arsenal, uma estatua d'elrei D. João VI, feita de madeira, e um grande quadro pintado a oleo, representando uma baleia, copia de uma que entrou no Tejo no dia 11 de janeiro de 1783, e deu á costa na praia

de Cacilhas. N'esta sala tem-se celebrado varias funcções esplendidas, em differentes epocas. Entre outras, conta-se o sumptuoso banquete offerecido em 1821 pelo corpo commercial de Lisboa, aos ministros, deputados, e officialidade dos corpos da guarnição da cidade, para commemorar a proclamação da liberdade de 1820. Em 1812 houve outro lauto jantar de quatrocentos talheres, dado pela officialidade dos corpos da guarnição de Lisboa, para solemnisar a restauração da Carta Constitucional. Em 1849 effectuou-se a grande exposição d'objectos d'artes antigas e modernas, uma lotaria de mais de mil premios, em beneficio das casas de asylo da Infancia Desvalida. Ultimamente, em 15 outubro de 1903, tambem ali se deu um opiparo jantar, offerecido ao actual presidente de conselho de ministros, sr. conselheiro Hintze Ribeiro. Em todas as festas que se realizam, vê-se a sala sempre vistosamente adornada, apresentando uma linda perspectiva a quem a contempla da galeria, que lhe corre em volta, a uns dois terços, pouco mais ou menos, da altura das paredes. No Arsenal de Marinha existe uma recordação dos antigos paços da Ribeira; é um grande portal de cantaria que se vê na extremidade oriental do edificio, no sitio chamado das *galés*. Este portal pertencia ás obras emprehendidas nos ditos paços por D. João V. O serviço do Arsenal da Marinha é distribuido por duas direcções: a 1.ª dirigida por um official superior da armada, tendo a seu cargo a policia, fiscalização dos depositos officiaes, marinheiros, gente do tallhame de artilharia, navios desarmados, guarnições dos hiates, barcaças, faluas, barcas d'agua, draga, rebocador, escaleres, e as officinas de apparelho, pintores, bandeiras e tanoeiros. A 2.ª é dirigida por um engenheiro naval, auxiliado por tres ajudantes, tambem engenheiros, tendo a responsabilidade do corpo de engenheiros machinistas, e as officinas de machinas, serração, ferraria geral, fundição de bronze, latão e ferro; caldeiras a vapor, moldes, caldeireiros de cobre e funileiros, poleeiros, torneiros, entalhadores, calafates e carpinteiros de branco e de machado. Ao sul do Tejo tem o Arsenal por dependencias os estabelecimentos da Azinheira e do Valle de Zebro. A capella de S. Roque, que existe no Arsenal foi feita pelos carpinteiros, a quem foi concedida a competente licença. Na parte mais oriental do Arsenal, junto ao rio, ha uma nascente de aguas thermaes, que desde o seu apparecimento se tratou de aproveitar em beneficio do povo, dispondo se no casco velho de um brigue um estabelecimento de banhos que, apezar de ser provisorio e destinado para as classes menos favorecidas da fortuna, envergonhava o Arsenal e a cidade pelo seu aspecto miseravel. O nivel das aguas, dentro do poço em que nascem, varia segundo as marés, assim como a sua composição chimica, por haver mistura entre a agua mineral e a do rio, durante a preamar. Descobriu-se aquella nascente, quando em 1829 se começou a formar o alicerce da extremidade meridional da arcada occidental da Praça do Commercio. A agua brotou então no fundo d'um cabouco em tal quantidade, que foi muito difficil estancal-a, vindo depois surdir no meio da praia em frente do caes denominado da Areia, e a pequena distancia d'elle. As propriedades curativas d'estas aguas fôram descobertas pelos proprios operarios que no referido anno de 1829 abriram os alicerces, porque trabalhando, com as pernas metidas mais ou menos na agua mineral, viram que as ulceras de que soffriam, se iam curando. A attenção medica foi chamada para esse facto. Ao principio e por muitos annos se usou a agua em bebida no proprio local da origem, e em banhos nas casas particulares para onde era transportada em barris. Em 1850, pouco mais ou menos, a Misericordia construiu por detraz da egreja de S. Paulo, um bello edificio para banhos publicos, mas com o fim especial de encaminhar para ali as aguas do Arsenal, porém depois do edificio estar concluido, e feita a canalização das referidas aguas, conheceu-se que não era exequivel a conducção d'estas pelo seu proprio impulso. Este edificio foi depois confiado em 1868 ao dr. Agostinho Lourenço, lente de chimica na Escola Polytechnica, e des de então tomou grande desenvolvimento, não só nos banhos sulfurcos, como nos banhos communs. As aguas são para ali trazidas por meio d'uma machina a vapor, através d'um encanamento de mil metros de comprido, formado por manilhas de barro vidrado. Para este balneario, dentro do qual tambem brotam aguas chloretadas, está egualmente canalisada a agua mineral do Poço de Abegoaria descoberta e estudada pelo referido dr. Lourenço. Esta agua nasce a 250 m. do edificio, e tem identica, e talvez mais rica composição que a agua do Arsenal. Na origem, as aguas são limpidas e ligeiramente amarello-esverdeadas, de cheiro francamente sulfureo e de sabor salgado, amargo e hepatico. Conservam a sua transparencia sendo guardadas em frascos ou garrafas ao abrigo do ar. Empregam-se no tratamento do rheumatismo articular, muscular e nodoso, da gotta chronica localisada, d'algumas nevralgias, e em certos casos de nevropathias, lymphatismo, escrofulismo e doenças de pelle de fórma humida. São usadas em banhos, e internamente em doses que variam, segundo os effeitos que se pretende obter. Acerca d'estas aguas tem-se publicado differentes livros, que o dr. Alfredo Luiz Lopes nos dá conta a pag. 147 e 148 da sua obra *Aguas-Minero-Medicinaes de Portugal*, publicada em 1892.

Arsenal das Obras Militares. Em 8 d'agosto de 1811, os governadores do reino crearam uma repartição para tratar das fortificações, independente do corpo de engenheiros, e cujo chefe tinha o titulo de *intendente geral e fiscal de todas as obras militares*. Em portaria de 26 de novembro do mesmo anno se deram instrucções para regulamento dos empregados no *Arsenal das obras militares*, de fortificação, estradas, etc. A repartição foi extincta por decreto de 4 de novembro de 1842, passando os assumptos que lhe pertenciam para o corpo de engenheiros e para o Arsenal do Exercito.

Arte. Conjuncto dos meios e processos pelos quaes o homem consegue excitar no animo dos seus similhantes, por varias emoções e impressões, o sentimento do bello. Em sentido mais limitado entende-se por arte o conjuncto de regras de uma determinada profissão, por exemplo, a arte curar, da pintura, da esgrima, etc. ‖ Titulo geral e abreviado por que se conhecem algumas obras antigas e modernas, cujos titulos completos se podem vêr nos artigos respectivos aos seus autores. Eis al-

gumas d'essas obras, excluindo as que são traduzidas. || *Arte (A)*, publicação illustrada, redigida por Ferreira de Mesquita e Sousa Vasconcellos. || *Arte da agricultura palmariea*, etc. Lisboa, 1855. || *Arte de arithmetica, dedicada ao infante D. Luiz* por Bento Fernandes; Porto, 1541. || *Arte de artilharia* por José Homem de Menezes. || *Arte e artistas contemporaneos* por Ribeiro Arthur; Lisboa, 1896, e vols. seguintes. || *Arte bem cavalgar* (V. *Leal Conselheiro)*. || *Arte de bem morrer*, pelo padre Antonio dos Reis; Lisboa, 1717. || *Arte da caça da altanaria, dirigida a D. Francisco de Mello*, etc. por Diogo Fernandes Ferreira; Lisboa, 1616. || *Arte de cavallaria de gineta e estardioto*, etc. por Antonio Galvão d'Andrade; Lisboa, 1678. || *Arte com vida ou vida com arte*, etc. por Manuel Silva Leitão, Lisboa, 1738. || *Arte de computar abbreviada, para uso de muitos ecclesiasticos, empregados e particulares, a quem frequentes vezes se torna necessaria*, por F. H. C.; Porto, 1844, 8.° || *Arte de cozinha*, etc. por Domingos Rodrigues; Lisboa, 1719. || *Arte do cozinheiro e do copeiro*, etc. por Antonio Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira Girão, visconde de Villarinho de S. Romão; Lisboa, 1841. || *Arte de crear bem os filhos* pelo padre Alexandre de Gusmão; Lisboa, 1685. || *Arte e diccionario do commercio e economia portugueza* por fr. Bernardo de Jesus Maria; Lisboa, 1784. || *Arte directiva para educação de filhos*, etc. por Fernando Pereira de Brito; Lisboa. || *Arte de dourar* por F.co Liberato Telles de Castro da Silva; Lisboa, 1897. || *Arte espiritual que ensina o que é necessario para a meditação e contemplação*, livro muito raro, por Fr. Paulo de Vasconcellos; Lisboa, 1649. 1 vol. || *Arte explicada*, accrescentada das primeiras edicções pelo autor, João de Moraes Madureira Feijó; Coimbra, 1739, 3 vols. 4.° || *Arte de figuras ou vistoso theatro, em que se representam as regras, operações e explicações das figuras grammaticaes, que pertencem á syntaxe*, etc. pelo padre Domingos Fernandes; Lisboa, 1743. || *Arte de furtar*, livro que, attribuido primeiro ao padre Antonio Vieira, se julga obra de Thomé Pinheiro da Veiga, fallecido em 1656; tendo a primeira edição a data de 1744. || *Arte da grammatica da lingua do Brasil*, pelo padre Luiz Figueira; Lisboa 1795, 1 vol. 8.° || *Arte da grammatica portugueza*, por Antonio José dos Reis Lobato; Lisboa, 1771. || *Arte historica*, por Candido Lusitano, Coimbra, 1826; dividida em dois livros de versos. || *Arte latina ou nova collecção dos melhores preceitos para se aprender breve e solidamente a lingua latina*, pelo padre Antonio Rodrigues Dantas; Lisboa, 1773. || *Arte manuense da theologia moral*, etc.; Lisboa, 1758, 1 vol. 8.° || *Arte mestra que ensina a crear, tratar, escolher e curar bois, vaccas, novilhos e vitellos*; Lisboa, 1840. || *Arte militar*, de Luiz Mendes de Vasconcellos; Lisboa, 1612. fol.; || *Arte minima*, pelo padre Manuel Nunes da Silva; Lisboa, 1725, 1 vol. 4.° || *Arte de navegar*, por Manuel Pimentel; Lisboa, 1681, 2 vol. || *Arte nova e curiosa para confeiteiros, conserveiros, copeiros e mais pessoas que se occupam em fazer doces e conservas*, etc.; Lisboa, na off. de José Aquino Bulhões, 1788, 8.° || *Arte nova de cavallaria* por Manuel Carlos de Andrade; Lisboa, 1790, fol. || *Arte nova de espirituaes documentos, que para a boa creação dos noviços* fez o padre Fr. Manuel do Espirito Santo; Coimbra, 1764, 1 vol. 8.° || *Arte de orar*, pelo padre Diogo Monteiro, Coimbra, 1630. || *Arte orthographica da lingua portugueza* por Manuel do Canto e Castro Mascarenhas Valdez; Lisboa, 1875. || *Arte para todos*, folheto da *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, por Manuel de Macedo; Lisboa, 1897. || *Arte pera bem confessar*, opusculo bastante raro, publicado em Braga por Pedro da Rocha em 1537 || *Arte da perfeição christã*, etc. pelo padre José da Camara; Lisboa, 1739, 8.° || *Arte Phlebotomanica, anatomica e cirurgica para Sangradores*, etc., por Antonio Gomes Lourenço; Lisboa, 1741 || *Arte da pintura, symetria e perspectiva*, etc. por Filippe Nunes; Lisboa, 1767. || *Arte poetica*, por Francisco José Freire *(Candido Lusitano)*, Lisboa, 1748. || *Arte poetica* por Antonio Feliciano de Castilho; Lisboa, 1867. || *Arte poetica* de Francisco de Pina de Sá e Mello; Lisboa, 1765, 1 vol. 4.° || *Arte poetica*, por J. J. Valle; Porto, 1812, 1 vol. 8.° || *Arte de reinar* de Antonio Carvalho de Parada; Bucellas, 1643. || *Arte theorico-pratica de confessores*, etc. por F. Francisco de Santo Antonio; Lisboa, 1751, 2 vols. 8.° || *Arte do tiro para militares e caçadores* por A. A. P. d'Oliveira e Silva; Porto, 1896. || *Arte de traduzir de latim para portuguez*, etc. por Sebastião José Guedes e Albuquerque; Lisboa, 1818, 1 vol. 8.° || *Arte versificatoria*, etc. por Joaquim José de Mendonça Silveira; Lisboa, 1772. || *Arte de viver em paz com os homens* por D. Fr. Antonio de Padua e Bellas, bispo de Maranhão; Lisboa, 1783. || *Artes e artistas em Portugal*, por Sousa Viterbo; Lisboa, 1892. || *Artes e lettras*, publicação illustrada com gravuras em madeira e aço e de impressão luxuosa, apreciada pelas illustrações.

Arteiros. Pov. na freg. de S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Casal na freg. da Exaltação da Santa Cruz, e conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Arthur *(Bartholomeu Sesinando Ribeiro)*. Tenente-coronel de infantaria, escriptor e artista contemporaneo. Nasceu em Lisboa a 11 d'agosto de 1851; é filho do general de brigada Sesinando Ribeiro Arthur e de D. Candida Lopes Ribeiro Arthur. Seu pae foi um dos 7:500 bravos que desembarcaram nas praias do Mindello e fez toda a campanha contra a usurpação (1826-1834), tomando parte na divisão auxiliar á Hespanha. (1835). Descende d'uma familia illustre—*Ribeiro Freire*—sendo parente do ministro de D. João VI, Ribeiro Freire, que teve a seu cargo o Erario, e do general de divisão Manuel Cypriano da Costa Ribeiro, ha pouco fallecido. Ribeiro Arthur foi alumno do Real Collegio Militar, na Luz. Assentou praça, como voluntario, no regimento d'infantaria 17 a 10 de setembro de 1867, onde seu pae era então coronel. Frequentou a Escola do Exercito, e em 1873 foi promovido a alferes para o regimento d'infantaria 16. Cursou então, a Escola Polytechnica, e, em 23 de janeiro de 1878, foi promovido a tenente para o regimento de infantaria 8. Em seguida foi chamado a exercer as funcções de ajudante da Praça de Peniche, sob o governo do coronel d'engenharia Antonio Ferreira da Rocha Gandra. Por decreto de 4 de julho de 1874 foi nomeado para, em commissão, servir na artilharia, sendo collocado no regimento d'artilharia 2. Promovido a capitão passou para o regimento de caçadores 5 em 31 de outubro de 1884. Em 1885 foi nomeado para fazer parte da commissão de limites das fronteiras entre Por-

tugal e Hespanha, logar que exerceu até 1893, sendo commissario o general Sebastião Lopes de Calheiros e Menezes. Acompanhou o commissario hespanhol, então coronel, D. Maximo Ramos y Orcajo, na execução da triangulação dos terrenos, em litigio, denominados da *Defeza da Contenda de Moura*, e auxiliou o commissario portuguez na elaboração da sua memoria sobre a mesma Contenda, publicada em 1889. Em 20 de janeiro de 1894 teve a nomeação de ajudante de campo do general Costa Ribeiro, inspector geral d'infantaria. Em fevereiro de 1895 foi nomeado major da 10.ª brigada d'infantaria. Sendo promovido a major, passou para infantaria 20, em 3 de agosto de 1895, indo commandar o 2.º batalhão d'este regimento que estava aquartelado em Barcellos. Em 11 de janeiro de 1896 foi transferido para o regimento de caçadores da Rainha e a 10 de maio de 1899 promovido a tenente-coronel, sendo collocado em infantaria 5. O sr. Ribeiro Arthur é condecorado com as medalhas de prata de comportamento exemplar e bons serviços, sendo esta ultima alcançada por ser elogiado em Ordem do Exercito. E' official da Real Ordem de S. Bento de Aviz, e cavalleiro da mesma ordem; cavalleiro da ordem militar de Nosso Senhor Jesus Christo, da ordem militar de S. Thiago e da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. E' commendador da Real Ordem hespanhola de Izabel a Catholica, tem a medalha da Cruz Vermelha de Hespanha, Cruz de 2.ª classe de merito militar, e a Cruz de Carlos III. E' tambem official da Legião d'Honra e tem o grande officialato d'instrucção publica de França. O sr. Ribeiro Arthur tem publicado as seguintes obras militares: *Pequeno manual para uso do soldado d'infantaria* (1896); *A legião portugueza ao serviço de Napoleão (1808-1813)*, 1901; *Theorias nas casernas — Educação militar do soldado*, 1902; *Os caçadores portuguezes na guerra Peninsular*, 1899; Além d'estes livros tem mais tres volumes de critica d'arte, bem apreciados: *Arte e artistas contemporaneos*; o 1.º em 1896, o 2.º em 1898 e o 3.º em 1903. O sr. Ribeiro Arthur dedica-se muito á pintura a aguarella, estudando os costumes militares, expondo em todas as exposições do Gremio Artistico e da Sociedade Nacional de Bellas Artes, onde alcançou uma *menção honrosa*. Tambem expoz na exposição universal de Paris de 1900.

Bartholomeu Sesinando Ribeiro Arthur

Arthur. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, e conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Artifice. O que professa ou exerce algum officio mechanico; o que executa algum artefacto. V. *Official mechanico*.

Artifices engenheiros *(Batalhão de)*. Denominação dada a um corpo especial do nosso exercito, creado pelo regulamento de 12 de fevereiro de 1812, e organisado definitivamente nos fins d'esse anno, com voluntarios sahidos dos corpos de milicias. No anno immediato prestou o novo batalhão importantes serviços no sitio da praça de S. Sebastião, sendo n'essa epoca a sua força augmentada com soldados dos regimentos de infantaria e batalhões de caçadores do exercito em campanha. Constituido desde o seu principio por tres companhias de mineiros, pontoneiros e sapadores, assim estava em 1816, quando foi organisado o exercito, conservando-se até ao fim das campanhas da liberdade. Pela organisação de 18 de julho de 1834, foi o batalhão d'artifices engenheires substituido pelo batalhão de sapadores, que se determinou tivesse seis companhias. Em 1849 recebeu este corpo a denominação de batalhão de engenheiros, e em 1864 a de batalhão de engenharia, que ainda hoje se conserva.

Artigos de Guerra Titulo de um dos capitulos dos *Regulamentos de infantaria e de cavallaria*, estabelecidos e publicados pelo conde de Lippe. As disposições contidas n'esses artigos constituiram, até á publicação do novo codigo de justiça militar em 1875, a mais importante das leis penaes do nosso exercito. E' notavel a differença do artigo 8.º nos dois *Regulamentos*, e ácerca d'este ponto e a respeito dos artigos de guerra em geral, é digna de ler-se uma memoria escripta por um contemporaneo do conde de Lippe, e que foi publicada em 1873 com o titulo de *Alguns factos militares portuguezes no seculo* XVIII, pelo general Augusto Xavier Palmeirim, que lhe accrescentou varias reflexões. E' um livro curioso e interessante para o estudo da nossa historia militar no tempo de D. José I, e para se apreciar a influencia do commando do marechal conde de Lippe no espirito portuguez.

Artigos das Sizas *imprimidos por mandado d'El-Rei D. João III*. A primeira edição d'esta obra foi em 1512, a segunda em 1542, a terceira em 1678. Houve outra edição em 1702, e mais tarde em 1816, que parece ter sido a ultima. A'cerca da edição de 1542, diz-se no *Diccionario bibliographico*, vol. 8.º pag. 331, que o verdadeiro titulo, que está dentro d'uma portada de gravura, é o seguinte: *Artigos das sysas imprimidos por mandado delrey nosso senhor. Com privilegio real.* No verso do rosto tem o alvará datado de 1.º de março de 1542, que mandou proceder á impressão. Seguem-se as folhas numeradas pela frente de i a lxiij, e no verso da ultima a subscripção, que declara ser impresso por German Galharde, e acabado a 12 de maio de 1542. Tem mais tres folhas de indice sem numeração. Formato de folio e caracter gothico. N'elle se declara ser esta a segunda impressão. A edição de 1678 tem no frontispicio a declaração de serem *novamente emendadas por mandado d'Elrei nosso senhor*, assim como na que se lhe seguiu, em 1702. A edição de 1816 diz mais: *Nova edição, a que se ajuntão as Leis posteriores sobre esta materia.*

Artilharia. Esta palavra tem hoje uma accepção complexa em que se conteem tres idéas capitaes: a de *sciencia*, a de *material* e a de *pessoal*. Na primeira entra o conjuncto de conhecimentos verdadeiramente facultativos ou technicos, de sciencias exactas e physicas, de artes mechanicas e industriaes, que directa ou indirectamente

concorrem para a instrucção do artilheiro, para a sua profissão especial de construir, conservar e empregar todo o genero de armas, apparelhos, machinas e munições de guerra. Por *material* na sua accepção mais lata, comprehendem-se não só os *trens* e *parques*, como tambem *fundições*, officinas de *pyrotechnia*, de *fabricos*, de *concertos*, *armazens*, *depositos*, *reservas*, n'uma palavra, a universalidade de objectos materiaes relacionados com as armas e com as munições de toda a especie. O *pessoal*, finalmente, é o agente animado que cultiva sem cessar a sciencia de artilharia, produzindo o seu material, cuidando d'elle e aperfeiçoando-o em tempo de paz, empregando-o e conduzindo-o na guerra. E' desconhecida a epoca em que fôram inventadas as boccas de fogo; uns attribuem a sua invenção aos chins, outros á Allemanha, outros aos arabes, e alguns á Italia. Tambem é desconhecido qual foi a primeira nação que empregou na guerra a arma de artilharia. E', porém, fóra de duvida, que entre os povos da Europa, foram os portuguezes uns dos primeiros que possuiram estas terriveis armas, conhecendo-as desde o meado do seculo XIV, apezar de haver quem diga que já se tinham empregado na tomada de Silves, no reinado de D. Sancho I. Está averiguado que no sitio de Lisboa, em 1381, nos servimos da polvora e d'alguns trons, ou peças d'artilharia; mas só em 1385, depois da batalha d'Aljubarrota, é que a artilharia foi introduzida no numero das nossas armas, começando-se a fazer uso d'ella a bordo dos navios no reinado de D. João I. Referem os chronistas que n'aquella celebre batalha os exercitos castelhanos traziam 16 trons, mas essas peças nenhuma influencia tiveram na peleja, tendo o mestre d'Aviz alcançado brilhante victoria, apezar de não ter á sua disposição nenhuma d'essas novas machinas de guerra. Os nossos, comtudo, não desprezaram esse novo invento, e parece que João Gonçalves Zarco, quando realisou a descoberta da ilha da Madeira, tinha no seu pequeno navio algumas peças d'artilharia. Para a expedição de Tanger levaram os infantes D. Henrique e D. Fernando, em 1437, bastante artilharia, e o material d'esta arma augmentou tanto em breves annos, e a sua importancia cresceu tão rapidamente, que D. Affonso V julgou conveniente nomear um vedor-mór d'artilharia, dando-lhe regimento de 13 d'abril de 1449, e nomeando para esse cargo Gil de Brito. D. João II imaginou armar caravélas com peças de maior calibre, para o que se fizeram em 1490 experiencias em Setubal, que deram bom resultado, pelo que as caravélas portuguezas ficavam em condições de luctar vantajosamente com navios de alto bordo, até que as outras nações secundaram tambem o systema que seguiam. El-rei D. Manuel introduziu grandes aperfeiçoamentos; fundou uma *officina d'armas* em Barcarena, para a qual mandou vir mestres de Biscaia, e ordenou que em certas cidades e villas houvesse *officiaes de fazer armas*, pagos pelos concelhos. Fundou tambem as *Tercenas da porta da Cruz* e de *Cataque-Farós*, com officinas d'armas e fundição d'artilharia, e uma fabrica de polvora, que depois se mudou para Alcantara, e mais tarde para Barcarena. O numero de peças d'artilharia e o material de guerra que se fundiu em Portugal, em Gôa, em Macau, e n'outros pontos durante este reinado e os de D. João III e D. Sebastião, foi avultadissimo, como era preciso, para se sustentarem as nossas guerras d'Africa e do Oriente; no exercito que ficou sepultado nos campos d'Alcacer-Kibir, entraram 30 boccas de fogo, sendo commandante Pedro de Mesquita. A 28 de dezembro de 1640, D. João IV creou o posto de tenente-general d'artilharia, declarando-lhe a jurisdicção que lhe competia, regulando o expediente d'essa nova repartição, e concedendo ao tenente-general Ruy Correia Lucas, quando fôsse ao conselho da fazenda, o mesmo logar que tinha o provedor de armazens e armada. Em maio de 1641 foi organisada a instituição dos bombardeiros, devendo haver até 300, sendo 200 portuguezes e 100 allemães ou d'outras nações. Por esse mesmo regimento fôram estabelecidas varias disposições ácerca dos exercicios d'esses militares, e determinou-se que o cosmographo-mór do reino, ou na sua ausencia o jesuita que ensinava mathematica no convento de Santo Antão, ensinasse artilharia e esquadria duas vezes por semana n'uma sala do paço. Ainda no reinado de D. João IV se crearam os postos de generaes e tenentes-generaes de artilharia nos exercitos do Alemtejo e das outras provincias, e bem assim se nomearam differentes officiaes para o trem d'artilharia, e se cuidou de augmentar o numero dos artilheiros e de os instruir convenientemente. Em 1677 foi creado um troço de 300 artilheiros para guarnição das armadas. A primeira organisação mais regular foi em 1701, no reinado de D. Pedro II, que creou um troço de 500 artilheiros em Lisboa, e cinco annos depois outro com 8 companhias no Alemtejo. Do exercito com que o marquez das Minas entrou em Madrid no anno de 1706, faziam parte 20 peças d'artilharia, e no que em 1709 se formou no Alemtejo ás ordens do Marquez de Fronteira, havia egual numero de boccas de fogo. D. João V, em 1718, augmentou a força d'artilharia com mais 4 companhias na Beira, e 3 troços ou regimentos em Lisboa, Alemtejo e Algarve, tendo cada regimento uma companhia de *barcas* e outra de mineiros, coronel ou tenente-coronel, e sargento-mór. No reinado d'el-rei D. José, em 1757, foi organisado o regimento d'artilharia do Alemtejo, com 2 batalhões de 8 companhias, havendo no primeiro batalhão uma companhia de bombeiros e outra de barcas ou pontões. Em 1762 extinguiram-se as companhias d'artilheiros, denominados *Pés de castello*, *presidios e troços d'artilharia de castello;* sendo creado então o regimento da côrte com uma aula de mathematica e organisando-se um anno depois outro no Porto, nas mesmas condições. Em seguida declarou-se quaes os conhecimentos que os officiaes e mais praças deviam ter, sendo regulados os exames para a promoção em 1796, e determinando-se que cada regimento tivesse 12 companhias, uma de bombeiros, outra de mineiros, outra de artifices, e as 9 restantes d'artilheiros. No reinado de D. Maria I foi creada a academia real de fortificação, artilharia e desenho; organisou-se um regimento d'artilharia de marinha, e em 1792 deu-se nova organisação aos corpos d'essa arma do exercito, sendo então extincto o officio de tenente-general d'artilharia. Em 1796 nomeou-se um inspector geral dos mesmos corpos. N'este anno tambem se creou a legião da tropa ligeira em que entrava uma bateria a cavallo, e depois, na guerra de 1801, se organisaram em Leiria 2

companhias tambem a cavallo, que fôram addidas ao regimento da costa, mas que não chegaram a entrar em campanha, sendo todavia 3 baterias dissolvidas em 1804. Quando em maio de 1806 se dividiu o exercito em brigadas e em 3 divisões, sul, centro e norte, estabeleceu-se que cada uma d'estas divisões tivesse um regimento de artilharia, excepto a do sul, que ficaria com 2 regimentos, fixando-se que o n.º 1 ou da costa, faria parte da direcção do centro, o n.º 2 ou do Algarve, e o n.º 3 ou de Estremoz, entrassem na divisão do sul, e que á divisão do norte pertencesse o n.º 4 ou do Porto. Estava n'estas circumstancias o exercito portuguez, quando as tropas de Napoleão invadiram o paiz em 1807. Sendo Junot expulso de Portugal, cuidaram logo os governadores do reino de reorganisar o exercito, fixando a 14 d'outubro de 1808 as bases da nova organisação; estabeleceram que houvesse como anteriormente, 4 regimentos d'artilharia, mas com a força marcada no plano do 1.º d'agosto de 1796. Não poude nunca levar-se a effeito esta providencia, e pelo que diz respeito á artilharia de campanha, apenas em Lisboa se formaram algumas baterias, ás quaes se deu o nome de brigadas, compostas de 6 boccas de fogo. Durante o commando do marechal Beresford, houve nova reorganisação da arma, ficando os regimentos compostos d'uma companhia de bombeiros, outra de mineiros, uma de pontoneiros e 7 d'artilheiros, com a força total de 1:148 homens cada regimento. No fim de muitos esforços conseguiu-se constituir 13 brigadas, que depois fôram reduzidas a 11, por causa da irregularidade do material. Em 1812, formando-se o batalhão d'artifices, determinou-se que as companhias dos corpos d'artilharia passassem a ser todas de artilheiros, e ainda n'esse anno se creou o batalhão de artilheiros conductores, sendo por essa occasião o numero de brigadas reduzido a 10, com 60 boccas de fogo. Terminada a guerra peninsular, os regimentos fôram organisados com 892 praças, e em vez do batalhão de conductores, formaram-se 4 companhias annexas aos 4 regimentos com 69 praças e 100 muares cada uma. Quando em 1820 rebentou no Porto a revolução liberal, o coronel Cabreira organisou com soldados do regimento n.º 4 e gado de particulares algumas baterias, que fizeram parte da junta, e depois o mesmo coronel obteve do arsenal os meios precisos para formar duas baterias. Na revolta liberal de 16 de maio de 1828, no Porto, tomou parte o regimento d'artilharia n.º 4, e muitas praças d'este corpo acompanharam as forças constitucionaes para Galliza e para Inglaterra, passando depois á ilha Terceira, onde formaram o nucleo da força d'artilharia que sustentou essa ilha e contribuiu para a tomada das outras do archipelago, desembarcando mais tarde no Mindello. Entretanto o governo miguelista, reorganisando o seu exercito em julho de 1829, reduziu os regimentos d'artilharia e as companhias de conductores ao numero de 3, dissolvendo o regimento n.º 4 e a companhia que lhe andava annexa, e em abril de 1831 estabelecia para estes corpos os nomes de regimentos *d'artilharia da côrte, Faro e Elvas*, porque lhes fôram marcados para quarteis permanentes as cidades de Lisboa, Faro e Elvas. Ao mesmo tempo nos Açôres ia-se constituindo o exercito liberal, organisava-se uma força d'artilharia, uma bateria de academicos commandada pelo então capitão-tenente José Maria Baldy, e em novembro de 1831 formou-se um estado maior d'artilharia e um batalhão d'esta arma composto de 6 companhias com 688 praças, sendo o commandante geral o general Sebastião Cabreira. Determinando-se a organisação do exercito libertador, a artilharia ficou constituida em 4 baterias, sendo uma d'ellas montada, mas na realidade as tropas que desembarcaram em Portugal, traziam comsigo unicamente um obuz e duas peças. Durante as campanhas da liberdade ainda se formaram, em 1833, o 2.º e o 3.º batalhões d'artilharia, contando o exercito de D. Pedro IV, na data da convenção d'Evora Monte, 3:282 praças d'essa arma e 36 boccas de fogo de campanha, as quaes eram 10 obuzes e 26 peças, ao passo que n'essa mesma epoca o exercito realista tinha 40 boccas de fogo de campanha. Terminada a guerra civil, organisando-se o exercito, a arma d'artilharia ficou composta de 2 regimentos, cada um dos quaes deveria ter 2 baterias a cavallo, 6 montadas e 8 companhias de posição, mas o numero de boccas de fogo não excedeu nunca a 28. Em 1837 deu-se nova organisação á artilharia, resolvendo-se que, além de 3 baterias para as ilhas, houvesse 3 regimentos de guarnição e 1 de campanha, sendo este ultimo formado de 1 bateria a cavallo e 7 montadas, com o numero total de 32 boccas de fogo, mas a falta de gado não permittiu realisar esse plano, e de 1840 em deante, o numero de peças nunca chegou a metade do que estava determinado. Pela organisação de 1849 e modificações que se lhe seguiram em 1851, ficou a artilharia constituida por 3 regimentos de 10 baterias, sendo d'estas uma montada, uma de montanha e 8 de serviço; mas na realidade o que havia para serviço de campanha, eram as 3 baterias montadas e uma de montanha reunidas em Lisboa, tendo ao todo 16 boccas de fogo. Esta organisação conservou-se em vigor até 1862, em que por decreto de 28 de dezembro, foi alterada, passando a haver 3 regimentos d'artilharia, um montado e 2 de posição. Em fins de 1863, publicou se nova organisação do exercito, que não chegou a ser posta em pratica, ficando substituida pela de 23 de junho de 1864; a artilharia constituiu-se então pelo modo seguinte: 1 general commandante geral, 1 estado maior, 1 regimento de campanha, 3 de guarnição e 3 companhias tambem de guarnição. O regimento n.º 1 ou de campanha, ficou composto de 6 baterias com 4 boccas de fogo em tempo de paz, e 6 em tempo de guerra cada uma, e os regimentos de posição de 4 companhias de guarnição, 2 baterias de montanha e 1 montada de reserva. As 3 companhias isoladas tinham por fim guarnecer as ilhas adjacentes. Em 1867 deu-se definitivo regulamento á escola pratica d'artilharia estabelecida em Vendas Novas em 1861, e em 1868 deu-se nova organisação á arma que ficou assim constituida: 1 official general commandante, 1 estado maior; 1 regimento de campanha e 2 de posição, sendo dissolvido o n.º 3 e as companhias isoladas, determinando-se que a guarnição das ilhas fôsse feita por destacamentos. Em 1869 novamente se organisou, extinguindo-se o commando geral da arma e o arsenal do exercito, passando a superintendencia de todo o serviço privativo da artilharia a ser exercida por um general com o titulo de director geral. Por esta organisação ficou

determinado que, para o serviço de campanha, houvesse 1 regimento de 6 baterias montadas e 2 de montanha, sendo as primeiras compostas em tempo de paz de 4 boccas de fogo e em tempo de guerra de 6, e as segundas de 6 boccas de fogo no primeiro caso e de 3 em pé de guerra, sendo o regimento em tempo de guerra augmentado com 4 baterias, das quaes duas de reserva de calibre 12 e 2 de montanha. Para os dois regimentos de guarnição que ficaram existindo, resolveu-se que o n.º 2 fôsse composto de 8 companhias, e o n.º 3 de 10, isto em tempo de paz, e que em tempo de guerra 3 companhias de cada um d'estes corpos seriam substituidas por outras tantas baterias montadas, sendo 2 d'estas de campanha de calibre de 8 cent. e 1 de reserva de 12 cent. Para a guarnição das ilhas dos Açôres crearam-se 2 companhias, a n.º 1 para a Terceira e a n.º 2 para S. Miguel, continuando a ilha da Madeira a ser guardada por um destacamento do regimento n.º 2. Depois da guerra franco-prussiana, o governo adquiriu uma bateria de metralhadoras, que veiu substituir uma das baterias montadas do regimento n.º 1, que ficou então formado com essa bateria, e 5 montadas armadas com 6 peças de bronze, e 2 de montanha tambem de bronze. Em 1874 comprou-se o material de 6 baterias de peças d'aço (Kreiner), que fôram distribuidas ao 1.º regimento, que ficou além d'isso com a bateria de metralhadoras e uma de campanha. Logo em seguida o regimento n.º 3 foi organisado em regimento de campanha, ficando constituido por 6 baterias montadas de 6 peças de bronze, 2 baterias de reserva de peças de bronze e 2 baterias de montanha tambem com peças de bronze. Em maio de 1876 este regimento recebeu o material de 6 baterias de peças d'aço (Krupp), que substituiram as 6 baterias montadas de peças de bronze. Esta organisação que era, por assim dizer, provisoria e que não tinha sido decretada, foi substituida pela de abril de 1877 em que a arma d'artilharia ficou composta de 2 regimentos de campanha, 1 de guarnição e 4 companhias isoladas. Os regimentos de campanha com os n.os 1 e 3 ficaram formados de 8 baterias montadas de 6 peças, sendo 6 baterias armadas com peças d'aço e 2 com peças de bronze; o regimento de guarnição passou a ter 8 companhias e 2 baterias de montanha, e ás companhias fôram determinados como quarteis, Angra do Heroismo, Ponta Delgada, Funchal e praça de S. Julião de Barra. Segundo esta organisação, em tempo de guerra, os regimentos de campanha deviam passar a ter 12 baterias. Em 1878 promulgou-se nova organisação, e ainda em 1879, recebeu-se d'Allemanha mais material Krupp, se alterou a organisação dos regimentos de campanha. Em 1885 adquiriu-se o armamento Kropatschek. A constituição organica do exercito, de 1884 foi substituida pela organisação de setembro de 1899, que é a actual: 4 regimentos de campanha (artilharia divisionaria); 2 regimentos d'artilharia de guarnição a 2 batalhões, um grupo de 2 baterias d'artilharia a cavallo, um grupo de 2 baterias d'artilharia de montanha (artilharia independente); 4 grupos de artilharia de campanha, 2 batalhões d'artilharia e 3 companhias de guarnição nas ilhas adjacentes (artilharia de reserva), de guarnição. Os regimentos de campanha e os de guarnição são a 8 baterias e 1 de deposito. Os grupos d'artilharia de campanha são a 4 baterias e os batalhões de guarnição a 4 companhias. No pé de paz as baterias de campanha tem 4 boccas de fogo, e egual numero teem as baterias d'artilharia a cavallo e de montanha. Em pé de guerra 6 boccas de fogo. No *Diccionario Universal Portuguez illustrado*, editado por Zepherino d'Albuquerque, vol. II. pag. 1353 a 1374 e na *Encyclopedia portugueza*, publicada no Porto, vol. I, pag. 526 e seguintes, veem umas descripções minuciosas ácerca d'artilharia, e nas quaes os leitores encontram esta materia largamente tratada.

Artilharia *(Museu de)*. A origem dos museus de artilharia não está bem averiguada. As armarias e arsenaes portuguezes (V. *Almazem* e *Armadura*) fôram totalmente desbaratados antes que com os seus ricos despojos se pudessem constituir collecções dignas d'um museu. Foi o general barão de Monte Pedral quem, em 1842, começou a organisar em Lisboa, na repartição do edificio do Campo de Santa Clara, um museu (V. *Arsenal do Exercito*). Este museu está dividido em 5 secções: Armas antigas; armas portateis da edade media e modernas; artilharia; modelos e artigos diversos. Na 1.ª comprehendem-se as armas da edade de pedra, armas da edade de bronze, armas gregas, armas romanas e armas merovingias. A 2.ª secção sub-divide-se em armas defensivas e offensivas, comprehendendo as primeiras: armaduras e couraças, capacetes, escudos; e as segundas: espadas, floretes, alabardas, armas de arremesso, armas de fogo portateis. A 3.ª secção foi separada em duas sub-divisões, comprehendendo uma as boccas de fogo de origem portugueza, e a outra as de origem estrangeira. Esta secção, de todas a mais notavel pelos exemplares raros que possue e cuja historia recorda os nossos mais gloriosos feitos militares, está dividida em periodos, desde 1370 até hoje. *Periodo de 1370 a 1495, Trons ou bombardas grossas:* São as boccas de fogo mais antigas e pertencem ao fim do seculo XIV; existem varios exemplares vindos das antigas praças de guerra de Marvão e Elvas. *Bombarda grossa:* Pertence ao seculo XV, veiu da India e é conhecida pela designação de *Peça de Malaca;* foi tomada em 1511 por Affonso de Albuquerque ao rei de Malaca, tendo sido pouco tempo antes offerecida a este pelo rei de Calicut. — *Periodo de 1495 a 1580, reinado de D. Manuel. — Canhões pedreiros:* Boccas de fogo atirando balas de pedra. *Colubrinas:* Boccas de fogo atirando balas de ferro. *Falconete:* Bocca de fogo atirando bala de ferro fundido. Na bolada tem as armas reaes portuguezas e uma esphera armilar. Esta bocca de fogo, conhecida pelo nome de *berço*, foi encontrada na bahia de Angra do Heroismo. *Reinado de D. João III.— Canhão:* Bocca de fogo de 43 libras de calibre. Na bolada tem dois arganéos e junto á bocca uma facha ornamentada, tendo ao centro a palavra *Ave*. No primeiro reforço tem uma esphera armillar, as armas reaes portuguezas ladeadas por anjos e a inscripção: *Ano D. 1550 se fez esta peça.—Reinado de D. Sebastião.—Basilisco:* Bocca de fogo conhecida geralmente pelo nome de peça de Diu. (V. *este nome). Periodo de 1580 a 1640. Reinado dos Filippes.—Colubrina:* Bocca de fogo tendo no primeiro reforço as armas reaes portuguezas e por baixo a seguinte inscripção: *Da cidade de Goa fez en o. a. de 1623.* Esta peça foi fundida na

India. *Periodo de 1640 a 1750. Reinado de D. João IV.—Peças:* Boccas de fogo de differentes calibres, tem todas as armas reaes portuguezas; o cascavel termina em botão ou mais geralmente é chato com aza de golfinho. *Reinado de D. Affonso VI.—Peças, morteiros e obuzes. Pedreiros:* Boccas de fogo destinadas para serviço de bordo. Pertencem ao anno de 1670. *Reinado de D. Pedro II.—Peça:* Bocca de fogo de 16 libras de calibre, muito ornamentada, contém as armas reaes portuguezas, e por baixo um escudete com o seguinte: *Dom P.º Princepe de Portugal.* O cascavel é chato com aza de golfinho.—*Periodo de 1750* a *1855. Morteiro:* Bocca de fogo de 27 c. de calibre. Na bolada tem duas azas faceadas, e entre ellas acham-se gravadas as corôas do Brazil e de Portugal. Na culatra tem a era de 1833. —*Periodo de 1855 a 1889. Reinados de D. Pedro V e de D. Luiz I.* N'este periodo construiram-se peças de campanha de 8 c. e 12 c de calibre; peças de montanha de 8 c. de calibre; obuz de campanha de 12 c. de calibre. Na sub-divisão d'esta secção, que comprehende as boccas de fogo de origem estrangeira, encontram-se tres bombardas, que fôram tiradas do Tejo pela dragagem durante as obras do porto de Lisboa; pertencem ao fim do seculo XIV e suppõe-se que tivessem vindo na armada ingleza destinada á defeza de Lisboa. No periodo de 1895 até a actualidade tem o museu d'artilharia obtido novas collecções principalmente d'artilharia, collecções hoje muito notaveis por representarem todas as epocas de fundição da artilharia portugueza. O *pelouro de granito negro*, um dos que fôram arremessados pelos moiros contra a fortaleza de Ormuz em 1552, e que D. Alvaro de Noronha mandou para o reino (V. *Odivellas*). Existem ainda 3 obuzes de campanha de 15 c. e 17 c. de calibre, e uma peça de campanha de 8 c. de calibre; esta bocca de fogo tem na bolada uma fita com o seguinte: *Liberté égalité*, e na facha da culatra *Aoust 1793 Thury a Paris.* Estas 4 boccas de fogo fôram tomadas pelo exercito portuguez ao francez na batalha da Victoria ferida em 21 de junho de 1813. Ha mais uma preciosa collecção de bandeiras pertencentes a regimentos portuguezes que tomaram parte em differentes batalhas, algumas balas de chumbo e de ferro encontradas na serra do Bussaco entre Santo Antonio do Cantaro e a povoação de Pendurada, isto é, no ponto onde mais accesa se travou a batalha de 27 de setembro de 1810; o capacete de D. João I, o que D. João II usou na batalha de Toro e mais a sua espada; o espadim do principe D. Theodosio, filho d'el-rei D. João IV; as peças tomadas aos hespanhoes em 1640, destacando-se tambem a estatua do duque da Terceira. Na sala D. João V, vão ainda figurar dois quadros: um de Arthur Mello, representando o desembarque do conde do Rio Grande; outro de Luciano Freire, representando o combate de Matapan. Para a sala Affonso d'Albuquerque, tambem estão encommendados: um da tomada de Malaca, e outro da tomada da ilha de Singaparó. Muitos outros artigos ha deveras notaveis pela sua antiguidade e inestimavel valor. No Museu d'Artilharia ainda se andam preparando novos melhoramentos, devidos á actividade do seu director, o sr. general Castelbranco. As novas salas das Colonias e Pimentel Pinto, que não estão completas, devem tambem ficar curiosissimas. Na das Colonias vão figurar mappas com assumptos de varias batalhas, destacando-se ao fundo um quadro de Carlos Reis sobre a batalha de Coollela. Ao centro elevar-se-ha um busto de Camões. A sala Pimentel Pinto tem já muito adeantadas as decorações, que são imitando marmore. Vão ali figurar quadros de Columbano sobre motivos dos *Lusiadas* de Camões.

Artilheiro *(Quinta do).* Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Lagares, conc d'Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Artosinha *(Herdade da).* Na freg. de S. Gens, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora.

Aruangoa do Norte. Rio da Africa Oriental portugueza, prov. de Moçambique, que banha o territorio dos Chevas e Muizas. E' affluente do Zambeze; navegavel no tempo das cheias, e nas outras epocas só para barcos lisos, denominados almadias. Na confluencia com o Zambeze está situada a antiga villa e feira do Zumbo. Existia antigamente nas margens do Aruangoa um commando militar, dependente do districto de Manica.

Aruangoa-Pire. Rio da Africa Oriental, provincia de Moçambique, affluente do Zambeze.

Aruangoa-Posse. Rio da Africa Oriental, provincia de Moçambique, affluente do Zambeze.

Aruanha. Rio da Africa Oriental, que atravessa os territorios de Monomotapa, e entra no rio Zambeze, entre Tete e a bocca do Lupata.

Arubi. Pov. na India, provincia de Satary, Novas Conquistas.

Arueira. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, de Abitureiras, conc. e distr. de Santarem.

Aruel. Ponta ou cabo na ilha de S. Miguel.

Arufe. Pov. na freg. de S. Martinho, de Fornellos, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. ‖ Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Loivos da Ribeira, conc. de Baião, distr. do Porto. ‖ Pov. na fregueza de Santa Maria Magdalena, de Rebordainhos, concelho e districto de Bragança.

Aruil. Logar da freg. de Almargem do Bispo, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Aruncia ou **Arunce**. Rio da prov. da Extremadura, conc. de Pombal. Nasce na Ribeira de Gaia, junto a Santiães No sitio da *Venda do Soldado* se lhe junta o rio Albergaria; nos *Pizoes*, o rio Avellar; na *Quinta do Porto*, o rio Arnal; nas *Vendas Novas*, o rio das Marinhas; na *Assamaça*, o rio Abiul; no sitio da *Melga*, o ribeiro dos Estranhos, que tem muitos kagados; defronte da *Aldeia dos Anjos*, o ribeiro de Valle-Cubas; defronte das *Telheiras*, o rio Pedrinha; no sitio da *Videira*, o regato do Folgado; no sitio do *Cardozo*, o ribeiro dos Santos; no *Porto-Largo*, o ribeiro do Verigo; e junto a *Soure*, o Rio Tinto. A corrente do rio Aruncia, por ser arrebatada, é incapaz de navegação. Cria muito peixe. A pescaria desde a villa do Pombal até ás barreiras de Santo André era do commendador do Pombal, *e só os vereadores podiam pescar á canna.* Este privilegio acabou ha mais de duzentos annos, e a pesca ficou sendo livre em toda a parte. As margens são cultivadas em grande parte, e tem arvores de fructo e silvestres. Desde o seu nascimento até defronte dos *Claros*, o rio Aruncia chama-se *Ribeira de Litem*, d'ali até Soure, *Arunca*, e de Soure para baixo, *Cabruncas.*

Passa por V. N.ª d'Anços, e morre no Mondego. A entrada de Pombal tem uma ponte de cantaria.

Arutua Sertão da Africa Oriental, na provincia de Moçambique, entre o rio Zambeze e Serra Fura. E cortado pelo rio Siniati. V. *Abutua.*

Arvalém. Pov., séde da regedoria do concelho de Sanquelim, districto de Gôa, na India, comprehendendo a povoação de Maulinguém.

Arvellos. (*Quinta de).* Na freg. de S. Genezio, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu.

Arvore. Vegetal lenhoso, cuja haste espessa, alto, nua na base, é carregada em cima de ramos e de folhas. Em estylo figurado, diz-se de tudo que póde comparar-se com uma arvore, relativamente ás suas raizes, á sua fructificacão, á extensão dos seus ramos, como o commercio, a industria, o progresso, etc. Diz-se tambem d'uma familia numerosa, d'uma casa poderosa, e egualmente, em estylo parabolico e mystico, quando se fala de homem, alludindo ás suas boas ou más acções, considerados como bons ou maus fructos. || Os primeiros povos tiveram as arvores em grande veneração, e as florestas, esses templos primitivos pareceram-lhes a residencia favorita das suas divindades; assim era n'essas solidões umbrosas que elles se compraziam em celebrar as cerimonias do culto que lhes tributavam. Entre as muitas arvores que se destinguem em todos os paizes, conta-se a bella *araucaria* extraordinariamente desenvolvida que existe na quinta dos srs. duques de Palmella no Lumiar, e que se torna ainda mais notavel por ser a primeira que appareceu em Portugal. Foi importada nos fins do seculo XVIII, ou principios do XIX, pelo celebre industrial, Jacome Ratton, ascendente da familia Daupias. || *Arvore do Natal.* Arvore, que nos paizes do norte da Europa, se colloca na noite do Natal, na principal sala ou casa da ceia, e de cujos ramos ornados de muitas vellinhas accesas, pendem brindes, doces, brinquedos e outras prendas, que depois se dão por sorte ás creanças. Este uso foi introduzido em Portugal ha já bastantes annos. || *Arvore genealogica ou heraldica.* Figura em forma de arvore, d'onde se vê sahir, como d'um tronco, os diversos ramos de consanguinidade d'uma familia. Em armaria, as arvores são ordinariamente de côr verde. Ha-as, comtudo, de qualquer outro esmalte, mas por excepção. Pela lei de 7 de abril do 1605, carta regia de 21 de outubro de 1606 e alvará de 11 de maio de 1607, foi prohibido estamparem-se arvores de geração sem a approvação do rei d'armas.

Arvore. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. de Villa do Conde, dist. do Porto; 993 hab. e 164 fogos. A pov. dista 3 k. da séde do conc. Está situada n'uma planicie elevada, d'onde se descobre grande extensão do oceano e varias serras até á da Freita, em Arouca, a 60 k. de distancia para SE A antiguidade d'esta freguezia ascende ao tempo dos romanos. Arvore pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e de reserva n.º 18, com a séde no Porto; foi antigamente muito mais extensa, porque comprehendia toda a actual freguezia de Azurara, que só em 1457 se tornou independente, ficando, comtudo, os habitantes d'Azurara obrigados ás obras da egreja d'Arvore, compromisso que só acabou em 1726. No principio da formação da freguezia de Azurara era o vigario d'Arvore apresentado pela meza capitular da sé do Porto, e o vigario apresentava o cura d'Azurara. Mas como esta nova freguezia cresceu em população e se tornou mais importante e rendosa que a de Arvore, a meza capitular do bispado do Porto, em 1550, ficou apresentando o vigario em Azurara, e era esta freguezia que apresentava o cura em Arvore, o qual ficou tendo sómente 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. Até ao seculo XVIII parte da freguezia d'Arvore pertenceu ao conc. da Maia e a outra parte ao de Azurara, que chegou a ter a regalia de concelho, mas que mais tarde a perdeu, ficando Villa do Conde sendo concelho. A egreja matriz da freg. d'Arvore é construcção d'el-rei D. Manuel, em 1500, e dizem que n'alguns sitios ainda se vêem as armas d'aquelle monarcha. Em Arvore houve um convento de Templarios, fundado no seculo XII, que depois mudou para *claustraes* e por fim para frades capuchos da provincia da Piedade. || Freg. da prov. do Douro. V. *S. Martinho da Arvore.* || Pov. na freg. de S. Miguel de Restello, conc. de Penafiel, dist. do Porto.

Arvoredo. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Luzinde, conc. de Penalva do Castello, dist. de Vizeu.

Arvores. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, e conc. de Pampilhosa, dist. de Coimbra || Monte na freg. de N. S.ª da Conceição, e conc. de Castro Verde, dist. de Beja.

Arzegaya. Era uma lança com dois ferros, um em cada extremo, que o cavalleiro arremessava contra o inimigo, tendo-a sempre segura por meio d'uma corda.

Arzil *(Monte de*). Na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Garvão, conc. de Ourique, dist. de Beja.

Arzilla *(Batalha de).* Arzilla é uma praça forte no antigo reino de Fez, a 40 k. de Tanger. D. Affonso V, depois do casamento de seu filho, o principe D. João, mais tarde el-rei D. João II, com a princeza D. Leonor, cuidou de pôr em pratica um pensamento que de ha muito o preoccupava, que era passar a Africa e cercar Tanger, sobre o que tivera muitos conselhos. A este respeito lê-se na *Chronica do principe D. João,* de Damião de Goes, a pag. 51, da edição de Coimbra, 1790: «O parecer dos mais foy, que por então se devia deyxar a hida de Tangere, por ser Cidade grande, e forte, e assim por no Reyno (por caso das guerras passadas de Africa) não haver dinheyro para se poderem pagar as despezas, que tão grande empreza requeria; mas visto o grande desejo, que ElRey mostrava de querer passar a Africa, lhe foy pedido pelos Estados do Reyno que houvesse por bem de hir sobre Arzilla, e desistir por então de querer tomar Tangere, tanto pellas causas ditas, como por aquella Cidade estar em posse de haver vitoria dos nossos, pellos que parecia bem deyxalla em paz, até que o tempo de si désse occasião para se cometer negocio de tanto pezo, e perigo. O que ElRey concedeu, de boa vontade porque de qualquer modo que fosse, sua tenção era passar a Africa; pelo que com muyta diligencia mandou fazer prestes por todos seus Reynos, e fóra delles as cousas necessarias para a sua passagem, maudando logo Pero de Alcaçova seu Escrivão de fazenda, pessoa de que muyto com fiava, e hum Vicente Simoens homem muyto pratico nas cousas do mar, e esperto nas daquella costa de Africa, que fossem pelo modo mais dissimulado que pudessem a Arzilla, fingindo serem

mercadores, e lhe espiassem as forças della, e lugares donde mais a seu salvo pudesse desembarcar, o que elles fizerão com muyta prudencia, e bem attentado tudo o que forão se tornarão ao Reyno dar razão a El Rey do que achárão.» Affonso V, resolvendo ir a Africa, tencionava deixar o principe D. João por governador do reino, e com elle o duque de Bragança, D. Fernando; porém o joven principe, desejoso de seguir o pae na guerra contra os infieis, pediu autorisação, por intermedio do conde de Monsanto, D. Alvaro de Castro, a quem el-rei muito attendia, e conseguiu partir tambem para Africa, ficando a princeza D. Leonor como regente, e o duque de Bragauça presidente do conselho. Aprompton-se com a maior brevidade a armada. N'esta viagem ordenou el-rei que só os condes levassem cavallos, por não haver necessidade, e ser escusada essa despeza. Da armada que se fez no Porto, deu D. Affonso V o commando a D. Fernando, duque de Guimarães, filho do duque D. Fernando de Bragança. Apenas chegou a Lisboa, partiu logo toda a armada da praia do Restello, em 15 de agosto de 1471; dois dias depois estava em Lagos, onde achou prompta, já esperando, a armada do reino do Algarve, sob o commando de D. Duarte, conde de Viana. A armada compunha-se de, entre naus, galeões, galés, fustas, e outros navios de carga, de 338 vélas, e geute de guerra nobre, soldados, sem a marinhagem e outra gente de serviço, 24 mil homens. Depois de ouvir missa e sermão, partiu logo el-rei com toda a armada, chegando a Arzilla a 20 do referido mez d'agosto, já de noite. Reunindo conselho ácerca da fórma do desembarque e do cerco que intentava, ficou resolvido que apenas amanhecesse o conde de Monsanto e o coude de Marialva sahissem em terra, com a gente, que para isso lhes foi ordenada, e quando chegassem á praia, el-rei partisse com toda a sua companhia e cousas precisas para o cerco, de fórma que no mesmo dia se conseguisse que a villa não podesse ser soccorrida, nem d'ella podesse sahir pessoa alguma. Os dois fidalgos disposeram tudo como fôra combinado, e ao romper da manhã chegaram á praia, com barcas, bergantins, e outros navios de remos; mas como o desembarque era aspero, pelo vendaval que se levantara, houve grande lucta, e el-rei antes do tempo marcado, embarcou logo com o principe nos bateis que o estavam esperando, fazendo remar com tanta força, que em breve espaço chegou ao logar do perigo. Sendo visto da armada o que acontecia, toda a gente quiz seguir el-rei, ou nos navios que podiam chegar á praia, ou nos bateis, e assim pelejando todos com a furia das ondas, alcançaram terra, não sem soffrerem grandes perdas, porque se alagou uma galé, e outros navios e bateis; afogando-se mais de 200 homens, em se contavam oito fidalgos. Apenas desembarcado, D. Affonso mandou assentar o seu arraial, e segural-o com cava, bastiões, e outras cousas, que para o tempo e qualidade do logar lhe pareceram necessarias, o que tudo se fez sem os habitantes da villa oppôrem resistencia, apezar de haver muita e boa gente de guerra, como depois se observou nos combates que se deram. El-rei mandou logo atacar a villa com duas bombardas que derrubaram dois lanços de muro em espaço de tres dias successivos. No seguinte, 24 d'agosto, deu-se a graude batalha, em que os portuguezes ficaram victoriosos, apoderando-se da mesquita, em que morreram muitos moiros, tendo a lastimar-se tambem a morte do valente guerreiro conde de Marialva, D. João Coutinho. Faltava conquistar o castello, logar muito forte e bem provido de munições de guerra. El-rei, receando qualquer soccorro que sobreviesse, mandou pôr escadas ao muro, pelas quaes começaram os nossos a subir tão esforçadamente que os moiros descoufiados das suas forças trataram de se recolher ás torres julgando-se ali mais seguros, mas os que entravam impelliam-n'os destemidos para a frente, que poucos podoram recolher-se, pelas portas serem muito estreitas. No pateo do castello, onde estava a maior parte da gente que ali se recolhera, se armou forte peleja, e fôram tautos os mortos e feridos d'uma e d'outra parte, que no pateo se tornou difficil a passagem, sem ser sobre saugue, cadaveres, ou corpos ainda com vida. As portas do castello abriram-se, e entraram então el-rei e o principe, ainda durante o combate. O conde de Monsanto succumbiu na peleja, depois de luctar valorosamente; o principe D. João tambem se houve como um heroe. O numero dos captivos passou de cinco mil. Tomado o castello, D. Affonso dirigiu-se á mesquita, á porta da qual esperava o seu capellão mór e outros da sua capella formados em procissão, cantando hymnos e psalmos, com que fôram para dentro, onde estava o corpo do conde de Marialva, e sobre elle uma cruz; oraram em memoria do triumpho alcançado. Feita a oração, el-rei armou cavalleiro o principe seu filho, precedendo aquelle acto algumas cerimonias então usadas. Em seguida fôram tambem armados cavalleiros muitos que se tinham tornado notaveis. No dia seguinte a mesquita foi consagrada por um dos bispos que estavam presentes, tomando o nome de Nossa Senhora d'Assumpção, para memoria do dia 15 d'agosto, em que el-rei sahira da praia do Restello. Celebrou-se missa pontifical, e em seguida missa de *Requiem* com seu responso, pelas almas dos que tinham sido victimas ua batalha. A conquista d'Arzilla atterrou tanto os infieis, que os de Tanger abandonaram a praça, que se tinha por inconquistavel, e para onde D. Affonso destacou uma força a fomar posse d'ella, indo depois elle em pessoa. Tendo provido a todas as cousas necessarias, deixando o governo e a capitania da cidade a Ruy de Mello, seu guarda-mór, que depois foi agraciado com o titulo de conde d'Olivença, embarcou para o reino, com seu filho D. João, a 17 de setembro, chegando no dia seguinte ao porto de Silves. El-rei renovou tambem o titulo que tinha, ordenando que em suas cartas se escrevesse: D. Affonso por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves, d'áquem e d'além-mar em Africa. Por este facto, D. Affonso V teve na historia o cognome de o *Africano.* Annos mais tarde, em 1508, o governador d'Arzilla foi forçado pelo rei de Fez a recolher-se ao castello, d'onde operou tão longa e porfiada resistencia, que deu tempo a ser soccorrido. El-rei D. Manuel que então estava em Tavira, tencionava ir a Africa, o que não realisou por lhe chegar a tempo a noticia, de que o rei de Fez levantara o cerco que puzera á praça d'Arzilla. Esta importante possessão ficou perdida para Portugal, no reinado de D. João III, pelo tratado de 27 de setembro

de 1549, com o rei de Belez. Arzilla, quando foi tomada aos moiros, era uma das melhores possessões africanas, e a sua prosperidade manteve-se ainda por muito tempo; hoje está reduzida a uma posição insignificante.

Arzilla (*Tomada de*). E' um baixo-relevo entalhado em madeira, por André Coutucci, celebre esculptor florentino que veiu a Portugal por convite de D. João II. O baixo-relevo mede seis palmos, e representa a fortaleza d'Arzilla á beira-mar, e o combate dos portuguezes com os moiros. E' um quadro todo de vida e animação. Consta que foi em tempo doado a um pontifice, tornando-se depois propriedade dos duques de Altemps. Existia ultimamente na galeria d'el-rei D. Fernando, que o tinha adquirido em Roma n'um bazar de raridades antigas.

Arzilla. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. de Coimbra; 476 hab. e 82 fogos. A pov. dista 11 k. da séde de conc. Antigamente era do conc. de Penella. Está situada n'um monte, d'onde se vê o castello de Montemór-o-Velho e muitas povoações. Foi couto e é terra muito fertil. Os seus donatarios fôram os condes d'Obidos, que apresentavam os priores, que tinham de rendimento 60$000 réis. Arzilla pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e de reserva n.º 23, com a séde em Coimbra.

Ascenção (*Antonio de*). Cirurgião pela Escola de Lisboa. Nasceu em Faro, em 1804. Apenas se sabe que publicou em Lisboa, em 1828, a these que defendeu, intitulada: *O tumor e fistula das vias lacrimaes*.

Ascenção (*Fr. Arsenio da*). Agostiniano descalço, grande theologo. Nasceu em Torres Novas, no anno de 1600; fal. em Florença a 29 de fevereiro de 1648. Era filho de Pedro Dias e de Beatriz Mendes. Sendo já graduado com as insignias doutoraes na faculdade de direito civil, partiu para Italia e ali se recolheu na religião dos agostinhos descalços, a 12 de maio de 1619. Feita a profissão solemne, estudou theologia, em que se tornou eminente. Pela sua reconhecida capacidade, occupou os maiores logares na religião, sendo definidor, procurador geral, e provincial da provincia romana, em 1631. Foi prégador de D. Fernando II, duque de Florença, e seu conselheiro, tornando-se o medianeiro da composição d'este principe com o papa Urbano VIII, que por lhe ser muito affecto, o fez da congregação da Visita Apostolica, não recebendo menores considerações d.s cardeaes e mais prelados da curia. Fundou o convento de Florença, em 1636, dedicado a Santo Agostinho e Santa Christina, em homenagem da duqueza de Florença, Christina de Lorena, que lhe alcançou faculdade para esta fundação. Escreveu em italiano: *La Vita dell'ammirabile Servio di Dio Fra Giovanni di S. Guglielmo Agostiniano exalciato;* houve duas edições, em 1629 e em 1630; *Vita di Soror Domenica del Paradiso;* foi impressa depois da morte do autor, por um religioso dominico. Ficou em manuscripta a seguinte obra: *Historia do concilio Tridentino.*

Ascenção (*Fr. Bento de*). Monge benedictino, doutor em theologia pela Universidade de Coimbra, e abbade do convento de Pombeiro. N. em Arrifana de Sousa, hoje Penafiel, em 1675, fal. a 14 de janeiro de 1728. Era filho de Diogo d'Almeida e Catharina de Lemos, pessoas nobres. Vestiu a cogula monastica no convento de S. Martinho de Tibães a 24 de maio de 1693. Foi tal o progresso que fez nos estudos theologicos, que entrou na Universidade de Coimbra, no numero dos doutores d'aquella faculdade. Por duas vezes foi abbade do convento do Pombeiro; a primeira em 1719 e a segunda em 1724. Visitou a sua corporação com toda a prudencia e integridade. Escreveu: *Vida e martyrio da insigne virgem e martyr prodigiosa Sancta Quiteria, infanta de Portugal, no monte de Pombeiro Interamnense*, Lisboa, 1722; esta obra foi reimpressa no Porto em 1855, com o seguinto titulo: *Vida e martyrio da insigne virgem e martyr prodigiosa Sancta Quiteria, serenissima infanta de Portugal no monte de Pombeiro, pelo Dr. Fr. Bento da Ascenção, impressa em Lisboa no anno de 1722; mandada reimprimir, e offerecida aos mezarios da confraria do Coração de Maria, da villa de Felgueiras, pelo P. José Joaquim Alvares de Moura, de Celorico de Basto*; tem uma dedicatoria e prologo do editor, e uma pequena nota do mesmo ao capitulo 6.º, em que promette publicar um catalogo dos milagres da santa, com as suas circumstancias; *Novena da insigne e gloriosa Virgem Sancta Quiteria Serenissima Infanta, e Protomartyr de Portugal no monte de Pombeiro Interamnense, ou em outro qualquer lugar, que o seu devoto a quizer fazer*, Lisboa, 1727.

Ascenção (*Fr. Dionysio de*). Presbytero. N. em Manteigas, em 1640, e morreu no convento do Bussaco, a 16 de julho de 1707. Esteve trinta annos n'este convento, sem nunca de lá sahir, obstinando-se em viver na sua solidão. Foi prior, e tratava apenas das suas preces, e de aperfeiçoar o relogio do convento, sendo considerado bom relojoeiro.

Ascenção (*Fr. Gaspar da*). Theologo notavel, da ordem de S. Domingos. Sendo confessor do conselheiro de estado, D. Affonso de Noronha, que com outros fidalgos partiu na armada que em 1624 sahiu de Portugal, com destino ao Brazil, para reconquistar a Bahia do poder dos hollandezes. No dia 5 de maio de 1625 celebrou se esta triumphante victoria, na cathedral da Bahia, com festivas demonstrações, sendo Fr. Gaspar d'Ascenção o escolhido para prégar o sermão, o qual foi publicado: *Sermão na Sé da Bahia de Todos os Santos, na cidade de Salvador, na primeira missa que se disse quando se derão as primeiras graças publicas entrada a cidade pela vitoria alcançada dos olandezes a 5 de Mayo de 1625*, Lisboa, sem anno de impressão, mas as licenças são d'este anno.

Ascenção (*Fr. João de*). Carmelita descalço. N. na freg. de S. Romão da Neiva, distr de Vianna do Castello, a 26 d'outubro de 1787, falleceu em Braga a 16 de março de 1861, com a fama de santo. Tinha 16 annos de edade quando entrou na ordem dos religiosos carmelitas descalço, e depois de completo o tempo canonico do noviciado, professou em 1804, no convento dos Remedios, de Lisboa. Foi d'ali mandado para o convento do Carmo, do Porto, pelos prelados da sua ordem, que então era a casa dos recem professos, educados conforme os decretos pontificios na perfeição da disciplina religiosa *sub disciplina magistri*. Esteve até outubro de 1805 n'este convento, em que os religiosos tinham a

obrigação de ir para o côro á meia noite rezar ou cantar os louvores divinos das horas canonicas de matinas e laudes. Foi depois mandado para o collegio de philosophia no convento do Carmo em Figueiró dos Vinhos. Em 1808 veiu para o convento e collegio do Carmo, de Lisboa, onde estudou theologia dogmatica até 1811, e depois a moral até 1814. No terceiro anno do curso ordenou-se sacerdote, e cantou solemnemente a sua primeira missa na egreja do referido convento, em 27 de dezembro de 1810. Pouco depois de ter concluido o curso de nove annos, foi nomeado presidente de conferencias moraes e mandado para o convento dos Remedios, d'Evora. Em 1818 foi eleito substituto para o collegio de S. João da Cruz de Carnide. Em 1820 o definitorio geral da ordem o elegeu lente de theologia dogmatica, e deu-lhe ordem de ir para o collegio de S. José, de Coimbra, onde esteve durante seis annos. No capitulo geral celebrado em 1826, fr. João foi nomeado prior do collegio de Carnide. No fim do triennio do seu governo, em 1829, fr. João, por mandado do prior geral, prégou na abertura do capitulo geral no convento dos Remedios, de Lisboa, causando admiração aos prelados da ordem, que se haviam reunido na egreja, para o ouvirem. Em outubro d'este mesmo anno foi ler theologia moral no convento e collegio dos Remedios, d'Evora, e no fim do triennio, em 1832, tornou novamente a ser eleito pelo capitulo geral prior do collegio de Carnide, onde se conservou até á extincção dos conventos em 1834. Apezar da sua vida ser sempre das mais humildes, era respeitado por muitos personagens illustres, ministros de estado, e prelados da egreja. E foi assim que em março de 1833 teve a nomeação de bispo de Gôa, primaz do Oriente, estando ainda no poder o governo de D. Miguel. O aviso d'esta mercê fez-lhe o effeito d'um raio, que muito o assombrou e aterrou, e pediu para se recusar a acceitar esta dignidade. Então, no fim de muitas angustias e trabalhos, recolheu-se á terra da sua naturalidade, sem despir o habito da ordem que professara. A sua constancia em trazer sempre o habito, deu logar a que soffresse incommodos e perseguições, até ao excesso de ser preso, mas depressa recuperou a liberdade, por ser reconhecido innocente. No anno de 1839, fr. João retirou-se para Braga, onde o conego José Maria d'Oliveira e Silva, antigo amigo dos frades carmelitas, o recolheu em sua casa, soccorrendo-o e beneficiando-o. Mais de 14 annos se conservou fr. João em casa do conego Oliveira e Silva. Em 1853, foi então para a de fr. Custodio Jesus Vieira Lopes, tambem carmelita, o qual tambem o recebeu carinhosamente. Sendo fr. Custodio promovido a parocho, sahiu de Braga, e fr. João recolheu-se em casa d'uma boa familia, onde o soccorreram e trataram até ao seu fallecimento. No total desapego das cousas terrestres, e na constante observancia do voto de pobreza religiosa, foi um verdadeiro imitador dos primitivos monges do monte Carmelo. Ainda que mestre e prelado, nunca teve para seu uso particular mais que o habito, a roupa interior que trazia vestida, e a com que se cobria no leito; nunca teve outro livro, que não fosse o breviario. Por isso, quando se transportava d'um convento para e outro, a sua bagagem era apenas uma tunica ou camisa de sarja, umas sandalias, o breviario e as disciplinas. Depois que se viu obrigado a sahir do convento, vivia da esmola da missa, e de esmolas que lhe davam pessoas que d'elle se compadeciam, mas a que elle muitas vezes se recusava. Fr. João d'Ascenção era tambem conhecido por fr. *João da Neiva;* deixou impresso o seguinte opusculo: *Compendio de indulgencias e graças que ganham os irmãos e confrades de Nossa Senhora do Carmo, confirmadas pelo pontifice Innocencio VI*, Braga, 1849. Sahiu sem o seu nome.

Ascenção *(Fr. Julião da).* Carmelita descalço e theologo. Nat. de Lisboa, fal. no convento de Cascaes, no primeiro d'abril de 1699. Era filho de João Lopes e Maria do Loureiro. Nos primeiros annos mostrou logo muito talento e capacidade para as sciencias. Recebeu o habito de carmelita descalço no convento dos Remedios, de Lisboa, a 11 de maio de 1673. Dictou philosophia no collegio de Figueiró, e theologia no de Coimbra, em que se tornou distincto. Foi dos grandes prégadores que existiram no seu tempo, prégando muitas vezes na capella real. Escreveu: *Censura in qua resoluitur Regularem in una Diœcesi tantummodò approbatum posse in quacumque etsi in ea ab Episcopo approbatus non fuerit, virtute Cruciatæ in Confessorem eligi; Censura super Quæstionem; an possint Regulares omnes utriusque sexùs virtute Bullæ Cruciatæ eligire Confessorem exterum Regularem, vel sæcularem à suo ordinario approbatum, qui eos ab omnibus peccatis, tam suis Prœlatis, quám Summo Pontifici reservatis toties quoties absoluat?* Em manuscripto deixou o seguinte: *Ordo Judicialis Religiosorum.*

Ascenção *(D. Luiz da).* Conego regrante de Santo Agostinho, doutor em theologia pela Universidade de Coimbra, e notavel prégador. Nat. de Lisboa; fal. a 20 de setembro de 1693. Era filho illegitimo do 1.º conde d'Oriola e 7.º barão d'Alvito. Mostrando desde creança grande intelligencia e propensão para a vida religiosa, deixou a casa paterna, e recebeu o habito dos conegos regulares de Santo Agostinho no convento de Grijó, a 10 d'abril de 1654, onde, estudando as sciencias severas, se distinguiu com tal excesso dos seus condiscipulos, que antes de ser mestre, já o parecia ser. Doutorou-se em 1663 Foi prégador de D. Pedro II, visitador da sua congregação, vigario do convento de Santa Cruz de Coimbra, e vice-cancellario da Universidade. Escreveu: *Sermão na sexta feira de Lazaro em a Casa da Misericordia de Coimbra*, Coimbra, 1672; *Sermão na profissão de huma Religiosa de S. Bento*, Coimbra, 1672; estes dois sermões fôram traduzidos em hespanhol por D. Estevan de Aguilar y Zuniga, deão da collegiada de Escalona, Madrid, 1679; *Sermão do Mandato*, Coimbra, 1673; *Sermão do Mandato prégado na Misericordia de Lisboa*, Coimbra, 1677; *Sermão da Soledade da Virgem Santissima Senhora Nossa*, Coimbra, 1676; *Sermão das Exequias da Excellentissima senhora D. Bernarda Caetana Lobo, Condessa de Oriola, Baroneza de Alvito, em 28 de Maio de 1687*, Lisboa, 1688; *Sermão na primeira Dominga do Advento na Capella Real*, Lisboa, 1689; *Sermão da Cinza prégado na Capella Real*, Coimbra, 1701. Estes sermões fôram colligidos em dois tomos pelo prior e mais conegos do mosteiro de S. Vicente de Fóra, e offerecidos a elrei D. João V, sendo publicados em Coimbra, o 1.º tomo em 1730 e o 2.º em 1731.

Ascenção *(Fr. Luiz).* Presbytero. Nasceu em Santarem em 1579, fal. a 28 d'abril de 1669. Era descendente de familia nobre. Professou no convento de Santa Maria d'Arrabida, onde foi eleito mestre dos noviços. Homem de singular virtude e acerrimo zelador da pobreza evangelica, poucos foram os conventos que o não tiveram por prelado: duas vezes foi definidor e uma provincial, sendo eleito a 4 de dezembro de 1649. Deixou o seguinte livro em manuscripto: *Noticias da fundação e progressos da Provincia de Santa Maria d'Arrabida.*

Ascenção *(Fr. Manuel da).* Monge benedictino, doutor em theologia e lente na Universidade de Coimbra. N. em Arrifana de Sousa, hoje cidade de Penafiel, e falleceu em Coimbra a 21 de novembro de 1665. Era filho de Fernão Pires e de Anna Thomé Barbosa; professou no convento de Santo André de Rendufe a 4 de maio de 1617. Aprendidas as faculdades escolasticas com grande desvelo, as ensinou com maior applauso aos seus domesticos, e depois de receber as insignias doutoraes na Universidade, a illustrou com seu magisterio nas cadeiras de Gabriel, em que foi provido a 17 de janeiro de 1654, de Durando em 23 de março de 1658; e de Vespera em 4 de janeiro de 1664. Foi qualificador do Santo Officio, e abbade do Collegio de Coimbra, oude falleceu. Deixou a seguinte obra, escripta juntamente com fr. Pedro de Menezes (V. *este nome): Ceremonial da congregação dos monges negros da ordem do patriarcha S. Bento do reino de Portugal; novamente reformado e apurado por mandado do capitulo pleno, sendo reverendissimo geral da dita congregação o dr. fr. Antonio Carneiro, lente jubilado em a sagrada theologia; Foram intendentes n'esta obra os padres mestres fr. Manuel da Ascenção e fr. Pedro de Menezes, monges da mesma ordem*, Coimbra, 1647. Escreveu tambem: *Compendio de exercicios espirituaes para todas as pessoas, que deveras se querem entregar a Deus, principalmente para religiosos, recopilado de hum livro chamado excitatorio espiritual composto por o muito R. P. Fr. Garcia de Cisneros Abbade que foy de N. Senhora de Monserrate da ordem do nosso glorioso Patriarcha S. Bento, traduzido do latim e hespanhol em portuguez, accrescentado e reduzido a forma distincta. Accrescentão-se a esta obra alguns exercicios quotidianos para certas horas do dia, e os sinaes de que os Monges custumão, e devem usar para mayor observancia do Summo silencio*, Coimbra, 1654. Houve mais duas edições, tambem em Coimbra, em 1692 e 1715; *De Incarnatione Divini Verbi Trinidad; Tractatus de Scientia Dei; Voluntate Dei; Prædestinatione; Angelis; Actibus humanis.* Estes tratados conservavam-se em manuscripto no collegio de Coimbra.

Ascenção *(Fr. Manuel da).* Monge benedictino, natural d'Arrifaua de Sousa, hoje Penafiel, onde nasceu a 25 de maio de 1691; fal. no Porto. Era filho de Fernando da Cunha e de Anna da Rocha Freire. Recebeu a cogula benedictina no convento de Tibães no primeiro de março de 1709, e fez taes progressos nas sciencias escolasticas, que se doutorou em theologia na Universidade de Coimbra. Foi dom abbade no convento de Lisboa, no anno de 1730, e chronista da ordem, cargo para que foi eleito em 1737. Escreveu: *Sermão de canonisação dos sanctos Luiz Gonzaga e Estanislau Koska da Companhia de Jesus no Collegio de S. Lourenço dos Religiosos da mesma Companhia de Jesus da Cidade do Porto a 15 de agosto de 1727;* Coimbra, 1728.

Ascenção *(Fr. Marcelliano da).* Monge benedictino, chronista e prégador geral da sua ordem, etc. N. em Braga a 25 d'abril de 1692, fal. depois do anno de 1760. Era filho de Antonio Ribeiro da Silva e de Natalia de Sá e Sotto Maior. Tinha 17 annos de edade quando vestiu a cogula monachal de S. Bento no convento de S. Martinho de Tibães, a 15 de janeiro de 1709, onde estudou as sciencias severas com muita applicação e estava prestes a ser graduado com o grau de doutor na Universidade de Coimbra, de que desistiu por motivos particulares. Sendo prégador geral e examinador das tres ordens militares, applicou todo o seu estudo para a historia ecclesiastica, principalmente da sua religião. Escreveu: *Antiologia cataeritica e apocatastasis da verdade Benedictina*, Madrid, 1738; é uma das composições que deu logar a grande coutenda entre frades benedictinos e jerouymos; *Vida do glorioso S. Bento, Pay de todos os Monges, Mestre, e Legislador da Cenobitica vida Monastica, e Principe de todos os Patriarchas*, Lisboa, 1737; *Epitome da vida do glorioso Santo Amaro, monge benedictino*, Coimbra, 1748; *Epitome da vida do glorioso S. Placido, primeiro martyr benedictino*, Coimbra 1752; *Bibliotheca Benedictina Lusitana*, Coimbra, 1752, em manuscripto; *Arvore Genealogica dos Duques de Borgonha, desde o seu tronco até D. João V de Portugal, e Filippe V de Castella, e Carlos VI, Emperador da Alemanha; Arvore Genealogica dos Duques de Flandres, desde seu Chefe até o Emperador Carlos VI, D. João V de Portugal, e Filippe V de Castella; Cathalogo Chronologico dos Duques de Veneza, desde o primeiro que aquella Republica elegeu até o Duque Reinante; Milagres que S. Bento fez por algumas Imagens suas veneradas em Portugal.*

Ascenção *(D. Fr. Sebastião da).* Bispo de Cabo Verde, successor de D. Luiz Pereira. Foi sagrado em Lisboa, em 1611. Na sua diocese, para oude partiu em seguida, deu provas de zelo, procurando reformar constantemente os costumes, e fazendo numerosas visitas ás ilhas e á parte do continente sujeita á sua jurisdicção ecclesiastica. Fal. em 1614, sob suspeitas de ter sido envenenado pelos inimigos que lhe grangeara a sua austeridade e o seu zelo.

Ascenção *(Simão Nunes da).* Theologo illustre, nat. d'Aviz, que viveu no seculo XVI. Deixou a patria, e passando á Hespanha, vestiu o habito da ordem da Trindade, na provincia d'Andaluzia; estudou theologia na Universidade de Ossuna, onde se doutorou n'esta faculdade e fez parte do corpo cathedratico. Escreveu: *De mistica cruce Ordinis Santissimæ Trinitatis*; ficou em manuscripto.

Ascenção *(Fr. Theotonio da).* Conego regrante de Santo Agostinho, nat. do Rio de Janeiro; fal. em Lisboa a 17 de maio de 1685. Era filho de Jacinto Pereira e de D. Thomazia de Medina. Recebeu o habito de conego regrante de Santo Agostinho no convento de Santa Cruz de Coimbra, a 13 de maio de 1646. Frequentou os estudos com dedicação, tornando-se grande letrado e prégador. Na arte musical tambem mereceu um distincto logar, tanto em cantor como em compo-

sitor. Sendo eleito bispo da Bahia o conego regrante D. Estevão dos Santos, acompanhou este prelado, assistindo-lhe sempre até á sua morte. Fr. Theotonio d'Ascenção falleceu no convento de S. Simão, á Junqueira. Escreveu a seguinte obra que ficou manuscripta: *Vida de S. Theotonio, primeiro prelado de Santa Cruz, illustrada com varios trechos da sagrada Escriptura*.

Ascenção. Pov. da freg. de S. Martinho de Medello, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Ascenção *(Ilha da)*. Acha-se situada no Oceano Atlantico. Affirma-se que foi descoberta em 1501 por João da Nova, ao serviço de Portugal. Demora a 600 k. da costa da provincia do Espirito Santo, a 20.° 38' latitude sul. Pertence hoje ao Brazil, com o nome de Trindade, por arbitragem de Portugal, na questão de posse com a Inglaterra. || Pequena ilha no Oceano Atlantico, entre a Africa e a America do Sul, a 1:200 k. ao noroeste da ilha de Santa Helena. Mede 8 k. de largura sobre 13 de comprimento. Foi descoberta em 1508 por Tristão da Cunha na sua volta de Moçambique para Portugal, e avistada no dia da Ascenção, circumstancia que lhe deu o nome. Teve foral dado por D. João III a 24 de agosto de 1539. Em 1815 tomou posse d'ella a Inglaterra, por occasião de Napoleão I ser desterrado para Santa Helena.

Ascenção Machado *(Alfredo d')*. Architecto e esculptor pela Escola de Bellas Artes de Lisboa, onde foi discipulo de José Luiz Monteiro e Victor Bastos; conductor d'obras publicas e minas pelo Instituto Industrial e Commercial de Lisboa. Nasceu a 21 de maio de 1857. Ao serviço da camara municipal de Lisboa desde 1881, desempenha ali actualmente o cargo de architecto de 1.ª classe. Entre outros trabalhos deve-se-lhe o magnifico palacete do fallecido dr. Barata Salgueiro, na Avenida da Liberdade, os armazens Grandella, na rua do Ouro, o asylo das Irmãsinhas dos pobres em Campolide e outros edificios particulares em Lisboa e nas provincias. É um dos directores da Sociedade dos Architectos Portuguezes.

Alfredo d'Ascenção Machado

Ascenção e Oliveira *(Antonio da)*. Conego da egreja cathedral da Guarda. Escreveu: *Compendio theologico para uso dos novos confessores, em que se trata da justiça e direito das cousas, modo de adquirir dominio, contratos e restituição segundo as leis patrias, direito da natureza, e canones*, tomo I, Lisboa, 1819. Não consta que sahisse a continuação d'esta obra.

Ascenção Valdez *(José Joaquim de)*. Thesoureiro da Inspecção Geral e official chefe da secção de contabilidade das Bibliothecas e Archivos Nacionaes; etc. N. em Lisboa a 5 de maio de 1842. E' filho de Joaquim Athanasio Miguel dos Santos Valdez e de D. Marianna Justina da Conceição. Tem o curso da Escola do Commercio, e alguns dos preparatorios que se exigiam para a matricula na Escola Polytechnica. Desde muito novo, dedicou-se ao estudo da historia e da archeologia. Foi empregado no commercio, e no anno de 1879 entrou na Bibliotheca Nacional de Lisboa como escripturario dos catalogos, exercendo depois interinamente as funcções de primeiro e segundo official, e de secretario. Foi decreto de 29 de dezembro de 1887 foi nomeado thesoureiro da Inspecção Geral das Bibliothecas e Archivos, e por decreto de 24 de dezembro de 1901 foi collocado como official chefe da secção de contabilidade das Bibliothecas e Archivos Nacionaes. Por portaria especial, de 3 de fevereiro de 1902, teve a nomeação de vogal do *Conselho Administrativo* das referidas bibliothecas e archivos. Escreveu um parecer sobre *Legislação respectiva*, para os concursos publicos de provimento de logares vagos de segundos conservadores dos quadros do Real Archivo da Torre do Tombo e da Bibliotheca Nacional de Lisboa. Este parecer foi publicado em Coimbra, em 1903. E' precedido da seguinte declaração: «Em sessão do Conselho Administrativo das Bibliothecas e Archivos Nacionaes de 14 d'agosto de 1902, o inspector das bibliothecas e archivos, presidente, no impedimento do Conselheiro Bibliothecario-mór do Reino incumbiu o vogal José Joaquim d'Ascenção Valdez de proceder ao exame dos documentos apresentados pelos quatro requerentes ao concurso dos dois logares vagos de segundos conservadores do Real Archivo da Torre do Tombo e de redigir o seu parecer sobre o assumpto. O parecer, redigido no officio que se segue, foi apresentado na sessão de 4 de setembro ao Conselho Administrativo das Bibliothecas e Archivos Nacionaes, que unanimemente o approvou. E sendo depois submettido em consulta ao Excellentissimo Conselheiro Procurador Geral da Corôa e Fazenda, foi ratificado em sua decisão de 11 de novembro de 1902.» O sr. Ascenção Valdez é socio effectivo da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, onde tem exercido os cargos de secretario da meza da assembléa geral e secretario da secção archeologica, e conservador do Museu Archeologico do Carmo. E' tambem socio da Sociedade de Geographia de Lisboa e da sociedade litteraria *Almeida Garrett*, em que é segundo secretario do conselho director; correspondente do Instituto de Coimbra, da Associação Artistico-Archeologica de Barcelona, do Conselho Heraldico de França e do Instituto Heraldico de Roma. Foi um dos fundadores e redactores da *Gazeta familiar*, publicada em 1861, e da *Censura*, em 1864. E' auctor dos seguintes trabalhos: *Restauração de Portugal, opusculo extrahido de varios auctores*, Lisboa, 1861; 8.° de 30 pag., dedicado a Henrique Luiz Feijó da Costa, joven e esperançoso escriptor, que falleceu a 12 de março de 1864, contando apenas 21 annos de edade; sahiu segunda edição, tambem em Lisboa, em 1863, dedicada ao professor João Felix Pereira; *A Custodia de Belem*, carta inserta no *Jornal do Commercio*, n.° 4:227, de 27 de novembro de 1867; *Noticia historica e descriptiva da antiga villa* (hoje logar) *de Pontevel*, Lisboa, 1874, 8.° de 64 pag.; este trabalho foi publicado com alguns addiccionamentos, no *Seculo* de 22 de setembro de 1901; *Apontamentos historicos, recopilação de varios artigos*,

Lisboa, 1893, 8.º; *Algumas noticias para a descripção historica dos logares de Alcainça, Malveira e Carrasqueira do concelho de Mafra,* Lisboa, 1897, 8.º, 1 vol; as noticias d'Alcainça e Carrasqueira fôram primeiramente publicadas no *Boletim da Real Associação dos Architectos e Archeologos; Memoria topographica da antiga Lisboa — as ruas de João do Outeiro e de D. Gil Eannes,* Lisboa, 1903, *separata do Archeologo Portuguez,* tomo VIII, n.º 1. *Monumentos archeologicos de Chellas; apontamentos para o catalogo descriptivo dos existentes no museu do Carmo,* Lisboa, 1898; 1 folheto com illustrações; foi tambem publicado no *Boletim da Real Associação dos Architectos.* No *Instituto de Coimbra* anda em publicação o seguinte estudo: *Breves memorias para a historia e descripção de Ois do Bairro, no concelho d'Anadia.* Por occasião das festas do 4.º centenario do descobrimento do caminho da India, em 1898, tambem inseriu no *Boletim da Sociedade de Geographia* de Lisboa, serie 16.ª, n.º 11 o seguinte trabalho: *El-Rei D. Manuel e os Navegadores, recordação historica pelas conquistas e navegação á India.*

Ascenção Antunes *(Casal de).* Na freg. de N. S.ª do Pranto, de Dornes, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Ascendente. O progenitor, aquelle de quem se descende por linha recta, como pae, ou qualquer dos avós. Usa se geralmente no plural. ‖ *Linha ascendente,* em genealogia, é aquella de que se descende ou procede em direitura.

Asceta. O que faz vida ascetica, dedicando-se aos exercicios e praticas de devoção.

Ascetico. Denominação bibliographica que se dá aos livros de theologia mystica, ou escriptos que encerram exercicios espirituaes, bem como os *Asceticos* ou tratado de devoção de S. Basilio, bispo de Cesarea.

Ascúma ou **ascúnha.** Arma antiga; lança pequena de arremesso.

Ascripticio. O que era obrigado a morar e a cultivar alguma herdade ou casal, como se encontra nas Ordenações Manuelinas, L. 2 T. 46 e Filippinas, L. 4. T. 42.

Asfamil. Pov. na freg. de N. S.ª de Belem, de Rio de Mouro, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Asia. Uma das cinco divisões do mundo, occupando a parte oriental do antigo continente. É banhada ao norte pelo Oceano Arctico, a éste pelo Oceano Pacifico, ao sul pelo Oceano Indico. Tem por limites ao occidente a Europa, o Mar Vermelho e o canal de Suez. Por muitos seculos a Asia permaneceu quasi desconhecida para as nações da Europa, não obstante terem os gregos explorado parte d'este continente e os romanos feito conquistas ao norte. Do seculo XIII ao XV os viajantes e os exploradores escrevem algumas relações sobre a parte oriental da Asia, que no ultimo seculo deixa de ser completamente desconhecida. Estava, porém, reservada para os portuguezes a gloria de abrir de par em par as portas do Oriente e descerrar á sciencia e ao commercio essas regiões, rasgando entre a Europa e a Asia um novo caminho, e levando a conquista e a civilisação até aos confins dos mares da China. O seculo XV encerrou-se brilhantemente com o descobrimento do caminho maritimo para a India. Em 1498, Vasco da Gama, depois de passar além do Cabo da Boa Esperança, e de correr os perigos de uma trabalhosa viagem, chegava finalmente á India no dia 20 de maio, vendo assim coroados todos os seus trabalhos e esforços heroicos. Desde então os portuguezes percorreram e exploraram quasi todo o continente asiatico, deixando por toda a parte assignalada a sua passagem. Em 1500, Pedro Alvares Cabral fundou a primeira feitoria em Calicut, e depois outra em Cochim. Vasco da Gama, voltando á India em 1502, trouxe para Portugal o ouro do tributo do rei de Quiloa, e com o qual se lavrou a custodia de Belem. Em 1503 começou Affonso de Albuquerque a construir uma pequena fortaleza em Cochim, e depois estabeleceu uma fortaleza em Coulão. Estevão da Gama aportava no mesmo anno ás ilhas Laquedivas. Em 1504 um punhado de portuguezes, ás ordens do valoroso Duarte Pacheco, e ajudados por um pequeno exercito do rei de Cochim, fez frente e poz em fuga um exercito numeroso do rei de Calicut. Em 1505, fundou D. Francisco de Almeida uma fortaleza na ilha de Angediva, derrotou uma poderosa armada do rei de Calicut, espalhando o terror em toda a costa do Malabar e conseguiu a construcção de fortalezas em Cochim e Cananor. Com o fim de aniquilar o commercio dos arabes, Affonso de Albuquerque percorreu em 1507 as costas da Arabia, tomou Curiate, saqueou Mascate, rendeu Ormuz, onde erigiu uma fortaleza. Em 1510 Gôa e Malaca cahiam em poder do grande conquistador. Assim se ia constituindo o imperio portuguez no Oriente, sonhado por Albuquerque, o qual envia embaixadores a Sião e Pegu, estabelece relações com a China e Java, e manda explorar as ilhas Molucas. Em 1516, Duarte Coelho descobre a Cochinchina. No anno seguinte Fernão Peres d'Andrade percorre as costas da China, apresentando-se em frente de Cantão com a primeira armada europea que sulcara os mares d'aquelle imperio. D. João da Silveira corre a costa de Coromandel e chega ás boccas do Ganges; Lopo Soares constroe em Colombo, na ilha de Ceylão, uma fortaleza. No anno de 1522 funda-se uma feitoria perto de Meliapor, na costa de Coromandel. Em 1530 Antonio da Silveira corre as costas de Cambaia, incendiando ou arrazando Bombaim, Damão, Surrate e outras povoações. No anno de 1536 concluia-se a fortaleza de Diu, que depois foi theatro de heroicas façanhas dos portuguezes, sendo em 1538 cingida em apertado cerco, assignalando-se notavelmente na defeza Antonio da Silveira e mais portuguezes que ali estavam. Attingiu então Portugal o apogeu do seu dominio na Asia Oriental. O segundo cerco de Diu e D. João de Castro são os pontos mais brilhantes da nossa grandeza, que não tardou a declinar. Nos mares da China e do Japão alargava-se, entretanto, a influencia e o commercio de Portugal. S. Francisco Xavier levava o christianismo ao Japão, e deixava no Oriente um nome que ainda hoje é ali venerado. Em 1557 fundou-se o estabelecimento de Macau, que fôra precedido pelos de Liampó e Chincheo. As missões iniciadas por S. Francisco Xavier alargavam a influencia do christianismo e com ella a do nome portuguez, penetrando por toda a Asia e deixando em Sião, no Pegu e no Cambodge, como haviam deixado na China e no Japão, os vestigios da civilisação portugueza. O commercio do Oriente adquirira uma importancia enorme para Portugal, que, desde o

descobrimento do caminho para a India, tivera sempre em vista monopolisar esse commercio, destruindo o poderio d'outras nações que, com o mesmo fito, nos faziam terrivel opposição. Mas era impossivel manter por muito tempo tão dilatados dominios. Lisboa tornara-se o emporio de toda a Europa. As naus que voltavam do Oriente vinham carregadas de mercadorias, estofos preciosos, joias finas e abundantes especiarias. Eram o cravo das Molucas, a noz e a massa de Banda, a pimenta e o gengibre do Malabar, a canella de Ceylão, o ambar das Maldivas, o benjoim do Achem; as tecas e coiramas de Cochim; o anil de Cambaia e Quirimba; o pau de Solor; o sandalo, os damascos, o almiscar, as louças; as alcatifas da Persia, estofos de Bengala; as pérolas de Kalekar, os diamantes de Narsinga, os rubis de Pegu; ouro de Sumatra e de Lequio, prata do Japão e porcelana da China; etc. Com tão variados productos se deslumbrava a Europa, e com ella o proprio Portugal, que se não apercebia do abysmo onde deviam desapparecer esses esplendores. Ainda em 1569 se renderam ás armas portuguezas Onor e Barçalor, no Malabar, e em 1580 o rei de Ceylão doava os seus estados ao rei de Portugal. N'um ou n'outro ponto levantavam-se fortalezas e faziam-se explorações importantes pelo interior da Asia, deixando os viajantes portuguezes interessantes narrativas e descripções das suas viagens. O commercio portuguez da Asia fez-se nos primeiros tempos por meio das armadas que se expediam de Lisboa; e não podendo fazer-se d'este modo o das colonias nas outras partes do mundo se estabeleceram as armadas ordinarias e os comboios, para o protegerem. José Accursio das Neves, nas suas *Variedades sobre objectos relativos ás artes, commercio e manufacturas*, Lisboa, 1814, offerece no capitulo *Observações sobre o commercio da Asia* interessantes esclarecimentos historicos e economicos, indispensaveis para o estudo das nossas relações mercantis com a Asia. Não foi sem rudes combates que os hollandezes e os inglezes nos disputaram o commercio e o dominio no Oriente, para cuja queda contribuiram os desregramentos d'uns, as temeridades d'outros, as crueldades e a avareza de muitos. A primeira perda foi Ormuz, tomada pelos inglezes e persas em 1622. Em 1634 perdia-se Mombaça, e em 1634 caía Malaca em poder dos hollandezes, os quaes em 1656, depois de porfiado cerco, tomaram a fortaleza e cidade de Colombo na ilha de Ceylão. Successivamente Portugal foi desapossado de Negapatão, na costa de Coromandel, Coulão, Cranganor, Cochim e Cananor. Bombaim passava ao poder dos inglezes em 1666. Nos fins do seculo XVII restavam a Portugal, do seu vastissimo dominio na Asia, apenas a ilha de Gôa, Salsete e Bardez, fortalezas de Chaul e Morro; Baçaim, Manorá, Caranjá, Asserini e Taná; Damão, terras e forte de S. Jeronymo, Diu e o forte da barra; fortaleza das Brotas e ilha de Angediva; feitorias de Mangalor e Calicut; Bender-Congo, na Persia, e Macau. Actualmente as possessões de Portugal na Asia são o Estado da India, comprehendendo as *Velhas* e *Novas Conquistas* e os districtos de Damão e Diu, com as suas dependencias na costa de Guzerate; Macau, na China, comprehendendo a peninsula do mesmo nome e as suas dependencias na costa oriental da Asia.

Asia Portugueza. Obra posthuma de Manuel de Faria e Sousa. Comprehendia 3 tomos. O primeiro foi impresso em Lisboa por Henrique Valente de Oliveira, em 1666, e contém a historia da India desde o seu descobrimento até 1538. O tomo segundo foi impresso em 1674 por Antonio Craesbeck de Mello, e contém os successos dos annos de 1538 a 1581. O tomo terceiro, pelo mesmo impressor, sahiu em 1675 e abrange os successos occorridos no tempo da dominação castelhana. Tendo Faria e Sousa fallecido em Madrid a 3 de junho de 1649, começou a *Asia Portugueza* a sair á luz em Lisboa por diligencias de seu filho, o capitão Pedro de Faria e Sousa, obtendo privilegio para a publicação por alvará de 8 de agosto de 1667. Suspendendo-se, porém, a publicação no primeiro tomo, só continuou alguns annos depois e por virtude de novo e differente privilegio, conferido ao proprio impressor Antonio Craesbeck de Mello. O tomo I da primeira edição é, segundo os bibliographos, inquestionavelmente preferivel ao da segunda, tendo a mais do que esta um frontispicio gravado a buril, e onze plantas das cidades, praças e fortalezas seguintes: ilha de Santa Helena, Cochim, Quiloa, Cananor, Sofala, Goa, Malaca, Ormuz, Chaul, Baçaim e Diu. No tomo II ha as das fortalezas de Damão, Menar, Mangalor, Onor, etc. Os tres tomos da *Asia* conteem tambem intercalados os retratos dos vice-reis e governadores da India, mas não offerecem confiança alguma.

Asia Portugueza *(Companhia da)*. Companhia fundada em 1753, tendo por base as concessões feitas a Feliciano Velho Oldemberg, por decreto de 16 de março do referido anno. Por este decreto fôra dada licença ao concessionario para mandar a sua nau *Nossa Senhora do Bom Despacho* de Lisboa a Macau. Nas condições d'esta concessão incluia-se a de poder a nau arribar á ilha de Santa Catharina, e na volta á cidade da Bahia, comtanto que nos ditos portos não fizesse negociação alguma dos generos que levasse ou trouxesse. No anno de 1754 não seria permittido ir outra nau á China. O concessionario podia carregar em Lisboa e em Macau todos os generos e fazendas que lhe conviessem, pagando os direitos devidos. Dos que entrassem para o consumo do reino, pagaria os direitos por inteiro, e dos que fôssem para fóra só 4 por cento. A nau podia fazer escala por todos os portos da China, salvo os da India e costa de Coromandel. Tambem do Brazil podia a nau regressar sem ser no comboio, comtanto que provasse não haver ali commerciado, nem trazer d'ali nenhum genero. Estas concessões fôram depois ampliadas. Assim, por decreto de 11 de agosto de 1753, foi-lhe concedida licença para mandar onze navios a Gôa e de lá á costa de Coromandel, Bengala e mais portos da Asia, por tempo de dez annos. Devia começar as carreiras em março de 1754 com dois navios de 250 a 300 toneladas, e depois até 1763 navegar com navios de 700 a 800 toneladas. Os navios deviam arvorar a bandeira portugueza. Cada navio pequeno era obrigado a levar 100 soldados, e cada um dos grandes 300 soldados, bem como os petrechos e munições de guerra, sem frete ou preço algum para a fazenda real. Quanto aos direitos dos generos manteve-se o que fôra regulado anteriormente. O concessionario era obrigado a pagar 8 contos de réis pela permissão de cada um dos navios, reputando-se

os primeiros dois pequenos por um dos grandes. Os navios podiam querenar nos estaleiros reaes de Gôa. Deram-se as maiores facilidades para as operações de commercio e navegação nos portos da India. O concessionario não podia, elle só, com os encargos de tão vasto emprehendimento. Por aquelle decreto de 11 de agosto de 1753 se lhe permittia associar a si e interessar na negociação indistinctamente todas e quaesquer pessoas que lhe parecesse, da praça de Lisboa e de todas as demais praças do reino, e dominios, formando companhia. Esta organisou-se, com o titulo de *Companhia da Asia Portugueza*, logo no anno de 1753, sendo nomeado Feliciano Velho Oldemberg seu director e administrador geral; mas apresentando-se fallido em 6 de maio de 1760, foi, ao que parece, a companhia envolvida na quebra do seu administrador. Pódem consultar-se ácerca d'esta companhia as *Considerações politicas e commerciaes sobre o descobrimento e possessões dos portuguezes na Africa e na Asia*, de José Accursio das Neves, capitulo XXIII, Lisboa 1830, as *Variedades*, do mesmo autor, Lisboa, 1814, e a memoria de Tito Augusto de Carvalho *As companhias portuguezas de colonisação*, Lisboa, 1902.

Asmes. Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. do Douro, conc. de Vallongo, com. distr. e bispado do Porto; 2:698 hab. e 485 fogos. Tem escola de sexo masc. e caixa post. com serviço de posta rural. A pov. dista 7 k. da séde do conc. E terra muito fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 18, com a séde no Porto. Em Asmes ha uma fabrica de resinagem e serração de madeiras, pertencente a Calixto Rodrigues & C.ª

Asna. Em heraldica designam se assim as barras no escudo, formando um angulo, cujo vertice está voltado para cima.

Asneira *(Casal da)*. Na freg. de Santa Suzana, de Maxial, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. ‖ Horta na freg. de N. S.ª da Conceição, e conc. de Castro Verde, distr. de Beja ‖ Monte na freg. de N. S.ª da Graça, de V. N. de Milfontes, conc. de Odemira, distr. de Beja. ‖ Quinta na freg. de N. S.ª do Bispo, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora. ‖ Quinta na freg. de S. Thiago do Escoural, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora.

Asnella. Pov. na freg. de S. Pedro da Cerva, conc. de Ribeira da Pena, distr. de Villa Real. ‖ Pov. na freg. de Santo André, do Rio Douro, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Villares, conc. de Murça, distr. de Villa Real.

Asnes. Ribeira no distr. de Vizeu. Fórma-se da juncção de diversos ribeiros nas immediações de Vizeu, e entra no Dão, depois de um curso de 40 kilometros.

Aspa. Especie de cruz em fórma de X, a que vulgarmente se chama cruz de Santo André. ‖ Peça heraldica que tem a figura da cruz de Santo André. *Em aspa* diz-se de cinco ou mais peças no escudo, dispostas em fórma de aspa. *Aspa cantonada*, a que tem nos quatro cantos ou angulos alguma peça pequena da armaria. *Aspa diminuta*, a terceira peça da segunda ordem, que occupa quasi todo o campo do escudo, mas não chega a tocar as extremidades d'elle. *Aspa firmada*, setima peça honrosa ordinaria da primeira ordem formada por uma banda e por uma contrabanda que se cruzam no meio do escudo, e se tocam nas suas extremidades; a sua maior largura é egual á da terça parte da do escudo. *Aspa de coticas firmada*, egual á metade da largura da *firmada* acima descripta. *Aspa de verguetas*, egual em largura á metade da de cotica. *Aspa de filetes*, tambem egual em largura á metade da de vergueta. ‖ Condecoração estabelecida pela Junta do Porto, em 4 de janeiro de 1847, para as praças que, tendo ficado prisioneiras na acção de Torres Vedras, se evadiram e se apresentaram de novo ao general conde das Antas. Esta condecoração, consistia n'uma aspa de prata no peito da farda ao lado esquerdo para os officiaes, e egual distinctivo, mas de pauno branco, para as praças de pret.

Aspa Pov. na freg. de S. Miguel, de Fiscal, conc. d'Amares, distr. de Braga.

Aspera *(Casal da)*. Na freg. de S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Asperella. Logar da freg. de Paranhos, do Porto, em virtude do decreto de 13 de janeiro de 1898, e que pertencia ao conc. de Bouças.

Asperges *(Capa de)*. Pluvial, capa magna com que o sacerdote se reveste para determinadas solemnidades. Estas capas costumam ser bordadas a ouro, e algumas são cravejadas de pedras preciosas.

Aspirante. Candidato a algum emprego ou posto. Classe de empregados do Estado, immediatamente inferior á dos amanuenses. Aspirante da Alfandega. ‖ *Aspirante a official;* classe de soldados, estabelecida por decreto de 30 de novembro de 1832, e que ficou substituindo a dos cadetes, que então foi declarada extincta, a qual fôra creada pelo alvará de 16 de março de 1757. Para entrar n'esta classe exigiam-se algumas habilitações litterarias, e em 1834 se determinou que os alumnos do Collegio Militar, que completassem o curso, fôssem considerados aspirantes a officiaes. A revolução de setembro extinguiu esta classe em janeiro de 1837, a qual foi restabelecida em 1841, exigindo-se então para ser n'ella admittido, o rendimento de 7$200 réis mensaes, excepto aos rapazes que fôssem filhos de officiaes do exercito ou da armada. Em 1845 decretou-se que, para ser declarado aspirante a official, era preciso ter approvação no primeiro anno da Escola Polytechnica de Lisboa, Academia Polytechnica do Porto, ou faculdade de mathematica de Coimbra, ou os cinco primeiros annos do collegio militar. Em 1846 creou-se uma companhia de aspirantes alumnos que devia estar aquartelada em Valle de Pereiro, mas essa determinação não chegou a ser levada a effeito. Actualmente vigora a lei de 1841 com as modificações posteriores de 1851, pelas quaes se estabeleceu que os alumnos do Collegio Militar que completassem o curso, e os militares que se matriculassem na Escola do Exercito com destino a infantaria ou cavallaria, seriam logo declarados primeiros sargentos aspirantes a officiaes. O distinctivo do aspirante é um galão de ouro posto em diagonal desde o canhão direito até ao cotovelo. ‖ *Aspirantes a guardas marinhas*. Esta classe, estabelecida por decreto de 14 de julho de 1788, foi então composta de 24 individuos de 14 a 17 annos de edade, aos quaes se conferia por esse diploma a qualificação

de cadetes. Em varias leis e resoluções posteriores se adoptaram diversas providencias sobre as habilitações, promoções e estudos dos aspirantes. Em agosto de 1833 fôram dispensadas as provas de nobreza que se exigiam para ter ingresso n'essa classe; pela organisação da Escola Naval, em 1845, se estatuiram novas medidas para este assumpto determinando-se por essa occasião, que os candidatos deveriam provar que tinham o rendimento mensal de 7$200 réis, como se pedia para ser declarado aspirante a official do exercito, e por fim, em 1864, a reforma da Escola Naval veiu regular esta parte das nossas instituições navaes pelo modo que está ainda hoje em vigor. Por essa lei ficou havendo 20 aspirantes de marinha, convenientemente subordinados ao commandante da companhia dos guardas marinhas. Para ser declarado aspirante, é preciso não ter mais de 17 annos de edade, e possuir habilitações necessarias para a matricula na Escola Naval, e depois de concluido o curso n'esta escola, são os aspirantes promovidos a guardas marinhas. ‖ *Aspirantes de piloto.* O decreto de 10 de fevereiro de 1798 creou esta classe para os aspirantes servirem a bordo dos navios de guerra como terceiros pilotos. Ainda n'esse mesmo anno se determinou que houvesse 30 aspirantes por escolha d'entre os alumnos da Academia de Marinha, e por ultimo foi a classe extincta em 20 de julho de 1809.

Aspra. Pov. na freg. de S. Martinho, de Aborim, conc. de Barcellos. distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de S. Pantaleão, de Cornes, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Asprella. Pov. na freg. de S. Pedro, de Sermonde, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Aspro. Pov. da freg. de S. Romão, de Villa de Cova de Vez de Aviz, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Assa. Gomma resinosa, denominada benjoim. ‖ *Negros assas*; assim se chamava antigamente aos filhos dos negros que eram alvos e de cabello louro.

Assa *(Quinta do)*. Na freg. de S. Sebastião, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Assacaias. Pov. da freg. de Santa Iria, na Ribeira, conc. e distr. de Santarem.

Assade. Pov. da freg. de S. Matheus, de Grimancellos, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Assador. Pov. na freg. de S. Thiago, e conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Assadura. Pov. da freg. de N. S.ª da Porta, e conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Assafarge. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc., com., dist. e bisp. de Coimbra. 1.045 hab. e 208 fog. Tem escola do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada n'um monte, mas cercado d'outros. Do monte de Santo Amaro, que tem uma capella dedicada a este santo, vê-se Coimbra, muitas villas e aldeias, o rio Mondego e o Campo do Bolão. Foi antigamente do conc. de Penella. Os dizimos d'esta freguezia eram para o cabido da sé de Coimbra, que apresentava os vigarios, que tinham de rendimento 120$000 réis. Assafarge pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 23, com a séde em Coimbra.

Assafate ou **Açafate** (*Manuel Rodrigues*). Alveitar celebre no seculo XVIII. N. em Abrantes, em 1700. Traduziu do hespanhol o *Livro de alveitaria*, de Fernando Calvo.

Assafora. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Assagão. Aldeia na India, regedoria do conc. de Bardez, distr. de Gôa. Tem freg. com S. Caetano por orago. Perto d'Assagão, e n'um outeiro ha uma pedra preta, a que chamam *Catoa*, com 16 pés d'altura e fórma conica, que representa, parece, algum papel nas superstições dos indigenas e na mythologia indiana.

Assamaça. Pov. na freg. de S. Silvestre, de Bezelga, conc. de Thomar, distr. de Santarem. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª do Reboccador, de Casaes, conc. de Thomar, distr. de Santarem. ‖ Pov. na freg. de S. Thiago, e conc. de Soure, distr. de Coimbra. ‖ Casal na freg. de N. S.ª do Soccorro, de S. Romão, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Assanha. Pov. da freg. de N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Assares. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Villa Flôr, distr. e bisp. de Bragança; 176 hab. e 38 fog. Está annexa civilmente á freg. de Santa Comba de Villariça. A pov. dista 5 k. da séde do conc. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 10, com a séde em Mirandella.

Assarias *(Casal das)*. Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Salvada, conc. e distr. de Beja. ‖ Monte na freg. de S. Salvador, e conc. d'Aljustrel, distr. de Beja.

Asseca *(Antonio Maria Corrêa de Sá Benevides Velasco da Camara, 6.º visconde de)* Fidalgo da Casa Real; do conselho d'el-rei D. João VI, 8.º almotacé-mór do reino, em sua vida; veador da rainha D. Carlota Joaquina; par do reino por carta regia de 30 d'abril de 1826, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara, na sessão de 14 de novembro do referido anno; suspenso do exercicio do pariato, por effeito das disposições do decreto com força de lei, de 28 de maio de 1834; commendador das commendas de S. Julião de Cassia no bispado d'Aveiro, de Santa Maria de Mesquitella no bispado da Guarda, de S. Salvador da Lagôa e de S. Salvador de Riba de Basto, no arcebispado de Braga, todas na ordem de Christo. N. a 28 de julho de 1786, fal. a 5 de junho de 1844. Era filho do 5.º visconde d'Asseca, Salvador Corrêa de Sá Benevides Velasco, e de sua primeira mulher, a viscondessa D. Helena Gertrudes José de Mello, filha dos 1.ºs marquezes de Sabugosa, e 7.ºs condes de S. Lourenço, Antonio Maria Cesar de Mello Silva e Menezes, e D. Joaquina Josepha Benta Maria de Menezes. Succedeu na casa d'Asseca, commendas e officio d'almotacé-mór, a 17 d'agosto de 1817, e teve a mercê do titulo de visconde com honras de grandeza que competem aos condes, de juro e herdade, a 6 de setembro de 1798, ainda em vida de seu pae. Seguindo a carreira das armas, e sendo capitão de cavallaria, acompanhou como ajudante de campo o general Gomes Freire d'Andrade, quando este sahiu do reino por ordem de Junot com a legião portugueza, organisada em 1808. Militou na divisão portugueza, que em 1812, junta ao exercito francez, tomou parte na campanha da Russia, porém conseguindo evadir-se, voltou á patria, e foi preso para a Torre de Belem, por ter servido nos exercitos

de Napoleão, mas por sentença da Relação de Lisboa, de 12 de junho de 1813, foi julgado innocente e livre de toda a culpa que se lhe pudesse imputar. Passando depois ao Brazil, serviu no exercito, e foi veador da rainha D. Carlota Joaquina. O 6.º visconde d'Asseca foi tambem um dos pares nomeados por D. Pedro IV, a 30 de de 1826, quando outorgou a Carta Constitucional. Casou a 10 de janeiro de 1818, com D. Rita de Castello Branco, filha dos 1.ºs marquezes de Bellas, e 6.ºs condes de Pombeiro, José Luiz de Vasconcellos e Sousa, conselheiro d'Estado; capitão da Guarda Real Portugueza, alcaide-mór de Villa Franca de Xira, grã-cruz da ordem de S. Thiago da Espada, e da antiga ordem da Torre Espada; grã-cruz da Legião de Honra de França, embaixador extraordinario á corte de Londres, regedor das justiças, desembargador do paço, casado com D. Maria Rita de Castello Branco Corrêa da Cunha, da casa dos marquezes de Bellas e condes de Pombeiro.

Asseca *(Antonio Maria Corrêa de Sá e Benevides Velasco da Camara, 8.º visconde de)* Fidalgo da Casa Real, 10.º almotacé-mór do reino, par do reino, por direito hereditario, em que succedeu a seu avô, o 6.º visconde d'Asseca, fallecido em 1844, o qual fôra nomeado par do reino por D. Pedro IV, pela carta regia de 30 d'abril de 1826, suspenso no exercicio em virtude do decreto com força de lei, de 23 de maio de 1834 (V. *Asseca, 6.º visconde de)*. Este decreto ficou annullado por outro, tambem com força de lei, de 23 de maio de 1851, que restabeleceu no exercicio do pariato os pares d'elle privados por effeito do referido decreto, e lhes franqueou a entrada na camara precedendo novo juramento. O sr. visconde d'Asseca prestou juramento e tomou posse na camara dos pares na sessão de 23 de março de 1872. E' doutor em sciencias politicas e administrativas pela Universidade de Louvain (Belgica); abastado proprietario nos districtos de Lisboa e Santarem. Nasceu a 4 d'agosto 1840. E' filho do 7.º visconde d'Asseca, Salvador Corrêa de Sá Benevides Velasco da Camara, e da viscondessa D. Marianna de Sousa Botelho Mourão e Vasconcellos, filha dos 1.ºs condes de Villa Real. Casou a 8 de fevereiro de 1872 com sua segunda prima, D. Leonor Maria Pinto de Soveral, filha de Eduardo Pinto Soveral, fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores; commendador da ordem de Christo, grã-cruz da ordem de Isabel a Catholica, de Hespanha; ministro plenipotenciario de Portugal em Constantinopla, casado com D. Maria da Piedade Paes de Sande e Castro, filha de Manuel Paes de Sande e Castro, moço fidalgo com exercicio no Paço, por successão a seus maiores, 2.º donatario do Souto de Penedono, commendador de S. Mamede de Mogadouro. A viscondessa D. Leonor era irmã do sr. marquez de Soveral, nosso ministro em Inglaterra. O sr. visconde d'Asseca, tendo enviuvado em maio de 1879, passou a segundas nupcias em 15 de dezembro de 1888 com a senhora D. Maria Rita de Castello Branco, dama de honor de sua magestade a rainha senhora D. Maria Pia, viuva do 5.º marquez de Pombal, Manuel José de Carvalho Mello Daun Albuquerque e Lorena, pae do actual marquez d'aquelle titulo, filha de D. João de Castello Branco, que foi veador da princeza D. Maria Benedicta, e brigadeiro reformado do exercito. O sr. visconde d'Asseca é camarista de sua alteza real o principe senhor D. Luiz Filippe, e, como representante de sua magestade el-rei senhor D. Carlos, fez parte da missão que foi a Inglaterra em 1902, assistir ás festas da coroação do rei Eduardo VII. O titulo de visconde com honras de conde, que competem aos condes de juro e herdade, foi renovado pelo decreto de 2 d'abril, e carta de 7 de maio de 1859, e o de almotacé mór, em sua vida, por carta de 18 do referido mez e anno. O brazão é o seguinte: Escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Corrêas, o campo de ouro fretado de corrêas vermelhas, repassadas umas por outras; no segundo as armas dos Sás, campo enxaquetado de prata e azul, de seis peças em faxa e sete em pala; no terceiro quartel as armas dos Velascos, escudo enxadrezado de quinze peças, tres em faxa e cinco em pala, de ouro e veiros de azul e prata, sendo a primeira de ouro e a segunda de veiros; e o quarto com as armas dos Benevides, em campo de prata um leão de purpura faxado, de trez faxas de ouro. A gravura que apresentamos d'este brazão, é conforme a da *Resenha das Familias titulares e grandes de Portugal*, de Albano da Silveira Pinto e visconde de Sanches de Baena, vol. I, pag. 149, a que já por vezes nos temos referido, mas differe muito da descripção das armas dos *Sás* e dos *Velascos*, que vem no *Thesouro da Nobreza*, manuscripto que existe na Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Brazão dos viscondes d'Asseca

Asseca *(Diogo Corrêa de Sá, 3.º visconde de)*. Alcaide-mór do Rio de Janeiro, senhor de Fanquinhas e do couto de Pena Boa, e das villas de S. Salvador e S. João no Brazil, commendador de S. Salvador de Alagão e de S. João de Cássia na ordem de Christo. N. a 7 d'abril de 1669, fal. a 5 de novembro de 1745. Era filho do 1.º visconde do mesmo titulo, Martim Corrêa de Sá, que serviu na guerra da acclamação de D. João IV. Succedeu no titulo a seu irmão mais velho, o 2.º visconde, Salvador Corrêa de Sá, por não ter deixado descendencia. Foi socio da Academia dos Generosos, sendo as suas composições poeticas muito apreciadas, e um dos membros da Academia Real de Historia, fundada em 1721. Deixou algumas obras, que se publicaram na collecção das *Memorias* da referida academia. Casou em 10 de abril de 1697 com D. Ignez de Lencastre.

Asseca *(Martim Corrêa de Sá, 1.º visconde de)* Mestre de campo do terço de Moura. N. a 6 de junho de 1639, fal. em Setubal a 28 d'outubro de 1678. Era filho de Salvador Corrêa de Sá e Benevides, o restaurador d'Angola, capitão general e governador do Rio de Janeiro, e de D. Catharina de Velasco, filha de D. Pedro de Velasco, vice-rei do Perú. Serviu na guerra da Acclamação de D. João IV, entrando na batalha de Ameixial, a 8 de junho de 1663, e na de Montes Claros, a 17 de julho de 1665; foi mestre do campo do terço de Moura, e foi com este cargo que esteve no sitio de Badajoz, onde ficou gravemente

ferido. Seu pae, Salvador Corrêa de Sá, teve a mercê, por carta de 19 d'outubro de 1647, de erigir uma villa no Paul d'Asseca, conforme a escriptura de 25 d'outubro do referido anno, e quando partiu para o Brazil, a rainha regente D. Luiza de Gusmão, prometteu-lhe por alvará de lembrança, passado a 11 de dezembro de 1628, o titulo de visconde para seu filho; D. Affonso VI, depois, por carta de 15 de janeiro de 1666, em cumprimento d'essa promessa e como premio dos serviços prestados por Salvador Corrêa de Sá na recuperação d'Angola e no apuramento das Minas do Brazil, concedeu a Martim Corrêa de Sá o titulo de visconde da villa, que seu pae havia de erigir no Paul d'Asseca. Foi este o segundo dos primeiros tres viscondados de Portugal, sendo o primeiro o de Villa Nova da Cerveira, com honras de conde, mercê de D. Affonso V concedida a D. Leonel de Lima, por carta de 4 de março de 1476, e o terceiro o de Fonte Arcada, na pessoa de Pedro Jacques de Magalhães, por carta de 6 de fevereiro de 1671, passada pelo principe regente D. Pedro, na impossibilidade de seu irmão, el-rei D. Affonso VI. O visconde d'Asseca, quando falleceu, exercia em Setubal o cargo de governador das armas d'esse partido. Na *Resenha das familias titulares e grandes de Portugal*, por Albano da Silveira Pinto, publicado em 1883, vol. I, pag. 155, veem transcriptos o alvará de 11 de dezembro de 1658 e o de 15 de janeiro de 1666, em que se falou, assim como outro documento, com a data de 15 de setembro de 1674, ácerca da demarcação da capitania dos Campos de Goytacazes, que foi concedida ao primeiro visconde d'Asseca e a seu irmão, João Corrêa de Sá, capitania que fôra dada a Gil Goes, e que pelo seu fallecimento a deixara para a corôa, d'umas 30 legoas de terra que estavam entre a capitania de Cabo Frio e do Espirito Santo, obrigando-se a fundar duas villas, uma no porto de mar para segurança das embarcações, e outra no sertão em parte conveniente para reprimir os insultos dos gentios barbaros. Esta concessão era feita em attenção aos serviços prestados pelos dois irmãos e em memoria dos de seu pae.

Asseca (*Martim Corrêa de Sá, 4.º visconde de*). Gentil-homem da camara do infante D. Antonio, deputado da Junta dos Tres Estados, e socio da Academia Real de Historia. N. a 20 de janeiro de 1698, fal. a 10 de junho de 1777, sem deixar descendencia. Era filho do 3.º visconde do mesmo titulo, Diogo Corrêa de Sá. Em 1753 offereceu a el-rei D. José I a capitania dos Campos de Goytacazes, no Brazil, do qual era donatario, em troca das honras do reino, que competem aos condes, no seu titulo de visconde de juro e herdade, dispensadas duas vezes a lei mental, e quatro mil cruzados de renda cada anno em um padrão de juro real. Estas condições fôram approvadas pelo decreto de 1 de junho, e carta de 9 d'agosto de 1753. Esta mercê tem-se succedido em todos os seus descendentes. A carta de 9 d'agosto de 1753 vem transcripta na *Resenha das familias titulares e grandes de Portugal*, de Albano da Silveira Pinto, acima citada, a pag. 156. O visconde d'Asseca casou, em 5 de novembro de 1739, com D. Marianna Josepha Joaquina de Lencastre, dama do paço e camarista da princeza do Brazil, filha de D. João de Saldanha, senhor d'Assequins, que foi vice-rei da India, e de D. Joanna Bernarda de Lencastre. O visconde d'Asseca falleceu sem descendencia, sendo successor da casa seu irmão Luiz José Corrêa de Sá Velasco e Benevides, do conselho d'el-rei D. João V e de D. José I, governador e capitão-general da capitania de Pernambuco, em 1749, capitão-tenente da armada real, o qual casou com D. Francisca Josepha da Camara, filha de Lourenço Gonçalves da Camara Coutinho, 5.º almotacé-mór do reino, senhor de Payalvo erigido em villa, servindo-lhe de termo a freguezia de N. S.ª da Conceição, por occasião da mercê do senhorio que este teve por decreto de 21 de março de 1769 e portaria de 6 de abril do mesmo anno; commendador de S. João de Brito na ordem de Christo, brigadeiro do exercito aggregado á primeira plana da côrte, e de sua mulher e prima D. Leonor Josepha de Tavora, dama do paço. Um filho d'este matrimonio, Salvador Corrêa de Sá Benevides, foi o 5.º visconde d'Asseca.

Asseca (*Salvador Corrêa de Sá, 2.º visconde de*). Filho do 1.º visconde d'este titulo. Succedeu a seu avô na alcaidaria-mór do Rio de Janeiro, e fal. sem descendencia, succedendo no titulo seu irmão Diogo Corrêa de Sá.

Asseca (*Salvador Corrêa de Sá Benevides Velasco, 5.º visconde de*). Fidalgo da Casa Real, veador da rainha D. Carlota Joaquina, deputado da Junta dos Trez Estados, do conselho da rainha D. Maria I e do principe regente, depois el-rei D. João VI; almotacé-mór do reino, em sua vida, por successão a seu tio João Gonçalves da Camara Coutinho, fallecido sem descendencia em 1787, e a seu avô Lourenço Gonçalves da Camara Coutinho, que fôram os ultimos possuidores d'este officio, que andava na familia dos Camara Coutinhos, desde o provimento feito a Antonio Luiz Gonçalves da Camara Coutinho, por alvará de 8 de janeiro de 1675, e renuncia que do mesmo officio n'elle fizera seu tio Francisco de Faria, almotacé-mór do reino, com autorisação regia e alvará de lembrança passado a 27 d'abril de 1668 pelo principe D. Pedro, regente do reino pela inhabilidade de D. Affonso VI, cujo alvará de promessa real vem inserto no alvará de 6 de janeiro de 1675; e tambem n'elle 5.º visconde d'Asseca fizeram renuncia do direito que por ventura tivessem á continuação da mercê do officio d'almotacé-mór do reino, seus tios D. Francisco Gonçalves da Camara e Luiz Gonçalves da Camara, então principal presbytero da Santa basilica patriachal, por termo datado de 14 de janeiro de 1788 perante o tabellião Pedro José da Silva Nogueira, e em que fôra provido por decreto de 15 d'agosto e carta de 11 do setembro de 1805; recebendo o ordenado de 100$000 réis annuaes, pagos pelo almoxarifado da Casa das Carnes, da Alfandega das Sete Casas de Lisboa, por despacho do conselho da Fazenda, de 21 de julho de 1806 e alvará de 18 d'abril de 1807. O 5.º visconde d'Asseca tinha tambem as honras de alcaide-mór do Rio de Janeiro, commendador das commendas de S. Julião de Cassia, no bispado d'Aveiro, de Santa Maria de Mesquitella, no bispado da Guarda, de S. Salvador da Lagôa e de S. Salvador de Riba de Basto, no arcebispado de Braga, todas na ordem de Christo, as quaes desfructava seu tio paterno, o 4.º visconde d'Asseca, em que succedeu em 1779. N. a 6 de março de 1760, fal. 17 d'agosto de 1817. Casou em primei-

ras nupcias, a 2 de fevereiro de 1784, com D. Helena Gertrudes José de Mello, filha dos 1.os marquezes de Sabugosa e 1.os condes de S. Lourenço. Passou a segundas nupcias, em 13 de outubro de 1793, com D. Maria Benedicta de Sampaio, dama da ordem de Santa Izabel, 2.a filha dos 1.os condes de Sampaio Succedeu no titulo a seu tio, a 10 de maio de 1777, e na casa a seu pae a 20 de dezembro de 1779. Do 1.o matrimonio houve Antonio Maria Corrêa de Sá Benevides Velasco da Camara, que foi o 6.o visconde d'Asseca.

Asseca *(Salvador Corrêa de Sá Benevides Velasco da Camara, 7.o visconde de).* Fidalgo da Casa Real; 9o almotacé-mór do reino, e herdeiro de todas as mais honras de que seu pae gozava. N. em 2 d'agosto de 1825, fal. a 25 de janeiro de 1852. Succedeu na casa de seu pae, a 5 de junho de 1844, e no titulo por decreto de 7 de janeiro de 1846, com as honras de grande que competem aos condes, de juro e herdade. Casou com D. Marianna de Sousa Botelho Mourão e Vasconcellos, dama de honor das rainhas D. Estephania e senhora D. Maria Pia, que nasceu a 2 de agosto de 1826, 3.a filha do 1.o conde de Villa Real, D. José Luiz de Sousa Botelho Mourão e Vasconcellos e de sua mulher, a condessa D. Thereza Frederica Christina de Sousa Holstein, dama de honor da rainha D. Maria II, dama das ordens das damas nobres de Maria Luiza, de Hespanha, filha de D. Alexandre de Sousa Holstein, conselheiro de Estado, capitão da guarda real (companhia allemã) de archeiros, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Portugal nas côrtes de Copenhague, Berlin e Roma; alcaide-mór da Certã, senhor dos morgados de Calhariz no termo de Palmella; chefe da familia dos Sousas do Calhariz, casado com D. Izabel Julianna de Sousa Coutinho Monteiro Paim, da casa d'Alva e Santa Iria.

Asseca *(Salvador Corrêa de Sá Benevides, 9.o visconde de).* Tenente de engenharia. N. a 14 de dezembro de 1874. É filho do 8.o visconde d'este titulo, sr. Antonio Maria Corrêa de Sá e Benevides Velasco da Camara, e de sua primeira mulher, D. Leonor Pinto de Soveral. Foi agraciado com o titulo de visconde d'Asseca a 25 de julho de 1903, com as honras de grande, que competem aos condes, de juro e herdade.

Asseca. Pov. na freg. de Santo Estevão, conc. de Tavira, distr. de Faro. || Pov. na freg. de Santa Maria, e conc. de Tavira, distr. de Faro || Pov. na freg. de S. Thiago, e conc. de Tavira, distr. de Faro. || Quinta na freg. de N. S.a d'Assumpção, de Marvilla, conc. e distr. de Santarem. || Rio, na prov. do Algarve, que nasce de varios ribeiros, na serra chamada do Algarve, e passa pelo meio da cidade de Tavira, a 12 k. do nascimento d'este rio, onde tem muito boa ponte de cantaria. Não entra n'elle rio algum. É navegavel sómente, de Tavira para baixo, onde chega a maré. Traz bastante peixe. As margens são em parte cultivadas e ferteis, vendo-se ali alguns pomares, arvores silvestres e extensos cannaviaes. Morre no Oceano, 6 k. a E de Tavira, com 18 k. de curso. || Ribeira do Alemtejo, que principia na freg. de S. Romão. Tem uma ponte de cantaria lavrada, no termo de Villa Viçosa, com cinco arcos, que dizem ser feita pelos moiros. Morre no Guadiana, no Porto do Areeiro. As margens são arborisadas. A ribeira corre placida e fertilisa muitas terras.

Asseição *(Casal da).* Na freg. de S. Pedro, d'Azarem, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Asseiceira *(Batalha da).* Realisou-se em 16 de maio de 1834, e foi a ultima batalha que se feriu entre os dois exercitos miguelista e constitucional, durante o governo absolutista. As tropas do commando do marechal duque da Terceira sahiram de Vizeu em 4 de maio, entraram em Coimbra no dia 8, tendo abandonado a cidade na madrugada d'esse dia, não só as suas forças miguelistas commandadas pelo brigadeiro José Cardoso, que fugiram de Vizeu no dia 2, mas tambem uma brigada viuda do Porto, reliquia do grande exercito que assediou por muitos mezes aquella cidade. O duque da Terceira teve de deixar em Lamego e Vizeu os dois batalhões de voluntarios, mas reforçou as suas tropas com as do almirante inglez Napier, desembarcadas na Figueira da Foz, e com as que havia tomado o castello de Villa Nova d'Ourem, as quaes eram o batalhão de infantaria n.o 4, o segundo regimento ligeiro da rainha, o batalhão movel d'Alcobaça e alguns destacamentos de tropa de linha. O marechal, proseguindo a sua marcha para o sul, entrou em Thomar, onde se lhe reuniram os reforços, e partindo pela estrada da Atalaia, as suas avançadas, quando chegavam a Santa Cita, descobriram o inimigo, que, reforçado com as tropas vindas de Santarem, estava postado nas alturas que ficam por cima d'Asseiceira, a legua e meia de Thomar. O exercito realista, commandado pelo brigadeiro Antonio Joaquim Guedes, compunha-se de 5:000 a 6:000 homens de infantaria, 400 a 500 de cavallaria e 11 boccas de fogo. O brigadeiro, embora tivesse o plano de retirar para a Gollegã, dispoz estas forças como se esperasse ser atacado, occupando os cumes e vertentes dos diversos montes, e deixando a descoberto as estradas da Gollegã e da Barquinha. A ala direita fôra confiada ao brigadeiro Bernardino Coelho Soares, o centro era dirigido pelo brigadeiro Ricardo Paulo Soares, e a ala esquerda, em que entrava a maior parte da artilharia, era commandada pelo coronel do regimento d'infantaria n.o 21, José d'Andrade Corvo de Camões; a cavallaria obedecia ao brigadeiro Puisseux, que tinha como seu immediato o coronel Caley. O duque da Terceira, resolvido a acceitar o combate que o inimigo lhe offerecia, emquanto as forças avançadas começavam o tiroteio, tomou as disposições convenientes para o ataque, e distribuiu o exercito em tres columnas, sendo a da direita, composta de caçadores n.o 12 e infantaria n.o 10, commandada pelo coronel Antonio Vicente de Queiroz (conde da Ponte de Santa Maria); na que marchava no centro, entravam os voluntarios da rainha e infantaria n.o 18, commandada pelo brigadeiro João Nepomuceno de Macedo (barão de S. Cosme); a da esquerda, de que faziam parte o batalhão de infantaria n.o 4, o segundo regimento ligeiro da rainha e o batalhão movel d'Alcobaça, era commandada pelo tenente-coronel José de Vasconcellos Bandeira de Lemos (barão de Leiria). A cavallaria estava sob as ordens do coronel José da Fonseca, e era commandante geral da artilharia o major José Gerardo Ferreira Passos. Os atiradores constitucionaes romperam o fogo fazendo retroceder alguns bata-

lhões miguelistas sobre as suas reservas. A's 9 horas da manhã o combate era muito intenso, chegando a artilharia miguelista, vantajosamente collocada, a produzir um certo abalo na direita e no centro das posições occupadas pelas tropas do duque da Terceira, mas as tropas liberaes, aguentando-se sob um fogo muito vivo, atacaram fortemente as linhas realistas na esquerda. O brigadeiro Guedes deu então ordem ao brigadeiro Puisseux e ao coronel Caley para que carregassem com a cavallaria sobre os atiradores do exercito constitucional, que tiveram de retroceder. Enthusiasmado com os resultados d'esta carga, e quando no acampamento realista se imaginava já que as tropas liberaes seriam derrotadas, a cavallaria continuou a avançar sobre o batalhão de caçadores n.º 12, o qual, sendo surprehendido pelo inimigo, sem ter tempo de formar quadrado, não perdeu, todavia, a coragem, nem o bravo coronel Queiroz que o commandava, e deu sobre ella uma descarga quasi á queima roupa, que fez cahir mortalmente feridos o brigadeiro Puisseux e o coronel Caley, bem como muitos outros combatentes. A perda d'estes dois officiaes obrigou a cavallaria inimiga a fugir atterrada. Aproveitando logo esta occasião favoravel, o coronel Queiroz redobrou o vigor do seu ataque e ajudado tambem pela marcha das outras columnas que o duque da Terceira então fez avançar contra o inimigo, dentro em pouco o exercito miguelista se destroçou e dissolveu completamente, procurando os soldados na fuga o unico remedio para salvarem as vidas. O duque da Terceira alcançava, emfim, uma grande victoria. Ficaram em seu poder 1:400 prisioneiros, sendo 174 officiaes, 4 bandeiras e toda a artilharia inimiga com parelhas, munições e reservas, tendo ainda o inimigo tido muitos mortos, emquanto que nas tropas constitucionaes as perdas fôram apenas de 34 mortos, 288 feridos e 22 extraviados. O brigadeiro Antonio Joaquim Guedes dirigiu-se para a Barquinha, indo depois para Santarem, onde a sua entrada produziu grande desgosto, e parte das suas tropas passou o Tejo em varios pontos, sob as ordens dos brigadeiros Ricardo Paulo Soares e Bernardino Coelho Soares, que no dia 17 chegaram á Chamusca com 1:500 soldados de infantaria e 100 de cavallaria. O duque da Terceira foi immediatamente occupar a Gollegã, e o contra-almirante inglez Napier occupou Torres Novas. A situação dos miguelistas tornou-se desesperada. Santarem encontrava-se ameaçada, pelo lado do castello por Saldanha, do lado de Torres Novas por Napier, e do lado da Gollegã pelo duque da Terceira. Além d'isso, as tropas hespanholas marchavam sobre Abrantes, descendo a marchas forçadas pela Beira Baixa. Vendo-se assim apertadas, as tropas miguelistas abandonaram Santarem e passaram o Tejo, encaminhando-se para Evora, seguidas pelas duas divisões dos marechaes Saldanha e Terceira. N'esta cidade se pensou em tentar mais uma vez a sorte das armas, porque as tropas de D. Miguel ainda ascendiam a perto de 19:000 homens, mas augmentando a desmoralisação nas fileiras, conheceu-se a impossibilidade de prolongar a resistencia. No dia 23 de maio suspenderam-se as hostilidades, a 27 assignou-se em Evora-Monte a convenção que pôz termo á guerra civil, e quatro dias depois, D. Miguel embarcava em Sines, a bordo da fragata ingleza *Stage*, que o levou para Genova.

Asseiceira. Villa e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. Extremadura, conc. e com. de Thomar, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 2:4 5 hab. e 513 fog. Tem escola para o sexo masc. e est. post. permutando malas com a Barquinha. A villa dista 10 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, sem vista para outra freguezia. Esta pov. dizem ser muito antiga, porque em 1218, D. Pedro Alvitis, mestre dos templarios e os seus freires doaram a Plagio Farpado ou Tarpado, e seus descendentes, o logar da Ceiceira, com a condição de ali fundar uma albergaria para passageiros pobres e ricos. A doação não teve effeito, porque Farpado não fez a albergaria. Diz-se tambem que el-rei D. Diniz a mandou povoar em 1315, dando-lhe então foral. D. Manuel deu-lhe foral novo, passado em Lisboa, a 2 de novembro de 1514. N'este foral está o nome escripto *Ceiceyra*. Nas visinhanças passa o rio Nabão. Eram senhores d'esta villa, com *mero e mixto imperio*, os condes d'Atalaia, que punham as justiças, e apresentavam o prior, que tinha 300$000 réis de rendimento. A terra é fertil em cereaes, fructas, azeite, gado e caça. N'uma campina proxima feriu-se a grande batalha de 16 de maio de 1834 *(V. Asseiceira, batalha de)*. A villa pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 15, com a séde em Thomar; tinha termo seu com camaras e dois juizes ordinarios, misericordia e hospital em ruinas. Aos habitantes fôra concedido o privilegio de não pagarem fóros, outros tributos reaes, nem portagem em terra alguma do reino, do que vendiam. A 1:500 metros de distancia está o convento de Santa Cita, que era de frades franciscanos. Em Asseiceira existe a fabrica de papel da Matrena, que pertence ao sr. João d'Oliveira Casquilho. Já no seculo XVI, n'esta mesma quinta da Matrena, junto ao rio Nabão e no termo da villa da Asseiceira, houve uma fabrica de vidros. Em 1595 concedeu D. Filippe I licença a Maximo da Pina, fidalgo da Casa Real, para estabelecer um forno de vidro, na referida propriedade. Esse privilegio não consentia que se pudessem estabelecer outros fornos n'aquellas dez leguas em redor, com excepção de Salvaterra, onde já os havia. Na margem do Nabão e pela parte de cima da ponte que atravessa o rio n'este logar, mandada fazer por Filippe II, existiam uns grandes moinhos de farinha e um lagar de azeite, que trabalharam até 21 de agosto de 1890. Comprados pelo sr. João de Oliveira Casquilho, destinou-os este a uma nova empreza para o que os demoliu e levantou os alicerces para a nova edificação, tendo tambem construido um açude. A fabrica de papel da Matrena é hoje um dos estabelecimentos mais completos no seu genero; para isso contribue, sem duvida, o ter-se erigido já com todos os aperfeiçoamentos modernos. V. *Matrena*. ‖ Pov. na freg. de Santa Maria do Castello e conc. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. ‖ Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena e conc. d'Alvaiazere, distr. de Leiria. ‖ Pov. na freg. de Santo Antonio, de Areias, conc. de Marvão, distr. de Portalegre. ‖ Pov. na freg. de S. Lucas, de Freiria, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, e conc. de Grandola, distr. de Lisboa. ‖ Pov. na freg. de S. João Baptista de Negri-

lhos, conc. d'Ajustrel, distr. de Beja. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || Povoado sito no concelho de Marvão, distr. de Portalegre, freg. de Santo Antonio das Areias. Dista da séde do conc. 5 k. e 1 k. da séde da freguezia. || Casal na freg. de Santo Ildefonso, de Montargil, conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre. || Casal na freguezia de S. Pedro, de Asneira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de N. S.ª da Purificação, de Cabeção, conc. de Móra, distr. d'Evora. || Herdade na freg, de S. João Baptista, conc. de Portel, distr. d'Evora. || Herdade na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Lavre, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora || Herdade na freg. de N. S.ª do Peso, conc. de Coruche, distr. de Santarem. || Herdade na freg. de Santo Antonio, de Couço, conc de Coruche, distr. de Santarem. || Monte na freg. de N. Sª d'Alva, e conc. d'Aljezur, distr. de Faro. || Monte ou herdade na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. d'Arronches, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de S. Pedro, de Marateca, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça, e conc. de Móra, distr. d'Evora. || Monte na freg. de S. Salvador, e conc. d'Odemira, distr. de Beja.

Asseiceira Grande e Pequena. Duas povoações na freg. de S. Miguel, de Milharado, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Asseiceirinha *(Monte ou herdade da)*. Na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. d'Arronches, distr. de Portalegre.

Asseiço. Pov. na freg. de N. S.ª do Ó, de Paião, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Asseifão. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Assembléa. Reunião em determinado logar. d'um numero de pessoas mais ou menos consideravel. || *Assembléa geral;* sessão em que se reune a totalidade ou a maioria dos socios de qualquer associação. || *Assembléa legislativa:* o parlamento, as côrtes. || *Assembléa popular;* comicio, *meeting*. || *Assembléa eleitoral;* a reunião dos eleitores de cada circumscripção eleitoral. || *Assembléas consultivas;* aquellas cujas attribuições são consultar ou dar a sua opinião sobre os negocios em que os poderes publicos carecem d'ouvil-as. || *Assembléas deliberativas;* aquellas que tomam deliberações por maioria de votos e cujas decisões são preceptivas. || *Assembléa portuense;* na praça da Trindade, no Porto. Teve principio em 1834; construiu um bom edificio proprio em 1859. Tem bibliotheca e formoso salão de baile. O fim d'esta assembléa é promover e cimentar relações de benevolencia e boa sociedade entre os associados, e proporcionar-lhes um passatempo honesto e civilisador, por meio de reuniões diarias, para conversação, leitura e jogo licito. || *Assembléa familiar;* academia de musica existente em Lisboa no ultimo quartel do seculo XIX. Tinha a sua séde na rua do Alecrim. || *Assembléa philarmonica;* academia existente em Lisboa nos meados do seculo XIX. || *Assembléa portugueza;* idem.

Assencada ou **Asencada** *(Herdade da)*. Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Azinheira dos Barros, conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Assenta. Pov. na freg. de S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

Assentamento. Lançamento de fita ou imposto por assento ou accordo da camara d'um concelho. || Lançamento de mercês régias e outras taes como tenças, juros, etc., nos livros respectivos da fazenda real e contos, e os padrões que d'ellas se passavam pelo escrivão e officiaes do assentamento. As mercês de dinheiro feitas pelo rei aos fidalgos, quando lhes dava titulos e estavam escriptos nos seus livros, perdendo então as moradias. O assentamento era proporcionado ao titulo, e á graduação da nobreza, porque dos titulos eguaes o que tinha prerogativa de *parente* lograva maior assentamento. Este só passava aos filhos que tinham a mesma dignidade e titulo do pae. A *moradia* passava ao filho e ao neto. D. João III determinou que nenhum titular houvesse mais de assentamento do que 102$864 réis, posto que alguns tivessem tratamento de parentes. || *Titulos de assentamento*, são aquelles que originariamente assentados nos respectivos livros da divida publica, a favor d'uma determinada pessoa, só pódem transmittir-se pela fórma admittida em direito.

Assentes *(Monte das)*. Na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. d'Alvito. distr. de Beja.

Assentinha *(Casal da)*. Na freg. de S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Assentirão *(Herdade de)*. Na freg. de N. S.ª das Neves, de Brinches, conc. de Serpa, distr. de Beja.

Assentista. Antigo contratador do provimento de todo o necessario ás tropas, abastecimento feito por certa somma avençada, ou assentada, para lhe ser paga pela fazenda real.

Assentista *(Quinta do)*. Na freg. de Santa Maria e conc. do Estremoz, distr. d'Evora.

Assentiz *(Morgado de)*. *Francisco de Paula Cardoso de Almeida Vasconcellos Amaral e Gaula*. V. *Gaula*.

Assentiz. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Torres Novas. distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 3:141 hab. e 612 fog. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 16, com a séde em Lisboa. A villa dista 12 k. da séde do conc. e está situada em montes e valles, perto da serra de Ayre. Era dos duques d'Aveiro. O prior de S. Salvador, de Torres Novas, apresentava o cura d'aqui, que tinha de renda um moio de trigo, uma pipa de vinho, 6$000 réis em dinheiro, e o pé d'altar. É terra muito fertil. || Pov. na freg. de S. João da Ribeira, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

Assento. Logar em que nos assentamos: cadeira, banco, sophá, almofada, assento de carruagem, etc., logar que se dá ás pessoas mais graduadas, nas assembléas, congressos, etc.: *tem assento entre ós juizes*; acção de se alistar ou dar rol em alguma corporação; convenção, concerto feito sobre alguma cousa; recenseamento, alistamento de tropas; escripturação, lançamento, nota d'alguma partida ou verba em livro commercial: *assentos de receita e despeza*: apontamento para clareza e memoria. || *Ter assento em côrtes*: ter direito de assistir a ellas. || *Fazer assento em algum logar*; fixar n'elle a sua residencia. || *Fazer assento d'um torpedo;* determinar por juncção ou diminuição de peso, a fluctuação necessaria a um bom funccionamento. || *Assento de via;* solidarie-

dade que existe entre o balastro e as diversas peças que fazem parte da estructura d'um caminho de ferro. ‖ *Assento do arraial;* o alojamento das tropas em campanha. ‖ *Assento de guerra;* o campo onde se dá batalha. ‖ *Assento da sella;* o ponto onde o cavalleiro se assenta. ‖ *Assento de tregoas, assento de paz*; ajustamento, contrato. ‖ *Assento do pão, assento das munições*; contrato do Estado com o assentista ou fornecedor de provisões para o exercito. ‖ Annotação, apontamento, registro ecclesiastico ou civil: *assento* de baptismo, de casamento, d'obito, etc. ‖ *Assento dos Tres Estados do Reino* juntos em côrtes na cidade de Lisboa, feitos a 11 de julho de 1828. ‖ *Assento feito em côrtes pelos tres estados do reino de Portugal, da acclamação, restituição e juramento dos mesmos reinos ao muito alto e muito poderoso senhor rei D. João IV d'este nome*, Lisboa, 1641. Sahiu reproduzido no *Analysta portuense*, n.º 2, de 3 de janeiro de 1822. ‖ *Collecção chronologica dos assentos da casa da supplicação e do civel*, Coimbra, 1791. ‖ *Segunda edição augmentada com 37 assentos, e diligentemente emendada dos frequentes erros da primeira*, Coimbra, 1817. A primeira edição foi mandada fazer pelo Principal Castro (D. Francisco Raphael de Castro) sendo reformador reitor da Universidade, e comprehende os assentos tomados nas casas da Supplicação e do eivel posteriormente á publicação das Ordenações filippinas, sendo o 1.º de 15 d'agosto de 1603 e o ultimo de 15 de fevereiro de 1791. A segunda edição foi disposta e preparada pelo professor Joaquim Ignacio de Freitas. Ha terceira edição d'estes *Assentos*, tambem publicada em Coimbra, 1852, com 5 appendices.

Assento. Pov. na ilha do Pico, freg. de Santo Amaro, conc. de S. Roque do Pico, distr. de Horta. ‖ Casal na freg de S. Lourenço, de Gotaes, conc. de Fafe, distr. de Braga. ‖ Casal na freg. de S. Faustino, de Vizella, conc de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Casal na freg. de S. Paio de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de N. S.ª da Purificação e conc. d'Oeiras, distr. de Lisboa. ‖ Quinta na freg. de S. Cypriano, de Taboadello, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Assento de Baixo. Pov. na freg. de Santa Maria, de Palmeira, conc. e distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de S. Torquato, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Assento de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Mamede, de Aldão, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Duas povoações na freg. de S. Verissimo, de Lagares, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. ‖ Duas povoações na freg. de S. Romão, de Rendufe, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Duas quintas na freg. de S. Martinho, de Conde, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Assento do Vinagre. Monte na freguezia de Santa Maria e conc. de Estremoz, districto de Evora.

Assequins. Pov. na freg. de Santa Eulalia e conc. de Agueda, distr. d'Aveiro. Fica proximo da pov. a Moirisca, e a 1 k. de distancia d'Agueda, nas margens do rio Alfusqueiro. E' terra muito abundante d'aguas e muito fertil. Dizem ter sido villa de que foi senhor Luiz de Saldanha da Gama, descendente de D. Sancho Dias de Saldanha e de sua mulher, a infanta D. Ximena, filha de D. Fruela I, rei de Leão, que reinou desde 753 até 766.

Assessor. Magistrado coadjuvante, auxiliar, assistente, ajudante ou adjuncto de outro superior, que confere com elle, ou o substitue nos seus impedimentos; mentor que ajuda alguem com o seu conselho. ‖ *Assessor d'embaixador, assessor d'embaixada;* jurisconsulto que acompanhava os embaixadores para responder ás allocuções latinas, e tomar nota das circumstancias juridicas dos negocios. ‖ *Assessor de mestre de campo;* delegado de justiça militar; official cujas attribuições são hoje desempenhadas pelos auditores dos corpos.

Assessora. Ajudante, coadjuvante: *Assessora da mestra régia, assessora da prelada.*

Assessoria. Gerencia, officio, cargo, administração, competencia do assessor: *Corporação dos assessores, assessoria do conselho militar.*

Assignatura. Acção de assignar o nome; o nome assignado com todas as letras, firma, rubrica ou signal da pessoa que confirma um documento escripto. ‖ *Secretario da assignatura;* official encarregado de examinar os papeis que tinham de ser assignados pelo rei. ‖ *Levar á assignatura;* diz-se dos ministros no systema constitucional, quando levam ao rei os diplomas, como decretos, cartas regias, etc., que teem de ser por elle assignados. ‖ *Dia da assignatura;* o dia da semana destinado para este expediente. ‖ *Assignatura regia, assignatura real;* a assignatura do rei. ‖ *Assignatura*; diz-se nas chancellarias apostolicas o escripto ou papel, sem sêllo, assignado pelo papa, e que contém o extracto da petição e do despacho pontificio.

Assilhó. Pov. da freg. de Santa Cruz e conc. de Albergaria-a-Velha, distr. d'Aveiro.

Assintia. Rio da Africa Oriental, na provincia de Moçambique, affluente do Zinga pela margem direita.

Assinzas *(Quinta das)*. Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Aldeia do Carvalho, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Assis *(Horta do)*. Na freg. de Santa Maria da Graça, e conc. de Monforte, distr. de Portalegre.

Assis *(Antonio Maria de)*. Actor que se tornou distincto. Ignora-se a data do seu nascimento, mas parece que nasceu em 1811, porque os seus biographos dizem que falleceu a 26 de setembro de 1851, com 40 annos de edade. Exercia o officio de penteeiro, quando uma irresistivel vocação para a scena, o obrigou a deixal-o, e dedicar-se á vida do palco. Representou em diversos theatros particulares, e quando Emilio Doux, o mestre de todos os nossos artistas do renascimento do theatro portuguez, tomou conta do antigo Salitre, depois de ter sahido da Rua dos Condes, Assis estreou-se, a 8 de abril de 1844 n'aquella casa de espectaculos, no drama em 5 actos, intitulado: *O infanticidio ou a ponte de Saint Cloud.* Quando se abriu o theatro de D. Maria II, em 1846, Assis fez parte da companhia, onde então brilhou todo o seu talento, ganhando em pouco tempo grande reputação, tanto nos papeis de galan dramatico como nos de galan central. Figurou em todo o reportorio de Garrett, e foi este artista quem creou o papel de Manuel de Sousa Coutinho, no drama *fr. Luiz de Sousa.* Casou com a notavel artista Josepha Soler. No seu longo reportorio, além de todo o theatro de Garrett, con-

tam-se: *A afilhada do barão*, em 2 actos, de Mendes Leal; *O templo de Salomão*, 7 actos, do referido escriptor; *A neta do barão*, 1 acto, que foi a ultima peça em que representou, etc.

Assis *(Fr. Francisco)*. Religioso da ordem do Carmo. Nasceu no Porto em 1673, fal. em Lisboa, a 29 de janeiro de 1733. Passou grande parte da vida na cidade da Bahia, e foi professor de theologia no seu convento. Escreveu o seguinte opusculo, que ficou em manuscripto: *Opusculo da ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo*, etc.

Assis *(Fr. Francisco de)*. Mestre da Sé patriarchal. Nat. d'Evora, falleceu em Lisboa, pouco depois do anno de 1840. Foi discipulo do seminario d'Evora, onde teve por professores, os padres Ignacio de Lima e Francisco Perdigão. Em 1825 começou a exercer o logar de mestre de capella da sé de Lisboa, em que se conservou até fallecer. No cartorio da sé d'Evora guardam-se diversas partituras do padre Assis, e na Bibliotheca Nacional de Lisboa existe tambem uma, que dizem ser insignificante. Em Evora conserva-se a tradição de que este mestre de capella era musico de profundo saber.

Assis *(João Francisco de)*. D'este escriptor apenas se sabe que escreveu e publicou: *Systema resumido, ou methodo facil, para aprender a escripturar os livros por partidas simples e dobradas*, Porto, 1858: sahiu 2.ª edição, n'esta mesma cidade em 1865.

Assis *(José Maria de)*. Muito conhecido no Algarve e em todo o paiz pelo tratamento das molestias syphiliticas, em que grangeou grande reputação. Nasceu em Faro, a 30 d'outubro de 1829, e fal. ha annos. Era filho de paes humildes e pobres, que á custa de enormes sacrificios, tentaram educal-o condignamente, mandando ensinar-lhe instrucção primaria; mas a creança, pouco disposta ao estudo, consagrou-se de corpo e alma á vida de barbeiro, em que se fez aprendiz pelos fins do anno de 1837, posição onde se manteve durante dez annos, tornando-se um perfeito artista. Em fevereiro de 1847, por causa dos successos politicos, organisou-se em Faro um batalhão de atiradores, commandado por José Coelho de Carvalho Junior, e Assis alistou-se, tendo 16 annos de edade, como soldado. N'esta sua nova carreira, seguiu os planos do Alemtejo, e assistiu no primeiro de maio de 1847 á acção do Alto do Vizo. Com a convenção de Gramido, feita em 13 de junho, Assis voltou para a sua terra, onde adoeceu gravemente, conservando-se dois mezes retido no leito. Um anno depois, começou a pensar seriamente no seu futuro. A farda já lhe aborrecia, e o seu ideal era fazer-se barbeiro distincto, de fama, barbeiro do *high-life*. Em Olhão havia um dentista de nomeada, e José Maria d'Assis foi procural-o, offerecendo se-lhe como aprendiz ajudante, em troca d'um alimento, ainda que pouco avultado. No fim de seis mezes já tirava dentes muito bem, e sangrava como um verdadeiro cirurgião. Convencido de que poderia fazer carreira só por si, partiu para a villa de Alcoutim, onde n'essa epoca não havia sangrador. Aquella terra, porém, era um perfeito deserto, e então resolveu voltar para Faro em 1851. Aconselhado por alguem, fez-se guarda da alfandega, emprego que exerceu durante 18 mezes. Mas o trabalho excessivo e a nenhuma consideração que então se ligava áquelles empregados, o demoveram a desistir do logar, e pedir a demissão. Assis contava verdadeiros amigos; o seu caracter franco e digno grangeara lhe as maiores sympathias. Ajudado por alguns cavalheiros, que lhe eram verdadeiramente affeiçoados, abriu em Faro um estabelecimento de barbeiro, modesto, sem reclames pomposos na taboleta, e o publico concorreu a elle de bom grado. Em 1865 chegou a Faro, precedido de grande fama, um distincto medico italiano, dr. Constantino Cumano, que vinha visitar sua familia. Doentes de todos os pontos do Algarve correram a procurar os soccorros do famigerado clinico estrangeiro, vendo-se este obrigado a abrir consultorio e a chamar para junto de si alguem que o auxiliasse em certos trabalhos da sua profissão. A escolha recahiu em José Maria de Assis, a quem a familia do dr. Cumano dispensava de ha muito, protecção e amisade. Assis acompanhava o medico italiano nas consultas, ouvia attentamente a sua palavra autorisada e reproduzia habilmente, com uma aptidão notavel, todos os cuidados medicos, que elle dispensava aos enfermos. O dr. Cumano affeiçoou-se ao seu intelligente ajudante e discipulo, levando-o comsigo a toda a parte onde tinha de prestar os seus serviços de medico, e ensinando-lhe differentes segredos da sciencia. Ainda lhe deu mais uma prova da sua affeição. Tendo declarado terminantemente fechar o consultorio, por se sentir muito fatigado, não deixava nunca de tratar os doentes que lhe eram recommendados por José Maria de Assis. No ultimo anno da sua permanencia em Faro, dedicou-se o dr. Cumano ao tratamento de molestias syphiliticas, applicando em oito doentes, com o maior exito, o decoto de Zythman, por elle modificado; Assis seguia-o passo a passo n'essas curas verdadeiramente admiraveis, sem deixar de observar as mais pequenas indicações do illustre medico. Quando abandonou o Algarve, o dr. Constantino Cumano disse a Assis que lhe deixava um patrimonio valioso, que eram as receitas de Zythman, que durante annos estudara e fizera modificações profundas, as quaes estavam classificadas e coordenadas de fórma a poderem applicar-se em differentes e variados casos. Estas receitas fôram na verdade um valioso patrimonio. Em 1866 começou José Maria de Assis a applicar o decoto de Zythman em alguns doentes, que dos differentes pontos do Algarve o procuravam, na maior parte pobres. O segredo d'aquelle tratamento não ultrapassara os ambitos da provincia; Assis, sempre modesto e digno, não consentia que se fizesse alarde dos seus serviços, como curandeiro da terrivel enfermidade, receoso de offender melindres; e poucos lucros, portanto, alcançava da applicação do remedio. Apezar d'esta modestia e generosidade, foi perseguido com accusações anonymas, que o levaram a responder perante os tribunaes, a uma policia correccional. Este facto e alguns outros que se deram, movidos por invejosos, obrigaram Assis, depois de ouvir o sensato conselho d'alguns amigos dedicados, a dar toda a publicidade ás suas curas, algumas das quaes eram feitas sob a direcção d'um clinico de Faro. Foi então que a imprensa começou a occupar-se do benemerito especialista de doenças syphiliticas, narrando os magnificos resultados que obtinha dos seus curativos. Principiaram a concorrer doentes de todo o paiz, e Assis chegou a ter a sua casa

transformada em casa de saude, onde hospedava as pessoas vindas de maiores distancias, e mesmo para as obrigar á diéta rigorosa, que elle prescrevia. José Maria de Assis foi um verdadeiro benemerito e a sua morte causou profundo sentimento.

Assis d'Andrade *(Anselmo)*. Bacharel formado em direito, pela Universidade de Coimbra, ministro de Estado honorario, do conselho fiscal da Sociedade de Agricultura Colonial, abastado lavrador, proprietario, etc. O sr. conselheiro Anselmo d'Andrade é um dos raros homens publicos que tem levado para os conselhos da coroa programmas de gerencia traçados com a clareza e a firmeza de convicções reflectidas. A sua politica financeira economica está bem evidenciada nas paginas do seu livro *A Terra*, publicado em 1898. O sr. conselheiro Anselmo d'Andrade foi antigo progressista, por muito tempo director politico do *Correio da Noite*, e collaborador do *Dia*. Achava-se affastado da politica militante, dedicando-se aos seus importantes estudos financeiros, quando foi chamado ao poder o partido regenerador em 1900, sendo então convidado a 25 de junho d'esse anno, para se encarregar da pasta da fazenda no gabinete presidido pelo sr. conselheiro Hintze Ribeiro, que se conserva ainda no poder, pasta que mais tarde deixou n'uma das recomposições ministeriaes que esse gabinete tem tido. Além do seu livro *A Terra*, a que já nos referimos, trabalho de bastante valor, o sr. conselheiro Anselmo d'Andrade publicou tambem outro, intitulado *Viagem em Hespanha*, obra de grande merecimento, uma perfeita photographia dos costumes madrilenos, de muita observação e estudo, de linguagem brilhante, como os sabe escrever um verdadeiro e profundo homem de letras. Tambem publicou outro trabalho notavel intitulado *Portugal Economico*.

Assis de Carvalho *(Alexandre Joaquim de)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. N. a 3 de junho de 1844, fal. em Fronteira a 1 de maio de 1872. Era filho do dr. Francisco de Assis de Carvalho *(V. este nome)*. Foi estudante na Escola Academica de Lisboa, matriculando-se depois em medicina na Escola Medico-Cirurgica, onde fez um brilhante curso, defendendo these em julho de 1867, a qual versava sobre as doenças de figado. Partindo depois para Fronteira, como medico do partido da camara, falleceu sendo ainda muito novo, pois apenas contava 28 annos incompletos.

Assis de Carvalho *(Francisco de)*. Celebre medico, lente de zoologia na Academia Real das Sciencias e na Escola Polytechnica de Lisboa, etc. N. em Faro a 5 de outubro de 1798, e fal. em Lisboa a 24 de fevereiro de 1851. Cursou os estudos preparatorios na terra da sua naturalidade, partindo depois para Coimbra, matriculando-se em medicina na Universidade, sendo quatro vezes premiado nos diversos annos do curso. Obtendo o grau de bacharel, preparava-se para fazer os seus actos de formatura, quando foi, juntamente com outros estudantes, riscado da Universidade, em maio de 1829, pelo governo absolutista, perseguição devida ás suas manifestas e reconhecidas idéas liberaes. D. Pedro IV era-lhe muito affeiçoado, e em 1833, sendo regente do reino em nome de sua filha, a rainha D. Maria II, querendo compensar até certo ponto os dissabores que o joven medico soffrera, nomeou-o, por decreto de 19 d'agosto, director do Jardim Botanico d'Ajuda, cargo que exerceu por mais de sete annos, com muito acerto e provada capacidade. Em março de 1834 foi mandado exercer as funcções de medico clinico do hospital militar de S. Francisco, no impedimento de Antonio Miguel da Silva Reis; em 31 d'agosto de 1835 foi nomeado vogal das juntas de saude e medico dos hospitaes do castello de S. Jorge; em 19 de janeiro de 1836, escolhido na assembléa de socios effectivos da Academia Real das Sciencias, para lente da cadeira de zoologia da mesma academia; em 12 de novembro de 1844 nomeado vice-provedor de saude do bairro de Santa Catharina; em 19 de setembro do 1846, membro da junta de saude da guarda nacional de Lisboa, e em 2 de março de 1848, lente da cadeira de zoologia na Escola Polytechnica, por unanime approvação n'um brilhante concurso. Em julho de 1849, a cadeira de zoologia da Academia Real das Sciencias deixou de ser considerada como preparatorio para a Escola Medico-Cirurgica, e a Academia, tendo de cumprir as disposições legatarias do padre mestre fr. José Mayne, resolveu abrir um curso elementar de historia natural accommodado a todas as intelligencias, e foi Assis de Carvalho o escolhido para fazer as prelecções do curso. Entrando bem a seu pesar na vida politica, pois collocava acima de tudo os seus estudos predilectos e o desempenho consciencioso dos seus deveres do professorado, foi eleito deputado em 1848, pela cidade da Faro. Tomou então parte em muitos trabalhos parlamentares, sempre com muita intelligencia e assiduidade. No principio do anno de 1851, estando o seu nome indigitado pela opinião publica e pelas conveniencias partidarias, para membro d'uma proxima composição ministerial, succumbiu quasi repentinamente, victima d'uma congestão cerebral, provocada pela impressão que lhe causou na tribuna uma discussão violenta e acalorada, contando pouco mais de 52 annos de edade. A sua morte foi muito sentida e commemorada em uma das sessões da camara.

Assis de Carvalho *(Henrique)*. Capitão de artilharia, escriptor e jornalista distincto. Era filho do dr. Francisco Assis de Carvalho. Foi redactor de diversos jornaes em que se conta o *Diario illustrado*, *Gazeta Commercial*, e por muitos annos do antigo *Jornal da Noite* de que era proprietario e redactor principal Antonio Augusto Teixeira Vasconcellos Henrique Assis de Carvalho falleceu ha annos, contando talvez pouco mais de 40 annos de edade.

Assis Leite *(Francisco Luiz)*. Cirurgião e lente da cadeira de Hygiene, Pathologia e Therapeutica externa da Escola de Lisboa, etc. Falleceu ainda muito novo, nos principios do anno de 1826. Escreveu: *Discurso pronunciado na installação da real Escola de Cirurgia no Hospital de S. José, em 27 de Septembro de 1825, estando presente o muito alto e muito poderoso Imperador e Rei o Senhor D. João VI: mandado imprimir pela viuva D. Maria da Natividade Leite*,. Lisboa, 1829.

Assis Rodrigues *(Francisco de)*. Professor de esculptura e director da Academia das Bellas Artes de Lisboa, etc. N. n'esta cidade a 12 de outubro de 1801, onde tambem falleceu a 1 de fevereiro de 1877. Era filho de Faustino José

Rodrigues e de D Febronia Rosa do Carmo. Em 1813, tendo 11 annos de edade, matriculou-se na aula e laboratorio de esculptura, então addida á repartição das obras publicas, da qual era professor proprietario Joaquim Machado de Castro, e seu pae o substituto. Cursando ao mesmo tempo os estudos de humanidades e das linguas franceza e italiana, concluiu os dez annos de curso de desenho e esculptura na conformidade do regulamento respectivo, e passou á classe de ajudante da referida aula, por aviso de 30 de dezembro de 1823. Pelo fallecimento de seu pae, em 11 de fevereiro de 1829, foi iuterinamente encarregado da regencia da aula, e pouco depois preferido em concurso a tres outros oppositores, e nomeado professor em 25 de maio d'esse referido anno. Quando se fundou a Academia das Bellas Artes, por decreto de 25 de outubro de 1836, teve o logar de professor proprietario de esculptura, e pelo fallecimento do dr. Francisco de Sousa Loureiro, director geral da academia, foi, sem o requerer, proposto e promovido a este logar, por decreto de 7 de maio de 1845. Francisco de Assis Rodrigues era condecorado com o grau de official da ordem de S. Thiago, e tinha o titulo do conselho de sua magestade. São obras suas: a estatua da *Piedade*, collocada no vestibulo do palacio d'Ajuda; a da *Naiade*, que esteve no centro da cascata do antigo Passeio Publico, hoje Avenida da Liberdade; a de *Gil Vicente* no frontão do theatro de D. Maria. São tambem trabalhos seus os modelos e a direcção da esculptura do grupo do tympano do mesmo frontão, representando *Apollo e as muzas*, a *Comedia* e a *Tragedia* sobre os angulos, e as *quatro partes do dia* nas tabellas do attico, cujos desenhos são do professor Antonio Mauuel da Fonseca. Esculpiu aiuda dois genios em marmore de Italia, um representando o *Amor dormindo*, copia d'um modelo de C. A. Fraikin, estatuario belga, e outro de sua composição, representando a *Musica*, os quaes pertenceram a el-rei D. Fernando. Compoz e executou uma estatua de Camões, de grandeza natural, e um pequeno grupo em que apparece o *Genio da Nação*, em attitude de coroar o poeta; modelou e reduziu a gesso e a cera o busto do visconde de Castilho (Antonio Feliciano de Castilho); modelou egualmente os retratos do padre Miguel André Biancardi, o de Antonio Evaristo do Valle, que passou a marmore, e collocou sobre o respectivo tumulo no cemiterio occidental; e bem assim os do vice-inspector da Academia, o marechal João José Ferreira de Sousa, dos professores Benjamin Comte, J F. Ferreira de Freitas, Domingos José da Silva, etc. Publicou os seguintes escriptos: *Memoria de Esculptura, apresentada e preferida no concurso para o provimento do logar de professor substituto da Aula e laboratorio de Esculptura*, Lisboa, 1829; tiraram se sómente 175 exemplares; *Methodo das proporções e anatomia do corpo humano, dedicado á mocidade estudiosa, que se applica ás artes do desenho*, Lisboa, 1836, com uma estampa; *Commemoração ou breve biographia do insigne professor Joaquim Machado de Castro*, inserta na *Revista Universal Lisbonense* n.º 9, de 17 de novembro de 1842; *Biographia de Faustino José Rodrigues*, seu pae, no mesmo jornal, n.º 21, de 8 de fevereiro de 1843; *Discurso pronunciado na sessão publica triennal, e distribuição dos premios da Academia das Bellas Artes de Lisboa, na presença de SS. MM. FF. e Altezas, em 30 de dezembro de 1852*, Lisboa, 1852, 8.º gr. de 19 pag.; junto a elle acha-se o *Relatorio*, lido na mesma occasião pelo professor Francisco Vasques Martins, secretario da Academia; *Discurso pronunciado na sessão publica trimensal e distribuição dos premios* etc., *em 25 de Outubro de 1856*. Lisboa 1856, 8.º gr., 15 pag., seguido do *Relatorio* do professor secretario, como o antecedente; *Na sessão publica e triennal e distribuição de premios da Academia das Bellas Artes de Lisboa na presença de Suas Magestades, em 25 de Março de 1862. Discurso pronunciado pelo Director*, etc., Lisboa, 1862, 8.º de 22 pag. Ao *Discurso* segue-se o *Relatorio* do professor secretario da Academia Francisco Vasques Martins, e depois com rosto e numeração separada; *Academia das Bellas Artes de Lisboa, quinta exposição, descripção das obras de bellas artes*, etc. *Diccionario technico e historico de pintura, esculptura, architectura e gravura*, Lisboa, 1875.

Assistencia. Acção de assistir ou estar presente a alguma pessoa por estima ou obsequio, assiduidade em acompanhar alguem, companhia e cuidados dispensados aos enfermos, soccorro pecuniario ou em mantimentos, subsidio de dinheiro para algum fim. ‖ Auditorio, collectividade dos circumstantes. Intervenção judicial d'um individuo n'um pleito, no qual não é parte, mas em que tem interesse. Presença n'um logar, e sobretudo presença d'um official publico, d'um ecclesiastico, no exercicio do seu ministerio. Direito de assistir a qualquer cousa, de estar presente em qualquer parte. Assembléa, reunião de pessoas n'um mesmo logar, para tomarem parte em commum, em qualquer cousa. Em algumas ordens religiosas, dá-se o nome de *assistencia* aos corpos que compõem o conselho da ordem: uma *decisão da assistencia, reunir a assistencia*, etc.

Assistencia judicial. Instituição que tende a proporcionar aos indigentes a defeza dos seus direitos e interesses perante a justiça. Nos tribunaes diz-se abreviadamente a *assistencia, obter a assistencia*. O procurador regio tem o direito de provocar a retirada da *assistencia*. Os juizes são obrigados a nomear advogados gratuitos aos indiciados pobres, ordenar gratuitamente os processos orphanologicos, etc. No crime ainda hoje vigora a disposição do artigo 1:253 da *Novissima Reforma Judiciaria*, que permitte assistencia da parte queixosa para auxiliar a justiça, e pódem tanto o queixoso como o arguido ser assistidos por um ou dois advogados. O Codigo Civil, no artigo 634, admittia a parte interessada a assistir quaudo a causa era sustentada pelo ministerio publico.

Assistencia judiciaria. Foi approvado por lei de 21 de julho de 1899 o regulamento de 1 d'agosto do mesmo anno. Deve-se ao sr. José d'Alpoim, quando geriu a pasta dos negocios da justiça. A proposta d'esta lei, os pareceres das commissões de legislação civil, sua discussão e approvação, encontram-se no *Diario das sessões* da camara dos deputados de 1899, n.º 34, pag. 5; n.º 35, pag. 7; n.º 36, pag. 4; n.º 37; pag. 7; n.º 38, pag. 6; n.º 45, pag. 6; n.º 46, pag 11, e no *Diario das sessões* da camara dos pares de 1899, pag. 333 e seguintes. Junto a cada vara civel de Lisboa ha uma commissão, que tem por presidente o delegado da vara respectiva.

Assistencia Nacional aos Tuberculosos. Associação de beneficencia devida á generosa iniciativa de sua magestade a rainha senhora D. Amelia, para exercer acção no continente do reino, ilhas adjacentes e possessões ultramarinas, cuja séde é em Lisboa. O fim d'esta benemerita instituição é estabelecer hospicios, asylos ou enfermarias, privativos para tisicos, para lhes minorar o soffrimento e impedir o contagio de que possam ser causa; construir sanatorios para tratamento de tuberculosos curaveis; crear hospitaes maritimos para creanças escrofulosas, ou tendentes a contrahir a tuberculose; fundar institutos regionaes de observação, estudo e tratamento d'esta terrivel doença, e estabelecer em differentes pontos do paiz dispensarios para tratamento e distribuição de soccorros aos doentes e suas familias, etc. Nos respectivos estatutos diz-se que os estabelecimentos creados pela Assistencia Nacional aos Tuberculosos poderão ser custeados e mantidos pela sociedade ou por ella confiados, depois de organisados, ás administrações dos hospitaes do Estado, de corporações administrativas, ou de associações de caridade, nos termos e condições que fôrem accordadas. A inauguração da Assistencia realisou-se no dia 11 de junho de 1899, n'uma sala do Ministerio do Reino, sob a augusta presidencia da rainha senhora D. Amelia, assistindo numerosas pessoas para tal fim convidadas. Foi então nomeada a mesa que devia dirigir os trabalhos, a qual ficou constituida pelos seguintes senhores: marquez da Praia e de Monforte, segundo presidente; José Maria dos Santos, 1.º vice-presidente; conselheiro J. J. da Silva Amado, 2.º vice-presidente; conselheiro Pereira de Miranda, thesoureiro; D. Antonio de Lencastre, secretario geral, que estava então no estrangeiro, a estudar os estabelecimentos destinados ao tratamento da tuberculoso e a reunir todos os elementos respectivos; tenente-coronel Carlos du Bocage, secretario da mesa; dr. Silva Jones, 2.º secretario. O sr. dr. Vicente Rodrigues Monteiro ficou incumbido de elaborar os estatutos. Por ordem de sua magestade a rainha foi declarada aberta uma subscripção, e interrompendo-se a sessão, vieram á meza inscrever os seus nomes, muitas das pessoas presentes, importando as quantias então subscriptas n'um total de réis 60:118$100 para fundo social, sendo 3:600$000 réis annuaes. El-rei senhor D. Carlos subscreveu com 10:000$000 réis e a rainha senhora D. Amelia, com 5:000$000 réis. Durante a sessão offereceram incondicionalmente os seus serviços os seguintes jornaes: *O Commercio do Porto*, *O Correio Nacional*, *O Diario de Noticias*, *O Diario da Tarde*, do Porto, *A Mala da Europa*, *O Mundo Catholico*, *O Seculo* e *A Vanguarda*. Na subscripção entraram tambem as redacções do *Commercio do Porto*, *Correio Nacional*, *Diario de Noticias*, *Seculo*, *Diario Illustrado*, *Economista*, *Occidente*, *Novidades*, *Perfis contemporaneos* e *Brazil-Portugal*. No dia 19 do referido mez de junho foi apresentada ao parlamento uma proposta em que o governo se associava á grande cruzada contra a tuberculose. Relatada pelo dr. Moreira Junior a proposta converteu-se em projecto pelas commissões respectivas, sendo unanimemente approvado, depois de ligeiras modificações, pela camara dos deputados na sessão de 13 de julho referido do anno de 1899. Passando á camara dos pares, o projecto ficou posteriormente traduzido na carta de lei de 17 de agosto seguinte. Os poderes publicos limitaram-se a promulgar disposições de natureza a facilitar em tudo a acção da iniciativa particular, attribuindo-lhe os recursos pecuniarios, que eram indispensaveis. A Assistencia carecia d'elles para estar á altura da sua missão. Como o estado não era o unico a partilhar dos beneficios da Assistencia, o legislador reuniu no mesmo diploma os tres elementos de organisação social: estado, municipio, e parochia, por intermedio das instituições de piedade, impondo a cada um parte dos sacrificios com que todos deviam contribuir a bem de tão util instituição. Os fundos d'esta proveniencia são compostos pelo subsidio annual do Estado, de 20:000$000 réis, os das camaras municipaes, a decima parte da receita ordinaria que as instituições de piedade são obrigadas a applicar a actos ou estabelecimentos de beneficencia. A subscripção que, logo no dia da sessão inaugural attingira a tão elevada importancia, elevou-se até á data da approvação dos estatutos, alvará de 26 de dezembro de 1899, á quantia de 79:040$205 réis. Depois de publicado o alvará a augusta Presidente encarregou os srs. conselheiro Curry Cabral, dr. Alfredo Luiz Lopes e Frederico Palha de dirigirem os trabalhos de propaganda, constituindo estes senhores a mesa da grande Commissão de Propaganda da Assistencia, a qual desenvolveu enorme trabalho angariando novos socios, distribuindo circulares, convidando a imprensa a auxiliar a idéa; os consules para todos os portuguezes poderem contribuir de accordo com o seu amor patrio, e os bancos e companhias, principalmente do districto de Lisboa. Reconhecendo-se a necessidade de crear verbas de rendimento certo com que se pudessem sustentar os estabelecimentos creados pela Assistencia, fizeram-se convites em duas circulares: a primeira dirigida ás pessoas que deveriam compor as differentes commissões; a segunda a todas as pessoas do districto de Lisboa, de que os parochos e regedores tinham conhecimento, e estivessem em circumstancias de concorrer com a sua subscripção. O resultado foi deveras grandioso. A 28 de setembro ainda de 1899, durante a festa que a legação portugueza do Rio de Janeiro, celebrou commemorando o anniversario natalicio de suas magestades, a sr.ª D. Amelia Lampreia, esposa do sr. João d'Oliveira de Sá Camello Lampreia, então encarregado dos negocios n'aquella Republica, iniciou uma subscripção entre portuguezes e brazileiros, ali residentes, a favor da Assistencia, que rendeu 60:000$000 réis. Organisou-se depois, uma commissão por todo o Brazil, a qual fez larga propaganda, recolhendo, até junho de 1900, a quantia de 110:000$000 réis, em moeda fraca, que foi entregue a sua magestade a rainha senhora D. Amelia, n'uma letra do valor de réis 29:004$225, moeda portugueza. Recorrendo aos estatutos, vê-se que os socios são divididos em tres classes: 1.ª *fundadores*, os que concorreram á reunião preparatoria no dia 11 de junho de 1899, ou a ella tinham adherido até á approvação dos estatutos; 2.ª *effectivos*, os que, depois da constituição da sociedade, concorreram, pelo menos, com a quota annual de 2$400 réis; 3.ª, 4.ª e 5.ª *bemfeitores*, *titulares* e *doadores*, os que con-

correram com a quota annual de 120$000 réis, 48$000 réis ou 24$000 réis, respectivamente. Os socios que concorrerem com a quota especial de 200$000 réis por anno para custeio d'uma cama de doente nos internatos da Assistencia, poderão dispôr d'essa cama para n'ella fazerem tratar o enfermo, adulto ou creança, que determinarem. Todo o socio poderá em qualquer tempo remir o encargo das suas quotas e passar a socio vitalicio da respectiva classe, antecipando o pagamento, por uma só vez, de 15 prestações vincendas. Os socios bemfeitores e os de quota especial para custeio de cama, que remirem as suas subscripções, terão o nome inscripto, aquelles em logar apropriado d'um dos estabelecimento da Assistencia, e estes, á cabeceira do leito respectivo. A gerencia administrativa é commettida a um conselho central, de que é presidente perpetua sua magestade a rainha senhora D. Amelia; 2.º presidente, o sr marquez da Praia e Monforte; 1.º vice-presidente, o sr. José Maria dos Santos; 2.º vice-presidente, o sr. José Joaquim da Silva Amado; thesoureiro, o sr. Antonio Augusto Pereira de Miranda; advogado, o sr. Vicente Rodrigues Monteiro; secretario geral, o sr. D. Antonio Maria de Lencastre; 1.º secretario, o sr. Carlos Roma du Bocage; 2.º secretario, o sr. Guilherme Maria da Silva Joues; vogaes: os srs. João Henrique Ulrich, José Curry da Camara Cabral, Polycarpo Pecquet Ferreira dos Anjos. O conselho fiscal é composto dos seguintes srs.: Antouio Augusto de Carvalho Monteiro, Francisco Augusto de Oliveira Feijão, e Manuel de Castro Guimarães. A commissão executiva pelos srs.: D. Antonio Maria de Lencastre, presidente; Guilherme Maria da Silva Jones, secretario; João Ulrich, Antonio Augusto Pereira de Miranda, e Vicente Rodrigues Monteiro, vogaes. A commissão de Propaganda, com as sub-commissões, realisou a sessão solemne da sua installação em 4 de fevereiro de 1900, na sala do risco do Arsenal de Marinha, sob a presidencia de sua magestade El-rei, assistindo sua magestade a Rainha e muitos socios pertencentes ao conselho central, e ás commissões de Propaganda, executiva, fiscal e sub-commissões. Ficaram assim constituidas: *Mesa da grande commissão de Propaganda*: presidente, sua magestade El-rei; vice-presidente o sr. dr. Curry Cabral; 1.º secretario, o sr. dr. Alfredo Luiz Lopes; 2.º secretario, o sr. Frederico Palha. As mezas das sub-commissões: de *Zeladores:* presidente, o sr. cardeal patriarcha; vice-presideute, sr.ª duqueza de Palmella; secretarios: os srs. D. João d'Alarcão e Alberto de Moraes Carvalho, e mais vogaes. De *Festas*, presidente, sr. coude de Sabugosa; secretarios: sr.ª D. Maria do Patrocinio de Barros Lima de Almeida, e os srs. Nuno Queriol e Jayme Arthur da Costa Pinto, e mais vogaes. De *Divulgação*: presidente, sr. dr. José Curry da Camara Cabral; secretarios, os srs. dr. Alfredo Luiz Lopes e José Fernandes da Costa. Das *Quêtes:* presidente, o sr. arcebispo de Mitylene; secretarios, as sr.ªˢ D. Maria Ignacia de Sousa Botelho Brederode e D. Marianna Casal Ribeiro de Carvalho, o monsenhor Carlos Alberto Martins do Rego, e o sr. Frederico Palha, e mais vogaes. De *Estudo e Estatistica da Tuberculose:* presidente, o sr. dr. Manuel Antonio Moreira; secretario, o sr. dr. Arthur Ravara e mais vogaes. De *Prophylaxia:* presidente, sr. dr. Ricardo Jorge; secretario, o sr. dr. José Joaquim d'Almeida, e mais vogaes. A Assistencia Nacional dos Tuberculosos não procura somente distribuir recursos aos que d'elles necessitam, aspira a um ideal mais grandioso, de alcauce mais social, pela applicação de medidas muito complexas, combater não só os effeitos, mas a propria tuberculose; aspira a realisar nos tempos modernos, em relação á tisica, o que se fez nos seculos anteriores contra a lepra, que foi vencida por um só meio, o isolamento, a sequestração do enfermo, evitando assim o contagio. No congresso dos *Nucleos da Liga Nacional contra a Tuberculose*, a Assistencia tomou parte, por convite muito honroso, na sessão inaugural realisada em 11 d'abril de 1901, fazendo-se representar pelo seu secretario geral. Posteriormente, tambem recebeu convite, para o congresso britannico da tuberculose, que, sob os auspicios do rei Eduardo VII, se effectuou em Londres, no mez de julho do referido anno; foi ainda o secretario geral, o sr. dr. D. Antonio de Lencastre, quem assistiu áquelle congresso. No plano que a Assistencia julgou necessario na lucta a que se propôz n'um paiz, como Portugal, de meios tão heterogeneos, os que, com tantas difficuldades tem procurado realisar, são o estudo da tuberculose debaixo do ponto de vista bacteriologico, a applicação de medidas especiaes de prophylaxia, a propaganda geral e educação do publico, os sanatorios para tuberculosos, os hospitaes suburbanos para centrifugação, os dispensarios a completar agora com os hospitaes de repouso, os sanatorios para escrofulosos e os serviços largos de banhos de mar ás creanças fracas. Os sanatorios são em *Outão* (V. *este nome*), em Carcavellos (V. *este nome* e *Almeida, José Joaquim de*) e já foi escolhido terreno na cidade da Guarda, para se construir um sanatorio, que se intitulará *Sousa Martins*. Hospitaes suburbanos estão em projecto os de Coimbra, Braga e Portalegre. Dispensarios existem: em Lisboa, no Porto, inaugurado em 1 de janeiro de 1902; Faro, inaugurado n'este mesmo dia; Bragança, que já está funccionando; e Vianua do Castello, aiuda em construcção. O dispensario de Lisboa (V. *Dispensarios*), estabelecido na rua do Alecrim, foi inaugurado com o maior enthusiasmo em maio de 1901, pela benemerita iniciadora da Assistencia, sua magestade a rainha senhora D. Amelia. Os doentes começaram a affluir, e desde então ás horas das consultas o dispensario se vê repleto de infelizes que vão reclamar os soccorros dos distinctos medicos, e com especialidade do director clinico, o sr. dr. Alfredo Luiz Lopes, que tem sido incansavel trabalhador, e que conjunctamente com os medicos seus ajudantes carinhosamente os ausculta e examiua, applicando os remedios precisos, recommendando o maximo cuidado aos enfermeiros. Tendo-se elevado muita vez a mais de 300 o numero de clientes que por dia affluem á consulta d'este Dispensario, foi necessario abrir uma consulta á tarde, em 1902, a qual ficou a cargo do sr. dr. Henrique Mouton. O movimento de doentes continua a ser enorme, em media, mais de 200 de manhã e 70 á tarde, tendo sido muita vez excellentes os resultados ali obtidos. Os relatorios da Assistencia Nacional dos Tuberculosos são importantissimos e do maximo interesse; ali se manifestam bem os esforços, boa

vontade e sacrificios que todos os membros das differentes commissões empregam para a conservação e prosperidade d'uma tão util instituição, o notavel augmento no numero dos socios, e os valiosos e diversos donativos com que tem sido auxiliada. Sua magestade a rainha senhora D. Amelia tem sido da mais extreme dedicação, chegando muitos dias a assistir ás consultas no Dispensario da rua do Alecrim, dirigindo aos enfermos phrases benevolentes e animadoras, soccorrendo-os do seu bolsinho particular com muitas esmolas, dando tambem por varias vezes quantias valiosas para mais largamente se poder dispôr de senhas para jantar; sua magestade El-rei todos os mezes tem enviado 300 senhas de jantar, para serem distribuidas pelos doentes. Muitas pessoas caridosas, cujos nomes estão registados nos respectivos relatorios, teem mandado egualmente senhas de jantar. A administração do hospital de S. José tomou a seu cargo, gratuitamente, a desinfecção e lavagem das roupas. Por iniciativa da sub-commissão de Divulgação, tem-se publicado muitos artigos de propaganda em jornaes de medicina, e em outros, tanto de Lisboa como do Porto. A commissão de Propaganda tem publicado os seguintes livros: *Cartilha de preceitos para a defeza individual da tuberculose*, de que se fez a tiragem de 20:000 exemplares; *Alguns aphorismos populares*; houve duas edições, de 12:000 exemplares cada uma; *A tuberculose* (defeza individual), trabalho de que a *Cartilha* é resumo. Esta ultima publicação é enriquecida com um desenho d'el-rei, e foi dada á estampa n'uma edição muito nitida; teve a tiragem de 5:000 exemplares. Por deliberação do conselho ficou decidido pôr á venda parte da edição por preço modico, destinando-se o producto ao seu custeio, distribuindo-se gratuitamente o resto dos exemplares pelos professores primarios, para poderem, do fructo colhido do seu estudo, transmittir aos seus discipulos noções seguras sobre a Prophylaxia da tuberculose. A sub-commissão de Prophylaxia elaborou um folheto, intitulado: *Instrucções populares contra a tuberculose*, de que se distribuiram 25:000 exemplares, e umas instrucções para a *Desinfecção dos escarradores*, de que tambem se fez larga distribuição.

Assistencia publica. Administração publica de soccorros e de beneficencia, comprehendendo os hospitaes, hospicios, repartições de beneficencia, todos os serviços organisados para soccorrer a indigencia. Em Portugal, comquanto não houvesse nunca uma legislação especial respectiva á assistencia publica, sempre ella se manifestou, e sempre progressivamente por uma serie de instituições, quer officiaes, quer particulares, concernentes todas a soccorrer os pobres e a alliviar os horrores da miseria. Entre estas instituições de caridade figuram as *casas de misericordia*, *hospitaes*, *albergarias*, *irmandades e confrarias*, *caixas de beneficencia nas parochias*, *casas de asylo da infancia desvalida*, *asylos de mendicidade*, não falando no grande numero de associações de soccorros mutuos e de monte-pios espalhados por todo o paiz. Por decreto de 26 de novembro de 1851 foi concentrada a superintendencia dos estabelecimentos de beneficencia em um *conselho geral*, alargando-se assim a esphera da sua acção, como fôra decretado em 6 de abril de 1835. O *conselho geral de beneficencia* superintende, nos termos do regulamento, á direcção da Santa Casa da Misericordia de Lisboa, dos hospitaes de S. José, de S. Lazaro e de Rilhafoles, para alienados, do Asylo de Mendicidade, com todos os estabelecimentos de merceeiras existentes; dos recolhimentos e de quaesquer outros estabelecimentos da mesma natureza e em eguaes circumstancias.

Assistente. O que concorre com a sua companhia ou assiste a alguem por attenção ou acatamento; o que toma parte nos actos d'algum governo, junta ou conselho; o que comparece em juizo por procuração, substituindo alguem. ‖ *Padre assistente*. O que na companhia dos jesuitas servia de conselheiro geral em materias de gravidade. ‖ *Madre assistente;* a que nos conventos de freiras substituia a abbadessa. ‖ *Prelados assistentes;* os prelados que ajudam o sagrante na cerimonia da sagração dos bispos. ‖ O presbytero que assiste, paramentado de pluvial, ao celebrante na sua primeira missa. ‖ *Medico assistente;* o medico que trata habitualmente do enfermo. ‖ Nome que se dava antigamente a dois advogados. que tinham obrigação de estar presentes á audiencia para assistir de advogado do litigante em reclamação civil.

Assó *(Quinta do)*. Na freg. de N. S.ª das Neves, conc. e distr. de Beja.

Assobiador *(Monte do)*. Na freg. de S. Domingos, de Maranhão, conc. d'Aviz, districto de Portalegre.

Associação. Acção de associar, companhia, união, convenção de differentes pessoas para um fim ou interesse commum. N'um sentido mais lato, a palavra *associação* applica-se á sociedade conjugal, á familia, á communa, á cidade, á nação ou Estado, á Egreja ou communhão religiosa, finalmente a toda a humanidade. E' uma lei universal e natural, que tem de sujeitar-se a diversas cousas, nascendo d'aqui a variedade na fórma, na essencia e até nos fins A associação como hoje existe, é nova em Portugal, mas no sentido geral, é uma instituição velha. Convém distinguir, em primeiro logar, a associação propriamente dita, da familia e da sociedade civil, porque estas são o resultado da natureza physica, moral e social do homem, e não uma creação da sua vontade. As clausulas do contrato familiar e do contrato social são predeterminadas pela nossa consciencia e pela nossa faculdade juridica; não pódem ser facultativas, ou antes, não se póde empregar n'este caso a palavra *contrato*, senão desviando-a do seu verdadeiro sentido. A associação propriamente dita, pelo contrario, nasce do concurso perfeitamente livre e facultativo de vontades individuaes, que se propõem a realisar uma idéa commum, satisfazer uma necessidade commum, especial. As differentes especies de associações propriamente ditas dividem-se naturalmente em duas classes, uma, cujos individuos que se associam, teem por objecto a satisfação d'uma necessidade immaterial, intellectual ou moral, outra, cujos individuos teem unicamente em vista um proveito, uma vantagem material. As associações de primeira classe fórmam diversos grupos: *associações religiosas*, isto é, ordens religiosas, congregações, confrarias, communidades, etc.; *associações de beneficencia, de caridade, de philantropia*, cujo fim é a propagação da instrucção, o desenvolvimento da moralidade humana; associações que se destinam ao adeantamento das le-

tras, das artes, das sciencias, da industria, agricultura, etc., isto é, academias, sociedades geologicas, archeologicas, chimicas, botanicas, etc., associações politicas. As associações de segunda classe formam duas secções: em uma d'ellas classificam-se as diversas sociedades ou companhias commerciaes, industriaes, agricolas, financeiras e as diversas combinações que tenham em vista o consumo e recreio em commum; na outra as diversas sociedades de previdencia, isto é, sociedades de soccorros mutuos, seguros, cooperativas, caixas de credito, instrucção popular, etc. A approvação dos estatutos das associações só depende dos governadores civis. O desenvolvimento da associação popular, em Portugal, data do anno de 1848. N'esta epoca, alguns homens cheios de nobres aspirações, lançaram poderosos alicerces ao edificio da associação. Nas assembléas populares e no jornalismo appareceram dedicados apostolos, intelligencias reconhecidas, e o principio venceu numerosos obstaculos, que se lhe opposeram. A associação vinculou-se finalmente com uma instituição util. e como semente fecunda começou a plantar-se em todo o paiz. Existiam já algumas associações, porém muito poucas. Havia apenas, segundo parece, a *Sociedade dos artistas lisbonenses*, fundada em 1838, e algumas associações de soccorros mutuos, que se crearam depois de 1840. O primeiro nome que se encontra na historia das associações em Portugal é o de Francisco Maria de Sousa Brandão, que foi o apostolo mais dedicado das classes operarias, tanto com a penna como com a palavra. O seu nome encontra-se na historia da fundação de grande numero de associações de soccorros mutuos, cooperativas de consumo, de producção, bancos populares, etc. O primeiro jornal, o estandarte das associações, foi o *Ecco dos operarios* publicado em 1850, o qual era redigido por Sousa Brandão e Lopes de Mendonça, reunindo-se-lhes mais tarde Vieira da Silva. Outros jornaes se publicaram depois, com o mesmo fim, porém o *Ecco* foi quem mais levantou o espirito das classes operarias, tratando proficuamente das questões sociaes. D'este jornal nasceu a primeira associação denominada *Associação operaria*, e o projecto de estatutos foi ali publicado (V. *Associação operaria*). Os operarios estavam sem associações, e por consequencia, sem recursos, quando a doença os impossibilitasse de trabalhar, ou então existiam agremiados em irmandades. Houve grande lucta para estabelecer a associação, que era considerada como um centro de revolucionarios. Hoje a classe commercial, uma das mais numerosas, é a que tem comprehendido melhor o principio associativo, e o tem firmado em bases mais solidas. V. *Associação, historia e desenvolvimento das associações portuguezas*, por Costa Goodolphim, publicado em 1876.

Associação academica de Lisboa. Fundada pelos alumnos das differentes escolas da capital. Os estatutos fôram approvados pelo alvará do Governo Civil, de 23 d'agosto de 1882. O fim d'esta associação era realisar a união da classe academica, de modo a promover o seu desenvolvimento physico, moral e intellectual, inteiramente alheia a fins politicos. Estabelecer um gymnasio e uma sala de esgrima, crear um jornal exclusivamente destinado a tratar d'assumptos scientificos, ou outros que possam interessar á classe academica, estabelecer cursos de disciplinas de instrucção secundaria ou superior, em condições vantajosas para os estudantes menos abastados, e uma caixa de soccorros para auxiliar os estudantes que fôssem dignos de protecção, etc.

Associação dos Albergues Nocturnos. V. *Albergues Nocturnos.*

Associação dos advogados de Lisboa. Em portaria de 23 de março de 1838, o ministro do reino, Antonio Fernandes Coelho, conformando-se com o parecer do Procurador Geral da Corôa, em nome da rainha, a sr. D. Maria II, approvou os estatutos da *Associação dos Advogados de Lisboa*. O objecto d'esta associação era conseguir a organisação definitiva da ordem dos advogados e auxiliarem-se os associados mutuamente tanto para consultas como para manutenção dos seus direitos. Seriam socios todos os advogados que se inscrevessem dentro de 60 dias contados da approvação dos estatutos, e os que o não fizessem n'esse termo não poderiam inscrever-se sem approvação da associação. Haveria um presidente, um secretario e um thesoureiro, eleitos annualmente. As sessões seriam de tarde, podiam effectuar-se qualquer que fôsse o numero de socios presentes, e seriam sempre publicas. A direcção responderia a consultas que lhe fôssem dirigidas, revertendo os respectivos honorarios para o cofre social. A associação empregaria os meios conducentes a promover o emprego da sua classe nos auditorios. A associação regular-se-hia por um regimento interno. O regimento interno da direcção que, com pequenas modificações ainda hoje vigora, é de 26 de novembro de 1856, e está assignado pelo presidente José Maria Silveira da Costa Silveira da Motta e pelo secretario Antonio Joaquim da Silva Abranches. Por esse regimento havia socios honorarios, e socios effectivos, mas por um outro regimento parcial, feito em 21 de fevereiro de 1894 e assignado pelo vice-presidente, servindo de presidente, Henrique Midosi e pelo secretario Francisco Antonio da Veiga Beirão, regulou-se a admissão de socios correspondentes. No tocante á organisação definitiva da ordem dos advogados, ha a nota, o projecto elaborado pela associação e que foi apresentado á Camara dos Deputados em 16 de abril de 1880 pelo socio e deputado Francisco Beirão. Esse projecto chegou a ter parecer da commissão de legislação civil em 1 de junho de 1881, mas apezar de impresso e distribuido não chegou a ser discutido. Em sessão de 6 de fevereiro de 1884 foi renovada a iniciativa d'esse projecto pelo deputado Frederico Arouca, e em sessão de 28 janeiro de 1885 tornou-o a ser pelo primitivo apresentante, o qual posteriormente ainda, como ministro da justiça, o tornou a submetter á mesma Camara em sessão de 9 de julho de 1887 encorporando-o com ligeiras modificações no projecto de organisação judiciaria, acerca do qual corre impresso um douto parecer da respectiva commissão de que foi relator o socio e deputado Antonio Lucio Tavares Crespo. Com respeito á publicação do jornal, a associação publicou por differentes vezes os seus *Annaes* com em 1868-1869, e 1892-1893. Em 16 de julho de 1873 approvou-se um regulamento, que está assignado pelo presidente Manuel Maria Ferreira da Silva Beirão e pelo secretario perpetuo Paulo Midosi, pelo qual era creado um jornal semanal, orgão litterario da as-

sociação, cuja publicação e administração ficou a cargo d'uma commissão directora. Os membros da primeira d'essas commissões fôram os socios Antonio Abranches Ferreira da Cunha, Eduardo Abranches Ferreira da Cunha, Eduardo Daly Alves de Sá, Frederico Augusto Franco de Castro, Henrique Daly Alves de Sá, Vicente Rodrigues Mouteiro, os quaes tinham sido os proponentes da creação do jornal. A *Gazeta da Associação dos advogados de Lisboa*, que assim se ficou denominando o jornal, conta hoje sete volumes achando-se o ultimo ainda por completar. As consultas a que a associação tem respondido no largo periodo de mais de sessenta annos, tem sido muitas e abrangem por certo todos os ramos da sciencia do direito. Constam dos seus registos, e grande numero d'ellas acham-se publicadas na *Gazeta dos Tribunaes*, de que eram proprietarios e redactores os socios Antonio Gil e Antonio Maria Ribeiro da Costa Holtreman, na *Gazeta da Associação* e no *Direito*. Além das conferencias semanaes ordinarias em que se controvertem as consultas, se esclarecem as duvidas dos socios e se discutem as reformas da nossa legislação, realisam-se annualmente conferencias solemnes de abertura em que um dos socios, previamente escolhido, lê uma memoria ou oração sobre objecto livre mas que tenha relação com a sciencia do direito. Pódem apontar-se como das discussões mais cerradas e brilhantes que tem havido na associação, as do *Casamento do carrasco, Do direito successorio dos estrangeiros, Do emprestimo de D. Miguel, Nomeação de curador a si proprio*, e *Da liberdade da imprensa, Subsidio do Palacio de Crystal do Porto* e *Hypnotismo*. Como reforma dos trabalhos da associação pódem apontar-se o Cod. do Proc. Civ. e o Cod. Com. A relação quasi completa do objecto das memorias lidas nas conferencias solemnes póde vêr-se no 2.º anno da *Gazeta*, pag. 274. Mais d'uma vez tem a associação auxiliado os seus socios não só provando-lhe a sua força moral, mas até collocando-se ao seu lado, no intuito de lhes manter os seus direitos aggredidos ou ameaçados. Na sala das conferencias da associação acham-se collocados por deliberações sociaes e como homenagem aos respectivos socios, os retratos do presidente Manuel Maria da Silva Beirão, dos vice-presidentes Antonio Gil, Antonio Maria Ribeiro da Costa Holtreman, Carlos Zepherino Pinto Coelho, Ricardo Teixeira Duarte e Henrique Midosi, e dos secretarios Antonio Joaquim da Silva Abranches e Paulo Midosi. Tambem se acha na associação um retrato de Paschoal José de Mello Freire dos Reis, feito e offerecido pela ex.ma sr.a D. Herminia Teixeira Duarte. E é de lembrar que foi graças ao concurso da associação que o grande jurisconsulto logrou ter condigna sepultura. Tem esta sociedade uma já volumosa e variada bibliotheca, parte da qual lhe foi offerecida pelo socio honorario João Carlos Massa, antigo advogado em Lisboa. Os socios da associação usam uma medalha de prata com o respectivo emblema, pendente de fita encarnada. A iniciativa d'esta associação foi devida á celebração em Lisboa do congresso juridico luso-hispano-americano, e a reunião da União Internacional de Direito Penal em 1897.

Associação (Real) dos Architectos e archeologos portuguezes. V. *Architectos civis e Archeologos Portuguezes.*

Associação auxiliadora dos estabelecimentos de beneficencia e caridade em todo o reino. Fundada em 22 d'abril de 1867. O seu fim era prestar auxilio a todos os estabelecimentos de caridade que d'elle careçam; promover a distribuição de soccorros em domicilio ás pessoas reconhecidamente necessitadas.

Associação dos Bombeiros voluntarios de Lisboa. V. *Bombeiros voluntarios.*

Associação camoneana José Victorino Damasio. Fundada pelos alumnos do *Instituto Industrial e Commercial de Lisboa*, em homenagem a Luiz de Camões. Os estatutos fôram approvados na sessão da assembléa geral de 29 d'outubro de 1880. Os fins d'esta associação são: fornecer livros a alumnos pobres; instituir premios; estabelecer aulas e cursos de explicação. Tem a sua séde n'aquelle Instituto, onde por vezes tem celebrado sessões solemnes para a distribuição de premios aos alumnos subsidiados.

Associação (Real) Central da Agricultura portugueza. V. *Agricultura.*

Associação Civilisação Popular. Foi creada pela iniciativa de Antonio Augusto da Silva Lobo e Augusto Antonio d'Almeida Grillo, sendo escolhido para presidente Francisco Nogueira da Silva. Os seus fins eram instruir o povo, levando o ensino e a civilisação ás ultimas camadas sociaes, em inteira e completa harmonia com a religião do Estado e as leis politicas e civis do paiz. A inauguração foi em 24 de julho de 1862. Até ao fim d'esse anno conservou-se quasi sem vida, porém ao começar o de 1863, tendo entrado Januario Seabra, a associação tomou um esperançoso aspecto, principiando a ter notavel desenvolvimento. Logo no dia 31 de janeiro se inaugurou na sala da Sociedade Alumnos de Minerva, com a maior solemnidade, a abertura das aulas, estando presentes 24 alumnos, quasi todos operarios, que se tinham matriculado. No decurso d'este anno de 1863 estiveram abertas de dia e de noite as aulas de instrucção primaria, grammatica geral, linguas franceza e ingleza, estando em projecto uma aula para meninas, regida por uma professora, que se offereceu para leccionar gratuitamente, outra de desenho linear e geometria, e ainda outras para prelecções de direito natural, direito constitucional, historia patria e historia universal. A associação estava então estabelecida na rua dos Poyaes de S. Bento, em edificio particular, sendo o seu presidente Antonio Augusto da Silva Lobo. Os estatutos fôram formulados na sessão de assembléa geral, em 20 de julho de 1865, e approvadas e confirmados pela carta de 3 de maio de 1866. Nos estatutos dizia-se, que os meios que a associação empregava para obter o fim a que se propunha de educar e instruir o povo eram: estabelecer aulas de diversos conhecimentos humanos; palestras sobre esses conhecimentos, quando se julgasse conveniente; e publicação d'um jornal, se as forças do cofre o permittissem, para tratar das questões de industria, commercio e doutrina social, advogando assim os verdadeiros interesses das classes laboriosas. A receita, porém, estava muito limitada, porque as quotas mensaes eram apenas de 60 réis. Para o governo da associação a assembléa geral elegia todos os annos a mesa e conselho administrativo, que tratava da parte financeira, e um conselho de instrucção, que tinha a

seu cargo a fiscalisação da escola, gabinete de leitura, e finalmente tudo quanto diz respeito á instrucção. O gabinete de leitura continha vinte jornaes literarios e politicos, cedidos todos generosamente pelas redacções, que por este modo prestam tambem um serviço ás associações populares. A bibliotheca constava de alguns livros dados pelo governo, e d'outros cedidos generosamente por diversos editores, e pelos proprios autores. Em 1865, a bibliotheca, parece, que já tinha ganho certa importancia, porque n'esse anno fez-se regulamento e catalogo. A associação sustentava as seguintes aulas: instrucção primaria, portuguez, francez e desenho. A receita proveniente das quotas dos socios era muito pequena, como dissemos, mas em compensação obtinham-se donativos da familia real, e d'outras pessoas benemeritas. A camara municipal tambem contribuiu alguns annos com 100$000, e o Grande Oriente Lusitano Unido com 50$000 réis. Em 1876, esta associação, considerava-se a mais importante de Lisboa, no seu genero. No dia 24 de julho festejava solemnemente o seu anniversario, distribuindo n'essa occasião premios aos alumnos mais distinctos e menções honrosas, que eram assignadas pelos membros do conselho d'instrucção.

Associação Commercial de Lisboa. Data do anno de 1834 o começo d'esta instituição. Reuniram em sessão, no dia 15 de maio d'este anno, 277 negociantes, que resolveram formar uma sociedade sob o titulo de *Associação Mercantil Lisbonense*, com o fim de advogar e promover as conveniencias e interesses do commercio e industria do paiz. N'esta sessão resolveu-se tambem mandar convidar todos os negociantes nacionaes, para fazerem parte da associação. Formulou-se um projecto de estatutos, os quaes fôram approvados pela portaria de 4 de fevereiro da 1836. Pelos seus estudos e trabalhos para a fundação d'uma companhia para a Africa Occidental foi elogiada pelo governo em 28 de setembro de 1839. A associação durou, assim denominada, até 1855. N'este anno fizeram se novos estatutos, que tiveram approvação pelo decreto de 17 de janeiro do referido anno de 1855 expedindo-se o alvará de 1 de fevereiro, que os confirmou. Foi então, n'esta reforma, que a sociedade tomou o titulo de *Associação Commercial de Lisboa*. Os estatutos fôram mais tarde substituidos por outros, que o governo approvou pelo alvará de 7 d'abril de 1864, sendo provado que as modificações propostas haviam sido votadas e discutidas em assembléa geral, e com a expressa clausula de que seria retirada a approvação, desde que a associação deixasse de cumprir os seus estatutos, ou se desviasse dos fins a que se propozera. A Associação Commercial compõe-se de commerciantes e industriaes portuguezes e estrangeiros; tem o fim de promover os interesses d'estas classes e solicitar as providencias de que carecerem em beneficio do commercio e industria da praça de Lisboa. Mais tarde, o governo entendeu que o commercio precisava ter uma instrucção adequada e solida. a fim de melhor poder dirigir as operações em que se envolvia, e medir com mais seguro criterio o alcance dos emprehendimentos, e reconhecer tambem que a instrucção commercial estava ainda longe de satisfazer as exigencias da educação especial, que convinha dar aos que se distinavam á profissão mercantil. A Associação Commercial, no intuito de remediar a dificiencia que então havia de estudos do commercio, expoz ao governo as bases, em que sem aggravar o thesouro, poderia ser ampliado ou remodelado o curso de disciplinas professado no instituto da capital. A Associação promptificou-se a colligir as amostras de mercadorias que deviam constituir o museu de ensino, e a estabelecer tres premios annuaes, sendo um de 300$000 réis e outro de 200$000 réis, para os dois alumnos que, com melhor classificação, completassem o curso superior do commercio, e o terceiro de réis 100$000 para o que, com o maior aproveitamento concluisse o curso elementar. O governo louvou a iniciativa da Associação, e acolheu as indicações que por ella lhe foram apresentadas, e sobre as mesmas formulou a proposta de lei, que em 3 de fevereiro de 1883 levou ao parlamento. Tem a data de 12 do referido mez e anno o parecer da commissão de commercio e artes da camara dos deputados, approvando esta proposta. A commissão achava conveniente e da maior utilidade, que os estudos de commercio em Portugal chegassem ao grau de aperfeiçoamento das escolas estrangeiras. Elogiou a Associação Commercial, pelo facto de ter inspirado ao governo a indicada proposta de lei, fazendo notar a este proposito a seguinte coincidencia: «Fôram os negociantes de Lisboa que no meado do seculo passado (seculo XVIII) solicitaram do governo a organisação do ensino official das sciencias commerciaes. Fôram ainda os negociantes de Lisboa que exposeram ha pouco ao governo a necessidade d'uma reforma no mesmo ensino. O que a *Junta do Commercio de Lisboa* reclamou a 12 de dezembro de 1756, e o que a *Associação Commercial de Lisboa* tem pedido por mais d'uma vez, e ultimamente em 22 de dezembro de 1882, além de nos mostrar o elevado nivel intellectual, de que tem dado tantas provas o corpo do commercio da capital, significa tambem que são os proprios homens praticos, que, pelo lidar constante da vida mercantil, reconhecem a absoluta necessidade que teem os seus successores de possuir uma instrucção adequada, que sirva convenientemente de base ao exercicio d'aquella profissão, necessidade que se manifesta hoje com toda a evidencia em virtude da remodelação que o credito, o vapor e a electricidade se incumbiram de fazer nos processos de commerciar.» Tendo em 1893 sido substituido o curso superior do commercio pelo de *commerciantes de grosso trato*, considerado secundario, não tornou a Associação Commercial a conceder os premios referidos. Actualmente é o *Curso Superior do Commercio* considerado superior por lei e para todos os effeitos. Pela carta de lei de 7 de julho de 1898 foi autorisado o governo a decretar as providencias necessarias para que a Associação Commercial de Lisboa e a Camara de Commercio e Industria pudessem constituir uma só entidade, que seria a representante do commercio da capital. Ultimamente foi a Associação Commercial desligada da Camara do Commercio.

Associação Commercial dos Lojistas de Lisboa. V. *Lojistas de Lisboa*.

Associação dos empregados do commercio e industria da cidade de Lisboa. A sua existencia data de novembro de 1854, sendo os estatutos approvados por decreto de 20 de junho de

1855. O seu fim é ministrar soccorros aos associados nas suas enfermidades ou quando temporariamente estão desempregados, facilitar-lhes a instrucção das linguas vivas e os conhecimentos theoricos e praticos da escripturação mercantil. O governo entendia que as joias e as quotas dos estatutos, e os interesses do bazar e caixa de emprestimos, que se pretendia crear, poderiam habilitar a associação para satisfazer as obrigações do seu compromisso, mediante algum tempo e um bem regulado systema de administração. A associação, porém, não poderia instaurar a caixa economica, nem o estabelecimento do bazar, sem os respectivos regulamentos serem approvados pelo governo. A associação deveria apresentar todos os annos o relatorio e contas da sua gerencia, e ficaria sujeita á fiscalisação do governador civil do districto, como estabelecimento de beneficencia. Os estatutos fôram reformados por decreto de 30 de maio de 1862, sendo confirmados pelo alvará de 12 de julho do mesmo anno. Com esta reforma estabeleceram-se aulas nocturnas de economia social, escripturação mercantil e linguas vivas para instrucção dos associados. Para os socios e seus filhos o ensino seria gratuito; emquanto aos estranhos, só poderiam ser admittidos pagando as mensalidades que se marcavam nos estatutos. Os estatutos fôram novamente reformados em 3 de dezembro de 1872.

Associação dos empregados do Estado. Estatutos de 28 de novembro de 1855, reformados em 7 d'outubro de 1868. Tem por fim prestar aos associados, nos casos de enfermidade, soccorros de facultativos, medicamentos e subsidios pecuniarios, provêr ás despezas funerarias dos fallecidos, e auxiliar suas familias, tanto para os gastos do luto, como annualmente por uma pensão subordinada ás forças do cofre; e assegurar aos empregados suspensos, ou presos, meios de subsistencia.

Associação dos engenheiros civis portuguezes. Fundada por José Antonio Victorino Damasio, Abreu e Sousa e Almeida d'Eça. Os estatutos teem a data de 12 de janeiro de 1869, e fôram approvados pelo alvará de 12 d'abril do mesmo anno, elegendo-se a primeira direcção a 10 de maio seguinte. Tem por fim estabelecer, por meio da discussão e do trabalho em commum, as questões da sciencia e arte relativas á engenharia civil, concorrer para o desenvolvimento das sciencias applicadas aos trabalhos da industria, obras publicas e minas; diffundir pelo concurso dos seus membros o ensino profissional entre os operarios e os chefes de officinas, activar a applicação e o desenvolvimento mais conveniente das forças e riquezas do paiz, pelo estado das questões de economia politica e industria, de administração e utilidade publica, etc.; indicar aos seus membros, e especialmente aos conductores, posições e empregos na industria particular, a que possam applicar proveitosamente a sua actividade; finalmente, estabelecer relações com as sociedades analogas existentes em paizes estrangeiros. Esta associação publicava mensalmente a *Revista de obras publicas e minas*.

Associação geral do commercio e hypothecas. Estatutos de 28 d'agosto de 1856. Fôram seus fundadores os srs.: barão de Lagos, Luiz de Castro Guimarães e Anselmo José Braamcamp. Tinha por fim contrahir transacções mercantis, especialmente de commissão, depositos, descontos, hypothecas e seguros. Por decreto de 5 d'outubro de 1859 foi alterado o § 1.º do 2.º artigo dos estatutos, para que a sociedade pudesse dar principio ás suas operações, depois de realisada a primeira serie de 10:000 acções Por decreto de 26 de novembro de 1861 fôram os estatutos de 1856 substituidos por outros. Esta associação ficou annulada pelo decreto de 20 d'outubro de 1864.

Associação do Gremio Popular. V. *Gremio Popular.*

Associação da Imprensa Portugueza. V. *Imprensa Portugueza.*

Associação industrial peninsular. No dia 28 de fevereiro de 1859 reuniu-se esta associação, que tinha por fim promover as *exposições da industria.* Especialmente resolveu coadjuvar a exposição hespanhola, que acabava de ser decretada para o anno de 1862, e diligenciar que a seguinte exposição fôsse celebrada em Portugal.

Associação Industrial Portugueza. V. *Industrial Portugueza.*

Associação dos jornalistas e escriptores portuguezes. Foi fundada em 10 de junho de 1880, solemnisando o terceiro centenario de Luiz de Camões. Os estatutos fôram elaborados pela commissão executiva da imprensa, em 20 d'agosto do mesmo anno, sobre as bases votadas pela assembléa dos representantes de toda a imprensa lisbonense em 20 d'abril do referido anno de 1880. Os estatutos fôram approvados em 14 d'outubro. Na sessão solemne da inauguração, realisada pelas 10 horas da manhã do dia 10 de junho na sala da Sociedade de Geographia, presidiu Antonio Rodrigues Sampaio, redactor principal da *Revolução de Setembro*, tendo por secretarios J. C. Rodrigues da Costa e Eduardo Coelho. Quando terminou a sessão, todos os associados fôram saudar a estatua do grande poeta, no grande cortejo civico triumphal organisado pela imprensa. Os estatutos eram precedidos da seguinte declaração solemne: «A associação dos jornalistas e escriptores portuguezes, fundada solemnemente em Lisboa no dia 10 de junho de 1880, na conformidade da resolução unanime da imprensa associada para a celebração do terceiro centenario do Camões, e com homenagem inicial d'essa instituição ao ideal dos progressos da patria, representada n'aquelle symbolo, reger-se-ha pelos presentes estatutos, que são o desenvolvimento e a consagração legal das bases pela mesma imprensa approvadas para esta instituição». Os estatutos fôram reformados pelos fins do anno de 1884, sendo esta reforma approvada pelo alvará de 3 de janeiro de 1885. Nos estatutos reformados ficaram sendo definidos os fins da associação, os quaes eram os seguintes: A convivencia e confraternidade dos socios; o estudo de todos os ramos dos conhecimentos humanos; o desenvolvimento das bellas letras e das bellas artes; promover especialmente os progressos das sciencias, das artes e da instrucção publica, com relação aos interesses de Portugal; abrir discussões, conferencias, cursos, ácerca de assumptos scientificos, artisticos ou litterarios, assim como fazer larga propaganda, sobretudo da pratica dos conhecimentos humanos; elevar o nivel da imprensa periodica á altura d'uma verdadeira instituição social dos povos livres e civilisados; formar uma bibliotheca e um gabinete de leitura; dili-

genciar o accordo entre os socios e a extincção de suas dissidencias, no que diga respeito a questões de imprensa; soccorrer os socios em casos de infortunio, ou a familia desamparada de qualquer socio fallecido. Nas restantes secções dos estatutos são classificados os socios e definidos seus direitos e deveres, etc. O emblema da associação é uma insignia com a effigie de Camões, titulo e data da fundação d'este instituto. A associação dos jornalistas franqueou as suas salas e os seus serviços aos membros dos dois congressos, litterario e anthropologico, reunidos em Lisboa em setembro de 1880. Uma deputação foi receber a bordo os primeiros congressistas que vieram de França. Nos primeiros dias de dezembro do referido anno fôram abertas as salas da associação á exposição de quadros dos pintores Columbano, Bordallo Pinheiro e Monteiro Ramalho. A exposição foi visitada por milhares de pessoas, e obteve os melhores resultados. Nos ultimos dias ainda do mez de dezembro, o sr. Adolpho Coelho inaugurou as suas conferencias, que proseguiu no mez immediato, *lições sobre as epopéas homericas*. Por intervenção de Mario Proth, escriptor francez, a associação recebeu a offerta d'um exemplar do busto de Camões, que o esculptor francez, Ernesto Dame, esculpira para a festa do centenario em Paris, 16 de janeiro de 1881. Em 5 de fevereiro d'este anno, fôram inaugurados debates publicos sobre: *O ensino maternal como preparo da instrucção primaria*. A commissão auxiliar de cursos e conferencias, sob a presidencia do sr. Adolpho Coelho, foi quem inaugurou os debates, approvando-se um programma, que lhes servisse de base, do sr. Simões Raposo. Um grande numero de escriptores e professores tomaram parte nos debates em varias sessões. A secção do jornalismo sanccionou as propostas dos srs. Theophilo Braga e outros socios, approvadas na assembléa geral de 11 de fevereiro, para a celebração em Lisboa do centenario de Calderon de la Barca, e para ser mandada a Madrid uma deputação que fôsse portadora d'uma mensagem e de uma corôa de homenagem á memoria d'aquelle poeta, bem como para corresponder ás demonstrações da imprensa e escriptores hespanhoes por occasião do centenario de Camões. Por iniciativa da commissão auxiliar da bibliotheca, realisou-se em 10 de junho de 1881 e nos tres dias immediatos, nas salas da associação uma exposição camoneana de grande numero de manifestações do centenario de 1880, abrangendo as publicações d'esse jubileu patriotico: livros, folhetos, jornaes, folhas volantes, versos, quadros, gravuras, alguns productos artisticos e industriaes, taes como: bustos, medalhas, lenços, pratos, diversas phantasias e bijouterias, etc. Milhares de pessoas visitaram esta exposição, que despertou o mais vivo interesse. Em 10 de junho de 1884, quando a associação celebrou o seu quarto anniversario, publicou-se o primeiro *boletim*. Em 1885, quando se deram as inundações da Andaluzia, causando muitas mortes e perdas consideraveis, organisaram-se diversas subscripções, beneficios, etc., em soccorros das victimas d'aquella catastrophe; a associação dos jornalistas tambem realisou uma *kermesse* no Passeio da Estrella, em março d'aquelle anno, que foi muito concorrida, dando os maiores resultados. A commissão executiva compunha-se dos seguintes srs.: Cypriano Jardim, David Corazzi, João Augusto Barata, José Miguel dos Santos, e Zeferino Brandão. Tendo-se extinguido esta associação reconstituiu-se ha poucos annos. V. *Jornalistas (Associação dos)*.

Associação Maritima e Colonial. Associação existente em Lisboa em 1843. Adquiriu bastante importancia e a ella se deve uma publicação em que se encontram reunidos documentos e informações de subido valor, os *Annaes Maritimos e Coloniaes*.

Associação dos melhoramentos das classes laboriosas. Fundada em 1872, sendo o seu principal iniciador João Manuel Gonçalves, que na sua casa reuniu varios cavalheiros dedicados ao principio associativo, e varios membros da imprensa, onde depois de alguma discussão, se nomeou uma commissão, que elaborou os estatutos d'esta nova sociedade, a qual se estabelecera, na maior parte, com muitos socios do antigo *Centro promotor das classes laboriosas (V. este nome)*. Os estatutos fôram approvados em 12 de maio de 1873, e reformados em 1875. Esta associação soccorreria pecuniariamente os operarios, de ambos os sexos, que sendo honrados e diligentes, não tivessem temporariamente trabalho. Segundo os estatutos, deviam organisar-se na casa e nas secções da associação, uma bibliotheca e um gabinete de leitura; estabelecer conferencias, prelecções, leituras que podessem instruir nos principios economicos e sociaes as pessoas que não tivessem meios necessarios de adquiril-os; publicar tudo quanto diga respeito á boa educação e instrucção das classes laboriosas, já em livros, já em jornaes; auxiliar por todas as fórmas legaes e moraes, que a associação julgar opportunas, a solução pacifica das questões do trabalho. A associação dividia-se em dez secções, tendo cada uma seu presidente, secretario e thesoureiro. Em 31 de dezembro de 1874 realisou-se uma sessão solemne destinada á entrega d'uma medalha d'ouro a Raphael Zacharias da Costa, que cinzelou uma celebre faca de matto, obra de inquestionavel merecimento artistico. Na sessão solemne de 27 de dezembro de 1875 conferiu outra medalha de ouro a Carlos Augusto Pinto Ferreira

Associação Mercantil Lisbonense. V. *Associação Commercial*.

Associação naval *(Real)*. A mais antiga associação portugueza no seu genero. Fôram approvados os seus estatutos por decreto de 30 d'abril de 1856. Tinha por fim a construcção de hiates ou barcos de recreio, para promover o divertimento de regatas em Portugal. As pessoas reaes teem tido sempre os cargos superiores honorificos d'esta aggremiação.

Associação operaria. Foi a primeira associação, n'este genero, que existiu em Portugal, depois do desenvolvimento da associação popular em 1848. Segundo os seus estatutos tinham por fim crear um banco, um conservatorio e uma bibliotheca. Estabelecia um cofre denominado montepio, uma secção de agencia para obter o material para a producção industrial, e uma commissão de iniciativa para tratar as questões de interesse industrial. Pelo voto universal dos socios, eram todos os annos eleitos 50 membros, que compunham a assembléa geral, que deveria funccionar durante o anno; dividia-se em commissões. Foi presidente Moraes Mantas, relator Lopes de Mendonça e secretarios Manuel de Jesus

Coelho e Vieira da Silva. Esta associação teve pouco desenvolvimento, foi como um ensaio da associação em Portugal.

Associação promotora da Industria fabril. Fundada em 1860 por José Ennes, José Elias dos Santos Miranda, Antonio Lopes Ferreira dos Anjos, Joaquim Moreira Marques, João Gomes Roldau e Luiz Beraud. Os estatutos fôram approvados pelo decreto de 20 de março d'aquelle anno. Tinha por assumpto promover o desenvolvimento da industria fabril do paiz, e pugnar pelos seus interesses perante todas as autoridades e por meio da imprensa; promover exposições publicas; fazer publicar todos os melhoramentos que se houvessem obtido no paiz e fóra d'elle, para o augmento e progresso das industrias fabris; promover a instrucção do operario; organisar uma bibliotheca respectiva, tendo annexo um gabinete de leitura; estatuir, quando se julgasse conveniente, um gabinete instructivo de amostras de manufacturas industriaes devidamente classificadas, etc. N'esta associação eram considerados socios de merito aquelles que, pelos seus conhecimentos theoricos ou praticos da industria fabril, merecessem que lhes fôsse conferido aquelle grau. No dia 18 d'abril de 1863 abriu-se o gabinete de leitura, com o intuito de promover a instrucção dos operarios e de os moralisar, subministrando-lhe, em local commodo, bons livros, jornaes relativos á industria e sciencias, estampas, etc. O regulamento d'este gabinete de leitura, contem disposições muito discretas e generosas, emquauto ao uso e aproveitamento dos meios de instrucção que elle subministrava. Estas disposições veem publicadas no *Annuario portuguez*, de 1863. No dia 30 de julho d'este anno realisou-se uma exposição com toda a solemnidade. El-rei D. Luiz I, por um alvará muito honroso, com a data de 11 do seguinte mez de agosto, declarou-se protector da Associação promotora da industria fabril, attendendo aos serviços que ella tinha prestado á instrucção e ensino das classes industriaes, e ao empenho e louvavel zelo com que promoveu e organisou a exposição solemnemente aberta em Lisboa com toda a solemnidade. Deve-se tambem mencionar a seguinte e notavel portaria de posterior data, que muito justificadamente foi qualificada como valioso incentivo para a continuação dos trabalhos da benemerita associação: «Tendo a associação promotora da industria fabril, movida pelo desejo de contribuir quanto possivel para os progressos da nossa industria, encarregado o conselheiro Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, na qualidade de seu delegado, de ir ao reino da Belgica examinar e estudar tudo quanto se refere ao ensino industrial n'aquelle paiz; e tendo por esta occasião o referido conselheiro empregado, com autorisação do governo de S. M. todos os seus esforços para adquirir differentes productos destinados para o *Museu technologico do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa*, conseguindo, como consta do seu officio de 17 do corrente mez, organisar collecções importantes de productos da industria belga, resultado este que poude alcançar pelo valioso auxilio das pessoas mencionadas no referido officio: determina S. M. el-rei que pelo ministerio das obras publicas, commercio e industria, em seu real nome seja louvada a referida associação promotora da industria fabril pela sua honrosa iniciativa em assumpto que tanto interessa á industria nacional; mostrando assim que continúa a ser digna das provas de regia benevolencia que lhe fôram concedidas pelo alvará de 11 d'agosto de 1863: Quer o mesmo augusto senhor que ao conselheiro Joaquim Henriques Fradesso da Silveira se signifique tambem o seu real agrado pelo zelo e dedicação com que procurou augmentar consideravelmente as collecções technologicas do Instituto industrial e commercial de Lisboa, e que a mesma demonstração regia seja significada a todas as pessoas que generosamente houverem já contribuido, ou contribuirem, para enriquecer as collecções technologicas, offerecendo objectos convenientes para facilitar o ensino e promover o aperfeiçoamento da industria portugueza, estreitando ao mesmo tempo as relações internacionaes pelo desenvolvimento do trafico mercantil.» (24 de novembro de 1871). Em 1865 começou a associação a publicar um jornal intitulado *Gazeta das Fabricas*, e logo na frente vinham escriptos os direitos de cada socio: 1.º Entrada permanente e gratuita no gabinete de leitura; 2.º entrada permanente e gratuita em todas as exposições promovidas pela associação; 3.º escolha de um alumno para a escola primaria nocturna, e para a escola dos domingos, fundadas pela associação; 4.º recepção gratuita d'um exemplar da *Gazeta das fabricas*, e de cada uma das publicações feitas pela associação; 5.º publicação de annuncios ou avisos, até 20 linhas, em cada numero da *Gazeta*. Esta descripção manifesta a existencia d'uma aula nocturna e d'uma escola aos domingos. A aula primaria nocturna chegara a um estado florescente, já no anno de 1864; a aula aos domingos começou a funccionar em janeiro de 1865, matriculando-se n'ella quinze alumnos, mas infelizmente veiu a fechar-se por falta de concorrencia. Nos ultimos mezes do referido anno de 1865 a associação estabeleceu na sua propria casa um curso primario para 15 alumnos menores e pobres das freguezias de S. Paulo, Santos e Santa Catharina. A escola primaria estava situada proximo do edificio da Escola Polytechnica, e annunciava-se que era em beneficio das pessoas que se destinassem ás artes e officios, e em geral a todas quantas quizessem aproveitar-se d'aquelle meio de instrucção. A associação fornecia papel, pennas, tinta, ardosias, e pagava ao professor. Nas segundas, quartas, quintas feiras e sabbados, das 7 ás 9 horas da noite, verificava-se o ensino primario propriamente dito; nos restantes dias da semana, e ás mesmas horas da noite, ia um official, empregado da repartição dos pesos e medidas, ensinar o systema metrico ás pessoas que o quizessem aprender. A *Gazeta das fabricas* tinha por sub-titulo, *periodico mensal da associação promotora da industria fabril*. Publicou-se o 1.º vol. durante o anno de 1865, sahindo o 1.º numero no 1.º de janeiro. O programma para o 2.º vol. era o seguinte: *Industria nacional*, descripção das fabricas, machinas, instrumentos e methodos do trabalho fabril ou agricola; *Industria estrangeira*, descripção de machinas, instrumentos, descobrimentos, desenhos, melhoramentos, etc.; *Revista das exposições*, noticia dos objectos, apreciação do estado das diversas artes e officios; *Economia Industrial*, legislação, organisação, constituição economica das fabricas e officinas; *Estatistica industrial e mercantil*, antiga,

moderna, nacional, estranha; *Historia e geographia nacional*, noções ao alcance de todos; *Expediente da associação*, noticia dos seus actos mais importantes.

Associação de soccorros mutuos e montepio geral de marinha. V. *Montepio Geral de Marinha.*

Associação de soccorros na inhabilidade. V. *Inhabilidade.*

Associação typographica lisbonense e artes correlativas. Foi esta associação estabelecida em Lisboa no anno de 1852, sendo seus fundadores: Francisco Gonçalves Lopes, J. A. Marques, José Mauricio Velloso, Francisco Jorge Ferreira de Mattos, Francisco Vieira da Silva, Olympio Nicolau Ruy Fernandes, Miguel Cobelles, e Sousa Brandão. Antes d'esta epoca, tinha havido uma tentativa d'organisação, motivada por uma gréve feita pelos typographos, na maior parte do antigo jornal *Revolução de setembro*, que se reuniram nas ruinas da egreja da Annunciada, onde se construiu a actual egreja parochial de S. José, servindo de secretario o sr. Brito Aranha. Este primeiro ensaio de associação não teve effeito. Em 1852 é que definitivamente se estabeleceu. No dia 25 de julho d'este anno formulou a mesa da assembléa geral um regulamento provisorio, sendo presidente Nicolau Ruy Fernandes, e secretarios Francisco Jorge Ferreira de Mattos, e Antonio Joaquim d'Oliveira. Tem a data de 20 de janeiro de 1854 um projecto de estatutos, elaborado por uma commissão, de que era presidente Francisco Maria Massa, relator Antonio Joaquim de Oliveira, e secretario José Joaquim de Sequeira. Pelo decreto de 14 de junho de 1858 fôram approvados os primeiros estatutos, confirmados pelo alvará de 2 d'outubro, e publicados em 1859, depois de lidos em assembléa geral a 2 de fevereiro d'este anno. Quatro annos depois fôram reformados os estatutos, sendo a reforma approvada pelo decreto de 20 de novembro de 1862, em virtude do qual se expediu o alvará de 29 do referido mez e anno. Os estatutos tiveram nova reforma, sendo approvada pelo decreto de 20 de setembro de 1871. Houve ainda outra reforma, que foi approvada pelo alvará de 24 de janeiro de 187?, cuja reforma a assembléa geral datara de 2 de novembro de 1877. A repetição de reformas foi devida á experiencia, relativamente ao desenvolvimento dos direitos dos socios e á conveniencia de afastar questões que se tinham suscitado entre estes e os corpos gerentes, prejudicando o credito da associação. Como esta abrange a typographia e as artes correlativas, especificaremos as diversas classes d'artistas de que se compõe, conforme se lê no artigo 2.° dos estatutos: 1.° dos typographos, compositores, impressores e machinistas impressores, fundidores de typos; 2.° Dos gravadores puncionistas e de madeira; 3.° Dos estampadores; 4.° Dos desenhadores e impressores lithographicos; 5.° Dos fabricantes de papel; 6.° Dos encadernadores; 7.° Dos calandreiros, marjadores e assetinadores de papel; 8.° Dos aprendizes de quaesquer d'estas artes, que tenham dois annos completos de aprendizagem; 9.° Dos donos de quaesquer officinas e fabricas; 10.° Dos revedores litterarios; 11.° Dos escriptores publicos, inscriptos como taes na matriz para a contribuição industrial; 12.° Das pessoas do sexo feminino que provem com documento legal acharem-se habilitadas para exercer quaesquer das artes e profissões que compõem a associação, e que não tenham menos de quatro annos de exercicio; 13.° Dos individues pertencentes a estas classes, ainda que exerçam outros mesteres, mas que tenham cursado a respectiva arte ou profissão quando menos dois annos; 14.° E de quaesquer ramos artisticos que a assembléa geral entender que pódem formar parte da industria typographica. No artigo 7.° define-se d'este modo os fins a que a associação se propõe: 1.° desenvolver, aperfeiçoar e tratar de todos os melhoramentos das artes e profissões que teem n'ella ingresso; 2.° Tratar dos seus associados, quando enfermos ou impossibilitados para o trabalho; 3.° Subsidiar os socios em caso de prisão até á sentença, quando esta não impozer algumas das penas maiores do codigo penal: no caso contrario perderá todos os seus direitos; 4.° Fazer com a possivel decencia os funeraes dos socios, ou concorrer para elles com a quantia estabelecida *(10$000 réis, § unico do artigo 80)*. Os fundos da associação compõem-se das joias, quotas, diplomas, etc. O fundo permanente compõe-se de todos os valores capitalisados, não se podendo, no entretanto, fazer capitalisação alguma sem que o fundo disponivel exceda de 300$000 réis em numerario. A classe typographica é a mais importante de todas as classes artisticas e industriaes. E' a ella que a associação em Portugal deve principalmente o seu desenvolvimento. Depois da reforma dos seus primeiros estatutos, a associação dirigiu circulares convidando os escriptores publicos a fazerem parte do seu gremio. Alguns annuiram desde logo, e fôram: o conselheiro José Silvestre Ribeiro, Antonio Rodrigues Sampaio, Fradesso da Silveira, Mendes Leal, Antonio Feliciano de Castilho (visconde de Castilho), Silva Tullio, D. José de Lacerda, Rebello da Silva, etc. A associação typographica tem tratado de varias questões importantes, entre ellas a reducção dos direitos do papel de imprimir e a convenção litteraria com o Brazil. Em 1854 começou a fundação d'uma bibliotheca, reunindo logo 250 obras que formavam 336 volumes. Em 1856 foi nomeada uma commissão para elaborar a proposta dos meios de publicação d'obras por conta da associação. A bibliotheca tornou-se muito importante, e em 1885 foi enriquecida com 70 volumes. A séde da associação typographica está estabelecida n'uma dependencia da Imprensa Nacional, rua do Sol ao Rato, n.° 2 O administrador geral d'este importante estabelecimento, o sr. Venancio Antonio Deslandes, concedeu a casa onde se installou a bibliotheca e o gabinete da commissão administrativa, dando occasião a que se poupasse a verba de renda de casa; o contador da referida Imprensa, Francisco Angelo d'Almeida Pereira e Sousa, interessou-se muito pela associação, sendo incansavel em lhe procurar os meios de poder fazer face ás suas enormes despezas. Em 25 de abril de 1858 fez-se na casa da associação a exposição d'um pequeno mas importante album, que diversos artistas francezes offereceram a José Maria Velloso na occasião em que elle esteve em Paris, commissionado pela Imprensa Nacional para o estudo pratico da arte typographica. Os objectos compostos eram de elevado merecimento artistico, e demonstravam o estado

de perfeição a que chegára em França a arte de Guttemberg. Tem a data da 11 de maio um precioso trabalho muito honroso para a Associação Typographica Lisbonense, o qual tem por titulo: *Relatorio da commissão nomeada pela Associação Typographica Lisbonense para dar o seu parecer ácerca do specimen de typos ultimamente apresentado pela Imprensa Nacional.* Em 1868 effectuou-se n'uma das salas do Gremio Popular a exposição dos productos e utensilios da industria typographica, enviados pela Imprensa Nacional á exposição que se realisou em Paris, no anno de 1867. A associação foi editora do poema a *Delphina do mal*, de Thomaz Ribeiro, cuja edição rendeu a quantia de 371$940 réis, que fôram empregados na compra de inscripções. Os principaes jornaes sociaes: *Federação*, *Ecco dos operarios*, a *Tribuna*, etc. deveram a sua fundação á classe typographica. Em 1880, a associação tomou parte muito distincta na festa nacional, para commemorar o tri-centenario de Luiz de Camões. Para a celebração d'este acto solemne, 10 de junho, trabalhou incansavel a commissão executiva da imprensa jornalistica de Lisboa. No programma que formulou para os festejos foi destinado um logar junto dos escriptores publicos á classe typographica. Na sessão preparatoria de 6 de junho de 1880, para a qual fôram convocados os typographos da capital, a assembléa tomou as seguintes resoluções: convidar a *Sociedade dos typographos portuenses e artes correlativas*, para que se fizesse representar no solemne cortejo; convidar a encorporarem-se tambem todos os membros da classe typographica; offerecer uma corôa de folhas de louro e de carvalho, para ornar o prélo que havia de ir no carro triumphal da imprensa, com a legenda em fitas das côres nacionaes: *Homenagem a Camões, em 10 de junho de 1880, em nome da classe typographica portugueza.* A Imprensa Nacional publicou um escripto muito interessante, com o titulo de *Homenagem a Camões*, adornado com a estampa do monumento. N'esse escripto vem em primeiro logar a sessão solemne da Associação Typographica Lisbonense, juntamente com os discursos proferidos na mesma sessão. A associação fez-se representar na apotheose que a França consagrou á memoria de Victor Hugo, e enviou uma mensagem de condolencia á familia do notavel escriptor francez.

Associações de beneficencia. Por todo o paiz se encontram d'estas associações, em que a caridade se manifesta particularmente, instituições feitas por pessoas benemeritas, auxiliadas com muitos soccorros, kermesses, beneficios em theatros publicos, touradas, legados, etc. N'esta relação pódem contar-se os albergues, hospitaes, asylos, caixas de soccorros, créches, commissões de beneficencia das freguezias, etc., de que em seus logares se faz menção n'este diccionario. Especialisaremos a *Associação protectora das creanças*, fundada em 1885 sob a protecção de suas magestades, com a séde na travessa do Sacramento, ao Carmo, n.º 1, da qual é presidente perpetuo el-rei senhor D. Carlos, e presidente da assembléa geral o sr. duque de Loulé; a *Associação Protectora das Cozinhas Economicas*, sob a presidencia da sr.ª duqueza de Palmella (V. *Cozinhas Economicas*), etc.

Associações de classe. Todas as classes, tanto operarias como de empregados em differentes ramos de commercio, professores, medicos, solicitadores, veteranos da liberdade, etc., teem associações legalmente organisadas, mais ou menos prosperas, com estatutos e regulamentos approvados pelas autoridades. Ali encontram os associados beneficios e soccorros; nas suas sessões discutem tudo quanto diz respeito aos seus gremios, e que entendem ser de utilidade. Na maior parte das terras de Portugal, especialmente nas cidades e villas mais consideradas, existem d'estas associações, tendo algumas adquirido bastante importancia. As associações de classe filiam-se nas antigas irmandades, que tinham hospitaes privativos, e nas corporações d'artes e officios. (V. *Irmandades* e *Corporações operarias*). Pela carta de lei de 1 de agosto de 1899 foi permittido ás associações de classe o crearem associações de soccorros mutuos, caixas economicas ou sociedades cooperativas, quando tenham mais de um anno de existencia legal e quando o numero dos seus socios fôr superior a 200 em Lisboa e Porto, e a 120 em todas as outras povoações. Para usufruirem certos privilegios muitas associações de classe se intitulam de soccorros mutuos. Estas associações, por assim dizer, já existiam de longa data, porque a antiga *Casa dos vinte e quatro*, instituida por D. João I e extincta em 1834, compunha-se de 24 officios aggremiados, com seu juiz e estandarte, sob a superintendencia do senado da camara, e que na verdade, podiam considerar-se associações de classe. V. *Casa dos vinte e quatro.*

Associações de instrucção popular. Tem-se instituido em Lisboa, Porto, e n'uma grande parte das terras do paiz, muitas escolas com o unico fim de promover a instrucção do povo, gratuitamente para os que não pódem estudar por falta de recursos. Estas instituições teem sido feitas por pessoas benemeritas, por commissões que se organisam, e que empregam os meios possiveis para realisarem esta utilissima idéa. Seria longo mencionar o titulo d'essas associações, mas entre ellas podemos notar a *Associação popular primeiro de dezembro de 1640*, que foi fundada em novembro de 1874; *Associação escolar D. Pedro V*, fundada em 1867; *Associação protectora de instrucção popular*, estatutos approvados pelo alvará de 4 de maio de 1881; *Associação escolar 24 de julho*, inaugurada em 24 de julho de 1873; *Associação de escolas moveis pelo methodo de João de Deus*, fundada em 18 de maio de 1882, sendo os estatutos approvados pelo alvará de 16 d'agosto do referido anno; *Associação protectora de meninas pobres* e *Associação protectora de escolas-asylos para rapazes pobres*, legalmente constituidas por decretos de 27 de fevereiro de 1860 e 24 de fevereiro de 1870; etc.

Associações religiosas. Ha em Portugal bastantes d'estas associações, que hoje estão legalisadas. ‖ *Associação do Bom Pastor;* recolhimento em Lisboa para mulheres arrependidas, autorisado pelo decreto de 19 d'abril de 1901. Os encargos d'esta associação desempenham-se por intermedio da Associação de Santa Maria Magdalena e pela Irmandade das Senhoras Viuvas, sob a protecção da rainha Santa Izabel. ‖ *Associação catholica para promover a educação e ensino dos alumnos que se destinassem ao sacerdocio e ás missões religiosas no ultramar.* O bispo titular de

Cabo Verde, os principaes Camara e Côrte-Real, o conde de Redondo, o par do reino Antonio de Saldanha Albuquerque de Castro Ribafria, e outros eidadãos, representaram ao governo sobre a existencia d'uma associação catholica, destinada a promover, a expensas suas, as habilitações das pessoas que se dedicassem á vida ecclesiastica, e principalmente ás missões de moral evangelica nas provincias ultramarinas. O governo autorisou então, pela portaria de 10 de janeiro de 1843, o estabelecimento da indicada associação. A concessão do governo tinha por condição, que a Associação Catholica e os seus empregados deviam ser sempre estranhos aos negocios e assumptos politicos, entregar-se exclusivamente aos trabalhos da sua instituição; indicava os estudos que tinham de seguir e os livros que adoptariam para leitura. A associação e todos os seus trabalhos e estudos, ficaram subordinados á inspecção do governo, por meio de autoridades encarregadas da policia e direcção do ensino publico. || *Associação das Servas de Maria;* autorisada pelo decreto de 9 de setembro de 1856. E' destinada a promover o ensino gratuito das meninas desvalidas, e assistencia aos pobres enfermos. || Ha ainda as *Irmãs hospitaleiras dos pobres por amor de Deus,* rua das Trinas; *Irmãs da Missão do Padroado,* subordinadas á *Associação auxiliar da Missão Ultramarina; Irmãs de S. Vicente de Paula,* rua de Santa Martha; *Irmãsinhas dos pobres,* em Campolide e no Porto, etc.

Associações scientificas e litterarias. V. *Academias.*

Associações de soccorros mutuos. Só em 1890 é que appareceu em Portugal uma accentuada tentativa de legislação sobre o soccorro mutuo. Já, porém, em 1862, o poder central manifestara os seus desejos de estudar a situação d'essas aggremiações. Tendo as epidemias da cholera morbus e da febre amarella collocado em difficuldades muitas das instituições então existentes, e havendo o primeiro congresso social, que se realisou em 9 d'outubro de 1865, tratado de questões que directamente interessavam á situação e desenvolvimento da mutualidade, concluindo por exarar propostas de solicitação ao Governo para que legislasse sobre o principio do soccorro mutuo, e, para ser conhecida a sua situação, nomeasse uma commissão central encarregada de vigiar e propor medidas conducentes aos melhoramentos sociaes, o Governo nomeou, com effeito, por decreto de 22 de novembro de 1866, pelo ministerio das obras publicas, commercio e industria, uma commissão *para proceder a inqueritos e exames que indicassem qual era a situação das sociedades de soccorro mutuo então existentes no paiz, e quaes as medidas que os poderes publicos deveriam adoptar para o mais largo desenvolvimento d'essas associações.* Esta commissão foi constituida por 28 individuos, e tinha duas sédes, uma em Lisboa e outra no Porto. No fim de quasi dois annos de trabalho pouco fructifero, foi publicado no *Diario do Governo* de 31 de março de 1869, o seu relatorio, que se concluira em 15 d'outubro de 1868. A celebração do tri-centenario de Camões determinou um rejuvenescimento, tão brilhante quanto ephemero, da importante questão do soccorro mutuo. D'essa celebração fazia parte a idéa de se reunir todos os annos, no dia 10 de junho, um congresso de representantes de todas as associações com o fim de apreciarem as condições do successivo desenvolvimento social, intellectual e economico do paiz. A sessão inaugural da fundação do congresso foi em 10 de junho de 1881. Desde os dias 10 a 18 de junho de 1883 realisou o congresso as suas sessões na sala da camara municipal de Lisboa, comparecendo 170 delegados, representantes das associações da capital, Porto, Coimbra, Grandola, Setubal e Odemira. O congresso entregou-se a muitas e importantes questões. Um outro inquerito ás associações de soccorro mutuo foi decretado em 2 de dezembro de 1886. No artigo 1.º d'este decreto lê-se : «E' aberto no ministerio das obras publicas, commercio e industria um inquerito ás associações de soccorros mutuos do paiz, por meio d'um questionario dirigido tanto áquellas cujos estatutos fôram approvados pelo governo, como áquellas que porventura ainda não obtiveram essa approvação.» Sem elementos serios de estudo, sem conhecimento profundo da vida intima de taes aggremiações, foi elaborado o decreto de 10 de fevereiro de 1890. Por este diploma ficava o governo autorisado a organisar as associações de soccorro mutuo, regulamentando esse decreto, e estatuindo no mesmo regulamento: dispensa do pagamento da contribuição de rendas de casa; cedencia gratuita d'um edificio do Estado para as sédes das mesmas; concessão de um auxilio pecuniario por occasião de epidemias. Era creado um tribunal arbitral para regular as questões que se levantassem no seio d'esta sociedade, e promettia-se a regulamentação do trabalho dos menores e das mulheres nos estabelecimentos industriaes, e a hygiene e segurança das officinas. Sobre a autorisação concedida ao governo por este diploma, baseia-se o decreto de 28 de fevereiro de 1891. No *Diario do Governo,* appendice n.º 5, d'esse anno, vem publicado um extenso mappa designativo das *Associações de soccorros mutuos cujos estatutos fôram approvados pelo ministerio das obras publicas, commercio e industria, desde a sua organisação até á data da promulgação do decreto de 28 de fevereiro de 1891.* O decreto de 2 d'outubro de 1896 ampliou o de fevereiro de 1891, nos pontos seguintes: *Relativamente á natureza e fins das associações de soccorro mutuo; Sobre a organisação e constituição; Relativamente á administração e fiscalisação; Sobre as assembléas geraes; Sobre a dissolução e liquidação,* etc. Existem em Portugal muitas associações de soccorros mutuos; em Lisboa contam-se em grande numero. Mencionaremos a dos empregados do commercio, por ser uma das mais importantes, fundada pela classe commercial em 1872, sendo admittidos os commerciantes, industriaes, guarda-livros, caixeiros de escriptorio ou de balcão, despachantes, pharmaceuticos e seus ajudantes, corretores, etc. Os associados teem consultas medicas e subsidios por inhabilidade, doença, desemprego, ares de campo, banhos mineraes, carceragem e funeral. A'cerca das associações de soccorros mutuos, pódem ler-se o relatorio-estudo, *O soccorro mutuo de Lisboa,* do sr. Guilherme Augusto de Santa Rita, publicado em 1901 e *As associações de soccorros* por Fradesco da Silveira, em 1872.

Assodém. Aldeia da circumscripção militar de Caranzol, na provincia de Satary, districto de Gôa, na India. Dista 12 kilom. de Valpoy, séde do commando respectivo.

Assões. Pov. da freg. de S. Christovão e conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

Assoldá ou **Assoldém.** Regedoria do conc. de Quepém, distr. de Gôa, na India. Dista 7 kilom. da séde do concelho.

Assolná. Pov. ao S da prov. de Salsete. Orago N. S.ª dos Martyres, distr. e conc. do mesmo nome, arcebisp. de Gôa, Novas Conquistas, na India. Formava antigamente um concelho com as aldeias de Ambelim, Talavarda e Velim. Hoje pertence ao concelho de Salsete, distando da séde (Margão) 15,5 kilometros. Tem parochia, escola de instrucção primaria e alfandega. A egreja acha-se ligada á casa da administração rural das aldeias da fazenda publica; teve principio n'uma capella, para a construcção da qual a junta de fazenda, por despacho de 22 de outubro de 1776, estabeleceu a congrua de 400 xerafins annuaes, e 100 para a festa de S. Francisco Xavier, orago da capella. Em janeiro de 1809 foi a referida capella ampliada e convertida em egreja parochial de Assolná e Velim.

Assomada. Ilha da Madeira. Pov. na freg. de Santo Antão, de Caniço, conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal.

Assomada de Alcaria *(Casal da).* Na freg. de N. S.ª d'Alva e conc. d'Aljezur, distr. de Faro.

Assomadas. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Algoz, conc. de Silves, distr de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Guia, conc. d'Albufeira, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Ribeira de Niza, conc. e distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Urra, conc. e distr. de Portalegre.

Assonjo. Termo antiquado: catadupa, cascata, queda d'agua, cataracta, salto do rio.

Assonorá. Pov. na prov. e conc. de Bardez, Velhas Conquistas, na India, distr. e conc. do mesmo nome, arcebisp. de Gôa, orago Santa Clara. Dista de Mapuçá, séde do concelho, 14,5 kilometros. Tem ao S a estrada que se dirige á Cassabé de Bicholim, capital da provincia de Bicholim. Em Assonorá ha uma fonte denominada Rio «Par», cujas aguas apresentam consideravel quantidade de acido borico e bons traços de phosphatos, sendo consideradas de algum valor.

Assopra *(Fazenda do)* Na freg. de S. Thiago e conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora.

Assordem. Pov. a SE da prov. de Satary, distr. e com. de Bardez, arcebisp. de Gôa, 2.ª div. das Novas Conquistas, na India.

Assucaibá. Pov. e jurisdição do reino de Luca, na ilha de Timor, Oceania.

Assucar. Affirmam os historiadores que o assucar, conhecido desde tempos remotos na China e na India, veiu para a Europa importado por Alexandre Magno. No Egypto, Arabia e Nubia se conhecia já a cultura da canna do assucar, fazendo-se a extracção por processos rudimentares. A principio o assucar empregava-se como remedio. E' do uso do café e do chocolate que data o consumo do assucar em larga escala. Nos principios do seculo XV estendia-se esta cultura da Sicilia a Portugal, passando depois ás Canarias e ao Brazil. A descoberta do assucar de beterraba pertence ao seculo XVIII e em Portugal só se lhe ligou attenção nos fins do seculo XIX. A extracção do assucar da canna saccharina é que entre nós apresenta uma historia interessante, mostrando se bem quanto os portuguezes teem exercido esta industria. Desde cedo que a cultura da canna do assucar foi intentada no Algarve, como se demonstra de um documento da era de 1442, anno de 1404, exarado na chancellaria de D. João I, livro II, folhas 200, e pelo qual este soberano coutou as terras da *Quarteira* a um mercador genovez de nome João de Palma, para n'ellas plantar canna de assucar. Antes d'elle já as terras da Quarteira tinham estado na posse de um mestre João, com destino ao mesmo fim e como propriedade e industria real. Pelo documento alludido eram impostas graves penas a quem entrasse n'aquellas terras e causasse damnos, pagando quem tal fizesse de cada vez seis mil soldos com tresdobro, além dos prejuizos causados ao agricultor. Attribue-se ao infante D. Henrique a introducção na ilha da Madeira da cultura da canna do assucar proveniente da Sicilia, mas ao Algarve cabe a prioridade, não se tendo desenvolvido n'elle esta industria pela concorrencia dos paizes novamente descobertos, primeiro a Madeira e depois S. Thomé. No seculo XV a ilha da Madeira era um fóco importantissimo da producção do assucar e da accidentada historia d'esta industria na ilha se dá idéa nas notas á edição das *Saudades da Terra* de Gaspar Fructuoso pelo sr. Azevedo. Começa pelo contracto de dezembro de 1452, feito em Albufeira entre o infante D. Henrique e Diogo de Teive, seu escudeiro, para a construcção de um *emgenho daugua* que désse *despacho a todos hos canavcaes*, mediante o pagamento da terça parte do producto do infante *sem lhe eu dar ninhua coisa* (pag. 665). Ao mesmo tempo o foral primitivo da ilha mandava pagar *metade* de todas as cannas que não fossem reduzidas a assucar. De tudo isto veiu a generalisação das prensas ou *alçapremas* em que, mediante o imposto de arroba e meia por mez, os lavradores faziam o assucar em casa. E da generalisação seguiu-se o infante D. Fernando (herdeiro da ilha por morte de D. Henrique) mandar cobrar em 1461 o terço nas *alçapremas* como no *emgenho daugua*. Os cultivadores resistiram, deixando de fabricar assucar. E' o que se vê da carta do infante (a pag. 666 e 667) de 21 de janeiro de 1462, em que elle transige e cede. Já porém o assucar da Madeira era batido na concorrencia pelo das Canarias. Nova carta do infante (14 de julho de 1469) propõe a instituição de um monopolio *bindo todo o acuquar assy o meu como bosso a huna maão* para ser vendido a *estes mercadores da cidade de lixboa que sam para ello bem abastantes e decididos a tomarem todo ho acuquar que se em essa ylha fezer.* A resposta dos madeirenses (pag. 669 e 670) foi contraria aos desejos do infante e a idéa não proseguiu. O assucar baixara de cinco cruzados a arroba ao maximo de 800 e minimo de 650 réis, que eram os preços de 1469. No fim do seculo (1489 ou 1490) o imposto achava-se reduzido ao *quarto* e organisada a fiscalisação da cultura e fabrico; e pelo mesmo tempo prohibia-se a refinação dos melaços que haviam de ser transferidos para Lisboa. Em 1493 a Madeira produzia 80:000 arrobas de assucar, isto é, quarenta vezes a producção de 1455 (pag. 670 a 672). Pelas cartas de perdão exaradas nas chancellarias de D. João II e de D. João III encontrou o sr. Sousa Viterbo noticia de dois mestres de fazer assu-

car que viveram na Madeira nos seculos xv e xvi. Affonso Vaz era um bom mestre de fazer assucar e André Lourenço era mestre de fazer moinhos para a mesma industria. As cartas de perdão teem respectivamente a data de 17 de junho de 1486 e 25 de junho de 1541. Passando á America ahi se encontraram as cannas de assucar nascendo espontaneamente. Em 1557 já eram notaveis os engenhos de assucar que os portuguezes tinham em algumas partes do Brazil, como o attesta Lery na sua *Hist. Navigat. in Brasil*, cap. 5.° e 8.° Ao brigadeiro Antonio d'Almeida Lara se deve a cultura da canna no Cuyabá, por aquelle tempo. Por carta de 5 de junho de 1649 concedeu D. João IV privilegio ao mestre carpinteiro Manuel Rodrigues Moreira, morador na cidade do Rio de Janeiro, para um novo engenho de moer canna e fazer assucar, com muito pouco trabalho, sem ser necessario bois nem agua. Os hollandezes, tendo aprendido dos portuguezes em Pernambuco a fabricar o assucar, depois de expulsos d'esta capitania em 1654 foram ensinar os francezes da ilha de Guadalupe e da Martinica e aos povoadores das outras ilhas d'aquelle archipelago. Pelo mesmo tempo, segundo escreve José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, na sua *Memoria sobre o preço do assucar*, Lisboa, 1794, estabeleceram tambem os inglezes fabricas de assucar nas ilhas de S. Christovão e de Barbada. Não valeram porém aos portuguezes os 97 annos de adeantamento n'esta industria no Brazil, porquanto as descobertas das minas de ouro fizeram desprezar bastante o fabrico do assucar. Das vicissitudes da producção e do commercio do assucar no Brazil dão idéa o alvará de 2 de abril de 1696, pelo qual eram nullas as vendas feitas por preço menor do que o commum ao tempo da frota mais proxima; a lei de 15 de dezembro de 1687 distinguia as qualidades de *fino*, *reaonao* ou *baixo* e prohibia ás camaras o pôr a taxa no assucar. A lei de 28 de fevereiro de 1688 deu novos preços para a venda, confirmou as tres marcas acima *F. R.* e *B.*, e isentou as caixas que vinham por conta dos lavradores. Por alvará de 13 de setembro de 1725 foi estabelecido o direito de 400 réis por arroba nos assucares brancos e 200 réis nos mascavados, incluindo assim todos os direitos, além d'isso, que nas providencias para evitar os extravios dos direitos se observassem as leis feitas sobre o contracto do tabaco. Correm impressas em folheto as *Condições com que se arrematou o contracto do assucar* no anno de 1720. A' administração pombalina deve o commercio e industria do assucar as providencias: Decreto de 27 de janeiro e regimento de 1 de abril de 1751 para o Brazil; estabelecimento e privilegios de uma fabrica de refinação por decreto e condições de 14 de julho de 1751, ampliadas por decreto de 13 de janeiro de 1755. Por provisão de 24 de maio de 1753 foi concedida licença para o estabelecimento de uma segunda fabrica. Fr. Claudio da Conceição, no seu *Gabinete historico*, vol. xii, diz que, pelo referido decreto de 14 de julho de 1751, concedera el-rei licença para Christiano Henrique Smiths estabelecer a primeira fabrica de refinar assucar que houve em Lisboa, no largo de S Paulo, quasi defronte da Moeda, onde se vendeu o assucar ao preço de 100, 120, 140 e 160 réis cada arratel, respectivamente ás quatro qualidades e conforme a taxa estipulada. O alvará de 15 de julho de 1775 marcou as qualidades e os preços do assucar da Bahia e providenciou sobre o seu melhoramento. A venda do assucar em Lisboa, por edital de 6 de junho de 1796, ficou pertencendo cumulativamente aos merceeiros e confeiteiros por miudo. Perdida a soberania de Portugal no Brazil voltaremos a attenção para a industria do assucar na Madeira e S. Thomé, onde se tem conservado com diversos regimens, mas muito reduzida n'esta ultima ilha; pois, sacrificada no principio do seculo xviii ao desenvolvimento da do Brazil, estão hoje os terrenos occupados pelas plantações de canna entregues á cultura do cacau. Sobre o estado geral do fabrico do assucar nas nossas colonias reproduziremos alguns periodos de um artigo publicado pelo sr. Augusto Ribeiro no *Diario de Noticias*, d'esta capital, em 19 de outubro de 1903. N'esse estudo se mostra que a Portugal convém mais como nação colonial a cultura da canna saccharina do que a da beterraba para o fabrico do assucar. «Portugal, escreve o sr. Ribeiro, importa actualmente cerca de 28.000:000 kilos de assucar no valor de cerca de 550:000 libras sterlinas. Em Moçambique existem desde 1890 e 1901 duas fabricas de assucar: — a de Mopeia e a de Marromeu. A primeira luctou ao principio com grandes difficuldades financeiras, até que dez annos depois, em 1900, foi reorganisada a companhia exploradora, começando desde então a ter vida mais desafogada, podendo dar assim impulso á sua actividade, tendo chegado a produzir 2:600 toneladas de assucar em 1901 e, por motivo das crises agricolas determinadas pela praga dos gafanhotos e estiagem, 1:748 toneladas em 1902. Este anno, se as circumstancias a favorecessem, contava com uma producção de cerca de 2:000 toneladas. A segunda, começando a sua laboração em 1901, tendo produzido ainda assim 288 toneladas de assucar nesse anno, em 1902 produziu 2:963 e este anno, tendo materia prima para 3:400, conta, devido á estiagem, produzir 3:000 toneladas. A exportação de assucar de Moçambique attingiu o valor de 103.918$000 réis em 1902 contra 122:129$000 réis em 1901. Existe organisada e constituida em Lourenço Marques uma companhia com o fim de explorar a industria assucareira no Chai-Chai, onde ha já uma vasta plantação de canna saccharina, reconhecida como de primeira classe por um pratico das Mauricias, especialmente contractado para esse fim. Em Inhambane um syndicato inglez, formado em Johannesburg, com o capital de 30:000 libras sterlinas, adquiriu uma vasta propriedade do subdito inglez Macdonalson e está ali montando uma grande fabrica de assucar. A companhia denomina-se *Inhambane Sugar Estates Limited*. Em poucos annos, sem esforço, com as plantações feitas e com o material installado e a installar, a provincia de Moçambique poderá produzir 12:000 toneladas de assucar. Na outra costa, sob o incentivo do regimem protector do decreto de 2 de setembro de 1901, já estão installadas duas fabricas de assucar que já exportaram este anno 108 toneladas e estão sendo installadas mais duas:—da *Companhia Assucareira de Angola* e da *Companhia do Cazengo*, ambas de grande modelo, construidas pela casa Ferbeck de Rouen, a mesma que forneceu todo o material para a renovação das fabricas do Brazil. Dentro de poucos annos dado o parallello desenvolvimento que ali

estão tendo as plantações da canna saccharina, a provincia de Angola poderá produzir tanto como a provincia de Moçambique, isto é, 12.000 toneladas de assucar. Ficarão por cobrir, para eliminar a importação normal do assucar estrangeiro, 4.000 toneladas e estas, é claro, que poderão ser annulladas pelo assucar produzido na provincia de Cabo Verde, onde a industria está hoje decahida e que tendo chegado a produzir mais de 2.000 toneladas, em 1902 apenas exportou para Portugal 3.380 kilos, emquanto que as fabricas de Moçambique introduziram na metropole 2.013.490 kilos e as de Angola (então no periodo inicial) apenas 304 kilos. Não falamos na capacidade productora de assucar da ilha da Madeira e das dos Açores, onde julgamos mais adaptavel a cultura de canna saccharina do que a de beterraba, sobretudo pela extrema humidade dos terrenos.» O fabrico do assucar de beterraba em Portugal foi mais uma das tentativas industriaes do fallecido professor José Julio Rodrigues, que em 1889 publicou o seguinte folheto: *Assucar (O) portuguez de beterraba, episodios de uma industria no seu periodo de gestação.*

Assucareiro. Rochedo no local denominado Pontinha no Porto Velho de Santa Cruz, na costa éste da ilha das Flôres, no archipelago dos Açôres. N'esse rochedo está estabelecido um farol de luz fixa branca.

Assugeira. Pov. da freg. de S. Martinho do Bispo, conc. e distr. de Coimbra.

Assumar *(D. Francisco de Mello, conde de).* Veador da rainha D. Izabel de Bourbon, gentil-homem da camara d'el-rei D. Filippe IV, embaixador em Roma e Vienna d'Austria, etc. N. em 1597, fal. em Madrid em 1651. Era filho primogenito de D. Constantino de Bragança, e neto do segundo marquez de Ferreira. Partindo muito novo para Madrid, foi nomeado veador da rainha D. Izabel, esposa de D. Filippe IV, que o fez gentil-homem da sua camara, agraciando-o com o titulo de conde d'Assumar, em 30 de maio de 1630, e de marquez de Vellescos. Foi membro do conselho de Portugal, embaixador em Roma, passando depois com o mesmo cargo para Vienna d'Austria, cidade onde estava, quando rebentou em Lisboa a revolução de 1640. Continuando ao serviço de Hespanha, tornou-se um encarniçado inimigo da sua patria. Foi elle quem influiu muito para a prisão do infante D. Duarte de Bragança, irmão d'el-rei D. João IV. Tambem teve a nomeação de governador das armas de Flandres, entrou na guerra contra a França, foi capitão general da Sicilia, do Aragão, e da Catalunha; teve ainda outros cargos e o titulo de marquez de Torredelaguna, em 1648. O titulo de conde d'Assumar foi mais tarde concedido a D. Pedro d'Almeida, que foi legitimamente o 1.º conde d'este titulo.

Assumar *(D. João d'Almeida Portugal, 2.º conde de).* Alcaide-mór de Santarem, Gollegã e Almeirim, commendador de Santa Maria de Loures, de S. Salvador de Souto, de S. Paio de Farinha Podre e de S. Julião de Cambres, todas as commendas na Ordem de Christo; academico de numero da Academia Real de Historia, deputado da junta dos Tres Estados, do conselho de Estado e de guerra d'el-rei D. João V e seu gentilhomem da camara, embaixador em Barcelona, etc. N. a 26 de janeiro de 1663, fal. a 26 de dezembro de 1733. Era filho do 1.º conde d'Assumar, D. Pedro d'Almeida, e de sua mulher. D. Margarida André de Noronha, filha de D. Fernando Mascarenhas, 1.º conde da Torre. Acompanhou seu pae á India, onde serviu como capitão de infantaria e depois como capitão de mar e guerra, achando-se com este posto na tomada de Pate, em Africa. Voltando ao reino foi deputado da junta dos Tres Estados, e em 1704 nomeado por D. Pedro II capitão do corpo da sua guarda. Serviu tambem diversas vezes de mordomo-mór. Herdou o titulo e a casa de seu pae. O 2.º conde d'Assumar foi escolhido para acompanhar a Barcelona o archiduque Carlos, como embaixador, conservando-se ao seu serviço todo o tempo que o archiduque se demorou em Hespanha. Quando o archiduque foi acclamado imperador e passou a Allemanha, deixando sua mulher na peninsula, o conde ficou ás ordens da imperatriz, como embaixador, até que partiu tambem para junto de seu marido. Regressando á patria, o conde d'Assumar teve a nomeação de conselheiro de Estado, e em 1721 entrou na Academia Real de Historia. Casou com sua prima, D. Izabel de Castro, dama da rainha D. Maria Francisca de Saboia, filha de D. João Mascarenhas, 1.º marquez de Fronteira. D'este consorcio houve alguns filhos, nos quaes se conta D. Pedro d'Almeida, que foi o 3.º conde d'Assumar e 1.º marquez d'Alorna.

Assumar *(D. Pedro d'Almeida Portugal, 1.º conde de).* Vice-rei da India, senador da camara de Lisboa, deputado da junta dos Tres Estados, védor da Casa d'El-rei, commendador de Loures e de S. Salvador de Souto, na ordem de Christo. N. em março de 1630, fal. em Gôa a 22 de março de 1679. Era filho de D. João d'Almeida, védor da casa de D. João IV e de D. Affonso VI, alcaide-mór d'Alcobaça, reposteiro e gentil-homem da real camara. Sua mãe era D. Violante Henriques, irmã de D. Thomaz de Noronha, 3.º conde dos Arcos. D. João d'Almeida descendia da nobre familia dos Almeidas, e contava no numero dos seus ascendentes D. Paio Guterres, a quem chamavam o *Almeidão* por ter ganho aos moiros a praça d'Almeida no tempo de D. Sancho I. D. Paio era filho de Sueiro Paes, e neto de Pelayo Amado, que foi valido do conde D. Henrique, e com quem passou á Hespanha, casado com D. Moninha Guterres, e ficando viuvo, retirou-se á vida solitaria, sendo um dos fundadores de Bouro de Monges de Cistér. Tambem nos seus avós contava D. João d'Almeida, Fernão Alvares d'Almeida, quinto neto de Pelayo Amado, que serviu D. João I e com elle esteve em Ceuta no anno de 1415; foi veador da sua casa, aio dos filhos, commendador de Villa Viçosa, e Juromenha na ordem d'Aviz. Em 1438 teve a mercê da portagem de Santarem e as rendas da villa d'Abrantes. Na sua ascendencia encontrava-se egualmente o 1.º vice-rei da India, D. Francisco d'Almeida. D. Pedro d'Almeida serviu no Alemtejo na guerra da Restauração, com os postos de capitão de cavallos e mestre de campo d'um terço de infantaria. Por decreto de 7 de novembro de 1672 foi nomeado vereador da limpeza e calçadas da cidade de Lisboa, sendo reconduzido, por decreto de 23 de dezembro de 1673 e no exercicio do mesmo cargo se conservou até 25 de janeiro de 1675. Em 1677 foi nomeado vice-rei da India, e agra-

ciado com o titulo de conde d'Assumar, por carta de 11 d'abril do referido anno pelos serviços que tinha prestado na guerra. Partindo para o seu destino, pouco tempo exerceu tão elevado cargo, porque morreu em Goa, tendo ido em soccorro de Mombaça, destroçando a armada arabe de Pate. O conde d'Assumar casou com D. Margarida André de Noronha, filha de D. Fernando Mascarenhas, 1.º conde da Torre, e da condessa D. Maria de Noronha, irmã de D. Rodrigo da Silveira, 1.º conde de Sarzedas. O brazão d'armas é um escudo esquartelado. N'um dos quarteis as armas dos Portugaes, uma aspa vermelha, e n'ella cinco escudos das armas reaes com a cruz dos Pereiras, de prata; n'outro quartel as armas dos Almeidas, em campo vermelho tres bezantes de ouro, entre dobre cruz, e bordadura de ouro; timbre uma aguia de vermelho abezantada de ouro.

Assumar *(D. Pedro Miguel d'Almeida, 3.º conde de).* Foi o 1.º marquez d'Alorna (V. *este titulo*). O titulo continuou juntamente com o d'Alorna, e foi a 4.ª marqueza d'este titulo, D. Leonor d'Almeida Lorena e Lencastre, a ultima pessoa que usou o titulo d'Assumar, sendo a 7.ª condessa. A filha mais velha d'esta senhora, chamada D. Leonor Benedicta, casou com o 6.º marquez de Fronteira. O titulo de conde d'Assumar ficou extincto, e o de Alorna junto ao de Fronteira, como se conserva ainda hoje. V. *Alorna (D. Leonor d'Almeida).*

Assumar. Villa e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. do Alemtejo, conc. de Monforte, com. e distr. de Portalegre, arcebisp. d'Evora; 1:097 hab. e 251 fog. E' pov. muito antiga. Os romanos chamavam-lhe *Ad-Septem-Aræ* ou *Septem-Aræ*. Alguns escriptores dizem que depois se chamou *Summa-Ara*, e que d'aqui lhe vem o nome actual. Outros dizem que *Summa-Ara* foi o seu primeiro nome. A villa está situada n'um plató entre Alegrete e Monforte, na margem direita do Caia. El-rei D. Diniz deu-lhe foral em 1298, com muitos privilegios; e para ser facilmente povoada, todos os reis da primeira dynastia lhe concederam muitas honras, liberdades, isenções e privilegios. Estes privilegios fôram tambem confirmados por D. João V, em 1730. A villa é cercada de muralhas, construcção de 1332, feita por D. Affonso IV, e teve um castello, segundo consta da seguinte inscripção collocada sobre a porta principal da villa: «Em nome de Deus, amen. Era de 1370 (1332) se fez este castello, em senhorio do mui nobre rei D. Affonso de Portugal, filho do mui nobre rei D. Diniz.» Em 1701, os castelhanos estragaram as muralhas, minando-as, porém fôram logo reparadas. Tem Misericordia, hospital, escolas para ambos os sexos, est. post. permutando malas com a R. A. L.; estação no caminho de ferro, e pertence a 4.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 22 com a séde em Abrantes. Pelo decreto de 26 de setembro de 1895, que supprimiu o conc. de Monforte, d'onde dista 11 k. Assumar ficou annexada ao de Arronches, sendo porém restaurado aquelle concelho pelo decreto de 13 de janeiro de 1898, voltou novamente a pertencer-lhe. Foi cabeça de condado.

Assumpção *(Fr. Affonso de).* No seculo chamado Affonso d'Albuquerque, parente do grande capitão d'este nome. Entrou já velho para a vida religiosa, em que se tornou celebre pelos cilicios e disciplinas com que se penitenciava, e que lhe deram quasi a fama de santo. Morreu no dia 1 de março de 1583, na casa do Amparo, no Ribatejo.

Assumpção *(Fr. Antonio da).* Religioso dominicano. N. em Lisboa a 15 d'agosto de 1695, fal. no convento da ordem, em Abrantes, a 31 d'outubro de 1756. Era filho do capitão Antonio Tibau e de Maria dos Reis. Professou na ordem dos prégadores, no convento de Bemfica a 24 d'abril de 1713, e aprendeu na Universidade do convento de Lisboa as sciencias severas, que lhe serviram de prologo ao exercicio concionatorio, em que se distinguiu entre os mais celebres professores da eloquencia sagrada. Escreveu: *Sermão funebre panegyrico, e historico nas honras funebres, que a Veneravel Ordem Terceira de S. Domingos fez a seus Irmãos defuntos, no Collegio de Nossa Senhora do Rosario dos Padres Irlandezes a 8 de Setembro de 1744*, Lisboa, 1745; *Gloriosos trabalhos do Hercules da Igreja S. Domingos de Gusmão, e singulares triunfos dos illustres militares da Veneravel Ordem Terceira de Jesu-Christo, e Penitencia do mesmo Santo*, Lisboa, 1746; houve outra edição em 1767; *Escudo impenetravel, com que o Hercules da Igreja S. Domingos de Gusmão defende nos seus novos trabalhos a sua Veneravel Ordem Terceira Militar, e Penitencia da critica mais orgulhosa*, Lisboa, 1749; *Sermão da Solemnidade do Capitulo, que se celebrou a 18 de Abril de 1750, no Real Convento de S. Domingos da Cidade de Lisboa, em que sahio eleito Provincial o Reverendissimo P. M. Fr. Silvestre de Santo Thomás, Mestre em Santa Theologia, Consultor do Santo Officio e da Bulla da Cruzada, e Examinador das Tres Ordens militares*, Lisboa, 1750; *Sermão das Solemnissimas Exequias do Serenissimo Senhor Rey D. João V, celebradas na Cathedral de Leiria a 11 de Agosto de 1750*, Lisboa, 1750; *Novos Triumphos do Hercules da Graça S. Domingos de Gusmão alcançados dos Antagonistas da sua Veneravel Ordem Terceira Militar, e Penitente, obra apologetica e critica*, Coimbra, 1752; *Sermão na solemnidade do Capitulo, que se celebrou a 4 de Mayo de 1754 no Real Convento de S. Domingos da Cidade de Lisboa*, Lisboa, 1755.

Assumpção *(Fr. Antonio da).* Religioso franciscano da provincia da Arrabida, lente de theologia. Escreveu: *Oração funebre recitada nas exequias da trasladação e despedidas do augusto corpo da Fidelissima Rainha de Portugal D. Maria I na igreja do convento de S. José de Ribamar*, Lisboa, 1822.

Assumpção *(Soror Archangela Maria da).* Religiosa, compositora de musica. N. em Sacavem, e fal. no convento de Marvilla. Floresceu no seculo XVIII. Era filha de Vicente Ferreira e de D. Antonia Maria de Faria e Sousa. Professou a 22 d'agosto de 1730, sendo ainda muito nova, no convento de N. S.ª da Conceição das Religiosas de Santa Brigida, em Marvilla. Foi autora d'um pequeno poema mystico, um canto pastoril, que se executou no seu convento, o qual tinha o seguinte titulo: *Festivo Applauso em que huma Religiosa como pastora, e os anjos como musicos celebrarão o Nascimento do Menino Jesu, por soror Archangela Maria da Assumpção, dado á Estampa, com as Notas, por um seu obrigado*, Lisboa, 1737.

Assumpção *(Boaventura da)*. Prégador distincto, conego secular da congregação do Evangelista. Natural d'Aveiro. Foi tambem muito investigador de antiguidades, e deixou em manuscripto um livro iutitulado: *Topographia da villa d'Aveiro, obra ecclesiastica e secular, com uma breve descripção da comarca.*

Assumpção *(Francisco de)*. Facultativo militar. N. em 1795, fal. a 20 de junho de 1876. Foi admittido no exercito como cirurgião ajudante, em março de 1809; tomou parte na guerra peninsular, obtendo no fim da lucta a medalha respectiva com o algarismo n.º 2. Em 1827 foi elevado a cirurgião-mór, e por ser affecto á causa liberal teve a demissão, sendo preso pelo governo absoluto. Em 1834 esteve na praça de Marvão, e terminada a campanha, foi nomeado director do hospital d'Evora, onde prestou importantes serviços por occasião do apparecimento da *cholera morbus*, o que lhe valeu uma honrosa portaria de louvor pela dedicação que mostrou durante a epidemia. Em 1837 foi transferido para o hospital d'Elvas, e ali se conservou por espaço de dez annos, até ser nomeado chefe da repartição de saude na divisão de operações commandada pelo conde de Vinhaes. Escolhido depois para delegado do conselho de saude na 1.ª e 6.ª divisões militares, foi um dos membros da commissão encarregada de formular o regulamento geral de saude do exercito; em 1856 teve a inspecção dos hospitaes dos cholericos em Lisboa, e no anno seguinte, 1857, mostrou-se, durante a epidemia da febre amarella, extraordinariamente resoluto e assiduo, pelo que lhe foi conferida a commenda da ordem de Aviz, por proposta feita ao governo pelo conde da Ponte de Santa Maria, então commandante em chefe do exercito. Em novembro do referido anno de 1857, foi promovido a cirurgião em chefe do exercito, e dirigiu a repartição de saude no ministerio da guerra até ser reformado em 1873.

Assumpção *(Guilherme Augusto de)*. E' natural de Lisboa, onde nasceu em 1839. Desde muitos annos tem-se dedicado ao estudo das aguas de Moura, conseguindo, depois de muito trabalho e difficuldades, descobrir por um processo especial e perfeito, o alto valor dos saes obtidos d'aquellas aguas, para combater bastantes doenças, como inflammações, catarrhos chronicos, apertos de uretra, figado, rins, etc, e com especialidade doenças do estomago. Os effeitos beneficos d'estes saes salutares, pela experiencia de muitos annos, estão bem reconhecidos e attestados em documentos, por muitos e distinctos medicos, tanto portuguezes, como estrangeiros. No seu livo *Aguas minero-medicinaes de Portugal*, a pag. 316 e seguintes, trata o dr. Alfredo Luiz Lopes largamente das aguas do Moura. Feita tão util descoberta, organisou-se uma empresa para a exploração e propaganda dos saes d'estas preciosas aguas, a qual era composta do sr. Guilherme Augusto d'Assumpção, e dos fallecidos Clemente Augusto d'Assumpção, seu irmão, e dr. Leonardo Torres. A empreza começou a funccionar com a firma *Assumpção, Torres & C.ª* que ainda conserva. Em pouco tempo se vulgarisou a fama de tão benemerito medicamento, pelo progressivo numero de pessoas que d'elle obtinham os melhores resultados. Hoje o unico proprietario é o sr. Guilherme d'Assumpção, tendo sociedade com a bem conhecida e importante casa Ribeiro da Costa & C.ª, de Lisboa. A empresa é privilegiada por alvará régio, e obteve premio nas exposições: Agricola de Lisboa, 1884, e Industrial portugueza, de 1888. Na exposição do Porto em 1897, tambem obteve a medalha de prata. (V. *Moura, aguas mineraes)*. O sr. Guilherme Augusto d'Assumpção foi accionista da Companhia do Gaz, e para a gerencia do anno de 1888, sendo directores: o conselheiro Marianno Cyrillo de Carvalho, dr. Agostinho Vicente Lourenço, José Street da Cunha, visconde de Melicio, e Nuno Caetano da Costa Negrão, foi convidado como director substituto para dirigir e organisar a escripturação da Companhia, que precisava de prompto e indispensavel remedio. A competencia e energia com que se houve n'este encargo, está evidentemente demonstrado no relatorio d'esse anno, em que a direcção lhe consagrou phrases de louvor pela fórma como reorganisou a escripturação, conseguindo reformar e aperfeiçoar os systemas seguidos. Mais tarde, na ausencia dos directores effectivos, foi chamado para exercer aquelle cargo interinamente, assim como o sr. dr. Antonio Centeno.

Assumpção *(João Lino de)*. Modesto mestre d'obras e membro da corporação dos bombeiros, em que adquiriu a mais justa reputação pelos relevantes serviços prestados em incendios. N. a 23 de setembro de 1823, e fal. a 16 de março de 1872. Era descendente d'uma familia allemã. Entrou para a corporação dos bombeiros em 30 d'abril de 1840, como 2.º patrão, passando a 1.º em 4 de fevereiro de 1847, sendo nomeado ajudante do inspector dos incendios, em 4 de junho de 1868. Distinguiu-se em muitos incendios importantes, pela sua temeridade e pela fórma com que dirigia os trabalhos, como no da fabrica de Déjant, á Boa Vista, em outubro de 1853, no da rua Nova do Almada, em 29 de junho de 1857, etc. Pelos bons serviços prestados n'esta castastrophe foi condecorado, por decreto de 25 de janeiro de 1859, com a medalha de prata concedida para distincção e premio ao merito, philantropia e generosidade. Lino d'Assumpção teve ainda a medalha de prata de valor e caridade, pelos serviços prestados durante a epidemia de febre amarella, em 1857, concedida pela camara municipal de Lisboa a 20 de junho de 1859. Em 9 d'agosto de 1860 foi nomeado chefe da 2.ª brigada de bombeiros de Lisboa. Nas actas da camara municipal de 1863 a 1868 apparece o seu nome louvado e elogiado seis vezes. Por decreto de 10 de fevereiro de 1870 teve outra medalha de prata, e a 2 de março do mesmo anno foi agraciado com o habito da Torre e Espada. Lino d'Assumpção sustentou mais de tres annos uma aula nocturna de instrucção primaria na freguezia do Coração de Jesus, onde exerceu alguns cargos administrativos e de eleição popular. Foi um dos fundadores da Associação Humanitaria do S. José, em cuja sala das sessões figura o seu retrato, inaugurado depois da morte do benemerito bombeiro. Na exposição internacional do Porto recebeu uma menção honrosa pelos productos expostos na classe de apparelhos de salvação e material de incendios. João Lino d'Assumpção era casado com D. Maria do Rosario, e pae do conhecido escriptor ha pouco fallecido, Thomaz Lino d'Assumpção (V. *este nome)*.

Assumpção *(Joaquim Clemente)*. Official de infantaria com o curso da escola do exercito. N. em Lisboa a 23 de novembro de 1852. E' condecorado com a medalha de prata de comportamento exemplar. Escreveu: *Escola pratica de infantaria e cavallaria—Anno de 1889—Postos avançados*, Mafra, em collaboração com Abel Augusto Nogueira Soares, official de engenharia. E' a summula das conferencias feitas sobre este assumpto na escola de Mafra pelo tenente coronel Celestino de Sousa, commandante da secção de infantaria da mesma escola.

Assumpção *(Fr. José da)*. Religioso da ordem da Santissima Trindade, lente de theologia no collegio de Coimbra. Natural de Angra do Heroismo, fal. em Lisboa a 11 de novembro de 1667. Era filho de paes nobres, Matheus de Lima Pacheco e Catharina Vaz. Professou no convento da Trindade de Lisboa, a 6 d'agosto de 1640. Dictou theologia n'este convento e no collegio de Coimbra. Foi tambem secretario do visitador geral, definidor assistente em Roma, e depois ministro do convento em Lisboa, onde falleceu. Publicou: *Sermão prégado na solemnidade que os Religiosos Theatinos da Divina Providencia fizerão a seu Santo Fundador o B. Caetano, no Convento da Santissima Trindade, a 7 de agosto do anno de 1652*, sem data nem logar da impressão; *Sermão em a solemnidade que os Clerigos Regulares da Divina Providencia fizerão á nova fundação da Ordem em Lisboa, dia de S. Miguel, Padroeiro das suas Missões, anno de 1653*, sem data nem logar da impressão.

Assumpção *(Fr. José da)*. Eremita augustiano, theologo, prior do convento da Graça, de Torres Vedras, e definidor da provincia. Era natural de Lisboa, e fal. a 24 de maio de 1751. Filho de Antonio da Silva e de Joanna Baptista. Professou a 15 de março de 1695, no convento da Graça, de Lisboa, onde tambem estava um seu irmão, o mestre fr. Francisco de Santa Maria, provincial. Fr. José d'Assumpção dictou theologia até jubilar no anno de 1725. Foi muito versado no conhecimento da antiguidade classica, e compunha versos em latim com extrema facilidade. Escreveu: *Hymnologia sacra em 6 partes igualmente dividida; Parte primeira, na qual com grande variedade de Textos da Sagrada Escriptura, authoridade dos Sanctos Padres, e muitas noticias das Historias humanas se explanão todos os Hymnos dos tempo do Breviario Romano, e alguns mais de Sanctos, que por devoção se accrescentarão a esta primeira Parte*, Lisboa 1738; *Parte 2.ª, na qual se explanão todos os Hymnos dos Sanctos que nos primeiros seis mezes se contém do Breviario Romano, Augustianos e dos RR. PP. Carmelitanos e Franciscanos*, Lisboa, 1741; *3.ª parte* foi publicada em 1749; *Epigrammata Sacra Vitam B. Andreæ de Comitibus Seraphici Ordinis S. Francisco alumni præclarissimi explanantia*, Lisboa, 1731; *Funiculus Triplex; scilicet Regula Magni Parentis Augustini Erimitarum Ordinis Patriarchæ a tribus Augustinianæ Familiæ Cœremitis patria Ulyssiponensibus Fr. Joanne Mariano, Fr. Francisco a Sancta Maria, Fr. Josepho ab Assumptione, carmine heroico concinnata; Accedunt Tres Epigrammatum libri et Centones ad Mysteria Christi*, Lisboa, 1739; *Martyrologium Augustinianum in tres partes equaliter distributum in quo summa latitudine, & amplitudine innumerabiles, & quasi super arenam multiplicati Sancti, Beati, &c. Venerabiles, qui in Augustiniana Religione clarerunt per singulos totius anni die referuntur, additis ad illorum elogia melius intelligenda vastissimis Commentariis*; *Pars prima in qua Sancti, Beati, & Venerabiles primæ partis explanantur*, Lisboa, 1743; *Encomiasticum Apollineum ex præcipuis præconis Joannis V. Lusitaniæ regis*, 1732, com o pseudonymo de *doutor D. Domingos Novi Charivarria; Elegia in obitum Fratis sui amabilissimi Fr. Francisci a S. Maria Ord. Erimit. D August. moderatoris dignissimi*. Deixou as seguintes obras em manuscripto: *Vita S Patris Augustini heroico carmine*, 12 livros; *Vida de Santo composta em emblemas, e authoridades do Santo Doutor; Transladitiones, & inventio S. P. Augustini ad 40 Transalpinos; Regula D. Augustini oratione pedestri; Vita S. Nicolai Tolentini libri duodecimi; De Creatione Mundi; Vitæ BB. Ægidii Romani, Boaventuræ Patavini, ac Alexandri Olivæ*, livros 12, *Carmine heroico; Chorus Pieridum*, consta de *9 livros de Epigrammas*; *Mafrense opus septem columnis*, em verso elegiaco; *Paradisus voluptatis*, consta das principaes excellencias da Ordem Erimitica de Santo Agostinho; *Næniæ Sacræ*, consta dos Santos e Veneraveis da ordem devotos das almas do Purgatorio; *Eremus insulata*, trata dos bispos augustinianos portuguezes; *Polyanthea Eucharistica; Annagramatum liber, Vida de Fr. Egidio Lusitano, Computo de todas as Paschoas* (livros incompletos); *Anno Virgineo de favores de Maria Santissima aos Religiosos de Santo Agostinho; Anno Angelico*, trata dos favores que os espiritos angelicos fizeram a religiosos agostinhos; *Anno Sacramental; Anno de Visoens; Prosodia Poetica*; *Tratado de Etymologias*.

Assumpção *(Fr. José da)*. Religioso da ordem de Santo Agostinho; professou no convento da Graça, de Lisboa. Compoz muita musica religiosa. Na bibliotheca d'Ajuda existe a copia d'uma missa a 4 vozes e orgão. No cartorio da sé de Lisboa dizem que ha tambem copia d'esta missa, e mais o *psalmo 120: Levavi oculos meos in montes*, a 4 vozes e orgão; *Tantum ergo*, para dois sopranos e orgão, copia existente na Bibliotheca Nacional de Lisboa; *Benção dos Ramos*, a 3 vozes sem acompanhamento. Dizem que este frade tem uma composição singular constituindo um curioso exemplo de musica burlesca, a qual parece ter sido escripta para ser cantada por freiras, acompanhadas pelo seu padre mestre da solfa, porque consiste n'um côro para 3 sopranos e baixo. Divide-se em duas partes: 1.ª *Tempestade*, 2.ª *Repique*. Na 1.ª figura-se uma tempestade que assalta um navio quando está proximo de Lisboa; ouve-se a voz do mestre ordenando a manobra, a celeuma dos marinheiros, as preces e promessas á Virgem Maria e a Santo Antonio, os gritos de angustia; por fim volta a bonança, e avista-se o porto. Na 2.ª parte, que é a mais curiosa pelo seu caracter completamente burlesco, festeja-se o salvamento do navio com um repique dos sinos da Graça. Fr. José da Assumpção entrou para a irmandade de Santa Cecilia em 23 de fevereiro da 1769, despedindo-se em 25 de junho de 1801. Parece que vivia ainda em 1828.

Assumpção *(Fr. José da)*. Bispo de Lamego, missionario apostolico, do seminario do Varatojo. Foi natural de Requeixo, no bispado d'Aveiro

Fal. em Lisboa a 18 d'outubro de 1841. Foi conhecido em todo o reino por um dos melhores missionarios que sahiram do convento do Varatojo, e foi devido a esta circumstancia que verdadeiramente se tornou notavel. Percorreu quasi todas as provincias de Portugal prégando o Evangelho, e a sua palavra teve sempre o condão de persuadir os menos credulos em assumptos religiosos. Sendo chamado a Coimbra em 1830 pelo bispo-conde D. Joaquim da Nazareth, abriu a sua missão na cathedral e tanta foi a gente que concorreu a escutal-o, que teve de prégar no Campo da Feira, sendo ouvido no meio do mais profundo silencio, não só pelo povo, como por toda a academia e pelos mais conspicuos professores da Universidade. Alguns estudantes que o ouviram, arrastados pela influencia convincente da sua palavra, renunciaram ao mundo, e tomaram o habito do Varatojo. D. Fr. José d'Assumpção foi nomeado bispo de Lamego pelo governo de D. Miguel, dignidade confirmada pela Santa Sé Apostolica em o consistorio de 29 de junho de 1834. O distincto missionario quiz recusar o favor real, e foi tão grande a sua reluctancia e desgosto, que d'ahi lhe proveiu uma grave enfermidade, acceitando a graça unicamente obrigado pela obediencia. A mudança de governo, porém, em 24 do mez de julho seguinte, impediu-o de exercer as funcções episcopaes. Com a convenção d'Evora Monte, recolheu-se a Lisboa, onde a enfermidade lhe foi lentamente minando a existencia. O resto da vida passou-o quasi incoguito, occupando-se na composição de varias obras doutrinaes e polemicas, que fez publicar sem o seu nome. Os seus livros tiveram grande voga no Brazil, e dois prelados brazileiros o convidaram a ir fixar a sua residencia n'alguma das provincias d'aquelle imperio, onde poderia auferir grandes lucros e honras. D. Fr. José regeitou o convite, porque não queria abandonar a patria, e por desprezar glorias e interesses mundanos. Succumbiu ás enfermidades adquiridas nas suas missões e aos muitos desgostos que soffreu. As suas obras são as seguintes: *Oração concionatoria, ou exhortação ao clero portuguez*, Coimbra, 1791; *O Defensor da Religião em disputas com os incredulos;* sahiram seis partes, parece que periodicamente, em folhetos separados, de diversas typographias, sendo a ultima impressa em Lisboa, 1836, na do padre Bento Luiz Correia da Cunha, a quem succedeu seu irmão, Luiz Correia da Cunha; *Catheeismo catholico*, do «Defensor da Religião», Lisboa, 1838; *Homilias para todas as domingas e festividades principaes do anno, em soccorro dos reverendos parochos;* Primeira parte, Lisboa, 1840; *Defensor da religião ou religiosos e religiosas*, dividido em quatro partes; diz-se no *Diccionario bibliographico*, que deve ser a mesma tambem conhecida por *Palestras religiosas; Apologia dos Jesuitas*, Lisboa, 183. .; *Sermão de Santo Antonio de Padua, prégado no seminario do Varatojo a 13 de junho de 1829*, Coimbra, 1831. Consta que começara a imprimir tambem em Coimbra o seu *Directorio de Confessores*, mas que não concluiu a impressão. Attribuem-se-lhe outras obras, como: o *Pastor fidelissimo*, o *Analecto theologico*, etc. Das obras mencionadas, dizem que fôram algumas traduzidas em francez e em italiano.

Assumpção *(Manuel da)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, jornalista distincto, chefe de repartição na direcção geral dos negocios de justiça, deputado, do conselho de Sua Magestade, ministro de Estado, director geral do ministerio dos negocios ecclesiasticos e de justiça, etc. N. em Villa Real, de Traz-os-Montes a 10 de maio de 1844; fal. em Lisboa a 23 de março de 1893. Terminou o curso na Universidade, com a maior distincção, no anno de 1870. Por decreto de 19 de setembro de 1878 foi nomeado chefe de repartição na direcção geral dos negocios da justiça, e promovido a director geral da mesma direcção, por decreto de 13 de março de 1884. Entrou pela primeira vez na camara dos deputados na legislatura de 1875, sendo eleito por Moncorvo; nas subsequentes legislaturas representou o circulo da Pesqueira, em 1879; Ceia, em 1882; Moncorvo, segunda vez, em 1884; Santarem, em 1889 e 1890, e Portalegre, desde este anno até 1892. Quando falleceu, era deputado pelo circulo do Funchal. Filiado no partido regenerador, subiu aos conselhos da corôa, fazendo parte do gabinete presidido por Fontes Pereira de Mello, encarregando-se da pasta do ministerio da justiça e negocios ecclesiasticos, por decreto de 19 de fevereiro de 1885, cargo que exerceu até 20 de fevereiro de 1886. Manuel d'Assumpção era um orador fluente e vigoroso, com certa originalidade na expressão e na fórma; tomou parte activa em muitas discussões importantes, especialmente na do 2.° Acto addicional da Carta Constitucional, que tem a data de 24 do julho de 1885. Escriptor e poeta, tem algumas poesias lyricas e epigrammas publicados, mas o maior numero de suas composições ficou inédito. Já nos bancos academicos de Coimbra se tornara conhecido pelas suas poesias e outros escriptos litterarios. Collaborou em differentes jornaes. Bibliophilo illustrado e distincto, organisou a sua bibliotheca particular com specimens notaveis, raros e preciosos. Contava-se como muito apreciavel a sua collecção das publicações denominadas da *Restauração*, e a este respeito tencionava escrever uma monographia, assim como outra interessante ácerca de escriptores dos seculos XVI e XVII. Manuel d'Assumpção era casado com D. Rosa Motta Marques, tinha um caracter despretencioso e muito honesto. A sua morte foi geralmente sentida; á beira da sepultura falaram o sr. João Arroyo e o fallecido Lopo Vaz de Sampaio e Mello. Consta que Manuel d'Assumpção deixou inéditos os fragmentos d'um romance, baseado em factos da nossa historia contemporanea, tendo por norma as curiosas narrativas de Julio Verne.

Manuel da Assumpção

Assumpção *(Fr. Manuel da)*. Eremita de Santo Agostinho, e prior do convento de Colombo, na India Oriental, onde residiu por muitos annos. Escreveu em 1630: *Recopilação breve das guerras*

da Ilha de Ceylão, e da rebellião dos Levantados, morte do general Constantino de Sá e Noronha, e perda de todo o arrayal com outras couzas que succederão. Esta obra conservava-se em manuscripto, na livraria do convento da Graça, de Lisboa.

Assumpção *(Fr. Manuel da).* Commendador e Provincial da ordem das Mercês, no Maranhão, e depois procurador da sua ordem em Lisboa. Era natural de Torres Novas; falleceu em Lisboa em 1675 e jaz sepultado no capitulo do convento de S. Domingos. Deixou em manuscripto o seguinte: *Progressos da sua religião em Indias especialmente no Estado do Maranhão com as noticias delle e serviços que tem feito á Coroa de Portugal os seus Religiosos; Vida do Santo Varão Fr. Antonio de Santo Alberto Religioso Mercenario; Vida do Prior da Chamusca o Licenciado Manuel Francisco; Sermões varios*, 2 tomos.

Assumpção *(Fr. Manuel da).* Religioso da ordem de Santo Agostinho. Natural de Caparica. Era filho de Antonio Pereira e de Natalia de Jesus. Recebeu o habito no convento da Graça em Lisboa, onde professou solemnemente a 29 de setembro de 1687. Foi prior do convento da sua ordem em Evora, onde dictou theologia, presidente do Capitulo Provincial celebrado em 1728, e commissario dos Terceiros do Carmo, de Lisboa. Deixou escripto: *Jardim Sagrado, aonde todas as flores são maravilhas regadas com as correntes, que manão da Penha mystica Maria Santissima em 4 Quadros. Primeiro Quadro em que dispoem dez maravilhas.*

Assumpção *(Fr. Manuel da).* Eremita da ordem de Santo Agostinho, da congregação da India Oriental. Natural d'Evora. Foi reitor da missão de S. Nicolau Tolentino em Bengala no anno de 1725. Escreveu: *Vocabulario em idioma bengala e portuguez. Dividido em duas partes, e dedicado ao ex.mo e rev.mo sr. D. Miguel de Tavora, arcebispo d'Evora*, etc., Lisboa, 1743; das duas partes de que se compõe, a primeira fórma o vocabulario bengala-portuguez, e a segunda o portuguez-bengala, precedidos d'um breve *Compendio da grammatica bengala.* Consta que na bibliotheca d'Evora existem os seguintes manuscriptos: *Mysterios da fé, ordenado em lingua bengala; Argumento e disputa sobre a Ley, entre hu Christão ou Catholico Romano, ou Mestre dos gentios; em que se mostra na lingua bengala a falsidade da seita dos gentios*, etc. *Composto por aquelle grande Cathequista Christão, q. converteo tantos gentios, chamado D. Antonio, filho do Rey de Busno, vertida em portuguez pelo padre fr. Manuel d'Assumpção*, etc. E' escripto em duas columnas, tendo d'um lado o bengala e do outro o portuguez. Escreveu tambem: *Cathecismo da Doutrina Christã, ordenado por modo de Dialogo em idioma Bengala e Portuguez*, Lisboa, 1743.

Assumpção *(Fr. Manuel da).* Conego regular. Escreveu e publicou, de collaboração com o alumno do Collegio Militar, Paulo Ferreira Brumette, o seguinte: *Conclusões sobre a poesia e eloquencia. Presidente D. Luiz da Senhora do Carmo: defendem fr. Manuel d'Assumpção e Paulo Ignacio Brumette no dia 8 de agosto de 1775*, Lisboa, 1775.

Assumpção *(Soror Maria da).* Religiosa franciscana. N. em Lisboa, em 1573, fal. a 15 de maio de 1653. Era filha de Luiz Gonçalves de Athaide, 4.º conde d'Athouguia, e de sua mulher, D. Violante da Silva. Professou, contra vontade de seus paes, no convento de Santa Martha, onde foi mestra de noviças, tres vezes abbadessa, e religiosa exemplar. O seu confessor, o jesuita Antonio Bandeira, escreveu a sua vida, que ficou em manuscripto.

Assumpção *(Fr. Pedro da).* Religioso franciscano. Natural de Lisboa, onde nasceu em 1688. Era filho de Manuel Machado e de Clara Pereira. Recebeu o habito no convento de Loures da provincia da Arrabida a 15 d'agosto de 1706. Foi guardião do convento do Barro, em Torres Vedras. Escreveu, a instancias das religiosas de Marvilla: *Novena da ditosa peregrina segundo Apocalypse de Deos Embaixadora do Céo, S. Brigida de Suecia Princeza de Noricia para se alcançar de Deos por sua intercessão as graças, que se desejão fundada em nove liçoens, dadas á mesma Santa pela boca de Christo Crucificado*, Lisboa, 1725.

Assumpção *(Fr. Remigio da).* Monge cisterciense. Natural da ilha da Madeira, fal. no convento d'Alcobaça no anno de 1654. Vestiu a cogula da ordem no convento d'Alcobaça a 15 de julho de 1591. Recebeu o grau de doutor theologo na Universidade de Coimbra, e tanta era a inclinação que tinha ao estudo das sagradas letras que sem interrupção o conservou por toda a vida até que perdeu o somno, e para que o recuperasse como preciso para viver, tolerou uma violenta operação no cerebro que lhe restituiu a sua antiga saude. Duas vezes subiu ao generalato da sua monastica congregação; a primeira no anno de 1618, e a segunda no de 1634, por fallecimento do dr. Fr. Antonio Brandão, chronista do reino. Foi deputado da Inquisição de Coimbra, de que tomou posse a 15 de março de 1620. Escreveu o seguinte, que ficou em manuscripto: *Commentaria in Regulam D. Benedicti; Commentaria in Psalmum; eructavit cor meum Verbum bonus; Afforismos Espirituaes.* Estas obras conservavam-se no convento d'Alcobaça.

Assumpção *(Thomaz Lino de).* Inspector geral das bibliothecas e archivos, jornalista e escriptor muito conhecido. N. em Lisboa a 7 de maio de 1844, fal. em Paço d'Arcos a 1 de novembro de 1902. Era filho de João Lino d'Assumpção (V. *este nome*) e de D. Maria do Rosario d'Assumpção. Foi estudante no Lyceu de Lisboa, cursando depois o Instituto Industrial, onde completou o curso de conductor de obras publicas; frequentou tambem o Curso Superior de Letras. Sendo ainda muito novo, enthusiasmando-se com o que ouvia contar ácerca de fortunas ganhas no Brazil, e achando-se habilitado com aquelles cursos, resolveu ir ás terras de Santa Cruz, e ali se empregou effectivamente, tomando a direcção do caminho de ferro de S. Paulo ao Rio de Janeiro. A litteratura, porém, attrahia-o, era aos livros que mais se dedicava, e relacionando-se com alguns escriptores, collaborou em differentes jornaes, fazendo tambem representar nos theatros algumas comedias. Tendo feito bons interesses com os seus trabalhos do caminho de ferro, pensou em fundar uma livraria, e associando-se com o seu amigo Luiz Faro e Oliveira, mais tarde agraciado com o titulo de visconde de Faro e Oliveira, abriu um estabelecimento, que tinha a firma de Faro & Lino. Esta empresa não foi feliz, e Lino d'Assumpção, sentindo-se desani-

mado, resolveu voltar á Europa. Partiu para Paris, fixou ali a sua residencia, e passados alguns annos regressou a Lisboa, vindo tomar parte na redacção do *Dia*, jornal da tarde recentemente fundado por Antonio Ennes, seu antigo amigo e condiscipulo. Lino d'Assumpção foi um dos redactores mais assiduos que n'essa epoca teve o jornal. Antonio Ennes era inspector das Bibliothecas e Archivos, e pela sua influencia, conseguiu Lino d'Assumpção ser nomeado secretario da Bibliotheca Nacional, cargo que sempre desempenhou com a maior competencia. Tendo Antonio Ennes que retirar-se por algum tempo do reino, por haver sido nomeado commissario régio em Moçambique, Lino de Assumpção exerceu interinamente o logar de inspector durante a prolongada ausencia de Antonio Ennes, ficando effectivo quando aquelle digno funccionario falleceu. E' d'essa quadra da sua vida, que tomaram maior vulto os seus estudos historicos; obrigado pelo dever d'aquelle cargo a visitar os archivos dos extinctos conventos, poude alcançar informações curiosas e interessantissimas, que muito uteis lhe fôram para os seus livros. Lino d'Assumpção tinha a commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição. Era correspondente da *Gazeta de noticias*, do Rio de Janeiro, official da instrucção publica, da Academia Real das Bellas Artes de S. Fernando, de Madrid, do conselho dos monumentos nacionaes. Casara com D. Adelia Détriz, mas enviuvára ha já bastantes annos. Temos nota das seguintes obras: *Narrativas do Brazil; Mil e seiscentas leguas pelo Atlantico; Os jesuitas (o catholicismo no seculo* XVI*); Fim de seculo (historia do meu tempo); As festas d'outr'ora*; *A vida de Santo Antonio; Um padre com o diabo no corpo (episodio politico-religioso do seculo* XVIII*), Geographia e historia; As ultimas freiras; As monjas de Semide; As freiras de Lorvão*; *Diccionario de Architectura; Historia dos frades; Miscellanea*, contos; *Os Martyres; Em Hespanha; Frades e freiras;* varios folhetos e opusculos. Para o theatro escreveu: *Os Lazaros e o Ajuste de contas*, em 5 actos; *Eva*, em 4 actos, e as seguintes comedias em 1 acto: *A grammatica, Maldita Campainha, Dormir acordado*, etc.

Thomaz Lino de Assumpção

Assumpção. Pov. na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Messejana, conc. d'Aljustrel, distr. de Beja.

Assumpção Brandão *(Fr. Matheus de)*. Monge benedictino, doutor em theologia pela Universidade de Coimbra, prégador régio, deputado da Junta do exame e melhoramento temporal das ordens religiosas, ministro do tribunal da Nunciatura Apostolica, censor régio para exame e censura dos livros, socio livre da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. em Valença no anno de 1778, e fal. no mez d'outubro de 1837. Era filho de Vicente da Silva Cerqueira. Doutorou-se em Coimbra a 6 de julho de 1817. Pelas influencias politicas, emigrou de Lisboa em 1834, e falleceu em Roma. Escreveu: *Sermão de oração de graças pela restauração*, Lisboa, 1813; *Sermão em acção de graças pela segunda restauração das provincias do Norte, prégado em Valença*, Lisboa, 1813; *Historia das revoluções de Portugal, escripta em francez, pelo abbade Vertot, traduzida em portuguez, correcta e illustrada com notas*, 3 tomos, Lisboa, 1815; *Sermão de acção de graças pela feliz acclamação de Sua Magestade el-rei D. João VI prégado na capella da Universidade de Coimbra*, Lisboa, 1817; *Reflexões sobre a conspiração descoberta e castigada em Lisboa no anno de 1817, por um verdadeiro amigo da patria*, Lisboa, 1818; sem o nome do autor; sahiu segunda edição no mesmo anno. Este opusculo provocou as refutações e analyses dos redactores dos jornaes portuguezes, que por esse tempo se imprimiam em Londres; João Bernardo da Rocha, no *Portuguez*, e José Liberato Freire de Carvalho, no *Investigador*, occuparam-se do assumpto, aquelle em varios numeros successivos, este no n.º 85. Fr. Matheus publicou então a seguinte, egualmente anonyma: *Resposta á «Analyse critica dos redactores do Investigador* n.º LXXXV» *contra as Reflexões sobre a conspiração de 1817, por um verdadeiro amigo da patria; Parte I*, Lisboa, 1818; *Partes II e III*, Lisboa, 1818; *Vieira justificado, ou carta apologetica a favor do insigne orador P. Antonio Vieira, contra um critico moderno*, Lisboa, 1818; *O critico moderno* era José Agostinho de Macedo, que na advertencia preliminar do seu *Sermão contra o philosophismo do seculo* XIX, impresso em 1811, empregara a respeito de Vieira phrases asperas e desabridas; fr. Matheus concitou contra si a animadversão de José Agostinho, se é que não havia já outras causas anteriores, de sorte que não mais foi possivel congraçarem-se. Ainda nas luctas politicas de 1828, apezar de militarem ambos sob as mesmas bandeiras, não perdiam em seus papeis politicos a occasião de se hostilisarem reciprocamente. Esta pendencia durou até á morte de José Agostinho de Macedo, em 1831. Fr. Matheus tem mais o seguinte: *Sermão de acção de graças pela restituição da Communidade do mosteiro de S. Bento de Lisboa, prégado no mesmo mosteiro*, Lisboa, 1823; *Memoria sobre o Pentateuco hebraico, impresso em Lisboa em 1491*, Lisboa, 1827; está tambem publicada no tomo X da parte I da *Historia e Memorias da Academia*, de pag. 141 a 150; *Elogio necrologico do muito alto e muito poderoso imperador e rei, o sr. D. João VI, recitado em sessão publica da Academia Real das Sciencias aos 10 de Septembro de 1826*, Lisboa, 1828; *Breves observações sobre os fundamentos do projecto de lei para a extincção da Junta do exame actual e melhoramento temporal das Ordens regulares*, Lisboa, 1828; sem o nome do autor; *Carta ao redactor da «Trombeta» n.º 103, sobre o artigo communicado da «Gazeta» n.º 103, em que se mostra que a acclamação do sr. D. Miguel I póde preceder á reunião dos tres Estados; que é nullo o juramento da Carta Constitucional, e que não são perigosas as consequencias da acclamação do mesmo augusto senhor*, Lisboa, 1828; tem no fim por assignatura *Filaletes;* o *Artigo*

communicado era de José Agostinho de Macedo; *Oração funebre nas solemnes exequias do summo pontifice Leão XII, celebradas na egreja do Loreto a 11 de Março de 1829*, Lisboa, 1829; *Resposta á carta I de não sei quem, por um amigo dos portuguezes*, Lisboa, 1830; sem o nome do autor; a esta seguiram-se: *Resposta á carta II de não sei quem, por um amigo dos portuguezes*, Lisboa, 1830; *O amigo dos portuguezes*, n.os 1, 2, 3 e 4, Lisboa, 1830 e 1831; n'algumas collecções ha 5 numeros; no n.º 4, fr. Matheus declara ser o autor d'esta publicação alludindo ás *Reflexões*, que mandára imprimir em 1817; *Defeza do amigo dos portuguezes*, Lisboa, 1831; tem no fim o nome do autor. São todos opusculos de polemica no sentido da opinião politica de fr. Matheus. As *Cartas de não sei quem* são do prior-mór do Crato. Ha ainda os seguintes escriptos: *Não vai d'esta, nem de qualquer outra, ou firmeza invencivel do throno do sr. D. Miguel I*, Lisboa, 1832; *A justa acclamação do muito alto e muito poderoso rei e senhor nosso, o sr. D. Miguel I, novamente defendida contra os «Manifestos» dos inimigos de Portugal*, Lisboa, 1832; *Elogio funebre do santissimo padre Pio VII, prégado nas solemnes exequias que a nação italiana fez celebrar na igreja do Loreto aos 30 de outubro de 1823*, Lisboa, 1823; *Novena do glorioso S. Roque por occasião da epidemia de cholera-morbus no anno de 1832*, etc., Lisboa, 1832. Attribuem-se-lhe as seguintes versões, que fôram publicadas sob as iniciaes do seu nome: *Historia abreviada das perseguições, assassinato e desterro do clero francez durante a revolução*, etc.; traduzido em portuguez por ** M. B , 2 tomos, Porto, 1795; *Quadro da doutrina dos padres e doutores da Igreja, aonde se assentaram as passagens mais interessantes, as mais instructivas e os seus pensamentos mais tocantes*, traduzido do francez, por ** M. B., Porto, tomo I, 1796; tomo II e III, 1797.

Assumpção e Brito *(D. Fr. Francisco da)*. Religioso da ordem dos carmelitas calçados de Santo Agostinho, e arcebispo de Gôa, tomando posse em março de 1775, e cujas funcções desempenhou por alguns annos, até renunciar aquella dignidade, no primeiro de janeiro de 1783, recolhendo-se a Lisboa, onde viveu ainda como resignatario 25 annos. Era natural da provincia das Minas Geraes, e fal. já muito edoso a 16 de dezembro de 1808, diz-se que desastrosamente, cahindo d'uma escada na sua propria casa. Quando em 23 de maio d'este anno a junta denominada dos Tres Estados convocou o clero secular e regular para assignar um requerimento em que se pedia ao imperador dos francezes para Portugal um rei da sua escolha, foi D. Fr. Francisco da Assumpção e Brito o primeiro que assignou o requerimento, por ser o arcebispo mais antigo que se achava na côrte, seguindo-se-lhe immediatamente o de Lacedemonia. Consta que o arcebispo deixou inédito o seguinte opusculo, que se imprimiu em Lisboa, em 1809: *Entrevista do ex-abbade Seyés com o ex-bispo Talleyrand, obra posthuma*, etc., *continuada ou adaptada ás presentes circumstancias da Europa*. Innocencio da Silva, no *Diccionario bibliographico*, vol. IX, pag. 265 declara que viu um documento, no qual se prova que fôra autor da *Entrevista* o P. Lourenço Justiniano Osorio, abbade do Valle, no termo dos Arcos do Valle de Vez, autor tambem d'outros opusculos.

Assumpção Carneiro *(D. João da)*. Conego regrante de Santo Agostinho, cuja murça tomou a 11 de novembro de 1800. Foi prelado dos mosteiros de Grijó e S. Vicente de Fóra de Lisboa, e ultimo dom prior geral, cancelleiro e vice-reitor da Universidade. N. em Ninães, concelho de V. N. de Famalicão, onde falleceu em edade muito avançada. Escreveu: *Nova e mui devota novena preparatoria do nascimento do nosso divino redemptor*, Braga, 1857.

Assumpção Frique *(D. Alberto da)*. Conego regrante de Santo Agostinho. N. em Lisboa a 16 de junho de 1691; ignora-se a data do fallecimento. Recebeu o habito no convento da Serra na cidade do Porto, a 6 de maio de 1706. Depois de estudar philosophia e theologia no Collegio de Coimbra, foi reitor da egreja de S. Salvador, de Penajoia, no bispado de Lamego, de que tomou posse em 29 de julho de 1725, e prégador erudito. Escreveu: *Oração funebre prégada na Santa Sé de Lamego nas Exequias do Excellentissimo D. Nuno Alvares Pereira de Mello, primeiro Duque do Cadaval, quarto Marquez de Ferreira, quinto Conde de Tentugal, &c. mandadas celebrar por seu filho o Illustrissimo e Reverendissimo D. Nuno Alvares Pereira de Mello, Bispo de Lamego em 19 de Fevereiro de 1727*, Coimbra, 1727; *Oração funebre prégada no Convento de Jesus Maria Joseph das Religiosas de Santa Clara de Barró, nas Exequias de D. Nuno Alvares Pereira de Mello primeiro Duque do Cadaval em 28 de Março de 1727*, Coimbra, 1727.

Assumpção Velho *(D. Joaquim da)*. Conego regrante de Santo Agostinho, em Santa Cruz, de Coimbra. N. em 1753, fal. a 10 d'agosto de 1793. Foi professor de physica no Real Collegio de Mafra, transferido depois para o mosteiro de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, socio da Academia Real das Sciencias, etc. Dedicou-se ao estudo com tão entranhado amor, que a sua constituição pouco vigorosa, resentiu-se do excesso de trabalho, e fêl-o succumbir, tendo apenas 40 annos de edade. Nos tomos I e II da *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias* veem publicados os seguintes trabalhos seus: *Observações de differentes eclipses dos satellites de Jupiter, feitas no real collegio de Mafra em 1785; observações physicas por occasião de seis raios que em differentes annos cahiram sobre o real edificio junto á villa de Mafra; e observações meteorologicas feitas no real collegio de Mafra, nos annos de 1783, 1784, 1785 e 1786.*

Astagrar. Provincia do commando militar de Sanguém, districto de Gôa, na India.

Astro da Lusitania. E' este o titulo de um dos jornaes politicos, que se publicaram logo depois da revolução de 1820, tendo por epigraphe os dois conhecidos versos de Ferreira:

Que d'esta vida só fico contente,
Que a minha terra amei e a minha gente.

Segundo a declaração inserta no primeiro numero, sahido em 30 de outubro do referido anno, o seu fim principal era tratar de tudo que devia ser reformado pelas côrtes. Ao principio publicava-se ás segundas feiras, quartas e sabbados, depois passou a ser diario, sahindo regularmente, e sem interrupção até 5 de fevereiro de 1822, data do ultimo numero. Sahiu nova serie, de 6 de feve-

reiro seguinte até fim do citado anno, e houve ainda uma terceira, só de 80 numeros, que findou em 15 d'abril de 1823, depois de ter sido julgado o redactor perante o jury, por causa de um artigo que appareceu no jornal.

Astrolozia *(Monte da)*. Na freg. de S. Martinho das Amorciras, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Astromil. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Douro, conc. e com. de Paredes, distr. e bisp. do Porto; 189 hab. e 46 fog. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada n'um valle cercado de montes, que o tornam muito ameno, pelas muitas aguas que elles lançam no valle. E' terra fertil e saudavel. O abbade tinha de rendimento 180$000 réis, e era apresentado pelos descendentes de D. Affonso de Magalhães e Menezes, senhor da villa da Barca, Nobrega e concelho de Freiriz. Astromil pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 18, com a séde no Porto.

Astronomico *(Real Observatorio)*. V. *Observatorio Astronomico de Lisboa (Real)*.

Asturãos. Rio na prov. do Minho, no distr. de Vianna do Castello. Nasce no sitio da *Azevosa*, na serra da Labruja, e desagua no rio Lima, com um curso de 15 k. Tambem se lhe dá o nome de *Esturãos*. O rio passa pela aldeia d'este nome, onde tem uma ponte de cantaria de um só arco, e em Bertiandos tem outra ponte. As margens são arborisadas.

Asturias. Appellido nobre em Portugal, oriundo de Hespanha e tomado do reino das Asturias. O primeiro que se encontra com este appellido é D. Pedro de Asturias, que assistiu á batalha que o infante D. Sancho, filho de D. Affonso Henriques, deu aos moiros ao pé de Sevilha em 1178. Tem brazão d'armas incompleto: em campo de ouro duas faxas de ondas de azul e prata; orla carregada de oito cabeças de serpe de verde, cortadas em sangue, e lampassadas de vermelho. Timbre uma das cabeças de serpe com a bocca aberta e virada para cima.

Asylo. Casa, estabelecimento, onde se encontra abrigo para a indigencia, orphandade, enfermos e velhice. Dá-se tambem, muitas vezes, este nome aos hospitaes Os asylos são instituições da mais remota antiguidade, desconhecendo-se mesmo a sua origem; atravessaram a edade media, chegaram á Renascença, sendo afinal abolidas. O *direito de asylo* tinha por fim tornar inviolaveis os criminosos que, fugindo á perseguição da justiça, logravam acolher-se a esses logares privilegiados, que umas vezes eram certas cidades, outras vezes certos templos, certos palacios, certos castellos, simples altares e até tumulos. Em Portugal, os paços reaes e as egrejas constituiam verdadeiros asylos, que aproveitavam apenas para um limitado numero de criminosos, isto é, para aquelles a cuja culpa não cabia uma penalidade grave nem uma penalidade simples; só os casos intermedios é que podiam encontrar o refugio da immunidade. Havia tambem em differentes pontos do paiz os denominados *coutos*, onde por concessão de foral ou privilegio especial os criminosos, que se abrigavam, não podiam ser presos, emquanto ali se conservassem, excepto n'alguns casos particulares especificados na lei; este privilegio, porém, variava de natureza, conforme as localidades. Nos coutos d'Alcobaça havia asylo para todos os crimes, menos os que a lei reputava gravissimos; o couto d'Arraiollos era valioso para as pessoas perseguidas por dividas. Hoje existem muitos asylos em todo o paiz, mesmo em villas de menos importancia, destinados, como dissémos, aos orphãos, aos indigentes, aos velhos, aos enfermos e á educação da infancia desvalida. Na maior parte, fôram fundados por iniciativa particular, sendo muitos installados em edificios proprios, mantendo-se com os recursos constituidos, especialmente, por donativos e legados. Os asylos existentes em Lisboa, estão alguns a cargo do municipio, na maior parte destinados á educação de creanças pobres, sendo outros auxiliados por aggremiações particulares.

Asylo d'Ajuda. Quando em 1856 e 1857, Lisboa foi assolada pelas epidemias da cholera-morbus e febre amarella, ficaram muitas creanças desamparadas, por terem perdido seus paes, victimas d'aquelles terriveis flagellos. El-rei D. Pedro V, de saudosa memoria, auxiliado pela infanta D. Izabel Maria, teve a caridosa idéa de fundar um asylo, onde os infelizes orphãos fôssem recolhidos, e em breve se instituiu o asylo, denominado *d'Ajuda*, n'um predio da calçada da Tapada. A idéa do soberano foi logo abraçada por alguns corações bemfazejos, e muitas pessoas se inscreveram com auxilios pecuniarios. O serviço d'aquella casa benefica era constituido por 13 irmãs de caridade, sendo 3 portuguezas e 10 francezas. O ensino estava confiado a duas mestras francezas, irmãs de caridade, e quando faltava uma d'estas professoras, vinha substituil-a outra do asylo de Santa Martha ou do de Bemfica. Os exercicios escolares eram feitos pelo methodo simultaneo. Os padres lazaristas estavam incumbidos de ensinar doutrina christã aos asylados, sendo tambem seus directores espirituaes. Com a expulsão das irmãs de caridade francezas e dos padres lazaristas, a educação foi confiada a professoras portuguezas. O asylo auxiliava tambem a viuva honesta, que tendo perdido o marido por occasião das epidemias, estivesse cercada de numerosa familia e sem meios de subsistencia. O auxilio consistia em ajudar a educação dos filhos e fazel-os aprender algum officio mechanico. Em casos excepcionaes e dignos de protecção, prestava soccorro ao viuvo, que tendo perdido a mulher por effeito das referidas epidemias, estivesse sobrecarregado de familia, não podendo sustental-a só pelo seu trabalho. O asylo teve por provedores os viscondes da Lançada e de Ribamar, prosperando durante a sua administração, que se tornou digna dos maiores elogios. A direcção que se seguiu, era bastante negligente e pouco cuidadosa, dando em resultado o asylo começar a cahir em decadencia, a ponto de chegar a contrahir dividas, apezar dos seus rendimentos serem bastante avultados. No anno de 1896, o governador civil, então o sr. conselheiro Eduardo Segurado, vendo que o *deficit* ia crescendo demasiadamente, o que só se podia justificar por grandes abusos e má administração, e não a falta de recursos, resolveu pôr fim áquelle calamitoso estado, dando-lhe novos directores que fôssem activos e de reconhecida competencia. Pelos alvarás de 12 e 23 de março do referido anno de 1896, fôram então nomeados os srs.: Jayme da Costa Pinto, provedor, Dr. Antonio Duarte Ramada

Curto, secretario; Julio Ernesto Moreira da Silva, thesoureiro. Esta administração ainda hoje se conserva, com que o asylo tem lucrado muito, porque actualmente vê-se na maior prosperidade devida aos esforços e boa vontade dos dirigentes. O edificio acha-se bastante melhorado; ergue-se no alto da calçada da Tapada, na mesma casa onde se installou no principio, em sitio bem arejado e salutarmente recommendado, em cuja frente se desenrola o vistoso e extenso bosque do parque real. No pequeno vestibulo da entrada vêem-se dois vasos ornamentaes que fôram offerecidos pela fabrica ceramica da viuva Lamego, do largo do Intendente. No primeiro pavimento encontram-se compridos e largos corredores, por onde se chega a espaçosos e bem arejados compartimentos, que são as aulas diversas, ornadas de mappas, mezas de trabalho, desenhos, traslados com primores orthographicos, differentes debuxos artisticos, rendas, bordados e costuras, o que prova a boa applicação e o adeantamento das educandas. N'este pavimento tambem está a cozinha, notando-se o maximo asseio em todos os seus utensilios, a cozinha é vastissima, e tem ao centro o competente fogão, e outro mais pequeno para gaz. Duas educandas andam ao serviço da cozinha, sendo auxiliadas por outras collegas, revesando-se quotidianamente, para que todas aprendam a cozinhar. A sala de jantar tem duas compridas mezas cobertas de oleado; é um grande refeitorio cheio de ar e de luz. Ha tambem uma pharmacia improvisada, muito bem fornecida, tendo ao lado uma casa destinada á enfermaria, com dez camas de ferro, e um quarto para descanço da enfermeira, deitando as janellas para o jardim, onde as creanças passam as horas de recreio, assim como n'um pateo interior, empedrado. Quando chove, o recreio é n'uma casa grande, que tem a um dos lados um armario que serve para as creanças guardarem os seus brinquedos. No segundo pavimento estão as camaratas, de 30 a 40 camas, vastos aposentos banhados de sol, tendo os leitos o seu numero d'ordem, e cada casa o respectivo quadro com os artigos do regulamento que se lhe referem. Nos corredores estão os vestiarios, simples e modestos, e as arrecadações. No fundo dos dormitorios vêem-se as casas de lavagem, com os lavatorios de marmore ao centro, servidos por torneiras que funccionam movidas por uma torneira geral cravada na parede; em compartimentos ha as retretes, tinas para banho, um philtro Pasteur para a agua potavel, um apparelho para duches, tudo muito bem disposto e cuidado, nas melhores condições hygienicas. A sala destinada para as sessões, é quadrada e muito espaçosa. Na parede do fundo estão os retratos dos benemeritos, já fallecidos, Sebastião José de Freitas e Francisco de Freitas Rego, que muito auxiliaram o asylo. São dois quadros a oleo, de grandes dimensões, e fôram ali collocados por gratidão á sua memoria. Sebastião José de Freitas legou aos orphãos a quantia de 14:500$000 réis em papeis de credito, e Francisco de Freitas Rego, mais de 60:000$000 réis em inscripções, dois prédios em Lisboa, e ainda outros legados. A direcção do asylo erigiu á sua memoria no cemiterio occidental, um singelo monumento. Sobre a presidencia, ergue-se uma moldura com o estandarte do asylo, tendo aos lados uns quadros com os retratos d'el-rei D. Luiz e da rainha senhora D. Maria Pia, actual protectora d'aquella casa de beneficencia. Ao fundo da sala existe um bonito orgão. As creanças entram para o asylo aos 7 annos, e alí se conservam até aos 18, frequentando nos ultimos tempos a Escola Normal, onde obteem diplomas de professoras, vivendo, porém, durante este ultimo periodo, n'uma casa especial, tambem annexa do asylo, vigiadas por uma professora, mas separadas das suas collegas de tenra edade. O asylo, além de muitas offertas pecuniarias que tem recebido, obteve ultimamente um grande beneficio do sr. José Nunes da Matta, que foi a cedencia de mil metros de terreno no logar de Parede, proximo do Estoril, onde se vae construir uma vivenda de verão para que as alumnas ali possam tomar os banhos. Por intervenção do provedor, o sr. Jayme Arthur da Costa Pinto, doou ha tempos uma caridosa anonyma certa quantia para a construcção d'uma capella annexa ao edificio. Em quanto se não completa a obra, installou-se uma capellinha n'um casarão do pavimento terreo; ao fundo vê-se o altar, onde está uma esculptura de pedra, que pertenceu ao antigo convento da Esperança, representando a Virgem do Paraiso, tendo Jesus nos braços. Aos lados encontram-se dois sanctuarios, estando n'um a imagem de N. S.ª de Lourdes e no outro o Deus Menino e o Evangelista. N'esta capella improvisada vê-se um pequeno orgão e uma cadeira episcopal. Em dezembro de 1901 realisou-se no asylo d'Ajuda a grande solemnidade da distribuição dos premios. Houve missa de festa, que celebrou o padre Oliveira, capellão da casa, cantando as educandas ao som do orgão, tocado pelo seu professor, o sr. João Maria Theodoro Valladas, a missa composta por elle proprio. A's 2 horas da tarde, na sala das sessões, que se via repleta de convidados, o governador civil, então o sr. conde de Sabrosa, tomou a presidencia, e procedeu á solemne ceremonia da distribuição dos premios, sendo dadas ás educandas mais applicadas nos estudos, medalhas de prata e cobre, as certidões dos exames de instrucção primaria 2.º grau ás que tinham ficado approvadas no Lyceu, diplomas da Escola Normal ás que tinham concluido o curso, peças de fazenda, livros de missa, pequenos mimos ás que se haviam distinguido nos lavores e no serviço domestico. Finda a distribuição, as educandas, acompanhadas pelo orgão, entoaram o hymno do asylo.

Asylo do Amparo e de Sant'Anna. E' uma das secções da Misericordia de Lisboa. Tem duas divisões, dando uma abrigo a mais de 50 asyladas, e outra a uns 20 asylados, tanto uns como outros de avançada edade. Serve de amparo a pessoas pobrissimas, que fôram outr'ora abastadas, que pódem sahir durante o dia, para darem passeios, no interesse da saude, recreação a mais apropriada e proveitosa.

Asylo das Cegas. Estabelecido em Lisboa no edificio do convento dos Cardaes, da ordem carmelitana. A entrada principal é pela rua Eduardo Coelho, abrindo a porta da egreja para a rua Formosa. Foi fundado ha mais de vinte annos pela fallecida condessa de Rio Maior Hoje está a cargo da Associação de N. S.ª Consoladora dos Afflictos.

Asylo dos Cegos de N. S.ª da Saude. Installado em Lisboa na rua de S. Luiz; foi sua instituidora D. Maria Balbina dos Reis Pinto.

Asylo dos Filhos dos Soldados. V. *Asylo rural militar.*

Asylo dos Invalidos de Runa. V. *Runa.*

Asylo de D. Maria Pia. Em Xabregas. Foi creado por decreto de 14 de março de 1867, com o duplo caracter e destino de casa de asylo e de casa de detenção e correcção, em conformidade das *disposições repressivas da mendicidade*, estabelecidas no decreto de 14 d'abril de 1836. A iniciativa d'esta instituição partiu do ministro do reino, n'essa epoca, Martens Forrão, e do director geral e enfermeiro-mór do hospital de S. José, o conselheiro Antonio José Torres Pereira. O estabelecimento comprehende duas secções especiaes e distinctas; a casa de asylo servindo de hospicio, onde os pobres invalidos recebem os cuidados e soccorros da caridade publica; a casa da correcção e detenção, que era destinada para reprimir os habitos da mendicidade e vadiagem, morigerando pelo trabalho os individuos que fôssem recolhidos, para os habilitar a voltarem á liberdade, em condições de poderem grangear honestamente os meios de subsistencia. No edificio d'este instituto, além das divisões necessarias para as diversas classes de habitantes que devesse conter, haveria as sub-divisões que as differenças de sexo e edade demandassem, e bem assim as officinas que fôssem indispensaveis para o trabalho dos recolhidos. Por decreto de 22 d'abril de 1867 foi creada uma *Associação auxiliadora dos estabelecimentos de beneficencia e caridade em todo o reino*. Esta associação, como especial incumbencia, tinha de auxiliar o asylo de D. Maria Pia, nos fins a que era destinado. Na fundação do asylo tornou-se notavel a espontanea caridade e dedicação com que de todas as classes da sociedade affluiram em trabalhos e soccorros para o engrandecimento de tão util instituição. O asylo foi fundado n'um antigo palacio, pertencente aos marquezes de Niza, junto ao convento da Madre de Deus. As obras ficaram concluidas no principio de julho de 1867. O edificio tinha salas vastissimas, sendo a do jantar, toda asphaltada. A cozinha era lageada, tendo as paredes revestidas de azulejos. A ermida, com a invocação de N. S.ª da Conceição, tinha formosa architectura. A frente do camarim era suspensa sobre seis columnas jonicas: tinha duas tribunas, embellezadas de columnas de muito gosto. No dia 19 do referido mez e anno, um terrivel incendio destruiu quasi completamente o edificio, o que causou geral consternação. Só a capella é que teve menos prejuiso. Os asylados fôram conduzidos em omnibus e «char-à-bancs» para os hospitaes de S. José, Amparo e Desterro. A direcção do asylo, a da *Associação auxiliadora dos estabelecimentos de beneficencia e caridade*, e o governador civil, publicaram no *Diario do Governo*, a declaração, de que estava aberta uma subscripção para que o edificio fôsse reedificado, ou se tratasse de estabelecer o asylo em qualquer outra localidade. O presidente da commissão foi o infante D. Augusto e o vice-presidente o cardeal patriarcha. A affluencia das esmolas foi notavel, algumas empresas jornalisticas tambem concorreram com os seus donativos, e pouco tempo depois, via se reconstruido o edificio, ficando muito mais melhorado que o primeiro, e com muitas mais accommodações e commodidades. A entrada dos asylados era feita por uma guia do governo civil, mas reconhecendo-se annos mais tarde, em 1880, que não bastava esta autorisação para admittir os pobres, resolveu-se que acompanharia esta guia uma ordem especial, assignada pelo presidente da commissão administrativa. Por uma portaria, passada no referido anno de 1880, foi ordenada a mais rigorosa observancia nas prescripções hygienicas, especialmente nas que respeitam á alimentação dos asylados e ao asseio das diversas repartições e seus utensilios, sendo os medicos encarregados de examinar a qualidade dos generos alimenticios, e propôr á administração os meios que julgarem convenientes ao melhoramento de todos os serviços que se relacionam com a hygiene do estabelecimento. Na concessão das visitas que os asylados recebem dos parentes, protectores e amigos, davam-se muitos abusos, que foi forçoso reprimir, por se tornarem inconvenientes, prejudicando a disciplina da casa, e promovendo o descredito do estabelecimento, porque as visitas traziam presentes de comidas e bebidas, de que faziam uso no proprio local onde falavam. Para evitar esses abusos, prohibiram-se os presentes de comidas e bebidas, organisando se da seguinte fórma as visitas: nos primeiros domingos de cada mez aos asylados; nos segundos, aos asylados menores; nos terceiros, aos asylados maiores; nos quartos, aos asylados maiores e menores, doentes nas enfermarias, sendo as visitas aos doentes só permittidas com autorisação do medico. Nos mezes d'outubro e março as visitas pódem durar da uma hora ás quatro, e nos outros mezes das duas ás cinco. No anno de 1873 foi creada no asylo uma banda de musica, que ficou abolida em 1880, por se conhecer que não dava resultado algum, e incommodava os doentes. Os instrumentos fôram avaliados e depois vendidos. N'este anno de 1880, em que se realisaram muitas reformas, promovidas pelo presidente da commissão administrativa, Manuel Augusto de Sousa Pires de Lima, providenciou-se tambem sobre a lavagem das roupas, por causa das doenças contagiosas; construiram-se duas camaratas no antigo convento, que fica contiguo, os quaes desde o dia primeiro de novembro do referido anno fôram occupadas pelos menores do sexo masculino. A camarata inferior tinha 47 camas e a superior mais de 73. Estabeleceu-se uma aula de gymnastica, em novembro, tambem de 1880, a cujos exercicios ficaram obrigados todos os menores do sexo masculino, exceptuando os que o medico prohibisse. As licenças aos asylados para sahirem do estabelecimento, fôram tambem reorganisadas em abril de 1883. O director só concederá licenças para passar o dia inteiro ou parte d'elle fóra do asylo, quando estas fôrem pedidas antes das 11 horas da manhã do dia anterior ao da sahida; no pedido deve marcar-se precisamente a hora em que em que se pretende sahir e se tenciona recolher. Por uma portaria com a data de 9 de julho de 1881 ficaram assentes as seguintes medidas no regulamento da officina-escola do officio d'alfaiate: só poderão ser admittidos os menores asylados que tiverem 11 annos de edade completos, e que o medico da casa, depois de rigorosa inspecção sanitaria, declarar physicamente habilitados para aprenderem o officio. A aprendizagem dura pelo menos cinco annos, e antes d'elles terminarem não poderá, salvo um caso de força maior, ser retirado o

aprendiz da officina, sem que o pae, tutor ou protector, indemnise o asylo dos sacrificios feitos com o seu ensino. Os aprendizes com dois annos de officio e de reconhecida habilidade e intelligencia, aprenderão desenho linear e a arte do côrte; os que tiverem mais de 14 annos de edade, e precisarem ainda frequentar a escola de instrucção primaria, serão divididos em dois turnos, os quaes só ficam obrigados á officina em dias alternados. N'esta officina só se tratará de trabalhos de roupa nova, dando se preferencia á que fôr do uso dos asylados. Póde tambem haver, sob a direcção do mestre, um grupo de velhos que se abriguem no asylo, e que sejam alfaiates, os quaes, separados dos aprendizes, se occuparão segundo as suas fôrças, em remendar o fato usado. O asylo, no decurso da sua longa vida, tem tido valiosas esmolas e muitos legados, sendo alguns de grande importancia. Pelas almas dos testadores rezam-se missas todos os annos, na capella do edificio, a que assistem todos os asylados. Na sala das reuniões da commissão administrativa vêem-se os retratos do conselheiro Antonio José Torres Pereira e de Sebastião José de Freitas, em homenagem á sua memoria, por terem sido dois dos maiores protectores do asylo. Um generoso bemfeitor, inspirado pelo amor que dedica ao aslyos e á causa da instrucção popular, estabeleceu ha annos o premio *bispo de Vizeu*, que é distribuido todos os annos no dia 13 de junho. O premio é uma inscripção do valor nominal de 100$000 réis, que se dá ao menor do sexo masculino, recolhido no asylo, que mais se tem distinguido na escola de instrucção primaria de ensino complementar e desenho, que se inaugurou pela portaria de 25 de maio de 1881. A inscripção é averbada em nome do premiado, e os juros que fôrem vencendo, são conservados em deposito no cofre do estabelecimento, para lhe serem entregues, assim como o titulo de divida publica, quando tiver conseguido a sua emancipação legal. O premio *bispo de Vizeu* é entregue ao menor classificado em primeiro logar, e aos que fôrem classificados em segundo e terceiro, serão conferidos premios honorificos, com a designação de primeiro e segundo *accessit*.

Asylo de Mendicidade de Lisboa. Foi creado pelo decreto de 14 d'abril de 1836. Esta fundação tinha por fim reprimir a mendicidade, caracterisada como um flagello, que, tendo origem na miseria e na ociosidade, se torna perigosa escola de immoralidade; rouba o pão dos verdadeiros indigentes, priva as cidades e os campos de infinitos operarios precisos para a cultura das terras e trabalho das manufacturas; e sendo companheira de mil vergonhosos vicios, abre o passo aos maiores crimes. Encontra-se esta severa, mas justificada apreciação no relatorio do indicado decreto, e é obra de Mousinho de Albuquerque, ministro que o referendou. Este decreto creou, pois, em Lisboa um asylo de mendicidade, no qual os verdadeiros indigentes recebessom os soccorros e cuidados da humanidade e da piedade publica, e foi destinado para accommodação d'este estabelecimento o edificio do extincto convento de Santo Antonio dos Capuchos. Este asylo tem affrontado os annos, dura ainda hoje, e se conserva no mesmo edificio, tendo tido os maiores e mais uteis melhoramentos. E' muito protegido com donativos e legados importantes, esmolas alcançadas pelos asylados, em funeraes para que são chamados por devoção e determinação das pessoas fallecidas ou de suas familias; pelo aluguer de cadeiras nos passeios publicos áquelles que desejam estar commodamente sentados, etc. O actual provedor é o sr. conde de Proença-a-Velha. O asylo contém actualmente 700 asylados de ambos os sexos. Existem n'este edificio as capellinhas de Santo Antonio, onde se representam, em bellas figuras, os passos da Via-Sacra. Estão patentes na semana santa, e nos dias de Santo Antonio, S. João e S. Pedro. Um bemfeitor anonymo publicou em 1897 um formoso album com muitas e nitidas phototypias de muitas installações, vistas, etc., do asylo, acompanhadas d'uma succinta descripção do edificio, seus fins e meios. O album tem por titulo: *Souvenir de Lisboa. O Asylo de Mendicidade em Portugal. Impressões d'uma visita ao referido asylo.*

Asylo de N. S.ª da Conceição para raparigas abandonadas. Estabelecido em Lisboa no antigo convento do Rato. Só em 1871, pelo alvará do governador civil, de 12 de julho, se approvaram os estatutos d'este asylo, os quaes haviam sido assignados em 22 de junho anterior, por Gerardo José Braamcamp e Agostinho Alves Marinho da Cruz. Este asylo tem por fim recolher temporariamente as raparigas abandonadas, que fôrem menores e estiverem desamparadas, sem terem quem as sustente e eduque. A admissão e sahida das asyladas são actos da exclusiva competencia do governador civil; a gerencia do estabelecimento, a protecção das asyladas, e a sua collocação fóra do asylo, competem a uma administração nomeada pelo referido magistrado. A protecção indicada termina na epoca da maioridade das asyladas, e sempre que ellas possam ser entregues convenientemente a seus tutores naturaes, ou transferidas para outros estabelecimentos de beneficencia. A administração compõe-se d'um provedor, presidente, hoje o sr. dr. Vicente Rodrigues Monteiro, e dois adjuntos, um dos quaes serve de secretario e outro de thesoureiro. Este ultimo cargo deve ser exercido por pessoa extranha á administração, sob a responsabilidade da mesma administração. A's asyladas compete fazer gratuitamente todos os serviços do asylo tanto quanto o permittirem as suas forças e habilitações, mas pódem ser remunerados os serviços que por sua natureza ou especialidade merecerem, no conceito da administração, uma tal ou qual remuneração. O ensino comprehende: doutrina christã, ler escrever, as quatro operações arithmeticas, e o systema metrico decimal, trabalhos de costura, etc.; trabalhos domesticos proprios de uma dona de casa ou de creada de servir, qualquer trabalho ou officio que no futuro possa servir de modo de vida á asylada, sendo o ensino compativel com as circumstancias do asylo. A collocação que a administração diligenciará dar ás asyladas, em harmonia com a edade e aptidão de cada uma, póde ser alguma das tres seguintes: 1.ª Admissão em casa de familias honestas, que estejam em circumstancias de as tratar com decencia, educar, e instruir gratuitamente ou mediante uma pensão paga pelo asylo; 2.ª aprendizagem gratuita ou retribuida de um officio, que no futuro lhes dê meios de subsistencia, sendo ou não mantidas de todo o necessario pelo mestre ou mestra; 3.ª

serviço domestico ou de creadas em casa de familias de provada honradez, vencendo soldada. A receita do asylo compõem-se dos juros das inscripções que possue, por effeito de legados; de esmolas por meio de donativos ou subscripções; de quaesquer proventos que no futuro possam pertencer-lhe. Em maio de 1880 foi Pedro d'Avila encarregado de fazer as obras necessarias no antigo convento do Rato para estabelecer em parte do edificio as officinas e galeria provisoria da Imprensa Nacional, e na outra o asylo de N. S.ª da Conceição. O antigo convento constava de quatro corpos ou edificações distinctas, com differente architectura, construidas em epocas diversas, com aptidões proprias, embora se não communicassem interiormente, não havendo, porém, concordancia no nivel dos andares correspondentes. A transformação do edificio foi radical, e hoje compõe-se de rez-do-chão, 1.º e 2.º andares, e aguas furtadas. O rez-do-chão consta de aposentos para duas familias, deposito de livros e impressos, galeria da Imprensa Nacional, diversos depositos do asylo, pharmacia, cozinha, copa, dispensa, lavatorios, casa de banho, tendo nove banheiras, tres duches, e um banho a vapor com duche, choques, etc. O primeiro andar comprehende bons aposentos para tres familias, accommodações para a administração do asylo, e tambem aposentos para a familia do sub-director da Imprensa Nacional. O segundo andar coutém uma galeria da Imprensa Nacional, e todo o asylo propriamente dito, comprehendendo cinco dormitorios muito vastos, uma grande enfermaria, um extenso refeitorio para as asyladas, que tem capacidade para 250 ou 300 creanças, outro menor para as doentes, e o das mestras, que póde admittir trinta pessoas. N'este pavimento ha tambem quatro aulas, um grande salão para os dias festivos, e um gabinete para sua magestade a rainha. Acham-se egualmente n'este pavimento os quartos da regente e das mestras, quartos de creadas, casa de banho com dez banheiras, banho de chuva, de duche, etc. As communicações constam de grande e espaçosa escada, para os dias solemnes, e quatro escadas de serviço, que chegam até ás aguas furtadas. Ha tambem um elevador automatico para conduzir a comida, da cozinha aos refeitorios. Todos os annos o asylo solemnisa o dia de N. S.ª da Conceição, 8 de dezembro; ha festa de egreja e o asylo está patente ao publico durante o dia.

Asylo Officina da Santo Antonio de Lisboa. Foi instituido pela Associação Protectora da Infancia Santo Antonio de Lisboa, para habilitar as orphãs com diversos officios e misteres proprios do sexo feminino, afim de ao sahirem do asylo poderem em suas casas adquirir pelo trabalho os meios de subsistencia. O edificio do asylo é no bairro Andrade, avenida D. Amelia, foi construido especialmente para o fim a que se destinou, sendo o terreno cedido pela Camara Municipal, e as despezas da construcção e installação custeadas pelos fundos da Associação, donativos extraordinarios e com as receitas do arraial no Terreiro do Paço, tourada e recita de gala, promovidas em junho de 1895 pela illustre commissão do centenario do Santo Antonio, de que foi presidente honoraria S. Magestade a Rainha senhora D. Amelia. O edificio foi ampliado em 1902 com uma nova aula e uma esplendida capella, construcções feitas a expensas do fallecido Domingos José de Moraes. As installações das officinas fôram effectuadas, em grande parte, com donativos especialmente destinados a esse fim, assim como aos diversos melhoramentos introduzidos no regimen do internato. Os officios e misteres que se apprendem no asylo, são os seguintes: Estojeiras, ourives, cinzeladoras, chiquiteiras, ajuntadeiras de calçado, modistas, costureiras de roupa branca, serigueiras, luveiras, gravateiras e floristas. O tempo da aprendizagem é de quatro annos. As orphãs são admittidas com edade de 12 a 14 annos. Além dos diversos misteres industriaes, são habilitadas as educandas para caixeiras de estabelecimentos commerciaes. O ensino industrial é iniciado pelo desenho linear, ornato, figura e modelação em barro e cera. O asylo tem accommodações para 40 creanças, e está sempre preenchido o quadro. No periodo de 11 annos (1892 a 1903) teem recebido a instrucção industrial n'este asylo 103 orphãs, das quaes 58 estão exercendo diversas industrias caseiras, ganhando pelo seu trabalho honesto os meios de subsistencia. Esta benemerita instituição, que tão grandes beneficios tem assegurado ás orphãs desvalidas, foi fundada pelo benemerito Luiz Pinto Moitinho, e á qual tem consagrado a sua poderosa iniciativa e fecunda imaginação de methodos de ensino e processos de obter donativos. E' presidente honorario d'esta associação S. Alteza Real o principe senhor D. Luiz Filippe. A associação tem sido contemplada com varios legados, destacando-se entre elles o de 20 dotes de 100$000 réis cada um, para serem entregues ás 20 educandas que primeiro completarem a sua maioridade depois do fallecimento do testador, Antonio Carlos Dias. Os lucros dos trabalhos produzidos nas officinas são repartidos 20 °/o para as educandas e os restantes 80 °/o constituem receita do asylo. Os lucros de cada educanda são depositados na *Caixa Economica Escolar* e entregues na occasião da sua sahida do asylo, afim de adquirirem ferramentas e materiaes para a industria que vão exercer em suas casas.

Asylo de D. Pedro V no Campo Grande. Em 1855, pretendeu-se festejar solemnemente o esperançoso começo do reinado de D. Pedro V, e pareceu traduzir melhor esse pensamento a fundação d'um instituto, que fôsse util á humanidade sob os aspectos da beneficencia e da instrucção. Em 6 de junho d'esse anno celebrou-se a primeira reunião de algumas pessoas illustradas e caritativas, que tinham formado o projecto de crear um asylo da infancia desvalida para a população do Campo Grande e suas visinhanças. Na data de 20 do referido mez e anno approvou o governo e louvou o nobre pensamento dos associados. A primeira somma que a associação obteve foi a de 600$000 réis, producto d'uma subscripção promovida no Rio de Janeiro por Eduardo do Faria. A segunda somma obtida, foi muito mais avultada do que a primeira; graças á cooperação dos fallecidos viscondes de Santa Izabel e de Bessone, chegou a 4:060$000 réis, proveniente da subscripção promovida entre os negociantes nacionaes e estrangeiros da praça de Lisboa, com o fim de solemnisar a inauguração do reinado de D. Pedro V. Em 10 de maio de 1856 deu-se principio á construcção do edificio, que actualmente existe no Campo Grande.

Na data de 24 de julho d'este anno foi expedido um alvará régio, pelo qual el-rei D. Pedro V se declarou protector do asylo. N'esse diploma dizia o soberano, que se aprazia em dar assim testemunho do quanto lhe era agradavel o empenho, com que a commissão promovia um instituto de tamanha utilidade, pelos beneficos resultados que d'elle deviam provir á educação e instrucção elementar de creanças mal favorecidas da fortuna. Pela portaria de 20 de março de 1857 ordenou o governo a todos os governadores do ultramar que prestassem á commissão encarregada de promover a fundação d'uma casa de asylo no Campo Grande todo o auxilio que pudessem. Em setembro do mesmo anno ficou o edificio concluido. Em 18 d'outubro seguinte realisou-se a inauguração. Pelo decreto de 2 e carta de 9 de novembro de 1860 fôram approvados e confirmados os estatutos, com a seguinte alteração: *que as creanças do sexo masculino não poderiam conservar-se no asylo além da edade de sete annos completos.* Em 1861 falleceu D. Pedro V, e no funeral, desde o palacio das Necessidades até S. Vicente, encorporaram-se 21 creanças, em homenagem ao saudoso monarcha, que fôra desvelado protector do asylo. O alvará de 19 de janeiro de 1862, passado por el-rei D. Luiz, autorisou com palavras muito honrosas para aquella utilissima instituição, que se intitulasse: *Asylo de D. Pedro V, para a Infancia Desvalida do Campo Grande.* Houve depois novos estatutos que fôram approvados por decreto de 18 de dezembro de 1867. N'estes estatutos, diz-se que as alumnas se poderão conservar no asylo até á edade de 18 annos, sendo admittidas, como internas, por sua orphandade ou por falta absoluta de recursos. A educação consiste no desenvolvimento das suas faculdades physicas e moraes, em habitual-as ao aceio, ordem e boa disciplina, e em arraigar-lhes nos corações os principios religiosos e o amor do trabalho. A instrucção: leitura, escripta, arithmetica, systema metrico decimal, doutrina christã, historia sagrada, lavores e pratica dos trabalhos domesticos. As alumnas, que pela sua aptidão mostrarem decidida vocação para o magisterio, tambem serão instruidas nos exercicios grammaticaes, e nos elementos da historia e geographia de Portugal e seus dominios, e nas demais disciplinas e exercicios convenientes para se tornarem boas mestras. O asylo subsidia as escolas publicas de ensino primario para ambos os sexos, estabelecidas na freguezia dos Santos Reis do Campo Grande, contemplando tambem com premios os respectivos alumnos e alumnas. Em 23 d'agosto de 1863, distribuiu el-rei D. Luiz as medalhas ás alumnas premiadas d'este asylo. A indicação dos motivos porque mereceram os premios é curiosa e commovente; vem transcripta no vol. x da *Historia dos Estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal*, por José Silvestre Ribeiro, pag. 268 e 269. Primitivamente admittiam-se alumnas externas, mas do anno de 1868 em deante tem-se limitado o asylo a admittir sómente alumnas internas. No dia 26 d'abril de 1903, realisou-se uma sympathica festa, a primeira communhão dada a dez asyladas e distribuição de premios. Logo á entrada do edificio, fica a capella, muito simples e pequena, mas confortavel; tem ao fundo um pequeno altar com a imagem de Nossa Senhora e um crucifixo. O refeitorio, cozinha, as aulas, casa de banho com tinas de pedra, sob compartimentos collocados no primeiro pavimento, em que prima o aceio, a boa ordem e a boa disposição. No primeiro andar estão estabelecidos os dormitorios, as casas de lavagem, vestiarios, etc. A sala destinada para as sessões da direcção do asylo tambem está aqui installada. No 2.º andar superior vêem-se as installações para estufa e desinfecção, enfermaria, casa d'engommar, deposito de fazendas, etc. Na parte trazeira do edificio existem dois grandes terrenos destinados ao recreio das asyladas, e á frente um pequeno jardim e horta. A cerimonia da communhão verificou-se na egreja dos Santos Reis, e a da distribuição ás 2 horas da tarde, na sala das sessões no asylo, ao som de um canto executado pelas asyladas, presidindo á mesa o sr. general Pinto de Montenegro. Fôram premiadas as educandas, pelo seu exemplar comportamento, pela boa applicação e aproveitamento dos estudos, por distincção em costura e outros lavores; por distincção no exame de instrucção primaria de 2.º grau e pela passagem da 3.ª para a 4.ª classe, constando os premios de córtes de vestido, livros de missa, brincos de ouro, dedaes de prata, medalhas de fita branca, de fita vermelha e de fita azul, talagarça e retrozes, metros de panno, lenços, pares de meias, etc. Pelos serviços prestados na cozinha os premios fôram pecuniarios. Terminada a distribuição dos premios, seguiu-se o jantar ás asyladas durante o qual se reuniu a assembléa geral para a apresentação do relatorio e contas relativo ao anno anterior. O asylo recebeu, como legado, do fallecido director o conselheiro dr. Martinho Ferreira, 6 acções do Banco de Portugal. A'cerca d'este asylo ha publicado o seguinte opusculo: *Notice sur l'Asyle de Dom Pedro V pour l'infance indigente établi à Campo Grande près de Lisbonne*, 1873, Lallemant fréres, imprimeur, Lisbonne, 8.º gr. de 13 paginas.

Asylo Rural Militar. Pelo decreto de 12 de janeiro de 1837, referendado pelos ministros visconde de Sá da Bandeira e Manuel da Silva Passos, foi creada uma casa pia, com esta denominação, *destinada exclusivamente para recolher, alimentar e educar oitenta alumnos, filhos de praças de pret do exercito.* O asylo teria assento no edificio do extincto convento do Varatojo, applicando-se tambem a cerca respectiva, e uma porção de terreno, não muito distante do estabelecimento. Seriam admittidos os filhos dos que tivessem morrido em campanha, dos que tivessem sido mutilados, sendo preferidos, n'este caso, aquelles que embora não estivessem nas circumstancias indicadas, tivessem servido bem e por longo tempo a patria. Para a admissão exigia-se a certidão de haverem sido vaccinados os alumnos, e a circumstancia de terem constituição robusta. Os admittidos não poderiam conservar-se no asylo senão até aos 18 annos. O decreto mandava darlhes a seguinte educação: ler, escrever e contar, doutrina christã, principios de grammatica e historia portugueza, exercicios militares, e a pratica da agricultura, devendo ser esta a mais completa; fazer-lhes conhecer a cultura alternada e outros processos aperfeiçoados, havendo toda a attenção que os instrumentos ruraes de que se servissem, fôssem reconhecidamente mais perfeitos e uteis, que os antigos, a fim de mais facilmente ir-se

introduzindo no paiz. Ensinar tambem aos alumnos a parte de carpintaria e ferraria, que é necessaria para a construcção dos mesmos instrumentos. Quando a edade e o numero dos alumnos o permittissem, poderiam elles ir trabalhar fóra, de jornal, sendo duas partes do producto d'esse jornal applicada para as despezas da casa, outra para as despezas diarias do interessado, e a ultima se guardaria para lhe ser entregue quando sahisse do asylo. Os alumnos, que á sahida do estabelecimento, quizessem destinar-se á vida militar, seriam enviados aos corpos do exercito que escolhessem. O asylo teria commandante e um ajudante, um professor de primeiras letras e principios de grammatica portugueza, um feitor, um ferreiro, um capinteiro de instrumentos de agricultura, e os demais empregados necessarios, podendo aggregar-se-lhe dois sargentos e alguns soldados veteranos, bem morigerados e intelligentes. O asylo ficaria sujeito á vigilancia, inspecção e fiscalisação do director da Escola do Exercito. O asylo rural, porém, não chegou a organisar-se. No mez de julho de 1861 o governo apresentou na camara dos deputados uma proposta em que pedia autorisação para organisar, com algumas modificações, o estabelecimento de que tratava o decreto de 12 de janeiro de 1837. As côrtes concederam em 1862 a autorisação pedida, e em 2 de julho d'este anno, é que passou a carta de lei autorisando o governo a estabelecer o asylo creado pelo decreto de 1837, passando a ter a denominação de *Asylo dos filhos dos soldados*. Houve novas disposições, sendo uma d'ellas, que a educação seria calculada por fórma tal, que dos alumnos n'elle educados, se pudessem formar bons officiaes inferiores para os corpos das tropas do reino e ultramar, bem como individuos aptos para exercerem os misteres de que nos mesmos corpos se carecessem, taes como os musicos, corouheiros e espingardeiros. A educação artistica dos alumnos que se dedicassem a estas ultimas profissões, seria ministrada no arsenal do exercito. Os alumnos d'este asylo ficavam obrigados a servir no exercito por tempo de 12 annos, contados desde o dia em que fôssem alistados como praças dos corpos militares do reino ou ultramar. Para o estabelecimento do asylo foi cedida por el-rei D. Luiz, em 1863, a parte do palacio de Mafra, onde estivera o collegio militar, sendo a direcção confiada ao capitão Antonio José da Cunha Salgado. Por decreto de 24 de fevereiro do referido anno, organisou-se o *Regulamento organico do asylo*. No dia 24 d'agosto do referido anno de 1863, realisou-se a inauguração com toda a solemnidade. A's 9 horas da manhã, o ministro da guerra passou revista aos asylados, que, em numero de 57, estavam convenientemente formados e em grande uniforme. A's 10 horas celebrou-se a missa do Espirito Santo, á qual assistiram el-rei D. Luiz e o infante D. Augusto, acompanhados d'um luzido cortejo. A' 1 hora da tarde compareceu el-rei na sala dos actos, e em presença d'um brilhante concurso, e depois de proferir um apropriado e sentido discurso, declarou aberto o *Asylo dos filhos dos soldados*. Em 1870, o ministerio Saldanha juntou o asylo ao collegio militar, mas essa disposição não chegou a realisar-se, e o asylo continuou a estar independente até ao fim do anno lectivo de 1873-1874 em que fechou. O numero de alumnos sahidos d'este estabelecimento, foi de 84 praças, das quaes 66 fôram admittidas nos corpos com a graduação de sargentos. Os directores fôram Antonio José da Cunha Salgado, em que já se falou, e Agostinho Coelho, que em 1882 foi governador geral de Moçambique. Ha publicado o seguinte livro: *Breves apontamentos e considerações sobre o Asylo dos filhos dos soldados, offerecidos a s. ex.ª o ministro e secretario de estado dos negocios da guerra*, pelo major de cavallaria Antonio José da Cunha Salgado, Lisboa, 1871. N'este livro ha uma indicação historica deveras curiosa, que é a intervenção muito decidida de D. Pedro V na transformação do *Asylo rural militar* em *Asylo dos filhos dos soldados*, no intuito de preparar bons sargentos para o exercito.

Asylo de Santa Catharina. Foi creado este asylo em Lisboa para os filhos das victimas das epidemias da cholera-morbus e febre amarella, que devastaram a cidade de Lisboa nos annos de 1856 e 1857, sendo a febre amarella que mais determinou a benemerita instituição. O prior da freguezia de Santa Catharina, então Francisco Lourenço dos Santos, e alguns outros parochianos, constituiram-se em commissão para solicitar donativos e distribuir soccorros aos necessitados, desde que aquellas terriveis epidemias tomaram maior incremento. Entre os caritativos membros da commissão contava-se Joaquim Manuel Martins, que desejava ardentemente crear um estabelecimento de caridade para os orphãos desvalidos da referida freguezia, porém a febre amarella victimou-o, antes de vêr realisado o seu generoso pensamento. Os outros companheiros, comtudo, não desistiram da caridosa idéa, que unanimente haviam approvado; deram começo aos seus trabalhos, e conseguiram formar um asylo, que se inaugurou solemnente no dia 1 de janeiro de 1858, n'uma casa da rua das Parreiras. A' inauguração assistiram, além de muitas pessoas das differentes classes da sociedade, o governador civil, conde de Sobral, o sr. Luiz d'Almeida e Albuquerque, seu secretario, o administrador do respectivo bairro, e a regente D. Maria José da Conceição Pereira. N'este mesmo dia deram entrada no asylo 17 orphãos, sendo 4 do sexo masculino e 13 do feminino. N'aquelle anno chegou a haver 22 orphãos. Em 1859 subiu a numero 38, succedendo pouco mais ou menos o mesmo nos annos de 1860 e 1861. N'este anno uma providencia legislativa solidificou e engrandeceu verdadeiramente o estabelecimento. Pela carta de lei de 10 de setembro de 1861 foi concedido á commissão do asylo dos orphãos da freguezia de Santa Catharina o edificio do extincto convento de S. João Nepomuceno para ali estabelecer a séde do asylo, com a clausula, porém, de ficar sem effeito a concessão, quando por qualquer motivo o edificio deixasse de ter a indicada applicação. O governo coadjuvou muitissimo a nova casa de beneficencia, dando-lhe importantes quantias de dinheiro para as obras indispensaveis no edificio, tendentes a amplial-o e a tornar mais largas as suas condições hygienicas. O asylo pôde então admittir maior numero d'orphãos. No anno de 1862, quando as irmãs de caridade francezas fôram obrigadas a abandonar as creanças recolhidas em diversos asylos, este estabelecimento recebeu tal numero, que, com o que já existia, prefez o de 74. O asylo de Santa

Catharina recebeu sempre grandes beneficios de muitas pessoas, tanto do reino, como do Brazil, e em 1865 começou a dar educação e alimento a creanças semi-internas, das mais necessitadas. A Anselmo José Braamcamp, então ministro do reino, deveu o asylo grandiosos beneficios; as quantias recebidas d'aquelle ministerio, por occasião da sahida de Portugal das irmãs de caridade francezas, reunidas ás que se receberam da empreza de *Jornal do Commercio*, tornaram o asylo muito prospero e promettedor de satisfazer mais amplamente os designios que a commissão de ha muito tinha em vista. O asylo admitte hoje os orphãos e mais creanças da freguezia de Santa Catharina, que pelo seu estado de pobreza necessitam amparo. Pelos estatutos estão diversamente determinados o internato, semi-internato e o externato. Para a admissão interna das creanças exige-se, além dos requisitos marcados nos estatutos, que duas pessoas idoneas se obriguem a tomar conta d'ellas, na falta de paes, parentes ou protectores, quando sahirem do asylo, ou por completarem a edade, ou por qualquer outro motivo. São admittidas as creanças que não tiverem menos de cinco annos, nem mais de dez; completando no asylo dezoito annos de edade, são entregues ás suas familias, protectores ou abonadores, e antes d'essa edade, quando algum d'elles o requerer ou exigir, averiguando-se aliás se está em circumstancias de as sustentar e educar. No caso de que as asyladas, em completando dezoito annos de edade, estejam reduzidas ao desamparo fóra do asylo, permittem os estatutos que se conservem até á edade de vinte e cinco annos, empregando-se então em trabalhos uteis ao estabelecimento. Nos estatutos ha a seguinte disposição: quando a receita permanente, resultante do juro de inscripções, exceder o custeio do asylo, este excesso de receita poderá ser applicado para dotar as asyladas que merecerem tal contemplação, preferindo-se as orphãs de pae e mãe, ou as que estiverem em total abandono. Os dotes serão dados em inscripções de assentamento, as dotadas terão o usofructo d'estes titulos, que por sua morte voltarão para o asylo. A instrucção primaria, os lavores e prendas proprias do sexo feminino, os serviços domesticos, tudo ali é ensinado ás asyladas que recebem tambem a educação moral, civil e religiosa. Quando terminarem a educação, tanto as asyladas como as alumnas receberão um diploma, que as recommendam para o destino a que se dedicarem. E' longa a lista dos protectores e subscriptores que tem tido o asylo, e dos legados que tem obtido, sendo alguns de grande importancia. Entre os protectores contam-se o fallecido rei D. Luiz, sua magestade el-rei senhor D. Carlos, a sr.ª duqueza de Palmella. O dr. Casimiro Simão da Cunha promptificou sempre generosamente os seus serviços clinicos, a drogaria Serzedello & C.ª. as pharmacias Franco, Norberto e Lazaro, todos se prestaram gratuitamente a coadjuvar aquella casa de beneficencia. Quando o governo concedeu o extincto convento de S. João Nepomuceno, D. Sara Paulett Hyslop fez doação ao asylo do terreno, onde se edificou a sala, que segundo as condições da respectiva escriptura, foi destinada á classe de alumnas internas, formando as semi-internas outra classe separada. O asylo tem recebido egualmente muitas esmolas, contando-se entre ellas a da rainha de Hespanha, quando visitou Lisboa em 1867, que o contemplou com o donativo de 7.000 reales de vellon, equivalente a 330$750 réis da moeda portugueza. Todos os annos, no dia 1 de janeiro, se festeja a inauguração do asylo, havendo missa na capella, sendo em seguida cantado o *hymno do Espirito Santo* e *Te-Deum*, acompanhados por uma philarmonica, procedendo-se em seguida á distribuição dos premios. No 1.º de janeiro de 1872 celebrou-se a missa por musica vocal e instrumental, executada gratuitamente pela academia philarmonica *Primeiro de dezembro*. Ainda este anno, 1904, se commemorou solemnemente no dia primeiro de janeiro, o 46.º anniversario da inauguração do asylo. A festa esteve brilhantissima. São em numero de 714 as creanças que tem sido albergadas n'aquella utilissima casa, desde a sua installação até hoje. O edificio é enorme, tem soffrido por vezes grandes melhoramentos, estando actualmente transformado n'uma casa de ensino com todas as condições hygienicas. A' entrada tem um bonito e bem cuidado jardim. No primeiro pavimento estão: a aula semi-interna, escriptorio, capella, que foi construida em 1868, quarto para a regente e professoras, refeitorio, dispensas, cozinhas e outras dependencias. No segundo pavimento, á esquerda, subindo uma escada, ha um dormitorio com 36 camas; proximo ficam duas pequenas salas, com quatro camas, servindo de enfermarias. N'este pavimento fica ainda, entre outras dependencias, o côro da capella, e ao lado direito da escada as salas de visita e de costura, estando ali tambem installados o gabinete da direcção, uma arrecadação, casa de engommar, aula da calligraphia, etc.

Asylo de S. João. Este asylo, destinado a meninas orphãs e desvalidas, foi fundado em 1862 n'esta capital pelo grande orador parlamentar José Estevão Coelho de Magalhães, com alguns amigos seus, por occasião de terem sido mandadas sahir do nosso paiz as irmãs de caridade francezas, que haviam invadido os nossos asylos, para mostrar que não eram precisas senhoras estrangeiras, envoltas em habitos religiosos, para educadoras das nossas creanças asyladas, porque a mulher portugueza possuia todas as qualidades para o bom desempenho d'essa sublime missão. Sobre a fundação d'este asylo, situado em Lisboa, na travessa do Loureiro, a Santa Martha, foi publicada a seguinte portaria: «Tendo subido ao conhecimento de Sua Magestade El-Rei o offerecimento feito pelos cidadãos José Estevão Coelho de Magalhães, Antonio de Sousa e Menezes, José Isidoro Vianna, Francisco Maria Enêa, José Maria Lobo de Avila, Gilberto Antonio Rolla, Ignacio Januario Avelino e José Joaquim d'Abreu Vianna, de se encarregarem da educação e alimentação de vinte creanças das que se acham recolhidas no asylo dos Cardaes de Jesus, pedindo apenas ao Governo o auxilio de uma casa e a quantia precisa para a mobilia: Manda o mesmo Augusto Senhor communicar áquelles cidadãos que acceita o seu generoso e caritativo offerecimento, pelo qual se tornam mui dignos de louvor, e declara-lhes que n'esta data se expede ordem ao Governo Civil de Lisboa para promptificar uma casa convenientemente mobilada, onde sejam recolhidas as creanças de que se encarregarem. Paço de Ajuda, 2 de junho de

1862 — (assignado), Anselmo José Braamcamp.» Apezar de n'esta portaria se declarar que se expedia ordem para ser promptificada uma casa convenientemente mobilada onde fôssem recolhidas as creanças. é certo que essa casa nunca o asylo obteve, tendo sido as primeiras creanças alojadas em casa de João Manoel Gonçalves, um dos auxiliares de José Estevão n'esta obra, e depois em varias casas de renda, achando-se na actual séde ha mais de 25 annos. Os estatutos d'este asylo fôram approvados por decreto de 9 de julho de 1867, e no seu artigo 3.º se diz que os fins d'esta instituição são: prover á subsistencia e ensino de creanças do sexo feminino, educando-as no verdadeiro amor de Deus e na moral pura do Evangelho, desenvolvendo-lhes o espirito, e creando emfim para a sociedade entes que lhe possam ser uteis. A admissão das creanças é de 5 até 9 annos, não podendo ser recebidas, as que não tiverem completado os 5 annos ou excederem os 9, e só pódem permanecer no asylo até completarem os 15 annos. O requerimento solicitando, a admissão deve ser entregue á direcção, acompanhado dos seguintes documentos: 1.º certidão do baptismo; 2.º certidão de obito de pae ou de mãe; 3.º certidão passada pelo facultativo, da qual conste que não padece molestia contagiosa; 4.º certidão de vaccina; 5.º certidão de pobreza, passada pelo parocho e regedor da freguezia onde residirem as pretendentes. Para a admissão ha as preferencias pela ordem seguinte: 1.º as filhas de socios da Associação Protectora do asylo; 2.º as orphãs de pae e mãe; 3.º as orphãs de, mãe tendo o pae impossibilitado de prover á sua subsistencia e educação; 4.º as orphãs de pae, tendo mãe pobre. Ao findar o anno economico de 1902-1903, o numero de creanças recolhidas no asylo era de 27. A receita d'este asylo provém de juros de papeis de credito, na sua quasi totalidade inscripções, sendo a importancia nominal d'elles no fim de aquelle anno de 73:690$000 réis, de quotas de subscriptores que no mesmo anno economico attingiu a importancia de 1:529$230 réis, de donativos diversos, avultando n'estes a receita da kermesse que nos ultimos annos se tem realisado pelo S. João no jardim do asylo. No referido anno economico a receita foi de 4:776$641 réis e a despeza de 3:909$421 réis, sendo o excesso de receita de 867$320 réis. No edificio fizeram-se grandes trabalhos para a sua ampliação, no que se despendeu a quantia de 6:499$721 réis, sendo a inauguração do edificio, assim ampliado, realisada em 24 de junho de 1902, por occasião da festa commemorativa da fundação do asylo. A despeza com tão importante obra foi feita com o saldo que havia em cofre, com o producto de um emprestimo gratuito na importancia de 3:000$000 em titulos de 100$000 réis e com a receita proveniente de uma subscripção que se abriu para a conclusão da referida obra. O edificio assim ampliado, ficou em condições de poder recolher 40 creanças com toda a commodidade e obedecendo o seu alojamento a todos os preceitos recommendados em instituições d'esta natureza. As accomodações mais dignas de referencia, são: a camarata vasta, clara e arejada, com janellas por tres lados, e tendo ao centro um compartimento envidraçado onde pernoita de noite uma das professoras para vigiar as creanças; o lavatorio, com bancadas de marmore e tinas de zinco tambem forradas de marmore, offerta da senhoria do predio e bemfeitora do asylo, D. Maria Izabel Romeiro; a enfermaria com luz e ar por janellas de tres lados; a sala das sessões bastante grande, tendo n'um dos topos, por cima da mesa da presidencia, o retrato a oleo de José Estevão, e nas paredes lateraes e fundo differentes retratos, entre os quaes figura o da senhoria do predio, e os do par do reino Jayme Larcher, general Eduardo Augusto Craveiro, José Elias Garcia, João Manoel Gonçalves, Pedro Christiano e outros membros fallecidos dos corpos gerentes; a rouparia com os respectivos armarios circumdando as paredes; as aulas para o ensino litterario e costura; o refeitorio e cozinha no rez do chão; e finalmente a linda capellinha no mesmo pavimento junto á entrada principal. O edificio está exposto ao publico durante o dia de S. João, dia da fundação do asylo, e assim como nos dias em que ha kermesse, e são milhares as pessoas que todos annos o visitam por esta occasião, de fórma que se póde dizer que é o asylo mais conhecido na capital, e um dos que gosa a maior sympathia popular.

Asylos de Infancia Desvalida V. *Infancia Desvalida.*

Aszellas. Pov. da freg. de S. Bartholomeu, de Castanheira, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Atabale. Especie de tambor ou caixa de cobre, tendo couro d'uma só parte, usado pelos moiros. Os atabales fôram muito usados em Portugal, e eram, com as charamelas e sacabuxas, parte obrigatoria em todas as festas quer dos reis quer do povo. Nas festas antigas não se menciona alguma, em que não figurem os atabales.

Atabaque. Especie de timbale. V. *Timbale.*

Atabaqueiro. Tangedor de atabaque.

Ataboeira. Freg. de S. Marcos. (V. *S. Marcos da Ataboeira*). || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. d'Albufeira, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª do Carmo, de Fuzeta conc. d'Olhão, distr. de Faro || Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, da Guia. conc. d'Albufeira, distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Geraldo, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora. || Monte na freg. de S. Luiz, conc. d'Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Salvador e conc. d'Ourique, distr. de Beja. || Monte na freg de N. S.ª do Rosario, de Rosario, conc. d'Almodovar, distr. de Beja.

Ataboeirinha Monte na freg. de S. Luiz, conc. d'Odemira, distr. de Beja.

Atabões (*Quinta dos*). Na freg. de N. S.ª da Encarnação e conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Atabual ou **Tabual.** Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira-a-Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || Hortas na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa do Bispo, distr. de Faro.

Atadoa. Pov. na freg. de S. Pedro, de Condeixa a Velha, conc. de Condeixa-a Nova, distr. de Coimbra.

Atães V. *Athães.*

Atafona. Antigo engenho manual de moer trigo. Tambem havia *atafonas* movidas por animaes. O erudito padre D. Raphael Bluteau, no seu Vocabulario, descreve assim uma atafona: «Consta este engenho de uma trave atravessada, em que

está pregada uma *porca*, que tem um *ferrão* com uma *viga* que anda á roda, a que se chama *pião*. A *almanjarra*, que é uma especie de viga torta, apertada por um pau, a que chamam *arrojadura*, com um torno no cabo e com a extremidade da propria *almanjarra*, que serve de outro torno, faz andar a pedra ou *mó*, a qual está entre taboas largas que se chamam *emparamentos*, assentados em dois *dormentes*, que são dois paus; e nos emparamentos tem mão um barrote, a que chamam *mesa do engenho*. Para a pedra moer, tem um encaixe com um pau largo e comprido, chamado *segurelha;* levanta-se e abaixa-se a pedra com um pau chamado *alevadouro*, e o *carrete* que consta de seis *fuselos*, que são uns pausinhos redondos e direitos, anda por meio de um ferro comprido em baixo a que se chama *veio*, e o pau em que anda o veio, chama-se *taco*. A *moega* (vaso conico, de madeira) tem a bocca larga para receber o trigo, que pouco a pouco cae na *calha*, ou pau concavo, movido por outro que se chama *cachorro*. A *moega* descança nas *cangalhas da preguiça*, ou paus estreitos e compridos, que tem na moega; a *preguiça* é um pau grosso a que as cangalhas estão pregadas.» Aos donos ou operarios que trabalhavam nas *atafonas* se dava o nome de *atafoneiro*. Este officio é muito antigo e d'elle ha varias noticias interessantes. Por uma provisão de 10 de maio de 1542 autorisou el-rei D. João III que a camara de Lisboa pudesse applicar as seguintes penalidades ao atafoneiro que defraudasse os que lhe entregassem trigo para moer. Quando o atafoneiro désse menos farinha do que a devida, seria exposto no pelourinho *á vergonha*, onde estaria duas horas em exposição; e pela reincidencia se lhe applicariam setenta açoites, e por este facto não podia ser mais atafoneiro. D'estas sentenças não havia appellação nem aggravo. Na collecção de regimentos dos officios mechanicos, reformados por Duarte Nunes do Leão em 1572, que está no archivo municipal de Lisboa, existe o regimento dos atafoneiros. Nos seus artigos se attende á pericia do official, á forma do exame, etc. Algumas disposições são puramente de hygiene: «Mandam que nenhum atafoneiro traga porcos, cães, gallinhas, pombos, patos ou adens na casa do engenho da atafona, nem em outra chegada ao dito engenho.» E isto sob penas severas. Tambem é interessante o seguinte *item* ou disposição: «Mandam que nenhum atafoneiro, d'esta cidade e seu termo, leve maquia nem moagem do trigo que vende de suas maquias sob pena de pela primeira vez pagar dez cruzados e restar dez dias na cadeia. E pela segunda, vinte cruzados e não seja mais atafoneiro, da qual pena de dinheiro seja metade para quem o accusar e outra para as obras da cidade.» E ainda quanto ao bom trabalho: «Todo o atafoneiro que lançar a moer se não sairá fóra da atafona em que estiver até acabar a tarefa e sendo os trigos ou farinhas damnificados nas ditas atafonas as pagará a seus donos e os ditos donos serão cridos por seu juramento.» Além d'isto os juizes do officio eram obrigados a visitar de trinta em trinta dias «*as atafonas todas sem ficar alguma, e de saber se os atafoneiros que n'ellas estão são examinados e fazem contheudo d'este regimento.*» A classe dos atafoneiros foi sempre importante. Em 1673 fôram alguns d'estes operarios condemnados como cabeças de motim n'umas arruaças a que um documento official da epoca chama um *geral escandalo*. Como se vê do regimento de 1572 os atafoneiros seriam officiaes examinados, mas em contrario d'outros officios mechanicos não estavam aggremiados nem mandavam os seus delegados á Casa dos Vinte e Quatro. Em 1708 requereram os atafoneiros a el-rei para que sendo annexados á *bandeira* dos tecelões pudessem ir á Casa dos Vinte e Quatro no anno que lhes tocasse. N'este seu requerimento que se póde lêr no vol. x, pag. 406 dos *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, allegam os atafoneiros entre varias razões interessantes ser o seu officio de importancia para o bem commum, que teem regimento e são examinados, que acompanham as procissões da cidade, que concorrem a todas as festas ordinarias e extraordinarias com o seu cabedal, em corpo de officio, que para as entradas dos reis fazem despeza consideravel com o arco que sómente por si mandam fazer, que das suas officinas depende o principal mantimento de todos, o pão, etc.; pelo que é de justiça permittir-se-lhes aquellas honras que gozam os officiaes d'esta cidade, ficando como ramo annexo á bandeira dos tecelões para irem á Casa dos Vinte e Quatro no anno que lhes tocar. O senado da camara mandou que o juiz do povo respondesse em tres dias, ouvindo a Casa, o qual respondeu em curiosos considerandos que não se devia deferir ao requerimento dos atafoneiros. Porém a camara, consultando a el-rei em 18 de julho de 1708, entendeu que as razões dos requerentes não offendiam positivamente as do governo da cidade, e menos as da creação e pratica da Casa dos Vinte e Quatro, devendo ser deferida a pretenção dos atafoneiros. Data, pois, d'este anno a regalia do officio dos atafoneiros poder ir á Casa dos Vinte e Quatro. A referida consulta da camara de Lisboa é um notavel documento, nobre e esclarecidamente redigido. Póde vêr-se no mesmo logar na obra acima citada.

Atafona. Pov. na freg. de N. S.ª da Boa Fé, de Boa-Fé, conc. e distr. d'Evora. || Pov. na freg. de S. Thiago da Cruz, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Monte na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alcaria Ruiva, conc. de Mertola, distr. de Beja. || Monte na freg. de Santo Ildefonso e conc. d'Almodovar, distr. de Beja. || Monte na freg. de Santo Amaro, conc. de Fronteira, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de Santa Maria, d'Evora Monte, conc. d'Extremoz, distr. d'Evora. || Monte na freg. de Santa Luzia, conc. d'Ourique, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Miguel, de Machede, conc. e distr. d'Evora. || Montinho na freg. de S. Salvador e conc. d'Aljustrel, distr. de Beja. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. d'Evora.

Atafonas Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª do Rosario, de Torre de Coelheiras, conc. e distr. d'Evora.

Atafoneiro. V. *Atafona*.

Atafoneiro. Ilha do Fayal. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, conc. e distr. d'Horta.

Atafoninhas *(Monte das)*. Na freg. de N. S.ª do Rosario, da Torre de Coelheiras, conc. e distr. d'Evora.

Atageda. Casal na freg. de S. João Baptista da Ribeira, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

Ataide. V. *Athaide.*

Ataija de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Vicente d'Aljubarrota, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria.

Atal. Aldeia pertencente á divisão de Uply-Pahw, ao sul do rio Saudalcalo, no conc. de Nagar-Avely, districto de Damão, na India.

Atainde. Aldeia na freg. de S. Thiago, de Lordello, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Atalaia. Torre construida em ponto elevado, para ahi se vigiarem grandes distancias. Pessoa que está de vigia ou de sentinella. Guarita para serviço das atalaias. Sentinella nocturna, em Africa. Segundo as Ordenações Affonsinas, part. II, titulo 26, livro X sabe-se o que se entendia por atalaias: «Atalaias são chamados os homens, que são postos para guardar os exercitos de dia, vendo os inimigos de longe, se vierem; de modo que possam fazer signal aos seus que se guardem, de modo que não pereçam: e por isto são chamados Escusados. E isto é da arte militar e se pratica com grande proveito; porque assim se vem no conhecimento de quantos são os inimigos, que vão ou veem, e que fórma guardam na sua postura, investida ou retirada. O mesmo se ha de julgar dos Escutas, que são guardas para de noite;» etc. Por este trecho se vê claramente que as atalaias eram para de dia, e as guardas e escutas para de noite. Pelos mais antigos foraes cumpria aos concelhos o pôrem atalaias. Ao adail pertencia o estabelecer atalaias e escutas. ‖ Embarcação de remos que se constroe na India.

Atalaia *(D. Antonio Manuel, 3.º conde de).* Fidalgo da Casa Real, filho de D. Pedro Manuel, 2.º conde d'Atalaia, a quem succedeu na casa e titulo, e de sua mulher, a condessa D. Maria de Menezes, filha de D. Alvaro de Menezes, alcaide-mór d'Arronches. Fal. em 1643. Casou com D. Filippa de Tavora, filha de D. João de Menezes, commendador da Vallada. Não houve geração. Na casa d'Atalaia succedeu seu irmão, D. Alvaro Manuel, que foi senhor de Tancos, Cinseira e Aguias, o qual casou com D. Ignez de Lima e Tavora, filha de Alvaro Pires de Tavora, senhor do morgado de Caparica. Houve dois filhos d'este consorcio: D. Luiz Manuel de Tavora, que foi o 4.º conde d'Atalaia, e D. Maria Magdalena de Noronha, que casou com D. Antonio Luiz de Sousa, 2.º marquez das Minas, e 4.º conde do Prado.

Atalaia *(D. Antonio Manuel de Noronha, 10.º conde de).* Fidalgo da Casa Real, do conselho de Sua Magestade, official de cavallaria, par do reino por successão a seu pae (par do reino por carta regia de 30 d'abril de 1826, de que prestou juramento e tomou posse em sessão da respectiva camara de 31 d'outubro de 1826). Sendo-lhe facultada a entrada na camara dos pares em virtude do decreto com força de lei de 23 de maio de 1851, não quiz aproveitar-se d'esta disposição. N. a 19 de julho de 1803, fal. na quinta de Santa Martha, a 31 de julho de 1886. Era filho de D. Duarte Manuel de Noronha, 9.º conde d'Atalaia e 4.º marquez de Tancos, e de sua mulher, D. Leonor da Silva Tello, filha dos 2.ºs marquezes de Vagos e 7.ºs condes d'Aveiras. D. Antonio Manuel de Noronha succedeu na casa de seu pae a 17 de agosto de 1833, e no titulo por decreto de 6 de fevereiro de 1818, passado no Rio de Janeiro, e carta de 16 de maio de 1823. Casou a 11 de janeiro de 1826 com D. Margarida Luiza de Sousa Coutinho, sua prima, filha dos 2.ºs marquezes de Borba e 14.º condes de Redondo, Fernando Maria de Sousa Coutinho Castello Branco e Menezes e D. Eugenia Manuel, dama da rainha D. Maria I, e das ordens de Santa Izabel, rainha de Portugal, e de S. João de Jerusalem. O 10.º conde d'Atalaia foi um dedicado e enthusiasta amador de musica. No *Diccionario biographico de musicos portuguezes*, de Ernesto Vieira, vol. I, pag. 62, lê-se o seguinte a respeito d'este distincto fidalgo: «Havia n'aquella epoca uma pleiade de familias da mais nobre linhagem, que cultivavam a musica com um grande amor; entre essas familias, quasi todas ligadas entre si por laços de parentesco, contavam-se as do marquez de Borba e conde de Redondo, marquez de Tancos e condes d'Atalaia, marquez de Bellas, marquez de Castello Melhor, condes de Lumiares, Belmonte, Anadia, etc. Desde a volta de D. João VI do Brazil, em 1821 até 1834, e ainda depois quando a tempestade da lucta civil serenou, o mais activo e dedicado amador era o conde de Redondo, o qual reunia sob a sua direcção orchestras e côros que amenisavam os serões intimos e concorriam frequentes vezes a grandiosas festas religiosas. O primeiro oboé d'essas orchestras era o conde da Atalaia. Aprendera elle a tocar flauta, oboé e fagotte com um dos dois irmãos Heredias, habeis musicos hespanhoes que durante alguns annos, no principio do seculo passado, faziam parte da orchestra de S. Carlos. O conde d'Atalaia tinha uma qualidade rara em amadores: era um perfeito musico pratico, lendo á primeira vista a sua parte na orchestra com a facilidade e promptidão de um bem profissional. Ao mesmo tempo era solista muito apreciado: Joaquim Casimiro escreveu especialmente para elle diversos trechos, entre os quaes mencionarei como mais notavel um solo de corne-inglez nos officios da semana santa que este compositor fez para o conde de Redondo e fôram executados por amadores na egreja do Coração de Jesus.» O brazão dos condes d'Atalaia é o mesmo que o dos marquezes de Tancos: Campo esquartelado; no primeiro quartel de vermelho um coto d'aguia de ouro com uma mão, tendo n'ella uma espada levantada guarnecida de punho de ouro, no segundo quartel um leão de purpura armado de azul em campo de prata, e assim os contrarios. Timbre: o coto das aguias com a espada levantada.

Atalaia *(D. Constança Manuel, 1.ª duqueza e 2.ª marqueza de Tancos, 7.ª condessa de). V. Tancos.*

Atalaia *(D. Diogo Manuel de Noronha, 11.º conde de).* Fidalgo da Casa Real. N. em 23 de janeiro de 1859. E' filho do dr. D. Duarte Manuel, actual marquez de Tancos, que não usou do titulo de conde de Atalaia, e da marqueza, a sr.ª D. Maria Bernardina de Mendoça Côrte Real Sousa Tavares, filha unica e herdeira de sua mãe D. Marianna Augusta de Mendoça Corte Real Sousa Tavares. O sr. D. Diogo é neto do 10.º conde d'Atalaia, D. Antonio Manuel de Noronha..

Atalaia *(D. Domingas Manuel de Noronha, 10.ª condessa de Vimioso, 3.ª marqueza de Tancos, 8.ª condessa de). V. Tancos.*

Atalaia *(D. Duarte Manuel de Noronha, 9.º conde de).* Foi o 4.º marquez de Tancos. *V. este titulo.*

Atalaia *(D. Francisco Manuel de Athaide, 1.º conde de).* Titulo concedido em 17 de julho de 1583 por D. Filippe I, de Portugal, e II de Hespanha. Das *Memorias historicas e genealogicas dos grandes de Portugal,* por D. Antonio Caetano de Sousa, a pag. 222, transcrevemos o que se segue, ácerca da concessão d'este titulo: «O appellido d'esta casa é Manuel, e a sua varonia teve principio na fórma seguinte: el-rei D. Duarte houve em D. Joanna Manuel, da familia dos Manueis de Castella, a D. João Manuel, que foi bispo de Ceuta, e da Guarda; este filho foi creado incognitamente, sem que seu pae o declarasse; depois crescendo em annos, el-rei D. Affonso V, seu irmão, o estimou muito, dando-lhe grandes logares. Foi seu capellão-mór, e embaixador ao papa Eugenio IV. Era pessoa de grande talento, e letras, tinha sido religioso carmelita, onde se creou. Este bispo teve de Justa Rodrigues Pereira, mulher nobre, e de bons parentes, a qual depois fundou o mosteiro de Jesus de Setubal, em que acabou com a vida exemplar, os filhos seguintes: D. João Manuel, que foi alcaide-mór de Santarem, camareiro-mór d'el-rei D. Manuel, e casou com D. Izabel de Menezes, filha de Affonso Telles de Menezes, alcaide-mór de Campo Maior, etc. — D. Nuno Manuel, que foi o segundo, cuja linha seguimos: foi legitimado no anno de 1475, com seu irmão. El-rei D. Manuel o fez seu guarda-mór, e almotacé-mór, senhor de Salvaterra de Magos, e das Aguias. Casou com D. Leonor de Milão, filha de D. Jayme de Milão, conde de Abayada, e de D. Leonor de Aragão, filha de D. Affonso de Aragão, mestre de Calatrava, e neta de el-rei D. João de Aragão, de quem teve larga successão. Teve segundo matrimonio com D. Lourença de Athaide, filha de D. João de Vasconcellos, 2.º conde de Penella, de quem não houve geração. — D Fradique Manuel, que foi o primeiro, casou com D. Maria de Athaide, filha de Alvaro de Athaide, senhor de Pena Cova, de quem teve D. Nuno Manuel, senhor de Salvaterra, Tancos, etc., que casando com D. Joanna de Athaide, filha de D. Antonio de Athaide, conde da Castanheira, e da condessa D. Anna de Tavora, tiveram entre outros filhos a D. Fradique Manuel, que morreu na batalha d'Alcacer, em Africa, no anno de 1578, e D. Francisco Manuel, que succedeu na casa, e foi o 1.º conde d'Atalaia, casando com D. Fria de Brito, viuva de D. Diogo Pereira, conde da Feira que era filha herdeira de João de Brito, não teve d'ella successão; Pedro Manuel, com quem se continua, e a D. João Manuel, bispo de Vizeu, e de Coimbra, e ultimamente arcebispo de Lisboa, e viso-rei de Portugal, que morreu a 4 de junho de 163 ; D. Francisca de Athaide casou com D. Manuel Mascarenhas, senhor da Godinha, commendador de Rosmaninhal, e cinco filhas freiras.» O logar de almotacé-mór, concedido a D. Nuno Manuel, era com jurisdicção da villa, rendas, fóros, etc., de juro e herdade, em 8 de julho de 1507 e 8 de fevereiro de 1508. O Paul de Magos tambem foi doação d'el-rei D. Manuel, em 8 de julho de 1507. O titulo de conde d'Atalaia foi dado a D. Francisco Manuel, por D. Filippe I, como dissemos, no anno de 1583, em attenção aos serviços prestados por seu pae D. Nuno e seu irmão D. Fradique, e tambem pelos merecimentos de sua mãe, D. Joanna de Athaide. Por morte do conde D. Francisco, em 1624, succedeu-lhe na casa e no titulo seu irmão D. Pedro Manuel. No anno de 1542, fizera-se um contrato de escambo, com D. João III, pelas villas da Atalaia, Asseiceira e Tancos, de juro e herdade, e alcaidaria-mór de Marvão, ficando a villa de Salvaterra para a corôa, e confirmadas pelos reis seus successores, em differentes datas, sendo as ultimas 23 de novembro de 1643 e 15 de janeiro de 1701.

Atalaia *(D. João Manuel de Noronha, 6.º conde de).* Foi o 1.º marquez de Tancos. V. *este titulo.*

Atalaia *(D. Luiz Manuel de Tavora, 4.º conde de).* Fidalgo da Casa Real, do conselho d'Estado de D. Pedro II e de guerra; capitão de cavallaria, mestre de campo d'um terço de infantaria, e tenente general de cavallaria até á organisação do exercito em 1668, etc. N. a 28 de dezembro de 1646, fal. a 16 d'abril de 1706. Era filho de D. Alvaro Manuel, irmão do 3.º conde d'Atalaia, e de sua mulher D. Ignez de Lima e Tavora, filha de D. Alvaro Pires e Tavora, senhor do morgado de Caparica. Serviu na guerra contra Castella, no tempo de D. Affonso VI, sendo tenente general de cavallaria do Minho. Depois de concluida a paz, acompanhou em 1670 o marquez das Minas a Roma; em 1675 fez parte da armada de que era general o 1.º visconde de Fonte Areada, que sahiu em soccorro d'Oran. Logo em seguida foi nomeado embaixador extraordinario a Saboya; no regresso ao reino, o seu navio teve de defender-se do ataque de seis navios argelinos, combate a que resistiu valentemente, fazendo-lhes muitos damnos, recebendo, porém, n'esta lucta perigosos ferimentos. O seu valor e intrepidez valeram-lhe grandes honras do principe regente D. Pedro, de quem era muito protegido, nomeando-o tambem governador da Torre de Belem. Depois da guerra da grande alliança teve a nomeação, em 1680, de general de cavallaria do Minho e Traz-os-Montes, e conselheiro de guerra; em 1704, conselheiro de Estado. Em 1705 esteve no sitio de Badajoz, e achava-se governando as armas da provincia do Minho, quando em 1706 se formou o exercito, que ás ordens do marquez das Minas entrou em Madrid. Marchando com as tropas da sua provincia a reunir-se a esse exercito, entrou no combate de Brozas, onde salvou o marquez das Minas de ser feito prisioneiro. Continuando o exercito portuguez a sua marcha, chegou á vista da praça d'Alcantara na tarde de 9 d'abril. O marquez das Minas cuidou logo dos trabalhos precisos para o sitio, e sahindo do acampamento com varios officiaes afim de reconhecer o sitio apropriado para o estabelecimento d'uma bateria, quando vinha já de volta, uma bala feriu gravemente o conde d'Atalaia. Ao principio julgou-se que o ferimento fôsse leve, mas não tardou a que se reconhecesse o imminente perigo em que estava o ferido, que pouco depois falleceu, causando a sua morte a mais profunda magua em todo o exercito. O conde d'Atalaia casou duas vezes; a primeira, com D. Maria Magdalena de Noronha, filha de D. Francisco de Sousa, 1.º marquez das Minas. D'este matrimonio houve tres filhos: D. Pedro Manuel, que foi o 5.º conde d'Atalaia, D. Francisco Manuel, arcediago, e conego da sé Lisboa, e D. Eufrasia de Noronha, que se fez freira no convento da Madre Deus, de Lisboa. O segundo casamento realisou-se com D. Francisca Leonor de Mendoça, filha de D. Manuel da Cama-

ra, 1.º conde da Ribeira Grande, de quem teve os seguintes filhos: D. João Manuel, que foi o 6.º conde d'Atalaia e 1.º marquez de Tancos; D. Manuel da Camara, porcionista do collegio de S. Pedro de Coimbra, doutor em canones, e conductario com privilegios de lente na mesma faculdade; D. José Manuel, porcionista do collegio de S. Pedro de Coimbra, sumilher da cortina, deputado da Inquisição de Lisboa, e da Junta dos Tres Estados, e deão da collegiada de S. Thomé, e principal decano da Santa Egreja de Lisboa; D. Diogo Manuel, destinado para cavalleiro de Malta, d'onde fez as caravanas, serviu com distincção na guerra da Catalunha nas tropas portuguezas, e foi coronel de cavallaria, servindo com o mesmo posto o imperador Carlos VI.

Atalaia *(D. Pedro Manuel d'Athaide, 2.º conde de)*. Fidalgo da Casa Real. Filho de D. Nuno Manuel, senhor de Salvaterra e de Tancos, e de sua mulher, D. Joanna de Athaide. Succedeu a seu irmão D. Francisco Manuel, no titulo de conde d'Atalaia, por não haver successão. D. Pedro serviu na India, em 1591, onde alcançou grande nomeada; occupou differentes postos, e dois annos depois esteve no cerco de Chaul. Em 1600 foi capitão-mór d'uma armada que andou guardando as costas; em seguida teve o governo de Sofala. Voltando a Portugal em 1621, foi despachado governador do Algarve e capitão general de Tanger, onde viveu alguns annos. Regressou depois ao reino, e, quando em 1626 se receou uma invasão, teve o encargo de defender uma boa parte do reino. Falleceu em Madrid, a 26 de julho de 1628. O conde d'Atalaia casou com D. Maria de Menezes, filha de D. Alvaro de Menezes, alcaide-mór d'Arronches.

Atalaia *(D. Pedro Manuel de Athaide, 5.º conde de)*. Fidalgo da Casa Real, tenente general da cavallaria do Minho, governador do Castello Novo, de Napoles, vice-rei da Sardenha, senhor das villas d'Atalaia, Tancos, Cinseira, Villa Nova da Erra, das Aguias, e dos logares de Mouta, Barquinha, Baguinhas, Roda, Ninhachira, e Santa Martha, alcaide-mór de Marvão, commendador de S. Pedro de Val de Nogueira, na ordem de Christo, d'Alpedriz da ordem de S. Bento de Aviz, e do Pescado miudo do Tino de Setubal, da ordem de S. Thiago, governador da Torre de Belem, etc. N. em Vianna do Minho, em 1665, fal. em Vienna d'Austria a 19 de setembro de 1722. Era filho de D. Luiz Manuel de Tavora, 4.º conde d'Atalaia, e de sua primeira mulher, D. Maria Magdalena de Noronha, filha de D. Francisco de Sousa, 1.º marquez das Minas. Acompanhou seu pae na embaixada a Turim, foi capitão de infantaria, e largando este posto, serviu nas armadas guarda-costas. Achando-se implicado em 1694 na morte do corregedor do Bairro Alto, ausentou-se para França, e tomou parte como voluntario em algumas campanhas no exercito do duque de Ville Roy. Voltando a Portugal em 1701, conservou-se escondido, até que em 1704 serviu com o pae na provincia do Minho, marchando depois para a Beira com o terço de seu irmão D. João Manuel. Logo no principio da campanha, o rei D. Pedro II perdoou-lhe, e nomeou-o tenente general da cavallaria do Minho. Em 1706 fez parte do exercito do marquez das Minas, que entrou em Madrid e depois seguiu para a Catalunha, distinguindo-se na batalha d'Almanza, onde commandou a ala esquerda das tropas portuguezas. Pela retirada do marquez das Minas e de D. Pedro Mascarenhas, depois conde de Sandomil, ficou governando o exercito portuguez na Catalunha, e dirigindo-o nas batalhas de Saragoça e Villa Viçosa, foi elogiado pelo archiduque e pelo marechal Schomberg. Continuou no commando até 1713, em que ficou doente em Barcelona, e passando depois a Allemanha a servir o imperador, d'elle recebeu o governo de Castello Novo de Napoles, o posto de general de cavallaria, e depois os cargos de vice-rei da Sardenha e de conselheiro de Estado. O conde d'Atalaia casou com D. Margarida Coutinho, dama do paço, filha de Manuel Telles da Silva, 1.º marquez d'Alegrete. Teve um unico filho, D. Luiz Manuel, que serviu na guerra com seu pae na Catalunha, como capitão de cavallos, e n'este reino foi coronel d'um regimento de infantaria, morrendo desgraçadamente, sendo morto por engano, em 1716, por não o conhecerem. Succedeu-lhe na casa e titulo, seu irmão, D. João Manuel de Noronha, que foi o 6.º conde d'Atalaia e 1.º marquez de Tancos. *V. este titulo.*

Atalaia *(D. Pedro Vaz de Mello, conde de)*. Fidalgo do conselho de D. Affonso V, governador da casa do civel e senhor das villas de Atalaia e de Asseiceira, por doação d'aquelle soberano feita em 21 de dezembro de 1466, sendo n'essa data agraciado com o titulo de conde d'Atalaia. Por sua morte ficou o titulo extincto, o qual só foi renovado muito mais tarde, em 1583, por Filippe I, de Portugal e II de Hespanha, na pessoa de D. Francisco Manuel de Athaide *(V. Atalaia, D. Francisco Manuel de Athaide, 4.º conde de)*. A doação de Salvaterra de Magos, foi feita a Lopo Vaz de Castello Branco, e tem a data de 22 de maio de 1482.

Atalaia *(Nossa Senhora da)*. No conc. d'Aldeia Gallega do Ribatejo, á nascente d'esta villa, na distancia de 3 $^{1}/_{2}$ k., e ao norte de Palmella, a 20 k., assenta o monte d'Atalaya d'onde se desfructa um variado e amplo panorama, de paizagens e muitas povoações que o circumdam. Ao nascente espraiam-se as ferteis campinas do Alemtejo, a planura das Lezirias, da antiga Casa do Infantado, o valle do Rio Frio que se estende pelos campos do Pontão, Monte Rodrigo, Rilvas, Barroca d'Alva, Pancas, e muitas e ricas salinas. Ao poente vê-se o Tejo deslisando até á entrada da barra, Lisboa, Almada, Seixal, Barreiro, Lavradio, Alhos Vedros, Moita, Aldeia Gallega, as serras d'Arrabida e de Cintra. Ao norte estendem-se as productivas salinas d'Alcochete, o Samouco, Sacavem, Povoa, Alverca, Alhandra e Villa Franca de Xira. Ao sul ergue-se a villa de Palmella, com os seus prados sempre verdejantes. E' no cume d'aquelle monte que se ergue a capella de N. S.ª d'Atalaia, orlada d'um pequeno grupo de casas, formando uma bella perspectiva. A cabeça e faldas d'este monte, que constituem a contadinha da capella, medem o contorno de 363,^{m}50, balisado por seis marcos de cantaria com o nome *Atalaia*, gravado. Esta medição foi feita em 1780, em virtude d'um alvará de D. Maria I, com a data de 5 d'agosto d'aquelle anno, que ordenou a confecção do actual tombo da coutada, que existe no archivo da capella. Já em 1759 existia outro tombo dos bens da capella, feito pelo provedor da comarca de Setubal, dr. Joaquim José Bexiga Bravo. Estes terrenos e coutados da capella, con-

tidos nos concelhos limitrophes d'Aldeia Gallega e Alcochete, fôram destinados para patrimonio da capella e logradouro dos romeiros, por D. Jorge de Lencastre, filho natural de D. João II, grão-mestre da ordem de S. Thiago, pelos annos de 1500. Em frente da capella está um espaçoso adro, defendido por um parapeito d'alvenaria, com escada ao centro. D'este adro se sóbe por quatro degraus ao alpendre, dando tambem entrada para a capella. Em frente estende-se um pequeno plano inclinado, que tem por nome *Arraial de Nossa Senhora*, limitado por tres cruzeiros: um junto á estrada real que vem d'Aldeia Gallega, outro proximo á estrada d'Alcochete, e o terceiro ao pé da estrada que segue para Palmella. O primeiro que fica defronte da capella, é formado de pedra lioz, no estylo gothico bysantino, vendo-se do lado do nascente, no capitel, um baixo relevo representando a imagem de Christo, e no do poente a de N. S.ª da Piedade. Todos os cirios são obrigados a darem tres voltas em torno d'este cruzeiro, sobre o qual está uma cupola sustida por quatro columnas ligadas com varões de ferro. Na base da cruz lê-se: *Este cruzeiro mandou fazer a confraria de Lisboa, 1551;* e no pedestal da columna esquerda, do lado do poente, o seguinte: *Esta mesma obra mandou fazer a confraria de Lisboa, era 1551.* O segundo é tambem de pedra lioz encimada em dois degraus, tem na face do norte gravado o seguinte rotulo: «Esta cruz mandou fazer Domingos Ferreira Patarata e sua mulher por sua devoção, pede um Padre Nosso e Ave Maria pelas almas; feita no anno de 1669, de Alcochete.» O terceiro é de cantaria tosca e ordinaria, sotoposto a um pedestal de alvenaria com quatro faces e junto ao pé da cruz está um mialheiro de ferro para receber as esmolas dos devotos que transitam pela estrada do Alemtejo. Em todo o arraial achavam-se n'outro tempo muitos pinheiros, d'uma grossura extraordinaria, que cahiram em epocas diversas, por caducidade e podridão, como consta nas actas da camara d'Aldeia Gallega, sendo os dois ultimos, um em 9 de junho de 1870, e outro em 19 d'abril de 1874. Não é facil fixar o anno em que se edificaram as primeiras casas, porém no livro das visitações da ordem de S. Thiago da freguezia d'Aldeia Gallega, do anno de 1607, se deduz que as confrarias que então concorriam á Atalaia, possuiam casas para suas accommodações, e uma estrebaria para agasalho dos animaes, que transportavam os romeiros. E' de presumir que até essa epoca fôsse o sitio d'Atalaia pouco povoado. Por escripturas feitas pelos tabelliães de Aldeia Gallega, cujas copias estão archivadas na capella, se infere que, desde 1758 a 1798, se aforaram terrenos do monte d'Atalaia para edificação de diversas casas. Contigua ao adro do lado do norte, em frente á casa que foi da Alfandega, está outra de primeiro andar com hospedaria, aforada no anno de 1783 e renovada em 1876. Ao norte d'esta fica outra que serve de casa de pasto, separada por duas ruas, de norte a sul e nascente a poente, que foi aforada no anno de 1776. Todos os cirios, que costumam ir á Atalaia, tem mais ou menos suas casas, sendo feitos alguns d'estes aforamentos no principio do seculo XVII. A policia é annualmente feita pelos habitantes, que são nomeados cabos pelo administrador do concelho d'Aldeia Gallega. Nas occasiões das festas d'agosto costumam ir forças militares segundo as requisições do administrador. Na encosta do monte d'Atalaia, distante meio k. ao nascente da capella, um pouco ao norte, está a celebre fonte, em que a antiga tradição conta o apparecimento da imagem da Virgem. A epoca a que se refere a tradição não é conhecida, remonta, porém, a grande antiguidade. Ha memoria da existencia d'esta devoção no anno de 1507, em que todo o paiz foi assolado d'uma terrivel peste, e que a Alfandega de Lisboa, por um voto, começou o cirio que annualmente ali ia no domingo da Santissima Trindade. A lenda conta-se da seguinte fórma: proximo da fonte, e no logar onde se costumava depôr os cantaros, foi um dia encontrada a imagem debaixo dos ramos d'uma frondosa aroeira, que se conservou ali algum tempo, construindo-se uma especie de machineta, o que motivou dar-se á imagem o nome de *Virgem da Cantareira*, e tambem *de Aroeira*. Como fôsse já muito augmentado o numero de offertas feitas pelos devotos, pensou-se na edificação d'uma capella, e escolheu-se o sitio, mas, ao começarem os trabalhos, todos os dias os operarios iam encontrar os utensilios e materiaes no proprio logar onde a imagem apparecera, o que foi considerado milagre; erigiu-se então n'aquelle sitio, em 1623, a capella hoje existente, a qual se reconstruiu no seculo XVIII. Ha duas imagens da Senhora d'Atalaia; a mais pequena foi mandada fazer, e existe n'um pequeno deposito sotoposto ao sacrario, e a que dizem ser a apparecida, está no throno do altar-mór. São muitos os cirios que todos os annos ali concorrem, de differentes localidades. Estas informações são extrahidas d'um livro coordenado e publicado em 1887, pelo capellão d'Atalaia, Manuel Frederico Ribeiro da Costa, em que minuciosamente vem descripta a historia do apparecimento da imagem, a capella, a instituição dos diversos cirios, etc. O livro tem por titulo: *Narrativa historica da imagem de Nossa Senhora de Atalaia, que se venera na capella sita no monte d'Atalaia do concelho de Aldeia Gallega do Ribatejo.*

Atalaia. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Extremadura, conc. de V. N. da Barquinha, com. da Gollegã, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 1.603 hab. e 342 fog. Tem escola do sexo masculino, misericordia e est. post. permutando malas com a Villa Nova da Barquinha. A povoação dista 5 k. da séde do conc. e está situada junto de um monte, proximo da margem direita do Tejo. E' povoação muito antiga. Em 1147 foi tomada aos moiros, mas parece que esteve despovoada até ao reinado de D. Affonso II, que, lhe deu foral, em outubro de 1212, concedendo-lhe grandes privilegios, para attrahir os moradores. D. Diniz deu-lhe tambem foral em 1315, construindo n'esta occasião uma fortaleza, que já não existe. D. Manuel deu-lhe novo foral, em Lisboa, a 2 de novembro de 1514. E' solar dos condes d'Atalaia, que eram senhores donatarios e alcaides-móres d'esta villa; apresentavam os priores, que tinham de rendimento 500$000 réis. A terra é muito fertil, e tem uma grande coutada, onde ha muita caça. Consta que no alto do monte houve uma atalaia antiquissima, que deu o nome á villa. Ha annualmente feira de gado suino, nos dias 19 e 20 de janeiro. Atalaia pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 16 com a séde em Lisboa.

Foi annexada ao conc. da Gollegã por decreto de 21 de novembro de 1895, que extinguiu o da Barquinha, para onde voltou, depois d'este ser restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898 || Pov. e freg. de N. S.ª da Mãe dos Homens, da prov. do Alemtejo, conc. de Gavião, distr. e bisp. de Portalegre; 482 hab. e 108 fog. Tem est. post. permutando malas com Gavião, e escola do sexo masc. A pov. dista 5 k. da séde do conc. Foi annexada ao conc. de Niza, pelo decreto de 26 de setembro de 1895, que suppimiu o de Gavião, voltando a este, por ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 22, com a séde de Abrantes. || Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Portel, distr. e arceb. de Evora; 276 hab. e 36 fog. A pov. dista 10 k. da séde do conc. A egreja está collocada sobre um outeiro bastante elevado, chamado *Atalaia*, que deu o nome á freguezia, d'onde se avista Evora e algumas villas até á raia de Castella. O arcebispo d'Evora apresentava o cura, que tinha de rendimento tres moios de trigo. Corre aqui o rio Odivellas. E' terra fertil e sadia. Atalaia pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 11, com a séde em Setubal. || Serra na prov. da Extremadura, limites da freg. de Sauto Estevão das Galés, 3 k. de comprido, 1:500 m. de largo. Rebentam aqui algumas fontes, e nascem dois ribeiros, que morrem no rio Friellas. Cria gado grosso e miudo. || Serra na prov. da Beira Baixa, termo de Trancoso, freg. da Calçada. Produz muita lenha e cria caça miuda. Tem 4:500 m. de comprido e 1:500 de largo. || Serra na prov. da Extremadura, termo de Pombal. Principia em Lameiras a 1:500 m. de Pombal, e finda na Arroteira. Tem boa pedra calcarea, que serve para construcção. Tem muitas oliveiras e grande abundancia de alfazema. E' cultivada em parte, e dá trigo e cevada. Cria muita caça miuda.

Atalaia. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. Alcochete, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. do Espirito Santo e conc. d'Aldeia Gallega do Ribatejo, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Almoster, conc. e distr. de Santarem. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, d'Alvalade, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Julião, de Badim, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Bartholomeu, da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Braz, de Campanario, ilha da Madeira, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Carquere, de Rezende, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Castello de Vide, distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cercal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de N. S.ª do Pé da Cruz, de Santa Cruz, conc. d'Almodovar, distr. de Beja. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, Sé, conc. e distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Carlos Borromeu, de Fataunços, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de N. S.ª do Carmo, de Fuzeta, conc. de Olhão, distr de Faro. || Pov na freg. de S. Miguel, de Gondufe, conc. de Ponte Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Lagos, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira-a-Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Ouguella, conc. de Campo Maior, distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de N. S.ª da Annunciação, de Palhaes, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Ribeirinha, ilha Terceira, conc. e distr. d'Angra do Heroismo. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de S. Sebastião, de Sarnadas de Rodam, conc. de Villa Velha de Rodam, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Pov na freg. de S. João Baptista, de Souto de Lafões, conc. d'Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de N. S.ª dos Córos, de Teixoso, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de S. Thomé, de Travassos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Pov. na freg. de N. S.ª das Virtudes, de Ventosa, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa. Tem est. post. permutando malas com Alemquer. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Villa Fernando, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Azoia de Cima, conc. e distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Salvador, de Aramenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre. || Casal na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Enxara do Bispo, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Geraldo, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora. || Casal na freg. de S. Salvador, de Magrellos, conc. de Marco de Canavezes, distr. de Porto. || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Salvada, conc. e distr. de Beja. || Herdade na freg. de S. Pedro, de Algalé, conc. de Monforte, distr. de Portalegre. || Hortas na freg. de S. Thiago e conc. de Tavira, distr. de Faro. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mella, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Alandroal, distr. d'Evora. || Monte na freg. de S. Salvador, d'Alcaçovas, conc. de Vianna do Alemtejo, distr. d'Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça, de Assumar, conc. de Monforte, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª da Conceição, de Azinheira dos Barros, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Caya, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Collos, conc. d'Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de Santa Maria, d'Evora Monte, conc. d'Extremoz, distr. d'Evora. || Monte na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. d'Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira-a-Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || Monte na freg. de N. S.ª da Orada, conc de Borba, distr. d'Evora. || Monte na freg. de S. Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. d'Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de Santa Catharina, de Valle de S. Thiago, conc. d'Odemira, distr. de Beja. || Montinho na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. d'Odemira, distr. de Beja. || Quinta na freg. de N. S.ª da Conceição, de Aldeia Nova, conc. de Trancoso, distr. da Guar-

da. || Quinta na freg. de N. S.ª do Monte Sião, d'Amora, conc. do Seixal, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Castello de Penalva, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de N. S.ª da Graça, de Graça do Divor, conc. e distr. d'Evora. || Quinta em Palhavã, freg. de S. Sebastião da Pedreira, 3.º bairro de Lisboa.

Atalaia de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Collares, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. Duas povoações na freg. de N. S.ª d'Annunciação e conc. de Lourinhã, distr. de Lisboa.

Atalaia da Barroca. Pov. na freg. de S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Atalaia do Campo. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Fundão, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 663 hab. e 137 fog Tem caixa post. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada n'uma campina d'onde se avista Castello Novo, Penamacor e Monsanto. E' terra bastante fertil. Foi villa e couto, sendo seu donatario Christovão da Costa Freire. Tem uma boa fonte de cantaria, abundantissima e constante. Atalaia do Campo era da corôa; D. Sebastião deu-lhe foral novissimo em 1570. A commenda de N. S.ª da Graça, de Castello Novo, á qual foi sempre annexa, apresentava o cura, que tinha 24$000 réis e o pé d'altar. Ha vestigios da povoação ter sido cercada de muralhas, mas não se conhece indicio algum de torre ou castello. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 21, com a séde em Castello Branco. Corre aqui o rio Alpreade.

Atalaia e Carvalhal. Duas freguezias annexas, a de N. S.ª da Conceição e a de S. Sebastião, formando uma povoação, na prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Pinhel, distr. e bisp. da Guarda; 643 hab. A pov. dista 13 k. da séde do conc. Tem correio e caixa post. Pertencia á corôa, e é terra muito fertil. Está situada n'um alto, d'onde se vê a Guarda, Almeida, Castello Rodrigo e mais povoações. Era abbadia do padroado real, e tinha de renda 200$000 réis. Corre aqui a ribeira de Celorico. Ao O n'um grande outeiro, vêem-se as ruinas d'uma autiga fortaleza, que segundo a tradição, foi mandada construir em 1646 pelo licenciado Pedro Cardoso de Seixas, abbade d'esta freguezia, para defender o povo das invasões castelhanas. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 12, com a séde em Trancoso.

Atalaia de Catharina Vaz. Pov. na freg. de S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Atalaia da Cimeira. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Silvestre, de Souto, conc. d'Abrantes, distr. de Santarem.

Atalaia de Estevão Vaz. Pov. na freg. de S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Atalaia da Fundeira. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Silvestre, de Souto, conc. d'Abrantes, distr de Santarem.

Atalaia Grande. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Tavira, distr. de Faro.

Atalaia da Guarita. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Atalaia do Meio. Pov. na freg. de N. S.ª das Candeias e conc. de Mourão, distr. d'Evora.

Atalaia do Morgado. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Atalaia Pequena. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Tavira, distr. de Faro.

Atalaia do Ruivo. Pov. na freg. de S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Atalaias *(Casal das)*. Na freg. de Santa Maria dos Olivaes e conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Atalainha *(Casal da)*. Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Azinheira de Barros, conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Atalaya V. *Atalaia*.

Atalhada. Pov. e freg. de N. S.ª do Rosario, ilha de S. Miguel, do conc. de Lagoa, com. de Villa Franca do Campo, distr. de Ponta Delgada e bisp. de Angra.

Atalhadouros *(Casal dos)*. Na freg. de Santo Ildefonso, de Montargil, conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre.

Atalhinhos *(Casal dos)*. Na freg. de S. Martinho, de Avessadas, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Atalho. Pov. na freg de Santa Eulalia e conc. d'Agueda, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Asseiceira. conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de S. Sebastião, de Carreiras, conc. e distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Cumieira, conc. de Santa Martha, de Penaguião, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Casal na freg. de N. S.ª da Salvação e conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Theotonio, de Brenha, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de S. Martinho da Cortiça, conc. d'Arganil, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de S. Sebastião de Paradella, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || Fôro na freg. de N. S.ª das Reliquias, de Canal, conc. de Extremoz, distr. d'Evora. || Herdade na freg. de S. Bento, de Ameixial, conc. d'Estremoz, distr. d'Evora. || Herdade na freg. de S. Bento do Zambujal, conc. de Redondo, distr. d'Evora. || Monte na freg. de S. Simão, de Pé da Serra, conc. de Niza, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de S. Thiago, de Sande, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Atalho do Frausto. Povoação na freg. de Santa Maria e conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Atalhos. Ilha Terceira; pov. na freg. de Santo Antonio, de Porto Judeu, conc. e distr. d'Angra do Heroismo.

Atamarma ou Tamarma. Nome de uma fonte, d'uma calçada, e d'uma porta da cidade de Santarem. V. *Santarem*.

Atão. Pov. da freg. de S. Pedro, de Abragão, conc. de Penafiel, distr. do Porto

Ataúde. Pov. da freg. de N. S.ª do Soccorro, de Paçô, conc. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello.

Ataúdes *(Monte dos)*. Proximo da villa de Amarante. Na encosta d'um monte, ha um ter-

reno a que de tempos immemoriaes se chama *os Ataúdes*, e que deu o nome ao monte. Em 1858, n'umas escavações que se fizeram ali, acharam-se muitas sepulturas, umas de pedra, outras cavadas no saibro e cobertas de lousas. Cada sepultura continha uma, duas, tres ou quatro amphoras, de barro muito fino e muito bem feitas, de differentes fórmas e tamanhos, que se suppõe terem contido aromas. Ha todas as razões para acreditar que este sitio fôsse cemiterio arabe, não só pela fórma das sepulturas, como tambem pelo nome de *ataúde*, evidentemente arabe por corrupção de *attabut*, que significa *arca*, *tumba*, ou *esquife* para recolher cadaveres.

Ateães. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Magdalena, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Ateanha. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alvorge, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Ateigador. Avaliador de fructos antes de serem colhidos. Medidor pela teiga, antiga medida.

Atella. Pov. na freg de S. Eustaquio, de Alpiarça, conc. d'Almeirim, distr. de Santarem.

Atenor. *V. Athenor.*

Athães. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 585 hab. e 130 fog. A pov. dista 7 k. da séde do conc. E' terra fertil. O parocho era apresentado pelos frades jeronymos do convento da Costa, de Guimarães; tinha de rendimento 40$000 reis. Athães pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 20, com a séde em Amarante. ‖ Pov. e freg. de S. João Evangelista, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb de Braga; 656 hab. e 157 fogos. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, na costa do monte Picoto, d'onde se vê Braga e muitas serras. O vigario era collado e tinha de rendimento 40$000 réis. Athães pertenceu até 1855 ao conc. e com. de Pico de Regalados. Dista 9 k. da séde do conc. Está annexa á freg. de S. Miguel da Villa do Prado, cujos abbades apresentavam esta egreja. A terra é fertil e tem muita caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8, com a séde em Braga. N'esta freg. ha uma casa nobre, chamada o *Paço d'Athães*, pertencenta a uma familia Lima. A casa tem um *padrão* passado por el-rei D. Sebastião em 1558, pelo qual consta ser privilegiada assim como toda a freguezia. E' tradição que n'este paço esteve algum tempo escondido D. Antonio, prior do Crato. depois da derrota da ponte d'Alcantara, em Lisboa. ‖ Pov. na freg. de S. Thiago, de Gagos, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de Santa Cruz, de Jovim, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Athaide. Appellido d'uma familia antiga e das mais illustres de Portugal. Procede de Moço Viegas, filho de Egas Moniz. Parece ser seu solar a freguezia de S. Pedro de Athaide, na provincia do Minho, hoje pertencente ao conc. de Amarante. Usavam d'este appellido os condes d'Athouguia, da Castanheira e Castro Daire, que vem de Alvaro Gonçalves de Athaide, senhor de Monforte, Vinhaes e Sernache, alcaide-mór de Coimbra, governador da casa do infante D. Pedro, e aio de D. Affonso V, que foi o primeiro conde d'Athouguia (V. *este titulo)*. Tem por armas quatro bandas de prata em campo azul; timbre, uma onça azul, bordada de prata, em acção de saltar.

Athaide *(D. Affonso de)*. Fidalgo portuguez, do seculo XVI. Era neto do 2.º conde de Athouguia; foi o 3.º senhor d'esta villa, e alcaide-mór de Coimbra; militou na Africa, esteve em Tanger no tempo do governo do prior do Crato, D. João de Menezes, e assistiu ao combate d'Alcacer-Kibir.

Athaide *(D. Antonio de)*. Foi o 5.º conde da Castanheira, e 1.º conde de Castro Daire. V. *estes titulos*.

Athaide *(Alexandre de)*. Judeu, que estava a bordo d'uma nau de Meca, tomada em 1510 por Simão Martins, um dos capitães de Affonso de Albuquerque, e se converteu ao christianismo, trocando então o seu nome Yussuf pelo de Alexandre de Athaide. O grande conquistador dos estados da India o tomou ao seu serviço como interprete, e tanto se lhe affeiçoou, que o fez confidente dos seus planos e desgostos. Os inimigos, que tanto intrigaram Affonso d'Albuquerque para com D. Manuel, continuaram a perseguir-lhe a memoria, depois da sua morte, e sabendo-se da intimidade que existia entre elle e Alexandre d'Athaide, alguem aconselhou o monarcha a que o chamasse a Portugal, para d'elle se informar ácerca dos segredos do fallecido governador. Alexandre d'Athaide veiu promptamente, mas as suas revelações foram extremamente honrosas para a memoria do seu protector e amigo. Demorou-se ainda algum tempo em Lisboa, percebendo, porém, os perigos a que estavam expostos os christãos novos, principalmente os que possuiam fortuna, sendo além d'isso avisado de que já se pensava em accusal-o de nefandos crimes contra a moral e a religião, refugiou-se em casa de D. Garcia de Noronha, e com elle partiu para a India, passando depois ao Cairo, onde abjurou do christianismo, voltando ás suas antigas crenças.

Athaide *(Alfredo de)*. Empregado do commercio e escriptor. N. em Lisboa a 26 de julho de 1834. Dedicou-se sempre á vida commercial como guarda-livros, e n'esta qualidade partiu ha bastantes annos para França, residindo ultimamente no Havre. Foi sempre grande amador de theatro, consagrando as horas vagas em escrever e traduzir diversas peças, sendo algumas de collaboração com Duarte Sá, Eduardo Garrido, Francisco Serra, Rangel de Lima e Eça Leal. A maior parte d'estas peças representaram-se nos theatros de Lisboa, Porto e Brazil. Entre originaes e traducções contam-se as seguintes: *Um genio esfriado*; *A dama dos cochichos; O tio Torquato*; *De noite todos os gatos são pardos; Rosario, batina e chambre; Sol de Navarra; Joanna do Arco; Arte, patria e caridade; E. Nordeste & C.ª; Uma familia portuense; O collar; Os quatro manos Ferreiras; Um quarto a dois; A morte d'um pae e d'um filho; Julia; A filha do artista; Um galheteiro incompleto; Que trapalhada!; D. Ignez de Castro; O amuleto; A dama das papoulas; Uma tempestade de verão; Quem quer carapuças?; Judith; Não vale a historia dez contos; Uma excentricidade; O cabello do diabo; O microbio; A padeira d'Aljubarrota; O padre Amancio; Casado por commodidade; Dois cães a um osso; Tio Antonio; Os tantos por cento; Tribulações de Mané Coco; Feitiço contra o feiticeiro; Viver de Paris; Princeza*

de Trebizonda; Macaquinhos no sotam; Boceta de Pandora; Cruz de ouro; A marechala; Segredo do tio Vicente, etc.

Athaide (*D. Alvaro de*). Fidalgo portuguez do seculo xvi. Era filho de D. Vasco da Gama, o celebre navegador; militou nas guerras da India. Succedeu em 1551 no governo de Malaca a seu irmão D. Pedro da Silva, com o qual teve graves questões, motivadas pelo genio exaltado que ambos tinham, e governou depois as Moluccas. Na egreja do convento da Madre Deus, em Xabregas, existe a seguinte inscripção que parece referir-se ao mesmo fidalgo: *Este confessionario fez Dona Violante de Tavora, mulher de D. Alvaro de Athaide e pede ás madres por amor de Deus que emquanto elle fôr bento lhe rezem quando se acabarem de confessar o Padre Nosso e Ave Maria que acabe Deus em verdadeira penitencia, e desde quando for morta lhe rezem por alma. Era de 1529 annos.*

Athaide (*D. Alvaro de*). Cavalleiro portuguez, e que depois de se haver distinguido nas guerras da India, foi governador de Malaca, onde se tornou odioso, pela fórma com que tratou S. Francisco Xavier, chegando a instigar os creados para insultarem o venerando apostolo das Indias. Antes de terminar o tempo do seu governo regressou a Lisboa, morrendo no carcere atacado de lepra.

Athaide (*D. Bernardo de*). Bispo de Portalegre. N. em Guimarães, segundo o sr. Manuel Caetano de Sousa, no *Catalogo historico dos bispos que tiveram diocese fóra do reino*, ou em Alcobaça, segundo o dr. Manuel Pereira da Silva Leal, no *Catalogo dos Collegiaes do Collegio de S. Pedro.* Fal. em Burgos em 1659. Era filho do 1.º conde de Castro Daire e 5.º conde da Castanheira, D. Antonio de Athaide, e de sua mulher, D. Anna de Lima, filha herdeira de D. Antonio de Lima, senhor de Castro Daire. Applicou-se ao estudo de Canones em que fez grandes progressos, e recebeu as insignias doutoraes n'aquella faculdade, por voto unanime dos cathedraticos da Universidade de Coimbra. Foi admittido no collegio de S. Pedro da mesma cidade a 19 d'outubro de 1615, e a deputado da inquisição de Lisboa a 8 d'agosto de 1625. Sendo conego das cathedraes de Leiria, Elvas e Lisboa, foi eleito prior-mór da collegiada de Guimarães, de que tomou posse a 15 de julho de 1629, onde instituiu a capella da musica de canto de orgão, e seis clerigos para rezarem as horas canonicas. Tendo vivido sempre sob o dominio dos reis hespanhoes que então governavam Portugal, era-lhes bastante affeiçoado, e quando rebentou a revolução do dia 1 de dezembro de 1640, estava em Madrid, e não quiz adherir a ella. Foi eleito bispo de Portalegre por Filippe IV, de Hespanha, em recompensa d'esta traição que fizera á patria, não querendo reconhecer-lhe a liberdade. Esta eleição foi confirmada pelo papa Urbano VIII, mas D. Bernardo não conseguiu nunca tomar posse da sua nova diocese. Cinco annos depois Filippe IV transferiu-o para a Sé de Astorga, em 1654 passou para o bispado d'Avila, e estava nomeado bispo de Burgos, em 1659, quando a morte o veiu surprehender. Deixou uma carta pastoral aos seus subditos d'Astorga, datada de 1655, impressa em Madrid.

Athaide (*D. Catharina de*). Freira no convento de Jesus em Aveiro. Era filha de D. Diogo de Athaide, da casa dos condes d'Athouguia, e de D. Beatriz Leitão. Esta senhora pertencia á nobreza, e em creança fôra viver nos paços do infante D. Pedro, duque de Coimbra, e de sua mulher D. Izabel, tios d'el-rei D. Affonso V. D. Beatriz enviuvou, tendo 27 annos de edade, e retirou-se para a quinta da *Ouca*, que possuia proximo d'Aveiro, em companhia de suas duas filhas, D. Catharina e D. Maria de Athaide. Estas senhoras, mais tarde, juntamente com Mecia Pereira, da casa dos condes da Feira, uma sua irmã, dama do paço, e D. Leonor de Menezes, da casa de Vianna, recolheram-se a umas casas ao pé da Misericordia, onde viveram reclusas até que D. Affonso V fundou o convento de Jesus, em que todas professaram. D. Catharina e sua irmã, D. Maria, eram insignes na arte de copiar livros de côro.

Athaide (*D. Catharina de*). Com este nome existiram tres senhoras, que fôram damas da rainha D. Catharina, mulher de D. João III, sendo uma d'ellas considerada a *Natercia*, por quem Luiz de Camões se apaixonou. Eram: D. Catharina, filha de Alvaro de Sousa, que está sepultada na egreja do convento da Misericordia, de Aveiro; D. Catharina, filha de D. Francisco da Gama, 2.º almirante da India e 2.º conde da Vidigueira, e aparentada com o poeta, e D. Catharina filha de D. Antonio de Lima, mordomo-mór do infante D. Duarte. Para esta senhora é que propendem mais as probalidades de ter sido a apaixonada *Natercia*. Os trabalhos d'alguns bibliographos convergem n'este sentido, e reforçam fortemente a antiga tradição que assim o proclamava. A circumstancia de ter morrido muito nova a filha de D. Antonio de Lima é muito importante n'este caso. Parece que D. Catharina d'Athaide falleceu em 1556, epoca em que o poeta partia de Goa para a China, devendo contar 32 annos, por se presumir que nascera em 1524. Devia certamente ser quasi da mesma edade, se não era mais nova.

Athaide (*Diogo de*). Fidalgo que acompanhou á India, no anno de 1505, o vice-rei D. Francisco d'Almeida, distinguindo-se ali em varios combates contra os moiros.

Athaide (*Duarte de*). Companheiro distinctissimo do governador da India, D. Duarte de Menezes. Em 1521 esteve em Chaul, na armada de D. Luiz de Menezes. Depois foi em soccorro de Ormuz. Sendo nomeado capitão da armada de D. Luiz, teve de ir a Maçuhá buscar D. Rodrigo de Lima, embaixador portuguez. N'esta viagem combateu com os moiros, chegando a tomar Xaez.

Athaide (*D. Estevão de*). Governador de Moçambique. Viveu no seculo xvii. Estando no Oriente, partiu de Gôa com 150 soldados para Moçambique, cujo governo lhe fôra confiado, e ali sustentou dois cercos contra os hollandezes, em 1607 e 1608, mas taes fraudes commetteu em prejuizo da fazenda publica, que o vice-rei da India o exonerou e mandou processar. Em 1611 foi novamente encarregado do governo de Moçambique, porque sendo dotado de incontestavel bravura, pareceu ser o homem mais proprio para realisar a conquista das preciosas minas de ouro e prata que se julgava, existirem nas regiões de Monomotapa. D. Estevão invadiu logo aquelle paiz, fundou alguns presidios no interior, e parece que effectivamente obteve algum ouro e pra-

ta, mas guardou-o para si, e a fazenda publica nada aproveitou do que esperava d'aquella empresa. D. Estevão recebeu então ordem para entregar o governo a Diogo Simões Madeira, o que muito o maguou. Voltou a Moçambique em 1613, e sendo atacado pelas febres, falleceu, deixando um espolio importantissimo, que foi confiscado e applicado á continuação das obras da fortaleza. No tempo d'este governador é que se creou a diocese de Moçambique, em 1612, por bullas de Paulo V.

Athaide *(Fernão de).* Capitão da nau *Santo Antonio*, na armada que em 1507 sahiu de Lisboa, commandada por Jorge d'Aguiar.

Athaide *(Gaspar da Costa de).* Capitão de mar e guerra, mestre de campo do mar e general de batalha, commendador da Casa da India na ordem de Christo, e alcaide-mór da villa da Sortelha. Era natural de Lisboa, e filho de Gonçalo da Costa Coutinho, commendador da ordem de Christo, governador d'Aveiro, Buarcos e Figueira, e D. Izabel d'Athaide e Azevedo, filha unica herdeira de D. João d'Athaide e Azevedo, senhor das quintas de Barbosa e Athaide no Minho, commendador de S. Salvador de Fornellos. commissario geral da cavallaria no Alemtejo. Em 1701 partiu para a India, como capitão-mór das naus d'aquelles estados. Compoz um livro que ficou em manuscripto, intitulado: *Arte das armadas navaes*, etc.

Athaide *(Fr. Ignacio de).* Religioso benedictino, prégador muito apreciado, lente de mathetica na Universidade de Coimbra, abbade do collegio da mesma cidade, etc. N. a 25 de setembro de 1657 na Honra de Barbosa, solar da sua antiga familia, o qual está situado na freg. de S. Miguel de Rans, do conc. de Penafiel; fal. nas Caldas da Rainha, em agosto de 1725. Era filho de D. Francisco de Azevedo e Athaide, senhor das Honras de Barbosa e Athaide, commendador da ordem militar de Christo, e governador das armas do Entre Douro e Minho, e de D. Maria de Brito e Noronha, filha de Lopo de Brito, e de D. Maria de Alcaçova. Recebeu a cogula monachal de S. Bento, no convento de S. Martinho de Tibães, a 24 de setembro de 1671, onde na carreira dos estudos escolasticos, em que tanto se distinguiu, que foi admittido no numero dos doutores theologos da Universidade de Coimbra, e depois conductario com privilegios de lente a 17 de fevereiro de 1707. Não limitou os seus estudos á theologia, applicou-se tambem á mathematica, onde fez tantos progressos, que na referida Universidade regeu a cadeira d'esta sciencia desde de 22 de março de 1702 até 2 do referido mez do anno de 1722, em que se jubilou. Sendo abbade do collegio de Coimbra, assistiu revestido de pontifical, em 1711, á trasladação do corpo da princeza Santa Joanna para o convento d'Aveiro, a que presidiu o bispo de Coimbra, D. Antonio de Vasconcellos e Sousa. Escreveu: *Sermão para o dia da tarde no solemne dia, que se celebrou a gloriosa entrada da reliquia do Pay dos Pobres S. Thomaz de Villanova na illustre Sé de Coimbra*, Coimbra, 1690; sahiu no livro *Acroaimas Panegyricos*, etc. A seguinte obra ficou em manuscripto e conservava-se por imprimir: *Genealogia dos Ascendentes da casa donde procedia com a Vida de seu Pay D. Francisco de Azevedo e Athaide.*

Athaide *(João de).* Distincto official da armada. Acompanhou Affonso d'Albuquerque á India, em 1510, e depois á conquista de Gôa. Em 1512 e 1513 fez parte da armada que foi ao estreito do mar Roxo, e tomou parte no combate de Adem, onde se distinguiu.

Athaide *(D. João de).* Um dos officiaes mais distinctos da India no tempo de D João de Castro. Tendo embarcado na armada com que D. Alvaro de Castro, filho do vice-rei, foi em soccorro de Diu, chegou á fortaleza antes d'elle, e levou aos defensores da praça conforto e auxilio valioso. Commandou um dos corpos do pequeno exercito de D. João de Castro, e depois, quando chegou a noticia da perda de Adem, motivada pela cobardia de D. Payo de Noronha, foi o primeiro official mandado em soccorro de cheick, alliado dos portuguezes. Teve um combate pouco feliz com umas galés turcas, mas pelo valor e intrepidez que mostrou n'essa occasião, realçou o prestigio das nossas armas, abalado pela cobardia de D. Payo de Noronha.

Athaide *(D. João de).* Filho dos senhores d'Athouguia, militou em Africa, combatendo em Arzilla, e era muito respeitado na côrte pela sua austeridade e virtudes. Em 1481 casou com D. Brites da Silva, e tendo enviuvado, professou na ordem dos franciscanos, rejeitando por esse motivo o cargo de regedor das justiças que D. João II lhe offerecia. Morreu em 1507 com a fama de santo.

Athaide *(D. João Diogo de Sousa).* Foi o 1.º conde d'Alva V. *este titulo.*

Athaide *(D. Fr. João de).* Religioso arrabido. Era sobrinho do 3.º conde d'Athouguia, D. Luiz d'Athaide, e com elle militou na India. Em 1581, por morte de seu tio, vestiu o habito franciscano, dos arrabidos, tornando-se notavel pela sua caridade e fervor religioso. Falleceu em Lisboa, em 1595.

Athaide *(D. Fr. Joaquim de Menezes e).* Religioso da ordem de Santo Agostinho, chronista da Casa do Infantado, vigario capitular do Funchal, bispo de Meliapor e d'Elvas, etc. N. no Porto a 20 de setembro de 1765; fal. em Gibraltar a 5 de novembro de 1828. Entrando no convento da Graça de Lisboa, professou aos 16 annos de edade, em 22 de setembro de 1781. Em 1799 foi nomeado chronista da Casa do Infantado, e successivamente reitor do collegio de Santo Agostinho, vulgarmente chamado o *Colleginho;* a 29 d'outubro de 1804 bispo de Meliapor; em 1811 vigario capitular do Funchal, em cujo exercicio lhe foi conferido o titulo e honras de arcebispo Em 1821 teve transferencia para o bispado d'Elvas. No tempo do governo constitucional, de 1820 a 1823, o bispo D. Fr. Joaquim d'Athaide foi tido e accusado como inimigo do liberalismo, e de conspirar com outros para derribarem a constituição, de que lhe provieram grandes desgostos. Effectivamente nas suas pastoraes de 1823, depois da restauração do governo absoluto, tratou as instituições decahidas com o maior azedume, qualificando-as de democraticas, impias e subversivas da sociedade civil. Porém no regimen da Carta em 1826 manifestou idéas até certo ponto contrarias, e abraçou calorosamente as doutrinas do novo codigo, que, chegou a ser arguido de ultra-liberal, e até processado e chamado á barra na camara dos pares, de que fazia parte desde 1826, como envolvido nos alvorotos de julho de 1827, che-

gando a dizer-se que o prelado se inclinava muito para o estabelecimento do governo republicano em Portugal. Apezar de ter sido absolvido n'aquelle celebre processo, que anda transcripto em alguns jornaes da epoca, nomeadamente no *Periodico dos pobres* do referido anno, e no qual figuravam como réos outros pares do reino, D. Fr. Joaquim d'Athaide, quando o infante D. Miguel chegou a Lisboa em fevereiro de 1828, entendeu que não estava seguro, e partiu para Gibraltar, onde desembarcou em março. Foi n'essa terra que falleceu no mez de novembro do referido anno, victima da peste que ali então reinava. D. Fr. Joaquim d'Athaide compoz musicas religiosas, especialmente destinadas aos conventos, sendo muito numerosas as que escreveu para os conventos de freiras, extremamente faceis e singelas, só a 2 ou a 3 vozes, muitas em unisono n'um estylo de canto-chão figurado. Entre as musicas de maior vulto, mas que todavia não contéem trabalho primoroso, conhecem-se uns officios da Semana Santa a 4 vozes (tenores e baixos), officios e missas de defuntos a 4 vozes e pequena orchestra, e uma missa festiva a 4 vozes e orgão. O bispo d'Elvas escreveu muitas homilias e pastoraes; attribuem-se-lhe tambem algumas peças dramaticas, que fôram representadas no theatro da Rua dos Condes, em nome de Luiz José Baiardo, que foi seu famulo. Entre outros, tem os seguintes escriptos: *Homilia prégada no dia de Santo Agostinho, 28 de Agosto de 1809, na igreja de N. S. da Graça de Lisboa*, com uma traducção ingleza em frente, Lisboa, 1810; *Homilia funebre, prégada na trasladação do corpo de S. M. F. a muito alta e poderosa rainha de Portugal, a senhora D. Maria I, para a igreja do real convento do Coração de Jesus em Lisboa, a 20 de Março de 1822*, Lisboa, 1822; *Homilia prégada no convento do Coração de Jesus em Lisboa, na solemnidade dos Grão-cruzes das ordens militares, no dia 14 de Junho de 1822, estando presente Sua Magestade*, Lisboa, 1822; *Homilia recitada na igreja de S. Domingos de Lisboa no dia 3 de Novembro de 1822, em que se jurou a Constituição politica da monarchia portugueza, estando presente Sua Magestade*, Lisboa, 1822; *Homilia funebre prégada na santa igreja cathedral da cidade de Elvas, por occasião das exequias do muito alto e muito poderoso imperador e rei o sr. D. João VI*, Lisboa, 1825; *Pastoral á igreja de Meliapor; em Lisboa a 12 de Maio de 1805*, Lisboa; é uma saudação aos diocesanos, por motivo da sua elevação ao episcopado; *Pastoraes do Bispo de Meliapor, vigario apostolico do Funchal, dos annos de 1811 a 1812*, Lisboa, 1812; esta collecção comprehende 5 pastoraes datadas de Lisboa, sendo a primeira a 17 d'outubro de 1811 e a ultima de 23 d'abril de 1812; *Carta pastoral exhortatoria aos seus diocesanos do bispado d'Elvas*, datada de Lisboa a 2 d'outubro de 1821, Lisboa, 1821; *Pastoral aos seus diocesanos, exhortando-os á obediencia á lei de Deus e ao soberano*, datada de Lisboa a 23 de junho de 1823, Lisboa, 1823; *Pastoral mandando cumprir a carta de lei de 20 de junho contra as sociedades secretas*, datada de 2 de julho de 1823, Lisboa, 1823; *Pastoral, condemnando e prohibindo o livro* «Superstições descobertas, verdades declaradas, e desenganos a toda a gente», datada de 23 de julho de 1823, Lisboa, 1823; *Pastoral aos seus diocesanos, annunciando-lhes a morte d'el-rei o sr. D. João VI*, datada d'Elvas a 31 de março de 1826, Lisboa, 1826; *Pastoral aos seus diocesanos, recommendando a obediencia a el-rei D. Pedro IV, e ás instituições por elle outorgadas*, datada de Elvas a 19 de julho de 1826.

Athaide *(D. Jorge de)*. Bispo de Vizeu. N. em Lisboa, em 1535, onde tambem falleceu a 17 de janeiro de 1611. Era filho do 1.º conde de Castanheira, D. Antonio de Athaide e de D. Anna de Tavora, filha de Alvaro Pires de Tavora, senhor de Mogadouro. Seguindo a carreira ecclesiastica, ordenou-se de presbytero antes do tempo preciso para o sacerdocio; acompanhou por especial privilegio os prelados e grandes theologos que el-rei D. Sebastião enviou no anno de 1562 ao Concilio Tridentino, a que assistiu até á setima sessão. Depois d'este concluido passou a Roma com o encargo de reformar o Missal e Breviario Romano, que lhe commettera Pio IV, d'onde, em consequencia de ter fallecido seu pae, partiu para Portugal. Foi eleito bispo de Vizeu, em 1568, sendo sagrado na egreja do convento de N. S.ª da Graça, de Lisboa, em grande solemnidade, a que assistiu D. Sebastião, a rainha D. Catharina, sua avó, a infanta D. Maria, e toda a nobreza da côrte. Fez a entrada publica no seu bispado a 14 de março de 1569. Nove annos depois, em 1578, renunciou a mitra, depois de ter governado a sua diocese, como um dos mais exemplares prelados. Nomeado capellão-mór pelo cardeal rei. D. Henrique, promoveu com fervoroso zelo o culto divino e as cerimonias ecclesiasticas. Filippe II de Hespanha, tomando posse de Portugal, o elegeu seu esmoler-mór, presidente da Meza da Consciencia, e inquisidor geral d'estes reinos, cuja dignidade renunciou. Foi conselheiro de Estado de Portugal em Madrid, e abbade commendatario de Alcobaça. Como era afilhado do escriptor João de Barros, quiz transferir os seus restos mortaes da sepultura em que estava no termo de Leiria, para a parochial egreja d'Alcobaça e tencionava elevar-lhe um sumptuoso mausoléo, quando a morte o surprehendeu. Com seus paes é que poude conseguir satisfazer este desejo, erguendo á sua custa, dois magnificos mausoléos no convento de Santo Antonio da Castanheira, que elles haviam fundado. No dia 21 de março de 1610 sagrou bispo de Vizeu seu sobrinho D. João Manuel, que foi o quinto successor d'esta mitra, depois que elle a renunciara. D. Jorge d'Athaide, por sua ordem, jaz em sepultura raza, no convento da Castanheira, junto aos mausoléos de seus paes. A vida do illustre prelado está escripta por Thomaz Alves, thesoureiro-mór da capella real, tendo juntas no fim muitas cartas dirigidas a diversos principes sobre gravissimos negocios com as respostas. Escreveu: *Actas do Concilio Tridentico até á 7 sessão a que assistiu*, 2 tomos grandes, em manuscripto, que se conservavam no convento dos cartuxos de Laveiras, ao qual deixou por sua morte, a livraria e suas capellanias por sua alma. Escreveu mais: *Nobiliario das familias do Reyno*, que ficou manuscripto; *Regulæ Cancellariæ Santissimi Domini nostro Pii divina Providentia Papæ Quarti, ejusque Motús proprii Bullæ, & alia decreta nec non felicis recordionis Pauli Quarti post promulgationem Sacrosancti Tridentini Concilii edita per Reverendissimum Patrem, & Illustrissimum Patrem & Illustrissimum Dominum D. Georgius d'attayde Episcopum Visensem appro-

bata, Vizeu, 1570. Mandou copiar dos originaes que estavam no Archivo Real e imprimir: *Privilegia, facultates, jurisdictionis & aliquot gratiæ, quas Summi Pontifices Regibus Portugalliæ, & ad eorum instantiam Capellano Mayori concesserunt*, Lisboa, 1569.

Athaide *(José Bernardino da Gama e)*. Jurisconsulto. N. em Tavira a 2 de novembro de 1736, fal. em Lisboa, no mez de setembro de 1804. Formou-se em leis na Universidade de Coimbra, e seguindo a carreira da magistratura foi corregedor de Setubal, provedor de Almada, juiz da relação do Porto, da Casa da Supplicação, desembargador do Paço, chanceller da casa da Rainha e do Infantado, membro do supremo conselho militar e da meza censoria. No tempo do marquez de Pombal foi desterrado para um presidio d'Africa, mas por alvará de 11 de julho de 1776 foi mandado chamar ao reino e restituido aos seus antigos cargos e dignidades, gozando depois de grande influencia, por ser muito estimado de José de Seabra, que tambem fôra desterrado pelo marquez e restituido depois ao reino, sendo nomeado ministro d'Estado pela rainha D. Maria I. José de Seabra incumbiu-o por vezes de trabalhos importantes. José Bernardo d'Athaide chegou a reunir uma livraria de 28 mil volumes.

Athaide *(Leonel de)*. Companheiro do governador da India, D. Henrique de Menezes. Em 1526 acompanhou a Bintão o governador Pero de Mascarenhas, que foi fazer guerra ao rei d'aquella cidade, concorrendo muito com o seu valor para que o rei e o povo evacuassem a cidade, que depois foi tomada pelos portuguezes.

Athaide *(D. Luiz de)*. Irmão do conde d'Athouguia, que foi condemnado como cumplice dos Tavoras e do duque d'Aveiro, no celebre e bem conhecido processo contra os conspiradores de 1758. Quando D. Maria I subiu ao throno, houve uma viva reacção contra as medidas do reinado antecedente, e ordenou-se que fôsse revista por uma junta a sentença condemnatoria. A junta proferiu o seu julgamento annullando essa sentença na parte em que não estava executada, e rehabilitando a memoria dos justiçados. Os homens de senso pratico viam, porém, os inconvenientes d'esse caminho que D. Maria I pretendia seguir, o que certamente iria expôl-a a consequencias graves, desde o momento que estivesse disposta a revogar todos os actos da administração anterior. O governo cedeu, e a sentença revisora não teve execução, levantando para isso embargos o procurador da corôa, embargos que nunca se resolveram. D. Luiz d'Athaide pediu que lhe fôsse passada uma certidão d'essa sentença revisora, que effectivamente se lhe concedeu, passando-se n'esse sentido um aviso a 15 de julho de 1791, aviso em que logo se declara que essa sentença não poderá ter execução, emquanto se não resolverem os embargos que o procurador geral da corôa levantou.

Athaide *(Manuel de Carvalho e)*. Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo, tenente capitão de mar e guerra, e depois capitão de cavallos n'uma companhia que organisou á sua custa, e cujo commando lhe tiraram na guerra da successão de Hespanha; senhor da quinta da Granja, etc. N. em Lisboa, mas ignora-se a data do nasc., e fal. a 14 de março de 1720. Era filho de Sebastião de Carvalho e Mello, capitão dos familiares do Santo Officio, em Lisboa, terceiro senhor do morgado de Sernancelhe, da quinta da Granja, e padroeiro da parochial egreja de N. S.ª das Mercês, de Lisboa; casado com D. Maria Leonor de Athaide, filha de Gonçalo da Costa Coutinho, commendador da ordem de Christo, governador d'Aveiro, Buarcos e Figueira. Foi muito perito nas letras humanas, poesia e oratoria, merecendo applausos em diversas academias em que occupou o logar de mestre. Cultivou com particular desvelo a genealogia, deixando d'este estudo bastantes producções. Casou com D. Thereza Luiza de Mendonça e Mello, filha de D. João d'Almada e Mello, commissario geral da cavallaria da Beira, alcaide-mór de Palmella, senhor do morgado dos Olivaes e do de Souto d'El-rei. D'este consorcio nasceu o notavel ministro d'el-rei D. José, Sebastião José de Carvalho e Mello, 1.º conde d'Oeiras e 1.º marquez de Pombal. Escreveu um *Theatro genealogico das principaes familias do reino e suas conquistas*. Sahiu o tomo I (unico), com o pseudonymo de prior D. Tivisco de Nazao Zarco y Colona. No frontispicio lê-se que foi impresso em Napoles em 1712, e traz o nome da typographia do *Novello Bonis*. Vê-se, porém, que este frontispicio é supposto, porque a obra foi impressa em Lisboa subrepticiamente, ou porque não fôram pedidas as necessarias licenças, ou porque estas lhe fôram negadas. Em 28 d'agosto de 1713 sahiu um alvará, passado pela meza do dezembargo do paço, declarando que o *Theatro* não tem fé nem credito, e ordena que as justiças, em qualquer parte que encontrem o livro, o recolham e tragam á referida meza.

Athaide *(Manuel da Silva de)*. Capitão de mar e guerra, cavalleiro da ordem de Christo e commandante da fragata *Nossa Senhora da Conceição de Pangim*. Fez uma viagem a Timor e Solor em 1695, e em 1698 escreveu um livro, que ficou inédito, intitulado: *Relação das ilhas de Timor e Solor, e da viagem a que ellas fiz, no anno de 1695*. E' dedicada ao vice-rei da India, D. Pedro Antonio de Noronha, conde de Villa Verde. A dedicatoria é feita em Gôa, a 3 de janeiro de 1698.

Athaide *(D. Martim Gonçalves de)*. Irmão de D. Luiz d'Athaide, 3.º conde d'Athouguia, e vice rei da India. Teve um duello com D. Simão da Silveira, de que lhe resultaram ferimentos graves. Ficando muito pezaroso por ter sido vencido, desappareceu da côrte, e partiu para o Cabo de Gué, em Africa, onde esteve guerreando contra os moiros até que estes tomaram a villa, em cuja defeza perdeu a vida.

Athaide *(Padre Maximo Roberto de)*. Só se sabe d'este padre que esteve em serviço na diocese de Gôa, e que escreveu o *Devocionario da missa em lingua do paiz*, etc., Nova Gôa, 1857.

Athaide *(Miguel Luiz da Silva e)*. Fidalgo da Casa Real, guarda-mór dos pinhaes reaes de Leiria. N. n'esta cidade e era filho de Luiz da Silva de Athaide, fidalgo da Casa Real, Mestre de Campo dos Auxiliares d'aquella comarca, e guarda-mór dos pinhaes, e de D. Joanna Paula de Mello. Escreveu um livro que ficou inédito, intitulado: *Familias do reino de Portugal*, extrahido dos livros dos seus parentes, e que elle addicionou copiosamente.

Athaide *(D. Nuno da Cunha de)*. Governador de Moçambique em 1595. Adeantou muito as

obras da fortaleza, e no tempo do seu governo começaram a apparecer os hollandezes na costa d'aquella nossa possessão africana.

Athaide *(Nuno da Cunha de)*. Conego da Sé de Coimbra, bispo titular de Torga, deputado da Junta dos Tres Estados, conselheiro de Estado e ministro de D. João V, etc. N. a 8 de dezembro de 1664, fal. a 14 do referido mez, de 1750. Era filho de Luiz da Cunha e Athaide, neto de D. Alvaro Abranches da Camara e do 6.º barão d'Alvito e irmão do 1.º conde de Povolide. Estudou theologia, e seguiu a faculdade de canones em que se graduou. Foi conego da Sé de Coimbra, deputado da inquisição na mesma cidade e depois em Lisboa. No anno de 1700 foi nomeado inquisidor, acompanhou seu tio, o conde de Pontevel, a Paris; em 1702 foi deputado da Junta dos Tres Estados, e recusou em 1705 a mitra do bispado d'Elvas. Sendo então nomeado capellão-mór d'el-rei D. João V, foi no anno seguinte feito bispo titular de Torga, em 10 de março de 1707, conselheiro de Estado e ministro do despacho, e ainda posteriormente lhe foi dado o cargo de inquisidor geral do reino e conquistas e o barrete cardinalicio em 1712.

Athaide *(Nuno Fernandes de)*. Um dos principaes heroes das nossas guerras africanas no tempo de D. Manuel. Elle e o celebre adail Lopo Barriga eram o terror dos moiros. Em 1510 foi governador de Saffi, que defendeu contra os sarracenos com grande valor durante o cêrco que elles lhe puzeram. Depois juntamente com o celebre Lopo Barriga espalhou o terror nas vizinhanças da praça com as suas correrias, e no anno de 1515, com uma expedição combinada com D. Pedro de Sousa, capitão d'Azamor, intentou apoderar-se de Marrocos, e chegou a pequena distancia d'esta cidade. No meio de toda a sua gloria, Nuno Fernandes d'Athaide teve de succumbir mas valorosamente. N'uma entrada que fez a 19 de maio de 1516, encontrou depois de ter tomado já uma presa consideravel, forças inimigas muito superiores, cujo ataque elle ainda supportou com o seu reconhecido valor, mas, emquanto sustentava a retirada, foi ferido mortalmente por um golpe de azagaia. A morte de Nuno Fernandes de Athaide foi muito sentida, não só nas praças africanas, mas tambem em Portugal. Os moiros, parece, que depois d'aquelle acontecimento, cobraram mais audacia, mas encontraram no successor de Nuno Fernandes de Athaide no governo de Saffi, um rude adversario, D. Nuno de Mascarenhas.

Athaide *(Paulo de Carvalho e)*. Doutor em Canones, lente conductario da Universidade de Coimbra, desembargador da relação do Porto, etc. N. a 29 d'abril de 1679, fal. em Lisboa a 25 d'outubro de 1737. Foi collegial do collegio de S. Paulo de Coimbra. Do cargo de desembargador da relação do Porto passou para a Casa da Supplicação, em Lisboa, desembargador dos aggravos, deputado da meza da Consciencia e ordens, conego doutoral das cathedraes de Vizeu. e de Lamego, deputado do Santo Officio, de Coimbra e Lisboa, conego arcipreste da egreja patriarchal, e do conselho d'elrei. Era muito versado em direito civil e canonico. Paulo de Carvalho e Athaide era irmão de Manuel de Carvalho e tio do 1.º marquez de Pombal.

Athaide *(Pedro de)*. Capitão d'um dos navios da armada de Pedro Alvares Cabral, na expedição á descoberta do Brazil, em 1500.

Athaide *(Pero de)*. Fidalgo, parente de D. Vasco da Gama, a quem acompanhou á India no anno de 1502, na sua segunda viagem. Quando o almirante voltou a Portugal, deixou no Oriente Vicente Sodré com quatro navios, e nomeou Pero de Athaide commandante d'um d'elles. Salteada essa pequena esquadra por um temporal, em que se perderam dois navios, morrendo tambem Vicente Sodré, foi Pero d'Athaide escolhido unanimemente pelos officiaes para ser o chefe, e com os dois navios, que tinham escapado, dirigiu se para Cananor. Não podendo pelas poucas forças de que dispunha, soccorrer o rajá de Cochim, nosso alliado contra o rajá de Calicut, foi ao encontro das naus de Meca, deliberação que tomara emquanto não chegavam do reino os navios que esperava. Pouco tempo depois appareceram, effectivamente, as esquadras dos dois irmãos Albuquerques, em que vinha Duarte Pacheco. Foi no navio que este heroe viera capitaneando, que Pero d'Athaide voltou para o reino. Nas alturas de Moçambique, em 1504, levantou-se um grande temporal, e o navio naufragou. Pero d'Athaide e os tripulantes, depois de grande lucta com as ondas, conseguiram saltar em terra; seguindo viagem passou muitas inclemencias, chegando afinal a Moçambique, morto de fome e de sede. Tantos trabalhos arruinaram-lhe a saude, e pouco depois falleceu, tendo escripto uma carta para ser entregue ao primeiro capitão das naus do reino que por ali passasse, carta em que referia o estado em que deixara a India.

Athaide *(Simão de Cordes Brandão e)*. Fidalgo da Casa Real, collegial do Real Collegio das Ordens Militares, conego doutoral da Sé do Porto, doutor e lente da faculdade de Canones, na Universidade de Coimbra, etc. N. em Sardoal, em 1750, fal. em Coimbra, a 30 de setembro de 1809. Entrou muito novo para o convento d'Aviz, e passou a estudar na Universidade, como alumno do collegio, que n'aquella cidade possuiam as duas ordens militares de S. Bento e de S. Thiago da Espada. Seguiu depois a faculdade de direito ecclesiastico, e durante o curso houve-se sempre a par dos mais laureados estudantes. O seu desejo era ser lente, e apesar de ser tomado o grau de doutor em direito ecclesiastico, não se julgava desde logo tão senhor da sciencia que devia professar, e applicou-se ao estudo com a maior dedicação, abandonando voluntariamente todas as distracções. A primeira cadeira que regeu na Universidade foi a de jurisprudencia ecclesiastica, e depois a de direito natural, mostrando-se sempre professor eminente. Cultivava tambem com grande fervor assumptos puramente litterarios, e gostava de se entreter no estudo de questões, que nenhuma relação tinham com as materias da faculdade em que era lente; a sua sã moral, agradavel trato e animada conversação, grangearam-lhe a estima de todos que o conheciam. O bispo de Vizeu, D. Francisco Alexandre Lobo, escreveu a biographia d'este illustre professor, a qual está publicada no 1.º tomo das suas obras, a pag. 430. Affirma, que Simão de Athaide não deixou escripto algum, mas Innocencio, no vol. VII, a pag. 275, diz que possuia um pequeno folheto manuscripto que se lhe

attribue, e tem por titulo: *Duas palavrinhas ao ouvido dos portuguezes.*

Athaide *(Tristão de).* Fidalgo da Casa Real, descendente de Vasco da Gama. Tendo militado com distincção na India, e especialmente na expedição a Barahem e nas tomadas de Diu e de Baçaim, foi por D. Nuno da Cunha nomeado commandante d'uma armada de vinte navios, e depois, em 1593, governador das Moluccas, para succeder a Vicente da Fonseca, que tinha praticado uma serie de actos odiosissimos. Apenas desembarcou em Ternate, enviou preso o seu antecessor para Macau, e mostrou querer governar com justiça, mas não tardou a que seguisse o exemplo de Vicente da Fonseca, e imaginando uma perfidia, devastou o reino de Geiololo, e depois prohibiu aos particulares o negocio das especiarias. Não contente com isso, mandou roubar um navio de pacificos negociantes de Celebes, que vinham a Ternate fazer o seu commercio, ordenou traiçoeiramente que fôsse preso o sultão de Ternate, sua mãe e o seu ministro, enviou-os para a India, pondo no throno uma creatura sua; fez guerra aos outros regulos só com o fim de obter d'elles grossas quantidades de cravo, e taes cousas fez, que D. Nuno da Cunha, apezar de ser muito seu amigo, viu-se obrigado a mandal-o substituir, confiando o governo das Moluccas a Antonio Galvão. Em quanto o novo governador não chegou, Tristão de Athaide refinava na crueldade, e dava assim logar a que muitos dos regulos das Moluccas se unissem para lhe fazer guerra. A cubiça era a sua paixão predominante, chegando a ponto de mandar roubar as ossadas dos antigos regulos para que lh'as resgatassem; violava as pazes firmadas com os mais solemnes juramentos, para poder roubar ouro aos mercadores indigenas, que o traziam para seu negocio, chegando a sua impudencia e cubiça, depois de haver extorquido immensa quantidade de cravo, a não mandar para Portugal a carga que era para a fazenda publica, allegando que no estado revolto em que se encontrava a ilha, não pudera juntar esse cravo. Tudo isto fez com que a insurreição se tornasse geral. Os nossos praticaram prodigios de valor, e, falando a verdade, Tristão d'Athaide mostrou-se mais do que nenhum outro, valente e intrepido, defendendo-se tenazmente, apezar dos poucos recursos de que dispunha, fazendo terriveis sortidas, em que punha a ferro e a fogo as povoações, mas ao mesmo tempo redobrava de crueldade, e os prisioneiros que lhe cahiam nas mãos, eram mettidos n'uma fogueira, e depois de meios queimados, eram remettidos aos seus compatriotas, juntamente com outros que, em vez de soffrerem esse supplicio do fogo, eram enviados aos seus com os braços e as pernas atravessados por espetos ou com a cabeça esfolada. Entretanto chegou Antonio Galvão, que á força de armas e com prudencia restabeleceu a paz. Tristão d'Athaide, partindo com a gente que lhe pareceu, chegou a Malaca, onde deu novas provas da sua coragem na guerra em que seu sobrinho D. Estevão da Gama andava empenhado com o sultão de Atchin. De Malaca partiu para a India, e ahi, em vez do castigo que merecia, ostentou impunemente um luxo extraordinario. Em 1539, ainda teve elogios pelo modo como se houve n'uma expedição contra os rumes, e quando D. Estevão da Gama foi nomeado governador da India, Tristão d'Athaide adquiriu enorme importancia. Era elle o conselheiro mais influente do governador; foi encarregado de varias missões, commandou as esquadras que iam a Cambaya, e fez parte da expedição de D. Estevão da Gama ao mar Vermelho, continuando sempre a ostentar o seu impudente luxo commandando o galeão S. Matheus, e levando comsigo uma galeota e um catraio governados por dois dos seus creados.

Athaide *(Vasco de).* Capitão da armada de Pedro Alvares de Cabral, que no dia 25 de março de 1500, sahiu do porto de Lisboa a descobrir o Brazil. As quatro naus de que se compunha esta armada, entre as quaes se contava a de Bartholomeu Dias, sossobraram no Cabo da Boa Esperança, no mesmo anno de 1500.

Athaide *(D. Vasco de).* Irmão do 3.º conde d'Athouguia, D. Luiz de Athaide, acompanhou D. Sebastião nas duas viagens que este monarcha fez a Africa, e morreu na batalha d'Alcacer-Kibir.

Athaide *(Fr. Vasco de).* Foi o 18.º prior do Crato, e distinguiu-se muito nas guerras do tempo de D. Affonso V.

Athaide *(Vasco Fernandes de).* Cavalleiro que praticou prodigios de valor na tomada de Ceuta, tendo embarcado na armada que foi áquella conquista, em que tambem iam os filhos d'el-rei D. João I: o principe D. Duarte e o infante D. Henrique. Vasco Fernando d'Athaide, depois de terem desembarcado na cidade, correu ao longo da cêrca, e vencendo a tenaz resistencia dos moiros, arrombou outra porta, abrindo uma nova passagem aos portuguezes, mas perdeu a vida n'essa lucta, pelo que o seu nome figura entre os das primeiras victimas das nossas guerras d'Africa.

Athaide. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Amarante, distr. e bisp. do Porto, 606 hab. e 116 fog. A pov. dista 10 k. da séde do conc., e está situada nas terras de Riba Tamega, e entre montes. Foi fundada e povoada por Atanagildo, rei dos godos, em 560, impondo-lhe o seu nome, que se corrompeu no actual. Pertenceu ao conc. de Santa Cruz de Riba Tamega, que foi supprimido em 1855. O abbade era apresentado alternativamente pelo papa, pelo cabido da sé do Porto e pelos frades benedictinos de Bustello, proximo de Penafiel; tinha de rendimento 120$000 réis. N'um alto vê-se a ermida de N. S.ª da Natividade, vulgarmente chamada *Senhora do Pinheiro,* por estar no logar d'este nome. Diz-se que n'esta ermida houve um hospital administrado pelos ascendentes de Miguel Vaz Guedes d'Athaide Azevedo Brito Malafaia, senhor da Honra de Barbosa, que fica a 12 k. de distancia, e sustentado por elles á sua custa; consta egualmente que tiveram o seu solar no logar do Pinheiro. Na ermida ha quatro vãos, mettidos na parede, que eram os quartos dos doentes e peregrinos. A terra é fertil e foi n'outro tempo do julgado de Villa Meã. Athaide pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 20, com a séde em Amarante. Tem caixa do correio para o serviço da posta rural. ‖ Pov. na freg. de Santo André, de Rendufe, conc. d'Amares, distr. de Braga. ‖ Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. d'Azambuja, distr. de Lisboa. ‖ Quinta na freg. de S. Gens, de Nabo, conc. de Villa Flôr, distr. de Bragança. ‖

Quinta na freg. de S. Bartholomeu e conc. de Villa Flôr, distr. de Bragança.

Athaide e Azevedo *(D. João de).* N. no couto de S. João da Pendurada, na prov. d'Entre Douro e Minho. Era filho de D. Francisco de Athaide de Azevedo, commendador da ordem de Christo, e de D. Brites da Silva. Applicou-se na Universidade ao estudo de theologia, em que fez muitos progressos; foi admittido a collegial do Collegio Real de S. Paulo a 11 de maio de 1613. Preferiu depois seguir a vida militar; foi capitão de couraceiros na guerra da Restauração e commissario de cavallaria do Alemtejo, distinguindo-se entre os valorosos soldados na batalha de Montijo em 1644. Casou com D. Catharina de Sá, filha de Christovão de Sá de Coimbra. Foi insigne na arte cavallaria, e muito destro em tourear. Escreveu: *Rudimentos da Cavallaria da Gineta*, obra que ficou inédita. Era dedicada a el-rei D. João IV.

Athaide Corte-Real *(Miguel de).* Prégador, conego, vigario geral e visitador do bispado do Algarve. N. em V. N. de Portimão a 4 de fevereiro de 1684. Filho de Damião de Lemos de Faria e de D. Filippa da Cunha Corte-Real, ambos descendentes de familias nobres. Instruido nas letras humanas, passou á Universidade de Coimbra, onde applicado á jurisprudencia Cesarea recebeu o grau de bacharel, e de tal modo se distinguiu, que entrou no concurso das Ostentações ao Digesto Velho, em que mereceu geraes acclamações. Ordenado de presbytero dedicou-se ao ministerio do pulpito, tornando-se prégador notavel. O bispo do Algarve, cardeal Pereira, attendendo ao seu elevado merecimento, o nomeou conego penitenciario da sua cathedral, de cuja dignidade tomou posse a 22 de setembro de 1735, occupando-o tambem nos logares de seu vigario geral, e de visitador do bispado. Armado de zelo apostolico, oppôz-se á praxe que alguns padres queriam introduzir no sacramento da confissão, que os penitentes declarassem os cumplices dos seus peccados para cujo fim escreveu os seguintes discursos: *Estimulo Catholico, Moral, Politico, Juridico contra a Pastoral mandada publicar pelo Excellentissimo e Reverendissimo Arcebizpo bispo do Algarve, em opposição dos dous Editaes do Santo Officio, hum de 6 de Mayo de 1745, outro de 29 de 1746*, Sevilha, sem anno de impressão; *Parallelo evidente que mostra as deformidades entre a Bulla* Ubi primum *do Santissimo Padre Benedicto XIV, com a data de 2 de Junho do anno de 1745, e da Pastoral do Excellentissimo Bispo do Algarve de 11 de Abril publicada em 17 do mesmo mez, e anno para convencer a cavilosa falsidade com que o dito Excellentissimo affirma na Pastoral de 16 de Julho publicada em 18 que a sua primeira he conforme á dita Bulla*, Colonia, 1746; não tem o nome do autor; *Muratori Simulado arguido com as suas mesmas doutrinas, e convencido nas allegaçoens em que se firma principalmente nas tres Bullas do Santissimo Padre Benedicto XIV, expedidas para condenar a abominavel praxe de extorquirem os Confessores dos penitentes as circunstancias para conhecerem aos complices dos seus pecados, &c., em que se acha inteiramente inserto o papel que nesta Corte appareceo a favor dos Ordinarios, intitulado:* «Lusitanæ Ecclesiæ Religio» *com o nome de Luiz Antonio Moratori Bibliothecario do Duque de Modena*, Sevilha, 1747; sahiu com o nome de Ramiro Leite Gata de Lumeira de Recidabe.

Athaide Souto Mayor *(Francisco de).* Cavalleiro professo da ordem militar de S. Thiago. Era natural de Faro e de nascimento illustre. Escreveu poesia comica, e compoz diversas comedias, que mereceram geral agrado, sendo a mais discreta, a intitulada: *Desvios no son desprecios.* Athaide Souto Mayor entra no numero dos autores d'aquelle vasto reportorio comico do seculo XVII, para que tanto contribuiram os poetas hespanhoes e portuguezes.

Athainde *V. Ataínde.*

Athanasia *(Casal da).* Na freg. de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Atheães. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, distr. e arceb. de Braga; 362 hab. e 90 fog. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada n'um valle d'onde se vê Braga e o convento de Tibães. E' terra fertil. Fôram seus donatarios os marquezes de Minas, mas depois passou para a corôa. Um conego da sé de Braga apresentava o vigario, que tinha de rendimento 60$000 réis. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8 com a séde em Braga. E' em Atheães a quinta e antiga torre ameada, que foi de D. Gastão José da Camara Coutinho.

Athei *V. Athey.*

Atheneu. Folha semanal que se publicou em Lisboa, começando em 6 de janeiro de 1850 e terminando a 30 de março de 1851. Tratava d'assumptos litterarios, scientificos, economicos e administrativos. Teve por collaboradores, entre outros, os seguintes: Serpa Pimentel, Andrade Corvo, Latino Coelho, Thomaz de Carvalho, Magalhães Coutinho, Casal Ribeiro, Luiz Palmeirim e Ferreira Lapa.

Atheneu Commercial de Lisboa. Esta sociedade foi creada em Lisboa pelos empregados do commercio, em homenagem a Camões, por occasião do tri-centenario do grande poeta, e inaugurada no dia 10 de junho de 1880. Os estatutos fôram approvados por alvará do governador civil, com a data de 24 de fevereiro de 1881. O fim era promover o desenvolvimento intellectual, e concorrer para o progresso moral e material de seus associados, estabelecendo conferencias, sessões litterarias e scientificas, aulas nocturnas, uma aula diurna de instrucção primaria para os filhos dos socios até á edade de 15 annos, aula de gymnastica, etc. Os estatutos regulam a qualidade, a classe e admissão dos socios, bem como os seus deveres e direitos, etc. Pouco tempo depois fizeram-se alterações n'estes estatutos, as quaes fôram approvadas pelo alvará de 14 de fevereiro de 1883. No artigo 3.º houve a seguinte alteração: «Nas aulas nocturnas poderão ser admittidos todos os empregados no commercio, de 15 a 18 annos, pagando 500 réis, a titulo de matricula.» O Atheneu continua sustentando as aulas de portuguez, francez, inglez, contabilidade, escripturação commercial, mathematica, dansa, musica, gymnastica, esgrima; realisa a miudo conferencias litterarias e scientificas, exposições artisticas e industriaes, etc. O Atheneu, a que está destinado um prospero futuro, é situado na rua de Santo Antão, no palacio pertencente ao sr. conde de Burnay, e deve em grande parte os seus progressos aos incansaveis esforços do seu

presidente, um dos primitivos socios, o sr. José Bastos, bem conhecido proprietario da antiga livraria Bertrand. Esta importante sociedade que actualmente conta 600 socios, tem contribuido para se estabelecerem muitos caixeiros de reconhecida competencia, procurando fornecer-lhes capitalistas, assim como lhes tem promptificado auxilios pecuniarios, no caso de doença grave, aos que d'elles necessitarem. A tratar-se na Suissa já enviou dois dos seus mais dedicados socios.

Atheneu Commercial do Porto. É a mais prospera e justamente conceituada sociedade de instrucção e recreio do Porto. Foi fundada em 29 de agosto de 1869 com o titulo de *Sociedade Nova Euterpe*, por um grupo de caixeiros de commercio, com caracter meramente recreativo. Este gremio, porém, foi progredindo a tal ponto que, possuindo já um nucleo de bibliotheca, e tendo estabelecidos alguns cursos nocturnos de linguas, escripturação commercial e geographia, havendo já realisado differentes saraus litterarios e artisticos, resolveu em assembléa geral de 26 de dezembro de 1880, a construcção do edificio que actualmente occupa, o qual foi principiado em 1882, sendo a pedra fundamental assente em 5 de junho, terminando as obras a 22 de dezembro de 1884. A inauguração realisou-se solemnemente a 31 de maio de 1885. No primeiro de janeiro de 1884 já havia mudado o nome, intitulando-se desde então *Atheneu Commercial do Porto*. O edificio tem excellentes salas de leitura, salão para concertos, sessões solemnes, conferencias, bailes e exposições artisticas, bilhares, restaurante, um interessante museu colonial e de numismatica, e uma opulenta biblioteca. A divisa d'esta instituição é: *inter folia fructus*.

Atheneu Popular. Em 5 d'abril de 1885, na cidade de Coimbra, alguns rapazes, amigos da instrucção, estabeleceram uma sociedade com o titulo *Atheneu Popular*, e formularam os estatutos que o haviam de reger. Este gremio tem por fim ministrar aos associados o recreio e a instrucção por meio da leitura, que póde ser no gabinete respectivo ou no domicilio dos mesmos associados. Tambem ficou resolvido que se celebrariam conferencias, traçando-se o plano d'esse poderoso meio de propaganda instructiva. Os estatutos fôram approvados pela assembléa geral em 30 de maio de 1886, nos quaes se indicam os fins a que a sociedade se propõe; desenvolver entre si o estudo e o cultivo das letras, ministrando a leitura de livros e jornaes, discutindo pontos de historia, sciencias, artes, litteratura e quaesquer outros ramos de conhecimentos humanos, estabelecendo conferencias de manifesta utilidade, effectuando certames litterarios, creando cursos sobre a instrucção, e especialmente aquelles que mais possam utilisar, nas suas applicações, ás classes trabalhadoras.

Athenor. Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Miranda do Douro, distr e bisp. de Bragança; 396 hab. e 92 fog. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada na encosta d'um monte. O abbade de Travanca apresentava o cura, que tinha de renda 25$000 reis. Em Athenor ha minas de carvão de pedra, registadas por Henrique do Moraes Carvalho. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 10 com a séde em Mirandella.

Athey. Pov. e freg. de S. Pedro. da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 1:755 hab. e 424 fog. Tem escola do sexo masc. e est. post. permutando malas com Mondim de Basto. A pov. dist. 5 k. da séde do conc. e está situada em montes e valles, d'onde se descobrem muitas terras. Eram donatarios os marquezes de Marialva. D. Manuel deu-lhe foral em Lisboa a 3 de junho de 1514. A abbadessa de Santa Clara, de Villa do Conde, apresentava o vigario e tres beneficiados que existiam na egreja, um dos quaes era o mesmo parocho, que tinha de renda 100$000 reis. Na torre da egreja ha um sino muito antigo, que dizem ter sido achado no sitio do *Outeirinho de Deus*, e que tem em relevo letras arabicas. No monte Farinha ha sete capellas, com os principaes passos da paixão de Christo, que se não chegaram a concluir. Ao E d'este monte, e proximo d'elle, está outro chamado *Palhaços*, onde se vêem vestigios de grandes edificios romanos ou arabes, e n'estas ruinas está uma cova, ou galeria subterranea, que vae sahir a um despinhadeiro chamado *Furado*, sobre o Tamega, que se vê sómente quando ha estiagens. Aqui nascem os ribeiros Bezerrão e Gama do Paço, que se mettem no rio Cabril e o Candal e o Sequeiro, que se juntam, chamando-se então *Bésteiros*, e com este nome morre no rio Paço. Passam tambem aqui o Arades, o Salgueiraes e o Costa, que se juntam n'esta freguezia, e correndo de E a O, se mettem no Tamega, que passa a O. Esta freguezia cria muito gado, miudo e grosso, e muita caça miuda. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 19 com a séde em Chaves. Tendo sido por decreto de 26 de setembro de 1895, agrupada ao conc. de Celorico de Basto, e ao mesmo tempo annexada por decreto de 26 de junho de 1896, que supprimiu o de Mondim de Basto, voltou a este, depois de restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898.

Athiães. Pov. da freg. de Santa Maria Magdalena, conc. de Villa Nova de Gaia, distr. do Porto.

Athias (*Isaac*). Judeu natural de Lisboa. O seu primitivo nome foi Isaac Dias. Passou a Castella, e depois a Veneza, onde exerceu por alguns annos o ministerio de rabino. Foi muito douto na lingua hebraica, e escreveu em hespanhol. Falleceu em Veneza. E' seu o seguinte livro: *Thesoro de preceptos, adonde se encierron las joyas de los seyscientos y treze preceptos, que encommendo el Señor a su pueblo Israel. Com su declaracion, razon y Dicim, conforme a la verdadera tradicion recebida de Mosé y ensiñada por nuestros sabios de gloriosa memoria*, Veneza, 1627. Foi reimpresso em Amsterdam, anno 409 (de Christo 1649), mas, segundo se diz, n'esta edição se omittiu o *Tratado da maneira legitima de sacrificar os animaes*, que vem no fim da edição de Veneza. Tambem se publicou em hebraico, em 1660. N'esta obra declaram-se e explicam-se os 613 preceitos da lei mosaica.

Athouguia. Appellido nobre que remonta ao principio da monarchia. Os Athouguias procedem de Roberto de Lacorne, fidalgo francez, que esteve com D. Affonso Henriques na tomada de Lisboa, e ao qual pelos serviços então prestados aquelle monarcha concedeu o senhorio da pov. d'Athouguia. Foi seu descendente Gil Fernandes, o primeiro que tomou este appellido, com

que muitos fidalgos se honraram, tanto no reino como na ilha da Madeira para onde passaram, e tem sua varonia na casa dos senhores de Bellas, mercê feita pela infanta D. Beatriz, mãe d'el-rei D. Manuel, a Rodrigo Affonso de Athouguia. As suas armas são em campo vermelho uma cruz chã firmada e bordadura de ouro, e em cada um dos vãos uma flôr de liz do mesmo metal; timbre um leão vermelho nascente armado de ouro.

Athouguia *(Fr. Affonso de).* Monge cisterciense do mosteiro d'Alcobaça. Natural da villa do seu appellido, mas ignoram-se as datas do seu nascimento e da sua morte. Foi muito piedoso, sendo um d'aquelles antiquissimos monges que procederam á reforma da sua congregação n'este reino, passando o tempo a escrever as vidas dos santos. Compoz um livro que ficou em manuscripto e se conservava na bibliotheca do seu convento, o qual se intitulava: *Vidas de muitos santos.*

Athouguia *(D. Alvaro Gonçalves de Athaide, 1.º conde de).* Fidalgo da Casa Real, tio d'el-rei D. Affonso V, a quem este monarcha agraciou com o titulo de conde, por carta de 17 de dezembro de 1448, com doação da referida villa, e toda a sua jurisdição. Por sua morte succedeu-lhe na casa e no titulo, seu filho D. Martinho d'Athaide, que foi o 2.º conde d'Athouguia.

Athouguia *(Antonio Aluisio Jervis de Athouguia, 1.º visconde de).* Bacharel formado em mathematica, pela Universidade de Coimbra, lente proprietario na Academia Real de Marinha, secretario geral dos Açôres, deputado, par do reino, director da Escola Polytechnica de Lisboa, conselheiro do Tribunal de Contas, ministro de Estado, da marinha e ultramar, e dos estrangeiros, governador civil do Porto, etc. N. na ilha da Madeira a 7 de julho de 1797; falleceu em Lisboa a 17 de maio de 1861. Vindo para o continente cursou a faculdade de mathematica na Universidade de Coimbra tomou o grau de bacharel, e em outubro de 1822 foi nomeado lente substituto da Academia Real de Marinha. Mais tarde, em junho de 1828, para escapar ás perseguições do partido absolutista, emigrou para Inglaterra, e no mez seguinte embarcou para a Madeira, com o intuito de ajudar o capitão general Valdez, a defender n'aquella ilha a causa liberal. Poucas horas depois do seu desembarque, a esquadra realista tomou o porto de Machico, e sendo por isso impossivel a continuação da resistencia, voltou para Inglaterra, onde esteve até fins de 1831. Partiu então para a ilha Terceira, e logo em março de 1832 tomou parte na expedição que foi contra a Madeira e Porto Santo. Em junho seguinte foi nomeado secretario geral dos Açôres, d'onde veiu para a defeza do Porto, sendo addido ao estado maior imperial com o posto de capitão, depois transferido para o real corpo de engenheiros, e nomeado secretario militar e civil do Porto. Como assistente do ajudante general Valdez, e como ajudante de ordens de Saldanha, commandante d'um dos exercitos de operações, entrou o capitão Jervis d'Athouguia em quasi todos os combates que se deram até ao fim da campanha, ganhando durante a lucta tres graus na ordem da Torre e Espada, distinguindo-se sobretudo na batalha d'Almoster. Depois da convenção d'Evora Monte foi encarregado de acompanhar o infante D. Carlos, pretendente ao throno de Hespanha, desde Montemór-o-Velho até a bordo da nau ingleza *Donegal*, que o transportou para longe de Portugal. Em 1834 foi nomeado lente proprietario na Academia Real de Marinha, sendo n'esse mesmo anno eleito deputado pela ilha da Madeira. Em 25 de junho de 1835 foi chamado aos conselhos da corôa encarregando-se da pasta dos negocios da marinha e ultramar, em que foi mais tarde substituido a 18 de novembro do referido anno, pelo visconde de Sá da Bandeira. Em 1836 teve a nomeação de governador civil do Porto, e tanto por esta cidade como pela ilha da Madeira foi escolhido para seu representante em côrtes, e depois eleito deputado ás constituintes de 1837; recusou-se, porém, a tomar assento na respectiva camara, e quando se deu a revolta dos marechaes, entrou n'esse movimento; sendo frustrada esta tentativa revolucionaria, partiu outra vez para Inglaterra, mas adherindo á nova constituição de 1838, voltou á patria, e entrou no parlamento. Em 1841 foi escolhido para presidente da camara dos deputados, e em 1842 chamado novamente ao ministerio, no gabinete presidido pelo duque de Palmella, que se formou para resistir ao movimento cartista do Porto, e onde se encarregou da pasta da marinha. Esse ministerio teve pouca duração, em consequencia da rainha D. Maria II ter decidido acceitar a restauração da Carta. Depois do movimento da regeneração, Jervis d'Athouguia foi deputado, em 1851, por Oliveira de Azemeis, e fez parte do ministerio formado pelo duque de Saldanha, em 22 de maio do referido anno, cabendo-lhe então a pasta dos negocios estrangeiros, que em 4 de março de 1852 deixou, para entrar o visconde d'Almeida Garrett, ficando encarregado dos negocios de marinha e ultramar, para que tinha já sido nomeado anteriormente. Quando Garrett sahiu do gabinete, Jervis d'Athouguia tornou a occupar o cargo de ministro dos negocios estrangeiros, em que se conservou até junho de 1856, anno em que todo o ministerio pediu a demissão. Jervis d'Athouguia foi elevado ao pariato por carta regia de 13 de janeiro de 1852, de que prestou juramento e tomou posse na sessão da camara respectiva de 5 de junho do referido anno. Em 15 de março de 1855, foi agraciado por D. Maria II, com o titulo de visconde d'Athouguia, em duas vidas. Era commendador das ordens de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa, da Torre e Espada, e de S. Fernando, de Hespanha; grã-cruz das ordens da Legião de Honra, de França, da de S. Mauricio e S. Lazaro, da Sardenha; de Leopoldo, da Belgica; do Salvador, da Grecia; da Rosa, do Brazil; brigadeiro graduado do exercito. Casou com D. Maria Candida Larcher, que falleceu a 28 de outubro de 1827.

Athouguia (*D. Jeronymo de Athaide, 6.º conde de).* Fidalgo da Casa Real, governador das armas das provincias de Traz-os-Montes e do Alemtejo, e do estado do Brazil; capitão general da armada real, conselheiro d'Estado e presidente da Junta do Commercio. Foi um dos fidalgos que fizeram a revolução do dia primeiro de dezembro de 1640, um dos que entraram nos paços da Ribeira, e se dirigiu aos aposentos de Miguel de Vasconcellos. Nasceu em Lisboa, fal. a 16 d'agosto de 1665. Era filho do 5.º conde d'Athouguia, D. Luiz d'Athaide, e de sua mulher, a heroica

D. Filippa de Vilhena, filha herdeira de D. Jeronymo Coutinho, conselheiro d'Estado, e presidente do desembargo do paço, e de D. Luiza de Faro. D. Jeronymo d'Athaide foi um dos dois irmãos, a quem a celebre D. Filippa de Vilhena armou cavalleiros, enviando os a combater pela defeza da independencia da patria. Casou duas vezes: a primeira, no anno de 1658, com D. Maria de Castro, filha de Francisco de Sá e Menezes, 2.º conde de Penaguião, e da condessa D. Joanna de Castro, de quem teve D. Manuel Luiz d'Athaide, que foi o 7.º conde d'Athouguia. Em segundas nupcias casou com D. Leonor de Menezes, filha herdeira de D. Fernando de Menezes, e de D. Jeronyma de Toledo, filha de D. Manuel da Camara, 2.º conde de Villa Franca, de quem teve muitos filhos, contando-se entre elles D. Luiz Peregrino d'Athaide, que foi o 8.º conde d'Athouguia, por ter fallecido sem descendencia, seu irmão, o 7.º conde D. Manuel Luiz d'Athaide. D. Jeronymo ficou sepultado na capella-mór do convento de Santa Maria de Xabregas, que era padroado da casa d'estes fidalgos. Entre os estudos que cultivou, mereceu-lhe maior attenção a genealogia. Escreveu: *Nobiliario das Familias d'este Reyno*, 4 tomos, manuscripto que se conservava na livraria do convento da Graça, de Lisboa.

Athouguia *(D. Jeronymo Casimiro d'Athaide, 9.º conde de)*. Fidalgo da Casa Real, do conselho d'el-rei D. João V, e governador hereditario da praça de Peniche; fal. a 30 de novembro de 1720. Era filho do 8.º conde d'Athouguia, D. Luiz Peregrino d'Athaide, e de sua mulher, D. Margarida de Vilhena, filha de D. João Mascarenhas, 3.º conde de Sabugal. D. Jeronymo casou em 12 de junho de 1694 com D. Marianna Thereza de Tavora, filha de Antonio Luiz de Tavora, 2.º marquez de Tavora, e da marqueza D. Leonor de Mendoça.

Athouguia *(D. Jeronymo de Athaide, 11.º conde de)*. Fidalgo da Casa Real. N. a 14 de julho de 1721; foi suppliciado em 13 de janeiro de 1759, em Belem, por ser accusado de cumplicidade no crime dos Tavoras praticado em setembro de 1758. Era filho de D. Luiz Peregrino d'Athaide, 10.º conde d'Athouguia, e da condessa D. Clara d'Assis Mascarenhas, filha do conde d'Obidos. Casou com D. Marianna Bernarda de Tavora, filha dos marquezes de Tavora, e por esse motivo foi involvido na conspiração contra D. José, de que era accusada a familia de sua mulher. Sendo preso junto com os outros réos e levado para o pateo dos Bichos em Belem, d'ali sahiu unicamente para o patibulo. Os seus bens fôram confiscados, a casa demolida e picado o brazão, o qual se compunha de quatro bandas de prata em campo azul, tendo por timbre uma onça azul bandada de prata, como que saltando.

Athouguia *(D. João Gonçalves d'Athaide, 4.º conde de)*. Fidalgo da Casa Real. O appellido d'esta casa é Athaide, um dos mais antigos do reino; tendo fallecido o 3.º conde, D. Luiz d'Athaide, sem descendencia masculina, ficou extincta esta linha, recahindo pela feminina em João Gonçalves de Athaide, neto de Simão Gonçalves da Camara, capitão donatario da ilha da Madeira, e de sua segunda mulher D. Izabel da Silva, filha de D. João d'Athaide, herdeiro da casa d'Athouguia; por este casamento passou a casa d'Athouguia da varonia d'Athaide para a de Camara. Teve esta principios em João Gonçalves Zarco, descobridor da ilha da Madeira, em 1419, e depois capitão donatario da cidade do Funchal, creado do infante D. Henrique, de quem foi muito estimado, e dos reis do seu tempo pelo seu valor e bom nascimento. Era casado com D. Constança Rodrigues de Sá, filha de Rodrigo Annes de Sá rico-homem, alcaide-mór de Gaia, embaixador em Roma, e fôram terceiros avós da varonia de João Gonçalves d'Athaide, 4.º conde d'Athouguia. Filippe I, em 1588, confirmou a este fidalgo a posse da casa de juro e herdade, e lhe deu as ilhas Berlengas e Baleal. D. João casou com D. Maria de Castro, filha herdeira de Martim Affonso de Miranda, guarda-mór, e camareiro-mór do cardeal infante D. Henrique. D'este matrimonio nasceu, entre outros filhos, D. Luiz d'Athaide, que foi o 5.º conde d'Athouguia.

Athouguia *(D. Luiz de Athaide, 3.º conde de)*. Vice-rei da India. N. em 1517, fal. em Gôa a 10 de março de 1581. Era filho segundo de D. Affonso d'Athaide e de D. Maria de Magalhães, e bisneto do 2.º conde d'Athouguia, D. Martinho de Athaide. Tendo feito as suas primeiras armas em Africa, com os mais celebres capitães do seu tempo, passou á India, acompanhando ao mar Roxo, D. Estevão da Gama, filho do grande descobridor d'aquelles estados, e teve a honra de ser por elle armado cavalleiro na egreja de Santa Catharina de Monte Sinai, juntamente com D. Alvaro de Castro. Foi depois enviado á côrte de Carlos V, e com este soberano tomou parte na expedição á Allemanha contra os lutheranos, distinguindo-se em varias occasiões, e muito particularmente no combate de Almis, onde salvou o estandarte imperial, que o alferes-mór D. Luiz Quezada ia abandonar, não podendo supportar o pezo da couraça que vestia, e vendo-se apertado pelos inimigos no maior ardor da peleja. Recolhendo a Portugal, onde o havia precedido a fama da sua bravura e intrepidez, conservou-se extranho ás luctas politicas, que depois da morte de D. João III se travaram a proposito da regencia, e quando D. Sebastião tomou conta do governo, nomeou-o vice-rei da India a 2 de março de 1568; partiu então para Gôa no dia 7 d'abril seguinte, onde chegou a 10 de setembro, tomando logo posse do governo. D. Luiz tratou então de estabelecer uma disciplina severa, que foi a base essencial das victorias que depois alcançou, e vendo que em possessões tão dilatadas era indispensavel uma boa marinha, fez os maiores sacrificios para organisar umas poucas de esquadras que protegessem o nosso commercio e livrassem os mares dos corsarios n'elles consentidos pela indolencia do governo do seu antecessor D. Antão de Noronha. Em poucos mezes conseguiu D. Luiz d'Athaide equipar uma esquadra composta d'uma galé e seis navios d'outra lotação, commandada por Affonso Pereira de Lacerda, que fez socegar Baticala, que estava revolucionada; para a defeza da costa do Malabar mandou Martim Affonso de Miranda com uma esquadra de vinte navios; para as proximidades de Gôa, Ayres Telles de Menezes com alguns navios afim de reprimir os excessos d'alguns malabares; D. Jorge de Menezes Baroche, com duas galés e um catur, para dar caça ao terrivel corsario Kanachali; D. Diogo de Menezes para fazer guerra aos exercitos do

Samorim. Os negocios da India mudavam visivelmente. D. Luiz Athaide, communicando aos seus subordinados as brilhantes qualidades militares que o adornavam, fez resuscitar n'aquellas remotas paragens as virtudes guerreiras dos portuguezes d'outros tempos, e durante o seu governo é difficil encontrar algum d'esses actos de cobardia, que principiaram de quando em quando a deslustrar a gloria das nossas armas n'uma epoca de decadencia; pelo contrario, as chronicas mencionam, durante o governo do illustre vice-rei D. Luiz de Athaide, feitos de valor extraordinario praticados por muitos heroes portuguezes. Depois de haver assegurado a defeza do que possuiamos, tratou de ampliar as nossas conquistas, e em 1569 conquistou as as fortes praças d'Onor e de Bracelor, cujos portos eram um abrigo seguro para os corsarios que infestavam do continuo aquelles mares. Os potentados indianos, reconhecendo que a principal causa das nossas victorias era a desunião que entre elles se notava, resolveram colligar-se para expulsarem por uma vez da India os portuguezes. Se não fôsse vice-rei D. Luiz d'Athaide, teriamos decerto soffrido grandes desastres, mas o notavel general fez face a todos os perigos, e os indios, que já entre si haviam dividido os territorios, cuja conquista tinham por certa, viram-se obrigados a desistir do seu intento. Ao Hidalcão, que marchava contra Gôa, devia ficar pertencendo esta cidade, Onor e Bracelor; Nizam Melek, que avançava sobre Chaul, devia receber Damão, Baçaim e Chaul; ao Samorim caberia em particular Chale, Cananor, Cochim e Mangalor; Diu ficaria para o sultão de Cambaya, apesar de não entrar n'esta liga, por andar empenhado na guerra contra as mogores, e aos outros soberanos, em cujas terras estavam encravadas as nossas fortalezas, deixavam os principes, que formavam colligação, o cuidado de expulsarem d'elles os portuguezes, e de os tomarem para si. D. Luiz d'Athaide ficou em Gôa, mas não se deixando nunca bloquear completamente pelo Hidalcão, e amiudando as sortidas achou meio, apesar de ter deante de si um exercito numerosissimo, de enviar soccorros a Chaul. Foi em 29 de junho de 1571 que esta praça soffreu um ataque geral com as tropas vindas de Gôa, e Nizam Melek, entendendo que o Hidalcão havia levantado o cêrco, desanimou e pediu a paz, que o vice-rei concedeu, assignando-se o tratado a 24 de julho. O Hidalcão, não se achando com forças para resistir, levantou effectivamente o cêrco, D. Luiz, porém, para o castigar, demorou os preliminares da paz, e tendo concluido os tres annos do seu governo, se retirou para o reino, embarcando a 6 de janeiro de 1572, deixando ao seu successor o cuidado de a concluir. D. Luiz d'Athaide não attendera só á guerra; a justiça, a administração publica, a questão da moeda, em tudo pensou, tudo conduziu ao verdadeiro caminho, deixando a India em prosperidade, segura e respeitada. Chegou ao Tejo a 3 de julho do referido anno de 1572, fazendo a sua entrada solemne em Lisboa, sendo conduzido debaixo do pallio desde a Sé até á egreja de S. Domingos, dando-lhe el-rei a direita. N'esta egreja cantou-se um *Te Deum*, em acção de graças pelas suas victorias. D. Sebastião consultava-o frequentemente sobre os negocios do Estado, a que elle, tendo-se conservado sempre estranho e sobranceiro ás intrigas da côrte, dava desassombradamente o seu voto. A'cerca da jornada d'Africa, manifestou-se contra ella, e sendo afinal convidado por el-rei para commandar o exercito, escusou-se delicadamente. Foi então de novo nomeado vice-rei da India, para onde partiu a 16 d'outubro de 1577, levando ás suas ordens sómente tres naus. Chegou a Gôa a 31 d'agosto de 1578, depois de ter invernado em Moçambique. Tomando posse do governo, que promptamente lhe foi entregue por D. Diogo de Menezes, tratou de socegar a India, que balouçava um pouco, conservando ainda o prestigio das armas. O Hidalcão, tendo recomeçado a guerra, restabeleceu a paz que havia quebrado. O conde d'Athouguia tudo consolidou, e providos todos os pontos onde se fazia mister força, continuava o seu governo, quando em maio de 1579 chegaram a Gôa noticias da perda da batalha d'Alcacer Kibir, da morte d'el-rei D. Sebastião, e da acclamação do cardeal D. Henrique. O vice-rei sentiu bastante aquelle desastre. D'este segundo vice-reinado datam as suas sensatas providencias para sopear os prejuizos provenientes da alçada ecclesiastica, que excitava a emigração dos gentios, enfraquecendo a população, e os excessos e as iniquidades d'alguns frades e da Inquisição. Foi tambem n'este tempo, já no anno de 1580, que a ilha de Ceylão ficou pertencendo a Portugal, sendo doada pelo seu rei, D. João Prea Punhar. Emquanto que na India se davam estes acontecimentos, morria o cardeal D. Henrique, e Filippe II de Hespanha invadia o territorio portuguez com os seus exercitos. Consta que o conde d'Athouguia, sabendo tão desgraçadas noticias, pensara em reunir a flôr das forças de que podia dispor, desembarcar em França ou na Inglaterra, seguindo depois a Portugal para auxiliar D. Antonio, prior do Crato, nas suas pretenções ao throno. Se effectivamente D. Luiz formou esse plano, não poude leval-o a effeito, porque a morte veiu surprehendel-o. Filippe apressara-se a attrahir ao seu partido o notavel vice-rei, elevando-o a marquez de Santarem, titulo que elle não teve occasião de acceitar. nem de recusar, por já ter fallecido. Diz-se que, ao sentir-se morrer, exclamara: *Ora que morra eu e seja tudo contra Portugal!* O seu cadaver foi depositado na capella-mór da egreja dos Reis Magos, de Gôa. Segundo o que ordenou no testamento, fôram depois os seus ossos trasladados para o convento do Bom Jesus, em Peniche, de que era donatario, ficando n'um soberbo tumulo na capella-mór do lado do Evangelho. Depois de 1834, tendo o convento cahido em ruinas as ve-

Conde de Athouguia

nerandas reliquias fôram trasladadas para a egreja de N. S.ª d'Ajuda. Foi seu successor no governo da India, D. Antonio de Noronha. A'cerca d'este notavel vice rei, pódem consultar-se as seguintes obras: *Descripção geral e historica das moedas de Portugal*, por Teixeira d'Aragão; *Memorias para a historia de D. Sebastião*, de Diogo Barbosa Machado; *Historia de Portugal*, de Pinheiro Chagas; *Historia da India no tempo em que a governou D. Luiz d'Athaide*, por Antonio Pinto Pereira. Não deixando o conde d'Athouguia descendencia masculina, veiu a passar a casa e titulo pela linha feminina a D. João Gonçalves de Athaide, que foi o 4.º conde d'Atouguia. V. *este titulo e nome*.

Athouguia *(D. Luiz d'Athaide, 5.º conde de)*. Fidalgo da Casa Real. Era filho do 4.º conde, D. João Gonçalves d'Athaide, e de sua mulher, D. Maria de Castro, filha herdeira de Martim Affonso de Miranda. Casou com D. Filippa de Vilhena, filha herdeira de D. Jeronymo Coutinho, conselheiro de Estado e presidente do desembargo do paço, e de sua mulher D. Luiza de Faro, de quem foi successor. V. *Vilhena (D. Filippa de)*.

Athouguia *(D. Luiz Peregrino de Athaide, 8.º conde de)*. Fidalgo da Casa Real. Era filho de D. Jeronymo d'Athaide, 6.º conde d'este titulo, e de sua segunda mulher, D. Leonor de Menezes, filha herdeira de D. Fernando de Menezes, e de D. Jeronyma de Toledo. Succedeu no titulo a seu irmão, por não ter tido descendencia, e foi morto na noite de 6 d'outubro de 1689. Casou com D. Margarida de Vilhena, viuva de Diogo Lopes de Sousa, conde de Miranda, filha de D. João Mascarenhas, 3.º conde de Sabugal, meirinho-mór do reino.

Athouguia *(D. Luiz Peregrino d'Athaide, 10.º conde de)*. Fidalgo da Casa Real, governador e capitão general do reino do Algarve, vice-rei da Bahia, do conselho d'el-rei D. João V, senhor das villas de Peniche, Athouguia, Sernache, Monforte, Vilhães, Lomba, e Paço da Ilha Deserta, commendador das commendas de Santa Maria de Adaufe, e Villa Velha de Rodam, na ordem de Christo. N. a 16 d'outubro de 1700 e fal. em 1758. Era filho de D. Jeronymo Casimiro d'Athayde, 9.º conde d'Athouguia, e de sua mulher, D. Marianna Thereza de Tavora, filha do 2.º marquez de Tavora. A nomeação de governador da Bahia tem a data de 1749. D. Luiz casou em 30 de janeiro de 1720 com D. Clara de Assis Mascarenhas, filha de D. Fernando Mascarenhas, conde d'Obidos, meirinho-mór, e da condessa D. Brites Mascarenhas.

Athouguia *(D. Manuel Luiz de Athaide, 7.º conde de)*. Fidalgo da Casa Real, tenente-general da cavallaria no Alemtejo. Fal. a 12 d'outubro de 1665. Era filho do 6.º conde d'Athouguia, D. Jeronymo d'Athaide, e de sua primeira mulher, D. Maria de Castro, filha do 2.º conde de Penaguião, Francisco de Sá e Menezes. Casou com D. Victoria de Bourbon. D. Manuel foi ferido gravemente na batalha de Montes Claros, onde se portou com heroicidade. Falleceu sem deixar descendencia, succedendo-lhe no titulo seu unico irmão, D. Luiz Peregrino d'Athaide, 8.º conde d'Athouguia.

Athouguia *(D. Martinho de Athaide, 2.º conde de)*. Fidalgo da Casa Real. Era filho do 1.º conde d'este titulo, D. Alvaro Gonçalves de Athaide. Foi capitão-mór dos reinos de Portugal e dos Algarves, e alcaide-mór de Caminha.

Athouguia *(Fr. Pedro de)*. Missionario franciscano, cheio de zelo pela propagação da fé catholica. Andou duas vezes pela India, onde fundou varios conventos. Fal. no convento de N. S.ª do Amparo, ao pé d'Alverca, em 1573.

Athouguia *(Ruy d'Athouguia Ferreira Pinto Basto, 2.º visconde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, par do reino por successão a seus maiores, inspector da Academia Real das Bellas Artes, recebedor do 3.º bairro de Lisboa, etc. N. a 30 de maio de 1849, filho de Anselmo Ferreira Pinto Basto, fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão a seus maiores, bacharel formado em philosophia pela Universidade de Coimbra, consul geral de Portugal em Londres, e de D. Sophia Candida Jervis d'Athouguia, filha do 1.º visconde d'este titulo, Antonio Aluizio Jervis de Athouguia. O actual sr. visconde foi distincto alumno da Escola Polytechnica, e tem o curso d'agronomia do Instituto Agricola de Lisboa. Casou em 1 de janeiro de 1870 com D. Margarida d'Almeida, 3.ª filha dos 2.ºs condes da Lapa, D. Manuel d'Almeida e Vasconcellos do Soveral de Carvalho Maia Soares de Albergaria, e D. Francisca de Paula Luiza de Sousa, filha dos 2.ºs marquezes de Borba. Foi elevado ao pariato, por hereditariedade em 3 de novembro de 1894, exercendo o cargo de 2.º secretario da respectiva camara na legislatura de 1896 a 1897, e o de 1.º secretario, na de 1901. E' orador correcto e elegante, um espirito culto nas sciencias e nas artes. Como parlamentar, pronunciou, entre outros, um excellente discurso por occasião de se discutir o regimen cerealifero, a 6 de julho de 1896; como artista são bem conhecidos e apreciados os seus quadros e a sua competencia musical. A'cerca do titulo de visconde d'Athouguia, deu-se uma circumstancia curiosa. A rainha D. Maria II offereceu-o a Antonio Jervis d'Athouguia, seu ministro, em recompensa dos serviços que prestara á causa da liberdade, e escusando-se o ministro a acceitar esta graça, a soberana deliberou offerecel-a ao neto, então ainda muito creança, que é o actual visconde. Mais tarde a rainha tornou a instar, e o dedicado ministro, não podendo formular desculpa alguma, viu-se obrigado a acceitar o titulo concedido em duas vidas, a 15 de março de 1853, sendo renovado no mesmo titulo a favor do neto, por verificação de vida, pela carta de 16 de maio de 1855. O brazão foi concedido pelo alvará de 12 de setembro de 1818, a seu avô paterno, José Ferreira Pinto Basto: Escudo partido em pala; na primeira as armas dos Ferreiras, em campo vermelho quatro faxas d'ouro; na segunda as armas dos Pintos, em

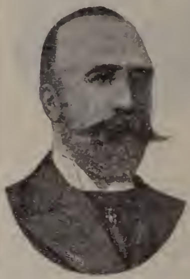
Visconde d'Athouguia

campo de prata cinco crescentes de lua de vermelho em sautor.

Athouguia. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação e conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de N. S.ª do Ó, de Paião, conc. da Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de S. Miguel, de Creixomil, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Monte na freg. de S. Brissos, conc. e distr. de Beja. || Quinta no Poço do Bispo, freg. de Santa Maria, dos Olivaes, 1.º bairro de Lisboa.

Athouguia da Baleia. Villa e freg. de S. Leonardo, da prov. da Extremadura, conc. de Peniche, com. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa; 4:419 hab. e 720 fog. Está situada n'um alto, proximo do Oceano. Diz-se que o seu nome é derivado, por nos seus campos pastarem manadas de touros, conforme o costume nas terras realengas no reinado de D. Pedro I, sendo vulgarmente conhecida aquella região pelo nome de *Atouria* ou *touria*, d'onde com o decorrer dos tempos se tornou em *Athouguia*. Para justificar esta opinião, vê-se o seu brazão d'armas, que está collocado sobre a porta da casa da camara, o qual consiste n'um escudo, tendo ao centro um boi em campo de purpura, e sustentando um castello em cada uma das hastes. A villa foi povoada em 1165 por um francez chamado Roberto de Lacorne, ou Wilhelmo Lacorne, a quem D. Affonso Henriques a concedeu em recompensa do auxilio que lhe prestara na tomada de Lisboa. O referido monarcha lhe deu foral a 24 de fevereiro de 1167; D. Sancho I tambem lh'o concedeu, sem data, sendo ambos confirmados em Santarem, por D. Affonso II, em fevereiro de 1218. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Santarem, no dia primeiro de junho de 1510. Celebraram-se côrtes em Athouguia, no reinado de D. Fernando I, em 1373 ou 1376, d'onde resultou a lei de 13 de setembro de 1376, que regulou a jurisdicção dos donatarios, e se concederam varios privilegios, dando-se egualmente diversas providencias a bem da navegação e do commercio d'estes reinos. No antigo regimen tinha voto em cortes, com assento no banco decimo sexto. Ficou-se chamando *Athouguia da Baleia* desde 1526, pelo facto de ter dado á costa no dia 11 de fevereiro d'esse anno, uma baleia de 20 metros de comprimento, que tinha sido achada no logar da *Areia Branca*, proximo da villa, sendo ali mesmo enterrada. Athouguia foi concelho durante muito tempo, mas hoje está encorporada como freguezia no de Peniche, sendo aliás a *villa d'Athouguia*, segundo as mais autorisadas opiniões, que deu origem áquella povoação. A matriz é de tres naves; o prior era o geral dos conegos seculares de S. João Evangelista, de Lisboa, que apresentava o vigario e sete capellães. Dentro da villa e nas suas immediações encontram-se algumas ermidas, sendo a mais importante a de N. S.ª da Conceição, que é uma perfeita egreja, cujo cura apresentavam as rainhas de Portugal. Era concorrida por muitas romarias, que vinham de longe, especialmente no verão. Nas proximidades da villa ha um lago formado pelas aguas das chuvas e alimentado por uma ribeira, quem vem n'elle desembocar, tendo a nascente no sitio denominado *Brejo*. No inverno as margens d'este lago são abundantes de caça de arribação. Houve em Athouguia um convento de freiras da ordem de Santo Agostinho, que, segundo a tradição, foi templo romano consagrado a Neptuno pelo consul Decio Junio Bruto, em commemoração da victoria alcançada contra os povos de Eburobritium, conforme se lia n'uma lapide collocada na parede exterior da capella-mór. No anno de 800 já era convento dedicado a S. Julião. Em 1191 os frades morreram victimas de peste, e D. Sancho I, que então reinava, o encorporou no convento d'Alcobaça. Houve ainda outro convento, S. Bernardino, pertencente á ordem franciscana. Do castello, mandado construir por el-rei D. Diniz, ainda restam as ruinas A villa dista 6 k. da séde do conc. e tem Misericordia, hospital, escolas para ambos os sexos, est. post. com serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N., feira a 6 de novembro, praias de banhos nos sitios de S. Bernardino, Consolação e Baleal, servidas pelas estradas que se dirigem a Peniche. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 1 com a séde em Lisboa. Produz milho, vinho, trigo, feijão, etc. Athouguia foi condado, que ficou extincto em 1759, por ter sido accusado e condemnado á morte o ultimo conde, D. Jeronymo d'Athaide, como cumplice no crime dos Tavoras. (*V. Athouguia, D. Jeronymo d'Athaide, 11.º conde de*). Na villa passa o rio Athouguia, que deságua no mar, no logar de Medão Grande.

Brazão da villa de Athouguia da Baleia

Athouguia das Cabras. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, da Abrigada, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa; 2:047 hab. O prior de S. Pedro d'Alemquer, a cuja freg. esteve annexa, apresentava o cura, o qual tinha de renda um moio de trigo, duas pipas de vinho e o pé d'altar. A pov. cria muito gado grosso e miudo, e é das terras mais ferteis do concelho. Os habitantes d'esta freg. chamam-lhe ordinariamente *Abrigada*. *V. este nome.*

Atiá. Moeda de cobre da India, cunhada desde o seculo XVII em Diu. O *atiá* em cobre ou calaim vale a quarta parte da *tanga*, ou 15 *réis* de Diu, ou 12 de Gôa, ou 6 $^{1}/_{2}$ de Portugal. Ha tambem o meio *atiá*, o *duguy*, ou $^{1}/_{4}$ de *atiá*, e o meio *duguy* ou $^{1}/_{8}$ de *atiá*. O quarto de *atiá* valia 3 $^{3}/_{4}$ réis de Diu, 3 de Gôa, ou 1 $^{3}/_{5}$ de Portugal. Os exemplares d'estas sub-divisões são raros. A gravura reproduz um *atiá*, cuja descripção é a seguinte: Armas do reino, tendo á esquerda um G voltado. Reverso, cruz da ordem de Christo cantonada pelos algarismos do anno de 1750; por

Atiá

baixo 4, indicando o seu valor da quarta parte da tanga, ou 15 réis. Tem de peso 180 grãos. Alguns autores dizem que o *atiá* foi lavrado pela primeira vez no governo de D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, entre os annos de 1744 e 1750.

Atianha. *V. Ateanha.*

Atim de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Maria, de Infias, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Atolá. Aldeia pertencente á divisão de Etly-Pahw, ao norte do rio Sandalcalo, no conc. de Nagar-Avely, distr. de Damão, na India.

Atoleiro Pov. na freg. de S. João Baptista, de Piuho, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. | Casal na freg. de S. João Baptista, de Pedrogão Pequeno, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. | Quinta na freg. de N. S.ª de Almacave e conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Atoleiros *(Batalha dos)*. Alguns mezes depois da morte do conde d'Andeiro, o Mestre d'Aviz conservava-se em Lisboa como seu defensor, e o rei D. João I de Castella, atravessando a fronteira, chegara com o seu exercito até Santarem; sendo ali sabedor das intrigas e manejos de D. Leonor Telles, que repudiada por muitas villas e cidades do reino, pretendia esmagar o Mestre d'Aviz, desterrou-a para o conveuto de Tordesillas, onde morreu. O rei castelhano seguiu então para Lisboa, com o intuito de a sitiar. A situação do defensor do reino era deveras bastaute penosa, porque não podia abandonar Lisboa á mercê do inimigo, e essa situação ainda mais se lhe aggravou, ao receber a noticia da proxima chegada ao Alemtejo de grandes forças castelhanas, e os rogos dos povos d'essa provincia que, decididos a defenderem-se energicamente dos invasores, só pediam um valoroso chefe que os dirigisse. O Mestre d'Aviz, apesar do muito que sentia o separar-se de D. Nuno Alvares Pereira, e de João das Regras ser de opinião contraria, não quiz confiar a nenhum outro a defeza da fronteira do Alemtejo. D. Nuno atravessou o Tejo, e chegando a Almada encaminhou-se para o interior da provincia alemtejana, acompanhado d'um pequeno numero de guerreiros. Em Estremoz, passando revista á sua gente, achou-se com 300 lanças e 1:500 homens, para oppôr ao exercito castelhano, que já estava no Crato, e teria mil lanças ou 5:000 homens pouco mais ou menos com os portuguezes, que se lhe tinham ajuntado, commandados pelo prior do Crato, D. Pedro Alvares, irmão mais velho do condestavel. D. Nuno quiz logo dar batalha, mas os capitães que estavam ás suas ordens, observaram-lhe que era imprudencia ir combater com forças tão deseguaes, e além d'isso, contra um exercito commaudado por um seu irmão. Estas observações pareciam envolver um receio da sua lealdade, e suffocando a colera, o valente condestavel declarou positivamente que na manhã seguinte daria a batalha, fôsse qual fôsse o numero de homeus que o seguissem. Tal declaração accendeu os brios dos guerreiros, e todos bradaram que o seguiriam. Na noite que se seguiu a estes successos, Gil Fernandes, velho guerreiro do tempo de D. Fernando, quiz abandonar o campo, mas o condestavel conseguiu contel-o a muito custo. Ao romper da aurora, o pequeno exercito portuguez marchava altivo ao encontro do inimigo que cercava a villa de Fronteira. Era o dia 6 de abril de 1384. Um mensageiro veiu propôr ao condestavel, da parte do irmão, o passar-se para as hostes castelhanas em paga de honrarias e mercês. A resposta foi que nunca deixaria o Mestre d'Aviz. O exercito castelhano abandonou então o cerco, e caminhou ao encontro dos portuguezes. O condestavel postou-se n'um sitio que julgou conveniente, chamado dos Atoleiros, a meia legua de Fronteira. Como a cavallaria de que dispunha era insignificante, fez apear os cavalleiros, reuniu-os aos peões e bésteiros, e formou com elles uma especie dos modernos quadrados. Animados pela brilhante espectativa d'uma victoria certa, os cavalleiros castelhanos lançaram-se a galope sobre a pequena hoste portugueza, mas com a maior surpreza o impeto da primeira batalha quebrou-se em frente das lanças enristadas dos peões, sacrificando assim grande numero de cavallos e cavalleiros; os que retiravam, colhidos pelos tiros dos bésteiros e pelos dardos dos peões, fôram abalar os animos dos que, tendo ficado em reserva, se dispozeram então para tentar um novo esforço. Segunda, terceira e quarta vez investiram os castelhanos, encontrando sempre tenaz resistencia n'aquella pequena muralha de lanças portuguezas, até que desanimados e perdidos fugiram, abandonando o campo e deixando mais de 120 mortos, entre os quaes se contava o Mestre de Alcantara, fugindo feridos o almiraute de Castella e o prior do Hospital. A batalha dos Atoleiros não teve a importancia d'um grande combate, mas tornou-se notavel pelas suas consequencias; avigorou os animos portuguezes, que estavam ainda indecisos, intimidou os castelhanos, e affirmou praticamente a força da infantaria no campo da batalha. No artigo de D. Nuno Alvares Pereira (V. *Alvares Pereira, D. Nuno)* sahiu que a data da batalha dos Atoleiros era 17 de agosto de 1384, mas deve corrigir-se para 6 d'abril do referido anno.

Atoleiros. Herdade na freg. de N. S.ª d'Atalaia e conc. de Fronteira, distr. de Portalegre. | Quinta na freg. de S. Martinho, d'Alvendre, conc. e distr. da Guarda.

Atoude. Pov. na freg. de N. S.ª do Soccorro, de Paçô, couc, de Arcos de Valle de Vez, distr de Vianna do Castello.

Atrouco. Pov. da freg. de S. Miguel, de Villa Franca, conc. e distr. de Viauna do Castello.

Atravessado. Monte na freg. de S. Salvador e couc. d'Ourique, distr. de Beja. | Quinta na freg. de N. S.ª da Purificação, de Pontevel, conc. do Cartaxo, distr. de Santarem.

Atrozella. Pov. na freg. de S. Vicente, d'Alcabideche, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa.

Atsábe. Reino na parte portugueza da ilha de Timor, na Oceania. E' povoado por 1:000 habitantes, sendo 5 christãos.

Atufinha. Pov. da freg. de S. João Baptista, de S. João da Fontoura, conc. de Rezende, distr de Vizeu.

Aturly. Regedoria do couc. de Sanquelim, distr. de Gôa, na India, comprehendendo a povoação de Vainguinim.

Auco. Appellido nobre. A primeira pessoa que com elle se encontra em Portugal é Luiz Alvares Auco. Tem brazão incompleto. Escudo dividido em pala: na primeira de vermelho aguia de prata

de duas cabeças, coroada e armadas de ouro entre manilhas e cruzetas do mesmo metal; contrachefe de ondas de azul e prata.

Audiencia. Sessão em que os magistrados, ou juizes, ouvem os pleitos, os debates de uma ou muitas causas, e pronunciam as suas sentenças. *Audiencia civil*, *audiencia criminal*, *audiencia correcional*, *audiencia publica*, *audiencia secreta*, sala da audiencia. || *Audiencias ordinarias*, as que se effectuam em dia fixo e em virtude de um regulamento. || *Audiencias extraordinarias*, as que se effectuam fóra dos tempos ordinarios, por necessidade do serviço ou por casos urgentes e imprevistos. || *Audiencias solemnes*, audiencias de ostentação, que se effectuam, quer para causas importantes, quer para a posse d'um magistrado, quer emfim, para a reabertura dos tribunaes. || *Audiencias dos senhorios*, as que eram outr'ora especialmente consagradas aos delictos florestaes, e que se celebravam por tribunaes especiaes.

Audiencia. Ilha do Corvo. Pov. na freg. de N. S.ª dos Milagres, de Villa do Corvo, distr. de Horta. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça, de Margem, conc de Gavião, distr. de Portalegre.

Auditor. Nome dado a magistrados auxiliares, que eram addidos aos tribunaes; nome dado aos que eram commissionados para a instauração dos processos, e, em algumas localidades, aos tabelliães, ás testemunhas que assistiam á leitura d'um auto e o assignavam. || *Auditor do conselho de Estado*, ou simplesmente *auditor*, titulo de certos funccionarios que assistem ás sessões do conselho de Estado, para serem chamados a mais elevado emprego. || *Auditores do Tribunal de Contas*; funccionarios que desempenham no Tribunal de Contas funcções inteiramente analogas ás dos auditores do conselho de Estado. || *Auditor geral*; militar encarregado especialmente de fazer observar as leis e regulamentos disciplinares. || *Auditor de justiça*. Nome dado a officiaes não combatentes, que faziam parte d'um conselho de guerra. Um auditor era um legista com estudos especiaes de justiça militar. Mais tarde o designaram pelo nome de *commissario auditor de guerra;* depois foi supprimido o logar. || *Auditor de guerra;* magistrado civil, addido aos conselhos de guerra, e que desempenha n'elles funcções analogas ás dos delegados do ministerio publico, em tribunaes civis.

Auditor. Pov. na freg. de S. Pedro, de Vade, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Auditorio. Officio de auditor, tribunal onde o auditor exerce a sua jurisdicção, audiencia, auditorio.

Aufragia. Cidade antiquissima do Minho, mencionada nos *agiologios e santores*, e na *Chorographia do Padre Carvalho*. Parece que estava fundada nos limites da actual freguezia de Fareja. Foi régulo d'esta cidade *Liciniano* ou *Leuciano*. Diz-se que os seus paços ainda existem no monte de Pinheiro, o *Columbino* ou *Columbario* dos antigos, proximo da margem esquerda do Vizella. É tradição que viveu aqui algum tempo Egas Moniz, aio de D. Affonso Henriques. Era solar dos antigos senhores de Felgueiras e Vieira, d'appellido *Azedo*. Dizem outros que *Aufragia* existiu no valle de *Adafroia*, proximo á villa de Pombeiro, na Beira, solar dos condes de Pombeiro e marquezes de Bellas. Pelos fins do seculo XVIII appareceram nos montes proximos a Fareja, 71 sepulturas de tempos remotissimos. Foi destruida em 965 pelo moiro Al-Coraxi, rei de Sevilha, que a arrasou completamente. Outros dizem que esta cidade era situada na freg. de Sindim, a 12 k. de Guimarães, n'um valle ameno. Suppõe-se ser fundação dos gallo-celtas cinco ou seis seculos antes de Christo.

Augustiniana. Acto que faziam os estudantes que tomavam o grau de doutor na faculdade de theologia da Universidade de Coimbra, antes da reforma de 1772.

Augusto *(D.)* Infante de Portugal. D. Augusto Maria Fernando Carlos Miguel Gabriel Raphael Agricola Francisco d'Assis Gonzaga Pedro d'Alcantara Loyola de Bragança Bourbon Saxe Coburgo Gotha, filho da rainha D. Maria II e d'el-rei D. Fernando, irmão dos fallecidos monarchas D. Pedro V e D. Luiz I, e tio do actual soberano, sua magestade el-rei sr. D. Carlos. N. no paço das Necessidades a 4 de novembro de 1847, e fal. no mesmo paço a 26 de setembro de 1889. D. Augusto era condestavel do reino, recebeu o titulo de duque de Coimbra em 21 de fevereiro de 1867; em virtude do preceituado no artigo 40 da Carta Constitucional, tomou assento na camara dos dignos pares do reino a 20 de março de 1875. Tendo nascido muito debil, foi baptisado poucas horas depois do nascimento pelo cardeal patriarcha D. Guilherme, gozando, porém, de regular saude até 1861, anno fatal em que uma terrivel doença enluctou os paços dos nossos reis, victimando seus tres irmãos, el-rei D. Pedro V e os infantes D. Fernando e D. João. D. Augusto não escapou áquella implacavel enfermidade, que tambem o attingiu, pondo-lhe a vida em perigo gravissimo, salvando-se milagrosamente. No fim d'uma prolongada convalescença, passada nos ultimos tempos no Lumiar, o infante restabeleceu-se, mas a saude sempre lhe ficou prejudicada, e foi talvez d'essa doença que se originou a lesão cardiaca a que mais tarde succumbiu. Apesar dos seus soffrimentos, o infante proseguiu nos seus estudos militares, dedicando-se especialmente á arma de cavallaria, estudos que nunca abandonou, e que nos ultimos annos em que viveu, ainda o preoccupavam, dando-lhe a conhecer todas as innovações e progressos d'esta arma no estrangeiro. Assentou praça a 12 d'agosto de 1855 em infantaria n.º 10, com o posto d'alferes honorario, e em 15 d'abril de 1858 foi promovido a tenente; passando depois á arma de cavallaria, teve o posto de capitão em lanceiros da rainha, a 17 de março de 1862; no mesmo regimento subiu a

Infante D. Augusto

major a 29 de setembro de 1863, a tenente coronel a 31 d'outubro de 1866, e a coronel em egual dia do anno de 1869. Durante este periodo fez serviço repetidas vezes no regimento, e nos dois annos de 1866 e 1867 assistiu aos exercicios que se realizaram no campo de instrucção e manobras em Tancos. A 2 de julho de 1870 foi promovido a general de brigada. Quando em 1871 a guarnição de Gôa se revoltou contra o governador da India, então o conde de S. Januario, o infante D. Augusto, apezar da sua pouca saude, acceitou a commissão para que foi nomeado, de ir ao Oriente, acompanhando o batalhão de caçadores n.º 1, que foi ali restabelecer a ordem. Embarcou a 12 de novembro do referido anno de 1871, no vapor *Neva*, que conduzia a seu bordo aquelle corpo e o novo governador Macedo e Couto, chegando a Gôa a 10 de dezembro seguinte. Durante a sua permanencia na India, em que residiu no palacio do governo em Pangim, visitou as comarcas de Salsete e Bardez; o povo recebeu-o affectuosamente, tributando-lhe as maiores demonstrações de respeito e consideração. A presença do infante de Portugal influiu poderosamente para o socego do paiz e para o cumprimento das ordens do governo portuguez. No fim de tres mezes e meio, vendo aquella nossa possessão em completa tranquillidade, regressou a Portugal nos fins de março de 1872, no transporte *India*, chegando a Lisboa no dia 1 de maio seguinte. Pela nova organisação das brigadas de cavallaria de instrucção, D. Augusto foi nomeado commandante da brigada de instrucção e manobras, composta dos regimentos n.ºs 2 e 4. O infante desempenhou esta commissão, mostrando sempre muito zelo, extraordinaria actividade e conhecimento exacto e profundo dos seus deveres militares, promovendo com diligencia tudo quanto podia fazer desenvolver a instrucção pratica e theorica dos corpos que lhe estavam subordinados, commandando por differentes vezes a brigada reunida em exercicios de exploração, etc. Em 1883 foi promovido a general de divisão; exercendo depois o cargo de inspector geral de cavallaria, que estava ainda desempenhando quando falleceu. N'um dos exercicios a que assistiu no Sobral de Monte-Agraço, no outono de 1887, aconteceu formar-se um grande temporal, e a chuva alagou torrencialmente os campos. O infante assistiu a todas as manobras, retirando-se sómente no fim do exercicio, juntamente com as tropas, sem se importar com o mal que semelhante tempo pudesse causar á sua debil saude, tendo só em vista a disciplina militar. Em 1885 foi a Madrid assistir em nome d'el-rei D. Luiz, ao funeral de D. Affonso XII, e em 1888 desempenhou egual missão em Berlim, nas exequias do imperador Guilherme, não se escusando aos incommodos d'uma longa viagem, nem ao clima do paiz a que se dirigia, onde a sua saude, cada vez mais enfraquecida, poderia soffrer grave perigo. Nos fins d'este referido anno de 1888, sentindo-se já muito doente e quasi sem forças, ainda acceitou a presidencia do jury da Exposição Industrial Portugueza, para que fôra eleito, acceitando este cargo com o mesmo prazer com que seguira e apreciára aquelle certamen nacional, sendo um dos visitantes mais assiduos da exposição, passando ali muitos dias a analysar os productos expostos. Não poude, porém, acompanhar por completo todos os trabalhos do jury, porque a doença o impossibilitou. D. Augusto afastava-se completamente dos negocios politicos; todo o seu empenho consistia apenas em promover o adeantamento da arma de cavallaria, e em fazer bem aos desvalidos, sem ostentação, sabendo-se só depois da sua morte os muitos beneficios que prestava a muitas pessoas necessitadas, reservando o maior segredo.

Augusto *(Fr. Francisco)*. Carmelita calçado e apreciado prégador, chamado no seu tempo o *principe da oratoria evangelica*. Foi natural de Lisboa, mas ignora-se a data no nascimento; fal. em 1784. Era filho de Manuel Rodrigues Esteves e de D. Francisca Maria Sanches. Professou no convento do Carmo, em Lisboa, a 19 de setembro de 1728. Estudou artes e theologia no collegio de Coimbra, onde as dictou aos seus domesticos e aos congregados do collegio de N. S.ª do Alcance, fóra dos muros da villa de Mourão; depois philosophia no convento de Lisboa. Foi examinador das tres ordens militares, e consultor da Bulla da Cruzada. Escreveu: *Oração exhortatoria aos Irmãos Congregados do Senhor Jesus, chamado dos Agonizados, recitada na capella edificada ao mesmo Senhor, sita no Claustro do Real Convento do Carmo de Lisboa em 14 de Setembro de 1736*, Lisboa, 1737; *Sermão depois de recolhida a Procissão da Trasladação da milagrosa Imagem do Senhor Jesus da Pedra da sua antiga Capella para a nova Igreja, que se dedicou ao mesmo Senhor, em o dia 30 de Abril de 1747*, Lisboa, 1749.

Augusto *(José)*. Individuo excentrico, verdadeiro typo popular, muito conhecido em Lisboa pelos seus sermões cheios de ditos chistosos e picantes, recheados por vezes de critica horripilante em que não poupava pessoa alguma, nem mesmo os populares que o escutavam, e riam ás gargalhadas applaudindo-o com enthusiasmo. No tempo do carnaval, da serração da velha, e das festas d'Alleluia e Paschoa, via-se o José Augusto n'uma carroça ornamentada, outras vezes sobre o balcão d'uma venda, ou d'outra qualquer coisa que o collocasse em nivel superior aos ouvintes. José Augusto trabalhava como ladrilhador, e dizem ser perfeito no seu officio. Era chamado para diversas obras, não só em Lisboa, como em Cintra, Cascaes, Evora, etc. Vivia sósinho n'uma agua furtada, na rua de Santa Barbara, onde appareceu morto em janeiro de 1903.

Augusto *(Padre Matheus)*. Presbytero. Pouco se conhece da vida d'este sacerdote; sabe-se que foi um dos installadores e o primeiro iniciador do *Conselho Conservador de Lisboa*, formado em 1808, para promover a restauração de Portugal, e livral-o do jugo francez. A'cerca d'este *conselho* lê-se o seguinte no *Diccionario bibliographico*, de Innocencio da Silva, a pag. 70 do V. vol.: «*Catalogo por copia, extrahido do original das sessões e actas feitas pela sociedade de portuguezes, dirigida por um conselho intitulado* «Conselho Conservador de Lisboa», *e installada n'esta mesma cidade, em 5 de Fevereiro de 1808, para tratar da restauração da patria*, Lisboa, na Imprensa Regia, sem indicação do anno, que é provavelmente 1809, 4.º de 94 paginas. Não indica o nome do autor. José Maximo foi secretario do tal conselho, que não passava (creio com bons fundamentos) d'uma loja maçonica, das que, como quasi todas, se mostraram adversas ao jugo e

usurpação franceza, e que preparava projectos que tarde ou nunca viriam a realisar-se, se as circumstancias externas não coadjuvassem tão poderosamente os portuguezes na recuperação da sua independencia.» (V. *Fonseca Rangel, José Maximo Pinto da*). Parece que o padre Matheus Augusto foi perseguido e esteve preso tres mezes em 1808 por suspeito de jacobino, sahindo para a provincia no intuito, segundo se dizia, de promover a revolução para expulsar os francezes. Escreveu: *Triumpho da virtude; Discurso oratorio recitado na egreja de Nossa Senhora do Rosario de Calcutta, offerecido ao sr. Antonio Ribeiro Pereira d'Almeida*, Calcutta, 1801, sahiu em nome de M. Augusto; *Triumpho da verdade*, etc. Estes dois discursos fôram impressos e encorporados na obra seguinte: *Discursos e orações de religião e moral*, por M. Augusto, Lisboa, 1808. Contém este volume, além dos dois *Triumphos*, já descriptos, uma oração recitada na egreja de S. Pedro do Rio Grande do Sul em sexta-feira de Paixão de 1806, e *Resignação e constancia*, discurso recitado na mesma egreja em 24 de junho, não se declarando o anno. Embora impresso no periodo da invasão franceza, este livro só veiu a sair depois da Restauração com um prologo que se diz escripto *por um amigo do auctor*, mas que parece ser d'elle proprio.

Augusto. Pov. na freg. de S. Thiago de Christello, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. d'Evora.

Aula. Sala ou casa onde se dá lição publica de alguma arte ou sciencia.

Aula de anatomia e cirurgia nos hospitaes militares. Em 20 de junho de 1789 fôram approvados os estatutos para a creação da aula de anatomia e cirurgia do hospital militar de Chaves, determinando-se depois, por aviso de 9 d'abril de 1791, que nenhum dos logares de cirurgiões móres que vagassem nos regimentos da provincia de Traz-os-Montes, fôsse proposto ao governo sem que primeiramente se procedesse a exames publicos e approvação de todos os discipulos da aula estabelecida em Chaves; e mais tarde, em 1795, se adoptou egual providencia para as vagas de cirurgiões ajudantes. Em 1802 foi nomeado professor da aula Fr. Antonio de S. Fructuoso, que organisou o curso de cinco annos. A aula chegou a ser frequentada por muitos alumnos, mas apenas dez ou doze frequentaram o curso até final, e como os discipulos não eram isentos do serviço militar, o seu numero foi decrescendo sempre durante a guerra da peninsula, até que se tornou necessario dar outro destino a Fr. Antonio, e a aula ficou sem exercicio. Depois da creação da aula de Chaves, estabeleceram-se outras da mesma natureza em Tavira, Elvas e Porto.

Aula d'artilharia. O alvará de 2 d'abril de 1762 estabeleceu na fortaleza de S. Julião da Barra uma aula, na qual se dictassem lições e se fizessem exercicios praticos de artilharia tres dias em cada semana, hora e meia da manhã e uma hora de tarde. Este alvará aboliu a organisação irregular da artilharia das ordenanças de pés de castello, presidio e troço de artilheiros. Este regimento d'artilharia devia ter o seu alojamento principal nos quarteis da praça de S. Julião Barra, e da Feitoria a ella pertencente. D'ali deviam sahir destacamentos para as guarnições de todas as fortalezas da marinha, Castello de S. Jorge, Presidio de Beirolas, guarnições das naus da armada, e para outros trabalhos a estas pertencentes. O lente da aula seria o tenente-coronel, ou o sargento-mór do regimento, por consulta da Junta dos Tres Estados e nomeação regia, tendo como gratificação pelo seu trabalho, além do soldo, o vencimento que competia ao da praça de Estremoz, uma vez que as lições fôssem effectivas. Esta aula mereceu particular attenção ao conde de Lippe, como se reconhece por um escripto que anda nas *Direcções militares* d'esse general, e que tem por titulo: *Pró memoria a respeito de uma differença de opinião na aula de artilharia de S. Julião do Barra sobre o modo de regular-se para se lançarem as bombas com certeza*. Por decreto de 10 de maio de 1763 fôram reduzidos os corpos de artilharia a quatro regimentos, e, pelo alvará de 15 de julho do mesmo anno, foi approvado o plano dos estudos nos mesmos regimentos. N'esse documento se prescrevia que em cada um dos regimentos de artilharia devia ser escolhido pelo governo o official de maior capacidade para lente da respectiva aula, vencendo, além do soldo a gratificação mensal de 20$000 réis; determinavam-se os livros que deviam ser explicados nas aulas, e pelos quaes haviam de ser examinados os individuos que pretendessem entrar nos corpos de artilheiros e ter adeantamento em postos, e ordenava-se que os regimentos de S. Julião da Barra e de Lagos seriam egualmente bem instruidos em todos os exercicios e manobras necessarias para o serviço da artilharia a bordo dos navios.

Aula de cirurgia no seminario de S. Caetano em Braga. O arcebispo Dr. Fr. Caetano Brandão mandou abrir em 1798 no seminario, que estabelecera alguns annos antes, uma aula de cirurgia, não só para os alumnos do proprio seminario, como para os de fóra que d'ella se quizessem aproveitar, fornecendo livros de cirurgia e de medicina, instrumentos e mais objectos proprios para operações que era costume fazer no hospital.

Aula de commercio. Os estatutos d'esta aula, organisados pela *Junta do Commercio*, tinham a data de 19 de abril de 1759, e fôram confirmados pelo alvará de 12 de maio seguinte. Segundo estes estatutos, devia haver um ou dois lentes providos pela junta triennalmente, podendo renovar-se o provimento na mesma pessoa se continuasse a mostrar-se habil para o exercicio do magisterio; devia haver vinte assistentes da aula, dando-se emolumentos aos não necessitados como incentivo, e sustento áquelles que carecessem de meios de subsistencia, podendo, comtudo, a junta admittir mais vinte supranumerarios, sendo preferidos para entrarem na classe dos assistentes os filhos de homens de negocio portuguezes, e marcando-se como limite minimo para entrada a edade de quatorze annos. O curso devia durar tres annos, sendo as disciplinas n'elle ensinadas, arithmetica, comprehendendo noções de pesos e medidas, noções sobre cambios e noções sobre seguros, e tambem escripturação commercial. Terminado o curso teriam os assistentes approvados preferencia para todos os provimentos de nomeação da junta e outros empregos e os caixeiros que tivessem esses estudos podiam abrir lojas

por sua conta com o exercicio de cinco annos em logar dos seis marcados nos estatutos da Junta do Commercio em 1756. Quando se estabeleceu a Aula do Commercio havia apenas tres negociantes portuguezes que conheciam a escripturação por partidas dobradas, sendo todos os outros, que usavam d'este systema, filhos de paes estrangeiros, que os haviam mandado educar fóra de Portugal. El-rei D. José tinha grande consideração por esta aula, e muitas vezes foi assistir com toda a côrte aos exames dos alumnos, e quando não comparecia, era raro que deixasse de apparecer o marquez de Pombal. Sendo extincta a Real Junta do Commercio, por decreto de 30 de junho de 1834, lia-se o seguinte no artigo 3.º d'este decreto: «Emquanto se não concertar definitivamente o systema geral de administração publica, ficará pertencendo ao commissario dos estudos a inspecção da Aula do Commercio, da maneira que exercia a extincta junta». Pela portaria de 14 de julho do referido anno foi communicada ao commissario dos estudos esta disposição, para sua intelligencia e governo. Pelo decreto organico da instrucção publica de 20 de setembro de 1844, a Aula do Commercio ficou annexada ao Lyceu de Lisboa, com o nome de Escola do Commercio, ou Secção Commercial. Hoje encontra-se no Instituto Industrial e Commercial de Lisboa, e os seus desenvolvimentos constituem o Curso Superior do Commercio professado no mesmo estabelecimento.

Aula de debuxo e desenho na cidade do Porto. Foi estabelecida por decreto de 27 de novembro de 1779, a pedido da junta de administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Douro, sendo a despeza paga pelo imposto que negociantes da cidade haviam offerecido para a construcção de duas fragatas, e do qual já anteriormente se havia mandado pagar as despezas da aula de nautica *(V. este nome)*. Foi aberta no dia 17 de fevereiro de 1780 no seminario dos meninos orphãos, e depois passou para o hospicio dos religiosos da provincia da Soledade, situado na Lameda, onde funccionou em 1802, sendo então professor o notavel Francisco Vieira Portuense.

Aula de desenho e fabrica de estuques. Foi estabelecida por ordem especial de el-rei D. José, debaixo da inspecção dos directores da Real Fabrica das Sedas e suas dependencias. O mestre d'esta aula, João Grossi, ensinou muitos artifices nacionaes com grande utilidade para a reedificação de Lisboa; succedeu, porém, que pessoas de diversos officios conspiraram contra o progresso da fabrica, atravessando e tomando por sua conta as obras que lhes não pertenciam, excluindo até os discipulos que tinham sahido da aula. Para remover este inconveniente determinou o alvará de 23 de dezembro de 1771, que nenhum mestre pedreiro ou carpinteiro pudesse contratar ou fazer obras de estuque, estendendo-se esta prohibição aos moldureiros que não tivessem sido ensinados ou examinados, debaixo da inspecção da Real Fabrica das Sedas. Aos que fôssem assim habilitados era imposta a obrigação de aceitar pelo menos dois discipulos da *aula de desenho e fabrica de estuques*, que fôssem approvados pela referida inspecção.

Aula de diplomatica. Ao arcebispo d'Evora D. Fr. Manuel do Cenaculo deve a diplomatica em Portugal os primeiros cuidados de cultura e ensino. Já no anno de 1769 elle queria que os estudantes da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco *se applicassem á leitura e transcripção dos codices antigos, e fizessem por elles o progresso necessario para a historia.* No anno de 1773 fez aquelle douto prelado imprimir em Lisboa o *Methodo Diplomatico*, que fórma a oitava parte do *Novo Tratado de Diplomatica.* Com o mesmo intuito foi estabelecida no Real Archivo da Torre do Tombo, em 1775, uma cadeira de paleographia, com o titulo de *Orthographia Diplomatica*, a qual não chegou a completar um anno de exercicio, por ter fallecido o seu professor, o padre José Pereira da Silva. Em 24 de julho do referido anno, consultou a Real Mesa Censoria a *creação d'uma cadeira de diplomatica na côrte,* ficando o respectivo professor com a obrigação, afóra as licções quotidianas de manhã e de tarde, de ler no cartorio da mesa o que se lhe determinasse. A consulta da Real Mesa Censoria foi approvada pela resolução regia de 2 de agosto seguinte. A definitiva creação da *Aula de Diplomatica* foi pela carta regia de 6 de janeiro de 1796, ficando encorporada na Universidade de Coimbra, sendo o seu primeiro lente o dr. João Pedro Ribeiro, o qual começou logo a receber o ordenado de 400$000 réis, reservando-se para mais tarde o respectivo exercicio. Em 1801 foi transferida para Lisboa e regulada pelo alvará de 21 de fevereiro, principiando a ter exercicio no mez d'outubro do referido anno. Eram obrigados a ouvir as lições d'esta aula os aspirantes a empregos na escripturação da Torre do Tombo e aos de officios de tabelliães de notas de Lisboa. Na regencia da cadeira succedeu a João Pedro Ribeiro, o dr. Francisco Ribeiro Dosguimarães; sendo, porém, este professor promovido a conselheiro da Mesa da Consciencia, e Ordens, no anno de 1831, ficou sem exercicio o respectivo ensino, durando este interregno até ao anno de 1836. O governo tomou então a providencia de ordenar que o official maior da Torre do Tombo, José Manuel Severo Aureliano Basto, lêsse um curso da mesma disciplina, sem prejuizo ou atrazo do serviço ordinario do mesmo archivo, vencendo por este trabalho a gratificação annual de 200$000 réis. Esta providencia, tomada em portaria de 14 d'outubro, tornava-se da maior necessidade, porquanto muitos individuos não podiam ser providos em certos empregos que precisam o conhecimento e habilitações dos estudos de diplomatica. Tambem houve economia n'aquelle expediente governativo, por quanto os professores da mesma disciplina percebiam o ordenado de 400$000 réis. O decreto de 23 de novembro de 1839, que estabeleceu o *Regulamento e regimen do Archivo Nacional da Torre do Tombo*, confirmou no artigo primeiro a disposição da portaria de 14 d'outubro de 1836. No decreto com força de lei de 20 de setembro de 1844 vem a seguinte disposição com referencia á *Aula de Diplomatica*: «As cadeiras de diplomatica e de tachygraphia, creadas em Lisboa, considerar-se-hão annexas ao lyceu, para o fim sómente de serem inspeccionadas pela mesma autoridade. O estabelecimento da cadeira de numismatica, decretado pela carta de lei de 19 de julho de 1885, é proprio para auxiliar o estudo da diplomatica. Não basta, porém, o conhecimento da numisma-

tica para formar, conjunctamente com os estudos privativos da aula de diplomatica, um completo sabedor d'esta ultima sciencia; é indispensavel o subsidio do estudo de latim classico; do latim barbaro das diversas edades posteriores á decadencia do imperio romano, e das chegadas á epoca em que foi ordenada a linguagem nacional na feitura dos documentos officiaes; a historia especialissima de Portugal; a sua chronologia e geographia antigas; e noções de archeologia. No *Instituto*, de Coimbra, de 15 de dezembro de 1856, vem publicado um erudito artigo: *A Diplomatica em Portugal*. Pela carta de lei de 25 d'agosto de 1887, ficou o Conselho Superior de Instrucção Publica autorisado a *uma organisação geral dos archivos e das bibliothecas pertencentes ao estado, e em especial do Real Archivo da Torre do Tombo e da Bibliotheca Nacional de Lisboa*, sendo comprehendidas a *aula da diplomatica*, annexa á Torre do Tombo, e a de *numismatica*, estabelecida na Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Aula de fortificação e architectura militar. Foi instituida por D. João IV para satisfazer aos pedidos das côrtes de 1641, e por conselho de Luiz Serrão Pimentel, que foi o seu primeiro lente. Esteve primeiro na Ribeira das Naus, e depois passou para o Terreiro do Paço, com o nome *Academia militar*.

Aula da lingua portugueza em Macau. Em 21 de abril de 1868 mandou o governo crear esta aula para a communidade chineza de Macau, devendo ser custeada pelo cofre das missões portuguezas da China, e considerada como annexa ao seminario de S. José, no qual só cinco annos depois se conseguiu inaugurar em 9 de março de 1873, sendo governador da colonia o conde de S. Januario. O reitor do Seminario de S. José, de Macau, é um dos vogaes da *commissão administrativa dos bens das missões portuguezas na China*, creada pelo decreto regulamentar de 21 de setembro de 1870.

Aula de mathematica da brigada real da marinha. Foi instituida por decreto de 7 d'outubro de 1803 para ensino dos individuos da brigada, vencendo o lente o ordenado mensal de 20$000 reis. O corpo da brigada real de marinha foi dissolvido pelo decreto de 7 de novembro de 1836, e pelo decreto de 7 de janeiro de 1837 se creou o batalhão naval, que o ficou substituindo.

Aula de mathematica no castello de S. João Baptista da ilha Terceira. Foi creada por carta régia de 16 de setembro de 1799, para instrucção dos militares, e especialmente dos que estavam no batalhão de infantaria, com exercicio de artilharia, que guarnecia o castello. Como esse corpo só ficou definitivamente organisado em 1805, tambem só n'esse anno, em agosto, se inaugurou a aula, com um plano de estudos elaborado, em 29 de março antecedente, pelo governador e capitão general conde de S. Lourenço, depois marquez de Sabugosa. Foi regida pelo capitão-mór graduado Caetano José Pinheiro, e conservou-se até 1810, mas sempre com resultados muito pouco lisongeiros ácerca do aproveitamento dos alumnos. Em novembro do referido anno de 1810 reformaram-se os estatutos, creando-se então a Academia militar da ilha Terceira. *V. este nome.*

Aula de mathematica nos regimentos de artilharia. O decreto de 17 de janeiro de 1837, que organisou o corpo de artilharia do exercito, creou em cada regimento d'aquella arma, aquartelado fóra da cidade do Porto, uma aula de mathematica, regida por um official do corpo, publica e gratuita para os mancebos que da mesma se quizessem aproveitar.

Aula de nautica. Foi creada na cidade do Porto por decreto de 30 de julho de 1762, para n'ella se instruirem officiaes que guarnecessem as duas fragatas que os commerciantes do Porto tinham estabelecido e pagavam para cobrirem a costa e protegerem o commercio d'essa cidade. As despezas d'esta aula sahiam do imposto que voluntariamente os negociantes haviam offerecido para o estabelecimento das fragatas, e que era administrado pela *Junta administrativa da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*. O primeiro lente d'essa aula foi José Monteiro Salazar.

Aula de numismatica. O decreto de 22 d'outubro de 1636 mandou crear no Real Archivo da Torre do Tombo um gabinete de moedas e medalhas, destinado para uso dos alumnos da aula de diplomatica, e estudo pratico de numaria e numismatica. O pensamento de estender ao ensino da numaria, numismatica e lapidaria as prelecções da cadeira de diplomatica nunca poude realisar-se proveitosamente. Em data de 19 de dezembro de 1844, o ministro do reino expediu uma portaria ao bibliothecario-mór da Bibliotheca Nacional de Lisboa, o dr. José Feliciano de Castilho, ácerca das medidas adoptadas para se realisar a abertura d'um curso publico e gratuito de numismatica, autorisando a abril-o no estabelecimento a seu cargo, e sob a sua inspecção, encarregando a leitura d'elle ao conservador de manuscriptos e antiguidades, Francisco Martins d'Andrade. A bibliotheca era o sitio mais apropriado para este ensino, por existirem ali vinte e quatro mil medalhas de todos os povos e de todas as edades archeologicas, sem falar das que se esperavam, por copias em vulto chamadas *in promptu*, de outros gabinetes da Europa, aos quaes já se tinha proposto a troca; havia uma collecção já então rica, e que brevemente se completaria, de todas as principaes obras relativas ao assumpto; e finalmente, existia uma copiosa livraria historica e polygraphica, e n'ella empregadas pessoas de notavel saber, muito dispostas a ajudar os estudiosos nas suas investigações. A portaria de 19 de dezembro de 1844 vinha acompanhada d'um programma para o curso de numismatica. No dia 24 do referido mez e anno, foi inaugurada solemnemente a cadeira no gabinete do bibliothecario-mór, sob a presidencia do ministro do reino. Muitas das pessoas que estavam presentes, se matricularam para o curso biennal de numismatica, ficando a matricula aberta até 15 de janeiro de 1845, devendo effectuar-se a primeira lição no dia 19 seguinte. Em 1854, o governo observou no parlamento, que não eram bastantes as prelecções dadas pelo conservador ajudante, encarregado dos manuscriptos e antiguidades da bibliotheca; apezar do anno ter sido frequentado com maior ou menor numero de discipulos, e regido com proficiencia, era preciso crear definitivamente uma cadeira para o ensino d'aquella disciplina, exigida como habilitação indispensavel para o provimento de certos empregos publicos. Baseado

n'estas idéas o governo apresentou uma proposta de lei para a creação da cadeira de numismatica, proposta que se converteu no anno immediato na carta de lei de 19 de julho. A cadeira seria regida por um empregado da Bibliotheca, que tivesse a necessaria aptidão, ficando sujeita immediatamente ao conselho superior de instrucção publica, na parte litteraria, e ao bibliothecario-mór, no respeitante á parte economica. A carta de lei de 25 d'agosto de 1887, autorisando o Conselho Superior de Instrucção Publica a uma organisação geral dos archivos e bibliothecas, e em especial da Torre do Tombo e Bibliotheca de Lisboa, tambem comprehende a aula de numismatica e a de diplomatica. V. *Aula de diplomatica.*

Aula dos pilotos. Em satisfação dos pedidos feitos pelas côrtes de 1641, determinou D. João IV que o cosmographo-mór do reino fôsse obrigado a ensinar a arte de navegação, e assim se fez até que pelo decreto de 20 de janeiro de 1779 foi o cosmographo-mór alliviado d'esse exercicio, e nomeado lente da aula de pilotos o professor Miguel Antonio Ciera.

Aula publica de desenho em Lisboa. Creada por alvará de 23 de agosto de 1781 com dois professores: José da Costa e Silva para o desenho de architectura, e Joaquim Manuel da Rocha para o desenho historico. Um dos primeiros alumnos d'esta aula foi Domingos Antonio de Sequeira, o distincto pintor. Desde a sua abertura, em 1 de dezembro de 1771, até 1816, sahiram d'ella com reconhecido aproveitamento 385 discipulos, e n'este ultimo anno era frequentada por 53 discipulos. Em 1824 addicionou-se a esta aula mais uma de gravura e outra de esculptura, sendo todas collocadas sob a inspecção de Duarte José Fava, por aviso de 19 de agosto d'aquelle anno; Duarte Fava era então intendente das obras publicas. Em 1826 foi nomeado director de todas essas aulas o tenente coronel de engenheiros João José Ferreira de Sousa sob a inspecção e autoridade do ministro do reino, o então Francisco Manuel Trigoso d'Aragão Morato. Manifestava-se já a idéa de centralisar o ensino das bellas artes, o quo mais tarde foi realisado, creando-se em 1837 a Academia das Bellas Artes (*V. este nome*), graças á poderosa e patriotica iniciativa de Manuel da Silva Passos.

Aulas regimentaes. Em 10 de outubro de 1815 foi mandada estabelecer em cada um dos corpos do exercito uma aula de ler, escrever e contar para ensino das praças dos corpos, dos filhos d'essas praças, e ainda dos filhos dos habitantes da terra em que estava aquartelado o regimento. Em cada uma d'essas aulas havia um mestre, um ajudante e um aspirante a ajudante, e para que o ensino fôsse uniforme se creou uma escola geral em Lisboa, dirigida pelo capitão de engenharia João Chrysostomo do Couto e Mello, onde deveriam ir habilitar-se os que desejassem ser providos nos logares de mestres, etc. Em vista da resolução das côrtes quando se discutiu o orçamento, fôram as aulas supprimidas por decreto de 17 d'abril do 1823, e depois abolidas em 7 de julho de 1824, dizendo este ultimo decreto, que assim se fazia por não resultar das aulas a utilidade que se esperava. Em janeiro de 1837 fôram restabelecidas, tiveram regulamento em 1862, sendo mais tarde reformadas, dando-se-lhes muito maior desenvolvimento pelo decreto de 22 de dezembro de 1879, que instituiu as escolas regimentaes.

Aurea *(Bulla)*. Designam-se assim as bullas em que o sello, vulgarmente de chumbo ou de cera, é de ouro. No archivo da Torre do Tombo guardam-se algumas bullas aureas, tendo pendentes os sellos de ouro.

Aurea Chersoneso. Antigo nome da peninsula de Malaca, na India. Assim se encontra nos *Luziadas*, II, 54.

Aureo. Moeda de ouro, identificada com o *morabitino* ou *soldo de ouro*. O exemplar mais antigo que se conhece em Portugal foi cunhado em Braga no tempo do D. Affonso Henriques. *V. Morabitino.*

Aurelia *(Casal da)*. Na freg. de S. Pedro e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Auronca. Cidade antiquissima do Douro, de que ha apenas vestigios. Foi fundada pelos turdulos, 400 annos antes de Christo, sendo cidade durante o imperio romano e o dominio arabo na peninsula. Diz-se que o rei moiro de Valença, pelos annos de 1181, a arrasou, quando atacou Porto de Móz, e ali foi batido por D. Fuas Roupinho; outros querem que a destruição da cidade pelo referido rei de Valença se deu na retirada de Porto de Móz.

Aurora *(João de Sá Coutinho da Costa Sousa de Macedo Sotto-Maior Barreto, visconde de)*. Fidalgo da Casa Real, commendador de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa; 25.º senhor do vinculo de N. S.ª de Aurora; 26.º do de Feitosa, 18.º do de Anguião e da Ponte Nova; 16.º do de Santo Amaro, e 13.º do de Painçaes, todos no concelho de Ponte de Lima; 25.º senhor do vinculo de Bouça, na freg. de Santa Leocadia de Geraz de Lima; 26.º do da Torre da Grade; 16.º do de S. Pedro do Valle e do de Sandufe, todos tres no conc. dos Arcos de Valle do Vez. Nasceu a 7 de fevereiro de 1839. Era filho de José do Sá Coutinho Barreto, fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de S. Bento de Aviz, brigadeiro do exercito, casado com sua sobrinha, D. Maria José de Aurora Coutinho da Costa Sousa de Macedo, herdeira dos vinculos acima mencionados. O visconde de Aurora casou em 16 de agosto de 1857 com D. Anna Carolina de Araujo do Azevedo Vasconcellos Feio, sua prima, filha de José d'Araujo Azevedo de Vasconcellos e Mello, fidalgo da Casa Real, e antigo capitão-mór das ordenanças de Villa-Chã e Larim, e de sua mulher, D. Maria Guilhermina Feio de Magalhães Coutinho. O titulo de visconde do Aurora foi concedido por decreto de 27 de setembro de 1878. O visconde de Aurora falleceu em 1888.

Aurora *(José de Sá Coutinho da Costa Sousa de Macedo Sotto-Maior Barreto, conde de)*. Juiz da Relação do Porto. Fidalgo da Casa Real, 26.º senhor do vinculo de N. S.ª do Aurora, 27.º do de Feitosa, 19.º do do Anguião e da Ponte Nova, 17.º do de Santo Amaro, e 14.º do de Painçaes, todos no concelho de Ponte de Lima; 26.º senhor do vinculo de Bouça, na freg. de Santa Leocadia de Geraz de Lima; 27.º do da Torre da Grade; 17.º do de S. Pedro do Valle e do de Sandufe, todos tres no concelho do Arcos de Valle de Vez. Succedeu n'estes titulos a seu irmão, visconde de Aurora. Foram seus paes José de Sá Coutinho Barreto, fidalgo da Casa Real, commendador da

ordem do S. Bento de Aviz, brigadeiro do exercito, casado com sua sobrinha D. Maria José de Aurora Coutinho da Costa Sousa de Macedo, herdeira dos vinculos acima mencionados. O titulo de conde de Aurora foi-lhe concedido em 1889. No anno de 1890, a 16 de abril, casou com a actual senhora condessa de Aurora, D. Maria Angelina da Natividade Pereira da Silva de Sousa de Menezes, filha dos 2.os condes de Bertiandos, D. Joanna Maria do Rosario Francisca de Salles Pereira da Silva de Sousa de Menezes e Sebastião Corrêa de Sá Brandão, a qual nasceu em 28 de agosto de 1858. O conde de Aurora falleceu em 1 de junho de 1896, deixando um unico filho, José de Sá Pereira Coutinho, que nasceu a 29 de abril do mesmo anno.

Australia. Vasto continente na Oceania, banhado a O. e N. O. pelo Oceano Indico, ao N. E. e a E. pelo Oceano Pacifico e ao S. pelo Oceano Austral. Tambem se designa por *Novissimo continente.* Tem sido objecto de largas dissertações a questão do descobrimento da Australia, podendo affirmar-se que por emquanto se não fez luz completa sobre o assumpto. É fóra de duvida que desde o principio do seculo XVII se tornou mais activa a exploração do continente da Australia. Conta-se entre os primeiros exploradores a Pedro Fernandes Queiroz, que em geral os escriptores estrangeiros consideram hespanhol, mas que parece ser portuguez e natural de Evora. Ferdinand Denis attribue-lhe o descobrimento da Australia; mas é ponto contestado se a terra a que elle aportou em 1605, e a que poz o nome de Australia do Espirito Santo, era effectivamente a Terra Australis, ou a ilha ainda hoje chamada do Espirito Santo, uma das do archipelago das Novas Hebridas ao nordeste da Australia. No regresso de Queiroz para Hespanha fôram os navios dispersados pela tempestade. Um dos seus companheiros, Luiz de Torres, dirigindo-se para o sudoeste, visitou a costa meridional da Nova Guiné, e atravessou o estreito que d'elle tomou o nome, sem suppor que a terra que avistava á direita era a do novo continente. Aos hollandezes, que lhe deram o nome de *Nova Hollanda*, e inglezes cabe a gloria das explorações em torno da Australia. Cook em 1770, George Bass em 1797, e muitos outros navegadores, deram seus nomes a diversas partes do novissimo continente. Em 1861 o escriptor inglez Henrique Major, autor da *Vida do infante D. Henrique*, apresentou-se a attribuir o descobrimento da Australia aos portuguezes. Em uma memoria offerecida á sociedade dos antiquarios de Londres procurou o erudito escriptor demonstrar que o descobrimento fôra realisado em 1601 por um navegador portuguez, Manuel Godinho Heredia, por mandado do vice-rei da India Ayres de Saldanha. Consultando os nossos historiadores, achou Major motivo em João de Barros e Duarte Galvão para justificar a asserção de que no fim do anno de 1511 Affonso de Albuquerque enviara de Malaca Antonio de Abreu e Francisco Serrão com tres navios a Banda e ás Molucas, os quaes passaram ao longo da costa oriental de Sumatra até Java, e d'ahi a Madura, Bali, Sumbava, Solor e á Nova Guiné. Estas affirmativas fôram reproduzidas por Major n'aquella sua obra, mas em 1872 renegou-as considerando-as erroneas, e declarando que o descobrimento da Australia pertencia aos francezes. N'esse mesmo anno se descobriu na livraria real de Bruxellas um maço de documentos autographos do proprio Heredia, constituindo o relatorio official por elle feito a Filippe III, ácerca do descobrimento da Australia, tendo a data de Gôa, 1613. O manuscripto tem o titulo seguinte: *Declaraçam de Malacca e India meridional com o Cathay.* N'este seu trabalho conta Heredia como no anno de 1600 uma embarcação vinda de Luço Antara, na India meridional, chegara a Balambuau, na Java Maior, facto que determinara o rei de Damuth, a ir descobrir aquella terra, o que effectuou chegando ali depois de 12 dias de viagem. Á volta o rei fôra recebido pelo de Balambuau em presença de portuguezes, entre os quaes um Pedro de Carvalhaes. No anno de 1601 fôra elle Heredia mandado a descobrir aquella região e tomar posse d'ella para a corôa de Portugal, o que não podera realisar porque estando em Malaca prompto para partir para a India meridional, sobreviera o ataque á fortaleza, em cuja defeza fôra occupado pelo governador André Furtado de Mendonça. Acompanhavam este relatorio uma exposição enviada pelo rei de Damuth ao de Pam ácerca do descobrimento por elle feito, e as declarações juradas de Pedro de Carvalhaes. O apparecimento d'estes documentos não modificou, porém, a ultima opinião de Major, que proseguiu affirmando pertencer o descobrimento da Australia aos francezes. Na Torre do Tombo descobriram-se em 1874 algumas cartas de Heredia, e entre outras uma dirigida ao vice-rei da India, na qual elle lhe lembrava que, sendo na data em que escrevia, 13 de setembro, era tempo accommodado para ir ao descobrimento do Ouro, porque estaria em Malaca por todo o novembro, em dezembro faria viagem até chegar a Solor, d'onde podia partir em janeiro para Timor, ou alguma ilha proximo d'esta, invernando em qualquer d'ellas e tomando d'ali informação d'aquella que buscava, e por agosto ou setembro seguinte commetter o descobrimento da feliz ilha do Ouro. Esta carta foi communicada pelo sr. Mendes Leal á sociedade de geographia de Paris, em sessão de 17 de março de 1875, mas os francezes defenderam as ultimas affirmativas de Major, reivindicando para elles o descobrimento do novissimo continente.

Austria. Antiga familia nobre de Portugal, cujo appelido não consta que exista hoje, parecendo provir de um André Rodrigues d'Austria, que não deixou descendencia. As suas armas eram: um escudo partido em pala; na primeira, em campo de ouro, meia aguia de negro, armada de sanguinho, na segunda, em campo vermelho, duas faxas de prata; timbre, um pescoço e cabeça de aguia com o bico de ouro e a lingua sanguinha.

Auto. Solemnidade ou acção publica. Narração circumstanciada de qualquer acto ou diligencia judiciaria ou administrativa, escripta e authenticada pelo respectivo escrivão e testemunhas. Conjuncto de todas as peças pertencentes a um processo, como petições, articulados, allegações, sentença, etc. || Composição dramatica, em que antigamente se representava toda a acção devota, seria ou burlesca, introduzindo por interlocutores personagens allegoricos. Os autos fôram uma das fórmas mais populares do antigo theatro portuguez. Os mais festejados e

apreciados devem-se a Gil Vicente. Eram escriptos em verso octosyllabo de redondilha popular, e a estrophe geralmente em quintilhas. Para as situações em que se imitava o modo de falar rude do povo, empregava-se a linguagem castelhana. A musica e a dança encontravam-se sempre nos autos; ás arias dava-se o nome de *vilancetes*, e ás danças o de *chacotas*. Os autos representaram-se nas egrejas ou nos adros, e principalmente na côrte dos monarchas D. Manuel, D. João III e D. Sebastião. Constituem documentos muito uteis e apreciaveis para a historia do theatro portuguez e das epocas em fôram representados, pois que em todos se encontram allusões e referencias aos homens e costumes do tempo. Além de Gil Vicente, que escreveu o maior numero de autos, contam-se os de Luiz de Camões, Affonso Alvares, Antonio Prestes, Ribeiro Chiado, e muitos outros, que serão mencionados nos respectivos artigos. Alguns d'estes autos estão notados nos *Indices expurgatorios* da Inquisição, isto é, nos *indices de livros prohibidos.* || No *Diccionario bibliographico*, vol. I, pag. 314 e 315, vem nota da publicação dos seguintes autos: *Auto do Juramento que os tres Estados d'estes Reynos fizerã em presença del Rey nosso Senhor, ao primeyro de Junho, de M. D. LXXIX. E tambem está aqui o juramento que a cidade de Lisboa fez particularmente aos quatro dias do mes de Junho. E outro juramento que o Duque de Bragança fez no dito dia. E outro juramento que o senhor D. Antonio fez aos treze dias do dito mes de Junho. Com licença. Impresso em Lisboa por Manoel de Lyra.* Consta de oito meias folhas de papel sem numeração. Tem um frontispicio gravado em madeira. || *Auto do Juramento que El-rei D. Filippe, segundo d'este nome, fez aos tres Estados d'este Reyno, e do que elles fizeram a Sua Magestade, do reconhecimento e acceitação do Principe D. Filippe, seu filho primogenito, em Lisboa a 14 dias do mes de Julho de 1619. E assim o Acto das Cortes, que a 18 dias do mesmo mes se celebrou n'ella.* Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1619. Consta de quinze meias folhas de papel numeradas d'uma só parte. || *Autos do Levantamento e Juramento que por os Grandes, Titulos seculares, e Ecclesiasticos, e pessoas que se acharam presentes se fez a Elrei D. João IV na Corôa e Senhorio d'estes Reinos, e do que elle fez ás mesmas pessoas, na cidade de Lisboa, em os 15 dias do mez de Dezembro de 1640. E da ratificação do juramento que os tres Estados fizeram a Elrei*, etc. Lisboa, por Antonio Alvares, 1641. Consta de vinte e seis folhas de papel. || *Autos das Cortes que se celebraram n'esta cidade de Lisboa em 19 de Setembro de 1642, pelo Estado dos povos.* Lisboa, por Antonio Alvares, 1645, fol. Constam de 25 pag. || *Auto do Levantamento e Juramento, que os Grandes, Titulos seculares, Ecclesiasticos e mais pessoas que se acharam presentes fizeram a Elrei D. Affonso VI na Corôa d'estes seus Reinos e senhorios de Portugal em 15 de Novembro de 1656.* Lisboa, por Henrique Valente de Oliveira, 1658, fol. de 52 pag. || *Auto do Juramento, Preito e Homenagem que os tres Estados d'estes Reinos fizeram ao Serenissimo Infante D. Pedro, de Principe e Successor na Corôa d'elles... Celebrado no primeiro acto de Côrtes que se fez n'esta cidade de Lisboa em 27 de Janeiro de 1668.* Lisboa, por Antonio Craesbeeck de Mello, 1669, fol. de 36 pag. || *Auto do Juramento que o Serenissimo Principe D. Pedro fez aos tres estados d'estes Reinos, de os reger e governar no impedimento perpetuo delrei D. Affonso VI seu irmão... Tudo celebrado no segundo acto de Cortes que se fez n'esta cidade de Lisboa em 9 de junho de 1668,* Lisboa, por Antonio Craesbeeck de Mello, 1669, fol. de 38 pag. || *Auto do Levantamento e Juramento que os Grandes, Titulos seculares, Ecclesiasticos, e mais pessoas que se acharam presentes, fizeram ao muito alto e muito poderoso Senhor D. João V. na corôa d'estes Reinos e Senhorios de Portugal em o 1.º de Janeiro de 1707,* Lisboa, por Valentim da Costa Deslandes, fol. *Idem* por Miguel Rodrigues, 1750, 4.º || *Auto do Levantamento e Juramento que os Grandes, Titulos seculares, Ecclesiasticos, e mais pessoas que se acharam presentes, fizeram ao fidelissimo, muito alto, e muito poderoso senhor D. José I na Corôa d'estes Reinos e senhorios de Portugal, em 7 de Setembro de 1750,* Lisboa, por Francisco Luiz Ameno, 1752. || *Auto do Levantamento*, etc. . *fizeram á muito alta e poderosa Rainha Fidelissima a Senhora D. Maria I na Corôa d'estes Reinos e Senhorios de Portugal, sendo exaltada e coroada sobre o regio Throno juntamente com o Senhor D. Pedro III, em 13 de Maio de 1777*, Lisboa, na Regia Offi. typographica, 1780, 4.º gr. *Idem* na mesma Officina e anno, 4.º.

Auto da fé. V. *Inquisição.*

Auto *(Um)* **de Gil Vicente.** Esta peça de Garrett, escripta e representada em Lisboa no anno de 1838, no antigo theatro da rua dos Condes, foi a que deu o signal da restauração do theatro portuguez. A acção é simples; baseia-se nos lendarios amores de Bernardim Ribeiro pela infanta D. Beatriz, filha d'el-rei D. Manuel. O poeta consegue falar á infanta, entrando disfarçado n'um dos autos de Gil Vicente, mas a paixão desvaira-o, e em vez do papel que estudara, improvisa uma das estrophes apaixonadas que o denunciam. Para salvar D. Beatriz d'um escandalo imminente, suicida-se. Esta peça conservou-se bastante tempo em scena, e foi n'ella que debutou a notavel artista Emilia das Neves.

Autographo. Diz-se da obra original, escripta pelo proprio punho do autor. As cartas e manuscriptos autographos merecem especial attenção, não só porque o gosto por estas cartas e por estes documentos se derramou consideravelmente nos nossos dias, e por causa do interesse que se liga a tudo o que recorda a propria pessoa dos homens celebres, mas porque esses monumentos são muitas vezes fontes de indicações preciosas, que em vão se procurariam nos documentos impressos. O respeito pelos autographos remonta a epocas muito antigas, mas na Europa moderna só no seculo XVI se começou a desenvolver o gosto por estas collecções. Em Portugal existem nas bibliothecas e archivos, com especialidade na Torre do Tombo, autographos de grande valor.

Autonomia portugueza *(A)*. Jornal politico e noticioso, publicado em Lisboa. Sahiram o primeiro numero a 25 de maio de 1869 e o numero 64 e ultimo a 24 d'outubro do mesmo anno. Tinha por missão combater a união iberica, e advogar a fórma monarchico-constitucional para governo do paiz. Tinha por divisa: Patria, Rei e Liberdade. Era collaborado por escriptores de mere-

cimento, entre elles alguns officiaes do exercito; apresentava uma secção exclusivamente destinada ao estudo e reforma das cousas militares de Portugal. O director politico e litterario era Estevão Xavier da Cunha.

Auxiliares. Um dos primeiros cuidados do governo d'el-rei D. João IV, logo em seguida á revolução de 1640, foi a organisação das forças militares do paiz para poder resistir ás armas castelhanas, que por certo não deixariam de querer reconquistar Portugal. Entre as leis que se promulgaram com esse intento, é notavel a que assentou as bases do nosso systema militar e que determinou a divisão das provincias em comarcas e d'estas em companhias de ordenanças, nas quaes se alistavam todos os homens de 15 a 70 annos sem distincção alguma. D'estes recenseamentos ou listas, se tiravam os filhos segundos para entrarem nos corpos de primeira brecha ou soldados pagos que constituiam o exercito permanente ou activo, os filhos unicos de viuva e dos lavradores, assim como os casados de boa edade e disposição formavam em cada comarca um troço chamado de *auxiliares*, que bem se póde dizer primeira reserva, havendo uma segunda reserva onde entravam os homens mais edosos, e que só servia para guarnecer as praças em casos mais criticos. Os mestres de campo e capitães dos terços de auxiliares eram escolhidos entre as pessoas nobres e mais influentes da comarca, e os sargentos-móres e ajudantes eram capitães e alferes de infantaria, e tinham a seu cargo adestrar nos exercicios militares as praças dos respectivos corpos. Durante a guerra da Restauração muitas vezes acudiram os terços auxiliares á fronteira, e o numero d'estes corpos chegou a ser maior do que o das comarcas, creando-se tambem na Madeira e nos Açôres tropas d'esta classe. Em 1763 havia no continente do reino 40 d'esses terços e 43, em 1796. N'este ultimo anno foi-lhes substituido o nome de *auxiliares* pelo de *milicias*, e assim permaneceram até á sua extincção em 1832.

Auzenda ou **Uzenda.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Quinta na freg. de Santo Antonio, de Alvações do Corgo, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr de Villa Real.

Aval. Pov. da freg. de S. Pedro, de Souto, conc. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello. | Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Vandoma, conc de Paredes, distr. do Porto. || Monte na freg. de Santa Maria, de Tavora, conc. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello.

Avalos. Familia nobre de Hespanha, á qual pertencia D. Gil Peres de Avalos, que passou a Portugal, e foi alferes do condestavel D. Nuno Alvares Pereira. As suas armas são em campo azul um castello de ouro, orla composta de oito peças, quatro de ouro e quatro de prata; os antigos Avalos, porém, tinham escudo esquartelado; o primeiro quartel de ouro, o segundo de vermelho, e assim os contrarios.

Avambraços. Parte da armadura que defendia os braços. V. *Armadura.*

Avanca. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Douro, conc. e com. de Estarreja, distr. d'Aveiro, bisp. do Porto; 3:518 hab. e 921 fog. Tem escola do sexo masc. Apeadeiro na linha ferrea do norte. A pov. dista 6 k. da séde do conc. Pertenceu ao antigo conc. da Feira parte d'esta freg., parte ao de Estarreja, e outra ao da Bemposta, hoje supprimido. Actualmente pertence sómente ao conc. de Estarreja. Foi da commenda de Christo. A antiga egreja cahiu em 1724, e a 15 de outubro de 1727 começou a construir-se a que hoje existe, no mesmo sitio onde ella estava situada. O corpo da egreja foi feito á custa do povo, e a capella-mór á da referida commenda. O reitor, que era apresentado pelo ordinario, apresentava da sua parte quatro egrejas que estavam annexas a esta *in perpetuum.* Eram Madail, Loureiro, Pardilhó e Brunheiro. Tinha de renda 200$000 réis. Emquanto duraram as obras, serviu de matriz a egreja de Santo Antonio. Avanca é abundante de peixe; pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 24 com a séde em Aveiro.

Avançada *(Casal da).* Na freg. de N. S.ª d'Ajuda, annexa á d'Annunciada e conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Avanteira. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Freixianda, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pelmá, conc. d'Alvaiazere, distr. de Leiria.

Avantos ou **Avantes.** Pov. e freg. de Santo André, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança; 269 hab. e 70 fog. A pov. dista 12 k. da séde do conc. O parocho era cura da apresentação do reitor de Santa Eugenia de Ala, e tinha de congrua 8$000 reis e o que rendia o pé de altar. Avantos, para effeitos civis, está annexada a Alvites; tem caixa post. e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 10 com a séde em Mirandella.

Avarenta. Pov. na freg. de S. Nicolau, de Carrazedo do Monte Negro, conc. de Valle de Passos, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Bella, conc. de Monsão, distr. de Vianna de Castello.

Avangas. Pov. na freg. de Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Ave. Rio na prov. do Minho. Nasce nas vertentes da serra da Cabreira, a 30 k. de Guimarães, no sitio de *Pé de Cão*, correndo ao principio arrebatado por entre penedias. A serra da Cabreira divide a prov. do Minho da de Traz-os-Montes. O Ave nasce d'uma fonte que tem este nome, e que se transmitte ao rio, a 600 m. desviado da prov. do Minho, e no principio da de Traz-os-Montes, na freg. de S. Estevão de Castellães, conc. de Vieira, distr. de Braga. Recebe muitos rios, sendo os mais importantes o Fafe e o Cêlho ou Sêlho, e o principal o Vizella, que se junta no sitio de Entre-Ambos-os-Aves. Recebe mais o Pé ou Pelle, o Landim, o Covellas, o Pombeiro, o ribeiro da Aldeia e o Deste ou Este, que se junta proximo a Villa do Conde. Morre no Oceano, entre Azurara e Villa do Conde, com 85 k. de curso. Em toda esta distancia tem as seguintes pontes de pedra: S. Bento de Domim, S. João, entre Braga e Guimarães, Cerva, Ponte Nova e Lagosinhos. Havia outra chamada a *Ponte do Ave*, a 2 k. da foz, em Villa do Conde, a qual, pouco depois de ser construida, foi demolida por uma enchente em 1822. Ha tambem a

ponte pensil da *Barca-da-Troffa*, sobre a estrada real de Lisboa. Nos primeiros 2 k., desde a foz até Villa do Conde, é navegavel para navios; d'ahi para cima tem açudes, que impossibilitam a navegação. As margens do rio Ave são quasi todas cultivadas e muito ferteis, e em partes cobertas de frondoso arvoredo.

Ave *(Estação piscicola do)*. Esta estação acha-se installada n'um areal de 15:000 m. quadrados conquistados ao rio Ave, na margem direita, perto de Villa do Conde, por meio d'uma estacada e ao abrigo das maiores cheias. As obras fizeram-se em 1898. Quasi na parte superior do areal fez-se uma plata-fórma, sobre a qual se construiu o edificio da estação, o deposito da agua, a casa da machina e quatro tanques de 10 m. quadrados cada um. No laboratorio estão installados os apparelhos destinados á incubação dos ovos, as caixas do systema de Williamson, mas modificadas, e as jarras de vidro Mc. Donald. Nas primeiras são incubados os ovos que necessitam de tranquillidade para se desenvolverem, e nas outras aquelles que, para a sua evolução, exigem uma continua agitação da agua. Por uma interessante disposição, os ovos collocados sobre os taboleiros das caixas são constantemente banhados por uma corrente ascendente, que é a mais conveniente e favoravel, mas branda, emquanto que nas jarras Mc. Donald a agua, jorrando com força no fundo do apparelho, obriga os ovos a uma constante deslocação. A agua distribuida no laboratorio da estação do Ave vem do rio, e é colhida em um poço aberto no leito da areia perto d'aquelle, e para o qual a agua passa por filtração através da camada de areia que a separa da corrente. D'este poço é elevada por uma bomba movida a vapor para um deposito de 50 m. cubicos, passando primeiro por um systema de filtros muito perfeito. O emprego de machina a vapor para a elevação da agua, é processo corrente em muitos estabelecimentos de piscicultura, tanto da America como da Europa. A estação possue diversos apparelhos para as operações a effectuar, taes como: cuvetas diversas para a fecundação artificial, thermometros, vasos para o transporte de peixes, apparelhos para a preparação da carne destinada á alimentação das especies, a machina *Entreprise* segundo o systema americano, vasos de vidro diversos reagentes, instrumentos de dissecação, preparações microscopicas de parasitas, animaes que constituem o alimento piscicola, algas microscopicas, etc. A estação tem uma collecção interessante de exemplares zoologicos das nossas aguas interiores, mostrando assim as especies de peixes que frequentam essas aguas, diversos animaes, como molluscos, crustaceos, insectos, vermes, etc., que pódem servir-lhes de alimentação ou constituirem inimigos. O areal comprehendido entre a estacada e o caminho marginal é destinado ás installações dos canaes e tanques exteriores. A estação do Ave começou os seus trabalhos de piscicultura em dezembro de 1897.

Ave Maria *(Fr. Gabriel da)*. Religioso da ordem de S. Bernardo. Nasceu em Bombarral, e era filho de paes nobres; fal. no mosteiro de S. Bento, d'Evora, a 9 de dezembro de 1677. Recebeu a cogula monachal no convento de Santa Maria de Salzedas a 20 de maio de 1637, onde professou a 14 d'agosto de 1638; foi doutor em theologia pela Universidade de Coimbra, reitor do collegio da mesma cidade, confessor das religiosas de Cós, abbade do convento de Maceiradão junto á cidade de Vizeu, no anno de 1666, onde fez excellentes obras, procurador geral em Lisboa, visitador e definidor da ordem, abbade do convento do Desterro, de Lisboa, em 1674, e tres vezes secretario geral. Escreveu: *Officium B. Mariæ Virginis secundum morem Monachoram Cisterciensium*, Ulyssipone, 1665; *Breviario dos Conversos segundo o uso da Ordem de Cister., e Congregação de Santa Maria de Alcobaça*, Lisboa, 1669. Em manuscripto deixou: *Formulario de todo o genero de Provisoens que se custumão passar na Secretaria dos Geraes da Ordem de Christo muito necessario aos Secretarios que o conservão em seu poder.*

Ave Maria *(Fr. José da)*. Conego regrante da ordem reformada de Santo Agostinho, doutorado em theologia a 8 de junho de 1817. Era natural de Mesão Frio, comarca de Villa Real, e filho de Francisco José da Motta. Ignoram-se as datas do seu nascimento e fallecimento. Foi procurador geral da sua congregação. Escreveu: *A verdade e nada mais, por um sacerdote portuguez*, Lisboa, 1815; *O Parocho constitucional*, impresso em 1821.

Ave Maria *(D. Fr. José da)*. Religioso trinitario, doutor em theologia pela Universidade de Coimbra, bispo d'Angra, etc. N. em Evora a 10 de fevereiro de 1727; ignora-se a data do fallecimento. Exerceu o ministerio na sua ordem e teve o grau de presentado. Foi reitor do collegio de Coimbra, definidor provincial, qualificador do Santo Officio, examinador synodal do arcebispado d'Evora e das tres ordens militares. Sendo eleito bispo de Angra em 1782, tomou posse da diocese em 1785, dignidade em que se conservou até 1795.

Aveçada e **Aveçadas.** Duas povoações que existiram, a primeira no conc. de Coimbra, e a segunda no de Elvas.

Aveçada, Veçada ou **Vessada.** Ribeira na prov. do Alemtejo, priorado do Crato, termo da villa de Envendos. Nasce na serra do *Poio*. Tambem se chama Ribeira de S. Miguel, e morre no Tejo, com o nome de *Cannas*. As margens são cultivadas e ferteis em muitas partes, tendo vinhas, olivaes, e outras arvores.

Aveção. Pov. na freg. de Santa Maria de Bozem, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Avecasta ou Ave-Casta. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem; 2:897 hab. Ha aqui a capella de S. João Degolado, e pouco acima uma lapa, pela qual se desce para uma caverna redonda, que lhe serve de pateo, e onde se levanta um arco de pedra, que tem de largo mais de 13 m. e de alto 5,5. O caminho que conduz a esta caverna, que é muito espaçosa, tem o tecto formado de abobada. feita de pedra. Póde consultar-se a este respeito o livro do sr. dr. Francisco Ferraz de Macedo, publicado em Lisboa, no anno de 1893, intitulado: *Lusitanos e romanos em Villa Franca de Xira.*

Avedém. Regedoria do concelho de Quepem, districto de Gôa, na India.

Aveia. Pov. na freg. de Santa Tecla, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga

|| Pov. na freg. de S. Salvador, de Pombeiro, conc. d'Arganil, distr. de Coimbra.

Aveiras *(D. Duarte Antonio da Camara, 5.º conde de).* Fidalgo da Casa Real, capitão de cavallos d'um dos regimentos da côrte, posto em que serviu na guerra da successão de Hespanha N. a 13 de outubro de 1693. Era filho de D. José Rodrigo da Camara, 2.º conde da Ribeira Grande, e de sua mulher, a princeza Constança Emilia de Rohan, filha de Francisco de Rohan, principe de Soubise, duque de Fontenay e conde de Rochefort. Foi cavalleiro da ordem de Malta, mas não chegou a professar. Casou duas vezes: a primeira, a 13 de de junho de 1720, com D. Iguez Joaquina Anna Antonia Domingas Isabel da Ungria da Silva Tello e Menezes, filha e herdeira da casa e titulo dos 4.ºˢ condes d'Aveiras, e a segunda vez, a 8 de fevereiro de 1746, com D. Constança, condessa d'Atalaia. O seu primeiro casamento trouxe-lhe o titulo de conde e os cargos e dignidades de alcaide-mór de Amieira, em 1724, de Beja e de Villa Real, commendador de S. Salvador de Triamonde, na ordem de Christo, e por morte de seu sogro foi o 15.º senhor de Vagos e d'Aveiras, e gentil-homem da camara do infante D. Francisco. D'este consorcio houve um unico filho, chamado D. Francisco, que foi o 6.º conde d'Aveiras e 1.º marquez de Vagos (V. *este titulo).* A condessa D. Ignez nasceu a 27 de outubro de 1704 e fal. a 20 d'agosto de 1742; por ter acabado em seu pae a linha varonil dos senhores de Vagos, casou, como presumptiva herdeira da casa e titulo d'Aveiras, com D. Duarte Antonio da Camara, que pelo seu casamento ficou sendo o 5.º conde d'Aveiras, conforme se disse.

Aveiras *(D. Francisco da Silva Tello e Menezes, 6.º conde de).* Foi o primeiro marquez de Vagos. V. *este titulo.*

Aveiras *(D. João da Silva Tello e Menezes, 1.º conde de).* Vice-rei da India, senhor de Vagos, alcaide-mór de Lagos, governador de Mazagão e do Algarve, do conselho d'Estado de D. Filippe III e de D. João IV, regedor das justiças, commendador d'Arouca, na ordem de Christo, e de Moguelas, na ordem de S. Thiago. Esta casa tem varonia de Silva derivada dos antigos reis de Leão, na pessoa de Gonçalo Gomes da Silva rico-homem, alcaide-mór de Montemor-o-Velho, embaixador a Roma ao papa Urbano VI, e senhor de Vagos, Unhão, Gestaçô, Tentugal, Buarcos e outras terras, o qual casou com D. Leonor Coutinho, filha de Gonçalo Martins Coutinho, senhor do Couto de Leomil, e morreu pelos annos de 1386; contava grande numero de avós. Era esta a illustre descendencia de D. João da Silva Tello e Menezes, a quem D. Filippe III agraciou com o titulo de conde d'Aveiras, em 24 de fevereiro de 1640 Logo no dia immediato, 25 de fevereiro, foi nomeado vice-rei da India, para onde partiu a 26 de março seguinte. Chegou a Gôa a 20 de setembro, e no dia 24, isto é, quatro dias depois, tomou posse do governo, que lhe entregou o seu antecessor e cunhado, Antonio Telles da Silva. A situação da India tornara-se bastante difficil; as perseguições dos hollandezes eram continuas, e, logo depois da chegada do novo vice-rei, bloquearam a barra do Mandovy, apoiados do lado da terra pelas investidas do exercito do Hidalcão, podendo os portuguezes apenas sustentar-se na defensiva. Quasi pela mesma epoca, o vice-rei teve de acudir á segurança de Ceylão, e conseguiu conservar por mais algum tempo o nosso dominio em parte d'aquella importante ilha, mas a 14 de janeiro de 1641, depois d'um sitio de mais de cinco mezes, os hollandezes apossaram-se de Malaca. A 9 de setembro d'este referido anno, entrou a barra de Mormugão Manuel de Liz com cartas de D. João IV, participando a sua subida ao throno de Portugal, e o conde d'Aveiras, sem a mais leve hesitação, reuniu os tres Estados, e proclamou solemnemente o novo rei, a que todos os capitães das fortalezus adheriram com enthusiasmo. Apezar de estar restabelecida a independencia do reino, as nossas ricas possessões do Oriente continuavam a ser tenazmente disputadas pelas esquadras da Hollanda e pelas machinações do governo inglez, além dos combates com os potentados visinhos. Em 1643 as naus hollandezas, que bloqueavam a barra de Gôa, começaram a bombardear a fortaleza de Mormugão, e como a cidade estava desprovida de gente e de munições, chegando o desanimo aos mais arrojados, o vice-rei invocou a intervenção divina, como n'aquelles tempos era costume. Fizeram-se preces nos numerosos templos de Gôa, e as freiras de Santa Monica bordaram em damasco encarnado um estandarte, tendo d'um lado a imagem de N. S.ª da Conceição, e do outro a de Christo crucificado. Este estandarte foi hasteado na praça, e guarda-se ainda hoje no convento com todo o cuidado e respeito. Os nossos guerreiros, recuperando animo, combateram heroicamente, e obrigaram a esquadra hollandeza a fazer-se ao largo. Depois d'estes successos, chegou a Gôa o novo vice-rei, D. Filippe Mascarenhas, tomando posse do governo a 30 de dezembro de 1645, e o conde d'Aveiras retirou-se para Lisboa, onde desembarcou a 26 d'agosto de 1646. D. Filippe Mascarenhas tinha um caracter altivo e rude, o que provocava as maiores dissidencias, e D. João IV, em abril de 1650, viu-se obrigado a substituil-o e a nomear novo governador. Lembrou-se então do conde d'Aveiras, já de avançada edade e doente, insistindo com elle para que acceitasse de novo aquelle honroso cargo. Em 9 de fevereiro do mesmo anno, D. João IV havia declarado o titulo de conde d'Aveiras, de juro e herdade na fórma da lei mental, para todos os successores d'esta linha de descendencia. O conde embarcou, sahindo a barra de Lisboa a 21 de abril de 1650, tendo recebido d'el-rei a promessa do marquezado de Vagos e a da nomeação de regedor das justiças, promessas, que deveriam ser confirmadas quando regressasse a Portugal. Durante a viagem, aggravaram-se-lhe os soffrimentos, e nas proximidades de Moçambique, falleceu, no outono de 1650. A armada em que ia, commandada por Luiz Velho, chegou á India em junho de 1651, depois de ter invernado nas possessões portuguezas da Africa Oriental. O conde d'Aveiras casara com D. Maria de Castro, irmã de Fernão Telles, 1.º conde de Unhão, e de Antonio Telles, 1.º conde de Villa Pouca, todos tres filhos de Ruy Telles de Menezes e Silva, 8.º senhor de Unhão, e de sua mulher, D. Maria da Silveira. O brazão é o seguinte: em campo de prata um leão de purpura armado de azul, no centro d'uma bordadura de silva de côr verde, em volta do escudo. Por timbre o mesmo leão.

Aveiras *(D. João da Silva Tello e Menezes, 3.º conde de).* Fidalgo da Casa Real, 11.º senhor de Vagos, commendador de S. Salvador das Vargeas, de Arouca, Santa Leocadia de Moreiras, S. Pedro d'Aguiar na ordem de Christo, e de Santa Maria, d'Alcacer, na ordem de S. Thiago; deputado da Junta dos Tres Estados, presidente do senado da Camara de Lisboa, em 1702 e 1711, em que procedeu a utilissimas obras na cidade; regedor da Casa da Supplicação, dos conselhos de Estado e de guerra. N. a 17 de julho de 1648, fal. a 27 d'abril de 1740. Era filho do 2.º conde d'Aveiras, D. Luiz da Silva Tello e Menezes, a quem succedeu na casa e no titulo, e de sua primeira mulher, a condessa D. Joanna de Portugal, filha do 1.º marquez de Cascaes, D. Alvaro Pires de Castro. O 3.º conde d'Aveiras casou com D. Julianna de Noronha, filha de D. João da Costa, 1.º conde de Soure, e da condessa, sua mulher, D. Francisca de Noronha, filha de D. Pedro de Noronha, 9.º senhor de Villa Verde. Os serviços prestados, em quanto foi presidente do senado da Camara, estão descriptos nos elogios latinos do padre Raphael Bluteau.

Aveiras *(D. Luiz da Silva Tello de Menezes, 2.º conde de).* Regedor da Casa da Supplicação, presidente da Mesa da Consciencia e Ordens, 12.º senhor de Vagos, gentil-homem da camara d'el-rei D. Pedro II, sendo ainda principe. Fal. a 20 de novembro de 1672; ignora-se a data do nascimento. Era filho segundo do 1.º conde d'Aveiras, D. João da Silva Tello e Menezes, e de D. Maria de Castro, filha de Ruy Telles de Menezes e Silva, 8.º senhor de Unhão. Herdou o titulo e a casa de seu pae, por ter fallecido seu irmão mais velho, D. Diogo da Silva Tello e Menezes, o qual succumbiu em Mazagão, n'um recontro com os moiros. Casou duas vezes: a primeira com D. Joanna de Portugal, filha de D. Alvaro Pires de Castro, 1.º marquez de Cascaes, e de D. Maria de Portugal, sua primeira mulher. D'este matrimonio nasceram, entre outros filhos, D. João da Silva Tello e Menezes, que foi o 3.º conde d'Aveiras. Em segundas nupcias, casou com D. Maria de Lencastre, sua prima, viuva de D. Gregorio de Castello Branco, 3.º conde de Villa Nova, filha de D. Lourenço de Lencastre, commendador de Coruche, e de D. Ignez de Noronha.

Aveiras *(D. Luiz da Silva Tello e Menezes, 4.º conde de).* Fidalgo da Casa Real, do conselho d'el-rei, 14.º senhor de Vagos e Aveiras, alcaide-mór de Lagos, mestre de campo do terço de Moura, governador das armas de Traz-os-Montes, brigadeiro general de batalha, mestre de campo general com o governo das armas no Minho, commendador da ordem de Christo, e gentil-homem da camara do infante D. Francisco. N. a 16 de setembro de 1682, fal. em Vianna do Castello a 22 de março de 1741. Era filho do 3.º conde d'Aveiras, D. João da Silva Tello e Menezes, e da condessa D. Julianna de Noronha, filha do 1.º conde de Soure, D. João da Costa. Serviu na guerra da successão de Hespanha, como capitão da guarda de seu sogro, o conde d'Alvor. Casou em 25 de junho de 1700 com D. Maria Ignacia de Tavora, dama da rainha D. Maria Sophia, filha de Francisco de Tavora, 1.º conde d'Alvor, e da condessa D. Ignez de Tavora, filha de seu irmão, 1.º marquez de Tavora e Luiz Alvares. D'este matrimonio nasceram duas filhas, D. Maria que falleceu em creança, e D. Ignez, que foi a herdeira da casa e do titulo d'Aveiras, sendo a 5.ª condessa, a qual casou com D. Duarte da Camara, filho do 2.º conde da Ribeira Grande. V. *Aveiras (D. Duarte Antonio da Camara, 5.º conde de).*

Aveiras de Baixo. Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, da prov. da Extremadura, conc. d'Azambuja, com. do Cartaxo, distr. e patriarc. de Lisboa, 901 hab. e 158 fog. Tem escola do sexo masc. e est. post. permutando malas com a R. A. N. Dista a pov. 3 k. da séde do conc. e está situada n'uma baixa cercada de montes. Pelo E. é banhada pelo ribeiro do seu nome, que a fertilisa. Eram seus donatarios os condes d'Aveiras. E' pov. muito autiga, mas ignora-se por quem foi fundada. D. Sancho I deu-lhe foral em janeiro de 1207, que seu filho D. Affonso II confirmou em Santarem, em 1218. D. Manuel deu-lhe novo foral, em Lisboa, a 13 de setembro de 1513. O vigario era apresentado pela commendadeira de Santos-o-Novo, da ordem de S. Thiago da Espada, de Lisboa, e tinha de renda 60$000 réis. Aveiras de Baixo pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 16, com a séde em Lisboa.

Aveiras de Cima. Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. da Extremadura, conc. d'Azambuja, com. de Cartaxo, distr. e patriarc. de Lisboa; 2:900 hab. e 525 fog. Tem escola do sexo masc. e est. post. permutando malas com a R. A. N. e R. A. L. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada n'um valle pouco aprazivel d'onde nada se descobre. O vigario era apresentado, como o d'Aveiras de Baixo, pela commendadeira de Santos-o-Novo, de Lisboa, e tinha de rendimento 150$000 réis. A pov. é muito antiga, mas ignora-se tambem o nome do fundador, como da pov. d'Aveiras de Baixo. D. Sancho I, povoou-a e deu-lhe foral, em 1210; D. Manuel tambem lhe deu novo foral, em Lisboa, a 13 de setembro de 1513. A matriz é um templo muito antigo e tosco; desconhece-se a epoca da fundação. Junto á porta principal, do lado do baptisterio, fica uma campa de pedra, bastante deteriorada, cujas letras da inscripção estão sumidas, mas podendo ainda decifrar-se a data, que deve ser de 1109. Como a egreja estava muito arruinada e de impossivel reparação, tornou-se necessario construir outra, e para este fim se chegou a alcançar o subsidio de um conto de réis, dado pelo governo. Esta importancia, porém, não sendo sufficiente, ficou depositada na caixa geral dos depositos, onde se conservou até ha poucos annos, passando depois ao poder do thesoureiro da junta de parochia de Aveiras de Cima. Em 1897 existia uma commissão nomeada para a edificação d'um novo templo que deveria ser erigido no centro da povoação, no local onde está uma propriedade pertencente ao sr. José Sequeira, e o governo parecia disposto a prestar auxilios, tanto para a nova construcção, como para a conservação da antiga egreja. A terra é muito fertil de todos os generos agricolas; tem muito gado, grosso e miudo, cêra, mel e caça. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 16, com a séde em Lisboa.

Aveiro *(Alvaro de Lencastre, 3.º duque de).* Era este fidalgo filho de D. Affonso de Lencastre, ir-

mão do 1.° duque d'Aveiro. Seu primo, D. Jorge de Lencastre, que herdou o titulo de seu pae, e foi o 2.° duque d'Aveiro falleceu, deixando apenas uma filha, D. Julianna de Lencastre. D. Alvaro pretendeu succeder no titulo, allegando ser o descendente varão mais proximo do fallecido duque D. Jorge, ao passo que D. Julianna queria ser a legitima successora de todos os estados e titulos da casa de seu pae. Foi esta questão muito estudada pelos jurisconsultos d'esse tempo, entre os quaes figurava o notavel Pedro Barbosa, que deu parecer a favor de D. Alvaro. El-rei D. Filippe I resolveu a questão, determinando que D. Julianna casasse com seu primo, realisando-se o casamento em 1588. O referido monarcha concedeu em 1598 esse titulo de juro e herdade para todos os succesores do ducado d'Aveiro, o de duque de Torres Novas para o primeiro filho de D. Alvaro, e o de marquez d'este titulo de juro e herdade para os primogenitos da casa d'Aveiro. Em 1606, D. Filippe concedeu tambem ao duque D. Alvaro de Lencastre o titulo de excellencia, deferindo assim as representações que elle fizera para alcançar essa prerogativa, que a pragmatica de 1597 dera aos duques de Bragança. O duque d'Aveiro, depois do seu casamento, viveu quasi sempre em Setubal, favoreceu muito os religiosos do convento d'Arrabida e todos os d'essa provincia, construiu um hospicio junto do palacio que tinha em Azeitão; fundou o novo mosteiro de Santo Antonio de Torres Novas, para o qual se mudou de N. S.ª do Egypto, que fôra fundado pelo 1.° duque d'Aveiro, seu tio. (V. *Arrabida)*. D. Alvaro falleceu a 13 de setembro de 1626, e a duqueza D. Julianna a 25 de agosto de 1636, sendo ambos depositados no convento d'Arrabida. Do seu consorcio houve 16 filhos, tres dos quaes morreram creanças, quatro filhas foram freiras, D. Magdalena, que casou com o 2.° conde de Faro, D. Maria, casada com o 1.° marquez de Gouveia, D. Violante, casada com o 3.° conde de Basto, D. Jorge, que foi 1.° duque de Torres Novas, D. Affonso, marquez de Porto Seguro, D. João, religioso da ordem dos prégadores, D. Pedro que veiu a ser o 5.° duque d'Aveiro, D. Luiz, marquez de Malagon, e D. Antonio, que seguiu a vida ecclesiastica. O filho primogenito, D. Jorge de Lencastre, falleceu ainda em vida de sua mãe, e por isso não chegou a succeder na casa d'Aveiro; casou com D. Anna Manrique de Lara, e seu filho D. Raymundo de Lencastre é que veio a ter o titulo de 4.° duque d'Aveiro.

Aveiro *(Fr. Bernardino de)*. Religioso menor da ordem reformada de S. Francisco da provincia da Piedade. Era natural da cidade de que tomou o appellido, a quem Barbosa Machado, na *Bibliotheca Luzitana*, attribue o livro, que tem o seguinte titulo: *Meditações da paixão de Christo com 14 exercicios espirituaes de Nicolau Estio*, impresso em Evora em 1554, sem o nome do autor. Sahiu esta traducção por ordem do cardeal infante D. Henrique. Innocencio da Silva, no *Diccionario bibliographico*, declara não ter encontrado noticia d'este religioso na *Chronica* da respectiva provincia.

Aveiro *(D. Gabriel de Lencastre Ponce de Leon Manrique de Lara, Cardenas, Giron e Aragão, marquez de Torres Novas, e 7.° duque de)*. Era filho do 6.° duque dos Arcos, D. Manuel Ponce de Leon, e da 6.ª duqueza d'Aveiro, D. Maria Guadalupe de Lencastre. Esta senhora casara em Hespanha com o referido fidalgo, e no contrato do matrimonio, que se fez em Madrid a 17 de agosto de 1665, em que nem um nem outro dos conjuges eram herdeiros das casas paternas, por terem ambos irmãos mais velhos, a quem assistia esse direito, se estipulou, entre outras cousas, que se acaso viesse ao seu poder a herança das referidas casas d'Aveiro e dos Arcos, se conservariam sempre separadas, e se dividiriam logo que tivessem dois filhos, podendo o primogenito escolher qual das casas quizesse, e se escolhesse a dos Arcos, ficaria ao segundo filho a de Aveiro, de que usaria o titulo e appellido. A condessa D. Maria Guadalupe, depois de enviuvar e de muitas questões e demandas que se deram em seguida á morte de seu marido, resolveu voltar a Portugal, com seu filho D. Gabriel, a quem cedeu o ducado d'Aveiro; por morte d'esta senhora, o duque dos Arcos, seu filho primogenito, ratificou aquella cedencia, a 22 de março de 1715, e quando falleceu, a 18 de março de 1729, deixou-lhe a successão da referida casa. D. Gabriel nasceu a 9 d'agosto de 1617, e fal. a 23 de junho de 1745. Desde o berço fôra destinado por sua mãe para herdar a casa d'Aveiro, mas como seu pae se oppunha a que viessem a Portugal tomar posse, o rei de Hespanha, D. Carlos II, para o indemnisar, fez-lhe mercê de 2:000 cruzados de renda, creou-o duque de Baños, grande de primeira classe, commendador de Carrion na ordem de Calatrava. D. Gabriel serviu no exercito da Catalunha, esteve em Flandres, em Paris e em outras côrtes, e por morte de sua mãe, em virtude dos contratos que se haviam celebrado, passou a Portugal a litigar com os oppositores do ducado e estado d'Aveiro, sendo-lhe dada a posse por sentença de 18 de fevereiro de 1720. Apresentaram-se embargos da parte da marqueza de Unhão, D. Maria de Lencastre; marquez de Gouveia, D. Martinho de Mascarenhas; e D. Rodrigo de Lencastre. Esta demanda durou nove annos, ficando afinal decidida a favor de D. Gabriel por sentença do Desembargo do Paço, em 1729. Fazendo acto de vassallagem nas mãos de D. João V, a 2 de maio de 1732, tomou posse de todas as terras, bens, rendas, e direitos comprehendidos nas doações da casa e ducado d'Aveiro, por carta passada a 2 de junho seguinte. O 7.° duque de Aveiro morreu solteiro; a sua morte promoveu novo litigio sobre a successão da casa e ducado d'aquelle titulo, entre seu sobrinho D. Antonio de Lencastre Ponce de Leon, e D. José Mascarenhas, marquez de Gouveia, que veiu a ser o 8.° e ultimo duque. O titulo de marquez de Torres Novas, concedido aos primogenitos d'esta casa, foi renovado pela ultima vez, por decreto de 27 d'agosto de 1752.

Aveiro *(João Affonso de)*. Piloto muito notavel, que viveu no seculo XV. Era natural d'Aveiro. Ignora-se a data certa do seu nascimento e do fallecimento em Benim, na Guiné, nem o nome dos seus paes. Acompanhou Diogo Cão na viagem que fez á costa d'Africa em 1484, por ordem de D. João II, da qual resultou o descobrimento do Rio Zaire e do reino do Congo. Voltando a Portugal, e em vista das informações que Diogo Cão deu ao soberano ácerca do merecimento do seu piloto, foi João Affonso de Aveiro encarregado,

em 1495, d'uma nova expedição. Explorando o Rio Formoso, o notavel piloto aveirense descobriu o reino e terras de Benim, na Guiné, onde estabeleceu feitorias, e mandou a D. João II noticias d'um importante monarcha do Oriente, que o rei de Portugal julgou ser o Preste João das Indias.

Aveiro *(João Affonso de).* Escriptor e poeta, natural d'Aveiro. Era filho de João Gonçalves, alcaide-mór da villa d'Almoster, e de Catharina Garcia da Gama. Entre os creados que teve D. Diogo, 4.° duque de Beja e irmão d'el-rei D. Manuel, mereceu grande consideração não só pela nobreza do nascimento, como pela fórma inspirada como escrevia os seus versos. Deixou um livro com o titulo de *Poesias varias.* No cancioneiro de Garcia de Rezende, a fl. 130 e 131, apparecem alguns dos seus versos.

Aveiro *(D. João de Lencastre, 1.° duque de).* Fidalgo da Casa Real, embaixador á côrte de Castella, etc. N. em 1501, fal. em Coimbra, a 22 de agosto de 1571. Era filho primogenito do infante D. Jorge de Lencastre, duque de Coimbra. mestre das ordens militares de S. Bento d'Aviz e de S. Thiago, filho legitimado de D. João II, e de sua mulher, D. Brites de Vilhena, filha de D. Alvaro, irmã do duque de Bragança, D. Fernando III, e de D. Filippa de Mello, condessa d'Olivença. Sendo apresentado na côrte por seu pae, contando apenas doze annos de edade, entrou no serviço do principe D. João, mais tarde el-rei D. João III, e recebeu de D. Manuel o titulo de marquez de Torres Novas, por carta passada em Evora, a 27 de março de 1520. Pouco tempo depois, estando ajustado o casamento do infante D. Fernando com D. Guiomar Coutinho, herdeira dos condados de Marialva e Loulé, pretendeu o marquez de Torres Novas oppôr-se a esse enlace, allegando que estava casado clandestinamente havia muito tempo com essa senhora. Esta questão foi muito debatida e estudada por canonistas e theologos, sendo o marquez de Torres Novas preso no castello de S. Jorge, de Lisboa, durante o espaço de nove annos, até que o soberano encarregou novamente alguns theologos e canonistas de a estudarem e resolverem, e persistindo a condessa contra o marquez (*V. Coutinho, D. Guiomar*), a causa foi decidida contra o marquez, em 1529, realisando-se o casamento do infante D. Fernando em 1530. A'cerca d'esta questão, escreveu o fallecido jornalista Camillo Castello Branco um drama, com o titulo de *O marquez de Torres Novas.* D. João de Lencastre retirou-se para Setubal, e voltou sómente á côrte, quando D. João III o agraciou com o titulo de duque d'Aveiro, em janeiro de 1547, segundo se lê nas *Memorias Historicas e Genealogicas dos Grandes de Portugal*, de D. Antonio Caetano de Sousa, mas pelas observações feitas no *Diccionario Popular*, de Pinheiro Chagas, e *Diccionario Universal Portuguez*, não se póde fixar a data d'esta mercê, mas parece que deveria ter sido anterior a 1535, pelo facto de n'esse anno ter o duque acompanhado a Barcelona o infante D. Luiz, quando sahiu do reino para tomar parte na expedição de Tunis. Em 1537 foi mandado a Madrid a apresentar ao imperador Carlos V os pezames pela morte de sua esposa, a imperatriz D. Izabel, filha d'El-rei D. Manuel, e depois pretendeu casar com uma filha do duque de Bragança, D. Jayme, mas desistiu d'esse proposito, pela opposição que lhe fez D. João III; o monarcha, porém, em 1547 propoz-lhe para casamento D. Julianna de Lara, filha de D. Pedro de Menezes, 3.° marquez de Villa Real, e de D. Beatriz de Lara, sua prima. E' possivel que lhe fôsse então concedido o titulo de duque de Aveiro. Em 1552 teve o honroso cargo de ir receber á fronteira a princeza D. Joanna d'Austria, filha do imperador Carlos V, que vinha casar com o principe D. João, herdeiro do throno, consorcio de que nasceu D. Sebastião, que foi rei de Portugal, succedendo a seu avô, D. João III, por terem seus paes já fallecido. Foi extraordinario o luxo e grandeza com que se apresentou o duque d'Aveiro n'esta cerimonia. D. João de Lencastre mandou construir o convento d'Arrabida, que deu o nome a esta provincia religiosa, fundada por fr. Martinho de Santa Maria *(V. Arrabida)*; tambem fundou o convento que esta provincia teve no logar de Liteiros, proximo de Torres Novas; concorreu com importantes sommas para se concluir o convento de S. Domingos, de Coimbra, onde falleceu, sendo sepultado na capella-mór da egreja. Do seu casamento teve dois filhos, D. Jorge, 2.° duque d'Aveiro, e D. Pedro Diniz de Lencastre, que foi senhor da capitania de Porto Seguro, e mordomo-mór de D. Sebastião, fallecendo com 26 annos de edade. D. João de Lencastre ainda teve outro filho, que era illegitimo, e tinha o seu nome, o qual tomou o habito da ordem dominicana, e morreu em Castella. O duque deixou escripto: *Paixão de Christo, tirada dos quatro evangelistas*, Lisboa, 1542; *Carta á rainha D. Catharina no tempo da sua Regencia ácerca do Duque de Bragança D. Theodosio pedir a S. A. o titulo de Duque para seu filho;* consta de 13 paginas, e n'ella persuade a rainha que o mesmo titulo se dê a seu filho primogenito, o marquez de Torres Novas. E' talvez a mesma, que tem o titulo: *Carta á rainha D. Catharina no tempo da sua regencia, em que pede o titulo de duque para seu filho*, e que sahiu no tomo VI das *Provas da Historia Genealogica da Casa Real*, de pag. 36 a 45, Lisboa, 1748.

Aveiro *(D. Jorge de Lencastre, 2.° duque de).* Fidalgo da Casa Real, filho do 1.° duque d'Aveiro, D. João de Lencastre, e de D. Julianna de Lara, filha do 3.° marquez de Villa Real, D. Pedro de Menezes. Antes da morte de seu pae usou o titulo de marquez de Torres Novas, e n'essa qualidade assistiu ás côrtes de 1562 e de 1568. Acompanhou el-rei D. Sebastião á Africa em 1574, depois á entrevista com Filippe II, de Hespanha, em Guadalupe, e tambem com o referido soberano embarcou de novo para Africa, na expedição de 1578. Na batalha d'Alcacer-Kibir commandou um corpo de cavallaria organisado á sua custa, composto de gente exclusivamente sua; e tomando parte na carga dada pelo proprio soberano para livrar a artilharia que os inimigos tinham quasi tomado, cahiu morto, juntamente com outros muitos fidalgos. Havia casado com D. Magdalena Giron, filha do 4.° conde d'Ureña, fidalgo hespanhol, e irmã do 1.° duque d'Ossuna. D'este consorcio houve uma unica filha, D. Julianna de Lencastre, que depois d'uma demanda com seu primo, D. Alvaro de Lencastre, ácerca da successão da casa e ducado d'Aveiro, veiu a casar com elle, por determinação d'el-rei D. Fi-

lippe II de Castella e I de Portugal. V. *Aveiro (D. Alvaro de Lencastre, 3.º duque de).*

Aveiro *(D. José Mascarenhas, 5.º marquez de Gouveia, 8.º conde de Santa Cruz e 8.º duque de).* Fidalgo da Casa Real. N. a 2 d'outubro de 1708, fal. em Belem a 13 de janeiro de 1759, no patibulo, por ser sentenciado como um dos principaes influentes no crime de conspiração contra a a vida d'el-rei D. José, em 3 de setembro de 1758. Era filho segundo do 3.º conde de Gouveia e 6.º conde de Santa Cruz, D. Martinho de Mascarenhas, e de sua mulher, D. Ignacia Rosa de Tavora, filha de Antonio Luiz de Tavora, 2.º marquez d'este titulo. D. José, sendo destinado por seu pae para a vida ecclesiastica, foi porcionista do collegio de S. Pedro da Universidade de Coimbra. Seu irmão mais velho foi o 4.º marquez de Gouveia e 7.º visconde de Santa Cruz; apesar de ser casado, apaixonou se por uma senhora, tambem casada, e fugiu com ella. Como este crime era gravissimo e punido com as mais severas penas, D. João viu-se impossibilitado de voltar ao reino, e renunciou a sua casa e titulos em favor de seu irmão D. José, ficando este fidalgo com uma posição na côrte bem differente da que tencionava. Era senhor das villas, morgados e commendas da casa de Gouveia, mordomo-mór da casa de D. João V, que o fez presidente do Desembargo do Paço, cuja posse tomou a 30 d'agosto de 1749. No anno de 1739 casou com D. Leonor de Tavora, filha do 2.º conde d'Alvor, e irmã do 3.º marquez de Tavora, D. Francisco d'Assis. Fallecendo no estado de solteiro o 7.º duque d'Aveiro, D. Gabriel de Lencastre Ponce de Leon, levantou-se grande demanda ácerca da successão entre um sobrinho d'este fidalgo, D. Antonio de Lencastre Ponce de Leon, e D. José de Mascarenhas, que se apresentava com direito á casa e ducado d'Aveiro, como legitimo successor, por ser descendente do 3.º duque d'aquelle titulo, cuja filha D. Maria de Lencastre casara com o 1.º marquez de Gouveia. O primeiro ministro de D. João V, frei Gaspar da Encarnação, favoreceu muito a pretenção de D. José Mascarenhas, de quem era tio, e conseguiu em 1749 uma sentença a seu favor, a qual foi confirmada tres annos depois pela Relação de Lisboa; D. José tomou então posse da casa e ducado d'Aveiro, de que foi o 8.º e ultimo duque. Tornando-se excessivamente orgulhoso e altivo, projectou casar seu filho D. Martinho Mascarenhas, marquez de Gouveia, com a filha mais velha do duque de Cadaval, imaginando a possibilidade de reunir no seu herdeiro essas duas nobilissimas casas, pretendendo ao mesmo tempo que lhe fôssem dadas as importantes commendas que, sem fazerem parte da casa d'Aveiro, tinham sido administradas pelos duques seus antecessores. As difficuldades que encontrou na realisação d'esse enlace e que attribuiu á má vontade d'el-rei D. José, e o indeferimento que teve a segunda pretenção, junto ao odio que os nobres e grandes do reino consagravam a Sebastião José de Carvalho e Mello, mais tarde conde d'Oeiras e marquez de Pombal, fizeram com que o orgulhoso fidalgo planeasse um attentado contra a vida de D. José, para d'esse modo aniquilar a influencia e poder do austero ministro. Decidido a pôr em pratica o seu plano, buscou auxiliares em dois creados seus, que eram irmãos, um seu cunhado, José Polycarpo de Azevedo, alguns populares, falando vagamente do seu projecto a algumas pessoas da nobreza. D'aqui resultou o crime bem conhecido na historia pela conspiração dos Tavoras, de 3 de setembro de 1758, cuja tentativa ficou frustrada, resultando ainda uns leves ferimentos em el-rei. Sendo presos os que se indicavam como criminosos, seguiu o processo summariamente, lavrando-se a sentença condemnatoria a 12 de janeiro de 1759, realisando-se a execução logo no dia seguinte. Os titulos de duque d'Aveiro e marquez de Tavora ficaram extinctos para sempre. A sentença ordenava a confiscação de todos os bens, que as armas e fossem derribadas e picadas em todos os logares onde estivessem collocadas, e as casas de residencia demolidas e arrasadas de sorte que d'ellas não restassem vestigios, sendo reduzidas a campo e salgado. O palacio que o duque d'Aveiro possuia em Belem foi completamente arrasado, e n'elle se erigiu uma memoria para perpetuar o crime e o castigo d'elle. E' uma columna cylindrica, de cinco metros d'altura, terminada por uma chamma em fórma de pyra, e cercada de cinco anneis, tambem de pedra, representando os cinco membros da familia de Aveiro, que entraram na conjuração. Na base da columna lê-se o seguinte:

Aqui foram arrasadas e salgadas
As casas de José Mascarenhas,
Exautorado das honras de duque de Aveiro
e outras
Condemnado por sentença proferida
na suprema Juncta de
Inconfidencia em 12 de janeiro
de 1759
Justiçado como um dos chefes
do barbaro e execrando desacato
Que na noite de 3 de Septembro
de 1758 se havia commettido
Contra a Real e Sagrada Pessoa de
D. José I.
Neste terreno infame se não poderá
Edificar em tempo algum.

Este terreno salgado ficou pertencendo á camara de Belem; esteve deserto e abandonado até ao reinado de D. Maria I, em que a camara foi dando licenças para diversas e pequenas edificações. A columna existe actualmente n'um becco ficando occulta por uns casebres. A parte da sentença, que ordenava que se picasse o brazão de Aveiro, em todos os locaes que se encontrasse, não foi cumprida completamente porque, segundo se diz, ainda hoje se vêem alguns intactos na cidade d'Aveiro e na parede exterior do edificio do collegio de Santo Thomaz, em Coimbra, que faz frente para a rua da Sophia. A duqueza d'Aveiro, logo em seguida á prisão de seu marido, foi levada para o convento do Rato, onde falleceu em 1761 na mais extrema miseria, porque tendo-lhe sido confiscados os bens e não ousando ninguem soccorrel-a com receio de incorrerem na colera do soberano ou do seu omnipotente ministro, a illustre fidalga viu-se obrigada a servir as freiras a troco da mais humilhante retribuição, para não andar descalça e nua. D. Martinho de Mascarenhas, filho do duque, foi tambem encarcerado, e só em 1777, por morte d'el-rei D. José, é que sahiu das prisões da Junqueira.

Vendo-se só e sem familia, passou algum tempo com os frades de Mafra, obtendo depois por intervenção do marquez d'Alorna o posto de capitão n'um regimento. Foi o 6.º marquez de Gouveia, titulo que tambem ficou extincto. D. João VI, sendo ainda principe regente, concedeu-lhe por fim uma mesada de 100$000 réis, do seu bolsinho particular, e assim viveu até 1804, anno em que falleceu, ficando por sua morte extincta uma das mais illustres casas de Portugal.

Aveiro *(D. Maria Guadalupe de Lencastre, 6.ª duqueza de).* N. em Azeitão, em 1630, fal. a 7 de fevereiro de 1715. Era filha de D. Jorge de Lencastre, filho primogenito do 3.º duque d'Aveiro, D. Alvaro, e de sua mulher e prima, D. Julianna de Lencastre. Tendo sido confiscada a casa d'Aveiro a seu irmão D. Raymundo, 4.º duque d'este titulo, sua mãe, a marqueza de Torres Novas, viuva, teve ordem de sahir do reino, e sua filha D. Maria Guadalupe acompanhou-a para Castella. Appareceram alguns fidalgos a oppôr-se á sentença de confiscação, e entre estes D. Pedro, seu irmão, que depois de longa contenda, conseguiu vencer, e por isso veiu a ser o 5.º duque d'Aveiro. D. Maria Guadalupe casou em Hespanha, no anno de 1665, com o fidalgo castelhano, D. Manuel Ponce de Leon, que veiu a ser o 6.º duque dos Arcos. Nas escripturas havia-se estipulado, que as casas dos Arcos e d'Aveiro deveriam sempre ficar separadas, ficando o filho primogenito com o ducado que escolhesse, sendo o outro para o filho segundo. Quando falleceu o duque D. Raymundo e se estabeleceu a paz entre Hespanha e Portugal, D. Maria Guadalupe tratou de succeder na casa de seus avós, e mandou a Lisboa, como seu procurador, D. João Carlos Baçau, notavel jurisconsulto, que apresentou um libello contra o inquisidor geral, D. Pedro de Lencastre, que era então o 5.º duque d'Aveiro, como dissémos, e estava de posse do ducado e mais estados e commendas d'esta casa. Appareceram como oppositores, D. Agostinho de Lencastre, marquez de Valdefuentes, filho de D. Affonso, marquez de Porto Seguro, o filho primogenito de D. Maria Guadalupe, D. Joaquim Ponce de Leon, e os procuradores da corôa e fazenda real. D. Pedro falleceu em 1673, e a demanda continuou, até que ficou decidida a 20 de outubro de 1679, a favor de D. Maria Guadalupe, com a condição, porém, de que não tomaria posse do estado e casa sem primeiro voltar a Portugal, e assentar aqui sua residencia definitiva, prestando a devida vassallagem ao monarcha portuguez. Apezar dos embargos que soffreu ainda, a sentença foi confirmada, sendo a casa d'Aveiro entregue a um administrador nomeado pelo rei de Portugal. Desejando D. Maria Guadalupe voltar com seu filho á patria, e não podendo vencer a opposição do marido, separou-se d'elle judicialmente, para vir tomar posse da casa d'Aveiro de que foi a 6.ª duqueza. Sendo já viuva, cedeu a casa a seu segundo filho, D. Gabriel, e depois da sua morte, seu irmão mais velho, duque dos Arcos, ratificou aquella cedencia. V. *Aveiro (D. Gabriel,* etc. *7.º duque de).*

Aveiro *(Fr. Pantaleão de).* Religioso da ordem de S. Francisco, da provincia dos Algarves. Nasceu na terra de que tomou o appellido; ignoram-se as datas do seu nascimento e fallecimento. Vestiu o habito franciscano, e desejando vêr a Terra Santa, sahiu de Portugal em peregrinação em 1563, e depois de haver chegado até Jerusalem, permaneceu n'esta cidade durante tres annos, findos os quaes regressou á patria. Escreveu o *Itinerario da Terra Santa*, em que descreve minuciosamente a sua peregrinação. No prologo conta como, estando em Roma, fôra convidado pelo padre Bonifacio de Aragusa, guardião de Monte Sion, para ir com elle ás provincias de Italia em demanda de religiosos que substituissem os que tinham ido fazer o seu triennio á Terra Santa. Os dois religiosos sahiram de Roma, e tendo conseguido reunir uns 60 frades para a missão, dirigiram-se a Trento, onde então se celebrava o concilio. O *Itinerario* começa em Veneza, descreve todos os pontos em que fez estação, contando minuciosamente o que viu em Jerusalém e em todos os logares onde se desenvolveram os principaes dramas da paixão de Christo. A volta da Palestina, Fr. Pantaleão e seus companheiros tomaram o porto de Napoles, fazendo depois o resto da viagem por terra, indo mais tarde a Veneza buscar as bagagens e as reliquias que traziam. O titulo da primeira edição é o seguinte: *Itinerario da Terra Sancta e suas particularidades; dirigido ao illustrissimo e reverendissimo senhor D. Miguel de Castro, digníssimo arcebispo de Lisboa metropolitana*, Lisboa, 1593. Fizeram-se mais edições, tendo as ultimas escripto no frontispicio: *dedicadas a Christo crucificado*. Escreveu tambem: *Louvores a S. João*, que ficou em manuscripto.

Aveiro *(D. Pedro de Lencastre, 5.º duque de).* Inquisidor geral. N. em 1608, fal. a 23 d'abril de 1673. Era filho de D. Jorge de Lencastre, marquez de Torres Novas, primogenito do 3.º duque d'Aveiro, D. Alvaro de Lencastre, e de sua mulher e prima, D. Julianna de Lencastre. Destinando-se á vida ecclesiastica, frequentou a Universidade de Coimbra, e foi nomeado bispo da Guarda por el-rei D. João IV, conselheiro do Estado em 1648, arcebispo d'Evora, transferido depois para Braga, nomeado em 1651 presidente da meza do Desembargo do Paço, e finalmente depois de 1654 cedeu a prelasia bracharense; em 1671 foi eleito arcebispo titular de Sida, e inquisidor-mór do reino. Quando seu irmão D. Raymundo, 4.º duque de Aveiro, foi para Hespanha, a casa foi confiscada, mas D. Pedro e outros fidalgos oppuseram-se a esta sentença de confiscação, e no fim de demorada lucta, venceu D. Pedro, sendo em 1668 reconhecido como herdeiro da casa, 5.º duque d'Aveiro, marquez de Torres novas, etc. Para esse fim escreveu o padre Bebiano Pinto da Silva a *Allegaçam de direito por o senhor D. Pedro, sobre a successão de estado casa e titulo duque de Aveiro*, Lisboa, 1666; *Satisfação que se dá ao que a favor do sr. Marquez de Gouvêa*, etc. *contra o direito sabido do sr. D. Pedro*, etc. Lisboa, 1667. Sua irmã, D. Maria Guadalupe, que acompanhara sua mãe e seu irmão D. Raymundo para Hespanha, depois de feita a paz entre Castella e Portugal no referido anno anno de 1668, promoveu nova demanda contra D. Pedro, pretextando os seus direitos á casa d'Aveiro, apresentando-se tambem outros pretendentes; poucos annos depois de começada a questão, falleceu D. Pedro, não deixando, comtudo, de proseguir o litigio, que só se decidiu em 1679 a favor de D. Maria Guadalupe. V.

Aveiro, (D. Maria Guadalupe de Lencastre, 6.ª condessa de).

Aveiro *(D. Raymundo de Lencastre, 4.º duque de).* Por morte de seu pae, D. Jorge de Lencastre, em 163 ', teve o titulo de duque de Torres Novas, e quando falleceu sua avó, a duqueza D. Julianna, em 1636, succedeu-lhe na casa d'Aveiro, sendo em 1637 sentenciada a seu favor a demanda que seu tio, o marquez de Porto Seguro, lhe movera com o fim de ser declarado legitimo herdeiro da duqueza fallecida, sua mãe. No tempo de D. João IV era o duque ainda muito novo, e por isso não representou papel algum importante. Depois da morte d'aquelle monarcha, a rainha regente D. Luiza de Gusmão nomeou-o conselheiro de Estado, e em 1659 confiou-lhe o governo das armas na provincia do Alemtejo. Tendo acceitado esse importante cargo, abandonou-o pouco tempo depois, e partiu quasi secretamente para Brest, porque de combinação com D. Fernando Telles de Faro, havia resolvido passar a Castella. O conde de Soure, então embaixador em Paris, desconfiou do inesperado apparecimento do duque D. Raymundo em França, e as suas suspeitas tornaram-se em realidade, por uma carta que recebeu da rainha regente, avisando-o do subito embarque do duque d'Aveiro, e recommendando-lhe que tratasse de investigar os seus verdadeiros designios. O conde de Soure quiz oppôr-se á partida do duque para Castella, já pedindo ao governador de França que lhe negasse o passaporte, já mandando-lhe emissarios que o persuadissem a desistir de seu proposito, e vendo que todas essas diligencias eram inuteis, escreveu-lhe directamente uma carta, extranhando o seu proceder desleal, fazendo-lhe vêr a traição que o queria affastar de Portugal, que recobrara a independencia e collocara no throno um rei legitimo; aconselhava-o tambem a que desistisse do seu proposito, lembrando-lhe o 1.º duque e fundador da casa de Aveiro, que fôra sempre um subdito leal, que se voltasse ao mundo, morreria de desgosto por vêr o procedimento de um seu descendente. A carta era longa e energica, a que D. Raymundo respondeu em poucas linhas com altivez e soberania, entre as quaes se notavam as seguintes phrases: «Sempre conheci a V. Ex.ª com o achaque de zeloso do bem publico, e n'esta consideração lhe prometto fazel-o meu alferes mór, quando fôr rei de Portugal.» Esta resposta causou a maior indignação e desgosto ao embaixador portuguez, chegando a pensar em desafiar o duque, mas não poude conseguil-o, porque D. Raymundo sahiu immediatamente de França em direcção a Madrid. O soberano hespanhol recebeu-o com toda a deferencia, mas depressa reconheceu nos fidalgos uma certa indifferença, e apezar do rei de Castella lhe conferir o titulo de duque de Ciudad-Real para cortar certas duvidas da etiqueta palaciana, D. Raymundo, não querendo já supportar o modo desdenhoso a altivo com que era tratado, pediu em 1661 a permissão de servir na campanha d'esse anno, mas não pôde conseguir o seu desejo. Emquanto soffria em Madrid todos estes contratempos e desconsiderações, era em Portugal condemnado a ser executado em estatua, e a serem-lhe os bens confiscados, sentença de agosto e execução de outubro de 1663. Sua mãe, a duqueza de Torres Novas, viuva, e sua irmã D. Maria Guadalupe, já haviam sido mandadas sahir do reino indo reunir-se a Madrid com o duque D. Raymundo. Quando em 1665 a Hespanha dispoz contra Portugal uma seria invasão, o duque aconselhou que ao mesmo tempo se realisasse uma expedição maritima contra alguns dos portos portuguezes, Setubal ou Lisboa, e sendo approvada a idéa, recebeu uma patente com amplissimas jurisdicções para em Cadiz preparar 30 navios e 20 galés em que deveriam embarcar 8:000 homens. A demora dos galeões da prata que vinham todos os annos da America, e com cujos thesouros se contava para o abastecimento da esquadra, fez com que a batalha de Montes Claros se désse antes da sahida da projectada expedição, mas no anno seguinte o duque sempre conseguiu largar de Cadiz com 15 navios. Depois de de ter tomado o pequeno forte da Baleeira, que tinha apenas tres peças, quiz assenhorear-se de Sagres, sendo, porém, repellido pela artilharia da fortaleza, desistiu do intento, e foi tomar a pequena ilha Berlenga, recolhendo-se em seguida a Cadiz, sem tentar mais nenhuma operação. A 6 de outubro d'esse referido anno de 1666 falleceu, sendo o seu cadaver levado para o convento de N. S.ª de Guadalupe, de Cadiz, onde ficou sepultado. D. Raymundo teve em Hespanha o titulo de duque de Ciudad-Real, capitão general da armada do Oceano, e por sentença de 1660 foi julgado herdeiro da casa de Maqueda, e por isso duque de Maqueda, marquez de Montemayor e d'Elche, adeantado-mór do reino de Granada, alcaide-mór de Toledo e senhor de muitas villas. Casou com D. Luiza de Ligne, filha de Claudio Lamoral, principe de Ligne, de Amblise e do sacro imperio, mas d'esse casamento não houve successão; teve um filho natural, D. Pedro de Lencastre, que tambem passou a Hespanha, e foi morto em 1676 na guerra da Sicilia.

Aveiro *(Districto administrativo de).* Um dos 17 districtos de Portugal. É situado na prov. do Douro e confina ao norte com o districto do Porto, ao nascente com a provincia da Beira Alta, ao sul com o districto de Coimbra, e ao poente com o Oceano Atlantico. Tem o comprimento de 78 k. e a largura de 50. Em 1855, este districto comprehendia 7 comarcas e 24 concelhos; o decreto de 24 d'outubro d'esse anno alterou esta circumscripção; hoje compõe-se de 10 comarcas, que são: Agueda, Anadia, Arouca, Aveiro, Castello de Paiva, Estarreja, Feira, Oliveira de Azemeis, Ovar e Vagos; e de 17 concelhos, com a população total, pelo censo de 1.º de dezembro de 1900, de 302:181 hab. sendo 137:257 do sexo masc. e 164:924 de fem. Os concelhos são os seguintes: Agueda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Arouca, Aveiro, Castello de Paiva, Espinho, Estarreja, Feira, Ilhavo, Macieira de Cambra, Mealhada, Oliveira de Azemeis, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos. O seu terreno montanhoso apresenta varias serras, de entre as quaes se destacam a de Moldes, e a que corre junto de Albergaria das Cabras com um cume chamado S. Pedro Velho. O rio mais notavel é o Vouga, seguindo-se-lhe o Agueda, o Caima, o Paiva, etc. Tem tambem uma lagôa, a de Fermentello, com 4 k. de extensão e 2 de largura. Parte dos terrenos, inundados pelas cheias do Vouga, representam uma grande riqueza para o districto. A produc-

ção agricola é importaute em cereaes, legumes e vinho, pertencendo a este districto parte da região vinicola da Bairrada, cujo centro é Mealhada. Tambem se torna consideravel a creação de gados, e valiosa a engorda dos bois. Tem minas de cobre e de chumbo, chamando-se as primeiras do Talhal e da Telhadellas, e as segundas do Braçal e da Malhada. Além do caminho de ferro do norte que atravessa o districto, existem aqui tres estradas reaes com 106 k. e differentes estradas districtaes com 151 k. Nos volumes em que estão colligidos os trabalhos da commissão directora do inquerito iudustrial realisado em 1881, veem interessantes noticias ácerca do estado da industria no districto d'Aveiro. N'esses volumes dá-se nota das seguintes fabricas, que se descreverão nos respectivos logares: de porcelana da Vista Alegre, no conc. d'Ilhavo; de papel de Valle Maior, nas margens do rio Caima no conc. d'Albergaria-a-Velha; de lanificios do rio Caima, na freg. de Palmaz, conc. d'Oliveira d'Azemeis; de vidros do Covo, freg. de S. Pedro de Villa Chã, de cortumes no logar da Conceição, freg. de S. Thiago de Riba d'Ul, de chapéos de lã no Ferral do Canto, freg. de Cocujães, e em S. João da Madeira, duas fabricas eguaes, todas no referido conc. d'Oliveira de Azemeis; de papel no logar do Engenho Novo em Paços de Brandão, conc. da Feira; a de moagens, de Cojo, na cidade d'Aveiro. Entre os estabelecimentos metallurgicos do districto, cita a commissão as miuas do Braçal, Malhada e Coval da Mó, as primeiras das quaes fôram descobertas em 1836 e concedidas á firma Guimarães & C.ª Em 1840 passaram por venda ao allemão Matheus Feuerheed, a quem, em 1850, foi permittida a lavra da mina da Malhada, proximo da primeira, e em 1858 concedida a do Coval da Mó. Estas minas estão situadas perto do rio Mau, confluente do Vouga, e as aguas d'este rio lhe servem de motor. Ainda que proximas, jazem em concelhos diversos: as do Braçal e Malhada no de Sever do Vouga, a do Coval da Mó no de Albergaria-a-Velha. A commissão achou a mina do Braçal em descanço, mas as outras duas em activa laboração. O minerio é de chumbo. A força motora da miua da Malhada produz-se por cinco rodas hydraulicas, que trabalham com agua derivada do rio Mau e tres machiuas de vapor da força de vinte cavallos cada uma, e que substituem as rodas hydraulicas durante a estiagem. Junto d'estas minas existem extensos terrenos arborisados principalmente de pinhaes, jardins, hortas, pomares e varias construcções urbanas. Vêem-se ali officinas de serralharia, uma fundição de ferro e bronze, armazeus de deposito de ferro, madeiras, etc. Ha as minas de manganez no conc. d'Anadia, na freg. de Villa Nova de Monsarros, em Freixial da freg. da Moita, descobertas em 1879, e no logar de Choupequeiro, perteucente á referida freg., tambem descoberta em 1879. O conc. d'Aveiro conta 10 freg., com 24:839 hab., sendo 11:542 do sexo masc. e 13:297 do fem., n'uma superficie de 24: 982 hect. As freguezias são: Aradas, S. Pedro, 2:936 hab.: 1:385 do sexo masc. e 1:551 do fem.; Aveiro, N. S.ª da Gloria, 4:688 hab.: 2:036 do sexo masc. e 2:652 do fem.; Aveiro, Vera Cruz, 5:324 hab.: 2:825 do sexo masc. e 2:499 do fem.; Cacia, S. Julião, 2:519 hab.: 1:054 do sexo masc. e 1:465 do fem.; Eirol, Sauta Eulalia, 428 hab.: 202 do sexo masc. e 226 do fem; Eixo, Santo Isidoro, 1:616 hab.: 734 do sexo masc. e 882 do fem.; Esgueira, Santo André, 2:467 hab.: 1:100 do sexo masc. e 1:367 do fem.; Nariz, S. Pedro, 748 hab.: 332 do sexo masc. e 416 do fem.; Oliveirinha, Santo Antonio, 2:114 hab.: 1:011 do sexo masc. e 1:103 do fem.; Requeixo, S. Paio, 1:999 hab.: 863 do sexo masc. e 1:136 do femenino.

Aveiro. Cidade, capital de distr. na prov. do Douro, cabeça de conc. e de com., bisp. de Coimbra e relação do Porto. Tem preseutemente duas freguezias: N. S.ª da Gloria, com 822 fog. e Vera Cruz com 732. Até 1831 teve quatro: Vera Cruz, vigararia com 60$000 reis de rendimento: S. Miguel, priorado com 140$000 reis; Espirito Santo, vigararia com 80$000 reis; Nossa Senhora da Apresentação, vigararia com 70$000 reis. Eram todas apresentação do rei, como grão-mestre da ordem de Aviz, pelo tribuual da Mesa da Conscieucia e Ordens. O governador de Aveiro, José Joaquim Lopes de Lima, por um alvará de 11 d'outubro de 1835, reduziu a duas as quatro freguezias, que ficaram sendo denominadas Vera Cruz e N. S.ª da Gloria. A cidade perteuce á 5.ª div. mil., 9.ª brigada, grande circumscripção mil. central, e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 24, de que é séde, bem como do 4.º esquadrão do regimento de cavallaria n.º 7, do regimento de infantaria n.º 24 e da brigada a que pertence. Assentada em terreno de mediana elevação, Aveiro espelha-se nas aguas d'uma vasta ria, formada pelo rio Vouga, cuja foz lhe fica vizinha, e pelas do Oceano que, se espalham por milhares de canaes, um dos quaes atravessa a cidade indo depois formar a barra do seu nome. Quanto á origem do nome de Aveiro, dizem ser corrupção do latim *Avarium*, pelas muitas aves que appareciam na povoação, chamando-se depois *Averium*, e finalmente *Aveiro*. Ha quem pretenda, que o nome lhe foi imposto pelos normandos, por ter similhauça topographica com *Aveyron*, de França. Os antigos escreviam sempre *Aveyro*. Offerecem-se muitas duvidas ácerca da epoca da sua fundação, o que, porém, está averiguado é ser de remota antiguidade, e ha todo o fundamento para se acreditar que, durante a dominação dos romanos na Lusitania, houve ali uma florescente cidade com o nome de *Talabriga*. Ao pé passava a estrada militar romana, que, sahindo da antiga Coimbra, hoje Condeixa a-Velha, seguia junto de *Lancobrica*, villa da Feira, e d'ahi a *Cale*, Villa Nova de Gaya. Nos primeiros tempos do Christianismo, Aveiro viveu na grandeza e prosperidade. Desde os annos do 260 até 300 da era christã, foi por muitas vezes saqueada e destruida com as continuas e encarniçadas guerras do baixo imperio. Quando em 400 os alanos e os suevos invadiram a Lusitania, estava Aveiro em grande decadencia, que se conservou durante o dominio dos godos, desde 585 a 716, e foi depois progredindo com a invasão agarena. Não se sabe ao certo quando principiou a ser povoação chris-

Brazão de Aveiro

tã, mas em 929 julga-se que já o fôsse, e estivesse livre do poder dos moiros. Quando o conde D. Henrique tomou posse de Portugal, em 1093, Aveiro era pobre e humilde. No reinado de D. Sancho I tinha já o titulo de villa, porque foi n'esta qualidade que o soberano a doou a sua irmã, a

Tumulo da princeza Santa Joanna

infanta D. Urraca Affonso, em 1200. Inutilmente os primeiros monarchas portuguezes pretenderam restaurar aquella villa, concedendo muitos privilegios e isenções a quantos quizessem ir estabelecer-se em Aveiro. Assim permaneceu esta povoação por muitos annos, até que o infante D. Pedro, filho de D. João I, em 1444, sendo regente do reino na menoridade de seu sobrinho e genro D. Affonso V, tratou activamente da reorganisação de Aveiro, a ponto de ir ali residir por algum tempo, para lhe dar mais prompto desenvolvimento. D. Pedro mandou guarnecer de fortes e altas muralhas o bairro do lado do sul, as quaes ficaram com oito portas: da Villa, Sol, Campo, Cojo, Ribeira, Alboi, Rabães e Vagos. Pouco a pouco a população foi augmentando, chegando transpor os limites que a apertavam, e dilatando-se para o norte e para o sul, formou arrabaldes cheios de boa casaria, que não tardaram a constituirem-se em novos bairros da villa. Aveiro teve muitos e grandes privilegios. El-rei D. Diniz, em 1370, ordenou que os seus moradores não pagassem certo tributo, nem fôssem presos por culpas leves. D. Duarte mandou que, durante a feira de março, se não pudesse prender nenhum criminoso, que viesse comprar ou vender, salvo se commettesse ali novo crime; nem que pessoa alguma fôsse citada por dividas, a não ser que as contrahisse na feira. O infante D. Pedro, quando reedificou e povoou Aveiro, tambem ordenou que nenhum fidalgo ou pessoa poderosa pudesse estar ali mais de quatro dias sem beneplacito de seus moradores. D. João II confirmou depois este privilegio. D. Manuel deu-lhe foral, a 4 d'agosto de 1515, incluindo tambem Agueda, Testada, Trovisco e Villar, concedendo muitas isenções e prerogativas, que D. João IV depois confirmou em 1641. Aveiro, graças á capacidade que então tinham o seu porto e a sua barra, chegou a estar tão prospera, que no anno de 1550 contava 11:000 habitantes, e possuia mais de 150 navios, pela maior parte de alto bordo, expedindo todos os annos não menos de 60 para a pesca do bacalhau nos bancos da Terra Nova, e mais de 100 carregados de sal para diversos portos. O tempestuoso inverno de 1575, obstruindo-lhe de areias o porto e a barra, deu principio á sua decadencia. Com o decorrer o tempo aggravou-se tanto esta desgraça, que a barra, pelo movimento das areias, foi removida quinze milhas mais para o sul, tornando-se difficil e perigosa; os fertilissimos campos, que tinham chegado em alguns annos a produzir 30:000 moios de trigo, e as celebradas marinhas, d'onde se tiravam annualmente 12 a 16 mil moios de sal, ou se esterilisaram, cobrindo-se das mesmas areias, ou alagadas se converteram em terrenos pantanosos e insalubres, que muito concorreram para que a villa se fôsse despovoando. A fatalidade continuou perseguindo progressivamente Aveiro, e ainda no fim do seculo XVIII um novo temporal mudou a barra 30 k. mais para o sul. D. João VI, sendo ainda regente, mandou fazer grandes obras hydraulicas e construir um dique muito importante. Com este dique melhorou muito o porto e a barra, melhorando por conseguinte, tambem os campos e as marinhas de sal. As obras começaram em 1802 e terminaram em 1808, importando em cem contos de réis. Fôram engenheiros o brigadeiro Oudinot e o tenente coronel Luiz Gomes de Carvalho. Em 13 de março de 1809 deram ali entrada 40 navios de véla, transportando munições para o exercito inglez. O commercio e a navegação em Aveiro ficaram muito mais animados. Em 1813 mudou-se

Relicario contendo as roupas da princeza Santa Joanna

o leito do Vouga com o fim de ser conduzido o trajecto das aguas encaminhando-o pelo canal do Espinheiro para mais facilmente se dirigir á barra, e fizeram-se algumas obras para o encana-

mento dos rios Agueda e Certima. Em 1863 obstruiu-se a da Vagueira, do que proveiu a grande vantagem para as condições do canal. Onde era a barra da Vagueira existe actualmente uma praia de banhos. Desde então tem-se procedido constantemente a trabalhos de maior ou menor importancia. O molhe ou paredão do sul, que em 1808 tinha 1:350 metros de extensão, não tem hoje mais de 1:056. A barra está em communicação com a cidade por uma estrada de 7 k. que segue pelas terras da Gafanha, atravessando o canal de Ilhavo n'uma ponte chamada tambem da Gafanha. O canal, que do sitio das Duas Aguas vae até á barra, apresenta differentes profundidades, não excedendo a 10 metros defronte do antigo forte da barra. Este forte, situado na praia do sul, não tem valor militar; é uma simples bateria de peças antigas, que servem para dar signal aos navios quando não é conveniente entrar a barra. Ao norte d'esta, na chamada costa de S. Jacintho, fica a ermida de N. S.ª das Areias, cuja epoca da fundação se desconhece, mas segundo a tradição, foi construida pelo cabido da sé do Porto, ao qual antigamente pertencia o dizimo do pescado da referida costa. Conta a lenda, que, tendo entrado pela barra a parte d'um casco de navio, este foi encalhar áquella costa, e dentro d'elle se encontrou uma pequena imagem de Nossa Senhora, que se collocou sobre o altar da capella, onde esteve muitos annos, sendo depois roubada para de novo apparecer no sitio de Talhadas. A capella ficou muito tempo ao abandono, mas em 1860 a junta de parochia da freg. de Vera Cruz a mandou reedificar. Aveiro foi elevada á categoria de cidade, por el-rei D. José pelo alvará de 26 de julho de 1759. E' notavel documento a carta de 6 d'outubro de 1770, em que a camara d'Aveiro felicita o marquez de Pombal, pela concessão d'este titulo em 13 de setembro d'aquelle anno. A comarca d'Aveiro foi creada por D. José, em provisão passada em Lisboa a 4 de setembro de 1760, ordenando-se que o provedor que até então tinha sido de Esgueira, o ficasse sendo d'Aveiro. A provedoria d'Esgueira fôra extincta por lei de 11 de abril de 1759. Já desde 10 de janeiro de 1628, uma provisão regia tinha concedido aos provedores d'Esgueira o residirem em Aveiro. O 1.º provedor d'esta cidade foi o bacharel Antonio de Jesus e Silva, por alvará de 19 d'outubro de 1759. Por influencia do marquez de Pombal, a villa de Aveiro foi elevada a cidade episcopal em 12 d'abril de 1774, o que o papa Benedicto XIV confirmou em 1775. Teve só 4 bispos: o 1.º D. Antonio Freire Gameiro de Sousa; o 2.º D. Antonio José Cordeiro, o 3.º D. Manuel Pacheco de Rezende; 4.º e ultimo o bispo eleito D. Antonio de Santo Elidio, que não chegou a ser sagrado, e morreu em 1842. Fôram senhores de Aveiro, por heranças, os conventos de S. Bernardo, de Cellas, e de S. João de Tarouca, depois de ter tido muitos donatarios, e pertenceu á corôa, desde a morte do ultimo duque de Aveiro, D. José Mascarenhas. A primeira donataria foi, conforme dissémos, a infanta D. Urraca Affonso, irmã de D. Sancho I. A celebre Ria d'Aveiro é uma bahia de 50 k. de extensão desde Ovar até Mira, communicando-se com o Oceano pela barra d'Aveiro. Parece que não existia no tempo dos romanos. Tem quatro braços principaes: a ria d'Ovar, a de Mira, a de Vagos, e propriamente a de Aveiro, chamada tambem canal da cidade. N'ella desagúam os rios Antuã, Vouga e ribeira de Sousa. E' na sua maior parte accessivel ás marés e cortada por muitas ilhas baixas e pantanosas, atravez das quaes correm differentes canaes e esteiros. A pesca, o sal o a apanha do molliço constituem as suas mais importantes industrias. O molliço, formado pelo assombroso crescimento das plantas aquaticas existentes no fundo da ria, serve de adubo ás terras. As marinhas de toda a ria ascendem ao avultado nu-

Portal da capella do Senhor das Barrocas

mero de 300, e o peixe n'ella colhido representa o alimento principal de muitas povoações circumvisinhas. Aveiro é uma cidade pittoresca e dividida em duas partes por um braço da ria, que lhe dá um tom encantador, sendo ligadas por duas pontes de pedra. No antigo regimen tinha voto em côrtes com assento no 7.º banco. Tinha seis conventos: 1.º o da Misericordia, de frades dominicos, fundado pelo infante D. Pedro, quando era regente do reino. A capella mór era da casa dos marquezes d'Arronches; a egreja serve hoje de matriz da freg. de N. S.ª da Gloria. D. Pedro lançou-lhe a primeira pedra a 23 de maio de 1443, precedendo para a sua fundação a bulla do papa Martinho V, de 19 de fevereiro do referido anno O 2.º convento é o de Jesus, de freiras da mesma ordem de S. Domingos, fundacava na extremidade septentrional da cidade, fundado em 1613 por D. Brites de Lara, mulher de D. Pedro de Medicis, irmão do grão-duque da Toscana. O 5.º convento era o da Madre de Deus, de freiras franciscanas. Fundou-se por meio de varias esmolas, dadas pelo povo, em 1644. O 6.º convento, de S. João Evangelista, ficava dentro dos muros da cidade; era de freiras carmelitas descalças, fundado pelo 4.º duque de Aveiro, D. Raymundo de Lencastre, no seu proprio palacio. Houve tambem o recolhimento de S. Bernardino, de terceiras de S. Francisco. Em outubro de 1873, andando a desmanchar-se o cruzeiro da egreja de Vera Cruz, para o removerem para outro sitio mais apropriado, e edificar-se aqui um chafariz, encontraram-se nas escavações, que se fizeram, grande quantidade de moedas de

Edificio da Camara Municipal

do por Brites Leitão, segundo uns, e D. Affonso V segundo outros. A bulla para a sua edificação foi expedida pelo papa Pio II, em 16 de maio de 1461; a primeira pedra lançou-a D. Affonso V com D. João Galvão, bispo de Coimbra, a 15 de janeiro de 1462. A infanta santa Joanna, filha d'este monarcha, tomou o habito de noviça e morreu n'este convento, onde ficou sepultada. A capella-mór pertencia aos Tavares e Tavora. O 3.º convento ficava fóra da porta de Vagos; era de frades franciscanos da provincia da Soledade, e foi construido por João Martins Cafanhão, ou Gafanhão, e sua mulher Izabel da Costa, em 1524. Ficou mal construido, porque 40 annos depois, em 1564, teve de ser reedificado. A capella-mór e o padroado eram de Jorge Moniz, senhor d'Angeja, e depois passou para a casa de Villa Verde. O 4.º convento era de frades carmelitas descalços; fibronze, que nas suas dimensões se assimilhavam ás nossas velhas moedas de 3, 5 e 10 réis. Depois de minuciosa analyse d'algumas d'ellas, reconheceu-se serem *reaes* ou *fortes* que o rei D. Fernando mandara cunhar, e cujo valor variava de 10 a 20 soldos. Viam-se ali as cinco chagas em fórma de cruz, tendo na parte superior um S e á volta da cruz a seguinte legenda: *Ferdidinandus: Dei: Gratia: Rex: Portugaliæ: A.* No reverso havia uma cruz circumdada da seguinte legenda: *Si Dominus: him adjuctor: non: trimebo: quid: faciam.* Segundo a tradição, existira n'aquelle mesmo sitio uma capella da invocação de S. Paulo, o que deu origem ao nome que antigamente tinha aquella rua, que se denominava *rua de S. Paulo.* Julga-se que aquellas moedas fôssem as que se deitaram nos alicerces na occasião do lançamento da pedra fundamental. Appa-

receram tambem ossadas humanas, provavelmente de pessoas que tinham sido sepultadas na capella. Em Aveiro ha entre outras a interessante ermida do Senhor das Barrocas, a qual foi construida em 1707, á custa de esmolas dos romeiros e sobras de sizas com que a camara contribuiu. Conta-se a este respeito a seguinte lenda: Um devoto chamado Custodio Fernandes, achando-se quasi a morrer, implorou o auxilio d'uma imagem de Santo Christo de pedra, que existia n'um sitio agreste chamado das Barrocas. O homem conseguiu melhorar, e sendo a cura attribuida a milagre, concorreram muitos devotos a rogarem o auxilio divino, fazendo promessas e dando esmolas. Construiu-se uma capella de madeira, depois fez-se a ermida, e após um triduo de festas a que assistiu o conego Manuel Moreira Rebello, representando o bispo de Coimbra, realisou-se a trasladação processionalmente da imagem, abrindo-se o templo ao culto em 16 de novembro de 1732. O numero dos romeiros foi crescendo progressivamente, trazendo offertas e esmolas. Ao lado tinha-se construido uma casa para servir de aposentadoria aos romeiros. Chamava-se a *casa da novena*. A ermida é de fórma octogonal. A elegante portada ostenta quatro columnas voluteadas. Em volta na parte superior, tem a capella 7 janellas e 16 pilastras, que supportam um entablamento externo que fórma uma varanda sem grades nem balaustres, e pela qual se póde dar volta ao templo. Este tem a capella-mór e dois altares lateraes. A cidade é abastecida de agua por diversas fontes, sendo a principal a da Praça do Commercio. A agua vem de longe por um bom aqueducto sobre arcos. Os suburbios d'Aveiro são muito aprazíveis pelas quintas, hortas, e arvoredos, que se encontram, e pelos lindos panoramas que de muitos pontos se desfructam; em todas as cercanias ha abundancia de caça, principalmente de aves aquaticas e de arribação, de differentes especies. Os paços do concelho são um edificio de boa apparencia; estão situados na praça municipal. A estatua do grande tribuno parlamentar José Estevão Coelho de Magalhães, de que a cidade se gloría de ter por seu filho, ergue-se em frente do lyceu. A fórma do pedestal é elegante, delineado pelo professor de desenho do lyceu d'Aveiro, João da Maia Romão. A estatua do eminente tribuno é obra do esculptor Simões d'Almeida, que a modelou, sendo depois fundida em bronze no Arsenal do Exercito. A figura de José Estevão está na attitude de falar, e tem toda a animação e sentimento, que um perfeito artista póde imprimir no bronze, dando ao metal resistente toda a flexibilidade das fórmas humanas. A idéa d'esta commemoração do illustre parlamentar aveirense partiu em 1880 de um grupo de artistas tambem filhos de Aveiro, realisando-se a inauguração do monumento a 12 d'agosto de 1889. José Estevão, que sempre protegeu muito a sua terra natal, conseguiu, pelos seus esforços, que Aveiro tivesse estação do caminho de ferro, facilitando-lhe assim o commercio, deveras importante, de fructas, minerio, sal, peixe fresco e salgado, madeira, vidros, esteiras, vinho e manteiga. O sal é o principal artigo de exportação. A cidade tem apparencia agradavel, casas de construcção ele-

Edificio do lyceu e monumento a José Estevão

gante, um bonito passeio, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a Real Ambulancia do Norte; Misericordia, hospital, alfandega, lyceu, escolas primarias para ambos os sexos, uma caixa economica, diversas typographias, associação commercial, cujos estatutos fôram approvados em 25 de novembro de 1858, associação de soccorros mutuos das classes laboriosas, associação de constructores civis e artes correlativas; outras das seguintes classes: dos bateleiros, mercantis, pescadores da ria do Aveiro e operarios agricolas; club *Mario Duarte*, theatro *Aveirense*, mercado coberto de ferro e granito, devido á iniciativa do benemerito conselheiro Manuel Firmino d'Almeida Maia, de quem tomou o nome, e um bello caes que liga com a ria. Almeida Maia tem concorrido muito para a prosperidade d'Aveiro, terra da sua naturalidade. A ria é farta de peixe, e são geralmente afamados os seus mexilhões. A rua do Caes é uma das mais bonitas da cidade. O quartel onde está o regimento de infantaria n.º 24, é como se vê da fachada que reproduzimos, um edificio espaçoso e de bom aspecto, onde antigamente se aquartelava um regimento de cavallaria. Em Aveiro ha tambem o asylo-escola, com duas secções, uma denominada *José Estevão*, e outra do porto, delegado de saude, funccionarios do corpo consular: vice-consul de Hespanha, Paizes Baixos; agente consular da Belgica; hoteis; *Central e Cysne do Vouga*; junta administrativa das obras da barra e da ria d'Aveiro; livrarias, fabricas de louça, de telha e tijolo, de moagens; sociedades de recreio: *Gremio e Gymnasio*, *Recreio artistico;* philarmonicas: *Banda dos Bombeiros voluntarios*, *Aveirense*. As armas d'Aveiro, como existem na Torre do Tombo, são: em escudo sobre campo verde duas estrellas, duas meias luas de prata, e um cysne sobre a agua, tambem de prata, sobre ondas azues. Vilhena Barbosa, na sua obra *As cidades e villas da monarchia portugueza*, vol. 1.º pag. 61, diz o seguinte, depois de descrever este brazão: «Entretanto, em diversas obras, que temos á vista, achamos a seguinte descripção das suas armas: No meio do escudo as quinas reaes; do lado direito uma aguia parda com as azas estendidas (que se collige lhe dariam os romanos), mettida entre duas meias luas, e duas estrellas prateadas, e postas em aspa (insignias sem duvida das navegações dos seus naturaes), e no lado esquerdo a esphera de el-rei D. Manuel, que lhe deu o foral no anno de 1515.» Acerca d'Aveiro póde consultar-se o seguinte: *Archivo historico*, 1.º vol.; *Domingo Illustrado*, 1.º vol.; *Districto d'Aveiro*, *Memorias d'Aveiro*, e *Subsidios para a histo-*

Rua da Alfandega, rua do Caes e parte da Ria

Barbosa Magalhães, seu fundador; feira a 25 de março, que dura mais de oito dias; advogados, pharmacias, medicos; agencia bancaria: *Portugal;* agencia de seguros: *Probidade*, *La Union y El Fenix Español*, a *Commercial;* capitania *ria de Aveiro*, por Marques Gomes; *As cidades e villas da monarchia portugueza*, por Vilhena Barbosa; «*Scholia Jacobi Mœnetii Vasconcelli in quatuor libros Resendii*» (*De antiquitatibus Lusitaniæ*, Conimbricæ, 1790); *De antiquitatibus Lusitaniæ*,

por André de Rezende, Evora, 1593; *Historia de S. Domingos*, 2.ª parte, vol. III, 4.ª parte, vol. V; *Catalogo da exposição de arte religiosa*, que se celebrou no collegio de Santa Joanna Princeza, em Aveiro, no anno de 1895, elaborado por Marques Gomes; *Apontamentos de geologia agricola*, por Filippe de Figueiredo; *Occidente*, vol. IV, X, XI, XII, XIII, e XVIII; *Portugal*, por Ferdinand Denis, etc. A'cerca da industria do sal em Aveiro, vejam-se os numeros 2 e 3 do *Museu Technologico*, 1877; da estação do caminho de ferro o folheto publicado pela camara municipal em 1821; das pescas na região aveirense o estudo de Jayme Affreixo, na revista a *Tradicção*, Serpa, 1902. ‖ Em Aveiro teem-se publicado os seguintes jornaes: *Archivo photographico*, 1884, sahiram 8 numeros; *Artista (O)*, 29 de maio de 1892; *Aurora*, 1 de março a 1 de setembro de 1855; *Aveirense(O)*, 9 a 23 de agosto de 1854, primeiro periodico aqui publicado; *Beira-Mar (A)*, 3 de julho de 1890; *Bohemio (O)*, 15 de março a abril de 1888; *Boletim de Noticias*, 10 de outubro a 21 de dezembro de 1846; *Boletim da Torreira*, 1854; *Campeão das Provincias*, 12 de novembro de 1859, (em publicação); *Campeão do Vouga (O)*, 14 de fevereiro de 1852 a 26 de outubro de 1859; *Chicote (O)*, 8 de maio de 1886; *Correio d'Aveiro*, 1 de novembro de 1886; *Districto d'Aveiro (O)*, 2 de julho de 1861 (em publicação); *Epoca (A)*, 5 de fevereiro de 1885, até fins de 1888; *Folha Academica (A)*, 26 de abril de 1883; *Flôr do Vouga (A)*, 20 de setembro de 1896 (durou pouco tempo); *Gazeta Aveirense*, 10 de março de 1892; *Imparcial (O)*, 1 de janeiro de 1856 a 6 de outubro de 1858; *Imprensa (A)*, 1 de janeiro de 1856 a fevereiro de 1858; *Jornal de Aveiro*, 27 de fevereiro de 1898; *Locomotiva (A)*, 15 de maio de 1883; *Mocidade (A)*, 23 de julho de 1896 (poucos numeros se publicearam); *Novos (Os)*, 1 de junho de 1896; *Opportunista (O)*, 15 de novembro de 1896; *Ovos molles e mexilhões*, 1893, do que se publicearam dois numeros; *Parlamento (O)*, 22 de novembro de 1885, em 1889 ainda se publicava; *Philatelico Aveirense*, janeiro de 1901; *Passatempo (O)*, 5 fevereiro de 1899; *Portugal Philatelique (Le)*, janeiro de 1895; *Povo d'Aveiro (O)*, 1.º 29 de janeiro de 1882, até fins de 1898; *Povo d'Aveiro (2.º)*, 20 de agosto de 1899 (em publicação); *Progresso d'Aveiro*, outubro de 1900 (em publicação); *Revista Florestal*, em 1894; *Successos (Os)*, 13 de julho de 1899, (em publicação); *Tirocinio (O)*, 1 de Abril de 1876; *Torneio (O)*, em novembro de 1896 (pouco tempo durou); *Trinta (O)*, 1892; *Vitalidade (A)*, em 5 de agosto de 1884; *Vitalidade*, 8 de março de 1896, (em publicação); *Varino (O)*, 7 de março de 1897; Além d'estes jornaes tambem fôram publicados em Aveiro os *numeros unicos* seguintes: *Associação (A)*, 1 de maio de 1899; *Die Kermesse*, 19 de abril de 1884; *José Estevão*, em agosto de 1889; *Manuel Mendes Leite (A)*, 18 de maio de 1884; *Marquez de Pombal*, 8 de maio de 1882; *Numerus Memorialis ao 1.º centenario de Castilho*, 26 de janeiro de 1900; *Revolução (A)*, 1898.

Actual quartel de infantaria n.º 24

Aveiro. Ilha de S. Jorge. Pov. na freg. de S. Thiago, de Ribeira Secca, conc. da Calheta, distr. d'Angra do Heroismo.

Avejão. Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. d'Odemira, distr. de Beja.

Avelal. Pequeno rio da Beira Baixa, termo de Pinhel. Nasce na serra da Moroffa, e a pouca distancia do seu nascimento, entra no Côa.

Avelanes. Serra na prov. de Traz-os-Montes. É tão secca e aspera que apenas produz torga e urzes; tem 3 k. de comprido e 3 de largo. Principia na Verêa de Bornes Aguiar, e finda na aldeia de Freixeda, freg. de Capelludos. ‖ Rio, na prov. de Traz-os-Montes, termo de Villa Pouca d'Aguiar. Nasce no logar da Cabana, nos confins do monte *Minheu*, d'uma fonte chamada do *Prado*. Divide a freg. de Bragado da de Peusalvos. Despenha-se pela serra do Regedouro e pelo Valle de Bornes, até se metter no Tamega. As margens são cultivadas em parte. N'este rio ha uma grande penedia, a que dão o nome de *Sumida*, por baixo da qual passa o rio subterraneamente, por espaço de 1.500 m., ouvindo-se o fragor.

Avelhaneda. Appellido de familia nobre portugueza, oriunda de Castella, e que tem por armas: em campo de ouro, dois lobos negros possantes e cevados cada um com um cordeiro sanguinho, orla vermelha, carregada de oito aspas de ouro; timbre um lobo, como os do escudo, tambem cevado.

Avellada. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves e conc. de Borba, distr. d'Evora.

Avellaes. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Arega, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Avellal. Pov. na freg. de S. Pedro, de Mioma, conc. de Sattam, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Trancoso, distr. da Guarda. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de Santa Maria, de Pombeiro de Riba Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Avellal de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Mamede, de Castanheira de Vouga, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Avellanoso. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Vimioso, distr. e bisp. de Bragança; 346 hab. e 66 fog. A pov. dista 12 k. da séde do conc. O parocho era apresentado pela corôa, por ser do real padroado. Tinha de rendimento 300$000 reis. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 10 com a séde em Mirandella. Tem caixa postal.

Avellar. O nome d'esta nobre familia vem d'uma quinta que fica na freg. de S. Lourenço das Pias, conc. de Lousada. As suas armas são tres faxas sanguinhas em campo de ouro, sendo cada uma das faxas carregada de tres estrellas de prata; o timbre são tres espadas de prata com os copos de ouro e os punhos vermelhos, firmadas com as pontas no elmo e postas em roquete.

Avellar *(André de)*. Mestre em artes, grande mathematico, e lente d'esta faculdade na Universidade de Coimbra. N. em Lisboa, em 1546; ignora-se a data do fallecimento, mas vivia ainda em 1621 e 1622. Era filho de Calas d'Avellar e de Violante Fernandes. Foi lente desde 4 de janeiro de 1592, em que tomou posse da cadeira, até jubilar em 28 de setembro de 1612, e guarda do cartorio da Universidade. Tendo enviuvado, tomou ordens sacras, ordenou-se de presbytero, e foi Tercenario da cathedral de Coimbra. Escreveu: *Reportorio dos tempos o mais copioso que até agora sahiu á luz, conforme a nova reformação do Santo Padre Gregorio XIII no anno de 1582*, Lisboa, 1585; outra edição em Coimbra, 1590. Sahiu de novo com o titulo: *Chronographia ou Reportorio dos tempos*, etc.. . *n'esta terceira impressão reformado e accrescentado pelo mesmo auctor com um tractado do prognostico da mudança do ar e alguns principios, que tocam assim á philosophia natural, como á astrologia rustica*, etc., Lisboa, 1594; e depois tambem em Lisboa, 1602. Publicou em latim o seguinte: *Sphæræ utriúsque; Tabella ad Sphæræ hujus mundi faciliorem enucleationem*, Conimbricæ, 1593. Este livro parece ser o mesmo, que sahiu em portuguez no referido anno, com o titulo de *Esféra e seu uso.* Tambem escreveu: *Arvore geneologica da Serenissima Casa de Bragança*, que ficou em manuscripto, segundo se julga. *O Reportorio dos tempos* parece ter sido escripto, aproveitando-se o autor d'outro, que anteriormente escrevera Jeronymo Chaves, com o titulo de *Chronographia o Reportorio de los tiempos.*

Avellar *(Antonio Emilio Severino de)*. Cirurgião medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. N. na ilha da Madeira em 1841. Escreveu: *Natureza e localisação da carcinoma (these inaugural)*, Lisboa 1866.

Avellar *(Antonio Gomes de Avellar, conde de)*. Negociante e capitalista importante. N. em S. Martinho do Porto, no anno de 1855. Era filho de José Gomes d'Avellar, diligente e honrado capitão de navios. Em 1866, contando apenas 11 annos de edade, emprehendeu a viagem ao Brazil, com destino a dedicar-se ao commercio. Embarcou em um navio commandado por seu pae. Chegando ao Rio de Janeiro conseguiu empregar-se, e desde então ali se tem conservado, sendo hoje o chefe da poderosa casa commercial d'aquella cidade, Avellar & C.ª Sempre entregue á pratica do bem, de envolta com o cuidado da sua crescente fortuna, o sr. conde d'Avellar tem sido um verdadeiro benemerito. Recusou sempre o exercicio de numerosos cargos de representação social, que por vezes lhe fôram offerecidos, mas o seu nome figura sempre inscripto em associações de beneficencia. Foi agraciado com o titulo de visconde d'Avellar, titulo que ha tres ou quatro annos foi elevado a conde. E' presidente da Real Sociedade Portugueza de Beneficencia, prior da ordem terceira de N. S.ª do Monte do Carmo, presidente da grande subscripção nacional portugueza para a acquisição de vasos de guerra, vogal prestimoso da commissão dos festejos do centenario da India, no Brazil, e presidente do Gabinete Portuguez de Leitura do Rio de Janeiro. O sr. conde d'Avellar foi tambem presidente da commissão executiva da Grande Subscripção Patriotica no Rio de Janeiro para a construcção da canhoneira *Patria*, e, por despacho de 15 de janeiro de 1903, recebeu a grã-cruz da ordem de Christo. Apezar de permanecer habitualmente no Rio de Janeiro com sua familia, o distincto titular tem-se conservado sempre subdito portuguez, mesmo depois do estabelecimento da republica no Brazil. As suas obras benemeritas são numerosas, bem como os serviços que tem prestado ás sociedades de beneficencia, irmandades e estabelecimentos pios, quer portuguezes, quer brazileiros. Vem amiudadas vezes á Europa, em negocios de sua casa, não deixando nunca de ir visitar seus parentes, que vivem em S. Martinho do Porto.

Avellar *(Antonio Maria de)*. Engenheiro civil, chefe da 3.ª repartição da camara municipal de Lisboa. N. n'esta cidade em 1854. Era filho do dr. Ignacio Quintino d'Avellar, vereador da camara, medico muito conhecido na capital, mas que abandonara ultimamente a clinica quasi por completo, e que falleceu em Lisboa no dia 30 de janeiro de 1901. O sr. Antonio Maria d'Avellar estudou na Escola Naval, chegando a ser guarda-marinha. Deixou, porém, esta carreira, e seguiu o curso de engenharia civil, que completou em 1879. N'este mesmo anno, a 23 d'outubro, entrou para o serviço da Camara Municipal, e mais tarde foi nomeado lente de construcções civis do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa, sendo sempre muito estimado e considerado. Engenheiro civil dos mais abalisados do importante cargo

que occupa na Camara Municipal, muitas vezes substituiu, durante longos periodos, o director geral das obras municipaes, o conselheiro Ressano Garcia. O seu nome está ligado a todos os melhoramentos que se tem feito em Lisboa, e a Camara Municipal, onde goza da maior consideração pela sua autoridade como technico, galardoou-o ha muito tempo, dando o seu nome a uma das ruas da capital, ainda em construcção. Por morte do antigo inspector dos incendios Augusto Ferreira, ficou sendo inspector interino, cargo que exerceu até ser nomeado o actual inspector, sr. Emygdio Lino da Silva Junior.

Avellar *(Braz de).* Pintor do seculo XVI, mas a respeito do qual poucas noticias ha; sabe-se que vivia em 1510, e que pintou alguns quadros no convento dos Jeronymos em Belem. Diz-se que foi um dos artistas que el-rei D. Manuel mandou estudar a Italia. Fr. José Pereira de Sant'Anna, na *Chronica dos carmelitas*, fala d'elle, como um dos pintores do mosteiro de Belem, sem indicar quaes são os seus quadros, assim como dos que existiam nos vãos das columnas da capella-mór da egreja do Carmo, em Lisboa, e que representavam: A *Purificação de Nossa Senhora*, a *Fugida para o Egypto*, e a *Annunciação.*

Avellar *(Eduardo de).* Medico formado pela escola de Paris. N. em Lisboa no anno de 1866, e falleceu n'esta mesma cidade, a 8 d'abril de 1901. Concluidos os primeiros estudos, foi para Paris, onde seguiu com distincção o curso de engenheiro agronomo. Veiu a Lisboa, e pouco tempo depois partiu de novo para Paris, dedicando-se á carreira medica, cujo curso fez brilhantemente, distinguindo-se nos estudos bacteriologicos. Terminou o curso de medicina em 1890; durante muito tempo foi externo nos hospitaes de Paris e preparador de bacteriologia no consultorio do dr. Chanternesse, onde collaborou nos estudos do soro antityphico. Fez parte da Sociedade philologica de Paris, sendo professor de portuguez, e da Sociedade Anatomica. Quando se celebraram as festas do centenario da descoberta do caminho maritimo para a India, Eduardo Avellar tomou parte activa nos festejos que se promoveram em Paris pela colonia portugueza, e fez uma conferencia sobre Vasco da Gama, na Sociedade de Geographia, de Lille. Pouco tempo antes do fallecimento, regressou a Lisboa, no intuito de exercer clinica, e estabelecer aqui a sua residencia. Repetiu na Escola Medico-Cirurgica os exames do curso de medicina, concluiu a sua dissertação inaugural, e preparava-se para these, quando a morte o veiu arrebatar, tendo apenas 35 annos de edade. Eduardo de Avellar era muito estimado em Paris pelas colonias portugueza e brazileira, e em Lisboa já se tornara muito conhecido pelos seus trabalhos bactereologicos e de laboratorio. Tinha a medalha dos hospitaes de Paris, por serviços humanitarios.

Avellar *(Emilio de)* Medico especialista de doenças das vias urinarias. Era natural do districto de Ponta Delgada; fal. em S. Thomé, em 1894. Concluido o curso de medicina na Escola Medico Cirurgica de Lisboa, foi com seu irmão Francisco d'Avellar, delegado de saude aposentado da capital, exercer clinica em S. Miguel, onde em breve conquistaram os dois irmãos a maior fama pelas curas quasi milagrosas que alcançaram no estudo da especialidade a que se tinham dedicado. Eram dois medicos notaveis e dois irmãos muito amigos e affectuosos. O dr. Emilio d'Avellar, depois de viajar muito pelo estrangeiro, observando o que havia de melhor no sua especialidade medica, veiu com seu irmão estabelecer-se em Lisboa, alcançando logo uma larga clinica, pela fama que os acompanhava. Chamado mais tarde, em 1894, a S. Thomé, para operar um doente, que reclamava o seu auxilio, cheio de fé, como seu unico recurso, o dr. Avellar não hesitou um momento, e partiu para aquella região africana. Salvou o doente, mas foi victima da sua dedicação, porque falleceu pouco depois, sendo atacado d'uma febre biliosa.

Avellar *(Emilio Severino de).* Medico formado pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. Escreveu e publicou em Lisboa, 1861, a these inaugural: *Algumas considerações a proposito de um caso de kisto piloso do ovario.*

Avellar *(Filippe Nery Soares de).* Escriptor do seculo XIX. Ignora-se a data do nascimento; fal. em Lisboa, em grande miseria, com mais de 70 annos de edade, a 12 de novembro de 1865. Era filho d'um desembargador. Teve uma boa educação, conhecia as linguas franceza, ingleza e latina; ultimamente vivia só, e do producto d'algumas traducções, de que se encarregava. Era homem de genio excessivamente irascivel, e de caracter independente até á rudeza. Solicitou differentes empregos, e como não alcançava despacho dentro de poucos dias, gritava contra o ministro e na sua propria presença. Morreu na maior miseria, tendo habilitações para seguir qualquer carreira honrosa mais ou menos lucrativa, mas o seu genio fogoso e arrebatado, o que conservou até á morte, e a independencia do seu caracter, muito o prejudicaram, obstando que obtivesse uma collocação que lhe désse meios para viver. Escreveu: *A legitimidade da exaltação do sr. D. Miguel 1.º ao throno de Portugal, demonstrada por principios de Direito natural e das gentes*, Lisboa, 1828; *Que relação ha entre a legitimidade de um governo, e o seu reconhecimento pelas potencias estrangeiras? Questão que resolveu, e aos bons portuguezes offerece*, etc., Lisboa, 1832. Ambos estes opusculos trazem em si encorporados uns breves pareceres, ou censuras laudatorias de José Agostinho de Macedo, e por isso ha quem os tenha colligidos com as obras do referido padre. Escreveu mais: *Os inglezes*, Lisboa, 1840; *O ministerio e o systema fiscal*, Lisboa, 1852; *Memoria sobre a educação da mocidade, e instrucção publica, dedicada ás Côrtes geraes e constituintes da nação, etc.*, Lisboa, 1822; *Memoria sobre as alfandegas*, Lisboa, 1859.

Avellar *(D. Francisco de).* Deão da sé de Portalegre, no anno de 1559; nomeado depois pelo cardeal-rei D. Henrique, prior-mór da ordem de S. Bento d'Aviz, cuja prelazia administrou zelosamente por espaço de vinte annos. Era natural de Torrão, no Alemtejo. Adoecendo gravemente em Portalegre, falleceu, deixando recommendado no testamento que o seu corpo fôsse depositado no convento das religiosas bernardas de Portalegre, d'onde seria trasladado para o convento d'Aviz. Falleceu em 1599. Escreveu: *Tratactus de antiquitate, et primordiis Ordinis Militaris Avisiensis.*

Avellar *(Fr. Francisco de).* Religioso dominicano, e prégador da sua ordem. Passou á India

como missionario, e assistiu alguns annos no convento de Gôa; foi mandado pelo parocho d'uma egreja nos Rios de Senna em Moçambique, cujo logar administrou com ardente zelo, sendo visitador e commissario geral d'aquellas terras por nomeação do tribunal do Santo Officio. Entre as muitas conversões que fez n'aquella gentilidade, a mais importante foi a do principe D. Diogo, filho do imperador de Monomotapa, que desejou trazer a Portugal em sua companhia, mas que não pôde conseguir. Estando residindo em Tete, foi encarregado por Diogo Simões Madeira, de trazer á Europa em 1615 uns minerios de prata, encontrados nas serras de Chicova, no sertão de Moçambique, pertencentes ao soberano de Monomotapa. Estas minas de prata da Chicova fôram depois por muito tempo o sonho de todos os governos de Portugal e a causa da perda de muita gente, e de muitos esforços, que melhor se podiam aproveitar empregando-se em revolver aquelle fertilissimo solo de Moçambique. Escreveu, e deixou em manuscripto: *Relação das Minas de prata da Ethiopia Oriental do Imperio de Monomotapa, e das cousa necessarias pertencentes para sustentação e conservação d'ellas e dos Rios de Cuama.* O original conservava-se na livraria do convento de S. Domingos, de Lisboa, firmado com o signal do autor.

Avellar *(Francisco Severino de).* Cirurgião medico pela Escola Medico-Cirurgica, de Lisboa. Publicou a these inaugural: *Parto prematuro artificial.* Era irmão do dr. Emilio de Avellar V. *este nome.*

Avellar *(Gaspar Borges de).* V. *Borges d'Avellar.*

Avellar *(Guilherme Quintino de).* N. em 1799, fal. a 27 de dezembro de 1873. Era filho primogenito do dr. Ignacio Quintino de Avellar, e de sua mulher D. Maria Mauricia de Sousa d'Avellar. Estando em Angra do Heroismo com seu pae, que exercia clinica com bastante fama, foi por este mandado educar n'um collegio em Londres, chegando a estar empregado n'uma importante casa commercial d'aquella cidade. Veiu para a ilha Terceira em 1819, e logo foi empregado na Junta Real da Fazenda dos Açôres. Em 1821, tendo apenas 22 annos, tomou parte muito activa em todos os trabalhos que prepararam, desenvolveram e effectuaram a acclamação do governo constitucional na ilha Terceira. Por essa occasião foi elle uma das victimas da contra-revolução tramada pelo general Stockler, que o mandou encarcerar, conservando-o incommunicavel pelo espaço de 45 dias, que tal foi o intervallo entre a sua prisão e a chegada da fragata *Perola*, que de Lisboa trazia ordens para o resgatar e aos seus companheiros de infortunio. Depois de se apresentar á Junta, foi empregado n'uma secretaria de negocios estrangeiros, que se improvisou, e de que elle ficou sendo a um tempo, official maior, secretario e amanuense. A escolha de Guilherme de Avellar para este logar, foi por se reconhecer a indispensavel necessidade de entabolar correspondencia com a Inglaterra, e elle manejar correctamente as linguas franceza e ingleza. Em maio de 1827, sendo regente a infanta D. Izabel Maria, foi nomeado escrivão da mesa grande da alfandega de Ponta Delgada, para onde partiu a exercer o seu novo emprego. Quando soube que em Lisboa se estabelecera o governo absoluto de D. Miguel, só pensou em procurar ensejo de correr ao ponto onde se levantasse o primeiro grito de guerra contra o regimen. No principio de 1829 despontou na ilha Terceira a luz crepuscular da revolução; organisou-se o governo provisorio, que depois foi a Regencia em nome da rainha D. Maria II, sob a presidencia do marquez de Palmella. Guilherme de Avellar, apenas teve conhecimento d'esta regencia, fugiu da ilha de S. Miguel e veiu offerecer-se ao serviço da causa liberal. Entrou na batalha da Villa da Praia, a 11 d'agosto do referido anno de 1829, batalha que foi o primeiro passo das armas liberaes n'aquella campanha fratricida. Depois de se ter conseguido sublevar as ilhas do Fayal e Pico, faltava a mais importante do archipelago açoriano, a ilha de S. Miguel, que se via mais bem guardada e defendida pelo governo miguelista. Guilherme de Avellar, tendo estado já em Ponta Delgada, offereceu-se para alcançar uma correspondencia secreta, mais ou menos regular, o que conseguiu, sendo esta correspondencia sustentada em S. Miguel por alguns amigos e correligionarios seus. Era preciso, antes de partir a pequena expedição que devia ir áquella ilha, enviar um explorador energico e dedicado, que merecesse a confiança da Regencia. Foi Guilherme de Avellar o escolhido, e por ordem passada a 2 de julho de 1831, tomou o commando da chalupa *Water Witch*, *Feiticeira*, recebendo a seu bordo um pequeno destacamento d'artilheiros, sob as ordens do tenente Baldy, bem como o capitão d'engenheiros Pombo, que a Regencia enviava para colher algumas notas graphicas da configuração das costas. A chalupa seguiu a derrota, e sem que os navios inimigos o percebessem, poude obter boas noticias e voltar á Terceira no fim de 80 horas de viagem. A chalupa, com o mesmo commandante, voltou ainda a S. Miguel, não só para rectificar as primeiras pesquizas, como para marcar definitivamente o ponto de desembarque, levando por esse motivo, a seu bordo Mousinho d'Albuquerque e o major Pacheco, como cabos de guerra dos que tinham de conduzir o assalto, findando assim o diligente barco a importante serie dos actos preparatorios, que antecederam e facilitaram a tomada da ilha. Embarcado aquelle troço de valentes, com o seu denodado e sereno general á frente, o conde de Villa Flôr, a pequena flotilha chegou a S. Miguel no dia 1 de agosto de 1831. O desembarque foi dos mais arrojados, e a memoravel batalha da Ladeira da Velha, que se lhe seguiu, assegurou ás armas liberaes a conquista da ilha. Guilherme de Avellar era então voluntario do batalhão nacional d'Angra, e obteve embarcar com a divisão expedicionaria; apresentou-se ao commandante do batalhão academico, João Pedro Soares Luna e ás suas ordens tomou parte na referida batalha, em que muito se distinguiu. Em cartas escriptas pelo marquez de Palmella, e Soares de Lima, lêem-se phrases muito elogiosas ao valor e merecimentos de Guilherme de Avellar. Aprомptando-se a expedição, que de S. Miguel veiu desembarcar nas praias do Mindello, Avellar quiz acompanhal-a, mas uma ordem expressa para permanecer na ilha, o obrigou a desistir. Extranhando a ordem, dirigiu-se ao proprio imperador, e D. Pedro lhe disse, que precisava conservar ali os seus leaes serviços

que prestara á causa da rainha. Depois da partida da expedição, ainda continuaram por algum tempo os cuidados e perigos dos liberaes, por terem ficado espalhados pelas montanhas uns guerrilhas facinorosos, que inquietavam e faziam extorsões nas villas e povoados, onde se atreviam a descer. Restava organizar as finanças e a administração no archipelago, o que não foi descurado, a distancia, pelo ministro da fazenda Mousinho da Silveira, na cidade do Porto. Um dos primeiros assumptos de que se tratou, e que era d'alguma importancia, foi este: tinha circulação exclusiva na ilha de S. Miguel uma moeda de bronze do valor de 100 réis, a que o povo chamava *malucos*, e que era para o commercio de retalho, um cancro que importava destruir d'um golpe e a todo o transe, por isso mesmo que a sua falsidade, ou antes, *verdadeira fabricação particular*, tinha attingido o maior descaramento. Havia uma commissão nomeada para a supressão d'aquella moeda, mas na realidade foi Guilherme de Avellar quem a conseguiu. Empregando apenas a quantia de 7:000$000 réis, de que podia dispôr na qualidade de administrador geral dos tabacos, cargo para que fôra despachado em abril de 1832, e usando da influencia de todas as suas relações, promettendo quitação do governo aos arrematantes das rendas publicas e aos negociantes; e desenvolvendo a maior energia e actividade, viu coroados os seus esforços recolhendo em poucas horas do dia 6 de novembro d'aquelle anno, a quantia de 73:685$000 réis, que a tanto montaria, pouco mais ou menos, a moeda em giro. Estes trabalhos fôram julgados pela Regencia dignos do maior louvor, dizendo-se officialmente em portaria de 28 de janeiro de 1833, que Guilherme Quintin0 de Avellar era elogiado *pelo vivo interesse e zelo que por tal occasião desenvolveu, a exemplo de que por muitas outras o seu reconhecido patriotismo lhe tem feito pôr em pratica.* Da lealdade e desinteresse com que sempre se houve em todas as commissões de confiança de que se encarregou, é prova muito honrosa uma carta particular que recebeu de Mousinho da Silveira. Em 11 de abril de 1833 entrou no porto de Ponta Delgada o primeiro navio de guerra com o pavilhão liberal, era a corveta *Portuense*, que tinha trocado o titulo para o de *Constituição*. Vinha arribada e desprovida de tudo, devendo-se muitos mezes á marinhagem, faltando mantimentos, e vendo-se toda aquella gente com o vestuario rasgado. O commandante requereu repetidas vezes ás autoridades pedindo auxilio, e o recebedor geral dava em resposta que os cofres estavam exhaustos. E era verdade, porque até o saldo da administração do tabaco, havia sido remettido para o continente. Guilherme de Avellar não tinha dinheiro, nem seu, nem nas caixas do tabaco, que geria, porque, como fica dito, todos os fundos publicos se haviam esgotado. Empenhou-se, conseguiu levantar dinheiro, e forneceu a corveta de tudo quanto precisava. Tendo collocado o navio em condições de regressar ao Porto, ajuntou de toda a parte os tabacos que excediam o consummo, e aproveitou o ensejo de os remetter por elle com segurança. Quatro mezes depois de estabelecido o governo constitucional, Avellar requereu e obteve licença de voltar para Lisboa, onde chegou em novembro de 1833. O contrato do Tabaco foi depois concedido, a outra pessoa, e Guilherme de Avellar entregou a administração. Ficou quasi tres annos esquecido, e nos principios do anno de 1836, encontrou-se com o duque da Terceira, que era seu verdadeiro amigo e ignorava que elle estivesse em Lisboa. Graças a este encontro, foi nomeado administrador da alfandega de Ponta Delgada, mas por fatalidade, deram-se logo circumstancias que o obrigaram a rejeitar. Dispunha-se a partir, quando soube que o seu antecessor fôra demittido por intrigas e calumnias, e procurava justificar-se. Avellar concorreu muito para esta justificação, e no mesmo decreto que concedia a exoneração a Guilherme d'Avellar, para ser depois convenientemente collocado, tambem reintegrava o antigo empregado. Sómente em agosto de 1836, estando vago em Setubal o officio de guarda-mór de sal e lastros, pelo fallecimento da pessoa que o exercia, foi Avellar provido n'aquelle logar, que exerceu até 1844, epoca em que o demittiram por ter mostrado sympathias pela revolta de Torres Novas. Não podia encarar a sangue frio os golpes com que pretendiam anniquilar a liberdade que tanto custára a implantar, e por isso todas as revoluções liberaes e progressistas o contaram sempre nas suas fileiras até 1848, em que tambem militou, sendo chefe d'um batalhão popular das forças commandadas pelo visconde de Sá da Bandeira. Por decreto de abril de 1852, tendo terminado as luctas civis, foi nomeado director do Circulo das Alfandegas do Algarve. Guilherme Quintino de Avellar tinha um caracter franco e generoso, dedicado até ao sacrificio, e soube supportar todas as contrariedades e desgostos com a superioridade d'uma consciencia sem macula. Seu filho, o dr. José d'Avellar, já hoje fallecido, escreveu um interessante folheto, consagrado á memoria de seu pae, com o titulo: *Alguns factos da vida de um liberal obscuro.*

Avellar *(Ignacio Quintino de)*. Medico distincto, e pratico de larga clinica, apesar da sua vida accidentada de trabalhos e soffrimentos, originados pelas suas idéas liberaes e fervor nas lides da revolução politica do principio do seculo XIX. N. a 10 de fevereiro de 1776, fal. em 1837. Era filho de Antonio Francisco Ignacio Quintino, e de sua mulher D. Maria Antonia d'Avellar, irmã do celebre dr. Felix d'Avellar Brotero. Seguiu o curso da Universidade de Coimbra, e estava fazendo clinica em Lisboa quando se deu a revolta, conhecida pela *setembrisada*, em 1810. Foi preso por jacobino com um grupo de liberaes, sendo todos encerrados na *Casinha*, como então se chamava a Inquisição, que era no local do theatro de D. Maria. D'ali foi Avellar deportado para a Gollegã, onde o juiz de fóra o denunciou como homem perigoso; vindo novamente a Lisboa, o mandaram para bordo da fragata *Amazona*, que partiu para a ilha Terceira, levando a seu bordo mais trinta e seis companheiros, *os setembrisados*, sendo todos encerrados no castello de João Baptista. Quando a fragata *Amazona* sahiu a barra de Lisboa, as familias dos deportados politicos não souberam o destino que levaram. Ignacio Quintino d'Avellar era casado com D Maria Mauricia de Sousa, de quem teve muitos filhos. A pobre senhora empregou todos os esforços possiveis para saber onde seu marido existia; correu então em Lisboa o boato, de que a fragata fôra para Madeira, e a dedicada esposa não

hesitando um momento, embarcou para aquella ilha em companhia de seus filhos. Chegando á Madeira, soube com bastante magua que a fragata *Amazona* não aportara ali, nem se sabia noticia alguma a seu respeito. A desolada mãe e seus innocentes filhos permaneceram no Funchal até 1811, anno em que lhe disseram que seu marido estava na ilha Terceira, preso n'um carcere do convento de S. Francisco, com ferros aos pés, incommunicavel e com sentinellas á vista. Conseguindo fretar um fragil barquinho, n'elle se passou com seus filhos á Terceira. Em 1813 tinham já mudado as circumstancias, e Ignacio d'Avellar, estabelecido em Angra, grangeára reputação de bom medico, e exercendo clinica, auferia os proventos sufficientes para se manter e á sua familia. Assim esteve até 1820, anno em que rebentou a revolução liberal em Lisboa, tomando parte, juntamente com os seus amigos e partidarios, no movimento que tambem se deu na ilha Terceira, que foi supplantado pelo general Stockler, sendo presos novamente Ignacio d'Avellar e os seus companheiros. Estando, porém, já estabelecido em Lisboa o governo liberal, foi logo á ilha a fragata *Perola*, e os presos fôram postos em liberdade, sendo todos transportados para a capital. Avellar estabeleceu-se então outra vez em Lisboa com sua familia; mas em 1823, sendo novamente perseguido, emigrou para Gibraltar, passando d'ali a Pernambuco, d'onde sahiu pouco depois, por ter chegado no momento em que rebentára a revolta contra os portuguezes de que resultou a independencia do Brazil. Avellar embarcou então n'um navio inglez, que o trouxe novamente a Gibraltar, onde esteve até 1826, epoca em que voltou a residir na capital, retomando o exercicio da sua clinica. Durante o governo de D. Miguel, já cançado por desgostos e trabalhos, não pensou em fugir, julgando-se a coberto de perseguições, por estar afastado da politica e ter na sua clientela pessoas de influencia no partido absolutista. De nada, porém, lhe valeu a protecção dos amigos, e em 1831 foi preso, juntamente com dois filhos adolescentes, e encerrado no Limoeiro, onde esteve alguns mezes, escapando ao encerro da Torre de S. Julião, por esforços e diligencias dos mesmos clientes e amigos, que não cessaram de o proteger. Ignacio Quintino d'Avellar era homem laborioso, d'estes que sabem arrostar sem lastimas o peso dos seus encargos, e supportam as vicissitudes da vida e os embates e naufragios da politica com a philosophia e verdadeira superioridade, que nascem das crenças firmes nos preceitos da liberdade e da confiança no proprio trabalho. Era chefe d'uma numerosissima familia, porque sua esposa, D. Maria Mauricia de Sousa de Avellar, lhe dera 36 filhos, isto é, contando os que sobreviveram, os que morreram em creança, á nascença, e alguns partos prematuros e abortos. Esta senhora havia casado aos 14 annos, e fôra mãe aos 15. Por muitas vezes a differença de edade entre um e outro filho, foi apenas de 10 mezes. Teve o ultimo, que foi um mau successo, na edade de 48 annos, e falleceu, com 53, no anno de 1835. No cemiterio oriental ha o tumulo dos Avellares, que é digno de nota, onde se lê n'uma inscripção que foi erguido á memoria dos paes *por oito filhos sobreviventes dos trinta e seis que fôram.* O filho primogenito foi Guilherme Quintino de Avellar. *V. este nome.*

Avellar *(João de).* Official que militou no Oriente. Sendo mandado em 1529 por Lopo Vaz de Sampaio, governador geral da India, com 80 espingardeiros em auxilio de Nizam Melek, soberano das terras onde ficava Chaul, contra o rei de Cambaya, que lhe tomara um castello, alcançou recuperar em tres horas essa fortaleza que resistira tres mezes aos ataques dos indios, e que por estes era julgada inexpugnavel.

Avellar *(João Antonio de)* Official d'artilharia no exercito da India, e antigo director da imprensa nacional de Nova Goa, cargo que desempenhou desde 1839 até 1851, e em que foi substituido por Filippe Nery Xavier. Era muito dedicado á litteratura, e escreveu o seguinte: *A bibliotheca de Gôa*, jornal litterario; appareceu o 1.º numero em janeiro de 1839; *Compilador*, semanario pittoresco; sahiu em duas series, com gravuras intercaladas no texto; a 1.ª durou de 7 d'outubro de 1843 a 31 de dezembro de 1844; a 2.ª, em que passou a quinzenal, appareceu em julho de 1847, e terminou em dezembro do mesmo anno: *Formulario encyclopedico, ou collecção de receitas applicaveis á agricultura, artes, officios e economia domestica; compilação por um curioso*, Gôa 1850.

Avellar *(José Alexandrino de).* Cirurgião medico pela Escola-Medico-Cirurgica de Lisboa. Natural da ilha de S. Miguel; fal. em Lisboa ha alguns annos. Era filho de Guilherme Quintino d'Avellar *(V. este nome).* Defendeu these em 13 d'outubro de 1859, sendo approvado com louvor. Fizera o curso com muita distincção. Foi guarda-mór de saude de Belem, e pertenceu a diversas commissões de serviço publico, especialmente incumbidas da resolução de importantes questões sanitarias. Collaborou em alguns jornaes e sustentou uma interessante controversia ácerca d'uns casos de molestia contagiosa com o dr. Sousa Martins. Publicou a these inaugural, em 1859, intitulada: *Cancro das... extirpação.* Escreveu tambem um opusculo: *Alguns factos da vida de um liberal obscuro*, em que narra factos importantes da vida de seu pae, acompanhados d'alguns documentos muito honrosos.

Avellar *(Luiz de).* Mestre em artes, bacharel em canones pela Universidade de Coimbra, e muito estudioso nas disciplinas mathematicas como seu pae. Era natural de Lisboa, e filho de André d'Avellar, distincto mathematico *(V. Avellar, André de)*, e de sua mulher Luiza Maria. Compoz e dedicou a André d'Almeida, lente de prima de theologia: *Nox Attica, hoc est, Dialogus de impressione Methereologica, etc. Cometa anni Domini 1618*, Conimbricæ 1619.

Avellar *(Manuel Ignacio de).* Governador da ilha de Porto Santo. N. a 6 de março de 1772; fal. em Tête no anno de 1825. Era filho de Antonio Francisco Ignacio Quintino, e de D. Maria Antonia de Avellar, irmão de Ignacio Quintino d'Avellar, e sobrinho do celebre dr. Felix d'Avellar Brotero, que era irmão de sua mãe. Ficando viuva aos 42 annos de edade, mas com a viuvez preludiada pelos transtornos e tratamento da doença cerebral que matou seu marido, D. Maria Antonia d'Avellar, vendo-se cercada de filhos, fez prodigios de economia e trabalho para da restricta lavoura e modesta propriedade do seu defuncto marido, tirar recursos com que pudesse educar seus filhos, e dar-lhes boa collocação. Manuel

Ignacio d'Avellar fez parte da guarnição da nau *Gigante*, que naufragou na costa, quando sahiu a expedição chamada do *Roussillon;* foi um dos que se salvaram n'uma jangada que veiu parar á barra da Figueira da Foz. Proseguindo na carreira das armas, tornou-se muito distincto a bordo da esquadra do marquez das Minas, que se destinava ás costas da Tunisia, ganhando postos pelos seus actos de valentia e audacia. Quando embarcou, era então simples sargento de mar e guerra. Foi Manuel d'Avellar quem propoz e se offereceu para, com lanchas bem guarnecidas e petrechadas, ir lançar fogo aos chavecos tunisinos, o que poude conseguir, não sem grandes perdas, mas com muita temeridade, pois os marroquinos estavam apercebidos, e fizeram a maior resistencia com mosquetes e artilharia. Por este feito foi logo promovido a tenente e governador d'um districto d'Angola, onde pelo seu caracter aguerrido e trabalho incessante, manteve sempre em respeito e submissa vassallagem os sóbas mais irrequietos, e refractarios á soberania da metropole. No governo da ilha do Porto Santo, sendo já brigadeiro graduado e condecorado com ordens militares, fez importantes serviços especialmente á agricultura; foi o primeiro que ensaiou ali a cultura da papoula, que ao proprio dr. Brotero, que examinou alguns fructos, pareceu que seria de vantagem. Comtudo, Manuel d'Avellar ia desanimando por vêr o abandono em que a metropole o deixava, com prejuizo da sustentação e administração d'aquella ilha; escrevendo a sua mãe, patenteou-lhe este facto, e D. Maria Antonia d'Avellar, sempre energica e decidida, immediatamente se embarcou para o Rio de Janeiro, apresentando-se ali a D. João VI, e expondo-lhe desembaraçadamente as queixas e requisições de seu filho, e as reformas e medidas que importava tomar; foi tal a impressão que as suas palavras produziram no animo do soberano e dos seus conselheiros, que D. Maria d'Avellar voltou ao reino munida d'um diploma regio em que muito se recommendava á regencia que *em tudo attendesse ás requisições e proposições d'aquella respeitavel matrona.* Esta senhora falleceu em Lisboa em 1814, com 76 annos de edade. Manuel Ignacio d'Avellar casou com D. Maria Ephigenia d'Avellar, e d'este matrimonio houve tres filhas e um unico filho varão, que foi o dr. José Maria de Avellar Brotero, que passou a residir no Brazil, tendo sido lente da Universidade de S. Paulo. Em 1825 foi despachado governador de Rios de Senna, e tendo perdido n'essa viagem fatal sua mulher e uma das filhas, chegou a Tête, onde pouco tempo depois tambem falleceu.

Avellar *(Martim de).* Militar, que deixando o serviço da patria, passou ao serviço do sultão de Bentam. Tendo fama de grande estrategico, ou como diz Gaspar Correia nas *Lendas da India, grande homem em ardis de guerra*, veiu em 1524 cercar a fortaleza de Malaca, commandando um poderoso exercito de terra e mar. Apezar d'estas numerosas forças, foi repellido, tendo de fugir para salvar a vida.

Avellar *(D. Fr. Martinho de).* Mestre da ordem d'Aviz, para que foi eleito em 1357, e governou pelo espaço de 7 annos, até 1364, anno em que lhe succedeu o infante D. João, filho natural de D. Pedro I, que mais tarde subiu ao throno, com o titulo de D. João I, o Mestre d'Aviz.

Avellar. Pov. e freg. do Espirito Santo, na prov. da Extremadura, conc. e com. d'Ancião, d'onde dista 10 k., distr. de Leiria e bisp. de Coimbra; 1:135 hab. e 304 fog. E' delegação postal, recebendo e expedindo malas por Figueiró dos Vinhos, tendo serviço de encommendas, etc. A pov. está situada em campina rasa e fertil. O cura, que tinha de rendimento 30$000 reis, era apresentado pelo vigario de Aguda, de cuja freguezia fez parte em epocas muito remotas, e de que se separou no anno de 1680. Avellar pertenceu ao conc. de Figueiró dos Vinhos, mas ficou annexada ao de Ancião por decreto de 7 de setembro de 1895. A terra cria muito gado grosso e miudo, e tem bastante caça; é pertencente á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 15, com a séde em Thomar. El-rei D. Manuel deu-lhe foral em Lisboa, a 12 de novembro de 1514. Em Avellar ha fabricas de meias, camisolas, chales e fazendas de lã; no segundo domingo de cada mez, realisa-se uma importante feira, em que abunda o gado bovino, lanigero, suino e asinino. N'esta freg. existe a devota imagem de N. S.ª da Guia, a que annualmente se consagram grandes e vistosos festejos. Ha pouco escripto que nos esclareça ácerca da origem d'esta devoção, se bem que a piedosa tradição conservada no povo, a faz remontar a alguns seculos. Miguel Leitão d'Andrada, autor da *Miscellanea*, peregrinando pela estrada de Pedrogão, não muito longe d'Avellar, cahiu-lhe o burro em que montava, e implorando fervorosamente o auxilio da Senhora da Guia, não teve desastre algum, o que contou como milagre. Esta Senhora parece dever ser a de Avellar, por não constar que exista outra as-

Capella de Nossa Senhora da Guia

sim intitulada n'estas proximidades. A lenda diz, que ao norte da villa, n'um sitio chamado *Fetal*, apparecia frequentes vezes aos pastores uma formosa menina penteando-se, e que desapparecia, quando elles se aproximavam. Algum tempo

depois, sendo já conhecido este facto em toda a povoação e considerado milagre, o povo construiu uma pequenina capella, onde collocaram uma imagem da Virgem. Mais tarde edificaram nova capella, com o producto das esmolas de muitos devotos, que concorriam, implorando o auxilio divino, até que em 1767, a capella foi ampliada e transformada, como se vê hoje, e que está servindo de egreja parochial, contendo magnificos azulejos e boas obras de talha dourada. A administração dos rendimentos de N. S.ª da Guia, que são importantes, está confiada a uma commissão, sendo o administrador de nomeação regia. Com estes rendimentos teem-se feito obras de grande importancia, entre as quaes se conta a fundação d'um bom hospital, construcção moderna, devida ao estudo do dr. Costa Simões; foi inaugurado em 1894, e recebe doentes, não só da freguezia de Avellar, como das freguezias visinhas, conforme o permittem as finanças. Contiguo ao hospital e á capella ha um espaçoso arraial, que é um dos primeiros da provincia, calcetado, arruado e arborisado, tendo ao centro um coreto. A festa de N. S.ª da Guia realisa-se com a maior pompa, e é uma das mais populares e concorridas da provincia da Extremadura, tornando-se egualmente curiosa pelas cerimonias que se fazem. Toda a villa se reveste de galas, os romeiros reunem-se ali, de todas as classes e parochias, vindo alguns de logares muito distantes; o povo da terra traja os melhores vestuarios, as mulheres trazem nas orelhas custosas arrecadas de ouro, e ao pescoço grande profusão de cordões e joias de valor, algumas muito antigas. As offerendas e esmolas para o culto da Virgem sobem a mais de um conto de reis. Para aq' ellas festas costumam ser chamados bons musicos e afamados prégadores; vêem-se ali pequenas barracas de fórmas variadas, com diversas fazendas de lã e algodão e outros generos etc., que se dispõem ao longo dos alpendres de ferro e alvenaria especialmente construidos para esse fim; pelas ruas arma-se fogo de vista, e por toda a parte se ouve o estrondear dos foguetes e das bombas. As festas realisam-se no primeiro domingo de setembro, e nos tres dias anteriores. N'estes dias vão chegando os romeiros; ha canções populares e danças, quer ao ar livre, quer em casa. A celebrada festa do forno é a cerimonia mais importante; não se conhece o que lhe deu origem, tanto em Avellar como nas povoações limitrophes. Em Pombal, que não fica longe da villa, encontram-se bastantes pormenores ácerca do seu forno na festa de N. S.ª do Cardal, e parece ser esta festa que deu causa ás que no genero se effectuam ao sul e ao norte do paiz. Em Avellar sentia-se muita falta d'agua, especialmente durante os festejos; esta falta, porém, está já remediada, depois que se construiu um bom chafariz, que deita agua em abundancia. Nos tres dias de festa ha missa cantada por musica vocal e instrumental, sermão, ladainhas, executando-se tambem o hymno de N. S.ª da Guia, expressamente composto pelo dr. Alberto Rego. A egreja costuma ornamentar-se primorosamente. No sabbado em seguida á missa, organisa-se a procissão, que se compõe de irmandades com seus estandartes e pendões, grande numero de fogaças, muitos anjos e devotas que rodeiam o andor, onde a imagem se ostenta ricamente adornada. A procissão chega a um largosinho, onde está o forno, para o qual se sobe por uma larga escadaria. Ao lado do forno

Uma vista de Avellar, por occasião das festas a Nossa Senhora da Guia

vê-se uma méda de matto, e todos os romeiros ali vão buscar um mólhinho, que mettem no forno, alimentando assim o fogo que se ateia lá dentro. N'aquelle largosinho descança o andor, e então um homem vestido com uma tunica branca, ajoelha deante da imagem, e tomando na bocca o palmito que a Virgem tem n'uma das mãos, sobe a escadaria sobraçado com um grande bolo de cinco alqueires de trigo, e entra lestamente no forno, que percorre em volta, sahindo incolume, depois de lá ter deixado o bolo. Esta operação é rapida, e o homem que a faz, é sempre um descendente da familia, que de muitos annos vem praticando este acto, motivo de admiração d'aquelle povo, que o attribue a milagre de N. S.ª da Guia. Apenas o homem sahe, do forno fecha-se com uma porta de ferro volante, e a procissão regressa á egreja. No domingo seguinte,

Alpendres dos vendedores por occasião das festa

depois da solemnidade religiosa, procede-se á tiragem do bolo, que já deve estar cozido, cortando-se então em bocadinhos, que se distribuem pelos festeiros e devotos que teem concorrido com esmolas. ‖ Pov. na freg. de Santa Maria, de Adaufe, conc. e distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Aldeia das Dez, conc. d'Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. ‖ Pov. na freg. de S. Salvador, de Cabreiro, conc. d'Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna de Castello. ‖ Pov. na freg. de S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. ‖ Quinta na freg. de N. S.ª da Purificação, de Bucellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Avellar de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. do Bom Jesus, de Carapinha, conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Avellar Brotero *(Felix de)*. *V. Brotero.*

Avellar Collain *(Luiz José Silverio Telles de)*. Contador geral do Senado da camara de Lisboa, deputado da Junta da Fazenda, administrador geral das rendas das propriedades do mesmo Senado e juiz da Mesa de Ver-o-Pezo; cavalleiro professo na ordem de Christo. Nasceu em Lisboa a 20 de junho de 1748, sendo baptisado na freguezia de Santa Catharina do Monte Sinai, da mesma cidade, onde falleceu aos 3 de janeiro de 1817. Era filho primogenito de Paulo Telles de Avellar Collain, natural de Lisboa, e D. Thereza Gerarda Michaela de Mendonça, natural de Alcobaça. El-rei D. José I, por despacho de 19 de maio de 1770, o nomeou para o primeiro dos cargos referidos. Avellar Collain casou em 20 de junho de 1776, na freguezia de Nossa Senhora das Mercês, com sua prima D. Thereza Violante de Mendonça e Gamboa, filha de José Guilherme Correia Froes Salema, a qual falleceu em 15 de abril de 1804, e de quem houve duas filhas e um filho, Paulo de Avellar Telles *(V. este nome)*. O retrato que publicamos é reproduzido d'uma primorosa miniatura que, com outros documentos, nos foi amavelmente emprestada pelo sr. Alfredo Maria de Avellar Telles, um dos actuaes bisnetos de Avellar Collain.

Luiz José Silverio Telles Avellar Collain

Avellar Collain *(Paulo Telles de)*. Pae de Luiz José Silverio Telles de Avellar Collain, a quem se refere o artigo precedente. Era filho do sargento-mór da villa de Belmonte Luiz Telles de Avellar Leitão, que foi secretario e escrivão de fazenda o duque de Cadaval D. Nuno Alvares Pereira de Mello, natural de Lisboa, freg. de S. Nicolau, e o qual Luiz Telles, ao tempo do nascimento de seu filho, estava no palacio do marquez de Cascaes, no sitio do Borratem. Luiz Telles foi casado com D. Joanna Collain, filha de Thomaz Collain e de sua mulher Catharina Aufroi, todos naturaes de Paris. Paulo Telles teve por avós paternos a João da Costa Neto Telles, natural de Lisboa, casado com D. Izabel de Avellar Leitão de Carvalho, de S. Vicente da Beira. Foram seus bisavós paternos: Manuel da Costa Neto Telles, de Santa Suzana do Maxial, termo de Torres Vedras, morador em Monte Redondo, do mesmo termo, e sua mulher Olaia Domingas da Silva, natural de Bellas. Foram bisavós maternos: Sebastião de Avellar Leitão de Carvalho, capitão-mór da villa de S. Vicente da Beira e sua mulher D. Maria Rosalina da Silveira, ambos naturaes da mesma villa. Paulo Telles nasceu em Lisboa, na freg. de S. Nicolau, e casou em 8 de outubro de 1747 com D. Thereza Gerarda Michaela de Mendonça, natural de Alcobaça, filha do doutor Jorge de Negreiros Ferreira, ouvidor dos coutos, e de sua mulher D. Anna Maria Josepha de Mendonça. D'este consorcio houve seis filhos, sendo o mais velho o acima referido Luiz José Silverio. Em 6 de maio de 1782 falleceu Paulo Telles, sendo sepultado na egreja parochial de S. Bartholomeu da Charneca.

Avellar Machado. *V. Machado.*

Avellar Telles *(Frederico Ernesto de)*. Coronel da administração militar; ex-inspector geral interino dos impostos; actual chefe da 5.ª repartição da direcção geral da Secretaria da Guerra; commendador da ordem militar de S. Bento de Aviz e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; condecorado com a medalha militar de prata, da classe de comportamento exemplar. Nasceu em Lisboa, freg. da Pena, a 2 de novembro de 1846. E' filho de Victorino José de Avellar Telles (V. *este nome)* e de sua mulher D. Victorina Augusta da Cunha Reis. Assentou praça no posto de alferes em 15 de março de 1865, sendo promovido a tenente em 17 de março de 1875, a capitão em 15 de novembro de 1879, a major em 19 de janeiro de 1887, a tenente-coronel em 23 de abril de 1891 e a coronel em 28 de dezembro de 1899. Em 1 de outubro de 1902 a revista *Brazil-Portugal*, no seu n.º 89, publicou o retrato do sr. Avellar Telles, acompanhado das seguintes linhas, que synthetisam a sua biographia: «Este illustre official superior da administração militar é um funccionario distinctissimo, cuja intelligencia e correcção de proceder o apontavam agora para interinamente exercer o alto cargo de inspector geral dos impostos n'um periodo difficil. Intransigente sempre, como funccionario só conhece a lei e como homem só conhece o dever».

Avellar Telles *(Paulo de)*. Filho de Luiz Silverio Telles de Avellar Collain. Nasceu em Lisboa a 6 de março de 1781 e falleceu a 14 de fevereiro de 1848. Serviu com seu pae no Senado da camara de Lisboa, sendo despachado em 26 de julho de 1797 official-maior, e depois contador-geral, deputado, administrador geral das rendas das propriedades do Senado e recebedor do Marco dos Navios, cargos em que esteve até 1833; passando depois pela extincção do Senado para secretario da Commissão Municipal, logar em que se aposentou ao eleger-se a primeira Camara Municipal e por ser inteiramente desaffecto ao novo regimen. Porém, annos mais tarde, sendo instado, acceitou o juizo da Meza dos Impostos Municipaes, onde serviu até ao dia do fallecimento. Paulo de Avellar Telles casou em 11 de setembro de 1804 com D. Maria Catharina da Silva, filha de Salustiano Severino da Silva Lisboa. D'este consorcio houve nove filhos sobrevivendo aos paes os seguintes: D. Maria Camilla de Avellar Telles e Antonio Nicolau de Avellar Telles, os quaes falleceram no estado de solteiros; José Maria de Avellar Telles, que nasceu a 17 de setembro de 1814 e falleceu a 4 de março de 1871, tendo sido empregado na contadoria da Junta do Credito Publico, e casado com D. Emilia Carolina Carrilho, pae do sr. Alfredo Maria de Avellar Telles, actual chefe da repartição de contabilidade da secretaria da mesma Junta; e Victorino José de Avellar Telles, a quem se refere o artigo subsequente.

Avellar Telles *(Victorino José de)*. Filho de Paulo de Avellar Telles e de sua mulher D. Maria Catharina da Silva. Nasceu em Lisboa a 26 de fevereiro de 1816 e falleceu na mesma cidade em 16 de fevereiro de 1887. Casou a 25 de setembro de 1845 com D. Victorina Augusta da Cunha Reis, filha de José Pedro dos Reis. Foi por muitos annos thesoureiro da Santa Casa da Misericordia de Lisboa. Do seu consorcio houve, entre outros, os seguintes filhos, srs.: Frederico Ernesto de Avellar Telles *(V. este nome)*; Eduardo Adolpho de Avellar Telles, natural da Sapataria, onde nasceu na quinta do Montijo a 23 de julho de 1854, o qual desempenha actualmente o logar de primeiro official da Secretaria dos Negocios Estrangeiros; Leopoldo Arthur de Avellar Telles, que nasceu na freg. dos Anjos, de Lisboa, a 1 de maio de 1856, e que succedeu directamente a seu pae no importante logar de thesoureiro da Santa Casa da Misericordia de Lisboa.

Avellãs *(Castro de)*. V. *Castro de Avellãs.*

Avellãs de Ambom. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda; 405 hab. e 90 fog. A pov. dista 10 k. da séde do conc. O parocho era apresentado pelo bispo, e tinha de rendimento 180$000 réis. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 12, com a séde em Trancoso.

Avellãs de Caminho. Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. do Douro, conc. e com. de Anadia, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 593 hab. e 133 fog. Tem escola do sexo masc. e caixa postal. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie d'onde nada se descobre. A egreja foi annexa á de Sangalhos. A abbadessa do convento de Santa Clara, de Coimbra, apresentava o cura, que era coadjutor do vigario de Sangalhos, e tinha de renda 32$000 réis Os marquezes de Marialva eram senhores donatarios d'esta villa, e n'ella punham justiças. El-rei D. Manuel deu-lhe foral em Lisboa, a 13 de novembro de 1514. A terra é fertil, cria muito gado e tem caça. Pertence á 5.ª div. mil. o ao distr. de recrutamento e reserva n.º 24, com a séde em Aveiro.

Avellãs de Cima. Pov. e freg. de S. Pedro da prov. do Douro, conc. e com. da Anadia, distr. d'Aveiro e bisp. de Coimbra, 1:461 hab. e 392 fog. Tem escola do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada n'um alto, d'onde se vêem muitas povoações. E' fertil. Foi concelho. Era seu donatario Bernardino d'Almada e Noronha. Tinha sido dada por el-rei D. Manuel, em 1496, a Ruy Fernandes d'Almada, em recompensa dos serviços prestados a D. Affonso V e D. João II. O parocho era prior apresentado pela Universidade de Coimbra, precedendo concurso, com o rendimento 400$000 réis. Avellãs é terra muito saudavel e abundante d'aguas. D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 10 de janeiro de 1514. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 24, com a séde em Aveiro.

Avellãs da Ribeira. Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Beira Baixa, conc., distr. e bisp. da Guarda; 511 hab. e 139 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 20 k. da séde do conc. e está situada n'um valle entre duas pequenas serras muito asperas e penhascosas. O parocho era apresentado pelo cabido da sé de Vizeu, e tinha de renda 150$000 réis. Avellãs da Ribeira foi annexada ao conc. de Pinhel por decreto de 12 de julho de 1895, e voltou para o da Guarda pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva, n.º 12, com a séde em Trancoso.

Avelleda. Pov. e freg. de S. Cypriano, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 526 hab. e 101 fog. A pov. dista 11 k.

da séde do conc. e está situada n'um valle rodeado de outeiros. Era anexa á freg. de Meixedo, e por isso o abbade d'aquella freg. apresentava em Avelleda o cura, que tinha de renda 7$000 réis de congrua e o pé d'altar. Os seus montes criam algum gado e teem muita caça miuda. N'esta freguezia corre o rio do seu nome, que nascendo em Castella, morre no Sabor. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Douro, conc. e com. de Villa do Conde, distr. e bisp. do Porto; 661 hab. e 154 fog. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada em planicie, na costa do Oceano. E' terra fertil. Foi villa e honra, e hoje ainda muita gente lhe chama villa. A honra de Avelleda comprehendia toda esta freguezia, menos as aldeias Lagiellas e Além, que eram da Maia, a aldeia de Lavre na freguezia d'este nome, toda a freg. de Macieiro, e alguns moradores da freg. de Santa Christina de Matta e da de Villa Chã. A matriz foi feita em 1700. O parocho era apresentado pelo reitor de Santo Eloy da cidade do Porto, e tinha de rendimento 40$000 réis. E' tradição que a imagem de Santo André, que está na egreja, appareceu no sitio das *Preladinhas*, em umas pedras, que se chamam ainda hoje de *Santo André*. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 18, com a séde no Porto. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 380 hab. e 91 fog. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada parte em um plano, parte na encosta d'uma serra, d'onde se vê Braga. E' terra fertil e cria muito gado grosso e miudo. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. na freg. de S. Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. da Louzada, distr. e bisp. do Porto; 603 hab. e 153 fog. A pov. dista 5 k. da séde do conc. O parocho era abbade apresentado pela casa de Bragança, e tinha de renda 700$000 réis. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Carvalho, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Christovam de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Gatão, conc. d'Amarante, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. João Evangelista, de Guilhufe, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Pov. na freguezia de S Martinho e concelho de Penafiel, districto do Porto. || Pov. na freguezia de S. Christovam, de Pico de Regalados, concelho de Villa Verde, districto de Braga. || Pov. na freguezia de S. Vicente, de Pinheiro, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Sant'Anna, de Serapicos, conc. de Valle de Passos, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de S. Vicente, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Avelledas *(Quinta das)*. Na freg. de S. Thiago, de Filhadella, conc. e distr. de Villa Real.

Avelleira. Pov. na freg. de S. Gens e conc. d'Arganil, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Cepões, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Cossourado, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Espinho, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Sebastião, de Fornellos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de N. S.ª do Carmo, de Madeirã, conc. d'Oeiras, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de Santa Marinha, do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pencello, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S Paio, de Pousada, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Estevão, de Pussos, conc. d'Alvaiazere, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Rio Mau, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Villar de Moiros, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Casal na freg. de Santa Comba, de Villa Fonche, conc. dos Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello. || Quinta na freg. de Santo Adrião, de Cabaços, conc. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de S. Vicente, de Gallafura, conc. do Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || Quinta na freg. de S. Miguel, de Meruje, conc. d'Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de S. João Baptista, de Pinheiro, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de S. João Baptista, de Tavora, conc. de Taboaço, distr. de Vizeu. || Serra, na prov. do Douro, termo de Lorvão, com 6 k. de comprido e 3 de largo. Termina nas margens do Mondego. Tem tres braços: *Lassoura*, *Roxo* e *Cillada-Excommungada*, que todos terminam no referido rio. A serra é cultivada e fertil em alguns sitios, e tem muitos pastos e caça.

Avelleira d'Além e d'Aquém. Duas povoações na freg. de S. Martinho, de Milhundos, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Avelleiras. Pov. na freg. de S. João Evangelista, de Areias de Villar, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Maurelles, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Cypriano, de Refontoura, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Rio Frio. conc. dos Arcos de Valle de Vez, de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. João Baptista, e conc. do Sinfães, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de Santa Agueda, de Queiriz, conc. de Fornos d'Algodres, distr. da Guarda.

Avelleiro. Pov. na freg. de S. Salvador, de Freixo de Baixo, conc. d'Amarante, distr. do Porto.

Avellelas. Pov. na freg. de S. Pedro, de Aguas Frias, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. Está situada n'uma vasta e fertil planicie, que produz muito e bom vinho. Era da freguezia de Monforte, mas tornou-se independente em 1703. O abbade de Monforte ficou apresentando o cura, até 1834.

Avellinho. Pov. na freg. de S. Thiago, de Cepões, conc. e distr. de Vizeu. || Casal na freg. de S. Pedro, de Alverca, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Avellino *(André Antonio de)*. Doutor em medicina pela faculdade de Paris, graduado em 19 d'abril de 1836, e confirmado em Lisboa a 7 de junho do referido anno. N. na cidade de Horta, na ilha do Fayal, a 24 d'outubro de 1808, onde seu pae, do mesmo nome, era negociante matriculado. Exerceu clinica em Ponta Delgada, na ilha de S. Miguel, sendo conjunctamente medico do hospital da Misericordia e professor de pathologia interna, materia medica e clinica na Escola Medico-Cirurgica, creada por decreto de 29 de dezembro de 1836, até ser extincta em 1844. Foi reitor do Lyceu Nacional de Ponta Delgada e commissario dos estudos no districto Oriental dos Açôres, desde 1858; socio correspondente da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, socio effectivo da Sociedade de Agricultura Michaelense, e da dos Amigos das Letras e Artes, de S. Miguel. Escreveu: *Thèse pour le doctorat em Mèdecine: Diagnostic differentiel entre l'hèmorragie et le ramolissement cèrèbral*, Paris, 1836; *Memoria ácerca de dois casos de febre amarella, observados no Hospital da Misericordia de Ponta-Delgada*, Ponta-Delgada, 1858; *Discursos recitados nas sessões solemnes d'abertura das aulas do Lyceu de Ponta Delgada em 1859 e 1860*. Sahiram impressos no jornal michaelense *Santelmo*, nos n.os 19 e 43. Outros semelhantes discursos foram publicados em folhetos separados, todos em Ponta Delgada, nos annos de 1861 a 1867; *Discurso recitado em 10 de janeiro de 1862, por occasião dos suffragios mandados fazer pelos estudantes do Lyceu em memoria d'el-rei o sr. D. Pedro V*. Sahiu em o n.º 3 da *Persuasão*, de 15 de janeiro do referido anno. Collaborou n'alguns jornaes da localidade, e especialmente no *Correio michaelense*, dos annos de 1852 e 1853, publicando artigos sobre civilisação e instrucção publica e popular.

Avellino *(Antonio Cardoso de)*. V. *Cardoso Avellino.*

Avellosa. Pov. da freg. de N. S.ª da Graça, de Villa da Egreja, conc. de Sattam, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Penha Longa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Avelloso. Pov. e freg. de N. S.ª do Pranto, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Meda, distr. da Guarda, bisp. de Lamego; 433 hab. e 91 fogos. Tem caixa postal. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e o parocho era apresentado alternadamente pelo papa e pelo bispo, e tinha de renda 150$000 réis. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 21 de abril de 1514. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. na freg. de Santo Adrião, de Sul, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Pov. da freg. de S. Christovão, de Tendaes, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Aveloura *(Quinta de)*. Na freg. de S. Sebastião, de Maceira, conc. de Fornos d'Algodres, distr. da Guarda.

Avely. Logar fronteiro a Sanquelim, districto de Goa, na India. Na margem direita do rio Torlinoy-Volvota e n'uma eminencia d'este logar está a *avely*, ou casa grande, d'onde lhe provém o nome.

Avenal. Pov. na freg. de N. S.ª do Populo e conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Sébal Grande, conc. de Condeixa-a-Nova, dist. de Coimbra. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Ul, conc. d'Oliveira d'Azemeis, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Villa Verde dos Francos, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de Santo Antonio, de Salir de Mattos, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Quinta na freguezia de Santa Maria Magdalena, d'A dos Negros, concelho d'Obidos, districto de Leiria.

Avellões *(Herdade dos)*. Na freg. de Santa Victoria, conc. e distr. de Beja.

Aveneda. Pov. na freg. de S. Vicente de Pereira Jusã, concelho de Ovar, districto de Aveiro.

Avulneira. Pov. na freg. de Santa Eulalia, conc. d'Arouca, distr. d'Aveiro.

Aventados. Pov. na freg. de S. Bartholomeu da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Aventeira. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Freixianda, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pelmá, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Avenões. Pov. na freg. de Santo André, de Villa Boa de Quires, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Avento *(Monte do)*. Na freg. do Santa Maria e conc. de Odemira, distr. de Beja.

Aventosa. Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Elvas, distr. de Portalegre, arceb. d'Evora. A povoação dista 10 k. da séde do conc. Estando annexa á freg. de S. Pedro d'Elvas, passou, por alvará de 20 de dezembro de 1901, a constituir uma parochia com a de S. Vicente, tendo a séde n'esta ultima. N'este alvará vem designada com a denominação de *Ventosa*. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 22, com a séde em Abrantes.

Aventureira. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, da Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Aventurosa. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Averdiaes. Pov. na freg. de S. Miguel, de Gondufe, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello.

Avereiro *(Quinta)*. Na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de S. Gonçalo, concelho e districto da Guarda.

Aves. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Santo Thyrso, distr. e bisp. do Porto; 1:483 hab. e 261 fog. Tem caixa postal e serviço da posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc. O parocho era da apresentação da mitra, e tinha de renda 600$000 réis. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8 com a séde em Braga.

Avesol. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Odemira, distr. de Beja.

Avessada. Pov. na freg. de Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || Povoação na freguezia de S. Pedro, de Con-

deixa-a-Velha, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra. || Povoação na freg. de Santo Estevão das Galés, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. da Louzã, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Varzea de Meruje, conc. de Ceia, distr. da Guarda. || Casal na freg. de N. S.ª da Graça, de Envendos, conc. de Mação, distr. de Santarem. || Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Treixedo, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. || Herdade na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Tourega, conc. e distr. de Evora. || Quinta na freg. de S. Miguel, de Meruje, conc. d'Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de N. S.ª das Neves, de Midões, conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Avessada de Baixo e **de Cima** Duas povoações na freg. de S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Avessadas. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Marco de Canavezes, distr. e bisp. do Porto; 566 hab. e 144 fog. A pov. dista 2 k. da séde do conc. O parocho era abbade collado, e apresentado por um morgado d'Alemquer. Tinha de rendimento 400$000 réis. Avessadas é terra fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 13, com a séde em Villa Real. || Monte na freg. de N. S.ª d'Ajuda, conc. d'Elvas distr. de Portalegre. || Sitio na freg. de Santa Maria dos Olivaes, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Avessão. Pov. da freg. de S. Martinho de Avessadas, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Rozem, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Avessão do Cabo, do Meio e **Avessãosinho.** Tres povoações na freg. de Santo André, de Campeã, conc. e distr. de Villa Real.

Avesseiras. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Louredo, conc. d'Amarante, distr. do Porto.

Avessões. Pov. na freg. de Santo André, de Villa Boa de Quires, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Avezudes. V. *Abezudes.*

Avia-Ogá-Ogá. Roça na ilha do Principe, na Africa Occidental.

Aviamento. Pov. da freg. de S. Verissimo, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Aviascos Pov. na freg. de S. Paio, de Moreira dos Conegos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Aviassas. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Banho, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Aviceiro. Duas povoações na Ilha da Madeira, distr. do Funchal; uma na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Quinta Grande, conc. de Camara de Lobos, e outra na freg. e conc. de S. Vicente.

Avidagos. Pov. na freg. de S. Miguel, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança; 654 hab. e 184 fog. Tem escola do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 14 k. da séde do conc. e está situada na encosta d'um monte, d'onde se descobre Bragança e Mirandella, além de outras povoações. O vigario de Santa Cruz, da villa de Lamas, é que apresentava o vigario, que tinha o pé d'altar e benesses. A terra é fertil em trigo e cevada; fertilissima em centeio, vinho e azeite. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 10 com a séde em Mirandella.

Avides *(Manuel de Sousa).* V. *Sousa Avides.*

Avidos. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Nova de Famalicão, distr. e bisp. de Braga; 513 hab. e 119 fog. A pov. dista 4 k. da séde do conc. Era abbadia da Mitra que apresentava o abbade, o qual tinha de renda 500$000 réis. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 6 com a séde no Porto.

Avila. Familia que tomou o appellido da cidade d'este nome, na Castella-a-Velha, onde tinha o seu solar, e que passou a Portugal, em seguida aos Açôres, na pessoa de D. Elvira d'Avila, que casou com D. Jorge de Bettencourt. Era filha de Estevão Domingos d'Avila, senhor das Navas. Havia tambem um ramo d'esta familia em Olivença. Tem differentes brazões: uns trazem em campo de ouro, treze arruellas de azul em tres palas; outros são escudo esquartelado, no primeiro e quarto quarteis em campo de ouro uma aguia negra; no segundo e terceiro em campo de prata tres faxas de vermelho com sete olhos de sobrancelhas azues. Timbre a aguia do escudo.

Avila *(Antonio José d'Avila, marquez de).* Director geral dos serviços geodesicos e topographicos do reino, deputado, par do reino, etc. N. na ilha do Fayal, e é filho de Manuel José d'Avila, proprietario e chefe de serviço na alfandega da Horta, e de D. Maria Leonor d'Almeida, filha de José de Almeida e Silva, proprietario na referida ilha Militar sempre distincto, pertence ao corpo de Estado Maior do exercito, em que tem o posto de coronel. Foi em 1902 nomeado presidente da commissão administrativa da Camara Municipal de Lisboa, quando esta camara se dissolveu, sendo presidente o fallecido conde de Restello. Tem sido encarregado de commissões importantes de serviço publico, havendo-se sempre com a maior competencia, especialmente nas que tem desempenhado como official do Estado Maior. Foi eleito deputado pela primeira vez na legislatura de 1875 a 1878, pelo circulo de Valle de Passos. E' par do reino, cavalleiro da ordem de S. Bento d'Aviz e da de Christo, official da Legião de Honra, de França; tem a grã-cruz de Izabel a Catholica, de Hespanha, e da ordem de Merito Militar, de Hespanha; commendador da ordem de Carlos III, tambem de Hespanha. E' um homem d'acção, trabalhador incançavel e vigoroso. O titulo de conde d'Avila foi-lhe concedido, em 1881, pouco depois do fallecimento de seu tio, o duque d'Avila e Bolama, sendo elevado a marquez do mesmo titulo em dezembro de 1903, por occasião da visita a Lisboa do rei D. Affonso XIII, de Hespanha.

Marquez de Avila

Avila *(João de)*. Fidalgo da Casa Real; illustre official, administrador da Companhia Geral da Ilha Terceira, etc. N. em Angra do Heroismo, a 26 de abril de 1596, e fal. na mesma cidade, a 18 de junho de 1684. Era filho de Jeronymo Dias d'Avila e de Beatriz Estrada, ambos de origem hespanhola. Depois de haver cursado as aulas dos padres jesuitas, foi em 1618 nomeado alferes da companhia de ordenanças, de que era capitão Diogo do Canto e Castro. Durante o tempo que este capitão serviu de provedor das armadas e naus da India no archipelago dos Açôres, João d'Avila teve o encargo da disciplina da companhia, aquartelando-a em sua casa, dando-lhe fardamento, polvora, tambores e bandeiras á sua custa. No meio d'estas occupações foi escolhido em 16 de julho de 1628 pelo capitão d'Angra, Francisco Dutra de Quadros, para aprisionar um navio suspeito, que em frente do porto vinha seguindo um barco; em 22 de maio de 1630 teve ordem de ir á ilha do Fayal para fazer conduzir a Angra o galeão *S. Filippe*, que, commandado por Francisco Freire d'Andrade, ali aportara perseguido pelos piratas; a 22 d'agosto do mesmo anno, teve ainda a incumbencia de ir a bordo d'uma armada que se avistou da bahia d'Angra, com o fim de a deter até levar em sua conserva uma nau, que estava a carregar de fazendas para o Estado; o que elle cumpriu com grave perigo de vida, pois que a armada pairava quatro legoas ao mar. Egualmente, tendo recusado os capitães João de Bettencourt Vasconcellos e Francisco do Carvalhal Borges a commissão de ir á ilha do Fayal com tres navios para darem abrigo e defenderem o patacho da India, *N. S.ª dos Remedios*, que chegara ali acossado pelos inimigos hollandezes, a Junta Administrativa das Armadas nomeou por alvará de 11 de julho de 1632 a João d'Avila capitão e almirante d'aquella flotilha. Desempenhando com intelligencia e valor todas estas commissões, foi em 3 de dezembro de 1630 nomeado mamposteiro-mór da redempção dos captivos da ilha Terceira, e por mais de sete annos exerceu este logar com superintendencia nas ilhas annexas. Com a chegada de Lisboa do capitão-mór da Villa da Praia, Francisco d'Ornellas da Camara, em 5 de janeiro de 1641, tornou-se publica a noticia da acclamação de D. João IV, e desde logo começaram os Terceirenses a pensar na fórma de se libertarem do jugo castelhano. João d'Avila era então o vereador mais velho da camara, e foi um dos maiores enthusiastas na proclamação da independencia portugueza n'aquella ilha; com o maior tacto militar, sabendo bem que o governador hespanhol do castello de S. Filippe, D. Alvaro de Viveiros, não era homem que transigisse com o movimento, nem que se deixasse vencer pelas forças populares, organisou rapidamente a resistencia de maneira tal, que D. Alvaro de Viveiros, quando quiz subjugar a cidade, encontrou as forças populares tão solidamente postadas e tão energicamente commandadas por João d'Avila, que teve de recolher ao castello, onde prolongou a resistencia perto de tres annos, sendo sempre João d'Avila o mais activo e o mais perseverante no assedio; occupava o posto da Boa Nova, o mais arriscado de todos, dando provas de valentia e intrepidez, sendo por todos considerado o principal capitão d'estas empresas. Rendendo-se afinal os castelhanos, João d'Avila foi agraciado com a mercê de cavalleiro da ordem d'Aviz, e depois com a de cavalleiro de Christo. Durante o cerco do castello, e mesmo já depois d'elle se ter rendido, o capitão João d'Avila emprestou o dinheiro preciso para as despezas do serviço publico, e em attenção a todos esses valiosos serviços, estando vago o logar de feitor da alfandega de Angra, foi para elle nomeado em 6 de maio de 1641, e no exercicio d'este cargo continuou a dar repetidas provas do seu dedicado patriotismo, auxiliando com os seus proprios recursos sempre que se tornava necessario, em vista do pouco ou nenhum rendimento da Alfandega; augmentou tambem os seus bens de fortuna, e em consequencia da faculdade que o rei lhe concedeu pela provisão de 9 de maio de 1645, vinculou um morgado, o qual passando a seu filho Francisco Borges d'Avila, e vindo successivamente a seus descendentes, estava em 1844 no poder de Theotonio d'Ornellas Bruges d'Avila, então visconde de Bruges. João d'Avila casou com D. Maria Borges Sanches, filha do chanceller Antonio Rodrigues, e de D. Maria Alvares Sanches. Tendo enviuvado em 24 d'abril de 1674, passou a segundas nupcias em 18 de janeiro de 1676 com D. Monica Maria d'Andrade, filha do capitão Simão d'Andrade Machado e de D. Paula Vieira Machado. Foi tambem administrador da Companhia Geral da Ilha Terceira, por provisão de 30 d'agosto de 1650. D. Affonso VI, quando assumiu o governo, não deixou de recompensar os relevantes serviços do benemerito angrense e por carta de 15 de junho de 1665 o elevou ao grau de fidalgo cavalleiro de sua casa, falando n'esse diploma dos seus mais assignalados serviços, para que junto ao titulo de nobreza ficasse memoria do seu elevado merecimento. Em 1677, vagando pela morte de João de Bettencont Vasconcellos o cargo de capitão-mór d'Angra, competia a João d'Avila ser n'elle provido, porém achando-se em edade muito avançada e doente, recusou-se a aceitar este cargo, por não se sentir com forças de bem o desempenhar. Alguns annos depois falleceu, cercado da estima e consideração de todos os seus patricios. João d'Avila instituiu em 1665 a ermida de S. João de Deus e Santo Isidro, sendo lançada a primeira pedra a 23 d'abril de 1657; foi padroeiro do convento de Santo Antonio dos Capuchos, d'Angra do Heroismo, onde ficou sepultado.

Avila *(José de Almeida de)*. Official de marinha, chefe do departamento maritimo de Oeste. N. na ilha do Fayal a 29 d'outubro de 1844, fal. em Lisboa a 30 d'outubro de 1902. Era filho de Manuel José d'Avila, proprietario e chefe de serviço na alfandega da Horta, e de sua mulher D. Maria Leonor d'Almeida, filha de José d'Almeida e Silva, tambem proprietario no Fayal. José d'Almeida d'Avila era sobrinho do notavel estadista, marquez d'Avila e Bolama e irmão do actual sr. marquez d'Avila. Principiou a sua carreira de marinha ao serviço da armada ingleza, onde adquiriu larga experiencia da vida do mar. Mais tarde, tendo feito os necessarios exames de habilitação, sentou praça na marinha portugueza em 31 de dezembro de 1863, sendo promovido a tenente em 7 de setembro de 1870, a 1.º tenente em 12 d'agosto de 1879, a capitão tenente em 19 de janeiro de 1888, a capitão de

fragata a 30 de dezembro de 1890, e a capitão de mar e guerra em 28 de março de 1901. Commandou o vapor *Quelimane* e a canhoneira *Tamega*, e foi tambem commandante da divisão naval de Macau. Exerceu os cargos de governador dos districtos de Lourenço Marques e de Quelimane, notabilisando-se a sua administração pela promulgação de diversas providencias de valioso alcance e reveladoras d'uma rasgada iniciativa. Ha annos foi egualmente governador civil do districto de Horta. Deve-se-lhe o projecto de pharolisação das costas açorianas, que é considerado um trabalho de elevado merito. José d'Almeida d'Avila casou na ilha do Fayal com D. Maria de Moura Lane, filha de N. Lane, consul de Hollanda, na referida ilha. Era commendador d'Aviz, cavalleiro da mesma ordem e da de Salvador da Suecia; tinha a medalha de ouro da expedição aos Namarraes e a medalha militar de prata da classe de bons serviços.

Avila *(Luiz Caetano Pedro de)*. Architecto contemporaneo. N. na India portugueza. Levado d'uma natural inelinação para os estudos architectonicos, depois de se apossar de todos os segredos preliminares da arte, veiu á Europa, e em Paris foi discipulo de Garnier, o grande architecto da *Nouvelle-Opera*. Ao fim d'alguns annos de estudo, veiu estabelecer sua residencia em Lisboa, e foi associado fundador e architecto d'uma companhia edificadora. Deve-se-lhe n'essa qualidade a construcção d'algumas casas de residencia urbanas, e de alguns chalets nos arredores de Lisboa.

Avila *(Vicente Soares Deza e)*. Prestes da capella real de el-rei D. João IV. Era natural de Lisboa. Foi para Madrid, onde alcançou muita consideração pela sensatez e graça com que poetisava, especialmente em assumptos jocosos. Compoz: *Donaires de Tersicore*, Madrid, 1663. Consta de comedias, bailes e entremezes.

Avila e Bolama *(Antonio José d'Avila, conde d'Avila, marquez e duque de)*. Conselheiro de Estado effectivo, ministro de Estado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto das côrtes de Paris e de Madrid, par do reino, etc. N. no Fayal a 8 de março de 1806, fal. em Lisboa a 3 de maio de 1881. Era filho de Manuel José d'Avila e de sua mulher, Prudencia Joaquina d'Avila, ambos de condição modesta e humilde; porém Manuel José d'Avila, tendo conseguido grangear, pelo seu trabalho, rasoaveis meios de fortuna, tornou-se depois proprietario e negociante matriculado na praça do commercio da ilha do Fayal, por despacho da Junta do Commercio, Fabricas e Navegação, de 26 de setembro de 1826. O joven açoriano aprendeu as primeiras letras, e mostrando decidida vocação e bastante intelligencia para o estudo, seu pae, depois de lhe ter dado a instrucção que n'aquella epoca se podia obter no Fayal, resolveu mandal-o para Coimbra, e em 1822, Antonio José d'Avila, contando apenas 15 annos de edade, matriculou-se em philosophia na Universidade, alcançando até aos 19 annos os primeiros premios escolares; tomando o grau de bacharel na referida faculdade, voltou á patria já nomeado professor substituto da cadeira de philosophia racional e moral. Em 1827 inaugurou na Horta uma serie de conferencias litterarias, e presidiu a umas theses philosophicas na capella da Ordem Terceira do Carmo, em que era defendente fr. Matheus do Coração de Maria, homem muito versado em philosophia, e arguentes alguns ecclesiasticos recommendaveis pelos seus conhecimentos, o dr. José Prudencio Telles, e os medicos Manuel Francisco de Medeiros e Antonio Ferreira Borralho. Esta festa litteraria, que durou tres dias, produziu grande effeito e concorreu muito para o desenvolvimento da instrucção, dando ensêjo a

Brazão do duque d'Avila e Bolama

que o municipio da Horta abrisse pouco tempo depois uma aula de arithmetica e geometria, de cuja regencia se encarregou Ferreira Borralho. Antonio José d'Avila adquiriu grande prestigio entre os seus patricios, e, desejando alargar os seus conhecimentos, resolveu ir cursar medicina a Paris, não querendo vir estudar a Portugal, onde estava dominando então o governo absoluto de D. Miguel. N'esse tempo entrava no Fayal o regimen liberal, e Antonio José d'Avila foi eleito presidente da camara municipal da Horta em 1831, e n'esta qualidade dirigiu um manifesto ao governo da rainha D. Maria II, que ficou memoravel, por indicar as importantes necessidades que reclamavam urgentes reformas, que eram, por assim dizer, o programma antecipado de muitas das medidas que fôram depois decretadas pela Regencia. Organisando-se em 1832 um batalhão de voluntarios, foi tambem nomeado capitão da 3.ª companhia, que depois formou o nucleo de segundo batalhão de voluntarios do norte do Fayal. Em 7 d'abril do referido anno de 1832, chegou D. Pedro IV, e sendo-lhe apresentado o joven presidente da camara municipal, apreciou o seu muito valor, e em 5 de junho seguinte, em nome da rainha, assignou o decreto, referendado pelo marquez de Palmella, em que elevava os Açôres á categoria de provincia de Portugal, e nomeando Antonio José d'Avila provedor do concelho de Horta. Em 1833 teve a nomeação de sub-prefeito da ilha de S. Miguel, para onde partiu, mas encontrando a ilha n'um verdadeiro estado d'anarchia em que ficára depois da partida do exercito liberal, que veiu desembarcar nas praias do Mindello, os animos excitados dos michaelenses que tinham proclamado a independencia da ilha e constituido um governo provisorio, Antonio José d'Avila reconheceu a impossibilidade de assumir o cargo para que fôra nomeado, e seguiu para o Porto a apresentar-se ao imperador. Insistiu com D. Pedro para que a Horta, então villa, fôsse elevada a cidade, e de tal modo se houve n'este empenho, que o alvará de 4 de julho de 1833 consignava que essa resolução era devida á exposição feita pelo illustre insulano que *inclinou a minha benignidade a fazer tal honra e mercê*. Sendo então nomeado sub-prefeito da Horta, partiu para aquella cidade, onde chegou a 27 d'agosto, e tendo entregado solemnemente ao municipio em 31 do referido mez o novo titulo, tomou posse da sua commissão, em que prestou os mais relevantes serviços. Apenas se estabeleceu definitiva-

mente o governo constitucional, Antonio José d'Avila foi eleito deputado pelo Fayal, nas primeiras côrtes, que se convocaram em 1834. Desde logo se manifestou como parlamentar distincto, bom orador e homem versado em negocios administrativos e financeiros. Durante 26 annos successivos teve uma cadeira na respectiva camara, sendo representante, não só da terra que lhe fôra berço, mas de outros circulos que o elegiam sempre com enthusiasmo. Dissolvida a camara a 4 de junho de 1836, Antonio José d'Avila, que os ministerios cartistas já consideravam um esteio importante, foi reeleito pelo Alemtejo, como deputado ministerial. O norte, porém, manifestava-se em revolução aberta, os deputados do Minho, ao chegarem a Lisboa, fôram acolhidos por uma ovação popular, e veiu logo em seguida a revolução de setembro, que deu origem á dissolução da camara que acabava de ser eleita, á queda do ministerio e á proclamação da constituição de 1822, emquanto as côrtes constituintes, que se iam reunir, não elaborassem outra. Proclamada a constituição de 1838, em que Antonio José d'Avila não collaborou, porque não foi eleito para as côrtes constituintes, procedeu-se a novas eleições. e Avila foi eleito pelos circulos de Evora e da Horta. Avila não era muito afeiçoado á nova ordem de cousas, e não occultava a sua antipathia pela constituição de 1838, por isso apoiou vivamente os ministerios, que dentro do regimen d'essa constituição, começavam a represesentar a reação contra ella. O primeiro d'esses ministerios foi o do conde de Bomfim, em que entraram Rodrigo da Fonseca Magalhães e Costa Cabral, mais tarde conde de Thomar. Rodrigo da Fonseca, que era o ministro do reino, nomeou Antonio José d'Avila administrador geral do districto d'Evora, logar em que prestou largos serviços á administração publica, tanto por varias reformas e melhoramentos, como pela creação da Casa Pia. Sendo transferido para o Porto, continuou n'aquella cidade a dar provas das suas aptidões administrativas; a 1 de dezembro de 1840 fez inaugurar um singelo monumento commemorativo na praia da Arnosa de Pampelido, ponto exacto do desembarque das tropas no Mindello em 1832. Em 1841, pedindo a demissão o ministerio do conde de Bomfim, foi chamado Joaquim Antonio d'Aguiar para organisar novo gabinete, que ficou quasi com os mesmos elementos que o anterior, entrando para a pasta da fazenda Antonio José d'Avila; este ministerio, sendo organisado a 9 de junho de 1841, durou até 7 de fevereiro de 1842, cahindo juntamente com a constituição de 1838, em frente da contra-revolução cartista promovida por Costa Cabral; Avila continuou a exercer interinamente o mesmo cargo no ministerio que então se organizou, presidido pelo duque de Palmella, que apenas durou dois dias, por ter a rainha adherido ao movimento do Porto. Em 18 de junho de 1849 voltou ao ministerio da fazenda, no gabinete do conde de Thomar, conservando-se ainda no poder depois da queda d'aquelle estadista, a 26 d'abril de 1851, e sob a presidencia do duque da Terceira, largou a pasta a 1 de maio do referido anno de 1851, quando a rainha encarregou o marechal Saldanha, depois da regeneração, de organisar gabinete. Antonio José d'Avila, apesar de ter sahido do ministerio e de se afastar da politica militante, não deixou de figurar em commissões importantes. Em 1853, reunindo-se um congresso de estatistica em Bruxellas, foi a elle enviado, representando dignamente Portugal; em 1855 foi nomeado commissario regio junto á exposição de Paris, onde, pela autoridade do seu nome, conseguiu que Portugal obtivesse tres votos no conselho da exposição em logar de um, que primeiro lhe fôra conferido. Os serviços prestados ao paiz n'essa epoca, constam de muitos documentos publicos e do relatorio apresentado ao governo. Por essa mesma occasião representou o paiz no congresso de estatistica reunido n'aquella cidade. Entrando em 14 de março de 1857 para o ministerio do partido historico, presidido pelo duque de Loulé, teve n'elle a pasta da fazenda, e por duas vezes esteve encarregado interinamente da pasta da justiça, desde 4 de maio até 7 de dezembro de 1857, e desde 31 de março de 1858 até março de 1859, em que o gabinete se demittiu por completo, formando-se então em 16 d'esse mez um ministerio regenerador, presidido pelo duque da Terceira, ministerio que teve curta duração. A 4 de julho de 1860 organisou-se novo gabinete do partido historico, a que presidiu o duque de Loulé, encarregando-se Antonio José d'Avila das pastas da fazenda e estrangeiros. O distincto estadista foi elevado ao pariato por carta regia de 17 de maio de 1861, de que prestou juramento, tomando posse na respectiva camara na sessão de 27 do referido mez de maio. Em novembro d'esse anno falleceram el-rei D. Pedro V e seus dois irmãos, os infantes D. João e D. Fernando, facto que exeitou o povo sobremaneira, gritando que n'aquellas mortes houvera crime, o que deu logar aos tumultos conhecidos pelos *tumultos do Natal*, de que resultou a queda do ministerio em 21 de fevereiro de 1862, contra o qual o povo se revolucionara. Socegando pouco depois os animos exaltados, o duque de Loulé poude recompor o gabinete, sendo Antonio José d'Avila, substituido por Joaquim Thomaz Lobo d'Avila, mais tarde conde de Valbom. Em 1863 foi Antonio José d'Avila enviado ao congresso de estatistica de Berlim, e por decreto de 13 e carta de 15 de fevereiro de 1864 elevado á dignidade de conde, em sua vida. No gabinete que se fundou sob a presidencia do marquez de Sá da Bandeira em 17 d'abril de 1865, teve tambem a pasta da fazenda e a dos estrangeiros, ministerio que foi substituido em 4 de setembro pelo chamado ministerio da *fusão*, que era presidido por Joaquim Antonio d'Aguiar. No referido anno de 1865 foi ministro plenipotenciario junto da côrte de Madrid e encarregado de estudar a questão de Bolama, na Guiné, de que a Inglaterra se apoderara, allegando ter direito de soberania sobre aquella ilha. Fôram difficeis e demoradas as ne-

Duque d'Avila e Bolama

gociações, e sendo por fim sujeitas á arbitragem do presidente dos Estados-Unidos, deu elle sentença a favor de Portugal, passando então definitivamente para o dominio portuguez a ilha. onde hoje está estabelecida a capital da Guiné portugueza. Em 1867 acompanhou, na qualidade de ministro plenipotenciario em Hespanha, a rainha D. Izabel II na sua visita a Lisboa, á familia real portugueza; n'esse mesmo anno foi enviado ao congresso que se reuniu em Paris para tratar da unificação da moeda; em 1868 representou Portugal junto á côrte das Tulherias. Quando o ministerio chamado da *fusão* cahiu em 4 de janeiro do referido anno de 1868, em vista da excitação promovida pelas leis de reforma administrativa e imposto de consumo, excitação que deu causa aos tumultos populares, que ficaram conhecidos pelo nome de *janeirinha*, foi o conde d'Avila incumbido de formar o novo ministerio, que durou até 22 de julho, e no qual, além da presidencia do conselho, teve a pasta dos estrangeiros e interinamente a do reino. Contra o seu systema e modo de viver politico, o ministerio entendeu então que devia satisfazer as exigencias da opinião publica, revogando o imposto de consumo, que representava, comtudo, a medida tributaria mais séria com que o paiz se preparava para occorrer ás larguissimas despezas dos melhoramentos materiaes que emprehendera. Desarmado assim perante as bolsas estrangeiras, Antonio José d'Avila começou a sentir fugir-lhe o credito, e d'ahi resultou a pouca duração do ministerio, o qual, tendo começado em 4 de janeiro, foi logo substituido pelo ministerio do bispo de Vizeu, a 22 de julho. Em 29 d'agosto de 1870, quando se demittiu o gabinete que o duque de Saldanha organisara na revolta que promovera, no dia 19 de maio do referido anno, tornou Avila a ser chamado aos conselhos da corôa no ministerio formado pelo marquez de Sá da Bandeira, encarregando-se da pasta da fazenda, e interinamente da dos estrangeiros e da justiça, as quaes largou a 12 de setembro, sendo logo em 29 d'outubro seguinte encarregado de constituir novo gabinete, que cahiu em 13 de setembro de 1871, e no qual teve, além da presidencia, o ministerio dos estrangeiros como effectivo até 9 de janeiro, e d'ahi por deante como interino; o das obras publicas desde a formação do gabinete até 1 de março, e o do reino como interino, de 30 de janeiro a 1 de março, e depois como effectivo. Por decreto de 24 e carta de 31 de maio de 1870 tinha sido elevado a marquez d'Avila e Bolama em sua vida. Em 1872, por occasião do celebre processo designado a *pavorosa*, levantou-se uma questão constitucional. Estando envolvido no processo o par do reino marquez d'Angeja, este fidalgo tinha de ser julgado pela camara dos pares, entendendo o governo que a camara podia ser convocada isoladamente, e entendendo a opposição que a camara alta, por fazer parte do corpo legislativo, não o podia ser sem ao mesmo tempo ser convocada a camara dos deputados. Prevaleceu a opinião do governo, mas o duque de Loulé, que era então presidente da camara dos pares, pediu a demissão, e para o substituir foi nomeado o marquez d'Avila, que exerceu effectivamente o cargo até que os seus padecimentos o forçaram a ceder a cadeira presidencial, quando ia já muito adiantada a sessão legislativa de 1882. Em 1877, quando o partido regenerador, que estava havia quasi seis annos no poder, entendeu conveniente demittir-se, foi o marquez d'Avila chamado a organisar gabinete, em que ficou gerindo a pasta do ministerio do reino e dos estrangeiros desde 5 de março d'aquelle anno até 29 de janeiro de 1878. O ministerio pouco tempo durou, e n'este mesmo anno voltou ao poder o gabinete de Fontes Pereira de Mello. Tendo o marquez d'Avila presidido á sessão das camaras legislativas em que o principe herdeiro, hoje sua magestade el-rei senhor D. Carlos, prestou o juramento determinado na Carta, foi no proprio dia d'essa cerimonia, 14 de março de 1878, elevado a duque d'Avila e Bolama. O notavel estadista exerceu tambem os cargos de director da Companhia das Lezirias, presidente do Supremo Tribunal Administrativo, governador da Companhia de Credito Predial Portuguez e do Banco Hypothecario. Em 29 de março de 1855, entrou para socio da Academia Real das Sciencias, sendo pouco depois nomeado vice-presidente. Foi um parlamentar muito notavel; não era orador brilhante, era, porém, um argumentador potente, que não recuava ante os mais vigorosos adversarios. Dotado de vasta instrucção, presava muito o seu titulo de academico e o de vice-presidente da Academia das Sciencias. Casou em 1850 com madame Emilia Hegnauer, de quem não teve successão, senhora austriaca, filha de Segismundo Hegnauer, e de sua mulher, D. Cecilia Heguauer, e a qual é hoje sua viuva, condecorada com a banda das Damas Nobres de Maria Luiza, de Hespanha, e com a ordem de S. Carlos, do Mexico. O duque d'Avila e Bolama era grã-cruz das ordens de N. S.ª da Conceição, de S. Thiago, de merito litterario, scientifico e artistico: da antiga e muito nobre ordem da Torre Espada; commendador da ordem de Christo; cavalleiro da ordem dos Serafins da Suecia, e do Elephante da Dinamarca; grã-cruz das ordens de Pio IX de Roma, de S. Mauricio e S. Lazaro, e da Corôa de Italia; das ordens imperiaes do Cruzeiro, e da Roza do Brazil; de Santo Alexandre Newiski, e da Aguia Branca da Russia; da Aguia Vermelha, em brilhantes, da Prussia; de Leopoldo d'Austria-Hungria; da Legião de Honra de França; de Leopoldo da Belgica; de Carlos III de Hespanha; do Leão Neerlandez dos Paizes Baixos; de Alberto, o Valoroso, da Saxonia; dos Guelfos do Hanover; do Osmanié, da Turquia; de Sol e do Leão, da Persia; de N. S.ª de Guadalupe, do Mexico; do Nichan Iftikar, de Tunis; da Equestre de Santa Rosa, da Republica de Honduras; cavalleiro da ordem do Santo Sepulchro de Jerusalem. O seu brazão foi concedido pelo alvará de 9 de outubro de 1860: um escudo partido em pala, tendo a direita esquartelada, com o superior da direita carregado de uma aguia negra e estendida sobre campo de ouro, o superior da esquerda interceptado por tres faxas vermelhas e carregadas de quatro olhos sombreados de azul e dispostos em banda sobre campo de prata, e assim seus alternos: a esquerda carregada de seis costellas de prata, collocadas em duas palas, de tres cada uma sobre campo vermelho. Timbre: uma aguia negra estendida sobre o coronel de conselheiro de Estado. Escreveu: *Relatorio sobre o cadastro*, Lisboa, 1848; segunda edição correcta e augmentada, publicada no

mesmo anno; o relatorio propriamente dito finda a pag. 29; d'ahi até ao fim do volume seguem-se notas illustrativas, concernentes ao desenvolvimento de varios pontos, indicados no referido relatorio; *Relatorio sobre os trabalhos do Congresso d'Estatistica reunido em Bruxellas em 1853*, Lisboa, 1854; este relatorio, enviado ao ministerio das obras publicas, e datado de Paris a 22 d'outubro de 1853, foi tambem publicado no *Diario do Governo* de 26 de dezembro do referido anno; *Relatorio ácerca da administração e monopolio do tabaco por conta do Governo, apresentado ao ministro da fazenda em 11 de fevereiro de 1857*, inserto no *Diario do Governo*, de 23 de março do referido anno; *Relatorio do Commissario régio junto á commissão imperial da exposição universal de Paris*, Lisboa, 1857, 2 tomos; o relatorio acaba a pag. 66 do tomo I; o resto do volume e todo o seguinte comprehendem documentos comprovativos de todo o serviço administrativo a cargo do commissario régio; *Discursos dos srs. deputados Antonio José d'Avila, José Maria Grande e Antonio de Azevedo Mello e Carvalho na discussão do projecto de lei n.º 174, sobre as propostas do Governo para a substituição da repartição ós decimas do lançamento, conversão da divida interna etc. Proferidos na Camara dos Deputados nas sessões de 1, 3 e 5 d'Abril de 1845*, Lisboa, 1845; *Discursos recitados na qualidade de vice-presidente da Academia Real das Sciencias, nas sessões publicas e solemnes nos annos de 1859, 1861, 1863 e 1865;* impressos conjunctamente com os *Relatorios* do secretario geral da Academia em folhetos separados, e encorporados depois todos nos tomos das *Memorias da Academia*, nova serie, classe 2.ª; *Discurso recitado no congresso estatistico de Berlim*, dando conta do adiantamento e progressos d'este ramo em Portugal nos ultimos annos; sahiu primitivamente impresso no *Diario de Lisboa*, e d'ahi foi reproduzido em varios jornaes, entre estes na *Gazeta de Portugal*, de 7 e 8 d'outubro de 1863; publicou-se depois em volume separado, e com documentos annexos, com o titulo: *Relatorio sobre os trabalhos do Congresso internacional de Estatistica reunido em Berlim no anno de 1863*, Lisboa, 1864. Na versão dos *Fastos* de Ovidio pelo 1.º visconde de Castilho, tem uma extensa e erudita nota, que se intitula: *Systema monetario dos romanos.* Vem no tomo I, de pag. 350 a 384; e no tomo II, pag. 499 e 500, outra nota: *Peso do pão romano.*

Avilez. Familia de origem hespanhola, e que tomou o nome d'uma povoação das Asturias assim chamada. Passou a Portugal com Domingos de Avilez, no tempo d'el-rei D. Fernando. Alguns dos seus descendentes mudaram o appellido no de Velez. As suas armas são: em campo verde uma torre de prata com as portas e frestas do mesmo metal; ao pé da porta uma cabeça de moiro, toucada de prata e cortada em sangue, junto d'ella uma maça de azul com o cabo de ouro; timbre, um moiro nascente vestido de verde e os braços nús, toucado de prata, e a maça das armas ás costas.

Avilez *(Jorge de Avilez Jusarte de Sousa Tavares, 1.º visconde de Reguengo e 1.º conde de).* Fidalgo da Casa Real, par do reino, deputado, senhor dos morgados da Torre, Reguengo de S. Gregorio, e Casas Novas, tenente general do exercito, vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar, etc. N. em Portalegre a 28 de março de 1785, e fal. em Lisboa, a 15 de fevereiro de 1845. Era filho de Jorge de Velez Jusarte de Sousa Tavares e Campos, fidalgo da Casa Real por successão a seus maiores; coudel-mór da camara municipal de Portalegre, senhor dos morgados acima citados, casado com D. Francisca Rosa Barba Alardo de Menezes, filha de Gonçalo Barba Alardo de Pina e Lemos, fidalgo da Casa Real, e alcaide-mór de Leiria. Sendo nos primeiros annos destinado á carreira das letras, frequentou alguns estudos no antigo Collegio dos Nobres, em Lisboa, mas em 1804, mudando de destino, entrou no serviço militar, e por decreto de 24 de junho d'esse anno, foi despachado coronel de milicias do Crato. Nomeado mais tarde superintendente das coudelarias de Portalegre, o Marquez d'Alorna o encarregou em 17 de outubro de 1807, de recrutar gente para um corpo de que era chefe, e com o qual passou a fazer serviço de guarnição na praça d'Elvas, que se preparava para resistir á invasão franceza. Durante o tempo que o paiz esteve sujeito ao dominio de Junot, Jorge d'Avilez conservou-se retirado, porém, quando em julho de 1808 se levantou o grito da independencia em varios pontos de Portugal, foi eleito coronel do regimento de voluntarios de Portalegre, eleição que a junta governativa da mesma cidade confirmou, e da qual tambem fazia parte desde a sua creação. Logo em seguida, a 3 d'agosto, quando o general Loison atacou e dispersou em Evora parte das forças do Alemtejo, entrou Jorge d'Avilez em Campo Maior com o seu regimento de voluntarios; d'ali passou a Hespanha a comprar munições de toda a especie, de que a praça estava muito necessitada, e que fez conduzir á sua custa é em setembro, fazendo parte da divisão do sul commandada pelo marquez d'Olhão, marchou sobre a capital, pagando á sua custa em todo este tempo os prets e soldos ao regimento que commandava, sendo-lhe posteriormente recompensados esses serviços com a commenda de S. Marcos de Monsaraz na Ordem de Christo, por decreto de 2 de outubro de 1812 Reorganisado o exercito, transformou-se o corpo de voluntarios de Portalegre no batalhão de caçadores n.º 1, por decreto de 31 de janeiro de 1809, sendo Avilez encarregado de o commandar com o posto de tenente-coronel. O novo batalhão não pôde logo entrar nas operações contra Soult, porque foi mandado ficar com outros corpos do exercito entre o Tejo e o Mondego debaixo das ordens do tenente general Miranda Henriques, depois visconde de Sousel, mas ainda n'esse anno de 1809, Avilez foi elogiado na ordem do exercito pelo zelo e cuidado com que se empregara na disciplina e bom estado do corpo de que era chefe. Chegando Massena á fronteira no anno seguinte, o batalhão de caçadores n.º 1 foi dos primeiros a entrar em lucta contra o inimigo, e o seu commandante, depois de haver es-

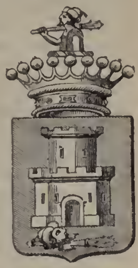

Brazão do conde de Avilez

tado nos combates de Alameda e de Côa, em 4 e 24 de julho de 1810, dirigiu os seus soldados de tal fórma na batalha do Bussaco, a 27 setembro de do referido anno, que o marechal Beresford disse que o batalhão se havia comportado extremamente bem. Seguiu-se a retirada do exercito anglo-luso para as linhas de Torres Vedras, e finalmente, em 1811, a dos francezes que reconheceram a inutilidade dos seus esforços. Na perseguição das hostes imperiaes tomou parte o batalhão, e Jorge de Avilez, entrando nos combates de Pombal, Redinha, Condeixa, Foz de Arouce, Ponte de Murcella, Sabugal, Fuentes de Oñoro, e muitos outros. Sendo transferido em fevereiro de 1812 para o regimento de infantaria n.º 2 com o posto de coronel, Avilez continuou a mostrar-se digno da elevada graduação a que chegára, antes de completar os 27 annos de edade. No combate de Castrejon, na batalha de Victoria, dos Pyrenéos, de Nivelle, Nive e Orthez, brilhou a sua espada, e nas ordens do dia deixou Beresford honrosos testemunhos do modo como se conduziu a infantaria n.º 2 e o seu valoroso commandante. Concluida a guerra peninsular, em 1814, foi Avilez nomeado para commandar o regimento de infantaria n.º 5, porém pouco tempo se demorou n'essa situação, porque logo em 1815, quando se tratou de organisar a divisão de Voluntarios Reaes do Principe, destinada a operar na margem oriental do Rio da Prata, recebeu o commando da 1.ª brigada, e chegando ao Rio de Janeiro a 20 de janeiro de 1817, partiu poucos mezes depois para o seu destino. Em 25 de abril do referido anno foi promovido a marechal de campo, e tanto no governo da praça de Montevideu, que lhe foi confiado em 26 de janeiro de 1818, como durante as operações da guerra, representou um papel importante, distinguindo-se principalmente na acção do Paço de Arenas, em 26 de setembro de 1819. Alcançando licença para voltar ao Rio de Janeiro, chegou a esta cidade a 4 de novembro de 1820, e logo em abril de 1821 foi incumbido com as tropas da divisão portugueza que ali se encontrava, de suffocar os tumultos que se tinhem levantado pela proxima partida da familia real para a Europa, e conseguindo restabelecer então o socego, ficou encarregado do governo da côrte e provincia do Rio de Janeiro, depois do embarque d'el-rei D. João VI, com o posto de tenente general. Chegando pouco depois a noticia de se haverem jurado em Portugal as bases da constituição, Jorge d'Avilez, no dia 5 de junho do referido anno de 1821, com a divisão portugueza e tomando uma attitude ameaçadora enviou ao principe D. Pedro uma deputação para exigir d'elle em nome dos habitantes da cidade, que prestasse juramento ás bases da constituição portugueza; que demittisse o conde dos Arcos dos seus cargos e empregos, e ordenasse a eleição d'uma junta provisoria de governo. O principe annuiu ao que d'elle se reclamava, mas não ficou vendo com bons olhos a divisão portugueza, e entretanto as côrtes de Lisboa, com as medidas que adoptavam para o Brazil, iam fortificando e robustecendo o partido da independencia, que até essa epoca era fraco e se não sentia com animo para tentar grandes emprezas. Os artigos dos jornaes, os pasquins nas esquinas das ruas e as manifestações nos theatros, em breve denunciaram que as idéas da emancipação se iam propagando, e por isso Jorge d'Avilez resolveu, apoiado nas forças que commandava, compellir D. Pedro a tomar medidas energicas com que abatesse a exaltação dos brazileiros. Chamando ao seu quartel general os commandantes dos corpos da guarnição, dirigiu uma mensagem a D. Pedro, requerendo que annunciasse terminantemente a sua adhesão ás deliberações das côrtes e a sua plena confiança nas tropas portuguezas. O regente colhido de subito, cedeu a estas exigencias, e publicou a proclamação de 5 de outubro de 1821, redigida nos termos indicados n'aquella mensagem. Depois d'estes successos, ao mesmo tempo que no Brazil se alargavam os trabalhos para a realisação da independencia, as côrtes de Lisboa tratavam de reduzir de novo a simples colonia a terra que se habituara a ter perto de si um rei e uma côrte. A' 10 de dezembro chegaram ao Rio de Janeiro os decretos que mandavam nomear juntas provinciaes, e que extinguiam a autoridade do regente, ao mesmo tempo que as noticias extra-officiaes indicavam que em breve seriam extinctos os tribunaes e repartições creadas na America, depois de 1808. D. Pedro resolveu executar as ordens recebidas de Lisboa e partiu para a Europa, mas em vista das manifestações e demonstrações do povo brazileiro, mudou de idéa, e no dia 9 de janeiro de 1822, respondendo a uma deputação do senado da camara do Rio de Janeiro, declarou publicamente que estava resolvido a ficar no Brazil. D. Jorge d'Avilez, em vista da decisão do principe, pediu a demissão do governo das armas, mas o principe, resolvido já n'essa epoca a pôr-se á frente do partido brazileiro, chamou algumas tropas das provincias, dispensou logo alguns chefes militares da obediencia a Avilez, e quando este lhe foi falar, reprehendeu-o asperamente pela indisciplina da divisão portugueza, declarando-lhe que não se devia importar com os movimentos das tropas por ter sido acceite a sua demissão, estando já encarregado do governo das armas o general brazileiro Curado. Jorge d'Avilez recolheu-se ao castello com as tropas que o seguiam, mas conhecendo em breve que a lucta estava imminente e que o resultado lhe seria desfavoravel, propoz a D. Pedro a capitulação, em consequencia da qual a divisão portugueza foi transferida para a Praia Grande. Poucos dias depois, a 8 de fevereiro, D. Pedro, tomando as medidas convenientes, passou-se para bordo d'uma fragata, e mandando ali chamar Avilez, lhe disse que a divisão portugueza ou embarcava nos transportes que estavam promptos para a conduzir a Lisboa, ou seria tratada como força rebelde e obrigada a render-se pela fome e pelo fogo. O embarque da divisão começou no dia 11 do referido mez, e largando a barra do Rio de Janeiro em 15 chegou a Lisboa em maio, entrando Jorge d'Avilez no Tejo a 20 d'esse mez, a bordo da galera *Tres Corações*. Depois de haver passado algum tempo na sua casa de Portalegre, foi eleito deputado, e quando em maio de 1823 houve o movimento da Villafrancada, as côrtes o nomearam no dia 28 d'esse mez commandante em chefe do exercito. No dia 31, D. João VI abandonou tambem a capital, deixando-a exposta aos horrores da anarchia, mas Jorge d'Avilez conseguiu manter inalteravel o socego publico. Logo que se estabeleceu o governo absoluto, e que o soberano voltou a Lisboa, o general teve

ordem de sahir da capital dentro de duas horas, e sendo degredado para Coimbra, foi preso no dia 27 e conduzido para o castello de S. Jorge, d'onde o transferiram pouco depois para a Torre de Belem. Accusado então de insubordinação e revolta contra o legitimo poder do principe real, respondeu a conselho de guerra pelo seu procedimento no Rio de Janeiro, e sendo condemnado a 3 de fevereiro de 1824 a trabalhos de fortificação, foi-lhe essa pena commutada pelo Supremo Conselho de Justiça Militar em 18 de março na demissão do posto e um anno de prisão na praça de Castello de Vide. Restabelecido outra vez o systema constitucional, foi essa sentença declarada de nenhum effeito e illibada a conducta do general Avilez, por um conselho nomeado pela infanta regente D. Izabel Maria, em junho de 1827, sendo reintegrado no seu artigo posto de tenente general por decreto de 31 de dezembro d'esse anno. Poucos mezes depois chegava D. Miguel a Lisboa, e Jorge d'Avilez, havendo trabalhado activamente na capital para estorvar os planos do infante, e reconhecendo que os seus esforços eram infructiferos, obteve licença para se retirar á sua casa da provincia, levando em mente dispôr das tropas do Alemtejo para evitar a queda do governo liberal. Foi então preso em Portalegre, em 17 de junho de 1828, e remettido para a Torre de S. Julião da Barra, onde passou muitos tormentos e privações. Em 1832 o mandaram para Almeida, e depois o transferiram para Bragança, d'onde poude evadir-se para Hespanha; reunindo alguns emigrados em Alcanices, entrou novamente em Portugal, quando o duque da Terceira atravessava a provincia de Traz-os-Montes, na marcha a que poz termo a batalha d'Asseiceira. Tendo ajudado ainda a estabelecer o regimen constitucional em muitas terras d'aquella provincia, foi logo depois de finda a guerra chamado a Lisboa por D. Pedro IV, que o nomeou governador militar do norte e provincia da Extremadura, sendo depois promovido a tenente general effectivo, e nomeado conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça. Tendo sido eleito deputado nas primeiras côrtes que se reuniram, depois de terminada a guerra civil, foi a 3 de novembro de 1834 encarregado do commando em chefe do exercito de observação na provincia de Traz-os-Montes, e no desempenho d'essa commissão se houve de modo que recebeu grandes louvores, não só pela disciplina que soube manter na sua tropa, como pela actividade e prudencia que manifestou no meio da anarchia que então lavrava em toda aquella provincia. Não lhe permittindo o mau estado de saude continuar no exercicio d'essas importantes commissões, obteve licença para fazer uso dos banhos das Caldas da Rainha, e reassumiu as funcções do governo militar da provincia da Extremadura; no primeiro de outubro de 1835 foi elevado ao pariato, de que prestou juramento e tomou posse na camara respectiva na sessão de 5 de janeiro de 1836, tendo sido a 10 de novembro de 1835 agraciado com o titulo de visconde de Reguengo. Quando em 1836 se verificou em Lisboa a chamada revolução de setembro, o general Avilez deu as mais evidentes provas de fidelidade e dedicação ao throno, defendendo o palacio das Necessidades com as forças de linha da guarnição da capital, e quando D. Maria II adheriu ao movimento, seguiu o governo nascido da revolução, contribuiu muito para a manutenção da ordem no meio d'essa crise tão violenta, e por occasião da *Belemzada* empregou todos os esforços para que essa tentativa acabasse sem effusão de sangue, e com dignidade tanto para a nação como para o throno. No anno seguinte, quando os marechaes se revoltaram e quizeram restabelecer a Carta Constitucional, o visconde de Reguengos, tendo á sua disposição todas as forças civicas e militares, guarneceu as linhas de Lisboa, e tomou as mais acertadas providencias para pôr a capital a coberto d'um golpe de mão, até que esse movimento foi annullado pela convenção de Chaves. A 4 de março de 1838 começou a sedição em alguns corpos da guarda nacional de Lisboa, e estando no dia 9 em armas o batalhão do Arsenal, que então se tornou afamado, foi o visconde de Reguengo encarregado de dirigir as forças que sitiavam aquelle edificio, contribuindo mais uma vez para evitar o derramamento de sangue; como, porém, os excessos dos revoltosos continuassem nos dias 11 e 12, o governo resolveu a 13 empregar a força para os desarmar, e então o general conseguiu pôr termo á insurreição, usando dos ultimos recursos, mas expondo-se a todos os perigos, de que resultou matarem-lhe o cavallo e ser ferido levemente. No dia 4 d'abril de 1838 foi elevado a conde d'Avilez, por carta regia, passada n'essa data, e carta de 1 de fevereiro de 1840, continuando a servir no commando da primeira divisão militar, que substituira o antigo governo das armas da Extremadura. Em 1841 teve transferencia para a 7.ª divisão, mas não chegou a marchar para essa nova commissão, e serviu até aos ultimos dias de vida no seu cargo de conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça Militar. Era commendador de S. Marcos de Monsaraz, como dissémos, e da antiga e nobre ordem da Torre Espada, do valor, lealdade e merito, condecorado com a cruz de ouro e medalha do commando de tropas portuguezas no Bussaco, Fuentes de Oñoro, Victoria e Nive, e a de 5 campanhas da guerra Peninsular; com a Estrella de Ouro de Montevideu pela campanha do Rio da Prata; com a medalha ingleza das acções de Nivelle e Nive, e as medalhas hespanholas pelas batalhas de Victoria, Pamplona e Orthez. O seu brazão era o mesmo usado pela antiga familia Avilez *(V. este nome.)* Casou em 26 de janeiro de 1812 com sua prima D. Joaquina de Lencastre e Barros d'Avilez, filha de Rodrigo Barba Alardo de Pina e Lemos Menezes, fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores, alcaide-mór de Leiria, 11.º morgado da Romeira, da casa da Matreina, e da de Amparo, de Leiria, casado com D. Maria Ignez Catharina de Lencastre Barros, herdeira dos morgados do Real, da Amoreira de Braga, e de S. Antonio de Litem, em Pombal. Esta senhora acompanhou seu marido para o Brazil; no tempo do governo de D. Miguel soffreu muitos trabalhos e desgostos, chegando tambem a estar presa alguns dias no Aljube, quando o general Avilez foi mandado da Torre de S. Julião da Barra para as prisões do norte do reino. Sobreviveu ainda 34 annos a seu marido, pois falleceu nos ultimos dias de abril de 1879.

O conde d'Avilez publicou: *Participação e documentos dirigidos ao governo pelo general commandante da tropa expedicionaria que existia na*

provincia do Rio de Janeiro, chegando a Lisboa, e remettidos pelo governo ás côrtes geraes, extraordinarias e constituintes da nação portugueza, Lisboa, 1822; *Defeza ou resposta do tenente general graduado Jorge de Avilez Jusarte de Sousa Tavares*, Lisboa, 1823; diz-se que esta defeza foi redigida pelo dr. Rego Abranches. Com referencia a este assumpto fez-se edição official por ordem das côrtes, da seguinte correspondencia: *Cartas e mais papeis officiaes dirigidos a S. M. o sr. D. João VI pelo principe real o sr. D. Pedro de Alcantara, e juntamente os officios e documentos que o general commandante da tropa expedicionaria existente na provincia do Rio de Janeiro tinha dirigido ao Governo*, Lisboa, 1822. No supplemento do *Diccionario Bibliographico*, vol. 12.º, pag. 173 e 174, vem uma nota de mais escriptos, publicados no Rio de Janeiro, em 1822, tanto do conde d'Avilez como contra elle, quando se deu a independencia do Brazil.

Avilez *(Jorge de Avilez Jusarte de Sousa Tavares, 2.º visconde de Reguengo, e 2.º conde de)*. Fidalgo da Casa Real; par do reino por successão a seu pae, senhor dos morgados da Torre, Reguengo e Casas Novas, major de infantaria, governador civil de Portalegre, etc. N. na villa da Praia Grande, no Brazil, a 28 de maio de 1816, fal. na sua casa em Portalegre, a 17 d'abril de 1881. Era filho do 1.º conde d'Avilez e 1.º visconde de Reguengo, Jorge d'Avilez Jusarte de Sousa Tavares, e de sua mulher. D. Joaquina de Lencastre e Barros d'Avilez. Assentou praça em 1834 no batalhão de caçadores n.º 2, tomando logo parte como cadete na celebre batalha das linhas de Lisboa, e depois na acção do Chão da Feira. Mais tarde, sendo então official, foi nomeado ajudante de campo do general conde de Mello, com quem fez a campanha do Alemtejo, e por tal maneira se distinguiu, que o conde de Bomfim o requisitou depois para seu ajudante, assistindo com este general ao ataque das linhas de Torres Vedras, em que ficaram ambos prisioneiros. O conde d'Avilez embarcou com os seus companheiros de infortunio na fragata *Diana*, onde se conservou por largo tempo, e quando elles seguiram viagem para Angola, onde fôram desterrados, obteve licença de ficar em Lisboa, por se sentir gravemente enfermo com uma ophtalmia que o teve quasi privado da vista. Em 1868, no movimento politico chamado da *janeirinha*, apresentou-se como chefe da opposição levantada em Portalegre contra a suppressão d'esse districto administrativo. Em março de 1881 foi nomeado governador civil de Portalegre, cargo de que tomou posse em abril seguinte, tendo a infelicidade de logo adoecer com uma pneumonia dupla, que o victimou a 17 d'esse mez. O conde d'Avilez prestou juramento como par do reino, e tomou posse na respectiva camara na sessão de 13 de fevereiro de 1846. Era commendador da ordem de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa e cavalleiro da de S. Bento d'Aviz; condecorado com a medalha militar por conducta exemplar. Casou a 21 d'abril de 1841 com D. Maria Francisca Salema d'Aboim Villas Lobos, filha de João d'Aboim Pereira Guerreiro, e de sua mulher D. Marianna Rita d'Aboim de Villas Lobos. Tendo enviuvado em julho de 1849, passou a segundas nupcias com D. Josefa Gonzalez Perez de Mendoza, filha de D. Joaquim Gonzales, subdito hespanhol, e de Joanna Gonzales Perez de Mendoza. O titulo de conde foi renovado pelos decretos de 29 de setembro de 1838 e 6 de março de 1840, ainda em vida de seu pae.

Avilez *(Jorge Salema de Avilez Jusarte de Sousa Tavares, 3.º conde de)*. Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, por alvará de 8 de abril de 1870, proprietario, 3.º conde d'Avilez, em sua vida, e em memoria dos longos e valiosos serviços de seu avô, o 1.º conde, fallecido em 1845, sendo o titulo renovado por decreto de 17 e carta de 21 de junho de 1869, ainda em vida de seu pae. N. a 31 de janeiro de 1842, fal. em S. Thiago do Cacem, em 4 de novembro de 1901. Era filho de 2.º conde d'Avilez, Jorge d'Avilez Jusarte de Sousa Tavares, e de sua primeira mulher, D. Maria Francisca Salema d'Aboim Villas Lobos. Casou em 15 de dezembro de 1867 com D. Maria Carolina de Sousa Feio, filha do 1.º visconde da Boa Vista, Marianno Joaquim de Sousa Feio, e da condessa, sua mulher D. Marianna Thereza de Sousa.

Avilez *(Manuel Leitão de)*. Musico portuguez, natural de Portalegre. Sendo moço do côro da cathedral na terra da sua naturalidade, frequentou a escola do professor de musica Antonio Ferro, e mostrou tanta vocação, que em 1625 era mestre da capella real de Granada. Algumas das suas composições conservavam-se na Bibliotheca Real de musica d'el-rei D. João IV, entre as quaes se contava uma *Missa de Nossa Senhora*, a oito vozes, e outra a doze. Manuel Leitão d'Avila falleceu em Granada.

Avilhão. Pov. na freg. de S. João Baptista de Capelludos, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real.

Avilheiros. Pov. da freg. de S. João Baptista, de Barqueiros, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Avilhoso. Pov. da freg. de S. Salvador, de Lavra, conc. de Bouças, distr. do Porto.

Avindeiro V. *Avindor*.

Avindor ou Avidor. Chamava-se assim a uma especie de juizes de paz que deviam compôr as demandas, para evitar que ellas proseguissem, procurando conciliar as partes. As côrtes d'Evora pediram que em todas as cidades se estabelecessem os avindores, mas D. João II entendeu que não era a autoridade que devia intervir n'esse modo conciliador nos pleitos, deixando esse papel a qualquer particular que pretendesse desempenhal-o. Mas D. Manuel, por ordem de 20 de janeiro de 1519, estabeleceu uns avindeiros ou concertadores de demandas, que eram perfeitamente os predecessores dos actuaes juizes de paz. V. *arbitro*.

Avinges. Pov. da freg. de S. Thiago, de Cepões, conc. e distr. de Vizeu.

Avinhal. Appellido de familia nobre portugueza, desde o principio da monarchia. Procede de D. Egas do Avinhal, pae de D. João Gomes do Avinhal, fidalgo de Toledo, que passou a Portugal com o conde D. Henrique, e estabeleceu o seu solar na Torre de Avinhal, junto a Canavezes, na prov. de Entre Douro e Minho. As suas armas são: escudo composto de seis chaveirões, que alternam, sendo o primeiro xadrezado de prata e negro, o segundo de ouro, e assim até ao sexto; do primeiro e do ultimo só se vê parte. O timbre consiste em duas vides da sua côr, cada uma d'ellas com um cacho de uvas de ouro.

Avinhó. Pov. na freg. de S. Vicente, de Irivo, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Guilhofrei, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João da Fresta, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Matella, conc. de Vimioso, distr. de Bragança. || Quinta na freg. de S. Vicente, de Redondello, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Avinte *(Quinta de)*. Na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Avintes *(D. Antonio d'Almeida Portugal, 2.º conde de)*. Fidalgo da Casa Real, conselheiro de Estado e de guerra, etc. N. em 1640, fal. a 10 de dezembro de 1715. Era filho de D. Luiz d'Almeida, 1.º conde d'Avintes, e de sua mulher D. Izabel de Castro, filha herdeira de D. João d'Almeida. Tomou parte na guerra da Restauração, sendo ainda muito novo, como capitão de cavallos, posto com que entrou na batalha do Ameixial. Teve depois o cargo de tenente general de cavallaria do Algarve, quando seu pae ali esteve como governador, e em 1659 entrou no sitio d'Elvas. Foi tambem capitão general do reino do Algarve, e no anno de 1705, na guerra contra Castella, teve o governo das armas da provincia de Traz-os-Montes, sendo mais tarde nomeado conselheiro de Estado e de guerra. Era casado com D. Maria Antonia de Bourbon, dama da rainha D. Maria Francisca de Saboya, filha de D. Thomaz de Noronha, conde dos Arcos. D'este consorcio, entre outros filhos, houve D. Luiz d'Almeida, que foi o 3.º conde d'Avintes, e D. Thomaz d'Almeida, primeiro patriarcha de Lisboa.

Avintes *(D. Luiz d'Almeida, 1.º conde de)*. Fidalgo da Casa Real por successão a seus maiores, Mestre de Campo, governador de Tanger e do Algarve, senhor d'Avintes, etc. Falleceu em 1671. Era filho de D. Antonio d'Almeida *(V. este nome)* commendador de S. Martinho de Lardosa na ordem de Christo, e de sua mulher D. Magdalena de Athaide, filha de D. Manuel Mascarenhas, governador de Mazagão, senhor da Torre e da Gocharia. D. Luiz d'Almeida contava nos seus ascendentes pessoas muito illustres, como D. Francisco d'Almeida, primeiro vice-rei da India, e seus notaveis irmãos; D. Paio Guterres, a quem chamavam o *Almeidão*. A sua ascendencia era a mesma que a dos condes d'Assumar, já descripta *(V. Assumar, 1.º conde de)*. D. Luiz serviu na guerra de Restauração, como Mestre de Campo d'um terço de infantaria. Nomeado governador da capitania do Rio de Janeiro, tomou posse do governo em fevereiro de 1652, o qual exerceu sem incidente notavel até ao anno de 1658, em que regressou a Portugal, sendo então nomeado governador de Tanger, ultimo governador que teve aquella praça, cedida depois aos inglezes, como dote de D. Catharina, filha de D. João IV, que casou com o rei Carlos II, de Inglaterra. D. Luiz d'Almeida foi nomeado governador do Algarve em 1664, e em 17 de fevereiro do mesmo anno foi agraciado com o titulo de conde de Avintes, por el-rei D. Affonso VI. A concessão do senhorio do couto d'Avintes tem a data de 28 d'agosto de 1689, por el-rei D. Pedro II. D. Luiz casou com D. Izabel de Castro, filha herdeira de D. João de Almeida, a quem chamavam o *sabio*, commendador da ordem de Christo, do conselho de D. Filippe III e IV, e de sua mulher, D. Jeronyma de Castro, filha de D. João Soares d'Alarcão, alcaide-mór de Torres Vedras. O brazão d'armas é o seguinte: um escudo; em campo vermelho seis besantes de ouro entre uma cruz dobre e bordadura do mesmo metal. Timbre: uma aguia besantada de nove besantes, sendo tres no peito e tres em cada aza.

Avintes *(D. Luiz d'Almeida Portugal, 3.º conde de)*. Gentil-homem e estribeiro mór do infante D. Francisco, senhor da casa d'Avintes, commendador de Santa Maria de Lamas e de S. Martinho da Lardosa na ordem de Christo. N. em 1669, fal. a 10 de abril de 1730. Era filho de D. Antonio d'Almeida Portugal, 2.º conde d'Avintes. Casou com D. Joanna Antonia de Lima, sua prima, filha de D. João Fernandes de Lima, visconde de V. N. da Cerveira. Ao seu filho primogenito, D. Antonio d'Almeida, 4.º conde d'Avintes, foi concedido o titulo de conde de Lavradio, que mais tarde se elevou a marquez *(V. este titulo)*. Desde então continuaram reunidos os dois titulos. A linha de primogenitura dos Almeidas d'estas duas casas extinguiu-se pelo fallecimento do 4.º marquez de Lavradio e 7.º conde d'Avintes, D. Antonio d'Almeida Portugal Soares Alarcão Mello Costa Athaide Eça Mascarenhas Silva e Lencastre, que falleceu a 15 de setembro de 1874; porém a familia continuou nos filhos bastardos legitimados do 2.º conde de Lavradio, D. Francisco d'Almeida Portugal, que falleceu em Roma a 1 de fevereiro de 1870 *(V. Lavradio)*. O titulo de conde d'Avintes fôra declarado de juro e herdade, por el-rei D. José, em 18 d'outubro de 1753, e carta de 29 d'agosto de 1766.

Avintes. Pov. na freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. de V. N. de Gaia, distr. e bisp. do Porto; 5:563 hab. e 4:072 fog. Demora n'um sitio muito pittoresco, na margem sul do Douro. Tem grande commercio de differentes generos, especialmente pão e broa, com o Porto, assim como de carnes de porco, que para ali exporta diariamente em grande porção. As mulheres d'Avintes tornam-se notaveis pela sua belleza. Tem escola do sexo masc. e est. post. permutando malas com Villa Nova de Gaia e com serviço de posta rural. A pov. dista 6 k. da séde do conc. Foi villa e couto dos condes d'Avintes e marquezes de Lavradio, a quem os pescadores d'aqui pagavam o quinto de todo o peixe. Estes fidalgos possuiam em Avintes a grande quinta do *Paço*, mesmo á beira do rio, varias propriedades e muitos fóros. Era abbadia apresentada alternativamente pela sé apostolica e pela mitra do Porto. Tinha de rendimento 900$000 réis. A pov. é muito antiga. Em 900, Gundezindo e sua filha Adosinda fundaram aqui, em uma quinta sua, um mosteiro duplex da ordem de S. Bento, dedicado a S. Martinho, ao qual doaram a mesma villa d'Avintes. Este mosteiro foi extincto, passando a commendatarios. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 6, com a séde no Porto. Avintes é uma das freguezias mais ricas da prov. do Douro, e terra fertilissima em producção agricola, e os seus habitantes são notaveis pela sua industriosa actividade e aptidão em trabalhos de agricultura. Corre aqui o rio *Febros*, ou *Fevros*, que desagua no Douro, no sitio do Esteiro. Sobre este rio,

collocadas em sitios muito pittorescos, estão duas pontes, conhecidas pela *Ponte Velha* e *Ponte do Cadeado*, sendo ambas muito antigas. Em Avintes ha as seguintes associações: *Monte-pio de Soccorros Mutuos auxiliador, Soccorros Mutuos Restauradora.*

Avioso. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. de Maia (Castellejos), com. (3.ª vara), distr. e bisp. do Porto; 882 hab. e 203 fog. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada n'um valle baixo e muito fertil. A abbadessa de Santa Clara, do Porto, apresentava o vigario, que tinha de rendimento 60$000 réis. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 18, com a séde no Porto. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. da Maia (Castellejos), com. (3.ª vara), distr. e bisp. do Porto; 725 hab. e 158 fog. A pov. dista 1 k. da séde do conc. O reitor do collegio da Companhia de Jesus, de Braga, recebia aqui os dizimos e apresentava o vigario. Depois da expulsão dos jesuitas, passaram esses direitos á Universidade de Coimbra. Fôra primeiramente apresentação do rei. O vigario tinha 200$000 réis de rendimento. E' terra fertil e cria gado grosso e miudo. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 18, com a séde no Porto.

Avitoure. Pov. da freg. de S. João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Aviz *(Fr. Sebastião de)*. Monge cisterciense, muito versado em theologia. Era natural da villa do seu appellido. Escreveu um livro intitulado. *De vitiis et virtutibus*, que ficou inedito, conservando-se o manuscripto na bibliotheca do convento d'Alcobaça.

Aviz *(Mestre de)*. V. *João I.*

Aviz *(Real ordem militar de S. Bento de)*. Entre as diversas ordens militares que ajudaram a fundar a monarchia portugueza, e que depois ainda por largos annos representaram um papel importante na nação, conta-se a de Aviz, que foi instituida pelo nosso primeiro monarcha. Teve principio esta ordem na união de certos cavalleiros portuguezes, que fizeram tantas obras valorosas, pelejando contra os moiros, que vendo D. Affonso Henriques na tomada de Lisboa e em outras occasiões o extremo da valentia de cada um, e reconhecendo ser proveitosa essa liga para a conquista do reino, determinou dar-lhe rendas e reduzil-a a um modo de vida regular. Para isso mandou D. Affonso chamar o abbade de S. João de Tarouca e outros prelados do reino, e reunindo-os em Coimbra em 13 d'agosto de 1162, com autorisação do bispo d'Ostia, legado do papa Alexandre III, lhe deram a regra de S. Bento, com a reformação de Cister, e elegeram por primeiro mestre da nova milicia a D. Pedro Affonso, irmão d'el-rei, filho illegitimo do conde D. Henrique. Sendo assim estabelecida em Coimbra esta *cavallaria d'Aviz*, que então se chamava *nova ordem*, ali se conservou até que em 1166 ou 1170. Em seguida á conquista d'Evora, foi transferida para esta terra, assegurando-lhe el-rei uma parte da cidade, a que depois se chamou *Freiria*, e que é hoje ainda conhecida por *Torre de Freiria*, e os cavalleiros, se ficaram intitulando *cavallaria d'Evora*. Teve então a invocação de S. Miguel. D. Pedro Affonso recolheu-se ao convento d'Alcobaça, onde professou, e Gonçalo Viegas foi nomeado mestre da ordem. Alguns annos depois, vendo el-rei que a ordem de Calatrava, de Castella, fôra confirmada pelo pontifice, e a d'Evora não tinha a confirmação da Santa Sé, embora a tivesse do seu legado, determinou reduzil-a á obediencia de Calatrava, e tratando d'este assumpto com o mestre d'Evora e com os mais cavalleiros que acceitaram a idéa, avisou o mestre de Calatrava, Fr. Rodrigo Garcez, para que acceitasse a ordem portugueza á sua obediencia, a que elle logo accedeu. Fallecendo Gonçalo Viegas na batalha de Alarcos, succedeu-lhe D. Fernando Annes, que alcançou grande reputação pelo receio que d'elle tinham os moiros, a quem conquistou muitos logares. Como em Evora já não havia musulmanos, e as terras onde existiam, estavam longe d'esta cidade, D. Fernando resolveu buscar outro sitio mais proximo do inimigo, e encontrou-o a pouca distancia da antiga villa de Viamonte, n'um logar alto, onde viu sobre uma arvore duas aguias. Tendo esta circumstancia por feliz agouro, mandou lançar ali os alicerces da fortaleza que, segundo a tradição d'essas aves, tomou o nome d'*Aviz*, assim como o local, e para onde transferiu a ordem em 1213 ou 1214, rei-

Cruz do cavalleiro

nando D. Affonso II. Por morte de D. Fernando Annes, elegeu-se para o substituir no mestrado Fernão Rodrigues Monteiro. Ha opiniões de que foi no tempo d'este mestre da ordem que se realisou a transferencia *(V. Aviz)*. A missão dos cavalleiros d'Aviz era combater no campo da batalha os infieis, e sacrificarem-se para os expulsar do paiz, ou prégarem as verdades do Christianismo para os converter á religião christã. A fôrma do habito era um escapulario curto com capello de côr preta, mas D. Affonso IV pediu ao papa Innocencio VI a transmutação do capello em cruz verde, e no anno de 1352 se expediu o breve, determinando que os cavalleiros trouxessem a cruz verde sobre o peito esquerdo, em fórma de flôr de liz, visto ser o escapulario embaraço para as armas. Além da cruz usavam nos actos ecclesiasticos um habito branco muito roçagante, com a mesma cruz no peito e o remate da fimbria posterior muito comprido. No catalogo publicado nas *Memorias da Academia Real de Historia*, vem o nome dos successores de Fernão Rodrigues Monteiro no mestrado d'Aviz, que teve ao todo 23 mestres: Martim Fernandes, João Portanio, Fernão Soares, Simão Soares, João Peres, Lourenço Affonso, Garcia Peres,

Gil Martins, Vasco Affonso, Gil Pires ou Peres, Affonso Mendes, Gonçalo Vaz, João Rodrigues Pimentel, Sancho Soares, Diogo Garcia, João Affonso, Egas Martins, Martinho de Avellar, D.

Placa de commendador

João, que depois foi rei, e Fernando Rodrigues de Sequeira, que foi o ultimo. No reinado de D. João I quiz o mestre da ordem de Calatrava, D. Gonçalo Nunes de Gusmão, visitar a ordem com o intuito de a reformar, mas el-rei, sabendo da sua vinda a Portugal, mandou avisar Fernão Rodrigues de Sequeira, que, se D. Gonçalo viesse ao seu convento, lhe prestasse todas as honras como hospede, e não como a prelado e superior, fundando-se, ao que parece, na bulla de Urbano VI, que confirmou a eleição de Simão Rodrigues, feita com a assistencia dos votos de Calatrava. D. Gonçalo protestou e lançou excommunhões, e retirando-se para Castella, recorreu ao concilio de Basiléa em 1435, pedindo justiça contra o mestre d'Aviz e contra os seus cavalleiros. O papa Martinho V defferiu a essas queixas, porém D. Affonso Pereira, achando-se n'aquelle concilio como embaixador d'el-rei D. Duarte, tratou a questão com tão bom exito, que alcançou do Pontifice Eugenio IV completa isenção para a ordem de Aviz, que ficou assim livre da sujeição que tinha ao mestre de Calatrava. Fernando Rodrigues de Sequeira, como fica dito, foi o ultimo que por eleição da ordem, subiu ao cargo de mestre, porque, por sua morte, el-rei D. Duarte proveu no mestrado o infante D. Fernando, que foi o primeiro administrador da ordem, e quando o infante falleceu captivo em Fez, em 5 de junho de 1443, succedeu-lhe D. Pedro, filho do duque de Coimbra fallecido na batalha d'Alfarrobeira. Depois da morte de D. Pedro, a administração da ordem d'Aviz passou para el-rei D. João II, e este monarcha a resignou em seu filho D. Affonso, que tão desastrosamente morreu em Almeirim em junho de 1491, nomeando depois grão-mestre da ordem, seu filho natural D. Jorge de Lencastre que foi o ultimo, porque em 1550, no reinado de D. João III, se annexou esta dignidade á corôa portugueza. Os cavalleiros professavam com a regra de S. Bento, os tres votos essenciaes de pobreza, obediencia e castidade absoluta, até 1496, anno em que, a instancias d'el-rei D. Manuel, o bispo d'Albano e cardeal do titulo de Santa Catharina, D. Jorge da Costa, alcançou do papa Alexaudre VI a commutação do voto de castidade absoluta no de fidelidade conjugal; mais tarde, em 1505, foi dispensado o voto de pobreza pelo pontifice Julio II, sendo desde então permittido aos cavalleiros tratar de todos os seus bens, podendo herdar e testar. A ordem compunha-se de 48 commendas, rendendo algumas 4:000$000 réis por anno. No tempo de D. João IV as commendas rendiam 67:350 ducados. Tinha 128 priorados, vigararias e 18 villas, sendo 4 dos priores juizes da ordem, de Benavente, Santa Maria de Estremoz, da matriz de Moura e S. Miguel d'Aveiro. Em Lisboa, o convento da Encarnação pertencia ás commendadeiras d'Aviz. O estandarte da ordem era branco, tendo d'um lado o retrato de Nossa Senhora e do outro as armas d'Aviz, uma cruz verde em campo de ouro com duas aguias aos lados. Soffrendo as modificações por que tem passado as ordens de cavallaria, a ordem d'Aviz está reduzida a uma simples distincção honorifica, destinada especialmente a recompensar os serviços militares. Na carta de lei, de 19 de junho de 1789, passada pela rainha D. Maria I, reformando as tres ordens militares de Christo, Aviz e S. Thiago da Espada, lê-se o seguinte: «Sendo pratica dos Senhores Reis grão-mestres, meus augustos predecessores, usar sómente de venera e insignia da ordem da cavallaria de Nosso Senhor Jesus Christo, como eu mesma até ao presente tenho praticado: hei por bem usar d'aqui em deante distinctamente das veneras, medalhas ou insignias de todas tres; não havendo razão para que, sendo grã-mestra das tres, pareça pela insignia que o sou sómente d'uma, devendo an-

Cruz de commendador

tes honrar e prezar a todas. E confio que assim o hão de observar e guardar os Senhores Reis grão-mestres meus successores, pelas mesmas justas e urgentes razões sobreditas, que a mim

me movem e obrigam. Outrosim hei por bem que o Principe meu muito amado e prezado filho, como herdeiro do reino, e os que depois d'elle o fôrem, seja commendador-mór de todas as tres ordens, em razão de ser a dignidade de commendador-mór, na ordem civil, temporal e politica, a primeira depois do grão-mestre, e ser a pessoa a quem toca pelos estatutos governar o mestrado pelo fallecimento do grão-mestre, como é expresso no capitulo 30.º das definições do Senhor Rei

Medalha de gran-cruz

D. Manuel, substanciado no cap. 34.º § 1.º da parte I dos estatutos da ordem de Christo Em consequencia, hei por bem que o principe commendador-mór use como tal das veneras e insignias de todas as tres ordens, por ser de todas commendador-mór.» Na mesma carta de lei se declara as dignidades e distincções das tres ordens militares. Com referencia á de S. Bento d'Aviz diz que os gran-cruzes serão tres, e que esta dignidade sómente será concedida a pessoa que por qualidade preeminente, ou por serviços militares ou politicos, se faça recommendavel e benemerito d'ella, devendo reservar-se ao supremo arbitrio do grão-mestre o pesar individualmente e com a maior circumspecção as circunstancias dos que se propuzer honrar com esta distincção. A insignia ou venera será mandada pelo grão-mestre ao provido, acompanhada d'uma carta regia, que lhe servirá de titulo. Por morte do gran-cruz se restituirá a medalha, entregando-se ao secretario d'estado dos negocios do reino para a apresentar ao grão-mestre. Os gran-cruzes, sómente como differença dos commendadores, poderão trazer a medalha pendente em banda lançada do hombro direito ao lado esquerdo sobre o vestido. A banda deverá ser da côr distinctiva da ordem. Querendo conservar na memoria as antigas dignidades, de claveiro e alferes, ordenava que um dos gran-cruzes fôsse o claveiro e outro o alferes, tendo estes preferencia aos demais gran-cruzes. Os commendadores deviam trazer a medalha pendente do vestido ou ao pescoço. Estas medalhas ou veneras deverão ser differentes da dos cavalleiros. As gravuras que damos são reduzidas a dois terços da grandeza natural. Por alvará de 13 d'agosto de 1894 foi novamente reformada por el-rei senhor D. Carlos, passando a intitular-se *Real Ordem Militar de S. Bento de Aviz*. O distinctivo é uma cruz verde rematada com flores de liz, encimada pela corôa real e fita da mesma côr. O grão-mestre é sua magestade el-rei, como o fôram os monarchas seus predecessores, conforme se disse. A'cerca da ordem d'Aviz póde lêr-se: *Formulario de Orações e Ceremonias para se armarem Cavalleiros, e se lançarem os habitos das Ordens e Milicias de Nosso Senhor Jesu Christo, Santiago da Espada, S. Bento d'Aviz e S. João de Malta*, por Antonio José Xavier Monteiro, Porto, 1798; *Regras da Cavallaria e Ordem Militar de S. Bento d'Aviz*, por Jorge Rodrigues, 1631; *Escudo dos Cavalleiros das Ordens Militares*, por Fr. Jacintho de Deus, 1670; *Copia da Analyse da Bulla do Santissimo Padre Julio III, de 30 de Dezembro de 1550, que constitue o Padrão dos Reis de Portugal, a respeito da união, consolidação e encorporação dos Mestrados das Ordens Militares de Christo, de Santiago, e de Aviz com os Reinos de Portugal*, por D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, Londres, 1818; *Catalogo dos Mestres e Administradores da illustre e antiquissima Ordem Militar de Aviz*, por Fr. José da Purificação; sahiu no tomo II da *Collecção dos Documentos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*, Lisboa, 1722; *Regra e statutos da horde daujs;* a subscripção diz o seguinte: *Esta obra foy emprimida em Almeirim per Hermam de campos alemã Bombardeyro del Rey nosso senhor, em o anno de mil quinhentos e dezaseys. E se acabou a treze dias do mez d'abril.* Consta de 73 folhas impressas em caracteres goticos a duas columnas, das quaes só 63 são numeradas com algarismos romanos de letra maiuscula. A figura de S. Bento que vem estampada antes do prologo, na segunda folha do livro, é aberta em madeira. V. *Ordens militares*.

Aviz. Villa da provincia do Alemtejo, séde de conc. e com., distr. de Portalegre, arceb. d'Evora. Tem uma unica freg., cujo orago é N. S.ª da Orada, com 424 fógos. Pertence á 4.ª div. mil. e ao 22.º distr. de recrutamento e reserva do exercito effectivo com a séde em Abrantes. Tem Misericordia, hospital, um elegante theatro, club, escolas para ambos os sexos, quartel para 50 praças e cavallariça para 36 cavallos. A estação telegrapho-postal tem serviço d'emissão de vales, tanto postaes como telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço d'encommendas postaes, permutando malas com a R. A. L. Tem uma feira de gado suino a 3 de janeiro, e outra de pannos, moveis, louças, quinquilherias, ouro, etc., a 6 do mesmo mez. A villa de Aviz está edificada n'uma fertil elevação d'onde em dias claros se descobrem n'uma vastissima area varias terras, como são: Galveias, Seda, Alter do Chão, Cabeço de Vide, Alter Pedroso, Fronteira,

Brazão da villa de Aviz

Figueira de Barros, Ervedal, Benavilla, Alcôrrego, Crato, Marvão, Cano, Evora-Monte, Arraiollos e Estremoz. O concelho d'Aviz é composto de 8 freguezias, com 6:731 hab., sendo 3:858 do sexo masc. e 2:873 do fem. As freg. são: Santa Margarida, de Aldeia Velha, Santo Antonio de Alcôrrego, S. Domingos, do Maranhão, e S. Saturnino, de Vallongo, tendo estas 4 freg. reunidas, 1:999 hab.: 1:137 do sexo masc. e 862 do fem.; Aviz, 1:946 hab.: 1:0·8 do sexo masc. e 848 do fem.; S. Sebastião, de Benavilla, 874 hab.: 507 do sexo masc. e 367 do fem.; S. Barnabé, de Ervedal, 1:093 hab.: 581 do sexo masc. e 512 do fem.; S. Braz, de Figueira e Barros, 819 hab.: 535 do sexo masc. e 284 do fem. A villa foi outr'ora cercada de muralhas e fórtes, de que ainda restam vestigios, conservando-se de pé tres altas torres, das quaes se goza um formoso e dilatado panorama. Tinha 6 portas: a d'Evora, a de S. Antonio, de S. Roque, do Postigo, do Anjo e Debaixo, das quaes ainda hoje se vêem ruinas. Foi D. Fernão Rodrigues Monteiro e outros cavalleiros, que buscando, por ordem de D. Affonso II, em 1214, segundo uns e em 1223 segundo outros, um logar proprio para edificar uma povoação, onde devia ter sua séde a ordem de S. Bento, escolheram este sitio em frente de Viamonte, e diz-se que lhe déram o nome de Aviz, ou Avis, porque o primeiro facto que lhes chamou a attenção foi vêrem voar d'uma azinheira, collocada no ponto mais alto do logar escolhido, duas aguias que ali tinham seu ninho, o que para elles foi de bom agouro. Quando se edificou o convento, tambem se edificou o castello, lançando-se-lhe a primeira pedra a 15 d'agosto de 1223. Foi este o principio. da villa d'Aviz. Na guerra dos 27 annos demoliram-se duas torres, para com os seus materiaes se construirem dois reductos, os quaes se levantaram, um junto ás portas d'Evora e outro junto ás de Santo Antonio. A villa foi augmentando de população, e estendendo-se para o norte, formou um grande arrabalde, guarnecido de boas casas. As construcções, segundo uma inscripção que está sobre a porta principal da villa, começaram no dia 15 de agosto de 1261 da era de Cezar, que corresponde chronologicamente ao anno de 1223 da era de Christo. Eis a inscripção: «*Ferdinandus magister dei gratia ordinis calatravensis in portugal cum suo conventu plantavit in festivitate assumptionis santæ mariæ æra M. CC. II. XI.*» D. Manuel deu-lhe foral em Santarem, no 1.º de janeiro de 1512. Do antigo convento de S. Bento só existem hoje ruinas, que ainda revelam a grandeza do edificio. Foi vendido parte d'elle a particulares, ficando apenas no poder da Camara Municipal o chamado «*Palacio do Prior-Mór*», e suas dependencias para ali se installarem as repartições publicas. Effectivamente funccionam ali a mesma Camara, com a sua secretaria, a administração do concelho, repartição de fazenda, tribunal da camara e a aferição dos pesos e medidas. N'aquelle edificio tambem a philarmonica *Primeiro de Dezembro* tem casas para ensaios e reunião dos seus socios, e na parte inferior está o theatro, um dos melhores que se conhecem na provincia, occupando o espaço onde eram a cozinha e o refeitorio amplo do convento.

Vista geral de Aviz

Nas dependencias do palacio estão installados o quartel com uma grande cozinha e a quadra para os cavallos de qualquer diligencia militar que por aqui frequentemente passa, ou permanece para policia do concelho. E' desolador o estado em que se encontra o convento, porque alguns dos seus compradores, que não são os actuaes proprietarios, arrancaram e venderam tudo que n'elle havia de precioso, como telha, madeiras de primeira qualidade, finissimas cantarias, azulejos, etc., desfazendo-se depois das ruinas. Os actuaes proprietarios teem procurado tornal-as habitaveis, reconstruindo paredes e telhados, mas sem aquella grandeza que era inseparavel das construcções monasticas quando protegidas pela corôa. Felizmente a egreja está intacta e, porque apóz a extincção das ordens religiosas, a parochia foi transferida para essa egreja. E' vasta, com um amplo altar-mór, cuja obra de talha é primorosa, captivando o espanto e os applausos dos visitantes. Tem ainda 6 altares lateraes e entre elles o do Sacramento com riquissimos marmores. A imagem do orago, que está no se-

gundo altar á esquerda, foi offerecida por D. Nuno Alvares Pereira, que, segundo se lê no *Sanctuario Marianno*, tinha especial devoção á Virgem sob o titulo de *Nossa Senhora da Orada*.

Ruinas do convento

Quasi todo o pavimento do templo está coberto de sepulturas, ostentando bellos brazões dos cavalleiros que ali foram sepultados. Alguns são curiosos. Defronte da capella do Santissimo encontra-se um tumulo sustentado por pequenos leões, onde se lê: *Aqui jaz Dom Frei Fernando Rodrigo Monteiro mestre que foi d'esta ordem de cavallaria d'Aviz que esta terra ganhou aos mouros*. Possuia a egreja riquissimos paramentos e alfaias que fôram conduzidos para a sé d'Evora, onde servem nos dias mais solemnes. Na ultima exposição da arte ornamental realisada em Lisboa, 1882, viu-se um espaldar e docel que revestia o solio do prior da ordem nas festas principaes. Das preciosidades antigas apenas existem um tapete dos fabricados em Arraiollos, mas em estado deploravel, e um livro de cantochão com preciosas illuminuras. O que torna mais valioso este livro é que, tanto o canto-chão como as formosas illuminuras que o guarnecem, fôram feitas á mão por um membro da ordem d'Aviz, religioso do convento. Não podemos deixar no silencio o magestoso côro sobre a porta principal do templo, magnifica obra de talha, com duas ordens de cadeiras, faltando já a do centro, onde se sentava o Prior-Mór, e que pelo seu valor artistico foi conduzida para a Academia Real das Sciencias. Que de objectos preciosos não devia encerrar este convento, tanto mais que era um dos mais ricos do paiz! O grande orgão foi desmantelado, salvando-se apenas meia duzia de canudos. Da opulenta livraria apparecem ás vezes pelos estabelecimentos da villa alguns volumes, cujas folhas embrulham os differentes generos. Todas as salas das repartições publicas são amplas, merecendo menção especial o salão das sessões da camara, ha pouco ricamente decorado e ostentando sobre a presidencia um bello retrato de el-rei senhor D. Carlos. Além da egreja do convento, ha ainda outras. A antiga matriz, apezar de arruinada, ainda mostra vestigios da sua belleza primitiva; tinha prior e cinco beneficiados *curados*, todos freires da ordem d'Aviz, apresentados pelo rei, como grão-mestre. O prior, além do pé de altar, tinha de renda tres moios de trigo, dois de cevada, e 20$000 réis em dinheiro; cada beneficiado, dois moios de trigo, moio e meio de cevada e 10$000 réis em dinheiro, que lhes pagava o almoxarifado de Benavente. A egreja da Misericordia tem boas imagens e um bello altar de marmore; a de Santa Luzia está situada fóra da villa. Ha pouco tempo inaugurou-se a egreja de Santa Margarida, reedificada por iniciativa particular. Havia oito annos que estava em ruinas, em virtude da queda total da abobada. Em todas tres se faz ainda culto. A villa tem um passeio onde se ergue o antigo pelourinho, e está em projecto um outro passeio em sitio mais desafogado e com ampla e linda vista. O actual é no centro da villa, e o novo fica na *Porta d'Evora*. Sobre a ribeira da Seda, que corre na villa, se construiu uma ponte, como a nossa gravura representa. Aviz tinha antigamente voto em côrtes com assento no 9.º banco. Dista da estação do caminho de ferro na Ponte de Sôr 30 k. e da de Extremoz 35, mas, felizmente, foi já adjudicada a construcção da linha que deve ligar esta villa com a rede ferro-viaria do paiz, tendo-se encetado os estudos e sendo provavel que ao começar do anno de 1906 já funccione a estação d'Aviz na linha do valle de Sorraia. E' rica a producção

Ponte sobre a ribeira da Seda

do concelho d'Aviz em trigo, aveia, fava, azeite, cortiças e carvão. Prevemente exportará vinho, havendo grande enthusiasmo pela cultura da vinha, que na freguezia d'Aviz já produz o indispensavel ao seu consumo. O brazão d'Aviz é o

seguinte: um escudo com a cruz verde d'Aviz, em campo de ouro, e no pé da cruz duas aguias, uma de cada lado. Na porta d'Evora, do lado ex-

Camara e repartições publicas

terior, dizem estar pintado o seguinte quadro: A imagem de S. Bento, tendo aos pés o mestre D. Fernando Annes a cavallo, com escudo embraçado, e um alfange na mão direita. Debaixo das mãos do cavallo está uma cabeça de moiro, e para o lado direito duas aguias reaes sobre uma azinheira. A respeito de Aviz pódem consultar-se: o *Relatorio e mappas ácerca dos edificios que devem ser considerados monumentos nacionaes*, Archivo historico vol. I; *Noticias das antiguidades prehistoricas do convento d'Aviz*, por M. de Mattos Silva, no *Archeologo Portuguez*, n.º 5 de 1895. *Religiões da Lusitania* pelo dr. Leite de Vasconcellos, tom. I pag. 21, etc.

Aviz. Cidade da antiga Lusitania, de que só resta a memoria. Diz-se que era situada onde hoje está a aldeia de Ribadares, freg. de S. Salvador do Souto de Carpalhosa. || Ribeira, na prov. do Alemtejo. Nasce 18 k. acima de Monforte, nas herdades chamadas da *Roda*, *Carrapato* e *Barreiros*, que ficam nos termos das villas d'Assumar e Monforte, e das quaes se fórma um ribeiro, chamado *Freixo*, cujo nome conserva até Monforte, onde tem uma ponte de ferro. Corre junto á villa de Fronteira. Entre estas duas villas recebe os ribeiros do *Almuro* e *Anna Sousa*, da parte do Sul, e a ribeira de *Vide*, do Este. No Ervedal recebe o ribeiro da *Caniceira*, e corre até Aviz, onde tem uma boa ponte de cantaria, e n'este sitio, mesmo por debaixo da ponte, recebe a ribeira da *Seda*.

Avo. Moeda de Macau e Timor, que equivale a um centesimo de pataca.

Avô. E' uma das mais importantes freguezias do concelho e comarca de Oliveira do Hospital, d'onde dista cerca de 9 k., servida por uma boa estrada de macadam, a qual se ramifica no centro da povoação de Avô, seguindo um ramal para Pomares e outro em direcção a Coja e Arganil. E' povoação antiquissima, cuja fundação se attribue

Vista geral de Avô

aos turdulos, principaes povoadores das antigas localidades d'esta parte da Lusitania antiga. Tem duas ricas pontes de pedra, uma sobre o rio Alva, de um só arco, e outra de tres olhaes sobre a ribeira que vem de Pomares, vulgarmente chamada *ribeira de Pomares*. E' orago da freguezia N. S.ª da Assumpção. Esta importaute povoação foi villa e julgado n'outros tempos e ainda hoje couserva a sua casa da Camara; o juiz era de vara branca, e accumulava as attribuições do crime e orphãos, tambem tinha capitão-mór. Em antigos tempos foi praça fortificada e isso o attesta o seu castello em ruinas, que assenta sobre rocha viva, n'um alto que domina a terra. estabelecimentos commerciaes e alguns edificios particulares de bella construcção e apparencia, como a casa das illustres familias Soares d'Albergaria Cabral, antigos fidalgos aparentados com as familias do melhor sangue beirão; a casa dos Costa Mesquita e outras mais. Esta antiquissima povoação foi a patria do celebre Braz Garcia de Mascarenhas, autor do *Viriato Tragico*, que tinha aqui o seu solar, e ainda hoje aqui existem membros d'esta antiga e nobre familia, que se tem ramificado pelas familias nobres d'estes sitios, e comquanto nem a todos tenha sido favoravel a sorte, é certo que algumas conservam com os seus bens de fortuna a ostentação e poderio dos velhos fidalgos beirões. Um dos descendeutes da familia Mascareuhas, d'esta terra, ligou-se com a familia, tambem de origem uobre, Calheiros, de Vallerim, oriundos dos velhos Calheiros de Poute de Lima, Caminha e Ois do Bairro (V. *Garcia Mascarenhas, Braz).* A villa de Avô está situada no fundo d'uma montauha como se vê na gravura; é terra fertil e abundante de cereaes. Cerca de 2 k. subindo pela estrada que vem de Gallizes, no logar denominado *Tres Entradas*, se observa um dos sitios mais pitorescos de todo o concelho de Oliveira do Hospital. N'esse logar dá-se o entroncamento de tres estradas que se ligam n'uma ponte soberba sobre o Alva, que tem tres entradas, o que se nota na nossa gravura. E' local muito visitado pelos *touristes*, que no verão, quando se realisa a festa da Senhora das Preces, ali passam as tardes

Ponte das Tres Entradas

Pertence ao districto de Coimbra e é tambem da diocese d'este bispado. Foi couto de D. Affonso Henriques e pertenceu a D. Urraca Affonso, filha bastarda d'este monarcha, casada com D. Pedro Affonso, neto de D. Egas Moniz. Depois passou para a mitra de Coimbra e por fim para a Corôa. Os bispos de Coimbra aiuda hoje teem o titulo honorifico de condes de Arganil, senhores de Coja e alcaides-móres de Avô. Possue alguns edificios importantes e uomeadamente a egreja matriz, cuja fundação se attribue a D. Affonso Henriques. Esta egreja contém riquissimas obras de talha, com especialidade o retabulo do altar-mór, que é soberbo, no estylo renascença. O cabido de Coimbra apresentava o vigario, com a renda de 200$000 réis. Tem foral dado por D. Sancho I em 1187; dando-lhe tambem novo foral D. Manuel em Lisboa, a 12 de setembro de 1514. Tem bastantes

vendo os ranchos de romeiros. A villa tem 257 fog. e pelo censo de 1 de dezembro de 1900, 1:202 hab. Avô foi séde de concelho, o qual se suppri-miu por decreto de 24 d'outubro de 1855. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 23, com a séde em Coimbra. Tem caixa postal, escolas para ambos os sexos, e feira na ultima quarta feira de cada mez. Ha em Avô a capella de N. S.ª do Mosteiro, ou das Neves, que, segundo a tradição, foi egreja d'um mosteiro de monges benedictinos, no tempo dos godos. Na freg. entra a serra do Açôr. || Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, de Gafanhão, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || Casal na freg. de S Martinho dos Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cazevel, conc. e distr. de Santarem. || Quinta na freg. de S. Paio, de Portella, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Avoá. Na freg. de S. Nicolau, de Candedo, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

Avoenga. Antigo direito de succeder nos bens que fôram dos avós, ou outros ascendentes consanguineos. Desde o seculo x que nos documentos apparece o termo *avoenga*, pelo qual se distinguiam os bens herdados de antepassados dos que eram adquiridos por compras, ou outros titulos onerosos. D'aqui *terra* ou *aldeia da minha avoenga,* aquella que tinha vindo por herança de seus paes e avós. Do *direito de familia* que vogou entre os godos e que depois se espalhou por toda a Europa, nasceu entre nós a lei da avoenga, da qual finalmente procederam os morgados. Por essa lei era determinado: que, aquelle que quizesse vender ou empenhar a fazenda que tivesse da sua avoenga, convidasse primeiro os irmãos e parentes mais chegados; que sem isso nenhum estranho a pudesse comprar; que não querendo o parente pelo justo preço, então se vendesse a quem quizessem; e que d'ahi em deante se o comprador não quizesse não tornasse mais á avoenga Este direito tendia a conservar os bens nas familias, mas não impedia que se repartissem entre os filhos; porém a influencia dos antigos usos, segundo os quaes se destinavam certos bens para o filho mais velho, para o mais forte na guerra, ou para aquelle que ficava em casa, indo os outros buscar occupação differente, foi tomando a sua direcção a favor da primogenitura. Accrescendo os fidei-commissos, segundo os principios das leis romanas, d'esta mistura se originou o estabelecimento dos morgados, que apparecem a partir do reinado de D. Diniz. O rei D. Affonso V aboliu a lei da avoenga, dando fórma regular á legislação dos morgados, que até ali parece eram só fundados no direito consuetudinario, e que logo se multiplicaram excessivamente. V. *Morgado.*

Avões. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Alta, conc., com. e bisp. de Lamego; 444 hab. e 82 fog. Está annexada civilmente á de Ferreiros de Avões. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada na raiz da serra das Meadas, antigamente de *Avões* ou *Avois.* O thesoureiro-mór da sé de Lamego apresentava o vigario, que tinha de rendimento 200$000 réis. Na serra ha lobos e muita caça miuda. N'ella nascem dois ribeiros, que se despenham arrebatados pela serra, chamados *Neto* e *Ladario* ou *Ladairo.*

Avondano *(Pedro Antonio).* Compositor de musica, violino da real camara d'el-rei D. José I. Nasceu em Lisboa, mas não se sabe a data do nascimento; fal. n'esta mesma cidade, no anno de 1782. Era filho de Pedro Jorge Avoudano, genovez que veiu para Lisboa ao serviço de D. João V, occupando o logar de primeiro violino da capella real. Compoz as sonatas ou symphonias para os villancicos que se cantaram nas matinas de Santa Cecilia em 21 de novembro de 1721 e 1722, por occasião das festividades realisadas na egreja de Santa Justa pela irmandade dos musicos. Pedro Antonio Avondano foi professo na ordem de Christo e bom compositor. A sua musica tinha grande harmonia e muita suavidade. Tomou parte muito importante na reorganisação da irmandade de Santa Cecilia, effectuada em 1765. A historia d'esta irmandade é interessante, e a seu respeito encontram-se curiosas noticias a pag. 66 e seguintes, do 1.º vol. do *Diccionario biographico de musicos portuguezes*, de Ernesto Vieira. Avondano compôz musica para duas oratorias, cujos libretos dizem assim: 1.º *Il Voto di Jefte, dramma sacro di Girolamo Tonioli, posto in musica dal signor Pietro Antonio Avondano, Virtuoso di Camera di S M. F.—In Lisbona — Presso Antonio Rodrigues Gagliardo, Stampore della Regia Curia Censoria.—M.DCC.LXXI.*— 2.º *Adamo ed Eva, dramma sacro posto in musica dal signor Pietro Antonio Avondano, Virtuoso di Camera di S. M. F. — In Lisbona—Presso Antonio Rodrigues Gagliardo, Stampore della Regia Curia Censoria.—M.DCC.LXXII.* Escreveu tambem uma opera em tres actos para o theatro real de Salvaterra, que se cantou no carnaval de 1765, e que se intitulava: *Il Mondo della Luna,* poesia de Polisseno Fegejo. A partitura d'esta opera, dizem, que existe na bibliotheca d'Ajuda. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa, segundo consta, ha tambem com o nome de Pedro Antonio Avondano, a partitura manuscripta d'uma aria, cuja letra começa: *Ah! non sai bella Selene,* que pertence ao drama de Metastasio, *Dido.* O catalogo da bibliotheca do conservatorio de Bruxellas menciona uma symphonia manuscripta para dois violinos, violeta e violoncello, composição de Pedro Antonio Avondano. No theatro real d'Ajuda, tambem se executou em 1764, uma cantata a tres vozes, com o titulo: *Le ditese d'amore. Cantata per le felecissime nozze degli eccellentissimi signori D. Enrico Giuseppe di Carvalho e Mello, Conte d'Oeiras, e D. Maria Antonia de Menezes.*

Avongo. Rio da Africa Occidental, considerado como limite geographico entre as duas Guinés. Segundo as relações do viajante Reichard, o Avongo sae d'um grande lago situado a 10° da costa e a 5° ao norte do Equador, e lança-se no Oceano Atlantico por varias embocaduras, perto do cabo Lopez Gonzalvo.

Avranches. V. *Abranches (D. Alvaro Vaz d'Almada).*

Axem. Pov. da Guiné, na Africa Occidental. Está situada no territorio de Ahauta, e um pouco a leste da embocadura no Axini. Pertencia esta cidade aos portuguezes, que ali levantaram um forte denominado Santo Antonio, na ponta mais occidental do Cabo das Tres Pontas. Em 1642 foi usurpada pelos hollandezes á corôa de Portugal e por elles cedida mais tarde aos inglezes.

Axery. Moeda de prata na India. No meado do seculo XVI recebia-se na alfandega de Diu o *axery* por 60 *fedeas* ou 12 *perogis*.

Axieiro. Pov. da freg. de Santa Eulalia, de Chave, conc. de Arouca, distr. d'Aveiro.

Ayala. Familia nobre de Hespanha que por vezes passou a Portugal. Diz-se descendente de D. Valla, infante de Aragão. D. Pio Ayala veiu a Portugal acompanhando a rainha D. Catharina. As suas armas são: em campo de prata dois lobos negros armados de sanguinho, passantes, orla vermelha com oito aspas de ouro; timbre um lobo do escudo, com uma das aspas na espadoa.

Ayala *(José Ortiz de)*. Cura da egreja parochial de S. Miguel, de Torres Vedras. Era de origem hespanhola, mas por nascimento portuguez. Ignoram se as datas do nascimento e do fallecimento. Escreveu: *Cathecismo romano, e praticas da doutrina christã, para os principaes mysterios de N. S.ª, festas dos Santos e domingos do anno. Conforme os cathecismos de Pio V e Clemente VIII, e os decretos do sancto Concilio Tridentino. Composto pelo P. João Eusebio Nieremberg, traduzido em portuguez pelo licenceado José Hortis* (sic) *de Ayala, e accrescentado por Manuel Henriques, corrector d'esta sexta impressão*, Lisboa, 1678.

Ayala *(Manuel Joaquim Diniz de)*. Official do corpo de engenharia, que em 1855 entrou na escola mathematica e militar da India, como professor da cadeira d'algebra transcendente e calculo differencial, etc. Escreveu: *Relatorio da descripção e tombação dos edificios publicos pertencentes ao estado da India, apresentado pela commissão nomeada por s. ex.ª o sr. visconde de S. Januario, governador geral do mesmo estado, pela sua portaria, etc.*, Nova Gôa, 1870. Teve mais duas publicações, folhas avulso, n'uma das quaes inseriu o discurso do deputado pela India, Caetano Francisco Pereira Garcez, na sessão de 1856, ácerca da conservação ou abolição das communidades; e n'outro, em que falava das suas doenças.

Ayala Figueira *(Josepha de)*. V. *Obidos (Josepha d')*.

Ayalla *(Antonio Diniz de)*. Commandante geral da guarda fiscal nos territorios da Companhia de Moçambique. Tem desempenhado diversas commissões importantes merecendo sempre o louvor dos seus superiores. E' natural da India, e veiu para Lisboa com sua mãe e um irmão, quando tinha 9 annos de edade; entrou no Collegio Militar, onde completou o respectivo curso, e desejando depois ir a Moçambique, conseguiu passagem para aquella provincia, continuando ali a carreira militar. Ayalla tem feito parte de diversas columnas de operações contra o gentio, e teve o seu primeiro baptismo de fogo na povoação de Naguema, distinguindo-se no commando da guarda avançada, bem como n'um ataque que soffreu a columna de noite no sitio de Namancava. Os relatorios do commandante da columna bem detidamente descrevem o valor e coragem de que deu provas. Mais tarde esteve em Inhambane, quando este districto foi atacado pelas hordas do regulo Gungunhana. Ayalla tomou parte em todas as expedições ao paiz de Gaza desde 1885 até 1889; foi secretario do governador do Cabo Delgado, preceptor da Escola de Artes e Officios de Moçambique, até que em 1889 teve a promoção de alferes sendo logo depois nomeado intendente dos negocios indigenas em Inhaôxe, onde pouco tempo se demorou, por se sentir bastante doente. Regressando a Lisboa, esteve alguns mezes a restabelecer-se, e sendo então nomeado sub-chefe da repartição militar de Moçambique, partiu para aquella provincia, em que mais tarde desempenhou o cargo de chefe interino da referida repartição, sendo louvado em portaria pelo então governador geral, o fallecido official de marinha, Raphael Lopes de Andrade. Ayalla, porém, não podia estar em serviço de secretaria, precisava para a sua saude e bem estar uma vida mais movimentada, e depressa se lhe offereceu esse ensejo. Quando no Monginquate o alferes Salustiano Correia foi gravemente ferido, indo em captura d'alguns mojojos que exerciam a escravatura, Ayalla offereceu-se para immediatamente ir em soccorro do seu camarada, levando sob o seu commando apenas 50 bayonetas, 1 alferes, 3 sargentos e 1 pharmaceutico. Do que então praticou bem se viu no resultado que se obteve, fazendo seguir, no dia seguinte ao ataque á povoação de Mutucera, o camarada ferido pelas terras do inimigo, com a mais completa confiança, sómente acompanhado por uma insignificante escolta. Exerceu depois o commando d'esta localidade durante dois annos, e n'este tempo, pela sua politica acertada, conseguiu que acabassem as constantes *razzias* que os namarraes e outros povos faziam, começando por isso essa gente, que durante muito tempo vivia de roubos e escravatura, a estar socegada e cultivar as suas terras. Sendo vice-governador o almirante Teixeira da Silva, pediu a exoneração do commando, despeitado pelo governador não consentir no castigo que elle queria infligir ao rebelde *Faulay*, pelos insultos que dirigia em cartas, ameaçando o commandante. Considerando-se desprestigiado perante os regulos avassallados, pediu a demissão, que lhe foi concedida em portaria do governador geral, louvando-o pela fórma intelligente como se conduzira durante o seu commando, e ao mesmo tempo com uma outra portaria no mesmo boletim, nomeando-o commandante da bateria d'artilharia do batalhão de caçadores n.º 1 do Principe Real, creada n'aquella occasião com o pessoal na maior parte europeu, e tirado dos soldados incorrigiveis, deportados e degredados. Ayalla tambem teve ensejo de se salientar, mettendo-os na ordem, e conseguindo quasi que se regenerassem. Depois foi mandado para a India n'uma commissão de serviço, onde permaneceu um anno, tendo de regressar ao reino, por ser indispensavel a sua presença em Lisboa por questões de familia. Mais tarde teve a nomeação de commandante geral da guarda fiscal nos territorios da Companhia de Moçambique.

Ayamonte, Aiamonte ou Vaiamonte. V. *Vaiamonte*.

Ayão. V. *Aião*.

Ayrães. V. *Airães*.

Ayrão ou ayrões Era antigamente um ramo de flôres de pedras finas, que se punha nos toucados das senhoras. Nos capacetes e chapéos dos homens era um pennacho de grandes e formosas plumas. Quando estas eram de garça, chamavam-se *garçotas*.

Ayre ou Aritio. V. *Alvega*.

Ayre. Serra, na prov, da Extremadura. Prin-

cipia no Furadouro, termo d'Ourem, com este nome, e com elle continua por 24 k. até ao logar de Minde, e por este motivo muitas pessoas lhe chamam *Serra de Minde*. D'aqui segue com os nomes de Serra de Patêllo, Valle da Trave, Albardos, Mendiga, Porto de Mós, Alcanede, Arrimal, Val de Ventos, e Candieiros .até ir entestar na Serra de Monte Junto, proximo do Cercal. E' pouco cultivada por causa da sua aspereza; encerra, porém, alguns valles muito ferteis e bem cultivados. No sitio da Costa levanta-se um cabeço muito alto, chamado das *Sete Villas*, d'onde se descobre um lindo panorama. Na serra d'Ayre nascem quatro rios abundantes: o *Lena*, junto a Porto de Mós; o *Liz*, que depois se junta ao *Lena;* o *Almonda* e o *Alviella*, que desaguam no Tejo. Ha n'esta serra muitas povoações: tem varias *canteiras* de optimo marmore, sendo a melhor a do Valle de Azinheira, perto de Mira, que é alvissimo; cria bois, porcos, cabras, ovelhas, egoas e cavallos. Esta terra tambem se torna notavel por muitas curiosidades naturaes, em que se contam: a *Pia Carneira*, as *Lapas*, e o *Penedo do Padrão*.

Ayres. Appellido de familia nobre de Portugal. As suas armas são: em campo verde um braço armado de prata com um punhal na mão em acção de o querer cravar para baixo; timbre um braço egualmente com o punhal, que tem o ferro de prata e as guarnições de ouro.

Ayres *(André Bernardes)*. Grande canonista, natural de Belinde, junto a Figueiró do Campo, conc. de Soure; fal. em Coimbra, a 11 d'abril de 1705. Era filho de Pedro Ayres e de Maria Simão. Instruido na lingua latina e nas letras humanas, passou a Coimbra, a estudar direito pontificio, de que tomou o grau de doutor. Foi em seguida admittido por collegial no collegio de S. Pedro, em 11 de junho de 1666, tendo já anteriormente occupado a propriedade da cadeira de Clementinas, de que tomou posse em 18 de fevereiro d'aquelle mesmo anno. Em 23 de janeiro de 1675 foi provido á cadeira de Sexto, em 5 de dezembro d'este anno, á de Decreto, a 17 de outubro de 1681 á de Vespera, e por ultimo, em 16 de dezembro de 1684, á de Prima, onde jubilou em 1692. André Bernardes Ayres foi conego doutoral das cathedraes de Lamego, provido a 24 de setembro de 1669; do Porto, a 20 de fevereiro de 1671, e d'Evora, em 29 de maio de 1679. Deputado da Inquisição de Coimbra em 17 de julho de 1671. Recusou os logares honorificos de desembargador do Paço e de deputado do Conselho Geral do Santo Officio, para se não ausentar de Coimbra. Entre varios escriptos notaveis, que publicou, contam-se: *Ad Text. in Regul. contract. 8 de Regulis Juris; Tractatus de Commodato ad Tit. de Commodat in Decretal.* André Bernardes Ayres jaz sepultado na egreja do collegio dos Capuchos de Santo Antonio da Pedreira, junto ao altar d'este santo, a cujos religiosos fez uma doação de 100$000 réis *in perpetuum*, para trigo, cada anno, legado que pagava a Casa da Misericordia de Coimbra.

Ayres *(Bernardo)*. Doutor em philosophia pela Universidade de Coimbra a 24 de julho de 1892 e lente da mesma faculdade. Natural de Nogueira, no districto de Villa Real, filho de Manuel de Jesus Ayres. Publicou: *A viscosidade dos liquidos*, dissertação na faculdade de philosophia; *A circulação atmospherica e a previsão do tempo*, dissertação de theses, ambas sahidas da Imp. da Universidade, 1892, 1 vol. 8.º. No livro *Rapeira*, de Joaquim Ferreira Moutinho, Porto, 1899, o prefacio é do sr. dr. Bernardo Ayres.

Ayres de Sá. V. *Nogueira e Vasconcellos*.

Ayres *(Christovão)*. V. *Magalhães Sepulveda*.

Ayres *(Padre Francisco)*. Jesuita. Reitor do Collegio de Faro. N. na Amieira, no Alemtejo, em 1597, fal. em Lisboa a 11 de novembro de 1664. Era filho de Manuel Martins e de Izabel Ayres. Matriculou-se na Universidade de Coimbra, em philosophia, e ao chegar ao quarto anno do curso, resolveu iniciar-se na Companhia de Jesus, entrando para o noviciado de Lisboa a 9 de junho de 1621. Depois de ser reitor do collegio de Faro, tendo perdido completamente a vista, recolheu-se á casa do noviciado de Lisboa, onde falleceu. Francisco Ayres foi insigne em theologia ascetica, e tido no seu tempo em conta de santo. Escreveu: *Regimento espiritual para o caminho do céo*, Lisboa, 1654; *Theatro dos triumphos divinos contra os desprimores humanos*, Lisboa, 1658; *Metaforicos exemplares da esclarecida origem e illustre descendencia das virtudes, per euangelicas parabolas e allegoricas figuras; com hum tratado elogioso sobre as excellencias e grandezas da Virgem mãy de Deos*, etc., Lisboa, 1661; 8.º de XVI—534 pag. a que se segue uma folha sem numeração, contendo: *Poeticos encomios em louvor da Virgem mãy de Deos e senhora nossa,* em redondilhas, e um epigramma latino; *Parallelos Academicos entre duas universidades, divina e profana, deduzidos á reformação dos costumes e melhoramento de vidas*, Lisboa, 1662; *Retrato de prudentes, espelho de ignorantes; aos primeiros alimento espiritual de bons acertos, aos segundos avisos dos seus enganos*, Lisboa, 1664; *Epitome espiritual sobre o que deve saber, crer, guardar, e obrar todo o christão*, Lisboa 1664. Deixou em manuscripto: *Instrucção breve, do que deve saber, e confessar o Christão; Regra de bem viver conforme a Ley Evangelica, e dictames da prudencia.*

Ayres *(Gaspar)*. Guarda-mór da Torre do Tombo de Gôa, nomeado pelo vice-rei conde de Redondo. Por alvará de 21 de maio de 1620 Fernão de Albuquerque o substituiu por João Vasco Casco.

Ayres *(Padre José)*. Jesuita. N. em Lisboa, em 1672; fal. no Brazil em 1718. Era filho do capitão Antonio Fernandes Ayres e de Marianna Francisca. Tinha 16 annos de edade quando entrou para a Companhia de Jesus, no collegio da Bahia, a 12 de fevereiro de 1689. Foi prégador muito considerado em Pernambuco, Lisboa e Bahia, e reitor do collegio do Recife de Pernambuco. Veiu a Portugal em 1712, sendo eleito procurador da provincia brazileira, cuja incumbencia exerceu até 1718, e voltando n'este anno ao Brazil, falleceu pouco tempo depois. Escreveu: *Breve direcção para o Santo exercicio da boa morte, que se pratica nos Domingos do anno na Igreja dos Padres da Companhia de Jesus no Collegio da Bahia*, Lisboa, 1726.

Ayres *(Manuel Martins Mestre)*. Presbytero, muito inclinado á poesia vulgar, na qual, movido do applauso universal com que foi recebida n'esta côrte a rainha D. Marianna d'Austria, esposa de D. João V, publicou a seguinte obra, a ella dedicada: *Gorgeyos poeticos decantados á serenis-*

sima rainha D. Marianna de Austria, entrando n'esta côrte com a frota, Lisboa, 1708. Consta de 60 decimas.

Ayres *(Pedro)*. Bombardeiro que acompanhou á India, em 25 de março de 1505, o vice-rei D. Francisco de Almeida. Estando em julho de 1507 na fortaleza de Cananor, e morrendo muitos portuguezes de fome, porque os moiros não deixavam que os naturaes levassem as suas mercadorias á fortaleza, pediu licença ao capitão-mór para o deixar uma noite ir, elle só, lançar fogo ás naus e casas dos moiros. Sendo-lhe concedida a licença, partiu, mas infelizmente foi presentido pelos moiros que o mataram e espetaram n'um pau na praia, pelo que houve grande sentimento na fortaleza. Promettendo depois d'isto o capitão-mór cem cruzados a quem fôsse queimar as naus aos moiros, um christão natural do paiz acceitou, e conseguiu levar a effeito o commettimento. o que fez com que os moiros fugissem, podendo por isso a fortaleza abastecer-se de mantimentos.

Ayres *(Pero)*. Pedreiro, morador na villa da Batalha. Seu pae havia servido o officio do julgado dos orphãos, e o renunciara no filho. As autoridades da terra puzeram-lhe embargos, não consentindo que elle exercesse o cargo por ser contrario á Ordenação, que não permittia que em nenhuma terra houvesse julgado dos orphãos por mais de tres annos. El-rei D. Manuel, porém, confirmou-lhe o officio em maio de 1504, com a condição de o não exercer por mais d'aquelle tempo.

- **Ayres.** Pov. na freg. de Santo Antonio, de Areias, conc. de Marvão, districto de Portalegre. || Serra, na prov. do Alemtejo. Começa ao Este da freg. de Santo Aleixo, e finda proximo á villa de Veiros, já com o nome de *Serra de Santo Antão*. Tem 8 k. de comprido e 1:500 m. de largo. E' pedregosa, e produz apenas estevas e medronheiros. Cria muitos lobos e rapozas, e caça miuda.

Ayres de Abreu. Appellido d'um dos nobres encarregados da guarda das portas da cidade de Elvas, por occasião da peste de 1630. Foi casado com D. Beatriz Rodrigues, que falleceu em 1609.

Ayres Barbosa. V. *Barbosa*.

Ayres Cabral Alcaide-mór de Portalegre, durante a revolta do infante D. Affonso em 1287. Acompanhou-o a Badajoz e de lá veiu a Elvas, onde o infante lhe levantou a menagem que lhe prestára, a fim de podel-a dar a el-rei D. Diniz, a 15 de dezembro do dito anno. Pondo D. Diniz cêrco ao castello de Portalegre, mandou dizer ao alcaide-mór que lh'o entregasse, porque quando á força d'armas o não rendesse, o renderia pela fome; ao que lhe respondeu Ayres Cabral, que por fome o não renderia, porque se achava com muito pão para defender o castello, por largo tempo que o cerco durasse. A esta resposta attribuem a alcunha de *Muito-pão* por que fôram conhecidos os descendentes d'este Cabral.

Ayres de Campos *(João Corrêa)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra e advogado na mesma cidade. N. em Lisboa, a 24 d'agosto de 1818. Foi socio do Instit to de Coimbra, de cujo museu archeologico teve a seu cargo a direcção, depois d'aquella sociedade se estabelecer no edificio dos Paulistas, tambem em Coimbra. O dr. Ayres de Campos, não menos versado nos conhecimentos proprios da jurisprudencia, que nos da historia patria e da litteratura amena, era ao mesmo tempo um apaixonado e curioso bibliophilo, tendo conseguido reunir com diligencia e boa escolha, além de muitos livros selectos, uma importante collecção de manuscriptos portuguezes, nos quaes se incluem alguns de incontestavel valia. Escreveu: *Questões forenses ácerca das rações, fóros, e outros direitos, que dos lavradores e proprietarios de terras no termo de Coimbra cobravam antigamente alguns senhorios ecclesiasticos e seculares*, Coimbra, 1857-1858. Correm tambem impressas varias allegações suas, e artigos de jurisprudencia insertos na *Gazeta dos Tribunaes*, tomo II, 1843, tomo IX, 1849, tomo X, 1850, tomo XI, 1852, tomo XIII, 1854, tomo XIV, 1855; e tambem no tomo I da *Revista Juridica*, de Coimbra, 1857, em que foi assiduo collaborador. Em 1840 já tinha escripto varios artigos no *Cosmorama Litterario, jornal da Sociedade Escholastico Philomatica*. Publicou mais os seguintes trabalhos: *Indice chronologico dos pergaminhos e foraes existentes no archivo da camara municipal de Coimbra; primeira parte do inventario do mesmo archivo*, Coimbra, 1863; O 1.º pergaminho extractado (n.º 1) é do anno de Christo de 1297; e o ultimo (n.º CXXV) é de 1705: Ayres de Campos emprehendeu este trabalho a pedido da referida camara municipal, que lhe agradeceu, qualificando-o de *serviço relevante*, como se vê do extracto da acta da sessão de 3 de junho de 1863, transcripta á frente d'este opusculo: em 1875 publicou-se segunda edição, ampliada; *Indices e summarios dos livros e documentos mais antigos e importantes do archivo da camara municipal de Coimbra; segunda parte do inventario do mesmo archivo*, Coimbra, *fasciculo* I, 1867; *fasciculo* II, 1869; *fasciculo* III, 1872; *Documentos para a historia do santo officio em Portugal*, serie de artigos publicados no *Instituto*, começando no vol. IX; *Apontamentos historicos de Coimbra*, tambem no *Instituto*, vol. X, XI e XII; *Antiguidades nacionaes*, no *Instituto*, vol. XII e XIII; *Um auto de fé*, descripção muito circumstanciada, que foi publicada no *Conimbricense* de 1869.

Ayres de Campos *(João Maria Correia Ayres de Campos, conde do Ameal)*. Filho do abalisado antiquario dr. João Correia Ayres de Campos e de D. Joaquina de Sá Ayres de Campos. Nasceu em Coimbra a 5 de fevereiro de 1847 e é bacharel formado em direito. E' casado com D. Maria Amelia de Sande Magalhães Mexia Salema, uma senhora illustradissima que descende dos Marins q e tem o seu solar na Galliza, e são representados actualm nte pelos marquezes de la Guardia e Val de Fuentes. O tituto de conde do Ameal foi-lhe concedido por decreto de 22 de junho de 1901, dia em que celebrara as suas *bodas de prata*. O conde do Ameal é um notavel colleccionador que possue no seu palacio de Coimbra, onde reside, um sumptuosissimo museu de preciosidades artisticas e historicas, uma preciosa numismatica uma bibliotheca de grande valor que encerra inestimaveis obras impressas e manuscriptas, tendo autographos de muitos escriptores, como Garrett, etc. A secção de esculptura e pintura possue joias de valor inestimavel, como são os quadros de Van Eyck, de Rubens, Murillo, Van Ostade, Van-Dick, Sequeira, Vieira Lusitano, Vieira Portuense, Lupi, Métrass, Rodrigues,

Silva Porto, possuindo d'este artista o celebre quadro *Conduzindo o rebanho* etc. etc; e estatuas como *Le Réveil*, d'um lindo movimento e d'uma surprehendente eurythmia de linhas que inspirou uma poesia ao poeta francez Jean Richepin quando exposta no *Salon*. Simões d'Almeida está representado pela sua bella *Superstição* e Calmels por alguns dos seus melhores trabalhos. A ceramica possue exemplares de grande belleza e raridade. O palacio do Conde do Ameal é o antigo collegio de S. Thomaz da ordem de S. Domingos, situado na rua da Sophia em Coimbra, onde aquelle titular projectou uma adaptação de bom gosto, que está realisada em parte com grande felicidade na restauração e decorações que faltavam. O retrato do sr. conde póde vêr-se no *Correio de Cintra*, n.º 86 de 1897.

Ayres de Campos *(João de Sande de Magalhães Mexia Salema Ayres de Campos, visconde do Ameal).* Filho do conde do Ameal a que anteriormente nos referimos, nasceu em Coimbra a 11 de maio de 1877, sendo agraciado com o titulo no mesmo dia em que seu pae recebeu o titulo de conde. O visconde do Ameal frequentou com distincção o Curso Superior de Letras, e possue uma solida illustração adquirida nos livros e nas viagens. E' casado com D. Maria Benedicta de Barbosa Falcão d'Azevedo e Bourbon, descendente da casa dos senhores d'Azevedo que tem o seu solar perto de Barcellos. V. *Azevedo.*

Ayres da Silva. Uma das mais prestigiosas figuras da nossa historia, que pertence á luminosa estirpe dos Silvas. Fôram seus paes João da Silva e D. Branca Coutinho. Muito novo ainda, Ayres da Silva foi nomeado em 1475 camareiro-mór do principe D. João, depois rei sob o nome de D. João II, de quem se tornou um dos mais intimos favoritos. Quando em 29 de maio de 1483 o duque de Bragança D. Fernando, estando em Evora, se dirigiu ao Paço a despedir-se de D. João II, para regressar ás suas terras, confiado na sua innocencia ou no respeito devido á sua gerarchia, o monarcha recebeu-o muito bem, ordenou a todos os que se achavam presentes que os deixassem sós e, depois de ter ouvido em silencio o duque de Bragança, conduziu-o a uma sala retirada e segura, dizendo-lhe que *convinha estivesse ali recluso para com mais liberdade e exactidão se averiguar o que d'elle se dizia.* Immediatamente el-rei entregou a guarda do preso a Ayres da Silva e ao valido Antão de Faria. O duque de Bragança, que então era o mais poderoso fidalgo dos hespanhoes, não ficou tranquillo, e tentando Ayres da Silva consolal-o, esperançado na piedade do monarcha, respondeu-lhe o duque: *Senhor* Ayres da Silva, *a homem tal como eu não se prende para soltar*, como se vê no cap. XLIII da *Chronica* de Rezende. Ayres da Silva deu o seu appellido a Cacuta, subdito do rei do Congo enviado a Portugal nos navios de Diogo Cão, e baptisado em presença da côrte portugueza, tomando d'el-rei o nome de João, ficando a chamar-se João da Silva. Em 1490, nas festas e torneios para celebrar o casamento do principe D. Affonso, fez Ayres da Silva brilhantissima figura. Em 1491 assistiu á tragica morte d'aquelle principe em Santarem, e em 1495 viu morrer D. João II em Alvor, envenenado, recebendo do moribundo o testamento em que nomeou successor da corôa D. Manuel. Em 1499 exhuma-se da cathedral de Silves ao mosteiro da Batalha o corpo de D. João II, acompanhando-o Ayres da Silva, e prestando derradeira homenagem a quem tanto o protegera, enchendo-o de honrarias. Em 19 de abril de 1506 tem logar em Lisboa a matança dos judeus, sendo Ayres da Silva quem foi suffocar as desordens. Ayres da Silva é appellidado *o da Graciosa* pela maneira brilhante como se houve em Africa na empreza chamada *Da Graciosa,* pelos chronistas. Tratava-se d'uma fortaleza construida no rio de Larache para prevenir as piratarias dos moiros sobre as costas da peninsula. A fim de impedir que se concluisse, o rei da Fez cercou-a, sendo baldados todos os esforços de Ayres da Silva para libertar os sitiado, sob o commando de D. Diogo de Almeida, prior do Crato. Finalmente celebrou se um tratado de paz, retirando os portuguezes com todas as honras da guerra e procedendo-se á demolição da fortaleza. O rei moiro contentou-se com a confirmação da paz, estipulada anteriormente com el-rei D. Affonso V, e que lhe foi concedida por Ayres da Silva, autorisado pelo monarcha. Foi tambem regedor das justiças d'este reino, sendo o terceiro Silva que gozou de tal titulo, que teve por desistencia de seu irmão D. Fernando Coutinho da Silva, bispo de Silves, o qual rennunciou no começo do reinado de D. Manuel. Diz Salazar y Castro, que Ayres da Silva foi enviado a Inglaterra n'uma missão perante Henrique VII, que o nomeou cavalleiro da ordem da Jarreteira. A arte portugueza deve tambem immenso a Ayres da Silva pelas sumptuosas obras d'arte que mandou fazer no monumental *convento de S. Marcos*, junto a Coimbra. *(V. Coimbra).* N'este monumento, jazigo dos regedores das justiças, fez lavrar tres riquissimos tumulos, para sua avó D. Brites de Menezes, para seu pae, João da Silva (V. *estes nomes)*, e para si proprio, e o soberbo retabulo da capella mór, cheio de figuras e de ornatos, e muito superior ao da Pena. N'este retabulo, em duas das suas tribunas, vêem-se de joelhos e com as mãos erguidas ao céo o regedor Ayres da Silva, patrocinado por S. Jeronymo, e sua mulher D. Guiomar de Castro, patrocinada por S. Marcos. Ayres da Silva falleceu em 25 de março de 1530. Em 1522 renunciara o cargo de regedor das justiças em seu filho João da Silva, com autorisação de D. João III. O seu epitaphio na egreja de S. Marcos em que se vê a sua estatua jacente, sobre a qual o sr. dr. Valle e Sousa desenhou o retrato que publicamos, résa d'esta maneira: —«Aqui jaz Ayres da Silva, filho de João da Silva e D. Branca Coutinho, o qual foi Camareiro Mór do muy esclarecido Rey D. João o 2.º desde Principe até que falleceo e de seu Conselho; e n'este tempo o serviu sempre mui lealmente assim na paz, como na guerra, e

Ayres da Silva

por seu mandado foi por Capitão General d'Armada, q, soccorreo a Graciosa & depois em vida do mui alto Rey D. Manoel, foi Regedor das justiças d'este Reino, e Casa da Supplicação. Falleceo em dia de N. Sn.ª de Março era de 1530 =e assim jaz aqui com elle a magnifica D. Guiomar de Castro huma só sua mulher=».

Ayres Correia. V. *Correia*.

Ayres da Gama. V *Gama*.

Ayres de Gouveia *(Antonio)*. V. *Gouveia*.

Ayres do Quental. V. *Quental*.

Ayres Varella. V. *Varella*.

Ayró. Freg. do Minho, conc. de Barcellos, distr. de Braga; orago S. Martinho. Esta freg. foi supprimida em 1454, annexando-se á de S. Bento d'Airó, e por fim ambas se annexaram á de S. Bento da Varzea. (V. *Varzea*). ‖ Serra na provincia do Minho; é corrupção de *Aureo*, pois que n'outro tempo se chamava *Monte-Aureo*, nome que lhe deu a sua muita fertilidade e as suas minas de ouro. Principia na freg. de S. Jorge de Ayró ou Airó, e termina na de S. João de Paços, com 4 k. de comprimento. No alto está a ermida de N. S.ª da Boa Fé. No outeiro eminente á parochia de S. Jorge, estão uns penedos chamados Castellos, onde, segundo a tradição, houve um castello chamado de Pena-Fiel ou Penha Fiel, do qual não se encontram vestigios alguns. N'esta serra ha muita caça.

Aza *(Ordem da)*. Instituida por D. Affonso Henriques, para commemorar a conquista de Santarem. Na *Nobliarchia portugueza*, de Villas Boas, pag. 171, da edição de 1676, lê-se o seguinte: «A Cavaleria da Aza teve principio em tempo delRey Dom Affonso Henriquez, o qual estando em Santarem, & viudolhe novas da entrada, que Albaraque Rey de Sevilha fazia por suas terras com hum exercito poderoso, mãdou aprestar sua gente: & recolhendose aquella noite a seu aposento, encommendou com todo o seu affecto a Deos o successo da guerra, tomando por intercessor o bemaventurado Archanjo S. Miguel, de quem era particular devoto. Chegando a occasião da peleja sahiram os nossos cõ boa ordem exhortados de seu Rey, & alentados cõ o Santissimo Sacramento da Eucharistia, que receberão. Andando o valeroso Rey no mais fervoroso da batalha, se vio a seu lado hum braço com aza, pelejando hua espada, que se julgou assistencia do glorioso Archanjo Sam Miguel, a quem se encommendára. Reconhecendo este favor o santo Rey instituio huma Cavaleria com a insignia da Aza, que della teve o nome.» A instituição parece que foi no anno de 1167 e que a ordem ficou extincta com a morte dos cavalleiros com que foi instituida. *S. Miguel*.

Azabuxo. Pov. da freg. de N. S.ª do Desterro, de Pouzos, conc. e distr. de Leiria.

Azagães. Pov. da freg. de S. Salvador, de Carregosa, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. d'Aveiro.

Azagaia *(Quinta da)*. Na freg. de N. S.ª das Neves de S. Salvador, conc. e distr. de Vizeu.

Azambuja. Familia, cujo solar era na villa do mesmo nome. Tomaram este appellido alguns dos descendentes de D. Rolim, e Childe Rolim, seu parente, fidalgos flamengos, que a povoaram em tempo d'el-rei D. Affonso Henriques. O solar diz-se que foi fundado por Fernão Gonçalves. Pinho Leal, no 1.º vol. do seu *Portugal antigo e moderno*, a pag. 286, diz: «A familia Rolim procede de D. Childe Rolim, em portuguez *Gil*, filho do conde de Chester, da descendencia dos reis da Grã-Bretanha; porém, um manuscripto antigo que possúo, diz o seguinte: *Rolim*, appellido nobre em Portugal, cuja familia procede de *Child*, ou Gil, de *Rolim*, da familia dos duques de Borgonha, em França; o qual veiu por segundo commandante da esquadra combinada, que ia á conquista da Terra Santa, composta de 180 vélas, e que entrou em Lisboa, a 12 de abril de 1147. Ajudou a el-rei D. Affonso Henriques a tomar Lisboa aos moiros. Ficando Child de Rolim em Portugal, o rei lhe fez mercê da villa d'Azambuja, para elle e seus descendentes. As armas dos Rolins, são: em campo de purpura, cinco espadas de prata, com guaruições de ouro, em aspa, com as pontas para baixo. Alguns dos seus descendentes, que se enlaçaram com a familia dos Mouras, passaram a usar as armas d'estes. Tem por brazão: em campo de ouro quatro bandas vermelhas; timbre um meio homem selvagem coberto de cabellos de ouro e um pau de zambujo ás costas em que péga com ambas as mãos. Os descendentes de Diogo d'Azambuja, primeiro capitão da fortaleza da costa da Mina, usam: escudo esquartelado e vermelho; no primeiro quartel um castello de ouro, no segundo tres cabeças de negros, com arrecadas e collares de ouro, postas em roquete, e assim os contrarios; timbre o das armas acima descriptas.

Azambuja *(Alvaro Ferraz Velho de)*. Jesuita. Alferes-mór, juiz dos orphãos e das vallas do termo de Coimbra, terra de sua naturalidade. Era filho de Francisco Ferraz Velho e de D. Antonia da Costa Soares. Entrou para a Companhia de Jesus, no noviciado de Coimbra, a 31 de maio de 1693, d'onde sahiu para succeder na casa de seus paes, pelo fallecimento do irmão mais velho, Francisco Ferraz de Azambuja. Deixou em manuscripto: *Vida nacional catholica e politica*.

Azambuja *(D. Antonio Rolim de Moura, 1.º conde)*. Fidalgo da Casa Real; 19.º senhor das villas d'Azambuja e de Montargil; commendador de Santa Maria d'Azambuja, e da Choupana, na ordem de Christo, em que succedeu a seu parente, D. João Rolim de Moura, ultimo varão d'esta antiga casa, pela renuncia que n'elle fez, e que el-rei confirmou. N. a 12 de março de 1709, fal. em Lisboa a 8 de dezembro de 1782. Era filho do 4.º conde de Valle de Reis, D. Nuno Manuel de Mendoça, e de D. Leonor Maria Antonia de Noronha, dama da rainha D. Maria Sophia, filha do 1.º marquez d'Angeja, D. Pedro de Noronha. Entrou na carreira militar, foi capitão de infanteria d'um dos regimentos da côrte, védor da casa da rainha D. Marianna d'Austria, por carta de 9 de junho de 1744. D. Antonio Rolim de Moura pediu depois, e conseguiu ser nomeado governador de Matto Grosso, no Brazil, para onde partiu em fevereiro de 1749; tendo, porém, uma viagem muito trabalhosa, só pôde chegar ao seu destino, e tomar posse da capitania, em 1751. Os primeiros cuidados que o occuparam fôram expulsar os missionarios hespanhoes, fazer allianças com os indios e tornar mais faceis as communicações. Estabeleceu a capital do governo na povoação de Porto Alegre, onde permaneceu dando-lhe o nome de Villa Bella. Em 21 de maio de 1763 foi agraciado com o titulo de conde

d'Azambuja, em recompensa dos serviços prestados n'esta capitania, de que fôra o primeiro governador, onde deixára abertas umas poucas de estradas para o Maranhão e Bahia, iniciara a cultura do assucar, etc. Em 1765, teve transferencia para o governo da Bahia, em que tambem manifestou a mesma actividade, de que já tinha dado exuberantes provas; a 31 d'agosto de 1767 recebeu o titulo de vice-rei do Brazil, sendo o 10.° governador que teve esta categoria, e o primeiro que houve depois da mudança da capital da colonia para o Rio de Janeiro, succedendo ao conde da Cunha. O conde d'Azambuja pensava em fazer no Rio de Janeiro o mesmo que fizera em Matto Grosso e na Bahia, vendo, porém, que lhe faltavam os recursos, e já cançado de estar tanto tempo no ultramar, pediu a demissão, sem ter ainda completado dois annos n'aquelle governo. Era tenente general e foi nomeado conselheiro de guerra apenas chegou a Lisboa, presidente do conselho de fazenda, em 4 de setembro de 1770, governador das armas da provincia da provincia da Estremadura, e socio da Academia Real das Sciencias. Tinha tambem a commenda de Samora Correia. Morreu sem successão.

Azambuja *(Augusto Pedro de Mendoça Rolim de Moura Barreto, 3.° conde de).* Fidalgo da Casa Real; 25.° senhor das villas d'Azambuja e Montargil; primeiro addido de delegação em disponibilidade; deputado na legislatura de 1861 a 1864; proprietario, etc. N. a 4 d'agosto de 1835. Era filho do 2.° marquez e 1.° duque de Loulé, D. Nuno José Severo de Mendoça Rolim de Moura Barreto, e de sua esposa a infanta D. Anna de Jesus Maria, filha d'el-rei D. João VI e da rainha sua mulher D. Carlota Joaquina, irmão do actual senhor duque de Loulé. O titulo de conde d'Azambuja foi, por el-rei D. Pedro V, renovado e declarado de juro e herdade, por decreto de 3 d'abril e carta de 22 de maio de 1860. Em 12 d'este referido mez e anno, casou com D. Maria d'Assumpção Ferreira, filha de Antonio Bernardo Ferreira, fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 2 de setembro de 1924, abastado proprietario no Alto Douro, capitalista e negociante de grosso trato na praça do commercio do Porto, e de sua mulher, D. Antonia Adelaide Ferreira, ambos já fallecidos. O brazão são as armas dos Mendoças, condes de Valle de Reis: escudo franchado de verde e ouro; sobre o verde uma banda encarnada, perfilada de ouro, e nos dois angulos de ouro, tres letras azues que dizem *Ave Maria*. Este brazão é tambem usado pelos srs. duques de Loulé.

Azambuja *(Diogo de).* Fidalgo da Casa Real, do conselho dos monarchas D. Affonso V, D. João II, e D. Manuel. N. em Azambuja em 1432, fal. em Montemór-o-Velho, a 15 d'agosto de 1518. Sendo escolhido por D. João II para fundar uma fortaleza no local que julgasse mais apropriado na costa da Mina, sahiu de Lisboa a 11 de dezembro de 1481, levando 10 caravélas e 2 urcos com 600 homens, 100 dos quaes eram operarios precisos para a construcção da fortaleza, conduzindo tambem a seu bordo, para que tudo se fizesse com a maior brevidade, pedras lavradas e dispostas, tijolos, madeiras e todos os aviamentos necessarios. Affastando-se do resto da esquadra e explorando cuidadosamente a costa, Diogo d'Azambuja escolheu o sitio em que existia uma aldeia conhecida pelo nome de Duas Partes, onde aportou no dia 19 de janeiro de 1482; valendo-se d'um portuguez, João Bernardes, que andava ali negociando e lhe serviu de interprete, obteve uma entrevista com o chefe negro d'aquellas tribus, chamado Caramansa. Ao principio os trabalhos soffreram bastantes contrariedades, porém, Diogo d'Azambuja soube removel-as, dando ao chefe Caramansa e aos seus subditos os presentes com que se fornecera antes de partir de Lisboa. Desde então, não houve difficuldades e as obras proseguiram de fórma, que em vinte dias ficou a fortaleza concluida, recebendo o nome de Castello de S. Jorge da Mina. Diogo d'Azambuja escolheu 60 homens e 3 mulheres para ficarem na nova colonia, e mandou os restantes para Portugal. Conservou-se ainda em Africa dois annos, regressando a Lisboa, onde foi muito bem recebida por D. João II, que o recompensou largamente. Diogo d'Azambuja assistiu depois, em 1505, já na avançada edade de 73 annos, á tomada da praça e cidade de Safim aos mauritanos: resgatou a praça d'Alegrete do poder dos castelhanos, o que lhe custou partir uma perna no assalto. Fundou o convento dos Anjos, de Montemór-o-Velho, ondo foi sepultado n'um rico mausoléo de marmore. Diogo d'Azambuja era cavalleiro da ordem de S. Bento d'Aviz, commendador de Cabeço de Vide e Alter Pedroso.

Azambuja *(Diogo de).* Escriptor que viveu no seculo XVI. N. na terra do seu appellido, e passou ao Oriente. Escreveu: *Memorias do que viu pela India pertencentes especialmente a cousas naturaes.* Este trabalho ficou inédito, e guardava-se na livraria dos marquezes d'Abrantes.

Azambuja *(Jacob Frederico Torlade Pereira de).* Official da secretaria dos negocios estrangeiros, do conselho de Sua Magestade, etc. Escreveu: *Memoria sobre a pesca do bacalhau, offerecida á companhia de pescarias lisbonense, e mandada imprimir pela direcção da mesma companhia*, Lisboa, 1835. Foi reproduzida no livro do sr. Baldaque da Silva *As pescas em Portugal*, Lisboa, 1892.

Azambuja *(Fr. Jeronymo de).* Celebre theologo, natural da villa do seu appellido, e mais conhecido pelo nome de *Oleastro*. Fal. em 5 de janeiro de 1560 ou 1563. Professou em 1520 no convento da Batalha, da ordem de S. Domingos, alcançando depressa grande reputação por ser muito versado em theologia; conhecia a fundo o hebraico e o grego. Foi um dos theologos que D. João III enviou ao concilio de Trento, onde chegou em 1545. N'esta assembléa manifestou os seus vastos conhecimentos, principalmente na sessão de 7 de janeiro de 1546, mostrando-se um dos mais ardentes defensores da unidade catholica, e um dos mais acerrimos adversarios das innovações. Terminado o concilio regressou a Portugal, foi no capitulo de 1551, eleito provincial, mas não chegou a tomar conta d'aquelle cargo, por entender D. João III que o governo da provincia devia continuar ainda na mão dos reformadores, que mandara vir de Castella. O monarcha, para que Jeronymo d'Azambuja não tomasse por offensa esta resolução, nomeou-o bispo de S. Thomé, mitra que elle rejeitou, valendo-se do pretexto de querer estar antes applicado á lição dos livros. Tendo sido eleito prior do convento da Batalha, o cardeal infante D. Hen-

rique, em 1552, mandou-o chamar para lhe dar o cargo de inquisidor-mór em Evora, de que tomou posse a 2 de setembro d'aquelle anno; depois foi transferido para a inquisição de Lisboa, no mesmo logar de inquisidor-mór, a 4 d'outubro de 1555. No anno de 1560 foi eleito provincial da sua congregação, como successor de D. Luiz de Granada, n'esse cargo falleceu. Fr. Jeronymo d'Azambuja, o *Oleastro*, era notavel theologo, muito respeitado, não só em Portugal, mas em todo o mundo catholico. Como inquisidor praticou as maiores violencias e crueldades. As suas obras fôram todas escriptas em latim, e d'ellas estão impressos os commentarios dos livros da Biblia, que parece não estarem completos, por se terem perdido alguns.

Azambuja (*D. João Esteves de*). Bispo do Algarve, cardeal embaixador a Roma, etc. N. em Azambuja, fal. em Bruges a 23 de maio de 1415. Era filho de Affonso Esteves d'Azambuja, reposteiro-mór de D. João I e seu embaixador na côrte de Roma, e de sua mulher, Maria Annes. Seguindo primeiro a vida militar, distinguiu-se nas guerras contra Castella, pelo que grangeou a estima do Mestre d'Aviz. Preferindo a vida ecclesiastica á militar, como estivesse instruido nas sciencias sagradas, e tendo a protecção d'elrei, obteve um canonicato na sé d'Evora, outro na de Coimbra, o priorado da egreja de Monções, da provincia Entre Douro e Minho, e o da Alcaçova em Santarem. Em 1389 Subiu á dignidade de bispo do Algarve, em 1391 passou para o bispado do Porto, sendo transferido para a diocese de Caminha em 1398, e em 1402 elevado a arcebispo de Lisboa. Duas vezes foi como embaixador a Roma: a primeira com o bispo d'Evora, D. João, e a segunda com João Rodrigues para solicitar as dispensas neccessarias ao casamento do soberano. Na qualidade de embaixador de Portugal assistiu ao concilio de Pisa, no anno de 1409, congregado pelo papa Gregorio XII, n'uma epoca bastante revolta para a egreja, porque estava então acceso o scisma de Avignou. N'esse concilio o arcebispo D. João d'Azambuja deu provas da sua alta capacidade. Depois passou a Jerusalem a visitar os logares santos, e voltando a Portugal, foi creado cardeal presbytero do titulo de S. Pedro ad Vincula a 6 de julho de 1411, pelo papa João XXIII, e querendo receber das proprias mãos do pontifice as insignias d'esta elevada dignidade, partiu para Roma, onde o papa o recebeu affectuosamente. Como desfructava rendimentos avultados, pôde fazer pomposas dadivas na Italia, enriquecendo em Bolonha com preciosos marmores o tumulo de S. Domingos e fundando em Roma um mosteiro de eremitas de S. Jeronymo. Ao regressar á patria, adoeceu gravemente na cidade de Bruges, oude falleceu. O seu cadaver foi trasladado para o convento de S. Salvador, de religiosas dominicas, que elle fundara em Lisboa, em 1392, quaudo era bispo do Porto, e dotara com grandes rendas, sendo arcebispo de Lisboa. Escreveu: *Statuta Monasterii Sancti Salvatoris; Constituições do Arcebispo de Lisboa, approvadas a 23 de Janeiro de 1403.*

Azambuja (*José Gomes Amado de*). Escriptor genealogico. Era natural d'Aljubarrota, e filho de Manuel Gomes Vogado d'Azambuja, e de D. Maria Amado. Applicou-se com particular desvelo ao estudo da genealogia, compondo as duas obras seguintes, que ficaram em manuscripto: *Familias do Reyno de Portugal*, 10 tom.; *Arvores de Costado divididas pelas provincias do Reyno.* V. *Amado de Azambuja.*

Azambuja (*José Joaquim Tavares Pereira de*). V. *Pereira d'Azambuja.*

Azambuja (*D. José Maria Rolim de Moura e Mendoça, 2.º conde de*). Fidalgo da Casa Real; 21.º senhor d'Azambuja, por decreto de 25 de junho de 1789, e carta de 15 de julho do referido anno. N. a 10 d'agosto de 1737, fal. em Lisboa a 7 d'abril de 1802. Era filho de Lourenço Filippe Mendoça e Moura, 5.º conde de Valle de Reis, e de sua mulher e prima, D. Joanna de Noronha. Foi herdeiro de toda a casa e titulo de seu tio, irmão de seu pae, o 1.º conde d'Azambuja, D. Antonio Rolim de Moura. Era do conselho da rainha D. Maria I, vêdor da princeza D. Maria Benedicta, censor regio da Mesa do Desembargo do Paço, e socio honorario da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

Azambuja (*Thomaz Alexandre Pereira de*). V. *Pereira de Azambuja.*

Azambuja (*Fr. Victorino de*). Monge cisterciense, natural da terra do seu appellido. Escreveu: *Vitæ Sanctorum*, manuscripto que se convava ua bibliotheca do convento d'Alcobaça.

Azambuja. Villa da prov. da Extremadura, séde de conc., com. do Cartaxo, distr. e patriarc. de Lisboa. Tem uma só freg., N. S.ª d'Assumpção, com 574 fog. Pertence á 1.ª div. mil., 2.ª brig. grande circumscripção mil. do Sul, e ao districto de recrutamento e reserva n.º 16, com a séde em Lisboa. E' povoação muito antiga. Os romanos chamavam-lhe *Oleastrum*, e os arabes *Azzabuja*, que significa animal bravo. Foi tomada aos moiros por D. Affonso Henriques, que a deu a D. Childe, Gil, Rolim, filho do conde de Chester, descendente dos reis de Inglaterra, em premio dos serviços prestados na conquista de Lisboa, em 1147. Era um dos cruzados destinados á guerra contra os infieis em defeza dos logares santos, e fazia parte da esquadra que auxiliou o nosso primeiro monarcha. Este fidalgo povoou Azambuja logo no anno de 1148 ou 1149, mudando-lhe o nome para o de Villa Franca. As continuas guerras do começo da monarchia a arruinaram muitissimo, mas D. Sancho I, no anno de 1200, a reedificou, deu-lhe foral em janeiro d'este anno, e doou-a a D. Rolim de Moura, filho de D. Childe, cujos descendentes ficaram sempre sendo seus donatarios. D. Affonso II confirmou esta doação, em Santarem, a 25 de fevereiro de 1218, tornando a villa a ter novamente o nome de Azambuja. Parece que teve ainda um outro foral, dado pelo alcaide Ruy Fernandes, em 17 de maio de 1272. Mais tarde, el-rei D. Manuel deu-lhe novo foral, em Lisboa, a 7 de janeiro de 1513. A villa está situada no Riba-Tejo, n'uma vasta planicie, abundantissima d'aguas, que fertilisam os seus campos e lezirias. Proximo á villa fica o celebre pinhal do Estado, conhecido pelo *pinhal d'Azambuja*, mandado semear em 1296 por el rei D. Diniz, e que se tornou terrivel por ser ali um coito de salteadores. Felizmente, desde o principio do seculo XIX começou a ser melhorado, e quando se abriu a linha ferrea de Norte e Leste, ficou completamente livre de malfeitores, podendo-se transitar sem perigo. O conc. compõe-se de 6 freg. com 2:162

fog. e 11:519 hab.: sendo 6:011 do sexo masc. e 5:508 do fem., Alcoentre, N. S.ª da Purificação, 1:874 hab.: 988 do sexo masc. e 886 do fem., Aveiras de Baixo, N. S.ª do Rosario, 901 hab.: 476 do sexo masc. e 425 do fem.; Aveiras de Cima, N. S.ª da Purificação, 2:900 hab.: 1:493 do sexo masc. e 1:407 da fem.; Azambuja, N. S.ª d'Assumpção, 2:740 hab.: 1:440 do sexo masc. e 1:300 do fem.; Manique do Intendente, S. Pedro, 2:880 hab.: 1:465 do sexo masc. e 1:355 do fem.; V. N. da Rainha, Santa Martha, 284 hab.: 149 do sexo mas. e 135 do fem. O Tejo fica a 3 k. ao sul, estando em communicação com esta villa por um braço ou canal, chamado *Valla da Azambuja*, orlado de frondoso arvoredo, na maior parte alamos. Este canal foi reconstruido em 1848. Sobre elle está a magnifica ponte metallica que a nossa gravura representa. D'esta villa se avistam Castanheira, Póvos, Villa Franca de Xira, Salvaterra, Benavente, etc. Tem uma egreja de tres naves, que era do padroado real, e tinha seis beneficios, rendendo cada um d'elles 200$000 réis. O prior tinha de rendimento tambem 200$000 réis. A Misericordia de Azambuja deve a sua fundação a Pedro Estevão do Sobrado e a sua mulher Esteva Fernandes, em 1304, que lhe deixaram de rendimento 500$000 réis anuuaes. Tem o hospital do Espirito Santo, administrado pela Misericordia. Até 1834 teve um capitão-mór, com duas companhias de ordenanças. Azambuja, assim como todas as povoações do Riba-Tejo, soffreu muito com o terremoto de 1531. Ha n'esta villa uma boa escola em edificio proprio, constituido por dois corpos independentes, um para cada sexo, e o qual foi erigido em virtude d'um legado com esse fim feito por um benemerito de nome Abreu. Tem a villa de Azambuja sociedade de recreio, denominada *Recreio Azambujense*, praça de toiros, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e tele

Ponte metallica sobre o Canal

graphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N. e R. A. L., estação do caminho de ferro, feira no quarto domingo d'outubro, que dura tres dias; outra de gado no terceiro domingo de maio; tambem remonta gado para o exercito. Tem agencias bancarias e de seguros, hoteis, medicos, tabellião, pharmacias, etc. O principal commercio do concelho é cereaes, vinho, cortiça e azeite. O brazão da villa d'Azam-

Edificio da escola para ambos os sexos

buja é um escudo, tendo ao centro um zambujeiro e de cada lado uma flôr de liz. Foi berço de muitos homens illustres, que lhe tomaram appellido e cujas biographias se encontram no logar respectivo. Em Azambuja teem-se publicado os seguintes jornaes: *Azambujense (O)* 23 de janeiro de 1894; *Azambujense* 23 de janeiro de 1896; *Oleastro (O)* 6 de dezembro de 1891, o qual durou cerca de um anno. || Monte na freg. de S. Julião, de Monte de Trigo, conc. de Portel, distr. d'Evora. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. d'Evora. || Quinta na freg. de S. Mathias, conc. e distr. d'Evora. || Pequeno rio do Alemtejo. Nasce nos campos d'Evora, passa pela freg. de Monte de Trigo, e morre no Degebe, depois de se lhe terem juntado alguns regatos.

Azambujal. Appellido de familia nobre de Portugal. Tomou-se este appellido d'uma herdade no termo de Evora, de que foi senhor Gaspar Pacheco do Azambujal, a quem el-rei D. João III a deu por solar, e por brazão: em campo de prata um pé de agua de azul, sahindo d'elle um zambujeiro de sua côr, de que pende uma adarga de ouro, guarnecida de vermelho; timbre um meio homem coberto de cabellos de ouro, com um pau de zambujo ás costas. Varios autores querem que seja o timbre um ramo de zambujo.

Azambujal. V. *Zambujal.*

Azambujeira. Pov. e freg. de N. S.ª do Rosario, da prov. da Extremadura, conc. de Rio Maior, comarca e distr. de Santarem, patriarchado de Lisboa; 511 hab. e 106 fog. A pov. dista 14 k. da séde do conc. Era antigamente um logar annexo á egreja de S. João da Ribeira. D. João IV a fez villa, e a doou a Lourenço Pires de Carvalho, pelos annos de 1650. Os arcebispos, e depois os pa-

triarchas, apresentavam os vigarios, que tinham de renda 120$000 réis. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 16, com a séde em Lisboa. || Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Benedicta, conc. d'Alcobaça, districto de Leiria. || Pov. na freg. de N. S.ª da Annunciação, conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de N S.ª da Purificação, de Roliça, conc. d'Obidos, distr. de Leiria. || Casal na freg. de S. Geraldo, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora. || Monte na freg. de S. Braz dos Mattos, conc. de Alandroal, distr. de Evora.

Azambujinha. Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Azamor. Cidade de Marrocos, na provincia de Fez, banhada pelo oceano Atlantico. Está situada, a 150 kilometros N N O de Marrocos e a 15 N N E de Mazagão, n'uma eminencia d'onde se descobre a região e o rio Morbeya. Esta cidade esteve em poder dos portuguezes desde 1513 até 1542, sendo conquistada apparatosamente por uma luzida expedição sob o commando do duque de Bragança, D. Jayme, a qual se compoz de quatrocentas vélas e de dezoito mil homens de desembarque, e partiu de Lisboa em 17 de agosto de 1513. Damião de Goes, na sua *Chronica d'el-rei D. Manuel*, 3.ª parte. cap. 46, deixou muitas indicações interessantes a este respeito: «Quinze mil homens iam a soldo de el-rei e tres mil eram do duque de Bragança, que fez vir de suas terras, onde antes que viessem, lhes mandou ensinar o modo da ordenança por Gaspar Vaz, Pedro de Moraes e João Rodrigues, que ia por capitão da guarda do mesmo duque. E depois d'estes serem em Lisboa, tomou o duque, á custa de el-rei, de gente que andava á solta, mil homens de que deu a capitania a Christovão Leitão, e os fez todos quatro coroneis de mil homens cada um, aos quaes todos o duque mandou dar á sua custa calças, gibões e gorros de panno branco, com cruzes vermelhas nos peitos, e nas costas, e aos coroneis, alferes, cabos de esquadra, e sargentos do campo, deu vestidos de seda: os quaes capitães vinham por giros cada dia, com os seus mil homens, dar mostra a el-rei no terreiro dos Paços da Ribeira, onde faziam seus caracoes, cunhos, quadros e corôas, em tão boa ordem como se o usaram por todo o decurso de suas vidas. Levou mais o duque 550 de cavallo seus creados e vassallos em que entravam acobertados. A outra gente nobre que el-rei mandou n'esta armada dos moradores de sua casa passavam de dois mil de cavallo, e duzentos acobertados, afóra a peonagem que cada um d'elles levava.» No dia 28 de agosto do referido anno de 1513 foi a esquadra aportar na barra do rio de Azamor, operando-se porém o desembarque em Mazagão. A conquista não foi difficil. Azamor era rica pelas suas pescarias; do producto d'ellas pagava um avultado tributo aos portuguezes, que tinham ali conquistado amplos privilegios. Logo que houve noticia da expedição foi Azamor abandonada pelos moiros. O duque D. Jayme, regressando a Lisboa, poz por commandante da nova cidade portugueza a Ruy Barreto e por capitão do campo a D. João de Menezes, o heroe de Arzilla, que veiu a fallecer em Azamor a 15 de maio de 1514. Depois o monarcha mandou vir Ruy Barreto para o reino e nomeou a D. Pedro de Sousa para a capitania de Azamor, supprimindo o cargo de capitão de campo, visto que as attribuições dos dois antigos capitães não eram bem definidas e tinham dado logar a discordias. Passados 29 annos, em 1542, D. João III, reconhecendo a impossibilidade de conservarmos tantas praças em Africa, mandou abandonar Safim e Azamor, concentrando as forças que defendiam essas cidades na de Mazagão, que por sua vez em 1774 veiu a ser tambem abandonada para se obter a paz com Marrocos. O poeta quinhentista Luiz Henriques escreveu um poemeto sobre a tomada de Azamor, o qual figura no cancioneiro de Garcia de Rezende.

Azaqui. Um dos quatro tributos que os moiros conquistados, e ainda não convertidos, pagavam aos monarchas portuguezes. O *alfitra* era a decima dos gados; o *azaqui* a decima de todos os fructos das terras; o tributo de *cabeça* ou *pessoal*, que se pagava no 1.º de janeiro; e finalmente a *quarentena*, que era de quarenta um de tudo quanto possuiam.

Azares. Quinta na freg. de N. S.ª da Consolação, de Valle de Azares, conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda.

Azaruja. Pov. da freg. de S. Bento do Matto, conc. e distr. de Evora. Tem praça de toiros e est. post. com serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. S. Tem capella de N. S.ª do Carmo. E' a 2.ª estação do ramal do caminho de ferro do Sul e Sueste de Evora a Extremoz.

Azarujinha *(Antonio Augusto Dias de Freitas, 1.º visconde e 1.º conde de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 30 de setembro de 1862; commendador de N. S.ª da Conceição, em 3 de junho de 1867, par do reino, proprietario, director e presidente do conselho da administração da fabrica de vidros da Marinha Grande, etc. N. a 15 de fevereiro de 1830, fal. a 13 do mesmo mez do anno de 1904. Era filho de Antonio Dias de Freitas e de sua mulher, D. Libania Carlota Gonçalves Dias de Freitas. Seu pae era cavalleiro da antiga ordem da Torre Espada, capitão do exercito, proprietario e negociante de grosso trato da praça de Lisboa. O conde d'Azarujinha casou em 1855 com D. Joanna Amalia Corrêa de Sequeira Pinto, filha de Diogo Antonio Corrêa de Sequeira Pinto, fidalgo da Casa Real, por alvará de 11 de janeiro de 1828, par do reino, por carta regia de 5 de maio de 1853; do conselho de S. M., juiz do Supremo Tribunal de Justiça, enfermeiro-mór do hospital de S. José; e de sua mulher, D. Maria José da Rocha Ferreira de Sequeira Pinto. O conde d'Azarujinha foi alumno do Collegio Militar e da Escola Polytechnica, onde fez distinctos exames. Uma enfermidade perigosa e prolongada não lhe permittiu, porém, seguir o curso que desejava em Coimbra, obrigando-o a desistir dos estudos. Restabeleceu-se, e depois do fallecimento de seus paes, assumiu a direcção da Real Fabrica de Vidros da Marinha Grande conjunctamente com Jorge Croft, mais tarde visconde da Graça, pae do actual visconde do mesmo titulo, sr. Thomaz Croft. A fabrica, que então estava em decadencia, rehabilitou-se, e a nova direcção ganhou grande prestigio pelos melhoramentos a que procedeu, e pela fórma como conseguiu manter a fabrica, elevando-a novamente a um estado de prosperidade importantissimo. Sendo de novo assaltado por uma doença

gravissima, os medicos desesperando já de o salvarem, lhe aconselharam as viagens para distracção, socego de espirito, e retemperamento do organismo muito abalado. As viagens conseguiram o que se desejava, e o conde d'Azarujinha regressou á patria completamente restabelecido. Entrando depois na politica, filiou-se no partido regenerador, sendo eleito deputado em diversas legislaturas, e par do reino por carta regia em 29 de dezembro de 1881, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara, na sessão de 7 de janeiro de 1882. Foi sempre um parlamentar consciencioso e um partidario leal. Quande falleceu era tambem director da Companhia do Mercado da Praça da Figueira, de que fôra o iniciador, membro do conselho fiscal de varias companhias, presidente honorario do Instituto Philotechnico dos Salvadores de l'Aude, cavalleiro de primeira classe dos Alpes Maritimos, membro de honra da Sociedade Neutalina e da Société Scientifique Européenne, grande official do Instituto honorario de beneficencia da ordem do Espirito Santo; vereador da camara municipal de Lisboa, em 1886. Em Azarujinha, onde tinha muitas propriedades e o seu solar, procedeu a grandes melhoramentos, que alcançou de diversos governos, e construiu á sua custa uma capella para o culto divino. O titulo de visconde foi-lhe concedido por decreto de 11 de agosto de 1870, sendo mais tarde elevado a conde.

Azarujinha. Monte na freg. de S. Bento, de Matto, conc. e distr. d'Evora. || Monte na freg. de S. Miguel, de Machede, conc. e distr. de Evora.

Azarulho. Pov. na freg. de N. S.ª do Desterro, de Pouzos, conc. e distr. de Leiria.

Azarve *(Casal do)*. Na freg. de Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra.

Azavel. Pequena ribeira da prov. do Alemtejo; nasce na serra do Ramo-Alto, distante da villa de Monsaraz 9 k. A sua corrente é arrebatada. Morre no Guadiana, no sitio do Gato, com 18 k. de curso, juntando-se-lhe o rio *Pêga*.

Azebral. Pov. na freg. de S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Azeche. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Pataias, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria.

Azeda. Pov. na freg. de Sauta Maria do Castello e conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª da Nazareth, de Landeira, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora. || Monte na freg. de N. S.ª do Rosario, da Torre dos Coelheiros, conc. e distr. d'Evora. || Monte na freg. de Santo Antonio, de Vaiamonte, conc. de Monforte, distr. de Portalegre.

Azeda de Baixo e de Cima. Duas pov.ˢ na freg. de S. Sebastião e conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Azedia. Pov. na freg. de S. Miguel de Palha cana, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa.

Azedo. Pov. da freg. de Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cazevel, conc. e distr. de Santarem. || Horta na freg. de S. Braz, conc. de Serpa, distr. de Beja.

Azeitão. V. *Villa Fresca* e *Villa Nogueira de Azeitão.*

Azeitão. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Aguda, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || Casal na freg. de S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Miguel, de Cardozas, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

Azeite. V. *Oliviculture.*

Azeiteira. Monte na freg. de Santa Cruz, de Vera Cruz do Marmellar, do conc. de Portel, distr. de Evora.

Azeiteiro. Quinta na freg. de N. S.ª da Conceição, de Aldeia do Carvalho, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || Quiuta na freg. de N. S.ª da Purificação, de Sacavem, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Azeiteiros. Pov. na freg, de S. Jorge, de Airó, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Thomé de Penalva d'Alva, conc. d'Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Herdade na freg. de S. Pedro, d'Algalé, conc. de Monforte, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª Graça, de Degolados, conc. de Arronches, distr. de Portalegre.

Azeitona. Ponta do cabo na costa oeste da ilha de S. Thomé, Africa Occidental, e a leste da Praia Pipa. || Roça na ilha da Principe, na Africa Occidental.

Azelha. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Serro Ventoso, conc. de Porto de Móz, distr. de Leiria.

Azemél. Almocreve, guia da azémola, ou macho grande que transporta carga. V. *Almocreve.*

Azengo. Rio da Africa Occidental, entre os rios Lucalla e Quanza na provincia de Angola.

Azenha *(Bernardo Correia Leite de Moraes Almada e Castro, 2.º visconde e 1.º conde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real por successão a seus maiores, senhor do morgado da Parada dos Infantes, e da casa de Carvalho na villa de Tarouca, por successão a seu pae; senhor dos morgados da Gulpilheira, Azenha e Cainhos de Sande, e de S. Clemente ou de Golias; padroeiro da Misericordia de villa d'Arrifana de Sousa, por successão a sua mãe, senhora d'estes morgados e padroeira; commendador das ordens de Christo, de Nossa Senhora da Conceição e de S. Bento d'Aviz, deputado na legislatura de 1852 a 1853; governador civil do distr. de Braga, desde 20 de junho de 1859 até 15 de dezembro de 1860. N. em Guimarães a 20 d'outubro de 1806, fal. a 21 de dezembro de 1869. Era filho de Martinho Moraes Correia de Castro, 1.º visconde d'Azenha em duas vidas, e de sua mulher, D. Gracia Leite d'Almada Machado e Mello, filha e herdeira de Ignacio Leite Pereira d'Almada e de sua mulher D. Catharina Flavia de Mello Machado de Miranda e Castro. Seguindo a carreira militar, alistou-se em 1818 no regimento de cavallaria n.º 9, e em março de 1820 foi despachado alferes para o mesmo corpo. Pertencendo a um partido contrario ao da revolução de 1820, acompanhou n'essa epoca o coronel Antonio Salinas de Benevides, em quem tinha recahido o governo das armas de Traz-os-Montes, quando elle foi reunir-se ao general Victoria. Em 1823 entrou na revolta do marquez de Chaves, o que lhe valeu ser promovido ao posto de capitão. Em 1826 tambem tomou parte no movimento contra a Carta Constitucional, e tendo emigrado para Hespanha foi demittido do exercito. Com a mudança de systema do governo, foi restituido ao posto de capitão em outubro de 1828, e depois, em março do anno seguinte, nomeado coronel commandante do batalhão de voluntarios realistas de Guima-

rães. D. Miguel conferiu-lhe no anno de 1830 o titulo de visconde d'Azenha em verificação da segunda vida, concedida no titulo a seu pae, e em 1832 o nomeou seu ajudante de campo. Terminando a guerra civil, ficaram de nenhum effeito todas estas honras, e o antigo militar retirou-se para a sua casa da provincia, onde viveu afastado da politica. Por decreto de 21 d'agosto de 1846 recebeu a verificação de vida no titulo de visconde concedido a seu pae, e tendo-se apresentado ao marechal Saldanha, no movimento conhecido pelo nome de Regeneração, foi de novo admittido nas fileiras do exercito com o posto de capitão, conservando-se assim até outubro de 1866, anno em que se reformou em major. A 27 de setembro de 1852 foi elevado a conde, e serviu no cargo de governador civil de Braga. Casou a 29 de setembro de 1830 com D. Maria Custodia Clemencia dos Anjos de Sousa e Gouvêa, senhora do morgado do Freixo de Numão, filha herdeira de José Ignacio Paes Pinto de Sousa e Vasconcellos, senhor do referido morgado, desembargador da 5.ª Casa dos Aggravos da Casa da Supplicação, cavalleiro professo na ordem de Christo; e de sua mulher, D. Maria Benedicta de Gouvêa, senhora de outro vinculo em Font'Arcada.

Azenha *(Ignacio de Moraes Correia de Castro Leite de Almada, 2.º conde de).* Fidalgo da Casa Real por successão a seus maiores. N. a 15 de junho de 1832. Foi-lhe renovado o titulo de conde, em verificação da vida concedida no referido titulo a seu pae, pelo decreto de 12 de junho de 1855. Era filho do 1.º conde d'Azenha, Bernardo Correia Leite de Moraes Almada e Castro, e de sua mulher, D. Maria Custodia Clemencia dos Anjos de Sousa e Gouvêa. O actual conde d'Azenha, que vive em Guimarães, é o sr. Bernardo Correia de Moraes e Castro.

Azenha *(Martinho de Moraes Correia de Castro, 1.º visconde de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real; commendador das ordens de Christo e da antiga Torre Espada; marechal de campo do exercito. N. em Tarouca em novembro de 1771; fal. em Paredes a 23 de junho de 1833. Era filho de Bernardo de Moraes Madureira Macanêdo, familiar da inquisição de Coimbra, por carta de 20 d'abril de 1752; abastado proprietario na freg. de S. Pedro de Tarouca; casado com D. Maria Rosa de Moraes Castro Doutel Correia de Sá, filha de Martinho Correia de Castro e Moraes, fidalgo da Casa Real, capitão de infantaria; e de sua mulher, D. Sebastiana Guiomar Doutel de Sá e Sousa. Assentou praça no exercito, e aos 19 annos foi despachado alferes, em abril de 1792, promovido a tenente a 1794, e a capitão em 1805. Elevado a major em setembro de 1808, entrou na guerra da Peninsula, e tendo durante a campanha subido a teneute-coronel, foi-lhe depois, em 1815, dada a graduação de coronel. Sendo commandante interino de cavallaria n.º 9 quando se deu a revolução de 1820, recebeu ordem da Junta do Porto para marchar com dois esquadrões para essa cidade, mas em vez de cumprir esta ordem, foi unir-se ao general Victoria, governador das armas na provincia da Beira. Seguindo sempre o partido absoluto, tomou parte muito activa na revolta do marquez de Chaves em 1823, pelo que lhe foi dado em duas vidas o titulo de visconde d'Azenha, por decreto de 3 e carta de 12 de julho do referido anno. Durante as campanhas da liberdade serviu no exercito absolutista, e n'elle alcançou os postos de brigadeiro e marechal de campo. Tendo sido nomeado presidente da commissão mixta, especie de tribunal militar que funccionava em junho de 1833 na villa de Paredes, falleceu d'uma apoplexia em 23 d'esse referido mez. O visconde d'Azenha succedera a 27 de junho de 1827 no morgado de Parada dos Infantes a seu primo Antonio de Moraes Madureira Lobo Feijó, e nos morgados da casa d'Azenha, Gulpilheira, Caminhos de Sande e o de S. Clemente, pelo seu casamento. Casou a 5 de junho de 1802, com D. Gracia Leite d'Almada Machado e Mello, dama da ordem de Santa Izabel, senhora dos morgados acima citados, filha herdeira de Ignacio Leite Pereira d'Almada, senhor dos referidos vinculos; commendador da ordem de Christo; e de sua mulher D. Catharina Flavia de Mello Machado de Miranda e Castro, senhora do morgado e casa solar de S. Clemente de Sande, ou de Golias. D'este consorcio houve quatro filhos, um dos quaes, Bernardo Correia, foi o 1.º conde d'Azenha, e D. Catharina Correa, que casou com José Antonio d'Oliveira Leite de Barros, conselheiro de Estado, ministro e secretario de Estado dos negocios do reino, no tempo de D. João VI, desembargador do Paço e que foi ministro do reino durante o dominio miguelista, sendo agraciado com o titulo de conde de Basto. O brazão dos condes d'Azenha é o seguinte: um escudo com as armas dos Almadas Abranches; em campo de ouro uma banda azul carregada de duas cruzes de ouro, abertas e floretadas, e nos vãos em contrabanda duas aguias vermelhas armadas de negro, tendo á direita do escudo um franco quartel com as armas dos Noronhas; escudo partido em pala; á direita, em campo de prata e á esquerda em campo verde, tendo no meio entre as duas palas, meia flôr de liz de ouro pegada com meia rosa vermelha, e no canto, á direita da pala verde, uma pomba de prata voando.

Azenha. Moinho hydraulico, que em vez de rodizio tem uma roda pela parte de fóra, sobre a qual cahindo de alto a corrente de agua lhe dá movimento. E' de origem arabe e emprega-se na moenda de trigo, azeitona, etc. impulsionado pelas aguas dos rios, elevadas por meio de reprezas, açudes, etc. V. *Moinho.*

Azenha. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Alegrete, conc. e distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de S. Romão, de Alferce, conc. de Monchique, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Alva e conc. d'Aljezur, distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Matheus, de Alváres, conc. de Goes, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Lourenço, de Arneiro das Milhariças, conc. e distr. de Santarem. || Pov. na freg. de S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Eulalia e conc. d'Arouca, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Arrifana, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Barreiras, conc. da Maia, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Pov. de freg. de Santa Maria, de Borbella, conc. e distr. de Villa Real. || Pov. na. freg. de N. S.ª do Ó, de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Caldas de Vizel-

la, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Campo, conc. de Vallongo, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santo Antão, de Caniço, ilha da Madeira, conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal. || Pov. na freg. de S. Sebastião, de Capinha, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Castellões, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Cem Soldos, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Pov. na freguezia de S. João Baptista, de Codeços, concelho de Paços de Ferreira, districto do Porto. || Pov. na freguezia de S. Cosme, de Gondomar, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Marinha, de Costa, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Thomé, de Covellas, conc. de Baião, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Cruz, de Santa Cruz do Douro, conc. de Baião, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Sebastião, de Cumieira, conc. de Penella, districto de Coimbra.|| Pov. na freg. de S. Thiago, de Esporões, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santo André, de Ferreira d'Aves, conc. de Sattam, distr. de Vizeu. || Pov. na freguezia de S. Thiago, de Figueiró do Campo, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Fontellas, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de S. Paio, de Frossos, conc. d'Albergaria-a-Velha, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Gulpilhares, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santo Isidoro, conc. de Marco de Canavezes, districto do Porto. || Pov. na freg. de Santa Cruz, de Jovim, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Lamaçães, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. do Espirito Santo, de Lamas, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Leça de Bailio, conc. de Bouças, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Lobão, conc. de Feira, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S. Silvestre e conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Lustosa, conc. de Lousada, distr. do Porto. || Pov. na freguezia de S. Salvador, de Maiorca, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, e conc. de Monchique, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Odeleixe, conc. d'Aljezur, distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Cypriano, de Paços de Brandão, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Papizios, conc. do Carregal, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Paraizo, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Verissimo, de Paranhos, conc. e distr. do Porto, bairro oriental. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Pedome, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pedrogão Pequeno, conc. de Certã, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Pombeiro, conc. d'Arganil, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Paio, de Portella, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Maria, do Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Rebordões, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Rio de Gallinhas, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Rio de Vide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Samuel, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Clemente, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Sande, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Sandim, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Sapataria, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Sébal Grande, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Silvares, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Souto, conc. dos Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna de Castello. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Souto, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e distr. de Leiria. || Pov. na freg. de Santa Leocadia, de Tamel, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Vallega, conc. de Ovar, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Villa Fria, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Villar do Torno, conc. de Lousada, districto do Porto. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Villarinho do Bairro, conc. d'Anadia, distr. d'Aveiro. || Pov. na freguezia de S. Jorge, de Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || Casal na freg. de S. Bartholomeu, de Aldeia das Dez, conc. d'Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de N. S.ª dos Prazeres, de Aldeia Gallega da Merceana, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Miguel e conc. d'Armamar, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de N. S.ª da Salvação, conc. e com. d'Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de Santo André, de Barrô, conc. d'Agueda. distr. d'Aveiro. || Casal na freg. de N. S.ª das Mercês, de Carvalhal Bemfeito, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de Santa Catharina, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Casal na freg. de Santo André, de Cardinhã, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Côtto, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Casal na freg. de Santo Antonio, de Fragoas, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || Casal na freg. de Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Simão, de Pecegueiro, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Podentes, conc. de Penella, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de N. S.ª da Purificação de Pontével, conc. do Cartaxo, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S João Baptista e conc. de Porto de Móz, distr. de Leiria. || Casal na freg. de S. João Baptista, de Runa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lis-

boa. || Casal na freg. de N. S.ª das Neves, de Sortelha, conc. de Sabugal, distr. da Guarda. || Casal na freg. de S. Thiago, de Tremez, conc. e distr. de Santarem. || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Varzea, conc. e distr. de Santarem. || Herdade na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cabrella, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora. || Horta na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. d'Alandroal, distr. d'Evora. || Horta na freg. de N. S.ª d'Annunciação e conc. de Vianna do Alemtejo, distr. d'Evora. || Monte na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça, de Villa Nova de Milfontes, conc. d'Odemira, distr. de Beja. || Quinta na freg. de S. Vicente, de Alcafache, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de Santo Antonio, de Covões, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || Quinta na freg de N. S.ª da Graça, de Graça de Divor, conc. e distr. d'Evora. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Erada, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || Quinta na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de S. Miguel de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de Sant'Anna, de Orgens, conc. e distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de N. S.ª da Annunciação, de Paul, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || Quinta na freg. de Santa Iria, na Povoa de Santa Iria, conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Miguel, de Ribeira de Frades, conc. e distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de N. S.ª de Belem, de Rio de Mouro, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Ribeira na prov. da Beira Baixa. Nasce no alto d'uma Serra, 15 k. a Este da freg. do Espinhal. Corre arrebatada e impetuosa, onde passa por broncas penedias, mas placida, quando atravessa a planicie. No logar do Espinhal junta-se com o ribeiro do Trilho, e morre no Duessa.

Azenha Á dos Calvos. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Azenha da Aboboreira. Pov. na freg. de S. Thiago, de Rio de Moinhos, conc. de Borba, distr. de Evora.

Azenha do Açude. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Aguas Bellas, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Azenha dos Aferidos. Pov. na freg. de S. Domingos de Anna Loura, conc. de Estremoz, distr. de Evora.

Azenha da Aldeia. Pov. na freg. de S. Pedro, de Pedrogão, conc. da Vidigueira, districto de Beja.

Azenha do Alfaiate. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Pardaes, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Azenha do Almada. Pov. na freg. de S. Braz, de Varzea, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Azenha das Almargens. Pov. na freg. N. S.ª de Belem, de Rio de Mouro, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Azenha das Almas. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Gloria, conc. de Estremoz, distr. de Evora.

Azenha dos Alpendres. Pov. na freguezia de S. Domingos de Anna Loura, conc. de Estremoz, distr. de Evora.

Azenha de Alverca. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. do Fundão, districto de Castello Branco.

Azenha do Amaral. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Carvalho, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Azenha do Amial. Pov. na freg. de S. Martinho, de Murtede, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Azenha dos Amieiraes. Pov. na freguezia de S. João Baptista, de Fatella, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco.

Azenha dos Amieirinhos. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Castello Novo, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco.

Azenha dos Amieiros. Pov. na freg. de S. Miguel, de Fréchas, conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Azenha da Amoreira. Pov. na freguezia de S. Bento de Anna Loura, conc. de Estremoz, distr. de Evora.

Azenha das Amoreiras. Pov. na freg. de S. Cyriaco, de Barcel, conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Azenha dos Apostolos. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Pardaes, conc. de Villa Viçosa, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Rio de Moinhos, conc. de Borba, distr. d'Evora.

Azenha de Arraiona. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Estremoz, distr. de Evora.

Azenha dos Atafios. Pov. na freg. de S. Thiago, de Rio de Moinhos, conc. de Borba, distr de Evora.

Azenha dos Aviascos. Pov. na freguezia de S. Paio, de Moreira de Conegos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Azenha da Azinheira. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Pardaes, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Azenha de Baixo. Pov. na freg. de S. Leonardo, de Athouguia da Baleia, conc. de Peniche, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de Santo Isidoro, de Eixo, conc. e distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de Santo André, de Esgueira, conc. e distr. d'Aveiro || Pov. na freg. de S. Martinho e conc. do Fundão, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Lordello, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco. || Casal na freg. de S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. d'Odemira, distr. de Beja. || Pov. na ilha de Santa Maria, na freg. de N. S.ª da Purificação, de Espirito Santo, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada.

Azenha da Baleia. Pov. na freg. de S. Julião do Tojal, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Azenha da Bandeira. Pov. na freg. de N. S.ª da Gloria, conc. de Estremoz, distr. de Evora.

Azenha dos Baptistas. Pov. na freguezia de Sant'Anna, de Bencatel, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Azenha do Barbeiro. Pov. na freg de N. S.ª da Gloria. conc. de Estremoz, distr. de Evora.

Azenha da Barrasca. Pov. na freguezia de Sant'Anna, de Bencatel, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Azenha do Barrocal. Pov. na freg. de N. S.ª

da Graça, de Castello Novo, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco.

Azenha do Barroso. Pov. na freg. do Salvador do Mundo, de Almoster, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Azenha do Batanête. Pov. na freg. de S. Thiago, de Rio de Moinhos, conc. de Borba, distr. de Evora.

Azenha do Batoque. Pov. na freg. de S. Pedro, d'Alverca, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Azenha do Beliago. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Estremoz, distr. de Evora.

Azenha do Biscainho. Pov. na freguezia de S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Azenha do Boição. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, da Bucellas, conc. de Loures, districto de Lisboa.

Azenha do Bollo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Alverca, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Azenha do Bonito. Pov. na freg. de N. S.ª da Atalaia e conc. de Fronteira, distr. de Portalegre.

Azenha do Borracheiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Castello Novo, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco.

Azenha das Botelhas. Pov. na freg. de Sant'Anna, de Bencatel, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Azenha Branca. Pov. na freg. de N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. d'Evora. || Logar da freg. de Salvador da Aramenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Azenha da Brandôa. Pov. na freg. de S. Pedro, d'Alverca, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Azenha do Bulhaco. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Azenha do Buraco ou Botafóra. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Estremoz, distr. de Evora.

Azenha do Caboço. Pov. na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Matacães, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Azenha do Cabral. Pov. na freg. de Santa Maria da Alcaçova e S. Martinho e conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Azenha do Cabreiro. Pov. na freg. de S. Salvador, de Tagilde, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Azenha do Cachão. Pov. na freg. de S. Miguel, de Fréchas, conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Azenha das Cachoças. Pov. na freg. de S. Pedro, de Dois Portos, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Azenha da Calçada. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Castello Novo, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco.

Azenha do Calhão. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, de Dornes, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Azenha do Camacho. Casal na freg. de N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa.

Azenha de Camacude. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Bucellas, conc. de Loures. distr. de Lisboa.

Azenha do Caminho. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Carreiras, concelho e districto de Portalegre.

Azenha dos Canchos. Pov. na freg. de S. Salvador, de Aramenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Azenha de Capella. Pov. na freg. de S. Braz, da Varzea, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Azenha de Capellos. Pov. na freg. de N. S.ª da Gloria, conc. de Estremoz, distr. de Evora.

Azenha do Capitão. Pov. na freg. de S. Gregorio, de Reguengo, conc. e distr. de Portalegre.

Azenha do Caracol. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Aldeia Gavinha, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Azenha do Cardoso. Pov. na freg. de S. Braz, da Varzea, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Azenha dos Carpinteiros. Pov. na freg. de S. Thiago, de Rio de Moinhos, conc. de Borba, distr. de Evora.

Azenha da Carramenha. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Castello Novo, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco.

Azenha do Carregal. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Maçãs de Caminho, conc. d'Alvaiazere, distr. de Leiria.

Azenha da Carreira. Casal da freg. de Santos Cosme e Damião, de Garfe, conc. da Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Azenha da Cartuxa. Pov. na freg. de Sant'Anna, de Bencatel, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Azenha da Carvalha. Pov. na freg. de Santa Maria, de Donas, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco.

Azenha da Carvalheira. Pov. na freg. de S. Thiago, de Rio de Moinhos, conc. de Borba, districto de Evora.

Azenha da Casa. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Castello Novo, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco.

Azenha da Casa de Bragança. Pov. na freg. de Santa Maria d'Alagôa e conc. de Portel, districto de Evora.

Azenha do Castanho. Pov. na freg. de N. S.ª da Gloria, conc. de Estremoz, distr. de Evora.

Azenha da Cavalleira. Pov. na freg. de Santo Estevão, conc. de Estremoz, distr. de Evora.

Azenha do Ceitil e do Cerrado. Duas povoações na freg. de S. Thiago, de Rio de Moinhos, conc. de Borba, distr. de Evora.

Azenha da Chapineira. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa.

Azenha de Chilra. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Estremoz, distr. de Evora.

Azenha dos Choupos. Pov. na freg. de S. Miguel, de Fréchas, conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Azenha de Cima. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, de A dos Cunhados, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Leonardo, de Athouguia da Baleia, conc. de Peniche, districto de Leiria. || Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Cano, conc. de Souzel, distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Castello Novo, conc. do Fundão, distr. de Castello Bran-

co. || Pov. na freg. de Santo Estevão, conc. de Benavente, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Idães, conc. de Felgueiras, districto do Porto. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Mattosinhos, conc. de Bouças, distr. do Porto. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco. || Casal na freg. de S. Gregorio de Reguengo, conc. e distr. de Portalegre. || Monte na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, districto de Beja.

Azenha da Cimeira. Pov. na freg. de S. Lourenço, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de Santa Catharina, de Pardaes, conc. de Villa Viçosa, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Rio de Vide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e concelho de Villa de Rei, districto de Castello Branco.

Azenha da Cinza. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Capellins, conc. de Alandroal, distr. de Evora.

Azenha do Clemente. Herdade na freg. de N. S.ª da Atalaia e conc. de Fronteira, distr. de Portalegre.

Azenha do Conde. Pov. na freg. de Sant'Anna, de Bencatel, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Azenha de Corga. Pov. na freg. de S. Martinho, de Murtede, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Azenha da Cova. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. d'Estremoz, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de N. S.ª da Gloria, conc. d'Estremoz, districto d'Evora. || Pov. na freg. de N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de Santa Catharina, de Pardaes, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Azenha da Cruz. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Estremoz, distr. de Evora.

Azenha da Cruzinha. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Castello Novo, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco.

Azenha do Cubo. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Alvito, distr. de Beja

Azenha Derrubada. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, de Arazede, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Azenha d'El-rei. Pov. na freg. de S. Bento de Anna Loura, conc. de Estremoz, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de Sant'Anna, de Bencatel, conc. de Villa Viçosa, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Rio de Moinhos, conc. de Borba, distr. de Evora.

Azenha d'El-rei de Dentro e Azenha d'El-rei de Fóra. Duas povoações na freg. de Santo Antonio, de Capellins, conc. d'Alandroal, distr. de Evora.

Azenha de Entre Aguas. Pov. na freg. de Santo Estevão, conc. de Estremoz, distr. de Evora.

Azenha de Entre as Quintas. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Pardaes, conc. de Villa Viçosa, districto de Evora.

Azenha do Escoiral. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Azenha das Escriptas. Pov. na freguezia de Nossa Senhora da Orada, conc. de Borba, distr. de Evora.

Azenha da Estrada. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. d'Estremoz, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de N. S.ª da Gloria, conc. d'Estremoz, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. de Evora.

Azenha de Faitos. Pov na freg. de Sant'Anna, de Bencatel, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Azenha do Falcão. Pov. na frag. de N. S.ª da Esperança, de Ribeira de Niza, conc. e distr. de Portalegre.

Azenha de Famares. Pov. na freg. de S. Pedro de Penaferrim e conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Azenha de Feio. Pov. na freg. de S. Salvador, de Aramenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Azenha das Feiticeiras. Pov. na freg. de Santa Barbara, conc. de Borba, distr. de Evora.

Azenha de Ferrarias. Pov. na freguezia de S. Domingos, de Anna Loura, conc. de Estremoz, distr. de Evora.

Azenha da Figueira. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Castello Novo, conc. do Fundão distr. de Castello Branco.

Azenha de Figueiras. Pov. na freg. de S. Domingos de Anna Loura, conc. d'Extremoz, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Fréchas, conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Azenha das Flôres. Pov. na freg. de N. S.ª das Virtudes, de Ventosa, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Miguel e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Azenha de Fojo. Pov. na freg. de N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. de Evora.

Azenha da Fonte. Pov. na freg. de N. S.ª da Gloria, conc. de Estremoz, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. de Evora.

Azenha das Forras. Pov. na freg. de S. Pedro, d'Alverca, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Azenha do Forte. Pov. na freg. de S. Domingos de Anna Loura, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Azenha da Fóz. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, de Dornes, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Azenha de Francisco de Mattos. Pov. na freg. de Santa Eulalia, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre.

Azenha da Freira. Pov. na freg. de Santa Anna, de Bencatel, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Azenha das Freiras. Pov. na freg. de Santa Anna, de Bencatel conc. de Villa Viçosa, distr. d'Evora. || Pov. na freg. Santa Catharina, de Pardaes, conc. de Villa Viçosa, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Rio de Moinhos, conc. de Borba, distr. de Evora.

Azenha do Freixial Pov. na freg. de S. Bento, de Anna Loura, conc. de Estremoz, distr. de Evora.

Azenha da Fundeira. Pov. na freg. de Santa Eulalia, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Rio de Vide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || Pov.

na freg. de N. S.ª da Conceição, e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Azenha de Fundevilla. Pov. na freg. de S. Paio, de Moreira de Conegos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Azenha de Gabriel Pires. Pov. na freg. de S. Lourenço, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Azenha de Gavim. Pov. na freg. de S. Salvador, de Delães, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Azenha da Gorda. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Estremoz, distr. de Evora.

Azenha das Gordas. Pov. na freg. de N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Azenha Grande. Pov. na freg. de Sant'Anna, de Bencatel, conc. de Villa Viçosa, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de S. Braz, de S. Braz dos Mattos, conc. d'Alandroal, distr. d'Evora. || Horta na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. d'Alter do Chão, distr. de Portalegre.

Azenha das Grillas. Pov. na freg. de S. Domingos de Anna Loura, conc. de Estremoz, distr. de Evora.

Azenha do Gualdim. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Castello Novo, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco.

Azenha do Gusmão. Pov. na freg. de N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. de Evora.

Azenha dos Herdeiros de Manuel Vicente. Pov. na freg. de Santa Eulalia, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Azenha do Indiatico. Pov. na freg. de Santa Anna, de Bencatel, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Azenha do Inferno. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Castello Novo, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Villa Verde dos Francos, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Azenha das Janellas. Pov. na freg. de S. Bento de Anna Loura, conc. de Estremoz, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de N. S.ª da Gloria, conc. de Estremoz, distr. de Evora.

Azenha do Jardim. Pov. na freg. de N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. de Evora.

Azenha de João Antonio Laranjeira. Pov. na freg. de Santa Eulalia, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Azenha de João Lobo. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Pardaes, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Azenha do Jogo. Pov. na freg. de S. Thiago de Lordello, concelho de Guimarães, districto de Braga.

Azenha do Lagar. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Castello Novo, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco.

Azenha da Lage. Pov. na freg. de S. Paio, de Moreira de Conegos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Azenha do Lago. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. d'Alter do Chão, distr. de Portalegre.

Azenha de Lagôa de Cima. Pov. na freg. de S. Thiago, de Rio de Moinhos, conc. de Borba, distr. de Evora.

Azenha da Lameira. Pov. na freg. de S. Lourenço, de S. Bartholomeu dos Gallegos, conc. da Lourinhã. distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Rio de Moinhos, conc. de Borba, distr. de Evora.

Azenha da Lapa. Pov. na freg. de S. Julião do Tojal, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Azenha do Laranjal. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Pardaes, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Azenha da Laranjeira. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Castello Novo, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco.

Azenha das Laranjeiras. Pov. na freg. de N. S.ª da Gloria, conc. de Estremoz, distr. de Evora.

Azenha das Latadas. Pov. na freg. de S. Miguel, de Fréchas, conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Azenha da Lavadeira. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral do Monte Agraço, distr. de Lisboa.

Azenha do Limoeiro. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Pardaes, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Azenha da Louzeira. Pov. na freg. de S. Domingos de Anna Loura, conc. de Estremoz, distr. de Evora.

Azenha do Lucas. Fazenda na freg. S. Thiago, de S. Thiago do Escoural, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Azenha das Machadas. Pov. na freg. de S. Miguel, de Palhacana, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa.

Azenha da Maia. Pov. na freg. de S. Braz, de Varzea, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Azenha da Malafaia. Pov. na freg. de N. S.ª da Salvação e conc. d'Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

Azenha dos Malhos. Pov. na freg. de N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. de Evora.

Azenha das Manas. Pov. na freg. de Santa Barbara, conc. de Borba, distr. de Evora.

Azenha de Manuel Joaquim Figueira. Pov. na freg. de Santa Eulalia, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Azenha de D. Marianna. Pov. na freg. de N. S.ª da Lagoa e conc. de Portel, distr. d'Evora.

Azenha da Marteira. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Aguieiras, conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Azenha da Martella. Pov. na freg. de S. Gregorio, de Reguengo, conc. e distr. de Portalegre.

Azenha de Mata Moiros. Pov. na freg. de N. S.ª da Gloria, conc. d'Estremoz, distr. d'Evora.

Azenha do Mauricio. Pov. na freg. de Santa Eulalia, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Azenha do Medico. Pov. na freg. de N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. de Evora.

Azenha do Meio. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Cano, conc. de Souzel, distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de Santo Estevão, conc. de Benavente, distr. de Santarem.

Azenha do Meirinho. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Pardaes, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Azenha do Mendes. Pov. na freg. de Santa Barbara, conc. de Borba, distr. de Evora.

Azenha do Mil Homens. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Alcanede, conc. e distr. de Santarem.

Azenha do Mira. Pov. na freg. de N. S.ª da Gloria, conc. de Estremoz, distr. de Evora.

Azenha da Misericordia. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Bencatel, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora. || Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Cano, conc. de Souzel, distr. de Portalegre.

Azenha da Mó do Braço. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Bencatel, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Azenha do Moinho Novo. Pov. na freg. de S. Julião do Tojal, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Azenha do Monte Novo. Pov. na freg. de S. Braz dos Mattos, conc. de Alandroal, distr. de Evora.

Azenha do Monteiro. Casal na freg. de Santa Suzana, do Maxial, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Azenha do Montinho. Pov. na freg, de Santa Anna, de Bencatel, conc. de Villa Viçosa, distr. d'Evora. || Pov. no freg. de S. Thiago, de Rio de Moinhos, conc. de Borba, distr. de Evora.

Azenha da Morgada. Pov. na freg. de N. S.ª da Gloria, conc. de Estremoz, distr. de Evora.

Azenha do Mosqueiro e do Mourão. Duas povoações na freg. de Sant'Anna, de Carnota, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Azenha da Mousinha. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Alegrete, conc. e distr. de Portalegre.

Azenha do Negro. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Castello Novo, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco.

Azenha do Nilhas. Pov. na freg. de S. Thiago, de Rio de Moinhos, conc. de Borba, distr. de Evora.

Azenha do Nogueira. Pov. na freg. de S. Bento de Anna Loura. conc. d'Estremoz, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Rio de Moinhos, conc. de Borba, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de S. Braz, de Varzea, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre.

Azenha de N. S.ª do Soccorro. Pov. na freg. de S. Thiago, de Rio de Moinhos, conc. de Borba, distr. de Evora.

Azenha Nova. Pov. na freg. de S. Vicente e conc. d'Abrantes, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Alegrete, conc. e distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de Santa Clara, de Alcaravella, conc. do Sardoal, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de S. Bento, de Ameixial, conc. d'Estremoz, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de S. Domingos de Anna Loura, conc. d'Estremoz, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Atalaia do Campo, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco. || Pov. na freguezia de N. S.ª do O', de Barcouço, conc. de Mealhada, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Cano, conc. de Souzel, distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de S. Sebastião, de Carreiras, conc. e distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de Santo Estevão, conc. d'Estremoz, distr. d'Evora. || Pov. na freg de Santa Eulalia, de Ferreira a Nova, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Martinho e conc. do Fundão, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de Santos Cosme e Damião, de Garfe, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Pov. na freg. de N. S.ª da Gloria, conc. de Estremoz, districto d'Evora. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. do Espirito Santo, de Egreja Nova do Sobral, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Olalhas, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de Santa Maria, d'Oliveira, conc. de V. N.ª de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. de N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de Santa Catharina, de Pardaes, conc. de Villa Viçosa, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Rio de Moinhos, conc. de Borba, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de S. Braz, de Sobreira, conc. de Murça, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de N. S.ª das Virtudes, de Ventosa, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de Santa Justa, de Villarinho das Azenhas, conc. de Villa Flôr, distr. de Bragança. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Villarinho do Bairro, conc. d'Anadia, distr. d'Aveiro. || Monte na freg. S. Thiago, de Rio de Moinhos, conc. de Borba, distr. d'Evora.

Azenha do Olho. Pov. na freg. de Santa Maria de Alcaçova e S. Martinho, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Azenha do Ourives. Pov. na freg. de S. Pedro, d'Alverca, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. de Evora.

Azenha do Outeiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Castello Novo, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco.

Azenha do Paço. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Lourenço, de Ramalhal, conc. de Torres Vedras, districto de Lisboa.

Azenha das Padeiras. Pov. na freguezia de S. Domingos de Anna Loura, conc. d'Estremoz, distr. de Evora.

Azenha do Padre Rodrigo. Pov. na freg. de N. S.ª da Gloria, conc. d'Extremos, distr. d'Evora.

Azenha do Pagador. Pov. na freg. de N. S.ª de Aboboriz, de Amoreira, conc. d'Obidos, distr. de Leiria.

Azenha de Palheiros. Pov. na freguezia de S. Braz dos Mattos, conc. d'Alandroal, distr. de Evora.

Azenha da Palma. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Pardaes, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Azenha da Parreira. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Gloria, conc. de Estremoz, distr. de Evora.

Azenha da Paschoela. Pov. na freguezia de Sant'Anna, de Bencatel, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Azenha das Passadinhas. Pov. na freg. de S. Thiago, de Rio de Moinhos, conc. de Borba, distr. de Evora.

Azenha do Paul. Pov. na freg. de S. Pedro da Ericeira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Azenha de Paul de Cima. Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Aveiras de Baixo, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa.

Azenha da Paz. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, d'Almagreira, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Azenha das Pazes. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Villa Boim, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre.

Azenha da Pedra Furada. Pov. na freg. de

N. S.ª da Purificação, de Montelavar, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Azenha das Pedras. Pov. na freg. de N. S.ª da Gloria, conc. d'Estremoz, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de Santa Catharina, de Pardaes, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Azenha da Pedreira. Pov. na freg. de N. S.ª da Gloria, conc. de Estremoz, distr. de Evora.

Azenha do Pedro. Pov. na freg. de S. Miguel, de Palhacana, conc. de Alemquer, districto de Lisboa.

Azenha do Peixoto. Pov. na freg. de S. Braz, de Varzea, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Azenha do Penedo e **do Penteado.** Duas povoações na freg. de S. Leonardo, de Athouguia de Baleia, conc. de Peniche, distr. de Leiria.

Azenha Pequena. Casal na freg. de S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Azenha da Pereira. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça e conc. de Móra, distr. de Evora.

Azenha da Perna Gorda. Pov. na freg. de N. S.ª da Gloria, conc. d'Estremoz, distr. d'Evora.

Azenha da Pimenta. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, do Cadafaes, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa.

Azenha do Pimpolho. Pov. na freguezia de S. Leonardo, de Athouguia da Baleia, conc. de Peniche, distr. de Leiria.

Azenha do Pinhal. Pov. na freg. de S. Pedro, dos Dois Portos, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Azenha do Pinheiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Castello Novo, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco.

Azenha do Pizão. Pov. na freg. de S. Domingos de Anna Loura, conc. d'Estremoz, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Cano, conc. de Souzel, distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de Santa Catharina, de Pardaes, conc. de Villa Viçosa, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, districto de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Braz, de Varzea, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Azenha do Pizão de Baixo e **Azenha do Pizão d'El-rei.** Duas povoações na freguezia de S. Bento, de Anna Loura, conc. d'Estremoz, distr. de Evora.

Azenha do Polme. Pov. na freg. de Sant'Anna, de Bencatel, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Azenha do Pomar. Pov. na freg. de S. Leonardo, de Athouguia da Baleia, conc. de Peniche, distr. de Leiria.

Azenha da Ponte. Pov. na freg. de N. S.ª de Aboboriz, de Amoreira. conc. d'Obidos, distr. de Leiria. | Pov. na freg. de Santa Eulalia, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Palhacana, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Lourenço, de Ramalhal, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de Santo Ildefonso, de Valle de Telhas, conc. de Mirandella, distr. de Bragança. || Casal na freg. de S. Gregorio, de Reguengo, conc. e distr. de Portalegre.

Azenha da Ponte Nova. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Castello Novo, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco.

Azenha da Ponte de Pedra. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Torre de D. Chama, conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Azenha da Ponte Pequena e **da Ponte Velha.** Duas povoações na freg. de N. S.ª da Graça. de Castello Novo, conc. do Fundão, districto de Castello Branco.

Azenha da Portella. Pov. na freg. de N. S.ª da Silva, de Castellejo, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco.

Azenha do Porto. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Alegrete, conc. e distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de S. Bento de Anna Loura, conc. d'Estremoz, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Castello Novo, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de Santa Maria e conc. d'Estremoz, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de S. Lourenço, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de S. Gregorio, de Reguengo, conc. e distr. de Portalegre. || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Ponte do Rol, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Azenha do Pote. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Alfeizerão, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria.

Azenha da Pousada. Pov. na freguezia de S. Bento, de Ameixial, conc. de Estremoz, distr. de Evora.

Azenha Primeira. Pov. na freg. de S. Domingos de Anna Loura, conc. de Estremoz, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. de Evora.

Azenha da Proverba. Pov. na freg. de N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. de Evora.

Azenha da Queimada. Pov. na freguezia de S. Gregorio, de Reguengo, conc. e districto de Portalegre.

Azenha da Rabadôa. Pov. na freguezia de S. Pedro, de Pedrogão, conc. da Vidigueira, distr. de Beja.

Azenha do Rabudo. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Aguieiras, conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Azenha do Rainha. Pov. da freg. de S. Sebastião, de Espinhal, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Azenha da Rata. Pov. na freg. de N. S.ª do Ó, de Barcouço, conc. de Mealhada, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de S. Lourenço, de Povoa do Rio de Moinhos, conc. e distr. de Castello Branco.

Azenha da Ratinha. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Castello Novo, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco.

Azenha da Rebella. Pov. na freg. de N. S.ª dos Prazeres, de Aldeia Gallega da Merceana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Azenha de Rebodeiras. Pov. na freguezia de N. S.ª da Encarnação, de Valle Verde, conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Azenha de Rechoso. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Castello Novo, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco.

Azenha das Regadas. Pov. na freg. de Santa Justa, de Villarinho das Azenhas, conc. de Villa Flôr, distr. de Bragança.

Azenha do Rego. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Pardaes, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Azenha da Relva. Pov. na freg. de N. S.ª de Aboboriz, de Amoreira, conc. d'Obidos, distr. de Leiria.

Azenha de Ribas. Pov. na freg. de Santa Eufemia, de Prazins, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Azenha da Ribeira. Pov. na freg. de S. Thiago, de Ursa, conc. e distr. de Portalegre.

Azenha da Ribeira do Valle. Pov. na freg. de S. Pedro, de Alverca, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Azenha do Rio. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Azenha do Rio Tua. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação e conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Azenha da Rocha. Pov. na freg. de Sant'Anna, de Bencatel, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora. || Pov. na freg. de S. Braz dos Mattos, conc. de Alandroal, distr. de Evora.

Azenha do Rodrigues. Pov. na freg. de Santa Barbara, conc. de Borba, distr. de Evora.

Azenha da Romeira. Pov. na freguezia de S. Bento de Anna Loura, conc. de Estremoz, districto de Evora.

Azenha das Romeiras. Pov. na freg. de N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. de Evora.

Azenha da Rosa. Quinta na freg. de N. S.ª da Gloria, conc. e distr. de Aveiro.

Azenha das Roupadas. Pov. na freguezia de S. Bento de Anna Loura, conc. de Estremoz, districto do Evora.

Azenha do Sacramento. Pov. na freg. de S. Braz dos Mattos, conc. d'Alandroal, distr. de Evora.

Azenha do Sande. Pov. na freg. de Sant'Anna, de Bencatel, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora. || Pov. na freg. de N. S.ª das Reliquias, de Canal, conc. de Estremoz, distr. de Evora.

Azenha de Santa Barbara. Pov. n'esta freg. conc. de Borba, distr. de Evora.

Azenha de Santa Cruz. Pov. na freguezia de S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Azenha de Santo Estevão. Pov. n'esta freg. conc. de Estremoz, distr. de Evora.

Azenha de S. Bento. Pov. na freguezia de S. Bento de Anna Loura, conc. de Estremoz, districto de Evora.

Azenha de S. Cornelio. Pov. na freguezia de S. Domingos de Anna Loura, conc. d'Estremoz, distr. de Evora.

Azenha de S. João. Pov. na freg. de S. Vicente, de Sangalhos, conc. d'Anadia, distr. de Aveiro.

Azenha de S. Lourenço. Pov. da freg. de N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. de Evora.

Azenha de S. Miguel. Pov. na freg. de S. Vicente e conc. d'Abrantes, distr. de Santarem.

Azenha de S. Paio. Pov. na freg. de S. Braz dos Mattos, conc. de Alandroal, distr. de Evora.

Azenha de S. Silvestre. Pov. na freguezia de de N. S.ª da Encarnação, de Valle Verde, conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Azenha da Seixeira. Pov. na freg. de N. S.ª de Aboboriz, de Amoreira, conc. d'Obidos, distr. de Leiria.

Azenha do Silvado. Pov. na freg. do Santissimo Nome de Jesus, d'Odivellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Azenha do Sobrado. Pov. na freg. de S. Luiz, de Pias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Azenha da Sobreira. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Castello Novo, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco.

Azenha da Sonda. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Pardaes, conc. de Villa Viçosa. distr. de Evora.

Azenha Subterranea e **da Tapadinha.** Duas povoações na freg. de N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. de Evora.

Azenha da Torre ou **do Casarão.** Pov. na freg. de Santa Maria e conc. d'Estremoz, distr. de Evora.

Azenha do Trancão. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Bucellas, conc. de Loures, districto de Lisboa.

Azenha do Traquelhas. Pov. na freg. de N. S.ª de Aboboriz, de Amoreira, conc. d'Obidos, districto de Leiria.

Azenha da Tremonha de Baixo e **de Cima.** Duas povoações na freg. de N. S.ª dos Prazeres, de Aldeia Gallega da Merceana, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa.

Azenha do Trigo. Pov. na freg. de S. Felix, de Gondifellos, conc. de V. N. de Famalicão, districto de Braga.

Azenha da Tufeira. Pov. na freg. de N. S.ª de Aboboriz, de Amoreira, conc. d'Obidos, distr. de Leiria.

Azenha das Turinhas. Pov. na freguezia de N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. d'Evora.

Azenha de Valle Serrão. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Azenha de Valle Verde. Pov. na freg. de S. Braz dos Mattos, conc. de Alandroal, districto de Evora.

Azenha do Vão. Quinta na freg. de S. João Baptista e conc. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu.

Azenha da Vargem. Pov. na freg. de S. Thiago, de Rio de Moinhos, conc. de Borba, districto de Evora.

Azenha de Varziellas. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Aguieiras, conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Azenha do Vedor. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa Viçosa, distr. d'Evora.

Azenha Velha. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Alcanede, conc. e distr. de Santarem. || Pov. na freg. de S. Bento de Anna Loura, conc. d'Estremoz, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de Santa Maria, d'Oliveira, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Pedrogão, conc. da Vidigueira, distr. de Beja. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Villa Boim, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de Santa Victoria, de Ameixial, conc. d'Estremoz, distr. d'Evora. || Quinta na freg. de N. S.ª de Assumpção e conc. d'Alter do Chão, districto de Portalegre. || Quinta na freg. do Santissimo Nome de Jesus, d'Odivellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Azenha da Venda. Pov. na freg. de S. Domingos, de Anna Loura, conc. d'Estremoz, distr. de Evora.

Azenha do Vidal. Pov. na freg. de S. Salvador, de Aramenha, conc. de Marvão, districto de Portalegre.

Azenha das Vieiras. Pov. na freg. de S. Pedro, de Alverca, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Azenha da Villa. Pov. na freg. de S. Miguel, de Fréchas, conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Azenha de Villa Fernando. Pov. n'esta freg. orago de N. S.ª da Conceição, conc. d'Elvas, districto de Portalegre.

Azenha do Zebro. Pov. na freg. de Santa Margarida, de Aldeia Velha, conc. d'Aviz, distr. de Portalegre.

Azenhal. Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, da provincia da Beira Baixa, conc. e com. d'Almeida, distr. e bisp. da Guarda; 286 hab. e 53 fog. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie, da qual se vêem Almeida, Castello Rodrigo, Trancoso, Jermello e varias aldeias. Era da corôa. O vigario de S. Pedro, de Pinhel, apresentava o cura, o qual tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra produz trigo, centeio e vinho. Era do concelho de Castello Mendo, que foi annexado ao de Sabugal. Em dezembro de 1870 ficou pertencendo, com outras freguezias, ao concelho d'Almeida. N'esta freguezia estava o solar dos Sacôtos, appellido nobre em Portugal.

Azenhas. Pov. na freg. de S. Pedro, de Alcaide, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de N. S.ª da Silva, de Castellejo, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de S. João do Campo, conc. e distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Crespos, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, de Dornes, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Enxara do Bispo, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Barnabé, d'Ervedal, conc. d'Aviz, distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de S. Domingos, de Fanga da Fé, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Formariz, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Martinho e conc. do Fundão, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Ganfei, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Loure, conc. d'Albergaria-a-Velha, districto d'Aveiro. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Linhares, conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda. || Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. || Pov. na freg. de Santa Christina de Meadella, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Paio, de Moreira dos Conegos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Pedro, e conc. de Porto de Móz, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Gregorio, de Reguengo, conc. e distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Retorta, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Eugenia, de Rio Covo, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de S. Thiago de Cacem, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Turquel, conc. d'Alcobaça, districto de Leiria. || Pov. na freg. de S. Vicente de Lafões, conc. d'Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de Santo Adrião, de Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Casal na freguezia de Santo André, de Boidobra, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, d'Enxara do Bispo, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Gregorio, de Reguengo. conc. e distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Tavarede, conc. da Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Quintas na freg. de N. S.ª da Conceição, de Aldeia de Carvalho, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Azenhas da Aleixa. Povoação na freg. de S. Lourenço, de Povoa de Rio de Moinhos, conc. e distr. de Castello Branco.

Azenhas de Baixo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Bairro, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Gregorio, de Reguengo, conc. e distr. de Portalegre.

Azenhas da Borralheira. Pov. na freg. de Santa Maria, de Nine, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Azenhas de Cae Agua. Pov. na freg. de S. Domingos de Rana, conc. de Cascaes, districto de Lisboa.

Azenha de Campos. Pov. na freg. de S. Pedro, de Avintes, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Azenhas de Caparim. Pov. na freg. de S. Pedro, de Bairro, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Azenhas dos Chãos. Pov. na freg. de S. Pedro, do Alcaide, conc. do Fundão, districto de Castello Branco.

Azenhas das Cimeiras. Pov. na freg. de S. Bento, do Louriçal do Campo, conc. e distr. de Castello Branco.

Azenhas do Covão. Pov. na freg. de S. Pedro, do Alcaide, conc. do Fundão, districto de Castello Branco.

Azenhas da Estrangeira. Pov. na freg. de S. Domingos de Rana, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa.

Azenhas da Fabrica do Trancão. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Bucellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Azenhas Fundeiras. Pov. na freg. de S. Bento, de Louriçal de Campo, conc. e distr. de Castello Branco.

Azenhas dos Lobeiros. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Azenhas do Mar. Pov. da freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Collares, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Azenhas de Monfirre. Pov. na freg. de Santo Estevão das Galés, conc. de Mafra, districto de Lisboa.

Azenhas do Morgado. Pov. da freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. d'Alvito, distr. de Beja.

Azenhas Novas. Pov. na freg. de S. João, das Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Azenhas dos Pelomes. Pov. na freguezia de

N. S.ª d'Assumpção, de S. Vicente da Beira, conc. e distr. de Castello Branco.

Azenhas da Queimada. Pov. na freguezia de S. Lourenço, de Povoa do Rio de Moinhos, conc. e distr. de Castello Branco.

Azenhas da Ribeira. Pov. na freg. de Santa Maria e S. Miguel e conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Azenhas da Ribeira da Gardunha. Pov. na freg. de S. Pedro, de Souto da Casa, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco.

Azenhas do Valle. Pov. na freg. de S. Pedro, d'Alverca, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Azeninhas. Pov. na freg de S Gregorio, de Reguengo, conc. e distr. de Portalegre.

Azenhita. Pov. na freg. de Sant'Anna, de Bencatel, conc. de Villa Viçosa, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de Santa Catharina, de Pardaes, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Azere. Pov. e freg. dos Santos Cosme e Damião, da prov. do Minho, conc. e com. dos Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 353 hab. e 96 fog. A pov. dista 2 k. da séde do conc. Houve aqui um convento de frades benedictinos, chamado S. Cosme e S. Damião, muito antigo, ignorando-se a data da fundação; sabe-se, porém, que já existia no anno 568, e era do tempo de S. Martinho Dume, bispo de Braga. Esta freg. e todas as do Minho, ao norte do rio Lima, fôram do bispado de Tuy, na Galliza. O conde D. Henrique e D. Thereza, sua mulher, coutaram a parochia, em 4 d'outubro de 1125, e d'ella fizeram doação á sé de Tuy. N'esta doação falava-se no mosteiro de S. Cosme e S. Damião, com todas as herdades e egrejas do seu couto, e determinava-se que ninguem tivesse vassallos nem possessões no couto de Azere sem autorisação do bispo de Tuy. D. Thereza pôz na egreja um capellão com obrigação de todos os dias cantar uma missa por ella e por seus descendentes; ordenava-se tambem que o bispo todos os annos daria em Azere ordens e chrisma, e que os que se ordenassem aqui, commemorassem nas suas missas a doadora e seus descendentes. No reinado de D. Affonso III era abbade do mosteiro Diogo Annes Aranha, que recebia os dizimos das terras annexas, que eram Paço, Parada, Cabrão e S. Pedro do Couto, e apresentava os vigarios. O convento com todas as suas rendas passou a commendatarios seculares, no tempo de Filippe I, de Portugal, pelos annos de 1584, que a deu a Fernão Telles. No tempo da restauração, tendo o filho de Fernão Telles tomado o partido de Castella, D. João IV lhe tirou a commenda, dando-a a D. Antonio Luiz de Menezes, 1.º marquez de Marialva, passando depois, no tempo da regencia da rainha D. Luiza de Gusmão, na menoridade de D. Affonso VI, a Ruy Pereira, senhor da casa de Barbeita, e alcaide-mór de Caminha. O primeiro nome d'esta freg. foi *Azar*, que se corrompeu em *Azere*. Existe aqui a capella de S. Miguel da Veiga, e n'ella eram obrigados as bispos de Tuy a cantar annualmente uma missa por alma da rainha D. Thereza e de seus descendentes. Todos os annos, no 3.º domingo de julho, a camara dos Arcos de Valle de Vez vinha acompanhada do mordomo mandar dizer uma missa, havendo depois corridas de cavallos no terreiro do Espirito Santo. Azere pertence á 3.ª divisão mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Mamede, na prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Taboa, distr. e bisp. de Coimbra; 1.251 hab. e 308 fog. Tem est. post. permutando malas com Taboa. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada n'um outeiro d'onde se vêem diversas villas e a serra da Estrella. Eram donatarios os condes meirinhos móres, condes d'Obidos e do Sabugal. O rio Mondego corre por esta freg. O donatario apresentava os priores, que tinham de renda 700$000 réis. O povo pagava-lhe o oitavo de todos os fructos. D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 10 de fevereiro de 1514. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 23 com a séde em Coimbra.

Azeredo. Appelido d'uma familla hespanhola, que tinha o seu solar na villa de Betanços, na Galliza, e que passou a Portugal na pessoa de Vasco Rodrigues de Azeredo, que foi habitar na villa de Guimarães. As suas armas são: em campo azul oito contrabandas de ouro, e por timbre um leão de azul nascente contrabandado de ouro. Villas Boas, na *Nobliarchia portugueza*, diz o seguinte: em campo de ouro sete barras azues, lançadas ao viez; timbre um leão rompente de azul, contracoticado de ouro.

Azeredo *(Balthasar de).* Medico e latinista. N. em Guimarães; fal. em Lisboa a 6 de janeiro de 1631. Era filho de Jorge de Azeredo e de Mecia da Fonseca. Matriculou-se na faculdade de medicina na Universidade de Coimbra, onde se doutorou. Foi depois admittido no Collegio Real de S. Paulo a 4 de maio de 1579, nomeado lente na Universidade em 1582, jubilando-se em 1604; cavalleiro professo na ordem de Christo e physico-mór do reino. Foi sepultado na egreja de S. Roque. Casou com D. Maria da Madureira, de quem teve descendencia. Publicou: *Funebris oratio in Sacris Funeribus Philippi secundi Regis Catholici Conimbricæ habita in Regio Academiæ Cœnobis quinta die Novembris M.D XC VIII.* Sahin no fim da *Relação das Exequias delRey D. Filippe 2. de Castella*, Lisboa, 1600; em manuscripto deixou: *Concordancia de Questoens Filosoficas, e Medicas altercadas entre Filosofos, e Medicos; Commentarium in Primum de Causis Symptomatum; In librum Tertium de Simplicium medicamentorum facultatibus; Poesias Latinas, e vulgares.*

Azeredo *(José Pinto).* Cavalleiro da ordem de Christo, doutor em medicina pela Universidade de Leyde, medico da camara da rainha D. Maria I, physico-mór do reino d'Angola, socio da Academia Real das Sciencias e de outras corporações scientificas, etc. N. no Rio de Janeiro em 1763, fal. em Lisboa, em 1807. Era filho do dr. Francisco Ferreira de Azeredo, cirurgião-mór d'um regimento. Tendo estudado preparatorios na sua patria com o afamado professor Alvarenga, foi frequentar o curso de medicina na Universidade de Leyde, em que se formou em 1787. Concluida a formatura, ainda se demorou algum tempo para apresentar a memoria: *Dissertação sobre as propriedades chimicas das substancias chamadas lithotrypticas*, a qual foi premiada. Voltando ao Rio de Janeiro, exerceu a clinica com muita reputação, e vindo a Lisboa em 1792, obteve a nomeação de physico-mór d'Angola.

N'essa colonia prestou os maiores serviços, tratando de melhorar as pessimas condições em que estava o hospital, e oppondo-se energicamente ao charlatanismo com que em geral ali se exercia a medicina, mas os seus padecimentos não lhe consentiram longa demora em Africa, e regressando a Portugal, imprimiu a sua obra, intitulada: *Ensaio sobre algumas enfermidades de Angola*, Lisboa, 1799. Esta obra é toda baseada nas observações por elle feitas em Loanda, e que é de grande interesse pratico. Continuando a residir em Lisboa, foi nomeado medico da real camara, pela rainha D. Maria I, logar que exerceu até á sua morte, pouco tempo antes da partida da familia real para o Brazil. O dr. Azeredo tambem escreveu: *Ensaio chymico da atmosphera do Rio de Janeiro*, que sahiu no *Jornal Encyclopedico*, em março de 1790, pag. 259 a 288.

Azeredo (*Pedro*). Ignora-se a patria e estado de vida; vem, porém, mencionado na *Bibliotheca Lusitana*, tomo III, de Barbosa Machado, como autor do seguinte escripto, que ficou inédito: *Recreação da alma, e alivio da pestilencia e outros males.*

Azeredo Pinto (*José de*). Official do nosso exercito. N. em Sabrosa no anno de 1792, fal. em 1829. Entrou ao serviço militar em maio de 1807, sendo reconhecido cadete, foi despachado alferes em 1808; tomando parte na guerra peninsular foi feito capitão graduado por distincção no ataque de S. Sebastião. Subindo depois a major e tenente-coronel, serviu nos nossos corpos, e foi o segundo commandante da expedição mandada por D. Miguel contra a ilha Terceira no anno de 1829. Desembarcou com as primeiras tropas que saltaram em terra na ponte do Forte do Espirito Santo no dia 11 d'agosto e ficou ferido gravemente, fallecendo pouco depois.

Azeredo Pinto (*Luiz de*). Official do nosso exercito e irmão de José d'Azeredo Pinto, de que acima falámos. N. em Sabrosa no anno de 1793, e entrando nas fileiras juntamente com seu irmão, tambem assistiu á guerra da peninsula, sendo ferido gravemente na batalha de Tolosa. Subindo os diversos postos da hierarchia militar e seguindo o partido miguelista, esteve com o posto de brigadeiro na ilha da Madeira ás ordens de D. Alvaro da Costa, que D. Miguel tinha agraciado com o titulo de conde da Madeira, e emigrou para Roma em 1834, depois de terminada a guerra civil.

Azereiro. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Azervada. Casal na freg. de S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Azervadinha. Pov. e freg. de S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Azerveiro. Pov. na freg. de S. Simão, de Mamarrosa, conc. d'Oliveira do Bairro, distr. d'Aveiro. ‖ Casal na freg. de S. José, de Lamarosa, conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Azeveda. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Limões, conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real.

Azevedinho. Pov. da freg. de Santa Eulalia, de Oliveira, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Azevedo. Familia nobre de Portugal. Os Azevedos procedem de D. Arnaldo Bayam, pelo seu descendente Pedro Marques de Azevedo, que foi o primeiro que assim se chamou da quinta de Azevedo, em Entre Douro e Minho, que é o seu solar. Em Portugal tem os senhores de S. João de Rei, outras casas, e morgados antigos. Em Castella tem os condes de Fontes, e os de Monterey. Os de Portugal trazem por brazão: escudo esquartelado; o primeiro quartel de ouro com uma aguia de preto estendida; o segundo de azul com cinco estrellas de prata, em aspa, e bordadura de vermelho, cheia de aspas de ouro; e assim os contrarios; timbre uma aguia do escudo, com uma estrella das armas no peito. Os de Castella trazem o escudo esquartelado; no primeiro quartel de ouro um loureiro verde; no segundo de prata, um loureiro negro; assim os contrarios. Os senhores do couto de Azevedo usaram sempre o brazão: em campo de ouro uma aguia negra estendida, e timbre a mesma aguia. Segundo o que nos communicou de Villa do Conde o sr. dr. Eduardo de Campos de Azevedo Soares (Carcavellos) o brazão da familia Azevedo é: uma aguia negra em campo d'oiro, igual á do Imperio Romano, como se observa hoje ainda na Torre da Casa de Azevedo (V. Manuel Barbosa, famoso jurisconsulto n'um *tratado que fez* das familias nobres d'este reino, cap. V, pag. III). Vem magnificamente descripto este brazão na *copla* de João Rodrigues de Sá, senhor de Sever, alcaide-mór do Porto, progenitor da casa de Abrantes, no seu *Cancioneiro* em que trata dos principios das familias d'este reino. Diz assim:

«Aguia celestial,
Ave, que mais alto vôa
Sobre excellente metal,
Da corôa imperial
Tirada sem a corôa
Trouxeram da alta Allemanha
Os de Azevedo e Hespanha
Por testimunho e certeza
Da sua grande nobreza
E razão porque se ganha».

V. o artigo: *Azevedo (Casa solar de).*

Azevedo (*Fr. Agostinho*). Religioso professo dos eremitas de S. Agostinho da congregação da India, e muito versado em noticias historicas das acções que praticaram os portuguezes em todo o Oriente, deixou em manuscripto: *Apontamentos sobre as cousas da India e reino de Monomotapa.*

Azevedo (*D. Angela de*). Poetisa, que viveu no seculo XVII; foi dama da rainha D. Izabel de Bourbon, primeira mulher de Filippe IV, de Hespanha, e III de Portugal. N. em Paredes. Era filha de Thomé de Azevedo da Veiga, sargento-mór da villa de Paredes, o qual, com o posto de capitão de infantaria, serviu na guerra da restauração, e de sua mulher D. Maria d'Almeida. Assim se lê no 4.º tomo da *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, a pag. 19; mas no tomo 1.ª da referida obra, a pag. 175, diz-se, que D. Angela de Azevedo era filha de João de Azevedo Pereira, fidalgo da Casa Real, e de sua segunda mulher, D. Izabel d'Oliveira. D. Angela foi uma senhora de rara instrucção. N'uma côrte que se presava de litteraria, e n'um tempo em que florescia o theatro hespanhol, tambem se dedicou a esse genero de litteratura, escrevendo tres comedias que ficaram em manuscripto: *La Margarita d'el Tajo, que dió nombre a Santarem; El muerto dissimulado;* e *Dicha e desdicha del juego y devocion de la Virgen.* D. Angela de Azevedo casou com Francisco d'Anciães, e enviuvan-

do, recolheu-se a um mosteiro da ordem de S. Bento.

Azevedo *(Antonio de)*. Militar que esteve com Affonso d'Albuquerque na conquista de Gôa, em 1510, e na de Malaca em 1511, ficando n'esta ultima cidade por capitão, na armada commandada por Antonio de Abreu, e em 1521 acompanhou o governador D. Henrique de Menezes, quando este foi a correr a costa, entrando em varios combates, que os portuguezes tiveram com os moiros.

Azevedo *(Antonio de)*. Poeta comico do tempo de D. João III, e que foi da escola de Gil Vicente. Dos seus trabalhos theatraes, que nos são hoje desconhecidos, o mais notavel era a comedia por elle firmada nas seguintes palavras do Evangelho: *Venite post me, faciam vos fieri piscatores hominum.*

Azevedo *(Antonio de)*. Capitão que estava em Carthagena da India, quando ali chegou a noticia da revolução de 1640, e a quem Pedro Jacques de Magalhães confiou o projecto traçado pelo conde de Castello Melhor, para voltar a Portugal com outros seus compatriotas, que se encontravam n'aquella cidade. Antonio d'Azevedo foi denunciar o segredo ao governador, de que resultou a prisão do conde e dos outros portuguezes. Pouco satisfeito por não ter a recompensa que esperava da sua traição, Antonio d'Azevedo passou a Hespanha, onde acabou pobremente.

Azevedo *(Padre Antonio de)*. Jesuita e prégador distincto. N. no Porto a 12 d'agosto de 1696, fal. em Ruffinella, a 11 de fevereiro de 1783. Era filho de Antonio de Azevedo Fernandes e de Maria Montanha. Vestiu a roupeta da sua ordem a 29 d'abril de 1712. Depois de estudar as letras humanas e as sciencias maiores, ensinou grammatica e rhetorica, e foi substituto de philosophia e theologia moral nos collegios de Coimbra e d'Evora. Foi tambem reitor de Portalegre e d'Elvas, e sendo mandado para Italia, falleceu em Ruffinella. Dos seus numerosos sermões, que prégou durante 14 annos, sómente se publicou o seguinte: *Oração funebre nas Exequias dedicadas ao excellentissimo senhor D. Antonio de Noronha Moniz e Albuquerque, segundo Marquez de Angeja e 3.º Conde de Villa Verde, prégado na Sé Primacial de Braga*, Coimbra, 1736.

Azevedo *(A. M. de)*. Escriptor que apenas se conhece por um opusculo publicado em 1828, com o titulo: *A incredulidade combatida só pela razão ou os impios destroçados com as suas proprias armas.*

Azevedo *(Antonio Marciano de)*. Politico do seculo XIX. Foi eleito substituto ás côrtes de 1822, pelas divisões de Lisboa e Thomar, e representou na camara esta ultima divisão porque o effectivo, Manuel Borges Carneiro, tomou assento como deputado de outra localidade; em 28 de fevereiro de 1823 foi nomeado vice-presidente. Depois da queda da Constituição viu-se obrigado pela intendencia geral da policia a assignar termo de reforma da sua conducta politica. Eleito pela provincia da Extremadura para as côrtes de 1826, foi reeleito pela mesma provincia e pela Beira Baixa para a legislatura de 1834. Exerceu o logar de vice-presidente da camara por decreto de 21 d'agosto, e foi elevado a presidente em 13 d'outubro, desempenhando este cargo até 18 d'abril de 1835.

Azevedo *(Antonio Marciano de)*. Jornalista muito conhecido. Frequentou o curso de direito na Universidade de Coimbra, mas foi riscado d'esse estabelecimento de instrucção, pelo seu caracter atrabiliario. Em 1848 era correspondente do *Nacional*, do Porto, em que se conservou algum tempo. Fundou depois em Lisboa um jornal burlesco, chamado *Asmodeu*, o que lhe fez adquirir bastante fama. Quando este jornal deixou de se publicar, Marciano d'Azevedo foi nomeado consul em Genova, cidade onde falleceu.

Azevedo *(Antonio Marciano de)*. Official do nosso exercito, que sendo major, e estando na India em 1837, foi nomeado para fazer parte do governo provisional estabelecido em Gôa, depois dos tumultos que deram causa a que o governador D. Manuel de Portugal e Castro largasse o poder em 1835. Foi assassinado em Pangim com um tiro dado á traição, estando a uma janella, na noite de 21 de novembro de 1838.

Azevedo *(Antonio Pedro de)*. Official de engenharia, general de divisão, etc. N. em Caminha a 9 de fevereiro de 1812. Em novembro de 1882, ainda vivia em Lisboa. Tinha apenas um anno quando perdeu seu pae, official do exercito que combateu contra a invasão franceza. Contando nove annos entrou para o Real Collegio Militar, onde foi alumno distincto. Tendo terminado o curso, sentou praça, e quando contava 15 annos recebeu o posto d'alferes. Passou em seguida a frequentar o segundo anno do curso da Academia de Marinha, com destino á arma de engenharia. N'este tempo foi desligado do batalhão de caçadores n.º 8, e passado ao exercito, em consequencia de não ser miguelista. Havendo passado a frequentar o curso da Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho, e achando-se já no segundo anno, depois de alcançar dois premios no primeiro, foi mandado prender por *medidas de segurança*, em 30 de junho de 1828, e soltar algum tempo mais tarde, por estar *livre de embargos da justiça*. Requereu depois para cursar os estudos, mas não lhe foi concedido, e só em 1834 poude continuar o curso de engenharia, que concluiu em 1837, obtendo mais quatro premios. N'este anno passou para o corpo de engenheiros, no posto de primeiro tenente, sendo encarregado de estabelecer as linhas telegraphicas na ilha da Madeira, para onde partiu, desempenhando depois ali varias commissões d'obras publicas, tanto civis como militares. Em 1842 executou, em collaboração com a officialidade do vapor de guerra inglez *Styx*, varios trabalhos para o levantamento da carta geo-hydrographica da Madeira. Tomou este cargo espontaneamente, e sem que do seu desempenho auferisse quaesquer lucros. O resultado d'estes trabalhos e d'outros realisados posteriormente, acha-se aproveitado no mappa da ilha de Porto Santo e no da parte oriental da Madeira, os quaes fôram publicados a expensas do ministerio da guerra e da marinha. A commissão nomeada pelo governo, em 1848, para ajuizar d'aquelles estudos, foi de parecer que mereciam elogio e que deveriam concluir-se. Em 1853, Azevedo foi requisitado pelo ministerio do reino ao da guerra, para ir fazer o exame fiscal e technico da levada do Rabaçal, na Madeira. Depois de desempenhada esta commissão, escreveu um relatorio, que foi publicado parcialmente no boletim do ministerio das obras publicas, de se-

tembro do mesmo anno. Em 1853 e 1854, teve o encargo de director das obras publicas d'aquella ilha. Entre outras commissões, em que então tomou parte, deve especialisar-se a que promoveu uma exposição agricola no Fuuchal, em 1861. Todos os homens de sciencia estrangeiros, que aportavam á ilha, procuravam o engenheiro portuguez, que nunca se recusou a fornecer-lhes amplas e valiosas informações, o que está consignado nas obras do professor Oswald, Heer de Zurich, de Macaulay, de Johnson, dos officiaes da fragata austriaca *Novara*, que fez a circumnavegação do globo de 1857 a 1861, etc. O grande geologo inglez Carlos Lyell deveu a Antonio Pedro d'Azevedo o poder realisar muitas observações curiosas ácerca da geologia da Madeira. Em 1878 regressou a Lisboa, tendo já o posto de coronel, e pouco depois foi nomeado chefe da secretaria da direcção geral d'engenharia. Estava n'esta situação quando teve o despacho de general de brigada, sendo alguns annos depois reformado em general de divisão, sem que elle o solicitasse. Azevedo publicou alguns artigos no *Panorama*, de que foi correspondente na Madeira, no *Archivo pittoresco* e em outros jornaes. Em 1840 dirigiu a *Flôr do Oceano*, jornal madeirense.

Azevedo *(Augusto Cesar Alves de)*. Bacharel em direito. N. em Lisboa a 13 de novembro de 1817. Fal. na mesma cidade a 25 de dezembro de 1902. Legou todos os seus livros á Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Azevedo *(Fr. Bartholomeu de)*. Eremita augustiniano. N. em Evora, fal. em Lisboa a 6 d'agosto de 1640. Era filho de Antonio Rodrigues de Azevedo e de D. Antonia Pereira de Brito. Professou no convento da Graça, em Lisboa, a 4 d'abril de 1595. Foi reitor do collegio da Graça de Coimbra, em 1632. Deixou em manuscripto. *Relação breve de alguns Santos de Espanha, e Portugal, cujas historias se não podem achar inteiras por livros, e foram tiradas de Livrarias antigas, e varias relações;* tem dedicatoria em latim a Jesus sacramentado; conservava-se na livraria do convento de S. Domingos de Lisboa; *Sermoens varios,* 2 vol. que estavam no convento da Graça; *Livro das Gerações, que foy tresladado do livro que o Infante D. Luiz mandou fazer ao Chronista Damião de Goes, que está na Torre do Tombo, Archivo Real deste Reino de Portugal.*

Azevedo *(Christovão de)*. Guerreiro, que acompanhou Affonso d'Albuquerque á conquista d'Ormuz, onde muito se distinguiu.

Azevedo *(Diogo de)*. 16.° senhor de Azevedo, que, na nova organisação que o rei D. Affonso V deu á sua Casa, foi nomeado moço fidalgo com mil réis de moradia por mez, conforme o alvará de 6 de abril de 1469.

Azevedo *(Diogo de)*. Escrivão da armada que descobriu o Brazil, e que depois seguiu para a India. Chegando a Calecut foi mandado por Pedro Alvares Cabral ao Samorim, e d'este conseguiu o que denominamos hoje um tratado de commercio, e começou logo a construcção d'uma fortaleza. Regressando á Europa com Alvares Cabral, voltou ao Oriente com o primeiro vice-rei D. Francisco d'Almeida, que lhe deu o logar de feitor em Cananor.

Azevedo *(Diogo Lopes de)*. Fidalgo oriundo da casa de Azevedo. Serviu na India com muito valor e em 1537 encontrou-se com Antonio Galvão na batalha contra os reis das Molucas, commandando a vanguarda. Assim o refere João de Barros (Decada 4.ª, L.° 9.°, cap. 17.°).

Azevedo *(Eugenio Maria de)*. Poeta, discipulo de Bocage, e um dos grandes improvisadores do seu tempo. N. em Lisboa nos fins do seculo XVIII; partiu com a familia real para o Brazil em novembro de 1807 e ali passou o resto da vida, fallecendo pelos annos de 18.5 a 1838. Foi secretario da Camara Municipal do Rio de Janeiro, escreveu muito para o theatro, etc.

Azevedo *(Fr. Francisco de)*. Religioso da ordem de Santo Agostinho. N. em Lisboa; fal. em 4 d'abril de 1680. Era filho de Diogo Fernandes e de Izabel Alvares. Aprendeu as sciencias escolasticas com tal applicação, que não só mereceu por ellas receber as insignias doutoraes na faculdade de theologia a 19 de julho de 1664, na Universidade de Coimbra, como o ser nomeado lente d'uma cadeira de Escriptura, de que tomou posse a 27 de julho de 1677. Professou no convento da Graça em 15 de julho de 1649. Foi bom poeta latino, e deixou em manuscripto um livro, com o titulo de *Epigrammatum liber unus*, que se guardava no convento da Graça, de Lisboa.

Azevedo *(Fr. Francisco de)*. Religioso da ordem carmelitana. Fal. no seu convento em Lisboa a 15 de outubro de 1696. Era filho de Antonio de Azevedo e de Maria da Cruz. Professou no convento de Collares da ordem do Carmo, com toda a solemnidade, a 9 de julho de 1651. Tendo sido prior do convento do logar de Lagôa, definidor da provincia e commissario dos Terceiros em Setubal, passou a exercer este ministerio em Lisboa. Foi bom prégador. Deixou escripto *O Acto de contricção*, que é muito extenso, o qual sahiu varias vezes impresso, e por ultimo juntamente com o *Baculo pastoral.*

Azevedo *(Francisco Lopes de Azevedo Velho da Fonseca de Barbosa Pinheiro Pereira e Sá Coelho, 1.° visconde e 1.° conde de)*. Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, por alvará de 10 de março de 1823; 29.° senhor da Casa Solar e donatario da villa e couto d'Azevedo; 21.° senhor do morgado dos Coelhos de villa de Souto de Riba-Homem; 14.° senhor dos antigos coutos de Mazarefes, Castro, Paradella e seus padroados; 13.° senhor do morgado de Pouve, solar dos Pinheiros, de Barcellos, bens estes que succedeu a sua mãe em 26 de fevereiro de 1828; 22.° senhor da casa do Paço solar de Marrancos, antiga honra de Marrancos, em que succedeu a seu pae, em 28 de julho de 1859; deputado na legislatura de 1851 a 1852; governador civil em Braga, no anno de 1846; socio da Academia das Sciencias de Lisboa. N. a 21 de fevereiro de 1809, fal. no Porto a 25 de dezembro de 1876. Era filho de Antonio Martinho Velho de Barbosa da Fonseca Sousa e Castro, fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 12 de maio de 1797; 21.° senhor da casa do Paço solar e honra de Marrancos; tenente-coronel do regimento de milicias de Barcellos, condecorado por duas campanhas na guerra peninsular; casado com D. Maria Emilia Pinheiro Pereira de Sá, senhora dos morgados acima descriptos, que seu filho herdou em 1828, tendo apenas 19 annos de edade. Francisco Lopes de Azevedo foi nomeado procurador pela cidade de Braga aos Tres Estados convocados por ordem do infante D. Miguel, e seguindo depois na guerra civil o par-

tido absolutista, foi coronel dos voluntarios realistas. Em 1845 ligou-se ao partido progressista, e em 1846 exerceu o cargo de governador civil em Braga, cooperando poderosamente para a pacificação da provincia, o que lhe valeu ser agraciado n'esse anno com o titulo de visconde por decreto de 19 de agosto e carta de 9 de setembro. Foi eleito deputado para a legislatura de 1851 a 1852, e no anno de 1876, elevado a conde em sua vida, por decreto de 23 de novembro e carta de 5 de dezembro. Casou em 25 d'agosto de 1827 com D. Maria José Carneiro da Grãa Magriço, filha e herdeira de José Carneiro da Grãa Magriço, fidalgo da Casa Real por successão a seus maiores; senhor das casas de Balazar e da Povoa de Varzim e do morgado do Rio Tinto; e de sua mulher D. Francisca Henriqueta Coelho Fiuza Ferreira Marinho Falcão Sotto Maior. D'este consorcio não houve descendencia, e a representação da antiquissima casa de Azevedo com o morgado de Mazarefes, em Vianna do Castello, e outros bens encabeçados no conde de Azevedo, passaram por seu testamento para sua sobrinha D. Maria Candida Falcão de Azevedo, casada com Francisco Barbosa do Couto, fidalgo da Casa Real e proprietario em Estarreja. O vinculo de Marrancos passou para sua sobrinha, D. Maria José, casada com seu primo, Antonio Pinto de Mendanha Benavides Cirne Arriscado de Lacerda, fidalgo da Casa Real, herdeiro do morgado de Mendanhas e da casa dos Arriscados e do Barrio, em Barcellos. O vinculo Pouve herdou-o sua sobrinha D. Maria Julia, casada com José de Menezes e Azevedo, fidalgo da Casa Real, e proprietario em V. N. de Famalicão. O conde de Azevedo foi um profundo erudito, distincto bibliographo, e occupou-se sempre com muito interesse de trabalhos litterarios, merecendo por isso que a Academia Real das Sciencias o nomeasse seu associado provincial em 1853, e socio correspondente em 1876. O brazão é o seguinte: um escudo esquartelado, tendo no primeiro quartel as armas do Couto de Azevedo, em campo de ouro uma aguia negra estendida; no segundo as armas dos Fonsecas, em campo de ouro cinco estrellas sanguinhas de cinco raios postas em santor; no terceiro quartel, as armas dos Pinheiros Cogominhos, em campo vermelho um pinheiro da sua côr com pinhas de ouro e raizes de prata, e junto d'elle um leão rompente; e o quarto quartel, partido em pala, na primeira as armas dos Barbosas, em campo de prata, uma banda azul carregada de tres crescentes de ouro, entre dois leões batalhantes sanguinhos; e na segunda as armas dos Pereiras, em campo vermelho uma cruz de prata florida e vazia do campo. Timbre o dos Azevedos, a aguia negra estendida. Escreveu: *Amor e receio*, conto em verso solto, inserto no tomo I da *Revista litteraria* do Porto, em 1838; *O castello de Lanhoso: chronica do tempo d'el-rei D. Sancho II*, pequena novella historica: no mesmo jornal, tomo II; *Dialogo politico* com a epigraphe *Ridentem dicere verum*, no mesmo jornal, tomo V, 1840; *Sobre a Philosophia Social*, no tomo x do referido jornal; *Sobre os duellos*, no mesmo jornal, tomo XI; *Juizo critico ácerca dos romances* «Arco de Sant'Anna» e «Eurico», na *Revista Universal Lisbonense*, tomo V, 1846, e tomo X, 1851; *Um trintanario cerrado*, artigo de poesia-critica, inserto na *Epoca*, tomo II, de 1849; *Ode á morte do visconde de Almeida Garrett*, foi reproduzida em quasi todos os jornaes do Porto, no mez de dezembro de 1854; *Cartas ao redactor da* «Gazeta de Portugal» *confutando o que a respeito da Vida de Jesus, por mr. Renan, e do Papa, escrevera o sr. Pinheiro Chagas em um artigo publicado na mesma Gazeta;* fôram insertas no referido jornal, de 15 e 16 de julho, e de 16 e 21 de setembro de 1864; *Carta ao sr. Camillo Castello Branco a proposito do livro* «Divindade de Jesus e tradição apostolica», foi impressa juntamente com este livro; *Distracções metricas do visconde de Azevedo, por elle dedicadas ao seu particular amigo o sr. José Gomes Monteiro*. Porto, 1868. O conde d'Azevedo mandou imprimir em 1866 *O elencho das variantes e differenças que se encontram na primeira parte da Chronica d'el rei D. Manuel, etc.* Tambem em 1870 prestou grande serviço á litteratura, mandando imprimir n'um volume dois rarissimos livros de João de Barros, intitulados: *Ropica pnefma* e *Dialogo de preceitos moraes; Traducção do D. Quichote de la Mancha*, continuada da do visconde de Castilho. A bibliotheca do conde d'Azevedo, a qual era muito importante, legou-a o mesmo titular a seu primo, o actual conde de Samodães, com excepção d'alguns valiosos manuscriptos deixados á Bibliotheca Publica do Porto.

Azevedo *(Francisco de Paula e)*. Lente de musica na Universidade de Coimbra e mestre de capella na cathedral da mesma cidade. Succedeu n'estes dois cargos a José Mauricio, fallecido em 1815, e foi seu fiel imitador na composição de musica religiosa que deixou. O *Diccionario biographico dos musicos portuguezes*, de Ernesto Vieira, menciona os seguintes trabalhos d'este compositor: *Invitatorium et Responsorium ad Matutinam defunctorum; In nativitate Domini, ad Matutinam*; *ad Nonum*, psalmos de Noa que se cantam em quinta feira d'Ascensão; *Ad Completorium*, composto para a festa de S. Bento em Coimbra; *Vesperas alternadas; In nativitate ad 2.as vesperas; Libera me;* quatro missas; psalmo *Sub venite*. Azevedo pertenceu á irmandade de Santa Cecilia, inscrevendo-se em 23 de novembro de 1826.

Azevedo *(Gonçalo Vasques de)*. 12.º senhor de Azevedo, e da quinta de Castro ou Crasto, no antigo concelho de Entre Homem e Cavado (hoje Amares), que sua mãe trouxe em dote como filha de D. Rodrigo Annes de Vasconcellos, e senhor de Penella Achou-se com seu pae na batalha do Salado e com el-rei D. Affonso, de Castella, na de Algeciras.

Azevedo *(Guilherme de)*. V. *Chaves, (Guilherme Avellino de Azevedo)*.

Azevedo *(Padre Ignacio de)*. Jesuita. N. no Porto, em 1528, fal. em 1570. Era filho primogenito de D. Manuel de Azevedo, antigo fidalgo da casa dos Malafaias, e irmão de D. Jeronymo de Azevedo, que depois foi vice-rei da India. Destinava-se á carreira das armas, mas ouvindo as prédicas do jesuita Strada, resolveu deixar o mundo, e em 28 de dezembro de 1548 entrou no noviciado da Companhia de Jesus. Revelando desde logo muita intelligencia, foi escolhido para primeiro reitor do collegio fundado em Braga por D. Fr. Bartholomeu dos Martyres. Chegando ao Brazil a fama das suas aptidões e a sua ardente vocação, S. Francisco de Borja, geral da ordem, o nomeou visitador das novas missões do Brazil,

que, fundadas pelos padres Nobrega, Anchieta e Azpilcueta, começavam a adquirir notavel importancia. Ignacio d'Azevedo partiu, e desempenhou-se tão bem do seu cargo, que antes de o ter concluido, já estava nomeado provincial da ordem no Brazil. Foi depois a Roma, onde S. Francisco de Borja e o pontifice Pio V o receberam com a maior estima. Regressou mais tarde a Portugal, em 1570, trazendo comsigo muitos missionarios. Preparava-se em Lisboa a frota que devia conduzir ao Brazil o novo vice-rei d'essa colonia, Luiz de Vasconcellos, porém o padre Ignacio d'Azevedo receou ter demora, e impaciente de partir, fretou no Porto a nau *Santiago*, onde embarcou com 39 companheiros. No dia 15 de julho do referido anno de 1570, foi a nau assaltada por uma esquadra franceza de 5 navios, cujo chefe era Jacques Soria, capitão huguenote ao serviço de Joanna d'Albret, princeza de Bearn. Os jesuitas todos soffreram martyrios. O padre Ignacio d'Azevedo e alguns dos companheiros fôram mais tarde beatificados, no seculo XVIII.

Azevedo *(D. Jeronymo de)*. Vice-rei da India. Era filho natural de D. Manuel da Silva, pae do jesuita Ignacio d'Azevedo (V. *este nome*). Partindo muito novo para o Oriente, exerceu ali diversos cargos, e sendo governador da fortaleza de Colombo em 1596, quando morreu o ultimo rei de Ceylão, este principe, que tinha sido protegido pelos nossos n'uma lucta que tivera com um pretendente á corôa, deixou o reino a D. Jeronymo de Azevedo, que d'elle logo tomou posse. Era ainda governador de Ceylão, quando recebeu a noticia de ter sido nomeado vice-rei da India, por carta regia de 25 de novembro de 1611, para succeder a Ruy Lourenço de Tavora. D. Jeronymo encontrou as nossas colonias em guerra aberta com os indios. Chaul estava sendo ameaçado constantemente pelo Nizam Melek; Ormuz pelo Shah da Persia, que para nos expulsar até se alliára com os inglezes; o rei d'Ava ameaçava a nossa fortaleza de Siriang no Indo-China. Além d'isso o thesouro estava sobrecarregado com dividas importantes, legadas pelo seu antecessor, e os inglezes e hollandezes ameaçavam constantemente a nossa supremacia politica ou o nosso commercio. A tudo isto proveu D. Jeronymo d'Azevedo, conforme poude, apenas tomou posse do cargo, e não lhe valeu de pouco a competencia dos seus subalternos, entre os quaes se contava o celebre Ruy Freire d'Andrade. Em fins do anno de 1613 foi o proprio vice-rei a Surrate combater umas naus inglezas, mas não logrou o que desejava, antes pelo contrario se viu obrigado a retirar com bastantes destroços. A noticia d'este desastre chegou á côrte do rei Filippe, então dominando Portugal, que entendeu mandal-o substituir pelo conde de Redondo, e como as grandes riquezas de D. Jeronymo tivessem levantado suspeitas, confirmadas pelo facto de que elle longe de dispensar o ordenado como primeiro declarou com toda a abnegação, recebia tanto ou mais que os outros, o rei o mandou prender, assim que elle chegou a Lisboa, lhe sequestrou os bens, e o opulento vice-rei morreu pouco tempo depois no castello de S. Jorge a 16 de março de 1625 sem deixar dinheiro com que se lhe pagasse o enterro e sem vêr tambem terminado o seu julgamento. O chronista Antonio Bocarro escreveu a historia do vice-reinado de D. Jeronymo de Azevedo, a qual foi publicada ha annos pela Academia Real das Sciencias de Lisboa.

Azevedo *(D. Jeronymo de)*. Foi este o nome que tomou no baptismo um sobrinho do rei dos Madecasses, na ilha de Madagascar, tendo por padrinho o vice-rei da India D. Jeronymo d'Azevedo. Este vice-rei mandou o neophito para a sua patria, n'uma esquadra commandada por Manuel Freire de Andrade, mas o tio não o quiz receber, e d'ahi resultou uma batalha em que os portuguezes aprisionaram um irmão de D. Jeronymo, o qual levaram para Gôa, onde se baptisou, recebendo o nome de D. Francisco Xavier.

Azevedo *(João de)*. Irmão do vice-rei da India D. Jeronymo d'Azevedo, foi por este nomeado, em 1612, governador de Moçambique e Sofala para substituir D. Estevão de Athaide. Foi o 39.º governador da Africa Oriental portugueza, e teve por successor Ruy de Mello de Sampaio.

Azevedo *(D. João de)*. Deão da Sé de Lisboa, e depois bispo do Porto, desde 1465 até 1473. Era natural de Lisboa, fal. no mosteiro de S. Bento em Xabregas a 27 de julho de 1517. Renunciando a mitra no anno de 1473, vestiu o habito de donato dos conegos seculares de S. João Evangelista.

Azevedo *(D. João de)*. V. *Coutinho (D. João d'Azevedo Sá)*.

Azevedo *(D. Fr. João de)*. Eremita de Santo Agostinho. N. em Santarem a 27 de janeiro de 1665, fal. no convento da Graça, em Lisboa, no dia 16 de junho de 1746. Era filho de Antonio de Azevedo Pereira e de D. Iria de Abreu e Cordova, filha de Antonio d'Abreu e Cordova, e de D. Antonia Goes. Professou no convento da Graça, de Lisboa, no primeiro de novembro de 1686, tornando-se um dos mais celebres theologos do seu tempo, principalmente em theologia moral. Depois de dictar as sciencias severas aos domesticos pelo espaço de 20 annos, foi prior do convento da Ilha, reitor do collegio de Braga, prior do convento de Lisboa, definidor da ordem, examinador do tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens, e consultor da Bulla da Cruzada. Escreveu o seguinte, que ficou em manuscripto: *Tribunal conscientiæ Theologicum, & Juridicum in probabilitate erectum, in quo conferuntur omnia conscientiæ dubia, deliberantur omnes fere casus conscientiæ in communi Rectæ, Erronæ, Probabilis, Dubiæ, & Scrupulosæ; Duplici indice exornatum, altero conferentiarum, & deliberationum, altero rerum notabilium*; *Tribunal Penitentiæ prout est Sacramentum, in quo confermitur omnia dubia, deliberantur omnes fere guæstiones in hac materia occurrentes; accedit Tractatus Suffragiorum & Indulgentiorum brevi methodo expeditus; Tribunal Theologicum & Juridicum de Jure reservante tum communissimo respeciente omnes Superiores cum communi respeciente Dominos Episcopos, in quo breviter conferuntur, omnia dubia reservationis communissictæ & reservationis in communi; Tribunal Theologicum,& Juridicum de jure reservante particulari, in quo conferuntur, & deliberantur septem casus reservati utrinsque Diœcesis Ulyssiponensis Occidentalis & Orientalis; Tribunal Theologicum, & Juridicum de jure reservante in particulari, in quo conferentur, & deliberantur octo ultimi casus reservati utriusque Archiepiscopus Ulyssiponensis Occid. & Orient.; Tribunal Theologicum & Juridicum de jure reservate Regularium tam in communi, quam in particulari;*

Opus summe utile tum Religiosis superibus, tum religiosis subditis, in quo conferentur, & deliberantur undecim casus designati à Clemente VIII, ut reservabiles; accedunt tres casus reservati in Religione Augustiniana.

Azevedo *(D. Fr. João de)*. Bispo de Portalegre. Era natural de Braga, fal. a 16 de novembro de 1765, Foi freire da ordem d'Aviz, lente da Universidade de Coimbra, e bispo de Portalegre, nomeado por D. João V, e confirmado pelo papa Bento XIV, de cujo cargo tomou posse em outubro de 1748. O seu cadaver foi sepultado na capella de S. Mauro, na sé de Portalegre.

Azevedo *(Padre João de)*. Jesuita. N. no Porto a 8 de setembro de 1726, fal. em Pesaro a 13 de julho de 1772. Professou em 24 de abril de 1742. Passou á provincia do Brazil, e foi depois para Italia, onde falleceu. Escreveu: *Vita servi Dei S. Pauli Teixeira, S. J. Provincialis Brasiliensis; Tractactus in rubricas missæ et officii divini; Instructio operarii Societatis Jesu pro suis munetibus rite obeundis.*

Azevedo *(D. João de Athaide e)* V. *Athaide e Azevedo.*

Azevedo *(D. João Paulino de)* V. *Azevedo e Castro.*

Azevedo *(João Pedro de)*. Compositor de musica sacra, organista e cantor muito considerado em Braga, cidade onde nasceu em 1790, e fal. em janeiro de 1853. Entrou para mestre de musica no seminario de S. Pedro e S. Paulo em 1822, succedendo a Vicente Roboredo, fallecido n'esse anno. João Pedro d'Azevedo chegou a accumular os seguintes logares: professor de canto no seminario archidiocesano; professor de canto e orgão no seminario dos orphãos; organista da Misericordia; cantor na Sé e substituto do mestre de capella; segundo organista da Sé; examinador de cantochão no seminario. Dava tambem muitas lições particulares de canto e piano. Das suas composições existem as seguintes: Missa de requiem a 4 vozes e orchestra, varias ladainhas e novenas, uma missa em cantochão figurado, hymnos, motetes, córos religiosos para procissões, etc.

Azevedo *(João Roxas de)*. Secretario do infante D. Pedro, mais tarde rei de Portugal, por impedimento de seu irmão, D. Affonso VI. Quando D. Pedro subiu ao throno, exerceu João de Roxas de Azevedo o cargo de secretario da assignatura e de chanceller-mór do reino. Esteve nomeado representante de Portugal para a paz de Nimégue, e em 1700 obteve para seu filho, Pedro Roxas d'Azevedo a alcaidaria-mór de Portalegre.

Azevedo *(D. Joaquim de)*. Conego regrante da ordem de Santo Agostinho, tomando o nome de D. Joaquim da Encarnação. V. *Encarnação.*

Azevedo *(Fr. Joaquim de)*. Eremita calçado de Santo Agostinho e lente de theologia na Universidade de Coimbra. N. em Villa Viçosa a 4 d'abril de 1746, fal. em Coimbra a 4 de outubro de 1808. Professou no convento da Graça, de Lisboa, a 16 de junho de 1762, graduou-se em theologia, em 26 de julho de 1784, e foi despachado lente d'esta faculdade por cartas regias de 16 de dezembro de 1792 e 23 de fevereiro de 1806, para as cadeiras oitava e terceira, que regeu muito dignamente. A respeito do modo como se graduou, transcrevemos o seguinte do *Diccionario bibliographico*, tomo 12, pag. 22, artigo publicado pelo dr. Antonio José Teixeira, no *Conimbricense*, de 27 de janeiro de 1866: «Eremita calçado de Santo Agostinho, e tambem collegial do collegio de N. S.ª da Graça. Este doutor não frequentou a Universidade. Por aviso regio de 14 de janeiro de 1784 foi dispensado da frequencia, para vir á faculdade de theologia fazer os actos desde o de bacharel inclusivamente até o de licenciado, com o fim de tomar o grau de doutor. Esta graça foi concedida por D. Maria I, em consequencia de fr. Joaquim de Azevedo ser lente de theologia na sua ordem e possuir grande merecimento litterario. V. fol. 218, v., liv. 1.º do registo geral da secretaria da Universidade.» Escreveu: *Historia da paixão de Nosso Jesus Christo, segundo os quatro Evangelistas, traduzida do texto latino, e do original grego, na lingua portugueza, e illustrada com varias questões theologicas pertencentes á mesma historia, etc. por um devoto theologo*, Coimbra, 1796; *Pro Vulgata Sacrorum Bibliorum Latina editione contra Sixtinum Aman; Liber apologeticus*, etc., Olyssipone, 1792.

Azevedo *(Joaquim Paulo de)*. Cirurgião medico pela Escola Medico-cirurgica do Porto. Publicou a seguinte these: *O tuberculo considerado no campo da anatomia pathologica debaixo dos pontos de vista da sua séde, evolução e da sua natureza*, Porto, 1864.

Azevedo *(José Bernardo de)*. Doutor em theologia pela Universidade de Coimbra, e lente n'esta faculdade; freire da ordem militar de S. Thiago da Espada, e conego da basilica patriarchal de Santa Maria Maior, de Lisboa. Era natural de Mondim de Basto, e filho de Bernardo José de Azevedo. Recebeu o grau de doutor em 20 de julho de 1794, com o nome de fr. José de S. Bernardo Mondim. Escreveu: *Discurso dirigido aos eleitores da comarca que concorreram na basilica patriarchal de Santa Maria Maior, no dia 17 de dezembro de 1821*, Lisboa, 1821; *Resposta e parecer sobre o methodo, ou maneira de convocar as côrtes, dirigida ao barão de Molelos, secretario da junta provisional preparatoria de côrtes*, Lisboa, 1821.

Azevedo *(José Polycarpo de)*. Um dos cumplices do duque d'Aveiro na tentativa de assassinato contra el-rei D. José, praticado na noite de 3 de setembro de 1758, e que apezar de estar ao lado do duque, quando este foi preso na sua quinta de Azeitão, conseguiu escapar-se e não cahir nunca nas mãos da justiça. O marquez de Pombal fez todas as diligencias para descobrir o seu paradeiro. Os corregedores das comarcas e os ministros de Portugal no estrangeiro receberam ordens energicas de capturarem o fugitivo, acompanhadas dos signaes que poderiam denuncial-o. Fôram presos em muitas partes individuos por suspeitos, que depois se soltaram por se reconhecer que estavam innocentes. Conta Camillo Castello Branco, no seu livro *Perfil do marquez de Pombal*, que José Polycarpo d'Azevedo estivera escondido em Lisboa, passara depois á provincia de Traz-os-Montes, depois de ter queimado a cara com vitriolo para não ser conhecido; que edificára uma choça no alto da serra do Teixeira á beira do caminho, e abrira uma taberna frequentada por almocreves. Depois casára com uma jornaleira de uma aldeia da serra, e com muito trabalho e algum dinheiro de emprestimo conseguira augmentar a cabana e abrir uma estalagem onde pernoitavam os recoveiros no inverno, quan-

do a estrada pelo Marão era intransitavel por causa das neves. José Polycarpo mudou de nome, e a sua propria mulher sempre ignorou como elle verdadeiramente se chamava e qual era a terra da sua naturalidade. Teve descendencia, e os filhos usavam o appellido de Mascarenhas. Estas informações, declara Camillo Castello Branco no livro a que nos referimos, fôram-lhe fornecidas por Valentim de Faria Mascarenhas de Lemos, neto de José Polycarpo. Na execução dos criminosos em Belem, no mez de janeiro de 1759, o fugitivo fôra queimado em estatua.

Azevedo *(Lopo de)*. Valente militar, que partiu para Gôa em 1520, e esteve com o governador Diogo Lopes de Sequeira em Diu, e depois em Ormuz. Foi capitão na armada de Luiz de Menezes, quando esta foi buscar o embaixador D. Rodrigo de Lima ás terras do Preste João, e sendo em 1523 nomeado capitão de Pacem, não chegou a tomar posse, porque D. André Henriques, que então occupava aquelle cargo, se recusou a entregar-lh'o. Regressando a Cochim voltou para o reino como capitão d'uma das naus da carga.

Azevedo *(D. Lopo Dias de)*. 14.° senhor de Azevedo, 4.° senhor da referida quinta de Castro (que é hoje dos srs. condes da Figueira), 2.° senhor da Villa do Souto de Riba-Homem e 1.° senhor de S. João de Rei, — foi um dos esforçados capitães da batalha de Aljubarrota em 1385, onde foi armado cavalleiro pelo proprio D. João I. Foi convocado para a eleição d'este rei nas côrtes de Coimbra — *Vida de Nun'alvares*, de Oliveira Martins. Acompanhou a D. João I em todas as acções guerreiras da independencia, e, apezar de edoso, com elle foi a Ceuta, capitaneando um dos navios que fôram áquella famosa expedição. (V. *Mon. Lus.*, parte 8.ª, pag. 781; Chron. de D. João I, parte 1.ª, capp. 161 e 178 e parte 3.ª, cap. 49); e a respeito da fórma como D. João galardoou tão valiosos serviços, vide L.° 1.° da chancellaria d'el-rei D. João I.

Azevedo *(Lopo Vaz de)*. Claveiro da ordem de Aviz, do conselho de D. João II, e por este soberano nomeado, em 1485, almirante, com a declaração de que este cargo continuaria na sua familia. Foi tambem capitão e governador de Tanger. Era filho de Gonçalo Gomes de Azevedo, alcaide-mór de Albuquerque, e de D. Izabel Vaz Pessanha, descendente dos antigos almirantes d'este appellido. O cargo d'almirante andou na familia de Lopo Vaz por muitos annos, e passou depois á dos Castros, que d'ella procedia.

Azevedo *(Lourenço d'Almeida e)*. V. *Almeida Azevedo*.

Azevedo *(Luiz)*. Poeta do seculo XV, que figura no *Cancioneiro* de Garcia de Rezende. A sua poesia ali publicada, tem a rubrica: *á morte do yfante Dom Pedro, que morreu n'Alfarrobeira.* Esta poesia notavel compõe-se de 15 estrophes cheias de allusões historicas. Luiz d'Azevedo esteve na batalha d'Alfarrobeira com o iufante D. Pedro, regente do reino na menoridade de seu sobrinho D. Affonso V. Era filho de Lopo Dias d'Azevedo, senhor da casa de Azevedo, Bouro e Castro, primeiro senhor de S. João de Rei e Aguiar da Pena. Luiz d'Azevedo casou duas vezes; a primeira com D. Aldonça de Menezes, filha natural de D. Pedro de Menezes, conde de Vianna, viuva de Ruy Nogueira; a segunda vez com D. Joanna de Mello Feio, dama catalã.

Azevedo *(Padre Luiz de)*. Jesuita. N. em Carrazedo de Monte Negro em 1571; fal. na Abyssinia, a 22 de fevereiro de 1634. Era filho de João Barroso e de Violante Alvares. Vestiu a roupeta da Companhia de Jesus, no noviciado de Coimbra, a 7 de dezembro de 1588. Passou no anno de 1596, com outros companheiros ao Oriente, e em Gôa deram-lhe o cargo de reitor da casa dos noviços. Em 27 de março de 1605 partiu para a Abyssinia, disposto a evangelisar ali a fé christã. Em pouco aprendeu varias linguas do paiz, soube conciliar a estima do *negus*, e uma e outra cousa aproveitou em beneficio da civilisação e da fé, instruindo os abyssinios, e traduzindo na sua lingua os livros que julgava mais proprios para lhes dar conhecimento da verdadeira fé. Viveu 29 annos na Abyssinia, onde falleceu. Ha muitas cartas d'este jesuita, impressas em diversas collecções. Traduziu da lingua caldea: *Commentarios do Padre Francisco Toledo na Epistola de S. Paulo aos Romanos; Commentarios do Padre Francisco Ribeiro sobre a Epistola de S. Paulo aos Hebreus; Commentarios do Padre Braz Viegas sobre o Apocalipse; Annotaçoens ás estampas da Vida de Christo feitas pelo Padre Jeronymo Natal da Companhia de Jesus; Horas Canonicas e Horas de Nossa Senhora; Exorcismos contra as tempestades*. Verteu na lingua amarana, que se fala na Ethiopia: *Testamento Novo; Doutrina christãa; Arte de Grammatica novamente illustrada; Prado espiritual de Sermoens sobre o Simbolo dos Apostolos.*

Azevedo *(Fr. Luiz da Annunciação e)*. Religioso dominicano, que nasceu em Lisboa, onde tambem falleceu a 19 d'abril de 1789. Foi lente de theologia na Universidade d'Evora, qualificador do Santo Officio e deputado da meza censoria. Nomeado bispo do Congo em 1770, governou a diocese por dez annos, e no fim d'este tempo renunciou á mitra.

Azevedo *(Luiz Antonio de)*. Professor régio de grammatica e lingua latina. N. em 1755, fal. pelos annos de 1818 a 1820. Era filho de paes obscuros. Applicou-se ao estudo de humanidades e philologia, e mais particularmente aos das linguas grega e latina, adquirindo d'uma e d'outra profundo conhecimento, não sendo menores os que tinha da lingua portugueza, que sempre cultivou com a maior predilecção, timbrando em imitar nos seus escriptos os classicos do seculo XVI. Viveu, segundo consta, celibatario, sempre descuidado no trajo e no asseio. Andava por toda a parte rodeado d'uma inseparavel matilha de cães, proprios e alheios, que o seguiam pelo engodo dos bolos que trazia na algibeira, e que com elles repartia. Nos ultimos annos da sua vida, era professor régio de grammatica e lingua latina no real estabelecimento do bairro d'Alfama. Quando falleceu, morava no largo da Graça; o seu espolio e moveis da casa ficaram a uma sobrinha, e vendidos apenas renderam 5$000 réis; a livraria, composta de poucos mas escolhidos volumes, quasi todos obras portuguezas não vulgares, vendeu-se por 192$000 réis. As obras que este professor escreveu, originaes ou traducções, ou de que foi apenas publicados, são as seguintes: *Manual de Epicteto Filosofo, traduzido do grego em linguagem portugueza por D. Fr. Antonio de Sousa, bispo de Vizeu, e novamente correcto e illustrado com escholios e annotações criticas*, Lisboa, 1875; *Satira de Sulpicia, matrona romana, feita por occasião do edito que man-*

dou publicar Domiciano, para haverem de sahir de Roma todos os filosofos, traduzida do latim em linguagem portugueza, e illustrada com escholios e annotações criticas, Lisboa, 1786; *Rivaes, ou dialogo moral de Platão sobre a filosofia, traduzido do grego em linguagem portugueza, e illustrado com escholios e annotações criticas*, Lisboa, 1790; *Tratados da Amisade, Paradoxos, e Sonho de Scipião, compostos por M. J. Cicero, e traduzidos do latim em linguagem portugueza por Duarte de Rezende no anno de 1531; segunda edição*, Lisboa, 1790; *Escada dos religiosos claustraes, ou methodo de orar, traduzido do latim de S. Bernardo*, Lisboa, 1791; *Versos de ouro, que vulgarmente andam em nome de Pythagoras, traduzidos do grego em linguagem portugueza, e illustrados com escholios e annotações criticas*, Lisboa, 1795; *Genethliaco do serenissimo senhor D. João, principe do Brazil, completando trinta annos de sua edade em 13 de Maio de 1797*, Lisboa, 1797; é escripto em latim, com versão portugueza em frente; *Tratado sobre a unidade da egreja, composto por S. Cypriano, bispo de Carthago, traduzido do latim em linguagem portugueza, e illustrado com annotações polemico-historico-dogmaticas*, Lisboa, 1801; *Voz epithalamica e gratulatoria, que em applauso das faustissimas nupcias contrahidas no Rio de Janeiro entre a serenissima senhora princeza D. Maria Thereza, e o serenissimo senhor infante D. Pedro Carlos, etc., levantou em Portugal o mais affectuoso reverenciador dos mesmos serenissimos senhores*, Lisboa, 1810; *Dissertação critico-philologico-historica sobre o verdadeiro anno, manifestas causas, e attendiveis circumstancias da erecção do tablado e orquestra do antigo theatro romano, descoberto na excavação da rua de S. Mamede, perto do castello d'esta cidade, com a intelligencia da sua inscripção em honra de Nero, e noticia instructiva de outras memorias alli achadas*, Lisboa, 1815; *Genethliaco do Ill.mo sr. Francisco Xavier Bertrand, benemerito alumno da republica litteraria, completando 17 annos de sua edade em 3 de dezembro de 1810; Genethliaco do Ill.mo sr. Jorge Bertrand, completando 34 annos de sua edade em 2 de agosto de 1799*. Luiz Antonio d'Azevedo deixou varios trabalhos manuscriptos, originaes uns, e outros traduzidos de classicos gregos e latinos, porém tudo incompleto.

Azevedo *(Luiz Innocencio de Pontes Athaide)*. Parece ter nascido em Lisboa, no anno de 1812. Escreveu: *A administração de Sebastião José de Carvalho e Mello, marquez de Pombal, primeiro ministro de S. M. F. o senhor D. José I, rei de Portugal; traduzida em portuguez*, Lisboa, 1841 a 1843; 4 tomos, sendo o ultimo acompanhado das estampas que representam as execuções do duque de Aveiro e mais individuos justiçados na praça de Belem em 1759. O original francez d'esta obra que tem por titulo: *L'administration de Sebastien Joseph de Carvalho et Melo, comte d'Oeyras, marquis de Pombal*, etc., Amsterdam, 1788, 4 tomos com um retrato do marquez de gravura a buril, é precedida d'uma peça, que falta em muitos exemplares, e foi tambem omittida na traducção portugueza. Intitula-se: *Prospectus pour placer à la tête de l'ouvrage intitulé: Administration du Marquis de Pombal, contenant les causes de la puissance et de la faiblesse du Portugal. Ouvrage preliminaire*, Amsterdam, 1786. Esta obra, diz-se, que foi escripta por Dezoteux, enviado de França na côrte de Portugal.

Azevedo *(Luiz Manuel de)*. Exerceu diversas commissões de serviço, durante 16 annos, em Lisboa, no palacio de Mafra, no Alemtejo e em Minas Geraes. Em 1738 era ajudante de engenheiro da provincia do Alemtejo, sendo nomeado n'este anno a 15 de setembro, para engenheiro da capitania do Rio de Janeiro com o posto de capitão.

Azevedo *(D. Luiza de)*. Era irmã de D. Angela de Azevedo (*V. este nome*). Rivalisou com ella em talento e instrucção, sendo principalmente muito versada na lingua latina. N. em 1655, em Paredes, fal. em 1679. Casou, tendo 19 annos de edade, com Sebastião Vieira da Silva, fidalgo da Casa Real. Quando falleceu seu marido, escreveu uma elegia em latim que publicou com o seguinte titulo: *D. Aloysiæ de Azevedo, de morte mariti præclarissimi, ac nobilissimi vivi Sebastiani Vieira da Silva;* Escreveu tambem: *Romance hespanhol, que consta de 150 coplas ao apparecimento da Senhora da Lapa, Imagem milagrosa que se venera na provincia da Beira*, que ficou em manuscripto.

Azevedo *(Manuel de)*. Mestre ou architecto de Ançã. Trabalhava por 1651 nas obras da Misericordia de Aveiro.

Azevedo *D. (Manuel de)*. Capitão militar que militou com o vice-rei D. Jeronymo d'Azevedo, de quem era parente, em Ceylão; em seguida foi capitão de Chaul, depois de Diu, e por ultimo commandante d'uma esquadra com que tomou a cidade de Goga, pertencente aos mogoes. e esteve com o vice-rei na expedição a Surrate. Era official valente e habil, mas de genio insoffrido, pelo que teve em Chaul sérias desavenças com D. Francisco Rolim, das quaes resultaram rixas violentissimas.

Azevedo *(Padre Manuel de)*. Jesuita. N. em Coimbra a 25 de dezembro de 1713; fal. em Palencia, Italia, no dia 2 d'abril de 1796. Era seu pae o desembargador José de Azevedo Vieira, cavalleiro da ordem militar de Christo, fidalgo da Casa Real, senhor da quinta de Azevedo, em Paredes; sua mãe D. Luiza da Costa Rebello. Na edade infantil foi educado por seu tio paterno Sebastião Vieira da Silva, prior de Santa Justa, de Coimbra. Entrou na Companhia de Jesus a 19 de novembro de 1728; foi professor de grammatica no collegio de Santo Antão de Lisboa, e de rhetorica no collegio d'Evora. A pedido do geral da ordem partiu para Roma em 1733, e ali alcançou a amizade de Benedicto XIV, que o encarregou de rever e editar as suas obras. Em remuneração do desvello com que se houve, o papa o nomeou academico da *Academia da Historia Ecclesiastica e Liturgia*, instituida no seu palacio, e depois consultor da Congregação dos Sagrados Ritos, que estabelecera em Roma. Entre as obras que tencionava escrever, contava-se o *Thesouro Liturgico*, que, segundo parece, não chegou a publicar-se. Durante o conflicto entre alguns arcebispos e bispos de um lado e o tribunal da Inquisição do outro, no reinado de el-rei D. João V, o jesuita Manuel d'Azevedo foi sempre o defensor dos prelados. Depois de percorrer muitas terras de Italia e escrever grande numero de obras em portuguez e italiano, fal. na edade de 83 annos. O padre Azevedo mantinha correspondencia com Cenaculo, escrevendo-lhe de Roma, 1753; de Veneza, 1788 a 1790; de Forli, 1790;

de Bolonha, 1790; e de Urbania, 1762. Estas cartas existem, pela maior parte autographas, umas em portuguez e outras em italiano, na bibliotheca publica d'Evora, onde tambem se encontram obras suas impressas em latim e italiano. Foi membro de varias sociedades litterarias, e entre ellas a Academia Romana com o nome de Nicandro Jasseo. Escreveu: *Directorio para exame geral, e particular das consciencias dos Religiosos da Companhia de Jesus*, Coimbra. Era ainda noviço quando compoz o opusculo, que foi traduzido em latim: *Sanazarus de partu Virginis*, Conimbricæ, 1733; *Pomarium Latinitatis editio postrema ac nova Lusitano ordine translata Auctore P. Francisco Pomey S. J.*, Conimbricæ, 1735; *Poeticæ Facultatis Amphiteatrum*, Eboræ, 1710; *De Ortographia Commentarius in gratiam eorum qui Sanctissimi Domini Nostro Benedicto XIV, opera recensent*, Roma, 1747; *De Servorum Dei Beatificatione, & Beatorum Canonizatione; De Catholicæ Ecclesiæ pietate ergo animas in Purgatorio degentes*, Roma, 1748; *Epistola Encyclica*, Romæ, 1748; *Vita S. Theototinii primi Conimbricensis Cenobii Sanctæ Crucis Moderatoris; Institutiones liturgicæ*, 13 vol.; *Ars poetica exemplis illustrata ab Emmanuele de Azevedo, inter Arcades Nicandro Jasseo*, Venetiis, 1781; 2 tomos; *Vita del Taumaturgo portoghese Sant'Antonio de Padova Dal Sacerdote Emmanuele de Azevedo, Conimbricese.* Este livro foi traduzido em portuguez por Fr. Fortunato de S. Boaventura, e o dá como impresso em Veneza, em 1788; tambem está traduzida em hespanhol, publicada em Madrid, em 1790; *Fasti Antoniani, etc. Auctore Emmanuele de Azevedo, Conimbricensi; editio secunda, auctior et castigatior*, Venetiis, 1789.

Azevedo *(Fr. Manuel de)*. Religioso da ordem dos carmelitas calçados. Era natural de Lisboa, e fal. no convento do Carmo d'esta cidade, a 31 de dezembro de 1672. Chamou-se no seculo Manuel Teixeira de Azevedo. Era filho de Jeronymo de Azevedo de Faria e de Gracia de Figueiredo Rolim. Formou se em medicina e serviu o logar de physico-mór da armada, por nomeação de 3 de dezembro de 1638. Resolveu-se, porém, a entrar na vida, claustral e recebeu o habito da ordem dos carmelitas no convento de Collares a 30 de julho de 1648, professando no convento do Carmo, de Lisboa, a 4 de março de 1649, sendo dispensado de 4 mezes no anno de noviciado; mas continuou o exercicio da medicina, mediante uma dispensa pontificia, que poude alcançar, e que a isso o autorisava emquanto vivesse. Escreveu: *Correcção de abusos introduzidos contra o verdadeiro methodo da medicina, em tres estados: o 1.º do grande proveito que a todos faz o exercicio e de quanto proveitosas são as purgas no principio das enfermidades; o 2.º de como convém as sangrias dos pés primeiro que as dos braços nas enfermidades que commettem a cabeça e coração; o 3.º do conhecimento e curação da febre maligna, com os remedios mais experimentados para se curar, etc.*, Lisboa, 1668; segunda edição, 1690; *Correcção de abusos introduzidos contra o verdadeiro methodo da medicina, e pharol medicinal para medicos, cirurgiões e boticarios. 2.ª Parte, em tres tractados. O 1.º da fascinação, olhado, ou quebranto, e que é enfermidade mortal, não só para os meninos, mas tambem para os de maior edade, com todos os signaes para se conhecer, e os mais experimentados e selectos remedios para se curar; o 2.º da mais breve e experimentada curação das bexigas e sarampão; o 3.º de quanto proveito sejam os pós purgativos do ouro preparado, cujas evidencias e qualidades se verão, com as grandes experiencias que por muitos e diversos medicos se fizeram dos ditos pós*, Lisboa, 1680; segunda edição, 1705. O padre Manuel de Azevedo, na opinião de alguns criticos, passa por um dos medicos portuguezes que escreveram com mais correcção e propriedade de linguagem na sua faculdade.

Azevedo *(Fr. Manuel de)*. Eremita de Santo Agostinho, natural do Porto, e fal. do 1.ª de março de 1693. Era filho de João Pinto de Azevedo e de Maria da Fonseca. Professou no convento da Graça, de Lisboa, a 15 de dezembro de 1664. Foi prior do convento de Tavira e prégador notavel. Deixou impresso: *Sermão da gloriosa Sancta Luzia, prégado no convemto das Religiosas de S. Bernardo da Cidade de Tavira Reyno do Algarve*, Lisboa, 1687.

Azevedo *(Manuel Felicissimo Lousada de Araujo)*. Bacharel formado em léis pela Universidade de Coimbra, em 1818. N. em Mondim de Basto, e fal. nas Caldas da Rainha, em junho de 1860. Tendo entrado da carreira da magistratura, e servido logares de primeira entrança, foi nomeado em 1827 desembargador da Relação de Gôa, cujo exercicio desempenhou até á extincção d'aquelle tribunal em 1834. Voltando ao reino foi successivamente ajudante do Procurador Régio na Relação de Lisboa, em 1839; administrador dos concelhos de Portalegre e Thomar, em 1844 e 1849; Juiz de direito da comarca das Caldas da Rainha em 1856, e administrador do hospital da mesma villa. Escreveu: *Memoria ácerca da educação publica nos estados da India*, inserta nos *Annaes maritimos coloniaes*, n.º 1 da 2.ª serie; *Memoria sobre as principaes causas remotas da decadencia dos portuguezes na Asia*, inserta no vol. II dos referidos *Annaes*; *Memoria descriptiva e estatistica das possessões portuguezas na Asia, e seu estado actual;* nos *Annaes*, vol. II, III, IV e V. Quando era juiz em Gôa fundou e redigiu O *Echo da Lusitania*, jornal politico, semanal, Nova Gôa, 1836-1837.

Azevedo *(Manuel Nicolau Pontes de Athaide)*. Capitão da guarnição de Timor. Fez parte do conselho que governou a provincia de Moçambique por morte do governador Antonio Augusto de Almeida Portugal Correia de Lacerda, succedida em 31 de agosto de 1868. Em 8 de setembro seguinte foi substituido pelo capitão de fragata, João Eusebio de Oliveira.

Azevedo *(Manuel Pinheiro d'Almeida)*. Professor de philosophia racional e moral, e principios de direito natural no lyceu de Braga, e no seminario diocesano da mesma cidade, etc. N. em Souto de Lafões, na Beira Alta a 18 de março de 1807, fal. em Braga a 30 do referido mez de 1886. Era filho de Antonio Pinheiro de Azevedo e de D. Josepha Maria Ribeiro, proprietarios n'aquella freguezia. Destinado por seus paes ao estudo ecclesiastico, recebeu a primeira tonsura, tendo apenas 11 annos de edade, e continuou no seminario de Vizeu os estudos da vida a que se destinara, concluindo o curso com honrosas qualificações, antes de chegar á edade indispensavel para proseguir na ordenação. A crise politica de 1828, porém, veiu estorvar-lhe a car-

reira, vendo-se suspenso do exercicio das ordens menores, e obrigado, por causa das idéas liberaes que manifestara, a homisiar-se algum tempo para escapar ás perseguições do partido absolutista. Dedicou-se depois ao ensino particular e gratuito das linguas portugueza, latina e franceza, e abriu uma aula a que concorreram muitos alumnos. O restabelecimento do poder constitucional em 1834, lhe levantou o impedimento para a intentada ordenação, restituindo-lhe promptamente o exercicio das ordens com a perspectiva de obter uma collocação vantajosa, quer no estado sacerdotal quer no civil. Azevedo, porém, preferiu abraçar o professorado publico, em que já começara a provar suas forças, e n'essa conformidade obteve ser promovido, mediante concurso, na cadeira de latinidade de Vianna do Castello, que regeu com bons creditos desde setembro de 1834 até 1840. Em junho d'este ultimo anno foi despachado, precedendo novo concurso, para a cadeira de ideologia, grammatica geral e logica do lyceu de Braga, que n'essa época só existia *in nomine* e na lei, mas que elle creou e estabeleceu de facto, começando a funccionar no seminario diocesano por falta de outro local proprio. Concorreu pelos seus esforços já como professor, já como secretario do lyceu, nomeado em 1845, tanto para a definitiva organisação d'este estabelecimento, como para a introducção de novos melhoramentos e reformas nos estudos, apezar das contrariedades e desgostos que venceu com perseverança e dedicação. Em outubro de 1857 foi tambem encarregado de reger no seminario diocesano a cadeira de philosophia racional e moral. Escreveu e publicou: *Discurso de abertura, servindo de introducção no curso de Philosophia racional e moral, pronunciado a 17 de outubro de 1842*, Braga, 1843; *Novo discurso de abertura servindo de introducção ao curso de Philosophia racional e moral, pronunciado a 16 de outubro de 1843 no seminario de S. Pedro*, Porto, 1843; *Noções elementares de Psychologia, Ideologia e Grammatica geral, servindo de correcção e ampliação á Logica de Genuense;* houve tres edições, e parece que a 1.ª publicada em 1843 e a 3.ª em 1851; *Noções elementares de Ontologia, Psychologia racional e Theodicéa, ou a Metaphysica de Genuense reformada*, Porto, 1845; *Noções elementares de Logica, servindo de correcção e ampliação ao Compendio de Logica de A. Genuense*, Porto, 1858; *Noções elementares de Philosophia moral ou Ethologia coordenadas para uso da sua aula*, Porto, 1859; *Compendio de Philosophia racional, contendo a Psychologia empirica, a Ideologia, a Grammatica geral e a Logica*, Braga, 1860; tem tido mais edições. N'este seu trabalho trata o autor de coordenar as doutrinas respectivas na conformidade dos progressivos adeantamentos e estado das sciencias philosophicas, professando o eclectismo racional, sem ligar-se a systema particular d'algum philosopho, e como obra destinada para substituir os dois compendios que anteriormente publicara, *Noções elementares de Psychologia*, etc. e *Noções elementares de Ontologia, etc.*, os quaes traziam comsigo o caracter de provisorios, determinado pela necessidade de cingir-se do modo possivel aos do Genuense, ainda então mandados adoptar no ensino official. Apezar de terem sido acolhidos favoravelmente por juizes como provam numerosos testemunhos na *Revista Universal Lisbonense*, de 8 de junho de 1843, de 22 de maio e de 7 de agosto de 1845, e na *Revista Academica*, de Coimbra, n.º 20, tambem de 1845, e de serem posteriormente adoptados no paço para o ensino dos reaes alumnos (V. *Jornal do Porto*, de 17 de agosto de 1860), esses compendios provocaram em tempo uma polemica, servindo em parte de campo para esta contenda o jornal denominado *Instrucção publica*, do anno de 1856, onde em pag. 208, 219, 223, 237, 258 e 265, e 79 do anno de 1857, se encontram os documentos de aggressão e os de defeza. O autor dos compendios censurados procurou repellir d'uma vez os ataques dos adversarios, imprimindo como ultimo desforço: *A hypocrisia desmascarada, ou historia da famosa emboscada, a que se deu por titulo*: «Algumas reflexões sobre certos absurdos ontologicos etc., *e a respectiva refutação por M. Pinheiro d'A. e A., professor de philosophia no Lyceu de Braga*, Porto, 1857; *A direcção geral de instrucção publica e o lyceu de Braga*; exposição das verdadeiras causas que determinaram a exoneração do reitor e secretario d'este lyceu em 1870 e a syndicancia effectuada em 1866, Braga, 1871; *Historia fiel e circumstanciada do crime atroz e traiçoeiro commettido em Braga no dia 23 de julho de 1872 por um estudante, filho do visconde de Pindella, contra um professor jubilado, seu mestre e protector assiduo.*

Azevedo *(Martim Lopes)*. 15.º senhor de Azevedo, que acompanhou el-rei e os infantes a Ceuta, onde foi armado cavalleiro pelo infante D. Pedro. Foi um dos *Doze de Inglaterra*,—«lenda romanesca que inspirou a Camões magnificas estancias e cuja possibilidade não está tão longe da verdade historica como muita gente imagina» (Arnaldo Gama—*O Sargento-mór de Villar*, pag. 8. Mais tarde, pelo seu esforço e valor, foi escolhido pelos Infantes para os acompanhar á infeliz empreza de Tanger, onde foi morto pelos moiros, junctamente com um seu filho Lopo, ainda muito moço.

Azevedo *(Martim Lopes de)*. 17.º senhor de Azevedo, moço fidalgo da Casa Real, por alvará de 5 maio de 1534, commendador de Cervães, na ordem de Christo, e Provedor dos Residuos na provincia de Entre Douro e Minho. Tinha a apresentação da Egreja de Santa Maria de Gallegos (Barcellos).

Azevedo *(Martim Lopes de)*. 19.º senhor de Azevedo, 5.º senhor do morgado do Souto e 4.º Padroeiro da Egreja de Gallegos. Seguiu o partido do prior do Crato D. Antonio, sendo preso por este motivo e sequestrados os seus bens á ordem de Filippe II de Castella e I de Portugal. Só conseguiu mais tarde o perdão e a liberdade a pedido de sua tia D. Leonor de Mascarenhas, dama da imperatriz D. Izabel, mãe de D. Filippe.

Azevedo *(Maximiliano Eugenio de)*. Tenente-coronel d'artilharia, jornalista e escriptor dramatico muito apreciado, vogal do conselho d'arte dramatica. N. no Funchal a 16 de fevereiro de 1850. E' filho de Antonio Pedro de Azevedo, general de divisão, e de D. Thereza Bernes de Azevedo. Seus paes gozavam da maior consideção na Madeira, onde residiam. O principe allemão Maximiliano de Leuchtemberg, que estava n'aquella ilha, e se affeiçoara muito ao general Azevedo, quiz dar-lhe prova da sua sympathia

e amizade, sendo padrinho do recemnascido, que no baptisado recebeu o seu nome. Maximiliano de Azevedo viveu os primeiros annos no Funchal, onde estudou os preparatorios, vindo depois para Lisboa matricular-se na Escola Polytechnica; seguiu o curso da arma da artilharia na Escola do Exercito, sempre com muita distincção, o qual terminou no anno de 1875. Foi promovido a segundo tenente em 5 de janeiro de 1876, indo fazer tirocinio primeiramente em Santarem, depois na ilha Terceira, onde casou com uma senhora d'uma das primeiras familias de Angra. Sendo promovido a primeiro tenente em 21 de janeiro de 1878, voltou a Lisboa, e foi escolhido para secretario particular de Latino Coelho, e seu collaborador nas investigações indispensaveis para a obra de que aquelle notavel escriptor fôra incumbido pelo governo: *Historia politica e militar de Portugal nos fins do seculo* XVIII *e principios do seculo* XIX. Durante 10 annos coadjuvou Maximiliano d'Azevedo aquellas investigações. Latino Coelho refere-se a elle na introducção do 2.º e 3.º volumes. Azevedo foi promovido a capitão em 31 de outubro de 1884, e a major em 4 de janeiro de 1897. Actualmente tem o posto de tenente-coronel. Dedicando-se á vida jornalistica, collaborou em muitos jornaes, a principiar na *Discussão*, de cuja redacção, sendo ainda estudante, fez parte a convite de Pinheiro Chagas. Foi redactor do *Jornal da noite*, de 1882 a 1884, estando ali especialmente encarregado da secção critica theatral. Tem collaborado tambem nos seguintes jornaes: *Occidente*, *Jornal do domingo*, *Atlantico*, *Diario da manhã*, *Revista de sciencias militares*, *Contemporaneo*, *Illustração de Portugal e Brazil*, *Arte*, *Paiz*, e nos jornaes da Horta: o *Fayalense*, a *União*, e o *Gremio litterario*, etc. Tem os graus de cavalleiro e official da ordem de S. Bento d'Aviz. Muito dedicado á arte dramatica, a que consagra a maior affeição, são numerosos os seus trabalhos, originaes e traducções, que se teem representado em todos os theatros de Lisboa e Rio de Janeiro, sobresahindo como dos de maior valor o drama historico em 5 actos, *Ignez de Castro*, que pela primeira vez appareceu no palco da Rua dos Condes, em 1894, sendo depois representado em diversos theatros de Lisboa, Porto e Brazil. Eis a relação dos seus escriptos: *O theatro da Rua dos Condes*, serie de 24 artigos publicados no *Occidente*, volumes 5.º e 6.º; *Filinto Elysio e a inquisição*, serie de 3 artigos, tambem no *Occidente*, do 7.º vol.; *Tiro das bocas de fogo*, Lisboa, 1889; *Marchas e estacionamentos*, Lisboa, 1892; n'estes dois trabalhos collaborou o official d'artilharia sr. Arthur

Maximiliano Eugenio de Azevedo

Perdigão, e fazem parte do *Manual para uso dos officiaes inferiores de artilharia*, publicação feita com autorisação do ministerio da guerra, da qual constituem respectivamente os capitulos VIII e XI. Apresentou aos seus superiores militares varias memorias, duas das quaes se referem ás viagens que fez á sua custa a Hespanha, França, Inglaterra, Belgica, Suissa, Allemanha e Hollanda, em 1889 e 1893. Os seus escriptos theatraes são os seguintes: Dramas: *Causa Celebre*, 6 actos; *Ignez de Castro*, 5 actos; *Crime das Picôas*, 5 actos e 7 quadros; *O Amor*, 5 actos; *Suzanna*, 5 actos; *Filha e Mãe*, 5 actos; *Tosca*, de Victorien Sardou, 5 actos e 6 quadros; *A Tosca*, em 4 actos e 5 quadros, traduzido do arreglo feito em italiano do drama de Victorien Sardou; *O Convento do diabo*, 1 prologo e 6 actos; *A Mendiga*, 5 actos; *O incendio do brigue Atlantico*, 5 actos e 6 quadros; *Os dois Orphãos*, 5 actos e 8 quadros; *A Avó*, 5 actos e 6 quadros; *O sargento do 5 de linha*, 5 actos e 7 quadros; *O capitão dos bandidos*, 5 actos e 7 quadros; *A sereia*, 5 actos; *O mestre d'Obras*, 5 actos e 8 quadros; *Educação errada*, 5 actos; *O romance d'uma actriz*, 4 actos; *O segredo do padre*, 5 actos e 7 quadros; *João José*, 4 actos; *Nónó*, 5 actos; *Crime e castigo*, 7 quadros; *O az de paus*, 5 actos e 6 quadros; *Os filhos do capitão Grant*, 5 actos e 11 quadros; *Marido e amante*, 5 actos; *Os jesuitas*, 4 actos; *A Honra*, 5 actos. Comedias-dramas: *O epilogo*, 1 acto; *Paulo*, 1 acto. Comedias: *Entre a victima e o carrasco*, 1 acto; *Por força!*, 1 acto; *Contas e bordão*, 1 acto; *Santos de casa*, 1 acto; *Um fura vidas*, 1 acto; *Gostos não se discutem*, 1 acto; *As bofetadas*, 1 acto; *Vida airada*, 1 acto; *Duas creanças*, 1 acto; *Os annos da menina*, 1 acto; *Ralham as comadres*, 1 acto; *Ave agoureira*, 3 actos; *A familia Mongrol*, 3 actos; *A moda*, 3 actos; *A mãe de minha mulher*, 3 actos; *Maridos que choram*, 1 acto; *Purgatorio de casados*, 2 actos; *Um pae da patria*, 1 acto; *Froufrou*, 5 actos; *Antonieta Rigaud*, 3 actos; *Paulo e Virginia*, 1 acto; *Sósinha*, 1 acto; *Maria do O'*, 1 acto; *Capricho de sogra*, 1 acto; *Prisioneiro sob palavra*, 1 acto; *Um homem serio*, 1 acto; *O diario do governo*, 1 acto; *Lua cheia*, 1 acto; *O homem das 16 mulheres*, 1 acto; *Engaiolado*, 1 acto; *As victimas do folhetim*, 1 acto; *No dia do noivado*, 1 acto; *O rapto d'um noivo*, 1 acto; *A pesca milagrosa*, 2 actos; *As recordações da mocidade*, 4 actos; *Condecorado*, 3 actos; *Empresta-me tua mulher*, 2 actos; *As surprezas do divorcio*, 3 actos; *Os beijos do Diabo*, opera phantastica em 4 actos e 8 quadros; *Os carvoeiros*, opereta n'um acto. Maximiliano d'Azevedo tambem escreveu um livro de contos e narrativas militares, intitulado *Em campanha e no quartel*, o qual foi editado pela Livraria Moderna em 1900. Ultimamente publicou, com D. João da Camara e Raul Brandão, o *Livro de Leitura para as escolas de instrucção primaria*.

Azevedo *(D. Mendo Paes de Bufinho, 7.º senhor de)*. Conde e rico-homem do tempo de D. Affonso Henriques e D. Sancho; foi 7.º senhor de Azevedo e senhor d'Estella, Povoa de Varzim e Villa do Conde, chamada até então Villa do Crasto e que d'elle tomou o nome. Acompanhou D. Affonso na tomada de Lisboa.

Azevedo *(Fr. Miguel de)*. Religioso carmelita, mestre e chronista na sua provincia. Era nat. de Evora, mas ignoram-se as datas do seu nascimen-

to e fallecimento, sabendo-se, porém, que vivia ainda em 1809. Foi prior provincial eleito em 1789, e novamente em 1804. Escreveu: *Rito de visitar os conventos do Carmo em Portugal*, Lisboa, 1790; *Regra da Ordem terceira da mãe sanctissima, senhora do Monte do Carmo*, Lisboa, 1790; outra edição em 1817; *Jesus Christo no sanctissimo Sacramento da Eucharistia, perennemente adorado nos santuarios da côrte de Lisboa*, Lisboa, 1792; 3 tomos; *Ministro de Jesus Christo no tribunal da Penitencia, para instruir, absolver ou condemnar os réos de todos os crimes, em todos os estados e officios da sociedade christã, politica e ecclesiastica*, Lisboa, 1797, 10 tomos; *Memorial das instructivas palavras, e edificantes obras da veneravel madre Marianna da Purificação, natural de Lisboa, religiosa no convento da Esperança de Beja, onde ha pouco se descobriu legalmente o seu corpo inteiro, havendo sido sepultado ha 107 annos*, Lisboa, 1802; *Sete ladainhas para todos os dias da semana*, etc., Lisboa, 1806; *Irmão de Maria Sanctissima, que devotamente se venera no Carmo de Lisboa*, Lisboa, 1809; *Regulamento para celebrar-se o capitulo provincial dos carmelitas calçados em o reino de Portugal*, Lisboa, 1810; *Catalogos dos rev.mos Priores provinciaes, ill.mos e ex.mos srs. Arcebispos e Bispos, e dos Doutores e Professores em Universidades publicas, Mestres jubilados e doutores graduados, e escriptores na provincia dos Carmelitas calçados em os reinos de Portugal, Algarve e seus dominios*, Lisboa, 1810; *Dialogos chronologicos, historicos, alphabeticos, panegyricos, asceticos sobre os faustos principios e felizes progressos da Ordem do Carmo calçado em Portugal... acabados de escrever em 1799*. O autographo pertence á Academia Real das Sciencias.

Azevedo *(Fr. Paulo de)*. Religioso franciscano, natural do Porto, e que tendo ido ao Mexico prégar a religião do Evangelho, ali foi morto pelos indios em 1585.

Azevedo *(Pedro de)*. Cirurgião que viveu na primeira metade do seculo XVIII, e deixou impresso: *Utilidade das experiencias na pratica e An inflammationibus Hermes mineralc.*

Azevedo *(Pedro Alvares de)*. Guerreiro que esteve na India com Affonso d'Albuquerque; acompanhou este governador ás conquistas de Gôa em 1510 e de Malaca em 1511, ficando depois como capitão, na armada commandada por Antonio de Abreu, que se conservou n'esta cidade.

Azevedo *(Raymundo José de)*. Esculptor d'ornatos. N. no meado do seculo XVIII, e fal. em 1825. Trabalhou nos orgãos do convento de Mafra.

Azevedo *(P. Sebastião de)*. Presbytero da Congregação do Oratorio. Nat. de Sacavem, fal. a 26 de setembro de 1731. Era filho de Manuel Rodrigues e Maria da Costa. Sendo adolescente vestiu o habito da congregação de S. Filippe Nery, no Porto, a 15 d'outubro de 1689. Escreveu: *Céo mystico; a gloriosissima senhora sancta Anna, mãe da mãe de Deus, e avó de Christo; cuja vida, virtudes e excellencia escreve e illustra com doutrinas moraes, e elogios panegyricos*, etc., Lisboa, 1725.

Azevedo *(Fr. Silvestre de)*. Religioso da ordem dos prégadores, o qual, abrazado no zelo da conversão da gentilidade á fé catholica, passou á India oriental, e entrando no reino de Cambaya no anno de 1580, alcançou do rei a faculdade de annunciar publicamente o Evangelho. As suas missões tiveram tão bom exito, que lhe chamavam o apostolo de Cambaya. Falleceu em 1589. Por ordem do mesmo rei de Cambaya escreveu o seguinte, que ficou em manuscripto: *Tratado dos principaes mysterios da Fé Catholica.*

Azevedo *(D. Vasco Paes de)*. 11.º senhor de Azevedo, e um dos principaes fidalgos do seu tempo que, na lucta entre D. Diniz e seu filho D. Affonso, depois IV do nome, seguiu o partido d'este, como se vê em Ruy de Pina—*Chron. d'El-Rey D. Diniz*, cap. 20 Encontrou-se ao lado do seu rei na memoravel batalha do Salado.

Azevedo. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. de Caminha, conc. e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 194 hab. e 44 fog. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e fica no fundo da pendente norte da serra de Varaes; esteve em tempo reunida a Ville, com a séde em Varaes. O primitivo local d'esta freg. foi no sitio da Senhora das Barracas, e ainda hoje ali se vêem vestigios de 10 casas. Isto no tempo em que esteve unida a Ville. Ficando independente, estendeu-se para o poente, para os lados da sua actual egreja. N'aquelle sitio existiu a capella da Senhora das Barracas, assim chamada por ser a capella uma barraca de madeira, onde se fazia uma romaria sempre muito concorrida. Ha perto de 100 annos, Pedro Lourenço, da casa da Deveza, construiu uma boa capella para a Senhora, no mesmo local. Succedeu que a concorrencia á romaria logo diminuiu, acabando por ser quasi nenhuma, apezar dos esforços empregados para a tornar concorrida. A barraca servindo de capella é que attrahia o povo; caprichos do espirito humano. Os seus montes são muitos floridos, e por isso proprios para a agricultura. Diz-se que em tempo existiu na serra um colmeal notavel, do qual, incendiando-se por descuido, o mel derretido correu em torrente pela serra abaixo. Foi ultimamente parocho encommendado d'esta freg., d'onde era natural, depois de o haver sido de Venade, Gontinhães e Soutello, João Luiz Affonso, ecclesiastico muito intelligente e versado em humanidades, que falleceu ha poucos annos. Azevedo tem caixa post. e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3 com a séde em Vianna do Castello. || Villa na prov. do Minho, e freg. de S. Salvador de Lama, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 487 hab. Foi couto. N'esta freg. está a quinta da Tapada, solar da nobre familia dos Azevedos. (V. o artigo adeante *Casa solar de Azevedo*). || Pov. na freg. de S. Paio, d'Antas, conc. d'Espozende, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Lourenço, de Cabril, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Campanhã, bairro oriental do Porto. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Carralcova, conc. dos Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Fornello, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Gemezes, conc. d'Espozende, distr, de Braga. || Pov. na freg de Santo André, de Gião, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de S. Jorge, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Macieira da Maia, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Mosteiro, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Pov. na freg.

de S. Paio, de Oleiros, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Pov. na freguezia de S. Thiago, de Priscos, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Paiva, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Rebordosa, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Vicente de Pereira Jusã, conc. d'Ovar, distr. d'Aveiro. || Horta na freg. de N. S.ª da Visitação, de Villa d'Alva, conc. de Cuba, distr. de Beja. || Ribeiro na prov. do Minho, que nasce na freg. de Santa Eulalia da Palmeira, e morre no Cávado.

Azevedo *(Casa solar de)*. E' no logar de Azevedo, freg. de Lama, conc. de Barcellos, antigo couto e honra, que está situada a casa solar de Azevedo, da familia *Azevedo*, de que ha ramos espalhados no paiz e na Hespanha. O senhorio de Azevedo ascende a 900 ou 950 da éra christã, sendo, portanto, remotissimo. Procedem os Azevedos, como ficou dito n'este appellido, de D. Arnaldo de Bayam, em quem o conde D. Pedro começa esta familia, e que era, na opinião do genealogista José Freire de Monterroso Mascarenhas, bisneto de Guido, o *Moço*, 27.º duque de Espoleto e 32.º conde da Toscana, da Italia, descendente dos primeiros reis de França. Este D. Arnaldo herdou a casa e quinta de Azevedo, de sua mãe, filha do conde de Lugo, D. Gudozindo, sendo desde então possuida pelo ramo principal e primogenito da familia. O primeiro que se appellidou de *Azevedo* foi, segundo o «Livro Velho de Linhagens», D. Godinho Viegas de Azevedo, rico-homem do tempo do conde D. Henrique e 4.º senhor da referida casa, da qual sahiram innumeros varões illustres e designadamente os seguintes: conde D. Mendo Paes Bufinho, D. Vasco Paes de Azevedo, Gonçalo Vasques de Azevedo, D. Lopo Dias de Azevedo, Martim Lopes de Azevedo, Diogo de Azevedo e conde de Azevedo (Francisco Lopes de Azevedo Velho da Fonseca de Barbosa Pinheiro Pereira e Sá Coelho). V. *estes nomes*. Como não teve successão o conde de Azevedo deixou, por testamento, a representação da antiquissima casa de Azevedo a sua sobrinha D. Maria Candida Falcão de Azevedo de Bourbon Pereira de Menezes, casada com Francisco Barbosa do Couto Cunha Sotto Mayor, fidalgo da Casa Real, senhor da casa da Fontinha em Estarreja e da das Travessas em Braga, e pelo dito seu casamento 30.º senhor da casa solar de Azevedo, 16.º de Mezarefes e Paradella, além da casa da Espinheira e outros morgados, que pertenceram á condessa de Azevedo, de que sua mulher foi universal herdeira; deputado da nação em differentes legislaturas e presidente da camara municipal de Estarreja em diversos triennios. Do matrimonio d'este Francisco Barbosa com D. Maria Candida Falcão, além de varias senhoras, existe um filho varão, em quem se continua a representação da casa de Azevedo, o doutor Pedro de Barbosa Falcão de Azevedo e Bourbon, casado com D. Maria da Purificação de Queiroz de Vasconcellos Carneiro de Vilhena, 13.ª senhora da casa do Hospital, em Monsão, 7.ª senhora da casa dos Machados de Carapeços (Barcellos) e da casa de Calvellos, em Fafe, bem como da da Praça, em Villa do Conde, e d'outras, em que succedeu a seus paes Antonio Carneiro de Sá Pereira Coutinho de Vilhena, fidalgo da Casa Real, e D. Maria do Carmo de Queiroz Machado de Vasconcellos, filha dos 1.ºˢ barões do Hospital. Do casamento do mencionado dr. Pedro de Barbosa com D. Maria da Purificação de Queiroz existem tres filhos a saber: D. Maria do Carmo Candida Hermezenda, que nasceu em agosto de 1898; D. Maria da Gloria, que nasceu em setembro de 1900; Francisco José Maria, que nasceu em abril de 1902. Orgulha-se esta familia de a ella pertencerem S. Theotonio, 1.º prior de Santa Cruz de Coimbra, 3.º neto por varonia de D. Arnaldo de Bayam, contemporaneo do rei D. Affonso Henriques; e o beato Ignacio d'Azevedo (V. *este nome)*, 3.º neto de D. Lopo Dias de Azevedo, fundador do collegio de S. Paulo em Braga, morto pelos calvinistas de *Jacques Sourie de la Rochelle*, com 39 companheiros, quando iam prégar o Evangelho para o Brazil. Tem a casa de Azevedo as mais illustres allianças com a nobreza do paiz; e d'ella são ramos, em Portugal, os Azevedos, da casa da Tapada; os senhores da Honra de Barbosa (Penafiel); os condes de Rezende; os condes da Louzã; os senhores da Quinta de Azevedo, em Paredes (Pesqueira); o ha pouco fallecido conde de Carcavellos, conselheiro Francisco de Campos de Azevedo Soares, etc., além do sangue dos Azevedos estar hoje em quasi todas as casas nobres do Minho e Douro. No *Occidente* n.º 888, de 30 de agosto de 1903, acha-se publicada a monographia da casa solar de Azevedo pelo sr. A. de Sotto-Mayor. D'ella reproduzimos o que fica dito a esse respeito e de cada um dos seus senhores.

Casa solar de Azevedo

Azevedo e Castro *(D. João Paulino de)*. Actual bispo de Macau, sagrado solemnemente em Angra do Heroismo a 27 de dezembro de 1902. D. João Paulino de Azevedo e Castro nasceu em fevereiro de 1852, na villa das Lages da ilha do Pico. Fez os seus preparatorios no lyceu da Horta, vindo completal-os a Coimbra em 1873 e 1874, concluiudo em 1879 a sua formatura na faculdade de theologia. N'este mesmo anno recebeu todos os graus de ordens até ao de presbytero. Em 1888 foi provido em um canonicato da sé de Angra com onus de ensino no seminario, e em 1890 foi promovido á dignidade de the-

soureiro-mór da mesma sé. Por essa occasião, tendo fallecido o vice-reitor do seminario, dr. Antonio José Ferreira e Sousa, foi nomeado para lhe succeder. Ainda exercia este cargo, quando o governo o escolheu para bispo de Macau, dignidade que foi approvada pela Santa Sé. D. João Paulino d'Azevedo prestou os mais valiosos serviços ao seminario d'Angra, de que era director, a que dedicou sempre o maior desvello, concorrendo para o seu engrandecimento e prosperidade. A eleição do bispado de Macau veiu surprehendel-o, porque o digno prelado nada tinha pedido, sendo devida sómente a escolha do governo aos seus elevados e bem reconhecidos merecimentos.

Azevedo Ferreira *(Antonio Augusto Dias de Azevedo Ferreira, visconde de).* Importante proprietario, negociante e capitalista. E' natural de Barcellos. Partiu para o Brazil, sendo muito novo, e dedicando-se ao commercio, adquiriu grande fortuna. Hoje reside tranquillamente em Paris. Dado ás bellas artes, a sua casa no boulevard Haussmann é um verdadeiro museu. Os brazileiros e portuguezes, que vão á capital da França, teem n'elle um protector e amigo. E' tambem commendador da ordem de Christo, da ordem da Roza do Brazil, official da Legião d'honra e de Merito Agricola, grã-cruz da ordem da Conceição e membro de muitas sociedades francezas e brazileiras. O titulo de visconde foi-lhe concedido por carta de 30 de setembro de 1881.

Azevedo e Silva *(Fernando de Azevedo e Silva, conde de).* Actualmente nosso ministro em Bruxellas. Foi educado em Paris, onde tem passado grande parte da sua vida; entrou para a carreira diplomatica em 1870, sendo em 1874 nomeado segundo secretario, e collocado na legação de Bruxellas, onde serviu durante cinco annos, ficando differentes vezes encarregado de negocios; em 1879 foi transferido para a legação de Madrid, onde tambem exerceu as funcções de encarregado de negocios. Quando Anselmo Braamcamp subíu ao poder, em 1880, e geriu a pasta dos estrangeiros, foi o conde d'Azevedo e Silva nomeado chefe do seu gabinete, logar em que pouco tempo se demorou, porque, sendo promovido a primeiro secretario, voltou á legação de Madrid, e passou depois á embaixada de Roma junto da Santa Sé, onde se conservou até 1881, tendo em ambas ficado encarregado de negocios. Em 1881 teve transferencia para a legação de Paris, na qual, durante 12 annos exerceu o logar de secretario, e varias vezes foi encarregado de negocios, tendo durante esse largo periodo conquistado as maiores sympathias da colonia portugueza, fixa e fluctuante, da grande capital, e resolvido questões da mais alta importancia. Em 1893 foi promovido a ministro plenipotenciario e collocado em S. Petersburgo. O clima da capital da Russia e a defficiente organisação que n'esse tempo tinha a nossa legação junto ao imperio moscovita, levaram o sr. conde d'Azevedo e Silva a requerer a sua passagem á disponibilidade, e n'essa situação se conservou até que, pela transferencia do sr. conde de Tovar para a legação de Madrid, foi nomeado nosso ministro em Bruxellas. O sr. conde de Azevedo e Silva casou ha annos com uma senhora do norte da America; é socio correspondente da Academia Real das Sciencias e entre outros trabalhos litterarios publicou uma traducção dos *Luziadas*, e um *Estudo sobre a propriedade litteraria*, obras escriptas em francez. E' tambem artista muito apreciado nos centros musicaes de Paris, tendo sido um dos fundadores da notavel sociedade de concertos *La Circée.*

Azeveiro *(Casal do).* Na freg. de S. Pedro e conc. de Gouveia, distr. da Guarda.

Azevinheiro. Pov. na freg. de S. Thiago de Gavião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Casal na freg. de Santo André, de Sazes de Lorvão, conc. de Penacova, districto de Coimbra.

Azevinho. Movel da armaria, que representa este arbusto sempre verde.

Azevinho. Pov. da freg, de N. S.ª da Conceição, conc. de Monchique, distr. de Faro.

Azevinhos. Pov. na freg de S. Thiago, de Cambezes, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Julião, de Silva, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Azevo. Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Pinhel, distr. e bisp. da Guarda; 1 142 hab. e 218 fog A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada sobre um alto cabeço, onde está a matriz, e se avistam diversas terras. Era do padroado real e o reitor tinha 200$000 réis Passa por aqui o rio Côa. A terra é pouco fertil; cria algum gado miudo, tem caça e peixe. Azevo pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 12 com a séde em Trancoso. || Quinta freg. de S. Sebastião, de Ferro, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Azia. Pov. da freg. de N. S.ª da Alva e conc. d'Aljezur, distr. de Faro.

Azias. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte da Barca, distr de Vianna do Castello, arceb. de Braga, 636 hab. e 221 fog. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada n'um valle entre dois montes, sendo o do sul chamado Fojo Lobal, e o do norte Fraga do Penedo e Cumieira. O vigario, que depois foi abbade, era apresentado pelo ordinario, e tinha 250$000 réis de rendimento. E' terra agreste, mas muito abundante de aguas, por isso tem sitios muito ferteis. Azias é pov. muito antiga; já existia no tempo dos romanos, o que provam as muitas medalhas de cobre que ali tem apparecido, quasi todas do tamanho d'um antigo tostão em prata, com os bustos e legendas de varios imperadores romanos. A matriz foi reedificada no principio do seculo XVII. N'esta freg. ha uma capella pequena dedicada a S. Sebastião, toda de cantaria, que parece ter sido construida no seculo XIV, e outra de maiores dimensões, invocação de Bom Jesus, que foi construida em 1700. Azias pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Azibo ou Azibro. Rio na prov. de Traz-os-Montes; tem tres nascentes: na quinta do Azivieiro, no logar de Lamas e no dos Pereiras. Não tem nome até ao logar de Valle da Porca, onde toma o nome de *Azibo.* Corre veloz e arrebatado, já depois de se lhe reunir o rio de Chacim, outros ribeiros, e a ribeira de Sureira. Morre no Sabor, com 18 k. de curso. Nas suas margens vêem-se algumas oliveiras e muitas arvores silvestres. Tem uma ponte de pedra e cal, logo

abaixo do Valle de Porea, e outra egual por baixo de Balsemão.

Aziboso. Pov. da freg. de Santa Marinha, de Nespereira, cone. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Azibral. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Famalicão, conc. e distr. da Guarda.

Azibreiro. Pov. da freg. de S. João Baptista, de Gestaçô, conc. de Baião, distr. do Porto.

Azido. Pov. da freg. de Santa Maria, de Lamoso, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Azilhal. Pov. da freg. de Santo André, conc. de S. Thiago de Caeem, distr. de Lisboa.

Azilheira. Pov. na freg de S. Marcos da Serra, conc. de Silves, distr de Faro. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Sande, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Quinta na freg. de N. S.ª da Visitação, de Cerdeira, conc. de Sabugal, distr. da Guarda.

Azinhaes. Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. d'Alvito, distr. de Beja.

Azinhaes de Baixo e de Cima. Duas herdades na freg. de S Bartholomeu, conc. d'Arronches, distr. de Portalegre.

Azinha. Serra na prov. da Beira Baixa, com 6 k. de comprido e e 3 de largo. E' muito fria. Fica no termo da Guarda. Tem algumas povoações pequenas e pobres. A maior parte é cultivada e dá muito centeio e castanha. Cria gado grosso e miudo.

Azinhaga. *(Francisco de Paula Saldanha Oliveira e Daun, 1.º conde de).* Moço fidalgo com exercicio no Paço, por successão a seus maiores; par do reino por carta regia de 5 de março de 1853, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara em sessão de 7 do referido mez e anno; commendador da ordem de Christo, cavalleiro da ordem soberana de S. João de Jerusalem; grã-cruz da ordem de Carlos III e de Izabel a Catholica, ambas de Hespanha; grande official da ordem de Leopoldo da Belgica; commendador da ordem do Leão Neerlandez dos Paizes Baixos; enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em disponibilidade; bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra. N. a 21 de fevereiro de 179), fal. em Lisboa a 14 de dezembro de 1881. Era filho do 1.º conde de Rio Maior, João Vicente de Saldanha Oliveira e Sousa Jusarte Figueira, e de sua mulher, a condessa D. Maria Amalia de Carvalho Daun, filha dos primeiros marquezes de Pombal; irmão do marechal duque de Saldanha. Tendo-se formado em direito pela Universidade de Coimbra, entrou na carreira diplomatica, como addido á embaixada de Vienna d'Austria, em março de 1824, e partindo para aquella capital em agosto, ali serviu n'essa qualidade até setembro de 1826, em que foi nomeado para servir ás ordens do infante D. Miguel. Regressando com D. Miguel a Lisboa em 1828, foi em outubro d'este anno promovido a secretario de embaixada para os Paizes Baixos, porque a moderação do seu caracter não agradava aos exaltados d'esse tempo, e por isso o afastaram do lado do infante. Transferido para a côrte de Napoles, em 1829, não chegou a exercer aquelle cargo, porque esteve em commissão especial na côrte de Turim, desde 14 de dezembro de 1829 até 14 d'agosto de 1833. Sendo n'esse mesmo mez demittido pelo governo constitucional, voltou ao serviço diplomatico como 1.º addido na disponibilidade em agosto de 1842, e no anno immediato, em 23 de dezembro, foi nomeado encarregado de negocios em Copenhague, para onde partiu no mez de fevereiro de 1844. Em novembro de 1846 teve transferencia para Bruxellas e Haya, e foi promovido a ministro residente junto d'estas côrtes em 1847. Em 8 de março de 1852 teve a nomeação de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario para S. Petersburgo, mas não chegou a tomar posse do logar, porque vindo á patria com licença, foi transferido para Paris, onde esteve até meados de outubro de 1852, passando depois com a mesma categoria a Madrid, e ali se conservou até 1857, havendo n'esse intervallo sido eleito par do reino. Em consequencia do seu mau estado de saude, retirou-se da vida publica, ficando collocado na disponibilidade. O conde d'Azinhaga casou a 9 de janeiro de 1867 com D. Emilia Carolina Anna d'Almeida Ribeiro Neves, filha de Antonio Joaquim Ribeiro Neves, fidalgo da Casa Real, negociante de grosso trato na praça do commercio de Lisboa, capitalista e proprietario, e de sua mulher D. Maria Carolina Francisca d'Almeida Grandella. O titulo de conde foi concedido por decreto de 18 de maio de 1849, e carta de 31 de dezembro de 1866. O brazão é o seguinte: Escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Saldanhas, em campo vermelho uma torre de prata coberta d'azul, com uma cruz de ouro no remate; no segundo, as armas dos Sousas do Prado, e Sousas Chichorros, escudo esquartelado; no primeiro quartel as quinas do reino sem a orla dos castellos; no segundo em campo de prata, um leão sanguinho; no terceiro quartel, as armas dos Oliveiras. do morgado d'Oliveira (varonia da qual descende) em campo vermelho uma oliveira verde com raizes, perfis e fructos de ouro; o quarto quartel partido em pala; na primeira as armas dos Corrêas, em campo de ouro fretado de correias sanguinhas repassadas umas por outras de seis peças, tres em banda e outras tres em contrabanda; e na segunda pala, as armas dos Carvalhos do morgado de Carvalho, de que foi administrador o 1.º marquez de Pombal e 1.º conde d'Oeiras, d'onde tambem descende, em campo azul uma estrella de ouro de oito raios dentro d'um quadernal de crescentes de prata. Timbre, uma aguia de prata aberta armada de ouro, allusiva á descendencia de Bovadilha, tendo no bico uma chave de ouro, e nas garras um listão com a divisa *Veritas omnium victrix,* que ajustaram. D. Maria Bovadilha foi casada com Diogo de Saldanha, fidalgo castelhano, que passou a Portugal no tempo de D. Affonso V, e foi secretario de D. Joanna, a *Excellente Senhora.*

Azinhaga. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Estremadura, conc. da Gollegã, com. e distr. de Santarem, patr. de Lisboa; 1:929 hab. e 274 fog. Tem escolas para ambos os sexos e est. post. permutando malas com a R. A. N. Dista a pov. 18 k. da séde do conc. e está situada n'uma campina, d'onde se vêem as villas da Chamusca e da Gollegã. Da estação do cam. de ferro Matto de Miranda dista 5 k. Corre n'esta freg. o rio Almonda. A matriz era um templo sumptuoso de tres naves, mas está em ruinas. O prior tinha de renda annual 90$000 a 100$000 réis, era primeiro apresentado pelo papa, depois passou a ser da apresentação da mitra, por concurso. Teve Misericordia, a qual, é tradição que,

por breve apostolico, se erigiu dos bens de 4 confrarias que existiam ali. Azinhaga pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 16, com a séde em Lisboa. Pertencendo ao conc. de Santarem, passou para o da Gollegã por decreto de 21 de novembro de 1895. || Pov. na freg. de N. S.ª dos Martyres e conc. d'Arraiollos, distr. d'Evora. || Pov. na ilha da Madeira, da freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Machico, distr. do Funchal. || Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Triana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª da Salvação e conc. d'Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de Santa Quiteria, de Meca, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco. || Casal na freg. de S. Mamede, de Ventosa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Fazenda na freg. de S. Matheus, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Horta na freg. de Santa Maria e conc. d'Estremoz, distr. d'Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Esperança, conc. d'Arronches, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça e conc. de Móra, distr. d'Evora. || Monte na freg. de N. S.ª dos Mosteiros, conc. d'Arronches, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª das Neves, conc. e distr. de Beja. || Montes na freg. de S. Thiago, de Urra, conc. e distr. de Portalegre.

Azinhaga d'Arrabida e do Casquilho. Duas povoações na freg. de S. Thiago e conc. d'Almada, distr. de Lisboa.

Azinhaga dos Buracos. Pov. na freg. de Santa Maria, dos Olivaes, 1.º bairro de Lisboa.

Azinhaga da Fonte. Parte d'esta azinhaga pertence á freg. de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, e outra parte á de S. Lourenço, de Carnide, 3.º bairro de Lisboa. Põe em communicação o largo da Luz, em Carnide, com a estrada de Bemfica.

Azinhaga do Moiro *(Quinta da).* Na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Azinhaga da Murta. Pov. na freg. dos Santos Reis, de Campo Grande, 3.º bairro de Lisboa.

Azinhaga Nova *(Monte da).* Na freg. de N. S.ª dos Mosteiros, conc. d'Arronches, distr. de Portalegre.

Azinhaga do Outeiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, conc. d'Arronches, distr. de Portalegre.

Azinhaga de Palença de Cima, do Rapozo e do Valle de Mourellos. Tres povoações na freg. de S. Thiago e conc. d'Almada, distr. de Lisboa.

Azinhagão. Pov. na freg. de S. Gregorio, de Reguengo, conc. e distr. de Portalegre.

Azinhal. Pov. e freg. do Espirito Santo, da prov. do Algarve, conc. de Castro Marim, com. de Villa Real de Santo Antonio, distr. de Faro, bisp. do Algarve, 1.670 hab. e 363 fog. Tem escola do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada sobre um monte na margem direita do rio Guadiana, navegavel até Mertola, d'onde se descobrem diversas terras. O bispo do Algarve apresentava o cura, que depois foi prior, o qual tinha de renda 330 alqueires de trigo. E' terra fertil, e na serra do seu nome, onde está a freguezia, ha porcos bravos, rapozas e alguns lobos e caça miuda. Corre aqui a ribeira de Beliche, que desagua no Guadiana. Azinhal pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 4, com a séde em Faro. N'esta freg. houve um ataque dos guerrilhas do Algarve, em 20 de dezembro de 1838, em que ficou ferido o filho do celebre guerrilheiro Remexido. || Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Pov. na freg. de Santa Victoria, d'Ameixial, conc. de Estremoz, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de Santa Barbara, conc. de Borba, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cardigos, conc. de Mação, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de Santa Clara-a-Velha, conc. d'Odemira, distr. de Beja. || Pov. na freg. de N. S.ª do Pé da Cruz, de Santa Cruz, conc. d'Almodovar, distr. de Beja. || Pov. na freg. de Santa Maria, d'Evora Monte, conc. d'Estremoz, distr. d'Evora. || Pov. na freg. de S. Marcos da Serra, conc. de Silves, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Martim Longo, conc. d'Alcoutim, distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Negrilhos, conc. d'Aljustrel, distr. de Beja. || Pov. na freg. de S. Francisco de Assis, de Orca, conc do Fundão, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Paderne, conc. d'Albufeira, distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Urra, conc. e distr. de Portalegre. || Casal na freg. de Santa Eufemia, de Rio de Moinhos, conc. d'Abrantes, distr. de Santarem. || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Salvada, conc. e distr. de Beja. || Casal na freg. de Santo Antonio, de Vendas Novas, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora. || Herdade na freg.de N. S.ª das Neves, de Alter Pedroso, annexa á freg. e conc. d'Alter do Chão, distr. de Portalegre. || Herdade na freg. de S. Bento, de Anna Loura, conc. d'Estremoz, distr. d'Evora. || Herdade na freg. de N. S.ª da Orada e conc. d'Aviz, distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Aziuheira dos Barros, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de S. Mathias, conc. e distr. d'Evora. || Herdade na freg. de N. S.ª do Peso, conc. de Coruche, distr. de Santarem. || Herdade na freg. da Santissima Trindade, de Trindade, conc. e distr. de Beja. || Herdade na freg. de Santa Victoria, conc. e distr. de Beja. || Horta na freg. de N. S.ª da Orada e conc. d'Aviz, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Abella, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alcaria Ruiva, conc. de Mertola, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alfundão, conc. de Ferreira, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Salvador e conc. d'Aljustrel, distr. de Beja. || Monte na freg. de Sant'Anna da Serra, conc. d'Ourique, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Braz de Mattos, conc. d'Alandroal, distr. d'Evora. || Monte na freg. de S. Brissos, conc. e distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Christovão, conc. de Montemór-o-Novo. distr. d'Evora. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Freixo, conc. de Redondo, distr. d'Evora. || Monte na freg. de N. S.ª dos Martyres, conc. do Crato, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª da Orada, conc. de Borba. distr. d'Evora. || Monte na freg. de S. Salvador e conc. d'Ourique, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Pedro, de Pomares, conc. e distr. de Beja. ||

Monte na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Saboia, conc. d'Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de Santa Catharina, de Selmes, conc. da Vidigueira, distr. de Beja. || Monte na freg. de Santo Antonio, de Terrugem, conc. d'Elvas distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª do Rosario, de Torre dos Coelheiros, conc. e distr. d'Evora || Monte na freg. de Santo Antonio, de Vaiamonte, conc. de Monforte, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de S. Mathias, conc. e distr. de Evora.

Azinhal de Cima *(Monte do)*. Na freg. de Sant'Anna da Serra, conc. d'Ourique, distr. de Beja.

Azinhal Redondo *(Monte do)*. Na freg. de Santo Antonio, de Capellins, conc. d'Alandroal, distr. de Evora.

Azinhal da Ribeira do Roxo. Pov. na freg. de S. Salvador e conc. d'Aljustrel, distr. de Beja.

Azinhalarete. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cardigos, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Azinhalinho. Pov. na freg. de S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro. || Casal na freg. de N S.ª da Conceição, de Salvador, conc. e distr. de Beja. || Courella na freg. de S. Gens, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora. || Herdade na freg. de S. Mathias, conc. e distr. d'Evora. || Herdade na freg. de N. S.ª do Peso, conc. de Coruche, distr. de Santarem. || Herdade na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Redondo, distr. d'Evora. || Herdade na freg da Santissima Trindade, de Trindade, conc. e distr. de Beja. || Monte na freg. de Sant'Anna da Serra, conc. d'Ourique, distr. d'Evora. || Monte na freg. de S. Pedro, de Corval, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. d'Evora.

Azinheira *(Luiz Candido Teixeira de Moura, 1.º visconde de)*. Commendador da ordem de N. S.ª da Conceição e da de Carlos III, de Hespanha; bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra. N. a 22 de fevereiro de 1825. Era filho de Antonio Alves de Moura, proprietario de Traz os-Montes, e de D. Anna Emilia Teixeira. Exerceu diversos cargos da carreira administrativa em varios districtos do continente do reino. Foi agraciado com o titulo de visconde da Azinheira em sua vida, por decreto de 30 de dezembro de 1870, e carta de 10 de fevereiro de 1371, em memoria dos avultados actos de philantropia e generosidade praticados por seu tio João Teixeira Guimarães, em beneficio da Santa Casa da Misericordia do Porto.

Azinheira. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Belver, conc. de Gavião, distr. de Portalegre. || Pov. da freg. de N. S.ª das Preces, de Bemquerença. conc. e distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de Santo Antonio, de Marmelleiro, conc da Certã, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || Casaes na freg. de N. S.ª da Conceição, de Abitureiras, conc. e distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Miguel, de Carregueiros, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Casal na freg. de N. S.ª das Neves, conc. e distr. de Beja. || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Varzea, conc. e distr. de Santarem. || Estabelecimento pertencente ao Arsenal de Marinha, na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. do Seixal, distr. de Lisboa. (V. *Arrentella*). N'este local tem a firma Bensaude & C.ª, de Lisboa, grandes armazens para a secca do bacalhau, pescado por sua conta nos bancos da Terra Nova. || Herdade na freg. de N. S.ª da Boa Fé, conc. e distr. de Evora. || Herdade na freg. de N. S.ª da Graça, do Divor, conc. e distr. d'Evora. || Herdade na freg. de S. Braz, de Figueira, conc. d'Aviz, distr. de Portalegre. || Herdade na freg. de Santa Justa, conc. de Arraiolos, distr. d'Evora. || Herdade na freg. de N. S.ª da Conceição, de Salvada, conc. e distr. de Beja. || Herdade na freg. de Santa Susana, conc. de Redondo, distr. d'Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Abella, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de S. Domingos de Anna Loura, conc. de Estremoz, distr. d'Evora. || Monte na freg. de Santo Antonio, de Arcos, conc. d'Estremoz, distr. d'Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Boa Fé, conc. e distr. d'Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Caridade, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. d'Evora. N'este monte foi encontrado em 1840 um bello sarcophago romano, com figuras em alto relevo. Muitos outros objectos de uso funerario e domestico se teem por vezes achado n'esta localidade, entre vestigios de edificações antigas. Sobre o sarcophago, que a camara municipal do Porto comprou em 1867 a Luiz Maria da Costa, por 50 libras, escreveu uma memoria o sr. Eduardo Augusto Allen. V. *este nome.* || Monte na freg. de S. Thiago, de Entradas, conc. de Castro Verde, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Lourenço de Mamporcão, conc. d'Estremoz, distr. d'Evora. || Monte na freg. de Santa Margarida da Serra, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Montoito, conc. de Redondo, distr. d'Evora. || Monte na freg. de Santa Catharina, de Quintos, conc. e distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. d'Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de Santo Antonio, de Terrugem, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Vimieiro, conc. de Arraiollos, distr. d'Evora. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr d'Evora. || Quinta na freg. de N. S.ª da Conceição, de Faia, conc. e distr. da Guarda.

Azinheira dos Barros. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da provincia da Estremadura, conc de Grandola, com. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa, bisp. de Beja, 1:032 hab. e 216 fogos. A pov. dista 17 k. da séde do conc. e está situada n'uma campina elevada, d'onde se avistam diversas villas. O cura era da apresentação da mitra. A maior parte da freguezia é composta de matagaes, que criam muitos lobos, rapozas, coelhos, lebres, perdizes, etc. N'esta freguezia juntam-se duas ribeiras, Alvalade e Corona, tomando então o nome de ribeira do Roxo. Azinheira dos Barros foi em tempo annexa á freg. de Grandola. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 11, com a séde em Setubal.

Azinheira de Besteiros *(Herdade da)*. Na freg. da Conversão de S. Paulo, de Pavia, conc. de Móra, distr. d'Evora.

Azinheira dos Coelhos e dos Gallegos. Duas herdades na freguezia de Santa Sophia, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora.

Azinheira do Patalim *(Monte da)*. Na freg. de Santa Sophia, conc. de Montemór-o-Novo, distr de Evora.

Azinheira Redonda *(Monte da)*. Na freg. de S. Salvador e conc. d'Ourique, distr. de Beja.

Azinheiras. Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cazevel, conc. e distr. de Santarem. || Herdade na freg. de S. Jordão, conc. e distr. d'Evora. || Monte na freg. de Sant'Anna de Serra, conc. d'Ourique, distr. de Beja.

Azinheirinha. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Represa, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora. || Pov. na freg. e conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Azinheiro. Pov. na freg. de S. Martinho, de Estoy, conc. e distr. de Faro.

Azinhosa. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Azinhoso. Villa e freg. de N. S.ª da Natividade, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança; 742 habitantes e 93 fog. Tem escola para o sexo masc. e est. post., permutando malas com Mogadouro. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada n'um baixo, rodeado de campina d'onde se vêem muitas terras. Tomou o nome de Azinhoso d'uma grande azinheira que se creou no logar do Marmelleiro, junto á ermida pe N. S.ª do Carrasco. Até 1424 foi aldeia composta de duas quintas, a da Marmelleiro, pertencente ao Mogadouro, e Carrescal pertencente a Penas-Royas. N'este anno de 1424, el-rei D. João I deu-lhe foral, com grandes privilegios, e D. Manuel deu-lhe foral novo, confirmando os privilegios, em Evora a 15 de fevereiro de 1520. Era da jurisdicção real. A egreja matriz é toda de cantaria lavrada e de boa architectura; tem um bom côro e uma torre com dois grandes sinos. E' tradição que foi egreja dos templarios, e que a fundou D. João I, concorrendo o povo da freg. com avultadas esmolas. Emquanto esta parte de Traz-os-Montes pertenceu ao arcebispado de Braga, foi Azinhoso vigararia geral. Deixou de o ser quando se creou o bispado de Miranda, hoje Bragança, a que Azinhoso ficou pertencendo. Tem Misericordia e hospital fundados por Martim Soeiro de Athaide em 1647, deixando todos os seus bens á Misericordia e as suas casas para o hospital. O santuario de N. S.ª de Azinhoso é antiquissimo, e parece ainda anterior á invasão dos arabes em Portugal. Já no tempo dos reis de Leão era este sanctuario muito concorrido de devotos, que lhe faziam valiosas offertas. Em tempos remotos, diz-se, que se fazia uma feira a 8 de setembro, que fôra instituida por el-rei D. Diniz, quando visitou o santuario em 1287. O parocho era da apresentação da mitra, e tinha de rendimento 40$000 réis. Azinhoso é terra fertil em trigo, centeio, azeite e vinho. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 10, com a séde em Mirandella.

Aziral. Quinta na freg. de S. Sebastião, de Villar Barroco, conc de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Azival. Pov. na freg. de S. Pedro, de Espinho, conc. de Mortagoa, distr de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Sever do Vouga, distr. d'Aveiro. || Quinta na freg. de S. Thiago, de Cepões, conc. e distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de S. Matheus, de Unhaes o Velho, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Aziveiro. Pov. na freg. de Santa Maria, de Telhado, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Quinta na freg. de N. S.ª da Purificação, de Podence, conc. de Macedo de Cavalleiros, distr. de Bragança.

Azivoso. V. *Aziboso.*

Azoeira. V. *Azueira.*

Azões. Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 193 hab. e 54 fog. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada no valle de Penella, na raiz do monte Aventosa. Fôram seus donatarios os almirantes de Portugal, condes de Rezende, que apresentavam os abbades, os quaes tinham de renda 200$000 réis. Até 1855 foi do conc. de Penella, com. de Pico de Regalados. Corre aqui o rio Neiva. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 7 com a séde em Leiria. || Pov. na freg. de Santa Maria. de Telhado, conc. de V. N. de Famalicão; distr, de Braga.

Azoia. Pov. e freg. de Santa Catharina, da prov. da Estremadura, conc., com. e distr. de Leiria; 987 hab. e 197 fog. Tem escola do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada sobre um cabeço, dominando uma veiga, que o rio Lena rega e fertilisa. Era da corôa, e o povo pagava o oitavo dos fructos á Casa do Infantado. Na aldeia de Sebastião de Freixo, d'esta freguezia, é tradição que foi onde existiu a antiga cidade de *Calippo.* No meio d'esta aldeia construiu o povo uma capella a Santa Catharina, que o bispo de Leiria D. Alvaro Abranches elevou a freguezia em 1713, mandando edificar uma nova egreja. D. Affonse III deu-lhe foral, em 13 de abril de 1255. O parocho era apresentado pela mitra, e tinha de rendimento 60$000 réis. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Barão de S. João, annexa a Bensafrim, conc. de Lagos, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Collares, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Casaes na freg. de N. S.ª da Consolação e conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa.

Azoia de Baixo. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Estremadura, conc., com. e distr. de Santarem, patriarch. de Lisboa; 466 hab. e 99 fog. Tem est. post. permutando malas com Santarem. A pov. dista 7 k. da séde do conc. O vigario do Salvador de Santarem apresentava aqui o cura, que tinha de renda uma pipa de vinho, um moio de trigo, dois cantaros de azeite e 2$000 reis em dinheiro. E' terra fertil. Azoia de Baixo pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 1 com a séde em Lisboa. Esta freg. tem uma pequena egreja dedicada a N. S.ª da Conceição, distante 1 k. da quinta de Valle de Lobos, onde residiu nos ultimos annos da sua vida Alexandre Herculano, quinta que elle comprou e depois de reconstruir a modesta casa de habitação, e as officinas agricolas, começou a desbravar e a cuidar dos terrenos que a circumdam, tornando um valle triste, pedregoso e improductivo, n'uma varzea alegre, abundantemente atapetada de relva, arvoredos copados, fartos e viçosos. Valle de Lobos é um sitio ermo, triste e um pouco agreste, povoado de olivedos,

a 7 k. de Santarem. Os raros casaes que se vêem nas encostas adjacentes, assombreadas pelo verde negro das oliveiras, são habitados por camponezes, que passam vida pacifica, entregues aos trabalhos dos seus campos. A pequenina egreja de aldeia apresenta a perspectiva singela e recolhida dos presbyterios ruraes. E' junto da porta d'este eremiterio campezino que se encontra um singelo monumento funebre, o tumulo onde repousaram as cinzas do grande historiador, desde 13 de setembro de 1877 até á sua solemne trasladação, em 27 de junho de 1888, para a egreja dos Jeronymos em Belem. O tumulo em Azoia de Baixo pertencia ao general Pedro Vieira Gorjão, amigo e visinho de Alexandre Herculano, o qual fallecera alguns annos antes. Azoia e Valle de Lobos tornaram-se logares celebres, o primeiro por ter encerrado na sua egreja durante 11 annos os restos mortaes do notavel homem de letras, e o segundo por elle ter ali vivido e fallecido.

Casa onde falleceu Alexandre Herculano

Azoia de Cima. Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Extremadura, conc., com. e distr. de Santarem, patr. de Lisboa; 601 hab. e 105 fog. A pov. dista 12 k. da séde do conc. N'esta freg. ha muitos e extensos olivaes, por isso é muito abundante em azeite. O vigario era apresentado pela Mesa da Consciencia e Ordens; tinha de rendimento 1 moio de trigo, 2 cantaros de azeite, 30 almudes de vinho, 2 arrobas de cera branca e 21$200 réis em dinheiro. Junto ao logar, ha a fonte de S. Sebastião, tão salitrosa, que muitas vezes o salitre entupe os canos por onde ella passa. Azoia de Cima pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 16 com a séde em Lisboa.

Azoio. Pov. na freg. de Pedro e conc. de Porto de Móz, distr. de Leiria.

Azorero ou **Azureira.** Appellido de familia nobre de Portugal, que teve o seu antigo solar nas montanhas da Navarra. Alguns membros d'esta familia vieram para Portugal. Tem por armas o escudo partido em pala; a primeira de prata com uma aguia estendida, a segunda lisonjada de ouro e vermelho; bordadura de azul com oito estrellas de ouro e pontas do mesmo metal.

Azossim. Parochia da regedoria de Neurá, no concelho das Ilhas, na India. Orago S. Matheus.

Azueira. Villa e freg. de S. Pedro, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Mafra, distr e patr. de Lisboa; 1.795 hab. e 459 fog. Tem escola do sexo masc. e est. post. permutando malas com Mafra. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada n'uma baixa, na encosta d'um monte. Foi freg annexa á de Santa Maria de Castello, de Torres Vedras, cujo prior confirmava a nomeação do cura de Azueira, que era feita pelo povo, e tinha de renda 120$000 réis. Foi feita villa em 1820, e era séde de concelho, que foi supprimido por decreto de 24 de outubro de 1855. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr de recrutamento e res n.º 1 com a séde em Lisboa.

Azueira de Baixo, de Cima e do Meio. Tres povoações na freg. de S. Pedro, de Azueira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Azues *(Conegos).* Os congregados de S. João Evangelista, os loios. || — *Irmãs.* As congregadas da ordem da Annunciada, por andarem vestidas de azul.

Azul *(Livro).* V. *Livro Azul.*

Azul. Pov. na freg. de S. Thiago, d'Evora d'Alcobaça, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Azulejo. V. *Ceramica.*

Azulejos *(Quinta dos).* Na freg. de S. João Baptista, do Lumiar, 3.º bairro, de Lisboa. No palacio passavam alguns dias de verão a rainha D. Maria I e a côrte. Deriva o nome dos azulejos que ornam as paredes, representando scenas biblicas e mythologicas.

Azurara *(Fr. Antonio de).* Religioso capucho da prov. da Piedade. N. em Azurara. Foi muito versado em theologia moral, como claramente manifestou, não só nos additamentos que fez ao *Manual dos confessores e penitentes*, composto por fr. Rodrigo do Porto, religioso da mesma provincia, mas concorrendo com grande copia de doutrinas canonicas e moraes para o referido *Manual*, quando sahiu illustrado pela doutissima penna do dr. Martim de Aspilcueta Navarro, cujo grande auxilio confessou ter recebido, na dedicatoria ao cardeal D Henrique, que vem no *Manual*, impresso em Coimbra, no anno de 1552.

Azurara *(Gomes Eannes de).* Commendador da ordem de Christo, chronista-mór do reino e guarda-mór do Archivo Real da Torre do Tombo. Dizem os seus biographos que elle tomara o appellido de que usou, da villa em que nasceu, dando-o uns por natural de Azurara do Minho, e outros por de Azurara da Beira, o que parece mais exacto, conforme se lê no *Instituto*, de Coimbra, vol. IX, pag. 72 e 107. Alexandre Herculano, no seu artigo, publicado no *Panorama*, vol. 3.º de 1839, a pag. 250, diz ser Gomes Eannes filho de João Eannes de Azurara, bispo d'Evora e de Coimbra; que entrou, sendo mancebo, na ordem de cavallaria de Christo, onde chegou a

ter o grau de commendador de Aleains, a qual commenda possuia em 1454, e que depois trocou pelas do Pinheiro Grande e da Granja de Ulmeiro, que se vê serem suas pelos annos de 1459. «Parece, diz o grande historiador, que durante a sua mocidade Gomes Eannes, segundo o costume dos cavalleiros d'aquelles tempos, se occupou inteiramente no exercicio das armas, sem curar d'instruir-se nas boas letras. Verdade é que o abbade Barbosa o faz erudito na historia desde mancebo; mas o mestre Matheus de Pisano, seu contemporaneo, preceptor de D. Affonso V, e auctor d'uma chronica da conquista de Ceuta, escripta em latim, diz que sendo já de edade madura se applicara ao estudo, mas que até então fôra inteiramente hospede em litteratura. Foi depois d'esta epoca que Eannes entrou no serviço d'elrei D. Affonso V, como guarda da Torre do Tombo, segundo se colhe da carta de sua nomeação passada a 6 de junho de 1454, como bibliothecario da livraria real fundada por aquelle monarcha, do que nos informa mestre Matheus na obra já citada; e como encarregado de escrever varias chronicas das cousas portuguezas, conforme o diz o proprio Azurara no capitulo II da chronica do conde D. Pedro de Menezes.» São incertas todas as datas relativas á vida d'este nosso chronista. Não se sabe o anno em que nasceu nem o em que morreu; os seus biographos limitam-se a dizer que vivia ainda em 1473, porque apparecem certidões passadas por elle n'este anno. Azurara era muito considerado por seu saber e qualidades, de valimento na côrte e pessoalmente bemquisto dos reis em cujos reinados viveu: D. João I, D. Duarte, e com especialidade D. Affonso V, prova-se isto por muitos documentos e factos. Foi este monarcha quem o nomeou chronista-mór e guarda-mór da Torre do Tombo, substituindo Fernão Lopes, que deu o seu consentimento por se sentir já velho, cançado e doente; deu lhe casas contiguas ao paço real, onde o chronista habitou; uma tença de doze mil reaes brancos annuaes; em 1467 fez-lhe mercê d'uma capella que vagára para a corôa, doou-lhe umas casas em Lisboa, como consta do livro III dos Misticos; diz-se que tambem lhe conferiu o cargo de desembargador da Casa do Civel. Antes de todas estas mercês, já Gomes Eannes era homem abastado, segundo se colhe de outros documentos coevos. «Acerca d'este chronista, diz Herculano no artigo a que nos referimos, se conserva ainda uma lembrança curiosa no Archivo da Torre do Tombo. Em 1461 uma pelliteira viuva e rica, chamada Joanna Eannes, o adoptou por filho, constituindo-o seu herdeiro. O abbade Corrêa da Serra nota, com razão, que tal adopção de um homem nobilitado por seus cargos e pela qualidade de cavalleiro, feita por uma plebea, era inteiramente opposta ás idéas do seculo XV, devendo-se por isso suspeitar que Azurara foi d'aquellas pessoas para quem o respeito ao dinheiro é o principal de todos os respeitos.» A vasta erudição de Azurara patenteia-se nas suas obras; tende a ostentosa e declamatoria, mas é vasta, e essas obras só por si bastam a mostrar que Portugal não foi de todo extranho ao impulso litterario de que resultou a Renascença. Era imparcial nos seus juizos e foi escriptor sincero; tinha, comtudo, o defeito de querer affectar grande talento, que ninguem lhe contestava, o que muitas vezes tornava enfadonhas as suas obras. Damião de Goes dizia: «que elle usava de palavras e termos antigos, com razoamentos prolixos e cheios de metaphoras ou figuras, que no estylo historico não tem logar». João de Barros, pelo contrario, affirmava: «que elle bem merecera por sua diligencia o nome do officio que teve, e que se alguma cousa ha bem escripto das chronicas d'este reino, é da sua mão». Alexandre Herculano, no artigo do *Panorama*, a que já nos temos referido, diz o seguinte: «Apezar da estimação e respeito que merecera Fernão Lopes aos seus contemporaneos, parece que o seu immediato successor lhe levou n'isso conhecida vantagem, posto que muito inferior lhe fôsse em merito. Azurara tendo de escrever sobre cousas d'Africa, passou áquellas partes, e lá fez larga demora para conhecer miudamente os logares e circumstancias das façanhas que tinha de narrar. Estando ali recebeu a celebre carta de D. Affonso V, que anda impressa no principio da chronica de D. Duarte de Menezes. Este documento prova quão bella era a alma d'aquelle monarcha, a quem podemos sem receio chamar o ultimo rei cavalleiro, e cuja honrada memoria teem pretendido escurecer aquelles que só em seu filho encontram um grande homem. Vê-se n'esta carta, que D. Affonso entendia que uma penna vale bem um sceptro, e o engenho um throno. De irmão para irmão não houvera mais affavel e affectuosa linguagem, e mais generosas animações e mercês.» No real archivo fez Azurara uma nova leitura dos mais antigos documentos, resumindo-os de tal fórma que se encontram reduzidos á expressão mais simples. Esta desgraçada providencia foi tomada em virtude de um pedido dos povos a D. Affonso V. A'cerca de Gomes Eannes d'Azurara póde ler-se, além dos artigos do *Instituto* e do *Panorama*, em que falámos, as *Memorias para a historia do Real Archivo*, por João Pedro Ribeiro, pag. 56; *Curso de Litteratura portugueza e brasileira*, de Francisco Sotero dos Reis, tomo I, pag. 193 a 209; *Annaes maritimos e coloniaes*, serie II pag. 23 a 35; *Introducção á Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*, pelo visconde de Santarem. Escreveu: *Chronica delrei D. João I de Boa memoria, e dos reis de Portugal o decimo; terceira parte, em que se contém a tomada de Ceuta*, Lisboa, 1644. Innocencio da Silva, no *Diccionario bibliographico*, vol. III, pag. 147, diz o seguinte: «Occorre-me um reparo sobre a composição d'esta chronica (publicada posthuma, e como supplemento ou continuação das partes primeira e segunda, que do mesmo rei deixára Fernão Lopes). Diz Azurara no capitulo 1.º que começara a escrevel-a trinta e quatro annos depois da expugnação d'aquella praça, que foi como todos sabem (e elle mesmo diz adiante no cap. 86) a 21 de agosto de 1415. Começou por tanto a composição no anno de 1449; e como declara no fim ter-lhe posto a ultima mão na cidade de Silves a 25 de março de 1450, segue-se que a compozera dentro de sete mezes pouco mais ou menos; o que na realidade parece incrivel, quando se attenta na madureza e circumspecção com que n'aquelles tempos se escrevia» Escreveu mais: *Chronica do conde D. Pedro (de Menezes) continuada da tomada de Ceuta, a qual mandou El-Rey D. Affonso V deste nome, e dos Reys de Portugal XII escrepver;* sahiu pela primeira vez impressa no tom. II da

Collecção de livros inéditos da Historia portuguesa, publicado pela Academia Real das Sciencias, precedida d'uma introducção pelo abbade Corrêa da Serra, na qual se recolheram todas as especies historicas que foi possivel descobrir ácerca de Azurara; a *Chronica* é dividida em 2 livros; *Chronica dos feitos de D. Duarte de Menezes, conde de Vianna, e capitão da villa de Alcacer em Africa*, etc.; tambem foi pela primeira vez impressa no tomo III da dita *Collecção de ineditos; Chronica do descobrimento e conquista de Guiné, escripta por mandado d'el-rei D. Affonso V, sob a direcção scientifica e segundo as instrucções do illustre infante D. Henrique; fielmente trasladada do manuscripto original contemporaneo, que se conserva na Bibliotheca Real de Paris, e dada pela primeira vez á luz por diligencia do Visconde da Carreira; precedida de uma introducção, e illustrada com algumas notas pelo Visconde de Santarem, e seguida de um Glossario das palavras e phrases antiquadas e absoletas*, Paris, 1841. Esta *Chronica*, que Azurara concluiu no anno de 1453, havia desapparecido. Um manuscripto coetaneo, que por inducções bem cabidas se presume ter sido dado pelo proprio rei D. Affonso V a seu tio, do mesmo nome, rei de Napoles, pelos annos de 1453 a 1457, foi parar finalmente á Bibliotheca de Paris, onde pela primeira vez deu d'elle noticia Ferdinand Denis, que o encontrou em 1837. E' por este manuscripto que se fez a referida edição. Dizem que existe outra copia, feita em 1506, que faz parte d'uma preciosa collecção de manuscriptos de historia dos descobrimentos dos portuguezes, collecção que foi do mestre impressor allemão Valentim Fernandes, estabelecido em Lisboa desde o fim do seculo XV até mais do meado do seculo XVI, e passando ainda n'este seculo ao poder do celebre erudito Peutinger, está na Real e Nacional Bibliotheca de Munich. Temos mais: *Chronica d'el-rei D. Duarte.* Posto que a principal parte seja de Fernão Lopes, diz Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, as praticas da jornada de Tanger e a relação do enterro de D. João I, como tambem os descobrimentos do infante D. Henrique até á sua morte, são de Gomes Eannes de Azurara, como affirma Damião de Goes, na *Chronica* de D. Manuel. Esta chronica reduziu a melhor estylo Ruy de Pina. Em manuscripto: *Milagres do Santo Condestabre D. Nuno Alvres Pereira; Chronica delRey D. Affonso V até á morte do infante D. Pedro; Compilação de varias Escripturas, Ordenações, Cartas, casamentos, contratos, armadas, festas, obras, doaçoens, merces, assim por registro da Chancellaria, e Fazenda, como por cartas de todo o Reyno.* Esta obra tão util, como laboriosa, que comprehende os reinados de D. Pedro I e seu filho D. João I, extrahiu da Torre do Tombo, e a reduziu a diversos volumes, que serviram de illustração a muitas noticias d'este reino.

Azurara *(João Antonio Salter de Mendonça, 1.º visconde de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real; do conselho de D. João VI; cavalleiro professo na ordem de Christo, commendador de S. Pedro de Farinha Pôdre, no bispado de Coimbra, na referida ordem; commendador da ordem de N. S.ª da Conceição; secretario e membro do governo do reino; desembargador do Paço e da Casa da Supplicação; deputado e procurador da Junta do Tabaco, etc. N. em Guyanna, bispado de Pernambuco, a 15 d'agosto de 1746, fal. em 14 de junho de 1825. Era filho de Jorge Salter de Mendonça, fidalgo da Casa Real, desembargador da Relação e Casa do Porto, em cujo exercicio falleceu; desembargador da Relação da Bahia; ouvidor de Parahiba e procurador da corôa e fazenda d'esta capitania; juiz de fóra da villa d'Ourem, provimento da casa de Bragança; proprietario do officio de escrivão da carga e descarga das naus da India; casado com D. Antonia Francisca Pessoa de Lima, filha de Bento Correia de Lima. Salter de Mendonça veiu para Portugal, matriculou-se na Universidade de Coimbra, onde seguiu o curso de direito, e, apenas o concluiu, foi nomeado auditor do regimento de marinha. Em 1772 teve a promoção de desembargador da Relação do Rio de Janeiro. N'essa cidade desempenhou tambem os logares de ouvidor geral do civel, procurador da Corôa e Fazenda Real, deputado de fazenda, porteiro e guarda-mór da alfandega, sendo transferido em 1779 para a Relação do Porto, servindo tambem n'esta cidade os cargos de procurador fiscal e conservador da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Em 1789 foi nomeado desembargador da Casa da Supplicação; em 1799 procurador geral da corôa, e em 1801 deputado da casa de Bragança. Quando a 29 de novembro de 1807 a familia real partiu para o Brazil, ficou Salter de Mendonça fazendo parte da regencia nomeada por D. João VI, então principe regente, como secretario e encarregado dos negocios do reino e da fazenda, logar em que se conservou até 15 de setembro de 1820, em que se realisou na capital a revolução, sendo dissolvida a regencia, elegendo-se uma junta por acclamação do povo. Salter de Mendonça tambem foi nomeado em 1812 regedor da justiça da Casa da Supplicação, guarda-mór do Real Archivo da Torre do Tombo, em 24 de dezembro de 1813; presidente da commissão do Exame dos Foraes e Melhoramentos da Agricultura; presidente da commissão da Nova Reforma de Pesos e Medidas; escrivão e proprietario da carga e descarga das naus da India. Casou no Porto em 1789 com D. Anna Rosa de Noronha Leme Cernache, filha de Vicente de Noronha Leme Cernache, e de sua mulher D. Anna de Noronha Leme Cernache. O titulo de visconde de Azurara foi concedido em duas vidas, por decreto de 13 de maio de 1819 e carta de 22 de junho de 1820. O brazão d'armas: um escudo com as armas dos Salter, em campo de prata uma cruz preta florida entre quatro violetas da mesma côr, tambem em cruz. Timbre: um mocho de sua côr armado de ouro. Tendo fallecido sem filhos legitimos, o titulo de visconde passou para seu filho natural, legitimado pelo alvará de 6 de fevereiro de 1809, Jorge Salter de Mendonça.

Azurara *(Jorge Salter de Mendonça, 2.º visconde de).* Moço fidalgo com exercicio accrescentado a Fidalgo Escudeiro, pelo alvará de 24 de setembro de 1824; commendador de S. Pedro da Farinha Pôdre, no bispado de Coimbra, da ordem de Christo; deputado da extincta Junta do Tabaco; escrivão proprietario da carga e descarga das naus da India, officio que desde longos annos andava na casa dos seus ascendentes; coronel do regimento de milicias de Lisboa oriental. N. a 20 de maio de 1804, e fal. a 10 de dezembro de 1872. Era filho natural do 1.º visconde de Azu-

rara, João Antonio Salter de Mendonça, legitimado pelo alvará de 6 de fevereiro de 1809. Casou em 22 de setembro de 1839, com D. Maria Henriqueta Manuel de Vilhena Saldanha Oliveira e Daun, filha do primeiro conde d'Alpedrinha, José Sebastião de Saldanha Oliveira e Daun, e da condessa D. Maria Leonor Carolina da Conceição Manuel de Vilhena da Costa Freire Martins da Fonseca Esta senhora era já viuva de D. Diogo Corrêa de Sá Mello Ferreira d'Amorim Pereira, senhor dos morgados do Fontão e Agrêdo, Rua Escura. Luzinde, Lobazim e Cabeço de Vide, de Santa Martha de Vianna do Castello, e de Corrêas na ilha de S. Miguel, e do Pouzo da Cunha; commendador de Travassos na ordem de Christo, fallecido em 1837. O titulo foi concedido em alvará de lembrança da 2.ª vida no mesmo titulo a seu pae de 21 de agosto de 1821; e em verificação de vida, no referido titulo, em 9 de novembro de 1824, e carta de 12 d'abril de 1825.

Azurara. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Villa do Conde, distr. e bisp. do Porto; 897 hab. e 236 fog. Está situada n'uma campina accidentada, aprazivel, muito fertil e saudavel. Vê-se d'aqui Villa do Conde, a barra ou foz do rio Ave, muitas povoações e freguezias, e grande extensão de mar. E' povoação muito antiga; não se sabe quando, nem por quem foi fundada, mas sabe-se que já existia no tempo dos suevos. No começo do seculo XII era povoação muito importante, porque o conde D. Henrique e sua mulher, D. Thereza, a fizeram villa, dando-lhe foral em 1102 ou 1107, que D. Affonso II mais tarde confirmou, em Santarem, no dia 1 de fevereiro de 1213. A villa de Azurara, porém, não era freguezia; pertencia á de Arvore, com todo o territorio que fórma hoje a sua freguezia, e que era do antigo conc. da Maia. Em 1457 tornou-se independente, ficando todavia os habitantes obrigados a concorrerem para os reparos da antiga egreja parochial d'Arvore, encargo de que só se puderam livrar, depois de muitas demandas, em 1726. O vigario d'Arvore ficou apresentando annualmente o cura em Azurara Depois, como a nova freguezia foi prosperando muito e crescendo em população, tornou-se consideravelmente mais importante que a de Arvore, e em 1550 o vigario passou para Azurara, e apresentava então o cura para a freg. que deixara. A meza capitular do bispado do Porto, que apresentava o vigario d'Arvore, ficou desde aquelle anno apresentando o d'Azurara (V. *Arvore*). Até fins do seculo XV ainda esta villa continuou pertencendo ao conc. da Maia; depois formou conc. independente, com a maior parte da sua freguezia, porque o resto se conservou ainda sendo da Maia, e com a de Villa do Conde, que ficou pertencendo ao conc. d'Azurara. No fim do seculo XVII ou principio do seculo XVIII, Villa do Conde prosperou mais que a de Azurara, formando conc. a que esta villa ficou sujeita, recuperando por essa occasião, como freg., a parte que desde a sua independencia ficara pertencendo ao conc. da Maia. Foi dos marquezes de Villa Real, e quando este titulo ficou extincto, por causa da cumplicidade na conjuração contra D. João IV, em 1641, passou para a Casa do Infantado. A egreja é um sumptuoso templo, mandado construir por D. Manuel, no regresso d'uma romaria em 1498 a S. Thiago de Compostella; tem uma bella torre de cantaria, muito alta, e dentro e fóra da egreja as armas de que D. Manuel usava. Entre a porta lateral e a estrada ha um largo onde se vê um pelourinho, que indica ainda a importancia da villa em tempos remotos. No segundo domingo d'agosto faz-se n'esta egreja uma festa a N. S.ª das Neves, que costuma ser muito concorrida. No largo em que falámos ha a feira annual a 5 d'agosto. Azurara gosou de muitos e grandes privilegios, honras e isenções, como se póde vêr no *Tombo* da casa dos marquezes de Villa Real, que está na camara do Porto. A Misericordia e o hospital fôram construidas em 1516. Houve aqui um convento de frades capuchos, fundado por fr. João Chaves em 1518, n'uma quinta que, segundo a tradição, pertencera aos templarios. O convento passou depois a D. Jayme, duque de Bragança, por doação do provincial dos claustraes. Azurara é muito fertil em cereaes, vinho e fructa. Cria gado grosso e miudo, tem abundancia de peixe do rio e do mar. Dista 1 k. da séde do conc., tem escola do sexo masc., est. do caminho de ferro na linha do Porto á Povoa e Famalicão. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 18 com a séde no Porto.

Azurara da Beira. V. *Mangualde*.

Azurem. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 1.271 hab. e 225 fog. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está collocada nos arrabaldes de Guimarães. E' terra fertil, sobretudo em trigo, vinho, centeio e azeite. O vigario era annual, apresentado pelo cabido da collegiada de Guimarães, e tinha de congrua 80$000 reis e o pé d'altar. Ha aqui uma torre, que era o solar dos Peixotos, que procedem de Gomes Peixoto, *o velho*, filho de D. Egas Henriques Porto Carreiro. Azurem pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20 com a séde em Amarante.

Azurva. Pov. na freg. de Santo André, de Esgueira, conc. e distr. de Aveiro.

Azurveira. Pov. na freg. de S. Simão, de Mamarrosa, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

CORRECÇÕES

As correcções abaixo respeitam sómente a alguns dos artigos do presente volume. Outras inexactidões existem decerto, de par com os pequenos lapsos de revisão, que o leitor corrigirá facilmente.

Quaesquer lacunas ou omissões, que se notem na letra A, poderão constituir um supplemento ou additamento especial no fim da obra. Mas devem desde já procurar-se, a despeito da falta de referencias n'este volume, em outras letras iniciaes de vocabulos, synonimos, nomes, appellidos, etc. que se relacionem entre si.

Abaças ou **Abbaças.** A designação arabe de que derivou o nome da povoação é *Habaxa.*

Abambres. O censo de 1 de dezembro de 1900, seguido n'esta obra, diminue a população, que é de 396 habitantes.

Abbadim. A ponte não é romana mas sim filippina, do anno de 1608. Tem grande altura. *Abbadim* é propriamente o nome d'esta ponte e não da povoação, que fica toda no conc. e com. de Caminha.

Abelheira. Não é logar em Ponta Delgada, mas sim sitio da freg. de N. S.ª dos Anjos do logar da Fajã de Baixo, conc. de Ponta Delgada.

Aboa. Deve ler-se *Aboá.* Pertenceu em tempo ao bisp. de Miranda, mas agora é do de Bragança. Não pertenceu ao termo da villa de Monforte de Rio Livre, que já não existe e está despovoada.

Abranches *(João Candido).* Exerceu e exerce ainda a profissão de ourives, achando-se vivo e residindo em Ponta Delgada. Nasceu em Angra, a 2 de abril de 1830. Veiu d'esta cidade para Ponta Delgada, d'onde não saiu mais, em janeiro de 1839. Collaborou no *Diario de Annuncios* e não no *Diccionario* (*Diario*) *dos Açores.*

Abrigada *(José Maria Camillo de Mendonça, visconde de).* A viscondessa de Abrigada, D. Maria Leonor Ernestina, que foi casada em segundas nupcias com o sr. barão da Povoa de Santo Adrião, falleceu em 21 de fevereiro de 1904.

Açores. Villa e freg. da prov. da Beira Baixa. Com relação á reedificação da egreja, hoje ali existente, communicaram-nos amavelmente o seguinte: «Não é exacto ter ella sido edificada sobre as ruinas da egreja de Aldeia Rica. Por outra fórma nos informam os codices do archivo da Sé da Guarda, que são os mais completos repositorios da historia d'esta e d'outras villas d'aquella diocese. De facto houve em Açores uma egreja de tres naves, pertencente ao antigo convento ou agapeta e onde se celebraram todas as ceremonias religiosas do tempo. Como esta arruinasse ou fôsse insufficiente, pensou-se na edificação de outra mais ampla, plano que foi levado a effeito e em virtude do qual foi edificada a egreja que hoje existe. Entretanto, e emquanto a nova egreja se não fez, ficou a freguezia ligada á de Aldeia Rica, na egreja da qual se celebraram todos os actos religiosos. Consta que a talha d'esta egreja fôra para a nova, o que não pode admittir-se, attendendo á differença de dimensões entre as duas. Quando muito poderiam ter sido aproveitados os dois altares lateraes existentes, que differem muito do altar-mór, o qual com rigoroso exame se verifica ter sido feito para a nova egreja.»

Açores. Está provado que a ilha de S. Miguel foi descoberta entre os annos de 1432 e 1439 e não em 8 de maio de 1444, como se indica. D. Affonso V concedeu licença para povoar a ilha em 1439 (*Archivo dos Açores*, vol. I pag. 5). O primeiro phenomeno vulcanico do dominio da historia é a erupção das Sete Cidades, na ilha referida, que se deu, não em 1441, mas entre 1432 e 1439. A ilha Graciosa tambem pertence ao numero das que teem sido isentas de erupções desde a descoberta do archipelago. O grupo occidental (Flôres e Corvo) já estava descoberto a 20 de janeiro de 1453, data da carta de D. Affonso V, que faz doação da ilha do Corvo (*Archivo dos Açores*, vol. I, pag. 9). Consequentemente não se pode affirmar que os grupos central e occidental foram descobertos entre 1444 e 1464, mas sim o mais tardar, até ao anno de 1452, visto que a alludida carta é do principio do anno de 1453. E' muito difficil indicar precisamente as datas das descobertas por grupos, em vista da deficiencia de noticias chronologicas exactas. Pode talvez affirmar-se que o descobrimento do archipelago se iniciou em 1432 e que em 1452 estava concluido.

Agrião. E' um casal e não uma povoação propriamente dita. Pertence á freg. de S. Paulo da Ribeira Quente, conc. e com. da Povoação. Per-

deu a sua fertilidade em castanha, tendo agora vinha e mattas.

Agua de Alto. Deve lêr-se: *Agua d'Alto*. Pertence á freg. de S. Lazaro, suffraganea na administração secular á parochia de S. Pedro.

Agua de Pau. Villa por carta regia de 28 de julho de 1515, e não de 1522, como se escreveu por confusão com Alagôa. O porto denomina-se *Valle de Cabaços* e não de *Cabeços*. Foi séde de concelho.

Agua Izê *(João Maria de Sousa Almeida, barão de)*. Na pag. 81, 2 col. linha 19, deve lêr-se *Praia Rei* e não *Patria-Rei*.

Aguas Livres *(Aqueducto das)*. O nome do procurador da cidade é Claudio Gorgel Amaral e não Claudio Jorge do Amaral.

Agueda. Além de varias duvidas sobre a fundação de Aeminium, que parece remontar a 1400 A. C., convém emendar que a ponte, que ligava Agueda com Sardão, foi substituida por outra tambem de pedra, muito elegante e construida de 1878 a 1882. O jornal *Aguedense* começou em 21 de abril de 1878 e não de 1888.

Aguiar *(Joaquim Antonio de)*. O fallecimento foi em 26 de maio de 1874. Na linha 18 da 2.ª col. pagina 95, a data de 4 de janeiro é de 1868, anno em que teve logar o movimento da *Janeirinha*.

Ala dos Namorados. A batalha de Aljubarrota teve logar a 14 de agosto de 1385, e não a 13 do referido mez e anno.

Alcaçova *(Paço da)*. A pag. 151, 1.ª col., linha 46, em logar de duque de Hespanha, leia-se duque de Borgonha.

Alcaçovas. Elimine-se, na pag. 153, 2.ª col. linha 18 «determinando a mesma clausula.» Na linha 30 emende-se o numero de dez para tres, que tantas são as naves da egreja.

Alcoentre. Pertence á comarca do Cartaxo.

Alcolena. A origem do nome d'esta povoação, tal como ficou indicada em *Arcolena*, não é exacta. Já muito antes da construcção do convento dos Jeronymos, el-rei D. Affonso V, por sua carta de 2 de fevereiro de 1452, doou a quarta parte de um casal na aldeia de Alcolena, termo de Lisboa, a Beatriz Velho, viuva de um seu creado *(Chancellaria de D. Affonso V, liv. 12.º fol. 8. verso)*.

Alcorrego. Esta freguezia, assim como todas as do concelho de Aviz, pertence á comarca d'este nome, e não á de Fronteira.

Aldeia Gavinha. Tem esta freg. duas escolas officiaes, uma para cada sexo, e um collegio para meninas pobres instituido por um legado. Existe aqui a capella de S. Sebastião, além da do Espirito Santo. A de Nossa Senhora da Conceição é que foi destruida pelo terremoto de 1755. No Feixial do Meio ainda existe a capella de S. Luiz e em bom estado. A freguezia de Aldeia Gavinha comprehende os logares de Tojal, Montegil, e não Montargil, Matta, Mossorovia, Freixial do Meio, Freixial d'Além. Havia o Freixial de Baixo, onde só existem umas pequenas ruinas. O Freixial de Cima pertence á freg. da Ventosa.

Aldoar. Pertencia ao conc. de Bouças, mas passou em 1895 para o do Porto.

Alegrete *(Mathias d'Albuquerque, conde de)*. Na linha 39 da 1.ª col. d'este artigo, onde se lê: *voltou em 1648*, deverá lêr-se: *voltou em 1643*.

Alegrete *(Livraria dos Marquezes de)*. O nome do antigo reitor da Universidade é Nuno da Silva Telles e não Nuno Telles da Silva.

Alfandega da Fé. Ha 15 ou 20 annos que esta villa não pertence á comarca de Moncorvo, mas sim á de Mogadouro. Ha tres annos que forma comarca por si.

Almanach. O *Almanach Arsejas* começou em 1875 e suspendeu em 1885.

Almeida *(Antonio de)*. A data do fallecimento é 30 de julho de 1822.

Almeida *(Augusto Cesar de)*. Fallecido a 19 de março de 1904.

Almeida *(Fialho de)*. O nome completo d'este conhecido escriptor é José Valentim Fialho de Almeida.

Almeida *(Francisco Manuel Raposo de)*. Foi advogado no Brazil, onde se casou e naturalisou. Sobre a sua biographia podem vêr-se: o *Correio da Manhã*, de Lisboa, de 22 du outubro de 1888, a *Persuasão*, de Ponta Delgada, de 6 e 13 de junho de 1900.

Almeida *(Gabriel de)*. Nasceu em Ponta Delgada, freg. de S. José, a 22 de setembro de 1866, e não em 1865; falleceu na mesma cidade, freg. da matriz, a 30 e não a 29 de janeiro de 1894. Casou em 28 de novembro de 1891 com D. Virginia Lino da Camara, actual professora da escola primaria official da freg. de S. Pedro da referida cidade.

Almeidinha *(João Carlos do Amaral Osorio de Sousa Pizarro, 2.º barão e 1.º visconde de)*. Os filhos do segundo matrimonio foram: D. Laura, Carlos e D. Fernanda, e não Fernando.

Alto Douro *(Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do)*. O frade dominicano, que expoz o plano da companhia a Sebastião de Carvalho e Mello, chamava-se fr. João de Mansilha.

Alvaiazere. Aos jornaes ha que accrescentar *O Patriota*, cujo primeiro numero se publicou em 23 de julho de 1863. Suspendeu no numero 2, em 30 do mesmo mez e anno.

Alvalade *(Alfredo Augusto das Neves Holtreman, visconde de)*, a pag. 351, 1.ª columna nas linhas 8.ª, 9.ª e 10.ª deve lêr-se: D. Maria Antonia solteira, com 17 annos de edade, e D. Josephina Libania com 32 annos, casada com Antonio Ferreira Roquette Na linha 55 da mesma pagina, 1.ª columna, deve lêr-se: de pau. Na linha 3.ª da 2.ª columna da referida pag. 351 deve lêr-se: Por baixo via-se. Na linha 15 da mesma 2.ª columna da mesma pag. 351, onde diz *algum*, deve accrescentar-se: e vem de uma terra que faz parte da mesma quinta de Alvalade ao cimo d'esta, e que se denomina «terra da mina» pois a agua corre por uma mina subterranea ao longo da dita terra. E em seguida deve lêr-se: O logar rigoroso da nascente da agua do chafariz das Moiras, que é diversa e separada d'aquella, e a ultima claraboia estão no extremo de uma terra de outra quinta, que pertenceu ao fallecido João Anastacio Potsch.

Alves Matheus *(Joaquim)* Era natural de Santa Comba Dão, onde falleceu em agosto de 1903. São muito notaveis os discursos: *Oração funebre de Pio IX* e *Oração gratulatoria* pela victoria das armas brazileiras sobre as do Paraguay. No *Angrense* n.º 2:961, de 15 de setembro de 1903, veem alguns apontamentos biographicos interessantes.

Alves de Sousa *(Joaquim)*. Escreveu tambem

um *Curso de philosophia elementar*, que teve muitas edições.

Amado *(Pelayo)*. A apparente divergencia entre este artigo e o de *Almeida (Paio Guterrez de)* justifica-se pela seguinte forma: ou considerando Pelayo Amado cavalleiro muito principal do conde D. Henrique, e conhecido de todos os senhores portuguezes, como diz Brito; ou que elle fosse um dos cavalleiros que de França acompanharam Henrique de Borgonha, como julgam alguns historiadores; ou elle seja da geração dos Coelhos em Portugal, que é a mesma de Egas Mouiz, como julgam Augusto de Molina e o conde D. Pedro. Pelayo Amado foi casado com Munia ou Muninha e teve um filho, Soeiro Paes Amado, casado com Justa, filha de Paio Guterres e Ousenda Henriques. D'este casamento houve dois filhos: Amado Viegas e Paio Guterres, o *Almeidão*. Do primeiro descende Gonçalo Mendes Amado, e d'este os Amados. Amado Viegas fez doação em 1175 ao mosteiro de S. Pedro das Aguias das terras da Granja que eram dote de sua mulher Ousenda Ramires, natural da foz do Tavora. Na linha 21 da 2 col. pag. 411 emende-se *neto* para filho.

Ancora *(Rio)*. O seu curso é de 24 kilometros e não de 8, como se disse no artigo.

Angeja *(D. Caetano Gaspar d'Almeida Noronha Portugal Camões Albuquerque Moniz e Sousa, 8.º marquez de)*. A primeira marqueza de Chaves, D. Francisca Xavier, não era filha do 4.º marquez de Angeja, mas sim do marquez de Alegrete e meia irmã do ultimo marquez de Penalva.

Angola. Este artigo na parte chorographica foi-nos communicado pelo professor sr. dr. Manuel Ferreira Ribeiro, a quem prestamos o devido agradecimento.

Angra do Heroismo. Em Angra ha mais uma freguezia, além das indicadas, que é a de S. Bento, sendo certo que tem uma parte *extra-muros* assim como as de S. Pedro e S. Luzia. Dos concelhos, que formam o districto, os de Angra do Heroismo e Praia da Victoria pertencem á ilha Terceira, e os de Vélas e Calheta á ilha de S. Jorge, pois que o mencionado districto consta das ilhas Terceira, S. Jorge e Graciosa, todas do grupo central. A cidade de Angra é a séde do commando militar dos Açores, e tem a guarnição que se indicou, mas o commando comprehende tambem outros corpos, que estão aquartelados na ilha de S. Miguel. No castello de S. João Baptista, além do Gungunhana, estão ali como prisioneiros de guerra seu filho Godide, seu tio Molungo, e o Zixaxa. A' excepção do Molungo, o mais velho de todos, os outros pretos aprenderam a lêr e escrever na escola regimental e trajam á européa, entretendo-se com a leitura de jornaes e no fabrico de cestos de vimes. O castello não se chamou primitivamente de Santo Antonio. Antes da construcção do castello havia apenas um forte que, em 1581, Cyprião de Figueiredo mandou construir, dando-lhe o nome de Santo Antonio, em attenção a D. Antonio, prior do Crato. Nunca houve no castello a capella de S. João Baptista, mas sim a vasta egreja do mesmo orago, que foi incendiada em 1818, e cuja reedificação se completou em 1867. N'este templo ouvem missa as tropas da guarnição e os habitantes do castello. Havia, sim, a ermida do Espirito Santo, hoje profanada e transformada em uma repartição militar. Uma outra ermida existe no castello de S. João Baptista, dedicada a Santo Antonio e mandada edificar pelo governador D. Gonçalo Mexia, em 1615. Esta ermida fica situada n'um declive do pico do Facho, junto d'uma gruta, em logar aprazivel, havendo ali no mez de junho uma concorrida romaria, por occasião da trezena, festa e procissão de Santo Antonio. Na causa de D. Antonio, prior do Crato, renhidamente defendida na ilha Terceira, onde elle reinou de facto, salientou-se notavelmente uma senhora—D. Violante do Canto e Silva, que poz á disposição d'aquelle pretendente ao throno de Portugal a sua grande fortuna e a sua influencia. Em 22 de junho de 182-, como se disse, foi acclamada rainha D. Maria II, servindo de signal para a revolução uns foguetes queimados no castello dos Moinhos, hoje praça de D. Pedro IV. Um patriota, o capitão do extincto batalhão de Voluntarios da Rainha, João Francisco de Oliveira Bastos, emquanto vivo, ia, elle proprio, ao mencionado local, deitar ás 9 horas da noite, de 21 de junho, em commemoração d'aquelle facto, o mesmo numero de foguetes; e em seu testamento deixou um legado para se continuar com essa commemoração. O passeio Duque da Terceira está hoje ligado com a praça D. Pedro IV pela avenida Silva Sarmento, importante melhoramento devido a Antonio Marianno da Silva Sarmento, quando presidente da camara municipal. Um dos orgãos da sé cathedral, o mais pequeno, é de construcção dirigida pelo insigne compositor de musica sacra padre Joaquim Silvestre Serrão. As escadas do caes principal de Angra vão terminar no largo 3 de Março, onde está o edificio d'alfandega, que é bonito e de moderna construcção. Em frente d'este largo, entre o principio das ruas Direita e de Santo Espirito, separando-as, é que fica a egreja da Misericordia. O hospital civil occupa a parte superior do extincto convento de freiras de N. S.ª da Conceição, na rua de D. Carlos I, sendo a parte inferior (rez-do-chão) occupada pelo asylo da mendicidade. O extincto convento dos jesuitas, hoje occupado pela residencia do governador civil e por diversas repartições e tribunal judicial, tambem foi residencia do commandante da extincta 5.ª divisão militar, que era territorialmente constituida pelo archipelago dos Açores; actualmente porém o general commandante militar dos Açores reside no castello S. João Baptista, em parte do antigo palacio dos governadores. O jardim, a que nos referimos, é pequeno interior, e sem lagos, apenas um tanque ao centro. O extincto convento dos jesuitas tem a N e E a rua do Marquez, a O a rua Duque de Palmella, e a S o largo do prior do Crato; não fica portanto entre a ladeira de S. Francisco e a rua D. Amelia. Aquella ladeira fica junto e proximamente a N do palacio da camara municipal, que tem a S a rua do Gallo, hoje D. Maria Amelia, e a O a praça da Restauração. O lyceu nacional esteve no antigo convento de S. Francisco, actualmente porém está n'um bello edificio, que foi residencia dos viscondes de Bettencourt, situado na antiga rua da Rosa, hoje do conselheiro Jacinto Candido da Silva, por detraz da egreja da sé. Aquelle convento é hoje tão sómente occupado pelo seminario ecclesiastico, que é um dos melhores estabelecimentos de instrucção nos Aço-

res, e cuja direcção está confiada a padres de incontestavel merecimento e de indiscutivel correcção, e ainda em parte do rez-do-chão pela Ordem Terceira de S. Francisco. Em Angra não ha tribunal da Relação. E' verdade que o archipelago dos Açores constitue uma Relação judicial, mas o respectivo tribunal está na cidade de Ponta Delgada, na ilha de S. Miguel. O capote é usado apenas por algumas velhas do povo, bem como o capello, sendo as duas coberturas geralmente de panno côr de pinhão. O barretinho de malha nada se parece com o solidéo ecclesiastico; é um barrete vulgar, de lã, de fórma conica terminando em borla, da parte superior, distinguindo-se por vezes, pelo listrado, ou pelo matiz de côres variadas, sobresahindo a encarnada. A carapuça é que se parece no tamanho, com o solidéo ecclesiastico, por que no feitio differe completamente; é de panno fino azul, forrada de flanella escarlate, com as abas viradas, d'um e outro lado para o exterior, cobrindo apenas a parte mais elevada da cabeça. O camponio é que usa d'esta carapuça, e o seu trajo domingueiro é caracteristico: — camisa bordada, com dois grandes botões d'ouro no collarinho, sem gravata; casaco curto de panno fino preto, calças e collete de cachemira, descalço; guarda-sol de seda, cabello cortado á escovinha na nuca, barbeado junto ao pescoço, e comprido na frente, onde fica bem penteado e lustroso; barba rapada. A bibliotheca municipal de Angra do Heroismo foi ultimamente accrescentada com uma importante offerta de livros, feita por F. J. Moniz de Bettencourt, illustrado terceirense.

Arrifana de Sousa. Arrifana de Sousa não é freguezia de S. Martinho, bispo, nem é cousa distincta de Penafiel. E' nome que actualmente a nada corresponde. A cidade de Penafiel foi antes villa com o nome de Arrifana de Sousa, como esta antes de ser villa foi logar com este nome. Por consequencia se a villa de Arrifana de Sousa passou a ser cidade com o nome de Penafiel, é de vêr que o nome de Arrifana de Sousa ficou eliminado. A cidade de Penafiel faz parte da freg. de Penafiel, de que é orago S. Martinho, bispo, e a esta está annexa a antiga freg. de S. Thiago. Isto pelo que diz respeito ao que ora é. Arrifana de Sousa foi primeiro logar e depois villa e sempre séde do conc. de Penafiel. E do conc. tomou o nome quando foi elevada a cidade. E' possivel que ao nome Arrifana (mais Arrifanas ha em Portugal) se accrescentasse «de Sousa» por lhe passar perto o rio Sousa. Mas nada se sabe de positivo sobre a origem da povoação. Quanto a D. Faião Soares, como primeiro fundador ou povoador d'estas terras, considera-se tudo pura phantasia.

Azenhas. Muitos dos nomes compostos de Azenha são evidentemente uma simples designação toponymica, a que não corresponde povoação alguma. Por lapso de revisão todos teem a indicação de povoação, mas o leitor intelligente facilmente reconhecerá os que se encontram n'essas circumstancias.

PORTUGAL

DICCIONARIO HISTORICO, BIOGRAPHICO, BIBLIOGRAPHICO, HERALDICO CHOROGRAPHICO, NUMISMATICO E ARTISTICO

ABRANGENDO

A minuciosa descripção historica e chorographica
de todas as cidades, villas e outras povoações do continente do reino, ilhas e ultramar,
monumentos e edificios mais notaveis, tanto antigos como modernos;
biographias dos portuguezes illustres antigos e contemporaneos, celebres por qualquer titulo, notaveis
pelas suas acções ou pelos seus escriptos,
pelas suas invenções ou descobertas; bibliographia antiga e moderna; indicação
de todos os factos notaveis da historia portugueza, etc., etc.

OBRA ILLUSTRADA

COM CENTENARES DE PHOTOGRAVURAS

E REDIGIDA

SEGUNDO OS TRABALHOS DOS MAIS NOTAVEIS ESCRIPTORES

POR

ESTEVES PEREIRA e GUILHERME RODRIGUES

VOL. II — B-C

LISBOA
JOÃO ROMANO TORRES — EDITOR
112, Rua Alexandre Herculano, 120

1906

PORTUGAL

B

Baba. Pov. da Africa occidental, na prov. de Angola, conc., com. e distr. de Mossamedes, habitada por pescadores. Está situada no littoral a uns 60 kilometros da séde do concelho.

Babadilha. Monte na freg. de N. S.ª da Graça dos Mosteiros, conc. de Arronches, distr. de Portalegre.

Babaes. Pov. na freg. de Santa Maria, de Airães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Babainha. Pov. na freg. de Santa Clara, de Torrão, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Baballa. Pov. do Quiengoengo, ao norte do conc. de Encoge, distr. e com. de Loanda, prov. de Angola, Africa occidental, no caminho que vae de Encoge para o Ambriz. Fica a 60 kilometros da cabeça do conc. e a uns 220 de Loanda, capital da provincia.

Babau. Pov. na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de S. Thiago e conc. de Almada, distr. de Lisboa

Babe. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com., distr. e bispado de Bragança, 586 hab. e 118 fog. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada n'um alto, de onde se vêem varias povoações. O reitor era da apresentação régia, e tinha de congrua 46$000 réis, 4 alqueires de trigo, 20 medidas de vinho, e um pequeno passal. Passa aqui o pequeno rio Contense, que morre no Sabor, e a ribeira da Pereira, que desagua no mesmo rio. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 10 com a séde em Mirandella. A sua excellente posição presta-se á observação de um horisonte vastissimo para o reino visinho, tornando-se um ponto de magnificas condições para exploração longinqua. Nos ultimos tempos a povoação de Babe tem-se tornado notavel pelas importantes descobertas archeologicas que n'ella se teem feito. O sr. Albino dos Santos Pereira Lopo, no seu trabalho *Bragança e Bemquerença*, publicado no *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 17.ª serie, n.ºs 3 e 4, dá conta de um marco miliario e de uma lapide funeraria romana, encontrados na mesma povoação. Parece que sob o dominio romano foi estação importante. Babe figura na historia nacional pelo tratado que n'ella fez, em 26 de março de 1387, D. João I com o duque de Alencastre, pelo qual este cedia todos os direitos eventuaes que tinha sobre Portugal.

Babeira. Peça de armadura antiga, que cobria a bocca, barba e queixos, e fazia parte do elmo. || Pequena abertura, por onde passa a agua das canejas para os compartimentos crystalisadores nas salinas de Rio Maior.

Babelhas. Pov. na freg. de S. Martinho, de Campo, conc. de Vallongo, distr. do Porto.

Babilon. Appellido de que no seculo XIII havia no termo de Penafiel uma familia distincta. Mór Gil Babiloa, filha de Gil Babilon, monja do mosteiro de Arouca, a ella se refere uma doação de que dá noticia Viterbo, no seu *Elucidario*.

Babo. Appellido nobre em Portugal. Não ha noticia de quem primeiro o usou, mas conhecem-se-lhe as seguintes armas: Em campo de ouro leão lisonjado de prata e vermelho, lampassado do mesmo, e com as lisonjas em faxa. Sem elmo nem timbre.

Babug. Ilha do archipelago dos Bijagoz, na costa da Guiné portugueza. Fórma, com as ilhas Riuban, Corete e Xoga, o pequeno archipelago dos Porcos.

Baça. Rio na prov. da Extremadura. Nasce na serra do Arrimal e entra no Alcôa, depois de 10 k. de curso; junta-se ao *Rio Velho*, que passa pela villa d'Alcobaça, no sitio do Pégo de Entre Ambas as Aguas. Os frades d'Alcobaça eram senhores das pescarias d'este rio. Todas as margens são cultivadas e ferteis, teem arvoredos silvestres e fructiferos, e tambem alguns moinhos. Tem duas pontes de cantaria dentro d'Alcobaça, uma

na praça, outra na da *Porta de Fóra*. V. *Alcobaça*.

Baçaim. Cidade na costa occidental do Industão, ao norte de Chaul. Foi occupada pelos portuguezes em 1533, sendo D. Nuno da Cunha governador da India. Chegou a notavel prosperidade, tendo em 1720 cerca de 6:000 hab. Pela sua importancia era chamada a côrte do norte da India. A posse de Baçaim foi resultado das luctas com Cambaya. Em 1532, Diogo da Silveira correu a costa e repetiu os estragos praticados anteriormente por Antonio da Silveira e Manuel de Albuquerque. Percorrendo assim o Guzerate, reconheceu Silveira que em Baçaim se fazia grande commercio com a Arabia, que era refugio de corsarios e das esquadras dos rumes, que vinham á India atacar os portuguezes. No seu regresso a Gôa communicou Silveira as suas descobertas a Nuno da Cunha, e propoz-lhe a ida a Baçaim para construirem uma fortaleza que substituisse a de Diu. O governador acceitou o alvitre, mas os seus conselheiros disseram que Baçaim estava proximo de Chaul, que duas fortalezas tão visinhas se inutilizariam uma á outra, e que o melhor seria destruir a fortaleza que o sultão de Cambaya ali tinha, lançando fogo á povoação e arrazando completamente aquella escala das naus de Meca. Nuno da Cunha seguiu estes conselhos e, em fins do referido anno de 1532, partiu elle proprio para Baçaim, levando 30 vélas grossas e outros navios pequenos. Para o ataque juntaram-se deante da cidade as esquadras de Manuel de Albuquerque e Diogo da Silveira, que com a armada do governador completavam o numero de cem vasos, com 2:000 portuguezes e bastantes malabares. Os guzerates, que julgavam, desde a sua expedição a Diu em 1531, destruir o poder dos portuguezes, tiveram breve o desengano. Em 20 de janeiro de 1533 saltaram os portuguezes em terra. Divididos em tres esquadrões, investiram com tal impeto uns entrincheiramentos avançados, em que os guzerates se tinham estabelecido com toda a fortaleza, que os obrigaram a despejal-os, abandonando não só a artilharia como as carretas e os bois. A fortaleza foi tambem abandonada e Nuno da Cunha fel-a ir pelos ares, arrazando completamente a cidade. Tempo depois, foi offerecida pelo sultão ao governador portuguez a propriedade de Baçaim, com as suas rendas, que eram consideraveis. Acceitou Nuno da Cunha o offerecimento e mandou logo, pelos fins de 1534, a Martim Affonso de Sousa tomar posse da terra que se lhe entregava, fundando ali uma feitoria. Pouco depois o governador mandou construir a fortaleza, que foi entregue a Garcia de Sá. Por occasião do arrazamento de Baçaim, fez Nuno da Cunha por sua mão cavalleiros a alguns portuguezes, entre elles um João Velho, que se portara rijamente na peleja que teve com Meliquiaz, senhor de Baçaim, filho do Grão-Meliquiaz, senhor de Diu. D. João III, por sua carta de 28 de maio de 1539, confirmou o respectivo alvará de Nuno da Cunha. Em 1545 fez o mesmo monarcha, por carta de 8 de fevereiro, mercê da capitania de Baçaim pelo espaço de tres annos a Jorge Cabral, fidalgo da sua casa. Por carta de 8 de novembro de 1547 foi nomeado Francisco Barreto capitão de Baçaim, cargo que deixou para assumir o governo da India. N'uma carta, datada de 24 de dezembro de 1548, publicada pela Academia Real das Sciencias no vol. *Subsidios para a historia da India Portugueza*, deixou Simão Botelho a seguinte descripção de Baçaim: «Esta fortaleza e terras de Baçaim é a melhor coisa que vossa alteza tem n'estas partes, porque ha n'ella todas as cousas ou as mais d'ellas de que ha necessidade a saber: muita madeira, e muito boa, muito linho, muitos mantimentos d'arroz e carnes e gallinhas e manteigas e muitos legumes; d'uma parte tem a Balagate, d'onde lhe vem muito trigo, ferro, aço, salitre e muitas outras mercadorias, de maneira que esta comarca d'onde lhe pode vir tudo além do que tem para provêr a si e a todas as fortalezas da India; e verdadeiramente que d'elle se pode fazer muito serviço a vossa alteza, se aqui estivesse quem o quizesse servir e fazer verdade; e aqui parece que devia residir o vedor da fazenda, que ha de visitar as fortalezas, que d'aqui o póde mandar o governador para onde fôr necessario, porque é muito perto de Diu e fica a barlavento de todas as fortalezas: eu ordenei agora que se fizessem aqui cotonias para as vélas e podem-se sempre muito bem fazer porque ha muitos tecelões na terra e estarão certos para ainda que haja guerra com Cambaya as haver.» D'esta carta, de que apenas transcrevemos um trecho, se reconhecem já os erros de administração que originaram a perda da cidade e da fortaleza, achando-se esta em 1738 por prover de armas e munições, que aliás abundavam nos arsenaes da India. Os portuguezes perderam Baçaim em 1738, sendo governador o conde de Sandomil. Em 1780 apoderaram-se d'ella os inglezes que a entregaram ao Peshwa, sendo em 1818 annexada ás possessões inglezas, pertencendo hoje á presidencia de Bombaim. Fórma um excellente porto commercial, e nos seus arredores ha grandes florestas d'onde se tira como antigamente a teca empregada nas construcções navaes. Encontram-se ainda na cidade restos das fortificações e edificios levantados pelos portuguezes.

Baçal. Pov. e freg. de S. Romão, na prov. de Traz-os-Montes, conc., com. e distr. de Bragança; 563 hab. e 129 fog. Está situada n'uma campina, d'onde se vê Babe e Rio Frio. O cura era apresentado pelo prior da collegiada de Santa Maria, de Bragança, e tinha de congrua 60$000 réis e o pé d'altar. E' fertil em trigo, centeio, vinho e gado. A povoação dista 7 kilometros da séde do conc. Tem clima saudavel e muitas aguas. *Baçal* é palavra arabe, que significa *logar plantado de cebolas ou cebolal*. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 10 com a séde em Mirandella.

Bacalhau. Constitue um dos mais notaveis capitulos da historia da nossa industria da pesca o que se refere á do bacalhau. Fôram os portuguezes os primeiros a ir pescar este apreciado peixe nas costas da Terra Nova. Se esta foi descoberta em 1497, decorridos apenas nove annos já o progresso da pescaria era importante. D. Manuel, por seu alvará de 14 de outubro de 1506, mandou cobrar o dizimo da pesca da Terra Nova nos portos de Entre Douro e Minho. Varios autores indicam o grande desenvolvimento que foi tendo esta industria. Annos houve em que só de Aveiro partiram para a Terra Nova 60 navios; d'esse mesmo porto, do de Vianna e de ou-

tros sahiram, em varias occasiões, cem caravélas. Em 1550 os moradores de Aveiro possuiam 150 embarcações proprias. Com o dominio fillipino esmoreceu esta industria. No segundo quartel do seculo XIX existiu uma *Companhia de pescarias lisbonense*, destinada especialmente ao bacalhau. Além da séde em Lisboa, tinha aqui tambem uma feitoria, que assumiu certa importancia, já em navios, já no peixe que trazia ao mercado. Foi dissolvida por decreto de 27 de abril de 1857. Ao conselheiro Jacob Frederico Torlade Pereira de Azambuja (V. *este nome)* se deve uma interessante *Memoria sobre a pesca do bacalhau, offerecida á companhia de pescarias lisbonense e mandada imprimir pela direcção da mesma companhia*, Lisboa, 1835. N'ella se lê: «Os nomes de varias partes da ilha da Terra Nova ainda attestam a presença dos portuguezes n'aquelles mares (V. *Terra Nova*), e se consultarmos os nossos fastos acharemos a importancia que davamos, como pescadores, á pesca do bacalhau nos tempos de el-rei D. João III e de el-rei D. Sebastião, o que mereceu tanto a attenção do governo que foi providenciado por um regimento particular para as frotas que annualmente expediamos a esta pescaria.» Nos manuscriptos da Bibliotheca Nacional de Lisboa guarda-se sob o N.º 600, fol. 31, uma noticia das companhias de Lisboa-Setubal e do Algarve para a pesca do bacalhau. São umas notas de 1836. Na fol. 199 acha-se a quantidade de bacalhau entrado em Portugal em 1836 e 1838. Modernamente alguns armadores nacionaes se dedicam a esta industria. Os navios portuguezes que vão á pesca do bacalhau são já em crescido numero. A firma Bensaude & C.ª, da praça de Lisboa, tem na Azinheira, na outra margem do Tejo, vastas installações para a secca do peixe e outros trabalhos d'esta pescaria. Os mercadores, que vendem exclusivamente e por grosso o bacalhau salgado e secco, tinham antigamente o seu arruamento privativo. Este commercio na capital é desde seculos negocio restricto a um pequeno e opulento grupo de negociantes, e tansmitte-se de paes a filhos como em herança. A rua dos *Bacalhœiros* confinante com a *Ribeira Velha*, mostra que por esta praia era grande o movimento do genero,

Bacalhau. Casal na freg. de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra. || Quinta na estrada de Sacavem, freg. de S. Jorge, de Arroios, 2.º bairro de Lisboa.

Bacalhôa. Quinta historica e importantissima situada em Villa Fresca d'Azeitão, freg. de S. Simão, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. No tempo de D. João I, o monteiro-mór João Vicente trazia-a emprazada em vida de tres pessoas, mas aquelle monarcha, tendo comprado o dominio directo a Diogo Feio, tomou para si toda a propriedade, mais tarde aforou-a em tres vidas ao seu barbeiro Alvaro Annes, o qual, seis annos depois, com a permissão do soberano, vendeu o foro ao infante D. João. Assim se conservou algum tempo a quinta em poder do infante, até que mais tarde, seu irmão, el-rei D. Duarte, lh'a doou, desonerando-a do onus emphyteutico a que até ali estivera sujeita. Esta doação foi depois confirmada por D. João II e por D. Manuel, em cujo reinado a desfructou sua mãe, a infanta D. Beatriz. D. Diogo, duque de Vizeu, irmão mais velho de D. Manuel, morto em Setubal por seu primo e cunhado D. João II, deixara na orphandade um filho natural, que D. Manuel, subindo ao throno, reconheceu como sobrinho, dando-lhe o cargo de condestavel do reino. D. Affonso casou com D. Joanna de Noronha, e nos bens que sua avó D. Beatriz, lhe deu, foi comprehendida a quinta em Azeitão. D'este consorcio nasceu D. Brites, que casou com seu primo D. Pedro de Menezes, 3.º marquez de Villa Real, e a quinta fez parte do dote, ficando d'esta fórma na posse d'aquelle fidalgo. O filho de Affonso d'Albuquerque, natural, mas legitimado, a quem D. João III concedeu muitas honras, e quiz que trocasse o seu nome de Braz pelo de Affonso, em memoria de seu pae, era casado com D. Maria de Noronha, filha do conde de Linhares (V. *Albuquerque, Braz ou Affonso de)*, comprou, em 1528, a quinta por 4:000 cruzados de ouro aos marquezes de Villa Real. Affonso d'Albuquerque instituiu então n'essa propriedade um morgado, e como já lhe tinham morrido os filhos legitimos, nomeou para successor seu sobrinho Mathias d'Albuquerque, a quem sobreviveu. Por sua morte, um seu filho natural, João Affonso d'Albuquerque, tomou posse do morgado de que foi esbulhado pela casa de Angeja, sendo esta a seu turno esbulhada por D. Maria de Mendonça, casada com Jeronymo Manuel, por alcunha o *Bacalhau*, capitão-mór da armada de Gôa, que falleceu em 1620. D. Maria de Mendonça, bem como a casa d'Angeja, que herdou alguns bens do primeiro Affonso d'Albuquerque, não fôram representantes do grande conquistador dos estados indianos, mas parentes collateraes, descendentes de Fernão d'Albuquerque, senhor de Villa Verde, irmão mais velho do heroe das Indias. No bastardo do bastardo se extinguiu a linha directa, e os descendentes, da *Bacalhoa*, como chamavam a D. Maria de Mendonça, possuiram a quinta, interrompendo-se tambem essa linha varias vezes, e passando dos Manueis para os Mendonça Furtados, senhores de Mourão, depois aos Guedes, senhores de Murça, e ultimamente, nos fins do seculo XVIII, para os condes de Mesquitella. Parece que começou a ser conhecida pela *quinta da Bacalhôa* em 1730, quando estava administrada por D. Francisca de Noronha, na interdicção de seu marido, João Guedes de Miranda Henriques, nome que ainda hoje conserva. Até então tinha tido diversos nomes: *Azeitão do Ribatejo, de S. Simão, da Condestablena*, durante a administração da viuva do condestavel D. Affonso, e *d'Affonso d'Albuquerque.* N'esta quinta historica esteve el-rei D. José em 1767, por occasião dos exercicios militares no acampamento dos Olhos d'Agua. Foi d'ali, em 1.º de dezembro d'aquelle anno, que o referido soberano expediu um alvará ampliando a creação do Deposito Publico, e outro sobre certas disposições disciplinares do Collegio dos Nobres; foi ainda d'aquella quinta que no dia 5 do citado mez de dezembro expediu a sua resposta ao breve de Clemente VIII, em que lhe propunha a reconciliação entre a curia romana e a côrte de Lisboa, e que assignou o alvará de descoutamento da parte norte da serra d'Arrabida. O palacio da quinta da Bacalhôa é de bella architectura, e, na opinião de muitos, um dos mais bellos monumentos da Renascença em Portugal. Os cubellos espaçados ao longo dos muros e nos angulos do palacio, os pedestaes dos vasos de flô-

res e estatuetas, pedestaes semelhando ameias em toda a extensão do muro do jardim, davam á quinta um aspecto de fortaleza oriental. As varandas. os pavilhões do lago revestidos de lindissimos azulejos em relevo, accentuavam mais ainda um certo cunho de *orientalismo* que por toda a parte se gravava ali, apezar das tendencias classicas que no seu tempo invadiam a litteratura e as artes. Os azulejos causavam admiração a todos os visitantes; os medalhões em relevo, que muitos julgavam ser de Lucca della Robia, parecem de proveniencia hollandeza, pois n'um d'elles se encontra um nome pouco legivel já, que parece justificar essa hypothese. A quinta tem o privilegio de receber a procissão de domingo de Paschoa, a qual entra pela porta fronteira á egreja e vae dar volta em torno do jardim. O pavilhão junto á egreja é denominado *Casa da India*, por ter tido as quatro paredes forradas de pannos de Arrás, representando as quatro principaes cidades tomadas por Affonso d'Albuquerque. Uma pequena varanda, com escada de pedra só de um lanço e balaustres tambem de pedra, domina a porta principal do palacio, e dá, por outra porta, entrada para o andar superior. De cada um dos lados da varanda abrem-se duas janellas rasgadas e com balaustres eguaes, encimadas de nichos onde se vêem bustos de pedra representando, ao que parece, matronas romanas; e no nicho que encima a varanda um busto de barro, que segundo a tradição, representa o fundador da casa, com a seguinte legenda:

ECCE ELONGAVI FUGIENS, ET MANSI IN SOLITUDINE.

Defronte da fachada principal, uma arcada de columnas toscanas, negras e cambaleantes, corre d'um cubello a outro, tomando a frente ás officinas de lavoura e casas de criados. As varandas para o lado do norte são as melhores; correm em dois andares, sendo a do primeiro andar formada de columnas maiores e mais elegantes, tendo bustos salientes de pedra, de grande belleza artistica. Em 1903 a quinta da Bacalhôa foi comprada por S. M. el-rei senhor D. Carlos.

Palacio da quinta da Bacalhôa

Bacamarte. Arma de fogo com cano curto e largo, firmado em coronha de pau; chama-se *bocca de sino*, quando tem a bocca muito larga. Fôram prohibidos em Portugal, como armas curtas, pelo alvará de 10 de abril de 1660.

Bação *(Herdade do)*. Na freg. de N. S.ª das Candeias e conc. de Mourão, distr. de Evora.

Baçaqueira *(Casal da)*. Na freg. de S. Thomé, de Lamas, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa.

Baçar *(Fernando Antonio d'Almeida Tavares e Oliveira, 1.º visconde de)*. Fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores; commendador da ordem de N. S.ª da Conceição; thesoureiro pagador aposentado do districto de Vizeu, antigo juiz de fóra nas comarcas de Castello de Vide, Lafões e Vouzella, com predicamento de cabeça de comarca; auditor do exercito; bacharel formado nas faculdades de leis e canones na Universidade de Coimbra, abastado proprietario do conc. de Maceira de Cambra. N. na freg. de Castellões a 31 de março de 1793, e falleceu em Baçar a 31 de outubro de 1832. Era filho de Thomaz Antonio de Almeida, bacharel formado em direito; capitão-mór do concelho de Macieira de Cambra, abastado proprietario, e de sua mulher, D. Anna Maria de Jesus, filha de Simão Martins e de Maria Gomes. Foi agraciado com o titulo de visconde de Baçar, em duas vidas, por decreto de 28 de janeiro de 1871. Falleceu solteiro, passando o titulo para seu sobrinho José Maria d'Abreu Freire e Almeida, filho d'uma sua irmã.

Baçar *(José Maria d'Abreu Freire e Almeida, 2.º visconde de)*. Fidalgo da Casa Real por successão a seus maiores; juiz de direito de 1.ª classe, bacharel formado em direito. N. a 28 de março de 1827, falleceu ha annos, no estado de solteiro. Era filho de João de Rezende Valente de Sá Abreu Freire, fidalgo da Casa Real, 4.º senhor de um morgado em Avanca, no conc. d'Estarreja, e no mesmo capitão-mór; casado com D. Margarida Miquelina d'Almeida Abreu Freire, filha de Thomaz Antonio d'Almeida, fidalgo da Casa Real, bacharel formado em leis, capitão-mór da Macieira de Cambra, e irmã do 1.º visconde de Baçar. O titulo de 2.º visconde foi em verificação de vida no titulo de seu tio materno, por decreto de 28 de janeiro de 1871.

Baçar. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Campo, conc. e distr. de Vizeu. ‖ Pov.

na freg. de S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Christello, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Baccalar. Nome que tinha no seculo XVIII uma pequena povoação das margens do rio Douro, e termo da villa de Armamar, ou Hermamar, como então se escrevia. Viterbo, no *Elucidario*, discreteia a este respeito: «*Baccalarias* ou *Baccalares* chamaram os antigos aos predios rusticos, ou *Vassalarias*, que constavam de dez, ou doze Casaes, cada um dos quaes era servido com uma junta de bois. E, se estas *Baccalarias* eram cultivadas por conta dos senhorios, se chamavam *Baccalarias Indominicadas*. *Baccalarios* fôram chamados os que tinham o dominio util d'estes *Baccalares*, que supposto fôssem rusticos, e sujeitos ao censo, eram comtudo mais honrados, que os simplices Lavradores ou Colonos dos respectivos Casaes, e desobrigados, livres, e isentos dos encargos servis. Não só os Principes, mas tambem as Egrejas e Mosteiros fôram direitos senhorios d'esta qualidade de predios: de quem fôsse este de que falamos, e que parte com a Folgosa, não é cousa averiguada, mas se em cousas tão antigas valem conjecturas bem fundadas; estando o *Baccalar* no territorio de *Timillopus* (ou *Temilobos*, como se dizia no de 1153) e jazendo o antiquissimo mosteiro de Bagaûste n'este mesmo Territorio: porque não diremos ser este *Baccalar* do Mosteiro, cujas propriedades e bens de raiz se extendiam mesmo além Douro por Oliveira, e Aciderma até Cidadelhe», etc.

Baccalarias. V. *Baccalar*.

Baceira. Pov. na freg. de S. Mamede, de Gondoriz, conc. de Terras do Bouro, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Martinho, de Soalhães, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Baceiras. Logar na freg. de S. Miguel, de Bustello, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Baceiro. Rio na prov. de Traz-os-Montes, que nasce em Castello, na serra do Teixeira, termo de Padornéllo, a 9 k. da raia. Depois de juntar alguns ribeiros, entra no Tuella, no sitio de Pena Cabreira. Corre quasi sempre por terra aspera e agreste, e nas partes em que as suas margens se cultivam, são estas muito ferteis. Tem uma ponte de cantaria, proximo de Castrellos, na estrada de Vinhaes para Bragança, e outra de alvenaria em Paramio.

Baceiros. Pov. na freg. de S. Mamede, de Bustello, conc. d'Amarante, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Thomé, de Estorãos, conc. de Fafe, distr. de Braga. | Logar na freg. de S. Romão, de Mesão Frio, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bacellada *(Casal da)*. Na freg. do Espirito Santo, de Valle de Cavallos, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Bacellada da Saqueta. Logar na freg. de N. S.ª das Candeias e conc. de Mourão, districto de Evora.

Bacellar. Appellido de familia nobre em Portugal; é seu solar a Torre de Bacellar, junto a Valença. Os Bacellares consideram-se descendentes de Martim Affonso, que viveu no tempo de D. Affonso III, dizendo que esse Martim Affonso tomara o appellido d'um logar do Minho, denominado *Bacellar*, por ter sido fundado em terra vinicola. Tem por brazão: Dois bacellos da côr propria, retorcidos, com quatro cachos de purpura e folhas verdes, em campo de ouro; timbre, um leopardo de ouro nascente com uma parra na cabeça. A *Nobliarchia portugueza*, de Villas Boas, pag. 240, da edição de 1676, descreve assim o brazão: Em campo de ouro um bacello verde de duas vergonteas retorcidas, postas em pala, com quatro cachos de purpura; timbre um meio leopardo de ouro com uma folha de parreira sobre a cabeça.

Bacellar *(Antonio)*. Religioso menor da provincia de S. Thiago, e natural de Vianna do Castello. Viveu no seculo XVI. Escreveu: *Defensa Evangelica de la Cognation, y parentesco de nuestro Glorioso Apostol, y unico Patron da España San-Tiago el mayor com Christo Redemptor Nuestro em quanto hombre*, Coimbra, 1631.

Bacellar *(Antonio Barbosa)*. Doutor em direito civil pela Universidade de Coimbra, e oppositor ás cadeiras da mesma faculdade. N. em Lisboa, em 1610, e morreu no hospital das Chagas na mesma cidade a 15 de fevereiro de 1663. Era filho de Francisco Barbosa Bacellar, e de Gracia Gomes Pereira, ambos descendentes de nobres familias. Frequentou com distincção as aulas dos jesuitas no collegio de Santo Antão de Lisboa, nas quaes estudou latim, rhetorica, poetica, philosophia, mathematica e theologia, e fez tão rapidos progressos, que aos 16 annos de edade defendeu publicas conclusões magnas de todas estas faculdades com grande applauso dos seus professores. Assim preparado, passou a Coimbra, matriculando-se na Universidade, onde cursou distinctamente direito civil, sendo lhe conferido gratuitamente o grau de doutor pelo corpo cathedratico, e por 14 annos ali exerceu o magisterio como adjuncto, em serviço extraordinario, de cadeira para cadeira, com grande renome, mas sem proveito algum, porque no longo periodo d'esse penoso e mal remunerado serviço, gastou a pequena fortuna que herdara de seus paes, sujeitando-se a todos os sacrificios sempre esperançado na promoção a lente cathedratico. Vendo-se preterido n'uma cadeira, que finalmente vagara, apezar da sua aptidão para o magisterio revelada em tantos annos de serviço quasi effectivo e importantissimo, do seu talento tantas vezes provado e dos seus reconhecidos conhecimentos elevadissimos, apaixonou-se de tal fórma, que adoeceu gravemente, pouco lhe faltando para endoidecer. Dirigiu-se então a Lisboa, na confiança de obter reparação, nada, porém, pôde conseguir. Já desenganado, resolveu abandonar completamente o magisterio, e dedicar-se á magistratura, que tinha sido a sua primeira idéa ao matricular-se na Universidade. Escreveu uma *Epistola* em verso, em que contava a sua vida intima, dando largas á paixão e aos queixumes pela injustiça que tinha soffrido, e mandou-a a D. Rodrigo de Menezes, que tomou por seu padrinho; com esta protecção conseguiu ser despachado corregedor de Castello Branco, passando depois a provedor d'Evora, mais tarde a desembargador da Relação do Porto, e por ultimo, a desembargador da Casa da Supplicação, por despacho de 22 de novembro de 1661. Bacellar, nas suas continuas fadigas, primeiramente no professorado e depois na magistratura, não descuidava a sua

predilecção pela litteratura, mas especialmente pela arte poetica. Foi effectivamente um dos mais distinctos poetas e elegante prosador da escola seiscentista, tornando-se egualmente conhecido no estrangeiro; Sismondi e Bouterweck o mencionam nas suas obras. Bacellar morreu pobre no hospital das Chagas, o que é para admirar. Costa e Silva suppõe que seria por mera eventualidade de um ataque repentino, ou por effeito de piedosa vontade do enfermo, mas não por indigencia, pois que nem esta se poderia dar em um desembargador da Casa da Supplcação, nem os seus parentes o deixariam em tanto abandono, e mesmo, dando-se o caso de chegar a tal estado de pobreza, não seria recolhido no hospital das Chagas, que era particular dos maritimos, mas no de Todos os Santos, que era o civil e geral. Foi sepultado no convento de S. Francisco da Cidade. Escreveu: *Relação diaria do sitio e tomada da forte praça do Recife, recuperação das capitanias de Itamaracá, Paraiba, Rio Grande, Siará e ilha de Fernão de Noronha, por Francisco Barreto, Mestre General do Estado do Brasil e Governador de Pernambuco*, Lisboa, 1654; sahiu anonyma; consta que foi traduzida em italiano; *Relação da Victoria que alcançarão as armas do muito alto e poderoso Rei D. Affonso VI em 14 de Janeiro de 1659, contra as de Castella, que tinhão sitiado a Praça d'Elvas, hindo por General do Exercito de Portugal o Conde de Cantanhede D. Antonio Luiz de Menezes do Conselho do Estado, e Guerra, e Vedor da Fazenda*, Lisboa, 1659; tambem sahiu sem o nome do autor; reimprimiu-se em 1661; esta *Relação* foi traduzida em latim por Aleixo Collotes de Jantillet, com o titulo de *Helvia Obsidione liberata*, Lisboa, 1662. Das numerosas obras poeticas de Bacellar, de que uma boa parte ficaram inéditas, parece que se imprimiu sómente: *Oitava de Camões* (Deu signal a trombeta castelhana, etc.) *glosada á gloriosa victoria do Canal em 8 de junho de 1663, sendo Governador do Alemtejo D. Sancho Manuel, conde de Villa Flor*, Lisboa, 1663. Diz Innocencio da Silva, no *Diccionario bibliographico*, vol. I, pag. 94, a respeito d'esta *Glosa*: «E' muito para notar que se publicasse com o nome de Bacellar já depois de 8 de junho de 1663 uma composição allusiva aos successos d'este dia, quando elle tinha fallecido a 15 de fevereiro d'esse anno, como acima fica indicado: portanto, ou Barbosa se enganou assignando-lhe o fallecimento na referida data, ou a composição de que trato sahiu posthuma, aproveitando-se n'ella para o intento os versos que Bacellar teria feito para celebrar alguma das outras victorias ganhadas aos castelhanos nas campanhas antecedentes.» Passados muitos annos, appareceram poesias de Bacellar na *Phenix Renascida*, tomo I, pag. 77 a 90 e de pag. 140 a 214; no tom. II, de pag 33 a 201; no tomo IV, de pag. 279 a 312, e no tom. V, de pag. 137 a 217. Como jurista, deixou sómente uma obra, escripta em latim, que ficou inedita: *Commentario in Textus Jurisconsulti Pomponii*. Em manuscripto contam-se tambem: *Vida de D. Francisco de Almeida, Vice-rey da India; Huma e outra fortuna do marquez de Montalvão, D Jorge de Mascarenhas*.

Bacellar. Pov. na freg. de Santa Eulalia, do Cerdal, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello ‖ Pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. ‖ Bairro na freg. de Santa Maria Magdalena, de Lordello, conc. e distr. de Villa Real.

Bacellar *(Antonio Huet)*. Capitão da brigada real de marinha, que publicou o seguinte opusculo em Lisboa, no anno de 1815: *Resumo historico das armas de fogo portateis, composto para instrucção e recreio dos alumnos das escolas militares.*

Bacellar *(Augusto Fernandes Nunes Correia)*. Autor d'um poema, que, com o titulo de *Miguel-leida*, se imprimiu em Lisboa, no anno de 1867.

Bacellar *(Bernardo de Lima e Mello)*. Religioso franciscano, que tomou o nome de Fr. Bernardo de Jesus Maria. V. *Jesus Maria (Bernardo)*.

Bacellar *(João Antonio da Silva)*. Tenente-coronel reformado, antigo alumno do Real Collegio Militar, da Academia Real de Marinha, e da faculdade de mathematica da Universidade de Coimbra. N. na ilha da Madeira em 1808, fal. a 4 de novembro de 1874. Sentou praça em 1827 e emigrou no anno seguinte para França, d'onde passou aos Açôres, e servindo no exercito libertador, desembarcou com D. Pedro IV nas praias do Mindello, tomou parte na defeza do Porto, assignalando-se particularmente no combate de 23 de julho de 1832 e na acção de 25 de julho de 1833. Terminada a guerra civil frequentou a Academia de Marinha; esteve nomeado ajudante d'ordens do barão de Sabroso, governador da India, em 1836, mas, não tendo partido para aquelle destino, serviu em varios corpos e no de segurança publica no districto de Coimbra. Achando-se n'essa situação e tomando parte importante no movimento que n'essa cidade houve em 8 de março de 1844, por occasião da revolta de Torres Novas, foi demittido. Mais tarde entrou novamente no exercito, esteve empregado no archivo do ministerio da guerra, e serviu nos primeiros trabalhos para os caminhos de ferro em Portugal, com a empreza de Hardy Hislop. Quando morreu era tenente-coronel reformado. Escreveu um folheto muito original, com o titulo: *Demonstração da causa, origem, séde e desenvolvimento da febre amarella, com a proposta dos meios para a expellir de toda a parte em que forem empregados*, Lisboa, 1857. Publicou tambem um jornal, *O Precursor*, que mostrava bem o estado intellectual do seu autor. Parece que se publicaram só dois numeros. Em 1868 escreveu para o *Jornal do Commercio* uma carta, em que dizia ter resolvido o celebre problema da *trisecção do angulo*, que esteve para mandar para a exposição universal de Paris em 1867.

Bacellar *(Joaquim Maria Botelho de Lacerda)*. Advogado em Villa Real, terra da sua naturalidade, passando depois a residir no Porto, onde falleceu pouco antes do anno de 1859. Escreveu: *Merlinda, duqueza d'Arnau*, romance original, Porto, 1818. Foi publicado sómente com as letras iniciaes do seu nome.

Bacellar *(José Antonio de Abreu)*. Natural de Coimbra; era filho de Manuel de Abreu Bacellar, cavalleiro da ordem de Christo, e de D. Maria Freire. Compoz, juntamente com seu irmão Francisco José de Abreu, que se recolheu ao claustro dos carmelitas descalços: *Diario espiritual de Oração Vocal e Mental, dividido em duas partes; a primeira contém a oração Vocal, a segunda inclue a Oração Mental*, Coimbra, 1726.

Bacellar *(José Bernardino de Magalhães).* Presbytero secular, natural de Caminha. Ignoram-se as datas do seu nascimento e fallecimento. Escreveu: *Enigma das longitudes do Orbe, theoricamente decifrado para a perfeita navegação de Leste a Oeste, e complemento da nautica e geographia, dedicado ao preclarissimo patriarcha S. Joseph*, Lisboa, 1748.

Bacellar *(Manuel da Cunha Andrade e Sousa).* Cavalleiro professo da ordem de Christo. N. em 14 de julho de 1713, na quinta da Seara, situada na freg. de Ferreira no conc. de Coura, da prov. d'Entre Douro e Minho. Eram seus paes Henrique de Caldas Ledo Bacellar, cavalleiro professo da ordem de Christo, e D. Prudencia da Cunha Amorim. Na Universidade de Coimbra applicou-se ao estudo de Jurisprudencia Cesarea, em que recebeu o grau de bacharel. Sendo perito nas linguas italiana e franceza, era muito versado no estudo de genealogia e historia secular. Exerceu alguns cargos de magistratura no Brazil. Ignora-se a data do seu fallecimento. Deixou publicado o seguinte: *Epitome historico e panegyrico da vida e acçoens de D. Antonio Mendes de Carvalho, primeiro Bispo d'Elvas*, Lisboa, 1753; *Elogio encomiastico da vida e acçoens, letras, e caracter do Reverendissimo Padre Mestre Francisco de Santa Maria, conego secular Chronista e Geral da sagrada Congregação de S. João Evangelista, Reytor do Real Convento de Santo Eloy de Lisboa*, Lisboa, 1739; *Carta escrita ao Padre Ignacio da Piedade Vasconcellos, Conego secular do Evangelista em aplauso da obra que compoz Historia de Santarem;* sahiu no principio do tomo II d'esta obra, Lisboa, 1740. Em manuscripto; *Byscaya Portugueza, Nobiliografia Interamnense em que se dá noticia de todos os Solares, Torres e Casas antigas que conservam o nome de Paço na illustre Provincia de Entre e Douro e Minho; Dialogo sobre a eloquencia em geral, e sobre a do pulpito em particular por Misser Francisco de Salignac de la Motte Fenelon, Mestre dos Infantes de França, e depois Duque de Cambray e Principe do Sacro Imperio.* E' traducção do francez.

Bacellar *(Manuel Pinto de Moraes).* 1.º visconde de Montalegre. V. *este titulo.*

Bacellar *(Miguel Vaz Guedes).* Tenente-coronel de infantaria, condecorado com a commenda da Torre e Espada. N. a 13 d'outubro de 1841; assentou praça em 1864, foi promovido a alferes em 1867, a tenente em 1873, a capitão em 1879 e a major em 1887. Em junho de 1889 renovou pela repartição competente, o pedido de concessão de terrenos em Moçambique, e publicou em Coimbra: *Plano para estabelecimentos agricolas entre Mossuril e o Nyassa.*

Bacellares. Logar na freg. de Santa Maria, de Sobreposta, conc. e distr de Braga.

Bacellete. Pov. na freg. de S. Matheus, de Grimancellos, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Bacellinho. Logar na freg. de Santa Eulalia de Barrozas, conc. de Louzada, distr. do Porto. ‖ Logar na freg. de S. Salvador, de Campo, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. ‖ Logar na freg. de S. Christovão, de Espadanedo, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. ‖ Logar na freg de S. Thiago, de Espargo, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. ‖ Logar na freg. de S. Romão, de Rendufe, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Rossas, conc. d'Arouca, distr. d'Aveiro. ‖ Casal na freg. de S. Thiago e conc. d'Almada, distr. de Lisboa. ‖ Fazenda na freg. de S. Thiago do Escoural, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Bacellinhos. Pov. na ilha do Pico, da freg. de Santo Antonio, conc. de S. Roque, distr. da Horta. ‖ Logar na freg. de N. S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. de Ancião, distr. de Leiria. ‖ Logar na freg. de S. Salvador, de Travanca, conc. d'Amarante, distr do Porto.

Bacello. Logar na freg. de S. Christovão, de Abação, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção; de Aboim da Nobrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de Santa Maria, de Airães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. ‖ Logar na freg. de S. João Baptista, d'Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. ‖ Logar na freg. de Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto. ‖ Logar na freg. de Santa Maria, de Antime, conc. de Fafe, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de S. Martinho, de Armil, conc. de Fafe, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de S. Thiago, de Atheães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de S. Miguel, de Bairros, conc. de Castello de Paiva, distr. d'Aveiro. ‖ Logar na freg. de Santa Eulalia de Barrosas, conc. de Louzada, distr. do Porto. ‖ Logar na freg. de S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de Santa Leocadia e de S. Salvador, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de S Thomé, de Caldellas, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Logar na freguezia de S. Thiago, de Cambezes, conc. de Barcellos, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de S. Salvador, de Campo, conc. de Barcellos, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de S. Felix de Candemil, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. ‖ Logares nas freguezias de S. Martinho e de S. Thiago, de Caudoso, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de S. Thiago, de Carreiras, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de S. Romão, de Carvalhosa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. ‖ Pov. na freg. de S. Thiago, de Castellões, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de S. Christovão, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de S. Mamede, de Cepões, conc. de Fafe, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de Santo André, de Christellos, conc. de Louzada, distr. do Porto. ‖ Logar na freg. de S. Miguel, de Couto, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. ‖ Logar na freg. de Santa Eulalia, de Crespos, conc. e distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de S. Thiago, de Espargo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. ‖ Pov. na freg. de Santa Marinha, de Fornos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. E' aqui na aldeia de Marco a séde do conc. ‖ Logar na freg. de S. Miguel, de Gonça, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Logar da freg. de Santa Maria, de Infias, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de S. Salvador, de Joanne, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de Santa Cruz de Jovim, conc. de Gondomar, distr. do Porto. ‖ Pov. na freg de Santa Eulalia, de Lanhezes, conc. e distr. de Vianna do Castello. ‖ Logar na freg. de Santa Christina, de Longos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de S

Salvador, de Louredo, conc. de Povoa de Lanhozo, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Loureira, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Miguel e conc. da Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Macieira, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Salvador, de Magrellos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Salvador, de Meixomil, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Milheirós, conc. da Maia, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Martinho, de Moreira de Rei, conc. de Fafe, distr. de Braga || Logar na freg. de S. Mamede, de Negrellos, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S. Salvador, de Nogueiró, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Lourenço, de Pias, conc. da Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Ponte, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Marinhal, de Portela, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Comba, de Regilde, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Silvestre, de Requião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Logares nas freg.ˢ de S. Clemente e de S. Martinho, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga || Logares nas freg.ˢ de Santa Maria e de S. Martinho, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Thiago, de Sequiade, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Paio, de Seramil, conc. d'Amares, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Maria, de Sobradello da Gama, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Salvador, de Taboado, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Telhado, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Christina, de Tendaes, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S. Pedro Fins, de Torno, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Marinha, de Tropeço, conc. d'Arouca, distr. d'Aveiro. || Logar na freg. de S. Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Vandoma, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Salvador, de Varzea, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Miguel, de Varziella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Veatodos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Casal na freg. do Senhor Jesus, de Carvalhal, conc. d'Obidos, distr. de Leiria. || Casal na freg de N. S.ª d'Assumpção de Chãs de Tavares, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || Casal na freg. de Santa Maria, de Nine, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Quinta na freg. de S. Miguel, de Anreade, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Quinta na freguezia da Sé, concelho e districto de Evora.

Bacello de Baixo. Logar na freg. de Santa Eulalia de Barrozas, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Bacello de Baixo e de Cima. Dois logares na freg. de S. Salvador, de Tagilde, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bacello das Freiras dos Casaes. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Bacello do Milho *(Casal do)*. Na freg. de S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Bacello do Padre Tejo. Logar na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Bacellos. Logar na freg. de Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Sebastião, de Carreiras, conc. e distr. de Portalegre. || Logar na freg. de S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Fareja, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Christovão, de Labruja, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Lagos da Beira, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Lanhellas, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santa Maria, de Matamá, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Penude, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S Romão de Aregos, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Pov. na freg de Santa Maria dos Olivaes e conc. de Thomar distr. de Santarem. || Casal na freg. de N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S. da Graça, de Vinha da Rainha, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || Monte na freg. de N. S.ª do Loreto, de Juromenha, conc. de Alandroal, distr. d'Evora. || Monte na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freguezia de S. Pedro, de Terena, conc. d'Alandroal, distr. d'Evora. || Quinta na freg. de N. S.ª da Fumagueira, de Maçainhas de Baixo, conc. e distr. da Guarda || Quinta na freg. de S. Nicolau, de Pena Lobo, conc. de Sabugal, distr. da Guarda. || Quinta na freg. de N. S.ª da Oliveira, do Tortozendo, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Bacellos dos Pobres. Logar na freg. de Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Bachareis. Monte na freg. de Sant'Anna, da Aldeia do Matto, conc. de Coruche, distr. de Santarem. || Monte na freg. de N. S.ª da Purificação, de Aventosa, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre.

Bacharel. Grau, titulo conferido ao estudante approvado nas disciplinas necessarias para o obter. Pessoa investida no grau de bacharelato. *Bacharel formado* é aquelle que, tomado o grau, completa o curso universitario, em que o alcançou, ao que se chama a *formatura*. Não só nas antigas universidades se dava a designação de *bacharel* aó primeiro dos graus na ordem ascendente, tambem nas egrejas cathedraes e nos mosteiros, em cujas escolas primitivamente se ensinou, havia *bachareis* ou *baccalarios*, nome que se dava aos conegos e monges mais novos, e que estavam já dispostos para subir a dignidades e cargos mais altos nas suas respectivas corporações. Egualmente foram chamados *bachareis* ou *bacca-*

larios os que, havendo conseguido já a ordem militar, eram ainda de pouca edade, ou não possuiam bastante riqueza para terem *pendão e caldeira;* isto é, sufficiente numero de vassallos pagos e municiados á sua custa, para poderem arvorar bandeira sobre si nas expedições militares. Mas d'onde se poderá deduzir a origem de todos estes *bachareis?* pergunta Viterbo, no seu *Elucidario.* E responde: «Nada mais natural que dizermos lhes proveiu dos antigos *baccalarios* ou senhores de *baccalarias*, os quaes sendo livres, e de condição ingenua, não egualavam comtudo a condição dos *barões* e *ricos-homens*, a quem ficavam sendo muito inferiores.» Quanto aos bachareis ecclesiasticos encontra-se o termo em varios documentos. O proprio Viterbo no supplemento ao *Elucidario*, voc. *bacheler*, que define por beneficiado de uma cathedral, transcreve d'um documento de S. Pedro de Coimbra de 1364: «E façam entom vyr os Priores da Villa e Raçoeiros, e bachaleres dizer as Horas, e as Missas, que som theudos.—Item: mando, que naquel dia, em que for soterrado aa vespera venham os bachaleres dizer Vespera, e Matinas de nove liçoens. —It. mando tres libras pera cera pera a arca de Santa Maria da See dos bachareles.» N'um mesmo documento se encontram as fórmas *bacheler* e *bacharel*, o que confirma a perfeita identidade. Do *Catalogo dos Bispos do Porto*, por D. Rodrigo da Cunha, II, 43, consta que na sé da mesma cidade havia tambem certos beneficiados que tinham o nome de bachareis. Quanto ao titulo academico, cada uma das fac ldades universitarias tem os seus bachareis, cujo curso é de quatro annos, e bachareis *formados*, que cursam mais o quinto e ultimo anno da respectiva faculdade. O bacharelato é conferido immediatamente ao acto ou exame e approvação do curso do quarto anno: o doutor presidente do jury respectivo, revestido de batina, capello e borla doutoral, recitando uma antiga oração latina preceituada para o caso, põe a borla sobre a cabeça do bacharelando, e se ha mais de um, vae-a pondo sobre a cabeça de cada um, dizendo para cada qual dos que ao primeiro se seguem: *Tibi quoque.* Só a Universidade de Coimbra, e a de Evora, emquanto durou e na sua especialidade, podiam conferir graus de bacharel e superiores. Aquella conserva ainda essa preeminencia sobre todas as demais escolas superiores. Todavia a lei de 14 de junho de 1880, reformando a instrucção secundaria, estatuiu. de par com o curso geral d'esta categoria, dois complementares, um de lettras, outro de sciencias, e correspondentemente a cada um d'estes, o bacharelato em letras e o bacharelato em sciencias, cada qual conferido áquelles que, tendo approvação no curso geral, tambem a obtinham em um ou outro dos complementares. Estes dois graus eram conferidos sem ceremonial algum, mediante a expedição das cartas ou diplomas respectivos. Com a reforma do ensino secundario por decreto de 22 de dezembro de 1894 fundiram-se os dois cursos complementares. O grau de bacharel é necessario para passar ao immediato em qualquer das faculdades da Universidade, e o de *bacharel-formado* prefere para a admissão em diversos empregos publicos, conforme determinam os regulamentos.

Bacharel. Horta na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. d'Arronches, distr. de Portalegre.

Bacharela *(Quinta da).* Na freg. de S. Thiago d'Evora d'Alcobaça, conc. d'Alcobaça distr. de Leiria.

Bacharelato. Primeiro dos graus universitarios *(Prima laurea vel primus gradus litterarius)*, isto é, o minimo, pelo qual se adquire o titulo de *bacharel.*

Bacias. Pov. na freg. de S. Thiago, de Rande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Ribeiro, na prov. da Estremadura, com. de Thomar, o qual tem azenhas, pizões e lagares de azeite.

Bacias de Baixo, de Cima e **do Meio.** Tres povoações na freg. de S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Bacim. Pov. na freg. de S. Pedro de France, conc. e distr. de Vizeu.

Baço. Serra da prov. do Douro, com. de Coimbra, termo de Goes. E' braço da Serra da Estrella. Tem 18 k. de comprimento e 12 de largura. Lança dois braços, que são: *Colcorinho* e *Cebôllo.* E' muito fria. Tem algumas povoações pequenas; produz algum trigo, centeio, castanhas e caça.

Baço de Boi *(Quinta do).* Na freg. de S. Martinho, de Conde, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bacoreira. Herdade na freg. de S. Thiago do Escoural, conc. de Montemor-o-Novo, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Bento de Anna Loura, conc. de Estremoz, distr. de Evora.

Bacoreira de Baixo, de Cima e **de Fóra.** Tres povoações na freg. de Santa Eulalia, de Fermentões, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bacorinho. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Abitureiras, conc. e distr. de Santarem. || Horta na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Alter do Chão. distr. de Portalegre.

Bacorinho e **Bacoro.** Dois montes na freg. de Santo Antonio, de Vaiamonte, conc. de Monforte, distr. de Portalegre.

Baços. Logar na freg. de Santo Estevão, de Barros, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Baculo. Bastão pastoral que usam os patriarchas, arcebispos, bispos e abbades regulares nas cerimonias religiosas, ou quando vão nas procissões e dão a benção pontifical. O baculo dos bispos e abbades é curvo na extremidade, á similhança do cajado dos pastores; o dos arcebispos termina com uma cruz, e o dos patriarchas com uma cruz dupla. O baculo dos abbades e abbadessas é coberto com um véo ou sudario, para o distinguir do dos bispos e como signal de subordinação á jurisdicção episcopal. O baculo é o symbolo da correcção episcopal: *attrahe per curvum, medio rege, punge per imum;* assim, termina em baixo por uma ponta, como significando que serve para aguilhoar os preguiçosos, e em cima por uma curva ou gancho, como para agarrar os que se transviam. Nos tempos primevos da egreja, em que era tudo simplicidade e pobreza, o baculo era uma simples vara de madeira, ordinariamente de cypreste novo, recurvada no extremo superior. Nos seculos xv e xvi os baculos tinham attingido o maior luxo na ornamentação e riqueza nas materias primas. Em Portugal ainda existem magnificos exemplares d'estes objectos d'arte revelando muito bom gosto. Na exposição retrospectiva da arte ornamental, que se realisou em Lisboa no anno de 1882 e na que se effectuou em 1895, por occasião do centenario antonino, appareceram notaveis exemplares. No museu episco-

pal de Coimbra e em varias sés do paiz se guardam alguns baculos preciosos. Entre outros baculos distinguiram-se na exposição de 1882 o baculo de Castro Daire e o de Evora. O primeiro

Baculo da sé de Evora

suppõe-se do seculo XII ou XIII e por isso muito curioso. E' de cobre dourado em toda a parte superior, tendo de altura 32 centimetros; a parte inferior, cylindrica, é adornada com tres lagartixas com as caudas enroladas. A parte superior representa uma serpente, que se enrola circularmente em volta do medalhão, que de um lado tem em baixo-relevo um santo coroado, sentado e lançando a benção, e do outro lado Nossa Senhora com uma corôa similhante, e com o Menino nos braços. Pertencia á egreja da Ermida, concelho de Castro Daire, districto de Vizeu. Tambem era curioso outro baculo de cobre, do seculo XII, representando uma serpe com a cabeça atravessada pela cruz, e que se diz ter sido achado na sepultura de Santo Ovidio. Pertence á sé de Braga. Ambos estes baculos demonstram a simplicidade ingenua das primeiras epocas da infancia da arte e dos primeiros tempos do christianismo. O estylo é grave e sem ostentação. O baculo da sé de Evora pertence ao seculo XVI, é um precioso monumento artistico e tão soberbo como a custodia dos Jeronymos, embora não seja como ella de ouro, mas sim de prata dourada, ornado de pedras finas de variadas côres. Tem de altura 54 centimetros. A parte inferior é cylindrica, toda canellada e acaba por um braço de fuste em prisma hexagonal, terminando superior e inferiormente por um grupo de molduras, proximo das quaes se vêem ao todo doze pedras preciosas engastadas em duas ordens e em cada face do prisma. Seis baixos-relevos, separados por ornatos, representam figuras de phantasia em diversas posições. Por cima d'esta parte, guarnecida de folhagens e de baixos-relevos, acha-se sobreposta uma especie de torre ou templo gothico, composto de dois andares, o inferior de maior circumferencia e o superior concentrico com o maior. Tanto a parte inferior como a superior do templo constituem arcadas ogivaes rematadas por folhagens caprichosas. Junto á columna central, que fórma o prolongamento da haste do baculo e voltadas para ella, ha seis estatuetas representando os quatro evangelistas e dois apostolos, todos ajoelhados. As figuras do templo superior estão em pé e encostadas á haste central e representam apostolos e prophetas. Um pouco mais acima começa a columna que superiormente vae formar a arcada, no meio da qual se vê a imagem da Virgem. A haste toma então a fórma d'essas columnas compostas, cujas nervuras se ramificam nas bellas arcadas e naves dos templos gothicos; e, curvando-se na parte superior, fórma a arcada do templo. No meio da volta inferior da voluta, que representa um corpo de serpente, ergue-se uma delicada peanha, sobre a qual está assente a imagem de Nossa Senhora da Conceição. Na columna começa uma nova ordem de molduras e ornatos, que terminam quasi ao meio do circulo da volta, onde nascem folhagens caprichosamente enroladas, no meio das quaes se levanta a peanha. Cada um dos florões da columna tem engastada uma pedra preciosa. Estas pedras vão augmentando de volume á medida que se aproxima o termo da curva. Na saliencia inferior da voluta brilha uma grande amethysta. A columna termina quasi á altura da peanha sobre que está assente a imagem da Senhora. D'aqui sae no meio das folhas caprichosamente enroladas o corpo da serpente, que se estende até á columna e, ao chegar a esta, curva-se para formar a cabeça disfarçada na grande e bella amethysta, que produz excellente effeito de tantos florões e lavores caprichosos e variados. Este

baculo é uma obra prima da arte portugueza. A estampa reproduz fielmente a preciosa joia de arte christã. O baculo, como distinctivo da auctoridade pastoral e de jurisdicção, figura diversamente nos brazões, quanto á fórma, metal e posição. E' um bastão de ouro ou de prata. E' ornamento do escudo de um bispo, arcebispo, patriarcha, cardeal, como do de um simples abbade ou abbadessa. Os bispos usam nos seus brazões a mitra á dextra e o baculo á sinistra com a voluta para fóra. Nos seus escudos os abbades e as abbadessas usam o baculo com a voluta para dentro, o que quer indicar que a autoridade d'estes ultimos se limitava ao interior do mosteiro a que presidiam. A voluta voltada para o lado de fóra indica que o poder do bispo ou prelado superior se estende a todos os fieis, significando jurisdicção externa.

Badajoz. Familia oriunda da cidade de Badajoz, em Hespanha, onde teve o seu solar. Passou a Portugal no reinado de D. João III, que lhe confirmou as armas seguintes: Em campo de ouro a imagem de S. João Baptista em pé, descalço, vestido de pelles e com capa vermelha, e um castello de prata com frestas de preto na mão direita, e mostrando o com a mão esquerda.

Badajoz *(O corneteiro de)*. V. *Castro (José Francisco de)*.

Badajoz *(Luctas com)*. Desde muito cedo que a cidade de Badajoz, capital da provincia do mesmo nome e de toda a Extremadura hespanhola, teve luctas com Portugal, de cuja fronteira dista 7 kilometros. Badajoz foi sempre a sentinella de Hespanha contra nós, da mesma fórma que Elvas o tem sido contra as hespanhoes. Os nossos mais antigos documentos dão á cidade de Badajoz o nome de *Badalhouce* e *Badaliós*, como declara Viterbo, no seu *Elucidario*, fundando-se nos *Vestigios da lingua arabiga* de Fr. João de Sousa. Data da conferencia de Cella Nova, realisada em 1160, entre D. Affonso Henriques e o rei de Leão, D. Fernando II, a nossa primeira lucta com aquella praça de guerra. Os dois soberanos tinham ajustado que Badajoz ficaria pertencendo a Leão. Mas D. Affonso Henriques, a quem não agradava a fronteira estabelecida, aproveitou a edificação de Ciudad Rodrigo como pretexto, e rompeu hostilidades contra o rei leonez. Dirigindo-se em 1169 com o exercito a Badajoz, o nosso monarcha tomou a cidade, resistindo-lhe porém a alcaçova. D. Fernando, ao saber do que se passava, correu a oppôr-se a D. Affonso, o qual não tardou a ficar sitiado por sua vez. Fôram vencidos os portuguezes e para maior infelicidade, D. Affonso Henriques, ao retirar á pressa, na occasião em que sahia a galope as portas, bateu com uma perna no ferrolho, e ferindo-se gravemente cahiu em poder do inimigo. Não abusou o rei leonez da situação do vencido, e deu-lhe lealmente a liberdade, exigindo-lhe apenas a restituição da provincia ultimamente invadida e o respeito dos tratados. ‖ Mais tarde, no reinado de D. Fernando I, quando este soberano quebrou a paz de Alcoutim, o mestre de S. Thiago entrou no Alemtejo, devastando tudo sem achar resistencia e retirando-se carregado de despojos para Badajoz. Tirou a desforra d'esta incursão um valente guerreiro portuguez, de nome Gil Fernandes, o qual, achando-se em Elvas, combinou com o fronteiro d'esta praça, o conde de Arraiollos, uma entrada em Hespanha, para arrazarem os arrabaldes de Badajoz. Alguns dos portuguezes, mais destemidos, chegaram perto da cidade, e saindo d'ella alguns hespanhoes, Gil Fernandes e mais vinte portuguezes a cavallo carregaram os inimigos com tal impeto que estes fôram de roldão até dentro das portas. ‖ Outro ataque a Badajoz teve origem na falta de cumprimento, por parte dos hespanhoes, das tregoas ajustadas entre o Mestre de Aviz e D. João I, de Castella. Houve uma embaixada a Castella, mas esta considerou sempre letra morta o que se pactuara. Vendo o Mestre de Aviz que só pela força obteria o necessario cumprimento do tratado, incumbiu a Martim Affonso de Mello, fidalgo de sua confiança, o tomar de subito uma praça aos castelhanos. Depois de fazer as suas investigações pelo Alemtejo, decidiu-se Martim Affonso a tentar a conquista de Badajoz. Para esse fim entrou em negociações com um escudeiro portuguez de nome Gonçalo Annes, que ali vivia homisiado; mas o governador da praça, desconfiando do portuguez, mandou-o sair da cidade. Gonçalo Annes não tardou em voltar a Badajoz, sob pretexto de cobrar uma divida, e, combinando-se com o porteiro, deu entrada aos portuguezes, que tomaram a cidade de subito na noite de 12 de maio de 1396. Só assim se cumpriria o tratado de 1393. Houve varias embaixadas improficuas, ás quaes se seguiram novas hostilidades, que acabaram com as tregoas de 28 de setembro de 1400, feitas em Segovia, sendo uma das condições a restituição de Badajoz. ‖ Durante a guerra da Restauração duas vezes tentaram os portuguezes apoderar-se de Badajoz, mas em ambas fôram mal succedidos. Foi a primeira em 1657, quando os hespanhoes cercavam Olivença. O general portuguez, conde de S. Lourenço, para obrigar aquelles a desistirem, lembrou-se de ir sitiar Badajoz, porém duas tentativas que effectuou n'esse sentido fôram egualmente infructiferas. No anno immediato, Joanne Mendes de Vasconcellos, que substituira o conde de S. Lourenço, no commando do exercito do Alemtejo, tentou uma nova expedição contra Badajoz, e durante quatro mezes sitiou a cidade, vendo-se forçado a levantar o cerco, por sair de Madrid um poderoso exercito em soccorro d'aquella praça de guerra. ‖ Na guerra da successão de Hespanha mais uma vez quizeram os portuguezes assenhorear-se de Badajoz, e o marquez das Minas, logo que recebeu a nomeação de commandante do exercito de operações, decidiu-se a cercar a praça. Nos primeiros dias de outubro de 1705 entrou em campanha, e circumvallando Badajoz, começou a bater a cidade no dia 11. Na noite de 13 para 14 o marechal Tessé conseguiu passar o Xevora e ir postar-se em batalha junto dos muros, tornando impossivel a conquista da praça. O valente general portuguez levantou o cerco e retirou-se sem deixar em poder do inimigo a menor cousa. ‖ Na guerra peninsular o papel de Badajoz foi importante, principalmente nos annos de 1811 e 1812. Em 11 de março de 1811 cahiu em poder dos francezes, por capitulação. Tentou o exercito alliado, de portuguezes e inglezes, de tomar aquella praça; mas nem o assalto commandado por Beresford nem o dirigido pelo proprio Wellington conseguiram o seu proposito. Em 1812 voltou novamente o exercito anglo-luso a sitiar Badajoz,

e d'esta vez, embora á custa de grandes sacrificios e enormes perdas, alcançou a posse da praça. Foi um memoravel cerco, em que as tropas portuguezas se portaram com a maior valentia, sendo apontado como um notabilissimo feito militar, sem duvida um dos mais heroicos em que modernamente se illustraram as armas portuguezas. Seria difficil deixar aqui uma rapida descripção de tão glorioso cerco, com indicação das brigadas e corpos portuguezes que entraram n'este terceiro sitio de Badajoz e no assalto dado á mesma praça em 6 de abril de 1812, o que tudo larga e minuciosamente se encontra na obra de Luz Soriano sobre a guerra peninsular.

Badajoz *(Tratados de)*. São varios os tratados celebrados em Badajoz pelos monarchas portuguezes: Em 16 de fevereiro de 1267, encontrando-se, n'essa cidade, os reis D. Affonso III, de Portugal, e D. Affonso X, de Castella, se ajustou entre os dois soberanos uma convenção, pela qual se fixavam as fronteiras entre os seus estados, e por duas cartas da mesma data o rei castelhano manda entregar os castellos do Algarve a D. Affonso III, absolvendo-os da homenagem que d'elles lhe haviam feito, e desobriga D. Affonso III, o principe D. Diniz e seus herdeiros e successores de todos os encargos, pleitos e posturas relativos ao reino dos Algarves. Esta convenção e as duas cartas alludidas pódem vêr-se no *Corpo Diplomatico Portuguez*, do Visconde de Santarem. || Em 13 de dezembro de 1287 celebrou-se em Badajoz um tratado de amizade e composição entre D. Diniz e o rei de Castella, de uma parte, e o infante D. Affonso, irmão de D. Diniz, da outra. Foi este pacto devido á intervenção da rainha Santa Izabel e por elle se obrigou D. Affonso a ceder ao rei as villas de que era senhor no Alemtejo, perto da fronteira, recebendo em troca uma somma paga annualmente e outras terras no interior do reino. || Em 9 de agosto de 1382 celebrou-se em Badajoz o tratado de paz, que poz termo á guerra entre Portugal e Castella, sendo negociadores, da parte do rei D. Fernando, o condestavel D. Alvaro Peres de Castro, conde de Arraiollos e o marechal Gonçalo Vasques de Azevedo, e da parte de D. João, Pedro Sarmento e Pedro Fernandes de Velasco. Por esse pacto o rei de Castella obrigou se a restituir ao de Portugal as praças de Almeida e de Miranda, que tomara, a entregar as galés que tinham sido apresadas na batalha de Saltes, a soltar o almirante D. João Affonso Tello e outros prisioneiros, o a fornecer gratuitamente uma porção dos seus navios, que estavam deante de Lisboa, para transportarem a Inglaterra os soldados do conde de Cambridge. Por este tratado, a mão da infanta D. Beatriz, filha de D. Fernando recebeu um novo destino, e dissolvendo-se os desposorios anteriormente ajustados com o infante D. Henrique, filho primogenito do rei de Castella, e depois com o filho do conde de Cambridge, estipulava-se o casamento d'ella com D. Fernando, filho segundo do rei castelhano. Este tratado acha-se extractado na *Monarchia Lusitana*, parte VIII e na *Chronica d'el rei D Fernando*, por Fernão Lopes. || Com data de 6 de junho de 1801, apoz a curta e vergonhosa campanha d'esse anno, assignou-se em Badajoz o tratado de paz entre Portugal e Hespanha, que foi ratificado pelo governo portuguez em 14, e pela Hespanha em 21 do mesmo mez e anno. Continha onze artigos esse tratado e fôram negociadores Luiz Pinto de Sousa, mais tarde visconde de Balsemão, e o Principe da Paz. Seguiu-se com a mesma data outro tratado entre Luiz Pinto de Sousa e Luciano Bonaparte, para a paz entre Portugal e França. Todavia esta paz só veiu a ajustar-se pelo tratado de Madrid de 29 de setembro de 1801. No vol III da *Historia da guerra civil*, de Luz Soriano, acham-se publicados aquelles dois tratados e a correspondencia respectiva.

Badalinho. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Badalo *(Monte do)*. Na freg. de S. Thiago, de Rio de Moinhos, conc. de Borba, distr. de Evora.

Badamallos. Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Sabugal, distr. e bisp. da Guarda; 354 hab. e 91 fog. A pov. dista 28 k. da séde do conc. Tem caixa post. Pertencia á corôa; está situada n'um alto, d'onde se vê a aldeia de Sisto e muitas serras. Era annexa a Villar Maior, formando hoje uma só as duas freguezias. Havia um reducto ou fortim, onde os moradores faziam guarda em tempo de guerra. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 21 com a séde em Castello Branco.

Badameco. Nome antigo da pasta em que os estudantes, especialmente de sciencias maiores, levavam os cadernos em que, sobre as mesmas pastas, tomavam por escripto as apostillas dictadas ou expostas pelo professor. Ainda os estudantes do quinto anno de cada uma das faculdades da Universidade de Coimbra usam por mera insignia, de pastas similhantes, embora já sem aquella denominação.

Badana *(Horta da)*. Logar na freguezia de S. Pedro, concelho de Elvas, districto de Portalegre.

Badanaes. Logar na freg. de N. S.ª da Purificação, de Podentes, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Badanal *(Horta do)*. Logar na freg. de N. S.ª da Visitação, de Villa Alva, conc. de Cuba, distr. de Beja.

Badarças *(João Rodrigues)*. Capitão da caravella *Santa Martha*, que em março de 1502 acompanhou á India Vasco da Gama a vingar a traição feita pelo rei de Calecut a Pedro Alvares Cabral. Quando em 1503, Vasco da Gama regressou ao reino, ficou fazendo parte da armada que este deixou na India commandada por Vicente Sodré. Continuando a ficar na India nas armadas que se iam succedendo, tornou-se celebre em diversos combates com a gente do rei de Calecut. Em 1504 passou por ordem de Duarte Pacheco, a fazer parte da armada commandada por Lisuarte Pacheco.

Bade Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Cerdal, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Badella. Pov. na freg. de S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello.

Badernes *(Casal do)*. Na freg. de N. S.ª da Purificação, de Cachoeiras, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Badhur. Chefe indigena de algum districto, dependente do estado da India Portugueza.

Badieiro. Pov. na freg. de S. Julião, de Covellas, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Badim. Pov. na freg. de S. Julião, da prov. do Minho, conc. e com. de Monsão, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 465 hab. e 128 fog. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada n'um monte cercado de valles. E' terra muito fria, mas saudavel, e pouco fertil. O vigario era apresentado pelo reitor da freg. de Salvador de Seivães, á qual esta freg. estava annexa. Tinha de congrua uns 60$000 réis. Foi de commendatarios. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3 com a séde em Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Gatão, conc. d'Amarante, distr. do Porto.

Badim Novo e Velho. Dois logares na freg. de S. Salvador, de Piuheiro, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Badinhão. Logar na freg. de Santo Adrião, de Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Badoca. Logar na freg. de Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Badões ou **Badoins.** Logar na freg. de N. S.ª da Misericordia, de Antime, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Badoucos. Pov. na freg. de S. Miguel, de Souto, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. || Logar na freg. de S. Lourenço, dos Calvos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Maria, de Gemeos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Badulaque. Guizado de carne ou de forçuras de carneiro cortadas em miúdos, com cebôla, toucinho, azeite, etc. a ficar com caldo espesso. Era um antigo acepipe de portuguezes e hespanhoes, que foi muito predilecto dos frades do convento d'Alcobaça, e tambem usado pelas communidades religiosas de Portugal. Dá-se-lhe egualmente o nome de *bazulaque*.

Baeça. Appellido nobre, oriundo de Hespanha, tomado da cidade de Baeza, na Andaluzia. Passou a Portugal na pessoa de João Affonso de Baeça em tempo de el-rei D. Fernando I. Parece que por corrupção de vocabulo se appellidaram *de Beça* os seus descendentes. Todavia acham-se armas differentes em brazão incompleto: Em campo de ouro tres faxas vermelhas, orlas do mesmo carregada de doze crescentes de prata. Timbre, meio lobo vermelho com um crescente das armas na espadua. Outras armas são: Em campo de ouro seis faxas vermelhas, orla do mesmo carregada de crescentes de prata. Timbre, meio lobo de vermelho com um dos crescentes das armas no costado.

Baeça *(Pedro)*. Um dos cumplices da conspiração tramada em 1641 contra a vida de D. João IV, e da qual eram chefes principaes o arcebispo de Braga, D. Sebastião de Mattos de Noronha, e o marquez de Villa Real. Era thesoureiro da alfandega, e desvanecido por vêr que uns altivos fidalgos requestavam um simples mercador, quasi que perdeu de todo o tino. Offereceu-se para apresentar juntamente com dois outros mercadores, Diogo Rodrigo de Lisboa e Simão de Sousa, um milhão e trezentos mil cruzados para as necessidades da conjuração, falou com a maxima leviandade dos projectos a Luiz Pereira de Barros, contador de fazenda, que foi revelar tudo ao soberano, e era tal a sua imprudencia, que chegaram a ter conhecimento do que se preparava os criados que, affectos á patria como todos os populares, fôram logo denunciar o amo. Sendo preso com os outros conspiradores, sujeitaram-n'o a tratos, e apezar de ter mostrado então uma impassibilidade digna de melhor causa, os outros cumplices revelaram e confessaram tudo. Instaurado o processo, foi Pedro Baeça condemnado a ser enforcado e esquartejado, executando-se a sentença no Rocio, hoje Praça de D. Pedro, a 29 de agosto do referido anno de 1641, perdendo a vida no mesmo cadafalso outros conjurados.

Baena. Familia oriunda de Castella, descendente de D. Fernando Rodriguez de Baena Cabrera y Castro, que tomou o appellido da villa de Baena. As armas são: escudo partido em pala; na primeira em campo de prata doze lisonjas vermelhas, na segunda, em azul, um leão de ouro rompente, orla de ouro carregada de oito arruelas de vermelho; timbre, um braço armado de prata com uma lança na mão enristada, com uma arruela do escudo na ponta.

Baena *(Antonio Ladislau Monteiro)*. Nasceu em Portugal em 1781, e foi para o Brazil, onde passou o resto da vida, fallecendo de febre amarella em 1850. Era escriptor geographo e official do exercito brazileiro. Publicou alguns livros no Pará.

Baena *(Antonio Manuel Leite Pacheco Malheiro e Mello)*. Escriptor que viveu na segunda metade do seculo XVIII, e de que apenas se sabe, que escreveu o seguinte: *Panegyrico gratulatorio ao Serenissimo Senhor D. José, Principe do Brazil na occasião dos seus desposorios*, Lisboa 1777; *Oração á Fidelissima Rainha D. Maria I, na sua feliz acclamação*, Lisboa, 1777; *Elogio congratulatorio, que em nome de todos os vassallos a elrei D. José o I, na inauguração da sua estatua equestre na praça do Commercio O D. e C. etc.*, Lisboa, 1775; *Oração panegyrica, offerecida no dia em que faz annos o ex.mo sr. cardeal da Cunha D. João Cosme, arcebispo d'Evora, etc.*, Lisboa, 1776; *Discursos politicos, ethicos e moraes*, Lisboa, 1777.

Baena *(D. Fernando de)*. Fidalgo da cidade de Sevilha, descendente de D. Fernan Rodrigues de Baena Cabrera y Castro. Veiu para Portugal, indo residir para a villa de Odemira, onde foi vereador da camara e exerceu outros cargos honorificos. Casou D. Maria Ponce, descendente do conde D. Vel Ponce. D'este matrimonio nasceu D. Francisco de Baena, que veiu a casar com D. Leonor de Barbuda, filha de Ruy Filippe de Barbuda, commendador de Pedrouços e senhor do morgado de Paço Velho. Houve uma filha unica e herdeira da casa, D. Maria de Baena e Barbuda, a qual casou com Pedro Alvares Sanches.

Baena *(D. José Antonio d'Almeida)*. Doutor em canones pela Universidade de Coimbra, agraciado com o fôro de moço fidalgo em 1716, e a fidalgo escudeiro em 1738. N. a 24 de julho de 170?, fal. a 12 de fevereiro do 1784. Era filho de João Sanches de Baena, governador da fortaleza de S. Filippe, de Setubal e alcaide-mór de Villa do Conde. Foi prelado da Santa Patriarchal de Lisboa, e n'essa qualidade assistiu ao pontifical celebrado na mesma egreja em 13 de maio de 1777, pela acclamação da rainha D. Maria I. Era homem de muita instrucção.

Baeta *(Henrique Xavier).* Bacharel formado em philosophia pela Universidade de Coimbra, e doutor em medicina pela de Edimburgo. N. em Salvaterra a 22 de fevereiro de 1776, fal. nos Olivaes a 21 de novembro de 1854. Era filho de José Dias Baeta e de Anna Rosa Joaquina. Matriculou-se na Universidade de Coimbra em philosophia, em que recebeu o grau de bacharel, e em medicina, que não chegou a concluir, porque em 20 de julho de 1797 emigrou para Edimburgo, receoso das perseguições que se moviam em Coimbra contra elle e outros estudantes accusados de partilharem as idéas da revolução franceza. Na Universidade de Edimburgo continuou o curso de medicina, e tomou o grau de doutor, sendo muito estimado por alguns medicos notaveis, entre os quaes se contava Erasmo Darwin, de quem fôra particular amigo. Em Londres publicou, em 1800: *Comparative View of the Theories and Practice of drs. Cullen, Brown and Darwin in the Treatement of Fever and of acute Rheumatism;* e em Edimburgo a sua dissertação inaugural para a recepção do grau de doutor, dedicada a seus paes, a qual tem o seguinte titulo: *Dissertatio Medica Inauguralis de Typho, quam Annuente Summo Numine ex Auctoritate Reverendi admodum Viri, D. Georgii Baird, S. S. T. P. Academiæ Edinburgense Præfecti; necnon Amplissimi Senatus Academici Consensu, et Nobilissimæ Facultatis Medicæ Decreto; pro Gradu Doctoris, summis que in Medicina Honoribus ac Privilegiis rite et legitime consequendis; Eruditorium examini subjicit Henricus Xavier Baeta, Lusitanus. Ad diem 24 Junii, hora locoque solitis. Edinburgi, 1800.* Em setembro d'este anno de 1800 veiu para Lisboa, e começou a exercer clinica. Sobrevindo a revolução de 1820, foi eleito deputado nas côrtes constituintes de 1821, em que alcançou creditos de orador eloquente e muito liberal. Depois voltou a exercer a clinica, que deixou completamente am 1827, indo viver retirado n'uma quinta que possuia nos Olivaes. Não evitou, porém, que em 1831 ali mesmo o fôssem prender as auctoridades do partido absolutista, conservando-se na cadeia até ao dia 24 de julho de 1833. No anno seguinte foi eleito deputado e nomeado recebedor de fazenda, logar que serviu até 1836, sendo então exonerado por motivos politicos. Recolhendo-se de novo á sua casa dos Olivaes, afastado da politica, falleceu com 78 annos de edade. Escreveu: *Resumo do Systema de Medicina, e Tradução da Materia Medica do doutor Erasmo Darwin, com varias notas,* Lisboa, 1806; *Extracto das cartas de Maria Wastone Croft, relativas á Suecia, Norwega e Dinamarca, e uma breve noticia da sua vida,* Lisboa, 1806; *Memoria sobre a febre epidemica contagiosa, que grassou em Lisboa desde Outubro de 1810 até Agosto de 1811,* Lisboa, 1812. Acerca d'esta memoria, e como refutação da sua doutrina, appareceu no *Jornal de Coimbra,* vol. I pag. 63, um extenso juizo critico, ao que Baeta respondeu com umas *Observações,* publicadas no *Investigador Portuguez* n.º XIX, de pag. 410 a 420, e continuadas no n.º XX de pag. 553 a 559. Os redactores do *Jornal de Coimbra* contestaram, e Baeta redarguiu, publicando em appendice ao n.º XXIV do *Investigador portuguez* de junho de 1813, o seguinte: *Impugnação á resposta dos redactores do* «Jornal de Coimbra» *publicada no vol.* III *pag. 33 a 63, e pag. 146 a 148.* Publicou tambem em 1848: *Saudação exhortativa por occasião do segundo anniversario do filho primogenito do ill.mo sr. Joaquim Pereira da Costa, a quem é dedicado pelo seu sincero amigo,* etc. A sua biographia vem nas *Memorias biographicas dos medicos e cirurgiões portuguezes,* pelo dr. Francisco Antonio Rodrigues de Gusmão, pag. 12, publicadas em 1858.

Baeta. Horta na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Bafordar. Era antigamente o atirar ao alto com lanças curtas e arrojadiças, brincar com ellas, fingindo combate militar em certo jogo ou exercicio que se fazia a cavallo. *Bafordo* era a lança de bafordar, lança curta de arremesso; canna cujo primeiro gomo era cheio de areia, com que se jogava correndo as cannas e atirando-as.

Baforeira. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Estreito, conc. d'Oleiros, distr. de Castello Branco. || Logar na freg. de Santa Maria e conc. de Castello de Paiva, districto de Aveiro.

Baforeiras. Pov. na freg. de S. Romão de Arcgos, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Baforras. Logar na freg. de Santo André, de Marecos, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Bafouves. Pov. na freg. de S. Mamede, de Recezinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Baga *(Rio).* Na India. Toma origem na provincia de Bardez e desagúa no Oceano Indico, junto do extincto e arruinado reducto do mesmo nome. E' navegavel por *tonas* na extensão de uma milha onde chega a maré.

Bagaceira. Pov. na ilha da Madeira, freg. de S. Braz, de Arco da Calheta, conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Bagacina. Pov. na ilha Terceira, freg. de S. Jorge, das Doze Ribeiras, conc. e distr. de Angra do Heroismo. || Pico situado na mesma ilha. Em 1761, junto d'este pico, correu por mais de 5 k. um rio de lava ardente.

Bagães. Logar na freg. de S. Salvador, de Fonte Arcada, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Bagagem. Logar na freg. de N. S.ª da Alva e conc. d'Aljezur, distr. de Faro.

Bagalhe. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Sobrosa, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Baganha. Pov. na freg. de S. Martinho, de Fajões, conc. d'Oliveira d'Azemeis, distr. d'Aveiro. || Casal na freg. de S. Lourenço, do Ramalhal, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Baganha Leal *(D. Ignacia Ludovina Annes).* Nasceu em Alcacer do Sal, em 21 de fevereiro de 1857. Filha de Luiz José Annes Baganha e D. Maria da Piedade Vaz Baganha, ambos professores regios de instrucção primaria; irmã do medico veterinario Domingos Rodrigues Annes Baganha (V. *Annes Baganha).* Com seus paes, em Lisboa, para onde vieram em 1859, aprendeu as primeiras letras; com seu irmão, em Faro, para onde foi em 1868, se preparou para os exames de instrucção primaria, francez, habilitação para o magisterio primario elementar e para o complementar. Começou a sua carreira no magisterio primario como professora elementar da freguezia de Estoy, por despacho de 2 de março de 1882. Por despacho de 13 de agosto de 1881 foi provida na cadeira elementar-complementar do concelho de Faro. A grande frequencia de alumnas, que o seu zelo e pericia no ensino attrahiram á escola,

valeu-lhe a concessão de um premio pecuniario, por despacho de 10 de julho de 1889. Pela portaria de 29 de março de 1890 foi louvada em attenção aos seus bons serviços no magisterio. Em anno algum, dos quinze em que, na cidade de Faro, exerceu o magisterio, deixou de, em numerosas alumnas approvadas, muitas com distincção, apresentar o fructo da sua excepcional vocação para o ensino, sabendo alliar a uma energia infatigavel um espirito disciplinador e um tratamento carinhoso. Cada epoca de exames valia para esta distincta professora um triumpho, no qual colhia as palmas da victoria na approvação certa de todas as alumnas que propunha para exame. A instrucção feminina, hoje largamente derramada na capital algarvia, deve-lhe o impulso que se póde considerar primitivo, porque, antes d'ella, o ensino feminino ali, sem estimulo nem systema, não produzira nunca resultados alguns apreciaveis. Tão fecundo desempenho da sua alta missão não podia deixar de lhe valer o devido galardão: D. Ignacia Leal foi nomeada, por despacho de 16 de agosto de 1899, professora complementar da escola de habilitação para o magisterio primario do Algarve, logar que tem exercido com a mesma aptidão, provada no magisterio infantil No corpo docente d'essa escola, tem mantido, pelo modo como lecciona as alumnas mestras nas disciplinas que lhe são distribuidas, a boa reputação profissional que de principio conquistou. E' adorada das suas alumnas, considerada pelas estações officiaes e goza de sincera e justa estima social na provincia que ella ama como patria adoptiva. Foi proficientemente habilitada no methodo João de Deus por seu irmão, um dos mais enthusiasticos propagandistas d'esse methodo, distinctamente diplomado pelo autor. Vinculou o seu nome como autora a dois livros escolares, valiosos pela clareza e lucidez da expressão e pela intelligente adaptação ao ensino: *Deveres das mães de familia* e *Contos moraes*.

D. Ignacia Ludovina Annes Baganha Leal

Baganheira. Pov. na freg. de S. Miguel, de Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Baganheiras. Logar na freg. de S. Sebastião, de Sequeiros, conc. de Aguiar da Beira, distr. da Guarda.

Baganheiro. Logar na freg. de S. João Baptista, de Queijada, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello.

Bagas. Reino de gentios que habitam a costa da Guiné, entre o rio Nuno e o cabo Verga, por uma extensão de 100 k. Estes negros são guerreiros destemidos, vivendo em continua guerra com os reinos visinhos. Costumam avisar os inimigos do dia em que irão combatel-os. A sua arma principal é a azagaia e o escudo de pelle do bufalo curtida.

Bagauste. Quinta na freg. de Santo André, de Parada do Bispo, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. Era antigo couto dos bispos de Lamego, e foi D. Affonso I que o doou, em 1164, á sé d'aquella cidade. || Designação d'um apeadeiro na linha do Douro, entre a Regoa e Covelliuhas.

Bage. Logar na freg. de Santa Maria, de Athães, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bages. Pov. na freg. de Santa Maria, de Meniedo, conc. da Louzada, distr. do Porto.

Baginha. Logar na freg. de S. Martinho e conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Bago de Baixo e **de Cima.** Duas povoações na freg. de Santa Maria, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Bagoada. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Loivo, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Bagoeira. Logar na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Quinta na freg. de N. S.ª da Expectação, de Samaiões, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Bagorro. Horta na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. d'Alter do Chão, distr. de Portalegre.

Bagrão. Appellido nobre em Portugal, de que se encontra noticia com brazão completo: Em campo de ouro aguia vermelha, bicada e armada de negro. Timbre a mesma aguia pousada.

Bagueixe. Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 343 hab. e 70 fog. Tem caixa postal. A pov. dista 16 k. da séde do conc. e está situada em ampla campina. E' fertil em cereaes, fructa, vinho e gado. O cura era apresentado pelo abbade de Castro Roupal. Tinha de congrua 6$000 réis em dinheiro, 2 alqueires de trigo e 2 almudes de vinho, que lhe dava o abbade. Até 1855 pertenceu á com. de Chacim, conc. de Izeda, ou couto de Izeda. Bagueixe pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 18 com a séde no Porto. || Logar na freg. de S. Bartholomeu, de Paranhos, conc. de Carrazeda d'Anciães, distr. de Bragança. || Ribeira no distr. de Lisboa. Nasce no sitio da Pipa, e desagúa no rio Cachoeiras, com um curso limitadissimo. Tambem se lhe dá o nome de *Ribeira da Pipa*.

Bagueixo. Casal na freg. das Cardosas, conc. d'Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || Ribeira na prov. da Extremadura, termo de Lisboa. Nasce na freg. de Santo Quintino, recebe varias ribeiras, e passa nos termos de Arruda, Alemquer e Castanheira, onde se mette na margem direita do Tejo.

Baguim. Pov. na freg. de S. Vicente, de Alfena, conc. de Vallongo, distr. do Porto.

Bagulhão. Pov. na freg. de Santa Maria, de Salto, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Bagulho. Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Vialonga, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Bagunte. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Villa do Conde, distr. do Porto, arceb. de Braga. Está annexada civilmente a esta freguezia a de Santagões; 1:025 hab. e 218 fog. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada em um valle ameno, nas

margens do Ave. D'aqui se descobrem muitas povoações e o mar. O abbade era apresentado pela casa de Bragança, e tinha 650$000 réis de rendimento. E' terra muito fertil. Ha aqui um alto monte chamado da *Cividade*, que é tradição antiquissima ter sido cidade e fortaleza dos moiros. Foi do reino de Aragão e condado de D. Paio de Bagunte. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 18, com a séde no Porto.

Bahamond. Appellido nobre em Portugal, oriundo da Galliza. Tinha brazão incompleto: Em campo azul um M de ouro e por cima uma coroa de infante, de ouro e aberta; orla vermelha separada por um filete de ouro e carregada de sete peixes de prata, ficando dois em faxa no chefe, dois de cada lado em pala, e um no meio do contra-chefe em faxa.

Bahar. Medida de peso na India e em outros pontos do Oriente, bem como na costa oriental de Africa, correspondente proximamente a quatro quintaes velhos de Portugal. Diz o *Livro* de Duarte Barbosa, na *Collecção de Noticias para a Historia e Geographia das Nações Ultramarinas*, II, pag. 386: «Cada quintal velho são tres quartos e meio do quintal novo, e é de 128 arrateis de 14 onças cada um. Um bahar são quatro quintaes velhos de Portugal». Era medida ali admittida pelo commercio portuguez, no seculo XVI Na *Noticia preliminar* da obra: *Subsidios para a Historia da India Portugueza*, publicada pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, sob a direcção de Lima Felner, encontram-se alguns esclarecimentos sobre o valor do bahar, valor que era vario e muito diversificava de terra para terra.

Baharem. Nome dado pelos nossos historiadores do seculo XVI á ilha do golpho Persico, situada na costa oriental da Arabia, e conhecida hoje pela denominação Bahreïn. Nas *Decadas*, de João de Barros vem uma descripção minuciosa d'esta ilha. Houve aqui repetidos combates no tempo das nossas conquistas do Oriente, sendo principalmente notavel o que Antonio Correia, depois chamado Antonio Corrêa Baralhem, dirigiu contra o rei d'essa ilha, para o obrigar a reconhecer a suzerania do rei de Portugal.

Baharem *(Antonio Corrêa).* Guerreiro que se illustrou nas nossas luctas do Oriente, e que pela conquista da ilha de Baharem recebeu o appellido com que depois ficou conhecido, como se disse. Era filho de Ayres Corrêa, que acompanhára Pedro Alvares Cabral á India, e que fôra ali deixado como feitor em Calicut. Depois da retirada de Cabral, os moiros atacaram a feitoria e, apezar da defeza heroica dos portuguezes, conseguiram entrar na cidade. Entre os mortos contou-se Ayres Corrêa; e Antonio Corrêa, que n'essa epoca teria apenas 12 annos e havia acompanhado seu pae ao Oriente, salvou-se devido á coragem d'um marinheiro. Regressando á patria encontrou protecção, devido ás circumstancias em que ficára orphão, e em memoria do valente feitor, seu pae, e voltando mais tarde á India, foi no tempo do governador Diogo Lopes de Sequeira, em 1519, mandado em soccorro de Malaca, e depois ao Pegú e Martaban para assentar pazes com os chefes d'esses paizes e carregar quanto lacre pudesse, porque esse artigo era muito estimado em Portugal. Em seguida obrigou o rei de Bintão a levantar o apertado cerco que tinha posto a Malaca, e pouco depois acompanhando o governador n'uma viagem ao golpho Persico, tomou a ilha de Baharem, ficando o rei d'esta ilha morto na acção, e com esse combate definitivamente estabelecida em Baharem a suzerania indirecta de Portugal. Succedendo na capitania do mar da India a Diogo Fernandes de Beja, derrotou completamente Mohamed-Aga, general do rei de Cambaya. Desde então, mais nada se conhece ácerca de Antonio Corrêa no Oriente. Parece que regressou a Lisboa, e, segundo João de Barros, foi o commandante do navio mandado ao encontro de Nuno da Cunha, que voltava da India, deixando aquelle governo, e que, segundo as ordens de D. João III, teria de passar o resto da vida n'uma prisão, se a morte o não surprehendesse no meio da viagem. Em recompensa dos serviços prestados no Oriente, e especialmente na tomada da ilha do golpho Persico, foi permittido a Antonio Corrêa juntar ao seu appellido o de Baharem, e, por carta de 14 de janeiro de 1540, foi-lhe concedido accrescentar o brazão de modo que n'elle se commemorasse aquelle feito, passando a ter por armas: escudo de campo esquartelado; o primeiro de vermelho com a cabeça do rei cortada em sangue, foteada de prata com a sua corôa de ouro, e o quarto esquartelado, o primeiro de azul com uma cruz patea e varia, e o segundo de verde com cinco flôres de liz de ouro em aspa, e assim os seus contrarios; o segundo de vermelho com uma aguia de preto estendida com as mãos e bicos de ouro com um escudo de ouro fretado de vermelho, que lhe cobre todo o corpo á excepção da cabeça, mãos, as pontas das azas e o rabo e assim o seu contrario; elmo de prata aberto, guarnecido de ouro, paquife de ouro, vermelho e azul, e por timbre um braço armado com a cabeça na mão pela fita.

Baharem *(Antonio Corrêa).* Fidalgo do seculo XVI, senhor do morgado da Marinha, commendador da ordem de Christo. Era filho de Antonio Corrêa Baralhem, senhor do morgado da Marinha, e de D. Joanna de Tavora, filha de Francisco de Tavora, senhor de Mira. Escreveu: *Origens das familias mais illustres de que tractou o conde D. Pedro no seu* «Nobiliario», *até o anno de 1550.* Tinha fama de ser muito entendido em assumptos genealogicos, a que se dedicara, e tanto esta obra, que constava de muitos tomos, como os trabalhos que compoz e ficaram ineditos, ainda ha noticia de terem estado em poder do seu neto Luiz Francisco Corrêa Baharem, commendador de S. Bartholomeu d'Alfange em Santarem, da ordem de Christo, senhor do morgado da Ponte de Soro, que foi capitão de cavallos na guerra da Restauração; mas depois não se sabe o destino que levaram.

Baharem *(Luiz Antonio de Basto).* Fidalgo da Casa Real, donatario da villa da Praia na ilha Terceira, alcaide-mór da villa de Linhares, capitão de cavallos e governador do forte de Santo Antonio da bahia de Cascaes, com patente de coronel. Casou em 1730 com D. Violante de Portugal, de quem teve uma filha, D. Marianna de Basto Baharem, que foi a primeira condessa da Lonzã.

Baharem. Tambem *Bahreïn.* Ilha principal do grupo do mesmo nome, situada n'uma bahia do golpho Persico, perto da costa leste da Arabia.

Estas ilhas fôram occupadas pelos portuguezes no seculo XVI, passando depois ao dominio dos persas.

Bahia *(João Maria da Piedade Coutinho Pereira de Seabra e Sousa Tavares, 2.º visconde da).* Foi o 21.º senhor dos morgados de S. João da Ribeira, instituido por Estevão Martins Cerveira a 30 de março de 1330; de Pena Forte, instituido em 15 de setembro de 1515 por Luiz Annes de Carvalho, e accrescentado por D. Catharina Alves a 3 de maio de 1577; de S. Bartholomeu de Santarem, instituido por Mem Cerveira a 18 de setembro de 1520; 13.º senhor do morgado do Juro Real e Redizima da Bahia, no Brazil, por escambo da antiga capitania da Bahia de Todos os Santos, de que a 5 d'abril de 1534 D. João III havia feito mercê a Francisco Pereira Coutinho, o *Rusticão*, 1.º capitão e donatario d'aquella capitania em 1534; senhor dos vinculos que constituem a Casa do Alemtejo, instituidos por D. Maria da Silva Carvalho a 5 de novembro de 1572, por João Gomes Horta a 15 d'abril de 1587, por Alvaro Pires da Horta a 14 de setembro de 1594, e por D. Izabel da Horta Forjaz Pereira a 5 de abril de 1632; senhor do morgado de Laurentin, instituido por Luiz de Carvalho Rebello a 12 de março de 1620; 10.º senhor do morgado de Figueiró dos Vinhos, instituido por Francisco de Moraes a 18 de maio de 1623; e dos morgados do Lobão e Fail instituidos por Lucas de Seabra da Silva, em 26 de setembro de 1722, compostos de varios bens n'aquellas localidades, e de novo reformados a 16 de janeiro de 1725; commendador da ordem de Christo. N. a 11 d'agosto de 1808; ignora-se a data do fallecimento. Era filho do 1.º visconde da Bahia, e succedeu a seu pae no titulo e morgados. Serviu no exercito de D. Miguel, durante a guerra civil de 1828 a 1833, e distinguiu-se em varias acções contra as linhas do Porto; foi nomeado ajudante d'ordens do infante, chegou ao posto de tenente, e quando se fez a convenção d'Evora Monte deixou o serviço militar, retirando-se por completo da vida publica. O governo absoluto deu-lhe o titulo de conde da Bahia. O titulo de visconde foi-lhe verificado por carta de 30 de junho de 1819.

Bahia *(Manuel Maria da Piedade Coutinho Pereira de Seabra e Sousa Tavares Horta Amado e Cerveira, 1.º visconde da).* Commendador da Torre Deita, em Vizeu, e de S. Miguel d'Oliveira de Azemeis, pertencendo ambas as commendas á ordem de Christo; 12.º morgado do Juro da Redizima da Bahia, condecorado com a medalha por tres campanhas da guerra peninsular; capitão de cavallaria do exercito. N. a 16 d'outubro de 1785, fal. em Santarem a 24 de outubro de 1833. Era filho de José de Seabra da Silva, fidalgo cavalleiro com exercicio no Paço, conselheiro e ministro de Estado, guarda-mór da Torre do Tombo, etc. (V. *Seabra da Silva, José de*), e de sua mulher, D. Anna Felicia Coutinho Pereira de Sousa Tavares de Horta Amado Cerveira, filha unica e herdeira de Nicolau Pereira Coutinho de Sousa Menezes da Horta Amado e Cerveira, senhor de toda a casa dos Coutinhos de Coimbra, e do morgado de Soutello em Trancoso; 10.º senhor do morgado de Redizima da Bahia, moço fidalgo com exercicio. Eram descendentes de Francisco Pereira Coutinho, donatario da capitania da Bahia de Todos os Santos. O filho e o neto d'este donatario, Manuel Coutinho Pereira e Miguel Coutinho Pereira, renunciaram os seus direitos á capitania em troca de um padrão de 400$000 réis de juro pelo que rendesse annualmente a dita capitania para o terem da mesma sorte em morgado, e este accordo foi approvado pela carta de 6 de agosto de 1576. Havendo, posteriormente, em 1753, el-rei D. José determinado que se incorporassem na corôa as mais importantes capitanias do Brazil, concedendo-se aos donatarios as mercês que lhes pudessem competir, tanto pelo que respeitava ao util como ao honorifico, e reconhecendo-se muito mais tarde, que a compensação dos 400$000 réis de juros aos descendentes de Francisco Pereira Coutinho fôra inferior ao que elles tinham direito a receber, para collocar esses descendentes em situação identica á dos mais donatarios e em attenção aos serviços de seu pae, foi dado o titulo de visconde da Bahia em duas vidas, fóra da Lei Mental, a Manuel Maria da Piedade Coutinho Pereira Seabra, e além d'isso a commenda da Torre Deita em Vizeu e mais uma vida na commenda de S. Miguel, de Oliveira de Azemeis, que já pertencia a seu pae. A concessão do titulo foi por decreto de 13 de maio e carta de 16 de junho de 1796. Succedeu a varios morgados a sua mãe, em 26 de maio de 1807, e no restante dos bens a seu pae, a 13 de março de 1813. O visconde da Bahia serviu no regimento de cavallaria n.º 7 durante a guerra peninsular, chegou ao posto de capitão, porém, depois de terminada a campanha, pediu a demissão, e retirou-se para sua casa. Casou em 8 de setembro de 1803 com D. Anna Izabel de Saldanha Oliveira e Daun, filha dos primeiros condes de Rio Maior, e irmã do duque de Saldanha. Na guerra civil entre liberaes e absolutistas, seguiu o partido de D. Miguel, e acompanhando este a Santarem, ahi falleceu. O brazão d'armas é: escudo partido em pala; á direita as armas dos Seabras, em campo vermelho um S de ouro com uma corôa do mesmo metal entre os dois leões batalhantes tambem de ouro; orla de prata com uma cadeia de negro fechada no fundo do escudo com um cadeado da mesma côr; á esquerda as armas dos Coutinhos, em campo de ouro cinco estrellas de vermelho de cinco pontas.

Bahia. Antiga provincia maritima do Brazil, situada entre 11.º 30' e 18.º 20 lat. S e 31.º 44' e e 38.º 44' long. O, cujo territorio foi descoberto em 1500 por Pedro Alvares Cabral (V. *este nome*). Tres annos mais tarde, Christovão Jacques, explorando pela segunda vez o littoral do Brazil, descobriu a magestosa bahia de Todos os Santos, onde levantou um padrão com as quinas portuguezas. Em 1510 Diogo Alvares Correia (V. *este nome*) naufragou na costa da ilha de Itaparica e conseguiu conquistar a amizade dos tupinambás, indios selvagens que habitavam aquella região. Foi Diogo Alvares o primeiro portuguez que ali se estabeleceu, e era tão estimado dos indios que casou com Paraguassú, filha do chefe principal. De Alvares Correia descendem as mais antigas familias bahianas. Nos primitivos tempos coloniaes o territorio da Bahia foi dividido em quatro capitanias. A do *Porto Seguro*, foi doada por carta regia de 27 de maio de 1534 a Pedro de Campos Tourinho; a dos *Ilhéos*, a Jorge de Figueiredo Correia, por carta regia de 27 de junho de 1534; a da *Bahia*, propriamente dita, a Fran-

cisco Pereira Coutinho, por carta regia de 5 de abril de 1534; e a de *Paraguassú*, que foi doada por carta de 16 de janeiro de 1557 a D. Alvaro da Costa, filho do 2.º governador da Bahia. As tres primeiras capitanias reverteram pouco tempo depois de doadas á corôa portugueza. Passou então a provincia a ser administrada por governadores. Em 1549, depois d'essa reforma do systema colonial, lançou Thomé de Sousa, primeiro governador, os fundamentos da grande cidade, que mais tarde se chamou de S. Salvador, nas margens da bahia de Todos os Santos. Graças aos vastos recursos de que dispunha e á energia do governador deveu a cidade o logar importante que desde logo occupou. Quando a Hespanha dominava Portugal, os hollandezes, que estavam em guerra com a primeira, apoderaram-se de parte da provincia da Bahia. Em 1624 sitiaram e conquistaram elles a cidade de S. Salvador, a qual fôram obrigados a abandonar pouco tempo depois. Em 1759 fôram encorporados na capitania da Bahia os territorios das capitanias dos Ilhéos e Porto Seguro. A cidade de S. Salvador era então a capital de toda a colonia do Brazil, exceptuando o Maranhão, que formava outro estado. Em 1763 passou a séde do governo para a cidade do Rio de Janeiro. A provincia da Bahia teve parte importante na guerra da independencia do Brazil, que sustentou até 2 de julho de 1823, dia em que as tropas portuguezas evacuaram a cidade de S. Salvador, retirando para Portugal. Até 1821 teve a Bahia 54 governadores, entre os quaes figuram muitos nomes illustres.

Bahia. Logar na freg. de S. Miguel do Matto, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Bahia dos Tigres. Concelho no littoral da prov. de Angola, distr. de Mossamedes, Africa Occidental. Tem posto alfandegario e est. postal, permutando vales com o reino.

Bahia dos Tiros. Casal na freg. de N. S.ª da Alva e conc. de Aljezur, distr. de Faro.

Bahrein. V. *Baharem.*

Baião ou **Bayão.** Familia nobre de Portugal, que procede de D. Arnaldo, principe allemão, que passando a este reino, foi senhor do conc. de Baião, onde estabeleceu o seu solar. As suas armas são: em campo de ouro, duas cabras negras, passantes, que alguns fazem xadrezadas de ouro e negro; timbre, uma das cabras.

Baião *(André).* V. *Bayão.*

Baião *(Padre José Pereira).* V. *Bayão.*

Baião. Villa, conc. e com., pertencente á relação, distr. e bisp. do Porto. Tem uma só freg., Santa Leocadia, e todo o conc. 19, com 5:383 fog. e 23:169 hab., sendo 10:890 do sexo masculino e 12:279. do fem. As freguezias são as seguintes: Santo André, de Ancêde, 3:495 hab.: 1:608 do sexo masc. e 1:887 do fem.; Santa Leocadia, de Baião, 845 hab.: 402 do sexo masc. e 443 do fem.; S. Bartholomeu, de Campello, 2:053 hab.: 1:008 do sexo masc. e 1:045 do fem.; S. Thomé, de Covellas, 852 hab.: 399 do sexo masc. e 453 do fem.; Santa Maria, de Frende, 652 hab.: 292 do sexo masc. e 360 do fem.; S. João Baptista, de Gestaçô, 1:824 hab.: 895 do sexo masc. e 929 do fem.; Santa Maria, de Gove, 1:518 hab.: 702 do sexo masc. e 816 do fem.; S. João Baptista, de Grillo, 607 hab.: 293 do sexo masc. e 314 do fem.; S. Paio, de Loivos do Monte, 450 hab.: 212 do sexo masc. e 238 do fem ; Santa Maria Magdalena, de Loivos da Ribeira, 506 hab.: 235 do sexo masc. e 271 do fem.; S. Thiago, de Mesquinhata, 486 hab.: 226 do sexo masc. e 260 do fem.; S. João Baptista, de Ovil, 1:508 hab.: 711 do sexo masc. e 797 do fem.; Santa Cruz do Douro, 1:910 hab.: 903 do sexo masc. e 1:007 do fem.; Santa Marinha do Zezere, 2:276 hab.: 1:039 do sexo masculino e 1:237 do feminino; S. Pedro de Teixeira, 1:366 habitantes: 620 do sexo masculino e 746 do fem.; Santa Maria, de Teixeiró, 499 habitantes 253 do sexo masc. e 246 do fem.; S. Miguel, de Trezouras, 825 hab.: 375 do sexo masc. e 450 do fem.; S. Thiago, de Valladares, 911 hab.: 435 do sexo masc. e 476 do fem.; S. Faustino, de Viariz, 586 hab.: 282 do sexo masc e 304 do fem. Baião está situado na direita do Douro. na descida do monte Toaraz, e tem por limite, do lado do sul, o referido rio. Da sua altura se avista uma grande area territorial, apresentando um lindo panorama, uma vastidão de montanhas, uma continuidade de grandes curvaturas verde-negras. Em dois pontos vê-se o rio a animar a paizagem. D'ali se alcançam as povoações de Sinfães, S. Christovão de Nogueira e outras freguezias da margem esquerda do Douro; e da margem direita, Paços de Gaiôlo, Paredes e Mesquinhata, formando todas uns graciosos grupos, irregulares, alvejantes por entre os rendilhados da vegetação. E' povoação antiquissima, já muito nomeada no tempo dos godos, que a tinham classificado uma das suas povoações mais predilectas. Com o nome de Baião, que tem o concelho, apenas existe a freg. de Santa Leocadia, onde estabeleceu o seu solar o guerreiro allemão D. Arnaldo, o primeiro que tomou o appellido de Baião, Bayão ou Bayam, pela mercê que d'estas terras, por elle tomadas aos moiros, lhe fez D. Bermudo II, rei de Castella e de Leão, nos annos de 985 a 990. Portanto, Baião é um nome generico, dado desde tempos remotissimos a todo o concelho, e não á sua capital, que tambem desde muitos annos é na freg. de Campello (V. *este nome).* D. Arnaldo casou com uma senhora portugueza chamada D. Suffa, ou Uffa, que morava n'uma quinta situada sobre a margem direita do Douro, em frente das Pedras de Linhares, cuja quinta ficou sendo conhecida pelo nome de *Quinta da Uffa.* D. Arnaldo teve dois filhos, D. Guido e D. Gozendo ou Gundezindo Arnaldes de Bayão, sendo este ultimo o fundador da honra de Gozende, do qual descendem muitas das primeiras familias portuguezas, contando-se entre ellas D. Egas Moniz, aio de D. Affonso Henriques, que foi seu bisneto. Na freg. de Baião houve a honra de Lage, antiga povoação, que tinha juiz ordinario, que o povo elegia na segunda oitava do Natal, tendo tambem jurisdicção sobre os seguintes logares: Olival, Bairral, Outeirinhos, Villa Pouca, Vallados, Arrabalde-d'Além e Valle de Soval. Proximo de Lage existe um pequeno edificio, construido ha talvez vinte annos, sobre as ruinas do velho Paço dos senhores de Baião, de que era proprietario em 1887, Antonio Abreu da Cunha Soares, de Felgueiras. A'cerca dos donatarios, depois de D. Arnaldo, pouco se conhece, em consequencia das invasões dos barbaros: sabe-se, porém, que no principio do seculo XII, Baião era do padroado real, porque a rainha D. Thereza, mãe de D. Affonso Henriques, a doou em 1112 a D. Froyla Espasso, esforçado cavalleiro. O ultimo donatario foi Fernando Mar-

tins de Sousa Coutinho, e por sua morte, passou para a corôa. D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, no primeiro de setembro de 1513. Em Baião, a leste do Paço, fica a antiga quinta de Balde, que era da illustre e extincta familia dos Camellos Pintos da Fonseca, e pertenceu depois, por herança, aos Pintos de Mesquita, de Villa Verde, em Louzada. O conc. de Baião é muito fertil em cereaes, legumes, fructos, bom vinho verde, etc; tem escolas para ambos os sexos, est. post. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. D.; sociedade philarmonica, hoteis, medicos, feira nos dias 8 e 23 de cada mez. Pertence á 6.ª div. mil., 12.ª brigada, grande circumscripção mil. norte, e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 13, com a séde em Villa Real. Em Baião tem-se publicado os seguintes jornaes: *Jornal de Baião (O)*, 1891; *Baionense (O)*, 13 de abril de 1899, tendo curta duração. || Logar na freg. de Nossa Senhora da Conceição, de Odiaxere, conc. de Lagos, distr. de Faro. || Logar na freg. de S. Pedro, de Valle, conc. dos Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello. || Monte na freg. de N. S.ª das Neves, conc. e distr. de Beja. || Quinta na freg. de N. S.ª d'Asumpção e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Baiardo *(Luiz José)*. Escriptor dramatico. N. no Funchal em 30 de abril de 1775. Era muito protegido pelo bispo D. Joaquim de Menezes e Athaide (V. *Athaide*), que o empregou no logar de escrivão do juizo ecclesiastico da Madeira. Veiu para Lisboa em 1821, e desde então dedicou-se ao serviço dos antigos theatros do Salitre e Rua dos Condes, escrevendo muitas peças, e traduzindo outras que se representaram em grande parte nos dois referidos theatros. Ha quem queira attribuir estas peças ao bispo D. Joaquim de Menezes e Athaide, denegrindo o merecimento de Baiardo, comtudo, póde-se affirmar que foi elle o verdadeiro autor, porque um bispo respeitavel com certeza se não entretinha a escrever peças theatraes. Em 1838 publicou um periodico semanal, com o nome de *Atalaia dos theatros*. Escreveu: *Comedia magica, intitulada o Mouro de Ormuz, ou o poder da virtude; ficção original*, etc., Lisboa, 1826; *Miguel Valadomir elevado ao throno de seus maiores*, drama em 3 actos, Lisboa, 1829; *O Marquez de Pombal, ou o Terremoto de 1755*, drama em 3 actos, Lisboa, 1838; *Haradan Barba-roxa*, drama, em 3 actos, traducção do francez; *Christierno, rei de Dinamarca, viajando incognito pelos seus estados, ou a constancia e heroismo de uma mulher*, drama em 3 actos, Lisboa, 1841; *Gullistan*, drama em 3 actos, imitação do francez, Lisboa, 1831; *A virtude triumphante ou os magicos de Granada*, comedia magica em 3 actos, 1832; *As luvas amarellas*, comedia em 1 acto, imitada do francez, Lisboa, 1839. *O combate de touros* é uma farça, manuscripta, com a data de 1806. Ficaram tambem ineditas: *O Templo da Innocencia*, magica; *Figaro*, comedia; *O Delator*, *Alberto I* e *O Caminho escuro*, dramas.

Baiãs. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Algoz, conc. de Silves, distr. de Faro.

Baibada. Pov. e jurisdicção do reino de Luca, na ilha de Timor, Oceania.

Bailado. Antigamente significava uma simples dança. Bailar e dançar eram synonimos em todos os paizes. Depois da creação do theatro moderno é que tomou a accepção actual. Entende-se principalmente por bailado uma representação theatral cujas partes principaes consistem em danças executadas, umas vezes por uma só personagem, outras vezes por muitas, n'uma acção dramatica, acompanhada de musica. A dança dos gregos, bem como a dos romanos, tinha pouco de commum com o exercicio conhecido por este nome nos tempos modernos. As festas religiosas fôram celebradas, desde a mais remota antiguidade christã, com bailados, canções, hymnos, autos, colloquios, jogos e representações ou mysterios, e isto tanto fóra como dentro das egrejas. O papa Eugenio II condemnava estes divertimentos por transformarem a casa do Senhor n'um *verdadeiro theatro pagão*. Em Portugal tambem foram prohibidos. A constituição do bispado do Porto, entre outras cousas, diz: «E outrosim mandamos sob as ditas penas (excommunhão maior) que nenhuma pessoa nas ditas egrejas, ermidas ou seus adros, *façam comedias, representações, entremezes ou allegorias profanas*, em que se offenda gravemente a Divina Magestade e os seus fieis se escandalisem, nem se façam *danças, bailes, folias, luctas*, ou cousas semelhantes, nem cantem cantigas deshonestas.» A constituição do bispado de Evora tambem prohibe a todas as pessoas de qualquer estado e condição «que não comam nas egrejas, nem bebam com mezas nem sem mezas, nem *cantem nem bailem em ellas*, nem em seus adros, nem os leigos façam seus ajuntamentos dentro d'ellas sobre cousas profanas; nem se façam nas ditas egrejas ou adros d'ellas jogos alguns, posto que sejam em vigilia de santos ou de alguma festa; nem representações, ainda que sejam da paixão de Nosso Senhor Jesus Christo, ou de sua Resureição ou nascença de dia nem de noite, sem nossa especial licença.» E embora estas constituições sejam de epocas mais recentes, vê-se, comtudo, que esse habito estava muito arraigado aos costumes populares, e que eram portanto de data muito antiga. O *Diccionario da Academia das Bellas Artes de Paris* diz o seguinte: «Os portuguezes imaginaram o *bailado ambulante*, espectaculo formado de marchas, danças, machinas, e concebido talvez pela leitura de Appiano de Alexandria, que descreve alguma cousa d'este genero. Em 1462, René d'Aujou deu em Aix uma celebre procissão do Corpo de Deus, reminiscencia sem duvida alguma do que se via em Portugal.» Na historia dos bailados fôram, na verdade, os portuguezes dos primeiros a resuscitar na edade-media os antigos divertimentos da Grecia e de Roma. Os nossos antigos chronistas não deram grande importancia aos costumes dos portuguezes nos primeiros reinados da monarchia. Pouco se conhece d'essas epocas remotas. Fernão Lopes diz que el-rei D. Pedro I passava o tempo em fazer justiça e desembargos do reino, em monte, em caça e em danças e festas, que ordenava por desenfado, *nas quaaes de dia e de noite andava dançamdo per muj gramde espaço*. Na sua paixão pela musica e pela dança, não tinha escrupulo de se confundir com a multidão, e dançar com o povo, que o acompanhava alegre e satisfeito n'essas distracções. «Vijnha elRei em batees Dalmadãa (Almada) pera Lixboa, e saiamno a reçeber os

cidadaãos e todollos dos mesteres com danças e trebelhos, segumdo estomçe husavom; e el saia dos batees, e metiasse na dança com elles, e assi hia ataa o paaço.» Quando el-rei D. Pedro I armou cavalleiro João Affonso Tello, ordenou grandes festas, e, diz o referido Fernão Lopes, mandou lavrar seiscentas arrobas de cêra, de que se fizeram cinco mil cirios e tochas, e vieram cinco mil homens para segurarem n'estes cirios, e desde o convento de S. Domingos até ao paço, que era grande distancia, aquelles se collocaram, tendo cada um o seu cirio acceso, e o rei com muitos fidalgos e cavalleiros andavam por entre elles dançando, passando n'esta distracção grande parte da noite. O bailado ambulante em que nos fala o *Diccionario da Academia das Bellas Artes de Paris*, acima citado, era uma dança formada por todas as pessoas da côrte, ricamente vestidas, segundo os seus uniformes, e por populares, realisada no meio de milhares de fachos accesos, que lho devia dar muito realce e um aspecto phantastico, e finalmente acompanhada aos sons magestosos e guerreiros das trombetas. Nas bodas de D. João I, celebradas no Porto, tambem nos diz Fernão Lopes que as pessoas da cidade se juntavam em bandos de jogos e danças por todas as praças. Duarte Nunes de Leão tambem declara que a gente da cidade em jogos, danças e outras festas, significava bem o grande amor que tinha a el-rei. Falando da brilhante recepção que os portuguezes fizeram no Porto ao Mestre de Aviz, diz Fernão Lopes, que em certos logares havia bandos de mulheres que cantavam cantigas, e cordas armadas para os homens treparem, que bem o sabiam fazer, quando el-rei chegasse. «Aos mesteres e outra muita gente erom encommendadas danças e jogos doutras maneiras, em que andavam velhos e mancebos todos em leda vontade. As molheres isso mesmo em seu bando fizerom pellas muijto bem corrigidas, as quaes acompanhavam com muijtas cantigas, d'ellas, feitas em louvor DelRei e outras acostumadas nom sómente as de meão estado e condiçam, mas muytas das boas da Cidade audavam com ellas per honra da festa.» Quando se armavam cavalleiros, havia pomposas festas, em que as danças tomavam parte importante. Com a revolução popular e com as côrtes de Coimbra, abriu-se em Portugal um periodo inteiramente novo. Apezar do povo ter tirado pouco ou nenhum proveito para si, no entretanto foi elle que insuflou essa nova vida, que nos regenerou e preparou o feliz reinado de D. Manuel. As letras patrias passaram por uma revolução completa, e entraram no periodo dramatico durante o reinado de D. João II. Os mômos fôram introduzidos na côrte, e esses espectaculos dados nas egrejas, nas ruas e praças publicas, começaram a ter uma certa regularidade e a realisar-se n'um recinto destinado para esse fim e dentro dos palacios reaes. Os mômos marcam uma segunda transformação do theatro nacional, que tomou as ultimas fórmas e desenvolvimentos em Gil Vicente e no reinado de D. Manuel. Os *mômos* não passavam ordinariamente de representações mimicas acompanhadas de danças, que precediam quasi sempre as justas e torneios. Eram um bailado acompanhado de canto, servindo para animar a acção dos entremezes, e outras vezes para uma acção épica, como a das justas e torneios (V. *Mômo)*. Garcia de Rezende, na *Vida de D. João II*, falando das festas realisadas em Evora por occasião da entrada do principe D. Affonso, diz a pag. 57: «ouve na cidade muytas festas e touros, e nos paços *serões de dança e bailos*.» Vê-se, por conseguinte, que já no tempo de D. João II a dança se distinguia das danças figuradas ou representadas, tomando estas o nome de *bailos* ou *bailados*. Nos *Autos* de Gil Vicente tambem figuram bailados. No tempo do marquez de Pombal, com a creação do theatro lyrico, devia ter sido introduzido em Portugal o genero de bailados que andavam em voga lá fóra, juntamente com a opera. O theatro da Ribeira, segundo se diz, foi um dos primeiros theatros da Europa pelo luxo e riqueza. S. Carlos inaugurou-se em 1793 com um bailado heroico-dramatico, seguiram-se-lhe outros, mesmo durante a invasão franceza. Em 1820, as successivas festas a que o povo se entregou na febre do enthusiasmo pelas novas idéas liberaes, originaram-se muitos e variados espectaculos, nos theatros, nas praças e ruas, em todas as cidades do reino onde o bailado sempre apparecia. Em S. Carlos, em 1821, dançou-se um *bailado* em 5 actos, *A Vestal*, celebrando o regresso de D. João VI a Portugal, congraçado com as idéas liberaes. N'esse mesmo anno realisou-se um bailado em 4 actos, chamado *Lisbeta ou o Inconstante emendado*, para festejar o anniversario do principe herdeiro D. Pedro. No dia 26 de janeiro de 1822, anniversario da reunião do congresso, executou-se outro bailado, mas alludindo á revolução de 1820, tendo o titulo de: *Constituição*. Depois da guerra fratricida o bailado ainda figura na nossa historia politica. O dia 29 d'abril de 1834 foi celebrado em S. Carlos por um bailado, com o titulo de: *Lysia libertada ou os Satellites do Despotismo no Averno*, dança mimica allegorica em 4 actos. O dia 6 de maio de 1838, em que foi jurada a nova constituição politica, filha da revolução de setembro, que ella veiu completar, tambem se celebrou em S. Carlos com um pomposo bailado em 5 actos, chamado *Phedra*.

Bailadouro. Logar na freg. de Santa Maria, de Gondar, conc. de Amarante, distr. do Porto. ‖ Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Bailão. Pov. na freg. do Santissimo Sacramento, de Cabeçudo, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. ‖ Casal na freg. de S. Miguel, de Palhacana, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa.

Bailéo. Estrado, tablado, palanque, palco que se arma de madeira e cordas, superior ou em logar alto de modo que seja bem visto da area circumjacente. Pavilhão ou tribuna occasionalmente armada para algum acto publico. Diz Francisco d'Andrada, na *Chronica de D. João III*, parte II; «a missa se disse em um bailéo de madeira coberto com telha.» Na *Historia da India*, de Fernão Lopes de Castanheda, parte VIII, lê-se: «Casa forte com seus bailéos», e no mesmo capitulo ainda se encontra: «Aos alpendres chamam na Asia bailéos». Na *Asia*, decada II, liv. VI, diz João de Barros: «Bailéos, que são varandas sobre o mar...» ‖ Termo maritimo antigo: Especie de andaime nos navios antigos que os tornava alterosos, e de cima da qual se pelejava, e a cujo abrigo ficavam os espingardeiros e remeiros: castello razo que nos mesmos navios havia. D'a-

qui a distincção entre *homens de bailéo*, isto é, *homens de peleja* e *chusma* e *homens de mareação*. Modernamente designa uma ponte que vae da tolda ao castello de prôa pelo lado da amurada do navio; meia coberta no porão das dispensas, paioes, etc.

Baileza. Logar na freg. de S. Pedro, de Saufins de Ferreira, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Bailio ou Balio. Na edade media dava se este titulo áquelle a quem os homens nobres d'uma provincia commettiam o cuidado de suas fazendas ou direitos contra os que lh'os queriam usurpar. Na ordem de Malta era o cavalleiro commendatario ou beneficiario. São differentes as opiniões ácerca da etymologia da palavra bailio ou balio, mas a origem arabe é a mais provavel, já em razão da analogia phonica e significativa, já porque a palavra *bailio* ou *balio* passou á Europa com as ordens militares, definitivamente constituidas na Palestina nos principios do seculo XII, coincidindo com isto o apparecimento ou adopção do referido termo, tomado desde então em varias accepções, segundo o uso dos povos e dos tempos. Acceite esta proveniencia arabe, a orthographia mais correcta deve ser *Ballio;* é certo, porém, que a prevalecente é *bailio;* embora fôsse *balio* a mais seguida até ao fim do seculo XVIII, decahiu em archaica. No *Codigo do direito publico de Portugal, XXIV*, § 34, diz Paschoal José Mello: «Emquanto aos cavalleiros, commendadores, balios da ordem de Malta, e seu grão-priorado em nossos reinos havemos por bem etc.» No *Agiologio Lusitano*, I, de Jorge Cardoso, lê-se: «Mereceu por suas heroicas proezas na guerra e virtudes na paz, ser n'ella Balio e Grão Commendador.» Santa Rosa de Viterbo, no seu *Elucidario*, tambem escreve balio ou bailio. Só João Baptista de Castro, no *Mappa de Portugal*, vol. III, é que escreve a palavra com dois *ll*. «Para o bom regimen deste Militar Imperio ha em Malta sete *Ballios Conventuaes*, a que tambem chamão *Pilheres*, que são huns Conselheiros de Estado, e Governadores, ou Presidentes das Linguas ou nações, em que a Religião se acha dividida». As accepções em que, desde meado do seculo XII, foi tomada a palavra bailio ou balio, são as seguintes, conforme refere Santa Rosa de Viterbo, acima citado: «1.º Se tomou por Juiz, Conservador, ou Vedor, a quem os homens Nobres de huma Provincia commettião o cuidado das suas fazendas, ou Direitos contra os que lhas pretendião usurpar. 2.º O Ministro de Veneza, Residente em Constantinopla, e que solicitava no tempo dos Imperadores Gregos tudo o que pertencia ao bem do Commercio da sua Republica, se chamava Balio. 3.º Em França tiverão o mesmo nome os Pretores ou Ministros Provinciaes, que julgavão nas materias da Fazenda, e Corôa Real. 4.º Em Inglaterra, quaesquer inferiores ou infimos Officiaes de Justiça.—Na Religião (isto é, na Ordem da Cavallaria) de Malta ha Balios *Conventuaes* e *Capitulares:* Estes assistem nos Capitulos da Ordem da sua respectiva Nação: são Gram Cruzes, e tem titulo de Senhoria; aquelles são primeiros, e principaes Conselheiros da dita Ordem. Em Portugal se chamarão Balios ou Perceptores, os Commendadores das primeiras, e principaes Commendas.» Quanto a Portugal, a acima citada obra de João Baptista de Castro accrescenta as seguintes noticias: «A *lingua de Portugal, Castella e Leão* tem por seu Ballio Conventual (em Malta) ao *Grão-Cancellario*, o qual póde eleger hum Vice-Cancellario para fazer as suas vezes de secretario de Estado de toda a Religião. N'esta lingua ha dous grandes Priorados, o de Portugal, chamado do Crato, e as Balliagens de Leça, Acre, Somgo, Negroponto, (só a primeira d'estas é em Portugal). N'este Grão Priorado tem Malta quatro Balliados, que admiuistrarão Cavalleiros portuguezes, chamados Ballios Capitulares, e Grão-Cruzes, porque só os Ballios pódem usar de huma grande Cruz de panno branco, que lhe cobre todo o peito.» Borges Carneiro, no *Direito Civil portuguez*, I, VIII, 593, n.º 14, accrescenta: «Os Balios e Commendadores da Ordem (de Malta, em Portugal) teem, pelas Bullas citadas no Alvará de 6 de Outubro de 1783, a faculdade de nomear, nos districtos das suas Balliagens e Commendas, Juizes que conheção das suas causas, e são, quanto ao espiritual, Vigarios Geraes de seus districtos, e, quanto ao temporal, os Juizes Conservadores, que nomeião: e uns e outros Juizes dão appellação e aggravo para a veneranda Assembléa da Religião de Malta residente em Lisboa.» Um dos primeiros cargos da ordem era o Grão Bailio, chefe da lingua d'Allemanha, encarregado de inspeccionar as fortalezas de Tripoli e de Gaze. Bailio de mercê, ou *ad honores*, era o que, á falta da sua eleição por um capitulo geral, recebia a sua instituição do papa, ou do grão mestre, ou do conselho completo. Assistia aos conselhos, mas quando se tratava de commendas ou dignidades vagas, o seu titulo deixava de lhe dar, nas promoções, direito de preferencia sobre os cavalleiros. Trazia a grã-cruz de panno branco do lado esquerdo. Bailios conventuaes chamavam-se aos chefes das oito linguas ou nações da ordem, porque residiam no convento da religião em Malta. Eram os chefes dos albergues, e considerados como os primeiros dignitarios da ordem, depois do grão-mestre. Faziam parte do conselho completo e dos capitulos geraes. Para que pudesse reunir-se validamente o conselho soberano, era preciso que n'elle estivessem os oito bailios conventuaes. Traziam tambem ao lado esquerdo a cruz de panno branco. Os bailios capitulares eram os dignitarios, que não tinham obrigação de residir permanentemente no convento; chamavam-se *capitulares* porque tomavam assento nos capitulos logo depois dos grãos-priores. Não se podia reunir capitulo geral sem que elles estivessem presentes. Em Portugal não existiram nunca bailios, como magistrados, existiram sómente as dignidades de ordens militares que tinham aquelle nome.

Bailôa. Herdade e horta na freg. de S. Domingos de Anna Loura, conc. de Estremoz, distr de Evora.

Bailosa. Pov. na freg. de S. Martinho, de Moudim, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Bailundo. Territorio a leste do distr. de Benguella, prov. de Angola, Africa Occidental, entre os rios Longa e Cuvo. E' occupado por um povo guerreiro da raça dos jagas, cujo soba, alliado de Portugal, foi primeiramente submettido pelas nossas armas em 1774. Os indigenas do Bailundo são bellicosos e por mais de uma vez tem obrigado as armas portuguezas a reprimir-lhes os

excessos. Os nossos africanistas teem publicado varias descripções do Bailundo ou Balundo, d'entre as quaes se distinguem as seguintes: *Noticia do sertão do Balundo*, por Candido de Almeida Sandoval, datada de 1837 e publicada em 1858 nos *Annaes do Conselho Ultramarino; Os sertões d'Africa*, livro de Alfredo Sarmento; *Relatorio da viagem entre Bailundo e as terras de Mucusso*, por Paiva Couceiro, Lisboa, 1892. || Povoação no territorio do mesmo nome, a cerca de 280 kilometros ao noroeste de S. Filippe de Benguella. Tem est. postal, permutando vales com o reino.

Bàinheiro. Official que faz bainh.s para espadas e outras armas. Na collecção dos regimentos dos officios de Lisboa, reformados por Duarte Nunes de Leão em 1572, encontra-se o dos bainheiros.

Baiões. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. Pedro do Sul, distr. e bisp. de Vizeu; 335 hab. e 67 fogos. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada na raiz d'um monte, d'onde se vêem ao sul Vouzella e as aldeias de Ventosa, Fataúuços, Figueiredo das Donas e Lameira. Parte d'esta freg. era antigamente da jurisdicção de Lafões, parte do Couto do Banho e parte da commenda de Ansemil, da ordem de Malta. A mesa capitular de Vizeu apresentava o abbade, que tinha de renda 200$000 réis. Proximo á egreja, e no cume d'um monte, está a capella de N. S.ª da Guia. E' tradição ter havido aqui uma atalaia de moiros. Na primeira oitava no Natal costuma haver uma romaria a esta capella. Baiões é terra muito fertil, e cria muito bom gado de toda a qualidade; pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. || Logar na freg. de S. Christovam de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Monte na freg. de N. S.ª da Annunciação e conc. de Viauna do Alemtejo, distr. de Evora. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Gestaçô, conc. de Baião, distr. do Porto.

Baiol. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Vide, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Baiona. Logar na freg. de S. Thomé, de Caldellas, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Monte na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Caia, conc. de Elvas, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª das Neves, conc. e distr. de Beja.

Baioneta. Arma ponteaguda, ordinariamente triangular, que se adapta ao cano da espingarda e se póde retirar á vontade. O uso da baioneta na bocca da espingarda é uma instituição de Luiz XIV; antes d'elle já eram empregadas ás vezes, mas só algumas companhias combatiam com essa arma; o primeiro regimento que teve baionetas, e que se formou n'esse exercicio, foi o dos fuzileiros, estabelecido em 1671. A introducção da baioneta no armamento da infantaria, diminuiu consideravelmente a importancia da cavallaria nas grandes batalhas. As cargas de cavallaria outr'ora tão terriveis para as tropas de pé que ellas derribavam e no meio das quaes lançavam uma desordem espantosa, tornam-se impotentes deante d'uma muralha de baionetas, contra as quaes vem bater as ventas e os peitos dos cavallos: estes empinam-se, fórmam por sua vez um muro insuperavel para os cavallos que os seguem, muitos cavalleiros são desmontados, e em breve um fogo bem sustentado parte das fileiras cujas baionetas estão desoccupadas, lança a morte entre os cavalleiros e obriga os restantes a fugir. A primitiva baioneta foi substituida por um sabre-baioneta que é um sabre curto, tendo no punho uma disposição especial para ser enfiado e ajustado na bocca do cano. Entre nós a espingarda Snider com que foi armada a nossa infantaria, empregou a baioneta, por meio da qual essa arma de fogo se transforma em arma branca de haste. A carabina Snider para infantaria, para funccionar como arma branca, já não emprega baioneta, mas um sabre-baioneta. E' esta a arma usada pelos nossos caçadores. A carabina Snider, da nossa artilharia, usa tambem sabre-baioneta. Os sabres-baionetas d'estas duas carabinas são muito differentes entre si. A carabina Westley-Richard, que tem sido usada tambem pelos nossos caçadores, emprega sabre-baioneta. A carabina do mesmo systema para artilharia tambem o emprega.

Baionita. Monte na freg. de Santa Catharina, de Selmes, conc. da Vidigueira, distr. de Beja.

Bairão. Logar na freg. de N. S.ª da Graça, de Bugalhos, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Bairiu. Pov. e jurisdicção do reino de Luca, na ilha de Timor, Oceania.

Bairrada. Região vinhateira constituida por uma parte dos districtos de Aveiro e Coimbra. Ao sul tem por limite as povoações de Souzellas, Adões e Granja, e ao norte Oliveira do Bairro, abrangendo todo o concelho da Mealhada e parte dos de Auadia e de Cantanhede. E' considerada, depois do Douro, a segunda região vinhateira do paiz, a qual póde dividir-se em duas partes: a dos vinhos de exportação e a dos vinhos de consumo. A primeira fórma o centro do paiz vinhateiro da Bairrada, e é limitada ao norte pelas povoações de S. Lourenço, Outeiro de Baixo e Mogofores, a leste pelas de Grada e Barrou, ao sul pelas de Travassô, Lendiosa e Silvã, e a oéste por Murtede, Escapães e Povoa do Garção. Esta região póde ainda dividir-se em duas partes: a do vinho tinto e a do vinho branco, occupando esta ultima a margem esquerda do rio Certima até Ois do Bairro, S. Lourenço e Mogofores, limitada ao sul pelas povoações da Horta, Tamengos e Aguim, e constituindo o terreno restante a região do vinho tinto de embarque. Por vezes se fala da Bairrada, como se fôra uma só terra, um logar isolado, quando é um largo conjuncto de povoações, uma vasta circumscripção vinicola, que produziu em annos anteriores á invasão phylloxerica, cerca de 30:000 pipas de vinho, cuja qualidade foi sempre altamente apreciada pelos melhores mercados do paiz, o Porto, a Figueira e as povoações do littoral, e que tinha collocação certa nos pontos mais importantes do commercio de vinhos no Brazil, principalmente Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Os vinhos da Bairrada pódem ser classificados em tres qualidades: os da 1.ª encontram-se ao norte da região dos vinhos de embarque em Ancas, Paredes, Valle de Estevão e Famalicão: a leste em Arcos, Anadia, Povoa de Pereiro, Barrou, Logrocal e Vacariça; ao sul em Pampilhosa, Sargento-Mór, Adões, Costa, Granja, Ançã, Cavalleiros, Pisão e Enxofaes, e a oéste em Murtede, Venda Nova e Bolho, os de 2.ª qualidade encontram-se ao norte em Oliveira

do Bairro, Saugalhos e Avelãs de Caminho, e a oéste em Villarinho. Os da 3.ª qualidade produzem-se ao sul em Souzellas, Marmeleira, S. Martinho de Pinheiro, Larçã, Paço e Zouparria. No seculo XVIII, já a cultura da vinha n'esta região da Bairrada era importantissima, mas o marquez de Pombal, com o pretexto de que estes terrenos eram mais uteis e precisos para a cultura de cereaes, de que se notava grande falta, mandou arrancar todas as vinhas, o que deu um terrivel golpe nos lavradores da Bairrada, e fez depreciar muito as suas propriedades. Diz-se, porém, que o verdadeiro motivo d'esta medida do marquez de Pombal era o engrandecimento e prosperidade da Companhia Geral d'Agricultura das Vinhas do Alto Douro, que elle tinha creado em 1759. No reinado de D. Maria I tornaram-se a plantar as vinhas, e o commercio dos vinhos readquiriu a sua antiga importancia. Assim a reconstituição dos espessos vinhedos vae sendo operada em condições recommendadas pela melhor pratica das regiões vinhateiras de França, onde ha muito que aprender. Hoje a exportação do conc. da Mealhada, que é o centro d'esta região vinicola, calcula-se em 600 pipas por anno. O vinho é mandado para Lisboa, Porto, Coimbra, Aveiro, e varios outros pontos do littoral d'este ultimo districto, para o Brazil, e uma parte para Inglaterra, com o nome de *vinho do Douro*. A Bairrada não produz, porém, sómente vinhas de consumo, tambem apresenta no mercado um champagne portuguez, que compete com as marcas mais apreciadas, tanto nacionaes como estrangeiras (V. *Anadia*). || Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Pousa Flores, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assimpção e conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de S. Silvestre, de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Thiago e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Bairradas *(Casaes das)*. Na freg. do Espirito Santo, de Landal, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Bairradinha. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Olalhas, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Bairraes. Logar na freg. de S. Martinho dos Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Bairral. Pov. na freg. de S. Miguel, de Anreade, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de Santa Leocadia e conc. de Baião, do Porto. || Pov. na freg. de S. Silvestre, de Britiande, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S. Julião, de Caleudario, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. João, de Covas, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Ferreiros de Avões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Fonte Arcada, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Simão, de Gouveia, conc. d'Amarante, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. João Evangelista, de Guilhufe, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Logar na freg. de N. S.ª de Almacave e conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de Santa Martha, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. João Evangelista, de Nespereira, conc. do Louzada, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Pelagio, de Ovados, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Pedro de Penude, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Rossas, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Logar na freg. de N. S.ª da Expectação, de Souzella, conc de Louzada, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Romão, de Villa Cova de Vez e Aviz, conc. de Penafiel, distr. do Porto. | Casal na freg. de S. Salvador, de Magrellos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. | Quinta na freg. de S. João Baptista, de Castedo, conc. d'Alijó, distr. de Villa Real.

Bairrão. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Bairrinho. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Barqueiros, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Airão, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na Ilha Graciosa, freg. e conc. de Santa Cruz, distr. d'Angra do Heroismo. || Pov. na freg. de S. Vicente do Paul, conc. e distr. de Santarem. || Logar na freg. Santa Maria, de Villa Fria, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Bairro. Villa e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga. A esta freg. está annexada a de Sanfins. Tem 758 hab. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e é situada n'um valle ameno e cercada pelo rio Ave, que a torna muito fertil e saudavel. D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 5 de abril de 1514. O abbade era apresentado pelo arcebispo de Braga; tinha os dizimos e passal, cujo rendimento andava por 500$000 réis. Bairro pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Abrigada, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa. Tem est. post. permutando malas com Alemquer. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Aviz, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. | Logar na freg. de Santa Maria, de Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Maria, de Athães, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Barrosas, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Beberriqueira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Logar na freg. de Santo Estevão, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. João, de Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Cambezes, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Canedo, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. | Pov. na freg. de S. Paio, de Casaes, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Jorge, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Miguel, de Chorente, conc. de Barcellos, distr. de Braga. | Logar na freg. de S. Mamede, de Coronado, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. | Logar na freg. de S. Cosme e conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Christina, de Couto, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Cruz do Douro, conc. de Baião, distr. do Porto. | Pov. na freg. de

S. Thomé, de Estorãos, conc. de Fafe, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de Santa Maria, de Ferreiros, conc. d'Amares, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de Santa Maria, conc. e distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de S. Salvador, de Figueiredo, conc. e distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de S. Thiago, de Figueiró, conc. d'Amarante, distr. do Porto. ‖ Logar na freg. de S. Salvador, de Gallegos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. ‖ Logar na freg. de Santa Maria, de Gemeos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de Santos Cosme e Damião, de Gemunde, conc. da Maia, distr. do Porto. ‖ Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de S. Gens, conc. de Fafe, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de S. Lourenço, de Golães, conc. de Fafe, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de S. Pedro, de Gondalães, conc. de Paredes, distr. do Porto. ‖ Logar na freg. de Santa Maria, de Infias, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de Santo Izidoro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. ‖ Pov. na freg. de S. Miguel, de Jesufreire, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de S. João Baptista, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. ‖ Logar na freg. de Santa Lucrecia de Algeriz, conc. e distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de Santa Margarida da Coutada, conc. de Constancia, distr. de Santarem. ‖ Pov. na freg. de Santo Estevão, de Moldes, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. ‖ Pov. na freg. de S. Romão, de Mouriz, conc. de Paredes, distr. do Porto. ‖ Logar na freg. de Santa Eulalia, de Nespereira, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de S. João Baptista, de Nogueira e S. Claudio, conc. e distr. de Vianna do Castello. ‖ Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Obidos, distr. de Leiria. ‖ Logar na freg. de S. Vicente, de Oleiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de S. Thiago, d'Oliveira, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação e conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. ‖ Logar na freg. de S. Thiago, de Ourilhe, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de S. Vicente, de Passos, conc. de Fafe, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de Santo Adrião, de Padim da Graça, conc. e distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. ‖ Logar na freg. de S. Paio, de Portella, conc. de Penafiel, distr. do Porto. ‖ Pov. na freg. de S. Miguel, de Rebordosa, conc. de Paredes, distr. do Porto. ‖ Logar na freg. de S. Silvestre, de Requião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de Santa Maria, de Revinhade, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. ‖ Logar na freg. de Santa Eugenia, de Rio Covo, conc. de Barcellos, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de S. Salvador, de Rossas, conc. de Vieira, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de Santo André, de Sanhoane, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Sernache dos Alhos, conc. e distr. de Coimbra. ‖ Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Sobrosa, conc. de Paredes, distr. do Porto. ‖ Logar na freg. de S. Salvador, do Souto, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Tadim, conc. e distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de S. Salvador, de Tagilde, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de S. Thiago, de Tremez, conc. e distr. de Santarem. ‖ Pov. na freg. de S. Cosme, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de S. Martinho, de Varzea do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. ‖ Logar na freg. de S. Bartholomeu, de Villa Cova, conc. de Fafe, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de Santa Maria, de Sande Villa Nova, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de S. Paio, de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Casal na freg. de S. Salvador, de Ribas, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. ‖ Monte na freg de Santa Maria, de Gemeos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Quinta na freg. de N. S.ª da Graça, de Abrigada, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa. ‖ Quinta na freg. de N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. ‖ Quinta na freg. de S. Martinho, de Conde, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Quinta na freg. de S. João Baptista, de Fontoura, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. ‖ Serra na prov. da Extremadura, termo de Alemquer. N. proximo d'está villa, e ao oéste. Tem 9 k. de comprimento e 2 de largura. Lança um braço para oéste, chamado Serra da Dama. Cria lobos, raposas e caça miuda. Nas abas d'esta serra, a leste, está o logar d'Otta. ‖ Regato na prov. do Douro, freg. de Aguiar de Sousa. N. na freg. de Reymonda, junta-se ao rio Sobrado, e morrem ambos no Douro.

Bairro, Cavada e Outeiro da Neta. Tres povoações reunidas da freg. de S. Mamede, de Canellas, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Bairro Alto. Um dos antigos bairros de Lisboa. V. *Lisboa*.

Bairro Alto. Logar na freg. de S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. ‖ Logar na freg. de S. Francisco da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. ‖ Pov. na freg. de Santo Isidoro, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. ‖ Logar na freg. de S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. ‖ Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Olalhas, conc. de Thomar, distr. de Santarem. ‖ Logar na freg. de Santo André, de Painzella, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de S. Miguel e conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. ‖ Casal na freg. de N. S.ª de Monte Sião, de Amora, distr. do Seixal.

Bairro de Baixo. Logar na freg. de S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. ‖ Logar na freg. de S. Vicente, de Villarandello, conc. de Valle Passos, distr. de Villa Real.

Bairro Baixo e de Cima. Dois logares na freg. de Santa Maria, de Alvarenga, conc. de Louzada, distr. do Porto. ‖ Dois logares na freg. de S. Lourenço, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Dois logares na freg. de Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Paredes, distr. do Porto. ‖ Dois logares na freg. de Santa Eulalia, de Fermentões, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Dois logares na freg. de S. João Baptista, de Fontoura, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Bairro de Cima. Logar na freg. de S. Paio, de Portella, conc. de Penafiel, distr. do Porto ‖ Casal na freg de S. Lourenço, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bairro da Cruz. Pov. na freg. de S. Vicente, de Villarandello, conc. de Valle Passos, distr. de Villa Real.

Bairro das Cruzes. Pov. na estrada da Porcalhota, freg. de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa.

Bairro da Egreja. Pov. na ilha da Madeira, freg. de S. José, do Arco de S. Jorge, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal. || Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa.

Bairro da Figueira. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Benedicta, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Bairro do Fundeiro. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Aldeia de Matto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Bairro do Lobo *(Casaes do)*. Na freg. do Senhor Jesus, de Carvalhal, conc. de Obidos, distr. de Leiria.

Bairro do Meão. Logar na freg. de S. Martinho, de Gandra, conc. de Espozende, distr. de Braga.

Bairro Novo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Buarcos, conc. de Figueira da Foz, districto de Coimbra.

Bairro do' Outeiro e da Rua. Duas povoações na freg. de S. Vicente, de Villarandello, conc. de Valle Passos, distr. de Villa Real.

Bairro de S. João. Pov. na ilha da Madeira, freg. de S. João Baptista, de Fajã da Ovelha, conc. da Calheta, distr. do Funchal. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Almansil, conc. de Loulé, districto de Faro.

Bairros. Familia nobre em Portugal, que muitos confundem com Barros, sendo familias diversas, e com differentes brazões. As armas dos Bairos são: em campo de ouro tres troncos de arvore de preto com seus esgalhos postos em banda; timbre, os tres troncos das armas em roquete atados com um torçal de ouro Os Barreiros teem as mesmas armas (V. *Barreiros)*. Os que descendem de Francisco de Bairros usam, além dos troncos, em chefe de ouro um leopardo azul, que lhe foi dado pelo rei de Inglaterra, e lh'o confirmou o rei D. João III.

Bairros *(Christovão de)*. Capitão e feitor de Ceylão, alcaide-mór e capitão de Cochim. Esteve na India com o governador Diogo Lopes de Sequeira. Em 1520 estava em Ceylão com seu sogro Heitor Rodrigues, capitão da praça, e havendo guerra com a rainha, se houve com muito valor, sendo um dos dois que tomaram a bombarda que o inimigo tinha no porto e que não deixava desembarcar o soccorro que vinha aos portuguezes. Por morte de seu sogro, e no mesmo anno, em que elle falleceu, foi nomeado capitão e feitor de Ceylão, sendo depois alcaide-mór e capitão de Cochim.

Bairros *(Miguel de)*. Jesuita portuguez, nascido em 1521, mas ignora se o local do nascimento; fal. em Braga, no dia 7 d'agosto de 1565. Foi admittido na Companhia de Jesus em 24 d'abril de 1549. Escreveu uma *Carta*, em 1553, que vem publicada no tomo II, da *Monumenta historica, S. J. Litteræ quadrimestre,* 1895.

Bairros. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. de Castello de Paiva, com. e distr. d'Aveiro, bisp. do Porto; 964 hab. e 178 fog. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada em alguns valles e varios montes. E' terra fertil e saudavel e produz bom vinho verde. O vigario era apresentado pelos frades cruzios do convento de Villa Boa do Bispo, e tinha de rendimento 24$000 réis em dinheiro, 25 alqueires de pão, 12 alqueires de trigo e o pé do altar. Bairros pertence á casa de Bragança, á 3.ª divisão mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 6 com a séde no Porto. || Logar na freg. de S. Miguel, de Beire, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Thomé, de Bitarães, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Gens, de Boelhe, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Bougado, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Esmeriz, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Lamoso, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Marinha, de Lodares, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Oliveira do Douro, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Soajo, conc. dos Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Romão, de Ucha, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Casal na freg de S. Vicente e conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Bairros d'Aquem e **Bairros de Lá.** Dois logares na freg. de S. Salvador, de Joanne, conc. de V. N de Famalicão, distr. de Braga.

Bairrosa *(Casal da)*. Na freg. de S. Vicente, de Cercal, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa.

Baiuca. Logar na freg. de S. Silvestre, de Britiaude, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S. Pedro, de Lordosa, conc. e distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de Santo André, de Boidobra, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || Quinta da freg. de S Salvador, de Panoias de Cima, conc. e distr. da Guarda. || Quintas na freg de N. S.ª e conc. da Covilhã, distr de Castello Branco.

Baixa. Esta palavra em linguagem militar é empregada em varias expressões. Baixa de serviço é o facto de qualquer individuo deixar as fileiras do exercito. Antigamente applicava se esta designação tanto aos officiaes como ás praças de pret, mas depois ficou reservada sómente para estas ultimas, havendo para os officiaes o termo de *demissão*. Como exemplo da accepção mais lata que teve n'outros tempos a palavra *baixa* n'este sentido, notaremos o decreto de 12 de janeiro de 1754, pelo qual se determinou que tivessem baixa todos os officiaes de posto inferior ao de brigadeiro, inclusivamente, que estivessem empregados em officios publicos ou civis; o alvará de 3 de abril de 1790, declarando que os officiaes condemnados por sentença a prisão por mais de dois annos, ou a degredo, tenham baixa; o alvará de 30 de novembro do referido anno, declarando que se dará baixa aos officiaes que estiverem nas condições apontadas no decreto de 1754; o alvará de 29 de janeiro de 1791 confirmando essas determinações, e exceptuando da baixa os proprietarios dos officios que os não servem, qualquer que seja a sua graduação ou patente; e, finalmente, o decreto de 25 de junho de 1806, estatuindo que, não sendo permittido pelas leis a accumulação de empregos, devem os militares largar o officio, quando o tenham, ou ter baixa de posto, pena militar, que consiste

na perda do posto que se tinha ganho, ou na de um ou mais graus d'esse posto. A baixa de serviço ás praças de pret é dada por terem completado o tempo marcado na lei, por terem sido recrutadas incompetentemente, por incapacidade physica, por substituição ou a cumprir sentença. Baixa ao hospital é o nome com que se designa o facto d'uma praça de qualquer graduação do exercito deixar o serviço para entrar n'um hospital, afim de ser ahi tratada, ou mesmo, em certos casos, simplesmente inspeccionada.

Baixa. Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção de Ul, conc. d'Oliveira d'Azemeis, districto de Aveiro.

Baixa-Anha. Vasta e uberrima região dos sertões de leste no distr. de Benguella, prov. de Angola, na Africa Occidental.

Baixella. Collecção de utensilios para serviço de meza ou do culto divino. Uma *baixella de prata*, diz-se principalmente quando estes utensilios são d'esse metal. Entre todas as baixellas feitas em Portugal, uma das mais notaveis, senão a mais notavel de todas, é a que no fim da guerra peninsular foi offerecida pelos governadores do reino ao general lord Wellington. Todas as peças d'este magnifico presente fôram trabalhadas e lavradas por artistas portuguezes, segundo os desenhos, e debaixo da direcção do insigne pintor Domingos Antonio de Sequeira. A descripção d'esta baixella vem publicada na *Mnemosine lusitana*, e na *Historia da Guerra Peninsular*, de Luz Soriano. Nas mais opulentas casas de Portugal se encontram valiosas baixellas, e n'uma ou n'outra familia abastada varias peças, antigas ou modernas, mais ou menos notaveis. As secções de toreutica nos nossos museus d'arte ornamental alguma cousa apresentam digna de menção, tento em formosas peças soltas de baixellas particulares como em alfaias religiosas. Ahi se vêem interessantes exemplares de pratos, bandejas, copos, salvas, gomis, centros de meza, ou lavandas, navetas, thuribulos, etc. de primorosa cinzelagem em metaes preciosos. Entre as baixellas completas para muitas pessoas e de maior valor artistico citam-se as da Casa Real, sendo uma a que pertenceu aos duques de Aveiro, ornada de grupos de arabes e palmeiras; outra de prata dourada mandada fazer por D. João V ao celebre Saint-Germain. A baixella dos srs. duques de Palmella é muito rica e numerosa. Os srs. condes de Tarouca possuem uma baixella com grande numero de peças e muitas d'ellas são bem interessantes, especialisando o antigo centro de meza em forma de ave, que abre e fecha as azas, obra e estylo javanez. Modernamente duas importantes baixellas se fabricaram em Portugal, sendo uma para o sr. dr. Barahona Fragoso, de Evora, feita nas officinas dos srs. Leitão & Irmão, de Lisboa, e cuja descripção corre impressa em folheto especial. A outra é a do sr. visconde de S. João da Pesqueira, feita ultimamente no Porto pelos ourives srs. Reis & Filhos e da qual tambem se publicou uma minuciosa descripção. E' no estylo manuelino e foi trabalhada sobre desenhos do sr. Raphael Bordallo Pinheiro.

Baixetes e **Baixetes de Cima.** Duas povoações na freg. de Santa Eulalia, de Tenões, conc. e distr. de Braga.

Baixia. Pov. na freg. de S. Thiago, de Lobão, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. || Logar na freg. de S. Romão, de Mouriz, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Baixinho. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Abitureiras, conc. e distr. de Santarem. || Pov. na freg. de S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Barrozas, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Ul, conc. d'Oliveira de Azemeis, distr. d'Aveiro. || Monte na freg. de S. Salvador e conc. d'Ourique, distr. de Beja.

Baixinhos. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Casal na freg. de S. Vicente e conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Baixio. Ponta ou cabo na ilha das Flôres do archipelago dos Açôres. || Ilhéo a S O da ilha de Porto Santo, do archipelago da Madeira.

Baixos. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Tapeus, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || Logar na freguezia de N. S.ª da Graça, de Almagreira, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Logar na freg. de S. Thiago, de Areias, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto.

Baiza. Pov. na freg. de S. Salvador, de Villar de Andorinho, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Bajanca. Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Sobrado de Paiva, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Bajancão. Logar na freg. de S. João Baptista e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Bajancas *(Quinta das)*. Na freg. de Santa Maria, de Guiães, conc. e distr. de Villa Real.

Bajancas Cimeiras e **Fundeiras.** Duas povoações na freg. de S. Sebastião, de Espinhal, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Bajão. Pov. na freg. de S. Martinho, de Arcozello, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello.

Bajoca. Logar na freg. de S. Miguel, de Barrio, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello.

Bajona. Ponta ou cabo na costa de Moçambique, entre a bahia de Mocambo e o rio Mojuncal.

Bajouca. Pov. na freg. de S. Pedro, de Almargem do Bispo, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de Santos Cosme e Damião, de Gemunde, conc. da Maia, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Lanhezes, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santa Maria e conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de Santa Maria Magdalena, de Loivos da Ribeira, conc. de Baião, distr. do Porto.

Bajouca de Baixo e **de Cima.** Duas povoações na freg. de N. S.ª da Piedade, de Monte Redondo, conc. e distr. de Leiria.

Bajouco. Logar na freg. de S. Martinho, de Courel, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Bajoulo *(Herdade do)*. Na freg. de Santa Maria, de Evora Monte, conc. de Estremoz, distr. de Evora.

Bajulia. Bailiado, commenda ou terra de bailio; assim a define Santa Rosa de Viterbo, no *Elucidario*.

Bajunco *(Casal do)*. Na freg. de S. Pedro e conc. de Obidos, distr. de Leiria.

Bala. Herdade na freg. de S. Braz do Regedouro, conc. e distr. de Evora.

Balagota. Logar na freg. de S. Salvador, de Gandra, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Balaia. Pov. na freg. de S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello.

Balaido. Logar na freg. de N. S.ª da Expectação, de Fermedo, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Balalhe. Logar na freg. de S. Thiago, de Guilhofrei, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Balança. Pov. e freg. de S. João, da prov. da Extremadura, conc. de Terras do Bouro, com. de Amares, distr. e arceb. de Braga; 534 hab. e 112 fog. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada na serra de Santa Izabel do Monte do Bouro. A egreja fica n'um alto cercado de frondoso arvoredo. O arcebispado de Braga apresentava o abbade, que tinha de rendimento 700$000 réis. Os Azevedos eram donatarios d'esta freguezia. Balança teve juiz ordinario até 1834. E' terra muito fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8, com a séde em Braga. Passa n'esta freguezia o rio Homem. Consta terem apparecido aqui alguns marcos miliares, uns inteiros, outros partidos; uns enterrados ou quasi enterrados, outros a fazerem muros de bouças e tapadas. A pov. tem caixa do correio para o serviço da posta rural. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Sanguedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Herdade na freg. de S. Bento de Anna Loura, conc. de Estremoz, distr. de Evora.

Balancé. Machina que, no seu movimento alternativo, produz uma grande pressão, muito applicada na cunhagem da moeda. Até meados do seculo XVIII a moeda portugueza foi batida a martello. Em 1678 o terceiro conde da Ericeira, D. Luiz de Menezes, védor de fazenda e director da Moeda, acabou de vez com essa cunhagem a martello e fez construir pela industria nacional o primeiro balancé, com o qual se cunharam todas as moedas até 1837, anno em que veiu de Inglaterra para a Casa da Moeda uma poderosa machina de cunhar movida a vapor. Foi tambem o mesmo illustre conde quem estabeleceu o uso da serrilha nas moedas de ouro e prata para impedir o cerceio. O alludido balancé foi feito em Lisboa por um artista portuguez de appellido Oliveira e ainda existe. Acha-se no museu do Carmo. E' de bronze e tem gravados, entre diversas ornamentações em que se vêem as armas do reino, os seguintes dizeres:

SENDO REGENTE D'ESTES REINOS O PRINCIPE DOM PEDRO, DOM LUIS DE MENEZES CONDE DA ERICEIRA, DO SEV CONCELHO, E VEDOR DE FAZENDA DA REPARTISÃO DA INDIA MANDOV MVDAR A FABRICA DA MOEDA DE MARTELLO A ESTA EMPRENSA POR SEEVITAR O SERSEARSE O DINHEIRO — ANNO DE 1678.
S — JO — DE OLIVEIRA ME FEZ EM LISBOA.

o bronze está amassado no sitio do nome do constructor, pelo que se não póde vêr o resto das letras.

Balandim *(Monte do)*. Pov. na freg. de S. Pedro, de Corval, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora.

Balancho. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Carvoeiro, conc. de Mação, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Ceissa, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. João Baptista, de Brasfemes, conc. e distr. de Coimbra. || Monte na freg. de S. Vicente, de Vallongo, conc. e distr. de Evora.

Balanco. Monte na freg. de N. S.ª das Neves, de Amieira, conc. de Portel, distr. de Evora.

Balanços. Logar na freg. de S. Julião, de Mouronho, conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Balandras. Territorio da Africa occidental portugueza, na ilha de Bissau, distr. da Guiné. Está situado nas proximidades da pov. de S. José de Bissau, e é occupado por negros. O territorio de Balandras estende-se de O a E, desde o rio Empernal, rio que separa a ilha de Bissau da terra firme, até ao paiz dos Mandingas, e está comprehendido entre os rios de Geba e de Farim.

Balandrau. Dáva-se este nome á opa dos irmãos das confrarias da Misericordia. Parece ter sido na sua origem uma veste aristocratica, porém, pelo menos, desde o seculo XV, decahiu em veste de moiros forros, por concessões regias, que elles muito prezavam.

Balanqueira *(Herdade da)*. Logar na freg. de N. S.ª dos Martyres e conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Balantas. Gentios que habitam o reino de Balar, no distr. de Guiné, Africa occidental portugueza.

Balão. Os francezes pretendem ter a gloria da descoberta dos aerostatos, dizendo que é devida aos irmãos José e Estevão Montgolfier, de Annonay, no anno de 1783, e em 13 de agosto de 1883 solemnisaram n'aquella pequena cidade, o centenario, fazendo grandes festas em honra dos dois referidos irmãos. Está, porém, bem averiguado, que em 1709 já o padre Bartholomeu Lourenço de Gusmão, natural do Brazil, inventara uma machina para andar pelo ar, cabendo portanto a gloria da invenção a Portugal e ao Brazil. A este respeito tem-se escripto bastante; até mesmo no *Grand Dictionaire* de Larousse, no vol. 8.º, se encontra um artigo *Gusman (Barthèlemy Lourenço)*, uma noticia d'este padre e do seu invento; na *Nouvelle Biographie Universelle* tambem Ferdinand Denis publicou um extenso artigo em que recopilou tudo quanto se havia escripto até então sobre o assumpto. Em 1840, Francisco Freire de Carvalho leu na sessão de 22 de maio na Academia Real das Sciencias de Lisboa, uma interessante memoria, a primeira investigação seria que se fez a este respeito, e na qual o erudito academico designa algumas obras do seculo XVIII, que falam do invento do padre Gusmão, e alguns manuscriptos por elle descobertos, que alludem á mesma invenção e relativos a ella. Essa memoria foi publicada depois em 1843, na 2.ª serie, tomo I, parte 1.ª das Memorias da referida Academia. N'este mesmo anno a *Revista Universal* occupou-se do mesmo assumpto. Em 1861, publicou o dr. Augusto Filippe Simões no *Instituto* de Coimbra uma serie de artigos interessantes e de grande valor scientifico, nos quaes deu conhecimento ao publico das suas descobertas importantissimas relativas ao assumpto. Em 1868, publicou então o referido professor o livro *A invenção dos aerostatos reinvindicada*, com tudo quanto se tinha escripto a este respeito e no qual transcreve os seus artigos do *Instituto*. Innocencio Francisco da Silva, n'uma nota ás *Maravilhas do genio do homem*, de Amédée de Bast, traduzidas

por Matheus de Magalhães em 1863, apresenta ainda novos documentos sobre a questão. No *Occidente*, vol. VI e VII, de 1883 e de 1884, tambem o sr. Brito Rebello publicou uma serie de artigos, na occasião em que se celebraram em França as festas do centenario em honra dos irmãos Montgolfier. Mais obras se teem publicado em Portugal e no Brazil tendentes a provar a prioridade da invenção a favor de Bartholomeu Lourenço de Gusmão. Os primeiros documentos authenticos, que existem e se devem mencionar, são o requerimento que o padre Bartholomeu dirigiu em 1709 a D. João V e o alvará passado a seu favor. O requerimento foi impresso em 1774. E' um opusculo que tem por titulo: *Petição do Padre Bartholomeu Lourenço, sobre o instrumento que inventou para andar pelo ar, e suas utilidades;* segue-se-lhe o requerimento, dizendo-se logo que tendo ido a informar ao desembargo do paço, este o despachara favoravelmente. No opusculo tambem vem o desenho da machina e as explicações respectivas. A data da publicação parece estar errada, porque, segundo diz Innocencio no *Diccionario bibliographico*, vol. VII, pag 13, Simão Thadeo Ferreira, que imprimiu o opusculo, só começou a ter officina em 1781, e portanto a data poderá ser 1784 ou 1794, como Innocencio calcula. No requerimento lê-se o seguinte: «Senhor: Diz o Padre Bartholomeu Lourenço, que elle tem descoberto um instrumento para se andar pelo ar da mesma sorte que pela terra, e pelo mar, e com muito mais brevidade, fazendo-se muitas vezes duzentas e mais legoas de caminho por dia, no qual instrumento se poderão levar os avisos de mais importancia aos exercitos e a terras mui remotas, quasi no mesmo tempo em que se resolverem; em que interessa Vossa Magestade muito mais que nenhum dos outros Principes, pela maior distancia dos seus dominios; evitando-se d'esta sorte os desgovernos das conquistas, que procedem em grande parte de chegar muito tarde a noticia delles a Vossa Magestade. Além do que, poderá Vossa Magestade mandar vir todo o precioso dellas com mais brevidade, e mais seguramente poderão os homens de negocio passar letras e cabedaes com a mesma brevidade. Todas as praças sitiadas poderão ser soccorridas tanto de gente como de munições e viveres a todo o tempo, e retirarem-se dellas todas as pessoas que quizerem, sem que o inimigo o possa impedir. *Descobrir-se-hão as regiões que ficam mais visinhas ao Polo do mundo*, sendo da nação portugueza a gloria d'este descobrimento, que tantas vezes tem teutado inutilmente as estrangeiras. *Saber-se-hão verdadeiramente as longitudes de todo o mundo, que por estarem erradas nos mappas causam muitos naufragios*, além de infinitas conveniencias, que mostrará o tempo, e outras que por si são notorias, que todas merecem a real attenção de Vossa Magestade. E porque deste invento tão util se pódem seguir muitas desordens commettendo-se com o seu uso muitos crimes, e facilitando-se mais na confiança de se poder passar a outros reinos, o que se evita estando reduzido o dicto uso a uma só pessoa, a quem se mandem a todo o tempo as ordens que forem convenientes a respeito do dicto transporte, e prohibindo-se a todas as mais sob graves penas, e é bem se remunere ao supplicante invento de tanta importancia: Pede a Vossa Magestade seja servido conceder ao supplicante privilegio de que, pondo por obra o dicto iuvento, nenhuma pessoa, de qualquer qualidade que fôr, possa usar d'elle em nenhum tempo neste reino e suas conquistas, nem trazêl-o de fóra para o dicto reino ou conquistas com qualquer pretexto sem licenca do supplicante ou de seus herdeiros, sob pena de perdimento de todos os seus bens, ametade para o supplicante e a outra para quem o accusar, e sobre as mais penas, que a Vossa Magestade lhe parecer que pede a importancia deste negocio, as quaes todas terão logar tanto que constar que alguem faz o sobredito instrumento, ainda que não tenha usado d'elle, para que não fiquem frustradas as ditas penas, ausentando-se o que n'ellas tiver incorrido.» O alvará de D. João V, depois de repetir tudo quanto se lê no requerimento, diz o que se segue: «Hei por bem fazer-lhe mercê ao Supplicante de lhe conceder o privilegio de que pondo por obra o invento de que trata, nenhuma pessoa de qualidade que fôr possa usar d'elle em nenhum tempo n'este Reino e suas conquistas com qualquer pretexto sem licença do Supplicante, ou de seus herdeiros, sob peua de perdimento de todos os seus bens, ametade para o Supplicante e a outra ametade para quem os accusar; e só o Supplicante poderá usar do dito invento, como pede na sua petição. Este Alvará se cumprirá inteiramente, como n'elle se contém; e valerá posto que seu effeito haja de durar mais de um anno sem embargo da Ordenação do Liv. 2.º tit. 4.º em contrario.» etc. A machina inventada por Bartholomeu de Gusmão, que pela sua fórma ficou conhecida pelo nome de *Passarola*, e o seu inventor por *o voador*, vem descripta, segundo a gravura que sahiu no opusculo em que falámos, e a explicação a ella annexa, n'uma obra que se publicou em Lisboa, na officina de Antonio Rodrigues Galhardo, quando em França se fizeram as extraordinarias experiencias dos irmãos Montgolfier e do professor Charles, que fôram immediatamente repetidas em Coimbra, perante os professores da Universidade. O titulo da obra é o seguinte: *Descripção do novo invento aerostatico, ou Maquina Volante, do methodo de produzir o gaz, ou vapor com que esta se enche, e d'algumas particularidades relativas ás experiencias, que com ela se tem feito; Com a noticia d'um similhante projéto, formado em Lisboa no principio d'este seculo: e peças a êle relativas.* Esta obra começa pela historia da descoberta dos gazes ou *ares facticios*, como ella lhes chama; e depois de descrever as invenções dos irmãos Montgolfier e do professor de physica Charles, auxiliados pelos irmãos, Robert, acerescenta: «Desejariamos concluir esta materia, fazendo onra ao engenho Português, que já no principio deste século imaginou uma maquina para viajar pelos ares; mas *ainda que he vós constante, que tal maquina chegára a construir-se, e que até se diz que ela se elevára ou voára do Torreão da Casa da India*, não podemos achar documento algum authentico, nem fidedigno, que atteste este facto. Achão-se em algumas livrarias, e nas mãos de varias pessoas, cópias d'uma petição do theor seguinte.» E transcreve a petição, que acima descrevemos. «Com estas copias se acha um desenho da mesma machina, o qual, por uma explicação a êle anexa, mostra qual devia ser a sua construcção: éla segundo ali s'ex-

plica, seria da figura d'um barco, ou antes d'uma grande concha: seria forrado de chapas de ferro, e por dentro d'esteiras de tabua, para serem atraídas, umas por pedras de cevar, e outras por alambres, colocados na parte superior da maquina; esta, sendo elevada pela dita atração, ou forças magnética e elétrica, seria, mediante uma véla, impelida pelo vento; e na falta deste, pelo que se lhe subministrasse com foles, ali igualmente colocados para este efeito: dirigindo-se o rumo com um leme posto na popa, e com umas pás, ou azas em ambos os lados. Não he porém necessario ter muito conhecimento de Fisica ou de Mecanica, para ver, que por estes principios he absolutamente impossivel o elevar-se uma maquina volumosa e pesada: nem parece mesmo crivel que uma pessoa, que aliás deo outras provas d'inteligencia e d'engenho, pudesse já mais conceber a idéa de fazer voar uma máquina de similhante construcção. Como por outra parte ha uma constante tradição, apoiada com a autoridade de varias pessoas sensatas e de provecta idade, que assevérão ter sempre ouvido, que a maquina, de que falamos, chegára a elevar-se, e a voar, ao menos por um pequeno espaço, devemos crer, que éla fosse doutro modo construida: e que o desenho que agora vemos, não representa o artificio, que então se praticou.» Vê-se, portanto, que, apenas em França se fez a importante descoberta, tentou-se em Portugal reivindicar essa gloria para os portuguezes. O autor, porém, da obra, não era pessoa instruida bastante, pois que mostra ignorar as obras impressas no principio do seculo XVIII, e que falam do grande invento de Bartholomeu de Gusmão; bem como não quiz dar-se ao incommodo de investigar nos archivos publicos e bibliothecas os papeis e manuscriptos n'elles existentes. N'esta mesma epoca, appareceram em França varias obras falando do invento portuguez, descrevendo-o e apontando a epoca da experiencia em Lisboa. A estampa que representa a machina, cuja descripção se acaba de ler, e que vem publicada no opusculo a que nos referimos, é a que apresentámos, juntamente com as seguintes explicações que a acompanham: *A*.—Mostra o modo de velame, que servirá para fazer cortar os ares, levando a sua derrota aquella parte d'onde fôr dirigida. *B*.—Mostra o modo que terá para se governar, pois sem leme seguiria sua vontade, e não a de seu artifice piloto. *C.C.*—Apontam o corpo da barca que com o engraçado das conchas leva em cada vão um cano, que interiormente (com folles para isso feitos) supprirão a falta de vento. *D*.—Denota o feitio de umas azas que não servirão mais que de a sustentarem para que não caia á banda: porque tomando o vento em si, de nenhuma maneira a derribará. *EE*.—Apontam as figuras esphericas, em que está o *segredo* attractivo; são feitas de metal: servem de cobertura para se não corromper a pedra de cevar, que por dentro do pé que é oco, attrahirá a si continuamente a barca, cujo corpo é de madeira forrado de chapas de ferro, e pela parte inferior forrada de estreitas táboas, feitas de palha de centeio para a commodidade da gente, que levará até dez homens, e com o seu inventor onze. *F*.—Mostra a coberta feita de arame a modo de rede em cujos fios se tem enfiado muita somma de alambres, que com muita actividade ajudam a sustentar a barca, que pela quentura do sol fará força para attrahir a si as esteiras. *G*.—Mostra a agulha de marear; porque sem ella não se pódem guiar. *H*.—Mostra o artifice que com o astrolabio, ou balestilha compasso, e carta de marcar; toma a altura do sol, para vêr onde se acha. *II*.—Finalmente mostram as roldanas, para por ellas se alargar mais ou menos a escota de

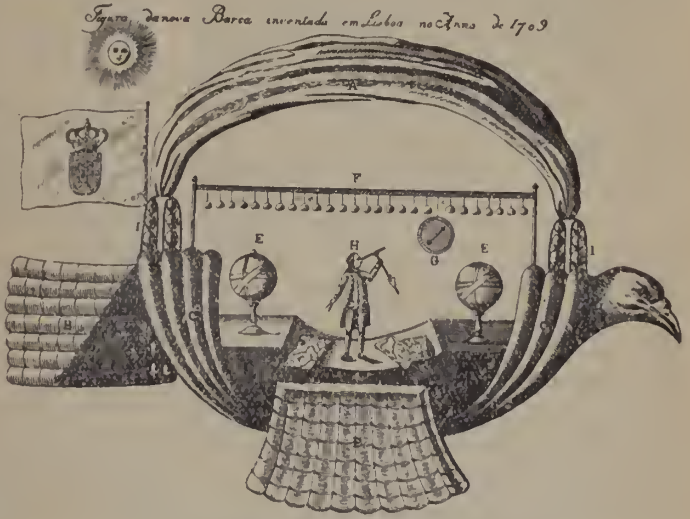

Gravura reduzida da estampa do aerostato do padre Bartholomeu Lourenço de Gusmão

qualquer parte que o vento faça feição. No reverso da estampa lê se o seguinte: «Não obstante que o autor da machina diga, que dentro do globo vae a magnete, cuja virtude fará subir a barca; comtudo não é a sua elevação por força da virtude attractiva, mas sim pela força do gaz, que os mesmos globos teem dentro; e a que o mesmo autor chama *segredo*, que não quiz declarar, talvez por boas rasões que para isso tivesse. O certo é que o autor era homem de talentos e de grande capacidade e que a tal machina foi experimentada, segundo o testemunho de alguns velhos de probidade, que ainda vivem em a nossa côrte, apezar de haver alguem que o contradiga, talvez por malicia ou por ignorancia, etc.» No vol. IX do *Instituto*, a pag. 132, o dr. Filippe Simões discute scientificamente a possibilidade de fazer com que semelhante machina se elevasse no ar, terminando por affirmar que não podia ser assim o artificio aerostatico inventado pelo padre Bartholomeu Lourenço de Gusmão. O visconde de Villarinho de S. Romão, n'uma carta dirigida a Antonio Feliciano de Castilho e publicada em 1843 na *Revista Universal Lisbonense*, rejeitando por absurdas as explicações que precedem a estampa, e interpretando-a

a seu modo, quiz mostrar que n'ella tudo está muito bem combinado, e que a machina que representa podia voar. Segundo as suas supposições, no convéz da barca não haveria nenhuns folles, mas um balão cheio de hydrogenio; as espheras em vez de servirem de caixas aos imans, conteriam os materiaes necessarios para a producção do gaz: a véla, finalmente, não seria mais que um pára quedas, destinada a diminuir a violencia da descida em caso de desastre. A memoria d'este invento ficou viva na tradição. O ponto menos bem assente em todo este assumpto tem sido o logar da experiencia. No tomo IX d'uma collecção de papeis politicos portuguezes, relativos aos seculos XVII e XVIII, que existe actualmente no Museu Britannico, tendo pertencido ao desembargador Mathias Pinheiro, depois ao desembargador João Tavares de Abreu, e sendo afinal comprada para o referido museu no leilão do poeta Southey, existe uma copia da petição de P. Bartholomeu Lourenço de Gusmão: *Petiçam que fez o Padre Bartholomeu Lourenço ao Dezembargo do Passo para que se lhe concedesse fazer hum invento que havia andar pelo ar, e com effeito se lhe concedeo, o qual fes e levando-o á caza da India o fez subir ao ar: 1709.* Diz Figaniére, que ha junto um desenho d'esta machina aerostatica, feito por outra pessoa e em tempo posterior á petição, e bem assim a noticia de uma obra impressa em Lisboa em 1774, descrevendo a tal machina; a dita obra sahiu com o titulo: *Machina aerostatica que pela primeira vez se viu na Europa—inventada pelo celebre Bartholomeu Lourenço por antonomazia o Voador—Irmão do insigne Alexandre de Gusmão, lançada no ar no castello de São Jorge de Lisboa, d'onde o autor desceu n'ella ao Terreiro do Paço em 20 d'Abril de 1709*, Lisboa, na officina de Simão Thadeu Ferreira, 1774 (*Catalogo dos manuscriptos portuguezes existentes no Museu Britannico*, por F. F .de la Figaniére, Lisboa, 1854). Este *livro* é muito differente d'aquelle com que sahiu o desenho impresso no seculo XVIII. A noticia da experiencia deu-a beneficiado Francisco Leitão Ferreira, contemporaneo de Bartholomeu Lourenço de Gusmão e seu consocio na Academia Real de Historia. Depois de mencionar o alvará de D. João V, escreve a seguinte nota: «Fez a experiencia em 8 de agosto d'este anno de 1709 no pateo da Casa da India diante de sua magestade e muita fidalguia e gente com um globo, que subiu suavemente á altura da salla das embaixadas, e do mesmo modo desceu, elevado de certo material que ardia e a que applica o fogo o mesmo inventor. Esta experiencia se fez dentro da salla das embaixadas.» O que não padece duvida é que a machina volante foi experimentada e chegou a elevar-se na atmosphera. A experiencia da Casa da India parece ter sido a ultima tentativa de Gusmão para resolver o grande problema de que se occupou. Em nenhuns documentos conhecidos apparecem noticias de posteriores trabalhos. Julga se que fôsse mal succedido, e por isso abandonasse o seu projecto. Depois de se terem vulgarisado as experiencias dos irmãos Montgolfier, muitas pessoas se dedicaram ao estudo dos acrostatos, e longa seria a descripção d'esses estudos até á presente epoca. As tentativas para se dar direcção aos aerostatos teem sido infructiferas, e bastantes desastres teem causado, pela temeridade d'alguns aeronautas. E' um problema difficilimo, que até hoje ninguem pôde resolver. Ha cerca de 17 annos, o sr. Cypriano Jardim, antigo official do nosso exercito; tambem procedeu a grandes estudos, procurando o meio de dar direcção aos balões, chegando a fazer uma conferencia no theatro de S. Carlos, em 23 d'abril de 1888, mas as suas tentativas, infelizmente, não alcançaram o exito desejado. No *Diccionario Universal Portuguez*, editado por Henrique Zeferino, d'Albuquerque, vol. 3.º, vem um artigo extensissimo muito curioso a respeito dos balões.

Balão. Pov. na freg. de Santa Maria, de Moure, conc. de Barcellos, distr. de Braga. | Fazenda na freg. de S. Matheus, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Balãos. Pov. na freg. de S. Pedro, de Villa Sêcca, conc. de Condeixa a-Nova, districto de Coimbra.

Balaqueira *(Casaes da).* Na freg. de Santa Quiteria, de Meca, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Balarina ou **Belorina** *(Herdade da).* Na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de V. N. da Baronia, conc. d'Alvito, distr. de Beja.

Balar. Reino de gentios, na margem direita do rio S. Domingos ou Cacheu, no districto de Guiné, Africa Occidental. Povo pacifico e dado á agricultura.

Balatanha. Territorio da Africa Oriental pertencente ao prazo Mambone, na prov. de Moçambique, distr. de Sofala. Chama-se Matique o chefe dos nove districtos em que se divide este territorio.

Balazar. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 378 hab. e 114 fog. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada entre arvoredos, mas n'uma elevação d'onde se vê em Braga e varias povoações Era da corôa. Os frades do convento dos Remedios, de Braga, apresentavam o vigario, que tinha o pé d'altar e 60$000 réis. E' terra fertil. No monte de Falperra está a ermida de Santa Martha, sobre um penhasco. E' tradição que os moiros habitaram este sitio. No mesmo local tambem se vê a capella de Santa Maria Magdalena, que foi edificada em 1752. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 20, com a séde no Porto. Nasce em Balazar um ribeiro chamado Agua de Vide. | Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Douro, conc. e com. de Povoa de Varzim, distr. e bisp. do Porto; 953 hab. e 207 fog. A pov. dista 14 k. da séde do conc. e está situada n'uma campina, d'onde se avistam apenas as povoações da freguezia. Foi antigamente villa, e era da corôa. Tem uma boa egreja de tres naves. O arcebispo de Braga apresentava os reitores, por concurso synodal, e tinham de rendimento 200$000 réis. A terra é fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 18 com a séde no Porto. Ha aqui os montes do *Sisto*, que teem muita caça. N'esta freg. tambem se encontra a fonte, chamada de S. Pedro de Rates, e a quinta do Casal, solar dos Casaes. Pela freg. corre o rio Deste. | Pov. na freg. de S. Miguel, de Borba de Godim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Balbiz. Pov. na freg. de S. João, de Nogueira, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Balbona. Pov. na freg. de S. Gens e conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Balça ou **Balsa** e **Desejosa**. Duas pequenas freguezias unidas, curadas por um só parocho. O orago da freg. de Balça é S. Sebastião, e o da Desejosa é Santo Antão. Estão situadas no conc. de Taboaço, distr. de Vizeu. V. *Desejosa*.

Balça do Flamengo. Baixo da Africa Occidental, nas proximidades da ilha de S. Thomé.

Balçada. Logar na freg. de Santa Maria de Fiães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Balcão. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Areias, conc. de Marvão, distr. de Portalegre. || Pov. na freg. do Espirito Santo, de Monsanto, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || Logar na freg. de S. Thiago, de Esporões, conc. e distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Christovão, de Labruja, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello.

Balcelhas. Pov. na freg. de S. Martinho, de Campo, conc. de Vallongo, distr. do Porto.

Baldaia. Appellido de familia em Portugal, mas incontestavelmente de origem forasteira, e não antigo, porque não apparece no *Livro Velho das Linhagens*, nem no *Nobiliario do Conde D. Pedro*, nem ainda no *Livro de Linhagens de Portugal*, por Damião de Goes, e *Noticias de Portugal*, por Manuel Severim de Faria. As armas da familia d'este appellido são: em campo de prata quatro rosas vermelhas acantonadas, cada uma com duas folhas verdes no pé, e no centro uma flôr de liz azul; timbre uma das rosas do escudo com uma flôr de liz de ouro no meio.

Baldaia *(Affonso Gonçalves)*. Copeiro do infante D. Henrique, e um dos primeiros que este principe mandou ao descobrimento da costa d'Africa Occidental; é o primeiro d'este appellido, de que ha noticia. Em 1434 ordenou o infante que se armasse um barinel, no qual mandou Affonso Baldaia, assim como Gil Eannes, que passaram além do Cabo Bojador cincoenta legoas. Realisou segunda expedição, na qual prolongou ainda mais a area das suas explorações, e regressou ao reino em 1436, trazendo comsigo uma serie importantissima de observações, que muito contribuiram para o adiantamento da sciencia geographica em Portugal.

Baldaia *(Fernão)*. Militar no seculo XVI, que perdeu a vida no Oriente em combate com os castelhanos. João de Barros, na sua *Década* IV conta este facto da seguinte fórma: «Vindo depois em março de 1528 um junco de D. Jorge (D. Jorge de Menezes, capitão de Ternate) de fazer nóz e maça para Ternate, encontrou uma nau que partira da Nova Hespanha, em que vinha por capitão, um Alvaro de Saavedra, o qual não sabendo a terra em que era aportado, vendo o navio de D. Jorge, perguntou onde estava; conhecendo os nossos serem castelhanos, calaram-se e fôram dar nova d'aquella nau a D. Jorge de Menezes. Mandou elle logo a Simão da Vera, alcaide-mór da fortaleza, em uma fusta, e Fernão Baldaia feitor em um batel, que fossem requerer ao capitão d'aquella nau que viesse á fortaleza. Mas n'este tempo os castelhanos de Tidore, sabendo como a nau era entrada, tiveram mais diligencia, e fizeram com que a nau se mettesse no porto de Geilolo; e posto que Simão da Vera fizesse seus requerimentos, a resposta que lhe deram os castelhanos fôram bombardadas; e como elle estava só, e a polvora que tinha era molhada, e Fernão Baldaia não chegava á nau, tornou-se Simão da Vera para Ternate. A este tempo mandaram os moradores da ilha de Moutel, que era do senhorio d'El-Rei de Ternate pedir soccorro a D. Jorge, por o muito damno que recebiam dos de Tidore, mui orgulhosos com ajuda dos castelhanos e com a vinda da nau de Saavedra. E porque os castelhanos começaram fazer navios d'armada para irem destruir a Moutel, mandou lá D. Jorge a Fernão Baldaia em uma galeota com trinta e tantos portuguezes, e com elle hia Cachil Daroez com gente da terra; e como elles não podiam passar a Moutel senão á vista de Tidore, vendo os castelhanos a galeota com grande alvoroço se embarcaram em huma fusta que traziam prestes, da qual foi por capitão Affonso de los Rios e com a armada da terra, em que hiam muitos tidores, accommetteram os nossos; e depois de duas horas de peleja foi entrada a galeota dos portuguezes em que morreu Fernão Baldaia, o qual por se restituir do erro passado, depois que de ferido e cansado não pôde pelejar em pé, em giolhos pelejou em quanto teve mãos; e depois que se não póde valer d'ellas pelejava com a lingua animando e esforçando os seus».

Baldaia *(Fernão Alvares)*. Abastado negociante do Porto, onde era muito estimado. Mais de uma vez foi vereador do senado d'esta cidade. D. Affonso V, tendo mandado já duas embaixadas á côrte de França, onde então reinava Luiz XI, sendo embaixadores D. Alvaro d'Athaide, da primeira, e Pero de Sousa da segunda, enviou em 1476 como terceiro embaixador Fernão Alvares Baldaia. Ignora-se, porém, qual fôsse o fim d'esta missão, não podendo formar-se a este respeito senão conjecturas. D'esta embaixada não falam os chronistas, consta, porém, d'um manuscripto existente na camara municipal do Porto, que o escriptor portuense Arnaldo Gama descobriu, e transcreveu n'uma das notas do seu romance: *A ultima dona de S. Nicolau.*

Baldaia *(Gaspar do Rego)*. Capitão d'uma companhia de 200 homens da cidade de Ponta Delgada pelos meados do seculo XVI. Foi pae de Francisco do Rego e Sá, a quem D. Sebastião chamou Grão Capitão pelos muitos e bons serviços prestados contra os corsarios que infestavam os mares dos Açôres. No vol. I do *Archivo dos Açôres*, vem publicada uma carta d'este capitão, com a data de 12 d'abril de 1554, que fornece alguns esclarecimentos curiosos sobre os valores do pastel, trigo, peixe, renda de casas, ordenados e varios rendimentos publicos na ilha de S. Miguel, encontrando-se tambem ali algumas reflexões dignas de attenção sobre as contribuições destinadas especialmente ás despezas da construcção do castello de S. Braz, seu armamento e munições.

Baldaia *(Luiz Fernandes)*. Era filho de Fernão Alvares Baldaia. Assistiu á batalha d'Arzilla, sendo por essa occasião armado cavalleiro, e depois passou quasi toda a vida na côrte, sem deixar o seu nome assignalado por facto algum digno de menção.

Baldaque Pereira da Silva *(Antonio Arthur)*. V. *Silva*.

Baldaquino. Construcção de madeira de mar-

more ou de metal, em fórma de cupola ou de corôa, firmada sobre columnas, que sobrepuja o altar-mór d'alguns templos. || Precioso estofo fabricado em Bagdad e que servia para paramentos religiosos e coberturas ricas. No testamento do infante D. Fernando, de 18 de agosto de 1437, incluido nas *Provas da Historia Genealogica*, I, 565, lê-se o seguinte: *Item, hua cortina com seu frontal de baldaquino.* Em analoga accepção de estofo precioso vem no mesmo testamento a palavra *damasquim*. E' bem sabido que, tanto em Bagdad como em Damasco, prosperou a industria de taes tecidos. || Chamava-se assim antigamente ao pallio e á umbella, a cujo abrigo, nas procissões, o sacerdote conduz o Sacramento ou o Santo Lenho. || Alfaia que fecha como um livro, e, quando abre, fórma um pequeno altar com docel, sob o qual é levado pelo sacerdote o Sacramento aos enfermos. || Docel que sobrepuja um altar, ou o solio dos papas, dos cardeaes e d'outros prelados; do throno de imperadores, reis, e principes. Ha em todo o mundo catholico riquissimos baldaquinos, sendo um dos mais notaveis, o da basilica de S. Pedro em Roma. Em Lisboa, na egreja de S. Vicente, ha um baldaquino architectonico, que merece menção. No *Archivo Pittoresco*, vol. VI, pag. 227, n'um artigo de Vilhena Barbosa, lê-se o seguinte: «O altar-mór está collocado debaixo de um baldaquino de elegante estructura, ao modo das basilicas de Roma. E' obra moderna, de madeira, delineada e dirigida pelo eximio esculptor Joaquim Machado de Castro. As estatuas fôram executadas por discipulos seus: Manuel Vieira fez a de S. Sebastião, S. Vicente, e dos Anjos; Alexandre Gomes e Antonio dos Santos fizeram as de Santo Agostinho e de S. Theotonio.» Na capella do Santissimo da Sé do Porto, tambem existe um baldaquino de prata primorosamente cinzelado. Os baldaquinos de estofo nos templos teem de ser da mesma côr que os demais paramentos, conforme ordena o ritual para o officio do dia. Nos baldaquinos ou doceis dos solios ha diversidade, conforme as categorias das pessoas. Nos palacios pontificios ha tres baldaquinos: um na sala de audiencia, outro na do refeitorio, e outro na do consistorio, todos de damasco ou de velludo carmezim, agaloados e franjados de ouro; os cardinalicios e os prelaciaes tambem são de damasco; vermelhos os cardinalicios, e roxos os prelaciaes, sendo estes mais pequenos. Os abbaciaes são de damasco mas sem fio de ouro entretecido. Na exposição d'arte ornamental realisada em Lisboa no anno de 1882, figurou um baldaquino pertencente ao mosteiro de Lorvão, e que no catalogo apparece assim descripto: «Baldaquino com capa de velludo carmezim, e guarnição, cantos e centros de prata. Nos cantos tem os emblemas da Eucharistia, e nos centros as armas da ordem de S. Bernardo. Altura 0m, 55. Interiormente é forrado de lhama de prata, bordada a ouro. Seculo XVII. Póde abrir-se e armar-se á maneira de um altar com docel. Servia para levar o Viatico ás freiras enfermas.»

Balde. Pov. na freg. de Santa Leocadia e conc. de Baião, distr. do Porto.

Baldeira *(Herdade da)*. Na freg. de S. Pedro, de Gafanhoeira, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Baldes. Logar na freg. de N. S.ª da Luz e conc. de Lagôa, distr. de Faro.

Baldi *(João José)*. Mestre da capella real e compositor. N. em Lisboa, em 1770, e fal. na mesma cidade a 18 de maio de 1816. Era filho de Carlos Baldi, musico da capella real, e de D. Luiza Ignacia Baldi. Recebeu a sua principal instrucção no Seminario Patriarchal, para onde entrou em 1781, contando apenas 11 annos de edade. O Seminario ganhara então grande importancia, porque o seu professorado era competentissimo e o mais distincto. Ali se viam: João de Sousa Carvalho, os irmãos Braz e Jeronymo Francisco de Lima, e Camillo Cabral, que tinham estudado em Italia por conta das rendas patriarchaes; José Joaquim dos Santos, contrapontista consummado, Leal Moreira, e Marcos de Portugal, que tão notavel se tornou. João Baldi revelou uma aptidão excepcional, que facilmente se desenvolveu com o auxilio de tão habeis professores. Em pouco tempo já era autor, organista e pianista, e não tinha ainda 19 annos quando se estreou como compositor. No cartorio da sé de Lisboa existem as partituras de duas missas d'elle, que teem a data de 1789. N'este anno foi nomeado mestre de capella na sé da Guarda, e partiu para aquella cidade, onde se demorou até 1794, anno em que teve transferencia para a sé de Faro. Em 1800 regressou a Lisboa e exerceu o logar de segundo mestre da real capella da Bemposta, sendo então primeiro mestre Luciano Xavier dos Santos, contrapontista e organista de reconhecido merito. Em 1806, pelo fallecimento de Xavier dos Santos, foi João Baldi nomeado para o substituir n'aquelle logar. Em 1803 já havia apresentado a sua composição mais consideravel, a grande missa dedicada ao conde de Borba, mais tarde marquez, que ficou sendo conhecida pelo titulo de *missa do marquez de Borba*. Quando ella appareceu, produziu o maior effeito e tornou-se tão notavel, que era sempre escolhida para se executar nas frequentes e pomposas festas que se realisavam em Lisboa. João Baldi ficou desde logo considerado como um dos nossos primeiros musicos. Dava tambem lições de canto e de piano, e escrevia para os discipulos muitas modinhas portuguezas, arias italianas e peças para piano. Um *Jornal de modinhas novas dedicadas ás senhoras*, que se publicava em 1801, inseriu no n.º 11 uma *Modinha nova*, de *Giovanni Giuseppe Baldi*. Todos os discipulos do Seminario Patriarchal italianisavam os nomes, como que para terem mais importancia na opinião publica, á excepção de fr. José Marques e Antonio José Soares, que nunca seguiram este antigo costume. Por essa epoca tambem escrevia para os theatros da Rua dos Condes e Salitre. Em 1805 representou-se n'este theatro um drama, para que João Baldi escreveu a musica, o qual foi impresso n'esse referido anno, com o seguinte e pomposo titulo: *Drama gratulatorio que no faustissimo natalicio do Principe Regente N. S. se ha de representar no theatro do Salitre, e o emprezario do mesmo theatro constitue humildemente aos pés de S. Alteza Real.* Baldi foi depois nomeado mestre da Patriarchal e do Seminario. Tornou-se mais estimado e considerado rival de Marcos de Portugal, pela seguinte circumstancia: quando os francezes entraram em Portugal no anno de 1807, Junot quiz que o dia 15 de agosto, *festa* de Napoleão, fôsse solemnisado com uma recita de gala no theatro de S. Carlos. Encom-

mendou então para esse fim uma opera a Marcos de Portugal, que promptamente a compoz e ensaiou, sem que fôsse obrigado por violencia alguma. Chamava-se a opera *Demofoonte*, feita sobre um libretto de Metastasio, e representou-se no referido dia 15 de agosto. Mais tarde, sendo os francezes vencidos e expulsos do reino, levantou-se grande indignação contra quem lhes tinha prestado serviços, e Marcos de Portugal, como autor da opera *Demofoonte*, não podia deixar de ser incluido n'esse numero, e apezar de tambem entrar nos festejos patrioticos, teve de se retirar para o Brazil. Como parte d'esses festejos representou-se no theatro da Rua dos Condes um drama allegorico, de grande espectaculo, intitulado *Ulysséa libertada*, cuja musica foi escripta por Baldi. Em 1808 escreveu uma grande missa a cinco vozes e novena de N. S.ª do Resgate para se executar na ermida d'esta invocação que se vê proximo á egreja dos Anjos. Esta novena, dizem, que se executa ainda hoje. A consideração que João Baldi gozava, fazia com que os festeiros mandassem pôr uma carruagem á porta da casa de sua residencia, que era um palacete mesmo defronte da ermida, quando se realisavam as festividades, que elle sempre dirigia, com a sua casaca coberta de bordados a ouro, calção de velludo e meia de seda, como então usavam os mestres da capella real. Quasi todos os espectaculos de festas patrioticas, que então se organisaram, fôram abrilhantados com musica do distincto compositor. Nos dias 12, 13 e 14 de agosto de 1810, a companhia do theatro da Rua dos Condes cantou no de S. Carlos um *Elogio*, com musica de Baldi, para festejar o anniversario do principe regente de Inglaterra. Quando o exercito de Massena abandonou Portugal, pondo termo á terceira e ultima invasão dos francezes, o senado de Lisboa, em demonstração de regosijo, mandou celebrar na egreja da Sé uma pomposa missa solemne e *Te Deum*, sendo João Baldi quem compoz e dirigiu a musica. O distincto compositor continuou escrevendo alternadamente para o theatro e para a egreja. Na bibliotheca d'Ajuda existem, autographas, algumas das partituras que elle fez para a capella da Bemposta, as quaes são: *Missa a quatro vozes*, 1801; *Responsorios para as matinas de S. Miguel*, 1806; *Te Deum*, 1808; *Responsorios para as matinas do Coração de Jesus*, 1808; *Responsorios para as matinas do Natal*, 1811. Sem indicação de data encontram-se tambem as seguintes: *Responsorios para as matinas da Conceição; Psalmos de vesperas; Symphonia para orchestra; Credo*. No cartorio do actual marquez de Borba, sr. D. Fernando Luiz de Sousa Coutinho, existem muitas partituras, entre as quaes se conta a grande missa, já mencionada, conhecida pela *missa do marquez de Borba*. Nos cartorios das sés de Lisboa e de Evora ha grande quantidade de musica de João Baldi, e nos livros de coro, existentes na livraria de Mafra, entre muitas obras de diversos compositores, tambem se encontram uma missa e alguns psalmos da sua composição. João José Baldi era homem de muito valor, e pena foi morrer tão novo, pois contava apenas 46 annos incompletos; tinha casado com D. Leocadia de Paula Baldi, de quem teve tres filhos e uma filha: Carlos Frederico, João Placido, José Maria e D. Maria José Baldi. O filho mais novo, José Maria Baldi, seguiu a carreira das armas e o partido constitucional, adquirindo nome na guerra civil e chegando á mais elevada categoria militar. O seu appellido figurou depois escripto com *y* grego, *Baldy*. (V. *Baldy, José Maria*). No *Diccionario biographico dos musicos portuguezes*, a que já nos temos referido diversas vezes, vem publicada a pag. 418 do 2.º vol. o que consta no livro dos assentos dos alumnos do Seminario Patriarchal, livro que actualmente está na bibliotheca Nacional de Lisboa, e em que o appellido está escripto *Baldi*, tanto no seu nome, como no do pae e da mãe.

Baldiinho. Logar na freg. de S. Vicente, de Pigeiro, conc. e distr. de Evora.

Baldio. Não obstante a pequenez do territorio do continente de Portugal, existem n'elle grandes tractos de terreno sem dono ou inculto, a que vulgarmente se chama maninho ou baldio, terreno este completamente desaproveitado. Em geral estão divididos os baldios pelas freguezias, e o povo de cada uma os utilisa apascentando n'elles os seus rebanhos e cortando o matto que ali nasce. E' de vêr como o povo se oppõe sempre a qualquer tentativa da divisão, aforamento, etc. dos baldios, gritando que lhe tiram as suas regalias. Algumas camaras municipaes mais esclarecidas n'esta questão teem promovido concessões e aforamentos, afim de tornarem productivos esses tractos de terreno. A approvação de tribunal superior ou a hasta publica garantem os interesses que taes resoluções possam attingir. Os baldios constituem um dos mais complexos capitulos da historia da agricultura e da propriedade da terra em Portugal. Tempos houve em que os baldios pertenciam, uns á corôa, outros aos concelhos e aos senhorios particulares. As antigas *Ordenações* determinavam a seguinte significação legal de baldio: «Terras incultas, mattos maninhos ou mattos e bravios que nunca foram aproveitados ou não ha memoria de homens que o fossem, e que não tendo sido contados, nem reservados pelos reis, passaram geralmente pelos foraes, com as outras terras, aos povoadores d'ellas para os haverem por seus ... em proveito dos pastos, creações e logramentos que lhes pertencem.» A lei de 26 de julho de 1850 dividiu os baldios em parochiaes e municipaes, conforme estiveram na posse por 30 annos dos moradores da freguezia ou dos do concelho. A lei de 28 de agosto de 1869 sujeitou ao principio da desamortização obrigatoria os baldios, exceptuando os que são logradouro commum dos municipios e parochias. E' muito vasta a bibliographia que se póde indicar para os baldios, abrangendo geralmente as obras mais importantes ácerca da agricultura e população em Portugal. Especialmente acham-se os artigos respectivos nos titulos seguintes das differentes ordenações: *Affonsinas*, V, XXXXVI; *Manuelinas*, V, XXXXVIII e CXI; *Filippinas*, V, LXXXVIII e XCI. Os repertorios do moderno codigo administrativo indicam as disposições correspondentes.

Baldio. Pov. na freg. da S. Thiago, de Evora d'Alcobaça, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Villa Boim, conc. de Elvas, distr. de Portalegre. || Aldeia na freg. de S. Pedro, de Corval, conc. de Regueugos de Monsaraz, distr. de Evora. || Herdade na freg. de S. Pedro, de Algalé, conc. de

Monforte, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de S. Marcos, de Campo, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª do Loreto, de Juromenha, conc. d'Alandroal, distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Montoito, conc. de Redondo, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Romão, conc. de Moutemór o-Novo, distr. de Evora. || Quinta na freg da Sé, conc. e distr. de Evora.

Baldio de Algalé. Logar na freg. de N. S.ª do Rosario, concelho de Arronches, districto de Portalegre.

Baldio do Conde *(Monte do).* Na freg. de Santa Eulalia, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Baldio dos Medronhaes. Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. d'Arronches, distr. de Portalegre.

Baldio do Sobral *(Monte do).* Na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Montoito, conc. de Redondo, distr. de Evora.

Baldios. Pov. na freg. de Santa Maria, de Evora Monte, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Logar na freg. de Santa Maria e conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Vimieiro, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Baldoairo. Termo antiquado. Livro que consta da ladainha dos santos, orações e preces, que se rezam, cantam e entôam nas ladainhas de maio, clamores e procissões.

Baldões. Pov. na freg. de S. Miguel, de Rebordosa, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Baldomar. Pov. na freg. de S. Miguel, de Gondufe, conc. de Poute de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Thiago, de Rande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Baldos. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Beira Alta, conc. e com de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 389 hab. e 80 fog. Tem caixa postal. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada n'um valle. O reitor de Moimenta da Beira apresentava o cura, que tinha 10$000 réis de congrua e o pé d'altar. E' abundante de milho, vinho e castanhas. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 9 com a séde em Lamego.

Baldosa. Pov. na freg. de Santa Maria, de Gavea, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Baldrarias. Pov. na freg. de S. Thiago, de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Baldres. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Salsellas, conc. de Macedo de Cavalleiros, distr. de Bragança.

Baldrigo. Pov. da freg. de S. Pedro, de Jugueiros, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Balduecas *(Quinta de).* Na freg. de S. Lourenço, de Villa Nogueira de Azeitão, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Balduneiro. Logar na freg. de S. Faustino, de Fridão, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Baldy *(José Maria).* Doutor em mathematica pela Universidade de Coimbra, par do reino, marechal de campo, etc. N. em Lisboa a 16 de maio de 1800, fal. em Cellas, perto de Coimbra, a 4 de setembro de 1870. Era filho de João José Baldy, musico e compositor distinctissimo (V. *este nome*), e de D. Leocadia de Paula Baldi. Estudou com muita applicação os preparatorios, mais que sufficientes para se matricular na Academia de Fortificação e Desenho, e entrando n'ella em 1816, assentou praça de voluntario no regimento de artilharia n.º 1, a 4 de março de 1817, tendo já estudado as disciplinas que constituiam o primeiro anno d'aquelle estabelecimento de instrucção. Sendo cabo de esquadra foi despachado segundo tenente por decreto de 20 de setembro de 1822 por haver completado o curso da sua arma, e foi promovido a primeiro tenente de artilharia n.º 3 por decreto de 26 de setembro de 1823, contando a antiguidade de 13 de abril do referido anno. Na praça d'Elvas fez o seu tirocinio como subalterno, até que em 1825 obteve licença para cursar a faculdade de mathematica da Universidade de Coimbra. Os acontecimentos politicos de 1828 obrigaram-n'o a abandonar as aulas, para se dedicar á defeza da causa da liberdade. Apresentou-se á divisão constitucional em Coimbra, passou a servir no quartel general, emigrando depois com as tropas liberaes para a Galliza, d'onde passou a Inglaterra, e depois aos Açôres, desembarcando na ilha Terceira a 1 de março de 1829. Encarregado logo das baterias e fortificações da villa da Praia, foi tambem nomeado vogal da commissão incumbida da fiscalisação dos reaes armazens, e grangeando pelos serviços que então prestou a estima e consideração dos superiores, foi escolhido para commandante da bateria academica, que se organisou com alguns estudantes da Universidade, que tambem tinham emigrado, Pela sua diligencia e genio organisador, conseguiu que essa força, que primava em se apresentar como um corpo de primeira linha, trabalhasse com egual perfeição, como bateria d'artilharia ou como companhia de caçadores. O tenente Baldy tratava egualmente de ser util aos seus antigos condiscipulos, como professor do primeiro anno da Escola Militar, que se creou provisoriamente por decreto da regencia de 10 de abril de 1830, para o ensino das sciencias mathematicas e suas applicações á arte da guerra, muito particularmente aos conhecimentos elementares da engenharia e artilharia, para os alumnos da Universidade, que, em defeza da causa da liberdade, haviam interrompido os seus estudos. Sendo depois tambem encarregado da direcção do arsenal fez construir e reparar todo o material de guerra necessario para a defeza da ilha, para os navios de guerra e para a expedição que se organisou com o intento de sujeitar ao governo constitucional as outras ilhas do archipelago. Quando essa expedição se fez de véla, o tenente Baldy, que, na acção da villa da Praia em 11 de agosto de 1829, muito se distinguira, foi encarregado do commando do cutter *Water Witch*, a *Feiticeira das Aguas*, e coube-lhe a honra de presidir ao acto solemne do reconhecimento da rainha na ilha Graciosa. Quando o exercito libertador embarcou para o continente, como se tornava preciso deixar na Terceira quem sustentasse aquella posição importante e providenciasse sobre as faltas que occorressem, um dos officiaes escolhidos foi José Maria Baldy, que já fôra promovido, por decreto de 10 de novembro de 1831, a capitão do primeiro batalhão de artilharia. Não podendo conformar-se com a posição em que o tinham deixado, e sabendo que nas linhas do Porto se estavam ferindo esses sanguinolentos combates, pelos quaes a cidade mereceu o nome de invicta, conseguiu, depois de muitos pedidos, partir para

o continente, e apresentou-se no Porto a 30 de novembro de 1832. Sendo então encarregado do commando da bateria de campanha de calibre 3, assistiu a todas as acções que se deram nas linhas, distinguindo-se sempre, e particularmente na acção de 25 de julho de 1833, que lhe valeu ser elogiado na *Chronica Constitucional de Lisboa*, de 13 de agosto, agraciado com o grau de cavalleiro da Torre e Espada, e graduação de major por decreto d'aquella mesma data. Terminada a guerra civil, voltou a Coimbra a continuar os estudos interrompidos, e fez tão brilhante curso, que, ao concluir os estudos em julho de 1837, lhe foi offerecido capello gratuito a 7 de outubro de 1838; pouco depois, por decreto de 14 de maio de 1839, recebeu a nomeação de lente substituto da faculdade. N'esse periodo foi graduado em tenente-coronel, por decreto de 4 de setembro de 1837, promovido á effectividade em 20 de março de 1838, e exerceu o cargo de chefe do estado maior do commando geral de artilharia, de 1 de julho de 1837 a 3 de novembro de 1838. Desde a sua entrada para o magisterio até aos acontecimentos politicos de 1846, conservou-se afastado do serviço militar, occupando-se exclusivamente das suas funcções de lente, em cujo exercicio grangeou as maiores sympathias, tanto nos collegas como nos discipulos, mas em 21 de setembro d'aquelle anno foi nomeado outra vez chefe do estado maior do commando geral d'artilharia. O golpe de estado de 6 de outubro, importando uma completa mudança na politica, deu em resultado um grande numero de demissões e exonerações, contando-se entre estas a de José Maria Baldy, que voltou a exercer o magisterio até que em 1851 foi exonerado de lente cathedratico da Universidade, a seu pedido, desejando encontrar n'uma vida mais activa lenitivo aos padecimentos que começavam a atormental-o. Promovido a coronel e graduado em brigadeiro, em 31 de maio e 1 de junho d'esse anno, foi logo em seguida nomeado governador da praça de Elvas, e n'essa importante commissão revelou os vastos conhecimentos de que era dotado, grande actividade e energia. A attenção que lhe mereciam as obrigações do seu cargo como governador da primeira praça do paiz, não o impediu de empregar todas as diligencias possiveis para propagar a instrucção na cidade, e valendo-se das sympathias e respeitos que grangeara, inaugurou um asylo da infancia, que tem prestado valiosos serviços. Em outubro de 1855 foi transferido para a praça de Peniche, e em março de 1858 nomeado governador civil e militar da ilha da Madeira, e ali se conservou até fevereiro de 1859, dedicando tambem toda a attenção ao estudo primario, distribuindo á sua custa premios aos alumnos mais estudiosos, e elogiando os professores que mais zelosos se mostravam. Sendo elevado a brigadeiro effectivo em 1857 e a marechal de campo em março de 1860, foi nomeado commandante geral de artilharia no dia 31 do referido mez de março, e em 12 de julho de 1864 teve transferencia para o commando da segunda divisão militar. Poucos mezes depois foi encarregado de inspeccionar o arsenal do exercito, e assumindo em fevereiro de 1868 a direcção d'esse estabelecimento militar, apresentou o projecto de reforma que foi approvado e convertido em lei. Em dezembro de 1869, quando se procedeu a nova reforma no arsenal, o general Baldy pediu a sua exoneração, e sendo encarregado do commando da segunda divisão militar, foi essa a ultima commissão que exerceu. José Maria Baldy tinha sido promovido a general de divisão em 1865; tomou parte, como presidente da commissão encarregada de determinar o numero e qualidade das boccas de fogo de grande calibre com que deviam ser armadas as praças de S. Julião e S. Lourenço da barra, teve tambem o encargo de propôr o systema de boccas de fogo com que deviam ser armados os fortes de Alfarrobeira e castello de Almada; foi presidente da sociedade de soccorros para os militares feridos, merecendo pelos serviços prestados a essa associação internacional, que os delegados das sociedades da mesma especie lhe conferissem em sessão de 31 de agosto de 1868 uma medalha de prata. Foi deputado pelo districto de Portalegre na legislatura de 1852, elevado a par do reino, por carta regia de 17 de maio de 1861, e por mais d'uma vez convidado para acceitar a pasta da guerra, o que sempre recusou. Tinha a commenda da Torre e Espada e a grã-cruz de Aviz.

Baldy *(Luiz José)*. Medico pela Universidade de Piza, e escriptor. Nasceu em Bemfica a 14 de junho de 1823, fal. na sua casa, ás Amoreiras, a 17 de dezembro de 1885. Era filho de Fidely Baldy, esculptor italiano, estabelecido em Lisboa, e de sua mulher, D. Margarida Joaquina de Abreu Baldy. Depois dos estudos preparatorios, contando apenas 16 annos de edade, entrou na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, cujo curso seguiu até ao fim sem interrupção, estudando conjunctamente zoologia, em Jesus, e botanica, na Escola Polytechnica, alcançando plena approvação e louvor nos exames, e premio em zoologia. A 18 de dezembro de 1845 defendeu these, sendo approvado com louvor. Apenas concluiu os estudos, desejoso de viajar pela Europa para completar a sua educação scientifica, conseguiu á custa de muitos sacrificios por não ter fortuna propria, alcançar recursos, e realisou a sua projectada viagem no anno de 1851. Visitou a Universidade de Montpellier e algumas de Italia; e na de Piza, pertencente á Toscana, patria de seu pae, alcançou do grão-duque a concessão especial de fazer exame vago de medicina, defendendo these a 31 de março de 1851, em que foi approvado *unanime suffragio e omne plaudente collegio*, recebendo no seu doutoramento o mais distincto diploma. Voltando a Portugal, começou a exercer clinica, alcançando logo grande reputação de bom e dedicado medico, que sempre conservou até ao fim da vida. Ninguem o via em divertimentos publicos, a politica e as honras so-

Luiz José Baldy

ciaes nunca o seduziram; entregue exclusivamente á sciencia acompanhava os seus progressos, lendo e estudando os ultimos livros publicados, a ponto de, em conferencias que o reunia com outros medicos mais modernos, tornar-se mestre, e todos os seus collegas o respeitavam pela longa pratica e infatigavel estudo a que se applicava. Tornou-se tambem muito popular pela extrema caridade com que tratava os doentes pobres, porque, além de nada receber das consultas, muitas vezes pagava os remedios, deixando-lhes ainda esmolas. Assim adquiriu fama de benemerito da humanidade e de medico dos pobres. A sua morte foi muito sentida; no dia do funeral, os estabelecimentos das proximidades da sua residencia, conservaram-se fechados. Era casado com D. Marianna da Conceição Baldy. Foi medico effectivo da infanta D. Izabel Maria, socio da sociedade das sciencias medicas de Lisboa, da Academia de Medicina de Piza, e da associação dos jornalistas e escriptores portuguezes. E' bastante avultado o numero dos seus escriptos. No *Diario de Noticias* publicou: *Estudos moraes; Quinze dias nas Caldas da Rainha*, e um estudo ácerca das mumias do Perú. Na *Evolução historica: Poesias* e *Hygiene dos homens de letras*. Na *Chronica moderna*, varias *Revistas medicas*. No *Boletim da Sociedade dos jornalistas*, artigos ácerca do *Suicidio* e do *Jardim Zoologico*. Publicou em livro: *Esboço biographico de José Victorino Barreto*, Lisboa, 1844; *O cadaver de Senivel, historia de um crime*, Lisboa. 18‹9; sahira primeiramente em folhetins no *Diario de Noticias; Perfis moraes, devaneios poeticos*, Lisboa, 1880; *Um meeting na Parvonia*, poemeto, Lisboa, 1881. N'um volume publicou tambem differentes estudos de hygiene e medicina legal. Em manuscripto consta que deixou o seguinte: *Quatro livros das fabulas de Esopo*, traducção em verso; *Miguel de Vasconcellos ou a acclamação de D. João IV*, drama historico em 4 actos; *Em dia de S. Bartholomeu anda o diabo á solta*, comedia phantastica em 2 actos; *Theoria da cellula; Memorial pharmaceutico moderno*, etc.

Baleal *(Ilha do)*. E' uma pequena peninsula a 3 k. a NE. de Peniche, e uns 6 a N. de Athouguia da Baleia. Em alguns mappas e obras geographicas, como no *Theatrum Orbis Terrarum*, de Abraham Ortelius, publicado em Antuerpia, 1570, vem em fórma e com a designação de ilha; a tradição conserva-lh'o, comquanto tambem lhe chamem o Baleal. E' toda de rocha calcarea, com muito pouca terra. Não tem arvores nem arbustos, e a vegetação é quasi nulla. E' abundante de peixe e marisco. Tem um porto pequeno e perigoso, que só serve para barcos de pesca. A povoação mais proxima é a aldeia do Ferrel, no continente, que dista 1 k.; diz-se que o primitivo local d'esta aldeia foi em Baleal. Está aqui a capella de Santo Estevão, onde se venera a imagem de N. S.ª das Mercês, que é de grande devoção. Ha uma lenda ácerca d'esta imagem, que diz ter sido roubada pelos argelinos, que a levaram para Argel. Um christão, natural de Peniche, que estava ali captivo e fôra remido, quizera tambem remir a imagem, que é de marmore e de tres palmos de altura. O resgate, porém, exigido era o seu peso em prata. O pobre christão, confiado na virtude da imagem, apezar de possuir apenas uma pataca em prata, acceitou a proposta, e poudo na balança a pataca e a imagem, a pataca pesou mais, o que causou o maior assombro, voltando o christão para Balcal com a imagem; contou o milagre, que grangeou a maior devoção. A capella é de simples construcção, e não apresenta indicios de remota antiguidade. E' interiormente revestida de azulejos, e no tecto de madeira, entre enramados traços no gosto do seculo XV, figuram alguns emblemas, como o sol, a lua, as estrellas, a torre, etc. Na frente da capella ha um cruzeiro. A 50 passos ao N. do Baleal está um ilhéo que se lhe communica nas marés vasias, por cima das pedras. Ao N. tambem se encontra um penhasco todo cercado de mar, que tem o nome de *Ilha de Fóra*, onde se vão fazer pescarias, vendo-se ali duas enseadas: uma do O, chamada de *Peniche*, e outra a E chamada de *Pedras Muitas*. A respeito de Baleal vem publicado no *Archivo Pittoresco*, vol. VI, pag. 177 e 179, um artigo, firmado com o nome de P. de C. e Sequeira.

Baleato. Appellido de familia nobre portugueza, cujas armas são: em campo de prata uma torre de azul sahindo de um mar de sua côr, em que apparecem tres peixes de prata entre dois venabulos de verde com os ferros pretos, postos direitos para o ar.

Blaeeira. E' a principal povoação da ilha do Porto Santo, archipelago da Madeira, distr. e bisp. do Funchal.

Balegões. Termo archaico que, segundo Bluteau e Viterbo, significa uma especie de calçado, borzeguins. Dizem que os monges d'Alcobaça eram obrigados a dar annualmente ao rei umas botas, uns borzeguins e uns sapatos em reconhecimento do padroado real, e que D. Affonso III os eximiu d'esta obrigação, como consta d'um documento que existia no cartorio do respectivo mosteiro. N'este documento, escripto em latim, dizia o seguinte: «Prometto, mando e concedo que nunca mais ao mosteiro de Alcobaça peça nem demande botas, nem balegões, nem sapatos, como até agora pedi e demandei.» V. *Balugas*.

Baleia. Genero de mammiferos marinhos, typo da ordem dos cetaceos, que se divide em dois grupos; as baleias propriamente ditas, e os balenopteros, segundo as antigas classificações. As nações européas enviam todos os annos mais de 300 embarcações á pesca da baleia nos mares do norte, a qual principiou no seculo XII, tendo por objecto principal o azeite que se extrahe da gordura d'este cetaceo. A pesca da baleia na costa do Algarve foi um ramo industrial de alguma importancia, desde o meado do seculo XIV até ao fim do primeiro quartel do seculo XV, nos reinados de D. Affonso IV, D. Pedro I, D. Fernando I e D. João I. No archivo da camara municipal de Tavira existia em 1838 o original d'uma carta de D. Affonso IV, expedida em 1 de setembro de 1352, da qual consta que em Porto Novo morriam ellas e que os almocreves iam ali comprar pedaços ou cargas a troco de trigo. Por carta de D. Pedro I, datada de 29 de março de 1358, archivada na Torre do Tombo a f. 36 v. do livro 1.º d'este rei, fôram confirmados os privilegios que tinham os maiores da baleação. D. Fernando, por carta de 20 de novembro de 1367, registada no livro 1.º d'este rei, f. 20, ordenou aos almoxarifes de Lagos e Tavira «dessem ao bispo e ao cabido da Sé de Silves, a cada um, uma carga de

besta cavallar, metade gorda, metade magra, por cada baleia ou cavallasso que morresse nas costas do Algarve por *conhecença*, como já seu pae e avô tinham feito», como textualmente se lê na *Chorographia do Algarve*, por João Baptista da Silva Lopes, pag 99. E, por ultimo, D. João I, como consta a f. 270 do liv 2.° a este respectivo, fez, por carta de 15 de março de 1424, mercê da renda da baleação a Estevão Vasco Filippe. Na praia da Senhora da Luz, perto de Lagos, era a grande faina d'esta pescaria, do que no segundo quartel do seculo XIX ainda havia vestigios. Os foraes passados a V. N. de Gaia no seculo XIII, por D. Affonso III, Coimbra, setembro de 1255, e por D. Diniz, Lisboa, 13 de agosto de 1288, mostram que os pescadores do Porto já então se empregavam a harpoar a baleia nas aguas de Portugal. Em 1340, D. Affonso IV deu miudamente a Affonso Domingues todas as baleações do reino, desde a foz do rio Minho até á do Guadiana, comprehendendo n'este contrato além da pesca da baleia, a das cocas, busaranhas, roazes, sereias, e outros peixes, com isenção da decima á corôa dos dizimos ecclesiasticos e da portagem nos concelhos, tanto da pesca, como dos apparelhos e causas precisas para esta industria, obrigando se o mesmo rei a pôr á sua custa, em Santa Maria de Faro, o sal necessario a razão de 64 alqueires por trinta soldos, assim como a mandar fazer novas salinas onde precisas fôssem, e a beneficiar nos seis annos seguintes as existentes, recebendo em compensação 3:600 libras no primeiro, e 5:000 em cada um dos seguintes *(Liv. IV da Chancel. de Affonso IV fl. 50, era 1378)*. Desde os descobrimentos ultramarinos, começados em 1419 com o archipelago da Madeira, a attenção e a actividade dos nossos maritimos desviaram d'esta pesca para as viagens de exploração e tratego aventureiro, e desde então a industria baleeira nunca mais resurgiu em Portugal, comquanto alguns navios portuguezes no meado do seculo passado fôssem empregados n'essa pesca de que dão testemunho uma portaria de 16 de dezembro de 1856 e a lei de 27 de maio de 1862, que para esses navios concedem franquias e isenções. E' geralmente sentida a progressiva raridade das baleias; registemos este facto quanto a Portugal, que é pouto importante á historia das pescarias nacionaes. As baleias desertaram das nossas praias. De quando em quando se avista ao largo sobre a tona d'agua o negrume d'uma cabeça enorme, e sahindo de seu toutiço um repuxo crystalino. E' alguma baleia desgarrada, que vem causar curiosa surpreza aos espectadores da costa e mais nada. Esta apparição momentanea já não tenta a cubiça nem a coragem aventurosa dos nossos pescadores. E comtudo, temos em nossos archivos e na tradição noticias de serem as baleias costeiras um objecto de especulação e de contrato lucrativo para os emprezarios. Estabeleceu se em seculos mais proximos a chamada Companhia das baleias Isto, porém, era só conservar a denominação classica antiga sem significação real, ao menos nas nossas costas. A companhia tinha no seu contrato a pesca do atum e de outras especies de peixe no Algarve, de baleias nada, ou quasi nada, a menos que as não mandasse procurar nas costas do Brazil, nas de Moçambique, ou no mar Pacifico. Em 11 de fevereiro de 1526 deu á costa em certa praia da villa de Athouguia, uma baleia com 30 covados de comprimento; o corpo tinha o mesmo vulto de um navio de 80 toneladas; a espadana da cauda tinha 20 palmos de largura; na bocca, e muito á vontade, cabiam dois homens em pé. Esta baleia deu o nome á villa (V. *Athouguia da Baleia)*. Para o estudo das pescarias, e especialmente da da baleia, como industria portugueza, póde vêr-se: *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo II, memoria XI; tomo III, memoria XVI; tomo IV, memoria XVI e XVII; e tomo V, memoria IV; *Chorographia do Algarve*, acima citada, III, 76 a 134.

Baleia. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Reguengo da Carvoeira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Caminho na ilha de S. Jorge, na freg. de N. S.ª do Rozario, de Topo, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo. || Casal na freg. de S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem. || Ponta ou cabo da Africa Occidental Portugueza, na costa SE da ilha do Principe, prov. de S. Thomé. || Idem na costa sul da ilha de S. Thomé. || Rio da costa occidental da Africa na costa da Guiné de Cabo Verde.

Baleira. Quinta na freguezia de S. Thiago e concelho de S. João da Pesqueira, districto de Vizeu.

Baleizão. Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov do Alemtejo, conc. com. distr. e bisp. de Beja: 2:482 hab. e 579 fog. Tem escola para ambos os sexos e est. post. permutando malas com a R. A. S. Está situada entre as villas de Serpa e Moura. E' est. do caminho de ferro de suéste. A pov. dista 12 k. da séde do conc. O arcebispo de Evora apresentava o cura, que tinha por anno 10 moios de trigo e 3 de cevada, pagos pelos parochianos. Tinha mais um beneficiado, que recebia por anno 5 moios de trigo e 90 alqueires de cevada; era tambem apresentado pelo referido arcebispo. Baleisão perteuceu ao arcebispado de Evora até que se creou o bispado de Beja. E' terra muito fertil e pertence á 4.ª div. mil. e distr. de recrutamento e reserva n.° 17, com a séde em Lagos. Em Baleizão passa o rio Cardeira, que fertilisa as terras e cria algum peixe. D. Nuno Alvares Pereira instituiu aqui, em 1382, um morgado em varias herdades suas, o qual deu em dote a sua irmã D. Violante Pereira, quando casou com Martim Gonçalves de Lacerda, de Beja. No principio do seculo XVIII achou-se em Baleizão um cippo, com esta inscripção:

AN. XXXIII
G. BLOSIUS SATURNIUR
GALERIA
NAPOLITANUS APER ARENIENSES
INCOLA BALSENSIS FILIAE
PIENTISSIMAE
H. S. E. S. T. T. L.

Na quinta do Paço do Conde, d'esta freguezia, tambem appareceu no seculo XVIII um monumento funerario de marmore cinzento, em fórma de pipa, que foi para o *Muzeu Sizenando* de Beja, e em 1868 passou para Evora. || Logar na freg de Santo André, conc. de S. Thiago do Caeem, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª da Alva e conc. de Aljesur, distr. de Faro. || Horta na freg. de N. S.ª da Annunciação e conc. de Redondo, distr. de Evora.

Balerques. Logar na freg. de S. Thiago, de Estombar, conc. de Lagôa, distr. de Faro.

Balho. Logar na freg. de S. Sebastião, de Ratoeira, conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda.

Balho-Villão ou Bailho-Villão. Assim se chamava uma especie de dança acompanhada a canto, usada em Portugal ainda no seculo XVI. Nas obras dramaticas de Gil Vicente apparecem alguns exemplos. Na ilha da Madeira persiste ainda, segundo dizem, este cantico e dança com a mesma autiga denominação.

Bália ou **Bailia.** Termo de direito feudal; senhorio, auctoridade, isto é, direito do senhor sobre uma terra, autoridade senhorial; o officio e a judicatura, quer no ecclesiastico quer no secular; o districto, termo ou circumscripção territorial a que se estendiam. Nos documentos do mosteiro de Bayrão de 1347, refere Viterbo, no *Elucidario*, se chama bailia a commenda de Leça. Na ordem do Hospital, e depois de Malta, e até na dos Templarios, de cujas ruinas se levantou a de Christo, chamaram se *baylias*, *balias* e *baillias* as principaes commendas a que eram subordinadas ou annexas algumas, outras menos importantes e de menor rendimento. «O convento de Thomar he Cabeça e Balia da Ordem de Christo e o D. Prior do dicto convento Prelado d'ella.» dizem os *Estatutos* d'esta ordem, na parte I, tit. IV. Borges Carneiro, no *Direito Civil de Portugal*, tomo I, liv. I, declara o seguinte: «Na Ordem de Christo, a jurisdicção espiritual e quasi episcopal reside no Administrador da jurisdicção, de Thomar, que a exercita em todas as causas crimes e civeis, e é nomeado pelo Grão-Mestre, conforme o Al. de 15 de jan. de 1765. Esta jurisdicção residia d'antes no Dom Prior Geral, que desde a sua creação a exercitava em ambos os fóros com a qualidade de *nullius Diocesis*: do papa Julio III. A Prelazia da Ordem foi unida á Dignidade de D. Prior Geral por A. de 19 de Maio de 1798.»

Balia. Logar na freg. de S. João Baptista, de Airão, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Balibó. Reino da prov. dos Bellos, na costa norte da ilha de Timor, archipelago de Sunda, na Oceania. E' situado ao poente de Dilly, fazendo parte do districto e commando militar de Batugadé. Este reino era tributario ao governo portuguez, devendo pagar de finta 19$200 réis em generos, mas depois da guerra de 1869 ficou por muitos annos rebelde, e não só deixou de pagar mas nem mesmo recebia ordens ou communicações da autoridade. Computa-se a sua população em 2:300 fogos, com 18:000 almas. Este reino tem muitos gados e produz em abundancia milho e outros generos e bastantes fructos, bem assim tabaco, que é o melhor de toda a ilha. Fala a lingua *teto* e os dialectos *quemac e vacae*. Em Balibó brota uma fonte de agua, que se diz ser *alcalina ferrea*, e que tem tido algumas applicações medicinaes, ainda que limitadas. A respeito d'estas aguas póde vêr-se o *Relatorio do serviço de saude da provincia de Macau e Timor do anno de 1886, por* J. Gomes da Silva, publicado em Macau, no anno de 1887. || Logar na freg de S. Clemente, de Silvares, conc. de Fafe, distr de Braga.

Baliceto *(Herdade do).* Na freg. de Santo Agostinho e conc. de Moura, distr. de Beja.

Balieiras. Logar na freg. de Santa Clara, conc. e distr. de Coimbra.

Balieiro *(Simão Fernandes).* Provedor dos residuos na Ilha do Fayal em 1609, que teve, por causa das eleições ecclesiasticas, graves questões com o bispo D. Jeronymo Teixeira Cabral, resultando d'ahi ser posto interdicto em toda a ilha do Fayal, interdicção que só foi levantada no dia 5 de fevereiro, em que Balieiro embarcou.

Balika. Pov. do quarto grupo de povoações ou *suco* do reino de Moutael, na ilha de Timor, na Oceania. 17 fogos, com 107 almas.

Balinamok. Pov. do primeiro grupo de povoações ou *suco* do reino de Montael, nai lha de Timor, na Oceania. Compõe-se de 21 fogos, com 125 almas.

Balinhas. Pov. na freg. de Santo André, de Victorino dos Piães, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santa Eulalia, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Balinho. Pov. da freg. de Santo André, de Victorino de Piães, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello

Balio. V. *Bailio.*

Balisa Monte na freg. de S. Domingos, de Malpica, conc. e distr. de Castello Branco.

Balisque. Pov. na freg. de S. Pedro de France, conc. e distr. de Vizeu.

Balista. Na antiga arte militar, chamava-se assim a uma certa machina de guerra, que servia para arremessar pedras, settas, e até materias inflammadas. As balistas differiam das catapultas, posto que tanto umas como outras obedecessem ao mesmo fim. No cêrco e tomada de Lisboa por D. Affonso Henriques em 1147, fôram empregadas pelos cruzados inglezes *duas fundas baleares* ou balistas, uma á margem do Tejo, outra á porta de ferro, trabalhando constantemente n'estes engenhos fundibulares uns cem balistarios, que se revezavam quando cançavam, de fórma que, no fim de dez horas d'esta faina, estavam sendo lançadas na cidade grossas pedras a milheiros, como refere o sr. visconde de Castilho, na *Lisboa Antiga*, II.

Balitete. Povoação do terceiro grupo de povoações ou *suco* do reino de Moutael, na ilha de Timor, na Oceania. Em 1878 contava 23 fogos, com 141 almas.

Ballada. Pov. na freg. de S. Salvador, de Bertiandos, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Villa Franca, concelho e distr. de Vianna do Castello.

Ballãos. Pov. na freg. de S. Pedro, de Villa Secca, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra.

Bally. Aldeia do torofo d'este nome e séde de regedoria, no concelho de Quepém, distr. de Gôa, na India.

Baloca. Pov. na freg. de S. Miguel do Matto, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Ventosa, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Balocas. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Covas, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Vide, conc. de Ceia, distr. da Guarda. || Quinta na freg. de N. S.ª da Expectação, de Lageosa, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Balofa *(Monte da)*. Na freg. de Santa Victoria, de Ameixial, conc. de Extremoz, distr. de Evora,

Baloia. Pov. na freg de S. Miguel do Matto, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Balomá. Montanha no reino de Caimau, na ilha de Timor, do archipelago de Sunda, na Oceania. Ahi se encontram, segundo informam os timores, minas de cobre ainda não exploradas.

Balaquinhas. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Vide, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Balouça. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cabração, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Santo Isidoro, de Sanche, conc. de Amarante, distr do Porto.

Balouco. Logar na freg. de S. Luiz, de Pias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Herdade na freg. de S. Bartholomeu, conc. de Arronches, distr. de Portalegre.

Balouta. Pov. na freg. de Santa Christina, de Padreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Logar na freg. de N. S.ª do Rosario, de Cepões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S. Thiago, de Gagos, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Logar na freg de Santo Adrião, de Oleiros, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Quinta na freg. de Santo André, de Alvôco das Varzeas, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Baloutas. Pov. na freg. de Santo André, de Painzella, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Balres. Pov. na freg. de N. S.ª dos Milagres, conc. e distr. de Leiria.

Balsa. Foi chamado balsa, ou na fórma augmentativa, *balsão*, o estandarte da ordem do Templo ou dos Templarios, insignia com que estes entravam em batalha *em volta d'ella* agrupados, e *de redor do qual* ou venciam ou morriam: sem duvida, d'esta circumstancia adveiu a esse estandarte o nome de *balsa*, *balsão*, nome que, sob esta fórma augmentativa, se tornou generico aos pendões de guerra. Na *Chronica de D. Duarte*, de Ruy de Pina, cap. v, lê-se: «Levava hum balsam preto com haste sobre o hombro, cujas pontas hiam pelo chão arrastando.» O estandarte dos Templarios chamou-se *balsa bipartida*, por constar de duas côres, branca e negra, sobre as quaes se divisava a cruz vermelha, de que a ordem usava. Na côr branca symbolisavam a misericordia e bom tratamento aos que se rendessem ás armas da Cruz; na côr negra significavam que para os obstinados e rebeldes só haveria estrago, morte e perdição; na Cruz vermelha denotavam que só pelo sangue, lei e fé de Jesus Christo se moviam a pegar nas armas. A legenda da balsa dos templarios era: *Non nobis, Domine, sed Nomini tuo da Gloriam. Balsão* chamava-se tambem á bandeira, pendão ou estandarte, atravessado na haste, terminando inferiormente por dois triangulos.

Balsa. Antiga cidade do tempo dos romanos no territorio modernamente denominado Algarve, completamente extincta ou morta, da qual apenas ha noticia historica, comquanto ainda existisse no principio da nossa era, como se prova pelas antigas obras que a mencionam. Querem alguns que a *Balsa* dos romanos seja a actual cidade de Tavira (V. *este nome*). O *Itinerario de Antonino Pio*, elaborado na segunda metade do seculo II, diz que a cidade de Balsa é a primeira estação, estrada ou via militar desde Esuris, a que alguns escriptores dão como correspondente a moderna villa de Ayamonte, até Pax Julia, a que aproximadamente corresponde a cidade de Beja. Tambem falam d'esta antiga cidade romana os seguintes escriptores: Caio Plinio, que governou a Hespanha e falleceu no anno 79 da era christã, na sua *Historia natural*, vol. IV; Pomponio Mela, na obra *De situ Orbis*, vol. III, que escreveu cerca do anno 44, e Claudio Ptolomeu, na *Geographia*, composta aproximadamente em 175. Da antiga Balsa, além das alludidas menções, restam tres lapides em que se vêem esculpidas umas inscripções, as quaes fôram achadas nas proximidades de Tavira: uma nos suburbios, mencionada por Fr. Vicente Salgado, nas *Memorias ecclesiasticas do Algarve* vol. IX, pag. 13, e duas, na quinta da Torre d'Ares, a uns 6 k. de distancia, ambas transcriptas, de pag. 15 a 19 do folheto, intitulado *Povos balsenses*, de Estacio da Veiga. Claudio Ptolomeu, na *Geographia* acima citada, e Ortelio, no *Theatrum Orbis terrarum*, dizem que parece ser a villa de Castro Marim; e Baptista de Castro, no *Mappa de Portugal*, tomo I, inclina-se a que fôsse Balcizão. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Aviutes, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santo André, de Campeã, conc. e distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de S. Domingos, de Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de Santo Antão, de Desejosa, conc. de Tabuaço, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Salreu, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de Santo André, de Sobrado, conc. de Vallongo, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Tregosa, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Marinha, de Villa Verde, conc. de Alijó, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Parada de Piuhão, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real. || Logar na freg. de S. Bartholomeu da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg. da Sé e conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de Santo Estevão, de Regadas, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cazevel, conc. e distr. de Santarem. || Monte na freg. de Sant'Anna, conc. de Portel, distr. de Evora.

Balsa do Flamengo. Nome de um baixo proximo da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Balsada. Pov. na freg. de Santa Maria, de Fiães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Balsameão. Pov. na freguezia de S. José, de S. João d'Antão, conc. e distr. da Guarda.

Balsameirim. Pov. na freg. de S. Salvador, conc. e distr. de Santarem.

Balsas. Pov. na freg. de N. S.ª Conceição de Febres, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Castanheira, conc. e distr. da Guarda. || Casal na freg. de S. Bartholomeu, de Aldeia das Dez, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Ca-

sal na freg. de Santa Maria, de Ulme, conc. de Chamusca, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Pedro, de Varzea de Goes, conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Balseiras. Logar na freg. de Santa Clara, conc. e distr. de Coimbra. || Pov. da ilha da Madeira, na freg. de N. S.ª do Livramento, de Curral das Freiras, conc. de Camara dos Lobos, distr. do Funchal.

Balsemão *(D. Catharina Michaela de Sousa Cesar e Lencastre, 1.ª viscondessa de).* Poetisa muito distincta, dama da ordem de S. João de Jerusalem. N. em Guimarães a 29 de setembro de 1749, fal. a 2 de janeiro de 1824. Era filha de Francisco Filippe de Sousa da Silva Alcoforado, fidalgo da Casa Real; senhor da casa de Villa Pouca em Guimarães; familiar do Santo Officio: e de sua mulher, D. Rosa Maria Viterbo de Lencastre, filha dos 3.ºs viscondes d'Asseca. Tendo sido ajustado, em 1772, o seu casamento com Luiz Pinto de Sousa Coutinho, depois 1.º visconde de Balsemão, que n'essa epoca era governador da capitania do Matto Grosso, recebeu-se por procuração, e quando seu marido foi nomeado nosso ministro na côrte de Inglaterra, partiu com elle para Londres em 1774. Conhecendo ser muito deficiente a sua instrucção para viver na côrte da Grã-Bretanha, buscou diversos pretextos para se afastar da sociedade, permanecendo assim por espaço d'um anno, quasi em completo isolamento, durante o qual se applicou com o maior fervor ao estudo das linguas e litteratura ingleza, franceza e italiana. Depois d'este periodo começou D. Catharina a concorrer ás reuniões da côrte, a conviver com todas as pessoas illustradas de Londres, e não tardou que a casa do embaixador portuguez se tornasse um dos centros em que se reuniam os homens mais conhecidos nas artes, nas lettras e nas sciencias. Em 1783 acompanhou seu marido a Lisboa, e travou então relações intimas com a marqueza de Alorna, e d'essa amizade, as duas distinctas poetisas deixaram provas nas composições que uma á outra dedicavam. Em 1786 voltou novamente a Londres, em companhia de seu marido, e quando elle regressou definitivamente a Portugal, a sua casa, começou a ser frequentada pelos poetas e escriptores d'aquella epoca. Sobreviveu ainda a seu marido bastantes annos. Segundo affirma um dos seus biographos, os seus contemporaneos chamavam-lhe a Sapho portugueza, merecendo essa distincção pela belleza das poesias que escreveu, celebrando os encantos do amor. Na *Illustração, Jornal Universal*, no vol. I, de 1845, a pag. 127 e seguintes vem publicada a sua biographia. Escreveu: *Ode ao Marquez de Pombal Sebastião José de Carvalho e Mello;* vem no tomo II, pag. 109, da *Collecção de Poesias inéditas dos melhores Auctores Portuguezes*, Lisboa, 1810; não traz o nome da autora; *Carinthia a Mirtillo, ode*, dirigida a Luiz Raphael Soyé; *Soneto, feito pouco depois de receber o sagrado viatico;* publicou se em 1824, no Porto, e anda tambem na biographia acima citada. Deixou em manuscripto: *Cora e Alonso, ou a Virgem do Sol, drama em 3 actos; As solidões, poema em dois cantos*, do barão de Cronegk, tradução feita sobre a versão franceza de Huber; *Fabulas*, collecção de apologos. Parece que, com algum fundamento, se póde attribuir á viscondessa de Balsemão, D. Catharina, a *Apologia das obras novamente publicadas por Francisco Manuel em Paris*, que sahiu impressa nas obras d'este poeta acompanhada de notas ou reparos criticos, no tomo V da edição de Paris, ou no tomo IV da edição Rollandiana, a pag. 229. A este respeito póde vêr-se no *Parnaso Lusitano* a nota que vem no tomo I.

Balsemão *(Eduardo Augusto de Sá Nogueira Pinto).* Secretario geral de Cabo Verde, de Angola e do governo geral da India. N. na quinta da Ermida, conc. de Torres Vedras, a 3 de setembro de 1837; fal. em Lisboa a 1 de dezembro de 1902. Era filho de José Alvo Pinto Balsemão, filho 2.º visconde de Balsemão, Luiz Maximo Alfredo Pinto de Sousa Coutinho, e de sua mulher D. Maria Brigida de Sá Nogueira, filha de Faustino José Lopes Nogueira de Figueiredo, fidalgo da Casa Real; alcaide-mór de Cadaval, etc. Era sobrinho por parte de seu pae, dos 3.º e 4.º viscondes de Balsemão, e por parte de sua mãe, do marquez de Sá da Bandeira, Bernardo de Sá Nogueira Figueiredo. Sendo official-mór da secretaria geral do Estado da India, foi nomeado secretario geral d'este estado, por decreto de 20 de fevereiro de 1877, em attenção ao merecimento, serviço e mais circumstancias que n'elle concorriam; tomou posse do seu logar a 8 de maio do referido anno. Era então governador Tavares d'Almeida, e tendo este adoecido, Pinto Balsemão o substituiu durante a doença e depois da sua morte, fez parte do conselho governativo. Por decreto de 10 de setembro do referido anno de 1877, foi transferido para o logar de secretario geral de Cabo Verde, partindo para aquella provincia em novembro do mesmo anno. Foi n'este logar em que depois se aposentou, dedicando-se então a trabalhos jornalisticos. Era proprietario e director do jornal *O Ultramarino*, e escreveu: *A guerra dos Dembos*, Loanda, 1872; é uma defeza brilhante dos actos do governador geral de Angola, o conselheiro José Maria da Ponte e Horta; n'este folheto, segundo consta, demonstra o seu autor, a opposição acintosa feita a este governador, devida unicamente ás energicas medidas administrativas que elle adoptara, cortando alguns abusos e introduzindo a moralidade na administração, e não á guerra dos Dembos, que serviu apenas de pretexto; *Os portuguezes no Oriente; feitos gloriosos praticados pelos portuguezes no Oriente, 1.ª parte (1510 a 1600); 2.ª parte (1600 a 1700) e 3.ª parte (1700 a 1882).* Estas tres partes fôram publicadas em Nova Gôa, sem anno de impressão, mas sabe-se que a 1.ª e a 2.ª sahiram em 1881 e a 3.ª em 1882. A 1.ª parte é dedicada á memoria do marquez de Sá da Bandeira, tio do autor, e a 3.ª offerecida a Latino Coelho. Parece que escreveu ainda: *Cartas de S. Francisco Xavier;* e *Angola.* Eduardo Balsemão era commendador da Ordem de Christo, e cavalleiro da de N. S.ª da Conceição; socio correspondente da Sociedade de Geographia de Lisboa, e da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Geographicos-Africanos de Loanda.

Balsemão *(Luiz Alexandre Alfredo Pinto de Sousa Coutinho Alves Godinho Brandão Perestrello, 5.º visconde de).* Fidalgo da Casa Real; addido honorario de legação; 21.º senhor do morgado de Balsemão, instituido em 15 de agosto de 1315; senhor das casas de Leomil e Toens; 11.º senhor do morgado de Coreixas, e casa de Ermi-

geira, em Torres Vedras. N. a 11 de janeiro de 1839. Era filho de Vasco Pinto de Sousa Coutinho, 4.º visconde de Balsemão, e de sua mulher, D. Maria da Penha Perestrello da Costa Sousa de Macedo, condecorada com a Ordem Soberana de S. João de Jerusalem, de Roma. O sr. visconde de Balsemão foi deputado na legislatura de 1879 a 1882, e em outras, pelo circulo de Torres Vedras. Casou em 30 de outubro de 1865 com D. Henriqueta das Dores Telles da Silva, filha dos 4.ºs marquezes de Penalva. O titulo de visconde de Balsemão é de juro e herdade, com honras de Grande do Reino, que competem aos condes, dispensada duas vezes a Lei Mental. Foi verificado no 3.º visconde pelo decreto de 10 de janeiro e carta de 11 de junho de 1863.

Balsemão *(Luiz José Alexandre Pinto de Sousa Coutinho Alvo Godinho Brandão Pereira Perestrello, 3.º visconde de).* Fidalgo da Casa Real, par do reino por succesão a seu pae, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara em sessão de 9 de maio de 1846; 3.º senhor donatario de Ferreiros e Tendaes, de juro e herdade; 2.º senhor das Quintas de Maqueija, unidas á Barca da Regoa, de que tinha mercê, tambem de juro e herdade, com dispensa da Lei Mental, por mercê regia feita por decreto de 29 de março de 1804; 22.º senhor do morgado de Balsemão, e do de Sá, e das casas de Toeus e Leomil, por succesão a seu pae, em 2 de outubro de 1832; 10.º senhor do morgado de Coreixas, e da casa da Ermigeira por succesão a sua mãe, a 25 de maio de 1851. N. a 27 de outubro de 1800, fal. em 15 de fevereiro de 1852. Era filho de Luiz Maximo Alfredo Pinto de Sousa Coutinho, 2.º visconde de Balsemão, e de sua mulher, a viscondessa sua prima em primeiro grau, D. Maria Rosa Alvo Brandão Perestrello de Azevedo, condecorado com a ordem de S. João de Jerusalem, de Portugal. Assentou praça em 1812, na brigada real da Marinha, e passando ao exercito, foi alferes de cavallaria. Casou em 8 de fevereiro de 1823, com D. Maria Izabel de Sousa Teixeira de Magalhães e Lacerda, sua prima, 4.ª filha dos viscondes do Peso da Regoa, de cujo consorcio não houve geração. Enviuvando em agosto de 1839, passou a segundas nupcias a 27 de novembro d'este anno, com D. Izabel Emilia de Sousa Vahia de Madureira, filha dos 1.ºs viscondes de S. João da Pesqueira. Fallecendo o visconde de Balsemão em 1852, como fica dito, a sua viuva tornou a casar, em 3 de junho de 1853, com Roberto Guilherme Woodouse Barreto de Lencastre, addido honorario á legação de Portugal em Londres, fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição. D. Izabel perdeu o direito de usar o titulo de seu primeiro marido, por não se lhe ter concedido alvará de confirmação do titulo e honras de viscondessa, sem embargo de haver passado a segundas nupcias, como é de antigo estylo e praxe da côrte, sempre observado com senhoras titulares em identicas circumstancias, cujos titulos lhe provieram pelo seu consorcio. Não sabemos a data em que foi verificado o titulo ao 3.º visconde de Balsemão, tambem de juro e herdade com honras de Grande do Reino que competem aos condes, dispensada duas vezes a Lei Mental. Fallecendo sem successor, passou o titulo a seu irmão Vasco Pinto de Sousa Coutinho.

Balsemão *(Luiz Maximo Alfredo Pinto de Sousa Coutinho, 2.º visconde de).* Fidalgo da Casa Real, por alvará de 1 de outubro de 1784, por successão a seus maiores, moço fidalgo com exercicio no paço, por alvará de 7 de maio de 1789, accrescentado a Fidalgo Escudeiro, por alvará de 23 de dezembro de 1799; do conselho da rainha D. Maria I e de el-rei D. João VI; par do reino por carta régia de 30 de abril de 1826; 2.º senhor donatario de Ferreiros e Tendaes; 1.º senhor das Quintas da Maqueija, unidas por mercê regia, decreto de 29 de março de 1804, á Barca da Regoa, de juro e herdade, com dispensa da Lei Mental; 21.º senhor do morgado de Balsemão e do de Sá, e das casas de Toeus e Leomil, bem como da capella da Santissima Trindade, instituida na sé de Lamego por Alvaro Pinto da Fonseca, em 19 de abril de 1561, e agora unida ao dito morgado, e d'elle fazendo parte, em virtude de mercê regia feita por decreto de 24 de novembro de 1797; alcaide-mór de Castello-Mendo; commendador de S. Miguel de Lordello do Ouro, na ordem de Christo, por transferencia da commenda e alcaidaria-mór da villa de Cano, da ordem de S. Bento de Aviz, que passou para seu irmão Ayres Pinto de Sousa Coutinho (*V. Coutinho, Ayres Pinto de Sousa*); cavalleiro de devoção da sagrada ordem de S. João de Jerusalem, em Portugal; guarda-mór do real archivo da Torre do Tombo, em 1803; executor da Santa Casa da Misericordia de Lisboa; inspector da Agricultura do Reino; socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e socio honorario da Academia Real de Madrid; bacharel formado em philosophia pela Universidade de Coimbra; capitão de cavallaria do 2.º regimento de Castello Branco; promovido em 1799 a sargento mór do 2.º regimento de infantaria n.º 18, do Porto, e depois tenente-coronel reformado. N. em Falmouth, onde foi baptisado a 30 de maio de 1774; fal. na cidade de Lamego a 2 de outubro de 1832. Era filho do 1.º visconde de Balsemão, Luiz Pinto de Sousa Coutinho, e de sua mulher, D. Catharina Michaela de Sousa Cesar de Lencastre, distincta poetisa, filha de Francisco Filippe de Sousa da Silva Alcoforado, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher, D. Rosa de Viterbo de Lencastre, filha dos 3.ºs viscondes de Asseca. Quando em 18 de junho de 1808 se organisou no Porto uma Junta Provisional do Governo Supremo para resistir aos soldados de Junot, o visconde de Balsemão, que n'essa epoca residia no Porto, uniu-se desde logo aos sublevados, e foi escolhido pela Junta, assim como o desembargador dos aggravos, João de Carvalho Martens da Silva Ferrão, para, na qualidade de delegados, irem a Londres participar ao embaixador portuguez n'aquella côrte, D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho, depois conde do Funchal, a sublevação do povo portuense e do estado geral do paiz, por causa da invasão dos francezes, solicitando do governo inglez auxilio de armamentos e munições de guerra, de que se carecia para armar o povo. O visconde de Balsemão casou a 8 de janeiro de 1800 com sua prima em primeiro grau D. Maria Rosa Alvo Brandão Perestrello de Azevedo, condecorada com a ordem de S. João de Jerusalem, em Portugal; 9.ª senhora dos morgados de Coreixas; da casa da Ermigeira, em Torres Vedras; do morgado de

Brandões, no Porto; filha unica e herdeira de José Alvo Brandão Perestrello Godinho Pereira de Azevedo, fidalgo cavalleiro da Casa Real; cavalleiro professo na ordem de Christo; tenente-coronel de cavallaria do exercito; senhor dos morgados e casa acima referidos; 8.º senhor da casa e honra de Perozello, seu padroeiro, e de Santo Eloy da Porta; e de sua mulher, D. Izabel Francisca de Sousa Cesar e Leneastre, filha de Francisco Filippe de Sousa da Silva Alcoforado, moço fidalgo com exercicio no Paço, senhor da casa de Villa Pouca, em Guimarães, e da de Bordônhos; familiar do Santo Officio, por carta de 25 de junho de 1726, e de sua mulher, D. Rosa Maria de Viterbo e Lencastre, filha dos 3.os viscondes d'Asseca. D'este consorcio houve 6 filhos: Luiz José e Vasco Pinto, que fôram 3.º e 4.º viscondes de Balsemão; D. Maria Emilia, que casou em 1822 com José de Lemos Malheiro de Mello e Vasconcellos, fidalgo da Casa Real, senhor do morgado de Velude; José Alvo, official da Armada Nacional; D. Eulalia Ernestina, que casou em 1834 com seu primo, Manuel de Mendonça Cardoso Figueira d'Azevedo Pinto de Sousa, moço fidalgo com exercicio no Paço, senhor do Morgado de S. Cosmado, e do Graujal, alcaide-mór da villa do Cano, e commendador do Cano na ordem de S. Bento de Aviz; cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição; tenente-coronel aggregado ao regimento de milicias de Arouca; Eduardo Augusto, que foi official de cavallaria do exercito. O titulo foi verificado no 2.º visconde, por decreto de 13, e carta de 28 de maio de 1802.

Balsemão *(Luiz Pinto de Sousa Coutinho, 1.º visconde de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão a seus maiores; conselheiro de Estado; ministro e secretario de Estado dos negocios do reino, da guerra e dos estrangeiros; 1.º senhor donatario de Ferreiros e Tendaes, por decreto de 17 de abril de 1792, e de juro e herdade, por decreto de 13 de maio de 1796, em recompensa dos serviços prestados na direcção, expedição e negociações relativas ao exercito portuguez que tomou parte na campanha do Roussillon; 20.º senhor do morgado de Balsemão, em virtude da renuncia feita por seu irmão mais velho, José Luiz Pinto, ainda em vida de seu pae, por termo de 23 de outubro de 1759, e dos morgados e casas de Sá, Toens e Leomil, bem como da capella da Santissima Trindade, instituida na sé de Lamego; alcaide mór da villa de Cano e commendador da respectiva commenda na ordem de S. Bento de Aviz; enviado extraordinario e ministro plenipotenciario na côrte de Londres; plenipotenciario por parte de Portugal, para ajustar o tratado de paz (de Badajoz) entre a França, Hespanha e Portugal, em 1801; commissionado para a entrega da infanta D. Marianna Victoria, que casou com o infante de Hespanha, D. Gabriel, e para receber a infanta de Hespanha, D. Carlota Joaquina, esposa do principe D. João, depois el rei D. João VI; capitão general e governador da capitania de Matto Grosso; director dos estudos estabelecidos no mosteiro de S. Vicente; cavalleiro da ordem do Tosão de Ouro; grã-cruz da ordem de S. Bento de Aviz; tenente general do exercito. N. em Leomil a 27 de novembro de 1735, fal em Lisboa a 14 de abril de 1804. Era filho de Alexandre Pinto de Sousa Coutinho, fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 18 de março de 1706: mestre de campo dos Auxiliares da comarca de Lamego; familiar do Santo Officio, por carta de 15 de abril de 1748; 19.º senhor do morgado de Balsemão; casado com D. Josepha Marianna Magdalena Pereira Coutinho de Vilhena, filha e herdeira de José de Sá Coutinho, fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo na ordem de Christo, capitão-mór da villa de Leomil; senhor do morgado de Sá ou de Leomil. No *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal*, etc., pelo visconde de Santarem, diz-se que Luiz Pinto viajou pela Italia, Allemanha e França, e que depois acompanhou as caravanas como cavalleiro de Malta Alistando-se no exercito, tinha chegado ao posto de tenente-coronel de artilharia, quando, em 1767, foi escolhido para governar uma das capitanias do Brazil. Nomeado por carta regia de 21 de agosto d'esse anno, governador e capitão general do Cuyabá e Matto Grosso, embarcou para a America e, chegando a Villa Bella a 2 de janeiro de 1769, tomou no dia seguinte posse do cargo, que lhe foi entregue pelo seu antecessor João Pedro da Camara. São notaveis os melhoramentos a que procedeu, os quaes veem minuciosamente mencionados no referido *Quadro elementar*. Durante todo o tempo do seu governo, Luiz Pinto vivia em continuo desasocego, receando guerra com os castelhanos, não só pelo que encontrara tomando conta da capitania, como pelas noticias que de quando em quando lhe traziam os indios foragidos ou os negociantes portuguezes. Além do corpo de auxiliares que tinha creado, organisou tambem uma legião de *hussares*, e em julho de 1771 ordenou um novo recrutamento de tropas, que só á custa de grandes violencias se realisou. Seguiu-se uma epoca tumultuosa, em que os cayapós, assaltaram e destroçaram o povo das minas do Remedio, matando muitas pessoas. Os assaltos continuavam e commettiam-se as maiores atrocidades; o povo pedia auxilio, porém os governadores n'esse tempo tinham mais em vista augmentar o rendimento do Estado, e Luiz Pinto, apezar de ser homem illustrado e adoptar na sua capitania algumas providencias a bem dos povos sujeitos ao seu mando, não pôde eximir-se por completo ás idêas do seu tempo, e pouca attenção prestou ás reclamações. Adoecendo com uma pertinaz e grave ophtalmia, obteve ser exonerado do cargo de capitão-general, e entregando o governo ao seu successor, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, a 13 de dezembro de 1772, regressou a Portugal. Pouco tempo, porém, esteve em socego, porque no principio de março de 1774 foi nomeado nosso ministro em Londres, para onde partiu em maio seguinte. Havia casado em 21 de agosto de 1767, com D. Catharina Michaela de Sousa Cesar de Lencastre, senhora muito illustrada e distincta poetisa (V. *1.ª viscondessa de Balsemão)*, filha de Francisco Filippe de Sousa da Silva Alcoforado, fidalgo da Casa Real; senhor da casa de Villa Pouca em Guimarães; familiar do Santo officio; e de sua mulher, D. Rosa Maria Viterbo de Lencastre. Luiz Pinto conservou-se em Londres até 1788; viera a Lisboa em 1783 com licença, mas voltara para a côrte ingleza, regressando no anno de 1788 tambem com licença; dando-se, porém, o fallecimento do marquez de Angeja e do confessor da rainha D. Maria I, fr. Ignacio de S. Caetano, houve reorganisação do ministerio, em que fica-

ram os antigos ministros, o visconde de Villa Nova da Cerveira, mais tarde marquez de Ponte de Lima, e Martinho de Mello, entrando para o reino José Seabra da Silva, e para a guerra e estrangeiros Luiz Pinto, futuro visconde de Balsemão. Tanto no *Quadro elementar*, do visconde de Santarem, como na *Historia politica e militar* de Latino Coelho, e na *Historia da Guerra civil*, de Luz Soriano, se fala muito desfavoravelmente de Luiz Pinto ácerca do seu governo, especialmente na situação em que Portugal se viu durante a revolução franceza, que começou logo depois de se ter reorganisado o ministerio em 1788. Os primeiros tumultos do povo, e mesmo a tomada da Bastilha em 1789, não causaram grande influencia em Portugal porém os rapidos progressos da revolução obrigaram seriamente a pensar; a *Gazeta de Lisboa* deixou de falar na França, ou pelo menos dos acontecimentos politicos que se estavam passando, e o governo tratou dos meios de afastar das nossas fronteiras o contagio das novas idéas, e de ser agradavel ao exercito. Decretou-se então que os voluntarios servissem unicamente seis annos, distinguiram-se com varias honras os que occupavam os postos superiores da milicia, foi augmentado o soldo de todos os officiaes e creada a Academia Real de Fortificação e Desenho; em abril de 1790 formou-se na tapada da Ajuda um campo de manobras em que, sob o commando do general Vallcré, se exercitou uma brigada de infantaria, e em setembro do mesmo anno se realisou um novo acampamento na Porcalhota, commandado pelo conde de Oeynhausen, no qual se reuniram para manobras duas brigadas de infantaria, uma de cavallaria e alguma artilharia. A 15 de novembro do referido anno de 1790 se decretou nova organisação da artilharia e infantaria, e se creou uma guarda do corpo, que foi alojada perto do palacio d'Ajuda, sendo os officiaes todos escolhidos na mais alta nobreza. D'este modo se ia preparando o governo portuguez para resistir a quaesquer tentativas revolucionarias, que se manifestassem no paiz. A 26 de setembro de 1793 assignou-se em Londres o tratado de mutuo auxilio entre Portugal e a Inglaterra, sendo plenipotenciarios D. João de Almeida Mello e Castro e lord Grenville. A convenção com a Hespanha foi firmada em Madrid, a 15 de julho do referido anno de 1793. A situação de Portugal cada vez se tornava mais critica. A Inglaterra aproveitava o auxilio da nossa força naval no bloqueio das costas francezas, mas não protegia as nossas; a Hespanha escarnecia de nós, e quando Luiz Pinto pedia os soccorros estipulados pelos antigos tratados, os mesmos que ella invocou para lhe mandarmos uma divisão ao Roussillon, respondia primeiro com evasivas, e por fim com uma negativa terminante. A 23 de fevereiro de 1798 officiava o nosso ministro dos estrangeiros ao representante portuguez em Londres, mostrando-lhe a necessidade que o governo de Lisboa tinha de ser auxiliado pela Inglaterra, com um subsidio de 600:000 libras esterlinas para fazer face ás despezas da guerra; mas a resposta foi que o gabinete inglez não só não podia dar dinheiro, nem armas, nem soldados, mas que se via até obrigado a retirar de Portugal tres dos regimentos que entravam nas pequenas forças, que tinham vindo no anno anterior. Sempre hesitante, sempre irresoluto, inclinando-se ora para a Hespanha, ora para a França ou para a Inglaterra, Luiz Pinto conseguiu sómente que Portugal se encontrasse inteiramente só, no meio da situação tristissima em que se envolvêra, e assim deu causa aos terriveis desastres que soffreu a nossa patria nos primeiros annos do seculo XIX. A Hespanha declarava que tinha grandes desejos de vêr celebrada a paz entre Portugal e a republica franceza, mas a sua verdadeira intenção era fazer guerra a Portugal. Trocaram-se muitas notas diplomaticas entre as côrtes hespanhola e portugueza, e as respostas de Luiz Pinto deram resultado á formal declaração de guerra no dia 2 de março de 1801. Tratou o nosso governo de activar os preparativos militares, indispensaveis para repellir o aggressor na entrada; da triste situação em que se encontravam n'essa epoca o nosso exercito e as nossas praças, era ainda culpado Luiz Pinto, porque, tendo estado incumbido da pasta da guerra desde a sua entrada para o ministerio, só a deixára ao duque de Lafões, quando, a 6 de janeiro de 1801, o principe regente deu nova organisação ao gabinete. N'essa organisação foi Luiz Pinto encarregado da pasta do reino, ficando a dos estrangeiros confiada a D. João d'Almeida Mello e Castro, mas como este diplomata estava em Londres, e ali se conservou até fins de junho, Luiz Pinto continuou a dirigir a nossa politica externa até essa data, e, n'essa qualidade, foi quem negociou o humilhante tratado de Badajoz, que poz termo á vergonhosa campanha de 1801 Desde então, a vida politica de Luiz Pinto limitou-se á gerencia dos negocios do reino, até que, pela exoneração de D. João d'Almeida, voltou a dirigir a secretaria dos estrangeiros, mas por pouco tempo, porque, adoecendo gravemente, veiu a fallecer em 1804. O principe regente D. João concedeu-lhe o titulo de visconde de Balsemão, de juro e herdade, dispensada duas vezes a Lei Mental, por decreto de 14 de agosto de 1801. O brazão fôra concedido a Luiz Pinto, filho de Alvaro Pinto, e bisneto de Pero Vaz Pinto, todos fidalgos; dado em Lisboa a 3 de junho de 1514. E' o seguinte: Um escudo; em campo de prata cinco crescentes vermelhos em aspa. Timbre, um leão de prata com a lingua e unhas vermelhas, tendo na espadua um crescente. O visconde de Balsemão escreveu: *Memoria sobre a descripção physica e economica do logar da Marinha Grande*, inserto no tom. V das *Memorias economicas da Academia Real das Sciencias; Ecloga á morte d'uma dama*, escripta em 131 versos hendecasyllabos soltos. Attribue-se-lhe a traducção em verso solto do poema *Arte da Guerra*, de Frederico II, rei da Prussia.

Balsemão *(Vasco Pinto de Sousa Coutinho, 4.º visconde de)*. Fidalgo da Casa Real, par do reino por carta regia de 5 de março de 1853, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara, em sessão de 7 de março do referido anno; do conselho da rainha D. Maria II; 23.º senhor dos morgados de Balsemão, e Sá, e das casas de Toens e Leomil, 12.º senhor do morgado de Corcixas e da casa da Ermigeira; commendador da ordem de N. S.ª da Conceição; cavalleiro de Devoção da ordem de S. João de Jerusalem, em Portugal; coronel do regimento de milicias da Maia, socio do Conservatorio dramatico de Lisboa, etc. N. a 22 de outubro de 1802, fal. a

23 de dezembro de 1862. Era filho do 2.º visconde de Balsemão, Luiz Maximo Alfredo Pinto de Sousa Coutinho, e de sua mulher, D. Maria Rosa Alves Brandão Perestrello de Azevedo; irmão do 3.º visconde, a quem succedeu no titulo e casa. Assentou praça de aspirante de marinha em dezembro de 1822, embarcou em 1823 e em 1824, nas fragatas *Perola*, e *Princeza Real*. No anno de 1825 passou como cadete para o regimento de cavallaria n.º 7, sendo despachado alferes no anno seguinte. Serviu na campanha contra os absolutistas ás ordens do general José Correa de Mello. Em 1828 foi nomeado coronel das milicias da Maia, e, emigrando para França, publicou em Paris, no anno de 1832, um volume com o titulo: *Memorias sobre algumas antigas Côrtes portuguezas, extrahidas fielmente de manuscriptos authenticos da Bibliotheca Real de Paris*. Regressando á patria, serviu ás ordens do marechal Saldanha, desde 10 de outubro de 1833 até á convenção de Evora-Monte. Foi depois nomeado bibliothecario-mór interino da Bibliotheca Publica de Lisboa, em 8 de abril de 1834, passando a effectivo em 12 de julho do referido anno; em 22 de março de 1843 teve transferencia para a Bibliotheca do Porto, logar que não acceitou, sendo exonerado em julho de 1844. Nomeado em dezembro de 1845 secretario da legação em Madrid, exerceu aquelle honroso cargo desde fevereiro de 1846 até egual mez do anno seguinte; e depois como encarregado de negocios na mesma côrte, desde 26 de novembro até 12 de abril de 1848. Promovido a esta graduação diplomatica na côrte d'Austria, ali serviu desde 24 de abril de 1849 até 31 de julho de 1851, e, a seu pedido, foi collocado na disponibilidade em 19 de julho de 1852, com as honras de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. A verificação do titulo foi-lhe concedida por decreto de 23 de dezembro de 1851. O visconde de Balsemão casou com D. Maria da Penha Perestrello da Costa Sousa de Macedo, condecorada com a ordem soberana de S. João de Jerusalem, em Roma, filha de João de Perestrello de Amaral Ribeiro de Vasconcellos Fernandes e Sousa, fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador do Fôrno dos Cêstos da villa de Setubal, na antiga ordem de S. Thiago da Espada; senhor do morgado da Quinta do Espanhol, situada na antiga provedoria de Torres Vedras; coronel do regimento das milicias de Setubal; e de sua mulher, D Anna Joaquina da Costa de Sousa de Macedo, filha dos 2.ºˢ viscondes de Mesquitella. No *Annuario historico e diplomatico*, de A. Valdez, a pag. 55, fala-se ácerca do 4.º visconde de Balsemão.

Balsemão. Rio na prov. da Beira Alta. Nasce na serra de Monte-Muro, a 24 k. de Lamego. Junta se depois aos rios Tavora e Baroza, e vae desaguar no Douro. O seu antigo nome era *Unguio;* toma diversos nomes das povoações por onde passa: *Portarouca*, *Penude*, *Margueja*, *Bigorne*, *Arneiroz*, mas, além d'estes, tem o de *Balsemão*, por ter a sua foz proximo do logar assim chamado. O rio corre impetuoso por entre penhascos, cria peixe saboroso, tem margens muito ferteis e cultivadas, e faz mover alguns moinhos. E' atravessado por 4 pontes; uma nos arrabaldes de Lamego, e as outras nos sitios de *Lamelas*, das *Dornas*, e da *Portarouca*. Antigamente era coutado em alguns sitios, e só certos senhores podiam n'elle pescar. || Logar ou aldeia na freg. da Sé e conc. de Lamego, distr. de Vizeu. E' proximo á foz do rio Balsemão, convizinho do ponto onde elle entra no rio Tavora. Está aqui situado o solar dos srs. viscondes de Balsemão, vasta propriedade com residencia apalaçada, tendo sido instituidor do morgado d'esta familia D. Affonso, bispo do Porto, nascido em Balsemão. || Pov. na freg. de S. José, de João Antão, conc. e distr. da Guarda. || Quinta na freg. de S. Thiago, de Sande, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Balsemão Rodrigues *(Helena)*. Actriz muito estimada. Nasceu no Porto, em 1850, fal. n'esta mesma cidade, em 21 de fevereiro de 1903. O seu debute coincidiu com o da distincta actriz Virginia; realisou-se no theatro do Principe Real de Lisboa, em 1866, com a comedia em 2 actos *Mocidade e honra*. Sendo bem recebida do publico, passou para o Gymnasio, onde representou nas comedias: *Nem Cesar nem João Fernandes* e *Thesouro do tio Jacob*. Mais tarde esteve no theatro de D. Maria, de que era então commissario regio e ensaiador o dr. Luiz da Costa Pereira, e ali entrou, entre outras, nas seguintes peças: *Egas Moniz*, *Alfageme de Santarem*, *Côrte na aldeia*, *Amores de Leão*, e *Favorito da favorita*. Em 1870 partiu para o Porto, contratada pelo emprezario do theatro Baquet, Moutinho de Sousa, e ali esteve até 1874, anno em que partiu para o Brazil, a convite do actor José Antonio do Valle. Fez a sua estreia no theatro de S. Luiz, do Rio de Janeiro, no drama *Apostolos do mal*, sendo muito applaudida. Os seus principaes papeis eram nas *Duas orphãs*, *Judia*, *Morgadinha de Valflor*, *Mantilha de renda*, *Filha unica*, *Demi-monde*, *Dalila*, *Sergio Panine*, etc. Fez-se então empresaria, e, n'essa qualidade percorreu as primeiras cidades do Brazil, obtendo bom exito de interesses e de applausos. Tendo engordado extraordinariamente, sentia-se fatigada, e só se encarregava de alguns papeis de damas centraes. Em 1887 casou em Manaus com o actor Eduardo Rodrigues. Deixando depois o theatro, estabeleceu-se na cidade de Mocóca, do estado de S. Paulo, com uma loja de tabacos e loterias, de que viveu nos ultimos annos, antes do seu regresso ao Porto, onde falleceu.

Balsinha. Horta na freg. de Santa Catharina, conc. da Vidigueira, distr. de Beja. || Monte na freg. de Sant'Anna, conc. de Portel, distr. de Evora.

Baltar *(Gaspar Ferreira)*. Proprietario do jornal portuense *O Primeiro de Janeiro*. N. em Baltar, conc. de Penafiel, a 26 de outubro de 1824, fal. no Porto a 29 de junho de 1899. Dedicando-se desde muito novo á carreira commercial, estava fazendo tirocinio na cidade do Porto, quando em 1845, um seu irmão, estabelecido no Brazil, o mandou chamar. Partiu então para as terras de Santa Cruz, e pouco tempo depois começou a negociar por conta propria, entregando-se a varios ramos do commercio, especialmente de vinhos, o que lhe alcançou abundantes meios de fortuna. Em 1867, contando 43 annos de edade, regressou á patria. Sempre activo no trabalho, Gaspar Baltar dedicou-se á politica, em que adquiriu bastantes relações, sendo sempre muito affecto ao partido reformista, e depois ao progressista. Em 1868, os partidarios do bispo de Vizeu, D. Antonio Alves Martins, o incitaram

para fundar um jornal de combate, e formou-se então *O Primeiro de Janeiro*, que assignala e perpetúa o movimento popular d'aquelle anno, movimento conhecido pela *Janeirinha*. Na consolidação d'esta empresa mais uma vez se accentuou o seu genio trabalhador e infatigavel actividade. Luctando com muitos obstaculos, que sempre apparecem em tentativas jornalisticas, e vendo-se já no desembolso de importantissimas sommas empregadas na manutenção do jornal, para que a sua bolsa sempre estava aberta, Gaspar Baltar propoz aos seus socios e redactores, que ficassem com a empresa, pagando o dinheiro dispendido, ou então que desistissem, deixando-o a elle só e exclusivamente como emprezario. No fim de certas negociações, Baltar ficou sendo o unico proprietario. O jornal tornou-se então, além de politico, que era, litterario e noticioso. Baltar deu provas d'uma energia e d'uma orientação notaveis. Depois de muito trabalho e de grande propaganda a que elle proprio procedeu, conseguiu que o jornal fôsse muito procurado, augmentasse consideravelmente a venda, e apresentasse todos os dias numerosos annuncios, tornando-se muito popular e o mais importante jornal do norte do paiz. Baltar não era homem de letras, mas um espirito lucidissimo, um caracter integerrimo, uma vontade pertinaz. Sabia escolher os redactores, diminuir-lhes os enthusiasmos partidarios, de fórma que não affectassem a opinião geral. Não publicava artigos alguns politicos, sem os sujeitar á sua critica do bom senso, alterando-os como entendia conveniente, de combinação com os seus autores. No *Primeiro de Janeiro* teem escripto jornalistas muito distinctos, taes como Latino Coelho, Antonio Ennes, Emygdio Navarro, Thomaz Bastos, José d'Alpoim, Joaquim Pacheco, João de Oliveira Ramos, Germano Meyrelles, Gualdino de Campos, e outros. Estando no ministerio alguns dos seus amigos, intentaram agracial-o com diversas mercês, commendas, arminhos de par, ou com um titulo, porém Gaspar Baltar foi sempre inflexivel em recusar essas distincções respondendo que o seu unico titulo era o de *Baltar do Primeiro de Janeiro*, como lhe chamavam, porque fôra elle quem o creara, e não o trocava por outro. Com o rendimento do jornal conseguiu augmentar os bens de fortuna. Na freguezia de Baltar alargou a pequena quinta onde nascera, tornando-a uma das melhores do concelho. Chegou a ser maior contribuinte em Penafiel, Paredes e Porto. Era casado com a sr.ª D. Margarida Baltar, de quem teve um filho, o dr. Gaspar Baltar, que era co-proprietario do jornal. Falleceu com 76 annos de edade, e a sua morte foi muito sentida. O sr. Joaquim Pacheco era seu socio na empresa do jornal e na das aguas de Entre-os-Rios. Todos o jornaes lhe prestaram as maiores homenagens, publicando artigos elogiosos, e alguns d'elles com o seu retrato.

Gaspar Ferreira Baltar

Baltar. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. de Paredes, distr. e bisp. do Porto; 1:566 hab. e 419 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e est. post., permutando malas com a R. A. D. Está situada n'uma campina elevada, d'onde se avistam varias povoações, e fica a 6 k. de distancia da séde do conc. Pertence á Casa de Bragança, e até 1834, os moradores lhe pagavam 2:600 medidas de milho e centeio, 150 almudes de vinho, e muitas gallinhas, linho, etc. A Casa de Bragança tambem apresentava o abbade, o qual tinha a terça parte dos dizimos que, com o pé de altar, andava por 230$000 réis, e as outras duas terças partes eram para as freiras das Chagas, de Villa Viçosa. D. João I deu esta freguezia, Paço de Sousa e Penafiel, em 1386, ao seu vassallo João Rodrigues Pereira, de *juro e herdade, com a jurisdicção civel e crime, e mero e mixto imperio, reservando sómente a correição e alçada*. João Rodrigues Pereira trocou esta honra por Cabeceiras de Basto, com o seu primo, o condestavel D. Nuno Alvares Pereira, e por este motivo é que Baltar passou á Casa de Bragança. Estes documentos acham-se publicados a pag. 287 e seguintes do primeiro volume do *Frei Gonçalo Velho*, pelo sr. Ayres de Sá, Lisboa, 1899. Tinha grandes privilegios, e o mais antigo, fôra dado em 1454 por D. Affonso V, sendo todos confirmados, por D. João V, em 6 de março de 1723. D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 11 de junho de 1515. N'esta freguezia passa uma veia de pedras d'amolar. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 18 com a séde no Porto. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Bico, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santa Maria, de Idães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Pencello, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Baltar de Baixo e **de Cima**. Duas povoações na freg. de S. Pedro e conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Baltar de Cabril. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Castro Daire, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego. A matriz está situada n'um valle. Foi até 1485 convento de freiras, o que ainda mostra pelos claustros que conserva. O bispo do Porto apresentava o vigario, que tinha 16$000 reis em dinheiro e o passal, que é grande e bom. Corre aqui o rio Santarem. Esta freg. é hoje mais conhecida simplesmente, por *Cabril*. *V. este nome*.

Baltaria. Pov. da freg. de S. Bartholomeu, de Villa Chã, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Balte. Logar na freg. de Santo André, de Victorino dos Piães, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello.

Balteira. Logar na freg. de N. S.ª da Graça, de Castello Novo, conc. do Fundão, districto de Castello Branco.

Balteiro. Pov. na freg. de Santa Maria, de Arrifana, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. ||

Pov. na freg. de S. Domingos, de Fontello, conc. de Armamar, distr. de Vizeu. ‖ Pov. na freg. de Santa Maria, de Martim, conc. de Barcellos, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de S. Paio, de Meixedo, conc. e distr. de Vianna do Castello. ‖ Pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. ‖ Pov. na freg. de Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. ‖ Pov. na freg. de S. Salvador de Villar de Andorinho, conc. de V. N.ª de Gaia, distr. do Porto. ‖ Logar na freg. de S. Lourenço, de Calvos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de Santa Maria, de Idães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. ‖ Logar na freg. de S. Julião, de Passos, conc. e distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de S. Miguel, de Paraizo, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de N. S.ª da Expectação, de Souzella, conc. de Louzada, distr. do Porto. ‖ Logar na freg. de S. Paio, de Villar Chão, conc. de Vieira, distr. de Braga. ‖ Quinta na freg. de S. Romão, de Carnaxide, conc. de Oeiras, distr. de Lisboa.

Balter. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Goudar, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Balthazar. Nome d'um mulato que exerceu o logar de porteiro do concelho, em Angra, no tempo em que a ilha Terceira quiz sustentar o partido da independencia nacional, defendendo a causa de D. Antonio, prior do Crato, contra o poderoso monarcha castelhano, D. Filippe. Quando D. Alvaro de Baçam, marquez de Santa Cruz, submetteu a ilha e mandou processar e suppliciar os que elle appellidava rebeldes e traidores, o mulato Balthazar foi uma das victimas porque *fazia pregões e executava as sentenças ordenadas pelo governador e capitão general D. Manuel da Silva, e nos seus pregões proferia palavras muito injuriosas contra sua magestade*, pelo que foi cuforcado e esquartejado.

Baluarte. Obra de fortificação composta de duas faces e dois flancos, constituindo o saliente de uma praça de guerra. O baluarte succedeu á antiga torre da Edade-Média, com que o feudalismo, para defeza dos seus direitos e dos centros de população, reforçava, flanqueando-as, as muralhas dos seus castellos. As torres destinadas a flanquear as fortificações, fôram mais tarde reforçadas por um massiço de terra, para poderem resistir aos fogos de artilharia, quando esta arma principiou a desenvolver uma poderosa acção destruidora. Tambem por essa occasião se lhes deu uma disposição polygonal, muito similhante á fórma hoje classica do baluarte. ‖ Fortificação ligeira, independente de outra ou que não faz parte de outra. Na carta de D. João II, de 9 de janeiro de 1494, lê se: «*Nos apraz... que a .. cêrca e muros .. se nom façam ... e soomente queremos... que se façam alguns balluartes, aquelles que necessarios forem*.» A carta de D. João III, de 11 de setembro de 1542, diz: «*Que na dita çidade do funchall se fezesse hum balluarte cõ huma torre.*» ‖ Fortificação avançada que defende outras com que está ligada. No *Regimento para as obras da fortificação na çidade do funchall ylha da madeyra* (para ahi expedido poucos annos depois de 1506), encontra-se o seguinte, que é interessante: «*Nos cunhaes da ditta fortaleza se farã os tres balluartes como no traço bom hordenados e as praças dos ditos balluartes se faram ao hollyuell cõ ho amdar do muro e se allgun llugar ou de redor se descobrir allgua das praças dos ditos balluartes se lhes cubriram cõ se lleuãtare os peytoris como dito he e todos os peytoris q. se fezere nos ditos balluartes e estancias para frontaria do mar se faram baixos pera por cima deles ha artelharia tyrar pela barba . Todas as paredes q. se fezere na frontaria do mar asy na estãcia q. de novo se ha de fazer como no q, se acreseta na fortalleza e nos balluartes que se fazem de novo ellaborarã a cada cymco pallmos hum pallmo e começarã no pée ẽ grosura de sete pallmos e acabarã ẽ cima é grosura de quoatro pallmos q. he a grosura dos peytoris.*» No *Methodo Lusitano de desenhar fortificações das praças regulares e irregulares*, publicado em 1680, Luiz Serrão Pimentel dá a seguinte definição de baluarte, que Bluteau reproduz no seu *Vocabulario*, em 1712: «Obra avançada do reparo delineada com quatro lados e tres angulos exteriores, além de dois que fórma com as Cortinas.» Moraes, no *Diccionario da lingua portugeza*, publicado em 1789, definiu d'esta fórma: «Obra que se fórma nos angulos da Praça, para defender os muros; com seus lados fórma tres angulos salientes ou vivos; com as cortinas e os dois lados, com que o baluarte se une a ellas, fórma dois angulos reintrantes: os baluartes das Praças irregulares tambem se fazem na cortina, quando os dos angulos não cobrem todo o lanço d'esta.» Em sentido mais lato, baluarte se póde dizer que é o forte socalco de terra amuralhado, ou sómente bem rebatido e enrelvado, pontagudo sobre os angulos salientes do corpo da praça ou fortificação, com faces e flancos de defeza.

Baluarte de Bolôr. Nome de um cabo ou ponta da Africa Occidental; está situado na Guiné portugueza, territorio de negros felupes, na margem esquerda e na barra do rio de S. Domingos. Em 1831 foi este territorio cedido aos portuguezes pelos reis gentios, e, ao que parece, foi n'estas paragens, onde actualmente existe uma povoação portugueza, que se estabeleceu a primeira aldeia que possuimos em Africa no principio dos nossos descobrimentos. Esta aldeia foi transferida para o sitio onde está a de S. Domingos e, posteriormente, para Cacheu. Actualmente no baluarte de Bolôr ha um forte com estacada e artilhado. Na *Descripção e Roteiro da Costa Occidental de Africa desde o Cabo de Espartel até o das Agulhas*, de Alexandre Magno de Castilho, tomo I, pag. 152, trata-se do Baluarte de Bolôr detidamente.

Baluba. Pov. do Muatiânvua, na Africa Central.

Balúga, Balúgas. Termo antigo de borzeguim, borzeguins. No *Elucidario* de Viterbo, lê-se: «Balúgas, o mesmo que Balegões, ou Borzaguins. No foral que el-rei D. Affonso Henriques deu a Celeiros de Panoias, se determina que a viuva que quizer passar a segundas bodas, *Det pro Balugas una cêra*, isto é, tres arrateis e meio de cera, segundo se declara no antigo Censual de Lamego (havendo dito antes que uma *cera* eram tres arrateis e quarta). Livro dos Foraes Velhos, anno de 1160.» V. *Balegões*.

Balugães. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 463 hab, e 100 fog. Tem caixa post. A pov. dista 17 k. da séde do conc. e fica encostada ao monte Caramona. E' tradição que

foi cidade romana, de que ha vestigios, mas ignora-se o nome que teve. No fim da freguezia corre o rio Neiva, que rega, e traz algum peixe. A matriz está em uma baixa; é pequena e muito antiga. O arcebispo de Braga apresentava o abbado, por concurso synodal, que tinha de rendimento uns 300$000 réis. A 15 de agosto ha uma romaria n'esta pov. ao sanctuario ou egreja de N. S.ª Apparecida. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3 com a séde em Vianna do Castello.

Balumohate. Pequena povoação dependente do primeiro *suco*, ou grupo de povoações do reino de Montael, na ilha de Timor, Oceania. Em 1878 esta povoação compunha-se de algumas barracas, em que se abrigavam umas 10 almas.

Balurco. Pov. na freg. de S. Pedro, de Vaqueiros, conc. d'Alcoutim, distr. de Faro.

Balurco de Baixo e de Cima. Duas povoações, na freg. de S. Salvador e conc. de Alcoutim, distr. de Faro.

Balutas. Pov. na freg. de Santo André, de Painzella, conc de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Baluvento *(Quinta do)*. Na freg. de S. João Baptista, de Ribeira, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello.

Baluzal. Logar na freg de Santa Maria, de Infantas, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Revelhe, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Bamba. Pov. na freg. de Santa Maria, de Oliveira, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Logar na freg. de S. Thomé, de Travassós, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Povoação importante da prov. de Angola, distr. do Congo e circumscripção administrativa do Ambrizete, situada perto das cabeceiras do rio Libundo, a meio caminho da pov. de Ambrizete e S. Salvador do Congo, no antigo reino indigena do Sonho. Rico em minerio de cobre, no dizer dos negros da região. Centro de producção do café indigena que afflue aos mercados do Ambriz, Musserra, Ambrizete e Mocula. || Rio na prov. de Angola, que nasce na serra de Canganza e desagúa no Oceano Atlantico. || Territorio (Terras de Bamba), na referida prov. entre o conc. de D. Pedro V e o do Ambriz; produz café, marfim e tabaco. || Prazo da corôa de Portugal na Africa Oriental, prov. de Moçambique, perto de Tete, distr. da Zambezia.

Bambe. Pov. na prov. de Angola, distr. de Loanda. Está situada a O. do rio Blaconda, no Naboangongo, e a 120 k. S. E. do Ambriz. || Rio da prov. de Angola, que nasce no Alto de Libolo, e vae, pela margem esquerda do Cuanza, lançar-se n'este rio.

Bambo. Territorio montanhoso da Africa Occidental, na extremidade S. do distr. de Benguella, prov. de Angola, 238 k. a N. E. da villa de Mossamedes, e 165 k. a S. E. da cidade de S. Filippe de Benguella, capital do distr. E' limitado pelo paiz de Nano e ao S. pelas tribus de Coluquembe e Bichambas. Habita-o a pequena tribu de Mucubal, de trato facil e muito industriosa. Na base das montanhas, e para O E. cortada por muitos braços do rio de S. Francisco ou Copororo, cuja nascente está n'este mesmo territorio, estende-se uma vasta e fertil planicie muito arborisada e cultivada, onde se vêem abundantes plantações de tabaco, café, canna de assucar, ginguba, milho grosso e miudo, arroz e legumes. O clima é saudavel.

Bamboê. Prazo da Africa Oriental, no distr. de Tete, prov. de Moçambique. Está situado para além dos rios Zambeze e Reongue.

Bambolim. Pov. na India, na costa S. da ilha de Gôa, prov., distr., com. e arceb. do mesmo nome, concelho das Ilhas. Está situada a 5 k. da cidade de Nova Gôa, e faz parte da regedoria de Santa Cruz.

Banagouro. Pov. na freg. de S. Martinho, de Villarinho da Samardã, conc. e distr de Villa Real.

Banal. Relativo ou pertencente ao senhorio ou senhor feudal; respectivo, inherente ao seu poderio e privilegios. Dizia-se das cousas immobiliarias, mobiliarias, semoventes, que pertenciam ao senhorio ou senhor feudal, e das quaes os moradores do respectivo territorio estavam em geral obrigados a exclusivamente servirem-se, mediante certa contribuição prestabelecida e obrigatoria. Os direitos banaes consistiam no privilegio que sómente os senhores de terras, seculares ou ecclesiasticos, gozavam de ter fórnos lagares, azenhas, moinhos, barcas de passagem e outras obras similhantes, chegando até este exclusivo a estalagens e boticas, de que todos os moradores do territorio senhorial ou forasteiros eram obrigados a servir-se, mediante paga, da qual, embora modica, o senhorio deduzia valiosos proventos, com grande vexame para os povos. Uns d'estes direitos eram conferidos nas cartas de doação, outros eram abusivamente estabelecidos pelos donatarios, e aquelles mesmos eram ampliados pelos senhorios; e, porque estes não tinham competidores nem repressão efficaz, a tudo isto accrescia o serem os povos pessimamente servidos n'esses estabelecimentos banaes, para cuja construcção e conservação eram compellidos a cooperar com trabalho e material, além da taxa que pagavam. Assim, os direitos banaes fôram dos mais odiosos flagellos que soffriam os habitantes das terras senhoriaes. No intuito de obstar ás usurpações commettidas pelos donatarios, os monarchas D Sancho I, D. Affonso II, D. Affonso III, D. Diniz e D. Affonso IV, mandaram proceder a investigações em todo o reino; depois, por leis d'el-rei D. Fernando, nas côrtes de Athouguia, em 1372, foi muito cerceado o poderio dos donatarios e definitivamente marcada a jurisdicção d'estes. A instituição dos concelhos os seus respectivos foraes, bem como as justiças reaes, isto é, os magistrados de nomeação régia, muito contribuiram para alliviar os povos da oppressão senhorial; comtudo, os direitos banaes, mantiveram-se mais ou menos, conforme a importancia e valimento de cada senhor, porque, ao passo que as prerogativas politicas do povo eram ainda muito informes e irregulares; ao passo que, não todas, senão certas cidades e villas mandavam seus procuradores ás côrtes como graça especial; o poder aristocratico preponderava por tal maneira, que os districtos não de directo senhorio régio ou de algum donatario, viam se na dura necessidade de solicitar, como grande mercê, o eleger, em conselho com os juizes, os officiaes e homens bons, um magnate que os defendesse, e como que lhes désse importancia politica, constituindo assim um gremio de governação

particular, a que foi dado o nome de *Behetria* (V. *este nome)*. Em 1446, sendo regente o infante D. Pedro na menoridade de D. Affonso V, fôram publicadas as *Ordenações affonsinas*, no livro II, tit LXIII, das quaes foi compilada a supra citada lei das côrtes de Athouguia, reguladora da jurisdicção dos donatarios e cohibitiva dos seus abusos; mas os direitos banaes não eram directamente comprehendidos n'estas providencias, e, na sua obscuridade, continuavam a subsistir. Na carta de 8 de maio de 1440, pela qual o infante D. Henrique doou a Tristão Vaz a capitania de Machico, ilha da Madeira; na de 1 de novembro do referido anno, com que o infante doou a Bartholomeu Perestrello a capitania da ilha do Porto Santo, e na de 1 de novembro de 1450, pela qual doou a capitania do Funchal a João Gonçalves Zarco, lêem-se concessões, em que lhes são reservados todos os moinhos, fornos, sal e as serras d'agua; isto é, machinas de serragem de madeiras, que eram movidas a agua. O proprio infante D. Henrique teve o exclusivo das saboarias, quer dizer, do fabrico e venda do sabão, concessão feita directamente pelo rei. D. João II, que supplantou a ordem da nobreza e a despojou de muitas das suas principaes prerogativas, que chamou a exame as doações regias e muito as cerceou, tambem cohibiu pelo menos os abusos no exercicio d'aquelles direitos, ao mesmo tempo que ampliou a acção das justiças reaes. No reinado de D. Manuel foi feita a reforma dos antigos foraes, que desde então perderam quasi toda a importancia, ficando reduzidos a reger apenas em materia de prestação e de privilegios locaes. A nobreza, decahida da sua antiga preeminencia politica, devotada ás honorificas e rendosas preeminencias palacianas, adormeceu no regaço da ociosidade, julgando perpetuar com os morgados, que instituiu nas terras de que se retirou, a vida de honrarias e prazeres, em que tanto folgava. N'estas circumstancias, os direitos banaes, não extinctos, mas attenuados nos novos titulos foraleiros e relaxados pelas novas tendencias da fidalguia, tomaram tambem direcção analoga á dos senhores de quem eram. Continuaram a subsistir, é certo, como os demais privilegios nobiliarios, mas, de odiosos que eram, fôram-se tornando cada vez mais impossiveis, por effeito, além de outras causas, da sua propria degeneração. A revolução de 1820, que, no artigo 145 § 15 da constituição promulgada em 1822, aboliu todos os privilegios que não fôssem essencialmente ligados aos cargos por utilidade publica, aboliu tambem, especialmente, os direitos banaes pela carta de lei de 5 de abril de 1821. A contra revolução absolutista compellida pela irritação popular e geral contra taes direitos, annulando quasi todas as leis liberaes, viu-se na necessidade de confirmar essa pelo alvará de 5 de junho de 1824 § 5. Depois, a Carta Constitucional de 1826, no artigo 145 § 15, reproduziu a supra transcripta disposição da constituição de 1822; foi promulgado, no mesmo sentido, o decreto de 13 de agosto de 1832; e, finalmente, a lei de 22 de junho de 1846 deu o derradeiro e definitivo golpe, estatuindo peremptoriamente, no artigo 3.º «Fica subsistindo a extincção de todos os direitos banaes»; e no artigo 4.º § unico: «Ficam extinctos os direitos banaes.» D'estes direitos resta apenas remoto vestigio nas *barcas de passagem* dos rios. Taes barcas deixaram de ser de privilegio senhorial e ficaram direito real por lei de D. Duarte, que foi incluida nas *Ordenações Affonsinas*, II, XXIV, e tambem veem nas *Ordenações Manuelinas*, II, XV. II, assim como nas *Ordenações Filippinas*, II, XXVI, 12. Pela lei de 29 de maio de 1843, artigo 1.º, passaram a pertencer ás municipalidades, dentro de cujos limites estivessem estabelecidas sobre os rios que cortam as estradas de qualquer concelho, e não comprehendidas no systema geral de communicações a cargo da inspecção geral das Obras Publicas.

Banana. Rio da Africa Occidental, que desemboca na bahia de Fume. Na sua foz tem 3 m. de fundo.

Banatica. Pov. na freg. de N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa.

Banca. Logar na freg. de N. S.ª do Ó, de Paião, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Bancal. Panno com listas de varias côres, de origem ou de gosto escocez, que era cobertura de mesas e de bancas, etc. Em meado do seculo XV eram usados pannos d'esta especie como coberturas de mesas e de bancos nos paços dos nossos reis, como se deduz do seguinte trecho d'uma carta datada de 22 de março de 1452, e escripta de Roma a D. Affonso V por Lopo d'Almeida, em que refere ao rei a solemnidade do casamento da infanta D. Leonor, ali celebrado com o imperador Frederico III. Alludindo á mesa, onde estava o imperador, diz: «Na mesa não era posto bancal ou alcatifa, senão as toalhas sobre a taboa e parecia ella bem descoberta d'aquella parte donde não chegavão as toalhas, nem nos bancos havia bancaes.. estes homens sam barbaros bestiaes.» *Provas da Historia Genealogica*, I, 639. Em meado do seculo XVII, ainda o bancal era estofo empregado pela aristocracia. Bento Pereira, no *Thesouro da lingua portugueza*, publicado em 1646, dá esta definição: «tapeçaria com que se alcatifavam os assentos, os degraus, etc.» Porém, no primeiro quartel do seculo XVIII, quando sahiu o *Vocabulario*, de Raphael Bluteau, já o bancal havia descido de objecto de luxuosa ornamentação palaciana a tecido de uso popular, como se mostra pela definição que elle dá: «Panno com que a gente baixa costuma cobrir os bancos, e os caxões que tem em casa. Ha bancaes azues, grandes, e pequenos, bancaes de Miranda, e de Carrapichana » Estes ultimos, aos quaes tambem se dá o nome *bancôas* (accrescenta no supplemento do referido *Vocabulario)* «são huas cuberturas de lãa com listras de varias côres, e se chamão de Carrapichana, porque dizem se principiarão a fazer em lugar assim chamado » a que não soffre duvida, é que os bancaes fôram, desde a Edade-Media até ao decurso do seculo XVII custosas coberturas ou alcatifas de ornamentação palaciana, de fabrico excepcional, talvez importados primitivamente da Escocia, decahindo depois em estofo ordinario, tecido na Asia e em diversos logares de Portugal, e de que a gente de baixa condição se servia para usos analogos aos antigos.

Bancarrota. Na Italia, d'onde nos vieram muitas das praticas e termos commerciaes, *bancarrota* designa a *banca quebrada*, alludindo a que cada negociante tinha a sua banca ou banco situado na praça, e que se elle fallia, faltando aos seus pagamentos, o banco lhe era quebrado

pelos crédores irritados. Nas finanças de um Estado entende-se por *bancarrota* o não poder este satisfazer integralmente aos seus encargos, e em especial aos da divida publica; havendo por conseguinte a cessação total ou parcial da satisfação d'esses encargos. Uma das mais antigas bancarrotas de que falam os nossos historiadores, é a que se deu no tempo de D. Sebastião, occasionando a suspensão do pagamento dos juros assentados na Casa da India. Sob a dominação filippina esteve o thesouro publico n'uma verdadeira fallencia permanente, reduzindo-se os juros e suspendendo se o seu pagamento. No tempo de D. João V, apezar das riquezas brazilicas, estavam atrazados os pagamentos e mais de uma vez se reduziram os juros. Depois, com o papel-moeda tambem se deu mais de uma bancarrota. Na mudança do regimen absoluto para o liberal tambem faltaram recursos á fazenda publica para que se desonerasse dos seus compromissos. Em 1846 juntou-se á crise financeira a revolução, levando-nos as circumstancias á conversão geral da divida em 1852. As deducções nos juros de 3 por cento começaram no 2.º semestre de 1880 sob o euphemismo de *imposto de rendimento*. No 2.º semestre de 1891 augmentou este de 3 a 30 por cento para a divida interna, e os juros da divida externa passaram por decreto de 13 de junho de 1892 a ser pagos por um terço com um *bonus*, ou supplemento, dado pelo excesso das receitas alfandegarias. Com a ultima conversão de 14 de maio de 1902, e em conformidade do decreto de 9 de agosto do mesmo anno, compoz-se Portugal com os seus crédores externos, e legalisou a sua situação financeira que n'aquelle anno de 1891 attingira quasi a bancarrota. V. *Divida publica*.

Banco. No sentido commum, antigo e actual, *banco* designa uma alfaia feita de madeira, de pedra ou de ferro, consistindo n'uma superficie plana superior, firmada sobre *pés*, ou hastes lateraes, com ou sem encosto. Este movel é frequentemente citado nos documentos e representou um papel importante como indicador das preeminencias, categorias, etc. das pessoas que n'elle se assentavam. Nos paços dos nossos reis, nos seus conselhos e tribunaes, as diversas dignidades tinham banco especial, de madeira e sem encosto, guardando-se na altura e na distancia do logar do soberano as categorias e graduações. Havia os bancos compridos, para muitas pessoas de egual condição, e os bancos triangulares e quadrados para uma só pessoa. Ainda para distinguir os bancos havia as alcatifas e outros estofos com que se forravam. Antigamente, nos actos publicos só se sentavam em cadeiras o rei e o principe; os infantes tinham um banco especial, que depois tomaram por distinctivo em signal da sua precedencia aos mais fidalgos e nobres do reino (V. *Banco de pinchar*). Os antigos procuradores das cidades e villas tomavam assento em bancos nas côrtes, em gradual precedencia, conforme os privilegios das respectivas cidades e villas. No *Mappa de Portugal*, de Baptista de Castro, vem a seguinte relação dos bancos das côrtes e nomes das terras que em cada um eram representadas:—1.º Porto, Evora, Lisboa, Coimbra, Santarem, Elvas; — 2.º Tavira, Guarda, Vizeu, Braga, Lamego, Silves; — 3.º Lagos, Faro, Leiria, Beja, Guimarães, Extremoz, Olivença;— 4.º Portalegre, Bragança, Thomar, Montemor-o-Novo, Covilhã, Setubal, Miranda; — 5.º Ponte de Lima, Vianna, Foz do Lima, Villa Real, Moura, Montemor-o-Velho; — 6.º Cintra, Torres Novas, Alemquer, Obidos, Alcacer, Almada; — 7.º Niza, Torres Vedras, Castello Branco, Aveiro; — 8.º Mourão, Serpa, Villa do Conde, Trancoso; — 9.º Aviz, Arronches, Pinhel, Abrantes, Loulé; — 10.º Alter do Chão, Freixo de Espada á Cinta, Valença, Mourão, Alegrete; — 11.º Castello Rodrigo, Castello de Vide, Penamacor, Marvão, Certã; — 12.º Crato, Fronteira, Monforte, Veiros, Campo Maior; — 13.º Caminha, Torre de Moncorvo, Castro Marim, Palmella, Cabeço de Vide; — 14.º Barcellos, Coruche, Monsanto, Gravão, Panoias, Ourem; — 15.º Arraiollos, Ourique, Albufeira, Borba, Portel: — 16º. Athouguia, Monsaraz, Villa Viçosa, Penella, Santiago do Cacem;—17.º Vianna do Alemtejo, Villa Nova da Cerveira, Porto de Moz, Pombal, —18.º Alvito, Mertola. Como se vê d'esta relação, que não é completa pois falta pelo menos a cidade do Funchal, havia dezoito bancos nas antigas côrtes.

Banco. Na accepção commercial o termo *banco* provém de que na edade-média os cambistas faziam os seus trocos e operações ao ar livre, nas praças publicas, sentados n'um banco, ou deante de uma banca, onde expunham as moedas e valores sobre que transaccionavam. Ao cambio, ou troco de numerario, agregaram-se com os tempos outras operações, o desconto, o deposito, etc. constituindo o nucleo da instituição bancaria. Mas o cambio persistiu nos mercadores de moeda os *cambistas*, e os bancos deixaram de principalmente se dedicar a essa operação. O primeiro banco que houve em Portugal, data de 1822 e todavia já no seculo XIV se iniciara no Algarve uma especie de banco maritimo, e as Misericordias, instituidas no seculo XV, eram uns rudimentos de bancos agricolas. A antiga legislação das *Ordenações* apresenta varias disposições relativas a operações commerciaes de natureza bancaria. O alvará de 26 de junho de 1655 dá-nos noticia da primeira tentativa para a instituição de um banco em Portugal, devida ao irlandez Diogo Preston. Este alvará está no *Liv. V das leis*, na Torre do Tombo, fol. 3 v. e tem referencia a outro alvará, que não se conhece. Todavia o projecto não foi por deante, como affirmam alguns escriptores. Só depois da revolução de 1820 é que nas côrtes constituintes se legislou a creação do *Banco de Lisboa* (V. *este nome*). Tem a data de 31 de dezembro de 1821 a respectiva lei. Outros bancos particulares anonymos se constituiram depois (V. *Banco de Portugal*). Em 1835 já existia o Banco Commercial do Porto, quando no periodo de 1856-1861 se fundaram na mesma cidade outros bancos. Com a promulgação da lei de 13 de junho de 1863 sobre as sociedades anonymas brotou um verdadeiro enxame de credito mui especialmente no norte do paiz. Na bibliographia bancaria portugueza pódem indicar-se alguns trabalhos de valor, a par d'um grande numero de relatorios dos diversos bancos, por elles publicados: *Relatorio e documentos da commissão de Inglaterra ao Banco de Portugal, Lisboa, 1849; Projecto de um banco de soccorro e seguro mutuo*, por Silvestre Pinheiro Ferreira, Paris, 1836; *Ensaio sobre o estabelecimento de bancos*, por José da Silva Lisboa, Rio de Janeiro, 1811; *Dos bancos ruraes* por S. Pinheiro Ferreira, Lisboa, 1843:

Do *Banco de Lisboa*, por José Ferreira Borges, Lisboa, 1827; O *Banco de Portugal* por Carlos Morato Roma, Lisboa, 1852; *Os bancos e os principios que seguem a emissão e circulação de notas*, por Antonio José Pereira Serzedello Junior, Lisboa, 1867; *Breves reflexões sobre a crise bancaria*, por José Joaquim Rodrigues de Freitas, Porto, 1864; *Estudos bancarios*, por Luciano Cordeiro, Lisboa 1873; *Mappas do movimento dos bancos, 1872-1881*, publicado pelo ministerio das Obras Publicas, Lisboa, 1883; *A circulação fiduciaria*, por J. P. Oliveira Martins, Lisboa, 1883; o artigo *Banco* do *Diccionario Universal Portuguez*, por Oliveira Martins, Lisboa, 1886, etc., etc. Os grandes bancos portuguezes, pela sua importancia, teem artigos especiaes n'este diccionario; os outros vão indicados nas terras onde estão as respectivas sédes. V. *Lisboa (Bancos de)*, *Porto*, etc.

Banco. Pov. na freg. de S. Martinho, de Aguas Sautas, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Banco Hypothecario. V. *Credito Predial Portuguez (Companhia Geral de)*.

Banco de Lisboa. Foi este banco creado por carta de lei de 31 de dezembro de 1821. Deve-se a sua instituição ás côrtes extraordinarias constituintes. O deputado Soares Franco apresentou em sessão de 30 de julho de 1821 uma proposta para que em Lisboa se organisasse aquelle banco, que seria independente do governo. Na sessão de 5 de outubro o deputado Ferreira Borges expoz á camara o estado lastimoso a que se achava reduzido o desconto do papel-moeda concluindo por pedir providencias ao governo para remediar esse afflictivo estado. Na sessão do dia 11 a commissão de fazenda apresentou o seu parecer sobre o desconto e amortização do papel-moeda, lembrando o alvitre de se estabelecer um banco nacional de descontos. Na sessão do dia 12 o ministro da fazenda, José Ignacio da Costa, propoz a creação de um banco de deposito, ao qual se attrahiria o papel-moeda pelo juro de 5 ou 6 por cento. Por ultimo, em sessão de 7 de dezembro, o secretario da meza fez a leitura d'uma proposta apresentada pela commissão de fazenda para a organização do *Banco Publico Nacional*, e na sessão do dia 13 foi a proposta approvada, com a modificação do titulo para *Banco de Lisboa*, devendo este ter a existencia de vinte annos, e não sendo permittido que em Portugal se creasse outra casa bancaria com privilegios similhantes. Poucos mezes depois foram nomeados pelas côrtes os organisadores do *Banco de Lisboa*, ou inspectores, recahindo a nomeação nos capitalistas José Bento do Carmo, Antonio Francisco Machado e Joaquim da Costa Bandeira. Em 2 de fevereiro de 1822 foi nomeada a primeira direcção, constando dos seguintes individuos: presidente, barão de Porto-Covo; vogaes, Manuel Gonçalves Ferreira, Antonio Esteves Costa, José Bento de Araujo, Jacintho José Dias de Carvalho, João Rufino Alves Basto, Pedro de Sousa, Fernando Cardoso Maia e Antonio Francisco Machado. A 20 do referido mez fechava-se a subscripção e em 20 de agosto deu o Banco começo ás suas operações. Os actos legislativos e outros da fundação e installação d'este banco fôram compilados n'um folheto bastante raro, com o titulo seguinte: *Regulamento d. Banco de Lisboa precedido das leis, officios do presidente da assembléa geral, e resolução das côrtes respectivas ao mesmo banco, Lisboa, 1822*. Com a contra-revolução de 1823 foi necessario ao Banco de Lisboa que D. João VI, por sua lei de 7 de junho de 1824, o rehabilitasse tomando-o sob a sua immediata protecção, como instituição de origem liberal, que era. Logo no primeiro anno da sua existencia teve o banco transacções com o Estado. Por ordem de 26 de setembro de 1822 foi autorisado a descontar as rendas publicas, cujo vencimento não excedesse a um anno, pelo premio de 5 por cento. Das complicações que successivamente originaram os negocios com o Estado, resultaram para o Banco de Lisboa os decretos de 19 e 21 de novembro de 1846, pelos quaes fôram reunidos o seu activo e passivo com os da *Companhia Confiança Nacional*, formando estes dois estabelecimentos bancarios um unico com o nome de *Banco de Portugal*, incorporação e denominação que fôram confirmadas pela carta de lei de 16 de abril de 1850. Na vigencia da lei de 7 de junho de 1824, como nas anteriores, as notas do Banco de Lisboa fôram consideradas e recebidas em todas as estações publicas ou da fazenda real como moeda metallica, sem que os crédores do Estado ficassem obrigados a recebel-as em pagamento dos respectivos creditos; as acções do mesmo banco não podiam ser sequestradas nem penhoradas, mas sómente negociadas com averbamento, o que tudo representava grandes privilegios.

Banco Nacional Ultramarino. A fundação e os estatutos d'este banco fôram approvados por lei de 16 de maio e decreto de 12 de agosto de 1864. Fôram seus fundadores Antonio José de Seixas, Antonio Maria Barreiros Arrobas, Antonio Thomaz Pacheco, Archibaldo Turner, Augusto Frederico Ferreira, Eduardo Cairus, Francisco Isidoro Vianna, Francisco de Oliveira Chamiço, Flamiano José Lopes Ferreira dos Anjos, João Gomes Roldan e Luiz Jacintho Soares. Só por decreto de 22 de julho de 1875 foi reconhecida a constituição do Banco Nacional Ultramarino, visto que só então entrara nos seus cofres a quinta parte do valor correspondente ao seu capital. O fim principal d'este banco é auxiliar o commercio, as industrias e promover os melhoramentos materiaes no continente do reino, e especialmente nas nossas colonias ultramarinas, conforme o seu titulo indica, para o que tem as filiaes e agencias seguintes no ultramar: Benguella, Bolama, Inhambane, Loanda, Lourenço Marques, Macau, Moçambique, Mossamedes, Nova Gôa, Quelimane, S. Thiago de Cabo Verde, S. Thomé e S. Vicente. A lei de 27 de janeiro de 1876 fixou o capital d'este banco em 3:600 contos de réis, em 40:000 acções de 90$000 reis, sendo actualmente de 5:400 contos. Pelo contrato com o Estado, publicado no *Diario do Governo* de 8 de janeiro de 1902, foi concedido ao Banco Ultramarino o privilegio da emissão de notas e obrigações prediaes no ultramar.

Banco de pinchar. Na *Nobiliardica portugueza*, de Antonio Villas Boas, edição de 1666, a pag. 213 e 214, lê-se o seguinte: «Dom Affonso Conde de Barcelos, primeiro duque de Bragança, quando veyo da tomada de Ceita, em que com seu pay, & irmãos se achou, tomou por Armas hua Aspa vermelha em campo de prata, sobre a Aspa cinco escudos das Quinas do Reyno sem a

orladura dos Castellos: por tymbre meyo cavalo branco com tres lançadas no pescoço em sangue, bridado de ouro, cō cabeçadas, & redeas de vermelho, que era o antiguo tymbre dos Pereyras, de que elles usavam em memoria do valeroso feito do Conde Dom Rodrigo Forjáz, que quando nos campos de Santarem em serviço del-Rey D. Garcia prendeo a seu irmão D. Sancho, hia em um cavalo branco, o qual em aquella batalha recebeo tres lançadas pelo pescoço, que chegando ao peito deram com elle morto. Destas usaram os Duques de Bragança até que indo ElRey Dom Manuel a Castella, fez jurar ao Duque D. Jayme por Principe d'este Reyno, & lhe mandou deixar as Armas da Aspa, & tomar as reaes de Portugal directamente, com elmo real, aberto a todas as partes, coroa, & tymbre da meya serpe de ouro. D'estas armas usou o Duque até que ElRey teve filhos, porque entam fez a sua Coroa Ducal, & por divisa lhe deu ElRey o banco de pinchar de ouro atravessado pela orla vermelha, em sinal de grandeza, porque só aos Principes, & Infantes he concedido.» E mais adeante continúa: «A razam de ser divisa dos infantes, he porque antiguamente n'este Reyno (como o advertio Soares na dedicatoria dos seus Paralelos) nam se asseutavam em cadeiras senam ElRey & o Principe, & os infantes em bancos, nas Cortes, & nos autos publicos, & o tomaram por divisa, em sinal da precedencia, que faziam aos mais senhores, & nobreza do Reyno. E ainda entre os Principes, & Infantes avia differença, porque o Principe trazia o banco simplexmente sem mais divisa, & com dous pés; & os Infantes com tres pés, & encostados nelles huns quadros de Armas, de que usavam.» Nos bancos ainda havia outra differença; aos principes e infantes se dava banco de pinchar de ouro, como o que D. Manuel deu ao principe D. João; e ás princezas e infantas se dava banco de pinchar de prata.

Banco de Portugal. Este banco foi instituido pelo decreto de 19 de novembro de 1846, referendado pelos ministros visconde de Oliveira, D. Manuel de Portugal e Castro, José Antonio Maria de Sousa e Azevedo e José Jacintho Valente Farinho. O relatorio que precede o decreto explica os motivos porque se tornou inevitavel refundir n'uma só instituição o Banco de Lisboa e a Companhia Confiança Nacional, e a razão porque foi necessario mudar o nome ao banco que substituiu aquelles dois estabelecimentos de credito. A carta organica do Banco de Portugal foi confirmada pela carta regia de 26 de dezembro de 1846. No mez de janeiro de 1847, em assembléa geral, a direcção provisoria apresentou os balanços do Banco de Lisboa e da Companhia Confiança, tirados no dia 20 de novembro de 1846, bem como o estado do novo Banco de Portugal, que fôram submettidos ao exame de uma commissão; elegeram-se a meza e a direcção definitivas, aquella de seis membros e esta de nove e dois substitutos. Esta direcção tomou posse no dia 25 e installou-se no seguinte. Assim se organisou o Banco de Portugal, cujo regulamento foi approvado por tres decretos, sendo o ultimo de 25 de agosto de 1847, que regulou as assembléas extraordinarias. Pela lei de 16 de abril de 1850 a rainha D. Maria II confirmou todas as disposições do decreto de 19 de novembro de 1846. Os estatutos do Banco de Portugal fôram reformados em 6 de maio de 1857 e por decreto de 3 de setembro de 1876 prorogada a existencia do banco por mais 50 annos a contar de 1 de janeiro de 1877. Em 1881 fôram os estatutos novamente reformados. A lei de 29 de julho de 1887 autorisou o governo a celebrar com a direcção do Banco de Portugal um contrato para a constituição de um unico banco emissor. Este contrato consta da escriptura inserta no *Diario do Governo* n.º 84, de 13 de abril de 1888. Ainda na ultima sessão legislativa, de 1903-1904, se discutiu um novo projecto de contrato com o Banco de Portugal. Logo depois da sua fundação o banco ficou estabelecido na mesma séde do Banco de Lisboa. Era na parte fronteira do grande edificio da Camara Municipal, palacio feito em 1777-1774 pelo risco do architecto Eugenio dos Santos Carvalho. Esse edificio occupava um enorme quadrilongo entre as ruas do Arsenal e rua Nova d'El-Rei, tendo a fachada principal para o largo do Pelourinho. Na noite de 19 de novembro de 1863 um violento incendio destruiu quasi todo o grande quadrilongo, não sendo poupada a parte do banco. Felizmente o fogo não pôde penetrar nas casas fortes, onde estavam guardados valores na importancia de 25:000 contos de réis. Pouco depois resolveu a assembléa do banco adquirir uma casa que fosse exclusivamente sua. Quatro annos e meio depois do incendio adquiriu o banco o actual edificio, que foi mais tarde ampliado, formando todo o segundo quarteirão oeste, lado sul da rua Aurea, tornejando para a rua dos Capellistas e S. Julião.

Banda. Emblema heraldico, peça honrosa de primeira classe, que tem a fórma d'uma larga faxa indo do angulo direito da parte superior do escudo ao angulo esquerdo da ponta. A banda differe da «barra» em ser esta ultima dirigida da esquerda para a direita. || Tira de seda ou de lã e de uma só côr, que era ornato, distinctivo, e, sem duvida, insignia autoritaria, dos senhores e cavalleiros da edade-média, e que uns e outros, assim como os respectivos vassallos e homens d'armas, usavam a tiracollo ou á cintura. || Talim ou boldrié de couro, tambem assim usado, e de que ia suspensa a espada ou outras armas similhantes. D'essa tira de estofo e d'este talim ou boldrié, proveiu o emblema heraldico denominado banda, em que acima falámos. E' esta a origem das bandas, insignia militar, hoje usadas pelos officiaes do nosso exercito. No principio do seculo XIX, como se vê do decreto de 9 de maio de 1806, todos os officiaes militares tinham banda de retroz encarnado com borlas azues e brancas, atada por cima da farda, excepto a dos officiaes generaes em grande uniforme, que atava por debaixo da farda. Muitas reformas tem havido nos uniformes militares desde então, mas a banda vermelha, no dos officiaes de patente, tem sido mais ou menos conservada. D. Affonso XI, rei de Castella e Leão, instituiu no seculo XIV a ordem militar da *Banda*, dando-lhe este nome, por ser a insignia dos cavalleiros d'esta ordem uma faxa ou banda vermelha. Varias familias nobres de Portugal teem nos seus brazões a banda d'esta ordem castelhana. Em phrase feudal ou militar medieval, banda é a hoste ou corpo do exercito, sob o mando e pendão do commum soberano ou de suzerano, e formada pela reunião de todos os

contingentes dos homens de armas de cada vassallo ou senhor feudatario. Chama-se *banda militar* ou *banda regimental* á corporação ou conjuncto de musicos de um corpo de tropa. Toma o nome de *charanga* a banda de musicos sómente de instrumentos de latão e timbales ou tambores. A banda azul, insignia dos magistrados administrativos, é sempre denominada *faxa*, nas respectivas disposições legislativas. A faxa ou banda de governador civil e do seu substituto tem borlas de canotão de ouro, pelos decretos de 18 de outubro de 1835 e de 13 de julho de 1842, artigo 1.º; a de administrador de bairro ou de concelho e dos seus substitutos é da largura de tres pollegadas em fórma de cinto, tendo bordado na parte anterior o nome do bairro ou concelho respectivo, por decreto de 13 de julho de 1842, artigos 2.º e 3.º; a dos commissarios de policia é com borlas tambem azues (regulamento dos corpos de policia civil, approvado por decreto de 21 de dezembro de 1876, artigos 76.º, 1.º e § unico). Por decreto de 25 de julho de 1885 foi estatuido novo uniforme dos vereadores da camara municipal de Lisboa, com faxa ou banda de seda de tres listas eguaes, a do centro branca e as outras de azul ferrete, com borlas das mesmas côres, scudo de prata a parte branca.

Banda. Grupo de ilhas no archipelago das Molucas, no Oceano Indico, na Australasia. Comprehende varias ilhas, sendo umas habitadas e outras deshabitadas. Todas são vulcanicas e sujeitas a tremores de terra e erupções frequentes. O solo é muito proprio para a muscadeira, que ali se cultiva em larga escala, bem como outras especiarias. A capital d'este grupo é Nassau, na ilha de Neira. Fôram estas ilhas visitadas primeiramente em 1511 pelo portuguez Antonio de Abreu, o qual, mandado por Affonso de Albuquerque com tres navios ás Molucas, foi desembarcar a Banda, onde carregou de cravo, noz moscada e outras especiarias, partindo em 1512 para Malaca. Na collecção *Alguns documentos do Archivo nacional da Torre do Tombo ácerca das navegações e conquistas portuguezas*, Lisboa, 1892, está publicada na integra uma extensa e curiosa carta de Antonio de Brito a el-rei D. João III sobre o que passara na viagem de Banda, e como se houvera com os castelhanos da esquadra de Fernão de Magalhães, e sobre el-rei de Ternate se sujeitar por vassallo. Esta carta é datada da fortaleza de D. João de Ternate aos 6 de maio de 1523 e nella se encontra, entre outras noticias, a do navegador portuguez ter erigido em Banda um padrão com as armas d'el-rei, dos mais formosos e maiores que iam nos navios. Em 1599, quando Portugal soffria o dominio hespanhol, apossaram-se os hollandeses d'estas ilhas. Em 1796 e 1810 passaram para o poder dos inglezes, que em 1817 as restituiram á Hollanda.

Banda d'Além. Tres povoações na ilha da Madeira: freg. de S. Sebastião, de Caniçal, conc. de Machico, distr. do Funchal; freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Machico, distr. do Funchal; freg. de Santa Maria Magdalena do Mar, conc. da Ponta do Sol, distr. do Funchal. || Pov. na ilha de S. Miguel, na freg. de N. S.ª da Conceição, de Mosteiros, concelho e districto de Ponta Delgada. || Povoção na ilha de Santa Maria, freguezia de S. Pedro, concelho de Villa do Porto, districto de Ponta Delgada. || Logar na freguezia de S. Pedro, de Freitas, concelho de Fafe, districto de Braga

Banda da Grota. Pov. na ilha de S. Miguel, freg. de N. S.ª da Conceição, de Mosteiros, conc. e distr. de Ponta Delgada.

Banda do Loureiro. Logar na freg. de S. Romão de Aregos, conc. de Rezende, districto de Vizeu.

Banda dos Moinhos Pov. na ilha da Madeira; freg. de N. S.ª da Natividade, do Fayal, conc. de Saut'Anna, distr. do Funchal.

Banda de Sol. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Jorge, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal. || Logar na freg. de S. Bento, de Ribeira Brava, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Bandalhoeira. Pov. na freg. de S. Pedro, de Azueira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Bandaro. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cercal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Bandarra *(Gonçalo Annes)*. Poeta e sapateiro muito conhecido pelas suas prophecias, e que a tradição nos apresenta como *propheta popular*. Tem sido varios os juizos ácerca d'este homem e das suas trovas; ha quem chegue a duvidar que elle existisse, considerando-o mera entidade imaginaria, a quem as trovas eram attribuidas. E', porém, incontestavel que Bandarra existiu, e que se dava e era tido como autor d'umas rudes trovas propheticas bem acceites dos judeus portuguezes perseguidos, depois consciente ou inconscientemente tornadas outras, que, sempre com o titulo de trovas ou prophecias do Bandarra, fôram ponto de fé para a celebre seita dos sebastianistas, e com esta se identificaram, a despeito de subsequentes empenhos em outros sentidos politicos. Assim o attestam tanto a tradição geral como a local na villa de Trancoso, sua patria, as muitas copias manuscriptas de trovas em seu nome, as diversas publicações d'ellas, as obras, quer impressas, quer inéditas, do assumpto, e a inscripção ou inscripções da sepultura d'elle, no adro da egreja de S. Pedro da referida villa; assim o provam, mais que tudo, o processo original archivado desde 1821 na Torre do Tombo, do seu julgamento especialmente por causa das trovas, na Inquisição de Lisboa, no anno de 1541, e o *Catalogo dos livros prohibidos no anno de 1581, por mandado do Inquisidor Geral D. Jorge de Almeida, Arcebispo de Lisboa*, catalogo, a pag. 23 do qual vem mencionadas as *Trovas de Gonçalo Annes Bandarra*. Pouco se sabe da vida d'este propheta popular, que viveu no tempo de D. João III, mas do julgamento da Inquisição feito nos fins de outubro de 1541, se vê que nasceu, como dissémos, na villa de Trancoso, aproximadamente no anno de 1500; fôra *rico e abastado*, mas, decahido de fortuna, «*para acudir á sua pobreza, tomou o officio de sapateiro de corrêa*». Em 1531, veiu pela primeira vez a Lisboa, hospedou-se em casa de João de Bilbis, onde João Lopes Caixeiro lhe pediu explicação das suas trovas. Em 1537, estando já em Trancoso, foi procurado por Heitor Lopes, que lhe offereceu mandar trasladar o livro das suas trovas, que andava já velho e roto. Em 1538 um homem, de appellido Vargas, da Covilhã, o visitou para argumentar com elle na Biblia, e n'esse anno voltou Bandarra a Lisboa. Em 1539, estando na Guarda foi consultado por Filelfo, que lhe

perguntou pelo livro das trovas. Em 1540 procuraram-n'o em Trancoso, em casa de Manuel Alvares, para que elle explicasse o texto das referidas trovas. Tambem por cartas era consultado, como se vê de duas que fôram inseridas no processo, uma de Francisco Mendes, sobre certa trova prophetica, em hespanhol, de Pero Frias, e outra carta, assignada por um Travassos, em que pede a Bandarra a sua opinião ácerca dos versiculos do *Livro de Job*, XL, 20-24. N'este processo appareceram muitas testemunhas, e nos seus depoimentos todas se referem ás trovas, que traziam toda a gente alvorotada tanto em Lisboa, como em Trancoso, sendo muito interessante o do christão novo Jorge Fernandes, que esteve preso nos carceres da Inquisição, que declarou ter ouvido a Pedro Alvares de Evora falar nas cousas do sapateiro de Trancoso, e falando n'isso a Martim Gabriel, pessoa muito ajuizada, que se admirava de que Bandarra fôsse de tanto saber, o que ninguem poderia presumir; que falava por termos e razões, parecendo um grande theologo. Bandarra foi accusado de estar em relações com os christãos novos; de, com cerebrinas interpretações de textos biblicos, lhes alimentar a crença da vinda de um Messias; e, finalmente, de com suas trovas trazer muita gente alvoroçada, concorrendo uns a sua casa e escrevendo-lhe outros. Bandarra defendeu-se, negando taes relações, dizendo que não acceitara nunca, apezar de ser pobre, os beneficios que os judeus lhe promettiam, para lhes explicar a Biblia a seu favor. Apezar da sua defeza, a Inquisição proferiu a sua sentença, um tanto benigna para os costumes barbaros d'aquelle tribunal de sangue, e no auto da fé, celebrado em Lisboa a 23 de outubro de 1541 no terreiro dos paços reaes da Ribeira, sahiu Gonçalo Annes Bandarra em cumprimento da sentença, na lugubre procissão, juntamente com os demais réos, todos em pé, de cirio amarello accêso em punho, dado em espectaculo sobre um alto tablado, que então era designado pelo nome de cadafalso, ahi ouviu ler ou publicar a sua sentença; conforme esta, fez a declaração ou retractação que lhe foi imposta, lendo para isso o que lhe mandaram ler; presenceou as horrendas hecatombes humanas em que esteve no perigo de ser victima; e só assim teve a felicidade de escapar aos carceres e fogueiras inquisitoriaes. Nas trovas de Bandarra, nem só a gente do vulgo, mas tambem homens de estudo e saber pretenderam achar inspiração divina, vendo n'ellas outras tantas prophecias applicaveis aos successos politicos de Portugal, verificados posteriormente nos tempos decorridos depois da morte de el-rei D. Sebastião. Vieram, comtudo, outros escriptores que, além de recusarem reconhecer em Bandarra semelhante inspiração, chegaram até a pôr em duvida a sua existencia pessoal, negando-lhe abertamente a paternidade das trovas que correm em seu nome; outros o dão por analphabeto, como Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, referindo-se ás trovas que diz: «como não soubesse ler nem escrever, se valia de mão alheia para as divulgar». Segundo o processo e o cumprimento da sentença, se vê que Barbosa Machado se enganou, e Innocencio da Silva, no *Diccionario bibliographico*, vol. III, pag. 151 e seguintes, assim tambem o declara. A vida historica de Bandarra não vae além do auto da fé de 1541. Nem se sabe ao certo o anno da sua morte, querendo alguns dos seus biographos que fôsse em 1550 e outros em 1556. E' positiva a noticia de que foi sepultado na sua terra natal; Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, assim o declara: «Jaz sepultado no Alpendre da Parochial Egreja de S. Pedro da villa de Trancoso sua patria, onde D. Alvaro Abranches, governador das Armas da provincia da Beira, lhe mandou levantar uma sepultura honorifica com o seguinte epitaphio:

Aqui jaz Gonçalo Anes Bandarra, que em seu tempo prophetisou a Restauração d'este Reyno e D. Alvaro de Abranches lha mandou fazer sendo General da Beyra. Anno de mil seiscentos e quarenta e hum.

Muitos escriptores se tem occupado das trovas de Bandarra, cuja descripção seria muito longa. As trovas, apezar de serem prohibidas pela Inquisição, continuavam a ganhar popularidade, e por isso o Santo Officio as incluiu nas obras prohibidas no *Index Expurgatorio* de 1581, onde figuram a folhas 23; até esta data parece que se conservaram manuscriptas, e que a primeira vez que se imprimiram, foi em 1603, por diligencia de D. João de Castro, seu primeiro commentador, sahindo com este titulo: *Paraphrase e concordancia de algumas prophecias do Bandarra, sapateiro de Trancoso;* sem logar de impressão, mas não ha duvida que fôram impressas em Paris. Mais de 40 annos depois se fez segunda e mais completa edição, á custa do 1.º marquez de Niza, D. Vasco Luiz da Gama, embaixador de el-rei D. João IV á côrte de França; o qual, publicando estas prophecias, teve em vista animar os brios patrioticos dos portuguezes, então empenhados na lucta com Castella, mostrando-lhes o cumprimento de todas verificado na pessoa de D. João IV, e nos successos da sua acclamação. O titulo é o seguinte: *Trovas do Bandarra, apuradas e impressas por ordem d'um grande senhor de Portugal, offerecidas aos verdadeiros portuguezes, devotos do Encuberto*, Nantes, 1644. Esta edição correu mais de 10 annos, mas no fim d'elles o Santo Officio fulminava contra as trovas nova e expressa prohibição, por edital de 3 de novembro de 1665. Passado mais d'um seculo, novo edital da Mesa Censoria, datado de 10 de junho de 1768, roborava por parte d'este tribunal civil as antigas prohibições, mandando recolher todos os exemplares impressos ou manuscriptos das *Trovas do Bandarra*, e ameaçando com graves penas os transgressores. Apezar d'este edital, continuaram a correr numerosas copias, e a reproduzirem-se entre as mãos dos chamados *sebastianistas*, que olhavam como o mais inabalavel fundamento de sua crença aquellas trovas, susceptiveis aliás de tantas interpretações, quantas são as que em diversos tempos, e a proposito differentes pretenderam dar-lhes os seus commentadores. Em 1809 appareceram outra vez impressas e augmentadas, intitulando-se: *Trovas do Bandarra, natural da villa de Trancoso, apuradas e impressas por ordem de um grande senhor de Portugal, e offerecidas aos verdadeiros portuguezes devotos do Encuberto; nova edição, a que se ajuntam mais algumas, nunca até ao presente impressas*, Barcelona. A indicação d'este logar é

evidentemente falsa, pois de uma declaração impressa em letra muito miuda na extremidade inferior do verso da folha do rosto, consta que fôram impressas em Londres. Parece que se fez outra edição tambem em Londres, em 1815, e outra depois em Lisboa, em 1822 en 1823. O padre Antonio Vieira, tendo morrido D. João IV, pretendeu sustentar as applicações que d'ellas fizera durante a vida d'este monarcha, por modo que seria mister que elle resuscitasse, no que o padre não achava duvida, e a esse intento escreveu um papel, que intitulou: *Esperanças de Portugal, quinto imperio do mundo; aos verdadeiros portuguezes devotos do Encuberto, em varias trovas escriptas por Gonçalo Annes Bandarra, etc., dirigido ao bispo do Japão, André Fernandes e datado do Rio das Amazonas a 29 de abril de 1659.* Em Londres, em seguida á publicação feita em 1809, em que já falámos, a qual traz um prologo, ao que se julga, escripto por fr. José Leonardo da Silva, appareceu um commentario d'este frade, restricto sómente ao chamado *Terceiro corpo*, que elle trata de accommodar precisamente a el-rei D. Sebastião e á promettida vinda d'este soberano, como acerrimo sebastianista que era. Este commento tem por titulo: *Bandarra descoberto nas suas trovas: collecção de propheciás mais notaveis, respeito á felicidade de Portugal e cahida dos maiores imperios do mundo*, 1810. O padre Antonio do Carmo Velho Barbosa, tambem, muitos annos depois, appareceu com uma nova e engenhosa accommodação, em que pretende mostrar as prophecias do Bandarra cumpridas até ao tempo de D. Pedro IV. O livro tem o seguinte titulo: *Explicação do terceiro corpo das prophecias de Gonçalo Yannes Bandarra, começadas a verificar no reinado do senhor D. João V, e acabadas no reinado do senhor D. Pedro IV*, Porto, 1852 Não traz o nome do autor no frontispicio, mas no fim da pag. 53 vem assignado simplesmente *Fr. Antonio* ***, declarando ter concluido este livro no mosteiro de Arnoia, a 16 de outubro de 1833.

Bandarra *(Herdade do).* Na freg. de N. S.ª da Purificação, de Represa, conc de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Bandavizes, Bendevizes, Bendavizes, ou **Vendavizes.** Pov. na freg. de Folgosa, annexa á de Fataunços, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Bande. Pov. na freg. de S. Thiago, de Carvalhosa, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Bandeira. Este appellido procede de Gonçalo Pires Bandeira, do antigo concelho de Besteiros, que entrou na batalha de Toro (*V. Bandeira, Gonçalo Pires*). As armas são: em campo vermelho uma bandeira de ouro franjada de prata e haste de ouro, com um leão azul armado de sanguinho. Villas Boas, na *Nobliarchia portugueza*, a pag. 241, diz: *leão de negro.* Timbre a mesma bandeira.

Bandeira *(Padre Antonio).* Jesuita. N. em Besteiros a 16 de junho de 1597; fal em Coimbra a 25 de setembro de 1664. Era filho do desembargador Ignacio Bandeira Maldonado, e de D. Joanna de Figueiredo. Entrou na Companhia de Jesus, na edade de 24 annos, a 10 de fevereiro de 1622, sendo já a esse tempo professor de Direito Civil, faculdade em que fôra formado na Universidade de Coimbra. Abandonando o magisterio, professou na ordem dos jesuitas. Foi reitor do collegio do Porto, ensinou philosophia em Lisboa, e tornou-se bom prégador. Escreveu: *Sermão que o padre Antonio Bandeira da Companhia de Jesus prégou na Sé d'esta cidade de Coimbra, na celebridade com que ella solemnisou o nascimento do Serenissimo Infante D. Affonso em 7 de setembro de 1643*, Coimbra, 1643.

Bandeira *(Antonio Carlos dos Santos).* Escriptor e jornalista contemporaneo, 2.º secretario da embaixada em Roma, junto á Santa Sé. N. a 17 de outubro de 1875. E' filho de Francisco Alfredo Bandeira e de D. Carlota dos Santos Bandeira. Sempre estudante distincto, completou o curso superior do commercio. Em 1895 fez concurso para secretario de legação, ficando classificado no primeiro logar. Serviu como addido de legação no gabinete, e n'essa categoria, fez parte da embaixada que foi a Madrid, por occasião do casamento da princeza das Asturias, sendo então agraciado com o grau de cavalleiro da ordem de Carlos III, de Hespanha. Em 24 de dezembro de 1901 teve a nomeação de 2.º secretario da embaixada em Roma, como se disse. Dedicando-se á litteratura e ao jornalismo, tem-se evidenciado bastante. Durante oito annos foi redactor do *Diario Illustrado*, passando em 1900 para a *Tarde*, jornal em que actualmente se conserva. Traduziu alguns romances, que estão publicados, contando-se entre elles *A Dama das Camelias*, de Alexandre Dumas filho. Traduziu egualmente o drama *Les Amants*, de Donnay, que se representou em 1899 no theatro D. Amelia. Antonio Bandeira é correspondente litterario do *Correio da Manhã*, do *Rio de Janeiro;* collaborou algum tempo no *Seculo*, supplemento, e collabora ainda no *Seculo*, litterario.

Bandeira *(Domingos Pires Monteiro).* Cavalleiro da ordem de Christo, fidalgo da Casa Real, por alvará de 26 de março de 1778, escrivão da camara do despacho da Mesa da Consciencia e Ordens, etc. Parece que nasceu em Lisboa, onde tambem falleceu, a 29 de julho de 1806, sendo sepultado na egreja da Encarnação. Francisco Manuel do Nascimento (Filinto Elysio) faz d'elle menção repetida em muitos logares das suas obras, mostrando-se seu amigo intimo, e lhe dedicou varias odes e outras poesias, entre as quaes a versão, que emprehendeu e levou até ao canto terceiro, da *Pucelle de Voltaire*, com o titulo de *Virginidos*, que se conserva em manuscripto. Nicolau Tolentino d'Almeida tambem era seu amigo, e lhe dirigiu algumas cartas, etc. Domingos Bandeira, dizem, que fôra poeta distincto e bom litterato, e que deixara em manuscripto muitos versos. Publicado com o seu nome, parece existir apenas, a ode seguinte, impressa em papel avulso, como appareceram muitas outras poesias, quando se inaugurou a estatua no Terreiro do Paço: *Collocando se a estatua equestre do Fidelissimo Rei D. José o I, nosso senhor. — Ode.* Não declara o logar de impressão, nem o anno, mas sabe-se que foi em Lisboa, e em 1775.

Bandeira *(Gonçalo Pires).* Valente guerreiro, que muito se distinguiu na batalha de Toro, de 1 de março de 1476, assim como Duarte d'Almeida (*V. este nome*), por alcunha o *Decepado*, alferes-mór de D. Affonso V. O estandarte real estava confiado a este valente militar, que o defen-

deu louca e heroicamente, largando-o sómente, quando os castelhanos o prostraram horrorosamente mutilado. Os castelhanos julgavam-se já triumphantes com a bandeira em seu poder, mas Gonçalo Pires se arrojou intrepidamente entre elles, e conseguiu arrancal-a, trazendo-a aos seus companheiros d'armas e ao principe D. João, mais tarde D. João II. Em recompensa d'esta acção heroica, ordenou D. Affonso V, que elle e os seus descendentes ficassem usando o appellido de *Bandeira*, com o brazão que já descrevemos. V. *Bandeira*.

Bandeira *(Guilherme José de Carvalho)*. Capitão d'uma das companhias de auxiliares de que era mestre de campo o coronel Martim Paçanha. na praça de Setubal. N. em Lisboa a 17 d'agosto de 1714; ignora-se a data do fallecimento. Era filho do capitão Antonio Guilherme de Carvalho Bandeira e de D. Francisca Maria dos Anjos de Moraes Cabral. Escreveu as seguintes obras que ficaram manuscriptas: *Vida do Illustrissimo e Reverendissimo Senhor D. Affonso de Castello-branco bispo de Coimbra; Diario historico, critico e chronologico dos successos mais memoraveis de Portugal e suas Conquistas, dividido em 12 tomos; Tratado do descobrimento da longitude; Memoria das familias de Portugal e Castella.* Impresso, consta que existe apenas: *Vozes do Temor, eccos da verdade*, glosa feita a um soneto, Lisboa, 1741.

Bandeira *(José da Silva)*. Antigo compositor typographico que trabalhou na imprensa da Universidade de Coimbra, sendo depois nomeado amanuense da secretaria da referida Universidade e professor de instrucção primaria e callygraphia no asylo da infancia desvalida de Coimbra. N. n'esta cidade a 30 de novembro de 1821, onde tambem falleceu a 27 de julho de 1868. Era filho de Luiz da Silva Bandeira. Escreveu: *Novo methodo de leitura e de pronuncia para se aprender a ler perfeitamente em pouco tempo tanto a letra redonda como manuscripta: 1.º elementos*, Coimbra; fizeram-se mais duas edições, sendo a terceira publicada depois da sua morte, sahindo da imprensa da Universidade, em 1872; *Nova taboada exacta e curiosa com o novo systema metrico-decimal de pesos e medidas, tabellas de reducção e exercicios e problemas para intelligencia do mesmo systema*, Coimbra; tambem houve mais edições, sendo a quinta publicada tambem em 1872, sahindo da referida imprensa da Universidade.

Bandeira *(José de Sousa)*. Jornalista; escrivão do judicial na comarca de Guimarães, e da relação do Porto. N. em Lisboa a 6 de março de 1789, fal. no Porto a 26 de dezembro de 1861. Seu pae tinha egual nome, e sua mãe chamava-se D. Joaquina Anna Bandeira. Entrou nas luctas politicas, a favor da liberdade, com uma arma de que então se não conhecia o grande alcance, e muito menos em Guimarães, onde elle vivia; era a penna, a publicação d'um jornal. Fundou em 1826 o *Azemel*, periodico em que teve como redactores Manuel Luiz Pereira de Gouveia, abbade de S. Thiago de Anta, e fr. Rodrigo de Menezes. O *Azemel* começou a defender as idéas liberaes, o que lhe valeu a perseguição, Bandeira ser preso e encarcerado na cadeia da relação do Porto. A amnistia abriu-lhe depois as portas do carcere, e voltando para Guimarães, foi ali recebido como chefe do partido liberal. Em 1828, tomando D. Miguel posse do governo, muitos constitucionaes emigraram, porém Sousa Bandeira sómente chegou á fronteira, e não quiz, por qualquer razão que ficou desconhecida, ir pedir hospitalidade a algum paiz estrangeiro. Retrocedeu para o Porto, onde se conservou homisiado pouco tempo, porque sendo descoberto, foi preso a 13 de janeiro de 1829, pela alçada do Porto, e condemnado a degredo perpetuo para o presidio de Pungo Andongo, em Africa. Em 9 de agosto foi removido da cadeia da relação do Porto para Lisboa e depois para a torre de S. Julião da Barra, onde esteve desde 11 de agosto de 1830, até ao notavel dia 24 de julho de 1833, em que recuperou a liberdade com todos os seus companheiros de infortunio. Em 1835 foi redactor principal do *Artilheiro*, passando depois a collaborar no *Periodico dos Pobres*, do Porto, onde escrevia as *Cartas de Braz Tizana*, que serviam de folhetins, e alcançaram grande acceitação. Em todas as luctas civis que seguiram, depois de 1833, sempre pugnou pelas idéas liberaes. Em 1851, depois da Regeneração, tendo-se desligado da empreza do *Periodico dos pobres*, começou a publicar por sua conta um novo jornal, a que deu o titulo de *Braz Tizana*, que durou muitos annos. Bandeira foi transferido do logar de escrivão de Guimarães, para o tribunal do commercio do Porto, d'onde passou para uma vara civel e d'ali para o logar de escrivão da relação da mesma cidade, que exerceu até ao fim da vida. Escreveu tres peças, *O Rei em férias*, *O Sino das duas horas* e o *Carcereiro*, que todas fôram mal succedidas no theatro. Casou tres vezes. A primeira, com D. Anna do Couto, da casa da Carreira, em Guimarães; a segunda, com D. Maria Augusta de Gouveia; e a terceira com a irmã d'esta senhora, D. Joanna Clementina de Gouveia, ambas filhas de Manuel Luiz Pereira de Gouveia, seu collega na redacção do *Azemel*. Depois da morte de seu marido, a viuva Bandeira ainda sustentou por algum tempo o *Braz Tizana*, até que finalisou. Além dos numerosos artigos publicados nos jornaes de que foi redactor e collaborador, publicou o seguinte: *O Sino das duas horas, comedia original em 5 actos, pelo Barbeiro dos Pobres; e um appenso da tia Michaela*, Porto, 1840; *Apotheose dos martyres da patria; elogio dramatico para se representar no real theatro de S. João em 8 de Abril de 1837*, Porto, 1837; são interlocutores a *Justiça*, a *Lealdade*, o *Patriotismo*, o *Genio portuense*, a *Religião* e o *Despotismo*, com um côro de *furias; Escriptos humoristicos em prosa e verso precedidos da biographia e retrato do autor*, Porto, 1874. E' uma collecção dos mais notaveis artigos publicados na *Atalaia*, no *Periodico dos pobres* e no *Braz Tizana*. No *Occidente*, de 11 de janeiro de 1881, vem um curioso e espirituoso artigo do fallecido escriptor Julio Cesar Machado, ácerca de Sousa Bandeira.

Bandeira *(Luiz Pires Monteiro)*. General de brigada reformado. N. na freg. de S. Bartholomeu da Charneca, a 24 de maio de 1824; fal. em Lisboa, em abril de 1900. Era filho do commendador Domingos Pires Monteiro Bandeira, e de D. Josepha Pinto Monteiro Bandeira. Assentou praça em 14 de outubro de 1846, no 1.º batalhão movel de atiradores de Lisboa, sendo nomeado alferes em 19 do referido mez e anno, e n'esta qualidade foi mandado servir ás ordens do marechal duque de Saldanha, commandante em chefe

do exercito de operações e logar tenente da rainha D. Maria II nas provincias do norte. Foi condecorado com o grau de cavalleiro da Torre e Espada pelos relevantes serviços que prestou em 22 de dezembro de 1846, na batalha de Torres Vedras. Em 12 de fevereiro de 1847 teve tambem a medalha da ordem de N. S.ª da Conceição. Sendo promovido a tenente do mesmo batalhão de atiradores, foi então condecorado com o grau de cavalleiro da referida ordem de N. S.ª da Conceição, pelos seus serviços no combate do Candal, no Porto, no dia 24 de maio de 1847. Durante as campanhas de 1846 e 1847 desempenhou diversas commissões de serviço, sendo uma d'ella, embarcar na Figueira da Foz em um dos hiates de guerra ali estacionados á disposição do duque de Saldanha, a fim de levar ordens de grande importancia ao commandante da esquadra que bloqueava o Porto, o visconde de Soares Franco, e por tal fórma se houve no desempenho d'essa commissão, que o marechal Saldanha muito o distinguiu e apreciou sempre, emquanto viveu. Tendo concorrido em 1851 para se levar a effeito a Regeneração, foi, por decreto de 29 de abril do referido anno, passado ao exercito para a arma de cavallaria no posto de alferes, e n'esta qualidade continuou a servir ás ordens do marechal. Foi promovido a tenente, por decreto de 12 de abril de 1864, e nomeado adjuncto ao ministerio da guerra; a capitão em 8 de fevereiro de 1872, e n'este posto teve a nomeação de ajudante de campo do duque de Saldanha. Por decreto de 12 de outubro de 1881, foi promovido a major; a tenente-coronel, por decreto de 16 de julho de 1884, sendo collocado no regimento de cavallaria 3. Por decreto de 21 de abril de 1886, teve a promoção de coronel, e passou para cavallaria 9. Foi presidente dos conselhos de guerra em Lisboa e em Evora, reformando-se mais tarde em general de brigada. Teve as seguintes commissões: vogal da que foi encarregada de redigir um projecto de regulamento para o hospital dos invalidos militares de Runa, portaria de 3 de outubro de 1877; vogal d'uma commissão de legislatura militar em 1 de setembro de 1879. Quando falleceu, fazia parte da commissão nomeada para erigir os monumentos aos duques de Saldanha e de Palmella, e pertencia á sociedade da Cruz Vermelha. Tinha as medalhas militares de prata de valor militar, comportamento exemplar e bons serviços, em 1865 e 1867; foi cavalleiro da ordem de S. Bento d'Aviz, em 29 de fevereiro de 1872; louvado em portaria de 19 de junho de 1879, pela assiduidade e zelo com que desempenhara o serviço que lhe fôra confiado pela portaria de 3 de outubro de 1877. Ultimamente tinha-lhe sido conferido o grau de grande official de Aviz e a medalha de ouro de comportamento exemplar.

Bandeira *(Manuel Antonio Leitão)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra. Ignora-se o local da sua naturalidade e as datas do nascimento e fallecimento. Seguiu a carreira da magistratura, exerceu em Portugal alguns cargos judiciaes, sendo depois, em 1785, despachado corregedor, provedor e ouvidor geral da comarca do Maranhão, para ali sustentar os direitos da corôa contra o bispo D. Fr. Antonio de Padua e Bellas, que teve de resignar o bispado. Depois de ter prestado muitos serviços, perdeu a vista. Em 1779 publicou em latim: *Epistola historico-politica de origine Societatis civilis, de ejus nexu, et de juribus Magestaticis*, Lisboa. Em 1815 imprimiu em Londres um *Discurso, substanciando as reflexões ponderadas na carta que dirigiu para Portugal a seu sobrinho em o 1.º de março de 1808*. Escreveu tambem outros *Discursos*, ou *Cartas* dirigidas ao rei da Inglaterra, ao conde de Linhares, etc.

Bandeira *(Manuel Emilio Sertoriano)*. Jornalista. N. em Coimbra a 5 de março de 1805. Ignora-se a data do seu fallecimento. Foi redactor principal do *Civilisador*, jornal litterario, publicado no Porto, nos annos de 1860 e 1861. Escreveu e publicou tambem, *Resumo historico de Portugal*, Porto, 1843, e varios outros opusculos sobre assumptos de litteratura e bellas artes.

Bandeira *(Manuel Martins)*. Doutor na faculdade de philosophia na Universidade de Coimbra. Era natural do Rio de Janeiro, e filho de Manuel Bandeira Martins. Doutorou-se a 7 de julho de 1817. Ignora-se as datas do nascimento e fallecimento.

Bandeira. Insignia militar, pedaço de tecido de linho, algodão ou seda, com armas pintadas, ou quarteada de varias côres, presa n'uma haste, para se conhecerem e juntarem os soldados que militam sob um mesmo chefe. Insignia da união e corporação municipal, d'uma cidade ou villa. Distinctivo dos antigos gremios operarios (V. *Bandeira dos officios*). Tambem adoptaram bandeiras especiaes as communidades religiosas, confrarias e irmandades. Tinham-n'a as Misericordias e a Inquisição *(V. estes nomes)*. A' das primeiras se chamava *painel* e á da segunda, *pendão*. Na Bibliotheca de Evora e no Museu de Bellas Artes, de Lisboa, estão os pendões da Inquisição das mesmas cidades. Insignia com as armas nacionaes que se arvora nos castellos, navios e principaes estabelecimentos publicos *(V. Bandeira nacional)*. Ha varias especies de bandeiras, taes como, a *balsa*, *gonfalão*, *guião*, o *estandarte*, *pendão*, *galhardete*, *flammula*, etc.; denominações em geral relativas á forma d'esta insignia. *Bandeira*, propriamente, é da forma d'um rectangulo, *estandarte*, de um quadrado, *galhardete*, ou *bandeira farpada*, que tem o lado opposto á haste cortado de forma que faz um angulo rectangulo com as pontas. Designa-se por *bandeira de combate* a bandeira nacional, mas muito maior do que regularmente se usa. A' *bandeira nacional*, a que serve de distinctivo de um Estado, chama-se *pavilhão*. Nos navios, conforme o logar em que se arvora, tambem serve de insignia de commando, e segundo a graduação do official commandante assim se colloca ou no tope do mastro mais alto, no traquete e na mezena. *Bandeira parlamentar* ou *de paz*, é a que se hasteia n'alguma fortaleza para conferenciar com o chefe sitiante, suspendendo-se as hostilidades de parte a parte, sendo de ordinario de côr branca. *Bandeira real*, era a que levava o alferes-mór deante do soberano quando este commandava em pessoa o exercito. O estandarte real que D. Sebastião levou para a Africa e que foi solemnemente benzido na sé de Lisboa, antes do rei embarcar, era de damasco carmezim, aberto em duas pontas, e orlado de franja de prata, tendo de um lado bordada a ouro a imagem de Christo crucificado, e do outro lado as armas de Portugal com corôa

fechada e diadema imperial. Ainda hoje o pavilhão real, que designa a presença da pessoa do rei, é uma bandeira toda de seda carmezim com as armas portuguezas bordadas a prata e ouro. O *guião* era uma bandeira que se levava na guerra menor, e era insignia de cavalleiro, e mesmo do rei, quando este saia da batalha, ou corpo, em que ia a bandeira real do reino. Levava-o um pagem e era o *guião da divisa real*. Ao contrario da bandeira real, o *guião* saia em recontros de menor circumstancia. *Estandarte*, era a bandeira quadrada com as armas reaes, que levava o alferes, differindo da *bandeira real* e do *guião real*. Quando D. João II creou marquez de Villa Real ao conde do mesmo titulo, D. Pedro de Menezes, com a espada do conde cortou as pontas do estandarte do marquez, que ficou em bandeira quadrada como a de principe. Em heraldica entende-se por bandeira o movel de armaria que representa aquella insignia militar; diz-se *bandeira revirada* a que tremúla para o lado esquerdo do escudo. A bandeira pode considerar-se como a reproducção do brazão ou armas de um Estado, de uma familia, de um bando ou partido, hasteada em logar alto para que seja bem visivel, tanto aos parciaes como aos contrarios. A historia da bandeira está portanto ligada intimamente ás insignias convencionaes usadas pelos homens para se distinguirem nas suas eternas luctas. Na edade-média as bandeiras multiplicaram-se immensamente, porque o soberano, os cavalleiros e ricos-homens, todos tinham a sua bandeira, com distinctivos proprios e feitios diversos, segundo as graduações e gerarchias. E' bem significativa a designação de senhor de *pendão e caldeira* (V. *este titulo*). Ao terminar a edade-média era já a bandeira em toda a parte um symbolo ou representação genuina do paiz e da nacionalidade, e por isso objecto de veneração, digna das honras reaes e da benção religiosa. Como consequencia natural do alto prestigio que deu á bandeira o symbolismo patrio, a consagração religiosa e o juramento publico e solemne de a defender contra todos os inimigos da religião e da patria, proveiu a importancia que sempre se ligou ao acto da sua conquista e ao da sua perda. Este é o successo mais desgraçado da lucta; aquelle o mais meritorio de um soldado. Quantos nomes d'estes arrojados pelejadores não conserva a nossa historia! E' Gonçalo Pires, o *Bandeira*, pela façanha praticada na batalha de Toro; é Duarte de Almeida, o *Decepado*, que defendeu com bravura a bandeira na mesma batalha; é Luiz de Brito, em Alcacer-Kibir, envolvendo em si o estandarte real, e morrendo com elle. Seria longa a lista d'esses heroes se aqui a quizessemos fazer. Entre as varias bandeiras de que se encontra menção na nossa historia, são notaveis o estandarte verde da *Ala dos Namorados*, que esteve em Aljubarrota; o pendão que o Mestre de Aviz arvorou em Lisboa, quando, depois de morto o conde de Andeiro, se apresentou ao povo; e no qual se viam pintadas as figuras dos infantes D. João e D. Diniz, filhos de el-rei D. Pedro I e de D. Ignez de Castro. Gaspar Correia, nas suas *Lendas da India*, apresenta bandeiras de varias côres figurando nas nossas armadas e fortalezas. As bandeiras tomadas em batalha foram sempre consideradas como um monumento historico de grande veneração. No nosso Museu de Artilharia, entre outras preciosidades, affirma-se que existem as bandeiras tomadas aos moiros na celebre batalha do Salado. No *Catalogo das collecções do Museu de Artilharia*, entre os artigos historicos, descrevem-se muitas bandeiras, algumas das quaes são reliquias gloriosas. As bandeiras do exercito portuguez teem sido muito variadas. Um manuscripto feito em 1669 e existente na bibliotheca real da Ajuda, onde veem as *insignias dos pendões militares*, apresenta o portuguez com a côr verde e no centro as armas de Portugal. Em 1813 o Principe Regente mandou bordar nas bandeiras dos regimentos n.ºs 9, 11, 21, e 23 os seguintes versos dos Lusiadas: *E julgareis qual é mais excellente — Se ser do mundo Rei, se de tal gente*. Nas bandeiras dos batalhões de caçadores n.ºs 1 e 7 mandou o mesmo principe bordar os versos: *Distinctos vós sereis na lusa historia — C'os louros que ganhastes na victoria*. Aos regimentos que tomaram parte na campanha da Catalunha e no Roussillon foi concedido usar na bandeira uma legenda do seu valor. Em 1832, por decreto de 1 de agosto, foi condecorada com a ordem da Torre e Espada a bandeira do batalhão de caçadores n.º 5. A outros regimentos teem sido concedidas por distincção legendas especiaes, allusivas á sua bravura e valor. Por decreto de 8 de novembro de 1892 foram reunidas n'um só documento todas as disposições relativas a bandeiras e estandartes dos corpos do exercito, simplificando-se e uniformisando-se os respectivos padrões. A bandeira é quadrada de 1,m 30 de lado, bipartida vertical e egualmente em azul e branco, ficando o azul junto á haste e enfiando n'esta por uma bainha da mesma seda azul. No meio da bandeira estão bordadas, n'uma e n'outra face, as armas portuguezas, cercadas por dois ramos de loureiro, ligados no seu cruzamento por um laço de fita de seda encarnada de que pende a cruz da ordem militar de N. S. Jesus Christo, e tendo inferiormente uma fita branca com a legenda official do regimento a que pertence. Em cada angulo da bandeira está bordada a cifra real coroada. O laço, cordões e borlas são azues e brancos. O estandarte é analogo á bandeira, com a modificação do quadrado ter 8 decimetros de lado.

Bandeira (*Combate do Alto*). Assim ficou conhecido o combate, que se travou no dia 8 de setembro de 1832, entre as tropas constitucionaes, que guarneciam a margem esquerda do rio Douro, e as do partido absolutista. N'aquella epoca, eram deficientes os trabalhos de fortificação que se tinham feito n'aquelle local, e as tropas liberaes limitavam-se apenas ao batalhão movel que occupava a posição do convento da serra do Pilar, e ao 6 de infantaria que estava no Alto da Bandeira, tendo ordem de, no caso de ataque serio, retirar para o Porto, cortando a Ponte, e deixando unicamente duas companhias na serra. No dia 8 de setembro os miguelistas procuraram com um ataque vigoroso assenhorear-se da margem esquerda do Douro, e principalmente da serra do Pilar. Uma columna de 4:000 a 5:000 miguelistas, commandada pelo brigadeiro Nicolau de Abreu, avançou de Grijó pela estrada do Porto, e chegando á Bandeira, começou o fogo com o batalhão de infantaria n.º 6. Ouvidos na cidade os primeiros tiros, o governador militar, Bernardo de Sá Nogueira, correu logo

ao ponto atacado, e quando chegou ao Alto da Bandeira, já o combate se tornara bastante renhido, estando gravemente ferido o major do 6, Filippe Marcely Pereira. Com a sua reconhecida bravura, Sá Nogueira quiz sustentar-se n'aquella posição animando os soldados com a palavra e o exemplo, mas bem depressa reconheceu a impossibilidade, em vista da grande desproporção de forças. Foi então que o valente general teve a desgraça de ser ferido gravemente no braço direito por uma bala; comtudo, não desanimou, e conduziu o batalhão até ao Porto. Foi elle quem indicou os pontos que se deviam occupar para tomar de flanco o inimigo na sua marcha, e quem providenciou para o levantamento da ponte. Só depois de chegar ao quartel é que tratou do braço ferido, reconhecendo-se então a necessidade urgente de ser amputado. No entretanto, o brigadeiro Nicolau Abreu chegava até á praia de V. N. de Gaia, e repellido d'ali pelo fogo dos navios de guerra surtos no Douro, foi dirigir os seus ataques contra o convento, mas apezar dos grandes e repetidos esforços que empregou, não conseguiu tomar esta posição, e desde esse dia os constitucionaes ficaram de posse da serra do Pilar, onde depois se praticaram actos de valor e de heroismo, constituindo a defeza d'este ponto um dos mais brilhantes episodios do cerco do Porto. V. *Sá da Bandeira (Bernardo de Sá Nogueira, marquez de).*

Bandeira. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de Santa Marinha, de Forjães, conc de Espozende, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Christovam, de Labruja, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Sebastião, de Passos, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Casal na freg. de S. Pedro, de Alverca, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª da Purificação, de Cachoeiras, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de S. Lourenço de Mamporcão, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Gloria, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Quinta na freg. de Santa Eulalia, de Lanhezes, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Quinta na freg. de N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Bartholomeu da Charneca, 3.º bairro de Lisboa. || Quinta na freg. de Santa Clara, conc. e distr. de Coimbra. || Serra na prov. de Traz-os-Montes, termo de Chaves. Tem 3 k. de comprimento, e é muito fria. Cria mattos espessos por entre os grandes penedos que tem, e n'elles ha lobos, rapozas e caça miuda.

Bandeira Coelho *(José).* General de engenheiros, deputado, par do reino, etc. N. em Serrazes, conc. de S. Pedro do Sul, em 1833, fal. em novembro de 1897. Assentou praça em 1 de janeiro de 1856, tendo 23 annos de edade. Sendo muito conhecedor do que respeitava á sua arma, foi chefe do estado maior, e exerceu distinctamente muitas commissões de serviço, algumas bem espinhosas. Entrou em politica, pertencendo ao partido reformista, e era amigo muito dedicado do bispo de Vizeu, D. Antonio Alves Martins. Foi um dos que mais concorreram para o pacto da Granja, no verão de 1876, entre reformistas e historicos. Ainda no posto de capitão, representou em varias legislaturas, na camara dos deputados, o circulo de Vizeu e outros, sendo mais tarde par do reino electivo. Nas questões politicas que se discutiam, o seu conselho era sempre considerado, como garantia de bom senso e de lealdade partidaria. O seu merito como engenheiro tambem se tornou bem conhecido; foi Bandeira Coelho que elaborou o plano da parte da praia de Espinho moderna, facto que a camara municipal da Feira commemorou, dando o seu nome á rua principal d'aquella localidade, que vulgarmente é conhecida pelo *Chiado de Espinho.*

Bandeira nacional. As varias alterações que tem soffrido a bandeira portugueza respeitam á côr do tecido e á forma do brazão d'armas n'ella representado. Quanto a este foi modificado successivamente, conforme as dynastias reinantes. *(V. Portugal, Armas de).* Antigamente a bandeira nacional era toda branca, tendo no centro as armas reaes. Nas côrtes constituintes de 1821, em sessão de 14 de agosto, o deputado Miranda propoz que o laço nacional fosse d'ali em deante verde-salsa e amarello côr de ouro. Na sessão de 21 do mesmo mez foi o assumpto das côres nacionaes discutido, approvando-se afinal, sobre proposta do deputado Trigoso, que tanto para o laço nacional como para a bandeira portugueza fossem adoptadas as côres azul e branca, empregadas no escudo de D. Affonso Henriques. Com a queda do systema constitucional em 1823, o laço azul e branco passou a ser azul e encarnado, e a bandeira ficou toda branca. Com o decreto da regencia da ilha Terceira de 18 de outubro de 1830 foi novamente ordenado que a bandeira portugueza fosse bipartida verticalmente de branco e azul, ficando esta côr junto á haste, com as armas no centro das duas côres; e que de egual modo se alterasse o laço nacional. Assim se conserva ainda hoje este distinctivo da nossa nacionalidade.

Bandeira de Neiva *(Antonio da Cunha Pereira).* Doutor e lente na faculdade de direito na Universidade de Coimbra. Fôra graduado na antiga Universidade de Leis a 26 de dezembro de 1835. N. em Ançã, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra; fal. a 20 de outubro de 1872. Tinha o mesmo nome de seu pae. Escreveu e publicou *Observações sobre o projecto do Codigo civil,* Coimbra, 1860.

Bandeira dos officios. As corporações dos officios agremiados na antiga Casa dos Vinte e Quatro tinham cada uma a sua *bandeira.* Dizia-se que um officio estava *embandeirado* quando se achava reunido a outros sob a bandeira de um santo seu patrono. Cada *bandeira* ou grupo de officios dava seus delegados á Casa dos Vinte e Quatro, e estes constituiam a respectiva junta *(V. Casa dos Vinte e Quatro).* As insignias d'estes grupos, que eram as chamadas *bandeiras dos officios,* tomavam sempre logar nos actos publicos, especialmente nas procissões. Segundo a descripção feita por Ignacio Barbosa Machado, na sua *Historia Critico-Chronologica da Instituição da festa, procissão e officio do Corpo Santissimo de Christo no Veneravel Sacramento da Eucharistia,* 1759, as bandeiras dos officios eram á maneira de grandes paineis, de fórma quadrangular, suspensas por cordões de seda e ouro, de que pendiam muitas e grandes borlas do mesmo

metal ou de prata dourada. Estas bandeiras eram em grande numero e de grande riqueza, sendo umas de damasco, outras de brocado carmezim e muitas de bordaduras de ouro, sob as quaes se viam representadas em preciosas tarjas e circulos de ouro as imagens dos santos que em sua vida exerceram officios mecanicos, ou de outros santos a quem escolhera a devoção dos officios para seu patrono. Nas procissões, eram as bandeiras dos officios levadas por homens vestidos com opas ou tunicas talares perfiladas de galão de prata. Algumas das bandeiras eram tão pesadas, pelo muito ouro das suas guarnições franjas e bordadura, que para se moverem precisavam da força de tres ou quatro homens, que de quando em quando se revezavam. Vestiam estes de encarnado com perfil de galão de prata, vendo-se em todas as bandeiras o capricho dos officiaes mecanicos de Lisboa. A preeminencia do logar em que iam era indicio da sua grande antiguidade. Acompanhavam cada bandeira os officiaes mecanicos dos varios officios n'ella respectivamente agremiados. Estas bandeiras, em Lisboa, eram onze e representam os seguintes santos: S. Jorge, S. Miguel, S. Chrispim, Senhora da Conceição, Senhora das Mercês, Santa Rufina e Santa Justa, S. José, S. Gonçalo, Senhora da Oliveira, Senhora das Candeias e Senhora da Encarnação. A bandeira de S. José, ainda hoje se póde vêr na séde da Associação dos constructores civis e mestres d'obras, de Lisboa.

Bandeiras. Pov. na ilha do Pico, freg. de N. S.ª da Boa Nova, conc. de Magdalena, distr. da Horta, bisp. de Angra do Heroismo, conc. da ilha do Pico, com séde na villa de S. Roque. Tem est. post. permutando malas com Magdalena. Pertence ao commando mil. dos Açôres e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 25 com a séde em Angra. Tendo sido annexada esta povoação ao conc. de S. Roque do Pico por decreto de 18 de novembro de 1895, que supprimiu o de Magdalena, voltou a este, restaurado, pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. || Quinta na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. da Torre de Moncorvo, distr. de Bragança.

Bandeirinha. Pov. na freg. de Santo Adrião e conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Bandim. Pov. de negros chamados *papeis*, na Senegambia, a O. da praça de S. José de Bissau, da qual dista 2:500 m.; pertence ao conc. d'este nome, distr. da Guiné, prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Tem bom porto por onde se faz bastante commercio. || Uma das dez tribus de pretos *papeis* na ilha de Bissau, cujo regulo reconhece a soberania de Portugal e é o balobeiro grande ou summo sacerdote da religião fetiche, que a tribu segue. || Pequena ilha muito arborisada, fronteira ao porto e povoação do mesmo nome, na Guiné, Africa Occidental.

Bandiva. Prov. ao norte de Sofala no Quiteve. Foi doada a Portugal pelo imperador de Monomotapa em 1580; n'ella, porém, os portuguezes não teem actualmente nenhum estabelecimento. A terra é esteril, o que se attribue á grande extensão de minas de ouro, que ha n'esta provincia. || Pov. de cafres, no territorio de Quiteve, distr. de Sofala, prov. de Moçambique, Africa Oriental, entre os rios Revué ao N. e o Buzio ao Sul.

Bandões. Pov. na freg. de S. Mamede, de Cepães, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Bandorá. Pov. na prov. de Pondá, com. e distr. das ilhas de Gôa, India. E' celebre por se ter ali refugiado o rei de Sunda em 1764, quando o seu reino foi invadido por Aidar-Ali-Kan.

Bandorbaxém. Pov. do torofo d'este nome, no conc. de Sanguém, distr. de Gôa, na India.

Bandova. Ribeira, na prov. da Beira Baixa, com. da Guarda. N. no sitio do Curuto d'Alfatima, ábas da serra da Estrella, proximo á villa do Crasto, e entra no rio Mondego, proximo a Cellas, no fim do campo do Aljão, freg. de S. Pedro, de Gouveia. A 6 k. da sua confluencia recebe a ribeira de Cessada. Corre arrebatada por entre penhascos com 18 k. de curso. Tem as margens muito arborisadas, muitas videiras, moinhos, lagares de azeite e pizões. Em Lagarinhos ha uma ponte de lagens, e outra de cantaria em Rio Torto. Passa por Castro Verde, Rio Torto, Gouveia, Mangualde da Serra, Lagarinhos e Moimenta.

Banduja. Pov. na freg. de Santa Christina e conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real.

Banduja ou Benduje. Logar na freg. de Santo Adrião de Cever, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

Bandulha. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu, || Pov. na freg. de S. Thomé, de Canellas, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de N. S.ª das Neves, de Ribafeita, conc. e distr. de Vizeu.

Bandurreira de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Suzana, de Carapinheira, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Bangene. Territorio do distr. de Inhambane, ao N. na prov. de Moçambique, Africa Oriental habitado pelos vatuas e landins.

Bango. Rio, cuja nascente está situada nas terras do Chissaca, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Lança as suas aguas no lago Nyassa, ao N. de Molamba, || Pov. no territorio do Bailundo, a uns 200 k. ao N. E da cidade de S. Filippe de Benguella, no distr. e conc. de Benguella, prov. de Angola, Africa Occidental. || Ilhota do archipelago de Bazaruto, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Bango-a-Quitamba. Pov. e conc. de Golungo Alto, distr. e conc. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental. Presume-se haver ali minas de ouro.

Bangos. Pov. de Angola, entre o qual existe uma especie de franco-maçonaria em que todos os filiados devem ser bons caçadores. Os que pertencem a esta seita cingem a cabeça com uma tira de pelle de bufalo; pódem-se empregar como mensageiros sem se ter receio da menor infidelidade.

Bangue. Pov. na margem esquerda do rio Mussunguri, no distr. de Senna, com. de Quelimane, arceb. de Gôa, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Banguinim. Pov. da regedoria de S. Pedro do conc. das ilhas, no distr. de Gôa, na India. Ha aqui uma fonte de agua potavel, mas um tanto chloretada e magnesica, não tendo gaz carbonico livre. V. *Analyse mineral das aguas medicinaes da India Portugueza*, por Viriato João Pinto, Nova Gôa, 1898.

Banha *(João)*. Mestre de carpinteiro de casas em Cochim, occupado nas obras da fortaleza d'esta cidade. Apparece como testemunha n'uma inquirição mandada tirar por Jorge Barreto, capitão da mesma fortaleza, a requerimento de Gaspar Pereira, a 22 de fevereiro de 1509. Esta inquirição vem publicada no vol. II das *Cartas de Affonso de Albuquerque*, pag. 430 e seguintes.

Banha *(Fr. Manuel)*. Religioso da ordem de S. Francisco, da provincia da Madre de Deus, da India Oriental. Compoz um *Vocabulario* da lingua do Idalcão, que ficou inédito.

Banha *(Theotonio Xavier de Oliveira)*. Tenente que foi de cavallaria na Legião portugueza ao serviço de Napoleão I. N. em Setubal a 18 de fevereiro de 1785, onde tambem falleceu a 2 de maio de 1853. Quando em 1808 Junot dissolveu o exercito portuguez, marchou com a legião, que então se formou, como empregado na secretária do general Gomes Freire. Atravessando a Hespanha e a Allemanha, entrou na expedição da Russia, e só depois da paz pôde voltar á patria. Dos acontecimentos d'essa epoca, e especialmente dos que diziam respeito á legião portugueza, colligiu Oliveira Banha diversos apontamentos, que em 1865 fôram mandados publicar pelo ministro da guerra, então o visconde de Sá da Bandeira. D'esta publicação foi encarregado Claudio Chaby, que accrescentou a obra com muitos e interessantes documentos relativos ao mesmo assumpto, formando assim um livro muito curioso, e indispensavel para o estudo militar d'aquella epoca. Oliveira Banha, quando esteve em Berlim, procurou instruir-se no exercicio e manejo da lança, e para isso obteve a necessaria licença das autoridades militares. Quando em 1827 foi proposta na nossa camara de deputados a organisação de alguns esquadrões de lanceiros da guarda nacional, publicou um folheto com o titulo de: *Instrucções para o exercicio e manobra da lança, segundo o systema dos ulanos da Prussia occidental; offerecidas ao Ill.mo sr. Barão de Quintella*, etc. Oliveira Bandeira, depois do seu regresso, exerceu por alguns annos commissões e empregos particulares, e por ultimo o de guarda-mór da saude no posto de Setubal. Além das obras apontadas, escreveu mais: *Exposição abreviada dos principaes actos da administração da Santa Casa da Misericordia da villa de Setubal, no anno economico de 1843 a 1844*, Lisboa, 1844; o autor servia n'esse tempo de provedor da referida casa; *Programma de utilidade, e embellezamento do concelho da villa de Setubal, offerecido á Camara Municipal de 1847 a 1848*; foi inserto na *Revolução de Setembro*, n.º 1569; *Projecto e regulamento da Junta e Repartição do Sal das Marinhas do Sado*; sahiu na *Revolução de Setembro*, n.º 2902. A obra incumbida a Claudio Chaby tem o seguinte titulo: *Relação dos factos mais notaveis pelo autor presenceados nas campanhas de 1808, 1809, 1812 e 1813, e em que entrara a Legião Portugueza commandada pelo Marquez de Alorna, ao serviço de Napoleão I.*

Banha *(Quinta do)*. Na freg. de N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa.

Banha Quaresma *(Manuel)*. Bacharel em Direito Civil pela Universidade de Coimbra. Era natural de Montemór-o-Novo. Foi advogado de muita fama da Casa da Supplicação, e viveu muitos annos em Roma, onde falleceu em 1726. Recebendo ordens de presbytero, obteve um emprego pingue. Querendo continuar os *Commentarios ás ordenações do reino de Portugal*, cuja empresa fôra occupação do distincto jurisconsulto Manuel Alvares Pégas, publicou: *Thesaurus Quotidianarum Resolutionum ad Leges Municipales Ordinationum nuncupatam Regni Portugaliæ tomus primus, Pars I, Romæ, 1724; Pars II e III*, idem, *1725 e 1726*; *Index Generalis, Pars IV*, idem, 1727.

Banhado. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Banhadouro. Pov. na freg. de S. Paio, de Besteiros, conc. de Amares, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santo Estevão, de Urgezes, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Banhas *(Montes das)*. Na freg. de S. Salvador, de Alcaçovas, conc. de Vianna do Alemtejo, distr. de Evora.

Banheira. Logar na freg. de S. Lourenço, de Alhos Vedros, conc. da Moita, distr. de Lisboa.

Banheiro *(Quinta do)*. Logar na freg. de S. Salvador, de Panoias de Cima, conc. e distr. da Guarda.

Banho *(Alexandre Thomaz de Moraes Sarmento, 1.º visconde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 9 de junho de 1824; do conselho de Sua Magestade, par do reino, deputado, desembargador da Casa da Supplicação, bacharel em leis pela Universidade de Coimbra, etc. N. na cidade da Bahia a 11 de abril de 1786, fal. a 16 de abril de 1840. Era filho de Thomaz Ignacio de Moraes Sarmento, fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 30 de novembro de 1803; desembargador da 4.ª casa dos aggravos da Supplicação, procurador da fazenda do Ultramar; deputado da Junta do Estado e Casa de Bragança; desembargador da Relação e casa do Porto; desembargador da Relação da Bahia; juiz de Fóra da villa de Cascaes; bacharel formado em canones; habilitado para os logares de letras por despacho de desembargo do Paço de 23 de julho de 1775. Tanto Alexandre Thomaz como seu irmão Christovão Pedro, que foi o 1.º barão e o 1.º visconde da Torre de Moncorvo, fôram declarados filhos naturaes legitimados, quando se lhes concedeu o fôro de fidalgos cavalleiros da Casa Real, pelo alvará acima citado, de 9 de de junho de 1824 *(V. Torre de Moncorvo, 1.º visconde da)*. Alexandre Thomaz já o havia sido antes, quando em janeiro de 1810 lhe foi dispensada a habilitação para lêr no desembargo do paço. O futuro visconde do Banho veiu para Portugal frequentar na Universidade de Coimbra o curso de leis, em que obteve o grau de bacharel. Assentou praça no corpo academico em 1808, por occasião da guerra peninsular. Quando se realisou o movimento liberal de 1820, adheriu aos principios da revolução, e, sendo eleito deputado no congresso, tomou parte nos trabalhos parlamentares de então, depois em 1822, e mais tarde nas côrtes de 1826, sendo eleito pela provincia da Beira. Pertencendo ao partido constitucional, foi em 1828 escolhido para membro da junta provisoria que se formou no Porto, e d'esta cidade passou a Inglaterra conjunctamente com os membros da junta a bordo do vapor inglez *Belfast*. Terminada a guerra civil, Moraes Sarmento re

gressou ao reino, foi elevado ao pariato, por carta regia de 10 de setembro de 1834, de que prestou juramento e tomou posse nas camara dos pares, em sessão de 28 de janeiro de 1835; teve a nomeação de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Madrid, em 1834, sendo encarregado de negociar o reconhecimento do governo da rainha D. Maria II n'aquella côrte. Foi tambem como conselheiro de delegação na deputação ao Rio de Janeiro; desembargador da Casa da Supplicação com exercicio na Relação e Casa do Porto; procurador fiscal das mercês; provedor do concelho da Torre de Moncorvo, corregedor da comarca de Villa Real, em 1816, e conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça. Por decreto de 21 de julho de 1835 foi agraciado com o titulo de visconde do Banho. Sendo contrario ás idéas da revolução de setembro, de 1836, pediu immediatamente a exoneração do logar de conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, e quando se deu a tentativa de reacção conhecida vulgarmente pelo nome de *Belemzada*, o visconde do Banho foi escolhido por D. Maria II para ministro do reino. Esse gabinete, porém, não durou sequer 24 horas, e nenhum dos ministros chegou a tomar conta das pastas que lhe haviam sido confiadas. O presidente d'este ephemero ministerio foi o marquez de Valença. O visconde de Banho casou a 10 de maio de 1816 com D. Maria dos Prazeres Girão de Sousa e Mello, dama da ordem das Damas Nobres de Maria Luiza de Hespanha, filha e herdeira de Seraphim Girão de Sousa e Mello, e de D. Luiza Adelaide de Magalhães Coutinho da Motta. Emquanto esteve emigrado em Londres, escreveu e publicou: *Russell de Albuquerque, conto moral por um portuguez*, impresso em 1833; apezar de sahir anonymo, é geralmente attribuido ao visconde do Banho. Escreveu mais: *Apontamentos geraes para um systema provisional de publica administração, logo que seja restaurada a legitima autoridade da Rainha Fidelissima a Senhora D. Maria II*, Lisboa, 1833. Nos *Diarios das camaras* dos pares e deputados acham-se os seus discursos, que fôram numerosos e importantes. O visconde do Banho era commendador da ordem de N. S.ª da Conceição; grã-cruz da ordem americana de Izabel a Catholica de Hespanha; condecorado com a medalha por duas campanhas da guerra peninsular.

Banho *(Thomaz Ignacio Girão de Moraes Sarmento, 2.º visconde do)*. Fidalgo da Casa Real. N. a 19 de maio de 1819; succedeu na casa de seu pae a 16 de abril de 1840, sendo o titulo renovado por decreto de 5 de agosto do referido anno. O actual visconde, reside em Rio de Moinhos, e é o sr. Julião Girão de Moraes Sarmento.

Banho Pov. e freg. de Santa Eulalia, da provincia do Douro, conc. e com. de Marco de Canavezes, distr. e bisp. do Porto; 338 hab. e 64 fog. Pertenceu ao conc. de Santa Cruz de Riba-Tamega, e depois ao de Amarante. Esta freg. está annexada civilmente á de Carvalhosa, dista 10 k. da séde do conc. e fica situada n'uma baixa. O vigario era apresentado pelos frades bentos de Travanca, os quaes lhe davam 16$000 réis, fóra o pé de altar, que era insignificante. Na pov. existe a antiga torre da casa de Villa Boa de Queires. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 13, com a séde em Villa Real. || Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho. conc. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 191 hab. Está situada n'um alto, d'onde se descobrem varias freguezias. O reitor era apresentado alternativamente pelo papa, e pelo arcebispo de Braga. Tinha 40$000 réis de congrua e outro tanto de passal e pé de altar. A egreja foi mosteiro de cruzios fundado por D. Pedro, arcebispo de Braga, entre os annos de 1072 a 1096. Foi depois reduzido a commenda de Christo e reitoria secular. O cardeal D. Henrique, em 1566, o uniu para sempre ás commendas de Christo, depois de andar muitos annos em commendatarios. A terra é fertil e pertence á 3.ª div. mil, e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Villa, couto extincto, na freg. de N. S.ª da Expectação, da Varzea, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. Está situada sobre a margem esquerda do Vouga, onde tem uma boa ponte de pedra, com dez arcos, 9 k. abaixo de S. Pedro do Sul. N'esta villa houve antigamente um mosteiro da ordem de Santo Agostinho. N'esta villa, junto ao rio, brotam umas aguas thermaes, que são conhecidas pelos nomes de *Caldas de S. Pedro do Sul*, *de Lafões*, ou de *Alafões (V. S. Pedro do Sul)*. D. Affonso I deu-lhe foral em agosto de 1152, confirmado por D. Affonso II em outubro de 1217. Tem est. post. e teleg. permutando malas com S. Pedro do Sul. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Cavez, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santo André, de Jou, conc. de Murça, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Paçô, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Villa Cova, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Quinta na freg. do Espirito Santo, de Cortiçada, conc. de Aguiar da Beira, distr. da Guarda.

Banhos. Pov. na freg. de S. Miguel, de Villarinho do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Miomães, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Herdade na freg. de S. Sebastião, de Giesteira, conc. e distr. de Evora. || Horta na freg. de Santo Antonio Velho, conc. de Serpa, distr. de Beja. || Horta na freg. de N. S.ª dos Martyres e conc. de Arraiollos, distr. de Evora. || Quinta na freg. de S. Sebastião, de Pereiro, conc. de Tarouca, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de S. Sebastião, de Villa Costez do Mondego, conc. e distr. da Guarda.

Banhos d'Alcafache. Pov. n'esta freg. orago S. Vicente, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. V. *Alcafache.*

Banhos da Figueira de Cantagallo. Pov. na freg. de S. Salvador, de Canuas de Senhorim, conc de Nellas, distr. de Vizeu.

Banhos Seccos. Pov. na freg. de Santa Clara, conc. e distr. de Coimbra.

Banhosa. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pelmá, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Banhums. Povo de raça negra da Africa Occidental, no distr. da Guiné, prov. de Cabo Verde. Habita na margem do rio de S. Domingos, defronte do presidio de Cacheu. Os banhums vestem pelles de cabra ou tecidos de folhas de palmeira; as mulheres, antes do casamento, cobrem-se apenas com um panno de 6 a 8 pollegadas de largura, e depois de casadas usam pan-

nos brancos ou azues fabricados em Geba. Este povo vive em tribus, e emprega-se na cultura, na pesca e na creação de gado.

Banido. Logar na freg. de Santo André, de Painzella, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Miguel, de Refojos de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Banja. Pov. na serra de Chella, distr. e com. de Mossamedes, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental. Dista 113 k. da capital do districto || Pov. de cafres no distr. de Inhambane, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Banrezes. Pov. na freg. de S. Vicente, de Valle de Porca, conc. de Macedo de Cavalleiros, distr. de Bragança.

Bantam. Cidade da ilha de Java, capital do antigo reino de Bantam. Em 1497 foi visitada pelos portuguezes que frequentavam estas paragens e n'ella estabeleceram feitorias. Hoje pertence aos hollandeses.

Banza Aputo. Pov. de S. Salvador do Congo, no distr. de Loanda, prov. de Angola. Fica no caminho entre o forte de S. Salvador e o Bembe, e dista do ultimo 140 k., 14 d'aquelle, 290 do Ambriz e 380 de Loanda.

Banza Congo. Nome dado pelos indigenas africanos a S. Salvador do Congo. A esta povoação dão os chronistas portuguezes, e quasi todas as cartas estrangeiras, o nome de Ambassi.

Banza do Macache. Pov. do conc. de D. Pedro V, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. Fica no caminho do Bembe para o Ambriz, a 34 k. do primeiro, 188 do segundo e 212 de Loanda.

Banza do Sonho. Pov. na margem esquerda do Zaire no Sonho, Congo, prov. de Angola, Africa Occidental, na enseada de Santo Antonio e foz d'aquelle rio, a 212 k. do Ambriz.

Baóla. Reino de gentios *papeis* na margem esquerda do Rio de S. Domingos, Guiné, Africa Occidental. São trataveis. | Rio do reino do mesmo nome, confluente do de S. Domingos, na Guiné, Africa Occidental.

Baptista *(Ambrosio)*. Escriptor que viveu no seculo XVIII e que fez uma obra intitulada: *Discurso de las miserias de la vida y calamidades de la religion catholica,* impressa em Madrid, em 1635

Baptista *(Soror Antonia)*. Freira do convento da Esperança, da ordem de S. Francisco, de Villa Viçosa, da provincia dos Algarves, e poetisa de talento, que viveu no seculo XVII. Escreveu em verso: *Fundação do Mosteiro de N. S.ª da Esperança de Villa Viçosa*, obra que em 1657 estava prompta para a impressão, mas que não chegou a imprimir-se.

Baptista *(Antonio Augusto)*. Director da Coudelaria Nacional, para onde foi nomeado em janeiro de 1903. Serviu como intendente de pecuaria em Bragança, Castello Branco e Vizeu, em cujos lyceus tambem exerceu o magisterio. Em 1886, o ministro das obras publicas, então o sr. Emygdio Navarro, o nomeou para dirigir a sua primeira Escola Agricola, de Coimbra, e a Coudelaria Nacional do Norte.

Baptista *(Antonio José)*. Professor regio de primeiras letras em Sacavem. Escreveu: *Compendio de Grammatica e Orthographia Portugueza*, Lisboa, 1816.

Baptista *(Fr. Antonio do Rosario)*. Tambem conhecido por Fr. Antonio Baptista, ou Fr. Antonio Baptista Abrantes. *V. Abrantes.*

Baptista *(Fr. Diogo)*. Celebre theologo. N. no logar de Lamede, termo de Cantanhede, bispado de Coimbra, fal. em Santarem a 28 de setembro de 1624. Era filho de Belchior Fernandes, e de sua mulher, Antonia Gonçalves. Ouviu philosophia de Fr. Bernardino de Senna, que de ministro geral da ordem seraphica, subiu á cadeira episcopal de Vizeu, no convento de Santa Christina, cuja faculdade ensinou depois no convento de Leiria, em 1606, tornando-se notavel a sua aula, d'onde sahiram muitos discipulos illustres. Na congregação geral celebrada na cidade de Segovia, em 1621, votou como custodio d'esta provincia, e voltando ao reino, foi visitador da provincia da ordem Terceira da Penitencia, no anno de 1623. Sendo lente jubilado e qualificador do Santo Officio, foi eleito na Congregação celebrada em Lisboa a 19 de maio de 1623, guardião do convento de S. Francisco em Santarem, onde falleceu. Deixou escripto: *Commentaria da Dialecticam de Aristotelis*, que ficou inedito, e cujo manuscripto se conservava no collegio de S. Boaventura, de Coimbra.

Baptista *(Fr. Francisco)*. Religioso da ordem dos eremitas, de Santo Agostinho, que viveu no seculo XVII. Era natural de Campo Maior. Dedicando-se tambem á musica, foi discipulo de Antonio Pinheiro, mestre da capella do palacio de Villa Viçosa, e depois na cathedral de Evora, e tanto se distinguiu que foi nomeado mestre de capella do convento da sua ordem, em Cordova. Compoz diversas musicas de que fala o *Catalogo da livraria real de musica*, mandado fazer por D. João IV, e entre ellas dez villancicos, com a letra em hespanhol, a maior parte para as festas do Natal, escriptos para uma, duas, tres, quatro e até oito vozes.

Baptista *(Francisco Xavier)*. Organista, que viveu em Lisboa na segunda metade do seculo XVIII. Era socio da irmandade de Santa Cecilia, tendo-se inscripto em 14 de fevereiro de 1761, segundo consta nos documentos d'aquella irmandade, com a classificação de primeiro organista da Basilica de Santa Maria. Foi autor d'uma collecção de musicas para cravo, hoje muito curiosa por ter sido um dos primeiros ensaios de musica estampada que se fez em Lisboa. Tem o seguinte titulo: *Dodoci Sonate, Variazione, Minuetti per Cembalo Stampati a spese degli Sigr.ri assinanti Composti Da Francesco Zav.º Battista Maestro e Compositore di Musica, opera* I. Em dois livros manuscriptos, existentes na Bibliotheca Nacional de Lisboa, os quaes conteem grande porção de musicas para cravo, encontram-se duas de Xavier Baptista: uma tem o titulo: *Tocato per Cembalo; del Sigr.r Francisco Xavier Baptista; alle Dame*, 1765. A outra tem a seguinte designação: *Sonata para Cravo por o sr. Francisco Xavier Baptista.* N'uma folha separada, tambem manuscripta, vê-se um *Minuetto* do mesmo compositor. Na referida Bibliotheca encontra-se egualmente a partitura autographa de um *motete* a 4 vozes e orgão, de Xavier Baptista, com a data de 1766.

Baptista *(Fr. Gregorio)* Religioso franciscano da provincia de Catalunha, e depois monge benedictino, cuja cogula tomou no mosteiro de S. Sebastião, da cidade da Bahia, onde residiu al-

guns annos, dictando as sciencias severas aos seus domesticos, alcançando grande fama de bom letrado e insigne prégador. Voltou novamente á ordem seraphica, entrando na provincia dos Algarves. Foi lente de escriptura e examinador das ordens militares. Era natural do Funchal, mas ignora-se a data do nascimento, assim como a do fallecimento; sabe-se, porém, que morreu depois de 1640. Escreveu: *Annotationes in caput XIII Sacrosancti Christi Evangelii secundum Joannem*, *Conimbricæ*, 1621; *Sermão prégado na Sancta Casa da Misericordia de Coimbra, na primeira sexta-feira da quaresma de 1621*, Coimbra, 1621; *Primeira parte dos Sermões das Domingas de todo o anno quadruplicadas*, Lisboa, 1629; no prologo promette a 2.ª parte, que constava das *Domingas post Epiphaniam;* e a 3.ª das *Domingas post Pentecostes; Completas da Vida de Christo cantadas á Harpa da Cruz por elle mesmo com discursos predicaveis para as Tardes da Quaresma, e para as Festas da Cruz, de Nossa Senhora, e do glorioso S. João Baptista*, Lisboa, 1623. Estes sermões fôram traduzidos e impressos em hespanhol e italiano; *Annotationes in Evangelia totius annitam Dominicarum, quam Festivitatum*, Barcinone, 1638.

Baptista *(Isidoro Emilio)*. Doutor em medicina e licenceado em sciencias naturaes pela faculdade de Paris; formado em philosophia e bacharel em medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Loutolim, do concelho de Salsete, districto de Gôa, na India, a 24 de setembro de 1815, fal. em Lisboa a 16 de dezembro de 1863. Foi discipulo do Museu de Paris, onde frequentou o curso de Historia Natural, durante sete anuos, nos de 1847 a 1853; lente da cadeira de Montanistica e Docimasia na Escola Polytechnica, e incumbido de varias commissões de serviço publico. Veiu da India para Portugal no anno de 1839. Isidoro Emilio Baptista era socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa e membro vitalicio da Sociedade Geologica de França; cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição e da de Carlos III, de Hespanha, membro do conselho geral das obras publicas e minas, etc. O ter-lhe sido negado pela Academia das Sciencias o logar de professor de Historia Natural no instituto Maynense impressionou-o muito. Publicou então no *Jornal do Commercio* de 26 de fevereiro de 1861, a esse respeito, uma correspondencia muito extensa e curiosa. Depois de prolongada doença, falleceu n'uma casa de saude á Estrella. Isidoro Emilio Baptista collaborou em varios jornaes, *Rei e ordem*, *Revista academica de Coimbra*, *o Archivo rural*, etc. Escreveu: *A geometria em progresso*, Lisboa, 1846; sahiu com as iniciaes I. E. B., é uma refutação critica e graciosa de certa proposta absurda, apresentada por um alumno da Escola Polytechnica; *Thése pour le doctorat en Médicine, presentée et soutenue à la Faculté de Médicine de Paris, en 22 Août 1853; Discussão dos caracteres distinctivos da familia dos Paronychiaceas: classificação e diagnose dos generos que a compõem;* no tomo II, parte I, das *Memorias da Academia Real das Sciencias*, nova serie, classe 1.ª, 1857; *Estudos sobre a theoria analytica dos polyedros, e suas applicações á cristalographia;* sahiu no tomo II, pag. 257 a 295 dos *Annaes das Sciencias e Letras*, publicados sob os auspicios da Academia. A respeito de Isidoro Emilio Baptista, póde lêr-se a *Noção de alguns filhos distinctos da India portugueza*, de 1874, por M. V. de Abreu, a pag. 7, a *Illustração goana*, 2.º vol., 1866, por Julio Fernandes Gonçalves, e *Oriente Illustrado* de Torres e Dias, Bastorá, 1899, pag. 101, onde veem indicadas outras noticias biographicas.

Baptista *(Soror Joanna)*. Prioreza do convento de S. João das Maltezas, na villa de Extremoz, no seculo XVII. Era natural de Campo Maior, filha de D. João de Menezes, e de D. Magdalena da Silva, filha de Luiz da Silva Menezes, capitão de Tanger. Soror Joanna tinha tambem por irmão D. Manuel de Menezes, general da armada real e chronista mór do reino, Contava 18 annos de edade, quando professou. Escreveu a seguinte obra, que ficou em manuscripto: *Memorias do Convento de S. João da ordem militar de Malta situado em Extremoz.*

Baptista *(Fr. João)*. Provincial do primeiro convento de frades da ordem de Santo Antonio, que se fundou nos suburbios da cidade da Bahia, em 1587, e segunda vez fundado dentro da cidade. em 1594. Tendo ido a Roma buscar varias reliquias para o seu convento, ao regressar á patria, escreveu um livro, que nunca se imprimiu, intitulado: *Ramalhete de flôres de Italia*. O manuscripto conservava-se no referido convento da Bahia.

Baptista *(Fr. João)*. Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Lisboa no anno de 1596, e fal. em 1687, com 91 anuos de edade, no seu convento de Lisboa. Professou no convento de Leiria a 16 de outubro de 1611, onde aprendeu as sciencias escolasticas. Foi um dos mais celebres prégadores do seu tempo. Tinha por alcunha o *Alparca*. Os seus sermões nunca se collecionaram, e apenas um d'elles foi impresso em 1687, na *Laurea Portugueza*, e é o seguinte: *Sermão Panegyrico da gloriosa Assumpção de Maria Santissima prégado em o Convento da Madre de Deus.*

Baptista *(Fr. João)*. Religioso franciscano, menor da provincia de Portugal. Era natural de Coimbra, e foi mestre de noviços no convento de Santarem. Escreveu e dedicou em 25 de março de 1625 a D. Fr. Bernardino de Seuna, bisp. de Vizeu, geral que fôra da ordem franciscana, a seguinte obra: *Instrucção de Noviços com todas as cerimonias do anno do Noviciado assim communas, como do Coro, Altar, Sancristia para os Acolythos, e Ceroferarios, como do de fazer profissão, e o que para esse acto he necessario, e as regras de Officio Divino, assim do Breviario Romano, como as da nossa ordem.* No fim encontra-se: *Tratado dos casos reservados aos Padres nossos Provinciaes com todas suas particularidades.* Esta obra conservava-se em manuscripto na livraria do convento de S. Caetano, de Lisboa.

Baptista *(Fr. João)*. Religioso da ordem de Santo Agostinho. N. em Tavira, fal. no convento de N. S.ª da Boa Hora a 27 de janeiro de 1736. Era filho do dr. Belchior Baptista Delgado e de Joanna Figueira. Professou no convento de N. S.ª da Conceição do Monte Olivete, em Lisboa, a 24 de outubro de 1682. Aprendeu as sciencias escolasticas, dictou-as aos seus domesticos no convento de Evora, em que jubilou com fama de insigne letrado. Foi missionario em S. Thomé e Principe, d'onde passou á Bahia, fundando ali o hospicio de N. S.ª da Palma para religiosas da sua Reforma. Voltando a Portugal foi visitador

geral da congregação e primeiro definidor geral, qualificador do Santo Officio, e examinador das res ordens militares. Era prégador distincto, e dos seus sermões, publicou apenas os seguintes; *Sermão prégado no Terceiro dia do Synodo Diocesano que se celebrou em a Sé Cathedral da Cidade da Bahia presidindo o Illustrissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, arcebispo Metropolitano do Estado do Brazil*, Lisboa, 1709; *Sermão do Patriarcha Santo Elias prégado no convento do Carmo da Bahia*. Lisboa, 1716; *Sermão do Apostolo S. Pedro na dedicação da sua nova Egreja na Bahia*, Lisboa, 1716.

Baptista *(Fr. João)*. Eremita da ordem de Santo Agostinho, doutor em theologia pela Universidade de Coimbra, oppositor ás cadeiras da mesma faculdade, e reitor do collegio da sua ordem na referida cidade. N. em Lisboa a 16 de janeiro de 1733, fal. em Coimbra a 16 de fevereiro de 1788. Escreveu: *Compendio das indulgencias plenarias, concedidas á corrêa de Sancto Agostinho*, Coimbra, 1764; sahiu sem o nome do autor.

Baptista *(Padre João)*. Religioso da congregação do Oratorio, de Extremoz. Foi quem deu o risco para a egreja de N. S.ª de Ayres, em Vianna do Castello. Havia ali um antigo templo, que ameaçava ruina ou que era acanhado, e por isso se começou o actual, a 29 de abril de 1743. O constructor foi o mestre d'obras Manuel Gomes. A egreja sagrou-se a 15 de março de 1760.

Baptista *(Padre João)* Um dos mais illustres philosophos. N. em Setubal, no principio do seculo XVIII. Era filho de Balthazar da Fonseca Lemos, provedor da comarca de Setubal, e depois corregedor do civel da côrte; e de D. Marianna Josepha Lobato. Professou na congregação de S. Filippe Nery a 8 de setembro de 1724. Ensinou philosophia, e foi o primeiro que em Portugal apresentou a de Descartes e a de Newton. Escreveu o seguinte, que ficou inédito: *Philosophiæ Aristotelicæ restitutæ, et illustratæ quá experimentis, quá ratiocinis recenter inventus, Pars Prima, Logica; Philosophiæ Aristotelicæ restitutæ Arc.; Pars secunda, Physica duplici volumine absolvenda; Questiones selectæ ex peniitiore theologia eá nimirum quæ nostram concernunt libertatem.*

Baptista *(Joaquim Maria)*. Tenente coronel d'artilharia reformado. N. em Peniche, em 1810, fal. em 11 de outubro de 1876. Era filho de Luiz Antonio Baptista, porteiro da canna da Casa Real, no tempo de D. João VI. Teve o curso theorico e completo da referida arma, e exerceu o magisterio, empregando se particularmente no ensino das mathematicas elementares. Era cavalleiro das ordens de Christo e de S. Bento de Aviz. Escreveu: *Compendio de Arithmetica para uso das escolas de instrucção primaria, approvado pelo Conselho Superior de Instrucção Publica, etc.*, Lisboa, 1850; teve mais edições, sendo a 3.ª *correcta e augmentada*, idem, 1855, a 4.ª, idem, 1858; a 5.ª, idem, 1862; a 6.ª e 8.ª fôram publicadas em Coimbra, 1865 e 1876. Da 2.ª e 7.ª não encontrámos notas. O autor augmentou a 8.ª edição com a *completa exposição do systema metrico decimal de pesos e medidas*. Tem mais: *Compendio de Chrographia portugueza*, Lisboa, 1858; *O novo systema de pesos e medidas explicado ao povo; opusculo utilissimo para uso das aulas, e das pessoas do commercio*, Lisboa, 1860; *Taboada metrica de varas e covados, desde 0 até 100, com todas as suas sudivisões, e o seu correspondente valor em medidas metricas*, Lisboa, 1860; *O examinador de instrucção primaria, ou collecção de perguntas sobre as doutrinas que constituem a instrucção primaria, etc.*, Lisboa, 1862; *Giralda, ou a nova Psyché, opera comica em tres actos; palavras de Engenio Scribe, musica de Adão, traduzido do francez, e representada no theatro de D. Fernando em Dezembro de 1850*, Lisboa, 1850.

Baptista *(Joaquim Narciso Renato Descartes)* Capitão de Engenharia, lente da 14.ª cadeira da Escola do Exercito, engenheiro da camara municipal de Lisboa, director da Associação dos Engenheiros, da Sociedade de Geographia e da Companhia da Gorongoza. N. em Lisboa a 5 de outubro de 1855, e fal. em 2 de novembro de 1900, contando apenas 45 annos de edade. Era filho do dr. Isidoro Emilio Baptista (V. *este nome*). Tinha apenas 8 annos quando falleceu seu pae. Orphão de tão tenra edade, conseguiu pelos cuidados de sua mãe e ao seu dedicado estudo, o curso de engenharia, sendo premiado em quasi todas as aulas que frequentou. Assentou praça em 1873, sendo promovido a alferes em 1879. No anno de 1881 foi promovido a tenente de engenharia, e em 1884 a capitão. Em 1891 commandou a primeira companhia do regimento de engenharia, com a qual destacou para Moçambique, fazendo parte da expedição que n'esse anno se enviou áquella provincia. Em Africa teve Renato Baptista occasião de executar, especialmente nos territorios da companhia de Moçambique, notaveis trabalhos de engenharia. O relatorio dos seus trabalhos, ali realisados, é de grande valor, e a muitos engenheiros tem servido de guia e de util esclarecimento. Antes da sua partida fôra ajudante de campo do fallecido general José Antonio Dias, commandante geral da engenharia. Quando regressou a Portugal, passou o capitão Renato Baptista para o gabinete do ministro da guerra. E' a elle que se deve o actual quartel dos alumnos da Escola do Exercito, e a reforma importante, que se fez nas installações d'aquelle estabelecimento de ensino militar. O ministro da guerra, sr. Pimentel Pinto, o encarregou de apropriar o antigo convento das Grillas e terrenos adjacentes á *Manutenção militar*. O projecto, que então Renato Baptista elaborou, foi grandioso, mas apenas se executou uma parte. Para realisar aquelle projecto, visitou muitos estabelecimentos similares da Europa. Como engenheiro da camara municipal de Lisboa, logar que occupou desde o anno de 1889, desempenhou importantes commissões. Para a exposição de Paris, do anno de 1900,

Joaquim Narciso Renato Descartes Baptista

ainda preparou uma curiosa memoria illustrada sobre o matadouro municipal. Renato Baptista, tinha as seguintes honras, conferidas por serviços distinctos: ajudante de campo de Sua Magestade el-rei senhor D. Carlos, grau de official da ordem de S. Bento de Aviz, de S. Thiago, de Christo, da Legião de Honra, de França, e de Merito Militar de Hespanha. Tambem era condecorado com as medalhas de prata de bons serviços e de comportamento exemplar. Entre os seus escriptos litterarios e scientificos, publicou um livro intitulado: *Manutenção militar*, em que expunha os seu planos e estudos, e diversos artigos em jornaes da sua especialidade; *Revista de Obras Publicas e Minas*, *Boletim da Sociedade de Geographia*, *Revista militar*, *Revista das sciencias militares* e *Revista de engenharia militar*; traduziu tambem para francez o drama *Morgadinha de Valflor*, do fallecido Pinheiro Chagas. A morte de Renato Baptista foi muito sentida, o seu funeral teve um acompanhamento imponente. A' beira da sepultura falaram os srs. Almeida d'Eça, Marrecas Ferreira e o já hoje fallecido Luciano Cordeiro.

Baptista *(Luiz)*. Pintor de perspectiva, de architectura e de ornato. N. em 1725, fal. em 1785. Nada mais nos diz o *Dictionnaire historico artistique du Portugal*, do conde A. Raczynski.

Baptista *(Fr Manuel)*. Architecto do convento de Nossa Senhora do Pilar, em Gôa. Era natural da cidade de Damão.

Baptista *(Fr. Manuel)*. Religioso franciscano da provincia da Madre de Deus da India oriental, mestre em theologia, e muito perito nas linguas orientaes. Para instrucção dos neophitos, escreveu um *Cathecismo*, que ficou inédito.

Baptista *(Manuel Dias)*. D'este escriptor apenas se sabe que foi socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Escreveu o seguinte trabalho, que está publicado no tomo I das *Memorias economicas* da referida Academia, de pag. 254 a 298: *Ensaio da descripção physica e economica de Coimbra, e seus arredores; premiado na sessão publica da Academia Real das Sciencias, de Julho de 1783.*

Baptista *(Soror Maria de)*. Religiosa dominicana, chamada no seculo D. Maria da Silva. N. em Lisboa, no anno de 1570, fal. n'esta mesma cidade a 29 de novembro de 1659. Era filha de Henrique Jacques, chanceller-mór da India, e védor da fazenda, e de D. Catharina da Silva, filha de Luiz Teixeira, mestre d'el-rei D. João III, chanceller-mór do reino, e desembargador do Paço. Professou no convento da ordem dominicana, no convento do Salvador, de Lisboa, a 9 de novembro de 1586. Tornou-se tão respeitada, que em poucos annos foi eleita mestra das noviças, cujo logar exerceu diversas vezes. No anno de 1617, em que foi eleita prioreza, reduziu a boa ordem o cartorio do convento. Era muito esmoler, distribuindo aos pobres tudo quanto possuia, inclusivamente o vestuario. Escreveu: *Livro da fundação do mosteiro do Salvador da cidade de Lisboa, e de alguns casos dignos de memoria que nelle acontecerão; dirigido ao Divinissimo Sacramento da Eucharistia*, Lisboa, 1618; *Modo de resar o rosario de Nossa Senhora como se resa na Minerva em Roma, accrescentando o principio que teve para se resar a choros e a devoção dos Santos auxiliadores*, etc., Lisboa, 1638; *Paixão do B. Pio V*, Lisboa, 1638. Deixou em manuscripto: *Vida de S. José*, o qual se conservava segundo dizem, no cartorio do convento do Salvador, acima citado.

Baptista *(Fr. Pantaleão)*. Religioso franciscano da provincia de Santo Antonio, do Brazil. N. na cidade do Porto em 1596, e fal. no convento da Bahia, em maio de 1659. Foi custodio da referida provincia, eleito em 1657, prégador e commissario. Escreveu: *Ramilhete espiritual de todo o genero de bellas, e Santissimas flores recolhidas no amenissimo jardim de Italia tanto para os devotos, e peregrinos, que a ella forem, e quizerem gozar de seu celestial cheiro, quanto para os que em suas patrias desejarem saber as devoçoens grandissimas que no espiritual, e temporal nella se colhem*, Lisboa, 1658. Esta obra é curiosa pelas noticias que encerra; divide-se em 5 livros: 1.º *Das devoções da santa cidade de Roma;* 2.º *Sahidas da santa cidade de Roma para as quatro partes principaes, conforme a ordem das mathematicas;* 3.º *Viagem por terra para Veneza;* 4.º *De todos os logares devotos e sanctuarios que vi nas terras do Grão-duque da Toscana e senhoria de Genova;* 5.º *Do que vi no reino de França até á cidade de Paris.*

Baptista *(Fr. Pedro)*. Religioso franciscano, que esteve missionando na India, e que depois de passar ali grandes trabalhos, tendo sido captivo dos moiros, podendo fugir do captiveiro, veiu a morrer na expedição de Cunhale, em 1598, quando andava animando os portuguezes com um crucifixo erguido.

Baptista *(Renato)*. V. *Baptista (Joaquim Narciso Renato Descartes)*.

Baptista *(Padre Vasco)*. Jesuita, natural de Moimenta da Beira, onde nasceu em 1550, e fal. em Coimbra, a 21 de setembro de 1596. Entrou no noviciado da sua ordem em 28 de abril de 1563. Ensinou grammatica, philosophia e theologia. Escreveu: *Summa theologicæ moralis ad usum ecclesiæ Japonensis.*

Baptista de Andrade *(José)*. V. *Andrade (José Baptista de)*.

Baptista Calixto *(João Maria)*. Lente cathedratico jubilado da faculdade de medicina na Universidade de Coimbra N. em Villa Nova de Constancia, em 1803, fal. em Coimbra a 31 de dezembro de 1879. Era filho de José Antonio da Visitação e de D. Maria da Piedade Calixto. Depois de estudar latim, foi para Coimbra, em 1822, onde estudou os preparatorios no antigo collegio das artes, e n'esse mesmo anno se matriculou na Universidade, onde cursou os dois primeiros annos de mathematica, a faculdade de philosophia, apezar de lhe não ser exigida n'este curso senão a frequencia dos tres primeiros annos; em 1825 tambem se matriculou na faculdade de medicina, sendo sempre estudante distincto e obtendo os partidos de 50$000 réis cada em todos os annos em que fôram distribuidos. As luctas civis de 1826 o obrigaram a interromper os estudos universitarios; alistou-se no batalhão academico de Coimbra. Sendo, porém, mallograda a revolução liberal, teve de homisiar-se. Em 1832, tornou a alistar-se no batalhão academico, tomou parte no cerco do Porto, sendo despachado cirurgião-ajudante da 3.ª divisão militar, e n'essa qualidade fez parte da expedição do Algarve, vindo com as forças do duque da Terceira desembarcar em Lisboa, em 1833, seguindo d'aqui até ao fim

da campanha em Evora Monte. Pertencia então a infantaria 4. Terminadas as luctas civis, recebeu a demissão em 1834, para proseguir os estudos da Universidade, sómente em medicina; terminando a formatura em 1836, e tomando o grau de doutor a 2 de julho de 1837, sendo-lhe dado o capello gratuitamente. Regeu pela primeira vez a cadeira de physiologia da faculdade, durante o seu anno de repetição, e pela segunda vez, no anno seguinte, depois de ter recebido o grau de doutor. Em novembro de 1838 foi despachado primeiro lente substituto ordinario, sendo dos primeiros que fizeram concurso publico, depois da reforma de 1836. Em 1848 teve nomeação de lente cathedratico, abrindo e explicando pela primeira vez em Portugal a nova cadeira de sciencia obstetricia. N'esta arte foi eminente o dr. Baptista Calixto, e prestou os maiores serviços. Tendo sido por carta de lei de 15 de setembro de 1841 dada á camara de Coimbra uma parte da cerca de Thomar para o estabelecimento do cemiterio, e havendo sido posteriormente encarregada uma commissão de peritos para dar o seu parecer relativamente ao local, o dr. Calixto escreveu uma extensa e erudita memoria, mostrando os graves inconvenientes do cemiterio na cerca de Thomar. O *Diario do Governo* publicou esta memoria. O dr. Calixto jubilou-se em 25 de maio de 1870, no logar de decano da faculdade de medicina. Escreveu: *A questão dos graus academicos*, no *Instituto*, de Coimbra, vol. VII, n.os 6, 7, 8, 9 e 10; *Observação sobre o methodo geral de estudo em anatomia physiologica*, idem, vol. VIII, n.os 4, 5, e 6; *Breves considerações sobre a nova doutrina medica homœpatica*, idem, vol. VIII, n.os 8, 9, e 10; esta memoria foi elogiada na *Gazeta homœpathica lisbonense*, de 1859, pag. 109; *Algumas palavras sobre o estado actual das prisões em geral*, idem, vol. VIII, n.os 13, 14, 16, 17, 19, 21 e 22; tambem se publicou em separado, Coimbra, 1860; *Do trabalho em geral, considerado em relação á sua influencia physica, moral e social*, idem, vol. IX, n.os 2, 2, e 3; *Abreviadas considerações sobre os direitos e deveres sociaes do homem*, idem, vol. IX, n.os 12 e 13; *Operações obstetricias praticadas no hospital da universidode de Coimbra, nos dias 17 de junho e 18 de julho de 1868*, idem, vol. VII, n.os 12 e 13; *Breves reflexões ácerca da disposição do artigo 94.º do decreto de 5 de dezembro de 1836, relativo ao exame preparatorio da lingua grega para a matricula das sciencias naturaes*, idem, vol. VII, n.º 21; *Historia de um facto de transmissão hereditaria, por influencia de vicio de conformação organica, observado na especie humana*, idem, vol. IX n.º 15; *Verdadeiro reflexo de um breve quadro do mundo moral*, no *Purgatorio*, n.os 108 a 111, e no *Portuguez*, n.os 2:246 a 2:249.

Baptista. Casal na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria. || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Figueiras, conc. do Cadaval, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Vicente, de Paio Mendes, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Casal na freg. de Santa Cruz, de Pombalinho, conc. e distr. de Santarem. || Horta na freg. de N. S.ª da Orada e conc. de Aviz; distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª da Lagôa e conc. de Portel, distr. de Evora.

Baptistas (*Casal das*) Na freg. do Santissimo Sacramento e conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria.

Baptisterio. Pequeno edificio que se construía n'outros tempos junto das cathedraes para se conferir o sacramento do baptismo. Os baptisterios dos primeiros seculos do christianismo eram geralmente em fórma de torres. Nos nossos tempos encontram-se collocados á entrada principal dos templos, ordinariamente do lado esquerdo. E' uma capellinha, tendo ao centro a pia baptismal. Muitas d'estas pias constituem verdadeiros primores d'arte. A que está na Sé Nova de Coimbra, que em tempos pertenceu á Sé Velha, é um monumento notavel, não só pela sua antiguidade, como pela belleza e merecimento artistico dos primorosos lavores de pedra, entre os quaes está figurada uma fita com a seguinte legenda em caracteres gothicos: *Omnes sitientes venite ad aquas. Niquid nimis.* Tem a configuração d'uma taça octogonal, cuja base assenta sobre quatro leões. Entre os delicados lavores d'esta graciosa esculptura avultam os brazões do bispo D. Jorge de Almeida, o que faz acreditar que foi elle quem a mandou fazer; e por baixo dos brazões lê-se em caracteres gothicos o seguinte: *P.º Ariquez e seu irmão a fez.* Foi aqui baptisado o cardeal-rei D. Henrique. A pia baptismal da egreja parochial de Santa Maria de Leça do Balio é obra do seculo XVI, um lindo specimen do estylo gothico florido no seu periodo de transição para o da renascença. E' fabricada de pedra de Ançã, e de fórma hexagona, uma taça, em cujo pé avultam por entre lavores de folhagem cabeças e garras de fera. Na parte mais alta de cada uma das

Pia baptismal da Sé de Coimbra

quatro faces alternadas tem o escudo d'armas do fundador, sustentado por um anjo. O fundador era o prior do Crato, D. fr. João Coelho, do conselho dos soberanos D. Affonso V, D. João II e D. Manuel, chanceller-mór de Rhodes, balio de Negroponto, commendador de Leça, da Guarda, d'Elvas e do Landal. Nas outras quatro faces tem as seguintes letras: *O prior do Crato—Dõ frei Jõ Coelho—a mandou fazer.* A face que tem a data fica encostada á parede, mas sabe-se que é 1512.

A pia baptismal da sé de Braga é tambem em padrão de arte antiga, que se presume ter sido mandado fazer pelo arcebispo D. Diogo de Sousa, no começo do seculo XVI. Não se póde considerar um primor artistico, porque não permitte a qualidade da pedra, que é granito, perfeição nem delicadeza de lavores, mas torna se de elevado merecimento e belleza pela invenção do desenho, pela elegancia do todo, pela graça e variedade dos relevos, e pelo sentido symbolico de alguns d'elles. E' uma taça octogonal, em cuja base o artista figurou os perigos a que a infancia está exposta antes de receber as aguas do baptismo, ornando-a com quatro grupos em alto relevo, representando leões a devorar creanças. Mais acima a meia, a meia altura do pé, collocou sentados sobre oito peanhas outros tantos recemnascidos, um em cada angulo, mostrando subir com anciedade em procura do refugio e salvação; finalmente no amplo bojo da taça, representam-se as festas e alegrias do baptismo, vendo-se esculpidas por toda ella alegres creanças a brincar, engrinaldando-se festivamente com flôres por entre ramagens. Em todo o paiz ha ainda muitos baptisterios, cujas pias baptismaes teem grande valor artistico, outras que são dignas de celebridade e respeito, pela sua antiguidade, ou por factos historicos a ellas inherentes. Temos na egreja de N. S.ª da Oliveira em Guimarães, uma pia baptismal, tosca e grosseiramente lavrada em granito enegrecido pelo correr dos seculos; não tem lavores, nem feição alguma, que caracterisem um estylo architectonico. Mas que riqueza de memorias historicas não encerra! N'ella recebeu as aguas do baptismo o nosso primeiro rei, D. Affonso Henriques, sendo-lhe ministrado este sacramento pelo arcebispo de Braga, S. Giraldo. Este baptisterio estava na antiquissima egreja de S. Miguel, parochia da velha villa de Guimarães, e capella real do conde D. Henrique e de sua mulher, D. Thereza, no tempo em que viveram no castello da condessa Mumadona, proximo da referida egreja. No seculo XVII é que foi transportado para o sitio onde está actualmente, e ali mettido em um nicho aberto na espessura da parede. Na porta está um letreiro que diz: *N'esta pia foy bautisado El-Rey Dom Affonso Henriques pelo arcebispo de Braga S. Giraldo.* E no friso do nicho lê-se em outra inscripção: *Esta obra mandou fazer Dom Diogo Lobo da Silveira, indigno Prior d'esta Egreja, no anno do Senhor de 1664.*

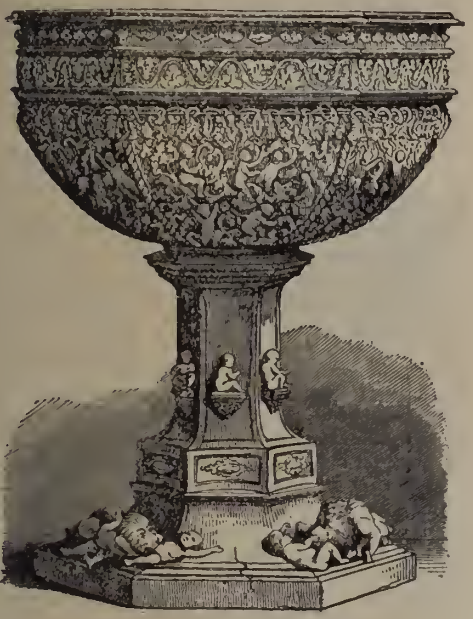

Pia baptismal da Sé de Braga

Baquiné. Enseada na costa N E da ilha de Santa Luzia, no archipelago de Cabo Verde.

Baraçal. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Celorico da Beira, distr. e bisp. da Guarda; 632 hab. e 128 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie, d'onde se vê Celorico. O bispo da Guarda apresentava o prior, que tinha de rendimento 130$000 réis. Ao sul corre o rio Mondego. A terra é fertil. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Villa do Touro, conc. de Sabugal, distr. da Guarda. || Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Commenda, conc. de Gavião, distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Baracha. Logar na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Samora Correia, conc. de Benavente, distr. de Santarem.

Baracho. Appellido d'uma familia originaria de Villa Franca de Xira. Tem por armas um leão de ouro armado de prata em campo vermelho entre quatro pombos de prata, contornados e volantes; o timbre é o leão do escudo.

Baracho *(Antonio)*. E' o nome do popular, que em 1580 tomou a iniciativa de acclamar, em Santarem, rei de Portugal, a D. Antonio, prior do Crato.

Baracho *(Francisco de Mello)*. Marechal de campo reformado, commandante do asylo de invalidos militares de Runa. N. em Villa Franca de Xira, a 2 de maio de 1797, o que deu causa a que D. João VI lhe chamasse o *Borda d'agua*. Em 1815, tendo 17 annos de edade, alistou-se no exercito, na arma de cavallaria. Foi cadete, por ser de origem nobre. Em 22 de janeiro de 1818 foi despachado alferes; em 13 d'abril de 1823 promovido a tenente graduado, e a effectivo a 9 de junho de 1827; a 25 de julho de 1833 foi promovido a capitão, a 5 de setembro de 1837 a major graduado, ficando effectivo a 13 de setembro de 1839; a 25 de fevereiro de 1842 subiu a tenente coronel, a coronel a 29 de abril de 1851, e a brigadeiro graduado a 29 de setembro de 1852, reformando-se no posto de marechal de campo a 31 de dezembro de 1855. Mello Baracho fez as campanhas de Montevideu, as de 1826 a 1828, e as de 1832 a 1834, combatendo sempre pelas idéas liberaes. Assistiu a varios combates, emigrou, e ficou ferido gravemente na acção de 21 de agosto de 1833, na villa d'Olhão. Foi um soldado valente no campo da batalha, pugnando sempre pela liberdade. Em 1864, acceitou muito

contrangido, o nobre cargo de commandante do asylo dos invalidos militares de Runa, fundado pela princeza D. Maria Benedicta, irmã da rainha D. Maria I, e foi o 8.º logar-tenente d'aquella santa instituição. Mello Baracho casou com D. Maria do Carmo Torquillo, de quem enviuvara muito antes de fallecer. Tinha a commenda da ordem de S. Bento de Aviz; a cruz d'esta ordem e a da Torre e Espada; a de ouro de Montevideu; a medalha de D. Pedro e D. Maria com o algarismo 5 e as 3 de prata de valor militar, bons serviços e comportamento exemplar. Foi um dos bravos do Mindello e falleceu em 27 de agosto de 1885.

Baracho *(José de Sousa Couceiro).* Administrador do concelho de Torres Novas e provedor da Misericordia da referida villa. N. em 1809, fal. em 1883. Assentou praça, como cadete, tendo 16 annos de edade, em 20 de julho de 1825. Quando em 1828, chegou de Inglaterra o vapor inglez *Belfast,* trazendo ao Porto alguns portuguezes illustres, que tinham tido conhecimento da revolta liberal que rebentara n'aquella cidade, achava-se Couceiro Baracho de guarnição na provincia do Alemtejo, e por isso não pôde emigrar com os camaradas, que, como elle, professavam idéas de liberdade, os quaes embarcaram a bordo do referido vapor, a 3 de julho, depois dos acontecimentos politicos que então se deram, de que resultou a dissolução da junta do governo constitucional que se havia organisado no Porto. Mas se a situação especial em que se encontrava, obrigou Couceiro Baracho a não sahir do reino, não o impediu de grandes soffrimentos, tanto por si proprio como pelos seus velhos paes, que, vivendo em Alter do Chão, ali fôram presos como liberaes, sendo conduzidos a Lisboa, e encerrados no Limoeiro, onde falleceram. Baracho tambem foi preso, porém, mais tarde, conseguiu ser dos primeiros a apresentar-se no Porto, a cavallo e armado. A expedição liberal, vinda da ilha Terceira, aportou ás praias do Mindello em 8 de julho de 1832, e em 7 d'agosto seguinte deu se a batalha de Santo Redondo, em que Baracho muito se distinguiu, sendo recommendado pelo seu valor. Em 30 de novembro d'esse mesmo anno foi promovido a alferes, e em 25 de junho de 1833 a tenente. Fez parte da expedição ao Algarve, commandada pelo duque da Terceira, e depois, da divisão que operou ao sul do Tejo com o fim de transtornar a entrada do general carlista Gomes em Portugal. Reconhecido pelas suas idéas avançadas, de que não fazia mysterio, passou á 3.ª secção do exercito em 1841, situação em que se conservou por muitos annos. Quando em 1846 rebentou na provincia do Minho o movimento popular, e a revolução, tomando rapido incremento, deu ensejo a que se organisasse uma junta governativa em Santarem, foi por esta junta nomeado commandante d'um batalhão de populares que se formou em Torres Novas, á frente do qual marchou para aquella cidade, por ordem da mesma junta Tendo, porém, adoecendo gravemente, não pôde acompanhar ao Porto, em dezembro d'esse anno, as forças populares que, commandadas pelo conde das Antas, para ali se retiraram depois da batalha de Torres Vedras, realisada no dia 23 do referido mez e anno. Valeu-lhe esta circumstancia o estar preso até á convenção de Gramido, assignada a 28 de junho de 1847, que pôz termo á guerra civil. Em 1851, depois do movimento da Regeneração, entrou novamente no serviço activo do exercito, sendo então promovido a capitão, quando o devia ser a major, se não estivesse preterido por politico. Despeitado, não se aproveitou d'aquella faculdade, e apenas completou 35 annos de serviço, pediu a reforma. Não tinha condecorações, apezar de lhe assistir o direito ás medalhas das campanhas da liberdade, da divisão auxiliar á Hespanha, de valor militar e comportamento exemplar, e ao habito de Aviz. Este desprehendimento para com as honrarias mundanas era n'elle perfeitamente natural, estava identificado com o seu caracter simples e modesto. Foi depois administrador do concelho de Torres Novas, e por muitos annos provedor da Misericordia. Durante a sua gerencia, como provedor, inauguraram-se os trabalhos do magnifico hospital que existe n'aquella villa. Couceiro Baracho foi casado com D. Maria Francisca da Cunha Dantas Pereira, e pae do general de brigada, antigo deputado e par do reino, Sebastião de Sousa Dantas Baracho.

Baracho *(Sebastião de Sousa Dantas).* General de brigada; ajudante de campo honorario de el-rei senhor D. Carlos; deputado, par do reino; vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar; commendador de S. Bento d'Aviz, grã cruz da referida ordem; grã-cruz da ordem hollandeza de Orange e Nassau. N. em Torres Novas a 10 de agosto de 1844. Era filho de José de Sousa Couceiro Baracho (V. *este nome*) e de D. Maria Francisca da Cunha Dantas Pereira Baracho. Foi alumno do Collegio Militar. Pertence á arma de cavallaria, e assentou praça em 25 de agosto de 1861, sendo promovido a alferes graduado em 29 de julho de 1862, a alferes, em 2 de agosto de 1864, a tenente em 18 de setembro de 1867, a capitão a 29 de julho 1874, a major em 10 de dezembro de 1884, a tenente-coronel a 13 de março de 1889, a coronel em 29 de dezembro de 1892, e a general de brigada em 19 de outubro de 1900. Começou a sua vida politica, filiado no partido regenerador, em 1881, anno em que pela primeira vez foi deputado, sendo eleito pelo circulo de Torres Novas, terra da sua naturalidade, que novamente o elegeu na legislatura de 1884; nos annos de 1887 e 1889 foi deputado por accumulação, e em 1890, pela maioria do circulo plurinominal de Santarem. Nomeado em 1891 para commissario regio na espinhosa missão das delimitações na Africa Occidental, por effeito do tratado que se tinha celebrado com a Belgica, para ali partiu em agosto do referido anno, regressando em abril de 1892. Em 1888 publicou: *Questões militares, discurso proferido na camara dos senhores deputados, por occasião de se discutir o orçamento rectificado na sessão parlamentar de 1888.* A este respeito lê-se no *Diccionario militar*, do sr. Martins de Carvalho: «Publicando este discurso teve o autor em vista facilitar a sua leitura aos differentes officiaes do exercito, que não assistem ás sessões da camara dos deputados ou não teem o ensejo de obter o *Diario das Camaras*, e mostrar-lhes que a moção de ordem o proposta que apresentou, reconhecendo a imperiosa necessidade de se proceder ao aperfeiçoamento das instituições militares, e pedindo para que se exercesse a mais rigorosa fiscalisação com respeito aos trabalhos

de fortificação de Lisboa, fôram rejeitadas. Em resposta a algumas affirmações que se encontram n'este discurso, publicou-se um pequeno folheto com o titulo de: *Questões militares tratadas na camara dos senhores deputados*, etc.» O sr. Dantas Baracho tem tido os seguintes cargos e commissões: Fez serviço na arma de artilharia de 5 de setembro a 6 de outubro de 1872; adjuncto á secretaria da guerra em 3 de janeiro de 1874; chefe da circumscripção do recenseamento de animaes e vehiculos da 3.ª div. mil., em 24 de novembro de 1888; idem da 1.ª div. mil., em 22 de agosto de 1900; vogal da commissão encarregada do regulamento do recenseamento de animaes e vehiculos, em 7 de janeiro de 1891; exonerado em 9 de março de 1892; vogal da commissão encarregada da escolha de typo para novos quarteis, hospitaes e outro edificios militares, em 6 de março de 1893; exonerado em 7 de julho; nomeado ajudante de campo honorario de el-rei senhor D. Carlos, em decreto de 30 de setembro de 1893; vogal do jury de exames a que devem ser submettidos os capitães de cavallaria candidatos ao posto de major, em 12 de janeiro de 1894; idem em 28 dezembro de 1898, sendo exonerado a seu pedido, em 15 de junho de 1899; presidente da commissão de remonta geral do exercito, em 14 de junho de 1894; em que foi louvado pela portaria de 2 agosto de 1895; vogal da commissão superior de guerra, em 4 de março de 1895; commandante interino da 1.ª brigada de cavallaria, em 9 de março de 1895; exonerado em 15 de junho de 1899; vogal da commissão encarregada da escolha de melhor typo de carabina para a arma de cavallaria, em 1 de agosto de 1895; exonerado em 21 de setembro; vogal da secção de defeza, em 1899; governador do castello de S. João Baptista da ilha Terceira, em 19 de outubro de 1900; exonerado em 22 de dezembro; presidente da commissão de aperfeiçoamento da arma de cavallaria, em 22 de dezembro de 1900; membro do jury de exames dos coroneis candidatos ao posto de general de brigada, em 22 de dezembro de 1900 e em 16 de janeiro de 1902; director geral do serviço de cavallaria em 14 de novembro de 1901; exonerado em 22 de novembro, a seu pedido; vogal do conselho superior de promoções, em 24 de dezembro de 1901; vogal do supremo conselho de justiça militar, em 3 de outubro de 1903. O sr. Dantas Baracho é um brioso e valente militar, uma das individualidades mais superiormente evidentes do exercito. A sua carreira politica é uma das mais brilhantes; parlamentar fino e distincto, os seus discursos, tanto na camara dos deputados como na dos pares, são ouvidos com attenção e interesse. Forte nos argumentos, austero quando discute, é tão mordaz e cruel nos ataques como seguro e feliz na defeza. Jornalista bem conhecido e considerado, fez parte da redacção do *Diario Illustrado*, durante muitos annos, do antigo *Imparcial*, na sua primeira feição politica puramente regeneradora, da *Gazeta Commercial*, e de outras folhas diarias. E' um caracter bondoso e franco, um dos vultos mais insinuantes e mais queridos da nossa sociedade. A commenda da ordem de S. Bento de Aviz foi-lhe concedida, por decreto de 6 de fevereiro de 1890 e a grã-cruz, por decreto de 28 de setembro de 1895; a grã-cruz da ordem de Orange e Nassau, em 7 de fevereiro de 1894.

Sebastião de Sousa Dantas Baracho

Baracho. Casal na freg. de S. Pedro e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Triana e conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Baracinho (*Casal do*). Na freg. de S. Nicolau, conc. e distr. de Santarem.

Baraço e cutello (*Senhores de*). Titulo por que antigamente se designavam os senhores de terras, coutos e honras, que tinham direito a exercer dentro d'ellas todo o *mero* e *mixto imperio* ou *alto* e *baixo imperio*, como outros denominam, o qual importava plena jurisdicção para julgar, ou fazer julgar e executar as suas decisões, tanto em materia civil, como na criminal. O termo *baraço* designava a jurisdicção em materia civil e comprehendia o direito de prender e sequestrar bens até á perfeita satisfação dos crédores ou queixosos. O termo *cutello* significava a jurisdicção criminal e o direito de punir, chegando até á applicação da pena de morte, natural ou civil, e portanto á de amputação de membros e outros de menor importancia. Esta jurisdicção, porém, não podia ser exercida senão dentro dos limites fixados nas leis especiaes á respectiva circumscripção a que respeitava. A existencia em Portugal dos senhores de baraço e cutello é attestada por varios factos, alguns dos quaes se encontram referidos no *Elucidario* de Viterbo. V. *Cutello*.

Barahona. Familia originaria de Hespanha. Tem por armas em campo de ouro quatro bandas sanguinhas; o timbre é um braço armado de prata com uma espada de folha quebrada no meio, de prata, com o punho sanguinho e copos de ouro.

Barahona e Costa (*Carlos Pedro*). Major do exercito de Moçambique, e governador de Tete N. em 1833, fal. na Zambezia em 1876. Dedicando-se á vida militar, assentou praça como voluntario a 12 de abril de 1848, tendo 15 annos de edade. Não podendo, por circumstancias de familia, seguir estudos superiores, serviu como praça de pret até 1854, e n'esse anno, ainda no posto de sargento, se offereceu para partir na expedição organisada em Lisboa, que devia ir á Africa Oriental fazer guerra ao *Inhaude*, pae do Bonga. Foi esta a primeira campanha de Barahona; n'aquellas terras da Zambezia, onde mais tarde havia de perder a vida, é que começou a serie dos seus assignalados serviços. Promovido então a alferes por commissão, foi-lhe confirmado o posto, passado pouco tempo, e alguns annos depois teve a promoção de tenente, passando a servir na provincia de S. Thomé e Principe e na India, voltando mais tarde, já no posto de capitão outra vez ao exercito de Moçambique, onde subiu na respectiva escala á patente de major.

Homem de coragem e de elevada intelligencia, houve-se sempre com a maior capacidade nas diversas commissões de que foi encarregado pelos seus chefes e governadores geraes da provincia. Como militar firmou os seus creditos de valentia nas campanhas da Zambezia, e em varias occorrencias, com especialidade quando, pela sua decisão e energia fez abortar uma revolta de soldados degredados, que compunham um destacamento, que seguia de Moçambique para Angoche a bordo do brigue transporte *D. João de Castro*. Os degredados eram facinoras da peor especie, e tencionavam assassinar os officiaes, tornando-se piratas. Foi á iniciativa e coragem de Barahona, então ainda alferes, que se deve os revoltosos não terem realisado o seu plano, e que a revolta fôsse suffocada, sendo os chefes presos e castigados. Barahona tambem foi presidente d'uma commissão que se nomeou para a demarcação de limites entre a provincia de Moçambique e a republica do Transvaal. Por negociações habeis e bem conduzidas, alcançou reivindicar para Portugal mais de 15:000 milhas quadradas dos importantes territorios do districto de Lourenço Marques entre os rios de Limpopo e Zambeze, e estabelecer as melhores relações com o governo da republica da Africa Austral. De todas estas negociações deu elle noticia completa n'uma série de artigos ou cartas que então mandou publicar no *Jornal do Commercio*, de Lisboa. Nomeado governador do districto de Tete, limitrophe dos territorios e da aringa do Bonga, Barahona revelou desde logo muita perspicacia e prudencia, conseguindo por meios brandos, sem nunca descer da sua dignidade, pôr fim á guerra desgraçada que por tanto tempo assolara a Zambezia. Ao major Barahona, como executor fiel e energico das ordens do governador geral da provincia e das instrucções do governo da metropole, se deve, em grande parte, esse importante serviço, porque foi elle quem encaminhou todas as negociações até obrigar o Bonga a pedir pazes e prestar termo de submissão. Barahona foi agraciado com a commenda da ordem de N. S.ª da Conceição. Sentindo-se bastante doente, pouco tempo sobreviveu, fallecendo longe da patria e de todos os seus. Deixou escripto: *A governação e opposição em Gôa no anno de 1867 (considerações politicas)*, Nova Gôa, 1867; *Os dois seductores logrados; comedia original em 2 actos*, Gôa, Margão, 1865.

Barahona Fragoso *(Francisco Eduardo)*. Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, pelo alvará de 30 de outubro de 1862, par do reino, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra. N. em Evora a 7 de outubro de 1843. E' filho do conde da Esperança, José Maria de Barahona Fragoso Cordovil da Gama Lobo, moço fidalgo com exercicio na Casa Real (V. *Esperança*), e da condessa D. Maria Margarida de Barahona Fragoso da Fonseca Pessanha, filha de Luiz Feliciano Fragoso da Fonseca Pessanha, morgado das Alcaçovas e do Torrão, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher D. Maria Ignez de Barahona Fragoso Cordovil Sovreira. O dr. Barahona fez o curso de direito na Universidade de Coimbra com toda a distincção. Abastado lavrador e importantissimo proprietario, é dotado d'um bondoso caracter e de extrema caridade, um dos dotes que mais affirma a consideração e respeito que todos lhe consagram. E' casado com D. Ignacia Angelica Fernandes Ramalho de Barahona, pertencente á illustre familia Mattos Fernandes, de Evora, e já viuva do fallecido proprietario e lavrador José Maria Ramalho Diniz Perdigão.

Francisco Eduardo Barahona Fragoso

Tanto o dr. Barahona como sua esposa manteem um albergue de asylados, estabelecido na sua propriedade da Horta do Bispo. Tem tambem animado muito os artistas do seu paiz, guarnecendo o opulento palacio com magnificos trabalhos, primores executados por artistas portuguezes. Quando em 1889 Suas Magestades e Altezas visitaram a cidade de Evora, os illustres fidalgos tiveram a honra de os hospedar na sua principesca residencia, e a toda a real comitiva, durante os dias que se demoraram, e em que se realisaram brilhantes festejos. Evora deve ao dr. Barahona o elegante theatro de *Garcia de Rezende*. Organisára-se em 1880 uma sociedade composta de pessoas importantes e influentes para a construcção d'um theatro, fez-se o plano e começaram as obras, mas por falta de recursos ficaram paralysadas no anno de 1881 *(V. Evora)*. Em 1888, porém, graças á protecção do dr. Barahona, as obras proseguiram e o theatro concluiu-se em 1892, inaugurando os seus espectaculos no dia primeiro de junho d'esse anno. Em seguida, o distincto fidalgo offereceu-o á camara municipal. Em 1899, na reunião que se realisou no dia 11 de junho n'uma sala do ministerio do reino, presidida por sua magestade a rainha senhora D. Amelia, em que se inaugurou a Assistencia Nacional dos Tuberculosos *(V. este nome)* abriu-se uma subscripção que logo n'esse dia subiu a 60 contos de réis, e na lista dos subscriptores figura o dr. Barahona com o avultado donativo de nove contos. N'este referido anno de 1899, fôram-lhe concedidas as honras de official-mór da Casa Real, cujo decreto veiu publicado no *Diario do Governo* de 15 de junho.

Barajo. Rio do teritorio de Sofala, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Nasce a E da serra Chitavatanga, e vae desaguar no canal de Moçambique, no Oceano Indico, defronte da ilha Chiloane e ao S. de Sofala.

Baralde. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Gaifar, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello.

Baralha. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Chavirães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, distr.

de Faro. || Logar na freg. de Santo Antonio, de Cerdeira, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || Logar na freg. de Santo Isidoro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Logar na freg. do S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || Logar na freg. de Santa Maria, de Silvares, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Maria, de Sobre Tamega, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Casal na freg. de S. Domingos, de Janeiro de Baixo, conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Queimada, conc. de Armamar, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Tortozendo, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Baralhada *(Quinta da)*. Na freg. de Santa Margarida, de Sebadelhe da Serra, conc. de Trancoso, distr. da Guarda.

Baralhas. Pov. na freg. de S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Baralhinha. Pov. na freg. de Santa Maria, de Silvares, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Baramoana. Serra do territorio de Sena, na prov. de Moçambique, Africa Oriental, situada na margem direita do Zambeze e nas proximidades da villa de Sena.

Barão. Derivado do latim *baro*, foi este termo durante muito tempo empregado apenas com a significação de *homem*. A' primitiva accepção accresceu outra, e na época da organisação do regimen feudal a palavra *barão* serviu para designar qualquer senhor poderoso, fôsse qual fôsse a natureza do seu feudo, assim como entre nós tambem este termo foi genericamente empregado como synonimo de homem valoroso e apto para emprezas arrojadas. No tempo do feudalismo distinguiam-se duas especies de barões: os *altos barões*, que dependiam directamente do rei e formavam, na sua origem, com os principes de sangue, a côrte do rei, e os *barões ordinarios*, que dependiam d'esses grandes feudatarios. Na *Nobiliarchia portugueza*, de Villas Boas, já por vezes citada n'este *Diccionario*, diz-se que o nome de *barão* ou é grego, e vale o mesmo que homem forte nos trabalhos; ou palavra hebraica, e significa filho, porque os reis, quando tinham muitos filhos davam este titulo aos segundos, com jurisdicções e terras, e lhe chamavam *barões*. Com este titulo honravam os soberanos aquelles que se distinguiam na guerra, concedendo-lhes os privilegios de ricos-homens, dando-lhe algumas terras e fortalezas a que davam o nome de baronias. Em Portugal, o primeiro barão que existiu, e unico por muitos annos, foi o de Alvito, titulo com que D. Affonso V agraciou João Fernandes da Silveira, por carta regia de 28 de abril de 1475. (V. *Alvito, 1.º barão de)*. A insignia d'esta dignidade é a chamada *corôa de barão*, a qual consiste n'uma zona circular de ouro rodeada por muitos cordões de pequeninas perolas. Hoje, o titulo de *barão* é o mais inferior de todos os titulos de nobreza.

Corôa de barão

Barão *(S.)* Eremita do seculo VII, natural de Mertola, e, segundo o padre João Baptista de Castro, irmão dos martyres S. Brissos e Santa Barbara. Viveu em grande austeridade n'uma gruta a legoa e meia de distancia d'uma cidade romana, *Myrtilia Julia*. Falleceu a 17 de março do anno de 700.

Barão. Herdade na freg. de N. S.ª da Assumpção, de V. N. da Baronia, conc. d'Alvito, distr. de Beja. || Quinta na freg. de S. Bartholomeu do Outeiro, conc. de Portel, distr. de Evora. || Quinta na freg. de N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa. || Roça na ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Barão de S. João. Freguezia de S. João Baptista, conc. de Villa do Bispo, distr. Faro. Está situada n'um alto, mas nada se descobre d'outras povoações, por causa dos montes que lhe ficam superiores. Na serra proxima ha grandes mattos, onde se criam porcos bravos, muita caça e grande numero de colmeias. E' terra saudavel. Está annexada á freg. de Budens. (V. *este nome)*. || Freg. no conc. de Lagos, distr. de Faro, situada em campina que no inverno se torna sapal. E' terra muito fertil. Está annexa á freg. de Bensafrim V. *este nome*.

Barão de S. Miguel. Freg. no conc. de Villa do Bispo, distr. de Faro. Está situada n'um alto com extensas vistas, principalmente para o mar. E' perto do Cabo de S. Vicente. Anda annexa á freguezia de Budens. V. *este nome*.

Barata. As armas d'esta familia são tres mãos direitas de ouro postas com as palmas para fóra, e em roquete, em campo negro; tem por timbre uma das mãos.

Barata *(Antonio Francisco)*. Conservador da bibliotheca de Evora, e escriptor. N. em Goes a 1 de janeiro de 1836. Não conheceu seus paes, e luctando com muitas difficuldades para viver, aprendeu os primeiros elementos da instrucção primaria. Vivendo em Coimbra, e sendo muito protegido pelo fallecido dr. Augusto Filippe Simões, conseguiu ir com elle para Evora, quando Filippe Simões foi nomeado professor do lyceu e bibliothecario da Bibliotheca d'aquella cidade. Exerceu então o logar de guarda do gabinete de physica do referido lyceu, passando depois a amanuense da bibliotheca, sendo actualmente conservador. E' tambem encarregado do posto meteorologico de Evora. Sempre muito dedicado ás letras e a estudos historicos, tem publicado diversos trabalhos de merecimento. Entre estes se conta o *Cancioneiro quinhentista*, continuação do de Garcia de Rezende, que tem sido muito elogiado. E' uma collecção de poesias que o sr. Barata extrahiu e copiou dos codices manuscriptos da Bibliotheca d'Evora. N'este livro ha factos e revelações interessantes, que ajudarão a esclarecer alguns problemas litterarios. A camara municipal de Goes, em gratidão pela remessa de livros com que elle presenteou a sua bibliotheca, e em attenção tambem a ser natural d'aquella villa, pôz-lhe o nome á rua onde nasceu. Eis a sua bibliographia : *Lucubrações de um artista*, Coimbra, 1860; *Breve memoria historica ácerca da velha Coimbra*, Coimbra, 1861; *A conquista de Coimbra*, drama em 4 actos, Coimbra, 1862; *Novas lucubrações de um artista*, Coimbra, 1862; *O rancho da carqueja*, tentativa de romance historico, Coimbra, 1864; *Cancioneiro portuguez*, Coimbra, 1866; ácerca d'este cancioneiro sahiu um elogio na *Gazeta de Portugal*, de 12 de junho de 1866; houve outra edição em 1878; *Resumo da*

historia de Portugal... composto em mappas, Coimbra, 1867; *Repositorio litterario*, publicação quinzenal, de que sahiram 6 numeros, Coimbra, 1868; *Carta a Augusto Soromenho sobre historia antiga da Lusitania*, Coimbra, 1869; *Advertencias curiosas sobre a lingua portugueza*, Coimbra, 1870; *Estudos da lingua portugueza*, Lisboa, 1872; *Vasco da Gama*, poemeto, Lisboa, 1872; *O Manoelinho de Evora*, romance historico, Coimbra, 1873; *Historia breve de Coimbra* de Bernardo de Brito Botelho, annotada, Lisboa, 1873; *Esboços chronologico-biographicos dos arcebispos de Evora*, Coimbra 1874; sahiu como segunda edição em Evora, no anno de 1903 com o titulo: *Memoria historica sobre a fundação da sé de Evora e suas antiguidades*, tem o retrato do autor; *Um duello nas sombras ou D. Francisco Manuel de Mello*, romance historico, Lisboa, 1875; *Miscellanea historico-romantica*, Barcellos, 1877; *Quadros historicos das tres ultimas dynastias*, Coimbra, 1877; 2.ª edição em 1878; *Os jesuitas na côrte*, romance historico, Lisboa, 1877; *Homenagem a Luiz de Camões*, Evora, 1880; *Glosa da estrophe: Estavas linda Ignez, etc.* de Camões, Evora, 1881; *Carta a Abilio Augusto da Fonseca Pinto*, etc., Evora, 1881; *Concordantur præcipua loca inter Virgilium e Camonium*, Evora, 1882; *Epigraphia Camoneana*, Evora, 1882; *Luiz de Camões em Evora*, Evora, 1882; *Soneto de Fr. Thomaz Aranha, com versos de Camões*, Evora, 1883, *Catacumbas, miscellanea archeologica*, etc., Evora, 1883; *Excerptos de um cancioneiro quinhentista*, Evora, 1883; *Estemma de perpetuas na campa do Dr. Augusto Filippe Simões*, Lisboa, 1884, com o retrato do fallecido; *Traços biographicos de Augusto Cesar Barjona de Freitas*, Evora, 1885, com o retrato do biographado; *Breve confronto de um impresso da Academia Real das Sciencias com um manuscripto do sr. visconde da Esperança*, etc., Evora 1886; *Memoria descriptiva do assalto, entrada e saque da cidade de Evora, em 1808*, Evora, 1887; *Breve memoria historica sobre a Cartuxa de Evora*, 1888; *Commemoração gloriosa da morte de Camões*, Evora, 1889; *Izabel de Sousa*, drama historico, Lisboa, 1890; *A beata de Evora*, romance historico, Lisboa, 1890; *Perolas seiscentistas*, etc., Evora, 1891; *A' posteridade: Esboços biographicos dos ex.mos esposos Francisco Eduardo de Barahona Fragoso e D. Ignacia Angelica Fernandes de Barahona*, Lisboa; 1891; com o retrato de ambos; *O ultimo cartuxo* romance historico, Lisboa, 1891; *O Alemtejo historico, religioso, civil e industrial, no districto de Evora*, Evora, 1893; *Illuminuras litterarias*, Evora, 1893; *Infantes portuguezes*, Barcellos, 1894; *Homenagem ao Infante D. Henrique*, Lisboa, 1894; tem o retrato do infante; *Viagens na minha livraria*, Barcellos, 1894; *Um falso D. Sebastião*, Barcellos, 1894; *Origem antiquissima dos Fialhos de Portugal*, Barcellos, 1894; *Lusiadas de Camões, imitação ao burlesco canto 2.º*, Evora, 1895; *Discurso apologetico sobre a visão do Indo e Ganges no canto 4.º dos Lusiadas, por João Franco Barreto*, Evora, 1895; *Synaxaria; Fernando Martins de Bulhões (Santo Antonio)*, Evora, 1895; *A monja de Cistér, chronica eborense*, Lisboa, 1895; *A batalha de Toro*, Barcellos, 1896; 2.ª edição no mesmo anno; *Biographia do Dr. Luiz Maria d'Assumpção*, Evora, 1896; *Adosinda*, ensaio de opereta, Barcellos, 1896; *Do Alemtejo ao Minho, a correr*, Barcellos, 1896; *Carta consolatoria ao Dr. Luiz Maria d'Assumpção*, Evora, 1897; *Noites de Evora*, 1.º e 2.º numero, Evora, 1897; *Vasco da Gama em Evora*, Lisboa, 1898; *Uma carta inédita de Antonio Feliciano de Castilho*, Elvas, 1898; foi tambem publicada no *Correio Elvense; Subsidios para a biographia do poeta Jeronymo Corte Real*, Evora, 1899; *Breve noticia do Mosteiro de Santa Helena no Monte, Calvario, em Evora*, Evora, 1899; *Lembrança da patria Goes*, Evora, 1899; *Garrett, Castilho, Herculano*, Evora, 1899; *Carta a seu mestre A. M.* Evora, 1900; *Escorço historico do Asylo de Infancia desvalida de Evora*, Evora, 1900; *Breve memoria historica do Mosteiro de Nossa Senhora de Espinheiro, extramuros de Evora*, Evora, 1900; *Estudos praticos da lingua portugueza*, Evora, 1900; *Saudade deposta na campa do conselheiro A. C. Barjona de Freitas*, Evora, 1900; *Fiat justitia, carta S. d. n. l., em quadras; Carta ao lusophobio Academico de Madrid, A. S. M.* Evora, 1900; *Raridade bibliographica*, inédita, imitação de uma lamentação de Jeremias, Evora, 1900; *Gil Vicente em Evora*, Evora, 1902; *In memoriam*, confronto das traducções de uma Elegia de Ovidio feitas por A. F. de Castilho e J. H. da Cunha Rivara escripta por Francisco de Paula Santa Clara com o retrato d'este, Evora, 1902; *Garrett*, odes anacreonticas, Evora, 1903; *Cancioneiro quinhentista*, continuação ao de Garcia de Rezende, Evora, 1902; etc.

Barata *(D. Fr. Domingos)*. Religioso da ordem da Trindade, doutor e lente de theologia na Universidade de Coimbra, e bispo de Portalegre. N. no logar da Arada ou Erada, na serra da Estrella, bispado da Guarda; fal. em Portalegre a 27 d'abril de 1713. Era filho de Domingos Fernandes Gonçalves, lavrador na referida terra. Sendo ainda muito novo quiz seguir a vida militar, e assentou praça em cavallaria, mas aos 21 annos de edade dedicou-se á litteratura e ao estudo do magisterio, e em Evora, depois de cursar grammatica, philosophia e theologia, leccionou no collegio da Purificação. Ordenado presbytero, entrou na ordem da Trindade, onde professou no convento de Lisboa. Ensinou aos seus domesticos as sciencias escolasticas por espaço de 14 annos. Doutorou-se em Coimbra, na faculdade de theologia, e regeu a cadeira de Durando, de que tomou posse a 4 de maio de 1696. Foi reitor do collegio de Coimbra, secretario do provincial fr. Rodrigo de Lencastre, qualificador do Santo Officio, e examinador das tres ordens militares; ministro da relação ecclesiastica e examinador synodal do bispado da Guarda; bispo coadjuctor de Evora a 9 de maio de 1699. Emquanto esteve n'esta cidade teve tambem o cargo de deputado do Santo Officio, em 15 de setembro de 1700, d'onde foi eleito bispo de Portelegre, a 22 de fevereiro de 1707, por nomeação de D. João V, sendo a eleição confirmada pelo papa Clemente XI. Deixou impresso apenas um *Sermão do Auto da Fé, prégado em Coimbra a 14 de junho de 1699*, Evora, 1717. Consta que ficaram d'este religioso alguns manuscriptos de valor.

Barata *(Francisco Augusto Correia)*. Doutor e lente de philosophia pela Universidade de Coimbra, governador civil de Vianna do Castello, deputado, etc. N. em Loulé a 3 de abril de 1847. fal. em Lisboa a 28 de março de 1900. Era filho de Joaquim José da Silva Barata. Matriculou-se

em philosophia na Universidade no anno de 1866, formou-se em 1870, tendo feito um curso muito distincto, doutorando-se a 14 de junho de 1872. Em 1873 foi despachado lente substituto da referida faculdade. Em 1876 teve a promoção de lente cathedratico, assumindo a regencia da primeira cadeira ou de chimica inorganica. Durante a sua permanencia em Coimbra, exerceu tambem interinamente o logar de administrador da imprensa da Universidade, e em 1882 foi para Viauna do Castello, como governador civil do districto. Sendo deputado, em 1881, pelo circulo de Armamar, apresentou na camara um notavel projecto de lei ácerca da refórma da faculdade de philosophia, no sentido de a desdobrar em duas; uma de sciencias physicas e outra de sciencias mathematicas. O dr. Correia Barata foi vogal supplente do Tribunal de Contas, e, depois de jubilado nas suas funcções da Universidade, recebeu a nomeação de director geral da secretaria da camara dos deputados; tinha carta de conselho. Era um positivista de convicção, acerrimo propugnador das doutrinas de Comte, e como tal conhecido e considerado no estrangeiro, tendo mandado para França varios trabalhos filiados n'essa escola. Pierre Lafitte referiu-se a esses trabalhos em varias das suas conferencias e lições no curso de sciencias positivas da escola de Paris. O dr. Correia Barata era casado com a sr.ª D. Rosalina Amelia da Couto d'Almeida Valle Correia Barata. Publicou as seguintes obras: *As raças histericas da peninsula iberica*, 1873; *Origens anthropologicas da Europa*, 1873; *Lições de chimica inorganica*, 1880; *Carta ao sr. Ramalho Ortigão*, 1882, réplica a um artigo das *Farpas* ácerca da commemoração do centenario do marquez de Pombal. O dr. Correia Barata tomou parte importante nas festas d'este centenario, pela Universidade de Coimbra, e redigiu, juntamente com o dr. Zeferino Candido, a revista de philosophia popular e de conhecimentos uteis, intitulada *O Seculo*, cuja publicação iniciou em 1876, e durou dois annos com geral acceitação. Tambem collaborou em outras publicações scientificas, politicas e litterarias. No *Diario das camaras legislativas* encontram-se alguns dos seus discursos.

Barata *(João Augusto)*. Conductor de obras publicas e minas. N. em 1860, fal. em 9 de maio de 1894. Matriculou-se no Instituto de Lisboa, e tendo feito os cursos de conductor de obras publicas e minas, passou ao Curso Superior de Letras, que tambem concluiu, com applicação fóra do vulgar. Quando em seguida ás festas do centenario de Camões, realisado a 10 de junho de 1880, se pensou na commemoração do do marquez de Pombal, ministro de D. José em 1882, era ainda estudante, e a classe academica elegeu-o para a commissão promotora dos festejos d'essa grande manifestação civica; foi elle um dos mais valiosos cooperadores nos trabalhos do grupo de estudantes. Na exposição da Avenida em 1888, tambem foi incansavel trabalhador na secção mineira. Foi a elle que se deveu, principalmente, o exito obtido, e o do bello livro que sobre essa secção se publicou. Na exposição em 1889, partiu para Paris á sua custa, e ahi tratou da exposição mineira. João Augusto Barata, quando se levantou a questão das formações geologicas em Portugal, entre o *Commercio de Portugal* e as *Novidades*, tornou-se esta polemica muito honrosa para elle, por isso que fez intervir no debate o illustre Choffat, o nosso consul em New-Castle, Jayme Batalha Reis, dr. Leite de Vasconcellos, etc. Ultimamente, na Associação Industrial, de que era dedicado e zeloso director, foi bem notavel o seu desinteresse e a sua dedicação pelo engrandecimento do paiz por meio do trabalho nacional. Era esse o seu sonho, em que empregou toda a sua energia e valimento. Como redactor da secção industrial no *Commercio de Portugal*, sustentou uma importante campanha a favor da remodelação das pautas no sentido proteccionista, e outra não menos importante para se acabar com o açambarcamento das minas de Leiria. Confiava elle, e era esse o seu ideal, que no continente se lavrassem os jazigos carboniferos, se desenvolvesse a mineração do ferro, e assim se fizesse a valer um paiz industrial. E por isso, quando o decreto do governo dissolveu arbitrariamente a Associação Industrial, que tantos serviços estava prestando, João Augusto Barata, não se importando com a sua posição official de conductor de minas, foi dos primeiros a protestar e a inscrever-se entre os incorporadores da nova associação. Barata nunca se recusou quando era procurado, ou via que podia ser prestavel para o desenvolvimento industrial do paiz, quer prestando capitaes, quer em trabalhos ou conselhos, sempre com o maior desinteresse, com o pensamento no proveito geral e não no proveito proprio. Falleceu contando apenas 34 annos; era casado com D. Felicidade Vianna Barata.

Barata *(Luiz Antonio da Silva)*. Poeta que parece ter sido companheiro de Bocage nos ultimos annos da sua vida, e que só por isso se tornou conhecido. Deixou um livro de versos, dividido em dois folhetos, publicado em Lisboa, o 1.º em 1805 e o 2.º em 1806.

Barata *(Manuel)*. Distincto calligrapho, mestre de escripta do principe D. João, filho d'el rei D. João III, e pae d'el-rei D. Sebastião. N. em Lisboa, segundo diz Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana;* em Pampilhosa, segundo affirma o Padre Thomaz José de Aquino, no II tomo da sua edição das *Obras de Camões*, a pag. 416. No *Diccionario bibliographico*, vol. XVI, pag. 129, porém, diz-se que se não poderá determinar com exactidão a terra da sua naturalidade, mas que é provavel, que acertem as pessoas que o julgam oriundo do districto de Coimbra, d'onde procedem muitas pessoas do appellido Barata, e que se poderá considerar como nascido em Goes. A data do fallecimento tambem se ignora, mas sabe-se com certeza que vivia ainda em 1577, e que já era fallecido em 1590, quando se publicou a 1.ª edição da sua obra *Exemplares de diversas sortes de letras*, etc. Manuel Barata foi o primeiro que em Portugal fez modelos em chapas de letra manuscripta, entalhando em madeira diversos generos de abecedarios para facilitar a formação dos caracteres. Tambem se exercitava na arte de gravar. A obra, em que falámos, tem o seguinte titulo: *Exemplares de diversas sortes de letras, tiradas da Polygraphia de Manuel Barata, escriptor portuguez: accrescentadas pelo mesmo autor para commum proveito de todos; dirigido ao ex.mo sr. D. Theodosio, duque de Bragança e de Barcellos, condestavel dos reinos de Portugal*, etc., *acostados a elles um Tratado de Arismetica, e outro de Orthographia portugueza*, Lisboa, 1590. Esta edi-

ção sahiu por conta do livreiro João de Ocanha. Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, já citada, dá nota tambem d'uma outra obra, intitulada, *Arte de escripta*, Lisboa, 1572, mas parece engano. e que esta obra seja a mesma que mais tarde João de Ocanha publicou. Na edição referida de 1590, vem a seguinte dedicatoria ao duque de Bragança: «Ao excellentissimo Dvque. Tendo Grandissimo desejo Manuel Barattadesayr a luz com hua obra como era esta que tinha entre mãos: & não lhe podendo dar fim por o leuar nosso Senhor pera si, antes de ha ter acabada, ajuntey as laminas, & treslados, que elle tinha esculpido de sua mão (por não ficarē cousas de hum tam insigne Autor como este em perpetuo esquecimento) & as tomey a minha conta. E pellos grandes desejos que tenho de me empregar em o seruiço de vossa Excellencia, &c. Per o que receberá vossa Excellencia este piqueno que tiue em as juntar, & fazer imprimir, vendo a vontade com que as offreço a vossa Excellencia; as quais não iram tam limadas, & perfeitas, como se o Autor as acabara em sua vida, mas assi como vão, as receberá vossa Excellencia com sua acostumada benignidade, pera que tenhão ser, & valor: & debaixo da proteição, & amparo de vossa Excellencia sejão bem recebidas de todos. Nosso Senhor a vida de vossa Excellencia guarde largos, & felices annos: & estudo acrescente, e prospere. Em Lisboa, etc.» No *Diccionario bibliographico*, a que já nos referimos, vem esta dedicatoria, d'onde a transcrevemos, assim como o *fac-simile* do rosto do exemplar pertencente á bibliotheca de Ajuda, imitação typographica, acompanhado de outro prologo ao leitor, e de mais dois da arte de escripta. Seguem-se os traslados gravados em cobre, em numero de 19. Além do exemplar da bibliotheca da Ajuda, existe outro em poder do sr. Antonio Augusto de Carvalho Monteiro. Este exemplar não é da mesma edição; é de Lisboa, 1592, e os traslados são só 15. No fim das *Regras de orthographia* do exemplar da bibliotheca d'Ajuda tem: *Lavs deo;* e o do sr. Carvalho Monteiro: *Finis.*

Barata. Pov. na freg. de S. Paio e conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Casal na freg. de S. Francisco de Assis e conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de Santa Clara, concelho e districto de Coimbra. || Quinta na freguezia de Nossa Senhora da Conceição, de Faia, concelho e districto da Guarda. || Quinta na freg. de S. Miguel, de Meruge, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Barata da Silva *(José)*. Formado na faculdade de medicina pela Universidade de Coimbra, em julho de 1842. N. em Goes a 26 de abril de 1815. E' filho de Antonio Barata da Silva, e de Anna Pinto da Silva. Foi facultativo do partido da camara municipal de Ferreira do Zezere desde 1842 até 1846, anno em que passou para o partido da camara de Alcacer do Sal. Escreveu: *Reflexões sobre os arrozaes e as commissões em Portugal; primeira parte*, Lisboa, 1861. A segunda parte d'este trabalho não chegou a publicar-se. Barata da Silva collaborou em assumptos de hygiene e agricultura na *Gazeta de Portugal*, *Commercio de Lisboa*, *Nação*, *Jornal de agricultura*, etc.

Baratã. Logar na freguezia de Nossa Senhora de Belem, de Rio de Moiro, concelho de Cintra, districto de Lisboa.

Baratas. Pov. na freg. de S. Paio e conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Horta na fonte do telheiro, da freg. de N. S.ª das Neves e conc. de Borba, distr. de Evora. || Quinta na freguezia de S. Sebastião, de Casaes, conc. de S. João da Pesqueira, distr, de Vizeu.

Barato *(Monte do)*. Na freg. de N. S.ª da Graça e conc. de Mira, distr. de Evora.

Barba. Antiga familia portugueza, alliada frequentemente com os Alardos. Na *Nobiliarchia portugueza*, diz Villas Boas que procede de D. Mem Paes Mogudo de Sandim Martim Barba, que foi o que deu principio ao appellido no desafio que teve com um moiro, a quem daria maior punhada; o moiro deu-lhe nos peitos com tanta força, que o fez estar sem accordo grande espaço de tempo; elle, porém, tornando a si, e agarrando-lhe na barba, lh'a levou abaixo do queixo. As suas armas são em campo de prata uma cruz de preto florida e vasia, e uma orla de dois ramos de hera florida; timbre um meio moiro vestido de verde, com barba longa, que tem um ramo de era na mão. A descripção do brazão feita pelo visconde de Sanches Baena, differe um pouco, e é a seguinte: «Em campo de prata uma cruz preta florida e vasia, entre dois ramos de hera, que, principiando no fundo do escudo se vão estendendo em orla até se juntarem no meio do chefe e são de verde; timbre um moiro nascente vestido de verde, trunfa de prata e vermelho, barba comprida e as mãos sobre o peito, descançando uma sobre a outra.»

Barba *(Fernando Mesquita Pimentel)*. Sargento-mór, em Campo Maior. N. em Santarem, sendo baptisado na freguezia de Azoia a 28 de junho de 1678, fal. em Portalegre, em 1725. Era filho natural de Ruy Barba Corrêa Alardo, senhor do morgado da Romeira, o qual, depois de ser legitimado por seu pae a 24 de outubro de 1698, o foi pelo rei em 3 de fevereiro de 1699. Seguiu a vida militar; em 1708 era capitão de infantaria, no presidio da praça de Almeida, e no anno de 1714, foi sargento-mór, em Campo Maior. Casou com D. Helena Maria Vicencia Pereira, filha herdeira de Fernão Pereira de Moraes e de sua mulher D. Antonia Maria Froes de Gouveia. Tendo adoecido gravemente, partiu para Portalegre com a idéa de se restabelecer, teve, porém, a infelicidade de fallecer pouco depois. Dedicou-se ao estudo da genealogia, em que seu pae fôra muito perito, e escreveu o seguinte, que ficou em manuscripto: *Arvores Genealogicas de varias familias da sua patria, como das provincias, onde militou.*

Barba *(Fernão Rodrigues)*. Fidalgo que militou na India, no tempo de Affonso de Albuquerque. Esteve no primeiro cerco de Gôa. Mais tarde seguiu o partido de Lopo Vaz de Sampaio, nas dissenções que se deram entre este governador e Pedro Mascarenhas. No tempo de Nuno da Cunha tambem se encontra, militando distinctamente nas empresas de Diu, sendo n'uma d'ellas ferido gravemente.

Barba *(Fr. Francisco)*. Religioso da Ordem da Trindade. Nat. d'Assumar ou de Monforte. Professou no convento da sua ordem, da cidade de Ubeda na provincia da Andaluzia Escreveu: *De la Institucion, e fundacion de la Orden de la*

Santissima Trinidad de la Redencion de Cautivos, Baeza, 1556.

Barba *(João Pereira da Silva)*. Mestre de campo de auxiliares de Leiria, nomeado governador capitão general de Moçambique em 6 de abril de 1762, cuja patente teve quatro dias depois. Tomou posse a 6 de janeiro de 1763. A carta de conselheiro foi-lhe conferida em 24 de abril do mesmo anno. Durante este governo levantaram-se em Moçambique, Sena, Quelimane, Inhambane, Sofala, Tete e Zumbo pelourinhos, dando-se a estas terras o foro de villas, e em seguida procedeu-se á eleição das respectivas camaras. Em 1765 foi nomeado para o substituir Balthazar Manuel Pereira do Lago.

Barba. Os caprichos da moda teem singularmente modificado, segundo as diversas epocas e os differentes povos, a conformação d'este natural adorno do rosto humano. As raças brancas são as que teem a barba mais espessa; nas amarellas é rara e grossa; nas negras, apresenta-se clara e muito encrespada. Parece que os gregos, no tempo de Alexandre, se barbeavam, para que os inimigos na guerra não tivessem por onde fazer presa. Até ao tempo de Justiniano continuaram a barbear-se, depois tornaram a usar das barbas até ao tempo da tomada de Constantinopla. Entre os romanos. a mocidade usava por algum tempo a barba crescida, e a primeira vez que ella se fazia procedia-se a grandes cerimonias. Os filhos das pessoas nobres eram barbeados por outros mais nobres do que elles, ficando por este acto solemne sendo paes adoptivos ou padrinhos dos recem-barbeados. Era um dia de festa, e os mancebos recebiam presentes dos seus amigos. Os cabellos cortados eram solemnemente consagrados a alguma divindade. Os antigos allemães cortavam a barba, salvo a do beiço superior, não consentindo, comtudo, que os mancebos a cortassem, senão depois de terem morto um inimigo em batalha. Na egreja, foi o papa Leão III o primeiro que se barbeou, e o clero do occidente seguiu este exemplo. No seculo x, João XII restabeleceu o uso da barba, que no fim do seculo seguinte foi supprimido por Gregorio VIII. Todos os povos tinham o seu habito ácerca da barba, o que seria longo mencionar. A este respeito vem uma curiosa descripção no manuscripto existente na Bibliotheca Nacional de Lisboa, *Memorias historicas*, N.º 600, fol. 40 e 348. Em quasi todos os paizes, os militares se barbeavam, e os homens de letras, pelo contrario, conservavam as barbas. Em Portugal usaram-se os cabellos compridos e as barbas crescidas desde o começo da monarchia até ao tempo de D. Duarte, em cujo reinado, parece, que as traziam sómente os militares e os homens que andavam de lucto. El-rei D. Fernando, segundo consta, foi o primeiro que, para agradar a D. Leonor Telles, inaugurou a moda de fazer a barba e cortar o cabello. N'esta segunda parte teve quem o imitasse, especialmente os guerreiros, que viam n'esse costume a vantagem de não abafarem tanto com as viseiras, morriões e capacetes. No corte da barba é que o exemplo de D. Fernando não foi tão adoptado, e ainda no tempo d'el-rei D. Manuel, nos fins do seculo xv e principios do xvi, tornaram a ser moda as barbas crescidas nas pessoas de consideração, reputando-se uma atroz injuria arrancar ou descompôr um só cabello, que fôsse, das barbas de alguem. Eram tão respeitadas, que D. João de Castro, sendo governador da India, precisando que de Gôa lhe emprestassem 20:000 pardaus para acudir ás despezas da guerra, offereceu em penhor da divida os cabellos da barba (V. *Castro, D. João de.)*. Desde a usurpação dos Filippes fôram desapparecendo as barbas em Portugal, e fr. Gaspar de S. Bernardino, que escrevia por 1600, lamenta que os homens do seu tempo as tivessem mudado para as grandes trunfas que traziam na cabeça. Por 1640, parece que quizeram resurgir, e D. Francisco Manuel moteja, nos *Apologos dialogaes*, d'aquelles que pretendiam ser graves e respeitaveis trazendo-as crescidas e penteadas. A moda não pegou, e as barbas fôram desterradas. Durante a guerra civil de 1832 e 1833, os militares deixaram geralmente crescer as barbas, com especialidade os do exercito libertador, mas terminada a guerra novamente desappareceram em grande parte. Na ordem do exercito de 22 de setembro de 1852 se legislou a este respeito, determinando-se que sómente os porta-machados usassem barbas compridas; concedendo aos officiaes generaes usar, além do bigode e pera, suissas direitas até á altura do bigode; e bigode e pera (não devendo esta exceder a extremidade do queixo, nem ter mais do que meia pollegada de largura) aos officiaes e praças de pret de cavallaria e caçadores, officiaes montados de infantaria, ás companhias dos flancos dos mesmos corpos, aos officiaes do corpo de estado maior do exercito, os empregados da secretaria da guerra, os dos estados maiores generaes, sendo licito a todas as praças usar bigode. A'cerca da barba ha muitas obras publicadas de autores estrangeiros. Pinheiro Chagas tambem escreveu a *Historia e physiologia da barba*, que sahiu em folhetim, e vem incorporada nas *Scenas e phantasias portuguezas*, do mesmo escriptor.

Barba de Bode. Logar na freg. de N. S.ª da Esperança, conc. de Arronches, districto de Portalegre.

Barba Pouca *(Casal da)*. Na freg. de N. S.ª do Pranto, de Penascoso, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Barba Rala *(Monte da)*. Na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Barba Torta. Logar na freg. de Santa Margarida, de Aldeia Velha, conc. de Aviz, distr. de Portalegre.

Barbaça. As armas d'esta familia conhecida tambem pelo nome de Barvança, são em campo de ouro cinco escudetes de vermelho postos em santor; o timbre é uma aguia sanguinha nascente com o bico de ouro e a lingua sanguinha.

Barbacan. Nas fortificações da edade-média toda a obra saliente guarnecida de setteiras, servindo para atirar a coberto sobre os assaltantes.

Barbacão *(Horta do)*. Na freg. de N. S.ª das Reliquias, de Canal, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Barbacena *(Affonso Furtado do Rio de Mendoça, 1.º visconde de)*. Commendador da ordem de Christo, 5.º senhor da villa de Barbacena, general de artilharia e cavallaria, na provincia do Alemtejo, governador das armas da Beira, do partido de Castello Branco, do conselho de guerra, governador e capitão general do Brazil. Igno-

ra-se a data do nascimento; fal. no Brazil a 3 de outubro de 1675. Era filho de João Jorge Furtado de Mendóça, 4.º senhor de Barbacena, commendador da ordem de Christo, alcaide-mór da Covilhã, e de sua mulher D. Marianna de Vilhena, filha de Ayres Telles da Silva, alcaide-mór da Covilhã. Serviu na guerra da acclamação de D. João IV, em que se tornou muito distincto. A nomeação de governador e capitão general do Brazil é do anno de 1671, e durante o tempo do seu governo, ordenou a exploração das minas de esmeraldas. Era casado com D. Maria de Tavora, ultima filha de João Furtado de Mendoça. Foi agraciado por D. Affonso VI com o titulo de visconde de Barbacena, por carta de 19 de dezembro de 1661, titulo que continuou nos seus descendentes.

Barbacena *(Affonso Furtado de Mendoça, 4.º visconde de).* General de batalha. N. em Penamacor a 28 de novembro de 1690, ignora-se a data do fallecimento. Era filho do 2.º visconde de Barbacena, Jorge Furtado de Mendoça, e de sua mulher, Anna Luiza de Hohenlohe. Succedeu a toda a casa e honras do seu pae, a quem acompanhou na guerra, onde serviu distinctamente. Foi o 7.º senhor da villa de Barbacena. No tempo, porém, em que a vida se lhe sorria cheia de gloria, querido e estimado entre os militares, resolveu abandonar a sua brilhante carreira, e dedicar-se ao claustro, professando na ordem de S. Bento a 13 de maio de 1713, sem nada dizer a pessoa alguma, excepto ao seu director na ordem monastica, cujos dictames observou com toda a obediencia. Procurando ainda mais austeridade, desejava ser missionario, e entrou no convento do Varatojo, onde, parece, que passou o resto da existencia.

Barbacena *(Felisberto Caldeira Brant, marquez de).* Militar distincto no exercito brazileiro. N. em 1772, fal. no Rio de Janeiro a 10 de junho de 1842. Assentou praça na marinha portugueza, passando depois ao exercito. Em 1807, quando a familia real partiu para o Rio de Janeiro, era tenente-coronel do primeiro regimento da Bahia. Conservou-se sempre no Brazil, e seguindo o partido da independencia, chegou ao posto de marechal no exercito brazileiro. Exerceu cargos importantes n'aquelle imperio. Foi elle o escolhido por D. Pedro IV para acompanhar a Vienna d'Austria a joven rainha D. Maria II, para ser educada na côrte de seu avô materno. Sahiu do Rio de Janeiro a 5 de julho de 1828, e ao chegar a Gibraltar a 3 de setembro do referido anno, teve conhecimento, por um emissario que o esperava n'aquelle porto, dos acontecimentos de Portugal, e então resolveu não seguir para Vienna, e conduzir a joven rainha para Inglaterra, chegando a Londres a 7 de outubro seguinte, onde D. Maria II foi recebida com todas as honras devidas, pelos soberanos britannicos. Valendo-se das autorisações que lhe haviam sido concedidas, exigiu o marquez de Barbacena da legação brazileira, em Londres, as sommas precisas para o sustento dos emigrados portuguezes, e para os aprestos da expedição que se devia dirigir á ilha Terceira. Não só com dinheiro procurou favorecer e auxiliar esse projecto, antes pelo contrario trabalhou constantemente junto do governo inglez, para que este se não oppozesse á sua execução, e se fôram improficuos todos os seus esforços, porque a esquadra ingleza de Walpole impediu o desembarque, nem por isso se póde deixar de reconhecer os valiosos serviços quo o marquez do Barbacena prestou á causa da rainha. Segundo as ordens de D. Pedro, foi tambem este diplomata brazileiro á Allemanha celebrar, por procuração, o casamento de D. Pedro com a princeza Amelia de Leuchtenberg, voltando depois com a nova imperatriz e a rainha D. Maria II para o Brazil, onde chegou a 16 de outubro de 1829.

Barbacena *(Francisco Furtado de Castro do Rio de Mendoça e Faro, 7.º visconde e 2.º conde de).* Fidalgo da Casa Real, 11.º senhor da villa de Barbacena. N. em Lisboa a 11 de dezembro de 1780, onde tambem fal. a 11 de março de 1854. Era filho do 1.º conde do mesmo titulo, Luiz Antonio Furtado de Castro do Rio de Mendoça e Faro, e de sua mulher D. Anna Rosa José de Mello. Acompanhou seu pae a Minas Geraes, assentou praça de soldado no regimento de cavallaria d'essa capitania em 1789. Regressando ao reino em 1797, deu baixa do exercito ultramarino, e alistou-se no regimento de cavallaria de Mecklemburgo, no qual foi collocado como alferes aggregado. Em 1801 fez a campanha como capitão, e quando terminou a guerra matriculou-se na Academia de Fortificação, onde fez um curso muito distincto, alcançando premios em todos os annos. Sendo ainda estudante, foi encarregado d'algumas commissões especiaes, sendo uma d'ellas a de apropriar a ordenança da cavallaria. Quando Junot dissolveu o exercito portuguez, ficou encarregado da organisação e instrucção de alguns regimentos de cavallaria do sul do reino, e na guerra da peninsula tomou parte muito activa, batendo-se sempre com o maior valor e bravura; no recontro de Majalahonda a 11 de agosto de 1812, em que ficou gravemente ferido, tornou-se deveras notavel. Levado então prisioneiro a Madrid, recebeu ali obsequioso acolhimento do estado maior do rei José Bonaparte. Lord Wellington tinha-o em grande apreço, e sendo pouco inclinado a troca de prisioneiros, pediu e obteve, que o bravo official voltasse para o reino. O conde de Barbacena foi um dos officiaes que mereceram mais elogios do marechal Beresford. Terminada a campanha, voltou a Portugal com o posto de coronel, e embarcou depois para o Rio do Janeiro, onde foi promovido a general, nomeado inspector da cavallaria da provincia, veador da rainha D. Carlota Joaquina, e commendador da ordem de Christo pelos serviços prestados na lucta contra os francezes. No acto da acclamação de el-rei D. João VI, em 1816, serviu de alferes-mór, sendo então elevado a conde, agraciado com a grã-cruz da ordem de N. S.ª da Conceição, e graduado em marechal de campo. Em 1818 regressou a Portugal, e nos ultimos dias de agosto de 1820 foi encarregado pelos governadores do reino de commandar as forças que deviam combater a revolução liberal, quo rebentara no Porto; como, porém, esse movimento tomou grandes proporções estendendo-se pelas provincias, o conde de Barbacena vendo que nada podia conseguir, pediu a exoneração do commando em que fôra investido e recolheu-se á vida privada, conservando-se fóra da politica até á chegada de D. João VI a Lisboa, em julho de 1821. Foi então nomeado ministro dos negocios

estrangeiros, e sendo depois substituido por Silvestre Pinheiro Ferreira, occupou novamente o logar de veador da rainha, até ao dia em que D. Carlota Joaquina foi deportada para o Ramalhão. Depois dos successos politicos conhecidos pelo nome de *abrilada*, foi nomeado em 10 de junho de 1823, chefe do estado maior do infante D. Miguel, que n'essa occasião fôra investido no commando em chefe do exercito, conservando-se n'esta commissão até maio de 1824, que, sahindo do reino o infante, ficou extincto o commando em chefe, e a direcção superior dos negocios militares passou para a secretaria da guerra. Em janeiro de 1825, sendo exonerado do cargo de ministro da guerra o conde de Sub-serra, foi o conde Barbacena encarregado d'essa pasta, que conservou até 1 de agosto de 1826, em que Saldanha o substituiu, pelo facto de se mostrar pouco affeiçoado á Carta Constitucional, que tinha sido jurada no dia antecedente, 31 de julho. Conservando-se sempre fiel ás idéas absolutistas, foi escolhido por D. Miguel, quando rebentou a revolução do Porto em 1828, para chefe do estado maior general. Mais tarde, em vista dos revezes soffridos pelas tropas miguelistas, quando em julho de 1833 veiu para o Porto o general Bourmont, D. Miguel nomeou-o chefe do estado maior general em substituição do conde de Barbacena, a quem conferiu a patente de marechal do exercito. Terminada a campanha, o conde de Barbacena pediu a demissão de official do exercito, mantendo-se, porém, sempre fiel ás suas crenças politicas, porque tanto combatera no campo da batalha. O distincto fidalgo tinha um bondoso e caritativo caracter; grande parte dos seus rendimentos dispendia-a em esmolas e actos de beneficencia. No seu testamento deixou um importante legado para a creação d'um asylo para meninas desamparadas, na villa de Barbacena. A sua morte foi muito sentida, e no seu funeral incorporaram-se todos os homens importantes que viviam em Lisboa, sem distincção de partidos, formando um prestito imponente. A 25 de agosto de 1854, cinco mezes, depois da sua morte, procedeu-se á trasladação do cadaver para o jazigo em que ficou em eterno descanço. Nas solemnes exequias que então se celebraram, proferiu uma oração funebre o fallecido beneficiado Francisco Raphael da Silveira Malhão, um dos mais distinctos oradores sagrados do seu tempo. O 2.º conde de Barbacena foi o ultimo d'este titulo, que desde então ficou extincto.

Barbacena *(Jorge Furtado de Mendoça, 2.º visconde de)*. 6.º senhor da villa de Barbacena, commendador de Santa Eulalia de Rio Covo, de S. Romão de Fonte Cuberta, S. Julião em Bragança, S. Martinho de Refregas na ordem de Christo, alcaide-mór da Covilhã; general de artilharia com o governo das armas da Beira na paz, e depois na guerra de 1704, mestre de campo general com o governo da artilharia na provincia do Alemtejo, do conselho de guerra. Ignora-se a data do nascimento; fal. a 16 de maio de 1708. Era filho do 1.º visconde de Barbacena, Affonso Furtado de Castro do Rio de Mendoça, e de sua mulher, D. Maria de Tavora Serviu na guerra da acclamação, como seu pae, em que adquiriu grande fama. Esteve na Allemanha em 1687 com o marquez d'Alegrete, então embaixador á côrte de Heidelberg, e ali casou com a condessa Anna Luiza de Hohenlohe, senhora muito devota, filha de Luiz Gustavo, conde de Hohenlohe, senhor de Lagenburg, gentil homem da camara do imperador Leopoldo I, e do seu conselho; e de sua segunda mulher, a condessa Anna Barbom de Schomborn. O 2.º visconde de Barbacena era homem do grande prudencia, valor, e muito religioso.

Barbacena *(Luiz Antonio Furtado de Castro do Rio de Mendoça e Faro, 6.º visconde e 1.º conde de)*. Era o 10.º senhor de Barbacena. N. em Lisboa a 7 de setembro de 1754, onde tambem falleceu a 7 de abril de 1830. Mostrando logo nos primeiros annos intelligencia e applicação pouco vulgares, foi, segundo as insinuações do marquez de Pombal, mandado por seu pae estudar na Universidade de Coimbra, logo depois da reforma d'este estabelecimento de instrucção superior, decretada em 1772. Matriculando-se nas faculdades de philosophia e de leis, foi o primeiro que recebeu o grau de doutor em philosophia. Emquanto completava o curso de direito, regeu, durante o impedimento do professor Vandelli, a cadeira de historia natural, em que se houve com toda a competencia. Concluidos os estudos, regressou a Lisboa, e cultivando com dedicação a historia natural, foi um dos instituidores da Academia Real das Sciencias, na qual serviu de secretario desde a sua creação, até que partiu para o Brazil, por ter sido nomeado governador e capitão general das Minas Geraes. No tempo d'este seu governo, appareceu a primeira tentativa de revolta, sendo esta a primeira manifestação da idéa da independencia do Brazil. Esse movimento foi iniciado por Joaquim José da Silva Xavier, *o Tiradentes*, com o auxilio de diversos individuos, em que se contavam os poetas Alvarenga Peixoto e Claudio Manuel da Costa. A revolta foi denunciada por Joaquim Silverio dos Reis, e o visconde de Barbacena immediatamente mandou suspender as medidas tributarias que os revolucionarios apontavam como iniquas e oppressivas, e prender todos os implicados n'essa revolta, fazendo assim abortar a idéa de independencia, que mais tarde se devia realisar. Depois de dez annos de governo, voltou ao reino, e teve a nomeação de veador do princeza D. Carlota Joaquina, mais tarde rainha. Escolhido para escrivão da meza da Santa Casa da Misericordia de Lisboa, prestou muitos serviços no exercicio d'aquelle logar. Mais tarde foi nomeado presidente da Mesa da Consciencia e Ordens. Quando a familia real se retirou para o Rio de Janeiro em 1807, o visconde de Barbacena não a acompanhou, e permanecendo em Lisboa, Junot o escolheu para fazer parte da deputação que foi cumprimentar o imperador Napoleão; partiu para Bayona, seguindo depois para França. Sendo estabelecida a paz, voltou a Portugal, onde se dedicou quasi exclusivamente ao estudo. Em 1816 foi-lhe concedido o titulo de conde de Barbacena, e em 1823 nomeado conselheiro de Estado. Era casado com D. Anna Rosa José de Mello, primeira filha dos 1.os marquezes de Sabugosa, Antonio Maria de Mello da Silva Cesar e Menezes, e D. Joaquina José Benta Maria de Menezes. Falleceu depois d'uma longa enfermidade.

Barbacena *(Luiz Xavier Furtado de Mendoça, 4.º visconde de)*. Irmão do 3.º visconde, Affonso Furtado de Mendoça, a quem succedeu no titulo

e na casa. Foi o 8.º senhor de villa de Barbacena, commendador de Santa Eulalia de Rio Covo, de S. Romão de Fonte Cuberta, S. Julião de Braganha, S. Martinho de Refregas, todas na ordem de Christo; alcaide-mór da Covilhã, padroeiro do convento de N. S.ª da Boa Hora, de Lisboa, do conselho de el-rei, e governador de Evora. N. a 6 de maio de 1692; ignora-se a data do fallecimento. Era filho do 2.º visconde de Barbacena, Jorge Furtado de Mendoça, e de sua mulher Anna Luiza de Hohenlohe. Casou com D. Ignez Francisca Xavier de Noronha, dama da rainha D. Marianna d'Austria, filha de Francisco Carneiro de Sousa, 2.º conde da Ilha do Principe, e de sua mulher, D. Eufrasia Filippa de Lima, filha de D. Francisco de Sousa, 1.º marquez das Minas, 3.º conde do Prado, do conselho de Estado, etc., e de sua segunda mulher, a marqueza D. Eufrasia de Lima. Em quanto ao 5.º visconde de Barbacena, parece que foi Francisco Vicente Xavier Furtado Castro do Rio e Mendoça, que nasceu a 30 de julho de 1720, filho do 4.º visconde d'aquelle titulo. Não pudémos averiguar mais a seu respeito, porque a *Historia Genealogica da Casa Real*, de D. Antonio Caetano de Sousa, d'onde extrahimos estes apontamentos, dos tomos VII e XII, 2.ª parte, foi escripta antes do fallecimento do 4.º visconde.

Barbacena. Villa e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. do Alemtejo, conc. e com. d'Elvas, distr. de Portalegre, arceb. de Evora. Está annexada civilmente á de Villa Fernando, tendo ambas, 1.904 hab. Tem Misericordia, escola do sexo masc. Está situada n'uma planice bonita e fertil. Eram seus donatorios os condes de Barbacena. D'aqui se vê Arronches, Monforte, Alegrete, Borba, Villa Viçosa e Portalegre. A pov. dista 12 k. da séde do conc., e, segundo consta, teve principio n'uma quinta ou herdade. Foi fundada por Estevão Annes, chanceller-mór de D. Affonso III, em 1273. A egreja era do padroado real, que apresentava o prior, o qual tinha de rendimento 400$000 réis; havia um beneficiado da mesma apresentação, com a renda de 40$000 réis pagos pelo prior, que tambem dava 1$200 réis ao thesoureiro. D. Manuel deu-lhe foral, em Evora, a 15 de dezembro de 1519; D. João III deu-lhe o titulo de villa, pelos annos de 1550, quando se construiu o castello, o qual foi edificado por Jorge Henriques, reposteiro-mór do referido monarcha, e senhor da villa, n'essa epoca. O castello tem duas torres pequenas, revelins e baluartes, com seu fosso em roda. Pelo meio da villa corre um ribeiro, que nasce proximo da Fonte do Sapo; tem tres pequenas pontes, e morre na ribeira da Contada. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr de recrutamento e reserva n.º 22, com a séde em Abrantes. || Monte na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Caia, conc. de Elvas, districto de Portalegre.

Barbada. Logar na freg. de S. Clemente de Paços de Gaiolo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Barbadães. Logar na freg. de S. Salvador, de Dornellas, conc. de Amares, distr. de Braga.

Barbadães de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Natividade, de Vréa de Bornes, conc. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real.

Barbadão. Alcunha por que era conhecido Pero Esteves, pae de Ignez Pires, commendadeira de Santos, e amante de el-rei D. João I, o Mestre de Aviz, de quem procedem os duques de Bragança. V. *Esteves (Pero)*.

Barbães. Logar na freg. de Santa Maria, de Insalde, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Barbaido. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Freixial do Campo, conc. e distr. de Castello Branco.

Barbaleda. Logar na freg. de Santa Clara, conc. e distr. de Coimbra.

Barbalho Bezerra *(Agostinho)*. Brazileiro corajoso e emprehendedor, que viveu no seculo XVII. Natural de S. Paulo, ignora-se a data do nascimento, e fal. em 1667. No reinado de D. Affonso VI, em 1664, foi encarregado da administração das minas do Brazil. Na idéa de explorar as minas de esmeraldas, que lhe annunciavam nas extensas florestas do Espirito Santo, organisou uma expedição, e á sua frente, luctando com muitos perigos e obstaculos, foi arrostar a insalubridade d'aquellas vastas solidões. Nada conseguiu do que desejava com a sua arriscada tentativa, e falleceu victima das febres paludosas que o assaltaram. Comtudo, cabe-lhe a gloria de, pela sua viagem, haver contribuido para o conhecimento geographico de certas paragens, até então ignoradas. Era casado com D. Cecilia Barbosa. Esta senhora, achando-se no Rio de Janeiro viuva e pobre, porém muito orgulhosa, com tres filhas, que não podia dotar, nem casar com pessoas da nobreza, conseguiu com o auxilio de pessoas abastadas, fundar um convento, onde viveu com as filhas e mais algumas donzellas nobres, em perfeita clausura, longe do casamento e dos laços sociaes.

Barbanças. V. *Barbaça*.

Barbanche *(Monte de)*. Na freg. de S. Luiz, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Barbancho. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Abitureiras, conc. e distr. de Santarem.

Barbaria. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, conc. de Tavira, distr de Faro.

Barbarica *(Francisco de Penamacor)*. Religioso da ordem de S. Francisco, natural de Penamacor. Ignoram-se as datas do seu nascimento e fallecimento. Era filho de Domingos Antunes Barbarica e de Brites Lopes de Almeida, irmão de fr. João Barbarica, monge de Cister. (V. *Barbarica, João*). Professou na provincia da Soledade, onde se exercitou em todo o genero de virtudes religiosas. Escreveu: *Espelho Monastico e Catholico em discursos moraes, e predicaveis sobre os dictames, que para a vida religiosa e perfeita escreveu o Melifluo Doutor S. Bernardo no seu Tratado do modo de bem viver*. Lisboa, 1571: Deixou em manuscripto: *Soliloquio da alma fazendo-lhe devota, e fiel companhia nos dolorosos passos da sua Paixão sagrada; Leito Florido da Esposa de Jesus Christo, e instrucção espiritual para as almas religiosas, e devotas colherem os fructos das doenças; Deserto sacro, e cultivado em oito dias de exercicios espirituaes debaixo da protecção de Jesus Maria Joseph; Novena da Santa Humildade na Vigilia, e oitavario da Assumpção da Virgem Maria Senhora nossa; Exercicios de sete dias para Pessoas sentidas de testemunhos falsos.*

Barbarica *(Fr. João)*. Religioso da ordem de S. Bernardo. N. em Penamacor a 12 de janeiro de 1673, fal. em Lisboa, em egual dia de 1729, quando completou 56 annos de edade. Era filho de Domingos Antunes Barbarica e de Brites Lopes de Almeida, ambos das principaes familias d'essa villa. Na adolescencia recebeu a cogula cisterciense no convento de S. João, de Tarouca, a 5 de agosto de 1688, e professou a 7 do referido mez do anno de 1689. Foi mestre jubilado em a Theologia, que dictou com grande fama no collegio de Coimbra; abbade do mosteiro de S. Pedro das Aguias, no anno de 1717, confessor das religiosas do convento de Odivellas, e das bernardas descalças do reformado mosteiro de N. S.ª da Nazareth, de Lisboa, Foi tambem orador evangelico muito acreditado. Falleceu no mosteiro de N. S.ª do Desterro. Escreveu: *Dictames para a vida religiosa e perfeita escriptos pelo Melifluo Doutor S. Bernardo*, Lisboa, 1721; *Novena para o glorioso Precursor de Christo S. João Baptista*, Lisboa, 1727. Sahiu sem o seu nome.

Barbaricum *(Promontorium)*. Cabo da antiga Lusitania, chamado hoje Cabo do Espichel. V. *este nome.*

Barbarino *(Miguel Paes do Amaral d'Almeida Quifel)*. Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, pelo alvará de 8 de outubro de 1802; senhor de Abrunhosa e Villa Mendo, de que era donatario seu avô paterno, Miguel Paes do Amaral, em verificação de vida n'este senhorio; senhor da casa de Mangualde; commendador da ordem de Christo; tenente-coronel reformado de cavallaria. N. a 6 de fevereiro de 1777, fal. a 22 de novembro de 1850. Era filho de Simão Paes do Amaral d'Almeida Quifel Barbarino, moço fidalgo com exercicio na Casa Real por successão a seus maiores, alvará de 12 de fevereiro de 1778; 7.° senhor da Casa de Mangualde, e 3.° senhor de Abrunhosa e Villa Mendo; sua mãe era D. Izabel Luiza de Almeida e Vasconcellos Quifel Barbarino, senhora dos morgados de Monperres e Almeida, filha de Manuel Estevão d'Almeida Vasconcellos Quifel Barbarino, moço fidalgo com exercicio no paço; conselheiro do conselho ultramarino; desembargador da Casa da Supplicação com exercicio na Relação e Casa do Porto; syndico do hospital de Todos os Santos, e alcaidemór de Penedono. Miguel Paes era condecorado com a medalha hespanhola pela batalha de Victoria, em 21 de julho de 1813, e com a cruz das campanhas da guerra peninsular. Succedeu nos morgados e casa de seu avô materno Manuel Estevão d'Almeida, que falleceu a 17 de novembro de 1800; casou a 13 de maio de 1810 com D. Maria Joanna de Saldanha Oliveira e Daun, filha dos 1.ºˢ condes de Rio Maior, João Vicente Saldanha Oliveira e Sousa Juzarte Figueira e D. Maria Amalia de Carvalho Daun.

Barbarios. Povos da antiga Lusitania, que habitavam o littoral entre os rios Sado e Tejo, e na serra da Arrabida, a que deram o seu nome.

Barbas *(Manuel Maria)*. Medico distincto, bacharel formado em medicina pela Universidade de Coimbra. N. na Covilhã em 1806, onde tambem falleceu em 14 de abril de 1854. Veiu para Lisboa, e estudou na Escola Medico-Cirurgica, ou na que a antecedera e tendo já a sua carta de cirurgião, partiu para Coimbra, e matriculou-se em medicina na Universidade, tomando o grau de bacharel em 1844 e formando-se em 1845. A sua dissertação tem por titulo: *An physice, vel chimice hœmatosis opus explicari potest?* Publicou-se depois da sua morte, na *Revista academica*, de Coimbra, vol. II, 1854, n.ºˢ 7, 9, 10, 11 e 12, por diligencia do dr. Jeronymo José de Mello, que fôra seu professor na Universidade.

Barbas. Pov. na freg. de S. Thiago, de Carvalhaes, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, de Maceira, conc. e distr. de Leiria. || Logar na freg. de S. Vicente, de Tavora, conc. dos Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello. || Casal na freg. de S. Matheus, de Erra, conc. de Coruche, distr. de Santarem. || Casal na freg. de Santa Maria Magdalena, de Turcifal, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Horta na freg. de Santo Estevão, de Pussos, conc. de Alvaiázere, distr. de Leiria. || Horta na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. d'Alter do Chão, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de Santa Maria Maior e conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || Herdade na freg. de S. Bento do Cortiço, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Barbas de Gaio de Baixo e de Cima. Dois casaes na freg. de N. S.ª da Conceição, de Salvada, conc. e distr. de Beja.

Barbas de Lebre. Monte na freg. de S. Pedro de Pomares, conc. e distr. de Beja.

Barbas de Milho. Quinta na freg. de Santo André de Rapa, conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda.

Barbas Novas. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Almagreira, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Barbas de Porco. Pov. na freg. de N. S.ª dos Prazeres, de Aldeia Gallega da Merceana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Barbastel *(Casal do)*. Na freg. de S. Lucas, de Freiria, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Barbatôna *(Quinta da)*. Na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. da Torre de Moncorvo, distr. de Bragança.

Barbatos. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Barbedo. Logar na freg. de S. Mamede, de Caniçada, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Martinho, de Parada Thodéa, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Barbedo. Parece estar extincta esta familia, cujo brazão é similhante ao da familia Barbudo. V. *este nome.*

Barbeira. Pov. na freg. de S. Thiago, de Aldreu, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Lourenço, de Alvellos, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Barbeiro. Individuo cuja profissão é barbear e tratar da barba, cortar o cabello, etc. Antigamente tambem fazia operações cirurgicas de pequena importancia, especialmente sangrar e tirar dentes. Já no seculo XVI tinha este officio regimento proprio dado pelo Senado de Lisboa. Entre a bibliographia portugueza d'este officio é interessante a seguinte obra de Manuel Leitão: *Pratica de barbeiros em quatro tratados, em os quaes se tracta de como se ha de sangrar, e as*

cousas necessarias para a sangria; e juntamente se tracta em que parte do corpo humano se hão de lançar as ventosas assi seccas como sarjadas... com outras muitas curiosidades pertencentes pera o tal officio; Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1604-4.º e outras edições. || *Barbeiro de espadas*, official que se empregava em açacalar e guarnecer espadas e outras armas brancas. Na collecção dos regimentos dos officios de Lisboa, reformados em 1572, tambem se encontra o dos barbeiros de espadas. No regimen da antiga Casa dos Vinte e Quatro pertenciam ambos os officios de barbeiro á bandeira de *S. Jorge*, o primeiro como cabeça e o segundo como annexo.

Barbeiros. Herdade na freg. de S. Pedro de Algalé, conc. de Monforte, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de S. Bento de Anna Loura, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça, de Casa Branca, conc. de Sonzel, distr. de Portalegre.

Barbeita. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Monsão, distr. de Vianna do Castello, bisp. de Braga; 1:099 hab. e 224 fog. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada em terreno bastante accidentado e abundante d'aguas. E' terra fria, mas bastante fertil, sobretudo em milho. Foi honra, de que eram senhores os Azevedos, do Fayal, freg. do Abbade de Neiva. A casa de Bragança apresentava o abbade, que tinha de renda 400$000 réis. Na Ponte do Moiro está um cruzeiro ou padrão, e na haste d'elle a imagem de S. Thiago. E' memoria, segundo diz a lenda, d'um milagre que este santo fez em favor de um moiro, que vendo-se atacado por uns poucos de christãos, invocou a protecção do santo, vendo-se livre de perigo, se converteu ao christianismo. Ainda em 1640 havia aqui um forte, que se demoliu, para a sua pedra ser empregada nas muralhas da praça de Monsão. A pov. tem caixa do correio, e a escola de *S. Felix*, instituida por legado de João José Vasques. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 18 com a séde no Porto. Em Barbeita ha feira no dia 1 de cada mez, e no dia primeiro de junho costuma haver arraial e festa na capella de S. Felix, que pertence á casa de Barbeita. || Pov. na freg. de S. Simão, de Rio de Loba, conc. e distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S. Thiago, de Burgães, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S. Pedro, de Vascões, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Barbeita de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Maria, de Aboim, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Barbeitello. Pov. na freg. de S. Pedro, de Torrados, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Barbeito. Pov. na freg. de S. Martinho, de Alvaredo, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Armil, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Esporões, conc. e distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Miguel, de Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Martinho, de Fajões, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Salvador, de Fonte Arcada, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Thiago de Lobão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Logar na freg de S. Martinho d'Anta, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real. || Logar na freg. de S. Bartholomeu, de Monte Redondo, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Mamede, de Negrellos, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santo Adrião, de Oleiros, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santa Maria, de Pinheiro, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Thiago, de Rande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Bartholomeu, de Troviscal, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Salvador, de Paderne, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Barbeito de Baixo. Logar na freg. de S. Miguel, de Refoyos de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Barbeito do Monte. Logar na freg. de Santo Adrião, de Oleiros, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Barbeito da Silva *(João)*. Capitão de infantaria, com o curso da Escola do Exercito. N. na ilha da Madeira a 3 de agosto de 1855. Escreveu: *Escola pratica de infantaria e cavallaria; secção de infantaria, anno de 1899; acantonamentos (estudo)*, 1889, sem designação de terra, mas sabe-se que foi em Mafra; *Idem: bivaques*, 1889. Estes dois trabalhos são a summula das conferencias que sobre a especialidade referida, fôram feitas na Escola Pratica de Infantaria e Cavallaria, pelo tenente-coronel, commandante da secção de infantaria na Escola de Mafra, Celestino de Sousa, sendo coordenadas por Barbeito em face dos apontamentos das mesmas conferencias e em resultado dos exercicios praticos que se lhes seguiram.

Barbeitos. Pov. na freg. de Santa Maria, de Alvora, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Bravães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Barbelães. Logar na freg. de S. Martinho, de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Barbelote. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Barbens. Pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Barbilheira *(Herdade de)*. Na freg. de Sant'Anna do Campo, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Barbo *(Monte do)*. Na freg. de S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Barbosa. Este appellido procede de D. Sancho Nunes Barbosa, filho de D. Nuno de Cellanova, casado com D. Thereza Affonso, filha bastarda d'el-rei D. Affonso Henriques. O solar é situado na freguezia de S. Miguel de Rans, pouco distante de Penafiel. Foi D. Sancho quem o estabeleceu dando o appellido de Barbosa á familia. Parece que os seus descendentes se conservaram de posse do solar até ao reinado de D. Affonso III, sendo o ultimo senhor, Martim Pires de Barbosa, que foi morto n'uma quinta por Pedro Fernandes de Castro. No fim de mui-

tas contendas entre os parentes do fallecido, passou a herdade á corôa. No reinado de D. João I e solar e honra de Barbosa foi dado aos Malafaias e Azevedos, que praticaram grandes façanhas assim na guerra contra Castella, como na tomada de Ceuta, e a sua varonia procede de Gonçalo Pires Malafaia, regedor da casa do eivel e senhor de Bellas. O dr. Antonio d'Almeida, na sua *Descripção historica e topographica da cidade de Penafiel*, inserta nas *Memorias da Academia*, tomo, x, parte II, diz que em 1819 se fizeram algumas diligencias para incorporar no termo da cidade, juntamente com outros territorios, a honra de Barbosa por isso que se achava devoluta á corôa, e esta a tinha já cedido á cidade por alvará de 28 de junho de 1770, o que não teve effeito. Esses privilegios caducaram depois, em consequencia de nova organisação judiciaria e administrativa. As armas dos Barbosas, segundo se lê na *Nobiliarchia portugueza*, de Villas Boas, pag. 239, da edição de 1676, são em campo de prata com orla azul, uma banda azul, com tres crescentes de ouro entre dois leões de purpura, batalhantes, armados de prata; timbre meio leão de purpura, com um crescente das armas na espadoa, armado de prata.

Barbosa *(Agostinho)*. Distincto jurisconsulto, bispo de Ughento, no reino de Napoles. N. em Guimarães a 17 de setembro de 1590, fal. no seu bispado a 19 de novembro de 1649. Era filho de Manuel Barbosa, tambem jurisconsulto notavel, e de sua mãe, D. Izabel Vaz da Costa. Desde muito novo começou a manifestar grande talento e propensão para as letras; contando apenas 21 annos de edade, escreveu o *Dictionarium Lusitanico-Latinum*, que se imprimiu em Braga, em 1611, obra que o padre Bento Pereira, 35 annos depois, no seu *Thesouro da lingua portugueza*, não hesitava em chamar o mais copioso de todos os nossos vocabularios. Na Universidade de Coimbra applicou-se ao estudo de Direito Cesareo e Pontificio, pelo espaço de dez annos, graduando-se em ambas as faculdades. Publicou as doutissimas Remissões ao Concilio de Trento, cuja obra foi tão bem recebida em todo o mundo litterario, que em diversas partes se viu reproduzidas em multiplicadas edições. Ambicioso de communicação de varões sabios, percorreu as diversas universidades de Italia, França e Allemanha onde foi muito apreciado o seu profundo talento. Residiu por algum tempo em Roma, e sendo ali muito estimado, teve a nomeação de thesoureiro-mór da collegiada de Guimarães, em que foi provido, tendo largado a Abbadia de Mentrestido; exerceu tambem o cargo de protonotario apostolico, de censor de livros, e consultor da sagrada Congregação do Index. Quando rebentou a revolução de 1840, como não era affeiçoado ao duque de Bragança, estabeleceu-se definitivamente em Roma, e teve a honra de ser escolhido em 1648 para bispo de Ugheuto no reino de Napoles, sendo sagrado a 10 de maio de 1649 na egreja de N. S.ª do Populo, d'aquella cidade. E' autor de muitas obras philosophicas, umas publicadas e outras manuscriptas, cujo longo catalogo se póde vêr no primeiro volume da *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, pag. 57 e seguintes. Em hespanhol publicou: *Summario de la Vida, y milagros de S. Filippe Neri, Clerigo Presbitero Fundador de la Congregacion del Oratorio, razon de su Instituto, y empleos de los Sacerdotes de que la dicha Congregacion se compone.*

Barbosa *(Antonio)*. Conego da sé de Gôa e vigario da parochial egreja de S. Thomé, da referida cidade. Era natural de Chaul, cidade da India Oriental, situada entre Gôa e Diu. Viveu nos fins do seculo XVI. Sendo conego da cathedral de Gôa, mereceu pelas letras que professava na faculdade de canones, ser dezembargador da Relação do arcebispado primaz do Oriente. Escreveu a seguinte obra ácerca do cerco de Chaul em 1591, a qual ficou inédita, conservando-se o manuscripto na livraria do marquez de Abrantes: *Breve tratado da Victoria do Morro de Chaul, descripção do sitio, e fortaleza delle, e de alguns bem afortunados successos que os Portuguezes tiverão n'este cerco.*

Barbosa (*Padre Antonio*). Jesuita, missionario no Oriente. N. em Arrifana de Sousa, bispado do Porto, em 1594; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Gaspar Pires e de Maria Thomé. Na edade de 20 annos professou em Lisboa, no convento dos jesuitas, a 13 de março de 1624. Alcançada a autorisação dos seus prelados, partiu para a missão do Oriente, e chegando a Gôa, foi logo destinado para prégar o evangelho na Cochinchina, serviço que exerceu durante quatro annos, conseguindo converter muitos infieis ao christianismo. Os climas d'aquellas regiões damnificaram-lhe muito a saude, dando-lhe uma ardente febre que degenerou em tisica. Esperançado que a mudança de clima o restabeleceria, passou a Macau, e depois a Gôa, mas infelizmente succumbiu. O padre Antonio Barbosa estudava e observava com a maior attenção a linguagem e os costumes dos povos orientaes que procurava converter, e em especial a linguagem falada no territorio de Annam, e esse estudo e observação o habilitaram a escrever um *Diccionario da lingua annamita*, que se publicou em Roma no anno de 1651, e que foi o que serviu de base a todos os outros diccionarios, que d'essa lingua depois se fizeram.

Barbosa *(Antonio Carmo Velho de)*. Religioso da ordem benedictina. N. em Barcellos a 15 de agosto de 1789, fal. a 4 de fevereiro de 1854. Destinando-se á vida monastica, recebeu o habito de S. Bento no mosteiro de Tibães, a 6 de junho de 1805, professando passado o anno do noviciado. Sendo collegial no convento de Rendufe, em 1809, tanto elle como os companheiros tomaram armas para, juntamente com o povo e tropa, se oppôrem á invasão do exercito francez commandado pelo general Junot. Quando o exercito se retirou, recolheu-se ao referido convento com os outros collegiaes, e ali continuaram todos o curso de philosophia, que tinham apenas começado antes do alistamento patriotico. A vida de soldado, porém, fôra-lhes mais agradavel, e por isso se aborreceram depressa dos exercicios religiosos, preferindo o som das cornetas ao do orgão. O caracter austero do prelado e do mestre, ainda contribuiam mais para aquella antipathia á vida do claustro, que chegou a ponto de se levantarem conflictos, rompendo-se de todo a obediencia monastica, vindo o mosteiro a converter-se em verdadeiro castello de armas, sendo necessario vir tropa de Braga, para á força se poder entrar. Desde então ficou o collegio de Rendufe mais conhecido pelo nome de *castello dos ty-*

rolezes. Em castigo, os collegiaes fôram dispersos por differentes mosteiros da congregação, e fr. Antonio Barbosa, um dos que mais se distinguiram na lucta monachal, teve de seguir a sorte dos companheiros, considerando-se ainda muito feliz em não expiar, como outros, o crime de insubordinação e levantamento escolar, em rigoroso carcere. Vivendo no convento de Santo Thyrso, foi ordenado presbytero. Em 1819 celebrou-se capitulo geral em Tibães, e fr. Agostinho dos Prazeres foi eleito abbade para o mosteiro de S. Bento da Victoria do Porto, e sendo muito affeiçoado a fr. Antonio, o escolheu para seu prior. Viveu então no Porto durante oito ou nove annos, sendo prégador regio, para que fôra nomeado, segundo constava, por influencia d'uma illustre freira do convento de Villa Nova de Gaia. Em 1829, ou pouco depois, foi preso como liberal e recolhido nas cadeias da Relação, d'onde o procurador geral da ordem o reclamou, sendo então removido para o mosteiro de Paço de Sousa, ficando encerrado debaixo de rigorosa vigilancia. Em junho de 1833 este mosteiro foi destinado para hospital militar das tropas que cercavam o Porto, e por este motivo os frades tiveram de sahir, recolhendo-se fr. Antonio no convento de S. João de Arnoia em Basto, onde se conservou até á proclamação, n'aquella localidade, do governo da rainha D. Maria II. Quando se aboliram as ordens religiosas, veiu para o Porto, e em 18 de julho de 1834 foi eleito parocho encommendado da egreja de Valbom, nos suburbios da mesma cidade. Por desintelligencias e questões com os parochianos, ficou suspenso pelo governo em portaria de 9 de novembro de 1839, e assim se conservou até obter nova collocação, a de abbade da egreja matriz de Leça do Balio, na qual foi collado em 26 de março de 1850. Pouco tempo, porém, pôde gozar d'este beneficio, porque sendo accommettido no fim d'um anno por uma dôr sciatica, que muito o fazia soffrer, veiu afinal a succumbir a uma febre cerebral. Fr. Antonio Barbosa era cavalleiro da ordem de Christo, e quando esteve em Valbom, collaborou no jornal intitulado *A Vedeta*, que defendia doutrinas anti-ministeriaes, publicando varios artigos que começaram a dar-lhe fama, tornando-se geralmente conhecido pela alcunha do *padre Vedeta*. Escreveu o seguinte: *Exame critico das côrtes de Lamego*, Porto, 1845; *Memoria historica da antiguidade do Mosteiro de Leça, chamada do Balio*, Porto, 1852; é illustrada com cinco estampas lithographadas que contéem outros tantos desenhos descriptivos do edificio e de suas pertenças; *Memoria ácerca da combinação das epocas que contem a inscripção da Torre da Estrella da cidade de Coimbra*, inserta no tom. II, parte I, da 2.ª serie das *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, 1848; *Oração funebre do muito alto e poderoso senhor D. Pedro IV, rei e regente de Portugal, recitada no dia 24 de setembro de 1847 nas annuaes exequias celebradas na egreja da Lapa*, Porto 1847; *Explicação do terceiro corpo das prophecias de Gonçalo Annes Bandarra, começadas a verificar no reinado do sr. D. João V, e acabadas no reinado do sr. D. Pedro IV*, Porto, 1852 *(V. Bandarra)*; *Explicação interlinear dos seis primeiros cantos da Eneida de P. Virgilio Maron, feita sobre os melhores autores por... V. de Barbosa, Canto I*, Porto, 1852. Consta que deixou varias obras manuscriptas mais ou menos completas.

Barbosa *(Antonio Dantas).* Discipulo da aula de fortificação; foi nomeado, por decreto de 18 de setembro de 1704, engenheiro ajudante da provincia da Beira com o soldo mensal de 6$000 réis.

Barbosa *(Antonio Gomes).* Sendo cabo de esquadra da companhia do capitão João Nunes da Fonseca, do regimento do coronel João Lobo de Lacerda, da praça do Recife, e tendo-se applicado ao estudo de engenharia, requereu licença para vir aperfeiçoar-se em Lisboa, a qual lhe foi concedida pelo tempo d'um anno pela provisão, datada de 23 de novembro de 1764.

Barbosa *(Antonio Maria).* Lente cathedratico da Escola Medico cirurgica de Lisboa, cirurgião effectivo da Real Camara, do hospital de S. José e da Misericordia, socio effectivo da Academia Real das Sciencias, etc. N. no Fayal a 12 de julho de 1825, fal. em Lisboa a 8 de julho de 1892. Era filho do desembargador Manuel Joaquim Barbosa *(V. este nome).* Matriculando-se na Escola Medico-cirurgica de Lisboa, fez um curso muito brilhante, sendo seis vezes premiado, e obtendo approvação plena e com louvor em todas as cadeiras. A 16 de julho de 1850 defendeu these, em que tambem teve louvor. Foi professor de anatomia pathologica e depois de medicina operatoria na Escola medico-cirurgica, cadeiras que regeu com toda a proficiencia. Em 1876 estava jubilado. Era cirurgião effectivo da Real Camara, do Banco do hospital de S. José, e seu director desde 4 de agosto de 1855;

Antonio Maria Barbosa

director, em 1857 da enfermaria de Santo Antonio do referido hospital, e da de Santa Quiteria no hospital Estephania, em 1885, em que foi substituir o dr. Alves Branco. Era egualmente medico do hospital de S. Luiz dos francezes. Pertenceu ás seguintes associações scientificas: Sociedade das Sciencias Medicas, de que foi presidente e depois socio benemerito; da Academia Real das Sciencias, de que era socio effectivo e de que foi vice-presidente; da Sociedade Pharmaceutica Lusitana, como socio honorario; socio correspondente do Instituto de Coimbra, da Academia Nacional de Paris; Real Academia de Turim; Academia Real de Medicina da Belgica e de Madrid; Sociedade das Sciencias Medicas e Naturaes de Bruxellas; Sociedade Anatomica de Paris; Sociedade Imperial de Cirurgia de Paris; Sociedade de Anthropologia hespanhola; Sociedade de Gynecologia hespanhola. A primeira experiencia de etherisação em Portugal foi feita pelo dr. Antonio Maria Barbosa, em si proprio, em 1849, sendo ainda estudante. Tambem foi o primeiro que extir-

pou tumores hemorrhoidarios com o esmagador de Chassaignac; o que fez a operação da ovariotomia, o que introduziu em Portugal as insufflações com flôres de enxofre lavadas contra a angina diphterica; o que empregou como calmante o hydrato de chloral e o jaborandi como diaphoretico, experimentando em si primeiro. Todos estes factos tornaram o distincto medico muito respeitado, ficando o seu nome tambem muito conhecido no estrangeiro, como o d'um digno cultor da sciencia. Tinha as seguintes condecorações e distincções honorificas: medalha municipal da febre amarella, concedida a 20 de junho de 1859; cavalleiro da ordem da Torre e Espada, a 2 de setembro de 1882; commendador das seguintes ordens: S. Thiago, a 12 d'agosto de 1885; S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia, a 9 de setembro de 1869; Izabel a Catholica, de Hespanha, a 24 de dezembro de 1866; Roza, do Brazil, a 20 de julho de 1872; e de Gustavo Wasa, da Suecia. A 20 de abril de 1871. Recebeu a carta de conselho, e em 10 de maio seguinte foi feito moço fidalgo com exercicio no paço; a 26 de maio de 1879, recebeu a grã-cruz da ordem de Christo, por serviços prestados na grave doença de sua magestade a rainha senhora D. Maria Pia; em maio de 1883, grã-cruz de Izabel a Catholica; e a de official da Legião de Honra, de França. Além de muitos artigos publicados em revistas medicas tanto nacionaes como estrangeiras, escreveu: *Ensaio sobre a Cholera-epidemica, por Francisco José da Cunha Vianna, Bacharel formado em Medicina*, etc... *e Antonio Maria Barbosa*, etc., Lisboa, 1854; *Instrucções contra a Cholera-morbus epidemica*, etc., Lisboa, 1854; é extrahido da obra antecedente: *Memoria sobre as principaes causas da mortalidade no hospital de S. José*, etc., *segunda edição*, Lisboa, 1856; a primeira edição tinha sahido na *Gazeta Medica de Lisboa*, de que o autor era o redactor principal; *Dissertação sobre o tratamento operatorio dos apertos organicos da uretra*, Lisboa, 1858; foi apresentada por occasião do concurso para os logares de lente substituto e demonstrador das cadeiras de cirurgia da Escola Medico Cirurgica; *Breve noticia da febre amarella no Porto, Belem e Lisboa em 1856*, Lisboa, 1858; sahiu anteriormente em tres artigos publicados na *Gazeta Medica*, devendo servir de preludio a um trabalho mais extenso que o autor preparava ácerca da invasão da mesma epidemia em Lisboa no anno seguinte; *Estudos sobre o garrotilho ou croup: memoria apresentada á Academia Real das Sciencias de Lisboa*, 1863; esta memoria e a antecedente, fórmam reunidas o tomo III, parte 1.ª das *Memorias da Academia*, nova serie, 1.ª classe; estes trabalhos mereceram os mais significativos elogios da imprensa medica estrangeira; entre os jornaes que mais vantajosamente os apreciaram, contam-se: *El Monitor de la Salud*, de Madrid, de 7 de outubro de 1861; *Le Scalpel*, de Liége, de 20 de novembro do referido anno; *Journal de la Société des Sciences médicales*, de Bruxellas, de fevereiro de 1862; *La Union Medical*, de Paris, de 23 e 25 de janeiro de 1862; *Gazette Medicale*, de Paris, de 3 de janeiro de 1863; *British and foreign Medico Chirurgical Review*, de Londres, numero de janeiro de 1864, etc.; uma parte d'estes juizos criticos achase traduzida por extracto no *Annuario Portuguez*, de Sousa Telles, em 1864, pag. 260-262; *Nota sobre a uretrotomia interna, a proposito de dois casos de apertos organicos da uretra curados por esta operação*, apresentada á Academia Real das Sciencias, em 1864; *Investigações sobre a acção da fava do Calabar*, idem, em 1865; estas duas memorias fôram publicadas no tomo III, parte 2.ª das *Memorias da Academia*, nova serie, classe 1.ª: *As paralysias do Asylo da Ajuda: nota lida em sessão de 17 de maio de 1865 na Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, 1865; esta memoria sahiu tambem na *Gazeta Medica* de 1865, a pag. 253, 289, 315 e 353; em consequencia da discussão a que o assumpto deu causa na Sociedade, e a proposito dos artigos que sobre a materia escrevera o dr. Abel Jordão, publicou ainda o dr. Barbosa duas respostas suas: 1.ª *Algumas palavras mais sobre as paralysias do Asylo da Ajuda*, na *Gazeta medica*, de 1866; 2.ª *Algumas rectificações ao ultimo artigo do sr. dr. Abel sobre as paralysias do Asylo da Ajuda*, no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas*, tomo XXX, 1865, pag. 217 e seguintes; *Discurso recitado na abertura da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, na sessão solemne de 5 de outubro de 1865*, Lisboa, 1863; sahiu tambem na *Gazeta Medica* do mesmo anno, n.ºˢ 19 e 20; *Nota sobre a ovariotomia, lida na Academia Real das Sciencias de Lisboa em sessão de 19 de abril de 1866*, Lisboa, 1866. Artigos mais notaveis publicados na *Gazeta Medica de Lisboa*, ou em outros jornaes scientificos: Na *Gazeta medica: Facto extraordinario de ingestão de corpos estranhos*, etc., no tomo I. pag. 163; *Do perchlorureto de ferro como hemostatico*, idem. pag. 184; *Elephancia da vulva*, idem, pag. 232; *Algumas medidas a tomar contra a invasão da cholera morbus*, idem, pag. 259; *Alguns conselhos hygienicos com referencia á cholera morbus*, idem, pag. 259; *Alguns conselhos hygienicos com referencia á cholera morbus*, idem, pag. 279; *Visitas medicas domiciliarias, preventivas da cholera morbus, sua importancia e necessidade*, idem, pag. 236; *Parecer sobre a conveniencia da creação de um amphitheatro para operações no hospital de S. José*, no tomo II, pag. 31; *Ascite curada pela injecção iodada*, idem, pag. 60; *Caso notavel de volvo*, idem, pag. 237; *Aneurisma da aorta peitoral descendente*, idem, 287; *Cancro encephaloide das partes molles do braço direito, amputação, cura*, no tomo III, pag. 21 e 57; *Diagnostico e curabilidade do cancro*, idem, pag. 68, 84, 99, 118, 217; *Garrotilho (croup), trachéotomia no periodo asphyxico, cura*, idem, pag. 248 e 263; *Secção subcutanea do tendão de Achilles em um caso de pé equino-varus*, idem, pag. 382; *Feridas de armas de fogo, que occasionaram a morte do conselheiro Ildefonso Leopoldo Bayard*, no tomo IV, pag. 42 e 55; *Ulcera cancroide do labio inferior, extirpação*, idem, pag. 320; *Emprego da amylena no hospital de S. José*, no tomo V, pag. 177, 206, 251; *Operação da vesicoplastica, cura*, idem, pag. 231; *Thoracentese no hospital de S. José em um caso de derramamento pleuritico*, idem. pag. 260 e 295; *Operação de lithotricia com bom resultado*, no tomo VI, pag. 137; *Enorme hydrocelle da tunica vaginal*, idem, pag. 172. No *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*: *Inhalações do ether*, no tomo IV, pag. 601 e 653.—No *Jornal de Pharmacia e Sciencias accessorias*: *Notavel alteração do corpo pigmentar*. no tomo III, pag. 105, 114 e 142; *Historia do cancro*

venereo (dissertação), idem, pag. 97, 119, 136, 156, 179, e 195.—No *Jornal da Sociedade de Sciencias Medicas de Lisboa; Memoria sobre o Stheotometro do dr. Quain*, no tomo x, (2.ª serie), pag. 50; *Luxação do pé para fóra, rotura das partes molles e ligamentos*, etc., idem, pag. 133.

Barbosa *(Antonio Soares)*. Presbytero secular, bacharel formado em canones pela Universidade de Coimbra, lente jubilado e director da faculdade de philosophia, deputado da Junta da Directoria Geral dos estudos e escolas do reino, etc. N. em Ancião a 5 de maio de 1734, falleceu, segundo uns, a 4 de março, segundo outros, a 3 de abril de 1801. Foi educado no seminario episcopal de Coimbra, logo depois da sua creação pelo bispo D. Miguel da Annunciação, e n'elle se ordenou de presbytero e exerceu o cargo de mestre. Em junho de 1761 formou-se na referida faculdade de canones, e em 1767 foi despachado professor de logica. A reforma da Universidade, em 1772, incorporou o ensino de philosophia racional e moral na faculdade de philosophia, constituindo o curso do primeiro anno. Mais tarde, esta disciplina passou para o Collegio das Artes, que foi depois o lyceu, conservando-se como um dos ramos de instrucção secundaria. Em 9 de outubro de 1772 foi graduado gratuitamente na faculdade de philosophia pela propria mão do marquez de Pombal, e despachado lente proprietario do primeiro anno da mesma faculdade. Jubilou em 1790, e no anno immediato foi nomeado decano da faculdade e director. Era socio da Academia Real das Sciencias, e deputado da Directoria geral dos estudos quando a junta se creou em 1799. Escreveu: *Discurso sobre o bom e verdadeiro gosto na philosophia*, Lisboa, 1766; sahiu com o nome de Antonio Soares; *Tratado elementar de Philosophia moral*, Coimbra, 1792, 3 tomos; *Parecer sobre os chamados actos de fé, esperança e caridade e de outras virtudes christãs, traduzido do Guadagnini*, Lisboa, 1798, sem nome do traductor; *Elevações a Deus, sobre todos os mysterios da religião christã, traduzido de Bossuet*, Lisboa, 1794, 2 tomos; *Memoria sobre a causa da doença chamada «ferrugem» que vae grassando nos olivaes de Portugal*, inserta no tomo II das *Memorias economicas* da Academia Real das Sciencias; *Observações sobre um hygrometro vegetal*, nas *Memorias e Historia da mesma Academia*, tomo I; *Compendio da Historia do antigo e novo testamento, com as razões em que se prova a verdade da nossa religião, traduzido do francez*, Coimbra, 1830. Além d'esta obra, deixou varias outras manuscriptas, quasi todas traduzidas do francez, as quaes conservava em seu poder, seu irmão, o philologo Jeronymo Soares Barbosa, segundo elle diz no fim da que imprimiu em Coimbra do anno de 1807, com o titulo de: *As Duas Linguas, ou Grammatica Philosophica da lingua portugueza*, etc.

Barbosa *(Ayres)*. Insigne grammatico, rhetorico, poeta, e distincto hellenista. N. em Aveiro, pelos annos de 1456, fal. na mesma cidade, a 18 de julho de 1530. Era filho de Fernão Barbosa e de Catharina de Figueiredo. Logo nos primeiros annos sentiu um natural impulso para as letras, e como n'aquelle tempo fôsse a Universidade de Salamanca o emporio de todas as sciencias, alcançou licença de seus paes, e partiu para aquella cidade a seguir os seus estudos. Não satisfeito ainda, passou a Florença, em cuja Universidade teve a gloria de ouvir por mestre Angelo Policiano, em cuja escola teve por condiscipulo João de Medicis, que mais tarde subiu ao throno pontificio, com o nome de Leão X. Instruido completamente nas linguas grega e latina, regressou á patria, tornando a partir pela segunda vez para Salamanca, a 4 de julho de 1495. Sendo admirada a profundidade da sua sciencia, foi eleito lente de rhetorica, e depois, juntamente, de duas cadeiras de lingua grega e latina. Por algum tempo se demorou em Salamanca, empenhando-se em propagar os conhecimentos d'estas duas linguas, desenvolvendo entre os estudiosos o amor pelo grego e pelo latim, e taes creditos grangeou, sobretudo por ser elle o primeiro que na peninsula se mostrava tão conhecedor da lingua grega, que os discipulos lhe chamavam o *grego*. Tendo jubilado em Salamanca, o estando já retirado do magisterio, foi chamado ao reino por D. João III, para ser preceptor de seus irmãos, os cardeaes D. Affonso e D. Henrique, logar que exerceu durante sete annos. Retirando-se depois para a sua terra natal, ali falleceu. Ayres Barbosa teve a gloria de contribuir poderosa e efficazmente para o desenvolvimento e progresso dos estudos classicos no nosso paiz. Era casado com D. Izabel de Figueiredo, de quem teve muitos filhos, sendo o mais velho, Fernão Barbosa, feito moço fidalgo por el-rei D. João III, em attenção aos serviços de seu pae, como preceptor dos infantes. Fundou uma capella, dedicada a N. S.ª do Desterro, onde foi sepultado, nos terrenos da egreja de Santo André da villa de Esgueira. O nome de Ayres Barbosa figura nas biographias dos musicos, por ter sido o autor d'uma obra, intitulada *Epometria*, que trata da geração dos sons. Foi publicada em Sevilha. no anno de 1520. Escreveu e publicou: *Epometria, seu de metiendi carmina ratione*, Salmanticæ, 1515; *De Orthographia*, Salmanticæ, 1517; *Commentario dui in duos Aratoris Cardinalis libros de Historia Apostolica*, Salmanticæ, 1516; *Antimoria Coimbricæ, 1536; Epigramma varia.* No *Compendio de Physica* do dr. Pedro Margalho, cathedratico de prima de theologia na Universidade do Coimbra, impresso em Salamanca em 1520, estão publicadas as seguintes obras de Ayres Barbosa: *Epigramma in laudem Petri Margalli; Epistola lotina; Quæstiones quodlibeticæ de qualibet ro; Epistola Lucio Marineo Siculo;* é a carta seguida do livro undecimo das Cartas de Marineo. Por sua indicação se publicou: *Carmen Bucolicum, sive Egloge XII de Mysteriis Victæ Jesu Christi Authore Alexandro Giraldino*, Salmanticæ, 1505.

Barbosa *(Boaventura Teixeira)*. Formado na faculdade de direito pela Universidade de Coimbra, fallecido em Lamego no anno de 1896. Fez um curso muito distincto, e seguindo a carreira da magistratura, serviu em differentes comarcas; porém a perda d'um filho, que muito estimava, o qual falleceu tendo 20 annos do edade, estando prestes a concluir a sua formatura em direito na Universidade, lhe causou o mais profundo desgosto, obrigando-o a cortar a sua carreira, em que tinha sempre grangeado a fama do ser muito recto e justo. Passou então ao quadro da magistratura judicial sem exercicio, e recolheu-se á sua casa de Lamego, onde terminou a existencia.

Barbosa *(D. Caetano)*. Clerigo regular thea-

tino. N. na villa de Redondo, na provincia do Alemtejo, a 8 de fevereiro de 1660, fal, em Lisboa, a 25 de janeiro de 1736. No seculo chamava-se Constantino Barbosa de Carvalho, tornando-se conhecido pelo nome de padre Constantino. Era filho de Vicente Rarbosa de Carvalho, capitão-mór da villa de Redondo, e de D. Maria de Mira. Tendo 15 annos de edade, deixou a terra natal, e vestiu o habito de S. Caetano, no convento de N. S.ª da Divina Providencia, de Lisboa, onde professou a 18 de fevereiro de 1676. Aprendeu as letras humanas e divinas, e ensinou os seus domesticos, como mestre, e governando-os como prelado. Foi um dos bons oradores evangelicos do seu tempo. Falleceu no convento da sua ordem, de Lisboa. Escreveu: *Sermão da Soledade prégado no convento de Sant'Anna*, Lisboa, 1691; *Sermão panegyrico de Nossa Senhora da Divina Providencia, prégado em Lisboa, na sua egreja dos Clerigos Regulares na Festa, que lhe fez a illustrissima Irmandade das Escravas da mesma Senhora, na segunda dominga depois da Epifania*, Lisboa, 1695. Deixou a seguinte obra em manuscripto, que se guardava no convento dos Caetanos, de Lisboa: *Rhetorica Ecclesiastica acurate, cogitateque exarata.*

Barbosa *(Diogo Cabral).* Poeta, natural de Amarante, um dos mais afamados do seu tempo. No certamen que se fez em Coimbra, om 1625, por causa da canonisação da rainha Santa Izabel, obteve o primeiro premio. Escreveu: *Lusitania Restaurada*, poema heroico, que ficou inédito.

Barbosa *(Domingos).* Jesuita. N. em Arouca em janeiro de 1595, fal. a 25 de março de 1659. Era filho de Antonio Tavares e de Martha Barbosa. Entrou no noviciado da Companhia dos Jesuitas a 25 de dezembro de 1610. Ensinou philosophia, theologia moral durante quatro annos, foi reitor dos collegios do Funchal e do Porto. Escreveu: *Triumphus B. Francisci Xavieriy Ulyssipone celebratus;* sahiu no livro das *Festas da Beatificação* de S. Francisco Xavier, Lisboa, 1621; *Panegyris Sapientiæ Ulyssipone in Academico Collegio S. J. habita Kalend. Octobr. 1622 pro litterarum udistis auspicandis*, Ulyssipone, 1622.

Barbosa *(Padre Domingos).* Jesuita, natural da Bahia, onde nasceu em 1624; fal. no Rio de Janeiro a 22 de novembro de 1685. Frequentou na Bahia o curso de humanidades e theologia, e quando terminou os estudos, entrou na Companhia de Jesus, a 27 de outubro de 1645. Regeu theologia e humanidades no collegio da Bahia, e durante dez annos exerceu o cargo de mestre dos noviços. Foi socio do provincial, reitor dos collegios da Bahia e de Pernambuco. Esteve duas vezes em Roma, como procurador da provincia do Brazil. Escreveu em latim um livro sobre a paixão de Christo, com o seguinto titulo: *Passio Salvatoris nostri Jesu Christi.* Falleceu victima d'uma paralysia. O padre Domingos Barbosa não era só litterato e theologo, foi tambem poeta, deixando muitas composições em manuscripto.

Barbosa *(Domingos Caldas).* Beneficiado e capellão da Casa da Supplicação, socio da Arcadia de Roma, e da Nova Arcadia, de Lisboa. N. no Rio de Janeiro, pelos annos de 1740, como affirma e visconde de Porto Seguro, ou a bordo do navio que conduzia de Angola para o Brazil seu pae, que era portuguez, e uma preta escrava que foi sua mãe; falleceu em Lisboa a 9 de novembro de 1800. O pae affeiçoou-se extremamente á creança, reconheceu-a como filho, e tinha orgulho do talento que o joven mulato manifestava, aprendendo com facilidade rara as disciplinas que estudava no collegio onde seu pae e collocara, o qual era dirigido por jesuitas, como quasi todos os d'esse tempo. Desde muito novo, Caldas Barbosa se revelou poeta, dedicando-se muito á poesia satyrica, pessima recommendação, que lhe attrahiu bastantes antipathias, porque aquelles que magoava com os epigrammas, offendiam-se, e principalmente por lhes serem dirigidos por um mulato, filho d'uma escrava, que não devera erguer-se da baixa condição em que nascera, a insultar os que a sorte fadara para seus senhores. Caldas Barbosa teve de assentar praça e de partir para a colonia do Sacramento, d'onde voltou, quando aquella praça foi tomada pelos hespanhoes em 1762. Vendo que no Brazil imperava extraordinariamente o preconceito contra a gente de côr, e julgando que em Portugal não seria tão forte esse preconceito, desejou vir para a metropole; seu pae auxiliou-o n'esse empenho, estabelecendo uma pequena mezada, que mal lhe chegava para se sustentar. Caldas Barbosa foi então viver em Vianna do Castello, ou porque a vida fôsse ali mais barata, ou porque talvez lá tivesse alguns parentes. Em Vianna do Castello recebeu a noticia da morte do pae, que o deixara completamente desamparado. Vendo-se n'estas circumstancias, resolveu vir para Lisboa, esperançado de arranjar algum pequeno emprego. Teve então a fortuna de encontrar um bondoso protector no irmão do marquez de Castello Melhor, José de Vasconcellos. Sousa, regedor das justiças, e depois conde de Pombeiro, que primeiro lhe deu hospedagem em casa do irmão, e depois em sua propria casa, quando tomou estado. O conde de Pombeiro auxiliou-o no proseguimento dos estudos, fez com que se ordenasse, alcançando-lhe por fim um pequeno beneficio, que lhe proporcionou vida folgada. Caldas Barbosa pôde então manifestar abertamente o seu engenho poetico; tornou-se frequentador assiduo das casas dos fidalgos, não só pelo seu talento, como por ser bom tocador de guitarra e de viola, com que acompanhava modinhas brazileiras, que elle proprio compunha, e lunduns que estavam muito em moda n'essa epoca. Foi a Italia em companhia do seu protector, ou muito bem recommendado por elle, porque o receberam com o maior agrado e o acceitaram para socio da Arcadia de Roma, em que tomou o nome pastoril de *Lereno Selinuntino*, figurando assim nas sessões da poetica sociedade romana. Quando voltou a Lisboa, vendo extincta a antiga Arcadia, que prestara altos serviços á litteratura portugueza, intentou resuscital-a. Conseguiu então fundar a Nova Arcadia ou Academia de Bellas Artes, entrando com o seu conhecido nome pastoril, juntamente com os seguintes poetas, que tomaram tambem nomes pastoris: Barbosa Bocage, *Elmano Sadino;* José Agostinho de Macedo, *Elmiro Tajideo;* Curvo Semedo, *Belmiro Transtagano*, etc A Arcadia reunia-se no palacio do conde de Pombeiro. Bocage e Caldas Barbosa viviam na melhor harmonia, chegando até a ser amigos intimos; deu-se, porém, uma circumstancia que os tornou inimi-

gos, sem que da parte de Caldas Barbosa houvesse culpa. O motivo da discordia foi o seguinte: O abbade de Almoster, ferido por algumas criticas de Bocage, que era, como se sabe, implacavel e mordaz na satyra, vibrou ao grande poeta um soneto vingativo, anonymo. Bocage desesperou-se e não podendo saber o nome do autor, vingou-se dirigindo diatribes a toda a Arcadia, especialmente a Caldas Barbosa, como sendo, por assim dizer, o chefe d'aquella sociedade poetica. Começou então um ataque de sonetos, em que o conde de Pombeiro tambem foi attingido, por se celebrarem no seu palacio as sessões e discussões, e por ser protector de Caldas Barbosa Bocage tinha muito mais superioridade como poeta, mas invejava-o por vêr que elle era muito considerado nas salas como tocador de viola e pelas modinhas brazileiras que cantava, o que as senhoras muito apreciavam. Caldas Barbosa era homem prestavel, estudioso e de trato agradavel. Não chegou a merecer a classificação de poeta de genio, comtudo, os seus versos revelam facilidade, correcção e elegancia. José Agostinho de Macedo, com o seu caracter invejoso, tambem o aggredia acremente. Na *Revista Trimensal do Instituto do Brazil* vem publicadas duas biographias de Caldas Barbosa, a primeira, no tomo IV, pag. 210 e seguintes, escripta pelo conego Januario da Cunha Barbosa: a segunda, no tomo XIV, pag. 449 e seguintes, escripta pelo visconde de Porto Seguro. Escreveu: *A Doença: poema offerecido á gratidão*, Lisboa, 1777; sahiu com o nome de Lereno Selinuntino; *Collecção de poesias feitas na feliz inauguração da estatua d'El-Rei Nosso Senhor D. José I em 6 de junho de 1775*, sem logar de impressão nem anno, mas sabe-se que se imprimiu em Lisboa, em 1775; os versos contidos n'este folheto, de que se tiraram poucos exemplares em separado, andam tambem insertos no volume, que pela mesma occasião sahiu com o titulo de *Narração dos applausos com que o juiz do povo e Casa dos vinte e quatro festeja a felicissima inauguração da estatua equestre*, etc.; *Epithalamio nas felicissimas nupcias do Ex.mo Sr. Conde da Calheta com a Ex.ma S.a D. Marianna d'Assis Mascarenhas*, Lisboa, 1777; *Recopilação dos principaes successos da Historia Sagrada*, em verso, Porto, 1792; sahiu anonymo, mas foi reimpresso em *segunda edição augmentada e addicionada com um index mui copioso*, Lisboa, 1793; *Viola de Lereno: collecção das suas cantigas*, Lisboa, 1806; reimpressa na Bahia, em 1813; e novamente, em Lisboa, tomo I, 1819, e tomo II, 1826; *A Saloia namorada ou o remedio é casar; pequena farça dramatica .. que ás senhoras portuguezas offerece e dedica Domingos Caporalini e Miguel Cavanne, representada por elles e outros socios no Real Theatro de S. Carlos*, Lisboa, 1793; *Descripção da grandiosa quinta dos senhores de Bellas, e noticia do seu melhoramento; offerecida á Ill.ma e Ex.ma Sr.a Condessa de Pombeiro*, Lisboa, 1799; é o unico escripto em prosa, do autor; *A Vingança da cigana; drama jo-coserio em um só acto, para se representar no real theatro de S. Carlos pela companhia italiana: offerecido ao publico por Domingos Caporalini*, Lisboa, 1794. Apezar de não terem o seu nome, parece que tambem lhe pertencem dois outros dramas do mesmo genero, intitulado o primeiro: *Os viajantes ditosos, drama jocoso com musica, para se representar no theatro do Salitre no anno de 1790*, Lisboa, 1790; o segundo: *A Escola dos ciosos, drama jocoso em um só acto, traduzido livremente do italiano em versos portuguezes, para se representar em musica no real theatro de S. Carlos*, etc., Lisboa, 1795. Deixou inédita uma obra, com o seguinte titulo: *Tractado da educação das meninas, posto em portuguez;* é dividido em 13 capitulos. As poesias que encerram os pequenos volumes denominados *Almanach das Musas*, são suas, em grande parte, vindo umas com o seu proprio nome, e outras com o de *Lereno Selinuntino, e o resto anonymas.*

Barbosa *(Duarte)*. Navegador, natural de Lisboa e filho de paes nobres. Ignora-se a data do nascimento, mas sabe-se que falleceu em 1 de maio de 1521, na ilha de Zebú, uma das Filippinas. Desejoso de conhecer o Oriente, para ali partiu, e exerceu o logar de escrivão da Feitoria de Cananor. Sendo muito perito na lingua dos malabares, foi nomeado pelo governador da India, Nuno da Cunha, para ajustar as pazes com o Samorim; voltou ao reino, e não recebendo premio de que eram dignos os seus merecimentos, passou a Castella, quando seu cunhado, Fernão de Magalhães se expatriou de Portugal e foi offerecer os seus serviços ao rei castelhano. Partiram depois ás descobertas do Oriente, embarcando em Sevilha no anno de 1519, em companhia do cunhado. Quando Fernão de Magalhães morreu assassinado pelos selvagens da ilha do Zebú, Duarte Barbosa foi escolhido para o substituir no commando, porém, passado quatro dias, teve a mesma sorte, sendo traiçoeiramente assassinado pelos mesmos selvagens. Do que observou no Oriente, escreveu em 1516 uma obra com o titulo de: *Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente.* Esta obra conservou-se manuscripta em Portugal até 1821; n'esse anno sahiu no 2.º tomo da *Collecção de Noticias para a historia e geographia das Nações Ultramarinas, que vivem nos dominios portuguezes, ou lhes são visinhas, publicada pela Academia Real das Sciencias.* No estrangeiro, já muito antes haviam apparecido diversas traducções, e parece que na *Collecção* publicada pela Academia, se aproveitou a traducção italiana, cotejando-a com uma copia portugueza. Esta traducção vem incluida nas *Narrações e viagens*, de João Baptista Ramusio, de Veneza, em 1563, com o titulo de: *Livro de Odoardo Barbosa Portoghese.* Na bibliotheca do Porto, dizem, que existe um traslado manuscripto da referida obra, que se presume ter sido tirado em 1539 d'outra copia mais antiga, feita em 1529, a qual é mais ampla que a da Academia, e contém muitas variantes dignas de se aproveitarem. Na Bibliotheca da Universidade de Valencia, segundo consta, ha tambem uma traducção ingleza por H. Stanley, fidalgo britannico, pertencente á familia dos condes Derby, que esteve em Portugal, e se occupou muito de tudo quanto dizia respeito a Fernão de Magalhães. A traducção é assim intitulada: *A Description of the Coasts of East Africa and Malabar in the beginning of the sixteenth Century, by Duarte Barbosa, a portuguese translated from an early spanish manuscript in the Barcelona library with notes and a preface by the* Henry E. J. Stanley, London, 1866.

Barbosa *(Fernando Antonio da Costa de)*. N. em Guimarães a 21 de abril de 1716. Era filho

de Francisco da Rocha Velloso e de Izabel da Trindade Barbosa. Estudou os primeiros rudimentos na sua terra, e passou ao Brazil, contando apenas 16 annos de edade, em 1732, d'onde regressou a Portugal, com alguns bens de fortuna em 1747. Dedicou-se a escrever, e publicou o seguinte: *Elogio funebre do Padre João Bautista Carboni da Companhia de Jesus*, Lisboa, 1751; *Elogio de Manuel Caetano Lopes de Lavre, Secretario, e Deputado do Conselho Ultramarino*, Lisboa, 1754; *Elogio historico, vida e morte do Eminentissimo e Reverendissimo Senhor Cardeal D. Thomaz de Almeida 1.º Patriarcha da Santa Egreja de Lisboa, Capellão-mór de Sua Magestade Serenissima, e seu Conselheiro de Estado*, Lisboa, 1754.

Barbosa *(Francisco Gomes de)*. Nasceu em Lisboa, e foi viver para Amsterdam, receando que a sua orthodoxia se tornasse suspeita á Inqnisição. Não perdeu, comtudo, o patriotismo, porque em 1641 publicou em Amsterdam e em Lisboa, um panegyrico da restauração portugueza, com o titulo de *Panegyrico em a coroação de Sua Magestade o serenissimo senhor D. João IV, rei de Portugal.*

Barbosa *(Francisco Villela)*. Grande dignitario no Brazil, marquez do Paranaguá, etc. N. no Rio de Janeiro a 20 de novembro de 1769, fal. em 1846. Era filho d'um commerciante portuguez, do mesmo nome, estabelecido n'aquella cidade e natural de Braga, e de D. Anua Maria da Conceição, natural do Rio de Janeiro. Orphão de pae e mãe desde muito creança, Villela Barbosa veiu para Portugal, quando contava 18 annos de edade, com o destino de cursar na Universidade de Coimbra, as aulas de direito, que depois trocou pelas de mathematica, formando-se n'esta faculdade em 1796. Vindo então para Lisboa entrou no serviço da marinha com a graduação de segundo tenente, passando depois, em 1801, para o corpo de engenharia, com o posto de primeiro tenente, e sendo por esse tempo nomeado lente substituto da Academia Real de Marinha. Alguns annos depois foi promovido a lente proprietario, e como tal regeu a cadeira do primeiro anno até á sua jubilação em 1822. Pela sua provincia foi eleito deputado ás côrtes geraes e constituintes, em 1821, onde tomou assento, e funccionou até ao encerramento do congresso, retirando-se para o Brazil em junho de 1823, pedindo préviamente a demissão do posto de major de engenharia, que então occupava no exercito portuguez. Lançado na carreira politica, coube-lhe parte na feitura do projecto da Constituição que D. Pedro I decretou e deu, depois da dissolução da Assembléa constituinte em fins de 1823; e no tratado celebrado com Portugal em 1825, para o reconhecimento da independencia do imperio, no qual foi um dos tres negociadores brazileiros. Foi socio e vice-secretario da Academia Real das Sciencias de Lisboa e d'outras corporações litterarias da Europa e da America. No Brazil exerceu depois diversos cargos importantes. Escreveu: *Elementos de geometria, publicados pela Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1815; 2.ª edição, Lisboa, 1819; parece que em 1841, houve 3.ª edição tambem em Lisboa; fôram reimpressos no Rio de Janeiro, em 4.ª edição, á custa da *Sociedade Litteraria*, e depois em 1846; com alguns melhoramentos feitos pelo autor, já nas vesperas da sua morte. Esta obra foi composta quando Villela Barbosa era lente do primeiro anno da Academia Real de Marinha, e approvada pela respectiva congregação, para servir de texto nas lições d'aquella cadeira. Foi depois adoptada na Academia Militar do Rio de Janeiro, e voltou novamente a sel-o na Escola Polytechnica de Lisboa. Escreveu mais: *Breve tratado de Geometria spherica em additamento aos seus Elementos de Geometria*, Lisboa, 1817; tem sido encorporado nas edições subsequentes dos *Elementos de Geometria; Discurso historico recitado na sessão publica da Academia Real das Sciencias, de 24 de Junho de 1821, sendo Vice-secretario;* sahiu no tomo VIII das *Memorias da Academia*; *Discursos recitados no paço de Queluz, perante el-rei o senhor D. João VI, e o serenissimo sr. infante D. Miguel, por occasião do seu regresso a Portugal;* sahiram no mesmo tomo das referidas *Memorias; Poemas*, Coimbra, 1794; foi publicada esta collecção de poesias, quando o autor ainda cursava as aulas da Universidade; *A primavera: Cantata;* inserta no tomo VI, parte 1.ª das *Memorias da Academia Real das Sciencias*. Villela Barbosa ainda publicou outros trabalhos no Rio de Janeiro.

Barbosa *(Henrique da Silva)*. Prior da Sé do Porto. N. a 15 de março de 1819 na freg. de S. Nicolau d'aquella cidade. Foi ordenado pelo bispo D. Jeronymo José da Costa Rebello, que lhe conferiu a ordem de presbytero a 16 de março de 1850, e em setembro de 1853 lhe deu a encommendação da egreja de S. Miguel de Arcozello, no concelho de Villa Nova de Gaia, em que depois foi provido por concurso e collado em fevereiro de 1854. Teve, portanto, os estudos regulares para a sua ordenação no lyceu do Porto, onde tambem fizera exame para professor da lingua ingleza, que já d'antes leccionava particularmente para obter meios de subsistencia. Exerceu os cargos de examinador synodal desde março de 1853, e de secretario particular do bispo D. Antonio Bernardo da Fonseca Moniz desde dezembro de 1855, até ao fallecimento d'este prelado em 4 de dezembro de 1859. Foi apresentado por concurse e collado na egreja parochial da sé do Porto, em 23 de novembro de 1859. Frequentou o pulpito desde março de 1850 até outubro de 1854, desistindo d'este ministerio por falta de saude. Traduziu o *Catecismo de perseverança*, do celebre professor Gaume, um dos mais vigorosos e decididos defensores do catholicismo. Deu, porém, ao editor portuense, só até ao tomo VI, conservando ainda inedito os dois ultimos, que o dito editor mandou novamente traduzir por Antonio Maria Bello, que pôz o seu nome n'esse trabalho. A traducção feita por Henrique da Silva Barbosa era dedicada a D. Jeronymo, que foi bispo do Porto. A primeira edição do *Catecismo* em linguagem portugueza, data do anno de 1853, sahindo successivamente os seis primeiros tomos até 1855. Publicou um só dos seus sermões: *Oração que, na instituição do lausperenne na Santa Casa da misericordia do Porto, no dia 25 de março de 1852, recitou e offereceu á ill.ᵐᵃ mesa da mesma santa casa*, Porto, 1882. Publicou tambem uma *Pratica parochial* ou *Catecismo dos meninos*, e alguns escriptos avulsos. Collaborou na revisão e augmento de varias obras ecclesiasticas e rituaes. Como amador, compoz algumas obras de musica, entre as quaes se distingue um *Stabat*

Mater no estylo classico, para quatro vozes com acompanhamento de orgão e baixos.

Barbosa *(Ignacio de Vilhena)*. Jornalista e erudito escriptor, notavel investigador historico, socio da Academia Real das Sciencias e inspector da sua bibliotheca, membro de grande numero de sociedades scientificas estrangeiras, etc. N. em Lisboa a 31 de julho de 1811, fal. a 26 de novembro de 1890. Fez os seus estudos de instrucção secundaria no estabelecimedto regio do bairro do Rocio, sujeito á Universidade de Coimbra, e no real collegio de S. Vicente de Fóra. Em maio de 1828 entrou para a congregação dos conegos seculares de S. João Evangelista, no mosteiro de S. Bento de Xabregas, vulgarmente chamado do Beato Antonio, onde teve alguns estudos theologicos. Não pôde, porém, frequentar a Universidade como os outros companheiros do noviciado, por causa de uma doença grave e prolongada, que o assaltou. Em 1834, pela extincção das ordens religiosas, deixou a congregação, não tendo chegando a tomar ordens sacras. A sua sahida do claustro transtornou-lhe um tanto os estudos theologicos e historicos, que logo ali iniciára na livraria do convento, onde a leitura das chronicas e dos classicos lhe animavam o seu espirito investigador. Em janeiro de 1839 começou a publicar o *Universo pittoresco*, jornal litterario de instrucção e recreio, de que foi proprietario e redactor. No *Universo pittoresco*, a historia e a geographia tinham um logar proeminente; foi aquelle jornal que abriu as portas á lithographia. Vilhena Barbosa começou então a dar largas á sua vastissima erudição, escrevendo artigos que acompanhavam as bellas estampas lithographadas de monumentos e logares celebres de Portugal, descrevendo conscienciosamente a sua historia, investigada com cuidado, e exposta com lucidez. O *Universo pittoresco* durou seis annos, terminando a publicação em dezembro de 1844, em que completou tres volumes curiosos. Desde então, Vilhena Barbosa nunca mais teve jornal exclusivamente seu. Passou depois a collaborar com assiduidade no *Panorama*, segunda serie; no *Panorama Photographico de Portugal*, no *Mosaico*, no *Ramalhete do christão*, nas *Artes e lettras* e no *Occidente*. No *Commercio do Porto* publicou uma larga serie de folhetins sobre assumptos de historia e archeologia. Foi tambem jornalista, sendo redactor da *União*, jornal politico, orgão do partido conservador, conjunctamente com D. José de Lacerda; redigiu egualmente o *Diario do Governo*, nos annos de 1848, 1849 e 1850, unica commissão que teve do Estado. Collaborou em outros jornaes politicos nacionaes e estrangeiros, entre estes o *Heraldo*, de Madrid, no tempo em que o principal redactor era Martinez de la Rosa, esclarecido publicista e estadista. Vilhena Barbosa tratava todos os assumptos com a maior facilidade, o que tornava ainda mais valiosa a sua collaboração. Quando em 1855 se deu a guerra do Oriente, entre a Russia e a Turquia, que chamou a attenção de toda a Europa, o editor do *Panorama* quiz dar aos leitores uma idéa do que era a Turquia, e foi Vilhena Barbosa quem se encarregou de resumir a historia d'aquelle imperio, que Lamartine escrevera em dez volumes. N'uma serie de artigos rapidos e amenos, contou toda a historia da Turquia, dando assim aos leitores uma idéa succinta e exacta do que ella fôra desde o seu principio. O *Archivo pittoresco*, jornal pertencente aos editores Castro & Irmão, que principiou a publicar-se em 1 de julho de 1857, foi a que Vilhena Barbosa dedicou, por assim dizer, todos os seus desvellos e todo o seu affecto. O *Archivo pittoresco* sahia semanalmente, collaborado pelos primeiros escriptores, de então; era interessantissimo pelos seus artigos litterarios e scientificos, e pelas gravuras em que se viam retratos de homens importantes, portuguezes e estrangeiros, vistas diversas, monumentos, etc. A obra de Vilhena Barbosa está ali englobada em grande parte, porque muitos escriptos, publicados depois em livro, fôram insertos primeiro n'aquelle importante semanario, que se podia considerar um segundo *Panorama*, o *Archivo pittoresco* completou onze volumes, terminando em 1868. Quando Almeida Garrett, sendo vice-inspector do Conservatorio Real de Lisboa, conseguiu do governo, que lhe fôsse dada a fórma d'uma academia litteraria, para o que fôram convidados todos os escriptores de maior fama, Vilhena Barbosa não ficou esquecido, sendo nomeado pela rainha D. Maria II. No anno de 1863 foi eleito socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e em julho de 1875 passou á classe de socio effectivo, sendo-lhe confiado em dezembro d'esse mesmo anno o encargo de inspector da bibliotheca da referida academia, logar em que todos os annos foi reconduzido; em 1885 elegeram-o presidente da segunda classe, e em 1880 vice-presidente da Academia, cujo presidente effectivo era el-rei D. Luiz I. Emquanto a sua edade, apezar de já avançada, lhe permittiu, nunca deixou de assistir ás sessões. Vilhena Barbosa foi tambem socio effectivo da *Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes*, da *Associação dos Jornalistas e Escriptores*, da *Sociedade de Geographia Commercial do Porto*, um dos fundadores da *Sociedade Nacional Camoneana*, da mesma cidade; socio da *Academia Nacional* e da *Associação Litteraria internacional*, de Paris; socio honorario do *Retiro Litterario Portuguez*, no Rio de Janeiro; academico correspondente da *Real Academia sevilhana de buenas letras*, e da *Real Academia gaditana de sciencias e artes*. Em 1881 foi encarregado pelo governo de colleccionar objectos artisticos que representassem a arte ornamental portugueza na exposição de Kensington em Londres, que foi um triumpho para Portugal; egual incumbencia teve para a exposição que se realisou em Lisboa no anno de 1882, no Museu Nacional de Bellas Artes, ás Janellas Verdes. O notavel exito d'esta exposição d'arte ornamental deve-se em grande parte a Vilhena Barbosa. A ultima obra que se publicou d'este distincto es-

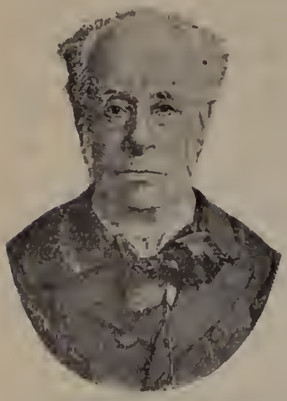

Ignacio de Vilhena Barbosa

criptor, fôram *Os monumentos nacionaes*, que traz, como prefacio, a sua biographia, escripta por Pinheiro Chagas. Vilhena Barbosa vivia em casa do conde de Castro, tendo aposentos separados. Em livro publicou o seguinte: *As cidades e villas da monarchia portugueza, que teem brazão d'armas*, obra adornada com as estampas dos brazões d'armas das cidades e villas de Portugal e suas possessões ultramarinas, Lisboa, 1860 a 1862, 3 tomos; *Exemplos de virtudes civicas e domesticas colhidas na historia de Portugal*, 1 vol. destinado ás escolas primarias e approvado pelo governo; tem tido 6 edições, todas no Porto; a 1.ª em 1872, a 2.ª em 1873, a 3.ª em 1875, a 4.ª em 1876, a 5.ª em 1879, e a 6.ª em 1882; *Estudos historicos e archeologicos*, 2 tomos, Lisboa, 1874, o 1.º tomo; no Porto, em 1875, o 2.º tomo; *Monumentos de Portugal*, historicos, artisticos e archeologicos, 1 vol., Lisboa, 1886.

Barbosa *(Januario da Cunha)*. Presbytero secular, distincto prégador. N. no Rio de Janeiro em 10 de julho de 1780, fal. na mesma cidade a 22 do fevereiro de 1846. Era filho de Leandro José da Cunha Barbosa, portuguez, é de D. Bernarda Maria de Jesus, senhora brazileira. Ordenou se em 1803, veiu a Portugal, e voltando depois em 1805 para o Brazil, principiou a adquirir grande reputação como prégador. Em 1808 foi nomeado professor de philosophia. Quando em 1821 se ouviu o primeiro grito da independencia no Brazil Cunha Barbosa foi um dos primeiros que adheriram áquelle movimento sedicioso fundando o jornal, o *Reverbero constitucional fluminense*, em 15 de setembro de 1821, em que encetou a sua carreira de jornalista. Em 1822 foi promover em Minas Geraes a adhesão da provincia á causa da independencia. Voltando ao Rio de Janeiro foi preso e deportado como demagogo, sendo, porém, absolvido pouco depois, tornou á patria, tendo estado em França algum tempo. No Brazil occupou cargos importantes; tinha diversas condecorações de ordens brazileiras e d'outras estrangeiras, a commenda da ordem de Christo e a de N. S.ª da Conceição. Escreveu, até á data da independencia do Brazil, o seguinte: *Sermão de acção de graças pela feliz restauração de Portugal, prégado na Real Capella*, Rio de Janeiro, 1809; *Sermão de acção de graças pela feliz restauração das provincias de Portugal, retirando-se derrotado e em completa fuga o exercito francez em março do anno de 1811, prégado na Real Capella do Rio de Janeiro, em 26 de julho do referido anno*; este sermão não consta que fôsse publicado; *Oração de acção de graças recitada na Capella Real do Rio de Janeiro, celebrando-se o quinto anniversario da chegada de Sua Alteza Real*, etc., Rio de Janeiro, 1813; *Oração de acção de graças, celebrada na Real Capella do Rio de Janeiro, no decimo anniversario da chegada de Sua Magestade a esta cidade*, etc., Rio de Janeiro, 1818; *Discurso no fim da missa solemne do Espirito Santo, celebrada na egreja dos terceiros minimos, que precedeu ao acto da junta eleitoral da comarca de 15 de maio de 1821*, Rio de Janeiro, 1821.

Barbosa *(Fr. Jeronymo)*. Religioso da ordem de Santo Agostinho. Natural de Braga, mas não se sabe a data do nascimento; falleceu no convento da Graça, no Porto, em novembro de 1751. Era filho de Manuel Gomes da Silva Barbosa e de D. Maria da Silva Barbosa, irmão de Paulo Gomes da Silva Barbosa, cavalleiro da ordem de Christo e capitão de infantaria. Professou em Lisboa, no convento da Graça, a 3 de março de 1717. Publicou, sem declarar o nome: *Luz da Vida, trato divino, que contém a explicação das oito Bemaventuranças com sinceridade pelos dias da semana*, etc., Coimbra, 1744.

Barbosa *(Jeronymo Soares)*. Presbytero secular, bacharel formado em canones pela Universidade de Coimbra, professor de rhetorica e eloquencia no Collegio das Artes da referida Universidade, etc. N. em Ancião a 24 de janeiro de 1737, fal. a 5 de janeiro de 1816. Era irmão mais novo de Antonio Soares Barbosa, tambem presbytero secular (V. *Barbosa, Antonio Soares*). Foi educado no seminario episcopal de Coimbra, e ordenado de presbytero em 1762, sendo quatro annos depois, em 1766, despachado professor de rhetorica e poetica; em 21 de julho de 1768 tomou o grau de bacharel em canones. Em 1789 foi nomeado socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, sendo promovido á classe de socio livre a 30 de novembro de 1803. Foi jubilado na cadeira de rhetorica a 23 de fevereiro de 1790, visitador das escolas de primeiras letras e lingua latina da provedoria de Coimbra, por nomeação de 8 de julho de 1792, sendo encarregado de promover e dirigir as edições dos autores classicos para uso das escolas, por aviso de 19 de novembro de 1793. No anno de 1799 foi nomeado deputado da Junta da Directoria Geral dos Estudos, creada na mesma occasião. Na *Revista Universal Lisbonense*, vol. III, de 1844, pag. 236 e seguintes, vem uma noticia a respeito de Soares Barbosa, escripta pelo dr. Rodrigues de Gusmão, e pelo mesmo autor, vem publicada a biographia de Jeronymo Soares Barbosa, no *Instituto*, de Coimbra, vol. V, n.º 22. Escreveu: *Oratio auspicalis, habitæ Conimbricæ in Gymnasio Maximo, anno* MDCCLVI, Olyssipone, 1767; *Instituições oratorias de Marco Fabio Quintiliano, escolhidas dos seus* XII *livros, traduzidas em linguagem, e illustradas com notas criticas historicas e rhetoricas, para uso dos que aprendem; ajuntam-se no fim as peças originaes de eloquencia, citadas por Quintiliano no corpo d'estas instituições*, Coimbra, 1788, 2 tomos; *segunda edição, feita sobre a primeira de 1788*, Coimbra, 1836; em Paris tambem se publicou uma nova edição n'esse mesmo anno, e na Bahia, em 1829; *Poetica de Horacio, traduzida e explicada methodicamente para uso dos que aprendem*, Coimbra, 1791; segunda edição, em Lisboa, 1815; d'esta traducção diz A. L. de Seabra, no tomo II, pag. 279 da que imprimiu das *Satyras e Epistolas* do mesmo poeta: que é indigna de um professor de poetica; as suas regrinhas rimadas á franceza, nem o nome de versos merecem; porém as suas notas e explicações são comtudo muito doutas e instructivas; *Institutiones oratoriæ M. F. Quintil. ad usum scholarum*, Conimbricæ, 1786; *Eschola popular das primeiras letras, dividida em quatro partes*, Coimbra, 1796; segundo o parecer do dr. Gusmão, n'ella lançou seu autor os fundamentos solidos do ensino das primeiras letras, que se generalisou em todo o reino pela diligencia desvelada da Directoria Geral dos Estudos; *Do Coração de Jesus, ou explicação da abertura do lado de Jesu-Christo, segundo o Evangelho de S. João*, Lisboa,

1802; sahiu sem o nome do autor; *Epitome Universæ Historiæ, et Lusitaniæ, ad usum Schol. Rhetorico-Historico*, 2 tomos, Conimbricæ, 1805; 2.ª edição em 1812; 3.ª edição, em 1827; *As duas Linguas, ou Grammatica philosophica da lingua portugueza, comparada com a latina, para ambas se aprenderem ao mesmo tempo*, Coimbra; não tem data no frontispicio, mas é de 1807; traz no fim um catalogo de todas as obras impressas e manuscriptas, que então existiam do autor, e das de seu irmão, o dr. Antonio Soares Barbosa; *Orationes XV, habitæ in Acad. Conimbricensi, et Epistolæ Nuncupatoriæ XX;* fôram publicadas em varios numeros do *Jornal de Coimbra; Grammatica philosophica da lingua portugueza, ou principios da gramatica geral, applicados á nossa linguagem, publicada de ordem da Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1822; segunda edição, 1830; *Mundo allegorico, ou o plano da religião christã, representado no plano do universo; obra posthuma, dedicada ao Clero da nação portugueza, e publicada sob a protecção do em.mo sr. Cardeal Patriarcha, e dos ex.mos srs. Arcebispos e Bispos*, Coimbra, 1857 a 1859, 3 vol.; *Analyse dos Lusiadas de Luis de Camões, dividida por seus cantos, com observações criticas sobre cada um d'elles; obra posthuma, dedicada a el-rei, o senhor D. Pedro V*, Coimbra, 1859; *Exellencias da Eloquencia popular, compostas na lingua italiana por Luis Antonio Muratori, e traduzidas na portugueza*, Coimbra, 1859. Inéditas, consta, que existem ainda as seguintes obras: *Observações grammaticaes sobre os principaes classicos da lingua portugueza*, 1 vol.; *Tentativa sobre a inscripção incognita do Valle de Nogueiras; Philippicas de Demosthenes, traduzidas do grego em portuguez e illustradas com notas criticas, historicas, geographicas e biographicas*; *Discurso sobre a necessidade da eloquencia no uso da vida*; *Discurso sobre Phedro; Dissertação sobre o sentido d'esta passagem de Horacio*: «*Aut famam sequere, aut sibi convenientia finge.*»; *Dissertações sobre os costumes poeticos; Regras da poesia pastoril; Apontamentos sobre as regras da poesia bucolica, mostradas nas* «Eclogas» *de Virgilio*; *Observações poeticas e rhetoricas aos quatro primeiros livros da* «Eneida» *de Virgilio; Analyse e observações rhetoricas ao discurso de Cicero a favor do poeta Archias; Prelecção sobre a definição de rhetorica; Arte breve de latinidade; Memorias da lingua portugueza*, 4 tomos; *Memorias sobre os estudos philologicos da Universidade de Coimbra, desde a sua fundação no anno de 1290, até á sua trasladação para Coimbra em 1537*, 1 vol.; *Exposição do decreto do concilio Tridentino sobre as indulgencias*, 1 vol. Parece que esta obra pertence a seu irmão, o dr. Antonio Soares Barbosa.

Barbosa *(João Julio Alves Vieira)*. Cirurgião medico pela Escola medico-cirurgica do Porto. N. em Villa Verde a 27 de setembro de 1854; era filho de João José Alves Barbosa. Defendeu these a 16 de julho de 1880. Escreveu: *Nitrito de amylo; dissertação inaugural apresentada á escola medico-cirurgica do Porto*, Porto, 1880.

Barbosa *(João Mendes Saccheti)*. Cavalleiro fidalgo da Casa Real, medico do numero e da camara do infante D. Manuel, familiar do Santo Officio, etc. N. em Extremoz a 24 de março de 1714; não se sabe a data do fallecimento, mas parece que já não existia em 1780. Era filho de João Mendes Saccheti, que serviu com distincção na guerra da succeessão de Hespanha, e de D. Maria Rodrigues. Depois de ter estudado philosophia na Universidade de Evora, em que logo manifestou muito talento, passou á de Coimbra, dedicando se á faculdade de medicina, em que fez rapidos progressos, alcançando a fama de ser o melhor estudante do seu tempo, fama que se alongou por toda a Europa, e que lhe mereceu o ser admittido na Sociedade Real de Londres, e na Real Academia Medica de Madrid. Escreveu: *Considerações medicas sobre o methodo de conhecer, curar e preservar as Epidemias, Endemias, e Febres malignas agudas, e contagiosa, principalmente quando sobrevem aos grandes terremotos, como o do primeiro de Novembro de 1755, em que se decide e trata criticamente sobre os remedios mais notaveis da nossa presente pratica; escriptas em tres cartas e um appendix*, Parte I, Lisboa, 1758; esta parte e unica que se publicou, só contém as cartas primeira e segunda, faltando por conseguinte a terceira e o appendice; *Sobre o progresso e augmento das sciencias*, Catalunha, 1751; *Cartas em que se dá noticia da origem e progresso das sciencias, escriptas ao doutor José da Costa Leitão por um seu amigo, e dadas á luz pelo mesmo, para utilidade dos curiosos*, Lisboa, 1753; estas cartas, em numero de oito, fôram publicadas por occasião das acaloradas contestações suscitadas pelo apparecimento do *Verdadeiro methodo* de Verney, e fazem parte da longa polemica que a este respeito se moveu, e durou por largos annos. Deixou em manuscripto: *Historia Metereologica, Fysica, e Medica do mesmo Terremoto, ou Diario, que comprehende do primeiro de novembro de 1755 até o presente dia, expondo em cada hum dia por dia em taboas proprias todos os terremotos, e tremores, fenomenos, vento, calor, temporal, meteoros celestes, e terrestres ruinas, perdas e doenças, que se observarão em Portugal, e nas partes do mundo conhecido, com huma nova conjectura sobre as causas dos terremotos; Manifesto sobre a necessidade da agua de Inglaterra por elle inventada, e como excede na utilidade, e virtude a todas até aqui inventadas*; *Methodo de conhecer, e curar todas as febres, e doenças agudas em particular; Apparato, e Introducção á verdadeira medicina em Portugal pelo meyo, observação, e experiencia Hipocratica, e do Raciocinio Boerhaviano.*

Barbosa *(D. José)*. Clerigo regular theatino, chronista-mór da Casa de Bragança, escriptor e bibliophilo, examinador do patriarchado e das ordens militares, academico da Academia Real de Historia Portugueza, notavel prégador, etc. N. em Lisboa a 23 de novembro de 1674, fal. no hospicio de S. Caetano, da capital, a 6 de abril de 1750. Era filho do capitão de auxiliares da côrte João Barbosa Machado e de D. Catharina Barbosa, irmão mais velho dos escriptores Diogo e Ignacio de Barbosa Machado. Até aos quatro annos D. José Barbosa não pôde articular palavra, dando motivo ao receio de que ficasse mudo, porém, mais tarde desembaraçou-se lhe o orgão da voz, e começou a aprender os primeiros rudimentos do saber humano. Aos sete annos sobreveiu-lhe uma enfermidade gravissima, que o deteve seis mezes de cama, deitado só de um lado. Depois estudou grammatica latina e os preceitos da poesia e rhetorica no collegio de Santo Antão, dos padres jesuitas. Bem cedo começou a merecer o respeito e consideração de quantos o tra-

tavam, pelos conhecimentos historicos e linguisticos que adquirira. Os seus mestres empenhavam-se em que elle vestisse a roupeta dos jesuitas, porém Barbosa resistiu sempre; depois inclinou-se a entrar na ordem dos Carmelitas, mas como sua mãe, a este respeito, consultasse o seu confessor, o padre Bartholomeu do Quental, este o aconselhou a que se dedicasse antes á ordem theatina. N'essa conformidade, contando apenas 14 annos, resolveu-se a abraçar o instituto de S. Caetano, vestindo o habito a 6 de dezembro de 1689, no convento de N. S.ª da Divina Providencia, de Lisboa, professando solemnemente a 8 de dezembro de 1690. Terminados os estudos theologicos, dedicou-se ao ministerio de orador sagrado, que exerceu durante muitos annos, estreando-se em 1702, prégando as tardes da quaresma no seu proprio convento. Depressa adquiriu fama de insigne orador, e como tal era procurado para as maiores solemnidades, tanto festivas como funebres. Na festa que no seu convento se realisou a 10 de novembro de 1713, em honra da canonisação de Santo André Avellino, que se realisara no anno anterior, foi elle quem prégou, na presença de D. João V e da côrte. D. João ficou tão agradado do discurso de D. José Barbosa, que logo o nomeou chronista-mór da Casa de Bragança, com a distincção de lhe augmentar o vencimento com mais 20$000 réis sobre 60$000, que tinha, e passados alguns annos lh'o accrescentou ainda com mais 80$000, além de 120$000 réis para pagamento de casas, sendo, portanto, o vencimento do chronista da Casa de Bragança 280$000 réis annuaes. D. José Barbosa, aos 74 annos de edade, ainda prégou na egreja matriz de Setubal, na festa de S. Joaquim, na segunda oitava da Paschoa, a instancias d'um seu amigo. O conde da Ericeira instituiu em sua casa a assembléa dos melhores engenhos d'essa epoca, e D. José Barbosa foi um dos escolhidos, e, quando se organisou a Academia Real de Historia, foi um dos seus primeiros cincoenta socios, sendo então eleito para escrever as *Memorias historicas do conde D. Henrique* e de seu filho D. Affonso Henriques. Chegou a concluir aquella obra e a apresental-a á Academia, porém nunca se publicou. Sendo muito versado nas linguas latina, hespanhola, franceza e italiana, manejava a lingua patria com tal pureza e correcção, que o erudito escriptor occupa um logar distinctissimo na galeria dos sabios portuguezes. Já passava dos setenta annos quando foi eleito preposito do convento de S. Caetano, cargo que acceitou com repugnancia, porque sempre amou a quietação e a paz dos seus estudos, desprendido de ambições. A sua paixão de bibliophilo obrigou-o a formar uma bibliotheca, que chegou a ser opulenta e copiosa em livros raros. Era tanto o seu amor, que soffrendo muito nos ultimos annos da sua vida, achava alivio na propria fadiga litteraria, e quando se via mais afflicto, levantava-se, tomava algum livro para ler, ou a penna para escrever, e assim experimentava melhoras. Por sua morte, legou a bibliotheca á communidade religiosa de S. Caetano. Mais tarde, em 1797, os clerigos a passaram ao Estado, mediante a pensão annual de 600$000 réis, que o convento desfructou até 1834, anno em que as ordens religiosas ficaram extinctas. Fôram esses livros que formaram uma boa parte do fundo com que se estabeleceu, no referido anno de 1797, a Bibliotheca Nacional de Lisboa. Hoje ainda ali existem muitos, segundo consta, havendo-se, porém, extraviado já bastantes. D. José Barbosa, conhecendo que se lhe aproximava o termo da existencia, pediu por ultima mercê a el-rei D. João V, que muitas vezes o visitou durante a longa enfermidade, que, visto ser tão bemfeitor dos seus vassallos, quizesse mandar comprar o sitio das Alcaçarias de Lisboa, e dar aquelles banhos por esmola aos pobres. O monarcha assim o prometteu, e ordenou logo ao engenheiro Manuel da Maia que fizesse o risco do edificio que se havia de construir, porém, quatro mezes depois falleceu D. João V, e o projecto não foi ávante. Só mais tarde é que se organisaram os banhos, que ainda hoje existem (V. *Alcaçarias*). Quando D. José Barbosa falleceu, a Academia Real de Historia mandou celebrar em homenagem ao prestimoso academico, um *Elogio funebre*, que foi recitado pelo conde de Villar-Maior, Manuel Telles da Silva. Este *Elogio* imprimiu-se no anno de 1751. D. Thomaz Caetano do Bem escreveu a biographia de D. José Barbosa, que vem publicada no tomo II das *Memorias historicas e chronologicas da sagrada religião dos Clerigos Regulares em Portugal*, etc., de pag. 163 a 173. Tambem se encontra a sua biographia, escripta por Innocencio Francisco da Silva, no vol. IX do *Archivo pittoresco*, e no 3.º vol. do *Summario de varia historia*, do dr. J. Ribeiro Guimarães, a pag. 153 e seguintes.

Barbosa *(D. José). Bibliographia*: *Sermão historico panegyrico da Conceição de Nossa Senhora Padroeira do Reyno de Portugal, prégado na Capella Real a 8 de Dezembro de 1709*, Lisboa, 1710; *Sermão dos Bons Annos, prégado na Capella Real no primeiro de Janeiro de 1711*, Lisboa, 1711; *Oração funebre nas Exequias do ex.mo sr. Luiz de Vasconcellos e Sousa, conde de Castello-melhor, Escrivão da Puridade d'el-Rey D. Affonso VI, e conselheiro de Estado d'el-Rey D. João V Nosso Senhor, celebradas na Collegiada de Nossa Senhora da Conceição a 27 de Setembro de 1720*, Lisboa, 1720; outra edição, em 1735; *Elogio de Julio de Mello e Castro, Academico da Academia Real da Historia Portugueza em 4 de março de 1721;* sem designar o logar da impressão, 1721; anda tambem no tomo I da *Collecção de Memorias e Documentos da Academia Real*, e no principio da *Vida de Diniz de Mello, primeiro conde das Galvêas*, pelo mesmo Julio de Mello e Castro; *Panegyrico funebre nas Exequias do ex.mo sr. D. Antonio Luis de Sousa*, II *Marquez das Minas*, IV *Conde do Prado, do Conselho de Estado e Guerra, Governador das Armas da provincia do Alemtejo, Estribeiro mór da Rainha Nossa Senhora, celebradas pela Meza do Santissimo Sacramento da Freguezia de Santos a 29 de Janeiro de 1722*, Lisboa, 1722; *Panegyrico funebre nas Exequias do Duque D. Nuno Alvares Pereira de Mello, celebradas pela Irmandade do Santissimo Sacramento da Freguezia de Santa Justa, em 10 de março de 1727*, Lisboa, 1727; anda tambem nas *Ultimas acções do mesmo Duque*, de pag. 287 até 307. *Sermão da Canonisação de S. Luis Gonzaga e de S. Estanislau Kostka, prégado na egreja de S. Roque a 11 de agosto de 1727, ultimo dia do seu solemnissimo Outavario*, Lisboa, 1727; *Sermão da Canonisação de S. João da Cruz, prégado na Egreja das Religiosas de Santa Thereza de Carnide,*

em 12 de setembro de 1727, Lisboa, 1727; *Sermão na Canonisação de S. João da Cruz, prégado no convento de Nossa Senhora dos Remedios dos Carmelitas descalsos da cidade de Evora, fazendo a Festa no primeiro dia do Triduo o Illustrissimo Senhor Cabido em 13 de Outubro de 1727*, Lisboa, 1727; *Catalogo Chronologico, Historico, Genealogico e Critico das Raynhas de Portugal e seus filhos*, Lisboa, 1727; é illustrado com os escudos das armas de todas as rainhas desde D. Thereza até D. Marianna d'Austria, mulher de D. João V; dá noticia dos paes, avós e bisavós das mesmas rainhas, de seus casamentos e filhos, seus nascimentos e mortes, tudo averiguado com rigorosa critica e conhecimento da historia, tal como podia havel-o n'aquelle tempo; *Memorias do Collegio Real de S. Paulo da Universidade de Coimbra, e dos seus Collegiaes e Porcionistas*, Lisboa, 1727; *Sermão nas exequias de D. Izabel Maria de Gamboa, no Hospital Real, em 27 de Junho de 1732*, Lisboa, 1732; *Oração funebre nas exequias da Serenissima Senhora D. Luiza, filha do muito alto, e muito poderoso Rey D. Pedro II, celebradas pela Irmandade do Santissimo Sacramento da Freguezia de Santa Justa em 30 de Janeiro de 1733*, Lisboa, 1733; *Sermão da Assumpção da Virgem Maria com o titulo de Nossa Senhora de Todo o Bem, na profissão do irmão Manuel Caetano d'Azevedo Coutinho, Clerigo Regular, prégado na Egreja de Nossa Senhora da Divina Providencia em 15 de Agosto de 1732*, Lisboa, 1733; *Sermão de Santo André Avellino, prégado na Egreja de Nossa Senhora da Divina Providencia a 10 de Novembro de 1732*, Lisboa, 1733; *Sermão da purissima Conceição da Virgem Senhora Nossa, prégado na Festa que, como sua protectora, lhe fez a Academia Real na Capella do Duque a 15 de Dezembro de 1735*, Lisboa, 1735, *Elogio do ex.mo sr. D. João de Almeida Portugal, conde e Senhor de Assumar, Gentil-homem da Camara de Sua Magestade, do Conselho de Estado e Guerra*, Lisboa, 1735; *Elogio funebre de Diogo de Mendonça Corte-Real, do Conselho de Sua Magestade, e seu Secretario de Estado*, Lisboa, 1737; *Elogio funebre do desembargador Belchior do Rego de Andrade*, Lisboa, 1738; *Elogio do rev.mo P. Antonio dos Reis, da Congregação do Oratorio, recitado no Paço a 3 de Junho de 1738*, Lisboa, 1738; *Breve narração da admiravel vida, e prodigiosa morte do B. Pedro de Negles, eremita, natural de Lisboa; traduzida de latim em portuguez*, Lisboa, 1738; *Panegyrico Funebre nas Exequias do Ex.mo e Rev.mo Senhor Caetano Cavalieri, Nuncio Apostolico nos Reynos, e Senhorios de Portugal, celebradas pela Nação Italiana, na Egreja de Nossa Senhora do Loreto em 15 do Novembro de 1738*, Lisboa, 1738; *Vida de S. Vicente de Paula, Fundador e primeiro Superior Geral da Congregação da Missão, traduzida na lingua materna da castelhana do P. M. Fr. João do Santissimo Sacramento da Ordem de Santo Agostinho da Provincia de Castella Provincial, que foy de Cerdenha, Theologo, e Confessor de D. Bernabé de Castro, Bispo de Brindisi*, Lisboa, 1738; ha uma reimpressão *mandada fazer por João Vicente Martins*, no Rio de Janeiro, 1850; *Sermão na Canonisação de S. Vicente de Paula, Fundador da Congregação da Missão, prégado na sua Casa a 21 de Julho de 1738*, Lisboa. 1739; *Sermão de S. Bento, Principe dos Patriarchas, prégado no Mosteiro de S. Bento de Lisboa, a 21 de Março de 1739*, Lisboa, 1739; *Sermão de S. Paulo primeiro ermitão, prégado no convento d'esta Côrte, em Domingo 10 de Janeiro de 1740*, Lisboa, 1740; *Oração funebre nas Exequias do Ill.mo e Ex.mo Sr. Conde d'Alva, D. João Diogo de Atayde, do Conselho de S. Magestade, e de Guerra, Capitão General da Armada Real, celebradas no Recolhimento do Menino de Deus, em 28 de Mayo de 1740*, Lisboa, 1740; *Sermão da Soledade de Maria Santissima, em dia da Encarnação 25 de Março de 1712, prégado na Capella Real*, Lisboa, 1740; *Panegyrico ao ex.mo e rev.mo sr. D. Thomaz de Almeida, Principal da Santa Egreja de Lisboa Occidental, do Conselho de S. Magestade*, Lisboa, 1739; *Elogio de D. Pedro Balthazar de Almeyda Lancastro, Commendador da Ordem de Christo*, Lisboa, 1741; *Elogio de M. R. P. Pedro Alvares, da Congregação do Oratorio;* sahiu junto com o *Sermão* nas exequias da condessa de Redondo, prégado pelo referido padre, Lisboa, 1742; *Epitome da vida do Ill.mo e Ex.mo Sr. D. Luis Carlos Ignacio Xavier de Menezes, primeiro marquez do Louriçal, quinto conde da Ericeira, do Conselho de S. Magestade, e duas vezes Viso-Rey e Capitão General da India*, Lisboa, 1743; *Sermão da Exaltação da Cruz, em que no anno de 1524, instituhio S. Caetano, João Pedro Carafa, Bonifacio a Colle, e Paulo Consiliario a Congregação dos Clerigos Regulares, prégado na casa de Nossa Senhora da Divina Providencia, a 14 de Setembro de 1742*, Lisboa, 1742; *Sermão de acção de graças pela melhoria de Sua Magestade, na Freguezia de Santos a 30 de Setembro de 1742*, Lisboa, 1742; *Sermão da Soledade de Maria Santissima, prégado na Santa Egreja Patriarchal em 16 de abril de 1745*, Lisboa, 1751; *Elogio do Ill.mo e Ex.mo Sr. D. Francisco Xavier José Menezes, IV Conde da Ericeira, etc.*, Lisboa, 1745; *Elogio do Rev.mo P. M. Fr. Francisco de Santa Maria, religioso eremita de Santo Agostinho, e Provincial d'esta nobilissima Provincia de Portugal*, Lisboa, 1746; *Carta em que se dá noticia das festas que a Nossa Senhora da Piedade fizeram os Duques na sua quinta em Cintra;* foi escripta na Peninha a 18 de setembro de 1720; não tem logar da impressão e sahiu com o nome supposto de Fr. Pedro da Conceição, eremita de N. S.ª da Peninha; esta carta serviu de assumpto a uma critica descabellada, escripta, ao que se julga, por fr. Lucas de Santa Catharina, inserta no tomo I do *Anatomico jocoso*. da 2.ª edição, de pag. 318 a 340, com o titulo de: *Resposta a uma obra que escreveu sobre as festas que se fizeram em Cintra, etc., o veneravel Bandalho do Deserto, ermitão da Peninha; escripta pelo humilde irmão Padrulho da Charneca, ermitão da Penha de França; Retiro Espiritual de hum Ordinando para bispo*, Lisboa, 1740; á traducção do italiano, e sahiu sem o nome do traductor; *Relação da posse e da entrada publica que fez na Cidade Gôa o ex.mo sr. D. Pedro Miguel de Almeida, Marquez de Castello-Novo, vice-Rey e Capitão General do Estado da India*, Lisboa, 1746; sahiu com o nome de Ambrosio Machado; *Historia da fundação do Real Convento do Santo Christo das Religiosas Capuchinhas francezas, Vidas das suas Fundadoras, e de algumas Religiosas insignes em virtudes*, Lisboa, 1748; *Tributo de varios obsequios á honra de S. Joseph; traduzido do italiano do P. José Prola*, Lisboa, 17...; sahiu anonymo, porém ha a

certeza do ter sido elle o traductor; *Elogios dos Emminentissimos Cardeaes portuguezes D. Verissimo de Lancastro, Luiz de Sousa, Nuno da Cunha de Atayde, D. José Pereira de Lacerda, D. João da Motta e Silva, e D. Thomaz d'Almeida;* os quaes se addicionaram á segunda edição das *Noticias de Portugal*, por Manuel Severim de Faria, feita em 1740; *Contas dos seus Estudos Academicos, dadas no Paço a 22 de outubro de 1723, a 7 de Setembro de 1726, e a 7 de Setembro de 1733;* andam na *Collecção de Documentos e Memorias da Academia Real*, nos tomos III, VI, e XII; *Elogio funebre na sentidissima morte da Serenissima Senhora D. Francisca, Infanta de Portugal*; sahiu com o nome supposto de Ambrosio Machado de Abreu, na 2.ª parte dos *Accentos saudosos dos Musas Lusitanas*, Lisboa, 1736; *Elogios dos Serenissimos Monarchas Portuguezes D. João IV, D. Affonso VI, D. Pedro II, e D. João V;* sahiram na 2.ª edição dos *Elogios dos Reis de Portugal*, compostos por fr. Bernardo de Brito, Lisboa, 1726; *Carta ao ex.^{mo} sr. Conde de Unhão, etc.*, dando-lhe o seu parecer ácerca da *Vida de Sancta Victoria*, que escrevera o P. D. Francisco Xavier do Rego, datada de 25 de novembro de 1717; anda com a mesma *Vida*, impressa em Lisboa, em 1721; n'esta carta apresenta D. José Barbosa os seus juizos criticos sobre o merito de varios escriptores portuguezes. Attribue-se-lhe a seguiute *Oração na presença de suas magestades el-rei D. João V e a rainha D. Marianna de Austria, quando foram em acção de graças á sé de Lisboa, em 22 de dezembro de 1708*, Lisboa, 1709; foi recitada pelo desembargador André Freire de Carvalho, vereador mais antigo do senado de Lisboa, e em seu nome está escripta na *Bibliotheca Lusitana*, tomo I; no entretanto, em escriptor coutemporaneo se encontra a informação de que esta *oração* era obra de D. José Barbosa, e que o dito vereador não fez mais que recital-a. Diogo Barbosa Machado, a pag. 200 do 4.º tomo da *Bibliotheca Lusitana*, diz que D. José Barbosa escrevera as *Vidas dos cinco primeiros duques de Bragança, D. Affonso, D. Fernando I, D. Fernando II, D. Jayme e D. Theodosio*, que fôram impressas em 2 tomos de folio, mas de que se queimaram todos os exemplares no incendio que se seguira ao terremoto de 1.º de novembro de 1755. Haviam sido impressas cinco annos depois da morte do autor, e como a impressão tinha findado dias antes d'aquella grande catastrophe, estavam ainda os exemplares todos reunidos na typographia, para depois se proceder á distribuição. Foi uma perda consideravel. Trabalhos poeticos de D. José Barbosa, escriptos em latim: *Eboræ planctus in morte optimi, & desideratissimi Civis Excellentissimi D. D. Nonii Alvares Pereira de Mello Ducis do Cadaval, Elegia*; *Archiathenæum Lusitanum, sive Regale Collegium Collimbriense*, Ulyssipone, 1733; *Hippodromus Pedroucianus ab Excellentissimo Domino Duce Cadavalensi Regio Stabulo Prefecto constructus, poetice descriptus*, Ulyssipone, 1735; sahiu com o nome supposto de Jorge Garcez; *Lisiæ gemitus in obitu Serenissimæ D. Franciscæ Portugallie Principis, elegia*, Lisboa, 1736; *Serenissimo ac Clementissimo Domino D. Antonio Infanti Portugalliæ pro reparata salute Hecatombe Eucharistica*, Matriti, 1739; sahiu sem o nome do autor; *In Nuptiis Janui & Henriquetæ Ducum Cadavallensium Epithalamium*, Ulyssipone, 1739; sahiu com o nome supposto de Fernando Monteiro de Sousa; *Parafrase Latina* em versos heroicos a um romance endecasylabo portuguez, composto por Luiz Calixto da Costa e Faria, abbade de Rubiães; não tem logar da impressão nem anno; *Versio latina* de um romance endecasyllabo portuguez composto por Manuel Pereira da Costa em louvor do autor da *Bibliotheca Lusitana*; *Excellentissimi Domini D. Antonii Aloysii à Sousa Marchionis das Minas Comitis do Prado Encomium Elegiarum* ; sahiu no tomo VI das *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, Lisboa, 1748, a pag. 275, Deixou os manuscriptos seguintes: *Elogio do ex.^{mo} Marquez de Abrantes D. Rodrigo Annes de Sá e Menezes; Elogio do R. P. Fr. Simão de Brito, Religioso da Ordem da Santissima Trindade*, versão da *Sequencia* «Landa Sion Salvatorem» e da *Sequencia* «Dies iræ, dies illa» em versos heroicos; *Hymnos de Vesperas, Matinas, e Laudes de S. Joseph, vertidos em versos heroicos latinos; Censura Theologica sobre a Communhão frequente.*

Barbosa *(José Antonio Benedicto Soares de Faria).* Morgado de Setubal. V. *Setubal. (Morgado de).*

Barbosa *(José Correia Leite).* Escriptor e jornalista, natural da villa da Feira. E' do mesmo nome de seu pae. Foi um dos fundadores e redactores do semanario *Luiz de Camões*; em 1870 ou 1871 publicou a *Voz do Douro*, semanario de litteratura, de que sahiram vinte e tantos numeros. Consta que fôra o autor d'um opusculo anonymo contra o poeta Guilherme Braga, porém, depois os dois escriptores tornarám-se amigos, e Leite Barbosa recolheu os exemplares do tal opusculo, que estavam á venda. Foi tambem um dos redactores do *Jornal da Manhã*, do Porto. Escreveu: *Mysterios da aldeia, romance*, Porto, 1872; *Os crimes de Eduardo Leitão, romance*, Porto, 1833.

Barbosa *(José da Costa).* D'este escriptor sómente se conhece: *Ecloga pastoril de Altéa e Narciso*, Lisboa, 1789.

Barbosa *(D. José Dantas).* Arcebispo de Lacedemonia. N. em Lisboa a 15 de outubro de 1703; ignora-se a data do fallecimento. Era filho do capitão Antonio Dantas Barbosa e de D. Francisca Xavier. Depois de ter frequentado por espaço de sete annos as aulas do collegio de Santo Antão, dos jesuitas, onde estudou philosophia e theologia, passou á Universidade de Coimbra, e applicando-se á jurisprudencia pontificia mereceu que em quatro annos se formasse n'esta faculdade com applauso de todos os cathedraticos, contando sómente 24 annos de edade. Ordenado de presbytero, como fôssem bem sabidos os seus conhecimentos scientificos, o cardeal patriarcha o elegeu vigario geral da villa de Obidos, depois ministro da sua Relação ecclesiastica e visitador de Santarem, em cujos logares, rectamente administrados, se habilitou para que o mesmo principe da egreja o nomeasse seu coadjuctor no patriarchado, sendo confirmado n'esta dignidade pelo papa Benedicto XIV, a 11 de março de 1743, e sagrado na egreja patriarchal, com o titulo de arcebispo de Lacedemonia, a 9 de junho de 1744. Depois, teve a nomeação de bispo assistente ao Solio Pontificio, e de prelado domestico com o poder de crear tres protonota-

rios apostolicos e oito cavalleiros da Milicia Auteata, possuir pensões e transmittil-as em vida; estar de bens ecclesiasticos e ainda dos prohibidos até certa quantia, e outras especiaes graças concedidas. Por carta assignada por el-rei D. José, assistiu ao auto da sua acclamação a 7 de setembro de 1750, e n'elle se assignou como testemunha ocular. Assistiu tambem á sagração do patriarcha D. José Manuel, em 25 de julho de 1754, e a 28 do referido mez lhe lançou o pallio por commissão especial. Foi consecrante de sete bispos, conferiu ordens a mais de sete mil ordinandos, tanto do patriarchado como dos bispados do reino e de Castella, distinguindo-se entre todos D. Gaspar, filho natural de D. João V, eleito arcebispo de Braga. Nos dias seguintes ao terremoto de 1755 percorreu a cidade, montado a cavallo, para restabelecer as freguezias, assignando-lhes domicilios, convocando os parochos e os beneficiados, que vagueavam confusamente consternados, para se continuarem os officios divinos, e publicando pastoraes para reprimir os abusos que então se praticavam, e recolher as religiosas que, fugitivas dos seus conventos arruinados, se viam dispersas. Publicou um parecer e diversos memoriaes ácerca da violação da clausura do mosteiro de Santa Clara de Santarem, executada pelo padre provincial da provincia de Portugal da ordem de S. Francisco, fr. Faustino de Santa Rosa; questão que se tornou muito renhida e prolongada. Este parecer e memoriaes pódem ler-se no tomo IV da *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, a pag. 207. Escreveu: *Breve noticia previa da antiguidade da Imagem do Senhor Jesus da Pedra, principio da Romagem, sua admiravel continuação, incessante devoção dos fieis de todo o Reino, e collocação da primeira pedra*, Lisboa, 1743; *Breve noticia ou fiel Relação da dedicação do Altar, e Egreja do Senhor Jesus da Pedra, junto á villa de Obidos, e da Trasladação da milagrosa Imagem do mesmo Senhor, que se celebrou da sua antiga Capella para a nova Egreja, em o dia 30 de Abril de 1747*, Lisboa, 1749; *Manifesto Juridico, Politico, Moral e Historico, em que se faz patente o direito, que assiste ás Religiosas do Mosteiro de S. Dionysio de Odivellas da ordem de S. Bernardo, sujeitas á obediencia do Rev.mo Padre D. Abbade de Alcobaça, Geral da Congregação de Cistér n'este Reyno, Esmolér-mór de Sua Magestade Fidelissima, sobre a revogação da nova ley de visita, em que se tinha determinado, que os Confessores, e mais Religiosos do Convento proximo não entrassem na clausura para enterrarem os que falleciam, e celebrarem as exequias contra as Leys da sua fundação, costume e posse antiquissima em que se achavam*, Lisboa, 1754; sahiu com o nome de Felisberto Antonio Cardim da Motta; *Varios editaes e pastoraes em nome do cardeal patriarcha*. Em manuscripto deixou o seguinte: *Epistola ad Santissimum Dominum Benedictum* XIV; alguns memoriaes e outros escriptos ácerca de questões de conventos, e tres panegyricos em louvor da Conceição de Nossa Senhora

Barbosa *(José Gonçalves)*. Em 1891 era capitão de infantaria, e escreveu: *Repertorio das ordens publicadas ao exercito desde 1828 até 1838*, Lisboa, 1839.

Barbosa *(José Joaquim)*. Natural do Porto, filho de José Antonio Barbosa. Doutorou-se em philosophia na Universidade de Coimbra, a 25 de junho de 1818. Foi lente na referida Universidade. Parece que, depois tambem se formou em medicina em Paris, pela these, que em seu nome se publicou com o seguinte titulo, n'aquella cidade: *Thèse pour le doctorat de médecine, presentée et soutenue le 2 juillet, 1839*.

Barbosa *(José Luiz Soares de)*. Bacharel formado em canones pela Universidade de Coimbra, antigo juiz de Fóra de Castanheira e de Povos, ouvidor em Beja, advogado em Setubal, terra onde nascera a 29 de setembro de 1728. Era filho de Luiz Barbosa Soares e de Eugenia Maria, Depois de frequentar a Universidade de Coimbra, voltou para Setubal, onde estabeleceu banca de advogado. Casou em 6 de junho de 1758 com D. Marianna Joaquina Xavier Lestof du Bocage, filha do francez Gillot Le Doux du Bocage, que chegou ao posto d'almirante na armada portugueza. D'este matrimonio nasceu o popular e bem conhecido poeta, Manuel Maria Barbosa du Bocage. (V. *Barbosa du Bocage*). Soares Barbosa tinha natural propensão para a poesia vulgar. Escreveu: *Epicedio que na morte do reverendo P. José de Faria e Sousa fez um seu amigo, explicando a sua dôr n'esta elegia*.

Barbosa *(José Nunes Pereira)*. Major reformado em 1880. N. em Refoios do Lima, concelho de Ponte de Lima, a 28 de fevereiro de 1827. Foi ajudante da 1.ª secção de infantaria do deposito geral de recrutas de Mafra, em 1859; membro da commissão que estudou os meios e organisou um formulario para melhorar a alimentação dos soldados em 1863; commandante da repartição de viveres e forragens da administração militar no campo de instrucção de Tancos, em 1866. Sendo tenente do regimento de infantaria n.º 2, escreveu e publicou: *Formulario de alimentação para o exercito, ou guia do director do rancho*, Lisboa, 1865; tem dedicatoria ao marquez de Sá da Bandeira. Escreveu tambem: *Estudos sobre a campanha da Bohemia, no anno de 1866*; sahiram em diversos numeros do *Diario Popular*, de março de 1870 e 1871.

Barbosa *(José de Oliveira)*. Governador de Angola, desde 1810 até 1816. Tentou encanar o Quanza para Loanda, mas não tendo plano fixo, fez muita despeza sem grande resultado. No anno de 1815 chegaram a Loanda, vindo de Moçambique, os pretos Pedro João Baptista e Antonio José, trazendo cartas do governador d'aquella possessão, datadas de 1811, os quaes tinham atravessado a Africa, de costa a costa. Succedeu-lhe no governo Luiz da Motta Fêo e Torres.

Barbosa *(José Ribeiro)*. Cirurgião-medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto. N. n'esta cidade a 18 de setembro de 1838, fal. na ilha da Madeira em 1863. Era filho de Francisco Soares Pinheiro. Defendeu these a 4 de dezembro de 1862, a qual publicou e tem por titulo: *Da ophtalmoscopia (theorica, pratica e utilidade)*, Porto, 1862.

Barbosa *(Luiz Antonio Costa Rego de)*. Official da secretaria de Estado dos negocios do reino; cavalleiro professo da ordem de Christo, capellão fidalgo da Casa Real, beneficiado da egreja collegiada de Santa Maria de Castello Branco, administrador do morgado e capella de Santo Estevão, de Guimarães, e padroeiro da capella mór da basilica de S. Pedro, tambem de Guimarães. N. n'esta cidade a 24 de setembro de 1710;

ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Francisco da Rocha Velloso, e de sua mulher, Izabel da Trindade Barbosa. Estudou os rudimentos grammaticaes e as sciencias severas no collegio dos jesuitas de Braga, e, ordenado de presbytero, passou a Lisboa, onde pela sua capacidade foi nomeado official da secretaria dos negocios do reino. Publicou em Lisboa, mas sem data de impressão: *Novena da Senhora da Madre de Deus de Guimarães; Directorio para os sabbados da Madre de Deus, peccador contemplativo nas Chagas de Jesu Christo, affectos dulcissimos ao Coração de Maria, etc.; Novena do Principe dos Apostolos S. Pedro para se fazer na sua Basilica da Villa de Guimarães.*

Barbosa *(Manuel).* Celebre jurisconsulto, procurador da fazenda, no tempo d'el-rei D. Sebastião. N. em Guimarães a 16 de agosto de 1546; fal. na quinta de Aldão no anno de 1639. Era filho do licenceado Antonio Thomaz, senhor da referida quinta de Aldão, situada no termo de Guimarães, muito conhecido e estimado por excellencias pessoaes de virtudes e letras, no reinado de D. João III. Sua mãe chamava-se Catharina Barbosa, filha do dr. Manuel Barbosa, physico do cardeal infante D. Henrique. Com os estudos da primeira edade deu mostras de muito talento, e seu pae o enviou para seguir a jurisprudencia, á Universidade de Coimbra. Sahindo eminente em ambos os direitos, cesareo e pontificio, em breve adquiriu nome e reputação com geral respeito e veneração de todos os homens de letras pelo seu grande merecimento. Distinguiu-se muito no conhecimento das linguas grega e latina, e no da historia e antiguidades, especialmente em genealogia, a que se applicou de boa vontade, chegando a adquirir tanto credito, que era consultado e ouvido como oraculo. Foi advogado de causas forenses no Porto e em Guimarães por espaço de 30 annos, sendo o seu cuidado evitar dilações nocivas e despezas superfluas aos litigantes, valendo-se muitas vezes da sua madura prudencia para pacificar os animos, em que muitas vezes prevalecia mais a paixão do que a justiça. Por alvará de mercê, datado de 17 de março de 1578, como consta do livro 44 da Chancellaria de el-rei D. Sebastião, no Real Archivo, a folhas 65, o nomeou este monarcha procurador geral da Fazenda Real de Vianna. Desgostoso e cançado retirou-se para a sua quinta d'Aldão, applicando-se unicamente aos livros. Pela muita devoção que tinha a fr. Lourenço Mendes, da ordem dos prégadores, fez trasladar seus ossos na egreja do convento de S. Domingos de Guimarães, havidos ali em grande veneração, do primeiro logar baixo e pouco decente, onde jaziam, para outro sobre o alto do retabulo, e altar na capella de S. Thomaz, e os recolheu em um tumulo de pedra, bem lavrado e sobredourado. Falleceu com 93 annos de edade, e foi sepultado na referida capella. Manuel Barbosa era casado com Izabel Vaz da Costa. Foi pae dos jurisconsultos D. Agostinho e Simão Vaz Barbosa (V. *estes nomes).* Deixou duas obras em latim: *Remissiones doctorum ad contractus etc.*, e *Remissiones doctorum de officiis publicis.* Em manuscripto: *Familias do Reyno de Portugal e Noticias historicas; Notas ao Nobiliario do Conde D. Pedro; Livro da Armaria d'este Reyno com os escudos illuminados; Remissiones doctorum ad ordinationem lusitanam*, Lisboa, por Miguel Rodrigues, 1732, obra em que a pag. 30 trata *Da valia das moedas antigas, que houve n'este reino e ha na India.*

Barbosa *(Manuel).* Prégador distincto, que viveu na cidade da Guarda, d'onde era natural, no seculo XVII. Ha d'elle impresso o seguinte: *Sermão das Lagrimas do Apostolo S. Pedro na Sé da Guarda*, Coimbra, 1670.

Barbosa *(Manuel da Cunha Coelho).* Commendador da ordem de Christo, antigo deputado, vereador da camara municipal de Penafiel, procurador á junta geral do districto do Porto. N. na freguezia de S. Vicente, do conc. de Penafiel, a 22 de junho de 1816. Era filho de Antonio da Cunha Coelho de Barbosa, morgado de S. Vicente do Pinheiro. Escreveu: *Duas palavras sobre o opusculo do sr. Navarro; Os fuzilamentos; Militarmente; O direito e a necessidade em geral; A dignidade da pena de morte*, Coimbra, 1875; tem dedicatoria ao fallecido escriptor Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos.

Barbosa *(Manuel Joaquim).* Desembargador, pae do distincto medico Antonio Maria Barbosa (V. *este nome).* Fal. em 24 d'agosto de 1861, na sua quinta proximo da Lourinhã. Escreveu: *Resposta ao incendiario manifesto que fez á nação o corregedor de Portalegre Antonio Joaquim de Gouveia Pinto, e que datou e imprimiu em Lisboa a 4 de maio d'este anno, contra o corregedor do Crato, Manuel Joaquim Barbosa, por occasião de vir conhecer áquella cidade dos desatinos, violencias, peculatos, aleivosias e outros crimes*, etc., Lisboa, 1822.

Barbosa *(Manuel Soares).* D'este escriptor, que viveu no seculo XVIII, apenas se sabe que escreveu a seguinte obra: *Index copioso do Tratado historico e juridico, que sobre o sacrilego furto feito na parochial egreja de Odivellas, e das allegações civis e criminal, que em quatro causas escreveu o jurisconsulto Manuel Alves Pegas*, etc., Lisboa, 1753; junto tem outra obra do mesmo autor: *Allegações de direito... sobre diversas materias*, etc.

Barbosa *(Paulo Gomes da Silva).* Cavalleiro da ordem de Christo e capitão de infantaria na provincia do Minho. Era natural de Braga, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Seus paes chamavam-se Manuel Gomes da Silva Barbosa e D. Maria da Silva Barbosa. Depois de estudar a lingua latina e humanidades, seguiu a vida militar. Celebrada a paz entre Portugal e Castella, em 1713, entregou-se á litteratura, e escreveu a seguinte obra para seus filhos: *Desafios para os meninos da eschola dos primeiros rudimentos de Grammatica, com toda a variedade e medições dos versos de Horacio, e figuras mui principaes da Rhetorica*, Lisboa, 1731; outra edição, 1745.

Barbosa *(Pedro).* Jurisconsulto, lente da Universidade de Coimbra, homem politico muito importante, desembargador do paço, etc. N. em Vianna do Castello, e fal. em Lisboa, a 19 de junho de 1606. Tinha a alcunha do *Insigne.* Era filho de Ruy Vaz Aranha e de Izabel da Rocha. Na edade da adolescencia applicou-se na Universidade de Coimbra ao estudo de direito cesareo. Os seus rapidos progressos causavam a admiração dos condiscipulos e a inveja dos cathedraticos, principalmente quando foi nomeado para reger as cadeiras: de Instituta a 23 de julho de

1557, a de Codigo a 23 de dezembro de 1558, a do Digesto Velho a 20 de fevereiro de 1560, em que teve por oppositor o grande Alvaro Valasco: a de Vespera a 24 de abril de 1563, e a de Prima a 23 de dezembro de 1564, onde jubilou em 1577, sendo já desembargador do paço, por nomeação de el-rei D. Sebastião, a 21 de dezembro calculando-lhe os annos de serviço d'este tribunal, para completar os vinte que eram precisos para a jubilação. Foi desembargador de aggravos na Casa da Supplicação, de que tomou posse a 10 de novembro de 1571, deputado da inquisição de Coimbra, do conselho de Portugal em Madrid, chanceller-mór do reino, e commendador de Santa Maria de Carrezo. Era tal a sua erudição em todos os ramos da jurisprudencia, que lhe chamavam o *segundo Papiniano*. Filippe II, apezar de conhecer que Pedro Barbosa, como verdadeiro portuguez, lhe era adverso, pretendeu attrahil-o, convidando-o a ir para Castella, nomeando-o ministro do conselho de Portugal n'aquella côrte; Barbosa, porém, com o seu caracter integro e patriotico, não transigiu nunca, e sempre recusou qualquer mercê com que Filippe pensasse em agracial-o. Escreveu em latim uns *Commentarios e umas allegações*, deixando em manuscripto: *Parecer sobre a invalidade do Casamento do Duque de Alva, com o filho do Duque do Infantado.*

Barbosa *(Pedro Correia)*. Notavel prégador, que floresceu nos fins do seculo XVII e principios do seculo XVIII. Foi professor de canones, conego da sé do Funchal, Examinador synodal e vigario d'este bispado. Só em 1699 é que imprimiu um dos seus sermões, intitulado: *Sermão panegyrico em a solemnissima e anniversaria Festa, que o Reverendo Cabido da S. Sé do Funchal da Ilha da Madeira fez na tarde do dia oitavo do Corpo de Deus ao glorioso S. Antonio, em 13 de julho de 1697.*

Barbosa *(Simão Vaz)*. Grande jurisconsulto. N. em Guimarães a 7 de março de 1594, onde tambem falleceu, a 30 de junho de 1681. Era filho do dr. Manuel Barbosa, e de Izabel Vaz da Costa; irmão de Agostinho Barbosa, ambos jurisconsultos *(V. estes nomes)*. Frequentou a Universidade de Coimbra, e depois de receber o gran de Mestre em Artes, formou-se na faculdade de canones. Foi conego da collegiada se N. S.ª da Oliveira, da sua patria. Escreveu: *Principia, loca communia tam Decisionum, quam argumentorum utriusque juris cum plenissima Doctorum allegatione*, Romæ, 1651; esta obra sahiu ampliada por Gabriel Castelhano, Madrid, 1648; depois tambem foi accrescentada pelo licenceado Christovão de Sá Pereira, Coimbra, 1651; outra edição, Coimbra, 1717; *Tractatus de dignitate origine, significatis misteriosis Ecclesiasticorum graduum Officii divini, vestium sacerdotaliem, Pontificalium, atque verborum, ceremoniarum, aliarum rerum pertinentium ad sanctissimum Missæ Sacrificium*, Lugduni, 1635; *Repertorium Juris Civilis, Canonici*, Lugduni, 1668.

Barbosa *(Padre Theodoro)*. Jesuita. N. na diocese de Braga a 18 de fevereiro de 1702; foi admittido na Companhia de Jesus a 7 de julho de 1720. Foi missionario no Maranhão, onde vivia em 1749 e 1752. Ignora-se a data do fallecimento.

Barbosa *(Theotonio Lopes)*. Militar, que viveu no seculo XVII. Nasceu em Santarem, a 14 de junho de 1715, falleceu em Lisboa, a 21 de julho de 1754. Era filho de João Barbosa, e de sua mulher, Maria da Esperança. Estudou philosophia e humanidades em Santarem, e seguiu a vida militar, assentando praça no regimento de Peniche, onde serviu até ao anno de 1737, passando então para o regimento de infantaria da guarnição da côrte, de que era coronel o conde de Coculim, D. Francisco Mascarenhas, e d'este para o do monteiro-mór do reino, Fernão Telles da Silva. Desejando visitar algumas côrtes do mundo, sahiu de Lisboa a 18 de abril de 1741, e depois de percorrer Roma, Napoles, Veneza, Paris e Hespanha, regressou á patria a 6 de setembro de 1744. Foi muito inclinado á poesia, e escreveu um soneto acrostico e umas endeixas, com o titulo de *saudades*, á morte da infanta D. Francisca, filha de el-rei D. Pedro II, em 1736. Escreveu tambem: *Oitavas laudatorias ao Ill.*^{mo} *e Ex.*^{mo} *conde de Obidos, de Sabugal e de Palma, Meirinho-mór d'este Reino*, Lisboa, 1740; *Ocio castigado, e ambição sacrilega; historia discursiva de Nossa Senhora de Madrid, em que se relata o roubo feito a esta Santissima Imagem, e as maldades que com ella obrou o delinquente, e o castigo que teve*, Lisboa, 1748; é traducção do castelhano de D. João de Zavaleta. Em manuscripto deixou um volume de *Poesias a diversos assumptos.*

Barbosa *(D. Vicente)*. Clerigo regular theatino, e preposito no convento de N. S.ª da Divina Providencia, de Lisboa. N. na villa de Redondo em 1663, fal. a 29 de março de 1721. Era filho de Vicente Barbosa de Carvalho, capitão-mór de Redondo, e de D. Maria de Mira. Professou no convento de S. Caetano, de Lisboa, a 23 de abril de 1679. Teve fama de bom prégador. No tomo I das *Memorias historicas e chronologicas da sagrada religião dos clerigos regulares de Portugal*, etc., de D. Thomaz Caetano do Bem, vem citado e muito elogiado o seu nome. Estudioso e illustrado, D. Vicente Barbosa escreveu, fundando-se nos documentos e correspondencias que encontrou nos archivos da sua ordem, um *Compendio da relação, que veyo da India o anno de 1691 a El Rey Nosso Senhor D. Pedro II na nova Missão dos Padres Clerigos Regulares da Divina Providencia na Ilha de Borneo.* Este opusculo foi publicado anonymo, em Lisboa, 1692.

Barbosa. Pov. na freg. de S. Martinho, de Moreira de Rei, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Logar na freg. de N. S.ª da Porta e conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Miguel, de Rans, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Redinha, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Casaes na freg. de S. João Baptista e conc. do Cartaxo, distr. de Santarem. || Casal na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Villa Verde dos Francos, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Nicolau, conc. e distr. de Santarem. || Monte na freg. do S. Julião, de Monte de Trigo, conc. de Portel, distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª do Espinheiro, de Sado, conc. d'Alter do Chão, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de S. Thiago do Escoural, conc. de Montemor-o-Novo, distr. de Evora. || Quinta na freg. de Santa Marinha, de Roussas, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Quinta na freg. de N. S.ª da Conceição, de Gesteira, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Barbosa de Araujo *(José Joaquim)*. Cirurgião medico pela escola Medico-Cirurgica do Porto, cidade onde nasceu a 21 de julho de 1851. Seu pae tinha egual nome. Defendeu these a 25 de julho de 1879. Publicou a these, a qual tem por titulo: *As mulheres medicas*, Porto, 1879.

Barbosa Bacellar *(Antonio)*. V. *Bacellar*.

Barbosa du Bocage *(José Vicente)*. Bacharel formado em medicina pela Universidade de Coimbra, lente de zoologia na Escola Polytechnica, do conselho de Sua Magestade, ministro de Estado, deputado, par do reino, um dos fundadores da Sociedade de Geographia de Lisboa, socio da Academia Real das Sciencias, da Sociedade de Zoologia de Londres, etc. N. no Funchal a 2 de maio de 1823. Era primo em segundo grau do popular poeta Manuel Maria Barbosa du Bocage. A sua ascendencia é a mesma da do poeta, e provém do francez Gil Hedois du Bocage, que chegara a Lisboa, em 1704, na esquadra franceza que veiu reunir-se ao nosso exercito, na guerra contra a Hespanha, a qual terminou em 1713, com o tratado de paz de Utrecht. Gil Hedois ficou ao serviço de Portugal, sendo em 1717 promovido ao posto de coronel de mar e guerra (vice-almirante). Casou com D. Clara Francisca Lestof, em 1720, filha de Leonardo Lestof, consul hollaudez, e rico proprietario, que residia em Setubal. D'este matrimonio houve duas filhas: D. Marianna Joaquina Xavier Lestof du Bocage, que casou com José Luiz Soares Barbosa, que foi o pae do poeta popular Barbosa du Bocage, e D. Antonia Xavier Lestof du Bocage, que casou com um seu primo materno, Lestof de Castello Branco, de cujo casamento nasceu uma filha unica, que casou com Francisco Antonio Soares de Barbosa, irmão do pae do poeta. D'este consorcio houve um filho, João José Barbosa du Bocage, cadete do regimento de Setubal, casado com D. Josepha Ferreira Pestana, irmã do general José Ferreira Pestana, par do reino e lente da Universidade de Coimbra, que muito soffreu, como constitucional, nas luctas civis de 1828 a 1833, chegando a ser sentenciado á morte, podendo conseguir a muito custo, que a sentença fôsse mudada em degredo para Angola, d'onde em 1829 pôde fugir com destino ao Brazil. Ferreira Pestana viu-se então obrigado, para se alimentar e á sua familia, a estabelecer um collegio no Rio de Janeiro (V. *Ferreira Pestana, José*). N'esta empresa o ajudou seu cunhado, que em 1830 emigrou da Madeira para o Brazil, onde pouco depois se lhe reuniu sua esposa, com dois filhos menores, um dos quaes falleceu no Rio de Janeiro, e o outro, que sobreviveu aos tormentos e angustias d'aquelle tempo de perseguições, que aos 7 annos esteve encarcerado com sua mãe e seu irmão na cadeia do Funchal, essa creança, para quem a infancia foi tão atribulada, deveria ser no futuro o distincto estadista e notavel zoologo, o dr. José Vicente Barbosa du Bocage. Depois da emigração, voltaram para o Funchal, em 1834. Até 1868 ali se conservou João José Barbosa du Bocage, exercendo alguns cargos publicos, sendo por fim empregado superior da alfandega. No anno de 1839 mandou seu filho para a Universidade de Coimbra, onde se matriculou em mathematica e medicina, fazendo n'estas duas faculdades, um curso brilhante, obtendo premios em alguns dos annos; concluindo os estudos em 1846, tomou grau de bacharel em medicina. De novo as luctas politicas perturbaram o reino; uma energica revolução rebentou contra o governo presidido pelo conde de Thomar, e o dr. Barbosa du Bocage alistou-se no batalhão academico, que se organisou ás ordens do general Povoas. Terminada a lucta com a convenção de Gramido, veiu para Lisboa exercer clinica, sendo logo nomeado facultativo do hospital de S. José. Pouco tempo, porém, se demorou n'este exercicio, resolvendo abandonar a medicina, e dedicar-se de corpo e alma aos estudos zoologicos, que eram o seu enlevo, e para que tinha decidida vocação. Aos 26 annos de edade, em 1849, foi nomeado lente substituto da cadeira de zoologia na Escola Polytechnica, ficando em pouco tempo com a effectividade, por ter fallecido o respectivo lente proprietario, o dr. Assis. Em 1851 casou com D. Thereza Roma, filha de Carlos Morato, conselheiro do thesouro e o primeiro economista portuguez do seculo passado. Em 1866 teve a nomeação de membro do conselho superior de instrucção publica, logar que exerceu até á dissolução d'este conselho, no tempo do governo do bispo de Vizeu, D. Antonio Alves Martins. Tendo entrado para a Academia Real das Sciencias, foi nomeado, em 1875, seu vice-presidente, em substituição do duque d'Avila. Dedicando-se depois á politica, filiou-se no partido regenerador Em 1878, sendo deputado, concorreu muito com a sua elevada intelligencia, bom senso e prudencia, para que fôsse resolvida satisfactoriamente a pendencia que se levantara entre Portugal e Hespanha, por causa dos pescadores de ambos os paizes. Foi tambem notavel o seu discurso sobre a Guiné. O dr. Barbosa du Bocage, como verdadeiro naturalista, fez estudos profundos sobre as nossas colonias, occupando-se particularmente do estudo ácerca dos seres que as habitam; mammiferos, aves, reptis, batrachios, peixes, espongiarios, estudando em especial, ora certos animaes sobre que vogavam noções incertas ou erroneas, ora sustentando polemicas interessantissimas no ponto de vista scientifico. Foi assim que o dr. Barbosa du Bocage adquiriu conhecimentos geographicos coloniaes, que o conduziram a um logar distincto na commissão central permanente de geographia, e depois á presidencia da Sociedade de Geographia de Lisboa, E' ao distincto professor que a Escola Polytechnica deve tambem uma grande parte do seu desenvolvimento em todos os ramos scientificos. Dominava-o uma nobre e benemerita inspiração, a de organisar, sob solidas bases, o Museu de Zoologia, dando uma ordem e classificação racional ao que estava confuso e disperso, enriquecendo as collecções existentes com exemplares de valor scientifico, uns adquiridos por compra,

José Vicente Barbosa du Bocage

outros por dadivas importantes, como as do fallecido monarcha, el rei D. Luiz. Para coroar esta obra, já de si crédora do maior respeito e consideração, recebeu as collecções, devidamente classificadas, vindas das colonias africanas da costa occidental, offerecidas por José Anchietta, um d'esses obreiros da sciencia, apaixonados pela sua idéa, e que tudo sacrificam para a realisar, sujeitando-se ás maiores difficuldades e trabalhos. (V. *Anchietta*). A essas remessas africanas vieram juntar-se as de outro naturalista viajante, Francisco Newton. O Museu de Zoologia, conhecido tambem pelo *Museu do Bocage*, é muito admirado por nacionaes e estrangeiros que o visitavam. Em 1881 sahiu eleito par do reino, tomando posse na respectiva camara, na sessão de 25 de janeiro de 1882. Em 1881 tambem fez parte do Congresso Geographico de Veneza, presidindo a sessão zoologica, em que foi muito apreciado; presidiu egualmente a uma das sessões magnas do referido congresso. Em 1883, foi chamado pela primeira vez ao ministerio, no gabinete presidido por Fontes Pereira de Mello, e encarregou-se da pasta dos negocios de marinha e ultramar; em 1890, tomou novamente parte no ministerio, presidido por João Chrysostomo de Abreu e Sousa, sendo ministro dos negocios estrangeiros. O nome do dr. Barbosa du Bocage figura em muitos livros de sciencia muito notaveis, distinguindo-se entre elles, o de *Ornithologia de Angola*, fructo de longos annos de trabalho aturado, que foi recebido com respeito e consideração pelos homens de estudo de todos os paizes, que elogiaram o seu autor, collocando-o a par das primeiras capacidades do mundo scientifico. O dr. Barbosa du Bocage tem as seguintes honras e condecorações: grã-cruz da ordem de S. Thiago, do Merito Naval de Hespanha, e de Francisco José, d'Austria; commendador da ordem da Rosa, do Brazil, de Izabel a Catholica, de Hespanha, e official da Legião de Honra, de França. Nos ultimos annos teve a infelicidade de cegar, mas apezar da sua avançada edade e d'essa deploravel desgraça, ainda em 1903 publicou a sua obra: *Contribution à la faune des quatre îles du golfe de Guinée*. Em 5 de junho do referido anno de 1903, realisou-se na Sociedade de Geographia uma sessão solemne, presidida por Sua Magestade El-rei senhor D. Carlos, em homenagem ao dr. Barbosa du Bocage, antigo presidente e um dos seus fundadores. A homenagem consistiu na entrega da medalha de honra, significando esse acto o reconhecimento de assignalados serviços á sciencia e á nação. A medalha de honra, é de ouro, e foi creada como suprema distincção, por aquella Sociedade em 1879, e só tinha sido concedida oito vezes: a José Anchietta, o sabio que tanto viajou pelos sertões africanos; a Serpa Pinto, Capello e Ivens, tres nomes gloriosos nas explorações da nossa Africa; a Luciano Cordeiro, que muitos serviços prestou á sociedade, de que foi secretario; ao coronel Galhardo, que tanta gloria alcançou nas guerras d'Africa; a Mousinho d'Albuquerque, o heroe de Chaimite; e a João d'Azevedo Coutinho, que se ennobreceu na campanha do Barué. Foi uma ceremonia imponentissima e muito commovente. E' longa a serie dos seus trabalhos scientificos, de que mencionaremos os seguintes: *Memoria sobre a cabra montez da serra do Gerez, apresentada e lida á primeira classe da Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1857; anda tambem no tomo II, parte I, da nova serie das *Memorias* da referida Academia; *Instrucções praticas sobre o modo de colligir, preparar e remetter productos zoologicos para o museu de Lisboa*, Lisboa, 1862; *Relatorio ácerca da situação e necessidades da secção zoologica do museu de Lisboa, apresentada a s. ex.ª o ministro e secretario d'estado dos negocios do reino*, Lisboa, 1865; *Noticia dos anziolos de Portugal*, Nas *Memorias da Academia das Sciencias*, nova serie, 1.ª classe, tomo III, parte II, 1865; *Noticia ácerca da descoberta nas costas de Portugal de um zoophito da familia hialo-chactides, Brandt*, idem; *Diagnose de algumas especies da familia squalidae*, idem; *Noticia ácerca de um novo genero de mammiferos do Africa occidental*, idem, tomo IV, parte I; *Lista dos reptis das possessões portuguezas da Africa occidental que existem no museu de Lisboa;* no *Jornal das sciencias mathematicas e physicas*, publicado sob os auspicios da Academia, n.º 1, 1856; *A Ornithologia dos Açôres*, idem; *Segunda lista dos reptis das possessões portuguezas da Africa occidental, que existem no museu de Lisboa*, idem, n.º 3, agosto de 1867; *Apontamentos para a ichthyologia de Portugal; peixes plagiostomos; primeira parte: Esqualos*, com versão franceza, Lisboa, 1866; n'esta obra tambem collaborou Brito Capello; *Relatorio de 20 de janeiro de 1868 sobre a visita feita* (por commissão do governo) *á exposição internacional de Paris em 1867;* foi transcripto no *Jornal do Commercio*, de 31 de janeiro de 1868: *Considerações ácerca do melhor aproveitamento das ostreiras da margem esquerda do Tejo e da cultura das nossas ostras*, idem, 1868; *Memorias zoologicas; Noticia ácerca dos caracteres e affinidades naturaes de um novo genero de mammiferos insectivoros da Africa occidental «Bayonia Velox» (Potamoyale Velox du Chaillu); Ornithologie d'Angola, ouvrage publié sous les auspices du ministère de la marine et des colonies*, Lisbonne, 1881. Tem tambem alguns artigos scientificos nos *Annaes das sciencias e letras*, publicados pela Academia, classe 1.ª, e tambem no *Diario de Lisboa*, de 1850, etc. A vasta bibliographia do sr. conselheiro Barbosa du Bocage acha-se systematisada no folheto: *Publicações scientificas de J. V. Barbosa du Bocage (1857-1901)*, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1901.

Barbosa du Bocage (*Manuel Maria*). E' considerado como um dos nossos melhores poetas, e depois de Camões o mais popular e celebrado de todos. N. em Setubal a 15 de setembro de 1765, fal. em Lisboa a 21 de dezembro de 1805. Era filho do bacharel José Luiz Soares de Barbosa, antigo juiz de fóra, ouvidor, e depois advogado, e de D. Marianna Joaquina Xavier Lestof du Bocage. A ascendencia da sua familia é a mesma do dr. José Vicente Barbosa du Bocage (*V. o artigo anterior*). Sua mãe era segunda sobrinha da celebre poetisa franceza, madame Marie Anne Le Page du Bocage, traductora do *Paraizo* de Milton, imitadora da *Morte de Abel*, de Gessner, e autora da tragedia *As Amazonas* e do poema epico em dez cantos *A Columbiada*, que lhe mereceu a corôa de louros de Voltaire e o primeiro premio da academia de Rouen. Passados os annos da puericia nos primeiros estudos, com um mestro que o maltratava, entrou na aula regia de grammatica do padre hespanhol D. João de Me-

dina, e ali aprendeu a lingua latina. Era então moda a educação humanista, ainda pouco acompanhada pelo estudo das sciencias naturaes. No paiz havia, comtudo, dois homens que a par d'uma cultivavam a outra: José Anastacio da Cunha e José Monteiro da Rocha, ambos lentes da Universidade de Coimbra, novamente fundada pelo marquez de Pombal, e ambos poetas de elevado merecimento. O primeiro, militar infeliz, victima do seu genio brusco e das idéas da epoca; o segundo, jesuita insigne, reitor d'aquelle estabelecimento de instrucção, e preceptor dos principes. Bocage, que sentia admiração por tudo que é grande e bello, extasiava-se ao ler as poesias d'aquelles sabios, e até aos estranhos as inculcava por muito superiores ás suas; procedimento raro, que define o seu excellente caracter. No anno de 1779 assentou praça de cadete no regimento n.º 7 de infantaria de Setubal, vindo estudar para Lisboa aos 14 annos de edade. O desprezo constante pelos actos do ex-ministro de D. José, levára os conselheiros da rainha D. Maria I a crear em Lisboa, em 5 de agosto de 1779, uma instituição, a que chamaram *Academia real de marinha*, dando aos que a frequentavam as mesmas regalias que tinham os estudantes da Universidade. Foi n'esse instituto que Bocage recebeu a sua educação scientifica, indo talvez mais tarde aperfeiçoal-a na *Academia dos guardas marinhas*, creada em 14 de agosto de 1782. Sete annos passou Bocage em Lisboa a estudar sciencia e a compôr versos. Carpindo acerbas maguas, e soffrendo cruciantes dores, que o seu viver demasiado livre lhe acarretava continuamente, aquella musa brilhantissima expandia-se em lagrimas, em suspiros e em queixumes amorosos, ora de ternura inexcedivel, ora de aspereza selvatica. Assim descançava o vate enamorado, para quem as paixões levianas eram tudo. As damas que julgava requestar, constituiam o seu unico pensamento. Por ellas fazia sacrificios, que sómente a sua alma de poeta podia comprehender, e enlevado nas mais doces illusões quasi nunca a realidade apparecia ao seu brilhante espirito. Confiando nos seus dotes de claro entendimento, estava tão certo de agradar ás bellas, que notava com espanto a resistencia d'alguma, que porventura se esquivava aos seus galanteios. Tomava como correspondencia amorosa o applauso unanime que obtinha nas salas ao recitar os seus versos. E assim viveu sempre em toda esta primeira phase das suas aventuras, a amar e a padecer. O nome de *Gertruria* que muitas vezes invocava apaixonado, tornava-se o seu pensar constante; anagramma imperfeito de Gertrudes, ficção poetica ou realidade historica; foi este nome que por muito tempo e mais profundamente o inspirou. Era estreitissimo; asphixiante, o ambiente que então se respirava na capital. Por um lado os medos da propagação das doutrinas philosophicas traziam empenhados o tribunal da Inquisição, a policia e o intendente Pina Manique, seu chefe, na indagação minuciosa dos factos, ainda os de menor alcance, que pudesse cada individuo praticar com intuitos liberaes; e já para escapar á perseguição havia emigrado para França em 1778 o padre Francisco Manuel do Nascimento, Filinto Elysio, accusado pela espionagem ao Santo Officio. Por outro lado não estava ainda extincta a lucta dos odios contra o marquez de Pombal, a quem as familias dos nobres, por elle castigados, accusavam violentamente, imputando-lhe acções deshonrosas, delictos infamantes, e tentando rehabilitar-se como innocentes no attentado contra el-rei D. José. Epoca de incertezas, de duvidas, de receios e de perseguições. Como poderia florescer no mais elevado grau a litteratura portugueza, embora tivesse por cultor um genio como Barbosa du Bocage? O gosto de então, a moda predominante, eram as *canções brazileiras*, cantadas á guitarra ou á viola, desde as reuniões de familia, até ás orgias dos botequins. Todos os poetas davam á porfia letras para estas arias, e Manuel Maria, como Bocage era ordinariamente conhecido, não foi dos menos prodigos. Demais, o poeta, que sempre sonhava parecer-se o seu destino com o de Camões, que só invejava a immorredoira gloria do grande epico, comparava a sua mocidade livre com a que elle tivera, e pensava porventura que tambem este na côrte compunha e recitava versos, requestava donzellas, e cantava a Natercia. Camões tinha ido ao Oriente, Bocage foi tambem. Em 1786, antes de terminar um mez depois de alcançado o despacho de guarda-marinha, por decreto de 4 de fevereiro d'aquelle anno, partia o nosso poeta a visitar as terras que inspiraram o immortal cantor das *Lusiadas*. A nau de viagem, *Nossa Senhora da Vida, Santo Antonio e Magdalena*, commandada por José Rodrigues Magalhães, transportava a seu bordo o vate enamorado, que na força da vida e no vigor do talento ia procurar novos horisontes para melhor desenvolver as suas formosissimas concepções poeticas. A nau de viagem arribou ao Rio de Janeiro, por causa de tempestade que se levantou. Bocage ali se demorou, sendo muito bem recebido pelo vice-rei do Brazil, Luiz de Vasconcellos e Sousa, e pela melhor sociedade fluminense. Voltando ao paiz, em abril de 1786, tornava a partir na mesma nau, *Nossa Senhora da Vida, Santo Antonio e Magdalena*, e chegava finalmente a Gôa a 29 de outubro d'este referido anno. O portentoso ingenho de Bocage poderia elevar-se immenso, se houvesse tido outra educação litteraria e scientifica, e soubesse subtrahir-se á influencia do meio social em vez de buscar n'elle ephemera popularidade. Camões era não só um genio, mas o primeiro sabio da sua epoca, Bocage aprendera bem as linguas, o latim, o francez e o italiano, trocára, porém, pelo culto exclusivo das musas os conhecimentos de sciencias naturaes, que alcançara nas academias de marinha. Foi por tudo isto, certamente, que ao chegar a Gôa nem se impressionou com a lu-

Manuel Maria Barbosa du Bocage

xuriante vegetação oriental, nem com as religiões, raças, linguas e costumes d'aquelles povos, e continuou cantor da arcadia preso ás regras horacianas, e não conseguiu produzir um poema. Satyrisou primorosamente os indios, lamentou em magnificos versos a decadencia de Gôa e das possessões portuguezas, e o seu espirito não descançou emquanto esteve ausente da patria. Em Gôa encontrou muita estima no desembargador Sebastião José Ferreira Barroco, tambem poeta, e um dos maiores amigos de Filinto Elysio, conhecido em Lisboa pelo nome arcadico de *Albano*, quando fazia versos á bella *Alcipe*, marqueza d'Alorna, nos celebrados outeiros de Chellas. Em 25 de fevereiro de 1789 havia sido promovido a tenente, de infantaria da 5.ª companhia da guarnição da praça de Damão, onde chegou a 6 d'abril do mesmo anno, mas logo dois dias depois d'ali desappareceu em companhia d'outro official da mesma praça, indo ter, pela Porta do Campo, a Macau, onde soffreu inclemencias, em resultado d'esta arrojada aventura. O que obrigaria Bocage a desapparecer tão precipitadamente da praça de Damão, e a apresentar-se na colonia de Macau? Movel-o-ia ainda o desejo de imitar Camões, o prazer de visitar todos os logares que elle percorrera? Seria apenas excentricidade do seu temperamento irrequieto, ou extravagancia do seu espirito voluvel? Ninguem o poderá dizer, talvez nem elle o soubesse. N'estas paragens foi ainda mais infeliz do que nas possessões da India, e só teve dois homens que lhe valeram: Lazaro da Silva Ferreira, governador de Macau, que o não pronunciou por haver desertado de Damão, e o negociante Joaquim Pereira d'Almeida, que recebendo-o e dando-lhe agasalho o apresentou na sociedade macaense. Mas absolvida a culpa, o poeta não descançava com saudades da patria, dos amigos e dos amores. Tratou logo de partir, e em agosto de 1790 entrava a barra do Tejo. Chegava então a Lisboa o ecco da revolução franceza de 1789. A liberdade era o hymno que se cantava ás escondidas por toda a parte, porque a policia estava cada vez mais intransigente. O poeta cantou logo contra o despotismo, chamando-lhe *sanhudo, inexoravel, monstro que em pranto, em sangue a furia ceva*, mas que *não tyranisa do livre coração a independencia*, e compoz muitos sonetos em honra da liberdade. Eram estes os sentimentos politicos de Bocage e de todos os socios da *Nova Arcadia*, salvas poucas excepções. Nem escapava ao influxo o padre José Agostinho de Macedo, ex-frade graciano, amigo do vate no seu regresso ao paiz, mais tarde seu declarado inimigo, e por fim reconciliado com elle no periodo curto da fatal doença que o prostrou. *A Nova Arcadia*, chamava-se uma sociedade de poetas d'aquella epoca, para onde Bocage entrara em 1791, tomando o nome pastoril de *Elmano Sadino*, e contra a qual se indispoz em 1793. Em todo o tempo que durou esta guerra com os seus collegas, levantada por vaidades de poetas e de litteratos, jogaram-se as mais acerbas satyras e vibraram-se epigrammas os mais frisantes. O dr. Luiz Corrêa do Amaral França, o abbade de Almoster, Joaquim Franco de Araujo Barbosa, e Caldas Barbosa fôram os mais attingidos n'esta polemica poetica. Com José Agostinho de Macedo ainda a lucta se tornou mais accesa. O forte despotismo da epoca não podia deixar de perseguir a quem possuia sentimentos liberaes, e Bocage era pouco acautellado na manifestação das suas crenças politicas e religiosas. No anno de 1797 fôram denunciados á intendencia da policia, como escriptos pelo poeta, uns papeis impios, sediciosos e satyricos, que appareciam clandestinamente com o titulo de *Verdades duras*, e continham entre outras cousas a epistola *Pavorosa illusão da eternidade*. Bocage soube-o, e tentou fugir, mas foi preso a 10 de agosto do referido anno, a bordo da corveta *Aviso*, que se destinava a partir para a Bahia. Nas suas odes pinta o infeliz poeta os dissabores por que passou, a entrada no Limoeiro, como ali o apalparam, o segredo em que foi lançado, as perguntas que lhe fizeram, finalmente, tudo quanto soffreu até á transferencia, por solicitação de amigos e protectores, em 7 de novembro, para os carceres da inquisição. E tão rapido ahi andaram com o processo, que a 17 de fevereiro de 1798 dava entrada no mosteiro de S. Bento da Saude, de Lisboa, e a 22 de março passava ao hospicio de Nossa Senhora das Necessidades dos clerigos de S. Filippe Nery. Os frades do Oratorio com facilidade o doutrinaram, pois que em poucos mezes ficou desfructando outra vez a liberdade, que alcançou por lhe não terem encontrado no processo motivos de condemnação, e tambem devido á protecção do ministro José de Seabra e Silva. Uma beata, Maria Theodora Severiana Lobo Ferreira, denunciou-o mais tarde, em 23 de novembro de 1802, ao Santo Officio como pedreiro livre, mas o processo apenas principiado não teve seguimento. Em 1801 acceitou a proposta que lhe fez o naturalista brazileiro, o padre José Marianno da Conceição Velloso para, mediante o ordenado de 24$000 réis, fazer as traducções de varios poemas didacticos: *Os Jardins* de Delille; *As Plantas*, de Castel; *A Agricultura*, de Roset; e *O Consorcio das flôres*, epistola de Lacroix; d'este trabalho penosissimo e de maxima responsabilidade, se sahiu Bocage brilhantemente, e é uma das corôas mais viçosas da sua gloria de poeta. Além dos poemas francezes, traduziu varios poetas latinos e italianos. Em 1791 publicou o 1.º volume das suas *Rimas*, os *Queixumes do pastor Elmano, e os Idyllios maritimos*. Em 1799 publicou o 2.º tomo das *Rimas*, e em 1804, o 3.º. Em 1805 declarou-se-lhe a doença, a que devia de succumbir. Ainda n'esse anno publicou *Os improvisos* e os *Novos improvisos*, escriptos já durante a enfermidade. Os ultimos cinco annos, que precederam a sua morte, fôram bem dolorosos para o infeliz poeta, agitados de terrores e anciedades, vendo-se pobre e doente. Tinha um grande amigo, o dono do café das *Parras*, no Rocio, José Pedro da Silva, conhecido pela alcunha do *José Pedro das Luminarias*, que tinha por elle como que adoração, e que na sua doença muito auxiliou com donativos pecuniarios e promovendo-lhe a venda de livros, concorrendo tambem com as despezas do funeral. Aquelle café tornara-se notavel, por se reunirem alli habitualmente os poetas, pelas discussões e disturbios, n'um gabinete reservado, que intitulavam o *Agulheiro dos sabios*. Fôra este o periodo mais frisante da vida de Bocage, improvisando em outeiros, em saraus, em partidas, com uma desenvoltura de costumes que muito concorreram, talvez, para lhe abreviar a existencia. Quando

o pae do poeta falleceu, veiu para Lisboa sua irmã, D. Maria Francisca, e na companhia do irmão viveu n'uma pobre casa da travessa de André Valente, até que a morte lh'o roubou. Alguns dos seus inimigos se reconciliaram com elle, assistindo-lhe aos ultimos momentos; Curvo Semedo, e até o proprio José Agostinho de Macedo, que mais o aggredia com o seu genio maldizente e invejoso. Em 15 de setembro de 1865, quando se completava o centenario do nascimento do poeta popular foi apresentado nas salas do Club Fluminense do Rio de Janeiro, uma proposta, por José Feliciano de Castilho para se lhe erigir um monumento. Abriu-se logo uma subscripção para esse fim, sendo as quantias recebidas depositadas n'uma casa commercial. Pouco depois, deu-se na praça do Rio de Janeiro, uma violenta crise, e perdeu-se grande parte do dinheiro, salvando-se apenas uma pequena parte. José Feliciano de Castilho, apezar d'essa contrariedade, não desanimou, e vindo a Portugal, conseguiu realisar o seu patriotico pensamento. A 22 de novembro de 1871 a camara municipal de Setubal collocava a primeira pedra no monumento, que foi inaugurado á 21 de dezembro seguinte. Em 1868 a referida camara tinha já mandado collocar uma lapide commemorativa na casa onde nascera o grande poeta. *(V. Setubal.)* Para a biographia do poeta póde consultar-se o seguinte: *Memorias sobre a vida de Manuel Maria Barbosa de Bocage*, por Antonio Maria do Couto; *Vida de M. M. B. du B.* por José Maria da Costa e Silva, no tomo IV das *Poesias* publicadas por Marques Leão; *Biographia*, que Rodrigo Felner publicou em 1846, no *Panorama*, vol. IX; *Noticia da vida e obras de M. M. de B. du B.*, por José Feliciano de Castilho; *Memoria biographica e litteraria ácerca de M. M. de B. du B.*, de Rebello da Silva, e tambem no *Estudo biographico e litterario*, na edição completa das *Poesias* de Bocage, feita em 1853, e no tomo X do *Panorama*, do mesmo anno. *Os documentos para a biographia de M. M. de B. du B.* por F. N. Xavier, no *Archivo Universal; Bocage*, por Theophilo Braga, etc.

Barbosa du Bocage *(Manuel Maria) Bibliographia: Elegia que o mais ingenuo e verdadeiro sentimento consagra á deploravel morte do ill.mo e ex.mo sr. D. José Thomaz de Menezes*, etc., *seu autor M. M. B. B.*, Lisboa, 1790; *Queixumes do pastor Elmano contra a falsidade da pastora Urselina; ecloga*, Lisboa, 1791; *Idyllios maritimos recitados na Academia das Bellas Letras de Lisboa, pelo socio M. M. de B. du B.*, Lisboa, 1791; 2.ª edição em 1821; e 3.ª em 1825; *Rimas de Manuel Maria de Barbosa du Bocage*, tomo I, 1791; *Segunda edição correcta e augmentada*, Lisboa, 1800; 3.ª edição, 1806, 4.ª edição, em 1834; *Eufemia ou o triumpho da religião: drama de Mr. de Arnaud, traduzido em versos portuguezes*, Lisboa, 1793; *Nova edição*, Rio de Janeiro, 1811; novamente impressa em Lisboa, em 1819, em 1825 e 1832; anda tambem no tomo IV das *obras poeticas; Elogio poetico á admiravel intrepidez, com que em domingo 24 de Agosto de 1794 subiu o capitão Lunardi no balão aerostatico*, Lisboa, 1794; *As chinellas de Abu-Casem, conto arabico*, Lisboa, 1797; *Historia de Gil Braz de Santilhana, traduzida em portuguez, tomo I*, Lisboa, 1798; 2.ª edição, idem, 1800, com os tomos II, III e IV. O tomo I e a continuação até pag. 116 do tomo II, fôram vertidas por Bocage; o resto até ao fim da obra, é traducção de Luiz Caetano de Campos; *Rimas de M. M. de B. du Bocage, dedicadas á amizade; tomo II*, Lisboa, 1799; 2.ª edição, 1802; 3.ª, em 1813, 4.ª edição, não se sabe a data, e a 5.ª em 1843; *Os Jardins, ou a arte de aformosear as paizagens: poema de Mr. Delille, traduzido*, etc., Lisboa, 1800; reimpresso no Rio de Janeiro, em 1812; *Canto heroico sobre as façanhas dos portuguezes na expedição de Tripoli: por José Francisco Cardoso, traduzido*, etc., Lisboa, 1800; reimpresso no Rio de Janeiro em 1811; *Elegia a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, traduzida do latim de José Francisco Cardoso*, Lisboa, 1800; *Elogio aos faustissimos annos do serenissimo Principe Regente nosso senhor*, Lisboa, 1801; *As Plantas: poema de Ricardo Castel, traduzido*, etc., Lisboa, 1801, com estampas e o original francez em frente; reimpresso no Rio de Janeiro em 1811, e depois em Lisboa, em 1813; *O consorcio das Flôres: epistola de Lacroix a seu irmão, traduzida*, etc., Lisboa, 1801, com estampas e o texto latino; reimpresso no Rio de Janeiro, 1811, e depois em Lisboa, 1813; *Aos annos faustissimos do serenissimo Principe Regente de Portugal (Elogio): composto por M. M. de B. du Bocage, e dedicado por Simão Thaddeo Ferreira*, Lisboa, 1802; *Elegia á morte de Anselmo José da Cruz Sobral;* sahiu com outras poesias de diversos autores n'um folheto, com o titulo: *Eccos saudosos ouvidos na capital portugueza, na passagem a melhor vida do ill.mo conselheiro, etc., recolhidos, e offerecidos a seu illustre filho*, Lisboa, 1802; *Galathéa: novella pastoril, imitada de Cervantes por Florian, e traduzida em portuguez*, etc., Lisboa, 1802; reimpressa em 1816, e depois no Rio de Janeiro, em 1836; *Rogerio e Victor de Sabran, ou o tragico effeito do ciume; traduzido*, etc., Lisboa. 1802, reimpressa em 1806, e depois em 1819; *Epicedio na sentida morte do ill.mo e ex.mo sr. D. Pedro José de Noronha, marquez de Angeja, etc., offerecido ao ill.mo e ex.mo sr. conde de Villaverde*, Lisboa, 1804; *Poesias de M. M. de B. du Bocage, dedicadas á ill.ma e ex.ma sr.ª Condessa de Oyenhausen, tomo III*, Lisboa, 1804; 2.ª edição, 1806, 3.ª, não se sabe a data; e 4.ª em 1842; *Magoas amorosas de Elmano: idyllio*, Lisboa, 1805; reimpresso em 1821, e em 1824; *A gratidão: elogio dramatico, para recitar Claudina Rosa Botelho no dia do seu beneficio*, Lisboa, 1805; *A saudade materna: idyllio*, Lisboa, 1805; *Improvisos de Bocage na sua mui perigosa enfermidade, dedicados aos seus bons amigos*, Lisboa, 1805; reimpresso no Rio de Janeiro, em 1810; *Collecção dos novos improvisos de Bocage na sua molestia, com as obras que lhe fôram dirigidas por varios poetas nacionaes: dedicada ao seu benefico amigo o sr. Marcos Aurelio Rodrigues*, Lisboa, 1805; *A virtude laureada: drama recitado no theatro do Salitre, composto e dirigido ao rev.mo P. M. Fr. José Marianno da Conceição Velloso*, etc., Lisboa, 1805; *Ericia, ou a Vestal; tragedia traduzida*, etc., Lisboa, 1805, reimpressa no Rio de Janeiro, 1811, novamente em Lisboa, 1815 e em 1825; *Armia: idyllio*, Lisboa, 1806, seguido da ode o *Desengano;* reimpresso em 1824; *Obras poeticas de M. M. de B. du Bocage, precedidas de um discurso sobre a vida e escriptos d'este poeta, por José Maria da Costa e Silva, tomo IV*, Lisboa, 1812; 2.ª edição, com a indicação de *muito mais*

correcta, 1820; *Verdadeiras inéditas, obras poeticas de M. M. de B. du Bocage, tomo IV, e 1.º de suas obras posthumas*, Lisboa, 1813; reimpresso, em 1835; 4.ª edição em 1843; *Obras poeticas de M. M. de B. du Bocage*, etc, *tomo V*, Lisboa, 1813; ha 2.ª edição, em 1822; *Verdadeiras ineditas, obras poeticas*, etc., *tomo VI e 2.º das obras posthumas*, Lisboa, 1814; este volume foi disposto e coordenado para a impressão por Pato Moniz; além das poesias, contem a traducção da comedia *O Ralhador*, de Brueys e Palafrat, em prosa; 2.ª edição. 1831; *Raymundo e Marianna: novella hespanhola, traduzida do francez*, etc, Lisboa, 1819; *O casamento por vingança, novella traduzida*, etc., Lisboa, 1820; reimpressa, em 1828; *Á morte de Ignez de Castro, cantata*, Lisboa, 1824; é transcripta do que anda no tomo II das *Rimas* do autor; *Medéa ou a vingança, cantata*, Lisboa, 1826, tambem transcripta como a anterior; *Descripção do Diluvio*, Lisboa, 1826; egualmente extrahida do tomo II das *Rimas*; *Poesias escolhidas de M. M. de B. du Bocage*, Lisboa, 1835; *Pena de talião, satyra a José Agostinho de Macedo*, Lisboa, 1838; edição bastante incorrecta, por ser feita sobre a que primeiro apparecera da mesma satyra, inserta no *Investigador Portuguez*, vol. IV, em 1812; *Poesias satyricas inéditas de M. M. de B. du Bocage, colligidas pelo professor de grego Antonio Maria do Couto*, etc., 2.ª *edição correcta e augmentada*, Lisboa, 1840; *Quadras, mottes, improvisos, decimas e colchêas glosadas*, etc., *por M. M. de B. du Bocage*, Lisboa, 1812; *Obras poeticas de M. M. de B. du Bocage*. etc,. tomo VI e e 3.º das *Obras posthumas*, Lisboa, 1842; *A estancia do fado, elogio dramatico, para recitar-se no real theatro de S. Carlos no dia natalicio da ex.ma sr.ª D. Maria Thereza, em beneficio de Victorino José Leite, Antonio Manuel Cardoso e João Anacleto de Sousa*, Lisboa, 1787; Em 1853, Innocencio Francisco da Silva fez uma nova edição de todas as obras, reunindo as que estavam impressas, em edições repetidas, n'uma variedade de folhetos e livros irregulares e mal correctos, e algumas poesias ainda não colligidas; esta edição sahiu com o seguinte titulo: *Poesias de Manuel Maria de Barbosa du Bocage, colligidas em nova e completa edição dispostas e annotadas por I. F. da Silva, e precedidas de um estudo biographico e litterario sobre o poeta, por L. A. Rebello da Silva*, Lisboa, 1853, com um retrato do poeta, copiado da gravura original de Bartholozzi, 6 tomos; *Poesias eroticas, burlescas e satyricas de M. M. de Barbosa du Bocage, não comprehendidas na edição que das obras d'este poeta se publicou em Lisboa, no anno passado de 1853*, Bruxellas, 1854; localidade supposta, como é facil de crêr; nas mesmas circumstancias se fez outra edição em 1860; d'este volume tambem houve uma *contrafacção* na Bahia em 1861, egualmente clandestina. *Poesias selectas de Manuel Maria de Barbosa du Bocage*, colligidas e annotadas por J. S. da Silva Ferraz. e precedidas de um esboço biographico por J. V. Pinto de Carvalho, Porto, 1864, com o retrato: *Obras poeticas de Bocage*, nova edição, Porto, 1875-1876, 8 tomos; o ultimo contém a vida do poeta e a apreciação da sua epoca litteraria, por Theophilo Braga. Com a collaboração de Ignacio Ribeiro Soares, compoz: *Lizia libertada ou a Gallia subjugada*, elogio dramatico á restauração da côrte e reino de Portugal, solemnisada a 15 de setembro; composto por Manuel Maria de Barbosa du Bocage e Pedro Ignacio Ribeiro Soares. Ampliado por Alexandre José Victor da Costa Sequeira. Copiado aos 31 de março de 1818. No tomo 16 do *Diccionario bibliographico*, a pag. 412, dá-se nota d'este manuscripto, dizendo que a letra parece ser do ampliador Alexandre Sequeira, e pertence ás collecções do sr. Manuel de Carvalhaes.

Barbosa de Brito *(Bento)*. Presbytero do habito de S. Pedro. N. em Braga a 22 de março de 1696, fal. a 2 de junho de 1739. Era filho de Manuel Barbosa e de Jeronyma de Brito. Foi muito inclinado ao estudo da genealogia. Escreveu: *Illustrações, e Addições ao Nobiliario do abbade de Ermeriz, João Alvares*, corroborando esta obra, que ficou inédita, com documentos novos, e accrescentando o 5.º tomo com um indice.

Barbosa de Carvalho *(Tristão)*. Bacharel formado em theologia pela Universidade de Coimbra. Natural de Condeixa, fal. em Lisboa a 12 de julho de 1632. Foi familiar da casa da infanta D. Izabel, mulher do infante D. Duarte. Escreveu: *Peregrinação christã, que contém um epilogo das obras de Deus Nosso Senhor, desde a Creação dos Anjos, do mundo, do homem, da vida, paixão e morte do Redemptor, e da Virgem Senhora Nossa: com a predestinação e signaes das Predestinadas, até a triumphante e celestial cidade de Jerusalem*, Lisboa, 1620; 2.ª e 3.ª edição, 1674 e 1709; houve ainda 4.ª edição, publicada em 1744, com privilegio por dez annos, a qual foi dedicada pelo editor ao cardeal Nuno da Cunha e Athaide, inquisidor-geral, do conselho de Estado, etc.; *Meditacion del pecador convertido a Dios en que está el ramilhete del alma, y jardin del Cielo*, Lisboa, 1613; dedicada a D. Fr. Aleixo de Menezes, arcebispo de Braga.

Barbosa Collen *(José Augusto)*. V. *Collen*.

Barbosa de Crasto *(João)*. Poeta considerado. Era natural de Lisboa O seu nome foi muito respeitado entre os maiores cultores de poesia, no seculo XVIII. Escreveu *Quatro sonetos*, que são o 25, 60, 61 e 64, entre os que se imprimiram em Lisboa no *Certame do conde de Linhares*

Barbosa Leão *(José)*. Cirurgião medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto, doutor na faculdade de medicina, da Belgica, deputado, etc. N. em Parada, concelho de Paredes, a 15 de outubro de 1818, fal. no Porto, na casa de saude do medico Ferreira, a 13 de novembro de 1888. Era filho de Luiz Barbosa Leão, agricultor e proprietario. Em 1841 entrou para o exercito, onde serviu em differentes corpos. Quando se organisou a Junta do Porto, nas luctas civis de 1846, estava de licença em casa, porém, patuleia de coração e enthusiasta por Manuel Passos, não pôde resistir a apresentar-se á junta, sendo então collocado como cirurgião-mór no regimento n.º 2, que depois foi o regimento n.º 18. Seguiu com a divisão do conde das Antas em direcção a Lisboa; aprisionado em Torres Vedras, foi recolhido a bordo da fragata *Diana*, onde esteve seis mezes. Restituido á liberdade, desenganado de que os seus ideaes politicos vinham ainda distantes, retirou-se com licença para o Brazil. Depois d'uma demora de anno e meio, voltou á Europa, e esteve na Belgica, onde tomou o grau de doutor em medicina. Regressando a Portugal, e reintegrado no seu posto, foi em 1856 nomeado secre-

tario geral para Moçambique. Era então governador d'aquella provincia o general Vasco Guedes de Carvalho e Menezes, e com elle collaborou intelligente e zelosamente na administração d'aquelle nosso dominio ultramarino, de que publicou importantes relatorios. Em 1860, sendo nomeado governador geral de Angola o conselheiro Sebastião Calheiros, Barbosa Leão foi escolhido para seu secretario, logar que desempenhou até principios do anno de 1863. Deputado por um dos circulos do ultramar, e jornalista distincto, redigiu o *Leiriense*, que começou em 1853 ou 1855. Fundou depois, em 1858, de sociedade com Antonio Rodrigues da Cruz Coutinho, o *Jornal do Porto*, de que tambem foi director e redactor principal, tendo por companheiro na redacção o actual chefe do partido progressista, o sr. José Luciano de Castro. Vindo mais tarde residir na capital, fundou em 1864, um novo periodico, intitulado *Jornal de Lisboa*, cedendo depois sociedade a Carlos José Barreiros, antigo jornalista e inspector geral dos incendios, que por fim veiu a ficar com a propriedade exclusiva do jornal. A respeito da administração das colonias ultramarinas, além dos jornaes em que era redactor effectivo, publicou artigos no *Braz Tizana* e em outros. Abandonando mais tarde o jornalismo e a politica, retirou-se para a sua casa proximo do Porto, entregando-se aos estudos predilectos, que lhe prendiam toda a attenção, ácerca da lingua portugueza, dando ao prélo, já em jornaes, já em publicações separadas, escriptos de *propaganda sónica*. Em 11 de junho de 1884 recebeu a reforma de cirurgião de divisão. A sua morte foi muito sentida, especialmente no Porto. Seu irmão, conego de Cedofeita, Manuel Barbosa Leão, reuniu n'um folheto todos os artigos publicados nos jornaes da epoca, acompanhados d'algumas cartas e d'um esboço biographico do fallecido; este folheto tem por titulo: *Cartas e publicações relactivas ao fallecido dr. José Barrosa Leão, que, em memoria do seu saudoso irmão, beuniu e mandou imprimir*, Porto, 1889. Escreveu: *Reflexões ácerca da indemnisação das preterições soffridas pelos officiaes progressistas*, Porto, 1858; reproducção de varios artigos, insertos com referencia ao assumpto indicado, no *Nacional*, do Porto, n.ºs 277, 279 e 280, todos do referido anno; *Representação que varios subscriptores portuguezes da* «Tutelar» *dirigiram ao governo de sua magestade catholica, a qual foi apresentada na reunião celebrada n'esta cidade no dia 12 de agosto e unanimamente approvada*, Porto, 1867; *Questão colonial*, serie de artigos publicados no *Jornal de Lisboa*, a começar em janeiro de 1867; *Analyse do orçamento ou a questão financeira resolvida*, de pag. 211 a 338 vem uma circumstanciada analyse do orçamento do ministerio da guerra, acompanhada de differentes alvitres ou propostas tendentes a reduzir sensivelmente as despezas dos differentes estabelecimentos e repartições dependentes do referido ministerio, Porto, 1868; *Considerações sobre a orthographia portugueza, memoria offerecida ao ill.mo e ex.mo sr. conselheiro Antonio Rodrigues Sampaio, ministro e secretario de estado dos negocios do reino*, Porto, 1875; sem o nome do autor; *Colèção de estudos e documentos a favor da reforma da ortografia em sentido sónico*, Lisboa, 1878; n'esta collecção inclue o autor o anterior folheto *Considerações*, etc., que publicara anonymo, e o parecer da commissão ortographica do Porto, da qual fôra relator; *A academia real das ciencias de Lisboa e a comição de reforma ortografica do Porto*, 1879. A este respeito veja-se: *Parecer apresentado á Academia Real das Sciencias de Lisboa sobre a reforma orthographica proposta pela commissão da cidade do Porto*, Lisboa, 1879; foi assignado por Pinheiro Chagas, Couto Monteiro e Latino Coelho, relator. Escreveu mais: *O futuro de Portugal*, etc., Porto, 1881. N'esta obra o autor confessa francamente a sua adhesão á alliança economica das duas nações da peninsula iberica; antevê depois d'isso a possibilidade d'uma alliança defensiva e accentúa que, sem essa alliança, «Portugal está condemnado a vir formar á direita da Galliza na linha das provincias de Hespanha, sendo ao mesmo tempo o seu dominio colonial pela Inglaterra.»

Barbosa Leão *(José)*. Cirurgião medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto. N. a 6 de novembro de 1850, filho de José Barbosa Leão, natural de S. Romão de Mouriz, districto do Porto. Defendeu these a 21 de julho de 1878. Foi nomeado cirurgião ajudante a 23 de outubro do referido anno para um dos regimentos de artilharia. Publicou a sua these, intitulada: *Do tratamento consecutivo ás grandes operações*, Porto, 1873.

Barbosa Leão *(Manuel)*. Bacharel formado em theologia pela Universidade de Coimbra, conego e thesoureiro-mór da collegiada de Cedofeita. Era irmão do dr. José Barbosa Leão. Juntamente com D. Francisco Correia de Lacerda, D. Prior de Cedofeita, escreveu e publicou: *Historia da antiquissima e santa egreja, hoje insigne collegiada de S. Martinho de Cedofeita, e da origem dos seus bens*, Porto, 1871. Tem no fim os documentos comprovativos.

Barbosa Machado *(Diogo)*. Presbytero secular, abbade de Sever, no concelho de Santa Martha de Penaguião, bispado do Porto, escriptor e distincto bibliophilo. N. em Lisboa a 31 de março de 1682, onde tambem falleceu a 9 de agosto de 1772. Era filho segundo do capitão João Barbosa Machado, e de sua mulher D. Catharina Barbosa, irmão de D. José Barbosa (V. *este nome*) e de Ignacio Barbosa Machado. Estudou com os padres da Congregação do Oratorio, e em 1708 matriculou-se na Universidade de Coimbra, na faculdade de direito canonico, mas não proseguiu por motivo de grave doença. Depois de obter um beneficio simples na egreja de Santa Cruz de Alvarenga, do bispado de Lamego, concedido pelo bispo d'aquella diocese, D. Nuno Alvares Pereira de Mello, recebeu ordens de presbytero, a 2 de julho de 1724, conferidas pelo bispo de Tagaste D. Manuel da Silva Francez, provisor e vigario geral do arcebispado de Lisboa. A 4 de novembro de 1728 foi collado abbade da egreja de Santo Adrião de Sever, por nomeação do marquez de Abrantes, D. Rodrigo Annes de Sá e Almeida. Quando se fundou a Academia Real de Historia, ficou Diogo Barbosa Machado incluido em o numero dos seus primeiros 50 socios, e como tal escreveu as *Memorias do reinado de D. Sebastião, de D. Henrique, Filippe I, II, e III*, 3 volumes *in folio*, obra de grande merecimento. A' custa de muitos sacrificios e despezas conseguiu reunir uma copiosa e selecta livraria de alguns milha-

res de volumes, em que principalmente se encontravam os livros mais raros, pertencentes á historia patria, e grande quantidade de opusculos avulsos e noticias do mesmo genero colligidas em mais de 100 tomos de folio pequeno. Havia tambem 2 tomos de formato maximo, contendo 690 retratos de reis, principes e infantes de Portugal; 4 tomos da mesma fórma, contendo 1:380 retratos de portuguezes celebres, e mais um tomo exclusivamente formado de cartas e mappas geographicos do reino e suas conquistas. Todas estas preciosidades fôram por elle offerecidas a el-rei D. José, que as fez depositar no paço, para com ellas compensar a perda da antiga bibliotheca régia consumida no terremoto de 1755. Transportadas depois para o Brazil, em 1807, por occasião da retirada da familia real, constituem ainda hoje a maior parte do fundo primitivo da bibliotheca publica do Rio de Janeiro. Para a biographia de Diogo Barbosa Machado póde vêr se o que elle proprio escreveu na *Bibliotheca Lusitana*, 1.º volume pag. 634, e 4.º, pag. 95; e um pequeno folheto, intitulado: *Oração funebre nas exequias do Reverendo Sr. Diogo Barbosa Machado, Abbade Reservatario da egreja de Santo Adrião de Sever, etc.,... celebradas na ermida de N. S.ª da Conceição no sitio de Rilhafolles, em o dia 9 de Septembro de 1772*, Lisboa, 1773. Escreveu: *Conta dos seus estudos academicos, recitada no Paço a 7 de Septembro de 1722*, sahiu no tomo II da *Collecção dos Documentos e Memorias* da *Academia de Historia; Conta dos seus estudos, etc., em 22 de outubro de 1724; em 22 de outubro de 1726; em 7 de setembro de 1727; em 7 de setembro de 1731;* publicadas na mesma collecção nos tomos IV, VII, e XI; *Elogio funebre do beneficiado Francisco Leitão Ferreira, recitado no Paço, a 31 de março de 1735*. Lisboa, 1735; *Memorias para a Historia de Portugal, que comprehendem o governo d'el-rei D. Sebastião, unico do nome, desde o anno de 1554 até o de 1561*, tomo I, Lisboa, 1736; tomo II *(desde 1561 até 1567)*; Lisboa, 1737; tomo III, *(desde 1567 até 1574)*; Lisboa, 1747: tomo IV, *(desde 1574 até 1579)*, Lisboa, 1751; todos os 4 tomos trazem a estampa commum a todos os frontispicios das obras da Academia, gravada por Francisco Vieira Lusitano, além d'isso, são adornadas de vinhetas analogas ao assumpto, gravadas por Debrie, e no tomo I ha o retrato de D. Sebastião, pelo mesmo Debrie; estas *Memorias*, escriptas com grande erudição, contéem egualmente muitos documentos notaveis e até então inéditos; *As verdades principaes e mais importantes da fé, e da justiça christã, explicadas clara e methodicamente segundo a doutrina da Escriptura, dos Concilios e dos Padres e Doutores da Egreja, etc., traduzido do italiano de Monsenhor Dandini*, Lisboa, 1729; sahiu sem o nome do traductor; *Relação das solemnes exequias pelos Padres da Congregação da Missão, em 25 e 26 de outubro de 1750, á saudosa memoria d'el-rei D. João V, seu augusto fundador*, Lisboa, 1750; sahiu sem o seu nome; as inscripções latinas, medalhas e emblemas que ornaram a egreja n'esta solemnidade, fôram compostas pelo autor da *Relação*; *Piis manibus Excellentissimi D. Antonii Aloysii de Sousa Marchionis das Minas, Comitis do Prado, Serinissimis Lusitaniæ Regibus Petro II, & Joanni V à Sanctioribus Consiliis, in Provincia Transtagana armorum Præfecti, & Augustissimæ Reginæ Stabulis summi Præpositi Epitaphium;* sahiu no tomo VI das *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, Lisboa, 1748. Consta de um largo elogio lapidario. Publicou-se tambem: *Carta Exhortatoria aos Padres da Companhia de Jesus da provincia de Portugal*, sem logar nem anno. Diz-se que foi impressa em Amsterdam, e nos fins do anno de 1754, ou principios de 1755. Esta carta, em que o seu autor guardou cuidadosamente o anonymo, foi composta em defeza dos padres da Congregação do Oratorio, e contra os jesuitas, na guerra doutrinal e litteraria que estas corporações traziam entre si, á qual vieram dar novo incremento os escriptos de Luiz Antonio Verney, e os mais que por aquelles tempos appareceram. Barbosa absteve-se de a mencionar na relação das suas obras no tomo IV da *Bibliotheca Lusitana*, mas consta de testemunhos irrefragaveis, ser elle o autor. Os exemplares d'este opusculo, por motivos que se desconhecem, fôram todos sequestrados e supprimidos á entrada do reino, escapando tres, segundo consta. Contra esta carta escreveu e publicou o erudito Francisco de Pina e Mello uma *Resposta compulsoria*, que a seu turno foi obrigado a supprimir annos depois, quando os jesuitas, cuja defeza elle tomava com muito interesse, fôram proscriptos e expulsos do reino. A obra mais importante de Barbosa Machado, é sem duvida a *Bibliotheca Lusitana*, já por tantas vezes citada n'este *Diccionario*. Compõe-se de 4 tomos, publicados em Lisboa: o 1.º em 1741, com o titulo seguinte: *Bibliotheca Lusitana, Historia, Critica, e Chronologica, na qual se comprehende a noticia dos autores portuguezes, e das obras que compozeram desde o tempo da promulgação da Lei da Graça, até o tempo presente; offerecida á Augusta Magestade de D. João V, nosso senhor;* traz o retrato, do autor, e comprehende, além do prologo, licenças elogios, etc., as letras A a E; o 2.º tomo, em 1747; tem egual titulo, sendo *offerecido ao Ex.mo e Rev.mo Sr. D. Fr. José Maria da Fonseca e Evora, Bispo do Porto, do Conselho de Sua Magestade;* comprehende as letras F a I. Houve quem extranhasse que, tendo sido o primeiro tomo dedicado a el-rei, fôsse o segundo ao bispo do Porto, e quer por conselho d'amigos, ou por ordem ou insinuação superior, o autor teve de mandar arrancar a todos os exemplares o rosto e a dedicatoria, e substituil-os por novos frontispicios: esta substituição foi feita com tanto cuidado e diligencia, que é raro encontrar um segundo tomo da *Bibliotheca*, com a dedicatoria ao bispo do Porto; o 3.º tomo, em 1752, e comprehende as letras L a Z; o 4.º tomo, em 1758, contém addições, illustrações e emendas aos tres primeiros, e os indices geraes de todos.

Barbosa Machado *(Ignacio)*. Doutor em direito civil pela Universidade de Coimbra, desembargador da Relação do Porto, ministro do Tribunal da Legacia, chronista geral do Ultramar, etc. N. em Lisboa a 23 de novembro de 1686, fal. na mesma cidade a 28 de março de 1776. Era filho de João Barbosa Machado, e de D. Catharina Barbosa, irmão mais novo de D. José Barbosa e de Diogo Barbosa Machado. Depois de estudar philosophia na Congregação do Oratorio, em que defendeu conclusões publicas, foi matricular-se na Universidade de Coimbra, onde se applicou ao estudo de Jurisprudencia Civil,

em cuja faculdade se formou em 1716. Depois foi despachado juiz de fóra, de Almada, passando mais tarde a exercer o mesmo cargo na cidade da Bahia. Regressando ao reino, teve a nomeação de provedor da comarca de Setubal. Casou com D. Marianna de Menezes e Aragão; por morte d'esta senhora, preferiu entregar-se á vida ecclesiastica, e recebeu ordens de presbytero, a 21 de dezembro de 1734. Foi desembargador da Relação do Porto, por decreto de D. João V, passado a 3 de julho de 1748; chronista geral de todas as provincias ultramarinas, por decreto de el-rei D. José, passado a 21 de outubro de 1752, e collector de todos os regimentos, leis, ordens, que se expediam para bem da fazenda, e justiça a todas as provincias ultramarinas d'esta corôa, por decreto de 9 de outubro de 1753; ministro do tribunal da Legacia, e academico da Academia Real de Historia. Escreveu: *Panegyrico historico do serenissimo sr. infante D. Manuel, em que se descrevem as gloriosas acçoens que tem obrado na paz e na guerra, depois que sahio do Reyno de Portugal até o fim da victoriosa Campanha de Hungria do anno passado de 1716, e de como foy tratado em diversas Cortes da Europa*, Lisboa, 1717; *Noticia da Entrada publica, que fez na Côrte de Pariz em 18 de Agosto de 1715 o ex.mo Conde da Ribeira Grande, D. Luiz Manuel da Camara*, Lisboa, 1716, sem o nome do autor; *Panegyrico á immortalidade do Ex.mo sr. Manuel Carlos de Tavora, conde de São Vicente, do Conselho de S. Magestade, e general de Batalhas da Armada Real, &c, em que se louvão as gloriosas acçoens do seu animo, e se relata a insigne Victoria naval, que alcançou dos Turcos nos mares da Grecia*, Lisboa, 1718; sahiu com o nome de Valeriano da Costa Freire; *Nova relação das importantes victorias, que alcançarão as armas portuguezas na India, e da gloriosa paz que se ajuston com alguns de seus inimigos, logo que chegou o vice rei do Estado, o Ex.mo D. Luiz de Menezes, quinto Conde da Ericeira, primeiro marquez do Louriçal*, Lisboa, 1742; sahiu com o nome de Jacinto Machado de Sousa; *Pratica recitada no Paço a 9 de Dezembro de 1734, com que congratulou a Academia Real de ser eleito seu Collega*; sahiu no tomo XIII da *Collecção dos Documentos da Academia Real*, de 1734; *Fastos Politicos e Militares da antigua e nova Lusitania, em que se descrevem as acçoens memoraveis, que na paz, e na guerra obrarão os Portuguezes nas quatro partes do mundo; tomo I*, Lisboa, 1745; eram distribuidos por mezes, á semelhança do *Anno historico*, do Padre Francisco de Santa Maria, excluindo, porém, tudo o que especialmente dizia respeito ás cousas ecclesiasticas em harmonia com o titulo adoptado; o 1.º tomo comprehende os mezes de janeiro e fevereiro; do segundo, não consta que se imprimisse mais de 280 pag., que chegam sómente a 19 de março. A publicação d'esta obra occasionou grande polemica entre o seu autor e o continuador do *Anno historico* o Padre Lourenço Justiniano da Annunciação (V. *Annunciação*), terminando afinal com a obra de Barbosa Machado, que tem por titulo: *Vindicias Apologeticas contra o Prologo Anti-critico que escreveo o Padre Doutor Lourenço Justiniano da Annunciação, Conego Secular do Evangelista, impugnando a Dissertação e Appendix dos* «Fastos politicos e militares da Lusitania,» Paris, 1760. Escreveu mais: *Relação da enfermidade, ultimas Acçoens, Morte e Sepultura do Muito Alto e Poderoso Rey e Senhor D. João V, o pio, magnanimo, pacifico, justo, religioso, e por declaração pontificia o fidelissimo á Egreja Romana*, Lisboa, 1750; sahiu com as iniciaes D. I. B. M. D. P. A. A. R., que parece quererem dizer Doutor Ignacio Barbosa Machado, Desembargador do Porto, Academico da Academia Real; *Historia Critico Chronologica da Instituição da Festa, Procissão, e Officio do Corpo Santissimo de Christo no Veneravel Sacramento da Eucharistia... Mostra-se uma distincta e panegyrica relação da magnificencia, ornato e sumptuosos edificios, com que n'esta côrte de Lisboa, por ordem de Sua Magestade, celebraram os ecclesiasticos e seculares em 8 de Junho n'este anno de 1719*, Lisboa, 1759. O autor dá no prologo a razão da estranheza que poderia causar a serodia impressão d'esta obra, escripta 40 annos antes. É uma bella edição, feita com esmero pelo typographo Ameno, e d'ella se tiraram alguns exemplares em papel de grande formato. Ainda publicou: *Theatro Historico, Universal, e Chronologico de todas as Provincias Ultramarinas do nosso Reino, ou Annaes Ecclesiasticos, Politicos e Militares de Africa, Asia, e America portugueza, dividido em quatro volumes*. O autographo d'esta obra, que ficou inédita, dizem, que existe na Bibliotheca Nacional de Lisboa. Tambem em manuscripto, deixou: *Descripção Topographico-Architectonica do famoso, e magnifico Aqueducto, que por ordem do Serenissimo Rey D. João V se erigio e fabricou para condução das salutiferas, e copiosas aguas livres, e de outras fontes a esta grande Côrte, e Cidade de Lisboa; Offerecido ao mesmo Monarca, e por sua ordem escrita em o anno de 1745*. Segundo se lê no tomo X do *Diccionario bibliographico*, a pag. 49, parece que se lhe póde attribuir o seguinte opusculo, publicado com as iniciaes: D. D. I. B. M. S. R. P. C. M. P.: *Crisol critico, balança da verdade e invectiva apologetica, em que se refutam as doutrinas de um papel manuscripto, que de Evora se remetteu a esta côrte; interlocutores um confessor orthodoxo e outro confessor rigorista*, Sevilla, en la imprenta Real, sem anno. Estas indicações devem ser suppostas, porque a obra foi decerto impressa em Lisboa, pelos annos de 1746. Este papel pertence á *Collecção universal de papeis relativos ao sigillismo*, onde foi reimpresso.

Barbosa Rodrigues *(Francisco Barbosa Rodrigues, 1.º barão de)*. Commendador das ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição; negociante de grosso trato na provincia de Angola; presidente da Associação Commercial da cidade de S. Paulo de Loanda, e algumas vezes presidente da camara municipal da mesma cidade, e membro do conselho do governo geral. N. a 21 d'agosto de 1809, fal. a 4 de setembro de 1875. Era filho de Lourenço José Vieira e de D. Maria do Carmo Barbosa. Casou em 1867 com D. Maria das Dores Alves Barbosa, filha de José Maria Alves e de D. Jacinta do Carmo. O titulo de barão foi-lhe concedido por decreto de 1 de abril de 1872 e carta de 15 de abril de 1875. A sua viuva passou a segundas nupcias em 1877, na cidade de Loanda, com Miguel de Sant'Anna Pereira de Mello, e por tal motivo perdeu o direito a usar do titulo do seu primeiro marido, visto não se lhe haver concedido alvará de confirmação do titulo e hon-

ras de baroneza de Barbosa Rodrigues, sem embargo de haver passado a segundas nupcias, como é de antigo estylo e praxe da côrte, sempre observado com senhoras titulares, em eguaes circumstancias, quando as honras do titulo lhe provieram pelo marido.

Barbote. Peça da armadura que cobria a barba. Tinha tambem os nomes de *babeira* e de *barbeira*. V. *Armadura*.

Barbuda. Familia illustre de Portugal, que tem por brazão, em campo de ouro nove lisonjas verdes, veiradas de prata e vermelho, tendo por timbre um urso branco nascente entre duas pennas de pavão de verde e de ouro. Não se deve confundir com o brazão dos Barbudos. Na *Nobiliarchia portugueza* de Villas Boas, a pag. 239, da edição de 1676, diz que as armas são, em campo de ouro nove lisonjas veiradas e contraveiradas de prata e vermelho, cada tres em faxa; timbre um urso nascente, de preto, com duas pennas de pavão de verde e ouro.

Barbuda *(Affonso Leão de)*. Secretario do celebre vice-rei da India, D. Luiz de Athaide, que o mandou á Africa Oriental procurar as minas de prata do Monomotapa, que fôram por muito tempo o sonho querido dos portuguezes. Affonso Leão de Barbuda cumpriu a sua missão, explorando minuciosamente o interior da Africa, e escrevendo um diario das cousas notaveis que viu, o qual infelizmente ficou manuscripto. D'este diario extrahiu, e communicou ao padre Francisco de Gouveia, provincial da Companhia de Jesus, por este lhe pedir, o que tinha inquerido e observado do martyr veneravel P. Gonçalo da Silveira, cuja relação imprimiu o padre Balthazar, Telles chronista da Companhia, na *Chronica da Provincia de Portugal*, parte 2.ª, livro 4.º, cap. 3.º. Affonso de Barbuda regressou depois a Portugal, onde falleceu a 19 de abril de 1629.

Barbuda *(Antonio Innocencio)*. Poeta mediocre, que viveu no principio do seculo passado. Ha d'elle publicado em Lisboa: *Historia de Anfriso e Retilia: idyllio*, 1819; *O portuguez generoso, ou aventuras de J. e S*, 1820; *Miscellanea util*, em 1821.

Barbuda *(Claudio Lagrange Monteiro de)*. Commendador da ordem de Christo, Cavalleiro das da Torre e Espada, e de N. S.ª da Conceição; capitão do real corpo de engenheiros, e secretario geral do governo da India. N. em Setubal a 25 de novembro de 1803, fal. em Lisboa a 20 de março de 1845. Destinava-se á vida ecclesiastica, mas depois da revolução de 1820, mudou de idéa, e assentou praça em 1821 no regimento de infantaria n.º 7. Matriculando-se na Academia de Marinha, foi o primeiro nomeado no primeiro anno do curso; viu-se, porém, obrigado a interromper os estudos, por causa dos acontecimentos politicos de 1823, e acompanhou o seu regimento para a ilha da Madeira. Tendo militado nos annos de 1826 e 1827, recebeu em 1828 baixa do exercito, pelas suas idéas politicas, e juntamente uma ordem positiva de nunca mais entrar no quartel do corpo a que pertencia. Vendo-se privado de recursos, conservou-se em Lisboa, dando explicações de mathematica, em que pouco ganhava. No memoravel dia 24 de julho de 1833 apresentou-se ao duque da Terceira, e foi logo empregado no deposito que se formou em S. Bento, sob o commando do brigadeiro Carreti, e depois despachado para o corpo de engenheiros, sendo mandado servir na construcção das linhas de defeza de Lisboa, ácerca das quaes escreveu uma memoria historica e descriptiva, que se imprimiu em Gôa, no anno de 1840. Marchou com o exercito liberal para Santarem, assistiu ao combate de Pernes, á batalha de Almoster, e tomou parte muito activa, no resto da campanha até á convenção de Evora Monte. Depois da revolução de setembro, collaborou no *Independente* e no *Constitucional*, jornaes que se publicaram em Lisboa no anno de 1838 e principio do de 1839, sendo proposto pelo governo para deputado, no referido anno de 1838, mas não chegou a ser eleito. Em 1839 foi nomeado secretario geral da India, para onde acompanhou o governador barão de Candal, e quando este general falleceu, fez parte do conselho do governo. Tendo sido accusado de ter promovido a revolta do batalhão provisorio, respondeu a conselho de guerra, em que se justificou completamente. Exonerado do cargo de secretario geral, conservou-se ainda na India até 1843, sendo n'esse periodo de tempo empregado em varias commissões. Collaborou no jornal: *A encyclopedia de Gôa*, onde publicou differentes artigos e imprimiu alguns documentos que estavam inéditos, muito interessantes para a historia do dominio portuguez no Oriente. Voltando a Portugal, escreveu na *Revista Universal Lisbonense*, e ali publicou: *Uma viagem de dual mil léguas*, que mais tarde foi impressa em Gôa, n'um volume, com alguns additamentos. Quando falleceu, andava trabalhando n'uma obra sobre a Asia. Escreveu: *Bibliotheca familiar e recreativa*, Lisboa. D'este jornal, de que foi o principal, senão o unico, redactor, sahiram primeiro 4 volumes, no formato de 8.º pequeno. Em 1837, augmentou-o para 4.º grande annexando-lhe algumas estampas lithographadas, e assim continuou sahindo mais 4 volumes, ficando o ultimo incompleto; n'elle vem muitas poesias sem o nome do autor, que, na maior parte, são do proprio Lagrange; os volumes 1.º e 2.º sahiram em 1835; o 3.º e o 4.º em 1836; depois do formato augmentado, o vol. 5.º 1837; vol. 6.º 1838; vol. 7.º 1839; vol. 8.º 1841. Em 1842 publicou o vol. 9.º com a indicação de segunda serie. Parece que depois da ausencia de Lagrange, o editor Manuel Rodrigues Neves, dono da typographia, onde se imprimiu a *Bibliotheca*, tomou a si a direcção e a coordenação do periodico. Escreveu mais: *Memoria historico-descriptiva das linhas que cobriram Lisboa em 1833, redigida de ordem superior em 1837, por um Official de Engenheiros do Exercito de Portugal*, Pangim, 1840, com 8 mappas illustrativos: *Collecção dos exercicios de Artilharia*, Pangim, 1841; é anonymo, mas attribue-se-lhe este trabalho; *Instrucções com que Elrei D. José I mandou passar ao Estado da India o governador e Capitão general, e o Arcebispo Primaz do Oriente em 1774*, Pangim, 1841; acompanhadas d'uma carta chorographica de todo o territorio portuguez em Gôa, etc.; fôram por elle copiadas e publicadas com varias annotações suas: *Uma viagem de duas mil leguas*; sahiu primeiramente em capitulos successivos na *Revista Universal Lisbonense*, e foi depois impressa posthuma, e *additada com varias notas e esclarecimentos por Filippe Nery Xavier*, Nova Gôa, 1848; *Almanach militar do exercito de Gôa e suas dependencias, ou lista biographica dos officiaes do*

referido exercito, coordenado na secretaria do governo geral com referencia ao 1.º de Agosto de 1842, 1.ª secção, Pangim, 1842; 2.ª *Parte: Officiaes da segunda secção*, idem, 1842. Além dos outros seus trabalhos litterarios, redigiu tambem em Gôa o *Encyclopedico*, jornal litterario quinzenal, que durou desde 30 de junho de 1841 até 30 junho de 1842; redigiu tambem na mesma cidade o *Boletim do Governo*, onde teve de sustentar acaloradas polemicas com o *Pregoeiro da Liberdade*, que pelo mesmo tempo se publicava em Bombaim. No *Mosaico*, tomo I, de 1839, a pag. 52, tambem sahiu o *Elogio de José Dionysio da Serra*, que foi escripto.

Barbuda *(Lopo Fernandes de)*. Nada se sabe d'este escriptor; ignora-se a que familia pertencia, e a terra da sua naturalidade; conhece se, porém, o espirito poetico, que tinha para todo o genero de metrificação, o que bem ficou provado nas seguintes obras: *Triumphos da Cruz, e Palmas Lusitanas; Palma Lusitana das Linhas d'Elvas; Palma Lusitana da Batalha do Ameixial; Palma Lusitana da Batalha de Montes Claros, e Cerco de Villa Viçosa; Entrada DelRey D. Manuel com a Rainha D. Izabel em Castella.*

Barbuda *(Luiz Coelho de)*. Creado da Casa Real. N. em Lisboa, no seculo XVI. Era filho de paes nobres, que o habilitaram para o serviço no paço. Foi muito instruido na lição de historia portugueza, de cuja applicação resultou escrever com estylo laconico e elegante na lingua castelhana, em que era muito perito. Escreveu: *Empresas Militares dos Lusitanos*, Lisboa, 1624; esta obra, escripta em lingua castelhana, é qualificada por Antonio de Sousa de Macedo, nas suas *Excellencias de Portugal*, cap. 14.º, de *livro excellente;* o marquez de Alegrete, na conta dada á Academia Real de Historia, diz: «Que as *Empresas militares* teem contra si as suspeições do tempo em que seu autor as escreveu,» referindo-se ao dominio de Castella a que os portuguezes estavam então sujeitos; n'esta obra consta de 18 livros que comprehendem as acções militares dos portuguezes, desde o conde D. Henrique até o anno de 1607, em que foi invadida a praça de Moçambique pelos hollandezes, os quaes derrotou D. Estevão de Athaide; *Por la fidelidad Lusitana: apologia contra el Doctor Don Martin Carrilho, el Doctor Antonio Ciccarelli, y sus escriptos de Geronymo Franqui*, Lisboa, 1626.

Barbuda *(D. Martim Eannes)*. Fidalgo que floresceu no seculo XIV, e que se distinguiu entre os mais arrojados do seu tempo. Pertencia a uma illustre familia, que teve solar na antiga freguezia de Barbudo. D. Martim era cavalleiro da ordem de Aviz, quando, por morte d'el-rei D. Fernando, rebentou a serie de tumultos e revoltas, em que o paiz se dividiu em dois partidos, por Portugal e por Castella. D. Martim entrou no numero dos que entendiam que a corôa portugueza devia pertencer á Hespanha, e sendo acclamado rei o Mestre de Aviz, D. João I, passou ao serviço de Castella, e tantos serviços ali prestou, que alcançou o cargo importantissimo de Mestre da ordem militar de Alcantara. Falleceu em Granada, a 26 de abril de 1394, victima d'uma cilada que os moiros lhe armaram.

Barbuda Moeda de prata cunhada no tempo de el-rei D. Fernando. Chamava-se *barbuda* ou *celada* porque assim se designavam os capacetes d'aquelle tempo, figurados na mesma moeda. A occasião ou motivo d'este cunho diz Severim, nas suas *Noticias de Portugal*, foram as *barbudas* de que vinham armados os estrangeiros, que vieram ajudar o monarcha portuguez na guerra contra Castella. Conhecem-se diversas *barbudas* e *meias barbudas*, cuja descripção em geral é a seguinte: FERNANDVS REX PORTVGALIÆ, escudo com as quinas assentes no centro da cruz de Christo, cantonada por quatro castellos. Reverso: ✠ SI DOMINVS MICHI AIVTOR: NOM TIMEBO; busto do rei á esquerda, com peito de malha, o capacete com a corôa real e a viseira calada. Não ha *barbuda* em que as duas legendas estejam integraes. As variantes são na primeira, a mais, AL, ou ALGA. *(Algarve)*,

«Barbuda» cunhada em Samora

na segunda, em logar de TIMEBO apenas T. TI. TIM. TIME. ou TIMBE. As *barbudas* eram de prata muito ligada, e valiam 20 soldos de 3 dinheiros. Para as grandes despezas da guerra se cunharam muitas com lucro tão excessivo, que deu á *moeda branca* um preço subido. Não tardou o rei a reduzir mais de uma vez o valor da moeda, ficando a *barbuda* ao preço de 2 soldos e 4 dinheiros. Além da impericia e irregularidade do fabrico fizeram-se n'estas moedas muitas falsificações. Em 1378 mandou D. Fernando arrecadar, em todas as terras do reino, as *barbudas* com a marca monetaria PO/RT (Porto) por serem de inferior lei, e que depois de lavradas nas cidades de Lisboa e Porto em *dinheiros novos*, com estes se pagasse aos possuidores de aquellas moedas. Teem a data de 8 de fevereiro de 1378 o regimento e lei respectivos. As *barbudas* e *meias barbudas* foram cunhadas, conforme as marcas monetarias e signaes occultos, em Lisboa (L), Porto: (PO/RT — P/R O/T — P) Corunha (CR—V), Miranda (M) e Samora (Ç—A). A estas marcas ajuntam-se em algumas moedas diversos signaes occultos, taes como rosetas, pontos, aspas, etc. As *barbudas* cunhadas em Samora, Corunha e Tuy, as quaes corriam em todo o reino, foram em 1371 mandadas retirar da circulação pelo rei, visto que essas terras já lhe não pertenciam. || No seculo XIII tambem se chamavam *barbudas* os soldados de pé, ou de cavallo, que usavam d'essa especie de armamento.

Barbuda *(Horta da)*. Na freg. de S. Salvador e conc. de Serpa, distr. de Beja.

Barbuda e Vasconcellos *(Manuel Mendes de)*. Magistrado e poeta da escola hespanhola. N. em Verdemilho, logar proximo de Aveiro, em 15 de agosto de 1607, fal. em 30 de março de 1670. Era filho de Manuel Mendes Barbuda e Vasconcellos e de D. Jeronyma Manuel de Loureiro, ambos de ascendencia nobre n'aquella terra. Depois de concluidos os estudos de humanidades,

matriculou-se na Universidade de Coimbra, onde fez o curso de direito com muita distincção, tomando o grau de bacharel. Encetou a carreira da magistratura, sendo nomeado juiz de fóra de Caminha, depois ouvidor de Valença, e por fim provedor em Lamego. Em todos estes logares conquistou sempre o maior respeito e consideração de quantos o conheciam, pelo seu caracter serio, zeloza actividade e notavel rectidão de juizo, que mostrou constantemente no desempenho dos seus deveres. Barbuda e Vasconcellos era muito dedicado á poesia, e estava relacionado intimamente com os melhores poetas do seu tempo. Na côrte tambem gozava de grande estima, inclusivamente dos fidalgos mais distinctos, que o apreciavam como poeta illustrado e cavalheiro de trato fino e porte cortezão, instruido em todas as prendas da boa sociedade, e primando pela grande pericia, que possuia nos exercicios de equitação. Das suas poesias e outros trabalhos litterarios, sómente se imprimiu: *Silva panegyrica ao nascimento da serenissima Princeza, filha do principe D. Pedro*, etc., Lisboa, 1667; *Virginidos, ou vida da Virgem Senhora nossa: poema heroico, dedicado á magestade da rainha D. Luiza, nossa senhora*, Lisboa, 1667. Esse poema compõe-se de 20 cantos de oitava rima, e constitue a obra capital d'este poeta. No fim segue-se um *Juizo critico* sobre o seu merito, escripto por fr. André de Christo. No seu poema latino, *Enthusiasmo poetico*, tambem o padre Antonio dos Reis cita o nome de Barbuda e Vasconcellos. As poesias manuscriptas estão classificadas em tres grupos: *Rimas sacras*, *Rimas profanas* e *Poemas funebres*. Quando falleceu, andava o distincto poeta pensando n'um poema epico, tomando para assumpto a acclamação de D. João IV e os faustos successos das armas portuguezas nas guerras da restauração; não pôde, porém, realisar o seu intento. No *Ensaio biographico-critico sobre os melhores poetas portuguezes*, por José Maria da Costa e Silva, pag. 92 do 8.º volume, 1854, vem um juizo critico ácerca das obras de Barbuda e Vasconcellos.

Barbudo. Familia illustre de Portugal, que tomou o seu nome de Souto de Barbudo, e se ramificou para Castella. Na villa d'este nome, situada no concelho de Villa Verde, que está agora annexa á de Parada (V. *Parada de Barbudo*), existe uma torre que é o solar d'esta familia, á qual pertenciam muitas fazendas e a nobre quinta de Gêja. O primeiro habitador d'esta torre, de que ha noticia escripta, foi D. Gonçalo Pires de Belmir, casado com a senhora d'esta casa, de quem teve um filho, Soeiro Gonçalves de Barbudo, que casou com D. Thereza Pires de Novaes. D'este consorcio descendem muitas familias nobres d'este reino; um filho de D. Soeiro foi senhor do solar do Outeiro dos Poldros. Esta baronia acabou em Bernardim Barbudo, cuja filha, D. Leonor Pereira de Barbudo, casou com Payo Rodrigues de Araujo, senhor de Araujo e Lobéos, de quem nasceu Gonçalo Rodrigues de Araujo, que foi senhor d'este solar. As armas dos Barbudos são: em campo de ouro cinco estrellas vermelhas de seis pontas, orla azul lisa; por timbre dois braços de leão vermelhos, em aspa, com uma estrella na garra, que fica do lado direito, e outra entre dois braços, ambas como as do escudo.

Barbudos Pov. na freg. de Santo André, de Santa Cruz do Lima, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna Castello ‖ Monte na freg. de N. S.ª de Ajuda, concelho de Elvas, districto de Portalegre.

Barbusano Pov. na Ilha da Madeira, freg. de Santissima Trindade, de Taboa, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Barca *(Antonio d'Araujo e Azevedo, 1.º conde da)*. Grã-Cruz das ordens de Christo e Torre e Espada, da de Izabel a Catholica, de Hespanha, e da Legião de Honra, de França; enviado extraordinario ás côrtes de Haya e S. Petersburgo; ministro plenipotenciario junto á Republica Franceza nos annos de 1795, 1797 e 1801; ministro e secretario de estado dos negocios da marinha no Brazil, em 1814, e primeiro ministro em 1817; socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e de outras associações scientificas e litterarias, etc. N. em Ponte de Lima a 14 de maio de 1754, fal. no Rio de Janeiro a 21 de junho de 1817. Era filho de Antonio Pereira Pinto de Araujo e Azevedo, senhor do morgado de Sá e da casa da Lage, e de D. M. Francisca de Araujo e Azevedo. Contava 11 annos de edade, quando seus paes o mandaram para a companhia d'um tio, o brigadeiro Antonio Luiz Pereira Pinto, que vivia no Porto, e n'aquella cidade estudou as linguas vivas, aprendendo tambem latim e grego sob a direcção do professor Thomaz Lany. Foi depois continuar os estudos para Coimbra, matriculando-se na Universidade no primeiro anno de philosophia, mas, por motivos que se ignoram, interrompeu o curso, e voltou para o Porto, entregando-se então ao estudo da historia e da mathematica. Quando em 1779 se formou em Ponte de Lima, por iniciativa do arcebispo de Braga, D. Gaspar, a associação que se intitulou: *Sociedade Economica dos Amigos do Bem Publico*, cujo fim era promover o aperfeiçoamento da industria agricola e o desenvolvimento do commercio, Antonio de Araujo e Azevedo tomou parte muito activa n'esses trabalhos, empenhando-se quanto podia em generalisar a cultura da amoreira e a fiação da seda, valendo-se para isso das relações que tinha com o abbade José Corrêa da Serra, tratando egualmente n'esta epoca de alcançar a execução das obras que era preciso fazer na barra do Lima junto a Vianna do Castello. Vindo depois a Lisboa, travou relações com o duque de Lafões, então ministro e mordomo-mór da rainha D. Maria I, e este distincto estadista reconheceu tanto merecimento em Antonio de Araujo e Azevedo, que logo em 1787 o nomeou enviado extraordinario e ministro plenipotenciario na côrte de Haya, em substituição do conde das Galveias. Só partiu para Inglaterra dois annos depois, em 1789, seguindo passados alguns mezes a Paris, e d'ahi para Haya, onde por vezes se viu em circumstancias difficeis por causa da revolução franceza e da posição hesitante que o governo de Lisboa teve n'essa epoca. Em 1796 foi encarregado de negociar um tratado de paz com a França, porém nada pôde conseguir, e no dia 26 de abril de 1797 recebeu ordem para sahir de Paris no praso de 24 horas, o que se viu obrigado a fazer. Tornando-se cada vez mais critica a situação de Portugal, foi novamente encarregado Antonio de Araujo e Azevedo, que regressara á Hollanda, de voltar a Paris para reatar as negociações interrompidas. Depois de gastar muito

dinheiro, valendo-se de pessoas que por interesse se promptificaram a empregar em seu favor a influencia que exerciam na politica franceza, conseguiu assegurar o tratado de 10 de agosto de 1797, que era o mais favoravel que Portugal podia alcançar. Estipulando-se, porém, n'essa convenção que Portugal, sem romper a alliança com a Inglaterra, não a auxiliaria na guerra contra a França, e que nos portos da nossa costa não poderiam estar mais de seis navios de cada uma das nações belligerantes, o ministerio inglez rompeu em violentas recriminações contra o governo portuguez, accusando o de quebrar todos os tratados que ligavam Portugal á Inglaterra. As hesitações que causou esta deliberação, collocaram o nosso enviado em grandes difficuldades; passaram os dois mezes do prazo que se havia marcado para a troca das ratificações, e o Directorio annullou o tratado, ficando assim Portugal novamente em guerra com a republica franceza. Araujo e Azevedo esteve encarcerado dois mezes na prisão do Templo, sendo accusado de tramar contra a tranquilidade interna da republica, procurando corromper os membros do governo. Recuperou a liberdade a 28 de fevereiro de 1798. Voltando á Hollanda, alcançou licença para viajar pela Allemanha, e sahindo de Haya em dezembro do referido anno, visitou as cidades e pontos mais notaveis da Europa central, e depois a Inglaterra, d'onde regressou a Portugal em 1801. Apenas chegou a Lisboa, foi encarregado de ir a Lorient tratar directamente a paz com o primeiro consul; era, porém já muito tarde para se tentar esse meio de reconciliação, e nada conseguiu, tendo o nosso governo de assignar o tratado de Badajoz. Nomeado ministro plenipotenciario na Russia, partiu de Lisboa em dezembro de 1801, com direcção a Inglaterra, e atravessando a Hollanda, a Dinamarca e a Suecia, chegou finalmente a S. Petersburgo, d'onde foi chamado á patria em 1804, por ter sido em junho d'esse anno escolhido pelo principe regente D. João, para ministro e secretario de estado dos negocios extrangeiros e da guerra. Pouco fez na reorganisação das nossas forças militares, mas na politica externa é que mais se sentiu a sua influencia, manifestamente favoravel aos interesses francezes. Decretado o bloqueio continental, Napoleão exigiu que Portugal fechasse os portos aos inglezes, prendesse os subditos britannicos, lhes confiscasse as propriedades e despedisse o ministro inglez em Lisboa. Antonio de Araujo e Azevedo, a quem foi dirigida esta intimação, esteve perplexo sobre o modo de sahir de tão difficil posição, resolvendo-se afinal a acceitar a primeira das condições e recusando as outras. A intransigencia de Napoleão com a politica duvidosa do nosso governo, acarretou a guerra e o principe regente D. João, sabendo que as tropas francezas já haviam passado a fronteira, retirou-se para o Brazil com toda a familia real, a bordo d'um navio inglez, em novembro de 1807; dias depois, a 30 do referido mez, entravam em Lisboa dois regimentos do exercito francez. Chegando ao Rio de Janeiro, D. João, completamente entregue á influencia da Inglaterra, formou novo ministerio, sem que fôsse incluido Antonio de Araujo e Azevedo, o qual depois da morte do conde de Villa Verde em 1806, tambem se encarregara do cargo que aquelle fidalgo exercia de ministro assistente ao despacho e dos negocios do reino. Araujo e Azevedo, comtudo, que por alguns annos dirigira a politica em Portugal, não podia ficar esquecido, e foi nomeado conselheiro de Estado. Em 1814, tendo fallecido o conde das Galveias, ficou o ministerio reduzido sómente ao marquez de Aguiar, e o principe regente, julgando que em vista da nova situação da Europa, poderia prescindir do auxilio da Inglaterra, chamou para o ministerio Araujo e Azevedo. O novo ministro inaugurou logo a sua administração com a importante lei que elevou o Brazil á categoria de reino. Aconselhando ao principe regente esta medida, tinha em vista evitar que os brazileiros podessem pensar na independencia, e inspirado ainda no mesmo pensamento, oppôz-se energicamente a que a côrte voltasse para Portugal, como a Inglaterra desejava. Esta questão diplomatica terminou, sendo substituido o embaixador inglez no Rio de Janeiro. O nosso ministro, que fôra agraciado com o titulo de conde da Barca, por decreto de 17 de dezembro de 1815, teve então ensejo de mostrar a sua energia e sentimentos liberaes nas luctas que sustentou com a curia romana. Pio VII resolvera restaurar a Companhia de Jesus, e communicara a bulla a todos os soberanos catholicos, pedindo-lhes a sua execução. D. João VI, aconselhado pelo conde da Barca, deu ordem ao representante em Roma, que não acceitasse discussão a tal respeito, e que afastasse de principio e com firmeza qualquer proposta que a Santa Sé lhe fizesse. Tambem com toda a sua energia obrigou a curia romana a confirmar a eleição de frei Joaquim de Santa Clara para bispo de Evora, a que ella se oppunha, a não ser que o prelado eleito abjurasse os erros enunciados na oração funebre em honra do marquez de Pombal, sendo ao nosso embaixador entregue o modelo da declaração que elle deveria fazer. Fallecendo o marquez d'Aguiar, ficou o conde da Barca á testa de todas as repartições, adoptando então muitas providencias para o desenvolvimento da viação publica, da industria e das bellas artes no Brazil, não deixando ao mesmo tempo de lhe merecer os maiores cuidados a politica externa. Falleceu, quando se preparava para suffocar a revolução de Pernambuco, sendo a sua morte muito lastimada. Na Academia Real das Sciencias foi recitado o seu *Elogio funebre* por Sebastião Mendo Trigoso, e o qual sahiu no tomo VIII, parte II, das *Memorias* da referida academia. O conde da Barca, sendo ministro dos negocios estrangeiros no Rio de Janeiro, entendeu-se com o marquez de Marialva, embaixador em Paris, sobre o estabelecimento d'uma academia de Bellas Artes na capital da America portugueza. O marquez conseguiu fazer uma escolha de artistas francezes, que D. João VI acolheu com benevolencia, e mais tarde promulgou um decreto, arbitrando-lhes os convenientes ordenados. A primeira typographia, ou pelo menos a unica que então appareceu no Rio de Janeiro, pertencia ao conde da Barca; tinha-a mandado vir de Londres, em 1808, a bordo da nau *Medusa*; transportara-a depois para aquella cidade, assim como uma collecção magnifica de mineralogia, arranjada por Werner. Parece, porém, que já no meado do seculo XVIII existira ali uma officina typographica, graças ao impulso que déra ás letras no Rio de Janeiro, o conde de Bobadella, Gomes Freire de Andrade. Escreveu:

Ode de Dryden para o dia de Santa Cecilia, traduzida em portuguez, sem anno nem logar da impressão; contém mais tres odes de Gray: 1.ª *Sobre o progresso da Poesia;* 2.ª *Hymno á Adversidade;* 3.ª *Vendo ao longe o Collegio d'Eton*, as quaes todas, bem como aquella, são traduzidas em egual numero de versos e com a mesma disposição das rimas dos originaes. Estas versões são acompanhadas dos textos respectivos; á frente vem uma *Advertencia* preliminar do editor, datada de Hamburgo, a 30 de maio de 1799. A traducção da *Ode de Dryden* appareceu reproduzida na *Mnemosine Lusitana*, tomo II, 1817, pag. 312. Escreveu mais: *Traducção da Elegia de Gray, composta no cemiterio de uma egreja d'aldeia*, publicada pelo mesmo editor; sahiu depois, em 1841, no *Ramalhete, jornal de instrucção e recreio; Resposta, ou refutação da Carta de um vassallo nobre ao seu Rei*, attribuida ao marquez de Penalva, Fernando Telles da Silva; esta resposta, que parece ter sido originalmente escripta em francez, appareceu traduzida e publicada, sem o nome do autor, no *Investigador Portuguez*, n.º XXXVI, de junho de 1814, a pag. 690 a 695; depois foi impressa juntamente com a propria carta do marquez, e com uma segunda resposta ou refutação d'esta, feita por José Agostinho de Macedo, com o titulo de: *Carta de um Vassallo nobre ao seu Rei, e duas respostas á mesma, nas quaes se prova quaes são as classes mais uteis do Estado*, Lisboa, 1820; *Memoria em defeza de Camões contra Mr. de la Harpe*, inserta no tomo VII, das *Memorias de Litteratura da Academia Real das Sciencias*, pag. 5 a 16; *Representação a el-rei D. João VI*, feita no Rio de Janeiro, em que defende os actos do seu ministerio, queixando-se do conde de Linhares, então ministro, e de seu irmão o conde do Funchal, embaixador em Londres. Esta representação só se publicou alguns annos depois, no *Campeão Portuguez*, em Londres, vol. I, pag. 266, n'um artigo de correspondencia assignado por *Vindex*, dando motivo a que em breve apparecesse uma extensa confutação com o titulo seguinte: *Resposta publica á denuncia secreta, que tem por titulo* «Representação que a S. M. fez Antonio de Araujo e Azevedo em 1810,» *offerecida ao juizo do publico e da posteridade por seu autor P. da C. Gouveia*, Londres, 1820. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa existe manuscripta uma *Petição que ao Principe Regente fez o conde da Barca para que declarasse a sua lealdade.* Tambem escreveu e publicou sem o nome do autor: *Osmia, tragedia coroada pela Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, 1788. Diz-se que deixou em manuscripto outra tragedia, *Nova Castro*, varias poesias, e a traducção das Odes de Horacio, que emprehendera, e concluira, sendo ainda ministro na Hollanda. Estes trabalhos, segundo parece, perderam-se depois da sua morte.

Barca *(Braz Mendes da)*. Theologo do seculo XVII. Estudou na Universidade de Evora, com subsidio do rei. Deixou o manuscripto da seguinte obra, intitulada: *Compendium Scalæ Cœli*, que tem a data de 26 de abril de 1622.

Barca *(Francisco)* Freire da ordem militar de S. Thiago. Natural da cidade de Evora. Professou no convento de Palmella a 26 de dezembro de 1635. Foi insigne professor de musica, sendo mestre de capella do seu convento, e depois do hospital de Todos os Santos, onde falleceu. As suas composições musicaes faziam parte da collecção particular d'el-rei D. José, e perderam-se no incendio que se seguiu ao terremoto de 1755. No *Index* da livraria de musica de D. João IV encontram-se duas composições de Francisco da Barca, as quaes são dois villancicos do Natal; um em hespanhol, *Paxaritos Parleros*, a 3 e a 5 vozes; outro em portuguez: *Tende amôr mão n'elle*, a solo e a 8 vozes.

Barca. Pov. e freg. da provincia do Douro, conc da Maia. distr. do Porto. Orago S. Martinho; 904 hab. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada á beira-mar. O papa e o bispo do Porto apresentavam alternadamente o abbade, que tinha de rendimento 300$000 réis. O abbade pagava antigamente ás freiras de Vairão 120$000 reis annuaes de feudo. Esta freguezia formou n'outro tempo concelho, e tinha um ouvidor, que era tambem juiz das sizas e almotacé. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 18 com a séde no Porto. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Aves, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Gemezes, conc. de Espozende, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Pedro, de Athey, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || Logar na freg. de S. Martinho, de Bougado, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Eulalia, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Logar na freg de S. Miguel, de Foz de Arouce, conc. da Louzã, distr. de Coimbra. || Logar na freg. de N. S.ª das Areias e conc. de Pederneira, distr. de Leiria. || Logar na freg. de S. Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || Logar na freg. de S. Gens, de Salamonde, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Logar na freg. de Sant'Anna, conc. de Serpa, distr. de Beja. || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco. || Monte na freg. de S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem. || Montes na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, e distr. de Beja. || Quinta na freg. de Santa Cecilia, de Abrunhosa Velha, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de Santa Comba, conc. de V. N. de Foscôa, distr. da Guarda. || Quinta na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Nellas, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de N. S.ª do Loreto, de Paradella, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro, || Quinta na freg. de N. S.ª das Dores, de Soutello, conc. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de N. S.ª das Candeias e conc. de Almeida, distr. da Guarda.

Barca d'Agua Pov. na freg. de Santa Maria. de Meire de Tibães, conc. e distr. de Braga.

Barca d'Alva Prov. na freg. de N. S. dos Anjos, de Escalhão conc. de Figueira de Castello Rodrigo, distr. da Guarda. E' pov. de moderna data, mas muito importante. Está situada na margem do rio Douro, que é navegavel sem difficuldade até aqui, e proximo da fronteira hespanhola. Tem estação do caminho de ferro, na linha do Douro; uma alfandega de bastante movimento, est. post. e telegr. permutando malas com a R. A. B. A.—Pinhel e R. A. D. Barca d'Alva dista 15 k. da Figueira do Castello Rodrigo. A estação telegraphica é de primeira ordem, e foi estabelecida por decreto de 7 de abril de 1869. Em

Barca d'Alva ha um castello arruinado, onde se fazia uma festa, que era muito concorrida.

Barca d'Amieira. Denominação d'uma estação da linha ferrea de Abrantes-Guarda, entre Belver e Fratel.

Barca d'Asna Brava. Logar na freg. de S. Mamede, de Azere, conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Barca do Castello *(Quinta da)*. Na freg. de S. João Baptista, de Castedo, concelho de Alijó, distr. de Villa Real.

Barca do Concelho. Logar na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Barca da Esteveira. Logar na freg. de N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Barca do Guadiana. Logar na freg. de N. S.ª das Candeias e conc. de Mourão, distr. de Evora.

Barca da Herdadinha. Logar na freg. de S. Marcos, do Campo, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora.

Barca Nova. Logar na freg. de S. Pedro, de Beberriqueira, conc. de Thomar, districto de Santarem.

Barca do Pégo. Logar na freg. de Santa Luzia, de Pego, conc. de Abrantes, districto de Santarem.

Barca de Sanfins *(Quinta da)*. N. na freg. de S. Salvador, de Maiorca, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Barca da Trofa. Pov. na freg. de S. Martinho, de Bougado, antigo conc. da Maia, hoje conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. Tem uma ponte pensil sobre o rio Ave, feita em 1858 pelos engenheiros Belchior José Garcez e Sebastião Lopes Calheiros, por conta da Companhia Viação Portuense. V. *Ave.*

Barca do Tua. Logar na freg. de S. João Baptista, de Castedo, conc. de Alijó, districto de Villa Real.

Barca do Váo de D. Izabel. Logar na freg. de Santo Antonio Velho, conc. de Serpa, distr. de Beja.

Barcadigas (*Fazendas das*). Na freg. de S. Thiago e conc. de Montemor-o-Novo, distr. de Evora.

Barcae. Logar na freg. de N. S.ª da Graça, de Aguas Bellas, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Barcal. Pov. na freg. de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa.

Barcarena. Pov. e freg. da provincia da Extremadura, conc. de Oeiras, com. distr. e patriarchado de Lisboa. Tem 1:240 hab., sendo 628 do sexo masculino e 612 do feminino. Orago S. Pedro, apostolo. Dista 8 kilom. de Oeiras e 4 da estação de Caxias, na linha do caminho de ferro de Cascaes. Na linha de Cintra ha o apeadeiro de Barcarena, que tambem serve a freguezia, achando-se a fabrica á distancia de 1:200 metros. Tem escola do sexo masculino e estação postal. Até 1855 pertenceu ao concelho de Bellas. E' terra muito fertil. Acha-se situada na raiz de varios montes, junto á ribeira do seu nome. O prior de S. Martinho, de Lisboa, apresentava aqui o cura, que tinha dois moios de trigo e duas pipas de vinho; sendo o pé de altar para aquelle prior. Existe n'esta freg. a capella de S. Bento, junto da qual se descobriu em 1732 uma fonte a cuja agua se attribuem qualidades medicinaes. A fabrica da polvora, na mesma freguezia e pertencente ao Estado, é um estabelecimento importante. No reinado de D. Manuel fundou-se em Barcarena uma fabrica de armas, chamada Ferrarias de El-rei, e outra de polvora. Havia tambem muitas outras fabricas particulares de polvora, as quaes por causa dos frequentes incendios fôram todas arrazadas em 1651, ficando só a do Estado. Em 1725 foi esta arrendada a Antonio Cremer até 1753, anno em que passou a ser administrada pela Junta dos Tres Estados. Em 1729, Antonio Cremer reedificou sumptuosamente a real fabrica da polvora. Em 1774 deu-se uma grande explosão nas officinas da fabrica. O ministro da marinha, Martinho de Mello, mandou-a então reedificar pelo celebre Bartholomeu da Costa. Em 1802 ficou a fabrica pertencendo ao Arsenal Real do Exercito. Em 17 de agosto de 1805 deu-se outra grande explosão, em que morreram o director, um mestre e trinta operarios, ficando em ruinas metade do edificio. Quando se procedia aos trabalhos de desentulho, em 25 de outubro do referido anno, houve outra explosão, ficando mortas nove pessoas. A fabrica foi depois restaurada e melhorada pelo tenente-general Carlos Antonio Napion, mas tornou a soffrer grande perda com a queima de machinas, etc., em setembro de 1833, por occasião da guerra. Desde 1834 até 1849 foi a polvora vendida por conta do Contrato do Tabaco, passando depois para o Arsenal Real do Exercito. Em 17 de maio de 1862 houve ainda outra grande explosão, ardendo 1:500 kilogrammas de polvora e ouvindo-se o estampido a muitos kilometros de distancia. (V. *Polvora*). Na exposição industrial de 1888, realisada na Avenida da Liberdade, em Lisboa, a fabrica de Barcarena apresentou-se distinctamente. Nos ultimos annos tem tomado um grande desenvolvimento, satisfazendo não só ás exigencias do exercito como da armada, pois se tem cuidado muito do fabrico dos novos typos de polvora para a marinha. A producção annual tem sido em média de 120 toneladas. Além do motor natural, agua da ribeira de Barcarena, que é aproveitado com grande vantagem no movimento de 8 motores com a força total, approximadamente, 48 cavallos effectivos, ha tambem 4 motores a vapor da força total indicada de 160 cavallos; um d'elles é de reserva e os restantes estão sempre a trabalhar. Para a seccagem da polvora possue a fabrica uma estufa, que comporta 2:600 kilog. de polvora, sendo aquecida por dois caloriferos de agua quente. Esta estufa só trabalha quando não ha sol, pois este grande agente natural é sempre aproveitado, com vantagem economica. As seccas ao sol são tão boas e perfeitas como as que se obteem artificialmente. O maior movimento no fabrico de polvora é nas qualidades destinadas ao commercio para caça e minas, além das que teem applicação exclusiva no exercito de mar e terra. Junto á fabrica ha uma officina pyrotechnica, onde se produzem os diversos artificios usados na guerra. A'cerca da historia da fabrica de Barcarena encontram-se muitos dados interessantes n'uns estudos publicados por João Manuel Cordeiro. Perto de Barcarena, no logar de Liceia (*V. este nome*), fez o notavel geologo portuguez Carlos Ribeiro alguns estudos prehistoricos, tendo publicado os seus trabalhos na *Noticia*

da estação humana de Lisboa, nas visinhanças de Barcarena.

Barcarena. Ribeira na provincia da Extremadura, termo de Lisboa. Nasce no sitio da Matta, por cima de Meleças, freg. de Bellas. Não tem sempre o mesmo nome, pois toma o dos logares por onde passa, chamando-se Agualva e Cartuxa, e com este ultimo nome desagua no Tejo, proximo do logar do autigo forte de S. Bruno, por baixo da Cartuxa, em Caxias, onde tem uma ponte de pedra, de um só arco, feita em 1618, pela camara de Lisboa, a instancias de frei Rodrigo de Deus, frade arrabido do convento de Santa Catharina de Ribamar. Foi este mesmo frade quem obteve que a camara de Lisboa fizesse a ponte de Algés (V. *este nome)*, e a da Cruz Quebrada. Na freg. de Barcarena, onde tem uma ponte de lages, fazia esta ribeira trabalhar a real fabrica da polvora. Rega e faz mover ainda alguns moinhos e lagares. De inverno é caudalosa e no verão leva bastante agua.

Barcel (*João Firmino Teixeira, barão de).* Antigo tenente do regimento de milicias de Villa Real; abastado proprietario em Barcel, freguezia de Abreiro, conc. de Mirandella. N. a 16 de setembro de 1801. Era filho de José Manuel Pires, proprietario, alferes de ordenanças, e de D. Anna Maria Teixeira. Casou em 1823 com D. Joanna Angelica Guerra, filha de Antonio Gomes Guerra e de sua mulher, D. Anna do Adro. Foi agraciado com o titulo de barão, por decreto de 4 de setembro de 1879.

Barcel. Pov. e freg. de S. Cyriaco, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança; 184 hab. e 52 fogos A pov. dista 18 k. da séde do conc. Era da commenda de Malta, do Freixial, pertencente a Leça do Balio. Tinha o privilegio, como todas as commendas d'esta ordem, de não pagar fintas para pontes e fontes, nem dar soldados, bestas ou bois para o real serviço. Passa em Barcel o rio Tua.

Barcellinhos *(Alvaro Correia da Silva Araujo, 2.º visconde de).* Fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores, major de artilharia, inspector do material de guerra da ilha da Madeira. N. em Lisboa a 7 de outubro de 1851, fal. no Funchal a 15 de abril de 1892. Era filho do 2.º barão de Barcellinhos, Manuel Corrêa da Silva Araujo, bacharel formado em mathematica pela Universidade de Coimbra, major de infantaria. Sua mãe, D. Rita Soares d'Oliveira, 1.ª baroneza de Barcellinhos, casara em segundas nupcias com o 2.º barão d'este titulo. O 2.º visconde assentou praça em 24 de agosto de 1867. Sahiu alferes alumno de artilharia a 22 de outubro de 1870; tendo chegado ao posto de major d'artilharia, foi nomeado inspector do material de guerra da ilha da Madeira, e falleceu no exercicio d'este cargo. Casou, em 8 de fevereiro de 1877, com sua cunhada, D. Thereza Henriques de Faria Pereira Saldanha Vasconcellos de Lencastre, filha do 2.º conde das Alcaçovas, D. Caetano de Salles Henriques Pereira de Faria Saldanha Vasconcellos de Lencastre, e de sua mulher, D. Thereza de Sousa Holstein, filha dos 1.ºs duques de Palmella. Essa senhora era viuva do 1.º visconde de Barcellinhos, Manuel José d'Oliveira, e é actualmente viuva do seu segundo marido. O visconde de Barcellinhos teve o titulo por decreto de 2 de outubro de 1879, e foi um dos officiaes encarregado de escrever o *Manual para uso dos officiaes inferiores de artilharia*, em que collaborou com Julio Carlos de Abreu e Sousa, e Carlos Augusto Palmeirim. Era condecorado com a medalha de prata de comportamento exemplar.

Barcellinhos *(Carlos Ramiro Coutinho, 3.º barão de).* Foi o 1.º visconde Ouguella. V. *este titulo.*

Barcellinhos *(Manuel Corrêa da Silva Araujo, 2.º barão de).* Bacharel formado em mathematica pela Universidade de Coimbra, major de infantaria, cavalleiro das ordens de N. S.ª da Conceição e de S. Bento de Aviz. N. a 22 de dezembro de 1807, e fal. a 5 de dezembro de 1859. Casou em 15 de novembro de 1847 com a viuva do 1.º barão de Barcellinhos, titulo que tambem lhe foi concedido, pelo seu casamento, por decreto de 27 de novembro de 1851.

Barcellinhos *(Manuel José de Oliveira, 1.º barão de).* Fidalgo da Casa Real, abastado proprietario no districto de Lisboa e na ilha da Madeira; capitalista e negociante de grosso trato na praça do Commercio de Lisboa. N. a 6 de março de 1774, fal. a 11 de janeiro de 1847. Era filho ed Manuel José de Oliveira, proprietario e negociante, e de sua mulher D. Maria Alegria Ribeiro. Pela sua avultada fortuna, foi conhecido por *Manuel dos contos.* Casou em 27 de agosto de 1844 com sua sobrinha, D. Rita Soares de Oliveira, filha de seu irmão Francisco José de Oliveira e de sua mulher D. Miquelina Pereira Soares. Por decreto de 3 de junho de 1841, foi-lhe concedido o titulo de barão de Barcellinhos, e por alvará de 9 de dezembro do mesmo anno o seguinte brazão: um escudo partido em pala; na primeira as armas dos Oliveiras, em campo vermelho uma oliveira verde com raizes, perfis e fructos de ouro; no segundo as armas dos Vasconcellos, em campo preto tres faxas veiradas e contraveiradas de prata e vermelho. A baroneza de Barcellinhos nasc. a 1 de dezembro de 1825; enviuvando de seu marido e tio em janeiro de 1847, passou a segundas nupcias em novembro d'este anno, com Manuel Corrêa da Silva Araujo, que pelo seu casamento teve o titulo de 2.º barão de Barcellinhos; enviuvando pela segunda vez, passou a terceiras nupcias, com o distincto advogado Carlos Ramiro Coutinho, que foi o 3.º barão de Barcellinhos e 1.º visconde de Ouguella. Sobrevivendo ainda ao terceiro marido, falleceu ha poucos annos.

Brazão dos viscondes de Barcellinhos

Barcellinhos (*Manuel José de Oliveira, 1.º visconde de).* Fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra. N. a 18 de julho de 1846, fal. a 5 de novembro de 1870. Era filho primogenito do 1.º barão de Barcellinhos, Manuel José de Oliveira e de sua mulher e sobrinha,

D. Rita Soares de Oliveira. Casou a 18 de julho de 1869 com D. Thereza Henriques de Faria Pereira Saldanha Vasconcellos de Lencastre, filha dos 2.os condes das Alcaçovas. O titulo de Barcellinhos foi elevado a visconde por decreto de 13 e carta de 21 de agosto de 1868. A viscondessa de Barcellinhos, tendo enviuvado em 1870, passou a segundas nupcias com seu cunhado, Alvaro Corrêa da Silva, que foi o 2.º visconde d'aquelle titulo.

Barcellinhos. Pov. e freg. da provincia do Minho, distr. e arceb. de Braga, comarca de Barcellos, de que fica apenas separada pelo rio Cávado, achando-se ligada áquella villa por uma magnifica ponte feita pelos romanos. Tem 1:168 hab., sendo 514 do sexo masc. e 654 do feminino. O orago da freg. é Santo André, apostolo. O vigario era apresentado pelo prior da collegiada de Barcellos e tinha de rendimento 60$000 réis. A egreja chamava-se antigamente de Santo André, de Maréces, derivado da aldeia de Maréces, que fica proxima de Barcellinhos. A fonte de Ninães é famosa em toda a provincia, pela optima qualidade da sua agua. D'ella bebiam os arcebispos de Braga. Estando a fonte arruinada foi reconstruida pela camara de Barcellos, em 1710, com subida magnificencia. No frontão lê-se o seguinte distico

SI VERÆ NASCENTUR AQUÆ DE VERTICE CŒLI
HAC DE CŒLESTI VERTICE LYMPHA FLUIT

A' entrada da ponte que liga Barcellinhos a Barcellos está a capella de Nossa Senhora da Ponte, de forma octogonal, toda forrada de azulejos e de telha vidrada. Julga se ter sido edificada nos fins do seculo XIV. E' esta capella que se vê representada no brazão da villa de Barcellos, existente na casa da camara (V. *Barcellos*). Em Barcellinhos existem outras capellas mas nada apresentam de notavel. A povoação é grande, tem bons

Vista de Barcellinhos

predios, e vista de Barcellos offerece um lindo aspecto; acha-se situada ao S. na margem esquerda do rio Cavado. E' terra abundante de boas aguas, fertil e saudavel, com cercanias muito aprazíveis. Entre outros estabelecimentos, tem mael, photographia, consultorio medico, 2 pharmacias, tabellionato, escola, etc.

Barcello Logar na freg. de S. Barnabé, de Janarde, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Barcellos *(D. Affonso, 9.º conde de)*. Filho natural de D. João I e de Ignez Pires Esteves, filha de Pero Esteves, o *Barbadão* (V. *este nome)*. Foi o 1.º duque de Bragança. Casou com D. Beatriz Pereira Alvim, filha do condestavel D. Nuno Alvares Pereira. Ligaram-se assim estas duas familias pelos laços do parentesco, o que foi muito agradavel para D. João I. O condestavel deu um importante dote a sua filha, e, tendo-lhe promettido el-rei não crear outro conde em sua vida, transferiu para D. Beatriz, com autorisação régia, o condado de Barcellos, ficando seu genro no uso d'esse titulo (V. *Alvares Pereira, D. Nuno)*. D. Affonso ennobreceu a villa de Barcellos com magestosos paços, muros de circumvallação, duas elevadas torres, quatro portas e tres postigos. Em 1433 erigiu a matriz em collegiada, que foi concluida em 1464, por seu filho, D. Fernando, 1.º do nome e 2.º duque de Bragança, e confirmada pelo pontifice Paulo II (V. *Barcellos)*. D. Affonso V, de quem era tio, por ser irmão de seu pae, el-rei D. Duarte, o elevou em 1442, a duque de Bragança, casa reinante em Portugal desde 1640, pela acclamação de D. João IV, 8.º duque d'aquelle titulo. No tempo da regencia de D. Pedro, pela menoridade de seu sobrinho, el-rei D. Affonso, tornou-se o conde de Barcellos muito notavel pela guerra com que perseguiu o regente até á batalha de Alfarrobeira, em 1449, batalha em que D. Pedro foi victima (V. *Alfarrobeira*, e *Coimbra, D. Pedro, duque de)*. O titulo de conde de Barcellos continuou sempre nos primogenitos dos duques de Bragança, por uma carta do referido monarcha, passada a 4 de junho de 1449, em que se determinava que os primeiros filhos, fôssem do sexo masculino ou do feminino, usassem o titulo de conde ou condessa de Barcellos, apenas nascessem. D. Sebastião, por carta de 4 de agosto de 1562, elevou a ducado este condado, ficando prevalecendo a mesma distincção de usarem o titulo de duque ou duqueza de Barcellos os primogenitos da casa de Bragança, o que se observa ainda hoje, até herdarem o throno, sendo sua alteza real, o principe herdeiro, senhor D. Luiz Filippe, duque de Barcellos e de Bragança. Essas cartas veem transcriptas na *Resenha das familias titulares e grandes de Portugal*, de Albano da Silveira Pinto e visconde de Sanches de Baena.

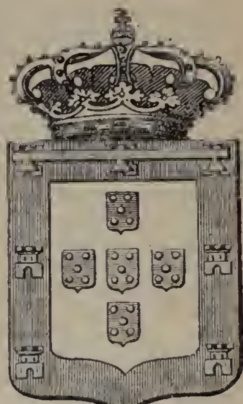

Brazão dos condes e duques de Barcellos

Barcellos (*D: Affonso Tello, 6.º conde de*). Filho do 5.º conde d'este titulo, D. João Affonso Tello de Menezes.

Barcellos (*Fr. Antonio*). Theologo distincto. Era da ordem dos religiosos menores, e natural de Barcellos. Escreveu uma obra intitulada: *Doze excellencias da fé*. Não se sabe ao certo em que seculo viveu, mas parece que foi no xvii.

Barcellos (*Fr. Balthazar*). Religioso franciscano. N. em Barcellos. Era filho de Francisco Velho Tinoco e de D. Maria Ribeira, senhores da quinta da Bagoeira. Recebeu o habito de S. Francisco da provincia da Piedade. Nos ultimos annos da sua vida, soffreu uma dolorosa paralysia, que o victimou no convento de S. Fructuoso, situado fóra dos muros da cidade de Braga, em 1647. Deixou em manuscripto: *Relação das cousas da provincia da Piedade* e *Vida do Veneravel Fr. João de Semeice, religioso da provincia da Piedade*.

Barcellos (*Fr. Boaventura*). Religioso franciscano. Era natural de Paços, no arcebispado de Braga, mas ignora-se a data do nascimento, assim como a do fallecimento. Tinha por paes: Manuel de Araujo Caldas e sua mulher, Seraphina de Azevedo. Professou no instituto seraphico da provincia da Soledade, e exerceu os logares de qualificador do Santo Officio, examinador das tres ordens militares, e do tribunal da Bulla da Cruzada. Publicou em Coimbra, no anno de 1745, um volume de sermões, com o seguinte titulo: *Theoremas predicaveis, ou Especulações por Artes Predicativas, Politicas, Panegyricas e Moraes, Primeira Parte*.

Barcellos (*Fr. Francisco de*). Religioso da ordem de S. Jeronymo, e architecto distincto. Era natural de Barcellos ou da villa de Rates, situadas na provincia de Entre Douro e Minho. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Jorge Cardoso diz que morreu em 1570, porém Barbosa Machado affirma que em 1572 apparece um contrato feito por elle, o que põe em duvida a epoca da sua morte. Descendia d'uma familia nobre, sendo filho de João de Sousa, prior de Rates, e de Mecia Rodrigues de Faria; sobrinho, da parte de sua mãe, de Thomé de Sousa, que foi primeiro governador do Brazil, védor d'el-rei D. Sebastião e commendador de Rates, na ordem de Christo. Professou no convento de S. Jeronymo, na Pena, a 25 de outubro de 1525, e exerceu varias prelazias da ordem: prior do mosteiro da Costa, proximo de Guimarães, em 1559; prior do convento de S. Marcos, junto a Coimbra, em 1566, reitor do collegio d'esta cidade em 1572, e por fim provincial. Foi um architecto importante, como provou, durante o seu priorado em S. Marcos, augmentando o convento com sumptuosos edificios, cujos planos traçou. Era tambem um poeta latino apreciavel, e deixou impresso um poema em latim, composto de versos elegiacos, com o seguinte titulo: *Salutifere Crucis triumphus in Christi Dei Optimi Maximi gloriam, et ad Christianæ mentis solatium*. O poema consta de 4 livros, e é dedicado ao primeiro bispo de Leiria, D. Fr. Braz de Barros, seu grande amigo e condiscipulo.

Barcellos (*Fr. Gonçalo de*). Religioso da ordem de S. Bernardo e grammatico distincto. Era natural de Barcellos. Professou no convento de Santa Maria de Bouro, situado no arcebispado de Braga. Deixou manuscripta uma obra de glossas sobre a *Arte latina*, intitulada *Doctorale puerorum*, escripta no seculo xiii em versos leoninos pelo padre Alexandre de Villedieu, lente da Universidade de Paris. O manuscripto da obra de Fr Gonçalo Barbosa existia no convento d'Alcobaça, e chamava-se: *Doctrina Magistri Alexandri de Villa Dei cum glossis*.

Barcellos (*Fr. Innocencio de*). Eremita da ordem de Santo Agostinho, que foi martyrisado pelos lutheranos de Lunel, em França, a 17 de março de 1561, conjunctamente com o seu companheiro da mesma ordem Fr. Antonio de Elvas.

Barcellos (*Fr. Jeronymo de*). Religioso da ordem de S. Jeronymo, theologo insigne. Natural de Barcellos, e fal. a 2 de maio de 1672. Era filho de Manuel Carvalho e de Paula Corrêa Pinheiro, ambos descendentes de familias nobres. Professou no convento da Costa, proximo de Guimarães, em 1615. Dictou no collegio de Coimbra as principaes materias de theologia; foi prior do mosteiro de S. Marcos, em 1618, e do mosteiro da Costa, em 1654, onde falleceu. Deixou tres tratados em manuscripto, com os titulos: *Tratactus de Visione; de Voluntate;* e *de Prædestinatione*.

Barcellos (*D. João, 1.º duque de*). Filho de D. Theodosio I, 5.º duque de Bragança, e de sua primeira mulher e prima D. Izabel de Lencastre filha de seu tio, D. Diniz, de Portugal. Recebeu o titulo de duque de Barcellos, por mercê d'el-rei D. Sebastião, por carta de 4 de agosto de 1562. V. *Barcellos* (*D. Affonso, 9.º conde de*).

Barcellos (*D. João Affonso Tello de Menezes, 1.º conde de*) Mordomo-mór d'el-rei D. Diniz. Foi este o primeiro condado territorial que existiu em Portugal. D. João Affonso era casado com D. Thereza Sanches, filha d'el-rei D. Sancho III, de Castella. Passou a Portugal, onde D. Diniz o nomeou seu mordomo-mór, dando-lhe o titulo de conde de Barcellos por carta de 8 de maio de 1298. Uma sua filha, D. Thereza Martins, casou com D. Affonso Sanches, senhor de Albuquerque, filho natural do mesmo soberano, os quaes fôram os fundadores do mosteiro de Santa Clara, de Villa do Conde, onde estão sepultados. V. *Affonso Sanches*.

Barcellos (*D. João Affonso Tello de Menezes, 5.º conde de*). Alferes-mór do reino no tempo de D. Pedro I, de quem era valido intimo, e mordomo-mór de D. Fernando I. O titulo de conde de Barcellos foi-lhe concedido por D. Pedro em 10 de outubro de 1357 com a maior honra, que n'este reino nunca se fizera. Segundo se lê nos *Dialogos de varia historia*, do padre Pedro de Mariz, cap. 4.º, dialogo 3, na noite em que o conde velou as armas, como se costumava n'aquelle tempo, no convento de S. Domingos, de Lisboa, mandou el-rei, que desde o convento até ao paço real, que era então no Limoeiro, onde hoje está a cadeia assim chamada, estivessem 5:000 homens com tochas accesas, em tal ordem collocados, que as ruas ficassem bem claras, e por entre elles andou el rei com muitos nobres dançando toda a noite, com outra muita gente, que ajudava a solemnisar esta festa com algumas invenções. O conde de Barcellos foi tambem conde de Ourem, titulo concedido por el-rei D. Fernando, em carta, passada em Santarem, a 5 de janeiro de 1370. V. *Ourem*.

Barcellos (*D. João Affonso Tello de Menezes, 7.º conde de*). Alcaide-mór de Lisboa, e almirante do reino. Era filho de Martim Affonso Tello de Menezes e de D. Aldonça de Vasconcellos, ir-

mão da rainha D. Leonor Telles de Menezes, e sobrinho do 5.º conde de Barcellos, que tinha o mesmo nome, e primo do 6.º conde, D. Affonso Tello. Seguindo o partido de Castella contra D. João I, falleceu na batalha de Aljubarrota.

Barcellos *(D. Martim Affonso, 4.º conde de).* Era casado com D. Elvira Garcia Fernandes de Villamayor.

Barcellos *(D. Martim Gil de Sousa, 2.º conde de).* Alferes-mór d'el rei D. Diniz. Casou com D. Violante Sanches, filha do 1.º conde de Barcellos. Foi-lhe concedido tambem o titulo por el-rei D. Diniz, em 15 de outubro de 1304.

Barcellos *(D. Nuno Alvares Pereira, 8.º conde de).* Condestavel de Portugal. D. João I concedeu-lhe o titulo em 8 de outubro de 1385, titulo que passou em dote para sua filha D. Beatriz, que casou com D. Affonso, filho natural de D. João I, conforme se disse. V. *Alvares Pereira (D. Nuno).*

Barcellos *(D. Pedro, conde de).* Alferes-mór do reino, para que foi nomeado a 1 de março de 1304. Era filho natural d'el-rei D. Diniz e d'uma nobre senhora da Ribeira de Sacavem, chamada D. Gracia Froes. Seu pae, D. Diniz, que não só protegia as letras, fundando a Universidade de Lisboa, com o titulo de Escolas Geraes, dando-lhe os melhores professores italianos e francezes, mas que as amava e cultivava a poesia, reconhecendo em D. Pedro elevado talento e predilecções litterarias, de que deu bastantes provas, o mandou educar, conforme o permittiam as circumstancias da epoca, e cuja educação litteraria o infante muito aproveitou, pelo seu applicado estudo e boa vontade; concedeu-lhe tambem o condado de Barcellos, nomeou-o alferes-mór do reino. Nascido com bastante propensão para a poesia, empregava-a nas horas disponiveis, compondo trovas, tornando-se em pouco tempo conhecido como um dos mais habeis trovadores da côrte, e sendo egualmente muito perito na musica, elle proprio a compunha para as suas trovas, que cantava á guitarra nos saraus do paço de Coimbra e no das Alcaçovas de Santarem e de Lisboa. D. Diniz estimava-o muito pela sua intelligencia, e tinha tambem mais predilecção pelos filhos naturaes, do que pelos legitimos. Este facto despertou a inveja do principe herdeiro, que depois foi el-rei D. Affonso IV, dando causa a discordias entre o pae e filho. D. Pedro conservou-se neutral por não querer ir contra seu pae e os outros irmãos bastardos, D. Affonso Sanches e D. João Affonso, nem contra o principe herdeiro. Não animava a sua rebeldia, manifestava, porém, toda a deferencia, como bastardo, para com seu irmão legitimo. D. Affonso Sanches e D. João Affonso indignaram-se altamente, dizendo que elle desertara da causa commum; pintaram ao rei com as mais feias côres este procedimento, apresentando o infante como rebelde e traidor, quasi como incitador do principe á rebellião. Estas intrigas e malquerenças enfureceram D. Diniz e o obrigaram a mandar sahir do reino o infante D. Pedro, sequestrando-lhe todos os bens. O conde de Barcellos foi então para Castella, d'onde voltou em 1319 para se alistar no exercito de D. Affonso. Ainda que muito irritado pela injusta sentença que o condemnara ao exilio, D. Pedro mostrou-se sempre conciliador, e foi elle o principal agente e auxiliar de Santa Izabel, quando esta rainha, em Coimbra, procurou e conseguiu estabelecer a paz entre seu marido e seu filho. Casou tres vezes, sem que de nenhum dos matrimonios tivesse descendencia. Sua primeira mulher chamava-se Branca Pires de Sousa, e era filha de D. Pedro Annes de Portel, e de D. Constança Mendes de Sousa; o segundo casamento realisou-se com a dama da rainha Santa Izabel, D. Maria Ximenes Coronel, aragoneza; sua terceira mulher chamava-se D. Thereza Annes de Toledo. Por sua morte, no anno de 1354, legou tudo quanto possuia em Santarem e seu termo, ao convento de S. João de Tarouca, da ordem de S. Bernardo, onde foi sepultado. Na volta do exilio tinha novamente tomado posse de todos os bens. Nos ultimos annos, o conde de Barcellos viveu completamente retirado dos negocios e da politica. Não publicara nunca as suas poesias, bem que corressem na côrte e fôssem cantadas nos salões; e por seu testamento, outhorgado a 30 de março de 1345, as deixou a el-rei de Castella, seu cunhado D. Affonso IX, o qual não chegou a receber o legado, por ter fallecido em Gibraltar em 1350, quatro annos antes da morte do infante, que se realisou em 1354, conforme se disse, epoca em que só se podia verificar a abertura do testamento, e dar cumprimento dos legados e verbas que n'elle se continham. E' mui provavel, que, apezar da morte do rei de Castella, o *Cancioneiro do Conde de Barcellos* fôsse considerado propriedade dos seus herdeiros, e como tal remettido para Castella, e esta supposição parece bem comprovada pelo seu desapparecimento de Portugal, e pela circumstancia de ser ha mais de cincoenta annos achado n'uma livraria da côrte de Hespanha por um erudito, zeloso das letras patrias, que o copiou, coordenou e publicou em Madrid, no anno de 1849. Esta edição é composta de 333 pag. e 286 cantigas, além de tres supplementos, em que se juntaram algumas trovas, a que não póde dar-se collocação propria, e estrophes que parecem começo ou finaes de composições. Contém mais um romance sobre os amores do conde D. Pedro, composto pelo editor, e alguns versos em linguagem gallega, por D. Alberto Camino. O editor affirma que este cancioneiro é o mesmo que existia no collegio dos nobres, e que em 1823 lord Stuart, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, mandou imprimir, para offerecer a alguns amigos e a varias bibliothecas da Europa, Presume-se, que seja o mesmo que existe na bibliotheca d'Ajuda, conhecido pela denominação de *Cancioneiro do Collegio dos Nobres*. O *Nobiliario*, ou *Livro de linhagens*, que se lhe attribue, e do qual existe uma copia na Torre do Tombo julgando-se ser do seculo XV, foi publicado na fórma em que o dispozera e coordenara João Baptista Lavanha, com o seguinte titulo: *Nobiliario de D. Pedro, conde de Barcellos, hijo del-rey D. Dionis de Portugal, ordenado y ilustrado com notas y indices, por Juan Bautista Lavaña, coronista mayor del reyno de Portugal*, Roma, 1640. Tem uma boa estampa emblematica no frontispicio. Apezar do titulo ser em castelhano, o livro é escripto em portuguez, com excepção das notas marginaes de Lavanha, que são tambem em hespanhol. Impressas no mesmo formato costumam andar annexas, e encadernadas juntamente no proprio volume, *Notas* de Felix Machado da Costa e Silva, mar-

quez de Montebello, de pag. 1 a 20; ditas de Alvaro Ferreira de Vera, de pag. 21 a 32; ditas de Manuel de Faria e Sousa, de pag. 32 a 46; seguindo-se tres indices de appellidos e solares, respectivamente relativos a cada uma d'estas series de notas. Manuel de Faria e Sousa traduziu tambem á sua parte o *Nobiliario*, que publicou com o seguinte titulo: *Nobiliario de D. Pedro, conde de Barcellos*, etc. *tradusido y ilustrado por Manuel de Faria y Sousa*, Madrid, 1646. Esta edição foi sempre bibliographicamente muito menos considerada que a de Roma. Diz Innocencio da Silva, no *Diccionario bibliographico* vol. VI, pag. 373: «Lavanha, coordenando o *Nobiliario* na fórma em que se publicou 15 annos depois da sua morte, por diligencia de D. Manuel de Moura Corte-real, marquez de Castello Rodrigo, não só alterou consideravelmente o contexto da obra em muitos logares, com liberdade indesculpavel, mas supprimiu de todo os titulos 1.º e 2.º e os primeiros dos paragraphos do 3.º, taes como estavam no original de que se serviu, que era, segundo elle diz, *copia authentica do que se guardava na Torre do Tombo de Lisboa*. Desde muito tempo haviam os criticos reconhecido que essa mesma copia, existente na Torre do Tombo, estava muito longe de poder julgar-se conforme ao texto primitivo do conde de Barcellos. Faria e Sousa assim o confessa na sua traducção; da mesma opinião é o marquez de Alegrete e outros academicos seus collegas na Academia Real de Historia. Tratou mais de espaço este ponto D. José Barbosa, no *Catalogo das Rainhas em Portugal*, pag. 222 a 230, e ultimamente o outro benemerito theatino D. Thomaz Caetano do Bem, nas suas *Memorias Historicas e Chronologicas dos Clerigos regulares*, anteloquio ao tomo II, pag. 33 a 35, fez largas e eruditas considerações sobre o assumpto, pondo em evidencia os anachronismos e erros palpaveis, e mostrando com argumentos concludentes que a obra fôra addicionada em uns logares e deturpada n'outros, á vontade dos seus incognitos continuadores. A parte as adulterações, todos concordavam em conceder de bom grado ao conde de Barcellos as honras da paternidade do famoso livro, a ponto de que o citado marquez de Alegrete, falando do conde D. Pedro, o proclama em termos absolutos *o mais antigo historiador que tem Portugal, e o mais antigo e autorisado genealogico (excepção feita dos sagrados) que tem o mundo erudito*».

Barcellos. Villa da provincia do Minho, séde de concelho e de comarca; arcebispado e districto de Braga. Tem uma só freguezia, orago Santa Maria Maior, com 3:530 hab.: 1502 do sexo masc. e 2:028 do feminino. Tem Misericordia, hospital e asylo, escolas de instrucção primaria e secundaria, sociedades recreativas, estação postal e telegraphica com emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas postaes, permutando malas com a R. A. M.; tem egualmente estação na linha do caminho de ferro do Minho. A estação telegraphica municipal foi creada por decreto de 8 de abril de 1869. Pertence á 3.ª divisão militar e ao 24.º dist. de res. do exercito effectivo com a séde em Braga. O concelho de Barcellos comprehende 91 freguezias, com 47:002 hab., sendo 20:995 do sexo masculino e 26:007 do feminino, n'uma superficie de 37:507 hectares. As freguezias são: Abbade de Neiva (Santa Maria) com 684 hab.: 311 do sexo masculino e 373 do fem; Aborim (S. Martinho), com 363 hab.: 157 do sexo masc. e 206 do fem; Adães (S. Pedro) com 425 hab: 192 do sexo masc. e 233 do fem; Aguiar (Santa Lucrecia) com 379 hab.: 158 do sexo masc. e 221 do fem.; Airó (S. Jorge) com 343 hab.: 147 do sexo masc. e 196 do fem.; Aldreu (S. Thiago) com 559 hab.: 239 do sexo masc. e 320 do fem; Alheira (Santa Marinha) com 778 hab.: 353 do sexo masc. e 425 do fem.; Alvellos (S. Lourenço) com 639 hab.: 299 do sexo masc. e 340 do fem.; Alvito (S. Martinho) com 108 hab.; 55 do sexo masc. e 53 do fem.; Alvito (S. Pedro) com 220 hab.: 96 do sexo masc. e 124 do fem.; Arcozello (S. Mamede) com 559 hab.: 251 do sexo masc. e 308 do fem.; Areias (S. Vicente) com 393 hab.: 168 do sexo masc. e 225 do fem.; Areias de Villar (S. João Baptista) com 380 hab.: 173 do sexo masc.

Brazão da villa de Barcellos

207 do sexo fem.: Balugães (S. Martinho) com 463 hab.: 204 do sexo masc. e 259 do fem.; Banho (S. Salvador) com 191 hab.: 80 do sexo masc. e 111 do fem.; Barcellinhos (Santo André) com 1:168 hab.: 514 do sexo masc. e 654 do fem.; Barqueiros (S. João Baptista) com 1:011 hab.: 468 do sexo masc. e 543 do fem.; Bastuço (Santo Estevão e S. João) com 473 hab.: 204 do sexo masc. 269 e do fem.; Cambezes (S. Thiago) com 668 hab.: 308 do sexo masc. e 360 do fem.; Campo (S. Salvador) com 411 hab.: 178 do sexo masc. e 233 do fem.; Carapeços (S. Thiago) com 658 hab.: 287 do sexo masc. e 371 do fem; Carreira (S. Miguel) com 547 hab.: 239 do sexo masc. e 308 do fem., Carvalhal (S. Paio) com 642 hab.: 300 do sexo masc. e 342 do fem.; Carvalhas (S. Martinho) com 279 hab.: 138 do sexo masc. e 141 do fem; Chavão (S. João Baptista) com 301 hab.: 129 do sexo masc. e 172 do fem.; Chorente (S. Miguel) com 506 hab.: 237 do sexo masc. e 269 do fem; Christello (S. Salvador) com 876 hab.: 390 do sexo masc. e 486 do fem.; Cossourado (S. Thiago) com 823 hab.: 364 do sexo masc. e 459 do fem.; Courel (S. Martinho) com 280 hab.: 126 do sexo masc. e 154 do fem.; Couto (S. Thiago) com 179 hab.: 82 do sexo masc. e 97 do fem; Creixomil (S. Thiago) com 396 hab.: 169 do sexo masc. e 227 do fem.; Crujães (Santa Comba) com 100 hab.: 47 do sexo masc. e 53 do fem.; Durrães (S. Lourenço) com 441 hab.: 193 do sexo masc. e 248 do fem.; Egreja Nova (Santa Maria) com 386 hab.: 166 do sexo masc. e 220 do fem.; Encourados (S. Thiago) com 362 hab.: 153 do sexo masc. e 209 do fem.; Faria (Santa Maria) com 393 hab.: 173 do sexo masc e 220 do fem.; Feitos (S. Thiago), annexa a Palme, com 128 hab.: 54 do sexo masc. e 74 do fem.; Fonte Coberta (S. Romão) com 225 hab.: 115 do sexo masc. e 110 do fem; Fornellos (S. Salvador) com 412 hab.: 186 do sexo masc. e 226 do fem.; Fragoso (S. Pedro) com 1:059 hab.: 463 do sexo masc. e 596 do fem.; Gallegos (Santa Maria) com 650 hab: 297 do sexo masc. e 353 do fem.; Galle-

gos (S. Martinho) com 355 hab.: 163 do sexo masc. e 192 do fem.; Gamil (S. João Baptista) com 295 hab.: 132 do sexo masc. e 163 do fem.; Gilmonde (Santa Maria) com 521 hab.: 235 do sexo masc. e 286 do fem.; Ginzo (S. Salvador) annexa a Alvito, com 146 hab.: 62 do sexo masc. e 84 do fem.; Goios (Santa Maria) com 361 hab.: 153 do sexo masc. e 208 do fem.; Grimancellos (S. Matheus) com 373 hab.: 158 do sexo masc. e 215 do fem.; Gueral (S. Paio) com 346 hab.: 168 do sexo masc. e 178 do fem.; Lama (O Salvador) com 487 hab.: 207 do sexo masc. e 280 do fem.; Lijó (Santa Maria) com 719 hab.: 338 do sexo masc. e 381 do fem.; Macieira de Rates (Santo Adrião) com 871 hab.: 368 do sexo masc. e 503 fem.; Palme (Santo André) com 685 hab.: 307 do sexo masc. e 378 do fem.; Panque (Santa Eulalia) com 274 hab.: 127 do sexo masc. e 147 do fem.; Paradella (Santa Marinha) com 346 hab.: 148 do sexo masc. e 198 do fem.; Pedra Furada (Santa Leocadia) com 263 hab.: 115 do sexo masc. e 148 do fem.; Pereira (S. Salvador) com 376 hab.: 180 do sexo masc. e 196 do fem.; Perilhal (S. Paio) com 590 hab.: 262 do sexo masc. e 328 do fem.; Pousa (Santa Christina) com 731 hab.: 323 do sexo masc. e 408 do fem.; Quintiães (Santa Maria) com 435 hab.: 197 do sexo masc. e 238 do fem.; Queiraz (S. Salvador) annexa a Roriz; com 230 hab.: 115 do sexo masc. e 115 do fem.; Remelhe (Santa Marinha) com 587 hab.: 280 do

Ruinas do paço e solar dos duques de Bragança—Ponte sobre o rio Cávado

do fem.; Magdalena de Villar (Santa Maria Magdalena) com 256 hab.: 103 do sexo masc. e 153 do fem.; Manhente (S. Martinho) com 516 hab.: 222 do sexo masc. e 291 do fem.; Mariz (Santo Emilião) com 187 hab.: 87 do sexo masc. e 100 do fem.; Martim (Santa Maria) com 753 hab.: 334 do sexo masc. e 419 do fem.; Midões (S. Paio) com 282 hab.: 124 do sexo masc. e 158 do fem.; Milhazes (S. Romão) com 598 hab.: 284 do sexo masc. e 314 do fem.; Minhotaes (S. Salvador) com 531 hab.: 249 do sexo masc. e 282 do fem.; Mondina (S. Martinho) com 239 hab.: 103 do sexo masc. e 136 do fem.; Monte de Fralães (S. Pedro) com 106 hab.: 47 do sexo masc. e 59 do fem.; Moure (Santa Maria) com 334 hab.: 160 do sexo masc. e 174 do fem.; Negreiros (Santa Eulalia) com 520 hab.: 232 do sexo masc. e 288 do fem.; Oliveira (Santa Eulalia) com 633 hab.: 276 do sexo masc. e 357 do sexo masc. e 307 do fem.; Rio Covo (Santa Eugenia) com 347 hab.: 167 do sexo masc. e 180 do fem.; Rio Covo (Santa Eulalia) com 434 hab.: 199 do sexo masc. e 235 do fem.; Roriz (S. Miguel) com 781 hab.: 340 do sexo masc. e 441 do fem.; Sequiade (S. Thiago) com 327 hab.: 150 do sexo masc. e 177 do fem.; Silva (S. Julião) com 338 hab.: 159 do sexo masc. e 179 do fem.; Silveiros (S. João Baptista) com 530 hab.: 248 do sexo masc. e 282 do fem.; Tamel (Santa Leocadia) com 227 hab.: 101 do sexo masc. e 126 do fem.; Tamel (S. Pedro Fins) annexa a Carapeços, com 300 hab.: 123 do sexo masc. e 177 do fem.; Tamel (S. Verissimo) com 571 hab.: 263 do sexo masc. e 308 do fem.; Tregosa (Santa Maria) com 347 hab.: 164 do sexo masc. e 183 do fem.; Ucha (S. Romão) com 710 hab.: 327 do sexo masc. e 383 do fem.; Varzea (S. Bento) com

237 hab.: 116 do sexo masc. e 121 do fem; Viatodos (Santa Maria) com 903 hab.: 387 do sexo masc. e 516 do fem.; Villa Boa (S. João) com 311 hab.: 142 do sexo masc. e 169 do fem.; Villa Cova (Santa Maria) com 1:029 hab : 441 do sexo masc. e 588 do fem.; Villa Frescainha (S. Martinho) com 519 hab.: 231 do sexo masc. e 288 do fem.; Villa Frescainha (S. Pedro) com 351 hab : 166 do sexo masc. e 185 do fem.; Villa Secca (S. Thiago) com 730 hab.: 322 do sexo masc. e 408 do fem.; Villar de Figos (S. Paio) com 444 hab.: 212 do sexo masc. e 232 do fem.; Villar do Monte (S. Salvador) com 232 hab.: 113 do sexo masc. e 119 do feminino. A villa de Barcellos assenta na margem direita do rio Cávado, a 12 kil. acima da sua foz. Está situada n'uma bella posição topographica, distando 18 kil. a O de Braga. Pela sua importancia e aspecto ridente é uma das villas principaes de Portugal e a mais formosa da pittoresca provincia do Minho. Sobre a origem de Barcellos divergem as opiniões dos historiadores: uns pretendem que foi fundada pelos *barcinos*, povos carthaginezes; outros que o fôra pelos romanos, denominando-a *Aguas Celenas,* do nome do rio *Celeno,* hoje Cávado. Para aquelles autores o fundador teria sido o capitão carthaginez Amilcar Barcino. Ainda outros dão como fundadores de Barcellos os gallo-celtas. Antigamente chamou-se *Barracellos*, corrupção talvez de *Barra Celani* ou de *Barca Celi*, nome de uma barca, que, antes de haver ponte no Cávado, fazia o transporte de uma para a outra margem. A opinião mais seguida é a de que a primitiva povoação, cidade romana, se denominava *Aguas Celenas*, vindo a ser totalmente destruida com as guerras dos godos, suevos, vandalos, alanos e arabes; suppondo-se que foram estes ultimos os seus primeiros reedificadores. Em 1140 D. Affonso Henriques reedificou-a e deu-lhe foral, que D. Sancho I confirmou em 1208 e D. Manuel renovou em 1515. Barcellos foi a primeira terra de Portugal elevada a condado depois da constituição da monarchia. D. Diniz, em 8 de maio de 1298, creou este condado, dando-o ao seu mordomo-mór D. João Affonso Tello de Menezes (V. *Condes e duques de Barcellos).* O oitavo conde de Barcellos foi o condestavel D. Nuno Alvares Pereira, que cedeu o condado, como dote de casamento, a seu genro D. Affonso, primeiro duque de Bragança, filho natural de D. João I, e tronco da casa de Bragança, que se conserva ainda na dynastia reinante. O condado de Barcellos foi elevado a ducado por D. Sebastião, em 4 de agosto de 1562, ficando a pertencer aos primogenitos dos duques de Bragança. Desde o principio da actual dynastia que estão annexos á Casa Real os titulos de duque de Bragança e conde e duque de Barcellos. No antigo regimen esta villa tinha assento em côrtes no decimo quarto banco. O seu brazão tem sido controvertido. Vilhena Barbosa, no seu livro *As cidades e villas*, etc., diz que lhe foi dado por D. Affonso, primeiro duque de Bragança, e que, conforme se acha na Torre do Tombo, consiste n'um escudo azul com uma ponte e uma arvore com pomos de ouro por cima dois castellos de prata, e sobre estes tres escudos, nos dois dos lados as quinas de Portugal, e no do meio uma aspa vermelha em campo de prata, que era a divisa de D. Affonso. Pinho Leal, no seu *Portugal Antigo e Moderno*, descreve o seguinte brazão: Em um escudo uma ponte com um carvalho no meio e de um lado do carvalho uma torre e do outro uma ermida e por cima, em faxa, tres escudos pequenos, tendo os dos lados as quinas e o do meio uma aspa. Como se vê é apenas uma variante, mas que tem a autorisal-a a circumstancia d'estas armas estarem assim na casa da camara e porque, effectivamente, em uma das extremidades da ponte, a do N, que é do lado da villa, existe um castello com uma torre, que foi os paços dos duques de Bragança; e na outra extremidade, a do S, do lado de Barcellinhos (V. *este nome*), está a capella de Nossa Senhora da Ponte. A villa de Barcellos é cercada de muros e tinha duas torres muito altas, tudo obra do referido primeiro duque de Bragauça, D. Affonso. Foi director d'estas fortificações Tristão Gomes Pinheiro, commendador de S. Pedro da Veiga de Lilla, alcaide-mór de Barcellos, o qual fez uma casa ao pé das do duque, com duas magnificas torres, que é o Solar dos Pinheiros (V. *este nome).* As muralhas, que se fizeram entre os annos de 1446 e 1471, tinham quatro portas, a da Torre da Ponte, Porta Nova, do Valle, e da Fonte de Baixo; e tres postigos, o da Feira, o das Vingandeiras e o dos Pellames. O primeiro postigo deitava para o arrabalde de Cima de Villa, actual Campo da Feira, e era no lanço de muralhas que por este lado cercavam a villa sendo defendidas por uma alta torre. A povoação no seu crescimento rompeu as muralhas e estendeu-se pelo Campo da Feira. Desappareceu a muralha e o postigo, mas ficou a torre, coroada de ameias e com janellas ogivaes, servindo de cadeia. No fim do campo está o convento de freiras benedictinas, o templo do Senhor da Cruz, o convento de S. Francisco e a egreja dos terceiros Estes dois edificios estão separados pela frondosa matta, que foi cerca do convento e pertence agora á Misericordia. A egreja matriz da villa de Barcellos, Santa Maria Maior ou Nossa Senhora da Assumpção, e até em tempos antigos de Nossa Senhora das Neves, é de tres naves, ficando dentro da cerca das muralhas. Foi fundada em 1433, ultimada em 1464 por D. Fernando I, duque de Bragança. E' collegiada, confirmada pelo pontifice Paulo II. Esta collegiada tem prior, tres conegos *inteiros* e seis conegos *tercenarios*. As rendas que desfructavam foram, até 1834, os fructos das egrejas de Barcellos, Villa Frescainha, Barcellinhos, Carvalhal, Gilmonde, Villa Secca, Milhazes, Faria, Villar de Figos e Courel,todas no termo da villa, e cujos vigarios eram apresentados pelo prior da collegiada, menos o de Villa Secca, que a Casa de Bragança apresentava. O prior tinha 1:000$000 réis de renda, cada conego *inteiro* 350$000 reis e os *tercenarios* 150$000 réis. D. Pedro II deu mais, para todos, um padrão de juro real de 450$000 réis, com assentamento na alfandega de Lisboa. Havia tambem um thesoureiro-mór, sem obrigação de *residencia* e que recebia os fructos das egrejas de Fragoso e S. Claudio, e um arcypreste que tinha o rendimento dos fructos da egreja de Deucriste. A collegiada foi reformada por carta regia de el-rei D. Pedro V, em 8 de agosto de 1859, em vista da carta de lei de 16 de junho de 1848, que regulava o assumpto e em conformidade do decreto de 27 de dezembro de 1849 e carta regia de 14 de fevereiro de 1850.

Confirmou-a na reforma, como prelado ordinario, o arcebisbo primaz D. José Joaquim d'Azevedo e Moura, por sentença de 27 de dezembro de 1859. Os estatutos tiveram a confirmação do governo em 17 de novembro de 1864. A Misericordia e hospital de Barcellos foram fundados em 1512 com os rendimentos do *real d'agua*, e por provisão de 1711 se lhes concederam, annualmente e emquanto durassem as obras, 1:500 medidas de pão. O hospital foi mudado em 1836 para o convento de S. Francisco. A Misericordia tem uma boa galeria de retratos dos bemfeitores, distinguindo-se o do seu fundador, el-rei D. Manuel, e o do duque de Bragança, D. Theodosio. A egreja do Menino Jesus e o recolhimento, que havia junto, foram fundados em 1730 por uma preta de nome Victoria, escrava de Bento Ferreira Gomes, d'esta villa, com esmolas que pediu. Foi depois convento de freiras benedictinas, sendo supprimido em 1834. A egreja ficou a cargo da irmandade do Terço; está situada no Campo da Feira. N'este mesmo campo existe a egreja do Senhor da Cruz, que é sumptuosa. Este Senhor festeja-se a 3 de maio havendo então uma grande e tradicional feira, que ali costuma attrahir festiva concorrencia. Diz a tradição que em uma sexta feira, 20 de dezembro de 1504, apparecera no mesmo campo, então chamado do Salvador, uma cruz pintada no chão; e que desde d'esse dia principiaram a apparecer cruzes assim. Erigiu-se á primeira uma pequena ermida, hoje transformada em egreja, que é a referida do Senhor da Cruz ou do Bom Jesus da Cruz. A imagem de Christo com a cruz ás costas, que se venera n'este templo, trouxe-a de Flandres um mercador da villa, conforme refere Manuel Severim de Faria, no seu *Promptuario Espiritual,* cap. XXVIII, no artigo consagrado aos milagres das Cruzes de Barcellos. A's festividades que teem logar nos primeiros dias de maio na formosa villa de Barcellos se chama a festa das Cruzes, em lembrança d'aquella lenda da apparição de cruzes. Em setembro, no dia da Exaltação da Santa Cruz, tambem se celebravam grandes festas, sendo a maior affluencia no mez de maio. Foi o primeiro duque de Bragança, D. Affonso, quem fez tambem construir para si e seus successores um palacio, cujas ruinas ainda hoje se vêem na villa, junto á ponte do lado N. Do alto das ruinas se goza um bello panorama, avistando-se o monte da Frauqueira, de notavel altura, e o Bom Jesus do Monte, de Braga. Os paços ducaes de Barcellos teem merecido alguns estudos importantes. Sob o ponto de vista historico-artistico, o paço dos duques de Barcellos, embora nos seus pormenores architectonicos e simplicidade dos processos de construcção se confunda com os demais solares da epoca, que ainda existem na antiga provincia de Entre Douro e Minho, affasta-se comtudo, no seu plano e no seu aspecto exterior, da fórma classica adoptada na generalidade das habitações senhoriaes de Portugal e do norte de Hespanha, da qual possue tambem Barcellos um exemplar caracteristico na historica casa do *Barbadão,* solar dos Pinheiros. Ao passo que nos demais palacios o typo seguido era, invariavelmente, um corpo central flanqueado de torreões com os seus meios de defeza, casas annexas, etc., for-

Egreja Matriz ou da Collegiada (Santa Maria Maior)

mando um pateo maior ou menor, aqui encontra-se uma construcção de plano irregular, sem corpos elevados e tendo o andar nobre a pequena altura do solo, e portanto facilmente accessivel. A não ser a demasiada elevação dos telhados o numero de chaminés que, em consequencia da fórma da cobertura, se elevavam a grande altura, e os numerosos cataventos, particularidades estas que imprimiam ao edificio um ar bastante senhorial, este palacio não passava de uma boa habitação, o que parece não corresponder ao luxo e ostentação com que vivia o seu fundador. Explica-se isto pela circumstancia de não ser Barcellos a residencia habitual dos seus condes e duques, mas sim Guimarães, onde effectivamente o referido conde D. Affonso mandou edificar um palacio verdadeiramente sumptuoso e com a capacidade bastante para o seu numeroso estado. Não era entretanto o solar de Barcellos uma casa vulgar e mesquinha. A falta de bellezas architetonicas no exterior era largamente compensada pela riqueza da decoração interior, pois que tudo quanto podia constituir o luxo domestico dos tempos passados ali se encontrava com profusão e grandeza. O terreno e ruinas d'estes paços foram pedidos ao governo pela camara de Barcellos para ali fazer um passeio publico; o que lhe foi concedido em agosto de 1873, sob condição de que uma parte do velho edificio fosse conservada, collocando-se-lhe uma lapide commemorativa, para attestar ás gerações futuras que fôra ali o palacio dos duques de Bragança, d'onde procedem muitas das familias reaes da Europa. Devido á iniciativa da camara municipal de Barcellos, na vereação de 1899 a 1901, vae ser restaurado este monumento de que se honra Barcellos, com destino a bibliotheca e museu municipaes. Foi autor do projecto de restauração o habil architecto sr. Ernesto Korrodi, professor de escola industrial de Leiria, o qual se houve com a sua reconhecida aptidão. As obras de restauração foram iniciadas no dia 7 de abril de 1904. N'uma graciosa collecção de bilhetes postaes acham-se publicados os projectos de restauração dos paços, elaborados pelo sr. Korrodi. Entre os bons edificios da villa aponta-se a casa da camara, sendo um dos melhores paços do concelho de toda a provincia. Barcellos foi a maior comarca do reino, pois comprehendia todos os territorios que o ducado de Barcellos tinha no Minho e na actual provincia do Douro, até proximo de Aveiro. Em toda a comarca havia quarenta e duas companhias de ordenanças. A camara servia de capitão-mór. Teve tambem pelourinho. Calcula-se que a comarca tivesse mais de 20 leguas de comprimento. Pinho Leal diz ter visto em Grijó, a uns 18 kil· ao sul do Porto, um marco ou padrão que dizia *Correição de Barcellos*. A leste e oeste de Barcellos, elevam-se ao longe, como dois baluartes naturaes, os montes d'Airó e da Franqueira. Em um e outro assentam os extinctos conventos dos loios de Villar de Frades, e dos franciscanos de Bom Jesus do Monte. O convento dos conegos Evangelistas, de benedictinos ao principio, fica na fralda d'Airó, para a parte do norte. O convento dos frades capuchos, da provincia seraphica da Soledade, fica na vertente da Franqueira, não longe das ruinas do celebrado castello de Faria, cujas cantarias se empregaram na construcção do convento. A villa de Barcellos gloria-se de contar entre seus filhos alguns bem illustres, cujas biographias se podem vêr nos respectivos appellidos n'este diccionario. Entre outros apontam-se: Fr. Innocencio de Barcellos, Henrique Ernesto de Almeida Coutinho, D. Joaquim da Encarnação, Nuno Gonçalves de Faria, Pedro Fernandes. D. João da Silva Ferreira. Manuel da Rocha Freire, P. Vasco Gonçalves. Visconde de Leiria, João Paes, Gaspar Pinheiro, D. Rodrigo Pinheiro (V. *Solar dos Pinheiros de Barcellos)*, Fr. Pedro de Poyares, Diogo Fernandes Villas-Boas, etc. Nos seus fastos conta Barcellos innumeros actos de bravura e acrisolado patriotismo. A par d'elles, todavia, regista-se o seguinte, que

Egreja do Bom Jesus, Campo da Feira, Hospital da Misericordia e Egreja de S. Francisco

não deixa de ser interessante, tal como o descreve Pinho Leal: «Indo D. João I tomar Ceuta, em Africa, repartiu depois da conquista os pontos da cidade africana pelos moradores das cidades e villas que com elle foram e o ajudaram n'essa empresa. Sendo a praça atacada pelos moiros desesperados, em grande força e com grande alarido, os de Barcellos de tal maneira se atterraram que fugiram, abandonando o ponto da muralha que lhes havia sido confiado. Junto a este ponto estava outro defendido pelos de Guimarães, os quaes, vendo fugir os seus visinhos, se dividiram em dois troços, defendendo com um o seu posto e com o outro o abandonado, o que fizeram com grande bravura e galhardia, sendo os moiros em ambos furiosamente repellidos com grande perda. D. João I premiou esta bravura e castigou aquella cobardia, mandando que d'ahi em deante fossem os de Barcellos varrer as praças e açougues de Guimarães, nove vezes no anno, nas vesperas das festas da camara de Guimarães, que eram n'aquelle numero, com um barrete vermelho na cabeça, uma banda da mesma côr ao hombro, espada á cinta, um pé calçado outro descalço, e cada um armado com sua vassoura de giesta, fazer a limpeza ordenada em Guimarães; e, finda ella, iam á camara e entregavam aos vereadores os seus barretes e bandas, em signal de servidão. Se algum faltava a este acto de humilhação era condemnado em pena pecuniaria, o que quasi todos preferiam a fazer tão ridiculo papel. Por esta causa não havia quem quizesse ser vereador em Barcellos, pelo que o duque de Bragança, D. Jayme, pelos annos de 1488, contratou com o povo e a camara de Guimarães de lhes ceder as freguezias de Cunha e Ruilhe, do termo de Barcellos e de que elle era senhor, para continuarem n'aquella obrigação; o que os de Guimarães acceitaram, e continuou esta comedia até 1580, em que terminou.» Mas no seculo XVII os heroismos apagaram aquella nodoa da historia de Barcellos. Constam da *Relaçam do qve fizeram os moradores de Barcellos na restauração de 1640* pelo licenciado Manuel da Rocha Freire, publicada em Braga, 1871. Ácerca de Barcellos é grande o numero de obras que se podem consultar. Além das que ficam indicadas n'este artigo, tambem encerram elementos indispensaveis as seguintes: *Noticia descriptiva da muito nobre e antiga villa de Barcellos*, por Antonio Maria do Amaral Ribeiro, Barcellos, 1866; *Materiaes para a archeologia do concelho de Barcellos*, por Martins Sarmento; *Tratado panegyrico em louvor da villa de Barcellos, por rezam do apparecimento de cruzes que n'ella apparecem*, por Fr. Pedro de Poyares; *Memoria historica da villa de Barcellos, Barcellinhos e Villa Nova de Famalicão*, por Domingos Joaquim Pereira, Vianna do Castello, 1867; *Supplemento para unir á memoria historica*, idem, 1872; *Noticia geral da villa de Barcellos, pelo professor Pereira Caldas*, Braga, 1871, a qual precede a edição que se fez da *Relaçam*, acima citada, de Rocha Freire. ‖ *Jornaes:* Em Barcellos teem-se publicado os seguintes: *Annunciador*—1 de julho de 1888, em continuação da *Revista Bibliographica*; *Aurora de Barcellos*—22 de maio de 1902, em publicação (?); *Aurora do Cavado*—14 de agosto de 1867 a 5 de outubro de 1901; *Barcellos* — 28 de janeiro de 1897; *Barcellense* —outubro de 1859 a 1878; este jornal é considerado como o primeiro que viu a luz em Barcellos, mas parece ter sido o segundo; *Barqueiro do Cavado (O)*—13 de outubro de 1853, o primeiro periodico publicado em Barcellos, ao qual se seguiu *O Barcellense*; teve duas edições de formato desegual, uma com numeros e outra não; *Bibliographia (A)* — 1 de agosto de 1887 a fins de junho de 1888, sendo continuada pelo *Annunciador; Commercio de Barcellos (O)*—9 de março de 1890 em publicação; *Echo de Barcellos (O)*—13 de outubro de 1860 a 1863; *Exercito Illustrado*—25 de abril de 1898; *Folha da Manhã*—7 de agosto de 1879, em publicação; *Gaita (A)* —17 de maio de 1894; poucos numeros se publicaram; *Gazeta do Povo* — 10 de janeiro de 1885; *Ideia Nova (A)*—22 de setembro de 1885 a fevereiro de 1886; *Imparcial (O)* — 24 de julho de 1867 a dezembro 1879; *Jornada (A)*—7 de julho de 1889; *Jornal de Barcellos*—21 de março de 1866; *Jornal de Barcellos*—1 de janeiro de 1888, que substituiu o *Tirocinio*; *Jornal do Povo* - 11 de junho de 1864 a 11 de novembro de 1866; *Lagrima (A)*—24 de abril de1892, em publicação (?); *Lei e Ordem*—abril 1873; *Lyra (A)*—1 de julho de 1885; *Mercantil (O)* —junho de 1862 a julho de 1864; *Minho (O)*—16 de julho a 5 de dezembro de 1882; *Minhoto (O)*—22 de outubro de 1888 a 28 de abril de 1889; *Mocidade (A)*—setembro de 1885; *Mosquito (O)*—1 de julho de 1883; *Portugueza (A)*—3 de fevereiro de 1891; *Povo (O)*—21 de agosto de 1870, *Regenerador-Liberal*—8 de novembro de 1903. em publicação; *Registro Bibliographico e Philologico* fevereiro de 1868; *Revista do Minho*—1 de abril de 1885; *Tirocinio* — 8 de maio de 1882 a dezembro

Edificio da Camara Municipal

de 1887; e sendo continuado pelo *Jornal de Barcellos*. Além d'estes jornaes foram publicados em Barcellos os seguintes numeros unicos: *Ao 1.° anniversario da Proclamação da Republica Brazileira* —15 de novembro de 1890; *Kermesse (A)*—2 de maio de 1894. V. *Correcções* no fim d'este volume.

Barcellos *(Solar dos Pinheiros de)*. Este historico solar, tambem conhecido pelo palacio do *Barbadão*, fronteia com a rua da Egreja e com a antiga rua do Terreiro, hoje Duque de Bragança, ficando porisso a pequena distancia da real Collegiada e do paço em ruinas d'aquelle duque. Comquanto muito deteriorado pela acção do tempo e tambem por diversas reconstrucções parciaes, e em parte até em estado de completa ruina, este solar accusa ainda as fórmas primitivas, já nas suas janellas, algumas de primoroso trabalho artistico, já no seu pateo interior, incompleto, mas que devia ter sido de bello effeito decorativo, e já finalmente nas duas torres de tres andares, que se erguem nos angulos norte e sul da fachada principal, podendo considerar-se um bom monumento typico das habitações senhoriaes de Portugal e do norte da Hespanha no seculo XV. Ha n'este velho edificio algumas curiosidades, que ferem vivamente a attenção do investigador, e por isso aqui as mencionamos. Assim, na cornija da torre, que olha para o paço dos condes de Barcellos, vê-se uma figura de pedra representando uma cara de homem com barbas, e com as mãos postas n'ellas tentando arrancal-as. Diz uma lenda que esta figura significa o fundador d'esta casa enraivecido contra o conde D. Affonso (9.° conde de Barcellos e 1.° duque de Bragança), por não lhe permittir altear mais as torres do seu palacio, o que elle muito queria, ainda que *empenhasse as barbas*. Outra diz que o *Barbadão*,

Solar dos Pinheiros

como geralmente chamam a essa figura, representa o mesmo fundador, protestando vingança contra o proprio conde, por haver deslisado com uma filha sua... Ha n'estas lendas, evidentemente, uma allusão aos amores de el-rei D. João I com uma senhora d'esta familia — *D. Ignez Pires*, a *commendadeira de Santos*, — de que adiante falaremos. Na face sul da mesma torre e á altura da primeira janella, ha um escudo de pedra com quatro chaves, suspensas de um torçal, e, contornando o escudo, em caracteres italicos, a legenda: ESTAS CASAS MANDOU FAZER O DOUTOR PEDRO ESTEVES NO ANNO DO SENHOR DE 1448. Ainda na mesma torre, mas na face do poente, vê-se na cornija a mesma figura — o *Barbadão* — que notámos na face do sul; e um pouco abaixo e ao lado da janella superior, um brazão de armas, constituido por um escudo dividido em pala, tendo na primeira um pinheiro junto de um leão rompente, que são as armas dos Pinheiros de Barcellos; e na segunda, dividida em duas partes, na metade superior, quatro chaves suspensas de um torçal; e na inferior cinco lobos em santor, que são as armas dos Lobos de Alvito. E, em volta do escudo, o letreiro: ESTAS ARMAS SÃO DE ALVARO PINHEIRO LOBO. Um pouco inferior a este brazão ha uma figura de mulher, resaltando notavelmente da parede. Pelos modos traja habitos monachaes e tem as mãos em attitude de orar. Não será tambem uma allusão á celebre *commendadeira de Santos*? Das legendas que acima referimos, vê-se claramente que esta casa foi começada pelo dr. Pedro Esteves em 1448, e as duas torres as fez seu filho Alvaro Pires Pinheiro Lobo, 1.° administrador do morgado de Pouve e alcaide-mór de Barcellos. Quanto ao escudo existente na face sul d'esta torre, é convicção nossa que não se trata de um brazão d'armas, embora muitos antiquarios porfiassem em vêr n'elle o emblema heraldico do appellido Cogominho, attribuido ao fundador d'esta casa, mas do qual nunca usou, nem lhe pertencia. Não conhecemos familia portugueza, que tenha por armas *as quatro chaves suspensas de um torçal*. As chaves apparecem, é certo, nos brazões das familias Fagundes, Chaves e Cogominhos; mas n'estas são em numero *de cinco e postas em santor*, e não quatro e suspensas de um torçal, como no escudo da casa dos Pinheiros. Além de que nos ascendentes d'esta familia, não ha allianças com pessoas d'esses appellidos, que justifiquem um tal brazão. Houve, sim, o casamento de Aldonça Annes, tia paterna do dr. Pedro Esteves, com Fernão Gonçalves Cogominho, fidalgo de geração e morador em Barcellos. Virá d'ahi tambem a confusão?. As armas authenticas d'estes Pinheiros vêem-se, quanto a este appellido e ao de Lobos, no escudo apontado de Alvaro; e completas nos jazigos d'esta preclarissima familia nas Collegiadas de Barcellos e de Guimarães. São estas: escudo esquartelado; no 1.° quartel as armas dos Pinheiros, em campo vermelho um leão de ouro rompente, combatendo um pinheiro da sua côr, com pinhas douradas e raizes de prata; no 2.° as dos Aldanas da varonia do dr. Pedro Esteves, em campo vermelho cinco flores de liz de ouro, postas em aspa; no 3.° as dos Pereiras, em campo vermelho uma cruz de prata florida; no 4.° as dos Lobos, cinco, de preto, em aspa e armados de vermelho, em campo de prata. O jazigo de Barcellos foi mandado fazer

por Alvaro Pinheiro de Lacerda, 3.º administrador do morgado de Pouve, alcaide-mór d'aquella villa, fidalgo da Casa de Bragança e commendador de S. Pedro da Veiga de Lilla, da ordem de Christo. Tem este lettreiro: SEPULTURA DE ALVARO PINHEIRO, CAPITÃO D'ESTA VILLA E SEUS ACENDENTES E DECENDENTES. O jazigo de Guimarães, na torre da Collegiada, é obra magnifica de tumulos altos e lavrados, com as figuras em tamanho natural do dr Pedro Esteves e de sua mulher D. Izabel Pinheiro. Levanta-se ao meio de uma capella no primeiro pavimento da torre, que foi concluida por D. Diogo Pinheiro, filho d'aquelles fundadores d'este jazigo. Lá se vêem exteriormente na torre um brazão egual ao do jazigo de Barcellos, já descripto, e outro só do appellido Pinheiro, pertencente ao dito D. Diogo, que foi bispo do Funchal. E as quatro chaves suspensas de um torçal? Essas ainda apparecem no fecho brazonado na abobada do jazigo, de mistura com as armas dos appellidos indicados; mas já dissémos e repetimos que não as consideramos emblema heraldico. Talvez sejam um symbolo dos cargos que exerceu o dr. Pedro Esteves. Alludirão ás quatro Ouvidorias da Casa de Bragança, nas quaes tinha jurisdicção o doutor? Foi fundador da casa solar dos Pinheiros de Barcellos o dr. Pedro Esteves, que nasceu n'esta villa, pouco mais ou menos em 1405. Era afilhado do Condestavel Nun'Alvares Pereira. Tendo sido criado no paço dos 9.ºs condes de Barcellos, foi ainda muito novo para a universidade de Salamanca, e ahi se doutorou em direito civil e canonico em 1425, tendo apenas vinte annos de edade. Concluidos os seus estudos, voltou para o reino, e foi feito cavalleiro da casa do infante D. Duarte, filho e successor de el rei D. João I, e dizem J. F. Monterroyo Mascarenhas e outros escriptores que fôra cavalleiro de Aviz. Passou depois ao serviço dos condes de Barcellos, e, entre outros cargos importantes que exerceu, teve o de ouvidor das terras dos mesmos condes, por carta passada em Guimarães aos 21 de abril de 1441, e o de coudel-mór da comarca de Guimarães, por mercê feita em Evora aos 15 de dezembro de 1443. Foi tambem vedor das obras do Paço e Fortalezas de Entre Douro e Minho, por carta régia passada em Lisboa em 5 de outubro de 1463. Foi o dr. Pedro Esteves um varão dotado de muito entendimento, summa prudencia e bom conselho, pelo que captou o affecto de todos os principes do seu tempo, nomeadamente dos duques de Bragança, de quem recebeu, pelos muitos e bons serviços que lhes prestou, as maiores distincções. Poucas filiações terão sido tão controvertidas como a do fundador do velho solar dos Pinheiros de Barcellos. De todas as filiações dadas ao dr. Pedro Esteves, a que merece credito é a de Monterroyo Mascarenhas, e seguida pelos nobiliaristas abbade de Esmeriz, Felgueiras Gayo e outros. Funda-se em documentos existentes no archivo da illustre Casa do Vinhal, e por elles se vê que o dr. Pedro Esteves era filho de Estevam Annes, o *Borboleta*, assim chamado por alguns escriptores, por ser *muito galhardo no trajar*, natural da villa de Barcellos, parente do santo condestavel Nun'Alvares, a quem acompanhou desde moço em todas as emprezas militares, pelo que, entre outras mercês, lhe deu o Reguengo de Alviella, em 10 de maio de 1416, por carta passada em Borba. Recentes investigações a que procedeu o sr. dr. Antonio Ferraz, autor d'este artigo, como adeante declaramos, levaram-n'o a fixar a casa, em que por vezes habitou, em Barcellos, o condestavel Nun'Alvares, e a qual elle doou em 1427 a sua comadre Gracia Martins, mãe do dr. Pedro Esteves. Estevam Annes era primo em 3.º grau de Pedro Esteves de Fontebôa, commendador de Santos, na ordem de S. Thiago, o qual muitos linhagistas confundem com o dr. Pedro Esteves, chefe dos Pinheiros de Barcellos. Aquelle Pedro Esteves foi o pai da celebre *D. Ignez Pires*, commendadeira de Santos, a qual teve de el-rei D. João I o infante D. Affonso, 9.º conde de Barcellos e 1.º duque de Bragança. A proposito d'estes amores com D. João I, conta-se que, disputando el-rei D. Fernando de Portugal a corôa de Henrique II, de Castella, por tal motivo lhe declarára guerra no anno de 1369, depois de ter conseguido alliar-se com o rei de Aragão e com o moiro de Granada. Pedro Esteves foi obrigado a partir na hoste dos cavalleiros de Aviz, de que D. João era chefe; mas este em vez de acudir ao serviço de seu irmão D. Fernando, deixou-se ficar na villa de Veiros e, auxiliado pelo seu velho aio Fernão Martins, raptou *Ignez Pires*, levando-a para o castello de Aviz. O pae de Ignez, vendo esta barregan, teve tal desgosto, sentiu-se tão profundamente ferido em sua honra, que decidiu matar o *Mestre de Aviz;* e, sabendo que este havia de passar em Aldeia Gallega do Riba-Tejo, de caminho para Montemór-o-Novo, o esperou, disparando-lhe um tiro de bésta, que o não attingiu. Pelos modos fizeram então as pazes; mas o velho e pundonoroso fidalgo não mais quiz fazer a barba, pelo que lhe ficou a alcunha do *Barbadão*. D'ahi a lenda que referimos no começo d'este artigo, lenda que Damião de Goes adulterou, dizendo que o pae de *Ignez Pires* era judeu hespanhol converso, estabelecido na cidade da Guarda, onde exerceu por largos annos a sua modesta profissão de sapateiro. Estevam Annes foi casado com Garcia Martins, filha do dr. Martim Domingues, o instituidor do antigo hospital da rua das Congostas, no Porto, e de sua mulher Garcia Esteves, que, depois de viuva, foi religiosa e abbadessa do convento de Villa Nova de Gaya. Do casamento de Estevam Annes com Garcia Martins nasceram além do dr. Pedro Esteves, que era o mais novo, mais dois filhos a saber: (a) *João Esteves*, que nasceu em 1403 e foi almoxarife e juiz dos direitos reaes em Guimarães e seu termo, por mercê do 9.º conde de Barcellos, de 10 de outubro de 1422, em attenção aos serviços de seu pae Estevam Annes, e de sua mãe Gracia Martins, que

Brazão dos Pinheiros

foi ama de um filho do mesmo conde, D. Fernando, conde de Arraiollos, e que, por fallecimento de seu irmão primogenito succedeu no ducado de Bragança. João Esteves foi tambem juiz dos direitos reaes nas comarcas de Vianna do Castello e Ponte de Lima e vedor das obras do Paço. Casou com Catharina Pires, de quem não teve filhos; e, achando se muito doente em Barcellos, fez testamento no 1.º de dezembro de 1453, pelo qual vinculou todos os seus bens em morgado com a designação de *Morgado de Pouve*, cuja administração deixou a seu sobrinho e afilhado Alvaro Pires Pinheiro Lobo, filho de seu irmão o dr. Pedro Esteves. Jaz na egreja de Santa Maria de Abbade de Vermoim, do antigo termo de Barcellos. (b) *Braz Esteves*, que foi conego e thesoureiro-mór da Collegiada de Guimarães e falleceu em

Lapide na face S da torre do Solar dos Pinheiros

1459, deixando toda a sua casa a seu irmão o dr. Pedro Esteves, que em 1434 casou com D. Izabel Pinheiro, filha de Martim Lopes Lobo, ouvidor das terras do duque de Bragança e descendente dos Lobos de Evora (Alvito), e de sua mulher D. Mayor Esteves Pinheiro, dos Pinheiros senhores da casa e torre de Outiz, na freguezia do mesmo nome, do antigo termo de Barcellos. Esse casamento prova-se por uma carta de privilegios concedida por el-rei D. Affonso V a D. Izabel Pinheiro, passada em Evora em 4 de dezembro de 1469. Falleceu o dr. Pedro Esteves em 1469 e jaz com sua mulher na magnifica capella dos Pinheiros, por elle instituida no primeiro pavimento da torre da Collegiada de Guimarães. Foram irmãos de D. Izabel Pinheiro: Lourenço Pinheiro e Gil Pinheiro, sem mais noticia para não alongar este artigo. D. Brites Pinheiro, que casou com Lopo Rodrigues Cerveira, senhor do Couto de Mangoeiro e dos reguengos de Ponte de Lima e d'estes descendem os srs. condes de Bertiandos. D. Branca Pinheiro, que casou com o dr. Diogo Affonso de Carvalho, corregedor de Traz-os-Montes e desembargador do paço, e d'estes descendem os srs. viscondes de Pindella e condes de Arnoso. D. Leonor Pinheiro, que casou com Martim de Castro, alcaide-mór de Melgaço, etc. O dr. Pedro Esteves e sua mulher tiveram estes filhos: (1) *Alvaro Pires Pinheiro Lobo*, que succedeu na opulenta casa de seus paes, e foi o 1.º administrador do morgado de Pouve, alcaide-mór de Barcellos e fidalgo da Casa de Bragança. Casou com D. Joanna de Lacerda, dama da duqueza de Bragança e filha de Nuno Pereira de Lacerda, alcaide-mór da Vidigueira, e de sua mulher D. Guiomar da Silva. Jaz na Collegiada de Barcellos, em tumulo privativo de sua familia. (2) *João Pinheiro*, doutor em direito e theologia e Deão da capella real, por mercê de el-rei D. Manuel. Falleceu em 1507. (3) *Martim Gomes Pinheiro*, corregedor da côrte, etc., com geração. (4) *D. Diogo Pinheiro*, 35.º D. Prior da Collegiada de Guimarães, commendatario dos mosteiros de Carvoeiro, de S. Simão da Junqueira e do de Castro de Avelans, instituidor de um morgado, que aggregou ao que seus paes instituiram na Collegiada de Guimarães, capellão e fidalgo da Casa de Bragança, conselheiro de el-rei e desembargador do Paço, prelado de Thomar, como vigario do mestre de Christo e 1.º bispo do Funchal, por mercê de el-rei D. Manuel, em 1514. Falleceu em julho de 1525, com sessenta e quatro annos de edade, e foi sepultado na capella-mór da egreja de Santa Maria dos Olivaes, em Thomar, em um sumptuoso mausoléo, que é um bello specimen do estylo renascença; e n'elle se vê o brazão dos Pinheiros, com esta legenda: *Data Fuere Manu Herculea Quondam.* (5) *D. Maria Pinheiro*, casada com Pedro de Sousa Seabra, alcaide-mór de Bragança e da villa do Outeiro, senhor de Paiva e meirinho-mór das terras do duque, de cujo consorcio procedem os condes da Castanheira, do Vimieiro, da Atalaya, marquezes de Cascaes e outras casas titulares do reino. (6) *D. Brites Pinheiro*, dama da infanta D. Beatriz, a qual casou com Pedro Vaz da Veiga. (7) *D. Izabel (ou Leonor) Pinheiro*, casada com Gomes Martins Ferreira, senhor da casa de Cavalleiros, no antigo termo de Barcellos (8) *D. Catharina Pinheiro*, casada com seu primo Alvaro Annes de Cernache, senhor de Gaya ascendentes dos srs. condes de Campo Bello. D'este pequeno resumo genealogico se vê quão distincta é esta familia, não só pelas suas allianças com as melhores familias do reino, como pelos elevados cargos que teve. E não o fôram sómente os ascendentes e filhos do dr. Pedro Esteves: os descendentes d'este conquistaram tambem postos elevados e distincções proeminentes. Faremos menção de alguns apenas: *D. Rodrigo Pinheiro*, que foi governador da casa do civel, 2.º bispo de Angra, provido por Paulo III em 1 de agosto de 1548, e depois 51.º bispo do Porto, em 1552. Falleceu em 1572. *Gaspar Pinheiro*, commendador da ordem de Christo, que militou em Flandres e no Brazil. *Henrique Pinheiro*, que acompanhou el-rei D. Sebastião á Africa e falleceu na catastrophe de Alcacer. *Henrique Pinheiro*, neto do antecedente, que, sendo capitão de infantaria no reinado de el-rei D. João IV, gloriosamente perdeu a vida na batalha do Montijo. E seu irmão *Jorge Pinheiro*, que, na mesma epocha, pelejando contra os hollandezes, morreu no mar lançando fogo ao navio, para não o entregar ao inimigo. Eram ambos irmãos de *Rodrigo Pinheiro de Lacerda*, senhor da

casa solar dos Pinheiros e do morgado de Pouve, e alcaide-mór de Barcellos. A casa dos Pinheiros andou sempre nos descendentes legitimos do dr. Pedro Esteves, até que, fallecendo solteira D. Anna Pinheiro de Lacerda, filha legitima d'aquelle Rodrigo Pinheiro, introduziu-se na posse illegal dos bens d'esta senhora o seu irmão bastardo Luiz Pinheiro de Lacerda, abbade de Christello, e os possuiu emquanto vivo foi, não obstante essa posse ter-lhe sido contestada por Pedro Lopes de Azevedo, senhor da casa solar de Azevedo e 8.º neto do referido dr. Pedro Esteves, por sua 5.ª avó D. Leonor da Silva Pinheiro. Após uma ruidosa demanda de trinta annos, passou toda a casa vinculada dos Pinheiros para os *senhores de Azevedo* em 1741, e a conservaram até que o 1.º conde de Azevedo doou a casa solar dos Pinheiros e mais alguns bens, por escriptura de 13 de janeiro de 1871, lavrada pelo tabellião Tiberio Mendes, do Porto, a sua sobrinha D. Maria Julia Falcão Pinheiro de Azevedo Bourbon e Menezes, casada com o sr. José de Azevedo e Menezes, moço fidalgo da Casa Real com exercicio no Paço, da illustre Casa do Vinhal. Por disposição testamentaria de seu tio, herdou tambem a sr.ª D. Maria Julia o extincto morgado de Pouve, e por isso os filhos d'esta senhora e d'aquelle illustrado cavalheiro são os actuaes representantes dos *Pinheiros de Barcellos*. Devemos estes interessantes apontamentos ao sr. dr. Antonio Miguel da Costa Almeida Ferraz, de Barcellos.

Barcém. Aldeia no torofo d'este nome, séde de regedoria do concelho e comarca de Quepém, districto e arcebispado de Gôa, na India. Dista 21,5 kil. da séde do concelho; fica no limite S da antiga provincia de Bally.

Barco. Pov. na freg. de S. Simão, da provincia da Beira Baixa, concelho da Covilhã, com. e distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 1.025 hab. e 2134 fog. Tem caixa postal. A pov. dista 20 k. da séde do conc. e está situada n'uma costa junto ao rio Zezere, d'onde se avistam sómente montes incultos e desertos. E' terra fertil em azeite, centeio, milho e feijão. O prior de S. Silvestre, da Covilhã, apresentava o cura. N'esta freg. se vê um monte em fórma de pico, chamado *Argemella*, de 1 k. d'altura acima do nivel do rio Zezere, que corre entre a raiz d'este monte e a aldeia do Barco. Ao meio da encosta, a distancia de 50 m. uns dos outros, ha tres muros arruinados cercando o monte, no cimo do qual se vêem as ruinas d'um acampamento romano. Barco pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Pov. e freg. de S. Claudio da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 357 hab e 84 fog. Tem caixa post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. E' terra fertil. O parocho era vigario, da apresentação do arcediago de Santa Christina de Longos, e tinha de congrua 10$000 réis e o pé d'altar. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 20 com a séde em Amarante. || Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Louredo, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Loureiro, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Manhente, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Victorino das Donas, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. Pov. na freg. de S. Martinho, de Bougado, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Maria Magdalena e conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Logar na freg. de S. Paio, de Jolda, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Miguel, de Paraizo, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Miguel, de Soutello, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santo André, de Varzea da Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Monte na freg. de S. Sebastião, de Valle de Vargo, conc. de Serpa, distr. de Beja. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Abragão, conc. de Penafiel, dist. do Porto. || Quinta na freg. de S. Pedro e concelho de Celorico da Beira, distr. da Guarda.

Barco do Souto. Pov. na freg. de S. Martinho, de Rio de Moinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Paio, de Favões, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Barcos. Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção, da provincia da Beira Alta, conc. e com. de Taboaço, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 773 hab. e 199 fog. A pov. dista 3 k da séde do conc. e está situada em planicie, ao pé d'uma serra. Formava um concelho, que foi supprimido por decreto de 24 de outubro de 1855. O abbade era apresentação do padroado real. Tinha 170$000 réis de congrua. A esta egreja estavam annexas oito freguezias: Taboaço, Adorigo, Santa Leocadia, Santo Adrião, Goujoim, Pinheiro, Chavães, Balsa e Desejosa, que hoje pertencem a outros concelhos do mesmo distr. de Vizeu. Os dizimos eram para os conegos de Tanger, e depois passaram para a collegiada de Barcos; rendiam 1:600$000 réis. A egreja, tinha quatro beneficiados, cada um com 200$000 réis; foi fundada em 1500 com a invocação de N. S.ª do Saboroso. Barcos é terra fertil em trigo, centeio, milho, etc. Dizem alguns escriptores, que D. Affonso III lhe deu foral em 1255. Pertence ao districto de recrutamento e reserva n.º 9 com a séde em Lamego. Falam d'esta terra José Pinto de Carvalho, na sua *Descripção topographica da villa e concelho de Barcos e seus arredores*, e *Archeologo portuguez*, vol. II, n.ºs 10 e 11 pag. 262.

Barcouço. Pov. e freg. de N. S.ª do O', da prov. do Douro, conc. da Mealhada, com. d'Anadia, distr. de Aveiro, e bisp. de Coimbra; 1463 hab. e 359 fog. Tem caixa post. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada sobre uma collina d'onde se vê Coimbra, o Mondego, Monte-mór-o-Velho. A palavra Barcouço vem do Arabe *barr-couço*, que se compõe de *barr*, campo, e de *causon*, o arco. Vem a ser *Campo do Arco*. Pertenceu á comarca de Cantanhede, conc. de Ançã, até 1855. Foi primeiro dos marquezes de Cascaes, e depois passou para os bispos de Coimbra. A egreja é muito antiga e está fóra do povoado. Tem sobre a porta principal a seguinte inscripção:

In Nomine Domini. Amen. Feria Tertia xvii de Fevereiro, Dias Andados, Sagrou Esta Egreja o Bispo Raymundo, por expensas de Pero...
Era mccclviii (1321 de J. C.)

O bispo conde, por concurso synodal, apresentava o prior, que tinha 800$000 réis de renda. Barcouço é abundante em cereaes e fructa. Os vinhos são muito bons, e n'outro tempo vinham aqui os inglezes compral-os para exportação, o que fazia a terra muito prospera. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 23, com a séde em Coimbra.

Barda. V. *Armadura.*

Bardalia. Pov. na freg. de S. Miguel, de Palhacana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Bardeira. (*Monte Novo da*). Na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Vimieiro, conc. de Arraiollos, distr. de Evora. || Quinta na mesma freg. conc. e distr. || Quintas na freg. de S. Gregorio, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Bardez. Provincia continental da India, tendo por capital a villa de Mapuçá, creada por decreto de 14 de setembro de 1855 e alvará regio de 5 de agosto de 1859. Limites: ao N o concelho de Perném, a O o mar da Arabia, ao S o rio Mandovy e o concelho das Ilhas, e a L o concelho de Sanquelim. Tem esta provincia vinte e seis regedorias, constituidas de 27 freguezias; fórma a comarca e concelho do mesmo nome, arcebispado de Gôa. Tem clima saudavel; o sólo produz em abundancia palmeiras, arroz e outros generos agricolas. Tambem é importante a extracção do sal e a producção dos côcos. Nas faldas do outeiro de Bajá encontram-se minas de ferro. Varios rios e ribeiras banham o territorio da provincia, devendo citar-se o Colual ou Chaporá, que a separa de Perném, e desagua no Oceano entre as fortalezas de Morgim e de Chaporá; o de Siriquerim, que passa em Nerul; o Mandovy, que vae desaguar na barra de Aguada; o Setapuça, affluente d'este ultimo. A provincia de Bardez foi conquistada por Affonso de Albuquerque e depois reconquistada pelo Idalcão; pertenceu afinal ao Estado da India portugueza por doação do principe Meale, tio do Idalcão, sendo vice-rei da India Martim Affonso de Sousa, que d'ella tomou posse em nome de el-rei de Portugal, na era christã de 1544. Bardez fórma um concelho com uma camara composta de 5 vereadores. Tem senado creado em 1774, extincto em 1778 e restaurado em 1783. Deriva-se o nome de Bardez das palavras indigenas *bar*, que significa doze, e *dez*, abreviatura de *dessais*, alludindo talvez á primitiva divisão da provincia em 12 *dessaiados* ou districtos. Houve n'esta provincia varios pontos fortificados, entre outros os de Colual, na margem esquerda do Chaporá; os do Meio de Tivim, e Novo de Tivim; o de Ambarim; Quitula e Corjuem. Estes fortes deixaram de ter importancia com a acquisição de territorio das Novas Conquistas. A fortaleza de maior valia da provincia é hoje a da Aguada (V. *este nome*), que é o ponto fortificado mais importante da costa norte de Gôa. Occupa o extremo da peninsula banhada pelo Mandovy. Tambem á entrada do rio Chaporá, o porto mais importante da provincia, ha uma fortaleza, dentro da qual está estabelecida a alfandega. Todas as egrejas da provincia de Bardez fôram construidas pelos frades franciscanos da Observancia, no seculo XVI. Estes frades entraram em Gôa com Affonso de Albuquerque em 1510 e começaram a conquista espiritual de Bardez, fundando, no anno de 1555, o collegio dos Reis Magos, e apoz esta multiplicaram rapidamente as suas fundações. Na parte central de Bardez está a notavel egreja do Monte de Guirim, construida pelos franciscanos em 1604. Ao sul do canal dos Portaes de Britona ergue-se a egreja de Nossa Senhora da Penha de França, mandada construir por D. Anna de Azevedo, que a doou aos franciscanos em 1629. As 27 freguezias do concelho de Bardez são as seguintes: Aldonã, Aujuna, Assagão, Assonorá, Calangute, Candolim e Linhares, Colvalle, Guirim, Mapuçá, Moirá, Nachinolá, Nagoá, Nerul, Oxel, Parrá, Pilerne, Pomburpá, Penha de França, Reis Magos, Revorá, Saligão, Siolim, Soccorro, Salvador do Mundo, Tivim e Uccassaim; comprehendendo um total de 39 aldeias, com 27:085 fogos em 225 k.² de superficie, e uma população de 102:223 habitantes: 43:518 do sexo masculino e 58:705 do sexo feminino. Na provincia de Bardez cada freguezia tem a sua escola, havendo mais 2 capellanias-escolas. || *Jornaes*: Em Bardez e suas aldeias teem-se publicado os seguintes jornaes: *Arya Bondu (O)*; *Aurora de Goa*—6 de janeiro de 1863 a 15 de julho de 1865; *Echo Popular*—5 de janeiro de 1883 a 6 de setembro de 1884; *Gazeta de Bardez*—Assagão, 17 de outubro de 1874 a 22 de janeiro de 1884;—*Imparcial (O)*; *Mensageiro (O)*; *Oriente (O)*—7 de março a 27 de novembro de 1874; *Patria (A)*—Mapuçá; *Phenix de Gôa*—Calangute; *União (A)*—Calangute, 5 de setembro de 1878 a setembro de 1880.

Bardi. Familia de Florença, que veiu para Portugal no seculo XVI. Os que existem n'este reino, procedem de Jacome Bardi, que no tempo d'el rei D. Sebastião veiu para o Porto. Tem por armas, em campo de ouro uma banda de fuzellas vermelhas, e um unicornio da mesma côr, subindo por ellas.

Bardinho e Bardo. Dois montes na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Bargada. Logar na freg. de S. Salvador, de Lines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Bargançâo. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Barganim. Moeda de conta na India. O seu valor era de 24 *leaes* ou *bazarucos*. Quando Affonso de Albuquerque conquistou Gôa e fez cunhar moeda, havia ahi uma moeda de prata boa, a que chamavam *bargani* ou *barganim*, do valor de dois vintens, e uma moeda de cobre, do valor de dois reis, chamada *bazaruco*, conforme relata Gaspar Correia. O *cruzado* valia doze *barganins* ou 480 *reaes*. Para os moradores das terras de Salsete e Bardez foi determinado em 1569 que a nova moeda de tangas brancas fôsse computada de quatro *barganins* a tanga. Considera-se pois o *barganim* como a quarta parte de uma tanga.

Bargellas Pov. na freg. de S. Julião, de Badim, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Barges. Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Aboim da Nobrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Bargo. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Sanguedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Christovão, de Labruja, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello

Bargueiro. Official que fazia redes de pescar, a que chamavam *bargas,* ou *vargas.* Assim o encontrou Fr. Santa Rosa de Viterbo n'um documento da camara do Porto de 1487.

Barguicha. V. *Armadura.*

Barique. Reino na provincia dos Bellos, no interior da ilha de Timor, na Oceania. Faz parte do districto e commando militar de Viqueque. Pelas antigas determinações da autoridade portugueza era este reino obrigado a pagar a finta de 25$000 réis em generos. Computa-se a sua população em 2:500 fogos com 22:000 almas. Cria muito gado, principalmente bufalos, e produz muitos generos e fructos, bem como tabaco de excellente qualidade e em grande abundancia. Fala-se n'este reino a lingua *teto* e o dialecto *calade* ou *firaco.*

Barjona *(Antonio Joaquim).* Doutor e lente cathedratico, decano e director da faculdade de medicina na Universidade de Coimbra. Nasceu n'esta cidade, em 1786, e fal. em Lisboa a 26 de abril de 1866. Era filho do dr. Manuel José Barjona, lente cathedratico de philosophia. Cursou as aulas d'esta faculdade e de mathematica, recebendo em ambas o grau de bacharel. Seguiu-se a guerra peninsular, e Antonio Joaquim Barjona deixou os estudos, pela defeza da patria, assentando praça em artilharia. Militou com distincção chegando em breve ao posto de alferes; porém, uma grave desavença que teve com um official inglez, o obrigou a abandonar a vida militar, e a seguir na Universidade de Coimbra o curso de medicina em que recebeu o grau de doutor a 30 de junho de 1817, havendo sido premiado nos diversos annos, e obtido informações distinctas ao concluil-o. Em 1820, começou a figurar brilhantemente na scena politica, mostrando-se valente liberal, o que o obrigou a sahir de Coimbra e a estabelecer-se no Porto, onde esteve exercendo clinica até 1828. O estabelecimento do governo miguelista encontrou-o nas fileiras dos seus adversarios, e tendo o dr. Barjona tomado parte no movimento liberal que se mallogrou, viu-se obrigado, como os seus companheiros, a emigrar. Percorreu então a Inglaterra e a França, onde o seu talento foi muito apreciado. Em Paris exerceu clinica. Durante as luctas civis conservou-se fóra do reino, indifferente ás intrigas politicas; prestava soccorros medicos, frequentava os diversos estabelecimentos scientificos de Londres e de Paris, conversando com os sabios que os dirigiam, cultivando por todos os modos os variados conhecimentos que podiam provir do estudo, observação e convivencia com tantos homens illustres. Depois de instituido o governo constitucional, o dr. Barjona regressou ao reino. Em 1834, a faculdade de medicina estava deserta, porque tinham sido demittidos os professores, que pertenciam ao partido miguelista. Concorreram a occupar algumas das cadeiras vagas os poucos desimpedidos que existiam ainda, e o dr. Barjona ficou tomando parte no corpo docente da Universidade. Foi depois eleito deputado em diversas legislaturas, e nas côrtes de 1837 distinguiu-se por suas opiniões moderadas, que os exaltados da epoca classificavam de anti-liberaes. Pouco tempo antes de fallecer, tinha sido jubilado e estabelecera a sua residencia em Lisboa. Não acceitou nunca mercês nem condecorações honorificas. Em Coimbra era conhecido pelo *Barjona Velho.* O unico trabalho scientifico que publicou, foi o seguinte: *Breve memoria das febres intermittentes em Portugal,* Coimbra, 1862. Na *Noticia biographica dos professores da faculdade de medicina, fallecidos desde a reforma de 1772 até 1872,* diz o dr. Mirabeau: «Teve o dr. Barjona grande penetração, espirito analytico e ingenita sagacidade para descobrir e apreciar nos homens e nas cousas, particularidades, em que poucos attentam. Soube usar d'estes dotes por fórma que alcançou grande reputação, como deputado, na tribuna parlamentar, e como professor nas cadeiras da Universidade.» A'cerca da *Breve memoria* diz Francisco Antonio Rodrigues de Gusmão, em louvor do dr. Antonio Joaquim Barjona: «Uma grande calamidade publica, a morte dos principes em 1861, incitou-o a dar á estampa uma *Breve memoria sobre as febres intermittentes em Portugal.* Propoz-se n'esta *Breve memoria* elucidar uma grave questão de medicina pratica, qual é a do diagnostico das febres intermittentes autumnaes, que apresentam no nosso paiz feição caracteristica. Distingue-se a *Breve memoria* pela concisão e perspicuidade; commetteria, porém, um erro grosseiro o que por ella pretendesse avaliar os conhecimentos que seu autor possuira. A *Breve memoria,* que o sr. dr. Barjona publicou em 1862, annuncia a decadencia de um talento brilhante, que a edade marcara. Certo que honraria, ainda assim, o nome de qualquer escriptor menos conhecido; é, porém, muito inferior em merito ao que havia direito a esperar dos relevantes dotes do professor eximio que tanto admiraram os contemporaneos». A sua biographia foi escripta pelo dr. Francisco Antonio Rodrigues de Gusmão, com o seguinte titulo: *Memoria biographica do sr. dr. Antonio Joaquim Barjona, Lente cathedratico da Faculdade de Medicina,* Lisboa, 1866.

Barjona *(Manuel José).* Doutor e lente da faculdade de philosophia na Universidade de Coimbra; cavalleiro professo na ordem de Christo. N. em Coimbra, em 1760; fal. a 16 de novembro de 1831. Era filho do licenceado Simão Rodrigues de Carvalho e de D. Josepha Maria. Graduou-se a 3 de outubro de 1786, sendo pouco depois nomeado lente substituto, e annos mais tarde promovido a lente proprietario da cadeira de zoologia e mineralogia, para a qual estava bem preparado. Pela carta régia de 15 de abril de 1801, quando era ainda substituto, foi egualado em graduação e ordenado ao 5.º lente da faculdade de philosophia, em attenção á sua antiguidade, e á composição do seu compendio de metallurgia e mineralogia. Na *Memoria Historica da Faculdade de Philosophia,* do sr. Joaquim Augusto Simões de Carvalho, lê-se o seguinte: «O dr. Barjona possuia em grau eminente os dotes mais vantajosos para o ensino. Na cadeira de mestre com a voz sonora e inspirada, com a palavra grave e solemne, com a phrase espontanea e correcta, dava tão formoso realce á eloquente exposição de suas idéas, que tinha sempre suspenso e fascinado o auditorio. Em estudos descriptivos a opulencia da sua arte dava côres esplendidas e fórmas graciosas aos assumptos aridos e estereis, e as anecdotas alegres e maliciosas desenhavam com vivo e risonho colorido os quadros ora delicados e interessantes, ora austeros e sombrios da historia natural». As theses d'este professor são di-

gnas do especial commemoração, e n'ellas se propoz defender opiniões arrojadas, especialmente em chimica a da composição da agua no tempo em que mal a demonstravam ainda os primeiros trabalhos de Watt e Cavendish. Nas experiencias da synthese d'este liquido auxiliou o dr. Barjona o seu collega Thomé Rodrigues Sobral, e foi então, que por effeito d'uma violenta explosão do gazometro cegou de um dos olhos. Em conselho da faculdade de philosophia de 10 de dezembro de 1821, apresentou o dr. Barjona um plano de reforma da mesma faculdade, propondo maior numero de annos para o curso philosophico, nova distribuição de disciplinas e cadeiras, e adopção de novos compendios accommodados aos progressos das sciencias, e escriptos pelos respectivos professores, como era de lei e proprio do lustre e decoro da faculdade. Em 2 de agosto de 1802, foi louvado pelo zelo, intelligencia e actividade, com que effectuara importantes trabalhos scientificos no museu. O dr. Barjona apresentara as collecções todas classificadas, tanto em zoologia como em mineralogia, reunindo a elegancia da disposição á exactidão scientifica, com as etiquetas das classes, ordens, generos e especies, escriptas pela sua propria mão, e offereceu um catalogo manuscripto d'estes trabalhos, que se mandou imprimir. Fôra auxiliado pelo respectivo demonstrador, o dr. Caetano Rodrigues de Macedo. Em sessão do conselho de 14 de março de 1823 apresentou as suas *Taboas Mineralogicas*, as quaes ficaram approvadas, sendo muito louvado este trabalho e novo serviço do benemerito professor. Na sessão de 14 de fevereiro de 1824, ponderou que no museu havia exemplares deteriorados, e que era necessario e urgente um preparador para o estabelecimento. Em sessão de 4 de agosto de 1826, foi approvado pelo conselho o plano para a escola de preparadores do gabinete de zoologia, destinado a regular este serviço com referencia ao mestre e aos discipulos. Este trabalho do dr. Manuel José Barjona, dizem ser digno de consultar-se, e está registado no livro das actas. Em 1827, o dr. Barjona, sendo primeiro lente de philosophia, requereu a pensão vitalicia de 50$000 réis, paga pelo cofre da Universidade, attenta a cessão que fazia, em beneficio do mesmo cofre, das *Taboas de Mineralogia*, que compozera, para servirem de compendio ás lições d'esta cadeira. Era então ministro do reino o bispo de Vizeu, D. Francisco Alexandre Lobo. Por este prelado foi rubricada a carta regia de 24 de abril do referido anno de 1827, em que se dizia em nome da infanta regente, D. Izabel Maria, que «considerando o apuro em que estavam as rendas da Universidade, e tambem que esta obra não era propriamente um compendio, posto que muito digna de louvor, e que o supplicante já por um compendio percebia 50$000 réis, não podia dar-se-lhe a pensão que pedia agora; no emtanto, attendendo ás circumstancias que no dr. Barjona concorriam, e por desejar animar os seus uteis trabalhos, *lhe fazia mercê da pensão annual de trinta mil réis*, cedendo o supplicante as ditas *Taboas* na fórma que propunha.» O dr. Manuel José Barjona exerceu o magisterio desde 1791 até 1828. Era um caracter austero e independente. Concentrado na sua vida domestica, desprezava como verdadeiro philosopho as vãs ostentações do mundo, e só vivia para o estudo e para a familia. O seu espirito altivo e genio pundonoroso não lhe permittiam disfarçar as suas idéas liberaes, e por isso foi demittido em 1828, pelo governo absoluto, preso em junho d'esse anno, e processado como revolucionario e desaffecto ao governo de D. Miguel, valendo-lhe apenas a influencia e protecção de um miguelista, seu discipulo e amigo, para que lhe concedessem ser julgado em Coimbra e não perante a alçada do Porto, como lhe estava destinado. Na falta de provas sufficientes para o condemnarem, recuperou a liberdade, ficando, porém, sob a vigilancia da policia, que nunca o perdeu de vista. Com a demissão perdeu o ordenado de lente, conservando-se-lhe comtudo as pensões annuaes de 50$000 e de 30$000 réis, que tinha como recompensa dos seus compendios, conforme se disse, e de que a faculdade se servia no ensino das respectivas cadeiras. Em tão criticas circumstancias, vendo-se tambem privado dos auxilios de seu filho, o dr. Antonio Joaquim Barjona, que estava emigrado em Inglaterra, vendeu quanto possuia, contrahiu dividas, valendo-se da generosidade dos amigos, em que se contavam alguns realistas, que o conheciam de perto e apreciavam o seu alto valor. N'esta amargurada situação aggravaram-se-lhe os padecimentos, e falleceu miseravelmente na freguezia de S. Christovão, de Lisboa. Estando pronunciado e preso na cadeia de Coimbra, o dr. Manuel José Barjona pediu o *pagamento das pensões que lhe haviam sido concedidas pelos dois compendios que fizera das doutrinas da sua faculdade, assegurando-se ao menos a sua mulher a metade dos seus ordenados*. A junta da fazenda da Universidade consultou a pretenção; recahindo sobre a sua consulta a resolução de 15 de maio, concebida nos seguintes termos: «Paguem-se as pensões ao supplicante; e o pagamento dos seus ordenados fique suspenso até se mostrar absolvido.» Os compendios do dr. Manuel José Barjona já de ha muito tempo deixaram de servir no ensino das respectivas disciplinas; fôram publicados em Coimbra, com os seguintes titulos: *Metallurgica Elementa, quæ amplissimi Philosophici Ordinis jussu ad usum academicien elucubravit*, 1798, com 4 estampas; *Taboas mineralogicas*, 1823; teve segunda edição em 1835. Na *Memoria historica da faculdade de philosophia*, por Joaquim Augusto Simões de Carvalho, vem publicada a biographia do dr. Manuel José Barjona.

Barjona de Freitas *(Augusto Cesar)*. Doutor e lente da faculdade de direito na Universidade de Coimbra, antigo deputado, par do reino, ministro e conselheiro de Estado effectivo, presidente do Tribunal de Contas, notavel advogado, director das companhias do Gaz, dos Tabacos e dos Caminhos de ferro da Beira Alta, membro do conselho de administração dos Caminhos de Ferro Portuguezes, etc. N. em Coimbra a 13 de janeiro de 1834, fal. em Bemfica a 23 de julho de 1900. Era filho do lente de direito da Universidade dr. Justino Antonio de Freitas, natural da ilha da Madeira, e de D. Leocadia Barjona; sobrinho, da parte materna, do dr. Antonio Joaquim Barjona e neto do dr. Manuel José Barjona (V. *estes nomes*). Depois d'um curso brilhante, doutorou se a 29 de julho de 1855, obtendo a mais elevada classificação que até ali se dera.

No dia 29 de maio de 1856 procedeu-se na sala dos capellos da Universidade á votação para provimento de quatro logares de lentes substitutos extraordinarios na faculdade de direito. Barjona de Freitas foi a este concurso. Alguns lentes, pretendendo que se respeitasse a tradição de entrarem para o corpo docente da Universidade sempre os mais antigos, parece que combinaram reprovar o novo candidato em merito absoluto. Este facto causou extraordinaria excitação na academia. A injustiça era deveras escandalosa, e o estudante Vieira de Castro, n'um movimento de indignação, subiu a um banco e protestou energicamente, dizendo que se pretendia annullar uma intelligencia que tão promettedora se manifestava. Este desforço de Vieira de Castro custou-lhe o ser riscado da Universidade por dois annos. Alguns dos lentes reclamaram contra a votação; procedeu-se a novo escrutinio, e entre os quatro candidatos approvados lia-se o nome de Barjona de Freitas. O novo lente tornou-se um dos mais distinctos ornamentos do professorado. Entrando mais tarde na politica, filiou-se no partido regenerador, e sahiu eleito deputado, pela primeira vez, por Coimbra, em 1864; tornou-se logo notavel na camara pela sua eloquencia, e pela fórma como tratava e discutia as questões que se apresentavam. Em 4 de setembro de 1865 foi convidado para fazer parte do ministerio da fusão que terminou em 1868, sendo presidido o gabinete por Antonio Joaquim d'Aguiar, encarregando-se da pasta da justiça. Em setembro de 1871, foi novamente ministro da justiça, cargo que exerceu até 1876. No anno seguinte foi eleito par do reino, tomando posse na respectiva camara na sessão de 12 de janeiro de 1877. Em 1883, sendo presidente de ministros Antonio Maria Fontes Pereira de Mello, foi nomeado por decreto de 24 de outubro para ministro do reino, em substituição de Thomaz Ribeiro. O nome de Barjona de Freitas está ligado á abolição da pena de morte, ao codigo civil, ao codigo do processo, á reforma do codigo penal, á lei do registo civil, á da dotação do clero, á lei do regimen penitenciario, á reforma do municipio de Lisboa de 1885, á reforma eleitoral de 1884, que estabeleceu a representação das minorias, e ao segundo acto addicional de 25 de julho de 1885, á liberdade da imprensa, etc. Quando em 22 de janeiro de 1887 falleceu o grande estadista Fontes Pereira de Mello, chefe do partido regenerador, houve divergencias entre as pessoas mais influentes do partido, sobre quem o deveria substituir n'aquelle importante cargo. Estas divergencias não se puderam conciliar, dando em resultado a formação de dois grupos politicos, collocando se á sua frente Antonio de Serpa Pimentel e Augusto Cesar Barjona de Freitas, ficando o grupo presidido por este estadista denominado *Esquerda Dymnastica*, cujo nome tambem foi dado ao jornal que então se fundou para defeza do novo partido. Depois do ultimatum inglez, em janeiro de 1890, Antonio de Serpa, julgando Barjona de Freitas o unico diplomata, em que se poderia confiar tão difficil e espinhosa questão, o convidou para negociar com a Inglaterra o tratado de 10 de agosto. Barjona acceitou e partiu para Londres como ministro plenipotenciario. Depois da sua sahida de Lisboa, o partido da ***Esquerda Dymnastica*** dissolveu-se, apezar de ser formado por muitos homens de verdadeiro talento. Quando regressou ao reino, nunca mais entrou na politica activa. Barjona de Freitas foi um orador notavel, fluente, impassivel, e argumentador sem rival. O seu parecer era sempre respeitado nos conselhos da corôa. Foi presidente da camara dos pares desde 24 de setembro de 1892 até 26 de egual mez, do anno de 1894. Exerceu tambem os cargos de advogado-consultor da Companhia dos Tabacos, de advogado da exploração das obras do porto de Lisboa, e de presidente do conselho de administração da Companhia do Gaz. Tinha a grã-cruz da ordem de Christo Publicou, entre outros, os seguintes trabalhos: *Propostas de lei apresentadas á camara dos senhores deputados em sessão de 27 de fevereiro de 1867; A questão ingleza, discurso na camara dos pares em 10 de junho de 1891; Será necessario a conservação de exercitos permanentes? E n'este caso convirá empregal-os nas obras publicas? Dissertação inaugural*, Coimbra, 1855. Deixou dois filhos, os srs. Augusto Barjona de Freitas, medico em Villa Nova de Ourem, e Alfredo Barjona de Freitas, official superior do exercito, e agricultor distincto, antigo deputado e actualmente governador de Cabo Verde. V. *Freitas (Alfredo Barjona de)*.

Augusto Cesar Barjona de Freitas

Barker *(Antonio Maria)*. Professor de instrucção primaria no Rio de Janeiro. N. no Porto a 23 de dezembro de 1792, fal. no Brazil a 7 de setembro de 1853; era filho de Jeronymo José Joaquim e de D. Anna Joaquina Barker Partiu para o Brazil em 1810, e chegando ao Rio de Janeiro, ali permaneceu, procurando meios de subsistencia, dedicando-se exclusivamente ao magisterio publico. Muito intelligente e muito estudioso, alcançou em breve distinguir-se no exercicio da sua profissão, chegando a ser considerado um dos melhores mestres de instrucção primaria. Declarada a independencia do Brazil em 1822, foi nomeado pelo governo imperial membro de commissões importantes, relativas ao melhoramento da educação da infancia e aperfeiçoamento dos methodos de ensino. Exerceu o professorado até ao seu fallecimento, gozando das maiores considerações, fazendo parte de todas as sociedades que no imperio do Brazil se organisaram com o intuito de propagar os conhecimentos das sciencias e das artes. Escreveu e publicou diversos compendios de instrucção, que na maior parte fôram reimpressos no Porto e ali adoptados em algumas aulas. O compendio intitulado *Orthographia, ou primeira parte da grammatica da lingua portugueza, em fórma de dialogo,* foi tambem publicado em Coimbra, no anno de 1834, com um titulo um pouco diverso: *Dialogo orthographico da lingua portugueza, com*

reflexões e notas sobre as differentes opiniões dos orthographos.

Barlavento. Grupo de ilhas do N no archipelago de Cabo Verde. E' formado pelas ilhas de Santo Antão, S. Vicente, Santa Luzia, S. Nicolau, Sal e Boavista, e os ilhéos Branco e Razo. A sua extensão total é de 267 k. e estão orientadas ao rumo de ONO. Pertencem á comarca de Cabo Verde, districto da relação de Loanda. V. *Cabo Verde.*

Barliu. Pov. da jurisdicção do reino de Veimasse na ilha de Timor, Oceania. População 500 almas, sendo 10 christãos.

Barnabé. Casaes na freg. de N. S.ª da Purificação, de Aveiras de Cima, conc. d'Azambuja, distr. de Lisboa. || Horta na freg. de N. S.ª das Neves e conc. de Borba, distr. de Evora.

Baroce ou **Barotze.** Territorio da Africa Central, na região superior do Zambeze. É o Baroce, um dos reinos mais importantes do interior da Africa, governado pelo rei Liuanica, que exerce o poder despoticamente. Este potentado africano habita a povoação de Liului, a mais importante do reino Quanto á historia dos povos d'este territorio só merecem confiança as referencias modernas. Segundo as informações do africanista portuguez Silva Porto, um macololo de nome Sebituana, da tribu do Bazuto, tendo abandonado o seu paiz, em consequencia de um irmão lhe ter disputado o commando superior da sua tribu, chegou ao Zambeze em 1823, depois de ter batido os matabeles. Subiu n'este mesmo anno o rio até ao S do Baroce, tornando-se chefe de todos os povos de aquella região do Zambeze e dos do Chobe, affluente d'aquelle rio. N'esta occasião morreu o chefe do Baroce, e, como acontece frequentes vezes, não deixou herdeiro conhecido. Mas logo appareceram dois suppostos herdeiros a disputar o logar de chefe. O mais forte desceu o rio e foi convidar Sebituana a tomar posse do reino de Baroce, o que elle acceitou; e depois de varias luctas, e de ter exterminado os velhos influentes do Baroce, formou um reino pacifico e feliz. Por morte de Sebituana succedeu-lhe seu filho, mas não tendo a valentia nem possuindo a sagacidade do pae, morreu mizeravelmente dentro de pouco tempo, deixando um filho, que pela sua pouca edade não pôde tomar conta do reino. Seguiram-se algumas luctas entre as tribus do Baroce, sendo nomeado chefe Uauaucna, que em breve foi deposto por ter querido tomar varias medidas, que desagradaram ao povo, e substituido pelo actual rei Liuanica. Os mercados de Benguella e Catumbella conservaram durante muito tempo relações commerciaes com o Baroce, conhecido tambem pelo nome de Gengi. As comitivas de biénos capitaneadas por Silva Porto e Ferreira Gonçalves dirigiam-se de dois ou tres em tres annos para o Baroce, sendo ali muito bem recebidas pelos chefes, que quasi sempre os demoravam tres, quatro e mais mezes. Permutavam ali as fazendas, polvora e armas que levavam de Benguella por marfim. Estas viagens tiveram uma importancia capital porque serviram para tornar conhecido o nome portuguez n'aquelles sertões africanos e ensinarem ao mesmo tempo aos indigenas o caminho para Benguella e Catumbella. Assim mantivémos o nosso commercio com os povos do Baroce até 1889. D'então para cá nunca mais vieram comitivas d'aquellas regiões, e poucas vezes os nossos actuaes commerciantes africanos ali vão. O commercio de marfim é feito hoje quasi totalmente com inglezes. Os povos mais importantes que confinam com o Baroce são os do alto e baixo Lobale, comtudo o rei do Baroce pretende que os sobas do Lobale são seus vassallos; mas estes não se consideram como taes e sim povos perfeitamente independentes. Tendo-se suscitado duvidas nos limites d'este territorio do Baroce, entre Portugal e Inglaterra, foram nomeadas por estes dois estados umas commissões de delimitação, que não puderam chegar a accordo. Acha-se hoje este litigio submettido á arbitragem do rei de Italia.

Barocos. Pov. da freg. de Santa Maria e conc. de Loures.

Baronato. Titulo ou dignidade de barão. V. *Barão.*

Baronda. Logar na freg. de S. João Baptista, de Remoães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Baroneza. Mulher que tem o titulo de baronato. A mulher do barão. V. *este titulo.*

Baronhos *(Casal de).* Logar na freg. de S. Romão, de Carnaxide, conc. de Oeiras, distr. de Lisboa.

Baronia. Era o dominio de terras pertencentes ao titulo de barão; feudo com que os nossos monarchas recompensavam os cavalleiros que na guerra se distinguiam por valorosos actos, concedendo-lhes ao mesmo tempo privilegios e isenções. A baronia começou por ser o primeiro senhorio depois da soberania, e acabou por ser supplantado pelos condados, marquezados, etc. A doação de terras cessou quando o titulo de barão passou a ser simplesmente um titulo honorifico.

Baronia. V. *Villa Nova de Baronia.*

Barosa. Pov. e freg. da prov. da Estremadura, conc. com. e distr. de Leiria, bisp. de Coimbra. Orago S. Matheus; 775 hab, e 150 fog. A pov. dista 3 k. da séde do conc. Tem escolas para ambos os sexos e est. post. Está situada na costa d'um monte, inclinado para O. Era da Casa do Infantado, á qual pagava o oitavo do linho e do vinho. O cura tinha 79$000 réis, em pão, que lhe dava o povo, que era quem o apresentava, e o mesmo povo erigiu a freguezia, com licença do ordinario em 1714. E' terra fertil em cereaes, fructas, hortaliças e azeite. Junto á egreja ha uma fonte de excellente e abundante agua muito diuretica e adstringente. Na povoação de Barosa ha, por effeito d'um legado, uma casa para abrigar mendigos, com obrigação de se lhes dar cama e luz. No dia 2 de outubro de 1810, retirando o exercito anglo-luso, com toda a rapidez, mas na melhor ordem, do Bussaco para Lisboa, chegando a esta freguezia teve um recontro com as tropas francezas commandadas por Massena, que ficaram derrotadas. Barosa é regada pelo rio Liz e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 7, com a séde em Leiria. || Logar na freg. de S. Miguel, de Lazarim, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S. Pedro, de Varzea de Abrunhaes, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. da Sé e conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Rio na prov. da Beira Alta. N. na serra da Nave, freg. de Leomil, em uma lagôa. Juntam-se-lhe no seu curso os ribeiros de

Agua-Levada, Tarouca, e outros menores. Em quasi todo o seu curso é de corrente arrebatada Tem muitos moinhos e réga. Suas margens são muito ferteis, onde se cultivam. Tem em parte frondoso arvoredo. Proximo de Lamego, a 6 k. da sua foz, reune-se-lhe o rio Balsemão. Morre no Douro em frente da Regoa, e quasi em frente da foz do rio Corgo. Passa pelos seguintes logares: Lomil, Dalváres, Varzea da Serra, Figueira, Saude, Valdigem, Mondim, Tarouca, Lalim, Lazarim e Gouveães. Tem sete pontes de cantaria lavrada, em Sande, Covellas, Mondim, Ocanha, Lalim, Tarouca, chamada Ponte Pedrinha, e a bella ponte concluida em 1870, sobre a foz d'este rio, sendo esta a mais notavel e elegante de todas. Tem ainda algumas pontes de madeira.

Baroso. Pov. na freg. de S. Salvador, de Ganfei; conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello || Pequeno rio, da prov. da Beira Alta. N. na serra da Arada, por cima da Povoa do Corvo, freg. de Carvalhaes. Junta-se ao rio Teixeira, por cima do convento de S. Christovão de Lafões, e logo abaixo do convento se mette no rio Vouga. Tem uma ponte de cantaria feita em 1740, no logar de Paços, no sitio do Moinho da Veia. As margens são em grande parte cultivadas, e n'outras arborisadas e muito ferteis.

Barotze. V. *Baroce.*

Barqueira. Pov. na freg. do Salvador do Mundo e conc. do Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Martinho, de Alvaredo, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. dos Santos Cosme e Damião, de Lobreira, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Lourenço, de Taveiro, conc. e distr. de Coimbra. || Logar na freg. de S. Braz, de Varzea, conc. de Elvas, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de S. Salvador, de Paderne, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Barqueiro. Officio que tinha regimento na collecção dada pelo Senado de Lisboa em 1572.

Barqueiro. Pov. na freg. de S. Martinho de Alvaredo, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Logar na freg. de Santa Maria Magdalena e conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Logar na freg. de N. S.ª da Graça, de Maçãs de Caminho, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria || Casal na freg. de Santo Quintino, conc. do Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de S. Luiz, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Barqueiro de Cima. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cercal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Barqueiros. Villa e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 1:011 hab. e 237 fog. A pov. dista 12 k. da séde do concelho e está situada em montes e valles. Foi couto da Apulia O vigario era apresentado pelo abbade de Fonte Boa, e tinha de congrua 11$200 réis e o pé d'altar. E' terra abundante de aguas e muito fertil; pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 24, com a séde em Braga. || Villa na prov. de Traz-os-Montes, freguezia de S. Bartholomeu, conc. de Mezão Frio, com. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real, e bisp. de Lamego; 1:544 hab. e 588 fog. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. permutando malas com a R. A. D. Estação do caminho de ferro na linha do Douro. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada em um apertado e estreito valle. Era abbadia do padroado da corôa, e rendia 600$000 réis, pagando 40$000 réis de pensão á egreja patriarchal. O parocho tem uma bella residencia e muito bons passaes. Foi concelho da jurisdicção real. O nome, segundo dizem, provém de uma grande parte dos habitantes ser de pescadores. E' povoação muito antiga, e ignora-se quem foi o fundador; já existia na epoca da fundação da monarchia. Teve foral dado pela rainha D. Thereza, mãe de D. Affonso Henriques, em Coimbra, a 13 de setembro de 1123. D. Manuel deu-lhe novo foral, em Lisboa, a 22 de outubro de 1513. Nos limites d'esta freguezia, junto ao Douro, está a celebre Torre de Pilar, a que o vulgo chama de *Piar*, e mesmo no rio os restos de dois grandes pilares que serviram de fundamento aos arcos d'uma ponte, que a rainha D Mafalda, mulher de D. Affonso I, ali mandou construir no meado do seculo XII. No termo da villa ha duas barcas de passagem, sendo uma antigamente franca de porte, que a mandou pôr a referida rainha D. Mafalda, no sitio de Porto de Rei, chamada a *Barca de por Deus.* A camara de S. Martinho de Moiros é que administrava esta barca, por ter para isso rendas. A outra barca pertencia a um homem chamado Bernardo, proximo ás Caldas de Moledo. Barqueiros é terra abundante em aguas, fertil e saudavel, e produz muito bom vinho verde. Pertence á 6.ª div. mil e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 13 com a séde em Villa Real. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Rio Frio, conc. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello.

Barquete *(Monte do).* Na freg. de N. S.ª da Graça de Assumar, conc. de Monforte, distr. de Portalegre.

Barquinha. V. *Villa Nova da Barquinha.*

Barquinha. Logar na freg. de Santa Maria Magdalena, de Outil, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Barquinho. Logar na freg. de S. Pedro, de Figueiredo, conc. de Amares, distr. de Braga.

Barra. Peça de honra de primeira classe no brazão, formada d'uma larga faxa que vae do angulo esquerdo da parte superior do escudo ao angulo direito da ponta, ficando portanto em direcção opposta á banda. V. *Banda.*

Barra. Ponta ou cabo da Africa Oriental, na provincia de Moçambique, districto de Inhambane.

Barra. Pov. na freg. de S. Thiago, de Ateães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Maceda, conc. d'Ovar, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S. Thomé e conc. de Mira, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Praião, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de Santa Marinha, de Pedreira, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de N. S.ª da Purificação, de Villa Maior, conc. de S. Pedro do Sul, distr, de Vizeu. || Quinta da freg. de S. Miguel, de Anreade, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Barra *(S. Julião da).* V. *S. Julião da Barra.*

Barra a Barra. Quinta na freg. de Santa Margarida, do Lavradio, conc. do Barreiro, distr. de Lisboa.

Barra do Bengo. Concelho do distr. e com. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, na Africa Occidental, limitado a N pelo conc. do Dande, a E pelo de Icolo e Bengo, a S pelo de Loanda e O pelo Oceano Atlantico. A sua capital é a povoação do mesmo nome, onde ha est. tel. e postal, permutando vales com o reino; chefe e administrador, commissão municipal, delegação de fazenda e escola. O clima do concelho é regular e o terreno excessivamente fertil, junto das margens do Bengo. Produz capim, mangues, cereaes, legumes, fructas, algodão, tabaco, canna saccharina e urzella; em outros pontos distantes é arido. Tem 8 sobas tributarios. As povoações principaes são Quifandongo, Barra, Cacuaco e Santo Antonio V. *Bengo.*

Barra de Calumbo. Pov. da Africa Occidental, na prov. e distr. de Angola, no littoral do concelho de Dande, a 5 k. S do rio Lifune e 60 S do presidio do Ambriz.

Barra Cheia. Prov. na freg. de S. Lourenço, de Alhos Vedros, conc. da Moita, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Casaes na freg. de N. S.ª da Graça, de Palhaes, conc. do Barreiro, distr. de Lisboa.

Barra do Dande. V. *Dande.*

Barrabaz. Pov. na freg. de Santo Estevam e conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de N. S.ª da Purificação, de Freigil, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Barrabeis. Pov. na freg. de S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro.

Barraca *(Casal da).* Na freg. do Espirito Santo, de Egreja Nova do Sobral, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Barraca de Bicos. Logar na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Barracão. Pov. na freg. de S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria. || Logar na freg. de S. Bartholomeu e conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Thiago, de Cortegaça, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de N. S.ª das Febres, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || Logar na freg. de S. Paio, de Figueiredo, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de N. S.ª da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || Logar na freg. de N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. da Louzã, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de S. Sebastião, de Ferro, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || Quinta na freg. de N. S.ª do Pranto, de Penella da Beira, conc. de Penedono, distr. de Vizeu. || Quintas na freg. de S. Salvador, de Panoias de Cima, conc. e distr. da Guarda.

Barracão do Monte. Pov. na freg. de S. Thiago, de Espargo, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Barracão da Fonte Nova. Logar na freg. de Santa Maria do Castello e conc. de Pinhel, distr. da Guarda.

Barracas. Pov. na freg. de S. Mamede, de Ferreira, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Thiago, de Urra, conc. e distr. de Portalegre. || Logar na freg. de S. Thomé, de Vade, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça, de Casa Branca, conc. de Souzel, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª da Gloria, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Barracas de José Rodrigues Monteiro e Barracas da Rainha. Dois logares na freg. de Santa Martha, de V. N. da Rainha, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa.

Barracha. Pov. na freg. de S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro.

Barraço. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Chaviães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Barracosa. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Barrada. Pov. na freg. de S. Facundo, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de Santa Lucrecia, de Louro, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Martim Longe, conc. de Alcoutim, distr. de Faro. || Pov. na freg. de Santa Maria e S. Thiago, de Monsaraz, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora. || Logar na freg. de Santo Estevão, de Chancellaria, conc. de Alter do Chão, distr. de Portalegre. || Logar na freg. de Santa Cruz, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de N. S.ª do Pranto, de Dornes, conc. de Ferreira de Zezere, distr. de Santarem. || Logar na freg. de S. Lourenço, de Galveias, conc. do Ponte de Sôr, distr. de Portalegre. || Logar na freg. de N. S.ª da Esperança, de Paderne, conc. de Albufeira, distr. de Faro. || Logar na freg. de Santa Maria e conc. de Tavira, distr. de Faro. || Casal na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Triana, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Saturnino, de Vallongo, conc. de Aviz, distr. de Portalegre. || Herdade na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cabrella, conc. de Montemor-o-Novo, distr. de Evora. || Herdade na freg. de S. Matheus, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Herdade na freg. de S. Romão, conc. de Montemor-o-Novo, distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Ferreira, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Thiago e conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Leonardo, de Athouguia da Baleia, conc. de Peniche, distr. de Leiria. || Quinta na freg. de S. Thiago, de Evora d'Alcobaça, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria.

Barrada de Valle d'Agua. Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Ferreira, distr. de Beja.

Barradas. O nome d'esta familia vem d'uma herdade chamada *Barradas*, proximo de Beja. As suas armas são em campo azul cruz de prata firmada, nos vãos cinco vieiras de ouro em santor em cada um, que vem a ser vinte por todas; timbre dois troncos de ouro em aspa, com seus esgalhos, e penduradas n'elles quatro vieiras do mesmo metal, e uma entre os troncos.

Barradas *(Padre Antonio).* Jesuita. N. em Sandim, bispado de Lamego, a 15 d'agosto de 1589, fal. em Lisboa a 22 de fevereiro de 1673. Entrou na Companhia de Jesus em 18 de dezembro de 1605. Ensinou grammatica, philosophia e cinco annos de theologia. Foi durante oito annos mestre de noviços; reitor no collegio do Porto e no de Santo Antão, de Lisboa; cinco annos provincial, oito annos preposito da casa professa de

S. Roque. Escreveu: *Uma carta de 1650;* a respeito da *Relação do que se passou nas Indias Orientaes. . pelo P. J. Maracci, S. J. Paris*, 1651. Esta traducção é do P. Jac. de Machault.

Barradas *(Diogo Gouveia).* Juiz da Alfandega de Gôa. Era natural de Beja; filho de Francisco Barradas de Gouveia e de Emilia Gaga de Oliveira. Viveu muitos annos na India Oriental, exercendo em Gôa o cargo de juiz da Alfandega. Foi companheiro n'algumas jornadas de seu tio paterno, o bispo de Cirene D. Fr. Antonio de Gouveia. Regressando á Europa, passou o resto da vida na terra da sua naturalidade. Era homem muito erudito, muito versado na lição da historia sagrada e profana. Deixou duas obras manuscriptas: *Antiguidades de Beja* e *Apologia por Beja, ou Pax Julia illustrada.*

Barradas *(Fernando Luiz Pereira de Sousa).* Conservador na Universidade de Coimbra, ministro da justiça, etc. Natural de Minas Geraes, onde nasceu na segunda parte do seculo XVIII; fal. em Lisboa, em 1841. Veiu muito novo para Portugal, e matriculou-se na Universidade de Coimbra, formando-se em Leis, depois d'um curso distincto. Mais tarde entrou para a Casa da Supplicação, e serviu o logar de conservador da Universidade. Depois da revolução de 1820, quando as côrtes trataram de eleger secretarios para diversas repartições da regencia, Barradas foi escolhido em sessão de 29 de janeiro de 1821, para a secretaria dos negocios da justiça, mas no anno seguinte pediu a sua exoneração, allegando o seu mau estado de saude, a qual lhe foi concedida no dia 19 de fevereiro, sendo eleito para o substituir Joaquim Pedro Gomes de Oliveira. Foi encarregado de differentes commissões, em que se contam: a reforma dos foraes, e a que devia tomar conhecimento dos successos de 30 de abril de 1824. Em 15 de janeiro de 1825 tornou a tomar parte no ministerio, sendo chamado por D. João VI, ministerio que ficou vulgarmente conhecido pelo nome de *Lacerda-Barradas*, em consequencia de serem estes os appellidos dos dois ministros mais influentes. Depois do juramento da carta Constitucional em 31 de julho de 1826, cahiu o ministerio logo no dia 1 de agosto seguinte. Sousa Barradas, que dirigia a pasta da justiça, apezar de ser exonerado, ainda se conservou no exercicio d'aquelle cargo em quanto não tomou posse o novo ministro nomeado, Pedro de Mello Breyner, que estava fóra de Portugal. Professando idéas constitucionaes, soffreu a perseguição do partido absolutista, sendo preso no primeiro de julho de 1828 e encerrado na torre do Bugio, d'onde o transferiram mais tarde para S. Julião da Barra. Esteve no carcere até ao dia 24 de julho de 1833, soffrendo as maiores torturas, que o deixaram doente o resto da vida. Recuperando a liberdade ainda viveu, afastado da politica, oito annos, fallecendo em 1841, como acima dissémos.

Barradas *(Accacio Sergio Negrão).* Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra. N. em Setubal, em 8 de outubro de 1849, fal. na mesma cidade a 2 de agosto de 1886. Era filho do dr. José Sergio Capetto Negrão Barradas e de D. Maria Emilia Capetto Negrão. Concluidos os preparatorios distinctamente, e tendo o curso completo dos lyceus, frequentou o Instituto Agricola, onde concluiu o curso de agronomia em 1870; em 1871 matriculou-se na faculdade de Direito, na Universidade. Foi depois para Fronteira, e entregou-se aos trabalhos da lavoura. Casou com D. Antonia Rojão, filha do antigo deputado d'este appellido. Esta senhora falleceu em fevereiro de 1884. Fallecendo um seu tio, o dr. Antonio Sergio Negrão Barradas, em 1878, herdou uma avultada fortuna, e tornou-se então um dos principaes proprietarios e lavradores do alto do Alemtejo, gozando sempre das maiores sympathias. Na vida local exerceu todos os cargos mais elevados; foi presidente da camara, provedor da misericordia e procurador á junta geral. Todos estes cargos desempenhou com o maior desinteresse e a mais provada dedicação A morte do dr. Accacio Sergio foi muito sentida. Em 1889, tres annos depois, inaugurou-se em Setubal um asylo para velhas, instituição de beneficencia que lhe dedicou sua mãe, D. Maria Emilia Negrão Barradas. Logo depois do fallecimento de seu filho, pensara n'esta instituição de beneficencia; a inauguração realisou-se a 8 de outubro, dia escolhido por ser o do seu anniversario natalicio. Mais tarde, a referida senhora construiu casa propria para o asylo; é um vasto edificio com todas as accommodações, um dos melhores no seu genero, que existem no paiz, e que se tem levantado por iniciativa particular. O novo edificio inaugurou-se em 7 de outubro de 1894, e chama-se *Asylo Accacio Barradas.*

Barradas *(José Thomaz de Aquino).* Official da secretaria da Real Mesa da Commissão geral sobre o exame e censura dos livros. Viveu no seculo XVIII. Nada mais se sabe a seu respeito. Escreveu: *Historia do povo romano, desde a fundação de Roma até ao fim da republica: dedicada ao ill.*^{mo} *e ex.*^{mo} *sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado*, etc., Lisboa, 1768. Sahiram só os 2 primeiros tomos.

Barradas *(Luiz Antonio da Costa).* Doutor em philosophia pela Universidade de Coimbra. Natural d'esta cidade. Era filho de Marçal da Costa Barradas. Foi doutorado a 28 de julho de 1805.

Barradas *(Padre Manuel).* Jesuita. Nat. de Monforte, onde nasceu em 1572. Era filho de Gaspar Barradas e de Izabel Caldeira. Entrou para o noviciado da Companhia de Jesus, em Evora, em 1587, e professou a 6 de fevereiro de 1588. Foi socio do provincial e ensinou 7 annos theologia. Partiu depois para a India, residiu alguns annos em Gôa, e mais tarde, juntamente com outros companheiros do seu instituto, partiu para a Etiopia, d'onde tinha sido expulso o patriarcha Affonso Mendes. Este prelado, reconhecendo o elevado merecimento do padre Manuel Barradas, nomeou-o seu legado á India, em cuja viagem cahiu no poder dos turcos, ficando captivo durante 16 mezes, em que lhe fizeram soffrer grandes tratos. Podendo livrar-se do captiveiro, voltou a Gôa, e foi reitor do collegio d'aquella cidade, deputado da Inquisição, cargo de que tomou posse a 9 de junho de 1639, e provincial da provincia de Cochim e do Malabar. Falleceu em Cochim no anno de 1646. Escreveu as seguintes obras, que ficaram manuscriptas: *Descripção da Etiopia em que relata a causa da sua rebelião, tratados dos Deuses Gentilicos de todo o Oriente, e dos ritos, e ceremonias que usão os malabares; Apologia contra Fr. Luiz Urreta da Ordem dos*

Prégadores sobre o que escrevera do Imperio da Etiopia.

Barradas *(Padre Manuel)*. Missionario jesuita. Professou no collegio de Coimbra a 24 de novembro de 1547, tendo sido já sacerdote na mesma cidade. Alcançada a competente autorisação dos seus superiores, partiu para á India, e depois de dictar as sciencias escolasticas no Collegio de Gôa, percorreu com outros companheiros diversas partes do Oriente, como missionario. Voltando ao reino, em 1559, naufragou mas pôde salvar-se. Escreveu: *Relação da viagem, e successo, que tivérão as náos Aguia, e Garça, vindo da India para este Reyno no anno de 1559, com huma descripção da Cidade de Columbo enviada a outro padre da Companhia morador em Lisboa.* Sahiu na *Historia tragico-maritima*, de Bernardo Gomes de Brito, tomo I, pag. 221 a 307.

Barradas *(Manuel Joaquim)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra. N. em Elvas a 9 de setembro de 1824. Cursou com distincção a faculdade de direito; recebeu o grau de bacharel a 2 de junho de 1849, fazendo acto de formatura a 20 de maio de 1850. Tendo abraçado por vocação propria o estado ecclesiastico, tomou ordens de presbytero em 16 de março do referido anno de 1850, e por decreto de 8 de novembro seguinte foi apresentado na vigararia canonical da sé d'Elvas. Depois exerceu o elevado cargo de thesoureiro-mór da sé d'Evora, desembargador da Relação ecclesiastica do arcebispado, e professor de instituições canonicas no respectivo seminario diocesano. Foi orador notavel, e dos seus muitos sermões, temos nota dos seguintes que se publicaram: *Sermão do Sanctissimo Sacramento da sagrada Eucharistia, prégado na Sé d'Elvas*, Lisboa, 1853; *Sermão que na festividade do dia 14 de Janeiro de 1857, anniversario das linhas de Elvas, prégou na sancta egreja cathedral* (da mesma cidade), Coimbra. 1857; *Sermão do Sanctissimo Coração de Jesus, prégado na Egreja da veneravel Ordem de S. Francisco da Penitencia da cidade d'Elvas*, Lisboa, 1858; *Oração funebre nas exequias celebradas na sancta Sé de Evora pelo eterno descanso de sua magestade o senhor D. Pedro V, de saudosa memoria*, Evora, 1861; *Sermão celebrando o faustissimo* XXVII *anniverssario da gloriosa coroação do providencial pontifice Pio IX, prégado na parochial egreja da Encarnação de Lisboa*, Lisboa, 1873; *Panegyrico de Santa Luzia, virgem e martyr*, recitado na festividade da manhã do seu dia proprio na egreja do Carmo, de Evora, em 13 de dezembro de 1862, Evora, 1862. Escreveu mais o seguinte: *Breves apontamentos sobre o estudo da poesia, offerecidas ao ill.mo e ex.mo sr. Marquez de Penalva*, Coimbra, 1845; *Infallibilidade do Romano Pontifice em suas decisões sobre materias dogmaticas*, Lisboa, 1856; *Memoria da solemnidade da primeiro communhão sagrada na Sé de Elvas*, Lisboa, 1858; *Discurso recitado por occasião da abertura das aulas do lyceu nacional de Evora no 1.º de outubro de 1864*, Evora, 1864; *Lelia ou dialogo sobre a amizade*, versão portugueza. Sahiu no *Instituto*, de Coimbra, vol. IX, pag. 269, 292 e 322.

Barradas *(Padre Sebastião)*, Jesuita. N. em Lisboa a 14 d'abril de 1542, fal. no collegio de Coimbra, em 1615. Era filho de Aleixo Coelho e de Catharina Barradas. Desde creança manifestou elevado talento. Entrou na Companhia de Jesus, na casa professa de S. Roque, de Lisboa, a 27 de setembro de 1558, contando apenas 16 annos de edade. Applicando-se ás linguas grega e latina, que ensinou no collegio de Evora, sahiu eminente em philosophia e theologia escolastica, recebendo o grau de doutor a 7 de janeiro de 1582. Tambem ensinou theologia por algum tempo no collegio de Coimbra. No pulpito tornou-se notavel, adquirindo tão bons creditos, que mereceu o titulo de *Apostolo de Portugal*. Foi um dos mais brilhantes ornamentos da Companhia de Jesus. As suas obras fôram muitos conhecidas no estrangeiro, sendo impressas em Antuerpia, Colonia, Moguncia e Lião. São escriptas em latim, e têem os seguintes titulos: *Commentaria in Concordiam, &. Historiam Evangelicam*, 4 tomos; o 1.º em Coimbra, 1599, e os outros nos annos de 1604 a 1611; o 1.º tomo era dedicado ao bispo de Coimbra, D. Affonso de Castelbranco; o 2.º ao bispo dos Algarves; o 3.º a Martim Gonçalves da Camara; o 4.º ao padre Claudio Aquaviva, geral dos Jesuitas; o 4.º tomo só foi approvado em 1611, motivo porque até essa epoca a obra contava só de 3 tomos; *Itinerarium filiorum Israel ex Ægypto in Terram repromissionis libris X*, Antuerpia e Colonia, 1621. Em manuscripto: *Oratio habita in Collegio D. Antonii anno 1564, cum primarium Rhetoricos Magistrium ageret.*

Barradas *(Padre Sebastião)*. Jesuita. N. em Castro Verde a 11 de setembro de 1654, fal. em Lisboa na casa professa de S. Roque a 18 de setembro de 1713. Era filho de Antonio Barradas e de Catharina Dias. Entrou para a Companhia de Jesus no noviciado de Evora a 25 de maio de 1670, onde aprendidas as letras divinas e humanas, sahiu notavel prégador. Foi reitor no Porto e socio do provincial. Ensinou grammatica, humanidades e rhetorica, e durante dois annos theologia moral. Dos seus sermões, parece que se imprimiu apenas um, com o seguinte titulo: *Sermão de acção de graças pelo nascimento do serenissimo Principe D. Pedro na solemne procissão, que o Senado de Lisboa costuma fazer á Casa professa de S. Roque em 10 de Dezembro de 1712*, Lisboa, 1713.

Barradas. Logar na freg. de S. Francisco da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Gamil, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Logar na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de N. S.ª da Luz, conc. de Lagos, distr. de Faro. || Logar na freg. de S. Gregorio, de Reguengo, conc. e distr. de Portalegre. || Casal na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de N. S.ª dos Prazeres, conc. de Monforte, distr. de Portalegre. || Horta na freg. de S. João Baptista, de Alegrete, conc. e distr. de Portalegre. || Horta na freg. de Santa Maria da Alcobaça e conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça, de Degolados, conc. de Campo Maior, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª das Neves, conc. e distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Lourenço, de Mamporcão, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Quinta na freg. de Santa Eulalia, de Gonjoim, conc. de Armamar, distr. de Vizeu.

Barradas de Baixo e de Cima. Dois logares na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Barradas Mergulhão *(Manuel).* Conductor de obras publicas e jornalista. N. em Lisboa a 8 de setembro de 1856, e fal. na mesma cidade a 14 de março de 1898. Era filho de Manuel Joaquim Barradas Mergulhão e de D. Maria Luiza do Rego, descendentes das illustres familias Barradas, Sardinhas e Mergulhões. Manuel Barradas tinha muita predilecção pelas viagens maritimas, e chegou a fazer exame de pilotagem, depois de concluir o curso dos lyceus. Serviu em Africa como conductor das obras publicas; antes, porém, d'esta nomeação, embarcou varias vezes, na qualidade de immediato, visitando n'essas occasiões alguns importantes portos de Inglaterra e da America. De 1877 a 1880 percorreu o littoral da provincia de Angola, desde o Ambriz até Mossamedes, visitou outros pontos da mesma provincia, prestando bastantes serviços ao paiz. Na expedição á provincia de Angola encarregou-se do projecto de disseccação do pantano de Coringe, em Benguella. Quando concluiu este penoso trabalho, adoeceu gravemente com febres palustres, sendo conduzido á metropole quasi moribundo. A junta de saude do ultramar considerou-o incapaz de proseguir a sua auspiciosa carreira nas possessões africanas, e Manuel Barradas foi então exonerado d'aquella commissão a que pertencia, em Angola, sendo muito elogiado, em documentos officiaes, pela assiduidade e proficiencia que sempre manifestara no desempenho das funcções publicas, que lhe haviam confiado, tanto no continente como no ultramar. Manuel Barradas era um dos socios mais estudiosos da Sociedade de Geographia, e fez parte das secções de *Ensino geographico* e de *Emigração,* da qual foi secretario annual, sendo eleito em 1897 vogal da commissão geral de *Paz e arbitragem.* Contribuiu tambem para a fundação do *Instituto 19 de Setembro,* em que se desenvolveu muito a instrucção gratuita com as suas lições de historia. Os estudos sobre Gomes Freire de Andrade e o infante D. Henrique são de valor historico e litterario. Toda a imprensa lhes teceu grandes elogios, sendo o estudo sobre Gomes Freire adoptado nas escolas regimentaes. Como jornalista evidenciou-se bastante. Collaborou e redigiu os seguintes jornaes: *Diario do Commercio, Novidades, Commercio de Portugal, Jornal do Commercio, Commercio e Industria, Nação, Diario de Noticias, Occidente,* etc. Ainda estudante, dirigiu o *Mundo litterario,* jornal de moços estudiosos. No *Occidente* publicou dois trabalhos que fôram muito apreciados: *Contos de hoje* e *Scenas maritimas,* e uns artigos sobre o *Ultimatum de janeiro,* de 1890. Publicou tres livros: *O illustre Dr. Matheus,* traducção de Erckman-Chatrian, personagem considerado o D. Quichote da Sciencia; e os dois estudos, em que já falámos, sobre Gomes Freire e o infante D. Henrique.

Barradas Soria *(Manuel).* N. em Portalegre a 16 de junho de 1662, fal. no 1.º de outubro de 1722. Era filho de José Gonçalves Vinagre e de Marianna Barradas da Silveira. Serviu os officios de meirinho geral do bispado de Portalegre, inquiridor do juizo ecclesiastico, escrivão do Judicial, almotacé e paocurador do conselho. Foi muito perito nas letras humanas e arte de cavallaria. Deixou em manuscripto: *Avisos para novatos da Cavallaria; Sentenças para Filosofos.*

Barradinhas. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alcantarilha, conc. de Silves, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Paderne, conc. de Albufeira, distr. de Faro. || Logar na freg. de N. S.ª d'Alva e conc. de Aljesur, distr. de Faro. || Logar na freg. de S. Bartholomeu, de Bensafrim, conc. de Lagos, distr. de Faro. || Logar na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Logar na freg de S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Salvador e conc. de Aljustrel, conc. e distr. de Beja. || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Azinheira dos Barros, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Abella, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de Santo Aleixo, conc. de Moura, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Luiz, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de Santa Catharina, de Valle de S. Thiago, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Quinta na freg. de Santo Estevão e conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Barradinhas. Herdade na freg. de N. S.ª dos Prazeres, conc. de Monforte, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª das Neves, conc. e distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Salvador e conc. de Odemira, distr. de Beja.

Barradinho. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Longos Valles, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Barrado. Logar na freg. de Santa Eufemia, de Prazins, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Casal na freg. de N. S.ª da Salvação e conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || Serra na prov. da Estremadura, termo de Arruda dos Vinhos, com 18 k. de comprimento e 3 de largo. Nasce n'esta serra o pequeno rio chamado *Cano de Cintra.* Tem alguns valles muito ferteis e alguns casaes, dando pastagem a bastante gado de toda a qualidade.

Barrados. *(Monte de).* Na freg. de S. Thiago, de Urra, conc. e distr. de Portalegre.

Barraes. Pov. na freg. de S. Miguel, de Oriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Braz, de Castanheiro, conc. de Carrazeda de Anciães, distr. de Bragança. || Logar na freg. de S. Salvador, de Touredo, conc. da Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Barral *(Francisco Antonio).* Fidalgo da Casa Real, commendador das ordens de N. S.ª da Conceição e da Rosa, do Brazil; doutor em medicina pela faculdade de Paris, professor na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa; medico da imperatriz D. Maria Amelia, duqueza de Bragança, socio da Academia Real das Sciencias e de muitas outras sociedades scientificas, etc. N. em Lisboa a 29 de novembro de 1801, fal. a 26 do referido mez, do anno de 1878. Era filho de João Antonio Barral e de sua mulher D. Francisca Rosa Barral. Foi nomeado em 7 de maio de 1830, medico extraordinario do Hospital de S. José e inspetor da botica em 2 de julho de 1833 e effectivo em 24 de novembro seguinte. Em 1849 teve o encargo de ir observar o exercicio das sciencias medicas em França e Inglaterra; em 1851 fez parte da commissão de reforma do serviço hospi-

talar, e em 14 de agosto de 1852 foi nomeado para acompanhar a princeza D. Maria Amelia á ilha da Madeira, na fatal doença a que succumbiu em fevereiro de 1853, na quinta Lambert, da cidade do Funchal. Em 1853 estabeleceu dois premios, pagos do seu bolso Um d'elles (7 de julho), no valor de 200$000 réis, concedido pela Academia Real das Sciencias ao autor da melhor memoria sobre um medicamento capaz de substituir os preparados de quina no tratamento das febres intermittentes. O outro premio (26 de dezembro), no valor de 50$000 réis, foi concedido pela Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa ao dr. Pedro Francisco da Costa Alvarenga, como autor da melhor memoria sobre meios mais proprios para evitar o apparecimento da cholera-morbus em Lisboa. O dr. Francisco Antonio Barral tambem foi medico dos hospitaes que se provisoriamente se estabeleceram em 1856 e 1857, por occasião das epidemias cholera-morbus e febre amarella, que n'aquelles annos assolaram a capital. A ordem da Rosa foi-lhe concedida pelos serviços prestados aos principes brazileiros durante a sua curta passagem em Portugal no anno de 1867. Aposentou-se em 1 de maio de 1868. Além de valiosos artigos, insertos em muitos jornaes medicos, publicou: *Empoisonnements par les subst. veg.* Paris, 1826; *Algumas considerações sobre o emprego therapeutico do sub-azotato de bismutho em alta dose*, Lisboa, 1854; e no tomo I, parte 1.ª das *Memorias da Academia Real das Sciencias*, nova serie, classe 1.ª; *Nota sobre o mesmo assumpto*; no tomo II, 1.ª das referidas *Memorias*, 1857; *Noticia sobre o clima do Funchal, e sua influencia no tratamento da tisica pulmonar; offerecida á Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1854; e no tomo I, parte 1.ª das *Memorias da Academia*, Nova serie, classe 1.ª; foi traduzida em francez, e impressa com o seguinte titulo: *Le climat de Madère, et son influence therapeutique sur la phthisie pulmonaire, par F. A. Barral*, etc. *traduit du portugais par le docteur P. Garnier*, Paris, 1858; *Do estado actual da Cirurgia em Portugal*, etc., no *Jornal das Sciencias Medicas*, tomo I; *Exposição rapida do estado actual da Medicina em Portugal;* no mesmo *Jornal*, e no referido tomo.

Barral *(João Pedro)*. Lente de pathologia externa na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, notavel operador, etc. N. em Lisboa, em 1805, fal. em Bemfica a 12 de junho de 1862. Era filho de João Antonio Barral e de D. Francisca Rosa Barral, irmão do medico Francisco Antonio Barral e dos pharmaceuticos José Maria e Raymundo Antonio Caetano Barral. Depois de ter estudado com dedicada applicação e aproveitamento os diversos ramos da cirurgia, como então se professavam na modesta escola annexa ao hospital de S. José, fez os seus exames theoricos e praticos n'essa mesma escola, perante a Physicatura-mór do reino, ficando *approvado nemine discrepante*, e em 1823 lhe mandou el-rei D. João VI passar o respectivo diploma de cirurgião. Não se limitando, porém, áquelles estudos, matriculou-se em 1825 nas aulas que constituiam o chamado *quinto anno do curso*: defendeu théses publicas em 1826 perante a escola de cirurgia, apresentando a sua *Dissertação sobre a hernia inguinal*, trabalho em que já se denunciavam de preferencia as tendencias praticas de operador. Em 1826 foi nomeado cirurgião extraordinario do banco do hospital de S. José, logar em que ficou effectivo em 24 de janeiro de 1835. Por decreto de 17 de outubro do referido anno de 1826 teve a nomeação de demonstrador de anatomia, e n'essa qualidade, como substituto, muitas vezes lhe coube reger varias cadeiras da Escola de Cirurgia, no impedimento dos professores proprietarios. Quando mais tarde veiu a nova organisação da escola transformando-a em Escola Medico-Cirurgica, foi nomeado, por carta régia de 16 de março de 1838, lente substituto de cirurgia. Annos depois, por decreto de 25 de abril de 1849, obteve a nomeação de lente cathedratico de pathologia e therapeutica cirurgica, succedendo n'essa cadeira ao distincto operador João José Pereira, e sustentando os notaveis creditos que aquelle professor havia conquistado na sua regencia. Foi director do banco do hospital de S. José, em que prestou os maiores serviços, distinguindo sempre como operador e director da enfermaria de S. Francisco. Foi o dr. João Pedro Barral o primeiro que no hospital de S. José, e em Portugal, praticou a laqueação da iliaca primitiva. Foi em 1845, na enfermaria de S. Miguel, para curativo d'um aneurisma da arteria femural esquerda, aneurisma que se julgava abranger a iliaca externa. Quem deu começo á operação foi o cirurgião da enfermaria, José Francisco de Sousa Gomes, o qual, sentindo-se subitamente incommodado, e não podendo continuar, pediu a João Pedro Barral, que estava presente, que o substituisse. Barral concluiu o acto operatorio, de que não alcançou a desejada vantagem. A morte d'um seu intimo amigo e collega, o dr. Salgado, causou-lhe tão profunda impressão, que para se distrahir foi viajar pelo estrangeiro. procurando assim melhorar do afflictivo estado em que se sentia. Visitou as principaes localidades de França e de Inglaterra, apaixonando-se sobremaneira pelos habitos e costumes britannicos. Poucos resultados, porém, pôde obter com a distracção das viagens. Quando regressou a Portugal, recolheu-se á casa de campo, que possuia em Bemfica, e ali passou o resto da vida, limitando os seus exercicios clinicos ás visitas dos hospitaes de que era medico, e a soccorrer algum amigo ou algum pobre, que recorria a sua casa, pedindo o seu auxilio. Jubilou-se por decreto de 30 de agosto de 1855. A sua morte foi muito sentida e o funeral muito concorrido. A' beira da sepultura falaram os seus collegas Antonio Maria Barbosa, Bernardino Antonio Gomes, Caetano da Silva Beirão. Estes discursos fôram publicados na *Gazeta Medica de Lisboa*.

Barral *(José Maria)*. Pharmaceutico distincto, irmão dos dois medicos do mesmo appellido, em que acima falámos. N. em Lisboa a 7 de outubro de 1810, fal. em 8 de fevereiro de 1867. Seu pae destinava-se á vida commercial, para que não sentia vocação alguma resolvendo seguir a profissão de pharmaceutico, principiou a praticar na botica de Antonio de Carvalho, estabelecido no largo do Corpo Santo, e que mais tarde foi preparador de chimica na aula regida por Mousinho de Albuquerque. Em 5 de fevereiro de 1833 fez exame de pharmacia perante um jury presidido pelo physico-mór do reino, e em 6 de junho do mesmo anno lhe foi passado o competente diploma de habilitação. N'aquella epoca tornava-se

muito pesada a despotica autoridade da physicatura-mór do reino, os pharmaceuticos deliberaram reagir contra tão revoltantes prepotencias, e do bom exito que obteve tal emprehendimento, nasceu a idéa da grande conveniencia de se unirem, para se alcançar a reforma de que a classe tanto precisava. No requerimento que em 1834, enviaram á rainha D. Maria II, pedindo a reforma dos estatutos de pharmacia, tambem figurava a assignatura de José Maria Barral. Foi d'aqui que derivou a instituição da *Sociedade Pharmaceutica de Lisboa*, fundada em 24 de julho de 1835, por iniciativa de José Dionysio Corrêa, administrador da botica do hospital de S. José. Mais tarde, em 1838, esta associação passou a chamar-se *Sociedade Pharmaceutica Lusitana*. José Maria Barral foi um dos socios fundadores, e um dos primeiros vice-secretarios. Era tão zeloso da reforma dos estatutos pharmaceuticos que, apezar de approvado pela physicatura-mór do reino, e de estar habilitado pelo respectivo diploma, quando por decreto de 29 de dezembro de 1836 se creou a nova organisação das escolas de pharmacia, quiz seguir o curso regular e sujeitar-se espontaneamente a novo exame em 7 de novembro de 1839, exame em que ficou approvado com louvor. Por meados de 1835 tinha estabelecido a pharmacia, que ainda hoje existe, na rua da Ouro, e foi especialmente pelo subido grau de apuro a que a sua actividade industrial soube elevar aquelle estabelecimento, que creou um nome distincto entre os pharmaceuticos portuguezes. Em 1849 associou-se com seu irmão Raymundo Antonio Caetano Barral, já hoje tambem fallecido, e sob a firma *Barral & Irmão*, que se conserva ainda, os dois pharmaceuticos associados conseguiram pelos seus esforços, que a sua pharmacia chegasse a ser a primeira, não só de Lisboa, mas de todo o paiz. Por sua morte, em 1867, ficou gerindo o estabelecimento seu irmão Raymundo. A pharmacia pertence hoje ao sr. Antonio Alves Barata. José Maria Barral collaborou no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica*.

Barral. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Balança, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santos Cosme e Damião, de Azere, conc. de Arcos-de-Valle-de-Vez distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Barreiros, conc. de Amares. distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Caldellas, conc. de Amares, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Thomé, de Correlhã, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Duas Egrejas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Gondar, conc. de V. Nova da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. João Evangelista, de Grovellas, conc. da Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Martinho, do Lago, conc. de Amares, distr. de Braga, || Pov. na freg. de S. Miguel, de Lavradas, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Paio de Melgaço, conc. de Melgaço, distr. de Vianna de Castello. || Pov. na freg. de Santa Marinha, de Oleiros, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Oliveira, conc. de Arcos-de-Valle Vez, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Palmeira de Faro, conc. de Espozende, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Christovão, de Pico de Regalados, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Rio Mau, conc. de Villa Verde, distr. de Braga || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Semelhe, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Villa Chã, conc. da Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santa Marinha, de Aroza, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Pantaleão, de Cornes, conc. de Villa Nova da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Crespos, conc. e distr. de Braga. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Folhada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santos Cosme e Damião, de Garfe, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Maria, de Meinedo, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Martinho, de Moimenta do Douro, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Nogueira, conc. e distr. de Braga. || Logar na freg. de Santo Izidoro, de Sanche, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Maria, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de Santa Martha, de Serdedello, conc. de Ponte de Lima, distr de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Miguel, de Soutello, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Salvador, de Souto, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Thiago, de Tabaçó, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santa Maria Maior, de Tarouquella, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S. Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Marinha, de Tropeço, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Trute, conc. de Monsão, distr. de Vianua de Castello. || Logar na freg. de N. S.ª da Purificação, de Turiz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Martinho, de Villa Frescainha, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Salvador, de Villa Garcia, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Sitio sobre a margem esquerda do Douro, na freg. de Santo Antonio, de Lomba, conc. de Gondomar, distr. do Porto. Ha aqui uma mina de carvão, que em março de 1871 foi concedida a Bento Rodrigues de Oliveira. || Casal na freg. de Santos Cosme e Damião, de Garfe, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Barral de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Clara, de Torrão, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Dois logares na freg. de Santa Maria, de Villar do Torno, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Barrameira *(Monte da)*. Na freg. de Santa Suzana, de Mombeja, conc. e distr. de Beja.

Brranca. Logar na freg. de Santa Christina, de Longos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Mamede, de Sandiães, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar no sitio do Bolbugão, na freg.

de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, e distr. de Beja.

Barranca de Baixo e de Cima. Monte e logar na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Alandroal, distr. de Evora.

Barranca Estreita e Barranca Velha. Dois logares na freg. de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Barrancão. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Budens, conc. de Villa do Bispo, distr. de Faro. || Logar na freg. de N. S.ª da Piedade, de Odeceixe, conc. de Aljezur, distr. de Faro. || Monte na freg. de N. S.ª das Reliquias, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Barrancão de Cima. Monte na freg. de N. S.ª d'Alva e conc. de Aljezur, distr. de Faro.

Barrancas. Logar na freg. de S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Monte na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Caia, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Barranco. Pov. na freg. de N. S.ª do Pé da Cruz, de Santa Cruz, conc. de Almodovar, distr. de Beja. || Pov. na ilha da Madeira, freg. de S. Jorge, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal. || Logar na freg. de S. Martinho, de Friastellas, conc. de Ponte de Lima, districto de Vianna do Castello. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Martim Congo, conc. de Alcoutim, distr. de Faro. || Logar na freg. de S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de N. S.ª d'Alva, e conc. de Aljezur, distr. de Faro. || Logar na freg. de Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg, de S. Mamede, de Arcozello, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Bartholomeu da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Pedro de Sollis, conc. de Mertola, distr. de Beja. || Logar na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Querença, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Logar na freg. de S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Logar na freg. de S. Thiago, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa Nova de Portimão, distr. de Faro. || Logar na freg. de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª d'Alva e conc. d'Aljezur, distr. de Faro. || Herdade na freg. de N. S.ª da Conceição, de Azinheira dos Barros, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Horta na freg. de N. S.ª d'Annunciação e conc. de Redondo, distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Abella, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de S. Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Faro. || Monte na freg. de S. Luiz, conc. de Odemira, distr. de Beja. Monte na freg. de Santa Brigida, de Marmelar, conc. da Vidigueira, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Thiago Maior, conc. de Alandroal, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Pedro, de Vaqueiros, conc. d'Alcoutim, distr. de Faro. | Monte na freg. de Santa Catharina, de Quintos, conc. e distr. de Beja. || Montinho na freg. de Santa Catharina, de Valle de S. Thiago, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Barranco do Açôr. Logar na freg. de S. Romão, de Alfece, conc. de Monchique, distr. de Faro.

Barranco d'Agua. Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

Barranco d'Alcaria Formosa *(Monte do).* Na freg. de S. Theotonio, conc. d'Odemira, distr. de Beja.

Barranco Alto. Logar na freg. de S. Thiago, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Barranco Alto de Baixo e de Cima. Dois logares na freg. de S. Thiago, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Barranco do Amieiro. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Barranco d'Apra. Logar na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Barranco do Azinhal. *V. Azinhal.*

Barranco de Baixo e de Cima. Dois logares na freg. de Santa Cruz, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Dois logares na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Dois logares na freg. de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Dois montes na freg. de Santo Ildefonso e conc. d'Almodovar, distr. de Beja. || Dois montes na freg. de N. S.ª da Graça, de V. N. de Milfontes, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Barranco do Bencanes *(Monte do).* Na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Barranco Bravo *(Monte do).* Na freg. de Sant'Anna da Serra conc. de Ourique, distr. de Beja.

Barranco do Cano. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Barranco do Carvalhal. Logar na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Barranco Chão *(Monte do).* Na freg. de N. S. d'Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Barranco de Cima e da Estrada. Dois logares na freg. de Santa Clara-a-Velha, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Barranco da Cruz. Logar na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro.

Barranco da Fataca *(Monte do).* Na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Barranco da Figueira. Pov. na freg. de S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro.

Barranco Grande. Pov. na freg. de Santa Clara-a-Velha, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Barranco do Inferno *(Monte do).* Na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Barranco Longo *(Quinta do).* Na freg. de N. S.ª da Piedade, de Algoz, conc. de Silves, distr. de Faro.

Barranco de Madeiros e do Meio. Dois logares na freg. de Santa Clara-a-Velha. conc. de Odemira, distr. de Beja.

Barranco de S. Miguel. Pov. na freg. de S. Martinho, de Estoy, conc. e distr. de Faro. || Pov.

na freg. de N. S.ª da Graça, de Moncarapacho, conc. de Olhão, distr. de Faro.

Barranco do Milho *(Monte do)*. Na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Barranco do Montez e do Nogueira Dois logares na freg. de S. Thiago, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Barranco do Ouro *(Monte do)*. Na freg. de S. Salvador e conc. de Odemira, distr. de Beja.

Barranco da Outra Banda. Logar na freg. de Santa Cruz, conc de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Barranco dos Pereiros. Logar na freg. de Santa Margarida da Serra, conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Barranco dos Pizões. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Barranco do Porco *(Monte do)*. Na freg. de Santa Clara-a-Nova conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Barranco da Quinta. Logar na freg. de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Barranco do Salgado. Logar na freg. de S. Salvador e conc. de Odemira, distr. de Beja.

Barranco do Samouco e do Silvestre. Dois logares na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Barranco das Taipas. Logar na freg. de N. S.ª das Reliquias, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Barranco das Texugueiras. Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Barranco das Traves. Logar na freg. S. Salvador de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Barranco da Vacca. Logar na freg. de N. S.ª d'Alva e conc. d'Aljezur, distr. de Faro.

Barranco do Velho. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Barrancões *(Casal dos)*. Na freg. de S. Salvador e conc. d'Aljustrel, distr. de Beja. || Monte na freg. de Santo Ildefonso e conc. d'Almodovar, distr. de Beja.

Barrancos. Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc., com. de Moura, distr. e bisp. de Beja. Orago N. S.ª da Conceição, unica freguezia que tem, com 2.647 hab., sendo 1.325 do sexo masc. e 1.322 do fem. e 600 fog. Está situada em montes e valles, na fronteira de Hespanha, sobre a margem direita da Guadiana. E' pov. muito antiga, mas não se sabe quem foi o fundador, nem a data da fundação. Gonçalo Mendes da Maia, o *Lidador*, a tomou aos moiros em 1167, no reinado de D. Affonso I, e D. Sancho I a povoou em 1200. Não consta que tivesse foral. Não é terra muito fertil; cria, porém, bastante gado de toda a qualidade, sobretudo suino, que exporta em grande quantidade. Pertencia aos duques de Cadaval. Barrancos tem secção fiscal e posto de despacho dependente da delegação da alfandega de Lisboa, em Elvas; escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. S.—Moura. A villa dista 85 k. da capital do distr. Pertence á 4.ª div. mil., 8.ª brigada, grande circumscripção militar do sul, e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 17, com a séde em Lagos. Este concelho foi supprimido e annexado ao de Moura, por decreto de 26 de junho de 1896, mas ficou restaurado por decreto de 13 de fevereiro de 1898. Realisa-se aqui uma feira nos ultimos tres dias de agosto. Em Barrancos ha as associações: *Cooperativa* e *Montepio Agricola;* fabricas de azeite e de moagens, dois hoteis, medicos, pharmacias, sociedade philarmonica *Barranquense*, etc. Duas minas em exploração, de ouro, cobre, ferro e outros metaes, pertencentes a Edward Clement Wallace; minas descobertas e não exploradas, de ouro, cobre, ferro e outros metaes; havendo além d'essas umas vinte concessões mineiras que são: uma denominada *Serios*, pertencente a José de Mira e aos herdeiros de Manuel Ramos Alcaris, a José Pão-Duro e aos herdeiros de Antonio Serralho Rubio; outra denominada: *Malhada dos borvinhos*, pertencente a José de Mira; duas pertencentes a *The Murtega Minerals Company Limited*, chamadas: *Mina das Mercês* e *Segunda Mercês;* onze pertencem á The Pulido Mining Company Limited, com os nomes de: *Sitio de Palacio*, *Conceição*, *Capellães*, *Pedra do Gelo*, *Malhada das Vaccas*, *Val de Marcas*, *Barrocal*, *Malhada dos Caeiros*, *Veiga da vinha*, *Volta de Ferreira* e *Volta das Juntas;* cinco pertencem á The Ardilla Copper Miuing Company Limited, denominadas: *Serra da Butefa*, *Pyramide Geodesica da Butefa*, *Piorneiras*, *Humbria das Ferrarias* e *Barrancaes*. A principal industria do concelho de Barrancos é a agricultura e creação de gados suino, vaccum, lanigero e caprino. || Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Guia, conc. de Albufeira, distr. de Faro. || Logar na freg. de S. Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || Casal na freg. de S. Miguel, de Povoa, conc. de Moura, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Alandroal, distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª d'Alva e conc. d'Aljezur, distr. de Faro. || Monte na freg. de Santa Maria da Lagôa e conc. de Portel, distr. de Evora.

Barrancosas *(Casal das)*. Na freg. de S. Matheus, de Erra, conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Barranha. Pov. na freg. de S. Salvador, de Mattosinhos, conc. de Bouças, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Rio Covo, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Lourenço, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Quinta na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Avô, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de N. S.ª da Conceição, de Eirado, conc. de Aguiar da Beira, distr. da Guarda.

Barranhas. Pov. na freg. de S. Salvador, de Villarinho das Cambas, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Barranhos *(Casal dos)*. Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Barranquinha. Logar na freg. de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Monte na freguezia de S. Martinho das Amoreiras, concelho de Odemira, districto de Beja.

Barranquinhas *(Monte de)*. Na freg. da En-

carnação, de Caia, conc. de N. S.ª d'Elvas, distr. de Portalegre.

Barranquinho. Pov. na freg. de S. Luiz, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Logar na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. || Logar na freg. de S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Monte na freg. de Sant'Anna da Serra, conc. de Ourique, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Collos, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Montinho na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de Santa Maria e conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Barranquinho Grande e Pequeno. Dois montes na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Barrantes. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Salir dos Mattos, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Barrão. Vallado real do sul na leziria de Villa Franca de Xira.

Barrão *(Quinta do)*. Na freg. de Santo Estevão e conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Barraqueiro *(Casal do)*. Na freg. de S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Barraquinha do Meio e Pequena. Dois logares na freg. de Santo Amaro, conc. de Fronteira, distr. de Portalegre.

Barras. Pov. na freg. de S. Pedro, de Azueira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa, || Pov. na freg. de S. Bento, de Pedraido, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || Logar na freg. de S. Thiago, de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Herdade na freg. de Nossa Senhora da Assumpção, de V. N. de Baronia, conc. d'Alvito, distr. de Beja. || Monte na freg. de Santa Margarida da Serra, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Azueira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Barredo. Antigo bairro do Porto, situado na freg. de S. Nicolau, desde as Escadas do Codeçal á rua de S. João, e da Sé até á Ribeira. Comprehende uma serie de ruas estreitas e tortuosas, viellas e escadas povoadas por gente da mais infima classe da cidade. E' quasi o que resta do antigo burgo do Porto.

Barredos. Pov. na freg. de Santa Maria, de Carvoeiro, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Barrega. Pov. na freg. de Santa Maria, de Borba Montanha, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Barregalho *(Quinta do)*. Na freg. de N. S.ª das Neves, de Midões, conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Barregão. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Castello de Vide, distr. de Portalegre. || Pov. na freg de S. Braz, de Vendada, (annexa á de Lameiras, conc. de Pinhel, distr. da Guarda. || Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Ventosa do Bairro, conc. de Mealhada, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de Santo Estevão, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Lourenço, de Celho, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Casal na freg. de S. Pedro, de Azurem, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Monte na freg. de N. S.ª do Pé da Cruz, de Santa Cruz, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Barregãs. Pov. na freg. de S. Martinho dos Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Barregudo. Serra na provincia da Estremadura, ramificação da de Monte Junto entre Torres Vedras e Villa Verde. E' tambem conhecida pela serra da *Maravilha*, dos *Rifes*, ou de *Santo Antonio*. No logar de Matacães é que se chama Barregudo, vulgarmente *Barrigudo*. N'este sitio fórma uma abertura feita pela natureza, que dá passagem ao rio Sizandro, que vae levando por aqui a sua corrente ao mar Esta abertura chama-se *Furadouro* e serve egualmente para communicação dos povos, que por este sitio teem mais facil passagem. A serra é do comprimento de 18 k. e da largura de 6. Lança uns braços para a freguezia de Monte Redondo, a que chamam Sacaespinhos, Penedo dos Negros, Monção, Castello Ventoso, Calvario e Ordasqueira. Tem alguns casaes, bastante caça e muito boas pedreiras de marmore.

Barregueira. Pov. na freg. de S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Barregueiras. Logar na freg. de S. João Baptista, de Alegrete, conc. e distr. de Portalegre.

Barreira *(Padre Balthazar)*. Jesuita. Nasceu em Sacavem, em 1538, fal. a 4 de junho de 1612. Era filho de paes nobres: Rodrigo de Carmona e Margarida Fernandes. Conhecendo os paes a sua muita intelligencia, o mandaram estudar em Coimbra, porém Balthazar Barreira preferiu recolher-se ao noviciado dos padres jesuitas d'aquella cidade, a 12 de janeiro de 1556. Ordenado de presbytero, percorreu apostolicamente as villas de Moura, Odemira e Coruche na provincia do Alemtejo, conseguindo muitas conversões. Quando em 1569, Lisboa se viu assaltada d'uma terrivel epidemia, não fugiu nem receou o contagio dos doentes, e sempre os acompanhou animando-os e exhortando-os á paciencia e resignação. Os seus chefes, que muito o estimavam, vendo o seu muito zêlo religioso, o aproveitaram para missionario, e o padre Balthazar partiu para Angola, onde chegou a 23 de fevereiro de 1580. Para attrahir com maior facilidade o gentio á religião christã aprendeu a lingua da terra em que depressa se orientou, e construiu uma egreja dedicada a S. Paulo, em homenagem ao governador Paulo Dias de Novaes, neto de Bartholomeu Dias de Novaes, descobridor do Cabo da Boa Esperança. Paulo de Novaes alcançara em 2 de fevereiro de 1583 uma grande victoria sobre um formidavel exercito de negros, que ficou derrotado. O padre Balthazar Barreira adquiriu tanta influencia nos africanos, que o governo de Hespanha, já então senhor de Portugal, ordenou aos governadores d'essas provincias ultramarinas, que nada fizessem sem consultar o padre Barreira. Filippe II tambem o desejou vêr, e Balthazar partiu para a Europa, esteve em Madrid, vindo depois para Evora; não podendo estar ocioso, foi mestre de noviços no collegio d'aquella cidade: Voltando a Lisboa, pediu como especial mercê que o deixassem tornar a Africa. Partiu então em 1604 para a missão de Cabo Verde. Chegando á ilha de S.

Thiago, fronteira a um grande promontorio da costa da Guiné, sem attender a que o clima era nocivo á sua saude, sahiu pelas praças prégando o Evangelho, e penetrando até á Serra Leôa, com perigo da propria vida, baptisou os reis de Tora e Tarma, e muitas outras pessoas. Falleceu na cidade da Ribeira Grande na ilha de S. Thiago. Escreveu: *Relação da Victoria que alcançou o insigne capitão Paulo Dias de Novaes de hum numeroso exercito de Negros em Angola a 2 de fevereiro de 1583; Carta escripta de Angola ao Provincial da Provincia de Portugal, em que dá conta da disposição que achou em todos aquelles Reynos, que elle pessoalmente foy descobrir, e do mais fructo, que até então se tinha feito na conversão daquella gentilidade; Carta escripta de Angola em 31 de janeiro de 1582, em que relata o Bautismo de hum Rey*; *Carta escripta em Evora a 16 de março de 1604, ao Provincial Antonio Mascarenhas; Duas Cartas, escripta huma ao Geral em que relata a sua jornada á Serra Leôa com a conversão e bautismo del Rey Filippe; outra ao Provincial da Provincia de Portugal sobre o progresso desta expedição;* sahiram traduzidas em italiano, com outras em Roma, 1625; *Carta escripta ao P. Manuel de Barros em Biguba terra dos Beafares a 28 de Janeyro de 1605, em que narra a jornada que fez á terra firme da Guiné*; sahiu impressa em 1605.

Barreira *(Fr. Isidoro).* Freire conventual da ordem de Christo. Não se sabe a data do nascimento nem a terra da sua naturalidade; uns dizem ser de Lisboa, outros d'um logar chamado Bareira. Fal. em 1634 ou 1648. Professou no convento de Thomar a 7 de março de 1606. Foi bom prégador; não quiz exercer cargo algum na ordem, pois comprazia-se em sempre obedecer e nunca em dar ordens. Escreveu: *Historia da vida e martyrio da gloriosa virgem Santa Eiria, freira da ordem do Patriarcha S. Bento, natural de Nabancia, que hoje é a notavel Villa de Thomar, e relação da sua milagrosa sepultura feita por mão de Anjos dentro das aguas do Rio Tejo onde está seu corpo*, Lisboa, 1618; *Tractado das significaçoens das Plantas, e flores e referidas na Sagrada Escriptura*, Lisboa, 1698; dizem que o autor compoz um segundo tomo, que não chegou a ser impresso; *Regra do nosso glorioso padre S. Bento, Abbade, Confessor, e Patriarcha de todas as Religioens, dada aos Freires da ordem de Nosso Senhor Jesu Christo, e traduzida de latim em portuguez, na fórma que primeiro foy approvada e confirmada pelos Summos Pontifices* quando a mesma ordem se reformou, Lisboa, 1623. Em manuscripto: *Comedia famosa de Santa Maria Egypciaca.*

Barreira *(João).* Impressor que deixou um nome muito honroso, e um dos que mais notaveis se tornaram no seculo XVI, por seus trabalhos na arte que exerceu successivamente em Coimbra, Lisboa e Braga, umas vezes estabelecido só por si, outros de parceria com o seu companheiro João Alvares. Foi muito perito nas disciplinas mathematicas, principalmente em astrologia e astronomia. Parece que João Barreira pertencia a uma familia hespanhola, tambem de impressores, que exercia esta profissão em Sevilha e Cordova. Segundo Tito de Noronha, no seu opusculo *A imprensa portugueza no seculo* XVI, pag. 20 e 27, o periodo da actividade de João Barreira foi em Lisboa e Coimbra, com o seu companheiro e socio, João Alvares, em 1542 a 1569; e sem sociedade, de 1548 a 1590. Nos *Apontamentos para a historia contemporanea*, de Joaquim Martins de Carvalho, a pag. 282 a 288, marca-se, em vista de documentos, esse periodo em Coimbra, ao serviço da Universidade, associado com Alvares de 1548 a 1586, accrescentando-se que João Alvares morreu n'esse anno, pouco mais ou menos, recebendo Antonio Barreira, filho de João Barreira, o privilegio de impressor da Universidade, para ajudar seu pae, de quem foi successor em 1590. João Barreira compoz o *Repertorio dos tempos*, Coimbra, 1579. No anno de 1582 houve outra edição, muito augmentada e correcta, conteudo gravuras em madeira indicativas do zodiaco, dos planetas, dos doze signos do sol, da lua, etc. Antonio Barreira fez ainda uma nova edição, em 1593.

Barreira Pov. e freg. de Santa Catharina, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Mêda, distr. da Guarda, bisp. de Lamego. Está annexada a esta freg. a de Santissima Trindade, de Gateira, tendo ambas 655 hab. A pov. dista 9 k. da séde do conc. E' terra abundante de centeio. O abbade de Marialva apresentava o cura, que tinha 22$000 réis de rendimento e o pé d'altar. Pertenceu ao antigo conc. de Marialva, e pela suppressão d'este conc., em 24 de outubro de 1855, passou para o de V. N. de Foscôa; em 18 de outubro de 1872 ficou pertencendo ao de Mêda, sendo, porém, este conc. suspenso, ficou annexada ao de V. N. de Foscôa, por decreto de 12 de julho de 1895, voltando novamente para o de Mêda, que se restaurou por decreto de 13 de janeiro de 1898. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 12 com a séde em Trancoso. || Pov. e freg. de Salvador do Mundo, da prov. da Estremadura, conc., com. e distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 757 hab. e 183 fog. Tem escola do sexo masculino. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada em terreno accidentado e fertil. Tem pedreiras de pedra calcarea e boa argilla para louça. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 7, com a séde em Leiria. || Pov. na ilha da Madeira, na freg. de Santo Antonio, conc. e distr. do Funchal. || Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Ceiça, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem, Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João das Lampas, || conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Simão, de Mamarrosa, conc. d'Oliveira, do Bairro, distr. d'Aveiro. || Pov. na freg. de Santo André, de Palme, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de N. S.ª da Annunciação, de Pombalinho, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Pousa Flôres, de Ancião, conc. e distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Sebal Grande, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de Santa Marinha, de Verdoejo, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Santo André, de Victoriano dos Piães, conc. de Ponte de Lima distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. do Salvador do Mundo, de Almoster. na parte annexada civilmente á de Ancião, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. d'Alter do Chão, distr. de Portalegre. || Logar na freg. de S. João Baptista. de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Logar na

freg. de S. João, de Areias de Villar, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Gens e conc. d'Arganil, distr. de Coimbra. || Logar na freg. de S. Miguel, de Barrio, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. João, de Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. João Baptista e conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || Logar na freg. de S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santo Adrião, de Oleiros, conc. da Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Salvador, de Paderne, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santa Comba, de Regilde, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Martha, de Serdedello, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de Santa Maria, de Telhado, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Saturnino, de Vallongo, conc. de Aviz, distr. de Portalegre. || Logar na freg. de S. Salvador, de Villa Cova da Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Casal na freg. de N. S.ª da Luz, de A dos Cunhados, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Pedro, de Azurem, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Casal na freg. do Senhor Jesus de Carvalhal, conc. de Obidos, distr. de Leiria. || Casal na freg. de N. S.ª da Graça, de Ega, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. João Baptista, de S. João da Ribeira, conc. do Rio Maior, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Villa Verde dos Francos, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de N. S.ª da Graça, de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Manhouce, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de Santa Agueda, de Queiriz, conc. de Fornos d'Algodres, distr. da Guarda.

Barreira d'Agua. Pov. na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Barreira d'Alva. Pov. na freg. de Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Barreira da Era. Casal na freg. de S. Pedro, de Varzea de Goes, conc. de Goes, districto de Coimbra.

Barreira Grande. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, da Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Logar na freg. de Santo Antonio, de Covões, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Barreira da Junqueira *(Casal da)*. Na freg. de N. S.ª da Consolação, de Alvados, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Barreira da Lameira Logar na freg. de N. S.ª da Annunciação, de Espariz, conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Barreira da Malhada. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Covões, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Barreira da Matta. Logar na freg. de Santa Maria Magdalena, de Alcobertas, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

Barreira Pequena. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, da Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Barreira Vermelha. Casal na freg. de S. Leonardo, de Athouguia da Baleia, conc. de Peniche, distr. de Leiria. || Casal na freg. de Santo Antonio, conc. de V. N. da Barquinha, distr. de Santarem. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça, de V. N. de Milfontes, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Barreirão. Logar na freg. de S. Sulião, conc. e distr. de Portalegre. || Casal na freg. de S. Vicente, de Mangualde da Serra, conc. de Gouveia, distr. da Guarda.

Barreiras. Pov. na freg. de S. Thiago, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Ferreira-a-Nova, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Julião, de Freixo, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna de Castello. || Pov. na freg. de S. Mamede, de Friestas, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Gallegos, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Matheus, de Grimancelhos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Lourenço, de Montaria, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Mamede, de Parada do Monte, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Sebastião, de Peral, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Raimonda, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Redinha, conc. do Pombal, distr. de Leiria. || Pov. na freguezia de Nossa Senhora da Graça, de Vinha da Rainha, concelho de Soure, districto de Coimbra. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Gondoriz, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de N. S.ª das Virtudes, de Ventosa, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Martinho de Arco de Baulhe, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Salvador, de Fonte Arcada, conc. de Povoa de Lanhozo, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Salvador, de Maiorca, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Logar na freg. de S. Salvador, de Mazedo, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || Logar na freg. de S. Romão, de Mouriz, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Eufemia, de Prazins, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Lourenço, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Jorge, de Varzea, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Casal na freg. de Santa Maria Magdalena, de Aldeia Gavinha, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Pedro, d'Alverca, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Gregorio, de Arruda dos Pizões, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || Casal na rreg. de S. Salvador, do Bombarral, conc. de Obidos, distr. de Leiria. || Casal na freg. de S. Simão, de Broguicira, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || Casal na freguezia de Santa Quiteria, de

Méca, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de Santo Ildefonso, de Montargil, conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre. || Casal na freg. de S. Francisco de Assis e conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre. || Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Tentugal, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || Monte na freg. de N. S.ª da Conceição, de Azinheira, de Barros, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª da Nazareth, de Landeira, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça, de V. N. de Milfontes, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Quinta na freg. de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de S. Vicente, conc. e distr. da Guarda.

Barreiras Brancas *(Casal das)*. Na freg. de Sant'Anna, da Carnota, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa.

Barreiras dos Moinhos. Logar na freg. de Espirito Santo e conc. de Aldeia Gallega do Ribatejo, distr. de Lisboa.

Barreiras das Ruivas. Pov. na freg. de S. Romão, de Alferce, conc. de Monchique, distr. de Faro. || Logar na freg. de S. Sebastião, de Espinhal, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Barreiros do Tejo. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Barreiria. Pov. na freg. de Santa Catharina da Serra, conc. e distr. de Leiria.

Barreirinha. Logar na freg. de Santo Aleixo, do Beco, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Logar na freg. de S. Cypriano, de Senharei, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santo André, de Varzea da Coelha, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Barreirinhas. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Alcanede, conc. e distr. de Santarem. || Logar na freg. de Santa Cruz, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Espite, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || Logar na freg. de S. Thiago, e conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Abella, conc. de S Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Barreirinho. Pov. na freg. de S. Thiago, de Espargo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Gondar, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Pov. na freg. de N. S.ª do Amparo, de Mira, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santo André, de Codeçoso, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Barreirinhos *(Monte dos)*. Na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Barreiro *(Francisco da Silva Mello Soares de Freitas, 1.º visconde do)*. Fidalgo Cavalleiro da Casa Real, pelo alvará de 11 de junho de 1863; do conselho d'el-rei D. Luiz; commendador da ordem de N. S.ª da Conceição; capitalista e abastado proprietario no districto de Lisboa, e na antiga provincia do Alemtejo, onde era possuidor de bastantes herdades, sendo entre ellas as que outr'ora constituiram o morgado de Vendas Novas, da casa dos marquezes de Pombal. N. em Aveiro a 15 de março de 1811, e fal. em Lisboa, no seu palacio á Junqueira, a 30 de junho de 1877. Era filho de Joaquim José de Mello, proprietario em Angeja, e de sua mulher D. Luiza Angelica de Freitas Soares, filha de Antonio Pinheiro de Freitas Soares e de D. Josepha Luiza de Jesus. Estava habilitado com o curso de preparatorios para se matricular no primeiro anno de direito na Universidade de Coimbra, em 1827, quando, em consequencia das dissidencias politicas, teve de emigrar para o Brazil, abandonando assim a carreira litteraria a que se destinava. Estabeleceu-se então na cidade do Campo de Goytacazes, como advogado de provisão, em que muito se distinguiu, alcançando os maiores creditos, como homem intelligente, perspicaz, honesto e laborioso. Conseguiu juntar avultada fortuna, que mais se augmentou ainda com o seu casamento, realisado em 1832, com D. Anna Joaquina Pereira de Mello, natural da referida cidade de Campo de Goytacazes, filha de José Cardoso Pereira Lobo, abastado proprietario, subdito brazileiro, e de sua mulher D. Maria Escolastica Joaquina Rosa. Voltando a Portugal, constituiu, juntamente com alguns dos seus amigos, tambem grandes capitalistas, a sociedade mercantil, e companhia anonyma, sob a designação de *Companhia Nacional de Caminhos de Ferro ao Sul do Tejo*, com o intuito de serem os primeiros que levassem a effeito, sem auxilio pecuniario alheio além do seu credito individual, a construcção da via ferrea do Barreiro a Vendas Novas, na distancia de 57 k. com um ramal para Setubal, na extensão de 13 k. Este caminho de ferro, depois de viavel, foi passado ao governo, pelo preço medio de 13.500$000 réis cada k., por contracto de 5 de agosto de 1861, approvado e confirmado pela carta de lei de 10 de setembro do referido anno. Soares de Freitas foi deputado na legislatura de 1865 e 1868; agraciado com o titulo de visconde do Barreiro, por decreto de 3 de junho, e carta de 5 de agosto de 1870. Por alvará de 9 de março de 1864 fôra-lhe concedido o seguinte brazão: Um escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Silvas, em campo de prata um leão de purpura, armado de azul; no segundo as armas dos Mellos, em campo vermelho seis bezantes de prata entre uma cruz dobre e bordadura de ouro; no terceiro quartel as armas dos Soares de Albergaria, em campo de prata uma cruz vermelha, vasia e floreteada com uma bordadura de prata perfilada de negro, com oito escudetes das quinas do reino; no quarto quartel as armas dos Freitas, em campo vermelho cinco estrellas de ouro de seis pontas cada uma. Timbre, o leão das armas dos Silvas, e por differença uma brica azul com uma estrella de ouro.

Barreiro *(José da Silva Mello Soares de Freitas, 2.º visconde do)*. Fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores; bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; addido honorario de legação; cavalleiro da ordem de Izabel a Catholica, de Hespanha. N. a 3 de setembro de 1833. Era filho do 1.º visconde do Barreiro, Francisco da Silva Mello Soares de Freitas, e de sua mulher, D. Anna Joaquina Pereira de Mello. Casou a 2 de setembro de 1868, com sua pri-

ma, D. Anna Albertina Candida de Mello, filha unica de Manuel Luiz da Silva Guimarães, negociante abastado e proprietario no districto de Aveiro, e de sua mulher, D. Joanna Candida de Mello. Foi agraciado com o titulo de visconde, por decreto de 28 de setembro, e carta de 10 de outubro de 1878.

Barreiro. Villa da prov. da Estremadura, séde de concelho, com. do Seixal, distr. e patriarchado de Lisboa. Tem uma só freguezia (Santa Cruz) com 5:281 hab: 2:901 do sexo masc. e 2:380 do feminino. Pertence á 1.ª divisão militar e ao 4.º distr. de reserva do exercito effectivo, com a séde em Lisboa. Tem misericordia, hospital, asylo para a infancia desvalida, denominado de D. Pedro V, sociedade humanitaria, escolas para ambos os sexos, theatro, estação postal e telegraphica, creada por decreto de 7 de abril de 1869, com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com R. A. S. — Lisboa. A pequena distancia da villa acha-se a estação principal do Caminho de ferro do Sul e Sueste, ligada á de Lisboa por carreiras de vapores. O concelho comprehende tres freguezias: Santa Cruz, na villa, e fóra d'ella: Lavradio (Santa Margarida) a 2 k. com 893 hab: 469 do sexo masc. e 424 do feminino; Palhaes (Nossa Senhora da Graça) a 5 k. com 1:849 hab: 982 do sexo masc. e 867 do feminino. A superficie do concelho é de 2:683 hectares e a população de 8:023 almas. A villa do Barreiro acha-se situada na margem esquerda do Tejo, a 9 kilom. ao S de Lisboa, proximamente. E' de fundação remota, mas parece que os seus povoadores foram pescadores vindos do Algarve, attrahidos pela abundancia de peixe e marisco das aguas do Tejo, bem como pelo excellente mercado que lhes fornecia a cidade de Lisboa. E' tradição que estes pescadores exerciam de preferencia a sua profissão nas aguas da barra de Lisboa, motivo por que eram conhecidos pelo nome de *barreiros* e d'ahi o de Barreiro dado ao local onde elles se recolhiam. Foram senhores donatarios d'esta villa os duques de Aveiro, mas em 1759 passou para a corôa. Pinho Leal affirma que D. Manuel deu foral ao Barreiro, em Lisboa, a 7 de maio de 1514. Não se lhe conhece brazão d'armas. O Barreiro deve ter sido elevado á categoria de villa no meado do seculo XVI. Em 1571 já era considerado uma *bella villa*, como lhe chama João Baptista Venturino na sua descripção da viagem a Portugal do cardeal Alexandrino, n'aquelle anno. Tinha então o Barreiro uns 300 fogos. Até 1834 houve aqui uma companhia de ordenanças cuja capitania era na villa da Moita. A villa é abastecida de boa agua por um poço abundantissimo, vulgarmente conhecido pelo Poço dos Dezeseis, construido em 1793, pela camara de que era presidente o juiz de fóra José Ferreira Cid e procurador do concelho Francisco Pinheiro da Silva, como consta da respectiva inscripção. Para a construcção cada casal foi collectado em dezeseis vintens, e, segundo a tradição, d'ahi lhe veiu o nome. Em 1872 foi completamente reconstruido. Disseminados pela povoação ha uns oito poços publicos, mas de menor importancia. Desde 1668 que houve na villa um juiz ordinario com seu escrivão, que exercia o cargo de tabellião de notas. Entre os edificios do Barreiro notam-se a egreja de S. Francisco, a ermida de Santa Barbara, as egrejas de N. S.ª do Rosario e de Santa Cruz (Matriz). A egreja de S. Francisco encontra-se á direita na entrada da villa pelo lado do sul. Primitivamente fundou-se n'este mesmo local uma ermida com a invocação de S. Sebastião, a qual ainda existia em 1752, sendo o templo actual um accrescentamento da ermida; o edificio acha-se arruinado. A ermida de Santa Barbara é um edificio, construido em fórma de palmatoria, não tendo nada absolutamente de notavel, é o mais pobre possivel e nem sacristia possue; o que mais o distingue é a posição, n'uma pequena eminencia, d'onde perfeitamente se descobrem a bacia do Tejo e a cidade de Lisboa. Nos annos de 1787 e 1855 foi esta ermida successivamente, reedificada, como consta das duas lapides seguintes, que estão por cima da porta lateral e principal:

NO ANNO
DE 1787 SENDO JVIS
ESTANISLAO JOSE DA
COSTA NATVRAL DA
CID.E DABY.A MANDOV RE-
EDIFICAR ESTA JRMIDA
DE S.TA BARBARA

ESTA IRMIDA FOI REEDIFICADA
A' CUSTA DE
TODA A POVOAÇÃO DO BARREIRO
NO ANNO DE 1855

A egreja de N. S.ª do Rosario está situada á entrada da villa, do lado do poente, na embocadura da antiga rua de Palhaes. Precisamente no local em que se levantou a capella-mór d'esta egreja existiu uma pequena ermida com a invocação de S. Roque. Na torre do templo actual ha um bom carrilhão, de oito sinos. Nella está tambem collocado um magnifico relogio, com tres mostradores, que veiu do convento de Palhaes. (V. *este nome*). A egreja matriz de Santa Cruz ergue-se ao centro da villa, na praça de Santa Cruz, proximo dos Paços do concelho, um edificio modestissimo, e em frente da egreja da Misericordia. E' um templo relativamente vasto, d'uma só nave e construido com bastante solidez, tendo as paredes lateraes dois metros de espessura. Ao centro d'uma d'estas existe uma larga escada de cantaria que dá para o côro. Tem esta egreja cinco altares, sobresahindo o altar-mór, com boa obra de talha. O arco cruzeiro é de marmore branco e os humbraes das portas e degraus são de marmore vermelho da Arrabida. As paredes lateraes da capella-mór são forradas até meia altura de azulejos, formando dois quadros apreciaveis. No torreão do lado direito existe um relogio com mostrador de azulejo, trazido em 1837 do extincto mosteiro de N. S.ª da Madre de Deus, de Verderena (V. *este nome*). Exteriormente e por cima da porta principal d'esta egreja vê-se, em relevo, uma espada coroada, em forma de cruz, insignia da ordem de S. Tiago da Espada. A villa do Barreiro constituia uma das 150 commendas da ordem, rendia 450$000 réis. Tanto o parocho d'esta freguezia como o beneficiado eram freires da ordem e apresentados pela mesa mestral ou mesa da consciencia, instituida por D. João III. O parocho recebia annualmente uma

pipa de vinho, dois moios de trigo e 20$000 réis em dinheiro, tudo pago á custa da commenda da villa. Na praça de Santa Cruz e em frente da egreja matriz está collocada a egreja da Misericordia, cuja edificação data do ultimo quartel do seculo XV. O templo é todo forrado de bonitos azulejos, azues e brancos, até á altura de metro e meio; formando os da capella-mór 2 quadros, que são o *Nascimento de S. João Baptista* e a *Visitação de Santa Izabel*. O pulpito é de marmore da Arrabida, com bastantes ornatos, tendo no centro uma cabeça de anjo. O portico principal é encimado por uma grande pedra, tendo ao centro em relevo uma concha com uma cabeça de anjo, entre duas azas, e o mesmo emblema a cada um dos lados. Na pedra lê-se a seguinte inscripção

ISABEL PIZ DA ZÃBVIA FEZ ESTE PORTAL

O Asylo de D. Pedro V foi fundado em 15 de setembro de 1855, por exclusiva iniciativa de D. Henriqueta Leonor Morão Gomez de Araujo, secundada por diversas pessoas da villa. Este asylo tem por fim educar permanentemente 50 creanças pobres do sexo feminino, semi-internas. A municipalidade do Barreiro sustenta duas escolas na villa, egual numero na freg. do Lavradio, uma para cada sexo, e outra mixta na freg. de Palhaes, com residencia na aldeia de Santo Antonio da Charneca. A escola do sexo masculino, na villa, foi fundada em 18·0, segundo as disposições testamentarias do Conde de Ferreira, sendo ampliada pela camara municipal. Depois da abertura do Caminho de ferro do Sul e Sueste, de que a estação do Barreiro é a estação *terminus* e principal, esta villa tem progredido muitissimo. Da *Memoria descriptiva do Barreiro* do sr. José Augusto Pimenta, adeante citada, reproduzimos alguns periodos relativos a este importante caminho de ferro: «E' ao grande estadista Joaquim Antonio d'Aguiar, que tanto se interessava pelo bem estar d'esta terra, que o Barreiro deve inquestionavelmente, o extraordinario beneficio de ser a estação *terminus* do caminho de ferro do Sul e Sueste. Por carta de lei de 7 de agosto de 1854, approvando um contracto feito pelo governo em 24 de Julho d'esse mesmo anno, foi determinada a construcção d'uma linha ferrea, ao sul do Tejo, partindo de Aldeia Gallega a Vendas Novas. Em resultado, porém, de difficuldades que surgiram, e especialmente por influencia do ministro que por tanto tempo patrocinou o Barreiro, appareceu, em 26 d'esse mesmo mez e anno, outro decreto approvando um contrato addicional, no qual se determinava que a estação *terminus* d'esta linha fôsse no Barreiro. Assim succedeu, e no dia 1 de fevereiro de 1861, foi este caminho aberto ao publico, tendo apenas 19 kilometros em exploração, 56 na linha principal e 13 no ramal de Setubal, havendo a companhia constructora, chamada *brazileira*, recebido do governo, a titulo de subvenção, a importancia de 551:893$670 réis, além de madeiras no valor de 359:480$454 réis Em virtude do contrato feito em 6 de agosto de 1861, approvado por decreto de 10 do mez seguinte, ficou este caminho pertencendo ao Estado, o qual por esta occasião entregou á companhia mais a importancia de 939:730$950 réis. Por lei de 29 de maio de 1860, foi approvado o contrato feito pelo governo, em 3 de janeiro d'esse anno, para o prolongamento do caminho de ferro de Vendas Novas a Evora e Beja, com John Sutherland Valentine, como representante de uma companhia ingleza, que tomou o nome de *Companhia do caminho de ferro do sueste de Portugal*, recebendo esta empresa a quantia de 1.970:688$000 réis. Com esta mesma companhia fez o governo outros differentes contratos; o primeiro, com data de 21 de abril de 1864, e approvado em 23 do mez seguinte, tinha por fim os prolongamentos da linha de Beja á fronteira de Hespanha, na direcção de Setubal, de Beja até ao littoral do Algarve, e de Evora a entroncar na linha de leste, na estação do Crato, cedendo o governo a esta empresa o

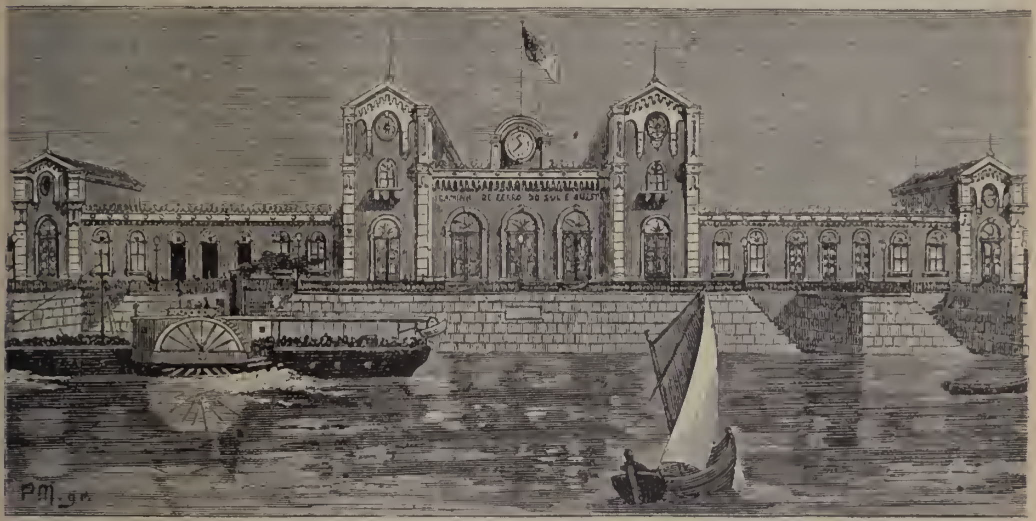

Fachada do edificio da estação dos caminhos de ferro do Sul e Sueste

caminho de ferro do Barreiro, com o ramal de Setubal, pela importancia de 224:000 libras esterlinas ou 1.008:000$000 réis. A primitiva estação principal d'este caminho foi construida a cerca d'um kilometro ao sul da villa, e ainda se conserva; é um magestoso edificio que mede 68 metros de largura por 95 de fundo, incluindo o grande terraço que lhe fica na frente e para o qual se sobe por duas amplas escadas lateraes de cantaria; este edificio occupa uma área de 6:460 metros quadrados, tendo só a gare 32 metros de largo por 67 de comprido. A antiga estação, cuja frontaria tem tres grandes portões, além de dezeseis vãos de janellas e portas, serve na actualidade para differentes repartições, deposito de carruagens e outros materiaes, residencia do chefe da estação e do movimento, e n'ella se acham tambem installadas algumas das principaes officinas. Para que o leitor possa fazer perfeita idéa da importancia e excellencia do porto do Barreiro, bem como das excepcionaes condições naturaes do local em que foi edificada a nova estação, e ainda para poder avaliar a importancia das grandes obras ultimamente realisadas, transcrevemos algumas das asserções do sr. Miguel Paes, do interessante livro publicado em 1876, sob o titulo *Caminho de ferro do sul e sueste, esclarecimentos sobre a administração do governo.* Desde a ponta do Mexilhoeiro até Coina, existe um canal que tem mais de seis kilometros de extensão; este canal é navegavel por navios e vapores desde o Mexilhoeiro até Valle de Zebro, em uma extensão de mais de 4 kilometros, e com uma profundidade de agua de 4 a 13 metros na mais forte baixamar de aguas vivas, tendo n'essa occasião uns 200 metros de largura, que nas marès cheias se eleva a kilometro e meio em frente do caminho de ferro. Já se vê, pois, qual é a grande importancia d'este canal. E'uma verdadeira doca natural, que não precisa dragagem, nem reparações, que tem altura de agua para os navios de grande tonelagem e capacidade para conter centos d'elles. Já alli teem ferro para os navios, alargamento do canal e estrada ao longo do aterro a entroncar com a do Barreiro. No extremo do aterro, lado norte, foi construida a alegre e elegante estação, inaugurada no dia 4 d'outubro de 1884, cujo comprimento é de 80 metros, tendo na sua frente, e de egual extensão, um magnifico caes, com um marco fontenario, guarnecido de grades de ferro, e disposto para a elle poderem atracar ao mesmo tempo, dois vapores. A gare, toda coberta de ferro e zinco e envidraçada, é de comprimento egual ao da estação, com uma plataforma para passageiros e tres vias; tem de largura total 15m,50. Toda a estação custou apenas a quantia approximada de 60:000$000 réis; a gravura que publicamos, é o melhor documento, que podiamos apresentar, demonstrativo da sua belleza architectonica e do bom gosto artistico que presidiu á sua confecção.» A'cerca da villa do Barreiro, pódem lêr-se a *Memoria Historica e descriptiva* por José Augusto Pimenta, Lisboa, 1886, e a *Monographia do concelho do Barreiro* pelo agronomo Eugenio de Freitas Bandeira de Mello, no *Boletim da Direcção Geral de Agricultura*, anno VI. || *Jornaes:* No Barreiro teem-se publicado os seguintes: *Concelho do Barreiro (O)*—14 de março de 1897; *Sul do Tejo (O)* —19 de novembro de 1893.

Barreiro Pov. e freg. de N. S.ª da Natividade, da pov. da Beira Alta, conc. e com. de Tondella, distr. e bisp. de Vizeu; 1:188 hab. e 319 fog. Tem escolas para ambos os sexos; e est. post. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada no principio da serra do Carvalho, n'uma planicie, d'onde se vêem varias povoações e a serra da Estrella. Foi do antigo conc. de Bésteiros. A matriz é de tres naves e o vigario de Castellões apresentava o cura, que tinha 60$000 réis. Barreiro é terra fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Abbade do Neiva, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Adaúfe, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Eufemia, de Agilde, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Anha, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Pov. na ilha da Madeira, na freg. e conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Areias, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Pov. na ilha de Santa Maria, na freg. de Santa Barbara, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Cabaços, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Pov. na ilha da Madeira, na freg. de N. S.ª da Piedade, de Canha, conc. da Ponta do Sol, distr. do Funchal. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Carreira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Jorge, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Cette, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria. || Pov. na freg. de Santo Estevão, de Couto de Esteves, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Crespos, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Cruz do Bispo, conc. de Bouças, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Doçãos, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Vicente, de Ermello, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Esporões, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Fontão, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Fonte Areada, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Formariz, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Fradellos, annexada á de Tadim, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Gavião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Paio, de Guimaré, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Jorge, conc. de Areos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Simão, de Junqueira, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Labruge, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Thomé, de Lanhas,

conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Lambezes, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Leitões, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. José, de Lavegadas, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação. de Louredo, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Louzada, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Julião, de Moreira do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Moure, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Nespereira, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freguezia de S. Christovão, de Nogueira de Regedoura, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Passinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Paço Vedro de Magalhães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Santa Eulalia e conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Pias, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Sebastião, de Regueira de Pontes, conc. e distr. de Leiria. || Pov. na freg. de Miguel de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Julião, de Serafão, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Silva, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de Santa Leocadia, de Tamel, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na ilha de S. Jorge, na freg. de N. S.ª do Rosario, de Topo, conc. de Calheta, distr. de Angra do Heroismo. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Trute, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Vascões, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Viatodos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Villa Chã, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Estevão, de Villa Chã do Marão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Logar na freg. de N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Logar na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Aboim da Nobrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || Logar na freg. de S. Thiago, de Antas, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Pedro, de Arreigada, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Ayão, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Leocadia e conc. de Baião, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Miguel de Bairros, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Salvador, de Balazar, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Banho, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Prato. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Barrozas. conc. de Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de N. S.ª das Neves e conc. de Borba, distr. de Evora. || Logar na freg. de S. Thiago, de Caldellas, conc. de Amares, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Maria, de Canedo, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga || Logar na freg. de S. Romão, de Carnaxide, conc. de Oeiras, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Salvador, de Carregosa, conc. de Oliveira de Azemeis, dist. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Thiago, de Carreiras, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Salvador, de Castellões de Recezinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Maria Magdalena, de Chaviães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Logar no freg. de S. Pedro, de Cerva, conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || Logar na freg. de S. Thiago, de Cepões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santo André, de Christellos, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra. || Logar na freg. de S. Thiago, de Cossourado, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Mamede, de Cuide de Villa Verde, conc. de Ponta da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Martinho, de Escapães, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Christovão, de Espadanedo, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S. Thiago, de Estombar, conc. de Lagôa, distr. de Faro. || Logar na freg. de Santa Maria, de Esmoriz, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Figueiredo, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Folhada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Thiago, de Figueiró, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Miguel, de Gandufe, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Simão, de Gouveia, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Miguel, de Gualtar, conc. e distr. de Braga. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Guidões, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Thiago, de Guilhofrei, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Maria, de Labrujó, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santo André, de Lever, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de Santa Maria Magdalena, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Christina, de Mançores, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Lourenço, de Matto, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Paio, de Moreira dos Conegos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santo André, de Mosteiró, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Verissimo, de Nevogilde, conc. da Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Mamede, de Negrellos, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Maria e conc. de Odemira, distr. de Beja. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Ordem, conc. da Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa

Marinha. de Oriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Logar na freg. de N. S.ª do Soccorro, de Paçô, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Pedro, de Parada, conc. de Parçdes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Romão, de Paredes de Viadores, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Salvador, de Penamaicor, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Maria, de Pigeiros, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Ponte do Rol, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de Santa Maria, de Parada, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Salvador, de Real, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Gregorio Magno, de Reguengo, conc. e distr. de Portalegre. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Rio Frio, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Martinho, de Rio Mau, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Romão de Aregos, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S. Thiago, de Ronfe, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Miguel, de Boriz, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Martinho, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Martinho, de Silvares, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Miguel, de Silvaros, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Silveiros, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Silves, distr. de Faro. || Logar na freg. de Santa Maria, de Souto, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Maria, de Teixeira, conc. de Baião, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de Santa Maria e conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Logar na freg. de S. Pedro, de Torrados, conc. de Felgueiras. distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Salvador, de Trandeiras, conc. e distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Maria Maior, de Valhelhas, conc. e distr. da Guarda. || Logar na freg. de Santos Cosme e Damião, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Verissimo, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Mamede, de Villa Maior, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Mamede de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Logar na freg. de Santa Maria, de V. N. de Saude, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de N. S.ª das Neves, de Villarinho dos Freires, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || Logar na freguezia de Miguel, de Villela, concelho de Povoa de Lanhoso, districto de Braga. || Logar na freg. de Sant'Anna, de Vimieiro, conc. e distr. de Braga. || Logares nas freg. de S. Faustino e S. Paio, de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga || Pov. na freg. de Santa Cruz e conc. de Villa da Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo. || Casal na freg. de S. Christovão, de Lordello, conc de Felgueiras, distr. do Porto. || Casal na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Triana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Martinho, de Avessadas, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Casal na freg. de S. Mamede, de Azere, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de Santa Senhorinha, de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Casal na freg. de S. Miguel, de Borba de Godim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto || Casal na freg. de S. Pedro, de Canadello, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Casal na freg. de S. Vicente, de Cercal, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Domingos, de Fontello, conc. de Armamar, distr. de Vizeu. || Casal na freg. de Santa Maria, de Pinheiro Grande, conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Casal na freg. de S. Pedro, de Riba d'Ave, conc. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga. || Casal na freg. de S. Pedro e conc. de Tarouca, distr. de Vizeu. || Casal na freg. de S. Pedro, da Varzea, conc. de Goes, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de Santo Antonio, de Vendas Novas, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Casal na freg. de N. S.ª das Virtudes, de Ventosa, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª das Reliquias, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Quinta na freg. de Santa Maria, de Adoufe, conc. e distr. de Villa Real. || Quinta na freg. de N. S.ª d'Assumpcão, de Triana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de N. S.ª das Neves, de Figueiredo das Donas, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || Quinta na freg de S. Vicente, conc. e distr. da Guarda. || Quinta na freg. de S. Martinho das Chãs, conc. de Armamar distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de S. Miguel, de Meruge, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de S. Martinho, de Pindo, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de N. S.ª das Virtudes, de Ventosa, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Miguel, de Villa Boa, conc. de Sattam, distr. de Vizeu. || Quintas na freg. de S. Jeronymo, de Silvã de Baixo, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Barreiro d'Além, de Cima e do Meio. Tres povoações na freg. de S. Thiago, de Beduido, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro.

Barreiro de Baixo e de Cima. Dois logares na freg. de Santa Maria, de Infantas, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Duas herdades na freg. de S. Mathias, conc. e distr. de Beja. || Duas quintas na freg. de Santa Comba, de Paradella de Guiães, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real.

Barreiro Grande. Logar na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Regueugo, conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Barreiro de Marco do Couto. Pov. na freg. de Santo Adrião, de Oleiros, conc. da Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Barreiro da Telha. Logar na freg. de S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Barreiro Velho. Logar na freg. de Santa Maria, de Infantas, conc. de Guimarães, districto de Braga.

Barreiró. Pov. na freg. de S. Salvador, de Cabreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Barreiros *(Antonio Faria)*. Natural de Lisboa. Floresceu no seculo XVIII. Desde os primeiros annos foi muito applicado á lição dos livros, e sendo sufficientemente instruido na orthographia da lingua materna, era chamado para revêr diversas impressões. Nas horas de que podia dispôr, empregava-se em traduzir do castelhano livros devotos, para satisfazer a piedade d'algumas pessoas. Publicou as seguintes traducções: *Chave do Ceo com a qual se abrem as portas da Gloria aos peccadores; e Confessionario Geral, e Via-Sacra*, do religioso capuchinho Fr. Jayme Corella, Lisboa, 1714; *Vida, Prerogativas, e excellencias da Inclita Matrona a Senhora Santa Anna*, do carmelita Fr. Francisco Lezana, Lisboa, 1716; *Novena do Santissimo Nascimento do Menino Jesus nosso Salvador, distribuida pelos nove dias antecedentes á Sagrada Festa do Natal*, do dr. José Bonetta, Lisboa, 1713; *Gritos do Inferno para despertar ao mundo*, Lisboa, 1721; *Lazarilho de Tormes*, Lisboa, 1721.

Barreiros *(Candido José Vellez)*. Major do exercito. N. a 27 de março de 1807, fal. a 27 de maio de 1853. Era filho de Francisco José Vellez. Assentou praça no 1.º regimento de artilharia em 1821, e passou depois ao batalhão de caçadores n.º 1. Estudava em 1826, mas os acontecimentos politicos d'esse anno o obrigaram a abandonar os estudos, e a reunir-se ao seu regimento, fazendo parte da columna movel que se organisou em Villa Viçosa. Podendo depois voltar a Lisboa, conseguiu concluir o curso da Academia de Marinha e dois annos na de Fortificação. Sendo official ainda do mesmo batalhão, foi com elle na expedição contra a ilha Terceira, mas desconfiando os chefes dos seus sentimentos liberaes, não o deixaram desembarcar no celebrado dia 11 de agosto, em que se deu a batalha da Praia da Victoria. Em 1830 foi encarregado de escoltar alguns presos politicos até Villa Viçosa, e pela muita brandura e amizade com que os tratou, teve de responder a um conselho de guerra, por mandado do governo de D. Miguel, que o condemnou a degredo para fóra do reino, pena que depois foi commutada na de prisão em Ouguella, onde se conservou até á entrada em Lisboa do exercito constitucional. Descendo então as muralhas por meio d'uma corda pôde evadir-se, e ganhar Albuquerque, d'onde passou a Badajoz e d'ali ao Algarve, sendo logo empregado ás ordens do coronel Lua. Depois de ter desempenhado diversas commissões, veiu dirigir parte das fortificações da capital, quando esteve proximo o rompimento com a Hespanha em 1840. Organisou no anno de 1846 o batalhão de sapadores de 2.ª linha, sendo-lhe conferido o posto de tenente-coronel, e quando em 29 de abril de 1847 se deu a fuga dos presos do Limoeiro, Vellez Barreiros foi um dos primeiros a apparecer com o piquete do seu batalhão no Arco das Cruzes da Sé, recebendo por estes serviços a commenda de Christo e o habito da Torre e Espada. Em 1851 foi promovido a major, conservando as honras de tenente-coronel de voluntarios.

Barreiros *(Carlos José)*. Cavalleiro da ordem do Torre e Espada, condecorado com a medalha de prata de distincção por serviços humanitarios, inspector geral dos incendios, jornalista, etc. Foi redactor do *Archivo Universal*, e do *Jornal de Lisboa*, do dr. Barbosa Leão, jornal de que se tornou depois proprietario. Escreveu: *Compendio elementar do systema metrico, e suas applicações aos usos do commercio*, Lisboa, 1856; *Elementos de moral*, Lisboa, 1861; *Itinerario para os soccorros dos incendios em Lisboa, approvado e mandado adoptar pela Camara Municipal*, Lisboa, 1866.

Barreiros *(Eduardo Montufar)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; par do reino por successão, de que tomou posse em sessão de 8 de março de 1867; cavalleiro da ordem de Izabel a Catholica e da de Carlos III, de Hespanha; cavalleiro da Legião de Honra, de França, e da de Leopoldo da Belgica; Secretario geral do Ministerio dos Estrangeiros; etc. Nasceu a 22 de janeiro de 1839. É filho do visconde de N. S.ª da Luz, Joaquim Antonio Vellez Barreiros, e de sua mulher, a viscondessa D. Rosa Montufar Infante, filha dos marquezes da Selva Alegre, em Hespanha.

Barreiros *(Fortunato José)*. General de divisão. N. em Elvas a 26 de março de 1797, fal. em Lisboa a 26 de agosto de 1885. Era filho de Antonio Vellez Barreiros, capitão do antigo regimento de artilharia n.º 3. Muito creança acompanhou seu pae na guerra peninsular, como voluntario, em todos os destacamentos e diligencia, *para o iniciar no arduo serviço das armas*, segundo dizia o bravo capitão. Nos cercos de Badajoz, de 1811 e 1812, assistiu tambem Vellez Barreiros, e querendo habituar o filho ao sibilar das balas e ás muitas eventualidades da guerra, levou-o tambem comsigo; porém como era muito novo e de pouca robustez physica, ensinou-lhe a pratica do serviço mais em harmonia com o seu todo, tal como ir aos paioes buscar cartuchame e lançar fogo ás peças assestadas contra o inimigo. N'este cerco foi ferido gravemente em 31 de março de 1812, fallecendo pouco depois. Fortunato José Barreiros assentou então praça de cadete em 22 de maio referido anno, no regimento de infantaria n.º 5, que estava de guarnição em Badajoz, depois da tomada d'esta praça. Este regimento fazia parte da brigada commandada pelo coronel João Buccan, que acompanhou a divisão do general Hamilton, do corpo do exercito anglo-luso, destinado a observar e contrariar os movimentos do exercito francez, que tarde correra a libertar Badajoz. O exercito alliado avançou por differentes terras de Hespanha, porém Fortunato Barreiros adoeceu, e por isso foi mandado reunir ao deposito de convalescentes que existia em Elvas. Depois de seis mezes de marchas successivas, e em attenção aos serviços pres-

Fortunato José Barreiros

tados, o marechal Beresford nomeou o moço cadete, em 2 de janeiro de 1813, alferes do regimento n.º 5. No dia 3 de maio do referido anno foi escolhido para fazer parte do destacamento de 150 praças, que comboiou desde Elvas até Almaraz, na fronteira hespanhola os aprestos da ponte de cordas que tinha de substituir em parte a de pedras, por baixo da qual corre o Tejo n'aquella localidade, cortada pelo inimigo. Ali esteve de guarda e a sua gente, para impedir alguma sortida, até á passagem do exercito hespanhol, que concorrera á batalha da Vitoria. Quando terminou a guerra peninsular, e a paz geral se assignou em 1814, Fortunato Barreiros pediu e obteve licença para continuar com os seus estudos, que tinha interrompido, e frequentou o curso de mathematica da Academia Real de Marinha. Em 28 de março de 1820 foi promovido a tenente para o batalhão de caçadores n.º 5. Por este tempo rebentou no Porto a revolução liberal, a commissão militar nomeada n'essa epoca, com o fim de prevenir-se as eventualidades da guerra civil, organisou um corpo de estado maior e entre os officiaes escolhidos pelo seu merito, ficou incluido Fortunato José Barreiros, que a 18 de dezembro do referido anno foi promovido a capitão. Não se chegando a realisar a nova organisação, foi mandado passar ao regimento de artilharia n.º 1, com o mesmo posto, em 9 de abril de 1821. Destacado alguns dias em Cascaes, teve o encargo de armar esta praça e todas as baterias da costa até ao cabo da Roca, que tinha por fim repellir o desembarque da expedição que se esperava do Rio de Janeiro para abortar a revolução liberal. Ali se conservou até que se obteve a certeza de que D. João VI se submettia ás evoluções liberaes que tinham tido começo em 1820. A congregação dos lentes da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, attendendo ás habilitações de Fortunato Barreiros, o propoz para lente substituto em 21 de julho de 1821. Por este motivo ficou addido ao regimento de artilharia n.º 1. A celebre *abrilada*, assim chamada a revolta de 30 de abril de 1824 (V. *Abrilada*), levou ás prisões do castello de S. Jorge, e d'ali para Peniche, Fortunato Barreiros e outros liberaes, contando-se entre elles o duque da Terceira, sendo logo soltos em 10 de maio seguinte. Em 25 de julho d'este referido anno foi nomeado lente effectivo da cadeira do primeiro anno da Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho e a 7 de dezembro foi nomeado socio correspondente da Academia Real das Sciencias, onde apresentara uma traducção, mais como estudo, do *Tratado do movimento dos projecteis no ar*, applicado aos tiros das boccas de fogo, por Lombard, em cuja doutrina fizera varias correcções. Em 1826 rebentou novamente a guerra civil, e Fortunato José Barreiros, reconhecido como constitucional, foi demittido do magisterio por decreto de 27 de setembro de 1828. Durante as luctas até 1834, prestou os maiores serviços ao paiz. Fôra nomeado commandante do deposito de artilharia e de conductores, em Lisboa, e com as forças de que dispunha, guarneceu a linha de defeza da capital, até que foi chamado para servir ás ordens do barão de Monte Pedral, commandante geral de artilharia do exercito libertador. O estado maior imperial tinha tanta confiança no capitão Barreiros, que o nomeou secretario do conselho secreto, onde devia deliberar-se sobre negocios da guerra. N'este conselho resolveu-se a demolição da bateria do Bom Successo, que se não realisou, a instancias do joven official, por vêr grande conveniencia na sua conservação, devendo logo ser preparada para se oppôr á marcha do exercito de D. Miguel, que tentava tomar Lisboa pelo lado do mar. Este mesmo official, em oito dias, conseguiu preparar e concertar a referida bateria, o que lhe valeu grandes elogios dos superiores e do proprio imperador. Depois tambem foi encarregado pelo ministerio da guerra de reconhecer o estado do forte d'Almada, que por seu conselho, soffreu as alterações exigidas pela sciencia da fortificação. Na defeza de Lisboa, em que se luctava com as maiores difficuldades, Barreiros foi incansavel, e quando as tropas legitimistas atacaram a capital distinguiu-se pelas commissões arriscadissimas de ir levar ordens a toda a linha de defeza da sua divisão, sempre debaixo d'um chuveiro de balas. N'uma d'essas diligencias, ordenara-lhe o duque de Saldanha, que se apeasse do cavallo e tomasse o commando da bateria de Campolide de Baixo, abandonada pelos artilheiros, e que estava sendo atacada pelo inimigo. Promptamente se encarregou d'esta commissão, e foi tal a força do ataque e a heroicidade do defeza, que os tres soldados postados á peça que o proprio commandante dirigia, fôram victimas, salvando-se unicamente, por milagre, o capitão Barreiros. Este acto de coragem valeu-lhe a recommendação de *distincto* no *Boletim official da acção*, e o imperador o nomeou cavalleiro da Torre e Espada, e pouco depois, de S. Bento de Aviz, pela sua graduação e annos de bom serviço. Terminada a campanha, Barreiros teve a promoção de major, em 24 de julho de 1834, e nos fins de outubro foi novamente chamado a exercer as suas funcções no magisterio, de que o governo absolutista o demittira. Em 1835, Rodrigo da Fonseca Magalhães creou o Instituto das Sciencias Physicas e Mathematicas, e Fortunato José Barreiros foi nomeado lente da cadeira de artilharia. Em 1836 a Academia Real das Sciencias nomeou-o socio substituto de effectivo, em 7 de dezembro. A 23 d'este referido mez e anno, foi nomeado membro da commissão encarregada de propôr o plano para a organisação dos estudos superiores, que deviam formar a base dos cursos das diversas escolas de applicação. Escola do Exercito e Escola Polytechnica, bases approvadas por decretos de 11 e 12 de janeiro de 1837, para as quaes o major Barreiros deu o maior contingente de sciencia, que mais tarde foi aproveitada na modificação que soffreu o Collegio Militar. Tendo sido despachado lente de artilharia por decreto de 4 de janeiro de 1837, seguiu-se-lhe a nomeação para as seguintes commissões: rever os programmas da Escola Polytechnica; propôr o regulamento para o Collegio Militar; consultiva da arma de artilharia, etc. Por muitos serviços prestados á Academia Real das Sciencias, foi nomeado socio effectivo em 15 de novembro de 1838. Fortunato Barreiros teve a promoção de tenente coronel graduado de artilharia a 18 de agosto de 1838, e a de effectivo por decreto de 26 de novembro de 1840; a 5 de fevereiro de 1845, a coronel, e a 7 de novembro de 1846 foi nomeado commandante do 7.º districto da linha de defeza da capital,

que então se preparava no caso da revolução do Minho se estendesse até Lisboa. Em 2 de dezembro seguinte foi commandar a linha de defeza de Almada, e em 1847 passou ao commando da 1.ª divisão da linha de defeza de Lisboa. Em 4 de agosto de 1841 fôra jubilado na sua cadeira de artilharia. Por decreto de 5 de março de 1847 foi agraciado com a carta de conselho, e em 12 de outubro com a commenda da ordem de S. Bento de Aviz. A 10 de julho teve a nomeação de director interino da Escola do Exercito. Em janeiro de 1851 foi contemplado com a medalha mandada cunhar pelo governo de Hespanha para perpetuar a memoria dos feitos de armas do regimento de engenheiros. Em 4 de agosto foi-lhe concedida a sua jubilação, por contar 30 annos de serviço no magisterio. Na promoção de 29 de abril do referido anno de 1851, foi graduado no posto de brigadeiro, por assim lhe competir. A 30 de junho ainda d'este anno foi nomeado governador da provincia do Cabo Verde passando por isso á effectividade do referido posto. Partiu para aquella possessão africana a 28 de julho seguinte, e ali prestou bons serviços, sendo sem duvida o mais importante a submissão dos revoltosos de Bissau. Estes serviços valeram-lhe muitas portarias de louvor. A 27 de dezembro de 1854 regressou ao reino, e no dia 1 do referido mez do anno de 1855 foi encarregado por D. Pedro V, com instrucções escriptas pelo seu proprio punho, da commissão especial de ir a differentes paizes estrangeiros estudar o aperfeiçoamento da artilharia e outros armamentos, fabricas, escolas militares, aquartelamentos, etc., em cuja commissão se houve, como era de esperar d'um official tão distincto e de tão elevado merecimento. Demorou-se 19 mezes no estrangeiro percorrendo e Inglaterra, Belgica, Prussia, Austria, Italia e França, sendo sempre acompanhado pelo official de cavallaria Antonio José da Cunha Salgado. Com respeito a esta commissão e em seu desempenho, enviou ao ministerio da guerra seis relatorios, relativos aos seis referidos paizes, acompanhados de muitos documentos e specimens. Por decreto de 8 de fevereiro de 1859 foi nomeado inspector geral do arsenal do exercito, e n'este estabelecimento introduziu melhoramentos importantissimos, devendo-se á sua iniciativa os primeiros ensaios na fabricação da artilharia raiada. Por decreto de 22 de abril de 1861 foi graduado marechal de campo, passando á effectividade por decreto de 25 de novembro do referido anno, posto que mais tarde ficou modificado no de general de brigada com que depois se denominaram os marechaes de campo. Exonerado de inspector geral do arsenal do exercito em 11 de agosto de 1865, foi logo nomeado director geral d'artilharia, por decreto da mesma data. A 23 do referido mez de agosto foi nomeado vogal do conselho superior de instrucção militar. Por decreto de 27 de agosto do 1866 teve a promoção de general de divisão graduado, sendo encarregado interinamente do commando da primeira divisão militar pela portaria de 31 de dezembro, podendo accumular este serviço com o de commandante geral d'artilharia. Por decreto de 4 de janeiro de 1869 foi nomeado vogal da commissão consultiva junto ao ministerio da guerra, sendo depois promovido a general de divisão effectivo. Quando falleceu o marquez de Sá da Bandeira, commandante da Escola do Exercito, foi Fortunato Barreiros nomeado para aquelle cargo, por decreto de 31 de janeiro de 1877. Em 1880 foi elevado ao pariato, por carta régia de 8 de janeiro, tomando posse a 23 do referido mez, sendo transferido para o conselho superior de guerra e marinha, reformando-se mais tarde. Fortunato José Barreiros tinha a grã-cruz da ordem militar de S. Bento de Aviz, por carta régia de 29 de setembro de 1869; era commendador da ordem de Leopoldo da Belgica, e condecorado com as medalhas commemorativas de valor militar, bons serviços e comportamento exemplar, e das campanhas da liberdade, algarismo n.º 5. O valente militar collaborou na *Revista militar*, e escreveu o seguinte: *Ensaios sobre os principios geraes de Estrategia e de grande Tactica, publicado por ordem da Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1837; *Principios geraes de Castramentação, applicados ao acampamento das tropas portuguezas, publicado por ordem da Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1838; *Memoria sobre os pezos e medidas de Portugal, Hespanha, Inglaterra e França, que se empregam nos trabalhos do corpo de engenheiros e da arma de artilharia, publicada*, etc., Lisboa, 1838; *Considerações ácerca do projecto sobre a defeza do porto de Lisboa, do sr. conselheiro Celestino Soares*, nas *Actas* da Academia Real das Sciencias, tomo I, 1849, pag. 16 a 30; *Nota ácerca do emprego dos odres nas pontes militares*, lida na Academia, e inserta no tomo I das *Actas* de pag. 182 a 186; *Memoria descriptiva da praça de Elvas e seus fortes adjacentes*, sahiu no *Panorama* em 1840, n.ºs 143 e 144, continuando em 1841, nos n.ºs 198 e 199; *A milicia romana*, nota inserta na versão dos *Fastos de Ovidio*, pelo visconde de Castilho, tomo II, de pag. 230 a 237.

Barreiros *(Fortunato José)*. Official do exercito. Em 1810 commandava a artilharia na praça d'Almeida, então sitiada pelas forças do general francez Massena, quando uma explosão da polvora existente no castello fez com que a praça se rendesse ao inimigo. Barreiros foi accusado de ter concorrido para que se désse a explosão, e condemnado a ser passado pelas armas, morte de que pôde livrar-se, por se ter refugiado em França. Em 1815, estando em Bruges, escreveu e publicou em sua defeza o seguinte opusculo: *Exposição veridica e sincera das razões e impossibilidade que provam a S. A. R. o Principe Regente de Portugal, e a toda a nação, a falsidade do facto, e depoimento das testemunhas que juraram contra Fortunato José Barreiros, sobre ter sido elle o auctor da desgraça do castello de Almeida, e entrega d'esta praça ás tropas francezas no mez de Agosto de 1810. Obra muito interessante e curiosa*, etc., *podendo servir de instrucção a uns e de recreação a outros*. Barreiros passou depois a servir no exercito francez, em que alcançou o posto de coronel, e nunca mais voltou a Portugal.

Barreiros *(Gaspar)*. Conego da sé de Vizeu, e depois religioso franciscano. Natural de Vizeu, mas ignora-se a data do nascimento; fal. a 6 de agosto de 1574. Era filho de Ruy Barreiros de Seixas e de Maria de Barros, irmã do historiador João de Barros. Tendo apenas 9 annos foi provido n'um canonicato da cathedral na terra da sua naturalidade; era porém, tal o seu desejo de fazer progressos nas sciencias, que desprezando os emolumentos do beneficio egualmente honorifico

que rendoso passou á Universidade de Salamanca, onde se tornou eminentemente instruido nos preceitos de rhetorica, observações da arithmetica, e difficuldades da theologia e direito pontificio. Sendo adornado de tantos dotes scientificos, o infante D. Henrique o fez fidalgo da sua casa, onde residiu por espaço de 25 annos, conseguindo adquirir o valimento da rainha D. Catharina, mulher de D. João III, e das infantas D. Maria e D. Izabel, e a amizade dos mais celebres varões d'aquella epoca. Quando D. Henrique foi creado cardeal, em dezembro de 1545, o mandou como embaixador a Roma, desejando mandar agradecer ao papa aquella dignidade. Viveu alguns annos na curia romana, com o cargo de agente dos negocios de Portugal, em grande familiaridade com os cardeaes Pedro Bembo e Jacobo Sadoleto, conhecidos pela sua eloquencia. Voltando ao reino, obteve um canonicato na sé d'Evora, de que tomou posse a 6 de abril de 1549, sendo tambem inquisidor. N'essa epoca o jesuita Francisco de Borja prégava em Evora nas domingas de quaresma, e Gaspar Barreiros tanto se compenetrou das prédicas do santo varão, que renunciou o canonicato em seu irmão Lopo de Barros, e acompanhou S. Francisco de Borja ao Porto, resolvido a professar na Companhia de Jesus. Em junho de 1561 fez o seu testamento, e partiu para Roma com o santo jesuita, onde chegou a 7 de setembro do referido anno. Vestiu a roupeta da ordem, mas no fim de 7 mezes, lembrando-se que tinha feito voto de ser religioso franciscano, recorreu ao pontifice Pio IV, e conseguiu vestir o habito de S. Francisco no convento de Ara Cœli, a 30 de abril de 1562, professando solemnemente quando contava 18 dias de noviço, a 17 de maio, tomando o nome de fr. Francisco da Madre Deus. O papa, reconhecendo os seus conhecimentos em cosmographia, lhe ordenou que revisse e emendasse os defeitos dos mappas que estavam pintados n'uma sumptuosa sala, que mandara reedificar, representando a cosmographia do Universo conforme as Taboas de Ptolomeu. Esteve em Roma sómente dois annos incompletos, e voltou a Lisboa por insinuação do cardeal D. Henrique e d'el-rei D. Sebastião. Depois de dictar theologia moral nos conventos de Alemquer e Santarem, sentindo-se doente, passou a Vizeu para respirar os ares patrios. Viveu alguns annos em Lamego e depois em Ferreirim, d'onde foi chamado no anno de 1574 para continuar as *Decadas da India*, que seu tio materno, João de Barros, deixara incompletas; porém, já cançado pelos annos e pelos soffrimentos, não póde acceitar aquelle encargo. Retirando-se ao convento de S. Francisco de Orgens, a meia legoa de Vizeu, ali terminou a existencia. Escreveu: *Chorographia de alguns logares que estão em hum caminho que fez Gaspar Barreiros no anno de M.D.XXXXVI, começando na Cidade de Badajós té à de Milan em Italia*, Coimbra, 1561. Esta obra foi composta a instancias de seu tio João de Barros, querendo instruir-se da situação de algumas terras por onde Gaspar Barreiros andara para a composição da Geographia que meditava publicar; foi impressa por diligencia do dr. Lopo de Barros, do desembargo do Paço e conego da sé de Evora, irmão do autor, e a dedicou ao cardeal D. Henrique. Escreveu mais *Commentarius de Ophyra Regione apud divinan scripturam commemorata unde Salomoni Judæorum Regi inclyto ingens auri-argenti, gemmarum eboris aliarumque rerum copia apportabatur;* dedicado no anno de 1550, pelo autor a D. João III; mas como o monarcha morresse antes da obra ser impressa, o autor novamente a dedicou a el-rei D. Sebastião, em Evora, a 26 de abril de 1560; veiu a publicar-se em Coimbra, 1561; *Censuras sobre quatro livros intitulados em M. Porcio Catam de Originibus; em Beroso Chaldæo; em Manethon Egyptio, e em Q. Fabio Pictor Romano*, Coimbra, 1561, dedicado a fr. Marcos de Bethania, mestre de theologia da ordem de S. Francisco em Evora, a 8 de abril de 1557; este fr. Marcos é o fr. Marcos de Lisboa, chronista da ordem seraphica, que depois foi bispo do Porto; *Censura in quemdam authorem, qui sub falsa Berosœi Chaldi inscriptione circumferetur*, Roma, sem anno de impressão; *Carta escrita de Roma a 12 de Novembro de 1547 a El Rey D. João o III*, sahiu na *Historia Ecclesiastica de Braga*, parte II, cap, 81. Em manuscripto deixou: *Vita D. Francisci; Verdadeira Nobreza, ou Linhagens antigas de Portugal; Geografia da antiga Lusitania; Annotaçoens a Ptolomeu; Descripção do Egypto; Carta consolatoria escrita em Roma a 4 de Dezembro de 1563 á Infanta D. Maria ácerca da morte do Infante D. Duarte seu irmão; Carta escrita em Santarem a 26 de Julho de 1567 a Damião de Goes sobre a Ascendencia da Familia dos Manoes*; *Observaçoens Cosmograficas de muitos logares maritimos de Espanha com todos seus campos, e promontorios; Homilia sobre as palavras do Evangelho «Angelus Domini apparuit in somnis Joseph» Ecloga pastoril em louvor da Infanta D. Maria.*

Barreiros *(João Francisco)*. Cirurgião pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, cavalleiro das ordens de Christo e da Rosa, do Brazil; commendador da de S. Bento de Aviz, condecorado com as medalhas de ouro e prata de comportamento exemplar; vogal do conselho de saude naval, chefe da repartição de saude naval e do ultramar, etc. Nasceu em Lisboa a 22 de abril de 1817; fal. na mesma cidade em 7 de junho de 1876. Quando completou o curso de medicina, entrou no corpo de facultativos da armada, em que serviu com distincção. Era amigo intimo de Francisco Maria Bordalo, escriptor maritimo, e com elle serviu a bordo da corveta *D. João I*, que esteve de estação no Rio da Prata n'uma epoca fertil em acontecimentos importantes, quando a Republica Argentina era governada por D. João Manuel Rosas. N'essa epoca estava tambem no Rio da Prata uma divisão naval brazileira, composta de tres corvetas e de um brigue, tendo todos os navios o seu cirurgião. Um marinheiro do brigue *Imperial Pedro*, por occasião d'uma salva, feriu-se gravemente n'um braço. Tornava-se preciso amputar-lh'o, mas a ferida, segundo parece, estava em condições difficeis, porque nenhum dos cirurgiões brazileiros se atreveu a fazer a operação, e o commandante do brigue veiu convidar o medico portuguez Barreiros. No dia 12 de outubro de 1844, em casa do encarregado dos negocios do Brazil em Montevideu, Barreiros amputou o braço do pobre marinheiro com a maior felicidade. Em signal de reconhecimento, o governo do Rio de Janeiro agraciou-o com a ordem da Rosa. Quando o go-

verno portuguez comprou em Inglaterra a corveta *Bartholomeu Dias*, foi nomeado facultativo d'aquelle navio. Dirigiu depois o hospital de marinha; e, quando falleceu, exercia o cargo de chefe da repartição de saude naval no ministerio da marinha. Fôram muito elogiadas as medidas que tomou quando esteve no Rio de Janeiro, para preservar da febre amarella os navios portuguezes. Em 1856, quando se fez o inquerito aos serviços de marinha, a sua resposta, que está impressa nos dois grossos volumes d'esse inquerito, e que se refere ao serviço medico a bordo da fragata *D. Fernando*, é uma das partes mais valiosas d'essa importante collecção. Escreveu tambem: *Relatorio sobre a epidemia da febre amarella no Rio de Janeiro*, sahiu no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa; Hygiene naval do dr. Fonssagrives, trad. com varias notas do traductor*, Lisboa, 1862.

Barreiros *(Joaquim Vellez)*. Official do exercito, que pelas suas idéas liberaes foi expulso do exercito em maio de 1824, e condemnado a seis annos de degredo para Angola, accusado de ser constitucional, não chegando a partir para Africa, por ser perdoado em junho seguinte. Mais tarde, no governo absolutista, emigrou para França, e esteve em Brest, passou d'ahi ao deposito de Laval, e depois á ilha Terceira, entrando no batalhão de caçadores 12. D'este corpo foi transferido para caçadores n.º 2, fez parte da expedição do Algarve, commandada pelo duque da Terceira, e combateu nas linhas de Lisboa; sendo ferido junto a Portella em 10 de outubro de 1833 o trouxeram em maca para o hospital de S. Jose, onde falleceu tres dias depois. Conta-se que em 6 de março de 1829 foi morto na forca um official chamado Ignacio Perestrello Marinho Pereira, cujo processo e execução correu em nome de Joaquim Vellez Barreiros.

Barreiros *(José da Silva Figueiras, visconde de)*. Grande capitalista, residente na cidade do Porto. Foi agraciado com o titulo de visconde de Barreiros, por decreto de 9 de março e carta de 27 de abril de 1882.

Barreiros. As armas d'esta nobre familia portugueza são as mesmas que as de familia Bairros. *V. Bairros.* O appellido foi tomado certamente de alguma das muitas povoações d'este nome que ha em Portugal, mas não se sabe quem e d'onde primeiro o adoptasse.

Barreiros. Villa e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. da Maia, distr. e bisp. do Porto. E' aqui a antiga séde do referido concelho. Tem 1.150 hab. e 250 fog., escola do sexo masc., theatro e caixa do correio. A pov. dista 4 k. da estação de Pedras Rubras, e está situada em montes e valles d'onde se vêem varias povoações. Foi do couto de Leça do Balio, e era o balio quem apresentava o vigario, com o rendimento 180$000 réis; e que primeiro tinha o nome de capellão. O rio Leça corre pelo fim da freg., réga, e traz algum peixe. E' terra fertil. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 18 com a sède no Porto. Em Barreiros ha uma fabrica de moagens. Foi elevada á categoria de villa por decreto de 11 de dezembro de 1902. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. e com. d'Amares, distr. e arceb. de Braga; 476 hab. e 120 fog. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada em campina, na ribeira do Cávado, e o rio passa-lhe pelo lado sul. De Barreiros avistam-se muitas povoações. Em epocas remotas pertenceu ao couto de Rendufe, de que o abbade dos frades benedictinos era o donatario, do conc. de Entre Homem e Cávado, e da com. de Vianna; depois até 1855, foi da com. de Pico de Regalados. O cura, apresentado annualmente pelo referido abbade do convento de Rendufe, tinha de congrua 6$000 réis e o pé d'altar. Barreiros pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. de Traz os Montes, conc. de Valle Passos, com. o distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 383 hab. e 70 fog. Tem caixa post. e dista 12 k. da séde do conc. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 19, com a séde em Chaves. || Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. da Beira Alta, conc., com., distr. e bisp. de Vizeu; 601 hab. e 121 fog. Tem caixa para serviço de posta rural. Está situada em um alto d'onde se vêem bastantes povoações. E' terra muito abundante d'aguas e muito fertil. Pertencia á corôa. O rei apresentava o abbade, que tinha de rendimento 250$000 réis. Barreiros tem muita caça e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Adães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Marinha, de Annaes, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Victor, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Cabeça Santa, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Cahide de Rei, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Pov. na ilha da Madeira, na freg. de Santo Antão, de Caniço, conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal. || Pov. na freg. de S. Thomé, de Correlhã, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Coucieiro, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Coura, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na ilha da Madeira, na freg. de N. S.ª da Graça, de Estreito de Camara de Lobos, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Foz d'Arouce, conc. da Louzã, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Christovão, de Gondomil, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Joanne, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Lordello do Ouro, bairro occidental do Porto. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Louredo, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Pov. na ilha Terceira, na freg. de S. Matheus, conc. e distr. de Angra do Heroismo. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Mei, conc. de Arcos de-Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de N. S.ª do Loreto, de Paradella, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pelmá, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Penha Longa, conc. de Marco de Canavezes, dist. Piães, do Porto. || Pov. na freg. de S. Thiago, de conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Gregorio, de Reguengo, conc. e distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Ribas, conc. de Celorico de Basto, distr. de Bra-

ga. || Pov. na ilha da Madeira, na freg. de S. Bento, de Ribeira Brava, conc. da Ponta do Sol, distr. do Funchal. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Ribeira de Fragoas, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Rossas, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Seixas, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Tebosa, conc. e distr. de Braga. | Pov. na freg. de S. Verissimo, de Valbom, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Valpedre, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Villa Cova da Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Villar de Meiras, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Montelavar, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Airão, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Romão, de Alferce, conc. de Monchique, distr. de Faro. || Logar na freg. de S. Pedro, de Athei, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || Logar na freg. de S. Miguel, de Barrio, conc. do Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Thiago, de Cepões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santa Eulalia, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Faustino, de Fridão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Maria, de Gavea, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de Santa Maria, de Infias, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Christovão, de Macinhata do Vouga, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Marcos da Serra, conc. de Silves, distr. de Faro. || Logar na freg. de S, Salvador, de Monte Cordova, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Logar na freg. do N. S.ª da Esperança, de Paderne, conc. de Albufeira, distr. de Faro. || Logar na freg. de Santo Adrião, de Padim da Graça, conc. e distr. de Braga. || Logar na freg. de S Paio e conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Thiago, de Penso, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Rio de Moinhos, conc. de Arcos de-Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de N. S.ª da Purificação, de Samuel, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || Logar na freg. de S. Julião, de Taboaças, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Mamede, de Vermil, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na ilha de Santa Maria, na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada. || Logar na freg. de Santa Maria, de Villar do Torno, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Maria, de Ancora, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello || Logar na freg. de S. Martinho, de Anta, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Matheus, de Grimancellos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Thiago, de Labruge, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Ponte do Rol, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Sitio na freg. de Fortinhos, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de S. Thomé, de Covellos, conc. de Baião, distr. do Porto. || Casal na freg. de N. S.ª da Graça, de Ega, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de S. Thiago, de Eiras, conc. e distr. do Coimbra. || Herdade na freg. de Santo Amador, conc. de Moura, distr. de Beja. || Herdade na freg. de S. Bento do Cortiço, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Horta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora. || Horta na freg. de S. Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja. || Monte na freg. de Santa Luzia, de Pias, conc. de Serpa, distr. de Beja. || Monte na freg. de Santa Sophia, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora. || Monte na freg. de Santo Antonio, de Vaiamonte, conc. de Monforte, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Quinta na freg. de S. Miguel, de Caçarilhe, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Quinta na freg de S. Salvador, de Villa Cova da Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Quinta na freg. de N. S.ª da Expectação, de Santa Ovaia, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de S. João Baptista, de Sanıedo, conc. d'Arganil, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de S. Pedro, e conc. e distr. de Villa Real.

Barreiros de Baixo. Pov. na freg. de S. Gregorio, de Reguengo, conc. e districto de Portalegre.

Barreiros de Baixo e de Cima, Duas povoações na freg. de S. Paulo, de Amor, conc. e distr. de Leiria.

Barreiros Brancos. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Barreiros do Casal da Senhora. Logar na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Semide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Barreiros do Painho. Logar na freg. de S. João Baptista, de Pedrogão Pequeno, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Barreiros ou Quinchoso. Sitio na freg. de Fortinhos, concelho de Cantanhede, districto de Coimbra.

Barreiros Vermelhos. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Almansil, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Barreirosa. Logar na freg. de Santa Maria, de Moz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Barrelego *(Casal do)*. Na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, districto de Leiria.

Barrella. Pov. na freg. de Santo Isidoro, de Sanche, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Mamede, de Travanca, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Vrea de Jalles, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real. || Logar na freg. de S. Pedro, de Abragão, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Maria, de Infias, conc. de Guimarães, distr. do Braga. || Logar na freg. de S. Miguel, de Souto, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Barrellas. Nome por que tambem é conhecida a freg. de S. Sebastião, de Villa Nova de Paiva, actualmente séde de concelho (V. *Villa Nova de Paiva)*. || Logar na freg. de S. Salvador, de Avelleda, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Monte

na freg. de S. Domingos. de Malpica, conc. e distr. de Castello Branco.

Barrêllo. Pov. na freg. de S. Martinho, de Ferreiros, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Martinho, de Moimenta do Douro, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Barrenhas. Pov. na freg. de S. Salvador, de Salvador do Monte, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Barrenho *(Quinta do).* Na freg. de Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Barrenta. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Alvados, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || Logar na freg. de S. Paio, de Moreira dos Conegos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Barrentes. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Salir dos Mattos, conc. das Caldas do Rainha, distr. de Leiria.

Barrento. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Barreta. Logar na freg. de S. Martinho, de Travanca, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Logar da freg. de Santo Antonio das Areias, conc. de Marvão, distr. de Portalegre. E' o centro mais rico do concelho em arvoredo de sobro. || Casal na freg. de S. Thiago e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Vicente e conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de Santo Estevão, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Herdade na freg. de S. Mathias, conc. e distr. de Beja. || Herdade na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Vidigão, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Barrete. Cobertura da cabeça de que usam os homens, feita de tecido de lã, seda ou algodão. Os cardeaes usam barrete vermelho quadrado. *Barrete* em armaria é o que se vê encarnado, no interior da corôa real, sobresahindo aos florões e por baixo dos diademas, o que não póde ter a do principe. || *Barrete de malha;* especie de capacete antigo (V. *Armadura*). || *Barrete de clerigo;* obra de fortificação em face de um bastião, composta de tres angulos vivos ou salientes e de dois reentrantes.

Barreteira *(Quinta da).* Na freg. de S. Vicente e conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Barretina. Cobertura da cabeça de que usam os militares, feita de couro ou dos mesmos tecidos que os chapéos, porém sem abas e muito mais alta. No nosso Museu de Artilharia guardam-se alguns exemplares d'este artigo de uniforme. Entre outras vêem-se ali uma barretina de panno azul com emblema de latão e pennacho, apresentada em 1834 para uso da artilharia; outra de panno preto, tendo pala com virola de latão e pennacho, apresentada em 1836 para uso dos corpos de cavallaria; outra de feltro preto com pennacho verde, apresentada em 1868 para uso dos batalhões de caçadores; e ainda outra tambem de feltro com ferragens e emblemas de latão e pennacho apresentada em 1872 para uso dos corpos de cavallaria. E' sem duvida a barretina uma das peças mais interessantes do uniforme militar.

Barreto. O appellido d'esta familia procede de Nuno Soares o *velho*, bisneto de D. Arnaldo de Baião. De seu filho, D. Godo Araldes, é descendente Gomes Mendes Barreto, que foi o primeiro que no tempo de D. Sancho I tomou este appellido. Mendes Barreto, segundo se diz, possuia muitas propriedades junto da barra de Vianna do Castello. As suas armas são: escudo em campo de prata semeado de arminhos negros; timbre uma dama vestida de prata e arminhos, com os cabellos soltos e as mãos cobertas.

Barreto *(Padre Affonso).* Foi um dos primeiros jesuitas portuguezes, e recebeu o habito da Companhia em 1545, das mãos do proprio Simão Rodrigues de Azevedo, um dos sete que em 1534 se reuniram em Montmartre, para a instituição d'aquella ordem religiosa, sendo elle o destinado por Santo Ignacio de Loyola para vir ao extremo da Europa, fazer propaganda. Foi em 1540 que os primeiros jesuitas entraram em Portugal, a convite d'el-rei D. João III. O padre Affonso Barreto foi um dos exemplos mais frisantes de louco enthusiasmo pela Companhia de Jesus. Ignora-se a data do nascimento, mas sabe-se que falleceu em 12 de fevereiro de 1557, tendo poucos annos de vida religiosa. Foi reitor do collegio em Evora.

Barreto *(Alvaro).* Poeta do seculo xv, apenas conhecido por figurarem no *Cancioneiro* de Garcia de Rezende algumas das suas poesias. Era filho de Nuno Barreto, fidalgo da Casa Real, no tempo de D. Affonso V., alcaide-mór de Faro, e de sua mulher D. Leonor de Mello, filha de João de Mello, alcaide-mór de Serpa.

Barreto *(Alvaro Telles).* Commandante d'uma das naus da esquadra que em 1506 partiu de Lisboa, capitaneada por Affonso d'Albuquerque e Tristão da Cunha. N'esta mesma esquadra ia tambem seu filho, Manuel Telles Barreto. Depois da tomada da ilha de Socotorá, separaram-se os dois capitães-móres, seguindo Affonso d'Albuquerque para Ormuz, e Tristão da Cunha para Cananor. Alvaro Telles acompanhou este ultimo, e seu filho proseguiu na esquadra de Affonso d'Albuquerque. Alvaro, ao chegarem a Melinde, afastou por sua conta a nau do seu commando, e partiu para o Cabo Guardafui á caça de navios mercantes arabes. Depois foi ter á India com Tristão da Cunha, e o vice-rei D. Francisco d'Almeida o recebeu com muita severidade. Quando Affonso d'Albuquerque foi nomeado governador, Alvaro Telles Barreto, que além da sua indole indisciplinada, era pae d'um dos capitães de quem Affonso d'Albuquerque se julgava mais aggravado, partiu prudentemente para o reino. Consta que um dos maiores desgostos que teve o grande conquistador da India, proximo a morrer, foi quando soube que Telles Barreto fôra nomeado capitão de Calicut.

Barreto *(P. Antonino José Nicolau).* Presbytero, cavalleiro da ordem de Christo em 1840, e da de N. S.ª da Conceição em 1854. N. em Nova Gôa, no anno de 1802, e foi educado no Seminario de Rachol, com todos os estudos proprios para o estado clerical a que se destinava. Tinha 28 annos de edade quando foi nomeado professor de philosophia no referido seminario; depois desempenhou tambem o cargo de dezembargador da Relação metropolitana, de examinador synodal, e de vigario da vara na comarca de Salsete. As distincções que obteve nas ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição, fôram-lhe conferidas

em remuneração dos seus serviços e trabalhos litterarios. Escreveu: *Resumo das ceremonias ecclesiasticas, que se devem observar nas funcções publicas e solemnes, festivas e funebres, frequentes nos egrejas parochiaes*, Nova Gôa, 1846; n'este livro imprimiu-se o nome do autor *Antonio* em vez de *Antonino: Anno evangelico, contendo discursos para todas as domingas, e sermões para os differentes dias, especialmente os penitenciaes da quaresma; além dos panegyricos dos principaes mysterios, e festas do anno ecclesiastico, tomos* I e II, Margão, 1861. No fim do 2.º tomo vem, com numeração separada, um *Compendio de Rhetorica*. Escreveu mais: *Elementos de Philosophia racional e moral para uso da mocidade*, Margão, 1863. Deixou mais obras, que, segundo parece, ficaram ineditas: um *Tratado de Mathematica*, outro de *Physica, Astronomia e Mineralogia;* uma *Historia Goana, o Memoriale Ethicum, Jus Canonicum Universale*, etc.

Barreto *(Antonio)*. Era um lascarim christão, que, estando em Ceylão, desertou dos portuguezes, e foi servir o rajah de Kandy. Os regulos indianos davam grande valor aos que desertavam, por serem peritos na guerra e estarem habituados ao modo de pelejar dos portuguezes. Antonio Barreto, que não passava d'um homem indifferente, foi logo nomeado Kandy general, e feito principe de Uvá. Na revolta de 1617, collocou os portuguezes em graves embaraços, derrotando-os frequentes vezes.

Barreto *(Antonio)*. Natural de Lisboa, floresceu no seculo XVIII. Secretario do marquez de Cascaes, de cujos sentenciosos ditos formou uma collecção. Foi muito estudioso em genealogia, e escreveu o *Livro de familias*, que ficou inedito.

Barreto *(Antonio Correia)*. O *Dictionaire historico-artistique du Portugal*, do conde A. Raczynski, dá-nos noticia, com este nome, d'um gravador de paizagem. estudante de Comte, agregado á Academia de Lisboa, que em 1843, tinha 30 annos de edade.

Barreto *(Antonio de Moniz)*. Official, que principiou a servir na India, no tempo de D. Constantino de Bragança. Quando este vice-rei tomou Damão, encarregou Antonio Moniz Barreto de ir com varias columnas, formando uma força de 500 homens, atacar o chefe indio de Damão, que abandonando a praça, se fortificara a pouca distancia, á frente de um ou dois mil homens. Uma circumstancia qualquer fez com que as diversas columnas se demorassem, e Antonio Moniz Barreto achou-se á frente do inimigo apenas com 120 homens; ainda assim, não hesitou em dar o ataque, e desbaraton completamente os indios. Regressando depois ao reino, voltou novamente á India, em 1571, no posto de capitão de Malaca, acompanhando D. Antonio de Noronha, que fôra nomeado vice-rei, succedendo a D. Luiz de Athaide. Moniz Barreto tratou de seguir para o seu destino, antes, porém, quiz que D. Antonio lhe désse armas e navios. O vice-rei nada lhe podia conceder, porque o thesouro estava exhausto de recursos. Moniz Barreto insistiu com violencia, excedeu-se bastante, e D. Antonio de Noronha, em vez de proceder energicamente contra elle, deixou-o queixar-se em alta voz, dar a todos o exemplo de insubordinação, não querendo occupar o seu posto. Permanecendo tranquillamente em Gôa, intrigava em Lisboa o vice-rei por meio de cartas, dirigidas aos ministros, de quem era amigo. Estas intrigas deram em resultado, que nos navios chegados a Gôa em 1573 foi ordem ao arcebispo para desautorar D. Antonio de Noronha, e entregar o governo a Moniz Barreto. O prelado assim o fez, convencido de que praticava uma grave injustiça. D. Antonio morreu de desgosto. O governo de Moniz Barreto, durou tres annos e foi mais despotico que disciplinador. Quando D. Leoniz Pereira foi nomeado capitão de Malaca, em substituição de Barreto, tambem mandou pedir ao novo governador da India tropas e navios, que lhe fôram negados. D. Leoniz veiu queixar-se a Lisboa, e os ministros que, por serem amigos de Antonio Moniz Barreto, tinham considerado iniquo o procedimento de D. Antonio de Noronha, tambem usando do mesmo criterio, consideraram iniquo o procedimento perfeitamente egual do governador. Moniz Barreto era um valente official, mas não servia para dirigir um vasto imperio como era o da India. No seu tempo Malaca, defendida por Tristão Vaz da Veiga, resistiu briosamente a um cerco, D. João da Costa fez uma implacavel guerra ao Samori de Calicut, que nos tomara Chale, porém nas Molucas perdeu-se Ternate, uma das nossas mais importantes possessões. Em 1756 Barreto entregou o governo ao seu successor D. Diogo de Menezes, e regressou a Lisboa.

Barreto *(Antonio Moniz)*. A seguinte inscripção, existente no convento da Madre de Deus, de Xabregas, é o unico elemento que temos para a biographia d'este guerreiro que militou sob o dominio hespanhol : «Esta capella dos Reis é do D. Antonio Moniz Barreto, que de 16 annos e meio começou a servir Sua Magestade até que morreu na perdição da armada de França a 12 de janeiro de 1627, da edade de 33 annos e 4 mezes. E D. Maior Manuel, sua mãe, mandou vir de Bordéos o seu corpo por terra e enterral-o nella, aonde tambem mandou passar os ossos de seu marido Anriques de Moniz Barreto e ella se ha de enterrar neste mesmo jazigo. As obrigações desta capella se verão do testamento e contrato que ella fez com as religiosas d'esta casa, em que foi sepultado o dito seu filho a 3 de março de 1628.»

Barreto *(Antonio Moniz)*. Capitão-mór da cidade do Maranhão. Um dos heroes da restauração do Brazil no seculo XVII, e o chefe dos maranhenses, quando estes se rebellaram contra o jugo dos hollandezes. Não podendo já soffrer os vexames dos seus oppressores, e vendo que o governador do Brazil os não podia soccorrer, os maranhenses, commandados por Moniz Barreto, assaltaram no dia 30 de setembro de 1642 todos os engenhos em que havia hollandezes, e não deixaram nem um só com vida. Na manhã seguinte tomaram o forte do Calvario em Itapicuru, e Moniz Barreto, animado com estes successos, marchou logo para S. Luiz, capital da provincia, esperando surprehender a guarnição desprevenida. Os hollandezes, sendo avisados a tempo, sahiram ao encontro dos revoltosos, sendo, porém, completamente derrotados, Barreto proseguiu a marcha, e levantando algumas obras e trincheiras preparou-se para sitiar a cidade. Deram-se então diversas escaramuças de pouca importancia, mas os sitiados recebendo reforços do Pará, fizeram uma sortida no dia 15 de janei-

ro de 1643, em que os maranhenses soffreram importantes perdas, com especialidade a do capitão-mór Moniz Barreto, que succumbiu durante o combate.

Barreto (*Antonio Rodrigues*). Theologo e astronomo dos fins do seculo XVII. Compoz varios *Prognosticos* ou *Almanachs*, accommodados ao meridiano de Lisboa, e d'estes se imprimiram dois, um para o anno de 1684, Lisboa, 1683; e outro para 1686, tambem em Lisboa, 1685.

Barreto (*Belchior Nunes*). Um dos mais antigos missionarios jesuitas do seculo XVI. N. no Porto em 1520, fal. a 10 de agosto de 1571. Era filho de Fernão Nunes Barreto, morgado de Freiriz e Penagate, e de D. Izabel Ferraz; irmão de D. João Nunes Barreto, patriarcha da Ethiopia (V. *Barreto, João Nunes*). Depois de ter cursado a faculdade de canones na Universidade de Coimbra, estando para receber o grau de doutor, resolveu abandonar os estudos, e entrar na Companhia de Jesus, porém o padre jesuita Simão Rodrigues o aconselhou a que se doutorasse antes de conseguir a sua pretenção. Belchior seguiu o conselho, e recebeu as insignias doutoraes com toda a solemnidade, vestindo depois o habito jesuitico a 11 de março de 1543, contando apenas 23 annos de edade. Desejoso de se tornar util ao seu instituto e á religião christã, supplicou instantemente aos superiores, que o mandassem ao Oriente como missionario, e alcançando a devida autorisação, partiu para a India, em 1551, onde foi recebido por S. Francisco Xavier com as maiores demonstrações de affecto. O santo prelado, reconhecendo a elevada competencia de Belchior Barreto, o nomeou em fevereiro de 1552 superior da Residencia de Baçaim. Por morte do padre Gaspar Borges, foi eleito provincial da India em 1553, cujo cargo o obrigou a voltar a Gôa, d'onde passou ao Japão na companhia de Fernão Mendes Pinto. N'esta viagem, por causa de grande tempestade, aportou a Malaca, a 5 de junho de 1554, entrando depois em Cantão, metropole d'uma das provincias da China, sendo elle o primeiro missionario que prégou n'aquelle imperio a religião christã. Depois de varias peregrinações pelo Oriente, voltou a Gôa onde falleceu. Deixou algumas cartas curiosas dirigidas a diversas pessoas, as quaes estão publicadas em diversos volumes, que encerram cartas de jesuitas, ficando algumas em manuscripto. Escreveu tambem: *Vida compendiosa do Illustrissimo Patriarcha da Ethiopia D. João Nunes Barreto seu irmão*, cujo original se conservava no Collegio de Evora.

Barreto (*Padre Constantino*). Jesuita. N. em Cantanhede a 21 d'abril de 1675; fal. em Santarem, a 20 de março de 1732. Era filho de Thomé Francisco Xisto e de Maria Rodrigues. Entrou na Companhia de Jesus, tendo 16 annos de edade, a 18 d'abril de 1691, onde, depois de estudar philosophia e theologia, leu humanidades no collegio de Coimbra. Foi mandado a Roma como pensioneiro na basilica de S. Pedro, e regressando a Portugal, exerceu o cargo de reitor no collegio de Setubal. Escreveu: *Exercicios espirituaes do maravilhoso Patriarcha Santo Ignacio de Loyolla, reduzidos a huma só semana, e acomodados a toda a sorte de pessoas, particularmente Religiosas*, Lisboa, 1726.

Barreto (*Francisco*). Capitão de Baçaim, e governador da India, no reinado de D. João III. Não se sabe a data do nascimento, mas sabe-se que falleceu a 9 de julho de 1573. Em 1547 partiu para o Oriente, sendo nomeado n'esse mesmo anno, capitão da fortaleza de Baçaim. Foi o 19.º governador da India, e succedeu ao 6.º vice-rei d'aquelle estado, D. Pedro de Mascarenhas, que falleceu a 16 de junho de 1855. Francisco Barreto é principalmente conhecido pelo desterro a quo condemnou Luiz de Camões, e a que o poeta se refere em varias estancias dos *Lusiadas* e em outras diversas poesias. O seu governo, comtudo, não foi dos peiores. No seu tempo os dominios de Portugal, no Oriente fôram augmentados com algumas conquistas, e algumas victorias brilhanlhantes se alcançaram sobre os reis d'aquelles territorios. A 20 de janeiro de 1559, embarcou para o reino. Em 1567, el-rei D. Sebastião o nomeou governador de Monomotapa e conquistador das suas minas de ouro; Francisco Barreto embarcou em Lisboa, acompanhado de alguns homens d'armas e de muitos voluntarios, que se offereceram para a projectada expedição, de que se esperavam grandes lucros. A expedição compunha-se de tres naus. Chegando a Moçambique, venceu o rei de Paté, que se tinha negado á vassallagem devida a Portugal. Tratou depois de colher informações precisas sobre o paiz de Monomotapa, mas logo na escolha do caminho a seguir, teve de sujeitar a sua opinião á do padre jesuita Francisco de Monclaros, a quem o governador, segundo as ordens que recebera, devia sempre ouvir e attender. Embarcando para Quelimane, subiu o rio Zambeze, e chegando a Sena, seguiu ainda ávante a expedição, apezar de estar já muito reduzida pelas doenças, mas teve pouco depois que retroceder por falta de recursos. Entretanto uma revolta em Moçambique o obrigou a deixar essas forças, para vir suffocar o movimento. Pacificada a revolta, e arranjadas as provisões necessarias, voltou a reunir-se ao exercito do Sena; entrou 90 legoas pelo rio Cuama, e depois de vencidas as grandes difficuldades, falleceu desgostoso, por não poder continuar no intento da conquista das minas, por causa do padre Monclaros, que constantemente o censurava ácerca das marchas penosas a que sacrificava a nossa gente, e lhe requeria da parte de Deus e d'el-rei contra as disposições adoptadas para o proseguimento da descoberta, dizendo que no outro mundo responderia pelas mortes resultantes d'aquella empresa.

Barreto (*D. Francisco*). Doutor em Direito Canonico, conego na sé de Lisboa, deputado do conselho geral do Santo Officio, e depois bispo do Algarve, succedendo na cadeira episcopal a seu tio, do mesmo nome, dignidade de que tomou posse a 28 de agosto de 1671. Era natural da villa de Serpa, e fal. em Faro a 7 de abril de 1679. Fez obras importantes na sua diocese, tanto na cathedral como no palacio dos bispos, e deu importantes esmolas de paramentos a todas as egrejas do Algarve. Escreveu e publicou: *Advertencias aos parochos e sacerdotes do bispado do Algarve*, Lisboa, 1676; *Constituições synodaes do Bispado do Algarve, novamente feitas e ordenadas pelo Ill.mo e Rev.mo Sr. D. Francisco Barreto, segundo deste nome, Bispo do Algarve, publicadas em o Synodo celebrado em Faro a 22 de Janeiro de 1673*, Evora, 1674.

Barreto *(Francisco)*. Fidalgo portuguez de grande distincção, que viveu no tempo dominio hespanhol. Nomeado governador de Callao, e passando á America, quando seu primo D. Fernando de Borja foi nomeado governador do Perú, easou com uma creoula, de quem teve Francisco Barreto de Menezes, o general portuguez que alcançou expulsar os hollandezes de Pernambuco. (V. *Barreto de Menezes* (*Francisco*).

Barreto *(Padre Francisco)*. Jesuita. N. em Monte mór-o-Novo em 1608, fal. em Gôa a 26 de outubro de 1663. Entrou na Companhia de Jesus, no collegio de Evora, a 22 de abril de 1622, contando apenas 14 annos de edade. Acabados os estudos, e alcançada a autorisação dos superiores, partiu para o Oriente; dictou em Gôa as sciencias escolasticas. Foi depois reitor dos collegios de Coulão e Cochim, procurador da provincia do Malabar na Curia Romana. N'esta qualidade assistiu em Roma á 8.ª e 9.ª congregação geral da sua ordem. Voltando á India foi provincial do Malabar, e depois visitador da provincia de Gôa. D. Affonso VI, reconhecendo os seus muitos merecimentos, o nomeou bispo de Cochim, e mais tarde arcebispo de Cangranor. Não chegou, porém, a possuir aquellas dignidades, porque a morte o surprehendeu. Quando esteve em Roma, publicou: *Relatione della Provincia di Malabare*, Roma, 1645; sahiu traduzida em franeez, em Paris, 1646.

Barreto *(Francisco Ferreira)*. Presbytero secular cavalleiro das ordens de Christo e do Cruzeiro, prégador da capella imperial, etc. N. na cidade do Recife em Pernambuco a 5 d'abril de 1790, fal. na referida cidade a 25 de fevereiro de 1851. Era filho de Vicente Ferreira Barreto, e de sua mulher D. Adriana de Messias Barbosa. Foi membro da primeira assembléa constituinte do Brazil, dissolvida pelo imperador D. Pedro I. A sua vida passou-a toda no Brazil, onde exerceu differentes cargos importantes, e publicou alguns escriptos e poesias. O seu livro *A creação do homem e da mulher* foi tambem impresso em Lisboa, no anno de 1842.

Barreto *(Fr. Gaspar)*. Religioso da ordem de S. Bento. N. no Porto a 3 de maio de 1661, fal. no convento de Tibães a 9 de fevereiro de 1727. Era filho natural de Jeronymo Barreto, cavalleiro da ordem de Malta, e descendente da familia dos Barretos, senhores de Freiriz e de Penagate. Professou no convento de S. Martinho de Tibães, a 3 de fevereiro de 1678. Formou-se na Universidade de Coimbra em canones. Foi reitor do collegio da Estrella, abbade do convento de Lisboa no anno de 1707, e do collegio de Coimbra em 1719. Procurador geral em Lisboa e em Braga. Sendo muito erudito na historia sagrada e profana, foi eleito chronista da Casa de Bragança, e academico supranumerario da Academia Real de Historia Portugueza. Foi poeta, e dedicou-se tambem ao estudo da Genealogia. Deixou as seguintes obras manuscriptas: *Vida de D. Jayme duque de Bragança; Portugal renascido*, poema, cujo argumento é a acclamação de D. João IV; *Espenero portuguez*, 3 tom ; *Genealogia dos Barretos; Arvores genealogicas; Diccionario de nomes esquisitos que se não acham na prosodia do padre Bento Pereira.*

Barreto *(Gonçalo Nunes)*. Fidalgo, natural da provincia do Algarve, distincto pelo seu valor, e que morreu na batalha d'Alcacer-Kibir. Foi alcaide-mór de Loulé, commendador de Mesão Frio, e morgado da Quarteira.

Barreto *(Gregorio)*. Jesuita. N. em Cantanhede a 4 de agosto de 1669, fal. no collegio de Evora a 14 de janeiro de 1729. Era filho de Thomé Francisco e de Maria Rodrigues. Entrou na Companhia de Jesus, no collegio de Coimbra, a 22 de janeiro de 1685; dictou Rhetorica no collegio de Santo Antão de Lisboa e em Coimbra, onde leu philosophia e theologia, manifestando elevado talento e dedicado estudo. Foi desembargador da curia patriarchal. Escreveu: *Nova Logica Conimbricensis in sex Tractatus tribuitur; Primus disserit de Proœmialibus Dialecticæ; Secundus de Prædicalibus & Prædicamentis; Tertius de Interpretatione; Quartus de Priori resolutione; Quintus de Posteriori Resolutione; Sextus de Topicis, & Elenchis*, Ulyssipone, 1711; *Venerabilis, Patris Joannis de Brito capite manibus & pedibus pro vera Fide truncatur Epigramma*, Coimbra, 1722.

Barreto *(Honorio Pereira)*. Commendador da ordem de Christo, tenente-coronel de artilharia de segunda linha, governador de Bissau, de Cacheu, e da provincia da Guiné, por nomeação de 24 de janeiro de 1855. Era natural da Guiné, e fal. em 1859. Diz-se que foi victima de muitas intrigas, por causa d'uns terrenos que obtivera dos regulos indigenas e em sua defeza escreveu, o seguinte opusculo: *Resposta ás calumnias que o ex.mo sr. Fortunato José Barreiros e o sr. Antonio Pedro Dantas Pereira dirigiram contra Honorio Pereira Barreto, governador interino da Guiné portugueza*, Lisboa, 1856. Escreveu mais: *Memoria sobre o estado actual de Senegambia portugueza, causas de sua decadencia, e meios de a fazer prosperar*, Lisboa, 1843; *Carta escripta ao ill.mo e ex.mo sr. Domingos Corrêa Arouca*, Lisboa, 1843. Contém a justificação dos actos da sua gerencia como governador de Bissau e Cacheu, contra algumas arguições que lhe fizeram.

Barreto *(D. Jeronymo)*. Clerigo secular, bispo do Funchal e do Algarve. Fal. em 1589. Era filho de Gaspar Nunes Barreto, senhor dos morgados de Freiriz e Penagate, e de Izabel Cardosa. Tornou-se de tão notavel merecimento, que não tendo ainda completado os annos que o concilio tridentino determina para ser bispo, foi elevado a essa dignidade na diocese do Funchal, sendo sagrado em 1573, e tomando posse no dia 31 de outubro de 1574. Foi sempre muito estimado. Para evitar os abusos, celebrou synodo a 18 de outubro de 1578, na cathedral, em que se publicaram as constituições que escrevêra. Sete annos depois do synodo, em 1585, foi transferido para a diocese do Algarve. D. Jeronymo Barreto, n'este anno, mandou imprimir as *Constituições*. Mais tarde, o seu successor no bispado do Funchal, D. Luiz de Figueiredo Lemos, fez uma reimpressão, accrescentando os *extravagantes* feitas e publicadas em synodo, que elle proprio celebrara na Sé, a 29 de junho de 1597. Esta reimpressão tem o titulo seguinte: *Constituições synodaes do Bispado do Funchal, com as extravagantes novamente impressas, por mandado de D. Luiz de Figueiredo de Lemos, Bispo do dito Bispado*, Lisboa, 1601.

Barreto *(João Augusto da Graça)*. Escriptor e distincto artista typographo da Imprensa Na-

cional, amanuense da Torre do Tombo, logar para que foi nomeado por concurso em 1883. N. em Lisboa a 17 de março de 1845, fal. em Arcoleua, em Belem, no anno de 1885. Era filho de Manuel José Barreto, official diplomatico da Torre do Tombo, e de D. Rosalia Maria da Conceição. Estudou dois annos no collegio dos jesuitas em Campolide, que deixou por não lhe agradar já aquelle ensino jesuitico, apezar de ser muito creança. Cursou depois paleographia na Torre do Tombo, em que se tornou muito distincto, e frequentou algumas cadeiras do curso superior de letras. Procurando trabalhar, pela falta de recursos pecuniarios, Graça Barreto, tendo apenas 14 annos de edade, entrou em 1859 para a Imprensa Nacional, onde organisou sem subsidio algum a secção typographica oriental. O seu muito talento e muito estudo começaram a revelar-se em pequenos opusculos, com que o obscuro typographo se arrojava intrepidamente á lucta, e em 1861, aos 16 annos, publicava um curioso folheto intitulado: *O Noticiarista do jornal A Liberdade e o autor do presente opusculo J. A. G B.* Levantara-se uma questão qualquer entre o tal noticiarista, e o moço escriptor, ao passo que se aperfeiçoava como typographo e paleographo, revelava tambem a sua indole bellicosa. A'cerca da secção typographica oriental, que elle organisára, bastantes jornaes publicaram artigos elogiosos por um melhoramento tão importante, e com especialidade o *Jornal do Commercio* de 1873. No estrangeiro tambem foi louvada a correcção e execução typographica dos *Documenta Habessinica*, de que foi collector e compositor exclusivo de toda a parte de linguas orientaes, com excepção das ultimas folhas, em que o ajudou um dos seus discipulos. Em 1869 publicou um opusculo, *Perfis da comedia litteraria: tentames criticos (N.º 1: Os livros do sr. Theophilo Braga.* Este opusculo houve quem quizesse filial-o na questão litteraria, denominada *Bom senso e bom gosto*, era porém completamente alheia. A este respeito levantou-se uma pequena polemica entre Graça Barreto e Oliveira Martins. Quando no theatro do Gymnasio se representou, em 1870, o drama sacro de Braz Martins, *O Evangelho em acção*, levantou-se grande questão religiosa, e Graça Barreto tambem publicou um opusculo, com o titulo *Da Dramatisação da vida de Jesus.—Reflexões pacificas sobre o «Evangelho em acção» e o clero.* Graça Barreto, por causa dos seus estudos de historia ecclesiastica, teve correspondencia com os padres da congregação jesuitica e d'outras ordens religiosas, sendo por elle colligidos todos os documentos dos archivos portuguezes, que figuram na edição das *Cartas de San-Ignacio*, que se publicou em Madrid, e as noticias e correcções sobre a historia dos franciscanos em Portugal, dadas no supplemento que na cidade de Prato, na Toscana, publicou o padre Marcellino da Civezza á sua *Bibliografia san francescana.* N'esta especialidade colligiu tambem Graça Barreto uma *Jesuitica ou noticia dos principaes documentos existentes nos archivos portuguezes concernentes á historia da companhia de Jesus desde a sua fundação até á data da sua expulsão de Portugal, especialmente n'este ultimo periodo; as Cartas de S. Francisco Xavier, restituidas á linguagem original, publicadas com a comparação de varias edições e traducções, e a Correspondencia de Vicente Nogueira precedida d'uma noticia sobre a sua vida e processo.* Colleccionou egualmente os summarios de mais de quatrocentos documentos relativos ás relações entre Portugal e a curia romana, desconhecidos a Rebello da Silva, e que fórmam um *Supplemento aos tomos* IX *a* XIII *do Quadro elementar;* tambem colleccionou varias cartas da camara de Gôa para o rei de Portugal nos seculos XVI e XVII, que deveriam formar a parte 3.ª do 1.º fasciculo do *Archivo portuguez oriental;* appendice á collecção que o conselheiro J. M. da Cunha Rivara publicou em Gôa nos annos de 1857 e 1876. Graça Barreto foi encarregado de continuar a publicação *do Bullario do padroado ultramarino*, principiado pelo visconde de Paiva Manso, de quem fôra collaborador officioso, pela portaria de 9 de outubro de 1875; e em portaria de 8 de agosto de 1881 foi nomeado para a commissão encarregada de estudar o serviço das missões ultramarinas em todas as regiões do padroado portuguez. Publicou então: *Bullarium patronatus Portugaliæ regum in Ecclesiis Africæ, Asiæ atque Oceaniæ, bullas, brevia, epistolas, decreta actaque sanctæ sedis ab Alexandro III ad nostra usque tempora amplectens, quod post Vicecomitem de Paiva Manso continuat...* tomos IV (1721 a 17..). Em 1871 publicou: *Vestigios da tradição de Jesus. Amostras de uma traducção dos monumentos apogriphos de historia christã.* Não declara o nome, mas a dedicatoria está assignada por G. B. Como se declara, o opusculo é apenas a amostra de uma collecção mais dilatada, que o autor annuncia na introducção. com o titulo de *Apocryphos do Novo Testamento*, mas parece que não chegou a publicar-se; as traducções são feitas principalmente dos textos latinos de Fabricio e Thilo. Tambem foi impresso o folheto *Onde estamos? Estudo sobre os acontecimentos da actualidade, 1870 e 1871, por monsenhor Gaume; traducção consagrada ao Pontifice;* sahiu sem declaração de nome, nem data; *Ricardo Wagner e Francisco Liszt, recordações pessoaes de Platon de Waxel*, Lisboa, 1874; sahiu primeiro na *Arte Musical; Os phenomenos Davenport explicados, notas e documentos colhidos na carteira de um curioso por Tropnevad*, Lisboa, 1875. Graça Barreto compilou perto de duzentos documentos, que principiou a publicar em 1879, dando o seguinte titulo a essa compilação: *Documenta Historiam Ecclesiae Habessinorum illustrantia inedita vel antea iam edita, nunc primum recensita, præcedente relatione ad Portugalense Gubernium de prosecutione Bullari, cæterisque omnibus ad hæc Documenta spectantibus, collegit...* Tomus II. E' o segundo volume da collecção d'estes documentos, que dizem respeito á historia da Abyssinia, ou Preste João, desde as tentativas para a entrada dos portuguezes para aquella região no seculo XV, até ás diligencias feitas no reinado de D. João V, no seculo XVIII para a restauração do patriarchado romano, e nova entrada dos portuguezes. Acompanha este volume uma folha solta em portuguez, descrevendo o plano da collecção, e o motivo de começar a publicar-se o 2.º volume. Em Coimbra, 1880, sahiu o seguinte opusculo: *A descoberta da India ordenada em tapeçaria por mandado de el-rei D. Manuel; documento inédito do seculo XVI, publicado em commemoração do terceiro centenario de Camões; Boletim de bibliographia portugueza, e Revista dos archivos nacionaes,*

vol. II (1880 a 1883). Quando se levantou polémica ácerca da traducção do *Fausto* de Gœthe, feita pelo 1.º visconde de Castilho, polemica provocada por Graça Barreto n'um artigo publicado na *Gazeta do Povo*, n.º 815, de 1872, a que se seguiram outros escriptores, Gomes Monteiro appareceu defendendo Castilho, com o seu livro: *Os criticos do Fausto*; Barreto publicou então o seguinte opusculo: *Lição a um litterato a proposito do Fausto, resposta ao sr. José Gomes Monteiro*, Porto, 1873. N'este opusculo reproduziu, em appendice, a pag. 35, o referido artigo publicado na *Gazeta do Povo*. A polemica proseguiu, e em 1874, Graça Barreto ainda imprimiu o seguinte folheto: *A questão do Fausto pela ultima vez, observações a alguns contendores e desengano aos litteratos.* Barreto continuou em investigações sobre alguns pontos obscuros da lenda do *Fausto*, investigações que chamaram a attenção de varios estrangeiros, taes como Platon de Vaxel, Carlos Engel, de Dresde, e Carlos Simrok, que travaram sobre este assumpto correspondencia seguida com Graça Barreto, que já a esse tempo tinha preparado todos os elementos para a sua obra intitulada: *Do trabalho de tres seculos na elaboração de um poema. Investigações e observações sobre o caminho percorrido desde as tradições anteriores á lenda do Fausto, commentada por Widmann, até á tragedia de Gœthe.* Esta obra annunciada em 1872, parece que não chegou a imprimir-se. A attenção que os seus estudos inspiraram á critica allemã, levou-o a continual-os e preparou uma *Bibliographia Faustiana*, que estava para se imprimir, quando appareceu em Oldemburgo a *Bibliotheca Faustiana*, de Engel. Então Graça Barreto mandou-lhe uma grande parte dos apontamentos que alcançara, como correcções ou additamentos para alguma nova edição. Publicou ainda: *Monstruosidades do tempo e da fortuna; diario inédito inexactamente attribuido a frei Alexandre da Paixão, monge benedictino (1662 a 1681), publicado com uma introducção critica*; n'este diario está comprehendido o periodo das intrigas de que D. Affonso VI foi victima; *Memorias para a historia ecclesiastica ultramarina, começadas pelo visconde de Paiva Manso, e continuadas por J. A. G. B.; Tentativas para uma Memoria sobre a soberania e posse dos portuguezes em Macao.* Graça Barreto foi um dos socios fundadores da Sociedade de Geographia, em 1875, cujos estatutos subscreveu, mas despediu-se pouco tempo depois. Collaborou com o sr. Adolpho Coelho na 7.ª edição do *Diccionario de Moraes*, e tem mais traducções do latim, allemão, francez, inglez e italiano, publicadas em varias revistas. Nunca se filiou em partido algum politico. Escreveu nos seguintes jornaes: *Federação, Bem Publico, Archivo contemporaneo, Jornal para todos, Ramalhete do christão, Revista de Portugal e Brazil, Arte Musical, Revista de monumentos sepulchraes, Menestrel, Leituras populares, Harpa, Occidente, Bejense, Gazeta do Povo, Diario Popular, Diario nacional, Actualidade, Revolução de setembro, Commercio de Portugal, Liberdade, e Clamor de Belem.* Graça Barreto, que iniciara na Imprensa Nacional, conforme dissémos, a composição de obras nas linguas orientaes, que elle proprio ia compôr os documentos n'essas linguas, por elle compilados, tambem escreveu, ou pensou escrever, uma obra intitulada: *Livro do revisor e typographo*, em que principalmente se occupava da composição em linguas orientaes.

Barreto *(João de Mello).* V. *Mello Barreto.*

Barreto *(João Nunes).* Jesuita. Nasceu no Porto em 1517, fal. a 22 de dezembro de 1562. Era filho de Fernão Mendes Barreto, morgado de Freiriz e Penagate, e de sua mulher, Isabel Ferraz; era irmão dos jesuitas Affonso e Belchior Barreto. Tendo procedido aos primeiros estudos no Porto, foi cursar a Universidade de Salamanca, onde se formou na faculdade de Canones. Voltando a Portugal, foi provido por seu irmão mais velho, Gaspar Nunes Barreto, que na sua qualidade de morgado de Freiriz, tinha o padroado d'esta abbadia, no logar de abbade, cumprindo com tanto zelo as suas obrigações pastoraes, que lhe chamavam o *abbade santo*. A muitas instancias de seu irmão Belchior, resolveu entrar para a Companhia de Jesus, no collegio de Coimbra, a 11 de novembro de 1544, e em seguida partiu para Africa, no intuito de se empregar no sagrado mister de tratar dos captivos de Tetuão e d'outras cidades marroquinas. Regressando ao reino em 1555, foi nomeado por D. João III patriarcha da Ethiopia, sendo sagrado na egreja da Trindade a 24 de maio do referido anno, pelo bispo de Portalegre, D. Julião d'Alva, esmolér-mór da rainha D. Catharina. Sahiu de Lisboa a 28 de março de 1556, a bordo da nau *Garça*. Chegando a Gôa empregou todos os meios de seguir para Abyssinia, e não o conseguindo, resignou-se a permanecer em Gôa, prégando e ensinando os idolatras d'aquellas paragens, missão que exerceu até ao fim da vida. Deixou muitas cartas escriptas de Gôa e de Tetuão a varios padres da Companhia e ao proprio Santo Ignacio de Loyola. De Gôa tambem escreveu uma carta a D. João III no 1.º de dezembro de 1556.

Barreto *(João Paulo dos Santos).* General brazileiro. N. em 28 de abril de 1788, fal. em 1 de novembro de 1864. Assentou praça no regimento de artilharia em 1807, subindo tão rapidamente pelos seus merecimentos, na escala da promoção militar, que em 1818 tinha o posto de capitão de engenheiros, em 1821 o de major, e em 1823 o de tenente-coronel. Em 1817, serviu nas tropas que derrotaram a insurreição de Pernambuco, e no anno seguinte, 1818, foi nomeado lente substituto da Academia Militar; em 1819, andou com o general Stockler estudando um systema de fortificação para o Rio de Janeiro, e em 1821 foi encarregado de reformar os estudos da escola militar da ilha Terceira. Veiu a Lisboa em commissão, e em seguida teve o encargo de ir a França n'uma commissão fazer estudos praticos de engenharia e hydraulica. Estava em França quando recebeu a noticia da revolução do Brazil e immediatamente regressou á patria, offerecendo os seus serviços ao governo que proclamara a independencia brazileira. Desde então tornou-se um militar dos mais distinctos. Foi tambem deputado e ministro, fallecendo no posto de marechal do exercito.

Barreto *(Jorge).* Fidalgo que passou ao Oriente com Affonso d'Albuquerque, em 1506. Apezar de sempre se lhe mostrar pouco affeiçoado, e de fazer parte da opposição constituida por alguns dos capitães, que não queriam demorar-se em Ormuz, e se irritava pelas prepotencias que Affonso d'Albuquerque commettia a bordo, Jorge Bar-

reto não praticou excessos como os seus camaradas, antes pelo contrario, por mais de uma vez serviu de intermediario entre o grande capitão e os seus subordinados. Quando João da Nova alcançou licença de partir para a India, os fidalgos instaram com Affonso d'Albuquerque para que fôssem a Cochim reunir-se ao vice-rei D. Francisco d'Almeida. Albuquerque não annuiu, mas, apezar d'isso, muitos dos descontentes seguiram João da Nova, e entre elles contava-se Jorge Barreto. Chegando a Cochim, os capitães queixaram-se amargamente de Affonso d'Albuquerque, e o vice-rei attendeu-os, affeiçoando-se a Jorge Barreto, a quem nomeou capitão de Cochim. Affonso d'Albuquerque chegou mais tarde, irritado deveras contra os capitães que lhe tinham desertado, e contra o proprio vice-rei por os não ter castigado, apenas se apresentaram. Jorge Barreto foi cumprimental-o, porém Affonso Albuquerque, recordando-se de que elle fôra um dos seus opposicionistas, recebeu-o friamente, e mandou-lhe dizer que dispensava as suas visitas, e se elle insistisse, vêr-se-hia obrigado a sahir para Cananor, livrando-se assim das suas importunidades. Jorge Barreto, furioso com este acolhimento, tornou-se o seu mais implacavel inimigo. A influencia que exercia no animo do vice-rei, concorreu bastante para as discordias que se levantaram entre D. Francisco d'Almeida e o grande conquistador dos estados indianos. Quando appareceu na India D. Fernando Coutinho, que fez cessar as contendas, pondo de posse do governo Affonso d'Albuquerque, Jorge Barreto achou mais prudente retirar-se para o reino. Tornou á India, quando para ali voltaram todos os inimigos d'Albuquerque, indo na armada de novo governador Lopo Soares de Albergaria, com quem entrou em todas as emprezas, portando-se sempre com a maior distincção.

Barreto *(José Antonio de Oliveira)*. Freire conventual de S. Bento de Aviz, e depois prior de Almeirim. Partidario das idéas liberaes, escreveu uma memoria sobre as causas da ruina da agricultura, para apresentar no congresso de 1820. Nos annos de 1821, 1822 e 1823, collaborou em diversos jornaes, e publicou varios opusculos contra a maçonaria. Parece que, apezar de se mostrar liberal, houve suspeitas de ser affeiçoado aos miguelistas, porque foi preso no dia 24 de maio de 1834. Barreto considerou sempre essa prisão uma iniquidade, e para o demonstrar escreveu em 1836 uma memoria em sua defeza.

Barreto *(José Correia)*. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, e advogado em Lisboa. N. na capital a 4 de abril de 1673, fal. na mesma cidade a 21 de dezembro de 1750. Era filho de Antonio Rodrigues de Elvas, cavalleiro professo da ordem de Christo, e de D. Maria Michaela. Depois dos primeiros estudos, matriculou-se na Universidade de Coimbra, applicando-se á Jurisprudencia Cesarea, em que se formou a 22 de julho de 1695. Regressando a Lisboa, foi advogado na Casa da Supplicação, e promotor da capella e padroado real. Publicou: *Allegação de Direito a favor do Excellentissimo Senhor Marquez Mordomo-mór, sobre a successão do Estado e Casa de Aveiro*, Lisboa, 1719; *Allegação pratica e juridica sobre a posse e successão do titulo, e Casa da Feira, contra os senhores Procuradores da Corôa e Infantado, a favor de D. Alvaro Pereira Forjás Coutinho*, Lisboa, 1720

Barreto *(José Teixeira)*. Gravador. N. no Porto em 1767, fal. em 1810. Contando 15 annos de edade, entrou na ordem dos religiosos benedictinos, no convento de S. Martinho de Tibães, com o nome de fr. José da Presentação. Quatro annos depois passou para o mosteiro de S. Bento da Saude, em Lisboa, hoje palacio das Côrtes. Os prelados o fizeram seguir o curso de desenho, com um professor chamado Rocha, e em 1790 o mandaram a Roma, onde teve por mestres José Cades e M. Gagneraux, pintor de historia, estabelecido na referida cidade. Em 1791 consagrou-se ao estudo de gravura, e fez a traço as estampas para os *Scherzzi poetici*, de Rossi. Gravou tambem diversos desenhos, que elle proprio compozera, taes como: *Moysés creança entregue ás aguas; A mulher de Dario na presença de Alexandre; O descanço no Egypto*; *Venus e as nymphas*. Regressou ao reino em 1797, e oito annos depois, succedeu a Vieira, como director da Academia de Lisboa. Teve por ajudante Raymundo, que lhe succedeu depois da sua morte. Consta que nos conventos de Tibães e de Santo Thyrso existiam muitos quadros executados por este pintor, antes e depois da sua viagem a Roma. O cardeal patriarcha D. Fr. Francisco de S. Luiz possuia algumas estampas e um quadro da *Resurreição de Lazaro*, com que o proprio artista o presenteara. José Teixeira Barreto legou ao mosteiro de Tibães muitos dos seus quadros. Actualmente existem dois no museu municipal do Porto.

Barreto *(Justiniano Augusto da Piedade)*. Oriundo da illustre familia dos Barretos. N. em Margão a 4 de novembro de 1816. Foi advogado nos auditorios de Gôa e Salsete, e antigo juiz de direito substituto na comarca da sua naturalidade. Escreveu: *Summario chronologico da legislação portugueza desde as ordenações do reino de 1603 até 1860, dividido em oito partes:* a primeira *administrativa*, a segunda *orphanologica*, a terceira *civil e judiciaria*, a quarta *fiscal*, a quinta *criminal*, a sexta *militar*, a setima *ecclesiastica*, e a oitava *eleitoral*, etc., Margão, 1864; 2 tomos.

Barreto *(Luiz Carlos Moniz)*. Bacharel formado em leis pela Universidade de Coimbra; viveu no seculo XVIII. Escreveu: *Tratado da educação physica e moral dos meninos de ambos os sexos, traduzido do francez em linguagem portugueza*, Lisboa, 1787; *Discursos sobre a historia ecclesiastica por Fleury, traduzidos em portuguez*, 3 tomos, offerecidos ao bispo de Evora, D. Fr. Manuel do Cenaculo. Lisboa, 1773; *Historia das Orações de Marco Tullio Cicero, ornada com varias notas criticas e historicas*, etc. *traduzidas do francez*, Lisboa, 1772.

Barreto *(Manuel)*. Colleccionador de um cancioneiro de poesias de varios autores, que ficou em manuscripto. E' do seculo XVIII, e do genero da *Fenix Renascida*. Tem o titulo: *Cancioneiro ou collecção de poesias de varios autores*, vol. em folio, encadernado em couro, tendo tres frontispicios com emblemas e tarjas feitos á penna.

Barreto *(Padre Manuel)*. Jesuita. N. na villa da Feira em 1564; fal. em Nagasaki, no Japão, a 11 de março ou de maio de 1620. Entrou na companhia de Jesus em 1579, contando apenas 15 annos de edade. Estudou philosophia e theo-

logia, e depois do curso dos seus estudos, embarcou para as missões do Japão, onde missionou por espaço de 30 annos. Havia aprendido a lingua japoneza, e escreveu um *Vocabulario Portuguez Japonico*, que ficou em manuscripto. Escreveu mais um *Vocabulario Lusitano Latium* em 3 tomos, que remetteu no anno de 1619 ao collegio da ordem em Lisboa, para que o mestre da primeira classe o augmentasse com maior numero de vocabulos. Publicou em Nagasaki, no anno de 1610: *Flosculi de virtutibus & vitiis ex veteris, ac novi testamenti & Sanctorum Doctorum. & Philosophorum floribus selecti.*

Barreto *(Padre Manuel)*. Jesuita. N. em Coimbra, em 1625, fal. em Maissor, no Industão, a 12 de abril de 1668. Entrou na Companhia de Jesus em 1639. Ensinou as humanidades, e partiu para as Indias. Durante cinco annos ensinou theologia escolastica, um anno theologia moral, foi cura em Salsete, socio do mestre de noviços, visitador de Moçambique. Em 1667 estava missionando em Gôa. Escreveu: *Informação do estado e conquista dos rios de Cuama vulgar e verdadeiramente chamados Rios do Ouro, ao conde viso rei João Nunes da Cunha pelo padre jesuita Manuel Barreto, em 11 de Dezembro de 1667;* inserto no *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 4.ª serie, n.º 1, 1883, pag. 33 a 59.

Barreto *(Manuel Alvares da Costa)*. Cavalleiro da ordem de Christo, cirurgião da camara d'el-rei D. João VI, em Portugal e no Brazil. N. no meado do seculo XVIII. Foi o primeiro cirurgião da real camara e cirurgião-mór honorario. Regressou do Brazil em 1821. Escreveu: *Ensaio sobre as fracturas*, Lisboa, 1797; *Curso completo de Cirurgia theorica e pratica, por Benjamin Bell, traduzido em vulgar*, Lisboa, 1801 e seguintes, 6 tomos; *Aphorismos sobre as hemorrhagias uterinas e convulsões puerperaes, por Thomaz Deumann, traduzidos em vulgar*, Lisboa, 1797. Foi reimpressa no Brazil para uso das escolas de medicina, Rio de Janeiro, 1813; teve 3.ª edição, tambem no Rio de janeiro, em 1814, sendo augmentada com uma breve introducção do traductor.

Barreto *(Manuel Corrêa)*. Residente em Gôa. Escreveu: *Projecto para os novos estatutos da companhia commercial em Gôa*, redigido por M. C. Barreto, membro da commissão nomeada em 31 de agosto do anno proximo passado pela assembléa geral dos socios da mesma companhia, Nova Gôa, 1862.

Barreto *(Manuel Telles)* Fidalgo que em 1506 sahiu de Lisboa na esquadra, em que iam como capitães-móres Affonso d'Albuquerque e Tristão da Cunha. Seu pae, Alvaro Telles Barreto (V. *este nome*) fazia parte da mesma esquadra, commandando uma das naus á ordem de Tristão da Cunha. Manuel Telles Barreto seguiu na do commando de Affonso de Albuquerque. Alvaro Telles, tendo-se afastado em Melinde, partiu para o cabo Guardafui em busca de navios mercantes, não tardou muito que seu filho fôsse ter com elle, e no regresso disse a Affonso d'Albuquerque, quando este o censurou pelo seu procedimento, que não pudera resistir ao amor filial. Albuquerque sorriu-se, e Manuel Telles Barreto pôde vender á vontade as mercadorias que aprezára Com esta generosidade do capitão mór, julgou que poderia estar descançado, e nada ter a recear, não se recordando que Affonso d'Albuquerque não procedera com maior energia, porque, em quanto as duas esquadras navegavam unidas, o supremo commando competia a Tristão da Cunha. Mas apenas se separaram, ao chegarem a Ormuz, na primeira questão que se levantou entre Affonso d'Albuquerque e os seus capitães, Telles Barreto mostrou-se um dos mais insolentes. Albuquerque reprehendeu-o com rigor, e então intimidou-se. No entretanto era um official valentissimo, combatendo heroicamente, mas levantando-se qualquer discordia, mostrava-se logo opposicionista decidido. Em vista de tanta insubordinação, Albuquerque mandou-o prender um dia, ameaçando-o asperamente de não parar ali o seu castigo, e Manuel Telles Barreto amansou, promettendo obedecer em tudo ao capitão-mór, premeditando, porém, fugir tão depressa se lhe deparasse um ensejo favoravel. Essa occasião não se fez esperar, porque Affonso d'Albuquerque, receoso de que na fortaleza de Socotorá não houvesse viveres nem munições, encarregou Telles Barreto de a ir reabastecer, e mandou transportar para a nau que o devia conduzir, grande quantidade de mantimentos. Combinou então com outros camaradas, tambem descontentes, e os tres navios de que se compunha esta expedição desappareceram, partindo para Cochim, onde os capitães apresentaram ao vice-rei, D. Francisco d'Almeida, a sua culpa e as maiores queixas contra Affonso d'Albuquerque O vice-rei recebeu-os mal, e disse-lhes que, em quanto se não averiguasse o caso, fôssem reunir-se á esquadra de seu filho D. Lourenço d'Almeida. Infelizmente já chegaram tarde, porque D. Lourenço acabava de succumbir na batalha de Chaul (V. *Almeida, D. Lourenço de*). Entretanto procedia-se ao inquerito, conservando-se os capitães presos, mas em homenagem. D. Francisco d'Almeida, porém, precisava de homens valentes para a expedição com que tencionava vingar seu filho. Além d'isso mudara um pouco de caracter, e tendo dado força á autoridade de Albuquerque, passou a malquistar-se com elle, cedendo a intrigas que aproveitavam, para actuar sobre elle, o enfraquecimento do seu espirito, perseguido por uma unica idéa, a morte de seu filho (V. *Almeida, D. Francisco de*). Manuel Telles fez parte d'essa expedição, e ficou ferido. O vice-rei nunca mais pensou em castigal-o, apezar das reclamações do capitão-mór; porém, quando este tomou definitivamente posse do governo, em substituição de D. Francisco d'Almeida, tanto elle, como seu pae, Alvaro Telles, e outros capitães, trataram de se retirar para o reino, providos d'uma carta de seguro passada pelo marechal D Fernando Coutinho. Com esta segurança, não duvidou ainda Manuel Telles de Menezes tomar parte na infeliz expedição de Calicut. Regressando a Portugal, nunca mais voltou á India.

Barreto *(Matheus Peixoto)*. Conego da sé de Lisboa e desembargador da relação ecclesiastica. N. em Pontével a 22 de fevereiro de 1580; fal. em Lisboa a 14 de janeiro de 1641. Era filho de Ambrosio Pires Barreto e de Izabel Nunes Peixoto. Applicou-se na Universidade de Coimbra ao estudo de canones, em que recebeu o grau de licenceado. Obteve um canonicato na sé de Lisboa, em cuja relação ecclesiastica foi desembargador e chanceller. Exerceu tambem os cargos de deputado da inquisição de Coimbra, de que tomou posse a 26 de outubro de 1617, sendo

transferido para a de Lisboa a 22 de fevereiro de 1619. Fundou em Pontével, nas casas em que naseera, o recolhimento de Porta-Cœli, dedicado a S. Damaso, para donzellas e viuvas honestas. Matheus Barreto instituiu um morgado com obrigação de usar o administrador appellido de Peixoto, e a cabeça do morgado ser o recolhimento Foi grande investigador de antiguidades historicas. Deixou em manuscripto as seguintes obras: *Chronologia da Sé de Lisboa; Das Dignidades, que houve na Sé de Lisboa; Nobreza Lusitana, ou Collecção de Titulos de muitas familias do Reino*; *Memorias Genealogicas da Familia dos Peixotos; Collecção dos Brazoens, que estão registados na Torre do Tombo*; *Officio da Festa, Oitavario, e trasladação de Santo Antonio, que reza a Egreja de Lisboa.*

Barreto (*Pedro*). Leal soldado que militou na India no tempo de D. Francisco d'Almeida, achando-se sempre na vanguarda nas pelejas mais arriscadas, já na tomada de Socotorá com Tristão da Cunha, já na batalha de Diu com D. Francisco de Almeida. Acompanhou o vice-rei á Europa, e desembarcou com elle na Aguada do Saldanha. Quando o vice-rei foi assassinado pelos cafres, Pedro Barreto e Jorge de Mello reuniram todos os soldados e marinheiros, fazendo todos os esforços para arrancarem aos cafres o corpo do vice-rei, sendo infructiferos todos esses esforços. V. *Almeida* (*D. Francisco de*).

Barreto (*Pedro*). Parente do governador da India, Francisco Barreto, que por elle foi encarregado de ir soccorrer o rei de Sinda, que pedira soccorro aos portuguezes contra um soberano seu visinho. Pedro Barreto foi, mas quando chegou ao seu destino, soube que o rei fizera a paz com o seu contrario, e não parecia muito disposto a dar ás tropas portuguezas, que tinham ido na intenção de o soccorrer, pelo menos o que ellas pediam. Pedro Barreto não esteve com hesitações, desembarcou, assaltou a capital do soberano seu alliado, e voltou para Gôa com uma presa consideravel, mas tendo contribuido largamente para augmentar a reputação de piratas, que os portuguezes já tinham no ultramar.

Barreto (*Pedro*). Governador de Sofala, para que foi nomeado em 1567. Foi elle que trouxe comsigo do Oriente o poeta Luiz de Camões. Demittiu-se despeitado pela nomeação que o governo d'el-rei D. Sebastião fez d'um governador para Moçambique, com jurisdicção sobre Sofala.

Barreto (*Pedro Ferraz*). N. em Lisboa a 3 de maio de 1588; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Manuel Ferraz Barreto e de D. Izabel Ferreira de Sampaio, ambos de familias nobres. Casou com D. Magdalena da Cunha, de quem não teve filhos. Serviu muito como militar nas quatro partes do mundo, de que não teve remuneração alguma. Deixou um filho natural, chamado Domingos da Cunha, que foi prior da freguezia de S. Jorge, de Lisboa. Escreveu o seguinte, que ficou inédito: *Vida de Pedro Ferraz Barreto*, em que, segundo dizem, relata os acontecimentos mais notaveis, de que foi testemunha.

Barreto (*Ruy*). Alcaide-mór de Faro. Depois de militar valorosamente em Africa, passou á India, onde se tornou notavel. Em 1559, os turcos cercaram a fortaleza das ilhas Baharem, pertencente ao rei d'Ormuz e defendida por um persa, chamado Ras-Murad, que pediu auxilio ao governador da cidadella portugueza, D. Antão de Noronha. Ruy Barreto militava n'uma esquadra, commandada por D. Alvaro da Silveira, e que andava nas aguas de Ormuz. D. Alvaro foi em soccorro de Baharem, destroçou os navios turcos, mas teve a imprudencia de apresentar batalha aos turcos, cujo numero era muito superior ás suas forças. A batalha era absurda, quando o bloqueio era infallivel. Os portuguezes ficaram derrotados, succumbindo na peleja D. Alvaro da Silveira. Ruy Barreto viu cahir morto o seu amigo e commandante, e com tal energia lhe defendeu o cadaver, para que o inimigo poderoso o não mutilasse barbaramente, que recebeu n'essa lucta desegual muitas feridas, pois que se vira sósinho, por se terem já retirado os nossos para bordo da esquadra, sob o commando de Pedro Peixoto. Essas feridas causaram-lhe a morte.

Barreto (*Padre Sebastião*). Jesuita. N. no termo de Aveiro, em S. João de Loure em 1568; fal. em Gôa a 16 de janeiro de 1625. Era filho de Sebastião Dias e de Leonor Barreto. Entrou na companhia de Jesus a 8 de maio de 1585. Em 1599 partiu para as missões do Oriente na provincia de Gôa; foi reitor do collegio de Diu. Escreveu: *Cartas Annuas, escriptas em Gôa, a 15 de Dezembro de 1624*. Fôram impressas em Roma, no anno de 1627, juntamente com outras cartas.

Barreto (*Fr. Thomaz*). Religioso da ordem dominicana. N. em Leiria, mas ignoram-se as datas do nascimento e do fallecimento. Era filho de Antonio Moniz Barreto e de Margarida Pereira Freire. Professou no convento da Batalha a 8 de maio de 1635, onde foi insigne letrado e bom prégador. Escreveu: *Sermão funebre que fez o nobilissimo Senado da Villa de Vianna, na Egreja Collegiada de Santa Maria em 7 de junho de 1653 ao serenissimo, e maximo Principe D. Theodosio, filho d'el-Rey D. João IV*, Coimbra, 1653.

Barreto. Casal na freg. de Santo Estevão e conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de Santa Suzana, de Maxial, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Horta e monte na freg. de N. S.ª da Gloria, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Barreto Borges (*João*). Bacharel formado em Direito Civil pela Universidade de Coimbra. N. em Torres Novas, em 1663. Não se sabe a data do fallecimento Era filho do dr. Manuel Barreto Borges e de D. Izabel de Aguiar. Applicou se muito á historia profana, investigando com todo o desvelo as antiguidades da sua patria. Cultivou tambem a poesia vulgar e a genealogia. Deixou em manuscripto: *Obras varias; Nobiliario das familias de Portugal*.

Barreto Feio (*Florencio Mago*). Doutor e lente na faculdade de mathematica na Universidade de Coimbra, do conselho de S. M., commendador da Ordem de Christo, socio do Instituto de Coimbra, etc. N. no Porto a 6 de janeiro de 1819, fal. ha annos. Era filho de Tiburcio Joaquim Barreto Feio, tenente ajudante de milicias, e de D. Maria Preciosa Viamonte Oliveira. Foi doutorado a 24 de outubro de 1841. Em congregação da Universidade, de 29 d'agosto de 1857, foi encarregado o dr. Florencio Mago Barreto Feio de dirigir as obras da collocação do equatorial no Observatorio Astronomico, emquanto a collocação no observatorio do Castello não pudesse effe-

ctuar-se definitivamente. Para o desempenho d'este encargo receberia os esclarecimentos de que carecesse, da parte da Direcção do Observatorio, por intermedio do director interino Rodrigo Ribeiro Sousa Pinto. Escreveu: *Taboas da Lua*, Coimbra 1852; *Novas taboas da parallaxe da Lua*, Coimbra, 1854; *Memoria historica e descriptiva ácerca da Bibliotheca da Universidade de Coimbra, e mais estabelecimentos annexos, contendo varios esclarecimentos officiaes, e reflexões bibliographicas*, Coimbra, 1857.

Barreto Feio *(José Victorino.)* Major de cavallaria, deputado, etc. N. em Formal, concelho d'Oliveira de Azemeis, em 1782; fal. em Lisboa a 21 de fevereiro de 1850. Era filho de Domingos Manuel de Vasconcellos e de sua legitima esposa D. Maria de Vasconcellos Barreto Feio. Seu pae destinava-o para a vida monastica, e José Victorino chegou a entrar no convento de Alcobaça, onde tinha um parente, religioso de grande consideração e de elevada categoria. Antes, porém, de professar, abandonou o habito, e veiu para Lisboa, assentou praça no antigo regimento da brigada real da marinha. Depois passou ao exercito de terra, e serviu na guerra peninsular. Pela sua bravura e capacidade fez rapidos progressos, chegando ainda muito novo ao posto de capitão de cavallaria n.º 3, a que foi promovido a 28 de janeiro de 1813, e pouco depois a major. Era enthusiasta pela profissão das armas, emquanto viu que a milicia ia sendo empregada no verdadeiro mister de reconquistar a patria com prodigios de valor; porém, desde que o exercito, como elle dizia: «arrastado pelos maus chefes e voltando as armas contra a nação, lhe tornou a impôr o jugo da tyrannia, assentou em não cingir mais a espada senão para combater pela verdadeira liberdade.» Depois da paz geral de 1815, quando as tropas portuguezas voltaram á patria, Barreto Feio já se havia entendido com outros officiaes seus companheiros, para darem ao reino uma constituição como a de Cadiz. O mallogro da conspiração de 1817, e a morte de Gomes Freire de Andrade, nada influiram no seu animo, e tanto elle como os seus amigos nunca descançaram, até conseguirem que apparecesse a aurora da liberdade em 24 de agosto de 1820. A provincia do Alemtejo o elegeu para seu deputado nas côrtes de 1821, nas quaes se distinguiu por opiniões eminentemente liberaes e propensas á democracia, como se deprehende dos seus discursos e votações nos respectivos *Diarios*, e tambem na *Galeria dos deputados*, pag. 276 a 279. Depois da queda da constituição em 1823, sahiu com licença para França, onde passado tempo o foi encontrar o decreto da demissão do seu posto de major. Quando se proclamou a Carta Constitucional em 1826, achava-se em Londres, e foi-lhe remettida pelo governo a reintegração do posto de major, que não acceitou; e estava escrevendo uma carta ao ministro da guerra, quando pelo marquez, depois duque, de Palmella, lhe fôram enviados os diplomas de tres provincias que o haviam elegido deputado. Barreto Feio ficou indeciso sobre a resolução que deveria tomar ácerca da honra que lhe faziam os seus concidadãos, para a qual só o podia habilitar, quanto ao censo, a reintegração no posto militar. Impellido pelos seus amigos de Londres, veiu a Portugal, para na presença das circumstancias, tomar a resolução, que lhe parecesse conveniente. Apenas chegado a Lisboa, antes de tomar assento na camara dos deputados, teve uma conferencia com o ministro D. Francisco d'Almeida, em que lhe disse, que «havendo sido reintegrado no posto, do qual fôra demittido, e não sendo compativel com os seus principios continuar na carreira das armas, ia com a sua gratidão rejeitar a honra que lhe faziam os seus concidadãos; acceitaria a reintegração, comtanto que o governo lhe désse a certeza de o não empregar em serviço algum, no intervallo das sessões, e lhe concedesse a demissão apenas findasse a legislatura». O ministro assim o prometteu. Antes, porém, de terminar a legislatura, houve um movimento popular no Terreiro do Paço, em que o povo foi repellido barbaramente pela infantaria e cavallaria, e Barreto Feio, desesperado com este facto, pediu immediatamente a demissão. Em 1828 foi nomeado inspector dos voluntarios da cidade e do partido do Porto. Depois dos desastres do exercito liberal, para se livrar das perseguições miguelistas, emigrou para Inglaterra. No anno de 1829, na sua vida errante, foi parar ao Brazil, onde recebeu das pessoas mais consideradas de todas as classes da sociedade, as maiores provas de sympathia e estima. Offereceram-lhe protecção e credito, mas o seu caracter sempre altivo e independente, nada quiz acceitar, pretextando que emigrára, não para adoptar nova patria, mas na esperança de encontrar occasião propicia de voltar a Portugal. Em politica, Barreto Feio occupou no Brazil um bem distincto logar. Da protecção offerecida apenas se aproveitou para beneficiar os emigrados seus companheiros, a quem prestou muitos serviços. Durante a emigração esteve tambem em Hamburgo. Barreto Feio desde 1820 fez a mais decidida opposição a todos os governos. Depois de regressar ao reino, em 1834, estando já estabelecido o partido constitucional, foi eleito deputado, assim como na legislatura de 1837, que abandonou quasi desde o principio com licença illimitada. Na politica era demasiadamente excentrico, homem incorruptivel, de trato muito affavel, dedicado do coração aos principios que perfilhara, e tão desinteressado, que nunca sollicitou do governo favor algum ou empregos, pelo contrario sempre recusou os cargos que lhe fôram offerecidos de governador civil de Lisboa, ministro, bibliothecario-mór e o de guarda-mór da Torre do Tombo. Por decreto de 1 de setembro de 1838 é que acceitou a nomeação de membro do jury de litteratos e artistas. A seu respeito póde lêr-se: *Biographia posthuma do eximio patriota o ill.mo sr. José Victorino Barreto Feio*, por J. D. Sines; *Oração funebre dedicada á memoria de José Victorino Barreto Feio, por um verdadeiro amigo*, Lisboa, 1852. Escreveu: *Sallustio em portuguez* (com o texto em frente), Paris, 1825; *Historia romana de Tito Livio, traduzida em portuguez com o texto ao lado, livro primeiro*, Hamburgo, 1829; a versão é precedida do um prologo do traductor; *O tratado do Principe e das Letras, de Alfieri, traduzido em portuguez; O tratado da Tyrannia de Alfieri, traduzido em portuguez*; estes dois livros sahiram sem o nome do traductor, e fôram mandados imprimir pelo barão de Villa Nova de Foscôa, seu amigo intimo, em Paris, 1832; *O Movimento, periodico semanal*, Lisboa; esta publicação começou em 1 de novembro de 1835 e terminou em

28 de agosto de 1836; *Duas palavras á «Revolução de Setembro», e primeiro álerta aos portuguezes*, Lisboa, 1849; *Carta dirigida a S. M. I. o senhor D. Pedro IV em o 1.º de junho de 1827*, appareceu publicada pela primeira vez, segundo consta, no *Nacional*, de 23 de janeiro de 1835, a pag. 285. Alguns lhe attribuem tambem o livro seguinte; *Dom Miguel, ses aventures scandaleuses, ses crimes et son usurpation; par un portugais de distinction; traduit par J. B. Mesnard*, Paris, 1833; ha outra edição do mesmo anno. Todavia, repugna admittir que esse homem, tão louvado pela integridade de caracter, escrevesse um tal acervo de falsidades e evidentes calumnias, como as que constituem o livro referido. Em poesia tambem deixou o seguinte: *Orestes, tragedia de Victorino Alfieri d'Asti, traduzida em verso portuguez*, Lisboa, 1819; *Temistocles, drama de Metastasio, traduzida fielmente em portuguez*, Lisboa, 1818; estas duas traducções fôram tambem publicadas anonymas: *Eneida de Virgilio, traduzida*, Lisboa, 1845, e seguintes, tomos I e II; o 3.º tomo com que se completa a versão, foi impresso depois do seu fallecimento, pelo editor Antonio José Fernandes Lopes. Barreto Feio collaborou com José Gomes Monteiro nas edições, que em nome d'ambos, sahiram em Hamburgo das obras de Gil Vicente e de Camões.

Barreto Froes *(Francisco)*. Lente na Universidade de Coimbra. N. n'esta cidade, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho do dr. Sebastião Jorge Froes, lente de Vespera na faculdade de medicina, e de D. Maria Barreto. Applicou-se muito ás sciencias, com especialidade á Jurisprudencia Cesarea, em que fez notaveis progressos, alcançando o epitheto de *Aguia*. Depois de receber as insignias doutoraes e ser admittido no collegio de S. Pedro a 2 de fevereiro de 1666, regeu na Universidade as cadeiras: de Codigo, de que tomou posse a 16 de janeiro de 1672; a de Vespera a 28 de julho de 1678; a de Prima a 3 de outubro de 1686. Todas as postillas, que dictou n'este largo magisterio, alcançaram o maior applauso dos cathedraticos.

Barreto Fuzeiro *(Nuno)*. N. no Porto, e fal. em Carnide a 26 de dezembro de 1702. Era filho de João Nunes Barreto, senhor dos morgados de Freiriz e Penagate, e de D. Anna de Sande Fuzeiro, herdeira do morgado dos Fuzeiros. Desde os primeiros annos cultivou as sciencias amenas e severas com a maior applicação. Foi casado com D. Maria Pimenta da Silva, herdeira de D. Diogo Pimenta, e não tendo tido filhos d'este matrimonio, dedicou quanto possuia á fundação do mosteiro das religiosas de N. S.ª da Conceição, em Carnide, onde ficou sepultado e sua mulher. Escreveu: *Vida de S. João Evangelista, dedicada á muito alta e muito poderosa rainha a senhora D. Luiza Maria, Francisca, Josepha, Margarida, Hyacinta, Manoela de Gusman el bueno*, Lisboa, 1682, poema heroico; *Vida de S. Thereza de Jesus Gloriosa Virgem, e Madre, Fundadora, e Reformadora dos Carmelitas descalças e descalços*, Lisboa, 1691; *Pratica entre Heraclito referida por Nuno Barreto Fuzeiro, dedicada a alguem que a leu*, Roma, 1693. Em manuscripto deixou: *Vida da Madre Leocadia da Conceição, religiosa Franciscana no convento de Monchique, dedicada a El-Rey D. Pedro.* Esta obra foi escripta em 1687.

Barreto Landim *(Francisco)*. Juiz de fóra da villa da Certã. N. em Arraiollos. Muito perito em jurisprudencia; cultivou tambem a poesia. Escreveu: *Panegyrico da Sancta vida e gloriosa morte do grande patriarcha S. João de Deus*, Lisboa, 1648. Em manuscripto: *Poesia á feliz acclamação de El Rey D. João o IV* e *Centurias sobre todo o Direito Civil.*

Barreto de Menezes *(Francisco)*. Valente militar, que combateu no Brazil ainda no tempo do dominio filippino. Serviu depois na guerra contra Castella como capitão de cavallos e mestre de campo na provincia do Alemtejo, sendo finalmente nomeado por D. João IV, em fevereiro de 1647, chefe das forças que, em Pernambuco, luctavam com os hollandezes. Recebendo n'essa occasião a patente de mestre de campo general, embarcou em Lisboa para a America; chegando, porém, a Parahyba, fôram os navios portuguezes atacados pela esquadra hollandeza, e depois de renhido combate, Barreto de Menezes ficou em poder dos inimigos que o levaram para Recife. Tendo tentado muitas vezes inutilmente fugir da prisão, conseguiu-o afinal no fim de nove mezes, e luctando com as maiores difficuldades, chegou no mez de janeiro de 1648 aos quarteis do exercito. Dentro de pouco tempo, meados de março, recebiam os hollandezes importantes reforços da Europa, o que obrigou Barreto de Menezes a concentrar todas as suas forças. Reunidos assim, pouco mais ou menos, 3:000 homens, recusaram sem hesitação a amnistia que lhe propoz o general hollandez Segismundo Van Schoop. Este general deixou o Recife, e marchou com um exercito de 8:000 homens, resolvido a exterminar os insurgentes que com tanto valor sustentavam a revolta, que tinha começado João Fernandes Vieira tres annos antes. Barreto de Menezes, percebendo que lhe seria difficil conservar-se na posição que occupava, foi collocar-se nos montes Gararapes, e dispoz ali as suas tropas de fórma que aproveitou todos os accidentes do terreno favoraveis á defeza. Atacado pelo general hollandez, dirigiu a acção com tanta estrategia, que os hollandezes, depois de repetidos mas inuteis esforços, tiveram de retirar-se. deixando mais de 500 feridos, entre os quaes se encontrava o proprio Van Schoop. Houve ainda alguns recontros de menos importancia, e no fim d'um anno, nos referidos montes de Gararapes, Francisco Barreto de Menezes ganhou a memoravel batalha de 16 de fevereiro de 1649, mostrando n'essa occasião, em que foi atacante, qualidades e dotes militares não inferiores aos que no anno anterior havia manifestado na defensiva. Passou-se depois um largo periodo de pequenas refregas, e os hollandezes já quebrantados e faltos de recursos da Europa, se contentavam em guardar o Recife. Foi então que Francisco Barreto de Menezes, nos fins de dezembro de 1653, aproveitando a chegada d'uma armada portugueza, tentou realisar a completa expulsão dos hollandezes, e apressou se a pedir auxilio aos chefes. Vencidas algumas hesitações do capitão-mór da armada, tratou-se de combinar no modo de realisar a empresa. A 5 de janeiro de 1654 começaram as operações e a 15 rompeu o fogo contra o forte das Salinas, que foi o primeiro atacado. Passados alguns dias de luctas desesperadas, em que os inimigos fôram perdendo successivamente os

seus fortes, dois enviados do general hollandez vieram propôr a capitulação, a qual foi assignada em 26 de janeiro de 1654, estipulando-se não só a entrega do Recife, como a de todas as outras praças que os hollandezes occupavam no Brazil. Assim terminou a guerra, em que o general portuguez Francisco Barreto de Menezes teve uma parte gloriosa. Em recompensa dos seus serviços, foi nomeado capitão-general de Pernambuco, e mais tarde, em agosto de 1659, promovido a governador da Bahia.

Barreto de Menezes *(Simão)*. Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra. Natural da villa de Ponte da Barca. Era filho de Jeronymo Barreto de Menezes, mestre de campo, e de D. Leonor da Silva. Matriculou-se na Universidade na faculdade de Canones, e, depois de receber as insignias doutoraes, foi admittido no collegio de S. Pedro a 31 de julho de 1608. Exerceu as seguintes dignidades: conego doutoral da sé de Vizeu, deputado do Santo Officio, inquisidor em Evora, Coimbra e Lisboa. Teve muita predilecção pela poesia latina, em cuja lingua compoz varios poemas, e, segundo consta, chegou a publicar alguns.

Barreto de Miranda *(Jacinto Caetano)*. Escriptor, natural de Gôa, onde nasceu em 1 de janeiro de 1842; fal. em Margão a 10 de julho de 1879. Concluiu os estudos de direito no anno de 1860. Começou a sua carreira litteraria em 1859 com a publicação d'um opusculo que se intitulava: *Memoria descriptiva da villa de Margão*. E assim progrediu em seus estudos e publicações, alcançando fama de bom escriptor. Foi socio fundador do Instituto Vasco da Gama, honorario da Sociedade Luso-Indiana de Bombaim, e correspondente da Sociedade dos Amigos das Letras, e administrador das communidades do concelho de Salsete. Quando falleceu, todos os jornaes da India Portugueza lhe teceram grandes elogios como prestante cidadão e escriptor, com especialidade a *Gazeta de Bardez*, n.º 240, de 12 de julho de 1879. Além da *Memoria de Margão*, escreveu mais: *Quadros historicos de Gôa, tentativa historica;* foi publicada em fasciculos, sendo o 1.º em 1863, o 2.º em 1864, e o 3.º em 1865; este trabalho foi muito elogiado, não só pela imprensa indiana, mas pela do continente do reino, como, a *Carrespondencia de Portugal*, de 13 de junho de 1863 a *Gazeta de Portugal*, de 13 de junho de 1864, e o *Conservador*, n.º 741, do referido anno; *Duas palavras sobre o progresso litterario de Gôa;* sahiu na *Revista contemporanea*, tomo v, pag. 583 a 593; *Os contemporaneos, livros para o povo; P. Francisco José Collaçò, esboço biographico*, Margão, 1868; *o que fomos e o que somos, narrativa historica e politica; carta ao seu amigo o sr. dr. Joaquim dos Remedios Monteiro*, Margão. 1866. Contra este opusculo sahiu anonymo outro, com este titulo: *Refutação do folheto* «O que fomos e o que somos», *ou antes desaggravo á honra do paiz, por um canarim*, Orlim, 1866. No *Ultramar* n.ºs 425 a 428, de junho de 1867, publicou: *Curiosidades historicas, ou subsidios para a historia de Gôa, Thomaz Ribeiro, esboço biographico*, Margão, 1871. Na *Illustração goana* tambem inseriu as seguintes biographias: *P. Manuel Agostinho Lourenço; Antonio Caetano Pacheco; Estevão Jeremias Mascarenhas.* No vol. x do *Archivo pittoresco: D. Fr. Manuel de S. Galdino*, pag. 110 e 121; *Bernardo Peres da Silva*, pag. 297, 318 e 331.

Barreto de Moura *(Ruy)*. Era filho de João Alvares de Moura e de D. Helena da Silveira, senhores do morgado da Abobada e Corte de Serrão na villa de Moura. Sendo capitão de um navio na armada expedida de Lisboa em 1624 para restaurar a Bahia do dominio dos hollandezes, tornou-se muito notavel. Dedicou-se á poesia lyrica e heroica. Sabe-se de tres escriptos que ficaram inéditos: *Poema na tomada de Moura aos mouros; Canção ao Marquez de Alemquer e Condes de Salinas.* Falleceu em Moura.

Barreto Perdigão *(José Sanches de Figueiredo)*. Cirurgião medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. Nasceu em Alcobaça, e era filho de José Sanches Barreto. Defendeu these em 20 de julho de 1872, sendo approvado com louvor. Ainda hoje exerce clinica em Alcobaça. E' socio da Sociedade das Sciencias Medicas, de Lisboa. Publicou a these, que tem por titulo: *Enterocele estrangulado, sua diagnose e therapeutica*, Lisboa, 1872.

Barreto de Rezende *(Pedro)*. Cavalleiro professo na ordem de S. Bento de Aviz, secretario particular do conde de Linhares, D. Miguel de Noronha, vice-rei da India, que acompanhou, como capitão, em 1619, quando este fidalgo foi nomeado, regressando a Lisboa, juntamente com elle, quando terminou o seu governo. Foi casado trez vezes, tendo sómente do primeiro matrimonio tres filhas. Fal. em Lisboa no anno de 1651, e ficou sepultado na egreja do convento do Carmo. Foi Barreto de Rezende quem deu as plantas para o *Livro das fortalezas da India*, de Bocarro, como elle proprio declara no prologo da *Primeira parte das descripções das cidades e fortalezas da India Oriental*, manuscripto da Academia. A Bibliotheca Nacional de Lisboa possue uma copia das *Descripções das Fortalezas*, feita sobre o autographo que existe na Bibliotheca Nacional de Paris. O actual inspector das Bibliothecas, o sr. Gabriel Pereira, n'uma nota que vem no *Boletim da real associação dos architectos civis e archeologos portuguezes*, n.º 11 da 3.ª serie, 1897, pag. 165, dá parte d'esta obra, dizendo que existem na Bibliotheca dois codices, que descreve assim: 1.º *Relacion da India por Pedro Barreto de Rezende; 1.ª parte: Governadores e vice-reis*, em papel; 2.º Idem, 2.ª *parte: Descripção de cidades, portos e fortalezas.* As estampas d'esta copia fôram executadas por D. Christina Garin dos Santos, que tambem reproduziu as que adornam a outra obra do mesmo autor ácerca dos vices-reis, a qual tem por titulo: *Breve tratado, ou epilogo de todos os vice-reis que tem havido no estado da India, successos que tiveram no tempo de seus governos, armadas de naus e galeões, que do reino de Portugal fôram ao dito estado, e do que succedeu em particular a algumas d'ellas nas viagens que fizeram. Feito por Pero Barreto de Rezende, secretario do senhor Conde de Linhares, vice-rei do estado da India no anno de 1635.* No *Dictionnaire historico-artistique du Portugal*, pelo conde de Raczynski, pag. 244 e 245, diz-se que na Bibliotheca Real de Paris existe um manuscripto d'esta obra, o qual encerra pinturas e plantas. Ferdinand Denis presume que as plantas são d'um monge francez, *Denis Berthelot de Honfleur*, que depois de ser corsario, se tornara cosmographo das Indias, e

n'esta qualidade estava empregado em Gôa. Julio Droz, esculptor, reproduziu alguns dos retratos que esta obra contém. Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, 3.º vol. dá noticia de mais estes trabalhos: *Noticias de todas as Praças que os Portuguezes tinhão na India, desde seus principios até o seu tempo com os rendimentos de cada hum*, tendo desenhadas as figuras dos vice-reis illuminadas até ao conde de Linhares; *Relação da familia dos Sylveiras Lobos até o conde de Sarzedas D. Rodrigo Lobo Sylveira*. Ficou em manuscripto.

Barreto Vogado *(João)*. Professor da arte poetica, natural de Lisboa, que parece ter vivido no seculo XVIII. Tem versos discretos e elegantes, impressos no livro das *Lagrimas Panegyricas á morte de D. João Perez de Montalvão*, a folhas 67.

Barretos. Pov. na freg. de Santo Antonio de Areias, conc. de Marvão, distr. de Portalegre. Dista da séde do concelho 12 kilom. 4 da séde da freg. e 2 da estação do caminho de ferro, no ramal de Caceres. Tem uns sessenta fogos. || Casal na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Cazevel, conc. e distr. de Santarem. || Herdade na freg. de S. Braz, conc. de Serpa, distr. de Beja. || Herdade na freg. de N. S.ª dos Martyres, conc. do Crato, distr. de Portalegre.

Barrezes. Logar na freg. de Santa Maria, de Beiral do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Barria. Pov. na freg. de S. Thiago, de Cernadello, conc. da Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Pedro, de Croca, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Barrias. Pov. na freg. de Santa Margarida e conc. de Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santo Estevão, de Barrosas, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Pedro, de Jugueiros, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Maria, de Sobre Tamega, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Thiago, de Valpedre, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Martinho, de Villa Juzã, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real.

Barriga. Familia oriunda da Beira. No tempo de D. Affonso Henriques acha-se memoria d'um Martim Barriga, no tempo d'el-rei D. Diniz tambem se encontra um Gil Barriga. O que tornou, porém, mais conhecido este appellido, foi o adail Lopo Barriga, pelas suas façanhas contra os moiros, que as chronicas nos descrevem. D. João III, em 1533, em memoria da cidade de Amagor, que elle tomou ao xarife Muleg Hamet, fundada sobre uma rocha e cercada de deis rios, lhe deu as armas, que os seus descendentes usam: em campo vermelho um castello de prata lavrado de preto, com uma bandeira da ordem de Christo arvorada n'uma haste de ouro, pela fresta d'uma torre, assente sobre uma rocha, junto d'um rio; timbre o mesmo castello.

Barriga *(Lopo)*. Intrepido e esforçado cavalleiro, adail de Saffi, que militou valentemente em Africa. Achou se na defeza de muitas praças, e na expugnação d'outras, sempre com assignalado valor. Repetia as entradas com tão impetuosas e inesperadas invasões, que não deixava aos moiros, nem tempo nem logar livre de sobresalto. D'uma vez chegou a pregar o punhal nas portas de Marrocos. Era o terror dos moiros, e entre elles passava como praga: *lançadas de Lopo Barriga te colham*. Quando Nuno Fernandes de Athaide foi nomeado governador de Saffi, Lopo Barriga recebeu o cargo de seu adail. Então Saffi tornou-se a grande escola-militar dos portuguezes, o capitão e o adail eram dois vultos verdadeiramente cavalheirescos, praticavam-se n'aquella praça feitos d'armas valorosamente sobrehumanos, Comtudo Lopo Barriga era sempre o vulto mais predominante. Em 1533, com um punhado de homens, uma verdadeira escolta, tomou a praça de Amagor, que era considerada inexpugnavel, mas o valor do intrepido adail zombou até das grandes vantagens com que a natureza o dotara, dando-lhe uma posição magnifica entre dois rios e no meio de asperos penhascos. Por este arrojado feito, el-rei lhe concedeu o brazão d'armas, que já descrevemos. (V. *artigo anterior)* Além da gloria que alcançou n'esta conquista, obteve um despojo importante. Em seguida tomou com egual valor a fortaleza de Agabalo, sendo o primeiro a galgar-lhe os muros, trepando pela sua propria lança. No ataque ao castello de Alguel é que foi infeliz. Confiado na sua boa fortuna e intrepidez, avançou com um pequeno numero de cavalleiros, quando um numeroso esquadrão de moiros os cercou e aprisionou, porém Lopo Barriga, sem desanimar, tornando-se fero leão, matou o moiro que o segurava, e tirando-lhe a lança, montou a cavallo, rompeu por entre o inimigo, conseguindo pôr-se a salvo. A sua ousadia, bem succedida tantas vezes, o levou um dia seriamente ao captiveiro, o que foi para os moiros um forte milagre, chegando a vir até de terras distantes para o vêrem no carcere. Um moiro, por desprezo, agarrou-lhe na barba, mas pagou caro o atrevimento, porque o valente adail, apezar de estar algemado, não pôde resistir a semelhante insulto, e alcançando um pau á mão, descarregou-lhe na cabeça com tanta violencia, que o prostrou sem vida. Este facto fez com que mais ainda o carregassem de ferros, e o açoutassem cruelmente, ficando com a camisa rasgada e ensanguentada. Consta que o destemido prisioneiro mandou a D. João III a camisa, para prova do que soffrera, e que el-rei tratou de o resgatar. Veiu então para Portugal, onde casou com uma senhora chamada D. Joanna d'Eça, filha de D. Christina d'Eça, de quem teve um filho e duas filhas: Pedro Barriga, D. Francisco de Vilhena e D. Beatriz de Vilhena. Voltou novamente a Africa, e esteve em Arzilla. Lopo Barriga falleceu a 17 de fevereiro, mas não sabemos de que anno. Era commendador da ordem de Christo.

Barriga *(Luiz Alvares)*. Barbosa Machado, no 3.º vol. da *Bibliotheca Lusitana*, pag. 54, dá a noticia d'este escriptor, apresentando apenas o seu livro, em linguagem castelhana, que ficou em manuscripto, intitulado: *Discurso, y Relacion certa del Reyno de Portugal, sus Conquistas, y medios verdaderos de su justa defension, y desempeño*. Segundo Barbosa, o manuscripto conservava se na livraria do conde de Castello Melhor.

Barriga. Pov. na freg. de Santa Maria, de Borba da Montanha, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Pov. na freg. de N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. d'Almada, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª da Salvação e conc. de Arrudas dos Vinhos, distr. de Lisboa. || Monte

na freg. de Santa Maria e S. Thiago, de Monsaraz, conc. de Reguengo de Monsaraz, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Thiago, de Rio de Moinhos, conc. de Borba, distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Purificação, de Aventosa, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. || Pequena ribeira, no distr. de Lisboa. Nasce na serra de Penas, proximo de Arruda dos Vinhos, fórma com outra ribeira, chamada Rio Grande, o rio Cachoeira que desagúa no Tejo.

Barriga *(Monte)*. Frondoso carvalhal, na serra da Estrella, pertencente ao sr. visconde de Tinalhas.

Barriga d'Agua *(Quinta do)*. Na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Barrigaes *(Quinta dos)*. Na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Tortozendo, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Barrigal. Logar na freg. de S. Martinho, de Sande, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Barrigôa *(Monte da)*. Na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Castro Verde, distr. de Beja.

Barrigões. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Herdade na freg. de N. S.ª das Reliquias, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Barrigoso. Pov. na freg. de S. Sebastião, de V. N. de Souto d'El-Rei, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Barrigosos *(Monte dos)*. Na freg. de Santo Aleixo, conc. de Montemor-o-Novo, distr. de Evora.

Barrigueira. Pov. na freg. de S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Barrigueiro. Pov. na freg. de Santa Luzia, de Pomares, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Barril. Pov. na freg. de S. Domingos, de Fanga da Fé, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de Santo Thyrso, de Paramos, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de N. S.ª do O' do Porto, de Reguengo da Carvoeira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Villa Cova de Sub-Avô, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. Tem caixa post. || Casaes na freg. de S. Pedro, de Lousa, conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Pedro, da Ericeira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Barril de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu.

Barrileide *(Casal do)*. Na freg. de S. Domingos, de Fanga da Fé, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Barrimão. Pov. na freg. de S. Julião, de Calendario, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Pedro Fins, de Ferreira conc. de Paços, de Ferreira, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Guizande, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Torrados, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. Tem caixa post. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Refojos do Lima, conc. de Porto do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Salvador, de Avelleda, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Verissimo, de Nevogilde, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Lourenço, de Pias, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Quinta na freg. de S. Miguel, de Lama, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto.

Barrinhas. Moeda de ouro de Moçambique. Havia tambem as *meias barrinhas*. O fabrico d'estas moedas começou na cidade de Moçambique em 1835, sendo fundidas com o ouro vindo de Rios de Sena. As *barrinhas* formam um parallelogrammo de 0,025 por 0,012^m, tendo n'uma das faces, entre dois florões, um outro quadrilongo

«Barrinha» de Moçambique

com os angulos cortados, e no centro de um circulo de pontos um M (Moçambique) contramarcado por uma roseta. Na outra face a superficie é lisa com os algarismos 2 $^1|_2$ (dois e meio *maticaes*). O peso é de 288 grãos. As *meias barrinhas* fórmam um parallelogrammo de 0,017 por 0,010,^{m} tendo n'uma face, dentro de um circulo de pontos um M (Moçambique), nos angulos superiores duas cruzetas, e o inferior direito cortado. Na outra face, entre dois anneis, os algarismos 1 $^1|_4$ (um e um quarto de *matical*), com o peso de 144

«Meia barrinha» de Moçambique

grãos. Segundo uma tabella official o valor das barrinhas era, em media, de 26$500 réis provinciaes ou 6$460 réis fortes. A *meia barrinha*, respectivamente, 13$250 e 3$230 réis. Uma portaria do governador em 10 de julho de 1854 alterou esse valor para 6$600 réis fortes a barrinha, e 3$300 réis a *meia barrinha*.

Barrinhas. Logar na freg. de S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Thomé, de Travassós, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Barrinho. Logar na freg. de S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Logar na freg. de S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. do Espirito Santo, de Tapeus, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || Logar na freg. de S. Salvador, de Villarinho das Cambas, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Casal na freg. do Senhor Jesus, de Carvalhal, conc. de Obidos, distr. de Leiria. || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Salvada, conc. e distr. de Beja. || Herdade na freg. de Sant'Anna, de Beneatel, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora. || Monte na freg. de Santo Amaro, conc. de Fronteira, distr. de Portalegre.

Barrins de Baixo e de Cima Duas povoações na freg. de S. João Baptista, de Tocha, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Barrio. Pov. na freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr

de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 419 hab. e 107 fog. A pov. dista 7 k. da séde do conc. Os viscondes de Villa Nova da Cerveira apresentavam os abbades, que tinham de rendimento 300$000 réis. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Boivães, conc. da Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Santo André, de Cella, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Fontoura, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Minhotães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Salvador e Santa Maria, de Parada e Barbudo, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Vicente, da Ponte, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. João Baptista, da Ribeira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Roriz, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Pedro, de Athei, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || Logar na freg. de S. Paio, de Bésteiros, conc. de Amares, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Marinha, de Chorense, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Miguel, de Fiscal, conc. de Amares, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santo André, de Frades, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Salvador, de Freixo de Baixo, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Logar de S. Thiago, de Gemieira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Julião, de Moreira de Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santa Maria, de Moure, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sabacheira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Logar na freg. de Santa Maria, de Tavora, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santa Maria, de Verim, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Faustino, de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Casal na freg. de N. S.ª da Graça, de Ega, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de Santa Maria, de Refojos do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Barrio de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Vicente, de Tavora, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, districto de Vianna do Castello.

Barrio Mau. Pov. na freg. de S. Martinho, de Carrazedo, conc. de Amares, distr. de Braga.

Barrio de Santa Eulalia. Pov. na freg. de Santa Maria, de Refojos do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Barrios. Pov. na freg. de S. Mamede, de Santa Cruz, da Trapa, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Barriosa. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Vide, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Barris. Pov. na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. João Baptista e conc. de Alcochete, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Martinho, de Sande, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Casal na freg. de N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa.

Barro. Aldeia na freg. de S. Pedro e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. N'esta aldeia vê-se o collegio do *Barro*, onde antigamente houve o convento assim conhecido, por estar situado na aldeia do Barro, a 3 k. de Torres Vedras. O convento era de religiosos arrabidos, e tinha a invocação de N. S.ª dos Anjos. Foi fundado em 1570 pela infanta D. Maria, senhora de Vizeu e de Torres Vedras, filha d'el-rei D. Manuel. Primitivamente construiu-se n'uma baixa, junto á ribeira de Matacães, a Leste do sitio actual; sendo, porém, o logar bastante pantanoso, os frades padeciam de muitas doenças, e havendo em 1579 uma grande epidemia, os religiosos na maior parte fôram victimas, e os que escaparam resolveram-se a mudar de sitio, o que alcançaram em 1595, transferindo o convento para a encosta do monte que fica a Oeste, onde hoje está, a pouca distancia do primitivo local. Tem uma boa cêrca e uma frondosa matta. Em 1833 foi vendido em praça o convento, assim como todos os que existiam em Portugal, pela extincção das ordens religiosas, tornando-se então propriedade particular. No anno de 1857 o fallecido marquez de Vallada o comprou, e procedeu a melhoramentos na egreja, que se tinha conservado, para evitar que se arruinasse de todo. Pouco depois passou o antigo convento a ser propriedade do padre Rademaker, tambem já fallecido, que o reformou por completo, á imitação do collegio de Campolide, havendo do governo a primitiva imagem de N. S.ª dos Anjos, que dizem ser de precioso valor artistico, que na extincção do convento passara para a egreja parochial de S. Pedro, da villa de Torres Vedras. Desde então os melhoramentos teem progredido, e o velho mosteiro do Barro, de que hoje resta apenas a egreja, tornou-se um dos primeiros collegios de ensino religioso, que actualmente existem no paiz, em boas condições hygienicas, bellas salas para as differentes aulas, camaratas, casas de banho, enfermarias; finalmente, todas as commodidades. No dia 31 de julho, em que a egreja festeja Santo Ignacio de Loyola, o instituidor da Companhia de Jesus, costuma haver na egreja do collegio grande solemnidade, seguida de vistoso arraial, que é sempre muito concorrido por pessoas de diversos pontos do paiz. || Povoação na freg. de Santa Comba, de Eiras, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. da Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Sabadim, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Thiago e conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Enxara do Bispo, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Pedro, de Palmella,

conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª da Annunciada e conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Marcos, de Calhandriz, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Martinho, de Pindo, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu.

Barro Branco. Pov. na ilha da Graciosa, na freg. de N. S.ª de Guadelupe, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo.

Barro Grande e Pequeno. Duas povoações na freg. de S. Thiago, de Penso, conc. de Melgaço e distr. de Vianna do Castello.

Barro do Miguel *(Casal do)*. Na freg. de N. S.ª das Mercês, de Carvalhal Bemfeito, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Barro de Mógo. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

Barro Ruivo *(Quinta de)*. Na freg. de N. S.ª d'Assumpção, conc. e distr. de Leiria.

Barro Vermelho. Logar na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Canha, conc. de Aldeia Gallega do Ribatejo, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de N. S.ª da Expectação, de Vailadares, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Casaes na freg. de S. Mamede, de Ventosa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Ameixoeira, 3.º bairro de Lisboa. || Monte na freg. de Sant'Anna, de Aldeia do Matto, conc. de Coruche, distr. de Santarem. || Monte na freg. de N. S.ª do Pé da Cruz, de Santa Cruz, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Barrô. Pov. e freg. de Santo André, da prov. do Douro. conc. e com. de Agueda, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 607 hab. e 162 fog. Tem escola do sexo masc. e caixa postal com serviço de posta rural. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada n'um monte d'onde se avistam varias povoações. Foi n'outro tempo couto da comarca de Esgueira. E' terra abundante d'aguas e muito fertil. El-rei D. Manuel lhe deu foral em Lisboa a 12 de setembro de 1514. Pertence á 5.ª div mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 24 com a séde em Aveiro. || Pov. e freg de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Rezende, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 2:181 hab. e 577 fog. Tem escola de ambos os sexos, e est. post. A pov. dista 14 k. da séde do conc. e está situada em terreno muito accidentado, superior ao rio Douro, margem esquerda. E' terra muito fertil e tem bom peixe. O parocho era vigario collado, e tinha de renda 200$000 réis. Foi antigamente da nomeação do povo, depois passou para o commendador de Malta, da familia dos Azevedos. Era terra da commenda d'esta ordem, que rendia 1.600$000 réis, que os povos pagavam, gozando, porém dos grandes privilegios, que tinham os caseiros da ordem. Havia aqui um conveuto de religiosas franciscanas, fundado em 1680 pela madre Marianna da Madre Deus. No sitio do Piar ha uma nascente d'aguas sulphureas frias. A egreja matriz é de remota antiguidade. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 9, com a séde em Lamego. || Pov. na freg. de S. Thomé, de Correlhã, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, do Luso, conc. da Mealhada, distr. de Aveiro. | Pov. na freg. de S. Thiago, de S. Thiago de Bésteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Barroca *(Fr. João da)*. Frade assim conhecido, por viver n'uma barroca, nas proximidades do convento de S. Francisco de Lisboa. Diz fr. Manuel da Esperança, no tomo I, a pag. 237, da *Historia Serafica da ordem dos frades menores de S. Francisco da provincia de Portugal*, que este religioso era castelhano de nação, e estava emparedado, ou recluso entre quatro paredes de uma casa em Jerusalem, fazendo vida solitaria no meio d'aquelles santos logares. Uma inspiração divina lhe disse que viesse a Lisboa, dispondo-lhe tambem a vinda, annunciando-lhe que no porto de Jafá acharia uma grande nau, prestes a partir. Chegando a Jafá, fr. João pediu que lhe déssem logar a bordo, e o trouxessem para uma barroca, visinha do convento de S. Francisco da cidade de Lisboa, onde queria descançar. Fr. Manuel da Esperança accrescenta: «E' esta a razão do appellido, que teve, de fr. João da Barroca; como tambem uma rua, feita depois no mesmo sitio, é chamada dos presentes a rua da Barroca.» Este frade começou a ter fama de santo, e muitas pessoas o procuravam para o consultar como um oraculo divino, mestre de raras virtudes, por quem Deus manifestava o que deveria acontecer no futuro. As suas longas barbas, alvas como a neve, davam-lhe o venerando aspecto d'um patriarcha dos primitivos tempos do christianismo. Fr. João da Barroca, do fuudo da gruta em que vivia, era o centro commum de todas as conferencias politicas, o espirito esclarecido a que todos pediam conselho. Succedeu então o facto do mestre d'Aviz, D. João, matar nos paços do Limoeiro o conde d'Andeiro, e o qual receoso das consequencias de semelhante arrojo, pensou em fugir para Inglaterra; antes, porém, de tomar essa resolução, quiz consultar fr. João da Barroca, e o santo frade aconselhou-o a que se conservasse em Portugal para acceitar o governo do reino, porque era essa a vontade de Deus. As prophecias de fr. João da Barroca eram tão respeitadas, que nas côrtes de Coimbra, em 6 de abril de 1385, quando D. João I foi acclamado rei de Portugal, o celebre jurisconsulto João das Regras justificou assim as podorosas razões, que havia nas acções do Mestre d'Aviz, para o reino lhe jurar vassallagem e o acclamar rei. Fr. João da Barroca viveu na sua gruta 16 annos, até que falleceu a 6 de janeiro de 1400. D. João I continuou sempre procurando o conselho do venerando anachoreta, a quem consultava juntamente com João das Regras e D. Nuno Alves Pereira, formando estes tres vultos o seu conselho particular.

Barroca. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Fundão, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 892 hab. e 186 fog. Tem escola do sexo masc. e est. post. A pov. dista 30 k. da séde do conc. e está situada n'uma baixa, junto ao rio Zezere. Foi da corôa. O prior de Dornellas apresentava o cura, que tinha o rendimento annual de 12$000 réis e o pé d'altar. E' terra fertil. Fica proximo a serra das Bogas, que principia no Zezere, no sitio do Cabeço do Picão, e finda no Cabeço-das-Vinhas. Tem porcos montezes e caça miuda. Está annexa a freg. de S. Francisco, de Bodelhão. Por decreto

de 7 de setembro de 1895 foi annexado a esta freguezia o logar de Alqueidão, transferido da de Dornellas, conc. da Pampilhosa; e annexou á de Orondo, conc. da Covilhã, o logar de Bodelhão, que pertencia á freg. da Barroca; comtudo, os decretos de 29 de dezembro de 1898, 17 de outubro de 1899 e 24 de dezembro de 1901, dão-lhe a denominação de *Barroca e Bodelhão*. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Barrozas, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Borbella, conc. e distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de S. Vicente, de Branca, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de N. S.ª do O', d'Olaia, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Ontiz, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S, Mamede. de Perafita, conc. de Bouças, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Ribas, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Rio de Gallinhas, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Nicolau, conc. e distr. de Santarem. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Sernache dos Alhos, conc. e distr. de Coimbra. || Logar na freg de Santa Maria, de Airães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Matheus, de Alváres, conc. de Goes, distr. de Coimbra. || Logar na freg. de S. Martinho, de Armil, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Maria, de Athães, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Salvador, de Avelleda, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Tecla, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga || Logar na freg. de S. Vicente, de Boim, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Miguel, de Bostello, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Lourenço, de Calvos, conc. de Guimarães, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Mamede, de Cepães, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Constance, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Cruz do Douro, conc. de Baião, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Thiago, de Espargo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Espinhel, conc. de Agueda, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Thiago, de Esporões, conc. e distr. de Braga. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Estreito, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Bésteiros, conc. de Tondella, distr, de Vizeu. || Logar na freg. de Santa Christina, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Miguel, de Fontellas. conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || Logar na freg. de S. Domingos, de Fortios, conc. e distr. de Portalegre. || Logar na freg de Santa Maria, de Gavea, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Julião, conc. e distr. de Portalegre. || Logar na freg. de Santos Cosme e Damião, de Sobreira, conc. de Guimarães, distr. de Braga, || Logar na freg. de Santa Christina, de Longos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar n freg. de Santa Eulalia, de Loureira, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Logar na freg. de Santa Maria, de Matamá, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Thiago, de Nogueira, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santa Maria, de Olivaes, 1.º bairro de Lisboa. || Logar na freg. de S. Thiago, de Ourilhe, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Logar na freguezia de Santo Estevão, de Penso, conc. e distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Pedro, de Polvoreira, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Pedro, de Queimada, conc. de Armamar, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S. Salvador, de Rezende, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Rio Covo, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Logar na freg. de N. S.ª de Belem, de Rio de Mouro, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Rossas, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. Tem caixa post. || Logar na freg. de S. Pedro, de Rubiães, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Logares nas freg.ˢ de S. Clemente e de S. Lourenço, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Salvador, de Trandeiras, conc. e distr. de Braga. || Logar na freg. de Santo Estevão, de Urgezes, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Salvador, de Varzea, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de Santa Maria, de Villa Fria, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Jorge, de Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Christina, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. e distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Thomé, de Estorãos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Salvador, de Fojo Lobal, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santa Comba, de Fornellos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Simão, de Gouveia, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Thiago, de Ronfe, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na ilha da Madeira, na freg. da Santissima Trindade, de Tabúa, conc. de Ponta do Sal, distr. do Funchal. || Casaes na freg. de S. Silvestre, de Gradil, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de Santo Estevão e conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Salvador e conc. d'Aljustrel, distr. de Beja. || Casal na freg. de S. Martinho, de Avessadas, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Casal na freg. de S. Bartholomeu, de Castanheira, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª das Neves, de Midões, conc. de Taboa, distr. de Coimbra || Casal na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Sobral de Abelheira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de S. Pedro, de Evora Monte, conc. de Extremoz, distr. de Evora. | Monte na freg. de N. S.ª da Graça, de Casa Branca, conc. de Souzel, distr. de Portalegre. | Monte na freg. da Conversão de S. Paulo, de Pavia, conc. de Móra, distr. de Evora.

|| Monte na freg. de Santo Antonio, de Terrugem, conc. de Elvas, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de Santa Cecilia, de Abrunhosa Velha, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de N. S.ª do Monte Sião, de Amora, conc. do Seixal, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Leonardo, de Athouguia da Baleia, conc. de Peniche, distr. de Leiria. || Quinta na freg. de N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Facundo, de Candosa, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de S. Sebastião, de Dornellas, conc. de Aguiar da Beira, distr. da Guarda. || Quinta da freg. de S. João Baptista, de S. João Baptista de Talha, conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de N. S.ª do O', de Olaia, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Orjaes, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || Quintas na freg. de N. S.ª da Conceição, de Aldeia do Carvalho, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Barroca d'Alva. Propriedade importantissima, situada na freg. de S. João Baptista e conc. d'Alcochete. Foi dos barões d'Alcochete, descendentes do grande industrial francez Jacome Ratton, que vindo viver para Portugal no seculo XVIII, juntamente com seu pae, Jacques Ratton, se naturalisou portuguez, e estabeleceu varias fabricas de tecidos, etc.. Em 1767 aforou uma grande porção de terrenos incultos n'esta localidade, enxugou e cultivou os pantanos, semeou pinheiros, plantou vinhas, olivaes, pomares, etc., edificou uma boa casa para sua residencia, onde cabem muitas familias. Estabeleceu, finalmente, um valioso estabelecimento agricola e industrial. Tem importantes e extensas marinhas, um vasto pinhal e um grande sobreiral. Vê-se aqui uma bellissima lagôa, de 3 ou 4 k. de circumferencia. Na sua margem, e cercada de frondoso arvoredo, está a antiga capella de Santo Antonio da Ussa. E' de fórma circular, sem o minimo ornato, e guardada por um muro, havendo entre elle e a capella um passeio. A capella foi reedificada por Jacome Ratton. Na frente do palacio, n'um bonito terreiro, vê-se uma columna, encimada por uma imagem de Nossa Senhora, a qual mandaram ali collocar os donos d'aquella grande propriedade em 21 de maio de 1859, em acção de graças por ter sido preservada das devastações da terrivel cheia, que em 1854 ali se deu. A columna tem uma inscripção commemorativa muito extensa. A propriedade da Barroca d'Alva pertence hoje ao abastado lavrador do concelho d'Alcochete, o sr. José Maria dos Santos, que a comprou em novembro de 1876. V. *Alcochete (1.º barão de)*, *Ratton (Jacome)*, e o livro do mesmo benemerito industrial intitulado: *Recordaçoens*, impresso em Londres, 1813.

Barroca de Baixo e de Cima. Dois logares na freg. de S. Thomé, de Abbação, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Barroca do Bicho *(Quinta da)*. Na freg. de S. João Baptista, de Alcaria, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco.

Barroca do Bóco *(Quinta da)*. Na freg. de N. S.ª da Graça, da Villa da Egreja, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Barroca e Bodelhão. V. *Barroca*

Barroca da Catharina *(Quinta da)*. Na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Barroca da Cimeira e da Fundeira. Duas povoações na freg. de S. Julião, de S. Gião, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Barroca da Eira. Pov. na freg. de S. Pedro, de Azurem, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Barroca da Eireira *(Quinta da)*. Na freg. de S. Pedro, de Orjaes, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Barroca Grande do Rio. Logar na freg. de S. Miguel, de Parada, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu.

Barroca de João Gomes. Logar na freg. de S. Julião, de S. Gião, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Barroca do Louro. Logar na freg. S. Julião, conc. e distr. de Portalegre.

Barroca do Montão. Logar na freg. de S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc. do Sinfães, distr. de Vizeu.

Barroca da Pena. Logar na freg. de S. Salvador, de Arameuha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Barroca da Pereira. Logar na freg. de Santa Eulalia, de Fermentões, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Barroca do Pinheiro. Logar na freg. de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra.

Barroca da Rega. Dois casaes na freg. de Santa Quiteria, de Méca, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa.

Barroca do Souto *(Quinta da)*. Na freg. de N. S.ª da Expectação, de Nogueira do Cravo, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Barroca do Sapo. Logar na freg. de N. S.ª da Esperança, conc. de Arronches, districto de Portalegre.

Barroca da Senhora *(Quinta da)*. Na freg. de Santo Antonio, de Caféde, conc. e distr. de Castello Branco.

Barroca dos Silhos *(Quinta da)*. Na freg. de S. Pedro, de Sandomil, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Barroca do Tarracote. Logar da freg. de N. S.ª de Marvilla, conc. e distr. de Santarem.

Barrocaes. Pov. na freg. de Santa Catharina de Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Barrocal. Pov. na freg. de S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Christovão, de Candemil, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santos Cosme e Damião, de S. Cosmado, conc. de Armamar, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. || Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Querença, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Villa Fernando, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. || Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Barrô, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Herdade na freg. de Santa Catharina, de Quintos, conc. e distr. de Beja. || Herdade e horta na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Tourega, conc. e distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da

Caridade, conc. de Reguengos do Monsaraz, distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Consolação, de Egrejinha, conc. de Arraiollos, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Miguel, de Machede, concelho e districto de Evora. || Monte na freguezia de S. Martinho das Amoreiras, concelho de Odemira, districto de Beja. || Monte na freg. de Santa Maria e S. Thiago, de Monsaraz, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Bento, de Pomares, conc. e distr. de Evora. || Quinta na freg. de N. S.ª das Candeias e conc. d'Almeida, distr. da Guarda. || Quinta na freg. de S. Thiago, de Carvalhal Meão, conc. e distr. da Guarda. || Quinta na freg. de N. S.ª da Graça, de Fiães, conc. de Trancoso, distr. da Guarda. || Quinta na freg. de S. Bartholomeu, de Quintas de S. Bartholomeu, conc. de Sabugal, distr. da Guarda. || Quinta na freg. de S. João Baptista, de Quintella de Azurara, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de S. Vicente, de Reigada, conc. de Figueira de Castello Rodrigo, distr. da Guarda.

Barrocal do Augusto. Logar na freg. de S. Salvador e conc. de Serpa, distr. de Beja.

Barrocal de Baixo e de Cima. Duas herdades na freg. de S. Pedro, de Gafanhoeira, conc. de Arraiollos, distr. de Evora. || Dois montes na freg. de N. S.ª do Rosario, do conc. de Arronches, distr. de Portalegre.

Barrocal das Carrasqueiras. Logar na freg. de S. Salvador, de Monsanto, conc. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Barrocal da Fonte d'Apra. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Barrocal das Freiras. Logar na freg. de S. Geraldo, conc. de Monte-mór-o-Novo, distr. de Evora.

Barrocal dos Ricos ou dos Rios *(Casal do)*. Na freg. de S. Geraldo, conc. de Monte-mór-o-Novo, distr. de Evora.

Barrocalinho. Logar na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. || Herdade na freg. de N. S.ª da Natividade, de Machede, conc. e distr. de Evora. || Herdade na freg. de N. S.ª da Purificação, de Repreza, conc. de Monte-mór-o-Novo, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Pedro, de Corval, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora. || Logar na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Barrocalvo. Pov. na freg. de Senhor Jesus, de Carvalhal, conc. de Obidos, distr. de Leiria.

Barrocão. Logar na freg. de S. Julião, conc. e distr. de Portalegre.

Barrocaria. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Barrocas. Pov. na freg. de N. S.ª das Mercês, de Carvalhal Bemfeito, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de Santo André, de Ferreira d'Aves, conc. de Sattam, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Marrazes, conc. e distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Pedro, de S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de Santo André, de Varzea da Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Abitureiras, conc. e distr. de Santarem. || Logar na freg. de Santa Maria, de Airões, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Miguel, de Beire, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Logar na freg. de N. S.ª do Pranto, de Dornes, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Logar na freg. de Santa Maria, de Fregim, conc. d'Amarante, distr. do Porto. || Logar na freg. da Sé e conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S. Pedro, de Monraz, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || Logar na freg. de S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco. || Logar na freg. de S. Thiago, e conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. João, de Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Casal na freg. de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra. || Casal na freg. de N. S.ª da Annunciação e conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de Santa Quiteria, de Méca, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª das Neves, de Parceiros, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Sebastião da Feira, conc. d'Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Tramagal, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Casal na freg. de Santo Antonio, de Vendas Novas, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Herdade na freg. de Santo Antonio, de Arcos, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Herdade na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Lavre, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Herdade na freg. de S. Lourenço de Mamporcão, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Sebastião, de Benavilla, conc. de Aviz, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de S. Salvador e conc. de Odemira, distr. de Beja. || Quinta na freg. de S. Thiago e conc. d'Almada, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Miguel e conc. de Fornos d'Algodres, distr. da Guarda. || Quinta na freg. de S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Quinta na freg. de Santa Maria, de Porco, conc. e distr. da Guarda.

Barrocas da Aldeia. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Couço, conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Barrocas de S. Simão *(Quinta das)*. Na freg. de S. Thiago e concelho de Almada, e distr. de Lisboa.

Barroças e Tayas. Duas freguezias, da prov. do Minho, conc. e com. de Monsão, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 361 hab. e 114 fogos. A pov. dista 10 k. da séde do conc. Tambem é conhecida só pela designação de Barroças. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Barroco *(Sebastião José Ferreira)*. Formado em Leis pela Universidade de Coimbra, dezembargador da Relação de Gôa, cargo que exercia no anno de 1794. Pouco depois regressou a Lisboa, sendo nomeado juiz dos feitos da corôa e fazenda em 1802. Ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Era tido com insigne poeta na opinião de Francisco Manuel do Nascimento, Filinto Elysio, e d'outros, mas não consta que imprimisse nenhuma obra sua. Sabe-se que es-

creveu ou principiou um poema epico em honra de Affonso d'Albuquerque, e uma traducção das *Metamorphoses de Ovidio.* Nas obras de Filinto Elysio vem uma poesia que Barroco lhe dirigiu, e na ecloga *Os Pomareiros,* que elle escreveu com Domingos Maximiano Torres. Dizem que na bibliotheca do extincto convento de Jesus existem varias obras suas, em prosa e em verso, nas quaes se conta o seguinte: *Reflexões sobre as causas da decadencia do estado da India, offerecidas ao ex.mo sr. visconde de Anadia, ministro e secretario de estado dos negocios da marinha e dominios ultramarinos,* etc. Em 1802. E' um codice em 4.º que indica ser o original.

Barroco. Pov. na freg. de S. Mamede, de Alemtem, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Auha, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Santa Marinha, de Ardegão, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Cernadello, conc. de Louzada, distr. do Porto. Pov. na freg. de Santo André, de Christellos, conc. de Louzada, districto do Porto. || Povoação na freg. de Santa Marinha, de Crestuma, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Felix, de Gondifellos, conc. de V. Nova de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Gondomar, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Mamede, de Manhuncellos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Rio Covo, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Sistello, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Paio, de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Ariz, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Gafanhoeira, conc. de Arraiollos, distr. de Evora. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Passô, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Torquato, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Maria, de Alvarenga, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Miguel, de Barreiros, conc. da Maia, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Barrozas, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Miguel, de Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Paio, de Casaes, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Maria, de Corvite, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Sebastião, de Cumieira, conc. de Penella, distr. de Coimbra. || Logar na freg. de Santa Maria, de Eja, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Martinho de Fareja, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Romão, de Fonte Coberta, conc de Barcellos, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Lourenço, de Golães, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Mamede, de Gondiães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Pedro, de Jugueiros, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Verissimo, de Lagares, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Christovão. de Lordello, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Paio, de Moreira dos Conegos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Verissimo, de Nevogilde, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Maria, de Oliveira, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Salvador, de Pereira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Thiago, de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de Santa Maria, de Pindello, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de Santa Comba, de Regilde, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Maria, de Reguenga, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Romão de Aregos, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S. Thiago, de Roufe, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Clemente, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santo Adrião, de Santão, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Paio, de Seide, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Salvador, de Tagilde, conc. de Guimarães, distr. de Braga || Logar na freg. de S. Pedro, de Torrados, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Maria, de Villa Fria, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Faustino, de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Salvador, de Ribas, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Casal na freg. de Santa Cruz, de Alvarenga, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Casal na freg. de S. Pedro, de Polvoreira, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Casal na freg. de S. Bartholomeu e conc. de Villa Flor, distr. de Bragança. || Casal na freg. de N. S.ª da Graça, de Vinha da Rainha, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || Herdade na freg. de Santo Antonio, de Arcos, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Marcos do Campo, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Julião, de Monte do Trigo, conc. de Portel, distr. de Evora. || Quinta na freg. de N. S.ª da Expectação, de Samaiões, conc de Chaves, distr. de Villa Real. || Rio no distr. de Aveiro. Nasce na serra da Arada, e em seguida a um pequeno curso de 10 k. desagua no rio Sul.

Barroco do Braz. Logar na freg. de S. Martinho do Bispo, conc. e distr. de Coimbra.

Barroco do Caldeiro. Logar na freg. de S. Silvestre, de Escallos de Baixo, conc. e distr. de Castello Branco.

Barroco das Fontes. Logar na freg. de S Matheus, de Alvares, conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Barroco de Freitas. Logar na freg. de S. Paio, de Figueiredo, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Barroco do Salgueiro. Logar na freg. de S. Sebastião, de Cepos, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Barrocos. Pov. na freg. de S. Mamede, de Matta Moirisca, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Logar na freg. de S. Sebastião, de Meda de

Moiros, conc. de Taboa, distr. de Coimbra || Logar na freg. de S. Miguel e conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Lourosa, conc. de Oliveira do Hospital distr. de Coimbra. || Sitio no limite da Povoa, freg. e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Barrões *(Monte dos)*. Na freg. de Santo Antonio, de Couço, conc. de Coruche, districto de Santarem.

Barroja *(Casal do)*. Na freg. de Santa Luzia, de Pomares, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Barronca. Logar na freg. de S. Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, districto de Villa Real.

Barroncal. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Ferreirim, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Pov. no freg. de Santa Maria, de Teixeiró, conc. de Baião, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Barroncas. Pov. na freg. de Santa Maria, de Carquere, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Barronda. Pov. na freg. de S. Salvador, de Tangil, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Lourenço, do Prado, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Vicente, de Sousa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Quinta na freg. de S. Miguel, de Sago, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Barronhas. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Rio Frio, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Barroquedo. Logar na freg. de Santa Eulalia, de Cumieira, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

Barroqueira. Pov. na freg. de S. Martinho, de Estoy, conc. e distr. de Faro. || Logar na freg. de S. João Baptista e conc. de Castello de Vide, distr. de Portalegre. || Logar na freg. de N. S.ª do O', de Paião, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de S. Pedro, de Azueira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de Santa Maria, de Evora Monte, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Herdade na freg. de S. Marcos da Abobada, conc. e distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Pedro, de Corval, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Marcos do Campo, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora.

Barroqueiro *(Quinta do)*. Na freg. de S. João Baptista, de Provezende, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real.

Barroquinha. Logar na freg. dos Olivaes, 1.º bairro de Lisboa.

Barroquinhas. Logar na freg. de Rego da Murta, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Barroquinho. Pov. na freg. de S. Martinho, de Milhundos, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Barros. Familia que começou a ser conhecida em Portugal no tempo d'el-rei D. Diniz. Na *Nobiliarchia portugueza*, de Villas Boas, diz-se que os Barros procedem de Gonçalo Nunes Barros, senhor de Castro Daire e das terras de entre Homem e Cabo, em tempo de D. João I. O seu solar é no logar de Barros, na prov. de Entre Douro e Minho. As suas armas são: em campo vermelho tres bandas de prata, nove estrellas de ouro sobre o campo, uma no primeiro alto, tres em cada um dos do meio e duas ao fundo do escudo, por timbre uma aspa vermelha e azul, uma perna de cada côr, e carregadas n'ellas cinco estrellas das armas.

Barros *(Affonso de)*. Um dos advogados nomeados por D. João II, no processo instaurado contra o duque de Bragança, D. Fernando, que teve a sentença de ser decapitado.

Barros (*Alberto Carlos Estanislau de*). Jornalista e escriptor. Nasceu no Porto a 20 de abril de 1849. Escreveu: *Artigo commemorativo do dia 8 de julho de 1832 ou memoria historica dos successos em Portugal no tempo do cerco do Porto, que em egual dia de 1869*, sahiu á luz da publicidade no jornal bracarense *O Popular*, Braga, 1869; *No tempo dos francezes ou a restauração de Portugal*, comedia em 4 actos, imitação, Porto, 1869 a 1870.

Barros (*Amelia*). Actriz actualmente no theatro da Trindade. Nasceu em Lisboa a 9 de março de 1842. Passou os seus primeiros annos de vida artistica na ilha da Madeira e nos Açôres, tendo debutado no theatro Esperança, do Funchal, com um grupo de amadores dramaticos, nas peças: *Cynismo, scepticismo e crença*, de Cezar de Lacerda, e *Entre a bigorna e o martello*, de Paulo Midosi; estreia que foi deveras auspiciosa, o que decidiu em Amelia Barros o entregar-se aos laureis da scena. No theatro Michaelense, de Ponta Delgada, representou no drama de Ernesto Biester, *Os homens ricos*, em que alcançou calorosos e justos applausos. Veiu mais tarde para o continente, indo fazer parte da companhia do theatro do Principe Real, do Porto, onde se estreou com a opereta *Joanna do Arco*, de Alfredo de Athaide, musica de Gomes Cardim, em que agradou sem reservas. Em 1876 veiu para Lisboa, apparecendo no palco da Trindade a 8 de setembro, na comedia em um acto *Um favor ao Procopio;* n'essa noite, Amelia Barros recebeu do publico a consagração definitiva do seu talento, ficando com um distincto logar marcado na scena portugueza. Quer em Lisboa, quer no Porto, a incançavel artista tem desempenhado um grande reportorio, dando sempre a todas as personagens da sua responsabilidade o verdadeiro cunho artistico. No genero *caracteristico* tem feito brilhantes creações. Amelia Barros esteve no Brazil em 1895, onde conquistou as provas inequivocas de profunda consideração. No genero dramatico vimol-a, por exemplo, no theatro da Trindade, na epoca de 1897-1898, representar na *Musette*, e crear com absoluta verdade de observação o papel de *Zepherine* nos *Dois Garotos*. Na epoca de 1899-1900 continuou na Trindade, já então regressado aos risos da opereta, e sob a direcção technica de Affonso Taveira. Em junho de 1900 escripturou-a ainda no mesmo theatro a empresa José Ricardo & Gouveia, dando-nos a breve trecho a sua creação da *Carlota* no *Homem das mangas*. Do seu vasto reportorio fazem parte as seguintes peças, em todas as quaes Amelia Barros se tem distinguido muito: *Barba azul, Graziella, Giroflé-Giroflá, Niniche, D. Juanita, Bocacio, O duende, O barro do sr. alcaide, O gato preto, A moira de Silves, Os dragões d'el-rei, Filhos do capitão-mór, Gata borralheira, Sal e pimenta, El-rei damnado, Em pratos limpos, Relogio magico, Ramerrão, Almas do outro mundo, A cigarra, Fada do amor, Mascotte, Miss Heliett*,

Noite e dia, *28 dias de Clarinha*, *Nitouche*, *Tres mulheres para um homem*, etc.

Barros *(André)*. Jesuita, mestre de theologia e de philosophia, reitor do noviciado de Lisboa, preposito na casa professa de S. Roque, e socio da Academia Real de Historia. N. em Lisboa em 1675, onde tambem falleceu a 6 de janeiro de 1754. Era filho de Luiz Alvares de Barros e de Izabel da Cruz. Entrou na Companhia de Jesus, tendo apenas 16 annos de edade, a 3 de outubro de 1691, no noviciado de Lisboa. Depois de se formar em theologia e em philosophia, no collegio de Coimbra, ensinou n'este collegio e no de Santo Antão, de Lisboa, as letras humanas. Sendo destinado pelos superiores a lente de theologia moral no collegio de Faro, como tivesse grande propensão para orador sagrado, deixou o magisterio e dedicou-se ao pulpito, tornando-se um dos mais afamados prégadores. Foi reitor e mestre de noviços no noviciado de Lisboa, e preposito na casa professa de S. Roque, na mesma cidade. André de Barros foi um dos primeiros cincoenta socios da Academia Real de Historia, e teve o encargo de escrever as *Memorias ecclesiasticas do Algarve*. Era um grande admirador do padre Antonio Vieira, e publicou uma especie de extracto das cousas mais notaveis de varias obras suas, principalmente do *Clavis Prophetarum*, accrescentando-lhe prefacios e notas. Este livro tem o seguinte e pomposo titulo: *Vozes saudosas da eloquencia, do estylo e eminente sabedoria do padre Antonio Vieira da Companhia de Jesus, prégador de sua magestade, e principe dos oradores evangelicos, acompanhadas com um fidelissimo ecco que sonoramente resulta do interior da obra* «Clavis Prophetarum», *dedicadas ao Principe N. S. pelo P. André de Barros*. Este livro foi publicado em Lisboa, no anno de 1736. Escreveu tambem: *Conta dos seus estudos Academicos dada no Paço a 7 de Setembro de 1723;* no tomo III da Collecção dos documentos da Academia Real; *Conta dos seus Estudos Academicos na Academia a 23 de Mayo de 1727*. Na referida *Collecção*, tomo VII; *Conta dos Estudos Academicos, no Paço a 22 de Outubro de 1727*, em que se descrevem as vidas dos bispos do Algarve, sahiu no tomo VII da citada *Collecção de documentos; Conta dos Estudos Academicos na Academia, a 28 de Mayo de 1728, idem tomo* VII; *Conta dos Estudos Academicos na Academia a 19 de Janeiro de 1732;* idem, tomo II. No tomo I da mesma *Collecção* tambem se inseriu: *Oração na Conferencia de 16 de novembro de 1730*. Publicou aiuda: *Voz em Roma, ecco em Lisboa, na canonisação de S. João Francisco Regis, da Sagrada Companhia de Jesus*, Lisboa, 1739; *Vida do apostolico Padre Antonio Vieira, da Companhia de Jesus, chamado por antonomasia o «Grande»*, Lisboa, 1746. Foi reimpresso na Bahia, muito mais tarde, no anno de 1837, 2 tomos com o retrato do P. Antonio Vieira. Imprimiu-se tambem em Lisboa, fazendo parte d'uma edição das *Obras de Vieira*, publicada em 1854 pelos editores Thomaz Quintino Antunes, depois conde de S. Marçal, e José Maria Correia Seabra.

Barros *(Antonio de)*. Pintor que floresceu pelos annos de 1596, achando-se ao serviço de Filippe II de Hespanha e I de Portugal, como se vê d'uma carta existente na Torre do Tombo, livro 30 das doações d'este monarcha, folha 169. Parece que foi nomeado pintor do rei a 29 de fevereiro d'aquelle anno. Falleceu em 1601.

Barros *(Padre Antonio de)*. Jesuita. N. em Serpa a 1 de janeiro de 1598, fal. em Evora a 4 de setembro de 1670. Era filho de Roque Correia e de Maria Mendes. Entrou na Companhia de Jesus, no noviciado de Evora, a 1 de março de 1620. Ensinou grammatica, philosophia, e tres annos a theologia moral. Foi socio do provincial, reitor do Funchal, do seminario irlandez de Lisboa, vice-preposito da casa professa de Villa Viçosa. Esteve na India, como reitor do collegio de Gôa. Teve muita propensão para a poesia vulgar, e dizem, ter escripto um livro de versos, que ficou inédito.

Barros (*Antonio Augusto de*). Cirurgião medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto. N. em Bragança a 12 de fevereiro de 1836. Publicou a sua these intitulada: *Reunião immediata e suas vantagens*, Porto, 1864.

Barros *(Antonio Fernandes de)*. Presbytero nat. de Lisboa e mestre de grammatica, que viveu no seculo XVII. Escrevia com facilidade poesias em latim, portuguez e hespanhol; compoz tambem algumas comedias, que fôram representadas em Lisboa. Não consta que se publicasse nenhuma das suas composições. Fal. em Lisboa, a 15 de março de 1680.

Barros *(Antonio Luiz Ribeiro de)*. Moço fidalgo da Casa Real. Era natural d'Evora, e fal. em Lisboa a 18 de dezembro de 1683. Era filho de Julião Abelho de Barros e de D. Violante Ribeiro, administradora do morgado dos Ribeiras. Desde a adolescencia se applicou ás letras humanas na Universidade de Evora, e á philosophia, em que recebeu o grau de Mestre. Casou em Lisboa, dedicando-se desde então á poesia, á historia e ao exercicio de cavallaria, abandonando o estudo das sciencias severas. Tanto em Lisboa como em Madrid publicou alguns trabalhos litterarios escriptos em lingua castelhana, sendo estimado como elegante poeta e destro cavalleiro. Entre estes trabalhos sobresaem: *O Espejo del Caballero*, 1671, em que apresenta a theoria da arte de montar. *La jornada de Madrid*, 1672; *El muerto Victorioso Philippe IV, discurso advertido*, 1671; *Gieroglificos siete en la muerte de la Emperatriz D. Margarita Maria de Austria*, 1673.

Barros *(D. Fr. Braz de)*. Monge de S. Jeronymo, bispo de Leiria, reformador da congregação dos conegos regulares de Santo Agostinho, etc. N. em Braga, no anno de 1500, fal. em Cintra a 31 de março de 1559. Era filho de Valentim de Barros, morgado da Amoreira, valente militar, que se distinguiu nas campanhas d'Africa e de Castella, nos reinados de D. Affonso V, D. João II e D. Manuel. Sua mãe chamava-se D. Brites Pereira. Deixou a casa paterna e a vida mundana, que tão aprazivel se lhe apresentava, para se recolher aos rigores do claustro austero, recebendo o habito da ordem de S. Jeronymo no convento da Penha Longa em Cintra, onde professou a 30 de setembro de 1516. Para viver ainda mais retirado do mundo, escolheu para domicilio o convento da Pena, tambem em Cintra, no qual ratificou a profissão solemne a 15 d'agosto de 1525. Desejando instruir-se nas sciencias sagradas, partiu com Diogo de Murça para Luvaina, e n'aquella universidade estudou

theologia, voltando a Portugal com a fama de eminente theologo e respeitavel religioso. El-rei D. João III, que muito o considerava pelo seu elevado talento, o nomeou reformador da congregação dos conegos regulares de Santo Agostinho, cujo cargo começou a exercer a 13 de outubro de 1527 e concluiu em 1544, conseguindo com toda a prudencia e docilidade reduzir os conegos á primitiva observancia, que estava um tanto desmoralisada. No cumprimento d'esta missão publicou as *Constituições e costumes dos conegos regrantes de Santo Agostinho*, livro que teve em pouco tempo tres edições. Quando a cidade de Leiria foi elevada á dignidade de bispado, por D. João III, este monarcha escolheu Fr. Braz de Barros para bispo da nova diocese; expedidas as bullas pelo pontifice Paulo III a 22 de maio de 1545, tomou posse a 28 de julho d'este anno. O digno prelado procedeu a grandes melhoramentos em todas as egrejas do bispado; era muito caritativo com os pobres, e por isso se tornou estimado e respeitado. E' ao primeiro bispo de Leiria, D. Braz de Barros, que se deve em grande parte a reforma da Universidade de Coimbra, emprehendida por D. João III. Já cançado e sentindo-se doente, renunciou o bispado em 1550, recolhendo-se ao silencio da sua cella no convento da Pena, onde falleceu nove annos depois. Escreveu: *Constituições do bispado de Leiria, acceitas em o Synodo pelo cabido approvadas, e confirmadas pelo nuncio apostolico João de Monte Policiano em Lisboa, no dia 1 de junho de 1549.* Sahiram impressas e accrescentadas pelo seu successor no bispado, D. Pedro de Castilho, Coimbra, 1601. Traduziu do latim, de Fr. Henrique Harphio, provincial da ordem dos religiosos franciscanos da provincia de Colonia, e dedicou a traducção a D. João III, do *Espelho de perfeiçom em lingoa portugueza:* no fim tem: *Imprimiose per os conegos de Sancta Cruz: em o anno da encarnaçam de nosso senhor Jesu Christo 1533.* Coimbra, 1533. Fr. Braz de Barros attribue esta traducção aos conegos do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, posto que a dedicatoria a D. João III seja em seu nome. Esta obra foi prohibida pela Inquisição de Hespanha, e figura no *Index Expurgatorio* de 1790, a pag. 124, sob o nome de Henrique Harphio. As *Constituições e costumes*, em que acima falámos, teem o seguinte titulo: *Livro das Constituiçoens e costumes que se guardam em o moesteiro de Sancta Cruz dos Conegos regrantes da Ordem de Nosso Padre Sancto Agostinho;* no fim diz: *Foi imprimido em o moesteiro de Sancta Cruz da muy nobre e sempre leal cidade de Coimbra: de mandado de D. Dionisio pôr crasteyro: per D. Estevam e Dom Manuel conegos do dito moesteiro; anno de Nosso sôr Jesu Christo, 1532.* A esta declaração se segue o index, e a versão da *Regra de Santo Agostinho.* Barbosa Machado indica outra edição, em Coimbra, 1544, e a terceira em 1553. Esta ultima é a que vem no *Catalogo* da Academia, com o titulo de: *Livro das Constituições e costumes que se guardam em os mosteiros da congregação de Sancta Cruz de Coimbra, dos canonicos regulares da ordem de Sancto Agostinho, Coimbra, no mesmo mosteiro; anno de 1553, e da reforma* XXVI.

Barros *(Caetano Manuel Martins de).* N. em Odivellas a 20 de janeiro de 1712. Era filho do dr. Manuel Martins Vaz de Barros, medico de profissão, e de D. Andreza Maria Bayma. Desde os primeiros annos se applicou ás letras humanas e á poesia, frequentando depois a Universidade de Coimbra. Escreveu: *Sonetos Catholicos sobre os quatro fins do homem para desengano de hum peccador engolfado nos vicios, e hum Acto de Contrição para ter dôr, e pezar de suas culpas*, Lisboa, 1745; *Significações das letras do A, B, C, applicadas á sagrada Paixão de Christo Senhor nosso*, Lisboa, 1745. Em manuscripto deixou os seguintes autos: *Dos sete sabios da Grecia; da discrição; da lição proveitosa; de bons conselhos.* Tambem em manuscripto ainda deixou: *Sortes curiosas pelos mezes do anno, e Signos Celestes.*

Barros *(Diogo de).* Religioso menor observante da provincia de Portugal. Escreveu a seguinte obra, que ficou manuscripta: *Relação das religiosas que floresceram em virtude no convento de Santa Iria de Thomar.*

Barros *(Duarte de).* Bacharel em Direito Cesareo pela Universidade de Coimbra. N. em Santarem, e fal. já em edade muito avançada a 4 de janeiro de 1710. Era filho de Belchior de Barros e de Joanna Baptista. Estudou na Universidade de Coimbra Direito Cesareo, e depois de receber o grau de bacharel, voltou a Santarem, onde foi advogado. Deixou em manuscripto: *De Juræ fœminarum; Quæstiones Juris Civilis*, dois tomos.

Barros *(Eleuterio Manuel de).* Gravador. Discipulo da aula de gravura, que se fundou em Lisboa nas dependencias da impreusa regia, no anno de 1769, sob a direcção do distincto professor de gravura, natural do Porto, Joaquim Carneiro da Silva. Depois dos seus estudos em Lisboa, Eleuterio Manuel de Barros foi para Roma aperfeiçoar-se na sua arte. Foi elle que trouxe d'aquella cidade o grande quadro de Batoni, que se vê sobre o altar-mór da egreja da Estrella. Ha diversos quadros e desenhos de Eleuterio de Barros, citados por Cyrillo Volkmar Machado, no seu livro *Collecção de Memorias relativas ás vidas dos Pintores e Esculptores, Architectos e Gravadores portuguezes e dos estrangeiros que estiveram em Portugal.*

Barros *(Estevão Nunes de).* Bacharel em Direito Cesareo, pela Universidade de Coimbra. N. em Santarem em 1638, onde tambem falleceu a 7 d'outubro de 1695. Era filho de João Antunes de Barros e de Maria Nunes. Estudou Direito Cesareo na Universidade de Coimbra, e recebeu o grau de bacharel. Foi depois, por alguns annos advogado em Santarem. Era muito dedicado ás letras humanas, á mythologia e á arte poetica. Foi socio da Academia dos Generosos de Lisboa, e da dos Solitarios de Santarem. Deixou varias poesias escriptas em portuguez e em hespanhol, e tres comedias, intituladas: *Los apostolos de Christo, S. Simão e S. Judas; La virtud vence el poder* e *El honor vence el poder.* Não consta que se imprimisse nenhum dos seus escriptos.

Barros *(Guilhermino Augusto de).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado, par do reino, governador civil de Lisboa e d'outros districtos, director geral dos correios e telegraphos, director geral do commercio e industria no ministerio das obras publicas, vogal supplente do Supremo Tribunal Administrativo, etc. N. no Peso da Regoa, em 1835, e fal. em Lisboa a 16 de abril de 1900. Era filho

de Francisco Manuel de Barros e de D. Maria Maxima de Barros. Matriculando-se em Coimbra na faculdade de Direito, fez um curso muito distincto, sendo laureado com alguns premios. Apenas se formou, teve a nomeação de secretario do governo civil de Villa Real, logar que exerceu durante seis annos, desempenhando por vezes, interinamente, o cargo de governador civil. Fôram bem importantes os serviços que prestou então aos povos d'aquelle districto. Entrando na politica, filiou-se no partido historico, passando mais tarde ao partido progressista. A primeira vez que sahiu deputado, foi eleito pelo circulo de Villa Real, e terminando esta legislatura teve o encargo de governador civil de Bragança, logar que deixou quando o circulo da Regoa o elegeu para seu representante em côrtes. No fim d'esta legislatura foi nomeado governador civil de Castello Branco, onde se conservou por algum tempo. Sentindo-se cançado das lides politicas, retirou-se para a villa da Louzã, á vida particular, e assim permaneceu, entregando-se mais assiduamente aos seus trabalhos litterarios, a que desde os bancos da Universidade sempre se dedicava. Em 1876 voltou á politica, sendo chamado a Lisboa e nomeado governador civil d'este districto. Em 1877, o director geral dos correios, o conselheiro Eduardo Lessa, teve a sua aposentação, e Guilhermino de Barros foi escolhido para o substituir. Logo nos primeiros tempos da sua gerencia introduziu notaveis melhoramentos nos serviços postaes e telegraphicos. Em 1878 foi nomeado para representar Portugal no congresso postal de Paris, em que se tornou o mais estrenuo defensor da liberdade do transito territorial e da reducção dos direitos do transito maritimo. O modo elevado como tratou as questões que se discutiram, principalmente na defeza dos interesses das colonias portuguezas, mostrando a sua importancia, mereceu a consideração de todos os membros do congresso, e o governo francez o agraciou com a commenda da Legião de Honra. Em 1879 foi nomeado presidente da commissão encarregada de fundir os serviços postaes e telegraphicos, pondo-se em seguida em execução a reorganisação d'estes serviços. Em 1880 foi nomeado director geral dos correios, telegraphos e pharoes. Depois teve o encargo de representar Portugal na conferencia de Paris, destinada a estabelecer o serviço de encommendas postaes. Em 1881 foi-lhe concedida a carta de conselho, e em 1883 teve a commissão de ir ao estrangeiro fazer acquisição pharoes de primeira ordem para illuminar as costas maritimas portuguezas. Reunindo-se, no anno de 1885, em Lisboa, o congresso postal universal, Guilhermino de Barros foi escolhido para presidente da assembléa, e houve-se com tanto criterio, intelligencia e habilidade, que mereceu os mais espontaneos elogios, por parte de todos os congressistas. Algumas questões pessoaes, em que se considerou melindrado, e não queria transigir, obrigaram Guilhermino de Barros em 1894 a pedir transferencia para a direcção geral do commercio e industria no ministerio das obras publicas. Pouco tempo antes de fallecer reassumira o seu logar de director geral dos correios, telegraphos e pharoes de Portugal. Guilhermino de Barros era um caracter respeitavel, homem de bom conselho, funccionario zeloso no cumprimento dos seus deveres. Foi elevado ao pariato, tomando parte na respectiva camara dos pares a 17 de março de 1898. Foi relator d'um projecto de lei referente aos cabos submarinos para os Açôres, e pronunciou um brilhante discurso. Collaborou no jornal litterario de Faustino Xavier de Novaes, *O Bardo*, em que tambem escreviam Camillo Castello Branco, Soares de Passos, etc. N'aquelle jornal publicou muitas das suas producções em prosa e em verso. No jornal lisbonense *Novidades* tambem se encontram trabalhos litterarios seus, firmados com o pseudonymo de *Ignotos*. Sob o parecer de Pinheiro Chagas, a Academia Real das Sciencias concedeu o premio *D. Luiz* a um dos seus poemas. Tambem era collaborador effectivo do *Instituto*, de Coimbra. Publicou em 1894: *Contos do fim do seculo*, homenagem de poeta aos grandes homens que se chamaram Mousinho da Silveira, Saldanha, Palmella, Sá da Bandeira, José Estevão, e outros, que se distinguiram nas armas, na politica, na diplomacia e na litteratura; *O Castello de Monsanto*, romance historico em 2 volumes, que mereceu os elogios de Camillo Branco, de quem era amigo, e com quem convivera na mocidade.

Guilhermino Augusto de Barros

Barros *(João de)*. Chamado por antonomasia o *Tito Livio Portuguez*, e tido geralmente por um dos mais insignes historiadores do mundo, e o mais seguro exemplo da eloquencia portugueza. Ignora-se o dia, mez e anno do seu nascimento, e resta duvida se foi em Vizeu, Braga, Villa Real, ou Pombal, a terra da sua naturalidade. A opinião mais seguida é que nasceu em Vizeu no anno de 1496. Fal. a 20 de outubro de 1570, na quinta de S. Lourenço, proximo da Ribeira de Litem, no conc. de Pombal, propriedade pertencente á actual sr.ª marqueza de Penalva. No archivo dos srs. condes de Tarouca guardam-se todos os documentos e titulos respectivos áquella quinta, e entre elles um rascunho do testamento de João de Barros, bem como outros papeis interessantes para a biographia do illustre escriptor. Seu pae era Lopo de Barros, seu avô Alvaro de Barros, seu terceiro avô Martim Martins de Barros, fidalgos que tomaram o appellido d'uma aldeia d'este nome, situada entre os rios Douro e Minho, onde possuiram morgados, como o de Moreira, junto a Braga, e antigamente logares com jurisdicção. Lopo de Barros era, ao que parece, ainda solteiro quando nasceu o futuro autor das *Decadas da India*, e valendo-se do seu intimo amigo D. João de Menezes, camareiro-mór do principe D. João, á hora da morte declarou-lhe que tinha accommodados todos os seus filhos, excepto um havido em tempo, d'uma mulher recatada, o qual lhe pedia que offerecesse a el-rei;

e por meio d'esta recommendação foi João de Barros admittido moço da guarda roupa de D. Manuel, e destinado para a companhia do principe, quando se lhe assentou casa. Entrou ainda creança no paço, e recebeu a educação litteraria dos mestres, que os nossos reis ali tinham então para instruir os moços fidalgos e os da camara. Estudou as linguas grega e latina, as mathematicas, a geographia, a rhetorica e a historia; e tão boa conta deu sempre de si, que o seu talento foi logo notado pelos mestres, e dado a conhecer ao soberano. João de Barros era muito versado nos autores gregos e latinos. Amava com enthusiasmo os grandes poetas, como Homero, Antimacho e Quinto, Lucrecio, Virgilio e Lucano; admirava em subido grau os primeiros oradores, como Isocrates, Demosthenes e Eschines, Cicero, Quintiliano e Santo Agostinho; tinha profunda paixão pelos melhores historiadores, como Herodoto, Tucydedes, Xenofonte, Julio Cesar, Sallustio e Tito Livio. Esta lição de perfeitos modelos classicos produziu os seus effeitos naturaes. João de Barros ambicionou desde logo ser escriptor, e preferiu o ramo da historia, por ser o que mais se harmonisava com as suas conhecidas propensões. Inventou um romance de cavallaria, a *Historia do imperador Clarimundo*, que foi compondo e lendo ao principe D. João. Era em 1520, passados oito mezes depois de a ter emprehendido, que o joven escriptor tinha concluido a sua primeira obra, e a mostrava em Evora a D. Manuel. O monarcha agradou-se tanto do ensaio, escripto por quem pouco mais contava de vinte annos de edade, que pensou em nomear o autor chronista das façanhas e descobertas, que os portuguezes haviam feito na India, o que João de Barros acceitou com muitos agradecimentos. A morte de D. Manuel, em 13 de dezembro de 1521, fez com que esta empresa ficasse sem effeito. João de Barros casou em Leiria, em 1520 ou 1521, com D. Maria d'Almeida, filha de Diogo d'Almeida, residente n'aquella cidade, a qual lhe trouxe alguns bens de fortuna. Quando o principe D. João subiu ao throno, sendo o terceiro monarcha d'este nome, João de Barros, que tinha grande valimento com o novo soberano, alcançou logo no anno de 1522 o governo do Castello de S. Jorge da Mina. Passados tres annos, D. João III, que não esquecera o seu moço da camara, ou antes o seu melhor companheiro de infancia, chamou-o á metropole para lhe dar em 1525 o logar de thesoureiro da casa da India, que era officio de tanta consideração como de rendimento, e que lhe permittiu entregar-se com maior empenho ainda á cultura das letras patrias, até dezembro de 1528, em que deixou o cargo, indo prestar contas d'elle. Desenvolvendo-se em Lisboa uma terrivel peste no anno de 1530, João de Barros deixou a côrte e foi viver para a quinta de S. Lourenço, que possuia na Ribeira de Litem, no concelho de Pombal, onde permaneceu emquanto durou a epidemia, entregando-se aos seus escriptos, que mais tarde se publicaram. Regressando a Lisboa, D. João III o nomeou em 23 de dezembro de 1533 feitor proprietario da casa da India e Mina, que era logar muito rendoso, visto que se fazia por ali todo o commercio da Asia e da Africa. João de Barros, pelo conhecimento que tinha das cousas, bem podia usufruir largos proveutos do seu novo officio, mas desde adolescente inclinado á vida litteraria, o seu gosto era escrever a honrosa historia dos gloriosos feitos dos portuguezes, e não cuidar nos pesos e medidas para equipamento de naus. Nos seis annos decorridos até 1539 deu principio aos trabalhos, d'onde haviam de sahir as suas *Decadas*, aproveitando os importantes documentos que o seu cargo lhe proporcionava, e tirando de archivos preciosos o material indispensavel para a construcção do grandioso edificio da historia, que ambicionara escrever. Emquanto fazia estes preparativos, encarregava a traducção das chronicas asiaticas, e se entregava com ardor aos estudos historicos, lendo e relendo Tito Livio, pelo qual sentia verdadeira adoração, entretinha-se tambem na composição de escriptos mais ligeiros, como os *Panegyricos*, a *Grammatica da lingua materna*, etc. Por esse tempo dividiu D. João III o Brazil em capitanias, e João de Barros teve uma d'ellas, a mais septentrional, a do Maranhão, para a povoar de portuguezes, e fazer guerra aos indios. O grande historiador preparou á sua custa uma armada, cujo commando confiou a Ayres da Cunha, mas a inexperiencia d'este commandante produziu o naufragio da expedição na barra d'aquella cidade, sendo muitos dos tripulantes mortos pelos indios. João de Barros voltou ao paiz, arruinado na sua fortuna e descrente de taes empresas, recordando o antigo conceito de que as riquezas são incompativeis com a profissão das letras. E apezar de todos os seus cabedaes, ainda assim o animo generoso o levou a obrigar-se a pagar pelo commaudante Ayres da Cunha, e pelos que falleceram n'aquelle arriscado commettimento, com piedade das mulheres e filhos que lhes ficavam. Dos proventos do seu officio foi dispensando quanto podia, e continuou no empenho de publicar a sua historia da India, que nunca o mestre do infante D. Luiz, que d'ella estivera encarregado, Lourenço de Caceres, chegára a publicar. Tendo fallecido Lourenço de Caceres, offereceu-se a D. João III para o substituir, como historiador, e sendo-lhe acceite a offerta, deu-se com o maior desvello áquelle trabalho, aproveitando todo o tempo que as suas obrigações lhe deixavam livre, e a que nunca faltava. No anno de 1552 sahiu a primeira *Decada*, em 1553 a segunda, e a terceira em 1563. Esta magnifica obra mereceu os elogios das pessoas mais competentes, e foi traduzida nas principaes linguas da Europa. Deu-lhe o primeiro logar entre os escriptores contemporaneos, não só pela propriedade da linguagem, como pela verdade exactissima dos factos, pela sua boa coordenação, pela clareza com que são expostos, e pelo brilho do seu eloquente e primoroso estylo. Velho e cançado pelos trabalhos e enfermidades, em 1567 renunciou ao seu cargo de feitor da casa da India e Mina, e recebeu d'el-rei D. Sebastião uma tença annual de mil cruzados e a licença de mandar vir da India, em drogas e mercadorias, quanto fôsse bastante, para lhe ficar de lucro mil cruzados liquidos; 150$000 réis cada anno a seu filho mais velho, em quanto não fôsse provido em commenda de maior quantia; 50$000 réis de tença a sua mulher, por sua morte; e a capitania de duas naus de viagem da India para casamento de uma das suas filhas, além da mercê de fidalgo da Casa Real, para seu marido com 2$000 réis de moradia, o que tudo se cumpriu conforme

se ordenava. Esta generosidade fez com que o insigne escriptor não passasse na miseria os ultimos dias da vida, e excedeu quantas aposentações se tinham dado até então. Em janeiro de 1568 retirou-se para a sua quinta de S. Lourenço, e ali terminou a existencia em companhia de sua mulher e de seus filhos. Foi sepultado o seu cadaver n'uma ermida dedicada a Santo Antonio, no termo de Leiria, além do rio Arunda, mas passados annos, em 1610, o capellão-mór e commendatario perpetuo do mosteiro de Alcobaça, D. Jorge de Athaide, lembrando-se que João de Barros fôra seu padrinho de baptismo, o mandou trasladar para a capella-mór da egreja matriz da referida villa de Alcobaça, onde tencionava erigir-lhe um monumento, o que não chegou a realizar pela morte o vir surprehender. No anno de 1591, Filippe I de Portugal mandou comprar a D. Luiza Soares, viuva do filho mais velho de João de Barros, por 500$000, os cadernos manuscriptos da IV *Decada*, bem como os da *Geographia*, compostos pelo grande mestre, mas ainda não de todo correctos. Para que fôssem publicados, confiou-os a D. Fernando de Castro Pereira, que não pôde aperfeiçoal-os, por lhe sobrevir a morte. Ordenou então o monarcha hespanhol que fôssem entregues em S. Roque ao padre jesuita Christovão Clavio, que n'essa epoca estava em Roma, para quando chegasse, concluir o livro da *Geographia;* o que não foi tambem a effeito, por ter ficado em Roma aquelle padre, occupando-se das suas proprias composições. O original da IV *Decada* passou para as mãos de Duarte Nunes de Leão e d'outros homens eruditos, mas nenhum d'elles pôde satisfazer o encargo. Então o rei ordenou a Diogo de Couto que continuasse a *Historia da India*, a partir da III *Decada* publicada por João de Barros. Succedendo Filippe II no throno de Portugal, quiz tambem este monarcha prestar-lhe homenagem, e mais feliz no commettimento de que fôra o seu antecessor, encontrou João Baptista Lavanha, a quem incumbiu o encargo. O intelligente editor empregou o maior cuidado em corrigir, annotar e illustrar o manuscripto, que se publicou em Madrid, á custa do Senado de Lisboa, no anno de 1615, acompanhado de cartas geographicas, e formando a IV *Decada*, um dos nossos melhores livros da historia da India. Relativamente á impressão d'esta decada são muito interessantes os documentos agrupados nos *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, vol. II e vol. III, pag. 20 e seguintes. João de Barros é tido universalmente pelo primeiro mestre da lingua portugueza. O pontifice Pio IV mandou collocar o seu retrato no Vaticano, junto ao de Ptolomeu; os venezianos tributaram-lhe a honra de lhe assignarem um logar distincto na galeria dos homens eminentes em litteratura. Na *Quinta de Real*, em Braga, ha tambem um retrato de João de Barros, que o herdeiro de sua casa guarda com veneração.

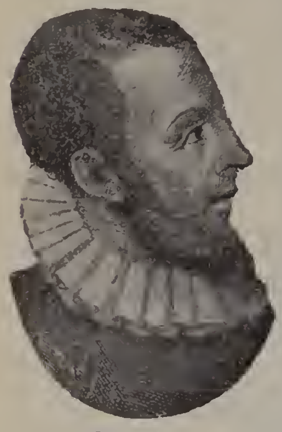
João de Barros

Barros *(Bibliographia de João de): Chronica do Emperador Clarimundo, donde os Reys de Portugal descendem, tirada da linguagem ungara em a nossa portugueza, dirigida ao esclarecido principe D. João, filho do muy poderoso rey D. Manuel*, Coimbra, 1520; outra edição em 1553; em 1601 reimprimiu-se em Lisboa, e depois em 1742, houve ainda outra, com a designação de *quinta edição, fielmente impressa sem mudança da sua antiga linguagem*, e accrescentada com a *Vida de João de Barros*, por Manuel Severim de Faria, Lisboa, 1791, 3 tomos; e por ultimo, tambem em Lisboa, 1843, 3 tomos; *Rhopica Pneuma, ou mercadoria espiritual*, Lisboa, 1532, é um colloquio de que são interlocutores o *Entendimento* e a *Vontade;* depois de ter corrido sem obstaculos até 1581, foi n'esse anno incluido no *Catalogo dos livros prohibidos*, mandado publicar pelo inquisidor geral D. Jorge de Almeida. O finado e illustre bibliophilo conde d'Azevedo, reimprimiu-a no Porto, em 1869, com outros folhetos de João de Barros, dando-lhes o seguinte titulo: *Compilação de varias obras do insigne portuguez João de Barros. Contem a Rhopica pnefma e o dialogo com dois filhos seus sobre preceitos moraes. Serve de segunda parte á compilação que de outros opusculos.fizeram imprimir em Lisboa, no anno de 1785, os monges da Cartucha de Evora. Feita esta reimpressão por diligencia e cuidado do visconde de Azevedo.* Seguem-se mais: *Cartinha para apprender a ler*, tendo no fim: *acábasse a Cartinha com os preceitos e mandamentos da santa madre igreia e cõ os misterios da missa e responsoreos della, empremida em a muy nobre e sempre leál cidade de Lizboa, per autoridade da santa inquisiçam em casa de Luis rodriguez livreiro delrey nosso senhor, com privilegio real aos x x de Dezembro de 1539 annos; Gramatica da Lingua Portuguesa*, Lisboa, 1540, seguida do *Dialogo em louuor da nossa linguagem,* em que são interlocutores Barros e um seu filho; *Dialogo da uiciosa Vergonha*, Lisboa, 1540; interlocutores o autor seu filho Antonio de Barros; *Compilação de varias obras do insigne portuguez João de Barros, dirigidas pelo mesmo auctor ao muito alto e muito excellente principe D. Filippe: impressas em Lisboa, em casa de Luis Rodrigues, livreiro delrei, pelos annos de 1539 e 1540, e agora reimpressas em beneficio publico pelos monges da Real Cartucha de N. Senhora da Escada do Céo*, Lisboa, 1785; *Dialogo de Joam de Barros com dous filhos seus, sobre preceptos moraes, em modo de jogo, M. D. LXIII: Panegyrico á mui alta e esclarecida princeza infanta D. Maria nossa senhora;* sahiu pela 1.ª vez nas *Noticias de Portugal* por Manuel Severim de Faria, Lisboa, 1655; 2.ª vez na *Vida da mesma infanta*, que escreveu em castelhano Fr. Miguel Pacheco, Lisboa, 1665; 3.ª vez na 2.ª edição das *Noticias de Portugal*, Lisboa, 1740; 4.ª vez, junto com o *Panegyrico a D. João III*, n'um volume com o seguinte titulo: *Panegyricos do grande João de Barros, fielmente reimpressos conforme a sua antiga linguagem, anno de 1533, por Joaquim Francisco Monteiro de Campos Coelho e Sousa; obra utilissima para a boa instrucção*, Lisboa, 1791: a estes

dois panegyricos se juntou no mesmo volume o *Elogio a el-rei D. João III*, por Antonio de Castilho, e um pequeno *Elogio á cidade de Evora*, que se diz ser de Fr. Bernardo de Brito, tudo egualmente copiado das *Noticias de Portugal;* o *Panegyrico* a D. João III tinha sahido pela 1.ª vez na 2.ª edição das citadas *Noticias de Portugal*. A obra mais importante de João de Barros é sem duvida as *Decadas da India*, que passamos a descrever: *Primeira Decada: Asia de Joam de Barros, dos fectos que os Portuguezes fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, Lisboa 1552; *Segunda Decada da Asia de Joam de Barros, dos fectos que os Portuguezes fizeram*, etc, Lisboa, 1553; *Terceira Decada da Asia de João de Barros*, etc., Lisboa, 1563; *Quarta Decada da Asia de João de Barros, dedicada a el-rei D. Filippe II nosso senhor; reformada, accrescentada e illustrada com notas e taboas geographicas por João Baptista Lavanha*, Madrid, 1615; tem, afóra o rosto impresso, um frontispicio gravado em chapa de metal; as notas são marginaes, e as chamadas taboas geographicas são tres plantas, tambem gravadas em chapa. As *Decadas* I, II e III sahiram segunda vez, impressas por ordem e á custa do Senado da Camara de Lisboa, em 1628, 3 tomos; a estas se junta, para completar a collecção, a *Decada* IV de 1615, acima mencionada. A *Decada* I foi reimpressa em Lisboa, em 1752. Mais tarde fôram reimpressas todas as 4 *Decadas*, tambem em Lisboa, nos annos de 1777 e 1778, 8 tomos, aos quaes se juntou mais um volume contendo a *Vida de João de Barros*, por Manuel Severim de Faria, e um minucioso *Indice geral* de todas as *Decadas*. Esta edição é tambem ornada com os retratos de Barros, do infante D. Henrique e de Affonso d'Albuquerque, gravados por Joaquim Carneiro da Silva, e com cinco cartas ou mappas geographicos. As *Decadas* I e II fôram traduzidas em italiano, por Affonso Ulloa, e sahiram com o titulo: *L'Asia del Sig. Giovanni di Barros, consigliero del christianissimo Re di Portogallo, de fati dei Portoghesi nello scoprimento e conquiste de mari e terre di Oriente*, Venetia, 1561-1562, 2 tomos. Feita sobre esta traducção, dizem existir outra, em francez, na Bibliotheca Imperial de Paris, tambem em 2 volumes, segundo a noticia que se lê no *Nouv. man. de biblioq. universelle*, da collecção Roret, tomo II, pag. 510. N'esta mesma obra se dá noticia da versão allemã, de Braenschwig, 1821, de 5 tomos. Obras manuscriptas: *Problemas Moraes; Exclamação contra as opinioens, e abuzos do mundo presente:* esta obra, diz Barbosa Machado, é muito sentenciosa e cheia de philosophia moral, escripta em mais de 400 redondilhas, dirigida com um largo discurso ao seu grande amigo João Rodrigues de Sá e Menezes, senhor de Sever e Mattosinhos, e alcaide-mór do Porto, no anno de 1561; *Decada da Africa; Geographia Universalis*, de que Barbosa Machado tambem diz, que é uma combinação de geographia antiga com a moderna, descrevendo primeiramente os instrumentos da navegação, e depois as situações das provincias, arrumações das terras e costumes de seus habitadores: um fragmento d'esta obra conservava-o Jeronymo de Barros, filho do grande historiador, e o offereceu a el-rei D. Sebastião, mas parece que se perdeu; *Historia natural do Oriente, que consta de plantas, e animaes d'aquellas provincias, e das obras artificiaes pertencentes á comutação, e commercio de ambas estas materias; Summario, que trata das provincias do mundo em especial das Indias e assim de Castella, como das de Portugal, e trata largamente da arte de marear junctamente com a espera em romance com o regimento do sol, e do norte, e outras derrotas e alturas das terras, e com outras muitas cousas necessarias aos navegantes*; conservava-se este manuscripto, que parecia ser o original, na livraria do marquez de Abrantes; *Historia dos Reis da Persia, Grão Famorlão, e Preste João*. Esta obra consta que ficou incompleta e que se conservava na Bibliotheca Real.

Barros *(João de)*. Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, escrivão da camara d'el-rei D. João III, etc. Natural do Porto. Não se sabem as datas do seu nascimento e fallecimento. Era filho do dr. Diogo Gonçalves e de sua mulher, D. Briolanja de Barros. Estudou jurisprudencia civil em Coimbra, e quando terminou os estudos, foi nomeado ouvidor do arcebispado de Braga, depois escrivão da camara de D. João III, em 1546 e 1547, e desembargador dos aggravos em 1549. Juntamente com o dr. Rodrigo Monteiro, que servia de almotacé-mór de Lisboa, e com os vereadores d'esta cidade, foi encarregado de rever os tributos, e de ordenar outros novos, mais commodos para o povo. O cardeal D. Henrique, sendo administrador do convento de Pedroso, tambem o encarregou, mais tarde, de reformar os cartorios de muitos conventos. Teve diploma de brazão de armas passado em Lisboa a 21 de julho de 1553, e registado no livro dos privilegios de 1552 e 1553. Escreveu: *Espelho de casados, em o qual se disputa copiosamente que excellente, proveitoso, e necessario seja o casamento, e se metem muitas sentenças, enxemplos; auisos, e doctrinas, e duuidas necessarias pera os casados, e finalmente os requisitos que ha de ter o casamento pera ser em perfeiçam e a serviço de Deos; nouamente composto pelo Doctor Joam de Barros, cidadão da cidade do Porto*, Porto, 1540. Fez-se uma nova edição em 1874, por Tito de Noronha e o bibliophilo Moreira Cabral, a qual sahiu com o seguinte titulo: *Espelho de casados pelo doutor João de Barros, 2.ª edição, conforme a de 1540, publicada por Tito de Noronha e Antonio Cabral*, Porto, 1874. Na bibliotheca de Evora existe o exemplar d'uma obra de João de Barros, intitulada: *Doze razões sobre os casamentos*, Porto, 1521. As seguintes obras conservam-se em manuscripto: *Dos nomes proprios de todas as provincias de Hespanha; Livro das escripturas authenticas e bens do mosteiro de Pedroso; Carta escripta ao cardeal D. Henrique*; *Breve summa de geographia da comarca de Entre Douro e Minho*. João de Barros foi casado com D. Izabel de Lemos, natural de Extremoz.

Barros *(João Baptista)*. Architecto das ordens militares de Santiago e S. Bento de Aviz. Foi nomeado para este cargo em 1715, pelo fallecimento de João Antunes. A carta que o nomeia, designa-o como architecto civil e militar, e tem a data de 26 de fevereiro de 1715. Falleceu no anno de 1743, e por sua morte succedeu lhe Custodio Vieira. Foi tambem architecto do Senado de Lisboa.

Barros *(João Baptista de)*. Doutor em medicina pela Universidade de Coimbra. Era natural

de Loulé, e filho de Pedro José de Barros. Foi doutorado a 23 de julho de 1815. Ignoram-se as datas do seu nascimento e fallecimento.

Barros (*D. Joaquim Augusto de*). Bispo de Cabo Verde. N. em Peso da Regoa a 23 de julho de 1837, fal. em Alvações do Corgo a 1 de março de 1904. Era filho de Francisco Manuel de Barros e de D. Maria Maxima de Barros. Desde creança manifestou uma certa vocação para a vida ecclesiastica, e ainda muito novo foi para Villa Real, para casa d'um seu tio materno, o padre José Justino de Carvalho. Cursou então no lyceu d'aquella villa as aulas de preparatorios, e em seguida foi estudar no seminario do Porto theologia, em que se tornou distincto. No anno de 1862 teve a nomeação de prior da freguezia de S. Salvador de Torgueda, do arceb. de Braga, pertencente ao concelho de Villa Real, e ali passou vinte annos entregue aos deveres do seu cargo, grangeando as maiores sympathias. Em 13 de março de 1884 foi nomeado bispo de Cabo Verde. Esta noticia causou a maior sensação n'aquella freguezia, lastimando todos a perda do seu bom pastor, apezar de saberem que a sua partida era motivada pela dignidade a que fôra elevado. D. Joaquim Augusto de Barros, sempre muito modesto resistiu obstinadamente a acceitar tão elevado cargo, porque se sentia feliz no remanso da aldeia, entregue aos parochianos e aos cuidados da familia. O *Progresso do norte*, de Villa Real, e o *Primeiro de janeiro*, do Porto, publicaram então artigos elogiosos ao digno prelado, congratulando-se pela sua nomeação. Vendo-se, por assim dizer, quasi obrigado a acceitar, receando que a sua pertinacia fôsse tida como desobediencia, veiu a Lisboa, onde foi sagrado na egreja do Sacramento, e em junho do referido anno de 1884 partiu para Cabo Verde, a tomar posse d'aquella diocese. Seis annos depois, em 1890, voltou ao reino, a requerer alguns melhoramentos para a sua diocese e diocesanos, o que pôde conseguir. Tendo de ir a Roma, infallivelmente, o papa Leão XIII o recebeu com a maior deferencia, pois já o conhecia pela fama adquirida em todo o orbe catholico. Regressando ao reino, havendo alcançado a nomeação de pessoal para o serviço da sé e do seminario de Cabo Verde, partiu logo a 6 de junho de 1893 para a sua diocese, onde foi recebido com as maiores provas de sympathia e consideração. O digno prelado prestou os mais relevantes serviços em Cabo Verde. Elevou o seminario diocesano á altura dos mais afamados do continente, escolhendo-lhes bons professores, e dotando-o com um bom gabinete de physica, chimica e historia natural, e á sua custa edificou e manteve a escola denominada de S. Joaquim, que estava provida de tudo quanto a moderna sciencia pedagogica aconselha, sendo a mais frequentada de todo o archipelago. A creação d'esta escola valeu-lhe a commenda da ordem de N. S.ª da Conceição, que na sua simplicidade e modestia, o respeitavel bispo não quiz acceitar, e a nomeação de prelado assistente ao solio pontificio, feita pelo papa, alta dignidade ecclesiastica, que poucos bispos possuem. D. Joaquim Augusto de Barros era um orador distincto e officioso, sendo sempre escutado com todo o respeito e attenção. Era muito caritativo; dispendia quasi a totalidade dos seus rendimentos em cousas do culto, de instrucção, e em esmolas aos pobres, que distribuia occultamente. Em sua propria casa dava de continuo catechese ás creanças. No anno de 1899 voltou a Lisboa, por motivo de serviço. Quando falleceu, achava-se na aldeia de Alvações do Corgo, onde tinha a sua residencia episcopal. Esta aldeia fica proximo a Peso da Regoa.

Barros (*José Alves Moreira de*). Cirurgião medico, lente da Escola Medico-Cirurgica do Porto; já hoje fallecido. Escreveu: *Importancia moral e economica da pauta geral das alfandegas, ou protecção ao trabalho nacional, considerada como base da riqueza publica*, etc. Porto, 1858; *Discurso pronunciado na R.·. L.·. União n.º 11 do valle do Porto, ao Or.·. da Conf.·. Maç.·. Port.·. em sessão solemne de 2 de março de 1863, na inauguração dos retratos dos M.·. I.·. e P... M.·. Porcio, Howard e Eurico, e da iniciação de tres prof.·. pelo J.·. Or.·. Franklin*, Porto, 1863.

Barros (*José Borges de*). Bacharel em Canones; conego na Sé d'Evora, prégador, etc. N. na cidade de S. Salvador da Bahia a 18 de março de 1657, fal. em Extremoz a 10 de março de 1719. Era filho do capitão João Borges, que muito se distinguiu no Brazil na guerra contra os hollandezes. Foi consagrado desde os primeiros annos á vida ecclesiastica, entrando ainda muito novo para a Companhia de Jesus, mas no fim de seis annos de iniciação, adoeceu gravemente, e, reconhecendo que a debilidade da sua organisação era incompativel com a observancia dos deveres religiosos que a companhia impunha, resolveu abandonar aquella vida; veiu então para Portugal e matriculou-se na Universidade de Coimbra onde tomou o grau de mestre em artes e o de bacharel em Canones. Voltou depois ao Brazil, e ali exerceu os logares de mestre escola da cathedral da Bahia, desembargador da Relação ecclesiastica, vigario geral, e Juiz dos Residuos. Como as recordações do tempo da mocidade o chamassem a Portugal, voltou, e em Coimbra desempenhou os cargos de provisor e vigario geral, e foi prior das freguezias de Santa Maria de Arazede e S. João de Almederia, e arcediago de Ceia. Motivos politicos o obrigaram a retirar-se a Lisboa, por ter defendido a jurisdicção do prelado da diocese de Coimbra, o que muito desagradou ao rei D. Pedro II. Encontrando-se então na capital com o arcebispo de Evora D. Simão da Gama, foi por elle nomeado seu provisor e vigario geral. Mais tarde, os seus proprios merecimentos lhe alcançaram um canonicato na sé d'Evora. Comtudo, no espirito do illustre sacerdote persistia o intento de vestir o habito de frade, e com esse empenho se recolheu ao oratorio de S. Filippe Nery, em Extremoz. A esse tempo já o nome de José Borges de Barros era afamado como orador sagrado, tanto na Bahia, como em Coimbra, Evora e Lisboa. Borges de Barros era distincto philosopho e profundo theologo, como testemunham as doutissimas obras que compôz em defeza da jurisdicção ecclesiastica, e dizem ser dotado de tão prodigiosa memoria, que escrevia qualquer sermão que ouvia, causando o maior assombro dos oradores. Era tão habil em trabalhos de escripta, que facilmente imitava com grandissima similhança, todas as letras que via, boas ou más; ás vezes, por desenfado, entretinha-se escrevendo ao mesmo tempo com duas pennas n'uma só mão, e traçando caracteres in-

teiramente differentes. Escreveu o seguinte, que ficou em manuscripto: *Tractatus de præceptis decalogi; Pratica judicial com o formulario do provisor e vigario geral; Tratado pratico das materias beneficiaes; Sermões varios*, 2 tomos; *Arte de memoria illustrada; A constancia com triumpho*, comedia; *Conclusões amorosas*.

Barros (*Luiz Frederico de*). Natural da ilha de S. Thiago de Cabo Verde. Escreveu: *Senegambia portugueza ou noticia descriptiva das differentes tribus que habitam a Senegambia meridional, contendo um quadro de usos e costumes dos povos que a occupam, topographia, religião, governo, lingua, commercio, industria, vestuario alimentação, solo, clima e producções, e seguida da geographia physica d'aquella parte das costas occidentaes da Africa*, Lisboa, 1878.

Barros (*Luiz Pereira de*). Contador da fazenda real no tempo do governo de Filippe III, de Portugal, e empregado da confiança de Miguel de Vasconcellos. Quando rebentou a revolução de 1 de dezembro de 1640 foi preso por suspeito, mas como não houvesse provas contra elle; o soltaram, restituindo-lhe o logar. Na conspiração que se formou contra D. João IV, feita pelo marquez de Villa Real e outros fidalgos, Pedro Baeça, thesoureiro da alfandega, um dos principaes agentes, achando de grande conveniencia attrahir Luiz Pereira de Barros, pelo cargo que occupava, e sobretudo por ser preciso dinheiro, lhe confiou aquelle segredo, julgando-o que elle seria affeiçoado ao governo de Castella. Luiz Pereira de Barros, porém, que era prudente e não queria expôr-se pela segunda vez a perder o logar, depois de meditar profundamente durante alguns dias, decidiu-se a denunciar a conspiração, denuncia que foi muito valiosa. Fingiu então que acceitava a proposta, introduziu-se na confiança de Pedro Baeça, pôde saber o nome de todos os conjurados, pediu uma audiencia a el-rei e revelou-lhe tudo. D. João IV ficou assombrado, e pediu a denuncia por escripto. Luiz Pereira de Barros accedeu, e com essa promptidão adquiriu direitos ás grandes recompensas que lhe fôram concedidas.

Barros (*Padre Manuel de*). Jesuita, missionario em Cabo Verde. N. em Ponte do Lima, em janeiro de 1564. Entrou na Companhia de Jesus em 1584. Ensinou grammatica, foi prégador e missionario em Cabo Verde, onde ainda vivia em 1616. Escreveu: *Carta datada de Cabo Verde*, escripta em italiano: *Ragvagli l'alcvne missioni fatte dalli Padri della Compagnia de Giesv nell'Indie Orientali, cioé nelle provincie di Goa e Coccino, e nell'Africa in capoverde*, Roma, 1615.

Barros (*Manuel Leal de*). Eremita da ordem de Santo Agostinho, doutor em theologia pela Universidade de Bordéos. N. em Arrifana de Sousa em 1622, fal. em Lisboa a 17 de novembro de 1691. Era filho de Antonio Luiz de Barros e de Anna Leal. Muito dedicado á poesia, para que tinha grande vocação, ainda não contava 18 annos de edade, quando compoz um livro em linguagem castelhana de varios versos, dedicado a Mathias Osorio Rangel, sargento-mór d'Olivença, seu particular amigo. O livro intitulava-se: *Seivas del Sousa, e Abriles del Amor*. Querendo, porém, seguir a vida claustral, deixou a casa paterna, e recolheu-se ao convento dos eremitas de Santo Agostinho, de Evora, onde professou a 12 de janeiro de 1642, ficando conhecido só pelo nome de fr. Manuel Leal. Passando a Bordéos, a estudar n'aquella universidade, ali recebeu o grau de doutor em theologia. Foi chronista da sua ordem, e falleceu no convento da Graça, de Lisboa. Escreveu: *Noticias da antigua Confraria de N. S.ª da Graça, instituida em o Altar mayor da Egreja de N. S. da Graça de Lisboa da ordem de S. Agostinho*, Lisboa. 1670; outra edição em 1683; *Chrysol Purificativo, em que se apura o Monocato do grande Patriarcha, Doutor e Principe da Egreja S. Agostinho, e a successão continuada da Ordem Erimitica, que instituhio em Africa, e seus discipulos introduzirão na Provincia Lusitana*. Esta obra foi impressa em 1673, e offerecida pelo autor a *Antonio Cavide, fidelissimo criado delrei D. João IV*, porém, n'esse mesmo anno, Cavide foi preso e castigado como traidor ao rei, e o autor substituiu o frontispicio por outro impresso em 1674, no qual dedicou o obra a *S. Paulino bispo de Nola*, trocando em egual sentido as proprias dedicatorias. Em manuscripto deixou as seguintes obras: *Antiguidades da Villa de Arrifana sua Patria; Chronica da Provincia de Portugal*, parte 3.ª Seguia as duas outras partes escriptas pelo seu antecessor Fr. Antonio da Purificação. Esta obra, segundo se diz, ficou imperfeita, e conservava-se o manuscripto na livraria do convento da Graça de Lisboa.

Barros (*Fr. Manuel de Santa Ritta*). Bispo de Angola e do Congo. Escreveu: *Pastoral aos seus diocesanos*, Lisboa, 1860; tem no fim a data de Pinheiro Grande, 15 de setembro de 1860.

Barros (*Matheus da Costa*). N. em Lisboa a 21 de setembro de 1673; fal. na Castanheira a 18 de agosto de 1746. Era filho de João da Costa Rousado e de Marianna Josepha. Não se applicou muito aos estudos emquanto era novo, mas emendou este defeito, depois d'uma edade mais avançada, empregando a maior parte do tempo na lição dos poetas e dos santos padres, de cujo laborioso estudo colheu os melhores resultados. Em 1722 casou com D. Francisca da Fonseca Coutinho e Aguinaga, filha legitimada de Antonio de Sousa Coutinho e de Maria da Silva de Figueiredo, de quem teve Antonio de Sousa Coutinho, successor de seu avô materno nos morgados de Cinco Outeiros e de S. Pedro de Arrifana. Escreveu: *Discurso Apologetico e Critico em defensa da Ave Feniz, da sua existencia, creação e metamorphose contra o Propugnaculo das Asturias o R. Fr. Bento Jeronymo Fejóo, e seu amado socio Francisco José de Torres, e em parte contra o R. Doutor Fr. Bernardino de Santa Roza, no Theatro do mundo Universal, e defensor Luiz Caetano dos Serafins*, Lisboa, 1745; *Novissimo Comento Apologetico ao Poema das Luziadas de Luiz de Camoens*, 3 tomos em manuscripto, assim como um volume de *Poesias Portuguezas e Castelhanas*.

Barros (*Miguel Antonio de*). Poeta contemporaneo de Bocage. N. em Carvalho d'Este, aldeia nas proximidades de Braga, em 1772; fal. miseravelmente em Lisboa, em 1827. Seus paes eram pobrissimos, e não podendo dar-lhe educação, o mandaram a Lisboa, tendo apenas 15 annos de edade, para procurar um modo de vida. Entrou então como aprendiz n'uma loja de correeiro, e apezar da sua completa ignorancia, mostrou um talento tão natural e tão notavel, desejando muito

instruir-se, aprendendo com tanta facilidade, ao passo que proseguia no officio de correeiro a que se dedicara, que não tardou a ser admittido na sociedade de pessoas de classe mais elevada, procurando de preferencia a companhia de litteratos e com especialidade de poetas. Com esta convivencia e a sua propensão natural para a poesia, começou a distinguir-se como repentista e improvisador, causando inveja ao proprio Bocage, que pretendia imitar, o qual, como era bem sabido, não soffria que deante d'elle se elogiassem outros poetas. Bocage principiou a fulminal-o com os seus terriveis epigrammas, a que Barros replicava sem receio. A emulação subiu a tal ponto, que ao escrever o popular poeta a sua metamorphose original de *Areneo e Argira*, Miguel Barros apresentou logo em competencia a de *Cyneo e Solina*, julgada por alguns entendedores superior á outra. Desesperou-se Bocage e proseguiu na sua rivalidade, com epigrammas mais aggravantes. Barros largou o officio de correeiro para se entregar exclusivamente á poesia. Viveu pobremente, sem recursos, escrevendo sonetos ao acaso, acceitando muitas vezes o jantar que lhe davam por esmola. Em 1823 a camara dos deputados mandou-lhe escrever quatro sonetos ao retrato de D. João VI, que se haviam de distribuir gratuitamente na sala das sessões, quando o retrato fôsse inaugurado solemnemente. Em 1825 colligiu muitas das suas poesias n'um livro que imprimiu para vender aos seus amigos, desde que se vira impossibilitado de escrever para o theatro, expediente de que lançara mão para adquirir meios de subsistencia. Era um verdadeiro bohemio da litteratura, possuindo, como Bocage, grande facilidade de composição e notaveis dotes de repentista, mas faltava-lhe a instrucção e o estro possante. Atravessando uma vida libidinosa em extremo, falleceu minado de molestias syphiliticas, abandonado, n'uma pobre casa da rua dos Canos. *No Ramalhete*, tomo VII, de 1844, a pag. 59 e seguintes, vem a biographia de Miguel Antonio de Barros, escripta por J. M. da Costa e Silva. Escreveu: *Ulysséa libertada, drama allegorico, representado no theatro do Salitre*, Lisboa, 1808; foi tambem representado no theatro real do Rio de Janeiro em 24 de junho de 1809, em homenagem ao nome do principe regente D. João; n'esse mesmo anno imprimiu-se na typographia regia da referida cidade; *O templo de Marte, drama representado no theatro do Salitre*, Lisboa, 1811; *O Triumpho, drama allegorico, representado no theatro da Rua dos Condes*, Lisboa, 1814; *Elegia á saudosa memoria de S. M. F. a senhora D. Maria I*, Lisboa, 1816; *Ao retrato d'El-rei, sonetos* (quatro), Lisboa, 1823; *Poesias offerecidas aos verdadeiros amigos*, Lisboa, 1825; este livro contém a metamorphose de *Cyneo, Solina e Deste*, que havia sido annos antes publicada anonyma e com algumas incorrecções no *Jornal de Bellas Artes*, ou *Mnemosine Lusitana*, n.º 6 do tomo I, 1816; *Ecloga pastoril ao feliz parto da Ill.ma e ex.ma sr.a duqueza do Cadaval*, Lisboa, 1798; *Drama congratulatorio que, no faustissimo dia natalicio do principe regente, se ha de representar no theatro do Salitre*, Lisboa, 1805; *Tributo gratulatorio que, no faustissimo dia natalicio da serenissima princeza D. Carlota Joaquina, se ha de recitar no theatro do Salitre*, Lisboa, 1805; *Ode aos annos de D. Miguel Pereira Forjáz*, no *Telegrapho portuguez*, n.º 80, de 3 de novembro de 1812, ou tomo II, pag. 697. E mais poesias diversas em differentes jornaes e folhetos de versos d'outros autores. Deixou em manuscripto: *Elaire, tragedia; O Preto vingativo; A apparição a el-rei D. Affonso Henriques, ou a batalha de Campo d'Ourique, drama em 1 acto, representado no theatro da Boa Hora em Belem, em 1814*; *O Tejo em prazer ou a fama sublimada*, elogio dramatico aos annos da rainha D. Carlota Joaquina; *O vicio opprimido ou a virtude exaltada*, elogio dramatico aos annos de D. João VI; *D'além do espaço azul que os astros bordam*, etc., elogio congratulatorio.

Barros *(Salvador José de)*. Escriptor que floresceu no seculo XVIII, de quem apenas se sabe que foi muito versado na lingua italiana, e que d'esta lingua traduziu um opusculo intitulado: *Desengano de allucinados, caso horroroso, relação tragica e historia funesta do peregrino do inferno, um homem do demonio, ou um demonio feito homem*, etc., *traduzida da lingua italiana na portugueza*, Lisboa, 1733.

Barros (*Sebastião do Rego*). N. em Pernambuco a 18 d'agosto de 1803, onde tambem falleceu em 1863. Era filho do coronel Francisco do Rego Barros. Assentou praça de cadete em 1817, e mostrando-se logo acerrimo partidario das idéas liberaes proclamadas em Lisboa pela revolução de 1820, foi preso e mandado para esta cidade pelo governador de Pernambuco, Luiz do Rego. Em Lisboa deram-lhe a liberdade, e permittiram-lhe que fôsse estudar na Universidade de Coimbra. Depois de proclamada a independencia brazileira, Sebastião do Rego Barros foi continuar os seus estudos em França, e em 1825 passou á Allemanha, tomando o grau de bacharel na Universidade de Goettingue, regressando em 1826 ao Brazil. Entrou no exercito, na arma de engenharia, tornou-se muito distincto; foi deputado, ministro da guerra, e fal. estando reformado no posto de tenente-coronel. Além das condecorações brazileiras, era tambem commendador da ordem portugueza de S. Bento d'Aviz.

Barros (*Theotonio Cerqueira de*). Presbytero secular, que vivia no fim do seculo XVII e principios do XVIII. Apenas se sabe que escreveu uma obra, que ficou em manuscripto, como se lê no *Diccionario Bibliographico*, de Innocencio da Silva, vol. VII, pag. 312 e 313; *Guia pera o Ceo, em que se contem toda a substancia da Doutrina dos Santos Padres & Antigos Philosophos. Composto por D. Joam Bona de Monte-real, Cardeal Abbade Geral da Congregação reformada de S. Bernardo da Ordem de Cister. Traduzido em o idioma Portuguez pello P. Theotonio Cerqueira de Barros, Clerigo do habito de S. Pedro & professo do habito de Christo, natural da Villa da Barca, Arcebispado de Braga, anno de 1704*. A traducção era dedicada ao arcebispo de Braga, D. Rodrigo de Moura Telles.

Barros (*Padre Thomaz de*). Jesuita. N. em Coimbra, em 1591, fal. no collegio de Nechol a 13 d'abril de 1658. Contando 19 annos de edade partiu para a India, e entrou na Companhia de Jesus, no collegio de Gôa, no anno de 1610. Ensinou humanidades, philosophia e theologia, foi superior das missões de Mogor e do Thibet, reitor de Damão, Baçaim e de Gôa. Escreveu: *Relação da Missão dos Padres da Companhia de Je-*

sus em Etiopia pelos annos de 1621 e 1622, sahiu impressa com outras, em Roma, 1627; e em Paris, traduzida em francez, em 1628; *Copia de una Carta en Junio de 1622 al. Padre General en que declara lo que los desta Compañia hicieron en el Imperio de Etiopia en dicho ano de 1622*; sem logar de impressão, mas parece ser em Hespanha.

Barros. Pov. na freg. de Santo Estevão, na prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 355 hab. e 86 fog. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada em um valle, na raiz do monte Cortelho-de-Barros, d'onde se vêem Braga e varias serras. Esta freg. foi concelho, tendo camara e juiz ordinario. Depois, até 1855, pertenceu á comarca de Pico de Regalados, conc. d'Aboim da Nobrega. O reitor da freg. de S. João do Conceiero apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis de congrua e o pé d'altar. E' n'esta povoação a *Quinta do Moiro*, que foi do porteiro-mór Domingos Annes, de Guimarães. Nasce aqui o ribeiro do Conxeiro. Barros pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. hoje annexa á de S. Braz, de Figueira, conc. de Aviz, com. de Fronteira, distr. de Portalegre, arceb. de Evora. Orago N. S.ª dos Barros. Está situada n'uma planicie, entre charnecas, que lhe impedem a vista d'outras povoações. E' terra fertil. O tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o capellão, que era freire professo na ordem de Aviz. Tinha 2 moios de trigo, 90 alqueires de cevada e 15$000 réis em dinheiro, pagos pela commenda da referida ordem a que esta freg. pertencia. || Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Almagreira, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Belinho, conc. de Espozende, distr. de Braga. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, conc. e distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Thomé, de Correlhã, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Estella, conc. de Povoa do Varzim, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Gualtar, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Simão, de Junqueira, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Messegães, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na ilha da Madeira, na freg. e conc. de S. Vicente, distr. do Funchal. || Logar na freg. de S. Paio, de Arcos, conc. e distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Miguel, de Foz de Arouce, conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || Logar na freg. de S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || Logar na freg. de S. Thiago, de Silvalde, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Aldeia na freg. de N. S.ª da Conceição, de Azinheira de Barros, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de Santa Suzana, do Maxial, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª da Purificação, da Sapataria, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de Santo Antonio, de Vendas Novas, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Sitio no logar de Adão Lobo, conc. e freg. do Cadaval. || Quinta na freg. de N. S.ª da Expectação, de Samaiões, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || Quinta na freg. de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa.

Barros d'Almansil. Pov. e freg. de S. João Baptista, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Barros Cardos. Logar na freg. de Santa Maria e conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Barros e Costa (*P. Manuel de*). Abbade da egreja de S. Cypriano da Refontoura, no arcebispado de Braga. Foi natural d'esta cidade e fal. a 11 de junho de 1720. Escreveu: *Breve Summa dos casos reservados do arcebispado de Braga*, Coimbra, 1681; é a 2.ª edição; a 1.ª tinha-se publicado em Lisboa, no anno de 1678. A esta 2.ª edição se juntou outro opusculo, que faz um só volume com a *Summa*, posto que com rosto e paginação separada, tendo por titulo: *Tractado de avisos de confessores, ordenado per mandado do rev.mo sr. D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, arcebispo e senhor de Braga*, etc., Coimbra, 1681.

Barros da Costa (*Thomaz de*). Licenceado em Canones, e prégador que floresceu no seculo XVII. Era natural de Braga. Publicou: *Sermão de S. Bom-homem que está sobre uma porta da cidade de Braga*, Lisboa, 1631.

Barros e Cunha (*João Gualberto de*). Deputado, ministro do Estado, jornalista e proprietario em Runa, d'onde era natural, e onde falleceu repentinamente em 10 de janeiro de 1882. Serviu como voluntario liberal nas luctas civis de 1846. Era muito dedicado ao então marquez de Loulé. Entrando na politica, filiou-se no partido progressista historico, mas em 1876, separou-se indo reunir-se ao marquez, mais tarde duque d'Avila, e Bolama. Foi deputado em diversas legislaturas, distinguindo-se sempre como orador vehemente e de grande verbosidade. Na organisação do ministerio pelo marquez d'Avila, em 5 de março de 1877, foi chamado para se encarregar da pasta do ministerio das obras publicas, cargo que exerceu até á queda do ministerio, a que deu causa o inquerito ás obras da Penitenciaria, ordenado por Barros e Cunha, facto que occasionou as mais vivas controversias na imprensa e no parlamento. Barros e Cunha era casado com uma senhora ingleza. Collaborou em diversos jornaes politicos e litterarios. Tinha differentes condecorações e foi sempre muito estudioso e trabalhador. O seu *Relatorio*, como ministro das obras publicas está cheio de documentos importantes. Por occasião de se discutir na camara o tratado de Lourenço Marques, Barros e Cunha foi um dos que o combateram com maior vehemencia, chegando até a ir falar n'um *meeting* republicano. Escreveu: *Hoje*, Lisboa, 1868; *Historia da liberdade em Portugal*, Lisboa, 1869; *Os factos*, Lisboa, 1870, opusculo que é uma aspera censura á revolta de 19 de maio de 1870, promovida pelo marechal duque de Saldanha; *A divida de mr. Lowe*, Lisboa, 1870; *Pantanos e irrigação: relatorio e projecto apresentado á camara dos senhores deputados*, Lisboa, 1876; *Lourenço Marques*, Lisboa, 1881, ácerca do tratado de 30 de maio de 1879 celebrado com o governo inglez, a respeito do qual appareceram numerosos artigos de controversia na imprensa politica.

Barros e Cunha (*José Luiz de*). Agronomo, delegado de Portugal no congresso phylloxerico reunido em Lausanna, etc. Escreveu: *Visita ao Douro e estado das vinhas n'aquella região*, Lisboa, 1877; *Estado da questão phylloxerica na Europa em 1878; relatorio sobre o congresso phylloxerico internacional, reunido em Lausanna desde 6 a 18 de agosto de 1877 pelo dr. Victor Fatio*,

promotor, membro e relator do mesmo congresso, traducção, Lisboa, 1878.

Barros Escobar (*Manuel*). Medico de Montemór-o-Velho, villa d'onde era natural. Foi muito instruido nas letras sagradas e profanas. Escreveu: *Desengano Catholico contra o engano Christão; Noticias de diversas familias, e varios successos acontecidos até o anno de 1700.*

Barros Ferreira (*Jeronymo de*). Pintor d'architectura, de flôres, de ornamentos e de retratos em miniatura, e architecto. N. em Guimarães a 3 de dezembro de 1750, fal. a 30 d'outubro de 1803. Foi discipulo de pintura do professor Miguel Antonio do Amaral, e depressa adquiriu alguma reputação. Desenhava com facilidade. e pintava muito bem flôres e ornamentos. Tinha muito zelo e enthusiasmo pela sua arte, e procurava sempre o seu progresso, e com esse fim admittia gratuitamente em sua casa todos aquelles que quizessem aproveitar as suas lições. Era tambem versado em architectura, e tinha particular talento para os retratos em miniatura, que elle fazia muito similhantes. Entre as suas obras citam-se as seguintes: pintura do tecto do altar das Trinas, ao Rato; as figuras do tecto da bibliotheca do convento de S. Domingos; a architectura e o quadro da capella de Santa Brigida na egreja do Lumiar; o tecto da sala de jantar do palacio do marquez de Marialva; o retrato da rainha D. Maria I, que fez para a condessa de Vimeiro, quando era superiora do convento de Santos; os retratos do pae e da mãe de D. Miguel Pereira Forjaz; os aposentos d'este ultimo no palacio da Cruz da Pedra, e o tecto d'um dos aposentos do marquez de Niza, em Xabregas. Casou com Antonieta Engracia de Deus e Silva. Quando Pedro Alexandrino abandonou a pintura dos coches reaes para se entregar a assumptos mais elevados, Jeronymo de Barros substituiu-o com grande vantagem n'esta parte, e representou nas pinturas dos coches, creanças, deuses da fabula, assumptos allegoricos, etc. Pintou tambem ornamentos, retratos, caricaturas; fez egualmente gravuras a agua forte. N'este ultimo genero, foi o primeiro mestre de Gregorio Francisco de Queiroz. Traduziu do francez a *Arte da pintura, de C. A. du Fresnoy*, publicada em 1801. No frontispicio dizia, que era *exposta aos candidatos e amadores desta bella arte.* O manuscripto d'esta obra, segundo se lê no *Dictionnaire* do conde A. Raczynski, já por tantas vezes citado, contem 50 paginas escriptas pelo proprio punho do traductor, encontra-se na Bibliotheca da Academia das Bellas Artes de Lisboa. Foi offerecido pelo filho de Jeronymo de Barros, Silencio Christiano de Barros, gravador da referida academia.

Barros Ferreira (*João de*). Jurisconsulto, formado em Leis pela Universidade de Coimbra. Não se conhece a sua naturalidade, nem as datas do seu nascimento e fallecimento, mas parece que nasceu na segunda metade do seculo XVII. Escreveu: *Demonstração legal e concludente das Egrejas, que no Reyno de Portugal devem Quindennios, e das que estão izentas de tal tributo, conforme todas as Bullas e Breves Apostolicos que sobre a materia de Quindennios dispuzerão os Summos Pontifices*, Lisboa, 1705.

Barros Gomes (*Bernardino*). V. *Gomes* (*Bernardino Barros*).

Barros Gomes (*Henrique*). V. *Gomes* (*Henrique Barros*).

Barros Lima (*Francisco Ribeiro de Faria, 1.º visconde de*). Fidalgo da Casa Real, pelo alvará de 29 de junho de 1846; commendador da ordem de Christo, deputado na legislatura de 1858-1859; bacharel formado em Direito, abastado proprietario no districto do Porto. N. a 11 de março de 1824. Era filho de Francisco Ribeiro, de Faria, fidalgo da Casal Real, pelo alvará de 22 de junho de 1836, cavalleiro professo da ordem de Christo, bacharel formado em Canones, abastado proprietario no Porto, fallecido em 1863, casado com D. Rosa Margarida de Barros Lima, filha de Francisco José de Barros Lima, fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Christo, abastado proprietario e capitalista, negociante de grosso trato da praça do commercio do Porto, antigo contratador do tabaco, membro da Junta Suprema do Governo do Reino, eleita na cidade do Porto em 1820, e depois da Junta Provisional Preparatoria das Cortes do mesmo anno, e deputado nas referidas côrtes. Falleceu em 1842. O visconde de Barros Lima era neto paterno de Manuel Ribeiro de Faria, fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo da ordem de Christo, capitão de ordenanças no Porto, etc., a quem foi concedido, pelo alvará de 10 de dezembro de 1776, o seguinte brazão: Escudo partido em pala: a direita esquartelada com as armas dos Ribeiros, dos que procedem de Martim Paes Ribeiro, tendo no primeiro quartel as armas do antigo reino de Aragão, em campo de ouro quatro palas ou barras vermelhas; e no segundo quartel as armas dos Vasconcellos, em campo preto tres faxas veiradas e contraveiradas de prata e vermelho, e assim os contrarios. Na segunda pala, á esquadra, as armas dos Farias, em campo vermelho um castello de prata com portas e frestas de negro, entre duas flôres de liz do mesmo metal; timbre, um lyrio verde com cinco flôres de liz. O titulo foi concedido, por el-rei D. Luiz I, por decreto de 14 e carta de 30 de dezembro de 1873.

Barros Lobo (*Eduardo de*). V. *Lobo* (*Eduardo de Barros*).

Barros Pereira (*Antonio de Lima*). Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, conego na sé episcopal de Angra do Heroismo. N. no Porto a 11 de setembro de 1687; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Gonçalo d'Oliveira e de sua mulher, Joanna de Barros Pereireira. Desde os primeiros annos se applicou á poesia. Escreveu: *Floresta Apollinea, dedicada ao Reverendissimo Padre D. Thomaz da Luz*, etc., Lisboa, 1720. Consta de versos portuguezes e castelhanos sobre diversos assumptos sacros e profanos.

Barros Ribeiro (*Eugenio Arnaldo de*). Bacharel formado em Direito, pela Universidade de Coimbra. N. em S. Martinho d'Anta, districto de Villa Real, a 14 de junho de 1837 Havendo começado os estudos em Coimbra em 1850, por certas circumstancias particulares teve de interrompel-os, em 1853, anno em que sahiu para o Rio de Janeiro. Ali se deu ao cultivo das letras, e collaborou n'um semanario intitulado *Saudade*. Regressando a Portugal, continuou os seus estudos na Universidade de Coimbra, onde se formou em Direito, tomando o grau de bacharel em 1863.

Por decreto de 26 de janeiro de 1867 foi nomeado administrador do concelho da Torre de Moncorvo. Quando estudava em Coimbra foi collaborador d'alguns jornaes academicos, entre os quaes se contam: *Preludios litterarios*, *Estreia litteraria*, e *Litteratura illustrada*. Tambem escreveu nos jornaes: *Phosphoro* e *Tira-teimas*, em que imprimiu diversas poesias, sendo duas em francez. Em 1859, dizem que publicou um volume de poesias; em 1862 sahiu tambem em Coimbra, um outro volume, com o titulo de *Poesias de...*, etc, de que a imprensa falou com elogio.

Barros e Sá *(Antonio José de)*. Fidalgo da Casa Real, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, deputado, par do reino, juiz relator do Supremo Tribunal de Justiça Militar, ministro de estado, etc. N. em Montalegre, em 1821, fal. a 28 de julho de 1903. Matriculou-se na Universidade de Coimbra, na faculdade de Direito, em que se formou no anno de 1845. Deu-se então a revolução chamada da *Maria da Fonte*, e Barros e Sá alistou-se no batalhão academico que logo se formou e entrou no combate do Alto do Viso, onde foi feito prisioneiro, e enviado para Lisboa. A amnistia dada segundo o protocolo de 1847 o restituiu á liberdade. Mas, como diziam os patuléas d'essa epoca, a amnistia fôra apenas um armisticio, e quatro annos depois o marechal duque de Saldanha, o vencedor do partido popular em Torres Vedras, punha-se á frente da revolta que devia consagrar pela victoria as aspirações do progresso, quando, perdida a esperança de exito, o valente cabo de guerra acceitava o apoio dos que combatera, e entrava triumphantemente no Porto, e depois em Lisboa. Barros e Sá, o soldado da junta do Porto, pôz-se ao serviço do novo partido, que surgia como uma aurora de esperança nos horisontes da praia, e que vinha abrir era nova de tolerancia e de progresso nos annaes da nossa existencia politica. Deixando então a vida administrativa pela magistratura militar, Barros e Sá, que n'essa epoca era administrador do concelho de Montalegre, foi despachado auditor para a terceira divisão, sendo depois transferido para a primeira. Pertencendo ao partido regenerador e sendo muito dedicado a Fontes Pereira de Mello, sahiu deputado pela primeira vez em 1854, eleito pelo circulo de Faro, e depois consecutivamente por Montalegre, terra da sua naturalidade, até 1874, em que foi elevado ao pariato, tomando posse na respectiva camara a 5 de janeiro de 1875. Fôram muito apreciados os discursos que proferiu sobre a Concordata e ácerca de varias questões com a Curia Romana. Por decreto de 20 de junho de 1866 teve a nomeação de juiz relator do Supremo Tribunal de Justiça Militar. Em 1881, sendo organisado do ministerio por Antonio Rodrigues Sampaio, Barros e Sá foi convidado para gerir os negocios da justiça e mais tarde acumulou a gerencia interina da pasta da fazenda, pela saida do ministro Lopo Vaz. Na camara dos pares occupou a presidencia nos annos de 1886 a 1890. Na carreira parlamentar deixou documentos do seu bom senso em varios relatorios. Nas commissões de que fez parte nas duas casas do parlamento, provou bastante em como sabia estudar e apreciar os assumptos discutidos, sobresahindo os seus relatorios sobre a reforma do pariato, sobre a contabilidade publica, sobre as deserções militares, sobre a nova constituição do Banco de Portugal e sobro o «bill» de indemnidade na celebre questão dos coroneis de infantaria, o codigo de justiça militar e o regulamento de disciplina militar, que são trabalho seu, e que documentam o saber d'este jurisconsulto na especialidade de legislação para o exercito. O legislador era tambem magistrado, e do cargo de auditor passou ao de ajudante do juiz relator do Supremo Tribunal de Justiça Militar, e depois ao de juiz relator do mesmo tribunal, que se transformou no Tribunal Supremo de Guerra e Marinha. Barros e Sá tinha a grã-cruz da ordem de N. S.ª da Conceição, a de Carlos III de Hespanha, de Pio IX, e a de Humberto d'Italia. Escreveu: *Projecto do codigo penal militar portuguez*, Lisboa, 1858; *Discurso do sr. deputado*, etc., *na sessão da Camara, de 2 de Março de 1861*, sem indicação de logar nem de typographia; versava sobre os projectos apresentados pelo governo sobre a administração da justiça e reforma da magistratura judicial. Nos *Diarios da Camara dos deputados*, e no *de Lisboa*, acham-se publicados outros discursos seus, pronunciados sobre diversos assumptos. Escreveu tambem: *Projecto de Codigo do processo criminal. Segunda parte do Codigo da justiça militar, redigido por...* etc., Lisboa, 1867.

Antonio José de Barros e Sá

Barros da Silva *(Luiz de)*. Cavalleiro fidalgo, e capitão d'uma nau, que partiu de Lisboa com outras para a India, com D. Francisco Mascarenhas, conde de Santa Cruz, em 1581. Era natural de Evora; fal. em Santarem no anno de 1602. Teve fama de bom poeta. Estava em Madrid, em 1589, quando compoz, por ordem de Filippe I, de Portugal, a seguinte obra, que ficou inédita: *Relação de todas as Fortalezas, e Praças, que tem o Estado da India, das quaes erão Senhores os Reys de Portugal.*

Barros e Vasconcellos (*José Joaquim Soares de*). Celebre estronomo setubalense. N. em Setubal a 19 de março de 1721; fal. em Cezimbra a 2 de novembro de 1793. Era filho de João Soares de Brito, administrador do morgado dos Soares, em Setubal, e de sua mulher, D. Izabel Apolonia Thereza de Seixas, ambos descendentes de familias illustres. Seguiu a principio a vida militar, que deixou, para ir procurar instrucção nos paizes mais cultivados da Europa. N'este intuito sahiu de Portugal no anno de 1748, em direcção de Londres, passou depois a França, onde se demorou alguns annos dedicando-se ao estudo das sciencias physicas e mathematicas, e mais especialmente ao da astronomia. Em 1761 regressou a Portugal, e n'esse mesmo anno foi nomeado do secretario da embaixada de Paris, para onde

partiu. Desgostos particulares que teve com o respectivo embaixador, o obrigaram a abandonar a carreira diplomatica, e voltando ao reino, veiu estabelecer residencia em Cezimbra, passando o resto da existencia, retirado do mundo, entregue aos seus estudos favoritos. Barros e Vasconcellos foi socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa e da de Berlim, e correspondente da de Paris. Para a sua biographia póde vêr-se o *Elogio historico*, no 1.º vol. das *Obras* de Garção Stockler, a pag. 189 a 224, e no livro intitulado: *Ouvrages de José Joaquim de Barros e Vasconcellos*, por Antonio de Portugal de Faria, publicado em Leorne, no anno de 1899. Escreveu: *Observations et explications de quelques phenomènes vus dans le passage de Mercure audevant du Disque du Soleil, observé à l'Hotel de Clugny à Paris le 6 May 1753*, Paris, 1755; *Nouvelles considérations sur les annèes climatériques, la longueur de la vie de l'homme, la propagation du genre humain, etc.*, Paris, 1757; *Lettre aux auteurs des Mémoires de Trevoux, sur des nouvelles découvertes en physique*, Paris, 1757; *Lettre à M M. les auteurs du Journal des Savants, sur la navigation des portugais aux Indes orientales*, Paris, 1758; *Lettre à M M. les auteurs du Journal des Savants, avec l'extrait d'un livre très intéressant sur le tremblement de terre de Lisbonne arrivé en 1755*, Paris, 1759; *Nouvelles equations pour la perfection de la théorie des satellites de Jupiter, et pour la correction des longitudes terrestres, déterminées par les observations des mêmes satellites*, nas *Mémoires de l'Academie Royale des Sciences de Berlin*, 1755; *Memoria sobre os grandes beneficios do sal commum em geral, e em particular do sal de Setubal, comparado experimentalmente com o de Cadix*, etc., nas *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo I, *Memoria sobre a causa da differente população de Portugal em diversos tempos da monarchia*, no referido volume das *Memorias* citadas; *Memoria sobre os hospitaes do reino*, nas referidas *Memorias*, tomo IV; *Obsequios devidos á memoria de um respeitavel monarcha, e aos creditos de um vassallo o mais benemerito*, nas *Memorias de Litteratura da Academia Real das Sciencias*, tomo V; este vassallo era Affonso d'Albuquerque, e o monarcha, D. Manuel; *Loxodromia da vida humana, ou memoria em que se mostra qual seja a carreira da nossa especie, pelos espaços da nossa presente existencia;* na *Historia e Memoria da Academia Real das Sciencias*, tomo II; *Memoria sobre os kermes,* nas referidas *Historia e Memoria*, tomo III, parte, 1.ª Em manuscripto deixou as seguintes traducções do francez: *Conjuração de Portugal*; *Vida de Augusto Rey da Polonia, Vida de Henrique IV de França.*

Barros Velho *(Gaspar).* Licenceado em Canones pela Univesidade de Coimbra, vigario geral, e penitenciario da sé de Evora, para que foi nomeado pelo arcebispo D. Theotonio de Bragança. N. em 1555, fal. em Evora a 1 de junho de 1614. Escreveu em 1608 a seguinte obra, que não chegou a imprimir-se: *De Percussoribus Clericorum, & aliarum personarum Ecclesiacticarum tribus libris Distinctum.*

Barrosas. V. *Barrozas.*

Barrosinho. Pov. na freg. de S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Herdade na freg. de N. S.ª dos Prazeres, conc. de Monforte, distr. de Portalegre.

Barrosinho Novo. Pov. na freg. S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Barroso. Antiga familia portugueza, que tomou o appellido das terras de Barroso, onde tinha uma torre. Na *Nobiliarchia portugueza*, de Villas Boas, diz-se que o conde D. Pedro os faz descendentes de Paio Pires Romeu, e de sua mulher D. Goda Soares, o qual era descendente de D. Arnaldo de Bayão, pela linha de seu filho Gozendo Araldes. D. Egas Gomes Barroso foi o primeiro que assim se chamou, da terra de Barroso, junto ao reino da Galliza. Tem por armas em campo vermelho cinco leões de prata, cada um com duas faxas xadrezadas de ouro e vermelho, postas em santor. O timbre é um dos leões. Villas Boas descreve de fórma um pouco differente: em campo vermelho cinco leões de prata faxados de duas faxas de purpura cada um, uma pelo pescoço, outra pela barriga, empequetados de ouro, postos em aspa; timbre um dos leões das armas. Aos Barrosos tambem dão por armas: em campo azul cinco conchas de prata.

Barroso *(Padre Antonio Bernardino).* Presbytero secular, natural de S. Miguel Tres-Minas, na provincia de Traz-os-Montes, onde nasceu a 4 d'abril de 1811. Cursou os estudos em Braga, e recebeu a ordem de presbytero em 1840. N'este mesmo anno partiu para Macau, em cujo seminario se conservou por espaço de dez annos, ensinando a lingua latina. Regressou depois a Portugal, serviu por algum tempo como reitor interino no seminario de Sernache do Bomjardim, retirando-se então para a terra da sua naturalidade. Escreveu: *Methodo pratico de tratar das colmeias, seguido de algumas receitas para purificar o mel,* etc., Macau, 1857; impresso em Lisboa, em 1860. Este livro encerra, segundo dizem, curiosas informações sobre o tratamento das abelhas, em que tambem se inclue a noticia do modo como são tratadas as colmeias no norte e sul da China, com particularidade especiaes e não sabidas. A. F. Marques Pereira, no seu jornal *Ta-ssi-yang*, de Macau, n.º 15, 2.º anno, de 12 de janeiro de 1865, fala a respeito d'este livro e do seu autor.

Barroso *(D. Antonio José de Sousa).* Actual bispo do Porto. N. em Remelhe, freg. do concelho de Barcellos, a 5 de novembro de 1854; filho de Antonio José de Sousa e de Euphrasia Rosa. Seus paes possuiam uma pequena fortuna, e estavam dispostos a sacrifical-a completamente, para darem a seu filho um futuro brilhante, destinando-o á carreira medica ou á vida ecclesiastica, mas apezar dos bons desejos, difficil lhes seria realisal-os, se um visinho, Bernardo d'Affonseca, latinista apaixonado, se não encarregasse de ensinar ao futuro prelado a lingua latina, em que era muito perito. D. Antonio Barroso foi estudar para Braga em 1871, e contava 17 annos de edade quando o admittiram a exame de latim e portuguez. Sendo muito travêsso, praticando algumas loucuras proprias da sua juvenil edade, os paes desanimaram, e o mandaram recolher a casa não pensando já em proseguir na educação que premeditavam. Estavam n'este proposito, quando um seu primo, que foi ornamento do Seminario das Missões Ultramarinas, o influiu a entrar n'este collegio, e a destinar-se á vida de missionario. D. Antonio Barroso resolveu-se a requerer a sua

admissão no Seminario de Sernache do Bonjardim, onde entrou a 3 de novembro de 1873, estudando os preparatorios, fazendo um curso de theologia dos mais distinctos, tornando-se notavel entre os condiscipulos pela sua applicação e seriedade de caracter, o que lhe grangeou a affeição dos superiores. Celebrou a primeira missa em 15 de outubro de 1879 na egreja da sua aldeia. Pouco tempo se demorou junto de seus paes, que muito lastimaram aquella separação, porque sendo designado para missionar na India, teve de vir para Lisboa estudar o inglez, que pouco sabia, e que lhe era indispensavel n'esta missão. Acompanhando depois o bispo d'Angola, que acabara de ser nomeado, o actual patriarcha de Lisboa, sr. D. José Sebastião Netto, chegou a Loanda a 5 de setembro de 1880, sendo pouco depois nomeado parocho da Ilha, logar que desempenhou até 19 de janeiro de 1881, dia em que partiu para S. Salvador do Congo, com mais dois padres, carpinteiros e pedreiros, para fundar a missão de que foi depois superior. A 13 de fevereiro seguinte chegou ao seu destino, encontrando tanto no interior, como em S. Salvador, a nossa influencia quasi a perder-se. A situação politica era das peiores. Em 1883, com o auxilio de Ferreira do Amaral e de Gomes Coelho, fundou ali um posto metereologico que funcciona com toda a regularidade. Em 1884 e 1885 fundou uma nova missão na região de Madimba, no caminho que liga S. Salvador ao antigo concelho do Bembe. Os serviços que o joven missionario então prestou ao paiz e á religião fôram os mais relevantes; é ao seu zelo e actividade que devemos a grande influencia que temos hoje no Congo. O então ministro da marinha, o fallecido conselheiro Pinheiro Chagas, lhe mandou uma portaria de louvor, passada em virtude do officio do governador geral d'Angola, dando conta dos serviços importantissimos prestados aos interesses nacionaes na Africa Occidental pelo honrado e patriotico padre Barroso, chefe da missão do Congo, que, com o maior zelo, dedicação e infatigavel sollicitude, continuava a promover com a sua influencia e prestigio, o desenvolvimento das relações commerciaes da região do Congo, o que representava um altissimo serviço ao mercado de S. Salvador. Quando voltou á metropole, ao que se viu obrigado pelo estado precario da sua saude profundamente abalada pela permanencia em climas deleterios e pelas fadigas dos seus trabalhos, já D. Antonio Barroso não era o obscuro e desconhecido padre; o seu nome fôra consagrado por um trabalho incessante pelo exito da missão, com extraordinario proveito para a supremacia portugueza e segurança do nosso dominio. Vagando a prelazia de Moçambique, D. Antonio Barroso pela sua personalidade prestigiosa, foi indicado para continuar na Africa Oriental as brilhantes tradições do missionario do Congo. No dia 5 de julho de 1891 foi celebrada na sé de Lisboa a cerimonia da sagração em bispo de Hymeria e novo prelado de Moçambique. A cerimonia foi imponente, a ella assistiram o cardeal patriarcha, os bispos de Cochim e Meliapôr, todo o pessoal de conegos e capellães cantores da Sé, o ministro da marinha com os altos funccionarios do seu ministerio, mesa e socios da Sociedade de Geographia, varios titulares, etc. Nenhuma sagração de bispo havia despertado tanto interesse. O novo prelado contava então 37 annos de edade. A sua palavra eloquente fôra ouvida em Lisboa sempre com a maior attenção e respeito, em diversas festividades religiosas, e na Sociedade de Geographia n'algumas conferencias sobre o Congo. Em principios de 1892 estava em Moçambique percorrendo o interior da provincia, as regiões do Nyassa e de Manica, afim de reorganisar o serviço missionario, e em toda a parte evangelisando e convencendo, sempre em favor da cruz, e não menos em prol da nação portugueza, cuja influencia os acontecimentos de 1890 e suas consequencias haviam consideravelmente abalado. Acompanhado pelos missionarios fr. José da Cruz e padre Candido de Sousa, Henrique de Lima, official mór da Secretaria Geral, e o negociante Candido da Costa Soares, sahiu D. Antonio Barroso de Moçambique em direcção da região da Matibania, para estabelecer uma missão na Montanha da Mesa proximo á povoação do Mino, continente de Fronteira, e para alcançar que o regulo d'aquella região, que sempre se recusara a prestar homenagem na séde do governo, o fizesse acompanhando-o no seu regresso á capital da provincia, o que conseguiu com grande difficuldade. Em 1895 fundou o Instituto Leão XIII, estabelecimento de caridade destinado á educação gratuita das creanças do sexo feminino, filhas das populações indigenas da provincia. No referido anno de 1895 retirou para o continente, por ter sido atacado de febres palaustres, e a sciencia lhe aconselhar o regresso immediato aos ares restauradores da sua terra natal. Em 1897 foi escolhido para o bispado de S. Thomé de Meliapôr. Visitou então entre acclamações de geral sympathia os vastos territorios da sua nova diocese, sob a ardencia do sol e ao relento das noites, em caravanas que percorriam extensos desertos e atravessavam correntes caudalosas, em toda a parte prégando, como um dos mais seguros defensores do nosso padroado. N'esta peregrinação surprehendeu-o a noticia de que o governo em fevereiro de 1899 o elegera bispo do Porto, por ter fallecido o bispo D. Americo, eleição que já fôra confirmada em Roma. Regressando a Portugal fez a sua profissão de fé n'aquella dignidade em 8 de março seguinte nas mãos do arcebispo de Madrasta tomou posse da sua nova diocese a 2 de agosto do referido anno. A sua enthusiastica entrada no Porto, foi uma manifestação imponentissima. Esperaram o digno prelado na estação de Campanhã tudo quanto aquella cidade tem de notavel na burocracia, na arte, na industria, nas finanças, e no commercio; pelas ruas até á egreja de S. Ildefonso, e depois até ao paço episcopal, a multidão apinhava-se

D. Antonio José de Sousa Barroso

respeitosa. D. Antonio Barroso é um prelado de rara illustração; em differentes publicações especiaes se encontram archivados trabalhos seus que demonstram o muito conhecimento que tem das cousas africanas, e o patriotismo com que sempre tem servido o paiz e a religião.

Barroso *(Athanasio)*. Mestre d'obras de pedraria dos paços reaes de Almeirim e Salvaterra, para que foi nomeado pelo alvará de 6 de agosto de 1636, cargo que vagára por fallecimento de João Rodrigues. Foi provido Athanasio Barros, não só pelo seu merito, como por ter casado com Vicencia da Cruz, filha do proprietario do officio.

Barroso *(Diogo Teixeira)*. Commandante de um forte que se erigiu em Chicova, ponto do interior da Africa Oriental, onde se calculava que existiam minas riquissimas de prata. O forte chamou-se de S. Miguel. Diogo Teixeira Barroso tinha sómente 40 soldados de guarnição; mas, cercado pelos cafres bellicosos, tão brilhantemente se defendeu, que os obrigou a retirar, levantando o cerco no dia 18 março de 1615.

Barroso *(José Maria Barroso, visconde de)*. Abastado proprietario residente na freguezia de Alpiarça, concelho de Almeirim, e cirurgião pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa. O titulo foi concedido por decreto de 1 e carta de 8 de abril de 1880.

Barroso *(Justo de Castro)*. Militar. Assentou praça em 6 de dezembro de 1876. Escreveu: *Discurso pronunciado na escola do exercito, deante dos alumnos das armas geraes, reunidos em assembléa no dia 6 de maio de 1880; em homenagem ao immortal epico Luiz de Camões*, Lisboa, 1880; *Discurso dedicado ao immortal cantor dos Luziadas, por occasião da inauguração do busto na escola do exercito em 9 de junho de 1880*, Lisboa, 1880. Sahiu com as iniciaes do nome do autor.

Barroso *(Pedro)*. Natural de Villa Viçosa, e nobre de nascimento. Foi creado de D. Theodosio de Bragança, que acompanhou á infeliz jornada de Alcacer-Kibir em 1578, onde foi prisioneiro, e depois resgatado. Tinha grande gosto pela poesia, mas só se conhecem d'elle 14 oitavas, publicadas por Fernão Moraes Sardinha no *Parnoso de Villa Viçosa*.

Barroso *(Vasco Gonçalves)*. Senhor de muitas terras em Basto e Barroso; foi casado com D. Leonor de Alvim, mulher do condestavel D. Nuno Alvares Pereira, com o qual casou logo após a morte do primeiro marido. Jaz sepultado no mosteiro de Refoios. Era filho de Vasco Gonçalves Barroso e de D. Mecia Rodrigues de Vasconcellos, e neto paterno de D. Egas Barroso. Foi seu irmão Affonso Gonçalves Barroso, que casou e teve, de sua mulher, a Vasco Gonçalves Barroso, que foi casado com Thereza Alvares Leite, filha de Alvaro Annes Colmieiro Louzada, o Ronca, segundo alcaide-mór de Monforte de Rio Livre, e de sua mulher D. Isabel Pires Leite, filha de Pedro Esteves da Roda Chaves, setimo morgado de Santa Catharina, em Chaves, e d'ella teve a João Vaz Barroso, que casou com D. Mecia Alcoforado, de Agua Revez, de quem houve a Vasco Annes Barroso, marido de D. Leonor Teixeira, dos Teixeiras de Macedo, e d'estes fôram filhos: Alvaro Barroso, escudeiro fidalgo da Casa de D. Jayme, 4.º duque de Bragança; Gaspar Vaz Alcoforado e Vasco Annes Teixeira, que fôram casados e de quem procedem os Barrosos de Traz-os-Montes e outras familias illustres do norte do paiz.

Barroso. O concelho de Montalegre (V. *este nome*) é tambem conhecido pelo nome de Terra de Barroso, designação que tinha todo o concelho no tempo dos reis D. Diniz, D. Affonso IV e D. Manuel, que lhe deram foraes. Por sua carta de 23 de novembro de 1372, datada de Leiria, deu D. Fernando a *Terra de Barròso*, do almoxarifado de Chaves, a Ruy Vasques Pereira, para «que a tivesse em pagamento de seus maravedis»: conforme consta da respectiva chancellaria, liv. I, fol. 117. O foral dado por D. Manuel tem a data de Lisboa, 18 de janeiro de 1515; o foral anterior encontra-se no L. IV de D. Affonso IV, folio 67 verso. De comprimento tem Barroso, no maximo, quasi 7 leguas, principiando no alto da serra da Toninha, que divide o concelho do de Cabeceiras de Basto, até aos confins da raia de Galliza, na direcção de N a S. Este paiz é atravessado pelas altas montanhas de S. Domingos de Morgade, e pela das Alturas, que, formando successivos escalões, vão descendo pelo lado do occidente até Ruivães e faldas da notavel serrania do Gerez, e pelo lado oriental até aos ferteis campos de Chaves, e toda a margem do rio Tamega até ao concelho de Ribeira de Pena. Por entre estas montanhas ha vistosos campos, grandes prados, e muita agua dos regatos d'onde nascem varios rios. O mais notavel é o Cavado, que nasce nas faldas da serra de Larouco, e divide Barroso da Galliza por aquelle ponto. O Beça tem o segundo logar entre os rios que banham o territorio de Barroso; nasce dentro do concelho, entre as povoações de Pedrorio e Sarraquinhos, e juntando-se-lhe varios ribeiros, atravessa parte do concelho na direcção de N a S, até desembocar no concelho de Cabeceiras de Basto. O rio Terra e o de Villa da Ponte tambem fertilisam parte de Barroso. O Alto-Barroso estende-se por todos os logares e terrenos superiores ao Baixo Barroso: os seus limites são: ao norte, na serra de Pitões, onde começa a do Gerez, e na de Larouco, situada a lesnoroeste; na parte do nascente, nas serras do Pindo, Nogueira, Leirando, Boticas e Seixa; pelo lado do sul e poente no alto da serra de Toninha e Nogueira até ao logar de Paradella e serra da Ponteira, ficando interpoladas no meio de todas estas, as serras de Barreiros, Avellar, S. Domingos de Morgade, e Alturas de Barroso, assim chamadas porque ficam no logar mais elevado d'esta região. Todo o Alto-Barroso é sujeito a um frio violento, e o inverno é tão continuado, que as geadas começam no principio de outubro, augmentando gradualmente, e só diminuem no mez de maio; os regatos gelam nos tres mezes do inverno, e n'este tempo as neves chegam a impedir a transito dos habitantes. O *Baixo-Barroso* comprehende todas as terras e povoações que estão menos sujeitos ao rigor dos gelos; o valle chamado Villar de Perdizes e as povoações inferiores á serra de Larouco; o valle de Sapiaos e povoações subjacentes á serra do Pindo, Nogueira e Leirando; todo o valle por onde passa o rio Terra, inferior á serra de Boticas; o valle de Covas, abaixo da eminencia do Locanho, o valle de Canedo inferior á serra de Santa Comba; toda a margem do rio Tamega e logares proximos; e, finalmente, todas as povoações que ha

desde o logar de Paradela até á ponte de Mizarella, entrando tambem os logares que estão nas abas da serra do Gerez. As producções do Alto-Barroso são centeio, batatas, nabos, e mattos; as do Baixo-Barroso, além das referidas, são milho, vinho, legumes, castanhas, algum azeite. Ha uma pequena industria em Barroso, de que muitas mulheres pobres deitam mão na falta de melhores recursos. Dos juncos que nascem espontaneamente nos logares pantanosos, por sua natureza incapazes de outras producções, colhem grande porção pelo mez de agosto e principios de setembro, quando a sua florescencia está madura e apresenta a côr de café moido; segam-nos, e recolhendo-os em fresco os maçam esfregando, e os pôem a seccar ao sol em *madas*, ou pequenos molhos, tendo cuidado de os livrar do orvalho para conservarem a côr alvadia, e assim preparado fazem d'elle as *coroças*, que é uma especie de cobertura ou casacão, que cobre todo o outro fato, e não deixa penetrar a chuva, que escorre dos juncos macerados; umas são proprias para mulheres e rapazes, quasi de formato das *capuchas*, porém mais compridas; as que os homens usam, assemelham-se a capotes acompanhados d'um capuz da mesma natureza, que resguarda a cabeça, formando as duas peças um todo uniforme. Em Barroso, as mulheres ajudam muito os serviços externos da lavoura; e além do pastoreamento dos gados, a que chamam *fazenda miuda*, occupam-se nas mondas dos linhos e dos trigos, regas e sachas dos milhos, batatas, e ceifa de centeio. O corte dos fenos, lenhas e estrumes é trabalho exclusivo dos homens. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Martim Longo, conc. d'Alcoutim, distr. de Faro. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Nogueira, conc. da Maia, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. João e S. Claudio, de Nogueira e S. Claudio, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Miguel, de Passô, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Cypriano, de Paços de Brandão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Casal na freg. de Santo Estevam e conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de N. S.ª dos Prazeres, conc. de Monforte, distr. de Portalegre. || Herdade na freg. de S. Pedro, de Sobral d'Adiça, conc. de Moura, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Lourenço de Mamporcão, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Quinta na freg. de S. Salvador, de Aramenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Barroso da Silva *(Francisco Manuel)*. Cirurgião-mór dos estados da India e lente de anatomia em Gôa, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. Nada mais se sabe a seu respeito. Escreveu: *Memoria sobre a verdadeira origem do Catto, ou terra japonica*, inserta no tomo III, parte II, das *Memorias da Academia Real das Sciencias*.

Barrosos. Pov. na freg. de S. Domingos, de Lagarteira, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || Monte na freg. de S. Miguel, de Machede, conc. e distr. de Evora.

Barrouca. Logar na freg. de S. Simão, de Gouveia, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Barroza. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Arcozello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Fragoso, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Freixieiro de Soutello, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Mamede, de Guizande, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Mire de Tibães, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Prestimo, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Perosinho, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Mamede, de Serzedo, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Villa Franca, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Logares nas freguezias de Santa Maria de Cintra, de S. Pedro de Penaferrim, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Mamede, de Escariz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Lanhezes, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santa Marinha do Zezere, concelho de Baião, districto do Porto. || Logar na freguezia de S. Julião, de Moreira do Lima, concelho de Ponte do Lima, districto de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santa Maria e conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santa Eugenia, de Rio Covo, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Casaes na freg. de S. Miguel, de Milharado, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Casal na freg. do Espirito Santo, de Valle de Cavallos, conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Pedro e conc d'Obidos, distr. de Leiria. || Casal na freg. de N. S.ª da Alva e conc. de Aljezur, distr. de Faro. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça e conc. de Benavente, distr. de Santarem. || Quinta na freg. de S. Geus e conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Barroza de Baixo e de Cima. Dois casaes na freg. de Miguel, de Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Barrozã (*Quinta da*). Na freg. de Santa Cruz, de Bezelga, conc. de Penedono, distr. de Vizeu.

Barrozão. Logar na freg. de S. Miguel, de Refojos de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Barrozas. Povoação na freg. de N. S.ª de Assumpção, de Idães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto; tem est. postal, permutando malas com Felgueiras. Estende-se a povoação de Barrozas pelo alto da serra do mesmo nome. E' uma rua irregular, onde se vêem as casas primitivas e outras de construcção moderna. Pelo centro da povoação passa a antiga estrada do Porto. O santuario do Bom Jesus, de Barrozas, attrae a este logar muitos romeiros, e parece ter dado origem á povoação, que começaria por algumas casas construidas em volta do santuario e ao longo da estrada do Porto, destinadas a recolher e fornecer comida aos romeiros e viajantes. Com outras edificações e algumas pequenas capellas chegou a povoação a ter alguma importancia. Em frente do santuario ergue-se ainda uma casa nobre com seu brazão d'armas. O primitivo templo foi demolido e substituido pelo actual, de grandes dimensões e elegante. Por detraz do santuario está o cemiterio da irmandade, para o qual se desce por uma bem lançada escadaria. Avista-se de aqui para o N a pittoresca estancia balnear de

Vizella. Em 1836 foi creado em Barrozas um julgado, a que correspondem as comarcas de hoje; no anno seguinte foi extincto o julgado e ficou o juiz ordinario. Desde tempos antiquissimos que na primeira oitava do Espirito Santo fazem os povos da freguezia de Mancellos um *clamor* ao celebrado sautuario de Barrozas, sendo muito concorrido. Acerca de Barrozas póde lêr-se a descripção publicada pelo sr. abbade de Mancellos, rev. Pinto de Carvalho, na *Encyclopedia das Familias*, 18.° vol., Lisboa, 1904. || Pov. na freg. de Sauto Estevão, ua prov. da Extremadura, conc. de Benavente, distr. de Santarem. Foi priorado da Casa das Rainhas; tinha oito beneficiados. Esta freg. está ha muitos annos annexa á de N. S.ª da Graça, de Benavente (V. *este nome*). || Pov. na freg. de S. Miguel, de Cabaços, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra. || Logar na freg. de S. Thiago, de Brandara, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello.

Barrozellas. Logar na freg. de S. Pedro, de Capareiros, conc. e distr. de Vianna do Castello. Estação do Caminho de ferro do Minho.

Barrozenda. Logar na freg. de Santa Maria, de Aroza, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Barrozende. Pov. na freg. de Santo André, de Telões, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Barrozinha. Pov. na freg. de S. Salvador, de Sabadim, conc. de Arcos-de-Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Torquato, conc. de Coruche, distr. de Santarem. || Monte na freg. de S. Miguel, de Machede, conc. e distr. de Evora. || Monte na freg. de Santa Catharina, de Sitimos, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Barruda. Logar na freg. de S. Miguel, de Silvares, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Barruncho *(José Maria Smith)*. General de brigada. N. na ilha da Madeira em 1839; fal. a 26 de julho de 1898. Era de origem ingleza. Foi alumno do Collegio Militar, para onde entrou aos 10 annos de edade, e tendo feito um curso distincto, assentou praça, aos 16 annos, em 20 de outubro de 1855, sahindo alferes tres annos depois. Seguiu todos os postos sempre em serviço, até ao de tenente-coronel, em 1887, em que passou então á guarda municipal, na qualidade de segundo commandante. Tendo sahido coronel, ainda continuou na guarda, até que no fim de 10 annos, a 10 de maio de 1897, foi promovido a general de brigada.

Barruncho (*Padre Manuel Simões*). Licenceado em Canones, chantre na Real Collegiada de Ourem. Nada mais se sabe a seu respeito. Escreveu: *Paixão moralisada em sonetos moraes e anagogicos, segundo a narração dos quatro Evangelistas*, Lisboa, 1783. Existe outra edição do mesmo livro, mais antiga, publicada em 1765, com o titulo: *Centuria metrica de sonetos moraes*, etc.

Barruncho *(Pedro Lourenço de Seixas Borges)*. Administrador do concelho de Cascaes, de Setubal e de Cintra; algumas vezes tambem foi administrador substituto em um dos bairros de Lisboa. Escreveu : *Apontamentos para a historia da villa e concelho de Cascaes*, Lisboa, 1873. Traz na integra o foral dado a Cascaes por el-rei D. Manuel, em 1514.

Barruncho. Quinta na freg. de Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Barruncho de Azevedo *(Manuel Joaquim)*. Major de infantaria, que exerceu o cargo de commandante do corpo de policia em Loanda. N. em Loures a 25 de março de 1839, falleceu em Loanda, suicidando-se com um tiro de revolver sobre o coração, a 13 de março de 1882. Estudou no Collegio Militar, e tendo completado o curso de infantaria, foi despachado alferes graduado em 1858: seguiu os postos até ao de capitão, sendo depois promovido a major para servir nas obras publicas da provincia de Angola. Publicou: *Noções elementares sobre o levantamento das plantas topographicas*, Lisboa, 18?9; *Tratado pratico de topographica regular e irregular, desenho e leitura das cartas, noções de agrimensura, photographia e suas principaes applicações, com prefacio por José Estevam de Moraes Sarmento*, 2.ª edição, Lisboa, 1880; este livro era destinado aos officiaes e sargentos de infantaria e cavallaria, conductores de obras publicas, agrimensores e photographos paragistas; *Taboas para a resolução dos problemas topographicos; complemento do Tratado pratico de topographia*, Lisboa, 1880. N'este folheto annunciava o autor o seguinte livro, que não chegou a publicar-se: *Noções sobre fortificação passageira e de campanha.*

Bartholomeu *(Fr.)* Ignoram-se o appellido e outros dados biographicos d'este religioso da ordem de S. Bernardo, que viveu no mosteiro d'Alcobaça. Sabe-se que estudou no collegio de Coimbra theologia moral e especulativa, e que era muito erudito e exercitado nos ritos e cerimonias da sua ordem. Escreveu o seguinte livro, intitulado: *Livro Ordinario do Officio Divino, segundo a ordem de Cistér*, Coimbra, 1550. Foi dedicado a fr. Antonio Moniz, prior do convento de Thomar, administrador de toda a ordem de Christo, visitador e reformador geral da ordem de S. Bernardo n'estes reinos.

Bartholomeu *(São)*. V. *São Bartholomeu.*

Bartholomeu Dias. Ponta na costa occidental de Africa, á entrada da Angra dos Ilhéos. E' formada por dois pequenos outeiros, a que os primeiros descobridores portuguezes deram o nome de *Serra Parda.* Em 1486 Bartholomeu Dias levantou no mais alto d'esses outeiros um padrão, que se conservou até ao principio do seculo passado. Tambem se chama *Ponta do Pedestal.*

Barué. Territorio ao sul do antigo districto de Sena, na provincia de Moçambique, Africa Oriental. O Barué é um paiz quasi virgem. Ao contrario do que se tem dito, é, em geral, abundante de aguas, sendo cortado em differentes direcções de rios e riachos, que, se não teem agua á superficie, a offerecem a pequena profundidade. Os terrenos são fertilissimos, abundando o milho, a mapira, meixoeira, amendoim, nascelim, aboboras, hortaliças, etc. A capital é em Missangue. Quanto á historia d'estes territorios póde affirmar-se que o Barué fez parte d'esse grande imperio do Monomotapa, tão celebrado pelas suas minas de oiro (V. *Monomotapa*). A designação de *macombe*, dada ao chefe supremo indigena do Barué, parece confirmar a identidade d'este com o antigo reino de Vealanga, no Monomotapa, pois que o rei se designava tambem por Macombe, como escrevia Diogo de Alcaçova em principios do seculo XVI a el-rei D. Manuel: «E o rei

que reina em Vealanga é filho do Macombe Monomotapa; o nome do rei é sempre Monomotapa e o reino Vealanga.» A historia moderna do Barué, a que se desenvolve nos ultimos vinte annos, mostra que fôram os negros vatuas os ultimos invasores do territorio, os quaes nas suas incursões para o norte, atravessaram e razziaram periodicamente o paiz. Os habitantes da zona devastada refugiaram-se com mulheres e gados nas montanhas, indo os do valle do Muira para o monte Zumué, a juzante de Inhachirondo. Estas invasões acabaram no tempo do celebrado capitão-mór de Manica e Quiteve, Manuel Antonio de Sousa, que conseguiu oppôr-se á passagem dos guerreiros do sul, facto este que muito contribuiu para o prestigio do seu nome e para lhe dar a extraordinaria força de que elle chegou a dispôr na alta Zambezia. Ficaram portanto os baruistas estabelecidos no interior, affastados do grande rio Zambeze pelos prazos bongas e tongas, e contidos ao sul pela Gorongoza. Em principios de 1891 a revolta do Barué e o morticinio de Manuel Antonio punham esse territorio n'um isolamento insolente, não se lhe impondo a soberania portugueza. Conservando-se este estado de coisas, em continuadas convulsões indigenas, se chegou á ultima campanha contra o Barué, em 1903, cuja descripção se encontra no livro que publicou o commandante da expedição. E' bem elucidativo para a chorographia do Barué o *Relatorio de uma viagem ás terras do Changamira* pelo sr. Joaquim Carlos Paiva de Andrada, Lisboa, 1886. O autor, n'essa viagem, percorreu mais uma vez aquelle territorio em toda a extensão, de leste até ao seu limite oeste, formado pelo Caurese e depois mais para o norte pelo Luenha. Na monographia *O territorio de Manica e Sofala*, publicada pela Companhia de Moçambique, em 1902, a pag. 136 se historia a penultima revolta do Barué com os seus antecedentes.

Baruuda. V. *Barbuda.*

Barvança. V. *Barbaça.*

Barzigueto. Pov. na freg. de S. Vicente, de Ermello, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real.

Baságueda. Rio da provincia da Beira Baixa, no conc. de Penamacor. N. 18 k. distante d'esta villa, na serra da Marvana, por cima de Vabolido, e á vista de Quadrazaes, termo de Sabugal. No seu curso as aguas augmentam com a juncção de varios ribeiros. As margens são cultivadas em parte, e arborisadas; são muito ferteis e amenas. Morre no rio Erga, proximo á raia, mas já em Hespanha. Nos limites de Penamacor, tem uma ponte de cantaria de cinco arcos.

Basbaia (*Herdade da*). Na freg. de S. Gens, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Basilia (*Casal da*). Na freg. de N. S.ª da Salvação e conc. d'Arruda dos Vinhos, districto de Lisboa.

Basilica. Na antiga Roma era o edificio onde se administrava a justiça; hoje é a principal egreja, ou a de fundação regia; assim se chama *basilica* de Mafra ao convento que D. João V mandou construir n'aquella localidade, *basilica* do Coração de Jesus ao convento edificado pela rainha D. Maria I, actualmente egreja parochial de N. S.ª da Lapa, e a *basilica* de S. Pedro em Roma, por ser a principal egreja da christandade. A basilica consiste, em geral, n'uma grande quadra oblonga e rectangular, com os lados duplos ou simples, separados da nave principal por filas de columnas. Por cima das naves lateraes havia ordinariamente uma galeria formada por uma segunda ordem de columnas, com uma balaustrada muito elevada, segundo Vitruvio, para abrigar dos olhares os que ali estavam. A basilica terminava as mais das vezes nas duas extremidades por uma abside semi-circular onde tomava assento o tribunal. Outras vezes, esta abside era substituida, como nas grandes basilicas de Pompeia, por uma tribuna muito alta. As basilicas christãs não derivam completamente da basilica pagã. De ordinario comprehendem duas partes, um atrio ou adro, e um edificio fechado. O atrio tem á volta uma galeria, tendo ao centro uma pia onde se faz a purificação antes de se entrar no edificio sagrado. Os penitentes não tinham direito de ali entrarem, ficavam no atrio. Ao fundo d'este atrio estava um largo portico, ou *narthex*, com baptisterios, e tendo tres portas correspondentes ás tres naves do interior. A fachada do templo elevava-se acima do portico em fórma de frontão e com janellas. O interior era dividido em tres ou cinco naves por columnatas. O telhado era, ou em tecto, ou em madeiramento apparente. Ao fundo da basilica havia um hemicyclo com uma meia cupola; este hemicyclo tinha cadeira do bispo, *cathedra*, e era guarnecido de bancos destinados ao clero, *presbyterium*. Na frente do hemicyclo estava o altar, collocado por cima d'uma crypta *martyrium*, que continha as reliquias d'um martyr e communicava com o exterior por uma abertura. O altar era encimado por um baldaquino, *ciborium*. Cortinas cahindo entre as columnas do *ciborium* dissimulavam completamente o altar. Emfim, deante do altar estava reservado um certo espaço, separado do resto da nave por uma balaustrada e formando o côro. N'este espaço estavam collocadas á esquerda e á direita duas pequenas tribunas: o *ambon* destinado á prédica, e o *lectorium* onde se liam os livros santos. As basilicas christãs da antiguidade são hoje symbolizadas, entre nós, por umas umbellas em fórma de pyramide, forradas de seda vermelha e amarella encimadas por uma cruz, as quaes pertencem ao cabido da sé patriarchal de Lisboa, e que acompanham as procissões solemnes, a que o cabido concorre, como a do Corpo de Deus, a da Patriarchal e a de N. S.ª da Saude.

Basilio (*S.*). Apostolo das Hespanhas, discipulo de S. Thiago, bispo do Porto e de Braga. No tomo 1.º do *Flos Sanctorum* do padre Rosario, publicado em Lisboa no anno de 1767, a pag. 958 e 959, trata-se d'este santo varão, dando-o como nascido na Judéa, e sendo baptisado por S. Thiago, a quem acompanhou na jornada a Hespanha Apezar do nascimento, inscrevemol-o n'este nosso trabalho, por elle ter occupado as dignidades de bispo do Porto e de Braga. No referido *Flos Sanctorum* diz-se que S. Basilio, vindo a Hespanha com S. Thiago Maior, se deixou ficar em Braga, onde então S. Pedro de Rates occupava a cadeira primacial, e este santo prelado, reconhecendo o seu grande talento para a prégação evangelica, o elegeu primeiro bispo do Porto, em que se conservou durante sete annos Quando em 45 S. Pedro de Rates soffreu o martyrio, S. Basilio succedeu-lhe na cadeira primacial, no primeiro de novembro d'esse referido anno. Quando

em Hespanha correu a noticia de que S. Paulo havia sido preso em Roma, as egrejas castelhanas o escolheram para, em companhia de outros prelados, ir visitar e consolar no carcere aquelle santo varão. Regressando a Braga S. Basilio teve noticia de que Santo Epitacio, que viera com elle tambem para Hespanha, fôra encarcerado em Ambracia, e immediatamente se dirigiu para junto do seu amigo e antigo companheiro, que o ficou sendo tambem do carcere. Soffreram ambos o martyrio a 23 de maio do anno 60 da era christã, 5.º do reinado de Nero, e 1.º da perseguição dos christãos. D. Rodrigo da Cunha, no seu *Catalogo dos bispos do Porto* diz tambem que S. Basilio foi o primeiro bispo portuense, sendo transferido depois para a sé de Braga, firmando-se na autoridade de fr. Luiz dos Anjos, que apresenta a mesma opinião, e que pretende ter sido S. Basilio o fundador da egreja de S. Pedro de Miragaia. Ha quem considere erronea esta opinião, porque segundo os melhores agiographos, o primeiro bispo do Porto foi Constancio, que governou a sé portuense pelos annos de 579 a 589.

Basilio. Casal na freg. de S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça, de Casa Branca, conc. de Souzel, distr. de Portalegre.

Basilisco. Grande peça de artilharia usada antigamente. V. *Diu (Peça de).*

Bassalares. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sobreposta, conc. e distr. de Braga.

Bassaqueira *(Quinta da).* Na freg. de S. Lourenço, de Villa Nogueira de Azeitão, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Basselros. Pov. na freg. de S. Mamede, de Bustello, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Bassim. Pov. na freg. de S. Pedro de France, conc. e distr. de Vizeu.

Bassor. Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Sobrado, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Basta. Logar na freg. de Santa Maria, de Landim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Bastão. Haste de madeira, mais ou menos luxuosamente ornamentada, representando a insignia d'uma dignidade ou d'um cargo: *bastão de marechal*, *bastão de tambôr-mór*. Na edade-média e durante o seculo XVI, o bastão significou *arma de guerra*. O arcabuz, o pique, a partazana, eram *bastões*. O *bastão de abbade* é a fórma primitiva do bastão pastoral, usado pelos bispos até ao seculo XI; ficou sendo desde então a insignia dos abbades, tornando-se o baculo a insignia da dignidade episcopal (V. *Baculo)*, mas na egreja grega os patriarchas conservaram o bastão. Na edade-média, os bastões eram muito ricos, feitos de prata ou de marfim, cobertos de esculpturas, e tendo no punho animaes phantasticos. O *bastão de chantre* foi a insignia do grande chantre ou dos officiaes encarregados do côro; esteve em uso até ao seculo XVIII, e, em geral, era de madeira laminado de prata. Como insignia de dignidade senhorial, o bastão figura no antigo cerimonial. Confunde-se com as varinhas ou maças, distinguindo-se por vezes sob o nome de *bastão de cargo*. A esta categoria pertencem os bastões dos marechaes, que, a partir do seculo XVI, começaram a ser d'uma grande riqueza. No acto da posse dos governadores da India ha a troca do bastão pelo que se guarda no tumulo de S. Francisco Xavier, cerimonia originada de ter o vice-rei conde de Alvor depositado ali o seu bastão, entregando ao santo a defeza do estado, quando esteve prestes a ser invadido pelo Savagy. Desde o meado do seculo XVIII que os capitães-móres e governadores geraes de Moçambique, depois de tomarem posse do governo na sé matriz, vão á ermida de Nossa Senhora, situada n'um dos baluartes da fortaleza de S. Sebastião, e á similhança do que se pratica em Gôa, na egreja do Bom Jesus, recebem do prelado o bastão do commando, que se conserva nas mãos da Virgem, e finda a cerimonia o tornam a restituir. A insignia do mordomo-mór da Casa Real é um bastão, denominado *negrinha*.

Bastarda *(Monte da).* Na freg. de N. S.ª dos Mosteiros, conc. de Arronches, districto de Portalegre.

Bastardo. Moeda de calaim na India, cuja cunhagem se attribue ao governo de Affonso de Albuquerque; valia dez soldos e tinha de um lado a esphera e do outro um A grego. Foi destiuada para correr em Malaca.

Basteira. Casal na freg. de N. S.ª do Rosario, de Aveiras de Baixo, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª dos Mosteiros, conc. de Arronches, distr. de Portalegre.

Basteiros *(Monte dos).* Na freg. de N. S.ª da Graça, de Assumar, conc. de Monforte, distr. de Portalegre.

Basteiros de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. João Baptista, de Alegrete, conc. e distr. de Portalegre.

Bastello. Pov. na freg. de Varzea Cova, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Bastiães. Certos lavores e figuras de baixo-relevo, em prata ou outro metal. Acha-se n'esta accepção n'um documento de 1359, citado no *Elucidario*, de Viterbo.

Bastião. Pardau, moeda de prata cunhada na India em 1568. Valia 11 dinheiros e tinha de

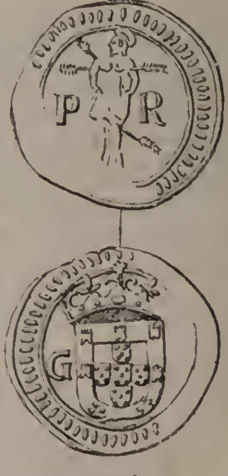

Bastião

peso de 443 3/5 grãos. Havia tambem os *meios bastiões*, ou meios pardaus, com metade do valor e peso. O *bastião* ou *pardau* tinha n'um lado:

P-R (*Portugalia rex*), ao meio a imagem de S. Sebastião de pé á esquerda com quatro settas; na orla circulo de grenetis. No reverso as armas do reino; á esquerda G (*Gôa*) e á direita um A. O meio *bastião*, ou meio *pardau*, tinha na frente

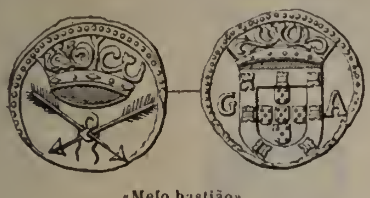

«Meio bastião»

duas settas, cruzadas em fórma de X, enlaçadas na juncção, por cima a corôa real. No reverso as armas do reino entre as letras G—A (*Gôa*). Nas orlas, tanto do anverso como do reverso tem um circulo de grenetis.

Bastião. Obra isolada fazendo parte de um systema geral de defeza, do qual constituia um ponto forte. A principio, parece ter sido uma pequena obra de fachina e terra, erguida em frente d'uma fortificação para a flanquear. Propriamente reforçada tornou-se o baluarte. O bastião, comtudo, era uma obra de fortificação menos importante. O termo de bastião é hoje menos usado que o de baluarte. Nas descripções das fortalezas antigas, porém, emprega-se com mais propriedade bastião do que baluarte. Os bastiões e torres tambem se levantavam quando os sitiantes dirigiam os seus ataques a uma praça, encontrando ahi um ponto de apoio, em caso de sortidas ou de diversão por uma tropa de soccorro. V. *Baluarte.*

Bastida. Logar na freg. de S. Thiago, de Penso, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Bastidas (*Casaes das*). Na freg. de N.·S.ª da Conceição e conc. de Rio Maior, districto de Santarem.

Basto. O nome d'esta familia, descendente de Gomes Viegas de Basto, deriva-se do concelho de Basto, oude tinham antigamente o seu solar. Tem por armas, em campo de ouro tres troncos com esgalhos de sua côr, postos em bandas; por timbre tem os tres troncos em roquete, e atados com uma fita de ouro.

Basto (*Balthazar de*). Religioso da ordem da Santissima Triudade, celebre prégador, doutor em theologia pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa, em 1626, fal. na mesma cidade, no convento da sua ordem, a 15 de dezembro de 1700. Era filho de Manuel de Basto e de Theodosia de Faria. Professou no convento da Trindade de Lisboa, a 14 de junho de 1642. Deixou um volume de *Sermões varios*, que se não publicou, e cujo manuscripto se conservava no convento da Trindade. Foi reitor do collegio de Coimbra e visitador geral da sua ordem.

Basto (*D. Diogo de Castro, conde de*). Foi governador de Portugal, juntamente com Affonso Furtado de Mendonça, em 1627. O conde-duque d'Olivares começava a exercer em Portugal grandes vexames, que indignavam a população. O conde de Basto e o seu collega instavam inutilmente com el-rei D. Filippe para que reunisse côrtes, e ouvisse as queixas dos portuguezes. O conde de Basto era muito respeitado e estimado no paiz, o que o tornava odioso na côrte hespanhola. De 1628 por diante governou sósinho, e Olivares supportava-o, sabendo que, se o demittisse, poderia essa demissão causar tumultos em Portugal. Mas o conde de Basto estava desgostoso; a perda de Pernambuco e a indifferença com que o goveruo hespanhol encarava este facto, o indignaram profundamente. Instava com Olivares para que mandasse soccorros ao Brazil, e só no fim de muitas iustaucias é que alcançou que esses soccorros se preparassem. O conde de Basto, comtudo, sentindo-se cançado, instou pela sua sahida do governo, que afinal conseguiu. Em 1633 o descontentamento dos portuguezes estava no seu auge, e o conde-duque d'Olivares, pretendendo socegal-o, tanto se empenhou com o conde de Basto para que de novo acceitasse a vice-realeza, que este se resolveu, e apenas se viu no poder, tratou de protestar contra as execuções, violencias e injustiças praticadas com os portuguezes pelo governo de Madrid. Como o conde-duque não deu satisfação alguma, o conde de Basto pediu a demissão, por não vêr meio algum de protestar contra o despotismo de Madrid. Retirou-se então para Evora, substituindo-o no poder a duqueza de Mantua. Quando rebentaram os tumultos em Evora, o conde de Basto interpôz-se como medianeiro, não conseguindo assim senão a hostilidade da côrte e os insultos do populacho. Pouco tempo depois falleceu.

Basto (*Evaristo José de Araujo*). V. *Araujo Basto.*

Basto (*Fr. Gabriel*). Religioso franciscano da provincia da Soledade. Não se conhecem as datas do seu nascimento e fallecimento. Viveu nos fins do seculo XVIII e principios do XIX. Escreveu: *Devoto em Oração, meditando a paixão de Jesus Christo, e occupado dos interesses da sua alma, obra util e necessaria a toda a qualidade de pessoas; quarta impressão correcta e accrescentada*, Lisboa, 1813; *quinta impressão*, Lisboa, 1817; das outras impressões antecedentes nada se sabe; *Vida admiravel de Sancta Margarida de Cortona, da terceira Ordem da Penitencia, escripta na lingua italiana por Fr. Damião Cornejo, e tradusida em portuguez: segunda edição accrescentada*, Porto, 1804. Não se conhece a primeira edição.

Basto (*João Pedro da Costa*). Official-maior da Torre do Tombo. N. em Lisboa a 14 de outubro de 1824, fal. na mesma cidade a 1 de fevereiro de 1898. Era filho de José Manuel Severo Aureliano Basto, homem de vasta erudição, official-maior da Torre do Tombo, e de D. Felicia Maria da Costa. No anno de 1838 começou a frequentar a aula de diplomatica, sendo por esse tempo admittido na Torre do Tombo como amanuense extraordinario, para o proseguimento da elaboração dos catalogos. Em 1845 concluiu a frequencia da referida aula e foi nomeado amanuense addido, passando a effectivo a 9 de dezembro de 1846, pela vagatura que se dera a 23 de outubro antecedente. Em 1852 foi promovido a official para a procuradoria regia. Em 1854 a Academia Real das Sciencias o requisitou, nomeando-o paleographo para as publicações que tencionava principiar ou continuar, como *Os monumentos da historia patria*. Sendo suspensa esta publicação em 1856, João Basto voltou á procuradoria regia. Pouco tempo depois fôram tambem reclamados os seus serviços paleographicos pela Academia.

Por causa dos trabalhos litterarios a que se dedicara com todo o fervor, adoeceu gravemente, e sendo aconselhado pelos medicos a emprehender uma viagem á Africa, para ali partiu em 1860, tendo obtido licença da Academia. Quando regressou ao reino, passados alguns mezes, abandonou o trabalho que tinha encetado, e continuou auxiliando nas publicações da Academia, primeiramente Alexandre Herculano e depois Rebello da Silva. A 30 de setembro de 1862 foi nomeado para ir ao norte auxiliar o jurisconsulto e lente da Universidade de Coimbra dr. Vicente Ferrer Neto de Paiva no exame e entrega dos documentos pertencentes ás corporações de mão morta. A este jurisconsulto foi expedida uma portaria para proceder a esse serviço com relação aos documentos anteriores a 1600, existentes em Coimbra na Sé, Seminario, Universidade, Mitra e conventos de Santa Clara, Cellas, Lorvão e Semide, delegando o referido commissario os seus poderes em João Basto. A Academia em 26 de outubro de 1862 nomeou-o socio correspondente. Quando falleceu seu pae, foi provido no logar de official-maior o seu ajudante Thomaz Caetano Rodrigues Portugal por decreto de 6 de dezembro de 1866, e João Basto para o de ajudante, sendo tambem nomeado lente da aula de diplomatica. Em 1876, pelo fallecimento de Rodrigues Portugal, passou o exercer o elevado cargo de official-maior, ficando como ajudante seu irmão José Manuel da Costa Basto. Precisando dedicar-se inteiramente ao proseguimento da obra *Portugalæ Monumenta Historica*, e achando-se além d'isso, bastante cançado, requereu a sua aposentação, a qual lhe foi concedida a 5 de fevereiro de 1880. Além dos trabalhos que lhe incumbiam dos serviços da Torre do Tombo, como director technico, João Basto ministrava sempre todos os documentos e informações, que tanto nacionaes como estrangeiros pediam para os seus estudos, o que lhe deu ensejo de lidar com os homens eminentes que vieram a Portugal proceder a varias investigações. Escreveu: *Observações diplomaticas sobre o falso documento da apparição de Ourique, por um paleographo*, Lisboa, 1850, sahiu anonymo; *Da propriedade litteraria, carta ao ill.mo e ex.mo sr. M. Pinheiro Chagas*, Lisboa, 1879.

Basto *(José Antonio de Oliveira Leite de Barros, conde de).* Desembargador da Casa da Supplicação, commendador professo na ordem de Christo, ministro do reino no tempo de D. João VI, e depois do infante D. Miguel, durante a sua regencia, etc. N. na freg. de S. Gens, conc. de Fafe, em 1749, fal. em Coimbra a 4 d'agosto de 1833. Era filho legitimado de André de Oliveira Leite de Barros, senhor da casa de Breu de Basto, e de D. Brigida do Valle. Matriculou-se na Universidade de Coimbra na faculdade de Leis, e concluiu o curso em 1780. No anno de 1795 foi despachado desembargador da Casa e Relação do Porto, em 1796 desembargador ordinario da Casa da Supplicação, e em 1799 passou a desembargador de aggravos do mesmo tribunal. Em 1800 foi escolhido para fiscal da Junta dos Tres Estados, em 1803 para deputado da Casa do Infantado, e em 1805 desembargador do Paço. Em maio de 1806 foi-lhe dada a commissão de juiz relator do conselho de justiça do almirautado, e em março do anno seguinte inspector geral dos viveres, transportes e hospitaes do exercito, e auditor geral e intendente geral da policia do mesmo exercito. Depois da chegada de Beresford, as diversas repartições militares que estavam a cargo do desembargador, fôram entregues a varios individuos, e aquelle magistrado ficou unicamente chefe da auditoria geral do exercito, posto em que se conservou durante toda a guerra da peninsula, e ainda depois em todo o tempo que o general inglez exerceu o commando em chefe do nosso exercito. Os serviços, que então prestou, fôram remunerados com uma commenda da ordem de Christo, concedida no anno de 1813, tendo a dotação de réis, 90$000 e em 1819 a mercê do senhorio do concelho de Rossas e o da alcaidaria-mór de Guimarães, bem como as commendas de S. Nicolau dos Valles e a sua annexa de Santa Comba. Sendo fiel sectario do governo do absolutismo não pôde nunca conformar-se com o estabelecimento do systema parlamentar entre nós inaugurado pela revolução de 1820, e quando em 1823 se tratou de fazer cahir a Constituição, Barros concorreu muito para os meios que então se empregaram, motivo por que, depois da revolta conhecida pela Villafrancada, teve a nomeação de conselheiro de estado e membro da commissão incumbida de formular o projecto de Constituição n'esse anno promettida por D. João VI. Em 1824, a 19 de março, foi ministro do reino e da justiça; desempenhou um papel importante na revolta a *Abrilada*, exercendo nos primeiros dias as funcções de ministro da guerra. Com a mudança politica de maio seguinte e da sahida do infante D. Miguel para fóra do reino, Barros foi exonerado do cargo de ministro da justiça a 11 d'esse referido mez, e a 24 deixou de servir como secretario dos negocios do reino, ficando o expediente d'essa repartição entregue ao marquez de Palmella até 15 de janeiro de 1825, em que Oliveira Barros ficou definitivamente exonerado. Quando D. Miguel voltou a Portugal em 1828, e organisou o seu ministerio, Oliveira Barros foi chamado para se encarregar das pastas do reino e da marinha. Apezar da sua edade já muito avançada, salientou-se pelas violencias que praticou durante o tempo do absolutismo. Defensor dedicado do systema absoluto, não duvidava sacrificar na forca todos aquelles que professassem idéas liberaes; foi Oliveira Barros quem mandou ao Porto a celebre alçada, encarregada de condemnar sem compaixão os promotores da revolução de 16 de maio de 1828. D. Miguel, reconhecido aos serviços prestados pelo seu ministro, o agraciou no referido anno de 1828 com a commenda da Torre e Espada; em 1829 concedeu-lhe a grã-cruz de Christo e o titulo de conde de Basto, por decreto de 18 de

Conde de Basto

janeiro do mesmo anno. Este titulo não foi reconhecido pelo partido constitucional. O conde de Basto casou duas vezes: a primeira, em 1788, com D. Leonor Leite de Barros; e a segunda em 10 de janeiro de 1829, com D. Catharina Lusitana Correia de Moraes Leite de Almada e Castro, filha do primeiro visconde de Azenha, Manuel Correia de Moraes e Castro. Obrigado a sair de Lisboa no dia 23 de julho de 1833, pela aproximação das forças do duque da Terceira, o conde de Basto partiu para Coimbra, onde chegou a 2 d'agosto, sentindo-se já bastante doente, e falleceu dois dias depois. Foi sepultado com o habito da ordem de Christo, na egreja do antigo collegio de Santo Thomaz. Quando em 1834, depois da extincção das ordens religiosas, os constitucionaes entraram em Coimbra, o cadaver foi ignobilmente tirado do tumulo, arrastado pelo templo e dilacerado.

Basto *(José Joaquim Gonçalves)*. Jornalista, natural do Porto, onde falleceu no anno de 1876. Era commerciante abastado, n'esta cidade, mas em 1828, por causa das suas idéas liberaes, emigrou, partindo para Inglaterra. Como possuia largos meios de fortuna soccorria generosamente os seus companheiros no exilio. Em Londres casou com uma senhora franceza, Elisa Lœwe Weimars, irmã do barão de Lœwe Weimars, um dos escriptores mais illustres de 1830. Depois de dois annos de ausencia, regressou a Lisboa, onde triumphara o partido constitucional, já com a sua fortuna muito compromettida, desgraça originada em grande parte pela prodigalidade com que auxiliava e soccorria os emigrados a quem faltavam todos os recursos. Voltou novamente para o Porto, sua patria, procurando os meios de subsistencia nas lides jornalisticas. Redigiu o jornal a *Coalisão*, fundou depois o *Nacional*, com Evaristo José de Araujo Basto, jornalista tambem muito conhecido (V. *Araujo Basto, Evaristo José*). O *Nacional* adquiriu muita popularidade. Na revolta de 1846, Gonçalves Basto seguiu o partido da junta do Porto, e commandou o batalhão nacional, que foi o ultimo a depôr as armas. A junta havia-o nomeado consul em Vigo, mas a victoria da contra revolução annullou o despacho. Continuou a redigir o *Nacional*, atravessando uma existencia de privações, e só muito tarde é que se lembraram de o empregar, dando-lhe um cartorio de escrivão de direito no Porto. Continuando a viver nas mais precarias circumstancias, veiu a morrer na miseria, e sua mulher sobreviveu-lhe alguns mezes, viudo a enlouquecer, e fallecendo em circumstancias muito dramaticas, que os jornaes d'aquelle tempo referiram, resistindo aos empregados da fazenda, que vinham a sua casa fazer-lhe penhora nos moveis. Camillo Castello Branco era amigo de Gonçalves Basto, e conta os seus infortunios n'um folhetim intitulado: *A formosa das violetas*, publicado na *Gazeta de Portugal*, e encorporado depois n'um dos seus romances.

Basto *(Padre Pedro de)*. Coadjuctor temporal da Companhia de Jesus nas provincias de Gôa e Malabar. Nasceu em 1570 na quinta de Sobrado, de Cabeceiras de Basto, e fal. em Cochim a 1 de março de 1645. Foi seu pae Antonio Machado Barbosa. Era ainda muito creança quando foi levado para casa de seu irmão, abbade d'uma egreja distante duas legoas de Braga, onde aprendeu os primeiros rudimentos. Entrou em seguida no seminario de Braga, onde era reitor um seu parente, o dr. Francisco de Chaves, arcediago d'aquella cathedral. Voltou depois para casa de seu pae, e passou a Lisboa em 1580; annos mais tarde alistou-se como soldado para a India, partindo a 26 de março de 1586, na capitania que commandava Antonio de Mello Canaveal. Chegando a Gôa, seguiu para Cochim, voltando novamente áquella cidade em 1589, em que deixou as armas para se dedicar á vida religiosa, entrando n'esse mesmo anno na Companhia de Jesus, a 21 de dezembro, mudando o appellido de *Machado*, que até então usava, no de *Basto*. Passados dois annos professou no noviciado de Gôa, e viveu dez annos no collegio de S. Paulo. Por ordem dos superiores escreveu a sua propria vida, a que deu o titulo de *Vida do Irmão Pedro de Basto*, livro que ficou inedito. Muitos annos depois publicou-se o seguinte: *Historia da vida do veneravel Irmão Pedro de Basto*, pelo padre Fernão de Queiroz da Companhia de Jesus, Lisboa, 1689.

Basto (*Raphael Eduardo de Azevedo*). Conservador na Torre do Tombo; fal. a 9 de fevereiro de 1902. Era filho de José Manuel Severo Aureliano Basto, official-maior da Torre do Tombo, e de D. Felicia Maria da Costa; irmão do erudito paleographo João Pedro da Costa Basto, que tambem exerceu o cargo de official-maior da Torre do Tombo (V. *Bastos, João Pedro da Costa*). Raphael Basto era socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e foi membro da commissão Colombina, quando se festejou o 4.º centenario da descoberta da America, em 1892. Foi Raphael Basto quem em commemoração d'esse centenario, concorreu para a publicação do *Esmeraldo de situ orbis*, obra de Duarte Pacheco Pereira, o celebrado *Achilles Lusitano*, como lhe chamou Camões. Foram aproveitados os trabalhos de copia e revisão critica, que de longe já vinha fazendo sobre os dois manuscriptos até hoje conhecidos, um d'elles, o mais antigo e com todos os indicios de ser uma copia directa do original feita no seculo XVII, e existente na collecção dos codices da Bibliotheca de Evora; e o outro uma copia mais recente, embora do mesmo seculo, que tambem pertenceu áquella bibliotheca e hoje está encorporado na de Lisboa. O editor colleccionou todos os documentos existentes relativos ao autor do famoso codice, que só de raros era conhecido.

Basto. Pov. e freg. de S. Clemente, da prov. do Minho, conc. e com. de Celorico de Basto, distr. e arceb. de Braga; 1:953 hab. e 461 fog. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada em terreno despenhado e montuoso, e cercada por toda a parte de montes, dos quaes se vêem algumas povoações. O abbade era apresentado, alternativamente, pela mitra, pela casa da Tapada e pelo convento de S. João de Rei; cobrava todos os fructos d'esta freguezia e de tres annexas: Passos, Gagos e Gontim. O seu rendimento regulava por 1:400$000 réis annuaes. Basto é terra fertil e tem muita caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 19, com a séde em Chaves. E' tambem conhecida pela designação de *S. Clemente* e por *S. Clemente de Basto*. || Pov. e freg. de Santa Senhorinha, da prov. do Minho, conc. e com. de Cabeceiras de

Basto, distr. e arceb. de Braga; 744 hab. e 199 fog. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada n'um valle delicioso, fertil e ameno, que fórmam os montes do Ladario e das Gaiteiras, d'onde se avistam muitas povoações. Pertencia á corôa. A egreja é de tres naves, e estão ali depositados os cadaveres de Santa Senhorinha, de S. Gervasio e de Santa Godina. D. Affonso II deu grandes privilegios a esta egreja e á freguezia, por provisão datada de Guimarães a 28 de fevereiro de 1220. A freguezia era então couto, o qual foi extincto pelos annos de 1620. D. Affonso III confirmou e ampliou os privilegios, e o mesmo fez D. Pedro I, que annexou a esta egreja a de Santa Maria do Salto, de Barroso, cujo cura apresentava o abbade de Basto. O condestavel D. Nuno Alvares Pereira trocou com seu primo João Rodrigues Pereira a terra de Basto com seu mero e mixto imperio, com a sua jurisdicção civel e crime, e as suas rendas, foros, tributos censos e pensões, tudo na conformidade das doações que lhe fizera o soberano (V. *Cabeceiras de Basto).* A egreja de Basto chama-se vulgarmente a *Sé de Basto*, e foi seu ultimo padroeiro D. Gastão José da Camara Coutinho. Basto pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 19, com a séde em Chaves. Tem caixa post. || Pov. e freg. de Santa Tecla, da prov. do Minho, conc. e com. de Celorico de Basto, distr. e arceb. de Braga; 601 hab. e 201 fog. A pov. dista 6 k. da séde do conc. Cria muito gado e produz bom vinho. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 19, com a séde em Chaves. Esta freg. é mais conhecida pela denominação de *Santa Tecla.* || Pov. na freg. de S. Miguel, de Caçarilhe, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Torrados, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Quinta na freg. de S. Thiago, de Santa Lucrecia, de Algeriz, conc. e distr. de Braga. || Rio no distr. de Braga. Nasce nas proximidades da freg. de Refoios, atravessa a freg. de Basto, tomando o nome d'ella, e desagúa no rio Tamega, depois d'um curso de 10 kilometros.

Basto de Brito *(Luiz).* Professor de Jurisprudencia Cesarea na Universidade de Coimbra; sendo lente de Instituta, provido a 18 de novembro de 1570; de Codigo a 4 de março de 1574; dos Tres Livros a 23 de janeiro de 1577; e de Digesto Velho a 29 de novembro de 1581. Era natural de Evora. Foi desembargador dos Aggravos na Casa da Supplicação, de que tomou posse a 26 de fevereiro de 1591; procurador da corôa a 24 de dezembro de 1597, e chanceller da Casa da Supplicação a 31 de julho de 1607. Escreveu: *Allegação de direito a favor da Serenissima Duqueza de Bragança, a Senhora D. Catharina.* Ficou em manuscripto.

Bastorá. Pov. na margem direita no rio Mapuçá, na regedoria de Ucc̃assaim, districto, provincia e comarca de Bardez, arceb. de Gôa, Velhas Conquistas, na India. Está situada a pequena distancia da villa de Mapuçá, capital da provincia e a 12 k. da cidade de Nova Gôa.

Bastos *(Antonio de Sousa).* Jornalista, escriptor dramatico, e empresario theatral em Lisboa e no Brazil. N. em Lisboa a 13 de março de 1844. Estudou n'esta cidade apenas a instrucção primaria, fazendo o curso dos lyceus em Santarem. Voltando á sua patria, começou a estudar no Instituto Agricola o curso de agronomo, que abandonou para se entregar á vida de jornaes e de theatros, as duas unicas carreiras que o fascinavam. Desde muito novo, vendo-se obrigado a trabalhar para obter meios de subsistencia, ensaiou diversos empregos; emprehendedor como poucos, e dotado de muita força de vontade e de grande actividade, fez-se livreiro-editor, jornalista, ensaiador e director technico de theatros de segunda ordem, escriptor dramatico, e por fim empresario theatral. E assim atravessando a vida, sempre laborioso, incansavel, sempre em alternativas de felicidade e de infortunio, mas sem nunca desanimar. Ainda bastante novo, pois contava apenas 16 annos de edade, casou em 1860, e aos 20 annos já se via sobrecarregado de filhos. Tendo enviuvado, passou a segundas nupcias em 1 de julho de 1894 com a actriz Palmyra Bastos. Começou a vida jornalistica, escrevendo no *Album litterario*, tornando-se depois collaborador do *Commercio de Lisboa*, *Diario Commercial*, *Gazeta setubalense*, *Economias* e *Gazeta do Dia.* Creou e sustentou por muito tempo os jornaes theatraes: *O palco*, *O espectador imparcial*, *A arte dramatica*, e o *Tim tim por tim tim.* Foi um dos fundadores do *Contemporaneo*, jornal que se publicou em 1875 e 1876, dedicado exclusivamente a artistas dramaticos, e a cousas de theatro. Tem sido ensaiador em diversos theatros de Lisboa e do Brazil, onde foi pela primeira vez em maio de 1881, e empresario e ensaiador nos seguintes de Lisboa: antigo Rua dos Condes e no actual theatro, Principe Real, Trindade, e Avenida, de que actualmente é empresario. No Brazil dirigiu alguns annos differentes companhias, e foi empresario e ensaiador nos seguintes theatros: no Rio de Janeiro, S. Pedro d'Alcantara, Principe Imperial, Novidades, Lucinda e Recreio Dramatico; em S. Paulo, S. José, Apollo, Minerva e Polytheama; no Pará, theatro da Paz; em Pernambuco, Santa Izabel, e nos theatros de Santos, Campinas, Porto Alegre, Cachoeira, Pelotas, Rio Grande do Sul, Santa Catharina, Paranaguá, Antonina, Curityba, Lapa, etc. A sua obra theatral é enorme, mas no que Sousa Bastos se tem mais distinguido e se tem tornado mais popular é nas revistas do anno que são as seguintes: *Coisas e loisas de 1869*, *Coisas e loisas de 1873*, *Entre as broas e as amendoas*, 1.º trimestre de 1874; *Lisboa no palco.* de 1874; *Scenas de Lisboa*, 1875; *Cosmorama*, 1876; *O nosso espelho*, 1877; *Tres horas de chalaça*, 1878; *O Valle em Lisboa*, 1879; *Do céo á terra*, 1880; *Do inferno a Paris*, 1882; *O juizo do anno*, 1884; *Casamento do Bilontra com a Mulher-Homem*, 1885; *Tim tim por tim tim*, 1888 e 1889; *Tam Tam*, 1890; *Fim do seculo*, 1891; *Sal*

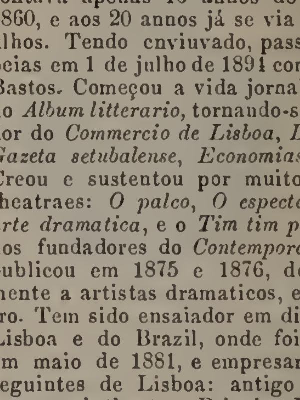
Antonio de Sousa Bastos

e pimenta, 1894; *Tim Tim Fim de Seculo*, 1895; *Em pratos limpos*, 1896; *Talvez te escreva;* etc. Escreveu tambem os seguintes dramas originaes: *O capitão maldito*, *O demonio negro*, *Os ladrões de Lisboa*, *Os mysterios de Lisboa*, *A navalha*, *O povo*, *O actor*, *O tormenta*, *A consciencia do bem* e *O jesuita Malagrida*. Magicas: *O castello azul*, *O diadema de fogo*, *A fada de coral*, *O feiticeiro da Torre Velha*, *O primo de Satanaz*, *A fada do amor*. A propositos: *Os irmãos da Bemposta*, *O tabaco livre*, *A bella Helena da Pampulha*, *O nariz flauta*, *Traupmann e seus cumplices*, *O frontão*, *A questão do muro*, *Os portuguezes no Pará*, *O natal do Redemptor*, *Has de ganhar muito com isso*, *Os sinos de Corneville*; *Um arabe do Price*, *Tim tim Junior*, *Recordações do Tam Tam*, *Nini*, *Boccacio Junior*, *A companhia das aguàs*, *Thugs em Lisboa*. Operetas originaes, imitadas e traduzidas: *O casamento de Nitouche*, *Os dois sargentos*, *A condessinha*, *O archiduque*, *A archiduqueza*, *Na China*, *O reino dos homens*, *A roca de vidro*, *A filha do tambor-mór*, *Niniche*, *A estreia d'uma actriz*, *Boas noites sr. D. Simão*, *A Perichole*, *O ultimo figurino*, *Mascotte Junior*, *O periquito*, *D. Juanita*, *O cavalheiro Mignon*, *O reino das mulheres*, *Mam'zelle Nitouche*, *A Falote*, *As duas rainhas*, *Bearneza*. Comedias: *O outro sexo*, *Uma casaca castanha com botões amarellos*, *As figuras de cêra*, *A' procura dos ministros*, *Um quarto com duas camas*, *Não ha fumo sem fogo*, *Taborda no Pombal*, *Um creado brioso*, *Que noute!*, *No dia dos meus annos*, *Quando menos se espera . .*, *A valsa*. *O rei dos ladrões*, *Uma lição ás mulheres*, *Fructa secca*, *O cuco*, *Os nossos rendimentos*, *Livrem se lá d'esta!*, *A casa de campo*, *A prima Francisca*, *O ensaio da magica*, *Os creados*, *Plantas sem abrigo*, *A sociedade fastidiosa*, *Ernesto*, *Uma divida sagrada*, *O barão de Catanea*, *O mysterio da rua da Rosa*, *O cerco de Granada*, *A Bohemia*. Dramas traduzidos ou imitados: *Mãe e filha*, *A roubadora de creanças*, *As ruas de Lisboa*, *O incendio da fragata Diana*, *Rocambole*, *A escrava Andréa*, *Os dramas da taberna*, *O centenario*, *Mysterios da Inquisição*, *O Vesuvio*, *A mulher do saltimbanco*, *O crime de Carnac*, *Marianna a vivandeira*. Escreveu tambem muitos monologos e poesias. Em 1895 publicou um livro com o titulo: *Cousas de theatro*, e em 1898 *A carteira do artista*, obra interessante e illustrada com muitos retratos de actores, actrizes e de escriptores dramaticos.

Bastos *(Antonio Victor Figueiredo de)*. Esculptor, professor da Academia de Bellas Artes. N. em Lisboa a 25 de janeiro de 1830, fal. a 17 de junho de 1894. Matriculou-se na Academia das Bellas Artes, dedicando-se á pintura, e ali expôz em 1852 um quadro *Amor e Psyché*. Em 1854 foi nomeado professor proprietario da cadeira de desenho na Universidade de Coimbra. Sentindo-se com uma grande vocação para a esculptura, quando voltou a Lisboa, depoz para sempre os pinceis, e entregou-se exclusivamente áquella arte, que deveria notabilisar-lhe o nome. Um dos seus primeiros trabalhos, apresentados na exposição da Academia em 1856, foi um baixo-relevo altamente dramatico, inspirado pela terrivel epidemia da cholera morbus, que assolou Lisboa n'aquelle anno. Este baixo-relevo foi comprado por el-rei D. Luiz. Vagara então na Academia um logar de lente de esculptura, pelo fallecimento de professor Araujo de Cerqueira. Houve muitos pretendentes, mas no certamen, que teve dois actos, Victor Bastos ficou vencedor. Os themas dados eram a estatua de *Moysés* e *Adonis partindo para a caça do javali*. Bastos foi depois a França e a Italia, subsidiado pelo governo, estudar os grandes modelos e ouvir as lições dos primeiros mestres. Ao regressar a Lisboa foi nomeado professor substituto da aula de esculptura, por decreto de 27 de setembro de 1860, passando a effectivo por decreto de 23 de junho de 1881. Deixou muitos trabalhos: os bustos dos grandes estadistas Rodrigo da Fonseca Magalhães e duque de Palmella, e o do actor João Anastacio Rosa, pae dos distinctos actores João e Augusto Rosa, actualmente no theatro de D. Amelia; a estatua de José Estevão Coelho de Magalhães, notavel orador, collocada defronte do palacio das Côrtes; a de D. Pedro V no asylo dos cegos em Castello de Vide, e as estatuas decorativas lateraes no arco monumental da rua Augusta: os medalhões retratos dos condes de Mello e de suas filhas, um baixo-relevo, *A degolação dos innocentes*, que enviou a Paris á exposição realisada em 1867. A obra principal de Victor Bastos é, sem duvida, a estatua do grande poeta Luiz de Camões, que foi inaugurada com toda a solemnidade a 9 de outubro de 1867. N'esse mesmo dia el-rei D. Luiz lhe concedeu a mercê de official da ordem de S. Thiago. Quando falleceu, andava trabalhando n'um busto de Damião de Goes, o chronista do seculo XVI. No concurso para o monumento de Affonso d'Albuquerque, em Belem, foi Victor Bastos um dos membros da commissão que mais serviços prestou com o seu zelo e autorisado conselho.

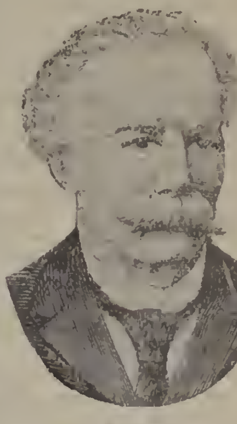

Antonio Victor Figueiredo de Bastos

Bastos *(Florencio Manuel de)*. Nomeado ajudante de infantaria com exercicio para servir no Grão-Pará. A respectiva carta é de 7 de novembro de 1677. Florencio Bastos era pessoa muito obrigada ao irmão do marquez de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que foi quem fundou uma escola militar nos estados do Grão-Pará, e é de crer que Florencio Bastos fôsse discipulo d'ella. Em 15 de janeiro de 1784 foi promovido a capitão de infantaria com exercicio de engenheiro, a fim de servir seis annos na provincia de Angola.

Bastos *(Francisco Antonio Martins)*. Cavalleiro da ordem de Christo, professor de grammatica latina, mestre de latinidade d'el-rei D. Pedro V e dos infantes seus irmãos, etc. N. em Lisboa a 10 de agosto de 1799, fal. a 13 d'outubro de 1868. Frequentou o curso geral de humanidades, em que sempre se tornou distincto. A 15 de junho de 1837 fundou um pequeno collegio, intitulado de *Nossa Senhora da Conceição*, onde ensinava a lingua latina com os maiores creditos

de bom professor. Em 4 de agosto de 1847 recebeu convite para se apresentar na Paço das Necessidades. Immediatamente ali se dirigiu, e a propria rainha D. Maria II o encarregou de ensinar latim aos seus filhos. Martins Bastos, sempre modesto e acanhado, procurou com desculpas eximir-se a similhante honra, mas a soberana persistiu, e a 9 de agosto seguinte começou a dar lições ao principe real D. Pedro e ao infante D. Luiz, que mais tarde se deveriam sentar no throno portuguez, com os nomes de D. Pedro V e D. Luiz I. Francisco Antonio Martins Bastos era reconhecido como latinista consummado, e a fama do seu merecimento chegara aos paços dos nossos monarchas. Recebeu de toda a familia real muitas provas de respeito e de deferencia, e tanto a rainha, como el-rei D. Fernando lhe concederam a honra de assistir muitas vezes ás suas prelecções de professor. Quando em 17 de janeiro de 1851 terminaram as lições de latinidade ao principe D. Pedro, Martins Bastos recebeu a surpreza de lhe ser posta ao peito, pelo seu real discipulo, a insignia de cavalleiro da ordem de Christo. D. Pedro e seus irmãos, que todos fôram discipulos de Martins Bastos, conservaram sempre muita amizade e veneração pelo seu professor, que este retribuia tambem com o mais dedicado affecto e profundo respeito. D'esta epoca em deante o *Collegio de Nossa Senhora da Conceição*, que elle fundara sob humildes auspicios, foi progredindo e alcançando celebridade; mais tarde associou se lhe na superintendencia geral d'aquella casa de estudo, Joaquim Lopes Carreira de Mello, casado com uma sobrinha do fundador. Martins Bastos era membro correspondente da sociedade philotechnica de Paris e da de litteratura de Loulé. A sua estreia litteraria foi um poema intitulado *A pesca*, em verso solto e em 6 cantos, que se publicou em 1831. Escreveu: *As estações do anno, poema, illustrado com algumas notas*, Lisboa, 1833, com o retrato do autor; *As satyras de Aulo Persio Flacco, principe dos satyricos romanos, traduzidas e annotadas*, Lisboa, 1837; *As Satyras de Decio Junio Juvenal, principe dos poetas satyricos, traduzidas e annotadas*, Lisboa, 1839, 2 tomos; *Tobias, poema original de Mr. Le Clerc, traduzido em verso, segunda edição*, Lisboa, 1845, *Eclogas de Virgilio traduzidas em verso*, sahiram no *Ramalhete*, jornal litterario, 1843; *A Erythreida, poema sacro em seis cantos, cujo assumpto é a passagem dos Israelitas pelo mar vermelho a pé enxuto;* é o mesmo que o autor intitulara primeiramente *Exodiáda;* sahiu inserto em diversos numeros do jornal *Instrucção publica*, de 1858; *Epicedio á sentida morte de S. M. I. o Duque de Bragança*, Lisboa, 1834, sahiu anonymo, assim como a *Elegia á morte de S. M. I. o senhor duque de Bragança*, Lisboa, 1834; *A feliz exaltação de S. M. I. a senhora D. Maria II ao throno da Monarchia Portugueza, Elogio*, Lisboa, 1834; *Epicedio á morte da ill.ma sr.a D. Maria Gertrudes de Andrade, offerecido a seu maguado esposo, o ill.mo sr. José Ignacio de Andrade*, Lisboa, 1845; *Ao ill.mo sr. José Ignacio de Andrade no dia dos seus annos, a 2 de Novembro de 1847*, Lisboa, 1847: *Aos felizes annos do ill.mo sr. José Ignacio de Andrade, 1.º de Novembro de 1849*, Lisboa; *Ao ill.mo e ex.mo sr. José Ignacio de Andrade no seu feliz natalicio de 1.º de Novembro de 1850; Francisci Antonii Martins Bastos, Hibernico Beati Patricii in Collegio Linguæ Professoris Carmina; Eruditissimo, clarissimoque Josepho Ignatio Andrade ab auctore dicat*, Olyssipone, 1844. *Martyrum Reginæ Gloriosæ Deiparæ Virginis Beatissimæ Mariæ, Septem Dolorum in festo; Carmen. Ornatis. Doctis. vir Josepho Mariæ a Silveira Almendro*, Olyssipone, 1843; *Eminentissimo ac Reverendissimo Domino Francisci II, Olyssiponensi Cardinal Patriarchæ, faustissimo ejus natalicio; VII Kal. Feb A. D. M. DCCCXLV*, Olyssipone, 1845; *Francisci Antonii Martins Bastos, Linguæ Latinæ professoris B. Mariæ Virg. a Conceptione in Colleg. Lyrica. Præclarissimo viro Josepho Ignatio Andrade dicata*, Olyssipone, 1847; *Compendio historico de Litteratura latina*, Lisboa, 1840; *Historia da origem, progresso e decadencia da Litteratura latina até 1842*, sahiu no *Ramalhete*, de 1843; *Novo methodo de Grammatica portugueza, adequado á comprehensão dos meninos, combinando as regras da arte latina com as da nossa*, etc., *extrahido dos melhores auctores, segunda edição*, Lisboa, 1850; *Explicações de Grammatica latina, e medição das ódes de Horacio; Interpretação dos cinco primeiros livros da Historia Romana de Tito Livio; quarta edição correcta e emendada*, Lisboa, 1857; *Nobreza Litteraria; breve resumo dos privilegios da nobreza: 1.º, dos professores publicos; 2.º, dos mestres dos principes, 3.º, dos aios dos mesmos senhores; com uma noticia dos que teem servido estes cargos, e outros importantes, dedicado a Sua Magestade El-rei o senhor D. Pedro V*, Lisboa, 1854; *Nobiliarchia Medica; Noticia dos medicos e cirurgiões móres da real camara, dos physicos móres e cirurgiões móres do reino, armada, exercito, e ultramarinos, desde os tempos mais remotos da monarchia*, Lisboa, 1858; *Vida e morte de Diogo Alves: narração de seus crimes, sua condemnação, circumstancias particulares occorridas no oratorio e no patibulo, onde morreu a 19 de fevereiro de 1841*, Lisboa, 1841; *Biographia exacta com todas as circumstancias da vida e costumes de Francisco de Mattos Lobo, desde o seu nascimento até ao dia do seu crime; motivos e narração d'este crime; cartas authenticas escriptas na cadêa por seu punho; declaração feita no oratorio pelo réo, transito até ao patibulo; morte do seu confessor n'aquelle logar*, Lisboa, 1842; *Memorias para a historia d'el-rei fidelissimo o sr. D. Pedro V, e de seus augustos irmãos, dedicadas a sua magestade fidelissima o sr. D. Luiz I*, Lisboa 1863; *Ao faustissimo nascimento e sagrado baptismo do Principe Real*, não tem data. Martins Bastos escreveu mais poesias latinas que veem publicadas no *Diario do Governo*, n.º 297 de 1846, n.º 30 de 1847, n.º 222 de 1848, etc., e collaborou no *Ramalhete*, de 1837 a 1844; *Mosaico*, de 1839 e 1840; *Instrucção publica*, de 1855 a 1859, etc.

Bastos *(Francisco de Paula Bastos, 1.º visconde e 1.º barão de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real por successão a seus maiores, governador geral da provincia de Cabo Verde, gentil-homem da camara e ajudante de campo honorario d'el-rei D. Pedro V, general de divisão etc. N. a 10 de junho de 1793, fal. em Angra do Heroismo a 2 de setembro de 1881. Era filho de Pedro Joaquim de Bastos, fidalgo cavalleiro da Casa Real, proprietario, e de sua mulher D. Gertrudes Ludovina de S. José e Mello. Ainda não contava 16 annos de edade, quando assentou praça a 7 de

abril de 1809, como voluntario, no regimento de infantaria n.º 1, sendo reconhecido cadete a 27 de julho d'esse mesmo anno, e foi como cadete da 1.ª companhia de granadeiros e depois como alferes de caçadores n.º 10, que fez a campanha peninsular, desde 1809 a 1814. A sua educação militar começou, portanto, no campo da batalha, porque, segundo diz um dos seus biographos, Francisco Bastos deve ter assistido ás acções de Grijó em 11 de maio de 1809, á passagem do Douro e tomada do Porto no dia 12, á do Bussaco em 26 de setembro, á de Alemquer em outubro, em Ponte de Calhariz em novembro, Pombal em março de 1811 e ás da Redinha a 12, Condeixa a 14 e Ponte de Murça, porque em todos estes combates figurou infantaria n.º 1, a que elle perteneia. Foi promovido a alferes a 11 de junho de 1811, e passou para o batalhão de caçadores n.º 10, continuando a tomar parte nas batalhas mais notaveis d'esta campanha, como a de Villalva a 3 de junho de 1812, Almendralejo a 19 d'agosto, na passagem de Tormes de 8 a 14 de novembro, na batalha de Vitoria a 21 de junho de 1813, no bloqueio de Pamplona de 30 de junho a 18 de julho, e em outras onde entrou o batalhão n.º 10, sendo ferido na batalha de Nivelle, que se realisou a 10 de novembro de 1813. A 15 de dezembro de 1814, tendo terminado a campanha, foi promovido a tenente no referido batalhão de caçadores, e ali se conservou ainda depois de ser promovido a capitão, em 22 de junho de 1821. Tendo-se manifestado a favor dos principios liberaes proclamados em 1820, bateu-se em Amarante, na batalha de 23 de março de 1823, e quando n'este anno vingou o movimento reaccionario emprehendido pelo infante D. Miguel, foi desligado do serviço e posto a meio soldo, até que pelo fallecimento de D. João VI e pela nova proclamação dos principios liberaes em 1826, foi restituido á effectividade do serviço. Francisco Bastos entrou na capitulação de Bragança a 26 de novembro de 1826, em Coruche a 8 de janeiro de 1827, no Prado e Barca a 5 de fevereiro, na Cruz de Marouços a 24 de junho de 1828, e na Ponte do Vouga no dia 28. Quando começou o governo do infante D. Miguel emigrou para Inglaterra, d'onde passou para a ilha Terceira, desembarcando em Angra do Heroismo a 7 de março de 1829. A junta provisoria, encarregada de sustentar a autoridade da rainha D. Maria II n'aquella ilha, o nomeou a 17 do referido mez de março major do batalhão de milicias n.º 2, e em 11 de agosto assistiu á acção memoravel da Praia da Victoria. O capitão general conde de Villa Flôr, mais tarde duque da Terceira, organisou em 23 de agosto um batalhão de caçadores com a denominação de provisorio, e o capitão Bastos foi encarregado do commando da 3.ª companhia. Este batalhão era o mesmo que depois se chamou de caçadores n.º 12 que entrou em Lisboa no dia 24 de julho de 1833 com o duque da Terceira, e foi extincto em 1847. Por ordem do imperador D. Pedro tomou conta do governo militar da ilha de Santa Maria a 21 de julho de 1832, levando ás suas ordens um forte destacamento de infantaria n.º 18, em consequencia de se haver estabelecido ali um deposito de cento e tantos officiaes e cadetes do exercito miguelista, que tinham sido aprisionados em diversos combates. Em 30 de agosto de 1832 foi graduado no posto de major. Na expedição que se organisou para vir ao continente, tambem Francisco Bastos tomou parte, vindo desembarcar nas praias do Mindello. Em 24 de julho de 1834 passou ao regimento de caçadores n.º 4, com a effectividade do posto de major e depois para caçadores n.º 2 a 18 de setembro de 1835, como commandante interino; em 4 de setembro de 1837 foi mandado commandar o batalhão provisorio de infantaria n.º 10, sendo promovido a tenente-coronel por decreto de 5 do referido mez, publicado em 6, mas continuando a pertencer ao quadro de caçadores n.º 2. Até 15 de janeiro de 1838 esteve n'este commando, data em que os batalhões provisorios de infantaria ficaram extinctos, segundo a reforma da organisação do exercito. Foi promovido a coronel, por decreto de 26 de novembro de 1840. Por decreto de 5 e carta de 28 de abril de 1842, foi nomeado governador geral da provincia de Cabo Verde, e elevado por essa nomeação ao posto de brigadeiro, sem prejuizo dos coroneis mais antigos. Exerceu este cargo até julho de 1845. Por decreto de 8 de outubro de 1846 foi nomeado governador da praça de Elvas, sendo exonerado quando teve a nomeação de commandante da segunda divisão militar em 5 de agosto de 1847; em 28 de setembro seguinte foi nomeado commandante da 10.ª divisão, commando que exerceu sem interrupção até 1860, anno em que, por decreto de 18 de fevereiro, foi nomeado marechal de campo; poucos mezes depois el-rei D. Pedro V o nomeou seu ajudante de campo, por decreto de 4 de junho. A 22 de novembro de 1865 foi nomeado commandante da 7.ª divisão militar, commissão que não chegou a exercer, por causa da sua falta de saude, e sentindo aggravarem-se lhe os soffrimentos pediu a reforma, que lhe foi concedida por decreto de 4 de junho de 1866. Em recompensa dos seus serviços, D. Maria II o agraciou com o titulo de barão de Bastos, por decreto de 18 de abril de 1848, de que tirou carta a 21 de maio de 1851. O barão de Bastos casou em 14 de novembro de 1819 com D. Thereza de Jesus Mourão, filha de José Martins Mourão e de D. Antonia Maria de Jesus Menezes. A 25 de abril de 1858 enviuvou, e com a idéa de deixar a seu filho unico, Justiniano Cesar de Bastos, uma fortuna importante, contrahiu segundas nupcias a 24 de maio de 1860, com D. Francisca Rocha de Sampaio, filha de Francisco José Teixeira de Sampaio, Guedes de Amaral, fidalgo da Casa Real, e de sua segunda mulher D. Eulalia Floriana Gualberta Carvão. O filho, Justiniano Cesar Bastos, era cavalleiro das ordens de S. Bento de Aviz e de N. S.ª da Conceição, condecorado com a medalha militar de comportamento exemplar, e foi major de infantaria n.º 4; falleceu a 24 de setembro de 1873, sem descendencia. O barão de Bastos foi elevado a visconde do mesmo titulo, por el-rei D. Luiz I, por decreto de 18 de maio de 1863. O fôro de fidalgo cavalleiro fôra-lhe concedido pelo alvará de 30 de abril de 1794. Tinha as seguintes honras: commendador da ordem de S. Bento d'Aviz, em 1 de junho de 1838; commenda da de N. S.ª da Conceição, a 26 de abril de 1842, e a carta do conselho de Sua Magestade, como governador geral da provincia de Cabo Verde; o grau de cavalleiro da Torre e Espada, a 16 de maio de 1843; o grau de official da referida or-

dem, em 3 de setembro de 1844; a grã-cruz da ordem de S. Bento de Aviz, por decreto de 26 de abril de 1866, e em 1868 fôram-lhe conferidas as medalhas de ouro correspondentes a valor militar, bons serviços e comportamento exemplar. Era tambem commendador da ordem de Carlos III, de Hespanha, tinha a medalha hespanhola da guerra peninsular, pela batalha da Vitoria, e as de duas batalhas da referida campanha. Foi deputado na legislatura de 1846, que sómente durou quatro mezes. Usava do seguinte brazão: escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Barrosos, que tambem n'outro tempo usaram os Bastos, em campo vermelho cinco leões de prata faxados de duas faxas de purpura cada um, uma pelo pescoço, outra pela barriga, empaquetados de ouro, postos em aspa; no segundo quartel as armas dos Sampaios, escudo esquartelado, em campo de ouro, uma aguia de purpura estendida, armada de preto; o segundo enxequetado de ouro e azul, e uma bordadura vermelha, cheia de—S S—de prata, e assim os contrarios; no terceiro quartel as armas dos Oliveiras, em campo vermelho uma oliveira verde, com azeitonas de ouro e raizes de prata; no quartel as armas dos Osores, escudo enxequetado de vermelho e prata.

Bastos *(Francisco Xavier de Santa Rita).* Prégador brazileiro do principio do seculo XIX, de quem se conhece um sermão impresso, e prégado em 1816 na Bahia, nas exequias da rainha D. Maria I.

Bastos *(Jeronymo Pereira da Silva Baima de).* Director geral dos negocios ecclesiasticos, cargo que exerceu por muitos annos, e em que se aposentou pouco tempo antes de fallecer, deputado em varias legislaturas, e indicado para par do reino na ultima eleição que o partido regenerador fez nos fins do anno de 1901 ou principios de 1902, no gabinete que vigora ainda hoje. N. em 1830, fal. em abril de 1902. Foi governador civil de Castello Branco, e era grã-cruz de S. Gregorio Magno, ordem pontificia.

Bastos *(José Gregorio Mamede Campos Silva).* Livreiro-editor estabelecido na rua Garrett, actual proprietario da antiga casa Bertrand (V. *este nome*). Nasceu a 17 de agosto de 1854. Era filho de Joaquim Gregorio Bastos, thesoureiro do Instituto Agricola, e de D. Maria Emilia Evangelista de Campos Silva Bastos. Sempre muito laborioso e entregue a emprezas litterarias e editoras, tornou-se ha poucos annos proprietario da casa Bertrand, fundada em 1732, que depois do terremoto de 1755, se mudou para o local onde hoje existe, sendo então muito protegida pelo marquez de Pombal. José Bastos foi um dos socios fundadores do Atheneu Commercial de Lisboa, que os empregados do commercio fundaram no anno de 1880 em homenagem ao terceiro centenario do nosso epico Luiz de Camões. É presidente da assembléa geral, e aos seus esforços se deve em grande parte o estado prospero a que tem chegado aquella instituição (V. *Atheneu Commercial de Lisboa).* Pertence a diversas associações e sociedades de beneficencia portuguezas; é socio correspondente do Gabinete Portuguez de Leitura de Pernambuco, e o unico portuguez que contém a importante sociedade de Londres, *The Hakluyt Society*, organisada em 1846, e cujo fim é tornar conhecida a historia de differentes paizes e de viagens. Tambem é socio da importante *Ligue populaire du repos hebdomadaire*, de Paris, que só conta no seu gremio dois portuguezes, sendo um d'elles José Bastos. Desde 1888 tem sido sempre um dos principaes trabalhadores nas commissões organisadas a favor do descanço dominical, questão muito falada e discutida.

Bastos *(Fr. Luiz).* D'este pintor apenas se sabe o que fr. José Pereira de Sant'Anna diz na sua *Chronica dos Carmelistas*, pag. 476: «Na epoca em que vivia, Bastos era um dos pintores mais insignes d'este reino; e apezar de começar a manejar os pinceis como amador, as suas disposições naturaes eram taes, que se tornou mestre n'esta arte, ao ponto de servir de modelo e de objecto de admiração aos melhores artistas.»

Bastos *(Manuel Patricio de).* Compositor e organista. N. em Setubal nos fins do seculo XVIII, fal. em Lisboa a 29 de julho de 1856. Estudou em Setubal os primeiros rudimentos de musica, e como tivesse boa voz de soprano foi admittido no seminario da Patriarchal, onde completou os estudos. Em 1825 era já organista supranumerario na sé cathedral, logar em que depois se tornou effectivo, e exerceu até fallecer. Compoz muita musica de egreja, toda no estylo italiano e theatral, imitando as arias e peças concertantes das operas mais applaudidas no seu tempo, a ponto de empregar extensos recitativos e brilhantes cabaletas exactamente como no theatro. As suas musicas tinham pouco valor. Manuel Patricio Bastos organisou uma irmandade composta de musicos dissidentes da irmandade de Santa Cecilia, collocando-a sob o patrocinio de Santa Izabel, pelo que os seus membros fôram alcunhados de *izabelões*. Estes e os irmãos da irmandade de Santa Cecilia andavam sempre em lucta encarniçada, até que afinal se dissolveu a irmandade dos *izabelões*. Bastos tinha um irmão padre, chamado José Maria Bastos, que foi organista da egreja dos Martyres, mas que pouco se dedicou a compôr musica.

Bastos *(Palmyra).* Actriz, actualmente no theatro da Avenida. N. em Aldeia Gavinha, proximo a Alemquer, em 30 de maio de 1875. Era filha de paes hespanhoes, que percorriam diversas terras portuguezas com uma modesta companhia, a qual se desfez por ter desapparecido o chefe, de quem nunca mais houve noticias. A pobre mãe ficou sem meios de subsistencia e com o encargo de tres filhas, sendo uma a actual artista Palmyra Bastos, veiu para Lisboa e trabalhava de dia em casa d'uma modista e á noite no theatro, como corista, estando primeiro na Trindade e depois na Rua dos Condes. Foi n'este ultimo theatro, que sendo Sousa Bastos emprezario, e Palmyra ainda muito creança, que debutou com feliz exito na peça phan-

Palmyra Bastos

tastica *O reino das mulheres;* continuou depois representando alguns papeis no *Reino dos homens* e na revista *Tam tam* no papel de *gatinha branca*, que desempenhava com muita graça, sendo sempre muito applaudida. Da Rua dos Condes passou ao theatro do Rato, onde se salientou n'uma revista do anno, em que fez os principaes papeis. Foi ali buscal-a a empresa de Cyriaco Cardoso, do theatro da Avenida, onde representou a *Grã-duqueza de Gerolstein*, *O direito feudal*, *O burro do sr. alcaide*, *Madgyares*, *Joven Telemaco*, *Georgianas*, etc. A empresa do theatro de D. Maria, Rosas & Brazão, n'uma *tournée* ao Brazil, convidou-a para fazer parte da companhia, e ali, proseguindo n'uma nova carreira theatral, agradou extraordinariamente em papeis dramaticos, mas ao regressar a Lisboa, recusou continuar n'aquelle theatro, por não querer abandonar o genero alegre, em que começara a sua vida d'artista. Contratou-se então na Rua dos Condes para desempenhar os principaes papeis da revista *O Sarilho*, em que foi muito applaudida. Em maio de 1894 fez parte da companhia da Trindade, empresa de Sousa Bastos, estreando-se no *Brazileiro Pancracio* e no *Burro do sr. alcaide*. N'esse mesmo anno, em 1 de julho, casou com o empresario Sousa Bastos. Em junho de 1895 voltou ao Brazil, e obteve grande exito nos theatros do Rio de Janeiro, S. Paulo e Pará. Na epoca de 1896 e 1897 esteve na Trindade, e na mudança de espectaculos para o genero dramatico, que então se deu n'este theatro nos annos de 1897 e 1898, tomou o logar de primeira ingenua da companhia que se organisou, representando nas peças: *Bohemia*, *Honra*, *Martyr*, *Musette*, *Dois garotos*, *João Darlot*, *Auto dos esquecidos*, peça premiada no concurso para o centenario da India em 1898, original de Sousa Monteiro. Quasi no fim da epoca, de 1903 a 1904, representou no theatro de D. Maria *O fogo no convento*, *Uma visita*, e *O desquite*. É longo o seu reportorio; além das peças em que já falámos, contam-se as seguintes: *Sal e pimenta*, *Tim tim por tim tim*, *Fim do seculo*, *Fada do amor*, *Cigarra*, *Dragões d'el-rei*, *Solar dos Barrigas*, *Gata borralheira*, *Noite e dia*, *Em pratos limpos*, *Boccacio*, *28 dias de Clarinha*, *Perichole*, *Reino das mulheres*, *Talvez te escreva*, *Filhos do capitão-mór*, a *Boneca*, etc.

Bastos *(Thomaz Frederico Pereira)*. Tenente-coronel do estado maior de artilharia, deputado, jornalista, e lente da Escola do Exercito. N. em 1842, e fal. na Boa Viagem, proximidades de Lisboa, a 21 de julho de 1887. Assentou praça a 9 de agosto de 1859; foi promovido a 2.º tenente em 24 de julho de 1862; a 1.º tenente em 17 de setembro de 1864; a capitão em 16 de julho de 1868; a major em 12 de julho de 1883 e a tenente-coronel em 16 de julho de 1886. Pertencia ao partido progressista. Foi redactor do *Diario Popular* desde a sua fundação, correspondente do jornal *O Primeiro de Janeiro*, e um dos primitivos redactores do seminario humoristico *O Pimpão*, fundado em 1875, onde escrevia com muito bom senso e muito espirito os artigos editóriaes, que firmava com o pseudonymo de *Sancho Pança*. Era commendador da ordem de S. Bento de Aviz e da de Gustavo Wasa da Succia, e tinha a medalha de prata de comportamento exemplar. Foi deputado pela primeira vez por Angola, a segunda por um circulo da provincia, em 1885, por accumulação, e ainda em mais duas legislaturas. Em 1881 foi primeiro secretario da camara dos deputados e chefe do gabinete do ministerio da guerra, sendo ministro o general José Joaquim de Castro.

Thomaz Frederico Pereira Bastos

Bastos *(Victor)*. V. *Bastos (Antonio Victor Figueiredo)*.

Bastos. Casal na freg. de N. S.ª da Graça, de Ouguella, conc. de Campo Maior, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de Santa Luzia, conc. de Ourique, distr. de Beja. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora. || Quinta na freg. de N. S.ª da Expectação, de Vallada, conc. do Cartaxo, distr. de Santarem.

Bastos Pina *(D. Manuel Corrêa)*. Actual bispo de Coimbra. V. *Arganil (conde de)*.

Bastos Teixeira *(Mariano Vicente de)*. Professor de desenho. Escreveu: *Breve tratado do bordado a matiz e petit-point, ornado de um mappa das cores, com os nomes mais conhecidos pelo vulgo, para melhor intelligencia;* acompanhado do curioso symbolo e significação das côres, Lisboa, 1846. Tem uma estampa e o mappa colorido.

Bastos Teixeira *(Vicente de)*. Escrivão do expediente da inspecção do Arsenal do Exercito. Era natural de Vianna do Castello. Não se sabe a data do nascimento, e parece que falleceu entre 1807 e 1812. Escreveu: *Dictionnaire moderne du idiome françois en portugais*, Lisbonne, 1779. E' o tomo I, que comprehende as letras A-C. Parece que não sahiu a continuação. Julga-se do mesmo autor o seguinte escripto: *Tratado sobre os escrupulos, pelo P. Nicolau Jamim, traduzido em portuguez*, Lisboa, 1786.

Bastuço. Pov. e freg. de Santo Estevão, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga. Tem annexa a freg. de S. João Baptista, tendo ambas reunidas 473 hab. e 121 fog. A pov. dista 10 k. da séde do conc. E' tambem conhecida pela designação de *Santo Estevão de Bastuço*. Esta freg. está situada n'um valle fertil. O reitor do collegio de Santo Agostinho, no convento da Graça de Lisboa, apresentava o vigario, que tinha 35$000 réis, e o collegio 100$000 réis. Esta freg. esteve muitos annos annexa á de Sant'Anna do Vimieiro. Parte do monte d'Ayró pertence a esta freg. (V. *Ayró*). Alguns dão-lhe o nome de Penha Fiel ou de Pena Fiel, por causa dos penhascos dos montes d'Ayró, onde esteve um castello muito antigo, de que ha ainda vestigios, segundo dizem. O rei D. Fernando I o deu por termo a Barcellos, pelos annos de 1375, a pedido do conde D. João Affonso, como consta de documentos existentes na camara d'esta villa, onde se lhe dá o nome de Penha Fiel de Bastião. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3, com a

séde em Vianna do Castello. || Freg. de S. João Baptista, que lhe fica annexa, conforme dissémos. Está situada junto ao monte d'Ayró, e ao N d'elle, e d'aqui se descobrem Braga, Barcellos, Villa do Conde, muitas povoações menores e uma vasta extensão de mar. O cura era annual, apresentado pelo cabido da collegiada de S. Pedro de Valença, e tinha de congrua 28$000 réis e o pé d'altar. Nos montados de Ayró, pertencentes a esta freguezia, está a capella de S. Silvestre, n'um sitio em que se diz terem habitado os moiros, a qual foi construida por João Pinheiro de Mendanha. O povo d'esta freguezia era obrigado, em tempo de guerra, a defender a praça e presidio de Lindoso. S. João Baptista de Bastuço é terra muito fertil. No civel era sujeita a Barcellos, e no militar tinha por mestre de campo o commendador de Chavão, da ordem de Malta, a quem pagavam annualmente mais de cem mil réis de fôro, por uma chamada *honra* de S. João e S. Pedro de Sá, que é um logar da freg. de Sequiade, que fica immediato a esta freguezia. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Esporões, conc. e distr. de Braga.

Bata *(Casal do)*. Na freg. de S. Miguel, de Povoa, conc. de Moura, distr. de Beja.

Bataca. Casal na freg. de N. S.ª da Salvação e conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

Bataça *(Dona)*. Dama de honor da rainha Santa Izabel, mulher d'el-rei D. Diniz, em cuja côrte gozou da maior consideração. D. Bataça era filha de Guilhelmo, conde de Vintemilha, e da *mui nobre dona Lascara*, infanta da Grecia, como se denomina no interessante testamento que existe no cartorio do cabido da sé de Coimbra, ao qual deixou por sua morte avultadissimos bens, fazendo-lhe por esse motivo os conegos durante muitos annos procissões e rezas sobre a sua sepultura no dia do anniversario do seu passamento. D. Bataça era tida em grande apreço pela familia real de Aragão, que a escolheu para dama de companhia de D. Izabel, filha de D. Pedro III, quando esta princeza veiu matrimoniar-se com o nosso rei D. Diniz. Foi aia do infante D. Affonso (o IV na serie dos nossos reis), e tendo creado D. Constança, filha d'el-rei D. Diniz, sendo sua aia, acompanhou-a como camareira-mór a Castella. quando foi do seu casamento com o rei D. Fernando IV, e creando ali egualmente sua filha a infanta D. Leonor. O rei de Castella, D. Fernando IV, lhe doou a villa de Padrassa em 20 de fevereiro de 1311, dizendo no respectivo padrão que essa mercê significava a sua gratidão—«*por la criança que fizo en la Reina Doña Constança my muger, y en la infanta Doña Leonor nuestra fija*». Fallecendo em Sahagum a rainha D. Constança, foi D. Bataça, por desejo da fallecida, tutora dos infantes castelhanos D. Pedro e D. João. Regressando a Portugal fixou residencia na cidade de Coimbra, onde fez muito bem aos religiosos da ordem de S. Francisco para a qual entrou como irmã. D. Bataça viveu tambem algum tempo na villa de S. Thiago de Cacem, deixando ali boas tradições pela sua bondade e animo generoso, mencionando-se entre outras a offerta que fez á egreja matriz d'quella villa, d'uma reliquia do Santo Lenho, que ainda ali se conserva fechada em um relicario de prata, e que a pedido dos lavradores costuma sair em procissão por occasião de preces por falta de chuva. A obra *De Antiquitatibus Lusitaniæ*, (liv. IV), de André de Rezende, menciona o facto menos verdadeiro de D. Bataça ter preparado uma famosa armada á sua custa, que conquistou aos moiros uma villa no Algarve, em dia de S. Thiago, ficando morto no campo da batalha o seu rei Cassé, e recebendo aquella villa por esse acontecimento o nome de *San-Thiago de Cassem*. Isto não passa d'uma grande inexactidão, porque muitos annos antes da vinda de D. Bataça para Portugal, já os exercitos christãos haviam conquistado aos moiros as suas ultimas guaridas da peuinsula. E' por isso que Pinho Leal, no vol. 9.º, pag. 34 do seu *Portugal Antigo e Moderno*, escreve muito judiciosamente ácerca de D. Bataça o seguinte: «O que ha de certo com respeito a esta senhora e á villa de S. Thiago de Cacem, é que, em 1314, fez troca com D. Diogo Moniz, mestre da ordem de S. Thiago, dando-lhe o senhorio de Villa-Lar, em Castella, e recebendo o de S. Thiago de Cacem, sob a condição de que, por morte d'ella, o senhorio d'esta villa tornaria para a ordem, o que se realisou em 21 de abril de 1336, dia do seu fallecimento na cidade de Coimbra.» Quando dama de honor na côrte de D. Diniz, D. Bataça foi com embaixada a D. Jayme II, rei de Aragão. Ha um documento historico que mostra o alto apreço em que D. Bataça era tida na côrte portugueza. E' o segundo testamento da rainha santa, com data de 22 de dezembro de 1327, onde se encontram estas duas passagens: «E faço meus testamenteiros El-Rey Dom Afonso meo filho, & a Rainha Dona Breatriz minha filha sa molher, & o iffaute Dom Pedro meu neto filho primeiro herdeiro do dito Rey Dom Afonso, & á Ifauta Dona Maria minha neta, que eu criei, se for em Portugal, *& Dona Vataça*, & o Guardião de Coymbra & de Leiria que en esse tempo fore. & Frey Françisco de Euora, & frey saluado que anda em casa d'el-Rey, & frey afonso Vehegas, & á abadesa do dito Most.º de Santa Clara, & de Santa Isabel de Coymbra que en esse tempo for abadesa, em cuia mão eu leixo meu corpo, & todalas outras cousas que, eu entom ouver.» — E mais adiaute o seguinte paragrapho: «*E mando a Dona Vataça cem marcos de prata.*» D. Bataça casou em 1285 com Martim Annes dos de Soverosa, illustre fidalgo portuguez de quem não teve descendencia (*Panorama* de 1843). Coelho Gasco, porém, na sua *Conquista, antiguidade e nobreza de Coimbra*, a pag. 142 da primeira edição, escreve: «Teve esta infanta grega uma filha, que tambem se chamava D. Bataça, que casou com D. Gonçalo da Fonseca, que foi um dos valentes homens do seu tempo, senhor dos morgados de S. Romão e Torredãos; era mui parente este D. Gonçalo da Fonseca de D. Vasco Coutinho, primeiro conde de Marialva, de quem nasceu Diogo da Fonseca, de onde veem os Fonsecas de Alcacer do Sal, porque era D. Gonçalo da Fonseca, filho de D. Pedro da Fonseca, senhor de Aviz, que fez a capella de Nossa Senhora dos Martyres, onde jaz sepultado em Alcacere, como diz um instrumento dado no anno de 1514. São os Fonsecas mui illustres em sangue, trazem sua origem dos romanos, que se chamavam Fronteyos; o primeiro que em Portugal assim se chamou foi Vasco Mendes da Fonseca, que tem seu solar no mosteiro de Maucellos, duas leguas de Amarante, de que são pa-

droeiros, e não como diz Argote de Molina, que era o de Meuhelis, que não ha em Portugal tal convento, não entendeu bem o conde D. Pedro, inda que era varão doutissimo, e o mór antiquario de Hespanha. Do nosso Portugal se passa para Castella esta nobillissima familia por um portuguez chamado Pedro Rodrigues da Fonseca, que seguiu a voz da rainha D. Beatriz mulher de el-rei D. João I de Castella, perdendo doze villas acastelladas, e outros logares; que foi guarda-mór de el-rei D. João I de Castella, de que teve amplissima linhagem, e um filho cardeal de Roma, chamado D. Pedro da Fonseca. Trazem por armas cinco estrellas roxas, em campo de fino ouro». D. Bataça falleceu no dia 21 de abril de 1336 em Coimbra, onde residia, deixando avultadissimos bens ao cabido d'esta cidade. A D. Bataça perteneiam umas casas proximo da Sé Velha de Coimbra e que ainda ha annos existiam no local onde hoje está outro edificio. N'essas casas installou-se em 1552 o collegio da Trindade, e. ultimamente serviam de celleiro do cabido. Como dissémos, d'ellas já hoje não restam vestigios. D. Bataça está sepultada na Sé Velha de Coimbra n'um interessante tumulto em que se vê a sua estatua jacente, vestida com o habito das religiosas claristas, tendo aos pés dois rafeiros, e a cabeça apoiada n'uma almofada sustentada por dois anjos. Na face anterior d'este tumulo ha tres escudos em alto relevo, vendo-se em cada um uma aguia com duas cabeças. Os antigos escriptores asseveram que n'esse tumulo se lia, em campo d'ouro, este epitaphio: *Heic sita est Bataza imperatoris Græciæ neptis* (*De Antiquitatibus Lusitaniae*, lib. IV, por André de Rezende, já citado). O tumulo, do qual nos communicou, com este artigo, um fidelissimo desenho o sr. dr. Valle e Sousa, e cuja reproducção publicaremos em devido logar (V. *Coimbra, Sé Velha de*), achava-se outr'ora no meio da egreja, d'onde passou para a pequena capella de Santa Clara. Por occasião dos trabalhos de reparação que se fizeram na Sé Velha, teve este curiosissimo monumento que ser removido para uma das naves lateraes do templo, onde hoje está. A remoção effectuou-se no dia 9 de julho de 1895, procedendo se á sua abertura por mandado do então director das obras publicas sr. Franco Frazão. Encontrou-se dentro a ossada de D. Bataça, que estava revolvida, alguns pequenos fragmentos de roupagens e a caveira d'uma bella configuração e magnificamente conservada, tendo ainda adherentes muitos tecidos mumificados.

Batacas *(Quinta de)*. Na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Batalha. O escudo d'esta familia tem por armas tres labaredas em roquete; o timbre é formado por uma das labaredas do escudo.

Batalha *(Caetano Maria)*. Contra almirante. N. em Lisboa a 11 de junho de 1810, fal. a 21 de outubro de 1881. Era filho do negociante Joaquim Rodrigues Batalha e de D. Quiteria Maria Magiolo Batalha. Cursou as aulas do antigo Collegio dos Nobres, em que se tornou distincto, passando depois a frequentar as da Academia de Marinha, onde quasi sempre foi premiado. Governava então em Portugal o infante D. Miguel, e apenas se soube em Lisboa, que a 10 de fevereiro de 1832 partira de Belle-Isle uma expedição liberal, as aulas fôram encerradas, e organisou-se uma esquadra. Caetano Batalha e outros collegas embarcaram, partindo Batalha na charrua *Princeza Real,* passando depois para a nau *D. João VI*, quando cruzaram o mar dos Açôres, sendo nomeado guarda-marinha a 30 d'agosto do referido anno de 1832. A 22 de dezembro foi transferido para a nau *Tejo*, onde se conservou até julho de 1833, servindo no cruzeiro dos Açôres, costa do reino e bloqueio do Porto, passando a 18 d'esse mez para a charrua *Maia Cardoso*. Fôra promovido a 2.º tenente a 22 de fevereiro do referido anno. No proprio dia 18 de julho pôde realisar o plano, em que pensava ha muito tempo, fugir ao serviço do governo absoluto, e entrar no serviço do partido constitucional. Conseguiu refugiar-se a bordo da fragata franceza *Melpoméne*, surta no Tejo, onde se encoutrou com alguns companheiros que, assim como elle, se destinavam a emigrar. Dizia-se que a causa liberal estava perdida, mas depressa surgiu uma noticia que veiu causar a maior alegria. A expedição arrojada do duque da Terceira saltara no Algarve e atravessava o paiz até Cacilhas, onde destroçara as tropas de Telles Jordão, ao mesmo tempo que Napier destruia e aprisionava a esquadra miguelista. Caetano Batalha com os seus companheiros, apresentou-se então ao duque da Terceira que logo lhe confiou uma commissão importante e secreta, junto do general visconde de Mollelos. Encarregou-se depois de varias commissões, e Napier o nomeou por fim governador da praça de Sines, onde prestou muitos e valiosos serviços, sendo sempre apreciado como official distincto e valente. Os postos que alcançara durante o governo absoluto, não lhe fôram garantidos, sendo-lhe contado o assentamento de praça desde 6 de agosto de 1833, data em que se apresentara ao duque da Terceira, tendo a promoção de guarda-marinha a 18 de fevereiro de 1835, e a de segundo tenente effectivo a 31 de agosto, com a condição de acabar o curso. Já então frequentava o curso de hydrographia, leccionado por Filippe Folque, e quando o terminou deu começo á sua nova carreira de engenheiro hydrographo, a 2 de janeiro de 1836, sendo nomeado para a commissão dos trabalhos geodesicos do reino. Os trabalhos da triangulação do reino, começados em 1790 pelo dr. Ciera, de pouco aproveitaram, por se haverem perdido a maior parte dos registos das suas observações. A commissão geodesica soffreu transformação e modificações, de que mencionaremos os trabalhos mais importantes. Caetano Batalha, em collaboração com Pereira da Silva, mais tarde contra-almirante, mediu de novo a base Batel-Montijo entre a ponta do Montijo e as proximidades de Alcochete, projectando-se uma nova triaugulação, começaram todas as observaçòes geodesicas dos grandes triangulos de 1.ª ordem. Levantaram a planta do pinhal de Leiria, trabalho de grande perfeição. Encarregados da rectificação do plano hydrographico do posto e barra de Lisboa, fizeram um trabalho que foi considerado um modelo de correcção e perfeição. Em seguida, Caetano Batalha foi levantar a planta do posto de Peniche. Berlengas e canal entre ellas e Cabo Carvoeiro, Depois de ter tornado a occupar-se dos trabalhos da grande geodesia, passou em 1852 a organisar os trabalhos chorographicos, aos quaes se deu maior desenvolvimento em 1856, dirigindo Bata-

lha um grupo de officiaes de infantaria e cavallaria. No entretanto desempenhava outras commissões de serviço, taes como as observações astronomicas para a determinação dos azimuths dos pontos de 1.ª ordem como Buarcos, Bussaco e Louzã; o levantamento da planta hydrographica da barra do Douro até á ponte pensil, comprehendendo a linha de costa até Leça da Palmeira, que concluiu em 1863, tendo sido anteriormente em 1860, juntamente com o capitão de mar e guerra Andrade Pinto, encarregado de elaborar um projecto para a collocação de boias, signaes e faroes na barra de Lisboa, trabalho de que foi relator, e em 1871 presidente d'uma commissão encarregada de elaborar um plano geral de obras e melhoramentos na margem direita do Tejo desde a Torre de S. Vicente de Belem até ao Beato. A parte mais importante d'este trabalho coube a Caetano Batalha. A 7 de maio de 1845 foi promovido a 1.º tenente, a 6 de novembro de 1851 a capitão-tenente, a 6 de junho de 1861 a capitão de fragata, a 31 de outubro de 1866 a capitão de mar e guerra, e a 25 de outubro de 1877 a contra-almirante. A biographia d'este distincto official de marinha vem publicada no *Diario Portugal* de 20, 22 e 23 de novembro de 1881.

Batalha *(Ladislau)*. Professor de linguas e escriptor contemporaneo. Nasceu em Lisboa, em 2 de agosto de 1856, filho d'uma familia de negociantes. Tendo estudado linguas, partiu em junho de 1876 para a Africa, a bordo do vapor *La Plata*. Obedecendo a uma necessidade do seu temperamento, entregou-se á bohemia das viagens, tendo conseguido em onze annos consecutivos fazer a volta do mundo em condições aliás precarias. Trabalhando arduamente ás vezes, a fim de poder atravessar os oceanos e os continentes, penetrou até ao coração do Continente Negro, onde conviveu com o gentio. A bordo da barca americana *Platina*, onde serviu como balieiro, percorreu o Atlantico e os oceanos boreaes, vindo desembarcar em New Bedford (nos Estados Unidos). O anceio de ver e aprender no livro da natureza, levou-o a exercer officios varios na America, cujas principaes cidades visitou. Em 1880 estava já em S. Francisco de California, d'onde partiu para as ilhas Sandwich, e d'ali para o Oriente, tendo desembarcado em Nagasaki (Japão). Depois de visitar Shangai, Hong-Kong e Colombo, na ilha de Ceylão, regressou pelo canal de Suez, desembarcando em Porto Grande, na ilha de S. Vicente de Cabo Verde, onde permaneceu algum tempo em serviço do consulado francez, que então estava ao cuidado do fallecido negociante Augusto da Silva Pinto Ferro. Em 1887 voltou a Lisboa, repleto de conhecimentos e experiencia colhida nas longuissimas viagens de onze annos. As letras nacionaes devem-lhe abundante collaboração. Os seus trabalhos abrangem varios ramos do saber humano. Em romance, são d'elle *As miserias de Lisboa*, em 9 volumes, e os *Mysterios da Loucura*, em 4, ambas as obras publicadas pela casa editora de João Romano Torres. Em philologia deve-se-lhe entre outros: *A lingua de Angola*, Lisboa, 1894 e *Linguas d'Africa* e o *Inglez Commercial*. Como trabalhos de vulgarisação de conhecimentos, publicou uma *Astronomia social* em 2 volumes, *Costumes angolenses*, e o *Continente Negro*. Pertencem ao numero dos seus estudos sociologicos a *Burla Capitalista*, em 1 volume, e numerosos folhetos. Finalmente *Atravez do Reino Unido* é o primeiro volume de uma série de livros de viagem, que está publicando n'este momento. O seu temperamento irrequieto não lhe permite o descanço um só instante. Embora disponha de sufficientes meios de fortuna, não deixa de trabalhar sempre com dedicação e amor, cultivando as letras, leccionando linguas e ainda interessando-se em operações commerciaes. E' membro de varias sociedades scientificas, socio correspondente da *Sociedade Asiatica do Japão*, e socio honorario de muitas associações operarias, cujos ideaes socialistas tem perfilhado.

Ladislau Batalha

Batalha *(Fr. Sancho da)*. Religioso no convento d'Alcobaça, natural da villa de que tomou o appellido. Era muito douto em theologia dogmatica. Escreveu o seguinte, que ficou em manuscripto, o qual se conservava na livraria do convento d'Alcobaça; *Speculum disputationes cum hæreticis*.

Batalha (*Sebastião Francisco Severo Leão Drago Valente de Brito Pinheiro Guarda da Ponte Correia Grim Cabreira, 1.º barão da)*. V. *Nossa Senhora da Batalha (Barão de)*.

Batalha. Villa da provincia da Extremadura, séde de concelho, comarca de Porto de Moz, distr. de Leiria, relação e patr. de Lisboa. Tem uma só freguezia, cujo orago é a Exaltação da Santa Cruz; a sua população é de 3:869 hab., sendo 1:888 do sexo masculino e 1981 do feminino. A fundação do sumptuoso mosteiro de Santa Maria da Victoria, vulgarmente chamado da Batalha, erigido por D. João I em memoria da victoria da Aljubarrota, é que deu origem á fundação de povoação. Em 1498 foi ella desannexada do termo de Leiria e elevada á categoria de villa por el-rei D. Manuel, mas nunca teve foral. A villa é pequena e está situada n'uma baixa, distando 10 kilom. da capital do districto; tem misericordia, hospital, escolas para ambos os sexos e est. postal com serviço de emissão e pagamento de vales, cobrança de recibos, letras e obrigações, bem como o serviço de encommendas, permutando malas com Leiria e Alcobaça. Pertence á 5.ª div. mil. 10.ª brigada e ao 7.º dist. de res. e recrut. do exercito effectivo, com a séde em Leiria. Tem feira annual a 15 de agosto, durando dois dias, e mercado todos os domingos. O concelho da Batalha comprehende duas freguezias, com 7:029 hab.: 3:535 do sexo masculino e 3:494 do feminino. Uma d'ellas é a da villa e a outra a de Reguengo (N. S.ª dos Remedios) com 3:160 hab.:

1:647 do sexo masc. e 1:513 do feminino. A villa da Batalha era nos fins do seculo XIV uma vasta charneca. As primeiras casas fôram as levantadas para abrigo e trabalho dos mestres e operarios, que começaram a construcção do mosteiro n'uns terrenos pertencentes á quinta do Pinhal, que ali existia. Para a casa da quinta foi viver por ordem de D. João I o seu confessor, fr. Lourenço Lampreia, com mais alguns companheiros. Emquanto o mosteiro se não concluia, e para que elles pudessem fazer os seus officios e praticas religiosas, mandou o mesmo monarcha edificar ali proximo uma pequena ermida, que por mais de um seculo serviu de egreja matriz á pequena povoação. Alguns autores affirmam que durante o seculo XV tambem serviu de parochial a capella de Nossa Senhora da Victoria, no proprio monumento. Só no tempo de D. Manuel é que a Batalha teve parochia, uma formosa egreja, hoje em ruinas, mas nas quaes se admiram ainda um soberbo portico e um lindo altar-mór. Foi pelos annos de 1512 ou 1514 que el-rei D. Manuel mandou edificar, n'um chão chamado da *Mouraria*, a egreja parochial com a invocação da Exaltação da Santa Cruz, a qual se concluiu em 1532, no reinado de D. João III, como se verifica pela razão de que ainda se vê distinctamente essa data sob as armas reaes. Pela invasão franceza de 1810 fôram destruidos, ou dispersos, todos os papeis de importancia que constituiam o cartorio da villa, pelo que pouco se póde adiantar na sua historia. Em 1834 era grande o desenvolvimento da parochia, e já aquelle edificio não podia servir. A camara da Batalha representou e conseguiu do então governador do bispado, conego Antunes Pinto, que o governo autorisasse a transferencia para o extincto convento da ordem de S. Domingos, que ficou tendo o titulo de *Monumental e parochial egreja da Exaltação da Santa Cruz da villa de Nossa Senhora da Victoria da Batalha*, conferindo-se ao parocho o uso da egreja com as suas capellas. O resto do edificio foi entregue ás obras publicas. A *parochia de D. Manuel*, como o vulgo denominava a graciosa egreja, passou então a servir de cemiterio. O terremoto de 1858, que tanto se fez sentir n'alguns pontos do paiz, arruinou muitissimo o pequeno templo. Com o abalo de terra abateu o madeiramento do corpo da egreja, ficando apenas de pé as paredes, a torre dos sinos, e a capella-mór com as suas sacristias contiguas. E' n'este estado que ainda hoje se encontra, sobresahindo d'entre as ruinas a frontaria com o encantador portal manuelino. O riacho que corre por deante d'esta egreja tem origem em duas nascentes: uma que corre dos logares de S. Jorge e Tojal, e a outra a que chamam Fonte dos Valles, cuja agua os frades dominicanos recebiam no seu convento por ser de sua posse. Quando a villa da Batalha pertencia ao extincto bispado de Leiria, o prelado respectivo apresentava aqui o vigario, que tinha 50$000 réis e o pé de altar. O termo da villa é fertil e cria bastante gado. A pequena distancia existem em exploração jazigos de carvão e pedreiras de marmore de varias côres. No logar de Brancas ha uma nascente de agua mineral, não explorada. Na villa passa tambem o pequeno rio Lena, que perde o nome em Leiria, juntando-se ao Liz. Na estrada real de Lisboa ao Porto, perto da villa e do mosteiro, ha uma ponte construida em 1847, cuja architectura imita a do monumento. O concelho da Batalha foi supprimido por decreto de 7 de setembro de

Ruinas da antiga egreja matriz

1895 e annexado ao de Leiria, e restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. || Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de Santa Maria Magdalena e conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Miguel, de Villa Cabiz, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Casal na freg. de Santo Aleixo, conc. de Moura, distr. de Beja. || Herdade na freg. de S. Sebastião, de Giesteira, conc. e distr. de Evora. || Herdade na freg. de S. Pedro, de Monte Vil, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || Fazenda no Dombe Grande, Africa Occidental.

Batalha *(Aspecto geral e situação do convento da)*. Por occasião de se preparar para ferir a batalha de Aljubarrota (V. *este nome*), que tão gloriosa se tornou para as armas portuguezas, supplicou D. João I á Virgem Santissima, cuja imagem trazia n'um oratorio de campanha, que protegesse o seu exercito, e fez voto, entre outros, de erigir e dedicar-lhe um sumptuoso mosteiro,

se lhe concedesse a victoria na batalha que ia pelejar. O triumpho que se alcançou foi importantissimo, assegurando a independencia da nação e firmando a corôa na cabeça do Mestre de Aviz. Não tardou este em cumprir o seu voto, erigindo, a pouca distancia do logar do combate, como digno monumento de tão assignalado feito, o *Convento de Santa Maria da Victoria*, que por sua riqueza e perfeição artistica se tornou celebre em toda a Europa sob o nome popular de *Convento da Batalha*. Entre as monographias que varios autores fizeram d'este monumento é muito completa a que Ignacio de Vilhena Barbosa inseriu no bello livro *Os monumentos de Portugal, historicos, artisticos e archeologicos*, Lisboa, 1886. A esse consciencioso e erudito trabalho nos soccorreremos n'este artigo e nos subsequentes, seguindo, por vezes quasi textualmente, as paginas do pois necessario procurar nas visinhanças sitio mais appropriado, escolheu e comprou el-rei a Egas Coelho, e a sua mãe, Maria Fernandes Meira, a quinta do Piubal, junto á aldeia da Canoeira, e situada em um fresco valle, abundante d'aguas, a meia legua do logar onde se pelejára a batalha. Foi n'esta quinta que se fundou o convento E tanta pressa tinha D. João I em vêr consagrado aquelle logar pela oração, que, tendo doado á ordem de S. Domingos o convento apenas principiado, determinou que fossem logo alguns religiosos tomar posse d'elle. Passado pouco tempo quiz que fossem viver nas casas da quinta, celebrando n'ellas os officios divinos, em quanto as obras proseguiam. Cumpriu-se a vontade real, indo assistir nas ditas casas o padre mestre frei João Martins com outros companheiros, correndo o anno de 1388, no qual el-rei lhes fez doação da

Vista lateral do convento da Batalha, desde a capella do Fundador até ás capellas «Imperfeitas», lado Sul

que o venerando investigador escreveu, com tanto saber e elegancia. Não se conhece a data precisa em que teve logar a fundação do convento da Batalha. Frei Luiz de Sousa, o primoroso chronista da ordem de S. Domingos, não achou no cartorio do convento da Batalha, onde viveu alguns annos, documento algum por onde constasse a data da fundação. Todavia suppõe que este successo se realisou no proprio anno de 1385 em que os portuguezes ganharam a victoria d'Aljubarrota. D. Frei Francisco de S. Luiz, na sua erudita memoria sobre o edificio da Batalha, diz que foi no anno de 1386 que principiaram os trabalhos, o que parece mais certo. Queria D. João I que se erigisse o monumento da sua piedade no proprio logar onde vencêra os inimigos da patria; porém oppunham-se a estes desejos a seccura e aspereza do terreno, tão pobre que mal se vestia de enfesadas urzes; tão arido que não havia por ali signal de agua, a não ser a que cahia do céo em chuva ou em escassos orvalhos; e tão deserto, finalmente, que não se via uma choupana, nem sequer uma arvore que quebrasse a monotonia d'aquellas tristes charnecas... Sendo referida quinta do Piubal. A' ordem dominicana, na sua qualidade de mendicante, não lhe era permittido possuir bens de raiz; porém D. João I que, *havia por desauctoridade e menoscabo de nome real viver de esmolas a casa, que tinha o seu nome*, solicitou e obteve do papa Bonifacio IX, que a este convento por excepção fôsse concedida a faculdade de possuir propriedades e rendas perpetuas, e acceitar heranças. Progrediram as obras do convento com muita actividade e rapidez por todo o reinado d'el-rei D. João I. Porém, não obstante ser este muito longo, pois que abrangeu um periodo de 38 annos desde 1385, em que o mestre d'Aviz foi acclamado rei, até 1433, em que falleceu, não bastou para o acabamento de tão grandioso edificio. Durante os cinco reinados que se seguiram ao do fundador continuaram constantemente os trabalhos de construcção, incluindo n'elles os da chamada *capella imperfeita*. Da fundação do convento originou-se a da villa da Batalha. As primeiras construcções que se fizeram fôram para serviço das obras do monumento, taes como a *casa do mestre*, *a casa da carpintaria*, *a da vidraria*, *da ferraria*, *os for-*

nos de cal, *telheiros*, e outras officinas. O convento da Batalha está edificado em terreno baixo, cercado de collinas e montes, que lhe limitam o horizonte, sobretudo do lado da fachada principal do templo. Entretanto se o não rodeasse tão de perto a casaria da villa, pela maior parte de mesquinha apparencia, a sua situação seria de muita amenidade e belleza, pois que o valle em que está assentado é um dos mais frescos e aprazíveis d'esta nossa provincia da Extremadura. O rio Lena, que corta o valle, só no inverno é caudaloso, mas no verão traz sempre a agua sufficiente para conservar o viço e a frescura do arvoredo que o rodeia.

Batalha *(Breve descripção do exterior e interior da egreja do convento da)*. A fachada principal da sumptuosa egreja da Batalha está voltada para Oeste e deita para um adro pouco espaçoso, apparencia d'um tanque, para o qual se descia por uma escada de varios degraus. Mais tarde fôram desembaraçadas do entulho, e completamente descobertas, as bases das fachadas do templo, e o adro principal alargado e guarnecido, em vez de muro, com gradaria de pedra, decorada de pyramides, no mesmo gosto das que ornam o edificio. Todas as pessoas entendidas, tanto nacionaes como estrangeiras, que tem visitado o monumento da Batalha, collocam-n'o entre os mais perfeitos typos do gothico puro que ha na Europa. Dão-lhe direito a este logar a nobreza e elegancia das fórmas, a severidade das linhas, a belleza e sobriedade dos ornatos, a perfeição com que tudo está acabado, e finalmente a singular harmonia que reina em todas as suas partes. Não é preciso ser muito versado nos estudos de architectura para conhecer, logo

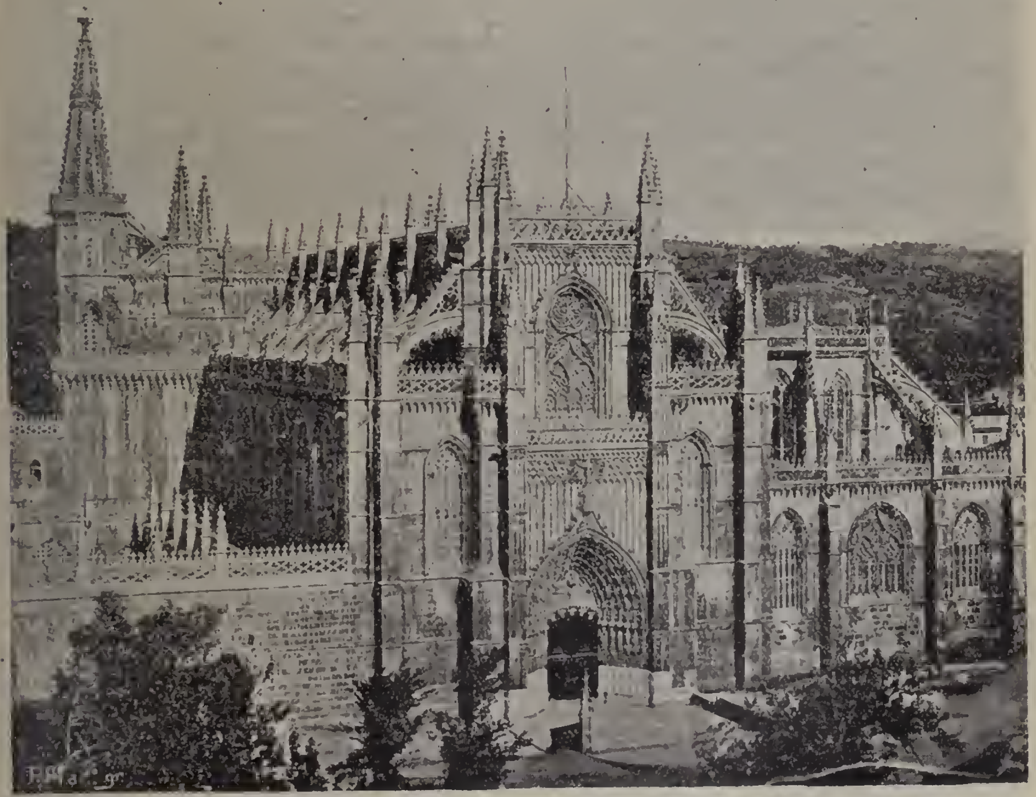

Frontaria da egreja e convento de Santa Maria da Victoria

e mais baixo que o terreno que o cérca. Primitivamente estava o adro desafrontado, porém as chuvas do inverno, no decurso do tempo, foram arrojando sobre o edificio tal quantidade de terra, por effeito da sua situação mui baixa, que lhe obstruiram os adros das portas principal e travéssa, bem como a base das frontarias da egreja. Esta circumstancia obrigou os frades, para evitar maiores despezas, a construirem em torno dos ditos adros um pequeno muro, que lhe deu a ao primeiro relancear d'olhos, essa admiravel unidade de pensamento que presidiu á edificação do templo, ligando todas as suas partes nas mais estreitas e intimas relações. A frontaria principal do templo é tão formosa como singela. Não procurou o architecto sobrecarregal-a de ornamentos superfluos, como se vê na maioria dos edificios gothicos, e com os quaes muitas vezes se pretende occultar ou disfarçar faltas de boas proporções, ou outros defeitos não menos graves.

Pelo contrario, ornando com mais esmero a porta e janellas, sem deixar inteiramente nua de adornos a parede correspondente á nave principal, deu realce ao esbelto prospecto do templo, conservando-lhe a magestade de um estylo severo e simples. O portal é formado de muitas columnas, d'entre as quaes resaltam numerosas estatuas dos apostolos e de outros santos, collocados sobre peanhas, e debaixo de baldaquinos, tudo aberto em rendas, e lavrado de silvas e arabescos. A grande janella, que fica sobre o portal, é uma obra de extraordinaria belleza e de incrivel trabalho. Com razão diz frei Luiz de Sousa, o elegante chronista da ordem dominicana, descrevendo esta janella, «que se não podia obrar com mais subtileza e cuidado em trancinhas de agulha, ou em lavor de cera, ou no espelho de uma viola os que o cinzel ali fez na pedra». E continuando accrescenta: «Os vãos que na viola ficam abertos para dar logar ás vozes, que fórma no interior, ficaram cá cerrados de vidraças... debuxadas todas de côres finas e pinturas varias de armas e divisas do reino, de tenções e empresas d'el-rei. E como são muitos os vãos, porque o circulo é muito dilatado, communica dentro muita claridade, e paga com a graça das côres o que ellas lhe diminuem na pureza da luz. Mas faz pasmar a firmeza com que se mantem obra tão miuda tantos annos ha em logar tão alto». Esta parte do frontispicio é coroada com uma renda ou grade de bonito feitio e delicado lavor, flanqueada de pyramides guarnecidas de esculpturas a modo de plumagem. Aos lados do portal encostam-se ás paredes, subindo até á ogiva da janella, dois gigantes, ou botaréos, decorados singelamente, e com eguaes pyramides por coroa. As outras duas janellas que se abrem n'esta fachada pertencem ás naves lateraes do templo, que são muito mais baixas do que a nave central. N'estas janellas, além das columnas que as guarnecem e dividem, só as bandeiras ostentam os delicados lavores da janella principal. As naves lateraes tambem são coroadas de graciosas rendas, e flanqueadas de gigantes com suas pyramides, porém aquelles inteiramente despidos de ornatos. As fachadas lateraes da egreja não são menos nobres e bellas. A do lado do norte cae sobre o claustro real, e a da parte do sul deita para uma rua da villa. Compõe-se este lado do monumento dos dois corpos das naves central e lateral, do cruzeiro, e da capella-mór. A nave central é toda rasgada em 16 formosas janellas, 8 por banda, com suas divisões de columnas e bandeiras de pedra rendilhadas, correndo-lhe por cima a mesma gradaria que corôa a fachada principal, egualmente decorada de pyramides. As naves lateraes contam quatro janellas menos porque o espaço d'estas, na do lado do sul, é occupado com a capella sepulchral, chamada do *Fundador*. As janellas d'estas duas naves são eguaes em feitio ás que lhe ficam superiores, porém de maiores dimensões. Corre-lhes por cima a mesma corôa de grades e pyramides. Entre as janellas das naves lateraes erguem-se gigantes ou botaréos, que correspondem ás pyramides das grades, junto das quaes pyramides se appoiam os gigantes ou botaréos vasados e abertos em quarto de circulo, e guarnecidos de recortes, que servem de sustentaculo á nave central, prolongando-se em todo o seu comprimento, e nascendo da parte superior da parede, entre as janellas, e contiguos á base das pyramides que decoram a gradaria da dita nave central. O cruzeiro, do lado da fachada do sul, apresenta um prospecto bello e grandioso. A porta travéssa e uma grande e formosa janella tomam a frente do cruzeiro em quasi toda a sua altura e largura, e seria toda exclusivamente, se não fossem os gigantes ou botaréos que a robustecem por ambos os lados, e a renda de pedra que a corôa, juntamente com os esbeltos e floreados coruchéos em que terminam os gigantes. A porta travéssa é muito differente da principal, mas de um risco tambem elegante, e com tal combinação nos ornamentos, que, apesar de ser coberta de brincados, e variados lavores, pode-se dizer que está decorada com elegancia e singeleza. Quanto á janella, todo o seu luxo consiste, além das columnas que a formam, na bandeira, que é uma renda de graciosa invenção e de subtil lavor, sustentada por delgadas columnas que dividem as vidraças de vidros córados. No lado opposto do cruzeiro abre-se uma janella similhante a esta no feitio, porém mais pequena, por causa do altar que lhe fica por baixo em correspondencia á porta travéssa. Tem o cruzeiro mais quatro janellas eguaes ás da nave central, duas que deitam sobre a cobertura das naves lateraes, e duas sobre as abobadas das capellas do mesmo cruzeiro, collateraes da capella-mór. Tem a capella-mór a forma polygonal, e por corôa a mesma renda de pedra e coruchéos floreados que servem de remate aos gigantes que a cercam, no intervallo das janellas. Nas paredes lateraes abrem-se as janellas na parte superior, deitando sobre as coberturas das capellas do cruzeiro. O fundo da capella-mór é todo rasgado, d'alto a baixo, de janellas dispostas em duas ordens, as cinco superiores muito grandes, indo acabar nos gomos da abobada; as outras cinco mais pequenas. Visto de cima da abobada apresenta o templo a fórma de uma perfeita cruz, sendo feita a haste pela nave central do corpo da egreja, os braços pelo cruzeiro, e o prolongamento da haste pela capella-mór. As abobadas das tres naves, do cruzeiro, e da capella-mór são cobertas por lageas ou telhões de pedra. Dão accesso para estes terrados duas escadas em helice com 120 degraus abertos no grosso das paredes do cruzeiro, onde tem a entrada; e cuja cobertura são elegantes e altas pyramides, ou coruchéos todos arrendados e lavrados com diversidade de esculpturas. Passando ao interior do templo, diz Vilhena Barbosa, na sua excellente descripção, citada e reproduzida nestes artigos, ser ahi que se revela com mais clareza o pensamento elevado e nobre do architecto; a sabedoria com que calculou as proporções de cada uma das suas partes, e com que uniu todas em um laço de perfeita homogeneidade; e finalmente a arte e o bom gosto com que distribuiu ornamentos, alliando a magnificencia com a singeleza, de modo que esta não fica prejudicada com a riqueza dos ornatos, nem estes desdizendo das fórmas severas do todo. Assim, a austera magestade do templo, n'aquella longa serie de grossos pilares que dividem as naves, compostos de esbeltas e delgadas columnas, que sobem quasi desde o pavimento até á abobada, lisas e singelas. As janellas, unicamente as janellas, fôram os logares que o architecto escolheu para dispôr esculptu-

ras e paineis, que déram singular realce a toda a fabrica interior. As cincoenta janellas em que estão rasgadas todas as paredes da egreja, ostentando os mais graciosos e delicados lavores, que o cinzel póde esculpir na pedra, e projectando atravez das côres variegadas dos vidros essa frouxa luz mysteriosa, tão cheia de religião e poesia, produzem um effeito admiravel, sobretudo as que circumdam a capella-mór, fazendo-lhe um fundo transparente de vivas côres. Tem o templo de comprimento desde a porta principal até ao fundo da capella-mór 80^{m}, 29, dos quaes pertencem ao corpo da egreja e cruzeiro 66^{m}, 66. O comprimento do cruzeiro desde a porta travéssa até ao altar de Jesus é de 33^{m}, 30. A nave central, com 32^{m}, 46 de altura, e 7^{m}, 44 de largura, é sustentada e dividida das duas naves lateraes por 16 pilares, 8 por banda. Os pilares, cujas bases quadrangulares contam 2^{m}, 66 por cada face, são formados por varias columnas, de fustes delgados e lisos e com os capiteis ligeiramente decorados de delicados lavores. Os arcos da nave do meio, bem como os que dividem os gomos das abobadas das tres naves, formando as arestas resaltantes, são inteiramente lisos. Apenas nos remates ou fechos, onde se unem os arcos no centro dos espaços rectangulares comprehendidos entre cada quatro pilares, resaltam engraçados e bem trabalhados florões. As paredes das naves lateraes, que as janellas deixam livres, são egualmente lisas: um só portal se abre n'ellas; é o que dá entrada para a capella do Fundador. Na frente do cruzeiro, aos lados da capella-mór, estão quatro capellas, duas de cada parte. As do lado do Evangelho são dedicadas a Santa Barbara, e Nossa Senhora do Rosario. A primeira d'estas capellas é contigua á sacristia, para a qual tem porta. Na segunda, que é junto á de Santa Barbara e consagrada a N. S.ª do Rosario, está o Santissimo Sacramento. No alto do supedaneo, do lado do Evangelho, ergue-se um tumulo de marmore branco, e com as faces cobertas de silvados e flôres em relevo. Tem no centro de cada face o escudo das armas reaes assentadas sobre a cruz da ordem d'Aviz, vendo-se o banco de pinchar atravessando os castellos superiores do dito escudo. Não tem epitaphio ou letra alguma, o que deu motivo á variedade de opiniões sobre as cinzas que encerra. O banco de pinchar, distinctivo de infante, não deixa duvidar da qualidade de pessoa que n'elle repousa, ass m como a cruz d'Aviz, que apparece por baixo do escudo é prova sobeja de que pertencia á familia de D. João I. A melhor opinião é a que refere achar-se n'este tumulo o filho primogenito de el-rei Affonso V, e da rainha D. Izabel, que morreu meniuo, e se chamou João, como o seguudo que veiu a succeder no throno a seu pae. A primeira capella da parte da Epistola é da invocação de Nossa Senhora da Piedade, sendo antigamente dedicada da Nossa Senhora do Pranto. N'esta capella foi depositado provisoriamente o corpo d'el-rei D. João II, quando o trasladaram da sé de Lisboa, em 1499, em quanto se não concluia o jazigo que lhe estava destinado nas Capellas «Imperfeitas». Em 1901 foi este feretro trasladado para um dos novos tumulos que se fizeram na capella do Fundador. Contiguo a esta capella e á porta travessa está a quarta e ultima capella do cruzeiro. O altar e retabulo são de marmore branco com obra do mosaico. Diz o chronista Frei Luiz de Sousa que esta capella fôra dada por el-rei D. João I ao mestre da ordem de Christo D. Lopo Dias de Sousa. O patriarcha D. Francisco de S. Luiz, põe em duvida esta asserção, por não ter achado vestigio algum que a confirmasse, ou autorisasse. Entretanto, é certo que n'ella se vêem dois mausoléos d'esta illustre familia. Um é de Diogo Lopes de Sousa, 2.° conde de Miranda, o outro talvez seja do 1.° conde de Miranda, Henrique de Sousa. O primeiro d'estes mausoléos está mettido debaixo de um arco, do lado da Epistola. E' magnifico. Todo de marmore branco e preto com delicados lavores de mosaico, e varias esculpturas, assenta sobre leões, e remata em uma corôa ducal. O segundo está defronte d'este. E' uma grande caixa de pedra, de singelo lavor, tendo nas faces escudos d'armas dos Sousas. Estão sepultados n'esta mesma capella a condessa D. Mecia, mulher do 1.° conde Henrique de Sousa. Parece que tambem ali descança Vasco de Sousa, que foi reitor da Universidade de Coimbra. A capella-mór não desdiz do estylo austero que se observa em toda a egreja. Entretanto o architecto sem quebra d'essa nobre simplicidade, que é feição caracteristica d'este monumento, fez sobresair em formosura a capella-mór ao resto do templo, como geralmente se pratica em quasi todas as egrejas. Conseguiu este fim dando ao fundo da dita capella a forma polygonal, e applicando-lhe um systema de janellas, com vidraças illuminadas a côres, representando passos da Paixão, ou da vida dos santos, que pela sua contiguidade parece, a quem olha do meio do templo, um painel geral transparente do mais bello e grandioso effeito, No meio da capella, junto ao supedaneo do altar, e cortando os degraus d'elle, levanta-se o sepulchro em que repousam o herdeiro da corôa do Fundador, e a rainha sua mulher. E uma caixa de pedra grande e lisa, sem mais ornato além das estatuas dos dois soberanos, deitadas sobre a tampa. Os conjuges estão com as mãos direitas travadas e com a esquerda el-rei segura em uma acha d'armas, que tem ao lado; e a rainha sustenta um livro.

Batalha *(Capella do Fundador no convento da).* A sumptuosa capella sepulchral, chamada do *Fundador*, por ser o jazigo de D. João I e de sua mulher e filhos, ergue-se ao lado da egreja, no mesmo alinhamento do frontispicio d'esta. E' uma obra magnifica, e tão formosa e esbelta no exterior como no interior. Presentemente compõe-se a capella de dois corpos, mas segundo o risco primitivo devia constar de tres. O primeiro fórma um quadrado na projecção horizontal, tendo em cada uma das tres fachadas, que olham para oeste, sul, e leste, tres grandes e formosas janellas. Pelo lado do norte, onde tem a porta, liga com a egreja, e occupa o espaço de tres janellas da nave lateral. E' guarnecido este corpo, na parte superior, de uma renda de pedra, egual da que faz corôa ao templo, com suas pyramides correspondentes aos gigantes que fortalecem as paredes entre as janellas. O segundo corpo levanta-se do centro da abobada do primeiro, servindo de cupola para dar mais luz á capella. E' por conseguinte muito mais pequeno, e de fórma octangular, com uma brincada janella em cada uma das oito faces. Tambem tem gigantes entre janellas, e por cima a mesma guarnição de ren-

da e pyramides. A magnificencia interior da capella excede muito a exterior. Na parede do lado sul, que é a que fica fronteira á porta da capella, abrem-se quatro arcos todos lavrados na parte posterior com diversidade de lavores. Estão mettidos n'estes arcos quatro mausoléos. No primeiro, a contar do lado de oeste, estão dois sepulchros a par um do outro. No da parte de fóra jaz o infante D. Pedro, duque de Coimbra, e regente do reino na menoridade de seu sobrinho e genro, el-rei D. Affonso V. Foi o terceiro filho d'el-rei D. João, de *Boa Memoria*, mas immediato ao infante D. Duarte, que succedeu na corôa. O sepulchro da parte interior do arco encerra as cinzas da infanta D. Izabel d'Aragão, filha de D. Jayme, conde de Urgel, e mulher do dito infante D. Pedro. Sobre a tampa vêem-se os brazões d'armas dos dois conjuges: o do infante consta de quinas reaes sobre a cruz d'Aviz, com a orla dos castellos, tendo cortados os superiores com o banco de pinchar, distinctivo dos infantes: o de D. Izabel é um escudo bipartido, estando n'elle á direita o brazão do marido, e á esquerda o seu, que se compõe de barras e escaques. Na face do tumulo estão tres brazões em relevo entre variados desenhos. O do centro é do infante, na fórma mencionada, só com a differença de ter por cima o braço de uma balança, cujos pratos pendem de um e outro lado do escudo. Em vez de elmo ou corôa tem uma touca ornada de pedras e flôres, especie de turbante, a que chamavam fóta, de que o infante usava em vida. Os outros dois brazões são: um de D. Izabel tal qual se acha na tampa; o outro é o da ordem da Jarreteira, do que o infante D. Pedro foi cavalleiro; e consiste em um escudo com a cruz, divisa, e letra da ordem. No friso superior do tumulo corre uma graciosa cercadura de troncos e folhagens, tudo em relevo, deixando lêr nos claros a palavra franceza *désir*, que significa *desejo*, muitas vezes repetida, a qual era a letra ou mote do infante. No segundo arco acha-se o mausoléo do infante D. Henrique, duque de Vizeu, senhor da Covilhã, governador da ordem de Christo, e illustre iniciador dos descobrimentos dos portuguezes. Avulta sobre a tampa a estatua do infante, vestido de armas brancas, e com uma touca, ou fóta, na cabeça; descançando esta sobre uma almofada, e debaixo de um baldaquino burilado, e aberto em rendas com delicados lavores. No friso resalta da pedra por entre a folhagem a letra da infante, em francez: *Talant de bien fere*, com a qual exprimia o seu *animo de bem fazer*. A face do tumulo é decorada tambem com tres escudos entre ramagens e fructos. O escudo do meio é o brazão d'armas do infante, egual ao de seu irmão, D. Pedro, menos na balança. O escudo da direita tem a cruz da ordem da cavallaria de Jesus Christo, de que o infante era mestre. O escudo da esquerda ostenta a cruz, divisa e letra da ordem da Jarreteira. Seguem-se no terceiro arco os tumulos do infante D. João, condestavel de Portugal, e mestre da ordem de S. Thiago, e

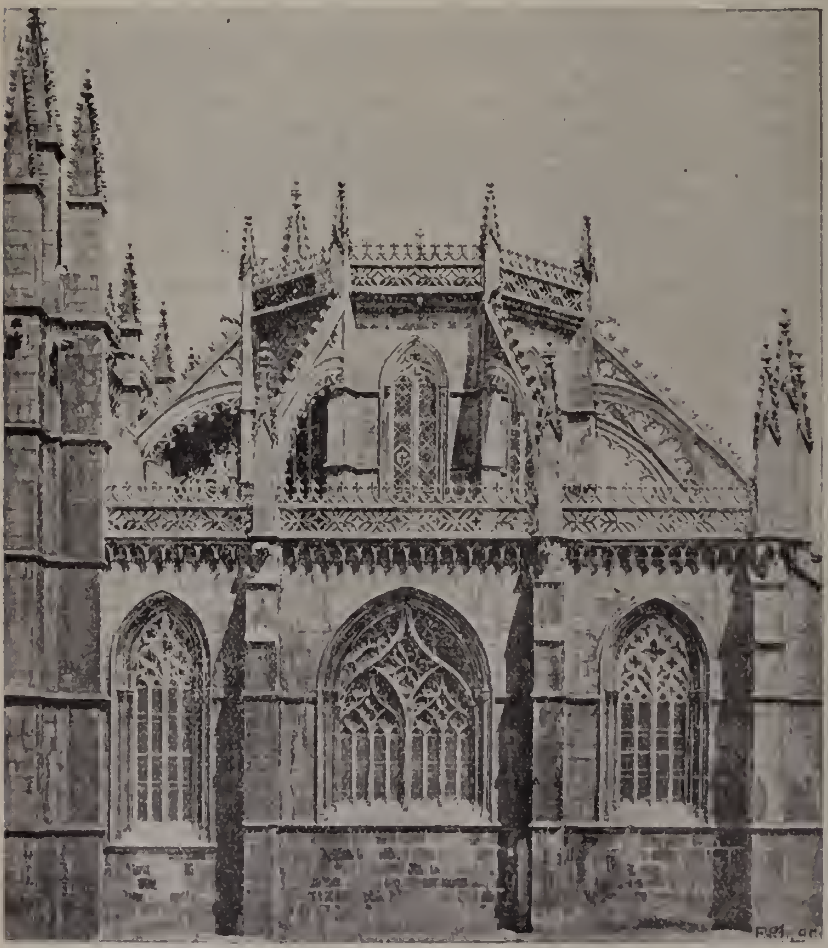

Exterior da capella sepulchral do Fundador

da iufauta D. Izabel, sua mulher, filha de D. Affonso, conde de Barcellos, 1.º duque de Bragauça. A frente do mausoléo é ornada egualmeute com tres escudos em fundo coberto de silvados, e umas bolsas, cada uma com tres vieiras, allusivas á ordem de S. Thiago. O escudo do centro é o brazão de D. Izabel. E' bipartido, tendo de um lado as armas de seu marido, e do outro as suas proprias, que são os cinco escudetes das quinas, sobre duas palas com aspa. O escudo da esquerda é o brazão do iufante, egual ao de seu irmão D. Henrique. E o escudo da direita tem a espada da ordem de S. Thiago. Por entre as folhagens do friso apparece a letra *Je ai bien raison*, que quer dizer: *Tenho boa razão.* Finalmente no quarto arco está o sepulchro do infante D. Fernando, mestre da ordem d'Aviz, que por sua morte entre ferros, ao cabo de penoso martyrio em longo captiveiro, é appellidado o *infante santo.* A frente do tumulo é ornamentada com ramagens e fructos, e dois escudos, um com o seu brazão, que differe dos de seus irmãos em estar assente sobre a cruz floreteada da ordem d'Aviz; o outro com a cruz d'esta mesma ordem de cavallaria. Nas paredes dos lados de oeste e leste abrem-se os vãos de oito arcos, quatro em cada uma, e em tudo eguaes aos da parede do sul, onde estão os tumulos dos infantes. Eram destinados estes oito arcos para receber outros tantos mausoléos de pessoas reaes, porém não foram aproveitados para esse fim, não obstante estarem depositados na egreja e na casa do Capitulo os corpos de varios soberanos e principes por não terem sepulturas proprias. Foi a causa d'isto a fuudação do novo jazigo real por detraz da capella-mór, que por não chegar a concluir-se se chama —*Capellas imperfeitas.* Só ultimameute, em 28 de novembro de 1901, se realisou com a maior solemnidade a trasladação dos restos mortaes de el-rei D. Affonso V, da rainha D. Izabel sua mulher, de D. João II e do mallogrado principe D. Affonso, para os tres novos tumulos feitos com esse destino e mettidos nos vãos de tres dos arcos. Os ossos da rainha D. Izabel e do seu neto D. Affonso foram encerrados n'uma urna só. Para os frontaes dos tumulos foram esculpidas tres pedras no estylo das dos outros, já descriptas. Tiveram assim sepultura condigna os restos mortaes d'aquelles principes, que durante seculos estiveram em uns esquifes na sala do Capitulo. No meio d'esta sumptuosa capella ergue-se o mausoléo do *Fundador.* Cercam-n'o as oito columnas que sustentam a cupola octangular, deixando muito espaço livre entre si proprias e o tumulo. Tem este a fórma de uma grande caixa inteiriça de de marmore branco; dentro da qual estão encerrados os corpos d'el-rei D. João I e da rainha D Filippa, sua mulher. Sobre o monumento estão deitadas as estatuas dos dois soberanos. El-rei está armado. Com a mão esquerda aperta a espada, e com a direita trava da dextra da rainha. Esta tem um livro na mão esquerda. Ambos tem a fronte cingida com diadema. Descançam-lhes as cabeças em cima de almofadas, detraz das quaes se levantam como doceis dois formosos baldaquinos, todos abertos em rendas de variados feitios e delicados lavores. Nas faces do lado de fóra mostram os brazões d'armas de el-rei e da rainha. O de D. João I tem as quinas reaes, asseutadas sobre a cruz d'Aviz, e orladas com os castellos, e em cima a corôa real. O escudo de D. Filippa é bipartido, tendo de uma parte o brazão d'armas do marido, e da outra o seu proprio, que é esquartelado, com os leões em dois quarteis oppostos, e as flôres de liz nos outros dois. O friso superior do tumulo é guarnecido com um silvado em meio relevo, alternaudo-se as folhas com as amoras. Entre a folhagem vê-se a letra franceza *Il me plait,* muitas vezes repetida em metade da circumferencia do monumeuto; e na outra metade a letra *pour bien*, do mesmo modo intercalada com as

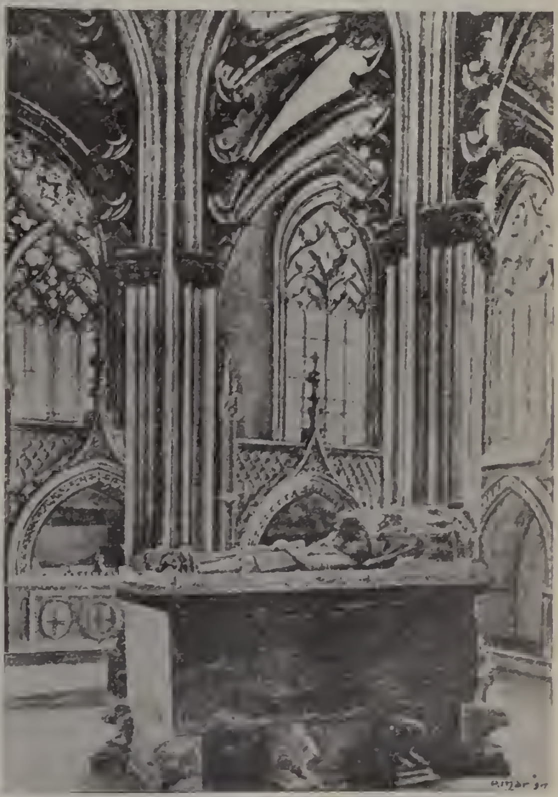

Interior da capella sepulchral do Fundador

folhas e fructos, e muito repetida. Na face do mausoléo do lado de oeste, que é a cabeceira, achava-se esculpida a cruz da ordem da Jarreteira, circumdada da liga com a letra — *Hony soit qui mal y pense.* Estes relevos, porém, foram em grande parte destruidos pelos soldados francezes, por occasião da invasão de 1810, os quaes, nas diligencias de abrir o tumulo praticaram um rombo n'aquelle logar. Nas duas faces lateraes do mausoléo estão gravados em caracteres allemães miuusculos os epitaphios dos soberanos. São em latim, e tão extensos que se lhes pode chamar biographias; n'ellas se acham compendiadas as vidas de tão illustres monarchas.

Batalha *(Capellas «Imperfeitas» no convento da).* Estas capellas chamadas *imperfeitas* por terem ficado incompletas, não só não pertencem ao systema das obras primitivas, mas até prejudicam o templo, detraz do qual se levantam, impedindo a vista externa da capella-mór. Foram construidas estas capellas para servir de pantheon real, onde se recolhessem em mausoléos proprios os corpos dos reis e principes. Vilhena Barbosa, no seu estudo, já citado e que vamos seguindo, mostra que o verdadeiro fundador das *Capellas «Imperfeitas»* foi el-rei D. Duarte, isto é, quem as mandou fazer e lhes deu começo, com o intento declarado de servirem de jazigo para si, para sua mulher e para os reis e principes seus descendentes. As *Capellas «Imperfeitas»* estão situadas por detraz da capella-mór do templo, e das quatro capellas do cruzeiro. Constituem estas capellas um grande edificio de fórma octogona, independente da egreja, porém ligado á capella-mór d'esta e ás duas capellas immediatas por um pateo rectangular, cujas paredes lateraes são como o prolongamento das paredes tambem lateraes do corpo da egreja. Compõe-se aquelle edificio exteriormente de dois corpos principaes: o primeiro é formado pelo portico da entrada e por sete capellas, cada uma de tres faces, e cada face rasgada em dois terços da sua altura em uma formosa janella ou grande fresta de arcos ponteagudos. Separam as janellas, travados com os quatro angulos de cada uma d'estas capellas, gigantes ou botaréos, que acompanham as paredes até á abobada, que cobre a mesma capella. O espaço que fica entre as sete capellas é aproveitado, sendo tambem abobadados e fechados com uma parede que sóbe a pouco mais de meia altura das paredes lateraes, tendo no centro uma fresta ou janella. Assim, fica este primeiro corpo independente do superior pela parte externa, e resaltando d'elle para fóra. O segundo corpo é formado por oito grandes macissos de pedra, e por outras tantas janellas nos intervallos d'estes. Aquelles macissos são compostos de muitas columnas delgadas, enfaxadas, de espaço a espaço com umas faxas lavradas, a modo de anneis. Estes feixes de columnas, cujas bases assentam nos intervallos das capellas do corpo inferior, encostam-se aos angulos e deviam servir de gigantes ao edificio central, destinado a cobrir o espaço octogonal, ou grande capella em torno da qual estão as sete capellas do corpo inferior, e o portal, que completa as faces do octogono. A suspensão das obras do monumento da Batalha deixou por acabar esta parte do edificio que ficou como se vê da vista a pag. 212. Da capella de Santa Barbara, que é a ultima do cruzeiro da egreja, do lado do Evangelho, communica-se com o convento por um corredor, no qual, exactamente por detraz da mesma capella, está uma pequena porta que deita para um vão, onde se acha outra pouco maior com a cruz da ordem de Christo e duas espheras armillares esculpidas na parte superior d'ella; e ornada com uma tarja e cifra em relevo, em que avulta a letra E, primeira do nome *Emmanuel.* Dá passagem esta porta para o pateo rectangular, que separa a capella-mór da egreja das *Capellas «Imperfeitas»* e que

Portal das Capellas «Imperfeitas», do lado interior

era destinado a servir de vestibulo a estas ultimas. E' pois n'este pateo que fica a entrada das referidas capellas. O magestoso portal que lhe dá ingresso logo previne o visitante da magnificencia e belleza da ornamentação interior; e ao mesmo tempo lhe está indicando, que tem diante dos olhos um monumento de differente estylo architectonico d'aquelle que vem de contemplar. Aquella nobre simplicidade, ou sabia parcimonia de ornatos gentis, que distingue a fabrica de D. João I, é aqui substituida pela profusão das decorações, por esse luxo ornamental, que é uma das principaes feições do estylo gothico-florido, cheio de divisas, siglas e emprezas, puro representante da epocha d'el-rei D. Manuel. Transpondo este lindo portico entra-se no grande espaço octogonal, cercado pelas sete capellas. Esse espaço, que a suspensão dos trabalhos deixou como uma grande praça descoberta, cercada das sete capellas mencionadas, e do portico da entrada, com o qual se completa o octogono, devia constituir a grande capella destinada ao jazigo do seu fundador. São todas as sete capellas eguaes na fórma, nas proporções, e na ornamentação geral, variando apenas em certos emblemas e divisas. Posto que exteriormente apresentem tres faces, no interior tem a fórma de um semi-circulo. Os arcos que lhes dão ingresso são ponteagudos; sustentam-os delgadas columnas com seus capiteis de lavores variados, e guarnecem-lhes o angulo curvilineo recortes como de uma renda. A abobada é de pedra e toda artesoada, com seus florões. Não obstante serem os arcos das sete capellas decorados com diversidade de esculpturas delicadas, sobreleva a todos na riqueza da ornamentação, e na perfeição dos lavores, o portico da entrada, do lado interno. E' um arco polycurvo de phantasiosa invenção, e todo coberto de rendas e relevos tão brincados e subtis, que os não faria mais perfeitos e mimosos na madeira o melhor entalhador. Pararam aqui as obras do convento da Batalha, deixando as paredes em toda ou em quasi toda a altura das janellas. Mas o que ficou desperta bem a admiração, que causa o formosissimo monumento.

Batalha (*Casa do Capitulo no convento da*). Constitue esta sala uma das partes mais admiraveis do edificio monumental da Batalha. E' quadrangular, tendo cada lado 18,^{m}90; e todavia, não obstante estas dimensões, cobre a sala uma abobada muito abatida, de pedra, com tal arte fabricada, que não precisou fortalecel-a o architecto com pilar algum ou columna em que se apoiasse. No centro da abobada rematam os artesões em um grande florão da mais delicada e excellente esculptura. Da solidez da construcção d'esta sala dão testemunho mais de quatro seculos e meio, máo grado das convulsões do solo, que tantas destruições causaram nos ornatos superiores do edificio. Dizem varios autores que na edificação d'esta sala duas vezes caiu a abobada ao descimbrar e tirar as cambotas que a sustinham, ficando sepultados nas ruinas alguns operarios. Affiançou o architecto que seria mais bem succedido na terceira tentativa, porém el-rei determinou, apezar d'esta promessa, que fôssem tiradas as cambotas por criminosos condemnados a pena ultima. Mas d'esta vez ficou firme a abobada, e triumphante o architecto, que dizem fôra generosamente recompensado por el-rei. Esta é a tradição popular, mas, em todo o caso foi sem questão um triumpho verdadeiro da arte. As pessoas entendidas, que entram n'esta sala, vêem na construcção audaciosa da sua abobada a resolução de um problema da architectura; o que tudo inspirou ao grande historiador Alexandre Herculano o seu romance historico *A abobada*. A casa do Capitulo communica com o *Claustro real* por um portico, que se abre entre duas grandes janellas. Tanto o portal como as janellas são mui singulares pela sua elegancia e belleza, mostrando ao mesmo tempo aquella pureza d'estylo que se observa em todas as partes do templo. Uma grande janella, cujas vidraças são ornadas com primorosos quadros coloridos, derrama n'esta casa abundante luz. Esta sala, bem como a sacristia, pertencem ás obras primitivas, isto é, ás que se executaram em vida de el-rei D. João I. Nos florões da abobada que servem de remate aos artesões, vêem-se collocados obliquamente os escudos d'armas d'este soberano, bem distincto dos outros brazões reaes, porque assentam sobre a cruz floreteada da ordem de Aviz, tendo sobre o elmo e corôa o dragão alado Existe n'esta casa uma obra de esculptura, que tem dado assumpto para algumas controversias. E' uma figura de homem, vestida de roupas talares, com um touca na cabeça, ao uso do seculo XV, e na mão direita uma esquadria. Acha-se esta figura de corpo inteiro em um angulo da sala, e resaltando de uma das misulas, que servem de apoio aos artesões da abobada. Não se póde duvidar de que representa o architecto, que dirigiu tão soberba obra, embora tenha havido discordancia sobre quem elle seja. A controversia razoavel sómente poderá recair sobre dois nomes: Affonso Domingues, e mestre Ouguet, ou Huet. Aquelle foi o primeiro architecto da Batalha; e este o segundo, depois da morte de Affonso Domingues, succedida antes do anno de 1402. No meio d'esta sala é que estiveram por muito tempo os tumulos provisorios encerrando os feretros reaes, que em 1901 fôram solemnemente trasladados para a capella do Fundador.

Batalha (*Claustros do convento da*). São tres os diversos claustros que se admiram no monumento da Batalha. Designam-se, respectivamente, pelo Claustro Real, ou do Fundador, de D. Affonso V e de João III. O primeiro fórma um grande quadrado com 55,^{m}46 de comprimento por cada lado. Da parte sul encosta-se á egreja em toda a extensão da nave. Da parte do norte está contiguo á grande adega, e outras officinas do convento. Pelo lado de éste corre por diante da sacristia a casa do Capitulo; e pelo de oeste prolonga-se com o refeitorio e com o adro do templo. Toda a belleza e magnificencia d'este claustro estão resumidas nas rendas delicadissimas de pedra curiosamente lavrada, que formam as bandeiras, que ornam os angulos curvilinios dos arcos. E aqui se dá o mesmo caso, que se encontra na sala do Capitulo. O claustro pertence ás obras comprehendidas por D. João I, do que dão testemunho não só o proprio testamento d'esse monarcha, pois que n'elle deixa recommendado ao seu successor o acabamente do mesmo claustro; mas tambem o seu escudo d'armas, que está esculpido no florão da abobada em um dos angulos do dito claustro. Entretanto as bandeiras dos arcos fôram feitas em tempo de D. Manuel, como testi-

ficam as divisas d'este soberano, que são a esphera armillar e a cruz da ordem de Christo, que avultam no meio das laçarias e mais variados lavores das bandeiras dos arcos, como se vê da gravura adeante. Tambem é obra d'este ultimo soberano o brincado portal que fica na extremidade oriental do lanço do norte d'este claustro, e dá accesso para o interior do convento. A' vista d'isto deve-se crer com justo fundamento que não obstante os 7 annos que viveu D. João I depois de fazer o seu testamento, deixou o claustro por acabar, e que assim se conservava incompleto, isto é, na parte ornamental, quando D. Manuel subiu ao throno; e nem este monarcha o concluiu, porque ficaram sem o costumado remate das pyramides os gigantes ou botaréos, que fortalecem as paredes exteriores das arcadas, e sem a competente renda ou grade de pedra os terrados que cobrem as mesmas arcadas, as quaes rendas se fizeram e collocaram modernamente, no progresso da restauração do monumento. O claustro de D. Affonso V apresenta a projecção horizontal quadrada. Fica ao norte do claustro real, servindo de separação á adega. E' um pouco mais pequeno que este ultimo, tendo de comprimento por cada lanço uns 44,m50. Pondo de parte a solidez com que está construido, não se póde comparar este claustro com o primeiro em magnificencia nem em belleza. Todavia, singelo como é, tem o merecimento de mostrar um specimen de architectura no reinado de D. Affonso V, do qual nos restam tão poucos monumentos, ou para falar com mais propriedade, tão poucos fragmentos de edificios; ou seja porque este monarcha, sempre entretido e preoccupado com a guerra d'Africa e Castella, se descuidasse de deixar commemorado o seu nome em edificações esplendidas; ou porque el-rei D. Manuel, seu sobrinho, lh'as desfez ou alterou nas muitas reconstrucções que emprehendeu e levou a cabo por todo o reino. Fr. Pedro Monteiro, no *Claustro Dominicano*, attribue sem fundamento este claustro a el-rei D. João I. Aiuda quando não houvesse documentos escriptos com que refutar esta opinião, bastaria para isso examinar com alguma attenção este segundo claustro. Quem lhe observar as abobadas achará o *rodizio* que D. Affonso V tomou por sua divisa, esculpido em diversos florões, ondo rematam os artesões da mesma abobada; e em dois dos seus angulos o escudo das armas reaes tal qual se usou n'este reinado. Parece, pois, que este claustro foi começado por el-rei D. João I, ou talvez, por seu filho el-rei D. Duarte. Porém, coube ao neto do fundador, el-rei D. Affonso V, o proseguimento e a conclusão d'esta obra conjunctamente com os dormitorios e varias officinas que acompanham e guarnecem o dito claustro. Toda esta fabrica superior contrasta singularmente, por acanhada e pobre, com o grandioso monumento d'el-rei D. João I. A pedido dos religiosos mandou D. João III accrescentar ao convento mais um outro claustro e outras officinas, taes como um grande dormitorio e uma hospedaria. Começaram estas obras em 1551, concorrendo el-rei para ellas com uma consignação annual de 100$000. Para ajuda da mesma obra imploraram e conseguiram os frades do pontificie permissão para venderem os fóros da capella do infante D. João, filho de D. João I. Com estes accrescentamentos ganhou muito o convento em capacidade, pois que, além da casa de noviços, ficou com cellas para sessenta religiosos, mas o monumento nada lucrou porque todas essas obras desdizem completamente da magestade e primor da fabrica de D. João I. Na invasão franceza de 1810 foi esta parte do convento muito devastada. Das portas e janellas a soldadesca fez lenha para o fogo, e na retirada deixou o edificio presa das chammas. Felizmente o incendio não se communicou a todo o convento, destruin-

Vista do «Claustro Real»

do apenas a casaria. Ao terminar a descripção do sumptuoso monumento da Batalha, deve fazer-se a resenha dos nomes dos principaes artistas empregados na construcção, e designar, tanto quanto fôsse possivel, quaes os trabalhos que cada um fez. Nenhum dos autores que teem tratado do formoso edificio puderam identificar todos os artistas com as obras que dirigiram. Todavia o mais importante está averiguado. Foi Affonso Domingues o architecto que traçou a planta do mosteiro e dirigiu as obras até á sua morte, que não se sabe quando foi, mas que deveria ser no começo do seculo XV, pois de um documento de 1402 consta que era já fallecido, que fôra substituido na direcção da obra da Batalha por mestre Huet ou Ouguet (V. *Domingues, Affonso)*. Mestre Huet teria fallecido pelo anno de 143-, ou pouco antes; sendo obras suas o acabamento da egreja, da capella do Fundador, da casa do Capitulo e do refeitorio. O risco primitivo das capellas «*Imperfeitas*» parece ter sido trabalho do mesmo architecto. Succedeu lhe no cargo Martim Vasques, que pouco tempo viveu depois da nomeação, pois já era fallecido em 1448. Teria este architecto continuado a obra do *Claustro real,* que deixou por concluir; desenhado e começado o segundo claustro, denominado de D. Affonso V, por ser feito durante o seu reinado; e proseguido a obra das capellas «*Imperfeitas*», em conformidade do risco primitivo. Succedeu a Martim Vasques seu sobrinho Fernão de Evora, que dirigiu muitos annos a continuação dos trabalhos, vivendo ainda em 1473. Concluiu o segundo claustro e os dormitorios e mais officinas que se levantam por cima e em volta d'elle. Seguiu-se a este architecto Matheus Fernandes, primeiro do mesmo nome. Attribue-se-lhe a alteração do risco das capellas «*Imperfeitas*» e os desenhos para as janellas da casa do Capitulo, e outras obras de ornato feitas na mesma época. Tendo fallecido Matheus Fernandes em 10 de abril de 1515, succedeu-lhe Matheus Fernandes, o segundo do nome e talvez seu filho. Teria este architecto proseguido a obra das capellas «*Imperfeitas*». Em 1525 aiuda trabalhava; falleceria em 1528, porque por alvará de 1 de junho d'esse anno nomeou el-rei D. João III a Antonio de Castilho para as obras da Batalha. Este artista, ao que parece, foi quem fez a terceira e mais repugnante alteração no risco das capellas «*Imperfeitas*», enxertando o estylo do renascimento na architectura gothico-florida. Todavia muitos trabalhos seus attestam que tinha saber e talento. Antonio de Castilho foi o ultimo architecto habil que teve o convento da Batalha. A Antonio Gomes, que ainda dirigiu as obras no reinado de D. João III, se attribue o claustro que tem a denominação d'aquelle soberano, mas o risco não lhe faz honra. Na *Memoria* já citada, do patriarcha D. Francisco de S. Luiz, vem uma rezenha dos nomes de varios artistas e os officios que exerceram nas obras do convento. Devem ainda distinguir-se os *mestres das vidraças*, ou pintores dos vidraes, e os *imaginadores*, etc.

Batalha *(Obras e artigos publicados ácerca do convento da)*. Era justo que o nosso primeiro edificio monumental tivesse uma crescida bibliographia. São notaveis alguns dos estudos que os escriptores nacionaes e estrangeiros lhe teem dedicado. Na impossibilidade de dar uma lista

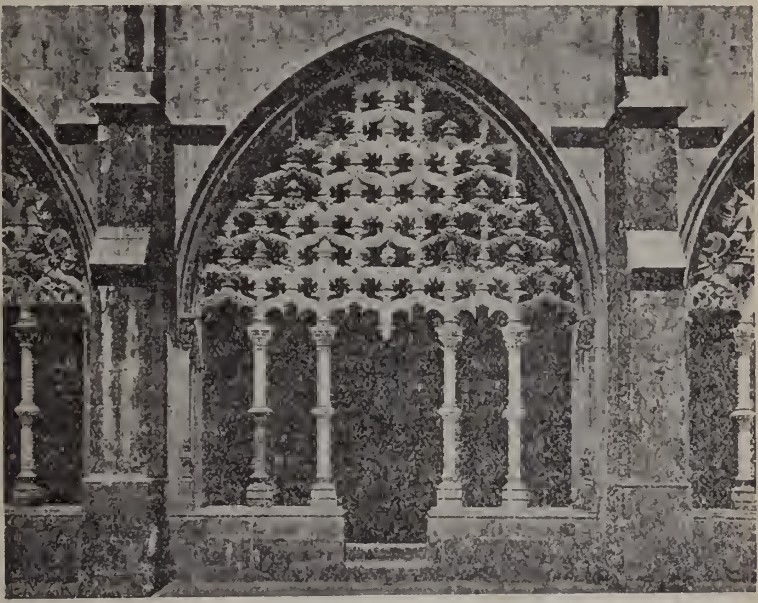

Vista exterior dos arcos do «Claustro Real»

completa citaremos as obras principaes, em que o sumptuoso mosteiro se encontra mais ao menos descripto. Exceptuaremos os diccionarios, porque facil é consultal-os nos artigos respectivos. *Historia de S. Domingos* por Fr. Luiz de Sousa, 1.ª parte, vol. II. *Claustro Dominicano* por fr. Pedro Monteiro. *Plans, elevations, sections and views of the church of Batalha, in the province of Estremadura in Portugal, with the history and description by Fr. Luiz de Sousa, with remarks—To wich is prefixed an introductory discourse on the principles of gothic architecture by* James Cavanah Murphy, *illustrated with 27 plates;* obra que o illustre architecto inglez publicou em 1792, tendo vindo a Portugal em 1789, e estado na Batalha alguns mezes examinando e estudando o edificio. *Memoria historica sobre as obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Victoria, chamado vulgarmente da Batalha*, inserta primeiramente no tomo X das Memorias da Academia e depois nas *Obras completas do cardeal Saraiva*, tomo I, pag. 271. *Memoria inedita ácerca do edificio monumental da Batalha*, por Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, publicação posthuma, Lisboa, 1897;

em que o autor refere os seus bem orientados trabalhos de restauração e conservação do monumento. *Monumentos de Portugal historicos, artisticos e archeologicos*, por Ignacio de Vilhena Barbosa. Lisboa, 1886. A monographia respectiva ao convento Batalha abrange as primeiras 73 paginas do livro. E' um estudo tão lucido e consciencioso, que, em tudo quanto respeita ao sumptuoso monumento, o seguimos textualmente, nos artigos respectivos. *O mosteiro da Batalha em Portugal*, pelo visconde de Condeixa. *Resumo da fundação do real mosteiro da Batalha e dos tumulos reaes e particulares que ali existem*, Alcobaça, 1890. *La Societé Royale des Architectes Civils et Archéologues Portugais et cinq plans des principales églises du Portugal* (nas quaes se comprehende egreja da Batalha) por Possidonio da Silva; *Notes de M. C. Lucas (Extrait du compte rendu sténographique du Congrès international des architectes—Palais des Tuilleries, 3 août 1878)* Paris, 1881. *A Batalha*, memoria dirigida ao conselheiro Emygdio Navarro, seguida de uma noticia ácerca do estudo d'este monumento em 1876, por um portuguez obscuro (Gomes de Brito), Lisboa, 1884. *Le Monastère de Notre Dame de la Victoire — A Batalha — Portugal, excursion par* Eduardo Coelho, 1885. Entre os artigos ácerca do convento da Batalha, subscriptos por pennas autorisadas, apontam-se os seguintes: *O mosteiro da Batalha*, por Luiz Augusto Rebello da Silva, no *Archivo Universal*, tomo III, pag. 177 a 179; *A capella do Fundador*, por J. M. Latino Coelho, na *Arte*, 1879, pag. 105; *O mosteiro da Batalha*, por Pinheiro Chagas, na *Semana Illustrada*, Lisboa, 1891. Das muitas obras que se referem ao convento da Batalha encerram dados interessantes: *Varias antiguidades de Portugal*, por Gaspar Estaço; *Litteratura, musica e bellas-artes*, por José Maria de Andrade Ferreira, tomo II, pag. 89; *Opusculos* de Alexandre Herculano, tomo II (*Monumentos patrios*). *Portugal e os estrangeiros*, por Manuel Bernardes Brauco, tomo I, pag. 318 e 511; tomo II, pag 104 e 245. *O culto da arte em Portugal*, de Ramalho Ortigão, Lisboa, 1896. Pode affirmar-se que nenhuma revista litteraria portugueza deixou de referir-se ao grandioso mosteiro. Muitos estudos de valor se encontram nas suas paginas, a par de pequenos artigos illustrados de simples vulgarisação historica: *Archivo Pittoresco*, vols. III, VII e VIII, cujos artigos Vilheua Barbosa agrupou no volume, acima citado, dos *Monumentos de Portugal*. *Boletim da Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes*, tomo III, n.º 6, pag. 87; idem, tomo V, n.ºs 2 e 3, pag. 29 e 39. *Branco e Negro*, vol. II, pag. 145, Lisboa, 1896; vol. III, pag. 87. *Brazil—Portugal*—vol. II, pag. 63; vol. III, pag. 322, Lisboa, 1900 e 1901. *Diario Illustrado*, n.º 714 do anno de 1874; n.º 1:395, anuo de 1876. *O domingo illustrado*, 1.º vol., pag. 103 e 166. *Illustração Portugueza*, vol. I, n. 12. *Mala da Europa*, vol V, pag. 151. *O mundo em casa*, vol. I, n.ºs 4 e 5, Lisboa, 1898. *Occidente*, vol. II, pag. 1; vol. III, pag. 48; vol. IV, pag. 182 e 191; vol. VII, pag. 246, 254 e 271; vol. VIII, pag. 15 e 23; vol. X, pag. 125, 236, 246, 278; vol. XII, pag. 117; vol. XIII, pag. 71 e 203; vol. XXIV, pag. 1, 265, 268 e 269—Lisboa 1878 a 1894. *Panorama*, 1840, pag. 9, 23 e 27; 1852, pag. 189. *Panorama photographico de Portugal* pelo dr. Augusto Mendes Simões de Castro, 1872 a 1874. *Portugal artistico e monumental*, Coimbra, 1896 e 1897. *Portugalia*, tomo I, fasc. 2.º, pag. 334; Porto. *O Recreio*, vol. 16, pag. 228, Lisboa, 1894. *Revista Illustrada*, vol. I, pag. 148; vol. III, pag. 57 e 180. *Universo Pittoresco*, tomo I, pag. 65; vol. II, pag. 145 e 225; vol. III, pag. 33, 129 e 261.

Batalha Reis (*Antonio*). Agronomo, viticultor, director da Escola pratica de Viticultura e Oeonologia de Torres Vedras, etc. Cursou tres annos de philosophia na Universidade de Coimbra, depois matriculou-se em 1860 no Instituto Geral de Agricultura, sendo logo dispensado da frequencia do 1.º anno do curso de agronomia, em vista das altas habilitações que já possuia. Em 1870 publicou o seu primeiro trabalho completo sobre o *Enxofre e o vinho*, obra que tornou methodica a applicação do gaz sulphuroso aos vinhos, dando-lhes condições de conservação e permittindo-lhes a saida para o Brazil sem a *aguardentação*, então exclusivamente usada, e que não permittia a exportação dos *vinhos verdes*, por lhe tirar a sua mais bella caracteristica, o fraco grau alcoolico. Depois, em repetidas conferencias no Porto, Braga, Guimarães e Regoa, tornou mais pratica a sulfuração dos vinhos e fazia conhecido um interessante apparelho sulfurador de sua invenção, hoje empregado em todo o paiz. Em 1871 publicava no *Jornal do Porto* o primeiro artigo sobre o phylloxera. A sua individualidade agricola accentuava-se dia a dia. Em 1872 foi enviado á exposição internacional de Lyão, como delegado de Portugal. O seu trabalho n'esta cidade tornou-se importante; a vinificação e o material vinario já em plena phase de transformação em França, serviram-lhe de objecto de um estudo sério, e pelas relações que travou n'essa cidade franceza, lançou as bases da nossa exportação de vinhos para França. O livro que publicou em 1873, *O Vinho e a Vinha*, obteve grande acceitação, e serviu de guia para a reforma do antigo material vinario. De collaboração com Oliveira Junior, publicou em 1874 na cidade do Porto, o *Campo e o Jardim*, e n'esse anno acompanhou tambem á exposição internacional de Londres, na qualidade de delegado technico de Portugal, o notavel chimico Antonio Augusto d'Aguiar. Em 1875 organisou a exposição de cognacs e vinhos especiaes para o Brazil; em 1876 foi estudar a França a questão phylloxerica, e no anno immediato, 1877, publicou um relatorio em que previu o exito das videiras americanas como salvaterio unico dos vinhedos europeus. Este relatorio tem por titulo: *Phylloxera em 1876*, que, segundo dizem, é um bom trabalho. Em 1878 Batalha Reis foi chamado para a commissão anti-phylloxerica do norte, e começou a escrever no *Commercio do Porto* uma serie de artigos sobre a regeneração das vinhas. Infatigavel propagandista, não querendo limitar os seus escriptos a artigos dispersos em varios jornaes, fundou em 1879 a *Gazeta dos lavradores*, que se publicou até 1885, onde collaboraram o visconde de Carnide e D. José de Saldanha. Em 1880 representou Portugal no congresso internacional de Saragoça, e foi secretario do congresso viticola realisado no Porto. Em 1881 publicou os *Fastos da Real Associação Central da Agricultura Portugueza*, que por esse motivo o nomeou seu socio de merito. Em 1882 foi nomeado secretario

daco mmissãoa nti-phylloxerica do sul, e encarregado de procederá classificação geral dos vinhos de Portugal, e organisou tambem a pedido d'el-rei D. Luiz, o estabelecimento dos viveiros de cepas americanas nas propriedades da Casa de Bragança e da Casa Real. Sendo procurador da Junta Geral do districto de Lisboa, em 1883, foi o primeiro iniciador da exposição agricola, que no anno seguinte se realisou na tapada da Ajuda, trabalhando n'esse certamen como secretario geral da commissão executiva. Batalha Reis, tendo ido a uma commissão de serviço publico á quinta do Mello em Torres Novas, na volta deu uma desastrosa quéda que o reteve gravemente doente por bastante tempo, chegando a receiar-se muito pela sua vida, e só em 1887 é que tornou ao trabalho activo. Foi então nomeado director da Escola pratica de Viticultura e Oenologia de Torres Vedras, trabalhando na sua installação e desenvolvimento, até 1890, em que uma nova commissão de serviço o levou a França e á Italia para estudar os *hybridos americanos* e as escolas agricolas. Em Paris recebeu a grande distincção de ser convidado pelo notavel estadista e ministro da agricultura, Meline, para fazer parte da commissão internacional da agricultura. Em conferencias que realisou em Lisboa, Porto e Vizeu, no anno de 1891, desenvolveu a questão phylloxerica e o emprego de leveduras seleccionadas, e publicou em 1892 o seu relatorio sobre *hybridos americanos.* Este trabalho foi muito apreciado, tanto no paiz como no estrangeiro, e mereceu do notavel professor francez de viticultura, Pulliat, os maiores elogios, n'um extenso artigo critico publicado na revista franceza *Vigne americaine*, de janeiro de 1893. Batalha Reis escreveu tambem no *Commercio do Porto* umas revistas mensaes sobre questões agricolas. No anno de 1893 publicou um estudo sobre o *Mildew*, e em 1894 o *Manual de Vinicultura*, a que chamou o *Vinho de Pasto.* Em 1895 trabalhou no congresso viticola de Lisboa, sendo relator d'uma das secções vinicolas. Em 1896 entrou para a redacção effectiva do *Archivo rural;* escreveu tambem um folheto de propaganda intitulado: *O gêsso e sua utilidade e emprego.* N'esse anno dirigiu egualmente os trabalhos de vinificação do syndicato agricola de Guimarães, onde iniciou um importante estudo ácerca dos vinhos verdes. Em 1897 foi nomeado director technico da Adega Social de Vianna do Alemtejo, onde tem prestado mnitos serviços. Tem collaborado nos seguintes periodicos: *Jornal official de agricultura*, *O agricultor do norte*, *Jornal de horticultura do Porto*, *A vinha portugueza*, *O Commercio de Portugal*, *Diario de Noticias*, *Patria*, *Novidades*, etc. Por muitos annos foi correspondente do hebdomadario vinicola francez *Le moniteur vinicole*, contribuindo assim para o alargamento da exportação dos nossos vinhos para França.

Batalha Reis (*Jayme*). Lente do Instituto Geral de Agricultura, consul em New-Castle, jornalista, etc. Foi estudante muito distincto, chefe de serviço agricola no Instituto Geral de Agricultura sendo depois, em virtude de concurso, provido n'um dos logares de lente. Em 7 de julho de 1882 recebeu a nomeação de consul em New-Castle, cargo de que tomou posse a 16 de agosto de 1883. Tem collaborado em muitas publicações litterarias e scientificas, principalmente sobre assumptos com referencia á sciencia agricola. Fundou a *Revista do Occidente*, com o director gerente da antiga casa Rolland; foi um dos principaes redactores da *Gazeta dos lavradores*, fundada em 1879; collaborou em diversos jornaes, *Diario de Noticias*, *Commercio de Portugal*, etc. O governo o uomeou em 1876, para commissario régio na secção agricola na exposição de Philadelphia. Tem exercido outras commissões de serviço publico, e por iniciativa da Sociedade de Geographia fez tambem parte d'uma commissão de exploração scientifica á serra da Estrella. Nas conferencias democraticas, que em 1871 se realisaram no antigo Casino Lisbonense, situado no largo da Abegoaria, onde hoje se vê o grande estabelecimento de estofadores decoradores de Barbosa Costa, tambem Jayme Batalha Reis tomou parte juntamente com Anthero do Quental, Eça de Queiroz, Augusto Soromenho, Salomão Saragga, Adolpho Coelho, e outros. Estas conferencias fôram prohibidas pelo governo, segundo constou e foi notorio nas folhas d'aquellas epocas, pelo receio de que resultasse alguma forte manifestação contraria ás instituições do reino, e essencialmente prejudicial á religião do estado. Em julho de 1902, o sr. Batalha Reis fez uma conferencia na Associação Commercial ácerca do mercado de Londres e das relações commerciaes com a Inglaterra. Escreveu: *A agricultura no districto de Vizeu*, 1.ª parte: *Conferencias agricolas*, Lisboa, 1871; este opusculo foi mandado imprimir pelo ministerio das obras publicas: *Carta ao ex.mo sr. marquez d'Avila e de Bolama*, etc., Porto, 1871. Esta carta, a proposito da suppressão das conferencias do Casino Lisbonense, foi antecedida ou seguida dos seguintes folhetos: *Carta ao ex.mo sr. Antonio José d'Avila, marquez de Avila e de Bolama*, etc., *por Anthero do Quental;* sem indicação de logar nem de typographia, 1871; *A portaria de 25 de junho prohibindo as conferencias democraticas; carta publica ao sr. marquez d'Avila e de Bolama*, etc., *por F. Adolpho Coelho*, Lisboa, 1871.

Batalhão. Unidade tactica de infantaria em quasi todos os exercitos. Ordinariamente cada regimento consta de tres batalhões sub-divididos n'um certo numero de companhias. || *Batalhão d'artistas; Batalhão academico;* corpos formados por artistas e estudantes, por occasião das luctas liberaes e cerco do Porto. V. *Academicos (Batalhões).*

Batalhão. Pov. na ilha da Madeira, na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Porto Moniz, distr. do Funchal.

Batalhões (*Montinho dos*). Na freg de N. S.ª da Graça e conc de Móra, distr. de Evora.

Bataqueiro (*Courella do*). Na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Bataquinhas (*Quinta do*). Na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Bate Agua. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Bate Cova (*Quinta de*). Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Aldeia do Carvalho, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Bate Fandango. Logar na freg. de S. Romão, de Alferce, concelho de Monchique, districto de Faro.

Bate Mar. Logar na freg. de S. João Baptis-

ta, da Talha, concelho de Loures, districto de Lisboa.

Bate Pé. Casal na freg. de S. Geraldo, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Monte na freg. de Odemira, distr. de Beja.

Batedor. Soldado que vae só ou com outro adeante de um corpo de tropas, para abrir caminho ou explorar terreno. || Soldado ou creado de farda moutado, que só ou com outros vae cavalgando a certa distancia, na frente das carruagens, em que vão as pessoas reaes ou grande dignitarios, para abrir caminho ou unicamente por apparato.

Batedouro (*Quinta do*). Na freg. do Espirito Santo e conc. de Aldeia Gallega do Ribatejo, distr. de Lisboa.

Bate-folha. Na antiga terminologia dos officios designava-se por *bate-folha* o artifice que reduzia a folhas delgadissimas o ouro, a prata ou qualquer outro metal ductil e malleavel, para douradura, prateamento e trabalhos similhantes. Na collecção dos regimentos dados aos officios pelo senado de Lisboa em 1572 figura o dos bate-folhas. No antigo regimen este officio estava annexo á *bandeira* de S. Jorge, a qual dava 2 delegados á Casa dos Vinte e Quatro. Em 1807 uma estatistica accusa a existencia em Lisboa, n'esse anno, de 16 officiaes bate-folhas. || Modernamente dá-se o nome de *bate-folhas* aos latoeiros de folha branca ou funileiros.

Bateira. Duas povoações no conc. de Sinfães, distr. de Vizeu, uma na freg. de Santo André, de Souzello; outra na de Santa Leocadia, de Travancas.

Bateiras. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Casaes, conc. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de S. João Baptista, de Covas do Douro, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real. || Logar na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Gouvães do Douro, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real.

Batel. Pov. na freg. de S. Martinho, de Guilhabreu, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Sabrosa, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Batepá. Roça na ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Bateria. Logar onde as boccas de fogo estão promptas para fazer fogo, assentes em plataformas, e abrigadas do ataque do inimigo || Fileira ou reunião de peças de artilharia. || Cada uma das pontes d'um navio guarnecidas com suas peças de artilharia. || Fracção d'um regimento de artilharia de campanha correspondente á companhia nas outras armas.

Batigellas (*Herdade de*). Na freg. de N. S.ª das Neves, de Alter Pedroso, conc. de Alter do Chão, distr. de Portalegre.

Batilobos. Logar na freg. de S. Miguel, de Bairros, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Batim. Pov. e freg. no concelho das Ilhas, distr., com. e arceb. de Gôa, na India. Dista aproximadamente 6 k. de Nova Gôa.

Batina. Vestuario talar dos sacerdotes, dos estudantes da Universidade e de outras escolas.

Batiqueiros (*Quinta dos*). Na freg. de Santa Maria e conc. de Murça, distr. de Villa Real.

Batívelhas (*Herdade de*). Na freg. de N. S.ª da Natividade, de Machede, conc. e distr. de Evora.

Batoca. Pov. na freg. de S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Julião, de Parada de Bouro, conc. de Vieira distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Rossas, conc. do Vieira, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Salvador, de Balazar, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Thiago, de Cendufe, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Salvador, de Dornellas, conc. de Amares, distr. de Braga. || Dois logares, na freg. de S. Mamede e de S. Pedro, de Este, conc. e distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Pedro, de Freitas, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Martinho, de Medello, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Salvador, de Nogueiró, conc. e distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Torquato, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Casal na freg. de S. Paio, de Brunhaes, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Batoca de Baixo e de Cima. Dois logares na freg. de S. Martinho, de Candoso, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Batocaes. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Rio de Mel, concelho de Trancoso, distr. da Guarda.

Batocas. Pov. na freg. de Santa Maria, de Verim, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Aldeia da Ribeira, conc. de Sabugal, distr. da Guarda.

Batoco. Pov. na freg. de S. Santa Eulalia de Besteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de Santa Maria, de Tavora, conc. de Arcos de Valle de-Vez, districto de Vianna do Castello. || Monte na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora. || Quinta na freg. de S. Jorge, de Abbadim, concelho de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Batoeira. Pov. na ilha de S. Jorge, na freg. de N. S.ª das Neves de Norte Grande, conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo.

Batoque (*Casal do*). Na freg. de S. Pedro, de Alverca, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Batoquedo (*Arrabalde do*). Na freg. de S. Cosme, de Aldeias, concelho de Gouveia, distr. da Guarda.

Batoquinhas (*Quinta das*). Na freg. de S. Pedro, de Aldeia da Ribeira, conc. de Sabugal, distr. da Guarda.

Batoquinho (*Quinta do*). Na freg. de S. Genezio, de Insua, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu.

Batoréo (*Casal do*). Na freguezia de N. S.ª da Assumpção, de Triana e conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa.

Batoteta. Pov. na Africa Occidental, a 10 k. S O de Caconda, no distr. e com. de Benguella, provincia e bispado de Angola.

Batoucos (*Quinta de*). Na freg. de S. Cypriano, de Taboadello, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Batouta. Logar na freg. de S. Vicente, de Tavora, conc. de Arcos-de-Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Batta. Uma das provincias em que os portuguezes dividiram o territorio do Congo. Fica a

S E do Zaire na parte E do territorio do Congo.

Battafon. Esteiro das margens do Rio Nuno, no distr. da Guiné, Africa Occidental. Muito proximo d'este esteiro fica a povoação Deboqué, uma das maiores, banhadas pelo rio Nuno.

Batti ou Batty. Povoação no torofo, ou bairro, do mesmo nome, séde de circumscripção do commando militar e concelho de Sanguém, districto de Gôa, na India. Fica pouco mais ou menos, á distancia de 71 kilometros da cidade de Nova Gôa.

Batu. Territorio na Africa Oriental, no districto e provincia de Moçambique, fronteiro á ilha d'este nome.

Batuca (*Monte da*). Na freg. de N. S.ª da Graça, de Cano, concelho de Souzel, distr. de Portalegre.

Batugadé. Capital do 10.º distr. da provincia e ilha de Timor. Dá o nome ao districto todo, que fica no archipelago de Sunda, na Oceania, e pertençe ao bispado e governo de Macau. Este districto comprehende os reinos de Catubaba, Sanir, Balibó, e Cová. Batugadé está situada na costa N na região dos Bellos, a 80 k. O da cidade de Dilly, capital da provincia e na margem esquerda do rio Loes. E' praça de guerra, tem bom porto e alfandega, os moradores vivem em barracas construidas fóra das muralhas da fortaleza, mas estas são rodeadas no seu conjuncto por uma palissada, para se defenderem em caso de ataque externo. Os baluartes tinham antigamente cada um uma pequena peça de artilharia. ‖ Presidio na ilha de Timor, levantado no limite maritimo do districto de Cová, na região dos Bellos.

Baucama. Ribeira no territorio hollandez da ilha de Timor. Extrema em parte a colonia portugueza da hollandeza.

Baucau. Séde de um commando militar, na costa norte da ilha de Timor, na Oceania. Fica ao nascente de Dilly, e, sendo suco de Vemace, foi ha tempos elevada a reino, ficando como tal muito insignificante. A povoação do mesmo nome na parte norte da grande montanha tem muita elevação acima de nivel do mar, e possue abundancia de aguas, e um clima delicioso, de modo que alguns governadores de Timor ali fazem residencia durante muito tempo, e alguns funccionarios para lá vão restabelecer-se ou mudar de ares, o que tem dado um certo desenvolvimento ao local, tendo já uma casa confortavel para residencia dos governadores, uma egreja e casa para o parocho, e uma tranqueira ou fortaleza com um pequeno quartel.

Baúlhe. Pov. na freg. de S. Martinho, de Arco de Baúlhe, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Bauliajol. Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freguezia de Santo André de Brancavará, do conc. de Diu, na India.

Baullo. Pov. na freg. de S. Felix, de Candomil, conc. de Villa Nova da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Baunheira. Pov. na freg. de N. S.ª da Alva e conc. de Aljezur, distr. de Faro.

Bautá. Aldeia pertencente á divisão Ety-Pahw, ao norte do rio Sandalcalo, no concelho de Nagar-Avely, districto de Damão, na India.

Bauveneque. Povoação do terceiro grupo do reino de Montael, da ilha de Timor, na Oceania.

Baúves. Logar na freg. da Sé e concelho de Lamego, distr. de Vizeu.

Baveira. V. *Armadura.*

Bavadella. Antiga povoação no bispado de Coimbra. Por sua carta, datada da Guarda de 8 de outubro de 1374, apresentou el-rei D. Pedro I o clerigo Martim Figueiredo na sua egreja de Santa Maria de Bavadella.

Bavo. Grande lagôa na provincia de Moçambique, no territorio do praso de Cuissamassengo, no distr. de Sofala, Africa Oriental. E' abundante de peixes e tem egualmente muitos jacarés e cavallos marinhos.

Baxinos *(Casal de)*. Na freg. de S. Jeronymo, de Bogas de Cima, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco.

Bayão. Appellido nobre em Portugal. V. *Baião.*

Bayão *(Padre André)*. Celebre hellenista e latinista, bacharel formado em theologia pela Universidade de Coimbra. N. em Gôa em 1566, fal. em Roma a 2 de junho de 1639. Vindo para Portugal, matriculou-se na Universidade, seguindo depois para Roma, levado pelo ardente desejo de augmentar os seus conhecimentos litterarios e scientificos. Passou por ser um dos grammaticos mais illustres e sabedores do seu tempo. Em Roma foi nomeado professor de Rhetorica no collegio dos Gregos, e depois encarregou-se de dirigir os seminarios Maulianense e de Velletri, a pedido d'um cardeal. Passou os ultimos annos da sua vida em Roma, no collegio de S. Pantaleão, dos padres clerigos regulares de obras pias. Compunha versos com muita facilidade nas linguas latina e grega, que imprimiu desde 1592 até ao anno do seu fallecimento. Depois ainda se publicaram alguns livros e muitas poesias e orações, entre as quaes se distingue a *Cardiographia*, poema em honra de S. Carlos Borromeu; um panegyrico em honra de S. Filippe Nery, etc. Deixou tambem obras manuscriptas importantes, como a traducção dos *Luziadas* em latim, a da *Eneida* em grego, *Theatrum sanctorum*, etc. A relação das obras escriptas em latim, póde vêr-se no 1.º vol. da *Bibliotheca Luzitana*, de Barbosa Machado.

Bayão (*Gonçalo*). A respeito d'este architecto transcrevemos o seguinte do *Diccionario historico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes*, de Sousa Viterbo, vol 1.º: «E' artista que até hoje tem passado desconhecido, sendo esta a primeira vez que o seu nome apparece inscripto nos annaes da arte portugueza. De onde fôsse natural não o conseguimos averiguar, posto que desconfiemos que era do Porto, visto ser ahi que elle tinha a sua officina, a não se considerar temporaria, por qualquer motivo, a sua residencia n'aquella cidade. Vê-se que andou pelo estrangeiro em viagem de instrucção, sendo porventura a Italia o paiz onde mais se demorasse. Não se explica facilmente porque Francisco de Hollanda não fizesse d'elle a menor menção, sendo possivel até que em Roma tivessem noticias mutuas. A viagem de Bayão não se póde precisar com certeza mathematica, mas quer-nos parecer que se effectuaria antes de 1547 e depois de 1540. Hollanda partira em 1537 ou 1538. Bayão era cavalleiro da casa do infante D. Henrique e em 20 de fevereiro de 1540 mandava-lhe este passar um mandado de 20 cruza-

dos de mercê. Conhecemos mais dois anteriores de egual quantia. O documento mais importante que encontrámos a respeito de Bayão, e que nos denuncia a sua aptidão artistica, é uma longa carta que elle dirigiu do Porto a el-rei D. João III em data de 15 de setembro de 1547. Ahi nos dá conta de uma missão de que fôra incumbido com relação ao convento das freiras de Villa do Conde, das obras que n'elle executara e no da Conceição de Mattosinhos. O final da carta é que offerece todavia mais interesse, pois n'elle se refere á sua peregrinação artistica ao estrangeiro e á entrevista que tivera com el-rei em Almeirim depois do seu regresso. N'essa entrevista Gonçalo Bayão não só narrou as impressões da sua viagem, mas mostrou decerto o seu album de desenhos, por isso que el-rei lhe encommendou que reproduzisse alguns d'elles em modêlo. O principal, sem duvida, e que mais captivara a attenção do monarcha, era o Colyseu de Roma, de que Bayão, á data da carta, estava executando um modelo de 30 palmos de roda. Este facto é devéras significativo e vem confirmar o asserto do dr. Francisco de Monçon, que dizia no seu *Espejo de Principes* que el-rei D. João III tinha grande propensão e affecto para o desenho.» Em seguida vem publicada a carta. «Conhecemos outro documento existente no *Corpo Chronologico* (parte 3.ª, maço 50, doc. 17), relativo a um Gonçalo Bayão, que nos parece ser o mesmo. E' uma lembrança ou representação, que principia por este modo: *Diz G.lo baiaom, thesoureiro-mor da casa da Cepta*, etc. Não é datada, mas por uma referencia ao primeiro de janeiro do anno passado de 1554, vê-se que é de 1555. Não traz tambem assignatura, mas a letra é identica á da carta acima transcripta. D'aqui se deduz que Bayão abandonaria a vida artistica pela vida burocratica, ou reuniria os dois officios, o que não é caso estranho. Em 1520 um Alvaro de Bayão era nomeado escrivão da feitoria e obras da villa de Santa Cruz de Cabo de Gué. Seria pae ou parente de Gonçalo Bayão? Veja-se Chancellaria de D. Manuel, liv. 36, fol. 78. Um Bayão andava em 1540 no Oriente. D'elle é uma carta escripta a D. João III, com data de 1 de novembro, em que lhe dá conta que em Bornéo e outras ilhas havia ouro e perolas. Em outra fala a respeito das matriculas na India. Consultem-se estes documentos no *Corpo Chronologico*, parte 1.ª, maço 68, doc. 63 e 65.» Ha ainda um outro documento a respeito d'este artista; é uma carta de D. João III, de 26 de fevereiro de 1553, em que lhe concede a tença annual de 20$000 reaes, pelo trabalho e despeza que tivera com o Colyseu e com outras obras de seu serviço.

Bayão *(Padre José Pereira)* Presbytero secular. N. em Gondolim, termo de Penacova, no bispado de Coimbra, a 23 de maio de 1690, fal em Lisboa, a 8 de março de 1743. Era filho de Antonio José Bayão, rico lavrador, e de Maria Simões Pereira. Ordenou-se de presbytero em 1722, applicando-se á mathematica e theologia, em que muito se distinguiu. Tinha fama de grande historiador, e segundo diz Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, era de uma prodigiosa memoria. Escreveu: *Historia das prodigiosas vidas dos gloriosos sanctos Antonio e Benedicto, maior honra e lustre da gente preta*, Lisboa, 1726; *Portugal glorioso e illustrado com as vidas e virtudes das bemaventuradas rainhas sanctas Sancha Thereza, Mafalda, Izabel e Joanna: breve noticia dos seus milagres, cultos e trasladações*, etc., Lisboa, 1727; da parte correspondente a *Santa Thereza* fez nova edição o chronista cisterciense fr. Manuel de Figueiredo, a qual está incluida nas suas obras, e publicada em 1791; *Vida do glorioso S. João da Cruz, doutor mystico, primeiro carmelita descalço, da reforma de Santa Thereza*, Lisboa, 1727; *Historia da vida, acções heroicas e virtudes insignes de S. Fernando, rei de Castella e Leão*, etc., *traduzida e accrescentada na lingua portugueza*, Lisboa, 1728; *Historia verdadeira do famosissimo heroe e invencivel cavalleiro hespanhol Rodrigo Dias de Bivar, chamado por excellencia o Cid Campeador*, etc., Lisboa, 1734; *segunda edição*, Lisboa, 1751; *Epitome chrono-genealogico e critico da vida, virtudes e milagres do prodigioso portuguez Santo Antonio de Lisboa, traduzido da lingua castelhana do P. Fr. Miguel Pacheco, e accrescentado com muitas noticias*, etc. Lisboa, 1735; *Chronica d'el-rei D. Pedro I de Portugal, cognominado o Justiceiro, na fórma em que escreveu Fernão Lopes, primeiro chronista mór, copiada fielmente do seu original, e accrescentada de novo... Com muitas noticias de que o auctor não trata*, Lisboa, 1735; *segunda edição*, Lisboa, 1760; *Historia da prodigiosa vida, morte e milagres do glorioso S. Francisco de Sena, da ordem do Carmo*, Lisboa, 1737; *Chronica do muito alto e muito esclarecido principe D. Sebastião, decimo rei de Portugal; primeira parte que contém os successos d'este reino e conquistas em sua menoridade*, etc., Lisboa, 1730; *Portugal cuidadoso e lastimado com a vida e perda do senhor D. Sebastião; historia chronologica de suas acções, e successos d'esta monarchia em seu tempo*, etc., Lisboa, 1737; *Retrato do Purgatorio e suas penas; despertador do peccador adormecido, exhortação á emenda e devoção das almas*, etc. *a que se ajunta a admiravel historia do purgatorio de S. Patricio*, Lisboa, 1742. O padre Bayão addicionou á sua parte o capitulo II do livro 15.º da parte IV, da *Monarchia Lusitana*, da edição feita em 1725: semelhantemente tudo quanto diz respeito ás rainhas santas Thereza e Mafalda na *Chronica de Cistér* da edição de 1720; e dirigiu a edição do *Flos Sanctorum*, de Fr. Diogo do Rosario, feita em 1741.

Bayão de Rezende. Appellido nobre em Portugal. Procede de um descendente da familia dos Bayões, que, tendo povoado o logar de Rezende, na provincia da Beira, tomou o appellido da terra. O ultimo d'estes fidalgos foi Vasco Martins de Rezende que morreu sem successão. Tinha as armas dos Bayões.

Bayard *(Ildefonso Leopoldo)*. Conselheiro de Estado e ministro dos negocios estrangeiros, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario a differentes côrtes extrangeiras, etc. N. em Coimbra a 3 de setembro de 1785, fal. a 25 de janeiro de 1856, assassinado por um seu criado, chamado André Turnes, á noute, ao recolher-se a casa, na praça da Alegria. Matriculou-se na Universidade de Coimbra em 1802 na faculdade de philosophia, e em 6 de outubro de 1807 no 1.º anno de medicina, com exames de latim, philosophia racional e moral. Pela portaria de 6 de novembro d'este anno foi julgado digno d'um premio de 20$000 réis, pelo distincto merecimento que mostrou em chimica. Em 1808, sendo estu-

dante do 2.º anno de medicina, seguindo o brado nacional contra á invasão dos francezes, alistou-se no batalhão academico, servindo depois na infantaria e na brigada da artilharia do commando de Ayres Pinto de Sousa, sendo por fim empregado na fabricação da polvora e de outras munições de guerra. Alistando-se novamente na segunda organisação do batalhão academico, foi em 1810 empregado no quartel general na qualidade de official de linguas da secretaria militar, onde exerceu as funcções de secretario, pela doença do visconde de Juromenha. N'este cargo fez toda a campanha peninsular, e com autorisação do governo acompanhou o marechal Beresford a Inglaterra e depois ao Rio de Janeiro. Por estes serviços foi recompensado com o habito da ordem de Christo e uma pensão annual de 300$000 réis, que sómente recebeu até setembro de 1821, porque em novembro de 1823 cedeu para as urgencias do estado quanto se lhe estava devendo e mais o que vencesse até se lhe abrir novo assentamento no Erario Regio, declarando que continuaria a fazer esta cessão para o futuro, se as suas circumstancias o permittissem. Em fevereiro de 1824 D. João VI considerou que não havia direito para ser pago pelos rendimentos de Portugal, e a pensão ficou annullada. Foi nomeado official da secretaria de marinha e dominios ultramarinos por decreto de 1 de abril de 1816, e por decreto de 14 de abril de 1821 secretario da legação portugueza nos Estados Unidos da America Septentrional, onde não chegou a ir. Foi depois nomeado encarregado dos negocios politicos e commerciaes dos estados portuguezes na côrte de Copenhague, por decreto de 15 de junho de 1822, cargo que exerceu até 27 de maio de 1824, em que partiu para Berlim por ter sido despachado secretario da legação e encarregado de negocios interino n'aquella côrte, por decreto de 3 de julho de 1823. Serviu n'este cargo até 3 de julho de 1828, em que pediu a sua exoneração, a qual depois de muitas instancias lhe foi concedida pelo decreto de 28 do referido mez. N'este anno de 1828 começou o governo do infante D. Miguel, e Bayard foi encarregado pelo marquez de Rezende e pelo visconde de Itabayana de ir de Londres a Gibraltar esperar a fragata, que a seu bordo trazia a rainha D. Maria II acompanhada do marquez de Barbacena, e deveria tocar n'aquelle ponto, para avisar o marquez do estado de Portugal. A fragata sahira do Rio de Janeiro com destino a Vienna d'Austria, mas em vista das informações dadas por Bayard, o diplomata brazileiro resolveu mudar o rumo á viagem e conduzir a joven rainha para Inglaterra. Bayard foi tambem encarregado de ir a Munich tratar da negociação do casamento de D. Pedro com a princeza D. Maria Amelia de Leuchtenberg. Em 1829 emigrou para o Brazil, e tendo sido nomeado secretario da legação no Rio de Janeiro por decreto da Regencia da ilha Terceira, de 23 de dezembro de 1830, não acceitou esta nomeação pelas razões que expoz n'um officio que dirigiu á mesma regencia em 13 d'abril de 1831. Depois de estabelecido o governo constitucional, regressou ao reino, nos principios do anno de 1834, e foi nomeado official maior da secretaria de estado dos negocios estrangeiros por decreto de 13 d'agosto d'este anno, e por decreto de 14 de setembro de 1835 o governo o incumbiu da commissão do ajuste e contrato do casamento da rainha D. Maria II com o principe D. Augusto, duque de Leuchtenberg, irmão da imperatriz D. Maria Amelia, e de lhe entregar a espada de D. Pedro IV. Apenas se assignou o contrato matrimonial a 8 de novembro, regressou a Portugal, porque fôra nomeado no dia 6 do referido mez enviado e ministro plenipotenciario para Vienna d'Austria, não chegando, porém, a partir, continuando a fazer serviço na secretaria, sendo depois exonerado a seu pedido, em 13 de setembro de 1836. Acceitou depois o convite de entrar para a direcção da Companhia das Lezirias do Tejo e Sado, de que era accionista, e onde prestou importantes serviços. Por decreto de 27 de dezembro de 1839 foi transferido para o Rio de Janeiro no cargo de ministro plenipotenciario, para onde partiu a 23 de maio de 1840. Durante esta missão teve tambem o encargo da gerencia dos negocios de interesse particular e de familia da rainha, na qualidade de seu procurador, por carta regia de 27 do referido mez e anno. Durante o tempo que esteve no Brazil, concluiu as convenções do ajuste e modo de pagamento das reclamações dos subditos portuguezes e brazileiros liquidados pela commissão mixta, e a do ajuste de contas entre os dois governos. Achando-se gravemente doente e não podendo continuar a residir n'aquella côrte sem perigo de vida, retirou-se para a Europa com licença do governo em julho de 1843, e pedindo a sua exoneração, foi collocado na disponibilidade, por decreto de 16 de dezembro do referido anno. Conservou-se então em socego entregue aos seus estudos litterarios até que os acontecimentos politicos de 1847 fizeram lembrar o seu nome, sendo Bayard escolhido para ministro dos negocios estrangeiros, por decreto de 26 de abril, e interino da pasta da guerra, que deixou a 22 de agosto de referido anno. Este gabinete ficou vulgarmente conhecido pelo nome do *ministerio do protocolo*, por ter sido durante o seu governo que se ajustou com as potencias estrangeiras a intervenção nos negocios de Portugal, para pôr termo á guerra civil começada e sustentada pela junta do Porto Desde que regressara do Brazil em 1843, Bayard fôra encarregado de diversas commissões que sempre cumpriu com toda a competencia. Em agosto de 1850 foi nomeado conselheiro de Estado, e em junho de 1851 escolhido para fazer parte da commissão encarregada de propôr o projecto do regulamento consular. O conselheiro Bayard era commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, cavalleiro da ordem de Christo, grã-cruz da ordem da Rosa do Brazil e da de Carlos III de Hespanha; commendador de 2.ª classe da ordem de Ernesto Pio de Saxe-Cobourg-Gotha e official da de Leopoldo da Belgica, socio honorario do Instituto Historico e Geographia do Brazil, e effectivo da Sociedade Amante da Instrucção do mesmo imperio. A'cerca de Bayard póde vêr-se um folheto, publicado em 1856, em Paris por Biker, com o seguinte titulo: *Noticia biographica do conselheiro Ildefonso Leopoldo Bayard, com varios documentos comprovativos.* Escreveu: *Instituto dos pobres, de Hamburgo, traducção do inglez para o allemão, e agora d'este para o portuguez,* Lisboa, 1801; *Correspondencia official como Ministro dos Negocios Estrangeiros*, no *Relatorio*

de 25 de janeiro de 1848, apresentado ás côrtes, Lisboa, 1848.

Bayard *(P. José Pedro)*. Conego da sé de Lisboa. Escreveu: *Mappa em que se relatam os engenhos em modelos, que se achavam no terceiro andar no palacio da real junta do commercio, e foram consumidos com o fogo que o abrasou no dia 10 de agosto de 1821, os quaes tinha construido, por sua idéa e á sua custa*, etc., Lisboa, 1824.

Bazagada. Logar na freg. de N. S.ª da Pena, de Aranhas, conc. de Penamacor, distr. de Castello Branco.

Bazar de Moiros. Pov. proximo da Africa Oriental a S E da villa de Sofala, no districto do mesmo nome, provincia de Moçambique. E' situada proximo da costa em terreno muito arenoso, cortado de rios em todas as direcções. A população é quasi toda composta de moiros, o que dá o nome á povoação. Os homens occupam-se na navegação costeira e as mulheres em trabalhos de olaria.

Bazaruco. Antiga moeda da India e de Moçambique. O nome é derivado de *bazar*, mercado. Nos seculos XVI e XVII o *bazaruco* foi a unidade monetaria da India; dizia-se tantos *bazarucos*, como em Portugal se dizia tantos *reaes*. Cunharam-se em cobre e em calaim ou tutenaga. Segundo uma estiva de 30 de junho de 1768, de 90 arrateis de calaim apurado deviam tirar-se 94 xerafins ou 35:250 *bazarucos*, correspondendo a cada bazaruco o peso de 23,53 grãos. Cunharam-se as seguintes moedas d'este nome: *dois*, *tres*, *quatro*, *seis*, *dez*, *doze* e *vinte bazarucos*. No reinado de D. José I cunharam-se d'estas moedas. Aragão cita os seguintes exemplares da India: *Vinte bazarucos* tem no anverso as armas do reino entre as letras D O (Dio), e no reverso a cruz da ordem de Christo, cantonada pelas letras numeraes do anno 1-7 6 8; pesa 280 grãos. *Doze bazarucos*, no anverso as armas do reino entre as letras G A (Gôa), com circulo de grenetis; no reverso, corôa de carvalho, tendo dentro XII, indicativo do valor em bazarucos, e por baixo o anno de 1769, com circulo de grenetis; peso 256 grãos. *Dez bazarucos*, no anverso as armas do reino com a corôa aberta e entre as letras G-A (Gôa); no reverso corôa de louro; no campo *10*, indicativo do valor em bazarucos, por baixo o anno de 1769; peso 149 grãos. *Seis bazarucos*, no anverso as armas do reino, entre as letras G-A (Gôa) e circulo de grenetis; no reverso, corôa de carvalho tendo dentro VI, indicativo do valor em bazarucos, e por baixo o anno 1769, com circulo de grenetis; peso 161 grãos. *Quatro bazarucos*, no anverso as armas do reino entre as letras G A (Gôa) com circulo de grenetis; no reverso, corôa de louro, e no campo IV, tendo por baixo o anno de 1769; circulo de grenetis; peso 81 grãos. *Tres bazarucos*, no anverso, entre as letras *B* (?) e *A*, as armas do reino, tendo na corôa em logar de florões tres ferros de lança separados por quatro pontos; no reverso a cruz da ordem de Christo entre tres pontos, e a haste vertical em baixo divide as letras numeraes do anno 17-70; peso 79 grãos. *Dois bazarucos*, no anverso as armas do reino, sem ornamento, entre as letras G-A (Gôa) e circulo de grenetis; no campo do reverso II, indicativo do valor em bazarucos, com circulo de grenetis; peso 40 grãos. Em 28 de setembro de 1683 o conselho da fazenda da India, presidido pelo vice-rei conde de Alvôr, autorisou o fabrico de cem quintaes de tutenaga em *bazarucos*, da marca I.^{08}, para terem curso em Moçambique. Uma provisão do governo da India em 17 de janeiro de 1725 autorisou o lavramento de 8:000 *cruzados* em *bazarucos* na feitoria de Moçambique. Aragão julga que se cunharam por essa occasião os exemplares: *Trinta réis* e *Quinze réis*. V. *estes nomes*.

Bazaruto. Archipelago na Africa Oriental na provincia de Moçambique, situado ao S da antiga villa de Sofala, districto d'este nome. E' um grupo de 7 ilhas, denominadas: Bazaruto, Benguecina, Maganque, Bangue, Lunene, Chirenducc e Santa Carolina. Não possuem rios, mas são muito abundantes d'agua magnifica e muito saborosa, encontrando-se no interior de Bazaruto e Benguecina muitos lagos. São bastante populosas e habitadas por cafres do continente, que em epocas remotas a ellas fôram pescar, caçar e colher fructos, decidindo-se alguns a habital-as permanentemente, apascentando ali os seus rebanhos ao abrigo da rapacidade dos negros da terra firme. As ilhas são todas ferteis, e na de Santa Carolina tornam-se notaveis as plantações de palmeiras pelo seu extraordinario desenvolvimento. O clima do archipelago em pouco differe do da terra firme. Por decreto de 31 de julho de 1891 e alvará de 5 de agosto de 1892, estas ilhas fôram concedidas a uma companhia portugueza, com a séde em Lisboa, denominada *da pesca de perolas de Bazaruto*. Incorporadas para effeitos administrativos no districto de Inhambane até á data do decreto aludido, são hoje administradas por um delegado do seu conselho de administração. A ostra perlifera de que estão cobertos os numerosos bancos de coral que rodeiam o archipelago, é hoje o unico objectivo serio da companhia concessionaria. A sua antiga capital, estabelecida na ilha de Santa Carolina, possuia alguns edificios de alvenaria cobertos de palha, hoje todos em ruina. No *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 21.ª serie, n.º 1 (janeiro de 1903) acha-se publicada uma conferencia do sr. Ivens Ferraz, ácerca dos seus trabalhos e estudos por conta da *Companhia da Pesca das Perolas de Bazaruto*. E' interessante e encerra muitos esclarecimentos a respeito d'aquella exploração e do archipelago.

Bazeira. Pov. na freg. de S. Gonçalo e conc. de Amarante, distr. do Porto.

Bazorra. Pov. na freg. de S. Miguel, de Christello, concelho de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Bazorreiro *(Quinta do)*. Na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Beata. Logar na freg. de N. S.ª da Porta e conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Monte na freg. de S. Vicente, de Pigeiro, conc. e distr. de Evora.

Beatas. Pov. na ilha da Madeira, na freg. de N. S.ª da Luz, de Gaula, conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal. || Monte na freg. de S. João Baptista, conc. e distr. de Beja.

Beato Antonio. Freg. situada proximo de Xabregas, sobre a margem direita do Tejo, 1.º bairro de Lisboa, orago S Bartholomeu. E' uma das mais bonitas alamedas, chegada á beira-mar, ornada de arvoredos, com frente para o lado do sul. A freguezia é hoje muito extensa, tem 10:406

hab. e 659 fogos. No local onde se vê a egreja, existiu em tempos muito remotos uma ermida da invocação de S. Bento, o primeiro templo que em Lisboa e seus arredores se dedicou a este santo. Fôra construida por D. Estevão d'Aguiar, sendo D. Abbade de Alcobaça, com o intento de fundar ali um collegio ou hospicio para a sua ordem. Como se não effectuasse esta fundação, a rainha D. Izabel, mulher de D. Affonso V, determinou realisal-a, não para os frades benedictinos, porém sim para uma congregação introduzida no paiz, no reinado de D. João I, a qual pelas virtudes dos congregados, e por se estabelecer n'um sitio chamado Villar, junto ao rio Cávado, duas leguas ao norte de Braga, principiou a ser conhecida pelo novo titulo de congregação dos *Bons homens de Villar*, que mais tarde se mudou em *Villar de Frades*. Em 1445 falleceu a rainha D. Izabel, não chegando a cumprir o seu desejo, e no seu testamento deixou oito mil corôas de ouro para aquella fundação, determinando que o novo convento fôsse cabeça da ordem. D. Affonso V apressou-se em dar execução ás ultimas vontades da defunta rainha, e, obtendo do D. Abbade de Alcobaça a ermida de S. Bento, construiu em seu logar um convento e egreja, que entregou aos *Bons homens de Villar*. O convento ficou chamando-se de *S. João Evangelista*, para o que alcançou do pontifice Pio II um breve em 1461; em homenagem, porém, ao padroeiro da ermida, á nova egreja deu-se o nome de *S. Bento de Enxobregas*. A fabrica do convento e da egreja, sendo apropriada a uma ordem que vivia pobre e humilde, ficou apertada e mesquinha, o que deu causa a que em pouco mais de um seculo fôsse precisada de ser reconstruida completamente. Foi n'estas circumstancisas que o padre Antonio da Conceição, sem encargo algum na ordem, tentou reconstruil-a, apezar de não ter recursos alguns, pois diz a tradição, que apenas contava de seu seteceutos réis. Porém, a sua fama de virtuoso e de santo, que adquiriu em toda a Lisboa, fez com que muitas pessoas, tanto nobres como populares corressem a ajudal-o, até o proprio rei D. Sebastião, e d'esta fórma nunca lhe faltaram braços nem dinheiro, apezar do plano do convento e da egreja ser magestoso. A egreja foi edificada desde os alicerces. O padre Antonio da Conceição foi beatificado no seculo XVIII, mas de ha muito o povo chamava o *Beato Antonio*, tanto á egreja como á localidade, nome que ficou popular, e que se conserva ainda hoje. Passaram os tempos, e os *Bons Homens de Villar*, ennobrecidos com o titulo de conegos e com outras regalias concedidas pelos papas, fôram adquirindo bens por legados de pessoas devotas e os padroados de muitas egrejas que apresentavam, de fórma que aquella ordem chegou a ser uma das mais ricas e nobres do paiz. O seu prelado maior denominava-se D. Reitor Geral, e gozava de honras episcopaes. S. Bento de Xabregas era a cabeça da ordem, excedendo o seu rendimento annual a 30 contos de réis. A este convento estão ligadas algumas memorias historicas; dizem que D. Sebastião ia ali muitas vezes visitar e consultar o padre Antonio da Conceição, que muito venerava, e ainda nas vesperas da partida para Africa se fôra despedir, pedindo-lhe que o recommendasse nas suas orações. Na capella-mór da egreja do Beato estavam depositadas as cinzas da infanta D. Catharina, filha d'el-rei D. Duarte, que tinham sido para ali trasladadas, por ter sido destruido pelo terremoto de 1755 o convento de Santo Eloy de Lisboa, onde tinham jazigo. Na capella-mór tambem se viam os tumulos dos antigos condes de Linhares, sustentados por elephantes de marmore. Em 1834, quando se extinguiram as ordens religiosas, o convento ficou então servindo de hospital militar, e um grande inceudio o destruiu depois em grande parte. Por alguns annos esteve em ruinas, sendo mais tarde destinado para deposito de monumentos historicos, o que não teve effeito; depois dividido em lotes, e vendido a diversos particulares, que o reedificaram adaptando-o a casas de habitação e armazens de vinho. Um dos arrematantes, o fallecido João de Brito, estabeleceu na parte que comprara, a par dos seus grandes armazens de retem de vinhos da Estremadura, uma grande fabrica a vapor, de moagens de cereaes e fabrico de pão e de bolachas de todas as qualidades, de que é proprietaria a firma social João de Brito, hoje representada pelos seus herdeiros. No convento havia duas cousas dignas de menção: a livraria, que constava de uns 10:000 volumes, e a escada conventual pela sua belleza e magnificencia, construida de marmore branco e côr de rosa, e guarnecida de balaustradas com estatuas. A egreja fôra profanada e despojada das ricas alfaias e obras d'arte que a decoravam. A parochia de S. Bartholomeu, que desde o terremoto de 1755 se estabelecera n'esta egreja, por ter sido destruido completamente o seu grandioso templo, situado junto dos muros do castello de S. Jorge, transferiu-se em solemne procissão, a 27 de dezembro de 1835 para a egreja do extincto convento de *N. S.ª da Conceição do Monte Olivete*, que foi dos eremitas descalços de Santo Agostinho (V. *Grillo*). A egreja do Beato Antonio ficou então destinada para pantheon dos nobres, segundo diziam. Depois da venda do convento, ainda a egreja serviu por muito tempo, porém hoje está completamente arruinada. Na freguezia do Beato Antonio está a fabrica de tabacos, estabelecida no antigo convento de religiosos franciscanos (V. *Xabregas*). Tambem n'esta area se vêem o cemiterio oriental, no Alto de S. João; a quinta da *Mitra*, que pertenceu ao patriarchado, e vendida em hasta publica como bens nacionaes, sendo hoje propriedade particular (V. *Marvilla*); o antigo palacio e quinta, chamada a *Quinta do Duque*, propriedade pertencente aos duques de Lafões, a qual ficou atravessada pelo caminho de ferro de Norte e Leste. O palacio foi começado na segunda parte do seculo XVIII, pelo duque de Lafões D. João de Bragança, filho do principe D. Miguel, que era filho legitimado de el-rei D. Pedro II, e concluido muitos annos depois. Tambem na freguezia do Beato Antonio existe a *Quinta das Pintoras*, construida por Constant Burnay, com uma boa casa de campo e bello jardim. A escola *Casal Ribeiro*, situada na quinta denominada da *Quintinha*, fundada pelo fallecido estadista, conde d'aquelle titulo, para cuja manutenção deu a quantia de 10:000$000 réis em inscripções, sendo o seu rendimento a dotação da escola. Uma associação humanitaria de soccorros mutuos de beneficencia, de que os estatutos fôram approvados a 14 de julho de 1869. Ha ainda muitas fabricas de varias manufacturas, nos si-

tios de Xabregas e Chellas, o que torna a freguezia do Beato Antonio uma das mais vastas e industriaes de Lisboa.

Beatriz ou **Brites.** Estas duas variantes de nome proprio feminino são uma e a mesma cousa. *Brites* é a forma mais antiga e portugueza; *Beatriz* é a forma mais moderna e de influencia estrangeira. N'um mesmo documento se encontram as duas formas. As differenças accentuam-se progressivamente; no seculo XV é *Britiz*, no XVI *Breytiz* e *Briatiz*, a par d'uma variedade de graphias que, segundo a influencia extrangeira, se reduziram a *Beatriz*. Algumas das nossas mais illustres princezas d'este nome são designadas indifferentemente por *Brites* e *Beatriz*.

Beatriz *(D.)*. Segunda mulher de D. Affonso III, e filha de D. Affonso X, rei de Castella Casou no anno de 1253, depois de D. Affonso III se ter divorciado de sua primeira mulher, a condessa de Bolonha, o que deu causa ás contendas entre D. Diniz e seu irmão D. Affonso (V. *Affonso III*). Este casamento aplanou muitas difficuldades que se levantaram com respeito ao Algarve. D. Beatriz, segundo os chronistas, foi modelo das esposas. Fundou em Lisboa o recolhimento dos Meninos Orphãos, onde está hoje a egreja da Guia; em Alemquer o convento de S. Francisco, e em Extremoz outro convento da mesma ordem. Falleceu a 27 de outubro de 1303, e foi sepultada no convento de Alcobaça.

Beatriz *(D.)*. Infanta de Portugal, mãe de el-rei D. Manuel. Era filha do infante D. João, fallecido a 18 de outubro de 1442 e filho de el-rei D. João I, e de sua mulher a infanta D. Izabel, fallecida em 16 de outubro de 1465. D. Beatriz casou em 1447 com seu primo o infante D. Fernando, duque de Vizeu, filho do rei D. Duarte, fallecido em 18 de setembro de 1470. D'este consorcio nasceram, além d'outros, o infante D. Manuel, que foi rei, o infante duque de Bragança D. Fernando, decapitado em 1493 e D. Leonor, mulher de D. João II. D. Beatriz falleceu em 30 de setembro de 1506. Foi a esta senhora que, depois da paz com Castella em 1479, se entregaram o principe D. Affonso, de Portugal, e D. Izabel, de Castella, para serem postos nas *terçarias* na villa de Moura. Na historia litteraria de Portugal o nome d'esta infanta tem um alto valor. Foi ella quem animou o iniciador do theatro portuguez, Gil Vicente, encommendando-lhe os varios autos que se seguiram ao celebre monologo da *Visitação*. E não só na historia politica e litteraria deixou a illustre senhora vinculado o seu nome. Na cidade de Beja, onde teve residencia, tambem protegeu a industria dos lanificios. A seu pedido concedeu-lhe el-rei D. João II privilegio para os pisões que ella mandara construir, para commodidade dos fabricantes de burel n'aquella cidade. A respectiva carta tem a data de Evora, a 1 de março de 1490. D. Beatriz herdou de seu pae a quinta e senhorio de Bellas, e ahi passou uma grande parte da sua vida. Por vezes recebeu as visitas de el-rei D. João II e de D. Manuel, bem como das rainhas.

Beatriz *(D.)* Infanta de Portugal, filha de el-rei D. Manuel e de sua segunda mulher, a rainha D. Maria. Nasceu em Lisboa a 31 de dezembro de 1504, falleceu em Niza a 8 de janeiro de 1538. Jaz em Turim, na cathedral. Era dotada de uma grande belleza, e segundo a tradição, o poeta Bernardim Ribeiro apaixonou-se loucamente por ella, e a infanta correspondia-lhe em segredo. Tendo sido tratado o casamento de D. Beatriz com o duque de Saboya, celebraram-se grandes festas na côrte, e a 9 de agosto de 1521 partiu a infanta, chegando a 29 de setembro a Villa Franca de Niza, onde o duque a esperava. Em maio seguinte, D. Beatriz entrou solemnemente em Saboya, havendo n'essa occasião grandes festejos. Diz-se que Bernardim Ribeiro vira do alto da serra de Cintra, partir o navio que a conduzia. Em torno d'estes amores formou-se uma graciosa lenda, dizendo que Bernardim Ribeiro tomara o bordão de peregrino e fôra até Saboya, esperando a infanta á porta d'uma egreja onde ouvira missa, lhe pedira esmola, e que D. Beatriz, reconhecendo-o, lhe respondera seccamente que já tinha passado o tempo dos antigos galanteios. Bernardim Ribeiro, muito desanimado, voltou para o reino, e passou o resto da vida na solidão da serra de Cintra, compondo as suas trovas de amor e saudade. Esta lenda tem sido aproveitada por alguns escriptores. Garrett escreveu sobre este assumpto a sua peça *Um auto de Gil Vicente*. Muitos criticos negam a existencia d'estes amores, entre os quaes se contam José Maria da Costa e Silva, no *Ensaio biographico e critico*, e o sr. Theophilo Braga, que diz ser outra a dama. D. Manuel dotára sua filha com 150:000 ducados de ouro, sendo 100:000 em dinheiro e o resto em joias preciosas, pratas, roupas, etc. O duque de Saboya, por dedicação a sua mulher, mandou cunhar em 1554 algumas medalhas com o seu retrato, cuja descripção Manuel Bernardo Lopes Fernandes, na sua *Memoria das Medalhas*, faz da maneira seguinte: BEATRIX DUCISSA SABAUDIAE LUSITANIAE REGIS FILIA.—Busto da infanta voltado para a esquerda, e no campo em frente do rosto = I II S = e por detraz do rosto = M A =. No reverso, uma esphera celeste, e no zodiaco em abreviatura—S. II. I. D. II. S.—e na orla: SALUTI PATRIAE ET AD PERPETUAM MEMORIAM AN SAL. 1554.

Infanta D. Beatriz

Beba. A honra de Beba era na Beira Alta, a 18 k. de Lamego. Foi creada por el-rei D. Diniz, o qual a deu com todos os seus fóros e reguengos aos Lobos, padroeiros do mosteiro de Jazente, que é hoje abbadia secular. Os Lobos vieram então morar para aqui, na quinta da Torre, onde construiram um palacio. Esta honra passou para o 1.º marquez de Castello Rodrigo, Christovão de Moura, que lh'a deu Filippe II. Depois da acclamação de D. João IV fôram sequestrados os beus da corôa aos descendentes de Christovão de Moura, por seguirem o partido de Castella, e o rei concedeu em 1641 esta honra a Pedro Borges Botelho, senhor da casa e quinta de Villa Pouca

em Rezende, e por herança passou para os morgados de Bafoeiras, em Arégos. Esta honra era formada dos seguintes logares: Canizes, Quinta da Torre, Entre Aguas, Celleiro, Rua Ferreira, Casa Nova, Pêso, Pesinho, Fernandes, Costa, Palmas e da Quinta da Beba, que era a capital da honra. Tinha juiz ordidario e dos orphãos, procurador, escrivão da camara. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Carquere, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Bebeda. Logar na freg. de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, districto de Lisboa.

Bebedourinho *(Monte do)*, Na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Bebedouro. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, de Arazede, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || Logar na freg. de S. Francisco da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de Santa Margarida, de Aldeia Velha, conc. de Aviz, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Collos, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Bebedouros. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Gontinhães, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Monte na freg. de S. Salvador e conc. de Odemira, distr. de Beja.

Beberriqueira. Pov. da freg. de S. Pedro, da prov. da Estremadura, conc. e com. de Thomar, distr. de Santarem, patriarchado de Lisboa; 2:164 hab. e 381 fog. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada em montes e valles d'onde se avistam muitas povoações, o convento de Christo, de Thomar, a maior parte d'esta cidade, a villa da Asseiceira, etc. Era da corôa. O vigario tinha coadjuctor, sendo ambos da ordem de Christo, e apresentados pelo rei, como grão-mestre da ordem. E' terra muito fertil e abundante d'aguas; passa-lhe pelo meio a ribeira da Louzã, pelo lado oeste o rio Nabão e pelo E o Zezere. Pertence á 5.ª div. mil. e ao dist. de recrutamento n.º 15 com a séde em Thomar.

Bebezes. Pov. na freg. de Santa Margarida, de Povoa de Penella, conc. de Penedono, distr. de Vizeu.

Bebinha *(Quinta da)*. Na freg. de Santa Maria, de Carquere, conc. de Rezende, districto de Vizeu.

Beca. Veste, tunica preta e talar apertada por um cinto, usada pelos magistrados judiciaes.

Beça. Familia que tira a sua origem dos senhores de Biscaia. Tomaram o appellido da cidade de Baeça, que se corrompeu em Beça, passando a Portugal no tempo d'el-rei D. Fernando I (V. *Baeça*). São suas armas em campo de ouro tres faxas vermelhas, orla vermelha cheia de crescentes de prata; timbre um lobo vermelho com um crescente de prata na espadoa. Houve-os em Favaios, onde fôram capitães-móres, e ainda os ha legitimos, no norte do paiz. Na *Nobiliarchia portugueza* de Villas Boas, a pag. 242, da edição de 1676, vem a seguinte descripção ácerca d'este appellido: «Procedem de D. Lopo Dias de Haro, senhor de Biscaya, que tomou Baeça aos moiros, d'onde se derivou este appellido a seus descendentes. Em tempo d'el-rei D. Fernando se passou a este reino João Affonso de Baeça, que elle fez senhor de Alter do Chão, Vimieiro e Villa Formosa. Tem por armas esta famila o campo faxado de seis faxas de ouro e vermelho, e uma bordadura cheia de crescentes de lua de prata; timbre meio lobo de vermelho, com um crescente das armas na espadoa». Certas familias conservam o appellido *Beça*, na antiga orthographia, e outras modernamente usam *Bessa*, para se distinguirem d'aquellas.

Beça *(Gonçalo Teixeira de Barros)*. Fidalgo da Casa Real e capitão-mór de Favaios, onde nasceu pelos fins do seculo XVII. Filho de Pedro de Beça de Mesquita, fidalgo da Casa Real e capitão-mór de Favaios e Alijó, e de D. Ignez de Barros Beça, senhores da antiga e nobre casa de Barros, em Favaios; foi casado com D. Joanna Pimentel, filha de Mauricio da Mesquita Pimentel Alcoforado, fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo da ordem de Christo e sargento-mór de Penaguião, e de D. Serafina de Affonseca, da casa de Mafómedes.

Beça *(José Antonio Ferro de Madureira)*. Engenheiro e deputado, natural de Bragança; falleceu em Lisboa a 26 de dezembro de 1902, com 43 annos de edade. Pouco depois de concluir o curso de engenharia civil entrou para o serviço da Companhia Nacional dos Caminhos de Ferro, onde serviu desde 1884 a 1886, tendo exercido o cargo de chefe da repartição technica da direcção em Lisboa, e o de sub-director da construcção da linha de Foz-Tua a Mirandella, com residencia n'esta villa. Fez tambem os reconhecimentos da linha de Mirandella a Bragança por Alcaniças e de Arganil á Covilhã. De collaboração com outros engenheiros elaborou o projecto dos esgotos de Coimbra, trabalho que obteve o 1.º premio no concurso aberto para aquelle fim. Em 1886 entrou para o corpo de engenheiros de obras publicas, passando depois a fazer serviço na Direcção Geral de Estatistica, onde lhe foi commettida a secção do censo da população, logar em que se encontrava á data do fallecimento. O ultimo censo da população, realisado em 1900, foi organisado sob a sua direcção. José Beça era irmão dos srs: Adriano Beça, official do exercito, Augusto Beça, governador civil de Bragança, e Abilio Beça. Ao engenheiro José Beça se devem os maiores esforços para a construcção da linha ferrea de Mirandella a Bragança.

Beça *(D. Monica Teixeira de Barros)*. Filha de Gonçalo Teixeira de Beça (V. *o respectivo artigo)*, e de sua mulher D. Joanna Pimentel. Foi casada com Miguel Ferraz de Magalhães Leite Pereira, sargento-mór de Favaios. D'estes procedem os Leites Pereiras d'essa villa e os de Villa Flôr.

Beça *(Rodrigo)*. Capellão d'el-rei D. Sebastião, que o acompanhou na jornada que este monarcha fez ao santuario de N. S.ª de Guadalupe no anno de 1576. Escreveu ácerca d'esta jornada um livro, que ficou em manuscripto, com o seguinte titulo: *Relação da jornada que El-Rey D. Sebastião fez ao Santuario de Guadalupe, e como foi recebido de seu tio Filippe Prudente.* D'este livro sahiu um epitome, que se publicou em linguagem castelhana, em Barcelona, 1577.

Beça *(Rodrigo Xavier Pereira de Freitas)*. Medico-cirurgião da escola do Porto, medico do hospital de Penafiel, do partido da camara municipal e da roda dos expostos, mais tarde hospicio,

da mesma cidade; jornalista; socio correspondente da Sociedade de Sciencias Medicas de Lisboa, da Sociedade Agricola do districto do Porto e da Associação dos Architectos Civis Portuguezes. Nasceu na cidade do Porto em 14 de janeiro de 1805, sendo baptisado na freguezia da Sé. Fôram seus paes José de Beça Correia e D. Anna Margarida Pereira de Freitas, naturaes do Porto. Ainda adolescente veiu Rodrigo Beça residir na quinta do Picoto, freg. da Magdalena, conc. de Paredes, propriedade de seus paes. Tendo casado em 11 de janeiro de 1826 com D. Albina Rosa Moreira Lobo, filha do abastado proprietario capitão Manuel Caetano Moreira Lobo e de D. Eufrasia Maria do Sacramento, da casa do Crasto, na freg. de Bésteiros, do mesmo concelho de Paredes, pôde cursar a escola medico-cirurgica do Porto, obtendo premios do 2.º ao 5.º anno do curso, que concluiu em 1831. No *Jornal da Noite*, de 6 de outubro 1874, Teixeira de Vasconcellos, dando noticia do fallecimento de Rodrigo Beça, o que tinha succedido em 23 de agosto do mesmo anno, escreveu os seguintes periodos: «No principio da sua carreira teve de luctar com medicos antigos, quasi todos afferrados ás velhas praticas e adversarios da escola eclectica. Era a do sr. Beça a que estudava todos os systemas, e colhia de cada um d'elles o que lhe parecia aproveitavel não só na theoria como nas applicações ás hypotheses da sua clinica. Entretanto cultivava as letras com assiduidade; lia e meditava os nossos melhores autores; poetava com facilidade; e escrevia prosa portugueza mui correcta e elegantemente. A liberdade de imprensa decretada em 1834 abriu novo campo ao talento e inspiração do sr. Beça. Os melhores jornaes do Porto publicaram escriptos seus, sobresahindo entre elles umas cartas mui chistosas assignadas com o nome de *Padre Serapião de Algures*. Na *Gazeta de Portugal* tivémos occasião de dar publicidade a varios artigos do sr. Beça, que então fôram devidamente apreciados». Dos filhos que Rodrigo Beça teve de sua mulher, que falleceu em 9 de dezembro de 1885, destacamos: Abilio Aires de Freitas Lobo e Beça, nascido em 22 de fevereiro de 1826 na freg. da Magdalena, e fallecido em Penafiel a 23 de julho de 1890; foi como seu pae medico-cirurgião e muito estimado. Alfredo Magno Pereira de Freitas e Beça, presbytero, nascido na freg. da Magdalena em 18 de março de 1833 e fallecido em Penafiel em 22 de junho de 1887. Gustavo Adolpho de Freitas Beça, nascido na mesma freguezia em 31 de março de 1837 e fallecido no Rio de Janeiro a 6 de setembro de 1874. Coriolano de Freitas Beça, nascido em Penafiel a 15 de fevereiro de 1843, advogado na mesma cidade, autor de uma collecção de artigos reduzidos a volume, em 1896, com o titulo de *Penafiel—Hontem e Hoje, recordação e impressões*, com um additamento publicado em 1898.

Beça. Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. de Traz os Montes, conc. e com. de Boticas, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 1:409 hab. e 251 fog. A pov. dista 4 k. da séde do conc. E' terra fria, mas fertil, e cria bastante gado. O abbade era apresentado pela casa de Bragança, donataria da freguezia, e tinha de rendimento 200$000 réis. Tem caixa do correio. Entre as povoações de Quintas, Carvalhelhos e Lavradas, d'esta freg., ha duas nascentes d'aguas sulfuricas, cujos banhos são muito concorridos. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 19 com a séde em Chaves. || Logar na freg. de S. Miguel, de Beire, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Rio da prov. do Minho, conc. de Cabeceiras de Basto. N. em Traz-os-Montes, na freg. de Beça, mas pobre d'aguas; engrossa depois com alguns ribeiros e regatos, tornando-se caudaloso e arrebatado, e cria muito peixe. Em parte são as margens cultivadas. Morre no rio Tamega, defronte do logar de Daivãos, com 35 k. de curso.

Beças. Logar na freg. de S. João Evangelista, de Covas, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Bececaria *(Casal da)*. Na freg. de S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Bechos. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Becco. Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cacella, conc. de Villa Real de Santo Antonio, distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Paio de Farinha Pôdre, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || Pov. na ilha Graciosa, na freg. de N. S.ª da Luz, concelho de Santa Cruz, districto de Angra do Heroismo. || Pov. na freg. de S. Christovão, de Macinhata de Vouga, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Marvão, distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Thiago, de Alvaro, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || Logar na freg. de S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S. Miguel, de Rãs, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Martinho, de Reriz, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || Casal na freg. de S. Simão, de Gouveia, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Horta na freg. de Santos Reis Magos, do Campo Grande, 3.º bairro de Lisboa.

Becco da Anastacia. Logar na freg. de S. Braz, da Varzea, concelho d'Elvas, districto de Portalegre.

Becco da Galharda. Pov. na freg. de Sant'Anna, de Bencatel, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Becco dos Ratos. Pov. na freg. de S. Miguel, de Machede, distr. e conc. de Evora.

Becco de Santo Aleixo. Pov. e freg. da prov. da Estremadura, conc. de Ferreira do Zezere, com. de Thomar, distr. de Santarem, bisp. de Coimbra, orago S. Aleixo; 1:559 hab. e 348 fog. Tem est. post. permutando malas com Ferreira do Zezere. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada entre basto e frondoso arvoredo. Foi commenda da Casa do Infantado. A egreja é de tres naves. O vigario era freire professo da ordem de Christo e apresentado pelo rei, como grão-mestre. Tinha de renda 26$000 réis em dinheiro e 60 alqueires de trigo, pagos pela commenda. A terra é fertil. Tem muita castanha e abundancia de madeira de castanho, o que tudo exporta para Lisboa em grande quantidade, com o que faz bom commercio. Ha aqui a serra de S. Paulo, onde dizem que os moiros, abandonando Portugal, deixaram grandes riquezas escondidas. E' em fórma de pyramide, separada das outras serras, e os moiros a minaram, fazendo assim uma praça, á maneira de Gibraltar, que podia conter tres ou quatro mil soldados. D'aqui sahiram

a fazer correrias nas terras dos christãos. No alto d'esta serra estão as ruinas da capella de S. Paulo. Becco pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 15, com a séde em Thomar. Tem uma fabrica de telha, pertencente a Guilherme da Cruz. A pov. tambem é conhecida pela denominação de *Santo Aleixo do Becco.*

Becelinho. Pov. na freg. de Campo, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto.

Beckman *(Fr. Thomaz).* Religioso da ordem de S. Caetano. N. em Lisboa em janeiro de 1660, falleceu na mesma cidade a 9 de maio de 1729. Era filho do dr. André da Costa Villa Lobos e de D. Julianna Beckman. Professou a 10 de março de 1680 no convento da sua ordem, em Lisboa, onde foi prégador. Passou depois á Italia, e na cidade de Florença applicou-se á Arte Optica, que aprendeu com um afamado professor, chegando a fabricar com perfeição oculos de vêr ao longe e ao perto. Escreveu: *Ramalhete de nove açucenas*, etc., Lisboa, 1685; é a novena de S. Caetano, traduzida do italiano: *Sermão da gloriosissima Virgem Maria Senhora nossa com o titulo da Divina Providencia, prégado na Dominga segunda post Epiphaniam 14 de Janeiro de 1691*, Lisboa, 1691; *Sermão segundo da Gloriosissima. Virgem Maria*, etc., *prégado na festa da Irmandade das Escravas na Dominga segunda post Epiphaniam a 15 de Janeiro de 1696*, Lisboa, 1696; *Combate Espiritual; primeira e segunda parte*, Lisboa, 1707; é traducção do italiano; *Escudo Carmelitano fortissimo, e riquissimo, ou o sagrado Escapulario do Carmo adornado de muitas, e varias virtudes, graças, e privilegios concedidos aos Confrades de Nossa Senhora do Carmo*, Lisboa, 1747. Deixou os seguintes manuscriptos, que se conservavam no convento dos Caetanos, de Lisboa, hoje Real Conservatorio: *Quotidiano estimulo á reforma da vida mais descuidada, e perdida, qual neste mundo he, e ha sido de T. B.*, escripto em Roma, em 1717; *Exacta e miuda noticia da morte de S. Pontifice Clemente XI, e Exequias que se lhe fizerão, e do Conclave, que depois se fez em que foy creado Summo Pontifice o Cardeal Miguel Angelo Conti Romano com o nome de Innocencio XIII*, etc. *Tratado em que se ensina com doutrinas especulativas, e praticas toda a sorte de lavrar vidros para Telescopios de toda a grandeza, assim de dois como de quatro vidros, cameras escuras, lanternas magicas, e outras curiosidades dignas de se saberem dos que tem propensão á Arte Optica; Avisos Christãos e religiosos, 1.ª e 2.ª parte.*

Beçôs. Pov. na freg. de Santa Maria, de Salto, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Becuno. Pov. da Africa Occidental, no territorio de Galangue, provincia de Angola, a E dos districtos de Benguella e Mossamedes. Fica a 540 k. de distancia da cidade de Benguella e a 460 de Mossamedes.

Bedel. Empregado inferior da Universidade de Coimbra, que serve uma faculdade, apontando as faltas dos estudantes e dos lentes, e faz as pautas dos exames. Empregado subalterno, secular, n'uma egreja, usando vara ou maça, e especialmente encarregado de preceder o clero nas cerimonias. Antigamente este termo tinha muitas outras significações. Os *bedeis da justiça* eram encarregados de fazer determinadas intimações, prender os ladrões, effectuar penhoras, e de executar as sentenças. Os *bedeis da Universidade* eram officiaes de justiça. Os *bedeis dos solares* eram representantes dos proprietarios, encarregados de vigiar a cultura.

Bedim. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Atalaya, conc. de Portel, distr. de Evora.

Bedro. Pov. na freg. de S. Thiago, de Atheães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Beduido *(João Maria de Figueiredo de Lacerda Castello Branco, 2.º barão de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão a seus maiores, 9.º senhor do prazo de Beduido, commendador da ordem de Christo, senhor em segunda vida dos fóros da villa de Alcoutim, major de cavallaria, servindo de ajudante de campo de D. Miguel, quando este infante era commandante em chefe do exercito em 1823. N. a 2 de de dezembro de 1797, fal. em 4 de agosto de 1858. Era filho do 1.º barão do mesmo titulo, Nicolau Xavier de Figueiredo Mello de Bulhões Lemos Castello Branco, e de sua mulher, a baroneza D. Maria da Penha de França Pereira de Lacerda, açafata da rainha D. Maria I. Succedeu na casa e dito prazo de Beduido, por morte de seu pae, em julho de 1821, e no titulo por carta de 25 de novembro de 1823. Casou a 27 de abril de 1827 com D. Maria Francisca de Faria e Lacerda, sua prima, filha de João José de Faria Mascarenhas e Mello de Albuquerque, fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo da ordem de Christo, desembargador da Casa da Supplicação, servindo de ajudante do procurador geral da corôa, 8.º senhor do morgado da Golpilheira, em Leiria, e de D. Maria da Piedade e Lacerda, açafata da rainha D. Maria I, e irmã da primeira baroneza de Beduido. D'este matrimonio houve dois filhos e quatro filhas, das quaes, a ultima, D. Maria Filomena, casou em 26 de dezembro de 1862 com Manuel Pedro Guedes da Silva da Fonseca Meirelles de Carvalho, fidalgo da Casa Real por successão a seus maiores, senhor dos morgados da Quinta da Avelleda, em Penafiel, e das casas de Parada de Thodéa e da Batalha, no Porto. Nasceu a 27 de outubro de 1837. Era filho de Manuel Guedes da Silva da Fonseca Meirelles de Carvalho, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, por successão a seus maiores, senhor do referido morgado e casas; commendador das ordens de Carlos III e da de Izabel a Catholica, ambas de Hespanha; tenente-coronel do regimento de milicias de Penafiel, nascido em 1802, e fallecido em maio de 1870. Tendo enviuvado em 8 de novembro de 1863, Manuel Pedro Guedes passou a segundas nupcias em 29 de julho de 1868 com D. Maria do Carmo de Faria Palha, filha de José Pedro de Faria Mascarenhas e Mello de Lacerda, irmão da 2.ª baroneza de Beduido. O titulo de barão foi renovado por el-rei D. João VI, em 1823, conforme se disse.

Beduido *(Nicolau Xavier de Figueiredo Mello de Bulhões Lemos Castello Branco, 1.º barão de).* Fidalgo da Casa Real, guarda-roupa da capella da corôa de el-rei D. João VI, 8.º senhor do prazo de Beduido, commendador dos Bens de Rio Maior na ordem de Christo. N. a 8 de outubro de 1761 e fal. a 15 de julho de 1821. Era filho de João Pedro de Figueiredo Mello e Bulhões, guarda-roupa d'el-rei D. Pedro III, fidalgo da Casa Real, commendador dos Bens de Rio Maior na ordem de Christo, thesoureiro do consulado da Casa da India, e apontador da Ribeira das Naus, o qual teve por mercê o aforamento perpetuo,

fateosim, do Lizirão do Burado de Cima e Burado de Baixo, e Mouchão d'Entre as Aguas, ficando os dois Liziröes unidos, conforme se declara na respectiva provisão de confirmação do mesmo aforamento. Era casado com D. Margarida Sophia Antonia de Lacerda Castello Branco, dama da camara da rainha D. Maria I, que lhe fez mercê de tres capellas da Corôa, instituidas em Lisboa, a 1.ª por Izabel Rodrigues Martins, a 2.ª pelo licenciado Agostinho Affonso e Martha Filippa, e a 3.ª por Christovão Pinto e sua mulher D. Violante; estas capellas haviam vagado para a Corôa. D. Margarida era filha e herdeira de Antonio Carlos de Seixas Castello Branco, cavalleiro professo da ordem de Christo, senhor do prazo de Beduido, fidalgo cavalleiro da Casa Real. O barão de Beduido succedeu a sua mãe no prazo d'este nome e na posse das referidas capellas, a 15 de fevereiro de 1816. Por mercê regia, tambem foi senhor dos fóros da villa de Alcoutim, em duas vidas, nos quaes foi a primeira vida a baroneza sua mulher, e a segunda o filho que houvesse de nomear, como consta do alvará de 5 de setembro de 1806. Casou a 2 de julho de 1791 com D. Maria da Penha de França Pereira de Lacerda, sua parente, açafata de D. Maria I, filha de João Antonio de Lemos Pereira de Lacerda, moço fidalgo com exercicio no paço, por alvará de 15 de julho de 1782; 13.º morgado de Valle Formoso, situado na freguezia dos Olivaes, cavalleiro professo na ordem de Christo; marechal de campo dos reaes exercitos, e de sua mulher D. Maria Efigenia de Azevedo Coutinho. D'este matrimonio houve 3 filhas e 4 filhos. Das filhas mencionaremos D. Maria da Luz, que casou a 20 de julho de 1826 com João de Brito Pereira Pinto Guedes, fidalgo da Casa Real, senhor dos morgados de Mata-Quatro, em Portugal, e do de Curca, na India; D. Maria Margarida, que casou em 1829 com João de Barros Teixeira de Sousa, fidalgo da Casa Real, abastado proprietario nas visinhanças de Chaves e bacharel formado em direito. Dos filhos, além do 2.º conde de Beduido, em que se falou, especialisaremos Antonio Maria, commendador da ordem de Christo, capitão de cavallaria, ajudante d'ordens do general Sebastião Pinto, com o qual naufragou em 1819, indo de Montevideu para o Rio de Janeiro; Francisco Maria, fidalgo da Casa Real, capitão de cavallaria, o qual casou a 17 de junho de 1826 com D. Amelia Godair, filha de Hugo Godair, negociante da praça do commercio de Lisboa, sendo filho d'este matrimonio Hugo Godair de Lacerda, governador de Timor e Solor desde 1872 a 1876. O titulo de barão de Beduido foi concedido por D. João VI a 6 de fevereiro de 1818.

Beduido. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. de Estarreja, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 3:518 hab. e 717 fog A séde do conc, e de com. a que pertence, está comprehendida na area d'esta freguezia, que tambem é conhecida pelo nome de *S. Thiago de Beduido.* É situada n'uma campina. Na parede da egreja matriz de S. Thiago ha uma pedra com a inscripção seguinte: *Reinando D. Affonso III, Senhor rei de Portugal, no anno do Senhor 1253, D. Vicente, bispo do Porto, dedicou esta egreja a 10 de fevereiro, e fez reitor d'ella, Pellagio, para gloria de Deus e de S. Thiago.* O reitor era por concurso, e tinha de rendimento em tempos mais proximos 200$000 réis. Pertence á 5.ª div. mil. e distr. de recrutamento e reserva n.º 24, com a séde em Aveiro (*V. Estarreja).* || Pov. na freg. de Santa Marinha, de Alquerubim, conc. de Albergaria-a-Velha, districto de Aveiro. || Pov. na freg. de Santa Marinha, de Avanca, concelho de Estarreja, distr. de Aveiro.

Befada. Ponta ou cabo na margem esquerda do rio Casamansa, no distr. da Guiné, Africa Occidental, a 10 k. da ponta de Yo.

Bega. Pov. na freg. de Santa Leocadia, de Travanca, conc. de Sinfães, districto de Vizeu. || Rio, na prov. da Beira Alta. N. nas visinhanças da Senhora da Lapa, e engrossa com alguns ribeiros. Cria bom peixe. Tem 7 pontes de cantaria, na villa de Ferreira, e nas freguezias de Cotta, Lordosa, Calde, S. Pedro do Sul, Caldas de Vouzella, e a ultima proximo de Aveiro. Desagúa no mar junto a Lordosa.

Begide. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sandim, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Beguina *(Monte da).* Na freg. de S. Salvador e conc. de Aljustrel, distr. de Beja.

Behetria. Designação dada antigamente aos bens de raiz que qualquer pessoa possuia por herança, e onde vivia sem senhorio. Estes bens eram dados em recompensa de grandes serviços prestados á patria, tambem para povoarem certos logares, promovendo vendas ou estalagens que se faziam em sitios desertos. Houras de behetria era ser senhor das suas propriedades, sem pagar fôro. Os habitantes das behetrias podiam tomar ou largar senhorios á sua vontade. El-rei D. Manuel supprimiu as behetrias por uma lei que vem nas suas *Ordenações.* Em Portugal havia as seguintes: Ovelha do Marão, Canavezes, Gallegos, Mesão Frio, Villa Meã de Canavezes, Cidadelhe, Paços de Gaiolo, Gentige, Varzea da Serra, e Campo Bem Feito. Sobre as behetrias pode vêr-se a larga e erudita memoria de José Anastasio de Figueiredo nas *Memorias da Academia Real das Sciencias,* tomo I, fol. 98.

Beibote *(Casal de).* Na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Villa Verde dos Francos, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Beiça *(Quintas da).* Na freg. de Santa Maria Maior, de Valhelhas, conc. e distr. da Guarda.

Beiçudo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Villa Sêcca, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra. || Monte na freg. de N. S.ª da Conceição, de Bordeira, conc. de Aljezur, distr. de Faro.

Beigina *(Quintas da).* Na freg. de N. S.ª das Neves, de Salgueiraes, conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda.

Beija-mão. Homenagem que o vassallo tributava ao senhor feudal, beijando-lhe a mão. Acto de ceremonia usado em algumas côrtes, que consiste em se beijar a mão aos soberanos. Na epoca feudal beijava-se a mão do senhor, sempre que se renovava qualquer contrato ou se procedia a alguma das formalidades em uso; este preito de homenagem era sempre acompanhado d'um presente, que se chamava tambem *beija-mão.* Entrando na pragmatica, este uso é hoje moderadamente adoptado, especialmente nas nações occidentaes. Em Portugal acabaram as apparatosas solemnidades do *beija-mão* com o reinado de D. Pedro V. Este monarcha conservou este habito, julgando-o indispensavel ao prestigio da

realeza, porém D. Luiz I, educado mais livremente, foi pouco a pouco reduzindo essa cerimonia, até quasi acabar com ella. Nos actos officiaes, recepções, etc., retirava delicadamente a mão, quando a tomavam para a beijar, limitando-se a trocar um cumprimento, de ordinario acompanhado d'uma phrase amavel.

Beijames. Rio da prov. da Beira Baixa. Nasce no sitio de Vallongo, ou Nave da Guedelha, a 9 k. da freg. de Verdelhos Depois de 12 k. de curso morre no Rio Zezere, 3 k. acima de Valhelhas. E' arrebatado, e corre por entre penedias. Tem as margens arborisadas e em parte cultivadas e ferteis. Dizem já ter trazido areias de ouro.

Beijóca *(Quinta da).* Na freg. de Santa Maria Magdalena, de Lordello, conc. e districto de Villa Real.

Beijoim *(Monte do).* Na freg. de N. S.ª das Candeias e conc. de Mourão, distr. de Evora.

Beijóz. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Alta, conc. do Carregal do Sal, com. de Santa Comba-Dão, distr. e bisp. de Vizeu; 1:604 hab. Foi do termo de Oliveira do Conde. Está situada n'um valle. A pov. dista 11 k. da séde do conc. O cura era da apresentação annual do abbade de S. Miguel da Lageosa, e tinha 6$000 réis e o pé d'altar. E' terra muito fertil. Tem caixa postal. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 14, com a séde em Santa Comba-Dão. || Ribeira na prov. da Beira Alta. N. distante 6 k. da freg. de Beijóz, por onde corre e tem uma ponte de cantaria. Nas suas margens cultivam-se e teem muitos salgueiros com videiras que dão muito vinho verde. Tem tambem lagares de azeite e moinhos. Junta-se a ribeira Boiçó, e morre no rio Dão, 3 k. abaixo da freg. de Beiroz, no sitio do Caldeirão.

Beira *(Principe da)* V. *Luiz Filippe (D.).*

Beira. Nome com que se designa uma parte importante do territorio de Portugal. Pela antiga divisão, que durou até 1834, assim se chamava a toda a area comprehendida entre o rio Douro e o rio Mondego. Em 1835 foi dividida esta antiga provincia em tres secções formando-se a Beira Alta, com o districto de Vizeu, a Beira Baixa com os districtos de Castello Branco e Guarda, ficando o resto pertencendo á nova provincia do Douro, que se compõe de tres districtos, Porto, Aveiro e Coimbra. A origem do nome de *Beira* perde-se na obscuridade dos tempos. Uns querem que proceda dos *berones*, povo que se estabeleceu n'estas regiões, dando-lhes o seu nome, quando ellas estiveram em poder dos romanos no reinado do imperador Tiberio, nome que o correr dos tempos transformou em *beirões;* outros pretendem que a palavra *Beira* se deriva de serem aquellas provincias banhadas por numerosos rios, o que lhes dá muitas margens ou beiras, e pela costa do mar, que corre desde a Figueira da Foz até ao Cabedello, em frente do castello de S. João da Foz do Douro. A Beira fez parte da Lusitania, o que não offerece duvida, e nos tempos primitivos parece que foi habitada pelos celtas que se dividiram ali em varias tribus. Depois passou aos romanos, que a dominaram, assim como a toda a peninsula hispanica, durante sete seculos. N'esta epoca ficou pertencendo aos suevos, que pouco se aproveitaram, por serem vencidos pelos godos, que d'ella se apoderaram, conquistando-a mais tarde os arabes no seculo VIII da era christã. A Beira supportou o jugo dos musulmanos até que por fim conseguiu libertar-se com o auxilio dos reis de Oviedo e de Leão. Uma grande parte da Beira já pertencia a Portugal no tempo de D. Affonso I; seu filho D. Sancho I alargou-lhe mais os territorios, ficando apenas em poder de Castella as terras de Riba-Côa, Almeida, Castello Melhor, Castello Rodrigo, Sabugal, etc., que passaram ao dominio da corôa portugueza em virtude das diligencias empregadas por el-rei D. Diuiz. Desde 1737 até 1834 os primogenitos dos reis de Portugal intitularam-se principes da Beira. Actualmente tambem usa d'esse titulo Sua Alteza o principe herdeiro senhor D. Luiz Filippe.

Beira. Pov. na ilha de S. Jorge, na freg. de S. Jorge, conc. e com. de Vélas, distr. e bisp. d'Angra do Heroismo. Fica situada para o interior da ilha ao N da villa de Vélas. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Nespereira, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de N. S.ª do Rosario, de Azinhal, conc. de Almeida, distr. da Guarda. || Logar na freg. de N. S.ª da Luz, de Carvoeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de Santo André, de Nespereira, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Beira. Porto e cidade na costa oriental da Africa, séde do governo do territorio de Manica e Sofala sob a administração da Companhia de Moçambique (V. *este nome).* Por occasião das expedições feitas a esta região da Africa Oriental para o estabelecimento da primeira Companhia de Moçambique, foi o porto da Beira descoberto pelo africanista e official do nosso exercito sr. Joaquim Carlos Paiva d'Andrada. Da monographia sobre *O territorio de Manica e Sofala*, publicada pela Companhia de Moçambique em 1902, reproduzimos a descripção relativa á cidade da Beira: «O local onde foi edificada a capital de Manica e Sofala, demóra por 19° 49' 50" latitude sul e 34° 51' 32" longitude leste de Greenwich e está situada na margem esquerda do rio Pungue, na sua foz e ao fundo, portanto, da ampla bahia de Massauzane. Antes de chegar á foz, definida pelas Pontas Massique e Gêa, o Pungue corta, na sua margem esquerda, uma especie de braço ou esteiro, o que os inglezes chamam um *tide-river* — um *rio de marés*—orientado quasi norte-sul, e deixando entre a sua margem esquerda e o Pungue uma estreita lingua de areia siliciosa e solta, uma pequena peninsula apenas ligada ao continente pelo seu extremo sul, onde se levantou a alegre povoação de que vimos tratando e que se foi estendendo ao longo da margem do Pungue, desde a Ponta Chiveve á Ponta Gêa, n'uma extensão de 3 kilometros e com uma profundidade que nunca vae além de 300 a 400 metros, excepto no bairro da Ponta Gêa, onde essa largura é maior. Este bairro foi fundado n'outra corôa de areia, como a da Beira, mas voltada ao mar, e separada ainda em parte da primeira por novo esteiro, chamado *Mangal da Ponta Gêa.* Na margem direita do Chiveve, e onde a primeira Companhia de Moçambique estabelecera a sua feitoria, existe um verdadeiro arrabalde de gente de trabalho e de serviçaes indigenas, além de muitos armazens de commercio, de lojas e dos edificios da estação do caminho de ferro e varios outros da Companhia. A Beira foi favorecida pela sua excellente

collocação geographica: dispondo d'um amplissimo porto, como é o do Pungue, dando entrada aos grandes navios; tendo, no Chiveve, uma doca natural e com faculdades de conseguir caes acostaveis, é, sobretudo, bem situada em relação a Bulawayo e a Salisbury, as capitaes da Matabelia e da Mashona, isto é, as cidades mais importantes da Rhodesia e da Africa Central. São taes e tão consideraveis as differenças a favor da Beira—já hoje ligada a Salisbury por um bom caminho de ferro, e nas vesperas de o ser a Guélo, por Salisbury ou por Umtali—que o seu futuro, como testa da linha de penetração para a Rhodesia, parece desafiar todas as competencias e invejas e perfeitamente assegurado, a menos d'uma catastrophe inconcebivel, abraçando a Rhodesia e o proprio territorio, onde a lucrativa exploração do ouro de Manica põe mais uma fundamentada probabilidade do desenvolvimento proprio da terra d'onde se preside aos destinos de Manica e Sofala. As ruas da Beira, todas em areia, dão á povoação um aspecto *sui generis*, mas um transito difficil. Todas terraplenadas, de ligeirissimo declive, estendem-se sobretudo, em direcção geral rectilinea, desde um a outro extremo, formando como que uma unica via, que é a arteria principal da povoação. Em muitos sitios a lingua de areia não dava largura para uma só rua e foi preciso aterral-a para a poder continuar, e em parte alguma tem profundidade para mais de 2 ruas parallelas. Os alargamentos contam-se, e além dos terrenos conquistados ao Chiveve pelas obras da *Compagnie du Sud Est Africain* e dos conquistados ao Pungue pelas obras de defeza só ha a citar o chamado Bairro da Ponta Gêa, entre a Avenida D. Amelia e a Avenida Bocage. As ruas são de largura variavel, havendo avenidas de 20 metros, predominando o typo de 15 metros comprehendidos os passeios, mas existindo tambem algumas outras de 10 metros de largo e ainda menos. Muitas das travessas não ultrapassam 6 metros. A povoação apresenta um delineamento regular e geometrico, se exceptuarmos o chamado bairro da Alfandega, formado por más barracas e por estreitas ruas, de implantação caprichosa, bairro que representa a Beira primitiva. Justo é dizer-se que, áparte alguns pequenos senões, desde 1893 que está estudada cuidadosamente a planta da povoação e indicado as suas principaes ruas e bairros. Como decerto se comprehende á primeira vista, a Beira dos primeiros tempos era muito differente da Beira de hoje. Quando a Companhia d'ella tomou posse, não passava de barracas irregulares e acanhadas, que iam da Alfandega á praça de Luiz Ignacio, onde ainda hoje se póde notar a precipitação e a falta de methodo dos seus primeiros habitantes. Mas de 1892 em deante, começou-se logo a estender a povoação, rectificando a planta, abrindo novas ruas, cortando densissima vegetação, etc. De anno para anno se foi accentuando a extensão da capital na direcção do sul, entre o Pungue e o Chiveve, alcançando em fins de 1896 o principio da Avenida D. Carlos. Em 1897 se começou a rasgar o bairro da Ponta Gêa. Continuou-se activamente em 1898, durante o qual já se começou a edificação no novo bairro e, ao mesmo tempo, fôram-se aterrando ruas antigas, abertas no lodo ou *matópe* do pantano marginal do Chiveve. Se nos annos seguintes não houve tantos trabalhos d'este genero e se a povoação estacionou, assim se póde dizer, no tamanho, nem por isso se deixou de estudar o seu provavel e conveniente alongamento, ao longo da margem da bahia, desde a Ponta Gêa em direcção á Ponta Macuti e povoação do Motundo, por meio de 2 largas avenidas, cuja boa exposição aos ventos marinhos dominantes lhes garante futuro e, ao mesmo tempo, um accrescimo de bem estar aos habitantes da Beira. Quasi todas as

Ponte do caminho de ferro

ruas e praças da Beira teem nomes escolhidos entre os das pessoas que concorreram para os primeiros trabalhos da installação da cidade. O clima da Beira é muito regular. A população, segundo o censo da Companhia de Moçambique, tomado em dezembro de 1900, constava de: 649 portuguezes; 243 inglezes; 241 gregos; 68 italianos; 61 francezes; 46 allemães; 30 turcos; 20 austriacos; 17 americanos; 13 russos; 13 egypcios; 11 suissos; 10 hollandezes; 8 roumaicos; 7 hespanhoes; 5 brazileiros; 4 suecos; 4 belgas; 2 norueguezes; 1 mexicano; 297 asiaticos; 1:623 negros e 26 mestiços, o que perfaz um total de 3:399 habitantes. Pode-se dizer-se que na Beira se falam todas as linguas europeias; não obstante, o portuguez é a lingua official, sendo porém o inglez geralmente usado nos hoteis e outros estabelecimentos. Na Beira teem-se publicado os jornaes: *Beira-Post* e *Revista de Manica e Sofala*, sendo esta impressa em Lisboa.

Residencia do Governador

Beira d'Agua ou da Levada. Logar na freg. de S. Martinho, de Fareja, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Beira Alta. Esta provincia é limitada ao N pelo rio Douro, que a separa da provincia de Traz-os-Montes, a E pela Beira Baixa, ao S e O pela provincia do Douro. Comprehende um só districto administrativo, que é o de Vizeu com 24 concelhos, n'uma superficie de 4:978 k. quadrados (V. *Vizeu*). Tem duas cidades importantes, Vizeu e Lamego, sendo Vizeu a capital da provincia; os bispados de Vizeu, Lamego e Coimbra; pertence á relação do Porto e á 2.ª div. mil., sendo o quartel general em Vizeu. São 12 os circulos eleitoraes que elegem 12 deputados. Anteriormente a 1835, a então chamada Beira Alta tinha os seus limites nas costas do Oceano, e comprehendia a area dos actuaes districtos de Vizeu, Aveiro e Coimbra, ficando estes dois ultimos, pela nova divisão administrativa, pertencendo á provincia do Douro. A Beira Alta é banhada por muitos rios, sendo os principaes o Vouga e o Agueda, seguindo-se-lhes o Paiva ou Pavia, o Sul, o Dão, e outros. E' cortada por muitas serras quasi sem interrupção, como a do Caramulo, Montemuro, Leomil, Esculca, etc. O clima, em geral temperado, é quentissimo no verão nas margens do Douro, e no inverno frigidissimo em todos os planaltos e serranias. Produz com fertilidade cereaes, legumes, azeite, laranja, vinho verde e maduro, castanha, nozes, amendoa, mel, cêra, e bons queijos. Cria gado vaccum, lanigero, suisso e cavallar. Tem boas aguas e em grande abundancia; tem o fabrico de diversos artefactos de lã e algodão, mas o caracter de toda a provincia é mais agricola. Na Beira Alta tambem se encontram minas de chumbo e algumas nascentes de aguas thermaes, sendo mais importantes as de Alcafache e de S. Pedro do Sul. A população é de 402:799 habitantes.

Beira Baixa. Esta provincia é limitada ao N pela de Traz-os-Montes, a E pelas de Leão e Estremadura, de Hespanha, ao S pelo Alemtejo e Estremadura, e a O pela Beira Alta e parte das provincias do Douro e Estremadura. A sua superficie é de 12:190 k. quadrados. A antiga Beira Baixa corria desde a serra da Estrella até ao rio Tejo. Esta provincia consta de dois districtos administrativos, Castello Branco e Guarda, tendo o primeiro 11 concelhos e o segundo 14. (V. *Castello Branco* e *Guarda*). As cidades são quatro: Castello Branco, que é a capital, Guarda, Pinhel e Covilhã. Na divisão ecclesiastica tem os bispados da Guarda e de Portalegre, sendo suffraganeos do patriarchado de Lisboa. Pertence á 2.ª divisão militar, tanto um como outro districto. O de Castello Branco tem 5 circulos eleitoraes e elege 5 deputados; o da Guarda 8 circulos, elegendo 8 deputados. A população da provincia é de 479:921 habitantes. O terreno, egualmente montanhoso ao da Beira Alta, é cortado por varias serras, sendo as principaes a do Jarmello, Penha Garcia, Guardinha, Atalaya, sendo superior a todas a serra da Estrella, a mais elevada e consideravel de todo o paiz. N'esta serra nascem os rios Mondego, Alva e Zezere. O clima e a producção agricola são eguaes aos da Beira Alta. Ha minas de alabastro e de crystal de rocha na serra da Estrella, de chumbo na de Almofalla, Figueira de Castello Rodrigo e na Varzea de Trovões em S. João da Pesqueira. N'esta provincia tambem se encontram nascentes d'aguas thermaes em Linhares, Penamacor, Almofalla e Monfortinho. São importantes as fabricas de differentes artigos de lã e algodão na Covilhã e Gouveia. Tem praças de guerra em Almeida e Gouveia; alfandegas de porto secco em Barca d'Alva, Aldeia da Ponte e Idanha-a-Nova, com diversas delegações na sua área. O movimento agricola e industrial acha-se muito desenvolvido, especialmente no que respeita á industria dos lanificios, o que torna a provincia uma das mais importantes do paiz.

Beira do Douro. Logar na freg. de Santa

Maria Magdalena, de Gouvinhas, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real.

Beira Grande. Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Carrazeda d'Anciães, distr. e bisp. de Bragança. A pov. dista 6 k. da séde do concelho. O cura era apresentado pelo reitor d'Anciães, e tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. Beira Grande tem caixa postal, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 10, com a séde em Mirandella.

Beira Mar. Pov. na ilha Graciosa, na freg. de N. S.ª da Cruz, conc. de Santa Cruz, distr. de Angra do Heroismo.

Beira do Rio. Pov. na freg. de Santa Maria, de Campanhã, na cidade do Porto, 1.º bairro.

Beira Valente. Pov. na freg. de S. Thiago, de Leomil, conc. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu.

Beira da Vinha. Logar na freg. de Santa Eulalia, de Ardegão, freg. annexa á de Arnozella, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Beirã *(Monte da)*. Na freg. de Santa Clara-a-Velha, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Beiram. Povoado do conc. de Marvão e distr. de Portalegre, freg. de Santo Antonio das Areias. Antes da construcção do ramal de Caceres, era apenas a designação d'uma propriedade rural de somenos importancia. Agora, tendo sido ali construida a estação de Marvão no referido ramal, está transformado n'um povoado. Tem uma fabrica de cortumes, uma hospedaria e faz commercio de mercearia e de capella. E' tambem digna de menção uma pequena fabrica de manteiga de vacca, primorosamente montada ao gosto moderno. A pequena povoação, com muito notaveis tendencias de desenvolvimento, já pela visinhança do caminho de ferro já pela fecundidade do terreno que a circumda, é servida por uma estrada que de Marvão vem atravessando o lado occidental da freg. E' esta estação a que serve o estabelecimento thermal da Fadagosa de Marvão.

Beiradas. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Odiaxere, conc. de Lagos, distr. de Faro.

Beiral do Lima. Pov. e freg. de Santa Maria da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 940 hab. e 218 fog. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada n'uma linda ribeira muito fertil, nas visinhanças do rio Lima. O vigario tinha 10$000 réis de congrua e 130$000 réis de incertos. Era apresentado pelo reitor de S. Vicente de Fornellos. Nascem n'esta povoação dois ribeiros, um chamado Rio Covo e outro Revéssa. Ambos morrem no Lima, cada um com 3 k. de curso. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3 com a séde em Vianna do Castello.

Beiranita *(Monte da)*. Na freg. de Santa Clara-a-Velha, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Beiranito. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cercal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Beirão *(Caetano Maria Ferreira da Silva)*. Bacharel formado em medicina pela Universidade de Coimbra, lente da Escola Medica de Lisboa e do Instituto Agricola, medico da Real Camara e clinico particular da infanta D. Izabel Maria, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa e de outras muitas sociedades scientificas nacionaes e estrangeiras, etc. N. em Lisboa a 22 de março de 1807, onde tambem falleceu a 16 de dezembro de 1871. Era filho do erudito latinista Francisco Antonio Ferreira da Silva Beirão e de sua mulher D. Raymunda de Jesus Beirão. Seu pae destinava-o á carreira das letras, e desde muito novo começou o seu curso de humanidades nas aulas do convento de S. Vicente de Fóra, onde fez tão rapidos progressos, que em 1824 já estava habilitado para se matricular na Universidade de Coimbra, cursando primeiro philosophia, passando depois a seguir os estudos da faculdade de medicina. Em 1832, estando já no terceiro anno do curso, viu-se forçado a interromper os estudos por causa das luctas civis, que obrigaram então o governo de D. Miguel a fechar a Universidade. Faltavam-lhe ainda dois annos para poder gozar das regalias só concedidas aos bachareis formados, não sabendo quando poderia formar se, para se entregar á profissão de medico. O notavel merecimento, porém, de que dera tantas provas durante aquelles annos do curso em que fôra sempre laureado e premiado, fez com que, por excepção muito especial e honrosa, o physico-mór do reino lhe concedesse o privilegio de poder exercer livremente clinica, apezar de não ter completado ainda o respectivo curso official. Teve tambem a distincção de ser escolhido pelo professor da Universidade, Carlos José Pinheiro, para o acompanhar e auxiliar nos estudos que este eximio anatomico foi realisar em Belem, em Cezimbra e em Villa Franca de Xira, quando em 1833 a epidemia da *cholera-morbus* invadiu o paiz. Pelos serviços que estes dois commissionarios então prestaram, sem vencimento official, aos povos d'aquellas localidades, o governo de D. Miguel os agraciou com a commenda da ordem de Christo, mercê que depois o governo constitucional não confirmou. Affeiçoado ás idéas do partido absolutista, Silva Beirão acompanhou D. Miguel até Coruche, depois de ter estado algum tempo em Santarem, no anno de 1834, na qualidade de commissario ás ordens da intendencia geral de policia com o encargo de estudar e relatar o estado sanitario d'aquella povoação e os meios de melhorar as condições hygienicas. Depois da convenção de Evora-Monte, Silva Beirão voltou para a Universidade a concluir o curso de medicina, obtendo em 1836 o grau de bacharel. Em julho de 1837 abria-se pela primeira vez concurso por provas publicas na Escola-Medico-Cirurgica de Lisboa, tratando-se de prover um logar de substituto que vagara na secção medica. Silva Beirão tambem concorreu e foi proposto pelo conselho escolar para preencher a vagatura, comtudo não chegou a ser nomeado, sendo outro candidato o preferido. Em 1839 houve concurso na Escola Polytechnica para uma cadeira de botanica, a que Silva Beirão se apresentou tambem como candidato; não foi provido, mas nem por isso deixou de sustentar os seus bons creditos, que já lhe marcavam um distincto logar entre os medicos de Lisboa. Em 24 de novembro de 1842 teve a nomeação de medico extraordinario do hospital de S. José. N'esse mesmo anno foi tambem eleito deputado pela provincia da Estremadura, revelando-se bom orador na discussão de diversas questões de verdadeiro interesse publico. Em

1843 abria-se novo concurso na Escola Medico-Cirurgica, em que se tratava de prover na secção medica o logar vago de demonstrador. Silva Beirão novamente se apresentou como candidato, apezar do desgosto que lhe causara o ter sido preterido no concurso anterior. O conselho escolar tambem o preferiu sendo a votação do jury a seu favor. Porém, assim como da primeira vez, se levantaram attrictos que conservaram por muito tempo suspensa da parte do governo a confirmação da proposta do conselho escolar. Este complicado litigio levou perto de tres annos a decidir, dando causa a variadas peripecias ; o que na verdade obrigava o governo a demorar o despacho era questão de politica, e só no primeiro de abril de 1846 é que se assignou o decreto da sua nomeação para demonstrador de medicina. Em maio de 1843 entrou para a Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, a que prestou relevantes serviços, a qual em 1852 o elevou á classe de socio honorario. Em 1845 foi incumbido da analyse das aguas do Arsenal da Marinha. Durante annos foi presidente d'aquella distincta corporação, e n'esta qualidade coube-lhe por quatro vezes pronunciar discursos nas sessões solemnes, sendo o primeiro em 1847, em que tomou por assumpto a historia do desenvolvimento da hygiene; o segundo em 1848, estudando as principaes epocas da nossa historia com referencia aos estudos medicos; o terceiro em 1849, tomando por assumpto a alienação mental e os melhoramentos a introduzir no hospital de Rilhafolles; e o quarto em 1853, ácerca da elephantiase dos gregos. Estes quatro discursos acham-se impressos no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa;* o terceiro foi publicado tambem em separado, com o titulo: *Discurso recitado na Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, na sessão anniversaria de 10 de junho de 1849, sendo terceira vez eleito Presidente da mesma Sociedade*, Lisboa, 1849. Em 15 de novembro de 1848 havia sido nomeado para a commissão encarregada de propôr os meios de converter o edificio de Rilhafolles em hospital de alienados, e, em 7 de dezembro do mesmo anno, encarregado da installação e interinamente da clinica d'este hospital. Em 1 de dezembro de 1850 foi nomeado inspector da botica e director da enfermaria, passando a clinico effectivo a 9 de agosto de 1864. No mesmo anno em que Silva Beirão entrou como socio effectivo na Sociedade das Sciencias Medicas, a Sociedade Pharmaceutica Lusitana enviava-lhe tambem o diploma de socio benemerito. Silva Beirão, por decreto de 7 de maio de 1856, passou a lente substituto da materia medica na Escola de Lisboa, e em 1857, a 17 de junho, por jubilação do dr. Bernardino Antonio Gomes, foi promovido a professor cathedratico de materia medica e therapeutica, disciplinas com que prestou por vezes o serviço de accumular a regencia da cadeira de pathologia interna. No *Instituto Geral de Agricultura*, que primeiro teve a denominação de *Instituto Agricola*, foi, sem concurso, nomeado professor da cadeira de agricultura geral e lavoura, por decreto de 7 de janeiro de 1853. Prestou tambem bons serviços, e por muito tempo desempenhou as funcções de director d'aquella escola, no impedimento do effectivo. Na camara distinguiu-se pelos seus discursos e pelas propostas que apresentou, como o projecto de organisação de uma companhia protectora do commercio e agricultura dos vinhos da Extremadura, precedido por um longo relatorio, e muitos outros, sendo a sua voz autorisada sempre ouvida com attenção. Porém, tornando-se suspeito de ser implicado na revolta de Almeida, foi pela violencia do governo encarcerado na fragata *Diana*. Quando mais tarde, em 1862, foi novamente deputado, eleito pelo circulo de S. João da Pesqueira, tornou a evidenciar-se na camara, nas questões em que entrou, como a abolição dos vinculos, a conveniencia de tornar livre a cultura do tabaco em todo o reino, a justiça de conceder os graus academicos aos filhos das nossas escolas medico-cirurgicas, etc. Na Academia Real das Sciencias de Lisboa, onde foi socio effectivo e por muitos annos presidente da 1.ª classe, apresentou duas memorias dignas de se mencionarem, as quaes se inseriram na *Collecção das Memorias* da referida academia, *tomo* I, *parte* II, *e tomo* II, *parte* I, sendo depois publicadas tambem em separado, com os titulos: *Memoria ácerca da Elephantiase dos gregos e de varias outras molestias chronicas da pelle*, Lisboa, 1855; *Algumas considerações ácerca das restricções a que é necessario subjeitar a cultura do arroz em Portugal*, etc., Lisboa, 1857. Tambem offereceu á Academia uma obra da maior importancia, que ella mandou publicar em 1862, a qual se intitula: *Compendio de materia medica e therapeutica*, 12 tomos. Silva Beirão foi agraciado em 1857 com a commenda de Christo; em 1859 teve tambem a medalha instituida pela camara municipal de Lisboa para remuneração dos serviços prestados nas epidemias da cholera-morbus e febre amarella; pelo mesmo motivo foi-lhe dado em 1865 o habito da Torre e Espada; em 1867 recebeu a commenda da ordem de N. S.ª da Conceição. Era tambem commendador de Izabel a Catholica, de Hespanha, e de S. Gregorio Magno, dos Estados Pontificios. Collaborou no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas*, onde publicou entre outros artigos, *Apontamentos para a biographia do dr. Leal de Gusmão*, no tomo VIII; *Discurso ou elogio funebre do distincto facultativo Joaquim José de Almeida*, no tomo XI; *Dissertação recitada na sessão solemne anniversaria da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, em 8 de Janeiro de 1853, sendo eleito presidente da mesma Sociedade*, no tomo XII; *Considerações ácerca do Breve Relatorio da Cholera-morbus em Portugal no anno de 1853 e 1854 feito pelo conselho de saude publica do reino,* no tomo XVI. Em 5 de outubro de 1872, por occasião da sessão solemne de abertura da Escola Medico-Cirurgica, o dr. Sousa Martins, já hoje fallecido, fez o elogio d'este distincto medico n'um discurso que se encontra impresso na *Gazeta Medica de Lisboa*. O dr. Caetano da Silva Beirão era casado com D. Maria Carolina da Veiga Beirão, e irmão do notavel jurisconsulto o dr. Manuel Maria Ferreira da Silva Beirão *(V. este nome)*, e do sacerdote, prégador muito conhecido em Lisboa, Raymundo dos Anjos Beirão. Além dos trabalhos que citámos, tambem publicou : *Projecto de regulamento sanitario para a cidade de Lisboa, no caso de ser invadida novamente pela cholera-morbus epidemica, apresentado á Sociedade das Sciencias Medicas*, Lisboa, 1848; *Algumas considerações ácerca da molestia das vinhas em Portugal*, Lisboa, 1853; *Relatorio sobre o hospital de S. Lazaro*, Lisboa, 1855;

Apontamentos para a historia dos alienados em Portugal, Lisboa, 1847; *Discurso recitado em sessão solemne da escola medico-cirurgica de Lisboa*, Lisboa, 1856. Tinha tambem publicado em 1843 a sua these : *O sangue venoso e o sangue arterial*. Na *Gazeta medica* de 1866, a pag. 309 e 365, escreveu: *Annaes de Rilhafolles*, titulo que deu á historia clinica de alguns casos de observação verificados pelo autor no referido hospital.

Beirão *(Francisco Antonio Ferreira da Silva)*. Professor de grammatica e de lingua latina, cujo magisterio exerceu por mais de 50 annos. Era conhecido como celebre latinista. N. a 15 de julho de 1750, e fal. em Lisboa a 3 de dezembro de 1833. Na *Historia do progresso e decadencia da Litteratura Latina desde a sua origem até ao anno de 1842*, escripta por Martins Bastos, inserta no *Ramalhete, jornal de instrucção e recreio*, tomo V, a pag. 397, vem algumas breves palavras ácerca d'este professor e do seu merito, seguindo se a nota d'umas 39 obras suas, que parece terem ficado inéditas, apontando, comtudo, uma intitulada: *Novos principios de Litteratura*, impressa em 1800. E' tambem de Ferreira da Silva Beirão o seguinte escripto: *Bulla do Sanctissimo Padre Leão XII contra os pedreiros livres, mandada publicar pela piedade e decidido amor á religião e ao throno da muito alta e augusta Imperatriz Rainha a Senhora D. Carlota Joaquina de Bourbon*, Lisboa, 1828. Não traz mencionado o nome do traductor. As paginas são divididas em duas columnas, contendo uma o original latino e a outra a versão portugueza. N'esta bulla, que tem a data de 13 de março de 1825, veem transcriptas as que Clemente XII, Benedicto XIV e Pio VII publicaram nos seus pontificados contra a maçonaria, sendo a 1.ª datada de 27 de abril de 1738, a 2.ª de 18 de março de 1751 e a 3.ª de 13 de setembro de 1821.

Beirão *(Francisco Antonio da Veiga)*. Bacharel formado em Direito, advogado, deputado, membro do conselho de Estado, ministro de Estado honorario, vice-presidente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. em Lisboa a 24 de julho de 1841. Era filho do conceituado medico Caetano Maria Ferreira da Silva Beirão e de sua mulher D. Maria Carolina da Veiga Beirão. Cursou com distincção a faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, formando-se em 1862, tendo o curso administrativo. É conservador do registro predial de Lisboa e lente de Direito no Instituto Industrial do Commercial, logares que obteve por concurso. E' membro da associação dos advogados de Lisboa. Em 1869, entrando na politica, foi eleito, pelo partido reformista, deputado pela primeira vez, em que logo se manifestou orador eloquente e argumentador profundo. Desde então tem tomado parte em diversas legislaturas, sendo em alguns annos eleito pelo Porto. Filiando-se no partido progressista, de que é um dos membros mais considerados, o conselheiro sr. Veiga Beirão subiu pela primeira vez ao poder em 1886, tomando parte no gabinete presidido pelo sr. conselheiro José Luciano de Castro, encarregando-se da pasta do ministerio da justiça e negocios ecclesiasticos. No anno de 1897 novamente foi chamado ao poder, no gabinete presidido pelo referido chefe do partido progressista, tomando a seu cargo as pastas que já tinha regido anteriormente, de 1886 até 1890. O sr. conselheiro Veiga Beirão elaborou o *Codigo Commercial*, que lhe valeu os maiores elogios e a offerta, feita pela Associação Commercial do Porto, d'uma medalha de ouro, que foi expressamente cunhada para esse fim. Em 1903 a Academia Real das Sciencias de Lisboa, que o contava como seu socio, o elegeu por unanimidade de votos seu vice-presidente. O sr. conselheiro Veiga Beirão é um parlamentar valioso, o seu nome é muito conhecido tambem no estrangeiro, sobretudo no mundo scientifico e litterario. Tem sido um trabalhador consciencioso e util, tanto na sua vida politica como na do magisterio. Em 1903 publicou um livro, intitulado *Commemorações*, em que consagra á memoria d'alguns homens illustres já fallecidos, como deputado, advogado, escriptor e como amigo, elogios e discursos funebres pronunciados á beira da sepultura, na Camara dos Deputados, e em sessões solemnes da Associação dos Advogados.

Francisco Antonio da Veiga Beirão

Beirão *(Manuel Maria Ferreira da Silva)*. Notavel jurisconsulto, sendo considerado o primeiro advogado portuguez. N. em Lisboa a 5 d'abril de 1805, fal. na mesma cidade a 10 de dezembro de 1893. Era filho de Francisco Antonio Ferreira da Silva Beirão, e de sua mulher D. Raymunda dos Anjos Beirão, irmão do distincto medico Caetano Maria Ferreira da Silva Beirão, e tio do sr. conselheiro Francisco Antonio Veiga Beirão, ministro de Estado honorario. Manuel Maria da Silva Beirão teve seus paes por primeiros mestres; cursou depois humanidades no convento de S. Vicente de Fóra, passando mais tarde á Universidade de Coimbra, onde se formou em 1831 na faculdade de Direito. Seguindo o partido miguelista, sahiu de Lisboa quando aqui entraram as tropas constitucionaes, servindo por algum tempo de juiz de fóra em Salvaterra de Magos e Torres Novas. Terminada a guerra civil, regressou a Lisboa, começando a exercer a advocacia, profissão que conservou até ao fim da existencia. Foi um dos fundadores da Associação dos Advogados, e por muitos annos seu presidente. Esta associação tinha os seus *Annaes*, que publicou por differentes vezes, e pelo regulamento approvado a 16 de junho de 1873, assignado pelo presidente Manuel da Silva Beirão e secretario perpetuo Paulo Midosi, foi creado um jornal semanal, orgão litterario d'esta corporação, a qual se ficou chamando: *Gazeta da Associação dos Advogados de Lisboa*. Na sala das conferencias collocaram-se, por deliberações sociaes, os retratos d'alguns dos socios como devida homenagem, e entre elles figura o do jurisconsulto Manuel Maria Ferreira da Silva Beirão, que se inaugurou em 1878. No anno de 1882 foi eleito vereador da camara municipal de Lisboa, e pertencendo-lhe ser o presidente, por haver sido o

mais votado, nunca ali appareceu, assim como fizera anteriormente quando fôra eleito vogal do conselho do districto. A sua morte foi muito sentida pela classe dos advogados que o consideravam como seu mestre. A beira da sepultura um dos seus illustres collegas, n'um breve discurso, disse: «Perdemos o mestre. Exemplo de virtudes pela pratica constante d'uma vida austera para si e benevola para os outros, ninguem deixou nunca de achar n'elle proveitosa lição no que dizia e fazia, sendo sempre de todos verdadeiramente mestre, mas nós advogados mais que todos perdemos com a sua morte, porque ficámos sem o collega, sempre prestante, privados do seu profundo e leal conselho; deixamos de ter esse modelo vivo de dignidade profissional, privados do chefe, do guia, do decano da nossa classe, e muito digno e querido presidente perpetuo da Associação dos Advogados de Lisboa»

Beirão. Pov. na freg. de N. S.ª da Annunciação, de Torredeita, conc. e distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Varzea de Cavalleiros, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, do Cercal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Pedro, de Fragoso, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Casal na freg. de Santo Antonio, de Areias, conc. de Marvão, distr. de Portalegre. || Casal na freg. de N. S.ª do Rosario, de Aveiras de Baixo, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de Santo Ildefonso, de Montargil, conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de Santo Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja. || Quinta na freg. de N. S.ª da Purificação, de Aveiras de Cima, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Thiago, de Eiras, conc. e distr. de Coimbra. || Serra na prov. da Estremadura, priorado do Crato, freg. de Varzea de Cavalleiros, do conc. da Certã. Principia no logar da Perna do Gallego. E um braço da serra do Valle-de-Marco. Tem 6 k. de comprimento e 3 de largo. Termina em Boiçó. Tem matto e caça miuda. E' cultivada em poucos sitios e produz algum centeio. O clima é sadio e temperado e cria bastante gado. N'esta serra ha as aldeias de D. Maria da Santinha, D. Maria Fundeira, D. Maria do Perna, Beirão e Maxial.

Beirão de Cima. Logar na freg. de S. Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja.

Beiras. Pov. na ilha Terceira, na freg. de Santa Cruz e conc. da Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo.

Beire *(Manuel Pamplona Carneiro Rangel Velloso Barreto de Miranda e Figueirôa, 1.º visconde de).* Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, por successão a seus maiores, pelo alvará de 23 de julho de 1791; do conselho d'el-rei D. João VI, D. Pedro IV e da rainha D. Maria II; 12.º senhor da casa e morgado de Beire, no concelho de Aguiar de Sousa, e da quinta de Figueirôa, no campo de Santo Ovidio, da cidade do Porto; senhor dos morgados de Santa Martha, junto a Vianna do Castello, e do de Cabêda, em Villar de Maçada; senhor d'outro vinculo em Villa do Conde; antigo padroeiro de Santo André do Sobrado; par do reino; commendador de S. Thomé d'Alencarce, no termo da villa de Soure, na ordem de Christo, e cavalleiro professo da mesma ordem; commendador da antiga ordem da Torre Espada, deputado, tenente-general, vogal do Supremo Conselho de Justiça militar, etc. N. em S. João de Canellas, comarca do Porto, a 3 d'outubro de 1774, fal. no Porto a 12 de maio de 1849. Era filho de José Pamplona Carneiro Rangel de Thoar, moço fidalgo da Casa Real por successão a seus maiores, accrescentado a fidalgo escudeiro, pelo alvará de 7 de julho de 1738; 11.º senhor da casa e morgado de Beire e dos outros acima referidos; padroeiro abbacial de Santo André do Sobrado e da capella dos Reis Magos; cavalleiro da ordem de S. João de Jerusalem; familiar do Santo Officio; coronel de infantaria e governador do forte de S. Francisco Xavier do Queijo, no partido do Porto, fallecido em janeiro de 1815. Sua mãe era D. Antonia Ignacia Velloso Barreto de Miranda Corrêa e Araujo, que falleceu em janeiro de 1828, senhora do morgado de Cabêda, em Villar de Maçada, e da capella dos Reis Magos, filha e herdeira de Barnabé Velloso Barreto de Miranda, fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo da ordem de Christo, senhor do morgado de Santa Martha, padroeiro da capella dos Reis Magos, senhor, pelo seu casamento, do citado morgado de Cabêda; provedor da Companhia das Vinhas do Alto Douro, familiar do Santo Officio, e de sua mulher, D. Antonia Thereza Corrêa de Araujo. Até aos quartos avós do visconde de Beire, nos apresenta a *Resenha das familias titulares e grandes de Portugal,* de Silveira Pinto, 1.º vol., todos fidalgos de muita nobreza. Manuel Pamplona succedeu na casa de Beire e outros vinculos a seu pae, em janeiro de 1815. Assentou praça, quando contava 16 annos de edade, em 1790, no 2.º regimento de infantaria do Porto, foi logo reconhecido como cadete e no 1.º de setembro de 1793 despachado alferes. Embarcando para Hespanha com o regimento, entrou na guerra do Roussillon e Catalunha, e sendo ferido n'uma das acções, regressou a Portugal, sendo já tenente, com a divisão auxiliar em dezembro de 1795. Em 1802 foi promovido a capitão, e estava ainda n'este posto quando o general francez Junot entrou em Portugal e dissolveu o nosso exercito. Recolheu-se então a sua casa, e quando em 1808 o povo se levantou contra o jugo estrangeiro, foi um dos primeiros a correr em defeza da patria. Promovido a major foi elle quem organisou de novo o regimento de infantaria 18, e sendo elevado a tenente-coronel, tomou parte activa na campanha do anno seguinte, quando o general Soult entrou no territorio portuguez. O regimento de infantaria 18 na terceira invasão dos francezes, commandada pelo general Massena, tambem combateu com a maior bravura na batalha do Bussaco, defendendo as linhas de Torres Vedras, e perseguindo a retaguarda das forças inimigas, quando estas, já desanimadas, se retiravam de Portugal. Sendo promovido a coronel em fevereiro de 1811, Manuel Pamplona continuou sempre á frente do seu regimento, entrando com elle em muitas batalhas e combates durante quasi todo o tempo da guerra peninsular, sendo ferido na batalha dos Pyrinéos, em 30 de julho de 1813 O marechal Beresford o promoveu então a brigadeiro. Quando terminou a guerra, o general Pamplona, que fôra

encarregado do commando d'uma brigada, e depois da reorganisação do exercito, foi elevado a marechal de campo em outubro de 1815, e em 1816 teve o commando da 4.ª divisão. Em junho de 1823 foi nomeado governador das armas do partido do Porto, cargo que exerceu até abril de 1825, em que o substituiu o general Saldanha. Em 1826 teve a promoção de tenente-general, e em outubro d'este anno foi encarregado do governo das armas do Alemtejo, sendo logo em novembro seguinte exonerado a seu pedido, por causa de se sentir mal de saude. Na guerra civil de 1828 a 1833 parece que não tomou parte, porque não se lhe encontra o nome entre os generaes que se empenharam na lucta. Em 1836, na 2.ª legislatura depois do restabelecimento do governo constitucional, foi eleito deputado, assim como em 1837 no congresso constituinte. Em 1842 foi nomeado membro do Supremo Conselho de Justiça Militar, commissão que exerceu quasi até ao seu fallecimento. O visconde de Beire era par do reino por carta regia de 3 de maio de 1842, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara, na sessão de 12 de julho do mesmo anno; tinha a medalha portugueza de commando nas batalhas de Vitoria e dos Pyrenéos, e a medalha britannica pelas referidas batalhas; a medalha de 5 campanhas da guerra peninsular. O titulo de visconde de Beire foi lhe concedido por D. João VI, em duas vidas, por decreto de 3 de julho e carta de 23 de setembro de 1824. Casou a 22 de abril de 1818 com D. Maria Helena de Sousa Holstein, filha de D. Alexandre de Sousa Holstein, e de sua segunda mulher e sobrinha, D. Balbina Candida de Sousa, que fôra moça do côro do real mosteiro da Encarnação, da ordem de S. Bento de Aviz, pae e madrasta do grande estadista e diplomata D. Pedro de Sousa Holstein, 1.º duque de Palmella. D. Alexandre era conde de Sanfré no Piemonte; senhor dos morgados de Calhariz, de Monfalim e da Fonte do Anjo; alcaide-mór da Certã; capitão da guarda real allemã; commendador de S. Salvador da Infesta, no arcebispado de Bragança, concelho de Celorico de Basto; de Santa Maria de Belmonte, no bispado da Guarda, da ordem de Christo; senhor do casal da Fonte em Almeirim; cavalleiro da ordem de S. João de Jerusalem; conselheiro de Estado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario ás côrtes de Dinamarca e de Roma, e por fim embaixador em Roma, onde falleceu a 13 de dezembro de 1803; Parece que a segunda vida concedida no titulo de visconde, não chegou a verificar-se.

Beire. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. de Paredes, distr. e bisp. do Porto; 797 hab. e 195 fog. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada quasi no centro do valle de S. Christovão, no Paço de Sousa. Pertencia antigamente á honra de Louredo. D'aqui se avistam bastantes freguezias, a cidade de Penafiel, o convento de Bustello, a serra de Baltar e outras. E' terra muito fertil. Passa aqui o ribeiro *Mezio* ou *Amezio*, e no valle nascem 25 fontes. Os marquezes de Marialva apresentavam os abbades, que tinham de rendimento 400$000 réis. Beire pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 18 com a séde no Porto || Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João de Ver, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de Thiago, de Burgães, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto.

Beiredo (*Casal do*). Na freg. de Santa Cruz do Douro, conc. de Baião, distr. do Porto.

Beirigos. Logar na freg. de S. Christovão, de Espadanedo, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Beiriz. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Douro, conc. e com. de Povoa de Varzim, distr. do Porto, arceb. de Braga; 1:537 hab. e 261 fog. A pov. dista 3 k. da séde do conc. O abbade era apresentado pela mitra de Braga, e tinha de rendimento 900$000 réis. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 18 com a séde no Porto.|| Logar na freg. de Santa Eufemia, de Prazins, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Beirô (*Casal do*). Na freg. de Santa Marinha, de Palmás, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Beiroa (*Casal da*). N. freg. de N. S.ª dos Anjos, de Villa Verde dos Francos, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Beirolas. Pov. na freg. de Santa Maria, dos Olivaes, 1.º bairro de Lisboa; é situada sobre a margem direita do rio Tejo, em bonita posição, d'onde se vê Alcochete, Barreiro, Almada e outras povoações. E' terra muito fertil. Em Beirolas ha um forte, e n'elle um paiol da polvora da 1.ª divisão militar, com um destacamento para a sua guarnição. Até 1834 tinha uma companhia de veteranos. Actualmente ainda serve de deposito de material de guerra.

Beita. Antigo nome de mulher; valia o mesmo que *Benta*. Encontra-se nos documentos do seculo XIII.

Beita. Logar na freg. de S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Beito. Nome proprio de homem; vale o mesmo que Bento. Encontra-se nos documentos do seculo XIII. De *Beito* derivou-se o patronimico *Beites*. Assim, Estevão *Beites*, queria dizer: Estevão, filho de Bento, fórma que se usou no seculo XIV.

Beja. Familia muito antiga de Portugal, que descende d'um cruzado francez, Mafaldo, que se distinguiu muito na tomada de Silves e na tomada de Beja. Os seus descendentes fôram senhores de Anciães e de Villarinho. Na sua *Nobiliarchia portugueza*, Villas Boas, diz que as pessoas d'este appellido descendem de João Domingues de Beja, vassallo de el-rei D. Diniz, e seu escrivão de puridade. Teve logo brazão completo: em campo vermelho cruz de ouro firmada e cantonada de uma flôr de liz do mesmo. Elmo de aço, aberto. Timbre uma aspa vermelha com uma flôr de liz azul, entre as hastes de cima. João Domingues de Beja alcançou mercê de el-rei D. Diniz para accrescentar suas armas do modo seguinte: Escudo esquartelado, no primeiro e quarto de prata, aguia vermelha; no segundo e terceiro, da mesma côr, cruz de ouro firmada e cantonada de uma flôr de liz vermelha. Elmo de aço, aberto. Timbre a aguia das armas, com uma flôr de liz de ouro no peito. D. Alvaro Annes de Beja, filho do referido João Domingues, mudou seu brazão pelo seguinte modo: Escudo esquartelado; no primeiro e quarto quarteis as armas dos Bejas, descriptas em primeiro logar; no segundo e terceiro, as dos Azevedos, que são aguia negra sobre prata ou ouro; elmo de aço,

aberto. Timbre a aguia das armas. Outros d'este mesmo appellido usam das referidas armas, mas o timbre é uma aspa vermelha com duas flôres de liz de ouro, na cabeça da aspa.

Beja (*Fr. Antonio de*). Monge de S. Jeronymo. N. em Beja, em 1493; ignora-se a data do fallecimento. Professou no convento da Penha Longa em Cintra a 13 de abril de 1517. Escreveu: *Contra os juizos dos Astrologos, breve tratado contra a opinião de alguns ousados Astrologos que por regras de astrologia non bem entendidas ousam em publico juizo dizer que ha quatro ou cinco dias de Feuereiro de 1524 por ajuntamento de alguns planetas em ho signo de piscis será gram diluvio na terra*. No fim diz o seguinte: *Foy imprimida esta obra a louuor de Deus e consolação dos fieis nouamente em a cidade nobre de Lixboa, por Germam Galharde emprimidor, por mandado da Serenissima e muito alta senhora Rainha D. Lianor a 7 dias de Março de 1523 annos*. Escreveu mais: *Traducção da Epistola de S. João Chrysostomo* «Nemo lœditur nisi a se ipso», Lisboa, 1522; *Breue doutrina e ensinãça de principes, feyta p ho padre liçenciado frey Antonio de beja da ordẽ de sã hieronimo; pera o muyto poderoso senhor ho senhor Rey dõ Johã ë Portugal terceyro d'este nome; a ql se empr'mio por mãdado de sua alteza*; *cõ priuilegio;* este titulo está impresso d'entro d'uma portada gravada em madeira, tendo na parte superior a esphera armillar; no fim tem: *Acabouse esta obra de emprimir em Lixboa per Germã Galharde aos quinze dias de Julho de 1525;* no verso da ultima folha tem outra gravura em madeira que occupa toda a pagina, com as armas portuguezas; *Memorial de pecados; nova arte de confissam (pera saber cada hun dos mortaes dizer suas culpas) fety per ho padre Licenciado frey Antonio de Beja da hordem do esclarescido doutor da Ygreja sam Hieronimo, e por elle ofrecido ao reuerendissimo senhor ho senhor dom Jorge dalmeyda bispo de Coimbra*, Lisboa, 1529. No verso da primeira folha vem uma carta do autor ao bispo, offerecendo-lhe a obra.

Beja (*Diogo Fernandes de*). Um dos mais notaveis guerreiros d'essa pleiade de heroes da India que fôram a gloria do nome portuguez no Oriente. A primeira acção em que entrou foi o infeliz ataque de Calicut. Affonso d'Albuquerque enviara-o em soccorro do marechal D. Fernando Coutinho, mas a cidade estava toda a arder, o que impediu Diogo Fernandes de Beja de chegar ao sitio onde combatia o valoroso fidalgo. Morto o marechal e ferido Affonso d'Albuquerque, vendo-se os nossos obrigados a retirar, Diogo Fernandes de Beja foi um dos que energicamente cobriram a retirada, sendo elle e D. Antonio de Noronha os ultimos que embarcaram. Na armada que Affonso d'Albuquerque organisou para ir tomar Gôa, Diogo Fernandes de Beja foi escolhido para commandante d'uma galé. Elle e D. Antonio de Noronha fôram dos primeiros que entraram no rio de Gôa. Affonso d'Albuquerque encarregou-o depois de diversas missões importantes, como a de ir reparar o castello de Cintacora, o que não pôde fazer por estar o castello completamente destruido; a de passar gente á terra firme com a sua galé, a de fazer embarcar muito em segredo a gente que tinha de deixar Gôa, quando Affonso d'Albuquerque teve de abandonar a sua conquista. Quando se estava tratando uma convenção com o Hidalcão, foi dado em refens como importante personagem. Nos grandes combates que se seguiram, portou-se com toda a valentia, sendo um dos fidalgos que ficaram feridos, sem comtudo deixarem de combater. Praticou depois um acto arrojado; subindo o rio com a sua galé, foi fundear junto ao sitio onde estava o Hidalcão, que mandou contra elle as suas fustas, ficando todas derrotadas. Na segunda tomada de Gôa figura Fernandes de Beja sempre na columna de Affonso d'Albuquerque. Os moiros ameaçavam vir sobre a cidade reconquistada, e Fernandes de Beja teve o encargo de os repellir; procedeu então não só como valente guerreiro, mas como um militar estrategico, conseguindo estabelecer a desordem nas columnas inimigas, que facilmente ficaram dispersas. Quando Affonso d'Albuquerque partiu para o Mar Roxo, mandou Fernandes de Beja como capitão-mór na esquadrilha que enviou para o cabo Guardafui. Sendo encarregado de levantar a fortaleza de Socotorá, de fazer as prezas que pudesse, e de regressar depois á India, cumpriu fielmente estas ordens. Ao chegar a Gôa entregou ao feitor as prezas riquissimas que trazia, e vendo que a cidade estava sendo salteada pelos inimigos, promptamente restabeleceu o socego, dando ao mesmo tempo provas de fino politico e bom administrador, porque, sentindo-se forte com a amizade que lhe dispensava Affonso d'Albuquerque, tomou sobre si o governo da cidade na ausencia do governador, e sob a sua responsabilidade aplacou dissidencias, fez com que se elegessem os vereadores, que se construissem egrejas, etc. Diogo Fernandes de Beja não esteve na tomada de Malaca, porque Affonso d'Albuquerque, ausentando-se para tão longe da India, quiz deixal-o em Gôa, como pessoa da sua inteira confiança. No infeliz assalto de Adem, Fernandes de Beja ficou ferido com uma bala, que conservou no corpo até ao fim da vida. Ao voltar a armada á India, foi logo enviado ao rei de Cambaya como embaixador, a pedir-lhe consentimento para a construcção d'uma fortaleza em Diu, a que o rei se recusou obstinadamente, admirando comtudo os portuguezes pela magnificencia com que se apresentavam. Na segunda expedição a Ormuz acompanhou o governador, e esteve como refens na cidade, voltando depois á India, commandando a nau *Flôr da Rosa*, onde falleceu Affonso d'Albuquerque em 1515, e foi elle, como commandante, quem ordenou as manifestações de luto official. Regressou a Portugal, mas em 1519 voltou á India para ser capitão da fortaleza que se devia de erigir em Diu. Era então governador Diogo Lopes de Sequeira, o qual tratou de vêr se conseguia construir aquella fortaleza, conforme as ordens que recebera do reino. Fernandes de Beja era bem escolhido para tratar d'estas negociações, não só pela sua provada capacidade, mas pelas relações que contrahira, tendo estado, como embaixador em Cambaya, com muitos dos principaes senhores do reino, entre outros, com Melek-Iaz, mas os outros capitães portuguezes, invejosos da preferencia dada a Fernandes de Beja, mostraram-se frios em auxiliar a pretenção do governador da India, e a fortaleza ainda d'esta vez se não construiu. Lopes de Sequeira irritou-se pelo procedimento dos capitães, Fernandes de Beja desistiu do governo, e estas discordias reunidas

á má vontade de Melek-Iaz, malograram as negociações. Lopes de Sequeira percebeu que Melek-Iaz só queria ganhar tempo fazendo grandes promessas e dizêndo que esperava a resposta de el-rei; mas como tinha em terra um feitor com fazendas e dinheiro, partiu, deixando ficar Fernandes de Beja a quem ordenou que esperasse resposta, procurasse em segredo resolver o feitor a entregar o que estava dentro da feitoria, e partisse depois para Ormuz. No cumprimento d'estas ordens mostrou grande habilidade e prudencia. Ajudado pela revelação que um indio lhe fez da traição que premeditava Melek-Iaz, que era prendel-o e a todos os seus, Fernandes de Beja tomou as suas precauções, e procedeu tão ardilosamente, que pôde embarcar tudo no maior segredo, e quando Melek-Iaz os suppunha em terra, estavam todos com o feitor e as fazendas a bordo do galeão que se fez de véla para Ormuz, saudando a partida com uma saraivada de balas a cidade onde governava o astuto Melek-Iaz. Em Ormuz, o governador da India lhe deu uns poucos de navios ordenando-lhe que fôsse declarar guerra ao rei de Cambaya, com o posto de capitão-mór do mar. Fernandes de Beja cumpriu aquellas ordens com toda a intrepidez, e juntando-se ao governador em Chaul, tomou parte com elle na prolougada lucta que se travou com os moiros, antes de se construir em Chaul uma fortaleza, que Fernandes destinava para servir de base á guerra contra Cambaya. N'um dos combates que então se deram, Fernandes de Beja foi ferido no peito com uma bala, que o matou instantaneamente, em setembro de 1521.

Beja (*Duques de*). Titulo creado por D. Affonso V para seu irmão o infante D. Fernando, fazendo-lhe doação de juro e herdade, com o senhorio de Beja, então villa, com o seu castello e fortaleza, bem como da ilha da Madeira, com toda a jurisdicção civel, crime, rendas, direitos reaes, etc. Não se póde precisar a data d'este titulo por se haver perdido as cartas originaes das doações, comtudo deve ter-se realisado nos primeiros annos do reinado de D. Affonso V, depois da jornada de Ceuta, de 1452, antes do anno de 1457. Na doação da villa de Serpa menciona o referido monarcha a seu irmão o infante D. Fernando, duque de Beja, doação feita em Lisboa a 18 de fevereiro de 1457. E sob o mesmo titulo de duque de Beja e senhor de Moura, condestavel do reino, regedor da ordem e cavalleiro de S. Thiago, lhe fez mercê pura e irrevogavel doação para elle e todos os seus successores, de quaesquer ilhas que depois d'esta carta em deante por elle e seus navios fôssem achadas novamente, etc. Esta doação foi feita em Cintra a 10 de novembro de 1457, documento que vem publicado no 1.ª vol. da *Resenha das familias titulares e grandes de Portugal*, de Silveira Pinto, pag. 235. (V. *Fernando, D.*). Seu tio, o infante D. Henrique, consagrava-lhe a maior affeição, e como não tinha filhos, adoptou-o como tal, na esperança de que elle continuasse os seus descobrimentos, dando-lhe por esse motivo todos os seus bens moveis, de raiz, e os da corôa que possuia, perfilhando-o pelo alvará feito por sua propria mão em Estremoz a 7 de março de 1436, que mais tarde D. Affonso V confirmou, a 23 de novembro de 1451. Na *Resenha*, a que já nos referimos, vem tambem publicado o alvará de perfilhação, e os da confirmação de D. Affonso V. O infante D. Henrique, ainda em sua vida, deu tambem a este seu sobrinho a ilha de Jesus Christo, que depois se denominou da Terceira, e a da Graciosa, com todas as suas rendas, etc., para elle mandar povoar, como consta da carta de D. Henrique, feita na villa de Villar do Infante a 22 de agosto de 1460, confirmada por D. Affonso V a 2 de setembro do mesmo anno. Depois da morte do infante D. Henrique, succedida nos fins de 1460, D. Affonso fez doação a seu irmão D. Fernando, duque de Beja, da alcaidaria de Vizeu, que lhe pertencera, pela carta passada em Evora a 7 de fevereiro de 1461. Com a perfilhação do infante D Henrique, ficaram pertencendo a D. Fernando, entre outros bens, as ilhas de S. Thiago, S. Filippe, das Maias, S. Christovão e a do Sal, que estão nas partes da Guiné, e fôram descobertas por Antonio de Nola, em vida de D. Henrique, e as ilhas Brava, S. Nicolau, S. Vicente, Raza, Branca, Santa Luzia e Santo Antonio, achadas por Diogo Affonso, escudeiro do infante, o que tudo consta da carta de doação de D. Affonso V, datada de Tentugal a 19 de setembro de 1462. D. Fernando casou com sua prima D. Beatriz, filha do infante D João, e na sua casa succederam seus filhos D. João e D. Diogo, a quem fôram conferidas as honras e privilegios dos infantes, por carta datada de Lisboa a 2 de julho de 1471. Depois da morte de D. João, filho primogenito, foi novamente regulada a successão da casa do infante D. Fernando, na eventualidade de haver falta de descendencia legitima de D. Diogo, que então ficara com os titulos de duque de Vizeu e de Beja, nas pessoas de seus irmãos mais novos D. Duarte e D. Manuel, excluindo as filhas e a successão d'ellas; carta de D. Affonso V, datada do Porto a 7 de agosto de 1476, documento que tambem vem na *Resenha*. Outro documento bastante curioso se encontra ali publicado, é a carta passada em Cintra a 10 de agosto de 1480, á infanta D. Beatriz, ácerca da creação do ducado de Beja em seu marido o infante D. Fernando, e da successão em seus filhos D. João e D. Diogo. Foi portanto, o 1.º duque de Beja o infante D. Fernando, que pela herança de seu tio se tornou egualmente duque e senhor de Vizeu; o 2.º e o 3.º fôram seus filhos D. João e D. Diogo, tambem senhores do referido ducado de Vizeu (V. *este titulo*). O titulo de duque de Vizeu terminou com a morte de D. Diogo, que succumbiu em Setubal, em 1484, ás mãos de seu primo, el-rei D. João II. O 4.º duque de Beja foi D. Manuel, a quem o referido monarcha concedeu esta mercê, e que assim se intitulou até á sua acclamação, como rei de Portugal, legado de seu primo e cunhado, por não haver successão legitima (V. *Manuel I, D.*). O 5.º duque foi o infante D. Luiz, filho de D. Manuel e de sua segunda mulher e cunhada, a rainha D. Maria (V. *Luiz, D.*). Desde então ficou este titulo nos filhos segundos dos nossos monarchas, o que não se realisou, porque não consta que nenhum dos filhos de D. João III, todos fallecidos em vida de seu pae, usasse do titulo de duque de Beja, seguindo-se depois no throno D. Sebastião e o cardeal D. Henrique, até á invasão dos hespanhoes. Só depois da restauração do reino, é que o infante D. Francisco, filho do segundo matrimonio de D. Pedro II com a rainha D. Maria Sophia Izabel de Neuburgo, teve

este titulo. Não consta que desde essa epoca se tornasse a renovar. D. Pedro IV, sendo regente do reino na menoridade de sua filha, a rainha D. Maria II, ordenou que os filhos segundos dos reis de Portugal se intitulassem duques do Porto, e os terceiros duques de Beja. N'esta conformidade teve esse titulo o infante D. João (V. *este nome*), terceiro filho de D. Maria II e de D. Fernando. Actualmente é duque de Beja sua alteza o senhor infante D. Manuel.

Beja (*Ignacio Xavier d'Almeida*). Major de infantaria. N. em 1828, fal. em Macau em novembro de 1880, sendo assassinado á traição. Era filho do tenente-coronel Manuel Rodrigues Beja. Assentou praça em 1 de março de 1845, foi despachado alferes a 31 de dezembro de 1862, promovido a tenente em 15 de setembro de 1869; a capitão em 1 de dezembro de 1875, e a major em 8 de maio de 1877. Em 19 de maio de 1870, por occasião da revolta promovida pelo marechal duque de Saldanha, era ajudante do regimento de infantaria n.º 7, e não querendo acceder aos revoltosos, recusou-se a entregar a bandeira do regimento, pelo que foi preso, tendo de ceder á força. No anno de 1875 o ministerio da marinha mandou-o chamar e convidou-o a ir servir n'uma commissão do ultramar, o que rejeitou; sendo, porém, novamente instado, resolveu-se a acceitar. A sua promoção a major, em 1877, foi sem prejuizo dos capitães mais antigos. N'este anno de 1877 seguiu para a India, d'onde regressou em maio de 1879, tendo desempenhado honrosamente a commissão para que fôra nomeado. Em 15 de janeiro de 1880 partiu para Macau, encarregado de organisar ou completar em Moçambique e Lourenço Marques o batalhão que ia commandar, porque o numero de praças que levava de Lisboa era diminuto. A viagem durou mais de tres mezes, tornando-se um verdadeiro martyrio, porque o navio que os conduzia mal comportava a seu bordo o grande numero de pessoas que tinham embarcado, o que deu causa a que se desenvolvesse uma molestia de caracter epidemico, dando-se tambem, além d'essa fatalidade, o suicidio do commandante. Afinal chegaram a Macau, e Almeida Beja, pouco tempo depois, era assassinado traiçoeiramente.

Beja (*Padre Jeronymo*). Jesuita. Nasceu em Gouveia em outubro de 1662, fal. no collegio de Coimbra a 10 de março de 1739. Era filho de Manuel Rodrigues de Beja e de Izabel Gomes. Entrou para a Companhia de Jesus, no collegio de Coimbra, a 7 de julho de 1677, professando solemnemente a 15 de agosto de 1678. Estudou humanidades e rhetorica; foi superior de residencia e reitor no collegio do Porto. Deixou impressa a seguinte obra: *Compendiosa explicação das virtudes especialmente das theologaes*, Coimbra, 1733.

Beja (*João Affonso de*). Védor da casa do infante D. Luiz e commendador de Santa Maria de Beja. Era filho de Rodrigo Affonso de Beja e de D. Ignez de Aboim. Foi uma das pessoas de distincção que acompanharam em 1513 á expedição de Azamor o duque de Bragança D. Jayme. Estudou jurisprudencia, em que recebeu o grau de doutor. Era casado com D. Mecia de Vasconcellos, filha de Ruy Fernandes de Vasconcellos. Escreveu um livro que ficou em manuscripto com o titulo: *Primeira Parte de passatempo e Séstas do Doutor João Affonso de Beja*, o qual consta de 8 dialogos.

Beja (*João Affonso de*). Doutor e lente da faculdade de Direito Canonico da Universidade, quando ainda estava em Lisboa, antes de ser transferida para Coimbra, desembargador da Casa da Supplicação, conego da sé de Braga, deão na do Algarve, etc. Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, diz que João Affonso usava o appellido de *Beja*, por ter nascido n'esta cidade, usando tambem o de *Braga*, por permanecer ali durante muitos annos. N. em Beja em 1510, fal. em Braga, a 15 de agosto de 1585. Era filho de Diogo Gonçalves Sanches, castelhano e cavalleiro da ordem de S. Thiago, professor de Jurisprudencia civil, e de Joanna Sanches da Gama, filha de João Affonso de Beja, acima citado. Applicou-se ao estudo de direito pontificio, em cuja faculdade foi lente de Vespera na Universidade, estando ainda em Lisboa; depois passou a desembargador da Casa da Supplicação. Governou interinamente o bispado do Algarve, na falta do bispo D. Fernando Coutinho, quando era regedor das justiças, assim como o arcebispado de Braga na ausencia do arcebispo D. Manuel de Sousa, irmão do conde do Prado, em cuja cathedral foi conego, e concorreu com a vasta noticia dos sagrados canones para os decretos do concilio provincial, celebrado em Braga em 1566 pelo arcebispo D. Fr. Bartholomeu dos Martyres. Foi capellão fidalgo de D. João III, deão da sé do Algarve, arcediago e conego doutoral em Lagos, abbade de S. Pedro de Gandara e S. Bartholomeu de Campello. Da liberdade e independencia com que votava, deu evidente argumento quando foi consultado por ordem do cardeal D. Henrique ácerca das clausulas da Bulla do subsidio impetrada de Pio IV, onde em 1561, por D. Sebastião com efficacia de razões concludentes fez com que a Bulla se não acceitasse por ser indecorosa á soberania da corôa. Escreveu: *Parecer sobre a Bulla do Subsidio de duzentos e cincoenta mil cruzados em cinco annos em as Rendas Ecclesiasticas pedida por El Rey D. Sebastião á Santidade de Pio IV.*; sahiu nas *Memorias politica e militar d'El Rey D. Sebastião*, por Barbosa Machado, parte I, liv. 2.º cap. 9.º, pag. 459 a 477, sendo transcripto nas *Provas da parte I da Deducção Chronologica e Analytica*, prova n.º 2 § 74.; *Oração sobre a Primacia de Braga recitada no seu 4 Concilio*. Ficou em manuscripto, assim como uma traducção das *Comedias de Terencio*. No *Jornal litterario*, de Coimbra, em 1869, vem publicada uma noticia biographica de João Affonso de Beja, e reproduzido o *Parecer sobre a Bulla*.

Beja (*José Pinto Cardoso*). Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra no anno de 1815. Era natural de Gouveia. Ignoram-se as datas do seu nascimento e fallecimento. Escreveu e publicou, em Lisboa no anno de 1829 o seguinte: *Exame da Constituição de D. Pedro, e dos direitos de D. Miguel, traduzido do francez; Oração gratulatoria, recitada na egreja de S. Vicente de Fóra*, etc.; *Carta a Rodrigo Pinto Pizarro*, etc.

Beja (*Districto administrativo de*). E' um dos 17 districtos do reino, está situado na provincia do Alemtejo, sendo limitado ao N pelo districto de Evora, a E pela Hespanha, a S. pelo districto de Faro, e a O pelo de Lisboa e Oceano Atlantico. Tem de superficie 1.087:281 hect.,

contendo 37.214 fog. e 161.602 hab.: 81:233 do sexo masc. e 80:369 do fem. Divide-se em 14 concelhos: Aljustrel, Almodovar, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alemtejo, Mertola, Moura, Odemira, Ourique, Serpa e Vidigueira. O districto pertence á provincia judicial de Lisboa, e tem 6 comarcas: Beja, Almodovar, Mertola, Moura, Odemira e Serpa. Na parte ecclesiastica, constitue um bispado suffraganeo da provincia eborense. A capital é a cidade de Beja. Tem 3 circulos eleitoraes: o de Beja, que elege 3 deputados, sendo um da minoria, e os de Odemira e Mertola. A região d'este districto é pouco montanhosa apezar de lhe ficar ao N, no districto de Evora, a serra d'Ossa, a NE a de Portel, e ao S as serranias do Algarve, só uma parte do districto é constituida por um planalto pouco elevado, que se estende na direcção de Beja, Ourique e Almodovar. O que distingue principalmente esta parte do paiz é a grande extensão de terrenos incultos, que se encontram formando por vezes longas charnecas, vendo-se apenas de longe em longe algum pedaço de terreno cultivado ou alguma moita aproveitada para montado. Uma d'estas charnecas occupa toda a parte S E do districto, e abrange os concelhos de Mertola, Serpa, Castro Verde, Almodovar, prolongando se para N E até Moura e Barrancos. E' entre Mertola e Serpa que esta enorme charneca attinge o seu maior desenvolvimento, chegando a ter 55 k. de largura, calculando-se a sua area total em 160:000 hectares. Este territorio é cortado pelo Guadiana havendo entre este rio e a ribeira de Terges uma extensão de terreno, onde se vê alguma cultura, mas pouco desenvolvida. Desde Serpa e Moura até Beja e Cuba, encontra-se outro terreno muito extenso e inculto, que se prolonga pelo districto de Evora. No entretanto, vêem-se por aqui muitos montados e alguns terrenos cultivados, assim como o valle do rio de Mira e outros pontos, em que o solo offerece condições favoraveis ao desenvolvimento da agricultura. O Guadiana é o rio que principalmente banha o districto. Nasce em Hespanha, atravessa uma pequena parte do districto de Evora, entra no de Beja, atravessando-o até ao Pomarão, onde principia a formar o limite da fronteira até ao Oceano. Segue-se o rio Sado, que nasce na serra do Caldeirão, corre no districto de Beja, passando depois ao de Lisboa, indo formar o porto de Setubal. Finalmente, ha em terceiro logar o rio Mira, que nasce na freguezia de S. Barnabé, na serra Algarve, atravessa o districto de Beja, e vae desaguar no Oceano em V. N. de Milfontes. Contam-se ainda os rios Cobres e Oeiras, affluentes do Guadiana; o Roxo, o Figueira e o Campilhas, affluentes do Sado. O districto de Beja tem uma porção de costa sobre o Oceano, em geral baixa e orlada de rochedos, que vae desde as proximidades da enseada de Porto Covo até á foz da ribeira de Seixe. N'ella fica a foz do rio Mira, que fórma o porto de V. N. de Milfontes. Proximo da costa fica a ilhota do Pecegueiro. O territorio tem condições especiaes para a engorda do gado suino, que é uma das industrias mais rendosas do districto de Beja, porque muito concorre para o seu desenvolvimento, offerecendo faceis elementos as grandes extensões de terreno cobertas de magnificos montados. Nos concelhos de Almodovar, Barrancos, Ferreira e Moura, em que abundam os montados, torna-se ainda de mais importancia aquella industria. No terreno cultivado a cultura predominante é a dos cereaes, sendo as que mais produzem o trigo e a cevada. O districto está entregue á grande propriedade, havendo herdades com 200 hect. e mais de superficie. A producção vinicola só tem alguma importancia na região comprehendida nos concelhos de Cuba, Beja e Ferreira. Este districto é muito notavel pela grande quantidade das suas riquezas mineraes. Ha uma zona de perto de 110 k. de comprimento, que encerra uma consideravel massa pyritosa, zona que se prolonga na direcção de O N O e E S E, e comprehende as minas de Aljustrel e S. Domingos. E' o prolongamento da grande região metallifera da provincia de Huelva em Hespanha. D'esta região, a parte que pertence ao distr. de Beja tem em exploração importantes minas de cobre, de que as principaes são as de S. Domingos, na freg. de Córte do Pindo, no concelho de Mertola, e as de S. João do Deserto e Algares, no de Aljustrel. A mina de S. Domingos é a mais importante de todas, sendo tão consideravel a sua exportação de minerios, que durante o anno concorrem a receber carga alguns centenares de navios ao porto artificial de Pomarão. E' curioso o quadro em que se mostra a importancia do districto de Beja, relativamente á industria mineira. Em 31 de dezembro de 1876 tinham concessão definitiva as seguintes minas. 2 de pyrite cuprifera, 8 de cobre, 5 de chumbo, 73 de manganez, 2 de ferro e 18 de manganez e ferro, estando em exploração sómente uma parte d'ellas. As que estavam em via de concessão, eram 9 de cobre, 32 de manganez, 13 de ferro, 43 de manganez e ferro e 1 de antimonio. Estavam requeridas: 8 de cobre, 1 de chumbo, 11 de manganez; 12 de ferro, 20 de manganez e ferro, e 1 de cobre e ferro, e 1 de manganez e cobre. O districto tem uma administração central do correio em Beja, e direcções em Aljustrel, Alvito, Castro Verde, Cuba, Ferreira, Mertola, Moura, Odemira, Ourique, Serpa e Vidigueira, e estações telegraphicas em Beja, Mertola e Pomarão. O concelho de Beja comprehende 18 freguezias, incluindo as 4 que existem propriamente na cidade, n'uma superficie de 1.087:281 hect. e tem 5.504 fog. e de população 25.364 hab., sendo 12:539 do sexo masc. e 12:825 do fem. As freguezias são: N. S.ª da Cruz, de Albernôa, com 1:189 hab.; 607 do sexo masc. e 582 do fem.; N. S.ª da Graça, de Baleisão, com 2:482 hab.: 1:197 do sexo masc. e 1285 do fem.; S. Salvador, de Beja, com 1:945 hab.: 1:025 do sexo masc. e 920 do fem.; Santa Maria da Feira, de Beja, com 2:000 hab.: 940 do sexo masc. e 1:060 do fem.; S. João Baptista, de Beja, com 2:451 hab.: 1:136 do sexo masc. e 1315 do fem.; S. Thiago Maior, de Beja, com 2:499 hab.: 1:195 do sexo masc. e 1;304 do fem.; Santo Estevão, de Beringel, com 2:435 hab.: 1:161 do sexo masc. e 1:274 do fem.; Santa Clara, de Louredo, com 753 hab.: 364 do sexo masc. e 389 do fem.; N. S. da Conceição de Cabeça Gorda, e N. S.ª da Conceição, de Salvada. Estas duas freguezias estavam reunidas, e hoje estão separadas, sendo a população das duas reunidas de 3.557 hab.: 1.754 do sexo masc. e 1.803 do fem.; Santa Suzana, de Mombeja, com 655 hab.: 369 do sexo masc. e 286 do

 BEJ

fem.; N. S.ª das Neves, com 1.339 hab.: 705 do sexo masc. e 634 do sexo fem.; Santa Catharina, de Quintos, com 894 hab.: 461 do sexo masc. e 433 do fem.; Santa Victoria, com 1.108 hab.: 589 do sexo masc. e 519 do fem.; S. Brissos, com 422 hab.: 226 do sexo masc. e 196 do fem.; S. Mathias, com 787 hab.: 380 do sexo masc. e 407 do fem.; Santissima Trindade, de Trindade, com 848 hab.: 430 do sexo masc. e 418 do fem. S. Pedro de Pomares. A população d'esta freg., não sabemos porque, não vem no *Censo da população do reino de Portugal*, do 1.º de dezembro de 1900, por onde nos temos sempre regulado. A somma geral da população do conc. é sómente a das freguezias que vão apontadas com o numero de habitantes.

Beja. Cidade e capital de districto na provincia do Alemtejo, cabeça de conc., de com. e de bisp. relação de Lisboa. Está situada n'uma vasta e elevada planura, desafrontada de montanhas, d'onde se desfructa de muitos pontos um panorama pittoresco, chegando a descobrir-se o castello de Palmella, que fica a grande distancia. Está a 62 k. de Evora, a 110 a S E de Lisboa, e a 25 ao occidente do rio Guadiana. Tem 4 freguezias: S. Salvador onde está a cathedral, com 393 fog., Santa Maria da Feira, com 474 fog., S. João Baptista, com 512 fog. e S. Thiago Maior, com 461 fog. A fundação de Beja attribue-se aos celtas, 400 annos antes Christo, os povoadores mais antigos das Hespanhas de que ha noticia. Dizem que os carthaginezes a possuiram, mas o que não padece duvida, é que os romanos a dominaram por muitos annos, sendo então Beja uma praça importantissima. Era colonia romana de direito italico, e uma das *relações*, conventos juridicos de Hespanha, como então se chamava. Foi séde d'uma das quatro chancellarias em que o imperador Augusto dividiu a Lusitania, 24 annos antes de Christo, e d'uma das tres comarcas creadas por Tito, no anno 75 da era christã. Não se sabe o nome por que era conhecida anteriormente ao dominio dos romanos; Julio Cesar deu-lhe o de *Pax-Julia*, em commemoração da paz que celebrara com os lusitanos, depois de os ter cruelmente subjugado. Octaviano Augusto, seu successor, 78 annos antes de Christo, quiz que se chamasse *Pax-Augusta*, porém o primeiro nome foi que sempre prevaleceu até á dominação dos arabes. Sendo destruido o imperio romano, passou Beja para o poder dos suevos e depois para o dos gôdos, que a erigiram em séde episcopal, sendo o seu primeiro bispo S. Aprigio, que morreu em 530 (*V. Aprigio, S.*), seguindo se S. Urso, S. Elias e S. Sizenando, que nascera em Beja, e soffreu mais tarde o martyrio em Cordova, a 6 de julho de 851. Consta que d'esta cidade mandaram em 1602 para Beja um braço do santo varão, e que desde essa epoca ficou considerado seu padroeiro. No seculo VIII, Beja cahiu na poder dos musulmanos, assim como todas as terras da peninsula hispanica. Deixou então de ser séde episcopal, passando essa dignidade para Badajoz, onde se conservou até ao meado do seculo XII, em que D. Affonso Henriques a sujeitou a Evora, onde permaneceu durante o largo periodo de 600 annos. Só no reinado d'el-rei D. José, é que Beja tornou a ser bispado, no anno de 1770. Sendo resgatada aos moiros em 750 por D Affonso I, rei de Leão e das Asturias, novamente cahiu no seu poder, retomando-a em 753 D. Fruella I, rei de Oviedo. Em 760, Abd-el-Raman a conquistou aos christãos, e D. Ordonho a recuperou em 910 ou 914. O Califa de Cordova, Al-Mansor, se apoderou de Beja em 985, e então continuou no poder dos moiros até que Fernando Magno, rei de Castella e Leão, a reconquistou no anno de 1037. Os moiros ainda conseguiram dominal-a mais tarde, porém D. Affonso Henriques a tomou em 1155, e tornando os moiros a possuil-a, Fernão Gonçalves, em 29 de novembro de 1162 a adquiriu definitivamente, porque desde de então nunca mais deixou de pertencer a Portugal. Fóra dos muros construiu-se, em acção de graças, uma capella dedicada a S. André, por ter sido ganha aquella victoria na vespera do dia em que a egreja solemnisa este santo. Por muitos annos a camara commemorou este facto, indo em devota procissão á capella no dia 29 de novembro. Os moiros ainda tentaram apoderar-se de Beja, em 1179, que sitiaram, reunindo um poderoso exercito commandado por dois alcaides, mas o infante D. Sancho, mais tarde rei D. Sancho I, correu em seu auxilio á frente de 1400 homens, deu-se renhida batalha a 18 de abril do referido anno, e apezar da desproporção das forças, os portuguezes ficaram victoriosos. Os moiros chamavam á cidade *Ba-xé*, depois *Bá-xú*, ficando com o andar dos tempos, com o nome de *Beja*. Por effeito das continuadas guerras e de tantos dominios diversos, a povoação foi empobrecendo, tornando-se deserta, perdendo o brilhantismo a que attingira no tempo dos romanos, e quando ficou pertencendo a Portugal, estava reduzida ás condições d'uma pequena villa. D. Affonso III deu-lhe foral em Leiria a 16 de fevereiro de 1254, que D. Diniz confirmou a 29 de maio de 1291. D. Affonso a repovoou, levantou as muralhas romanas, completamente arruinadas, servindo-se dos materiaes da antiga estrada militar dos romanos. Estas muralhas tinham 40 torres, das quaes, parece que restam 30, tudo em ruinas. O cabido de Evora concorreu para as obras com a metade dos seus rendimentos durante 10 annos, sendo feita a escriptura publica, obrigando o bispo e o cabido a este donativo, a 18 de novembro de 1253. Nas muralhas abriram-se 7 portas: a de Evora, a de Aviz, a de Moura, a de Mertola, a de Aljustrel, a de N. S.ª dos Prazeres e a Nova ou de S. Sizenando. Estas duas ultimas já não existem. Por estas portas saem as estradas que conduzem ás terras que indicam. D Diniz dispensou alguns beneficios particulares á povoação, e n'este intuito acabou com o abuso introduzido pelos fidalgos na cobrança do imposto de gallinhas, carneiros e porcos, que os lavradores pagavam, quando os nobres casavam. A cobrança d'este imposto original realisava-se d'esta fórma: O fidalgo desposado sahia á frente dos alcaides das aldeias, alcaides-móres, alvasis, e acompanhado de creadagem; percorria campos, montes e valles a *pedir* aos lavradores o melhor que tinham nas capoeiras, nos montados, nos

Brazão da cidade de Beja

apriscos, etc. D. Diniz edificou o castello com a sua torre de menagem, uns paços que ficavam contiguos, construidos em 1310, e de que só se vêem as ruinas. D'este castello fôram alcaides-móres os marquezes das Minas. O architecto inglez Murphy, na sua viagem, o elogia como o mais digno de consideração dos que examinara em Portugal. A torre grande está erecta junto á porta de Evora, quasi ao poente da cidade. Na base é um quadrado perfeito, e eleva-se em 3 corpos que saem uns dos outros, medindo 40 metros desde o chão até ás ultimas ameias. E' toda de cantaria, e tem servido de prisão militar. Para se entrar na torre sobe-se uma pequena rampa, e depois 30 degraus até á primeira sala; á esquerda d'esta porta e por um angulo da torre, sobe-se uma escada de caracol de 83 degraus, que dá entrada para as salas superiores, da terceira das quaes se continuam por differentes lanços até ao terrado ultimo mais de 70 degraus, perfazendo com os já mencionados, 183 degraus de cantaria, além da elevação da rampa. Fala-se d'um foral de D. Diniz, datado de Trancoso a 28 de julho de 1297, mas julga-se que será repetição do de 1291. O referido monarcha deu-lhe tambem foral, da Guarda, a 22 de abril de 1308, o qual confirmou D. Affonso IV a 15 de abril de 1335. Causa admiração que D. Manuel nunca lhe désse foral, porque só o concedeu com privilegios a muitas outras terras de menor importancia. Em 1517 chegou a fazer-se o processo para o foral novo, que não teve seguimento, ficando assim incompleto na Torre do Tombo. D. Affonso V elevou Beja a ducado na pessoa de seu irmão D. Fernando (V. *Beja, duques de*). D. Manuel elevou-a á categoria de cidade em 1512, e por este tempo tambem fez a linda praça, que conserva ainda o seu nome. No antigo regimen gozava o regalia de mandar procuradores ás côrtes, os quaes tinham assento no terceiro banco. A egreja da Misericordia e o hospital fôram fundados em 1469 por D. Fernando, irmão de D. Affonso V e filho d'el-rei D. Duarte, casado com sua prima a infanta D. Beatriz, paes d'el-rei D. Manuel. Outros dizem que D. Fernando fundou sómente o hospital, e que seu neto, o infante D. Luiz, filho de D. Manuel, foi o fundador da Misericordia e quem a dotou. As 4 egrejas parochiaes são muito antigas, e a mais antiga de todas é a de Santa Maria da Feira, que, segundo a tradição, foi mesquita de moiros. Não se conhece a data da construcção, mas encontram-se memorias desde 1282. A egreja é de tres naves. N'uma pedra que serve de degrau á escada da torre dos sinos, ha uma inscripção latina. O prior era freire da ordem de Aviz, e apresentado pelo rei, como grão-mestre da ordem. Tinha de renda 250$000 réis, tanto em dinheiro como em generos e o pé d'altar. Havia 3 beneficiados, tambem freires d'Aviz, mais 8 beneficios simples do habito de S. Pedro, que eram apresentados alternadamente pelos arcebispos de Evora e a Sé Apostolica. Da freg. de S. João Baptista encontram-se memorias desde 1320. O prior era nomeado em Roma, por concurso, tendo de renda 250$000 réis. Havia um coadjutor, um thesoureiro e um organista, sendo estes dois ultimos nomeados alternadamente pelo arcebispo e Sé Apostolica; mais 6 beneficios simples. De S. Salvador as memorias são de 1306. O prior era da apresentação do bispo de Beja, e tinha de rendimento 600$000 réis. Havia mais 8 beneficios simples. As memorias da freg. de S. Thiago Maior alcançam a 1329. O prior era collado por bullas apostolicas. Tinha de rendimento diversos generos, 27 almudes de vinho, e 22$500 réis em dinheiro, que lhe pagava o commendador, que era o marquez de Niza. Tinha tambem 6 beneficios simples. Em Beja houve 6 conventos, que terminaram com a extincção das ordens religiosas em 1834. Eram 3 de frades e 3 de freiras. O mais antigo, o de S. Francisco, fôra fundado em 1324 pela rainha Santa Izabel, que tambem fundara em 1300, no termo da cidade, outro convento de Santa Victoria, da ordem de N. S.ª da Mercê, de frades chamados mercenarios. O de Carmelitas calçados, edificio sumptuoso, construido sobre um outeiro, a 1.500 metros de distancia da cidade, foi fundado por D. Ruy Lopes Godins, camareiro-mór e veador de D. João III, em 1526. O convento de frades capuchos de Santo Antonio, edificado com esmolas do povo, em 1609, junto ás muralhas da cidade. E' vasto e de boa architectura. O real convento de N. S.ª da Conceição, de freiras da ordem de S. Francisco, dentro das portas da cidade, é dos mais grandiosos de todo o reino. Foi fundado em 1467 por D. Fernando e

Vista geral da cidade de Beja

sua mulher D. Beatriz, a que já nos referimos, os quaes fôram sepultados na capella-mór da egreja. O edificio está situado na rua dos Infantes. A egreja torna-se notavel por muitos motivos. A construcção é magnifica, as ornamentações do portico, em brincado e rendilhado, fórmam como uma pagina eloquente da historia da architectura em Portugal no seculo xv. O convento tinha muitas herdades, que rendiam para mais de 7:200$000 réis, que lhe deixaram os fundadores. Sahiam d'aqui duas procissões annuaes, uma a 8 de dezembro, dia de N. S.ª da Conceição, e outra em domingo de Paschoa, ás quaes, segundo o testamento dos fundadores, era obrigada a camara a assistir, enviando a abbadessa a cada vereador uma offerta que valia 4$000 réis, e um cyrio para acompanhar a procissão. Pelo mesmo testamento, as freiras eram obrigadas a mandar todas as semanas duas cargas d'agua do poço d'Aljustrel, aos frades franciscanos. Foi n'este convento que viveu Soror Marianna d'Alcoforado (V. *este nome*). No livro do fallecido escriptor Luciano Cordeiro, intitulado *Soror Marianna*, vem uma minuciosa descripção d'esta casa religiosa. O convento de Santa Clara, tambem da mesma ordem franciscana, é muito antigo e fica a 400 metros das muralhas. A fundação é devida a alguns devotos, concorrendo tambem el-rei D. Affonso IV, em 1340. Annualmente tinha rendimento em dinheiro, 300 moios de trigo e muitos fóros. O convento de N. S.ª da Esperança, de freiras calçadas, foi o primeiro que teve esta ordem em Portugal. O terreno para a construcção cedeu-o em 1541 uma senhora chamada D. Collaça, recebia por anno 100 moios de trigo, além d'outros rendimentos. Houve mais um convento de frades franciscanos observantes da provincia dos Algarves, fundado em 1268, o qual vem mencionado com o legado de 50 libras no testamento de D. Affonso III, feito em 1271. Hoje serve de quartel ao 1.º e 2.º batalhões de infantaria 7. O corpo da egreja, que está profanada desde 1852, ficou concluido em 1703 e a capella-mór em 1726. A *capella dos tumulos* está no angulo formado pelo convento e pela parede do lado da Epistola da capella-mór da egreja, ficando as outras duas faces livres para a cerca. No 1.º vol. do *Occidente*, de 1878, a pag. 163 vem um artigo a respeito d'esta capella, firmado pelo fallecido A. C. Teixeira de Aragão. Na rua da Cega havia o collegio de S. Sisenando, da Companhia de Jesus, que se fundou em 1670, dizem que na propria casa onde o santo habitou. Quando se deu a expulsão dos jesuitas, em setembro de 1759, ainda as obras não estavam concluidas, mas continuaram depois, para a egreja servir de sé e o convento de paço dos bispos. Hoje estão ali installadas a camara municipal e outras repartições. A nova casa da camara começou a construir-se a 8 de outubro de 1876, e no dia 2 de janeiro de 1881 abriu-se ao publico. A planta do edificio é do Consultorio de Engenharia. A sala das sessões é vasta e decorada de azul e branco, ornada de columnas e cortada por uma teia. Em medalhões vêem-se retratos de differentes personagens symbolisando os differentes graus da hierarchia administrativa, judicial e ecclesiastica. Estes retratos são de Julio Cesar, D. Affonso III, D. José I, D. Manuel, D. Maria II, Alexandre Herculano. D. Henrique, cardeal-rei, D. Sancho I. Servem tambem de ornamentação os brazões dos concelhos do districto. N'outro salão vêem-se, os retratos de alguns filhos de Beja, que muito se distinguiram; segue-se uma galeria onde estão os retratos de Fernandes Thomaz, A. Rodrigues Sampaio, e Alexandre Herculano, vendo-se tambem uma carta agricola do conc., etc. Contiguo á secretaria fica o gabinete da presidencia, tendo na parede principal o retrato do marquez de Thomar. A' esquerda é o tribunal judicial, gabinete do juiz, sala dos jurados, etc. No 2.º andar está o archivo, que occupa 4 salas. N'este edificio, segundo consta, guardam-se alguns objectos do tempo dos romanos. Tambem estão installadas a administração do concelho, a conservatoria e a bibliotheca. Em Beja ha muitas casas nobres, das quaes 19 deixaram de ser vinculadas em 1860, por virtude da lei que se publicou n'esse anno. Os arredores são ferteis e pittorescos, vendo-se longas campinas, cuja cultura principal é o trigo, muitas hortas, e ao longe extensos bosques de azinheiros, sobreiros, etc. Diz Pinho Leal no *Portugal antigo e moderno*: «Para se fazer uma idéa aproximada da feracidade dos campos do termo de Beja, basta dizer-se que só os dizimos do trigo andavam por 30:000 moios, afóra as mais sementes; o dizimo do mel, dos cabritos, porcos, etc., que só isto rendia mais de 2:400$000 réis. Tudo era para o arcebispo de Evora». Os duques de Cadaval eram senhores dos direitos reaes, e no seu termo havia muitas herdades pertencentes ao conde de Vimioso e outros fidalgos. Tem apparecido em Beja muitas lapides com inscripções gregas, romanas e arabes; uma das mais notaveis é um troço de marmore schistoide, cinzento escuro, com umas letras gregas, hoje indecifraveis. Appareceu esta pedra no alicerce da muralha romana em que está fundado o palacio dos bispos. Pertenceu ao Museu Cenaculo, que pelos annos de 1785 a 1790 D. Fr. Manuel do Cenaculo Villas Boas, que foi bispo de Beja, organisou n'esta cidade, constando de producções naturaes, objectos de Archeologia e varios artefactos antigos e modernos. Uma grande parte das antiguidades romanas, que continha, havia sido descoberta em Beja e seus arredores, em escavações mandadas fazer pelo prelado, o qual, sendo transferido

Praça de D. Manuel

para o arcebispado de Evora, transportou para esta cidade o museu. Beja é de boa apparencia, tem bom clima, é abundante de cereaes e azeite; tem bastante vinho, grandes montados onde se criam muitos porcos e outro gado. Ha tambem bastante caça. As ruas são espaçosas, os predios bem construidos. A D. Manuel tambem se deve uma obra d'arte, que é o pelourinho, todo construido em estylo manuelino Tem um celleiro commum, especie de banco rural, creado em 1584,

Convento da Conceição

muito util para os lavradores, especialmente em tempo de crise agricola; estação postal e telegraphica com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras, obrigações e serviço de encommendas permutando malas com a R. A. S. Lisboa, Setubal e Alcacer do Sal. Est. do caminho de ferro do sul, direcção d'obras publicas, intendencia de pecuaria, typographias, agencias dos bancos: de *Portugal*, de *Lisboa & Açôres, Minho, Economico, Commercial de Guimarães;* agencias das companhias de seguro: *Bonança, Tagus, Fidelidade* e *Confiança;* albergue nocturno *D. Marianna*, instituido e administrado pelo sr. visconde da Boa Vista; associações de classe: *Constructores civis, Sapateiros bejenses, Trabalhadores bejenses, Caixa philantropica academica bejense, Liga Regional dos Lavradores do Baixo Alemtejo, Soccorros mutuos dos Artistas bejenses*; escolas para ambos os sexos, publicas e particulares, lyceu, seminario, escola de habilitação ao magisterio primario, hospital militar, hoteis, pharmacias, medicos, fabricas de moagem e de gazosa, sociedades de recreio: *Theatro bejense, Club Artistico bejense, Club bejense;* estabelecimentos de commercio e industriaes, bombeiros voluntarios, etc. Beja tem grande importancia agricola e industrial, pelas suas fabricas de louça de barro e de cortumes. Pertence á 4.ª div. mil., é séde da 8.ª brigada, grande circumscripção militar S, e ao distr. de recrutamento n.º 17 com a séde em Lagos. Tem as feiras seguintes: de gado, nos primeiros domingos de cada mez; a de 9 a 15 de agosto, que é muito concorrida e de grande commercio. Antigamente tinha grandes privilegios esta feira, concedidos por el-rei D. Manuel. Em Beja não se encontra fonte alguma; a agua de que se abastecem os habitantes é fornecida pelos poços sendo excellente, com especialidade a de Aljustrel. Tem a praça de Jacintho Freire, assim chamada em memoria d'este distincto escriptor, que nasceu em Beja. O seu brazão consta d'um escudo com uns muros torreados á parte direita, e á esquerda uma cabeça de touro até ao pescoço, sustentando as armas reaes do reino, com uma aguia de cada lado. Beja soffreu muito com a invasão dos francezes em 1808, sendo alguns dos seus habitantes passados pelas armas, e muitas casas incendiadas. Aqui nasceram alguns homens distinctos, como D. Fr. Amador Arraes, D. Francisco Alexandre Lobo, o padre José Agostinho de Macedo, Jacintho Freire de Andrade, etc. Na casa da rua Ancha, onde nasceu José Agostinho de Macedo, vê-se uma lapide com uma inscripção commemorando esse facto. Tem-se escripto muito ácerca de Beja; citaremos o seguinte: *As cidades e villas*, por Vilhena Barbosa; *Collecção de alguns escriptos administrativos do governador civil do districto de Beja, o sr. José Silvestre Ribeiro, no anno de 1845; Memoria ácerca do bispado de Beja*, por Antonio José Boavida; *Vida de S. Sisenando, e historia de Beja sua patria*, por D. Fr. Manuel do Cenaculo; *Epitome historico da cidade de Beja*, pelo dominicano fr. Francisco d'Oliveira; *Antiguidades da cidade de Beja e da sua fundação*, por José Gago da Silva; *Collecção de monumentos romanos descobertos em Portugal e Monumentos da egreja de Beja*, por Vicente Salgado, etc. Em Beja teem-se publicado os seguintes jornaes: *Alentejano (O)* — 23 de março de 1902. *Bejense (O)*—3 de abril de 1866, em publicação. Foi o primeiro jornal impresso em Beja. *Boletim da Liga Regional dos Lavradores do Baixo Alemtejo* — 15 de setembro de 1888 a 1890. *Charadista*—1 a 28 de dezembro de 1884. *Correio de Beja (1.º)*—10 de março de 1886; em 1889 continuava ainda. *Correio de Beja(2.º)*—1899. *Districto de Beja (1.º)*—19 de abril de 1881 a abril de 1885. *Districto de Beja (2.º)*—1896. *Ecco da Rapaziada*—1875 (?) Não nos foi possivel vêr

este jornal. *Folha de Beja* — 1893; em publicação. *Folha do Povo* — 20 de março de 1872 a março de 1873. *Independencia* — Abril de 1873. Deu origem á *Folha do Povo*, com o n.º 156. *Independente (O)*—1894. *Jornal de Beja* —2 de outubro de 1867. *Jornal do Povo*—5 de janeiro a junho de 1876. *Liberal (O)*—5 de janeiro de 1888. Pouco tempo durou. *Lidador* —1898. *Nove de Julho (O)*—9 de julho de 1885, em publicação. *Patriota (O)*—9 de junho de 1903. Alem d'estes jornaes tambem ali foram publicados os numeros unicos seguintes: *Beja-créche* - abril de 1885. Ha 2.ª edição feita em Coimbra no mesmo mez e anno. *Kermesse-créche*—12 de junho de 1903. *Pax-Julia*—1903.

Beja. Moutinho na freg. de N. S.ª das Reliquias, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Quinta na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Tortozendo, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || Pov. situada a 30 k. ao S O do conc. de Pungo-Andongo, no districto e provincia de Angola, Africa Occidental. Feira muito importante n'outros tempos, mas hoje bastante decahida.

Beja a Pequena *(Horta de).* Na freg. de S. Salvador, conc. e distr. de Beja.

Beja Marmeleiro *(Fr. João de).* Religioso da ordem de Santo Agostinho. Não se sabe a data do nascimento, mas sabe-se que falleceu em Coimbra a 20 de agosto de 1664. Era filho de Diogo Marmeleiro e de Izabel de Beja Perestrello. Professou no convento da Graça, de Lisboa, a 14 de janeiro de 1603. Sendo muito douto em theologia, e depois de a ter dictado nos collegios da sua provincia, foi por duas vezes provincial da ordem, a primeira em 1645 e a segunda em 1663; deputado da inquisição de Coimbra, de que tomou posse a 28 de janeiro de 1622. Deixou em manuscripto: *De Benedictionibus Patriarcharum Commentaria; Tractatus varii Theologici*, 5 tomos. Os manuscriptos d'estas duas obras, pelo proprio punho do autor, conservavam-se no convento da Graça, de Lisboa.

Beja Perestrello *(Fr. Luiz de).* Religioso da ordem de Santo Agostinho. Era natural de Coimbra, e filho de João de Beja Perestrello e de Angela Ferreira. Não se conhecem as datas do seu nascimento e fallecimento. Professou no convento da Graça de Lisboa, a 26 de maio de 1558. Estudou theologia, em que se tornou notavel, e depois de a dictar aos seus domesticos, tornou-se tão afamado, que o geral, fr. Thadeu de Perugia, o mandou chamar a Roma, o qual lhe ordenou que na terra d'onde era natural ensinasse theologia. Beja Perestrello, não só a dictou onde lhe fôra ordenado, como em Florença e Bolonha. Foi deputado do Santo officio de Coimbra, tomando posse em 1 de fevereiro de 1600; passou á inquisição de Lisboa, a 16 de fevereiro de 1604. Escreveu: *Decisiones casuum conscientiæ, qui omnibus Curatis, ac Pœnitentiariis, singulis mensibus coram Illustrissimo, ac Reverendissimo Domino Cardinali Palæoto Episcopo Bononiensi proponemtur*, Bonomiæ, 1582; esta obra sahiu reduzida a melhor fórma com o titulo seguinte: *Responsionum casuum conscientæ Tomus primus continenprimam, & scundam partem, cui accesserunt ingeniosa, & docta ad tria sibi Romæ proposita dubia*, Romæ, 1599; Venetiis, 1600; Barcimone, 1596. *Pars 4*, sahiu posthuma addiccionada por Fr. João Baptista de Bolonha, eremita de Santo Agostinho, Bonomiæ; 1613. As 4 partes sahiram em Lisboa, 1610. Toda esta obra reduzida a melhor methodo por um theologo de Colonia que se assignou com as letras G. A. U., publicou-se com este titulo: *Collegium Sacrum Bononiense, seu illustrium casuum conscientiæ in Bononiensium Sacerdotum congregatione coram Illustrissimo Cardinale Palæoto Archiepiscopo Bononiensi disputatorum ac curata decisio*, Coloniæ, 1629. Em manuscripto deixou: *De Parochi, & confitentis officio; Constituiçoens da Ordem Eremitica de Santo Agostinho*, as quaes por preceito que lhe impoz o geral Fr. Hypolito de Ravena a 25 de junho de 1602, as reformou, e emendou em muitos logares.

Bejarão de Baixo e de Cima. Dois montes na freg. de Sant'Anna da Serra, conc. de Ourique, distr. de Beja.

Bejas *(Monte dos).* Na freg. de Santa Clara-a-Nova, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Bejigas. Sitio no conc. e freg. de Cadaval, distr. de Lisboa.

Bejota. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Belancina *(Casal da).* Na freg. de Santa Suzana, de Mombeja, conc. e distr. de Beja.

Belanzel. Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Belão. Logar na freg. de S. Salvador. de Bravães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Belbuganito *(Herdade de).* Na freg. de N. S.ª da Lagôa e conc. de Portel, distr. de Evora.

Belcagia. Cidade antiga na Beira Baixa, no termo de Castello Branco, de cuja cidade distava 3 k., entre as ermidas de S. Martinho e de N. S.ª de Mercules, tudo na freg. de S. Miguel. D'ella restam uns raros vestigios e a memoria da sua existencia. Segundo a tradição, uma epidemia assaltou esta cidade com tanta força, que a deixou despovoada, porque os que escaparam á morte, resolveram abandonar o local, e fundar outra cidade, para o que escolheram uma pequena montanha que lhe ficava a uma legua a O, onde fundaram Castello Branco (V. *este nome*). Ha quem diga que a cidade ficou arrazada durante as renhidas guerras contra os romanos, e que por esta razão se chama a um sitio do rio Ponsul, *Porto dos Belcagios*, ou *Belgaios*.

Belchior. Casal na freg. de Santo Estevam e conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Vicente do Paul, conc. e distr. de Santarem.

Belé. Rio da Africa Occidental, no reino do Congo, districto de Coimbra, prov. d'Angola, a 9 k. S. da ponta do Cascaes, e a 10 para N E N da bahia de Cabinda. Separa os dois districtos de Cabinda e Molembo.

Belece. Pov. na freg. de S. Simão, de Gouveia, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Miguel de Matto, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Beleco. Pov. na freg. de Santa Maria, de Paços, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Beleco d'Além e Beleco d'Aquem. Duas povoações na freg. de S. Mamede, de Ribeirão, conc. de Villa Nova de Famalicão, districto de Braga.

Beledos *(Casal dos)*. Na freg. de S. Romão, de Paredes de Viadores, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Beleique. Logar na freg. de S. Paio, de Guimarei, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto.

Belello. Pov. na freg. de S. Paio, de Meixedo, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Belem *(Fr. Antonio de)*. Religioso da ordem de S. Jeronymo, e um dos mais celebres musicos portuguezes. N. em Evora em 1620, fal. em Belem a 3 de março de 1700. Entrou na ordem de S. Jeronymo, no convento da Espinheiro a 29 de janeiro de 1641. Aprendeu musica no seminario da sé de Evora, que tinha então grande fama. Por muito tempo exerceu no convento do N. S.ª de Belem os cargos de vigario do côro e mestre da capella. No anno de 1667 foi eleito prior em Evora. Fr. Antonio de Belem foi dos celebres compositores de musica do seu tempo, cujas obras mereceram a maior consideração. Compoz: *Livro de Responsorios para todas as Festas da primeira Classe de Estante*, que se cantavam no convento de Belem; *Psalmos a 4 e 5 vozes e coros para as festas de Christo, e da Senhora; Missas* a 4, a 6, e a 8 vozes; *Lamentaçoens da Semana Santa*, a 4 e 6 vozes; *Misereres*, a 3 côros; *Oração de Jeremias*, a 4 vozes, de grande devoção; *Liçoens do Officio de Defunctos* a 4 e 8 vozes; *Vilhancicos para todas as Festividades.* Todas estas obras se conservavam no convento de Belem, mas parece que desappareceram por completo em 1835.

Belem *(Fr. Caetano de)*. Religioso da ordem de S. Francisco. Natural do Porto. Professou na provincia serafica da Immaculada Conceição do Rio de Janeiro. Era bom prégador, e soffrivel poeta. Deixou uma obra manuscripta, intitulada: *Labyrintho poetico.*

Belem *(Fr. Jeronymo de)*. Religioso franciscano observante da provincia dos Algarves, prégador jubilado, missionario apostolico, penitenciario geral da ordem serafica, consultor da Bulla da Cruzada, examinador das Tres Ordens Militares, e bibliothecario do convento de Xabregas e chronista da sua provincia. N. em Arcos de Valle de-Vez a 30 de setembro de 1692. Ignora-se a data do nascimento, mas sabe-se que vivia ainda em 1760. Era filho de Bento de Araujo e de Paschoa Sequeira. Estudou os primeiros rudimentos em Lisboa, e philosophia no convento dos religiosos irlandezes de S. Domingos da mesma cidade, d'onde, passando a Evora, recebeu o habito de S. Francisco a 1 de março de 1715. Como tinha reconhecida vocação para o pulpito, deram-lhe o cargo de prégador a 4 de maio de 1726. Recusou algumas prelazias, por ser a sua maior ambição obedecer e não mandar, e só acceitou em 1736 o logar de commissario da ordem Terceira, que exerceu durante dois annos. Escreveu: *Coração de Jesus communicado aos corações dos Fieis*, etc., Lisboa, 1731; *Vida da Ven. Madre Margarida Maria Alacoque da ordem da Visitação*, etc., Lisboa, 1731; *Coroa Serafica e deprecativa do Santissimo Coração de Maria*, Lisboa, 1731; *Compromisso da Confraria do Santissimo Coração de Jesus sita no convento de S. Francisco de Xabregas*, Lisboa, 1734; *Devoto da Conceição, Coroa revelada por Maria Santissima ao Ven. Padre Fr. Simão de Roxas da ordem da Santissima Trindade, etc.*, Lisboa, 1735; *Palestra da Penitencia*, etc., 1736; *Saudações Angelicas aos Santissimos Coraçoens de Jesus Maria, e José*, Lisboa, 1738; *Regra e Estatutos novissimos da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia no idioma portuguez*, Lisboa, 1739; *Acontico Serafico, appendix á Palestra da Penitencia*, etc., Lisboa, 1740; *Escada Mystica*, etc., Lisboa, 1740; *Coroa Serafica, e deprecativa do Santissimo Coração de Jesus*, etc., Lisboa, 1741; *Cruz Serafica, e Franciscana decifrada pelas letras do nome Francisco para a novena das Chagas do Serafico Patriarcha*, Lisboa, 1742; *Vida justificada, morte preciosa, virtudes e milagres do P. Fr. José de Sancta Anna, da provincia dos Algarves*, Lisboa, 1743; *Olivença illustrada pela morte da grande serva de Deus, Maria da Cruz, filha da terceira ordem serafica, e natural da mesma villa*, Lisboa. 1747; *Prégador Marianno, instruido na vida e desenganado na morte; vida e principaes acções do P. Fr. João de Nossa Senhora, chamado vulgarmente «O Poeta»*, Lisboa, 1760; *Chronica serafica da Sancta Provincia dos Algarves, da regular observancia do serafico P. S. Francisco; em que se trata da sua origem, progressos e fundação de seus conventos*, 4 partes; Lisboa, 1750; *Supplemento á terceira parte da Chronica serafica*, Lisboa, 1757; a continuação d'esta *Chronica*, que não chegou a publicar-se, existe manuscripta e original na Torre do Tombo. Fr. Jeronymo de Belem publicou egualmente um livro intitulado: *Excellencias da Mulher Forte*, com o nome de Fortunato Lopes d'Oliveira; é apenas uma novena de Sant'Anna, tendo junto a musica com que se devia cantar. Na Bibliotheca Nacional existe um original d'essa musica, em cujo frontispicio se lê: *Preces que se devem cantar nos dias da novena, e festa da Mulher forte, a desposada mais casta, e esteril mais fecunda, a May da mesma graça Maria Santissima, e Avó segundo a Natureza humana de Jesus Christo a Senhora Santa Anna*, dado á estampa por Fortunato Lopes d'Oliveira, Lisboa, 1733, 3 vol. Fr. Jeronymo Belem, tambem deixou alguns manuscriptos.

Belem *(Fr. Pedro de)*. Religioso da Congregação de S. João de Deus, afamado prégador. N. em Elvas a 13 d'outubro de 1709. Não se sabe o anno em que falleceu. Era filho de Vicente Vieira da Silva, official maior da secretaria da provincia do Alemtejo, e de D. Maria Thereza. Estudou philosophia na Univesidade de Evora, em que recebeu o grau de bacharel, e na de Coimbra, onde se applicou á Jurisprudencia Canonica por espaço de 3 annos, que interrompeu para receber o habito da Congregação de S. João de Deus a 11 de setembro de 1733, professando a 12 do referido mez de 1734. Depois de estudar Theologia moral e especulativa, ordenou-se de presbytero, e começou a exercer o mister de prégador. Dos seus sermões publicou o seguinte: *Sermão da reedificação do Templo de N. S.ª da Gloria prégado de tarde na solemnissima Festa com que o Reverendissimo P. Fr. José de Jesus Maria Provincial da ordem de S. João de Deus celebrou a collocação da mesma Senhora na renovada Egreja da Villa de Moura, em o dia 18 de Novembro de 1742*, Lisboa, 1743.

Belem (*Pedro Hasse de*). N. em Lisboa em 1648. Era filho de Pedro Hasse, hamburguez, e de Gracia de Belem. Frequentou a Universidade de Coimbra, estudando Direito Pontificio, em que se doutorou. Exerceu os seguintes cargos:

deputado, promotor e inquisidor das inquisições de Evora e Lisboa, até ser deputado no conselho geral, de que tomou posse a 2 de janeiro de 1700. Foi conego da sé de Lisboa, e juiz do cabido, commissario apostolico da Bulla da Cruzada. Falleceu em Lisboa a 11 de julho de 1717. Escreveu: *Pareceres praticos em materias Civeis e Forenses, e de outras, que se tratarão no Cabido de Lisboa e no Juizo das causas pertencentes aos seus Capitulares.* Parece que ficou em manuscripto.

Belem. Antigo concelho e freguezia, hoje incorporados na cidade de Lisboa, pertencendo ao quarto bairro. Orago Santa Maria de Belem. Fica situado na margem direita do Tejo; a sua população é de 22:775 hab., sendo 11:543 do sexo masc. e 11:232 do fem. O concelho e bairro de Belem ficavam separados de Lisboa pela ribeira d'Alcantara onde havia uma ponte e estavam collocadas as portas da cidade, tendo junto uma estatua colossal de S. João Nepomuceno (V. *Alcantara).* Este sitio está hoje completamente reformado, vendo-se novas ruas, magnificas e espaçosas, com estabelecimentos e propriedades modernas, passando as antigas barreiras para Algés, que é actualmente o limite de Lisboa. Belem pertenceu á freguezia de Ajuda. O terremoto do primeiro de novembro de 1755, que arruinou completamente Lisboa, poupou aquella localidade, e ali se refugiou a familia real, construindo-se mesmo no Alto da Ajuda, provisoriamente, um palacio de madeira, que lhe serviu de residencia, por terem ficado em ruinas os sumptuosos paços da Ribeira. Junto d'esse palacio se organisou uma capella onde se installou a Patriarchal, cujo edificio tambem se perdera, construindo-se depois um templo proprio. que se conservou até 1834, em que a Patriarchal se reuniu á sé de Lisboa (V. *Ajuda).* Com a permanencia da familia real e da côrte, os sitios de Ajuda e Belem fôram prosperando e a população augmentando; el-rei D. José creou então o bairro de Belem. Mais tarde, a entrada dos francezes causou os maiores prejuizos, ficando aquella localidade quasi despovoada pela partida da familia real para o Brazil em 27 de novembro de 1807, e o cêrco de Lisboa em 1833 ainda concorreu para o seu completo abandono. As prosperidades, a que attingira, perderam-se inteiramente, e Ajuda e Belem ficaram desertos; as casas deshabitadas íam-se arruinando sensivelmente e cahindo por terra, Em 1834 desmembrou-se a freguezia d'Ajuda, formando-se a nova freguezia de Santa Maria de Belem, na parte mais baixa, proxima ao Tejo, aproveitando-se para a parochia a egreja do convento dos Jeronymos, o qual ficara vago pela extincção das ordens religiosas. Belem foi constituido em concelho, tendo a sua camara independente, tornando-se um dos arrabaldes de Lisboa mais importantes com os seus magestosos edificios, como o mosteiro de Nossa Senhora de Belem, séde da freguezia, e onde está estabelecida a Casa Pia, o paço d'Ajuda, que se avista sobranceiro, o de Belem na praça de D. Fernando, a historica torre de S. Vicente de Belem, lindas quintas, palacios, etc. Mais tarde o concelho ficou extincto, prolongando-se a area da cidade de Lisboa, collocando-se as barreiras no sitio de Algés, conforme se disse. No sitio que antigamente se chamava *Barra* ou *Surgidouro do Rastêllo*, e depois *Restêllo*, havia uma capella, que fundara o infante D. Henrique, filho de D João I e duque de Vizeu, grão-mestre da ordem de Christo. O infante deu a capella aos freires da ordem. El-rei D. Manuel, porém, a doou aos monges de S. Jeronymo em 1495, dando á ordem de Christo, em troca, a egreja da Conceição, que edificara em Lisboa. Depois da descoberta da India é que o referido monarcha mandou construir no mesmo local o sumptuoso edificio, que vêmos hoje (V. *Mosteiro de Nossa Senhora de Belem*), em memoria de tão grandioso facto. Em Belem existiu um dos nossos antigos estabelecimentos de beneficencia, uma *Mercearia*, que foi fundada pelo infante D. Luiz, filho d'el-rei D. Manuel, com 11 merceeiros, tendo cada um 5 alqueires de trigo, 2 almudes de vinho, 2 canadas de azeite, 1$100 réis em dinheiro, casas com seus quintaes, medico, cirurgião e barbeiro. A rainha D. Catharina, mu-

Vista geral do mosteiro de Nossa Senhora de Belem

lher de D. João III,tambem fundou uma *Mercearia* para 20 merceeiros, com 5 alqueires de trigo e 1$600 réis em dinheiro cada um, casas, medico, etc. Estes dois estabelecimentos de caridade fôram extinctos em 1834. O caes de Belem foi principiado por D. João V, e concluido por D.José. No local chamado *Chão Salgado*, erguia-se o palacio dos duques de Aveiro. Dando-se a conjuração dos Tavoras em 1758, que tinha por fim assassinar el-rei D. José, o ultimo duque d'este titulo, D. José Mascarenhas, foi accusado d'esse crime de lesa magestade, condemnado e suppliciado com os seus cumplices a 13 de janeiro de 1759. O palacio foi arrasado, sendo o terreno salgado para que nunca mais ali se fizesse alguma edificação. Para perpetuar o crime e o castigo, erigiu-se uma memoria (V. *Aveiro, D. José Mascarenhas, 8.º duque de)*. Comtudo, no reinado de D. Maria I essa sentença foi esquecendo, a camara começou a conceder licenças para construcções, e pouco a pouco fôram apparecendo diversas moradas insignificantes, casebres e casas de venda, ficando a *memoria* collocada ao fundo d'um pateo pertencente a uma d'estas casas. Em 1882 construiu-se o actual mercado, o que na verdade se tornava muito preciso, porque até então era constituido pelo agrupamento de homens e mulheres n'um pequeno largo junto á rua Direita de Belem, vendendo fructas, hortaliças, legumes, aves, etc. Em 1877 a camara approvou na sessão de 13 de abril o projecto d'um mercado, que foi sanccionado pelo decreto de 4 de julho do referido anno. Depois de muitas formalidades e discussões que duraram bastante tempo, lançou-se a pedra fundamental, com toda a solemnidade, a 21 de julho de 1880. As obras fôram dadas de arrematação e dirigidas por Julio Cesar Viçoso, da commissão geodesica, auxiliado por João Ignacio Leal. A 28 de junho de 1882 ficaram concluidas, sendo no dia seguinte o mercado aberto ao publico. A inauguração tambem se fez solemnemente, assistindo a camara, o administrador do concelho, o presidente da commissão executiva da junta geral do districto, delegado de saude, etc. O mercado está assente sobre a margem do Tejo, formando um quadrilongo. Ao centro de cada uma das faces ha uma larga porta de entrada. As faces da frente e fundo teem apenas um pavimento, emquanto que as duas lateraes teem dois, que dobram em volta redonda nas quinas, prolongando-se e seguindo sobre uma pequena parte d'aquelles. Interior e exteriormente corre ao longo das paredes e na altura do tecto do primeiro pavimento, um alpendre de zinco que permitte andar á roda dos logares ao abrigo do sol e da chuva. A quadra interior é dividida em dois grandes barracões rectangulares cobertos d'alpendre, onde se vendem n'uns o peixe e nos outros fructas, hortaliças, etc. A praça tem do lado do rio um grande caes, que importou em 2:500$000 réis, e dentro dois marcos fontenarios d'agua commum, e um de agua salgada, em tanque de ferro, para o recinto destinado á venda do peixe. Além da egreja de Santa Maria de Belem, ha o convento do Bom Successo, local onde se vê tambem o hippodromo e um forte. (V. *Bom Successo)*. O convento das Salesias, pertence á ordem instituida por S. Francisco de Salles. Creou-se em Lisboa um hospicio, que se transferiu depois para Belem, onde se edificou o convento, com sua egreja dedicada a S. Francisco de Salles, o qual está situado no fim da Cordoaria, n'uma travessa á direita, n'um pequeno largo. N'este convento estiveram recolhidas muitas senhoras nobres. Na Junqueira e em Belem existem magnificos palacios e quintas e a Cordoaria, fundada por D. Maria I, em 1789. No palacio dos condes de Lavradio havia um museu, fundado pelo 4.º marquez d'Angeja, D. José Xavier de Noronha, em que se conservava uma larga collecção de objectos raros e curiosos, entre os quaes se via uma mumia do Egypto, a primeira que occupou logar nos nossos museus. A quinta do duque de Cadaval, em Pedrouços, que serviu de residencia a D. João V na primavera do anno de 1712; a dos marquezes da Ribeira Grande, fundada pela princeza D. Maria Benedicta, irmã da rainha D. Maria I, e instituidora do hospital dos invalidos em Runa, e muitas outras. O chafariz de Belem construiu-se em 1848. Antigamente existia apenas o *Chafariz da Bola*, assim chamado pela fórma de globo de bronze que encimava a columna por onde a agua subia para as bicas, e que ficava situado entre a praça de Belem e o largo dos Jeronymos, persistindo assim até 1837. Segundo consta por escripturas existentes no Archivo da Camara Municipal de Lisboa, datava de 1611, época em que o senado comprou por 150$000 réis um charco d'agua potavel, que Luiz Moreira e sua mulher Catharina Antunes possuiam n'um cerrado em Alcolena, d'onde a agua se encanou para Belem; este encanamento, com a permissão do prior da freguezia de Belem, passava pela sacristia da egreja, onde deixava uma porção d'agua para o lavatorio. Depois de 1837, com a ruina d'aquelle chafariz, havia apenas uma fonte que era insufficiente para o abastecimento d'agua do bairro de Belem que então se ia desenvolvendo, tornando-se cada vez mais populoso. A camara municipal de Lisboa resolveu então construir um novo chafariz, e para esse effeito comprou por 1:000$000 réis algumas barracas existentes no Chão Salgado, e sendo demolidas, procedeu-se ás obras que tiveram principio em 6 de junho de 1846, ficando em menos de dois annos o chafariz prompto para o serviço publico, realisando-se, por assim dizer, a sua inauguração em 4 de abril de 1848, anniversario natalicio da rainha D. Maria II, porque foi n'esse dia que a agua começou a correr copiosamente na presença do respectivo vereador do pelouro das aguas e de muitas outras pessoas. O chafariz é de boa cantaria; tem 4 golfinhos por onde sae a agua em abundancia, os quaes se achavam guardados n'um telheiro a S. Pedro d'Alcantara, e que eram destinados para ornamento d'um chafariz, que nos fins do seculo XVIII se tencionava construir no Campo de Sant'Anna, hoje Campo dos Martyres da Patria, segundo se lê na *Memoria sobre chafarizes*, publicada em 1851 pelo archivista da camara municipal de Lisboa, Velloso d'Andrade. As despezas feitas com o chafariz de Belem, expropriações das barracas, novos encanamentos, jornaes e materiaes, importaram em 11:800$000 réis. Os golfinhos são trabalhos do esculptor portuguez Antonio Gomes, assim como outras esculpturas do mesmo artista, feitas com destino ao referido chafariz projectado no Campo de Sant'Anna pelo intendente Pina Manique. Em Belem fazia-se uma

importante feira no largo dos Jeronymos, que era sempre muito concorrida, principiando no meado do mez de agosto, e terminando no primeiro domingo de outubro, em que se realisava a procissão de N. S.ª do Rosario, que se faz ainda hoje, a qual sae do convento do Bom Successo. Esta feira tem sido ultimamente muito irregular, umas vezes na praça de D. Fernando, outras no recinto do Hippodromo, e deixando de se fazer alguns annos, depois que se estabeleceu a feira d'Alcantara. O antigo concelho de Belem comprehendia as freguezias de Belem, Ajuda, Alcantara, extra-muros, Santa Izabel, Bemfica, Carnide, Odivellas, e S. Sebastião da Pedreira, extra-muros. O seu brazão d'armas era o seguinte: escudo encimado por uma corôa de conde e bipartido em aspa, tendo na parte inferior a torre de Belem, de prata e em campo azul, rodeada de tres embarcações, e na parte superior o busto de Vasco da Gama. Em Belem ha estação do caminho de ferro de Lisboa a Cascaes. Jornaes : *Clamor de Belem*,—1 de junho de 1879; *Leituras Populares Illustradas*,—maio de 1883 a 1892; *Razão (A)* — 6 de julho a agosto de 1879; *Réclame (O)*, — 22 de janeiro de 1888; *Respiros Escolares*, — 1 de novembro a dezembro de 1879. Em 1893 realisou-se no mosteiro de Belem uma exposição industrial, onde appareceram varias industrias novas.

Belem *(Biblia de)*. Preciosissimo manuscripto illuminado que pertenceu ao convento dos Jeronymos, de Belem, e que actualmente se guarda na Torre do Tombo. V. *Jeronymos (Biblia dos)*.

Belem *(Custodia de)*. Veja se: *Ajuda (Gabinete da)*.

Belem *(Monumento a Affonso de Albuquerque em)*. Este monumento consagrado á memoria do grande conquistador da India, foi erigido em virtu de d'um legado de 35:000$000 de réis, deixados com esse destino, pelo escriptor Simão José da Luz Soriano, fallecido a 18 de agosto de 1891. No testamento, depois de se falar nos tumulos de Vasco da Gama e de Luiz de Camões, lê-se o seguinte: «Uma outra divida, que tambem ha já seculos devia ter sido paga pela nação portugueza é a de se erigir um apropriado monumento a um tão grande homem, consummado politico, e notavel general como foi este nosso heroe, qualidades que por certo o tornaram como o mais util á sua patria d'entre os nossos grandes homens da Asia, sendo elle o que dotou Portugal com um imperio de mais de cem leguas de costa de mar, estendendo-se desde Ormuz até Malaca, subordinando ao seu mando todos os potentados com quem contendeu; vendo-se portanto todos elles obrigados a acatal-o e respeital-o como seu superior e supremo delegado do governo portuguez. Pelo que se lê no Inventario da minha fortuna, creio que o meu espolio dará ainda uma somma apropriada á erecção de um tal monumento, para o qual destino a quantia de 30 a 35 contos de réis, habilitando assim por meio d'ella os amigos da commissão administrativa a realisar este meu desejo. Todavia não me admira que se opponham difficuldades ao meu patriotico intento; mas quando as haja, vá a responsabilidade a quem competir, e saiba o paiz, e saiba tambem o mundo, que ainda passados tantos seculos o mau fado persegue cruamente a memoria d'este grande homem, não obstante serem ainda hoje os nossos dominios de Gôa manifesta prova do seu alto valor e saber militar.» Para cumprimento d'este importante legado, os testamenteiros abriram concurso publico em 1893 entre artistas portuguezes. Apresentaram-se oito projectos do monumento, sendo preferido o do esculptor Costa Motta, como se ostenta hoje na praça de D. Fernando, a principal de Belem, estando a estatua do grande conquistador da India voltada para o lado do Tejo. A inauguração realisou-se solemnemente, a 3 de outubro de 1902, assistindo suas magestades e altezas, a camara municipal, com

Monumento a Affonso de Albuquerque

o seu estandarte á frente, os alumnos da Casa Pia, em numero de seiscentos, formando alas ao monumento, e as forças militares fazendo a guarda de honra, compostas de infantaria 1 e do corpo de marinheiros. No recinto reservado levantava-se ao lado do norte a tribuna real, e ao sul um pavilhão para senhoras e outros convidados. No Tejo, em frente da praça, fundeara uma divisão naval, que se compunha dos cruzadores *D. Carlos*, *D. Amelia*, e *S. Raphael*, corveta *Duque da Terceira* e canhoneira *Sado*. Terminados os discursos e concluida a cerimonia da inauguração, as bandas regimentaes tocaram o hymno nacional e a divisão naval salvou com 21 tiros. O monumento é de estylo manuelino. Na base vêem-se quatro baixos-relevos representando quadros historicos da vida de Affonso de Albuquerque, na India, e são os seguintes: *Os governadores de Gôa entregando as chaves da cidade a Affonso de Albuquerque*; *Derrota dos moiros na ponte de Malaca; Affonso de Albuquerque recebendo o embaixador do rei de Narsinga;—É esta a moeda com que el-rei de Portugal paga os seus tributos.* No segundo corpo do monumento ha mais quatro altos-relevos, representando caravélas e galeões, e em cada angulo assenta uma figura de anjo. Sobre este segundo corpo ergue-se uma columna composta de diversas columnas formadas de cordas e flôres do mar, como é do estylo, e sobre esta columna, rematada por um capitel todo florido, descança a estatua, a qual se fundiu em bronze, no Arsenal do Exercito. Os trabalhos do monumento fôram executados pelos respectivos autores, srs.: Antonio Augusto Costa Motta, esculptor, e Augusto Carvalho da Silva Pinto architecto.

Belem *(Mosteiro de Nossa Senhora de)*. Dois monumentos nos conservam ainda bem viva recordação da grande façanha do descobrimento do caminho maritimo para a India—os *Lusiadas*, a grande epopêa de Camões, e esse outro adoravel poema em pedra que se chama Mosteiro de N. S.ª de Belem, ou mais vulgarmente *Mosteiro dos Jeronymos*. Este, fel-o delinear D. Manuel, o monarcha venturoso, e em 1500 se lançou a primeira

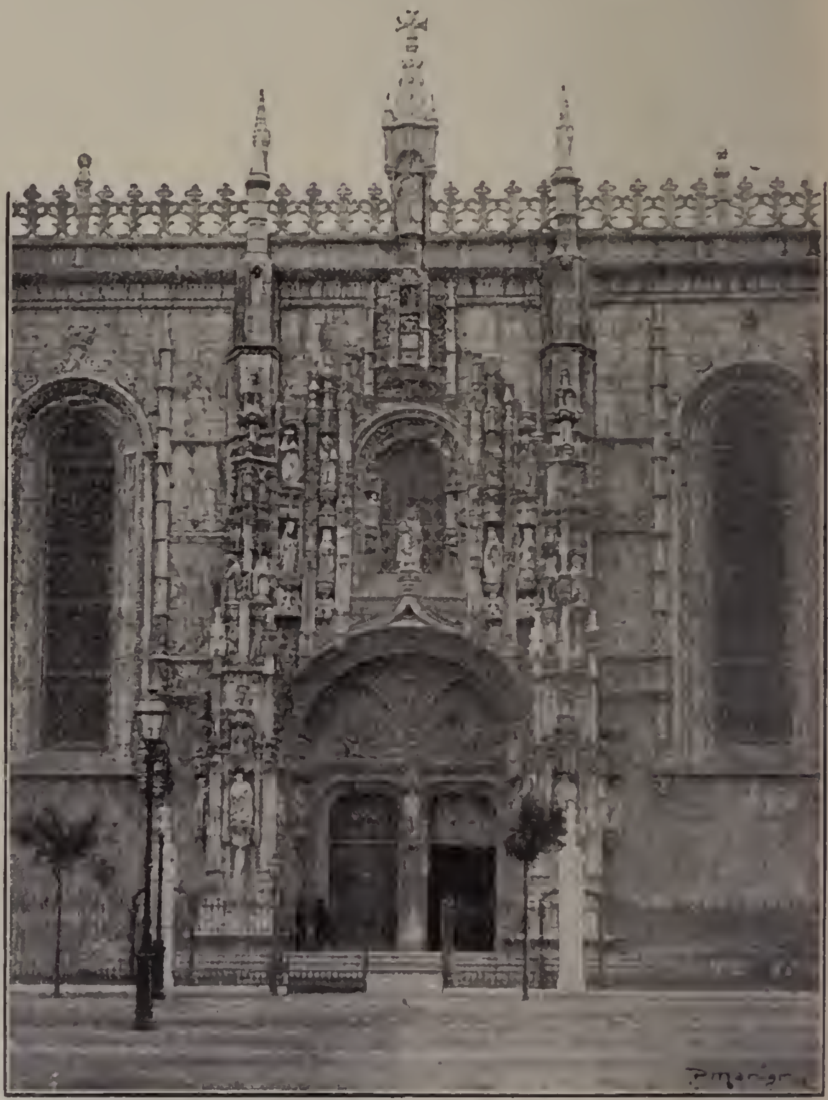

Porta lateral do mosteiro de Nossa Senhora de Belem

pedra do seu fundamento. Com o rendimento d'essas novas fontes de riqueza, abertas na amplitude dos mares, devia ser feita a soberba edificação e foram-lhe consignados, por isso, os dizimos da pimenta. Na provisão para a armada de Pedro Alvares Cabral, que partiu de Lisboa a 9 de março de 1500, se determinava bem claro esse

encargo, dizendo que a propria pimenta que viesse forra, como propriedade do capitão-mór e da mais equipagem, pagaria, ainda assim, os *dizimos a Deus para o mosteiro de Nossa Senhora de Belem.* No seu testamento ainda D. Manuel recordava essa clausula, encommendando que não fosse tirada a dita renda até se acabar a obra. O local destinado para a construcção foi a praia do Restello, porque esse sitio se encontrava já intimamente ligado ao grande feito. Existiam ali uma capellinha e casas adjuntas, que o infante D. Henrique fizera construir e doára á ordem de Christo, sua poderosa e efficaz auxiliadora nos famosos emprehendimentos que lhe immortalisaram a memoria. N'essa capellinha se tinham preparado para a viagem Gama e os seus companheiros, recebendo os sacramentos e sendo acompanhados á praia em vistosa procissão. Mas o edificio já não pertencia, n'essa época, aos cavalleiros de Christo. D. Manuel, pouco antes, tinha-o doado aos monges de S. Jeronimos e compensara a famosa ordem militar com outra installação em Lisboa. Conclue-se d'isto que já existia então alguma cousa n'esse local, intimamente relacionado com os nossos gloriosos emprehendimentos maritimos, e até com o inicio da aventurosa jornada de Vasco da Gama. Logo em 1499 determinou el-rei levantar esse monumental padrão do grande feito, mas em 1500 é que foi lançada a primeira pedra, talvez em dia de Reis. Sobre quem fosse o architecto, que deu o risco inicial para o edificio, houve duvidas durante muito tempo, mas sabe-se hoje que a traça geral foi devida a um artista, francez ou italiano, de nome Boytaca, que viera a Portugal em serviço de D. João II. Tinha sido esse estrangeiro constructor do convento de Jesus, de Setubal, em cuja porta principal se ostentam já os ornatos com que se começou depois a caracterisar o estylo chamado *manuelino*, não obstante ser já usado antes de D. Manuel, e até importado de fóra. Mas uma edificação de tal magnitude não podia ser obra d'um só homem. Todos os grandes artistas que Portugal então possuia, e bem importantes eram, concorreram com o seu contingente para esse monumento. João de Castilho, talvez extrangeiro tambem, teve ali parte importante, pertencendo-lhe a porta travéssa e o claustro. D'esse famoso artista conservamos tambem a egreja do convento de Christo, em Thomar, e as capellas «*Imperfeitas*» da Batalha. Mais trabalharam nos Jeronymos mestre Nicolau, delineador da porta principal; Filippe Henriques, do claustro superior; Domingos Guerra, João Gonçalves, Rodrigo Affonso, constructores de varias capellas; Leonardo Vaz, Fernando Formoso, Francisco Benavente e Rodrigo Pantezylha, do refeitorio, portal da casa do capitulo, sacristia e outras dependencias. Essa construcção foi pois realisada por diversos artistas, cada um dos quaes ahi deixou assignalado o seu merito, mas o architecto geral foi indubitavelmente Boytaca. Foi elle que lançou essas portentosas abobadas que são assombro dos visitantes do precioso monumento. Na base d'uma das columnas do cruzeiro existe um busto que o vulgo se acostumou a considerar como representação do notavel architecto. E' duvidosa tal opinião, mas bem merecida fôra tal honraria ao famoso artista. Importa porém dizer que a traça geral nunca se concluiu. As duas torres nunca subiram, uma apenas se elevou até haver collocação para os sinos, cobrindo-se depois desgeitosamente; o segundo claustro ficou em começo, a casa do capitulo não chegou a ser coberta, e a propria capella-mór do templo teve de ser substituida, cremos que antes de completa. As obras duraram ainda assim, muitos annos. Basta dizer-se que a conclusão da ala norte do claustro superior já

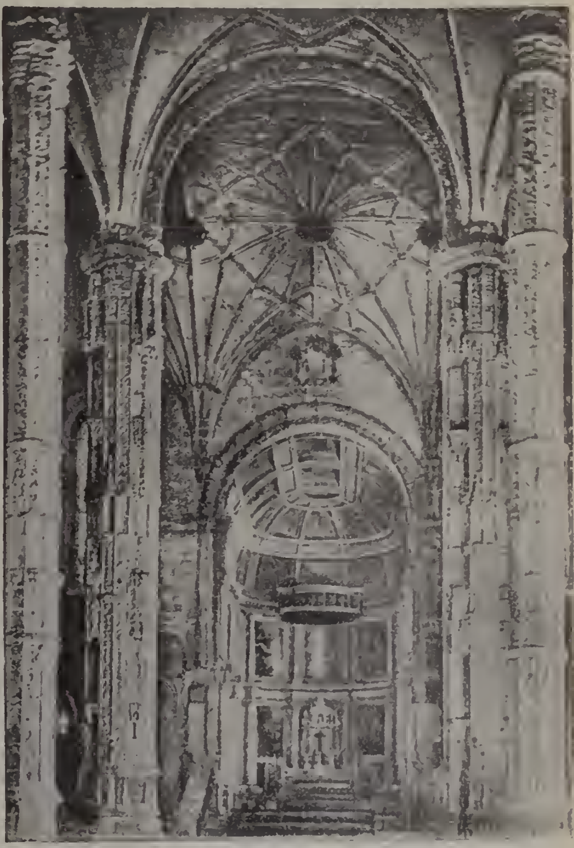

Interior da egreja do mosteiro de Nossa Senhora de Belem

pertence ao tempo de Filippe, primeiro de Portugal. Lá existe uma indicação, no tecto do referido claustro, com a data de 1594. Quando D. Manuel falleceu, a 13 de dezembro de 1521, estava o templo incompleto, por faltar a capella-mór, e apenas feita a parte inferior do claustro. Por isso o monarcha teve de ser sepultado provisoriamente na velha capellinha do Restello, que só tempos depois foi desmanchada. Mas tambem já estava adiantada bastante uma edificação que não pertencia, indubitavelmente, ao plano geral. Essa edificação era o chamado *dormitorio*, um extenso corpo de duzentos metros, ou mais, prolongando-se ao lado do templo, na direcção do occidente. Como era natural, esse corpo foi elevado independentemente da egreja, deixando

por isso desaffrontada a porta principal, que, embora menos pomposa que a lateral, não deixa de ter magestade, e n'ella existem os retratos, em vulto, de D. Manuel e de sua mulher D. Maria. Mais além trataremos d'esta parte da construcção, que nos tempos modernos se tornou muito interessante. Entrando na egreja, o visitante, embora impressionado já com a belleza e grandiosidade da porta lateral, não pode impedir em si mesmo um estremecimento de admiração ante a formidavel abobada que se lhe estende por cima da cabeça. E' essa uma das principaes maravilhas da construcção. Sustentada por oito elegantissimas columnas, tal abobada, de volta mui abatida, parece conservar-se ali por um milagre de estatica. Mas outra coisa fere logo a vista:— é a differença architectonica da capella-mór. A razão é simples; essa parte actual do templo foi começada em tempo de D. João III e concluida por D. Catharina, sua mulher, no tempo em que era regente do reino, em virtude da menoridade de D. Sebastião. O gosto architectonico do tempo era já o classico, que deu mais tarde no recócó, e os artistas modelaram por esse estylo a sua obra. Assignalaram-se n'ella João Torralva e Jeronymo de Ruão. A pobreza de ornatos d'essa capella, posta ali em comparação com as grandezas ornamentaes do resto da fabrica, é uma prova da terrivel decadencia em que se mergulhou Portugal logo no reinado seguinte ao do

Claustro do mosteiro de Nossa Senhora de Belem

rei venturoso. Nos lados da capella estão os tumulos de D. Manuel e D. João III e os de suas respectivas esposas D. Maria e D. Catharina. No altar-mór ostenta-se um grande sacrario de chaparia de prata, obra do ourives João de Sousa. Foi doado á egreja, como declara um letreiro, por D. Pedro II, mas mandou-o fazer D. Affonso VI, para celebrar a victoria do Ameixial. Nas capellas do cruzeiro tambem ha tumulos reaes. Na da parte do Evangelho está D. Henrique, e na da Epistola, diz o epitaphio que, *si vera est fama*, se encontram os restos de D. Sebastião. N'esta ultima se ostentam, no meio, dois tumulos de precioso lavor de pedra, trabalho do esculptor Costa Motta, em que se encerram as cinzas de Camões e de Vasco da Gama. Foram feitos em 1898. O côro, sobre o fundo da egreja, é vasto, debaixo d'elle estão as capellas do Senhor dos Passos e a que serve de baptisterio da freguezia installada n'essa egreja. Se vamos acima pasmamos com a perfeição do trabalho de talha das bancadas do côro. E' pura Renascença, gosto italiano. Havia dois orgãos primorosos, um principalmente, que estão reduzidos ás suas monumentaes fachadas. Por dentro acham-se desmanchados. A respeito do templo falta-nos dizer, para complemento d'esta succinta descripção, que n'este momento se encontram lá depositados, esperando que se lhes construam tumulos proprios, os restos de Garrett e de João de Deus. Sahindo pela porta principal, que olha para o occidente, encontramo-nos em uma especie de corredor, praticado entre o templo e o dormitorio, actualmente designado annexo. A' direita fica-nos a antiga portaria do convento, hoje entrada para a Real Casa Pia (V. *Casa Pia*). Reparando agora na porta da egreja logo nos salta aos olhos que foi victima d'uma lastimosa barbaridade. Para estabelecer ligação entre o côro da egreja e o dormitorio, construiu-se um corpo intermedio, e d'ahi resultou o vandalismo soffrido pela bella portada. A parte superior foi destruida para segurar a abobada. N'esse corpo intermedio, construido em tempo de D. João III, havia a sala chamada dos reis, ou ante-côro. Esta designação proveiu-lhe de ter em volta os retratos dos reis. Entrando agora na portaria do convento, temos á direita a communicação para o claustro. E' extraordinariamente bella essa parte do monumento. Se o templo nos surprehende pela sua grandeza e magestade, o claustro, esse enleva nos, arrebata-nos, deixa-nos embevecidos perante a multidão de columnas flexiveis e rendilhadas, que constituem a arcaria graciosa de suas galerias. E' quadrado e tem cada uma de suas alas 55 metros de comprimento, sobre $6^m,5$ de largura. Prolongando-se com a ala occidental, o quasi do comprimento d'esta, está o refeitorio, em que

brilham surprehendentes quadros de azulejo. Na ala oriental abre-se a bella portada da casa do capitulo. Esta parte só em nossos dias foi coberta, para servir de capella em que repousam os restos de Alexandre Herculano, e lá está, ao centro, um bello tumulo em que dorme o somno eterno o notavel escriptor. Esta obra, dirigida pelo engenheiro Valladas (Manuel Raymundo), foi terminada em 1886. Ha ali, além do tumulo, uma obra d'arte notavel, que é um Crucificado, de tamanho natural, esculpido em pedra, por Simões d'Almeida. A parte superior do claustro é de architectura mais simples, por ser obra muito posterior a D. Manuel. Com elle communica o côro e uma grande casa quadrada, que era a bibliotheca dos frades, e é hoje a da Casa Pia. Duas palavras agora a respeito do antigo dormitorio, ou annexo. Era, como dissémos, um corpo muito extenso e pouco largo em que os frades tinham estabelecidas as suas setenta e duas cellas. Ligado ao templo pelo tal corpo intermedio, directamente passavam os frades das suas cellas para o côro. D'ahi communicavam para o claustro e para as outras dependencias do convento. Este dormitorio fôra no começo muito elegante, como ainda se vê d'um quadro existente no museu da Haya, mas com o decorrer do tempo os frades escangalharam-no deploravelmente. Desmancharam-lhe a primitiva harmonia com accrescentamento de andares, e transformações de frontaria, de modo que chegou a não se perceber já o que fôra em seu inicio. Assim se encontrava em 1859, época em que um homem de grande notoriedade em Lisboa, José Maria Eugenio d'Almeida (V. *o respectivo nome*), tomou conta da gerencia da Casa Pia, estabelecida no monumento desde de 1833. Entendendo que era vergonha ver o edificio em tal estado, emprehendeu uma obra gigantesca, que por um acaso infeliz se não encontra concluida n'esta data. Mandou reconstruir o dormitorio, que desde então se começou a chamar annexo, começando logo por desligal-o do templo, com a demolição do tal corpo intermedio. Ao centro projectaram os dois architectos italianos, Rambois e Cinati, uma torre magestosa que chegou a estar quasi concluida, mas que desabou em 1878. Depois d'isso continuaram as obras de simples reparos, sendo o mais importante a conclusão dos arcos menores do claustro superior. Para o logar da torre que cahiu se está construindo um corpo central modesto. Adjunto ao edificio está uma grande cerca, de trinta e tantos hectares, e n'ella existem tres pequenas construcções que não deixam de ter curiosidade. São a capellinha de S. Jeronymo, posta n'um alto, de estylo manuelino, que devia de ter sido construida ao mesmo tempo que a egreja. A capella de Santo Christo, a meia encosta, de formas singelas e marcando uma época relativamente proxima.

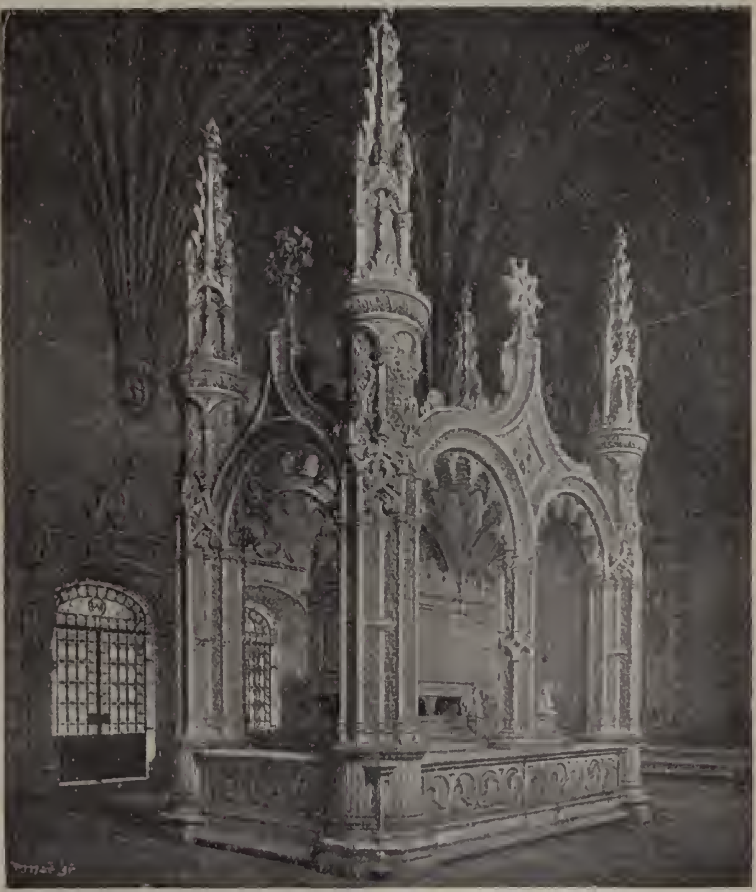

Tumulo de Alexandre Herculano

Captiva por ser extremamente pittoresca. Finalmente a Fonte Branca, do mesmo tempo do Santo Christo. A respeito do magnifico edificio muito se tem já escripto; não foram porém muito prodigos de noticias os autores coevos da construcção como Damião de Goes, João de Barros e outros, que levemente se referiram a elle. José Siguença, chronista da ordem de S. Jeronymo, dedica-lhe bastantes paginas da sua *Historia da Ordem de San Jeronymo;* Colmenar, nas *Délices de Espagne e du Portugal*, tambem se refere largamente a elle. Em 1899 publicou o sr. Martinho da Fonseca um manuscripto do seculo XVIII, devido a fr. Jacintho de S. Miguel, que encerra noticias muito curiosas, mas referidas á época em

que foi delineado. Tambem na Torre do Tombo existe outro volumoso manuscripto, assignado por fr. Manuel Baptista de Castro. Pertence ao seculo XVII, mas é muito parco de indicações a

Tumulo de Luiz de Camões

respeito do começo da construcção e das modificações que lhe tem sido feitas. Em tempos modernos, além de muitos artigos em publicações diversas, temos a notar um pequeno folheto de Varnhagen, que appareceu primeiramente em artigos no *Panorama;* outro do Abbade Castro e Sousa, *Descripção do Real Mosteiro de Belem*; e finalmente um trabalho do professor da Real Casa Pia sr. Cesar da Silva, intitulado *Mosteiro dos Jeronymos*, que já tem segunda edição e que constitue, seguramente, o repositorio mais completo de noticias a respeito do famoso monumento.

Belem (*Palacio Real de*). Ha tres seculos compunha-se esta propriedade importantissima de dois prazos foreiros ao mosteiro de Belem, e um d'estes prazos que comprehendia as casas principaes e parte da cerca e da quinta, fôra dado de aforamento em 11 de setembro de 1559 a D. Manuel de Portugal; e o outro a D. Jorge de Mascarenhas, em 22 de julho. O primeiro prazo ficou vinculado morgado dos Cortes Reaes, e instituido por Jeronymo Corte Real. No anno de 1623 tomou posse d'aquella propriedade D. Luiz de Portugal, como successor do mesmo morgado, e vindo depois a succeder á condessa d'Aveiras, D. Joanna Ignez de Portugal, mãe do 3.º conde de Aveiras, D. João da Silva Tello de Menezes. Foi este ultimo quem o vendeu a D. João V, em 4 de julho de 1726, por 200:000 cruzados. O novo e real proprietario procedeu logo a grandes reformas, e para tornar mais vasta a quinta, que já era importante, comprou ao conde de S. Lourenço uma outra quinta, que estava annexa ao palacio. Em tão espaçoso terreno se formaram magnificos jardins, que ficaram vedados ao publico por uma gradearia de ferro. Estes jardins fôram embellezados brilhantemente com estatuas, vasos de marmore, pavilhões, lagos, fontes, cascatas, lindas ruas, e espaçosas escadarias que conduziam a terraços, d'onde se avistava uma interessante e curiosa vista de mar. Em um dos lagos da quinta collocaram-se dois grupos, representando um d'elles a caridade romana na figura d'uma rapariga que alimenta seu decrepito pae, preso e manietado, com o leite de seu proprio seio. Tem este distico: *Bernardino Ludovici, romano, 1737.* O outro grupo representa Cleopatra expirando nos braços de sua aia, e tem uma inscripção, em que mostra ter sido obra de José Mazzuoli, em 1717. O palacio ficou quasi completamente transformado, tanto na decoração interior como na perspectiva exterior. Tem quatro faces, deitando a principal para o lado do Tejo, cahindo sobre um vastissimo jardim; as duas faces lateraes deitam para dois espaçosos pateos, e a do lado do norte sobre a quinta. A fachada principal consta de cinco corpos, resaltando symetricamente uns e os outros, e sendo o do centro o mais recolhido. Tem dois pavimentos, o terreo e o nobre. A' frente d'esta fachada está uma larga varanda de pedra guarnecida de balaustrada com escadas para o jardim. Nos tres corpos centraes estão as tres melhores salas do palacio. São duas as entradas, uma na parte de oeste e outra de leste, sendo aquella a serventia para as pessoas da côrte e convidados em occasiões solemnes, e esta para a familia real. O salão da entrada do lado de oeste, chamado a *Sala dos bichos*, é devéras digno de admirar-se, porque tem o pavimento todo forrado de marmores em xadrez, e as paredes guarnecidas de medalhões onde se vêem cinzelados em jaspe diversos grupos de imperadores romanos, tendo ao centro da parede do fundo um grandioso busto de D. João V, esculptura de grande merecimento, feita em marmore de Carrara, assente sobre um pedestal, e ao lado duas fontes tambem de marmore, que lançam agua em dois pequenos tanques. No tecto elevado vêem-se pinturas allegoricas. Na frente de leste é o vastissimo salão de baile, que ostenta bellas pinturas e relevos dourados no tecto. As tres salas, que se seguem, teem decorações similhantes ás primeiras, e ainda se vêem outras mais pequenas, tendo todas janellas para uma vasta galeria que contorna o palacio, e da qual se desce para os jardins por escadarias de pedra, adornadas de magnificos balaustres. O palacio de Belem era tambem enriquecido com muitos quadros de autores nacionaes e estrangeiros, com que D. João V o havia adornado, mas infelizmente essa valiosa collecção já ali não existe, porque depois da familia real ter partido para o Rio de Janeiro em novembro de 1807, em consequencia da invasão dos francezes, os quadros fôram, por sua ordem, transportados para aquella côrte, e nunca mais voltaram á real residencia de Belem. Ao lado do norte havia um hospicio pertencente ao palacio, e que os con-

des d'Aveiras cediam aos frades do convento da serra d'Arrabida, para ali se hospedarem, quando vinham a Lisboa. O hospicio tinha seis cellas, um notavel refeitorio, e uma bonita e rica capella. D. João V acabou com aquella concessão, dando aos frades arrabidos o convento de Mafra, e desde então os religiosos iam ali recolher-se quando vinham da serra d'Arrabida. Junto ao palacio existe o *Picadeiro real*, que, segundo dizem é considerado um dos mais importantes da Europa. Foi mandado construir por el-rei D. José sobre o plano elaborado pelo architecto italiano Jacomo Azzolini. A obra completou-se no tempo de D. João VI, sendo aiuda regente. O pavilhão da quinta que deita para a praça de D. Fernando, é de triste recordação. Foi ali que passaram as ultimas horas de vida os fidalgos accusados de crime de lesa-magestade, os marquezes de Tavora, seus filhos, o duque de Aveiro, o conde de Athouguia e alguns familiares. Transportados em 12 de janeiro de 1759, d'ali sahiram no dia seguinte para o affrontoso supplicio que soffreram. Junto ao pavilhão está um pateo, chamado *Pateo dos bichos*, por terem existido n'aquelle local varias jaulas com animaes ferozes enviados pelos governadores do ultramar a D. João V. O palacio e quinta de Belem tornaram-se uma habitação principesca onde o referido monarcha passava todos os annos a estação calmosa. Não tem, relativamente, capacidade para habitação permanente da familia real com todo o seu estado, no entretanto, em 1845 e 1846, ali viveu a rainha D. Maria II, em quanto se fizeram obras no palacio das Necessidades. Foi tambem n'aquella regia residencia que alguns annos antes, o notavel estadista Manuel da Silva Passos obteve uma audiencia da referida soberana, quando na revolta conhecida pela *Belemzada*, acceitou ir ao paço em nome do povo falar á rainha, e conseguiu que D. Maria II voltasse para as Necessidades, e que annuisse ás pretensões do povo. No palacio de Belem teem-se hospedado, em diversas epocas, muitos principes, reis e rainhas. De 30 de abril a 7 de maio de 1839, a rainha D. Adelaide Amelia, viuva do rei de Inglaterra, Guilherme IV. A 20 de junho do referido anno, o duque de Nemours. A 20 de outubro de 1842, o principe de Joinville e o duque de Aumale. De 12 de maio a 13 de junho de 1846, o duque reinante de Saxe Coburgo-Gotha, sua mulher e dois primos. De 26 de agosto a 18 de setembro de 1861, o principe Leopoldo de Hohenzollen-Signaringen, irmão da rainha D. Estephania, que vinha desposar a infanta D. Antonia, e mais seu irmão o principe D. Carlos. De 11 a 20 de outubro de 1863, os principes Amadeu, duque de Aosta, e Eugenio Carignan. A 18 de junho de 1865, a princeza do Brazil, D. Izabel Christina e seu marido o conde de Eu. A 20 do referido mez e anno, o duque de Nemours. A 11 de dezembro de 1866, os reis de Hespanha D. Francisco de Assis e D. Izabel II, a infanta D. Maria Izabel e o principe das Asturias. De 29 de junho a 13 de agosto de 1867, o duque de Saxe Coburgo-Gotha e sua mulher a princeza do Brazil, D. Leopoldina. De 13 de fevereiro a 3 de março de 1873, os ex-monarchas de Hespanha, D. Amadeu de Saboya e D. Maria Victoria, irmão, e cunhada da rainha senhora D. Maria Pia. De 1 a 7 de maio de 1876 o principe de Galles, Alberto Eduardo, depois Eduardo VII e o principe de Battenberg. De 10 a 16 de janeiro de 1882, os reis de Hespanha, Affonso XII e sua mulher D. Maria Christina. A 16 de dezembro de 1889, o conde de Paris, pae da rainha senhora D. Amelia. De 19 a 28 de janeiro e 1891, o conde de Paris e o duque de Orleans. A 21 de abril do referido anno, o conde de Paris. De 26 de abril a 4 de maio seguinte, a condessa de Paris, mãe da rainha senhora D. Amelia. De 20 a 26 de dezembro, ainda de 1891, o condè de Paris e seus filhos D. Izabel e o duque de Orleans. Ultimamente, em dezembro de 1903, o rei de Hespanha, D. Affonso XIII e a sua comitiva. Em 1886, el-rei senhor D. Carlos, então duque de Bragança, escolheu o palacio de Belem para sua residencia quando casou em maio, d'esse anno. O palacio soffreu obras importantes; restaurou-se o que era possivel restaurar, e reformou-se em parte a decoração das salas e mais aposentos destinados aos jovens esposos. Para esse fim fizeram-se algumas divisões interiores para lhe dar mais commodidades, e a direcção d'essas obras foi confiada ao architecto das obras publicas Raphael da Silva Castro. Os melhores artistas portuguezes trabalharam assiduamente por espaço de quasi tres mezes, na decoração das salas e quartos para os noivos. Vêem-se ali obras de pintura feitas por Columbano Bordallo Pinheiro, João Vaz, Felix da Costa, Cotrim, Malhôa, etc., ornamentações de talha de Leandro Braga, e muitos outros trabalhos importantes. Em 1903, por occasião da visita do rei de Hespanha, Affonso XIII, tambem se procedeu a algumas obras e a grandes ornamentações para a hospedagem do real visitante.

Belem *(Torre de S. Vicente de)*. E' obra de el-rei D. Manuel a construcção d'esta lindissima fortaleza, que se ergue na margem direita do Tejo, logo adeante do mosteiro de Belem, mas o pensamento da sua edificação pertence a D. João II, que, não chegando a realisal-o, deixou esse encargo ao seu successor. Foi um dos primeiros melhoramentos feitos por D. Manuel, apenas subiu ao throno, em 1495. El-rei D. João II, desejando pôr ao abrigo de qualquer ataque imprevisto não só dos piratas, mas de quaesquer outros inimigos, a cidade de Lisboa e seus suburbios, determinara primeiramente melhor ar e augmentar o forte que D. João I fizera construir na margem sul do rio, e que hoje se chama a *Torre Velha*, porém depois resolvera edificar uma fortaleza, a qual cruzando os fogos com aquella, fechasse o porto de Lisboa ao inimigo. Encarregou então do plano a Garcia de Rezende, seu moço da camara e desenhador, porém a morte veiu surprehendel-o antes de se effectuar a construcção. El-rei D. Manuel é que pôz em execução aquelle pensamento, conforme dissémos. Construiu-se a fortaleza quasi ao meio do Tejo, sobre uns grandes rochedes, que sómente ficavam a descoberto na baixa-mar. Quando se terminou, e por muitos annos depois, navegavam entre a torre e a margem do norte navios que não fôssem de maior lotação. Com o tempo e a natural tendencia do Tejo para obstruir aquella sua margem, esta foi crescendo sobre o rio, o qual tambem, por effeito do encontro que essa edificação lhe apresentava, ia depositando e accumulando areias junto á base da torre para o lado de ter-

ra, onde a corrente era menos forte. D'esta arte se formou um banco de areia, que veiu a uuir-se á terra firme. Todavia, posto que ficasse impedida por ali a navegação de embarcações de alto mar, continuou por largos annos aquelle canal a offerecer passagem aos barcos do serviço do rio. Isto succedia ainda na primeira parte do seculo XVIII. No fim d'esse seculo, apenas os botes podiam navegar por ali em maré cheia. O forte do *Bom Successo*, construido no principio do seculo XIX, acabou de todo com aquella communicação, pois deu causa a novas e mais rapidas accumulações de areia, com as quaes ficou a Torre de Belem completamente sentada na margem do norte, no portal d'uma comprida e larga restinga de areias. A fortaleza foi dedicada a S. Vicente, em memoria da entrada do corpo d'este santo martyr pela foz do Tejo, no tempo de D. Affonso Henriques. Quando se concluiu, D. Manuel fez doação da capitania a Gaspar de Paiva, a 25 de setembro de 1521. N'um artigo de Vilhena Barbosa, no vol. VII do *Archivo pittoresco*, vem a seguinte descripção da formosissima torre: «E' construida toda esta fortaleza de pedra de cantaria, tendo as muralhas um pouco mais de tres metros de espessura. Tem duas baterias, uma casamata, situada inferiormente, outr'ora ao lume de agua, com quinze canhoneiras, hoje desguarnecidas; a outra collocada sobre esta, formando uma espaçosa platafórma com sete canhoneiras e cêrca de ameias, com suas guaritas nos angulos. No centro d'esta platafórma está a grande abertura que dá ingresso e luz para a bateria inferior. A grade de pedra que a cérca, é decorada nos angulos por quatro columnas, coroadas por outras tantas espheras armillares, e nos intervallos lateraes das columnas por quatro pyramides, duas de cada lado, tudo guarnecido de lavores variados. No intervallo da frente avulta a imagem de Nossa Senhora de Belem, com o menino Jesus nos braços, mettida em um nicho, coberto com um gracioso baldaquino, arrendado e lavrado com muita diversidade de relevos. No primeiro andar da torre está a *sala regia*, com uma porta para a varanda, que se estende por toda a largura da fachada da mesma torre. A sala é quadrada, mas o tecto, de abobada de pedra, é elliptico, do que resulta a singular particularidade de se poderem corresponder em voz baixa duas pessoas, collocadas nos angulos da casa, em quanto que uma terceira posta no meio da sala, e por conseguinte mais perto de cada um dos interlocutores, nada póde ouvir. A varanda resalta da parede da torre, sendo sustentada por cachorros de pedra. E' coberta com abobada, que se fórma em sete arcos, e estes em oito columnas, correndo no intervallo d'ellas uma gradaria de pedra. Sobre a varanda, no segundo andar, abrem-se duas janellas, ornadas com seus lavores, ficando no centro o escudo das armas reaes, e nos lados as divisas de el-rei D. Manuel. Por cima d'este andar corre pelas quatro frentes da fortaleza o adarve ameiado, sustentado sobre cachorros de pedra, que deixam abertos os espaços entre si, chamados *machicoulis*, por onde, segundo as antigas praticas de guerra, se lançavam ao inimigo que accommettia as portas da torre, pedras, virotes, materias inflammadas, agua ou azeite fervendo. Nas ameias do adarve, bem como nas da platafórma, estão entalhadas as cruzes floreteadas da ordem de Christo. No terceiro e ultimo andar acha-se outra sala. Tem duas janellas, uma com assentos, que deita para o adarve e está voltada para Lisboa, e outra um pouco mais elevada, e que olha para o norte. O pavimento é de marmore em xadrez, e o tecto de abobada abatida, e toda de artesões. A parede exterior d'esta sala para o lado da frente da fortaleza, que é o do sul, não tem janella nem ornato algum. Sobre este andar ha um eirado, cercado de ameias, e com guaritas nos angulos, onde se hasteia a bandeira nacional, e o pavilhão real quando el-rei visita a fortaleza. D'este eirado goza-se um lindo panorama em dilatado horisonte. Não se limitou o architecto a adornar a fachada principal da torre. Tambem nas outras frentes deixou provas da sua phantasia artistica, e do seu bom gosto, sobretudo na que está voltada para o norte. Decoram esta frente, nos angulos, duas guaritas, inferiores ao primeiro andar, e por cima d'estas duas estatuas mettidas em nichos, e debaixo de baldaquinos abertos em rendas, e guarnecidos de lavores; no primeiro andar uma grande e formosa janella de sacada, resaltando da parede sobre tres cachorros de pedra, formada por dois arcos, sustentados por tres columnas, e coberta por uma cupola; no segundo andar outra janella, tambem com tres columnas, mas de peitoril, e sem resaltar; no terceiro o adarve de que já falámos, e as ameias e guaritas do eirado superior. No envasamento da torre ha uma porta, por cima da qual corre um cordão todo lavrado, que une as guaritas dos angulos. Nas fachadas lateraes tem o primeiro e segundo andar janellas eguaes ás que deixámos descriptas. A entrada da fortaleza, que deita para éste, é por uma escada de pedra, que lhe serviu de caes, e que conduz a uma porta que se abre na altura da bateria inferior.» A torre de S. Vicente de Belem, apezar de na actualidade ter pouca importancia militar, conserva, comtudo, a importancia historica e architectonica. E' hoje considerada, como praça de guerra de segunda classe, e o seu governo é exercido por um official reformado da patente de coronel ou de tenente-coronel. Em 1840 houve idéa de transformar a torre de Belem em museu militar, como em Inglaterra se fizera na torre de Londres. O visconde de Pernes foi o encarregado de organisar este museu; não tendo, porém, o governo de então facultado os meios indispensaveis, nada se realisou. A torre de Belem serviu por vezes de prisão de Estado. No tempo de Filippe I, de Portugal, ali esteve encerrado até fallecer, o pae do arcebispo D. Rodrigo da Cunha, o distincto fidalgo D. Pedro da Cunha, por ter seguido o partido de D. Antonio, prior do Crato, contra a usurpação hespanhola. No principio do reinado de D. João IV, em 1641, tambem ali estiveram os fidalgos accusados de conspirarem contra o soberano; o duque de Caminha, D. Miguel de Noronha, o marquez de Villa Real, seu pae, D. Luiz de Menezes, o arcebispo de Braga D. Sebastião de Mattos de Noronha: muitos outros como o bispo de Martyria, D. Francisco de Faria, coadjutor do arcebispo de Braga; D. Francisco de Castro, bispo e inquisidor geral; fr. Luiz de Mello, bispo eleito de Malaca; o conde de Valle de Reis, D. Nuno de Mendonça; Mathias d'Albuquerque, general, governador do Alem-

tejo, etc. A torre de S. Vicente de Belem tornou-se quasi inutil para a defeza do porto com o progresso das sciencias militares. Soffreu muitas modificações, extraordinarios destroços nos seus ornamentos; na platafórma da bateria superior edificaram uma casa de dois pavimentos para quartel da guarnição, obstruindo assim quasi todo aquelle espaçoso eirado, etc. Em 1845, o duque da Terceira, então governador da torre de Belem, conseguiu restaural-a, restituindo-a á sua fórma primitiva. O governo da torre era considerado um dos cargos mais honrosos do reino, e sendo sempre confiado a um militar distincto por nascimento ou por serviços ao paiz. Até pouco depois de se ter restabelecido o governo constitucional, todos os navios que sahiam a barra, sem excepção alguma, pagavam a quantia de 3$800 réis, sendo 1$600 para o governador, e o resto dividido pelos outros officiaes e praças da guarnição. A parte d'este imposto recebida annualmente pelo governador andava, pouco mais ou menos, por 3:000$000, réis os quaes elle accumulava como gratificação ao soldo da sua patente. D. Pedro IV aboliu em 1833 aquelle imposto; querendo, porém, dar uma prova da gratidão nacional ao duque da Terceira pelos serviços prestados á causa da liberdade, nomeou o governador da torre de Belem, com a pensão vitalicia annual de 2:000$000 réis, cargo que o distincto marechal exerceu até ao anno de 1860, em que falleceu. O governador da torre tinha tambem um palacio para habitar, situado na praia do Bom Successo. Depois da morte do duque da Terceira, foi vendido pelo Estado ao fallecido marquez de Vianna. Não sabemos a quem hoje pertence.

Torre de S. Vicente de Belem

Belem. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || Pov. na ilha de S. Miguel, na freg. de S. Roque, de Rosto de Cão, conc. e distr. de Ponta Delgada. || Logar na freg. de S. Salvador, de Fornos, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Belem de Baixo e de Cima. Dois montes na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Belemzada. Ficou assim conhecida a revolta politica feita em Belem no mez de novembro de 1836. Antes da revolução de setembro d'esse anno, os abusos dos governantes e a sua falta de respeito pelas leis, haviam causado geral indignação. A guarda nacional, que era uma garantia para o povo, andava seriamente irritada pela victoria cada vez mais oppressiva dos reaccionarios. Nos clubs, e especialmente no celebre club dos Camillos, crescia a agitação. Conspirava-se por toda a parte. Combinado o plano da revolução, e tendo o governo convocado novas côrtes para o dia 11 de setembro, deliberou-se fazer o movimento revolucionario no dia 10, em que os deputados eleitos pelo Porto, os irmãos Passos, etc., deviam chegar ao Tejo no vapor que fazia a viagem entre aquella cidade e Lisboa. Organisou-se uma commissão patriotica para os festejos com que se haviam de receber os deputados, resolvendo-se, apezar dos editaes do governador civil prohibindo quaesquer manifestações, que apenas o vapor chegasse á barra, lançassem muitos foguetes, e se mandasse a bordo uma deputação com os deputados liberaes que

estavam em Lisboa, para cumprimentar os do Porto, e esperar os viajantes no Terreiro do Paço com musicas, sendo uma d'ellas a do batalhão n.º 15 da guarda nacional. Foi egualmente decidido que o cortejo se dirigisse ao largo das Côrtes, e acclamasse ali a Constituição de 1822. No dia 9 o governo mandou abrir uma devassa ácerca do que se passara em varias reuniões revolucionarias, prohibiu a musica do batalhão n.º 15 de tomar parte no recepção dos deputados do Porto, deu ordem para a prisão de todas as pessoas que levantassem vivas á Constituição de 1822 ou que lançassem foguetes, e adoptou grandes precauções. O povo de Lisboa e a guarda nacional, porém, não se importaram com as medidas do governo. Logo na manhã do dia dia 10 era enorme a agitação em Lisboa, sendo as ruas atravessadas a todo o instante por tropas, e convergindo para o Terreiro do Paço muita gente a tudo disposta a favor da liberdade. Por todas as ruas da cidade baixa se via policia e patrulhas da guarda municipal. A's 3 horas da tarde avistou-se o vapor *Napier*, que trazia a seu bordo os deputados, e logo subiram ao ar milhares de girandolas de foguetes em toda a cidade, ficando a policia desnorteada com esta primeira manifestação de desobediencia produzida ao mesmo tempo em diversos pontos de Lisboa. As musicas tocaram o hymno de 1820, que tambem era prohibido, rompendo no Terreiro do Paço e em outros pontos muitos vivas á Constituição. A's 4 horas desembarcaram os deputados, e no Terreiro do Paço entrou no mesmo instante um batalhão da guarda municipal. O povo continuava dando vivas á Constituição de 1822, e o commandante do batalhão soltou um grito de *Viva a Rainha! viva a Carta!* O povo atirou-se sobre elle com tal impeto, que o deitou do cavallo abaixo, conseguindo o official a muito custo fugir á furia popular. O commandante da guarda municipal appareceu, e o povo, notando-lhe ares provocadores, quiz obrigal-o a dar vivas á Constituição, mas o commandante respondeu, levantando vivas á Rainha e á Carta. Desembainhou em seguida a espada, para se defender do furor dos populares que o ameaçavam, ferindo alguns, resultando precipitar-se sobre elle muita gente, que lhe matou o cavallo, e o mataria tambem, se um ajudante não conseguisse salval-o. Depois d'este incidente, espalhou-se que toda a guarda municipal viria arremetter sobre o povo, e os guardas nacionaes correram então aos quarteis a buscar as espingardas. Estava iniciada a revolução. A's 8 horas da noite começaram a reunir-se os guardas nacionaes. Os batalhões n.ºs 15, 16 e 17 formaram-se nos seus quarteis, e, sendo commandados por Francisco Soares Caldeira, dirigiram-se para o Campo d'Ourique, a fim de se incorporarem ao regimento de infantaria n.º 2. Marcharam em seguida para o Colleginho, onde se lhe juntaram duas companhias da guarda municipal, uma de infantaria e outra de cavallaria, e d'ali fôram para a praça de D. Pedro, onde permaneceram toda a noite. Os batalhões n.ºs 9 e 10 postaram-se no Terreiro do Paço. O governo mandou-os dispersar pelo regimento de cavallaria n.º 4 e uma força de caçadores e artilharia, mas declarando os chefes dos insurgentes que estavam dispostos a resistir, a tropa de linha retirou-se, e elles marcharam sem obstaculo para a praça do D. Pedro. O batalhão n.º 19 correu a reunir-se na mesma praça, onde não cessaram os vivas á Constituição de 1822. Pouco depois chegou ali o batalhão de caçadores n.º 5, com ordem de fazer evacuar aquelle local, porém o commandante das fôrças insurreccionadas declarou ao major de caçadores n.º 5, que os cidadãos ali reunidos, estavam dispostos a todos os sacrificios para restaurar a Constituição de 1822, e como os soldados que o governo julgava fieis, fraternisassem com o povo, o major teve de abandonar a praça de D. Pedro sem que nenhum soldado o seguisse. Assumiu o commando no batalhão o tenente Miguel de Sousa Guedes. Em seguida nomeou-se uma commissão composta d'um official de cada corpo para levar á rainha a seguinte mensagem: «Senhora—A leal guarda nacional e a leal guarnição de Lisboa dirigem-se a vossa magestade, pedindo-lhe que haja de annuir aos seus votos e em geral aos da nação portugueza, provendo de remedio os males que desgraçadamente tem levado esta magnanima nação á proximidade do mais horroroso abysmo, do qual só poderá ser salva pela immediata proclamação da Constituição de 1822, com as modificações que as côrtes constituintes julgarem por bem fazer-lhe». A rainha recebeu esta commissão ás 4 horas da manhã, e pediu aos officiaes que regressassem aos seus corpos, onde enviaria a resposta. A's 6 horas appareceu Thomaz de Mello Breyner com a resposta em que a rainha declarava ter demittido o governo e incumbido o visconde de Sá da Bandeira e o conde de Lumiares de organisarem novo gabinete. Communicava mais, que tinha nomeado commandante das fôrças revoltosas Luiz de Moura Furtado, ficando a seu lado Francisco Soares Caldeira. A's 7 horas os corpos reunidos marcharam para o palacio das Necessidades, onde se fez a solemne proclamação da Constituição de 1822. No *Diario do Governo* appareceu publicada a proclamação, a demissão do ministerio, que então se compunha do duque da Terceira, Agostinho José Freire, Joaquim Antonio do Aguiar, José da Silva Carvalho, Manuel Gonçalves de Miranda e conde de Villa Real, e a nomeação do novo gabinete, que ficou assim constituido: conde de Lumiares, presidente, ministro da guerra e interino da marinha; Manuel da Silva Passos com a pasta do reino, Antonio Manuel Lopes Vieira de Castro com a da justiça, e o visconde de Sá da Bandeira com a fazenda. No referido *Diario do Governo* tambem se lia, que a rainha iria ás 5 horas da tarde á Camara Municipal prestar juramento á Constituição politica da monarchia. O governo presidido pelo duque da Terceira, antes de dar a demissão reunira no paço, sob a presidencia da rainha, com os membros do conselho de Estado, os representantes de duas nações européas a el-rei D. Fernando. N'essa reunião fôra resolvido que se resistisse ao movimento popular. A rainha exigia promptas medidas de repressão, actos de força que esmagassem os revoltosos, mas o governo hesitava; chegou então ao paço a noticia de que a tropa de linha adherira á revolução. D. Maria II, julgando perdida a sua causa, chamou a toda a pressa o visconde de Sá da Bandeira, e disse-lhe que organisasse um governo que pudesse conter o povo. O visconde recusou-se, mas, no fim de muito instado, accei-

tou, e sahiu a organisar o gabinete que poucas horas depois tomava conta do poder. Na ausencia d'este bravo militar, porém, deu-se no paço um facto importante, que fez mudar a opinião da rainha, e de D. Fernando. Lord Howard de Walden ficara irritado por vêr que a corôa se humilhava, transigindo com a revolução. Sahiu precipitadamente e foi combinar com o almirante da esquadra ingleza um desembarque de forças. Voltou ás Necessidades e offereceu á soberana o concurso da esquadra para que, aproveitando-se do socego momentaneo da cidade, se refugiasse n'um dos seus navios, e d'ali protestasse em nome da Carta contra todo e qualquer attentado á sua pessoa e poder. Quando os novos ministros entraram no Paço, já a rainha havia assignado um protesto contra o compromisso que elles lhe tinham arrancado perante a multidão. Os ministros replicaram que era o unico meio de salvar o throno, e a rainha respondeu que no dia seguinte iria protestar á face das côrtes estrangeiras contra a força de que fôra victima. As tropas sublevadas e o povo que as acompanhava, tendo conhecimento do movimento da esquadra ingleza, retrocederam para as Necessidades. Ouviu-se um tumulto enorme, vivas á Constituição de 1822. A rainha, na maior exaltação, mais uma vez se viu na impossibilidade de resistir perdendo a esperança do auxilio da esquadra. A attitude do povo derrotou os planos de lord Howard e salvou a rainha. Os gritos, as vozes e os vivas continuavam fortemente indicando o desespero e a irritação sempre crescente do povo. Perderam-se todos os recursos de vencer a revolução triumphante. Todos aconselharam a que era forçoso ceder. A soberana ainda hesitava, mas escutando novos gritos furiosos, n'uma excitação nervosa, pegou subitamente na penna e assignou o decreto para a promulgação da Constituição, que o visconde de Sá da Bandeira lhe entregara. Depois, como um acto de vingança, entregou ao corpo diplomatico o protesto que já tinha assignado. O novo ministerio, apezar das difficuldades resultantes da falta de recursos do thesouro, e das exigencias do partido vencedor da revolução, cuidou activamente durante dois mezes de reduzir as despezas publicas e de promulgar ou preparar leis que melhorassem as instituições politicas e administrativas. A rainha não perdera nunca a esperança de restaurar a Carta Constitucional, e reunida ao inglez Howard e ao embaixador belga Van der Weyer, haviam todos preparado o golpe de Estado de 2 de novembro do referido anno de 1836. Os inglezes estavam armados, promptos a desembarcar ao menor signal. Passos Manuel, como era mais conhecido Manuel da Silva Passos, veiu mallograr o movimento projectado. No proprio dia 2 de novembro, dia de finados, apresentou-se no Paço, fiado no apoio de Lisboa, que estava em armas havia tres dias. Offereceu a demissão do ministerio, que a rainha não acceitou nem negou. Na tarde do dia seguinte a soberana partiu para o paço de Belem, e d'ali mandou chamar os ministros. Compareceu apenas Vieira de Castro. O ministerio foi demittido, sendo nomeado outro, que só durou dois dias, constituido pelo marquez de Valença, presidente; visconde do Banho, ministro do reino; Francisco de Paula Oliveira, da justiça, visconde do Porto Covo da Bandeira, da fazenda, barão de Leiria, da guerra, e José Xavier Bressane Leite, da marinha. A rainha fez proclamar nos arredores do Paço a restauração da Carta. Constando em Lisboa esta noticia, logo na manhã do dia 4 os batalhões da guarda nacional se reuniram em Campo d'Ourique, formando-se ali uma junta para dirigir o movimento que se preparava em opposição ao golpe de Estado. A junta, que era composta dos deputados Julio Gomes da Silva Sanches, Alexandre de Campos e ainda de outros homens notaveis do partido setembrista, pediu ao visconde de Sá da Bandeira, que não fôra a Belem, que tomasse o commando das forças populares para conter as paixões exaltadas e conservar a ordem publica, porém o visconde por duas vezes se recusou, em vista das circumstancias excepcionaes em que se encontrava. D. Maria II mandou chamar ao Paço os antigos ministros, em que se contava Agostinho José Freire, que teve a imprudencia de ir por terra a Belem, emquanto que os seus collegas, receando a irritação do povo, tinham ido por mar. Agostinho José Freire, porém, pagou a sua temeridade, porque no sitio da Pampulha foi barbaramente assassinado. A agitação crescia de instante a instante, e Sá da Bandeira novamente instado por Anselmo José Braamcamp para se collocar á frente do movimento, partiu para o Campo d'Ourique, decidindo-se a acceitar o commando que lhe offereciam, com a condição de que a guarda nacional lhe obedeceria cegamente, e que desde o momento que o não fizesse, deixaria o commando. Não tardou que o visconde reconhecesse a impossibilidade de conservar as forças em Campo d'Ourique, e que era forçoso marchar na direcção de Belem. Passos Manuel tambem ali se dirigiu, sendo chamado pela rainha. Tratava-se de seduzir e não de ameaçar, porque a attitude de Lisboa n'aquella manhã causara medo. A rainha não podia consentir na abolição da Carta, mas estava resolvida a reformal-a; entretanto, o inglez affirmava que o seu governo não toleraria em Portugal a constituição quasi republicana de 1822. Passos então, na presença da soberana e d'el-rei D. Fernando, da infanta D. Izabel Maria, da imperatriz viuva, do corpo diplomatico, conselheiros de Estado e de toda a côrte, ergueu a voz energicamente, protestando contra a intervenção ingleza mais ou menos disfarçada. Fôra nomeado ministro com a Constituição de 1822 e não com a Carta, a cuja sombra se desbaratara a riqueza nacional por não haver garantias politicas contra a oligarchia reinante. Não renegaria a revolução, embora desde o principio tivesse affirmado a necessidade de emendas que consolidassem o throno. Não era uma questão de fórmas, era a questão do principio, da origem da auctoridade. A Carta fôra um dom do throno, a Constituição uma conquista da soberania popular. Que o povo não queria mal ao throno; haveria duas camaras, veto absoluto, e direito de dissolução, como na Carta. O discurso de Passos Manuel foi longo, energico e commovente, respondendo sempre quando o interrompiam com alguma observação. Durante a noite haviam desembarcado na Junqueira uns 600 a 700 homens da guarnição da esquadra ingleza, mas reconhecendo-se que era impossivel proseguir na restauração da Carta, decidiu-se entrar em negociações com os setembristas, e ao amanhecer do

dia 5 o tenente-coronel Barreiros foi mandado pelo marechal Saldanha ao quartel-general do visconde de Sá da Bandeira para ajustar os meios de impedir o rompimento de hostilidades entre as forças de Belem e as de Lisboa. O visconde e a junta responderam que de nada tratariam emquanto as tropas inglezas se conservassem em terra. Algum tempo depois, o visconde foi informado de que os inglezes já tinham embarcado, e que o marechal Saldanha o esperava para uma conferencia no palacio do conde da Ribeira, á Junqueira. O resultado d'esta conferencia foi Sá da Bandeira ser nomeado presidente do conselho de ministros, e que a rainha acceitaria as pessoas que elle designasse para o novo gabinete. O visconde dirigiu-se então a Belem, e indicou para seus collegas Manuel da Silva Passos e Vieira de Castro. A agitação em Alcantara era grande emquanto se não terminaram estas combinações; Sá da Bandeira voltou a acalmar a impaciencia da guarda nacional, dirigindo-se em seguida a Belem, onde a rainha assignou o decreto que o nomeava presidente do conselho de ministros. D. Maria II regressou ao Paço das Necessidades, e ali recebeu a continencia dos batalhões da guarda nacional. A tranquillidade na capital ficou assim restabelecida. Mais algumas tentativas se déram para a restauração da Carta, mas sem resultado. Em janeiro de 1842 é que, em consequencia do movimento iniciado no Porto, tornou a ser definitivamente a lei fundamental da monarchia portugueza.

Belfeiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Belforinha *(Herdade de).* Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cabrella, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Belfurado. Em Portugal ha varios sitios com este nome, sempre na costa ou muito proximo do mar. Pretendem alguns que é corrupção de Valle-Furado, ou Val-Furado. || Pequeno rio, na prov. da Estremadura, na freg. de Pataias, conc. de Alcobaça. N. 3 k. ao S de Pataias, e corre despenhado até ao mar com um curso de 6 kilometros.

Belga de Paços. Logar na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto.

Belhó *(Horta da).* Logar na freg. de Santa Maria, de Elvas-Alcaçova, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre

Belia. Logar na freg. de S. João Baptista, de Sá, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Beliago. V. *Belliago.*

Beliagoa. Appellido nobre em Portugal. Fernão Gonçalves Beliagoa, um dos tres embaixadores que el-rei D. João I mandou ajustar a paz com a rainha de Castella, D. Catharina, no anno de 1411, é o primeiro de que temos noticia que d'elle usasse, e suas armas são as dos Beliagos ou Belliagos, V. *este nome.*

Beliche. Rio na prov. do Algarve. N. no sêrro da Agua dos Fusos, freg. de Santa Catharina, 12 k. ao N de Tavira, proximo aos casaes de Beliche, que lhe dão o nome. Passa por varias serras, e corre tambem em certos sitios por vargens e campos, que rega e fertilisa, até ir desaguar no Guadiana, proximo ao *Moinho da Junqueira*, e entre a freg. do Azinhal e Castro Marim. Suas margens, onde se cultivam, são muito ferteis, e parte d'ellas são vinhas.

Belida *(Quinta da).* Na freg. de Santa Maria Magdalena, de Cem Soldos, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Belide. V. *Bellide.*

Belinho. Pov. e freg. de S. Pedro Fins, da prov. do Minho, conc. e com. de Espozende, arceb. e distr. de Braga; 841 hab. e 165 fog. A pov. dista 7. k. da séde do conc. e está situada em campina raza junto ao mar. D'aqui se vê a freg. de S. Thiago do Castello de Neiva. E' toda da casa de Bragança, achando-se demarcada em torno por marcos com as armas da casa de Bragança, esculpidas, com um *B* por baixo. A sé de Braga apresentava o vigario que tinha de congrua 1$800 réis, que, com os outros rendimentos parochiaes, perfaziam a importancia de 150$000 réis. Belinho é terra fertil, e cria bastante gado. Tem caixa do correio, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Belion. Nome, que se julga ter sido o primitivo do rio Lima. V. *Lima (Rio).*

Belixe. Pov. na freg. de Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, distr. de Faro. || Monte na freg. de S. Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Beljoia. Logar na freg. de Santa Maria, de Oliveira, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Bell *(João).* Autor de um trabalho numismatico muito apreciado: *Taboa mostrando o valor da moeda de ouro e prata do reino de Portugal desde o reinado do senhor D. Duarte até 1806;* publicada nas *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo III, parte II, da 1.ª serie. 1814.

Bella. Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. do Minho, conc. e com. de Monsão, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 881 hab. e 173 fog. A pov. dista 5 k. da séde do conc. E' terra saudavel e fertil. Foi o primeiro curato dos jesuitas. O vigario era da apresentação regia. Tinha de rendimento 60$000 réis e o pé d'altar. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3 com a séde em Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Lourenço, de Montaria, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Alegrete, conc. e distr. de Portalegre. || Logar na freg. de Santa Maria Magdalena e conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Logar na freg. de S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de Santa Maria Magdalena e conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto.

Bella Cova ou Bellacosa. Logar na freg. de Santa Eulalia, de Nespereira, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bella Curral. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Pexão, concelho de Olhão, districto de Faro.

Bella Curral e Arroio. Povoação na freguezia de Nossa Senhora da Conceição, conc. e distr. de Faro.

Bella Dona. Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Bella Mandil. Logar na freg. de S. Bartholomeu, de Pexão, conc. de Olhão, distr. de Faro.

Bella Palha *(Herdade da).* Na freg. de N. S.ª da Encarnação, deVidigão, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Bella Rosa. Logar da freg. de S. Lourenço, de Alhos Vedros, conc. da Moita, distr. de Lisboa.

Bella Vista *(Rodrigo da Costa Carvalho, 1.º visconde da).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Christo e da de N. S.ª da Conceição; de numero extraordinario da de Izabel a Catholica, de Hespanha; condecorado em 1861 com a medalha da Camara Municipal de Lisboa por serviços prestados durante a epidemia da febre amarella no anno de 1857; habilitado com o curso da antiga Academia de Marinha e Commercio da cidade do Porto; proprietario abastado e negociante de grosso tracto da praça do commercio de Lisboa. N. no Porto a 13 de novembro de 1818; fal. na capital a 30 de março de 1894. Era filho de José da Costa Carvalho, proprietario no Porto, e de D. Anna Maxima Vieira de Castro; neto de Francisco da Costa Carvalho, proprietario e capitão-mór de ordenanças. Sendo ainda muito novo partiu para o Brazil, onde adquiriu bens de fortuna, tornando-se um dos negociantes mais importantes de Pernambuco. Em Lisboa foi director do Banco Nacional Insulano, e ahi comprometteu grande parte da sua fortuna, assim como na Companhia de Mineração Plombifera, que falliu. O visconde da Bella Vista foi um dos maiores accionistas da Companhia das Aguas desde o seu principio, concorrendo muito para que se organisasse, tomando a responsabilidade da collocação de um elevado numero de acções para o preenchimento da subscripção. Os directores e engenheiros eram o dr. Carlos Zeferino Pinto Coelho, dr. José Vaz Monteiro, conselheiro Antonio Manuel da Fonseca, Joaquim Pires de Sousa Gomes, viscondes d'Arriaga e da Bella Vista. No anno de 1874, sendo supplente á direcção da Companhia, foi o visconde da Bella Vista chamado a occupar o logar vago pela demissão apresentada por Thomaz da Costa Ramos. Desde então ficou sempre reeleito para aquelle cargo, em que prestou muitos serviços, já concorrendo para a boa administração, já subscrevendo com muitas acções em todas as emissões. O visconde da Bella Vista casou a 7 de dezembro de 1840 com D. Alexandrina Martins Cardoso, filha de Bento João Cardoso, negociante em Pernambuco, e de sua mulher, D. Felicidade Perpetua Cavalcanti. O titulo foi concedido por decreto de 27 de julho e carta de 2 de agosto de 1870. O brazão pelo alvará de 27 de março de 1865. Consta de um escudo partido em pala; na primeira as armas dos Costas, em campo vermelho seis costas de prata postas em duas palas; e na segunda as armas dos Carvalhos, em campo azul uma estrella de ouro de oito raios, no centro de uma quaderna de crescentes de prata. O irmão mais velho do visconde da Bella Vista chamou-se Carlos da Costa Carvalho, era proprietario em Lisboa e seu termo, e foi religioso da ordem carmelitana, conego honorario da sé de Lisboa, e por ultimo monsenhor da Santa Egreja de Roma.

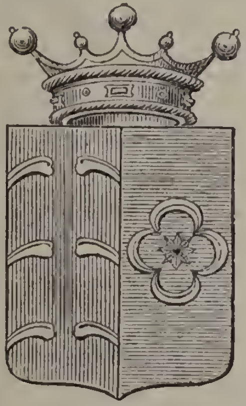
Brazão do visconde da Bella Vista

Bella Vista. Pov. na freg. de S. Pedro, de Esmeriz, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Olivaes, 1.º bairro de Lisboa. || Logar na freg. de S. Pedro, conc. e distr. de Faro. || Logar na freg. de S. Lourenço, de Maiorga, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Herdade na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Samora Correia, conc. de Benavente, distr. de Santarem. || Quinta na freg. dos Santos Reis, do Campo Grande, 3.º bairro de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Martinho e conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. João Baptista, de S. João da Talha, conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de Santa Maria, de Olivaes, 1.º bairro de Lisboa. || Duas roças, uma na ilha do Principe, e outra na de S. Thomé, Africa Occidental.

Bellaguarda *(Francisco Xavier da Silveira).* Religioso da Congregação do Oratorio. N. em Lisboa a 8 de dezembro de 1715. Ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Simão da Silveira Rego e de D. Catharina Bellaguarda. Seu pae destinava-o á vida de commerciante, porém Bellaguarda, já aos 16 annos de edade, preferiu o estudo das sciencias ao do commercio, e no fim d'um anno de applicação á grammatica latina já se tornara tão notavel, que escrevia n'esta lingua em prosa e em verso. Aprendeu tambem o castelhano, grego, francez e italiano. Estudou philosophia na Congregação do Oratorio, onde recebeu o habito a 21 de novembro de 1724, assim como theologia moral e escolastica. No fim de sete annos se apartou da Congregação, e partiu para Sevilha; ali, a pedido de D. José d'Ortiz e de D. Francisco Alvarado, presbyteros, se aggregou ao Instituto dos Missionarios, confirmado pela Sé Apostolica, de que fôra instituidor o P. Francisco Ferrer Varão. Durante seis mezes exerceu o ministerio do confessionario e do pulpito, em que tambem creou fama, escrevendo em doze dias 5 discursos moraes que mereceram os maiores elogios. Voltando a Portugal, estudou jurisprudencia na Universidade de Coimbra. Estando n'esta cidade, publicou-se o *Theatro do mundo visivel,* pelo dr. fr. Bernardino de Santa Rosa, da ordem dos prégadores, em que criticava algumas opiniões de Fr. Jeronymo Bento Feijó, monge benedictino. Bellaguarda escreveu então: *Elogio Apologetico do Critico Espanhol, e huma nova Dissertação contra a existencia da Fenix*, Lisboa, 1745; *Verdad de Feijoo segunda vez indicada, ó solucion evidentissima de la pertendida contradicion evidente atribuida en la medecina por um Medico Lisbonense*, Salamanca, 1745.

Bellaido. Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Fermedo, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Bellas *(D. Antonio de Castello Branco Corrêa e Cunha de Vasconcellos e Sousa, 7.º conde de Pombeiro e 2.º marquez de).* Fidalgo da Casa Real, 18.º senhor de Pombeiro, 13.º senhor de Bellas, 15.º senhor do morgado de Castello Branco, em Santa Iria, termo de Lisboa; 13.º alcaide-mór de Villa Franca de Xira; 7.º capitão da guarda real dos archeiros; gentil-homem da camara da rainha D. Maria I, grã-cruz das ordens de N. S.ª

da Conceição e da de Torre e Espada; ajudante de ordens do infante D. Miguel, brigadeiro, par do reino por carta regia de 30 de abril de 1826, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara na sessão de 31 de outubro do referido anno. N. a 8 de março de 1785, fal. a 20 de março de 1834. Era filho de D. José Luiz de Vasconcellos e Sousa, 6.º conde de Pombeiro e 1.º marquez de Bellas, e de sua mulher, D. Maria Rita de Castello Branco Corrêa e Cunha, senhora dos morgados acima descriptos, dama de honor da rainha D. Maria I, e dama da ordem de Santa Izabel. O marquez de Bellas succedeu em 3 de maio de 1832 a sua mãe, já viuva havia vinte annos, nos senhorios e morgados acima citados, e nos titulos a seu pae, que fallecera em 1812. O titulo fôra em verificação de vida, na mercê concedida ao 1.º marquez em 17, de dezembro de 1801. D. Antonio de Castello Branco casou a 26 de novembro de 1803 com D. Constança Manuel de Menezes, dama da ordem de Santa Izabel, filha dos 3.os marquezes de Tancos. D'este matrimonio nasceu D. Antonio Maria de Castello Branco, que foi conego da antiga Patriarchal, e fal. em Coimbra a 7 de dezembro de 1827; D. Maria Domingas de Castello Branco, dama da rainha D. Maria II, que casou em primeiras nupcias a 24 de novembro de 1820 com o 2.º conde de Belmonte, D. José Maria de Figueiredo Cabral da Camara; e pela segunda vez, em 1 de abril de 1837, com D. Francisco de Paula de Portugal e Castro, 13.º conde de Vimioso.

Bellas (*D. Antonio de Castello Branco Corrêa e Cunha de Vasconcellos e Sousa, 9.º conde de Pombeiro, e 3.º marquez de*). Fidalgo da Casa Real, 20.º senhor do morgado de Pombeiro, 17.º senhor do de Castello Branco, 15.º senhor da casa de Bellas, official honorario da Casa Real e official de cavallaria. N. a 30 de janeiro de 1842, fal. em junho de 1891. Era filho de D. José de Castello Branco Corrêa e Cunha de Vasconcellos e Sousa, 8.º conde e 19.º senhor de Pombeiro (V. *este titulo*), official-mór da Casa Real, 16.º senhor do morgado de Castello Branco, 14.º senhor da casa de Bellas; e de sua mulher, a condessa D. Maria Francisca Luiza de Sousa, sua prima, filha dos 2.os marquezes de Borba. D. José de Castello Branco, por ser muito affecto ao partido miguelista, e irreconciliavel com o constitucional, deixou de se encartar no titulo de marquez de Bellas, que lhe pertencia por herança, não quereudo nunca usar d'elle, e perdeu o direito ao commando da guarda real, cargo dos seus antecessores. O 3.º marquez succedeu no titulo de marquezado de Bellas a seu avô, o 2.º marquez, e no de conde de Pombeiro a seu pae. Tinha direito hereditario ao pariato, como successor de seu avô, direito que seu pae não quiz usufruir depois da publicação do decreto com força de lei de 23 de maio de 1851. A renovação dos titulos de conde e de marquez foi por decreto de 21 e carta de 23 de julho de 1868. O 3.º marquez de Bellas casou duas vezes; a primeira, em 2 de setembro de 1867, com D. Julia d'Oliveira Pimentel, filha dos segundos viscondes de Villa Maior e fal. na ilha da Madeira a 24 de abril de 1874. Em segundas nupcias, casou em S. Pedro do Sul, a 1 de outubro de 1877, com D. Maria da Piedade de Lacerda Lebrim e Vasconcellos, camarista de sua magestade a rainha senhora D. Maria Pia, filha Paulo Corrêa de Lacerda, fidalgo da Casa Real e proprietario no concelho de S. Pedro do Sul, casado com D. Caetana Luiza de Almeida e Vasconcellos. O marquez de Bellas tornou-se notavel nas autigas touradas de ha vinte annos, chamadas de fidalgos, como um destro e distincto cavalleiro. Era tambem muito amador da arte dramatica, e n'uma festa de caridade, dada no theatro de D. Maria, desempenhou, dizem, o papel de Manuel de Sousa Coutinho, no drama Fr. Luiz de Sousa.

Bellas (*D. Fr. Antonio de Padua e*). Religioso franciscano da provincia da Arrabida e bispo do Maranhão. N. em Bellas a 20 de outubro de 1:732, fal. em Setubal a 21 de janeiro de 1808. Sendo eleito bispo do Maranhão em 1783, partiu para o seu bispado e tendo depois resignado aquella dignidade, regressou ao reino, e foi para Setubal onde passou o resto da vida. Escreveu: *Arte de viver em paz com os homens*, Lisboa 1783; *Thesouro de Prégadores, dividido em varios sermões universaes, d'onde se tiram sermões particulares, assim para muitos santos juntos, como para cada um em particular*, 2 tomos, Lisboa, sem declaração do anno; fez-se 2.ª edição em 1853; *Defensor do Homem Catholico, ou Communitorio de Vicente Lerinense, traduzido do latim*, Lisboa, 1798; sahiu com as iniciaes D. F. A. P. B. M. R. A., que significam D. Fr. Antonio de Padua, Bispo do Maranhão, Religioso Arrabido; *Religião do coração, exposta nos sentimentos que inspira a terna piedade, com breves elevações a Deus*, etc., *traduzida do francez por Fr. A. de P. e B.*, Lisboa, 1778.

Bellas (*D. José Ignacio de Castello Branco Corrêa e Cunha de Vasconcellos e Sousa, 4.º marquez de*). Fidalgo da Casa Real. N. a 28 de julho de 1878. E' filho do segundo matrimonio de seu pae, o 9.º conde de Pombeiro e 3.º marquez de Bellas, D. Antonio de Castello Branco Corrêa e Cunha de Vasconcellos e Sousa, e da senhora marqueza D. Maria da Piedade Corrêa de Lacerda Lebrim e Vasconcellos. O actual marquez, hoje representante das nobres familias Pombeiros e Bellas, foi estudante na Escola do Exercito e em Coimbra; assentou praça em cavallaria a 14 de outubro de 1896, e foi promovido a alferes a 27 de julho de 1900. Recebeu o titulo de marquez de Bellas com as honras de official-mór da Casa Real, em 1902, e casou a 28 de julho d'esse anno com D. Margarida Guedes Queiroz, filha do sr. marquez da Foz, Tristão Guedes Corrêa de Queiroz, e de sua fallecida mulher, D. Maria Christina da Silva Cabral, filha do sr. conde de Cabral. O sr. marquez fez parte da missão portugueza que foi a Londres representar o regimento de cavallaria 3, de que o rei de Inglaterra é commandante honorario, sendo então condecorado com a real ordem de Victoria d'aquelle paiz.

Bellas (*D. José Luiz de Vasconcellos e Sousa, 6.º conde de Pombeiro e 1.º marquez de*). Fidalgo da Casa Real, conselheiro de Estado, capitão da companhia da guarda real, grã-cruz das ordens de S. Thiago, da de Torre e Espada e da Legião de Honra, de França; regedor das justiças, desembargador do Paço, e da Consciencia e Ordens no Rio de Janeiro, procurador fiscal da Junta dos Tres Estados, presidente da Juuta do Novo Codigo, deputado da Juuta do Tabaco, da Inspecção

sobre a peste, e do exame das dividas da Fazenda Real; director e inspector geral do Collegio dos Nobres, embaixador extraordinario em Londres por differentes epocas, desembargador da Relação e Casa do Porto, e dos aggravos da Casa da Supplicação, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, commendador de Santa Maria da Amendoa, no bispado da Guarda. N. a 9 de julho de 1740, fal. no Rio de Janeiro a 16 de abril de 1812. Era filho segundo dos 1.os marquezes e 4.os condes de Castello Melhor, José de Caminha Vasconcellos e Sousa Tavora Faro e Veiga, e de sua mulher, D. Maria Rosa Quiteria de Noronha, filha dos 2.os marquezes de Angeja. Casou em 29 de novembro de 1783 com D. Maria Rita de Castello Branco Corrêa e Cunha, filha e herdeira de Antonio Joaquim de Castello Branco Corrêa e Cunha, 5.º conde de Pombeiro (V. *este titulo)*, e de D. Anna Victoria Xavier Telles, filha dos 5.os condes de Unhão. Pelo casamento com a 6.ª condessa de Pombeiro, recebeu este titulo e a administração de todos os bens d'esta nobre casa, sendo mais tarde agraciado com o titulo de marquez de Bellas em duas vidas, por decreto de 17 de dezembro de 1801 e carta de 13 de janeiro da 1802, no reinado de D. Maria I, regencia do principe D. João. A 6.ª condessa de Pombeiro, por morte de seu pae, em 1874, ficou sendo a 17.ª senhora de Pombeiro, 14.ª senhora do morgado de Castello Branco, em Santa Iria, termo de Lisboa, 12.ª senhora de Bellas, 12.ª senhora da Alcaidaria-mór de Villa Franca de Xira; senhora do officio de capitão da Guarda Real dos Archeiros. Foi tambem dama de honor da rainha D. Maria I, e dama da ordem de Santa Izabel. N. a 5 de abril de 1769, e fal. a 3 de maio de 1832, sobrevivendo a seu marido 20 annos. O marquez de Bellas era muito dedicado á litteratura, e enthusiasta pela poesia. Escreveu: *Henrique IV, poema epico, traduzido do original francez,* Lisboa, 1807; *Henriada*, de Voltaire. Ha quem pretenda, que estas duas traducções não são feitas pelo marquez, mas por um seu amigo intimo, o beneficiado e capellão da Relação, Domingos Caldas Barbosa. O brazão é o dos condes de Pombeiro: um escudo, tendo em campo azul um leão de ouro, rompente, armado de vermelho; timbre o leão do escudo.

Bellas. Villa na prov. da Estremadura, conc. e com. de Cintra, distr. e patriarc. de Lisboa; orago N. S.ª da Misericordia. Tem de população 3.612 hab. e 710 fogos. E' pov. muito antiga, e n'outro tempo cercada de muralhas torreadas; está situada em um fresco e delicioso valle cortado de ribeiros, que por entre arvoredos silvestres vão dividindo e regando os jardins, hortas e pomares de que está plantado todo ou quasi todo o valle. Bellas foi um dos concelhos que se extinguiram pelo decreto de 24 de outubro de 1855, sendo tambem em tempo da comarca de Torres Vedras. Eram seus donatarios os condes de Pombeiro e marquezes de Bellas. As freiras do convento da Conceição, de Beja, apresentavam o prior, que tinha de renda 400$000 réis. Tanto em Bellas como nos seus arredores ha muitas fontes de boa agua, o que torna a terra muito fertil. Tambem se encontram n'alguns pontos nascentes d'agua ferruginosa de boa qualidade, e uma mina de amianto. Ao sul passa um ribeiro, em cujas quebradas se vêem jacintos finissimos. A pouca distancia da villa, mas em diversas direcções, ha a quinta da Agua Livre, e a do Bomjardim, pertencente ao sr. marquez de Borba. E n'essa quinta da Agua Livre que começa o aqueducto (V. *Aguas Livres*). Uma das curiosidades d'esta villa é o monte chamado *Minas de Suimo.* São estas minas as mais antigas que se teem explorado no paiz. Estão situadas a alguma distancia da villa, proximo da Venda Secca e do Bomjardim, á esquerda da estrada, que d'aquella villa conduz á de Mafra, São minas de jacintos, e a sua exploração data do reinado de D. Diniz. Foi, porém, no seculo XV que a lavra tomou maiores proporções. Quem deu primeiramente desenvolvimento aos trabalhosa foi o infante D. João, filho d'el rei D. João I e senhor da quinta e da villa de Bellas, por mercê de seu pae; por morte do infante, succedida em 1442, foi sua filha, a infanta D. Beatriz, que lhe succedeu n'aquelles senhorios, quem proseguiu nos referidos trabalhos, D. Beatriz sobreviveu a seu marido 30 annos, e durante este periodo, segundo consta, extrahiram-se muitos e excellentes jacintos das minas de Suimo, puros e formosos, menos abertos na côr. porém mais raros que os da Asia. A referida infanta julgava tão impor-

Villa Cruz

tantes estas minas, que, fazendo a doação da quinta e senhorio de Bellas a Rodrigo Affonso d'Athouguia, reservou para si as minas de Suimo, e por sua morte, em 1506, as deixou em legado a seu filho, el-rei D. Manuel. N'essa epoca tinham grande valor as pedras preciosas de côres, e continuaram a têl-o nos seculos seguintes, sendo muito consideradas e procuradas, em quanto se não começaram a fabricar e a apparecer no commercio pedras falsas imitando perfeitamente as

verdadeiras. Foi talvez esta uma das razões porque se abandonou a lavra das minas de Suimo. O monte, assim conhecido, é minado por dentro em grande parte, e entrando com luz n'essas concavidades, o reflexo faz brilhar as rochas que lhe fórmam as paredes e abobada, como se estivessem guarnecidas de galões de ouro. De Bellas segue a estrada para Mafra e para a Ericeira, passando por Pero Pinheiro, onde estão as ricas pedreiras de marmores de diversas qualidades e de variadissimas côres. Foi d'estas pedreiras que se extrahiram quasi todos os marmores que se empregaram no palacio e basilica de Mafra. Tambem d'aqui se extrahiram marmores para Lisboa. Bellas pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 1 com a séde em Lisboa. Tem escola do sexo masculino, est. post. e telegr. permutando malas com Lisboa; est. do caminho de ferro: *Queluz-Bellas;* hoteis, medicos, pharmacia, sociedades de recreio, diversos estabelecimentos commerciaes, etc. Graças ao engenheiro sr. Falcão Rodrigues, que ali reside ha annos, a villa tem melhorado muito. No rocio, onde está situado o antigo e historico palacio e quinta, que pertenceu aos condes de Pombeiro e marquezes de Bellas, vê-se hoje um recinto ajardinado e reservado, abrigado da ardencia do sol, onde muitas familias vão passar algumas horas de distracção, sendo á noite convenientemente illuminado. Muitos domingos de verão tambem ali se organisam diversos divertimentos. Além das quintas em que falámos, vêem-se egualmente as do Castanheiro,familia Rego, Wimer, etc.; bastantes propriedades e chalets modernos, sendo um dos mais importantes o chalet intitulado *Villa Cruz*, edificado ha poucos annos, na estrada de Dabeja e Caneças, pertencente ao sr. Marcellino Cruz, um dos socios da antiga fabrica de cerveja da firma Jansen & C.ª, de Lisboa. E' um chalet elegante com espaçoso jardim á frente, pequena quinta muito fertil em vinhas, oliveiras, arvores de fructo, etc. O monsenhor Serrano tambem é grande proprietario em Bellas. As familias que costumam veranear n'esta aprazivel villa preferem muitas vezes para seus passeios a fonte da Panasca, situada na referida estrada de Dabeja, Venda Secca, Idanha, etc. No ultimo domingo de agosto e dia seguinte, realisa-se a romaria ao Senhor Jesus da Serra, ermida existente na quinta de Bellas, a qual é sempre concorrida, tanto por pessoas de Lisboa, como das povoações visinhas. Costuma tambem haver arraial e feira, que dura alguns dias. Não sabemos a origem nem a data em que começou a romaria, mas a feira. parece que teve principio no anno de 1779. || Logar na freg. de S. Pedro, de Evora Monte, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Quinta na freg. de S. Nicolau, conc. e distr. de Santarem. || Ribeira no distr. de Lisboa. E' formada por dois ribeiros que nascem nas proximidades de Bellas, e que se juntam n'esta villa. Corre por Queluz e Carnide, e vae affluir ao Tejo com um curso de 15 k. Tambem se chama *Rio Jamor* e *Jarda*.

Bellas (*Pendão de*). E' historico este sitio, na estrada que vae da estação do caminho de ferro Queluz-Bellas até ao largo da pittoresca villa. Em 1808 os francezes, que tinham invadido Portugal, conservavam a povoação da Nazareth, assim como outras terras, n'uma intoleravel oppressão. O templo real do Sitio fôra roubado, saqueado e profanado, e a imagem de Nossa Senhora tirada da sua tribuna, não escapando ás irreverencias da soldadesca franceza, que por fim a abandonou a um canto do altar-mór, onde foi encontrada mezes depois pelo reitor Antonio José Baptista Leão, estando presentes os padres mordomos, e d'alli collocada solemnemente no seu throno. O general Thomiéres, encarregado de explorar o littoral, dando largas ao seu furor indomito, permittia roubos, atrocidades de todo o genero e as violações nos templos; os soldados, sob o commando de Massena, enchiam de horror esta povoação pelas barbaridades que praticavam. Em situação tão melindrosa, o reitor e mordomos lembraram-se de solicitar dos governadores do reino, de accordo com o provedor da comarca, Antonio Pedro d'Oliveira Gaio, as precisas providencias, não só quanto ao destino da imagem, como ao das alfaias da casa, mas a estreiteza do tempo não lhes permittiu obter uma resposta conforme aos seus bons desejos por estarem já muito proximas da povoação as forças invasoras, e quando ellas entraram repetiram-se os mesmos desacatos. A imagem fôra novamente tirada da tribuna, sendo alvo das insolencias dos francezes; o mordomo Antonio Baptistu Bello de Carvalho a foi encontrar por um feliz acaso no poial d'uma casa sita no amplo largo denominado o *terreiro*, e nunca mais a abandonou, resolvendo desde logo sahir da povoação da Nazareth; sendo então auxiliado pelo provedor da comarca pôz-se a caminho de Mafra, em 4 de outubro de 1810, levando comsigo a santa imagem. Passou pelas Caldas da Rainha, Obidos, e pelas linhas de Torres Vedras, onde teve de seguir outro trajecto contrario ao que traçara, por cujo desvio e por uma *encadeação de acontecimentos raros*, como diz a inscripção, adeante transcripta, encontrou-se no logar de Pendão de Bellas; sendo já noite cerrada, fôram-lhe abertas as portas da casa de João Luiz, creado do principe regente D. João, que ali morava. O devoto João Luiz presta á imagem os maiores votos da sua crença e respeito, rendendo ao mordomo Bello de Carvalho as devidas homenagens pela sua piedade. Os habitantes dos logares visinhos tambem vieram render as suas devoções á imagem. N'aquella casa collocou-se a seguinte inscripção, que se encontra ainda hoje embutida em azulejo na parede: «A invasão dos barbaros francezes em este reino de Portugal motivou o facto extraordinario da sahida da milagrosa Imagem de N. S.ª da Nazareth da sua egreja e real capella, cuja sacrosanta imagem por uma encadeação de acontecimentos raros veio ter a casa de João Luiz no Pendão de Bellas, e trazida pelo padre Antonio Baptista Bello de Carvalho, mordomo da Real Casa da dita Senhora, o que como administrador da Mesma, depois de publica a morada de V. SS. em casa do dito João Luiz, se conseguiu a collocação da Milagrosa Imagem em a Real Capella de Queluz para a veneração dos devotos durante a residencia d'aquella Sagrada Imagem em a mesma Real Capella. Chegou em o dia 12 de outubro de 1810». O retabulo com esta inscripção foi benzido em 20 de agosto de 1814. A veneração pela santa imagem desenvolveu-se em todos os povos circumvisinhos, e querendo o patriarcha de Lisboa transferil-a para a egreja da Sé, destinando-a para a capella da Senhora-a-Grande

ou de Bettencourt, que era um dos principaes altares da referida egreja, Bello de Carvalho conseguiu que ella fôsse collocada na capella do real palacio de Queluz, por ordem expressa do principe regente D. João. A trasladação não se fez demorar, e realisou-se com toda a pompa em 25 de março de 1811, sendo conduzida a imagem n'uma rica berlinda, seguida d'um vistoso acompanhamento, que se compunha das pessoas mais distinctas de Bellas e d'uma musica militar. Antes da chegada ao palacio de Queluz, onde esperavam os musicos, cantores e ministros da egreja Patriarchal, a imagem foi retirada da berlinda pelo mordomo da Nazareth, Bello de Carvalho, e por este entregue ao beneficiado primeiro capellão de Queluz, que a levou debaixo do pallio, indo collocal-a no altar de S. Clemente da referida capella, onde esteve exposta á veneração dos fieis até 3 de setembro de 1812, data em que, por outra ordem regia, foi recolhida novamente no santuario da Nazareth. Queluz e Bellas, em cumprimento d'esta ordem, prestaram o seu valioso concurso, celebrando uma sumptuosa festividade, com missa de pontifical, pelos cantores da Patriarchal, em que orou o prégador regio dr. Fr. José Maria de Sant'Anna Noronha, da ordem de S. Paulo, 1.º eremita, organisando-se um grande cortejo, que se pôz a caminho da Nazareth, indo a imagem n'uma berlinda riquissima guiada pelo devoto João Luiz, sendo acompanhada pelo inseparavel mordomo Bello de Carvalho, e d'uma banda de musica. Durante o longo trajecto fôram prestadas á imagem grandes homenagens pelos habitantes de Bemfica, Villa Franca de Xira e Caldas da Rainha. Em Bemfica houve missa de pontifical, no dia 4 de setembro; em Villa Franca de Xira e Caldas da Rainha cantou-se um *Te-Deum*, celebrando-se missa solemne. No dia 6 chegou o cortejo á Nazareth, onde foi recebido com as maiores demonstrações de regosijo, vendo-se as ruas ornamentadas com verduras e arcos triumphaes. Em frente da porta do santuario, a imagem foi tirada da berlinda pelo Principal da egreja Patriarchal, Gomes Freire de Andrade, e perante todas as autoridades do concelho e de fóra, collegiadas da Nazareth e da Pederneira, a entregou ao novo reitor Antonio Baptista Bello de Carvalho, que a conduziu debaixo do pallio até ao altar-mór, onde no dia 8 seguinte, dia de N. S.ª da Luz, se celebrou uma pomposa festividade.

Bellas *(Quinta de)*. Esta quinta com o respectivo palacio constitue uma das mais ricas vivendas das proximidades de Lisboa. Em 1318 pertencia a Gonçalo Annes Corrêa, juntamente com o senhorio de Bellas, e por sua morte ficou em testamento ás commendadeiras de Santos. Estas religiosas, porém, em 1334, trocaram, a quinta por outra, que possuia Lopes Fernandes Pacheco, meirinho-mór e valido d'el-rei D. Affonso IV, a qual em 1348 passou por herança a seu filho Diogo Lopes Pacheco, um dos assassinos de D. Ignez de Castro. Subindo ao throno D. Pedro I teve logo o cuidado de vingar a lamentavel morte de D. Ignez, mas só conseguiu prender dois dos assassinos a quem inflingiu affrontoso

Retabulo de Nossa Senhora da Nazareth no Pendão de Bellas

supplicio, podendo Lopes Pacheco escapar-se da colera do monarcha, emigrando para Castella, onde por muito tempo viveu escondido. Comtudo, os seus bens fôram confiscados, e a quinta de Bellas ficou pertencendo á Casa Real. D. Pedro tornou-se tão dedicado áquelle aprazivel local, que mandou reconstruir a casa de campo ali existente, convertendo-a em palacio real, onde residiu por vezes em amena e meditativa solidão. Quando D. Pedro falleceu, D. Fernando, seu filho, foi acclamado rei de Portugal. Este monarcha respeitara sempre muito sua mãe, a rainha D. Constança, que, segundo se affirmava, havia succumbido victima de ciumes pelos amores de D. Pedro e de D. Ignez de Castro; ou porque estivesse convencido da innocencia de Diogo Lopes Pacheco, ou porque quizesse vingar as cinzas de sua mãe, chamou o foragido para seu lado, entregou lhe de novo todos os bens que lhe tinham sido confiscados, e a quinta de Bellas tornou ao seu dominio. Fallecendo D. Fernando, começaram as renhidas guerras com a Hespanha ácerca da successão do reino, guerras que terminaram com a memoravel batalha de Aljubar-

rota em 14 de agosto de 1385, e pela acclamação de D. João I, grão-mestre de Aviz, nas côrtes de Coimbra. Lopes Pacheco tornara-se traidor á patria, ligando-se aos hespanhoes, do que resultou ser banido de Portugal e os bens novamente confiscados. A quinta de Bellas voltou, portanto, a ser propriedade da Casa Real, até que mais tarde D. João I a doou com o senhorio de Bellas a Gonçalo Pires de Malafaia, governador da casa do civel, védor da fazenda, regedor das justiças e chanceller-mór do reino, em premio de fidelidade e de grandes serviços que prestara. Morrendo Gonçalo Pires, o monarcha comprou aos seus herdeiros aquelle dominio, concedendo-o a seu filho, o infante D. João, que por algum tempo ali residiu com sua mulher e filhos, sendo muito visitado por seus irmãos. D. Duarte, successor da corôa, ali foi passar alguns dias quando falleceu seu pae, el-rei D. João I. Em 1442, por morte do infante, ficou herdeira sua filha D. Beatriz, que cinco annos depois casou com seu primo D. Fernando, filho de D. Duarte e irmão de D. Affonso V. D. Beatriz gostava muito de Bellas, e ali passou a maior parte da vida, onde iam visital-a D. João II e sua mulher a rainha D. Leonor, el-rei D. Manuel e os principaes fidalgos d'aquelle tempo. D. Beatriz melhorou o palacio e a quinta, e quando falleceu, em 1506, fez doação da quinta e senhorio de Bellas a Rodrigo Affonso d'Athouguia, fidalgo da casa de seu marido em recompensa de serviços, concedendo ás freiras do convento da Conceição de Beja o padroado da egreja e uma pensão de 40$000 rs. Este convento fôra fundado por ella e pelo infante D. Fernando seu marido (V. *Beja)*. Rodrigo de Athouguia instituiu em 1501 um morgado, que veiu incorporar-se mais tarde á casa dos senhores de Pombeiro pelo casamento d'uma sua bisneta, D. Maria da Silva, filha de Francisco Corrêa de Menezes, 6.º senhor de Bellas, a qual casou com D. Antonio de Castello Branco, 11.º senhor de Pombeiro, pae do 1.º conde d'este titulo, D. Pedro de Castello Branco da Cunha (V. *Pombeiro da Beira*, livro do sr. visconde de Sanches de Frias*)*. Desde então a quinta e senhorio de Bellas ficaram pertencendo a estes illustres fidalgos, que em 1801 receberam o titulo de marquezes de Bellas, concedido por D. João VI, sendo ainda regente. A quinta e o palacio, com as arvores seculares que se levantam do lado de oéste por detraz do pateo que precede o palacio, e d'umas casas do rocio pertencentes á mesma quinta, fórmam um quadro devéras pittoresco. O pateo tem os muros coroados de gradaria de pedra no gosto antigo; abre a porta entre dois tanques de agua corrente. A parede que fica superior ao tanque da parte esquerda, de quem entra no pateo, era quasi toda occupada por um grande painel de figuras em meio relevo. E' obra muito antiga, e, ainda que bastante estragada deixa distinguir algumas figuras e ornatos. N'um dos columnelos, que estão juntos do portal que dá entrada para o pateo, vêem-se vestigios da antiga corrente de ferro, distinctivo do paço senhorial. A quinta foi muito melhorada e adornada no seculo XVIII e principio do XIX, tanto em plantações de arvoredo como em obras d'arte. N'estas obras conta-se uma cascata, hoje muito arruinada, e a estatua de Neptuno em marmore de Carrara, que veiu de Italia, e é attribuida ao esculptor napolitano Bernini, que muito floresceu no seculo XVII. A estatua está collocada sobre um grupo de quatro golfinhos, e d'umas figuras representando tritões e sereias, egualmente de marmore. O correr dos tempos tudo tem estragado; a estatua já não tem o tridente, e os tritões e sereias acham-se completamente mutilados. Cerca o largo um denso bosque de arvores e arbustos. A quinta é em parte montanhosa e em parte plana. Os montes do lado de oéste estão revestidos de frondoso arvoredo; pelas encostas cruzam-se em differentes direcções muitas ruas estreitas e sombrias, e sobem dois caminhos com escadas e grutas de espaço a espaço, até se encontrarem no cume do monte mais elevado, em que se ergue a ermida dedicada ao Senhor Jesus da Serra, d'onde se desfructa um lindo e pittoresco panorama. O adro da ermida é como o ultimo degrau d'um throno, todo de verdura e flôres. Quando no ultimo domingo de agosto se realisa a antiga romaria ao Senhor Jesus da Serra, toda a quinta se transforma n'uma povoação numerosa de forasteiros, que ali concorrem de Lisboa e de muitos logares proximos e distantes, percorrendo o vasto recinto com alegres folgares e musicas festivas, formando piqueniques, etc. São dois dias de verdadeiro regosijo popular Na planicie estão os jardins do palacio, os pomares e hortas cortados por uma ribeira e por largas e compridas ruas guarnecidas de arvoredo em toda a sua extensão. D'estas ruas a principal corre do sul ao norte a par das faldas dos montes. As arvores que a orlam são tão gigantescas e copadas, que lhe fórmam como um toldo com sua viçosa folhagem. No centro vê-se um grande obelisco de marmore, levantado sobre degraus e ornado a meia altura, n'uma das quatro faces, com a figura da fama e os bustos do principe regente D. João e de D. Carlota Joaquina. Esta esculptura, obra do artista portuguez Joaquim José de Barros, guarnece a face do obelisco que olha para o sul. A rua termina n'este lado por uns portões de ferro, que se abrem sobre a estrada de Lisboa, formando a entrada nobre da quinta. N'uma elevação pelo lado de oéste, avultam dois enormes penedos que se tornam singulares pela fórma e pela disposição. São duas grossas lages postas a prumo, encostadas em angulo uma á outra, unidas pela base até um terço da altura, separando-se depois por causa da sua fórma pyramidal. A base está apenas assente no terreno, e tanto á superficie, que tudo parece ali disposto por mãos humanas. Segundo a tradição popular era uma atalaia dos moiros, mas na opinião de alguns archeologos estes dois enormes penedos devem ser um monumento celtico, talvez o principio ou restos d'um dolmen gigantesco. Na sua *Descripção do Minho*, diz João de Barros que vira na quinta de Bellas a sepultura de Viriato, tendo dentro uma espada com letras inintelligiveis e sobre a pedra o seguinte epitaphio: *Hic jacet Viriatus Lusitanorum Dux*. Em 1869 tratou-se de se vender a quinta em hasta publica para partilhar entre os filhos do ultimo conde de Pombeiro, pae do fallecido marquez de Bellas, D. Antonio de Castello Branco, visto terem sido abolidos os morgados. A venda effectuou se ha bastantes annos, e a quinta é hoje propriedade do sr. José Borges de Almeida, conhecido capitalista. A quinta perdera bastante do seu valor

por lhe faltar a grande abundancia de agua, que já fôra vendida á primeira Companhia das Aguas de Lisboa por 14:000$000 réis.

Bellas Artes *(Academia Real das)*. V. *Academia Real das Bellas Artes de Lisboa* e *Escola de Bellas Artes.*

Bellazaima. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. d'Agueda, distr. d'Aveiro, bisp. de Coimbra; 429 hab. e 130 fog. A pov. dista 10 k. da séde do conc. Tem caixa do correio com serviço de posta rural. Antigamente esta freguezia chamava-se *Bellazaima Nova* ou *Bellazaima do Chão.* Foi da comarca da Esgueira. Está situada n'um valle d'onde se vê Sangalhos e Oliveira do Bairro. A Casa de Bragança apresentava os priores, que tinham de renda 176$500 réis. N'este sitio ha uma serra que tem o nome de *Cruz da Gallinha.* Bellazaima pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 24, com a séde em Coimbra. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João do Monte, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Bellazaima-a-Velha. Pov. na freg. de S. Pedro, de Bellazaima, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Bellegarde *(Henrique Luiz de Niemeyer)*. Cavalleiro da ordem de Christo, bacharel em letras pela Universidade de Paris, etc. N. em Lisboa a 12 de outubro de 1802. Muito creança, pois contava apenas cinco annos de edade, foi para o Brazil em 1807 com seu pae, Candido Norberto Jorge de Bellegarde, que acompanhou a familia real ao Rio de Janeiro. Seguiu os estudos mathematicos na escola militar d'aquella cidade, foi promovido em 1820 a primeiro tenente, e em 1821 a capitão ajudante do governador e capitão general de Moçambique. Regressando ao Brazil adheriu em 1822 á causa da independencia, distinguindo-se sempre muito, estudando por conta do governo brazileiro em França, onde se formou em leis e seguiu o curso de engenharia de pontes e calçadas. Tornou-se notavel occupando importantes cargos, e parece que não voltou mais á Europa.

Bellegarde *(Luiz Maximo Jorge de)*. Capitão do real corpo de engenheiros, bacharel formado em mathematica e lente substituto extraordinario da Academia Real da Marinha de Lisboa. Foi empregado na direcção dos reductos que defendiam a villa de Torres Vedras. Os officiaes inglezes, de quem era subalterno, ligavam-lhe grande consideração. Depois da partida do exercito do general Massena, Bellegarde foi nomeado para outra commissão, em cujo exercicio falleceu. A sua viuva, D. Margarida Izabel de Niemeyer, obteve do principe regente D. João, que fôra informado pelos governadores do reino, como pensão o soldo por inteiro que competia á patente de seu marido. O decreto d'esta concessão foi passado no Rio de Janeiro, e tem a data de 14 de janeiro de 1812.

Bellegarde *(Pedro d'Alcantara)*. Irmão de Henrique Bellegarde. N. a 3 de dezembro de 1807, a bordo da nau de guerra *Principe Real,* que transportava para o Brazil o principe regente D. João, depois rei D. João VI. Seu pae, o capitão Candido Norberto Jorge de Bellegarde, commandava o destacamento d'artilharia na referida nau, levando em sua companhia a esposa, D. Maria Antonia de Niemeyer Bellegarde. D. Pedro foi padrinho do baptismo, e por isso se ficou chamando o recem-nascido Pedro d'Alcantara, por ser este o nome d'aquelle principe. Fallecendo seu pae em 1810, D. Pedro tomou sob a sua protecção o afilhado, mandando-o educar. Pedro Bellegarde tornou-se um distincto homem de Estado, occupando os cargos de ministro e outros muito importantes. Tambem escreveu differentes compendios sobre mathematica.

Belleza. Dizem proceder esta familia de D. João de Bellas, que viveu em Portugal no tempo de D. Affonso II. Tem por armas, em campo de ouro uma jarra de duas azas, de vermelho, com flôres da mesma côr e folhas verdes, entre dois leões negros batalhantes; o timbre é um dos leões do escudo, rompente.

Belleza *(Antonio Martens)*. Abbade da egreja de S. Pedro Fins de Gominhães, no arcebispado de Braga. Viveu no seculo XVIII. Soffria muito de flatos hypocondriacos, e durante mais de vinte annos foi ás Caldas do Gerez estudar os seus padecimentos e escrever sobre elles. Publicou o seguinte livro: *Methodo pratico para se tomarem os banhos das Caldas do Gerez, e de outras quaesquer caldas do reino, adquerido pela experiencia de vinte e tantos annos, que os tomou e viu tomar a muitos doentes de varios achaques o M. R. Antonio Martens Belleza, Abbade de S. Pedro Fins de Gominhães do arcebispado de Braga, que o compoz para o bem commum; e um Discurso sobre as cousas de que procedem os flatos hypocondriacos, seus effeitos, e cura paliativa, que podem ter;* Porto, 1763.

Belleza. Logar na freg. de Santa Cruz do Douro, conc. de Baião; distr. do Porto. || Quinta na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Gouvães do Douro, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real.

Belliago. Familia nobre de Portugal. Os Belliagos eram naturaes do Porto, onde tinham boas propriedades. Pertencia a esta familia D. Belchior Belliago, que foi bispo de Fez. As armas são em campo vermelho banda azul, carregada de tres rosas vermelhas perfiladas de ouro; contra-chefe de ondas de azul e prata. Elmo de aço aberto. Timbre, uma cabeça de baleia em pala com um ramo de tres rosas vermelhai e folhagem verde na bocca. Na *Nobiliarchia Portugueza,* de Villas Boas descreve-se o brazão de fórma um pouco differente: em campo azul uma banda de ouro carregada de tres rosas de vermelho, acompanhada de dois corpos de armas de prata, pé ondado do mesmo; timbre uma cabeça de balea, sahindo-lhe da bocca tres ramos de roseira do segundo, cada um com sua rosa.

Belliago *(D. Belchior)*. Doutor em theologia pela Universidade de Coimbra, onde tambem foi professor; conego da sé de Lisboa, bispo de Fez, etc. Era natural do Porto, fal. em Amora a 19 de outubro de 1569. Seu pae, João Alvares Belliago, exercia o cargo de escrivão da receita da alfandega do Porto; sua mãe chamava-se Catharina Alvares de Couros, e era filha de Rodrigo Rodrigues de Couros. Belchior Belliago, manifestando desde de creança superior talento, foi um dos homens que D. João III mandou estudar á Universidade de Paris. Regressando ao reino, formou-se na Universidade de Coimbra em theologia a 26 de abril de 1556. Por ordem da referida Universidade recitou com geral applauso: *Oratio habita in funere Serenissimi Portugalliæ*

Infantis Ludovici. Ficou em manuscripto, assim como *Orações diversas,* quando os alumnos da Universidade recebiam os graus de doutores de theologia e mestre em artes. Foi lente em Coimbra, onde leu humanidades, e philosophia em 1518; sendo ainda bacharel, regeu tambem a cadeira de theologia, durante as ferias do anno de 1554. Depois de ser eleito conego da sé de Lisboa, foi eleito bispo de Fez, *in partibus infidelium*, para celebrar os pontificaes na capella real. Sagrou a egreja de N. S.ª do Paraizo, de Lisboa, a 9 de maio de 1562. Sendo a capital assaltada em 1569 por uma violenta epidemia, Belliago retirou-se para o sitio d'Amora, no concelho d'Almada e ali foi victima d'aquella terrivel doença Escreveu : *De disciplinarum omnium studiis ad universam Academiam Conimbricensem habita Kalendis Octobris 1548*, Conimbricœ, 1558; *De Dialectica liber*, Conimbricœ, 1549; *Do esforço e animo dos Portuguezes*, obra em versos latinos.

Bellide. Pov. e freg. de N. S.ª da Saude, na prov. do Douro, conc. de Coudeixa-a-Nova, distr. de Coimbra; 202 habitantes. Tem correio com serviço de posta rural. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 23, com a séde em Coimbra. A povoação está situada n'uma campina, d'onde se vê a freguezia de Rapoula e varias povoações. Fica distante 9 k. da séde do conc. O cabido de Coimbra apresentava o cura, que tinha de rendimento 1 moio de trigo, 29 almudes de vinho e 4$000 réis em dinheiro. Bellide foi n'outro tempo villa e reguengo. Fôram senhores d'esta freg., até 1759, os condes de Athouguia. Nos dias 4 e 5 de agosto ha uma romaria á Senhora da Saude, n'esta freguezia. || Pov. na freg. de S. Mamede, de Cepães, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santo Audré, de Escariz, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Samuel, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de S. Sebastião, de Colmeal, conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Bellido. Pov. na freg. de S. Julião, de Lage, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Bellinho. Pov. na freg. de S. Paio, d'Antas, conc. de Espozende, distr. de Braga.

Bellino. *(Armando Ribeiro)* V. *Ribeiro Bellino (Armando).*

Bello *(Fr. Agostinho).* Eremita da ordem de Santo Agostinho no seculo XIV. Foi o primeiro lente de philosophia e depois de theologia na Universidade, que acabava de ser transferida de Coimbra para Lisboa, no reinado de D. Pedro I. Tambem exerceu o cargo de reitor da Universidade. Deixou 4 volumes de argumentos em latim, que se conservavam em manuscriptos por não ter sido ainda descoberta a imprensa, mas depois tambem se não imprimiram.

Bello *(João Fradesso).* Organista e compositor. Foi discipulo de fr. José Marques e estudou no Seminario Patriarchal. Indo estabelecer-se na ilha da Madeira, ali falleceu em 1861. As suas obras, diziam, ser muito correctas, mas só eram conhecidas n'aquella ilha.

Bello. Pov. da ilha de S. Jorge, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo. Fica situada na costa norte da ilha. || Logar na freg. de S. Martinho, de Recezinhos, conc. de Peuafiel, distr. do Porto. || Casal na freg. do Espirito Santo, de Castello, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Casal na freg. de S. Pedro e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Monte na freg de N. S.ª do Rosario, conc. de Alandroal, distr. de Evora. | Quinta na freg. de S. Pedro e conc. de Gouveia, distr. da Guarda. || Vinha na freg. de S. João Baptista, de Alegrete, conc. e distr. de Portalegre.

Bello de Almeida *(Antonio Julio).* Alferes do secretariado militar em Angola. N. em Augra do Heroismo. E' filho do major de engenharia Antonio Bello de Almeida. Aiuda muito novo dedicou-se á carreira das armas, mas desejando ir servir em Africa, para ali se dirigiu como primeiro sargento de artilharia. Encontrou logo ensejo de manifestar a sua coragem e na campanha de Lunda em 1896 (Bondos), sendo já sargento ajudante, foi-lhe confiado o commando d'uma força de 30 praças indigenas para ir em soccorro do capitão de infantaria Julio Cesar de Freitas, o qual com cento e tantas praças se via cercado por uumerosas forças indigenas havendo dois dias que estava sem munições e mantimentos. Sabedor do perigo que o capitão Freitas corria, Bello d'Almeida conseguiu valorosamente a marchas forçadas adeantar um dia no seu itinerario, atravessando de noite o campo inimigo, e reunir-se áquelle official a tempo de lhe permittir, com o auxilio prestado, conservar-se na defensiva durante dois dias, em que foi rudemente atacado pelo gentio até á chegada do grosso da columna commandada pélo proprio governador, Verissimo Sarmento. Este acto de coragem valeu-lhe a medalha que lhe foi concedida por serviços distinctos e relevantes no ultramar. Mais tarde serviu no Congo, onde tambem recebeu a medalha de prata de bons serviços prestados na organisação do deposito de material de guerra, promoveudo a beneficiação de grande quantidade de material ha muito considerado inutil. Bello de Almeida tem ainda a medalha de comportamento exemplar. E' habil desenhador e autor d'um mappa militar illustrado de Portugal, publicado ha annos, o qual foi mandado adquirir pelo ministerio da guerra. Em janeiro de 1903 foi nomeado secretario do governo de Angola.

Bello Jardim. Pov. na ilha Terceira, freg. de Santa Cruz e conc. da Villa da Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Graujiuha, couc. de Taboaço, distr. de Vizeu.

Bello Monte. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, conc. de Tavira, distr. de Faro. | Pov. ua freg. de S. Bartholomeu, de Pexão, couc. de Olhão, distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Arronches, distr. de Portalegre. || Logar na freg. de Santo Estevão, de Barrozas, conc. da Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. João, de Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. | Logar na freg. de Santo Estevão de Geraz do Minho, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Sabrosa, conc. de Paredes, distr. do Porto. | Logar na freg. de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra. || Roça na ilha do Principe, Africa Occidental.

Bello dos Reis *(Luiz Antonio).* Major de en-

genheiros. N. na Batalha em 1799, fal. em Lisboa a 22 de julho de 1858. Era filho de paes pouco abastados. Foi educado na terra da sua naturalidade até á edade de 10 annos, em que se viu obrigado a abandonal-a com sua familia, por causa da perseguição dos francezes. Depois de muitos trabalhos e soffrimentos pôde chegar a Lisboa, onde continuou com os seus primeiros estudos, e em 1819 ou 1820 matriculou-se na Academia de Marinha, luctando sempre com a falta de recursos. Terminados os estudos, em que sempre manifestou intelligencia e boa vontade, obtendo varias distincções, resolveu ir ao Brazil procurar meios de vida. Um amigo, porém, o dissuadiu d'essa idéa, e lhe offereceu a sua casa e a educação dos seus filhos. Em 1828 matriculou-se na Academia de Fortificação, concluindo no fim de quatro annos o curso de engenheiros, tendo alcançado premios em diversas cadeiras. Quando em 1833 se começou a linha de fortificação da capital, foi-lhe entregue a construcção do reducto á esquerda do Arco do Cego. Foi depois mandado para Setubal, onde construiu o reducto do Moinho de Pau. Em março de 1834 voltou a Lisboa, e tomou parte no levantamento da planta das linhas, de que estava encarregado o major Pires. Nos fins d'esse anno a Academia de Fortificação o propoz para o magisterio sendo então nomeado pelo governo lente substituto. Creando-se a Escola do Exercito foi escolhido para lente da 4.ª cadeira, logar que exerceu até ao seu fallecimento. Tendo ido á Hollanda n'uma missão scientifica, deixou na bibliotheca da Escola do Exercito uma memoria ácerca do que vira de notavel n'aquelle paiz, respectivamente á sciencia das construcções. Falleceu com a graduação de major de engenheiros.

Bello Romão. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Moncarapacho, conc. de Olhão, distr. de Faro.

Bellos. Uma das grandes regiões ou provincias em que se divide a ilha de Timor, na Malasia, archipelago da Sunda, Oceania, e que constituem os dominios de Portugal n'esta parte do mundo, conjunctamente com a ilha de Pulo-Cambing e o districto de Ocussy, encravado nas possesões hollandezas da provincia de Servião. O territorio dos Bellos está dividido em 11 districtos, comprehendendo 49 reinos, governados por outros tantos chefes, leorays ou reis. Os naturaes pertencem á raça malaia e usam praticas gentilicas. Os 11 districtos são os seguintes: Allás, Baturade, Bibissusso, Cailaco, Dilly, Lautem, Manatuto, Manhara, Ocussy, Vemasse e Viqueque. || Logar na freg. de S. Salvador, de Balazar, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Belmenso. Logar na freg. de S. Jorge, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Belmeque. Herdade na freg. de S. Sebastião, de Valle de Vargo, conc. de Serpa, distr. de Beja.

Belmequi, ou Malpica ou Malpique. Serra na prov. do Alemtejo, freg. de Valle de Vargo, conc. de Serpa. Tem 3 k. de comprimento e 3 de largura Do seu cume se vê Evora, Beja, Mourão, Monsaraz, Amarelleja, Safára, Santo Aleixo e outras povoações. Traz muita caça grossa e miuda. Tem canteiras de pedra muito fina. Em partes é cultivada e produz trigo, cevada e centeio. Dizem que o nome d'esta serra é derivado de *Barmequi*, appellido d'uma familia arabe.

Belmonte *(D. José Maria de Figueiredo Cabral da Camara, 2.° conde de).* Fidalgo da Casa Real. Porteiro-mór, em verificação de vida concedida n'este officio por decreto de 4 de novembro de 1802; gentil-homem da camara de el-rei D. João VI; commendador de S. Pedro de Merlim em Guimarães, no arcebispado de Braga; de S. João Baptista de Sinfães, no bispado de Lamego; de S. Pedro de Babe, no de Bragança e Miranda; de S. Salvador de Castellões e de S. Thiago de Bésteiros, no de Vizeu; todas estas commendas da ordem de Christo; 17.° senhor do morgado de Belmonte e Santo André, no termo de Azurara da Beira; 11.° senhor do morgado de Otta; capitão de cavallaria. N. a 15 de dezembro de 1800, fal. a 5 d'abril de 1834. Era filho do 1.° conde de Belmonte, D. Vasco Manuel Figueiredo Cabral da Camara, e de sua mulher, D. Jeronyma Margarida de Noronha, dama da rainha D. Maria I, e dama da ordem de Santa Izabel. O conde de Belmonte succedeu na casa de seu pae em 10 de novembro de 1830, e no titulo a 4 de julho de 1806. Casou em 24 de novembro de 1820 com D. Maria Domingas de Castello Branco, dama de D. Maria I, e dama de honor das rainhas D. Carlota Joaquina, D. Maria II, D. Estephania e D. Maria Pia, filha dos 2.ºˢ marquezes de Bellas e 7.ºˢ condes de Pombeiro. Tendo enviuvado em 1834, a condessa de Belmonte passou a segundas nupcias em 1 de abril de 1837 com D. Francisco de Paula de Portugal e Castro, 13.° conde de Vimioso, com honras de parente, senhor da casa de Valença e par do reino. Do primeiro matrimonio nasceram D. Constança Maria de Figueiredo Cabral da Camara, que foi dama de honor das rainhas D. Estephania e D. Maria Pia, a qual casou com o 2.° duque de Loulé e 1.° conde de Valle de Reis; D. Vasco, 3.° conde de Belmonte; D. Jeronyma Cabral da Camara, que casou com João Bernardo Vianna Berquó, moço fidalgo com exercicio na Casa Imperial do Brazil, commendador da ordem de Christo, cavalleiro de N. S.ª da Conceição; D. Maria da Madre de Deus Cabral da Camara, que casou com Francisco Figueira Freire, bacharel formado em medicina pela Universidade de Coimbra, e director clinico do hospital de S. José. Do 2.° matrimonio teve a sr.ª D. Maria José, actual marqueza de Borba, e mãe do sr. conde de Redondo e de Vimioso, D. José Luiz de Sousa Coutinho; e D. Maria Domingas, viuva do general Antonio Abranches de Queiroz. A renovação do titulo foi concedida pelo decreto de 4 de julho de 1806.

Belmonte *(D. Vasco Antonio de Figueiredo Cabral da Camara, 3.° conde de).* Fidalgo da Casa Real, 18.° senhor do morgado de Belmonte, e Santo André no termo de Azurara; 12.° senhor do morgado de Otta; porteiro-mór honorario da Casa Real, commendador da ordem de Christo. N. a 4 de maio de 1829, fal. a 8 de setembro de 1870. Era filho do 2.° conde de Belmonte, D. José Maria de Figueiredo Cabral da Camara, e de sua mulher, a condessa D. Maria Domingas de Castello Branco, filha dos 2.ºˢ marquezes de Bellas e 7.ºˢ condes de Pombeiro. Casou a 20 de outubro de 1847 com D. Maria de Mendonça Rolim de Moura Barreto, dama de honor das rainhas D. Maria II, D. Estephania e D. Maria Pia, filha da infanta D. Anna de Jesus Maria e de seu ma-

rido, o 1.º duque, 2.º marquez de Loulé e 9.º conde de Valle de Reis, Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto. A sr.ª condessa de Belmonte nasceu a 26 de fevereiro de 1829 e enviuvou em 1870. Do seu matrimonio houve a seguinte descendencia: D. José Maria de Figueiredo de Cabral e Camara, habilitado agronomo pelo Instituto Agricola que nasceu a 20 de julho de 1848, e casou a 30 de janeiro de 1882 com D. Maria das Necessidades de Siqueira Freire, já fallecida, filha de Ascenso de Siqueira Freire, casado com D. Maria da Graça Lobo da Silveira, filha dos 3.ºs marquezes de Alvito, D. José Antonio Placido Lobo da Silveira Quaresma e D. Izabel Vicencia Ignez da Cunha e Lorena; D. Nuno Maria de Figueiredo Cabral da Camara, coronel de cavallaria n.º 3, que nasceu a 19 de fevereiro de 1850 e casou a 17 de abril de 1877 com D. Maria Anna Lobo d'Almeida Mello e Castro, filha dos 7.ºs condes das Galveias, D. Francisco Xavier Lobo d'Almeida Mello e Castro e D. Catharina de Sousa Holstein; D. Vasco de Figueiredo Cabral da Camara, que nasceu a 25 de janeiro de 1866, do curso de engenharia civil da Escola do Exercito, casado com a sr.ª D. Eugenia Braamcamp Freire, filha dos 3.ºs condes do Sobral, Hermano Braamcamp Sobral de Mello Breyner e D. Francisca d'Almeida e Vasconcellos, filha dos condes da Lapa. O sr. D. Vasco da Camara foi nomeado em 1903 veador de sua magestade a rainha senhora D. Amelia. O titulo de 3.º conde Belmonte foi renovado por decreto de 25 de julho de 1847.

Belmonte *(D. Vasco Manuel Figueiredo Cabral da Camara, 1.º conde de)*. Fidalgo da Casa Real, par do reino por carta regia de 30 de abril de 1826, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara, em sessão de 31 de outubro do referido anno; porteiro-mór da Casa Real, gentil-homem da Camara de el-rei D. João VI, 16.º senhor do morgado de Belmonte e do de Santo André de Azurara; 10.º senhor do morgado de Otta; 3.º senhor dos Maninhos da villa da Covilhã, em verificação de vida; commendador das commendas acima referidas na ordem de Christo; o qual em sua vida desfructou duas tenças annuaes de 500$000 réis cada uma, impostas na alfandega do Porto; outra tença de 100$000 réis annuaes no almoxarifado da casa das carnes; e mais duas tenças, uma de 500$000 réis e outra de 300$000 réis annuaes, impostas no almoxarifado dos vinhos; grã-cruz das ordens de N. S.ª da Conceição e da antiga ordem da Torre e Espada; deputado da Junta dos Tres Estados; presidente da Junta da Administração do Tabaco, e tenente-coronel de cavallaria. N. a 29 de março de 1767, fal. a 10 de novembro de 1830 Era filho de D. Pedro da Camara Figueiredo Cabral, veador da rainha D. Maria I; gentil-homem da camara do principe D. João, do conselho da referida soberana; moço fidalgo com exercicio no paço, accrescentado a fidalgo escudeiro; alcaide-mór das villas da Certã e Pedrogão Pequeno; 2.º senhor dos Maninhos da Covilhã, 15.º senhor do morgado de Belmonte e Santo André de Azurara, por successão a seu parente Caetano Francisco Cabral, senhor dos referidos morgados, alcaidaria e senhorios de Belmonte e Azurara, o qual foi casado com D. Anna de Mello, filha de Martim Affonso de Mello e de sua mulher D. Jeronyma Joaquina de Sousa Sotto Mayor, de quem não houve successão. D. Pedro da Camara era o 9.º senhor do morgado de Otta, commendador de S. João Baptista de Sinfães de S. Pedro de Merlim, de S. Salvador de Castellões e de S. Thiago de Bésteiros nos bispados acima indicados, por successão a sua avó D. Magdalena Luiza de Lencastre, em virtude da mercê de mais uma vida nos bens da corôa e ordens, que possuia seu irmão Rodrigo Antonio de Figueiredo Alarcão, gentil-homem da camara do infante D. Manuel, como consta da portaria de 14 de julho de 1752; marechal de campo. A mãe do 1.º conde de Belmonte era D. Marianna de Menezes, mulher de D. Pedro da Camara, a qual foi depois dama de honor de D. Maria I, filha de D. José de Menezes da Silveira Castro e Tavora, gentil-homem da camara de D. José I e de D. Maria I, commendador de Santa Maria de Vallada na ordem de Christo, governador da Torre Velha de S. Sebastião de Caparica. O conde de Belmonte succedeu na casa de seu pae em 21 de junho de 1794. Casou a 17 de janeiro de 1795 com D. Jeronyma Margarida de Noronha, dama de D. Maria I e dama da ordem de Santa Izabel, filha de D. José de Noronha, do conselho da rainha D. Maria I, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, filho dos 5.ºs condes dos Arcos-de-Valle-de-Vez, deputado da Junta dos Tres Estados, tenente-coronel de cavallaria, casado com D. Marianna Izabel das Montanhas Mascarenhas Ribeiro Soares. O titulo de conde de Belmonte foi concedido por decreto de 13 e portaria de 18 de maio de 1805. O brazão d'armas é o seguinte: um escudo; em campo de prata duas cabras vermelhas, passantes, armadas de negro; timbre, uma das cabras do escudo. Os senhores de Belmonte descendem de Alvaro Gonçalves Cabral, vassallo de el-rei D. João I, alcaide do castello da Guarda, a quem o referido rei fez doação, de juro e herdade, de Azurara e de Valhelhas, Manteigas e Moimenta, e do julgado de Figueiredo, por cartas de 27 de março, 15 de abril e 21 de agosto de 1422. A doação de Azurara e Valhelhas foi confirmada a Fernão de Alvares Cabral, guarda-mór do infante D. Henrique, filho de D. João I, por el-rei D. Affonso V, em carta datada de Santarem a 20 de março de 1449. Este nobre fidalgo era avô paterno do grande descobridor do Brazil, Pedro Alvares Cabral. (V. *Alvares Cabral, Pedro*). O morgado de Belmonte foi instituido a 9 de maio de 1397, o de Santo André no termo de Azurara, em 12 de abril de 1395, e o de Otta a 26 de julho de 1524. Entre os avós dos senhores de Belmonte conta-se D. Vasco da Camara, veador da rainha D. Maria Sophia de Neuburgo, filho do 2.º conde da Ribeira Grande, D. José Rodrigo da Camara e de

Brazão dos condes de Belmonte

sua mulher, a princeza D. Constança Emilia de Rohan, filha de Francisco Rohan, principe de Soubise, duque de Fontenay e conde de Rochefort.

Belmonte. Villa da prov. da Beira Baixa, séde de conc., com. da Covilhã, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda. Tinha duas freguezias, a de N. S.ª da Conceição e a de S. Thiago, conservando-se actualmente só a de S. Thiago, com 522 fog. Está situada a villa n'uma bonita e fertil região, chamada *Cova da Beira*, na serra da Atalaya, em sitio alegre, que domina a planicie por onde deslisa o rio Zezere, que nasce aqui perto, na serra da Estrella. A povoação é muito antiga, mas ignora-se quem foi o fundador. D. Sancho I deu-lhe foral em 1188, e D. Manuel tambem lhe deu foral novo, de Santarem, a 1 de junho de 1510. A egreja de S. Thiago tem tres altares, diz o padre Luiz Cardoso no *Diccionario Geographico*, tomo II, pag. 142 e 143; o altar-mór tem a imagem d'este santo e o sacrario do Sacramento; o altar da parte do Evangelho, mettido debaixo de uma abobada com dois arcos antigos, é o de N. S.ª da Piedade, tendo debaixo d'um dos arcos uma sepultura levantada de pedra tosca; e o da parte da Epistola é dedicado ao Menino Jesus. A capella de Nossa Senhora da Piedade foi fundada por Maria Gil Cabral, que ficara herdeira usufructuaria dos bens de seu pae, D. Gil Cabral, physico e deão, e depois bispo da Guarda, com a condição de fundar uma capella na egreja de S. Thiago de Belmonte, da invocação de N. S.ª da Piedade, deixando-a depois aos seus parentes. A capella ainda conserva esculpido o brazão dos Cabraes. Maria Gil Cabral cumpriu o testamento, legando o morgado a Luiz Alvares Cabral, filho primogenito de Alvaro Gil Cabral, irmão mais velho de seu pae. Parece que depois d'este legado os Cabraes permaneceram na villa. Esta familia é muito antiga, e, segundo fr. Antonio de Brandão, veiu de Castella. O mais antigo d'este appellido, de que ha noticia, é Ayres Cabral, em tempo d'el-rei D. Diniz, que teve em fidelidade as fortalezas de Portalegre, Mourão, Arronches e Castello de Vide pelo infante D. Affonso, seu irmão; Alvaro Gil Cabral foi alcaide-mór da Guarda, e seu filho, Luiz Alvares, é que obteve a alcaidaria-mór de Belmonte. D. Maria Alvares Cabral casou com Fernão Velho, e fôram paes de Fr. Gonçalo Velho, commendador do castello de Almourol, das Pias, da Beselga, da Cardiga e descobridor dos Açôres. Depois de prestarem grandes serviços na guerra e terem sido fieis vassallos do Mestre de Aviz, de serem servidores e amigos de D. Duarte, D. Affonso V e D. João II, gozando durante estes reinados dos maiores privilegios, veiu um seu descendente, Pedro Alvares Cabral, a descobrir o Brazil. Foi tambem membro d'esta familia Fernão Cabral, chamado o *Gigante da Beira*, pelo seu agigantado corpo e forças herculeas. Foi senhor do castello d'esta villa. A sua casa gozou sempre de grandes privilegios, que acabaram em 1640, por terem os Cabraes seguido o partido de Castella; o dominio de Belmonte passou então para a corôa. No castello conservava-se uma maça de ferro, de que, segundo dizem, usava o tal gigante. O bispo da Guarda apresentava, por concurso synodal, o vigario de S. Thiago, cuja renda era de 500$000 réis. O vigario da freg. de N. S.ª da Conceição pertencia ao padroado real e tinha 40$000 réis de rendimento. O castello parece ser obra de el-rei D. Diniz. Consta de uma torre com duas grandes janellas, uma para o S, outra para O; é quadrada, e junto se vêem as casas dos senhores do castello, tudo fortificado com muralhas de cantaria, e por fóra, em toda a circumferencia, com baluartes muito altos. Tanto o castello como as muralhas estão em ruinas. Ao pé da villa, situada ao N, na distancia de 1:500 metros, vê-se a celebre torre *Centum Cellas*. Está tambem em ruinas. E' quadrada, e conserva ainda 22 metros de altura. Dizem que foi construida por D. Diniz, mas ha quem pretenda que seja obra dos romanos, e que este monarcha só a reedificasse. Pelo lado O tem de largo 17 metros, com 4 portas por baixo; por cima uma porta grande ao centro, e 4 janellas, sendo 2 de cada lado. O mesmo se vê do parte do E. Do lado N tem 11 metros de largo, 3 portas em baixo e 3 janellas em cima, e ainda, em terceira ordem, uma

Castello de Belmonte

porta grande com uma janella em cada parte. Do S tem duas portas em baixo e outra grande por cima, com uma janella de cada lado. E' tudo de cantaria bem lavrada. A torre indica ter tido mais obras pegadas, para todos os lados, menos para o N. Suppõe-se que era uma atalaya. Tambem lhe chamam a *Torre de S. Cornelio*. Ao pé, junto ao rio Zezere, existe a ermida de S. Cornelio, que é antiquissima. E' tradição de que esteve aqui encerrado este santo, e que em sua memoria se erigiu a ermida. No terreno, em alguns sitios ha minerio, e na ribeira da Teixeira minas de estanho. Belmonte tem Misericordia e hospital, fundadas em 1611 com os privilegios da Misericordia de Lisboa; escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales e cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. B. A.—Guarda; agencias bancarias e de seguros, hoteis, medico, pharmacias, sociedades de recreio: *Philarmonica nova e Philarmonica velha*. A villa dista 16 k. da capital do districto. Pertence á 2.ª div. mil., 4.ª brigada, grande circumscripção militar do centro, e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 21 com a séde em Castello Branco. O concelho de Belmonte foi extincto pelo decreto de 7 de setembro de 1895 e aunexado ao da Covilhã, mas ficou restaurado pelo decreto de 15 de janeiro de 1898.

Pertenceu antigamente ao distr. da Guarda, mas passou ao de Castello Branco por decreto de 31 de dezembro de 1853. Comprehende 4 freguezias n'uma superficie de 10:092 hect., com 6:545 hab., sendo 3:195 do sexo masc. e 3:350 do fem. As fregs. são: Belmonte, S. Thiago, com 2:375 hab.: 1:143 do sexo masc. e 1:232 do fem.; Caria, N. S.ª da Conceição, com 2:537 hab.: 1:256 do sexo masc. e 1:281 do fem.; Enguias, S. Silvestre, com 978 hab.: 486 do sexo masc. e 492 do fem.; Maçainhas, N. S.ª da Conceição, com 655 hab.: 310 do sexo masc. e 345 do fem. O principal commercio do conc. é vinho, azeite, centeio, trigo, milho, feijão, batata, gado bovino, suino, lanigero e caprino. Ha diligencias entre Belmonte e Caria, e serviço de carruagens para todos os concelhos limitrophes. Ha feira a 25 de março e a 2 de setembro. e mercado mensal na 1.ª e 3.ª segunda-feira. Os senhores de Belmonte gozavam de grandes privilegios, como consta dos documentos que existem na Torre do Tombo, e veem transcriptos no *Frei Gonçalo Velho*, obra em 2 volumes, trabalho do sr. Ayres de Sá. *Jornaes:* Em Belmonte publicou se até hoje apenas um jornal, que era impresso na Guarda, *Defeza (A)*, que saiu de 5 de junho a 3 de julho de 1884 || Pov. na freg. de S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Freixo de Baixo, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Logar na freg de N. S.ª da Oliveira, de Samora Correia, conc. de Benavente, distr. de Santarem. || Logar na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Sobrado, conc. de Castello de Paiva, districto de Aveiro. || Logar na freguezia de Santo André, de Victorino dos Piães, concelho de Ponte do Lima, districto de Vianna do Castello. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || Casal na freg. de S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Quinta, que faz parte do logar da Portella, na freg. de Santa Maria, dos Olivaes, 1.º bairro de Lisboa. || Paul no Tejo, por onde corre a ribeira de Santo Estevão. || Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Belmonte. Povoação ou libata assim chamada, no territorio do Bié, acima de Cubango e junto ao rio Cuito. Era ali a habitação do prestimoso commerciante sertanejo Silva Porto, e onde Serpa Pinto se hospedou durante a sua permanencia n'aquella região africana. Na *Viagem através d'Africa Austral*, por Serpa Pinto, fala-se muito de Belmonte, e vêem-se algumas gravuras da casa de Silva Porto e a planta da povoação. Silva Porto conservou-se muito tempo nos sertões africanos e prestou grandes serviços desenvolvendo o commercio d'aquella parte d'Africa com a metropole. Estabelecendo se em Belmonte, povoação que, por assim dizer, formou, organisou em 8 de setembro de 1885 uma escola, que era dirigida pela professora D. Maria Leonor Ferreira Alegre. Os indigenas teem o costume de lançar fogo ás selvas nos mezes de agosto e de setembro, e em junho de 1889 incendiaram o matto pertencente á residencia de Belmonte, com tanta infelicidade, que a reduziram a cinzas. Silva Porto soffreu enorme desgosto com esta perda, vendo assim perdido o seu penoso trabalho de 50 annos. e tanto se apaixonou, que recorreu ao suicidio, fallecendo em março de 1891. O seu cadaver foi transportado para a cidade do Porto, d'onde era natural. V. *Silva Porto*.

Beloi. Pov. na freg. de S. Pedro da Cova, conc. de Gondomar, distr do Porto.

Beloitos ou Belôtos *(Monte de)*. Na freg. de S. Pedro, de Panoias, conc. de Ourique, distr. de Beja.

Beltraneja. Nome que davam em Hespanha á princeza D. Joanna, conhecida pela *Excellente Senhora*, filha de Henrique IV, de Castella, e de sua mulher, a rainha D. Joanna, filha d'el-rei D. Duarte, de Portugal. Chamavam a *Beltraneja* á *Excellente Senhora*, pelo facto de a julgarem filha de Beltran de la Cueva, favorito de Henrique IV, e amante da rainha. V. *Joanna (D)*.

Beltrão *(Padre João Duarte)*. Presbytero secular, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra. N. em Pedrogão Pequeno em 1769; fal. em Coimbra a 20 de agosto de 1851. A formatura realisou-se em 1809. O padre Beltrão foi beneficiado collado na collegiada de S. Christovão de Coimbra, e advogado nos auditorios da referida cidade. Escreveu: *Breve tratado da actual disciplina da Egreja Lusitana sobre a alternativa dos beneficios ecclesiasticos*, Lisboa, 1817; além de outros documentos, traz na integra a concordata feita com a Santa Sé a 20 de julho de 1778, para regular o provimento dos beneficios, em que entra a alternativa; *Collecção das leis dos hereges pedreiros-livres contra os verdadeiros christãos: dividida em duas partes, oriental e occidental; precedida das noções precisas para a verdadeira intelligencia d'ellas, e de uma breve analyse a cada um artigo, em que se mostra a irreligião de taes hereges, e o modo como pretendiam desthronar os soberanos, levando os povos com falsas promessas ao maior auge de anarchia e da sua desgraça; com um appendice de varias e interessantes materias pertencentes ao mesmo objecto: D. e O. a S. R. Magestade o sr. D João VI. Parte* I *e tomo* I, Coimbra, 1823: a 2.ª parte parece que não chegou a publicar se; *Descoberta da loja de pedreiros-livres chamada dos Chicaras em Coimbra, e das suas alfaias, por um amigo da religião; do rei e do povo*, Coimbra 1823; *Sentimentos dos conimbricenses ao ver o club maçonico da rua do Cabido n.º 310, e os trastes a elle pertencentes, achados n'um poço das mesmas casas no dia 11 de julho;* fôram reproduzidos no *Conimbricense* de 26 de maio de 1868, com algumas anecdotas interessantes ácerca do padre Beltrão, e depois reimpressos nos *Apontamentos para a historia contemporanea*, de Joaquim Martins de Carvalho; *Tabella das alçadas dos ministros, e taxas em que cabe a jurisdicção dos mesmos*, Coimbra, 1824.

Beltrão *(Luiz Antonio da Silva)*. Primeiro piloto de carta patente. Nada mais se sabe a seu respeito. Escreveu: *Instrucção para se Navegar em proximidade da Costa do Noroheste da Nova Hollanda, com as differentes Derroctas em o Bergantim Emillia; assim como suas Sondas, qualidades e perigos proximos á mesma Costa. Tudo observado com a maior exacção possivel, sendo suas Longittudes deduzidas, pellas Observações da Distancia da Lua á do Sol, Estrellas e Planetas; offerecido ao Illustrissimo Senhor Miguel de Arriaga Brum da Silveira*, etc., Calcuttá, 1818.

Beltrão *(Quinta do)*. Na freg. de N. S.ª dos Cóvos, de Teixoso, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Beltroa. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação e conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || Logar na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

Belveia *(Quinta de).* Na freg. de N. S.ª das Virtudes, de Gatões, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Belver *(Venancio José Cordeiro, visconde de).* N. em S. Marcos de Taboeira, conc. de Castro Verde, a 20 de março de 1864. E' filho de Antonio Guerreiro e de D. Marianna Julia da Lança Cordeiro. Descendente de familias muito consideradas e respeitadas, o sr. visconde de Belver, dispondo de bens de fortuna, tornou-se distincto pelos seus actos de beneficencia, com especialidade na terra que lhe foi berço, onde tem sido um verdadeiro benemerito. Quando em 1895 uma assustadora epidemia de febres typhoides flagelou a populosa aldeia de S. Marcos, o sr. visconde de Belver empregou todos os meios possiveis de suavisar aquelle mal, acudindo aos doentes para que lhes não faltassem os soccorros medicos e pharmaceuticos, desembolsando largas sommas para que os desprotegidos da fortuna não soffressem privações, nem fôssem descuidados pela medicina. O titulo de visconde foi-lhe conferido por sua magestade el-rei senhor D. Carlos, em 19 de março de 1890.

Belver. Villa e freg. de N. S.ª da Visitação, da prov. do Alemtejo, conc. de Gavião, com. de Mação, distr. e bisp. de Portalegre; 2:093 hab. e 402 fog. E' uma das 12 villas do grão-priorado do Crato. Pertenceu n'outro tempo á comarca de Thomar. Foi do conc. de Mação, distr. de Santarem, e passou ao de Gavião por decreto de 13 de janeiro de 1898. A villa dista 9 k. da séde do conc. e está situada n'uma baixa aprazivel, saudavel e muito fertil, cercada de pomares, hortas e olivaes. E' banhada pelo rio Tejo. A este sitio chamava-se então *Guidimtesta,* e D. Sancho I o deu a D. Affonso Paes, prior da ordem de Malta, em 13 de junho de 1194, para os cavalleiros ali edificarem o castello, junto ao qual se foi formando pouco a pouco a povoação. Em consequencia da amenidade e belleza d'aquelle sitio, os cavalleiros deram lhe o nome de *Belver;* outros dizem que foi D. Sancho quem assim lhe chamou. O condestavel D. Nuno Alvares Pereira reedificou e ampliou o castello, pelos annos de 1390. Esta fortaleza fica a O, em um alto junto á villa; tem ao centro a torre de menagem, muito alta; dentro está a capella de S. Braz, que o infante D. Luiz, filho d'el-rei D. Manuel, presenteou com algumas reliquias de santos, muitas casas, hoje em ruinas, e duas cisternas, que estão entulhadas. N'este castello, segundo a tradição, viveu a princeza Santa Joanna, filha de D. Affonso V, que foi freira no convento de Jesus em Aveiro, onde falleceu (V. *Joanna, Santa).* El-rei D. Manuel deu-lhe foral em Lisboa, a 18 de maio de 1518. Ao alcaide-mór d'esta villa pagavam fôro as villas de Envendos, Proença-a-Nova, Carvoeiro, Cardigas e Amendoa. A matriz é uma egreja de tres naves, o vigario era apresentado pelo rei, como grão-prior do Crato, tendo de rendimento diversos generos, 26 almudes de vinho, e 3$420 réis em dinheiro. Tinha um coadjutor, que tambem recebia generos em muito diminuta porção e 4$000 réis em dinheiro. A misericordia e o hospital são pobres. Em Belver havia dois juizes ordinarios e dos orphãos, dois vereadores e camara, sujeitos ao ouvidor do Crato. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 22, com a séde em Abrantes. Belver é estação do caminho de ferro da Beira Baixa; tem escolas para ambos os sexos, est. post. permutando malas com Mação, hospedarias, medico, fabricas de sabão e diversos estabelecimentos commerciaes. N'esta villa ha uma fonte de agua sulfurea, conhecida pelo nome de *Fadagosa*, que por alguns escriptores tem sido confundida com a Fadagosa do Gavião, de que é muito inferior, tanto em qualidade como em quantidade, sendo muito menos frequentada. || Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Carrazêda de Anciães, distr. e bisp de Bragança. A pov. dista 3 k. da séde do conc. O vigario era apresentado pelo reitor de Anciães, e tinha 40$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil. Tem caixa de correio e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 10 com a séde em Mirandella. || Logar na freg. de S. Marcos de Ataboeira, conc. de Castro Verde, distr. de Beja. || Casal na freg. de N. S.ª do Populo e conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Horta na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Alter do Chão, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de Santo Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª do Rosario, conc. de Almodovar, districto de Beja.

Bem. Alguns dos ramos d'esta familia passaram á America. Tem por armas: em campo de prata tres buzinas de caça de negro, com cordões vermelhos, postas em roquete, com as bocas guarnecidas de ouro e uma estrella vermelha de oito raios no fundo do escudo; tem por timbre a estrella.

Bem *(D. Thomaz Caetano do).* Clerigo regular theatino, mestre de theologia, chronista da Casa de Bragança, academico da Academia Real da Historia, e da Liturgica Pontificia de Coimbra; socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. em Lisboa a 18 de setembro de 1718, fal. a 13 de março de 1797. Era filho do jurisconsulto Agostinho do Bem Ferreira e de D. Antonia Thereza da Fonseca. Estudou as letras humanas no collegio dos jesuitas, de Lisboa, entrando depois na ordem dos clerigos regulares de S. Caetano, no convento de N. S.ª da Divina Providencia, a 18 de maio de 1733, professando solemnemente a 10 de novembro de 1734. Era enthusiasta pela poesia latina e pela historia ecclesiastica e secular, em que teve vasta instrucção. Foi nomeado qualificador do Santo Officio em 1 de abril de 1751, e examinador das tres ordens militares. Para a sua biographia póde ler se o *Elogio Historico* que lhe consagrou Francisco de Borja Garção Stockler, impresso no tom. II das suas obras, de pag. 1 a 25. Escreveu: *Panegyrico ao Excellentissimo e Reverendissimo Senhor D. Francisco de Almeida Mascarenhas na occasião de ser elevado á dignidade de Principal da Santa Egreja Occidental,* Lisboa, 1739; *Oração funebre nas exequias do ill.mo e ex.mo sr. D. Jayme de Mello, terceiro duque de Cadaval, Conselheiro de Estado, e Estribeiro-mór d'El-Rey,* Lisboa, 1749; *Sermão em acção de graças ao Altissimo, pela milagrosa conservação da vida de Sua Ma-*

gestade, sendo assaltado por tres assassinos na noute de 3 de setembro, Lisboa 1759; *Noticia prévia da collecção dos concilios celebrados pela Egreja Lusitana, e mais pertencentes em suas conquistas*, Lisboa, 1757; no mesmo volume vem, escripto em latim, o *Index compendiarius collectionis; Carta a um seu amigo, ácerca de uns Monumentos Romanos, descobertos no sitio das Pedras negras*, Lisboa, 1755; é datado de 29 de outubro de 1754; sahiu tambem como addicionamento na 2.ª edição do *Summario das cousas de Lisboa*, por Christovão Rodrigues de Oliveira, de pag. 153 a 176; *Dissertação sobre a origem dos metropolitanos na Lusitania*, inserta no tomo I da *Collecção da Academia Liturgica–Dissertação da Liturgia solitaria theologico-canonica;* no tomo IV da mesma collecção; *Dissertação: «Se os bispos Idacio de Merida e Ithaco de Ossonoba foram justamente depostos por perseguirem os prisillicanistas»*, no referido tomo IV; *Vida de Santo André Avellino, clerigo regular especial protector contra accidentes apopleticos mortes e repentinas*, Lisboa, 1767; *Vida do veneravel padre D. Alberto Maria Ambiveri, clerigo regular*, Lisboa, 1782; sahiu novamente incorporada nas *Memorias historicas*, adeante mencionadas; *Illustração historica á genealogia dos Reis de Portugal*, Lisboa, 1789; *Memorias historicas e chronologicas da sagrada religião dos Clerigos Regulares em Portugal e suas conquistas na India Oriental*. Lisboa, 2 tomos; o 1.º em 1792 e o 2.º em 1794. N'estas *Memorias* estão comprehendidas as biographias dos seguintes escriptores portuguezes pertencentes á congregação theatina. No tomo I: *D. Raphael Bluteau, D. Antonio Ardizzoni Spinola, D. Vicente Barbosa, D. Manuel Caetano de Sousa, André Nunes da Silva* (secular). No tomo II: *D. Manuel de Tojal e Silva, D. Luiz Caetano de Lima, D. José Barbosa, D. Antonio Caetano de Sousa, D. Jeronymo Contador d'Argote, D. Francisco Xavier do Rego, D. Caetano de Gouvea Pacheco*, etc. D. Thomaz Caetano do Bem compoz um poema heroico, intitulado *Castreidos, libri quinque*, cujo argumento é a victoria alcançada pelo vice rei da India D. João de Castro, sobre as tropas do rei de Cambaya, que pretendiam expugnar a fortaleza de Diu. Publicou tambem uma *Ode latina*, em louvor de Diogo Barbosa Machado, autor da *Bibliotheca Lusitana*, a qual vem inserta no 1.º tomo a referida *Bibliotheca*. Em manuscripto deixou o seguinte: *Sacra Concilia Lusitanæ Ecclesiæ primum in ordinem digesta, & dissertationibus aliquot illustrata; Fides Romanæ Sedis accusata, & excusata chronologico ordine, Dissertatio Historico-theologico-Polemica adversus istius calumniatores; Dissertatio Critico-Theologico-Canonica adversus Juniores Anti-Sigillistas; Sermões*, 2 tomos; *Pratica com que congratulou a Academia Real de estar eleito seu Collega, e recitada em 14 de Janeiro de 1753.*

Bem Andaste. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

Bem Calado *(Herdade do)*. Na freg. de N. S.ª da Nazareth, de Landeira, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Bem Canes *(Monte do)*. Na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Bem Casado *(Monte do)*. Na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Bem Devisa. Logar na freg. de S. Miguel, de Barrio, concelho de Ponte do Lima, districto de Vianna do Castello.

Bem Deviso. Logar na freg. de N. S.ª do Soccorro, de Paçô, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Bem Espera. Monte e quinta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Bem Fadada. Logar na freg. de S. Lourenço, de Alhos Vedros, concelho da Moita, distr. de Lisboa.

Bem da Fé. V. *Bendafé*.

Bem Ferreira *(Agostinho de)*. Doutor em Direito Canonico pela Universidade de Coimbra, e advogado em Lisboa. N. em Maçores, nos suburbios da Torre de Moncorvo, a 3 de agosto de 1681; ignora-se a data do fallecimento, mas parece que vivia ainda em 1759. Era filho de Apolinario Francisco e de Catharina Esteves. Applicou-se ao estudo de Direito Pontificio na Universidade de Salamanca por alguns annos, passou depois á de Coimbra no anno de 1703, onde recebeu o grau de bacharel a 17 de junho de 1709, doutorando-se a 27 de maio de 1710. Depois de ler no Desembargo do Paço com o maior applauso, foi eleito em 1712 juiz de fóra de Trancoso, cargo que não acceitou, e exerceu por mais de 26 annos a advocacia na côrte. Para facilitar o estudo da Jurisprudencia aos novos professores traduziu do latim em portuguez a *Instituta* do imperador Justiniano, com illustrações de outros autores, a que deu o seguinte titulo: *Summa da Instituta, com remissões ao Direito, de que se deduz, Ordenações, com que se conforma, e doutrinas praticas; obra utilissima para estudantes e politicos de lição*, Lisboa, 1739, 5 tomos, que ordinariamente apparecem encadernados em 2 volumes, tendo o 1.º os tomos I, II e III, e o 2.º os tomos IV e V.

Bem Florido *(Quinta do)*. Na freg. de Santa Maria e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Bem Moniz. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Paderne, conc. de Albufeira, districto de Faro.

Bem Parece. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Tavira, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Luz e conc. de Lagôa, distr. de Faro. || Logar na freg. de Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro. || Logar na freg. de S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Sebastião e conc. de Lagos, distr. de Faro. || Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || Logares em Cabeça de Cabra e em Porto Covo, na freg. de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || Monte na freg. de Sant'Anna da Serra, conc. de Ourique, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Ferreira do Alemtejo, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Salvador e conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Bem que fede. *(Herdade de).* Na freg. de N. S.ª da Natividade, de Machede, conc. e distr. de Evora.

Bem Querer *(Bairro do).* Na freg. de N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. d'Almada, distr. de Lisboa.

Bem Saude. Estação de aguas mineraes no conc. de Villa Flôr, distr. de Bragança, servida pela est. do cam. de ferro de Abreiro, á qual se acha ligada por uma estrada regular. As nascentes de Bem Saude brotam na falda d'uma collina. Eram já conhecidas de Fonseca Henriques, que as descreveu com o nome de *Lodões*, e de Tavares, que d'ellas faz menção a pag. 302 da sua obra. Fôram de novo preconisadas pelos annos de 1842, mas depois sem motivo cahiu seu uso em esquecimento. Os temporaes de 1877 fizeram desapparecer estas aguas, mas o seu proprietario, o sr. Teixeira Malheiro, conseguiu fazel-as reapparecer a poucos metros de distancia nas fendas d'uma enorme penedia de schisto, situada n'um plano pouco inferior ao da antiga nascente. Hoje emergem por differentes pontos d'esta penedia, deixando os orificios ou fendas por onde saem e as cavidades em que se demoram, cobertas de uma camada de flocos amarellados, em que se reconhece a silica, o acido phosphorico, o ferro e o manganez. Veem acompanhadas de numerosas bolhas de gaz, acido carbonico misturado com pequenas quantidades de azote e oxigenio. A pequena distancia do local d'estas aguas para oeste do sitio denominado *Junqueira*, ha outra nascente identica, mas muito menos importante. Estas aguas são empregadas internamente no tratamento de varias doenças do estomago e das vias digestivas. Externamente combatem com energia as ulceras atonicas e antigas. Póde consultar-se a este respeito *As aguas minero-medicinaes em Portugal*, do dr. Alfredo Luiz Lopes. *Topographia medica do districto de Bragança*, por F. A. Macedo Pinto, nos *Annaes do conselho de saude publica do reino*, tomo III, pag. 120: *Breve noticia sobre as aguas de Bem Saude*, por J. A. S. R. Cardoso, no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, tomo III, 1842, pag. 47; *Aguas alcalino-gazosas de Bem Saude*, por Joaquim dos Santos e Silva, Coimbra, 1880.

Bem Saude *(Quinta de).* Na freg. de S. Bartholomeu e concelho de Villa Flôr, districto de Bragança.

Bem Venidos *(Monte dos).* Na freg. de S. Braz, conc. de Serpa, distr. de Beja.

Bem Vistosa (*Monte da*). Na freg. de S. Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja.

Bem Vistoso. Logar na freg. de S. Martinho das Amoreiras, concelho de Odemira, districto de Beja.

Bemanas. No districto de Dilly, da região portugueza dos Bellos, na provincia e ilha de Timor, Oceania; fica proximo do rio Viqueque o sitio d'este nome, no qual brotam as *Caldas de Bemanas*. O caminho faz-se em 20 horas, indo por mar desde Dilly até á foz da ribeira Lalcia, ou a Manatuto, e depois pela estrada parallela ao littoral até áquelle rio, cujo leito sobe para Cairuhi e Vemor. Bemanas assenta n'uma collina situada na margem do rio Viqueque, de cujo vertice se goza um esplendido panorama E' na vertente noroeste d'essa collina, em solo calcareo, que brotam as aguas por duas nascentes. As da superior, emergindo no meio d'uma pequena bacia por tres ou quatro pontos distinctos, depois de alguns metros de percurso isolado, unem-se com as da nascente inferior, seguindo depois ambas um leito commum, no qual abundam lodos sulfureos. Estas aguas teem sido aproveitadas com vantagem no tratamento do rheumatismo e do herpetismo. No *Boletim da Provincia de Macau e Timor*, de 1885, pag. 191, vem uma *Breve noticia sobre as Caldas de Bemanas em Viqueque*, por José Gomes da Silva.

Bembe. Antiga pov. pertencente em tempo ao concelho de D. Pedro V, distr. de Loanda, prov., com. e bisp. de Angola, hoje incorporada na circircumscripção administrativa do Ambrizette, do districto do Congo. Acha-se situada na bifurcação do caminho que para N se dirige a S. Salvador, para S a Encoge e para SO ao Ambriz, distante do primeiro cerca de 160 kilom.; do segundo 110 e do terceiro, 220. Pela sua posição topographica e estrategica protege o commercio com o interior. Tanto o concelho como a povoação datam de 1856; porém as suas minas de cobre tinham sido cedidas a Portugal pelo rei do Congo, no fim do seculo XVI. Pouco antes da fundação do concelho começaram aquellas minas a ser exploradas por uma companhia, chegando a produzir diariamente 1:800 kilos de mineral; mas a companhia não continuou a exploração, por causa, das difficuldades de transporte do minerio. Acerca do estado desolador de abandono a que chegou esta região póde vêr-se o relatorio publicado pelo actual bispo do Porto, sr. D. Antonio Barroso, no Boletim da Sociedade de Geographia, descrevendo a sua visita ao Bembe como superior da missão de S. Salvador do Congo, em 1887.

Bembo. Familia de origem veneziana. Segundo uns autores, o primeiro d'este appellido foi Affonso Bembo, que veiu a Portugal no tempo de Filippe II, de Hespanha, e se estabeleceu em Santarem. Tem por armas em campo azul uma asna de ouro firmada entre tres rosas do mesmo metal; o timbre é meio hippogripho de prata com azas de ouro. Segundo outros autores, Affonso Bembo teria vindo a Portugal em tempo de D. João III, assentando residencia em Lisboa, e que D. Sebastião lhe mandara registrar as suas armas em 1578.

Bemcanta. Pov. na freg. de S. Martinho do Bispo, conc. e distr. de Coimbra. E' um apeadeiro do caminho de ferro, entre Coimbra e Figueira da Foz, servida por tramways.

Bemda. Territorio situado na margem direita do rio Zaire, entre Cabinda a léste e S. Salvador a Oeste, no Congo, provincia de Angola, Africa Occidental.

Bemdice. Rio da Africa Occidental, affluente do rio Cuanza. Nasce na serra da Mazamba, a E do districto de Benguella, prov. de Angola.

Bemfarras. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Bemfeita. Pov. e freg. de Santa Cecilia, da prov. do Douro, conc. e com. de Arganil, distr. e bisp. de Coimbra; 1:617 hab. e 355 fog. Fica a 40 k. d'esta cidade e a 12 da de Arganil. Antigamente foi da comarca de Vizeu. Eram seus donatarios os bispos de Coimbra, como condes de Arganil. O reitor de Coja apresentava o cura, que tinha de rendimento 50$000 réis. Bemfeita é

uma pequena aldeia na margem esquerda do rio Ave, situada n'um valle, d'onde se não descobrem outras povoações. E' terra muito saudavel e fertil em cereaes. Tem abundancia de oliveiras, pinheiros e castanheiros. Fica proximo a serra do Açôr, em que se encontra bastante caça. Passa aqui a ribeira da Matta, que rega e traz peixe. Bemfeita pertence á 5.ª div. mil. e do distr. de recrutamento e reserva n.º 23 com a séde em Coimbra. Tem escola do sexo masc. e caixa do correio com serviço de posta rural. Até 1894 poucos beneficios se fizeram n'esta aldeia. N'este anno, porém, deu-se principio ás obras da egreja, sendo demolida e de novo edificada a parede do lado do antigo cemiterio, concorrendo muito para estas obras o dr. Albino Freire de Abranches de

Uma vista de Bemfeita

Figueiredo, então deputado do circulo. Tambem em 1894 se construiu um novo cemiterio em condições hygienicas para a freguezia de Bemfeita, no sitio da Corga, cujo terreno foi cedido gratuitamente pelo sr. Antonio Simões Dias Cardoso. O arcediago José Simões Dias concorreu muito para esta construcção. Bemfeita tem quatro bairros: Fundo, Outeiro, Cabo e Praça. Tem uma irmandade de N. S.ª d'Assumpção, e a Associação do Coração de Jesus, confraria creada no tempo em que era parocho Joaquim Florindo Correia. A povoação tem as seguintes capellas: N. S.ª d'Assumpção, Senhor dos Passos, Santa Rita de Cassia, S. Bartholomeu, N. S.ª das Necessidades e N. S.ª da Guia. No jornal de Braga *O amigo da religião*, de 1896, vem publicada uma curiosa descripção e estatistica da aldeia de Bemfeita. E' patria do mimoso poeta, já fallecido, dr. José Simões Dias (V. *Dias, José Simões*), de seu irmão, o actual parocho e professor da freguezia da Cerdeira, do mesmo concelho de Arganil, o rev. padre Albino Simões Dias Cardoso (V. *Dias Cardoso, Albino Simões*); e do arcediago José Simões Dias, que nasceu nas Levadas d'esta freguezia e falleceu em Berlim em outubro de 1903. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Cortegaça, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Collos, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Bemfeitas. Pov. na freg. de Santa Maria, de Destriz, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Bemfeito. Pov. na freg. de S. Martinho, da Villa Frescainha, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Bemfica. Pov. e freg. de N. S.ª do Amparo, da prov. da Estremadura, no 3.º bairro de Lisboa, parte que fica intramuros, na moderna demarcação da cidade, cujo limite é junto á estrada militar, que atravessa Bemfica, onde ficam hoje as barreiras. A parte de extramuros pertence ao conc. de Oeiras, e comprehende as povoações situadas fóra da linha da circumvallação, como Porcalhota, Damaia, Amadora, Borel, Ponte de Carenque, etc. E' do patriarchado de Lisboa. Bemfica tem est. post. e telegr., escolas para ambos os sexos, medicos, pharmacias, clubs, philarmonica intitulada *Euterpe musical*, diversos estabelecimentos commerciaes e industriaes. A estação do caminho de ferro fica no logar de Calhariz, tendo um apeadeiro em S. Domingos. A egreja de N. S.ª do Amparo foi construida no principio do seculo XIX, junto á egreja antiga, que era pequena e de mesquinha construcção. O templo actual é espaçoso e muito alegre, decorado de excellentes marmores de differentes côres, polidos ou lavrados com bem acabadas esculpturas. No altar-mór está uma bonita imagem de N. S.ª do Amparo, e no corpo da egreja vêem-se tres altares de cada lado, incluindo a capella do Santissimo. A' entrada encontram-se ao lado direito dois pequenos altares, e ao lado esquerdo outro egual e o baptisterio. Na sacristia existe uma peça de muito valor, que é um lavabo em marmore, trabalho feito d'uma só pedra, com muitos relevos e lavores. O exterior do templo é de regular architectura e de boas proporções, mas pobre de aspecto. Tem só uma torre de sinos á frente, o que parece não estar completo o frontispicio, porque deveria talvez ter duas torres, para ficar symetrico. A frente da egreja está voltada para oeste, e o adro cae sobre a estrada real. Ao lado fica um largo, onde se vê um cruzeiro. As obras fizeram-se á custa de esmolas. Em 1882 reformou-se a egreja, sendo a pintura confiada ao pintor decorador Pereira Junior. Em toda a estrada de Bemfica e seus contornos, desde Sete Rios e Cruz da Pedra, que já pertencem á freguezia de S. Sebastião da Pedreira, a partir da travessa das Aguas Boas para leste, encontram se quintas magnificas, elegantes propriedades, varios chalets, mais ou menos importantes, etc. A 18 de dezembro costuma festejar-se N. S.ª do Amparo, orago da freguezia, havendo solemnidade a grande instrumental, precedida de novena; no principio de agosto festeja-se na mesma egreja a imagem de S. Sebastião, havendo missa solemne, fogo d'artificio, e durante tres dias arraial e kermesse. Em Calhariz, na

sua pequena ermida, dedicada a N. S.ª da Saude, costuma em 15 de agosto haver tambem arraial, festa de egreja, kermesse e fogo d'artificio. Estas diversões são habitualmente muito concorridas de pessoas de Lisboa e das povoações proximas. Mencionaremos as seguintes quintas com os respectivos palacios: A que pertenceu a D. Izabel Maria, e onde esta infanta passou os ultimos annos da sua vida. A quinta e palacio fôram fundados pelo negociante inglez da nossa praça, Gerardo Devisme, no seculo XVIII. A planta, tanto do palacio como da quinta, foi feita pelo architecto Ignacio de Oliveira Bernardes, que tambem dirigiu as obras. Devisme adornou a quinta com muitas estatuas de marmore e plantas raras; decorou o palacio com objectos d'arte, especialmente quadros a oleo, de que era grande amador; organisou um museu de productos dos tres reinos da natureza, antiguidades, curiosidades e artefactos. Annos depois, o negociante britannico, tendo soffrido graves degostos, resolveu abandonar a quinta, e vendeu-a ao 3.º marquez de Abrantes, D. Pedro de Lencastre. Este fidalgo conservou-a por muito tempo bem tratada e procedeu a alguns melhoramentos, sendo um d'elles ampliar o museu; porém, nos ultimos annos em que viveu, a quinta e o palacio cahiram na maior decadencia, e cinco annos depois da sua morte, um seu neto, o 5.º marquez de Abrantes, chamado tambem D. Pedro de Lencastre, vendeu aquella valiosa vivenda á infanta D. Izabel Maria, em 1834. A infanta estabeleceu ali a sua residencia permanente, melhorou os jardins, ampliou o palacio para o lado do pateo onde fica a entrada principal, e augmentou ainda o museu. O palacio tinha duas fachadas para o pateo; construiu-se então uma terceira fachada, fechando-se o quarto lado com uma gradaria e portico de ferro. A frente mais nobre e elegante do edificio estende se sobre um jardim, rematando nas extremidades em dois corpos, que resaltam do central, e aos quaes fazem corôa duas cupolas envidraçadas. Uma d'estas cupolas dá claridade á capella, que é muito rica, resplandecendo o ouro em variadissimos relevos sobre fundo branco por todas as paredes, altar e tecto. A outra cupola pertence á grande sala de recepção, para a qual fórmam como tribunas as janellas do segundo andar. Esta sala era ricamente guarnecida. A quinta compõe-se de varios jardins adornados de estatuas e lagos de marmore, bosque, pomar, hortas, tanques e viveiros de aves, com um rio que divide a quinta, encanado e represado para servir de lago a uma cascata que sobre elle se levanta a muita altura, offerecendo na sua base passagem como ponte, de uma para outra margem, e no alto um mirante. Esta quinta soffreu, annos depois, uma grande devastação nas arvores quasi seculares, ordenada com o fim de dar á lavoura alguns metros de terreno, onde anteriormente o sol não rompia a espessura do bosque. Hoje está aqui estabelecido o collegio de D. Thereza Saldanha. A quinta da Buraca é uma linda vivenda com boa casa de habitação e bonitos jardins, obra do negociante João Antonio Lopes Pastor, já fallecido ha muitos annos. A princeza D. Maria Amelia ia algumas vezes passear a esta quinta, acompanhada de sua mãe, a imperatriz viuva de D. Pedro IV, a qual já então padecia da dolorosa enfermidade a que succumbiu mais tarde no Funchal, na quinta Lambert, em fevereiro de 1853. Hoje pertence esta quinta á viuva Garlon. No logar de Calhariz, onde está situada a quinta da Buraca, tambem existe a *Quinta da Fonte*, conhecida pela *Quinta do Peres* por ter sido fundada por um negociante d'este appellido, no primeiro quartel do seculo XVII. E' propriedade importante, tanto pela casa, como pela disposição e ornatos dos jardins, frondosas arvores que a ensombram e abundancia das suas producções. Pertenceu ao barão do Rio Tinto, e depois ao abastado negociante e capitalista José Iglezias. Hoje pertence á sua viuva, filha e genro, o sr. conselheiro José da Silveira Vianna. N'este palacio e quinta residiu a infanta D. Anna de Jesus Maria com seu marido, o marquez, mais tarde duque de Loulé, depois do seu consorcio, desde novembro de 1827 até 3 de fevereiro de 1828, em que partiram para o estrangeiro. A quinta da Alfarrobeira, situada na estrada de Calhariz, mas a pouca distancia da de Bemfica, foi construida no meado do seculo XVIII pelo architecto do real palacio de Mafra, Frederico Ludovici. A infanta D. Izabel Maria, sendo regente do reino, passou n'esta quinta o verão de 1827, procurando restabelecer-se d'uma grave doença. O seu proprietario era então um neto do fundador. Pertenceu depois ao abastado capitalista Manuel de Campos Pereira e hoje é dos seus herdeiros. A quinta que foi de Antonio Lodi, irmão da condessa do Farrobo, D. Marianna Lodi, compõe-se de boa casa, lindos jardins, um bosque e grande lagôa, estatuas, bustos, um mirante, d'onde se desfructa um bello e pittoresco panorama, e tinha uma ermida de madeira, em fórma de capella gothica, ha pouco demolida. A quinta pertenceu depois ao sr. Victorino Vaz Junior, que mais tarde a vendeu ao sr. Ferreira da Silva, actor do theatro de D. Maria II, que é o actual proprietario. Ha muitas outras quintas tambem importantes como a do *Beau séjour*, fundada na primeira metade do seculo XIX, e que depois foi do barão da Gloria, pertencendo actualmente aos seus herdeiros; tem bom palacio, jardim e vinhas. A que foi edificada no meado do seculo XVIII por um negociante estrangeiro chamado Móller, e que mais tarde se tornou propriedade de João da Silva Carvalho, filho do grande estadista José da Silva Carvalho, que tanto se distinguiu nas luctas civis a favor da liberdade; hoje é da sua viuva a sr.ª viscondessa da Silva Carvalho. A quinta que pertenceu á condessa da Povoa. A quinta de Pedro Paes, que foi depois do fallecido conde de S. Marçal, que mais tarde a vendeu ao conselheiro Augusto Cesar Barjona de Freitas, que ali veiu a fallecer em julho de 1900. A que pertenceu ao marquez de Vianna, tambem conhecida pelo nome de Alfarrobeira, mais tarde propriedade do fallecido capitalista Jeronymo Ferreira das Neves, é actualmente do sr. Ignacio Maria Bregaute e de seus cunhados Augusto e João Theotonio Pereira. A quinta dos srs. marquezes de Fronteira, em S. Domingos de Bemfica, de que adeante trataremos; a da Feteira de baixo, em frente da egreja parochial, propriedade de Fernando Emygdio, e que foi depois do fallecido conselheiro Ulrich; a do sr. dr. Carvalho Monteiro, na Cruz da Pedra, do lado sul da estrada, com um bonito portico acastellado e o muro com ameias; tem boa casa

de habitação, jardim, lago, estufa, pomares e hortas. Ainda na freg. de Bemfica se contam outras propriedades egualmente apreciaveis. Junto ao antigo palacio da condessa da Povoa está o hospicio de Santa Izabel, estabelecido em casa que pertenceu á infanta D. Izabel Maria. O sitio de Bemfica é um dos mais aprazíveis, e muitas familias ali vão passar a estação calmosa. Hoje está sensivelmente melhorado; tem ruas espaçosas, a avenida Gomes Pereira, que vae ter á estação, orlada de bonitos e elegantes chalets, nos terrenos da antiga quinta de Marrocos, que pertenceu a Claudio José Nunes e depois ao commendador Gomes Pereira. O bairro Heredia, devido á iniciativa do proprietario dos terrenos em que assenta e de quem tem o nome, acha-se bem situado na encosta do antigo sitio das Pescadeiras, e no seu alto projecta-se a construcção de uma casa de saude. Conta já um crescido numero de construcções. Está ligado directamente á estrada de Bemfica, na Cruz da Pedra Em Bemfica ha varios chafarizes. O de S. Domingos, com todo o seu encanamento até ao Aqueducto geral, foi obra do inglez Gerardo Devisme, na supposição de lhe dar a agua precisa. Depois de acabado, o chafariz esteve tres annos sem ter agua, até que, por alvará de 27 de março de 1787, se lhe mandou distribuir um annel d'agua, mas, em caso de falta no Aqueducto, seriam preferidos os chafarizes de maior necessidade, concedendo se os sobejos ao referido Devisme, os quaes passaram ao marquez d'Abrantes, e depois á infanta D. Izabel Maria, que estava de posse da quinta. O chafariz da Buraca foi feito por ordem da Junta das Aguas Livres de 23 de dezembro de 1771, e por despacho da direcção do 10 de maio de 1834, correm os sobejos para a quinta da Buraca, que então pertencia a Lopes Pastor. O chafariz de Bemfica foi feito tambem por ordem da Junta das Aguas Livres de 17 de julho de 1778. Pela resolução de 29 de dezembro de 1779, e alvará de 19 de julho de 1786, concederam-se os sobejos para uma quinta de que era proprietario o desembargador Manuel Ignacio de Moura. O chafariz da Fonte, que fica junto á quinta d'este nome, foi construido em consequencia d'uma representação que as lavadeiras e moradores de Alfarrobeira e sitio da Fonte dirigiram á camara municipal de Lisboa, pedindo um chafariz e um tanque para lavarem roupa, dizendo o proprietario da quinta proxima, então Vicente Gonçalves Rio Tinto, mais tarde barão do Rio Tinto, que se offerecia para fazer a obra á sua custa. A camara, depois de averiguações, concedeu, por despacho de 14 de dezembro de 1848, uma penna d'agua para um novo chafariz. Não contentes os interessados, houve novo pedido, e a camara concedeu mais outra penna, em sessão de 12 de abril de 1849. O chafariz construiu-se, e por detraz, a 29 passos, se formou um tanque de lavadeiras, indo os sobejos da agua para a referida quinta. Mas a 16 de novembro ainda de 1849, Rio Tinto expoz á camara, n'um requerimento, que os sobejos do chafariz eram muito poucos como a experiencia do verão havia mostrado, que as lavadeiras ficavam quasi privadas das vantagens com que contavam, quando elle se propozera a fazer a obra do chafariz e tanques, em que dispendera 500$000 réis, e assim offerecia o donativo de 480$000 réis se a camara mandasse largar directamente para o tanque mais uma penna d'agua, pedindo tambem licença para tapar um poço, que ficava no caminho em frente da quinta e perto do chafariz, por obstruir a livre passagem dos carros e mais trafico d'aquelle caminho. A camara accedeu ainda a este pedido. O sitio chamado *Poço do Chão*, onde tambem ha uma quinta e casa de residencia, recebeu este nome da fórma seguinte: Os moradores d'aquelle logar, tendo á frente Fernão Nunes e João Martins, principiaram a abrir este poço para serviço do publico, sujeitando todos os moradores a um imposto, pela grande falta d'agua que sentiam para seu uso. Fernão Gomes e seus filhos oppozeram-se dizendo que nada pagariam das despezas que se fizessem, e por isso se não utilisariam da agua, e que o chão onde trabalhavam e pretendiam fazer o poço não pertencia ao concelho, porém sim a Jorge Annes, do mesmo logar de Bemfica. Por ordem do senado fez-se uma vistoria, e Jorge Annes declarou que a maior parte do chão, onde se pretendia abrir o poço, era realmente do concelho, e que apezar de ser preciso para a obra uma pequena parte do terreno que lhe pertencia, não se oppunha, para que os moradores pudessem concluir o trabalho começado. Em vista d'esta declaração, por sentença de 9 de agosto de 1480, o corregedor da cidade Ruy Davilla Escudeiro mandou continuar a obra, declarando ser do concelho o chão, e condemnando os autores da opposição a pagarem a parte que lhes viesse a pertencer. O poço ficou com dois peitoris, um fazendo frente ao sudueste e outro ao nordeste. Este poço tem hoje uma bomba.

Bemfica. Pov. e freg. de Santa Martha, da prov. da Estremadura, conc. de Almeirim, com. e distr. de Santarem, patriar. de Lisboa; 1.367 hab. A pov. dista 9 k. da séde do conc. Tem est. post. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 2 com a séde em Lisboa. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Ponte do Rol, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Real, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Pedro, de Alviobeira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Logar na freg. de Santo Estevão, de Barrozas, conc. da Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Maria da Deveza e conc. de Castello de Vide, distr. de Portalegre. || Logar na freg. da Sé, conc. e distr. de Portalegre. || Casal na freg. de S. José, de Lamarosa, conc. de Corruche, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Vicente do Paul, conc. e distr. de Santarem. || Denominação de duas roças, na ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Bemfica *(Convento de S. Domingos de)*. Fica situado no local onde existiam os *paços de Bemfica* e a quinta que lhes ficava annexa, que desde o reinado d'el-rei D. Diniz serviam de residencia de campo dos nossos monarchas. El-rei D. João I, querendo agradecer a Deus tantas victorias que alcançara, e tambem por instancias do seu chanceller-mór, o notavel jurisconsulto João das Regras, fez doação d'estes paços á ordem de S. Domingos, com terras, hortas e pomares visinhos, em 22 de maio de 1399, para ali se fundar um convento, o qual se construiu com o auxilio regio, e juntamente uma egreja de modesta fabrica e muito limitadas proporções. No decorrer dos tempos fizeram-se muitas obras de reconstrucção,

tanto na egreja como no convento, para que bastante concorreu a piedade dos nossos soberanos. D. João II concedeu-lhe a propriedade denominada *Quinta das Ilhas*. D. Manuel tambem deixou religiosa memoria, ordenando que se cantassem todas as semanas duas missas aos Anjos, a favor dos navegantes que tinham concorrido para os descobrimentos e constituiam as forças das victorias orientaes d'aquella epoca. A rainha D. Catharina, mulher de D. João III, tratou esta casa religiosa como se fôsse sua capella, offerecendo-lhe do seu oratorio particular reliquias de muita devoção e de valor, entre outras um pedaço do *Santo Lenho* n'uma grande cruz de prata. Filippe II lhe concedeu esmolas importantes. Nos principios do seculo XVII todo o edificio ameaçava ruina. Procedeu-se então a uma reedificação quasi geral, por diligencias do prior do convento, D. Fr. João de Vasconcellos. Este prelado lançou em 29 de junho de 1624 a primeira pedra nos alicerces da nova egreja. Tambem fôram reconstruidos o claustro, casa do capitulo, refeitorio e dormitorio. Do antigo edificio apenas ficaram a sacristia e o coro. O terremoto de 1755 arruinou a egreja e o convento, que logo se reedificaram. Na *Historia de S. Domingos*, de fr. Luiz de Sousa, vem uma descripção de todo o edificio. A capella-mór da egreja tem primorosos trabalhos d'ornato, e um sumptuoso baldaquino, onde está um magnifico sacrario. No arco cruzeiro ha duas grandes capellas, no corpo da egreja seis, adornadas de boas pinturas e outras diversas capellinhas. Este convento foi sempre noviciado dominicano. Tem um espaçoso dormitorio para os noviços e outro pavimento ao lado para os religiosos, além das mais officinas claustraes e uma famosa cêrca com boa agua. No convento existiam muitas imagens de madeira de grande valor, com especialidade uma do Santo Christo. Nos domingos de maio costumava fazer-se uma romaria em honra de S. Domingos, advogado e protector dos que andam sobre as aguas do mar. Esta romaria, que chamava sempre grande concorrencia, acabou com a extincção dos conventos. Na *Historia de S. Domingos*, a que já nos referimos, descreve-se a origem d'esta romaria: «Partia para a Allemanha certo mercador, quando os frades começavam a povoar a casa. Assentou el-rei D. João I com elle que lhe fizesse lavrar n'aquellas partes, em fino alabastro, uma imagem do santo para a dar aos frades. Não foi descuidado o mercador; fez a imagem e embarcou-se com ella. Na viagem levantou-se tormenta, e foi o perigo tal, que os que mandavam a via se deram por perdidos, tratando cada um dos remedios da alma, mais que do governo da embarcação. N'este estado foi instincto do céo lembrar-se o mercador da peça que trazia. Cheio de animo e confiança, deu vista d'ella aos companheiros; exhortou-os a se encommendarem ao santo; esforçou-se a devoção com a necessidade; mostrou o Senhor que a intercessão do seu servo dava vida e salvação aos afflígidos; porque n'um momento cessou a furia dos ventos, abrandou o mar, e correram com bonança até tomarem a barra de Lisboa, e entrarem o rio. Celebrou-se o successo como verdadeiro milagre, e tanto que soou na cidade, como sua vida e substancia pende de navegações, obrigou o povo a estimar e buscar a imagem; e porque coustou que valêra aos navegantes que a traziam em um domingo de maio, dura a romagem em taes dias. Tem seu assento no altar do Rosario em um nicho dourado que fica aos pés da Senhora.» A concorrencia tornou-se tão importante, que se julgou indispensavel instituir-se uma feira n'aquelle logar para abastecimento dos romeiros, e a requerimento do prior e mais religiosos do convento de Bemfica, el-rei D. José a concedeu por alvará de 2 de maio de 1751. No anno de 1818 houve um incendio no convento, que esteve quasi a ponto de se perder. A livraria é que ardeu completamente,

Tumulo de João das Regras

queimando-se muitos livros raros e manuscriptos de bastante apreço. Quando se deu a extincção das ordens religiosas, em 1834, a irmandade de N. S.ª do Rosario, existente na egreja, tomou posse d'ella, com autorisação do governo, e a conservou por algum tempo com decencia, tendo seu capellão. Mais tarde o convento foi vendido á infanta D. Izabel Maria, conservando-se o claustro e a portaria. A egreja, parece que deixou de pertencer á irmandade do Rosario, ou porque esta acabasse, porque esteve alguns annos sem culto, concorrendo para que novamente lhe fôsse restituido a referida infanta. Estabeleceu-se ali um asylo e casa de educação á infancia. Depois do fallecimento de D. Izabel Maria, dizem ter estado ali uma fabrica de chitas, e actualmente parece que está entregue a umas irmãs de caridade francezas. A cêrca vendeu-se, e é hoje propriedade particular. O convento era memoravel por quatro grandes vultos historicos que o illustraram na vida por suas virtudes e de subido engenho, ou que o honraram na morte com o deposito das suas veneraudas cinzas. Estes quatro vultos são: D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, Fr. Luiz de Sousa, D. João de Castro e João das Regras. O primeiro, que teve a mitra primacial de Braga, e que tão nobre e sabiamente sustentou no concilio tridentino os interesses e dignidade da religião e da patria, foi conventual d'este

mosteiro. O segundo, que na vida secular assombrou os inimigos da nossa independencia com um acto de heroico patriotismo, chamando-se então Manuel de Sousa Coutinho, edificando depois a todos no claustro como exemplar das virtudes christãs, sendo tambem um dos nossos mais brilhantes escriptores, que viveu, falleceu e foi sepultado n'aquella casa religiosa. O terceiro, ao cabo d'uma existencia gloriosa, que encheu toda a Asia com a fama das suas acções heroicas e com o prestigio e respeito do nome portuguez, ali dorme o eterno somno, na capella que lhe foi consagrada. O quarto, o eloquente orador, o mais celebre jurisconsulto de Portugal no seculo XV, que tambem ali descança n'um respeitoso mausoléo. A capella dos Castros tem a invocação de *Corpus Christi*, é porém mais conhecida pela capella dos Castros, e está collocada no adro da egreja de S. Domingos, ficando na frente d'esta. Foi construida por D. Francisco de Castro, bispo inquisidor geral, e destinada para jazigo do notavel vice-rei da India. A capella não prima em bellezas de architectura, mas é grandiosa, tanto pela sua vastidão, que lhe dá proporções d'uma boa egreja, como pelos materiaes de que é construida, pois que desde o pavimento, que é de marmore de côres, até á abobada, que é de excellente cantaria, toda a sua fabrica é de pedra bem lavrada. Tem um só altar, por detraz do qual está o coro. Entre as seis columnas que adornam o altar, vêem-se sobre peanhas seis custodias com reliquias de santos, tres de cada lado. No pavilhão ou baldaquino que faz cobertura ao sacrario, avultam as imagens de Nossa Senhora e S. Domingos. Estas imagens, que commemoravam uma das victorias do vice-rei, conservaram-se no oratorio particular de D. João de Castro até que seu neto, D. Francisco de Castro, as mandou trasladar para a capella. Ali jazem em tumulos de marmore que descançam sobre quatro elephantes egualmente de marmore, D. João de Castro e sua mulher D. Leonor Coutinho, da parte do Evangelho; D. Alvaro de Castro, seu filho, e sua mulher, D. Anna de Athayde, da parte da Epistola. No presbyterio estão as sepulturas do bispo D. Francisco de Castro e de sua irmã, D. Violante de Castro, condessa de Odemira. N'um vasto carneiro, que se abre por debaixo d'esta capella, com seis arcos, n'um dos quaes se ergue um altar, estão os caixões de outras pessoas da mesma familia. Os tumulos de D. João de Castro e de seu filho teem epitaphios em latim. Ha mais de 50 annos um descendente do vice-rei, o conde de Penamacor, mandou reparar e adornar de novo a capella. O mausoléo de João das Regras levantava-se antigamente no meio da egreja, mas quando esta se reconstruiu no seculo XVII, foi transferido para junto da porta da entrada, á direita de quem entra. E' de marmore branco e assenta sobre quatro leões. A caixa tem por unico adorno oito escudos, representando todos o brazão de armas de João das Regras, cuja figura em alto relevo está deitada sobre a tampa. A estatua tem vestes talares; na cabeça o barrete doutoral, e ao lado, o estoque, insignia de cavalleiro. Aos pés está um cão, emblema da fidelidade, posto como em guarda e vigia. Em volta da tampa lê-se em caracteres gothicos: *Aqui jaz João das Regras Cavalleiro Doutor em Leys, privado d'el rei D. João fundador deste mosteiro, finou tres dias do mez de Maio era de 1442.* (Esta data corresponde a 1404, da era de Christo).

Bemfica *(Palacio e quinta do marquez de Fronteira em S. Domingos de).* Está situada esta quinta com o seu respectivo palacio no começo da encosta da serra do Mousanto, do lado de Bemfica. O palacio é de construcção grandiosa e elegante, e foi edificado em terras da casa de Mascarenhas, chamadas *Morgado novo.* A edificação data do principio do ultimo quartel do seculo XVII, mas a capella já existia, como se vê pela inscripção lavrada sobre a porta, que marca a era de 1548, epoca em que se julga ter sido restaurada. O palacio tem cousas muito notaveis, como a escada, que é d'um traçado elegante; a *sala dos paineis*, onde se vêem muitos retratos de pessoas da familia dos srs. marquezes de Fronteira; as duas galerias, e a sala conhecida pela *sala das batalhas*, que serve de sala de jantar, que tem onze metros e meio de comprido e nove de largo. N'esta sala vêem-se cinco portas e outras tantas janellas, sobre as quaes estão diversos bustos de pessoas de familia: D. Fernão de Magalhães, senhor de Lavre, commendador de Mertola e de Almodovar, alcaide-mór de Montemór-o-Novo e de Alcacer do Sal, capitão de ginetes dos monarchas D. João II e D. Manuel, chefe da casa dos Mascarenhas; D. Manuel de Mascarenhas, que se distinguiu na tomada de Azamor em 1515, e foi governador de Arzilla, onde morreu, merecendo pelas suas façanhas o cognome de *O espada cortadora;* D. Fernando de Mascarenhas, que morreu na batalha de 4 de agosto de 1578, em Alcacer-Kibir; D. Manuel de Mascarenhas, que ficou ferido e prisioneiro na referida batalha; o 1.º conde da Torre, D. Fernando de Mascarenhas, governador de Ceuta e de Tanger; o 2.º marquez de Fronteira, que commandou a vanguarda do marquez das Minas, quando este fidalgo entrou em Madrid, e assistiu á batalha de Almanza; o 3.º marquez, general em differentes capitanias do Brazil; o 4.º e o 5.º marquez e D. Francisco de Mascarenhas, 1.º conde de Coculim. N'uma das paredes d'esta sala existe em alto relevo e de tamanho natural, o retrato do 1.º marquez de Fronteira, a cavallo, vestido de marechal, tendo por baixo uma longa inscripção enumerando os cargos que exerceu, as honras que teve, data do nascimento e do fallecimento, e de quando fundou a quinta. A sala está guarnecida de azulejos, onde se vêem pintadas as batalhas em que tomaram parte diversos membros da illustre familia dos Mascarenhas, especialisando-se a do Ameixial, a 8 de junho de 1663, em que está o fundador da casa luctando corpo a corpo com o general castelhano D. João d'Austria. Na Armaria real de Madrid, segundo dizem, mostra-se o elmo que D. João d'Austria trazia n'aquella batalha, marcado pela espada do 2.º conde da Torre. Entre os retratos que existem no palacio, vêem-se os da marqueza de Tavora, D. Leonor; de D. Magdalena de Vilhena; de D. Francisco de Almeida, 1.º vice-rei da India; e dois retratos do marquez de Alorna; um tirado antes da sua prisão, e outro depois de ser restituido á liberdade, tendo estado encarcerado durante 18 annos. Uma das fachadas do palacio deita para um vasto pateo de entrada, onde ha duas fontes; a outra olha para um jardim á ingleza com um bonito tanque em fórma de estrella, no centro do qual ha uma Venus de marmore;

a terceira tem na frente um grande jardim no gosto italiano, com cinco tanques octogonaes, e no fundo um que tem 50 metros de comprimento e 19 de largura, circumdada de balaustrada, vasos e figuras de marmore. Na parte superior de um dos lados d'este tanque, corre uma varanda, intitulada a *varanda dos reis*, para onde se sobe por duas largas e espaçosas escadarias, a que servem de remate dois vistosos pavilhões com uma cupola pyramidal. Na parede da varanda estão mettidos, como em nichos, bustos dos reis portuguezes, desde D. Affonso I até D. João V, trabalhados em marmore de Carrara. Estes jardins confinam d'um lado com um pomar e uma grande horta, e do outro com uma comprida matta, que occupa uma parte da encosta da serra, e d'onde se avista um pittoresco panorama. Tanto os jardins como a matta conteem bonitos exemplares de plantas. A outra face do palacio é formada de uma espaçosa varanda cheia de estatuas de marmore, de figuras mythologicas, que lançam agua em conchas tambem de marmore. E' no fim d'esta varanda que está a capella. A entrada para a quinta é por um elegante portico. Além do que apontamos, ainda se encontra n'aquella magestosa propriedade uma grande cascata que deita para um rio, bellos bosques, variadas collecções de flôres, viveiros elegantes de differentes especies de passaros, fontes e lagos de diversas fórmas, etc.

Bemfique. Logar na freg. de Santo André, de Ancêde, conc. de Baião, distr. do Porto.

Bemgado. Pov. na freg. de Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Bemlhevae. Pov. e freg. do Espirito Santo, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Villa Flôr, com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança; 339 hab. e 85 fog. Está annexada civilmente á freg. de Freixoso. Tem esc. do sexo masc. Est. post. A pov. dista 12 k. da séde do conc. E' terra fertil. O parocho era apresentado pelo D. abbade do mosteiro de Bouro, da ordem de S. Bernardo, e tinha de rendimento 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 10 com a séde em Mirandella. || Casal na freg. de S. Pedro, de Azurem, conc. de Guimarães, distr. de Braga

Bemnamor. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Bemparecinho *(Monte de)*. Na freg. de S. Salvador e conc. de Odemira, distr. de Beja.

Bemposta *(João Guilherme Hyde de Neuville, 1.º conde e 1.º marquez da)*. Este diplomata francez pertence quasi tanto á nossa historia como á de França, porque representou um importante papel na politica e nas luctas civis de Portugal. N. em Charité-sur-Loire a 24 de janeiro de 1776, fal. em Paris a 28 de maio de 1857. Era descendente d'uma familia de emigrados inglezes, que se estabelecera em França depois do anno de 1746. Seu pae tornára-se proprietario de Neuville e de uma grande fabrica que comprára em 1788, mas a revolução franceza fizera-lhe perder uma parte importante da sua fortuna. Casara em 1771 com Maria Roger de Neuville. Tinha apenas 14 annos de edade Hyde de Neuville, quando veiu para Paris, onde a revolução franceza estava já triumphante. Era ardente e destemido, e defendia sempre a rainha e as pessoas reaes, mesmo na presença dos revolucionarios mais exaltados. Inimigo implacavel da revolução, entrou em todas as conspirações e em todos os movimentos para derrubar o novo regimen. Apezar de se afoitar destemidamente a todos os perigos, era d'uma felicidade rara, porque sempre conseguia livrar-se do furor dos inimigos; disfarçava-se, mudava de nome, escapando assim ás perseguições. No entretanto, apezar da continua lucta em que andava, casou em 1796 com Henriqueta Josephina Rouillé de Marigni, filha de Estevão Rouillé de Marigni e de sua mulher, Margarida de Villeneuve. Esta senhora foi interceder para com Napoleão a favor de seu marido, e o imperador commutou a pena de morte a que estava condemnado, se fôsse apanhado, no exilio para os Estados Unidos, onde esteve até 1814. Apenas soube que Napoleão estava desterrado na ilha d'Elba e Luiz XVIII em Paris, partiu logo para esta cidade, onde foi muito bem recebido por el-rei, tendo logo por commissão, que elle pediu, o ir á Italia observar o que se passava na ilha d'Elba. Luiz XVIII concedeu-lhe então muitas honras e o titulo de barão de Neuville. Percebendo que Napoleão andava em desassocego, voltou a França para acautellar o rei, porém quando ali chegou, já encontrou Napoleão; disfarçado, dirigiu-se a Gand, onde estava Luiz XVIII. Depois esteve na legação dos Estados Unidos; transferiram-n'o mais tarde para a embaixada do Brazil, onde estava a côrte portugueza. O Rio de Janeiro era então a metropole. Desde esta epoca começou a figurar na nossa historia politica. Pouco tempo se demorou n'aquella embaixada, porque rebentara em Lisboa a revolução de 1820. As idéas liberaes iam-se desenvolvendo no Brazil, e D. João VI entendeu ser util voltar á Europa. Hyde de Neuville veiu tambem. Assistiu a diversos episodios politicos que então se deram, e na celebre revolta conhecida pela *Abrilada* (V. *este nome*) foi um dos diplomatas estrangeiros que mais serviços prestou a D. João VI. Na noite de 29 de abril de 1824 achava-se reunido o corpo diplomatico, os ministros e a melhor sociedade de Lisboa n'um baile dado pelo ministro inglez, quando o conde de Subserra, um dos ministros, foi avisado de que á sahida seria preso e talvez assassinado. Hyde de Neuville, apenas teve conhecimento d'esta noticia, offereceu a sua carruagem a Subserra, livrando-o assim dos perigos que o ameaçavam. Durante a noite occorreram extraordinarios successos; os conspiradores, á frente dos quaes se viam a rainha D. Carlota Joaquina e o infante D. Miguel, tinham mandado prender os ministros, e o proprio rei ficára retido no paço da Bemposta, por todas as fórmulas cortezes. Informado do que succedera, Hyde de Neuville convocou todos os representantes das potencias estrangeiras para o palacio da nunciatura, e os convidou a irem ter com el-rei. O nuncio declarou que seguiria para toda a parte o embaixador de França e o ministro inglez; os outros diplomatas tambem se lhe aggregaram com toda a confiança. O enviado dos Estados Unidos observou que a diplomacia americana pouco se occupava com usurpações européas, mas dizendo-lhe Hyde de Neuville que se tratava de salvar um pae que o proprio filho tentava assassinar, o ministro republicano decidiu-se a acompanhal-o, e partiram todos para o paço da Bemposta. Quando ali chegaram, as sentinel-

las lhes impediram a entrada. Appareceu então o commandante da guarda exigindo um bilhete do infante para deixar entrar os embaixadores. A esta exigencia Hyde de Neuville respondeu com energia: «Sua Alteza é um vassallo, e nós não reconhecemos senão el-rei D. João VI. E lembre-se que se perdôa aos filhos do rei os seus desvarios, mas os seus cumplices são enforcados.» O official nem assim se resolveu a deixál-os entrar, e o corpo diplomatico só foi attendido quando veiu uma ordem de D. Thomaz Mascarenhas, ajudante de ordens de D. Miguel, tomando sobre si a responsabilidade. D. João VI, vendo ao seu lado os ministros estrangeiros, recobrou animo; longe, porém, de acceder aos desejos de Hyde de Neuville, que julgava indispensavel a demissão de D. Miguel do cargo de commandante em chefe, e que publicamente se reprovasse o modo por que elle tinha procedido, o rei optou por uma satisfação do filho na presença dos ministros estrangeiros, e não houve meio de o resolver a tomar as medidas energicas que as circumstancias reclamavam. Continuando o infante no seu systema de prisões arbitrarias, Hyde de Neuville conseguiu, depois de muitas e repetidas instancias, que D. João VI se refugiasse a bordo d'um navio de guerra estrangeiro surto no Tejo, para d'ahi ordenar a D. Miguel a sahida de Portugal e dictar as providencias que o estado do paiz exigia com urgencia. A 9 de maio, finalmente, D. João VI, a pretexto de ir visitar a nau ingleza *Windsor-Castle*, recolheu-se a seu bordo, e d'ali deu as suas leis, e D. Miguel foi obrigado a sahir do reino. El-rei premiou todos que o tinham auxiliado n'aquelles dias funestos, e Hyde de Neuville, ministro de França, recebeu o titulo de conde da Bemposta, em tres vidas, por decreto e carta, com a data de 13 de maio do referido anno de 1824. Hyde de Neuville voltou a Paris, onde foi eleito deputado. Mais tarde, em 1828, sendo ministro da marinha no ministerio Martignac, melhorou o systema colonial, e foi um forte defensor da abolição da escravatura, favorecendo altamente o partido de D. Pedro IV. Quando o general Saldanha, repellido das aguas da ilha Terceira pelo almirante Walpole, aportou a Brest no fim de janeiro de 1829, elle e os seus companheiros encontraram no ministerio francez a melhor hospitalidade, o que em grande parte foi devido a influencias do conde da Bemposta, que então e sempre protegeu quanto pôde a causa liberal portugueza. Por estes distinctos serviços, a rainha D. Maria II, por decreto de 11 de junho de 1835, elevou o titulo de conde a marquez da Bemposta, tambem em tres vidas. O diplomata francez não voltou a Lisboa, e parece que pouco depois se retirara da politica. Entre algumas obras que publicou, contase a seguinte, que foi impressa em Paris no anno de 1830: *La question portugaise*.

Bemposta *(Fr. Torquato da)*. Religioso da ordem de S. Bernardo, natural da villa da Bemposta na Beira; viveu e morreu no convento d'Alcobaça, em cuja bibliotheca deixou manuscripta uma obra notavel sobre canones, com o seguinte titulo: *Ordo judiciarius collectus é Magistris Ægidio, Joanne de Deo, Bartholamæo, & Francado Canonistis.*

Bemposta. Villa e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança; 1.292 hab. e 271 fog. Era antigamente da comarca de Miranda. Fôram seus donatarios os senhores de Villa Flôr. Tem alfandega, e é limitrophe com as provincias hespanholas de Salamanca e Zamora. A pov. dista 19 k da séde do conc. e está situada sobre a margem direita do rio Douro, d'onde se vêem muitas terras de Portugal e de Hespanha. O commendador de Santa Maria-a-Velha, de Castello Branco, apresentava o abbade, que tinha de rendimento 200$000 réis. O padroado d'esta egreja passou para os marquezes de Tavora, e em 1759, pelo supplicio d'estes fidalgos, ficou pertencendo á corôa até 1834. Tinha annexas as freguezias de Penêdo e Algosinho, que o abbade d'aqui apresentava; juiz ordinario e officiaes da camara, sujeitos á ouvidoria de Villa Flôr. El-rei D. Diniz lhe deu foral em Lisboa, a 15 de junho de 1315, fazendo-a então villa. D. Manuel lhe deu foral novo, tambem em Lisboa, a 4 de maio de 1512. Tem escolas para ambos os sexos e est. post. permutando malas com Mogadouro. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 10 com a séde em Mirandella. A terra é muito fertil, e cria gado de toda a qualidade. A 1.500 m. da villa corre a ribeira de Lamoso, que se precipita inteira do cume d'um rochedo na altura de 35 m., formando uma cascata, a que chamam *Faia de Agua Alta*. A penedia, no meio da sua elevação, apresenta um caminho por onde passam homens e gado, sem risco de se molharem. Vê-se aqui um reducto, a que chamam castello, e que tem tres portas. Antigamente havia outro fortim n'um alto sobranceiro ao Douro, a 3 k. da villa e fronteiro á villa de Formoselha, a que dão o nome de castello d'Oleiros, que a tradição diz ter sido obra de moiros Este castello é apenas uma muralha de 2 m. de largura, no cume do outeiro, cercando-o, com um ambito de 130 m. de comprimento e 40 de largo. E' sitio muito alcantilado. Consta que nos annos de 1827 e 1828 se encontraram aqui, entre outras cousas, uma pequena espada de prata, moedas de ouro e tambem de prata, com letras inintelligiveis, e uma pedra de marmore branco com arabescos e esculpturas. ‖ Pov. e freg. de N. S.ª da Silva, da prov. da Beira Baixa, conc. de Penamacor, com. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 479 hab. e 102 fog. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada em campina, d'onde se vêem diversas povoações. Foi da comarca de Castello Branco, e era da corôa. A camara da villa é que apresentava o cura, que recebia dos parochianos 5 moios de trigo, 5 moios de centeio, 2 almudes de vinho; a commenda pagava-lhe 900 réis em dinheiro. O *Portugal sacro e profano* diz que o cura era apresentado pela mitra, tinha de congrua 15$000 réis e o pé d'altar. Havia juiz ordinario, camara com vereadores, procurador do concelho, escrivão, official, etc. Tem est. post. e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 21 com a séde em Castello Branco. A terra é fertil. A um lado da villa vê-se uma antiga torre, cercada com seu reducto, a que chamam *Castello*. Está coberta de telha, tem dois andares, e é feita com muita solidez. Passa por esta freguezia o rio Torto. ‖ Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. da Estremadura, conc. e com. de Abrantes, distr. de Santarem, bisp. de Portalegre, 997 hab. e 240 fog. Esta freg. está annexada civilmente á de S. Facundo. Tem est. post. e telegr. permutando

malas com Abrantes. E' est. do caminho de ferro do Leste. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, d'onde se vê Abrantes, Sardoal e Mação. Antigamente pertenceu á comarca de Thomar. Eram seus donatarios os marquezes de Abrantes. E' terra pouco fertil. Passa aqui o rio Torto e as ribeiras de Ulme e Muja. O vigario da collegiada de S. João Baptista, de Abrantes, apresentava annualmente o cura, o qual tinha 30 alqueires de trigo e 10$000 réis em dinheiro, pagos pelos parochianos. Depois de ser estação do caminho de ferro, tem melhorado bastante esta freguezia. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 22 com a séde em Abrantes. || Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Bucellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Aboim da Nobrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na freg. do Salvador do Mundo, de Almoster, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alvorge, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Beberriqueira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de S. Thomé, de Caldellas, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Estoy, conc. e distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Lavradas, conc. da Ponte da Barca, dist. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Lomar, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Lourenço, de Maiorga, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Martinho do Bispo, conc. e distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Julião, de Mendiga, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Moreira de Rei, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Paio, de Parada de Tibães, conc. e distr. de Braga. || Pov. que faz parte da villa do Pinheiro da Bemposta, na freg. de S. Paio, e de Travanca, na freg. de S. Martinho, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Ponte do Rol, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Reboreda, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello || Pov. na freg. de S. Vicente, de Tavora, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Valladares, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Valle, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Villa Secca, conc de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S Miguel, de Villarinho do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Salvador, de Alvor, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || Logar na freg. de S. Miguel, de Borba de Godim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Thiago, de Carreiras, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra. || Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Collares, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Mamede, de Este, conc. e distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Thiago, de Estombar, conc. de Lagôa, distr. de Faro. || Logar na freg. de Santa Eulalia, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Francisco da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Salvador, de Joanne, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Logar na freg. de N. S.ª da Luz, e conc. de Lagôa, distr. de Faro. || Logar na freg. de S. Salvador, de Padreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Lourenço, conc. e distr. de Portalegre. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Rio Caldo, conc. de Terras do Bouro, distr. de Braga. || Logar na freg. de N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || Logar na freg. de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Thomé, de Vade, conc. da Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, e conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || Bairro na ilha da Madeira, na freg. de Santa Beatriz, de Agua da Pena, conc. de Machico, distr. do Funchal. || Casaes na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cazevel, conc. e distr. de Santarem. || Casaes na freg. de S. Mamede, de Ventosa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Sobral da Abelheira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Herdade na freguezia de S. Martinho, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || Horta na freg. de S. Agostinho e conc. de Moura, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Messejana, conc. de Aljustrel, distr. de Beja. || Monte e sitio na freg. de N. S.ª dos Mosteiros, conc. de Arronches, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Pedro, de Vaqueiros, conc. de Alcoutim, distr. de Faro. || Quinta na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Triana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Azucira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de Santa Maria, de Moreira, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Bemposta *(Casa da)*. Na freg. do Pinheiro da Bemposta. E' actualmente possuida por Eduardo d'Albuquerque Côrte Real de Tavares e Tavora. Marcellino Raymundo Tavares da Silva Araujo e Albuquerque, natural e senhor da quinta de Sequeiros da freguezia de Silva Escura, a brazonou com as armas que D. Maria I lhe concedeu por carta régia de 20 de outubro de 1779. N'ella se diz ser filho de João Tavares da Silva, senhor da quinta de Sequeiros, e de sua mulher, D. Mafalda Bernarda de Araujo e Albuquerque, ambos estes pessoas muito nobres e com ascendentes conhecidos. O brazão é o seguinte: escudo esquartelado, no primeiro as armas dos Tavares, no segundo as dos Silvas, no terceiro as dos Araujos, no quarto cinco flôres de liz, dos Albuquerques; elmo de prata aberto, timbre o dos Tavares, e por differença uma brica de azul com um M de prata. Este Marcellino casou com D. Antonia Josepha Pereira da Costa Soares de Albergaria, da Casa da Praça, em Estarreja, e teve varios filhos, entre os quaes se conta D. Antonia Soares de Albergaria d'Araujo Tavares e Silva de Albuquerque, que casou na quinta das Prezas,

freguezia de Silva Escura, com Francisco Antonio Alvares Ferreira, sargento-mór de Sever do Vouga. D'estes ultimos nasceu em 1806 Bernardino Alvares de Araujo e Albuquerque, que casou com sua prima D. Josepha Margarida de Araujo e Albuquerque. D'este consorcio houve D. Maria Carolina d'Araujo Tavares e Silva de Albuquerque, senhora da Casa da Bemposta, casada que foi com Sebastião Maria de Quadros de Tavares Côrte-Real, dos verdadeiros Tavares de Portugal. D'estes finalmente nasceram o supra dito Eduardo de Albuquerque e seu irmão Bernardino, dos quaes o primeiro, casado com D. Olivia Adelaide Pereira da Silva Ferreira, é actualmente senhor da Casa da Bemposta.

Bemposta *(Palacio da)*. Foi construcção da rainha D. Catharina, filha d'el-rei D. João IV e mulher de Carlos II, de Inglaterra. Quando enviuvou, resolveu voltar a Lisboa, e aqui chegou a 20 de janeiro de 1693, sendo recebida por seu irmão, D. Pedro II, com demonstrações festivas, indo esperal-a ao Lumiar, e acompanhando-a depois ao palacio d'Alcantara, onde ficou residindo por algum tempo. Passou depois a viver em outros palacios, como o do conde de Redondo, a Santa Martha, o do conde de Soure, á Penha de França, e o paço de Belem, até que se decidiu a construir um novo palacio para sua definitiva residencia. A rainha viuva escolheu então uns terrenos no sitio chamado *Campo da Bemposta*, por ser muito arejado e n'essa epoca ainda pouco povoado; tratou logo de adquirir os terrenos indicados, comprando-os aos proprietarios, sendo a principal propriedade composta de casas grandes e de outras pequenas com uma horta, parte morgado, parte bens livres, pertencente a Placido Castanheira de Moura, casado com D. Francisca Pereira Telles, filha do contador-mór Luiz Pereira de Barros, e constando que n'aquellas casas havia o contador escondido n'uma occasião de tumultos grande quantia de dinheiro, declarou-se na escriptura de venda que, em qualquer tempo que o dinheiro apparecesse, seria entregue aos vendedores ou aos seus herdeiros. As obras começaram e proseguiram com a maior actividade, e não estavam ainda concluidas, quando D. Catharina foi para ali habitar. Em 1704 recebeu no seu novo palacio a visita do archiduque Carlos d'Austria, pretendente ao throno de Hespanha, e n'elle viveu em maio d'esse anno, ficando regente do reino quando el-rei D. Pedro II partiu para a Beira, a fim de se pôr á frente do exercito portuguez, e em companhia do archiduque d'Austria e das tropas alliadas, dar principio á guerra chamada da successão de Hespanha; e em 1705 pela grave doença de que foi atacado o referido monarcha. D. Catharina falleceu a 31 de dezembro de 1705, e legou a seu irmão D. Pedro todos os seus bens; o palacio e quinta da Bemposta passaram então para a corôa, conservando-se assim até 1707, em que D. João V fez doação do palacio e quinta á Casa do Infantado em favor de seu irmão o infante D. Francisco, que por vezes ali habitou, até ao anno de 1742 em que falleceu. Foi depois habitar n'aquelle palacio D. João, seu filho natural, o qual foi legimitado por seu tio, el-rei D. João V, que o nomeou capitão-general das armadas reaes e galeões de alto bordo, mordomo-mór e conselheiro de estado e de guerra. Este filho natural era conhecido por D. João da Bemposta e casou com a viuva do 2.º marquez d'Abrantes, D. Maria Margarida de Mello e Lorena. Herdou todos os bens de seu pae, menos a Casa do Infantado, que passou para o infante D. Pedro, filho de D. João V, mais tarde D. Pedro III por ter casado com sua sobrinha, a rainha D. Maria I. O terremoto de novembro de 1755 arruinou muito o palacio, e destruiu quasi completamente a capella, sendo depois tudo reedificado pela Casa do Infantado. D. João VI, no seu regresso do Brazil em 1821, foi residir para o paço de Queluz, mas não tardou em vir para o palacio da Bemposta, onde falleceu em 10 de março de 1826. Com a sua morte, ficou o palacio deserto porque as infantas, acabados os dias de nojo, fôram viver para a Ajuda. Este palacio tornou-se notavel em 1824, por occasião da celebre revolta conhecida pela *Abrilada* (V. *este nome*). No anno de 1828, o infante D. Miguel deu ali audiencias publicas. Em 28 de julho de 1833 D. Pedro IV, assim que chegou a Lisboa, foi viver n'aquelle palacio, passando em setembro para o das Necessidades. Em 1834 aboliu-se a Casa do Infantado e o palacio e quinta da Bemposta ficaram pertencendo á corôa. Em 1849 foi entregue ao ministerio da guerra, em 1853 destinado para o estabelecimento da Escola do Exercito, e a quinta cedida ao Instituto Agricola para n'ella se effectuarem os estudos praticos. N'uma parte da quinta mandou el-rei D. Pedro V construir á sua custa um hospital, que ficou memorando a rainha D. Estephania, sua mulher, o qual se inaugurou em 1878, no dia 17 de julho, anniversario do seu fallecimento. O palacio, tanto no interior como no exterior, é de architectura simples e singela; tem, comtudo, algumas salas, que por sua grandeza seriam magestosas, quando, segundo o costume dos nossos antigos paços reaes, se ataviavam de custosas sedas e brocados, e de ricas tapeçarias as paredes e sobrados. A capella melhorou muito na reconstrucção, principalmente na frontaria, que, se não é sumptuosa, não lhe faltam certa elegancia e riqueza. A sua architectura guarda boas proporções, tem bastantes ornatos e convenientemente distribuidos, e offerece aspecto agradavel. A cantaria da fachada é boa, e está lavrada com perfeição. O templo é consagrado a N. S.ª da Conceição, cuja imagem se vê pintada no retabulo da capella-mór, trabalho do pintor italiano José Throno, feito em 1785 por encommenda do nosso embaixador em Turim, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que com elle tratou de vir a Lisboa retratar a familia real. Porém, os retratos da rainha D. Maria I e dos principes que estão no mesmo quadro, da rainha Santa Izabel e de S. João Baptista, fôram pintados pelo pintor inglez F. Hichey, que veiu a Lisboa em 1793, de passagem para a India. As estatuas em marmore que decoram o vestibulo da capella, devem-se ao cinzel de José d'Almeida e de Joaquim José de Barros Laborão, considerados entre os melhores esculptores portuguezes d'essa epoca. De Barros Laborão é tambem o baixo-relevo que adorna o tympano da frente do templo. Na sacristia ha quadros de André Gonçalves, pintor afamado, que foi discipulo de D. Julio Cesar de Femine, e que morreu de avançada edade em 1736. Estes quadros fôram destinados á capella, e ali estiveram até que o terremoto de 1755 a destruiu, e

como ficaram intactos, na reedificação do templo passaram á sacristia. Na mesma occasião tambem foi transferido para aqui um quadro, geralmente attribuido a Grão Vasco, que representa a Virgem Maria com o menino Jesus, e varias santas virgens. Este quadro, segundo dizem, existe actualmente na galeria de pinturas do paço das Necessidades. A capella possuia magnificas alfaias e vasos sagrados. Na sua instituição era servida por 12 capellães, que mais tarde fôram augmentados em numero, e elevados á dignidade de conegos, sendo presididos por um arcebispo *in partibus infidelium*. A quinta da Bemposta é muito extensa, attendendo a que está situada dentro da cidade. D. João VI projectou fazer-lhe grandes melhoramentos para recreio, porém com os acontecimentos que se deram, e depois com a sua morte, não se realisaram os seus projectos. Apenas se fez um bello tanque de marmore, ornado com quatro bustos, maiores que o natural, representando as quatro estações do anno, trabalho do esculptor Faustino José Rodrigues. Dizem que o tanque existente na alameda de S. Pedro d'Alcantara pertenceu á quinta da Bemposta.

Bemposta da Serra. Pov. na freg. de N. S.ª Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Bemposta-Subserra (*Theodoro Estevão de la Rue de Saint-Léger, conde e marquez da*). Em França teve o titulo de conde de Saint-Léger. Foi official-mór da Casa Real, gentil-homem da Real Camara; ajudante de Campo de D. Pedro IV, desde 1832, nos Açôres, até ao seu fallecimento, em 24 de setembro de 1834; do principe D. Augusto Carlos, duque de Leuchtenberg, primeiro marido de D. Maria II, e depois de D. Fernando II, seu segundo marido; grã-cruz das ordens de S. Bento d'Aviz, e da antiga e muito nobre da Torre e Espada; condecorado com as medalhas das campanhas da liberdade, algarismo n.º 3; grã-cruz da ordem de S. Mauricio e S. Lazaro de Sardenha; commendador das ordens da Legião de Honra, de França, da militar de S. Fernando e merito de Hespanha, e de S. Salvador da Grecia; official da ordem da Torre e Espada, por serviços prestados no reconhecimento de Vallongo, 22 de julho de 1832, e na batalha de Ponte Ferreira, 23 do referido mez e anno; cavalleiro da ordem de S. Luiz de França; general de divisão reformado. N. em Charité-sur-Loire a 27 de julho de 1799, fal. em Lisboa a 13 de dezembro de 1871. Era filho de Isaac Estevão de la Rue de Saint-Léger, deputado e distincto militar francez, e de sua mulher, Maria Suzana Hyde de Neuville, irmã do 1.º conde e 1.º marquez da Bemposta. Pertencendo ao exercito francez como chefe do corpo do estado maior, Saint-Legér desembarcou em março de 1832 na ilha Terceira para se reunir aos liberaes portuguezes. Collocado como addido ao estado maior general, e autorisado a usar do titulo de conde da Bemposta, veiu para Portugal no exercito libertador, e desembarcando no Mindello, tomou parte logo em seguida no reconhecimento de Vallongo e na batalha de Ponte Ferreira, e tão distincto se tornou, que foi promovido ao posto de tenente-coronel e recebeu o grau de official da ordem da Torre e Espada. Mais tarde teve a nomeação de commandante do batalhão de atiradores portuguezes, porém pouco tempo esteve á frente d'este corpo, porque sendo ferido gravemente no ataque de 29 de setembro do referido anno de 1832, ficou impossibilitado de continuar n'aquella commissão. Escolhido para ajudante de campo do imperador, foi em maio de 1833 elevado a coronel. Quando terminou a guerra civil, casou em 25 de agosto de 1834 com D. Maria Mancia de Lemos Roxas Carvalho e Menezes Pequeno Chaves Teixeira Vahia, condessa de Subserra, filha adoptiva do conde d'este titulo, já viuva de seu primo, Fradique Lopes de Sousa Alvim e Lemos, 2.º conde de Subserra, pelo seu casamento, realisado em 8 de maio de 1822, e autorisado a usar do titulo por decreto de 31 de janeiro de 1825. Sendo-lhe permittido ainda em vida de seu tio, que não tinha descendencia, de usar do titulo de marquez da Bemposta, em verificação de vida, em 24 de fevereiro do 1836, accrescentou-o pelo seu casamento, com o de Subserra, ficando desde então marquez da Bemposta-Subserra. Em 1837 foi elevado ao posto de brigadeiro; em 1847 deixou o serviço activo, e, sendo-lhe depois melhorada a reforma, tinha ultimamente a graduação de tenente-general. Em 1870, por occasião da inauguração da estatua de D. Pedro no Rocio, fôram conferidas condecorações a alguns dos militares que tinham combatido pela liberdade, e ao marquez da Bemposta-Subserra foi dada a grã-cruz da Ordem da Torre e Espada. A marqueza sobreviveu a seu marido, e falleceu na quinta de Subserra, no concelho de Villa Franca de Xira, a 16 de agosto de 1881. Nascera a 15 de maio de 1805, era filha de Manuel de Roxas e Lemos de Menezes, 11.º senhor, pelo seu casamento, da casa da Trofa, e de sua mulher, D. Izabel Antonia do Carmo de Roxas e Lemos de Menezes, dama da ordem de Maria Luiza, de Hespanha. Tendo enviuvado, esta senhora passou a segundas nupcias com o 1.º conde de Subserra, Manuel Ignacio Martins de Pamplona, que falleceu a 16 de outubro de 1832, ficando sua enteada sendo condessa, em verificação de vida concedida no titulo a seu padrasto por carta de 18 de março de 1825, e de quem não houvera descendencia. O marquez da Bemposta-Subserra teve uma unica filha, D. Maria Izabel da Annunciação de Lemos Roxas Carvalho e Menezes Saint-Léger, dama de honor de Sua Magestade a rainha Senhora D. Maria Pia, casada com o 4.º conde e 1.º marquez de Rio Maior, Antonio José Luiz Saldanha Oliveira Juzarte Figueiredo e Sousa.

Bemquerença. Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. da Beira Baixa, conc. de Penamacor, com. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 1.172 hab. e 202 fog. Tem caixa do correio e esc. para o sexo masc. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada em campina, d'onde se avista Salgueiro, Escarrigo, Valle do Lobo e Meimôa. O cabido da Guarda apresentava o prior, que tinha de renda 120$000 réis. Proximo da freg. é a serra de Santo André, que tem bastante caça. Bemquerença pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Antiga aldeia da prov. de Traz-os-Montes, que existia onde está a actual cidade de Bragança. Em 1130, D. Fernão Mendes, cunhado de D. Affonso Henriques e grande senhor de Traz-os-Montes, achando Bragança destruida e abandonada, principiou a fundal-a no local de

Bemquerença, ficando Bragança sendo então e por muito tempo, conhecida por Bemquerença (V. *Bragança)*. Esta aldeia e territorio pertenciam ao mosteiro de Castro de Avellãs, e D. Fernão Mendes deu em troca aos frades, as villas de Pinello e Santulhão. Por morte de D. Fernão, D. Sancho I, seu sobrinho, ficou senhor de Bemquerença, e tratou logo de a povoar em maior escala dividindo-a, em villa, cidade e termo, dando-lhe foral em 1187. Parece que foi este monarcha que lhe mudou o nome para o de Bragança, porque no tempo de D. Affonso III já em todos os documentos apparece esta denominação, com o titulo de villa. Em maio de 1199 rei de Leão sitiou Bemquerença e pretendia arrazal-a, mas D. Sancho I derrotou as forças inimigas, obrigando o rei leonez a levantar o cerco.

Bemquerença da Fundeira, da Egreja e do Meio. Tres povoações na freg. de N. S.ª das Preces, de Bemquerenças, conc. e distr. de Castello Branco.

Bemquerenças. Pov. e freg. de N. S.ª das Preces, da prov. da Beira Beixa, conc., com. e distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 1:224 hab. e 388 fog. Pertence á 2.ª div. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 21, com a séde em Castello Branco. Tem caixa do correio com serviço de posta rural.

Bemvende. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Palhaes, conc. de Trancoso, distr. da Guarda.

Bemvinda. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alcaria Ruiva, conc. de Mertola, distr. de Beja.

Bemvisa. Logar na freg. de Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Bemviver. Conc. extincto da prov. do Douro, que foi da comarca de Soalhães, tambem já extincta; fica a 54 k. a NE do Porto, e 330 ao N de Lisboa. Hoje pertence ao conc. e com. de Marco de Canavezes. D. Manuel deu-lhe foral em Lisboa a 3 de setembro de 1514. Bemviver está situada em terreno bastante accidentado, na margem direita do rio Douro, e faz grande negocio com a cidade do Porto. Nas proximidades passa o rio Tamega, e tanto este como o Douro trazem muito peixe. No monte Arados ha vestigios de grandes fortificações romanas, e de uma estrada subterranea que ia ter ao Douro. A terra é fertil. ‖ Pov. na freg. de Santo André, de Sanhoane, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. ‖ Logar na freg. de S. Christovão, de Abbação, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de S. João Baptista, de Ayão, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. ‖ Logar na freg. de S. Thomé, de Covellas, conc. de Baião, distr. do Porto.

Benafatema. Pov. na freg. de S. Marcos da Serra, conc. de Silves, distr. de Faro.

Benafessim *(Herdade de)*. Logar na freg. de S. Gens, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Benafim Grande e Benafim Pequeno. Duas Povoações na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Benafouveis. Logar na freg. de S. Bartholomeu da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Benafundão. Logar na freg. de S. Thiago, de Estombar, conc. de Lagôa, distr. de Faro.

Benagaia. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Pera, conc. de Silves, distr. de Faro.

Benagalga. Logar na freg. de S. Bartholomeu da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Benagazil *(Polycarpo José Machado, 1.º visconde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão a seus maiores, pelo alvará de 11 de junho de 1823; par do reino, por carta regia de 1 de setembro de 1834, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara na sessão de 4 do referido mez e anno, competindo-lhe n'essa qualidade as honras de grande do reino; grã-cruz da ordem de N. S.ª da Conceição, commendador da de Christo; antigo senador eleito por Santarem em 1839, e por Lisboa em 1841, governador civil do districto administrativo de Lisboa, em maio de 1846; membro da commissão para distribuir os soccorros aos lavradores, creada por decreto de 10 de outubro de 1834; membro da commissão administrativa do hospital de S. José em 1841, e depois em 1846; vogal substituto da Junta do Credito Publico, eleito pela camara dos pares em 1843; membro da commissão extraordinaria da Fazenda Publica, creada por decreto de 30 de junho de 1836; provedor da Santa Casa da Misericordia de Lisboa; coronel dos voluntarios reaes do commercio em 1825; coronel do batalhão movel de voluntarios reaes do commercio em 1833; coronel do regimento de voluntarios do commercio em 1841 e 1846; abastado proprietario e capitalista; negociante de grosso trato da praça commercial de Lisboa. N. a 5 de julho de 1796, fal. a 13 de dezembro de 1875. Era filho de Antonio Francisco Machado, fidalgo cavalleiro da Casa Real, pelo alvará de 12 de setembro de 1877; do conselho d'el-rei D. João VI; commendador da ordem de Christo; inspector da Junta dos Reaes Emprestimos feitos ao Real Erario, por decreto de 29 de outubro de 1796 e alvará de 13 de março de 1797; deputado da Real Junta do Commercio e Agricultura, Fabricas e Navegação; administrador da companhia de Pernambuco e Parahiba; coronel do regimento de voluntarios reaes do commercio de Lisboa em 1809; coronel do regimento de milicias, abastado proprietario, capitalista e negociante de grosso trato da praça commercial de Lisboa, casado com D. Maria Cleoffe Pereira Caldas, filha de João Pereira Caldas, fidalgo da Casa Real, etc. O visconde de Benagazil casou a 5 de março de 1821 com D. Catharina Rita Pereira Caldas, sua prima, filha de João Pereira Caldas, fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo da ordem de Christo, coronel do regimento de cavallaria dos voluntarios do commercio, etc., e de sua mulher D. Catharina Rita Jorge. O titulo foi concedido por decreto de 2 de julho e carta de 29 de setembro de 1846. O brazão d'armas consta de um escudo com as armas dos Machados, em campo vermelho cinco machados de prata postos em santor; e por differença uma brica de ouro. Este brazão foi concedido por alvará de 18 de maio de 1814, ao pae do visconde, Antonio Francisco Machado.

Benagazil. Logar na freg. de Santa Cruz, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. ‖ Herdade na freguezia de S. Romão do Sadão, concelho d'Alcacer do Sal, districto de Lisboa.

Benagazilinho. Logar na freg. de S. Romão do Sadão, conc. de Alcacer do Sal, districto de Lisboa.

Benaiça. Logar na freg. de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Benalcanfôr *(Ricardo Augusto Pereira Guimarães, visconde de).* Commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, grã-cruz da de Izabel a Catholica, de Hespanha, par do reino, deputado, ajudante honorario do procurador geral da corôa e fazenda, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra; socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa; socio da Real Academia de Historia de Madrid, da Academia de Cervantes e da Sociedade de Anthropologia da mesma capital; da Sociedade de Economia Politica de Paris; do Instituto de Coimbra; membro professor da Academia de Jurisprudencia e Legislação de Madrid, escriptor, jornalista e proprietario. N. no Porto a 11 de outubro de 1830, fal. a 19 de novembro de 1889. Era filho de José Pereira Guimarães, proprietario e negociante de grosso trato da praça do commercio do Porto, por vezes vereador da camara municipal d'aquella cidade, e de D. Candida Carlota Alves Pereira de Sousa, filha de Joaquim Alves de Sousa e de sua mulher, D. Perpetua Felicidade de Sousa Ferreira. Matriculou-se na Universidade de Coimbra, na faculdade de direito, e foi um dos estudantes mais distinctos do seu curso. Desde muito novo manifestou superior talento, creando fama de orador fluente, o que lhe augurava um futuro esperançoso. Quando rebentou a revolução chamada da *Maria da Fonte*, frequentava a Universidade, e assim como os seus companheiros, arrojou-se á lucta, fazendo parte do batalhão academico, que então se organisou. Indo para o Porto, que era o centro do movimento revolucionario, Ricardo Guimarães resolveu combater em defeza da liberdade, entrando como aspirante de marinha na esquadra que a Junta do Porto organisára, mas infelizmente a esquadra ingleza aprisionou-a assim como á divisão do conde das Antas que ella conduzia, e Ricardo Guimarães não pôde proseguir na vida de marinha, cuja farda ostentava orgulhoso. Terminada a guerra civil, voltou para a Universidade a concluir o curso de direito, em que tomou o grau de bacharel. Quando se deu entre os estudantes a chamada *revolta do entrudo*, consta ter sido elle um dos maiores influentes pelo seu genio irrequieto e turbulento. Essa revolta tomou graves proporções e fez com que a Academia marchasse sobre Lisboa, custando muito a Rodrigo da Fonseca Magalhães, então ministro, o fazel-a parar em Thomar e compellil-a a dispersar-se. Sahindo de Coimbra, Ricardo Guimarães dedicou-se á litteratura e ao jornalismo, estreando-se como jornalista na *Estrella do Norte*, de Guimarães. Escreveu depois nos jornaes do Porto, *O Nacional*, *O Portuense*, que fundou e dirigiu juntamente com Camillo Castello Branco; vindo residir para Lisboa, collaborou no *Arauto*, *Civilisação*, *Revolução de Setembro*, *Revista Contemporanea*, etc., adquirindo sempre verdadeiro prestigio como polemista e como folhetinista. Filiou-se no partido historico, e foi eleito deputado pela primeira vez na legislatura de 1860 a 1864, por Damão, voltando á camara, no anno de 1865 a 1868, pelo circulo de Sinfães. No parlamento não desmentiu a fama que alcançara em Coimbra nos tempos de estudante, comtudo não chegou nunca a ser verdadeiramente um orador politico. No anno de 1862 falleceu José Estevão Coelho de Magalhães, e com a sua morte ficou vaga a cadeira de economia politica da Escola Polytechnica, de que elle era lente proprietario. O sr. Luiz d'Almeida e Albuquerque foi nomeado para esse logar, ficando então vago o de substituto que se pôz a concurso. Ricardo Guimarães foi um dos candidatos, sendo preferido o sr. Joaquim de Vasconcellos Gusmão. Em 1864 publicou Ricardo Guimarães o seu livro, intitulado: *Narrativas e episodios da vida politica e parlamentar*, escripto n'um estylo ligeiro, em que se trata de differentes assumptos, como a abolição dos morgados, commemoração de Passos Manuel e de José Estevão, a descripção curiosa de muitos episodios parlamentares, etc. Ricardo Guimarães fôra nomeado secretario do Instituto Industrial, logar em que depois foi substituido por Julio Cesar Machado. Em 1868, por occasião da revolução hespanhola que derrubou Izabel II, escreveu um folheto intitulado: *Duas palavras ácerca da revolução de Hespanha.* N'esse mesmo anno foi nomeado secretario geral do governo de Macau, para onde partiu, mas teve de retroceder no meio da viagem, por causa da fatal doença de que já soffria, e de que mais tarde veiu a succumbir. Esta viagem, comtudo, deu ensejo á publicação de dois primorosos livros: *No Cairo* e *Na Italia.* Mais tarde ainda Ricardo Guimarães publicou outro livro de viagem: *Vienna e a Exposição.* Por decreto de 14 de julho de 1870 e carta de 6 de maio de 1871, foi agraciado com o titulo de visconde de Benalcanfôr, estando no poder o grupo politico capitaneado pelo sr. dr. Dias Ferreira. Benalcanfor era o nome d'uma propriedade que possuia no concelho de Grandola. Depois afastou-se completamente da politica, entregando-se de preferencia a trabalhos litterarios. Escreveu então no *Commercio do Porto* interessantes correspondencias de Lisboa; no *Diario de Noticias* curiosos folhetins, etc. Muitos d'esses artigos litterarios e folhetins sahiram publicados tambem em livros, como os que se intitulam: *Phantasias e escriptores contemporaneos*, *Na provincia*, etc. Sendo nomeado inspector de instrucção secundaria e encarregado de escrever a *Chronica de D. Pedro IV*, foi eleito socio effectivo da Academia, e n'essa qualidade proferiu o elogio funebre d'el-rei D. Fernando, que se imprimiu. Em 1887 tomou assento na camara dos pares, sendo eleito pelos Açôres; occupava ainda esse cargo, era presidente de 1.ª classe da Academia Real das Sciencias e um dos directo-

Visconde de Benalcanfôr

res do *Diccionario da Academia*, quando a morte o surprehendeu, contando apenas 58 annos de edade. O visconde de Benalcanfôr casou em 1 de janeiro de 1858 com D. Maria Magdalena Paes Guerreiro de Sande Salema, filha de João Alexandre Guerreiro Barradas de Sande Salema, fidalgo da Casa Real por successão a seus maiores, tenente-coronel do regimento de milicias d'Alcacer do Sal, casado com D. Maria da Luz Paes de Mattos Faleão. A viscondessa já era viuva de Joaquim Carlos Champalimaud, moço fidalgo da Casa Real, fallecido a 21 de julho de 1856, o qual era filho de José Joaquim de Champalimaud, fidalgo da Casa Real, commendador das ordens de N. S.ª da Conceição, da de S. Bento de Aviz, e da antiga Torre e Espada; tenente-general; e de sua mulher, D. Maria Clara de Sousa Lira e Castro. Sobrevivendo ao seu segundo marido, falleceu repentinamente a 19 de outubro de 1902 contando 70 annos de edade, pois nascera a 28 de julho de 1832. Esta senhora era a 10.ª administradora do vinculo instituido em 1520 na villa do Torrão por Vasco Borralho Cardim Villa Lobos, que foi reunido a outro vinculo, em S. Thiago do Cacem, que instituira Pedro de Sande Salema, capitão-mór da referida villa, pelo seu casamento com D. Maria Borralha Mattoso de la Corona, dama de origem hespanhola, herdeira do vinculo instituido em 1724 na referida villa de S. Thiago do Cacem por sua tia, D. Anna Maria de la Corona, viuva de Christovão de Brito Varella, fidalgo da Casa Real e cavalleiro da ordem de Christo. Estes vinculos constituiam um unico, denominado de *Sande Salema*, que ficou extinct› pela abolição dos morgados. Tambem era administradora do vinculo de *Guerreiro Barradas*, instituido em Grandola, que egualmente ficou annexado ao vinculo de *Sande Salema*, pelo casamento de Francisco Joaquim Guerreiro Barradas, fidalgo da Casa Real, capitão-mór da referida villa, com D. Maria Magdalena de Sande Salema, senhora d'aquelle vinculo.

Benalfange *(Casal de)*. Na freg. de S. Geraldo, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Benambar. Este appellido foi dado a Alvaro do Couto, pelas proezas feitas em Africa, no tempo de D. João III, no cerco do castello de Benambar, cerco posto por Nuno Mascarenhas. Tem por armas, em campo vermelho, um castello de prata com tres torres, portas e frestas de verde, sahindo de um mar em contra-chefe; o timbre é o mesmo castello. Os descendentes de Alvaro do Couto Benambar não continuaram a usar d'este ultimo appellido.

Benamor. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, conc. de Tavira, distr. de Faro. || Logar na freg. de Santa Maria e conc. de Odemira, distr. de Beja.

Benar. Pov. e porto do reino dos gentios bagas na costa da Guiné, Africa occidental, na margem esquerda e um pouco acima da barra do rio Nuno. O seu commercio é pequeno e consiste em pelles, sal e arroz. São ali muito estimados os pannos que se fabricam nas ilhas de Cabo Verde.

Benari. Ilha situada ao N. da de Gonçalves, nas proximidades da de Botten, entre os ribeiros da margem esquerda do rio Nuno, do distr. da Guiné, Africa Occidental.

Benatolares. Logar na freg. de S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Benatrite. Pov. na freg. de Santa Barbara de Nexe, conc. e distr. de Faro.

Benaulim. Pov. e freg. de S. João Baptista, no conc. de Salsete, com., distr. e arcebisp. de Gôa, na India. Fica a 5 k. ao O de Margão e a 26 ao S da cidade de Nova Gôa.

Benavente *(Domingos José Luiz de Sant'Anna)*. Mestre de capella na sé de Lisboa e professor de solfejo no Conservatorio. Era natural d'esta cidade, onde tambem falleceu em 31 de maio de 1876. Muito creança entrou para moço do coro da Sé em 1825, onde aprendeu musica com o mestre de capella Gomes Pincetti. Tendo adquirido na edade adulta uma voz soffrivel e sendo habil cantor, entrou n'esta qualidade para a mesma cathedral onde aprendera, e foi successivamente promovido a segundo e primeiro mestre de capella, tomando posse d'este cargo em 1862, por morte de Joaquim Casimiro. Na reforma que se deu no Conservatorio em 1868, creou-se uma nova aula de solfejo preparatorio de canto, e o logar de professor foi posto a concurso. Domingos Benavente, incitado por seus amigos que dispunham de bons empenhos, apresentou-se no concurso, e foi assim nomeado professor do Conservatorio, pelo decreto de 2 de junho de 1869, logar que exerceu até fallecer.

Benavente *(Francisco de)*. Artista que trabalhou no convento e egreja de Belem. O seu nome apparece em 1517, como apparelhador da sacristia e da crasta primeira.

Benavente *(Rodrigo Affonso Pimentel, 1.º conde de)*. Titulo dado por Filippe II de Hespanha e I de Portugal, em 1598. Tinha por brazão d'armas um escudo dividido em pala; na 1.ª de verde, 5 vieiras de prata, em aspa, na 2.ª de prata, faxa de 3 coticas de purpura. Timbre, meio touro de purpura, armado de prata, com uma das vieiras do escudo, na testa. O conde de Benavente era descendente da nobre familia dos Pimenteis, de Traz-os-Montes. Este appellido procedeu da alcunha imposta por D. Affonso III, de Portugal, pelos annos de 1260, a Vasco Martins de Novaes, moço fidalgo e meirinho-mór do referido monarcha, pela esperteza e celeridade que em tudo mostrava. Nos seus antepassados conta-se D. Fruela, irmão de D. Affonso I, genro de Pelagio, fundador da monarchia de Oviedo e Leão. V. *Benavente*.

Benavente. Antiquissima villa da Extremadura, séde de conc. e de com., distr. de Santarem, arcebisp. de Evora. Tem uma só freguezia, N. S.ª da Graça. Está situada a 90 k. de Evora e a 50 ao N de Lisboa, e assenta n'uma planicie elevada, fertil e saudavel, regada pelo rio Sorraia. Não se sabe bem d'onde deriva a etymologia da palavra Benavente; parece que vem de *Bene eventus* (feliz successo), em razão de uma grande victoria, alcançada n'este logar pelos christãos contra os moiros; outros dizem que esta victoria foi ganha aos barbaros do norte, no

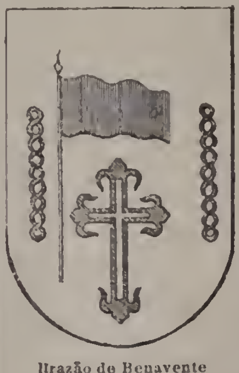

Brazão de Benavente

anno 500 da era de Christo. Esta povoação já existia no tempo dos romanos, que a denominavam *Aritium Prœtorium*, como consta do *Itinirario*, de Antonino Pio. Os nossos e estranhos escriptores, mais lidos em geographia antiga, não pódem assentar em qual seja a moderna povoação correspondente áquella, sendo todavia alguns de opinião de que seja Benavente, e entre estes André de Rezende, e outros de opinião contraria, como fr. Bernardo de Brito na sua *Monarchia Lusitana*. Benavente soffreu, como de resto quasi todas as villas do paiz, o jugo de differentes senhores, até que D. Affonso Henriques a tomou aos moiros em 1147, após Santarem. Esteve a villa abandonada até ao reinado de D. Sancho I, e foi só em 1200 que D. Payo, bisp. de Evora, a reedificou, povoou e lhe deu foral, mais tarde confirmado por D. Sancho I, em Coimbra, a 8 de abril do referido anno de 1200, D. Affonso II, em Santarem, a 5 de fevereiro de 1218, e D. João I, em Lisboa, a 24 de outubro de 1404. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 16 de janeiro de 1516. Benavente era do mestrado de Aviz, depois ficou sendo do rei, como grão mestre da ordem, o qual provia os officios da justiça e alcaidaria-mór, e era senhor da commenda, que rendia réis 6:400$000 por anno, além do que levava a mitra e o cabido de Evora, que era a terça parte dos dizimos. Havia um palacio real e tapadas, de que hoje não ha vestigios. O primeiro conde de Benavente, Rodrigo Affonso Pimentel, foi feito por Filippe II, em 1598, e descende de D. Fruela, irmão de D. Affonso I, genro de Pelagio, fundador da monarchia de Oviedo e Leão. D. Affonso Fernandes Novaes foi o seu primeiro ascendente que veiu para Portugal no tempo do conde D. Henrique. O grande romancista Camillo Castello Branco descendia tambem do conde de Benavente. Este condado foi depois extincto. Nos arredores da villa, ainda se encontram ruinas do

Paços do Concelho

antigo convento de Jericó (Janicó ou Gericó), que foi habitado por frades arrabidos e fundado pelo infante D. Luiz, filho de D. Manuel (1555). A 2 k. a N O acham-se as ruinas do palacio e quinta da Foz. Foi mandado construir por D. Antonio d'Athayde, 1.º conde de Castanheira. Instituiu ali uma capella de missa quotidiana, que dotou e ordenou. Comprehendia tambem uma grande quantidade de terrenos de semeadura, que só ao dizimo tinha annos que dava 100 moios de pão. Passou depois esta propriedade para os marquezes de Cascaes, mais tarde para os de Niza e actualmente é seu proprietario o abastado lavrador de Villa Franca de Xira, sr. José Pereira Palha Blanco. Possue esta villa uma reliquia veneranda do passado, que é tambem uma bella revelação artistica. E' a egreja matriz, um magnifico edificio que se recommenda aos forasteiros. Construcção elegante, ampla, bem disposta, sustentada sem columnas, com um arrojo de architectura que maravilha. As paredes medem $2^{m},30$ de espessura. Foi mandada construir por D. Sancho I, que nunca chegou a concluil-a, o que fez ha dois seculos D. Pedro II. Ao norte da povoação está o Calvario. Ha ali um cruzeiro de pedra que assenta n'um pedestal com cinco degraus. Foi feito em 1644 e é inteiramente egual a todas as obras no seu genero. D'elle desfructa-se uma linda vista, vendo-se Santarem, Azambuja, Villa Nova da Rainha, Alemquer, Castanheira, Povos e as margens do Tejo quasi até Lisboa. Os paços do concelho tambem são dignos de demorada visita; n'elles se encontram installadas as differentes repartições : camara, fazenda, recebedoria, tribunal, administração, etc. E' sem duvida um dos melhores edificios da villa. O brazão de armas de Benavente consiste no escudo, tendo ao centro uma bandeira vermelha e a cruz verde de Aviz, e aos lados uns cordões ou correntes tambem verdes, que dizem ser peias. Os arredores

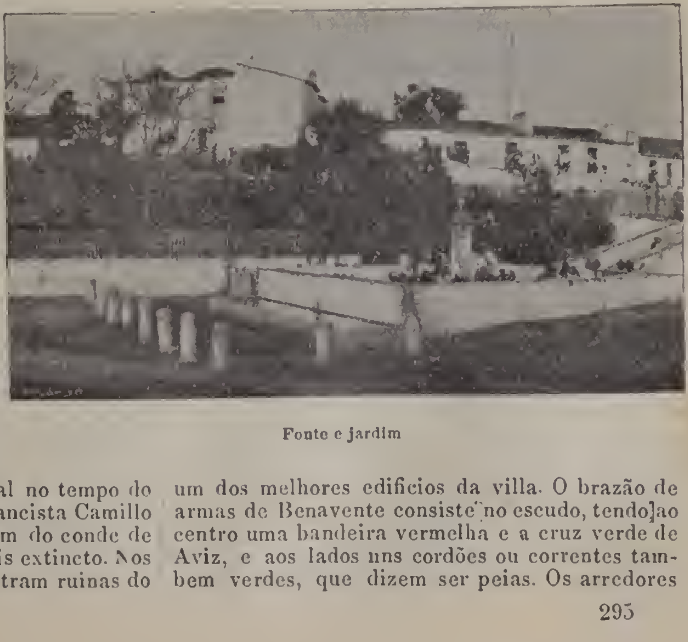

Fonte e jardim

de Benavente são lindissimos, como por exemplo Bilrete, onde o rio Sorraia corre por entre frondosos salgueiros, chegando as suas ramagens n'alguns pontos a formar um tunel de verdura convidando a passar ali os calores dos abafadiços dias d'agosto; as Bicas, onde existe a nascente que abastece a villa d'agua, logar exuberantissimo de verdura, que faz lembrar um pouco a poetica Cintra. A villa em si é tambem d'um aspecto agradavel. Tem boas ruas, optimos largos e passeios, e bem calçados. Agricola por excellencia, d'ahi lhe vem toda a riqueza. As terras de varzea são fertilissimas, para o que concorrem as continuas inundações, que se as estrumam deixando-lhes nateiros, levam-lhes as sementes, o que prejudica bastante os lavradores. Benavente pertence á 1.ª div. mil., 1.ª brigada, grande circumscripção mil. do sul, e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 2, com a séde em Lisboa. Tem esc. para ambos os sexos, Misericordia, hospital, est. telegr. post. com serviço de emissão e pagamento de vales e de encommendas, notario, hospedarias, medicos, pharmacias, fabricas de louça, associação de soccorros mutuos, sociedade de recreio *Club União Artistica*, etc. Tem feira a 21 de setembro, e mercado no 1.º domingo de cada mez. O concelho de Benavente comprehende 3 freguezias, com 1.427 fog. e 6.454 hab., sendo 3.271 do sexo masc. e 3.183 do fem., n'uma superficie de 64.322 hect. As freg. são: Samora Correia, N. S.ª da Oliveira, com 2.063 hab.: 1.029 do sexo masc. e 1.034 do fem.; Benavente, N. S.ª da Graça, com 3.559 hab.: 1.817 do sexo masc. e 1.742 do fem.; Santo Estevam, com 832 hab.: 425 do sexo masc. e 407 do fem. *Jornaes:* Em Benavente tem-se publicado os seguintes: *Benaventense (O)*, 31 de agosto de 1896, e que ainda existe; *Jornal de Benavente*, 31 de janeiro a abril de 1885; *Ribatejo (O)*, 11 de junho de 1893. || Pov. na freg. de S. José, de João Antão, conc. e distr. da Guarda. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça, conc. de Souzel, distr. de Portalegre.

Ponte sobre o rio Sorraia

Benavides. V. *Benevides*.

Benavides *(Fr. Alfredo)*. Religioso da ordem de S. Francisco. Nasceu n'uma das ilhas dos Açôres, onde professou no instituto serafico. No anno de 1629 foi eleito custodio do Mexico, e partiu para as Indias Occidentaes acompanhado de 49 religiosos para prégar o Evangelho aos gentios; até ao anno seguinte, 1630, conseguiu numerosas conversões. Veiu depois a Hespanha, e tendo percorrido algumas terras d'aquelle paiz entrou em Portugal, onde se incorporou com o beneplacito do geral na provincia da Observancia. Sendo nomeado arcebispo de Gôa D. Fr. Francisco dos Martyres, embarcou juntamente com elle, como seu companheiro, em 4 de abril de 1636, e n'essa viagem falleceu. Escreveu a seguinte obra: *Relação dos progressos da conversão do Gentio á nossa santa Fé, e outros serviços a Deus, e ao Rey obrados nas Indias Occidentaes*, offerecida no anno de 1630 a Filippe IV.

Benavilla. Villa na prov. do Alemtejo, freg. de S. Sebastião, conc. d'Aviz, com. de Fronteira, distr. de Portalegre, e arceb. de Evora; 874 hab. e 150 fog. Tem Misericordia, hospital, esc. do sexo masc., e est. post. permutando malas com Aviz. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada no fundo d'um valle, ameno e fertil em trigo, cevada e outros generos, regado pelos rios Sêda e Sarrazolla. O Sêda passa ao N da villa e o Sarrazolla a E. Era do mestrado de Aviz, e o rei, como grão-mestre d'esta ordem, apresentava o prior, que tinha 2 moios e meio de trigo e 2 de cevada; e um beneficiado com 2 moios de trigo e 90 alqueires de cevada, tudo pago pela commenda da mesma villa. O prior ainda recebia mais 20$000 réis e o beneficiado 8$000 réis, pagos pelo almoxarifado de Benavente. D. Diniz a fez villa, que no seu tempo se tornou muito importante, e lhe deu foral em Lisboa, em 1296. O referido monarcha mandou construir um castello, que está hoje em ruinas, e foi seu alcaide-mór D. Luiz de Alencastre. Em Benavilla ha a capella de N. S.ª de Entre Aguas, assim chamada por estar entre os rios Sêda e Sarrazola, que antigamente foi matriz, deixando de o ser por causa das inundações d'estes rios, que a tornavam incommunicavel, por cobrirem as duas pontes que ali existem. O templo é muito antigo, como a sua architectura o indica. Havia aqui um hospital em que se tratavam os pobres, o qual fôra construido por D. João V, em 1740, com privilegio de Misericordia. Em Benavilla ha extensos montados, onde se criam muitos porcos para exportação. Pertence á 4.ª div. mil. e ao districto de recrutamento e reserva n.º 22, com a séde em Abrantes.

Bencatel. Pov. e freg. de Sant'Anna, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Villa Viçosa, distr. e arceb. de Evora; 1.322 hab. e 299 fog. Tem est. post. permutando malas com Villa Viçosa. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, d'onde se vê Redondo, Evora Monte e Terena. A palavra *Bencatel* é arabe, e significa *filho do matador*. Deriva-se do verbo *catala*, matar, e tem anteposta a palavra *ben*, filho. A terra é fertil. Até 1834, esta freg. pertencia a 5 concelhos: Villa Viçosa, d'onde é actualmente, Borba, Alandroal, Redondo e Extremoz. A matriz estava

situada n'este ultimo concelho. O arcebispo de Evora apresentava o cura, que tinha diversos generos e 24$000 réis em dinheiro, dados pelos parochianos. Esta terra era governada pelas justiças de Villa Viçosa e Extremoz, em cujos dois terços habitava a maior parte dos habitantes da freguezia. Proximo da ermida de S. Pedro nasce entre umas penhas um olho d'agua, que sae com tanta abundancia, que logo faz moer 18 azenhas e 1 moinho. Depois de 6 k. de curso morre no Luceféce. Ha tambem a ribeira de Bencatel, que, depois de fazer moer azenhas e pisões, morre na direita do rio Guadiana. N'esta freg. encontram-se fontes de boa agua. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 22, com a séde em Abrantes.

Bencer. Ponta ou cabo pouco resaltado, na costa N da ilha Botten, do districto da Guiné, Africa Occidental.

Benda. Moeda ou rodella de ouro, da costa da Guiné, valendo aproximadamente 18$000 réis.

Benda. Territorio situado na margem direita do rio Zaire, entre Cabinda a E e S. Salvador a O, no Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. V. *Bemda.*

Bendada. Pov. e freg. de Santa Luzia, da prov da Beira Baixa, conc. e com. do Sabugal, distr. e bisp. da Guarda; 990 hab. e 236 fog. A pov. dista 30 k. da séde do conc. e 8 da est. de Belmonte. Tem caixa post. e está situada ao cimo d'um valle, d'onde apenas se descobre parte das muralhas da villa de Sortelha. Antigamente pertenceu ao conc. de Penamacor e á corôa; o prior era de nomeação régia, e tinha de rendimento 300$000 rs. Corre aqui a ribeira do seu nome, que nasce no Cabeço de Fragoas, e depois de regar e moer, mette-se na ribeira das Enguias. Bendada pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 21 com a séde em Castello Branco. Annexa a esta freguezia ha outra, do mesmo nome, que pertencia á ordem de Christo, de que eram commendadores os marquezes de Cascaes. Está situada em planicie, e d'ella se vêem Pinhel e Castello Rodrigo.

Bendafé. Pov. e freg. de N. S.ª d'Ajuda, da prov. do Douro, conc. e com. de Condeixa-a-Nova, distr. e bisp. de Coimbra; 242 hab. e 73 fog. Tem caixa do correio com serviço de posta rural. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada na raiz d'um monte. O prior e beneficiados de Santa Justa, de Coimbra, apresentavam o cura, ao qual pagavam 70 alqueires de trigo, ficando para o prior e beneficiados os dizimos e outros fóros, por serem os senhores da freguezia. Pertence á 5.ª divisão militar e ao districto de recrutamento e reserva n.º 23 com a séde em Coimbra.

Bendanha. Appellido nobre em Portugal, mas oriundo de Hespanha, do senhorio de Biscaia, de onde veiu na pessoa de D. Pedro de Bendanha, seguindo o partido de D. Affonso v, de Portugal, no cerco da cidade de Toro. Tem brazão, que se acha incompleto: em campo de prata, leão negro; orla de duas coticas, uma azul e a outra vermelha, separadas por um filete de ouro. Timbre, tres settas vermelhas empennadas de ouro e atadas em roquete com fita de prata.

Bendordêm. Aldeia da regedoria do torofo de Bally, no conc. de Quepem, districto de Gôa, na India.

Beneciate. Pov. na freg. de S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro.

Benedicta *(D. Maria Francisca).* Filha de el-rei D. José I e irmã da rainha D. Maria I. V. *D. Maria Francisca Benedicta.*

Benedicta. Pov. e freg. de N. S.ª da Encarnação, da prov. da Extremadura, conc. e com. d'Alcobaça, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa; 2.045 hab. e 398 fog. A pov. dista 13 k. da séde do conc. Era dos coutos de Alcobaça e a freg. mais antiga d'elles. Os parochianos nomeavam o cura, que o abbade de Alcobaça confirmava, e davam-lhe 2 moios de trigo e 50 almudes de vinho, que juntamente com o pé d'altar, dava o rendimento aproximado de 200$000 réis. Tinha um capellão. A terra é muito fertil. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 7 com a séde em Leiria.

Benedictinos. Assim se chamavam os religiosos da ordem de S. Bento, tendo o nome de benedictinas as freiras da mesma ordem. Em Portugal o primeiro convento que se construiu foi o de Lorvão, parece que entre os annos de 537 a 543. O fundador da ordem, S. Bento, mandára doze monges a Hespanha, e alguns d'elles vieram até Coimbra, e escolheram aquelle local para se estabelecerem, sendo o seu abbade Lucencio, que chegou a ser bispo de Coimbra. Estes religiosos adquiriram tal celebridade, que eram chamados aos concilios como pessoas de grande importancia. Durante o dominio arabe nunca soffreram damno algum. Os reis de Leão os protegeram com donativos. Até 1400 a ordem manteve-se muito bem; concorreram, porém, algumas causas de diversa natureza para a sua decadencia. Uma d'ellas era a existencia de commendatarios perpetuos nomeados pelos reis para administradores dos conventos e confirmados pelos papas, cujo indulto alcançara o cardeal d'Alpedrinha, D. Jorge da Costa, dos papas Julio II e Leão X. Em 1500 todos os conventos da ordem benedictina estavam no poder dos commendatarios, que eram sempre clerigos seculares tratando sómente de receber as pingues rendas dos mosteiros, d'onde provieram taes abusos, que D. Antonio da Silva, ultimo commendatario do convento de Santo Thyrso de Riba d'Ave, tentou em 1558 a reforma do seu convento, alcançando que do convento de Monserrate viessem, por ordem do geral de Castella, dois religiosos, fr. Pedro de Chaves e fr. Placido de Villalobos, que deram provas de tanta prudencia, e fôram tão felizes na sua espinhosa missão, que em quatro annos a concluiram. O cardeal D. Henrique pediu a Pio V a reforma para os outros conventos benedictinos, que lhe foi concedida por bulla de 22 de julho de 1559, e desde então todos os conventos se reuniram a um só corpo de congregação, com a formalidade de habito, escapulario, capello e corôa differente dos antigos claustraes, governados por um geral independente do de Castella, que tinha residencia em Tibães, como cabeça da congregação, por ser a mais antiga e por estar situada no centro dos conventos do Minho. O geral tambem tinha a designação de D. abbade, e no seu couto gozava de jurisdicção de capitão-mór, coudel-mór, alcaide-mór e ouvidor. No paiz havia muitos conventos da ordem benedictina, sendo os mais importantes, situados ao norte, os do Porto, Santo Thyrso e Tibães, pela grandeza dos edificios e obras d'arte

que n'elles existiam e pelas rendas que os frades tinham. O mosteiro do Porto foi fundado em 1598, no local onde estava a antiga synagoga ou judiaria. O templo ainda hoje existe, mais ou menos modificado; é sumptuoso, devendo especialisar-se o coro e a sacristia, que são muito notaveis. As freiras de S. Bento tambem possuiam no Porto o mosteiro da Ave Maria, que era muito rico, o qual ha poucos annos se demoliu para se construir a nova estação central do caminho de ferro, conhecida pela estação de S. Bento.

Benedicto *(Joaquim Duarte).* Professor de grammatica latina e portugueza, que viveu em Lisboa no seculo XVIII e principio do XIX. Escreveu: *Elogio do grande Apelles portuguez Luiz Gonçalves de Sena*, Lisboa, 1791; *Elegia na morte do ill.mo e ex.mo sr. D. José Francisco da Costa e Sousa e Albuquerque, segundo visconde de Mesquicella*, etc., Lisboa, 1802.

Beneficencia. V. *Misericordia* e outras instituições de beneficencia, taes como: *albergaria*, *albergue*, *asylo*, *créche*, *gafaria*, *hospital*, *mercearia*, *recolhimento*, etc., que no seu conjuncto abrangem os elementos da historia da beneficencia em Portugal.

Beneficiado. Sacerdote ou leigo que goza de um beneficio. V. *Beneficio.*

Beneficio. Rendimento concedido a um sacerdote para elle desempenhar certas obrigações espirituaes; o cargo ou obrigação a que está inherente esse rendimento. Os *beneficios* por vezes foram mercês arbitrarias e a favoritos dos reis, dos fidalgos ou dos altos dignitarios ecclesiasticos que podiam conferir esses padroados e mercês. Os beneficiados ecclesiasticos tiveram sempre muitos e varios nomes, no fundo todos synonimos, taes como *mansionarios*, *porcionarios*, *meios porcionarios*, *prebendarios*, *meios prebendarios*, *beneficiados*, *coadjutores*, *meios conegos*, *tercenarios*, *quartanarios*, *quintanarios*, *assisios* ou *meios conegos*. Tendo sido extinctos na sé de Coimbra os denominados *assisios*, por um *motu-proprio* de Pio VI, em logar d'elles se creou uma nova ordem de beneficios, cujos beneficiados desempenhassem as obrigações, que os primeiros recusavam cumprir, por não haverem egualdade com os conegos, que tinham «voz em cabido, assento no coro alto, e estabelecida prebenda.» O *motu-proprio* referido foi passado em Roma no anno de 1778 e dado á execução por um alvará de D. Maria I, em 1780. Considerados os *beneficios* como simples rendimento não será de pasmar que alguns fidalgos os requeressem para seus filhos ainda em tenra edade. Em 1643 o primeiro marquez de Niza pretendeu para seu filho Simão, de um anno apenas, uma conesia que vagara na sé de Lisboa, para o que se autorisava com os filhos dos marquezes de Castello Rodrigo e de Gouvêa, que tinham alcançado provimentos em circumstancias similhantes. O que poderia parecer um escandalo ecclesiastico, já, no seculo anterior, tivera um precedente mais interessante ainda pelo elevado grau do beneficio. Em 1516 o pontifice Leão X enviou o chapéo de cardeal a D. Affonso, filho de el-rei D. Manuel, tendo o infante 7 annos de edade, e ordenando que fosse provido no bispado da Guarda. Sobre a alternativa do provimento dos beneficios ecclesiasticos, escreveu o padre João Duarte Beltrão o seu *Breve tratado da actual disciplina da Egreja Lusitana*, etc., impresso em Lisboa, 1817. A concordata de 20 de julho de 1778 acha-se transcripta integralmente n'esse livro.

Beneplacito regio. Licença do soberano para que se publiquem actos da curia romana, como bullas, breves, etc. Em Portugal o beneplacito existia antes de D. Pedro I, como affirmam o sr. dr. Lopes Praça, no seu *Direito Constitucional Portuguez*, e o sr. dr. Chaves e Castro n'um seu estudo especial sobre o assumpto. Nas côrtes de Elvas, celebradas em 23 de maio de 1361, os prelados desejaram que fôsse revogado, mas el-rei D. Pedro respondeu-lhes que, antes de publicadas as letras apostolicas: «nos mostrem essas letras, e vel-as-hemos, e mandaremos que publiquem pela guisa que devem.» Nas côrtes de Santarem, em 30 de agosto de 1427, insistiram os prelados na sua pretensão, mas D. João I não os attendeu, respondendo (como escreve Gabriel Pereira de Castro na *De manu regia*, tomo I, pag. 459): «que nada innovara a este respeito; e que assim como elle estava praticando, se havia praticado sempre em tempo dos reis seus antecessores, e portanto mandava que assim se continuasse a guardar e observar». Outros documentos mostram bem como este direito foi mantido e affirmado até ao reinado de D. João II. Enumera-os o sr. Jacinto Antonio Perdigão, nos seus *Apontamentos de direito*, etc., Lisboa, 1885, vol. II. São interessantes, principalmente, o protesto feito por Egidio Martins e Pedro de Velasco, embaixadores de D. João I no concilio de Constança; o capitulo 59.º das côrtes principiadas em Coimbra a 10 de agosto de 1472 e terminadas em Evora, a 18 de março seguinte; o capitulo 12.º das côrtes de Montemór-o-Novo, de 1477, presididas pelo principe D. João, depois rei; as Ordenações affonsinas no titulo *Das letras que vem de Roma ou do Grão-Mestre, que non sejão pubricadas sem carta d'El-Rei.* Posteriormente a D. João II são numerosos os documentos que attestam a existencia e o uso da prerogativa do beneplacito, ou *jus cavendi*, por parte do poder real, sendo acceite pelos pontifices. Apontam-se, entre outros, os seguintes alvarás e leis: De D. Manuel, em 7 de dezembro de 1497, mandando «prender e arrecadar quaesquer pessoas, de qualquer qualidade que em quaesquer logares dos ditos nossos reinos forem achados pregando e denunciado bullas e indulgencias... não trazendo para isso nossa licença.» O alvará, do mesmo monarcha, em 12 de abril de 1510, confirmado pelo de D. João III, de 5 de dezembro de 1525, ordenando a execução da bulla obtida pelo bispo de Coimbra, D. Jorge de Almeida, para dispôr em testamento dos bens adquiridos *intuito ecclesiae;* as leis de 12 de setembro de 1564 e de 8 de abril de 1569, mandando executar os canones do concilio de Trento; a lei de 20 de dezembro de 1582 permittindo a publicação da bulla de correcção ao kalendario pelo papa Gregorio XIII; os decretos de 12 de março de 1652, 6 de agosto de 1683, 5 de junho de 1728 e 4 de agosto de 1760, o ultimo dos quaes manda, conforme o *Repertorio* de Fernandes Thomaz, que: «Bullas e breves ninguem póde mandar vir de Roma sem licença da secretaria e nem se podem dar á execução sem lá irem.» D'aqui se vê que não é verdade datar a origem historica do beneplacito em Portugal apenas do reinado de D. José I e

da lei de 6 de maio de 1765, explicando-se todos os monumentos anteriores a 1487 como uma providencia exclusivamente estabelecida para distinguir as bullas pontificias das dos anti-papas. D. Maria I, pelo alvará de 30 de julho de 1795, estendeu o beneplacito ás pastoraes dos bispos. Do antigo regimen passou ao constitucional este importante direito do poder executivo, como já fôra consignado nas constituições de 1822, 1826 e 1836. E' o artigo 75.º § 140 que na Carta Constitucional se refere ao *beneplacito*.

Benespêra. Pov. e freg. de Santo Antão, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda; 651 hab. e 170 fog. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada no valle de Santo Antão, cercada de montes, junto á ribeira Teixeira. Foi commenda de jesuitas, e depois da Universidade de Coimbra, que apresentavam o vigario, o qual tinha de rendimento 30$000 réis em dinheiro, 4 alqueires de trigo, 4 almudes de vinho e o pé d'altar. Tem hospital para pobres, já muito antigo, fundado por varios devotos, que lhe deixaram herdades, sendo os estatutos feitos em 1645. Tinha juiz da vara com seu escrivão, apresentados pela camara da Guarda. A egreja é muito antiga, e foi convento de conegos da ordem de Santo Antão, e cabeça da ordem n'este reino, fundado em 1350. Passou depois a ser da Companhia de Jesus, por bulla de Paulo III, de 1550. Benespêra tem estação no caminho de ferro da Beira Baixa, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 12, com a séde em Trancoso.

Benesse. O decreto de 30 de julho de 1790 define benesses e direitos de estola todas as prestações, que por uso e costume os parochianos dão aos seus parochos pelos serviços que d'elles recebem em differentes actos do seu ministerio, taes como baptismos, suffragios, funeraes e bens da alma. Todas estas prestações são o que constituem o pé de altar, cujo rendimento faz parte da congrua do parocho, segundo a avaliação em que tiver sido computado, no arbitramento segundo a lei de 8 de novembro de 1841.

Benevide *(Monte de)*. Na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Benevides. Familia de origem hespanhola, sendo o primeiro que teve este appellido D. João de Benevides, justiça maior de Castella em tempo d'el-rei D. Pedro, que o tomou da villa de Benevides, de que era senhor. Os Benevides pretendem descender de Affonso VII de Leão e Castella. Tem por armas, em campo de prata um leão de purpura faxado de tres faxas de ouro; o timbre é o leão. A *Nobiliarchia portugueza*, de Villas Boas, dá a descripção um pouco differente: em campo de ouro uma faxa de vermelho, em cima d'ella um leão da mesma côr, coroado de ouro, com uma banda de prata, que lhe rodeia o corpo. Orla de prata com oito caldeirões negros.

Benevides *(Antonio Albino da Fonseca)*. Doutor em medicina pela Universidade de Pisa, medico honorario da real camara, do hospital de S. José, das cadeias civis e da Misericordia, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. em Lisboa a 11 de fevereiro de 1816, fal. n'esta mesma cidade a 7 de maio de 1885. Era filho do dr. Ignacio Antonio da Fonseca Benevides, e irmão do sr. dr. Francisco da Fonseca Benevides, lente da Escola Naval. Estudou na Escola-Medico-Cirurgica de Lisboa, e doutorou-se na Universidade de Pisa. Em 25 de outubro de 1836 foi nomeado medico supra do hospital de S. José, ficando effectivo a 24 de janeiro de 1845, sendo aposentado a 10 de outubro de 1876. Escreveu e publicou: *Compendio de Botanica do Doutor Felix de Avellar Brotero, addicionado e posto em harmonia com os conhecimentos actuaes d'esta sciencia; mandado publicar pela Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, 1837-1839; 2 volumes com estampas; *Diccionario de Glossologia Botanica, ou descripção dos termos technicos de Organographia, Taxonomia, Physiologia e Pathologia vegetal; para uso dos que se dedicam a este ramo das Sciencias naturaes*, Lisboa, 1841; tambem mandado publicar pela Academia; *Memoria sobre as aguas mineraes sulfurosas*, etc., no tomo I da 2.ª série das Memorias da Academia Real das Sciencias, 1844. Já se havia publicado em separado, com frontispicio especial, em que se lê: *Memoria sobre o uso das nossas aguas mineraes sulphurosas nas molestias cutaneas, comprovado por observações, tanto dos medicos antigos como modernos, e destinada a generalisar a sua applicação nestas enfermidades*, Lisboa, 1843. Apresentou outros trabalhos academicos, que não consta, que se publicassem: *Memoria sobre as emigrações zoologicas; Diccionario dos termos technicos de Zoologia, Anatomia e Physiologia comparada*, etc.

Benevides *(Francisco da Fonseca)*. Lente de physica e director do Instituto Industrial de Lisboa, lente jubilado da Escola Naval, commendador das ordens de Christo e da de S. Thiago, cavalleiro da de S. Mauricio e de S. Lazaro de Italia, socio correspondente da Academia Real das Sciencias, da Academia Real de Historia, de Madrid; do conselho de S. M.; etc. N. em Lisboa a 28 de janeiro de 1835. É filho do dr. Ignacio Antonio da Fonseca Benevides. Em 1851 entrou no serviço da marinha como aspirante, e concluidos os cursos do Lyceu e da Escola Polytechnica, seguiu e completou tambem o da Escola Naval em 1853, fazendo algumas viagens a bordo de navios de guerra, até dar baixa do serviço effectivo da armada em 1856. Apresentou-se como candidato no concurso de lente da cadeira de physica do Instituto Industrial de Lisboa, para a qual ficou nomeado em 1854. Tambem por concurso teve depois a nomeação de lente substituto de mechanica e artilharia na Escola Naval, passando a proprietario d'esta ultima cadeira em 1865. Actualmente é lente jubilado de hydrographia na referida Escola. O sr. Fonseca Benevides tem a graduação de capitão-tenente da armada, e foi agraciado com o grau de cavalleiro da ordem de Christo em 1862, e com o de commendador em 1867. É tambem cavalleiro da ordem de S. Thiago, e socio correspondente da Academia Real das Sciencias desde 1866. Foi nomeado pelo governo membro das commissões encarregadas de estudar as exposições internacional do Porto em 1865, e universal de Paris em 1867, e deve-se-lhe a organisação do museu technologico do Instituto Industrial de Lisboa. Tem publicado o seguinte: *Curso de artilharia da Escola Naval: descripção do material de guerra*, Lisboa, 1858; folheto lithographado com 4 estampas; *Curso elementar de Physica, contendo algumas noções de mechanica, e applicações scientificas e industriaes*, Lisboa, 1863;

2 tom. com gravuras intercaladas no texto, e duas estampas coloridas; *O fogo: obra scientifica e litteraria*, Lisboa, 1866; outra edição em 1869, sendo esta de luxo com 40 gravuras intercaladas no texto; este livro é a reunião dos artigos que, sob o mesmo titulo, appareceram publicados no tomo VIII do *Archivo pittoresco; tratado elementar de electricidade e magnetismo, contendo numerosas applicações as sciencias, artes e industria*, Lisboa, 1868; illustrado com 240 gravuras; *Principios de optica, e suas applicações aos instrumentos, aos pharoes, á photographia, aos effeitos theatraes, etc.*, Lisboa, 1868; illustrado com 176 gravuras e uma estampa colorida; *Tabellas, regras, dados praticos e instrucções para uso de engenheiros, conductores de trabalhos, constructores e em geral de industriaes*, Lisboa, 1868; *Relatorio sobre a exposição universal de Paris em 1867; instrumentos de physica e machinas de vapor*; com illustrações no texto e 8 gravuras tiradas em separado, Lisboa, 1867; impressa por conta do ministerio das obras publicas; *Noções de physica moderna com numerosas applicações*, Lisboa, 1870; illustrado com perto de 300 gravuras; compendio que conta varias edições, abrangendo os mais recentes progressos da sciencia. *Descripção d'um novo apparelho para a demonstração das propriedades physicas dos vapores*; inserto no *Jornal das Sciencias mathematicas e physicas*, publicado sob os auspicios da Academia Real das Sciencias, no n.º 7, agosto de 1869; este apparelho, como outros inventados pelo mesmo professor, é denominado *de Benevides*, e acha-se descripto em varias publicações estrangeiras, taes como: *O Cosmos*, de Paris, de 4 de dezembro de 1869; *Annales de Chimie et de Physique*, de Paris, junho de 1870; *Eco de las Ciencias*, de Madrid, de 20 de fevereiro de 1870, etc.; *A Musica:* memoria historico-descriptiva, em 6 capitulos, inserta no *Archivo pittoresco*, vol. IX, 1866; *Elementos de balistica*, Lisboa, 1872, com 72 gravuras intercaladas no texto; 2.ª edição, em 1882, com 117 gravuras tambem intercaladas no texto; é um compendio elementar, destinado especialmente ao estudo dos alumnos da Escola Naval; *Memoria sobre o poder illuminante de algumas substancias*, Lisboa, 1874; *Rainhas de Portugal*, 2 vol., 1878 e 1879. Tem collaborado tambem no *Jornal do Commercio, Revista militar, Occidente*, etc. *O Real Theatro de S. Carlos de Lisboa, estudo historico*. É a historia d'este theatro desde a sua fundação, com muitos retratos, chromos e outras illustrações; livro muito curioso que se publicou em 1883; em 1902 sahiu uma segunda parte com o movimento do theatro até este anno. Tambem publicou em 1894 um livro com o titulo de *No tempo dos francezes*.

Benevides *(Ignacio Antonio da Fonseca)*. Bacharel formado em medicina e cirurgia pela Universidade de Coimbra, presidente do conselho de saude naval, medico effectivo da Real Camara, antigo medico-director do hospital militar de S. Francisco, physico-mór da armada; vogal adjunto do conselho de saude publica do reino em 1844; cavalleiro professo na ordem de Christo em 1821 e commendador da mesma ordem em 1840; cavalleiro da de N. S.ª da Conceição em 1844; do conselho de S. M. a rainha D. Maria II em 1853; socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa e n'ella director da classe de Sciencias Naturaes; socio fundador da primitiva Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa em 1822; membro da Instituição Vaccinica; socio honorario da Sociedade Pharmaceutica Lusitana, e socio da Academia medica de Madrid, etc. N. na villa de Ervedal, na Beira, a 15 de janeiro de 1788, fal. em Lisboa, da febre amarella, a 29 de dezembro de 1857. Era filho de Manuel Lourenço Martins e de D. Maria Fernandes Pires. Depois de ter estudado os preparatorios, matriculou-se na Universidade de Coimbra na faculdade de medicina; formou-se em julho de 1813 e estabeleceu-se em Lisboa em março de 1814. No anno de 1817 escreveu umas memorias sobre as aguas mineraes de S. Gemil, que logo lhe abriram as portas da Academia Real das Sciencias. O dr. Benevides, n'estas suas memorias, tomou por modelo os estudos dos celebres Fourcroy e Delaporte ácerca das aguas mineraes de Eughieu. A primeira memoria trata da descripção topographica do sitio em que existem as caldas, estuda-o tambem debaixo do ponto de vista da historia natural, trata das propriedades physicas das aguas e das suas propriedades medicas. A segunda memoria occupa-se exclusivamente da sua composição chimica. O dr. Benevides foi um dos primeiros medicos portuguezes que receitaram o uso das caldas do Gerez, desconhecido até ao anno de 1818, e em 1830 publicou um *Ensaio physico-medico das Caldas do Gerez*, dividido em dez capitulos. O dr. Bernardino Antonio Gomes, em 8 de abril de 1812, propoz á Academia das Sciencias, que empenhasse todos os seus esforços para que em Portugal se propagasse a vaccina. Estabeleceu-se então em 1817, no proprio edificio das sessões da Academia um instituto, onde gratuitamente se exercia a vaccina, sem excepção de pessoas. Este instituto tomou as maiores proporções, creando-se por todo o reino philantropicos e benemeritos correspondentes, que cooperavam n'esta empresa tão louvavel pela sua utilidade. Todos os annos a Academia consagrava na sessão publica um logar destinado á leitura das contas vacciuicas. Em 1818, o dr. Benevides foi encarregado de fazer o discurso historico sobre os trabalhos da Instituição Vaccinica, discurso que foi lido por elle na sessão de 24 de junho d'aquelle anno. Luiz de Sequeira Oliva, que morreu muito moço victima d'uma dysenteria chronica, deixou em testamento um premio de 400$000 réis para quem resolvesse este problema medico: *Qual é o methodo de curar radicalmente as dysenterias chronicas, de qualquer causa que procedam, fundado em principios e confirmado por observações praticas?* O dr. Benevides foi um dos concorrentes, e escreveu sobre o assumpto uma memoria que lhe valeu um *accessit*, conferido na sessão publica de 24 de junho de 1819. Foi tambem um dos medicos portuguezes que mais se occupou da cholera-morbus, quando esta epidemia devastadora appareceu na Europa em 24 d'agosto de 1829. Quando em 1832 se manifestou em Portugal, o solicito medico já tinha prompto o seu *Manual das instrucções preservativas da cholera-morbus*, que se imprimiu n'esse referido anno. Seguiram-se outros escriptos sobre o mesmo assumpto. Estes trabalhos tinham o caracter mais popular do que scientifico, porque n'elles não se tratava de discutir aquella epidemia, mas de esclarecer o publico a

respeito dos meios de a prevenir e de a combater. Em todo o caso, a Academia, tratando de nomear uma commissão para estudar a cholera e expôr a sua opinião sobre o seu tratamento, nomeou o dr. Benevides para ser um dos quatro medicos encarregados d'esse trabalho. Foi medico da Real Camara desde 1827, sendo confirmado n'este cargo por D. Pedro IV, em 24 de setembro de 1834, proprio dia da sua morte. Em 1832, no tempo do reinado de D. Miguel, foi physico-mór da armada. No anno de 1821 começara o dr. Benevides a publicar uma collecção de Constituições e de Cartas dos estados da Europa e da America, de que sahiram apenas alguns numeros. Em 1840 deu tambem principio, no *Jornal das Sciencias medicas de Lisboa*, á publicação d'uma *Bibliographia medica;* em 1852, no referido jornal tambem inseriu um *Ensaio sobre a flora toxico-medica portugueza*. A relação das suas obras é a seguinte: *Discurso historico sobre os trabalhos da Instituição Vaccinica*, inserto no tomo VI, parte I das *Memorias da Academia Real das Sciencias; Memoria que obteve o «accessit» na sessão publica de 24 de Junho de 1819, e concorreu ao programma relativo ás dysenterias chronicas*, no tomo VII das referidas *Memorias; Memoria sobre as Caldas de S. Gemil, no districto de Vizeu, escripta em 1820; Regulamento em fórma de projecto para o governo da Regencia que ha de ser nomeada pelas Côrtes portuguezas, logo que estejam installadas*, Lisboa, 1821; *Manual de instrucções preservativas e curativas da cholera-morbus epidemia pestilencial*, Lisboa, 1832; *Manual complementario da cholera morbus, e da cholerina*, Lisboa, 1832; *Manual da cholera morbus n.º 3, o qual contém o resumo do tratado da cholera-morbus observada na epidemia de Paris de 1832 por Mr. Broussais*, Lisboa, 1833; sem o nome do autor; *Memoria sobre as aguas mineraes do Gerez;* sahiu no *Jornal das Sciencias Medicas*, tomo XI, 1840; *Ensaio sobre a Flora toxico-medica portugueza, offerecido á Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa em 1852;* sahiu no mesmo jornal, tomo XIII, 2.ª série.

Benevides *(José)*. Bacharel em direito pela Universidade de Coimbra; jornalista; advogado em Lisboa. Publicou em 1894, como separata do *Instituto*, de Coimbra, *Projecto de lei e a responsabilidade na gerencia das sociedades anonymas*.

Benevides *(Manuel Antonio da Silva)*. Este escriptor, segundo parece, era natural da cidade do Porto, onde falleceu com mais de 70 annos, em 1853. Escreveu: *A Emboscada, ou o triumpho do amor e da virtude; obra historico-tragica allemã*, Porto, 1841; *O viajante africano, ou um casamento por sympathia*, Porto, 1846; *O Ensaio, ou conselho que os cães fizeram em 1845, seguido do quadro politico, historico e analytico*, etc., Porto, 1849; *Estudo politico, historico e analytico accommodado ás circumstancias dos tempos presentes e á polemica d'este reino de Portugal e seus acontecimentos*, Porto, 1849. Parece que Silva Benevides ainda deixou outra obra com o titulo de: *O Tempo ou a revolução dos tempos*, e um volume de *Poesias*.

Benevides. Logar na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

Benevidinho. Logar na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Benfarras. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Benga. Pov. da margem esquerda do rio Luabo ou Zambeze, a pequena distancia de Tete, distr. d'este nome, com. de Quelimane, arceb. de Gôa, prov. de Moçambique, Africa Oriental. || Prazo situado no distr. de Tete, entre os rios Zambeze e Reougue, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Bengada. Pov. na freg. de S. Pedro, de Gondelães, conc. do Porto. || Casal na freg. de S. Faustino, de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bengado. Pov na freg. de S. Braz de Alportel, conc. e distr. de Faro. || Pov. na freg. de Santa Catharina, da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Bengalôa. Logar na freg. de S. Lourenço, conc. e distr. de Portalegre.

Bengo. Pov. situada ao S do distr. e com. de Benguella, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental. Está edificada no contraforte O da serra do Bambo e proximidades da nascente de um dos muitos braços do rio Copororo ou de S. Francisco; ficando a sudoeste da cidade de S. Filippe de Benguella, da qual dista cerca de 180 k. Tambem se designa esta povoação por *Caconda Velha*.

Bengo *(Barra do)*. V. *Barra do Bengo*.

Bengo *(Rio)*. No territorio portuguez do distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental, tem este rio 300 k. de curso. A sua foz acha-se situada a 25 k. ao S do Dande e a 60 ao N do Cuanza. Nasce na serra da Canganza, nos Mahungos, corre para O, atravessa os concelhos de Ambaca, Golungo Alto e Zenza do Golungo, onde toma o nome de Zenza, Icolo e Bengo, e Barra do Bembo, onde termina, indo lançar-se no Oceano Atlantico, a 20 k. N da cidade de Loanda, na bahia do Bengo. Na barra d'este rio está a pov. da Barra, proximo de Quifandongo, e fóra vê se uma vasta enseada, excellente ancoradouro, dominada pelo forte do Cacuaco, junto ao qual ha salinas. As margens são muito ferteis e cultivadas, produzindo cereaes, legumes e fructas.

Bengo. Bahia do conc. da Barra do Bengo, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. Está comprehendida entre a Ponta Brava e o morro das Lagostas. Ao fundo d'esta bahia está edificado o convento de Santo Antonio. || Ponta ou cabo do mesmo conc. da Barra do Bengo. Fica situado ao S O da bahia do Bengo; é cortado a pique e os rochedos são negros na base.

Bengue. Pov. da margem direita do rio Camicoze, confluente do Dande. Está situada nos Dembos, ao N do conc. do Golungo Alto, no distr. de Loanda e prov. de Angola, Africa Occidental, distando de Loanda para léste 160 kilometros.

Benguelena. Ilha situada na bahia de Lourenço Marques, distr. d'este nome, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Dista 25 k. da costa onde está Lourenço Marques. E' toda arborisada e dá boas madeiras.

Benguella. Districto da prov. de Angola, bisp. d'este nome, na Africa Occidental, limitado ao N pelo distr. de Loanda, a E pela serra Mozamba e rio Cuango, ao S pelo Bambo e territorio dos Mucoandos, e a O pelo Oceano Atlantico. Constitue um governo subalterno do governo geral de Angola e está dividido em seis concelhos e tres capitanias-móres, a saber: concelhos de Benguella,

Catumbella, Dombe Grande, Quillengues de Bondo, Caconda e Egito; capitanias-móres: do Bailundo, do Bié e das Ganguellas e Ambuellas. A capital do districto é a cidade de S. Filippe de Benguella; fórma uma comarca pertencente ao distr. judicial da relação de Loauda, tem uma população calculada em cerca de 90:000 hab. O territorio do districto é em muitas partes accidentado e cortado por diversos rios, seudo os priucipaes que desembocam no Oceano: Quicombo, Tapado, Egito, Anha, Catumbella, Cavaco ou Maribombo, Capororo ou S. Francisco, Equimina. Abundam as minas de cobre, sendo as de Cuio as mais importantes, mas exploradas grosseiramente; ha tambem minas de enxofre, e uma de chumbo e outra de ouro no sertão do Hambo. Nas florestas encontram-se, além de outras essencias, o imbondeiro, o quicongueiro e o pau ferro. N'alguns dos concelhos ha com abundancia gado vaccum, caprino e suino. O terreno é fertil e produz café, canna, milho, feijão, maudioca, algodão e ginguba; obtem-se gomma copal, azeite de palma e de mendobi, marfim, cera e coiros. O movimeuto agricola e commercial de Benguella tem-se desenvolvido successiva e progressivamente. O territorio do districto, que constituia um reino, passou para o dominio dos portuguezes quando d'elle se apoderou Manuel Cerveira Pereira em 1617. Já no seculo XVI Portugal tinha conhecimento do reino de Benguella, tanto que uma das mercês feitas ao primeiro governador de Angola, Paulo Dias de Novaes (1575 a 1589), foi de 20 leguas de terra no reino de Benguella. Durante a usurpação de Portugal pelos castelhanos esteve em parte sujeito ao dominio dos hollandezes, que fôram expulsos em 1648. Junto á capital, ha no territorio de Benguella uma espaçosa bahia, que póde receber navios de grande tonelagem. Desabrigada dos ventos de sudoeste a uorte, que aliás não incommodam muito n'aquellas paragens, estende-se a bahia desde a Ponta do Cavaco, a noroeste, junto da qual desagua o rio d'este uome, até á Ponta do Sombreiro, a sudoeste; sendo em parte pedregosa, baixa e de areia. Dá bom ancoradouro entre 19 a 23 metros de profundidade. Chamou-se primeiro bahia das Vaccas, e depois de Santo Antonio, sendo-lhe dado modernamente o nome que hoje tem.

Benguella *(S. Filippe de)*. Cidade e capital do distr. e conc. d'este nome. Acha se situada n'uma planicie de exuberante vegetação, cercada de montanhas escalvadas, proxima do Oceano, a léste da bahia Farta e na margem esquerda do rio Mariboudo ou Cavaco. Tendo soffrido nos seus principios, como todo o districto, as hostilidades indigenas, veiu Benguella a ser atacada, seguidamente pelos hollandezes, inglezes e francezes, resistindo sempre, excepto quando foi posta a saque pelos corsarios francezes, que a reduziram a um monte de cinzas, em 1704; sendo reedificada seis annos depois e reconstruida a fortaleza na mesma época. Seguiu-se depois um grande periodo em que não ha nada de uotavel, até que, em 1764, teve um grande desenvolvimento dado por iniciativa do governador geral de Angola D. Francisco de Sousa Coutinho. Cahiu depois Benguella no esquecimento até 1840, em que de novo se attendeu ao seu desenvolvimento. Em março de 1843 determinou-se que a capital do districto de Benguella se mudasse para Lobito, por se dizer que o commercio ali nunca prosperaria e por ser insalubre a cidade. Não se realisou a transferencia, progredindo todavia muito o commercio. As condições de salubridade teem sido melhoradas por algumas obras, feitas n'esse intuito. Ainda ha pouco se fez a concessão do caminho de ferro de Benguella á bahia do Lobito, mas parece que difficilmente se realisará a sua construcção. Viria d'ahi, sem duvida, grande progresso para aquella vasta região. A riqueza commercial do districto de Benguella impoz-se bem cedo ao abandono a que se votava a sua capital, e nos tempos modernos transformou-se, sendo hoje uma cidade ampla, regularmente arruada, bem arborisada e limpa. Benguella está collocada junto ao mar em terrenos baixos de formação recente, silico-argilosa, atravessados ainda ha poucos annos por uma pequena ribeira chamada Coringe, contiguos á embocadura do rio Cavaco. Junto á cidade e para léste estende-se a matta do Cavaco até ás primeiras montanhas conhecidas pela serra dos Bimbes. A bahia de Santo Antonio é bastante ampla, sem baixos perigosos e com bom fundo, entre cinco e seis braças. E' frequentada por grande numero de navios de alto bordo, que servem o seu importante trafico commercial, cujo valor foi n'um dos ultimos annos de mais de 7:500 contos. A cidade de Benguella mantem muitas relações commerciaes com os portos do sul e norte da proviucia de Angola por meio de pequenas embarcações de cabotagem. A população de Benguella é bastante variada, sendo constituida por brancos, pardos e pretos. A cidade é frequentada por grandes comitivas gentilicas que trazem do iuterior borracha, marfim, cera, gomma copal, coiros, numerosas manadas de bois. muitos mantimentos, e urzella, colhida das arvores das bahias do sul do districto. Entre os edificios de Benguella distinguem-se o da residencia do governador, construcção elegante e propria dos climas quentes; a alfandega, successivamente augmentada á medida que o commercio se tem desenvolvido: o hospital, formado por seis pavilhões e outras dependencias; a egreja matriz de N. S.ª do Populo, construida em 1718 pelo capitão-mór de Benguella Vieira Roque e offerecida ao governo. Tem outros edificios de menos importancia, onde estão as repartições de fazenda, correio, telegrapho e obras publicas. O quartel do batalhão foi edificado em 1881. Ha na cidade varias escolas primarias, duas officiaes e outras particulares, para os dois sexos. A administração municipal de Benguella está confiada a uma camara, composta de sete vereadores e funccionando u'um bom edificio. As casas são quasi todas construidas com tijolos, pela grande facilidade que ha em obter quasi á flôr da terra, uma argilla que se presta muito bem a este genero de construcções. A população preta habita em cubatas construidas de capim ou pau-a-pique barreado, nos suburbios da cidade. Tem Benguella bons mercados, um jardim bem tratado e espaçoso, varios chafarizes e marcos fontenarios. Junto á margem do rio Cavaco ha um bom deposito d'aguas, que veem canalisadas á cidade. N'uma pequena collina, junto á parte sul da cidade, está situado o cemiterio. tendo uma capella bem cuidada e alguns jazigos de valor artistico. Em frente da cidade, na praia, está a fortaleza quadrangular, com 2 baterias, uma á flôr d'agua e a outra superior, denominada de S. Filippe. De-

ve-se a sua construcção a Manuel Cerveira Pereira, em 1617, tendo soffrido amiudadas reparações. Em muitas das obras citadas na bibliographia de Angola se encontram valiosos trabalhos ácerca de Benguella e do seu districto (V. *Angola, publicações especiaes sobre)*. Na bibliotheca da Ajuda guarda-se uma relação escripta por um dos expedicionarios que acompanhou Manuel Cerveira, em 1617, nas suas explorações ao reino de Benguella. Está publicada na integra nos *Ensaios sobre a estatistica das possessões portuguezas*, de Lopes de Lima. *Jornaes:* Em Benguella publicou-se em 1892 o periodico *Semana (A)*.

Benguella-a-Velha. Pequena pov. e presidio do conc. de Novo Redondo, com. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental. Fica no litoral, a 230 k. ao S da cidade de S. Paulo de Loanda. A sua occupação pelos portuguezes data de 1587.

Benicio *(Filippe)*. Presbytero do habito de S. Pedro, natural do Recife, do Estado de Pernambuco. Escreveu: *Sermão da quinta dominga da Quaresma, exposto no anno de 1756, havendo chegado a noticia da grande ruina de Portugal*, Lisboa, 1787.

Benigno *(S.)* Arcebispo de Braga, no anno de 583, em que succedeu a S. Martinho Dumiense. Assistiu ao primeiro concilio de Toledo. Tendo ido em peregrinação a Tours para vêr o tumulo de S. Gregorio de Tours, falleceu repentinamente.

Benim. Grande enseada formada pelo golfo de Guiné, na costa occidental de Africa. E' limitada a E pelo cabo Formoso e a S pelo de S. Paulo. Na costa N d'esta enseada estão os portos portuguezes de Ardra e de Jaquem e a fortaleza de S. João Baptista de Ajudá, no reino do Dahomé. Foi descoberta em 1470 por João de Santarem e Pedro de Escobar, mandados por Fernão Gomes, a quem fôra concedido o resgate da Guiné por D. Affonso V. Antigamente dava-se o nome de Benim a toda a costa da Africa que se estendia da foz do Volta ao rio de El-rei no golfo da Guiné. || Reino da Africa Occidental, banhado pela bahia de Benim, limitado a O pelo reino do Dahomé, ao N pelo Yarriba e a E pelo braço principal do Niger, que o separa de diversos pequenos estados negros. Este reino foi visitado pela primeira vez pelo portuguez João Affonso de Aveiro, a quem o rei de Benim encarregou de acompanhar um embaixador enviado ao rei de Portugal para lhe pedir que lhe mandasse missionarios. A insalubridade do clima embaraçou a continuação das relações entaboladas. João de Aveiro e muitos dos seus companheiros succumbiram á doença. Outras missões e occupações de europeus se fizeram em Benim, mas pouco a pouco desappareceram por lhes ser o clima funesto.

Bénis. E' o nome que Strabão dá ao rio Minho; outros querem que fôsse o actual rio Coura. Ha ainda quem pretenda que Bénis fôsse uma das cidades do paiz bracarence que florescera até á invasão dos barbaros do norte no principio do seculo v, cidade que era situada na margem esquerda do Minho, na serra d'Arga.

Benjamin *(Manuel)*. Compositor de musica contemporaneo. Viveu muito tempo no Porto, onde foi empresario do theatro de D. Affonso, esteve alguns annos em Vizeu como professor, vindo depois para Lisboa, e aqui reside actualmente. Sempre enthusiasta pelo theatro e pela musica, tambem se tem entregado ás lides do palco, como amador dramatico, em diversas sociedades, clubs e recitas particulares; sendo egualmente ensaiador, pianista, director e decorador de scena, apresentando em tudo as melhores aptidões, boa vontade e dedicação; mas, na verdade, o que o tem tornado mais conhecido é a composição de musica, cujos trabalhos são já hoje numerosos e muito variados. Na sua carreira artistica começou escrevendo musica para o theatrinho da baroneza de Nevogilde, do Porto, representando tambem em diversas comedias, nas festas que se realisavam, e em que eram assiduos frequentadores Soares de Passos, Gomes Coelho e outros distinctos escriptores e poetas que n'essa epoca viviam no Porto. Depois representou n'uma sociedade dramatica, intitulada *Luz e Caridade*, de que tambem fazia parte o actual e bem conhecido actor Ferreira da Silva. Ali se exhibiram as comedias espirituosas de Labiche, e se cantaram as operetas: *Grã-duqueza de Gerolstein, Sinos de Corneville, Chrispim e a comadre*, e outras. Tem viajado muito, e acompanhou o nosso barytono o sr. D. Francisco de Sousa Coutinho, n'um dos seus passeios artisticos pela Allemanha, Suecia, Noruega, Dinamarca e Estados Unidos. Manuel Benjamin é muito estimado pelo seu merecimento, bom caracter e genio jovial. E' incansavel trabalhador, muito modesto, e durante annos se occultou sob o pseudonymo de *Léon Janin*. Damos em seguida a relação completa das peças para que tem composto a musica. Operas comicas, em 1 acto: *Sem fato e sem noiva*, de Freitas Barros; *Cantores d'opereta*, de Alfredo Soller; *A volta da Pesca*, de Anthero de Mello; *O diabo no convento*, de Maximiliano d'Azevedo. Em 3 e 4 actos: *O Licor d'Ouro*, de Guedes d'Oliveira; *Os Bandidos*, de Augusto de Mesquita; *A Corôa de fogo*, de Borges d'Avellar; *A Fada Branca*, de Sousa Rocha; *O Chapéo d'Alcalá*, de G. d'Oliveira e A. Bessa; *Sua Eminencia*, de Augusto de Mesquita; *A Côrte d'El-Rei Simão*, de Freitas Barros; *A Filha 7.ª*, de Jayme Venancio; *O Tyranno da Bella Urraca*, de Marcellino Mesquita; *A Mulher Policia*, de Salvador Marques e Esculapio; *Guerras do Alecrim e Mangerona*, de João de Mendonça; *Até que emfim!...*, de Augusto Castro e João Lucio; *O Eclypse do Sol*, de Penha Coutinho; *A Buena dicha*, de Eduardo Garrido; *A Duqueza de Lencastre*, de Guiomar Torrezão. Revistas em 3 actos: *O Porto por um canudo*, de Sá d'Albergaria e A. Cruz; *O Porto em camisa*, de Sousa Rocha; *Por dentro e por fóra*, de Guedes d'Oliveira; *Tres vezes nove ..*, de Mariares da Silva; *A Bicha de sete cabeças*, de Sá d'Albergaria; *Está no seu direito*, de Baptista Diniz; *Beijos de Burro*, de «Esculapio» e «Caracoles». Em collaboração: *Casamentos em gabinete particular*, opera comica em 3 actos, de Ferraz Brandão e Fragoso Pinto; *Sem papas na lingua*, revista em 3 actos, de A. J. Alves; *Cartas na Meza*, revista em 3 actos, de Emilia Eduarda, e Cruz; *O Casamento da Boneca*, opera comica em 3 actos, de G. Fernandes. Musica para os dramas: *Naná*, de Borges d'Avellar; *Aristocracia e Povo*, de Salvador Marques; *Mar e Guerra*, de Veron e Nogueira; *A castellã do bosque encantado*, de J. A. Silva; *A Mulher Demonio*, de Emilia Eduarda. Cançonetas: De Guedes de Oliveira: *O Gregorio, A Sanfona, Já percebi*, de Baptista Diniz; *Até*

chora...; de Emilia Eduarda: *A Vivandeira*; de Sousa Rocha: *Coisinhas da noite, O Coração*; de Augusto Martins: *A Rosina*, *Até chora...* Duos de sopranos: *Ninon et Ninette*, *D. Paer et Belira*, de A. Musset. Trio de sopranos: *La fleur*, de Millevoye. Romanzas: *Au bord de la mer*, de T. Gautier; *Chanson du soldat*, e *L'Andalouse*, de A. Musset; *Les Papillons*, de Mimi, do *Gaulois*; *Ave Maria*, de Antonio Aurelio; *Cantares da minha patria*, do visconde de Santo Thyrso. Varia: Musica sacra, valsas, como *Adieu*, *Delire*, etc.; o hymno do *28* (letra de A. Garraio), etc., etc. Em preparação: *O Beijo de Venus*, opera phantastica em 3 actos, de Roberto Fino; *Os Talismans do Grande Alberto*, 3 actos, de Alfredo Soller; *A Lenda do folle*, 3 actos, de Pedro Bandeira.

Benjoim *(Monte do)*. Logar na freg. de N. S.ª das Candeias e conc. de Mourão, distr. de Evora.

Bens *(Monte dos)*. Na freg. de Sant'Anna de Cambas, conc. de Mertola, distr. de Beja.

Bensabat *(Jacob)*. Professor de inglez em differentes collegios de Lisboa. N. em Gibraltar a 23 de setembro de 1823; era filho de Levy Bensabath e de Anna Bensabath. Apezar de não ter nascido em terra portugueza, não póde ser eliminado o seu nome d'este nosso trabalho, já pela sua vida de professorado, em que prestou valiosos serviços, já pela de seu pae que estava estabelecido em Lisboa e bastante soffreu no tempo das nossas guerras civis. Levy Bensabat era subdito britannico, e por muitos annos foi negociante de grosso trato. Sendo homem activo e de grande alcance no commercio, foi o primeiro que em Portugal deu desenvolvimento ao negocio de cortiça para os paizes estrangeiros. Durante o reinado de D. Miguel prestou importantes serviços aos constitucionaes, contando-se entre elles o de ter occultado em sua casa o arcebispo d'Elvas, Athouguia, salvando-o de morte certa, tendo de o embarcar mezes depois, disfarçado em marinheiro, a bordo d'um navio inglez que ia para Gibraltar, onde falleceu da cholera-morbus. Pelo seu affecto aos constitucionaes chegou a ser perseguido e preso no Limoeiro, d'onde sahiu por intimação do governo inglez, obtendo n'essa occasião uma carta regia para ser respeitado pelos miguelistas. Durante a guerra absolutista, tambem seu irmão mais velho, Marcos Bensabath, assentou praça de voluntario em caçadores n.º 2, contando apenas 17 annos de edade, e fez toda a campanha a favor da causa liberal. Continuando depois de 1833 o serviço militar, e ficando envolvido na questão dos marechaes, foi como tenente para a ilha do Principe, onde casou, e pedindo annos depois a sua demissão, partiu para New-York, onde falleceu. Jacob Bensabath tinha mezes quando seu pae veiu fixar a residencia em Lisboa, com toda a sua familia, e pouco mais contava de 8 annos, quando em companhia de dois irmãos foi para Londres a educar, sendo destinado a seguir a vida commercial; porém, assim que terminou os estudos secundarios, manifestou tendencia para a litteratura, e antes quiz seguir um curso superior do que ser negociante. Regressando a Lisboa, estudou preparatorios para entrar depois na Escola Medica, mas, devido a certas circumstancias particulares, não conseguiu formar-se em medicina, conforme desejava. Seguiu então o professorado, começando em 1847 a leccionar inglez, sendo admittido no lyceu francez de Carignan, depois no collegio de humanidades, fundado pelo dr. Cicouro, e na Escola Academica, de Antonio Florencio dos Santos, pae do actual proprietario d'esta escola, o sr. dr. Jayme Mauperrin Santos. Em 1865 preparou-se para um concurso na Escola do Exercito, sendo protegido pelo general marquez de Sá da Bandeira, mas por circumstancias, de que muito se occupou a imprensa d'aquella epoca, principalmente a *Revolução de Setembro* e o *Jornal do Commercio*, não pôde ser provido, e o governo annullou o concurso. Fallecendo seu pae, em 1866, teve de deixar o professorado para tomar conta das casas commerciaes de Levy Bensabath & C.ª e de Levy Bensabath & Filhos, realisando por então alguns negocios de importancia, no fim de diversas viagens a Londres. No anno de 1879, indo ao Porto, foi novamente convidado para leccionar inglez, e por determinação do governo, em virtude da reforma dos estudos, foi provido na cadeira respectiva no lyceu central d'aquella cidade, sendo o seu diploma datado de 5 de novembro de 1880. Jacob Bensabath casou civilmente no consulado britannico de Lisboa, em 1872, com D. Emma Diedei, e 17 dias depois, religiosamente, em Bordéos. Escreveu: *Grammatica ingleza, theorica e pratica, comprehendendo um curso completo de exercicios sobre a etymologia e syntaxe*, 1.ª edição, Lisboa, 1862; 2.ª, Lisboa, 1871; 3.ª, Porto, 1880; *Novo methodo pratico para aprender a ler, escrever e fallar a lingua ingleza, dividido em tres partes: leitura, conversação e phraseologia*, 1.ª edição, Lisboa, 1865; 2.ª, Lisboa, 1874; 3.ª, Lisboa, 1878; 4.ª, Porto, 1883; *Nova grammatica pratica da lingua ingleza, comprehendendo na orthoepia lições progressivas de leitura, e seguida de exercicios praticos sobre a etymologia e syntaxe*, 1.ª edição, Lisboa, 1878; 2.ª, Lisboa, 1880; *Novo methodo de leitura e traducção ingleza*, 2 edições no Porto, sendo a 2.ª em 1880; *Novo methodo portuguez para o ensino da leitura sem soletração*, Porto, sem data de impressão; *Novo diccionario inglez-portuguez, composto sobre os diccionarios de Johnson, Webster, Grant, Richardson*, etc., Lisboa, 1880; *Nova selecta ingleza, ou trechos extrahidos dos melhores classicos inglezes em prosa e verso*, Porto, 1881; *Nova selecta franceza, ou trechos extrahidos dos melhores classicos francezes em prosa e verso*, Porto, 1881; *Lectures morales et morceaux choisis des classiques français, nova selecta franceza*, Porto, 1881; *Grammatica das escolas primarias; curso theorico e pratico da lingua portugueza, etc., theoria e applicação*, Porto, 1882; *Grammatica preparatoria da infancia por perguntas e respostas, etc.*, Porto, 1882; *Resumo da grammatica preparatoria da infancia*, etc., Porto, 1883; *A vida e as viagens de Christovão Colombo, por Washington Irving; resumo accommodado ás escolas com notas grammaticaes, criticas*, etc., Porto, 1883. *Curso graduado de themas francezes*, Porto, 1886; *Curso pratico de redacção e de estylo*, Porto, 1887; *O francez sem mestre em 50 lições*, Porto, 1896; *Novo guia de conversação e de estylo epistolar, em portuguez e francez*, Porto, 1894; *Themas correntes de inglez* (complemento do *Curso graduado...*), Porto, 1890; *O inglez sem mestre em 50 lições*, Porto, 1895; *Novo guia de conversação e de estylo epistolar em portuguez, francez e inglez*, Porto, 1894; *O italiano sem mestre em 50 lições*, Porto, 189... Todas

estas obras teem sido adoptadas em muitos collegios e lyceus de Lisboa, Porto, Coimbra, etc., sendo elogiadas na imprensa pela sua utilidade no ensino.

Bensafrim. Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. do Algarve, conc. e com. de Lagos, distr. de Faro, bispado do Algarve. Tem annexa a freg. de Barão de S. João, por isso é conhecida tambem por *Bensafrim e Barão de S. João.* As duas freguezias reunidas teem 252 fog. e 2.242 hab. Bensafrim dista da séde do conc. 8 k. e Barão de S. João 12. Pertencem á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 17 com a séde em Lagos. Tem est. post. Bensafrim fica situada n'um valle, nas margens da ribeira do seu nome. O bispo do Algarve apresentava o parocho, que tinha 3 moios de trigo e 35 alqueires de cevada, que lhe pagavam de *premio* os parochianos. No sitio chamado Corte do Bispo ha uma fonte d'agua ferrea. Nos montes proximos ha muita caça miuda, lenha e carvão. Antigamente dizia-se *Benasafarim.* || Ribeira da prov. do Algarve. N. na serra do Espinhaço de Cão, passa na freg. de Bensafrim, de que toma o nome, e proximo de Lagos, onde tem uma ponte, desagua no Oceano Atlantico, depois de 15 k. de curso.

Bensarilho. Logar na freg. de S. Thiago, de Estombar, conc. de Lagôa, distr. de Faro.

Bensaude *(Mauricio).* Actor e cantor, natural dos Açôres. Estreou-se no theatro da Trindade a 19 de março de 1884, na opera comica *Graziella*, traducção da *Petite mariée*, de Lecocq. Tendo agradado muito a sua voz de baritono, ainda ali se apresentou na *Gata Branca*, *Boccacio* e *Babuk.* Passou para o theatro de D. Maria, por desejar representar a comedia, onde tambem mereceu as sympathias do publico. Em 1888 voltou para a Trindade, reapparecendo no *Chalet*, *Comboio de recreio*, *Cigarra*, *Surcouff*, *Marquezinha* e *Gato preto.* Tendo maiores aspirações e desejando aperfeiçoar-se no canto, partiu para Italia em 1901, quando terminou a escriptura no theatro do Principe Real do Porto. Chegando a Milão em abril, debutou em outubro do referido anno de 1901 no theatro communal de Voghera, na *Carmen*, cantando em seguida os *Puritanos.* Foi depois a S. Remo e d'ali a Ferrara, fazendo-se ouvir em todos os grandes theatros italianos, cantando em Genova a *Walkiria,* de Wagner, no theatro de Carlo Felice. Em Turim, no Reggio, cantou a *Africana, Aida, Gioconda, Lohengrin, Baile de mascaras*, etc., e em Roma, no Argentina, conjunctamente com a cantora Pandolfini, creou a *Bohéme*, de Puccini. Em Vienna apresentou-se no *Rigoletto* com a Bronci e nos *Puritanos*, e no theatro imperial de Berlim, com a Sembrich, cantou o *Barbeiro de Sevilha* e o *Rigoletto.* Esteve tambem na America do Norte, duas epocas em Londres no Covent Garden, em Odessa, onde se estreou com o *Ernani*, etc.

Bensendros. Logar na freg. de Santa Christina, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Bente. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 155 hab. e 34 fog. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada n'um valle fertil. Antigamente foi *visita* de Vermoim e Faria, e do conc. de Barcellos. O abbade era apresentado alternativamente pela mitra e pelo mosteiro de Landim, de conegos regrantes de Santo Agostinho. Tinha de renda 300$000 réis. Tem bons mattos onde se cria muito gado e caça miuda. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8 com a séde em Braga.

Bentes *(Joaquim Antonio).* Tenente de caçadores, director da escola de tiro em Tancos, etc. N. em Lisboa a 27 de agosto de 1837. Era filho de José Antonio Bentes, natural de Faro, alferes de infantaria n.º 10, o qual falleceu em 1846 em resultado d'um ferimento recebido na acção de Torres Vedras, e de D. Justina Maria Adelaide Bettencourt, natural do Funchal. Ficando orphão aos 9 annos, entrou na Casa Pia de Belem, onde esteve de 1847 para 1848, e depois no Collegio Militar nos fins de 1848, completando ali o curso com o maior aproveitamento, obtendo valor de premio na cadeira de direito e administração militar. Assentou praça em caçadores n.º 5, no anno de 1855, e como sargento aspirante concluiu na Escola do Exercito os cursos de infantaria e cavallaria, frequentando ainda a Escola Polytechnica durante dois ou tres annos. Em 1857 foi promovido a alferes graduado, em 1861 a effectivo, em 1866 a tenente. Em 1871 requereu a escusa do serviço militar, que lhe foi concedida. Recebeu em 1864 a cruz da ordem de Christo, por serviços prestados, e em 1871 a da Torre e Espada. Desempenhou diversas commissões, entre as quaes figuram: em 1866, dirigir as experiencias no Alfeite com as novas armas de carregar pela culatra, e assentar as bases sobre que se fez o novo manejo de armas; em 1867 e 1868, dirigir uma escola de officiaes e sargentos instructores de tiro em Tancos; em 1870, dirigir uma escola de tiro em Tancos para os corpos da 1.ª divisão militar, e as experiencias com armas de diversos modelos. Tambem fez parte d'outras commissões; a encarregada de alterar a ordenança de infantaria, da escolha de armamento para a infantaria, da reorganisação da infantaria e reforma da tactica, da liquidação dos direitos dos convencionados de Evora Monte e outros á pensão pelo governo, etc. A respeito do trabalho d'estas commissões escreveu relatorios, que subiram ás estações competentes, chegando a ser mensaes os que fez na qualidade de director da escola de tiro em Tancos. Um dos relatorios foi traduzido em inglez a pedido do governo britannico, que desejava informação das experiencias feitas em Portugal com as novas armas. Nos seus momentos de descanço, Bentes dedicava-se ao estudo da photographia, das mathematicas, da agricultura, e outros. Collaborou no *Jornal do commercio*, *Defensa do trabalho*, *Revolução de setembro*, *Diario de Noticias*, *Paiz*, *Revista militar*, *Progresso*, *Seculo* e *Partido do povo*, de que era proprietario e redactor em 1880. Dirigiu um jornal, estando ainda no Collegio Militar, intitulado *Epaminondas*, e escreveu duas comedias. Publicou depois o seguinte: *Manual de photographia*, Lisboa, 1864; *Tratado theorico e pratico de photographia; esthetica photographica; applicações a varias sciencias e artes; apontamentos sobre chimica*, etc., Lisboa, 1861; *Regulamento para a instrucção do tiro, traduzido do inglez, c com um appendice*, Lisboa, 1874; *Estatutos da sociedade de tiro de Lisboa, projecto*, Lisboa, 1877. Em collaboração traduziu do hespanhol: *O governo e o*

exercito dos povos livres, por D. Ramon Elias Montes. Parece que tambem publicou outro trabalho com o titulo de: *Photographia e suas applicações a differentes sciencias, e especialmente á microscopia.*

Bentes *(Monte de)*. Na freg. de Santo Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Bentinha *(Herdade da)*. Na freg. de N. S.ª do Rosario, conc. de Alandroal, distr. de Evora.

Bento *(Joaquim)*. Actor muito popular das platéas dos velhos theatros da Rua dos Condes e Variedades. Era funileiro de profissão e o seu principal mister era forrar telhados a zinco. Ainda pouco tempo antes de morrer, apezar da sua avançada edade e da grave doença de que soffria, se via exercendo o seu officio. Teve a sua epoca, salientando-se em alguns papeis, como no *Feio de corpo, bonito d'alma*, *Dois dias no Campo Grande*, *Um provinciano em Lisboa*, *Dois pobres a uma porta*, *Pedro Cem*, etc. Escripturou-se depois, em 1877, no theatro do Principe Real, onde ultimamente já pouco trabalhava pelo seu mau estado de saude. Falleceu a 6 de janeiro de 1895. O seu repertorio foi grande na epoca da sua popularidade; além das peças apontadas, apontam-se as seguintes comedias e scenas comicas: *A visinha Margarida*, *O 66*, *Tio e sobrinha*, *Revista de 1860*, *Revista de 1861*, e *Revista de 1876*, *O sr. Ramalho em Lisboa*, *Um sapateiro industrioso*, *Qual d'elles é meu filho ?*, *Um namorado exemplar*, etc.

Bento. Casal na freg. de N. S.ª do Desterro, de Pouzos, conc. e distr. de Leiria. || Casal na freg. do Espirito Santo, de Valle de Cavallos, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Bento *(S.)*. Ha diversas povoações, casaes, quintas, etc. d'este nome. V. *São Bento.*

Bentos. Monte na freg. de S. Pedro de Vaqueiros, conc. de Alcoutim, distr. de Faro. || Quinta na freg. de S. Vicente, conc. e distr. da Guarda.

Benzedor. Casal na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. de Batalha, distr. de Leiria. || Casal na freg. de S. Salvador, de Maiorca, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Bequineto *(Monte do)*. Na freg. de S. Salvador e conc. de Aljustrel, distr. de Beja.

Bera. Pov. na freg. de S. Thiago, de Almelaguez, conc. e distr. de Coimbra.

Berardo *(P. José de Oliveira)*. Presbytero, commissario dos estudos e reitor do Lyceu Nacional de Vizeu, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. no logar do Pinheiro a 3 de junho de 1805, mas residiu em Vizeu desde a sua infancia. Segundo se lê no *Dictionnaire historico-artistique de Portugal*, do conde de A. Raczynski, a pag. 27, Berardo era muito zeloso pela gloria litteraria de Portugal. Homem de grande instrucção, vivendo com independencia, dedicava-se com amor ao estudo. Falleceu em outubro de 1862, sendo conego da sé de Lisboa. Escreveu: *Revista historica de Portugal, desde a morte do senhor D. João VI até o fallecimento do imperador D. Pedro*, Coimbra, 1840; *Segunda edição mais correcta, e accrescentada com um supplemento até á restauração da Carta Constitucional*, Porto, 1846; ambas as edições sahiram sem o nome do autor; *Memoria sobre alguns reparos que se pódem fazer á biographia, e aos meritos de Jacinto Freire de Andrade*, Lisboa, 1855; sahiu tambem no tomo I, parte 2.ª das *Memorias da Academia*, nova série, classe 2.ª Collaborou por algum tempo no *Liberal* de Vizeu, onde entre outros artigos, publicou as seguintes: *Noticias historicas de Vizeu*, em 1857, desde o n.º 1 até ao n.º 15; *Noticia dos artistas portuguezes distinctos na musica, como compositores, ou como theoricos*, n.º 5; *Chronica visiense do seculo* XVII, n.ºs 18 até 24; *Noticia das antigas côrtes portuguezas*, n.ºs 26 a 28; *Usos e singularidades das plantas*, n.ºs 27 a 31; *As sete maravilhas do mundo, com as sete maravilhas de Vizeu por appendice*, n.º 29; *O numero dos filhos naturaes não cresce na razão directa da devassidão publica*, n.º 32; *Os antigos mestéres entre nós*, n.º 33; *Um capitulo de Vizeu em 1640*, n.ºs 36 e 37; *Promoção de algumas culturas;* n.º 37, *Adopção de novos pezos e medidas*, n.º 39; *Avaliação litteraria de D. Fr. Manuel do Cenaculo*, n.º 40, etc. Attribue-se-lhe o seguinte opusculo: *Exame sobre a legitimidade canonica de varios capitulares de Vizeu*, Lisboa, 1839.

Berbedes. Logar na freg, de S. Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Berbeitello. Logar na freg. de S. Pedro, de Torrados, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Berbello. Logar na freg. de S. Christovão, de Cannas, conc. do Carregal do Sal, distr. de Vizeu.

Berberia. Logar na freg. de S. Thiago, de Autas, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Berbilheira. Pov. na freg. de Sant'Anna do Campo, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Berbolga. Logar na freg. de N. S.ª da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Berbulhe. Logar na freg. de S. Christovão, de Espadanedo, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu

Berço. Peça curta da antiga artilharia.

Berdasca. Pov. na freg. de Santa Maria, de Palmeira, conc. e distr. de Braga.

Berecole. Povoação da ilha de Timor, na Oceania. Pertence ao reino de Vemace, e fica distante de Baucau umas tres leguas, no caminho que conduz á contra-costa da ilha, por Viqueque.

Berêdo ou Brêdo. Rio na prov. de Traz-os-Montes. N. na extremidade oriental da serra do Gerez, em Fonte Fria, raia da Galliza, e passando a E da freg. de Parada do Outeiro, depois d'um curso de 16 k., acaba na direita do rio Cávado, em frente da freg. de Paradella.

Berengaria *(D.)*. Filha de D. Sancho I; casou em 1214 com Waldemar II, rei da Dinamarca, e morreu em 1 de abril de 1220. D. José Barbosa, no seu *Catalogo das Rainhas de Portugal*, pag. 127, chama-lhe D. Berenguella.

Beresford *(Guilherme Carr)*. Major-general inglez, que tomou grande parte na guerra peninsular, commandando as tropas alliadas anglo-lusas contra os exercitos francezes que invadiram Portugal, sob o commando dos generaes Junot, Soult e Massena. O seu nome ficou tão assignalado na historia do paiz, que não podemos deixar de o mencionar. Reconhecendo o governo do Rio de Janeiro, onde se refugiara a familia real portugueza, a necessidade imperiosa de um chefe capaz de reorganisar e disciplinar convenientemente-

mente o nosso exercito, pediu á Inglaterra um general, e, sendo Beresford o escolhido para essa missão, foi logo nomeado marechal e commandante em chefe do exercito portuguez por decreto de 7 de março de 1809, assumindo esse commando a 15 do referido mez. Dias antes haviam chegado ao Tejo duas divisões inglezas, e na verdade todos esses esforços eram bem precisos, porque o general francez Soult já a esse tempo havia atravessado a provincia de Traz-os-Montes e achava-se perto de Braga. Beresford tratou de tomar algumas medidas, que lhe pareceram precisas para aperfeiçoar e disciplinar as forças do seu commando. Do quartel general, então no largo do Calhariz, expediu logo varias ordens do dia alterando alguns pontos da ordenança da infantaria, creando um commandante geral d'artilharia, estabelecendo a separação dos batalhões, e castigando severamente a insubordinação d'um batalhão de granadeiros. A 22 de abril desembarcou em Lisboa Wellesley, mais tarde duque de Wellington, vindo para tomar o commando das tropas inglezas. Os exercitos alliados marcharam então para o norte do reino. Wellesley seguiu de Coimbra directamente para o Porto, onde entrou a 12 de maio, e Beresford marchou atravez da provincia da Beira, chegando n'esse mesmo dia á margem do Douro nas proximidades de Lamego. Soult, sendo expulso do Porto, e impossibilitado de seguir pela estrada de Amarante, quiz sahir de Portugal por Chaves, mas as forças de Beresford ali estavam, e o exercito francez teve de tomar o caminho de Montalegre; só depois de sacrificar a artilharia e as bagagens, arrostando com numerosas difficuldades é que conseguiu transpôr as fronteiras. Terminada assim a segunda invasão, os exercitos alliados retiraram-se para o sul do reino, postando-se o inglez em Abrantes e o portuguez em Castello Branco, com o intento de operarem juntamente com o hespanhol contra o marechal Victor. Tendo, porém, este repassado o Tejo, e aproximando-se da nossa fronteira do Minho os marechaes Soult e Ney, Beresford foi acampar nas margens do rio Agueda, e ali se conservou até que, tendo conhecimento do resultado da batalha de Talavera, entrou em Hespanha para proteger a retirada de lord Wellington. Depois de ter costeado a fronteira, regressou a Portugal, e distribuindo o exercito por diversos pontos veiu estabelecer o seu quartel general em Lisboa, continuando d'ahi a expedir muitas e importantes ordens tendentes a melhorar as nossas instituições militares. Os combates travados nas proximidades da fronteira com as forças de Massena e a batalha do Bussaco, provam que os esforços de Beresford tinham alcançado grande exito, e que o exercito portuguez podia figurar ao lado dos inglezes de Wellington, e sabia bater-se com as tropas de Napoleão. Beresford, depois da retirada de Massena das linhas de Torres Vedras, marchou em soccorro de Badajoz. Em 1811 estava novamente em Lisboa entregue aos cuidados de disciplinar e reorganisar o nosso exercito, tomando então muitas e uteis medidas. N'uma batalha, perto da cidade de Salamanca, foi ferido quando mandava avançar ao ataque uma das brigadas portuguezas. Recolheu-se a Lisboa, e no anno seguinte assistiu á batalha de Vitoria, em que os francezes ficaram completamente derrotados. Terminada a campanha peninsular, e tendo Beresford ido a Inglaterra com licença, voltou a Lisboa a assumir de novo o commando em chefe do exercito portuguez. Não se querendo, porém, limitar a esse commando, entendeu que devia tambem influir na administração do estado, de que resultaram varias questões e conflictos com a regencia. Beresford decidiu então ir á côrte do Rio de Janeiro, e para ali partiu em agosto de 1815, voltando em setembro de 1816 elevado ao posto de marechal general, e investido de poderes mais amplos dos que anteriormente exercera. Na conspiração de 1817, em que victimaram Gomes Freire d'Andrade, foi Beresford severamente censurado pela fórma como tratou aquelle dedicado general (V. *Andrade, Gomes Freire de)*. Vendo-se collocado em difficil posição, voltou novamente ao Brazil, e obteve de D. João VI a confirmação dos amplissimos poderes que tivéra, e que desejava ampliar, para evitar os inconvenientes resultantes da má vontade da regencia. Regressou a Portugal com o caracter perfeitamente de dictador, mas no intervallo dera-se a revolução de 1820; os officiaes inglezes, em grande parte, haviam sido dispensados dos seus serviços no novo exercito, e o governo revolucionario, que se organisára em Lisboa, nem consentiu que Beresford desembarcasse. Mais tarde, estando em Inglaterra, o general inglez publicou um livro em portuguez, pretendendo defender-se das accusações que lhe faziam ácerca de Gomes Freire de Andrade. Entre as honras que recebera de differentes paizes, Beresford tinha a grã-cruz da ordem da Torre e Espada, e os titulos de conde de Trancoso, concedido em 1811, e de marquez de Campo Maior, em 1812.

Bergaço. Pov. na freg. de S. Mamede, de Cibões, conc. de Terras do Bouro, distr. de Braga.

Bergada. Pov. na freg. de S. Martinho, de Mozellos, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S. Verissimo, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Logar na freg. de N. S.ª da Expectação, de Souzella, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Salvador, de Tagilde, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bergadella. Logar na freg. de Santa Christina, de Longos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Thiago, de Rebordões, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto.

Bergadellas. Logar na freg. de Santa Marinha, de Tropeço, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Bergado *(Casal do)*. Na freg. de S. Martinho, de Ariz, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Bergançäo. Pov. na freg. de N. S.ª do Ó, de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Bergantim. Embarcação pequena com dois mastros, apparelhada como um brigue, e tendo uma só coberta. Os nossos antigos monarchas, pelo habito de mudarem a miudo a séde da sua côrte, passavam uma boa parte da vida em viagens pelo interior do reino, atravessando muitas vezes o Tejo n'essas excursões. Parece que deveriam ter embarcações apropriadas para seu uso, porém nada consta a esse respeito nas chronicas. No tempo de D. Fernando I, quando se celebraram as pazes entre Portugal e Castella em março de 1373, no fim de renhida guerra, encontraram-se ao centro do rio Tejo, defronte de Santarem, os dois monarchas, D. Henrique,

de Hespanha, e D. Fernando de Portugal, em magnificos bateis, com as suas comitivas, sendo o de D. Fernando ornado de grande riqueza, que fez exclamar ao monarcha castelhano: «Formoso rei! formosa barca! formoso arraes!» Este batel, porém, não se tornava notavel pela elegancia da fórma, nem pela riqueza das pinturas e douraduras, mas simplesmente pelas sedas e brocados com que vinha guarnecido e armado, e pelas flammulas e galhardetes multicores que sobre elle fluctuavam. No tempo de D. Manuel, quando a infanta D. Beatriz partiu para Saboya, por ter casado com o duque d'aquelle titulo, realisaram-se pomposas festas, e para transportar a infanta do caes do Terreiro do Paço, onde embarcou acompanhada d'el-rei seu pae e dos infantes seus irmãos, preparou-se uma embarcação, com a maior riqueza. Nos principios do seculo XVII é que se encontra mencionado um bergantim real, adornado com toda a magnificencia, e galés reaes, que não deixam duvidas ácerca da sua construcção grandiosa e ornamentada. Filippe III, de Castella, vindo a Lisboa na primavera do anno de 1619, acompanhado de toda a familia real e de grande comitiva, diz o chronista João Baptista Lavanha, que passou a Lisboa n'um *bergantim riquissimamente ornado*. Como o não descreve, não fica bem claro em que consistia a riqueza da ornamentação, se nas sedas e mais tapeçarias com que o bergantim se enfeitava, se nas esculpturas e mais adornos proprios da construcção. Durante o reinado de D. João IV nada consta ácerca de bateis ou bergantins proprios para conduzir pessoas reaes; no de D. Affonso VI é que a historia nos diz, que se construiu em Lisboa um bergantim real com riqueza de decorações proprias, foi o que se fez por occasião do casamento d'aquelle monarcha com a rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboya. No dia 2 de agosto de 1666 surgiu no Tejo a esquadra franceza, composta de dez navios, que conduzia a rainha. Na *Historia genealogica da Casa Real Portugueza* lê-se o seguinte: «Na tarde pelas seis horas, sahiu el-rei do Paço custosamente vestido, acompanhado do infante D. Pedro, e embarcaram n'um bergantim *entalhado* e *dourado*, soberbamente adereçado com cortinas e almofadas de brocado carmezim, franjadas de ouro e prata, com trinta remeiros vestidos de damasco carmezim guarnecido de galões de ouro e prata.» Para o recebimento da rainha D. Maria Sophia de Neubourg, segunda mulher de D. Pedro II, serviu outro bergantim ainda mais esplendido. A rainha chegou a Lisboa a 11 de agosto de 1687, a bordo d'uma nau ingleza, seguida de outras naus da mesma nação. Na *Historia genealogica*, a que nos referimos, descreve-se assim o bergantim real, em que D. Pedro II foi buscar a rainha: «Embarcou El-rei no Paço da Corte Real em um bergantim mui rico, e de custosa fabrica, entalhado, e dourado, a camara toda guarnecida de vidraças crystalinas, com toldo e cortinas de setim de ouro e carmezim, cadeiras, almofadas de alcatifa do mesmo, com vinte e dois remeiros vestidos ao uso Africano de escarlata e galões de ouro. O Patrão vestia de brocado encarnado com a mesma guarnição, e o Patrão-mór de panno custosamente guarnecido de ouro com o Estandarte Real ricamente bordado com as Armas Reaes: iam os Trombetas na prôa do bergantim com as trombetas de prata, e bandeirolas com as Armas Reaes bordadas.» Foi este bergantim real o primeiro que appareceu no Tejo com a camara envidraçada, e desde então ficou em uso para os mais que se construiram. Parece que foi n'este bergantim que D. João V, no dia 27 de outubro de 1708, se dirigiu a bordo da nau ingleza *Real Anna*, entrada na vespera no rio Tejo juntamente com mais 17 naus da mesma nação, conduzindo a rainha D. Marianna d'Austria, que vinha ser sua esposa. Por occasião dos casamentos do principe do Brazil, D. José, com a infanta de Hespanha, D. Marianna Victoria, e da infanta de Portugal, D. Maria Barbara, com o principe das Asturias, que depois foi rei de Hespanha, com o nome de Fernando VI, el-rei D. João V mandou construir um novo bergantim real. No reinado de D. Maria I, sendo ministro da marinha Martinho de Mello e Castro, construiu-se um novo bergantim; parece que foi em 1784, por occasião do consorcio e troca das infantas D. Maria, filha de D. Maria I que foi casar com o infante D. Gabriel, filho segundo de Carlos IV, de Hespanha; e de D. Carlota Joaquina, filha d'este soberano, que veiu ser esposa de D. João, depois el-rei D. João VI. O bergantim real é movido por 40 remos e 120 remadores, tres para cada remo. A proa e a pôpa são inteiramente cobertas de figuras e outras variadas esculpturas de talha dourada, feitas com muita perfeição, rematando a pôpa em tres grandes e formosas lanternas de metal dourado, de esquisito lavor. Além d'estes ornamentos, faz singular adorno á mesma pôpa um painel pintado a oleo primorosamente, e dividido pelo leme em duas partes. N'uma está representado Neptuno, em pé no seu carro de madreperola, puxado por dois golphinhos, que conduzem triumphalmente o deus dos mares sobre as ondas do Oceano, que elle subjuga e aplaca com o seu tridente. Na outra Amphitrite, esposa de Neptuno, egualmente em pé sobre uma formosa concha. As bordas e costado do bergantim até ao lume d'agua são guarnecidas completamente da mesma obra de talha dourada, formando lindas cercaduras de flôres, folhagens, fructos e outros graciosos desenhos. O camarim destinado para as pessoas reaes é uma sala espaçosa, tendo as quatro paredes formadas por grandes vidraças de caixilhos dourados, fazendo divisão e servindo de sustentar o tecto, como pilastras, obra de talha dourada com diversidade de feitios delicados e caprichosos. Em volta do tecto corre uma coruija, tambem de talha dourada e graciosamente brincada, com sua coroa de elegantes ornatos em fórma de urnas, de metal cinzelado com miudeza de desenhos, e brilhante como ouro. Na frente do camarim abre uma ampla porta de vidraças; interiormente é guarnecido o tecto e as vidraças com cortinados de seda carmezim e ouro. Sobre o pavimento vê se uma custosa alcatifa. No topo do camarim estão grandes cadeiras de braços de talha dourada e ouro. O aspecto grandioso do bergantim real é realçado ainda, nas solemnidades em que figura, pelo apparatoso vestuario dos remadores, pelo fardamento rico do patrão-mór, que é um capitão de mar e guerra da armada, que vae de pé ao leme, e pelo estandarte real, de seda carmezim com as armas reaes bordadas a ouro, levantado junto ao camarim. O fardamento dos remadores,

tanto do bergantim como das galeotas reaes, é deveras brilhante, e consta do seguinte, desde o anno de 1833: jaqueta de panno escarlate, sem gola, com os canhões de panno azul ferrete, tudo guarnecido de galão de ouro. Calça branca com lista azul claro, sendo verão, e de panno azul ferrete no inverno. Camisa com peitilho e collarinho, ou gola á marinheira, azul claro. Lenço de seda preta no pescoço ao uso dos marinheiros. Cinta de seda escarlate ou azul claro. Sapato preto com lacinho de fita de seda preta. Barretina de veludo carmezim toda guarnecida de galões de ouro, com uma borla do mesmo metal no tope, e com uma chapa de prata alta e muito larga na frente, occupando toda a parte dianteira da copa. A chapa representa o escudo das armas reaes, cercado de bandeiras e tropheos de guerra, cinzelados com muito primor. O fardamento que se usou até 1833, em que foi reformado por D. Pedro IV, differia d'aquelle em ser a camisa toda branca; a calça, segundo a estação, de panno azul ferrete ou branca, mas sem a lista azul; a jaqueta com abinhas nos bolsos e guarnecida de ouro, não só em volta, mas por todas as costuras, sendo os canhões agaloados de prata. Tambem tinham calções de panno escarlate guarnecidos de galões de ouro na curva da perna, onde apertava a fivela. O bergantim real que, segundo dissémos, parece ter sido construido em 1784 para a solemnidade da troca das infantas, tem tido algumas reparações durante este longo tempo. No seculo passado serviu para desembarque das seguintes pessoas reaes: de D. João VI e familia real, no seu regresso do Brasil em 1821; de D. Maria II e da imperatriz, duqueza de Bragança, D. Amelia, na sua chegada de França em 1833; do principe D. Augusto, duque de Leutchenberg, primeiro marido de D. Maria II, em 1835; de D. Fernando, segundo marido da mesma rainha, em 1836; da rainha Adelaide de Inglaterra, depois de enviuvar d'el-rei Guilherme IV; do duque Fernando de Saxe Coburgo, e seus filhos, pae e irmãos d'el-rei D. Fernando; do duque reinante de Saxe-Coburgo e sua esposa; da rainha de Hespanha D. Maria Christina; d'el-rei D. Pedro V, na volta da sua viagem ao estrangeiro em 1855; da rainha D. Estephania em 1858; da rainha senhora D. Maria Pia em 1862; da princeza imperial do Brasil e seu esposo; da imperatriz dos francezes, Eugenia; d'el-rei d'Inglaterra, Eduardo VII, em 1903. Em dezembro de 1866, estando em Lisboa a rainha de Hespanha D. Izabel II, seu marido, D. Francisco d'Assis, o principe das Asturias e a infanta D. Izabel, seus filhos, el-rei D. Luiz proporcionou aos seus augustos hospedes um passeio pelo rio, a bordo d'este bergantim, seguido d'algumas galeotas em que iam as principaes pessoas da comitiva real. Muitos outros principes extrangeiros teem visitado Lisboa, mas parece que teem desembarcado nas galeotas reaes, e que o bergantim só serviu para as reaes pessoas que citámos.

Bergara (*José Maria Moreira*). Engenheiro militar. N. em Lisboa no principio do seculo XIX, e fal. na mesma cidade a 21 de junho de 1870. Assentou praça como segundo tenente de engenheiros em 1817, tomou parte nas campanhas de 1826 e 1827. Andando fugido ás perseguições do partido absolutista, foi afinal preso e degredado para Angola por 10 annos, d'onde conseguiu evadir-se, passando ao Rio de Janeiro e d'ali a Inglaterra e França. Tendo adoecido gravemente, não pôde voltar a Portugal, como desejava, a reunir-se aos seus camaradas em defeza da causa da liberdade. Regressando mais tarde á patria, foi encarregado de diversas commissões. Em 1845, por ordem do duque da Terceira, a de separar no archivo do pateo das Vaccas os documentos, memorias e plantas que deviam recolher ao archivo militar, e sendo n'essa occasião reconhecida a necessidade de reformar este ultimo estabelecimento, foi encarregado, juntamente com José Feliciano da Silva e Costa e Filippe Folque, de apresentar a proposta de reorganisação, que mais tarde foi convertida em lei. Teve tambem a incumbencia de redigir um diccionario topographico, que concluiu e entregou no ministerio da guerra em fevereiro de 1848. Tambem fez parte da commissão nomeada para dar parecer sobre a proposta do caminho de ferro de Lisboa ao Porto, da dos melhoramentos do rio Tejo, da de reforma do Collegio Militar, da de inquerito no Arsenal de Marinha e Cordoaria, e da que foi encarregada de fixar as escalas que entre nós se deviam adoptar para as cartas topographicas. Em 1846 foi-lhe confiado o commando do castello de S. Jorge, e em 1848 o ministerio do reino o encarregou do exame da proposta para o fornecimento da agua da capital. Em 1851 foi promovido a coronel graduado e em 1857 a brigadeiro, sendo reformado em 1859. No anno de 1856 fôra, por parte do governo, nomeado director da companhia do caminho de ferro de Leste, commissão de que ficou exonerado, por ter sido dissolvida a companhia, por causa do contrato feito com Samuel Morton Petto. N'esse referido anno de 1856 tambem teve o encargo de explorar o archivo estabelecido n'esse tempo no paço d'Ajuda.

Bergonha. Pov. na freg. de S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Bergontes (*Quinta de*). Na freg. de Santa Cruz do Douro, conc. de Baião, distr. do Porto.

Bericate. Pov. na prov. dos Bellos, na ilha de Timor, Oceania. Teve antigamente alguma importancia e hoje é dependencia do reino de Montael.

Beringel. Esta familia é natural de Aragão e Catalunha. O primeiro que veiu a Portugal, d'este appellido, foi o dr. Pedro de Liminhana Beringel. Tem por armas, em campo verde banda azul, perfilada de prata, e n'ella tres flôres de liz do mesmo; timbre um braço vestido de vermelho, com uma flôr de liz das armas na mão. Dizem outros, que este appellido é corrupção do de Berenguer, familia distincta de Valencia de Hespanha, vindo para Portugal na pessoa de Pedro Berenguer, no tempo de D. João III. O brazão tambem differe do que acima citámos, transcripto da *Nobiliarchia portugueza*, de Villasboas. Em campo vermelho uma banda azul coticada de ouro carregada de tres flôres de liz de preto; o timbre é egual.

Beringel (*Fr. José*). Religioso da ordem de S. Francisco, da provincia da Piedade. Natural de Beringel, de que tomou o appellido. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de Antonio Fernandes e de Margarida Martins. Professou a 26 de junho de 1726 na reformada provincia da Piedade, onde foi lente de theologia, qualificador do Santo Officio, examinador das

tres ordens militares e consultor da Bulla da Cruzada. Tambem exerceu o cargo de custodio e por duas vezes o de secretario da sua provincia. Assistiu ao capitulo celebrado em Valhadolid no anno de 1740. Escreveu: *Via Sacra elucidada e defendida*, etc., Lisboa, 1740; *Sermão da Serenissima e Augustissima Roynha de Portugal Santa Izabel, prégado no Capitulo Geral, que celebrou a Religião Serafica na Côrte, e Cidade de Valhadolid a 4 de julho de 1740*, Lisboa, 1741. Em manuscripto deixou: *Theosobia Ecclesiastica e religiosa; Escravidão affectuosa*, e *Solliloquios devotos pelos dias da semana em obsequio de Santa Ignez; Directorio espiritual da Oração mental com orações, e meditações para antes, e depois da Confissão, e Communhão; Jornada do Ceo por tres caminhos; Enganos convencidos, e aviso de descuidados; Reflexiones Marianæ in Canti Canticorum.*

Beringel. Antiga villa, freguezia de Santo Estevão, da provincia do Alemtejo, concelho, comarca, districto e bispado de Beja; 2.435 habitantes e 585 fogos Está situada na encosta d'um monte, d'onde se vê Alvito e Faro. A noticia mais antiga que se encontra da sua existencia, é de 1225, data em que D. Affonso III a doou ao convento d'Alcobaça. As continuas guerras do começo da monarchia muito a damnificaram, e quando chegou o reinado de D. Affonso V achava-se despovoada. Este monarcha, em 1450, encarregou Ruy de Sousa, pae do 1.º conde do Prado, ascendente dos marquezes das Minas, de a povoar e melhorar, e em 1477 a trocou por outras povoações aos frades, incorporando-a na corôa, doando-a depois, em 1479, a D. Ruy de Sousa, que foi o seu primeiro donatario, continuando depois nos seus descendentes, os condes do Prado e marquezes das Minas. D. Manuel deu-lhe foral, fazendo-a villa, em Evora, a 23 de novembro de 1519. A matriz é um antigo templo de tres naves Foi primitivamente convento da ordem de S. Bernardo. N'uma das capellas estão sepultados Ruy de Sousa e sua mulher, D. Branca de Vilhena. O prior era apresentado pelos marquezes das Minas, com o rendimento de 300$000 réis; tinha dois beneficiados coadjutores, creados em 1545, um com as rendas do priorado, outro com as da mitra O das rendas do priorado era apresentado pelos donatarios, e tinha de renda 90$000 réis; o das rendas da mitra era de apresentação do ordinario, com o rendimento de 60$000 réis. Havia mais um beneficio simples da apresentação dos donatarios, erecto pelo mesmo tempo, que rendia 40$000 réis. Em Beringel ha Misericordia e hospital, fundado pelos devotos da villa em 1543 com as rendas da confraria de N. S.ª da Piedade. Tinha dois juizes ordinarios e vereadores, confirmados pelos donatarios. No seu termo, no outeiro do Circo, ha um forte muito arruinado. Beringel pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 17, com a séde em Lagos. Tem est. post., esc. para ambos os sexos, medico, pharmacia, notario, feira na terça e quarta feira seguintes ao primeiro domingo de setembro. Proximo á villa está a serra das Pedras, a qual cria matto e caça miuda; tambem aqui passa o pequeno rio Gallego que fertilisa os campos. A pov. dista 10 k. da séde do conc. Tem 4 fontes que a abastecem de boa agua, chamadas: *da Andreza, do Marquez, de Palhaes* e *Fonte Velha.* O brazão d'armas da antiga villa consta de: em campo vermelho um braço de ouro com azas, empunhando na mão uma espada. Beringel gosava de muitos privilegios, sendo um d'elles os seus moradores não pagarem sizas nem portagens.

Beringelinho. Pov. na freg. de Santa Barbara dos Padrões, conc. de Castro Verde, distr. de Beja. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Castro Verde, distr. de Beja.

Berjana ou Borjana *(Quinta da).* Na freg. de Sant'Anna, de Carnota, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Berjoal. Pov. na freg. de S. Cypriano, de Pinheiros, conc. de Mousão, distr. de Vianna do Castello.

Berjoeira. Logar na freg. de Sant'Anna, de Aldeia do Matto, conc. de Coruche, distr. de Santarem. || Logar na freg. de S. Cypriano, de Pinheiros, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Berlenga Grande. Ilha do Oceano Atlantico, defronte do promontorio de Peniche; é a principal do grupo das ilhas Berlengas, assim chamada por ser a maior das ilhotas. Tem 1.500 m. de comprimento de NE e SE, e 800 na maior largura. Parece dividida em duas partes, ligadas entre si apenas por um pequeno isthmo de 100 m. de largura. E' pouco elevada e cortada a pique em quasi todo o circuito, especialmente a E. As depressões a NO e a SO fórmam dois carreiros ou calhetas, chamando-se o primeiro Carreiro dos Cações e o segundo Carreiro do Mosteiro. O primeiro tem as margens muito elevadas e ao N uma boa praia de desembarque. Para SO do Carreiro do Mosteiro fica um ilheu, onde está a fortaleza de S. João Baptista, que se liga á ilha por uma pequena ponte. A muralha tem 22 m. de altura, e estava muito bem artilhada n'outras epocas. Em 1666, os hespanhoes só a puderam tomar á traição. Em 30 de junho d'esse anno, uma forte esquadra de 14 navios, sob o commando do almirante hespanhol D. Diogo Ilbarra, atacou a ilhota, e desembarcou com mil e tantos castelhanos para tomar o forte; mas no fim de tres dias de fogo sem resultado, pela obstinada resistencia que os portuguezes lhe faziam, e tendo o inimigo já perdido 400 homens, perderam a esperança de tomar o forte. Houve, porém, um traidor, um soldado da guarnição do forte, Lucas Alves, que passou a nado para os castelhanos, dizendo-lhes que os nossos já não tinham munições. Esta noticia animou-os, novamente vieram atacar o forte, e não podendo os portuguezes resistir por falta de polvora, o forte foi tomado, sendo morto o cabo portuguez que commandava a força, chamado Antonio de Avellar Pessoa. Esta victoria, comtudo, custou cara aos hespanhoes, porque perderam quasi 500 homens e tres naus; uma que tinha o nome de *Covadonga*, que foi a pique perto e a O das Berlengas, outra foi indo até ao Algarve, onde deu fundo, e a terceira mal pôde chegar a Cadix, ficando ali inutilisada para sempre. D. Affonso VI mandou logo augmentar as obras de defeza do forte, augmentando-lhe tambem mais 4 boccas de fogo. Até 1871 ainda o forte das Berlengas conservou uma pequena guarnição, mas então ficou reduzida a dois veteranos, para cuidarem do pharol. Está sob a jurisdicção do governador da praça de Peniche. O terreno da Berlenga grande é muito producti-

vo. N'uma enseada que fórma a costa da ilha, está um pharol collocado 116 m. acima do nivel do mar, de rotação completa, com luz branca e eclipses de tres minutos. Houve aqui um convento de frades jeronymos, fundado pela rainha D. Maria, segunda mulher de D. Manuel, em 1500, outros dizem, que a fundadora foi a rainha D. Leonor, viuva d'el rei D. Duarte, que para ali fôra nos meados do seculo XV. Os piratas barbarescos, quando ali passavam, aprisionavam sempre uns poucos de frades que levavam captivos para a barbaria. A rainha D. Catharina, mulher de D. João III, sendo informada d'estes factos pelas queixas que recebia dos frades, mandou construir o convento de Valle-Bem-Feito, na freg. da Amoreira, concelho d'Obidos, e para ali se transferiram os religiosos no anno de 1570. Ha 30 annos ainda existiam as ruinas do convento onde se viam uma amoreira e tres cisternas que fôram dos frades, e a gruta em que elles vinham pôr se de atalaya para darem rebate, quando se aproximava algum navio de piratas africanos. A'cerca d'este convento ha uma lenda, um episodio dramatico, que a tradição nos apresenta da seguinte fórma: Existiam em Peniche dois homens ricos e orgulhosos que se odiavam mutuamente, sendo ambos casados e com filhos. A despeito d'essa inimisade reciproca dos dois paes, acontecia que Rodrigo, filho de um, e Leonor, filha de outro, se amavam extremosamente. O pae de Rodrigo, para impossibilitar a realisação dos sonhos de ventura do filho e desfazer uma alliança que muito lhe repugnava, obrigou-o a recolher-se como noviço no convento dos jeronymos. O infeliz obedeceu ás ordens do pae, inconsolavel de dôr e tristeza, sempre com a esperança de que o tempo abrandasse os odios que as duas familias nutriam, e então poderia casar-se com a mulher que tanto estremecia. Rodrigo procurava vêr Leonor e falar-lhe a occultas dos seus superiores, e em noites previamente combinadas sahia do convento, e embarcado n'um fragil batel dos frades, acompanhado por um velho pescador, seu confidente e amigo, atravessava o canal que separa a Berlenga do Cabo Carvoeiro, vindo parar n'um pequeno porto designado pelo *Carreiro de Joanna*. Leonor era sempre quem primeiro apparecia no local aprazado: uma gruta cavada nas ravinas das rochas e defrontando com o caminho por onde Rodrigo havia de passar. Apenas Leonor avistava o pequeno barco, dava signal da sua presença accendendo uma luz na rocha. Uma noute, Rodrigo chegou como de costume, mas a luz não appareceu. Chamava por Leonor, mas só lhe respondia o marulhar das vagas e o estrepito da resaca. Com terrivel anciedade vê boiar junto do batel um objecto, debruça-se, apanha-o, e vê que era a capa de Leonor. Arroja-se ao mar, como louco, gritando pelo nome querido e submerge-se na profundeza das aguas, desapparecendo tão repentinamente, que nem o barqueiro lhe pôde ser util. O coração adivinhara o seu infortunio. Leonor chegara muito antes á gruta, estava esperando, mas ouvindo vozes e reconhecendo serem seu pae e irmãos que a procuravam, tentou fugir, saltando d'um para outro rochedo, dando, porém, um passo em falso, sumiu-se nas ondas revoltas. No dia seguinte encontraram-se os dois cadaveres; o de Leonor arrojado n'uma ravina proxima, e o de Rodrigo, levado pela corrente impetuosa, appareceu n'uma rocha distante. Os pescadores da costa de Peniche ainda hoje conservam esta tradição. Os logares onde diz a lenda, que se deu o tragico acontecimento, teem respectivamente as designações de *Passos de D. Leonor* e *Sitio de fr. Rodrigo*. No tempo dos celtas já a Berlenga grande era povoada, chamando-se então *Landobrix* ou *Landobriga*, que significa povoação pantanosa ou encharcada. Ha quem pretenda que fôsse aqui a cidade de Carteia; outros dizem, que no littoral da peninsula iberica, desde Cadix até Lisboa, havia tres cidades com este nome, e na Berlenga era a *ilha Carteia*. N'um rochedo proximo da praia está a *Fonte do capitão*, que é uma notavel e galante furna natural, coberta de avenca e outras hervas.

Berlengas. Grupo de ilhotas do Oceano Atlantico, em frente do promontorio de Peniche a NO do Cabo Carvoeiro muito proximo do Cabo da Roca e da entrada da barra de Lisboa. E' formado da ilha Berlenga grande, que é a principal, e dos ilheus chamados Estellas e Farilhões, sendo o maior o do Farilhão Grande; os outros teem o nome de Farilhão de Nordeste, Farilhão dos Olhos, Farilhão da Cova e Forcadas. No mesmo rumo, mas a pouca distancia da Berlenga Grande, ficam os ilhéus denominados Estellas, que são por assim dizer, um grupo de pedras que o mar não cobre. Os principaes chamam-se: Pedra de Manuel Jorge, o Estalão, a Estella, que é a maior de todas, a Sella, a Mulla, a Meda do Norte e a Meda do Sul. A navegação no canal que separa estes rochedos da Berlenga, é muito perigosa, tanto pela má qualidade do fundo, como pelas fortes correntes. Pelo contrario, o canal entre a Berlenga e o Cabo Carvoeiro é profundo e de facil navegação, como é profundo e largo o canal que separa os Farilhões das Estellas, e que se chama a Corredoura. Ao S do ilheu mais meridional do grupo das Estellas fica um baixo de pedra que se submerge na preamar, bem como ha outro nas mesmas circumstancias no S do Serro da Velha, penedo isolado que fica a NE da Berlenga. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Tocha, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Berlinda. Carruagem suspensa, de dois fundos e quatro rodas, coberta com uma capota movel guarnecida de espelhos, que se póde levantar e abaixar á vontade. Servia antigamente para longas jornadas. O seu nome, dizem, que provém da cidade de *Berlim* onde se fabricou a primeira carrugem d'este genero. Agora só é usada pela Casa Real. || Especie de maquineta assente n'um leito de carro com varões, puxada por cavallos, onde se conduz a imagem de Nossa Senhora em varios cirios, como ainda hoje se vê. || Ha tambem uns carros funebres assim chamados.

Berman. Appellido de origem franceza, ou flamenga, que nos nossos nobiliarios apparece com differentes graphias, taes como *Borman*, *Bormão*, *Brumão* e *Burmão*. Alguns individuos d'estes nomes viveram nos Açôres, na ilha de S. Miguel, e ahi desempenharam cargos officiaes. Segundo uma carta de brazão do appellido Borman, as antigas armas da sua linhagem eram: em campo azul tres flôres de liz de prata e no chefe tres besantes de ouro.

Bermudes. A familia d'este appellido procede n'este reino, de Christovão Bermudes, que prestou grandes serviços a D. Affonso V na guerra

de Castella, e sendo preso pelos castelhanos no desbarato de D. Garcia, bispo de Evora, el-rei D. Fernando o Catholico o mandou degolar pelos grandes damnos, que fizera no reino em companhia de Pedro de Mendanha. Tem por armas um escudo partido em palas; na primeira, em campo vermelho sete redomas de ouro com as suas tapadouras, seis postas em duas palas, e a setima no fundo do escudo; a segunda pala é xadrezada de quinze peças, sete de verde e oito de ouro que são tres em faxas e cinco em palas; o timbre é um leão vermelho nascente com uma das redomas nas mãos.

Bermudes *(Fr. Diogo).* Superior dos dominicanos de Gôa. D. João III o mandou em 1548 para aquella cidade da India com treze frades da sua ordem. Em 30 de abril de 1550 começou esta communidade a construcção do respectivo convento.

Bermudes *(Amador Rodondo Adães).* N. no Porto a 28 de setembro de 1864, filho de Felix Rodondo Adães e de D. Cesina Romano Bermudes. E' architecto notavel e muito versado em assumptos archeologicos. Começou os seus estudos no Porto, na Academia Portuense de Bellas Artes, concluindo o curso de architectura com muita distincção. Alguns amigos seus, desejando vêl-o proseguir n'essa carreira, encetada com tanto brilho, enviaram-no em 1886 ao estrangeiro, para se aperfeiçoar, e por lá esteve alguns mezes. Mas, abrindo-se concurso em Lisboa para pensionistas do estado em Paris, da secção de architectura, regressou a Portugal a tomar parte como concorrente. Alcançou a primeira classificação. E, tendo-se annulado o concurso, entrou no que se fez seguidamente, cabendo-lhe de novo a primeira classificação. Frequentou em Paris o *atelier* de Paul Blondel, e os seus trabalhos figuraram logo no primeiro *Salon* (uma exposição artistica que se faz annualmente em Paris, na qual apenas são admittidas obras de verdadeiro merito). Esteve tambem matriculado na Escola Nacional de Bellas Artes, de Paris, na de Artes e Decorações, e na Central de Artes e de Officios. No empenho de alcançar uma educação artistica completa, não lhe escasseando os indispensaveis elementos litterarios, historicos e archeologicos, frequentou diversos cursos e escolas, recebendo lições de Taine e Maspero. Concorreu emfim á escola de quanto em Paris lhe podia servir de educação artistica, e abrir o espirito para as grandes concepções. Findos os dois annos de pensionato viajou por França e outros paizes, para analysar os seus monumentos, visitar os seus museus, e apreciar as modalidades da arte atravez os tempos e os povos. Voltou á patria em 1894, enthusiasmado com o que vira lá por fóra, e cheio do maior desejo de vêr em Portugal desenvolvido o gosto artistico, aliás muito abatido. Em conferencias e publicações deu largas ao seu ardor, buscando, por uma propaganda intensa, fazer reviver as nossas antigas tendencias architectonicas, tão exhuberantemente evidenciadas na Batalha e nos Jeronymos, e as nossas passadas aptidões ornamentaes, de que são publico testemunho as preciosidades espalhadas por todo o reino, em tantos palacios e templos. Os trabalhos do novo architecto breve tiveram a sua consagração em Lisboa. *O Gremio Artistico*, uma associação de incentivo artistico, conferiu-lhe a sua segunda medalha, ainda em 1894. Poucos annos depois teve Adães Bermudes outra consagração mais valiosa: abrindo-se concurso de projectos para a reconstrucção do templo dos Jeronymos e do annexo, obteve o primeiro premio no primeiro e o segundo no outro. Era isso a culminancia que poderia desejar. Este concurso tinha sido um dos numeros do programma da celebração do Centenario do descobrimento do caminho maritimo para a India. N'outro concurso para projectos de habitações economicas, applicaveis aos grandes centros de Lisboa, Porto e Covilhã, tornou a alcançar o primeiro premio. Na exposição de 1900, em Paris, obteve a medalha de oiro pelos seus trabalhos de architectura escolar, e medalha de prata pelos de bellas artes. Obtendo tambem, aqui, o primeiro premio n'um concurso aberto pelo governo para construcções escolares, foi nomeado director d'esse ramo de serviço no ministerio do reino, exercendo esse cargo desde 1898, e a esta data tem dirigido a construcção de mais de duzentos edificios para escolas. Homem ainda novo, cheio de força e de vida, esta biographia que fica exarada aqui, é um começo, que deverá certamente continuar com muita honra para Bermudes. Aos que venham depois de nós cabe continual-a.

Amador Rodondo Adães Bermudes

Bermudes *(D. João).* Patriarcha da Alexandria e da Ethiopia, por nomeação de David, imperador da Abyssinia, no anno de 1535, quando esteve n'aquella côrte sendo ainda secular, e conhecido pelo nome de mestre João, em companhia do embaixador de Portugal D. Rodrigo de Lima. Foi depois confirmada a sua nomeação por Paulo III, e sagrado em Roma em 1538. Fal. em Lisboa, a 30 de março de 1570, já edoso, e jaz na egreja de S. Sebastião da Pedreira. Acerca da terra da sua naturalidade ha diversas opiniões. Canaes, nos *Estudos biographicos*, pag. 89 a 91, diz que foi natural da Galliza; Barbosa Machado, considerando-o estrangeiro, não diz nada a seu respeito na *Bibliotheca Lusitana*. Porém Manuel de Faria e Sousa, na *Europa portugueza*, tomo III, parte IV, cap. 8.º, dá-o como portuguez e nascido na cidade do Porto; Agostinho Rebello da Costa, na *Descripção do Porto*, tambem o menciona entre os escriptores d'aquella cidade. Rodrigo Felner, que sobre a obra de Bermudes fez um estudo particular, descobriu no contexto d'ella não menos de tres logares, que a seu vêr são outros tantos testemunhos decisivos, que tiram toda a duvida ácerca da naturalidade do patriarcha, e provam que fôra nascido portuguez. Innocencio da Silva, no vol. III do *Diccionario bibliographico*, d'onde extrahimos estes apontamentos, apresentando as opiniões acima citadas, tambem indica que o considera portuguez. Não podemos, portanto, deixar de o incluir n'este nosso trabalho. D. João Bermudes,

depois da sua sagração, voltou para a Ethiopia, onde entrou em 1541 acompanhado da força de 450 soldados, commandados por D. Christovão da Gama, que o vice-rei da India mandara em soccorro do imperador, sendo-lhe por este pedida para auxilial-o na defeza contra os ataques dos musulmanos, que o inquietavam. Ali se demorou mais de 12 annos, soffrendo contrariedades e desgostos; sendo afinal preso, conseguiu evadir-se da prisão, e dirigiu-se a Gôa, chegando ali em 1556. Partiu depois para Lisboa, onde falleceu. Compoz o seguinte livro, que dizem ser dos mais raros e menos conhecidos da nossa litteratura: *Esta he hua breue relação da embaixada q. o Patriarcha dõ Ioão Bermudez trouxe do Emperador da Ethiopia, chamado vulgarmente Preste Ioão, ao christianissimo & zelador da fee de Christo Rey de Portvgal dom Ioão o terceiro deste nome: dirigida ao mui alto & poderoso, de felicissima esperança, Rey tãbem de Portugal dom Sebastião o primeiro deste nome. Em a qual tãbem conta a morte de dom Christouam da gama: & dos sucessos que acoutecerã aos Portugueses que forão em sua companhia. Em Lisboa eu casa de Francisco Corréa Impressor do Cardeal Iuffante. Anno de 1565.*

Bermudes de Torres (*Amador Antonio de Sousa*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, senhor da honra de Paderne, etc. N. no Porto a 26 de outubro de 1703. Ignora-se a data do fallecimento. Depois dos primeiros estudos, passou á Universidade de Coimbra, onde se applicou ao estudo de Jurisprudencia Canonica, em que fez grandes progressos, doutorando-se a 16 de junho de 1726. Deixou depois a Universidade, e foi despachado juiz de fóra de Guimarães, passando mais tarde a auditor geral da gente de guerra da provincia do Alemtejo. Esteve na Relação do Porto, e na Casa da Supplicação, sendo nomeado a 4 de maio de 1754 desembargador dos Aggravos. Deixou em manuscripto: *De Mutua Obligatione parentum & filiorum, Pars prima; Rationalium Resolutionem Tractatus varii.*

Bernal (*Affonso Pereira* ou *Perea*). Lente de musica na Universidade de Coimbra, durante a segunda metade do seculo XVI, logar para que foi nomeado por provisão de 29 de maio de 1553, e de que tomou posse em 15 de julho do referido anno. Os documentos universitarios que o mencionam, designam-n'o apenas com o nome de Affonso Perea ou Pereira. Falleceu em outubro de 1593; não se sabe a data nem a terra do seu nascimento. Accrescentou a *Arte de cantochão do padre João Martins*, obra que teve grande voga na peninsula durante quasi todo o seculo XVI e ainda principios do XVII, publicando-se numerosas edições tanto em hespanhol como em portuguez.

Bernafeld. Ponta ou cabo situado no extremo SE da ilha de Bissau, distr. da Guiné, Africa Occidental. Entre esta ponta e a de S. Martinho a costa encurva-se muito, formando um parcel de lodo.

Bernalda. Logar na freg. de S. Miguel, de Gonça, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bernalfor. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Bernarda. Pov. na freg. de Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Faro. || Quinta na freg. e conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de Santa Maria, conc. e distr. de Bragança.

Bernardas (*Monte das*). Na freg. de S. Jorge, de Villa Verde de Ficalho, conc. de Serpa, distr. de Beja.

Bernardes (*A. J.*) A respeito d'este compositor de musica, diz Joaquim de Vasconcellos apenas o seguinte: «Pianista e compositor, do qual conhecemos varias reducções para piano, tiradas das operas de Rossini *Bianca e Faliero, Turco in Italia*, etc.

Bernardes (*Diogo*). Poeta e escriptor, cavalleiro da ordem de Christo, etc. N. em Ponte da Barca, segundo uns, e em Ponte do Lima, segundo outros, entre os annos de 1530 a 1540; na data do fallecimento tambem ha divergencias, porque alguns biographos a collocam no anno de 1596, assignalando-lhe o padre Claudio da Conceição, no 3.º vol. do seu *Gabinete historico*, o dia 30 de agosto, porém, segundo documentos examinados pelo visconde de Juromenha, parece que a morte se realisara em 1605. Era filho de Diogo Bernardes Pimenta e de Anna Dias Pimenta, conforme se lê na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, tomo I, pag. 656, ou de João Rodrigues de Araujo e de Catharina Bernardes Pimenta, como se diz na referida *Bibliotheca*, tomo IV, pag. 96. O *Catalogo* chamado da Academia accrescenta-lhe o appellido de *Pimenta*, mas não ha memoria que elle o usasse. Diogo Bernardes tinha por irmão mais novo fr. Agostinho da Cruz, chronista da provincia da Arrabida, o qual se chamava no seculo Agostinho Pimenta. Não se sabe quaes fôssem os seus estudos e occupação até que entrou na côrte, sendo-lhe muito affeiçoado o infante D. Duarte, filho de D. João III. Recebeu alguns favores do secretario de Estado Pedro de Alcaçova Carneiro, a quem acompanhou como secretario, á côrte de Madrid, quando foi nomeado embaixador de D. Sebastião a Filippe II. Voltou ao reino na occasião em que se apromptavam os navios que deviam conduzir a Africa D. Sebastião e grande parte da fidalguia portugueza. Acompanhou o monarcha n'esta fatal expedição, e foi um dos que ficaram captivos na batalha d'Alcacer-Kibir a 4 de agosto de 1578. O seu captiveiro foi longo, pois sómente alcançou a liberdade quando Filippe II, estando já de posse de Portugal, querendo tornar-se sympathico aos portuguezes, remiu os captivos d'Alcacer-Kibir. Diogo Bernardes, regressando á patria, encontrou a sua casa muito arruinada pelas circumstancias geraes do paiz, e viu-se na urgente necessidade de recorrer á protecção de pessoas importantes, esperançado de obter alguma recompensa dos trabalhos que soffrera. Durante este tempo casou com uma senhora nobre, o que, segundo parece, veiu ainda difficultar mais o seu estado financeiro. Conseguiu então ser nomeado moço da toalha, officio que desempenhou no paço durante todo o tempo da regencia em Portugal do cardeal Alberto d'Austria, em nome de Filippe II. Diogo Bernardes era muito amigo de Luiz de Camões, e mereceu o titulo de principe da poesia pastoril, tendo o grande poeta o titulo de principe da poesia epica. Assim se lê no *Gabinete historico*, a que já nos referimos. Foi sepultado no convento de Sant'Anna, onde tambem se sepultou Luiz de Camões. Escreveu: *O Lima, em o qual se contém as suas eglogas e cartas, dirigido por elle ao excellente principe e serenissimo sr. D. Alvaro de Alencastro, Duque de Aveiro*, etc., Lisboa, 1596; fez-se mais tarde outra edi-

ção, em 1761, e ainda outra em 1820; *Varias Rimas ao bom Jesus, e á Virgem gloriosa sua mãe, e a varios Sanctos particulares, com outras mais de honesta e proveitosa lição*, Lisboa, 1594; 2.ª edição em 1601; a 3.ª em 1608; a 4.ª em 1616; a 5.ª em 1622; e a 6.ª em 1770; *Rimas varias, Flores do Lima*, Lisboa, 1596; 2.ª edição em 1633; 3.ª em 1770; *Elegia á morte do Doutor Antonio Ferreira escripto a Pedro de Andrade Caminha; Rimas Portuguezas e Castelhanas*, Lisboa, 1601; *Rimas devotas*, 1602. Quatro sonetos, sendo dois em portuguez, um em castelhano e outro em italiano, publicados no livro intitulado: *Relação do solemne recebimento que se fez em Lisboa ás Santas Reliquias que se levárão á egreja de S. Roque*, de Manuel de Campos, 1588. Diversos sonetos, eglogas, canções, cartas e uma ode, no *Cancioneiro*, que em 1577 o padre Pedro Ribeiro reuniu, e cujos manuscriptos se conservavam na livraria, que foi do cardeal de Sousa. Os poetas contemporaneos de Diogo Bernardes, especialmente Antonio Ferreira e Sá de Miranda, falam d'elle com os maiores elogios. Alguns criticos, porém, o accusam de haver plagiado a Camões 5 eglogas e um poema sacro, intitulado: *Santa Ursula*.

Bernardes (*Ignacio d'Oliveira*). Pintor e architecto. Na sua familia contam-se muitos artistas. Era filho de Antonio d'Oliveira Bernardes, irmão de Polycarpo d'Oliveira Bernardes e de fr. José de Santa Maria, que no seculo se chamou José d'Oliveira Bernardes. V. estes nomes em *Oliveira Bernardes*.

Bernardes (*Jacob*). Religioso da congregação do Oratorio no Porto. N. em Lisboa, e fal. em Villa do Conde a 16 de novembro de 1718. Era filho de Jacob Bernardes e de Maria de Santo Antonio de Castilho. Professou no Porto a 8 de setembro de 1685. Foi lente de philosophia e o primeiro lente de theologia que teve aquella congregação; examinador synodal da diocese do Porto, que visitava a miudo, missionando com dedicação; confessor de D. Thomaz de Almeida, emquanto este prelado, que depois foi o primeiro patriarcha de Lisboa, esteve dirigindo a diocese d'aquella cidade. Falleceu estando no pulpito a prégar, em Villa do Conde. Deixou 4 volumes de sermões, dos quaes se publicaram 2, um em 1714 e outro em 1716.

Bernardes (*João*). Religioso da congregação do oratorio. N. em Lisboa, e fal. a 22 de abril de 1715. Era filho de Luiz Mendes Cotrim, cavalleiro da ordem militar de Christo, e de D. Marianna Bernardes de Moraes. Ainda muito novo entrou na congregação de S. Filippe Nery, do oratorio, de Lisboa, a 7 de março de 1681. Escreveu e publicou sem o seu nome: *Novena de S. Francisco de Salles Bispo e Principe de Genebra Fundador das Religiosas da Visitação de S. Maria, primeiro Proposito da Congregação do oratorio de Tonon, Apostolo em Saboia, e celestial Mestre do Divino Amor*, Lisboa, 1705. No fim está um resumo da vida do santo.

Bernardes (*Joaquim*). Conego regrante de Santo Agostinho. Tambem se encontra mencionado com o nome de D. Joaquim de Sant'Anna Bernardes, ou D. Joaquim Bernardes de Sant'Anna. V. *Bernardes de Sant'Anna (D. Joaquim)*.

Bernardes (*José*). Pintor do seculo XVIII. Foi discipulo de Serra, tornando-se afamado em pintura de flôres, ornatos, e architectura. Teve por discipulos Jeronymo e Francisco Gomes Teixeira, e Bento de Sousa Campello. Falleceu no anno de 1780 em avançada edade.

Bernardes (*Padre Manuel*). Presbytero da congregação do Oratorio de Lisboa. N. n'esta cidade a 20 de agosto de 1644, onde tambem falleceu, no convento do Espirito Santo, a 17 do referido mez do anno de 1710. Era filho de João Antunes, pessoa nobre; seu avô materno, chamado João Bernardes, tinha o grau de cavalleiro da ordem de Christo, e exercia o cargo de avaliador do fisco real. A sua ascendencia era mais distincta pelo lado de sua mãe, que pelo lado de seu pae. Da edade de 9 annos começou a estudar philosophia no collegio de Santo Antão, da Companhia de Jesus, e no fim d'estes estudos defendeu conclusões publicas com geral applauso e admiração. Matriculou-se depois na Universidade de Coimbra, onde tomou o grau de mestre em philosophia, e de bacharel em theologia e canones Foi examinador de bachareis. Alcançou tanta fama pelo seu talento e virtudes, que o bispo de Vizeu, D. João de Mello, o escolheu para seu confessor. O padre Manuel Bernardes, porém, desejando sempre afastar-se do mundo, apenas se pôde livrar dos compromissos que tomara com o bispo de Vizeu, recolheu-se á solidão do claustro, no convento do Espirito Santo, de Lisboa, pertencente á congregação do Oratorio de S. Filippe Nery, onde professou a 14 de julho de 1674, contando 30 annos de edade. Esta congregação fôra recentemente formada pelo padre Bartholomeu do Quental. O convento do Espirito Santo ficava collocado no fim do Chiado, hoje rua Garrett, no local do palacio dos viscondes d'Ouguella, onde actualmente está estabelecido um grande armazem de fazendas. Era uma casa de estudo e oração. N'aquelle convento viveu 36 annos entregue ás praticas religiosas e á composição dos seus valiosos livros. Ao padre Manuel Bernardes aconteceu-lhe a desgraça de, nos ultimos dois annos de vida, sentir enfraquecerem-se-lhe as faculdades mentaes, chegando a perder quasi completamente o uso da razão, parecendo abstracto, não ligando importancia nem comprehendendo o que se passava em torno de si. Apagara-se aquelle espirito fulgentissimo que tantas verdades ensinou e tantos vicios castigou. O proposito do convento, quando reconheceu o seu triste estado, prohibiu-lhe de celebrar missa, o que lhe augmentou ainda mais o soffrimento, porque ao receber essa ordem, começou a chorar copiosamente. O padre Manuel Bernardes foi um eloquente orador sagrado, um escriptor vernaculo, um dos nossos classicos. O padre Antonio Vieira dizia, que não julgava em perigo o idioma portuguez em quanto vivesse o padre Manuel Bernardes, para lhe zelar a pureza. Era de muita caridade; ia visitar e confortar os doentes aos hospitaes e os presos ás prisões, confessando e sacramentando os moribundos a qualquer hora do dia ou da noute, que fôsse chamado. Muito modesto e humilde, não acceitou um breve apostolico que o constituia visitador geral de todas as congregações ecclesiasticas d'este reino. Evitava sempre confessar as senhoras da côrte. Para a sua biographia póde consultar-se a *Noticia da sua vida e obras*, no tomo XII da *Livraria Classica Portugueza*, de Castilho, de pag. 71 a 142; *Estudos biographicos*, de Canaes, a pag.

232. Na bibliotheca Nacional existem 2 retratos seus. Os volumes das suas obras impressas costumam andar ordinariamente acompanhados d'um retrato, que foi gravado em Roma pelo gravador Rossi. Relação das suas obras: *Luz e calor, obra espiritual para os que tratam do exercicio das virtudes e caminho da perfeição, dividida em duas partes*, Lisboa, 1696; outra edição em 1724, e ainda outra em 1758; *Nova Floresta, ou Sylva de varios apophthegmas e ditos sentenciosos, espirituaes e moraes, com reflexões em que o util da doutrina se acompanha com o vario da erudição, assim divina como humana, tomo* I, Lisboa, 1706; *tomo* II, 1708; *tomo* III, 1711; este e os seguintes tomos fôram publicados posthumos pelos padres da Congregação; *tomo* IV, 1726; *tomo* V, 1728; *Exercicios espirituaes e meditações da via purgativa, sobre a malicia do peccado, vaidade do mundo, miserias da vida humana, e quatro novissimos do homem, divididos em duas partes; accrescentados n'esta segunda impressão com um indice de cousas notaveis*, Lisboa, 1706; 2 tomos; a 1.ª edição é tambem de Lisboa, 1686, 2 tomos; *Terceira edição, Parte 1.ª* e *Parte 2.ª*, Lisboa, 1731; *Sermões e praticas; Primeira Parte, dada á estampa por um Padre da mesma Congregação*, Lisboa, 1711; 2.ª edição, Lisboa, 1733; *Parte segunda*, Lisboa, 1733; *Tratados varios; tomo* I, Lisboa, 1737, n'este volume se contêem as *Meditações dos principaes mysterios da Virgem Nossa Senhora, Direcção para ter os nove dias de exercicios espirituaes*, etc.; *tomo* II, Lisboa, 1737; comprehende este volume *O pão partido em pequeninos*, cuja 1.ª edição em separado parece ter sido de 1694, e as *Armas da Castidade*, tambem impressas em separado e pela primeira vez em 1699; *Os ultimos fins do homem; salvação e condemnação eterna, tratado espiritual, dividido em dous livros*, etc., Lisboa, 1728; 2.ª edição em 1761; *Estimulo pratico para seguir o bem, e fugir o mal, exemplos selectos das virtudes e vicios, illustrados com reflexões*, Lisboa, 1730; 2.ª edição, 1762; *Paraiso dos Contemplativos; opusculo devotissimo e utilissimo para as almas que aspiram á perfeição espiritual, composto em italiano pelo P. Fr. Bartholomeu de Salucio, e traduzido com annotações*, Lisboa, 1739; 2.ª edição, 1761. O padre José Agostinho de Macedo, no seu opusculo *Os Frades*, pag. 71, diz o seguinte: «E' Bernardes o homem mais douto de Portugal, o mais eloquente de todos os portuguezes, e o mais profundo e ameno dos philosophos moraes, que juntou á erudição sagrada o que ha de mais escolhido e mais delicado na erudição profana. Tudo isto eu encontro, e tudo isto eu provo com os unicos cinco volumes *das Florestas*. Quanto mais o leio, mais o admiro. Eu não sei que haja melhor livro, nem escriptor mais eminentemente portuguez. Ali está a lingua portugueza na sua pureza, na sua harmonia, na sua magestade, na sua opulencia; e a ninguem devemos mais, quando se trata da lingua portugueza. A cada pagina se acham phrases, se acham palavras não vistas nem sabidas pelos nossos mais laboriosos diccionaristas.»

Bernardes. Casal na freg. de S. Pedro, de Alhadas, conc. da Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de Santa Maria e conc. de Montemór-o-Velho, conc. de Coimbra.

Bernardes Branco *(Manuel)*. V. *Branco (Manuel Bernardes)*.

Bernardes de Castilho *(João)*. Religioso da Congregação do Oratorio. N. em Lisboa, fal. no Porto em 1743. Era filho de Jacob Bernardes e de Maria de Santo Antonio de Castilho. Depois de estudar grammatica em Lisboa, e tendo fallecido sua mulher, com quem poucos annos fôra casado, entrou na Congregação do Oratorio do Porto, a 12 de dezembro de 1711, d'onde sahiu antes de acabar o noviciado pela sua falta de saude. Escreveu: *Queixas da saudade contra as tyrannias da Parca na Lamentavel, e nunca cabalmente sentida, nem dignamente chorada morte do muito alto, e muito poderoso Rey, e Senhor Nosso D. Pedro II*, Lisboa, 1707; *Novena da gloriosa Virgem, e Doutora Santa Thereza de Jesus*, Lisboa, 1708.

Bernardes de Castro *(José)*. Official da secretaria de estado dos negocios estrangeiros e da guerra, deputado das mesas de inspecção do Rio de Janeiro e Bahia, e um dos primeiros directores da imprensa regia, organisada por diploma de 24 de junho de 1808, conjunctamente com Marianno José Pereira da Fonseca e José da Silva Lisboa, ficando dependente da dita secretaria dos estrangeiros e da guerra. Na primeira direcção esteve desde 1808 até 1815, e na segunda, para onde fôra novamente nomeado, desde 1815 até 1821, em cujo anno, no mez de maio, deixou a direcção e seguiu para Lisboa acompanhando el-rei D. João VI. Escreveu e publicou: *Votos a Deus, feitos por Sua Magestade, sendo offerecida no templo a Princeza da Beira, á similhança do rei David por seu filho Salomão do psalmo 71, paraphrase em verso portuguez*, Rio de Janeiro, 1819; *Parabens a Sua Magestade, e aos Principes Reaes do reino unido, no feliz parto da Princeza Real em paraphrase do psalmo 41*, Rio de Janeiro, 1819.

Bernardes de Moraes *(Dionysio)*. V. *Moraes (Dionysio Bernardes)*.

Bernardes de Sant'Anna *(D. Joaquim)*. Conego regrante da ordem de Santo Agostinho, conego da basilica de Santa Maria, etc. N. a 14 de setembro de 1692; ignora-se a data do fallecimento, mas parece que vivia ainda em 1770, porque dizem existir na Bibliotheca de Evora uma carta d'elle dirigida ao padre Cenaculo, com a data de 29 de outubro d'este anno. Era filho do dr. João Bernardes de Moraes, physico-mór do reino no tempo de D. Pedro II e de D. João V, e de sua mulher, D. Ignez Rufina da Estrella; sobrinho do padre Manuel Bernardes. Tomou a murça de conego regrante de Santo Agostinho no mosteiro de S. Vicente de Fóra, a 7 de abril de 1710. Viveu alguns annos em Madrid, onde alcançou grande fama pelo seu talento, como prégador e como poeta. Voltou depois a Portugal, e parece que já aqui estava no anno de 1741. Quando Antonio Diniz da Cruz e Silva, Pedro Antonio Corrêa Garção e outros poetas instituiram a Arcadia de Lisboa, foi elle um dos primeiros convocados para fazer parte d'aquella associação poetica, em que pouco tempo de demorou despedindo-se por motivo de desintelligencias. D. Joaquim Bernardes era muito afferrado ao seiscentismo, para que pudesse partilhar as doutrinas da moderna escola poetica. Estando Bernardes em Madrid escreveu muitas satyras, e a seu respeito se referem algumas anecdotas graciosas nas *Memorias do bispo do Pará*, pag. 164 e 165. D. Joaquim Ber

nardes tambem foi a Roma implorar justiça do papa, segundo consta d'umas cartas que escreveu a fr. Gaspar da Encarnação. Publicou o seguinte: *Sermão de S. João Nepomuceno, proto-martyr do sigillo, prégado na sua egreja dos religiosos de Santa Thereza*, Lisboa, 1746; *Oração funebre nas exequias do em.*[mo] *cardeal patriarcha D. Thomaz de Almeida*, Lisboa, 1754; *Elogio funebre do marquez de Valença D. Francisco de Portugal e Castro; Elegia Latina*, sobre o mesmo assumpto; *Pesame, que dá aos Academicos occultos pela morte do seu Excellentissimo Collega o Marquez de Valença;* estas tres obras sahiram impressas na *Collecção das que se recitaram na morte d'este fidalgo, na Academia dos Occultos*, Lisboa, 1751; *Breve descripcion de la entrada que sus Magestades y Altezas Lusitanas hizieron por el rio Tajo a la Corte de Lisboa el dia 12 de Febrero de 1729*, Madrid, 1729; *Descripcion de la illustre Villa de Bilbao*, Bilbao, 1735; *Innundacion de la Villa de Bilbao milagrosamente libertada por intercession de Maria Santissima de Bergoña*, etc., Madrid, sem anno de impressão; *Romance Heroico em aplauzo do author da Bibliotheca Lusitana*, Lisboa, 1741; *Romance Heroico em aplauzo da Oração Funebre, que prégou o Padre Fr. Francisco Xavier de Santa Thereza nas Exequias do Emperador Carlos VI*, Lisboa, 1742; *Poezias varias, y Prosas Castelhanas*, 2 tom. e *Anatomia á vida de Santo Antonio Abbade;* ambas estas obras em manuscripto; *Critica da critica, e defensa da defensa, distribuida em dez cartas apologetico-criticas, em que se qualifica a justiça da resposta ás duas cartas, que se escreveram contra o poema «Triumpho da Religião»; e se notam alguns descuidos, em que cahiram os autores das ditas cartas*, etc., Lisboa, 1760. Diz Innocencio da Silva, no tomo IV do *Diccionario bibliographico*, pag. 69 e 70: «Estas cartas fôram escriptas por D. Joaquim ao P. Fr. João da Annunciação Pomba, que as mandou imprimir. Posto que publicadas com o nome de D. Joaquim Velho do Canto, Presbytero Lisbonense, não resta para mim a menor duvida de serem obra de D. Joaquim Bernardes, o que até se evidenceia por uma *Carta gratulatoria e apologetica*, que anda á frente d'ellas, na qual o editor, dirigindo-se ao autor, lhe envolve o nome em letras iniciaes, a saber: M. R. S. C. D. J. B., que a meu vêr não pódem significar senão: *Muito Reverendo Senhor Conego Dom Joaquim Bernardes*. Sahiu depois, passados quatro annos, uma refutação ás ditas cartas, com o titulo de *Repulsa critica e apologetica*, sob o pseudonymo de José Jeune de la Ave, contraposto ao de que se servira o autor refutado. Creio que o foi verdadeiro d'esta *Repulsa* o P. José Jacinto Nunes de Mello, depois conego em Evora.»

Bernardia. Logar na freg. de Sant'Anna, de Cumeada, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Bernardinheiro. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Tavira, distr. de Faro.

Bernardino *(Dr.)* V. *Gomes (Bernardino Barros).*

Bernardino *(Padre José).* Jesuita. N. em Lisboa em 1663, fal. na Bahia a 2 de julho de 1738. Era filho de Domingos Soares Castelmoço e de Marianna Pereira de Sousa. Passou ao Brazil, estudou no seminario da Companhia de Jesus, da Bahia, professando a 30 de dezembro de 1681. Foi reitor no seminario de Belem, mestre de noviços nos collegios de Pernambuco e da Bahia, provincial, etc. Escreveu: *Directorio dos Exercicios da Congregação da Virgem Senhora com as regras, que devem guardar seus Congregados*, Lisboa, 1725; *Directorio dos Exercicos do Glorioso S. José*, Lisboa, 1725; *Arte por onde devem estudar os Seminaristas do Seminario de Belem para poderem proceder Christã, e cortezmente, e sahirem aproveitados em letras e virtude*, Lisboa, 1740.

Bernardino *(Casal do).* Na freguezia de N. S.ª da Assumpção, de Cazevel, conc. e distr. de Santarem.

Bernardo. Religioso que viveu nos primeiros annos da monarchia; foi discipulo de S. Paulo e quarto abbade do convento de S. João, de Tarouca. Era muito considerado por D. Thereza, mãe de D. Affonso Henriques.

Bernardo. Um dos mestres da cathedral de Coimbra. Tendo sido restaurada a sé conimbricense no tempo da conquista da cidade aos arabes por Fernando Magno em 1064, é difficil determinar com exactidão se o templo se edificou então de novo ou se seria apenas a adaptação de alguma mesquita, de que hoje se não descobrem vestigios. A reconstrucção completa, é certo, que se realisou no decurso de 1162 a 1176, no governo do bispo D. Miguel Salomão, que todo se empenhou em rehaver os beus da Egreja, que andavam distrahidos, applicando as rendas provenientes á construcção da egreja e ao seu embellezamento artistico. No *Livro preto* de Coimbra existe um documento sem data, mas posterior a 1176, pois n'elle se allude á renuncia do bispo, effectuada por aquella epoca, o qual documento, ao passo que é um inventario das propriedades que andavam sonegadas e fôram recuperadas, é tambem um relatorio dos serviços pelo bispo á sua egreja. Ali se ennumera o dinheiro que dispendeu nas obras e nas alfaias, qual o periodo que aquellas duraram e quaes os architectos que as superintenderam. Prolongaram-se ellas pelo menos uns dez annos, e durante esse periodo foi assistente mestre Bernardo, a quem deu 124 morabitinos, além de o sustentar á sua meza e de lhe dar todos os annos um vestido no valor de 3 morabitinos. Comtudo, parece que o mestre Bernardo não era sufficiente, por ter vindo de Lisboa por quatro vezes mestre Roberto, não só para melhorar a obra em geral, mas a porta em especial. Por morte de Bernardo, succedeu-lhe mestre Soeiro.

Bernardo *(Luiz Xavier).* Architecto. Serviu primeiramente, perto de tres annos, nas praças de Traz-os-Montes. Aos trabalhos de campanha juntou os de gabinete, tirando as plantas das fortalezas d'aquella provincia. Attendendo aos seus meritos e serviços, foi nomeado capitão engenheiro da capitania de Parahiba, para ir continuar ali a obra das fortificações. A carta que o nomeou para esta commissão, tem a data de 5 de fevereiro de 1716. Bernardo demorou-se muito tempo no Brasil, servindo não só em Parahiba, mas em Pernambuco, dando sempre, e em diversas commissões, provas evidentes do seu zelo e actividade. Tratando-se em 1746 de nomear mestre de campo do terço da cidade de Olinda, vago pela promoção de Antonio Borges da Fonseca, e havendo mais de um candidato, subiu uma con-

sulta a este proposito ao conselho ultramarino, sendo tres os concorrentes, Bernardo ficou classificado em segundo logar, lendo-se a seu respeito na consulta phrases muito lisongeiras e elogiosas.

Bernardo. Aldeia da prov. da Beira Alta, freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Barrô, que perteneeu ao extincto conc. de S. Martinho de Moiros, e hoje pertenee ao de Rezende, distr. de Vizeu. Fica situada em terreno bastaute accidentado, sobre a margem esquerda do rio Douro. Chamava-se antigamente *Bernaldo.* || Logar na freg. de S. Martinho, de Villa Juzã, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cadafaes, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de Santo Ildefonso, de Montargil, conc. de Ponte do Sôr, distr. de Portalegre. || Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção de Marvilla, conc. e distr. de Santarem. || Courella na freg. de N. S.ª da Orada e conc. de Aviz, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª da Conceição e eonc. de Castro Verde, distr. de Beja. || Monte na freg. de Santa Clara-a-Nova, conc. d'Almodovar, distr. de Beja. || Monte na freg. de Santa Maria, de Evora-Monte, couc. de Extremoz, distr. de Evora. || Quiuta na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Barrô, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de S. Bartholomeu, de Barqueiros, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real.

Bernardo Ferreira *(Fazenda de).* Na freg. de S. Domingos, de Fortios, conc. e distr. de Portalegre.

Bernardo Xavier *(Quinta do).* Na freg. da Sé, conc. e distr. da Guarda. Tambem é conhecida pela *quinta do Adrião.*

Bernardos. Assim chamados os religiosos da ordem de S. Beruardo, ou de Cister, sendo as freiras tambem conhecidas como bernardas. Foi instituida esta ordem em França, na abbadia de Cister, por S. Bernardo, que tendo apeuas 22 annos de edade renunciara ao mundo, consagrando-se á vida monastica. Adquirindo logo muitos discipulos que o acompanharam n'aquelle desterro, reuniu-os em commuuidade, não formaudo comtudo, nenhuma ordem nova, e levou-os á abbadia de Cister nos bosques de Baune, onde fôram acolhidos com enthusiasmo. Como crescesse rapidamente o uumero dos frades, fundaram-se novas abbadias da mesma congregação, estabelecendo-se S. Bernardo n'um ermo da diocese de Langres, a que se deu o nome de Claraval. Este pobre eremiterio tomou proporções d'uma vasta resideucia feudal, comprehendendo parques, herdades, dependencias em numero infinito, produzindo um rendimento valioso, e sustentando 700 religiosos. A cêrca do mosteiro tinha 2 k. de circuito, e a casa do abbade, que ficava situada a meia legua de distancia, era um verdadeiro palacio acastellado. S. Bernardo commandava 160 mosteiros, tanto em França como nos outros paizes christãos. Com o decorrer dos tempos, os frades construiram grandiosos edificios, com egreja, capitulo, bibliotheca, galerias de quadros, etc. S. Bernardo falleceu em 1153, e foi canonisado em 1174 pelo papa Alexandre III. Em Portugal, no seculo XII, estabeleceram se diversas ordens religiosas, sendo a primeira a dos Bernardos ou de Cister. Dizem as chronicas que S. Bernardo, por inspiração diviua, quiz tambem fuudar n'este reino um convento da sua ordem, e escolheu alguns varões de reconhecida virtude, mandando-os ao anachoreta João Cerita que vivia solitariamente n'um eremiterio nas visinhanças de Lafões, no sitio onde mais tarde se construiu o convento de S. Christovão. Apenas chegaram os monges, João Cerita partiu com elles para Guimarães, onde D. Affonso Henriques vivia então com a sua côrte. Encantado da missão dos religiosos francezes, concedeu-lhes licença para fundarem um convento. Procurando local um pouco escuso, caminharam até ás margens do rio Barosa, e parando em frente d'umas fragosas serras, ali construiram quatro cellas e uma ermida, que dedicaram ao Salvador. O infante D. Affonso Henriques foi visitar o logar em que viviam, e ficou admirado da pobreza e aspereza que encontrou; pediu então aos religiosos que rogassem a Deus por elle, e ao seu prior, fr. Aldeberto, que o acompanhasse na jornada que intentava para rehaver a villa de Trañcoso, de que os moiros se haviam apoderado. O prior foi com o infante, levando ordem para celebrar missa. Os moiros ficaram vencidos, e Trancoso tornou ao poder dos portuguezes. D. Affonso visitou novamente o logar onde viviam os religiosos, mandou abrir os alicerces da egreja, e deixando renda competente, se fôram contiuuando as obras. Um architecto chamado João Froylaco, de Tarouca, foi encarregado do plano da construcção do edificio. E assim se fundou o convento de S. João Baptista de Tarouca, que foi o primeiro que a ordem de S. Bernardo teve em Portugal. Edificaram-se então outros conventos, sendo o mais grandioso o de Alcobaça *(V. este nome)*, que veiu a ser a cabeça da ordem, depois que os conventos de Cister se reuniram em congregação pelo papa Pio V, no anno de 1580. A ordem de S. Bernardo chegou a ter em Portugal 27 conventos. O mosteiro das religiosas de Lorvão, o primeiro que a ordem benedictina estabeleceu em Portugal, passou depois para a ordem de S. Bernardo.

Bernardos. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Redinha, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena e conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Pedro de Penaferrim e conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª da Purificação, de Freixianda, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem. || Quinta na freg. de Santa Maria do Castello e conc. de Pinhel, distr. da Guarda.

Bero. Rio da Africa Occidental, na prov. de Angola, distr. de Mossamedes. Nasce nos Mundombes a O da serra de Chella, tendo o nome de Saioua e depois o de Bero, junto a Mossamedes, e vae desaguar na bahia d'este nome. Tambem se chama *Rio das Mortes.*

Berpum. Aldeia pertencente á divisão de Uphy-Pahw, ao sul do rio Landalcalo, no concelho de Nagar-Avely distr. de Damão, na India.

Berquó *(D. Rodrigo Maria).* Engenheiro, director e administrador do real hospital das Caldas da Rainha. N. no Brasil a 1 de janeiro de 1839 e fal. em Lisboa a 18 de março de 1896. Era filho do marquez de Cantagallo, que muitos annos foi camarista da imperatriz D. Amelia, viuva de D. Pedro I, do Brasil, e IV de Portugal. Sendo ainda creauça, veiu com seus paes para Lisboa, onde recebeu esmerada educação, frequentou as

escolas superiores que o habilitaram no curso de engenharia, e lhe deram a sua carta de engenheiro. Dirigiu varias obras que lhe fôram confiadas, com todo o zelo e actividade. Nos seus trabalhos mais notaveis conta-se o projecto e execução do estabelecimento de banhos thermaes situado nas Caldas de Felgueira, que é importantissimo. Em 1888 foi nomeado director e administrador do Real Hospital das Caldas da Rainha. As uteis reformas que então ali realisou, o tornaram muito conhecido e considerado n'aquella villa. No entretanto, não fôram poucas as luctas que teve de sustentar para iniciar essas reformas no velho estabelecimento thermal, luctas em que ficou vencedor, dotando a villa das Caldas da Rainha com um novo hospital modelo, e iniciando a construcção do novo edificio denominado a *Copa*. O hospital de Santo Isidoro, planeado por D. Rodrigo Berquó, e inaugurado no dia 19 de março de 1893, é uma gloria para o seu fundador e um beneficio para a humanidade. A sua construcção foi subordinada a um plano inteiramente moderno, segundo os mais recentes estudos da sciencia hospitalar. No dia da inauguração, el-rei senhor D. Carlos agraciou o com a commenda da ordem de S. Thiago. D. Rodrigo Berquó, tambem era um bom cantor, possuindo uma bella voz de baritono.

Berrance. Logar contiguo aos de Outeiro e Racovellas ou Ricovellas, na freg. de Santa Maria, de Ribeiros, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Berraria. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sobradello da Gama, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Berredo. Este appellido procede da quinta de Berredo na freg. de Santo Estevão de Geraz, do conc. de Povoa de Lanhoso, que pertenceu a Martim Paes Ribeiro, irmão, segundo parece, de D. Maria Paes, amante d'el-rei D. Sancho I. A quinta de Berredo ficou sendo solar d'esta familia. Martim Paes Ribeiro foi o primeiro que fez d'ella honra, e os seus descendentes lhe tomaram o nome por appellido. Audam ligados aos Pereiras, porque D. Maria de Berredo, filha de Gonçalo Aunes de Berredo, casou com Ruy Vasques Pereira, d'onde proveiu o appellido d'esta familia ficar sendo Pereira de Berredo. O brazão d'armas é em campo azul um baluarte de prata de seis janellas ardendo em fogo, assentado sobre uma rocha; timbre, o mesmo baluarte.

Berredo *(Bernardo Pereira).* Governador do Maranhão e da praça de Mazagão, em Africa; do conselho de D. João V, etc. N. em Serpa, mas ignora-se a data do nascimento; fal. em Lisboa a 13 de novembro de 1748. Era filho de Antonio Pereira de Lacerda, governador e capitão general da ilha de S. Thomé, e depois governador de Beja, irmão do cardeal D. José Pereira de Lacerda; sua mãe era D. Maria Eugenia de Portugal, filha de Bernardo Pereira de Berredo e Castro, commendador de S. Mamede de Mogadouro, da ordem de Christo, e governador de Portalegre. Seguindo a carreira militar, Bernardo Berredo distinguiu-se na guerra da Catalunha, como capitão de cavallaria, entrando no recontro de Penalva, na batalha de Almenara e na de Saragoça, em 20 de agosto de 1710, onde ficou gravemente ferido. Regressando á patria, foi nomeado governador do estado do Maranhão, sendo mais tarde tambem nomeado governador e capitão general da praça de Mazagão, que pertencia ainda a Portugal. Escreveu: *Annaes Historicos do estado do Maranhão, em que se dá noticia do seu descobrimento, e tudo o mais que n'elle tem succedido desde o anno em que foi descoberto até o de 1718*, Lisboa, 1749. Fez-se uma segunda edição, no Maranhão, em 1850 e 1851, tendo uma prefacção escripta pelo poeta e escriptor maranhense, Antonio Gonçalves Dias.

Berredo *(José Pereira da Silva Leite).* V. *Leite Berredo (José Pereira da Silva).*

Berredo. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Cantellães, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Crespos, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Marinha, de Mogege, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Marinha, de Costa, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santo Estevão, de Geraz do Minho, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Berrega. Pov. na freg. de S. Pedro, de Polvoreira, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Berregas. Logar na freg. de S. Salvador, de Freixo de Baixo, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Berreiros *(Horta dos).* Na freg. de Santa Anna, conc. de Serpa, distr. de Beja.

Berro Alto. Logar na freg. de S. Thiago, de Ronfe, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Berrossos. Pov. na freg. de Santa Christina de Malta, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Bersane Leite *(Antonio).* V. Leite *(Antonio Bersane).*

Bersane Leite *(José Xavier).* V. *Leite (José Xavier Bersane).*

Bertal Pov. na freg. de S. Thiago, de Lobão, conc. da Feira, distr. de Aveiro

Bertão *(José Machado Leonardo).* D'este escriptor apenas se sabe que escreveu e publicou em Angra do Heroismo, no anno de 1874, o seguinte: *Recepção do venerando prelado da diocese de Angra do Heroismo, o ex.^{mo} e rev.^{mo} sr. D. João Maria Pereira do Amaral*, etc, *na freguezia de Belem, da Terra Chã, ilha Terceira, em 8 de julho de 1874.*

Bertão. Quinta na freg. de S. Pedro, de Almargem do Bispo, conc. de Cintra, distr. de Lisboa || Quinta na freg. de Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Berteira *(Herdade da).* Logar na freg. de Santa Victoria, conc. e distr. de Beja.

Bertelhe Pov. na freg. de S. Thiago, de Cepões, conc. e distr. de Vizeu.

Bertelinho *(João Antonio Rodrigues de Miranda, barão de).* Cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição; commendador da ordem de Christo, e da de Izabel a Catholica, de Hespanha; bacharel formado em leis, juiz de direito de segunda instancia, aposentado no quadro da magistratura judicial, e proprietario. N. a 23 de dezembro de 1805. Era filho de João Antonio Rodrigues de Miranda, proprietario na freg de Sarrazes, e de sua mulher, D. Ursula Maria do Sacramento. Casou em 1839 com D. Quiteria Amalia Corrêa Frazão, filha de João Nogueira da Costa, proprietario, e de D. Maria da Nazareth Corrêa Frazão. O titulo de barão foi-lhe concedido por el-rei D. Luiz, pelo decreto de 23 de julho e carta de 27 de agosto de 1874.

Bertello. Pov. na freg. de S. Thiago, de Cerdedo, conc. de Boticas, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Cumieira, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Logar na freg. de Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de Santo Adrião, de Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Bertiandos *(Gonçalo Pereira da Silva de Sousa e Menezes, 1.º visconde e 1.º conde de).* Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, accrescentado a fidalgo escudeiro pelo alvará de 19 de novembro de 1823, 3.º senhor da villa de Bertiandos em verificação de vida n'este senhorio, concedida por decretos de 4 de novembro de 1820 e 13 de outubro de 1823, e resolução e portaria do desembargo do Paço de 9 e 24 de fevereiro de 1824; donatario do couto de Francemil; senhor dos morgados de Bertiandos e dos de Sousa ou de Pinheiros, na comarca de Ponte do Lima; o primeiro morgado de Bertiandos fôra instituido em 1566 por Martim Fernandes de Castilho em favor da descendencia de sua filha, D. Ignez Pinto, que foi segunda mulher de Lopo Pereira, senhor da honra da Torre de Loivo e Reguengo de Ponte do Lima, que fôra doado por el-rei D. Duarte; senhor do morgado de S. Miguel, junto á cidade da Guarda, instituido por Simão Alvares de Proença; de S. Martinho de Salreu, junto a Estarreja, o qual fôra instituido pelo dr. Garcia de Sousa e Menezes; de Chainha, no Alemtejo, instituido pelo prior Lourenço Vicente; dos Guedes, de Carrozedo de Montenegro, em Traz-os-Montes; do de Moreira, instituição de Ruy Fernandes; da Calheta, na ilha Terceira, instituido por Gonçalo Vaz de Sousa. O 1.º conde de Bertiandos foi par do reino, por carta regia de 3 de março de 1842, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara na sessão de 26 de janeiro de 1844; do conselho da rainha D. Maria II, grã-cruz da ordem de Christo, commendador da mesma ordem e da de N. S.ª da Conceição; coronel honorario do batalhão nacional de Vianna do Castello, procurador á junta geral d'este districto e governador civil de Braga em 1852; licenciado na faculdade de leis na Universidade de Coimbra, etc. N. em Braga a 10 de janeiro de 1797; fal. a 5 de setembro de 1856. Era filho de Damião Pereira da Silva de Sousa e Menezes, natural de S. Martinho de Salreu, senhor de muitos morgados, brigadeiro reformado, e de sua mulher e prima D. Maria Angelina Senhorina José Justa Pereira Forjaz d'Eça Montenegro, filha unica e herdeira de João Pereira Forjaz Coutinho, filho segundo da casa da Feira, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, etc. O 2.º morgado de Bertiandos e parte dos outros

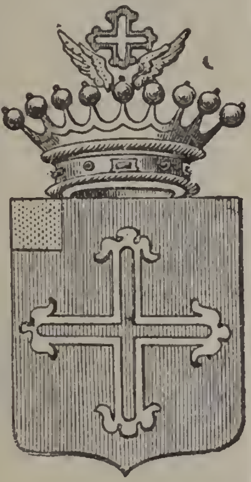

Brazão dos condes de Bertiandos

acima citados, pertenciam á herança d'esta senhora (V. *Sousa e Menezes, Damião Pereira da Silva de).* O conde de Bertiandos succedeu na casa de Bertiandos e seus vinculos, e nos bens da corôa, e ordens, a seu pae, em 23 de dezembro de 1835. Casou a 30 de maio de 1825 com D. Thereza Telles da Silva Caminha e Menezes, filha dos 3.ºˢ marquezes de Penalva e 7.ºˢ condes de Tarouca. D'este consorcio nasceram duas filhas, D. Joanna Maria do Rosario Francisca de Salles Pereira da Silva de Sousa e Menezes, que foi a segunda condessa de Bertiandos, em verificação de vida concedida n'este titulo a seu pae, e D. Maria Angelina, que casou com seu primo, João Pacheco Pereira de Sousa Peixoto de Carvalho Belens Elders, 4.º senhor de Aveloso na comarca de Trancoso, moço fidalgo com exercicio na Casa Real por successão a seus maiores, etc. O titulo de visconde de Bertiandos foi concedido, com honras de grande do reino, por decreto de 22 de março e carta de 13 de novembro de 1840; o titulo foi elevado a conde por decreto de 14 de abril de 1852. O brazão d'armas, é o seguinte: um escudo, em campo vermelho uma cruz de prata florida, vazia do campo, e por differença uma brica de ouro; timbre a mesma cruz entre duas azas de prata.

Bertiandos *(Gonçalo Pereira da Silva de Sousa e Menezes, 3.º conde de).* Fidalgo da Casa Real, par do reino, por direito de successão a seu pae, fallecido em 1874, e de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara na sessão de 3 de maio de 1878; official-mór honorario da Casa Real, deputado na legislatura de 1875 a 1878; bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, abastado proprietario no Minho. N. a 3 de dezembro de 1851. Era filho do 2.º conde de Bertiandos, Sebastião Corrêa de Sá Brandão, e de sua mulher, a condessa D. Joanna Maria do Rosario Francisca de Salles Pereira da Silva de Sousa e Menezes. Casou em 3 de junho de 1876 com D. Anna de Bragança de Sousa e Ligne Portugal e Castro Alvares Pereira de Mello, da casa de Lafões, sua prima, parente, por consanguinidade, da Casa Real, filha de D. Pedro de Portugal e Castro, fidalgo de geração, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, filho dos 5.ºˢ marquezes de Valença e 12.ºˢ condes de Vimioso, e sua mulher, D. Maria Carlota de Bragança e Ligne de Sousa Tavares de Mascarenhas da Silva, parente, por consanguinidade, da Casa Real; 34.ª senhora da casa de Sousa e de todos os vinculos que fôram pertenças da casa de Marialva, filha primogenita dos 3.ºˢ duques de Lafões, 5.ºˢ marquezes de Arronches, e 7.ºˢ condes de Miranda do Corvo. O titulo de 3.º conde de Bertiandos foi renovado por decreto de 23 de setembro e carta de 17 de dezembro de 1874; as honras de official-mór da Casa Real fôram concedidas por carta de 12 de setembro de 1874. O sr. conde de Bertiandos fez parte do congresso vinicola nacional que se inaugurou no dia 4 de fevereiro de 1895, o qual se reuniu na sala da bibliotheca da Academia Real das Sciencias. Foi organisado solicitamente pela Real Associação de Agricultura Portugueza, em virtude da proposta feita em 28 de junho de 1893 pelo professor do Instituto Agronomico, Sertorio do Monte Pereira. A inauguração do congresso fez-se com a maior solemnidade, a que presidiu

el-rei senhor D. Carlos e a rainha senhora D. Amelia. O sr. conde de Bertiandos, como presidente da Associação da Agricultura e um dos seus socios mais prestaveis, leu o discurso inaugural de congratulação pelo concurso de tantas vontades e energias que adheriram á iniciativa da referida Associação. Nos dias 5, 6, 7 e 8 de fevereiro de 1900, reuniu-se novamente o congresso a que tambem presidiu sua magestade el-rei senhor D. Carlos. Os assumptos submettidos ao exame do congresso, fôram previamente estudados por uma commissão, de que faziam parte importantes e experimentados agricultores das diversas regiões do paiz, e onde tiveram voz e voto como membros d'ella os representantes das associações e syndicatos agricolas. Facilitou-se a entrada no congresso a todos os vinhateiros e negociantes de vinho, sendo tambem convidadas as camaras municipaes.

Bertiandos *(Sebastião Corrêa de Sá Menezes Brandão, 2.º conde de).* Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, por successão a seus maiores; official-mór honorario, deputado, cavalleiro da antiga ordem da Torre e Espada, par do reino, por carta regia de 23 de fevereiro de 1864, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara na sessão de 16 de maio de 1865; tenente-coronel do batalhão de caçadores do Porto, 2.ª linha; delegado do procurador regio na camara de Louzã e secretario geral do governo civil de Coimbra; bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, etc. N. a 18 de março de 1818, fal. na sua casa dos Biscainhos em Braga a 5 de julho de 1874 Era segundo filho dos 2.ºs condes de Terena, José Maria Brandão de Mello Cogominho Corrêa Pereira de Lacerda e D. Maria Emilia Jacome Corrêa de Sá; sobrinho da 1.ª condessa de Bertiandos, D. Thereza Telles da Silva Caminha e Menezes, filha dos 3.ºs marquezes de Penalva e 7.ºs condes de Tarouca. Ficou sendo 2.º conde de Bertiandos, pelo seu casamento realisado a 16 de fevereiro de 1851, com sua prima em 2.º grau D. Joanna Maria do Rosario Francisca de Salles Pereira da Silva de Sousa e Menezes, filha e herdeira do 1.º conde, e 2.ª condessa pela verificação de vida concedida n'este titulo a seu pae; dama de honor da rainha D. Estephania e de sua magestade a rainha senhora D. Maria Pia; senhora da casa e morgados de Bertiandos e de todos os vinculos que herdara de seu pae (V. *Bertiandos, 1.º conde de).* O 2.º conde, Sebastião Corrêa de Sá Menezes Brandão, foi autorisado a usar do titulo, por decreto de 18 d'agosto e carta de 6 de outubro de 1852. Frequentou a Universidade de Coimbra, cursando a faculdade de direito, concluindo o curso no anno de 1840 ou 1841. Por decreto de 3 de setembro de 1842 foi nomeado secretario geral do governo civil de Coimbra. Serviu como militar em 1846, assistindo á defeza da praça de Valença, sendo capitão da 3.ª companhia do batalhão movel de caçadores de D. Maria II, 2.ª linha; foi depois tenente-coronel do batalhão de caçadores do Porto, tambem da 2.ª linha. Recebeu as honras de official-mór, por carta de 9 de janeiro de 1864. Do seu consorcio houve, além d'outros filhos, o actual e 3.º conde de Bertiandos; D. Francisca Pereira da Silva de Souza e Menezes, 7.ª condessa de Oeiras, por ter casado em 2 de maio de 1870 com o conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho Mello Daun e Albuquerque; tendo enviuvado, passou a segundas nupcias, em 27 de maio de 1876 com D. Pedro de Lencastre, filho dos 2.ºs condes das Alcaçovas; Sebastião Pereira, que seguiu a carreira militar, que a 7 de fevereiro de 1877 casou com D. Eugenia Telles da Silva Caminha e Menezes, sua prima em 3.º grau, da casa dos condes de Tarouca e marquezes de Penalva; D. Maria Angelina da Natividade Pereira da Silva de Sousa e Menezes, que casou com o conde de Aurora, José de Sá Coutinho da Costa Souza de Macedo Sotto-Maior Barreto, juiz da Relação do Porto. V. *Aurora (José de Sá, etc. conde de).*

Bertiandos. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 265 hab. e 71 fog. A pov. dista 3 k. da séde do conc. Está situada em valles e montes muito ferteis, na margem esquerda rio Lima. Ha quem diga que foi aqui a antiga cidade de Britonia, outros querem que essa cidade fôsse no sitio de Britiande. O abbade era apresentado alternativamente pelos morgados Damião Pereira da Silva Sousa e Menezes e Antonio Pereira d'Eça, alcaide-mór de Braga, tendo de rendimento réis 300$000. Ha aqui uma torre, chamada dos Bertiandos, fundada por Ignez Pinto, em 1586, e que é o solar dos condes de Bertiandos. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Bertrand (V. *Livraria Bertrand).*

Bertual. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Bertufe. Pov. na freg. de N. S.ª do Amparo, de Vallega, conc. de Ovar, distr. de Aveiro ‖ Logar na freg. de Santa Maria Magdalena, de Agadão, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Besante. Arruella, peça redonda nos quarteis do escudo. E' a 15.ª peça honrosa diminuta da segunda ordem, formada por um circulo como a rodella, e cujo campo ou area é sempre de metal. Traz a origem da moeda mencionada. Algumas vezes o besante e rodella acham-se unidos n'uma mesma peça, e então chama se *besante rodella*, ou *rodella-besante*, conforme a peça principiar, pelo metal do besante, ou pela côr da rodella.

Besouro. Logar reunido ao da Ribeira na freg. de N. S.ª da Conceição, conc. e distr. de Faro. ‖ Logar na freg. de S. Martinho, da Varzea do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Besouros *(Quinta dos).* Na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Bespeira. Logar na freg. de S. João Baptista, de S. João da Serra, conc. d'Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. ‖ Pov. na freg. de S. Miguel, de Loureda, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. ‖ Pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa.

Bessa. Appellido de familia. V. *Beça.*

Bessa *(Alberto).* Escriptor e jornalista. Nasceu na cidade do Porto a 29 de setembro de 1861; filho de um militar que serviu sob as ordens do conde das Antas e que com elle foi feito prisioneiro na barra do Douro quando as convulsões politicas do paiz o tinham dividido em dois partidos. Foi socio effectivo, e actualmente cor-

respondente da Associação dos jornalistas e homens de lettras, do Porto e egualmente correspondente da Societa Litteraria Luigi de Camoens, de Napoles; secretario honorario da Associação da Imprensa Portugueza; secretario honorario da Sociedade de Instrucção e Recreio Zuavos Portuenses e 1.º secretario da direcção da Sociedade Litteraria Almeida Garrett. O começo da sua vida jornalistica foi como redactor principal do jornal socialista *O Operario*, do Porto, que mais tarde fez fuzão com o *Protesto*, de Lisboa, passando a intitular-se *O Protesto operario*. Como autor dramatico fez a sua apresentação no Porto com o drama *Os hespanhoes em Mellila* episodios da guerra de Africa. Como poeta fez a sua estreia em 1883, publicando, no Porto o livro *Ondeantes*, que foi bem recebido pela critica exgotando-se a edição, em curto prazo. Como escriptor o seu primeiro livro foi a *Giria portugueza*, diccionario de *calão*. Alberto Bessa fundou ou redigiu, os seguintes periodicos e revistas: *A Semana*, *Miniaturas*, *Novidade*, *Velocipedista*, *Revista Luso-Espanola*, *Bombeiro voluntario*, *Galeria portugueza*, *Chronica*, todos publicados no Porto. Fez parte das redacções da: *Discussão*, *Dez de março*, *Voz do povo*, *Republica portugueza*, *Jornal da manhã* e *Provincia*, todos diarios do Porto, e dos jornaes humoristicos: *Zé Povinho*, *Tam-Tam* e *Pimpolho* da mesma cidade. Em Lisboa foi redactor de *O Seculo*, para onde veiu do jornal *A Provincia* a convite do director Silva Graça, sahindo d'ali para ajudar a fundar o *Diario*. Tem sido correspondente da *Illustracion nacional*, de Madrid, do *Lyceo brigantino*, de Corunha, do *Paiz*, do Rio de Janeiro, *Partido do povo*, de Coimbra, *Povo de Aveiro*, *Velo-Sport*, de Barcelona, *Bejense*, *Jornal do bombeiro*, de Lisboa, *Correspondencia do norte*, de Braga e da *Voz do operario*, nos primeiros tempos d'este jornal. Foi director dos n.os unicos: *Em plena festa*, *Exposição da imprensa*, *Garrett*, *Patria a Garrett*; e tem collaborado em innumeros jornaes e revistas. Presentemente é redactor effectivo do *Diario de noticias*, director do Boletim da Sociedade Litteraria Almeida Garrett, e correspondente do *Jornal de noticias*, *Voz publica* e *Norte*, diarios do Porto, e do *Conimbricense*. Para o theatro, além da peça militar *Os Hespanhoes em Mellila*, traduziu Alberto Bessa a zarzuella, *Trigo no he sido*, que foi cantada no Real Theatro de S. João do Porto, imitou com Guedes d'Oliveira o *Moleiro de Alcalá*; escreveu a operetta em 3 actos *A Reviravolta*; teve a maior parte da collaboração na revista *Rebenta a bexiga* (peça popular); é auctor do drama em 1 acto *O cabecilha* (episodio da guerra cartista). São ainda de sua lavra os seguintes livros e opusculos: *Palavras do Lusiadas*, Porto 1895, edição exgotada; *Giria portugueza*, Lisboa, 1903; *Estatutos do Gremio Familiar Instructivo do Porto*; *Estatutos da Associação da Imprensa Portugueza*, em vigor desde 1898, Lisboa; *Regulamento, plano e programma da Exposição da imprensa* Lisboa, 1898; *Estatutos da Sociedade Litteraria Almeida Garrett*, Lisboa, 1902; *Almeida Garrett no Pantheon dos Jeronymos*, Lisboa, 1902; *Quem foi Almeida Garrett*, Lisboa 1903, (opusculo e folha volante) *A Almeida Garrett*, plaquette, Lisboa, 1902. *O Jornalismo, esboço historico da sua origem e desenvolvimento até aos nossos dias*, com um artigo prefacio de Eduardo de Amicis, Lisboa, 1904. Em preparação: *Diccionario de Proverbios*; *A linguagem popular*; *Os bastidores do jornalismo*; *Encyclopedia do commerciante e do industrial*; *Paginas esquecidas da historia portugueza*; *Portugal intimo*; *A tragedia humana*; *Garrett dia a dia* (ephemerides garretteanas); etc.

Alberto Bessa

Bessa *(Francisco Pinto)*. Negociante, deputado, presidente da camara municipal do Porto, etc. N. em Lordello do Ouro, suburbios do Porto, a 16 de fevereiro de 1821, fal. a 4 de maio de 1878. Era filho de paes muito modestos, e sendo muito creança decidiu-se a ir procurar longe da patria alguns bens de fortuna, que lhe prodigalisassem um futuro descançado. Partiu então para o Brazil, e dedicando-se á vida commercial conseguiu o que ambicionava, juntando avultada fortuna. Conservando-se sempre cidadão portuguez, não perdia nunca a occasião de beneficiar os seus compatriotas que encontrava no Brasil, e que necessitavam de auxilio. Quando aportou ao Rio de Janeiro a nau *Vasco da Gama*, que vinha desarvorada em consequencia d'uma viagem procelosa, Pinto Bessa foi um dos portuguezes benemeritos que concorreram para a reconstrucção dispendiosa d'aquelle vaso de guerra. El-rei D. Pedro V agraciou-o n'essa occasião com o habito da Torre e Espada. Regressaudo a Portugal, possuidor de avultada fortuna, proseguiu na sua actividade benefica, pondo ao serviço do progresso da terra que o vira nascer toda a sua dedicação e boa vontade. Com o dr. Braga e o visconde de Villar Allen pensou na grandiosa empreza de erigir no Porto um monumento, que attestasse aos vindouros a iniciativa poderosa d'uma cidade trabalhadora, e conseguiu a construcção do Palacio de Christal. Para sanar algumas difficuldades que pareciam quererem antepôr se á realisação d'aquelle pensamento arrojado, foi Pinto Bessa quem, ainda com o referido visconde de Villar Allen e com o engenheiro Gustavo Adolpho Gonçalves de Sousa, se dirigiu a Londres em 1866, afim de pôr cobro a attrictos apresentados pelo empreiteiro, sendo os seus esforços e os dos seus collegas coroados do melhor exito. Em 1866 foi pela primeira vez eleito vereador da camara municipal do Porto, sendo desde logo nomeado vice-presidente, e no anno seguinte, por morte do conde de Lagoaça, assumiu a presidencia, cargo que desempenhou até ao dia em que falleceu. Prestou os mais relevantes serviços. E' a elle que se deve entre outras obras de vulto, a abertura das ruas Nova da Alfandega, de Mousinho da Silveira e de Sá da Bandeira, a construcção da rotunda da Boa Vista

e os embellezamentos do cemiterio de Agramonte. Por sua iniciativa tambem se conseguiu que a Bibliotheca Publica deixasse de pertencer ao estado, e ficasse sendo dependencia da camara municipal. Em 1876, a convite de lord Mayor de Londres, assistiu como representante do Porto, ao grande banquete dado na capital da Inglaterra em honra dos municipios europeus, onde recebeu as maiores considerações. Em 1868 foi eleito deputado pelo bairro Occidental do Porto, sendo reeleito nas legislaturas seguintes. Pinto Bessa tinha tambem a commenda de N. S.ª da Conceição, de que nunca fez uso, e o grau de official da ordem da Rosa do Brasil. O seu fallecimento causou muita sensação no Porto. A camara municipal para perpetuar a sua memoria, deu o seu nome a uma das ruas que então se abriram entre a estação do caminho de ferro de Campanhã e o Bomfim, e no dia 14 de novembro de 1880 inaugurou na sala das suas sessões o seu busto, executado em marmore de Carrara, trabalho notavel do estatuario Soares dos Reis.

Bessa *(Silverio Henriques).* Coronel do estado maior. N. em Lisboa em 1811, fal. na mesma cidade a 8 de agosto de 1870. Era filho de Antonio Henriques de Almeida Bessa. Foi alumno do Collegio Militar, completando o curso em 1826, e assentou praça n'esse mesmo anno, como cadete, em artilharia n.º 1, sendo depois despachado alferes em 1827 e collocado no antigo regimento de infantaria n.º 19. Pelas suas idéas liberaes, foi demittido do serviço pelo governo de D. Miguel, e viu-se obrigado a emigrar para França em 1831, passando aos Açôres em março de 1832, onde foi admittido como soldado no batalhão de officiaes, conhecido pelo nome de batalhão sagrado, e assim foi desembarcar no Mindello, sendo logo collocado no 2.º batalhão nacional fixo no Porto. Serviu depois ás ordens do coronel Hodges, e mais tarde no estado maior, ficando nomeado interprete junto ao coronel Dodgins, com quem veiu do Porto para Peniche em setembro de 1833, reunindo-se depois ao exercito de operações em frente de Santarem. O joven official distinguiu-se na defeza do Porto, sendo ferido por duas vezes, no ataque de 16 de setembro com ferimentos ligeiros, e na batalha de 29 de setembro de 1832 com ferimentos de gravidade, recebendo então o habito da Torre e Espada. Entrou no combate de 24 de março de 1833 onde teve a promoção de tenente, e na batalha de Almoster, em fevereiro de 1834, em cuja participação official figurou o seu nome com louvor, pelos serviços prestados. N'este anno de 1834 foi promovido a capitão de infantaria, continuando na repartição do ajudante general, sendo mais tarde collocado como chefe de repartição no ministerio da guerra. Em 1836 entrou no corpo do estado maior, sendo nomeado em 1837 quartel-mestre general do conde de Bomfim; em 1840 desempenhou egual commissão nas forças de operações que então se formaram, servindo depois de major de brigada no exercito de observações. Com as suas idéas altamente avançadas, não foi indifferente aos successos de Almeida em 1844, e em maio de 1846, tendo-se reunido as forças populares de Santarem, tomou parte muito activa no movimento revolucionario, e foi nomeado pela junta director da repartição da guerra, e encarregado de varias commissões importantes, que desempenhou com a maior competencia, servindo depois de outubro d'esse anno, de director da secretaria da guerra da junta do Porto até á convenção de Gramido. D'aqui lhe provieram por muito tempo serios transtornos na sua carreira, transtornos que o duque da Terceira, como ministro da guerra, sempre justiceiro e generoso, quiz compensar-lhe, promovendo-o em 1860 á effectividade do posto de major, em que tinha sido apenas graduado em 1851, e elevando-o a tenente-coronel, por indemnisação de preterições. Em 1860 tambem foi nomeado membro da commissão liquidataria do extincto commissariado, e d'ali passou, em 1862, para chefe de repartição do ministerio da guerra. Em 1865 foi promovido a coronel, e ainda teve encargo d'algumas commissões, entre as quaes se conta a da inspecção do asylo dos filhos dos soldados. Henriques Bessa era casado com D. Henriqueta Lima Bessa. Tinha o grau de cavalleiro da antiga ordem da Torre e Espada, e a de cavalleiro de S. Bento de Aviz, de que tambem era commendador.

Bessas. Pov. na freg. de S. João Evangelista, de Covas, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Bessadinha. Pov. na freg. de S. Thiago, de Eucourados, conc. de Barcellos, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena e conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto.

Bessada. Pov. na freg. de Santa Maria, de Crestuma, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. ‖ Pov. na freg. de S. Miguel, de Cunha, conc. e distr. de Braga ‖ Pov. na freg. de Santa Cruz, de Juvim, conc. de Gondomar, distr. do Porto. ‖ Pov. na freg. de S. Thiago, de Milheirós, conc. da Maia, distr. do Porto. ‖ Pov. na freg. de Santa Margarida de Louzada, conc. de Louzada, distr. do Porto, ‖ Pov. na freg. de Santa Maria, de Moz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de S. Pedro, de Nariz, conc. e distr. de Aveiro. ‖ Pov. na freg. de S. Christovão, de Nogueira da Regedoura, conc. da Feira, distr. de Aveiro. ‖ Pov. na freg. de S. Martinho, de Travanca, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Bessadas. Pov. na freg. de Santa Maria, de Gallegos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. ‖ Pov. na freg. de S. Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, distr. de Porto.

Bessone *(Thomaz Maria Bessone, visconde de).* Cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição; capitão do extincto regimento de voluntarios nacionaes do commercio de Lisboa; abastado proprietario, negociante de grosso trato da praça do commercio da referida cidade, etc. N. a 11 de agosto de 1815, fal. em Cintra, na Penha Longa, a 6 de outubro de 1877. Era filho de Romão Maria Bessone, negociante da praça do commercio de Lisboa, e de D. Gertrudes Maria Luiza Bessone. Nos seus ascendentes conta-se o celebre general corso Pascoal de Paoli, que sustentou uma lucta terrivel contra os genovezes, que pretendiam subjugar a Corsega, e que pela sua valentia e patriotismo chegou a ser proclamado rei pelos seus compatriotas. Pascoal de Paoli foi quem organisou o reino da Corsega, e quando Genova cedeu á França o direito que pretendia ter á posse d'aquella ilha, tentou resistir á

nova potencia, o que não conseguiu, retirando-se então para Londres, onde falleceu em 1807. Desde muito creança foi Thomaz Maria Bessone entregue aos cuidados d'um seu tio, chamado tambem Thomaz Maria Bessone, que era chefe fundador d'uma das principaes casas de commercio, que conservava os maiores creditos em Portugal e no estrangeiro, sendo notavel pela importação do chá e d'outros artigos da India e China, para o que tinha em constante navegação bastantes navios de diversos lotes. Apezar de manifestar decidida vocação para a vida militar, dedicou-se ao commercio, carreira a que seu tio o destinara. Era chegada a epoca das luctas civis, e terminada ella, no proprio dia 24 de julho de 1833, tão memoravel na nossa historia contemporanea, contando Thomaz Maria Bessone 18 annos incompletos, foi alistar-se como voluntario, e assim se conservou até ao fim da campanha em 1834. Dedicando-se então deveras á vida commercial, seu tio lhe deu a maior prova de confiança, encarregando-o de importantissimas commissões, e assim em 1838, tendo 23 annos, já voltava da sua quarta viagem á China, no brigue *Novo Viajante*, onde fôra encarregado de negociações da mais alta importancia. No entretanto, a sua vocação para a armas não havia de todo esmorecido, e organisando-se os batalhões nacionaes em 1840, foi incorporar-se no batalhão do commercio, em que logo ganhou o posto de alferes, longe de pensar em interesses pecuniarios, porque os voluntarios d'aquelles batalhões, como se sabe, não recebiam soldo, e tinham além d'isso de se fardarem á sua custa. Dedicado á causa da rainha D. Maria II, desde essa epoca começou a prestar relevantes serviços ao governo e ao commercio, fazendo tambem parte da Associação Mercantil Lisbonense e da Sociedade Maritima, instituições feitas com o firme proposito do desenvolvimento do commercio nacional e estrangeiro. Em 1841 pertenceu á commissão que o governo nomeou para auxiliar as victimas das inundações, que n'aquelle anno houve nos campos do Ribatejo, e mais tarde tambem foi chamado para a commissão encarregada de procurar meios de soccorros para os infelizes que o terremoto da Villa da Praia reduziu a miseria. Em 1844, sendo ministro o conde de Tojal, o paiz atravessou uma terrivel crise financeira, luctando com enormes difficuldades pela falta de recursos e de credito, porque já ninguem confiava no governo, e por isso lhe negavam o auxilio. N'estas circumstancias tão especiaes, foi o visconde de Bessone quem tomou a iniciativa de salvar o governo, empregando todo o credito de que dispunha, e emprestando ao estado repetidas e consideraveis sommas, o que muito honrosamente

Visconde de Bessone

consta das portarias do thesouro publico de 17 de janeiro, de 12, 17 e 29 de fevereiro, e de 17 de outubro de 1844. E' muito lisongeiro o agradecimento que recebeu em nome da rainha, e onde se lia: «a sua muita dedicação, espontaneidade, solicitude, e valiosos serviços prestados á causa publica.» N'um decreto, que tem a data de 17 de fevereiro de 1844, tambem a rainha agradece a *espontaneidade* com que Thomaz Maria Bessone se prestou a fazer adeantamentos para occorrer ás despezas do ministerio da marinha com a partida para Angola do governador geral e mais empregados. A grande influencia de que dispunha o dedicado capitalista, fez-lhe alcançar a eleição de vereador da camara municipal de Lisboa, para que obteve 5:853 votos no biennio de 1845-1846, sendo então presidente o conde de Porto Covo. Em 1846 fez parte da commissão que se elegeu em janeiro, para soccorrer os habitantes de Cabo Verde que estavam em crise assustadora, por causa da guerra civil. O tio de Thomaz Bessone era n'essa epoca presidente da direcção do Banco de Lisboa, o qual, ajudado com a influencia de que dispunha, pôde auxiliar importantemente o governo durante a terrivel crise que todo o paiz soffria n'esse tempo. O Banco de Portugal, em que se transformou o antigo Banco de Lisboa, não podia talvez fortalecer-se, se não fôssem as relações de amisade que existiam entre Bessone e o prior de Guimarães, D. Marcos Pinto Soares Vaz Preto. Estas relações valeram mais tarde ao Banco, em 1861, evitando que elle liquidasse, como o desejava Fontes Pereira de Mello, pela lucta que sustentou com a direcção ácerca do fundo de amortisações. Póde dizer-se que a firma da casa Bessone, juntamente com a de seu tio, formaram uma forte alliança, que salvou o Banco da completa ruina. O visconde de Bessone foi membro de muitas commissões: em 1849, para a reconstrucção da entrada da ponte d'Algés a Oeiras; em 1882, para se prestarem soccorros ás familias dos naufragos do vapor *Porto;* em 1853, de soccorros que se prepararam, quando se receava a invasão da cholera-morbus, e em 1856 cedeu valiosos donativos aos asylos do Campo Grande, prestando tambem n'esse anno muitos serviços pecuniarios ao governo, que então era presidido pelo duque de Loulé. No biennio de 1850-1851 tornou a ser vereador da Camara Municipal. Quando se organisou uma companhia de salva vidas no porto de Lisboa, não foi esquecido o nome de Thomaz Maria Bessone. A sua casa tornara-se ainda mais poderosa desde 1855, pelo fallecimento de seu tio, que o deixara herdeiro de toda a sua collossal fortuna. Em 1857 fundou-se uma colonia agricola europea na bahia de Pemba, provincia de Moçambique, e Bessone foi chamado para o logar de thesoureiro, subscrevendo logo com 500$000 réis, constituindo-se assim um dos subscriptores mais importantes. Em 14 de abril seguinte assumiu o cargo de vogal na commissão de reforma das alfandegas. As portarias do ministerio da marinha de 26 de abril e de 3 de agosto de 1858 falam ácerca dos serviços prestados ás colonias portuguezas, agradecendo ao benemerito capitalista a franqueza e promptidão desinteressada com que offereceu a sua escuna *Enigma* ao governador de Moçambique para serviço do estado, assim como por ter logo annuido

a pagar pela sua casa commercial de Moçambique a quantia mensal de 2:000$000 réis para occorrer ás despezas da estação naval d'aquella provincia, pedido que lhe fôra feito officialmente. Tomando sempre parte em todas as commissões de beneficencia, em diversas epocas, não podia ser insensivel ás desgraças causadas em 1856 e 1857 pelas epidemias da cholera-morbus e da febre amarella, e assim dispendeu valiosas quantias em soccorro dos orphãos e das familias que ficaram desamparadas. Apezar de tantas preoccupações, o visconde de Bessone acceitou, a pedido do patriarcha, o ser membro da commissão encarregada dos melhoramentos do seminario de Santarem. Foi ainda e visconde de Bessone quem em 1861 redigiu o projecto quando o governo, então presidido pelo marquez de Sá da Bandeira, intentou organisar uma empreza de navegação para Moçambique; n'esse mesmo anno tambem fez parte da commissão directora da exposição dos productos nacionaes em Lisboa e Londres. Em 10 de abril foi nomeado procurador á Junta Geral do Districto, sendo tambem vogal nato da Sociedade Agricola de Lisboa. Em 1863 foi quem fundou a empreza dos planos inclinados em Porto Braudão, um dos melhoramentos mais importantes. O nome de visconde de Bessone andava sempre ligado a todas as instituições de caridade, e a todas as emprezas estabelecidas em proveito da prosperidade do commercio e da industria nacionaes; os seus navios formavam uma pequena esquadra, e navegavam sempre para todos os pontos, mesmo os mais distantes, e por toda a parte o seu nome se tornou conhecido e considerado. O movimento da casa Bessone era importantissimo, com especialidade em vinhos. Quando se realisou a abertura do canal de Suez, o governo mandou a corveta *Estephania* assistir á cerimonia; aconteceu, porém, que desarvorou, e teve de voltar para Lisboa. A casa Bessone havia enviado tambem por sua conta a galera *Viajante*, que seguiu, assistindo á solemnidade maritima, honrando assim o nome e a bandeira portugueza, que d'outra fórma não conseguiria fazer-se representar. A galera *Viajante* era de *teca*, madeira da India, e fôra construida em Damão. Apresentando-se em Suez como representante de Portugal, via se toda embandeirada em arco como os demais navios, e tornou-se muito notavel, principalmente em Port-Said, onde esteve fundeada junto do navio francez que conduzia a imperatriz Eugenia. Infelizmente a fatalidade veiu ferir aquelle bondoso e prestimoso caracter; amigos que lhe mereciam toda a confiança, concorreram muito para os infortunios de que foi victima, nada, porém, pôde deslustrar o seu nome nem desmerecer o respeito e consideração que todos lhe consagravam. A uma série de infortunios seguiu-se a fallencia aberta no Banco de Portugal, factos que estão publicados n'um volumoso livro de justificação. Isto deu causa a graves perdas, figurando a de 45:000$000 réis, com a casa de Moçambique, de que se aproveitaram duas casas commerciaes de Marselha, que, vendo-se livres da unica casa bancaria que temiam, estabeleceram filiaes em Moçambique e em outros pontos. El-rei D. Luiz, que sempre respeitou muito o importante capitalista, a exemplo de seu irmão, D. Pedro V, e de sua mãe, D. Maria II, não precisou da sua justificação, e antes que ella se publicasse, agraciou-o com o titulo de visconde de Bessone, por decreto de 22 e carta de 26 de outubro de 1870, em remuneração de serviços valiosos prestados ao paiz. O visconde de Bessone casou a 9 de fevereiro de 1839 com D. Maria do Carmo Faria, filha de Sebastião Antonio Faria, negociante da praça do commercio de Lisboa, e de sua mulher, D. Joaquina Helena Schiappa de Faria. Fallecendo esta senhora a 26 de março de 1854, passou a segundas nupcias a 2 de abril de 1859, com D. Thereza Messier de Claye. Os ultimos annos de vida, passou-os o visconde de Bessone entregue aos cuidados de sua familia na magnifica propriedade que possuia na Penha Longa a que dedicava particular affeição. V. *Cintra (Penha Longa em)*.

Bessoro Bitou. Pov. e jurisdicção do reino de Luca, na ilha de Timor, Oceania.

Bésta. Arma antiga de arremesso que consistia n'um arco de aço ou de madeira, cuja corda se retesava por meio d'uma móla, e que disparava pelouros ou settas. Havia a bésta de *gorrucha* com que despediam garrochas, virotes ou virotões, a de *bodoque*, que servia para atirar balas de barro, a de *pelouro* com que se atiravam balas de chumbo, e a que tambem se chamava *escorpião*. Os bésteiros hervavam as settas com *helléboro*, uma herva venenosa, que em Portugal se chamava *herva bésteira*. Havia outra especie de bésta, cujo tiro era feito por meio d'uma roldana, chamando-se por isso aos que a usavam, *bésteiros de polé*. Ainda se contavam outras classes, que eram os *bésteiros da camara*, *bésteiros de cavallo*, *bésteiros de garincha*, *bésteiros de fraldilha*, *bésteiros do mar*, *bésteiros do monte* e *bésteiros do couto*. No tempo d'el-rei D. Manuel, a 4 de maio de 1498, fôram todos extinctos, com excepção dos *bésteiros do monte*, apezar de durarem ainda por algum tempo em varias provincias. Os *bésteiros do couto* formavam perfeitamente, do tempo de D. João I em deante até ao fim da edade média, o exercito democratico, o exercito municipal. *Bésteiros do couto* eram os bésteiros arrolados, fornecidos por cada municipio, commandados cada troço pelo seu anadel, e todos elles pelo anadel-mór, e que, usando da bésta, do pique ou lança ferrada, constituiam perfeitamente em Portugal uma milicia similhante á dos *yeomen* inglezes, que eram tambem os bésteiros das communas como os nossos bésteiros do couto.

Bestança ou Bastança. Rio da prov. da Beira Alta. N. n'um lago, no sitio do Outeiro das Donas, na serra do Espinheiro, ramo do Parnaval. Morre na margem esquerda do Douro, entre Porto Antigo e Souto do Rio, com 12 k. de curso. Na margem direita, a 6 k. da sua nascente, estão as ruinas do castello ou torre da Chan, ou de Villar da Chan. Tem duas pontes de cantaria lavrada, uma perto da sua foz, na freg. de Fontoura, outra na aldeia de Pias, freg. de Sinfães; ambas d'um só arco. As margens, nos sitios cultivados, são muito ferteis Em parte, é o rio orlado de frondoso arvoredo fructifero e silvestre.

Bestares. Logar na freg. de S. Thiago, de Lustosa, conc. da Louzada, distr. do Porto.

Besteira. Logar na freg. de S. Bartholomeu da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Casaes na freg. de S. Salvador, conc. e distr. de Santarem. || Quinta na freg. de Santo

André, de Boidobra, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Besteira de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Graça, de Aguas Bellas, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Dois casaes na freg. de Sant'Anna, de Carnota, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Besteirinho. Logar na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro. || Monte na freg. de N. S.ª das Brotas, conc. de Móra, distr. de Evora.

Besteiro. Officio que tinha Regimento na Collecção dada pelo Senado de Lisboa em 1572.

Bésteiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pelmá, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de Santa Eufemia e conc. de Penella, distr. de Coimbra. || Logar na freg de N. S.ª da Conceição, de Alvorge, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || Logar na freg. de Santo Adrião, de Sontello, conc. de Vieira, distr. de Braga, || Logar na freg. de S. Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e distr. de Leiria. || Monte na freg. de N. S.ª de Brotas, conc. de Móra, distr. de Evora.

Bésteiros *(Fr. João de).* Religioso da ordem de S. Bernardo, que viveu no seculo XII. Foi um dos primeiros que habitaram o convento de Alcobaça. Escreveu em latim a vida do arcebispo S. Thomaz de Canterbury, obra que terminou no anno de 1185. Este manuscripto existiu por muito tempo na bibliotheca do convento, e tem o seguinte titulo: *Vita, & quamplurima miracula S. Thomæ Archiepiscopi Cantuariensis, qui passus est sub Henrico Rege Angliæ anno 1170.*

Bésteiros. Soldados da edade media, que usavam de um instrumento de guerra chamado *bésta* que arremessava settas como as balistas despediam pedras, ou quadrellos, que eram uns garrochões, ou lanças de quatro quinas. V. *Bésta.*

Bésteiros. Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Minho, conc. e com. de Amares, distr. e arceb. de Braga; 379 hab. e 101 fog. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada no principio da encosta O do monte de S. Pedro Fins. Fórma hoje uma só freg. com a de S. Salvador de Bésteiros que lhe fica annexa, a qual pertenceu antigamente á camara de Vianna do Castello, e fica situada n'uma planicie fertil e alegre, d'onde se avista Penafiel, o castello de Lanhoso, a serra do Carvalho, e outras povoações e montes. O arcebispo de Braga apresentava o abbade, que tinha 400$000 réis de renda. Foi antigamente concelho, tendo juiz ordinario, vereadores e camara. Hoje, conforme se disse, está annexa á freg. de S. Paio de Bésteiros, constituindo uma só freguezia. Antes d'esta juncção, o abbade de S. Paio de Bésteiros era da apresentação ordinaria, e tinha de rendimento 300$000 réis. A egreja é muito antiga. Foi reedificada em 1747, sendo, porém, antiquissimo o retabulo da capella-mór, provavelmente o da primitiva egreja, e achando-se em completo estado de ruina, collocou-se em 1862 um novo retabulo, encontrando-se n'essa occasião no altar-mór, que era todo de pedra, uma pequena pia tambem de pedra, contendo uma caixa de metal com varias reliquias e um pergaminho, muito gasto do tempo, escripto pelo abbade, que era o licenciado Pedro de Carvalhaes, o qual dizia que no dia 25 de agosto de 1614, fazendo visita á egreja o conego da sé de Braga, Miguel Sequeira Pinheiro, se abrira o altar de S. Paio, e que dentro d'uma caixa de pau, muito gasta pelo tempo, se encontraram muitas reliquias. E declarava os santos a que ellas pertenciam. No reverso do pergaminho lia-se uma declaração do abbade Diogo da Costa, em que se dizia, que as reliquias haviam sido encontradas em 1747, quando se demolira a capella-mór para se fazer de novo. A declaração tinha a data de 4 de julho de 1748. N'esta egreja fôra erecta a irmandade de N. S.ª do Amparo, pelo abbade Pedro de Carvalho e João Machado de Azevedo, em 1655, e ali se conservou até 1705, anno em que passou para a freguezia de Amares. N'esta freg. ha 3 capellas: S. Antonio, S. Bento e Sant'Anna. Tambem aqui existe, no sitio chamado *Lama da Quinta*, uma nascente de aguas ferreas. Besteiros tem caixa do correio e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8, com a séde em Braga. Em Bésteiros até ao presente só se tem publicado o seguinte jornal: *Folha de Bésteiros* (A) 1896; que pouco tempo durou. Em 1900 ainda se publicava. || Pov. e freg. de S. Cosme, da prov. do Douro, conc. e com. de Paredes, distr. e bisp. do Porto; 474 hab. e 188 fog. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada no grande valle de Sousa, d'onde se descobre Penafiel e varias freguezias, a serra do Marão e outras. O abbade tinha de rendimento 400$000 réis, e era apresentado alternativamente pelo papa, pelo bispo do Porto e pelos frades do convento de Cette. A terra é fertil. Por meio da freguezia passa o ribeiro da Figueira, que se junta ao da Magdalena. Bésteiros tem annexa a freg. de Cristellos, de orago S. Miguel, cujo abbade era apresentado pelo visconde de Villa Nova da Cerveira, tendo de rendimento 200$000 réis. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 18, com a séde no Porto. || Antigo concelho, que se denomina de *Tondella*, por ser esta villa a sua capital (V. *Tondella*). || Pov. e freg. de S. Thiago (V. *S. Thiago de Bésteiros*). || Pov. e freg. de Santa Eulalia (V. *Santa Eulalia de Bésteiros*). || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Alegrete, conc. e distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de Santo Antonio, de Ameixial, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Pov. na freg. de Espirito Santo, conc. de Mertola, distr. de Beja. || Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Fonte Longa, conc. de Carrazêda de Anciães, distr. de Bragança. || Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Freixianda, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Quintiães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov na freg. de S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Travanca, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de Santa Clara-a-Velha, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Logar na freg. de S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Marcos da Serra, conc. de Silves, distr. de Faro. || Logar na freg. de S. Mamede, de Matta Mourisca, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Casal na freg. de

Santo Ildefonso, de Montargil, conc. de Ponte do Sôr, distr. de Portalegre. || Casal na freg. de Santo Antonio, de Raposa, conc. de Almeirim, distr. de Santarem. || Monte na freg. de N. S.ª das Brotas, conc. de Móra, distr. de Evora. || Monte na freguezia de Sant'Anna, concelho de Portel, districto de Evora. || Quinta na freguezia de Santo Antão, de Benespera, conc. e distr. da Guarda. || Serra da prov. do Douro, que divide o concelho de Vouzella do de Tondella. Lança varios braços, dos quaes um é a serra d'Alcófra. Tem 6 k. de comprimento e 1:500 m. de largura. E' muito abundante d'aguas, mas pedregosa, produzindo apenas mattos e loendros. Cria muito gado e bastante caça. || Valle, na prov. da Beira Alta, 18 k. a O de Vizeu, situado entre as serras da Estrella e Caramullo. Este valle é conhecido com o nome de Bésteiros ha mais de 2:000 annos, porque tinha já este nome no tempo dos turdulos. Compõe-se das freguezias de Santa Eulalia, Castellões, S. Thiago, parte da de Gardão, e varias aldeias e quintas (V. *Santa Eulalia* e *S. Thiago de Bésteiros*, *Castellões* e *Gardão*, do concelho de Tondella. O valle é ameno e muito fertil, abundante de fontes e ribeiros. Dizem que n'este sitio existiu um convento de frades benedictinos, muito antigo, ignorando-se quem foi o fundador. Em 1236 chamava-se o *mosteiro de Frávegas*, e depois se disse de *Frágoas*.

Betalbatim. Pov. da India, distante 8 k. de Margão, e 25 da cidade de Nova Gôa, na costa O da provincia de Salsete, comarca e districto d'este nome, arcebispado de Gôa. Freguezia de N. S.ª dos Remedios.

Betalbim. Freguezia do concelho de Salsete, na India.

Betaul. Pov. no centro da provincia de Pondá, distr. com. e arceb. de Gôa. Dista 26 k. da cidade de Nova Gôa.

Bete. Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freguezia de Santo André de Brancavará, do concelho de Diu, na India.

Betello. Logar na freg. de Santa Leocadia, de Travanca, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Betesga ou **Bitesga.** Ruasinha estreita ou becco sem saida.

Bethania *(D. Fr. Marcos de)*. V. *Lisboa (D. Fr. Marcos de)*.

Betilhão. Logar na freg. de S. Thiago, de Gagos, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Betoca *(Quinta da)*. Na freg. de S. João Baptista, de Ligares, conc. de Freixo de Espada á Cinta, distr. de Bragança.

Betocas e Novellos. Pov. na freg. de Santa Maria, de Meinedo, conc. da Louzada, distr. do Porto.

Betorá. Regedoria do concelho de Pondá, districto de Gôa, na India, abrangendo a povoação de Curty.

Betqui. Povoação da regedoria de Candolá, concelho de Pondá, districto de Gôa, na India.

Bettamio d'Almeida *(Sebastião)*. Pouco podemos dizer ácerca d'este notável chimico e escriptor do seculo XIX, por não ter sido possivel alcançar esclarecimentos para a sua biographia; só conhecemos uns folhetins publicados no *Jornal do commercio*, e que se occupavam brilhantemente da alimentação popular, folhetins em que o homem de sciencia e o homem de letras estavam a egual altura na mesma individualidade. Como chimico, Bettamio d'Almeida indicava quaes os alimentos mais nutrientes, e por isso mesmo indispensaveis para regular a conservação da vida e da saude; como folhetinista, dirigia-se com notaveis bellezas litterarias, aos paes que educavam seus filhos para empregados publicos, justamente a classe que, pela exiguidade de recursos, tem de alimentar-se peior. Então, em face d'esta triste verdade, Bettamio d'Almeida convidava os paes a mandarem seus filhos frequentar as aulas dos institutos populares, d'onde podiam sair com o conhecimento pratico de uma industria qualquer, que lhes permittiria viver na abundancia tranquilla dos artistas trabalhadores e honrados..

Bettencourt. D'este appellido existem em Portugal familias, descendentes de francezes que em 1417 vieram ás Canarias, passando d'ali ás ilhas dos Açôres e da Madeira, onde se estabeleceram. Ainda hoje ha n'estas ilhas casas importantes d'este appellido. Tem por armas, em campo de prata um leão de preto rompente, armado de vermelho; timbre o mesmo leão.

Bettencourt *(Fr. Antonio de)*. Religioso da ordem de Santo Agostinho. N. em Angra do Heroismo. Ignora-se a data do nascimento e do fallecimento. Era filho de José de Bettencourt e Vasconcellos da Silva, fidalgo cavalleiro da Casa Real, cavalleiro professo da ordem de Christo, capitão-mór da cidade de Angra, e de sua mulher, D. Maria Magdalena Corte Real do Canto. Entrou na ordem de Santo Agostinho em 1714, e passando a Portugal dictou as sciencias severas. Depois de jubilado em theologia, voltou á patria, onde foi prior dos conventos de S. Miguel, de Ponta Delgada e de Angra, vigario provincial e examinador synodal. Escreveu: *Oração funeraria prégada nas sumptuosas exequias da Senhora D. Maria Ursula Brum Corte Real da Silveira em o Mosteiro de Santo André da Cidade de Ponta Delgada da Ilha de S. Miguel em 8 de Agosto de 1742*, Lisboa, 1750. Deixou em manuscripto: *Breve periodo da famosa vida e virtuosas acções da Veneravel Maria Francisca do Livramento, Religiosa no Serafico Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança da Ilha de S. Miguel.*

Bettencourt *(P. Antonio)*. Jesuita. N. na ilha de S. Miguel a 3 de outubro de 1679, fal. em Lisboa, no collegio de Santo Antão, a 5 de setembro de 1738. Era filho de Manuel Bettencourt e Sá, e de D. Barbara Tavares da Silva, ambos descendentes de familias illustres d'aquella ilha. Partiu para a India, deixando a patria e seus paes, e na cidade de Gôa entrou na Companhia de Jesus, tendo apenas 15 annos de edade, a 18 de março de 1695, professando a 15 de agosto de 1712. Estudou as letras humanas, applicando-se depois com o maior aproveitamento ás sciencias superiores. Da Asia veiu á Europa, sendo sempre o seu talento muito apreciado, consultado como theologo e ouvido como orador evangelico. Dos seus sermões publicaram-se alguns: *Sermão da Soledade da May de Deus prégado na Santa Egreja Patriarchal em 30 de Março de 1736*, Lisboa, 1736; *Sermões varios*, Lisboa, 1739.

Bettencourt *(Antonio João da França)*. Presbytero secular, doutor em theologia pela Universidade de Coimbra, e lente d'esta faculdade. N. na Calheta, ilha da Madeira, a 19 de outubro

de 1827, fal. em 1880 ou 1881. Tinha o mesmo nome que seu pae. Doutorou-se a 20 de julho de 1862, publicando n'essa occasião as suas *Théses ex Universa Theologia.* Fez parte da commissão nomeada em 9 de março de 1867 para execução da portaria de 10 de janeiro do mesmo anno, relativa aos livros que pertenceram ás extinctas corporações religiosas, e á catalogação e applicação dos mesmos livros. Falleceu doido.

Bettencourt *(Augusto Cesar de).* Capitão da guarda municipal, director da cadeia do Limoeiro. Depois de fazer serviço na guarnição de Lisboa, foi para a Africa Oriental servindo como capitão de policia em Lourenço Marques, logo depois d'esse corpo se ter insubordinado; depois fez parte da repartição de minas, com a séde n'aquella cidade. Quando se deu o caso da *South Africa Company*, foi com as forças portuguezas para Macequece, onde se bateu valentemente, ficando ferido na garganta e no pulso direito. Tem diversas condecorações, em que se conta a ordem da Torre e Espada.

Bettencourt *(Caetano de Andrade Albuquerque).* A paginas 134 do nosso 1.º volume démos uma breve noticia a seu respeito, por falta de esclarecimentos biographicos e ignorarmos o seu nome completo, pois que vulgarmente era conhecido por dr. Caetano de Andrade e Albuquerque, e tambem por dr. Caetano de Andrade. Remediamos hoje esta falta. Apezar de não ser natural da ilha de S. Miguel, por ter nascido em Roma a 21 de janeiro de 1844, sendo ali baptisado a 24 de abril do referido anno, veiu muito creança para Ponta Delgada, patria da sua familia, que tambem ficou sendo sua patria e onde falleceu a 15 de março de 1870. Era filho de Caetano de Audrade de Albuquerque da Camara. Veiu para Coimbra cursar na Universidade a faculdade de direito, em que se formou no anno de 1869, doutorando-se a 10 de julho de 1870. Regressou então á ilha de S. Miguel, e desde essa epoca até á data do seu fallecimento prestou os mais desinteressados serviços, sempre em actividade, no desempenho de cargos publicos, na administração de estabelecimentos de caridade, no parlamento advogando os interesses insulanos, nas campanhas eleitoraes, que o tornou muito considerado e respeitado. Entrando na politica, filiou-se no partido progressista, e em 1879 propoz-se a deputado pelo circulo da Ribeira Graude, mas perdeu a eleição; dois annos depois, em 1881, Ponta Delgada o elegeu para seu representante em côrtes, e o dr. Caetano d'Andrade deu então entrada no parlamento. Exerceu diversos e importantes cargos em Ponta Delgada. Em 1890 assumiu a presidencia da camara municipal; foi provedor da Santa Casa da Misericordia; mais d'uma vez fez parte do conselho do districto, da antiga e da moderna Junta Geral, da commissão districtal, da Sociedade de Agricultura, de que foi presidente, da commissão autonomica, da commissão de vigilancia, presidente da direcção do *Asylo da infancia desvalida*, da assembléa geral da *Companhia de Seguros Açorianos*, da fabrica de Santa Clara, socio da Sociedade de Geographia de Lisboa, etc. Sendo secretario da Junta Geral, foi o autor das consultas dirigidas ao governo em 18 de dezembro de 1872, em 8 de janeiro e 18 de dezembro de 1877, sobre a instrucção publica, pharoes, cadeias comarcãs, estabelecimento thermal das Furnas, porto artificial, nova alfandega, telegraphia eletrica, emigração, navegação costeira, imposto do sello, contribuição predial, o tabaco tanto nos Açôres como na Madeira, imposto sobre a exportação da laranja para as obras do porto artificial, o julgado municipal do Nordeste, representação do districto em côrtes, serviço postal, observatorio meteorologico, etc. Em 1893 escreveu o ante-projecto da autonomia administrativa dos Açôres, collaborando no projecto que depois foi apresentado á camara electiva. Escreveu em diversos jornaes: *Persuasão, Povo açoriano, Diario dos Açôres, Correio michaelense, Archivo dos Açôres, Autonomia dos Açôres, Clamor popular, Descentralisação, Alvorada, Commercio de Portugal*, e em muitos outros jornaes dos Açôres e do continente do reino. No tempo de estudante em Coimbra, contando apenas 18 annos, redigiu um semanario, que appareceu em manuscripto no dia 16 de janeiro de 1862, intitulado *A tesoura*, de que sahiram 20 numeros. A sua estreia jornalistica foi em Coimbra, na *Chrysalida*, em numero commemorativo do 1.º de dezembro de 1863. Em 1869 publicou em Coimbra um livro *Horas de estudo.* O producto da venda dos exemplares mandados para S. Miguel reverteu a favor do *Asylo da infancia desvalida.* Publicou em 1870 a sua dissertação inaugural: *Direitos dos operarios*, que foi traduzida em hespanhol. Tem mais os seguintes trabalhos: *A liberdade de consciencia, Propriedade municipal como logradouro commum, Bento Goes, Das machinas, No perystilo, A Delfina do mal* (critica), e *Ensaios de agricultura.* Sob esta epigraphe estão englobados: *Revista agricola, Irrigações, Relatorio apresentado á Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense pela sua direcção no dia 30 de janeiro de 1875, Relatorio da 5.ª secção da Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense sobre a cultura do trigo no districto de Ponta Delgada, Commissão Vinicola Michaelense, relatorio dos seus trabalhos de 1886 a 1887 sobre o vinho da uva americana «Izabella» apresentado á Sociedade Promotora da Agricultura no districto de Ponta Delgada.* Os seus *Trabalhos de Jurisprudencia* reunem em volume a sua dissertação inaugural e as *Theses selectas de Direito*, approvadas em congregação de 9 de março de 1870. Depois da sua morte, encontraram-se muitos papeis com escriptos seus incompletos, e uns cadernos contendo: *As minhas viagens*, 1861; *Um mez no Bussaco, Umas ferias, Apontamentos de viagem*, 1867, tudo subordinado ao titulo de *Contos e impressões de viagem.* O dr. Caetano de Andrade era senhor da melhor galeria de quadros dos Açôres. Nas Furnas, nas Sete Cidades e em Ponta Delgada possuia magnificos jardins. Viajou mais d'uma vez pela Europa, tinha uma vasta e profunda illustração, especialmente sobre assumptos de politica e de litteratura. Era commendador das ordens de N. S.ª da Conceição e de Christo, tendo recusado o titulo de conde e a commenda de S. Thiago. Casou em 20 de outubro de 1873 com a sr.ª D. Izabel Maria Raposo do Amaral, filha do sr. José Maria Raposo do Amaral, par do reino e chefe do partido progressista na ilha de S. Miguel.

Bettencourt *(Emiliano Augusto de).* Architecto, pertencendo n'esta qualidade ao corpo auxiliar de engenharia civil. N. em Belem a 12 de

novembro de 1825, fal. em Lisboa a 5 de junho de 1886. Sendo extincto o corpo auxiliar de engenharia civil, passou a servir na repartição technica do ministerio das obras publicas como desenhador de primeira classe, reformando-se pouco depois. Era socio da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos portuguezes, membro fundador da Sociedade de Geographia de Lisboa, socio da Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes. Escreveu: *Descobrimentos, guerras e conquistas dos portuguezes em terras do ultramar nos seculos* XV *e* XVI, Lisboa 1881 a 1882; no anno de 1870 publicou tambem em Lisboa um *Diccionario chrorographico de Portugal.* Foi tambem autor de cartas geographicas, que fôram premiadas nas exposições de Lisboa e Porto.

Bettencourt *(João de Bettencourt Vasconcellos Corrêa d'Avila, visconde de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão a seus maiores, por alvará de 5 de março de 1850; senhor de vinculos nas ilhas Terceira e Graciosa e abastado proprietario. N. a 17 de agosto de 1835, fal. em junho de 1903. Era filho de Diogo de Bettencourt Vasconcellos Corrêa d'Avila, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher, D. Anna Emilia Bettencourt. Casou em 1859 com D. Maria Adelaide de Magalhães Menezes Perfeito de Aragão Sauzêdo, filha de José de Magalhães Menezes Villas Boas, da casa do Paço de Villas Boas, em Barcellos; moço fidalgo com exercicio na Casa Real, alvará de 19 de novembro de 1822; e de sua mulher, D. Anna Adelaide Perfeito de Aragão Sauzêdo, das casas do Paço e Corredoura, em Lamego. O titulo de visconde foi concedido por el-rei D. Luiz I, pelo decreto de 13 de novembro de 1873, e carta de 11 de julho de 1874. O brazão d'armas é o dos Bettencourts, que já descrevemos (V. *Bettencourt*). Seu filho, Diogo de Bettencourt Vasconcellos Corrêa d'Avila é hoje o sr. conde de Corrêa Bettencourt.

Bettencourt (*Manuel José Pereira*). Natural da ilha Terceira. Foi um dos membros da direcção da *Associação educadora do sexo feminino* no collegio de D. Maria II, em Angra do Heroismo. Escreveu: *Reflexões juridicas que pela autorisação do artigo 274.º da reforma judiciaria offerece o advogado do autor, o conselheiro Francisco de Menezes Lemos de Carvalho, na causa de reivindicação que este promove a sua sobrinha D. Maria Benedicta de Lemos e Carvalho, sobre os bens e papeis dos vinculos*, etc., Angra do Heroismo, 1851. No fim tem as iniciaes do autor: *M. J. P. B.*

Bettencourt (*D. Maria do Monte de Sant'Anna e Vasconcellos Moniz de).* Escriptora, natural da ilha da Madeira, onde falleceu em 1893. E' autora dos romances, que estão publicados, com os titulos de: *O cura de S. Lourenço e D. Branca ou a mesa de prata de el-rei D. Diniz.*

Bettencourt (*Nicolau Anastacio de*). Cavalleiro e commendador das ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição, governador civil de diversos districtos, etc. N. no Funchal a 14 de fevereiro de 1810, fal. em Angra do Heroismo a 7 de março de 1874. Era filho do dr. Anastacio Moniz de Bettencourt e de D. Anna Jacinta de Bettencourt Pitta. Matriculou-se no anno de 1825 na Universidade de Coimbra nas faculdades de philosophia e mathematica. Quando se formou por essa epoca o batalhão academico destinado a defender os principios proclamados pela revolução, abandonou os estudos assim como a maior parte dos condiscipulos, e correu a alistar-se, partindo com o batalhão para a campanha da Beira, ás ordens do conde de Villa Flôr, depois duque da Terceira, que combatia as forças do partido absolutista commandadas pelo marquez de Chaves. Em 1828, como liberal convicto, novamente tomou as armas, e entrou nas acções da Cruz de Moroucos e da Ponte do Vouga. Emigrou depois para a Galliza com a divisão constitucional, seguindo d'ahi para Inglaterra, passando á Terceira, chegando a Angra do Heroismo a 14 de fevereiro de 1829. Acompanhava o batalhão de voluntarios da rainha, que tinha por primeira companhia o corpo academico. Entrou na batalha da Villa da Praia da Victoria a 11 de agosto de 1829; sendo preciso libertar do jugo oppressor as ilhas do Fayal, Pico, S. Jorge e S. Miguel, formaram-se expedições, que Nicolau Bettencourt tambem acompanhou, e assistiu á acção da Ladeira a Velha em 2 de agosto de 1831. Organisando-se a expedição do exercito libertador, tambem ali se incorporou, e sahindo da ilha Terceira a 23 de abril de 1832, foi desembarcar nas praias do Mindello a 8 de julho do mesmo anno. Fez parte do destacamento de voluntarios que se bateu com toda a valentia na acção da Serra do Pilar em 14 de outubro de 1832. Todos estes feitos fôram galardoados com a medalha n.º 9 das campanhas da liberdade. A sua carreira administrativa começou em abril de 1833, em que foi nomeado por D. Pedro IV, como regente de D. Maria II, secretario geral da perfeitura d'Angra do Heroismo, cargo que exerceu até novembro de 1836, em que teve transferencia para o districto de Ponta Delgada, exercendo ali interinamente os logares de administrador geral e depois de governador civil. Por decreto de 23 de novembro de 1843 foi Nicolau Anastacio de Bettencourt collocado no districto de Aveiro, onde dirigiu a administração publica nas difficeis circumstancias em que estava o paiz n'aquella epoca. Por decreto de 13 de novembro de 1844 foi nomeado secretario geral do districto de Angra do Heroismo, e em 1 de dezembro seguinte governador civil do mesmo districto. Procedeu então a muitos melhoramentos; deu grande impulso á instrucção publica fundando escolas, concorrendo muito para a organisação do Lyceu Nacional, e animando todos que se dedicavam ás lides litterarias. Durante o seu governo estabeleceu-se devidamente em Angra a alfandega, lyceu, paço da justiça, cadeias, etc.; reconstruiu-se o caes da alfandega, começaram-se os trabalhos para o complemento da estrada militar entre a Villa da Praia da Victoria e a cidade, fizeram-se varias muralhas para defeza do litoral e lançou-se a pedra fundamental da nova egreja da freguezia de Belem. Em 16 de abril de 1853 inaugurou-se o Asylo de Infancia Desvalida, edificio importante. O asylo e a Caixa Economica, que tambem estabeleceu, immortalisaram o nome de Nicolau Anastacio de Bettencourt. Tendo sido nomeado governador civil da Horta, continuou n'aquelle districto as suas obras benemeritas, procedendo a muitos e uteis melhoramentos. Veiu depois para o continente, e exerceu o cargo de governador civil em Aveiro, onde tambem fundou uma caixa economica. Terminou a sua carreira administrativa, sendo governador civil de Porta-

legre, em que mais tarde, no anno de 1862, se aposentou por causa dos seus soffrimentos. Em 2 de julho d'esse anno partiu para a casa da sua residencia de Angra do Heroismo, entregaudo-se á tranquillidade da vida familiar, onde falleceu. Nicolau Anastacio de Bettencourt era fidalgo cavalleiro da Casa Real, tinha a carta de conselho e as condecorações em que se falou. Publicou varios artigos de economia politica e social no *Jornal do Gremio Litterario*, de Angra do Heroismo. Deixou ineditos diversos discursos e poesias, uma *ode*, intitulada: *Oriente e poente*, que dedicou a sua filha, e em 14 de fevereiro de 1868 publicou um soneto biographico dedicado á sua familia. Tambem publicou, mas sem o seu nome: *Exposição dos factos que se deram no districto de Angra do Heroismo, relativamente á exportação de cereaes no presente anno agricola*, Lisboa, 1857. No anno de 1848 sahiu na imprensa do governo uma curiosa collecção de escriptos administrativos de Nicolau Anastacio de Bettencourt.

Bettencourt *(Nicolau Antonio Borges de)*. Capitão do batalhão civico e coronel de milicias. N. em Ponta Delgada no anno do 1800, fal. na referida cidade a 16 de novembro de 1875. Era descendente de familia muito distincta; seu avô, Antonio Borges de Betteneourt, fôra governador militar de S. Miguel, e quem intimou aos jesuitas a ordem de expulsão d'aquella ilha, no tempo do marquez de Pombal. Teve praça de cadete no batalhão chamado da terra de 1.ª linha, e n'elle serviu com distincção até á epoca das luctas constitucionaes, que implantaram o actual regimen politico. O movimento de 1831, que franqueou a ilha de S. Miguel ás forças constitucionaes em seguida á acção de Ladeira a Velha, já contou como activo auxiliar Nicolau Antonio Borges de Betteneourt. Em Ponta Delgada, na regencia do duque de Bragança, D. Pedro IV, emquanto se organisou a expedição dos 7:500 bravos que vieram desembarcar nas praias do Mindello, fôram valiosos os seus serviços. Datam d'esse tempo as suas mais energicas lides politicas, não deixando nunca de exercer funcções publicas que sempre desempenhou com a maior competencia. Depois da partida para o Porto da expedição constitucional, Borges de Bettencourt, sendo capitão d'uma companhia do batalhão civico, commandou os destacamentos do referido corpo, que em diversos sentidos operaram para livrar a ilha de guerrilhas miguelistas, e por tal fórma se impozeram ao respeito, que a ordem se restabeleceu e se manteve emquanto durou a crise revolucionaria. Borges de Betteneourt foi, em varias epocas, provedor da Santa Casa da Misericordia, cujo cargo ainda exercia quando morreu. Fez parte da primeira camara constitucional de Ponta Delgada, e conjunctamente com os seus collegas sustentou os foros e regalias populares, reagindo a ordens que se julgavam exorbitantes, do governo da regencia constitucional que estava então funccionando em Ponta Delgada. Foi membro da Junta Governativa coustituida pelo povo n'aquella cidade, a 25 de outubro de 1846, para sustentar os principios proclamados pela revolução do Minho, até que a mesma junta se dissolveu em 24 de julho de 1847. Durante esse periodo teve o commando da guarda nacional, que se havia creado em 1836, e que muitos serviços prestou á ordem publica e á causa da liberdade. Da camara municipal de Ponta Delgada foi vereador e presidente nas situações em que a influencia partidaria mais disputava aquelles cargos. Nos collegios eleitoraes foi muitas vezes apurado o seu nome como eleitor, quando as eleições de deputados eram indirectas, do partido liberal progressista. Nas eleições decretadas pelo governo cahido com a reacção de 6 de outubro de 1846, governo presidido pelo duque de Palmella e que representava os principios da revolta do Minho, eram indigitados candidatos a deputados por este districto pelo partido, então chamado *setembrista*, Nicolau Antonio Borges de Bettencourt e o dr. José Pereira Botelho. Mais tarde, como membro e presidente da Junta Geral do Districto, pugnou constantemente pela abolição dos morgados, e depois quando a lei os aboliu, manteve-se fiel aos seus principios, deixando livres e allodiaes todos os bens vinculados que administrava. Na administração superior do districto exerceu quasi ininterruptamente e por larguissimo tempo, funcções de membro e de presidente da Junta Geral, e membro do Conselho do Districto. Nas commissões de beneficencia ou n'aquellas em que mais se exigem pronunciados votos de patriotismo, o nome de Nicolau Antonio Borges de Betteneourt não era nunca esquecido. Tambem fez parte da primeira Junta Administrativa das obras do Porto Artificial de Ponta Delgada. Foi admittido como irmão da Misericordia a 20 de março de 1823, onde prestou sempre poderosos serviços. Em 1828, sendo provedor interino, procedeu-se por sua iniciativa, á reforma do hospital, organisando-se o quadro dos facultativos, fazendo-se regulamentos para todos os serviços, e estabelecendo-se dietas e formularios de medicamentos. Até esta época tinham partido no hospital quantos medicos vinham a esta terra, e o serviço chimico era prestado com a maior irregularidade. Em 1832, tambem por sua iniciativa, foi reformado todo o pessoal e serviço da egreja, que estava de fórma, que absorvia grande parte dos rendimentos da casa, sem haver instituição alguma que assim o determinasse. Depois d'estas uteis reformas, teve parte importante na elaboração dos estatutos approvados em 1834, que vieram substituir o antigo compromisso, por onde se regulava a administração da referida Misericordia. Muitas vezes foi presidente da commissão das novas obras que se emprehenderam em 1840, e constantemente vogal da mesma commissão. A munificencia regia quiz galardoar os serviços publicos de Borges de Bettencourt com distincções honorificas, porém elle, sempre fiel aos seus principios democraticos, regeitou commendas e outros titulos nobiliarios. Quando falleceu em 1847 o barão das Laraugeiras, Manuel de Medeiros da Costa Canto e Albuquerque, chefe do partido setembrista em S. Miguel, foi confiada a chefia a Borges de Betteneourt.

Bettencourt Accioli *(José de Sá)*. Mineralogista. N. na villa de Caeté, da prov. de Minas Geraes, em 1752; fal. na referida villa em 1828 Veiu educar-se a Portugal, matriculando-se na Universidade de Coimbra, onde seguiu o curso de sciencias naturaes, de que tomou o grau de bacharel. Regressando á sua provincia, entregou-se a estudos mineralogicos com applicação á industria. Entrou na conspiração mineira, o que lhe

valeu processo e prisão desde 1789 até 1792. Restituido á liberdade, voltou para uma fazenda sua, que cultivou com esmero, até que o governo em 1793 o encarregou de dirigir a exploração de umas minas de salitre nos Montes-Altos. Essas minas não tardaram a ser abandonadas, por serem de muito dispendiosa exploração, e Bettencourt voltou de novo á vida particular. Quando rebentou o movimento revolucionario no Brasil, de que resultou a sua independencia, Bettencourt adheriu com enthusiasmo á causa de seu paiz, e como coronel de milicias tomou a iniciativa da revolução na sua provincia. Escreveu: *Memoria sobre a plantação dos algodões, e sua exploração; sobre a decadencia da lavoura de mandioca, no termo da villa de Camanui, comarca dos Ilhéus, governo da Bahia, apresentada e offerecida a sua alteza real o principe do Brasil*, etc., Lisboa 1798; *Officios dirigidos ao governador da Bahia, no anno de 1797 a 1806, dando conta das suas commissões, diligencia do salitre e entrada para Montes-Altos; Memoria sobre a viagem do terreno nitrozo* (dos Montes-Altos da Bahia), 1800.

Bettencourt Athaide *(Francisco Pereira Lopes de).* Jurisconsulto na ilha de S. Miguel; deputado em 1894, membro da *Sociedade dos Amigos das Letras e Artes*, instituida por Antonio Feliciano de Castilho, visconde de Castilho, a 9 de setembro de 1848. Esta sociedade estabeleceu diversas escolas, que fôram regidas superiormente por Filippe do Quental, que foi depois lente de medicina na Universidade de Coimbra; Christiano Frederico de Aragão Moraes, que se formou em direito, e morreu juiz da 2.ª instancia; e Francisco de Bettencourt, a quem foi concedida uma medalha de ouro pelos serviços prestados gratuitamente áquella collectividade. O ultimo presidente d'esta sociedade foi o dr. Francisco Pereira Lopes de Bettencourt Athaide.

Bettencourt Lapa *(João José de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, major de caçadores 5. N. em Lisboa a 10 de setembro de 1834, onde tambem falleceu a 7 de agosto de 1883. Era filho do 1.º visconde de Villa Nova do Ourem, José Joaquim Januario Lapa, e da viscondessa sua mulher, D. Anna Margarida de Bettencourt, filha de Elesbão José da Silva Bettencourt, tenente-coronel e governador da fortaleza da Praia Vermelha, do Rio de Janeiro. Tendo concluido o curso do Collegio Militar, assentou praça a 3 de agosto de 1850, e foi despachado alferes em 14 de novembro do referido anno, para servir no estado da India, sendo collocado no 1.º batalhão aquartelado em Margão, e passando depois á guarda municipal de Pangim, ás ordens do coronel João Ferreira Mendes, estreou-se na campanha dos ranes de Satary, onde por varias vezes se distinguiu pelo seu valor. Em julho de 1855 regressou á metropole, offerecendo-se em 1860 para fazer parte da expedição a Angola. Organisada em Mafra a escola de tiro, foi João Lapa requisitado para ali, sendo mais tarde nomeado inspector do regimento de infantaria n.º 16. João Lapa foi promovido a tenente em 1862, a capitão em 1869, a major em janeiro de 1881 e collocado no batalhão de caçadores n.º 5. Em 22 de fevereiro de 1870 foi nomeado ajudante de campo do general commandante da 1.ª brigada de infantaria. Casou a 10 de agosto de 1867 com D. Maria Adelaide Tallaya, filha de Joaquim Dias da Silva Tallaya, general de divisão, ajudante honorario de el-rei, e commendador da ordem da Torre e Espada, e de sua mulher, D. Vicencia de Freitas.

Bettencourt e Mello *(Francisco de Paula).* Commendador da ordem de Christo, presidente da camara municipal da Graciosa, abastado proprietario, etc. E' natural d'esta ilha, e foi filho de João Ignacio Medina, proprietario e alferes de milicias, e de D. Custodia Leonor. Dedicando-se com especial attenção ao fabrico do vinho, é um dos mais abastados viticultores da ilha Graciosa que teem apresentado melhores typos de vinho, e já por duas vezes premiado com medalhas de honra. Bettencourt e Mello tem exercido os cargos de juiz substituto, vereador e presidente da camara municipal, e de provedor da Misericordia. Depois da viagem de Suas Magestades aos Açôres em 1901, sendo então presidente da camara municipal, foi agraciado com a commenda da ordem de Christo, por decreto de 27 de julho de 1901. O sr. Bettencourt e Mello, tem sempre auxiliado desde a sua fundação, *O Graciosense*, folha quinzenal que se publica na Graciosa, e tomou a si o encargo de a enviar á exposição que se realisou na ilha de S. Miguel por occasião da visita de Suas Magestades, conseguindo que fôsse premiada com a medalha de prata. E' casado com a sr.ª D. Francisca Carlota de Mendonça, que já era viuva do advogado Cyrino Victor Silva, mãe do actual advogado, de egual nome.

Bettencourt Raposo *(Pedro Antonio de).* Cirurgião-medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, de que é lente, completando o curso em 1876, vereador da camara municipal da mesma cidade, nomeado por eleição da classe medica, fiscal medico do Monte-pio Geral, socio da Sociedade das Sciencias Medicas, etc. N. a 14 de maio de 1853. Foi nomeado medico extraordinario do hospital de S. José em 17 de dezembro de 1877, e passou, por troca com Francisco da Costa Felix, para o logar de cirurgião do banco em 27 de janeiro de 1880. E' cirurgião extraordinario desde 12 de fevereiro de 1885. Tem collaborado em diversos jornaes, com especialidade nos de medicina. Escreveu tambem, e publicou em Lisboa o seguinte: *O grande sympathico e a circulação*, these inaugural, 1876: *Estudos philosophicos e physiologicos sobre a vida*, 1877; *O somno*, 1880; *Tentando as azas*, livro de contos, 1888.

Bettencourt Rodrigues *(Antonio de).* V. *Rodrigues (Antonio Bettencourt).*

Betul. Porto situado na foz do rio Sal, da provincia portugueza de Gôa (India portugueza)

Betunes. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Beusdum. Aldeia pertencente á divisão de Uphy-Pahw, ao sul do rio Sandalcalo, no concelho de Nagar-Avely, distr. de Damão, na India.

Bexiga. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Paialvo, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Salvador, conc. e distr. de Santarem. || Quinta na freg. de N. S.ª da Expectação, de Samaiões, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Bexigo. Logar na freg. de S. Martinho, de Sequeiró, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto.

Bexinheira. Logar na freg. de S. Thiago, de Alvaro, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Bezelga. Pov. na freg. de Santa Cruz, da prov. da Beira Alta, conc. de Penedono, com. de Méda, distr. de Vizeu, bispado de Lamego; 747 hab. e 188 fog. Tem caixa do correio, e esc. do sexo masc. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada no plató d'um pequeno monte. Foi antigamente da comarca de Pinhel, e era annexa á freg. de S. Miguel das Antas, que apresentava aqui o cura, que era annual. A terra é fertil, sobretudo em linho. Tendo sido annexada ao conc. de Méda, distr. da Guarda, por decreto de 7 de setembro de 1895 que suppimiu o de Penedono, passou para o de Sernancelhe, por lei de 21 de maio de 1896, voltando novamente para Penedono, por ter sido restaurado, pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. Bezelga pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 9, com a séde em Lamego. || Pov. na freg. de S. Silvestre, da prov. da Estremadura, conc. e com. de Thomar, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 1:106 hab. e 213 fog. A povoação dista 6 k. da séde do conc. e está situada em montes e valles; é muito antiga, pelo menos do tempo dos romanos, que lhe chamavam *Bezulce*. Era da corôa. O rei, como grão-mestre da ordem de Christo, apresentava o vigario, que era collado, e tinha de renda 120 alqueires de trigo, 60 de cevada, 3 cantaros de azeite, 26 almudes de vinho e 10$000 réis em dinheiro, pela obrigação de ensinar a doutrina christã, e outros 10$000 réis pelos sermões da quaresma e para cêra. Cria-se em Bezelga bastante gado, grosso e miudo. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 15, com a séde em Thomar. || Rio na prov. da Estremadura. Nasce proximo de Villa Nova de Ourem, atravessa sob ponte a linha ferrea do norte, e depois de passar pela freg. de Bezelga, que lhe dá o nome, vae desaguar no rio Nabão, depois d'um curso de 20 k., entre Asseiceira e Thomar, no sitio da Guerreira. || Quinta na freg. de Santa Maria Magdalena, de Cem Soldos, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Bezelga de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Purificação, de Assentiz, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Bezerra. Appellido nobre em Portugal. Gonçalves Bezerra e seu irmão Soeiro Gonçalves Bezerra, que passaram de Castella a Portugal em tempo d'el-rei D. Sancho II, fôram os primeiros que o adoptaram. O seu brazão acha-se incompleto: em campo verde duas bezerras de ouro passantes em pala com as caudas sobre os lombos. Timbre, uma das bezerras.

Bezerra (*D. Agostinho*). Prégador brazileiro. N. na Bahia em 1610; ignora-se a data do fallecimento. Dedicando-se á vida ecclesiastica, foi tido por bom theologo e bom philosopho, distinguindo-se principalmente como prégador. Foi bispo de Ceuta, e depois bispo de Angra.

Bezerra (*Luiz Barbalho*). Governador do Rio de Janeiro. Nasceu nos fins do seculo XVI em Pernambuco, e fal. no Rio de Janeiro a 15 de abril de 1644. Aos 14 annos assentou praça. Quando os hollandezes tomaram Pernambuco, reuniu toda a gente de que pôde dispôr, e foi apresentar-se a Mathias d'Albuquerque, o qual tendo-se visto obrigado a abandonar a cidade, improvisara uma fortaleza no Arraial do Bom Jesus, onde por muito tempo prolongou a resistencia. Mathias d'Albuquerque só cedeu a capitania palmo a palmo, e um dos vultos que mais se distinguiu n'essa guerra, foi Luiz Barbalho Bezerra. Em 1635, Mathias d'Albuquerque, obrigado a abandonar a capitania de Pernambuco, retirou-se para as Alagôas, mas Luiz Bezerra ainda sustentou a resistencia dentro da fortaleza da Nazareth, que commandou juntamente com Paulo Correia da Gama. Depois de 4 mezes de cerco, rendidos pela fome, e sabendo que estavam completamente isolados no meio d'uma provincia toda occupada pelos hollandezes, resignaram-se a capitular honrosamente no dia 2 de julho do referido anno de 1635. Barbalho Bezerra sendo feito prisioneiro com toda a sua familia, foi remettido para a Hollanda, d'onde conseguiu fugir, passando então a Hespanha, e d'ali a Lisboa. N'esta cidade equipou um terço apenas de 250 homens, com os quaes partiu para o Brazil a 16 de agosto de 1637. Preoccupava-o muito a idéa de terem ficado em Pernambuco sua mulher e seus filhos, que Mauricio de Nassau lhe mandou entregar. Mais tarde, tendo embarcado na esquadra do conde da Torre com uns mil soldados, sobrevieram tempestades, e Barbalho Bezerra desembarcou então no Rio Grande do Norte, onde por toda a parte predominavam os hollandezes. A sua posição era difficilima, porque tinha de atravessar tres capitanias para poder chegar a territorio amigo. Não se preoccupando com este revez e decidido a empregar os maximos esforços para sair do perigo em que o acaso o mettera, emprehendeu a marcha, evitando quanto possivel encontrar-se com as tropas hollandezas. Internando-se nas florestas, foi avançando, recebendo pelo caminho as provisões que podia arranjar, até que teve de bater-se na Guyanna com uma força de 530 hollandezes. Apezar do cansaço de tão difficil travessia e dos poucos meios de defeza, venceu o inimigo, e atravessando, depois de renhida lucta, o rio de S. Francisco, conseguiu chegar a territorio portuguez, terminando tambem ahi a perseguição hollandeza. Este heroico feito d'armas até os proprios hollandezes o celebraram. Barbalho Bezerra foi um dos tres governadores interinos do Brazil, que deviam tomar conta d'aquella colonia por ordem de D. João IV, se o marquez de Montalvão não quizesse reconhecer a revolução de 1640. Porém o marquez apressára-se a reconhecel-a; comtudo os tres governadores o depozeram assenhoreando-se da administração. Por esse motivo, Barbalho Bezerra veiu preso para Lisboa, mas reconhecendo-se que elle andara de boa fé, porque julgara cumprir apenas as instrucções de um padre jesuita, que fôra encarregado por D. João IV de as levar ao Brasil, e que se aproveitara para revolver muito á sua vontade a administração brasileira, voltou ao Brasil com a nomeação de governador do Rio de Janeiro, cargo que estava exercendo quando falleceu.

Bezerra (*Manuel Gomes de Lima*). Primeiramente cirurgião, e depois formado em medicina, exercendo clinica por muitos annos na cidade do Porto, até á data do seu fallecimento. N. em Arcozello, termo da villa de Ponte do Lima, a 4 de janeiro de 1727, fal. no Porto em 1806. Era filho de João Gomes de Lima e de sua mulher, Rosa da Silva Bezerra. Foi socio fundador e secretario de duas academias cirurgicas, que se estabele-

ceram no meado do seculo XVIII, mas que pouco tempo duraram, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa e de algumas sociedades scientificas estrangeiras. Os estatutos d'uma das sociedades ou academias que fundou no Porto, a *Academia real cirurgica portuense*, acham-se publicados no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, tomo III, a pag. 211, e tomo XXXI, pag. 64. Escreveu: *Receptuario Lusitano chymico-pharmaceutico, medico-cirurgico, ou formulario de ensinar a receitar em todas as enfermidades que assaltam ao corpo humano, etc.*, tomo I, A B C, Lisboa, 1749; este livro é dedicado pelo autor a Carlos Alvaro Brandão Godinho Pereira Perestrello e Azevedo, cuja larga genealogia se desenvolve na extensa dedicatoria; *Reflexões criticas sobre os escriptores cirurgicos de Portugal*, 1752; não declara a localidade, mas parece ter sido publicada fóra do reino; *Praticante do hospital convencido, ou dialogo cirurgico sobre a inflammação, fundado na theoria de Boerrhave*, impresso em 1756; foi reproduzida esta obra no *Correio Medico*, annos 12.º e 13.º; *Zodiaco-Lusitano delphico*, Porto, sem data; é uma *Oração academica*; havendo além d'esta mais algumas que o autor recitara na Real Academia Cirurgica Portuense, as quaes se imprimiram desde 1760 até 1765; *Diario universal de Medicina, Cirurgia e Pharmacia, que contém os trabalhos dos academicos das duas Academias, Medica e Cirurgica, do Porto*, Porto, 1764; houve 2.ª edição em Lisboa, 1772; *Memorias chronologicas e criticas para a historia da Cirurgia moderna, ou noticia dos principaes progressos, revoluções e descobrimentos, seitas, privilegios, academias, obras impressas e varões famosos da Cirurgia, desde a conquista de Constantinopla pelos turcos, até o tempo presente*, Porto, 1762; a paginas 11 e seguintes vem transcripto o *Regimento* dado por D. Affonso V ao cirurgião-mór do reino, passado a favor de mestre Gil em 25 de outubro de 1448; *Memorias chronologicas e criticas para a historia da cirurgia, ou noticia da origem, principios, principaes progressos, revoluções, descobrimentos, seitas, privilegios, academias, obras impressas, e varões famosos da cirurgia desde o principio do mundo até o presente*, Lisboa, 1779; os *Estrangeiros no Lima, ou conversações eruditas sobre varios pontos de historia natural, ecclesiastica, civil, litteraria, genealogia, antiguidades, geographia, agricultura, commercio, artes e sciencias; com uma descripção de todas as villas, freguezias e logares notaveis da ribeira Lima, suas producções, industria, fabricas, e edificios*, etc., *tomo* I, Coimbra, 1785; *tomo* II, 1791; *Oração inaugural com que se abriu a conferencia publica da real academia cirurgica do Porto em dia de S. Sebastião do anno de 1761, sendo seu presidente Antonio de Soares Brandão, etc., composta e recitada pelo Director da mesma academia, Manuel Gomes de Lima, Cirurgião da Familia, e casa do Rey Nosso Senhor, Juiz Delegado do Cirurgião-mór do Reyno, no Porto, Socio da Sociedade Real das Siencias de Sevilha, e da Academia Medica de Madrid*, Porto, 1761.

Bezerra. Pov. na freg. de S. Thomé, de Correlhã, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Povoação na freguezia de S. Sebastião, de Serro Ventoso, concelho de Porto de Moz, districto de Leiria. || Logar na freguezia de Santa Maria e conc. de Odemira, distr de Beja.

Bezerra de Lima *(João Antonio)*. Bacharel em direito civil pela Universidade de Coimbra, formado em 1768, e habilitado para os logares da magistratura, mediante a leitura do extincto tribunal do desembargo do Paço; professor de grammatica latina na Universidade, e depois professor de rethorica na mesma, nomeado em 1764, etc. N. em Ponte do Lima, freguezia de Arcozello, a 18 de setembro de 1737, fal. em Coimbra a 2 de agosto de 1812. Era filho de João Gomes de Lima e de sua mulher, Rosa da Silva Bezerra, irmão de Manuel Gomes de Lima Bezerra (v. *artigo anterior*). Estudou no Porto, e estava já prompto para ser clerigo da Divina Providencia, quando se deu o terremoto de 1755, e não pôde continuar os estudos religiosos. Em 1759 foi nomeado lente de grammatica latina na Universidade de Coimbra, e em 1764 professor de eloquencia. Quando em 1772 se realisou a reforma da referida Universidade, foi destinado para crear a cadeira de historia e antiguidades, que regeu com toda a competencia, até que por fim se jubilou. Escreveu: *Elogio do P. D. Luiz Caetano de Lima, clerigo regular*, etc., Lisboa, 1759; *Declamação sagrada na ruina de Lisboa, causada pelo terremoto do primeiro de Novembro de 1755, e pelo incendio que se lhe seguiu; dedicada ao M. R. P. D. Antonio Caetano de Sousa*, Lisboa, 1757; *Resposta ao sabio autor da «Gazeta Litteraria», sobre o extracto da Oração inaugural, com que se abriu a conferencia publica da Real Academia de Cirurgia do Porto, em duas cartas, a primeira de João Antonio Bezerra de Lima, e a segunda de Manuel Gomes de Lima*, Lisboa, 1762; *Discurso sobre o uso da critica; recitado no Real Collegio das Artes da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1778; *Quatro odes de João Antonio Bezerra de Lima*, Coimbra, 1773.

Bezerra de Menezes *(P. Manuel Jacome)*. Presbytero secular, natural de Pernambuco, que floresceu no seculo XVIII e principios do XIX. Sómente se sabe a seu respeito, que escreveu a seguinte obra: *A Gratidão Pernambucana ao seu bemfeitor o ex.mo e rev.mo sr. D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, bispo de Elvas, em outro tempo de Pernambuco, eleito de Bragança e Miranda*, etc. *O. D. C. os socios da Academia Pernambucana, e os alumnos do Seminario Olindense*, Lisboa, 1808.

Bezerra de Seixas *(João Paulo)*. Ministro de estado, formado em direito pela Universidade de Coimbra, etc. N. a 27 de maio de 1756, fal. no Rio de Janeiro a 29 de novembro de 1817. Seguiu a carreira da magistratura, e em 1790 foi nomeado ouvidor da comarca de Villa Ricca, na provincia de Minas Geraes, logar de que tomou posse no dia 18 de outubro do referido anno, e em que succedeu a Thomaz Antonio Gonzaga, o autor da *Marilia de Dirceu*. Depois, em 1801, foi indigitado para representar Portugal na Republica dos Estados Unidos, e no anno seguinte passou com egual encargo, para a republica batava, residindo em Haya 7 annos, desde 1802 até 1809, e representando por conseguinte Portugal, primeiro na republica batava, e depois junto do rei da Hollanda, Luiz Bonaparte, até que, supprimido o reino da Hollanda por Napoleão, e tendo sido antes d'isso quebradas as relações en-

tre a França e Portugal, João Paulo Bezerra foi nomeado ministro plenipotenciario junto do imperador da Russia, Alexandre I, logar que deixou em setembro de 1812, partindo então para o Rio de Janeiro. Quando falleceu, em 1817, o conde da Barca, Antonio de Araujo e Azevedo, primeiro ministro de D. João VI, este monarcha formou novo ministerio, que ficou assim composto: reino, Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal; marinha, o conde dos Arcos; guerra e negocios estrangeiros, o conde de Palmella; e o da fazenda, João Paulo Bezerra de Seixas, que recebeu conjunctamente a nomeação de presidente do Real Erario. Como o conde de Palmella estava na Europa, João Paulo Bezerra ficou encarregado de gerir interinamente as pastas da guerra e dos negocios estrangeiros, porém, pouco tempo pôde desempenhar esse pesado encargo, porque a morte o surprehendeu. Passava por homem muito instruido, e dado á litteratura.

Bezerral. Pov. na freg. de S. Pedro, de Serzedello, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de S. Pedro, de Villar de Ferreiros, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. ‖ Quinta na freg. de S. Lourenço, de Lousa, conc. da Torre de Moncorvo, districto de Bragança.

Bezerras *(Casal das)*. Na freg. do Espirito Santo, de Valle de Cavallos, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Bezerreira. Pov. na freg. de S. Pedro, de Varziellas, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Bezerrim. Logar na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Moz, conc. da Torre de Moncorvo, distr. de Bragança.

Bezerrins. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Bezerro. Appellido nobre em Portugal. Já em tempo d'el-rei D. Sancho II principiou a ser usado, sem que se saiba por quem. V. *Bezerra*.

Bezerro. Herdade e monte na freg. de N. S.ª das Reliquias, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Biancardi *(Theodoro José)*. Escriptor politico. Nasceu em Lisboa no anno de 1777, morreu no Brasil em 1854 ou 1855. Escreveu e publicou em Lisboa, no anno de 1808, a seguinte obra: *Successos do Alemtejo*. E' um resumo historico das occorrencias n'aquella provincia por occasião da restauração do reino e expulsão do exercito francez no referido anno. Esta obra provocou a resposta do general hespanhol D. João Carraffa, porque em 1811 appareceu em Lisboa um novo opusculo de Theodoro Biancardi, intitulado: *Resposta ao Manifesto que fez imprimir em Cadix o tenente general D. João Carrafa contra a obra intitulada «Successos do Alemtejo»*. Biancardi tambem publicou em Lisboa uma folha politica, *Semanario lusitano*, que começou a sair em 1809 e terminou em 1812, sendo então substituido pelo *Mercurio lusitano*, saindo o primeiro numero com este titulo em setembro de 1812, e acabando, logo depois de concluida a paz geral. A collecção d'estes jornaes fórmam 5 tomos. Escreveu egualmente: *Cartas americanas, publicadas por Theodoro José Biancardi*, Lisboa, 1809. No anno de 1816 partiu para o Brasil, deixando-se ficar ao serviço d'aquelle imperio depois da independencia, e onde, segundo parece, exerceu alguns cargos importantes.

Bianga. Rio da Africa Occidental, affluente de S. Domingos, e que corre a léste da nossa praça de Cacheu; está situado entre esta villa e a ponte de Mata de Putama. E' navegavel para pequenos navios que vão ali carregar cêra e marfim.

Bias do Norte. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Moncarapacho, conc. de Olhão, distr. de Faro.

Bias do Sul. Pov. na freg. de N. S.ª do Carmo, de Fuzeta, conc. de Olhão, distr. de Faro.

Bibi. Pequena povoação situada na margem direita do rio Congo ou Zaire, no territorio de Benda, Africa Occidental.

Bibico. Pov. no reino de Bibissuço, na ilha de Timor. Dista 70 k. da capital.

Bibiena *(João Carlos)*. Architecto italiano, que se naturalisou portuguez. Volkmar, na sua *Collecção de Memorias*, a pag. 189 e 190, diz que Bibiena veiu servir no theatro d'el-rei D. José I pelos annos de 1753, e que vieram com elle o Marcos, muito habil nas figuras pintadas a tempera; e o Paulo famoso nas batalhas e paizes João Berardi, que já cá estava, tambem pintou uma gruta no theatro regio, e ficou depois pintando as paizagens, quando Paulo se retirou. Emquanto se preparava o grandioso theatro que fez João Carlos Bibiena, arranjou elle um theatrinho na Casa da India, onde em 1753 se representou o *Heroe chinez*. No theatro grande fez-se, com magnificencia verdadeiramente real, *Tito e Olympiada*, *Alexandre* e *Artaxerxes*. Os scenarios eram os mais soberbos, e os livretes, que eram grandes, tinham as scenas estampadas abertas a agua forte por João Berardi. Este edificio queimo-use no geral incendio seguido ao terremoto de 1755, e Bibiena, logo depois d'aquella catastrophe, fez a capella real e paço d'Ajuda, tudo abarracado. O risco para a egreja da Memoria tambem foi seu (V. *Ajuda*), porém o final da obra, feito depois da sua morte, não correspondeu ao principio. Deu o desenho para os theatros de Salvaterra e de Ajuda. Por carta de 23 de setembro de 1760 foi nomeado architecto supranumerario das obras dos paços e quintas reaes, com o ordenado de 425$000 réis annuaes; pouco tempo, porém, se gozou d'esta nomeação, porque a morte o surprehendeu ainda n'esse anno, ficando a substituil-o interinamente Ignacio d'Oliveira, sendo depois nomeado para aquelle logar, em 20 de janeiro de 1761, Elias Sebastião Pope.

Bibiluto. Reino na parte portugueza da ilha de Timor, na Oceania. Situado na costa S e região dos Bellos. Pop. 2:500 almas, sendo 300 christãos.

Bibircellos. Pov. na freg. de Santa Maria, de Ferreiros, conc. de Amares, distr. de Braga.

Bibissuço. Reino na parte portugueza da ilha de Timor, na Oceania. Pop. 6:000 almas, sendo 800 christãos. Fórma um só reino com o de Claco.

Biblia. Assim se chama á Escriptura Sagrada, comprehendendo o Antigo Testamento, desde o principio do mundo até á vida de Christo, e o Novo Testamento, depois d'essa epoca. Ha muitas e diversas traducções, que remontam á mais alta antiguidade, conhecendo-se, porém, o logar da impressão e a data sómente desde que Guttenberg inventou a imprensa em Moguncia; até então existiam em manuscripto sem de-

signação alguma. Em portuguez tambem se contam numerosas traducções, sendo muito conhecidas as de Antonio Pereira Figueiredo, João Ferreira A. de Almeida, Francisco de Jesus Maria Sarmento, Gonçalo Garcia de Santa Maria, Francisco Recreio, etc. Ha poucos annos ainda se publicaram no Porto duas edições, sendo uma da *Biblia Popular Illustrada*, em 2 volumes, e outra da *Biblia Sagrada Illustrada*, em 3 volumes. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa existe um magnifico exemplar da biblia de Guttenberg, obra preciosa, uma das maiores riquezas e raridades que possue a bibliotheca. A descoberta da imprensa e os estudos de Guttenberg fôram devidos a um sonho, segundo se lê no frontispicio da biblia a que nos referimos (V. *Imprensa*). Os primeiros livros impressos teem a data de 1457; não se sabe com certeza qual foi a primeira obra que se imprimiu, mas, pelo espirito religioso que n'esta invenção guiou Guttenberg, considera-se que fôssem os Psalmos e a Biblia. De todas as biblias latinas em folio, do seculo XV, sem data, paginação, e com todos os indicios, que caracterisam os primeiros livros que se imprimiram, só uma d'ellas se julga ter sido impressa pelo proprio inventor em Moguncia, nos annos de 1450 a 1455. O exemplar em hebraico com illuminuras, que possue a Bibliotheca Nacional de Lisboa, foi comprado em 1805, por 800$000 réis pelo conde de Linhares á casa de Borel & C.ª, mercadores de livros n'esta capital e está hoje avaliado em 9:000$000 réis. Não consta dos registos da bibliotheca a quem pertenceu este exemplar, mas afiança-se que o pae dos referidos mercadores de livros o comprára em Paris, logo depois da extincção dos conventos em França. A encadernação é de moscovia, e em dois volumes de folio magno, com caracteres gothicos. Os dois volumes conteem 641 folhas, com duas columnas, altura de cada uma 29 centimetros, largura 89 millimetros. Cada pagina tem 42 linhas. Os titulos dos capitulos e as letras iniciaes são feitos a pincel, com tinta encarnada e azul; as letras do começo de cada livro são floreadas toscamente. O papel é excellente, e tem quasi o corpo e a consistencia do pergaminho. Este exemplar possue a singularidade de não conferir em numero de linhas, nem nas primeiras oito paginas, com nenhum dos das bibliothecas da Europa, descriptos por varios bibliographos, singularidade que se não sabe explicar. Descontando se as tres primeiras linhas, porque não são impressas, mas feitas á mão com tinta encarnada, ficam 39 linhas na primeira columna, mas a segunda tem as 42 impressas Esta biblia tambem se imprimiu em pergaminho. E' um monumento primitivo da arte typographica, que parece ter levado cinco annos a imprimir-se. Na Bibliotheca da Universidade de Coimbra tambem existe uma Biblia hebraica, que é um precioso manuscripto. Vem descripto no *Archivo Bibliographico* da referida Bibliotheca, de janeiro e fevereiro de 1903. Ignora-se a procedencia d'este codice e a maneira como foi adquirido, faltando assim um valioso elemento para a sua historia. Ignora-se o nome do artista que o executou, e a epoca em que foi, apenas se sabe que um seu possuidor se chamava Samuel da Costa, e era judeu portuguez. No *Catalogo* dos manuscriptos da Bibliotheca Publica do Porto encontra-se uma *Biblia Sacra*, que tem capa de velludo vermelho com fechos de prata moldada, formato oitavo pequeno, letra miuda, duas columnas, tendo o frontispicio accrescentado no seculo XVII, a claro escuro. Foi muito admirada por Carlos Alberto, rei da Sardenha, quando esteve no Porto, onde falleceu em 1849, segundo tradição conservada na bibliotheca. O real hospede escreveu por sua propria mão n'um papelinho, que depois foi collocado no interior da pasta do começo, o seguinte: *Sæculi* XIII, *remarquable par la beauté du parchemin;* esta nota, do mesmo monarcha, tambem se lê n'outra Biblia, copia nitidissima do seculo XV, egualmente em duas columnas e letra muito pequena, que tem capa de marroquim. No archivo da Torre do Tombo guardam-se os preciosissimos volumes manuscriptos e illuminados da celebre biblia, que pertenceu ao convento dos Jeronymos, em Belem. V. *Jeronymos (Biblia dos)*.

Bibliographia. E' o conhecimento e a descripção dos livros. Para ser exercida com criterio e consciencia, são precisos conhecimentos especiaes que habilitem o bibliographo a apreciar tambem os autores das differentes obras, para estabelecer uma selecção, sem a qual os trabalhos mais perfeitos poderiam confundir-se com os mediocres. Considerada assim, a bibliographia é uma sciencia tão vasta, como o pódem ser a botanica, a physica, etc. O primeiro tratado de bibliographia que se publicou, foi uma obra do padre Labbé, jesuita, chamada: *Bibliotheca bibliothecarum*. Em 1498, já Aldo Manucio apresentara o seu catalogo universal, em que os conhecimentos humanos se dividem em cinco secções: grammatica, poesia, logica, philosophia e religião. No seculo passado, a bibliographia foi cultivada com mais esmero. Nos paizes estrangeiros tem-se publicado importantes obras sobre este assumpto, devendo citar-se como o mais notavel dos trabalhos d'este genero a *Bibliotheca bibliographica*, pelo allemão Petzhold, publicada em 1866. Em Portugal ha importantes trabalhos bibliographicos: *Bibliographia historica portugueza*, por Jorge Cesar Figanière; *Bibliographia da imprensa da Universidade de Coimbra; Bibliotheca Lusitana*, por Diogo Barbosa Machado; *Diccionario bibliographico*, por Innocencio da Silva, continuado pelo sr. Brito Aranha; *Bibliographia camoneana*, e outras, pelo sr. dr. Theophilo Braga; *Boletim da bibliographia portugueza*, por Graça Barreto e Annibal Fernandes Thomaz, etc.

Bibliographo. Dá-se este nome, não só a quem é versado na sciencia dos livros, das edições e escreve sobre este assumpto, como á pessoa que organisa catalogos, indices ou repertorios em que se annotam as publicações feitas. Em Portugal, temos conhecimento de muitos bibliographos e bibliophilos, dos quaes citaremos entre os primeiros: Barbosa Machado, Soares de Brito, Costa e Silva, Innocencio da Silva, Brito Aranha, Ernesto do Canto, Joaquim de Vasconcellos, Camillo Bernardes Branco e outros eruditos, que se dedicaram a este genero de estudos. Dos bibliophilos são dignos de nota o conde de Villar Maior e os marquezes de Alegrete, o 1.º marquez de Niza, D. Vasco Luiz da Gama, que tinha pelos livros a maior predilecção, e que para os adquirir empregava toda a diligencia, conseguindo obter uma livraria importantissima, em que se encontravam muitas obras raras. Nas

cartas que de Madrid dirigia a D. Vicente Nogueira, dava-lhe noticia dos livros raros que conseguia obter. Essas suas cartas fôram publicadas pelo sr. Ramos Coelho no opusculo *O Primeiro Marquez de Niza*, Lisboa, 1903. Além do marquez de Niza, contam-se ainda muitos e notaveis colleccionadores de livros entre os quaes especialisaremos o conde de Penaguião, João Rodrigues de Sá e Menezes; de Athouguia, D. Jeronymo de Athaide; o dos Arcos, D. Thomaz de Noronha; o marquez d'Aguiar, D. Affonso de Portugal, e seus filhos D. Luiz e D. Miguel de Portugal, que fôram os 5.º e 6.º condes de Vimioso; D. Rodrigo de Menezes, filho dos 2.ºˢ condes de Cantanhede; João Nunes da Cunha, gentil-homem da camara do principe D. Theodosio, filho d'el-rei D. João IV, D. João da Costa, depois conde de Soure; D. Antonio de Menezes, Ruy de Moura Telles, Ruy Lourenço de Tavora, o 2.º visconde de Balsemão, o bispo D. João de Magalhães Avellar, D. Fr. Manuel do Cenaculo, e outros. O principe D. Theodosio era tambem um grande amador de livros. Entre os bibliographos modernos tem um um dos primeiros logares o sr. dr. Theophilo Braga; e a outros sabios autores contemporaneos se devem varias bibliographias, que vão indicadas nos respectivos assumptos, e as quaes lhes outhorgam com justiça o titulo de bibliographo. Quanto aos bibliophilos modernos é difficil citar nomes. Entre os já fallecidos occorrem-nos os do conde de Azevedo, Fernando Palha, Nepomuceno, Pereira Merello, Silva Tullio, etc. Entre os vivos os srs. drs. Carvalho Monteiro, Xavier da Cunha e Rodrigo Velloso; Joaquim de Araujo, Portugal de Faria, etc.

Bibliologia. Parte theorica da bibliographia, a que trata das regras e termos d'esta sciencia, servindo-lhe de preliminar. Em Portugal a bibliologia faz parte do curso de bibliothecario-archivista, professado parte na Bibliotheca Nacional e parte no Archivo da Torre do Tombo. Corre impresso o *Summario das Lições de Bibliologia* compiladas pelo respectivo professor sr. José Antonio Moniz. Esta cadeira de bibliologia foi creada pelo decreto de 29 de dezembro de 1887, como complemento do curso de bibliothecario-archivista. A idéa que influiu para a instituição d'esta aula foi de que a disciplina professada tivesse por fim habilitar, com a theoria reunida á pratica, os futuros empregados especiaes das bibliothecas e archivos, iniciando-os nos ramos mais elementares da sciencia dos bibliothecarios. O estudo d'este curso está dividido em cinco partes ou capitulos geraes, tendo por fim: 1.ª A escripta; breves noções geraes da historia da escripta, desde os tempos mais remotos, e do material empregado na sua execução; 2.ª O livro e suas origens; manuscriptos e sua ornamentação; 3.ª Transição da escripta manual para a imprensa; typographia; ornamentação do livro impresso; estampas; mappas; encadernação; 4.ª Historia das bibliothecas e do commercio de livros; 5.ª Administração de bibliothecas; bibliotheconomia, conservação e catalogação; legislação especial. No fim do opusculo do sr. José Antonio Moniz, a que nos referimos, vem uma extensa bibliographia, tanto de livros portuguezes como estrangeiros, sobre este assumpto.

Bibliophilo. Amador ou colleccionador de livros. V. *Bibliographo*.

Bibliotheca. Collecção de livros postos em ordem e devidamente classificados. As bibliothecas já eram conhecidas muito antes da invenção da imprensa. No antigo Oriente existiam, tendo um caracter mais ou menos religioso, como o demonstra a circumstancia de serem installadas nos templos. Segundo alguns historiadores, a primeira bibliotheca, de que ha memoria, foi organisada em Memphis pelo rei Osymandias, 2:000 annos antes da vinda de Christo. N'esta bibliotheca guardava-se uma preciosa collecção de manuscriptos em samaritano, antigo hebraico. Na porta d'esta casa lia-se: *Remedio da Alma*. As bibliothecas começaram a desenvolver-se em Roma, na Grecia, e fôram-se estendendo por todo o mundo. Em Portugal, parece que a primeira bibliotheca, que se organisou, foi a d'el-rei D. João I, que seu filho D. Duarte augmentou com muitos livros comprados fóra do reino por alto preço. Esta bibliotheca comprehendia ao todo 82 obras diversas e preciosissimas, algumas das quaes se encontram hoje em varias bibliothecas, achando-se na do Porto o celebre *Livro da Côrte imperial* (V. *Bibliotheca Publica do Porto*). O catalogo da livraria de D. Duarte vem publicado nas *Provas da historia genealogica da Casa Real*, de D. Antonio Caetano de Sousa, e na *Historia de litteratura portugueza*, do sr. dr. Theophilo Braga, introducção, pag. 214 e seguintes. D. Affonso V, adquirindo a peso de ouro os manuscriptos e os livros já impressos que pôde encontrar, formou com elles uma bibliotheca tão escolhida e copiosa que foi tida pela primeira do seu tempo; mandou tambem o referido monarcha escrever a historia dos reis, e elle proprio escreveu sobre o antigo modo de guerrear dos portuguezes e sobre a astronomia. Ao commercio externo, muito florescente nos seculos XV e XVI, se deveu a vulgarisação em Portugal dos livros mais notaveis da antiguidade e da Edade-Media. Os monarchas, que seguiram, fôram successivamente augmentando as suas bibliothecas. A que existia no tempo de D José I, muito importante em numero e qualidade, ficou destruida pelo terremoto de novembro de 1755 e pelo incendio que se lhe seguiu. No intuito de a reconstituir, o abbade de Sever, Diogo Barbosa Machado offereceu áquelle monarcha as melhores obras que possuia, as quaes fôram servir de principio a uma nova bibliotheca que se estabeleceu no *Palacio velho d'Ajuda*, assim chamado o palacio de madeira que provisoriamente se construiu n'aquelle sitio, depois do terremoto. Quando as pessoas reaes partiram para o Brazil em novembro de 1807, levaram a maior parte d'estas obras, que não voltaram a Portugal e com ellas se começou a organisar a Bibliotheca do Rio de Janeiro. Ainda antes do estabelecimento da monarchia portugueza, já se encontra em 959, no testamento de D. Mumadona um legado de livros ao mosteiro de Guimarães. No seculo XIV o cabido portuense possuia uma bibliotheca, como se deprehende do seguinte: «No anno de Christo de 1331 fez o bispo D. Vasco doação á sé do Porto de certos livros que se guardassem na sua livraria.» E' tambem conhecida a existencia da bibliotheca que o desembargador Diogo Affonso de Mangancha deixou em testamento a um collegio que devia fundar-se em Coimbra, ordenando que os livros estivessem presos por cadeias, como era então costume. Na Edade-Media os livros fe-

chavam-se em armarios para evitar que alguem os pudesse subtrahir. Comtudo, o grande desenvolvimento das bibliothecas em Portugal deve-se ás ordens religiosas, porque foi nos mosteiros que se iniciou e realisou a idéa de formar estes peculios de sciencia para servirem á cultura do espirito. N'estes mosteiros contam-se os de Alcobaça, Tarouca, Santa Cruz ,de Coimbra, Pombeiro e Santo Thyrso. D'entre elles ha bem fundada razão para se julgar que teve a primasia n'este emprehendimento o de Alcobaça, por ter sido ali que se abriram em 11 de janeiro de 1269 os primeiros estudos publicos, dignos d'este nome, que existiram no reino.

Bibliotheca da Academia Polytechnica do Porto. Foi approvado o *Regulamento* d'esta bibliotheca, por decreto de 9 de março de 1889. V. *Academia Polytechnica do Porto.*

Bibliotheca da Academia Real das Sciencias. E' muito importante pelas magnificas edições que encerra, possuindo alguns livros chinezes e manuscriptos persas e arabes. Encontra-se ali a edição dos *Luziadas* feita pelo morgado Matheus em 1817. Esta bibliotheca foi enriquecida em 1834 com a livraria do convento de N. S.ª de Jesus. Com isso e com as acquisições posteriormente feitas, conta muito mais de 50:000 volumes e manuscriptos, e entre estes o precioso *Missal* de Estevão Gonçalves. V. *Academia Real das Sciencias.*

Bibliotheca das Côrtes. V. Côrtes *(Bibliotheca das).*

Bibliotheca dos Dois Mundos. Publicação fundada em 1872 por Pedro Corrêa da Silva, que foi tambem o fundador do *Diario Illustrado*, em junho do referido anno. E' longo o catalogo das obras que se publicaram, todas de bons e escolhidos romancistas estrangeiros, sendo traduzidas pelos nossos primeiros escriptores.

Bibliotheca Economica. Titulo d'uma bibliotheca inaugurada em 1851 por Eduardo de Faria, em que se publicaram romances, sendo vendidos por modicos preços, ao alcance das bolsas dos menos abastados. Eduardo de Faria conseguiu que o governo, pela portaria de 4 de setembro de 1853, recommendasse ás autoridades administrativas e judiciaes esta publicação, insinuando-lhes que promovessem assignaturas, em consequencia de ser uma publicação util ao paiz e digna de protecção, conforme dizia a portaria. Os jornaes da opposição d'essa epoca aproveitaram este ensejo para guerrear o governo. A bibliotheca chegou a publicar duas series, com traducções dos romances estrangeiros então mais em voga.

Bibliotheca Lusitana. Obra em 4 volumes, escripta por Diogo Barbosa Machado, publicados em 1741, 1747, 1752 e 1759. Esta obra é muito elucidativa para quem se dedica a estudos litterarios, historicos e biographicos. V. *Barbosa Machado (Diogo).*

Bibliotheca Nacional de Lisboa. Foi fundada pela rainha D. Maria I, por alvará de 29 de fevereiro de 1796, com o titulo de *Bibliotheca Publica da Côrte*, e aberta ao publico em 1798, sendo inspector o marquez de Ponte de Lima. O primeiro fundo com que se constituiu foi a livraria que tinha estado sob a inspecção e administração da Real Mesa Censoria da commissão geral sobre o exame e censura dos livros, que pouco antes havia sido extincta. Posteriormente foi-lho dada grande quantidade de obras que tinham pertencido ás livrarias dos extinctos conventos da Companhia de Jesus, e algumas que se salvaram do incendio do paço dos duques de Bragança em novembro de 1755. Por decreto de 12 de novembro de 1841 fôram-lhe incorporados os livros que pertenceram aos conventos, por terem sido extinctas as ordens religiosas em 1834, os quaes estavam em deposito no mosteiro de S. Francisco. Com isso e com as acquisições que se tem feito por meio de compra, em que se conta a da livraria de D. Francisco de Mello da Camara, que custou 10:000$000 réis, onde havia livros de muita raridade, a bibliotheca tem hoje mais de 200:000 volumes impressos e de 10:000 manuscriptos, em que se incluem os codices do convento d'Alcobaça e os livros e documentos da casa Pombal. Tem um gabinete numismatico, contendo mais de 25:000 medalhas celtibericas, gregas, coloniaes, syriacas, egypcias, romanas, godas, arabes, portuguezas, hespanholas, francezas, italianas, allemãs, inglezas, russianas, etc. Ahi tambem se admiram varias antiguidades romanas como estatuetas de bronze, lampadas de bronze e de barro, amphoras, vasos lacrymatorios e cinerarios, de barro e de vidro. Entre outras preciosidades possue a Bibliotheca Nacional de Lisboa o 1.º volume d'uma *Biblia* que pertenceu ao rei de Castella, a qual foi encontrada nos despojos da batalha d'Aljubarrota e se conservava no convento d'Alcobaça, uma *Biblia* em hebraico, seculo XIII ou XIV *(V. Biblia)*, e muitas *Horas*, *Missaes*, *Chronicas*, etc., dos seculos XV, XVI, XVII e XVIII. A' entrada do edificio vê-se uma estatua de marmore, representando D. Maria I, fundadora da Bibliotheca, trabalho de Machado de Castro. Pelas diversas salas e corredores estão distribuidos mappas magnificos, globos geographicos, e numerosos retratos a oleo de varões illustres nas sciencias e nas lettras. Entre os objectos d'arte que se guardam na bibliotheca, existe um grande quadro de azulejos afamados, que se attribue á segunda parte do seculo XVI, o qual adornava a capella de N. S.ª da Vida da antiga egreja parochial de S. André. O quadro representa no centro o presepio com a Virgem, S. José e o Menino Jesus adorado pelos pastores; tem dois retabulos secundarios, um de cada lado representando a *Annunciação do Anjo* e a *Virgem recebendo o Espirito Santo;* vêem se ali tambem as figuras de S. João e S. Lucas. A sala de leitura é vastissima, e está franca ao publico todos os dias não feriados, desde o meio dia até ás 4 horas da tarde; á noite, nos mezes de outubro até fim de março, das 7 ás 10 horas, e nos de abril até fim de julho, das 8 ás 11. Pelo decreto de 31 de dezembro de 1863, e nos termos da autorisação concedida ao governo pela carta de lei de 11 de julho do referido anno, foi dado um novo regulamento á Bibliotheca, pelo qual ficou melhorado o serviço, acautelada a segurança de muitas preciosidades, e attendidos os direitos dos empregados. Pelo decreto de 29 de dezembro de 1887 foram reformados os serviços na Bibliotheca Nacional e augmentado o quadro dos seus empregados, e ultimamente pelo decreto de 24 de dezembro de 1901 foram reorganisados todos os serviços da Bibliotheca com um regulamento especial approvado por decreto de 29 de

janeiro de 1903. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa funccionam as aulas de Numismatica e Bibliologia do curso de bibliothecario-archivista.

Bibliotheca Portugueza *ou reproducção dos livros nacionaes, escriptos até ao fim do seculo* XVIII. Com este titulo começou a publicar-se em 1852 uma collecção de livros escolhidos, e alguns d'elles raros, de autores muito afamados, tanto prosadores como poetas. Chegaram a sair 15 volumes, contendo as obras de Bernardim Ribeiro, Gil Vicente, Luiz de Camões, Francisco de Moraes, Francisco de Andrade, D. Francisco Childe Rolim de Moura e Francisco Xavier de Oliveira.

Bibliotheca Publica de Braga. Foi fundada por carta de lei de 13 de julho de 1841, e installada no antigo convento dos Congregados do Oratorio, onde tambem está o lyceu. Encerra perto de 40:000 volumes, e entre elles se encontram obras interessantissimas. A maior parte são provenientes dos conventos que existiam no districto de Braga, os quaes, como o de Tibães da ordem benedictina, possuiam magnificos livros e preciosos manuscriptos. Por causa das difficuldades com que se luctou na classificação e arrumação systematica dos livros, sómente se pôde franquear ao publico em novembro de 1862. Esta bibliotheca deve a sua fundação, principalmente, á iniciativa e esforço do visconde de Almeida Garrett. Foi seu bibliothecario-mór Manuel Rodrigues da Silva Abreu, que tambem prestou importantes serviços, não se poupando a fadigas para a classificação e separação das obras que para ali tinham ido n'um perfeito cahos. Pelo decreto de 31 de dezembro de 1863, foi concedida a verba annual de 50$000 réis á Bibliotheca Publica de Braga, para a compra de obras modernas publicadas fóra do reino. A bibliotheca foi entregue á camara municipal do respectivo concelho, nos termos da carta de lei de 2 de dezembro de 1844.

Bibliotheca Publica de Evora. Foi fundada pelo arcebispo D. Fr. Manuel do Cenaculo Villas Boas, que logo a dotou com 33:424 volumes, além de muitos manuscriptos e quadros. Este digno prelado já havia auxiliado com muitos donativos valiosos as bibliothecas do convento de Jesus e Nacional de Lisboa, presenteado com importantes livros e manuscriptos a livraria do convento dos Paulistas, a do seminario do Varatojo e a do mosteiro da Serra d'Ossa. Para a fundação da bibliotheca obteve licença regia a 21 de maio de 1807, e foi confirmada por uma bulla expedida no Rio de Janeiro em 12 de dezembro de 1810, assignada pelo nuncio Lourenço, sendo o regio *exequatur* de 18 de janeiro de 1815. D. Fr. Manuel do Cenaculo, em 21 de setembro de 1811, publicou uma *Pastoral, pela qual ha por bem instituir uma Bibliotheca Publica na cidade de Evora, e dar-lhe regulamento.* Por occasião da guerra peninsular desappareceram muitos e importantes volumes. A bibliotheca conta para cima de 50:000 volumes, e é especialmente consideravel em livros antigos e em manuscriptos. Ali se encontra um exemplar dos *Luziadas*, editado pelo celebre morgado Matheus; a *Oração Dominical* em 150 linguas, européas, asiaticas, africanas e americanas, impressa em Paris, na typographia imperial, no principio do seculo XIX; uma obra importantissima contendo a descripção minuciosa, adornada com estampas, dos habitos e vestuario das ordens religiosas e de cavallaria; um livro arabe sobre agricultura por Abu Zacharias Sahia, e o *Livro* de Antonio Bocarro, *em que se relata o sitio de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da India oriental*, acompanhadas das respectivas plantas das fortalezas. Entre os manuscriptos, secção importantissima, ha preciosos volumes em pergaminho com esplendidas illuminuras. O bibliothecario Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara publicou em 1850 o 1.º volume do *Catalogo dos manuscriptos da Bibliotheca Publica de Evora.* Entrando-se no edificio, os visitantes encontram uma sala oblonga, espaçosa, clara e elegante, no tecto da qual estão ellipticamente dispostos, formando um curioso arabesco em pintura, os alphabetos principaes; por cima da porta da entrada ha um quadro representando a *Virgem Santissima* e um letreiro em latim allusivo ao conteúdo da sala *Sedes sapientiæ;* no topo da sala vê-se um interessante quadro de Grão-Vasco representando *O Menino Jesus entre os doutores.* N'uma sala contigua ao salão principal ha uma collecção de quadros antigos, entre os quaes figura um *Pernoitar de bandidos*, do morgado de Setubal, um quadro de Rubens, um retrato d'este celebre pintor, o retrato do arcebispo D. Fr. Manuel do Cenaculo, os de D. Affonso Henriques, de D. Sebastião e o do Cardeal-Rei. N'esta mesma sala estão arrecadados os desenhos de 122 lapides antigas e curiosas, que D. Fr. Manuel do Cenaculo havia colligido no museu que denominara *Museu Sisenando Cenaculo Pacense*, collecção que soffreu muitas delapidações no tempo da invasão dos francezes. Entre os objectos d'arte annexos á Bibliotheca figuram varias outras preciosidades: um oratorio riquissimo de ouro e esmalte representando a *Paixão de Christo;* um quadro de esculptura em marmore negro representando Moysés orando, e no fundo os israelitas combatendo contra os philisteus; um quadro bysantino, cuja pintura é de grande merecimento; um oratorio que tem no centro uma primorosa pintura em cobre, e lateralmente diversos retabulos de pintura em madeira; uma imagem de *Nossa Senhora*, que observada com a vista desarmada simula uma gravura finissima, e com o auxilio d'uma lente se vê ser composta apenas de milhares de letras reproduzindo em dimensões microscopicas varias orações, como a *Ave Maria*, a *Salve Regina*, o *Credo*, as *Litaniæ*, etc., e uma cruz de madeira em lavores abertos a canivete. N'esta collecção de preciocidades tambem figuram varios specimens da arte chineza, lampadas funerarias de barro e frasquinhos de vidro, antiguidades romanas encontradas nas escavações feitas em Beja e em Evora, instrumentos de silex, varios exemplares de mineralogia e de conchyliologia, diversos ossos de animaes gigantescos, e o pendão do Santo Officio, feito de damasco vermelho e bordado a ouro (V. *Inquisição).* Pela carta de lei de 11 de julho de 1863 foi concedida á Bibliotheca Publica de Evora a quantia annual de 100$000 réis para a compra de obras modernas publicadas fóra do reino. A carta de lei de 8 de fevereiro de 1876 fixou os vencimentos do bibliothecario.

Bibliotheca Publica de Nova Gôa. Reorganisada por decreto de 14 de fevereiro de 1889. A Bibliotheca está dividida em duas secções: 1.ª de impressos e manuscriptos; 2.ª de moedas, me-

dalhas e inscripções. Um dos bibliothecarios, o sr. Ismael Gracias, tem publicado alguns *Relatorios* por onde se póde apreciar a importancia d'este estabelecimento de instrucção.

Bibliotheca Publica do Porto. Fundada por D. Pedro IV, pelo decreto de 9 de julho de 1833, servindo-lhe de fundo as livrarias dos conventos abandonados do norte do paiz. Quando se pensou n'esta instituição, foi-lhe destinado o hospicio dos religiosos de Santo Antonio, situado no largo da Cordoaria, mas como esse edificio não offerecesse segurança, transferiu-se mais tarde, em 1842, para o convento de Santo Antonio da Cidade, em S. Lazaro, que perteuceu aos frades capuchos da provincia da Conceição, onde tambem está a Academia das Bellas Artes. A camara municipal em 1835 tentára installar a bibliotheca no Paço Episcopal, chegando a officiar n'este sentido ao bispo eleito, e a representar ao governo, enviando-lhe um orçamento das despezas com as obras a que era necessario proceder, visto o prelado ter annuido aos desejos da municipalidade. Esta pretenção, porém, foi contrariada pelo perfeito da cidade João de Sousa Pinto de Magalhães, que informou contra, e a bibliotheca installou-se no edificio a S. Lazaro, onde actualmente se conserva Antes de 1833 não havia no Porto nenhuma bibliotheca publica; o 2.º visconde de Balsemão, Luiz Maximo Alfredo Pinto de Sousa Coutinho, que era um homem muito erudito, franqueava aos estudiosos a sua escolhida bibliotheca, situada no palacio da Feira das Caixas ou Praça dos Ferradores, hoje praça de Carlos Alberto, palacete que depois pertenceu aos viscondes da Trindade. Por carta de lei de 27 de janeiro de 1876 foi a bibliotheca considerada estabelecimento municipal para todos os effeitos. Esta bibliotheca possue cerca de 150:000 volumes impressos, e perto de 1:500 manuscriptos de muito valor, com especialidade os que vieram do convento de Santa Cruz, de Coimbra e são anteriores á descoberta da imprensa. Tambem possue 102 volumes impressos no seculo XVI. Entre as muitas preciosidades que encerra, conta-se o *Livro da Côrte Imperial*, que pertenceu a D. João I, e que se presume, com bons fundamentos, ter sido escripto pelo referido monarcha. E' uma obra mystica no gosto das novellas de cavallaria. Da bibliotheca de D. Duarte passou para o mosteiro de Santa Cruz, de Coimbra, e d'ali para a Bibliotheca Publica do Porto. Encontram-se ainda obras preciosas, que estão relacionadas no catalogo dos *Incunabls*, e em outros catalogos avulsos. E' tambem de muito valor a collecção dos nobiliarios, sendo talvez a primeira existente no paiz. Esta collecção foi ha annos augmentada com os documentos legados pelo visconde de Balsemão e pelo conde de Azevedo. A bibliotheca foi enriquecida em 1843 com a livraria importantissima do bispo D. João de Magalhães Avellar, composta de uns 70:000 volumes, doada pelo governo, que fôra autorisado pelo decreto de 30 de junho d'aquelle anno, a compral-a por 24:000$000 réis para ser incorporada nos bens nacionaes. A bibliotheca occupa dois espaçosos e bem illuminados salões, e está aberta ao publico todos os dias não santificados, desde as 9 horas da manhã até ás 3 horas da tarde.

Bibliotheca Real d'Ajuda. V. *Ajuda (Bibliotheca de).*

Bibliotheca Real de Mafra. V. *Mafra (Bibliotheca de).*

Bibliotheca das Sciencias e Artes *ou noticia das melhores obras que sahiram na Europa, como tambem os melhores discursos, dissertações e memorias compostas sobre as sciencias e artes, pelos mais celebres escriptores,* etc. Publicação feita no Porto, de que sairam 2 numeros, em 1793.

Bibliotheca da Universidade de Coimbra. V. *Coimbra (Bibliotheca da Universidade de).*

Bibliothecas de Lisboa. Além da Bibliotheca Nacional, contam-se n'esta cidade as dos differentes estabelecimentos scientificos e litterarios, como são a Escola Medico-Cirurgica, a Escola do Exercito, a Escola Polytechnica, a Escola Naval, o Instituto Geral de Agricultura, o Instituto Industrial, a Sociedade das Sciencias Medicas, a Sociedade Pharmaceutica Lusitana, o Gremio Litterario, o archivo das camaras legislativas, os ministerios, Camara Municipal e das suas escolas, etc. Além d'estas, ainda se contam outras bibliothecas particulares, entre as quaes Adriano Balbi, em 1822 no seu *Ensaio artistico ácerca do reino de Portugal e do Algarve,* apontava algumas de notavel importancia, como a do marquez de Penalva (V. *Alegrete, Livraria dos Marquezes de),* a dos herdeiros do conde da Ericeira, a do conde de S. Lourenço, a do marquez de Marialva, a do marquez de Angeja, a de Wenceslau Braamcamp, a de D. Francisco Manuel de Mello e a do conde de Linhares. Mais modernamente pódem-se tambem citar as dos fallecidos visconde de Pereira, Innocencio da Silva, Pereira Merello, etc.

Bibliothecas do Porto. Além da Bibliotheca Publica, existem n'esta cidade as que são privativas de varios estabelecimentos de instrucção, como são a da Escola Medico-Cirurgica, que possue perto de 8:000 volumes, comprehendendo muitos tratados antigos de medicina, contando-se entre as obras de maior valor uma collecção de livros portuguezes de medicina dos seculos XVI e XVII; o Atheneu Commercial, com cerca de 10:000 volumes, abundando os livros de litteratura e de historia; a da Academia Polytechnica, a do Instituto Industrial; a bibliotheca commercial, no edificio da Bolsa, que possue obras relativas ao commercio e á economia politica, mappas, etc. No Porto tambem se contam importantes livrarias particulares, de que mencionaremos as dos srs. Dr. José Carlos Lopes, conde de Samodães, Antonio Moreira Cabral, Antouio Bernardo Ferreira, etc.

Bibliothecas Reaes. V. *Bibliotheca.*

Bibliothecario. O que dirige ou está encarregado da conservação d'uma bibliotheca. Para este logar são sempre nomeados homens de elevada competencia e de reconhecida erudição.

Bibliothecario-mór. Antigo cargo, ultimamente renovado. Parece datar do alvará de 29 de fevereiro de 1796, sendo então subordinado ao inspector geral da Real Bibliotheca Publica. Para o bibliothecario-mór passaram varias das attribuições do secretario da Academia de Historia. O logar de bibliothecario-mór é de livre nomeação regia e vitalicio, devendo sempre recair em pessoa de provados meritos litterarios. Conforme o decreto n.º 6 de 24 de dezembro de 1901, que creou novamente este importante cargo, o bibliothecario-mór é subordinado ao Ministerio do Reino e cumpre-lhe fiscalisar e regular o

funccionamento de todos os serviços das bibliothecas e archivos sujeitos á sua inspecção.

Bica. Pov. na freg. de S. Pedro, de Alhadas, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Cabreiros, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. João Evangelista, de Nespereira, conc. da Louzadá, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Francisco de Assis e conc. de Ponte do Sôr, distr. de Portalegre. || Logar na freguezia de S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro. || Logar na freg. de S. Miguel, de Beire, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Vicente, de Boim, conc. da Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Sebastião, de Carreiras, conc. e distr. de Portalegre. || Logar na freg. de Santa Eulalia de Bésteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S. Thiago, de Gavião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Christovão, de Lordello, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Logar na ilha de S. Jorge (V. *Fajã dos Vimes*). || Logar na freg. de S. Thiago, de Ronfe, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Miguel, de Silvares, conc. da Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Sobrosa, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santo Estevão, de Urgezes, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Casaes na freg. de S. Silvestre, de A dos Francos, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Casal na freg. de N. S.ª da Graça, de Aguas Bellas, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Pedro, de Alverca, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de Santo Antonio, de Arcias, conc. de Marvão, distr. de Portalegre. || Casal na freg. de N.ª S.ª da Encarnação, de Benedicta, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Casal na freg. de S. Romão, de Cabeça, conc. de Ceia, distr. da Guarda. || Casal na freg. de Santo André, de Cella, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Casal na freg. de N. S.ª da Luz, de A dos Cunhados, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Simão, de Nesperal, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Casal na freg. do Santissimo Nome de Jesus, de Odivellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Casal na freguezia de N. Sª da da Conceição, de Olalhas, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Paio do Codeço, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de S. Miguel, de Palhacana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Nicolau, conc. e distr. de Santarem. || Casal na freg. de Santa Maria Magdalena, de Turcifal, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Domingos, de Valle de Figueira, conc. e distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Vicente do Paul, conc. e distr. de Santarem. || Casal na freg. de N. S.ª da Piedade e conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || Casal na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Villa Verde dos Francos, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de N. S.ª da Purificação, de Cabeção, conc. de Móra, distr. de Evora. || Herdade na freguezia de N. S.ª da Conceição, de Cabrella, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Herdade na freg. de Santa Clara-a-Nova, conc. de Almodovar, distr. de Beja. || Horta na freg. de S. Sebastião, de Benavilla, conc. de Aviz, distr. de Portalegre. || Horta na freg de S. Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja. || Horta na freg. de Santa Maria e conc. de Serpa, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Salvador e conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Quinta na freg. de S. Salvador, de Aldeia do Bispo, conc. e distr. da Guarda. || Quinta na freg. de Santa Clara, conc. e distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de Santa Comba, conc. de Ceia, distr. da Guarda. || Quinta na freg. de N. S.ª da Concción, de Faia, conc. e distr. da Guarda. || Quinta na freg. de Santa Maria, de Idães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Quinta na freg. de N. S.ª da Purificação, de Sapataria, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de N. S.ª das Neves, de Sortelha, conc. de Sabugal, distr. da Guarda.

Bica de Baixo e de Cima. Dois logares na freg. de S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Dois logares na freg de S. Francisco da Serra, conc. de Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Dois logares na freg. de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Dois casaes na freg. de S. Matheus, de Erra, conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Bica Boa. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Bica do Cão (*Casal da*). Na freg. de S. José, de Lamarosa, concelho de Coruche, districto de Santarem.

Bica da Cheira. Logar na freg. de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra.

Bica de Cima. Monte na freg. de S. Salvador e conc. de Odemira, distr de Beja.

Bica da Figueira (*Casal da*). Na freg. de S. Miguel, de Martinxel, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Bica da Horta. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Alandroal, distr. de Evora.

Bica do Matto. Logar na freg. de S. Sebastião, de Alfarellos, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Bica do Meio. Logar na freg. de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Matheus, de Erra, conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Bica Nova. Logar na freg. de Santo André, de Villa Boa de Quires, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Monte na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alvalade, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Bica de Pau. Duas povoações na ilha da Madeira, no distr. do Funchal; a primeira na freg. de S. Gonçalo, do conc. do Funchal; a segunda na freg. da Santissima Trindade, de Tabua, conc. de Ponta do Sol.

Bica da Pedra. Logar na freg. de S. Sebastião, de Mouriscas, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Bica de São Domingos. Pov. na freg. de S. Nicolau, conc. e distr. de Santarem.

Bica Velha. Pov. na freg. de S. Verissimo, de Paranhos, bairro oriental do Porto. || Monte na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alvalade, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Bicada. Pov. na freg. do Espirito Santo, conc. de Mertola, distr. de Beja. || Pov. na freg. de S. Pedro de Sollis, conc. de Mertola, distr. de Beja. || Logar na freg. S. de Thiago, de Estombar, conc. de Lagôa, distr. de Faro. || Monte na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Garvão, conc. de Ourique, distr. de Beja. || Monte na freg. de Santa Margarida do Sadão, conc. de Ferreira do Alemtejo, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja. || Monte na freg. de Santa Catharina, de Sitimos, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Bicadas. Casal na freg. de Santa Maria, de Achete, conc. e distr. de Santarem. || Monte na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Castro Verde, distr. de Beja.

Bicado. Termo heraldico. Diz-se da ave cujo bico tem um esmalte differente do do corpo e das unhas.

Bicainha ou **Vicainha.** V. *Vicainha*.

Bical. Logar na freg. de S. Martinho, de Aguas Santas, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Bicalto. Pov. na freg. de S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro.

Bicas. Pov. na freg. de S. Miguel, de Rio Torto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || Casal na freg. de S. Matheus, de Erra, conc. de Coruche, distr. de Santarem. || Casal na freg. de Santo Antonio, de Raposa, conc. de Almeirim, distr. de Santarem. || Monte na freg. de Santa Maria e conc. de Odemira, distr. de Beja.

Bicas de Baixo. Logar na freg. de S. Francisco da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Bicesse. Pov. na freg. de S. Vicente, de Alcabideche, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa.

Bicha. Pov. na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Horta na freg. de S. Vicente, de Paio Mendes, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Monte na freg. de S. Barnabé, conc. de Almodovar, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Bichana *(Monte da).* Na freg. de Santa Maria, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Bichardo *(Casal do).* Na freg. de S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Bichas. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Lodares, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Bicheira *(Quinta da).* Na freg. de N. S.ª da Purificação, de Alcanede, conc. e districto de Santarem.

Bicheiro. Logar na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto. || Quinta na freg. de S. Thiago e conc. d'Almada, distr. de Lisboa.

Bichinha. Monte na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Quinta na freg. de N. S.ª das Virtudes, de Ventosa, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Bicho. Casal na freg. de Santa Catharina, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Horta na freg. de S. Vicente e conc. de Cuba, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça, de Ouguella, conc. de Campo Maior, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de S. Thiago Maior, conc. de Alandroal, distr. de Evora. || Quinta na freg. de S. Martinho e conc. de Fundão, distr. de Castello Branco.

Bicho Feio *(Quinta do).* Na freg. do Espirito Santo, de Ereira, conc. do Cartaxo, distr. de Santarem.

Bichoca. Logar na freg. de S. Miguel, de Bairros, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Bicholim. Provincia na India. Limitada ao N pela provincia de Pernêm, da qual a separa o rio Coluale; a E pelo territorio de Maneri, ao S pelo rio Mandovi e a O por este rio e provincia de Bardez. A provincia de Bicholim foi conquistada ao Bounsuló pelas armas portuguezas, depois de tomada a praça de Alorna em 1746. Mais tarde, porém, foi perdida pela revolta dos ranes da provincia de Satary, até que D. Frederico Guilherme de Sousa a reconquistou em 1781, juntamente com a provincia de Satary ou Sanquelim; ficando os respectivos dessays de Carapur, Lamagão, Maulinguem, Saler e Verdi na posse dos seus dessayados, e concedendo-se-lhes a percepção das rendas publicas, que pertenciam ao Bounsuló, seu primeiro dominante. Tem 216 kilometros quadrados de superficie, 1 freguezia, 30 aldeias, e comprehende 5 dessayados, 2:100 fogos com 26:520 habitantes, sendo 2:284 christãos e 24.245 não christãos. São afamados os arecaes de Bicholim cultivados pelos *bottos*. O nome primitivo da provincia era *Batagrana*.

Bicholim *(Cassabé).* Villa e capital da provincia do seu nome, situada no interior; regedoria do concelho de Sanquelim, districto de Gôa, na India. E' banhada por um dos muitos affluentes do Mandovi. Tres estradas a põem em contacto com as margens d'este rio ao S, com Carpal ao N e com a capital da provincia de Bardez e Mapuçá a O. Tem 1:050 hab., alfandega e uma fortaleza hoje desartilhada e desguarnecida. Foi tomada em 1705 ao regulo Bounsuló pelo vice-rei Caetano de Mello e Castro; voltou ao poder dos inimigos, e foi reconquistada pelo marquez de Alorna em 1746. Tambem se chama *Cassabé*, nome que significa em geral villa ou capital.

Bichos. Casal e quinta na freg. de S. Thiago e conc. de Almada, distr. de Lisboa. || Horta na freg. de N. S.ª das Neves e conc. de Borba, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Domingos, de Malpica, conc. e distr. de Castello Branco. || Monte na freg. de N. S.ª d'Ajuda, de Monforte, conc. e distr. de Castello Branco.

Bico. Pov. na freg. de S. Vicente, da prov. do Minho, conc. e com. de Amares, distr. e arceb. de Braga; 238 hab. e 53 fog. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada em campina, d'onde se vê para o S parte da cidade de Braga e o mosteiro de Tibães. Pertenceu ao couto de Rendufe. A terra é fertil. Corre n'esta freguezia o rio Homem, que se reune aqui com o Cávado, e na confluencia tem uma ponte, que principiou a construir-se em 1863. Produz centeio, milho, vinho verde, azeite, linho e lenha. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de

S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. e com. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello, arcebispado de Braga; 859 habitantes e 295 fogos. Tem caixa do correio com serviço de posta rural. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada junto á serra de Corno-do-Bico, onde nasce o rio Coura, e de um dos seus seus braços, chamado Barbêdo. Descobre-se d'aqui a serra da Boelhosa, parte do rio Minho e grande parte da serra de Santo Antão, na Galliza. Eram donatarios d'esta freguezia e de todo o concelho de Paredes de Coura os viscondes de Villa Nova da Cerveira, que apresentavam o abbade, que tinha de renda 300$000 réis. E' tradição que em tempos remotos houve n'esta povoação duas grandes torres de cantaria lavrada, de que já nem restam vestigios. Na freguezia ha muitas fontes abundantes de boa agua, e cria-se muito gado de toda a especie, e nos seus montes vêem-se lobos, porcos bravos, rapozas e caça miuda. Diz-se que se teem achado em varios sitios d'esta freguezia vestigios de povoação antiga, como são: tijolos, pedras lavradas, columnas, cippos, alicerces de casas, urnas de pedra e de tijolo, etc. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3 com a séde em Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Barcarena, conc. de Oeiras, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Marinha Grande, conc. e distr. de Leiria. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Esmoriz, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. João Baptista, de S. João de Fontoura, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S. Martinho, de Lago, conc. de Amares, distr. de Braga. || Logar na freg. de N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || Horta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora. || Vinha na freg. de N. S.ª da Annunciação e conc. de Redondo, distr. de Evora.

Bico Alto V. *Bicalto.*

Bico do Brejo. Pov. na freg. de S. Paulo, de Amor, conc. e distr. de Leiria.

Bico da Cevada. Logar na freg. de S. Silvestre, de Souto, conc. de Abrantes, districto de Santarem.

Bico do Chão *(Casal do).* Na freg. de S. Miguel, de Cardozas, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

Bico da Pedra. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição e concelho de Oleiros, districto de Castello Branco.

Bico Sachos ou **Bico do Sacho.** Pov. na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Bico Torto *(Monte do).* Na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Biconguella. Pov. situada ao S do distr. e com. de Benguella, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, na bifurcação do caminho que partindo da capital do districto se dirige a E para Caconda e ao S para Quilengues. Fica a E. do territorio dos bichiambas, entre dois dos braços do rio Calunga, confluente do rio de S. Francisco, e dista cerca de 90 k. de Caconda, 80 de Quilengues e 200 de S. Filippe de Benguella.

Bicuda. Logar na freg. de S. Pedro, de Oliveira, conc. e distr. de Braga.

Bicudas. Ponta ou cabo situado na costa SE da ilha de S. Thiago, uma das do grupo de Sotavento da prov. e archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental. E muito levantada e tem duas baterias, uma chamada *do Visconde* e a outra *da Mulher branca.*

Bicudo. Familia nobre da cidade do Porto, que tem por armas: em campo verde uma ribeira de agua de prata e azul posta em faxa, tres passaros bicudos de prata com os pés na agua e os corpos no campo alto, postos em faxas, e no fundo do escudo um carneiro do mesmo metal armado de ouro; tem por timbre um dos passaros do escudo.

Bicudo. Pov. na freg. de S. Salvador, de Padreiro, conc. de Arcos de-Valle-de-Vez, distr de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S João Baptista, de Villa Chã, conc. de Espozende, distr. de Braga. || Fazenda na freg de N. S.ª do Bispo e conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Bicudos. Logar na freg. de S. Sebastião, de Gomes Ayres, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Bidarra *(Quinta da).* Na freg. da Sé, conc. e distr. da Guarda.

Bidrabine. Aldeia pertencente á divisão de Uply-Pahw, ao sul do rio Sandalcalo, no concelho de Nagar-Avely, districto de Damão, na India.

Biduedo. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, annexa á freg. de S. Mamede, de Sortes, conc., bisp. e distr. de Bragança. Está situada nas faldas da serra de Pena Mourisca, n'uma planicie com duas ruas direitas. Não se avistam outras povoações por causa dos montes que a cercam. O cura era confirmado por S. Mamede de Sortes, e tinha de renda diversos generos pagos pelo commendador d'esta commenda. A terra é fertil. Biduedo e Santa Martha tinham o mesmo foral, dado em Guimarães por D. Sancho I em 1202: teve outro foral que lhe deu Ruy Martins do Casal, alcaide de Bragança, a 4 de setembro de 1304, confirmado por D. Diniz, na Guarda, a 12 de abril de 1308.

Bidueira de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª dos Milagres, conc. e distr. de Leiria.

Bié. V. *Bihé.*

Biester *(Augusto).* Sargento-mór do real corpo de engenheiros, que foi nomeado tenente-coronel do mesmo corpo, por decreto de 15 de março de 1802 sobre proposta do governador civil dos estados da India.

Biester *(Ernesto).* Escriptor dramatico e jornalista, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, eleito em 10 de julho de 1862; cavalleiro da ordem de S. Thiago, por decreto de 28 de fevereiro de 1865. N. em Lisboa no anno de 1829, fal. na mesma cidade a 12 de dezembro de 1880. Era filho d'um bem conceituado e rico negociante, de origem allemã. Seu avô, de egual nome, era amigo intimo de Francisco Manuel do Nascimento (Filinto Elysio) e a quem este poeta consagrou duas *odes*, que andam publicadas nas suas *Obras completas*, tomo IV, pag. 431 e tomo V pag. 278, da edição de Paris. Dedicando-se á litteratura, com especialidade como escriptor dramatico, é grande o seu repertorio de peças originaes e traducções, que na maior parte se representaram no theatro de

D. Maria II. Teve a sua epoca gloriosa, por muito tempo o seu nome apparecia frequentemente nos cartazes, annunciando trabalhos dramaticos que attrahiam grande concorrencia, e que o publico applaudia com enthusiasmo. Apaixonado pelo theatro desde muito novo, convivendo de preferencia com os primeiros actores, póde dizer-se que Ernesto Biester vivia exclusivamente no theatro e para o theatro, porqne só ali era mais facil encontral-o. A primeira peça, que se representou, foi em 1853 o drama em 3 actos, intitulado *Raphael*, que o publico applaudiu, apezar da critica lhe notar defeitos, em que se revelava o principiante. Animado com este debute, apresentou o drama em 5 actos, *Um quadro da vida*, começando então uma serie de peças, que sempre obtiveram o melhor exito. Em 1860 organisou-se o theatro de D. Maria II como theatro normal, e instituiram-se uns premios pelo Conservatorio Dramatico, para as peças que fôssem julgadas dignas de os obterem. Ernesto Biester alcançou dois d'esses premios, um com o drama em 4 actos *A abnegação*, que se representou no theatro de D. Maria na noite de 16 de setembro de 1861, ultimo anniversario de D. Pedro V, que se festejou, pois que o saudoso monarcha falleceu em novembro seguinte, e o outro com o drama em 5 actos *O jogo*, uma das maiores glorias do actor Tasso. *A Fortuna e trabalho*, em 5 actos, dedicado á classe typographica, tambem lhe valeu muitos applausos, e quando este drama se representou no Porto, a Associação Typographica d'aquella cidade lhe offereceu uma penna de ouro, e uma medalha do mesmo metal que expressamente se cunhou para lhe ser offerecida. Acha se descripta e reproduzida na *Memoria das medalhas*, etc. de Lopes Fernandes, Lisboa, 1861, a pag. 143. Quando no palco do theatro de D. Maria appareceu o seu drama *Os diffamadores*, Ernesto Biester foi condecorado com o grau de cavalleiro da ordem de S. Thiago. Para a abertura do theatro da Trindade em 1867, escreveu o drama *A mãe dos pobres*. Biester collaborou no *Panorama* e na *Illustração luso-brasileira*, onde publicou alguns artigos de critica litteraria, que em 1856 compilou n'um folheto intitulado: *Uma viagem pela litteratura contemporanea*; no *Paiz*, em 1851; na *Opinião*, de 1857 a 1858; na *Chronica dos theatros*; fundou em 1859, de sociedade com Antonio de Bredcrode, o periodico *Revista contemporanea*, de que se publicaram 5 volumes, trazendo diversas illustrações e os retratos de muitos homens notaveis de Portugal e do Brazil. O 1.º volume publicou-se em 1859 e o 5.º e ultimo em 1865. Foi tambem um dos fundadores, e por pouco tempo um dos redactores da *Gazeta do Povo*, creada em 1869. Em 1875 fundou o jornal *Gazeta do dia*, que teve curta duração. Ernesto Biester viajava frequentes vezes pela Europa, e em 1872 fez tambem uma digressão ao Brazil. Em 1876 foi emprezario do theatro de D. Maria II, de sociedade com D. João de Menezes, socio capitalista, e o actor Eduardo Brazão. Reformando-se em 1878 a secretaria de marinha e ultramar, Ernesto Biester, que não fôra nunca empregado publico, obteve um logar de 2.º official; n'esse tempo já o dominava a fatal doença, a que dois annos mais tarde succumbiu. Sobre o seu tumulo, Pinheiro Chagas pronunciou um pequeno discurso em nome da Associação dos Jornalistas. Relação dos seus trabalhos dramaticos, originaes e traducções, sendo alguns ineditos: *Maria Antonieta*, em 1 prologo, 5 actos e 1 epilogo; em 6 actos: *A mulher que deita cartas, O Anjo da meia noute, A penitencia;* em 5 actos: *Um quadro da vida, A mocidade de D. João V, Os moços velhos, Fortuna e trabalho, Os homens ricos, Os diffamadores, Os operarios, Cora ou a escravatura, O jogo, A mãe dos pobres, Um fidalgo do seculo XIX, Peccadora e mãe, As pupillas do sr. reitor, A familia Benoiton, O limpa chaminés, A vingança. A idiota;* em 4 actos: *As mães arrependidas, Os homens serios, Um drama no mar, A abnegação, Pobreza dourada, Os sabichões, Fernanda, Mulheres á solta;* em 3 actos: *Raphael, A redempção, A caridade na sombra, Primavera eterna, O maestro Favilla, A princeza George;* em 2 actos: *Duas epocas da vida, Nobreza d'alma, Um homem de consciencia;* em 1 acto: *As obras de Horacio.*

Ernesto Biester

Bifora *(Casa de)*. V. *Vifora.*

Biga *(Horta da)*. Na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Bigão. Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Souzella, conc. da Louzada, distr. do Porto.

Bigas. Pov. na freg. de S. Pedro, de Lordosa, conc. e distr. de Vizeu. Tem est. post. permutando malas com Vizeu.

Bigorne e Pretarouca. Duas povoações reunidas, freguezias de S. Sebastião e de S. Nicolau, da prov. da Beira Alta, conc., com. e bisp. de Lamego, distr. de Vizeu; 440 hab. e 46 fog. A pov. dista 15 k. da séde do concelho. Bigorne é uma freg. pobre situada na serra de Monte Duro, e proximo do rio Sabor. E' abundante de lenha e de caça. Pertencia á corôa. Tem est. postal. O cabido de Lamego apresentava o cura, que tinha 8$000 réis em dinheiro, 24 alqueires de centeio e o pé d'altar. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 9, com a séde em Lamego.

Biguba. Reino de negros beafares que habitam nas margens do rio Nalú, na Guiné, Africa Occidental. Teve um porto chamado Sebastião Fernandes no tempo em que os portuguezes possuiam ali feitorias, e que derivava o nome d'um d'estes seus moradores, o qual, mandando edificar algumas casas, deu por este modo origem á povoação. O commercio era então tão florescente n'aquellas paragens que o mesmo Sebastião Fernandes, indo residir em Bissau, carregou 18 navios com 1:100 escravos seus.

Biguelra. Logar na freg. de S. Martinho, de Aguas Santas, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Bihé. Territorio muito montanhoso a E do distr. de Benguella, na Africa Occidental. O Bihé constitue uma capitania-mór do mesmo districto.

A autoridade principal é um capitão-mór que exerce funcções civis e militares. A capital da capitania é Belmonte (V. *este nome)*, antiga residencia de Silva Porto. No principio do seculo XIX já era conhecido o Bihé, que fazia parte do antigo reino de Benguella. O littoral mantinha communicações repetidas com os bihenos, que traziam muita cera e algum marfim para os trocar por polvora, armas e fazendas. Antes de 1834 havia no Bihé duas companhias de milicias e duas outras de ordenanças subordinadas a um commandante, que era ao mesmo tempo um delegado do governador de Benguella. Supprimidas as duas companhias, só em 1885 tornou a haver no Bihé autoridade portugueza, sendo nomeado capitão-mór Francisco Ferreira da Silva Porto, em premio dos relevantes serviços prestados ao commercio. Quando em 1890 estacionou no Bihé uma força destinada ao Barocc, Silva Porto, não podendo defrontar com as exigencias do soba, que exigia a retirada immediata da força, pagou com a vida o premio recebido. Depois do suicidio de Silva Porto, organisou-se uma expedição que occupou o Bihé, aprisionando o soba, que se encontra ainda preso em S. Thiago de Cabo Verde. Desde então os bihenos vivem pacificamente á sombra da autoridade portugueza. Os terrenos do Bihé são regados pelos affluentes do rio Cuanza, que corre a E de Belmonte. Os affluentes são o Coqueima e o Cundje. Existem no Bihé missões catholicas e protestantes, sendo a séde das primeiras em Caconda. Na margem direita do rio Cuanza está edificado um forte, cujo commando é subordinado ao capitão-mór do Bihé. Os sobas mais importantes visinhos d'este territorio são: ao S os Ganguellas; a O os Sambo, Môma, Sacaujimba; ao N o de N'dulo e Gamba; a E os Quiscos. No Bihé ha estação telegraphica, que permuta vales com o reino.

Bijagoz. Archipelago na costa da Guiné, Africa Occidental. Além das ilhas de Bolama, Gallinhas e Orango, comprehendem alguns autores no mesmo archipelago a ilha de Bissau e todos os mais terrenos que, circumdados por braços de rios e esteiros que os separam da terra firme, apresentam a fórma de ilhas. O archipelago foi descoberto pelos portuguezes entre os annos de 1445 e 1447, e tanto nas margens do Rio Grande, como em algumas das ilhas, fundaram desde logo estabelecimentos.

Bije. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cabração, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Biker *(Francisco de Paula).* Coronel de infantaria. N. em V. N. de Portimão em 1781; ignora-se a data do fallecimento. Assentou praça na marinha, foi despachado 2.º tenente, e n'este posto fez a campanha de Italia na esquadra do marquez das Minas, e debaixo das ordens superiores de Nelson. Passando ao exercito em 1804, tomou parte na guerra da peninsula. Subindo differentes postos, achava-se com a graduação de coronel, commandando o regimento de infantaria n.º 7, quando foi preso em 1828, como constitucional pelo governo de D. Miguel, e conduzido á Torre de S. Julião da Barra, onde estiveram egualmente encerrados outros membros da sua familia. Transferido para outra prisão, ahi falleceu, ainda antes do dia 24 de julho de 1833.

Biker *(Joaquim Pedro Vieira Judice).* Primeiro tenente da armada, governador da Guiné, onde deixou assignalado o seu nome, pela gloriosa victoria alcançada n'aquella possessão na guerra contra os pretos. Depois da derrota que as armas portuguezas soffreram em 1877, pelos selvagens de Jufunco, em que fôram victimas muitos portuguezes, a insubordinação se estabeleceu n'aquelles selvagens, que se tornaram deveras insolentes, vendo que tinham ficado impunes; o commercio prejudicara-se e o prestigio de Portugal acabara por completo entre os regulos visinhos. Este estado era insustentavel e durava já largos annos quando o sr. Judice Biker foi nomeado governador da Guiné. Dispondo de grande energia e de força de vontade decidiu-se a terminar com aquella perfeita anarchia. Com o maior segredo e a previdencia de um consummado cabo de guerra, organisou uma expedição, pondo-se elle proprio á frente de 60 marinheiros, que desembarcou da *Cacongo.* Os marinheiros animados com a coragem do seu commandante, vendo-o collocado á frente, ao que nem todos os governadores habituam os subordinados, bateram-se valentemente, sendo a victoria completa e os pretos dispersos. O nome portuguez ficou desaggravado, as victimas portuguezas vingadas, e o pequeno e alto commercio restabelecido. Biker não só se portou como um habil e aguerrido governador militar, tambem deu provas d'um grande arrojo pessoal. Os povos da Guiné, livres d'aquelle estado vexatorio, applaudiram enthusiasticamente o seu governador, e pensaram em lhe offerecer uma espada de honra. Este acto de bravura teve como recompensa a commenda da Torre e Espada, com que o sr. Judice Biker foi agraciado.

Biker *(Julio Firmino Judice).* Commendador das ordens de Izabel a Catholica, de Hespanha, e de S. Mauricio, de Sardenha; official da Legião de honra, de França; official da secretaria de estado dos negocios estrangeiros, em que foi aposentado, a seu pedido, a 30 de junho de 1881. Pela portaria do ministerio dos negocios estrangeiros de 25 de abril de 1872, foi encarregado de continuar a interessante e util *Collecção dos tratados, convenções,* etc., publicada pelo visconde de Borges de Castro. Da nova collecção publicaram-se até 1885, 22 tomos, d'este modo: *Supplemento á collecção dos tratados, convenções, contratos e actos publicos celebrados entre a corôa de Portugal e as mais potencias desde 1640,* tomo I a XXII do *Supplemento* ou IX a XXX da *Collecção,* sendo o 3.º e ultimo divididos em duas partes ou volumes, Lisboa, 1872 a 1879. *Collecção de tratados e concertos de pazes que o estado da India portugueza fez com os reis e senhores com quem teve relações nas partes da Asia e Africa oriental desde o principio da conquista até ao fim do seculo* XVIII, Lisboa, 1881, a 1885. Escreveu mais: *Noticia biographica do conselheiro Ildefonso Leopoldo Bayard, com varios documentos comprovantes,* Paris, 1856, sem o nome do autor; *Documentos ineditos para subsidio á historia ecclesiastica de Portugal,* Lisboa, 1875; contem 14 documentos, sendo alguns muito importantes, respectivos aos reinados de D. João V, D. José I, D. João VI e regencia de D. Pedro IV; *Carta ao sr. Joaquim Pinto de Campos ácerca da Terra Santa;* foi inserta no livro *Jerusalem,* de monsenhor Pinto de Campos, e o autor fez depois uma pequena tiragem em separado, Lisboa, 1874; *Memoria sobre o estabele-*

cimento de Macau escripta pelo visconde de Santarem; abreviada relação da embaixada que el-rei D. João V mandou ao imperador da China e Tartaria; relatorio de Francisco de Assis Pacheco de Sampaio a el-rei D. José I, dando conta dos successos da embaixada a que fôra mandado á côrte de Pekim no anno de 1752, Lisboa, 1879; *Collecção dos negocios de Roma no reinado de el-rei D. José I, ministerio de marquez de Pombal e pontificados de Benedicto XIV e Clemente XIII,* Parte I, II, e III, Lisboa. 1874; *Additamento á parte* III, Lisboa, 1885; estes quatro volumes fôram copiados e impressos em consequencia da autorisação que fôra concedida a Julio Firmino Judice Biker pelo ministerio dos negocios estrangeiros em data de 5 de junho de 1874; *O marquez de Pombal; alguns documentos ineditos,* Lisboa, 1882. Sem o seu nome publicou: *Memoria historica e politica sobre o commercio da escravatura, entregue no dia 2 de novembro de 1816 ao conde Capo d'Istria, ministro do imperador da Russia, por Antonio de Saldanha da Gama, depois conde de Porto Santo, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Portugal em S. Petersburgo,* Lisboa, 1880.

Bildary. Aldeia pertencente á divisão de Uply-Pahw, ao sul do rio Sandalcalo, no concelho de Nagar-Avely, districto de Damão, na India.

Bilhano *(D. José Antonio Pereira).* Arcebispo d'Evora. V. *Pereira Bilhano (D. José Antonio).*

Bilhão. Moeda castelhana de cobre; quaesquer moedas de ouro ou prata de liga ou de baixo titulo, taes como *dinheiro, tornez, barbuda, grave, pilarte, real branco, espadim* e *cotrim.*

Bilhão. Pov. na freg. de N. S.ª dos Milagres, conc. e distr. de Leiria. || Casal na freg. de S. João Baptista, de Capelludos, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real.

Bilhar *(Quinta do).* Na freg. de Santa Maria Maior e conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Bilheiro. Logar na freg. de S. Torquato, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bilhó. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Mondim de Basto, com. e distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 884 hab. e 198 fog. Tem caixa de correio. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada em montes e valles. E' terra fertil, cria bastante gado de toda a qualidade, e nos seus montes ha caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 19 com a séde em Chaves. Pelo decreto de 26 de setembro de 1895 foi agregada ao conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga, e ao mesmo annexada por decreto de 26 de junho de 1896, que suppriminu o de Mondim de Basto, mas voltou a este, por ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898.

Bilrete *(Monte do).* Na freg. de N. S.ª da Graça e conc. de Benavente, distr. de Santarem.

Bilrete de Baixo e de Cima. Dois montes na freg. de S. Paulo, e conc. de Salvaterra de Magos, distr. de Santarem.

Bilrite. Pov. na freg. de S. Paulo e conc. de Salvaterra de Magos, distr. de Santarem.

Bilro *(Quinta do).* Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Avellans de Ambom, conc. e distr. da Guarda.

Bimbas. Serra do conc. e distr. de Benguella, prov. de Angola, Africa Occidental, a 24 k. ao S da cidade de Benguella. Tambem é chamada *Serra das Agulhas.* || Pov. do Dombe Pequeno, distr. e com. de Benguella, prov. e bisp. de Angola. Fica na estrada a 15 k. ao SE de S. Filippe de Benguella, no caminho d'esta cidade para Quillengues. || Pov. no territorio do Huambo, entre Bihé e Caconda, no distr. de Benguella, a 90 k. do Bihé e a 120 k. de Caconda.

Bimbe-Anhame. Pov. do territorio Gallangue, a E dos districtos de Benguella e Mossamedes, na prov. de Angola, Africa Occidental.

Bimbine. Ilha do districto do Sena, na prov. de Moçambique, Africa Oriental, formada pelas evoluções do rio Mecêro, o qual na passagem por esta ilha, toma tambem o nome de *Bimbine.*

Bimpôr. Aldeia ao norte do rio Sandalcalo, da regedoria de N. S.ª do Mar, no conc. e distr. de Damão, na India.

Binchangor ou Bichagor. Aldeia dos gentios banhús na margem direita do rio de S. Domingos, na Guiné, Africa Occidental. E' banhada pelo rio Buguendo, affluente da margem direita do mesmo rio de S. Domingos.

Bincota. Logar na freg. de S. Martinho, de Rio de Moinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Bindá. Roça da Ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Binga. Prazo do districto de Tete, na prov. de Moçambique, Africa Oriental, na margem esquerda do rio Zambeze. || Enseada ou praia na costa do territorio de Mucoandos, no limite S do distr. de Benguella, prov. de Angola, Africa Occidental, proximo da praia da Brava e ao S da Ponta Choca.

Bingal. Pov. na freg. de S. Pedro, conc. e distr. de Faro.

Bingre *(Francisco Joaquim).* Poeta, que foi um dos fundadores da Academia de Bellas-letras de Lisboa, mais conhecida pelo nome de *Nova Arcadia.* N. a 9 de julho de 1763, em S. Thomé de Canellas, conc. de Estarreja; fal. em Lisboa a 26 de março de 1856. Era filho de Manuel Fernandes, lavrador, pouco abastado, e de sua mulher Anna Maria Clara Hybingre, nascida em Vienna d'Austria, filha de Gaspar Hybingre, capitão d'um regimento de hussares no reinado da imperatriz Maria Thereza, em que muito se distinguiu nas guerras do imperio. Sendo já viuvo, falleceu n'uma campanha, deixando sua filha orphã, que estava a educar n'um convento em Vienna. Anna Hybingre, vendo-se só, partiu para Lisboa procurando protecção e abrigo em casa d'uma sua tia materna, creada do paço da rainha D. Maria Anna d'Austria, mulher de D. João V. Em casa d'esta senhora e de seu marido, Filippe Ballestri, se conservou por alguns annos tratada e educada como filha. O terremoto de 1755 sepultou nas suas ruinas os esposos Ballestri e com elles a sua casa e fortuna, deixando a sobrinha sem recursos e sem meios de subsistencia. N'esta situação tristissima, é que Manuel Fernandes, que dizem ter sido criado de seus tios, lhe propoz casamento, que ella acceitou, pedindo-lhe que o acompanhasse a Canellas, sua patria. D'este consorcio nasceu Francisco Joaquim Bingre. Manuel Fernandes possuia alguns bens ruraes, que elle cultivava; as colheitas, porém, eram tão escassas, que mal lhe forneciam com que sustentar-se parcamente e a sua mulher e filho, o que o fez resolver a transportar-se com a familia para Lis-

boa, em busca de melhor fortuna. N'aquelle tempo era consideravel e bastante lucrativo o commercio feito na capital com generos e manufacturas de procedencia estrangeira, para cuja introducção, a despeito das leis prohibitivas, serviam principalmente de vehiculo os paquetes inglezes, isentos de toda a fiscalisação em consequencia de tratados existentes entre as duas nações. N'este trafico clandestino, exercido na maior parte por especuladores adventicios, que, acobertados com seus privilegios e immunidades, podiam arrostar mais ousadamente e com menor perigo os riscos das penas pecuniarias e corporaes impostas aos contrabandistas, muitos se enriqueceram, tornando se poderosos e legando a seus descendentes grossas fortunas, por tal meio adquiridas. Anna Hybingre, que provavelmente já teria tido em casa de seus tios as primeiras noções d'esta especie de negocio, lembrou-se de o experimentar, e, sendo coroados de bom exito os ensaios a que procedeu, tomou a resolução de proseguir na vida encetada, deixando-se ficar em Lisboa com seu filho, emquanto que o marido voltava á sua casa da provincia, para se entregar aos cuidados de lavoura. Anna Hybingre encarregou-se da educação de seu filho. Francisco Bingre estudou os rudimentos das primeiras letras, não seguira curso algum de estudos regulares, como se poderia suppôr, e toda a sua instrucção ficou circumscripta ao conhecimento da grammatica latina, cujas lições ouviu de Manuel Pereira da Costa, professor regio em Lisboa. O talento natural e a capacidade reflexiva suppriram comtudo a falta de maiores estudos. Entrando na adolescencia, apoderou-se d'elle a paixão pela poesia, que sempre o acompanhou até ao fim da existencia. Alternando com as lidas mercantis em que tinha de occupar-se na casa materna, o cultivo da poesia, applicando-se no tempo disponivel á leitura e meditações de bons autores latinos e á dos nossos quinhentistas, a quem elle se esforçava por imitar com discernimento e boa escolha; sendo recebido nos salões com prazer, cujas portas se lhe franqueavam pelo seu dom de repentista em que se mostrava insigne e que os contemporaneos festejavam, foi assim que Francisco Bingre viu correr afortunadamente, como elle diz, os annos da sua mocidade. Tratou de mudar de estado, casando com uma senhora sua patricia, da mesma freguezia de Canellas, chamada tambem D. Anna Maria, como sua mãe. Parece que a epoca do casamento coincidiu com a da organisação da sociedade poetica, a que no anno de 1790 Francisco Bingre, o beneficiado Caldas Barbosa, Joaquim Severino e Curvo Semedo, traçaram os fundamentos com o titulo de Academia de Bellas-letras, mais conhecida pela Nova Arcadia, associação que viu reunidos no seu gremio os melhores engenhos da epoca, e que promettendo larga duração, poderia dar resultados mais vantajosos e conformes ao seu instituto, se a discordia se não ateasse depressa entre os seus membros, por motivo de desavenças entre Bocage de uma parte, e da outra Curvo Semedo e José Agostinho de Macedo. A estas desavenças seguiram se odios e parcialidades, até que a Academia terminou em 1795. Esta sociedade poetica funccionava no castello de S. Jorge, protegida por D. Maria I e dirigida pelo intendente da policia Pina Manique. Bingre achava-se ausente de Lisboa durante estas questões, o que fez com que se conservasse neutral, sendo muito estimado e considerado nos dois partidos pelo seu talento e amenidade de trato. Adoptara o nome poetico de Francelio Vouguense, com que andam assignadas algumas das suas composições. O que obrigara Bingre a saír de Lisboa fôra sua mãe ter sido atacada de alienação mental, consequencia de perdas consideraveis que soffrera no seu negocio, e pela impossibilidade de receber importancias de que era crédora por fazendas vendidas a credito ás casas de alguns fidalgos, que se mostravam remissos no pagamento. Bingre, depois de prestar a sua mãe os cuidados urgentes, como bom filho, teve a lembrança ou foi aconselhado por alguem a transportal-a para a villa de Canellas a casa de seu pae. Pouco tempo decorrido, depois da chegada á terra natal, seu pae falleceu, e sua mãe não tardou a seguil-o no tumulo, occorrendo os dois obitos no anno de 1793. Liquidando a pequena herança que lhe ficara, voltou para Lisboa, onde já estava nos principios de 1794, vivendo em companhia de sua mulher e filhos. Em 1801 conseguiu ser despachado escrivão e tabellião no julgado de Mira, villa proximo de Aveiro, mas as suas idéas liberaes, que abertamente manifestava, muito o prejudicaram, porque não pôde evitar as perseguições do poder absoluto em 1828. Contando 24 annos de serviço effectivo, e para mais de 65 de edade, foi expulso dos officios, no tempo em que se reputavam de propriedade vitalicia; e deveu talvez o não ser preso e tratado ainda com mais rigor, á influencia de muitos amigos que sempre conservara. Vendo-se então com familia e privado de adquirir meios de subsistencia, foi-se desfazendo do que possuia, os bens de Canellas venderam-se, e por fim os proprios moveis da casa. Assim fôram decorrendo amargurados dias até que os acontecimentos deram nova face ás cousas politicas em 1834. Restabelecido o governo liberal, houve nova organisação judiciaria, e Bingre, apezar de requerer, nada conseguiu, sem receber a menor compensação do que soffrera pela causa constitucional. Se lhe não valessem alguns amigos e pessoas caritativas, de Aveiro, Eixo, Ilhavo, e Vagos, teria succumbido e a sua familia a uma horrorosa miseria. Os seus amigos lhe proporcionaram soccorros pecuniarios e promoveram-lhe um beneficio no theatro de S. João, do Porto. Para maior infelicidade, viu desapparecer pouco a pouco sua mulher, filhos e netos, ficando completamente só até que a morte o veiu tambem arrebatar ao 93 annos incompletos. Alguns admiradores do seu estro poetico tinham-se lembrado de realisar uma edição completa das suas composições ineditas, que eram muitas, havendo entre ellas algumas de grande apreço, para com o producto suavisarem as tristes circumstancias do desditoso poeta, mas taes difficuldades se levantaram, que Bingre falleceu antes de se realisar a publicação. Em 1850 appareceu no Porto um volume de algumas poesias suas, sob o titulo de *O moribundo cysne do Vouga*, publicação que parece ter sido emprehendida a seu favor. Bingre, cedendo aos impulsos liberaes, que sempre o animaram, compoz varias poesias saudando o primeiro grito da liberdade erguido no Porto em 1820 e exaltando as novas instituições. Escreveu: *Os lagareiros*, *idyllio*, inserto no *Almanach das*

musas, parte III, pag. 35 a 49; *Cançoneta dithyrambica*, idem, pag. 52; *Soneto ao amor*, idem, parte IV, pag. 29; *Ode aos plausiveis annos do ex.mo Conde de Pombeiro*, idem, pag. 70; *Epistola «A vós, augusto principe sob'rano»*, na *Collecção de poesias* ao nascimento do principe da Beira; *Epistola a Joaquim Severino de Ferraz de Campos em resposta a outra sua;* nas *Rimas de Joaquim Severino*, a pag. 193; *Drama allegorico representado no theatro do Salitre no dia 13 de Novembro de 1801* .. *na plausivel publicação da paz*, Lisboa, 1802; *Epistola a Sua Alteza Real o Principe Regente*, etc, no folheto: *Tributo de gratidão que a patria consagra*, etc.; *Elegia á morte do marquez de Ponte de Lima*, vem citada como impressa, a pag. 99 do tomo XXIII da *Livraria classica*, de Castilho; *Soneto «Cahiu Memphis soberba e Tyro altiva»*, etc., no *Telegrapho portuguez*, de 16 de março de 1809, com as iniciaes A. R. Q, *Soneto a Lord Wellington*, no *Jornal de Coimbra*, vol. II, pag. 378; *Nenias, ou sentimentos paternaes no sepulchro de Perpetua, em tres noutes*, Lisboa, 1818; *O cidadão liberal rindo com a sua sanfona dos corcundas portuguezes*, Porto, 1822; *Decima* glosando o mote *«Para amar não tenho tempo»;* na *Mnemosine-lusitana*, tomo I, n.º 7, sem o seu nome; *Proclamação do Douro aos Portuenses*. . *1820*, annunciada no *Portuguez constitucional*, de 1 de outubro de 1820; *Elegia na sentida morte do senhor doutor Manuel Joaquim Borges de Paiva, insigne poeta tragico*, Porto, 1824; *Elegia na sentidissima morte de S. M. I. e R. o senhor D. João VI*, etc., Porto; 1826. No *Ramalhete*, jornal de instrucção e recreio, publicou as seguintes composições: vol. II, 1839, *Odes de Sapho a Phaon;* no mesmo volume, *Odes anacreonticas a Marcia; Epigrammas* sobre diversos assumptos; no vol. I, 1838, *Soneto ao sr. José Maria da Costa e Silva; Sonetos á morte de Manuel Maria Barbosa du Bocage*, impressos pela primeira vez na *Livraria classica portugueza*, tomo XXIII; *Ode no seu dia natalicio*, no *Panorama*, de 1843; *Ode «A grande barca da Romana Egreja»*, na *Revista Universal Lisbonense*, tomo III da 1.ª serie; *Ode aos seus beneficentes amigos que formam a commissão caritativa de Aveiro, Eixo, Ilhavo e Vagos, para soccorro do autor*, no *Periodico dos pobres do Porto*, de 5 de maio de 1848; *O moribundo Cysne do Vouga, collecção de algumas peças mais importantes, extrahida das obras poeticas do sr. Francisco Joaquim Bingre, nos ultimos momentos da sua vida*, Porto, 1850. Parece que deixou ineditos um poema heroi-comico *Momo;* outro apologetico *As mulheres*, que consta de 3 cantos: das *graças*, das *armas*, e das *letras;* outro *As sombras*, passeio phantastico; *Aventuras e cartas sentimentaes*, dramas, allegorias, farças, etc. Em 1852 publicou-se no Porto o seguinte folheto, hoje muito raro: *Beneficio do poeta Bingre ou collecção de poesias recitadas no Theatro de S. João, em a noite de 14 de dezembro de 1852.*

Bingue. Pov. situada em logar accidentado do territorio de Huambo, a 26 k. ao S do Bihé, no distr. e com. de Benguella, prov. de Angola, Africa Occidental.

Binheti *(José Carlos)*. Artista gravador, pintor e decorador, natural de Lisboa, mas oriundo da Italia. Falleceu em 1816. Foi discipulo de Jacques Azzolini. Este professor, sentindo-se já doente quando se pôz em scena a opera *Assur*, propoz aos seus discipulos que fizessem uma decoração, para que se pudesse julgar qual seria capaz de o substituir. José Carlos Binheti fez um templo e Manuel Piolti um palacio real. Estas duas obras fôram preferidas a todas as outras, porém não se seguiu mais decisão nenhuma, e Binheti morreu sem nada estar resolvido a favor de um ou do outro concorrente. Escreveu: *Regras de Architectura de Vinhola, traduzidas em portuguez*, Lisboa, 1787, com estampas, gravadas tambem pelo proprio traductor.

Binimba. Riacho que afflue ao Pompue, no Barué, Africa Oriental.

Binre. Territorio de gentios landins, a 1:200 k. da villa e presidio de Sena, da prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' notavel este territorio por existir n'elle a celebre mina aurifera de Santua que mede 200 k. de extensão, e a mina de ferro do logar denominado Veza, distante 1:000 k. do presidio, a qual tem um grande numero de kilometros de extensão.

Bintão. Ilha do archipelago de Sunda, na Oceania, no extremo S da peninsula de Malaca. Nos nossos documentos antigos apparece este nome sob a fórma de *Bintam*. No anno de 1514 o rei de Malaca, depois de desbaratado pelos portuguezes, fugiu para esta ilha, d'onde se fez rei, enviando embaixadores a Malaca. Em 1523 o rei de Bintão atacou Malaca, sendo os portuguezes mal succedidos no primeiro assalto, mas voltando depois os inimigos com maior força, ficaram destroçados. Bintão é actualmente possessão hollandeza.

Biôcas Cimeira e Biôcas Fundeira. Duas povoações na freg. de S. Silvestre, de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Biôco. Parece que o uso das mulheres portuguezas occultarem o rosto em rebuços, biocos e mantilhas, é de tradição moirisca, segundo assignala Corrêa Garção, que viveu no seculo XVIII, dando a noticia, de que esse costume já ia declinando. As moiras ainda hoje, segundo dizem, usam, quando sáem á rua, vestirem *o aike*, especie de toga romana commum aos dois sexos, e cobrem a cabeça, de modo que apenas se lhe pódem vêr os olhos. Os moiros no inverno, abrigam a cabeça no capuz do albornoz, e nas outras estações usam o barrete ou o turbante. Os nosss cavalleiros adoptaram a touca, á maneira de turbante. Os ricos-homens e os seus pagens apresentavam-se nas festas e saraus da côrte desde o principio da monarchia, com toucas bordadas ornadas de plumas. Este costume foi-se perdendo, mas no seculo XV reviveu, generalisando-se então com o gosto pelos biôcos, que os homens haviam adoptado á imitação das mulheres. Nas côrtes de Evora, de 1481-1482, um dos capitulos apresentados diz ser um costume mau e prejudicial que os homens, tanto de cavallo como de pé, se encubram com toucas que lhe não deixam vêr senão os olhos, e pede para que os escudeiros e outras pessoas, de qualquer qualidade que sejam, que caminharem embuçados de fórma a não serem conhecidos, quando chegarem aos logares povoados se descubram, para que se lhes possa vêr as caras, e saber-se quem são. Este costume continuou no seculo XVI, mas no seculo XVII uma pragmatica, de 1674, prohibiu aos estudantes de Coimbra trazerem a capa pela cabeça, o que dava logar a abusos. No entretanto, apezar de ser no-

tada por Garção, no seculo XVIII, a decadencia dos biôcos femininos, ainda em nossos dias se conservam n'algumas regiões do paiz os rebuços e biôcos. No districto de Portalegre, as mulheres usam biôcos com que occultam o rosto, principalmente deixando cair o véo que faz parte integrante do biôco, e no Algarve, apezar de em 1892 o governador civil, o sr. conselheiro Julio Lourenço Pinto, querer acabar com aquella tradição nacional, publicando um edital com a data de 28 de setembro, prohibindo expressamente o uso dos biôcos ou rebuços em todas as povoações do districto, não o pôde conseguir por completo. Nos Açôres o costume chegou até aos nossos dias. Na ilha Terceira as mulheres usam ainda a capa de rebuço, a que lá chamam *travesseiro*, pendente a toda a altura do corpo como um dominó ou o biôco cingido á cintura (V. *Angra do Heroismo*). Na ilha de S. Miguel conserva-se a tradição do capêllo nas mulheres, apezar de todas as tentativas que se tem feito para extinguil-o. No norte de Portugal, especialmente no Porto, subsistiu até depois de 1860, a mantilha, mixto de baetilha e de capa, manto de seda, lapim ou durante rebuçando a cabeça n'uma côca de papelão, arqueada sobre os hombros. Em geral usava-se com a mantilha vestido preto, de seda ou de merino; no pescoço, gorgête de rendas com um broche de ouro esmaltado.

Bioco. Logar na freg. de S. Thiago, de Amieira, conc. de Gavião, distr. de Portalegre. || Logar na freg. de N. S.ª Mãe dos Homens, conc. de Gavião, distr. de Portalegre.

Biographia. Historia da vida d'uma pessoa. A biographia propriamente dita é uma sciencia muito modesta; quasi só tem por fim satisfazer a curiosidade que desperta um homem que pôde attrahir a attenção pelas suas virtudes ou crimes, pelas funcções publicas que exerceu, pelos seus escriptos, trabalhos ou descobertas. Assim restricta aos factos puramente individuaes, não é comtudo uma sciencia inutil, porque presta serviços á historia dando-lhe indicações, que muitas vezes são a chave de obscuros enigmas; dá aos escriptores e aos artistas indicações preciosas que lhes permittem apreciar melhor o genio dos poetas, escriptores, pintores, etc., de quem estudam as obras. Considerando a biographia sob o ponto de vista puramente litterario, póde dizer-se que offerece ás vezes todo o interesse do romance, junto ao da verdade. Nos principaes trabalhos dos nossos bibliographos encontram-se muitas biographias, pelo que em geral se podem citar indistinctamente.

Biqueiras. Pov. na freg. de S. Mamede, de Matta Moirisca, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Logar na freg. de Santa Maria, de Athães, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Herdade na freg. de N. S.ª das Neves, conc. e distr. de Beja.

Biquinha. Logar na freg. de S. João Baptista e conc. de Castello de Vide, distr. de Portalegre. || Logar na freg. de S. Gregorio, de Reguengo, conc. e distr. de Portalegre. || Horta na freg. de S. Pedro, conc. e distr. de Elvas. || Quinta na freg. de N. S.ª da Graça, de Forno Telheiro, conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda.

Bires. Pov. na prov. d'Angola, Africa Occidental, no paiz de Nano, distr. de Benguella, a 250 k. E S E da cidade de S. Filippe de Benguella. || Pov. no Bailundo, a 44 k. SE de Bailundo e 310 N E da cidade de Benguella, no distr. e com. de Benguella, prov. de Angola.

Birgué. Monte no Barué, na Africa Oriental. Tem uns 1:500 pés de altura e faz parte d'uma ramificação de montanhas, que correm na direcção leste-oeste.

Birimbau. Roça importante da ilha do Principe, na Africa Occidental, pertencente á Sociedade de Agricultura Colonial.

Birondém. Aldeia da circumscripção militar de Cotorém, provincia de Satary, distr. de Gôa, na India.

Birre. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Cascaes, distr. de Lisboa.

Bisalva *(Casal de)*. Logar na freg de S. Pedro e conc. de Tarouca, distr. de Vizeu.

Bisarma. Antiga arma de guerra, consistindo em uma alabarda grande em que a meia lua tinha um bico collocado na ponta opposta ao gume.

Bisbello *(Quinta do)*. Na freg. de S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Biscaia. Pov na freg. de S. Vicente, de Alcabideche, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Thiago do Escoural, conc de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Logar na freg. de Santa Leocadia, de Travanca do Douro, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. da Sé, conc e distr. de Evora.

Biscainha *(Herdade da)*. Na freg. de Santa Suzana, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Biscainho. Familia nobre portugueza, que tem por armas uma arvore verde copada em campo de prata, tendo ao pé dois lobos armados de vermelho; a arvore é o timbre.

Biscainho. Antiga espingarda de grosso calibre em voga no seculo XIII e seu respectivo projectil. Alcançava a 300 passos e a bala era de chumbo, com o diametro de 3 cent. Mais tarde chamou-se biscainho aos projecteis de metralha das bombas.

Biscainho. Foros e herdade na freg. de S. João Baptista e conc. de Corneche, distr. de Santarem.

Biscoitinhos *(Monte dos)*. Na freg. de S. Salvador e conc de Ourique, distr. de Beja.

Biscoito. Ilha do Pico. Pov. na freg. de Santo Antonio, conc. de S. Roque do Pico, distr. de Horta. || Ilha do Fayal. Pov. na freg. da Santissima Trindade, de Capello, conc. e distr. de Horta.

Biscoito Queimado. Ilha do Pico. V. *Caminho Queimado*.

Biscoitos. Pov. e freg. de S. Pedro na ilha Terceira, do conc. e com. da Praia da Victoria, distr. e bisp. de Angra do Heroismo; 2.175 hab. e 430 fog. Fica á beira-mar a 5 k. O de Quatro Ribeiras, e a 25 N O, de Angra do Heroismo. Tem est. post. permutando malas com Praia da Victoria. Pertence ao commando mil. dos Açôres e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 25 com a séde em Angra. || Ilha do Pico. Pov. na freg. de Santo Amaro, conc. de S. Roque, distr. de Horta. Pov. na freg. de N. S.ª das Candeias, de Candelaria, conc. de Magdalena, distr. de Horta. Pov. na freg. de Santa Magdalena, conc. de Magdalena, distr. de Horta. || Ilha de S. Jorge. Pov. na freg. de Santa Catharina e conc. de Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Bisegé. Aldeia de gentios da margem esquerda do rio Balola, na Guiné, Africa Occidental, perto de 25 k. do reino de Gubia. No logar onde está

edificada a aldeia bateu-se o valoroso navegador Nuno Tristão, morto depois n'esta mesma costa africana, em renhida lucta com os negros. Bisegé foi habitada por muitos brancos até meados do seculo XVII; morrendo um d'elles, deixou por herdeiro o proprio regulo, que converteu essa simples herança em lei, e por isso os brancos abandonaram a aldeia.

Bisiguiche. Ilha do Oceano Atlantico, situada na parte da costa d'Africa Occidental, chamada *Guiné de Cabo Verde*. Foi descoberta em 1446 por Alvaro Fernandes, e hoje pertence á França, sendo chamada geralmente *Goréa*.

Bismulla. Pov. e freg. de N. S.ª do Rosario, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Sabugal, distr. e bisp. da Guarda; 508 hab. e 125 fog. Tem caixa do correio. A pov. dista 21 k. da séde do conc. e está situada n'um outeiro, d'onde se vê a cidade da Guarda. Antigamente era de dois concelhos, o de Sabugal, a que hoje pertence, e o de Villar Maior, já extincto, por ser de duas commendas. O vigario de Villar Maior apresentava o cura, que tinha alguns generos e 5$000 réis em dinheiro. A terra é fertil e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 21 com a séde em Castello Branco.

Bispa. Monte na freg. de N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. de Evora. ‖ Quinta na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Bispado. Territorio sujeito á autoridade espiritual d'um bispo; diocese. Na antiga Lusitania, segundo o concilio de Lugo em 569, havia 6 bispados: Braga com 27 egrejas diocesanas, sendo 16 egrejas e 11 *pagos*, nome dado ás cidades e seus termos; entre estes pagos contavam-se Bragança e Panoias; Porto com 24 egrejas diocesanas, sendo 17 egrejas e 7 pagos; Lamego com 5 egrejas; Vizeu com 7; Coimbra com 5; Egitania (Idanha-a-Velha) com 2 ou 3, como querem alguns escriptores. As divisões ecclesiasticas da Lusitania e Portugal soffreram varias alterações até 1540, havendo então no actual reino 9 bispados sub-divididos em duas provincias ecclesiasticas: arcebispado de Lisboa, tendo por suffraganeos, Lamego, Guarda, Evora e Silves; arcebispado de Braga, Vizeu, Porto e Coimbra. No referido anno de 1540, D. João III creou os bispados de Miranda do Douro e Portalegre, elevando o de Evora a arcebispado; em 1570 D. Sebastião formou o bispado de Elvas; D. João V, em 1716, dividiu a sé de Lisboa em *oriental* e *occidental*, ficando a oriental sendo arcebispado, e a occidental patriarchado; porém no primeiro de setembro de 1741, o referido monarcha acabou com esta divisão, ficando sómente a sé patriarchal. Estando impedida a communicação com a côrte de Roma desde 25 de agosto de 1760, el-rei D. José, em 1770, conseguiu reatar as relações, e obteve do papa Clemente XIV a creação dos bispados de Bragança e Penafiel, e a restauração do de Beja, que desde o seculo VIII deixara de ser bispado (V. *Beja*). O de Bragança foi formado á custa do de Miranda do Douro, villa que estava muito decadente, desmembrando-se-lhe elevado numero de parochias. Pela bulla de Pio VI, de 27 de setembro de 1780, impetrada por D. Maria I, estas duas dioceses fôram reunidas, porém Miranda perdeu a sua preeminencia ecclesiastica, transferindo-se para a cidade de Bragança a séde episcopal. El-rei D. José tambem creou em 1771 o bispado de Castello Branco, e em 1774 os de Aveiro e Pinhel. Quiz dividir o Algarve em dois bispados, o de Silves, que já existia, e o de V. N. de Portimão, elevando esta villa á categoria de cidade, chegando a nomear para bispo d'esta nova diocese D. João Teixeira de Carvalho, que mais tarde foi bispo de Elvas. A formação do bispado não se realisou e Portimão continuou sendo villa. A diocese de Penafiel foi supprimida, voltando para a do Porto d'onde saira, por D. Maria I, que alcançou em 1778 uma bulla do referido pontifice Pio VI. Actualmente a divisão ecclesiastica é a seguinte: patriarchado de Lisboa; arcebispado primaz de Braga e o de Evora; bispado de Algarve, sendo a séde em Faro, Beja, Bragança, Coimbra, Lamego, Portalegre, Porto e Vizeu. Nas ilhas dos Açôres o bispado de Angra do Heroismo, e na da Madeira, o bispado do Funchal. Em Africa: bispado de Angola e de Cabo Verde. Na provincia de Gôa temos o arcebispado metropolitano, que tem por suffraganeos os bispados de Cochim, Malaca, Cangranor, e Meliapor, na India ingleza; na China temos os bispados de Pekim e Nankim. Estes 6 bispados perderam se ha mais de 300 annos, mas ainda se lhes nomeiam bispos, por isso chamados *in partibus infidelium*. São tambem suffraganeos do arcebispado de Gôa os bispados de Macau, na China portugueza, e o de Moçambique, na Africa Oriental. O arcebispo de Gôa é primaz do Oriente. Tambem temos bispos em paizes onde nunca possuimos terreno algum; além dos já nomeados, o de Thessalonica, Marianna, Tonkim, Cochinchina, Japão, Mitylene, Lacedemonia, etc.

Bispado. Logar na freg. de S. João Baptista, de Avões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Bispas *(Horta das)*. Na freg. de Santa Catharina, de Pardaes, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Bispeira. Pov. na freg. de S. Miguel, de Bustello, conc. de Penafiel, distr. do Porto. ‖ Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João da Serra, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu ‖ Pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa.

Bispo. Prelado que tem a seu cargo a direcção espiritual d'uma circumscripção territorial chamada diocese. Nos primeiros tempos da egreja, os bispos eram eleitos fieis, e confirmados pelos outros bispos da provincia. Depois os principes attribuiram a si o direito da nomeação, os papas tambem o reclamaram, resultando d'aqui a celebre questão das investiduras, que terminou com o compromisso de Wormes, ficando então os principes tendo o direito da investidura temporal e da nomeação, reservando os papas para si o da instituição canonica e confirmação. Entre nós na Edade-Media, chamaram-se *bispos-cardeaes* os que tinham diocese sua privativa, e em toda a Europa tambem assim se chamavam, os que eram de direito cardeaes das egrejas romanas, e depois do concilio de 1059 ficaram tendo o nome de *bispos-cardeaes* os que se chamam hoje simplesmente *cardeaes*, isto é, os que tinham o direito de eleger o papa. Chamava-se *bispo-cardeal* o que residia na sua sé. Na Edade-Media dava-se o nome de *bispos isentos* áquelles a quem se concedia o privilegio de não terem outro metropolitano que não fôsse o papa. Em Portugal

fôram bispos isentos os de Coimbra e os do Porto, o que deu origem a graves discordias, por mais d'uma vez, entre esses prelados e o arcebispo de Braga. || *Bispos das ordens* ou *do annel* eram alguns coadjutores que muitas vezes serviam aos prelados para conferirem ordens em seu logar. || *Bispos palatinos*, ou de *palacio*, eram os sacerdotes que antigamente exerciam junto dos soberanos o cargo de *capellães móres* || *Bispos portateis* os que não tinham clero nem povo, e estavam sempre á disposição do papa. || *Bispo in partibus infidelium* os que são simplesmente titulares de dioceses onde o catholicismo não impera, e que tem apenas um caracter honorifico. || *Bispo eleito* o que foi nomeado pelo governo ou eleito pelo cabido, mas que não tem ainda a confirmação da curia romana. || O brazão d'armas dos bispos é constituido pelo escudo, sobre o qual põem o chapéo forrado de verde (como o dos patriarchas e arcebispos) com cordões de seda da mesma côr entrelaçados; de cada lado tem seis borlas, dispostas pela seguinte fórma: uma, duas, e acabando em tres. Sobre o lado direito do escudo põem uma mitra, de frente, e o baculo pastoral de ouro á esquerda. || Os titulos honorificos e as insignias proprias dos bispos são o throno, a mitra, o baculo, o annel, a cruz no peito, as luvas, a tunicella, e os sapatos.

Brazão de bispo

Bispo. Pov. na freg. de S. Thomé, de Bitarães, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Triana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª do Amparo, de Carvalhal, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Casal na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Mataeães, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Miguel, de Palhacana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Lourenço, de Villa Nogueira de Azeitão, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Horta na freg. da sé, conc. e distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Salvador e conc. de Aljustrel, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª da Atalaia e conc. de Fronteira, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Quinta na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cavadoude, conc. e distr. da Guarda. Tambem se chama *Quinta da Mitra*. || Quinta na freg., de N. S.ª da Assumpção e conc. de Elvas, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de S. Martinho do Bispo, conc. e distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de N. S.ª das Neves, de Parceiros da Egreja, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || Quinta na freg. de N. S.ª da Conceição, de Caria, conc. de Belmonte, distr. de Castello Branco.

Bispo-Conde. V. *Arganil (Conde de)*.

Bispo-Menino. Assim se chamaram, por antonomasia, diversos individuos de tenra de edade nomeados para o logar de bispo, como succedeu com o infante D. Affonso, filho de el-rei D. Manuel, que foi feito bispo da Guarda aos onze annos e cardeal aos doze. Na Bibliotheca da Ajuda existe uma relação manuscripta de bispos de tres, quatro, cinco annos, etc. até aos vinte e sete. Encontra-se a fol. 214 do vol. XLVI da Miscellanea.

Bispo-Santo. Foi assim chamado, por antonomasia, D. João de Portugal, bispo de Vizeu, fallecido a 26 de fevereiro de 1629.

Bispos. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Pussos, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Logar e quinta na freg. de Santa Eulalia de Bésteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Herdade na freg. de Santo Amador, conc. de Moura, distr. de Beja. || Horta na freg. de N. S.ª das Neves e conc. de Borba, distr. de Evora. || Horta na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Castro Verde, distr. de Beja. || Horta na freg. de S. Vicente e conc. de Cuba, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª das Neves, conc. e distr. de Beja.

Bissau. Ilha da Senegambia, conc. de Bissau, distr., com. e prov. da Guiné, bisp. de Cabo Verde, na Africa Occidental. Esta ilha é banhada ao N e a E pelo Empernal, que a separa do territorio dos balantas, ao S pelo rio Geba e a O pelo esteiro de Bussis ou do Pico, até terminar na ponta Bium. Dista 550 kil. de S. Thiago de Cabo Verde e 2.430 do Cabo da Roca. Tem 60 kil. de comprimento e 35 kil. de largura. Comprehende a villa de S. José de Bissau e as povoações de Antula, Bandim, Bigemeta, Biombo ou Bium, Cumurá, Inte, Prabis, Guixete, Safi e Torre, onde residem as tribus dos gentios *papeis*. Entre a villa e Inte está a povoação dos *grumetes*, descendentes dos papeis que são baptisados mas usam promiscuamente das praticas gentilicas e christãs. Estes indigenas são muito aptos para a vida do mar, empregando-se como marinheiros. Os gentios *papeis* e *grumetes* reconhecem a soberania portugueza, e vivem em perfeita communhão de interesses com a villa. O descobrimento da ilha de Bissau attribue-se a Nuno Tristão e a Alvaro Fernandes, pelos annos de 1446, sendo desde logo procurada pelos portuguezes que commerciavam com os naturaes e acudiam principalmente ao porto de Bissau. Porém, só no fim do seculo XVII é que a ilha começou a ser frequentada por maior numero e que alguns ali se estabeleceram. A companhia de Cacheu e Cabo Verde estabeleceu tambem n'esta villa em 1796 uma feitoria fortificada. Por este tempo o bispo de Cabo Verde, D. Fr. Victorino da Costa, fundou um convento no qual habitavam apenas quatro ou cinco religiosos, e pouco depois fôram mandados missionarios que edificaram a egreja de Nossa Senhora da Candelaria, mais tarde erecta em egreja parochial. No *Boletim* da Sociedade de Geographia, de outubro de 1902, publicou o sr. Henrique Lopes Cardoso um *Pequeno vocabulario do dialecto pepel* em Bissau.

Bissau *(S. José de)*. Villa situada na costa meridional da villa de Bissau, na margem direita do rio Geba, cabeça de concelho, com. de Cacheu, no distr. e prov. da Guiné. A egreja parochial tem a invocação de Nossa Senhora da Candelaria. Em 1696 D. Pedro II mandou levantar uma espaçosa fortaleza que a companhia de Cacheu e Cabo Verde construiu á sua custa, e a qual, sendo mais tarde abandonada, se arruinou. No tempo do governador da mesma fortaleza Sebastião da

Cunha Sotto Maior, ordenou el-rei D. José I no anno de 1758 a construcção da que ainda existe, na fórma de um forte quadrangular e dos mais regulares, rodeado de um fosso e todo de cantaria. Concluiu-se em 1764 e é abastecido de agua pelo rio Pigiquiti. Além d'isto a villa era fechada por duas tabancas de alvenaria, a de Pigiquiti desde o reducto Nozoliny até á fortaleza, com 299 metros de comprimento e 2,5 de altura, a O; a de Penana, a E, com 85 metros de comprimento e 2,5 de altura, desde o baluarte de Penana até á margem. Estes muros fôram feitos em substituição das tabancas arruinadas que ali existiam, completando-se esta obra util em 1873. O porto de Bissau é muito seguro, estando o mar sempre calmo, todavia o seu commercio tem decrescido e hoje está supplantado pelo de Cacheu.

Bitarães ou Bitarens. Pov. e freg. de S. Thomé, da prov. do Douro, conc. e com. de Paredes, distr. e bisp. do Porto; 710 hab. e 164 fog. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada, n'um bonito valle chamado Ribeira de Sousa, d'onde se vêem Penafiel e varias povoações. Antigamente foi do conc. de Aguiar de Sousa, com. do Porto. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 18 com a séde no Porto. Passam aqui dois ribeiros anonymos que se mettem no rio Sousa, e o rio Mezio ou Amezio. E' terra muito abundante de aguas. O bispo do Porto apresentava o abbade, que tinha de renda 750$000 réis. N'esta freg. ha 3 pequenos montes, chamados Bispo, Cacunha e Carregoso.

Bitoiral da Serra. Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Pedrogam Grande, distr. de Leiria.

Bitureira. Pov. na freg. de Santa Maria, de Cabril, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Bium. Ponta situada na costa O da ilha de Bissau, na Guiné, Africa Occidental, no esteiro denominado do Pico. E' rodeada de muitos baixios que tornam difficil a passagem do mesmo esteiro. || Um dos reinos dos gentios papeis, em que está dividida a ilha de Bissau, na Guiné, Africa Occidental.

Bivar. O brazão d'armas d'esta familia é um escudo partido em faxa; ao primeiro partido em pala, e ao primeiro esquartelado de Castella e Leão, e ao segundo de ouro, e quatro palas vermelhas de Aragão: ao segundo de vermelho, e uma azinheira verde com raizes de prata, e um leão de ouro rompente: timbre, um leão de ouro com um ramo verde nas mãos. Outros lhe dão em campo azul banda vermelha perfilada de ouro. E' esta a descripção que vem na *Nobiliarchia portugueza*, de Villas Boas, pag. 244 da edição de 1676.

Bivar *(D. Anna Josepha de).* O nome d'esta senhora apenas nos apparece como traductora do seguinte livro: *O Pastor de Polafox... e caminho real do desengano*, Lisboa, 1798.

Bivar *(Francisco de Almeida Coelho de Bivar, visconde de).* Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, no anno de 1845, par do reino, por carta regia de 16 de maio de 1874, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara na sessão de 11 de fevereiro de 1875; do conselho d'el-rei D. Luiz I, deputado em differentes legislaturas, conselheiro do Tribunal de Contas, etc. N. em V. N. de Portimão a 9 de janeiro de 1823, sendo já hoje fallecido. Era filho de José de Almeida Coelho, cavalleiro professo na ordem de Christo. Juiz de Fóra da villa de Lagôa, em 1822, bacharel formado em leis e proprietario, e de D. Maria Feliciana de Bivar Gomes da Costa, filha de Manuel José Gomes da Costa, cavalleiro da ordem de Christo, coronel de cavallaria; e de sua mulher, D. Maria Francisca da Paz de Bivar Weinholtz. O titulo de visconde foi-lhe concedido pelo decreto de 1 de março, e carta de 25 de abril de 1872.

Bivar *(Luiz).* V. *Gomes da Costa (Luiz Frederico Bivar).*

Bivi. Prazo situado na margem direita do rio Choare, um dos braços do Zungua, confluente do Luabo, e pertencente ao distr. de Sena, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem grandes riquezas vegetaes, abundancia de crystaes de rocha, minas de ouro finissimo e de ferro. Este prazo formava os dominios d'um regulo marave que fôram conquistados em 1807 pelos portuguezes, em represalia das continuas hostilidades e incessantes correrias que elle fazia aos estabelecimentos de Senna e Tete. || Pov. no prazo de Cheringoma, distr. de Sena, com. de Quelimane, arcebispado de Gôa, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Bizalhães. Pov. da freg. de S. Thiago, de Mondrões, conc. e distr. de Villa Real. Tem caixa do correio, com serviço de posta rural.

Bizancio. Antiga moeda portugueza.

Bizão *(Casal do).* Na freg. de S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Bizarra *(Quinta da).* Na freg. de S. Julião e conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Bizarril. Pov. na freg. de S. Miguel, de Colmeal, conc. de Figueira de Castello Rodrigo, distr. da Guarda.

Bizarro *(Henrique Francisco).* Delegado do thesouro em Lisboa. N. a 2 de agosto de 1826, fal. a 22 de julho de 1904. Começou a sua carreira publica como escrivão de fazenda em Collares, depois em Torres Vedras e Alcacer do Sal. Esteve como delegado do thesouro em Braga, Aveiro e Beja, d'onde viera para Lisboa ha perto de 25 annos. Exerceu varias commissões de serviço, e alguns titulares da pasta da fazenda o convidaram a cooperar em reformas e regulamentos, trabalhos que sempre desempenhou a contento dos seus superiores. Em recompensa d'esses serviços havia-lhe sido concedida a carta de conselho. Henrique Francisco Bizarro era pae do architecto sr. Julio Cesar Bizarro, director da escola industrial de Leiria, pouco antes fallecido na Figueira da Foz, onde fôra procurar allivios para a enfermidade que o victimou.

Bizarro *(Henrique Joaquim Abranches).* Bacharel em direito pela Universidade de Coimbra. N. em 1833, fal. em 1 de novembro de 1902, estando aposentado como funccionario do ministerio da marinha. Foi secretario do ministro da marinha, José da Silva Mendes Leal.

Bizarro *(Joaquim Pedro de Abranches).* Commendador da ordem de Christo, bacharel formado em medicina e philosophia pela Universidade de Coimbra, lente da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, etc. N. n'esta cidade em 1805, onde tambem falleceu em 3 de março de 1860. Foi nomeado medico extraordinario no hospital de S. José a 27 de setembro de 1831, passou a

medico da tarde e inspector de botica em 7 de abril de 1834, e a effectivo a 4 de julho de 1835. Escreveu: *Primeira parte do novo tratado de pharmacia theorico e pratico de mr. Soubeiran, vertido em portuguez*, ao qual addicionou um valioso capitulo sobre a historia da pharmacia. O dr. Lima Leitão, no seu *Registro medico*, a pag. 16, fala com louvor do prestimo e utilidade d'esta obra, em que o traductor vencera grandes difficuldades, e prestára um bom serviço á medicina, e ao eusino d'esta sciencia em Portugal.

Bizarros. Pov. ua freg. de N. S.ª do Pranto, de Arazede, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Bizelga de Baixo e Cima. V. *Bezelga.*

Bizorreiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. da Figueira da Foz, distr. de Coimbra. | Pov. na freg. de N. S.ª do O' de Paião, conc. de Figueira da Foz, distr. Coimbra.

Blaconda. Confluente da margem direita do rio Lifune, no Noboangongo, a N E do conc. da Barra do Dande, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. Dista perto de 90 k. da foz do Lifune.

Blanca. Antiga moeda castelhana, que teve curso em Portugal, e valia meio real branco.

Blasco *(Mercedes).* Actriz contemporanea. N. em 1870. Debutou no antigo theatro Chalet, do Porto, fazendo o *Jockey* da peça *Grande Avenida*, de Jacobety. Fez depois a *Vivandeira*, agradando muitissimo n'essa opereta. Vindo para Lisboa, estreou-se no theatro do Rato em uma cançoneta de Arnaldo Bordalo, *O que eu sei;* cantou depois com muito agrado um *bolero* na revista *Az de copas.* A sua primeira escriptura na Trindade foi em 1890, representaudo pela primeira vez n'esse theatro na noite de 21 de outubro do referido anno, na protagonista da *Nitouche*, que lhe valeu um caloroso acolhimento, não só porque Mercedes evidenciava uma bonita voz, educada e cheia de sentimento, mas ainda porque se revelava uma actriz de largos recursos, pisando o palco com a maior firmeza e desenvoltura. Depois de curta ausencia, reappareceu na Trindade, em setembro de 1894, na 61.ª representação do *Sal e Pimenta.* Na epoca 1895-96 foi estrella da companhia Del-Negro, no theatro D. Affonso, do Porto. Na epoca seguinte, de novo em Lisboa, pertenceu á companhia do theatro da Rua dos Coudes, onde se fez applaudir na opereta *O 8*, de D. João da Camara, e no «Ramiro» do *Solar dos Barrigas.* Em 1897-98 representou uo Real Colyseu as operetas *Cliquette*, (a protagonista) e *Frades Mostenses* (a «Laura»). Em 1899-900, novamente no theatro da Rua dos Condes, empresa do actor José Antonio do Valle, fez *Agulhas e alfinetes*, o *Sacristão de Santo Eustachio*, e creou em *travesti* o «Manuel» do *Poeta de Xabregas;* d'este theatro passou para o da Avenida, a substituir a actriz Pepa na protagonista da *Viagem de Suzette.* Em janeiro de 1901, fazendo parte da companhia Taveira, no theatro do Principe Real, do Porto, representou o «André» do *Burro do sr. Alcaide.* E no theatro do Principe Real de Lisboa, creou a protagonista da opereta *A Revolucionaria.* Foi tambem ao Brasil, onde agradou. Como cançonetista, genero francez, tem por vezes percorrido as provincias e permanecido durante largos periodos em Hespanha. Traduziu a opereta em 3 actos *Cliquette*, representada em dezembro de 1877 no Real Colyseu; para essa peça traduziu os versos o sr. Tito Martins.

Blem *(Antonio).* Nasceu em Lisboa, onde tambem falleceu a 26 de julho de 1736. Era filho de paes francezes. Escreveu: *Escola do mundo, ou instrucção de um pae para seu filho*, etc., *por mr. Le Noble na lingua franceza, e traduzida na portugueza*, tomo I, Lisboa, 1723. O tomo II, publicou-se em 1724.

Blú-Blù. Denominação de duas roças pertencentes a particulares na ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Blubù. Queda d'agua formada pelo rio Agua Grande, na ilha de Thomé, Africa Occidental.

Bluteau *(D. Raphael).* Clerigo regular da ordem de S. Caetano. N. em Londres a 4 de dezembro de 1638, fal. em Lisboa a 14 de fevereiro de 1734. Era filho de paes francezes. Tinha 6 annos de edade quando saiu de Londres com sua mãe, fugindo ás agitações que se seguiram á morte de Carlos I, e entrou em Paris, onde, desenvolvendo-se-lhe um talento superior e paixão pelos estudos, juntamente com o desejo de seguir a vida religiosa, depois de cursar humanidades em Paris e doutorar-se em Roma nas sciencias theologicas, professou na ordem de S. Caetano a 29 de agosto de 1661. Depressa creou em França grande nomeada como prégador, e em 1668 veiu para Portugal, por mandado do geral da ordem. Aprendeu em pouco tempo a lingua portugueza, começando tambem a distinguir-se em Lisboa como orador sagrado, alcançando grande acceitação na côrte. O seu nome não póde deixar de ser incluido n'este nosso trabalho, apezar de não ter nascido em Portugal, porque, além de serviços que prestou e dos cargos que exerceu, bastava para adquirir esse direito o *Vocabulario portuguez e latino*, obra de grande merecimento, que n'aquella epoca se tornou de muita utilidade, abalançando-se e conseguindo elle só com o proprio esforço e estudo, o que as academias não puderam vencer antes nem depois. *O Vocabulario* foi um verdadeiro serviço prestado a Portugal, e ainda hoje é consultado com interesse pelas pessoas que se dedicam a estudos litterarios. Bluteau tinha a especial protecção da rainha D. Maria Francisca de Saboya, mulher de D. Affonso VI e de D. Pedro II, de quem era muito affeiçoado e se tornara partidario. Em 1680 foi encarregado de acompanhar á côrte de Turim o dr. Duarte Ribeiro de Macedo, que ia tratar o casamento da princeza herdeira D. Izabel com o duque de Saboya, Victor Amadeu, e fallecendo Ribeiro de Macedo durante a viagem, o padre D. Raphael Bluteau o substituiu n'aquella missão até chegar de Lisboa em 1682 o novo ministro que foi o duque de Cadaval, para concluir as negociações, que por fim se não realisaram, pela grave doença que assaltara o duque de Saboya. Sendo muito affeiçoado á rainha, a sua morte, em 27 de dezembro de 1683, causou muitos dissabores a D. Raphael Bluteau, que o obrigaram a retirar-se para França, onde se demorou bastantes annos, regressando a Portugal sómente em 1704. D'esta vez não teve o acolhimento que esperava, porque tornando-se suspeito ao governo, em razão da guerra declarada a esse tempo entre as duas corôas, recebeu ordem, apenas entrou em Lisboa, para se recolher ao convento d'Alcobaça; ali então dedicando-se aos seus trabalhos, reviu o *Vo*

cabulario e outras obras emprehendidas com toda a dedicação em beneficio das letras portuguezas. Em 1713 obteve licença para residir em Lisboa, depois de concluida a paz geral. Desde, então, merecendo a particular sympathia de D. João V, este monarcha ordenou que fôssem impressas todas as suas obras á custa da fazenda real, e o nomeou academico do numero da Academia Real de Historia, quando em 1720 se fundou esta corporação. O Padre Bluteau já n'esse tempo pertencia á Academia dos Generosos e á dos Applicados, assistia ás conferencias eruditas que se celebravam em casa do conde da Ericeira, etc. Durante alguns annos tambem foi preposito do convento de S. Caetano. Os ultimos annos da sua longa vida, pois falleceu com perto de 95 annos, passou-os descansadamente, respeitado pelos homens mais doutos e instruidos do seu tempo que o estimavam como amigo e mestre. O P.^{e} Bluteau era mais ou menos versado em todo o genero do estudos, merecendo-lhe particular predilecção e das linguas mortas e vivas. Falava desembaraçadamente a ingleza, franceza, italiana, portugueza, hespanhola e grega, tendo profundado o conhecimento das grammaticas de todas estas linguas, compondo e escrevendo com facilidade. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa ha dois retratos seus, e dizem que na Imprensa Nacional tambem existe um na sala da contadoria. Para a sua biographia pódem consultar-se as *Memorias historicas e chronologicas dos Clerigos regulares*, por D. Thomaz Caetano do Bem, tomo I, pag. 283 a 317; *Obsequio funebre*, pela Academia dos Applicados, Lisboa, 1734; o *Elogio funebre*, pelo conde da Ericeira, no tomo XII da *Collecção de Documentos e Memorias da Academia;* Canaes, nos *Estudos biographicos*, pag. 289. Escreveu: *Vocabulario Portuguez e Latino*, *Aulico*, *Anatomico*, *Architectonico*, *Bellico*, *Botanico*, *Brasilico*, *Comico*, *Critico*, *Chimico*, *Dogmatico*, etc. *autorisado com exemplos dos melhores escriptores portuguezes e latinos, e offerecido a el-rey de Portugal D. João V*, tomo I, Coimbra, 1712; ao todo são 8 volumes, impressos em differentes annos, sendo o ultimo no de 1721; *Supplemento ao Vocabulario Portuguez e Latino, que acabou de sair á luz, Anno de 1721*, Lisboa, 1727, 2 tomos; *Primicias Evangelicas, ou sermões e panegyricos do P. D. Raphael Bluteau*, etc., *offerecido á serenissima alteza de Cosmo Terceiro, gran-duque de Toscana*, Lisboa, 1676; *Parte segunda, offerecida a uma doutissima, poderosissima e virtuosissima princeza*, Lisboa, 1685; esta *princeza* era a *livraria* de D. Luiz de Sousa, arcebispo de Lisboa, a quem dirigia uma oração dedicatoria muito extensa; *Parte terceira, offerecida ao Marquez de Cascaes*, etc., Paris, 1698; *Sermões panegyricos e doutrinaes, que a diversas festividades e assumptos prégou*, etc., 2 tomos, Lisboa, 1732 e 1733; *Prosas portuguezas, recitadas em differentes congressos academicos, Parte* I *e* II, Lisboa, 1728; *Instrucção sobre a cultura das amoreiras e creação dos bichos da seda, dirigida á conservação e augmento das manufacturas da seda e dedicada a el-rei D. Pedro II, quando principe regente, que as estabeleceu e com os novos privilegios concedidos por el-rei D. José I, nosso senhor; autor D. R. B.*, Coimbra, 1769; a 1.ª edição d'esta obra parece ter sido publicada em 1679; depois foi publicada nas *Prosas Academicas*, tomo II. Esta nova edição é augmentada com as leis de D. José I relativas ao assumpto; *Diccionario castellano y portuguez, impresso en Lisboa por orden de el-rey de Portugal D. Juan V*, etc.; autor el P. D. R. Bluteau, Rio de Janeiro, 1841.

Boa Aldeia. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Alta, conc., com., distr. e bisp. de Vizeu; 787 hab. e 215 fog. Tem escola do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada n'um valle fertil, d'onde se vêem a serra de Fornello e outras. Foi do conc. de S. Miguel do Outeiro até 1855. Era da ordem de Malta, pelo que tinha grandes privilegios. O reitor de Caparroza apresentava o cura, que tinha de rendimento 8$000 réis e o pé d'altar. Boa Aldeia pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 14 com a séde em Santa Comba Dão. || Logar na freg. de Santa Maria Magdalena, de Agadão, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Boa Entrada. Roça na ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Boa Esperança. Roça na ilha de S. Thomé, Africa Occidental. || Roça na ilha do Principe, Africa Occidental.

Boa Esperança *(Cabo da)*. Promontorio da Africa Austral, que fórma a extremidade meridional de uma peninsula que tem 50 kil. de comprimento na direcção N Sul. E' banhado pelo Oceano Atlantico. Nesta peninsula levantam-se duas cordilheiras, separadas por um estreito valle. A montanha mais elevada d'estas serranias é a Meza, que attinge a altura de 1:163 metros e fica sobranceira á cidade do Cabo. Depois d'esta devem mencionar-se a E o Pico do Diabo, com 1:011 metros de altura; a N O a Cabeça de Leão ou Pão de Assucar, com 841 metros. E' o cabo escarpado, e a pequena distancia d'elle se encontra o rochedo chamado de Bartholomeu Dias. Do cabo prolonga-se uma restinga para O. Marca uma das epocas mais brilhantes das navegações portuguezas a passagem do cabo da Boa Esperança. Mandado a descobrir o reino do afamado Prestes João, saira de Lisboa Bartholomeu Dias a 2 de agosto de 1486, commandando dois navios de 50 toneladas cada um, e uma barca com mantimentos. Por piloto da expedição ia Pero de Alemquer. Navegando ao longo da costa e passando além do ponto onde chegara Diogo Cão, transpoz Bartholomeu Dias a costa dos Hottentotes, e levado pela tormenta foi por 13 dias impellido para o S, passando além do cabo das Agulhas. Pouco avante pôde seguir o arrojado navegador, porque as equipagens lh'o não consentiram. Foi na volta para o N que se avistou pela primeira vez o famoso cabo, ao qual poz o nome de Tormentoso, por causa das grandes tempestades que ao dobrarem-no haviam assaltado os navios da expedição. Para attestar este descobrimento levantou Bartholomeu Dias o padrão denominado de S. Filippe. D. João II, ao receber a noticia da passagem d'este cabo, trocou-lhe o nome de Tormentoso pelo de Boa Esperança, querendo significar que elle lhe promettia o descobrimento do caminho para a India. O dobrar do cabo Tormentoso inspirou a Camões o sublime episodio do *Adamastor*, formosissimo trecho dos *Lusiadas*, sem egual nas litteraturas conhecidas. Foi nas alturas do cabo da Boa Esperança que, a 23 de maio de 1501, assaltado pela tormenta o navio do seu commando, pereceu Bar-

tholomeu Dias quando voltava com Pedro Alvares Cabral do descobrimento do Brasil. Tambem perto d'ali, no sitio denominado. Aguada de Saldanha, foi assassinado o illustre D. Francisco de Almeida, quando regressava da India a Portugal.

Boa Fanhia. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Boa Fé. Pov. e freg de N. S.ª da Boa Fé, conc., distr. e arceb. de Evora, hoje annexa á freg. de Divor. O orago antigamente era N. S.ª das Nascenças. Fica situada entre serras. Por decreto de 12 de julho de 1895 foi annexada ao conc. de Montemór-o-Novo, voltando para o de Evora, por decreto de 13 de janeiro de 1898. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 11, com a séde em Setubal. | Logar na freg de S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr de Lisboa.

Boa Hora *(Fr. Francisco da).* Religioso da ordem de S. Francisco da provincia de Santo Antonio de Portugal. Floresceu na segunda metade do seculo XVIII. Publicou: *Panegyrico de Santo Antonio*, Lisboa, 1780; *Sermão da Natividade de Nossa Senhora, e missa nova*, Lisboa, 1799; *Sermão que na vespera de Natal prégou na côrte, entre padres seraficos reformados um religioso da mesma corporação*, Lisboa, 1798.

Boa Hora. Ilha Terceira; pov. na freg. de N. S.ª de Belem, de Terra Chã, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Boa Joia *(Quinta da).* Na freg. de Santa Suzana, de Carapinheira, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Boa Lembrança. Roça da ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Boa Morte *(D. Francisco da).* Conego regular da ordem de Santo Agostinho. No começo do seculo XIX era organista no convento de S. Vicente de Fóra, e parece que tambem exerceu as mesmas funcções em Santa Cruz de Coimbra.

Boa Morte *(D. Ignacio de Nossa Senhora da).* Conego regrante da ordem de Santo Agostinho. N. em Evora a 12 de novembro de 1717, ignora-se a data do fallecimento. Era muito versado na historia ecclesiastica, e principalmente nas antiguidades da sua ordem. Escreveu: *Diario historico dos Varões illustres em letras, virtudes e santidade dos Conegos Regulares*, etc. Deixou muitas obras manuscriptas.

Boa Morte. Pov. na freg. de S. Martinho, de Lordello, bairro occidental do Porto. | Logar na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Povos, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Boa Morte e Monte Gordo. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Bento, de Ribeira Brava, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Boa Nova. Ilha da Madeira: pov. na freg. de S. Gonçalo, conc. e distr. do Funchal. || Logar na freg. de S. Pedro, de Terena, conc. de Alandroal, distr. de Evora.

Boa Renda. Roça da ilha do Principe, Africa Occidental.

Boa Sombra *(Quinta da).* Na freg. de S. Leonardo, de Athouguia da Baleia, conc. de Peniche, distr. de Leiria.

Boa Ventura. Pov. e freg. de Santa Quiteria, na ilha da Madeira, conc. de S. Vicente, distr. e bisp. do Funchal. Tem caixa postal, e pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 27 com a séde no Funchal. | Pov. na ilha da Boa Vista, do archipelago da prov. do Cabo Verde. || Roça da ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Boa Viagem. Logar na freg. de S. Romão, de Carnaxide, conc. de Oeiras, distr. de Lisboa. Está situado em sitio muito elevado, sobre a margem direita do Tejo. Houve aqui um convento de frades arrabidos, de N. S.ª da Boa Viagem. Fôra construido por Antonio Faleiro de Abreu. Depois de 1834 foi vendido ao abastado capitalista Faustino da Gama, e hoje é propriedade particular.

Boa Vista *(Francisco de Sousa Feio, 2.º visconde da).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão a seu pae, alvará de 7 de julho de 1867; cavalleiro da ordem de Christo; commendador do numero extraordinario da real ordem de Izabel a Catholica, de Hespanha; cavalleiro da de S. Mauricio e S. Lazaro de Italia. N. em Beja a 8 de agosto de 1841. Era filho do 1.º visconde e 1.º conde da Boa Vista, Marianno Joaquim de Sousa Feio, e de sua primeira mulher D. Marianna Thereza Ribeiro de Sousa. Casou em 1 de agosto de 1877 com D. Maria Julia Apparicio de Vilhena, filha de Filippe José de Vilhena, fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, abastado proprietario no conc. de Ferreira, e de sua mulher D. Guiomar Maria de Mênna Apparicio. Teve o titulo de visconde em verificação de vida no titulo concedido a seu pae, por decreto de 7 de março e carta de 4 de abril de 1872.

Boa Vista *(José Ferreira da Silva).* Só apparece o seu nome pelo seguinte trabalho que publicou, sendo estudante em Braga: *Descripção das Caldas do Gerez*, Braga, 1867.

Boa Vista *(Marianno Joaquim de Sousa Feio, visconde e 1.º conde da).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 29 de março de 1856; commendador das ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição; deputado em diversas legislaturas, par do reino; governador civil de Beja, tenente-coronel do batalhão nacional de caçadores da mesma cidade, abastado proprietario e lavrador do districto de Beja, etc. N. n'esta cidade a 15 de setembro de 1815; ignoramos a data do fallecimento. Era filho de Joaquim José de Sousa, proprietario, capitão de ordenanças de Beja, e de sua mulher, D. Josepha Balbina Feio de Sousa. Prestou serviços á causa da liberdade. Nos fins de junho de 1833, contando apenas 18 annos de edade, não duvidou em arriscar a vida procurando angariar algumas praças do batalhão de realistas de Beja, para fazerem parte do contingente dos patriotas que d'aquella cidade fôram no 1.º de julho á villa de Serpa acclamar a rainha D. Maria II e a Carta Constitucional. A 9 de julho do referido anno alistou-se como voluntario, e acompanhou as forças liberaes no seu regresso a Serpa e d'ali a Mertola. Quando se organisou o batalhão de voluntarios de Beja, fez parte d'elle, e entrou em todas as operações a este commettidas, em Mertola, Castro Marim, e na lucta que se travou nos diversos pontos do litoral do Algarve entre os liberaes e os absolutistas, em que tanto elle como os seus camaradas se tornaram distinctos, sendo louvado pelas auctoridades superiores, em que se contava o marquez de Sá da Bandeira. Quando terminou a campanha foi eleito pelos voluntarios seus patri-

cios capitão da 1.ª companhia do batalhão movel de Beja, que energicamente se propoz a exterminar as guerrilhas dos Barvas e Remexido, livrando assim aquelle districto, de malfeitores que punham em dura oppressão os seus habitantes. Entre muitos factos consta que em 1846, achando-se em Lisboa, por se ter visto obrigado a sair de Beja em razão de não ter a força militar obedecido ás ordens que lhe fôram mandadas pelo ministerio de 6 de outubro, foi instado pelo governo e nomeado tenente-coronel commandante do batalhão nacional de caçadores de Beja, que estava de guarnição na praça de Elvas. O serviço que ali prestou, foi tão valioso, que fez terminar as discordias que se davam entre o povo e a tropa, merecendo o seu batalhão os louvores do governador militar da praça. Terminando a lucta, Sousa Feio recebeu a commenda da ordem de Christo. Quando as pessoas reaes visitaram a cidade de Beja, empenhou-se para que fôssem hospedadas com as possiveis commodididades. Foi deputado nas legislaturas de 1857 a 1858, e de 1860 a 1868. Em 25 de junho de 1868 foi nomeado governador civil de Beja, cargo que exerceu por mais de uma vez. Em 22 de abril de 1869 o governo agraciou-o com o titulo de visconde da Boa Vista. Em 22 de outubro de 1883 foi este titulo elevado a conde, e a 2 de dezembro de 1885 teve a eleição de par do reino, sendo reeleito em 30 de março de 1887. O conde da Boa Vista casou em 8 de agosto de 1840 com D. Marianna Thereza Ribeiro de Sousa, filha de Hypolito José Ribeiro e de D. Maria da Cruz; tendo fallecido esta senhora, passou a segundas nupcias em fevereiro de 1879 com D. Maria Jacinta de Vilhena Collaço, abastada proprietaria no concelho de Ferreira. Além das honras em que já se falou, o conde da Boa Vista era condecorado com a cruz de bronze, pelo conselho da Sociedade Humanitaria de soccorros aos doentes militares do exercito e armada, de França, e foi presidente honorario da commissão portugueza de soccorros a feridos e doentes militares do exercito e armada em tempo de guerra. O seu brazão d'armas, concedido por alvará de 17 de agosto de 1869, consta d'um escudo esquartelado, tendo o primeiro quartel tambem esquartelado; no primeiro, em campo de prata, as cinco quinas de Portugal, e assim o seu alterno; no segundo, em campo vermelho, uma cruz de Malta de prata, e assim o seu alterno; o segundo quartel do escudo, interceptado por tres bandas de purpura em campo de prata, e assim o terceiro seu alterno; o quarto quartel egual ao primeiro do escudo. Timbre, um galgo vermelho andante com uma espiga de trigo de ouro na mão direita.

Boa Vista. Ilha do archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental; faz parte do grupo das ilhas de Barlavento, sendo a maior do grupo. O seu nome primitivo parece ter sido S. Christovão. Foi a primeira ilha d'este archipelago que se descobriu, em 1446 por uma pequena frota composta de tres caravélas que saira de Sagres, em que iam Vicente de Lagos, portuguez, Antonio de Nola, genovez, e Luiz Cadamosto, veneziano, autorisados pelo infante D. Henrique para o descobrimento de terras ignotas. Dista 100 k. da cidade da Praia, capital da provincia, na ilha de S. Thiago. O clima é saudavel e d'uma amenidade que póde comparar-se com o da ilha da Madeira. De origem vulcanica, ali se encontram, além de camadas calcareas metamorphicas, outras trachyticas, lavicas e basalticas. As suas costas extensas, sinuosas e recortadas em largas e espaçosas bahias, são quasi todas arenosas e baixas, com excepção das pontas ou cabos, cuja elevação se torna sensivel. São tres os seus principaes portos ou bahias o da Salina, o do Curralinho ou Portuguez, e o de Sal-Rei ou porto Inglez. Desde 1497 até depois de 1600, em que começou a ser governada pelos capitães-móres, nomeados pelo capitão general da colonia, andou esta ilha em doação. As rendas dos donatarios eram o producto da venda das pelles, cebo, cabras bravas e outros gados, do que pagavam o dizimo. Crescendo a população por causa da exploração das salinas pelos inglezes, houve necessidade de estabelecer camara e juizes. A ilha da Boa Vista foi abandonada em 1843 pelo governo geral e mais autoridades, por causa da febre amarella que a assolou. Desde essa data, começou a sua decadencia, depois de ter chegado a certo grau de civilisação e importancia. Mede 16 a 17 milhas no sentido de N para S e 19 de O para E. Fórma um concelho cuja séde é a povoação de Sal-Rei. Tem de população 2:613 habitantes. A parochia é da invocação de Santa Izabel. || Pov. e freg. de S. Pedro, da provincia do Douro, conc. de Penafiel e distr. do Porto. Está reunida á de S. Salvador, de Gallegos, desde o fim do seculo XVIII. Fica situada n'um valle, d'onde se vêem varias povoações. O cura era annualmente apresentado pelo reitor de Oldrãos, e tinha de renda 35$000 réis e o pé d'altar. || Grande e importante quinta, com boas casas, pomares, muitas aguas e extensos campos, proximo á villa de Sobrado, no conc. de Castello de Paiva. E' o solar dos Montenegros.

Boa Vista. Povoações nas seguintes freguezias: N. S.ª da Conceição, de Abiturceiras, conc. e distr. de Santarem. || Santa Christina, de Agrella, conc. de Fafe, distr. de Braga. || N. S.ª da Graça, de Aguas Bellas, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S. Martinho, de Aldoar, bairro occidental do Porto. || S. Thiago, de Aldréu, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª dos Prazeres, de Aljubarrota, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Miguel, de Arcozello, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || N. S.ª da Saude de Arrifes, ilha de S. Miguel, conc. e distr. de Ponta Delgada. || S. Pedro, de Athaide, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Salvador, de Avelleda, conc. da Louzada, distr. do Porto. || Santa Barbara, ilha de Santa Maria, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada. || N. S.ª da Assumpção, de Barrô, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa. || S. Thomé, de Bitarães, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Pedro, de Cahide de Rei, conc. da Louzada, distr. do Porto. || Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro. || S. Lourenço, de Celleirós, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Capellos, conc. de Amarante, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição, de Cercal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lis-

boa. || Santo André, de Christellos, conc. da Louzada, distr. do Porto. || S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Cosme de Gondomar, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Martinho, de Courel, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Covas do Douro, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real. || Santa Eulalia, de Crespos, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago, da Cruz, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria, de Esmoriz, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Esperança, conc. de Arronches, distr. de Portalegre. || Santa Eulalia, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, conc. de Ceia, distr. da Guarda. || S. Martinho, de Ferreiros, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Thiago, de Figueiró, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Pedro, de Formariz, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador, de Fornellos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Leocadia, de Fradellos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Martinho, de Frazão, concelho de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Salvador, de Freamunde, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Santa Maria, de Fregim, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Gatão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Leocadia, de Geraz de Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Goudomar, concelho de Guimarães, districto de Braga. || S. Salvador, de Grijó, concelho de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santa Maria, de Idães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Landim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Santa Christina, de Longos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Clara, de Louredo, conc. e distr. de Beja. || N. S.ª do Rosario, da Mariuha Grande, conc. e distr. de Leiria. || S. Thiago, de Marrazes, conc. e distr. de Leiria. || Santa Maria, de Maurelles, concelho de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Salvador, de Mazedo, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador, de Medrões, conc. de Santa Martha de Penaginão, distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Melres, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Santa Maria, de Mire de Tibães, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago, de Modellos, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Mamede, de Negrellos, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || S. João Evangelista, de Nespereira, conc. da Louzada, distr. do Porto. || S. Verissimo, de Nevogilde, conc. da Louzada, distr. do Porto. || Santa Christina, de Nogueira, conc. da Louzada, distr. do Porto. || Santa Maria e conc. de Odemira, distr. de Beja. || S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Salvador e Santa Maria, de Parada e Barbudo, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Pedreira, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || N. S.ª d'Ajuda, de Pedro Miguel, ilha do Fayal, conc. e distr. da Horta. || S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Salvador, de Perosinho, conc. de V. N. da Gaia, distr. do Porto. || S. Lourenço de Pias, conc. da Louzada, distr. do Porto. || N. S.ª do Desterro, de Pousos, conc. e distr. de Leiria. || S. Sebastião, de Quelfes, conc. de Olhão, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição, de Redinha, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Santa Maria, de Rendufinho, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Pedro, de Riba d'Ave, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga || Santa Marinha, e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Goudomar, distr. do Porto. || S. Martinho, de Salreu, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Purificação, de Samuel, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || Santo Isidoro, de Sanche, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Sauguedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Julião, de Serafão, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Sernande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Mamede, de Serzedo, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Miguel, de Silvares, conc. da Louzada, distr. do Porto. || S. Vicente, de Sousa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || N. S.ª da Expectação de Souzella, conc. da Louzada, distr. do Porto. || Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santo André, de Telões, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, de Terroso, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || S. Thiago da Guarda, conc. de Anciães, distr. de Leiria. || S. Torquato, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Braz, de Varzea, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. || S. Jorge, de Varzea, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santo Estevão, de Villa Chã do Marão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Salvador, de Villa Cova da Leixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Mamede, de Villa Maior, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || S. Thiago, de Rio de Moinhos, conc. de Borba, distr. de Evora

Boa Vista Logares nas seguintes freguezias: S. Martinho, de Aguas Santas, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Maria de Airão, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Pedro, de Ajude, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição e conc. de Alandroal, distr. de Evora. || S. João Baptista, de Alegre, conc. e distr. de Portalegre. || S. Mamede, de Alemtem, conc. da Louzada, distr. do Porto. || S. Romão, de Alferce, conc. de Monchique, distr. de Faro. || N. S.ª da Alva e conc. de Aljezur, distr. de Faro. || Santo Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja. || S. Martinho, de Alpedrinha, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco. || N. S.ª da Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição, de Alvalade, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Santa Marinha, de Annaes, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Christina, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Bartholomeu e conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S Martinho, de Avessadas, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || N. S.ª da Orada e conc. de Aviz, distr. de Portalegre. || S. Paio, de Azões, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Leocadia e conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Pedro, do Bairro, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Salvador, de Balazar, conc. de Guimarães, distr. de

Braga. || Santa Eulalia, de Banho, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Claudio, de Barco, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª do O', de Barcouço, conc. da Mealhada, distr. de Aveiro. || Santo Estevão, de Barrozas, conc. da Louzada, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Barrozas, conc. da Louzada, distr. do Porto. || S. Bartholomeu da Serra, concelho de S. Thiago, do Cacem, distr. de Lisboa. || S. Miguel, de Beire, concelho de Paredes, distr. do Porto. || N. S.ª da Encarnação, de Benedicta, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || S. Bartholomeu, de Bensafrim, conc. de Lagos, distr. de Faro. || S. Salvador, de Bente, conc. de V. N. de Famalicão, distr de Braga. || S. Bento, ilha Terceira, conc. e distr. de Angra do Heroismo. || S. Cosme, de Bésteiros, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Paio, de Bésteiros, conc. de Amares, distr. de Braga. || N. S.ª das Neves e conc. de Borba, distr. de Evora. || S. Miguel, de Borba de Godim, concelho de Felgueiras, districto do Porto. || Santa Maria, de Bouro, concelho de Amares, distr. de Braga. || S. Silvestre, de Britiande, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Caldellas, conc. de Amares, distr. de Braga. || Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho de Candoso, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo Antonio, de Capellins, conc. de Alandroal, distr. de Evora. || S. Romão, de Carvalhosa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Christovão, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo André, de Cella, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || S. Mamede, de Cepães, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Thiago, de Ceruadello, conc. da Louzada, distr. do Porto. || S. Pedro, de Codeceda, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria. || Santa Eulalia, de Constance, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Corvite, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Costa, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Thomé, de Covellas, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Miguel, de Creixomil, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Cruz, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Santa Cruz do Douro, conc. de Baião, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Cumieira, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Cunha, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Cunha, conc. e distr. de Braga. || S. Salvador, de Delães, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || S. Lourenço, de Durrães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria d'Alcaçova e conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. || Santo Emilião, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Pedro, de Escudeiros, conc. e distr. de Braga. || S. Christovão, de Espadanedo, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Espargo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Esqueiros, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Fajões, conc. d'Oliveira d'Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Paio, de Favões, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Fermentões, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de Ferragudo, conc. de Lagôa, distr. de Faro || S. Pedro Fins, de Ferreira, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Santa Maria, de Ferreiros, conc. de Amares, distr. de Braga. || Santa Maria, de Ferreiros, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Ferreiros de Avões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Paio, de Figueiredo, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Folhada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Salvador, de Fonte Arcada, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Domingos, de Fontello, conc. de Armamar, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Fornellos, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Salvador, de Fornos, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Fraião, conc. e distr. de Braga. || S. Francisco da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || S. Salvador, de Freixo de Baixo, e S. Miguel, de Freixo de Cima, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Thomé, de Friaude, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Martinho, de Gallegos, conc de Barcellos, distr. de Braga. || S. Salvador, de Gandarella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel, de Gemeos, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santo Estevão e Santa Tecla, de Geraz, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santo André, de Gião, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Maria Maior e conc de Goes, distr. de Coimbra. || S. João Baptista, de Goudar, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Pedro, de Goudelães, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Insalde, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Santo Isidoro de Riba Tamega, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. João Baptista, de S. João da Fontoura, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Santa Maria e conc. de Lagos, distr de Faro. || Sé e conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Thomé, de Lanhas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Leitões, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santos Cosme e Damião, de Lobeira, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria Magdalena, de Loivos da Ribeira, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Pedro, de Lomba, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Thiago, de Lordello, conc. de Guimarães, distr, de Braga. || S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Lourenço do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Miguel e conc. da Louzada, distr. do Porto. || S. Thiago, de Santa Lucrecia de Algeriz, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago, de Lustosa, conc. da Louzada, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Macieira, conc. da Louzada, distr. do Porto. || S. Lourenço, de Maiorga, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto. || N. S.ª da Encarnação de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro. || S. Pedro. de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || Santa Christina, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || S. Romão. de Mesão Frio, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Bartholomeu, de Monte Redondo, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Moreira, conc. e distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Negreiros, conc. de

Barcellos, distr. de Braga. || S. Salvador, de Nogueiró, conc. e distr. de Braga. || N. S.ª da Piedade, de Odeceixe, conc. de Aljezur, distr. de Faro. || Santo Adrião, de Oleiros, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Oliveira, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || S. Paio, de Oliveira, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Pelagio, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Paçô, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Eulalia e conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Clemente, de Paços de Gaiolo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Parada, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador, de Parada de Gatim, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Paio, de Parada de Tibães, conc. e distr. de Braga. | S. Miguel, de Paraizo, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria e conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Romão, de Paredes de Viadores, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Pensello, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Estevão, de Penso, conc. e distr. de Braga. || Espirito Santo, de Pera, conc. de Silves, distr. de Faro. || S. Christovão, de Pico de Regalados, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Salvador, de Pinheiro, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª da Purificação, de Pontével, conc. do Cartaxo, distr. de Santarem. || S. Paio, de Pousada, conc. e distr. de Braga. || S. João Baptista, de Queijadas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Rande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Miguel, de Refojos de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Santa Maria, de Refojos do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Comba, de Regilde, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Silvestre, de Requião, conc. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga. || || S. Mamede, de Ribeirão, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. | Santa Eulalia, de Rio Covo, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Miguel, de Rio de Gallinhas, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Romão de Aregos, conc. do Rezende, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Ronfe, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Martinho, de Sande, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Sandim, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santa Maria, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro, || Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Sequeira, conc. e distr. de Braga. || S. Pedro, de Sermonde, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Miguel, de Serzedo, conc. de Guimarães, distr. de Braga || Santa Maria, de Silvares, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || S. Martinho, de Soalhães, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Sobre Tamega, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Sobrosa, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Thiago, de Tabaçó, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador, de Tagilde, concelho de Guimarães, districto de Braga. || S. Pedro Fins, de Tamel, concelho de Barcellos, districto de Braga. || Santa Maria Maior, de Tarouquella, concelho de Sinfães, districto de Vizeu. || S. Vicente de Tavora, concelho de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, conc de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || S. Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Leocadia, de Travanca do Douro, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santa Marinha, de Tropeço, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santo Estevão, de Urgezes, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria dos Anjos, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Expectação, de Valladares, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Valladares, conc. de Baião, distr. do Porto. | S. Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Vandoma, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santo André, de Varzea da Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, districto do Porto. || S. Miguel, de Varziella, concelho de Felgueiras, districto do Porto. || Santa Maria, de Veade, concelho de Celorico de Basto, districto de Braga. || S. Mamede, de Vermil, concelho de Guimarães, districto de Braga. || Santa Maria, de Vermoim, concelho de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Miguel, de Villa Cahiz, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Bartholomeu, de Villa Cova, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Villa Fria, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || N. S. da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || S. Mamede de Villa Verde, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Miguel, de Villarinho, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || S. Estevão, de Villela, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Faustino de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Boa Vista. Casaes nas seguintes freguezias: S. Silvestre, de Gradil, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. Pedro da Cadeira, de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || N. S.ª dos Martyres, de Serra do Bouro, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || S. Mamede, de Aldão, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª dos Prazeres, de Aldeia Gallega de Merceana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || S. Estevão e conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || S. Salvador e conc. de Aljustrel, distr. de Beja. || S. Pedro, de Alverca, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || S. Martinho, de Ariz, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Gregorio, de Arruda dos Pizões, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || N. S.ª da Salvação e conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || S. Leonardo, de Athouguia da Baleia, conc. de Peniche, distr. de Leiria. || N. S.ª do Rosario, de Aveiras de Baixo, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa. || S. Martinho, de Avessadas, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || N. S.ª do Rosario, de Azambujeira, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || S. Pedro, de Azueira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. João Baptista, de Barão de S. João, annexa a Bensafrim, conc. de Lagos, distr. de Faro. || Santa Martha, de Bemfica, conc. de Almeirim, distr. de Santarem. || S. Salvador, de Bombarral, conc. de Obidos, distr. de Leiria. || N. S.ª da Purificação, de Bucellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa. || S. Miguel, de Cardosas,

conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || S. Martinho, de Conde, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª da Luz, de A dos Cunhados, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Dois Portos, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || N. S.ª d'Assumpção, de Enxara do Bispo, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Victoria, de Famalicão, conc. de Pederneira, distr. de Leiria. || S. Gregorio de Fanadia, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Santo Isidoro, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Santa Clara, de Louredo, conc. e distr. de Beja. || N. S.ª da Annunciação e conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa. || S. Salvador, de Magrellos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Martinho, de Maucellos, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Miguel, de Milharado, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Conceição, de Moita dos Ferreiros, conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa. || N. S.ª das Neves, conc. e distr. de Beja. || S. Pedro e conc. de Obidos, distr. de Leiria. || N. S.ª do Pranto, de Paço, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || S. Miguel, de Palhacana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || S. Sebastião, de Peral, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Polvoreira, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de Ponte do Rol, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Luz, de Povoa de Gallegos, conc. e distr. de Santarem. || N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Purificação, de Roliça, conc. d'Obidos, distr. de Leiria. || N. S.ª d'Ajuda e conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || S. Salvador e conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Conceição, de Taucos, concelho de Villa Nova da Barquinha, districto de Santarem. || S. Miguel e concelho de Torres Vedras, districto de Lisboa. || Santa Maria Magdalena, de Turcifal, concelho de Torres Vedras, districto de Lisboa. || Nossa Senhora da Piedade, de Vidaes, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || S. Mamede, de Ventosa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || S. Vicente do Paul, conc. e distr. de Santarem. || N. S.ª dos Anjos, de Villa Verde dos Francos, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa || S. Pedro, de Alverca, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Salvação e conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || S. Domingos, de Reguengo Grande, conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa.

Boa Vista *(Casa da)*. Na freg. de S. Salvador, de Ribas, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Casalinho na freg. de S. Vicente e conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Casas Novas na freg. de S. Braz, de Varzea, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. || Fazenda na freg. de N. S.ª do Bispo e conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Fóros na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Canha, conc. de Aldeia Gallega do Ribatejo, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de S. Gregorio, conc. de Arraiollos, distr. de Evora. || Herdade na freg. de N. S.ª das Reliquias, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Horta na freg. de S. Thiago e conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || Hortas na freg. da Sé, conc. e distr. de Portalegre.

Boa Vista. Montes nas seguintes freguezias: Santo Antonio, de Arcos, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || N. S.ª d'Assumpção, de Abella, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || S. Brissos, conc. e distr. de Beja. || N. S.ª da Graça, de Casa Branca, conc. de Souzel, distr. de Portalegre. || N. S.ª da Conceição e conc. de Castro Verde, distr. de Beja. || Santa Clara-a-Nova, conc. de Almodovar, distr. de Beja. || Santa-Clara-a-Velha, conc. de Odemira, distr. de Beja. || S. Pedro, de Corval, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora. || Santo Antonio, de Couço, conc. de Coruche, distr. de Santarem. || N. S.ª da Graça de Divor, conc. e distr. de Evora. || Santa Maria, de Evora-Monte, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || N. S.ª da Assumpção e conc. de Ferreira do Alemtejo. distr. de Beja || S. Gens, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || N. S.ª da Gloria, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Santo Ildefonso, conc. de Elvas, distr. de Portalegre. || S. Luiz, conc. de Odemira, distr. de Beja. || S. Pedro, de Marateca, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || S. Marcos do Campo, conc. de Reguengo de Monsaraz, distr. de Evora. || S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja. || N. S.ª da Graça e conc. de Móra, distr. de Evora. || N. S.ª das Neves, conc. e distr. de Beja. || Santa Maria e conc. de Odemira, distr. de Beja. || S. Salvador e conc. de Odemira, distr. de Beja. || N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. de Evora. || N. S.ª da Graça, de Ouguella, conc. de Campo Maior, distr. de Portalegre. || S. Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja. || N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja. || N. S.ª do Espinheiro, de Seda, conc de Alter do Chão, distr. de Portalegre. || S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja. || N. S.ª do Rosario, da Torre de Coelheiros, conc. e distr. de Evora. || N. S.ª da Graça, de Villa Nova de Mil Fontes, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Boa Vista. Quintas nas seguintes freguezias: N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Santa Cecilia, de Abrunhosa Velha, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || N. S.ª dos Prazeres, de Aldeia Gallega da Merceana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || N. S.ª d'Assumpção, de Triana, conc. de Alemquer, districto de Lisboa. || Nossa Senhora das Candeias, de Alguber, concelho de Cadaval, districto de Lisboa. || Santo Antonio, de Alvações do Corgo, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || N. S.ª da Consolação, de Arrentella, conc. do Seixal, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Graça, de Cano, conc. de Souzel, distr. de Portalegre. || S. Bartholomeu, de Castanheira, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Castello de Penalva, conc. Penalva do Castello, distr. de Vizeu. || Santa Maria e S. Martinho e conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra. || S. Martinho e conc. da Covilhã, districto. de Castello Branco. || S. Thiago, de Espargo, conc. da Feira, distr de Aveiro. || Santa Maria, conc. de Extremoz, distr. de Evora || S. Thiago, de Folhadella, conc. e distr. de Villa Real. || N. S.ª da Graça, de Folgosa, conc. de Armamar, distr. de Vizeu || S. Julião, de Friellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa. || S. Martinho e conc. de Fundão, distr. de Castello Branco. || S. João Baptista, de Lobrigos, conc. de Santa Mar-

tha de Penaguião, distr. de Villa Real. || N. S.ª da Oliveira, de Matacães, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Santa Quiteria, de Méca, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Encarnação, de Olhalvo, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Páos, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Estevão, de Pereira, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || Santa Marinha, de Rouças, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Conceição, de Sinde, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || N. S.ª das Neves, de Soutello, conc. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu. || S. Cypriano, de Taboadello, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª dos Coros, de Teixoso, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || Santo André, de Telhado, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco. || S. Silvestre, de Unhos, conc. de Loures, distr. de Lisboa. || S. Martinho, de Valdigem, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Domingos, de Valle de Figueira, conc. e distr. de Santarem. || N. S.ª da Expectação, de Varzea, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Conceição, de Villa Nova da Barca, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || S. Cypriano e conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Espirito Santo, de Villa Secca, conc. de Armamar, distr. de Vizeu. || N. da Assumpção, de Villar de Maçada, conc. de Alijó, distr. de Villa Real. || Santo André, de Campeã, conc. e distr. de Villa Real. || N. S.ª da Purificação, do Espirito Santo, ilha de Santa Maria, conc. de Villa do Porto, districto de Ponta Delgada.

Boa Vista do Alto e Boa Vista do Meio. Dois logares na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Boa Vista de Baixo. Logar na freg. de N. S.ª da Esperança, conc. de Arronches, distr. de Portalegre. || Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Boa Vista de Baixo e de Cima. Casal e logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Chouto, conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || Duas quintas na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora. || Duas quintas na freg. de S. Martinho, de Sameice, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Boa Vista de Benaiça. Logar na freg. de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Boa Vista do Cadouço *(Casal da).* Na freg. de S. Mamede, de Ventosa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Boa Vista das Campas. Pov. na freg. de S. Salvador, de Castellões de Recezinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Boa Vista da Casa Branca. Logar na freg. de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Boa Vista de Cima. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Folhada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Maria, de Infantas, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Thiago e conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Boa Vista do Convento. Logar na freg. de S. Thiago e conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Boa Vista do Corvo *(Quinta da).* Na freg. de S. Vicente e conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Boa Vista do Encertado. Pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Boa Vista da Estrada. Pov. na freg. de S. Miguel, de Arcozello, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Boa Vista de Fernandinho *(Casal da).* Na freg. de S. Mamede, de Ventosa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Boa Vista de Ferrel. Pov. na freg. de S. Leonardo, de Athouguia da Baleia, conc. de Peniche, distr. de Leiria.

Boa Vista de Fóra. Logar na freg. de Santa Maria, de Infantas, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Boa Vista da Guarda *(Casaes da).* Na freg. de S. Miguel, de Milharado, conc. de Mafra. distr de Lisboa.

Boa Vista de Linhó *(Casal da).* Na freg. de N. S.ª da Salvação e conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

Boa Vista do Medico e Boa Vista do Moinho. Quinta e casal na freg. de S. Vicente e conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Boa Vista Nova *(Herdade da).* Na freg. de S. Gregorio, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Boa Vista da Parra. Logar na freg. de N. S.ª da Esperança, conc. de Arronches, districto de Portalegre.

Boa Vista de S. Pedro. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sobre Tamega, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Boa Vista do Pizão. Logar na freg. de Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Boa Vista dos Reinaldos. Pov. na freg. de S. Leonardo, de Athouguia da Baleia, conc. de Peniche, distr. de Leiria.

Boa Vista do Valle do Medo. Pov. na freg. de S. Leonardo, de Athouguia da Baleia, conc. de Peniche, distr. de Leiria.

Boaças. V. *Boassas.*

Boadella. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Pedraça, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Boaes. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Certã, distr. de Castello Branco. || Quinta na freg. de S. Vicente Martyr e conc. de Figueira de Castello Rodrigo, distr. da Guarda.

Boafaria. Pov. na freg. de Sant'Anna, de Carnota, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Boal. Logar na freg. de S. Julião, de Lage, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santo André, de Painzella, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Casal na freg. de N. S.ª d'Annunciada, de Aldeia de Paio Pires, conc. do Seixal, distr. de Lisboa.

Boaldeia. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Agadão, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Boalhosa. Pov. e freg. de Santo Estevão, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello; 306 hab. e 68 fog Dista 11 k. da séde do conc. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Boalvo. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Castanheira, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Boas Eiras. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assum-

pção e conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Carvalho, conc. de Penacova, distr. de Coimbra || Logar na freg. de N. S.ª do Pranto, de Penascoso, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Boas Novas. Povoação na freguezia de S. Nicolau, de Mazarefes, conc. e districto de Vianna do Castello.

Boas Vistas. Pov. na freg. de S. Miguel, de Machede, conc. e distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Pedro, de Evora Monte, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Boassas. Pov. na freg. de S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc. de Sinfães, districto de Vizeu.

Boavida *(Antonio José).* Conego arcipreste, deão da sé patriarchal, superior do Real Collegio das Missões Ultramarinas, deputado, par do reino, etc. N. em Alpedrinha a 9 de março de 1838. Era filho de Antonio Boavida, proprietario e lavrador abastado, já hoje fallecido. Estudou latinidade com um seu parente, o padre Luiz Bernardino de Carvalho Pacheco Boavida (v. *este nome)*, e em junho de 1851 foi para Coimbra habilitar-se para entrar na Universidade, dedicando-se ao estudo da Theologia, e tendo vencido em pouco mais d'um anno os preparatorios que lhe restavam, matriculou-se em 1855, concluindo a formatura em 1860. Na classificação final, em que intervinha toda a faculdade, obteve informações unanimes de *bom*, tanto em litteratura como em costumes. Ainda n'esse anno, o dr. José Marques Leite, bispo da diocese de Castello Branco, hoje extincta, o convidou para organisar um curso regular de sciencias ecclesiasticas, o que promptamente acceitou, encarregando-se da regencia de tres cadeiras, das seis que então se estabeleceram, as quaes fôram frequentadas por mais de 40 alumnos. Por este professorado não pediu remuneração alguma, declarando que o seu unico fim era servir a Egreja e o Estado. D'este facto existem publicados honrosos documentos. No referido anno de 1860 recebeu em Lisboa ordens menores e de sub-diacono, que lhe fôram ministradas pelo cardeal patriarcha, então Manuel Bento Rodrigues. Em 1861 fôram-lhe conferidas *extra tempora* as ordens de diacono e presbytero pelo nuncio Ferreri, que lhe deu muitas provas de estima e benevolencia, não só n'essa occasião, mas em Roma, mais tarde, sendo já cardeal. No dia 8 de dezembro de 1861 celebrou a sua primeira missa. Tem sido um distincto orador sagrado. Estando em Castello Branco em 1863, por occasião do nascimento do actual rei, senhor D. Carlos I, recitou na sé a oração gratulatoria, que depois se publicou, a instancias da respectiva camara municipal, que o convidara para aquelle acto solemne. Foi nomeado, sem o pedir, commissario dos estudos e reitor do Lyceu Nacional de Castello Branco, e desempenhou a commissão de inspector das escolas. Não se tendo, porém,

Antonio José Boavida

providenciado superiormente ácerca de abusos que encontrou, recusou-se a receber a remuneração que lhe pertencia. Estes factos constam d'um discurso sobre a circumscripção diocesana, publicado no *Diario das côrtes* e reproduzido nos seus *Trabalhos pastoraes*. Por diversas vezes, foi eleito procurador á Junta Geral do Districto de Castello Branco. Em 1870 o circulo do Sabugal o elegeu deputado. Esta legislatura durou pouco tempo, terminando com a revolução militar de 19 de maio d'esse anno. Ainda n'uma das sessões pronunciou o seu primeiro discurso em favor da liberdade da associação religiosa e dos interesses da classe ecclesiastica. O mesmo circulo de Sabugal ainda o elegeu nas legislaturas de 1871 e 1884. Tambem tem representado em côrtes os circulos de Braga, Idanha-a-Nova e actualmente é deputado por Castello Branco. Desempenhou o cargo de vigario capitular e governador do bispado de Beja desde 1871 até quasi ao fim do anno de 1883, em que prestou os maiores serviços, que veem mencionados no livro *Trabalhos pastoraes*, onde estão comprehendidos tambem os documentos principaes do seu governo. Publicou uma erudita *Memoria* para a conservação d'aquelle bispado, cuja suppressão já estava decretada. Foi a Roma em 1877, a expensas suas, advogar esta difficil causa. O deão, que era então do Sacro Collegio, o cardeal Di Pietro, consagrou-lhe grande consideração e amisade, como se deprehende da dedicatoria que antecede a Carta Pastoral sobre a questão do poder temporal. Os nuncios apostolicos, em Lisboa, Sanguigni e Mazella, deram testemunho dos seus relevantes serviços prestados no governo do bispado de Beja, e especialmente louvaram o seu zelo incançavel pela conservação d'aquelle bispado. No hospital civil de Beja, sendo presidente da commissão administrativa, tambem prestou serviços que fôram louvados em portaria, expedida pelo ministerio do reino e publicada na folha official do governo. Mais tarde, em maio de 1885, foi nomeado superior do Real Collegio das Missões Ultramarinas, logar que tem exercido com a maior competencia, recebendo pouco tempo depois a nomeação de desembargador da Relação Metropolitana de Evora. Foi par do reino electivo, pelo distr. de Beja, e nomeado conego da Sé Patriarchal, deão e presidente do cabido, desembargador da Relação e Curia Patriarchal. E' socio effectivo da Sociedade de Geographia de Lisboa, onde, em 1893, proferiu um brilhante discurso em defeza do Collegio das Missões Ultramarinas. Este digno prelado não tem nunca esquecido a sua terra natal, que lhe deve muitos serviços, assim como outras terras do paiz. Pela sua influencia, a estrada real n.º 55, de Castello Branco á Guarda, veiu passar por Alpedrinha; tambem conseguiu do governador civil de Castello Branco, então o fallecido conselheiro Guilhermino de Barros, que do cofre da Junta Geral saisse o subsidio de 1:500$000 réis com que se procedeu ás obras dos banhos de Monte da Touca, obtendo mais tarde que o governo autorisasse o empregar-se em obras d'este estabelecimento balnear um saldo de 800$000 réis pertencente á confraria do Santissimo. A estrada que liga a villa com os banhos é egualmente devida á sua influencia. Para o terreiro do Mercado alcançou do ministro Andrade Corvo um subsidio de 800$000 réis, e do sr. en-

genheiro Poças Falcão que Alpedrinha ficasse servida por linha ferrea e a pouca distancia da villa; a estação telegrapho-postal tambem se estabeleceu em virtude do pedido que dirigiu pessoalmente a Sua Magestade El-Rei, quando se inaugurou o caminho de ferro da Beira Baixa. A cadeira de instrucção primaria para o sexo feminino foi creada pela influencia do digno prelado, e actualmente se está construindo o edificio da escola para os dois sexos. Reedificou a antiga capella do Leão, que estava em ruinas e que é um padrão de gloria para a villa, por ter sido mandada edificar pelo cardeal de Alpedrinha D. Jorge da Costa. O sr. Antonio José Boavida tem sido um trabalhador incansavel muito dedicado ao seu paiz, que lhe consagra a mais profunda gratidão e respeito.

Boavida *(P. Luiz Bernardino de Carvalho Pacheco)*. Capellão da Casa Pia, servindo tambem de thesoureiro na egreja de Santa Maria de Belem. N em Valle de Prazeres, conc. do Fundão, em 1824; fal. em Belem a 15 de março de 1884. Esteve tambem no collegio dos orphãos de S. Fiel, no Louriçal do Campo. Foi o fundador em Lisboa d'uma livraria catholica, e o principal redactor d'uma folha, intitulada: *Leituras populares illustradas, folha instructiva e recreativa.* A esta publicação andava annexa uma *Bibliotheca*, para a propaganda religiosa.

Bôba *(Casal da)*. Na freg. de N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa.

Bobadella *(Gomes Freire de Andrade, 1.º conde de)*. Moço fidalgo com exercicio, accrescentado a fidalgo escudeiro; do conselho de el-rei D. João V e de D. José I; governador e capitão general do Rio de Janeiro; commissario e primeiro plenipotenciario de Portugal, nas conferencias sobre os limites da fronteira, ou parte meriodinal do Estado do Brazil com as colonias hespanholas da America do sul, na parte que alcançava desde Castilhos Grandes até á foz do Jaurú; general da divisão portugueza, e depois commandante em chefe das tropas auxiliares de Hespanha e portuguezas, que fôram ao Rio Grande do Sul e ao Uruguay, Buenos Ayres, e Colonia do Sacramento, sujeitar os indios rebeldes, instigados contra o dominio portuguez e hespanhol, pelo predominio dos jesuitas, apoiados na influencia do governo inglez, que desde 1740 prescrutava a maneira de assentar o dominio da Inglaterra no Rio da Prata, dominar toda a America do Sul, e acabar para Portugal o dominio do Estado do Brasil, etc. N. em 1685, fal. no Rio de janeiro em 1763. Era filho de Bernardino Freire de Andrade, moço fidalgo com exercicio no Paço, etc. (V. *Andrade, Bernardino Freire de)*, e de sua mulher, D. Joanna Vicencia de Menezes, filha de Ambrosio Pereira de Berrêdo e Castro, fidalgo da Casa Real. Depois de ter estudado em Coimbra, alistou-se no exercito, e distinguindo-se bastante na guerra da Succesão, foi provido n'um commando superior; terminada a campanha, teve o encargo d'algumas commissões importantes. Em 1733 foi nomeado capitão general do Rio de Janeiro, tomando posse d'este cargo a 26 de julho do referido anno. Em 1735 recebeu o encargo de administrar as Minas Geraes, e em 1748, havendo augmentado a população de Goyaz, Cuyaba e Matto Grosso, tambem foi incumbido de administrar as duas novas capitanias, que então se fundaram. Foi Freire de Andrade quem construiu no Rio de Janeiro o palacio, que ficou concluido em 1743, o aqueducto da Carioca e a fonte da praça do Carmo. Sendo denunciadas ao governo no anno de 1744, pelo guarda-mór J. R. Fróes, as riquezas do districto diamantino de Paracutu, cuidou logo de explorar esses terrenos. Ao mesmo tempo que prestava attenção aos interesses materiaes do paiz sujeito ao seu dominio, tambem attendia á instrucção e ao amor pela litteratura, empregando todos os meios possiveis para o seu desenvolvimento. E' a Gomes Freire de Andrade que se deve o estabelecimento da officina typographica do Rio de Janeiro, talvez a primeira que existiu no Brasil, de que foi proprietario Antonio Isidoro da Fonseca. A typographia durou pouco tempo, porque o governo da metropole censurou muito que o capitão general concedesse autorisação para que ella se fundasse, e ainda não satisfeito com a censura, ordenou que se fechasse. Os primeiros escriptos que sairam impressos, fôram os seguintes: *1.º Relação da entrada que fez o ex.mo e rev.mo sr. D. Frei Antonio do Desterro Malheiros, bispo do Rio de Janeiro, em primeiro do anno de 1747, havendo sido seis annos bispo de Angola, d'onde por nomeação de S. M. e bulla pontificia foi promovido para esta diocese*, composta pelo dr. Luiz Antonio Rousado da Cunha, juiz de fóra, etc.; 2.º *Em applauso do ex.mo e rev.mo sr. D. Frei Antonio do Desterro e Malheiros, dignissimo bispo d'esta cidade*, romance heroico em folio; 3.º *Collecção de onze epigrammas e um soneto*, aquelles em latim, e este em portuguez, sobre identico assumpto. Estas composições não têem grande valor, porém são muito apreciadas no Brasil, por serem os primeiros trabalhos typographicos feitos no Rio de Janeiro. Foi ainda durante o governo de Gomes Freire d'Andrade que se fundaram as duas academias, a dos *Felizes* e a dos *Selectos*. Auxiliava os que se dedicavam ao estudo, e entre muitos que mandou educar no seminario de S. José, nota-se José Basilio da Gama, que depois veiu concluir a sua educação á Europa, o qual, reconhecido á memoria de quem tanto o havia favorecido, escreveu mais tarde o poema *Uruguay*, cujo heroe era Gomes Freire de Andrade. Como militar tambem se distinguiu, fazendo a guerra do Rio Grande do Sul em 1750 contra os indios, deixando em menos de seis mezes derrotados os inimigos que os jesuitas dirigiam occultamente. Depois do Pacto de Familia, Portugal declarou guerra á Hespanha, de que resultou D. Pedro Cevallos tomar a cidade do Sacramento, que se entregou sem oppôr resistencia alguma; este facto causou tão poderosa impressão em Gomes Freire d'Andrade, que apenas recebeu a noticia em dezembro de 1762, adoeceu gravemente, vindo a fallecer logo em 1 de janeiro seguinte. No anno de 1758 fôra agraciado com o titulo de conde da Bobadella, por decreto de 8 de outubro e carta de 20 de dezembro. No seu testamento confirmou a instituição d'um morgado, que por escriptura de 13 de março de 1761, fizera a favor de seu irmão José Antonio Freire de Andrade, que lhe succedeu no titulo, em bens no valor de 88:066$400 réis, que deveria ser ainda augmentado depois do seu fal-

lecimento, pelo modo que determinara, e foi approvado e confirmado por provisão do desembargo do Paço, de 21 de julho de 1778. O brazão d'armas consta d'um escudo: em campo verde uma banda vermelha coticada de ouro, saindo das boccas de duas cabeças de serpe do mesmo metal, armadas de sanguinho; timbre, dois pescoços de serpes tambem de ouro, torcidos um contra o outro, voltados em fugida, armados de sanguinho. Por proposta do senado da camara do Rio de Janeiro, foi ordenado em aviso de 13 de agosto de 1760, que o retrato do conde de Bobadella fôsse collocado na sala do referido senado.

Bobadella *(Gomes Freire de Andrade, 3.° conde de)*. Moço Fidalgo e par do reino por carta regia de 30 de abril de 1826, de que não tomou posse: senhor, pelo seu casamento, das villas de Codecciro e de Carapito; alcaide-mór de Villar Maior e de Panoias; commendador, em verificação de segunda vida, da commenda de N. S.ª da Conceição de Villa Velha de Rodam, e commendador, pelo seu casamento, das de Santo Estevão de Pussos, na comarca de Ancião; de Santa Maria de Villar Torpim, na comarca de Figueira de Castello Rodrigo, todas na ordem de Christo, e da commenda de S. Romão de Panoias da ordem de S. Thiago da Espada; condecorado com a medalha por campanhas da guerra peninsular; capitão de cavallaria. N. a 27 de junho de 1774, fal. a 28 de setembro de 1831. Era filho do 2.° conde de Bobadella, José Antonio Freire de Andrade e de sua mulher, a condessa D. Antonia Xavier d'Almeida Bourbon; sobrinho do 1.° conde Gomes Freire d'Andrade. Succedeu na casa de seu pae a 22 de abril de 1784, e no titulo por carta de 25 de julho de 1785, verificação de vida na renovação concedida a seu pae em mais duas vidas, fóra da lei mental por decreto de 2 de maio e carta de 9 d'este mez, de 1763, no titulo de seu tio, o 1.° conde de Bobadella. Dedicando-se á vida militar, assentou praça em cavallaria, servindo durante a guerra de 1801 e depois na da peninsula, em que foi condecorado, conforme dissémos. Casou no dia 1 de junho de 1802 com D. Anna Joaquina Maria do Resgate Miranda Henriques, filha primogenita e herdeira do 1.° visconde de Souzel, Antonio José de Miranda Henriques da Silveira e Albuquerque Mexia Leitão de Pina e Mello, e de sua segunda mulher, D. Joanna Maria do Resgate de Saldanha. A condessa D. Anna Joaquina Maria do Resgate Miranda Henriques teve mercê, dispensada a lei mental, de uma vida em todos os bens da Corôa e Ordens, que seu pae, o visconde de Souzel, disfructava, em recompensa dos relevantes serviços militares que prestara na guerra do Roussillon, com especialidade nas acções das Tres Serras e de Puig-Cerda, como consta da carta de 27 de junho de 1796 e do decreto de 16 de setembro de 1825, sendo estes bens os que já citámos, havendo a accrescentar os da Capella da Corôa, situada em Valle de Preguiça, no termo da villa de Campo Maior.

Bobadella *(José Antonio Freire de Andrade, 2.° conde de)*. Moço fidalgo, commendador em duas vidas da commenda de N. S.ª da Conceição de Villa Velha de Rodam, na ordem de Christo, governador das armas das provincias da Beira e do Minho; tenente general, etc. N. em Extremoz a 22 de abril de 1708, fal. em egual dia do anno de 1784. Era filho de Bernardino Freire d'Andrade, moço fidalgo com exercicio no Paço. (V. *Andrade, Bernardino Freire de)*, e de sua mulher, D. Joanna Vicencia de Menezes. Succedeu na casa e em varias tenças e padrões, impostas em diversas casas fiscaes a seu irmão, o 1.° conde de Bobadella, a 1 de janeiro de 1763, e no titulo por nova mercê, em renovação do de seu irmão e em mais duas vidas, por decreto de 2 e carta de 9 de maio do referido anno. Foi governador e capitão-general interino do Rio de Janeiro e de Minas Geraes, com o posto de coronel, por carta de 25 de outubro de 1758. Prestou bons serviços no Estado do Brasil em 1751, e depois na guerra do Roussillon em 1762. Casou em 8 de setembro de 1761 com D. Antonia Xavier d'Almeida Bourbon, filha de D. Fernando de Almeida e Silva, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, commendador da commenda de Forno de Penêdo na villa de Setubal, na ordem de S. Thiago da Espada, brigadeiro, etc. e de sua mulher D. Izabel Thereza de Lencastre Sanches de Farinha.

Bobadella. Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. do Douro, conc. e com. d'Oliveira do Hospital, distr. e bisp. de Coimbra; 750 hab. e 187 fog. Tem Misericordia, escola do sexo masc. e caixa do correio com serviço de posta rural. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, d'onde se não avistam outras povoações, na margem direita do rio Alva e na esquerda do Mondego. Antigamente foi da camara de Linhares, e pertencente á casa do infantado, que apresentava o prior, o qual tinha de renda 300$000 réis. Foi concelho, tendo dois juizes ordinarios e camara. A terra é muito fertil e saudavel. Em tempos remotos, Bobadella foi cidade, ou pelo menos, população muito populosa, pelo que se vê nos seus arrabaldes, em que se encontram pedras lavradas, columnas e outros objectos antiquissimos, em grande quantidade. Dentro da villa ainda existia ha annos um arco de pedra lavrada de muita magnificencia e antiguidade, que indicava ser porta de muralha. Ignora-se que cidade seria, nem o nome porque fôsse conhecida. A egreja é de tres naves e muito antiga, assim como a capella do Santo Christo, que tem a parede feita de arcos, que estão agora todos tapados, excepto o que serve de porta. Fica perto do adro da matriz, adro muito extenso, cheio de sepulturas e de grande quantidade de pedras á maneira de marcos lavrados. Aos lados, cabeceiras e pés de todas ellas se vêem lavradas umas cruzes como as das commendas. Julga-se que nas proximidades houve uma grande batalha contra os romanos ou coutra os moiros, e que estas sepulturas pertencem aos cavalleiros lusitanos que morreram na peleja. As continuas guerras da edade-media destruiram tanto esta villa, que em 1750 contava sómente 78 habitantes. Bobadella, mesmo como villa portugueza, é muito antiga, pois D. Affonso III lhe deu foral, na Guarda, em 1256; D. Manuel lhe deu foral novo, em Lisboa, a 15 de outubro de 1513. Bobadella pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.° 23 com a séde em Coimbra. ‖ Pov. e freg. de S. Miguel, da provincia de Traz-os-Montes, conc. e com. de Boticas, distr. de Villa Real e arceb. de Braga; 744 hab. e 191 fog. A pov. dista 8 k. da séde do conc. Tem caixa de correio com serviço de posta rural. O reitor era apresentado pela mitra, e ti-

nha de rendimento 150$000 réis. Produz centeio, milho, vinho verde, fructas e boa castanha. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 19 com a séde em Chaves. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 307 hab. e 60 fog. Tem caixa do correio com serviço de posta rural. A pov. dista 17 k. da séde do conc. e está situada n'uma elevação, d'onde se avistam varias povoações. N'outro tempo foi da comarca da Torre de Moncorvo, e eram seus donatarios os condes de Athouguia. O parocho de Oucidres apresentava o cura, por estar Bobadella annexa a esta villa, o qual tinha de rendimento 50$000 réis. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 19, com a séde em Chaves. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João da Talha, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Bobal. Pov. na freg. de S. Salvador, de Bilhó, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real.

Bobau. Pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Bobeda *(Joaquim de Sousa Quevêdo Pizarro, 1.º visconde de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão a seus maiores, pelo alvará de 10 de dezembro de 1792; do conselho de D. Maria II, ministro da marinha em 1837, deputado nas legislaturas de 1834 e 1836 e no Congresso Constituinte de 1837; cavalleiro das ordens de S. Bento de Aviz e da antiga ordem da Torre e Espada; marechal de campo graduado, etc. N. em novembro de 1777, fal. a 23 d'abril de 1838. Era filho de José de Sousa Cardoso Pizarro, fidalgo cavalleiro da Casa Real, pelo seu casamento, alvará de 14 de maio de 1777; cavalleiro professo da ordem de Christo, capitão do regimento de cavallaria de Chaves, proprietario, que edificou a capella do Senhor do Bom Caminho na villa de Chaves; casado com D. Henriqueta Julianna Gabriella de Quevêdo Eça. Assentou praça na marinha, passando mais tarde ao exercito, servindo nas provincias do Maranhão e Montevideu. Depois de longos annos de serviço na America, regressou a Portugal, e sendo reformado deram-lhe o governo da praça de Chaves, cargo que exercia quando se deu a revolução do Porto em 16 de maio de 1828. Avisado por um dos seus irmãos mais velhos ácerca d'esse movimento liberal, procurou logo attrahir ao seu partido dois esquadrões de cavallaria, e atravessando com elles as provincias de Traz-os-Montes e do Minho, veiu apresentar-se á junta revolucionaria. Em seguida aos acontecimentos então produzidos, e dos quaes resultou ficarem abandonadas as tropas liberaes, assumiu o commando das forças, e com ellas emigrou para a Galliza, onde o esperavam novos dissabores, conseguindo, á custa de muitos sacrificios, tornar menos dura a sorte dos emigrados e arranjar recursos para poder transportar para Inglaterra os soldados portuguezes, abandonados pelos antigos chefes, e agora confiados á sua honra militar. Adquiridos esses recursos, chegou a Plymouth, d'onde depois seguiu aos Açôres, exercendo ali o cargo de ministro e secretario de estado na regencia, nas repartições da guerra, marinha e estrangeiros, desde julho de 1831 até março de 1832, anno em que D. Pedro IV chegou á ilha Terceira e assumiu o supremo commando. Veiu para o Porto com o imperador, e n'esta cidade se conservou durante o cêrco, sendo depois encarregado do governo da provincia de Traz-os-Montes. Foi promovido a marechal de campo graduado em 1837. D. Maria II agraciou-o com o titulo de visconde de Bobeda, por decreto de 28 de setembro de 1835 e carta de 9 de fevereiro de 1837.

Bobeda. Pov. na freg. de S. Pedro, de Agostem, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || Era o antigo nome da freg. de Abobada, orago S. Marcos. V. *Abobada.*

Bobeiro. Pov. da freg. de S. Salvador, de Fonte Arcada, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Bobezes. Pov. na freg. de Santa Margarida, de Povoa de Penella, conc. de Penedono, distr. de Vizeu.

Bôbo. Homem que na Edade-Media era adjuncto aos principes e nobres, para os fazer rir, pelos seus ditos graciosos, disparates e esgares. Usavam de certas liberdades de linguagem, ás vezes até bem picantes, mas a que ninguem ligava importancia. Com este titulo ha um romance historico de Alexandre Herculano, cuja acção se passa no começo da monarchia portugueza, na epoca em que se deu a lucta entre D. Affonso Henriques e sua mãe, D. Thereza.

Bôca. Pov. na freg. de Santa Leocadia, de Fradellos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Julião, de Lage, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Marinha, de Nevogilde, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Christovão, de Refojos de Riba d'Ave, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Pedro, de Adães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Thiago, de Antas, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. João, de Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Thiago, de Carreira, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Pedro, de Esqueiros, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Miguel, de Freixo de Cima, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Thiago, de Gavião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Pedro, de Gondalães, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Christina, de Longos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Maria, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Sobrosa, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Pedro, de Torrados, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Salvador, de Vairão, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Miguel, de Varziella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Miguel, de Villarinho, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto || Casal na freg. de Santa Maria, de Athães, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Casal na freg. de S. Pedro, de Cunha Alta, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de Santo Antão, do Tojal, conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Salvador, de Trancozellos, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu.

Bôca de Baixo e de Cima. Duas povoações

na freg. de S. Cosme de Gondomar, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Bôca das Canadas. Ilha do Pico; pov. na freg. de S. Sebastião, de Calheta de Nesquim, conc. de Lagens do Pico, distr. de Horta.

Bôca de Cassurrães *(Quinta da)*. Na freg. de S. Thiago de Cassurrães, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Bôca do Cuanza. Pov. na Africa Occidental, na prov. e bisp. de Angola, conc. de Zenza do Golungo, distr. e com. de Loanda, na margem direita do Cuanza, entre este rio e o lago Tôa.

Bôca do Forno. Logar na freg. de S. Martinho, de Penacova, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Bôca do Frade *(Horta da)*. Logar na freg. de S. João Baptista e conc. de Moura, distr. de Beja.

Bôca de Lagos *(Casal da)*. Na freg. de S. João Baptista, de Lagos da Beira, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Bôca da Lapa. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Vialonga, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Bôca da Matta. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena e conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Beberriqueira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Pov. na freg de N. S.ª d'Assumpção, de Collares, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Bôca da Mina *(Casa da)*. Na freg. de S. Salvador, de Ribas, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Bôca Negra. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Urgezes, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bôca de Sousa. Pov. na freg de S. João Baptista, de Foz de Sousa, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Bôca do Valle *(Casal da)*. Na freg. de S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Bôca da Villa. Logar na freg. de S. Bartholomeu e conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Bocado. Pov. na freg. de S. Pedro, de Folques, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || Logar na freg. de S. Salvador, de Magrellos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Bocage V. *Barbosa du Bocage.*

Bocal. Pov. na freg. de S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Thiago, de Carapeços, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Na freg. de Cabeça Santa, V. *Cimo de Villa.* || Aldeia da circumscripção militar de Queladém, na prov. de Satary, distr. de Gôa, na India.

Bocal de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santo Estevão das Galés, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Bocarra. Logar na freg. de S. Nicolau, conc. e distr. de Santarem.

Bocarro. Antiga familia portugueza, descendente de Nuno Rodrigues Bocarro, que se estabeleceu na cidade de Beja. Tem por armas o escudo cortado em faxa: na de cima uma estrella de ouro em campo vermelho com oito raios em chefe entre as cabeças de uma aguia de prata, e com as cabeças coroadas de uma corôa de ouro. Na debaixo em campo azul cinco cabeças de reis moiros, com barbas e corôas de ouro, cortadas em sangue e postas em tres palas, e na pala do meio em logar de cabeça um crescente de prata com as pontas voltadas para a esquerda do escudo; por timbre a estrella do escudo.

Bocarro *(Antonio)*. Guarda-mór do Archivo Real de Gôa, cosmographo e chronista geral da India, para que foi nomeado em 1631, conjunctamente com o cargo de guarda-mór do Archivo. Ignora-se a data do nascimento e a do fallecimento, mas sabe-se que vivia ainda em 1635. Foi successor do chronista Diogo de Couto, não só na investigação e exame, mas no estylo em que escreveu e continuou a historia da India, em 2 tomos, que intitulou *Decadas*. A 1.ª decada começava pelo governo de D. Jeronymo de Azevedo; a 2.ª continuava este governo até á morte de D. Jeronymo, e tratava da chegada do vice-rei conde de Redondo, D. Francisco Coutinho, no fim do anno de 1617. Ambas estas decadas se conservavam em manuscripto n'um volume na livraria do conde de Vimieiro. A Academia Real das Sciencias, em 1876, emprehendeu a publicação em 2 tomos da 1.ª *Decada*, com o titulo de: *Decada dos feitos dos Portuguezes nos mares e terras do Oriente*, contendo successos do anno de 1613. Esta edição foi feita sobre tres manuscriptos: o 1.º adquirido por compra da Academia, o segundo offerecido pelo socio Pereira Caldas, e o 3.º pertencente á Bibliotheca Nacional de Lisboa. Das suas obras nenhuma se publicou durante a sua vida. São as seguintes: *Da reforma do estado da India*, cujo manuscripto estava em poder do chantre da Sé de Evora, Manuel Severim de Faria; *Livro dos feitos de Gonçalo Pereira*, manuscripto na livraria do conde de Vimieiro; *Livro das plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da India Oriental com as descripções da altura em que estão, e de tudo que ha n'ellas, Artilharia, Presidio, gente de Armas e Vassallos, rendimento e despeza, fundos e baxos das Barras, Reys da terra dentro, o poder que tem, e a paz, e guerra, que guardão, e tudo que está debaixo da Corôa de Espanha.* Obra dedicada a Filippe IV de Hespanha e III de Portugal. Este livro era em grande formato e com as plantas de 52 fortalezas, illuminadas, porém só a parte descriptiva é que pertence a Bocarro, as plantas foi Barreto de Rezende quem lh'as forneceu. O autor remetteu 2 exemplares em manuscripto a Filippe IV, um d'elles dizem existir na Bibliotheca real de Madrid, e o outro, que esteve em poder do duque de Cadaval, parece que se conserva actualmente na Bibliotheca de Evora. Na Torre do Tombo, segundo consta, existe uma copia de parte d'este manuscripto.

Bôcas. Pov. na freg. de S. Martinho, de Argoncilhe, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Esporões, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Campo, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Canellas, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Pedro, de Lomba, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Margaride, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de S Vicente, de Oleiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Pedro da Cova, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Martinho, de Rio de Moinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto || Quinta na freg. de N. S.ª da

Conceição, de Baraçal, conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda.

Bocequinhos *(Casal de).* Na freg. de S. Martinho, de Avessadas, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Bócha *(Quinta da).* Na freg. de S. Pedro, de Sandomil, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Bochecha *(Monte da).* Na freg. de Santa Margarida do Sadão, conc. de Ferreira do Alemtejo, distr. de Beja.

Bochinhas *(Quinta das).* Na freg. de Santa Cecilia, de Abrunhosa Velha, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Bochinos. Pov. na freg. de S. Jeronymo, de Bogas de Cima, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco.

Bocicaras de Baixo e de Cima. Dois logares na freg. de S. Paulo, de Pavia, conc. de Móra, distr. de Evora.

Bòco. Pov. na freg. de S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Fregim, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Lourosa, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Sapataria, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Sezures, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Sousa, ou Sôza, conc. de Vagos, distr. de Aveiro. || Pov. na freg de S. Salvador, de Tagilde, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de N. S.ª dos Milagres, de Vieira, conc. e distr. de Leiria. || Logar na freg. de S. Bartholomeu e conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Thiago, de Atheães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Maria, de Covas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Miguel, de Cunha, conc. e distr. de Braga. | Logar na freg. de S. João Baptista, de Gatão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Gondar, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Marinha, de Paradella, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Comba, de Regilde, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santo André, de Telões, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Casal na freg. de S. Bartholomeu, de Aldeia das Dez, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de S. Pedro, da Cunha Alta, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de Santa Maria e conc. de Trancoso, distr. da Guarda. || Pequeno Monte na freg. de Santa Cruz, de Trapa, do antigo concelho de Lafões, pertencente hoje ao de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. Fica ao longo do Rio Baroso. Em 1745, segundo consta, encontraram-se n'este monte muitos pedaços de lanças e outras armas de ferro e de bronze, e tambem algum ouro, o que faz acreditar que se deu n'este logar alguma batalha em tempos muito remotos.

Bóco de Freitas. V. *Freitas.*

Bocos. Logar na freg. de S. Claudio, de Barco, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Christovão, de Nogueira do Cravo, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Pedro Fins, de Tamel, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Bocuto. Cidade do sertão da Africa Occidental, na provincia de Moçambique. Os portuguezes tiveram uma feitoria n'este logar, que pertenceu primitivamente ao reino de Monomotapa, e os religiosos dominicanos levantaram n'elle uma egreja.

Bodanaes *(Monte dos).* Na freg. de N. S.ª da Graça, de Assumar, conc. de Monforte, distr. de Portalegre.

Bodaneira. Logar na freg. de S. Thiago, de Urra, conc. e distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª dos Martyres, conc. do Crato, distr. de Portalegre.

Bode *(Herdade do monte do).* Na freg. de Santa Maria e conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Bodega. Logar na freg. de Santa Maria e conc. de Tavira, distr. de Faro.

Bodegão. Logar na freg. de S. Vicente, de Paio Mendes, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Casal na freg. de N. S.ª da Graça, de Aguas Bellas, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Bodeira *(Quinta da).* Na freg. de S. Miguel e conc. de Fornos d'Algodres, distr. da Guarda.

Bodelhão. Pov. e freg. de S. Francisco, reunida á de S. Sebastião da Barroca, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda. O cura era apresentado pelo ordinario, e tinha de rendimento 50$000 réis. Esta antiga freguezia, annexa para todos os effeitos á de Barroca, foi desannexada por decreto de 7 de setembro de 1895, e tornada independente para effeitos civis por decreto de 19 de julho de 1901. No entretanto, o decreto de 24 de dezembro do mesmo anno, emanado do ministerio da guerra, ainda a considera annexa. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 21, com a séde em Castello Branco (V. *Barroca).* || Logar na freg. de S. Julião, de Moreira do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santa Maria, de Sá, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Bodello *(Casal do).* Na freg. de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra.

Bodellos. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Oldrões, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Bodial. Herdade na freg. de N. S.ª d'Apresentação, de Lavre, conc. de Montemór-o-Novo distr. de Evora. || Logar na freg. de Santo Adrião, de Sul, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Gouvães do Douro, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real.

Bodial de Baixo, do Meio e do Outeiro. Tres herdades na freg. de Sant'Anna do Campo, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Bodiosa. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Alta, conc., com., distr. e bisp. de Vizeu; 2.085 hab. e 494 fog. Tem escola do sexo masc. e est. postal, permutando malas com Vizeu. A pov. dista 15 k. da séde do conc. Pertencia ao conc. de Vouzella, mas passou para o de Vizeu em 1870. O abbade era apresentado pelo real padroado, e tinha de renda 500$000 réis. A terra é fertil. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 14 com a séde em Santa Comba Dão.

Bodo. Pov. na freg. de S. Miguel, de Beire, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Pov. na freg.

de S. Thiago, de Rio Meão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S. Mamede, de Serzedo, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Sobrosa, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Casal na freg. de S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Bodobar. Ponta ou cabo da Africa Occidental, situada na margem esquerda do rio Casamansa, no districto de Guiné, provincia de Cabo Verde.

Bodoeira *(Herdade da).* Na freg. de S. Braz do Regedouro, conc. e distr. de Evora.

Bodoque. Antiga bala de ferro, que se atirava com a bésta.

Bodoral ou Bodoval. Pov. na freg. de S. Salvador, de Valdreu, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Boedos. Logar na freg. de Santa Marinha, de Verdoejo, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Boeira. Logar na freg. de Santa Eulalia, de Barrosas, conc. da Lonzada, distr. do Porto. || Casa na freg. de S. Salvador, de Ribas, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Monte na freg. de Santa Maria e conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Boeiras *(Horta das).* Na freg. de Santo Agostinho e conc. de Moura, distr. de Beja.

Boeirinha *(Monte da).* Na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Boeirinhas *(Horta das).* Na freg. de Santo Agostinho e conc. de Moura, distr. de Beja.

Boeiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Febres, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || Logar na freg. de Santa Marinha, de Nevogilde, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Salvador, de Sabbadim, conc. de Arcos de-Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santa Maria Magdalena e conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Casal na freg. de S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Boeiro de Baixo e de Cima. Dois logares na freg. de N. S.ª da Consolação do Castello e conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa.

Boeiros. Logar na freg. de S. Pedro, de Britello, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Boelhe e Passinhos. Duas antigas povoações e freguezias da prov. do Douro, annexadas para todos os effeitos, formando uma só freguezia com esta denominação. Pertencem ao conc. e com. de Penafiel, distr., bisp. e relação do Porto; 821 hab. e 180 fog. Boelhe, cujo orago é S. Gens, está situada na costa d'um grande monte, d'onde se avistam muitas povoações, na margem direita do rio Tamega, a SSE da séde do conc., da qual dista 12 k.; Passinhos, que tem por orago S. Miguel, fica proximo, tambem na margem direita do rio, porém mais distante da séde do conc. e mais ao S, a 16 k. Boelhe era da corôa, e é terra muito fertil. O bispo do Porto e os frades cruzios de Villa-Boa do Bispo apresentavam alternadamente o abbade de Boelhe, tendo de renda 300$000 réis; o cura de Passinhos apresentava o o reitor de Rio de Moinhos, e tinha de rendimento 20$000 réis e o pé d'altar. A povoação Boelhe e Passinhos tem est. post. com serviço de encommendas, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 20 com a séde em Amarante. N'alguns documentos apparece escripto *Passarinhos* em vez de *Passinhos*.

Bofarcira. Logar na freg. de Santo Estevão, de Barrosas, conc. da Louzada, distr. do Porto.

Bofinha *(Casal da).* Na freg. de Santa Maria, de Achete, conc. e distr. de Santarem.

Bofinho. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pelmá, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Bofinhos. Logar na freg. de S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Bofoaria. Pov. na freg. de Sant'Anna, de Carnota, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Boga. Pov. na freg. de Sant'Anna da Serra, conc. de Ourique, distr. de Beja.

Bogadella. Pov. na freg. de S. Salvador, de Barbeita, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Bogalhal ou **Bugalhal.** Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Pinhel, distr. e bisp. da Guarda; 238 hab. e 65 fog. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está collocada entre os dois rios: *Pêga*, que corre de S para E, até morrer no Côa, e *Rio Porco*, que corre de S para N. A esta freg. esteve annexada por muitos annos a de Valbom, mas agora está independente. Bogalhal era da corôa, o vigario de apresentação régia, e tinha de renda 40$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil e produz grande abundancia de azeite. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 12 com a séde em Trancoso. || Pov. na freg. de Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || Logar na freg. de S. Thiago de Bésteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Bogalho ou Bugalho. Herdade na freg. de N. S.ª da Orada e conc. de Aviz, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de S. Braz dos Mattos, conc. de Alandroal, distr. de Evora. || Quinta na freg. de S. Miguel e conc de Fornos d'Algodres. distr. da Guarda. || Quinta na freg. de N. S.ª de Assumpção, de Linhares, conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda. || Quinta na freg. de S. Salvador, de Travanca de Tavares, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Bogalhos ou Bugalhos. Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Torres Novas, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 892 hab. e 157 fog. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, d'onde só se vê a freg. Até 1759 foi dos duques d'Aveiro, e desde então, até 1834, pertenceu á corôa. O vigario era apresentado pelo povo, mas collado pelo ordinario; tinha de rendimento 6$000 réis de congrua, 60 alqueires de trigo, 1 pipa de vinho e o pé d'altar. Não é muito fertil em cereaes e fructas, mas é abundante de azeite. Tem muitos mattos, onde se cria algum gado, e apparece muita caça. Bogalhos pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 16 com a séde em Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª das Virtudes, de Ventosa, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de S. Pedro, de Sobral da Adiça, conc. de Moura, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Braz, conc. de Serpa, distr. de Beja. || Quinta na freg. de N. S.ª da Pie

dade, de Vidaes, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Bogarréos ou **Bogorréos.** Pov. na freg. de Santa Quiteria, de Méca, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Bogas *(Casal de).* Na freg de S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem. || Ribeira no distr. de Castello Branco; nasce na freg. de Bogas de Cima, conc. do Fundão, e entra no rio Zezere, de que é affluente, com um curso de 15 kilometros.

Bogas de Baixo. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. do Fundão, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 554 hab. e 108 fog. Tem caixa post. A pov. dista 20 k. da séde do conc. e está situada n'um valle bastante fertil. Era da corôa. O vigario de Janeiro de Baixo apresentava o cura, que tinha o rendimento de 10$000 réis em dinheiro, alguns generos e vinho. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 21, com a séde em Castello Branco. E' d'esta freg. o logar de Urgueira, comprehendido na area da freg. de Janeiro de Baixo, conc. de Arganil.

Bogas de Cima. Pov. e freg. de S. Jeronymo, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. do Fundão, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 729 hab. e 120 fog. Tem caixa post. A pov. dista 20 k. da séde do conc. e está situada no mesmo valle onde está a freg. de Bogas de Baixo, sendo tambem muito fertil. Era da corôa. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Bogas do Meio. Pov. na freg. de Bogas de Cima, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco.

Bogim. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Cerdal, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Salvador, de Sabbadim, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Salvador, de Unhão, conc. de Felgueiras, districto do Porto.

Bogueira. Logar na freguezia de S. Paio, de Farinha Pôdre, conc. de Penacova, districto de Coimbra.

Boi. Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Mosteirinho, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de N. S.ª do Pé da Cruz, de Santa Cruz, conc. de Almodovar, distr. de Beja. || Casal na freg. do Espirito Santo, de Monte Redondo, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro. || Monte na freg. de S. Marcos do Campo, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora.

Boi d'Agua. Pov. na freg. de S. Lourenço, conc. e distr. de Portalegre.

Boi Morto. Pov. na freg. de S. Mamede, de Manhuncellos, conc. de Marco de Canavezes, districto do Porto. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Oriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Maria, de Freixo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Boi Vivo. Pov. na freg. de Santa Maria, de Covas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Vade, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Boia. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Gondoriz, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Casal na freg. de S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Boiaca *(Casal da).* Na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Matacães, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Boial Ponta ou cabo, situado na costa N da ilha da Boa Vista, uma das do grupo de barlavento da provincia e archipelago de Cabo Verde, no Africa Occidental.

Boialvo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Avellãs de Cima, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S João Baptista, de Silva Escura, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. Quinta na freg. de S. Bartholomeu, de Castanheira, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de Santa Maria, de Lalim, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de Santa Maria e conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Boião. Pov. na freg. de S. Marcos da Serra, conc. de Silves, distr. de Faro.

Boibau. Reino no interior da ilha de Timor, na Oceania. Pertence á prov. dos Bellos e acha-se incorporado no distr. e commando militar de Maubara. Este reino desde muito tempo que não obedece á soberania portugueza, não pagando a respectiva finta, nem fornecendo auxiliares para as obras publicas. Tem a população de 900 fog. e 6000 almas. || Ribeira que atravessa o reino do mesmo nome, na ilha de Timor, fertilizando as terras marginaes, e vae desaguar na ribeira de Lois, uma das mais importantes da ilha.

Boição. Casal e quinta na freg. de N. S.ª da Purificação, de Bucellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Boiças *(Quinta das).* Na freg. de Unhos, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Boidó. Logar na freg. de S. Pedro, de Varzea dos Cavalleiros, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Boidobra. Pov. e freg. de Santo André, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Covilhã, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 1:029 hab. e 182 fog. Tem caixa do correio com serviço de posta rural. A pov. dista 3 k. da séde do conc. O cura era apresentado pela abbadessa do convento de Lorvão, e tinha de rendimento 20$000 réis e o pé d'altar. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Boieira. Pov. na freg. de S. Miguel, de Juncal, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || Casal na freg. de N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de S. Sebastião, de Budens, conc. de Villa do Bispo, distr. de Faro. || Monte na freg. de S. Pedro, de Terena, conc. de Alandroal, distr. de Evora.

Boieiras. Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

Boieiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Miguel, de Juncal, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Boieiros. Pov. na freg. de S. Mamede, de Matta Moirisca, conc. de Pombal, distr. de Leiria. ||

Casal na freg. de N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa.

Boila. Pov. e commando militar no distr. de Angoche, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Em maio de 1903, sendo bombardeada a pov. de Larda, foi occupada aquella, inaugurando-se o posto militar no dia 7 de junho seguinte.

Boim. Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. do Douro, conc. e com. da Louzada, distr. e bisp. do Porto; 346 hab. e 102 fog. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada em campina raza, fria, mas saudavel. E' da casa de Bragança, e tinha todos os privilegios dos seus caseiros. Os frades do convento de Santo Thyrso de Riba d'Ave apresentavam o cura, que tinha de rendimento 200$000 réis. Havia dois beneficiados. A N da freg. passa o rio Sousa. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 20 com a séde em Amarante.

Boimo. Pov. na freg. de S. Martinho, de Cabana Maior, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianua do Castello.

Boina. Logar na freg. de N. S. da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || Ribeira a NO de V. N. de Portimão, no Algarve.

Boinha *(Quinta da)*. Na freg. de S. Pelagio, de S. Paio do Codeço, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Boinhas *(Monte das)*. Na freg. de S. Lourenço, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre.

Boino *(Francisco Eduardo de Santa Gertrudes)*. Orador sagrado, natural de Setubal, onde foi prior das freguezias de Santa Maria e de S. Julião. Fez os seus primeiros estudos no convento de Mafra, sob a direcção de Fr. Severino de Santo Antonio, seu conterraneo. Nada deixou escripto, embora os seus sermões fôssem dignos de apreço. Era homem alto e de boa presença, e orador de dicção clara e elegante. Professara na ordem dos arrabidos, mas depois, deixando a vida monastica, tomou o grau da ordem de S. Thiago, no convento de Palmella. Seguidamente foi parocho das freguezias indicadas, fallecendo na mesma cidade de Setubal, em avançada edade, a 13 de outubro de 1859, na casa em que residia com seu irmão, padre João Maria Boino, parocho da freguezia de N.ª S.ª da Annunciada, tambem de Setubal.

Boino. Casal na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de S. Pedro, de Corval, conc. de Reguengos de Mousaraz, distr. de Evora.

Boinos *(Horta dos)*. Na freg. de Santo Antonio, de Arcos, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Bointe. Logar na freg. de S. Miguel, de Bairros, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Boire. Pov. na freg. de S. Martinho, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Boirois. Pov. na freg. de S. Sebastião dos Carros, conc. de Mertola, distr. de Beja.

Bois *(Monte de)*. Na freg. de Santo André, de Cella, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Boivães. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 461 hab. e 127 fog. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada sobre altos montes, d'onde se vê a Barca, Arcos, Ponte de Lima, Vianna e o mar. E' terra muito fertil. O papa e o arcebispo de Braga apresentavam alternadamente o abbade, por concurso, que tinha 360$000 réis de renda. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Boivão. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Valença, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 483 hab. e 170 fog. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Minho, em montes e valles. E' terra fertil. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3 com a séde em Vianna do Castello.

Boizão. Monte na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alcaria Ruiva, conc. de Mertola, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª do Pé da Cruz, de Santa Cruz, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Boizões *(Monte dos)*. Na freg. de S. Sebastião dos Carros, conc. de Mertola, distr. de Beja.

Bojador. Cabo na costa occidental da Africa, no Oceano Atlantico. A parte mais elevada está a 23 metros acima do mar. Até 1434 foi este cabo o limite da terra conhecida na costa occidental do continente africano e os navegantes não ousavam ir além. N'esse anno foi dobrado pela primeira vez por Gil Eannes, por ordem do infante D. Henrique. Já no anno anterior aquelle navegador tinha partido no intento de realisar este empenho, mas não passou além das Canarias, e foi a instancias do infante que commetteu de novo e conseguiu concluir esta arrojada empresa. O nome de Bojador foi-lhe dado logo pelos primeiros descobridores em vista do muito que boja por oeste. O cabo ficou então como um limite geographico e assim apparece em varios documentos. Por sua carta de 22 de outubro de 1443, determinou D. Affonso V que se não fôsse ás terras além do Bojador sem licença do infante D. Henrique, sob pena de perdimento dos navios e mercadorias que d'ellas trouxessem. Por outra carta de 25 de fevereiro de 1449 fez o mesmo soberano doação, a favor do referido infante, dos direitos das mercadorias das terras desde o cabo de Cantim até ao cabo Bojador, que viessem ao reino. Em 7 de junho de 1494 celebrou-se o tratado entre D. Fernando e D. Izabel, reis de Castella, e el-rei D. João II sobre as pescarias desde o cabo Bojador até ao Rio do Ouro.

Bòla. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. João Evangelista, de Nespereira, conc. da Louzada, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Julião, de Silva, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Fazenda na freg. de S. Matheus, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Bolada. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Rego, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Mamede, de Caniçada, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Bolama. A ilha mais importante do archipelago de Bijagoz, na Guiné, Africa Occidental. Mede 15 k. de comprimento E O por 6 k. de largura N Sul. Está situada na embocadura e na margem direita do Rio Grande de Bolola, tão perto da terra firme que fórma com a ponta do N e a ilha das Gallinhas o canal que dá entrada para aquelle rio. O aspecto da ilha é muito agradavel e risonho, e torna-a ainda mais pittoresca

a vigorosa vegetação que a reveste. Tem grande abundancia de aguas potaveis e matas de excellentes arvores, predominando a ameixieira excellente para construcções navaes. A ilha de Bolama é séde de concelho, sendo habitada por gentios de diversas tribus, papeis, buramos, manjacos, mandingas e outros, que cultivam na ilha o mendobi ou ginguba. A villa de Bolama está situada a E da ilha, sendo a capital do respectivo districto da Guiné. A ilha foi descoberta no seculo XV pelos portuguezes, que apenas se estabeleceram na Guiné, logo a consideraram como possessão nacional, indo fazer córtes das madeiras em que abundava. D'ella tomaram todavia posse solemne em 10 de abril de 1753, no intuito de evitar contestações, que infelizmente não deixaram de se suscitar com a Inglaterra. Foi em 1827 a primeira questão sobre a soberania da ilha, e muitas outras se lhe succederam, mais ou menos violentas, até que, sendo o assumpto submettido á arbitragem do presidente dos Estados Unidos da America do Norte, Ulysses J. Grant, foi decidido a favor de Portugal por sentença de 21 de abril de 1870. Em 1 de outubro do mesmo anno foi a ilha de Bolama rehavida do poder dos inglezes. Além do *Boletim official do governo da Guiné Portugueza*, publicou-se em Bolama o jornal *Fraternidade (A)*, 1883.

Bolardeiro e Bolardo. Duas quintas na freg. de N. S.ª d'Annunciação e conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa.

Bolavary. Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freg. de Santo André de Brancavará, do conc. de Diu, na India.

Bolbes. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Nogueira e S. Claudio, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Bolbuganito e Bolbugão. Dois logares na freg. de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Boldrarias. Pov. na freg. de S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Boldrié. Correia que se traz a tiracollo e a que se prende a espada ou outra arma, ou que serve para descanço da haste da bandeira ou estandarte. || *Boldrié de cinto;* cinturão.

Boleca ou Boleco. Pov. na freg. de S. Miguel, de Bustello, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Boleco *(Casal do).* Na freg. do Espirito Santo, de Otta, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Bolegão. Logar na freg. de S. Salvador, de Aramenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Bolegueira. Pov. na freg. de S. Pedro, de Dois Portos, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Boleiros. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Fatima, conc. de V. N. de Ourem, districto de Santarem.

Bolellas. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de N. S.ª dos Martyres e conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Bolembra ou Bolembre. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Bolendo. Logar na freg. de Santa Maria, de Paços, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Boléo. Logar na freg. de S. João Baptista e conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Boleta. Pov. na freg. de Santa Suzana, de Carapinheira, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || Logar na freg. de S. Pedro, conc. e distr. de Faro.

Boletim. Escripto breve, pelo qual se dá conta do estado de qualquer assumpto que interessa o publico; artigo inserto n'um jornal politico, onde se resumem as noticias do dia; breve noticia d'uma batalha, d'uma operação militar; publicação juridica de documentos officiaes, leis, relatorios, etc. || Com o titulo de *Boletim* tem havido numerosas publicações, d'entre as quaes temos nota das seguintes: *Boletim e Annaes do conselho ultramarino;* publicação official, mandada fazer pelo mesmo conselho. E' dividido em quatro partes distinctas e destinadas a formar volumes separados: comprehendendo sob a denominação de *Boletim* as partes 1.ª e 2.ª, nas quaes se transcreve integralmente a legislação novissima e a legislação antiga relativas ao ultramar; e sob o titulo de *Annaes* as partes 3.ª e 4.ª, constando aquella das disposições governativas e de expediente respectivas ao movimento do serviço do conselho, e a ultima de memorias topographicas, economicas, e historicas relativas ás possessões ultramarinas, e outros trabalhos similhantes, que por seu interesse especial são proprios para ficarem archivados n'esta obra. A publicação começou em 1854, e alguns numeros são acompanhados de plantas, mappas geographicos, etc. || *Boletim bibliographico;* publicação feita no Porto, pela antiga casa editora da Viuva Moré. Sahiram dois volumes completos, com 12 numeros cada um, tendo o 1.º a data de 1862; o 3.º volume só tem 7 numeros e do 4.º em 1865, sahiram apenas 4 numeros. || *Boletim de bibliographia portugueza e revista dos archivos nacionaes*, Lisboa 1880. || *Boletim Commercial*, publicado pela direcção geral dos negocios commerciaes e consulares do ministerio dos Negocios Estrangeiros. Sahiu o 1.º numero em abril de 1898, em execução do decreto com força de lei de 31 de dezembro de 1897; sendo a publicação regulada pela portaria de 7 de março de 1898. || *Boletim da Commissão Central promotora do commercio de vinhos e azeites*, Lisboa, 1894-1895. || *Boletim do Consultorio especial de homœopathia pura.* || *Boletim Democratico Sanitario.* || *Boletim da Direcção Geral de Agricultura*, Lisboa, 1889. || *Boletim da Direcção Geral de Instrucção Publica*, coordenado pelo respectivo director geral, conselheiro Abel de Andrade; Lisboa 1902. || *Boletim Geral do Consultorio oculista de Lourenço da Fonseca.* || *Boletim geral de instrucção publica.* Publicação hebdomadaria, emprehendida em 1861, pelo visconde de Ribamar. Frederico Talone, que foi o seu fundador e principal redactor, tendo por collaboradores José Maria de Andrade Ferreira, Antonio Maria Baptista, Antonio Justino Simões de Cabedo, etc. Era uma publicação muito util ao magisterio, pois que não só colligia varias leis, consultas, regulamentos sobre instrucção publica, mas advogava os interesses do professorado. Sahiram 4 volumes de 1861 a 1864. || *Boletim do Governo Ecclesiastico da diocese dos Açôres*, Angra, 1872. || *Boletim do governo do estado da India* e *Boletim do governo de Gôa*, começado em 12 de janeiro de 1846. Publicações officiaes muito curiosas, pois que além da parte propriamente official, comprehendem varias noticias historicas,

artigos, etc. || *Boletim hebdomadario e estatistica demographico-medica.* || *Boletim da Inspecção Geral dos Impostos.* || *Boletim do Instituto Portuense de Estudos e Conferencias*, Porto, 1897. || *Boletim Judicial da comarca de Angra*, 1887. || *Boletim da Junta Geral do districto de Angra*, 1882. || *Boletim da Liga Naval*, Lisboa, 1901. || *Boletim da Liga Regional dos Lavradores do Baixo Alemtejo*; Beja, 1888. || *Boletim de Medicina Homœopathica.* || *Boletim mensal de estatistica sanitaria.* || *Boletim militar do Ultramar.* || *Boletim do ministerio das obras publicas, commercio e industria.* Esta publicação official começou em 1853, sendo dirigida por Luiz Augusto Rebello da Silva. Ao principio apenas continha a parte official, que dizia respeito áquelle ministerio desde a sua creação e organisação, mas depois tomou maior desenvolvimento publicando curiosas noticias, memorias, projectos, etc. ácerca da mesma especialidade, tornando a publicação de maior utilidade. || *Boletim do observatorio meteorologico do Infante D. Luiz*, publicação em lithographia e reproduzido diariamente no *Diario do Governo.* || *Boletim Official da administração das alfandegas e contribuições indirectas.* || *Boletim Official do districto de Angra*, 1859. || *Boletim Official do governo da Guiné Portugueza*, Bolama; 1888. || *Boletim Official de instrucção publica.* Sahiram 12 numeros correspondentes ao anno de 1861. Cada numero dividia-se em duas secções: 1.ª Legislação nacional e documentos correlativos; 2.: Legislação estrangeira. || *Boletim parlamentar do districto de Bragança — Redactor Trindade Coelho*, Lisboa, 1901. || *Boletim da Provincia de Macau e Timor*, 1885. || *Boletim da Real Sociedade Nacional de Horticultura de Portugal*, revista mensal, destinada a registar o movimento da Sociedade e a fomentar o desenvolvimento da horticultura, floricultura e fructicultura portuguezas, 1.º anno, 1899. || *Boletim de saude e hygiene da cidade de Lisboa.* || *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, Lisboa, 1877; n'esta publicação se encontram muitos e variados trabalhos scientificos e litterarios que lhe dão notavel importancia. || *Boletim do Telegrapho Principal*, contendo o movimento das barras, publicado quotidianamente no *Diario do Governo.*

Boletinha *(Herdade da).* Na freg. de Santo Amador, conc. de Moura, distr. de Beja.

Boleto. Ordem militar escripta para que alguem dê alojamento a um ou mais militares.

Boleto *(Horta do).* Na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Bolfenes. Pov. na freg. de S. Martinho, de Chambes, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Bolfeta. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Palmaz, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Bolfiar. Pov. na freg. de Santa Eulalia e conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Bolhão *(Antonio Alves de Sousa Guimarães, 1.º barão e 1.º conde de).* Fidalgo da Casa Real, alvará de 18 de janeiro de 1849; commendador das ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição; commendador de numero extraordinario da ordem de Carlos III de Hespanha, da de S. Mauricio e S. Lazaro da Sardenha, capitão do batalhão nacional de caçadores do Porto; abastado proprietario e negociante de grosso trato da praça do commercio do Porto. N. a 21 de fevereiro de 1814 e é já hoje fallecido. Era filho de João Antonio de Sousa Guimarães, proprietario e negociante de grosso trato da praça do commercio do Porto, e de sua mulher, D. Maria do Carmo dos Santos Alves, filha de Antonio José dos Santos Alves, capitão de ordenanças, e proprietario. Casou a 14 de setembro de 1835 com D. Francisca Fausta do Valle Pereira Cabral, filha de Constantino Antonio Alves do Valle, abastado proprietario e negociante de grosso trato da praça do commercio do Porto, que serviu por largos annos de thesoureiro das sizas, do real d'agua, do cofre das obras publicas, dos bens do concelho do Porto, e do rendimento da antiga ponte das barcas do rio Douro, casado com D. Francisca Thomazia do Sacramento Pereira Cabral. Fallecendo D. Francisca Fausta do Valle a 18 de março de 1881, o conde de Bolhão passou a segundas nupcias a 12 de junho de 1882, com D. Gertrudes Fernandes Alves, filha de Bernardo Luiz Fernandes Alves, escrivão aposentado da Mesa Grande da Alfandega do Porto. O conde de Bolhão recebeu em sua casa a rainha D. Maria II com a comitiva real, na viagem que aquella soberana fez ás provincias do norte do paiz, em 1852. Foi agraciado com o titulo de barão, por decreto de 14 de agosto de 1851, e com o de conde, por decreto de 9 de maio de 1855. O brazão foi-lhe concedido por alvará de 23 de setembro de 1868, e consta do seguinte: escudo partido em pala; na primeira as armas dos Guimarães, escudo partido em tres palas, a primeira e ultima fretadas de coticas pretas em campo de prata; e na do meio, em vermelho, um leão de prata com uma espada na garra direita, ensanguentada, copos de ouro e a folha de prata, a qual cae na primeira pala, e a cauda do leão na ultima; na segunda as armas dos Sousas do Prado, escudo esquartelado; no primeiro quartel as quinas do reino, sem a orla dos castellos; e no segundo quartel, em campo de prata um leão sanguinho.

Bolhão. Pov. na freg. de S. Thiago, de Infesta, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello || Quinta na freg. de S. Vicente e conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Bolhas *(Herdade das).* Na freg. de N. S.ª do Rosario, conc. de Alandroal, distr. de Evora.

Bolho. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Douro, conc. e com. de Cantanhede. distr. e bisp. de Coimbra; 889 hab. e 239 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie fertil. Eram seus donatarios os condes de Pombeiro, depois marquezes de Bellas, que apresentavam o prior, o qual tinha 250$000 réis de rendimento. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 7 com a séde em Leiria.

Bolhos. Pov. na freg. de S. Leonardo, de Athouguia da Baleia, conc. de Peniche, distr. de Leiria.

Bolhoso. Logar na freg. de S. Martinho, de Ferreiros, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga || Logar na freg. de S. João Baptista, de Ribeira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Bolhoso de Cima. Logar na freg. de S. Martinho, de Ferreiros, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Bolhozes *(Quinta dos).* Na freg. de S. Marti-

nho, de Pecegueiro, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Boliqueime. Pov. e freg. de S. Sebsstião, da prov. do Algarve, conc. e com. de Loulé, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 4:981 hab. e 921 fog. Tem est. post. permutando malas com Faro e Lagos, e est. do caminho de ferro, entre Albufeira e Loulé. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada n'um alto, tendo um lindo panorama, descobrindo se Faro, Loulé, Messines, muitas outras povoações e grande extensão de mar. Foi do conc. de Albufeira até 17 de abril de 1838, em que passou para o de Loulé, voltando para o de Albufeira em 30 de julho de 1839, sendo actualmente do de Loulé. Os bispos do Algarve eram seus donatarios. A matriz é um bom templo de tres naves, construido no seculo XVIII. Esta freg. é das maiores e das mais ricas do Algarve. A terra é muito abundante de cereaes, vinho, figo, azeite, amendoas e alfarrobas. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 4, com a séde em Faro. || Pov. na ilha da Madeira, na freg. de Santo Antonio, conc. e distr. do Funchal.

Bollelas. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Bollinhos. Casal na freg. de S. Lourenço, de Villa Nogueira de Azeitão, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Bolo. Pov. na freg. de S. Domingos, de Castanheira, conc. de Pedrogam Grande, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de Santos Cosme e Damião, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Casal na freg. de S. Pedro, de Alverca, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Silvestre, de Unhos, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Bolola *(Rio Grande de)*. Um dos mais importantes rios da Senegambia, na prov. da Guiné, Africa Occidental, navegavel na extensão de 250 k. Pela margem direita communica-se por meio d'um esteiro com o rio Geba ou de Bissau, e com tribus beafares até Gamparà e Combal junto d'este ultimo rio; e pela margem esquerda communica-se com o rio Nuno ou Nunes, no territorio de Nalú, onde dominam os francezes, indo desaguar no Oceano Atlantico, entre a terra firme e a ilha de Bolama, situada na sua foz. São muito ferteis as margens onde está edificada a colonia do Rio Grande de Bolola, que faz parte do conc. de Bolama. Desde Bissassema até Bolola, séde da colonia portugueza do mesmo nome e Bubá, seu limite, o Rio Grande está dividido em feitorias ou propriedades agricolas. A margem direita tem muitas d'estas propriedades e doze rios e riachos confluentes, e a margem esquerda onze rios e ribeiras, e tambem muitas feitorias, entre as quaes ha algumas muito importantes. Toda a cultura da colonia do Rio Grande de Bolola consiste em mancarra, cuja exportação annual é muito consideravel e quasi toda para França. As tribus gentilicas de beafadas que povoam as margens d'este rio, estão continuamente em guerra com as tribus fulas que habitam perto de Bolola, Bubá e outros pontos. Os fulas cultivam milho, mendobi e arroz, o que muito tem contribuido para o desenvolvimento commercial d'estas duas povoações.

Bolonha *(Quinta do)*. Na freg. de Santa Iria, de Povoa de Santa Iria, conc de Loures, distr. de Lisboa.

Bolor. Pov. e freg. de S. Francisco Xavier, do conc. de Cacheu, na prov. da Guiné, bisp. de Cabo Verde, Africa Occidental, na ponta do Baluarte de Bolor, na margem direita da barra de Cacheu ou do rio de S. Domingos, tambem n'este ponto conhecido pelo nome de Banquinhó. Está situada n'uma vasta campina do territorio dos felupes, a 40 k. aproximadamente da séde do conc. A 600 m. para o S vê-se o cachopo da Barquinha, o qual, com a ponta do Baluarte, que domina por E e E N O o porto de Bolor, fórma o canal por onde entram as embarcações que fundeiam n'este porto ou sobem o rio de Farim. Goza o melhor clima de toda a costa, e é quasi exclusivamente povoada pelo gentio felupe, já um pouco civilisado, submisso e humilde, e por varios negociantes. O seu artigo de commercio mais importante é o arroz.

Bolor *(Monte do)*. Na freg. de S. Brissos, conc. e distr. de Beja.

Bolores *(Casal de)*. Na freg. de S. Miguel e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Bolores ou Boloros. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Bolota. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Albufeira, distr. de Faro. || Casal na freg. de Santo Estevão e conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Boloura *(Quinta da)*. Na freg. de S. Vicente, conc. e distr. da Guarda.

Bolsa. Dá-se este nome ao local onde se reunem em determinadas horas os negociantes, os capitães de navios, os banqueiros, os capitalistas agentes de cambio, os corretores, afim de tratarem de negocios, principalmente da compra e venda de titulos de credito, letras de cambio, acções de companhias, etc. Estas reuniões existiram sempre nas cidades mercantis. Já em Roma se realisavam no *Collegium mercatorum*, e em Athenas, sendo o logar onde os commerciantes se reuniam, denominado *Emporium*. Dizem que a origem da palavra *bolsa* é flamenga, porque nasceu em Bruges, onde as assembléas de negociantes se effectuavam n'uma casa que ostentava no frontispicio tres bolsas sobre um escudo, brazão armorial do seu proprietario, que se chamava Van der Burse. Durante a Edade-Media e até ao seculo XVII as operações de bolsa resumiam-se na compra e venda de moedas, letras de cambio e metaes preciosos. As trocas eram ao tempo limitadas pela difficuldade de communicações, pela raridade de capitaes e pela ausencia de credito; só no seculo XVIII foi que as bolsas attingiram um grande desenvolvimento, quando as exigencias do credito publico obrigaram os banqueiros ao fraccionamento dos emprestimos em titulos de participação. Mais tarde a concepção das sociedades por acções permittindo agrupamentos grandiosos de capital para a realisação das mais vastas empresas, determinaram ás bolsas um papel preponderante na offerta e procura de capitaes. N'ellas se concentram hoje as mais importantes operações commerciaes e financeiras, e dia a dia se torna mais extensiva a funcção que desempenham nas sociedades modernas. As operações mais vulgares nas duas bolsas nacionaes, de Lisboa e Porto, unicas que

funccionam no paiz, realisam-se sobre fundos publicos, acções e obrigações de sociedades commerciaes e industriaes. São em geral operações á vista para collocação de capitaes: titulos contra dinheiro ou dinheiro contra titulos. A primeira noticia que se encontra do estabelecimento d'uma bolsa de commercio no paiz, data do tempo d'el-rei D. Diniz. Os mercadores de Portugal e Algarve tinham feito entre si uma *postura*, que todas as barcas que fôssem de cem toneladas para cima, e carregassem nos portos d'estes reinos para Flandres, Inglaterra, Normandia, Bretanha e Arrochella, pagassem *vinte soldos destiliis* sobre o frete, e as que fôssem menos de cem toneladas pagassem *dés soldos destiliis:* e outro sim, que as barcas, que fôssem fretadas dos mercadores da terra para além-mar ou para Sevilha, ou qualquer dos logares supraditos, pagassem do mesmo modo, e na mesma proporção, e que do producto d'estas contribuições tivessem os mercadores em Flandres *cem marcos de prata ou a valia d'elles*, e o resto em Portugal, no logar que bem parecesse, de maneira que d'esta *bolsa commum* pudessem acudir a seus pleitos e negocios, e a tudo o que pudesse ser em beneficio geral do commercio. Os mercadores pediram a D. Diniz que confirmasse e outhorgasse esta postura, e o monarcha deferiu o pedido por uma carta datada de 10 de maio de 1293, dizendo que aquella postura era muito do serviço de Deus e d'elle rei, e de grande aproveitameuto da terra, e por isso a confirmava e outhorgava nas condições em que estava feita. Esta instituição muito util, que devia ser de grande vantagem para o commercio, querem alguns escriptores que tivesse origem no reinado de D. Fernando, em 1375 ou 1376, por lei das côrtes de Athouguia, porém aquelle monarcha só tratou de ampliar e restaurar a antiga postura, por carta, que tem a data de 8 de dezembro de 1380. Os fundos d'esta bolsa ou companhia eram duas coroas por cento dos lucros liquidos, assim dos fretes como das fazendas, transportadas nos navios que, pelo seu lote, gosassem d'este favor. Tinha por fim reparar aos proprietarios de navios maiores de 50 toneladas a inteira perda ou a grande avaria que elles soffressem por naufragio ou por força maior. Não havendo na caixa fundos sufficientes, suppria-se a falta por meio de uma derrama paga pelos referidos proprietarios. Para tudo isto se realisar, fôram arrolados todos os mencionados navios de Lisboa e do Porto, descripto o estado d'elles, e tomadas todas as cautelas, afim de evitar que d'este favor não houvesse abuso, nos casos de fraude, nem ainda nos de negligencia. Para a cobrança dos fundos ordenou-se que houvesse duas bolsas, ou cofres especiaes, um em Lisboa, outro no Porto, e d'aqui se derivou a *Bolsa do commercio*, pela qual é geralmente designada a reforma da instituição d'el-rei D. Diniz, feita por el-rei D. Fernando. Depois da morte d'este monarcha, as perturbações que se deram em todo o paiz fôram causa de que esta instituição ficasse esquecida ou não tivesse completo cumprimento, e D. João I a reformou, por outra provisão, dada em Santarem a 11 de julho de 1397, a requerimento do conselho e homens bons da cidade do Porto. A bolsa de Lisboa está hoje estabelecida na praça do Commercio, no torreão do lado oriental, junto ao edificio da alfandega. A do Porto n'um grandioso palacio, construido no antigo convento de S. Francisco (V. *Porto (Palacio da Bolsa)*.

Bom. Pov. na freg. de S. Martinho, de Crasto, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Bom d'Agua *(Quinta de)*. Na freg. de S. Martinho e conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Bom Amor *(Horta de)* Na freg. de S. Salvador e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Bom Despacho. Pov. na ilha de S. Miguel, na freg. de N. S.ª da Saude, de Arrifes, conc. e distr. de Ponta Delgada. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na ilha de Santa Maria, na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada. || Logar na freg. de S. Pedro Fins, de Gominhães, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Casal na freg. de Santo Varão, de Lamorosa, conc. e distr. de Coimbra.

Bom Despacho. Morgadio de que foi senhor o deão da patriarchal Gomes Freire de Andrade, fallecido em 1831.

Bom Dia *(Mestre Antonio)*. Physico-mór da infanta D. Beatriz, mãe d'el-rei D. Manuel. Tanto elle, como mestre Lopo, boticario da mesma infanta, vem indicado para fazer serviço no convento da Conceição de Beja, fundado pela referida infanta, segundo se lê no livro da respectiva instituição, manuscripto hoje existeute na Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Bom Dia. Monte na freg. de N. S.ª das Neves, conc. e distr. de Beja. || Quinta na freg. de Santa Maria Magdalena, de Gouvinhas, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real.

Bom Estar *(Casal do)*. Na freg. de Santo Estevão e conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Bom Geito *(Casaes do)*. Na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Azambuja, distr. de Lisboa.

Bom Gosto. Aldeia na freg. de Santo Ildefonso, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. || Horta e quinta na freg. de Santa Maria e conc. de Extremoz, distr. de Evora. A quinta é tambem conhecida pela dos *Nogueiras*.

Bom Jardim. Pov. na freg. de S. Miguel, do Couto, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || Casa na freg. de S. Salvador, de Ribas, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Casal e quinta na freg. de S. João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Quinta na freg. de N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. (V. *Bomjardim*). || Quinta na freg. de S. Julião, de Friellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Bom Jesus *(Fr. Ignacio do)*. Religioso da ordem de S. Bento, doutor em theologia. N. em Mattosinhos a 10 de março de 1660, fal. no Porto, no convento da sua ordem, a 12 de fevereiro de 1732. Fôra n'esse convento que elle vestira o habito de religioso benedictino a 7 de abril de 1677. Doutorou-se em theologia. Foi abbade do mosteiro de S. Bento de Lisboa em 1713, e do do Porto em 1719. Escreveu: *Vidas do M. Fr. Manuel de Jesus; de Fr. Manuel de S. Bernardo; e de Fr. Francisco das Chagas, Monges Benedictinos*. Esta obra não chegou a imprimir-se.

Bom Jesus. Pov. na freg. de Santa Maria da Deveza e conc. de Castello de Vide, distr. de Portalegre. || Pov. na ilha Graciosa, freg. de Santa Cruz e conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Alverca, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Pov. da Africa Occidental, na margem direita do rio Cuanza, ao S do concelho de Bengo, districto de Loanda, provincia de Angola, a 48 k. SE de Loanda.

Bom Jesus do Monte. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Tenões, conc. e distr. de Braga. V. *Braga (Santuario do Bom Jesus em).*

Bom João. Pov. na freg. da Sé, conc. e distr. de Braga.

Bom Nome. Pov. na freg. de Santa Maria, de Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Miguel, de Aves, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Casal na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Enxara do Bispo, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Ribeiro no distr. de Braga, que se reune em Guimarães com outro do nome de Lazaro, formando ambos o rio Celinho. Tambem lhe chamam *Ribeiro do Herdeiro.*

Bom Porto *(Nossa Senhora do).* Forte que protege a peninsula e a cidade de Macau.

Bom Proveito *(Casal do).* Na freg. de S. Vicente e conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Bom Real. Logar na freg. de Santa Maria, de Lamaçães, conc. e distr. de Braga.

Bom Reparo *(Quinta do).* Na freg. de S. João Baptista e conc. de Moura, distr. de Beja.

Bom Retiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || Logar na freg. de Santa Maria, de Athães, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de N. S.ª da Expectação, de Fermedo, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Paio, de Moreira de Conegos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santo Estevão, de Urgezes, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Casal na freg. de S. Pedro, de Azurem, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Horta na freg. de S. Julião e conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Torrão, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || Quinta na freg. de S. Gonçalo, de Valença do Douro, conc. de Taboaço, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de S. Vicente e conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Bom Retiro. Roça na ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Bom Sitio *(Monte do).* Na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Bom Successo *(D. Marianna Quintas, viscondessa de).* Proprietaria e capitalista em Santo Thyrso, distr. do Porto. Titulo concedido em uma vida por decreto de 23 de março de 1904.

Bom Successo *(Convento do).* Era de religiosas dominicas irlandezas, e foi edificado no seculo XVII, começando a construcção em 1636 e concluindo-se no anno de 1639; concorreu muito para a despeza das obras a condessa d'Atalaia D. Iria de Brito, no intuito de que o convento se destinasse a freiras da ordem de S. Jeronymo, mas pela protecção da rainha D. Luiza de Gusmão, mulher de D. João IV, e do seu confessor fr. Domingos do Rosario, religioso dominicano, o convento foi depois habitado por freiras irlandezas da ordem de S. Domingos, ficando sujeitas ao seu geral no convento de S. Domingos de Lisboa e ao seu commissario o reitor do collegio de Lisboa de N. S.ª do Rosario de dominicos irlandezes, na sua egreja e collegio do Corpo Santo. O convento do Bom Successo está situado em Pedrouços, proximo á Torre de Belem. O edificio é oitavado, fica dentro d'um pateo fechado. Na egreja vêem-se seis capellas incluindo a capella-mór, onde está a imagem de N. S.ª do Bom Successo. E' de simples ornatos. Quando se extinguiram as ordens religiosas pelo decreto de 8 de maio de 1834, o convento continuou, como todos os das religiosas, a funccionar da mesma fórma, até ao fallecimento da ultima religiosa, não se admittindo desde então mais profissões nem noviças. Assim ficou o convento do Bom Successo reduzido a uma casa de educação, realisando-se na egreja as costumadas festividades, e a procissão do Rosario, que ainda hoje se faz no primeiro domingo de outubro.

Bom Successo *(Forte do).* Está proximo da Torre de Belem. Foi em 1780 que o engenheiro e general Vallerée começou a construir uma bateria que se terminou pouco tempo depois. Chamou-se forte do Bom Successo, por ficar na povoação assim conhecida, em Pedrouços. Em 1808, Junot determinou que este forte se ligasse á Torre de Belem por uma bateria corrida, que se denominasse bateria do Bom Successo. N'este conjuncto as obras cahiram em ruinas, que fôram invadidas pela areia, conservando-se assim por largos annos. O general Vallerée adoptara um traçado muito original de baluartes, em que se combinava habilmente o fogo de morteiros e de peças, ao passo que correndo umas pranchadas se estabelecia uma segunda linha de fusilaria. Montava a fortificação ao todo para o lado do mar 47 peças e 10 morteiros. A obra fôra mal construida, e os alicerces iam-se esboroando ao embate das vagas. Decorreram annos. O capitão Pinheiro Borges foi então encarregado de organisar o plano d'uma bateria acasamatada de duas ordens de fogo, sendo uma a barbête. Fez-se o plano e o orçamento importava em 160:000$000 réis; sendo porém, esta despeza muito avultada, ficou tudo de nenhum effeito. Alterado o systema de fundações, Sanches de Castro, n'essa epoca capitão de engenheiros, elaborou um projecto, que ainda assim a despeza ascendia a 140:000$000 réis. Já começavam a vigorar novas idéas ácerca da problematica utilidade das casamatas nas fortificações em geral e nas maritimas em especial, onde o campo de tiro deve ser maximo e as peças de calibre extraordinario. Depois de muitas discussões na direcção geral de engenharia acérca do que então se usava no estrangeiro, foi que o ministerio da guerra determinou em 1870 que Sanches de Castro elaborasse e propozesse novo projecto, obedecendo aos principios que presidem á fortificação moderna. Sanches de Castro não se fez demorar no desempenho d'este encargo, e poucos dias depois enviou ao ministerio da guerra as plantas, os perfis e o orçamento da reedificação da bateria maritima do velho forte do Bom Successo. A obra fôra orçada em 41:400$000 réis.

Havia, porém, materiaes provenientes da demolição avaliados em perto de 6:000$000 réis. Descia portanto a despeza a 35:000$000 réis. Mais outra economia se podia ainda realisar empregando trabalhadores militares do batalhão de engenharia Esta economia de salarios montava a mais de 6:000$000 réis, e o orçamento total ficava em 29.000$000. Luctando com muitas difficuldades, Sanches de Castro conseguiu no dia 6 de abril do referido anno de 1870 dar começo ás obras. Pouco tempo depois, por falta de recursos pecuniarios interromperam-se as obras. Sanches de Castro não desistiu, a conclusão do forte tornava-se para elle uma questão de brio, e no fim de dois mezes de lucta, pôde conseguir continuar as obras. No anno de 1871 succederam novos embaraços, e perderam se ainda dois mezes, ficando paralysados os trabalhos. Afinal como a obra ia progredindo e já mostrava o que havia de ser, foi-lhe consignada a verba mensal de 1:000$000 réis. No fim do verão de 1873 collocou-se-lhe a ultima pedra. No vol. v do *Occidente*, anno de 1882, encontra-se a seguinte descripção do forte do Bom Successo, que está proximo da Torre de Belem, conforme dissémos: «Junto á terre ha um parapeito corrido, que um muro separa de outra porção de parapeito muito mais extenso com terrapleno e guarnecido de 11 canhões para salvas, parte que é conhecida pela bateria do corredor. Vindo d'essa bateria encontra-se logo junto á porta o respectivo paiol, na parede do qual se vê uma inscripção commemorativa do anno em que foi construida a bateria, e dos individuos que intervieram n'esta obra. Segue-se depois para oeste o que é propriamente a nova bateria Krupp. Esta bateria é estabelecida no assento da antiga que ali existia e a barbete. Consta de seis canhoneiras separadas umas das outras por paioes alternados, um para projecteis e outro para cartuchos. Estes paioes são de abobadas feitas de camadas de bétom, de 1 m. de espessura, formando um barrete de areia revestido de adobes e de terra batida. Os barretes acham-se cobertos por uma vegetação de chorões de varias côres. Entre cada dois paioes estão as canhoneiras tendo uma plataforma de bétom, coberto de um revestimento hydraulico e provida de calhas de ferro, que conduzem as aguas fluviaes a uma valeta geral, que corre ao longo e á retaguarda de todas as canhoneiras. As quatro primeiras canhoneiras de leste para oeste estão artilhadas com quatro peças Krupp de 15^c e as duas ultimas, com dois canhões de 28^c do mesmo fabricante. Estes canhões estão assentes nos reparos e caixilhos proprios de uma bateria de costa, sobre as referidas plataformas. Junto aos patins das canhoneiras das peças de 28^c estão montados nus turcos de ferro para collocarem nos paioes parciaes os projecteis trazidos do paiol geral, por uma zorra que gira sobre um caminho de carris, o qual discorre ao longo de toda a bateria. D'este pavimento desce-se para as varias dependencias e estabelecimentos do forte. São estes, a casa provisoriamente de residencia do commandante da Torre de Belem; quartel dos officiaes da companhia de artilharia de guarnição no forte, que apenas póde dar alojamento por occasião de serviço, não dispensando a residencia exterior; outra casa para secretaria do forte e do almoxarife; estas duas casas estão levantadas sobre armazens, e em occasião de crise terão de ser entulhadas ou destruidas. Inferiormente ha o aquartelamento das praças de pret, composto de varias casernas e quartos e outras casas complementares, que circumdam um pateo ou terreiro, que serve de parada, no meio do qual ha um poço d'agua salobra, havendo mais dois em outras localidades. Ha varios armazens para deposito de material de guerra, utensilios, mobilia, generos, combustivel, etc. Ainda, a oeste e inferiormente a esta bateria, existe a chamada dos morteiros composta apenas de um parapeito e terrapleno respectivo que se communicam com um caminho que circumda o forte do lado da terra e serve como que de estrada coberta. Tem o forte uma porta geral que dá entrada para a torre e baterias mencionadas, tem outra que da parada dá para o caminho ou estrada citada, e outra que dá para a bateria dos morteiros. O forte communica-se com a povoação do Bom Successo por um caminho ou estrada, que atravessa todo o areal, feita em aterro entre muros de supporte e de guarda.»

Bom Successo. Pov. na freg. de S. Pedro Fins, de Aradas, conc. e distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Argivae, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || Pov. na ilha da Madeira, na freg. de Santa Maria Maior, conc. e distr. do Funchal. || Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria || Pov. na freg. de Santa Maria, do Prado, conc de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Mamede, de Quiaios, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra, || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Torrão. conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Pedro, de Alverca, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Moita dos Ferreiros, conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa. || Horta na freg. de N. S.ª da Annunciação e conc. de Redondo, distr. de Evora. || Quinta na freg. de S. Vicente e conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Quinta na freg. de Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de N. S.ª da Piedade, de Váo, conc. d'Obidos, distr. de Leiria.

Bom Velho de Baixo e Cima. Duas povoações na freg. de S. Pedro, de Condeixa-a-Velha, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra.

Bom Vento *(Casal do)*. Na freg. do Senhor Jesus, de Carvalhal, conc. de Obidos, distr. de Leiria.

Bom Vento ou Outeiro do Bom Vento. Logar na freg. de S. Vicente, de Paio Mendes, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Bom Visinho. Pov. na freg. de S. Miguel, de Palhacana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Bom Viso *(Monte do)*. Na freg. de S. Miguel, de Machede, conc. e distr. de Evora.

Bom Viver. Pov. na freg. de S. Miguel, de Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Do mesmo concelho e districto são os logares das seguintes freguezias: S. Lourenço, de Calvos; Santa Maria, de Infantas; S. João Baptista, de Pencello; S. Pedro, de Polvoreira; S. Salvador, de Tagilde; Santo Estevão, de Urgezes; S. Faustino e S. Paio, de Vizella. || Logar na freg. de Santa Maria, de Villar do Forno,

conc. da Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Jorge, de Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Boma. Era ha vinte annos uma pequena povoação na margem direita do rio Zaire, reino de Cabinda, no Congo, prov. de Angola, Africa Occidental; distando 30 kil. da barra do Zaire e 350 de Loanda. Com a constituição do Estado Livre do Congo, que tirou a Portugal esses territorios, foi Boma escolhida para capital. Hoje acha-se bastante desenvolvida e Portugal tem ahi já um consulado. || Antiga prov. do reino do Congo, na margem direita do Zaire, prov. de Angola, Africa Occidental; Banza Boma era a capital. || Pov. do torofo de Surla, conc. de Sanguém, distr. de Gôa, na India. Dista 17,5 k. da séde do conc. || Pov. da regedoria de Cundaim, conc. de Pondá, distr. de Gôa, na India. Dista 12 k. da séde do concelho.

Bomba. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de N. S.ª do Monte Sião, de Amora, conc. do Seixal, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de N. S.ª do Bispo e conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Bombaça. Logar na freg. de S. Miguel, de Urró, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Bombacias. Logar na freg. de S. João Degolado, de Terrugem, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Bombaim. Cidade maritima da presidencia do mesmo nome na India ingleza. Bombaim offerece aos estrangeiros um espectaculo singular. Ali enxameiam homens de todas as nações, de todas as religiões, vestidos com trajos diversissimos e falando todas as linguas. N'esta cidade se encontram o movimento e a vida de uma das mais populosas capitaes, com os caracteristicos que lhe imprimem a situação geographica, as relações commerciaes e as tradições. O nome de Bombaim parece derivado da denominação de *boa bahia* que os portuguezes déram ao porto. Pertenceu a cidade a Portugal até 1665 e ainda hoje ha ali vestigios do seu dominio, e o nome portuguez é estimado pela população indigena. São ainda em grande numero os portuguezes que ali vivem. Perto da cidade ha uma egreja portugueza. Varios jornaes em portuguez se teem ali publicado dos quaes damos adeante a respectiva nota. Bombaim foi cedida a Carlos II, de Inglaterra, no tratado de casamento com a infanta de Portugal D. Catharina, filha de D. João IV. O tratado tem a data de 23 de julho de 1661 e n'elle se declara que, á excepção de Bombaim, todas as terras da bahia e jurisdicção de Baçaim ficavam aos portuguezes e se obrigava a Inglaterra a soccorrer Portugal nas difficuldades que tivesse. Tendo os inglezes começado por infringir o tratado, recusando-se a prestar auxilio para soccorrer Cochim, sitiada pelos hollandezes, o governador Antonio de Mello e Castro recusou-se a fazer entrega de Bombaim, mas tendo recebido ordem terminante do governo de Portugal viu-se obrigado a cumpril-a, e a 18 de janeiro de 1665 passou aquella cidade, uma das mais valiosas possessões de Portugal, para o poder dos inglezes. Ainda em 1726, depois de varias peripecias em que os inglezes faltaram á fé do tratado, houve projecto de lhes comprar Bombaim, mas a perda de Baçaim veiu pôr termo a essas pretenções. Sobre estes assumptos pódem lêr-se os interessantes documentos publicados: por Cunha Rivara, no additamento á *Memoria sobre as possessões portuguezas na Asia* por Gonçalo de Magalhães Teixeira Pinto; por Abranches Garcia no *Archivo da Relação de Goa*, parte II, pag. 530; por Judice Biker, no *Supplemento á collecção dos tratados*, etc. Teixeira de Aragão, no vol. III da sua *Descripção geral e historica das moedas*, etc. faz um lucido resumo de todas as circumstancias que precederam a entrega de Bombaim aos inglezes. || Jornaes: *Abelha de Bombaim (A)*, 1848; *Anglo-Lusitano (O)*, jornal semanal, religioso, 8 de julho de 1886, em publicação; *Anglo-Portuguez (O)*, 3 de março de 1866 a 2 de outubro de 1867; *Boletim Indiano*, semanal, novembro de 1891; *Civilisação Indiana (A)*, noticiosa, litteraria, scientifica, artistica, revista semanal, em seguimento das *Leituras Amenas*, 3 de janeiro de 1894; *Colonia Goana (A)*, 1891 a 1892; *Concanim (O)*, semanal, 7 de fevereiro de 1892 a 1898 (?); *Contemporaneos Illustres*, biographias, 15 de novembro de 1895; *Defeza Nacional (A)*, orgão do partido legitimista portuguez, folha noticiosa, commercial e religiosa, 7 de janeiro de 1894; *Ecco de Bombaim (O)*, revista semanal, 6 de junho de 1863 a 25 de maio de maio de 1864; *Echo Portuguez (O)*, anglo-portuguez, 7 de março de 1873 a fevereiro de 1874, sendo successor do *Indio; Estrella do Norte*, semanario litterario, politico e commercial, 2 de novembro de 1862 a julho de 1864; *Horas Vagas*, 15 de março de 1890; *India Catholica (A)*, semanal, adversario do padroado portuguez no Oriente, 24 de janeiro de 1874 a dezembro de 1885; *Indio (O)*, anglo-portuguez, 4 de julho a 7 de novembro de 1872; sendo continuado pelo *Echo Portuguez; Indio Imparcial (O)*, e artista, 16 de agosto de 1843 a 9 de fevereiro de 1844; *Intransigente (O)*, folha de combate, quinzenal, dedicada aos interesses portuguezes, 12 de outubro de 1894; *Investigador Portuguez em Bombaim (O)*, 6 de agosto de 1835 a 28 de dezembro de 1837, succedeu ao *Portuguez em Damão* e foi seguido pelo *Pregoeiro da Liberdade; Leituras Amenas*, semanal, noticioso, litterario, scientifico e artistico; o primeiro numero sahiu em 5 de julho e findou em dezembro de 1893 com o n.º 26, seguindo-se-lhe a *Civilisação Indiana; Liberdade (A); Luso-Concanim (O)*, semanario independente, orgão do povo, 7 de maio de 1892; *Luz (A)*, semanario politico, litterario e noticioso, 4 de novembro de 1894, em publicação; *Mensageiro Bombayense*, periodico portuguez semanal, 17 de março de 1831 a 26 de janeiro de 1832, o primeiro jornal portuguez publicado em Bombaim; *Observador (O)*, setembrista, 4 de julho de 1846 a 12 de setembro de 1848, teve origem no *Pregoeiro da Liberdade; Opinião Nacional (A)*, folha noticiosa, commercial e politica, 8 de setembro de 1894, findando em 1895; *Patriota (O)*, politico, litterario e instructivo, 1858, com muitas interrupções, parece ter terminado pouco depois de 1867; *Portuguez em Bombaim (O)*, semanario, litterario, politica e commercial, 24 de março a setembro de 1863, sendo o ultimo numero lithographado; *Portuguez Britanico (O)*, 1890; *Povo Goano*, dezembro de 1892 a 1895; *Pregoeiro da Liberdade*, 6 de janeiro de 1838 a 28 de junho de 1846; originou-se do *Investigador Portuguez em Bombaim* e foi

seguido pelo *Observador; Vinte e tres de novembro (O)*, fevereiro de 1888, em publicação.

Bombal. Logar na freg. de S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Bombarda *(Miguel Augusto)*. Medico-cirurgião pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. N. no Rio de Janeiro em 6 de março de 1851. E' filho de Antonio Pedro Bombarda e de D. Maria Thereza Correia de Andrade Bombarda. Contava 7 annos quando veiu para Lisboa, e n'esta cidade seguiu os estudos, matriculando-se na Escola Medico-Cirurgica, e terminando o curso em 1877. Em 22 de novembro de 1879 foi nomeado cirurgião para o Banco do Hospital de S. José, passando a extraordinario em 26 de novembro de 1884. No anno de 1880 entrou no corpo docente da Escola Medica, indo reger a segunda cadeira, de physiologia. Em 1892 foi nomeado director do hospital dos alienados de Rilhafolles, funcções que actualmente ainda exerce. E' medico do pelouro de hygiene na camara municipal, socio effectivo da Sociedade de Geographia de Lisboa. Foi fundador e redactor effectivo do jornal *A medicina contemporanea*, onde escreveu importantes artigos, e que dirigiu em duas series, de 1883 a 1886, e de 1898 a 1899. Apezar de tantos cargos que exerce e que muito o preoccupam, foi tambem um valioso elemento da Liga Nacional contra a tuberculose, para o que realisou bastantes conferencias sobre este importante assumpto. Tem collaborado nas seguintes revistas: *Revue neurologique, Revista portugueza de medicina e cirurgia praticas, Jornal da sociedade das sciencias medicas de Lisboa, Correio medico de Lisboa, Revue de psychologie, Bulletin de l'Union internationale du droit pénal;* e menos assiduamente, com artigos especiaes, no *Tempo*, na *Revista illustrada*, *Brasil-Portugal*, *Annuario da Escola Medica*, etc. Durante os annos de 1878 a 1882, tambem teve a seu cargo a direcção do *Correio medico*. Escreveu: *Diario das perseguições*, these inaugural, Lisboa, 1877; *Funcções psychicas dos hemispherios cerebraes*, Lisboa, 1877; *Distrophias por lesão nervosa*, Lisboa, 1880; *A vaccina da raiva*, Lisboa, 1887; *Trabalhos clinicos e de laboratorio do hospital de Rilhafolles, contribuição para o estudo dos microcephalos*, Lisboa, 1894; *Traços da physiologia geral e de anatomia dos tecidos*, Lisboa, 1891; *Microcephalia*, conferencia, Lisboa, 1892; *O hospital de Rilhafolles e os seus serviços em 1892-1893*, Lisboa, 1894; *Pasteur*, Lisboa, 1895; *Lições sobre a epilepsia e as pseudo-epilepsias*, Lisboa, 1896; *O delirio do crime*, Lisboa, 1896; *A consciencia e o livre arbitrio*, Lisboa, 1898; *Açôres medico*, Lisboa, 1899; *Conversas clinicas sobre o tratamento da epilepsia*, Lisboa, 1899; *A sciencia e o jesuitismo; réplica a um padre sabio*, Lisboa, 1900. E' a resposta a uma serie de artigos, insertos em 1898 no *Correio Nacional*, sob o titulo de *Evisceração da consciencia e livre arbitrio do sr. dr. Bombarda*, estudo que depois o autor, o padre Manuel Fernandes de Sant'Anna, professor no Collegio de Campolide, reuniu em volume e mandou imprimir com o titulo de *Questões de biologia, o materialismo em face da sciencia.* Ainda publicou: *Collegios e degenerescencia*, Lisboa, 1900.

Miguel Augusto Bombarda

Bombarda *(Casaes da)*. Na freg. de S. Thiago e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Bombardeira. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, de A dos Cunhados, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Bombarral. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. da Extremadura, conc. de Obidos, com. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa; 2.651 hab. e 323 fog. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada n'uma baixa cercada de arvoredos. Era da Casa das Rainhas. O patriarcha apresentava o cura, que tinha de renda differentes generos, 52 almudes de vinho e o pé d'altar. A terra é muito fertil e cria muito gado. Em Bombarral houve uma albergaria para pobres, instituida por pessoas caritativas da freguezia. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 1 com a séde em Lisboa. Esta freg. deve o seu actual desenvolvimento a uma rede de estradas, que em volta d'ella se tem lançado, estando por isso em directa communicação com a Lourinhã, Cadaval, Caldas da Rainha, Peniche, Torres Vedras, Lisboa, etc. Bombarral é hoje uma aldeia muito importante, com vida propria, e que tende a prosperar consideravelmente, porque se encontra no meio d'uma enorme região muito fertil e aproveitavel á agricultura, e principalmente á viticultura, que se tem desenvolvido, occupando-se n'ella muitos trabalhadores, que de Leiria, Batalha e outras povoações ali vão procurar trabalho. Do desenvolvimento da viticultura nasceram diversas fabricas de distillação de vinhos, produzindo quantidades consideraveis de aguardentes, que são reputadas no norte do paiz como das melhores e das mais preferidas para a adubação dos vinhos do Douro. Já antes do phylloxera esta região era a que fabricava mais aguardente, e que então se exportava para o norte pelas antigas casas Fonseca, do Sanguinhal, e Pinheiro, das Gaeiras, que existem ainda hoje. Actualmente em Bombarral encontram-se grandes e bem sortidos estabelecimentos de todos os generos; duas pharmacias, medico municipal, tabellião, escolas primarias, agencias de bancos e de companhias de seguros, est. post. e telegr. com serviço de encommendas, sociedade de recreio *Gremio Escolar*, e est. do caminho de ferro, na linha de Torres Vedras á Figueira da Foz, entre Outeiro e S. Mamede. Em 3 de fevereiro e 1 de agosto realisam-se duas feiras, e todos os domingos um mercado, que habitualmente attrahem grande concorrencia.

Bombedém. Aldeia da circumscripção de Valpoy, na provincia de Satary, districto de Gôa, na India.

Bombeira. Pov. na freg. de N. S.ª da Annunciação e conc. de Mertola, distr. de Beja. || Logar na freg. do Espirito Santo, conc. de Mertola, distr. de Beja.

Bombeiros municipaes de Lisboa. Corporação dependente da camara municipal, tendo a secretaria do commando na rua de D. Carlos I, em edificio proprio.

Bombeiros voluntarios de Lisboa *(Associação dos)*. Foi instituida em 18 de outubro de 1868. Depois de organisada e adquirido o material necessario, foi convidado para seu primeiro commandante Guilherme Cossoul, que prestou bons serviços, concorrendo muito para o desenvolvimento d'esta benemerita agremiação. Por sua morte, succedida a 26 de novembro de 1880, tomou conta do commando Darlaston Shore, que sempre se soube impôr, não só pela sua posição social, como pela coragem com que se portava nos incendios, em que era prompto a apparecer, animando os companheiros á lucta; e foi exactamente n'essa epoca, que os bombeiros voluntarios conquistaram as maiores sympathias, pelos repetidos actos de heroismo que praticavam. Em março de 1887 falleceu Darlaston Shore, succedendo-lhe J. B. Jauncey, o actual commandante, que tem sabido manter as gloriosas tradições que tanto ennobrecem a Associação dos Bombeiros Voluntarios de Lisboa. As estações acham-se situadas na rua das Flôres e no largo do Barão do Quintella. Na da rua das Flôres encontra-se o material, que se compõe d'uma bomba Fland e outra americana, um carro de escadas de molas e outro de mangueiras. Todas estas viaturas são guarnecidas com numerosas ferramentas e mangueiras de salvação. Tambem está aqui installado o apparelho telephonico, com communicação directa para a estação dos incendios da camara municipal, e para as casas de quasi todos os voluntarios; no pavimento superior está o gabinete da direcção, a sala para diversos jogos, etc. Na casa do largo do Barão do Quintella ha a sala de gymnastica e no pavimento superior o dormitorio dos 20 conductores permanentes. Em 18 de outubro de 1902, em que a associação completava 34 annos de existencia, solemnisou-se esta data memoravel, prestando-se tambem homenagem aos associados srs. Ruy Quintella e Guilherme Maia, pelos seus relevantes serviços. Realisou-se então um lauto banquete no 1.º andar do predio da praça de Luiz de Camões, que torneja para a rua do Alecrim, a que assistiu todo o corpo activo e grande numero de socios protectores. N'esse dia publicou-se o numero unico d'um jornal intitulado *O voluntario*, com muitas gravuras intercaladas no texto, tendo mais uma folha supplementar, onde em grupo se viam os retratos dos 41 associados que então compunham o corpo activo dos voluntarios de Lisboa. Esta associação é considerada 1.ª secção da divisão auxiliar, sendo a dos bombeiros voluntarios de Ajuda a 2.ª secção.

Bombeiros voluntarios da Ajuda *(Real Associação dos)*. Fundada em 10 de abrilde 1880, no pateo do palacio d'Ajuda, tendo como seu primeiro commandante sua alteza o senhor infante D. Affonso. Foi approvada e autorisada a usar do titulo de *Real Associação* por carta regia de 2 de maio de 1881. Em 2 de setembro de 1901 ficou considerada 2.ª secção da divisão auxiliar. Actualmente a estação está installada na praça d'Alegria, onde se guardam todos os materiaes e está estabelecido o serviço telephonico, ligando as residencias dos bombeiros com a séde e com a estação central do serviço de incendios O material de sahida consta de uma bomba de caldeira, duplo jacto, systema Jauk; um carro de prompto soccorro com a sua mangueira de salvação, carro de ferramentas e bomba de systema americano e carro de ambulancia, sempre bem provido. O material, que guarnece a estação, é o seguinte: lanço de escadas italianas, pás, enxadas, picaretas, alavancas, cestos, croques, forquilhas e desforradeiras. Serviço nocturno permanente: 1 sota-bombeiro e 16 conductores auxiliares. Sua alteza senhor infante D Affonso é presidente honorario, chefe da secção o sr. Arthur Augusto d'Oliveira, e chefe da ambulancia o sr. dr. Jayme Neves. Esta benemerita corporação compõe-se actualmente de 54 bombeiros, sendo 4 de 1.ª classe, 6 de 2.ª e 44 de 3.ª, um bombeiro permanente chefe da caserna, 36 conductores, guarnição auxiliar.

Bombeiros voluntarios do Porto *(Real Associação Humanitaria de)*. Foi fundada em 1875, e é sustentada por quotas dos associados protectores, subscripções, donativos, etc. Tem a séde na casa da rua do Bomjardim, conhecida pelo nome de Pateo do Paraizo, onde estão as bombas, carros de mangueiras e material, tirados a cavallos, e os dormitorios, arrecadações, salão de Leitura, salão nobre, etc.

Bombel. Designação d'um apeadeiro na linha do caminho de ferro de Sul e Sueste, entre Pégões e Vendas Novas.

Bombinhas. Logar na freg. de S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Bombom. Roça na ilha do Principe, na Africa Occidental.

Bomfim *(José Bento Travassos Valdez, 2.º conde de)*. Cavalleiro da ordem da Torre e Espada; par do reino por succesão a seu pae, o 1.º conde do mesmo titulo, de que prestou juramento e tomou posse em sessão da respectiva camara, em 3 de maio de 1872; general de brigada reformado. N. em Elvas a 12 de julho de 1814, fal. em Belem a 19 de abril de 1881. Era filho do 1.º conde de Bomfim, José Lucio Travassos Valdez e de sua mulher D. Jeronyma Emilia Godinho Valdez. Casou em Lisboa a 1 de julho de 1840 com D. Eugenia Maria Alves, filha de José Joaquim Alves, vice-almirante reformado, (V. *Alves, José Joaquim*), e de sua mulher, D. Nicolêta Catharina Guardia Navarra. D'este consorcio houve 11 filhos, entre os quaes se contam o actual conde de Bomfim, e Antonio Maria e Henrique Luiz Travassos Valdez, ambos de cavallaria, o 1.º capitão e o 2.º alferes, que falleceram na Zambezia, para onde tinham ido em 1867 na expedição contra o Bonga. Foi agraciado com o titulo de conde de Bomfim em sua vida, pelos seus serviços prestados em Africa, e em attenção aos de seu pae.

Bomfim *(José Lucio Travassos Valdez, 1.º barão e 1.º conde de)*. Par do reino, por carta regia de 3 de maio de 1842, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara, na sessão de 11 de julho do referido anno; presidente do conselho de ministros, ministro da guerra e da marinha, deputado, grã-cruz da ordem de S. Bento de Aviz; commendador da de Torre e Espada e da de N. S.ª da Conceição; condecorado com a medalha de commando pelas batalhas d'Orthes e

de Toulouse; e com a medalha d'ouro n.º 1, por 6 campanhas da guerra peninsular; grã-cruz das ordens de Leopoldo da Belgica, do Leão Neerlandez dos Paizes Baixos e da de Carlos III de Hespanha, condecorado pelo rei de Inglaterra com a medalha de distincção pela batalha de Salamanca em 22 de julho de 1812, e pelo rei de Hespanha, com egual medalha, pela batalha de Albuhera, em 16 de maio de 1811; tenente-general, vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar, governador e capitão general da ilha da Madeira, etc. N. em Elvas a 23 de fevereiro de 1787, fal. em Lisboa a 10 de julho de 1860. Era filho de José Bento Travassos da Silveira Araujo, cavalleiro da ordem de Christo, escrivão da Meza da Consciencia e Ordens, cargo que não chegou a exercer; abastado proprietario em Elvas, casado com D. Antonia Eufrasia de Sousa Godinho Valdez, sua prima, filha de Luiz Godinho Leitão, familiar do Santo Officio; 13.º senhor do prazo da quinta de Flandes, dos morgados de N. S.ª das Neves e do Marco, e das capellas dos Anjos e do Mosquete, tudo situado em Pombal; desembargador da Casa da Supplicação, casado com D. Jeronyma Thereza Forjaz Vahia de Sá Valdez O futuro conde de Bomfim matriculou-se na Universidade de Coimbra na faculdade de direito, e sendo estudante, em 1808, quando n'esta cidade rebentou a revolta contra os francezes, alistou-se a 25 de junho d'esse anno no batalhão academico. Sendo, logo depois do desembarque das tropas inglezas, mandado por Bernardino Freire de Andrade para o quartel general de Welesley, assistiu ás batalhas da Roliça e de Vimeiro, tomando assim parte nos primeiros combates que se feriram em Portugal com os exercitos de Napoleão. Até ao fim da guerra peninsular entrou em muitas batalhas, dando sempre provas de grande energia e coragem. Tinha então o posto de major. Em 24 de agosto de 1820 rebentou a revolução, anno em que se proclamaram as Côrtes Constituintes, e fôram mandados sair do exercito os officiaes inglezes que n'elle haviam continuado a guerra, contra o que se tinha estipulado quando entraram para o quadro do exercito de Portugal. Travassos Valdez foi chamado pelo ministro da guerra, o general Azedo, para servir ás suas ordens, sendo então promovido a tenente-coronel e commandante do batalhão de caçadores 5. Em junho de 1821 subiu ao posto de coronel para infantaria 8, e conservava-se n'esta situação em 1823, quando em Traz-os-Montes se deu a revolução absolutista, promovida pelo conde de Amarante. Nomeado commandante da divisão ligeira ás ordens do tenente-general Luiz do Rego, perseguiu os revoltosos, e entrou em Hespanha chegando até Astorga, Leão e Gradépes. Voltando a Portugal foi dirigir uma columna de operações na Beira, sendo escolhido para marchar á frente das forças destinadas a obstar á rebellião do infante D. Miguel nos ultimos dias de maio de 1823. Tendo D. João VI adherido ao movimento iniciado por seu filho, foi dissolvida a columna do coronel Valdez, e este intimado a residir em Móra, d'onde conseguiu por instancias de alguns dos seus amigos e antigos companheiros d'armas ser transferido para Setubal. Só depois de promulgada a Carta constitucional em 1826, sendo ministro da guerra o general Saldanha, é que ao coronel Valdez se deu novamente o commando d'um regimento, que foi infantaria 3. Mandado com o seu regimento, infantaria 21 e outras forças, combater o movimento absolutista que apparecera em Bragança, e tendo sido obrigado pelos revoltosos, depois de renhido combate, a recolher-se ao castello da villa, viu-se forçado a capitular no dia 26 de novembro de 1826, e foi conduzido para Miranda e depois para Moncorvo. Sabendo que existia ali um deposito d'armas, tratou com os seus companheiros de se apoderar d'ellas e marchar para a Barca d'Alva na intenção de passar o Douro e vir juntar-se ás tropas fieis á Carta, sendo porém acossado pelas numerosas guerrilhas que então infestavam a provincia de Traz-os-Montes, teve de passar a fronteira, e as autoridades hespanholas o mandaram para Salamanca e depois para Valladolid. Alcançando do governo d'esta praça um passaporte para se dirigir ao norte da Hespanha, mudou de caminho logo ao segundo dia de marcha, e dirigiu-se para o sul, vindo entrar em Portugal pelas proximidades de Campo Maior. Chegando a Lisboa pediu um conselho de guerra para se justificar da capitulação de Bragança, e sendo-lhe a sentença não só favoravel mas até honrosa, Valdez foi pouco depois nomeado, em 7 de abril de 1827, governador e capitão general da Madeira e Porto Santo. Dedicou-se então aos melhoramentos materiaes e agricolas d'aquellas ilhas, e n'estes trabalhos o veiu surprehender a noticia dos motins occorridos em Lisboa e dos projectos do infante D. Miguel, de se apoderar da regencia do reino, declarando-se rei absoluto. Valdez havia fundado um jornal, *A flôr do Oceano*, e no dia 22 de junho publicou um manifesto protestando contra aquelles projectos, cuidando immediatamente de se prevenir para a defeza da ilha, se acaso D. Miguel a mandasse atacar pela sua esquadra, e participou o occorrido ao duque de Bragança, aos ministros de Portugal e Brazil, em Londres, bem como ao embaixador d'esta ultima potencia em Vienna d'Austria. Pouco depois d'estes acontecimentos chegou á Madeira o novo capitão general nomeado por D. Miguel, mas não tendo podido desembarcar regressou a Lisboa. Em acto continuo sahiram d'este porto uma corveta e dois brigues de guerra para bloquearem a ilha, e por fim o capitão general Valdez recebeu no dia 16 de agosto de 1828 uma intimação para se render ao vice-almirante Prego, commandante d'uma esquadra, composta de uma nau, duas fragatas, duas corvetas, dois brigues e duas charruas. Valdez não desanimou, apezar de vêr a grande força dos inimigos, tendo estes, porém, conseguido apoderarem-se do porto de Machico, reconheceu a impossibilidade da resistencia, e entrou em com-

Conde de Bomfim

binações com o vice-almirante por intermedio do consul inglez residente na ilha. Partiu então para Inglaterra com sua mulher e filhos, e ali esteve luctando com innumeras difficuldades, chegando a passar privações, até 1832, em que partiu para a ilha Terceira, e apenas desembarcou em Angra, foi-lhe dado o commando da 1.ª companhia do batalhão sagrado, batalhão só composto de officiaes, e com elle fez a guarda avançada do exercito libertador quando marchou do Mindello para o Porto; mas depois, já na vespera da batalha de Ponte Ferreira, foi mandado pelo imperador para o quartel general do duque da Terceira, para que este o informasse dos movimentos do inimigo, sendo em 21 de julho de 1832 escolhido para ajudante general. Em 6 de agosto seguinte foi promovido a brigadeiro, continuando como ajudante do duque da Terceira, até que D. Pedro assumiu o commando em chefe, passando n'essa occasião Travassos Valdez a servir de chefe de estado maior do major general Solignac. Quando o imperador saiu do Porto ficou ali o brigadeiro Valdez como chefe do estado maior de Saldanha, e no combate de 18 de agosto de 1833 commandou a ala esquerda, e a 20 seguiu para a capital com o regimento de infantaria 15 a bordo da fragata *D. Maria II*. Tomou parte na defeza das linhas de Lisboa, ficando gravemente ferido no ataque de 5 de setembro, o que o obrigou a afastar-se do serviço por muito tempo, acompanhando porém já D. Pedro para Santarem nos principios de 1834, e regressando depois com elle a Lisboa, quando em seguida á batalha da Asseiceira se formaram dois exercitos de operações sob o commando dos generaes duque da Terceira e Saldanha. Por morte de D. Pedro IV ficou dissolvido o estado maior imperial, e o brigadeiro Valdez conservou-se desempregado até que rebentou a revolução de 9 de setembro de 1836, em que se proclamou uma nova constituição. No dia 16 do referido mez foi nomeado vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar. Em outubro teve o commando do exercito do sul, que se formou para evitar a invasão do general carlista Gomez, e em 14 de dezembro seguinte foi nomeado commandante da 7.ª divisão militar, continuando n'aquella commissão. Eleito deputado no congresso constituinte de 1837 pelo districto de Leiria, quando appareceu a tentativa carlista da Ponte da Barca, foi Travassos Valdez, já então agraciado com o titulo de barão de Bomfim, encarregado do commando em chefe das forças do sul do reino, recebendo plenos poderes sobre todas as autoridades civis e militares. Conservando-se socegado o Alemtejo, o barão de Bomfim marchou a reunir-se a Sá da Bandeira, e a 28 d'agosto de 1837 deu aos marechaes a acção do Chão da Feira, seguindo depois para Almeida e para o Douro a conferenciar com o conde das Antas, que recolhia de Hespanha e que dentro em pouco terminava a revolta carlista ganhando a acção de Ruivães. Regressando á capital, foi nomeado ministro da marinha e interino da guerra em 9 de novembro de 1837, conservando-se no ministerio até 9 de março de 1838, voltando a encarregar-se da pasta da guerra desde 20 d'abril até 18 de abril de 1839. Foi deputado nas legislaturas de 1839 e de 1840, sendo eleito por varios circulos do continente do reino, e em 1839 pelo de Gôa. Em 26 de novembro de 1840 entrou novamente no ministerio, com o encargo da presidencia do gabinete e as pastas da guerra, e interino da marinha e estrangeiros. Apresentou então ás camaras importantes e notaveis relatorios, tomou medidas energicas quando em fins de 1840 estiveram para se romper as boas relações de Portugal com a Hespanha, dirigiu as negociações para o reconhecimento do nosso governo pelo Santa Sé e pela Hollanda, fundou o presidio que depois se transformou na villa de Mossamedes, e finalmente em 9 de julho de 1841, querendo sustentar a instituição dos batalhões nacionaes e encontrando resistencia, pediu a exoneração em 9 de junho de 1841, sendo substituido pelo ministerio presidido por Joaquim Antonio de Aguiar. Em 1842, sendo par do reino, combateu sempre na camara alta o governo de Costa Cabral, depois marquez de Thomar, até que decidida a revolta pela opposição, partiu para o Alemtejo. O conde de Bomfim, titulo com que fôra agraciado em 1838, pôz-se á frente do movimento iniciado pelo regimento de cavallaria 4 em Torres Novas no dia 4 de fevereiro de 1844, e com esse corpo, infantaria 12 e caçadores 1 marchou sobre a Guarda. Malogradas ainda outras combinações, seguiu para Almeida e ali sustentou o cerco (V. *Almeida)*, emigrando depois para Hespanha, França e Inglaterra. Voltou a Lisboa em 9 de junho de 1846, vindo de Inglaterra a bordo do vapor *Mindello*, sendo em 29 de junho nomeado commandante da guarda nacional, e em 22 de agosto commandante da 1.ª divisão militar, logar de que foi exonerado em consequencia do golpe de estado de 6 de outubro. Partindo para Evora foi pela junta, formada n'essa cidade, nomeado commandante em chefe das forças do sul e logo depois presidente da mesma junta. Na batalha de Torres Vedras em 22 de dezembro do referido anno de 1846 ficou prisioneiro, sendo conduzido a Lisboa, d'onde passou para bordo de differentes navios do estado, e por ultimo para o brigue *Audaz*, que sahiu a barra em 2 de fevereiro de 1847 em destino de Angola. Chegando a Loanda a 25 de março, os presos politicos fôram encerrados em diversas prisões, mas o conde de Bomfim e dois filhos que o acompanhavam, Luiz e José, ficaram a bordo da corveta *Relampago*. Receando-se alguma revolta, a corveta levantou ferro e seguiu para Mossamedes, onde chegou a 6 de maio. A 20 d'este mez rebentou em Mossamedes uma revolução a favor da Junta do Porto, o conde sahiu no dia seguinte, com os dois filhos, para Santa Helena, a bordo d'uma velha escuna, que foi apresada por um brigue de guerra inglez que n'essa occasião entrava no porto de Mossamedes, levando-a para Loanda, apresentando ao governador o conde de Bomfim e seus filhos. Sem que valessem protestos, o conde foi novamente encerrado na corveta *Relampago*, seu filho Luiz em outro navio, e José mandado para Benguella, conservando-se n'esta situação até 23 de agosto em que chegou a Loanda a fragata *Terrible*, que em consequencia da convenção que puzera termo á guerra-civil, trouxe os deportados para Portugal, onde chegaram a 9 de outubro. Depois de ter estado em commissão até dezembro de 1852, foi nomeado membro do conselho de justiça militar, cargo que desempenhou até fallecer. O conde de Bomfim casara em 21 de fevereiro de 1813 com D. Jero

nyma Emilia Godinho Valdez, sua prima, filha de José Ricardo Godinho Valdez, 14.º senhor do praso da quinta de Flandes, no concelho de Pombal, e administrador dos morgados de N. S.ª das Neves e do Marco, e das capellas dos Anjos e do Mosquête, no mesmo concelho, desembargador aposentado da Casa-da Supplicação; e de sua mulher D. Maria Joanna Travassos da Silveira. O titulo de barão do Bomfim foi concedido por decreto de 17 de setembro de 1835, e o de conde por decreto de 4 de abril de 1838. O brazão d'armas consta de: um escudo esquartelado: no primeiro quartel as armas dos Araujos, em campo de prata uma aspa azul, carregada de cinco bezantes de ouro; no segundo as armas dos Travassos, em campo vermelho cinco flôres de trevo de ouro, em aspa; no terceiro quartel as armas dos Godinhos, escudo partido em pala: a primeira xadrezada de ouro e vermelho, de duas peças em faxa, e cinco em pala; a segunda tambem xadrezada do mesmo numero de peças em faxa e em pala, de ouro e azul; no quarto as de Valdez, oriundos, e do senhorio de Valdez, em Sevilha, e que depois passaram a Portugal, e serviram com distincção na India, e ali ganharam escudo d'armas, em campo vermelho, um elephante de sua côr, armado de prata; sobre este um castello de madeira de sua côr, ligado com cintas de prata. Em 1860, por occasião da morte do valente militar, publicou-se um opusculo com a sua biographia, por G. N., o qual tem por titulo: *O conde de Bomfim, noticia dos seus principaes feitos.*

Bomfim *(José Lucio Travassos Valdez, 3.º conde de).* General de brigada, par do reino, como successor de seu pae e avô, tomando posse na respectiva camara a 19 de abril de 1882, deputado por Angola, na legislatura de 1880 a 1881. N. a 10 de novembro de 1841. Foi estudante do Collegio Militar. E' filho do 2.º conde de Bomfim, José Bento Travassos Valdez, e da condessa, sua mulher, D. Eugenia Maria Alves, filha de José Joaquim Alves, vice-almirante reformado. Casou em 13 de setembro de 1873 com D. Luiza Angelica Pereira de Mello, filha dos 1.ºˢ viscondes do Barreiro. O titulo de conde foi em verificação de vida no titulo concedido a seu pae, e renovado por decreto de 29 de dezembro de 1870

Bomfim. Freguezia da cidade do Porto, no bairro oriental. A egreja parochial está situada ao norte da rua do seu nome. Sobe-se para este templo por uma alta escadaria de pedra lavrada, e do adro, pela sua elevação, se desfructa um bonito e vasto panorama. A antiga egreja era acanhada e de modestissima architectura, que fôra edificada em 1760 pelos devotos das visinhanças; este sitio era então habitado por familias pobres, em humildes casas, e pertencia á freguezia de Santo Ildefonso. Hoje a rua do Bomfim tem bons edificios. Com o grande desenvolvimento da população, desmembrou-se ha talvez uns 50 annos grande parte da freguezia de Santo Ildefonso, constituindo-se com essa parte a nova freguezia do Bomfim. Os sinos da egreja eram afinados por musica. No tempo do cerco do Porto existiu n'este local uma bateria do partido libertador. Em 29 de setembro de 1832 deu-se um violento combate entre este partido e o dos absolutistas, ficando estes derrotados, succumbindo na lucta muita gente de ambos os partidos. Em 1873 começou a construir-se a nova egreja que actualmente existe, no estylo moderno. Além do altar-mór tem 5 altares lateraes, sendo 2 á direita e 3 á esquerda. N'um d'elles vê-se o corpo de Santa Clara, muito venerada na cidade, o qual foi trazido de Roma em 1806 pelo pintor Teixeira Barreto. Na capella-mór ha um quadro a oleo, *O Calvario*, trabalho do pintor portuense Julio Costa. Na egreja tambem se vêem as imagens do Senhor do Bomfim e de Santo Antonio. Proximo fica a estação de Campanhã.

Bomfim. Pov. na freg. de S. Torquato, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de S. Braz e conc. da Chamusca, distr. de Santarem. ‖ Logar na freg. de S. Miguel, de Frossos, conc. e distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de S. Thiago, de Urra, conc. e distr. de Portalegre. ‖ Quinta na freg. de S. Bartholomeu, de Casal de Loivos, conc. de Alijó, distr. de Villa Real.

Bomguedo. Logar na freg. de S. Torquato, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bomjardim. Quinta nas proximidades de Bellas, pertencente aos marquezes de Borba. Tem bonita capella, onde existe uma grande imagem de Christo crucificado, de primorosa e commovedora esculptura. Ali se executaram festas religiosas com boa musica, em que tomavam parte distinctos amadores. O 2.º marquez de Borba era muito amigo de artistas, não só musicos, mas tambem de pintores. Domingos Sequeira era familiar da casa, assim como Leal Moreira, Marcos de Portugal, Baldi e fr. José Marques, que em 1834 foi hospede effectivo. O conde de Redondo, D. José Luiz Gonzaga de Sousa Coutinho de Castello Branco e Menezes, filho do 2.º marquez de Borba, foi um dos mais dedicados amadores de musica que tem havido em Lisboa. Aprendeu musica desde a infancia, applicando-se especialmente ao canto, e apaixonando-se por esta arte não perdeu nunca o habito de pratical-a mesmo nas circumstancias mais graves da sua vida, servindo-lhe a arte de lenitivo. Sendo militar, affeiçoado a D. Miguel, de quem foi ajudante de ordens, acompanhou-o sempre durante a guerra absolutista. Terminada a campanha retirou-se para a quinta do Bomjardim com sua familia, e ali tambem se refugiaram muitos dos mais dedicados partidarios da causa realista, que tinham perdido. Entre esses refugiados havia amadores de musica e musicos profissionaes, como fr. José Marques. Realisaram-se então esplendidas festas, conforme dissémos. Fr. José Marques improvisava as partituras, o proprio conde ajudava a tirar copias e os serões eram preenchidos com os ensaios. Toda a familia, assim como alguns hospedes, tomavam parte na execução. A semana santa, natal, e principaes festas do anno, fôram celebradas de fórma muito notavel em 1835 e 1836 na *Cathedral da Serra,* como então se chamava á capella do Bomjardim. Quando serenaram mais os animos politicos, o conde de Redondo veiu morar para o seu palacio de Santa Martha, e aquellas solemnidades continuaram a realisar-se na egreja do Coração de Jesus, fronteira ao palacio. O actual sr. marquez de Borba é tambem um musico distincto, seguindo brilhantemente as tradições artisticas da sua casa; pertence ao Conselho da Arte Musical e á Academia dos Amadores de Musica. Seu filho D. Francisco é o conhecido barytono Sousa Coutinho, que tem cantado nos theatros lyricos da Europa.

Bomjoia. Pov. na freg. de Santa Maria, de Campanhã, bairro oriental do Porto.

Bompalreu V. *Mompalreu.*

Bomtempo *(João Domingos)*. Pianista e compositor de musica muito afamado, que se tornou conhecido no estrangeiro, sendo calorosamente applaudido em Paris e em Londres. N. em Lisboa a 28 de dezembro de 1775, fal. na mesma cidade a 18 de agosto de 1842. Era filho de Francisco Saverio Buontempo, um dos musicos italianos que vieram a Portugal para o serviço d'el-rei D. José, e que a exemplo de muitos dos seus patricios aportuguezou o nome, passando a chamar-se Francisco Xavier Bomtempo. Sua mãe chamava-se Marianna da Silva Bomtempo, natural de Lisboa. Dedicando-se á musica desde a infancia sob a direcção paterna, aprendeu a tocar oboé, instrumento em que seu pae era especialista, sendo o primeiro oboé da orchestra real; ao mesmo tempo estudava piano e contraponto com os mestres do Seminario Patriarchal. Ainda não contava 14 annos completos, quando foi admittido na irmandade de Santa Cecilia, a 9 de julho de 1789, classificado como cantor da Bemposta. Seu pae falleceu em 1795, deixando numerosa familia em más circumstancias, e João Domingos Bomtempo, que já tinha 20 annos, foi nomeado para o logar de seu pae na orchestra real, com o encargo de sustentar mãe e irmãs, porque os irmãos todos encontraram collocação. Desejando aperfeiçoar-se na arte a que se dedicara, resolveu ir estudar fóra do reino, influido com o exemplo de Marcos de Portugal, que estava então na Italia. Em 1801, estando o paiz mais socegado das agitações politicas pelo tratado de paz assignado em Badajoz entre Portugal, Hespanha e França, sahiu de Lisboa, em direcção a Paris, levándo apenas comsigo duas peças de ouro e uma carta de recommendação escripta pelo barão de Sobral, Gerard Wenceslau Braamcamp. N'essa epoca existia em Paris uma numerosa colonia portugueza em que se encontravam alguns emigrados politicos, entre os quaes se contava o poeta Francisco Manuel do Nascimento, Filinto Elysio. Era justamente a epoca em que o consulado de Bonaparte succedera ao directorio republicano, epoca de reconstituição social, favoravel aos artistas, que se viam festejados nos salões parisienses, onde se reuniam aristocratas e burguezes, esquecendo passados odios e entregues á cultura do espirito. Com taes qualidades, um artista de natural vocação, estudioso e habil, dedilhando ao piano com facilidade, não podia deixar de ser bem acolhido no meio social em que se encontrava. Em 1802 chegou a Paris o creador da moderna escola de piano, Muzio Clementi, acompanhado do seu discipulo John Field. A impressão causada pelo novo estylo d'aquelle professor foi immensa, e Bomtempo decerto observou e estudou com a maior attenção os processos d'esse estylo, porque se identificou com elle adquirindo-o d'uma fórma completa e perfeita. A primeira composição que publicou, foi uma sonata dedicada a D. Carlota Joaquina, mulher do principe regente D. João, depois D. João VI. Existe na bibliotheca d'Ajuda, e tem o seguinte titulo: *Grande Sonate pour le Piano Forte, composée et dediée á Son Altesse Royale la Princesse de Portugal, par J. D. Bomtempo.* Sucessivamente publicou: *Primeiro concerto, em mi bemol, para piano e orchestra; Segundo concerto em fa menor, para piano e orchestra,* e umas variações sobre o *Minuete afandangado.* Esta primeira epoca, em que Bomtempo residiu em Paris, foi o seu periodo de estudo e iniciação; convivendo com artistas de primeira ordem, devia ter tirado d'essa convivencia o maximo proveito para o seu adeantamento. Filippe Libon, o mais applaudido violinista de França, n'essa epoca, foi seu amigo intimo, e com elle tocou em alguns concertos. No anno de 1809 compoz a sua primeira symphonia para orchestra, que se executou n'um concerto dado em janeiro de 1810. No outubro d'este anno partiu para Londres, onde foi brilhantemente recebido, alcançando amigos e grande protecção tanto entre a colonia portugueza, como entre as principaes familias inglezas, contando-se n'este numero a duqueza de Hamilton, cuja filha foi sua discipula. Estava então em Londres o artista Muzio Clementi, dirigindo a fabrica de pianos e imprensa de musica, por elle fundada, com quem Bomtempo travou relações intimas, assim como com os socios de Clementi, os irmãos Collard. A primeira composição impressa em Londres, parece ter sido umas variações sobre o thema de Paesiello: *Nel cor piú non mi sento.* Imprimiu-se depois o terceiro concerto, e o capricho e variações sobre o hymno inglez, com o titulo seguinte, escripto em inglez: *Capricho e Deus salve o Rei, com variações, composto e dedicado, com permissão, a sua Alteza o Duque de Sussex.* Publicou mais as suas primeiras *Tres grandes Sonatas para piano forte,* sendo a 3.ª com acompanhamento de violino obrigado. Quando chegou a Londres a noticia que o exercito anglo-luso havia expulsado definitivamenre de Portugal as tropas francezas, o embaixador portuguez, o conde do Funchal, D. Domingos de Sousa Coutinho, quiz celebrar este facto dando uma grande festa; Bomtempo compoz então uma *cantata,* que intitulou *Hymno Lusitano,* cuja poesia foi escripta pelo doutor Nolasco da Cunha. Esta composição causou o maior enthusiasmo, que as circumstancias da occasião ainda mais augmentaram, sendo ouvida pela mais escolhida sociedade ingleza, corpo diplomatico estrangeiro, que applaudiram o talentoso musico portuguez. Esta festa realisou-se em 13 de maio do 1811, dia do anniversario natalicio de D. João VI. O hymno imprimiu-se com o titulo: *Hymno lusitano consagrado á gloria de Sua Alteza Real o Principe Regente de Portugal e da Nação Portugueza.* Em seguida a esta festa, Bomtempo deu um grande concerto publico, onde se executou o hymno pela segunda vez. Publicou em seguida outras composições, cujos titulos, traduzidos dos inglez, são: *Primeira grande symphonia arranjada para dois executantes em um piano, e dedicada ao seu amigo João da Rocha Pinto pelo autor; Quarto grande concerto para piano forte que tenha as teclas addiccionaes agudissimas, e adaptado tambem para os instrumentos de construcção ordinaria, com acompanhamento de orchestra completa,* composto e dedicado a Mr. A. de Paiva, por J. D. Bomtempo. Esta musica foi executada pelo autor no seu concerto dado em Hanover Square. Publicou mais, tambem com os titulos em inglez: *Uma Sonata facil para piano forte com acompanhamento, á vontade, para violino,* composta e dedicada aos seus discipulos; *Grande*

fantasia para piano forte, composta e dedicada ao seu particular amigo, o sr. F. Pinto; *Duas Sonatas e uma Aria popular com variações para piano forte, com um violino de acompanhamento á vontade*, compostas e dedicadas aos srs. Oom. Bomtempo, sabendo que o paiz estava em socego por ter terminado a guerra peninsular, e desejoso de vêr sua familia, regressou ao reino em 1815, porém veiu encontral-o n'um estado de miseria, e os espiritos tão agitados pelas questões politicas que não permittia que brilhasse o seu talento. Ainda assim teve ensejo de se apresentar uma vez no seu meio favorito, que era a alta sociedade. O consul hespanhol em Lisboa, para solemnisar o facto de Fernando VII ter sido reintegrado no throno em consequencia da paz geral, deu uma festa diplomatica, e convidou o illustre artista para compôr, ensaiar e dirigir uma cantata allegorica, em cuja execução tomaram parte as sobrinhas e parentes do referido consul. A cantata teve o titulo de *O annuncio da paz*, realisando-se a festa em 30 de maio. Tendo visto estabelecer-se em Londres com grande exito, em 1812, a celebre *Sociedade phylarmonica*, que existe ainda hoje, tentou reproduzil-a em Lisboa, chegando a fazer algumas tentativas, mas a idéa não foi ávante, e Bomtempo voltou a Londres, onde publicou mais tres *Sonatas* de sua composição. Escreveu tambem um methodo de piano com o seguinte titulo: *Elementos de musica e methodo de tocar piano forte, com exercicios em todos os generos*, etc., obra offerecida á nação portugueza. Tambem em 1815 e 1816 compoz uma valsa e uma marcha. Esta viagem a Londres parece ter sido principalmente com o intuito de activar a impressão das ultimas composições. Sahindo de Londres passou a Paris, e d'ali regressou a Lisboa, onde chegou pelos fins do anno de 1816, vindo encontrar o paiz de luto pela morte de D. Maria I, o que muito o contrariou. Terminando o luto tentou dar um concerto publico, mas não pôde realisal-o. Partiu de novo para Paris, na peor epoca para a cultura das artes. Reinava Luiz XVIII, e esse reinado foi uma constante agitação politica. Estando depois em Lisboa, escreveu uma missa de *Requiem* consagrada á memoria de Camões. Mandou-a para Londres onde se imprimiu, lendo-se o seguinte no frontispicio: *Messe de Requiem à Quatre voix, Chœurs, et grand Orchestre, Ouvrage consacré à la Mémoire de Camões.* Diz-se ser esta a obra prima de Bomtempo. Voltou pela terceira vez a Londres, gozando sempre da maior consideração. Chegando o anno de 1820, e o dia 24 d'agosto, que marcou a primeira data na historia da nossa guerra civil, regressou a Lisboa, e apresentam-se na sessão das celebres, populares côrtes que se reuniram, em 9 de março de 1821, offerecendo ao Soberano Congresso uma nova missa composta por elle em homenagem á regeneração portugueza. Foi geralmente applaudido. A missa não se imprimiu, mas cantou-se em S. Domingos na festa do dia 28, a que se seguiu um *Te-Deum*, tambem da sua composição. No dia 20 de outubro de 1821 celebrou-se a memoria de Gomes Freire de Andrade e dos suppliciados de 1817, para a qual escreveu Bomtempo uma nova missa de *requiem*. Tornara-se o musico favorito do governo constitucional, D. João VI estimava-o muito, e foi elle ainda o escolhido para dirigir a parte musical nas exequias de D. Maria I, celebradas por occasião de se trasladarem para Lisboa os seus restos mortaes. Estas exequias fôram executadas por distinctos amadores de musica. Bomtempo conseguiu então realisar a sua idéa de instituir uma Sociedade Philarmonica, como a de Londres, e para isso installou-se n'uma casa da rua nova do Carmo, começando em agosto de 1822 a primeira serie dos notaveis concertos periodicos, em que prestou grandes serviços á arte, desenvolvendo o gosto pela boa musica, agrupando um conjuncto de excellentes amadores, que por elle consagravam adoração, incitando-os a aperfeiçoarem-se. A sociedade tomou rapido incremento. Os seus concertos, porém, fôram prohibidos, quando se deu a contra revolução em virtude da Villafrancada, promovida pelo infante D. Miguel em 27 de maio de 1823. Com a protecção de que Bomtempo gozava, tanto no paço como na alta nobreza, conseguiu tempo depois que a Sociedade Philarmonica continuasse, e o duque de Cadaval cedeu para os concertos a parte do seu grande palacio, denominado *Palacio velho*, que tinha amplos salões luxuosamente decorados, tendo uma grandiosa entrada. Este palacio estava situado no local onde hoje vêmos a estação central dos caminhos de ferro. Inaugurou-se esta segunda e poca, que foi a mais auspiciosa. Inscreveram-se então como socios muitas pessoas da nossa primeira sociedade, em que figuraram os duques de Cadaval e de Lafões, condes de Subserra, marquezes de Palmella, muitos outros titulares, membros do corpo diplomatico, banqueiros, commerciantes, homens de letras, etc. A musica que principalmente se executava nos concertos, era de Bomtempo, executando-se tambem as de Haydn, Mozart, Cherubini e de outros mestres classicos então em voga. A primeira serie de seis concertos effectuou-se com toda a regularidade, conforme se annunciara na *Gazeta*, em todas as terças feiras comprehendidas entre 9 de março e 20 de abril de 1824. A segunda serie, que começou a 27 de abril, soffreu interrupção por causa da revolta conhecida pela *Abrilada*, em 30 d'esse mez. O segundo concerto só se effectuou em 18 de maio, seguindo os outros até principio de julho Continuaram as series, que se interromperam em março de 1826, por causa do fallecimento de D. João VI, e apezar do consentimento, passado um mez, para funccionarem os theatros, e de se annunciarem na *Gazeta* de 18 de maio tres concertos em 23 e 30 d'esse mez, sendo o ultimo em 6 de junho, estes concertos fôram-se addiando repetidas vezes, chegando a realisar-se um d'elles a 13 de fevereiro de 1827. Com a aproximação da guerra civil, começou a decadencia da Sociedade Philarmonica que por fim terminou, quando D. Miguel entrou a barra de Lisboa e as côrtes fôram disssolvidas, começando o governo absoluto. Bomtempo, apezar das altas protecções de que dispunha, viu-se obrigado a refugiar-se no consulado da Russia, porque o consul, Carlos de Razewich, era seu amigo intimo, e assim passou em segurança até que se restabeleceu o regimen constitucional. D. Pedro IV nomeou-o professor de D. Maria II e condecorou-o com a commenda da ordem de Christo. Depressa recuperou na côrte o prestigio que outr'ora gozara. Quando se commemorou o primeiro anniversario da morte de D. Pedro, em 1835, compoz uma

symphonia funebre e um *libera-me*, para se executarem nas exequias. Fundando-se o Conservatorio por decreto de 5 de maio do referido anno de 1835, ficando annexo provisoriamente á Casa Pia, teve como professores os do Seminario Patriarchal, que fôra extincto, e por director Domingos Bomtempo (V. *Conservatorio*). Mais tarde, estando já no edificio que actualmente occupa, realisou-se em 7 de agosto de 1842, na egreja dos Caetanos, uma solemnidade em que os professores e os alumnos executaram uma festiva missa escripta por Bomtempo e que elle proprio dirigiu. Foi esta a sua ultima manifestação artistica, porque dez dias depois falleceu, victima d'uma apoplexia. Em Lisboa causou a maior consternação a sua morte, fizeram-se pomposas exequias, e D. Maria II deu ordem que o feretro fôsse conduzido em coche da Casa Real. Em 5 de novembro o Conservatorio celebrou tambem solemnes exequias na egreja dos Caetanos, executando-se a missa de *requiem*, que Bomtempo consagrara á memoria de Camões, e o *libera-me*, que escrevera para as exequias de D. Pedro IV. Bomtempo casara em outubro de 1836 com D. Maria das Dôres de Almeida. D. Maria II e el-rei D. Fernando fôram padrinhos de seu filho, o sr. Fernando Maria Bomtempo, que nasceu a 23 de agosto de 1837. No *Diccionario biographico de musicos portuguezes*, de Ernesto Vieira, vem publicada a biographia e o retrato d'este notavel professor, vol. I, paginas 105 e seguintes.

Bomtempo *(José Maria)*. Medico da Real Camara, formado em medicina e philosophia pela Universidade de Coimbra, fidalgo Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo e da imperial da Rosa do Brazil, physico-mór de Angola e na côrte do Rio de Janeiro, membro titular da Academia Imperial de Medicina, socio correspondente da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, da Academia Medica da Bahia, da Sociedade d'Emulação Medica de Barcelona e d'outras corporações scientificas, etc. Nasceu em Lisboa a 15 de agosto de 1794, falleceu a 2 de janeiro de 1843. Era irmão mais velho do professor João Domingos Bomtempo (V. *este nome*). Depois de concluidos os estudos em Coimbra, regressou a Lisboa em 1798, e foi nomeado physico-mór d'Angola, medico da Real Camara, juiz commissario do Tribunal do Proto-medicato, e em 1808 delegado do physico-mór do reino no Rio de Janeiro, onde prestou importantes serviços durante muitos annos e foi director interino da Academia Medico-Cirurgica, para a qual compoz alguns compendios. Tendo requerido a jubilação, retirou-se á vida privada. Escreveu: *Compendios de materia medica, organisados*, etc., Rio de Janeiro, 1814; *Compendios de medicina pratica, feitos por ordem de Sua Alteza Real*, etc., Rio de Janeiro, 1815; *Trabalhos medicos, offerecidos á magestade do Sr. D. Pedro I*, etc., Rio de Janeiro, 1825.

Bomzinho *(Monte do)*. Na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Vimieiro, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Bon de Sousa *(Augusto Cesar)*. General reformado, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, commendador e cavalleiro da ordem militar de S. Bento d'Aviz, official da de S. Thiago, da de S. Jacques do merito scientifico em França, e da de Torre e Espada, condecorado com a medalha militar de prata das classes de bons serviços e compartimento exemplar; official de Instrucção Publica, de França, director dos telegraphos e pombaes militares no continente; foi tambem director na extincta direcção geral dos telegraphos do reino. Nasceu a 11 de fevereiro de 1832. Filho do barão de Pernes, o tenente-general Pedro Paulo Ferreira de Sousa, par do reino, vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar, etc., e de sua mulher D. Helena Agueda Bon, filha de Antonio Pedro Bon e de D. Maria Elisa de Massuellos. Em 1875 vieram para Portugal alguns casaes de pombos de raça apropriada, por intervenção do nosso ministro em Paris, e offerecidos por Mr. La Perre de Roo. Não se fez logo applicação ao fim para que vinham destinados. Mais tarde o ministro da guerra então João Chrysostomo de Abreu e Sousa, desejando completar a instituição dos pombos correios, encarregou Bon de Sousa d'este serviço, o qual, tratando logo de se instruir nas muitas publicações que sobre este assumpto se tem feito no estrangeiro, reconhecendo que se tornava preciso ensinar tambem o pessoal inherente á instituição na fórma de proceder durante as differentes phases por que passam os pombos, resolveu-se a escrever um livro, não só para haver a maior uniformidade no ensino, mas para lhes servir de guia por onde se pudessem regular sem auxilio estranho. A estação dos Pombos Correios foi installada no antigo convento da Penha de França. Escreveu: *Ante-projecto de organisação de telegraphia militar, seguida de elementos de telegraphia electrica, theorica e pratica*, Lisboa, 1876; *Serviço dos pombos correios no exercito em campanha e seu emprego no recreio e industria particular*, Lisboa, 1881; *Memoria sobre a telegraphia electrica-militar na exposição de electricidade em Paris, 1881, seguida de um tratado de telegraphia de signaes para uso do exercito*, Lisboa, 1883; d'esta obra foi extrahido um opusculo, intitulado *Traité de telegraphie militaire par signaux*, Paris, 1885, que primeiramente sahiu no *Journal des sciences militaires*, e mais tarde em tiragem especial; o ministerio francez tomou um consideravel numero de exemplares para distribuir por differentes corpos; *Manual para a execução da telegraphia optica (edição official)*, Lisboa, 1887; este *Manual* distribuiu-se aos corpos, com o intuito de instruir as praças na telegraphia de signaes, que é de toda a utilidade saber-se, para poder ser empregada em campanha, quando se não possa dispôr de telegraphos electricos, telephones, etc.; *Projecto e instrucções para o estabelecimento de pombaes militares no continente de Portugal*, Lisboa, 1888.

Bonança *(João)*. Escriptor contemporano. N. em Lagos em 1836. Obrigado por instancias de sua familia, entrou no estado ecclesiastico, sem ter vocação alguma. Estudou, no entretanto, as materias proprias para essa profissão, alcançando distincções durante o curso. Os estudos da sua predilecção, como elle proprio confessava, eram os da historia e da philosophia. Em 1862 veiu para Lisboa, e dedicando-se á litteratura, collaborou no *Algarviense*, onde, entre outros artigos, escreveu alguns contra a pena de morte. A sua vida de escriptor, póde dizer-se que começou publicando no *Archivo Commercial*, jornal de Antonio Maria Pereira Serzedello Junior, José Maria de Andrade e Albano Augusto Gourgel, arti-

gos sobre a historia do paiz, que formavam a introducção á *Historia da Civilisação em Portugal*, que ficou interrompida por ter acabado aquelle periodico. N'esses artigos tratava da abolição da pena de morte, do estabelecimento do registo civil, da ampla liberdade da imprensa, descentralisação administrativa, o alargamento e representação das minorias, liberdade de associação e de reunião, etc. Quando em 1866 se discutiu nas camaras legislativas o Codigo Civil, João Bonança escreveu um opusculo em defeza d'essa democratica instituição, em cuja lucta teve por seu lado Alexandre Herculano. Foi proveniente da agitação produzida no publico, que o registo civil ficou consignado no Codigo. Como, porém, a sua execução ficasse dependente do respectivo regulamento, e este se demorasse, Bonança continuou sustentando a execução da lei nos seus fundamentaes principios, propagando as suas doutrinas pela imprensa, nos centros operarios e associações politicas, onde elle era um dos mais notaveis e principal influente. Em vista d'esta campanha o regimen social principiou a perturbar-se, e o estado viu-se compellido a fazer o regulamento que obrigava a immediata execução d'essa mesma lei. Em 1868 publicou João Bonança as *Questões da actualidade*. Fôra apresentado em côrtes um projecto contra a mendicidade, sendo o melhor remedio para a combater os asylos. João Bonança, com argumentos acompanhados de exemplos, demonstrou á face da sciencia e da logica que os asylos, longe de extinguirem a pobreza, eram um energico attractivo do seu desenvolvimento, aconselhando, entre outros meios demolidores do pauperismo, o estabelecimento de colonias agricolas nos terrenos incultos. Publicou depois a *Religião e a politica;* foi por esta epoca, 1870, que Bonança deixou o estado social que exercera oito annos. Em consequencia d'esta resolução, em que abandonara aos adversarios alguns annos de trabalho premiado n'um curso scientifico, surgiram difficuldades de tal ordem na sua missão civilisadora e proteccionista, que outro qualquer menos arrojado succumbiria. D'esse opusculo publicou-se nova edição em 1871, com o titulo: *A religião e a politica, ao padre Americo, vigario capitular da sé de Lisboa e bispo eleito do Porto. Segunda edição augmentada com a critica e polemica sobre a vida e costumes do autor*, etc. Este trabalho ainda teve mais edições. Bonança affrontou a lucta, e em 1872 publicou o *Seculo e o clero, estudo historico e social*, onde a sociedade portugueza é profundamente estudada no periodo historico de

João Bonança

1820 a 1840. Simultaneamente redigia a *Republica Federal*, e fundava o *Trabalho*, os primeiros jornaes republicanos que se publicaram em Portugal. Em 1875 publicou em Coimbra a *Reorganisação social*, dedicada aos trabalhadores e proprietarios. Esta obra foi largamente criticada por Teixeira de Vasconcellos no *Jornal da Noite*, José Ribeiro Guimarães no *Jornal do Commercio* e Antonio Rodrigues Sampaio na *Revolução de Setembro*. No *Jornal de Coimbra* de 18 de março de 1875, lia-se o seguinte: «O livro do sr. João Bonança é um verdadeiro tratado das questões mais palpitantes da actualidade. Encarando os assumptos sociaes e religiosos debaixo do ponto de vista puramente scientifico, seguiu o seu illustrado autor os principios mais avançados da escola liberal, e teve a coragem recommendavel, pela franqueza, de tirar e acceitar todas as suas consequencias. Em assumptos sociaes manifesta-se um verdadeiro socialista. A *Reorganisação social* constitue uma verdadeira corôa que ennobrece grandiosamente a fronte do seu autor.» Quando em 1868, o ministerio reformista subiu ao poder, as difficuldades financeiras levaram alguns chefes d'esse partido á tentativa de vender a provincia de Moçambique a uma companhia allemã. João Bonança, que escrevia no *Nacional*, atacou violentamente esta idéa mostrando com factos e argumentos, que aquella possessão africana era a zona mais rica do mundo, por isso que pelas exportações da sua alfandega confirmava perfeitamente o conceito que d'essa região faziam os viajantes e naturalistas; portanto, Portugal não podia despojar-se d'essa provincia de incontestavel importancia. Estes artigos produziram a maior sensação, e a provincia de Moçambique não foi vendida. Em 1889 publicou a *Historia da Lusitania e da Iberia.* N'este trabalho descreve-se a Lusitania e a Iberia desde os tempos primitivos até ao estabelecimento definitivo do dominio romano. A *Revista popular de conhecimentos uteis* diz que esta obra tem sido objecto de largas criticas nacionaes e estrangeiras, e todos são concordes em reconhecer que o methodo de escrever a historia é original e inteiramente differente dos até aqui seguidos. A imprensa occupou-se muito d'este trabalho, publicando artigos elogiosos. João Bonança tem collaborado em diversos jornaes; no *Diario de Noticias*, ha muitos annos, inseriu um romance em folhetins; na *Revolução de Setembro* um estudo sob o titulo de *Physiologia dos ladrões;* na *Independencia Nacional* diversos artigos, serie que não continuou, por terminar a publicação por motivo de dissidencias havidas entre as pessoas que concorriam para a sua manutenção. Ultimamente compoz um novo trabalho, interessante e curioso, intitulado: *Encyclopedia de applicações usuaes*, publicado n'um volume.

Bonança. Pov. na freg. de S. Paio, de Fão, conc. de Espozende, distr. de Braga. ‖ Fazenda na freg. de S. Vicente e conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Bonaval. Pov. na freg. de S. Mamede, de Ventosa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Bondança. Pov. na freg. de S. Pedro, de Manhouce, concelho de S. Pedro do Sul, districto de Vizeu.

Boudel. V. *Boudel.*

Bondelho *(Quinta de)*. Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Covas, conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Bondo. Pequena povoação da Africa Occidental, na barra e margem direita do rio Dande, concelho da Barra do Dande, districto de Loanda e provincia de Angola.

Bondol. Povoação da circumscripção de Quirlapale do commando militar e concelho de Sanguem, districto de Gôa, na India.

Bonecal. Logar na freg. de S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Monte na freg. de S. Marcos do Campo, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora.

Bonecos. Logar na freg. de N. S.ª da Annunciada, de Aldeia de Paio Pires, conc. do Seixal, distr. de Lisboa. || Horta na freg. de Santa Barbara, conc. de Borba, distr. de Evora. || Quinta na freg. de N. S.ª do Bispo e conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Quinta na freg. de N. S.ª das Neves, conc. e distr. de Beja. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Bonejo. Monte na freg. de S. Barnabé, de Ervedal, conc. de Aviz, distr. de Portalegre.

Bonfim. V. *Bomfim.*

Bonfim. Pequena enseada ou praia da Africa Occidental, no limite S do distr. de Benguella, provincia de Angola, situada em 13°45′ lat. S, na costa do territorio dos Mucoandos.

Bonga-Bouga. Pov. da Africa Occidental, na margem direita do rio Loge, distr. e prov. de Angola, conc. do Ambriz.

Bongo. Territorio da Africa Occidental, prov. de Angola, distr. de Benguella. O governador geral da provincia João da Silva e Sousa estabeleceu, em 1682, n'este territorio, o presidio de Caconda, que depois foi transferido para as terras do soba Quitata, onde existe com prosperidade.

Bongue. Confluente do rio Zambeze ou Luabo, na Africa Oriental, distr. de Tete, provincia de Moçambique. Nasce na serra Vunga.

Bonifacio *(Casal do)*. Na freg. de S. Nicolau, conc. e distr. de Santarem.

Bonito. Casal na freg. de N. S.ª da Salvação e conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Vicente do Paul, conc. e distr. de Santarem.

Bonitos. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Almagreira, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Bons *(Monte dos)*. Na freg. de S. Thiago, de Urra, conc. e distr. de Portalegre.

Bons Annos *(Horta dos)*. Na freg. de S. Julião e conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Bons Ares. Logar na freg. de S. Pedro, de Azurem, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bons Signaes. Rio, ou antes braço de rio, ao norte da bifurcação do Zambeze, que fórma, conjunctamente com o rio Luabo ou braço do sul, a 125 k. da barra, o delta do Zambeze. Foi assim denominado por Vasco da Gama, quando este navegador, em 1497, percorria a costa oriental da Africa e emprehendia a descoberta do caminho para a India. Actualmente é conhecido pelo nome de rio Cuama. Banha Quelimane.

Boque. Pov. na freg. de S. Pedro, de Villarinho, conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

Boqueirão. Ilha da Madeira: pov. na freg. de N. S.ª da Ajuda, de Serra d'Agua, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal; pov. na freg. da Santissima Trindade, de Tabua, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || Casal na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Thiago dos Velhos, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

Boqueiro. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Montaria, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Boques. Logar na freg. de S. Miguel, de Gemeos, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga

Boquete. Logar na freg. de S. Braz, de Varzea, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Boquilobo. Pov. na freg. de S. Simão, de Brogueira, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Boquinha. Pov. na freg. de S. Salvador, de Gandarella, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Borba *(Fr. Diogo de)*. Nasceu em Borba, formou-se em Salamanca, foi mandado á India por D. João III em companhia do primeiro bispo de Gôa, missionou nos arredores d'aquella cidade, e fundou o celebre collegio da Santa Fé em 1541, collegio que em 1544 foi entregue aos jesuitas. Falleceu em 1555.

Borba *(Fernando Maria de Sousa Coutinho Castello Branco e Menezes, 11.º conde de Redondo e 2.º marquez de)*. Védor da Casa Real, 12.º senhor de Gouvêa, par do reino em 1826; grã-cruz da ordem de S. Thiago e da de N. S.ª da Conceição; commendador de Santa Maria de Gundar, na ordem de Christo; tenente-coronel de cavallaria; um dos governadores do reino, e presidente do real erario em 1810. N. a 26 de outubro de 1776, fal. a 5 de março de 1834. Era filho do 13.º conde de Redondo e 1.º marquez de Borba, Thomé Xavier de Sousa Coutinho de Castello Branco e Menezes, e de D. Margarida Telles da Silva, filha dos 2.ºs marquezes de Penalva. Succedeu na casa de seu pae a 13 de outubro de 1813. Assentou praça em cavallaria, e chegou ao posto de tenente-coronel. Casou a 15 de maio de 1796 com D. Eugenia Manuel, dama da rainha D. Maria I, e das ordens de Santa Izabel e de S. João de Jerusalem, filha dos 3.ºs marquezes de Tancos. O marquez de Borba era grande amador de musica, protegia muito os artistas, tanto musicos como pintores, chegando a reunir sempre em sua casa artistas afamados, como Domingos de Sequeira, Leal Moreira, Marcos Portugal, Baldi, fr. José Marques e outros. Toda a familia dos condes de Redondo era enthusiasta pela musica, e n'ella se encontravam, e ainda hoje se encontram, distinctos amadores (V. *Redondo)*. O titulo de marquez de Borba foi renovado no 2.º marquez, por decreto de 20 de março de 1812.

Borba *(D. Fernando Luiz de Sousa Coutinho, 3.º marquez de)*. Official-mór da Casa Real, vogal da Junta do Credito Publico, successivamente reeleito pela assembléa dos juristas; par do reino por direito de successão, mas de que nunca quiz tomar posse; diplomado com o curso de agronomo, sendo alumno distincto em todos os annos. N. a 10 de julho de 1835. E' filho do conde de Redondo, D. José Luiz Gonzaga de Sousa Coutinho Castello Branco e Menezes, e de sua mulher, a condessa D. Maria Luiza José da Costa, dama da ordem de S. João de Jerusalem. O sr. marquez de Borba foi veador da infanta D. Izabel Maria. Casou

em 22 de setembro de 1858 com D. Maria José de Portugal e Castro, filha herdeira do titulo dos marquezes de Valença, e condes de Vimioso, D. Francisco de Paula de Portugal e Castro, e D. Maria Domingas de Castello Branco. O sr. marquez de Borba faz parte do Conselho de Arte Musical e da Academia dos Amadores de Musica, não desmentindo na sua predilecção pelas artes, especialmente pela musica, as tradições que de ha muito distinguem a familia dos condes de Redondo, a que pertence. O sr. marquez de Borba tem tres filhos: o actual sr. conde de Redondo e de Vimioso, D. José Luiz de Sousa Coutinho; D. Francisco e D. Simão, sendo o segundo o conhecido barytono Sousa Coutinho.

Borba *(Padre Thomaz Vaz).* Presbytero, regente da Collegiada dos Martyres, professor de harmonia no Conservatorio. Nasceu em Angra do Heroismo a 23 de novembro de 1867, filho de Antonio Vaz de Borba e D. Maria Lucia da Conceição Borba. Fez os seus primeiros estudos no seminario de Angra, aprendendo musica na escola da cathedral da mesma cidade. Tomou as respectivas ordens sacras em agosto de 1890, recebendo todas as ordens no mesmo acto. Desde muito cedo revelou a sua vocação musical, compondo por curiosidade varias missas, *Te-Deum*, etc., que attrahiram para o autor as attenções dos seus conterraneos. Em 1891 veiu para Lisboa, a fim de se matricular no Conservatorio, onde cursou simultaneamente as aulas de piano e harmonia, em que todos os annos ficou approvado com distincção. Em 1893 matriculou-se no Curso Superior de Letras, que concluiu em 1896, saindo distincto nos exames de litteratura portugueza e de sãoskristo. Em janeiro de 1901 fez concurso para a cadeira de harmonia no Conservatorio, sendo provido em outubro do mesmo anno. Como maestro tem o rev. padre Borba uma longa serie de trabalhos, e um dos mais notaveis é a grande *Missa* que foi executada na Real Capella dos Martyres, com a assistencia de Suas Magestades. Muitos outros trabalhos tem produzido o mesmo maestro, tanto em musica sacra como profana. Entre as suas composições publicadas temos nota das seguintes: *Lembras-te?*, romança para piano e canto, letra de Antonio Barbosa, poeta brasileiro; *Senhor, eu sou teu filho*, melodia religiosa, para piano e canto, sendo a letra o soneto de Anthero de Quental, *Ignoto Deo; Barcarola*, para piano e canto, letra de Santos Tavares; *Fado do Limoeiro*, escripto para a peça *Os dramas do Limoeiro*, original do seu compatricio Faustino da Fonseca; *Bonina*, valsa para piano; *Barca dos R R*, varios numeros de musica escriptos para a recita dos quintanistas de theologia e direito da Universidade de Coimbra, no anno de 1898-1899; distinguindo-se os numeros da *Barcarola* e do *Fadinho*.

Borba *(Thomé José Xavier de Sousa Coutinho de Castello Branco e Menezes, 13.º conde de Redondo e 1.º marquez de).* Vedor da Casa Real, alvará de 22 de agosto de 1791, grã-cruz da ordem da Torre e Espada, 11.º senhor de Gouvêa, Figueiró dos Vinhos e Pedrogam; padroeiro de Santa Cecilia de Villaça. N. a 22 de julho de 1753, fal. no Rio de Janeiro a 13 de outubro de 1813. Era filho do 12.º conde de Redondo, Fernão de Sousa Coutinho, e de sua mulher, a condessa D. Maria Antonia da Conceição e Menezes, filha de D. Diogo de Menezes e Tavora, commendador de Vallada na ordem de Christo, e de sua mulher D. Maria Barbara de Breiner. Succedeu na casa de seu pae a 6 de agosto de 1791 e no titulo de conde do Redondo, sendo elevado a marquez de Borba por decreto de 15 de dezembro de 1811. Casou em 1775 com D. Margarida Telles da Silva, filha dos 2.os marquezes de Penalva, Manuel Telles da Silva e D. Eugenia Marianna Josepha de Menezes da Silva. O marquez de Borba acompanhou a côrte para o Brasil em 1807, e nunca mais voltou a Portugal.

Borba *(D. Vasco de Menezes Coutinho, conde de).* Celebre capitão das nossas guerras africanas. Governava a praça de Arzilla em 1508, quando D. João de Menezes, seu cunhado, pensou em tomar Larache, e chamando a Tanger, onde governava, o conde de Vianna, D. Duarte de Menezes, o conde de Borba conferenciou com esses dois capitães afim de combinarem os meios mais proprios para realisarem a empresa que sonhavam. Mas, quando estavam reunidos os tres officiaes, souberam que o emir de Fez marchava sobre Arzilla com um formidavel exercito. Correu logo o conde de Borba a tomar o seu posto, e D. João de Menezes ficou reunindo forças para ir em seu soccorro. O exercito do emir de Fez era dos maiores que os moiros até ali tinham reunido contra nós, sobretudo estava bem fornecido de artilharia e de engenheiros, o conde de Borba viu-se compellido a concentrar a resistencia no castello, abandonando a cidade. Quando D. João de Menezes chegou e viu a cidade em poder do inimigo, ficou em transes angustiosos, por não saber se o castello tambem se rendera. Aventuraram-se a ir saber noticias dois valentes portuguezes, que atravez de muitos perigos se aproximaram do castello, e não foi pequeno o seu jubilo quando viram d'uma das janellas da fortaleza uma dama, a propria condessa de Borba, acenar-lhes que o castello estava em nosso poder. D. João de Menezes ficou contentissimo, comtudo só o que pôde fazer, foi lançar alguns reforços no castello, fazendo desembarques audaciosos, e informar do perigo de Arzilla o governo portuguez, o almirante hespanhol Navarro, que cruzava no estreito de Gibraltar, e os governadores das praças de Andaluzia, porque a causa era commum. No reino houve logo um grande enthusiasmo para se soccorrer Arzilla, chegando-se a reunir perto de 20:000 homens, a cuja frente o proprio rei D. Manuel parecia tencionar collocar-se, porque logo partiu a marchas forçadas em direcção ao Algarve. Não foi necessario tanto; a chegada da esquadra hespanhola, e a constancia com que o conde de Borba resistia, já tinham feito levantar o assedio, quo ficou sendo uma gloria immortal para o nome do conde de Borba. O titulo foi concedido de juro e herdade, por mercê de D. João II, em recompensa de elle lhe ter denunciado a traição do duque de Vizeu, passando-lhe carta de doação, e concedendo-lhe outras mercês, em Santarem, por carta regia de 16 de março de 1486. D. Manuel mudou depois este titulo no de conde de Redondo, com o senhorio de Paiva, e as mesmas prerogativas de juro e herdade, conforme a lei mental, de que se passou nova carta em Lisboa a 2 de junho de 1500, ficando D. Vasco Coutinho sendo o 1.º conde de Redondo. V. *este titulo*.

Borba. Villa da provincia do Alemtejo, séde de conc., com. de Villa Viçosa, distr. e arceb. de Evora. Tem duas freguezias, a matriz, N. S.ª das Neves, e S. Bartholomeu. Está situada n'um valle ameno e alegre, um dos melhores locaes d'aquella provincia, em frente de Villa Viçosa, e por ser muito saudavel e pittoresca lhe chamam a *Cintra do Alemtejo.* A pov. é antiquissima, julga-se que foi fundada pelos gallo-celtas 974 annos antes de Christo, ou 306, como outros querem. Esteve por largos annos sujeita ao dominio de Roma, depois ao dos godos e outros povos do norte, que destruindo o imperio Romano, avassallaram toda a peninsula hispanica, e d'estes passou ao dos arabes, que a seu turno os venceram e desalojaram das terras conquistadas. D. Affonso II, em 1217, a tomou aos arabes, e desde então ficou sendo parte integrante da monarchia portugueza. Este monarcha a mandou povoar, dando-lhe muitos privilegios para attrahir habitantes. Mais tarde D. Diniz deu-lhe foral, por carta regia, datada de Santarem a 15 de junho de 1302, concedendo-lhe o foral de Extremoz, com todos os privilegios, que eram muitos, diversos e grandes, porque, apezar das isenções e privilegios, que já tinha, ainda n'esta epoca estava quasi despovoada. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 1 de junho de 1512. Attribue-se a el-rei D. Diniz a fundação do castello, mas a este respeito ha duvidas, porque existe no castello uma pedra com dois malhos esculpidos, emblema da ordem dos Templarios, e como esta ordem possuia um convento no sitio proximo ainda hoje chamado os *Mosteiros*, suppõe-se que fôssem os cavalleiros do Templo os edificadores, e que D. Diniz sómente o reparasse. O velho castello ergue-se junto das muralhas da villa para o lado do nascente. Tem no meio uma praça, para onde deita uma alta torre quadrangular, em que se vêem uns toscos e mal distinctos caracteres, e os dois malhos, acima citados. Hoje tudo está em ruinas. Além dos privilegios do foral, Borba ainda tinha o dos caseiros da Casa de Bragança, a que pertencia, tendo sido n'outro tempo cabeça de condado, e depois de marquezado. A palavra *Borba*, dizem muito os etymologistas ser derivado d'um grande barbo, que em epocas muito remotas appareceu n'uma fonte que está dentro do castello, proximo da egreja de Misericordia; outros dizem que fôram dois barbos, e allegam o brazão da villa, que representa simplesmente um escudo com dois peixes a sair d'agua. Acerca do brazão, porém, ha diversas opiniões, querendo uns que seja um castello e ao pé uma fonte com um barbo, e outros um rochedo sobre a agua, da qual sáem dois barbos, e consta estar pintado assim na Torre do Tombo. A opinião que encontramos mais seguida, é a que a nossa gravura representa. Borba foi saqueada em 1662 por D. João d'Austria, filho

Brazão da villa de Borba

natural de Filippe IV. Foi entre Borba e Redondo que se feriu a grande batalha de *Montes Claros* em junho de 1665, em que os hespanhoes ficaram derrotados (V. *Montes Claros).* A egreja matriz de N. S.ª das Neves é um bom templo de tres naves, sustentadas por quatorze columnas de marmore branco, sete de cada lado; e com um bello portal, tambem de columnas. Foi edificada em 1401 por D. fr. Fernando Rodrigues de Sequeira, mestre da ordem de S. Bento d'Aviz, á qual esta egreja pertencia, como consta da inscripção que se vê em uma pedra na parede da egreja. A data de 1401 da era de Cesar, que então prevalecia, corresponde a 1363 da era christã. O rei, como governador e administrador perpetuo do mestrado da ordem de Aviz, é que apresentava o prior, que tinha alguns generos e 20$000 réis em dinheiro. A freguezia tinha tambem tres beneficiados curados da mesma apresentação, um thesoureiro, tendo todos alguns generos, recebendo em dinheiro 10$000 réis os beneficiados, e 6$000 réis o thesoureiro, que tudo pagava o commendador de Borba, da ordem de Aviz. A freguezia de S. Bartholomeu é d'uma só nave e de construcção mais moderna. O prior é da mesma apresentação que o da matriz, tendo os mesmos rendimentos, mas o thesoureiro, além dos generos, recebia só 4$000 réis em dinheiro. Na area d'esta freguezia está o convento de religiosas franciscanas de Santa Clara, fundado em 1600 pelo licenciado Antonio Cardeira, e que tinha a invocação de N. S.ª das Hervas ou das Cervas. N'esta freguezia houve tambem o collegio dos religiosos de S. Paulo 1.º eremita, fundado em 1704 pelo dr. João Gomes Pinto, chantre da sé de Coimbra, com obrigação de duas missas por dia, rezadas por alma do fundador. Borba tem hospital e egreja da Misericordia, que foi reedificada no principio do seculo XVIII. Na villa encontram-se mais as ermidas de Santo Antonio e de S. Sebastião, e as capellas dos terceiros de S. Francisco. Fóra dos muros ainda ha cinco ermidas. Borba tem ruas espaçosas, escolas para ambos os sexos, estação postal e telegr. com serviço de emissão e pagamentos de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. L. e R. A. S. Extremoz; hoteis, notario, medicos, pharmacias, sociedades de recreio: *Gremio Borbense*, *Philarmonica nova* e *Philarmonica velha*, estalagens, fabricas de cal e de tijolo. A casa da camara é um dos melhores edificios municipaes que existem no reino; tem um bom matadouro; os campos são bastante arborisados. Borba é abundante d'agua; vêem-se muitas fontes, tanto dentro da villa como fóra das suas muralhas, especialisando-se o chafariz que o antigo senado mandou fazer em 1781, n'um espaçoso largo, ao sair da villa. E' todo de marmore branco, com cinco bicas e tres tanques. Entre muitos ornatos avulta o busto de D. Maria I, então rainha reinante. A abundancia d'agua que se nota em todas as fontes, de que se fórma um pequena ribeira, torna os arrabaldes muito ferteis e viçosos, povoados de muitas hortas e pomares, algumas quintas, como a dos condes das Galveias, que tem capella de abobada, a do General e a da Fonte do Telheiro, etc. Fóra da villa, a 1:000 m. ao sul, está o convento de N. S.ª da Consolação, que

pertenceu aos frades capuchos da provincia da Piedade, e que é conhecido em todo o Alemtejo pelo nome popular de *Convento do Bosque*. Foi fundado em 1505 pelo duque de Bragança D. Jayme, n'uma quinta que pertencia áquelle ducado. D. Jayme tambem fez o muro que fecha o bosque, horto e jardins. O bosque é extenso, tem magestosas arvores seculares e quatro fontes, a de Santo Antonio, S. Francisco, Sacramento ou S. Pascoal e S. Pedro. Foi reedificado em 1548 pelo duque D. Theodosio, e depois em 1670. No bosque ha quatro ermidas: N. S.ª da Conceição, Familia Sagrada, Calvario e S. Jeronymo. Do alto do monte Boa Vista, proximo do convento, avista-se um lindo panorama. O convento foi vendido em 1834, e parece ser hoje propriedade particular. No Rocio de Cima, ao norte, e junto á villa, descobriram-se em 1832 minas de sulphureto de chumbo, prata, cobre e manganez, que não teem sido exploradas. Borba tinha voto nas antigas côrtes, com assento no decimo quinto banco; tem estação telegraphica municipal, por decreto de 7 de abril de 1869. Nos dias 1, 2 e 3 de novembro realisa-se a feira, chamada dos *Santos*, e ha outra no domingo da Paschoela. Em todas as segundas feiras ha mercado. Borba pertence á 4.ª div. mil., 7.ª brigada, grande circulo militar sul, e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 22 com a séde em Abrantes. O conc. comprehende 5 freguezias com 1:419 fog. e 6:547 hab., sendo 3:315 do sexo masc. e 3:234 do fem., n'uma superficie de 12:542 hect. As freguezias são: N. S.ª das Neves, Borba, 2:508 hab.: 1:267 do sexo masc. e 1:241 do fem.; S. Bartholomeu, Borba, 1:246 hab.: 582 do sexo masc. e 664 do fem.; N. S.ª da Orada, 955 hab.: 517 do sexo masc. e 438 do fem.; S. Thiago de Rio do Moinhos, 1:648 hab.: 844 do sexo masc. e 804 do fem.; Santa Barbara, 190 hab.: 103 do sexo masc. e 87 do fem. O principal commercio do concelho é azeite, vinho, cereaes, legumes, marmore, e fructas verdes e seccas. || Pequeno rio na prov. do Minho, conc. de Celorico de Basto. N. entre a serra do Viso e a freguezia do Rego, de varios arroios, e toma este nome, passando pela freg. de Borba da Montanha; perde-o na freg. de Chapa, tomando o nome de Santa Nadaya, e mette-se no rio Tamega. De inverno torna-se caudaloso e arrebatado. As margens são bastantes arborisadas, mas pouco cultivadas. || Serra na prov. do Alemtejo, termo de Extremoz, freg. de Rio de Moinhos. Tem 9 k. de comprimento e 3 de largura. N'esta serra se encontra marmore branco egual ao melhor jaspe de Italia. E' em grande parte cultivada e tem muitas vinhas e olivaes. Na ponta da serra, ao sul, está a capella de N. S.ª da Victoria, construida em memoria da batalha de Montes Claros. No mesmo sitio, onde se deu a batalha, ha formosas canteiras de marmore azul e branco, de superior qualidade. || Ribeira da prov. do Alemtejo; nasce das fontes da villa de Borba, e morre no rio Guadiana.

Borba de Godim. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto; 1:488 hab. e 304 fog. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, d'onde se vêem varias povoações e a serra do Marão. O arcebispo de Braga apresentava o reitor, que tinha 100$000 réis de renda. A terra é muito fertil e pertence á 6 div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 20, com a séde em Amarante. Na ordem do exercito vem denominada Borba de Gondim.

Borba da Montanha. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Celorico de Basto, distr. e arceb. de Braga; 1:324 hab. e 470 fog. Tem caixa do correio e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 19 com a séde em Chaves. Tambem é conhecida só pelo nome de *Borba*. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, cercada de montes por toda a parte. O reitor da freguezia de S. Salvador da Infesta apresentava o vigario, que tinha 8$000 em dinheiro, vinho e bastantes generos, e o vigario apresentava o coadjutor, que recebia tambem 8$000 réis em dinheiro, mas em generos sómente 20 alqueires de pão. A terra é fertil.

Borbedã. Logar na freg. de S. Salvador, de Roge, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Borbella. Pov. na freg. de Santa Maria, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com. e distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 1:456 hab. e 302 fog. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e é terra muito fertil. Tem correio com serviço de posta rural. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 13 com a séde em Villa Real.

Borbellinha. Pov. na freg. de Santa Maria, de Adoufe, conc. e distr. de Villa Real.

Borbolega *(Monte da)*. Na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Abella, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Borbolegão. Celebre olho d'agua, que nasce a 3 k. ao norte da villa de Grandola, e fórma, logo ao nascer, o rio Arcão, que entra no Oceano proximo da villa de Sines. Tem no seu curso uma ponte natural, por elle mesmo feita, em um rochedo. Chama-se a ponte dos Aivados, e póde sobre ella passar um carro. Abaixo do sitio a que chamam a Diabroria, correm suas aguas violentas e arrebatadas. || Horta na freg. de S. Braz, de Varzea, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de Santa Cruz, de Vera Cruz de Marmelar, conc. de Portel, distr. de Evora.

Borbolegão de Fóra. Logar na freg. de S. Braz, de Varzea, conc. de Elvas, districto de Portalegre.

Borlegos. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alvalade, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Borbolga. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Borbolhão ou Borbulhão. Logar na freg. de S. Martinho, de Campo, conc. de Vallongo, distr. do Porto.

Borboraque ou Berboraque. Logar na freg. de S. André, de Victorino dos Piães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Borda d'Agua *(Casal do)*. Na freg. de S. Pedro, de Beberriqueira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Borda do Campo. Logar na freg. de N. S.ª da Graça, de Vinha da Rainha, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Borda Estrada. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. da Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Seixo de Gatões, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Borda do Rio. Pov. na freg. de S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Borda da Rocha. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Norte-Grande, conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo.

Bordalete. Logar na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Bordeira, conc. de Aljezur, distr. de Faro.

Bordalia. Casal na freg. de Santa Quiteria, de Méca, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. Desde o seculo XVI que os documentos fazem menção d'este casal, ou quinta, possuida successivamente por fidalgos da familia dos Velhos. D. João III, por sua carta de Lisboa, a 4 de agosto de 1560, isentou a Francisco Velho, escrivão do Armazem da Guiné e Indias, do fôro de uma terra, com duas courellas, no paul de Ota, pertencente a Ruy Velho, seu pae, que d'ella pagava o quarto. Estas terras faziam parte do casal. A quinta da Bordalia pertenceu mais tarde a Jacinto de Figueiredo de Abreu, e em 1750 pertencia a Pedro Antonio de Figueiredo de Alarcão. No anno de 1873 era de Severino José da Bordalia. || Casal na freg. de S. Miguel, de Palhacana, conc. de Alemquer, districto de Lisboa.

Bordallo. V. *Bordalo.*

Bordallo. Pov. na freg. de Santa Clara, conc. e distr. de Coimbra.

Bordallo Pinheiro (*Columbano*). Um dos mais originaes pintores portuguezes contemporaneos, professor de pintura historica na Academia Real das Bellas Artes. N. em 1857. E filho do notavel pintor e gravador Manuel Maria Bordallo Pinheiro. Foi discipulo de seu pae, frequentou desde 1873 o curso de desenho da Academia, sob a direcção do esculptor Simões d'Almeida, concluindo em 1876 o curso de pintura historica com o professor Miguel Angelo Lupi. Apezar das suas reconhecidas aptidões artisticas ficou preterido em dois concursos, paizagem e pintura historica, sendo preferidos Loureiro e Condeixa, em 1878 e 1879. As suas primeiras producções até ao anno de 1880 chamaram logo a attenção, e fôram ellas: *Encantadora prima*, *A pitada*, *O avô*, etc. Em 1881, auxiliado pela sr.ª condessa d'Edla, partiu para Paris a aperfeiçoar-se nos seus estudos de pintura. Em 1882, apresentando-se como discipulo de Carolus Duran, foi admittido no *Salon*, e ali expoz o seu quadro, *Soirée chez lui*, o qual conseguiu attrahir a attenção da critica parisiense, apezar de ser d'um pintor novo, estrangeiro e desconhecido. Fourcaud, no *Gaulois*, censurando os defeitos do trabalho, assignala no pintor um merito não vulgar. Este quadro pertence á sr.ª condessa d'Edla. Em 1883 expoz tambem no *Salon* um retrato de Marianno Pina, a que Rochefort, no *Intransigent*, fez severa e elevada critica, prophetisando ao artista um futuro de gloria. Columbano regressou a Lisboa n'aquelle anno. Apresentou então os seus trabalhos em exposições annuaes promovidas pelo Grupo Leão, Gremio Artistico e Sociedade Nacional de Bellas Artes, obtendo n'esta ultima a medalha de honra em 1902. Concorreu ainda ao *Salon*, de Paris, em 1890 e 1891, á exposição universal de Berlim, á de Dresda em 1896, e á universal de Paris em 1900 em que obteve a medalha de ouro. Em 1901 expoz quadros em S. Petersburgo, Dresda, Londres e em Glasgow. Seria quasi impossivel dar uma nota completa da extraordinaria producção d'este artista; citaremos, no entretanto, o retrato de sua irmã, a sr.ª D. Maria Augusta Bordallo Pinheiro, e o dos actores João Rosa e Taborda, Anthero do Quental, Oliveira Martins, Fernando Leal, Casa Nova, Eça de Queiroz, Marianno Pina, Bulhão Pato, Lopes de Mendonça, Luiz Guimarães, Ramalho Ortigão e muitos outros. Columbano tem sido encarregado de numerosos trabalhos decorativos, dos quaes mencionaremos os seguintes : as sobre-portas da sala de recepção do paço de Belem, os aposentos da rainha senhora D. Amelia, estylo Luiz XV, um tecto em casa da condessa de Ficalho, e o d'uma sala do sr. conde de Arnoso, outro em casa do sr. marquez da Foz. Na camara municipal de Lisboa pintou em 1879, de collaboração com Pereira Junior, as figuras dos sobrearcos da cupola da escadaria. Depois encarregou-se de decorar o salão de baile do sr. conde de Valenças, trabalho que só bastaria para firmar a reputação de um artista. Deve-se tambem a Columbano a pintura do tecto da sala do theatro de D. Maria. Em 1894 fôram expostos na sala d'uma livraria de Lisboa, alguns dos seus trabalhos mais notaveis, assistindo á inauguração Suas Magestades. N'esta exposição via-se uma grande téla: *Camões evocando as Tagides*, o esboceto *A Virgem da Conceição*, e os retratos de alguns homens notaveis da actualidade. A exposição mais completa, que se tem realisado, foi a que em janeiro de 1904 se effectuou nas salas da redacção do *Diario de Noticias*, a cuja abertura assistiram Suas Magestades e Altezas. A escada e o vestibulo de entrada do edificio fôram ornamentados sob a direcção de Raphael Bordallo Pinheiro, sendo a sala onde estavam as télas illuminada por meio da eletricidade. Para a inauguração receberam convite todos os expositores, o ministerio, governador civil, presidente da camara municipal, professores da Academia Real das Bellas Artes, corpos gerentes da Sociedade Nacional de Bellas Artes, etc. Columbano Bordallo Pinheiro fez parte da commissão executiva da imprensa nos festejos do centenario de Camões em junho de 1880; foi elle quem delineou o carro das *Colonias*, que figurou no cortejo civico. E' director presidente da Sociedade Nacional de Bellas Artes, que veiu continuar o Gremio Artistico, que n'ella se fundiu.

Columbano Bordallo Pinheiro

Bordallo Pinheiro (*Feliciano*). Coronel de artilharia; filho do pintor e gravador Manuel Maria Bordallo Pinheiro. Esteve em Macau, como director das obras publicas. Fundou a fabrica de faianças das Caldas da Rainha. Sendo capitão, e tambem já depois de coronel, foi professor e lente da Escola do Exercito. Actualmen-

te é chefe da 4.ª repartição do Ultramar e coronel de artilharia. O seu nome completo é Feliciano Henriques Bordallo Prostes Pinheiro.

Bordallo Pinheiro *(Manuel Maria).* Pintor e gravador; primeiro official da secretaria da camara dos pares, socio de merito da Academia Real das Bellas Artes, etc. N. a 28 de novembro de 1815, fal. a 31 de janeiro de 1880. Em 1833, não contando ainda 18 annos de edade, serviu como voluntario na causa liberal. Este facto contava-o elle com certo orgulho. Bordallo Pinheiro começou o seu tirocinio artistico em 1840, n'um periodo em que o entorpecimento geral dos espiritos banira tudo quanto se relacionava com a arte. Ao seu esforço deve-se, por assim dizer, o renascimento da gravura em madeira, que estava inteiramente esquecida e desprezada. Appareceram então varias obras poeticas e jornaes litterarios illustrados sob a sua direcção, taes como os poemas *Ruy o escudeiro* e *Miragaya*, o semanario a *Epoca*, e o primeiro *Jornal de Bellas Artes*. Sendo amigo e companheiro de Alexandre Herculano, foi elle um dos que o auxiliaram muito na fundação do *Panorama* com a sua collaboração artistica. Do *Occidente*, de 1880, vol. 3.º a pag. 27, transcrevemos o seguinte: «Ha quarenta annos, quando Manuel Maria Bordallo Pinheiro fez a sua entrada no mundo artistico portuguez, esse mundo artistico compunha-se unicamente dos elementos seguintes: uma sombra sentada sobre uma ruina. O fio da tradição tinha-se partido, a memoria dos grandes nomes estava perdida. Era preciso refazer tudo. Para vencer, era necessario, em primeiro logar, a tempera dos valentes e a crença dos predestinados. Bordallo Pinheiro iniciou a gravura em madeira, e o *Panorama* saiu do cahos. Principia então a laboriosa vida do artista, manifesta-se a fecunda iniciativa que depois, secundada por outros esforços, consegue tornar a sombra n'uma estatua e a ruina n'um templo. Como trabalhador que havia encontrado os materiaes da sua obra dispersos nas ruinas do passado, Manuel Maria Bordallo Pinheiro professava o culto sereno do antigo, mas os esplendores do seu tempo seduziam-n'o; enamorava-se dos prodigios do espirito novo, de fórma que, em virtude de uma bondade ingenita da sua alma, o seu modo de ser artistico vacillava sempre entre dois polos, sem poder fixar-se nem tomar um rumo determinado. E' este o caracter essencial da sua obra». E' extraordinario o numero de trabalhos d'este notavel artista. Além de desenhos e illustrações dispersos em differentes obras, contam-se os seguintes: estatueta do visconde de Castilho; busto de Camões, hoje existente na gruta de Macau; projecto d'um monumento a D. Pedro IV, apresentado á Associação dos Architectos; projecto d'um monumento ao duque da Terceira; busto do patriarcha D. Guilherme; estatueta do primeiro duque de Palmella, etc. E' prodigioso o numero dos seus quadros, sendo muitos d'elles premiados em diversas exposições. Na galeria particular do fallecido rei D. Fernando existiam cinco d'estes quadros, e os restantes fôram para o estrangeiro, ou estão em collecções particulares. Nos ultimos annos dedicara-se de preferencia á pintura do genero flamengo em que conseguira producções d'uma extrema nitidez, tocadas com uma grande delicadeza, e impregnadas d'um cunho antigo perfeitamente caracterisado. Bordallo Pinheiro, além das medalhas que recebera em diversas exposições, como dissémos, foi condecorado pelo governo hespanhol, por occasião da exposição internacional de Madrid, com a ordem de Carlos III. O theatro tambem lhe mereceu muita dedicação; por algum tempo foi elle quem desenhou os costumes e fez os figurinos para os theatros de S. Carlos e D. Maria, sendo notaveis os do *Alfageme de Santarem*, *Alcaide de Faro*, *Templo de Salomão* e *A Prophecia ou a quéda de Jerusalem*. Tambem traduziu algumas peças, entre as quaes se conta o *Duende*, que se representou com muito agrado nos theatros de D. Maria, Variedades e Trindade. Para perpetuar a sua memoria, além dos trabalhos de grande valor que nos deixou, enriqueceu a arte com seus filhos Raphael e Columbano, e sua filha D. Maria Augusta, artistas distinctos. São tambem seus filhos o professor Feliciano Bordallo Pinheiro, o medico Manuel Maria Bordallo Pinheiro, e o desenhador mechanico Thomaz Bordallo Pinheiro.

Manuel Maria Bordallo Pinheiro

Bordallo Pinheiro *(Manuel Maria).* Cirurgião-medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. N. a 23 de janeiro de 1850. É filho de Manuel Maria Bordallo Pinheiro, pintor e gravador, já fallecido. Nomeado cirurgião interino em 2 de abril de 1885, e definitivo em 16 de julho do referido anno, foi tambem delegado de saude interino. Esteve na India, como professor da Escola Medica de Gôa, e em Cabo Verde, medico de hospitaes e director de enfermarias. Actualmente é sub chefe da repartição de saude do Ultramar, medico do hospital colonial, director da enfermaria de Santo Amaro do hospital de S. José e da enfermaria particular do hospital da Estephania, medico da Misericordia, e em tempo tambem foi medico substituto do corpo de bombeiros. E' especialista em operações de mulheres no que se tem tornado notavel. Foi o primeiro cirurgião que em Portugal fez as operações de hepatotomia (19 de agosto de 1886), de amputação osteoplastica tibio-calcaneana pelo processo de Pirogoff modificado por Le Fort (16 de dezembro de 1886) e da amputação osteoplastica pelo processo de Wladmiroff (10 de novembro de 1877) obtendo a cura de todos estes doentes. Publicou em 1875 a sua these inaugural, intitulada; *Parasitismo por larvas de insectos na especie humana*. Bordallo Pinheiro tambem tem collaborado n'alguns jornaes de medicina de Lisboa. O seu nome completo é Manuel Maria Bordallo Prostes Pinheiro.

Bordallo Pinheiro *(D. Maria Augusta).* Ex-professora-directora da Escola Industrial de Peniche. Sendo educada no meio artistico de seu pae e irmãos, salientou-se como pintora de flôres,

produzindo quadros muito apreciados, como por exemplo os *Malvaiscos*, que figuraram na exposição industrial de Lisboa. Foi esta distincta senhora quem desenvolveu a industria artistica de rendas de Peniche, sendo professora durante dois annos na Escola Industrial. Desde então, applicando motivos novos e nacionaes aos modelos tradicionaes, conseguiu produzir rendas que rivalisam com as melhores na Chantilly, e lhe valeram a medalha de ouro na exposição de Paris em 1889. Actualmente dirige em Lisboa a sua officina de rendas.

Bordallo Pinheiro *(Raphael)*. Pintor, caricaturista e esculptor contemporaneo. Nasceu em 1846; é filho de Manuel Maria Bordallo Pinheiro. *(V. estes nomes.)* Começou o estudo do desenho com seu pae, e depois de ter pintado quadros que chamaram a attenção sobre o artista, trocou o pincel pelo lapis, tornando-se um dos mais espirituosos e delicados caricaturistas, rivalisando com a maior parte dos estrangeiros, se os não excede sob muitos pontos de vista. O seu primeiro grande successo foi com a *Lanterna magica*, a que pertenciam Guerra Junqueiro, Guilherme de Azevedo e Lino de Andrade. Em 1871 publicou um album de caricaturas de homens notaveis, com o titulo de *Calcanhar de Achilles*. Creou em seguida, ainda n'este anno, o *Binoculo*, que foi o primeiro jornal que se vendeu dentro dos theatros, e de que sairam apenas quatro numeros. Ainda em 1871 appareceu o *Mappa de Portugal*, de que se venderam 4:000 exemplares em um mez. Publicou em 1870 a *Berlinda, album humoristico ao correr da penna.* Offerecendo-se-lhe do Rio de Janeiro a direcção do jornal *O mosquito*, acceitou o encargo, e partiu para o Brazil, onde mais tarde fundou outro jornal humoristico, *O besouro.* Regressando a Lisboa creou o *Antonio Maria*, que obteve grande successo artistico, seguindo-se *Os pontos nos ii*, jornal que alcançou tambem importante acceitação. Ultimamente, a sua *verve* inexgotavel de caricaturista tem embellezado as paginas do jocoso semanario *A parodia.* Na exposição de Paris de 1889 foi Bordallo Pinheiro quem dirigiu a construcção do pavilhão portuguez, agrupando ali os nossos productos com mão de mestre, expondo as suas lindissimas faianças das Caldas da Rainha, conseguindo tornar-se admirado n'aquelle grande centro. Os mais conhecidos decoradores, pintores e aguarellistas francezes lhe fôram apresentados, os jornaes teceram-lhe elogios. Bordallo Pinheiro fundou nas Caldas da Rainha uma fabrica de louça, em que a sua individualidade artistica ainda mais se tem evidenciado. Acerca da fundação d'esta fabrica publicou o sr. Ramalho Ortigão um artigo no *Occidente* de 1886, vol. IX, a pag. 58. A industria da bem conhecida louça das Caldas estava em grande decadencia, e foi Bordallo Pinheiro quem lhe deu novo relevo, aperfeiçoando-a notavelmente com o seu genio imaginoso e artistico, conseguindo fazer obras d'arte de grande valor. Na louça nova das Caldas todos os motivos decorativos são tirados da fauna e da flora local ou dos utensilios domesticos do povo. O typo da maior parte do vasilhame sáe egualmente de modelos tradicionaes preexistentes, como a bilha de Coimbra e a bilha da Maia, o pichel de Redondo, o moringue de Extremoz, etc. Dos trabalhos de elevado merito e perfeição que Bordallo Pinheiro tem obtido d'aquella louça, conta-se a *Jarra «Beethoven»*, obra d'arte que esteve algum tempo exposta á admiração do publico, sendo depois remettida para o Brazil. Em 1903 a Associação dos Jornalistas offereceu ao distincto artista um album em que collaboraram muitos dos mais enthusiastas admiradores do seu talento privilegiado. Bordallo Pinheiro collaborou na *Illustración de Madrid*, e na *Illustración española y americana.* No anno de 1873 começou tambem a apparecer o seu nome na *Illustrated London News.* Raphael Bordallo tem um filho, o sr. Manuel Gustavo, que é tambem caricaturista apreciavel e professor de desenho na escola «Rodrigues Sampaio.»

Raphael Bordallo Pinheiro

Bordallo Pinheiro *(Thomaz)*. Faz parte d'esta familia de artistas, cujo progenitor foi Manuel Maria Bordallo Pinheiro, pintor e gravador. *(V. estes nomes)*. Cursou o Instituto Industrial. E' desenhador mechanico, foi desenhador na Fundição de Canhões de 1880 a 1890, desenhador da casa ingleza Baerlein, de 1885 a 1893. Estabeleceu uma industria nova dos alfinetes de ferro e latão, ganchos para cabello, barbas de espartilhos e vestidos; montou para isso uma fabrica em Santo Amaro, rua de João Lemos, em 1893, fabrica Progresso Mechanico. Montou tambem em Santo Amaro, em 1902, outra officina de Photolithographica-gravura chimica, que tem produzido trabalhos importantes. E professor de desenho de machinas na Escola Industrial de Xabregas desde 1888; director das officinas da mesma escola, e professor interino de architectura até á presente data. Em 1904 iniciou a obra que lhe pareceu ser de maior importancia para o ensino profissional, tão atrazado e descurado entre nós, é como uma industria nova, por isso que nada havia ainda escripto sobre mechanica e nomenclatura de machinas. Esta obra é o *Manual do Operario, bibliotheca de instrucção e educação profissional, dedicada ao operariado portuguez.* Esta obra constituirá uma encyclopedia bastante vasta sobre todos os officios e ramos de industria. O operario encontrará não só os elementos scientificos que se referem á sua especialidade, mas as noções geraes que sobre as alheias desejar obter. Thomaz Bordallo Pinheiro é auxiliado n'este seu emprehendimento com a collaboração de outros professores de ensino industrial, e de profissionaes de reconhecido merito. Actualmente é director da Associação Industrial Portugueza.

Bordallos *(Herdade ou Monte dos)*. Na freg. de Santo Antonio, de Alcorrego, conc. de Aviz, distr. de Portalegre.

Bordalo *(Antonio Mendes)*. Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, e advogado da Casa da Supplicação. N. no Rio de

Janeiro a 24 de outubro de 1750, fal. em Lisboa a 17 de fevereiro de 1806. Não consta que imprimisse alguma obra ou tratado da sua profissão, e apenas se conhecem d'elle algumas amostras poeticas insertas no *Florilegio* da poesia brazileira, tomo II, pag. 578 a 584, e um soneto que vem na *Collecção dos novos improvisos de Bocage*, a pag. 37.

Bordalo *(Francisco Maria)*. Capitão-tenente da armada, escriptor, etc. N. em Lisboa a 5 de maio de 1821, fal. a 26 do referido mez do anno de 1861. O dia do nascimento coincidiu com a morte de Napoleão, circumstancia que Bordalo sempre notava, e mencionou n'alguns dos seus escriptos. Era filho de José Joaquim Bordalo e de sua mulher, D. Magdalena Gertrudes Diniz. Contava apenas 12 annos de edade quando entrou na classe dos aspirantes de marinha, em 7 de setembro de 1833. A 16 de maio de 1834 embarcou pela primeira vez, indo ás ilhas dos Açôres a bordo da escuna *Algarve*. Depois de ter estado nas ilhas de S. Miguel, Terceira e Fayal, regressou a Lisboa em 10 de julho. Embarcou pela segunda vez ainda no mesmo anno, e regressando em setembro, passou a frequentar a Academia de Marinha, estudando por espaço de tres annos, tempo requerido para completar o curso. Depois foi promovido ao posto de guarda-marinha effectivo em 27 de novembro de 1837, sendo em seguida nomeado, juntamente com outros officiaes, para fazer parte da commissão que ia a França buscar os restos da nossa esquadra, que fôra aprisionada nas aguas do Tejo em 1834 pelo almirante Roussin. Partiu no começo do rigoroso inverno de 1837 a bordo da fragata *Diana;* soffreu grande tempestade, conseguindo por fim a muito custo lançar ferro na bahia de Brest. Regressou á patria a 14 de maio de 1838. No principio de 1840 partiu para Angola, e durante esta estação visitou repetidas vezes a cidade de Benguella, onde adoeceu, o presidio de Novo Redondo e diversas povoações. Em Mossamedes esteve sete mezes. N'este anno foi promovido a segundo tenente, por despacho de 26 de novembro. No regresso soffreu um grande desgosto; uma senhora que muito amava, e a quem promettera casamento, havia-o esquecido, tomando outro marido na sua ausencia. Para se distrahir, procurou lenitivo no estudo, e matriculou-se na Escola Polytechnica no curso de Economia Politica. A morte de sua mãe, succedida em 1843, que elle muito estremecia, veiu ainda aggravar-lhe o seu desgosto. No mez de abril d'esse anno recebeu ordem para embarcar na corveta *Urania*, indo fazer estação em Africa. Apezar da predilecção que tinha pela vida maritima, esta precipitada ordem, pouco depois da morte de sua mãe, o incommodou a ponto que pensou em pedir a demissão. O commandante era seu amigo, pediu-lhe que fosse, e que brevemente regressaria ao continente; na verdade, seis mezes depois chegava a Lisboa a bordo do brigue *Audaz*. Em 17 de maio de 1844 sahiu na fragata *Diana* para conduzir á ilha da Madeira os vencidos na lucta politica. Foi depois ao Brazil a bordo da corveta *D. João I*, e visitou o Rio de Janeiro e Montevideu. Voltando á Europa, teve a nomeação de ajudante da companhia dos guarda marinhas em 7 de setembro de 1846, servindo de inspector dos estudante subsidiados do ultramar. Em 1849 foi nomeado secretario do governo de Macau, d'onde regressou em 1852, tendo visitado na volta Italia, Paris e Londres. Fôra promovido a 1.º tenente em 12 novembro de 1850. Desde então nunca mais embarcou. Sendo em 8 de agosto de 1859 promovido ao posto de capitão-tenente, foi em abril de 1861 feito secretario da junta encarregada de propôr ao governo os meios efficazes de promover nas provincias ultramarinas a cultura do algodão, e em 10 do referido mez figurava como vogal da 5.ª secção na lista das pessoas escolhidas para compôrem a commissão directora da exposição dos productos nacionaes em Lisboa, e dos preparatorios para a de Londres. Sendo officialmente encarregado de continuar os trabalhos topographico-estatisticos, principiados por Lopes de Lima, e relativos ás possessões portuguezas no ultramar, começou a sentir os symptomas da doença pulmonar, de que veiu a morrer. Por conselho dos medicos ainda foi á ilha da Madeira procurar allivios, aggravando-se-lhe, porém, os soffrimentos, voltou para Lisboa, e pouco depois falleceu. A vocação litteraria manifestara-se em Bordalo logo ao desabrochar da juventude, e foi-se fortificando pela contemplação de tantas maravilhas, admiradas em mares e climas diversos. Enthusiasta pelo mar desde creança, na maior parte dos seus escriptos trata das viagens, comprazendo se em encarar o mar sob todos os pontos de vista, e por isso se tornou conhecido como escriptor maritimo. O seu funeral foi bastante concorrido; o *Jornal do Commercio* publicou um artigo necrologico, em 5 de junho de 1861. Ainda em sua vida, publicaram-se artigos biographicos no *Archivo familiar*, n.º 10, do 1.º de maio de 1858 assignado por G. A. M.; na *Revista contemporanea*, tomos II e III, artigo de Rebello da Silva; e nos *Folhetins de um marinheiro*, de J. C. Ribeiro Vianna, de 1870, de pag. 177 a 194, biographia escripta pelo proprio Bordalo, que fôra publicada anteriormente no *Diario Popular* de 2 e 3 de maio de 1868. Bordalo collaborou na *Revista Universal Lisbonense*, *Revista popular*, *Panorama*, *Distracção instructiva*, de que foi tambem redactor, publicação feita em 1842, que fórma um volume de 4.º, com estampas, *Illustração*, *Imprensa*, *Rei e Ordem*, *Revista contemporanea*, etc. Escreveu o drama em 5 actos *Rei ou impostor ?* que se representou pela primeira vez no theatro de D. Maria em 22 de agosto de 1847, e se tornou notavel pela polemica que se deu entre o autor e a inspecção geral dos theatros; d'ella se occupou largamente a imprensa jornalistica. O drama imprimiu-se no referido anno de 1847, sendo seguido dos principaes artigos, que sobre o assumpto se haviam publicado. O entrecho era a personagem incognita que se apresentara em Veneza nos ultimos annos do seculo XVI, dizendo ser D. Se-

Francisco Maria Bordalo

bastião, rei de Portugal. Com o mesmo titulo e o mesmo entrecho já se publicara, na fórma de romance, em 1844 na *Revista Universal*. Escreveu mais: *Trinta annos de peregrinação, 1821 a 1851, manuscripto achado na gruta de Camões*, Macau, 1852; *Um passeio de sete mil legoas*, Lisboa, 1854; *Eugenio, romance maritimo*, Rio de Janeiro, 1846; 2.ª edição, Lisboa, 1854; *Viagem á roda de Lisboa*, Lisboa, tomo I, 1855; *A nau de viagem, romance*, saiu na *Revista Popular*, de 1850 e 1851; *Quadros maritimos*, sairam no *Panorama*, vol. III da 3.ª serie, 1854; *Viagens na Africa e na America*, no referido jornal e volume; *D. Sebastião o desejado, lenda nacional*, no *Panorama*, 1858, onde tambem publicou o seguinte: *Navegadores portuguezes: D. Fuas Roupinho, Gil Eannes, Pero de Alemquer, Os visitadores da America; Navegadores estrangeiros; Ignoto Deo, tradição portugueza; Viagem pittoresca á roda do mundo; O Voador.* Tambem publicou: *Ensaios sobre a estatistica na Africa Occidental e Oriental, na Asia Occidental, na China e na Oceania, começados a escrever de ordem do governo por José Joaquim Lopes de Lima, e continuados por Francisco Maria Bordalo*, Lisboa, 1859; este volume trata de Moçambique e suas dependencias. Depois da morte de Bordalo publicou-se outro volume em continuação a este, Lisboa, 1862. Rebello da Silva, no seu artigo da *Revista contemporanea*, dá nota dos seguintes escriptos dramaticos, dizendo que alguns d'elles não passaram de estudo, e outros de que, segundo parece, se perderam os manuscriptos: *O alcaide de Faro, Ricardo Savage, O leproso, A mulher romantica*, e *Faz favor do seu fogo?* A casa Chardron, do Porto, publicou ainda ha poucos annos os seus *Romances maritimos*, divididos em tres partes, comprehendendo na 1.ª: *A nau de viagem, O galeão Enxobregas;* na 2.ª: *Episodios d'uma viagem, Scenas da escravatura, Viagem aos pólos, Quadros maritimos, Dois annos de viagem, Ignoto Deo;* na 3.ª: *Eugenio*, precedido d'uma carta do notavel escriptor Luiz Augusto Rebello da Silva, e *Sansão na viagem*.

Bordalo *(Joaquim José)*. Proprietario da antiga livraria lisbonense d'este nome. Nasceu a 29 de outubro de 1815, fal. em 18 de dezembro de 1902. Era filho do antigo professor de instrucção primaria José Joaquim Bordalo e irmão dos escriptores Francisco Maria Bordalo e Luiz Maria Bordalo. Em 1835 fundou em Lisboa a conhecida livraria a que deixou ligado o seu appellido, a qual ainda hoje existe na rua da Victoria e pertence a seu filho Arnaldo Armando Bordalo. Joaquim José Bordalo serviu no 1.º batalhão do commercio, sendo demittido a seu pedido do posto de tenente do regimento de artilharia da Carta, por decreto de 21 de janeiro de 1855, ordem do exercito de 7 e 31 do mesmo anno.

Bordalo *(José Joaquim)*. Professor de instrucção primaria em Lisboa, durante muitos annos. N. em Elvas a 19 de abril de 1773, fal. em Lisboa a 19 de abril de 1856. Era pae dos escriptores Francisco Maria Bordalo e Luiz Maria Bordalo. Foi autor d'um livro deveras original com o titulo: *Collecção de cinco rarissimas novellas sem as letras vogaes:* a primeira sem o A, a segunda sem o E, a terceira sem o I, a quarta sem o O, e a quinta sem o U. D'estre livro fizeram-se tres edições, sendo a ultima em 1885. Para o theatro escreveu tambem algumas farças em prosa, além das seguintes peças em verso: *Jesualdo*, tragedia em 5 actos que foi louvada pela Academia Real das Sciencias no anno de 1798, publicada em 1801; e depois em 1821; *Amizade, rectidão e constancia*, comedia em 3 actos, Lisboa 1822, *A protecção de Venus, facto historico dedicado a anniversar o jubiloso dia da restauração de Portugal em 15 de setembro de 1808, drama original em verso*, Lisboa, 1851.

Bordalo *(José Maria)*. Escriptor, natural de Lisboa, fallecido em Santarem. Era filho do antigo professor José Joaquim Bordalo e irmão dos escriptores Francisco Maria Bordalo e Luiz Maria Bordalo. Escreveu um drama em 3 actos e 6 quadros intitulado: *A tomada de Santarem por D. Affonso Henriques*, o qual foi representado por amadores n'um antigo theatro de Santarem. Deixou algumas poesias em diversos jornaes, e promettia a publicação de dois volumes de obras poeticas, quando falleceu.

Bordalo *(Luiz Maria)*. Official da armada. N. em Lisboa a 22 de agosto de 1814. Era filho do professor José Joaquim Bordalo. Sendo official da armada, morreu desastrosamente na explosão da fragata *D. Maria II*, em Macau, em 29 de outubro de 1850. Deixou ineditos quatro dramas com os titulos seguintes: *O arabe em Granada, O proscripto de Veneza, O dia 24 de julho de 1833 e A orphã e o assassino.* Ficou impresso um outro drama, que se representou no theatro do Salitre, e fez as delicias de todas as sociedades dramaticas durante muitos annos. O drama tem 4 actos e intitula-se: *O judeu*, mas era geralmente conhecido e por vezes annunciado com o titulo de *Judeu Jonathas*. D'este drama fizeram-se tres edições, sendo a primeira em 1843 e a ultima em 1892.

Bordalvo. Logar na freg. de Santa Maria, de Infias, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bordarias *(Casal das)*. Na freg. de N. S.ª da Salvação e conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

Bordeira. Pov. e freg. de N. S.ª da Encarnação, da prov. do Algarve, conc. de Aljezur, com. de Lagos, distr. de Faro, disp. do Algarve; 973 hab. e 224 fog. Tem caixa do correio. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada n'uma baixa, e cercada por cinco sêrros que a abafam e tornam insalubre. A E fica uma formosa varzea, toda povoada de vinhas, e terreno muito fertil, sobretudo em fructas e bons vinhos. Tem abundancia de caça. A freguezia é cortada por duas vallas que vão ter ao mar, na costa da Carrapateira. Criam muito polvo, vario peixe e grande abundancia de marisco. Tem uma só fonte, sendo a agua de má qualidade, o que concorre para a insalubridade da terra, assim como as aguas estagnadas d'uma ribeira, que ali corre. Esta freg. está sujeita ao parocho da freg. da Carrapateira, que fica 5 k. a O, mas com egreja separada. O cura era annual, da apresentação do bispo do Algarve. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 17, com a séde em Lagos. ‖ Pov. na freg. de Santa Barbara, de Nexe, conc. e distr. de Faro. ‖ Ribeira do Algarve. N. na serra do Espinhaço de Cão, e depois de passar pela freg. de Bordeira, que lhe dá o nome entra no Oceano Atlantico com um curso de 10 k.

Bordeiro. Pov. na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Bordém. Regedoria do concelho de Sanquelim, districto de Gôa, na India, comprehendendo a povoação de Lamagão.

Bordinheira. Pov. na freg. de S. Mamede, de Ventosa, conc. de Torres Vedras, districto de Lisboa.

Bordôa. Logar na freg. de Santa Eulalia, de Pentieiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de Santo Thyrso, de Prazins, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bordoal. Monte na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Rapozeira, conc. de Villa do Bispo, distr. de Faro. ‖ Montes na freg. de S. Sebastião, de Budens, conc. de Villa do Bispo, distr. de Faro.

Bordonhos. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Alta, distr. e bisp. de Vizeu; 607 hab. e 116 fog. Tem caixa do correio com serviço de posta rural. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada n'um valle fertil, d'onde se descobrem muitas povoações. Era dos duques de Lafões. O povo d'esta freguezia tinha privilegio real para que as justiças de Lafões, hoje Vouzella, lhes não tomassem camas, palhas, lenhas, gallinhas e carneiros, nem os obrigassem a trabalhar nas estradas, fóra d'esta freguezia. O territorio de Bordonhos chamou-se antigamente Verdonhos, e lograva o privilegio de honra já antes do reino d'el-rei D. Diniz, a qual se mandou conservar a D. Maria de Negrellos, por ser fidalga e se provar que assim o haviam possuido seus avós. Com sua neta, D. Aldonça Nunes Vives, casou D. João Pires Homem, senhor de varias terras no bispado de Vizeu, de cujo matrimonio nasceu Gonçalves Annes Homem, o Senior, senhor d'Alva e do Reguengo de Oeiras, alcaide mór de Vizeu, anno de 1357 da era de Christo, e primeiro instituidor do morgado de Bordonhos, que abrange uma area de mais de legoa, dentro da qual está a povoação. A este succedeu seu irmão, outro Gonçalo Annes Homem, o Junior, pae de Heitor Homem, que casou com D. Izabel de Sousa, filha de Lopo Dias de Sousa e de sua mulher D. Brites Affonso, senhores do Carrazêdo, esta neta paterna de D. Martim Affonso Chichorro, filho natural de D. Affonso III, aquelle neto paterno de D. Affonso Diniz, filho do mesmo rei, e de sua mulher, D. Maria Peres da Ribeira, senhora da casa de Sousa. D'este consorcio houve D. Izabel de Sousa, que casou com um seu parente, Fradique Lopes d'Alvim, alcaide-mór de Chaves, bisneto por sua avó D. Violante Lopes de Sousa, do mesmo D. Lopo Dias de Sousa, e por seu bisavô, D. João Frederiques d'Alvim, 3.º neto de D. Joanna d'Alvim, irmã da condessa D. Leonor d'Alvim, que foi mulher de D. Nuno Alvares Pereira e mãe de D. Beatriz Pereira, que casou com D. Affonso, 1.º duque de Bragança. Por estas allianças ficaram os senhores da casa de Bordonhos usando das armas dos Sousas, que são as antigas de Portugal, chamadas vulgarmente as quinas, com as do reino de Leão, na fórma que D. Affonso III as deu a seu filho D. Affonso Diniz: Escudo esquartelado, no primeiro e ultimo quartel em campo de prata, cinco escudos de azul postos em cruz, e em cada um cinco pontos ou besantes de prata postos em aspa, e no segundo e terceiro tambem em campo de prata um leão rompante, de purpura. Assim estão gravados nos antigos marcos do morgado, e nas egrejas de Varzea e Bordonhos, fundadas e dotadas por esta casa, padroeira desde tempos immemoriaes. Este brazão era tambem usado pelos condes de Redondo. Em ambas as egrejas estão sepultados varios membros da familia, distinguindo se na de Bordonhos o mausoléo do segundo conde de Subserra, Fradique Lopes de Sousa. Fica na capella-mór, do lado da Epistola, tendo esculpidos differentes emblemas e reunidos n'um só escudo as armas de Bordonhos e da casa dos senhores da Trofa, de que o fallecido tinha a varonia. Bordonhos pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 14 com a séde em Santa Comba Dão.

Bordoredo ou Bordozedo. Logar na freg. de S. Facundo, de Covas do Rio, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Bordório *(Quinta do).* Na freg. de S. Miguel e conc. de Armamar, distr. de Vizeu.

Boreira *(Herdade da).* Na freg. de N. S.ª dos Prazeres, conc. de Monforte, distr. de Portalegre.

Borges. Esta familia procede de Rodrigo Annes, cavalleiro portuguez, que serviu a Filippe II, o *Augusto*, rei de França, defendendo a cidade de Bourges, onde praticou actos de valor e heroicidade, e ficou sendo conhecido pelo cavalleiro de Bourges. Voltando a Portugal, sua patria, fez permanencia na villa de Moncorvo, onde casou com D. Garcia Mendes, filha e herdeira do senhor d'esta villa. Os seus descendentes, aportuguezando o nome francez, espalharam-se por todo o reino com o appellido de *Borges*. As armas d'esta familia são: no escudo, em campo de sangue, um leão de ouro batalhante armado de preto, e uma bordadura de azul semeada de dez flôres de liz de ouro; timbre um meio leopardo com uma flôr de liz de sangue na testa.

Borges *(Padre Antonio Gaspar).* Religioso arrabido, bacharel formado em theologia pela Universidade de Coimbra, mestre de canto ecclesiastico, etc. N. em Castedo, junto de Alijó, em 22 de julho de 1809, fal. a 20 de dezembro de 1898. Entrou como noviço no convento de S. José de Ribamar, onde professou em 1 de julho de 1829, passando mais tarde ao convento de Mafra Os frades arrabidos eram notaveis pelo esmero com que cultivavam o canto religioso sem acompanhamento, porque a extrema pobreza da sua ordem não permittia absolutamente a musica instrumental. O convento de S. José de Ribamar era uma escola especial d'onde sahiam os melhores cantores que iam reforçar os coros de Mafra. Sendo extinctas as ordens religiosas em 1834, Gaspar Borges quiz continuar a exercer o sacerdocio, e foi matricular-se na faculdade de theologia na Universidade de Coimbra; obtendo o grau de bacharel, chegou a preparar-se para o doutoramento, ao mesmo tempo que desempenhava as funcções de chantre na capella da Universidade. Depois foi por alguns annos parocho d'uma pequena aldeia proximo d'Alcobaça. Organisando-se em 1853 o Seminario Patriarchal de Santarem, o padre Gaspar Borges foi escolhido para reger o ensino de moral e de canto liturgico. Por algum tempo tambem exerceu as funcções de vice-reitor do seminario. Em 1860 alcançou por concurso a freguezia dos Anjos, em Lisboa. Era um dos mais dedicados membros do partido legitimista. Escreveu um compendio, que se publicou com o seguinte titulo: *Breves principios de Cantochão para uso do Seminario Patriarchal de Santarem,*

Lisboa, 1855. O dr. Gaspar Borges era tio de dois outros sacerdotes, os srs. padre José dos Anjos Gaspar Borges, thesoureiro da freguezia dos Anjos e prégador conhecido, padre Antonio dos Anjos Gaspar Borges, beneficiado da sé de Lisboa. V. *Gaspar Borges*.

Borges *(Antonio de Mattos)*. Barbosa Machado, no 4.º volume da *Bibliotheca Lusitana*, dá noticia d'este escriptor unicamente por ter publicado em 1668 um volume escripto em fórma de novella, com o titulo de *Progressos felices, e tragicos do amor*.

Borges *(Bartholomeu de Castro)*. Prégador e poeta. N. na villa da Torre de Moncorvo; era filho de João de Goes e de D. Anna Borges de Moraes. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Foi cruciferario do arcebispo primaz de Braga, D. Luiz de Sousa, beneficiado na collegiada de Moncorvo e vigario geral d'esta comarca. Deixou em manuscripto: *Sermões varios; Rimas sacras, profanas e jocosas*.

Borges *(Bernardo)*. Presbytero, natural de Lisboa, muito versado na theologia moral. Escreveu: *Explicação dos desaseis cazos, que se reservão nas Constituiçoens do Arcebispado de Lisboa*, Lisboa, 1673.

Borges *(Carlos)*. Escriptor contemporaneo. N. em Lisboa a 8 de março de 1849. No anno de 1867, contando apenas 18 annos de edade, influiu-se com a politica, e foi convidado para um *meeting* que se realisou no Campo de Sant'Anna a 24 de março d'esse anno. N'essa reunião tambem discursou ao lado de Elias Garcia e do conego Castello Branco. Os applausos que obteve muito o animaram. Depois tomou parte na commissão que promoveu e dirigiu o movimento popular de 1.º de janeiro de 1868, acompanhando sempre em diversas manifestações, posto que algumas mal succedidas, o grupo a que se ligara. Mais tarde deixou a politica e entregou-se ao trabalho, escolhendo a carreira do professorado e do commercio. Em outubro de 1871 foi nomeado substituto do professor de francez, Mauperrin, na Escola Academica, e seis mezes depois, pelo fallecimento do referido professor, entrou na propriedade d'aquella cadeira. Em 1880 foi director do Banco do Povo, em que prestou serviços, sendo reeleito durante quatro annos successivos. Enthusiasta pela arte dramatica, tem-se dedicado ao theatro, como empresario, escriptor e traductor. Foi Carlos Borges quem trouxe pela primeira vez a Lisboa Sarah Bernhardt, que apresentou no Gymnasio em 19 de abril de 1882, debutando a notavel actriz na *Dama das camelias*. Ainda em outubro d'esse anno conseguiu trazer ao referido theatro a actriz italiana Emma Cuniberti, que apenas contava 10 annos de edade. Tambem organisou uma companhia portugueza, e foi com ella a Madrid, apresentando-a n'um dos primeiros theatros. Na companhia figuravam entre outros artistas, Taborda, Lucinda Simões, Antonio Pedro, Barbara, Furtado Coelho, Valle, Cesar de Lima, Polla, Maria das Dôres, etc. Tem feito parte de mais algumas empresas theatraes, como no Gymnasio, Rua dos Condes, etc. Todos os annos, na epoca de verão, costuma formar uma pequena companhia de comedia, com que percorre as provincias. Carlos Borges foi conservador no Museu agricola e florestal, creado por decreto de 22 de novembro de 1868, e que se inaugurou a 7 de junho de 1891. Este museu estava installado nas salas do antigo e historico palacio dos condes de Almada, no largo de S. Domingos. A idéa da creação do museu era o desenvolvimento, entre nós, do gosto pela agricultura. Carlos Borges extrae com muita facilidade um drama d'um romance; n'este genero de trabalho escreveu os dramas: *Os fidalgos da Casa Moirisca*, *O bobo*, *O arco de Sant'Anna* e *O sello da roda*, recebendo todos a melhor acceitação do publico. E' grande o numero de traducções que tem feito representar em diversos theatros, porém, publicadas ha poucas. Lembra-nos das comedias em 2 actos: *Na boca do lobo*, *Cousas do Sebastião*, *Não me embaçam*, *O marido de duas mulheres* e *O senhor Taborda; Arrependimento, entre-acto dramatico*, original, representado no Porto pela primeira vez no theatro Baquet em abril de 1866; *Os fidalgos da Casa Moirisca* e *O medico da alma*, dramas em 5 actos; *Nono não desejarás*, em 3 actos; *O primeiro desgosto* e *Comedia e tragedia*, em 1 acto. Tambem publicou: *Penna e espada, duas palavras ácerca da «Litteratura de hoje» por J. D. Ramalho Ortigão*, Porto, 1866; *Dois genios differentes, romance original*, Lisboa, 1866; *Christina, imitação*, Lisboa, 1866; *O demonio do ciume, romance*, Lisboa, 1867; *Eulalia, romance original*, Lisboa, 1868. Carlos Borges é proprietario do jornal *Agricultura portugueza*.

Borges *(Diogo)*. Medico do cabido de Lisboa, egualmente versado em medicina e em astrologia. Era natural de Lisboa, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Escreveu: *Discurso astrologico e Prognostico Diario para o anno de 1604*, Lisboa, 1603; *Discurso astrologico para o anno de 1605;* tem no fim: *Breve Itinerario da Monarchia d'elRey D. Filippe II de Portugal*, Lisboa, 1604, e em Evora no mesmo anno. Em manuscripto deixou: *Tratado contra os Astrologos, que dão o senhorio do anno ao Planeta, que é senhor do dia em que o anno começa; Tratado da Conjuncção Maxima de Saturno, Jupiter e Marte, que aconteceu a 24 de outubro de 1603, como dos muitos Eclypses do anno de 1605; Bonus Medicus oportet esse bonus Astrologus; Votos em varias materias*, em que foi consultado. Sahiram impressos nas *Decisões*, do dr. Manuel da Fonseca Themudo, principalmente nas *Decisões* 84 e 183.

Borges *(D. Filippa)*. Era filha de Diogo Borges, commendatario de S. Miguel de Refoios e senhor das quintas de Joia e Corgo, e de sua mulher, D. Anna Lourenço de Castro; neta paterna de Gonçalo Borges, porteiro-mór d'el-rei D. Affonso IV e senhor das villas de Carvalhaes, Ilhavo, Verdemilho e Torre de Moncorvo; segunda neta de João Rodrigues Borges, senhor das terras de Algoso, e de sua mulher, D. Catharina Lopes, que está sepultada na egreja de S. João de Deus de Santarem, e em cuja sepultura se lê: «E' da muito virtuosa Catharina Lopes, mulher de João Rodrigues Borges, que foi senhor das terras de Algoso. Falleceu em 1220»; terceira neta de Rodrigo Annes, o de Bourges, de quem procedem os Borges d'este reino (V. *Borges*). Foi casada com Alvaro Annes Leite, fidalgo da casa d'el-rei D. João I e senhor da casa do Barrozão e de varias terras em Basto. A casa e quinta do Barrozão era o solar dos Leites Pereiras em Cabeceiras de Basto. Segundo o padre Antonio Carvalho

da Costa, na *Chorographia Portugueza*, tomo II, pag. 415, este velho e antiquissimo solar foi fundado por um fidalgo francez, tronco dos Leites, que se passou a este reino com o conde D. Henrique, pae de D. Affonso Henriques. Aquelle fidalgo era aparentado com a casa de França, por isso ainda hoje os Leites trazem nos seus escudos as tres flôres de liz francezas. Do matrimonio de D. Filippa Borges com Alvaro Annes Leite houve a seguinte descendencia: 1.º D. Leonor Alvares Leite, mulher de Alvaro Gonçalves Pereira, senhor dos direitos reaes no Arco de Baúlhe, em Basto, do prestimo de Calvos, das casas de Villar, Taipa, etc., filho de João ou José Gonçalves de Basto, primo e alferes-mór do condestavel D. Nuno Alvares Pereira, tronco da Casa de Bragança, e de D. Maria Anna Alvares Pereira, irmã do condestavel. D'estes procedem os Leites Pereiras de Traz-os-Montes e de Basto. 2.º Vasco Annes Leite, fidalgo muito valido d'el-rei D. Affonso V, e com quem esteve na batalha de Toro. D'este procedem os Leites de Santarem (viscondes de Veiros e de Tavarede), os de Guimarães e os da ilha da Madeira. 3.º Alvaro Annes Leite, senhor de Quebrantões e Gaia Pequena, de quem procedem os Leites Pereiras, do Porto, actualmente condes de Monte Bello.

Borges *(Fr. Innocencio)*. Religioso da ordem de S. Bernardo no convento d'Alcobaça. Era natural d'Alhandra, muito versado no estudo da Sagrada Escriptura. Escreveu o seguinte, que ficou em manuscripto, e se conservava na livraria do referido convento: *Sacræ Paginæ Concordantiæ*.

Borges *(João Baptista)*. Jornalista, redactor effectivo do *Diario de Noticias*, de Lisboa. Nasceu no concelho de Souzel, districto de Evora, a 17 de junho de 1850; falleceu em Lisboa a 9 de setembro de 1903. Dois ou tres annos antes da fundação do *Diario de Noticias*, viera para Lisboa afim de seguir a vida commercial, e, á similhança do que succedera com Eduardo Coelho, seu dedicadissimo mestre, e ainda por influencia d'este, mudou de carreira e veiu a seguir a das lettras, depois de haver frequentado, alguns mezes apenas, a escola de aprendizagem typographica na *Typographia Universal* do fallecido conde de S. Marçal, Thomaz Quintino Antunes. Ao mesmo tempo cursava a escola da Associação Civilisação Popular, vindo mais tarde a entrar para a Escola de Bellas Artes. Durante trinta annos collaborou e redigiu o *Diario de Noticias*, onde se encontram muitas provas da sua actividade. Entre ellas destaca-se um romance original, *O rouxinol da opera*, publicado em folhetins. Em manuscripto deixou alguns trabalhos, sendo os principaes uma comedia, *O filho da minha mulher*, e um drama popular em 5 actos. Alma de artista, coração sincero, esplendido caracter, trabalhador honesto e amigo affectuoso, Baptista Borges gozava das mais justas sympathias, sendo por isso muito sentida a sua morte.

Borges *(João José)*. Organista da capella da Universidade de Coimbra no meado do seculo XIX. Em 1826 compoz a musica d'uma opera comica intitulada *Os tamanqueiros*, cujos versos eram de Antonio Feliciano Castilho, mais tarde visconde de Castilho. O *Conimbricense* de 19 de fevereiro de 1870 elogia a musica e o seu autor. Castilho dedicou-lhe uma epistola, que vem publicada no volume que tem por titulo *Escavações modernas*, pag. 230, com a epigraphe: *Ao sr. Borges, excellente compositor de musica*. Tambem escreveu musica religiosa.

Borges *(João do Rego)*. Benemerito michaelense. São singelas mas eloquentes as notas da sua biographia, transcriptas da que lhe dedicou o sr. Francisco Maria Supico, no n.º 2:186 do seu periodico *A Persuasão*, Ponta Delgada, 9 de dezembro de 1903. Nasceu em 21 de outubro de 1797 no logar da Atalhada, sendo seus paes José do Rego e Maria Joaquina da Trindade. N'um dos annos de 1820 a 1824 saiu para o Brazil a procurar fortuna e d'ali regressou á patria, em junho de 1876. Em 13 de setembro de 1883 creou na Villa de Lagôa o *Instituto João do Rego Borges*, ao qual dotou com o capital de 3:000$000 réis. Falleceu em 11 d'agosto de 1884, legando ao mesmo Instituto por disposição testamentaria todos os seus bens, direitos e acções, que tudo se avalia em mais de 20:000$000 réis. O *Instituto João do Rego Borges* tem por fim o exercicio de caridade em domicilio, applicando todo o rendimento do seu fundo em quotisações mensaes a pessoas necessitadas do concelho da Lagôa. Por alvará de 4 de outubro de 1883 obteve existencia juridica o referido *Instituto* approvando-se os respectivos estatutos; e o testamento que lhe assegurou a existencia atravez das gerações é de 17 do mesmo mez e anno. Nas agruras da expatriação, nas luctas violentas do trabalho, e observando sempre a mais estricta economia, João do Rego, Borges pôde dia a dia e n'um periodo de bastantes annos, ir juntando o capital de que fez patrimonio á pobreza. Parece ter sido sempre este o seu objectivo, porquanto, desde 1876 em que estabeleceu casa na Lagôa até á data do seu fallecimento, apenas dos seus redditos, relativamente abastados, dispendia o estrictamente indispensavel para um modesto tratamento, sendo todas as suas sobras empregadas em actos de amor do proximo. Mais um traço para completar a feição da sua bondade: trazendo mutuados os seus capitaes a juro barato, determinou que após a sua morte se lhe respeitassem os contratos, não se exigindo jámais o integral pagamento das dividas, nem se elevando juros, emquanto se acharem devidamente garantidos os fundos da sua caridosa e santa obra.

Borges *(José Ferreira)*. V. *Ferreira Borges (José)*.

Borges *(José Cardoso)*. Fidalgo, natural de Bragança, que viveu nos fins do seculo XVII e principios do seculo XVIII; sargento-mór da mesma cidade. Era filho de Francisco Borges Barreiros e de sua mulher, Anna Rodrigues. Instituiu em 5 de novembro de 1706 um morgado em Bragança e seu districto com sua mulher, D. Clara Maria de Figueiredo Sarmento, filha de Antonia de Figueredo Sarmento, governador da referida cidade, de quem teve larga descendencia. Foi muito applicado ao estudo da historia secular e ecclesiastica. Escreveu uma obra intitulada: *Noticias da cidade de Bragança*, que ficou inédita.

Borges *(José Simões Nunes)*. V. *Nunes Borges (José Simões)*.

Borges *(José Thomaz)*. Prégador e poeta do seculo XVIII. N. em Caparica a 29 de dezembro de 1698. Ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Antonio Borges e de Andreza Cordeira. Aprendeu os primeiros rudimentos em Lisboa,

passaudo depois á Universidade de Evora, onde se matriculou em rhetorica e philosophia, em cuja faculdade recebeu o grau de bacharel; frequentou então theologia, em que fez diversos actos. Foi admittido como socio na Academia dos Arcades com o nome pastoril de Celio Salicense. Imprimiu: *Sermão na Festividade do Glorioso Apostolo, e Evangelista S. Matheus tutelar da Excellentissima Casa de Cascaes, recitado na Capella do Couto de S. Matheus d'esta Côrte, e de que é padroeira a mesma Casa Excellentissima*, Lisboa, 1741; *Sermão da Canonisação de S. Camillo de Lellis, prégado a 25 de junho de 1747, no solemne Oitavario, que lhe dedicou a Magestade de El-Rey D. João V no Hospital Real de Todos os Santos*, Lisboa, 1748.

Borges *(Luiz)*. Mestre da carpintaria da fortaleza de S. Jorge da Mina, para que foi nomeado por D. Filippe II, em alvará de 20 de dezembro de 1607.

Borges *(Padre Manuel)*. Um dos padres jesuitas que fôram martyrizados no Japão. Manuel Borges nasceu em Evora, e passou ao Oriente em 1608. Tendo sido desterrado do Japão por ordem do *mikado*, voltou lá, e foi executado no anno de 1633.

Borges (*Salvador Leite*). Genealogista e chronista da Casa de Bragança. Nasceu em Chaves, mas ignoram-se as datas de nascimento e do fallecimento. Era filho de Antonio Pequeno Chaves, fidalgo da camara de D. Theodosio, duque de Bragança, e provedor da Misericordia de Chaves, e de sua mulher D. Francisca Leite Borges, filha de Salvador Leite Borges, rico-homem, de Jou, Chaves, e de D. Francisca Teixeira. Casou tres vezes. Do primeiro matrimonio não houve successão. De sua segunda mulher, D. Margarida de Magalhães Machado, descendente dos senhores da Barca, teve a D. Petronilla Leite Borges, que casou com Alexandre de Paiva Brandão, senhor das casas do campo de S. Thiago e da rua do Alcaide, em Braga. D'estes procedem os Paivas Leites Brandões, do Porto e de Braga. E do terceiro matrimonio com D. Maria Teixeira de Castro, da casa de Santa Catharina de Chaves, teve João Leite Chaves, moço fidalgo por alvará de 5 de setembro de 1667, e ainda mais filhos, mas só d'aquelle existe descendencia, e muita, em Traz-os-Montes e ainda em outras provincias do norte.

Borges *(Sebastião Nunes)*. Viveu no seculo XVIII, traduziu e compilou as obras de fr. Luiz de Granada, da ordem dos prégadores. Escreveu: *Compendio da Oração, e meditação, na qual se trata da consideração dos principaes mysterios de nossa Santa Fé, e das partes, e doutrina para a Oração*, Lisboa, 1739.

Borges (*Sebastião de Villafranhc)*. Ignora-se a terra do seu nascimento, mas, segundo Barbosa Machado, no volume IV da *Bibliotheca Lusitana*, viveu no seculo XVII, e era muito douto em theologia, pelo seguinte livro, que escreveu e publicou em Souzella a 17 de março de 1619, dedicado ao arcebispo de Braga D. Affonso Furtado de Mendonça: *Utrum Illustrissimus, & Reverendissimus Archiepiscopus Bracharæ Dominus, & Hispaniarum Princeps possit dispensare ut aliqui Parochi sui Archiepiscopatus valeant Senatoris munere fungi, quin subjaceant pœnis, & ordinationi á Concilio Tridentino Statutæ sess. 23 de Reform. cap. I.*

Borges (*Fr. Thomaz*). Religioso da ordem dos prégadores, muito versado na Sagrada Escriptura. Escreveu em latim commentarios sobre os dois livros dos Machabeus, que ficaram manuscriptos no collegio de Santo Thomaz, de Coimbra.

Borges. Casal na freg. de S. Thiago, de Eiras, conc. e distr. de Coimbra. || Horta na freg. de S. Salvador, conc. e distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora. || Quinta na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Gouvães do Douro, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real. || Quinta na freg. de N. S.ª da Fumagueira, de Maçainhas de Baixo, conc. e distr. da Guarda. || Quinta na freg. de S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Borges d'Avellar (*Gaspar*). Jornalista portuense. N. na Regoa em 1844, mas viveu quasi sempre no Porto, onde falleceu em 1889. Exerceu o professorado livre, dedicando-se tambem ao jornalismo e ao theatro, como empresario e escriptor dramatico. Fundou o *Diario da Tarde*, juntamente com Urbano Loureiro e Agostinho Albano; redigiu a *Lucta*, fez parte da redacção do *Commercio portuguez*, e collaborou em muitos jornaes litterarios. Foi um dos fundadores da *Associação dos jornalistas e homens de letras do Porto*, onde tambem desempenhou o cargo de presidente. Tornou-se empresario do theatro Baquet, sendo ensaiador d'este theatro, e depois no de D. Affonso. Acabava de ensaiar a *Carmen* na empresa Cyriaco Cardoso, quando ao recolher a casa falleceu repentinamente. Escreveu muito para o theatro, mas parece que original teve apenas a peça phantastica a *A corôa de fogo*. Dos dramas, comedias e operetas que traduziu e imitou indicam-se os seguintes: *O palhaço*, *O cunhado*, *O cardeal Dubois*, *O cão do cego*, *Náná*, *As fidalgas de Grantier*, *A Mascotte*, *Gilette de Narbonne*, *Dragões de Villars*, *Martyr da victoria*, *Pastora d'Ivry*, *Na guerra dos francezes*, *O capitão Paulo*, *O padre*, *Miguel Strogoff*, *O gato preto*, *O porteiro da casa n.º 15*, *Os parasitas*, *Os filhos*, etc.

Borges de Azevedo *(Luiz Augusto Leite)*. Professor de ensino primario e director do Collegio Lusitano. Escreveu: *Nova taboada, contendo o antigo systema de pesos e medidas, assim como o systema metrico; ordenada e offerecida ao ex.mo sr. Frederico Leão Cabreira de Brito e Alvellos Drago Valente*, etc., Lisboa, 1860.

Borges de Barros *(Domingos)*. Foi natural da provincia da Bahia, onde nasceu em 10 de outubro de 1780, fal. no Rio de Janeiro em 21 de março de 1855. Era filho do capitão-mór Francisco Borges de Barros e de D. Luiza Borges de Barros. Formou-se na Universidade de Coimbra na faculdade de Direito. Viajou em varios paizes da Europa, e demorando-se em Paris no anno de 1810, ahi contraiu relações de amizade com Francisco Manuel do Nascimento, Filinto Elyseo, como se vê pelas poesias que reciprocamente dirigiram um ao outro. Em 1821 foi eleito pela sua provincia deputado ás côrtes constituintes. Depois da independencia do Brazil continuou vivendo n'aquelle imperio, onde exerceu importantes cargos, sendo agraciado com o titulo de visconde de Pedra Branca. Até á data da independencia publicou: *O merecimento das mulheres, poema de Mr. Legouvé traduzido em portuguez*, Rio de Janeiro, 1813; Balbi no *Essai Statisti-*

que, tomo II, attribue-lhe a composição d'um *Diccionario Portuguez-Francez, e Francez-Portuguez*, dizendo que se imprimira como anonymo em Paris, no anno de 1812. Borges de Barros foi um dos mais prestantes collaboradores do *Patriota*, em 1813 e 1814.

Borges de Barros (*João*). Formado em Canones pela Universidade de Coimbra, conego doutoral na sé da Bahia, etc. N. na villa da Purificação, d'aquelle arcebispado, a 16 de abril de 1706. Escreveu: *Relação panegyrica das honras funebres que á memoria do... rei fidelissimo D. João V consagrou a cidade da Bahia; com uma collecção de cinco orações funebres, e varias poesias latinas e vulgares*, Lisboa, 1753; *Relação summaria dos funebres obsequios, que se fizeram na cidade da Bahia á memoria do sr. dr. Manuel de Mattos Botelho, provisor e governador do bispado de Marianna*, Lisboa, 1745.

Borges Cabral (*José Maria de Alpoim Cerqueira*). Jornalista, deputado, ministro da justiça, etc. N. em Rede, na provincia do Douro, e pertence a uma familia muito distincta. Nos seus ascendentes conta-se o dr. Pedro d'Alpoim, muito dedicado a D. Antonio, prior do Crato, e que por elle sacrificou a vida (V. *Alpoim, Pedro de*), e Francisco Xavier d'Alpoim da Silva Abreu, senhor das casas de Pousada e Maresse, que pelo seu casamento com a 4.ª neta de D. Diogo Lopes de Carvalho e D. Anna de Castro, filha de Lopo Vaz de Camões, trouxe sangue camoneano á familia Alpoim. Formou-se na faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, no anno de 1878. Pouco depois, em 1879, foi administrador do concelho de Mesão Frio, e tambem do de Lamego. Entrou na politica, filiando-se no partido progressista. Fundou o *Correio portuguez*, juntamente com os srs. Marianno de Carvalho e Antonio Centeno; foi correspondente do *Primeiro de Janeiro*, do Porto, e collaborador das *Novidades*, *Reporter* e *Correio da noite*, sendo ultimamente proprietario do *Dia*, evidenciando-se sempre como jornalista vehemente, e um dos mais dedicados defensores do seu partido. Tem sido deputado em diversas legislaturas, occupando na camara o logar de secretario da meza, n'uma das situações. Em agosto de 1898 fez parte no ministerio, pela primeira vez, no gabinete organisado pelo sr. José Luciano de Castro, encarregando-se da pasta dos negocios ecclesiasticos e da justiça. Na sua gerencia, entre as medidas de mais largo alcance, que decretou, contam-se o codigo das fallencias, a assistencia judiciaria, a reforma dos serviços medico-legaes, etc. Em outubro de 1904 foi, pela segunda vez, chamado ao ministerio, sendo novamente encarregado da referida pasta dos negocios da justiça. O sr. conselheiro Alpoim é um orador energico, de palavra insinuante e fluente; um dos mais denodados luctadores no ataque e na replica, facil na defeza. Escriptor distincto e orador elegante, é uma das individualidades mais completas do nosso meio litterario e politico. Tambem exerceu o logar de primeiro official do ministerio da fazenda, e o de ajudante do procurador geral da corôa.

José Maria de Alpoim Cerqueira Borges Cabral

Borges Carneiro (*Manuel*). V. *Carneiro* (*Manuel Borges*).

Borges Carvalho (*Custodio Nunes*). Presbytero, doutorado em theologia pela Universidade de Coimbra a 11 de março de 1866. N. em Penafiel em 1842. Era filho de João Nunes Borges de Carvalho. Vindo para Lisboa, foi por muitos annos, até ao seu fallecimento, prior da freguezia da Lapa. Escreveu: *Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas. Argumento:* Evangelho de S. Matheus, cap. XIX, verso 3 a 9—*D'onde deduzimos a seguinte conclusão:* «A indissolubilidade do matrimonio concorre poderosamente para o progresso e civilisação dos povos.» Coimbra, 1865.

Borges de Carvalho (*Luiz*). Cavalleiro professo da ordem de Christo. N. em Villa de Mello, bispado de Coimbra, a 3 de agosto de 1689; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de David Borges de Azevedo, cavalleiro professo da ordem de Christo, e de D. Maria de Carvalho. Estudou Jurisprudencia Cesarea na Universidade de Coimbra, em que se graduou a 13 de julho de 1712. Foi juiz do crime do bairro da Moiraria, corregedor do civel da cidade de Lisboa, entrou por desembargador na Casa da Supplicação, onde, sendo juiz dos cavalleiros das ordens militares, foi provido em 1748 a desembargador dos Aggravos, e no anno seguinte a deputado do Conselho Ultramarino. Dedicou-se tambem á poesia. Escreveu: *A' morte da Serenissima Senhora D. Francisca Infanta de Portugal*, tres sonetos; *Quatro decimas á morte da Serenissima Infanta de Portugal a Senhora D. Francisca; Soneto á morte do conde da Ericeira; Soneto em applauso de Francisco de Pina e Mello escrevendo o Espelho Nupcial Epithalamico que fez aos despozorios do Illustrissimo e Excellentissimo Duque estribeiro-mór; Soneto ao Augustissimo Monarcha D. João V, triumphando da enfermidade penosa que padeceu; Romance aos felices annos da Serenissima Princeza do Brazil; A' Excellentissima Senhora marqueza de Tavora na heroica resolução de acompanhar ao Excellentissimo Senhor Marquez seu Esposo ao Estado da India;* todos estes escriptos poeticos não teem marcado o logar nem a data da impressão; *Dois sonetos em applauso de ser reeleita Abbadessa do Convento de Santa Clara de Lisboa a Madre D. Margarida Baptista*, Lisboa, 1736; *Dois sonetos á morte do conde de Tarouca*, Lisboa, 1739; *Novena do Glorioso Apostolo, e Evangelista, S. Matheus*, Lisboa, 1739; foi composta pelas devotas instancias da marqueza de Cascaes; *Memorial em uma Decima ao Serenissimo Principe D. José querendo passar da Relação para o Conselho Ultramarino*, Lisboa, 1750; saiu glosado por soror Thomazia Caetana de Santa Maria, religiosa no convento de Santa Cruz, de Villa Viçosa.

Borges de Castro (*Eduardo Ferreira*). Capitão de cavallaria. N. a 17 de maio de 1860. E' filho do visconde de Borges de Castro e de sua

mulher, D. Ephigenia Maria da Silva. Tem o curso da Escola do Exercito. Escreveu: *Regimento de cavallaria n.º 2, Lanceiros,* Lisboa, 1888. N'este livro apresenta o autor as observações colhidas n'uma viagem que fez pela Hespanha, França e Belgica, durante a qual visitou varios estabelecimentos militares, assistiu a differentes manobras, e aquiriu conhecimentos do que se passa no estrangeiro com referencia á arma de cavallaria. O autor, no regresso da sua viagem, fez uma conferencia no corpo de lanceiros a que pertence, a convite do commandante, á qual assistiu a officialidade de cavallaria 2 e 4, mandando depois imprimir este seu trabalho, que foi classificado em primeiro logar pela commissão de aperfeiçoamento da arma de cavallaria.

Borges de Castro *(José Bonifacio).* Apenas se sabe que publicou sem o seu nome, em Lisboa no anno de 1820, um opusculo com o titulo de *Leituras juvenis e moraes.*

Borges de Castro *(José Ferreira de Castro, 1.º visconde de).* Commendador das ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição; grã-cruz das ordens de S. Mauricio e S. Lazaro da Sardenha, e da Corôa de Italia; do conselho d'el-rei D. Luiz, par do reino, commendador das ordens da Aguia Vermelha da Prussia, de Alberto o *Valoroso,* de Saxonia, de numero extraordinario da de Izabel a Catholica, de Hespanha; cavalleiro das ordens do Leão de Hesse Eleitoral, e de Carlos III, de Hespanha; enviado extraordinario e ministro plenipotenciario nas côrtes de Italia e do Rio de Janeiro, etc. N. no Porto a 3 de outubro de 1825. Era filho de Antonio José de Castro, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, advogado no Porto e proprietario, e de sua mulher, D. Anna Emilia Ferreira Borges. Seu avô fôra sargento-mór de ordenanças, e chamava-se João Antonio Gomes de Castro. O visconde de Borges de Castro entrou para o corpo diplomatico na qualidade de 2.º addido á legação de S. Petersburgo a 30 de setembro de 1841; serviu como 1.º addido na legação de Berlim, passou a secretario em março de 1851, para a côrte de Madrid, sendo depois promovido a encarregado de negocios e ministro plenipotenciario para as côrtes de Sardenha e de Italia. Em 1847 era capitão do regimento de artilharia da Carta. Foi socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, elevado ao pariato por carta regia de 8 de janeiro de 1880, tomando posse na respectiva camara dos pares na sessão de 17 de fevereiro do referido anno. O visconde de Borges de Castro casou em 1850 com D. Ephigenia Maria da Silva, filha de Manuel Gonçalves da Silva, negociante de grosso trato da praça commercial de Macau e Lisboa, capitalista e proprietario, e de sua mulher D. Josepha de Castro Silva. Foi agraciado com o titulo de visconde por decreto de 1 e carta de 8 de junho de 1867. O brazão foi concedido a seu tio, o conde de Castro, José Joaquim Gomes de Castro, por alvará de 6 de fevereiro de 1843; consta do seguinte: escudo partido em pala; na primeira as armas dos Gomes, em campo azul um pelicano d'ouro ferindo o peito, e tres filhos bebendo o sangue que lhe cae da mesma ferida; na segunda as armas dos Castros, dos que procedem de D. Alvaro Pires de Castro, seis ruellas azues em duas palas. Escreveu ou publicou: *Collecção de tratados, convenções, contratos e actos publicos, celebrados entre a corôa de Portugal e as mais potencias, desde 1640 até ao presente,* Lisboa, 1856-1858, 8 tomos, com varios mappas. A'cerca d'esta obra, cuja publicação foi mandada fazer por deliberação e a expensas do governo, lê-se no *Instituto de Coimbra*, vol. VI, pag. 23: «Com ella o sr. Borges de Castro livrar-nos-ha da vergonha de termos sumidos pelos archivos publicos, e até pelos particulares, muitos e mui interessantes trabalhos.» Pela *Historia da Academia Real de Historia*, pag. 294, sabe-se que em 17 de julho de 1721 o conde de Assumar propozera á Academia a necessidade de fazer uma collecção de todas as cartas, tratados de paz que se celebraram com Portugal, o que a mesma academia approvou. O sr. Julio Firmino Judice Biker tem continuado a *Collecção dos tratados. V. Biker.*

Borges de Figueiredo *(Antonio Cardoso).* Presbytero secular, cavalleiro da Ordem de N. S.ª da Conceição, professor de Oratoria, poetica e classica no Lyceu Nacional e socio honorario do Instituto de Coimbra. N. no logar da Castanheira, da freguezia de Fajão, concelho da Pampilhosa, a 16 de janeiro de 1792, fal. em Coimbra a 21 de janeiro de 1878. Escreveu: *Logares selectos dos classicos portuguezes nos principaes generos de discurso prosaico, para uso das escolas,* Coimbra, 1845; tem-se publicado mais edições; *Bosquejo historico de Litteratura classica grega, latina e portugueza para uso das escolas,* publicada em Coimbra; tem tido bastantes edições, sendo a 2.ª em 1846, correcta e augmentada, a 4.ª em 1856 e a 5.ª em 1862 sendo muito corrigida; *Instrucções elementares de Rhetorica para uso das escolas, por elle mesmo traduzidas da segunda edição latina reformada,* Coimbra, 1849; a 3.ª edição tem a data de 1857; *Discurso recitado na inauguração dos retratos da senhora D. Maria II, e do senhor D. Pedro IV na sala grande da Universidade em 8 de maio de 1835.* As *Instrucções de Rhetorica* tambem se publicaram em latim, assim como algumas orações inauguraes.

Borges da Fonseca ou **de Affonseca** *(Manuel).* Soldado do terço da guarnição da côrte, no seculo XVII. Por decreto de 31 de dezembro de 1862 foi determinado que elle fôsse exercer na praça de Mazagão o logar de engenheiro com as honras de capitão, mas com o vencimento de soldado, e que n'esta conformidade o conselho de guerra lhe passasse patente, e lhe não désse baixa no terço a que pertencia. Um decreto de 26 de maio de 1687 augmentou-lhe o vencimento em 2$000 réis por mez.

Borges Galvoto *(João Rodrigues da Cunha).* Cirurgião na cidade de Guimarães, d'onde era natural. Escreveu: *Remedio contra os embaraços e constricções da uretra, com o nome de carnosidades, pela applicação das velinhas medicamentosas de composição particular,* Porto, 1816.

Borges de Medeiros *(Felix).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. na ilha de S. Miguel, em junho de 1819, fal. em Angra do Heroismo a 14 de junho de 1872. Era filho de Vicente José Borges, proprietario na mesma ilha, e de D. Maria Feliciana Medeiros. Vindo para Coimbra, matriculou-se na Universidade, concluindo o curso de Direito em 1841. Foi administrador substituto durante cinco annos do terceiro bairro da cidade do Porto, e em 1851 teve a nomeação de governador civil do

districto de Ponta Delgada, cargo que exerceu até 1868; e mais tarde desempenhou egual logar no districto de Angra do Heroismo. No anno de 1867 foi agraciado com a commenda da ordem de Christo, condecoração que não acceitou. Não consta que tenha outros escriptos, além dos *Relatorios* da sua gerencia como governador civil, mandados todos os annos ao ministerio do reino, e que fôram impressos. Mas n'esses relatorios, em numero de vinte e tres, se encontram ventiladas as mais importantes questões administrativas. No n.º 2151 do periodico *A Persuasão*, de Ponta Delgada, 8 de abril 1903, está publicada uma larga biographia de Felix Borges de Medeiros. N'ella se encontra que teve dois irmãos, Vicente José Borges de Medeiros, que morreu solteiro em Lisboa, sendo general de divisão reformado; e João Vicente Borges de Medeiros, que seguia o curso de Direito, em Coimbra, quando n'umas ferias o assassinaram em Ponta Delgada. Felix Medeiros casara no Porto com D. Anna Emilia de Castro Silva, da casa dos viscondes de Sauto Antonio do Valle da Piedade.

Borges Pacheco *(Diogo)*. Conego da sé de Braga, desembargador da relação da mesma cidade, etc. N. em Braga em 1658, onde tambem falleceu a 16 de dezembro de 1735. Era filho de Jacome Borges Pacheco e de D. Francisca Machado. Depois de receber na Universidade de Coimbra o grau de bacharel em Canones, obteve um canonicato na sé de Braga, que renunciou em Domingos de Araujo Pontes. Deixando a vida ecclesiastica, dedicou-se á magistratura, e foi desembargador da relação de Braga durante 36 annos, e depois chanceller por mais de 30. Casou com D. Marianna de Sousa, irmã do já citado Domingos de Araujo Pontes. Escreveu: *Triumpho do Amor Divino, e extracto das Festas que na Cidade de Braga consagrou ao Santissimo Sacramento o ill.mo e ex.mo sr. D. Rodrigo de Moura Telles, Arcebispo de Braga, Primaz das Espanhas do Conselho de Estado de Sua Magestade e e seu Sumilher da Cortina*, Lisboa, 1714; a 1.ª parte é em prosa e a 2.ª em verso; *Memorial ao Santissimo Sacramento para visitar o Lausperenne*, Braga, 1725, sem o seu nome; *Espelho de um peccador*, 1.ª e 2.ª parte, Lisboa, 1732.

Borges da Silva *(Visconde de)*. Proprietario e magistrado. Nasceu na ilha do Fayal, onde reside, a 15 de maio de 1857. E' juiz substituto da comarca da Horta. Sempre muito dedicado á sua patria, tem contribuido bastante para a realisação ali de varios melhoramentos.

Borgonha. Pov. na freg. de S. Pedro, de Rates, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto.

Borgueiros d'Além, de Baixo e de Cima. Tres logares na freg. de Santa Maria, de Infantas, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Borguinhota. Capacete em uso desde os fins do seculo XV até aos fins do seculo XVII. V. *Armadura*.

Borim. Povoação situada a pequena distancia do rio Rachol, regedoria do conc. de Pondá, no distr., com. e arceb. de Gôa, India. Dista perto de 21 k., da cidade de Nova Gôa.

Borinhosa. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Pataias, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Boriz. Pov. na freg. de S. Miguel, de Fontoura, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Borja *(Custodio Miguel)*. Capitão de mar e guerra, ajudante de campo honorario de sua magestade el-rei senhor D. Carlos, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto á côrte de Tokio, Japão, China e Sião, deputado, socio effectivo da Sociedade de Geographia de Lisboa, e correspondente das do Porto, Loanda e Paris; governador da provincia de S. Thomé e Principe, de Macau e Timor, d'Angola, etc. N. na Amora, concelho de Almada, a 25 de dezembro de 1849. Assentou praça em novembro de 1866 no regimento de artilharia n.º 4, e quando cursava a Escola Polytechnica passou á classe de aspirante a guarda-marinha, seguindo os estudos d'esta arma. Concluido o curso foi promovido a guarda-marinha, sendo na Escola Naval um dos estudantes mais distinctos e mais applicados. Teve então um largo e pratico tirocinio nos mares da India, archipelago dos Açôres, Cabo Verde, S. Thomé e Angola, fazendo parte da guarnição da corveta de vélla *D. João I* na sua ultima viagem de instrucção a Angola, demonstrando sempre grande aptidão para a vida maritima, como provam as informações que mereceu dos commandantes com quem serviu, e o seu exame final para segundo tenente feito em 1875, a bordo da corveta *Bartholomeu Dias*. Sendo promovido n'este posto, foi em janeiro de 1876 nomeado immediato da canhoneira *Rio Minho*, estacionada então em S. Thomé. N'essa epoca era governador da provincia o capitão de fragata Gregorio José Ribeiro, que luctava com intrigas, odios e malquerenças devidas á promulgação do trabalho livre. Encontrando Ribeiro no joven official os requesitos precisos para aplanar as difficuldades que lhe surgiam a cada passo, chamou-o para terra, confiou-lhe em junho de 1876 aquella administração, nomeando-o tambem commandante de policia da ilha de S. Thomé. Quando o governador regressou ao continente, Custodio Borja pediu a demissão d'estes cargos, a qual lhe foi concedida em termos muitos honrosos, sendo agraciado, por decreto de 1877, com o grau de cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição, pelos serviços que prestara. Em junho de 1877 teve a nomeação de secretario geral do referido governo da provincia de S. Thomé e Principe, logar que desempenhou até 1881, anno em que foi nomeado governador da ilha do Principe por decreto de 27 de janeiro. Na portaria que o exonerou das suas funcções de secretario geral, lêem-se palavras muito elogiosas. Durante o tempo que exerceu este logar foi encarregado de varias commissões de serviço publico pelas quaes sempre recebeu louvores, tambem agraciado com a medalha militar de prata correspondente á classe dos bons serviços. Quando era secretario, visitou a colonia franceza do Gabão em 1880, para estudar o methodo seguido na instrucção popular, ministrada quer por conta do Estado, quer por intermedio das corporações religiosas; o relatorio que sobre este assumpto elaborou, teve uma portaria de louvor e elogios da imprensa. Observou então o progresso d'aquella colonia, tendo ensejo de introduzir na colonia portugueza a cultura da baunilha até então desconhecida, e que promettia ser da maior utilidade. Gerindo os negocios da provincia em nome de Ferreira do Amaral, quando este governador, por motivo de doença, teve de se ausentar para a metropole,

houve se tão discreta e sensatamente no decurso da sua breve gerencia, que a camara municipal de S. Thomé em sessão extraordinaria de 10 de janeiro de 1880 lhe dirigiu os mais subidos votos de louvor. Nomeado governador da ilha do Principe, não tomou posse d'este cargo por estar exercendo interinamente o de director das obras publicas da provincia desde abril de 1881 até principios de outubro do mesmo anno, por causa do fallecimento do director effectivo, o major de engenheiros E. Ferreira dos Santos. Exonerado a seu pedido do governo da ilha do Principe, apresentou-se como deputado independente, e venceu a eleição. Partindo para a metropole, dirigiu em 16 de novembro ne 1881 um manifesto aos eleitores agradecendo e despedindo-se. Em 3 de abril de 1884 foi nomeado governador da provincia de S. Thomé e Principe; em 1890, de Macau e Timor, e no começo de 1904, governador de Angola. Custodio Borja, juntamente com Jayme Victor, foi um dos proprietarios do *Correio da Manhã*, jornal fundado pelo fallecido Pinheiro Chagas. Além das condecorações já apontadas, tambem tem a medalha de prata de comportamento exemplar. E' commendador da ordem de S. Bento de Aviz; grã-cruz da Corôa Real de Sião, grande officialato do Dragão de Annam, commendador da ordem hespanhola de Merito Naval, que lhe foi concedida pelos serviços prestados á goleta de guerra *Ceres* da estação naval de Fernando Pó; commendador da ordem de Leopoldo da Belgica, cavalleiro da Legião de Honra, de França, concedida por ter prestado serviços á colonia franceza do Gabão.

Borja *(Herdade do)*. Na freg. de Santa Maria do Castello e conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Borlide. Pov. na freg. de S. Martinho, de Caramos, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Borlido. Logar na freg. de Santo Isidoro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Borlongo e Borlonguinho. Dois logares na freg. de Santa Suzana, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Bormão. Appellido nobre em Portugal, oriundo do francez *Borman*. V. *Berman*.

Bornella. Pov. na freg. de S. Pedro, de Athei, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real.

Bormil. Logar na freg. de S. João Baptista, de Villa Boa, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Bormilheiro. V. *Mormilheiro.*

Bornacha. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cacella, distr. de Villa Real de Santo Antonio, distr. de Faro.

Bornaria. Pov. na freg. de S. Pedro, de Azurem, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Bella, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Bornes de Aguiar, conc. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real.

Bornéo. Grande ilha do Oceano Indico, a maior do globo depois da Australia, banhada ao S pelo mar de Java e a E pelo estreito de Macassar e Mar das Celebes, ao N e N E pelo Mar de Mindoro ou de Sulu, e a O e N O pelo Mar da China. Esta ilha foi descoberta em 1503 por um navio portuguez commandado pelo italiano Barthema, e visitada em 1518 e 1523 pelos navios da expedição de Fernão de Magalhães. Em 1604 os hollandezes começaram a frequental-a e alcançaram dos indigenas a cessão da soberania da costa meridional. Actualmente a ilha divide-se em territorio hollandez, Bornéo independente e possessões inglezas. As primeiras noticias de Bornéo datam de 1514, e acham-se n'uma carta do governador de Malaca Ruy de Brito, em 6 de janeiro, a el-rei D. Manuel. São, textualmente, as informações seguintes: «Vieram de Burneu tres juncos a esta cidade: trazem canfora de comer, aljoufar, mantimentos. Ho rei he cafere; os mercadores sam mouros. Burneu he ylha grande: jaz antrre a China e Maluco no golfam das ylhas. A gente da ylha chamam se luccoees; sam bons homens, nosos amjguos; levam por retorno roupa de Canbaya e dos quilis.» (Torre do Tombo, *Corpo Chronologico*, part. 1.ª, maço 14, n.º 49). Em 1 de janeiro de 1524 escreveu de Malaca Jorge de Albuquerque a el rei D. João III, dizendo que mandara á ilha de Bornéo por lhe constar que os castelhanos, que tinham ido com a armada de Magalhães, haviam ali chegado, mas só se encontrou um biscainho da dita armada. Da carta que Albuquerque escrevera ao rei de Bornéo sobre isto, resultou protestar elle que era verdadeiro amigo de Portugal, e enviar-lhe o biscainho. Em 1692 publicou-se em Lisboa um opusculo, attribuido a D. Vicente Barbosa, com a *Relação da Nova Missão dos Padres Clerigos Regulares da Divina Providencia na ilha de Bornéo.*

Bornes. Pov. e freg. de Santa Martha, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 686 hab. e 151 fog. Tem est. post. permutando malas com Macedo de Cavalleiros. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada na serra de Bornes de Monte Mel. O reitor era apresentado pelo ordinario, e tinha de rendimento 50$000 réis e o pé d'altar. Bornes pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 10 com a séde em Mirandella.

Bornes d'Aguiar. Pov. e freg. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 1:465 hab. e 351 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada em montes, é muito abundante de agua e fertil em cereaes. O reitor era de apresentação regia, e tinha de rendimento 40$000 réis e o pé d'altar. Bornes d'Aguiar é tambem conhecida só pela denominação de *Bornes*, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 19 com a séde em Chaves.

Bornes de Monte Mel. Serra na prov. de Traz-os-Montes, tem 12 k. de comprimento e 6 de largura; E' em partes cultivada e muito fertil e saudavel; povoada de varias aldeias e a E fica a villa de Chacim e outros logares mais insignificantes. E' muito abundante de aguas que se encorporam nas ribeiras de Valle d'Asnes e Cortiços. No mais alto da serra, no sitio chamado Miradouro, avistam-se muitas terras, tanto de Portugal como de Hespanha.

Bornirinho. Logar na freg. de S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Borno. Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Querença, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Boroma. Pov. da margem direita do Luabo ou Zambeze, entre os confluentes d'esse rio, Combo e Mpata, no distr. de Tete, com. de Quelimane,

arceb. de Gôa, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Boror. V. *Bororo.*

Bororo. Antigo prazo situado no distr. de Quelimane, prov. de Moçambique, Africa Oriental, com. 450 k. de comprimento e 150 de largura atravessado, entre outros, pelos rios Pingage e Ruala. A E fica-lhe o antigo prazo Marral e ao N e O as serras Mornmballa e Chomaro. Está a N E da villa de Quelimane, capital do districto, e foi conquistado por Henrique Farinha Leitão em fins da seculo xvii. Tem mattas de madeira propria para tinturaria, habitadas por muitos elephantes; boas pedras de cantaria e marfim em abundancia. Produz olanga, uma especie de mandioca de que se faz farinha alva e nutritiva, trigo, arroz e milho. A' *Companhia de Boror* pertence a concessão d'este antigo prazo.

Borqueiro. Logar na freg. de S. Claudio, de Barco, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Borra *(Casal da).* V. *Valle da Borra.*

Borraceira. Logar na freg. de S. Bartholomeu, de Parambos, conc. de Carrazêda d'Anciães, distr. de Bragança.

Borracha. Fazenda na freg. de S. Thiago do Escoural, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Borracheira. Pov. na freg. de Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, distr. de Faro. || Logar na freg. de S. Pedro, de Esteval, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora. || Quinta na freg. de S. Nicolau, conc. e distr. de Santarem. || Alto na estrada real de Outorella a Carnaxide, conc. de Oeiras, distr. de Lisboa.

Borracheiras. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Vide, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Borrado. Logar na freg. de S. Paio, de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Borraes. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Oriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto.

Borrainho. Pov. na freg. de S. Pedro, de Goães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Borral. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Matto, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Borralha *(Francisco Caldeira Leitão Pinto de Albuquerque de Brito Moniz, 1.º visconde da).* Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, por successão a seus maiores, alvará de 30 d'abril de 1835, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; par do reino por carta regia de 23 de dezembro de 1844, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara em sessão de 3 de março de 1845; do conselho da rainha D. Maria II. N. a 20 do abril de 1803, fal. a 29 de novembro de 1873. Era filho de Gonçalo Caldeira Leitão de Albuquerque Cardoso Brito Moniz, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, com dispensa de maioridade, alvará de 13 de maio e 21 de junho de 1835; do conselho da rainha D. Maria II, prefeito da provincia da Beira Baixa em 1835, casado com D. Josepha Margarida Pinto de Macedo Mascarenhas, filha de José Pinto de Macedo Mascarenhas d'Abreu Castello Branco e de sua mulher, D. Anna Rita Saraiva d'Almeida, successora da casa e quinta da Borralha. Esta propriedade é uma das mais opulentas da provincia do Douro. Consta d'um sumptuoso palacio com elegante capella, lindo parque, jardim e grande quinta. O titulo de visconde foi concedido por D. Maria II, pelo decreto de 12 de julho e carta de 14 de setembro de 1852. O visconde de Borralha casou a 12 de abril de 1836 com D. Ignez de Véra Giraldes de Mello Sampaio e Bourbon, da casa dos marquezes da Graciosa, filha de Fernando Affonso Giraldes de Andrade Menezes, do conselho da rainha D. Maria I e d'el-rei D. João VI; fidalgo cavalleiro da Casa Real, alvará de 30 de abril de 1785; alcaidemór de Monsanto, senhor de Medelim, commendador de S. Miguel de Fornos, na ordem de Christo, no bispado de Vizeu; desembargador da Casa da Supplicação, servindo de chanceller governador das justiças da Relação e Casa do Porto; casado com D. Maria Joanna de Mello Sampaio e Bourbon. O brazão consta de um escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Leitões, dos que procedem de Castella, em campo de prata tres faxas de vermelho, e por differença uma brica azul com um D de ouro; no segundo quartel as armas dos Pintos; em campo de prata cinco crescentes de lua vermelhos, com as pontas para cima em santor; no terceiro as armas dos Caldeiras, em campo azul uma banda de prata, carregada de tres caldeiras negras com os bocaes de ouro, entre duas flôres de liz, tambem de ouro; no quarto quartel as armas dos Carvalhos, em campo azul uma estrella de ouro de oito raios, dentro de um quadernal de crescentes de prata.

Borralha *(Gonçalo Caldeira Cid Leitão Pinto d'Albuquerque, 2.º visconde e 1.º conde da).* Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, por successão a seus maiores; bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; par do reino, por successão a seu pae, de que tomou posse e prestou juramento na respectiva camara em sessão de 21 de março de 1874. N. a 4 de outubro de 1839. E' filho do 1.º visconde da Borralha, Francisco Caldeira Leitão Pinto d'Albuquerque de Brito Moniz, e de sua mulher, a viscondessa D. Ignez de Véra Giraldes de Mello Sampaio e Bourbon. Casou em 1 de fevereiro de 1864 com D. Eugenia de Magalhães Collaço Moniz Velasques Sarmento, filha dos viscondes de Condeixa. Enviuvando em 1867, passou a segundas nupcias, em Paris, a 12 de setembro de 1877, com Miss Carolina W. Orne, natural de Philadelphia, filha de M.r[s] Johan F. Orne, e de sua mulher Mirs. Sarah L. Orne. O titulo de visconde foi concedido como verificação de vida no de seu pae, e renovado por decreto de 10 e carta de 14 de março de 1861; sendo elevado a conde, por decreto de 5 d'abril de 1883.

Borralha. Pov. na freg. de Santa Eulalia e conc. de Agueda, distr. de Aveiro. E' aqui situada a casa e quinta da Borralha, que pertence á casa dos condes d'este titulo. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Borbella, conc. e distr. de Villa Real. || Logar na freg. de S. Martinho, de Aguada de Baixo, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Salvada, conc. e distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, do Abella, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Borralhaes. Logar na freg. de N. S.ª da Expectação, de Valladares, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S. Pedro, de Valle, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Casal na freg. de S. Pedro, de Arcozello das Maias, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Borralhal. Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Barreiro, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Rocas do Vouga, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de N. S.ª da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de Santa Maria, de Pindello, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Quinta na freg. de N. S.ª da Conceição, de Lagares, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Borralhas. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Ribeira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santa Leocadia, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Horta na freg. de S. João Baptista e conc. de Moura, distr. de Beja.

Borralheda. Logar na freg. de Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Borralheira. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Gestaço, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Casal na freg. de S. Pedro, de Orjaes, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || Herdade na freg. de S. Pedro, de Evora-Monte, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª das Reliquias, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Borralheiro. Logar na freg. de S. Romão, de Mesão Frio, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Miguel e conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Borralho. Familia antiga, a que pertenceu Heitor Borralho, que muito se distinguiu como guerreiro. Tem por armas em campo azul tres estrellas de ouro com oito raios, postos em roquete, chefe do mesmo metal dentado pela parte inferior.

Borralho *(Fr. Manuel).* Religioso da ordem da Trindade. N. em Lisboa no anno de 1643, onde tambem falleceu em 8 de março de 1720. Era filho de Antonio Vaz Borralho e de Francisca de Almeida. Professou no convento de Lisboa a 21 de fevereiro de 1659. Foi ministro da sua ordem no convento de Setubal, definidor, prégador e visitador geral. Tinha muita inclinação para a poesia lyrica e heroica. Escreveu: *A Humildade triumphante, e a Soberba castigada, historia de Esther;* poema em oitava rima, Lisboa, 1708; *Sylva Encomiastica em aplauso do valor, com que obrarão na Cãpanha de 1704 D. Manuel Pereira Coutinho, e seus filhos,* Londres, 1704; saiu a pag. 25 e seguintes dos *Preludios encomiasticos* a esta acção; *Poetica descripcion de los Festivos aplausos, con que la nobleza, e pueblo lisbonense celebró el felice casamiento de los dos Monarchas D. Alfonso VI y la Soberana Princeza D. Maria Francisca Izabel de Saboya, Reyes felicissimos de Portugal,* offerecida a D. Juan de Sylva, marquez de Gobea, conde de Portalegre, etc., Lisboa, 1667. Em manuscripto deixou: *Vida e morte do glorioso Rey, e Anachoreta Santo Onofre com reflexões politicas e asceticas; Tratado de noticias, e regras importantes aos Prégadores.* Estas duas obras conservavam-se na livraria do convento da Trindade de Lisboa.

Borralho *(Manuel da Fonseca).* Latinista e rhetorico afamado. N. em Santarem a 12 de agosto de 1691, onde tambem falleceu a 7 de maio de 1731. Era filho de Pedro da Fonseca e de Maria Francisca. Escreveu: *Luzes da Poesia, descobertas no Oriente de Apollo, aos influxos das Musas, divididas em tres luzes essenciaes: 1.ª da medida e consonancia da Poesia; 2.ª do ornato da Poesia e figuras que n'ella cabem; 3.ª do espirito da Poesia e crecção do conceito,* Lisboa, 1724. Em manuscripto: *Promptuario de todos os Verbos das quatro conjugaçoens com todos os compostos, e nomes, que derivão a sua etymologia e quantidade das syllabas; Dialogismo Rhetorico com todos os exemplos dos authores vulgares, explicação universal de toda a Grammatica; Varias obras poeticas,* como são *Loas, Dialogos, Bailes, Entremezes, Oraçoens Academicas em a Academia de que foy Secretario.*

Borralho. Logar na freg. de Santa Maria Magdalena, de Bemposta, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Miguel, de Milharado, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de S. Bento, de Ameixial, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Horta na freg. de S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem. || Horta na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Torrão, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça e conc. de Benavente, distr. de Santarem.

Borralho Pinho *(Montinho de).* Na freg. de Santa Maria e conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Borralhos. Logar na freg. de Santa Marinha, de Arcozello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Monte na freg. de S. Bento, de Aldeia Nova, conc. de Serpa, distr. de Beja. || Monte na freg. de Santa Maria, de Ventosa, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Borralhoso. Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Fermedo, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Serra na prov. do Douro, 30 k. ao S E do Porto, 282 ao N de Lisboa e 5 ao S do rio Douro.

Borroças. Esta freg. é mais conhecida pelo nome de Barroças e a freg. de Tayas que lhe fica annexa. V. *Barroças e Tayas.*

Borras *(Casaes dos).* Na freg. de S. Miguel, de Milharado, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Borras de Baixo e de Cima. Dois logares na freg. de S. Vicente, de Sangalhos, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

Borraxêta. Logar na freg. de S. Thomé, de Correlhã, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Borraz. Monte na freg. de N. S.ª d'Atalaia e conc. de Fronteira, distr. de Portalegre. || Quinta ou casal na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Sobral da Abelheira, conc. de Mafra, districto de Lisboa.

Borrazeiro. Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Courella na freg. de S. Thiago do Escoural, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Herdade na freg. de S. Bento, de Ameixial, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Bento do Matto. conc. e distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Consolação, de Egrejinha, conc. de Arraiollos, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Manços, conc. e distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Thiago, de Rio de Moinhos, conc. de Borba, distr. de Evora.

Borrozeiros *(Herdade dos)*. Na freg. de S. Pedro, de Sobral d'Adiça, conc. de Moura, distr. de Beja.

Borrecho *(Quinta do)*. Na freg. de S. Vicente e conc. de Villa Franca de Xira, districto de Lisboa.

Borreco. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Parceiros da Egreja, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Borrecos. Logar na freg. de Santa Maria, de V. N. de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Borrega *(Casal da)*. Na freg. de S. Pedro, de Polvoreira, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Borregas. Horta na freg. de N. S.ª das Neves e conc. de Borba, distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. de Evora.

Borrego *(Quinta do)*. Na freg. da Sé, conc. e distr. da Guarda.

Borregos *(Horta dos)*. Na freg. de N. S.ª das Reliquias, de Canal, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Borreiras *(Monte das)*. Na freg. de Santa Maria e conc. de Odemira, distr. de Beja.

Borreirinho. Logar na freg. de Santa Marinha, de Oriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Borreiro. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Oriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de Santa Eufemia, de Prazins, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Borreiros. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, conc. de Castello Branco. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Campo, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Maria, de Infias, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Estevão, de Urgezes, concelho de Guimarães, distr. de Braga.

Borrel. Logar na freg. de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa.

Borrelho. Logar na freg. de Santa Eulalia, de Godinhaços, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Borrelles. Pov. na freg. de S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, districto do Porto.

Borrellos. Logar na freg. de S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Borreto. Logar na freg. de S. Martinho, de Alvaredo, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Borroços. V. *Berrossos.*

Bortelheira *(Monte da)*. Na freg. de S. Salvador, de Alcaçovas, conc. de Vianna do Alemtejo, distr. de Evora.

Bortoalhas *(Horta das)*. Na freg. de Santa Eulalia, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Borzalleiro *(Monte do)*. Na freg. de N. S.ª d'Assumpção. de Collos, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Borzeguim. Calçado antigo que cobria o pé e metade da perna. De duas maneiras se costumou cobrir o pé do guerreiro nos tempos cavalheirescos: com o sapato ou escarpim de ferro, terminado em ponta, ou com o mesmo calçado de ponta quadrada ou romba. A este chamava-se *bico de pato*. (V. *Armadura)*. O borzeguim encontra-se entre os gregos e os etruscos, tão habeis em trabalhar o couro como o ouro. Os peões romanos tinham um borzeguim cuja palmilha, largamente guarnecida de pregos, lhes dava o pé firme nos combates corpo a corpo. Para a cavallaria os prégos eram collocados na beira da palmilha e serviam de esporas. Mais tarde foi adoptado o borzeguim dos godos apertado por uma lingueta ou correia de couro. Os borzeguins ecclesiasticos são meias liturgicas, feitas d'uma fazenda rica e ordinariamente bordada, cobrindo a perna até ao joelho, e calçam-se com sapatos Como instrumento de tortura, os borzeguins eram quatro peças de madeira formando caixa e fechadas á vontade, por meio de cordas, sobre os pés do paciente, do qual se premiam os ligamentos e os malleolos até os fender. Mas a applicação dos borzeguins fazia-se por modos diversos. Por vezes ligava-se solidamente as pernas entre quatro pranchas, duas das quaes mettidas por dentro; depois, ás martelladas, introduziam-se cunhas entre as pranchas do meio; a pressão dilacerava as carnes e fazia estalar os ossos. Outras vezes as pernas eram envolvidas em pergaminho, molhavam-se, aproximavam-se depois d'um grande fogo, e a contracção produzida occasionava dôres atrozes.

Boscras. Pov. na freg. de S. João Baptista. de Ovil, conc. de Baião, distr. do Porto.

Bosque. Pov. na freg. de S. Bartholomeu e conc. de Borba, distr. de Evora || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Valladares, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Quinta na freg. de N. S.ª das Neves e conc. de Borba, distr. de Evora. || Quinta na freg. dos Santos Reis, do Campo Grande, 3.º bairro de Lisboa.

Bossaqueira. Pov. na freg. de S. Pelagio, de Ovadas, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Bostelim. Pov. na freg de S. João Baptista, de Brasfemes, conc. e distr. de Coimbra.

Bostello ou **Bustello.** Pov. e freg. de S. Mamede na prov. do Douro, conc. e com. de Amarante, distr. e bisp. do Porto; 736. hab. e 182 fog. Tem caixa do correio com serviço de posta rural. A pov. dista 8 k. da séde do conc. Pertenceu ao arcebispo de Braga e o abbade era apresentado pela mitra, tendo 500$000 réis de rendimento. Esta freguezia encontra-se na ordem do exercito com o nome escripto *Bustello*, porém segundo diplomas emanados do ministerio da justiça, reino e obras publicas, a sua orthographia é *Bostello*. A povoação pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. Miguel. na prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr.

e bisp. do Porto; 1.116 hab. e 292 fog. Tem caixa do correio. A pov. dista 3 k. da séde do conc. Foi do arcebispado de Braga. A egreja do convento de frades bentos serve de matriz, á qual eram annexas as freguezias de S. Pedro da Croca, Santa Martha e S. Martinho de Milhundos. As duas primeiras freguezias tinham obrigação de vir assistir, nas quatro festas do anno, á missa principal d'esta egreja. O mosteiro está situado no meio da freguezia, em um alto, d'onde ella se vê completamente e muitas outras. Bostello era couto dos frades d'este convento, sendo seu donatario o D. Abbade, que no primeiro de janeiro de cada anno elegia um juiz ordinario do civel e orphãos, com appellação para o mesmo abbade, como ouvidor. Faziam-se audiencias n'uma casa bem apropriada; o juiz elegia o porteiro e o povo elegia, a votos, o procurador, meirinho, quadrilheiro e um jurado que prestavam juramento nas mãos do abbade, sendo confirmados pelo corregedor da comarca. O parocho era sempre um frade do convento, apresentado pelo abbade de tres em tres annos. Tinha um coadjutor, clerigo secular, apresentado annualmente, e 100$000 réis de rendimento. A terra é muito fertil, D. Diniz deu-lhe foral em 1286. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 20 com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 529 hab. e 125 fog. Tem caixa do correio com serviço de posta rural. A pov. dista 6 k. da séde do conc. O vigario era apresentado pelo arcebispo de Braga, e tinha de rendimento 60$000 réis. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 19, com a séde em Chaves || Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Sinfães, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 410 hab. e 107 fog. Tem caixa post. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada junto á serra de Montemuro. O cura era apresentado por um canonicato de Lamego, e tinha 40$000 réis de rendimento. E' foreira á Casa de Bragança. Passa aqui o rio Bestança. Pertenceu até 24 de outubro de 1855 ao conc. de Ferreiros de Tendaes, anno em que este conc. foi supprimido. Ha em Bostello uma grande lage, que serve de eira a todos os seus moradores Por esta circumstancia tambem a povoação é conhecida por *Bostello da Lage*. N'alguns diplomas encontra-se escripto *Bustello*, como em outras povoações do mesmo nome já citámos. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 9 com a séde em Lamego. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Aguada de Cima, conc. de Agueda, distr. de Aveiro, || Pov. na freg. do Espirito Santo, de Almofalla, conc. de Tarouca, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de Santa Cruz, de Alvarenga, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Folhadella, conc. e distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de S. Mamede, de Gondoriz, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santo Estevão, de Moldes, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Ossella, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. Tem caixa post. || Pov. na freg. de Santo André, de Palme, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Parada de Gatim, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na freg. de N. S.ª do Bom Despacho, de Recarei, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Sanfins de Ferreira, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Travassos, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Vallega, conc de Ovar, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Villa Chã, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Villa da Ponte, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de S. Mamede, de Arca, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Varzea Cova, conc. de Fafe, distr. de Braga, || Logar na freg. de S. Romão, de Carvalhosa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Logar na freg. de N. S.ª da Purificação, de Louredo, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Quinta na freg. de Santa Maria Maior, de Pombeiro de Riba Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Bostello de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Mamede, de Bostello, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Bostorenga. Pov. na freg. de S. Thiago, de Ribeira de Fragoas, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro.

Bota *(Herdade da)*. Na freg. de S. Marcos da Abobada, conc. e distr. de Evora.

Bota Cerva *(Monte da)*. Na freg. de Santa Luzia, de Pias, conc. de Serpa, distr. de Beja.

Bota Fogo e Bota Foguinho. Dois montes na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Caia, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Bota Fóra. Pov. na freg. de S. Salvador, de Paderne, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Horta na freg. de Santa Maria e conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Bota Rôta *(Casaes da)*. Na freg. de N. S.ª da Purificação, de Aveiras de Cima, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa.

Botaca ou Boutaca. Logar na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Botado. Familia nobre oriunda da comarca de Torres Vedras. No tempo de D. João I vivia ali um fidalgo chamado João Alvares Botado, a quem aquelle monarcha nomeara fiel das sizas. Um seu descendente, Heitor Bernardes Botado, da Meixoeira, distinguiu-se ao serviço de Carlos V nas expedições africanas d'este imperador, que lhe concedeu o seguinte brazão d'armas, que D. João III confirmou: o escudo esquartelado; no primeiro quartel em campo de ouro duas aguias negras batalhantes; no segundo em campo azul tres canos de prata deitando agua; o mesmo nos quarteis contrarios; timbre uma aguia das armas estendida e nascente.

Botafogo. Familia nobre da cidade de Elvas. Tem por armas, em campo de prata nove folhas de hera com tres palas; por timbre uma torre de prata realçada de negro lançando fogo.

Botafogo *(Fr. João)*. Religioso da ordem dos prégadores. N. em Elvas, mas ignora-se a data do nascimento, assim como a do fallecimento. Era filho de João Gonçalves Botafogo, fidalgo da

Casa de D. Manuel, e de D. Leonor Rodrigues Sembrana. Professou na ordem dos prégadores no seu convento em Elvas a 12 de maio de 1641, e foi mestre de theologia moral no Real Collegio de N. S.ª da Escada, de Lisboa. Dos seus sermões publicou apenas o seguinte, que se saiba: *Sermão do Descendimento de Christo Nosso Senhor, Sentimentos, e lagrimas da Virgem Senhora Nossa, prégado no Convento de S. Domingos de Lisboa em 23 de março de 1674*, Lisboa, 1674.

Botafogo. Era conhecido por este nome um celebre galeão, cujo verdadeiro nome era *S. João Baptista*, e que fazia parte da esquadra portugueza no tempo de D. João III. Tinha duzentas peças de grande alcance, um esporão na quilha, e tão celebre se tornara, que o imperador Carlos V, quando pediu a alliança de Portugal para a sua expedição a Tunis contra Barbaroxa, requereu especialmente o galeão *Botafogo*. Na verdade prestou-lhe serviços, porque foi o esporão da quilha d'este navio que rompeu a corrente de ferro que fechava o porto da Goleta.

Botão. Pov. e freg. de S. Matheus, da prov. do Douro, conc., com., distr. e bisp. de Coimbra; 1:238 hab. e 296 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada em um valle fertil, d'onde se avistam varias povoações. Era da corôa. Na camara municipal de Coimbra acham-se registadas as cartas, passadas desde 1527 a 1616 pelo monteiro-mór, da nomeação e dos privilegios dos monteiros das mattas reaes do Botão, para não serem obrigados a andar na vintena do mar e a servirem de bésteiros do couto, nem ás aposentadorias e tomadias de seus haveres, nem aos encargos e contribuições dos concelhos, nem ao pagamento da jugada e oitavos. A matriz é uma boa egreja de tres naves. O vigario era apresentado pela abbadessa do convento de Lorvão, e tinha de renda differentes generos, uma pipa de vinho e 11$000 réis em dinheiro. A povoação é muito antiga e produz muito milho e azeite. Passa aqui o rio Botão, que traz peixe miudo. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 10 de janeiro de 1514. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 23, com a séde em Coimbra. || Pov. na freg. de S. Julião, de Lage, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Rio na prov. do Douro. N. proximo da villa de Botão, que lhe dá o nome. Tem uma ponte de cantaria lavrada no logar de Fornos, sobre a estrada. Rega o Campo do Botão, e morre no Mondego, junto a Geiria.

Botão e Eiras. Dois logares contiguos, na freg. de Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Botaréos. Herdade na freg. de N. S.ª da Graça de Graça do Divôr, conc. e distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Bento do Matto, conc. e distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Manços, conc e distr. de Evora.

Botas. Logar na freg. de S. Thiago, de Estombar, conc. de Lagôa, distr. de Faro. || Logar na freg. de S. Martinho, de Penacova, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Casal na freg. de S. Lourenço, de Maiorga, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Povos, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Bote. Baixo na costa da Guiné, Africa Occidental, fronteiro á ponta ou cabo das Cabeceiras. E' muito perigoso.

Botecella *(Quinta da)*. Na freg. de S. João Baptista, de Alcaria, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco.

Botelha. Designação dada vulgarmente á moeda de prata mandada cunhar em Malaca pelo governador Nuno Alvares Botelho.

Botelha. Pov. na freg. de S. Vicente, de Formigaes, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pelmá, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de Santa Maria de Alcobaça e S. Martinho e conc. de Monte-mór-o-Velho, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Sagres, conc. de Villa do Bispo, distr. de Faro. || Casal na freg. de Santo Adrião, de Povoa de Santo Adrião, conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de Santa Margarida da Serra, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Monte da freg. de S. Pedro e conc. da Vidigueira, distr. de Beja.

Botelha dos Carvalheiros. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Botelhão *(Horta do)*. Na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. d'Elvas, distr. de Portalegre.

Botelhas. Pov. na freg. de S. Domingos, de Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de N. S.ª da Carmo, de Madeirã, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || Logar na freg. de S. Diniz, conc. e distr. de Villa Real. || Monte na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Caia, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de S. Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Faro. || Quinta na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Gouvães do Douro, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real.

Botelheira *(Quinta da)*. Na freg. de Santa Maria Magdalena, de A dos Negros, conc. de Obidos, distr. de Leiria.

Botelheiras. Logar na freg. de S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu

Botelheiro *(Quinta do)*. Na freg. de S. Estevão e conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Botelho. Familia que tem o solar na quinta da Botelha, freg. de S. Clemente de Basto. Os Botelhos procedem de Paio Mogudo de Sandim, o *velho*, cujo terceiro neto, Pedro Martins Botelho, que era filho de Martim Vasques Barba, foi o primeiro que usou d'este appellido. Suas armas são duas copas de ouro cobertas, e postas em duas palas, lavradas de preto; timbre uma das copas. Outros trazem o escudo, em campo de ouro quatro bandas de vermelho; timbre um leão do mesmo metal nascente, bandado de vermelho.

Botelho *(Abel Acacio d'Almeida)*. Tenente-coronel do serviço do estado maior; romancista, escriptor dramatico e jornalista; critico de arte dos mais apreciados. E' uma das primeiras figuras litterarias da sua geração. Nasceu em Taboaço (pequena villa da Beira Alta) em 23 de setembro de 1854. E' filho de Luiz Carlos d'Almeida Botelho e de D. Maria Preciosa d'Azevedo Leitão. Seu pae, d'uma familia burgueza de Vizeu, era major de caçadores, conductor de obras publicas e professor do lyceu, em Villa Real (Traz os Montes) e quando falleceu, contava Abel

Botelho 12 annos. Sua mãe descendia d'uma antiga familia de proprietarios ruraes, tidos por homens de engenho e miguelistas ferrenhos. Os paes destinavam Abel Botelho a seguir em Coimbra um curso universitario, porém a morte prematura de seu pae aconselhou a sua entrada no Real Collegio Militar, como pensionista do Estado. Ahi esteve, de 1867 a 1872, obtendo medalhas em todas as cadeiras do curso e sendo, no ultimo anno, commandante do batalhão collegial. Sahido do collegio, com o posto de aspirante a official, em julho de 1872, matriculou-se, em outubro d'esse anno, na Escola Polytechnica, onde fez o primeiro curso, de 1872 a 1876, com premios e distincções em varias cadeiras. Já então se começava a definir e evidenciar no espirito o seu excepcional temperamento de escriptor. No Collegio Militar, em ardentes noites de vigilia, compunha versos que depois submettia á apreciação de Luciano Cordeiro, ali seu professor e amigo. Depois, durante a frequencia da Escola, vivia concentrado e retrahido, n'uma humilde mansarda da rua da Gloria, hoje demolida, e ahi, furtando-se ás alegrias e bohemias proprias da edade, deixava o convivio dos condiscipulos para lêr, estudar e crear já varias composições, ainda incoherentes e confusas, como um drama que, revisto por Pinheiro Chagas, chegou a ser entregue ao grande actor Santos, então empresario do theatro D. Maria. De 1876 a 1878, seguiu o curso do Estado Maior na Escola do Exercito, sendo premiado em ambos os annos. Datam de então as suas primeiras provas litterarias, feitas em publico. A sua estreia fez-se na *Revista Litteraria do Porto*, em 1877, uma bella revista de arte, onde Abel Botelho publicou primeiro um soneto, *Nunquam!*, e depois uma elegia em verso branco, suggerida pela morte de Alexandre Herculano, e varios artigos sobre Philosophia da Arte, que fizeram na occasião um certo ruido. Em 1881 casou com D. Virginia d'Alcantara Pinto Guedes Botelho, oriunda d'uma nobre familia de Lamego (casa do Espirito Santo), não tendo resultado filhos do matrimonio. Em 6 de julho d'este mesmo anno, era promovido para o Estado Maior no posto de capitão, tendo desempenhado successivamente, quer como capitão quer como official superior, muitas e importantes commissões de serviço. Assim, quando chefe da repartição de justiça do quartel-general da 1.ª divisão militar, em 1903, elaborou, para uso dos postos anthropometricos recentemente creados, um diccionario de abreviaturas, em latim, por ser a lingua que melhor se presta á sua internacionalisação, o qual não só foi logo mandado adoptar no exercito, mas a Procuradoria Régia da Relação do Porto mandou-o tambem seguir em todas as comarcas, suas dependentes, e esse trabalho mereceu elogiosas referencias do

Abel Acacio d'Almeida Botelho

proprio autor do methodo de investigação anthropometrica, o celebre Bertillon. Mas, em meio de todas as suas occupações officiaes, Abel Botelho tem sido sempre e fundamentalmente um escriptor. A essa tarefa tem, com immenso carinho, dedicado o melhor do seu tempo e as mais deliciosas e queridas horas da sua vida de abnegação e de trabalho. Emquanto muitos dos seus companheiros das escolas se transviavam para a politica e começavam escalando as melhores vias de accesso para o campo dos interesses e das honrarias sociaes, Abel Botelho limitava-se a escrever, afagando meticulosamente nos mais fundos recantos do seu coração e do seu cerebro, o mundo de idéas e de creações novas que o agitava. Incitado por Urbano de Castro, publicou primeiro no *Diario da Manhã*, o jornal mais litterario do tempo, uma serie de contos, que mais tarde, refundidos, appareceram no volume, *Mulheres da Beira*. Depois, foi tambem assiduo collaborador litterario das *Novidades*, do *Correio Portuguez*, do *Portugal* e do *Reporter*, jornal de que chegou a ser director, na ultima phase da sua existencia. Ultimamente, as suas criticas e chronicas, assignadas, no jornal *O Dia*, corroboraram brilhantissimamente os seus elevados fóros de escriptor moderno, d'uma rara opulencia de linguagem e não menos rara independencia de criterio. Em fevereiro de 1889, estreava-se Abel Botelho no theatro, representando-se no Gymnasio a sua comedia *Jucunda*, tres actos, em que sob a mais phantasista, e por vezes paradoxal, das fórmas, se faz a critica dos homens e das coisas do seu tempo. Esta peça teve um ruidoso exito, pela novidade, pelo desassombro e pelo accentuado cunho de arte em que era escripta. Em 1892, tambem no mesmo theatro, representou-se um outro original de Abel Botelho, egualmente em tres actos, *Vencidos da vida*, uma bella comedia de *charge*, cujas representações a autoridade prohibiu, depois d'um successo enorme na primeira noite, com o pretexto de offensas á moral publica, e porque ella visava um grupo importante de homens conhecidos, um dos quaes, Oliveira Martins, até na occasião era ministro. Em 1891, no theatro do Principe Real, a actriz Lucinda Simões, que, depois d'uma larga ausencia pelo Brazil, viera ali fazer uma temporada, aureolada com um prestigio immenso, escolheu para a sua festa artistica, entre muitas outras peças, um original em quatro actos, de Abel Botelho, *Claudina*, comedia-drama em que se estudava um typo de desequilibrada, e em que Lucinda teve ensejo para dar todo o desdobramento aos seus vastos recursos scenicos. A comedia em tres actos, *Immaculavel*, representada em D. Maria, em 1897, tinha um primeiro acto scintillante e completo, como raros modernamente temos visto, e que agradou muito; mas o resto da peça não correspondia, o que a prejudicou. Tambem, em 1894, escreveu um acto allegorico, em verso, *No Parnaso*, para ser representado por estudantes, no theatro de S. Carlos, em beneficio da caixa de soccorros a estudantes pobres. Em 1904, entregou no theatro D. Amelia uma comedia moderna, *Fructa do tempo*, destinada expressamente á actriz Lucinda Simões. O primeiro volume impresso, de Abel Botelho, que appareceu em publico, foi, em 1885, a *Lyra Insubmissa*, editada por uma casa portuense. Cheio de hesitações e

defeitos, era, a todos os respeitos, um livro de estreia, notavel apenas porque accentuava já bem nitidamente a independencia de idéas e o rasgado desassombro de processos que teem sido sempre a inalteravel norma de conducta d'este escriptor. O drama *Germano*, tambem em verso, publicado em 1886 e que deu origem a uma ruidosa polemica, por não ter sido acceite pela empresa do theatro de D. Maria, era egualmente, a despeito de alguns trechos de valor, uma obra mediocre. Depois, em 1891, apparece finalmente o seu livro mais valioso, *Barão de Lavos*, que é ainda hoje, para muitos, a obra capital do escriptor, cuja primeira edição se esgotou em quinze dias e levantou de roda de si um grande ruido de escandalo. O romance *Barão de Lavos* foi o primeiro d'uma série de estudos pathologicos. Em 1898, apparecia o segundo volume da série, um livro candente de mocidade, *O Livro de Alda*. Em 1902, sahiu a lume o romance *Amanhã*, o terceiro da série, e o primeiro romance de intuitos sociaes que apparecia entre nós. Em 1904, publicava-se em volume um outro romance, *Os Lazaros*, que fez tambem um ruidoso escandalo, por ser um corajoso inquérito ao viver e aos costumes d'um certo *meio* lisboeta. Este romance fôra primeiro publicado em folhetins, no *Dia*. Abel Botelho tambem deu em volume, em 1900, uma interessante novella, *Sem remedio...*, primitivamente escripta para os folhetins do *Seculo*, edição do Brazil. Tem annunciados para breve mais dois romances, filiados na série da sua Pathologia Social, e que são: *Fatal dilemma* e *Prospero Fortuna*. Ha um facto bem significativo que marca a consagração de Abel Botelho como escriptor: em abril de 1904, fallecia em Lisboa uma senhora, D. Theodolinda Elisa Vieira, a qual sem o conhecer, sem nunca lhe ter falado ou escripto, nomeava-o comtudo herdeiro unico dos seus bens, no valor de doze contos de réis. Esta senhora tinha na sua bibliotheca, annotadas carinhosamente, todas as obras do escriptor. Tem sido variadissima e prodigiosa a collaboração litteraria de Abel Botelho, n'uma infinidade de jornaes e revistas, como o *Occidente*, onde publicou tambem desenhos seus, *Illustração*, *Revista Moderna*, *Serões*, *Mala da Europa*, etc. E' academico de merito da Academia de Bellas Artes e membro da Commissão dos Monumentos Nacionaes.

Botelho *(Alberto de Sousa)*. Capitão do estado maior de artilharia, lente substituto da Escola do Exercito, professor do Lyceu Central de Lisboa e do Collegio Militar. Falleceu no Funchal a 28 de dezembro de 1903, sendo o seu cadaver transportado para Lisboa, onde chegou a 7 de janeiro de 1904, realisando-se o funeral no dia 9. Alberto de Sousa Botelho foi educado no Collegio Militar, e, quando concluiu o curso, assentou praça em outubro de 1880; tambem frequentou a faculdade de mathematica na Universidade de Coimbra. Seguiu o curso d'artilharia na Escola do Exercito, foi promovido a alferes n'esta arma a 13 de janeiro de 1886, a tenente em 25 de janeiro de 1888, a capitão em 23 de dezembro de 1900. Estava filiado no partido regenerador, sendo pela primeira vez eleito deputado pelo circulo de Machico em novembro de 1900. Alberto de Sousa Botelho tinha a commenda da ordem de S. Bento de Aviz e a medalha de prata da classe de comportamento exemplar.

Botelho *(Alvaro)*. Um dos officiaes de Duarte Pacheco, e um dos seus mais valentes companheiros na defeza de Cochim. Lopo Soares de Albergaria o nomeou capitão d'um dos navios da sua esquadra, e com elle voltou ao reino; tornou á India com D. Francisco d'Almeida, a quem sempre mereceu a maior confiança, sendo um dos companheiros predilectos de seu filho D. Lourenço. Quando este foi com uma esquadra em soccorro de Cantão, arvorou a sua bandeira de commandante no navio de Alvaro Botelho. Na batalha naval em que D. Lourenço perdeu a vida, commandava Alvaro Botelho um dos navios. Estranho ás dissensões entre D. Francisco d'Almeida e Affonso d'Albuquerque, serviu tão lealmente o segundo governador da India, como servira o primeiro; esteve nas duas conquistas de Gôa, e morreu combatendo heroicamente na tomada de Malaca.

Botelho *(Braz Joaquim)*. Segundo tenente de marinha em Macau. Apenas se sabe que escreveu o seguinte livro, que publicou em Macau em 1838: *Epitome da descripção de ventos, tempos, vagas, apparencias luminosas, e temperatura do mar, correntes, marés, magnetismo, variação da agulha, etc., traduzido do mais moderno Directorio da India, do capitão James Horsburgh, com addições e notas.*

Botelho *(Fr. Damião)*. Prégador do seculo XVII, natural de Lamego; fal. em Lisboa a 26 de maio de 1645. Era filho de Damião Botelho e de Anna Teixeira. Professou na Companhia de Jesus, mas depois de permanecer por muitos annos n'aquella ordem religiosa, onde leu as letras humanas e as sciencias escolasticas, passou com licença dos superiores para a ordem dos frades jeronymos, professando no convento de Belem a 24 de dezembro de 1632. Não quiz nunca acceitar prelasia alguma, e sómente exerceu o cargo de procurador geral. Era considerado no seu tempo como um dos prégadores de maior fama. Falleceu quando preparava para a impressão 6 volumes de sermões, que não chegaram a imprimir-se. Estes volumes tinham os titulos seguintes: *Marial*, dedicado a el-rei D. João IV; *Argumentos de Festas de Christo, e Apostolos*, dedicado ao principe D. Theodosio; *Argumentos de Festas dos Martyres, e Confessores*, dedicado ao infante D. Duarte; *Argumentos predicaveis sobre as Festas de todos os Santos, dos Bispos, e de algumas Virgens mais celebres*, dedicado á rainha D. Luiza de Gusmão; *Argumentos para todos os Domingos do Advento, e Festas principaes que immediatamente se seguem, de Christo Senhor Nosso*, dedicado ao inquisidor geral D. Francisco de Castro; *Argumentos sobre todos os Domingos da Quaresma, e Sermões da Semana Santa*, dedicado ao bispo conde D. João Mendes de Tavora. Estes 6 volumes guardavam-se na livraria do convento de Belem.

Botelho *(Diogo)*. N. em Lisboa, e era filho de Francisco Botelho, capitão de Tanger, estribeiro-mór do infante D. Fernando, filho d'el-rei D. Manuel, e embaixador a Saboya, e de D. Brites de Castanheda, filha de Ruy Dias de Castanheda. Sendo commendador das commendas da Serra da Beira, e gentil-homem da côrte de Filippe III, de Hespanha, foi nomeado em 1602 governador do estado do Brazil, logar que desempenhou durante cinco annos com muito zelo e desinteresse.

Casou com D. Maria Pereira, filha de Nuno Alvares Pereira, secretario do conselho de estado de Portugal em Madrid, e de D. Izabel Mariz, filha de Lopo Mariz. Escreveu: *Successo da sua viagem ao Brazil, e de muitas cousas que obrou nelle, e como os achou em 7 de Mayo de 1602.* Este manuscripto estava na livraria da casa dos marquezes de Abrantes.

Botelho *(Fr. Estevão).* Prégador do seculo XVII, natural d'Evora e filho de Domingos Botelho de Vilhena e de Maria Botelho de Aragão. Era ainda muito novo quando abandonou a casa dos seus paes para entrar no instituto dos eremitas de Santo Agostinho, professando no convento de Evora a 29 de junho de 1650. Regeu como prior os conventos de Arronches e de Loulé. Era muito versado na leitura da Sagrada Escriptura. Falleceu deixando promptos para se imprimirem 5 tomos de *Sermões varios* e *Apontamentos concionatarios.*

Botelho *(Felisberto Antonio).* Pintor, discipulo de Pedro Alexandrino. N. em 1760. Deixou, assim como o seu mestre, bastantes quadros nas egrejas, em casas particulares e theatros de Lisboa. Segundo se lê no *Dictionnaire historico-artistique*, de conde Raczynski, foi elle quem pintou em 1806 todas as figuras que se vêem no tecto chamado do *Costa* no palacio real d'Ajuda. Em 1808 começou a enfraquecer-se-lhe a vista, e não podendo trabalhar pela sua propria mão, limitava-se a dirigir os trabalhos de seu filho, Antonio José Faustino Botelho, que tambem se dedicara á pintura. Ignora-se a data do seu fallecimento.

Botelho *(Fr. Filippe).* Presbytero, natural de Ceylão, filho de paes portuguezes. Escreveu um livro intitulado: *Relação das guerras de Uva.* O manuscripto foi traduzido em francez por Legrand, e publicado em 1701 juntamente com a *Historia de Ceylão*, escripta por João Ribeiro, tambem traduzida na lingua franceza.

Botelho *(Francisco de Almeida Amaral).* V. *Amaral Botelho.*

Botelho *(Padre Francisco Manuel de Paula).* Presbytero secular e reitor da egreja cathedral de S. Salvador da cidade de Beja. Ignoram-se as datas do seu nascimento e fallecimento. Escreveu: *Oração funebre nas exequias do ex.*^{mo} *e rev.*^{mo} *sr. D. Fr. Manuel do Cenaculo, arcebispo de Evora, mandadas fazer pelo conego Bonifacio Gomes de Carvalho na egreja de S. Thiago da mesma cidade*, Lisboa, 1815. Tem uma ode e varios sonetos insertos em 1820 no opusculo, intitulado *Memoria sobre as festas constitucionaes da cidade de Beja*, em que se encontram tambem composições d'outros escriptores recitadas na occasião das festas.

Botelho *(Fr. Fulgencio).* Monge da ordem de S. Bernardo e inquisidor, natural da provincia da Beira. Fal. em 1629. Professou no convento de Santa Maria de Salzedas. Foi abbade no collegio de Coimbra em 1624, onde dictou diversos tratados theologicos e escripturarios, deputado da inquisição de Coimbra, logar de que tomou posse a 27 de agosto de 1627, e no collegio da mesma cidade falleceu. Deixou em manuscripto um livro em latim, intitulado: *Contra Judæos.*

Botelho *(Gaspar Clemente).* Conego na cathedral de Elvas. Escreveu: *Relação das verdadeiras razões em favor do estado ecclesiastico d'este reino de Portugal, feita em Roma no principio do anno corrente pelo doutor Nicolau Monteiro... copiada e traduzida do italiano*, Lisboa, 1645.

Botelho *(Fr. Henriques).* Religioso da ordem de S. Francisco, natural da ilha de S. Miguel. Em 1814 foi para o Brazil, e parece que regressou a Lisboa antes de 1821. Escreveu: *Ao ill.*^{mo} *sr. coronel Antonio Francisco Affonso Chaves e Mello, nos desposorios do ill.*^{mo} *sr. Pedro Jacome Raposo Correia, ode*, Lisboa, 1813; *Hymno em acção de graças, dadas na solemne festa dos Santos Martyres de Lisboa, por occasião da paz geral*, Lisboa, 1814; *Em felicitação e louvor ao soberano congresso das côrtes.* São dois sonetos publicados em Lisboa, 1821.

Botelho *(Jeronymo Affonso).* N. em Idanha-a-Nova e era filho de Manuel Fernandes Ramos e de Izabel Affonso. Depois de ser collegial theologo no collegio da Purificação de Evora, foi admittido na ordem militar de S. Thiago no real convento de Palmella no dia primeiro de janeiro de 1713, sendo prior-mór D. José Pereira de Lacerda. Depois de exercer o magisterio no seu convento, e de ser orador evangelico dos mais autorisados na sua epoca, foi provido na egreja parochial de Santa Maria da Graça de Setubal: era tambem commissario do Santo Officio. Escreveu: *Sermão do Calvario ao recolher a procissão dos Passos na Egreja de Santa Maria da Graça de Setubal*, Lisboa, 1735.

Botelho *(D. Joaquim Filippe Victorino).* N. na aldeia Nachinolá, da comarca de Bardez, em 1852. E' filho de Manuel Caetano do Rosario Botelho e de D. Anna Engracia Felicidade da Gama. Depois de concluido o curso do lyceu de Gôa e de ter estudado no seminario de Rachol, foi em dezembro de 1879 ordenado *in sacris* pelo bispo de Cabo Verde. No anno seguinte matriculou-se no Curso Superior de Lettras, que terminou em 1883, tendo sido approvado. No primeiro congresso catholico realisado em Lisboa no dia 29 de outubro de 1881, fez um extenso discurso, que seguidamente mandou imprimir com o titulo: *Os altos feitos do christianismo*, etc. Lisboa, 1881. Tem collaborado anonymamente em diversos jornaes ácerca de assumptos moraes e religiosos.

Botelho *(José Bento Botelho de Gusmão, 2.º visconde de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 19 de janeiro de 1874; commendador da ordem de Christo, administrador do concelho de Villa Franca do Campo, na ilha de S. Miguel, terra d'onde era natural. Filho do 1.º visconde de Botelho, Nuno Gonçalves Botelho de Arruda Coutinho. O titulo foi renovado por decreto de 27 de março e carta de 24 de abril de 1879. O visconde falleceu ha poucos annos. Actualmente é conde de Botelho o sr. Nuno Gonçalves Botelho d'Arruda Coutinho de Gusmão, residente em Villa Franca do Campo, ilha de S. Miguel, onde é proprietario e provedor da Misericordia.

Botelho *(D. Fr. Joaquim de Santa Rita).* Bispo eleito de Cochim; governou o bispado de Goa e fez parte do governo da India. Em março de 1849 ficou encarregado da diocese goana, pela retirada para o reino do arcebispo primaz D. José Maria da Silva Torres. Em 7 de maio de 1851 foi nomeado, *sede vacante*, vigario capitular. Com a saída do governador visconde de Villa Nova de Ourem em 1855 para Portugal, fez parte do con-

selho governativo do Estado da India, presidindo ao mesmo conselho emquanto dirigiu os negocios do Estado. D. Fr. Joaquim Botelho nasceu em Pangim a 30 de outubro de 1781; era filho de Manuel Marques Botelho e de sua mulher D. Rita Francisca de Faria; seguiu a vida ecclesiastica, concluindo os estudos preparatorios no seminario de Chorão em 1797; passou d'ali para o convento da Madre de Deus, onde professou e se habilitou com o curso theologico. Depois de exercer o magisterio foi eleito provincial da sua ordem e em 1820 governou o arcebispado de Cranganor e juntamente o bispado de Cochim. Regressou a Pangim em 1823, e em 1839 embarcou para a Europa na charrua *D. João Magnanimo*, chegando a Lisboa em agosto; e por decreto de 28 de fevereiro de 1840 foi eleito bispo de Cochim. Voltou a Gôa em março de 1842, desempenhando depois os altos cargos já indicados. Falleceu em Betim a 8 de fevereiro de 1859, tendo mais de setenta e oito annos de edade e quasi dez de governo do arcebispado de Gôa. Não chegou a ser confirmado na sua diocese de Cochim.

Botelho *(José de S. Bernardino)*. Conego da sé Lisboa e conego secular de S. João Evangelista, congregação mais conhecida pelo nome de loyos. N. em Lisboa a 20 de maio de 1742, onde tambem falleceu a 23 de novembro de 1827. Era filho de José Bernardo Pessoa, cavalleiro da ordem de S. Thiago, capitão mór e governador que fôra da fortaleza de Santo Antonio de Gorupá, na capitania do Pará, e de sua mulher D. Clara Josepha Seabra do Amaral. Concluidos os primeiros estudos entrou na congregação dos conegos seculares de S. João Evangelista, frades loyos. Não se sabe quando professou, nem quando saiu da religião. Exerceu durante 35 annos o ministerio parochial, primeiro reitor da egreja de S. Romão de Villarinho e Celleirós, depois prior em Santa Maria de Torres Novas, e finalmente abbade resignatario de S. João de Gondar, d'onde passou em 1802 ou 1803 para conego da Basilica Patriarchal de Santa Maria Maior de Lisboa. Em 1798, quando lhe tiraram o retrato para ser gravado, como foi, na officina do Arco do Cego, pedira que escrevessem por baixo do nome a inscripção seguinte: *Philosopho, Theologo, Orader e Poeta.* Em 1792 foi processado pela inquisição de Coimbra por maçon.Fez primeiro a apresentação por escripto e depois pessoalmente na meza. Sendo abbade de S. João Baptista de Gondar, em 1793, foi presidente em Guimarães d'uma academia, que reuniu ali, e da qual existia um livro intitulado: *Sessão academica, que em applauso do faustissimo nascimento da augustissima princeza da Beira se celebrou na villa de Guimarães, por convite do ex.mo dom prior e cabido da insigne collegiada de Nossa Senhora da Oliveira da mesma villa no dia 20 de maio de 1793.* N'esta collecção vem de José de S. Bernardino Botelho uma oração panegyrica em prosa e algumas poesias, comprehendendo além d'isso, prosas e versos de outros autores. Escreveu as seguintes obras em verso: *Ecloga pastoril de Frondoso e Albina, dedicada a todos os curiosos de ambos os sexos*, Lisboa, 1771; *Sobre a fundação da nova Universidade de Coimbra, feita por ordem de Sua Magestade Fidelissima*, Lisboa, 1772; *Epistola ao serenissimo sr. D. José, principe do Brazil, no dia 21 de agosto de 1788*, Lisboa, 1788; *Ode ao feliz governo de S. A. R. o Principe Regente nosso senhor*, Lisboa, 1800; *Por occasião do felicissimo nascimento do serenissimo sr. infante D. Miguel, ode offerecida ao Principe Regente nosso senhor*, Lisboa, 1802; *Sonho poetico, consagrado aos faustos desposorios do ill.mo e ex.mo sr. D. Luiz Machado de Mendonça*, etc., Lisboa, 1802; tem no fim as iniciaes J. d. S. B. B. C. d. B. e Ab. Res. d. S. J. B. d. G., que se interpretam *José de S. Bernardino Botelho, Conego da Basilica e Abbade reservatario de S. João Baptista de Gondar; O Templo da Gloria, composição dramatica para o dia natalicio de S. A. R. Augusto Frederico da Gran-Bretanha*, Lisboa, 1802; *Ode consagrada a S. A. R. o senhor Augusto Frederico, principe dos reinos unidos da Gran-Bretanha e Irlanda*, Lisboa, 1803; *Hymno á Saude no dia natalicio do mesmo senhor*, Lisboa, 1804; *Aos Elysios, Epistola ao ill.mo e ex.mo sr. João de Saldanha de Oliveira e Sousa, primeiro conde de Rio Maior*, etc. Lisboa, 1805; *O Templo de Hymeneu, composição dramatica, para se cantar nos desposorios da ex.ma sr.a D. Maria Ignacia de Saldanha Oliveira e Daun com o ill.mo e ex.mo sr. D. Luiz da Costa de Sousa de Macedo*, etc., Lisboa, 1807; *Profecia politica realisada no ex.mo sr. Arthur Lord Wellington, visconde de Talavera*, etc., Lisboa, 1811; *Discurso em verso sobre o abuso das paixões, dedicado á ex.ma sr.a D. Maria Izabel Corrêa de Sá, feito no anno de 1795 por ***, seguido de outro discurso em prosa, com o titulo de Cathecismo da Amisade, feito no mesmo anno, mandados agora imprimir por um amigo do autor, com uma breve carta do editor ao autor de um famoso poema, que gira manuscripto, intitulado «A Sandice ou os Burros»*, Lisboa, 1815; a carta final versa sobre uma allusão injuriosa, que José Agostinho de Macedo fizera ao conego no canto VI do poema *Os Burros; O seculo do sr. rei D. José, epistola ao povo portuguez na collocação da estatua equestre, anno de 1775*, Lisboa, 1821; *Ode consagrada e offerecida a sua alteza real o principe regente nosso senhor no seu faustissimo dia natalicio*, Lisboa 1813; *O condestavel D. Nuno Alvares Pereira, cantiga militar*, Lisboa, 1803. Consta que ainda compoz muitas outras poesias em diversos generos e alguns dramas, que nunca se imprimiram. Em manuscripto tambem deixou o seguinte poema, que dizem ser talvez a mais importante das suas composições: *Fariade, poema epico em seis cantos.* O assumpto é a reforma da Universidade de Coimbra feita por Balthazar de Faria no reinado de D. João III. Em prosa escreveu: *Oração funebre do muito alto, poderoso, fidelissimo rei e senhor nosso D. José I, pronunciada nas exequias que se celebraram na real collegiada de N. S. da Oliveira de Guimarães*, Lisboa, 1787; *Oração funebre do serenissimo sr. D. José, principe do Brazil, pronunciada nas exequias solemnes que fez celebrar o Senado da Camara da villa de Torres-Novas*, Lisboa, 1788; *Meditações sobre a paixão de Jesu-Christo, e Santissimo Sacramento da Eucharistia, divididas em semanas*, etc., Lisboa, 1790; *Oração funebre, pronunciada nas exequias solemnes da ill.ma e ex.ma sr.a D. Maria Amalia de Carvalho e Daun, primeira condessa de Rio-Maior, na egreja de S. Pedro de Alcantara*, Lisboa, 1812; *Salvação de todos os innocentes pela redempção de Jesu-Christo*, Lisboa, 1822. Foi prohibido este livro, sob pena de excommunhão pelo cardeal patriarcha D. Car-

los da Cunha, em uma pastoral datada de 28 de janeiro de 1824, a qual corre impressa, sendo egualmente inserta por aquelle tempo na *Gazeta de Lisboa*. No mesmo anno tambem foi prohibido em Roma por decreto da congregação do *Index* de 6 de setembro.

Botelho *(Lourenço José)*. Architecto que em 1760 foi nomeado sargento-mór de infantaria com exercicio de engenheiro, para servir por 6 annos no reino d'Angola. A carta d'esta nomeação tem a data de 11 de agosto. No archivo do ministerio da marinha existe o seguinte trabalho de Lourenço José Botelho: *Planta da Egreja e Collegio que foi dos padres denominados da Companhia de Jesus. Com um projecto para servir de cathedral n'esta cidade de S. Paulo da Assumpção do Reyno de Angola, com casa de residencia para os Ex.mos Bispos e hum seminario para estudantes. Desenhada por Lourenço José Botelho, sargento-mór de infantaria com exercicio de engenheiro.* E' original e está assignada pelo autor. Não tem data.

Botelho *(D. Luiz)*. Filho do 1.º conde de S. Miguel, e neto do celebre Nuno Alvares Botelho (V. *este nome*). Passou á India em 1732 com o vice-rei conde de Sandomil. Era então tenente-coronel de um dos regimentos de cavallaria da côrte, e, voltando a Portugal, falleceu em 1743. Na India distinguira-se muito, exercendo o cargo de general do Norte.

Botelho *(Luiz Carlos d'Almeida)*. Natural de Villa Real da prov. de Traz-os-Montes. N. em 1857 e tem o curso de pharmacia pela Escola Medico-Cirurgica do Porto. Escreveu: *Os apostolos do mal*, versos impressos em folha volante, distribuida no theatro Baquet, do Porto, por occasião da primeira representação do drama do mesmo titulo; tinham a assignatura de Luiz Carlos; *Tagir*, libreto da opera do maestro Francisco de Sá Noronha, Porto, 1875; n'este trabalho collaboraram João d'Oliveira Ramos e Henrique do Carmo Marinho. *Os lobos de Paris*, romance, traducção, 2 tomos, Porto, 1874; tinha saído em folhetins no *Primeiro de Janeiro*. N'este mesmo jornal publicou differentes artigos de critica litteraria e outros.

Botelho *(Luiz de Vasconcellos)*. Só se conhece este nome por ser o traductor d'um livro que se publicou em Lisboa no anno de 1768, com o titulo de: *Breve tratado do jogo do Whist, que contém as leis geraes do jogo, e algumas regras pelas quaes se póde conseguir o jogar-se, traduzido da lingua ingleza*.

Botelho *(Manuel)*. N. em Lisboa e escreveu um livro: *Proveitos e fructos da esmola*, que ficou em manuscripto.

Botelho *(Fr. Manuel)*. Eremita agostiniano, doutorado em theologia pela Universidade de Coimbra a 31 de julho de 1810. Era natural de Sontelinho, comarca de Villa Real, e filho de Miguel Botelho. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento.

Botelho *(Manuel d'Almeida)*. Musico e compositor. N. na cidade do Recife, capital da provincia de Pernambuco, em 5 de junho de 1721. Ignora-se a data do fallecimento. Tendo-se tornado notavel na sua terra como habil musico e compositor, veiu para Lisboa em 1749, onde o patriarcha D. Thomaz d'Almeida o tomou sob a sua protecção concedendo-lhe as ordens ecclesiasticas e nomeando o cantor da sé. Compoz muita musica religiosa, numerosas sonatas para cravo, pequenos trechos para viola, *tonos* ou *modinhas* para canto, etc.

Botelho *(Manuel Ferreira)*. Cavalleiro fidalgo da Casa Real, thesoureiro e executor dos novos direitos da chancellaria-mór do reino, alcaide-mór da Ilha Grande dos Reis na costa do Rio de Janeiro. Era natural de Lisboa e filho de Aleixo Ferreira Botelho, capitão de infantaria da guarnição da côrte, e de D. Marianna de Sousa. Foi muito curioso da genealogia, da qual fez uma collecção de 12 tomos que se venderam depois da sua morte. Fez tambem uma compilação das cartas de brazões que se tem passado a pessoas nobres de Portugal, e do cartorio do escrivão da nobreza, ou dos reis d'armas do reino.

Botelho *(Manuel Francisco de Medeiros)*. Natural de Agua Retorta, concelho da villa da Povoação, na ilha de S. Miguel. N. a 10 de fevereiro de 1827. Era filho de José de Medeiros Botelho; professor particular de rhetorica e historia de Coimbra, habilitado com os estudos preparatorios do lyceu e o curso do primeiro anno na faculdade de mathematica da Universidade da mesma cidade. Em 1872 saiu de Coimbra e estabeleceu-se em Almada e depois em Lisboa, sendo nomeado inspector de instrucção primaria, servindo, em conformidade com a lei, nos Açôres, em Lisboa e no Porto. Escreveu: *O que é e o que deve ser a instrucção nacional*, Coimbra, 1872; *Noções elementares de geographia, mathematica, physico-geologica, politica e atmosphero meteorologica, accommodadas ao estado actual do mundo e adornadas de figuras geometricas gravadas no texto para melhor intelligencia da parte astronomica e de tábuas synopticas curiosas, que facilitam extremamente o estudo da geographia, physica e politica, approvadas pelo conselho geral de instrucção publica para uso das escolas*, Coimbra, 1861; *segunda edição* mais correcta e augmentada, Coimbra, 1867; *Noções elementares de chronologia astronomica, civil e historica, accommodadas áquelles que seguem o curso geral dos lyceus e ainda aos que carecem de uma instrucção regular*, Coimbra, 1862; *Noções elementares de geographia geral, coordenadas segundo o regulamento do conselho geral de instrucção publica para os alumnos do primeiro anno dos lyceus*, Coimbra, 1862; *Noções de historia elementar geral, coordenadas segundo o regulamento do conselho geral de instrucção publica para os alumnos do primeiro anno do curso geral dos lyceus*, Coimbra, 1862; *Plano geral de estudos primarios e secundarios*, Coimbra, 1869; *Curso de geographia antiga e moderna e de chronologia*, para uso dos lyceus e outros estabelecimentos de instrucção nacional, obra approvada pelo governo, Coimbra, 1878; *Curso de historia universal, obra approvada pelo governo para uso dos lyceus e outros estabelecimentos de instrucção*, tomo I: *Historia antiga*, Coimbra, 1878; parece que esta obra se não completou, e que deveria constar de tres tomos, constando o 2.º da *Historia da edade-média*, e o 3.º da *Historia moderna; Grammatica particular elementar, para uso das escolas e lyceus nacionaes*, Lisboa, 1887.

Botelho *(Manuel Joaquim Pedro)*. Segundo flauta na orchestra da Casa Real por muitos annos, e do theatro de S. Carlos. N. em Lisboa nos fins do seculo XVIII; fal. a 9 de abril de 1873. Foi

seu mestre um bom tocador, Vicentino Torá, chamado familiarmente o *Vicentinho*. Em 27 de julho de 1822 inscreveu-se na irmandade de Santa Cecilia. Durante 40 annos foi segundo flauta da orchestra do theatro de S. Carlos, desde 1825 até 1865, em que deixou de exercer a arte, por causa da sua avançada edade. Sabia a fundo harmonia e contraponto e tambem conhecia um pouco de piano; escreveu varias composições, nas quaes se conta um concerto para flauta. Estas composições, porém, ficaram quasi totalmente ignoradas, porque o seu caracter excessivamente timido e modesto, lhe não permittia tornal-as conhecidas, por se não atrever a apresentar-se como compositor. Adquiriu honrosa fama de professor, porque dos seus numerosos discipulos, tanto amadores como artistas, muitos se distinguiram, especialmente Antonio Croner, na flauta, e Santos Pinto na composição. O visconde d'Arneiro tambem foi seu discipulo em harmonia. Manuel Joaquim Botelho, sempre muito dedicado á musica, ensinava até gratuitamente quem mostrasse desejos de aprender. Só uma unica vez, na mocidade, pôde vencer a timidez e natural acanhamento de que era dotado; apresentando-se em publico a tocar a solo, tomando parte n'um sarau que se realisou no salão nobre do theatro de S. Carlos em 14 de novembro de 1824, executando um dos concertos do celebre flautista francez Jean Louis Tulou, então muito em voga. Gozava da maior consideração entre os collegas pela sua seriedade e bom caracter, e na corporação dos musicos a que prestou bons serviços, exerceu diversos cargos importantes. Foi um dos fundadores do *Monte-pio Philarmonico*, cujos primeiros estatutos teem a data de 1834; foi tambem o fundador da *Associação Musica 24 de junho*, em 1842; fez parte da commissão que em 1843 reformou o compromisso da irmandade de Santa Cecilia, e presidiu á que no mesmo anno reformou os estatutos do *Montepio Philarmonico*.

Botelho *(Manuel de Mattos)*. Formado nas faculdades de Theologia e Direito pontificio na Universidade de Coimbra N. em Lisboa a 17 de janeiro de 1661; fal. em Sacavem em 1744. Era filho de Manuel Botelho e de Maria de Jesus. Foi abbade de duas egrejas no bispado de Miranda, onde serviu por vezes de vigario geral, e de governador na ausencia do arcebispo bispo D. João Franco de Oliveira. Exerceu tambem os cargos de protonotario apostolico e de commissario do Santo Officio. Os seus discursos nas academias e nos pulpitos eram sempre escutados com a maior attenção. Depois de renunciar á egreja de que era abbade, viveu algum tempo no Bussaco, então deserto, entregue a mortificações e penitencias. Retirando-se depois ao logar de Sacavem, terminou a existencia, contando 83 annos de edade. Escreveu: *Sermão de S. Bernardo no seu dia, e Mosteiro novo de Nossa Senhora d'Assumpção do Logar de Tabosa das Religiosas Capuchas da Sagrada Congregação de Cister*, Coimbra, 1698; *Oração funebre nas Exequias do illustrissimo e Reverendissimo Senhor D. João Franco de Oliveira Arcebispo-bispo de Miranda magnificamente celebradas na cathedral da mesma cidade a 26 de Agosto de 1715*, Lisboa, 1716; Diversas poesias, que compozera ainda na edade juvenil. Ao conego João Borges de Barros deve a biographia do dr. Botelho o seguinte opusculo: *Relação summaria dos funebres obsequios, que se fizeram na cidade da Bahia á memoria do sr. dr. Manuel de Mattos Botelho, provisor e governador do bispado de Marianna*, Lisboa, 1745.

Botelho *(Manuel Ribeiro)*. Era natural de Vizeu, vivendo no seculo XVII. Em 1630 escreveu um livro que ficou inédito, intitulado: *Dialogos historicos, moraes e politicos*. Dizem que o manuscripto existe na bibliotheca publica do Porto.

Botelho *(Manuel Rodrigues)*. Desembargador da relação da cidade de Braga, e profundo jurisconsulto. Escreveu a seguinte obra, que se conservou manuscripta na livraria dos duques de Lafões: *Remissiones Doctorum Quintum Librum Ordinato Religiarum*.

Botelho (*Padre Miguel)*. Jesuita. N. em Lisboa em 1526, fal. em Treviso a 9 de abril de 1576. Sendo admittido na Companhia de Jesus em 1545, foi mandado a Roma. Esteve em differentes collegios como reitor. Escreveu de Palermo, em 1544, uma *Carta*, que saiu publicada no tomo III, pag. 161 a 165, da *Monumenta historica S. J. Litteræ quadrimestre*, em 1896.

Botelho *(Nuno Alvares)* Governador de Cochim, um dos heroes que mais illustraram o nome portuguez na decadencia da India. Falleceu a 5 de maio de 1630. Era filho de Diogo Botelho, gentil-homem da côrte de Filippe III, de Hespanha, governador do estado do Brazil, commendador da ordem de Christo, e de D. Maria Pereira, irmã de Pedro Alvares Pereira, do conselho de estado e senhor da Serra Leôa. Nuno Alvares Botelho alcançou glorioso nome pelas suas emprezas militares, sendo capitão general das armadas de alto bordo. Partiu para a India, e durante o governo do conde da Vidigueira de 1623 a 1628, distinguiu-se em Surate destroçando seis navios hollandezes. Quando o conde da Vidigueira terminou o seu governo, succedeu-lhe interinamente o bispo de Cochim, até que chegaram á India as naus do reino que deviam conduzir o novo vice-rei, D. Francisco Mascarenhas, trazendo a noticia de que elle infelizmente fallecera a bordo durante a viagem. Procedeu-se a nova nomeação, e foi Nuno Alvares Botelho o nomeado interinamente, causando esta nomeação o maior enthusiasmo na India. Botelho logo justificou as esperanças que n'elle depositavam. A 22 de outubro de 1628 chegou deante de Malaca, seguido d'uma esquadra de 30 navios, repartidos em tres divisões. As forças do sultão do Achem, que constavam de 250 vélas, 20:000 homens de desembarque e uma numerosa artilharia, eram dirigidas pelo valido Lassamane. Botelho saltou em terra sem achar resistencia, e só o prestigio do seu nome obrigou os assaltantes a desoccuparem os arraiaes refugiando-se no rio de Rajoor, inaccessivel ás naus portuguezas. Botelho embarcou os soldados n'uns barcos de pequena lotação, e foi procurar os inimigos. Lassamane, vendo tanta audacia, desanimou e pediu a paz, que não lhe concederam, antes pelo contrario Nuno Alvares Botelho accommetteu-o logo em seguida com tal bravura, que os navios, que não abrazou ou metteu a pique, ficaram encalhados ou aprezados, e do exercito desbaratado poucos se salvaram internando-se nas florestas. N'esta occasião chegou á India como vice-rei o conde de Linhares D. Miguel de Noronha, e mandou immediatamente reforços a Botelho, o

qual, sem querer dar descanço algum ao inimigo, navegou com 27 vélas na direcção de Jacatorá. Estava tomando á abordagem uma nau inimiga, carregada de polvora, quando esta se incendiou, seguindo-se em acto continuo uma explosão. Botelho não fôra envolvido pessoalmente n'esta desgraça, aproximou-se com o navio para acudir aos seus soldados, mas infelizmente caiu ao mar n'um forte balanço do navio, apparecendo depois já morto á tona d'agua. Esta morte foi muito sentida em toda a India. A victoria de Malaca ennobreceu tanto o nome de Nuno Alvares Botelho, que Filippe IV de Hespanha, que então governava Portugal, lastimou a sua morte como perda irreparavel. Na carta de pezames que dirigiu á viuva, D. Brites de Lima, dizia lhe: *que a não trazer luto pela rainha da Polonia, sua tia, o havia de pôr por Nuno Alvares Botelho.* Esta senhora era filha de D. Luiz Lobo da Silveira, senhor de Sarzedas, e de D. Joanna de Lima. Casou em segundas nupcias com o 2.ª conde de Penaguião, Francisco de Sá Menezes. Do primeiro matrimonio houve um unico filho, Francisco Botelho, que foi o 1.º conde de S. Miguel. V. *este titulo.*

Botelho *(Nuno Gonçalves Botelho Arruda Coutinho, 1.º visconde de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, alvará de 28 de dezembro de 1843, por successão a seus maiores, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, administrador de varios vinculos e capellas, instituidos na ilha de S. Miguel, por disposições testamentarias de seus ascendentes. Falleceu na referida ilha em janeiro de 1879. Era filho de Manuel José Botelho de Arruda Coutinho e Gusmão, fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão a seus maiores, coronel de milicias de Villa Franca do Campo. Dos vinculos que administrou, fez abolir, por provisão do tribunal do desembargo do paço de 7 de novembro de 1798, o que fôra instituido pelo capitão João de Mello Arruda, por testamento feito a 2 de setembro de 1675; por provisão de 22 de agosto de 1804, a capella instituida pelo padre Francisco Antonio de Macedo, em outubro de 1762; e por provisão de 26 de novembro de 1805, o vinculo instituido por Manuel Favela da Costa e sua mulher D. Violante Mendes, em 10 de dezembro de 1547. Coutinho de Gusmão era casado com D. Josepha Victoria Pereira de Lacerda Soares de Albergaria, filha de Antonio Soares de Sousa Ferreira Borges e de sua mulher D. Josepha Ignacia de Bettencourt. O 1.º visconde de Botelho casou com D. Rosa de Gusmão. O titulo foi concedido por decreto de 3 e carta de 29 de março de 1873.

Botelho *(Sebastião Bravo).* Mestre de armas, formado na faculdade de direito civil na Universidade de Coimbra em 1719. Era natural de Leiria; filho de Antonio Bravo Botelho, meirinho dos Pinhaes d'El-rei, e de sua mulher Maria Apolonia. Estava em Cabo Verde, desempenhando o logar de ouvidor, quando falleceu. Deixou escripto, mas inédito: *Erario Stematico Genealogico de Portugal e Castella.* São 733 paginas, tendo cada uma delineado o escudo das armas de cada familia com sua explicação, em que mostra a noticia que tinha, assim da historia como da genealogia.

Botelho *(Sebastião Xavier).* V. *Xavier Botelho (Sebastião).*

Botelho *(Simão).* Capitão d'um dos fortes de Malaca em 1536. No anno de 1542 foi nomeado, por D. Estevão da Gama, feitor para Ceylão, d'onde Martim Affonso de Sousa o transferiu para Malaca, ordenando-lhe que diminuisse os direitos que as mercadorias importadas pagavam á alfandega d'essa cidade, e introduzisse no serviço aduaneiro varias reformas importantes, para o que lhe deu plenos poderes. O capitão de Malaca, Ruy Vaz Pereira, julgou-se desconsiderado, e do grande desgosto que teve, resultou uma grave doença, de que falleceu. Simão Botelho foi então nomeado, tambem por Martim Affonso de Sousa, governador de Malaca. O alcaide-mór Affonso Henriques, que era o substituto de Ruy Vaz Pereira, irritou-se com a nomeação de Simão Botelho, e revoltou-se, sendo, porém, a revolta promptamente subjugada pelo novo capitão de Malaca. Simão Botelho passou depois para Ormuz, quando D. João de Castro assumiu o poder, e tendo el-rei D. João III determinado que na India houvesse tres védores de fazenda, um dos quaes andasse correndo as fortalezas, fazendo pagamentos e tomando as providencias necessarias, Simão Botelho foi nomeado para este ultimo logar, que exerceu por muitos annos.

Botelho *(Casal do).* Na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cazevel, conc. e distr. de Santarem.

Botelho de Arruda *(Jacinto Alberto).* Cirurgião medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto. Natural da ilha de S. Miguel. Era filho de Jacinto Manuel de Arruda. Defendeu these a 16 de julho de 1877, a qual publicou: *Estudo sobre a grippe. Dissertação inaugural apresentada á escola medico-cirurgica do Porto*, etc., Porto, 1877.

Botelho de Carvalho *(Miguel).* Cavalleiro professo da ordem de Christo. N. em Vizeu em 1595, fal na segunda metade do seculo XVII. Era filho de Manuel Botelho de Carvalho e de Filippa Machada, ambos descendentes de familias nobres. Passou á India em 1622 com o vice-rei D. Francisco da Gama, 4.º conde da Vidigueira, de quem foi secretario particular. Serviu tambem na armada como capitão, e n'este posto mostrou grande competencia e valor, sustentando no estreito de Singapura um renhido combate com uma nau ingleza. Regressou a Portugal, e quando D. Vasco Luiz da Gama, 1.º marquez de Niza, foi nomeado em 1647 embaixador extraordinario na côrte de Paris, acompanhou-o como secretario da embaixada. Tinha muita inclinação para a poesia, e consta ter sido poeta elegante, mas escreveu sómente em hespanhol. Publicou: *Fabula de Piramo y Tisbe*, Madrid, 1621; *El Pastor de Clenarda*, Madrid, 1622; *La Filiz*, poema, Madrid, 1641; *Soliloquio a Christo nuestro Señor en la Cruz*, Paris, 1645; *Rimas varias y Tragicomedia del Martyr da Etyopia*, Ruan, 1646.

Botelho Chacon *(Thomé).* Doutor em theologia pela Universidade de Coimbra, e arcediago do bago na egreja cathedral de Evora. Era natural de Lisboa, onde nasceu em 1629 e tambem falleceu a 16 de janeiro de 1699. Filho de Francisco Botelho Chacon e de D. Francisca Pereira. Escreveu: *Compendio brevissimo da Theologia Moral mais necessario na praxe de Confessores e Penitentes*, etc., Lisboa, 1684.

Botelho da Cunha *(Manuel).* Coronel de cavallaria. N. em 1823, fal. em 1882. Assentou pra-

ça a 22 de junho de 1839, foi despachado alferes a 6 de março de 1845, promovido a tenente a 19 de agosto de 1850, a capitão a 29 d'abril de 1851, a major a 16 de janeiro de 1872, a tenente-coronel a 6 de maio de 1874, e a coronel em março de 1878. Tomou parte n'algumas commissões, e tinha as seguintes condecorações: commendador da ordem de S. Bento d'Aviz, habito da de N. S.ª da Conceição, e a medalha de prata de comportamento exemplar.

Botelho de Magalhães *(Luiz)*. Tenente de couraça da guarda do marquez de Tavora. Era natural da Torre de Moncorvo, e filho de Luiz Botelho de Siqueira, juiz dos orphãos da referida villa, e de sua mulher D. Luiza Ferreira de Sá. Foi muito dado á poesia e compoz muitos versos sérios e jocosos. Em manuscripto deixou um livro que escreveu em 1687, com o titulo: *Documentos de la Cavallaria divididos em 14 documentos dedicados al Excellentissimo Senhor D. Francisco Affonso Pimentel Conde de Benavente, Grande de España, cavalleiro del Tuson*, etc.

Botelho de Mendonça *(Mathias Pinheiro da Silveira)*. Escriptor ha annos fallecido em Lisboa. Em diversas epocas foi collaborador de varios jornaes politicos, em que se conta o *Hercules Lusitano*. Publicou diversos opusculos, alguns sem o seu nome, entre os quaes saiu, em 1844, *Epicedio ao sentidissimo transito da ex.ma sr.ª D. Marianna de Sousa Holstein, dedicado a seus ex.mos paes e consorte, por Mathias Pinheiro da Silveira Botelho de Mendonça.* A necrologia da finada saiu no *Diario do Governo*, n.º 72, do referido anno.

Botelho de Moraes *(Francisco)*. Capitão-mór e definidor-mór da comarca da Torre de Moncorvo, villa de que era natural, sendo filho de Paulo Botelho de Moraes, cavalleiro da ordem de Christo, e de Izabel Coelho. Applicou-se ao estudo da genealogia, em que fez grandes progressos. Escreveu no anno de 1689 a seguinte obra: *Origem de Progressos da grande, e antiga Casa de Villaflor, e noticia das linhas genealogicas da sua ascendencia, e descendencia, ramos collateraes, e de suas excellencias, e prerogativas, dividido em cinco partes*, etc. Instituiu um morgado com obrigação de usarem do appellido de Botelho os seus administradores. Casou com D. Brites de Vasconcellos Saraiva, filha de Antonio do Amaral, capitão-mór da villa de Freixo de Nemão, e de sua mulher, D. Brites de Vasconcellos Saraiva. Escreveu mais: *Nobiliario de Familias nobres de Portugal, e particularmente da provincia de Traz-os-Montes*, em 1685; *Nobiliario que contem arvores de costado das casas illustres de Portugal, e dos Principes da Europa*, em 1687.

Botelho de Moraes *(Paulo)*. Poeta. N. a 5 de abril de 1677 em Torre de Moncorvo. Era filho de Francisco Botelho de Vasconcellos, capitão-mór da referida villa, e de D. Brites de Vasconcellos Saraiva. Foi um dos mais celebrados membros da academia dos *Unidos*, como poeta e como orador. Escreveu o seguinte, que ficou inédito: *Historia da illustrissima, e antiquissima familia dos Marquezes de Tavora, Senhores de Mogadouro, dividida em duas partes; Familia dos Botelhos de Moraes com a ascendencia por todos os lados*, escripta em 1725; *Arvores dos Costados das Pessoas Nobres da Villa da Torre de Moncorvo e seus contornos com noticiosas adições aos quartos avós*, escripto em 1730.

Botelho d'Oliveira *(Bernardino)*. Poeta, natural da ilha de S. Miguel. Era muito dedicado á philosophia, e tinha propensão para as artes mechanicas. Escreveu: *Sentimento lamentavel, que a dor mais sentida em lagrimas tributa na intempestiva morte da Serenissima Rainha de Portugal Nossa Senhora D. Maria Sofia Izabel de Neoburg*, Lisboa, 1699; *Refutação dos Canos chamados de tres tempos, e abono dos rectos, ou de Cana por igual com algumas razões tocantes ao repucho, que dão as espingardas, e duas demonstraçoens do desacerto, e acerto do ponto, e mira*, Lisboa. 1714; *Escudo apologetico Physico, Optico, opposto a varias objecçoens, onde se mostra como, e de que parte se faz, ou se determina a sensação do objecto visivo*, Lisboa, 1720.

Botelho d'Oliveira *(Manuel)*. Advogado de causas forenses, vereador do senado na Bahia e capitão-mór d'uma das suas comarcas. N. n'essa cidade em 1636, fal. a 5 de janeiro de 1711. Era filho de Antonio Alvares Botelho, capitão de infantaria, fidalgo da Casa Real. Estudou na Universidade de Coimbra Jurisprudencia Cesarea, exercendo na terra da sua naturalidade a advocacia por muitos annos. Teve grande instrucção das linguas latina, castelhana e italiana, assim como da poesia. Escreveu: *Musica do Parnaso dividida em quatro coros de Rimas Portuguezas, Castelhanas, Italianas, e Latinas com seu descante comico reduzido em duas Comedias*, Lisboa, 1705.

Botelho Pereira *(Diogo)*. Fidalgo da Casa Real. N. em Cochim, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho illegitimo de Antonio Real, capitão de Cochim, no tempo do governador da India D. Francisco de Almeida, e de Iria Pereira. Tendo muita propensão para todas as sciencias, dedicou-se especialmente á nautica, mathematica e geographia, tornando-se muito perito. Militou alguns annos com distincção e valor entre os melhores soldados da India, e, passando a Portugal, D. João III em recompensa dos seus serviços lhe concedeu o fôro de fidalgo. Como, porém, este monarcha lhe negasse a capitania de Chaul, que elle desejava, desgostou-se, e proferindo deante do escrivão da puridade algumas palavras em que arguia de menos recta a justiça do rei, dando a entender que mudaria de patria passando a servir o rei de França, D. João III o mandou prender, sendo encerrado no castello de Lisboa, onde se conservou até que Vasco da Gama, sendo nomeado vice-rei da India, pediu para o levar comsigo, o que lhe foi concedido com a condição de Botelho não voltar mais a Portugal sem ordem expressa do soberano. Quando chegou ao seu destino começou a pensar na fórma de se justificar da sua fidelidade falsamente accusada, como criminosa no conceito do monarcha, quando as suas palavras tinham sido apenas um desabafo. Lembrando-se de varios alvitres, escolheu o seguinte. Sabendo que D. João III receberia com prazer a noticia de estar fundada pelo governador Nuno da Cunha a fortaleza de Diu, por ser aqui a chave do commercio da Arabia e da Persia, determinou ser elle proprio o precursor de tão propicia noticia, e alcançando licença do governador, construiu em Cochim uma fusta com 22 palmos de quilha, 12 de boca e 6 de pontal. Quando a fusta se acabou, foi tomada pelo vedor da fazenda, com o pretexto de que Diogo Botelho

Pereira intentava bandear-se com os turcos. Tendo conseguido que o barco lhe fôsse restituido, embarcou acompanhado de cinco portuguezes e alguns dos escravos marinheiros; partindo de Dábul nos primeiros dias de novembro de 1535 sem declarar para onde dirigia a viagem, julgando se que o governador o mandara a Chaul. Tomando depois a costa de Melinde, declarou aos companheiros que vinha para Lisboa. Os escravos, receando tão longa viagem n'aquella fragil embarcação, revoltaram-se, tendo os portuguezes de sustentar renhida lucta para os subjugar, lucta em que um d'elles ficou morto, e o mestre ferido, assim como Diogo Botelho, que em resultado d'um golpe que recebeu na cabeça, perdeu a fala durante quatorze dias. Fortes temporaes se levantaram, e Botelho considerou-se perdido na altura do cabo das Agulhas, afinal conseguiu dobrar o Cabo da Boa Esperança a 20 de janeiro de 1536, indo depois ancorar na ilha do Fayal, onde, sendo conhecido pelo corregedor, esteve a ponto de ser preso, livrando se por declarar que vinha a Portugal com uma missão de Nuno da Cunha. Chegou a Lisboa a 21 de maio do referido anno de 1536, muito antes de Simão Ferreira, que o governador havia mandado com as participações officiaes. D. João III estava em Almeirim, Botelho navegou na sua fusta pelo Tejo acima até Salvaterra. O rei estimou a noticia de ter uma fortaleza em Diu, comtudo teve difficuldade em perdoar a deserção e falta de obediencia, apezar dos protestos de Diogo Botelho, que declarava que, se fôsse traidor, em vez de vir a Portugal, ter-se-ia dirigido a França. Mostrou-lhe delineada por sua mão a fortaleza, que fôra fundada por Nuno da Cunha, e os capitulos de pazes que celebrara com o sultão Badur, rei de Cambaya. D. João III foi examinar a fusta, que mandou recolher a Sacavem, louvando o heroico animo com que Botelho se entregara a tão longa e perigosa viagem n'uma embarcação tão fraca; Depois deu-lhe a capitania de S. Thomé, d'onde passou para a de Cananor. Escreveu uma *Carta de Marear*, em que estava descripto o mundo até áquelle tempo descoberto: *Descripção da fortaleza de Dio, etc.* e *Relação das pazes celebradas com El-Rey de Cambaya o Sultão Badur*.

Botelho Ribeiro *(Manuel)*. Cavalleiro da Ordem de Christo. N. em Vizeu. Era filho de Sebastião Ribeiro Pinto e de D. Maria Botelho. Muito versado em historia profana e genealogia, compoz as seguintes obras, que ficaram manuscriptas: *Dialogos Moraes, e politicos sobre a fundação de Vizeu, historia dos seus Bispos e geraçoens com muitos successos que nelle acontecerão, e outras antiguidades*, 1650; *Manoes da Lusitania*, poema com cinco cantos em oitava rima, escripto em 1620, offerecido a D. João Manuel, bispo de Vizeu; *Canto unico da creação do genero humano, perda sua innocencia, causa da sua morte.*

Botelho do Rosario *(Fr. Luiz)*. Religioso carmelita. N. na Villa de S. Sebastião do Recife de Pernambuco a 25 de agosto de 1695; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de João Baptista Campelli e de D. Beatriz Bandeira de Mello. Aprendeu os primeiros rudimentos de grammatica no collegio da Companhia de Jesus de Pernambuco, e tendo 17 annos de edade entrou no convento de Olinda, recebendo o habito de carmelita observante a 26 de dezembro de 1713, professando a 27 do referido mez de 1714. Veiu para Portugal, e sendo admittido como collegial do collegio da sua ordem na Universidade de Coimbra, dedicou-se ás sciencias philosophicas e theologicas, doutorando-se em theologia no anno de 1722. Voltando a Pernambuco, foi dictar theologia no convento d'aquella cidade, e nomeado primeiro socio do Capitulo Geral celebrado em Ferrara em 1726, ao qual assistiu como definidor geral na falta do provincial. Regressando novamente á patria, exerceu os logares de primeiro definidor, presidente do capitulo, regente dos estudos, chronista da sua provincia e qualificador do Santo Officio. Publicou o seguinte: *Sermão Panegyrico da invenção da Cruz Santissima de Christo estando manifesto o Santo Lenho na Festividade que annualmente lhe consagra a Irmandade dos Santos Passos do mesmo Christo na Egreja das Religiosas de Nossa Senhora do Monte do Carmo Calçado na Cidade da Bahia no dia 13 de Maio de 1738*, Lisboa, 1740: *Sermão nas Exequias dos Sacerdotes Irmãos de S. Pedro da Congregação dos Clerigos da Cidade da Bahia*, Lisboa, 1740; *Sermão Funeral nas Exequias dos Sacerdotes de S. Pedro da Congregação dos Clerigos da Cidade da Bahia*, Lisboa, 1741; *Sermão Panegyrico prégado no solemnissimo dia da Festa da Canonização de S. João Francisco Regis celebrado pelos Reverendos Padres Carmelitas Calçados na Cidade da Bahia de todos os Santos no Real Collegio da Companhia de Jesus*, Lisboa, 1741; *Sermão funebre, e moral nas Exequias dos Reverendos Sacerdotes irmãos de S. Pedro da Congregação dos Clerigos da Cidade da Bahia*, Lisboa, 1742; *Sermão moral, historico, e Panegyrico, no festivo dia em que o Excellentissimo e Reverendissimo Senhor D. José Botelho de Mattos Arcebispo Metropolitano da Bahia Primaz do Brazil, do conselho de Sua Magestade se vio adornado com a vestidura do Pallio Archiepiscopal, recitado em Domingo 14 de Mayo de 1741*, Lisboa, 1743.

Botelho Torrezão *(Fr. José)*. Eremita de S. Paulo da Congregação da Serra d'Ossa, mestre de Theologia e Philosophia na sua ordem, prégador régio, etc. O seu nome completo era José Francisco da Fonseca Botelho Torrezão. Nasceu em Lisboa em 1763 e foi baptisado na freguezia dos Anjos; falleceu em 1806, victima de padecimentos devidos na maior parte aos excessos d'uma vida algum tanto desregrada. Foram seus paes João Carlos da Fonseca Mello Guedes e D. Izabel Laureana Perez de Gusman Botelho de Torrezão. Esta senhora casou duas vezes, sendo a primeira com o desembargador Rodrigo da Silveira Freire de Castro Botelho Marecos de Mesquita. D'este primeiro matrimonio nasceu Valerio Maximo, que foi 12.º senhor do morgado de Escatellar, 10.º senhor da Ribeira de Canha, 12.º do morgado de Alhos Vedros e 16.º senhor do morgado de Sant'Anna, de Cezimbra, da casa de Marecos. Do segundo matrimonio teve, entre outros, a José Botelho Torrezão, que foi homem de grande e cultivado talento, e dotado de espirito naturalmente chistoso e engraçado. Contam-se d'elle varias anecdotas interessantes. Escreveu: *Orações evangelicas sobre diversos mysterios da nossa redempção, dedicados ao serenissimo principe o sr. D. João*, etc., tomo I, Lisboa, 1795; *Discursos oratorios sobre varios assumptos de religião e piedade, tomo* II, Lisboa, 1797. Diz In-

nocencio, no vol. IV do *Diccionario bibliographico*, que não viu senão estes volumes d'essas obras, e que são muito raros. Escreveu mais: *Rationalis Philosophiæ Elementa*, Olissipone, 1797; *Votos sinceros feitos por occasião da feliz regencia do sr. D. João, principe do Brazil*, ode saphica latina, com a versão em portuguez, e notas, Lisboa, 1799; *Lusitanæ Ecclesiæ ad eos, quos beatitudini veræ filins aptat, alloquium pro adepta pace festivum ore Lattii materno*, Olissipone, 1801; é uma ode latina, com versão portugueza; *A' ditosa e fausta conjugal união ajustada entre o ex.mo sr. D. João de Noronha, marquez de Angeja, e a ex.ma sr.a D. Marianna Antonia de Lencastre, canto unico portuguez e latino*, Lisboa, 1804; são 266 versos latinos traduzidos em 513 hendecasyllabos portuguezes; *Oração funebre na morte do ex.mo sr. D. Pedro José de Noronha, marquez de Angeja*, Lisboa, 1804; foi recitada na egreja de N. S.a das Dores, em Belem; *Feliz annuncio do seculo* XIX *em Portugal pacifico e assás ditoso á sombra do seu augusto regente, fixando com seus successos vantajosos o amor da paz e da ordem em geral por toda a Europa*, etc., *ode latina traduzida em outra vulgar, com algumas precisas notas para sua maior intelligencia*, Lisboa, 1800. Na *Collecção dos novos improvisos de Bocage*, a pag. 46, vem com o nome errado de fr. Joaquim Botelho, um soneto seu, e na *Collecção de poesias á morte de Bocage*, a pag. 42, vem outro soneto seu, que diz ser composto no cemiterio na occasião do enterro do popular poeta. Consta que deixou ainda mais poesias manuscriptas.

Botelho e Vasconcellos *(José Antonio)*. Marechal de campo, governador da provincia de Traz-os-Montes. N. em Lisboa nos meados do seculo XVIII, fal. em Moncorvo a 3 de julho de 1829. Tinha apenas 17 annos de edade quando foi feito alferes da guarda do marquez de Pombal. D'ali passou ao regimento de cavallaria n.º 11, onde serviu e foi commandante. Sendo marechal de campo e vivendo retirado em Almeida em 1808, levantou n'aquella villa o grito da restauração. Em 1823 acompanhou D. João VI a Villa Franca de Xira; em 1827 foi governador da provincia de Traz-os-Montes, e seguindo as idéas do partido absolutista emigrou para Hespanha. Quando falleceu era o marechal de campo mais antigo do exercito.

Botelhos. Monte na freg. de N. S.a da Conceição e conc. de Alandroal, distr. de Evora. || Quinta na freg. de S. Bartholomeu, de Casal de Loivos, conc. de Alijó, distr. de Villa Real. || Quinta na freg. do Coração de Jesus, de Salzedas, conc. de Tarouca, distr. de Vizeu.

Botequim. Pov. na freg. de N. S.a da Consolação, de Cezimbra-Castello, conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de N. S.a do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa.

Botica. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Aroza, conc. de Guimarães, distr. de Braga || Pov. na freg. de S. Pedro, de Capareiros, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Ruivães, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Logar na freg. de N. S.a d'Assumpção, de Barrô, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S. Lourenço, de Calvos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Martinho, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Salvador, de Unhão, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Miguel, de Varziella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santo Adrião, de Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Botica de Baixo e de Cima. Duas povoações da freg. de S. Pedro, de Serzedello, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Botica Velha. Logar na freg. de Santa Maria, de Pombeiro de Riba Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Boticaria. Logar na freg. de S. Martinho, de Valdigem, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Casal na freg. de N. S.a do Desterro, de Pouzos, conc. e distr. de Leiria. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Boticario. O que vende e prepara medicamentos. Antigamente este officio era considerado mechanico e por isso tinha regimento na Collecção dada pelo Senado de Lisboa em 1572.

Boticario *(Quinta do)*. Na freg. de N. S.a d'Assumpção, de Senhorim, conc. de Nellas, distr. de Vizeu.

Boticas. Povoação pertencente á freg. de S. Salvador, de Eiró, da prov. de Traz-os-Montes, distr. de Villa Real, relação do Porto e arceb. de Braga; denominação d'um concelho que se creou em 1836 com freguezias do actual conc. de Montalegre, antigamente chamado Terras do Barroso. O conc. é de 4.a ordem e tem com. de 3.a classe. A povoação está situada n'um valle ameno e aprazivel, na margem direita do rio Tamega, e entre dois seus affluentes. Tem escolas para ambos os sexos, est. telegr. post. com serviço de emissão e pagamentos de vales, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. D.-Chaves; tem fabricas de cera e de vellas, agencias bancarias, de seguros e de vapores, hoteis, medico, pharmacia, notario, e uma feira a 10 e 20 de cada mez. não sendo dia santificado, e sendo-o, no dia immediato, etc. Em Boticas teem-se construido varios edificios publicos para as competentes repartições administrativas e municipaes. Pertence á 6.a div. mil., 11.a brig., grande circumscripção mil. do norte, e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 19 com a séde em Chaves. O concelho compõe-se de 15 freguezias com 2:412 fog. e 10:705 hab, sendo 5:027 do sexo masc. e 5:678, do fem., n'uma superficie de 38:325 hect. As freguezias são: Santa Maria, de Alturas do Barrozo, 961 hab: 445 do sexo masc. e 516 do fem.; Santo André, de Ardãos, 613 hab: 294 do sexo masc. e 319 do fem.; S. Bartholomeu, de Beça, 1:409 hab.: 657 do sexo masc. e 752 do fem.; S. Miguel, de Bobadella, 744 hab.: 344 do sexo masc. e 400 do fem.; S. Thiago, de Cerdêdo, 295 hab.: 140 do sexo masc. e 155 do fem; S. Lourenço, de Codeçoso, 457 hab.: 224 do sexo masc. e 233 do fem.; Santa Maria, de Covas do Barroso, 1:453 hab.: 710 do sexo masc. e 743 do fem.; N. S.a das Neves, de Curros, 234 hab.: 112 do sexo masc. e 122 do fem.; S. Pedro, de Dornellas, 656 hab.: 304 do sexo masc. e 352 do fem.; S. Salvador,

de Eiró, 919 hab.: 437 do sexo masc. e 482 do fem.; Santa Maria, de Fiães, 381 hab.: 162 da sexo masc. e 219 do fem.; Santa Maria, de Granja; 486 hab.: 224 do sexo masc. e 262 do fem,; Santa Martha, de Pinho, 784 hab.: 380 do sexo masc. e 404 do fem.: S. Pedro, de Sapiões, 812 hab.: 371 do sexo masc. e 441 do fem.; Santa Maria, de Villar de Porto, 501 hab.: 223 do sexo masc. e 278 do fem. O principal commercio do concelho, é a creação e exportação de gados de raça barrozã, caprino e lanigero, e transacções de cereaes de productos agricolas. Em Boticas passa a antiga estrada de Braga a Chaves, e a districtal de Villa Real a Montalegre. Na area d'este conc. houve em 11 de janeiro de 1827 um combate entre constitucionaes e miguelistas. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Oliveira, conc. de V. N. de Famalicão. distr. de Braga.

Botinha. Logar na freg. de S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Thiago, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Botinha Nova. Logar na freg. de S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Boto ou **Botto.** Appellido de familia, usado pela primeira vez por Marçal Estevão Boto, a quem D. Affonso V, em 1462, concedeu brazão d'armas, por se ter distinguido matando dois moiros n'uma torre de Ceuta. O brazão consta do seguinte: O escudo francado de ouro e vermelho, e sobre o primeiro uma cabeça de moiro, toucada de prata e cortada em sangue: e ao segundo uma torre de prata, com portas e frestas, lavrada de preto: e assim os contrarios; timbre uma cabeça das armas cortada em sangue. Esta descripção lê-se na *Nobiliarchia portugueza*, de Villas Boas, edição de 1676, a pag. 245.

Boto. V. *Botto.*

Boto. Pov. na freg. de S. Domingos, da Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Botoldos. Logar na freg. de S. Thiago, do Urra, conc. e distr. de Portalegre.

Bottado *(Duarte Gorjão da Cunha Coimbra).* Escriptor que publicou em 1823, com as iniciaes do seu nome, uma *memoria* em favor da rainha D. Carlota Joaquina, por occasião da celebre questão do juramento. Tinha por titulo: *Memoria sobre o procedimento havido com Sua Magestade a Rainha, analysado em frente da Constituição,* Lisboa, 1823. Seguiu por vezes a vida militar. Escreveu tambem o opusculo: *O Seculo* XIX *explicado á vista da Biblia,* Lisboa, 1824. Publicou varios artigos no jornal realista, intitulado: *Trombeta lusitana*, e foi o autor d'outros, *Servatis-servandis* insertos na *Gazeta Universal.*

Botte *(Carlos Eduardo de Sacadura).* Conego e chantre da sé de Lisboa, reitor do Seminario de Leiria e bacharel formado em Theologia. N. em Louzã em 1841, fal. na mesma villa a 18 de setembro de 1903. Pertencia a uma familia solarenga, abastada e distincta, muito considerada n'aquella localidade. No seminario de Leiria cursou os estudos preparatorios, e matriculando-se depois na Universidade de Coimbra, seguiu o curso de theologia. Pouco tempo depois da sua formatura, foi nomeado professor do seminario de Leiria, que então era ainda bispado independente; mais tarde conego da cathedral da mesma cidade, e cumulativamente reitor do seminario, em que permaneceu durante 25 annos. O conego Sacadura Botte grangeou sempre as maiores sympathias, e ainda hoje em Leiria o seu nome é pronunciado com o mais profundo respeito e verdadeira saudade. Quando a diocese de Leiria ficou extincta, o digno prelado foi transferido em 1885 para o patriarchado de Lisboa, sem perder o titulo de reitor do seminario de Leiria. Em 1890 foi nomeado arcediago, e em 1895 chantre, primeira das dignidades da sé patriarchal depois da de deão. Os serviços prestados a esta corporação, fôram notaveis, especialmente em circumstancias melindrosas que teve de atravessar. Tomava grande interesse pelas cousas referentes á sé, em que empregava toda a sua actividade e influencia. O sr. conselheiro José Luciano de Castro offereceu-lhe a nomeação de arcebispo de Mytilene, mas o conego Saccadura Botte recusou-se a acceitar. Tendo partido para Louzã, procurando allivios aos soffrimentos que de ha muito o minavam, ali falleceu.

Botte *(Julio Cesar de Sande Saccadura).* Doutor em medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Louzã a 23 de abril de 1838, e é já fallecido. Era filho de José Maria Corte Real Saccadura. Seguiu o curso secundario no lyceu de Coimbra, e em 1854 matriculou-se nas faculdades de mathematica e philosophia, tomando o grau de bacharel n'esta ultima em 1859. No anno de 1858 começou o curso na faculdade de medicina, que concluiu em 1863, doutorando-se a 24 de julho de 1864. Foi depois lente substituto ordinario da faculdade de medicina por decreto de 20 de janeiro de 1867, e lente cathedratico por decreto de 16 de janeiro de 1873. Era socio do instituto de Coimbra. Escreveu: *A dosimetria*; *Methodos therapeuticos, o systema de Bursgrave perante a homœpathia e a allopathia*, Coimbra, 1884; *Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas na faculdade de medicina de Coimbra*, Coimbra, 1884; *Dissertação do concurso para a faculdade de medicina na Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1866; *Catalogue des gabinets d'anatomie pathologique et de chimie médicale, coordonné avec la coopération des préparateurs*, etc., Coimbra, 1877. Este catalogo anda adjunto á *Exposição succinta da organisação actual da Universidade*, etc., seguida a numeração de pag. 224 a 276, mas o autor mandou fazer tiragem em separado. O dr. Saccadura Botte collaborou em diversos jornaes de medicina, com especialidade na *Coimbra medica.*

Botto *(Joaquim Maria Pereira).* Monsenhor, conego da sé de Lisboa, do conselho de Sua Magestade, official da ordem de S. Thiago, archeologo e antigo professor. Nasceu na freg. de Alhandra, conc. de Villa Franca de Xira, a 13 de março de 1851. Fôram seus paes João Maria Pereira Botto e D. Maria Cecilia Ferreira Botto, tambem naturaes da referida freguezia. Aos 11 annos de edade entrou para o seminario de Santarem, onde fez os primeiros estudos, cursando depois o lyceu da mesma cidade. Distinguindo-se desde logo pela sua applicação, não tardou em ser promovido no ensino das disciplinas de mathematica e philosophia do 1.º e 2.º anno do seminario, ao tempo que frequentava o 5.º anno theologico do mesmo instituto. Em 19 de dezembro de 1875 recebeu as ordens de presbytero, com dispensa de edade; em 19 de novembro de

1877 foi provido officialmente nas cadeiras de ensino theologico que já professava. Convidado pelo patriarcha das Indias, D. Ayres de Ornellas, para reitor do seminario de Rachol, alli se dirigiu, mas em breve se retirou por falta de saude. Regressando ao reino teve a nomeação de professor de sciencias ecclesiasticas no seminario episcopal de Faro, cuja vice-reitoria assumiu em 1882. No exercicio d'este cargo prestou valiosos serviços, reorganisando e melhorando todo o ensino, economia e hygiene do seminario. Teem sido varias as distiucções concedidas a monsenhor Botto. Em 20 de novembro de 1884 foi nomeado conego honorario da sé de Faro; em 21 de julho de 1886 elevado á dignidade de monsenhor camareiro secreto de Sua Santidade o papa Leão XIII. Nos annos de 1884 e 1887 a Junta geral do districto de Faro louvou-o pela sua collaboração no posto meteorologico «D. Francisco Gomes.» Em fevereiro de 1894, tendo fundado na cidade de Faro o Museu Archeologico Lapidar «Infante D. Henrique», a camara municipal nomeou-o conservador, por distincção. Monsenhor Botto escrevia entretanto varios artigos elucidativos dos monumentos archeologicos que enriquecem aquelle museu, artigos que fôram agrupados em 1899 no livro intitulado *Glossario dos principaes monumentos do Museu Archeologico «Infante D. Henrique»*. Por despacho de 7 de fevereiro de 1895 recebeu o officialato da ordem de S. Thiago, e em 4 de março de 1898 teve a carta de conselho. Numerosas aggremiações eruditas o contam no numero dos seus socios: Academia Real das sciencias, de Lisboa; Real Academia de Historia, de Madrid; Instituto de Coimbra; Instituto Archeologico do Algarve; Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes; Sociedade «Martins Sarmento», de Guimarães; Real Academia de Bellas Letras, de Sevilha; Associação artistico-archeologica, de Barcelona; Instituto «19 de Setembro», Lisboa; etc. Entre os trabalhos que lhe teem sido commettidos, monsenhor Botto desempenha os cargos de vogal da commissão dos Monumentos Nacionaes, de vogal da commissão administrativa do museu municipal da Figueira da Foz, representante do cabido da sé de Lisboa nas obras da restauração da mesma sé. Por portaria de 21 de abril de 1901 foi encarregado de estudar em França e Inglaterra o estado actual da organisação dos estudos anthropologicos e prehistoricos.

Joaquim Maria Pereira Botto

Botulho. Pov. na freg. de S. Pedro, de Molellos, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Bouba. Casal e quinta na freg. de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa.

Boubã. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Pataias, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Bouça. Familia nobre oriunda das Asturias. Passou a este reino no tempo dos Filippes. Na provincia de Traz-os-Montes ha descendentes.

Bouça *(Sebastião Manuel de Sampaio e Castro, 1.º visconde de)*. Cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição, senhor da casa e morgado de Bouça, em Mirandella; abastado proprietario no districto de Bragança. N. a 5 de dezembro de 1807, fal. a 16 de março de 1883. Era filho de Manuel Antonio Vaz de Sampaio, senhor da casa de Bouça, capitão do regimento de milicias de Bragança, e de D. Francisca Thereza d'Assumpção Marques de Castro, senhora do vinculo denominado Santo Christo de Sonim, instituido em 1583 pelo licenciado Antonio Marques de Paiva, que foi abbade da freg. de Sonim, comarca de Valle Passos, filha de João Luiz Alvares Teixeira de Andrade, familiar do Santo Officio, e de sua mulher D. Luiza Marques de Castro, senhora do referido morgado de Sonim, e instituidora do morgado de Santo Antonio da Sioga do Monte no termo de Coimbra. O visconde de Bouça casou em 1836 com D. Emilia Eugenia Pinheiro de Figueiredo Sarmento, filha de Antonio José Pinheiro de Figueiredo Sarmento, cavalleiro da ordem de Christo, bacharel formado em leis, provedor da fazenda dos defuntos e ausentes da capitania de Benguella e que serviu de juiz de fóra da mesma capitania. A viscondessa de Bouça, D. Emilia Eugenia, falleceu em outubro de 1878. O titulo foi concedido em duas vidas, por decreto de 20 de agosto de 1877 e carta de 21 de fevereiro de 1878. A segunda vida verificou-se em sua unica filha e herdeira, D. Maria Candida de Sampaio e Castro, nascida a 17 de maio de 1837, a qual casou em 13 de janeiro de 1868 com o sr. Manuel Pinto Vaz Guedes Bacellar, actual visconde de Bouça pelo seu casamento, que nasceu a 4 de setembro de 1842, filho de Manuel Pinto Guedes Bacellar Sarmento Pereira de Moraes e Pimentel, moço fidalgo com exercicio. accrescentado a fidalgo escudeiro, alvará de 13 d'outubro de 1828, senhor de varios morgados, da casa dos viscondes de Monte Alegre, e de sua mulher, D. Anna Carolina Augusta Vaz Guedes Pereira Pinto Telles de Menezes e Mello, filha de Miguel Vaz Pereira Pinto Guedes da Fonseca, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, alvará de 12 de junho de 1803, major graduado de cavallaria e senhor de diversos morgados. Os srs. viscondes de Bouça residem em Mirandella.

Bouça. Povoações nas seguintes freguezias: Santa Maria, de Airão, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Thiago, de Aldreu, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Mamede, de Arca, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santo Antão, de Arga de Cima, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Victor, conc. e distr. de Braga. || S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro. || S. Miguel, de Bostello, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Thiago, de Carreira, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || S. Miguel, de Carreiras, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Cavallões, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção, de Ceira, conc. e distr. de Coimbra. || S. Lourenço, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, distr. de

Braga. || Santa Eulalia, de Chave, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Maria Magdalena, de Chaviães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria. || S. Thomé, de Correlhã, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Roque, de Cortes do Meio, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || S. Pedro, de Couto, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castelle. || S. Miguel, de Creixomil, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Pedro, de Este, conc. e distr. de Braga. || S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador, de Fervença, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga || S. Miguel, de Fiscal, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Salvador, de Fojo Lobal, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Fontão, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador, de Freamunde, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Pedro, de Freitas, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Salvador, de Ganfei, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Lever, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. || S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Lomar, conc. e distr. de Braga. || S. João Baptista, de Longos Valles, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador. de Lonredo, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Thiago, de Lustosa, conc. da Louzada, distr. do Porto. || Santa Christina, de Mançores, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santo André, de Marecos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Mamede, de Marrancos, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Paio, de Meixedo, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Melres, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Paio, de Merelim, conc. e distr. de Braga. || S. Miguel de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || S. Romão, de Milhazes, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Mariuha, de Mogege, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria, de Moreira, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador, de Mouçós, conc. e distr. de Villa Real. || S. Thiago, de Mouquim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Romão, de Mouriz, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Negreiros, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Clemente, de Paços de Gaiollo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santo André, de Padoruello, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, de Palmeira, conc. e distr. de Braga. || S. Salvador, de Parada e Barbudo, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santo Thyrso, de Paramos, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Verissimo, de Paranhos, bairro oriental do Porto. || S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Pombeiro de Riba Vizella, conc. de Felgueiras. distr. do Porto. || S. Miguel, de Rãs, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Remelhe, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Ribeira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Viauna do Castello. || S. Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || S. Salvador, de Sabbadim, conc. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Sande, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Sandim, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Sanguedo; conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Seidões, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Mamede, de Serôa, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Miguel, de Serzedo, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Julião, de Silva, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Thaide, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Pedro, de Torrados, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Miguel, de Travassô, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Romão, de Ucha, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Pedro, de Valle, conc. de Arcos de Valle -de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Villa Fria, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. N. S.ª da Conceição, de Villa Nova de Muhia, conc. de Ponte da Barca, distr. de Viauna do Castello. || S. Paio e conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Christovão, de Labruja, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Bouça. Logares nas seguintes freguezias: Santa Maria, de Airães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Mamede, de Alemtem, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Sebastião, de Alfarellos, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || Santa Marinha, de Alheira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Alvarenga, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Matheus, de Alváres, conc. de Goes, distr. de Coimbra. || Santa Marinha, de Annaes, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianua do Castello. || S. Thiago, de Anta, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Martinho, de Armil, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Athães, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Leocadia e conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Pedro, de Bairro, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Salvador, de Balazar, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Claudio, de Barco, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Barreiros, conc. e distr. de Vizeu. || Santo Estevão e Santa Eulalia, de Barrozas, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Senhorinha, de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Vicente, de Bico, conc. de Amares, distr. de Braga. || Santa Maria, de Borba da Montanha, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Salvador, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Pedro, de Britello, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Brito, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel, de Cabreiros, conc. e distr. de Braga. || S. Miguel, de Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Vicente, de Ponte, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Campo, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

|| S. Felix, de Candomil, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Candoso, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Canedo, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S Paio, de Carvalhal, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago, de Castellões, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Mamede, de Cepães, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Pedro, de Cette, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S Salvador, de Christello, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Romão, de Corgo, conc de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Maria, de Corvite, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Costa, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Cruz, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Cruz, conc. de S. Thiago do Cacem, distr de Lisboa. || S. Salvador, de Dornellas, conc. de Amares, distr. de Braga. || Santa Maria, de Duas Egrejas, conc de Paredes, distr. do Porto || S. Pedro, de Escudeiros, conc. e distr. de Braga. || S. Pedro, de Esmeriz, concelho de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Christovão, de Espadanedo, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Esporões, conc. e distr. de Braga. || S. Salvador, de Estorãos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Farcja. conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Paio, de Figueiredo, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Thiago, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Pedro, de Fragoso, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho, de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Santa Maria, de Frende, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Thiago, de Gagos, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Martinho, de Gallegos, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Gamil, concelho de Barcellos, distr. de Braga. || S. Claudio, de Geme, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Gemeos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel, de Gemeos, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Estevão, de Geraz do Minho, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga || Santa Maria, de Goios, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Golães, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Gondar, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Gondar, conc. de Amarante, distr. do Porto. || N. S.ª da Graça, de Graça, conc. de Pedrogão Grande, distr de Leiria. || S. Miguel, de Gualtar, conc. e distr. de Braga. || S. Miguel, de Guizande, conc. e distr. de Braga. || S. Miguel, de Juncal, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || S. Verissimo, de Lagares, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Martinho, de Leitões, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Julião, de Lobão, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Santa Maria Magdalena, de Lordello, conc. e distr. de Villa Real. || S. Lourenço do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Lucrecia, de Louro, conc de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Thiago, de Santa Lucrecia de Algeriz, conc. e distr. de Braga. || S. João Baptista, de Maceira, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Maria Magdalena, de Magdalena de Villar de Frades, conc de Barcellos, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Matto, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Medello, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Christina, de Mentrestido, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Mernfe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Molares, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Julião, de Moreira do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Moreira, conc. e distr. de Braga. || S. Mamede, de Negrellos, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Nespereira, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Verissimo, de Nevogilde, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Christina, de Nogueira, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Thiago, de Nogueira, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Vicente, de Oleiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Thiago, de Ourilhe, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Julião, de Passos, conc. e distr. de Braga. || S. Paio, de Parada de Tibães, conc. e distr. de Braga. || S. Romão, de Paredes de Viadores, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Pedro, de Pedome, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Salvador, de Penamaior, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Pensello, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo Estevão, de Penso, conc. e distr. de Braga. || S. Salvador, de Pereira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. S. Thiago, de Pinheiro, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Paio, de Pousada, conc. e distr. de Braga. || Santa Eufemia, de Prazins, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Queijada, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Ramires, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Rande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Maria, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima distr. de Vianna do Castello. || S. Cypriano, de Refontoura, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Santa Eulalia, de Rio de Moinhos, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Ronfe, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Sande, conc de Guimarães, distr. de Braga. || Santo Adrião, de Santão, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Mamede, de Seara, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S Cypriano, de Senharei, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Sernande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Maria, de Silvares, conc. de Guimarães, distr de Braga. || S. Miguel, de Silvares, conc. de Louzada, distr do Porto. || S. Martinho, de Soalhães, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Thiago, de Soppo, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Soutello, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, e S. Salvador, de Souto, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Silvestre, de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || S. Salvador, de Taboado, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Tenões, conc. e distr. de Braga. || S. Torquato,

conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Leocadia, de Travanca, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Salvador, de Unhão, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santo Estevão, de Urgezes, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Martinho, de Varzea do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Verim, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Mamede, de Vermil, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo André, de Victorino dos Piães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Villa Boa de Quires, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Martinho, de Villa Mou, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de V. N. de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo André, de Villa Nume, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Salvador, de Villar do Monte, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Salvador, de Villarinho das Cambas, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Miguel, de Vilella, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Anna, de Vimieiro, conc. e distr. de Braga. || Santo Adrião, de Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Bouça. Casal na freg. de S. Mamede, de Aldão, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Casal na freg. de S. Pedro, de Canadello, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Casal na freg. de S. Salvador, de Cannas de Senhorim, conc. de Nellas, distr. de Vizeu. || Casal na freg. de S. Thomé, de Covellas, conc. de Baião, distr. do Porto. || Casal na freg. de S. João Baptista de Fontoura, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Casal na freg. de S. Silvestre e conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Povos, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Casal na freg de S. Salvador de Ribas, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Casal na freg. de S. Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra. || Herdade na freg. de N. S.ª da Conceição, de Azinheira de Barros, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Quinta na freg. de N. S.ª da Conceição, de Covas, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Quinta na freg. de S. Pedro, de France, conc. e distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de Santa Leocadia, de Geraz do Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Quinta na freg. de S. Jorge, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Quinta na freg. de S. Salvador, de Maiorca. conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de N. S.ª da Purificação e conc. de Oeiras, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de N. S.ª do O', de Paião, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de Santa Maria, de Perozello, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Quinta na freg. de S. Salvador, de Real, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Quinta na freg. de S. Salvador, de Travanca de Tavares, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de S. Silvestre, de Unhos, conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Martinho, de Valdigem, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de N. S.ª da Consolação, de Valle de Azares, conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda.

Bouça do Abbade. Pov. na freg. de S. Salvador, de Estorãos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Salvador, de Feitosa, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Bouça d'Affonso. Logar na freg. de S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Bouça dos Agoeiros *(Casal da)*. Na freg. de S. Thiago, de Faia, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Bouça d'Aguincheira. Pov. na freg. de S. Pedro, de Castellões, com. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Bouça d'Airó. Logar na freg. de Santa Eulalia, de Rio Covo, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Bouça Alagada. Logar na freg. de Santo Estevão, de Barrozas, conc. de Louzada distr. do Porto.

Bouça d'Além e d'Aquem. V. *Bouças.*

Bouça d' lém. Logar na freg. de S. Bento, de Varzea, conc. de Barcellos distr. de Braga.

Bouça do Ameal. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Alquerubim, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro.

Bouça d'Ancide. Pov. na freg. de S. Paio, de Moreira dos Conegos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bouça d'Ayres. Logar na freg de Santa Maria Magdalena, de Loivos da Ribeira, conc. de Baião, distr. do Porto.

Bouça de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Cruz, de Vimieiro, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. || Dois logares na freg. de S. Thomé, de Abbação, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Dois logares na freg. de S. Martinho, de Caramos, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Dois logares na freg. de Santa Maria, de Infantas, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Dois logares na freg. de Santa Eulalia, de Ordem, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Dois casaes na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Cazevel, conc. e distr. de Santarem. || Duas quintas na freg. de S. Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Bouça de Bergadella. Logar na freg. de Santa Christina, de Longos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bouça Boa. Logar na freg. de S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Paio, de Parada de Tibães, conc. e distr. de Braga.

Bouça do Cabo. Logar na freg. de B. Lourenço, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bouça da Cabreira. Pov. na freg. de S. Clemente, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bouça de Cabreiros. Logar na freg. de Santa Christina, de Longos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bouça da Cadella. Logar na freg. de S. Thomé, de Friande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Bouça das Calles. Pov. na freg. de Santa Maria, de Meinedo, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Bouça de Campos. Logar na freg. de S. Miguel, de Serzedo, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bouça da Carreira. Logar na freg. de S. Martinho, de Sande, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Bouça de Carvalho. Logar na freg. de Santa Maria, de Moure, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Bouça de Cartim. Logar na freg. de S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Bouça de Carvalhal. Logar na freg. de Santa Christina, de Longos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bouça de Casa. Pov. na freg. de S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima distr. de Viannado Castello.

Bouça Chã. Pov. da freg. de S. Miguel, de Borba de Godim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Marinha de Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto.

Bouça de Chozende. Logar na freg. de S. Thiago, de Ronfe, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bouça de Cima. Logar na freg. de S. Salvador, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg de S. Thiago, de Cruz, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Bouça da Corujeira. Logar na freg. de Santo André, de Villa Nume, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Bouça Cova. Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Pinhel, distr. da Guarda; 456 hab. e 117 fog. Tem caixa do correio. A pov. dista 24 k. da séde do concelho, e está situada n'um valle, d'onde se vêem varias povoações. Era dos condes de S. Vicente. O abbade de Trancoso apresentava o cura, o qual tinha 10$000 réis de rendimento e o pé d'altar. A terra é fertil e pertence á 2.ª div. mil. e ao districto de recrutamento e reserva n.º 12 com a séde em Trancoso. || Pov. na freg. de S. Cosme de Gondomar, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Martinho, de Villa Fria, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Bouça da Cruz. Pov. na freg. de S. Miguel, de Moreira, conc. e distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Marinha, de Costa, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Panque, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Bouça do Cubo. Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Bouça Dama. Logar na freg. de Santo André, de Barcellinhos, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Bouça de Dentro. Logar na freg. de Santa Maria, de Athães, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bouça da Deveza. Logar na freg. de S. Mamede, de Gondiães, conc. de Villa Verde, distr de Braga.

Bouça de Ferreiro. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Louzada, distr. do Porto.

Bouça da Fonte. Logar na freg. de Santa Maria, de Infias, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Thiago, de Santa Lucrecia de Algeriz, conc. e distr. de Braga.

Bouça de Fóra. Logar na freg. de S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Maria, de Athães, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Maria, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Bouça Fria. Pov. na freg. de S. Thiago, de Faia, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Maria, de Gondar, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Basto, distr. de Braga.

Bouça Grande Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Negreiros, conc de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Fragoso, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Milhundos, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Bouça de Grillo *(Quinta da).* Na freg. de S. Cypriano, de Taboadello, conc. de Guimarães, distr. de Braga

Bouça de Guindas. Logar na freg. de Santa Christina, de Nogueira, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Bouça da Lage. Logar na freg. de S. Estevão, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr de Braga.

Bouça da Lama. Logar na freg de S. Paio, de Mozellas, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Bouça do Lobo. Logar na freg de Santa Maria, de Sequeira, conc. e distr. de Braga.

Bouça Longa. Pov. na freg. de S. Paio, de Ruilhe, conc. e distr. de Braga.

Bouça do Louro. Pov. e casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Figueiras, conc. do Cadaval, distr. de Lisboa.

Bouça Maria. Logar na freg. de Santo Isidoro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. | Logar na freg. de Santa Maria, de Sobre Tamega, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Bouça de Martim e **Bouça da Matta.** Dois logares na freg. de Santo André, de Victorino dos Piães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Bouça do Matto. Logar na freg. de S. Mamede, de Gondiães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Bouça Milhaça. Logar na freg. de S. Christovão, de Espadanedo, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Bouça da Mó. Logar na freg. de Santa Eulalia, de Barrozas, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Bouça do Monte. Pov. na freg. de S. Julião, de Freixo, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. Logar na freg. de S. Pedro, de Sanfins de Ferreira, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Salvador, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Clemente, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bouça do Mortorio. Logar na freg. de S. Verissimo, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Bouça Negra. Logar na freg. de S. Mamede, de Alemtem, conc. de Louzada, distr. do Porto. Logar na freg. de S. Thiago, de Cernadello, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Bouça Nova. Pov. na freg. de S. Martinho, de Carvalhas, conc. de Barcellos, distr. de Braga | Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de

Souzella, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg de S. Martinho, de Aguas Santas, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Leocadia e conc. de Baião, distr. do Porto || Logar na freg. de S. Claudio, de Barco, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Folhada, conc. de Marco de Canavezes, distr do Porto. || Logar na freg. de Santa Christina, de Longos, conc de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Martinho, de Penacova, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Salvador, de Pinheiro, conc. de Guimarães, distr de Braga. || Logar na freg. de S. Lourenço, do Prado, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santa Maria, de Rozem, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Logar na freg de Santo Adrião, de Cever, conc. de Santa Martha de Penaguião, disr. de Villa Real. || Logar na freg. de S. Salvador, de Villa Garcia, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Bouça do Nunes. Pov. e freg. de N. S.ª da Assumpção, da prov. de Traz os Montes, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança: 526 hab. e 124 fog. Annexa civilmente á freg. de Fradizella. A pov. dista 22 k. da séde do conc. e está situada em campina descoberta, d'onde se avistam varias povoações. Eram donatarios os condes d'Athonguia. O cura era apresentado pelo abbade de Santavalha, ou Santa Ovaia, o qual tinha de rendimento 6$500 réis em dinheiro e alguns generos. A terra é pouco fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 10, com a séde em Mirandella. Pela povoação passa o rio Rabaçal.

Bouça do Outeiro. Logar na freg. de S. Christovão, de Abbação, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Thiago, de Faia, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Bouça do Padre. Logar na freg. de Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto.

Bouça Paio. Pov. na freg. de S. Thomé, de Correlhã, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Bouça Pedra. Logar na freg. de N. S.ª do Loreto, de Paradella, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Bouça da Pega. Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Landim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Bouça das Pereiras. Pov. na freg. de S. Paio, de Moreira dos Conegos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bouça da Pia. Pov. na freg. de S. Miguel, de Varziella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Bouça do Pinheiro. Pov. na freg de S. Clemente, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bouça da Ponte. Pov. na freg. de S. Martinho, de Villa Frescainha, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Bouça das Portas. Pov. na freg. de Santa Maria, de Pombeiro de Riba Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Bouça da Portella. Logar na freg. de S. Christovão, de Abbação, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bouça das Prezas. Logar na freg. de S. Pedro, de Esmeriz, conc. de V. N. de Famalicão, distr de Braga.

Bouça da Pupa. Logar na freg. de Santa Maria, de Infantas, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bouça de Recoutas. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Bouça Redonda. Logar na freg. de S. Martinho, de Courel, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Bouça do Rei. Logar na freg. de S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Bouça Ribas. Pov. na freg. de Santa Maria, de Campanhã, 1.º bairro do Porto.

Bouça do Rio. Logar na freg. de S. Clemente, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bouça de Rios. Logar na freg. de S. Salvador, de Pinheiro, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bouça da Rocha. Logar na freg. de S. Pedro, de Manhouce, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Bouça da Serra. Pov na freg. de S. Thomé, de Lamas, conc. de Cadaval, districto de Lisboa.

Bouça do Silva. Pov. na freg. de Santo André, de Villa Nume, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Bouça da Sobreira *(Casal da)*. V. *Sobreira.*

Bouça do Sobreiro. Logar na freg. de S. Lourenço do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Bouça Soeiro. Pov. na freg. de S. Thomé, de Aguiã, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Bouça da Torre. Logar na freg. de S. Thiago, de Cruz, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Bouça da Vasca. Logar na freg. de S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Bouça Vedra. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Rossas, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Bouça Velha. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Alheira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Fontão, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Christovão, de Gondomil, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Bostello da Lage, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de Santa Leocadia, de Fradellos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Logar na freg de Santa Maria, de Gondar, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Christina, de Mentrestido, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Salvador, de Mosteiro d'Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Lourenço, de Rio de Cabrão, annexa á de Cendufe, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Clemente, de Silvares, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Bouça de Villa Meã. Logar na freg. de Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Bouçada. Pov. na freg. de Santo André, de Victorino de Piães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Bouçado. Pov. na freg. de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Boucal *(Casal do).* Na freg. de S. Pedro e conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Boução. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Cumieira, conc. de Penella, distr. de Coimbra. ‖ Logar na freg. de N. S.ª da Graça, de Graça, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. ‖ Logar na freg. de S. Julião, de Moreira do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Bouças. Denominação d'um concelho de 2.ª ordem, e de com., cuja séde é na villa d'este nome, existente na freg. de S. Salvador, de Mattosinhos. Pertence ao distr. e bisp. do Porto. Bouças é povoação muito antiga; já se encontra como julgado em 1258, no tempo de D. Affonso III, compondo-se então de algumas freguezias e logares circumjacentes. Em 1325, no reinado de D. Diniz, houve algumas alterações nas terras d'este julgado e do julgado da Maia; em 1527 fizeram-se novas mudanças, ficando em 1736 o julgado de Bouças completo com as freguezias de S. Salvador de Bouças de Mattosinhos, S. Miguel de Palmeira, S. Salvador de Ramalde, Nevogilde, Lordello do Ouro, Foz, Guifões e Aldoar. Em 1835, quando se formou o novo concelho de Bouças, era o julgado composto de Lordello, Aldoar e Nevogilde, com o nome de Villarinho, Mattosinhos, Leça da Palmeira e Ramalde. O poder judicial, separado do municipal, ficou debaixo da tutella do julgado de Cedofeita, e o municipal, cortado na extremidade sul, Lordello, em beneficio do Porto, ficou em extensão territorial para o norte, com as freguezias que se tiraram ao concelho da Maia. Este concelho, que tinha então 52 freguezias, foi reduzido a 16, porque além das que se desmembraram para se formar o de Bouças, passaram algumas para Villa do Conde, Vallongo, Santo Thyrso e Porto. O concelho de Bouças conta hoje 9 freguezias, com 25:086 hab., sendo 11:762 do sexo masc. e 13:324 do fem., n'uma superficie de 7:025 hect. São as seguintes: S. Thiago, de Custoias, 1:532 hab.: 749 do sexo masc. e 783 do fem.; S. Martinho, de Guifães, 806 hab.: 400 do sexo masc. e 406 do fem; S. Mamede, de Infesta, 3:654 hab.: 1:771 do sexo masc. e 1:883 do fem.; S. Salvador, de Lavra, 2:138 hab.: 1:008 do sexo masc. e 1:130 do fem; Santa Maria, de Leça do Bailio, 2:916 hab.: 1:447 do sexo masc. e 1:469 do fem.; S. Miguel, de Leça da Palmeira, 3:536 hab.: 1:583 do sexo masc. e 1:953 do fem.; S. Salvador, de Mattosinhos, 7:680 hab.: 3:459 do sexo masc. e 4:221 do fem.; S. Mamede, de Perafita, 1:710 hab.: 821 do sexo masc. e 889 do fem; Santa Cruz do Bispo, 1.114 hab.: 524 do sexo masc. e 590 do fem. O concelho de Bouças, apezar de ter sido organisado em 1835, só começou a funccionar com alguma regularidade em 1838, ao tempo em que já se encontrava installada a sua séde no logar da Senhora da Hora, para onde fôra da Ponte em 1836, e onde esteve até 1853. Em 1857 é que se começaram a estabelecer em todo o concelho escolas officiaes, organisadas um tanto differentes das escolas regias, sendo Mattosinhos a primeira freguezia em que se creou a cadeira do sexo masculino. Até então só havia tres escolas regias, que tinham sido creadas antes do anno de 1850. Parece que Mattosinhos, no seu principio, não passava d'um logarejo insignificante da freguezia do Mosteiro de S. Salvador de Bouças, e só muito tarde é que alcançou importancia social, absorvendo a do logar de Bouças, e tornando-se a séde da parochia em 1550. Este mosteiro era antiquissimo, ignorando-se a data da fundação. D. Sancho I o doou a sua filha D. Mafalda em maio de 1196. Pertencia á ordem de S. Bento, e a infanta o converteu na ordem de Cistér. Junto da egreja mandou construir uma casa, onde viveu algum tempo, indo depois para Arouca, cujo mosteiro, que era de benedictinos, tambem converteu na referida ordem cisterciense. Falleceu no convento de Arouca, o qual tomou conta da casa e utensilios que a infanta deixara em Bouças. O padroado do mosteiro de Bouças deixou de ser de D. Mafalda, por sua morte; sendo em 1304, ou alguns annos depois, dado por D. Diniz ao bispo D. Geraldo Domingos, que está sepultado na capella-mór da actual egreja de Mattosinhos, para onde, provavelmente, foi trasladado da de Bouças; por morte d'este passou ao morgado de Médello, depois aos condes de Marialva, passando em seguida á corôa, por falta de successores, até que em 1542 D. João III o uniu á Universidade de Coimbra, terminando por esta epoca a importancia de Bouças com a transferencia da matriz para Mattosinhos. Na egreja de Bouças, quer como parochia, quer já como mosteiro sem deixar de ser matriz parochial, adorava-se o Senhor de Bouças, desde a sua fundação como egreja, ou desde o apparecimento da imagem, até ao anno de 1550, em que se concluiu por conta da Universidade a egreja em Mattosinhos, no local onde se conserva ainda hoje, accrescentada em 1732, a instancias e em grande parte a expensas da confraria do Bom Jesus. A conclusão, em 1733, foi celebrada com uma festa que durou tres dias, precedida d'uma procissão no logar de Espinheiro, a que assistiram as autoridades civis, militares e ecclesiasticas e pessoas mais importantes do Porto e das freguezias proximas. A imagem de Christo foi pouco a pouco perdendo o nome de *Senhor de Bouças*, sendo hoje vulgarmente conhecida pelo de *Senhor de Mattosinhos*. A capella da Senhora da Hora é situada a 3 k. da villa de Mattosinhos no logar que já foi villa e cabeça do concelho de Bouças. Foi mandada construir em 1514, nos Montes do Viso, no sitio chamado a Mãe d'Agua, pelo maritimo Aleixo Francisco, de Mattosinhos, que a administrou até 1544, epoca em que o parocho de Mattosinhos quiz tomar a administração, o que não conseguiu pela resistencia opposta. A ermida continuou a ser administrada por devotos, até que em 1705 assumiu esta administração Romualdo d'Almeida Cabral, major dos Terços auxiliares da cidade do Porto, e morador na sua quinta da Foz do Douro, succedendo-lhe Miguel d'Almeida; depois d'este, não se sabe por quem foi administrada. A capella possuia ricos paramentos, de que se apoderou o exercito francez, conseguindo-se apenas rehaver, depois de insistentes reclamações, um frontal de altar e um panno de pulpito, bordados a ouro. Desde 1890 tem-se feito grandes melhoramentos na ermida da Se-

nhora da Hora, pelas pessoas que a teem administrado. Em Bouças ha o Asylo de N. S.ª da Conceição, hospital, estação telegr. post. com serviço de emissão e pagamento de vales e de encommendas, hoteis, notario, medicos, pharmacia, sociedades de recreio, etc. O principal commercio do concelho é o pescado. (V. *Mattosinhos*). Acerca de Bouças pódem lêr-se a *Monographia do concelho de Bouças* por F. Fernando Godinho de Faria, 1899; *Tratado da veneranda e prodigiosa imagem do Senhor de Bouças de Mattosinhos*, por Antonio Coelho de Freitas, Coimbra, 1699.

Bouças. Povoações nas seguintes freguezias: N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Santo Estevão, de Aboim das Choças, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna de Castello. || S. Martinho, de Alvaredo, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Argella, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Santa Tecla, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Barrozas, conc. de Louzada, distr. do Porto. || N. S.ª da Ribeira, de Bouçoães, conc. de Valle Passos, distr. de Villa Real. || Santo Estevão, de Boalhosa, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Carvalhaes, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu || S. Thiago, de Cendufe, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Cossourado, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Sebastião, de Darque, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Dossãos, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Eulalia e conc. de Fafe, distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção, de Fajão, conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra. || S. Salvador, de Fervença, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Thiago, de Fonte Arcada, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Julião, de Freixo, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Gondoriz, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || Santa Maria, de Landim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Mamede, de Matta Moirisca, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Merelim, conc. e distr. de Braga. || S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Piedade, de Monte Redondo, comprehende as povoações de Bouça d'Além e Bouça d'Aquem, conc. e distr. de Leiria. || S. Thiago, de Outiz, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Martinho, de Parada Thodea, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Pedro, de Sanfino Ferreira, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Christovão, de Pico de Regalados, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santo André, de Rendufe, conc. de Amares, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição e conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || S. Salvador, de Ruivães, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Sande, conc de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. João Baptista, de Silva Escura, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || S. João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Valbom, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Ventosa, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Bouças. Logares nas seguintes freguezias: S. Martinho, de Aguas Santas, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || N. S.ª da Consolação, de Alvados, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || S. Paio, de Arcos, conc. e distr. de Braga. || S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Maria, de Athães, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Thiago, de Athcães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Brito, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel, de Bostello, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. || S. Romão, de Carvalhosa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Christovão, de Espadanedo, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Salvador, de Estorãos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Francisco da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || S. Simão, de Gouveia, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, de Infias, conc. de Guimarães. distr. de Braga. || Santo Isidoro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Julião, de Lage, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Lamaçaes, conc. e distr. de Braga. || S. Miguel, de Lazarim, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Santa Christina, de Longos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Salvador, de Louredo, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Lourenço do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Verissimo, de Luzio, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Martinho da Cortiça, conc. d'Arganil, distr. de Coimbra. || Santa Maria, de Matamá, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Nespereira, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Clemente, de Paços de Gaiollo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Francisco d'Assis e conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre. || Santa Marinha, de Remelhe, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Silvestre, de Requião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Miguel, de Ribeiradio, conc. d'Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || S. Mamede, de Seara, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || S. Torquato, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Salvador, de Touguinhó, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Thomé de Travassos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Tropeço, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Purificação, de Villa Maior, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Faustino, de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bouças. Casal na freg. de N. S.ª da Purificação, de Alcoentre, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Martinho, de Conde, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Casal na freg. de S. Salvador, de Maiorca, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de S. Simão, de Pecegueiro, conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de S. Pedro, de Polvoreira, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Casal na freg. de Santa Cruz, de Alva-

renga, conc. de Arouca, distr. d'Aveiro. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Abella, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª da Alva e conc. de Aljezur, distr. de Faro. || Monte na freg. de Santa Maria e conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Thiago, de Rio de Moinhos, conc. de Borba, distr. de Evora. || Quinta na freg. de S. Nicolau e conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Quinta na freg de S. João Baptista, de Capelludos, conc. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real. || Quinta na freg. de S Thomé, de Prozello, conc. de Amares, distr. de Braga. || Quinta na freg. de N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de Santa Barbara, de Souto Maior, conc. de Trancoso, distr. da Guarda. || Quinta na freg. de N. S.ª do Rosario, de Torrozello, conc. de Ceia, distr. da Guarda. || Rio, na prov. do Minho. N. n'uma pequena lagôa entre Gotim e a serra da Lagôa. Toma os nomes dos logares por onde passa, chamando-se: *Queimadella*, *Vinhós*, *Vizella*, *Eiras* e *Gulães*. No logar de Bouças ao O, dividindo a freguezia de Fafe da de Guimarães, tem uma ponte de cantaria, de um só arco, mas muito alterosa e grande. Junto a esta ponte está a capella de Santo André, vendo-se ao lado dois tumulos antigos sem inscripção alguma. Diz-se que estão ali sepultados dois cavalleiros templarios. As margens são arborisadas, sendo na maior parte arvores fructiferas. Traz grande abundancia de peixe e vae morrer no rio Vizella.

Bouças do Arco. Pov. na freg. de S. Miguel, de Serzedo, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bouças de Baixo. Logar na freg. de Santa Maria, de Infias, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bouças de Baixo e de Cima. Dois logares na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Dois casaes na freg de N. S.ª da Conceição, de Enxara do Bispo, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Bouças de Cortes. Pov. na freg. de S. Salvador, de Mazêdo, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Bouças Donas. Pov. na freg. de S. Martinho, de Cabana Maior, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Bouças do Meio. Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, districto de Lisboa.

Bouças de Morada. Logar na freg. de Santa Tecla, de Basto conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Boucedeguim. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Moldes, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Bouceiras *(Casal das)*. Na freg. de N. S.ª da Salvação e conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

Bouceiro *(Casal do)*. Na freg. de S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Bouceiros. Pov. na freg. de S. José, de Alqueidão da Serra, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Bouceiha. Logar na freg. de Santa Maria, de Veade, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Boucelhas. Logar na freg. de Santa Maria, de Corvite, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Boucella. Logar na freg. de S. Pedro, de Maximinos-Braga, conc. e distr. de Braga.

Boucha. Logar na freg. de S. Luiz, de Pias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Bouchada. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Bouchinha. Logar na freg. de S. Matheus, conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Boucilhos *(Monte de)*. Na freg. de Santo Antonio, de Couço, conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Boucinha. Povoações nas seguintes freguezias: S. Thiago, de Amorim, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Christina, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Aroza, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Thiago, de Carapeços, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Salvador, de Ceivães, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Cendufe, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Paio, de Gueral, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Simão, de Junqueira, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Santa Maria, de Martim, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Vicente, de Mascotellos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Panoias, conc. e distr. de Braga. || S. João, de Ponte, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Ribeira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Paio, de Ruilhe, conc. e distr. de Braga. || S. Salvador, de Ruivães, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Julião, de Silva, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Clemente, de Silvares, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Silveiros, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santo André, de Telões, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, de Veade, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Miguel, de Villela, conc de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Boucinha. Logares nas seguintes freguezias: S. Thomé, de Abbação, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Pedro, de Abragão, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Martinho, de Armil, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Thiago, de Cambezes, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Mamede, de Cepões, conc. de Fafe, distr. de Braga || S. Lourenço, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Chavão, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho, de Courel, conc. de Barcellos, distr. de Braga || S. João Baptista, de Figueiredo, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || S. Salvador, de Fojo Lobal, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Fraião, conc. e distr. de Braga. || N. S.ª da Purificação, de Freixo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Thiago, de Gavião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Miguel, de Gonça, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel, de Guizande, conc. e distr. de Braga. || S. Salvador, de Joanne, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Paio, de Jolda, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Jorge, conc. de Arcos de

Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Lomar, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Moreira, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Clemente, de Paços de Gaiollo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Pelagio, de S. Paio de Gramaços, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra || S. Salvador e Santa Maria, de Parada e Barbudo, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Miguel, de Paraiso, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª d'Assumpção, de Querença, conc. de Loulé, distr. Faro. || Santa Maria, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santo Estevão, de Regadas, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Thiago, de Sequiade, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Miguel, de Silvares, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santo Adrião, de Soutello, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Santa Maria, de Souto, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Salvador, de Trandeiras, conc. e distr de Braga. || S. Cosme, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Salvador, de Victorino das Donas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello || Santo André, de Victorino dos Piães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Purificação, de Villa Chã, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de V. N. de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga || S. Mamede, de Villa Verde, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Paio, de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Boucinha. Casal na freg. de S. Martinho, de Mancellos, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Casal na freg. de Santa Maria, de Refojos do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Monte na freg. de N. S.ª da Conceição, de Azinheira de Barros, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. da Exaltação de Santa Cruz e conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de S. Mamede, de Talhadas, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Boucinhas. Povoações nas seguintes freguezias: S. Martinho, de Ferreiros, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Mamede, de Gondiães, conc. de Villa Verde. || distr. de Braga. || S. Pedro, de Jugueiros, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Margaride, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || Santa Maria, de Moz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Mamede, de Negrellos, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto.

Boucinhas. Logares nas seguintes freguezias: Santa Margarida, de Arrabal, conc. e distr. de Leiria. || Santo André, de Friande, conc de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Maria, de Gemeos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Bartholomeu, de S. Gens, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Infantas, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Salvador, de Magrellos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Martinho, de Mondim, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Salvador, de Monte Cordova, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Santa Maria, de Moure, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Negreiros, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Salvador, de Nogueiró, conc. e distr. de Braga. || S. Martinho, de Paço Vedro de Magalhães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santa Comba, de Regilde, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || S. Mamede, de Ribeirão, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santo Adrião, de Santão, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Miguel, de Serzedo, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Vicente, de Sousa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Salvador, de Souto, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel, de Varziella, conc. de Felgueiras, distr do Porto. || Santa Maria, de Villa Fria, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Maria, de Villar do Torno, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Boucinho. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Forjães, conc. de Espozende, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Souto, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Mamede, de Vermil, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bouço. Pov. na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Tabua, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de Santa Marinha, de Verdoejo, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Salvador, de Ribas, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Bouço Pequeno. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Verdoejo, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Boucó. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Barrozas, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Cambezes, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Lordello, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Pov na freg. de Loureda, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Riba de Mouro, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Christovão, de Rio Mau, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santo André, de Gnilhadezes, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santa Maria, de Infias, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Paio, de Moreira dos Conegos, conc. de Guimarães, distr. de Braga || Logar na freg. de S. Salvador, de Mosteiro, d'Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Pedro, de Varzea dos Cavalleiros, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Logar na freg. de S. Jorge, de Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Boucó de Baixo. Logar na freg. de Santo Adrião, de Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Bouçoães. Pov. e freg. de N. S.ª da Ribeira, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Valle Passos, com. e distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 1.073 hab. e 217 fog. A pov. dista 21 k. da séde

do conc. e está situada em planicie, junto a um cabeço, d'onde se descobrem vestigios de muralhas e d'outros edificios, o que prova ter sido uma grande povoação em tempo muito remoto. Pertenceu n'outra epoca ao conc. da Torre de Moncorvo. A egreja matriz é antiquissima, e dizem que já existia no tempo dos romanos. Era abbadia do padroado real, sendo esta freguezia a cabeça; o abbade recebia de rendimento até 1834, uns 700$000 réis. Tinha duas egrejas annexas, que eram Villartão e A'gueiros. O abbade apresentava *in solidum* o cura de Villartão, e o cura de A'gueiros apresentava-o alternativamente o abbade de Bonçoães e o abbade de Fiães. Antigamente havia aqui *juiz da vintena* e *homens de accordam*, subordinados ás justiças da villa de Monforte do Rio Livre, a cujo termo já então pertencia Pelos campos proximos de Bonçoães teem apparecido por muitas vezes pedras lavradas, cippos, etc. A povoação é muito fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 19 com a séde em Chaves.

Bouções. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sendim, conc. de Taboaço, distr. de Vizeu. ‖ Logar na freg. de S. Thiago, de Cepões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Bouços. Logar na freg. de S. Lourenço, do Prado, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. ‖ Logar na freg. de Santa Marinha, de Tropeço, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Bouços. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Bastuço, conc. de Barcellos, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de S. Paio, de Eira Vedra, conc. de Vieira, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. ‖ Pov. na freg. de S. Julião, de Lage, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de S. Salvador, de Meixomil, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. ‖ Logar na freg. de S. Thomé, de Caldellas, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de Santa Maria, de Matamá, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de N. S.ª do Loreto, de Paradella, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. ‖ Logar na freg. de Santa Marinha, de Verdoejo, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. ‖ Quinta na freg. de S. Martinho de Antas, conc de Sabrosa, distr. de Villa Real.

Boucós de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Julião, de Lage, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Boudel. Logar na freg. de S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Boufella *(Quinta do).* Na freg. de S. Vicente, de Vacariça, conc. de Mealhada, distr. de Aveiro.

Bougado. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Santo Thyrso, distr. e bisp. do Porto; 1.533 hab. e 300 fog. Tem caixa do correio. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada em alegre planicie, d'onde se avistam varias povoações. Pertencia antigamente ao concelho da Maia. O abbade era alternativamente apresentado pelo papa e pelo bispo do Porto, tendo de rendimento 400$000 réis. Corre aqui o rio Ave, que traz muito peixe miudo. Nos montes ha muita caça miuda. A terra é fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8 com a séde em Braga. Esta freguezia tambem é conhecida pelo nome de *S. Martinho de Bougado.* ‖ Pov. e freg. na prov. do Douro, conc. e com. de Santo Thyrso, distr. e bisp. do Porto; 1.661 hab. e 339 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. permutando malas com o Porto. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada em planicie, cortada pela estrada real, que vem de Lisboa para o norte. Tambem pertenceu, como a antecedente, ao conc. da Maia. A egreja matriz é muito antiga. O abbade era apresentado alternativamente pelo papa e pelo cabido do Porto, tendo de renda 280 alqueires (razas) de trigo, o qual, com os outros rendimentos parochiaes, perfazia aproximadamente a somma de 800$000 réis. A terra é fertil; a pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8 com a séde em Braga. O rio Ave passa por Bougado, e tem as margens em grande parte cultivadas, ferteis e amenas. Tambem é conhecida esta freguezia por *S. Thiago de Bougado.* ‖ Pov. na freg. de S. Mamede, de Negrellos, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto.

Bongéga Pov. na freg. de S. João, de Cóvas, conc. de Lonzada, distr. do Porto.

Bouguedo. Pov. na freg. de S. Torquato, conc. de Guimarães. distr. de Braga.

Boulhosa. Pov. da prov. do Minho (V. *Boalhosa).* ‖ Pov. na freg. de S. Julião de Sadim, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. ‖ Serra na prov. do Minho, a qual principia no monte de Ladeiro ou de Manta Marinha, lançando d'aqui um braço para o N até Sanfins e outro para E, que termina nos montes da Peneda ou Suagio. Para o S lança outro braço, onde tem principio o rio Coura, entre os concelhos de Paredes de Coura e de Arcos de Valle-de-Vez. N'este sitio muda o nome para Serra do Bico e Miranda, até findar no rio Lima. Nas abas d'esta serra estão as freguezias de Formariz, Pereiras, Ensalde e outras. A E fica o castello de Frayão, formado pela natureza por tão grandes penedias, que é inaccessivel por todos os lados. Do alto d'esta serra goza-se um bonito panorama. Tem algumas arvores silvestres, grandes mattagaes, muito gado de toda a qualidade, lobos, rapozas e caça miuda.

Boumense. Logar na freg. de S. Christovão, de Cabeçudos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Boumilho *(Casal do).* Na freg. de S. Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real.

Bouquinhos. Logar na freg. de Santa Maria, de Freixo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Bourana e Bouranita. Dois montes na freg. de S. Pedro, de Panoias, conc. de Ourique, distr. de Beja.

Bouro. Pov. e freg. da prov. do Minho, conc. e com. de Amares, distr. e arceb. de Braga; 1.141 hab. e 238 fog. Tem caixa do correio. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada em um valle ameno e fertil, na margem direita do rio Cávado, e d'aqui se vê Braga e muitas povoações. Parte da freguezia fica na encosta do S dos montes da Abbadia. Pertenceu até 1855 ao conc. de Santa Martha de Bouro, que então se extinguiu, passando ao de Amares. N'esta freguezia é o real mosteiro de frades da ordem de S. Bernardo, e o Sanctuario de N. S.ª da Abbadia (V. *este nome).* D. Affonso I deu o senhorio do couto de Bouro ao convento em 1148. Queimando-se o car-

torio, o referido monarcha fez nova doação em 1162, confirmando a antiga. D. Affonso II tambem a confirmou em 1217 ou 1218. D. Affonso II, a instancias de sua mulher, a rainha D. Mecia Lopes de Haro, quiz tirar aos frades este senhorio, vendo-se o abbade obrigado a compral-o por mil maravedis de ouro, a 3 de junho de 1236. D. Diniz restituiu o couto ao convento, por provisão de 19 de março de 1279 da era de Christo. Durante as guerras da independencia entre D. João I de Castella e D. João I de Portugal, o abbade de Bouro armou 600 vassallos seus, e á sua frente foi esperar os castelhanos, e apanhando-os n'um desfiladeiro, derrotou-os completamente, tomando lhes bandeiras e aprisionando muita gente, contando-se entre os mortos e os prisioneiros bastantes dos principaes senhores da Galliza. Por este facto, D. Nuno Alvares Pereira, em nome de D. João I, deu aos abbades de Bouro o titulo de capitão-mór e fronteiro-mór. podendo *appellidar* gente para a guerra, dizerem missa, em tempo d'ella, só com a *cogúla*, e trazerem pagem d'armas em signal da sua dignidade militar. Estas honras e privilegios fôram confirmados por alguns dos monarchas posteriores. D. Manuel deu foral novo ao couto do mosteiro, em Lisboa, a 20 de outubro de 1514. Na egreja do convento existe a capella de N. S.ª do Rosario, que serviu até 1834 de egreja parochial. No fim do seculo XVII, estando a egreja bastante arruinada, foi reedificada em parte. A terra é muito fertil em cereaes, vinho, fructas, lenha e matto. Cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de Santa Martha, da prov. do Minho, conc. e com. d'Amares, distr. e arceb. de Braga; 774 hab. e 184 fog. Tem correio. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada em terreno accidentado, na margem direita do rio Cávado, e na encosta S dos montes da Abbadia. Em 1780, muitos fogos d'esta freguezia fôram formar a de Santa Maria de Bouro. Esta povoação é muito antiga, e dizem que foi o conde D. Henrique que lhe deu fôro de villa, porque já o era em 1139 antes de D. Affonso Henriques ser acclamado rei de Portugal. Tinha juiz ordinario, feito em pelouro, a que presidia o corregador de Vianna do Castello e o D. Abbade de Santa Maria de Bouro. Era este que nomeava os dois capitães para as duas companhias de ordenanças que tinha o couto. Eram donatarios d'esta freg. os frades do convento de Santa Maria do Bouro, cujo D. Abbade apresentava o vigario, religioso cisterciense, de tres em tres annos, tendo 120$000 réis de rendimento. A terra é fertil, cria muito gado miudo e grosso, e tem abundancia de lenha e de carvão vegetal. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. na freg. de S. Mamede, de Gomide, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Martinho, de Lago, conc. de Amares, distr. de Braga. || Casal na freg. de S. Paio, de Brunhaes, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Casal e quinta na freg. de S. Miguel, de Palhacana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Serra na prov. de Extremadura; principia junto da lagôa d'Obidos, no sitio da Foz do Arêlho, e termina n'um bravissimo rochedo, na costa do Oceano. Em partes, é coberta de bronca penedia, e em outras cultivada e fertil. Cria bastante gado de toda a qualidade e alguma caça. || Nome d'uma estação do caminho de ferro, na linha de Lisboa-Figueira, entre Caldas da Rainha, e S. Martinho.

Bouro de Cima *(Casal do)*. Na freg. de S. Lourenço, de Selho, conc. de Guimarães.

Bourquin *(Luiz Cesar)*. Medico pela Escola Medica de Lisboa. N. em 1812, fal. a 15 de novembro de 1879. Era muito conhecido como um dos melhores clinicos da sua epoca. Por muitos annos foi medico da Santa Casa da Misericordia de Lisboa, e cirurgião militar da guarda municipal, sendo reformado em cirurgião em chefe do exercito. Fez parte do extincto Conselho de Saude Publica do Reino, onde exerceu por largos annos o cargo de vaccinador official, juntamente com o medico Alexandre José da Silva Campos. Pelos relevantes serviços prestados em Lisboa no anno de 1857, por occasião da epidemia da febre amarella, foi condecorado pela Camara Municipal com a medalha denominada da *Febre Amarella*, que a mesma camara havia creado. Os serviços valiosos prestados ao exercito valeram-lheo ser agraciado com o habito da Torre e Espada. Bourquin e Silva Campos fôram os instituidores do Instituto vaccinico que se estabeleceu em Lisboa. A vaccina já era conhecida em Portugal desde o principio do seculo XIX, porém só foi implantada officialmente muitos annos depois, sendo creado annexo ao Conselho de Saude Publica do Reino um instituto vaccinico, e nomeados vaccinadores os medicos Luiz Cesar Bourquin e Alexandre José da Silva Campos. O decreto de 3 de dezembro de 1868 aboliu aquelle Conselho e com elle o instituto vaccinico, encarregando a vaccinação official, exclusivamente aos sub-delegados de saude sob a direcção do delegado technico e superintendencia do governador civil. Foi então que Bourquin e Silva Campos, dispensados do serviço official que desempenhavam como vaccinadores, resolveram fundar um instituto vaccinico particular, que foi aberto ao publico a 4 de abril de 1869. O instituto estava situado na rua do Crucifixo, e logo no primeiro anno teve enorme concorrencia; continuando sempre a prestar bons serviços, foi progredindo de anno para anno, chegando a attingir um elevado numero de vaccinados. Este instituto não limitava sómente a Lisboa os seus serviços humanitarios, a sua acção estendia-se a todo o paiz, Africa, Brazil, e até a Hespanha, exportando para todos estes pontos a vaccina em tubos, a pedido das camaras municipaes, dos parochos, dos medicos, e d'outras pessoas interessadas, alcançando sempre os melhores resultados da vaccina humana, assim como se prova pelos relatorios respectivos, que annualmente se publicavam. O Instituto Vaccinico ainda hoje existe na antiga séde sob a direcção do medico sr. Alfredo Sousa.

Bousias. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. das Caldas da Rainha.

Bousinde. Pov. na freg. de S. Christovão, de Louredo, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Boutaca. V. *Botaca* e *Boytac*.

Bouxinhas. Pov. na freg. do Salvador do Mundo, de Almoster, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. Tem caixa do correio.

Bouzella ou Boizella. Logar na freg. de S. Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Bouzende. Pov. na freg. de S. Miguel, de Espadanedo, conc. de Macedo de Cavalleiros, distr. de Bragança. || Logar na freg. de S. Christovão, de Louredo, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Bouzões *(Jacinto José da Palma, 1.º visconde de).* Commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, senhor da herdade de Bouzões, junto da villa de Mertola e abastado proprietario no respectivo concelho. N. a 27 de abril de 1829. Era filho de José Joaquim Palma, capitão de ordenanças e proprietario, e de sua mulher, D. Thereza Izabel Côrvo, filha de Manuel Martins Côrvo, proprietario. A herdade de Bouzões foi-lhe legada por seu tio Joaquim José da Palma, senhor da referida herdade. O titulo foi concedido por decreto de 17 e carta de 23 de setembro de 1874. O sr. visconde de Bouzões reside em Mertola.

Bovadilha. Familia hespanhola com ramificações em Portugal. Tem o seu solar em Medina del Campo, em Castella, sendo cabeça d'este appellido o conde de Chinchon. O brazão d'armas é um escudo esquartelado; no primeiro quartel, em campo de prata um castello vermelho, lançando chammas pela porta e pelas ameias; no segundo, em campo vermelho uma aguia de branco com as azas estendidas, e da mesma fórma os contrarios; timbre uma das torres.

Boxas. Territorio de gentios landins, situado a 800 k. da povoação e presidio de Sena, na provincia de Moçambique, Africa Oriental. E' notavel pela mina de ouro que tem em Macomo.

Bovião *(Monte do).* Na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Bovieiro *(José Monteiro Guedes Coelho Nobre Mourão, 1.º visconde de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão a seus maiores, alvará de 24 de julho de 1868; senhor das casas de Bovieiro em Abragão, de Santa Olaia em Paço de Sousa, e quinta de Villa Maior em Santa Marinha de Fornos; da Ribeira, de Villa Cabias; de Verdeiros, na freguezia de S. Paio da Portella, termo de Penafiel, e de outros vinculos, bem como da Casa da Aldeia de Cima d'Abragão, por legado de sua tia, D. Margarida Caetana Guedes de Vasconcellos Mourão. N. a 21 de outubro de 1841, e é já hoje fallecido. Era filho de Rodrigo Monteiro Corrêa de Vasconcellos Guedes Mourão, fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão a seus maiores, antigo juiz de fóra da comarca de Villa Real, bacharel formado em Leis; casado com D. Maria Izabel Cardoso Coelho Nobre, filha de José Xavier Coelho Cardoso Nobre, cavalleiro professo na ordem de Christo. O visconde de Bovieiro casou em 18 de outubro de 1866 com D. Maria Henriqueta Torres de Castro Portugal da Silveira, filha de Columbano Pinto Ribeiro de Castro Portugal, fidalgo da Casa Imperial do Brazil, e de sua mulher, D. Ephigenia Amalia de Moura Torres, senhora e herdeira das casas de Villa Nova de Carros, no concelho de Paredes, e da de Rio de Moinhos, no conc. de Penafiel. O titulo foi concedido por decreto de 7 de maio e carta de 6 de agosto de 1874. O brazão d'armas consta d'um escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Monteiros, em campo de prata tres cornetas de negro em roquete, com bocaes de ouro e cordões vermelhos; no segundo as dos Guedes, em campo azul cinco flôres de liz de ouro postas em santor; no terceiro as armas dos Nobres, em campo vermelho uma torre de prata lavrada de negro, sobre um rio de prata e azul, e junto da torre uma cabeça de moiro toucada de prata e vermelho, sendo a prata do lado de cima, e o vermelho de baixo.

Boytac *(Diogo).* Architecto geralmente conhecido pelo appellido de Boutaca, e cujo nome se encontra escripto differentemente nos documentos contemporaneos. Fal. em 1528. Na *Chronica Serafica*, de fr. Jeronymo Belem, diz-se que a sua patria era a Italia, d'onde veiu para Portugal, sendo chamado por el-rei D. João II; outros affiançam que é portuguez, pelo facto de haver um logar chamado *Boutaca*, proximo da Batalha, em cujas obras trabalhou com a designação de *Boutaca*. Accresce, porém, que a assignatura d'este artista é differente da fórma consagrada nos diplomas officiaes, e n'ella se revela uma procedencia estrangeira, *Boytac*, mais franceza do que italiana, o que faz acreditar ser esta a verdadeira fórma de escrever o appellido. E' no livro dos autos das medições das fortalezas de Africa executadas em 1514 em companhia de Bastião Luiz, que apparece a sua assignatura, nitidamente escripta, sendo o seu appellido antecedido unicamente da palavra *mestre*. No tempo de D. João II, em 1490, é que se encontra pela primeira vez o seu nome. N'este anno foi lançada a pedra fundamental do convento de Jesus, de Setubal. D. João falleceu, estando apenas concluida a capella-mór e o cruzeiro da egreja do convento; a abobada ia construir-se de madeira, porém o seu successor, el-rei D. Manuel, a mandou fazer de pedra. Em attenção aos serviços prestados n'esta obra, este monarcha ordenou que Boytac recebesse 8:000 reaes de tença por anno, a começar do primeiro de janeiro de 1499. O alvará tem a data de 1498, e n'elle se refere a um outro que já lhe havia sido passado, com a condição de receber a referida tença assim que tivesse casado. N'este documento está o nome escripto *Boutaça*. Não se sabe porque D. Manuel lhe marcou a condição do casamento, mas o facto é que em 1512 já era casado com Izabel Henriques, segundo se verifica d'uma escriptura feita em 14 d'abril d'este anno, pela qual elle e sua mulher aforavam e escambavam ao convento da Batalha uma courella de terra que possuiam no sitio da Alcanada, por um chão e pardieiros que o mosteiro tinha em frente das casas de Diogo de Seixas. N'este documento está escripto *Boytaca*. Ha quem diga, que elle fôra o primitivo architecto da egreja e mosteiro de Belem, mas não se descobriu prova alguma que o affirme; seria talvez sómente védor ou encarregado. Em todo o caso, parece que dirigiu os trabalhos em 1514, segundo se vê pelo caderno das despezas que se conserva no Archivo Nacional. As obras deviam estar então muito no seu começo, pois que em 1517 é que tomaram grande desenvolvimento, sob o impulso de João de Castilho, ajudado por outros empreiteiros. O conde Raczynski, no seu *Dictionnaire historico-artistique de Portugal*, considera-o como architecto do convento de Belem. Apezar de residir na Batalha, Boytac, á semelhança de outros architectos da sua epoca, percorria diversos pontos do paiz, assistindo a outras obras e dirigindo as fortificações das praças de Africa. Esteve em Arzilla, onde era go-

vernador o conde de Borba, o qual, attendendo aos serviços militares que elle prestara, lhe conferiu o grau de cavalleiro, mercê que el-rei D. Manuel confirmou em Almeirim a 5 de janeiro de 1511. Parece que tambem trabalhou nas obras de Santa Cruz de Coimbra, em 1508 Em 1510 o referido monarcha encarregou-o de examinar, conjunctamente com mestre Matheus, diversas obras que se haviam de executar em Coimbra: escolha do logar para os açougues, corregimento e cerramento dos boqueirões. Em 1514, a 25 de maio, partiu Boytac outra vez para Africa em companhia de Sebastião Luiz, para proceder á medição e avaliação de diversas obras executadas nas praças de Alcacer, Tanger e Ceuta. O conde Raczynski, no seu *Dictionnaire*, diz, que o nome de Boytaca é evidentemente portuguez, e o que é permittido admittir, é que elle fôsse mandado a Italia para estudar e se aperfeiçoar na sua arte, sendo depois chamado por D. João II para ser encarregado das obras do convento de Setubal. No *Diccionario dos Architectos, Engenheiros e Constructores portuguezes*, coordenado por Sousa Viterbo, vem a pag. 120 e seguintes um longo artigo ácerca de Boytac, d'onde extrahimos estas noticias. No reinado de D. João III appareceram dois individuos do appellido Boytac, que dizem ser filhos do conceituado architecto. Um d'elles chamava-se Jeronymo, e era moço da camara do infante D. Luiz, e em 1530 autorisava-o el-rei a entrar, quando lhe coubesse, na posse d'uma das escrevaninhas da feitoria de Coulão, que elle havia comprado a João Ferreira, tambem moço da camara de D. João III. Jeronymo Boytac embarcou depois para a India. Em attenção aos serviços prestados, foi depois nomeado juiz da alfandega grande de Diu, em carta de 6 de julho de 1564. Tambem prestou serviços no cerco de Mazagão, quando esta praça foi sitiada pelo Xarife em 1562.

Boza. Territorio colonisado no districto de Tete, na Africa Oriental, comarca de Quelimane, provincia de Moçambique. Tem 10 k. de comprimento e 5 de largura. Em parte está cultivado e produz algodão.

Bozão. Logar na freg. de S. João Baptista, de Folhada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Bozeguimbra ou Bezeguimbra. Pov. na freg. de S. Salvador, de Valdreu, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Bozelha. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, concelho e districto de Castello Branco.

Braamcamp *(Anselmo José)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, deputado, ministro, conselheiro de Estado effectivo, etc. N. em Lisboa a 23 de outubro de 1819, onde tambem fal. a 13 de novembro de 1885. Seu pae, Anselmo José Braamcamp de Almeida Castello Branco, fez parte do governo liberal, como ministro dos negocios estrangeiros, quando em 30 de janeiro de 1821 foi decretada a regencia pelos constituintes, e era o filho mais novo do primeiro barão de Sobral, diplomata de origem hollandeza, que veiu para Lisboa no meado do seculo XVIII, como embaixador da Prussia, e que pela sua muita affeição a Portugal aqui se estabeleceu, sendo agraciado com aquelle titulo. No tempo da regencia do infante D. Miguel, o pae de Anselmo Braamcamp teve de emigrar para França com sua mulher e filhos, regressando á patria em 1835, já depois de D. Maria II ter sido acclamada rainha de Portugal. Seu tio, Hermano José Braamcamp, filho mais velho do barão de Sobral, fizera parte da Junta provisional do governo supremo do reino, creada pelo movimento militar de 24 de agosto de 1820. Anselmo José Braamcamp recebeu a primeira educação em Paris, e quando voltou á patria com seu pae em 1835, proseguiu os estudos na Universidade de Coimbra, seguindo o curso de Direito, que terminou em 1840, e em que tomou o grau de bacharel. Durante o tempo de estudante foi collaborador d'um periodico, que se publicava em Coimbra, intitulado: *Chronica litteraria da nova academia dramatica*, onde publicou alguns escriptos de valor ácerca do theatro moderno. Depois de concluido o curso recebeu a nomeação de delegado do procurador regio na comarca d'Almada, cargo que exerceu até 14 de maio de 1845, sendo em 9 de junho de 1846 despachado para identico logar em Lisboa. Pouco tempo, porém, se conservou n'este logar, porque a 2 de setembro do mesmo anno obteve a nomeação de secretario geral d'este districto. Tambem de pouca duração foi este novo cargo, por causa do golpe de estado de 6 de outubro do referido anno de 1846 contra o ministerio Palmella, que provocou a revolução portuense do seguinte dia 9. Então, levado pela fidelidade aos seus principios politicos, correu ao Porto a alistar-se na bandeira da Junta provisoria do governo supremo do reino, e a ella prestou serviços relevantes, já pessoaes e já pecuniarios, porque o seu dinheiro e a sua vida estavam ao dispôr da causa patriotica que n'essa epoca se pleiteava. E quando o marquez de Sá da Bandeira desembarcava no Algarve, lá estava elle posto ao lado da divisão militar, na qualidade de governador civil dos districtos do sul. Terminadas as luctas politicas com a entrada triumphante do marechal duque de Saldanha em Lisboa, Braamcamp foi eleito deputado pela primeira vez em 1851 por um dos circulos d'esta cidade. As côrtes fôram dissolvidas em 24 de junho de 1852, e Braamcamp voltou ao parlamento em 1857, eleito pelo mesmo circulo. Em 1858 foi novamente eleito, assim como nas legislaturas de 1860 e 1861. Em 1862, ainda tornou a ser eleito deputado por Lisboa, n'uma eleição supplementar; em 1865, pelo circulo da Feira, e quando as côrtes se dissolveram em 15 de maio d'esse anno, novamente foi eleito pelo circulo de Vélas, para as côrtes que começaram em 30 de julho do referido anno e fôram dissolvidas a 14 de janeiro de 1868. Em 1869 os circulos da Feira e de S. João da Pesqueira o elegeram deputado, eleição que

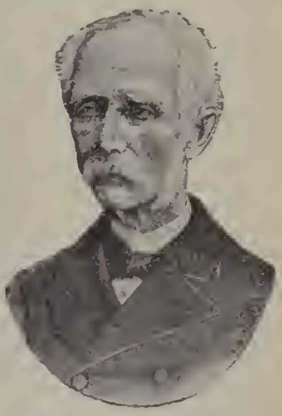
Anselmo José Braamcamp

se repetiu pela Feira no anno seguinte por dissolução das côrtes. Novamente figurou nas legislaturas de 1871 a 1874, eleito por Oliveira de Azemeis; de 1875 a 1878, por Villa Nova de Gaia; de 1879, pela Gollegã, em duas eleições, sendo na segunda tambem eleito por Ponta Delgada para a legislatura que terminou por dissolução das côrtes em 4 de junho de 1881. Em 1884 foi eleito por accumulação, sendo o mais votado. Em 1862 esteve pela primeira vez no ministerio, dirigindo a pasta dos negocios do reino, e promulgando então a lei contra os morgados, findando a sua gerencia em 1864. Em 1866 foi nomeado conselheiro de Estado effectivo. Em 11 de agosto de 1869 fez novamente parte do ministerio, encarregando-se da pasta da fazenda, caindo com os seus collegas quando venceu a revolta do duque de Saldanha, occorrida em 19 de maio de 1870. Interinamente geriu a pasta da justiça, por doença do ministro effectivo Gaspar Pereira da Silva, de 2 a 16 de novembro de 1863, e a da marinha e ultramar, desde 17 de junho até 3 de julho de 1866. Por carta regia de 24 de maio de 1874 foi-lhe conferida a nomeação de par do reino, que não quiz acceitar. Feita a fusão dos partidos historico e reformista, foi escolhido para chefe do partido progressita, e como tal incumbido de organisar ministerio em 30 de maio de 1879, quando o governo regenerador saiu do poder. O novo ministerio ficou constituido em 1 de julho, tomando Anselmo Braamcamp a presidencia do conselho e a pasta dos negocios estrangeiros. Foi nomeado vogal do Supremo Tribunal administrativo em 1870, servindo muitas vezes de presidente. Tinha as grã-cruzes das ordens da Torre e Espada e de N. S.ª da Conceição, varias condecorações estrangeiras, e a Legião de Honra, de França. A Torre e Espada foi-lhe concedida por decreto de 28 de setembro de 1870.

Braamcamp *(José Augusto)*. Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, conselheiro de Estado, vice-presidente da Sociedade das Casas d'Asylo da Infancia Desvalida, etc. N. em Lisboa em 1810, fal. em abril de 1890. Attribue-se-lhe o seguinte opusculo, que foi publicado em 1835, com as iniciaes J. A. B.: *Reflexões sobre educação publica.*

Braçaes. Pov. na freg. de S. Thiago, de Almelaguez, conc. e distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Arega, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Roliça, conc. de Obidos, distr. de Leiria.

Braçal ou Braçaes. Peça da armadura, que protegia os braços. V. *Armadura.*

Braçal. Pov. na freg. de S. Domingos de Carmões, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João do Monte, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Monte Redondo, conc. e distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Simão, de Peceguciro, conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de Santa Eufemia, de Rio de Moinhos, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Braçal *(Companhia Mineira e Metallurgica do)*. Abrangem quatro concessões distinctas as explorações d'esta companhia mineira, que tomou o titulo da antiga mina de *galena* (sulphureto de chumbo) do Braçal. As referidas concessões são Braçal e Malhada, Coval da Mó, Fojo e Regadas. A mina do Braçal e Malhada acha-se situada nas freguezias de Sever do Vouga e Silva Escura, no conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. O estabelecimento está localisado em um profundo valle que serve de leito ao rio Mau, o qual, encaixado em todo o seu percurso pelas elevadas serras da Mocana e do Arestal, é limitado ao nordeste pelo encontro das duas serras, recebendo as suas primeiras aguas a cerca de 3 kilometros a norte da povoação de Silva Escura, e, depois de um curso de 13 kilometros, vae desaguar na margem direita do rio Vouga, 3 kil. a juzante da ponte de Peceguciro. O campo d'esta concessão é formado pela antiga mina do «Braçal», que por decreto de 6 de agosto de 1836 foi concedida a José Bernardo Michellis, passando em 1840 para Diederich Mathias Feuerheerd, e pela da «Malhada», descoberta pelos vestigios de trabalhos antigos, em 1850. O jazigo do Braçal foi descoberto pelos afloramentos que se desenhavam na margem esquerda do rio Mau e por algumas amostras de *galena* encontradas no leito do mesmo rio; dista 860 metros do jazigo da Malhada, para norte. O jazigo da Malhada foi descoberto pelos trabalhos antigos, que tiveram grande importancia, a avaliar pela extensão e profundidade que adquiriram, ignorando-se completamente a sua antiguidade. Pela lavra d'este jazigo reconheceu-se que os trabalhos antigos attingiram uma profundidade superior a 45 metros, com um desenvolvimento longitudinal superior a 80 metros. N'esses trabalhos encontraram-se madeiras de sustentação das galerias, de castanho, sobreiro e medronheiro, em geral bem conservadas; porém a sua côr bastante carregada, aproximando-se da côr negra do carvão, com grande tendencia para o fossilismo, attesta a sua grande antiguidade que decerto deve attingir alguns seculos. Nas modernas explorações fôram encontrados diversos objectos antigos entre os quaes um pedaço de chicote de couro, uma candeia de barro e uma especie de balde de madeira. Em consequencia do fallecimento de Feuerheerd passou a propriedade da Mina do Braçal e Malhada para os seus herdeiros, constituidos em sociedade sob a denominação de «Administração das Minas do Braçal», o que foi approvado por decreto de 12 de março de 1877. Em 14 de janeiro de 1882 formou-se na cidade do Porto uma sociedade anonyma denominada «Companhia Mineira e Metallurgica do Braçal», destinada a lavrar estas minas, cuja transmissão lhe foi approvada por alvará de 28 de junho do mesmo anno. Com o fim de ampliar a lavra das minas do Braçal, foi registado por Feuerheerd o manifesto da mina do «Coval da Mó» em novembro de 1856, que foi reconhecida devidamente. Em 2 de maio de 1868 foi lavrado o alvará fazendo a concessão definitiva, que em 1877 foi transmittida para a administração das minas do Braçal, e em 1882 para a actual companhia. A concessão do Coval da Mó confina pelo nascente com a mina do Braçal, e está assente em terrenos pertencentes á freguezia e concelho de Sever do Vouga, e á

freguezia de S. Thiago da Ribeira de Fraguas, do conc. de Albergaria-a-Velha. As minas do «Fojo» e «Regadas» já fôram registadas pela actual companhia e concedidas por alvará de 19 de junho de 1888. As minas do Braçal são consideradas as mais importantes minas de chumbo do paiz. Na Exposição Industrial da Avenida, em 1888, apresentaram-se distinctamente, conforme consta do respectivo catalogo.

Braçal Velho *(Quinta do)*. Na freg. de Santo Audré, de Alvoco das Varzeas, conc. d'Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Bracamarte. Espadão usado no seculo XII, e que era brandido com as duas mãos.

Bracamonte. Familia portugueza de origem franceza, descendente do celebre almirante Roberto de Braquemont. Tem por armas em campo de prata uma esquadria e acima d'ella um maço tudo de negro; o timbre é um braço armado de prata com o maço levantado na mão em acção de o descarregar.

Bracamonte *(Domingos Pereira)*. Medico e poeta N. em Amarante no mez de setembro de 1606, onde sempre viveu, fallecendo em 1658. Era filho de Antonio Pereira Bracamonte e de Maria Teixeira. Applicou-se á faculdade de Medecina na Universidade de Coimbra, em que se distinguiu entre os condiscipulos. Exerceu clinica por muitos annos na terra da sua naturalidade. Tinha um caracter muito jovial e escrevia com espirito e excentricidade. O unico escripto seu que se publicou, segundo se julga, está em linguagem hespanhola, e tem o seguinte titulo bastante original: *Banquete que Apolo hizo á los Embaxadores delRey de Portugal D. Juan IV, em cuyos platos hallarãn los Señores convidados mesclada com lo dulce de alguna poesia y politica la conservacion de la salud humana*, Lisboa, 1642. N'esta obra menciona um outro livro que escreveu em verso heroico com o titulo: *Velocino de ouro*.

Bracara Augusta. V. *Braga*.

Braceaes. Pov. na freg. de S. Pedro, conc. e distr. de Faro.

Braceira *(Quinta da)*. Na freg. de S. João Baptista, de Beijoz, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu.

Braceiras. Pov. da freg. de S. Julião, de Covellas, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Braceiro. Pov. na freg. de S. Pedro, de Esther, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de S. Mamede, de Mesquitella, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de N. S.ª das Neves, de Midões, conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Bracejal. Logar na freg. de S. Mamede, de Matta Moirisca, conc. de Pombal, districto de Leiria.

Bracejo *(Casal do)*. Na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Alverca, conc. de Pinhel, distr. da Guarda

Braciaes. Pov. na freg. de S. Pedro, conc. e distr. de Faro. || Monte na freg. de S. Salvador e conc. de Serpa, distr. de Beja.

Braciaes de Cima e do Meio. Dois montes na freg. de S. Salvador e conc. de Serpa, distr. de Beja.

Bracial *(Antonio Paes Champalimaud de Mattos Moreira Falcão, visconde de S. Thiago do Cacem e 2.º conde de)*. N. em S. Thiago do Cacem a 21 de maio de 1845; fal. em Evora a 6 de abril de 1900. Era filho do 1.º conde de Bracial, o tenente-coronel do corpo de milicias da Messejana, e de sua mulher D. Emilia Champalimaud. Herdeiro d'uma das casas mais ricas do Alemtejo, recebeu esmerada educação, frequentou o Instituto Agricola, mas não concluiu o curso. Casou em 4 de novembro de 1878 com D. Palmyra Infante de Maldonado Passanha, filha de Diogo Francisco d'Affonseca Passanha, morgado de Ferreira, e de D. Maria José Pinto Maldonado. Foi agraciado com o titulo de visconde de S. Thiago do Cacem por decreto de 30 de novembro de 1882, e com o de conde de Bracial, em verificação de vida no titulo concedido a seu pae, no anno de 1891. Tinha um caracter bondoso e caritativo; dava largas esmolas procurando acudir a todos os infortunios. Por sua morte deixou o legado de 100:000$000 réis ao hospital da villa de S. Thiago do Cacem, com a obrigação de se estabelecerem duas novas enfermarias, sendo uma com a invocação de Santa Palmyra, collocando-se-lhe o retrato de sua fallecida mulher, destinada ao tratamento dos tuberculosos; e a outra com o nome de Santa Emilia, onde fôsse collocado o retrato de sua mãe, destinada ao tratamento das mais doenças.

Bracial *(Jacinto Paes de Mattos Falcão, 1.º conde de)*. Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo e da de N. S.ª da Conceição, abastado proprietario na villa de S. Thiago do Cacem, tenente-coronel de milicias, etc. N. em Santa Luzia, no Alemtejo, em 1802, fal. no começo do anno de 1890. Era filho de Jacinto Paes de Mattos Moreira, da familia dos Francos de Castro Verde, e de D. Maria da Natividade Murzello Falcão. Estudou os primeiros rudimentos em Lisboa, e quando contava 15 annos de edade foi continuar os estudos e completar a sua educação em Paris. Regressando depois a Portugal, emprehendeu uma longa viagem pelos principaes paizes da Europa, e voltando ao reino fixou a sua residencia em Messejana, sendo então nomeado tenente-coronel do corpo de milicias a cavallo. Mais tarde passou a viver em S. Thiago do Cacem, onde grangeou as maiores sympathias pelos muitos melhoramentos que promoveu n'aquella villa e outros serviços que prestou. Foi eleito deputado durante a guerra civil, conhecida pela *Maria da Fonte*, e desempenhou o cargo de procurador á junta geral do districto por S. Thiago do Cacem. Teve a nomeação de governador civil de Beja, mas não acceitou por motivos particulares. Era casado com D. Emilia Champalimaud, filha do general Champalimaud. Foi agraciado com o titulo de conde de Bracial em duas vidas, por decreto de 21 de dezembro de 1882, e carta de 18 de janeiro de 1883.

Bracial. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Tocha, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de Santo Isidoro, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de S. Salvador e conc. de Odemira, distr. de Beja.

Braciosa *(Herdade da)*. Na freg. de N. S.ª da Luz, de Albernoa, conc. e distr. de Beja.

Braço. Logar na freg. de S. Sebastião, de Alfarellos, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Braço de Prata. Pov. na freg. de Santa Maria, de Olivaes, 1.º bairro de Lisboa. Está si-

tuada sobre a margem direita do rio Tejo, proximo ao Poço do Bispo e ao Cabo Ruivo; tem varias quintas e varios armazens de vinhos, etc., estação de caminho de ferro na linha de leste, entre Marvilla e Cabo Ruivo. || Casal na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Samora Correia, conc. de Benavente, distr. de Santarem.

Braços. Pov. na freg. de S. Vicente, de Irivo, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Semide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de Santa Maria e conc. de Murça, distr. de Villa Real. || Canal no Tejo, perto de Villa Velha.

Braços de Cà, Braços de Lá ou d'Além. Duas povoações na freg. de S. Pedro e conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Brafémes. Logar na freg. de S. Thiago, de Riba d'Ul, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Avoiro,

Braga. Attribue-se a origem d'este appellido de familia a uma braga com que os moiros prenderam um cavalleiro, que da propria braga se serviu para matar a sentinella que o guardava. Tem por armas, em campo vermelho uma torre de prata com portas e frestas de negro; o timbre é um braço vestido de verde com uma braga, ou canella de ferro, com sua cadeia de ouro pendurada na mão em acção de bater com ella.

Braga *(Alberto).* Escriptor contemporaneo, secretario do Instituto Industrial. N. no Porto em 4 de outubro de 1851. Tem collaborado nos seguintes jornaes: *Novidades, Occidente, Reporter, Tempo* e *Jornal do Commercio.* Foi redactor da *Semana de Lisboa.* Escreveu, com o pseudonymo de *Diogo Matheus,* algumas chronicas litterarias para o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro. Tambem tem collaborado nos jornaes de Paris: *Soleil, Gaulois* e *Temps.* Publicou o seguinte: *Contos da minha lavra,* 1878; *Contos d'aldeia,* 1880; *Novos contos, Contos escolhidos, e Os confidentes.* Alguns contos têem sido traduzidos em francez e sueco. Os *Contos d'aldeia* fôram ultimamente traduzidos em allemão, pela escriptora Lucia Ey. Escreveu tres peças que se represensentaram no theatro de D. Maria, todas em 4 actos: *A estrada de Damasco,* comedia; *A irmã* e *O estatuario,* dramas. Em francez tambem publicou uma comedia em 1 acto, *Le Buste,* quo se representou n'um salão particular, e que depois traduziu e foi representada no theatro da Rua dos Condes por Lucinda Simões e Christiano de Sousa. Para a empresa d'esta distincta actriz traduziu a *Francillon,* de Alexaudre Dumas filho. Ha poucos annos traduziu para o theatro de D. Maria a comedia de Augier *Les lionnes pauvres,* com o titulo de *As elegantes pobres.*

Braga *(Alexandre).* Advogado em Lisboa. E' natural do Porto, e filho do fallecido advogado portuense, o dr. Alexandre José da Silva Braga, e de sua mulher, D. Margarida Raphael Braga. Matriculando-se na Universidade de Coimbra na faculdade de Direito, formou-se em junho de 1898. Estabeleceu então banca de advogado no Porto, e ali exerceu a advocacia com feliz exito até meados do anno de 1899, em que transferiu a sua residencia para Lisboa. Pertencendo ao partido republicano, assim como seu pae, tem sido orador em varios comicios, defendendo sempre com toda a dedicação o seu ideal, alcançando successivos triumphos. Já em Coimbra, no tempo de estudante, fundára um jornal de combate, com o titulo de *Portugal,* em que expendia largamente as suas idéas avançadas, e em 1894 começou a publicar uns pamphletos, *Os insultos, No regresso da ferra,* e *Palavras d'um resuscitado,* que originaram graves conflictos academicos. Durante a sua permanencia no Porto collaborou nos seguintes jornaes, em prosa e em verso: *Primeiro de Janeiro, Jornal de noticias,* e *Jornal da manhã.* Fundou um periodico litterario e artistico, a *Chronica.* Fôram notaveis os discursos academicos que pronunciou no theatro de D. Maria II, na festa em honra de João de Deus e depois na egreja de Belem, por occasião do enterro d'este saudoso poeta; na celebração do centeuario de Almeida Garrett no Porto, e em Alhandra no enterro de Sousa Martins. Como orador forense tem-se distinguido em diversas causas, tanto no Porto como em Lisboa, contando-se entre ellas as dos crimes celebres do Campo Grande, do Campo de Santa Clara, Costa do Castello, de Alhandra, etc.

Braga *(Alexandre José da Silva).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado, escriptor, poeta e jornalista. N. no Porto a 14 de março de 1829, onde tambem falleceu a 9 de maio de 1895. Depois de ter estudado os preparatorios na sua terra natal, partiu para Coimbra em 1849, e matriculou-se na Universidade, seguindo o curso de Direito. N'essa epoca publicara já um volume de versos, intitulado *Vozes da Alma,* que recebera boa acceitação, e que se reimprimiu em 1857. Tambem fundara, juntamente com Silva Rosa Junior, um periodico de versos, a *Lyra da Mocidade.* Em Coimbra, em 1855 e 1856, publicou outro periodico de versos, o *Novo trovador,* onde se encontram egualmente composições de alguns dos nossos mais afamados escriptores. Terminando o curso, em 1856, veiu estabelecer-se no Porto, e fundou o *Clamor publico,* jornal politico em que collaboraram Camillo Castello Branco, Coelho Lousada, Evaristo Basto, Amorim Vianna, Antonio Girão, Marcellino de Mattos, Gomes Monteiro e Augusto Soromenho. A sua estreia no fôro realisou se a 22 de fevereiro de 1858, exercendo desde então a advocacia até á epoca do seu fallecimento. Alexandre Braga tornou-se em pouco tempo um dos oradores portuguezes mais notaveis, pela sua eloquencia, profundo conhecimento da lei, e pela sua palavra calorosa e vibrante. Sendo liberal convicto de idéas avançadas, alistou-se no partido republicano, que n'elle tinha um dos seus vultos mais respeitados. O seu nome figurava sempre em primeiro logar. Discursou em varios comicios

Alexandre José da Silva Braga

e quando constava que Alexandre Braga ia falar, todos disputavam um sitio onde o pudessem ouvir, porque era o poeta e o profundo pensador que falava. Arrastava comsigo as grandes massas, e causava admiração aos eruditos. Tinha um caracter bondoso e caritativo; citam-se d'elle muitos actos de generosidade e de abnegação. Por vezes deixou de ser o caudisico mercantil para, com a sua voz eloquente ser o protector d'um homem irremediavelmente perdido. Era para elle uma gloria salvar um desgraçado, e com esse fim envergou muitas vezes a toga, sem pensar no mais pequeno interesse. Em geral recusava-se, quando o convidavam para accusar, porque entendia que o seu posto era de defensor e não de accusador. Na ultima causa crime para que fôra convidado como advogado de defeza, não pôde comparecer na audiencia por já se sentir bastante doente. O seu partido soffreu grande perda com a sua morte. O dr. Alexandre Braga era casado com D. Margarida Raphael Braga. Nos ultimos annos de vida, estava desprendido das cousas do mundo; passou-os concentradamente entre sua familia e amigos que muito o estimavam, limitando-se sómente a vir ao tribunal e a uns curtos passeios nos jardins do Palacio de Crystal. Dos seus discursos poucos se imprimiram; um dos mais importantes, foi o que pronunciou no comicio anti-jesuitico, realisado no theatro de S. João do Porto, em 17 de abril de 1881. No *Amigo do povo,* jornal publicado no Porto, escreveu o sr. dr. Augusto Luciano Simões de Carvalho um estudo critico-litterario ácerca de Alexandre Braga e das suas obras, o qual saiu em folhetins, em 1861, nos n.ºs 363, 364, 366, 368, 370 e 380, sendo concluido no *Diario mercantil*, da referida cidade, n.° 392.

Braga *(Alvaro).* Foi um dos companheiros de Vasco da Gama, voltando depois ao Oriente com João da Nova, nomeado feitor de Sofala.

Braga *(Anselmo José Ferreira).* Coronel reformado, tendo pertencido ao quadro dos picadores militares. N. em Lisboa a 2 de junho de 1821, fal. a 20 de julho de 1887. Escreveu: *Noções equestres extrahidas da arte de Manuel Carlos de Andrade*, Lisboa, 1853. Este livro foi publicado com destino especial aos alumnos da Escola do Exercito, de cuja instrucção equestre estava n'essa epoca encarregado.

Braga *(Fr. Antonio).* Prégador do seculo XVII, natural de Braga. Fal. a 29 de julho de 1643. Professou na ordem dos religiosos menores, da provincia reformada de Santo Antonio. Duas vezes exerceu o cargo de guardião, e em 6 de maio de 1623 foi eleito provincial no Brazil. Voltando a Portugal retirou-se ao seu convento da Carnota, onde falleceu. Deixou prompto para se imprimir uma obra em 2 volumes, intitulada: *Flôres de Santo Antonio colhidas nos seus sermões*, etc.

Braga *(Antonio Alfredo de Santa Catharina).* Religioso da ordem de S. Francisco. Era natural do Porto e fal. na mesma cidade ha mais de 50 annos. Professou no convento de Santo Antonio de Valle da Piedade. Em 1806 foi professor de theologia e de philosophia na sua provincia, que era a da Soledade. Depois secularisou-se passando ao estado de clerigo. Em 1823 foi perseguido e deportado, por se haver mostrado affeiçoado ás doutrinas liberaes. Indo então para o Brazil residiu alguns annos no Rio de Janeiro. Regressando a Portugal, foi successivamente abbade da freguezia de Avellada, conego da Sé metropolitana da Extremadura, e governador temporal dos bispados do Funchal e de Bragança. Teve carta de prégador régio, e foi condecorado com o grau de cavalleiro das ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição. Depois da sua morte publicaram-se as seguintes obras: *Miscellanea, ou collecção curiosa de varios escriptos religiosos, civis, e politicos, moraes e litterarios do insigne e elegante orador...*, *publicada por Francisco de Sales Gomes Cardoso*, Porto, 1849; só saiu o tomo I; *Oração recitada na egreja de S. Francisco de Paula do Rio de Janeiro por occasião do juramento dos subditos portuguezes á Carta Constitucional em 30 de Outubro de 1826*, Porto, 1827. Tambem saiu n'este mesmo anno em dois numeros successivos do *Periodico dos pobres*.

Braga *(Antonio Ferreira).* Cirurgião na cidade do Porto e lente da cadeira de Pathologia e Therapeutica externas na Escola Medico-Cirurgica da mesma cidade. N. em Mattosinhos a 24 de novembro de 1802, e fal. já em avançada edade. Foi muito dedicado ao estudo da sciencia que professava, e um dos clinicos que tiveram maior fama no Porto. *O cirurgião Braga*, como se dizia n'aquella cidade, pensava muito na construcção d'um Palacio de Crystal no Porto, onde as nações estrangeiras viessem abraçar-se em certamens industriaes e artisticos, por meio da exhibição dos seus productos, dos seus artefactos, das suas obras primas. Para realisar o seu pensamento, empenhou-se muito para que se fizesse aquella obra grandiosa, facilitando todos os capitaes de que podia dispor. O palacio afinal construiu-se, mas a exposição internacional com que se abriu, não obteve o resultado financeiro que se esperava. Ferreira Braga, porém, e os seus companheiros n'este arrojado emprehendimento, não desanimaram. Na festa da inauguração da exposição internacional do Porto em 1865, apezar das contrariedades que tinham soffrido, pareciam ainda mais crentes no prospero futuro do Palacio de Crystal portuense. Por essa occasião foi offerecido a Ferreira Braga o titulo de visconde, que elle não acceitou. Como homem de sciencia e professor, deixou as seguintes publicações: *Memoria physiologica de J. F. Lobstein, vertida da lingua latina em vulgar*, Porto, 1826, *Instituições de Pathologia geral medico-cirurgica, obra compilada dos melhores escriptores, fabricada e acommodada para livro didactico*, Porto, 1841; *Discurso academico recitado na sessão solemne de abertura da Escola Medico-Cirurgica do Porto, em 5 de Outubro de 1850*, Porto, 1850; *Principios ácerca da arte obstetricia, explanados em fórma dialogica, e dados á luz por João Luiz Baudelocque, agora traduzidos e addicionados com differentes observações, extractadas do Diccionario das Sciencias medicas, de Maygrier, de Smellie, etc.*, Porto, 1824, 2 tomos com 35 estampas; *Reflexões criticas e imparciaes, para servirem de illustração ao processo ácerca do horroroso assassinato descoberto a 12 de Março*, Porto, 1825; no fim tem a assignatura A. F. Braga ; *A questão do ensino e profissão medica, ou um voto de pura consciencia a este respeito*, Porto, 1844; não traz o nome do autor, tendo por assignatura *A. Cirurgião velho;* Oração academica recitada na sessão solemne de *abertura da Escola Medico-Cirurgica do Porto no dia*

5 *de outubro de 184*?, *por o Lente da quarta cadeira*, etc., *publicada por alguns dos seus amigos*, Porto. Distribuiu-se com o n.º 70 da *Gazeta medica do Porto.*

Braga *(Antonio José Rodrigues).* Medico naval de primeira classe. Foi um dos vultos mais sympathicos da Cruz Vermelha. O seu nome engraudeceu-se com a campanha d'Africa Oriental. O medico tambem se torna um heroe quando se encontra no meio das luctas encarniçadas por entre o fogo das batalhas, amparando piedosamente os feridos, ministrando-lhe soccorros da sua sciencia. O sr. Rodrigues Braga prestou valiosos serviços em Lourenço Marques. Quando se deu a revolta dos pretos de Mamba e da Magaia em 1894, logo que o governo resolveu mandar uma expedição a Africa Oriental, a Sociedade da Cruz Vermelha tomou sobre si o encargo de todo o serviço de saude da expedição, desde a sua partida até ao seu regresso em 1895. Foi o dr. Rodrigues Braga quem em Lourenço Marques tomou conta da parte militar do hospital d'aquella cidade, onde se organisou o primeiro serviço da Cruz Vermelha. Serviu nas ambulancias d'esta Sociedade na provincia de Moçambique sob as ordens do dr. Rollão Preto, sendo elle quem acompanhou a columna, que da Beira seguiu até Macequece, e d'aqui para Quelimane pela Gorongosa e baixa Zambezia. Pelos seus largos conhecimentos scientificos e longa pratica do serviço clinico e hospitalar na Africa Oriental, o dr. Rodrigues Braga partiu tambem, como delegado da Cruz Vermelha, na expedição que em 1896 foi para Moçambique.

Braga *(Fr. Balthazar).* Religioso da ordem de S. Bento, geral da sua congregação. N. em Braga em 1538, fal. a 24 de agosto de 1610. Professou no mosteiro de Santo Thyrso, sendo abbade commendatario D. Antonio da Silva. Por tres vezes foi geral da sua ordem, a primeira em 1587, a segunda em 1596, e a terceira em 1605. Foi elle quem concorreu muito para a construcção dos conventos de S. Bento de Lisboa e da Victoria do Porto. Falleceu no convento de Pombeiro. Escreveu: *Constituições da Ordem de S. Bento destes reinos de Portugal, recopiladas e tiradas de muitas definições feitas e approvadas nos capitulos geraes, depois que se começou a reformação da Ordem*, Lisboa, 1590. Parece que d'este livro houve segunda edição, com o titulo de *Constituições da Congregação Benedictina de Portugal*, Coimbra, 1629. Escreveu mais: *Breviarium Monasticum reformatum secundum consuetudinem Monachorum Nigrorum Ord. S. Benedicti*, etc., Coimbra, 1607; *Vidas dos Padres Fr. Placido de Villalobos, e Fr. Pedro de Chaves, Monges do convento de Monserrate, e reformadores da Congregação de Portugal.* Estas obras ficaram em manuscripto.

Braga *(Fr. Bernardo de).* Monge da ordem de S. Bento, natural de Braga. Fal. no convento de Tibães a 14 de março de 1605. Era filho de Manuel Pires e de Catharina Gonçalves. Professou no convento de Santo Thyrso em 1560. Manifestando a maior competencia, foi indigitado para chronista da ordem, e no cumprimento dos deveres d'esse cargo, percorreu os conventos de Portugal e da Galliza, de cujos cartorios se extrahiram muitas noticias importantes. Exerceu diversos cargos, sendo duas vezes definidor, em 1584 e em 1593, visitador em 1587, abbade do convento de Santa Maria do Carvoeiro em 1581, e do de Pinheiro em 1590. As suas obras ficaram inéditas: *Historia das Grandezas, e principios dos mosteiros de S. Bento em Portugal; Chronica de S. Bento, dividida em sete livros*, etc.; *Tratado em que prova ser S. Damaso natural da Citania no termo de Guimarães; Origem do reino de Portugal, Genealogia da sua nobreza, os Godos, Suevos e Romanos, até nosso tempo os progressos das Casas, e Solares; Breviarium Sanctorum Ord. S. Benedicti ad usum Congregationis Lusitanæ*, etc.; *Apontamentos historicos.* Fr. Bernardo de Braga era homem muito douto, e foi elle quem forneceu valiosos subsidios ao autor do *Tratado sobre a precedencia do reino de Portugal ao de Napoles.* O manuscripto authentico d'esta obra, que existe na Torre do Tombo, foi copiado por Albano Anthero da Silveira Pinto, que o fez publicar no Porto em 1843.

Braga *(Fr. Bernardo de).* Religioso da ordem de S. Bento e prégador muito afamado. Era natural de Braga, onde nasceu em 1604, fal. na Bahia a 8 de março de 1662. Filho de Manuel Dias e de Catharina Lopes. Professou no convento de Santo Thyrso a 8 de novembro de 1622. Foi abbade no convento de Tibães em 1629, de S. Salvador de Gafey em 1632, e procurador geral em 1635. Partiu depois para o Brazil, onde dictou philosophia e theologia aos seus monges. Foi eleito abbade do convento benedictino da Bahia em 1644, e de Pernambuco em 1648, sendo nomeado provincial em 1653, e pela segunda vez em 1661. Tambem era conhecido por Fr. Bernardo da Purificação. Publicou o seguinte: *Sermão que prégou na Sé da Bahia em a nova publicação da Bulla da Cruzada, a 18 de Junho de 1644*, Lisboa, 1649; *Sermão na festa que fez a N. S.ª da Nazareth o Mestre de Campo André Vidal de Negreiros na segunda oitava do Natal*, Lisboa, 1649; *Sentimentos publicos de Pernambuco na morte do Serenissimo Infante D. Duarte, na egreja de N. S.ª da Nazareth a 6 d'abril de 1650*, Lisboa, 1651; *Sermão de N. S.ª do Monte do Carmo, no mosteiro do Rio de Janeiro*, Lisboa, 1658; *Sermão da Gloriosa Madre e Virgem Santa Escolastica, prégado no mosteiro de S. Sebastião da Bahia em 10 de Fevereiro de 1658*, Lisboa, 1659; *Primasia monarchica do Pae commum dos Monges de S. Bento, na tarde do dia do seu transito*, Ruan, 1662; *Segunda parte da Primasia monarchica*, etc, Ruan, 1662. Ambas as partes fôram reimpressas em Lisboa. Deixou em manuscripto: *Auroras de Fr. Bernardo de Braga.* Sendo collegial de theologia compoz um soneto em louvor do mestre Fr Gregorio Baptista ao livro que elle escrevera com o titulo de *Completas da vida de Christo*, etc.; o soneto publicou-se em Lisboa no anno de 1623.

Braga *(Carlos).* V. *Almeida Braga (Carlos de).*

Braga *(Francisco Joaquim da Costa).* Escriptor theatral muito applaudido nas plateias populares. N. a 10 de janeiro de 1831, fal. em maio de 1902. Viveu sempre, por assim dizer, no theatro, exercendo diversos misteres; foi ponto, contra-regra, secretario, gerente, ensaiador e copista. Escreveu muitas peças, originaes e traducções, das quaes fôram algumas publicadas: *O que é o mundo?* e a continuação *O que são as riquezas?* duas comedias-dramas em 2 actos, Lisboa, 1857 e 1858; *Paula e Maria, ou a Escravatura branca*, comedia-drama em 2 actos, Lisboa, 1859; *A*

honra d'um portuguez, comedia-drama em 2 actos e 1 prologo, Lisboa, 1859; *Os pagens de Luiz XII*, opera comica em 2 actos; *Hei de ser actor*, *Um discipulo de latim*, *Um marquez feito á pressa*, comedias em 1 acto; *Loucuras da mocidade*, comedia drama em 3 actos; *Castigo e arrependimento*, drama em 6 actos; *O Torrador*, parodia á opera *Trovador*, em 4 actos; *O que é Lisboa?* em 4 actos; *S. Jorge*, drama sacro em 4 actos; etc.

Braga *(Guilherme)*. Poeta portuense. N. no Porto a 22 de março de 1845, fal. na mesma cidade a 26 de julho de 1874. Nos seus versos era violento contra os falsos ministros da religião, enthusiasta e apaixonado pela liberdade, de grande sensibilidade e ternura ao descrever as alegrias do lar. Era casado com D. Maria Adelaide Braga, que succumbiu dois mezes depois do fallecimento de seu marido. Alberto Pimentel, no livro intitulado *Homens e datas*, consagra um saudoso artigo biographico á memoria do desditoso poeta portuense, que se finou contando apenas 29 annos de edade. Deixou publicado o seguinte: *Eccos d'Aljubarrota*, Porto, 1868; *O mal da Delfina, parodia á Delfina do mal, por um homem de bem*, Porto, 1869; *Heras e violetas*, Porto, 1869; *Os falsos apostolos*, *O Bispo;* traduziu o *Atala* de Chateaubriand, collaborou na *Giralda*, *Diario da Tarde*, *Nacional*, *Lucta*, etc.

Braga *(Fr. João de)*. Religioso da ordem dos prégadores, doutor em theologia, e prior do convento de Guimarães em 1410. Era natural de Braga. Escreveu: *Tratado colhido das memorias antigas de como se principiou o edificio do Convento de Guimarães*. Esta obra foi composta em 1415, e accrescentada pelo autor em 1434.

Braga *(Joaquim Theophilo Fernandes)*. Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra; lente de Litteratura no Curso Superior de Lettras; socio effectivo da Academia Real das Sciencias, de Lisboa; da Academia Real de Historia, de Madrid, e de numerosas corporações litterarias e scientificas de Portugal e do estrangeiro, onde o seu nome é bastante conhecido, como escriptor infatigavel, a quem as lettras portuguezas devem os mais relevantes serviços. Nasceu em Ponta Delgada a 24 de fevereiro de 1843; é filho de Joaquim Manuel Fernandes Braga, natural da cidade de Braga, e de D. Maria José da Camara Albuquerque, natural da ilha de Santa Maria. Depois de ter feito os primeiros estudos no lyceu de Ponta Delgada, veiu para o continente do reino em 1861, seguindo para Coimbra, em cuja Universidade fez com distincção o curso de Direito, que completou em 1867, recebendo o grau de doutor em 26 de julho de 1868. E' cheio de verdade o seguinte trecho em que o sr. Ramalho Ortigão descreve o notavel escriptor: «Simples, sobrio, duro, com habitos de uma austeridade de espartano, sabendo reduzir as suas necessidades a toda a restricção a que lhe reduzam os seus meios, vivendo no seu isolamento como Robinson na sua ilha, Theophilo Braga tem uma unica paixão, a paixão proselytica da sciencia. Não publica um volume por semana pela razão unica de que não ha prélos em Portugal que acompanhem a velocidade vertiginosa da sua penna. Escreve de graça, desinteressadamente, em satisfação do seu prazer supremo, o prazer de espalhar idéas. Esta enorme força é ao mesmo tempo a sua unica fraqueza; nunca se lhe conheceu outra. Tem no estado mais acerbo a paixão da sua idéa... no seculo XIX, com a sua actividade systematisada e com a sua impaciencia dirigida pela philosophia profundamente pacificadora de Augusto Comte, Theophilo Braga é o typo mais perfeito do obreiro benemerito e do cidadão util. No meio da sociedade portugueza... consola-nos o poder contemplar, em uma figura como a de Theophilo Braga a curiosidade rara que se chama — um homem.» Os varios biographos do sr. dr. Theophilo Braga vêem nas obras de tão fecundo escriptor duas manifestações do seu espirito, como artista e como sabio. Effectivamente, com essa dupla individualidade, se impõe á admiração dos seus contemporaneos, embora para o grande publico, que o respeita e aprecia, o segundo aspecto tenha offuscado o primeiro. Teixeira Bastos, n'uma das biographias que escreveu, affirma que o «artista não é inferior ao sabio, antes lhe leva certa vantagem em razão da espontaneidade do talento, fecundada e aperfeiçoada pelo saber encyclopedico e rigorosamente disciplinado.» Foi, como artista, que Theophilo Braga primeiramente se revelou, publicando aos quinze annos em Ponta Delgada um volume de versos, intitulado *Folhas Verdes*. Em Coimbra foi ainda como artista que, lançando-se impetuoso na grande ebullição litteraria que agitava então a academia, se destacou então com a publicação, em 1864, da *Visão dos Tempos*. N'esse poema mostrou logo a sua poderosa superioridade, conquistando o publico que o encheu de applausos. Em breve as *Tempestades sonoras* confirmaram a reputação ganha com o poema anterior. Porém o triumpho converteu-se em supplicio para o artista. Mal tinham desapparecido, deante do grande exito do poeta, as difficuldades dos primeiros annos de Coimbra, vencidas á custa de uma tenacidade inquebrantavel, quando renasceram com maior vigor e adquiriram mais forte intensidade no meio das luctas litterarias da celebre *Questão coimbrã*. Foi então que o artista, guerreado de todos os lados, cedeu o logar ao homem de sciencia. No preliminar da segunda edição dos *Contos Phantasticos* conta o sr. dr. Theophilo Braga como se deu essa transição: «De repente achei-me cercado de odios; cortaram-me os viveres na empresa do jornal, nas aulas de Direito tiraram-me a mesquinha distincção academica, os criticos espalmaram-me rudemente, os livreiros recusaram-se a dar publicidade ao que escrevia, e os patriarchas das lettras com o peso da sua autoridade sorriam com equivocos sobre o meu valor intellectual, chegando a circularem lendas depressivas do meu caracter e costumes, que só

Joaquim Theophilo Fernandes Braga

consegui desfazer com uma vida ás claras e cheia de ignorados sacrificios. Outro qualquer ter-se-hia rendido. Vi me forçado a inverter as bases da minha existencia, abandonando a Arte que me seduzia, porque me abandonara a serenidade contemplativa, e lancei-me á critica, á erudição, á sciencia, á philosophia.» Foi já n'este periodo de combate que appareceram os poemas que continuam a epopeia da humanidade inaugurada com a *Visão dos Tempos*. São elles, em 1866, a *Ondina do Lago* e em 1863 as *Torrentes*. As *Miragens seculares*, ainda que só publicadas em 1884, ligam-se a esta primeira phase da evolução do escriptor. N'estes poemas o autor tem em vista apresentar a historia da humanidade, resumida nas tendencias mais profundas do sentimento humano através das edades. As antigas civilisações são evocadas pela vara magica do poeta, com verdadeira originalidade e inspiração. Para uns biographos o culto da poesia devia naturalmente conduzir o espirito investigador do artista ao estudo das origens tradicionaes, começando-se uma nova phase da vida do escriptor. Segundo outros biographos, e como o proprio escriptor diz na sua auto-biographia, lança-se n'outro rumo: em 1867 elabora a *Historia do Direito Portuguez*, collige e estuda as tradições no *Cancioneiro popular;* em 1869 prosegue com o *Romanceiro geral portuguez* com os *Contos populares do archipelago açoriano*, com a *Floresta de varios romances*, estudo sobre as transformações do romance popular, e termina com os *Contos tradicionaes* e o *Povo portuguez nos seus costumes, crenças e tradições*. Do *Cancioneiro Portuguez da Vaticana* fez como que a traducção em vulgar, reconstituindo-lhe o texto antiquado e difficil de comprehender. Este exame das tradições permitte ao autor o passar facilmente para os estudos historicos, applicando-lhes a critica moderna. Agrupa os sob o titulo geral de *Historia da Litteratura Portugueza*, que comprehende uma serie de livros em que se apreciam egualmente a grande documentação, muitas vezes absolutamente nova, e a segurança da critica. Segue-se uma nova phase na actividade do operoso escriptor; refaz a sua doutrina philosophica escrevendo os *Traços geraes de philosophia positiva;* inicia a publicação de uma *Historia Universal;* elabora o seu *Systema de Sociologia;* intervem na politica fazendo conferencias democraticas, criticando a situação em artigos de jornaes, nas *Soluções positivas da politica portugueza* e na *Dissolução do systema monarchico-constitucional;* investiga as *Origens poeticas do Christianismo* e as *Lendas Christãs*; aborda a critica da instrucção publica portugueza na sua *Historia da Universidade de Coimbra*, e finalmente assenta os fundamentos da nossa historia nacional na *Patria Portugueza*. Na *Alma Portugueza* recolhe alguns versos dispersos que não entraram na *Visão dos Tempos*, a grande epopeia, que em 1896 se publicou com toda a sua unidade dogmatica n'uma edição completa e definitiva. Nos ultimos annos tem-se dedicado o sr. dr. Theophilo Braga ao aperfeiçoamento da sua obra, revendo e publicando novas edições dos livros que constituem a *Historia da Litteratura Portugueza*. Começou, refundindo-os, pelos que julgou mais precisados de correcções, graças aos novos materiaes pacientemente adquiridos. Pertencem a essa remodelação os volumes *Sá de Miranda*, *Bernardim Ribeiro*, *Bocage*, etc. Na collecção *Alma Portugueza* ainda ultimamente infileirou o doutissimo escriptor o seu volume de *epo-historia* intitulado *Viriato*.

Braga *(Obras de Joaquim Theophilo Fernandes)*. Tem este infatigavel escriptor uma tão vasta producção litteraria, disseminada por uma quantidade verdadeiramente assombrosa de publicações, que se torna impossivel fazer-lhe a bibliographia completa. Deixando portanto a enumeração minuciosa de todas as suas especies bibliographicas para alguma publicação especial que se lhe dedique, indicaremos apenas as principaes obras publicadas: *Folhas verdes*, Ponta Delgada, 1859, com um prologo do venerando jornalista insulano sr. Francisco Maria Supico, ácerca da historia da poesia nos Açores. No Porto, em 1869, saiu uma *Segunda edição correcta e augmentada*, comprehendendo um poema heroi-comico intitulado *Graves nadas*, continuação do *Hyssope*. *Stella matutina, poema biblico*, Porto, 1863. *Visão dos tempos-Antiguidade homerica*, *Harpa de Israel*, *Rosa mystica*, Porto, 1864, com o retrato do autor. Fizeram-se d'este livro, seguidamente, varias contrafeições brazileiras. *Segunda edição, correcta e augmentada*, Porto, 1868, com mais os poemetos *Estrella dos Magos* e *Fim de Satan*. *Tempestades sonoras-Segunda serie da «Visão dos tempos»*, Porto, 1864. A'cerca d'estes poemas ha numerosas criticas elogiosas subscriptas pelos nomes de Anthero de Quental, Pinheiro Chagas, Belfort Duarte, Camillo, Oliveira Martins, Luciano Cordeiro, Leonel Sampaio, Adolpho Coelho, etc. Alguns d'estes escriptores subscreveram outras criticas atacando os estudos historicos do sr. Theophilo Braga. Destacam se Camillo, Anthero, Fernandes Costa, Pinheiro Chagas, Cunha Seixas, Adolpho Coelho, Silva Pinto, etc. Entre os apologistas da grande obra do sabio professor contam-se Moniz Barreto, Ramalho Ortigão, Reis Damaso, Candido de Figueiredo, Teixeira Bastos, etc. *Poesia do direito, I. Genese da symbolica do direito universal* II. *Origens poeticas do direito portuguez*, Porto, 1865. *Contos phantasticos, com uma carta do editor sobre a origem e forma litteraria dos contos*, Lisboa, 1865. Seguuda edição, com um preliminar, Lisboa, 1895. *Theocracias litterarias*, Lisboa, 1865, pertencendo á controversia litteraria denominada *Bom senso e bom gosto*. *A Ondina do Lago, poema de cavallaria, com uma introducção ácerca da poesia da historia nos cyclos cavalheirescos*, Porto, 1866. *Obras primas de Chateaubriand, Atalá, Renato, Aventuras do derradeiro Abencerrage, com um estudo do traductor ácerca do caracter litterario de Chateaubriand*, Coimbra, 1867. *Historia do direito portuguez, os foraes* (dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas na faculdade de Direito da Universidade de Coimbra), Coimbra, 1867. *Gaia, de João Vaz, segundo a edição de 1630, com um estudo sobre a transformação do romance popular*, Coimbra, 1868. *Caracteristicas dos actos commerciaes* (dissertação para o concurso das cadeiras de commercio e economia politica da Academia Polytechnica), Porto, 1878. *Theses ex Universo Jure selectae*, etc. *Theses escolhidas de Direito, as quaes, sob a presidencia do ill.mo e ex.mo sr. dr. Adrião Pereira Forjás de Sampaio, se propõe sustentar no seu acto de conclusões magnas*, etc. Coimbra, 1868. *Escara-*

ções bibliographicas, Porto, 1868. *Historia da poesia moderna em Portugal*, carta a J. M. Nogueira Lima, Porto, 1869. *Torrentes, ultimos versos*, Porto, 1869. *Obras primas de Balzac: A duqueza de Langeais, A missa do atheu, Uma paixão no deserto* (com uma introducção ácerca das obras de Balzac e um estudo sobre o plano da comedia humana), Porto, 1869. *Historia da poesia popular portugueza*, 1867. *Cancioneiro popular, colligido da tradição, oral*, Coimbra, 1867. *Romanceiro geral, colligido da tradição*, Coimbra, 1867. *Cantos populares do archipelago açoriano*, Porto, 1869. *Floresta de varios romances, com forma litteraria*, Porto, 1869. *Estudos da edade-media: philosophia da litteratura*, Porto, 1870. *Espirito do direito civil moderno, direito subsidiario, propriedade, contratos* (dissertação para o concurso do logar de lente substituto de Direito da Universidade de Coimbra), Porto, 1870. *Obras de Christovam Falcam*, Porto, 1871. *Theoria da historia da litteratura portugueza, dissertação para o concurso da terceira cadeira (Litteraturas modernas da Europa e especialmente a litteratura portugueza) do Curso Superior de Lettras*, Porto, 1872. *Segunda edição* como introducção ao *Thesouro da Lingua Portugueza* de fr. Domingos Vieira, Porto, 1873. *Terceira edição*, Porto, 1871. *Sobre a origem portugueza do Amadis de Gaula*, Imola, 1873; estudo mais desenvolvido e comprovado nas *Questões de Litteratura; Grammatica portugueza elementar*, Porto, 1876. *Michelet, conferencia historico-litteraria*, Lisboa, 1877. *Introducção á historia da litteratura portugueza*, Lisboa, 1870. *Epopeias da raça mosarabe*, Lisboa, 1871. *Trovadores gallecio-portuguezes*, Lisboa, 1871. *Poetas palacianos do seculo* xv, Lisboa, 1871. *Bocage e sua vida e epocha litteraria*, Lisboa, 1876. *Historia do theatro portuguez*, Lisboa, 1870-1871, comprehendendo quatro tomos: I—*Vida de Gil Vicente, seculo* xvi; II—*A comedia classica e as tragi-comedias, seculo* xvi *e* xvii; III—*A baixa comedia e a opera, seculo* xviii; IV—*Garrett e os dramas romanticos, seculo* xix. *Bernardim Ribeiro e os bucolistas*, Lisboa, 1872. *Os criticos da historia da litteratura portugueza, exame das affirmações dos srs. Oliveira Martins, Anthero do Quental e Pinheiro Chagas*, Lisboa, 1872. *Amadis de Gaula*, Lisboa, 1873. *Historia de Camões*, 3 tomos. Lisboa, 1873-1875. *Manual da historia da litteratura portugueza*, Lisboa, 1875. *O cancioneiro portuguez da Vaticana e suas relações com os outros cancioneiros dos seculos* xiii *e* xiv, separata da revista allemã *Zeitschrifte für romanische litteratur*, vol. I. *Voltaire, conferencia publica para celebrar o primeiro centenario de Voltaire no Gremio operario de Lisboa, em 30 de maio de 1878*, Porto, 1879; mais tarde incluida no volume dos centenarios. *Antologia portugueza, trechos selectos coordenados sobre a classificação dos generos litterarios e precedidos de uma poetica historica portugueza*, Porto, 1876. *Parnaso Portuguez*, Lisboa, 1877. *Traços geraes de philosophia positiva, comprovados pelas descobertas scientificas modernas*, Lisboa, 1877. *Historia universal, esboço de sociologia descriptiva: prelegomenos*, etc. Lisboa, 1878. *Soluções positivas da politica portugueza*, Lisboa, 1879. *Historia das idéas republicanas em Portugal*, Lisboa, 1880. *Bibliographia camoneana*, Lisboa, 1880. *Sciencia das religiões, origens poeticas do Christianismo*, Porto, 1880. *Historia do romantismo em Portugal, idéa geral do romantismo: Garrett, Herculano, Castilho*, Lisboa, 1880, dois tomos. *Pequenos escriptos, questões de litteratura e arte portugueza;* Lisboa, 1881. *Historia universal, as civilisações cosmopolitas propagadoras das civilisações isoladas; hegemonia das raças semiticas; phenicios, hebreus e arabes;* Lisboa, 1881. *Contos tradicionaes do povo portuguez, com um estudo sobre a novellistica geral e notas comparativas*, Lisboa, 2 tomos. *Miragens seculares*, Porto, 1884. *Os centenarios como synthese affectiva nas sociedades modernas*, Porto, 1884. *Systema de sociologia*, Lisboa, 1884. *Camões e o sentimento nacional*, Porto, 1891. *Centenario do descobrimento da America*, Lisboa, 1892. *As lendas christãs*, Porto, 1893. *Dom Francisco de Lemos e a reforma da Universidade de Coimbra*, Lisboa, 1894. *Patria portugueza, o territorio e a raça;* Porto, 1894. *Sá de Miranda*, Porto, 1897. *Bernardim Ribeiro e o bucolismo*, Porto, 1897. *Filinto Elysio e os dissidentes da Arcadia*, Porto. *Modernas idéas da litteratura*, Porto. *Introducção e theoria da historia da litteratura*, Porto. *Escola de Gil Vicente*, Porto *Gil Vicente*, Porto. *A Arcadia Lusitana*, Porto. *Proposta para a impressão dos Cancioneiros trobadorescos portuguezes*, Lisboa, 1898. *Memorias para a vida intima de José Agostinho de Macedo*, por Innocencio Francisco da Silva, ampliada quanto a *Documentos* e *Bibliographia*, Lisboa, 1898; *Obras ineditas* do mesmo autor, com uma prefação, Lisboa, 1900; *Censuras a diversas obras*, com um estudo sobre a censura litteraria, Lisboa, 1901. *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrucção publica portugueza*, tomo I, Lisboa, 1892; tomo II, Lisboa, 1894; tomo III, Lisboa, 1898; tomo IV, Lisboa, 1902. *Viriato*, Porto, 1904.

Braga *(Leandro de Sousa)*. Esculptor muito apreciado. N. em Braga a 22 de março de 1839, fal. em Lisboa a 6 de abril de 1897. Era filho de André de Sousa Braga, armador de egrejas. Já em creança mostrava muita vocação para a esculptura, e acompanhando seu pae ás egrejas onde trabalhava, entretinha-se a modelar em pedaços de barro a copia das cabeças esculpidas que mais o impressionavam, revelando-se já então um futuro artista. Um dia foi, surprehendido n'este trabalho pelo capellão da Misericordia, Fr. Luiz de Braga, e vendo-o tão habil e tão dedicado, aconselhou o pae a que o mandasse para Lisboa aprender alguma arte, e lhe aproveitasse a vocação. Leandro veiu para a capital em 1853, tendo 11 annos de edade, e entrou como aprendiz na officina de entalhador do então bem conhecido mestre Ignacio Caetano, artista de valor. No fim de tres annos de aprendizagem, ficou sendo official na mesma officina. Ainda trabalhava sob a tutella do mestre Ignacio Caetano, quando executou a decoração da tribuna do theatro de S. Carlos. Em 1862 passou para o *atelier* do esculptor Antonio Calmels, que então trabalhava na execução do Arco Triumphal da Praça do Commercio, onde Leandro Braga collaborou. N'esta epoca achava-se em construcção a grande sala da camara dos pares, e sendo o esculptor Calmels encarregado do modelo para o docel do throno, encarregou da execução em madeira Leandro Braga, que a desempenhou superiormente. Depois executou por modelo proprio a cadeira presidencial que se vê no throno. Estes trabalhos fôram a revelação do

artista. Abriu então um *atelier* na calçada do Combro, occupando-se, entre outras obras, de primorosas esculpturas em madeira. Aqui o foi visitar el-rei D. Fernando, que lhe encommendou alguns trabalhos, que auxiliaram muito a sua reputação artistica. Durante um longo periodo Leandro Braga executou obras de talha de grande valor; no paço d'Ajuda, na decoração da casa de jantar, de que o encarregou sua magestade a rainha senhora D. Maria Pia, assim como a do seu *atelier* e a do seu *boudoir*; por occasião do casamento d'el-rei senhor D. Carlos, decorou algumas salas do palacio de Belem, e executou o leito nupcial dos reaes noivos, estylo Luiz XV. Tambem são trabalhos seus as decorações e a mobilia da casa de jantar, seculo XVI, do sr. conde de Cabral; a do chalet dos srs. duques de Palmella em Cascaes; a escada e gabinete Renascença, a grande sala de baile e a sala Luiz XVI do palacio do sr. marquez da Foz na Avenida da Liberdade; o salão, a casa de jantar, um gabinete e a capella do chalet de Frederico Biester, em Cintra. A morte surprehendeu-o, quando elle trabalhava em decorações importantes para a sr.ª duqueza de Palmella. Durante 40 annos de trabalho Leandro Braga executou numerosos trabalhos em mobilias, decorações de theatro e habitações particulares, esculpturas para egrejas, projectos de monumentos, com que enriqueceu a arte portugueza. Entre elles citaremos uma meza de madeira dourada, estylo greco-romano, pertencente a sua magestade a rainha senhora D. Amelia; uma poltrona em pau santo e marfim, do sr. Mendes Monteiro; uma meza, Luiz XVI, do sr. marquez da Foz; um aparador monumental, do sr. conde de Cabral; uma secretaria em ebano e carvalho, tambem pertencente ao sr. marquez da Foz, etc. E' bastante notavel o seu projecto de monumento a Affonso d'Albuquerque. Nas festas do centenario de Camões, em 1880, decorou o carro das Sciencias, e no do marquez de Pombal, em 1882, o das Artes. Em companhia do sr. marquez da Foz percorreu em passeio artistico a França e a Inglaterra, visitando palacios e museus, aperfeiçoando os seus conhecimentos d'arte, delineando já então o plano de decoração do palacio da Avenida, o qual conseguiu que fôsse confiado a artistas portuguezes. O antigo palacio dos marquezes de Castello Melhor foi remodelado e decorado sob a direcção do architecto Gaspar e do decorador Leandro Braga. Soares dos Reis, que muito o considerava e estimava, modelou n'um medalhão de gesso, datado de 1888, as feições de Leandro Braga, ficando assim ligados os nomes de dois verdadeiros artistas.

Leandro de Sousa Braga

Braga *(Fr. Manuel de Sant'Anna)*. Religioso da ordem de S. Francisco. Escreveu: *Dissertação theologico-juridica sobre os juros do dinheiro*, Lisboa, 1784; *Historia critica e apologetica do santissimo milagre da villa de Santarem*, Lisboa, 1803.

Braga *(Theophilo)*. V. *Braga (Joaquim Theophilo Fernandes)*.

Braga *(Fr. Victorio de)*. Religioso da ordem de S. Bernardo, que floresceu no seculo XIV. Escreveu em 1362 uma obra ascetica, que ficou inédita, intitulada: *Castello perigoso.*

Braga *(Districto administrativo de)*. E' um dos 17 districtos do reino, está situado na provincia do Minho, sendo limitado ao N pelo districto de Vianna do Castello, a E pelo de Villa Real, ao S pelo do Porto e a O pelo do Porto e pelo Oceano Atlantico. Tem de superficie 273:820 hectares e 356:819 habitantes, 161:727 do sexo masculino e 195:092 do feminino. Divide-se em 13 concelhos: Amares, Barcellos, Braga, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Espozende, Fafe, Guimarães, Povoa de Lanhoso, Terras do Bouro, Vieira, Villa Nova de Famalicão e Villa Verde. O districto pertence á provincia judicial do Porto; na parte ecclesiastica é arcebispado metropolitano das dioceses de Bragança, Coimbra, Lamego, Porto e Vizeu, que fórmam a provincia bracarense; pertence á 3.ª divisão militar com séde no Porto; tem 8 circulos eleitoraes, elegendo 8 deputados. Na divisão judicial comprehendem-se as comarcas de Amares, Barcellos, Braga, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Guimarães, Povoa de Lanhoso, Vieira, Villa Nova de Famalicão e Villa Verde; bem como os julgados de Amares, Chamoim, Fiscal, Barcellinhos, Santa Maria de Barcellos, Espozende, S. Pedro de Maximinos, S. Victor, Sé, Arco, Refojos, Borba, Freixieiro, Mondim de Basto, Valle do Bouro, Fafe, Moreira de Rei, Travassós, Guimarães, S. Miguel das Caldas, S. Thomé de Caldellas, Povoa de Lanhoso, Thaide, Celleiros, Ventosa, Vieira, Delães, Villa Nova de Famalicão, Pico de Regalados, Prado e Villa Verde. A região d'este districto é montanhosa em grande parte. As serras principaes que o cortam com as suas ramificações, são as da Cabreira e Gerez, consideradas como contrafortes da serra de S. Mamede. Da primeira serra, que se eleva a 1:276 metros, destacam-se duas cadeias de montes que são divisorias das aguas dos rios Vizella, Ave, Este e Cávado: da segunda, que se eleva a 1:442 metros, saem varios contrafortes que tomam o nome de Borselho, Corujeira, Tamel e Faro. Estas serras são quasi inteiramente deshabitadas e parte do anno estão cobertas de neve. As serras de S. Geus, Airó, Santa Catharina e Codeçoso pódem considerar-se como ramificações das duas primeiras. Além dos rios indicados, correm no districto o Neiva e o Homem. E' este districto um dos que tem a agricultura mais desenvolvida; os valles estão cobertos de campos cultivados, de quintas, de hortas, de prados, de bosques e pinhaes, avistando-se aqui e além as povoações. A paizagem é deveras pittoresca. A parte da costa que fórma o limite occidental do districto de Braga, está comprehendida entre a foz do Neiva, proximamente até ao limite do concelho da Povoa do Varzim; em quasi toda a extensão da costa se encontram recifes, e a barra de Espozende, que se abre a suéste da foz do Neiva, só é accessivel a embarcações de pequena tonelagem. A principal industria do dis-

tricto é a pecuaria, calculando-se em 1:000 as cabeças de gado bovino que annualmente se engordam, principalmente nos concelhos de Guimarães, Braga, Villa Nova de Famalicão, Amares, Barcellos, Villa Verde e Povoa de Lanhoso. A producção e creação são insignificantes, consistindo o commercio do districto na recreação e engorda. Quanto á agricultura, são afamados os vinhos verdes de Celorico de Basto e Cabeceiras de Basto. A industria dos chapéos de feltro, que tinha a sua principal importancia em Braga e que antigamente gozou da maior fama, acha-se em decadencia. São numerosas as fabricas de camisolas e meias de lã, mantas, etc. Em Guimarães está bastante desenvolvida a industria dos cortumes, e as manufacturas de linho teem certa importancia no districto. A cutilaria, de tão antiga data ali exercida, bem como outras industrias, papel, louça, etc., fornecem bons productos. O districto não abunda em riquezas mineraes. Entre as aguas são dignas de menção, as de Rendufe, em Caldellas, com um bom estabelecimento balnear; as de Lijó, em Mosqueiro e Gallegos; as de Villar; as das Caldas das Taipas e as de Vizella, as mais frequentadas. O districto de Braga é dos mais bem servidos de estradas, sendo as principaes: as do Porto aos Arcos, de Villa Nova de Famalicão a Caminha, da Regoa a Ponte de Lima, de Braga a Chaves, do Porto a Valença, de Portas Fronhas a Guimarães, e de Guimarães a Villa Real. Espozende e Braga estão ligadas por uma estrada real. Pelo districto passa o caminho de ferro do Minho. No districto ha um lyceu, um seminario, bibliotheca publica e cerca de 150 escolas de instrucção primaria. O concelho de Braga comprehende 60 freguezias, incluindo as 7 que existem propriamente na cidade, com uma população de 58:420 hab.; sendo 26:810 do sexo masculino e 31:610 do feminino. As freguezias são: Adaufe (Santa Maria) com 2:292 hab.: 1:061 do sexo masc. e 1:231 do fem.; Arcos (S. Paio) com 225 hab.: 107 do sexo masc. e 118 do fem.; Arentim (O Salvador) com 418 hab: 191 do sexo masculino e 227 do feminino; Avelleda (Santa Maria) com 380 habitantes: 181 do sexo masculino e 199 do feminino; Cabreiros (S. Miguel) com 786 hab.: 365 do sexo masc. e 421 do fem; Celleiros (S. Lourenço) com 808 hab.: 378 do sexo masc. e 430 do fem.; Crespos (Santa Eulalia) com 783 hab.: 343 do sexo masc. e 440 do fem.; Cunha (S. Miguel) com 500 hab.: 225 do sexo masc. e 275 do fem.; Dume (S. Martinho) com 1766 hab.: 819 do sexo masc. e 947 do fem.; Escudeiros (S. Pedro) com 548 hab.: 232 do sexo masc. e 516 do fem.; Espinho (S. Martinho) com 357 hab.: 170 do sexo masc. e 187 do fem; Esporões (S. Thiago) com 612 hab: 282 do sexo masc. e 330 do fem; Este (S. Mamede) com 756 hab.: 332 do sexo masc. e 424 do fem.; Este (S. Pedro) com 800 hab.: 329 do sexo masc. e 471 do fem.; Ferreiros (Santa Maria) com 1:055 hab.: 502 do sexo masc. e 553 do fem.; Figueiredo (O Salvador) com 305 hab.: 137 do sexo masc. e 168 do fem.; Fraião (S. Thiago) com 182 hab.: 96 do sexo masc. e 86 do fem.; Frossos (S. Miguel) com 642 hab.: 280 do sexo masc. e 362 do fem.; Gualtar (S. Miguel) com 709 hab: 329 do sexo masc. e 380 do fem.: Guizande (S. Miguel) com 160 hab.: 79 do sexo masc. e 81 do fem.; Lamaçães (Santa Maria) com 384 hab.: 185 do sexo masc. e 199 do fem.; Lamas (Santa Maria) com 219 hab.: 98 do sexo masc. e 121 do fem.; Lomar (S. Pedro) com 699 hab.: 322 do sexo masc. e 377 do fem.; Merelim (S. Paio) com 1131 hab.: 512 do sexo masc. e 619 do fem.; Merelim (S. Pedro) com 1:017 hab.: 480 do sexo masc. e 537 do fem.; Mire de Tibães (Santa Maria) com 874 hab.: 409 do sexo masc. e 465 do fem; Morreiras (S. Miguel) com 391 hab.: 176 do sexo masc. e 215 do fem.; Navarra (S. Lourenço) com 392 hab.: 186 do sexo masc. e 206 do fem.; Nogueira (S. João Baptista) com 462 hab.: 211 do sexo masc. e 251 do fem; Nogueiró (O Salvador) com 440 hab.: 215 do sexo masc. e 225 do fem; Oliveira (S. Pedro) com 384 hab.: 172 do sexo masc. e 222 do fem.; Padim da Graça (Santo Adrião) com 792 hab.: 384 do sexo masc. e 408 do fem.; Palmeira (Santa Maria) com 2:351 hab.: 1:099 do sexo masc. e 1252 do fem.; Panoias (Santa Maria) com 712 hab.: 330 do sexo masc. e 382 do fem.: Parada de Tibães (S. Paio) com 357 hab.: 157 do sexo masc. e 200 do fem.; Passos (S. Julião) com 443 hab.: 202 do sexo masc. e 241 do fem.; Pedralva (O Salvador) com 715 hab: 348 do sexo masc. e 367 do fem.; Penso (Santo Estevão,) com 283 hab.: 135 do sexo masc. e 148 do fem.; Penso (S. Vicente) com 284 hab.: 126 do sexo masc. e 158 do fem.; Ponsada (S. Paio) com 621 hab.: 290 do sexo masc. e 331 do fem.; Priscos (S. Thiago) com 562 hab.: 260 do sexo masc. e 302 do fem.; Real (S. Jeronymo) com 1246 hab.: 565 do sexo masc. e 681 do fem.; Ruilhe (S. Paio) com 443 hab.: 201 do sexo masc. e 232 do fem.; Santa Lucrecia de Algeriz (S. Thiago) com 478 hab.: 213 do sexo masc. e 265 do fem.; Semelhe (S. João Baptis) com 427 hab.: 197 do sexo masc. e 230 fem.; Sequeira (Santa Maria) com 1:010 hab.; 487 do sexo masc. e 523 do fem.; Sobreposta (Santa Maria) com 437 hab: 220 do sexo masc. e 217 do fem.; Tadim e Fradellos (S. Bartholomeu) com 632 hab.: 266 do sexo masc. e 336 do fem.; Tebosa (O Salvador) com 476 hab.: 206 do sexo masc. e 270 do fem.; Tenões (Santa Eulalia) com 551 hab.: 253 do sexo masc. e 298 do fem.; Trandeiras (O Salvador) com 197 hab.: 95 do sexo masc. e 102 do fem.; Villaça (Santa Cecilia) com 233 hab.: 96 do sexo masc. e 137 do fem.; Vimieiro (Sant'Anna) com 384 hab.: 171 do sexo masc. e 213 do feminino.

Braga. Cidade e capital de districto na prov. do Minho, cabeça de concelho, de comarca e de arcebispado, relação do Porto. Está situada n'uma fertil e agradavel planicie, na margem esquerda do rio Este, correndo-lhe o rio Cávado a 5 kilometros. Tem 7 freguezias, que, por occasião do censo de 1900, tinham a seguinte população, n'um total de 24:309 habitantes: Cividade (S. Thiago, com 1:690 hab.: 797 do sexo masc. e 893 do fem.; Gondizalves (Santo André), com 312 hab: 142 do sexo masc. e 170 do fem.; Maximinos (S. Pedro), com 2:018 hab.: 1:002 do sexo masc. e 1:016 do fem.; S. José de S. Lazaro, com 5:193 hab.: 2:207 do sexo masc. e 2:986 do fem.; S. Victor, com 7:196 hab.: 3:316 do sexo masc. e 3:880 do fem; Sé (Santa Maria Maior), com 3:207 hab.: 1:437 do sexo masc. e 1:770 do fem.; Souto (S. João), com 4:693 hab: 2:204 do sexo masc. e 2:489 do fem. Segundo uns autores e de accordo com as mais antigas tradições, foram os gallo-celtas que povoaram pela primeira vez, uns trezentos annos

antes de Christo, a fertil planicie em que está edificada a cidade. Pertenciam esses primeiros povoadores á tribu dos *bracaros*, assim chamados por causa das calças designadas por *bracha*. Vindo depois os romanos chamaram *Bracara Augusta* á Bracara dos celtas, nome que os suévos conservaram e que ainda persistiu durante o largo periodo do dominio godo. Seguiram-se os arabes, e Braga, que já por esse tempo era uma povoação importante, soffreu muito com as luctas de exterminio dos christãos. Sob o dominio dos reis de Leão e depois do conde D. Henrique, a historia de Braga está ligada á da monarchia nacional. Nem todos os investigadores concordam com as origens de Braga acima indicadas, que são as mais provaveis. Assim, João de Barros, na sua *Chorographia de Entre Douro e Minho*, diz que Braga foi fundada por Brigo, quarto rei de Hespanha, que lhe chamou Briga. D. Rodrigo da Cunha, na sua *Hist. dos Arcebispos*, attribue a fundação a Osiris, rei dos egypcios; Fr. Bernardo de Brito diz que o fundador foi o capitão carthaginez Himilcon, que veiu desembarcar no Minho com gente africana das margens do rio *Bragada*, nome este escolhido em lembrança da terra natal. Gaspar Estaço, nas suas *Antiguidades de Portugal*, sustenta que Braga é de origem grega. Embora se não possa affirmar quaes fôram os verdadeiros fundadores de Braga, é facto assente que a cidade já existia cento e trinta annos antes de Christo. Sob o dominio romano a *Bracara Augusta* attingiu um elevado grau de prosperidade; foi uma das cidades mais importantes da Lusitania e séde escolhida pelos dominadores para uma *chancellaria*, ou convento juridico, que tinha todos os privilegios e honras das antigas cidades do Lacio, estendendo-se a sua jurisdicção a 24 cidades, e d'ella partiam as grandes vias militares citadas no *Itinerario* de Antonino Pio. Segundo Plinio, a população de Braga não era inferior a 275:000 almas. Os historiadores antigos dizem que a Braga dos romanos estava edificada no logar ainda hoje chamado *Cividade*, e que os muros que defendiam a cidade começavam junto á actual egreja de S. Pedro de Maximinos, e, d'ahi, na direcção do sul, iam até á *Cividade*, ficando dentro o terreno em que foi construido o convento da Conceição. D'esse ponto voltavam para léste, até ao logar onde está edificado o hospital de S. Marcos, e d'ahi seguiam para o norte, abrangendo o terreno da sé e indo fechar no ponto de partida. O muro era formado de pedra miuda e argamassa, medindo aproximadamente uns tres kilometros, e variando a sua altura e largura conforme as disposições do terreno. Fóra d'elle, e no logar onde depois foi levantada a egreja de S. Pedro de Maximinos, havia o amphiteatro para os jogos publicos. Como séde metropolitana Braga foi o logar escolhido para a reunião de diversos concilios, o primeiro dos quaes, segundo Fr. Bernardo de Brito, foi o que o bispo Pancraciano convocou, quando os barbaros invadiram a Lusitania. As fortificações levantadas pelos romanos e conservadas ou ampliadas pelos suevos, pelos godos e pelos arabes, fôram reparadas pelo conde D. Henrique e depois consideravelmente reedificadas por D. Diniz. D. Fernando reformou tambem em 1375 os muros da cidade ennobrecendo-os com fortes torres; e nos começos do seculo XVI o arcebispo D. Diogo de Sousa accrescentou ao castello os dois baluartes circulares que davam para o Campo de Santa Anna, e dos quaes ainda restam vestigios. Depois com o desenvolvimento da povoação fôram derribados successivamente os lanços do muro e diversas torres e portas da cidade. O aspecto geral de Braga, já de si pittoresco, é realçado pela belleza dos arrabaldes, especialmente para os lados de S. João da Ponte, e dispõe agradavelmente o forasteiro logo á primeira vista. A par das ruas estreitas e mal calçadas da velha cidade, e com interessantes typos de casas com janellas de gelosias, ha ruas largas, bem calçadas, bem illuminadas, com elegantes construcções, que constituem a cidade moderna. Entre os monumentos de Braga tem o primeiro logar a antiquissima cathedral (V. *Braga, Sé de*), havendo muitos outros templos dignos de menção. A egreja da Misericordia é de construcção moderna. A matriz de S. João do Souto foi edificada em 1512 pelo arcebispo D. Diogo de Sousa, que a mudou do castello. A egreja de S. Thiago da Cividade é uma das mais antigas parochias de Braga. As restantes egrejas são: S. Victor, S. José, S. Lazaro, parochia de Santo André de Gondizalves e S. Pedro de Maximinos. A' entrada da cidade

Brazão da cidade de Braga

Arco Triumphal ou Porta Nova

ergue-se o *Arco triumphal* ou *Porta Nova*, que liga a rua do Souto com o campo das Hortas, actualmente praça da Alegria; Vilhena Barbosa, no *Archivo Pittoresco*, diz que foi mandado construir pelo senado no tempo de D. Gaspar de Bragança, filho legitimado de D. João V. A figura que corôa o monumento representa, segundo a tradição popular, o symbolo de Braga. Este arco é tambem considerado como a porta nobre da cidade, pois é por ella que os arcebispos ou os soberanos fazem a sua entrada solemne, e onde a camara lhes vae offerecer as chaves da cidade. No centro da praça está uma bonita e elegante columna corinthia, sobre degraus e coroada com um globo, que serve de base a uma cruz archiepiscopal. O brazão d'armas da cidade de Braga é um escudo coroado, tendo ao centro a imagem de Nossa Senhora com o Menino Jesus nos braços, collocada entre duas torres, e sobre ella a mitra pontifical. Alguns autores accrescentam a este brazão a legenda: *Insignia fidelis et antiquæ Bracaræ*. Não consta que Braga tivesse foral algum, e por occasião da reforma de D. Manuel não se chegou a expedir, embora pareça ter sido redigido. Abundam em Braga os edificios religiosos como em nenhuma outra terra do reino. O elemento religioso que n'ella sempre tem predominado outhorga-lhe o merecido titulo da Roma portugueza. Houve aqui 11 conventos, sendo 5 de frades e 6 de freiras, além dos recolhimentos e hospicios para cada um dos dois sexos. O convento do Populo, ou da Graça, foi mandado edificar pelo arcebispo D. Agostinho de Castro em 1595. Na capella-mór da sumptuosa egreja, em dois ricos tumulos, jazem o fundador e D. Fr. Aleixo de Menezes, arcebispo de Gôa, e depois de Braga. O convento de Nossa Senhora do Carmo foi fundado em 1563 pelo padre Fr. José do Espirito Santo, ao fundo da rua do Carvalhal, e parte d'elle serve hoje de hospital militar, tendo sido a cerca transformada, parte em mercado de gado e parte no edificio da praça do peixe. Na egreja do Carmo repousam os restos do frade João da Ascensão, mais vulgarmente conhecido por Fr. João de Neiva, terra da sua naturalidade, varão illustre pelo seu saber e pelas suas virtudes, e que o povo canonisou. No campo de S. Thiago fica o antigo collegio de S. Paulo, que pertenceu aos jesuitas, fundado em 1560 por D. Fr. Bartholomeu dos Martyres e accrescentado pelo cardeal-rei. No campo de Santa Anna, onde actualmente estão o lyceu, a bibliotheca e as repartições do governo civil e de fazenda, era o convento dos congregados de S. Filippe Nery, fundado na segunda metade do seculo XVII por diligencias do padre José do Valle. O convento de S. Fructuoso, de frades capuchos da provincia da Soledade, antiquissimo, foi primeiramente de frades bentos e edificado na freguezia de S. Jeronymo, arrabaldes da cidade. Quanto aos conventos de freiras mencionam-se: O de bentas do Salvador, no Campo da Vinha, fundado em 1602 pelo arcebispo D. Frei Agostinho de Castro; o dos Remedios, primeiramente recolhimento e depois erigido em convento, de freiras franciscanas de Nossa Senhora da Piedade, no campo dos Remedios, fundado por D. Fr. André Torquemada, bispo de Dume, em 1547; o de freiras de Nossa Senhora da Conceição, da ordem da Conceição, na rua de S. Geraldo, fundado pelo conego Geraldo Gomes, que o dotou com os seus bens, em 1625. O convento da Penha reformado pelo primaz D. Rodrigo de Moura Telles. O de carmelitas descalços (therezinhas) no largo de Santa Thereza, acabado de edificar em 1766; e o de religiosas dominicanas da Tamanca, no logar chamado *Tamanca*, proximo e ao NE da cidade, da ordem de S. Domingos, fundado em 1726 por Agueda de Jesus e sua irmã Maria de Jesus. Os

Egreja de Santa Cruz

hospicios eram os seguintes: Dos monges bentos, de Tibães, no campo da Vinha; dos conegos regrantes de Santo Agostinho (cruzios), no campo das Carvalheiras; dos Loyos, no campo de Santa Anna; de religiosos capuchos de S. Fructuoso, no mesmo campo; e o dos beatos de Santo Antonio. Para o sexo feminino existem: o conservatorio do Menino Deus, na Tamanca; o recolhimento de Santa Maria Magdalena, de *convertidas*, e o da Santissima Trindade ou da Caridade. Os templos que pela sua valia merecem referencia são: de Santa Cruz, de S. Marcos, dos Terceiros de S. Francisco, da Senhora-a-Branca, da Lapa, de S. Vicente dos Chãos de Cima, as capellas do paço archiepiscopal, da Senhora de Guadalupe, do seminario e a de S. Sebastião. O hospital de S. Marcos foi fundado em 1508 com as rendas de outros que havia na cidade, para o que o arcebispo D. Diogo de Sousa reuniu os

tres pequenos hospitaes dos peregrinos, dos lazaros e a gafaria, juntando-lhes os dizimos das egrejas de S. Martinho de Gallegos e S. Martinho de Mesêllo, e que durou até 1834. E' administrado pela Santa Casa da Misericordia, e tem muitas rendas. Entre os annos de 1770 e 1780 fizeram-se grandes melhoramentos e ampliações no hospital, que está situado no Campo dos Remedios. Elaborou o projecto para esta nova reconstrucção o capitão de engenheiros Carlos de Amarante. E' edificio vasto e magestoso. No centro está a egreja de S. Marcos, com o corpo d'este santo, que para aqui foi trasladado do tumulo antigo em 27 de abril de 1718. Nos primeiros tempos o hospital era administrado pela camara. No antigo regimen a cidade de Braga gozava da prerogativa de mandar procuradores ás côrtes, os quaes tinham assento no segundo banco. Na mesma cidade, em 1387, reuniu côrtes D. João I, ás quaes assistiu o condestavel D. Nuno Alvares Pereira, e n'ellas se obrigaram os povos a pagar sizas dobradas durante um anno, para as despezas da guerra. Braga foi patria de varões e donas illustres, taes como Santa Eufemia e suas irmãs; D. Ignacia Xavier, autora das *Antiguidades de Braga;* Gabriel Pereira de Castro, o epico da *Ulyséa;* Diogo de Teive, insigne hellenista e latinista; S. Torquato; S. Victor; Francisco de Sá de Miranda; Francisco Sanches, notavel medico e

Arcada

philosopho; dr. Antonio Francisco Alcaçova, canonista; Pedro de Magalhães, humanista; fr. Mancio da Cruz e Thomaz do Soccorro, geraes benedictinos; Bernardo da Fonseca Saraiva, poeta latinista; D. Fr. Braz de Barros, primeiro bispo de Leiria; Francisco Bahia Teixeira, etc. Embora muito decahida dos seus antigos esplendores, tidos durante o dominio romano e nos primeiros tempos da monarchia, Braga é ainda hoje uma das terras mais florescentes do Minho, pela sua população, pelo seu commercio e pela sua industria. A população tem crescido progressivamente, accusando o censo de 1864 18.831 hab., o de 1878 19.755 hab., o de 1890 23.089 hab., e de 1900 o já indicado numero de 24.309 hab., o que indiscutivelmente lhe dá o terceiro logar entre as cidades do reino. Braga tem dois mercados mensaes, além d'outro todos os sabbados; feiras no 3.º domingo de maio, durante 15 dias, e em 24 de junho, durando tres dias. Com esta ultima teem logar os festejos a S. João, que chamam á cidade grande numero de forasteiros e dão a Braga durante alguns dias uma extraordinaria animação nas ruas e nos hoteis. O Bom Jesus do Monte, nos arrabaldes da cidade, é pela sua belleza, o ponto obrigado de reunião da gente abastada que vae passar a Braga a epoca de verão, e dos forasteiros que vão ali admirar o famoso monumento do Santuario (V. *Braga, Santuario do Bom Jesus, em).* A um kilom. d'este santuario fica a serra ou monte do Sameiro, onde alguns autores dizem que existiu a antiga cidade de Citania. O Sameiro é fragoso e ingreme; do alto vêem-se Barcellos, Vianna, a praia de Espozende, Moragueiras do Gerez, Guimarães, a egreja da Lapa, no Porto, e o mar. No cume foi construido um monumento á Immaculada Conceição de Maria, rematado pela estatua colossal da mesma Senhora, feita em marmore. A primeira pedra d'este monumento lançou-se em 24 de junho de 1863 e concluiu-se em 1870, sendo feito por subscripção voluntaria. O termo de Braga é fertil em cereaes, legumes, vinho verde e fructas, especialmente laranja, que exporta em grande quantidade. Tem mercadores de coiros curtidos,

Egreja dos Congregados, Lyceu e Bibliotheca Publica

fabricantes de objectos de ferro, moinhos, ourives productores, fabricas de sabão e de papel, fundidores de objectos de bronze, etc. Braga é metropole da primeira provincia ecclesiastica primaz das Hespanhas, em competencia com Toledo. Tem seminario e lyceu de 1.ª classe, escolas para os dois sexos, hospital, varios estabelecimentos de beneficencia, sociedades anonymas, associação juridica fundada em 1835, associação commercial, cujos estatutos datam de 17 de março de 1864, associações de soccorro mutuo e de classe, bancos, companhias, fabricas de chapéos, bombeiros voluntarios e municipaes, linha ferrea americana, theatro de S. Geraldo, fundado em 1857, cafés, um bonito jardim, hoteis, tribunal, sociedades recreativas, typographias, jornaes (V. *Braga, Jornaes publicados em);* estação de caminho de ferro que a liga com o Porto; estação telegrapho-postal, estabelecida por decreto de 7 de abril de 1869, com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras, obrigações e serviço de encommendas. Sendo muito crescida a bibliographia relativa a Braga, limitaremos a enumeração ás obras especiaes: *Noções historicas e criticas ácerca dos objectos antigos e apreciaveis da sé primacial de Braga na exposição archeologica do palacio de crystal portuense*, por B. J. Senna Freitas, Braga, 1867. *Memorias do Bom Jesus do Monte e roteiro ou abreviada noticia de Braga* por Diogo Pereira Forjaz de Sampaio Pimentel, Coimbra, 1875. *Braga em 1875* por L. Vaz de Freitas. *Inscripções e lettreiros da cidade de Braga*, etc. e outros livros, de Albano Bellino. *Braga antiga e moderna* por José Carlos e Araujo Motta Junior, 1898. *Memorias de Braga* por Bernardino José de Senna Freitas, Braga, 1890. *Guia do viajante em Braga*, por Azevedo Coutinho. Em muitas das revistas litterarias se encontram artigos, ácerca de Braga e dos seus monumentos, subscriptos pelos mais autorisados escriptores.

Jardim e passeio publico

Braga *(Jornaes publicados em). Abelha (A)*, 23 de agosto de 1885; *Album Escolar*, 1 de dezembro de 1882 a março de 1883; *Alma Nova (A)*, 13 de abril de 1893; *Alma Velha*, 26 de abril de 1893; *Amigo da Juventude (O)*, 15 de novembro de 1894; *Amigo do Povo (O)*, 1 de fevereiro de 1877; *Amigo da Religião (O)* 16 de outubro de 1888; em publicação. *Annaes das Missões Portuguezas Ultramarinas*, março de 1867 a março de 1872; *Annaes do Real Collegio D. Fernando em Landim*, 30 de novembro de 1856 a 20 de julho de 1860; *Arte Livre*, 1897; *Artista (O)*, 1871; *Atalaia Catholica*, 2 de janeiro de 1854 a 20 de dezembro de 1864, continuado pela *Revista Ecclesiastica; Atalaia do Minho*, outubro 1871 a novembro de 1872; *Aurora do Minho*, 5 de junho de 1887; *Barca do Salvador (A)*, 15 de maio de 1893; *Berlinda (A)*, 26 de agosto de 1888; *Besouro (O)*, 13 de maio a 10 de junho de 1877, seguindo-se-lhe *Os Murmurios d'Este; Bisturi (O)*, 1887; *Boletim da Associação de orações e boas obras pela conversão dos Pretos*, novembro de 1892; *Boletim Bracarense*, 24 de outubro, 1846; *Boletim do Exercito Libertador*, 12 a 15 de setembro de 1837; *Boletim do Exercito Real*, 1847; *Boletim Official*, 1847; *Boletim Official de Braga*, 25 a 29 de dezembro de 1846; *Borboleta (A)*, 12 de março de 1876 a setembro de 1877; *Bracarense (O)*, (1.º) 12 de junho de 1855 a dezembro de 1872; *Bracarense (O)*, (2.º) 6 de junho de 1899 a 3 de dezembro de 1903; *Brado Liberal (O)*, 5 de junho de 1875; *Campeão do Minho*, setembro de 1863, proveiu da *Estrella do Minho; Canto Academico (O)*, 13 de março de 1893; *Chronica Nacional de Braga*, 5 de dezembro de 1846; *Clamor do Norte (O)*, 27 de dezembro de 1862 a 31 de dezembro de 1863; *Clamor do Povo (O)*, 7 de novembro de 1863 a 3 de maio de 1865; *Combate (O)*, 25 de março de 1884 a 1 de abril de 1896; *Combatente (O)*, 17 de maio de 1896; *Commercio (O)*, 3 de setembro de 1868 a 1 de julho de 1869; *Commercio de Braga*, 2 de janeiro de 1862; *Commercio de Braga*, 7 de setembro de 1890; *Commercio do Minho (O)*, 1 de janeiro de 1873, em publicação; *Concordia (A)*, 1896; *Consultor do Clero*, 15 de

janeiro de 1883 a 1885; *Constituinte (O)*, 17 de julho de 1880 a janeiro de 1890, succedeu-lhe o *Nacional; Correio de Braga*, 15 de agosto a 17 de outubro de 1890; *Correio do Minho*, 3 de janeiro de 1902; em publicação; *Correspondencia do Norte (A)*, 19 de junho de 1880, em publicação; *Cruz e a Espada (A)*, 29 de janeiro de 1882, continuando ainda em 1889; *Diario do Minho*, 24 de setembro de 1877 a 12 de dezembro de 1879; *Diario do Minho (O)*, 1 de março de 1898; *Defensor do Catholicismo (O)*, 2 de março a 29 de agosto de 1864; *Diocese (A)*, abril de 1899; *Districto (O)*, 18 de julho de 1866 a fevereiro de 1868; *Districto (O)*, 27 de outubro de 1885, do n.º 2 em deante alterou o titulo para o de *A Voz do Districto; Districto de Braga (O)*, 3 de janeiro a 29 de dezembro de 1863; *Domingo (O)*, 4 de outubro de 1885 a 1886; *Ecco do Funccionario*, 16 de janeiro de 1867 a 12 de agosto de 1888. *Echo de Braga (O)*, de outubro 1877 a setembro, de 1878. *Echo Escolar (O)*, 1882; *Escholio (O)*, 30 de março a 15 de junho de 1888; *Escholastico Bracarense (O)*, 5 de dezembro de 1860 a 17 de agosto de 1861. Os n.ºs 1 e 2 e 26 a 31 trouxeram o titulo sómente de *O Escholastico; Escola (A)*, 1 abril de 1884; *Escola (A)*, março de 1896; *Escravidão (A)*, 1 de dezembro de 1900; *Espreitador (O)*, 21 de março de 1876 a setembro de 1877; *Estrella (A)*, 6 a 13 de fevereiro de 1887; *Estrella d'Alva*, março de 1871 a março de 1875; *Estrella do Minho*, 18 de junho a 3 de setembro de 1863; *Falião (O)*, 27 de janeiro a julho de 1894; *Farpa (A)*, 10 de maio de 1891; *Folha de Braga*, 19 de março de 1882, em 1889 ainda se publicava; *Folha do Minho (A)*, 2 de julho de 1892; *Frigideira (A)*, 1895; *Futuro (O)*, 19 de março de 1871 a 14 de novembro de 1874; *Gazeta de Braga*, 6 de setembro de 1864 a 7 de abril de 1866; *Gazeta de Braga (A)*, 16 de outubro de 1896; *Gazeta dos Medicos*, 1 de dezembro 1899; *Gazeta do Minho*, setembro de 1870 a 8 de julho de 1871; *Gigante (O)*, 12 de março de 1897; *Grinalda (A)*, 7 de abril de 1889; *Herodes (O)*, 26 de junho a 30 de outubro de 1887; *Ideal e Verdade*, 5 de janeiro, 1898; *Independente (O)*, 19 de abril de 1858 a outubro de 1860; *Integridade do Districto (A)*, 7 de fevereiro de 1886; *Interessante (O)*, 16 de agosto de 1856 a 12 de dezembro de 1857; *Jornal Academico*, 15 de março de 1877 a 11 de abril de 1878; *Jornal de Braga (O)*, 15 de dezembro de 1900, em publicação; *Jornal do Minho*, 1875 a 1876; *Jornal do Povo*, 1866; *Liberal (O)*, 1872; *Liberdade (A)*, 1871: *Liberdade (A)*, 21 de abril de 1893; *Lucta (A)*, 2 de janeiro de 1893; *Luso (O)*, 26 de maio de 1864; *Luz do Mundo*, janeiro de 1887; *Martyrio*, 24 de agosto de 1861 a 15 de novembro de 1862; *Mensageiro (O)*, 1882; *Mensageiro das Familias*, 1885; *Moderado (O)*, setembro de 1853 a 27 de dezembro de 1856; *Modesto (O)*, 23 de maio a 4 de agosto de 1860; *Municipio*, 1877; *Murmúrio (O)*, 1 de janeiro a 15 de dezembro de 1856; *Murmurio do Este*, 5 de setembro de 1877, continuado do *Besouro* com o n.º 6; *Nacional (O)*, 25 de janeiro de 1890, continuando o *Constituinte* com o n.º 942; *Norte (O)*, 15 de abril a 6 de julho de 1885; *Noticiador (O)*; 16 de junho de 1892; *Noticioso (O)*, 25 de julho a outubro de 1884; *Noticiarista*, 17 de agosto de 1865 a 21 de fevereiro de 1868; *Noticias do Norte*, fevereiro 1904, *Novidades (As)*, 21 de junho de 1872 a 2 de janeiro de 1873; *Novos e Velhos*, 5 de fevereiro de 1897; *Opinião (A)*, 29 de março de 1898; em publicação; *Opinião Publica (A)*, 5 de junho de 1878 a junho de 1880; *Opportunista (O)*, maio de 1894; *Operario (O)*, 1 de dezembro de 1871 a 9 de fevereiro de 1872; *Ordem (A)*, 13 de maio de 1872 a 1883; *Palrador (O)*, 7 de junho de 1872; *Partido Liberal (O)*, 15 de março a 20 de outubro de 1866; *Pensamento (O)*, 24 de abril de 1861 a meados de 1862; *Pantologo (O)*, 10 de janeiro de 1866 a 9 de janeiro de 1867; *Periodico do Povo*, 1 de dezembro de 1866; *Pharmacia do Norte (A)*, fevereiro, 1898; *Pharol do Minho*, 16 de janeiro de 1854 a 12 de junho de 1856; *Popular (O)*, 19 de agosto de 1868 a 29 de dezembro de 1869; *Povo de Braga (O)*, 21 de março a 3 de agosto de 1880; *Primaz (O)*, 23 de outubro de 1866 a 30 de abril de 1867; *Progresso (O)*, 1862 a 18 de agosto de 1865; *Prosas e Versos*, 1872 a 1873; *Polyphemo (O)*, 10 de março de 1898; *Progressista (O)*, 16 de dezembro de 1892; *Patria (A)*, 20 de março de 1892; *Patriotismo (O)*, 15 de maio de 1890; *Pyrilampo*, 13 de abril de 1879; *Pyrilampo (O)*, 17 de abril a maio 1887; *Radical (O)*, 5 de setembro de 1898; *Realista Independente*, 14 de novembro a 6 de dezembro de 1847; *Regeneração (A)*, 7 de janeiro de 1873; *Regenerador (O)*, 24 de junho de 1886 a 1889; *Relampago (O)*, 1 de abril a 15 de junho de 1886; *Revista Bibliographica*, outubro 1895; *Revista de Braga*, 27 de fevereiro a 6 de abril de 1862; *Revista Ecclesiastica do Arcebispado de Braga*, 1 de julho de 1865 a 15 de junho de 1866; *Revista Nova*, fevereiro de 1895; *Sarilho (O)*, 18 de fevereiro de 1894, em publicação (?); *Semana Religiosa Bracarense*, 22 de maio de 1875 a 5 de maio de 1886; *Sentinella (A)*, 17 de janeiro a 19 de junho de 1880; *Sereia*, 28 de fevereiro de 1889; *Supplemento Illustrado*, do «Diario do Minho», 1898; *Traga Moiros (O)*, março de 1893; *Tribuna (A)*, 16 de junho de 1898; *Tuba Erotica (A)*, 21 de julho de 1872; *União Catholica*, 7 de julho de 1866 a 14 de julho de 1874; *União do Clero*, 16 de outubro de 1886 a 22 de outubro de 1887; *União Nacional*, 16 de janeiro de 1904; *União Progressista (A)*, 13 de setembro de 1865 a 21 de fevereiro de 1866; *Universal (O)*, 1 de março a 4 de outubro de 1889; *Vespa (A)*, 9 de abril a 15 de outubro de 1893; *Vitrine*, 7 março de 1897; *Violeta (A)*. junho 1877; *Voz do Districto (A)*, 27 de outubro de 1885, a 8 de janeiro de 1886, o 1.º n.º appareceu com o simples titulo de *Voz do Districto*; *Voz do Povo*, 1860; *Voz de Santo Antonio*, janeiro de 1895, em publicação; *Voz da Verdade (A)*, 1878; *Voz da Verdade*, 5 de abril de 1894; em publicação. Além d'estes jornaes tambem fôram publicados em Braga os «numeros unicos» seguintes: *Alma Patria*, 1 de dezembro, 1897; *Atelier (O)*, 2 de fevereiro de 1887; *Aurora Commercial*, 27 de fevereiro de 1898; *Braga-Bom-Jesus*, 1 de junho de 1881; *Braga-S. João*, junho de 1901; *Commemoração da data inolvidavel de 1640*, 1 de dezembro de 1899; *D. Fr. Caetano Brandão*, 25 de março de 1893; *Entrudo em Braga (O)*, 1892; *Gratidão aos Heroes do 1.º de dezembro de 1640*, 1 de dezembro de 1898; *Gratidão aos Heroes do 1.º de dezembro de 1640*, 1 de dezembro de 1900; *Heroismo*, 1 de dezembro de 1895; *Homenagem ao Sagrado Coração de Jesus*, 14 de maio de 1886; *Homenagem da Academia*

Bracarense aos Heroes de 1640, 1 de dezembro de 1890; *Homenagem da Academia Bracarense aos Heroes de 1640*, 1 de dezembro de 1894; *Homenagem da Academia do Semanario de Braga aos Heroes de 1640*, 1 de dezembro de 1895; *Homenagem da Academia do Semanario de Braga aos heroes*, 1 de dezembro de 1896; *Homenagem da Academia do Semanario Conciliador de Braga*, 1 de dezembro de 1899; *Homenagem do Jornalismo Bracarense ao brioso Major Luiz de Quillinan*, 25 de abril de 1883; *Heroes do 1.º de dezembro de 1640*, 1 de dezembro de 1897; *Homenagem da Luza Independencia* Academia de Braga ás damas Bracarenses, 1 de dezembro de 1885; *Ao Major Quillinan*, 1883; *Officina*, 22 de julho de 1893.

Braga *(Santuario do Bom Jesus, em)*. A 4 kilometros da cidade de Braga, na freg. de Santa Eulalia, de Tenões, conc. e distr. da mesma cidade, acha-se situado, no alto do monte de que tomou o nome, este famoso santuario. Quanto á origem do notavel monumento, fixa-se em 1494 a data da construcção da primeira ermida, que foi dedicada á Santa Cruz, por iniciativa do arcebispo D. Jorge da Costa. Em 1522 o deão da sé de Braga, D. João da Guarda, reedificou e ampliou a ermida, mandando collocar a lapide que hoje se encontra na nova escadaria do monte. Por sua vez, em 1627, alguns devotos resolveram alargar a antiga capella; collocaram no altar-mór uma imagem de Christo e instituiram uma confraria, encarregada do culto e da conservação do templo. O monte, que primitivamente se chamara *Monte Espinho*, e depois de *Santa Cruz*, ficou então sendo designado por *Monte do Bom Jesus* ou *Bom Jesus do Monte*. A confraria resolveu que a ermida fôsse um santuario, promovendo romarias e concebendo um vasto plano de obras para aformoseamento do sitio. Porém as continuas luctas dos clerigos com a confraria levaram o santuario a uma tal decadencia, que em 1722 estavam quasi extinctas as romarias. A essas luctas e demandas poz termo o arcebispo D. Rodrigo de Moura Telles, por sua provisão de 7 de junho do referido anno. Não se limitando ao papel de pacificador fez-se o arcebispo principal protector do santuario. Demoliu a ermida do Bom Jesus e edificou uma vasta egreja, de fórma circular, coroada de balaustrada e no centro um espaçoso adro, que se concluiu em 1725. Occupava esta egreja o terreiro onde hoje está a cascata e foi demolida quando se edificou o templo actual. O mesmo prelado reedificou as capellas que havia pela encosta do monte, ligando umas ás outras por caminhos bem traçados e de suave declive. Comprou varias devezas para arredondar a cerca do santuario, que mandou murar, erigindo na raiz do monte o portico que dá entrada para a grande avenida que conduz ao templo; construiu diversas fontes, e deixou á confraria um legado para continuação das obras. Manuel Rebello da Costa foi tambem um dos maiores bemfeitores do santuario, contribuindo com grandes quantias, e administrando zelosamente a confraria desde 1749 até 1771. Junto á fonte de S. Marcos, no *Terreiro dos Evangelistas*, está uma lapide co-memorando o seu nome e os serviços que prestou. Succedendo na mitra primacial de Braga D. Gaspar de Bragança, filho legitimado de D. João V, foi esse principe tão devoto para com o Bom Jesus e tão liberal como D. Rodrigo. Além dos muitos donativos que fez ao santuario alcançou-lhe do Summo Pontifice muitas graças espirituaes. Sob o seu governo, e por sua iniciativa,

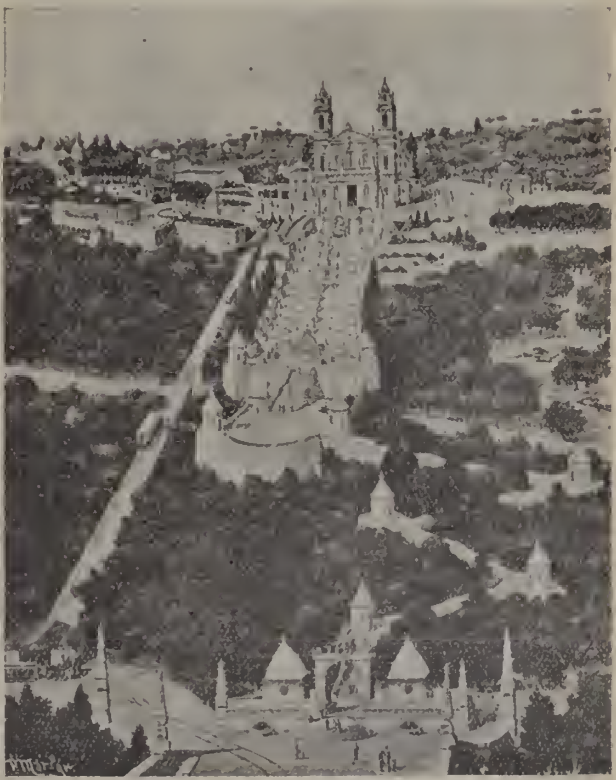

Vista geral do Santuario do Bom Jesus

fizeram-se muitas construcções e importantes aformoseamentos; porém a principal, pela grandeza do commettimento e pelo realce que deu ao santuario, foi o templo actual, que não chegou a vêr concluido, pois falleceu em 1789, quando os trabalhos apenas contavam cinco annos de duração. Com os grandes privilegios que conseguiu alcançar para o templo em breve se estendeu por toda a provincia do Minho a devoção ao *Bom Jesus do Monte*, augmentando a concorrencia de romeiros. Em 20 de março de 1809 os francezes, commandados por Soult, entraram em Braga e destruiram muitas obras do santuario, as quaes a confraria reedificou sumptuosamente. O santuario do Bom Jesus tornou-se a maior curiosidade de Braga, pelos seus lindissimos jardins, parques, alamedas e lago; bem como pelo elevador, que foi o primeiro que houve na peninsula. Até então a subida fazia-se só pelas formosas escadarias

que se desenvolvem pelo monte. Ao magestoso portico de entrada sobe-se por uma escada de 12 degraus, entre dois tanques de agua corrente, e em frente está um terreiro, de uns cem metros de comprimento, onde se vêem duas bonitas pyramides de granito. O portico tem 7,^{m}26 de alto e 3,^{m}50 de largo. No fecho do arco vê-se o brazão d'armas do fundador, o arcebispo D. Rodrigo, e na parte superior a cruz archiepiscopal, entre quatro pyramides e dois globos sobre delicadas peanhas. Duas inscripções gravadas nos cunhaes commemoram o anno da reedificação (1723) e o nome d'aquelle prelado. Transpondo o limiar do portico, e perto d'elle se encontram duas capellas, uma de cada lado, e a par d'ellas duas fontes. A capella da direita representa a instituição da Eucharistia e a da esquerda a Jesus Christo orando do horto. Do portico vae subindo a avenida pela encosta do monte em linha recta até á terceira capella, e depois em zigue-zagues até á 1.ª escadaria, chamada dos *Cinco Sentidos*. A avenida é magestosa e bella pela sua amplidão e pelo copado arvoredo que se ergue de ambos os lados, e pela aprazivel vista da matta que reveste o monte. Nos sitios em que a avenida, descrevendo os zigue-zagues, fórma os angulos, ergue-se uma capella e ao lado d'esta, no mesmo patim, uma fonte. Na terceira capella estão representadas a traição de Judas e a prisão de Christo; a fonte contigua é dedicada a Diana. Na quarta capella figura-se o Pretorio, em frente está a fonte de Marte. Na quinta capella representa-se Christo coroado de espinhos; a fonte que lhe corresponde é dedicada a Mercurio. Na sexta capella está Pilatos apresentando o Salvador ao povo; a fonte correspondente é a de Saturno. Na setima capella Jesus Christo caminha para o Calvario, com a cruz ás costas. A fonte contigua é a de Jupiter. Na oitava capella representa-se a crucificação. Todos estes passos da Paixão são em grandes figuras de barro. Com a oitava capella acaba a avenida e d'ahi para cima, até á corôa do monte, sobem as grandes escadarias, decoradas de fontes e estatuas. A primeira escadaria, chamada dos *Cinco Sentidos*, compõe-se de vinte lanços, cada um de nove degraus; dez lanços correm dois a dois a encontrarem-se no mesmo patamar, e os outros dez seguem uma direcção desencontrada d'estes, terminando cada um em seu patamar. Além da fonte das *Cinco Chagas*, que está entre os dois primeiros lanços, ha nas cinco paredes centraes dos mesmos patamares, outras tantas fontes com allusões a cada um dos cinco sentidos do homem, e d'esta circumstancia vem o nome á escadaria. Passando um pequeno terreno quadrangular, com assentos, segue-se a escadaria das *Tres Virtudes*, que é egual á primeira, na construcção, porém mais pequena. Conta doze lanços, tres fontes e nove estatuas. As fontes denominam-se Fé, Esperança e Caridade. No patim do terceiro lanço estão duas capellas, sendo a da esquerda dedicada a S. Pedro e a da direita a Santa Maria Magdalena. A escadaria das *Tres Virtudes* conduz ao *Terreiro da cascata*, d'onde sobem quatro escadas, duas semi-circulares, que dão ingresso para o adro do templo, e outras duas que levam ás capellas do descimento da Cruz e da elevação da Cruz. Ambas as capellas são de fórma octogonal e elegantes, tendo as portas voltadas para o adro da egreja. Este constitue uma formosa praça de 66 metros de comprimento por 54 metros de largura; está ornada de pyramides e estatuas. O panorama que se desfructa d'este logar é verdadeiramente encantador e muito pittoresco. A egreja do Bom Jesus ergue-se ao fundo da praça com bastante magestade. Foi architecto d'ella Carlos Luiz Ferreira da Cruz Amarante, natural de Braga. E' um edificio sumptuoso; a fachada compõe-se de diversas ordens de architectura. A primeira pedra foi lançada em 1 de junho de 1781 e o templo concluiu-se em 20 de outubro de 1811. O interior é vasto e alegre por ser de uma só nave. Tem duas capellas, a da Senhora da Soledade e a do Santissimo Sacramento. Na abobada vêem-se as armas de Portugal e as do papa Clemente XIV que dispensou tantos beneficios ao Real Santuario. Tem duas sacristias. D'este tem-

Santuario do Bom Jesus do Monte

plo ha uma ampla descripção no vol. VII do *Archivo Pittoresco,* pag. 121. A'cerca do Real Santuario correm impressas, entre outras, as seguintes monographias: *Descripção do prodigioso augusto santuario do Bom Jesus do Monte, da cidade de Braga, antigamente nomeado de Santa Cruz* por Manuel Antonio Vieira, Lisboa, 1793; *Memoria historica do Santuario do Bom Jesus do Monte* por Fernando Castiço, Braga, 1884; *Bom Jesus do Monte,* etc. por Diogo Pereira Forjaz de Sampaio Pimentel, Coimbra, 1876; *Bom Jesus do Monte,* por Azevedo Coutinho; *Real Santuario do Bom Jesus do Monte* por José Carlos d'Araujo Motta Junior; etc., etc.

Braga *(Sé de).* Este templo, de construcção antiquissima, e de grande magnificencia, levanta-se no centro da cidade, e mede, ao todo, uns trinta e sete metros de altura. Segundo a tradição teria sido em epoca remota um templo gentilico dedicado a *Isis.* O que está averiguado é que a

Sé primacial

sé, monumento, já existia no tempo dos romanos, e consta de documentos authenticos que o conde D. Henrique e sua mulher a reedificaram pelos annos de 1100. As successivas reconstrucções que o templo soffreu por diversas vezes tornaram-o em um mixto de varios estylos architectonicos. Todavia o edificio é digno de vêr-se pelas preciosidades que encerra e ainda pela sua innegavel grandeza. Logo á entrada vê-se o tumulo do infante D. Affonso, filho de D. João I e da rainha D. Filippa. E' um monumento artistico unico no seu genero em Portugal por ser todo de bronze, e a esta circumstancia allia ainda a da formosura do conjuncto. Veiu de Flandres, mandado pela infanta D. Izabel, irmã do mesmo infante. Aos lados do altar-mór estão os mausoléos do conde D. Henrique e de sua mulher a rainha D. Thereza, mandados fazer pelo arcebispo D. Diogo de Sousa. A pia baptismal, que parece ser do seculo XVI, é um trabalho de valia pela elegancia, graça e variedade dos relevos, assim como pela concepção do desenho. A estampa d'este formoso baptisterio e a sua descripção minuciosa encontram-se a pag. 71 do presente volume (V. *Baptisterio).* O côro é espaçoso e rico, vendo-se junto d'elle dois grandes e magnificos orgãos decorados de alto a baixo com uma grande quantidade de figuras de anjos e santos, de todos os tamanhos. N'uma capella do claustro está o tumulo do arcebispo de Braga D. Lourenço Vicente. O corpo da egreja é de tres naves e tem oito capellas nas duas naves dos lados; o cruzeiro tem seis, duas nas extremidades e as outras collateraes da capella-mór. Junto ao claustro, e com porta para elle, fica a egreja da Misericordia velha, que é como que uma capella da cathedral, onde os conegos tinham o seu jazigo. A meio do templo ergue-se o mausoléo do arcebispo D. Diogo de Sousa, a quem tanto a sé como a cidade deveram muitos beneficios. Proximo a este templo fica o antigo cemiterio da mesma sé, com capellas dos dois lados, repousando n'uma d'ellas os restos dos arcebispos S. Geraldo, D. Diogo da Silva, D. Manuel de Sousa, D. Rodrigo de Moura Telles e D. Fernando da Guerra. N'essa mesma capella estão as cinzas de D. Martim de Freitas, o celebre alcaide de Coimbra, exemplo da antiga lealdade portugueza. N'outros logares d'este vasto templo jazem diversos arcebispos, e outras pessoas. Tem um grande numero de reliquias. As dignidades d'esta sé, em numero de treze, são as seguintes: deão, chantre, arcediagos de Braga, de Barroso, de Vermosim, de Neiva, mestre-escola, thesoureiro-mór, arcediagos de Fonte-Arcada, de Santa Christina, de Labruge, de Villa Nova da Cerveira, e arcipreste. As conesias eram numerosas e rendendo grossas prebendas. Antigamente eram tantos os legados a que estava obrigada a sé, que as missas d'elles passavam de 30:000 por anno. A egreja da Misericordia, que está junta á sé e que com ella communica interiormente, tinha tambem numerosos legados, pelos quaes se diziam annualmente 12:365 missas.

Braga. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Espite, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || Logar na freg. de S. Miguel, de Freixo de Cima, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Casal na freg. de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra. || Casal na freg. de S. Braz e conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || Herdade na freg. de Santa Maria e conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Sebastião, de Valle de Vargo, conc. de Serpa, distr. de Beja. || Monte na freg de S. Saturnino, de Vallongo, conc. de Fronteira, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de S. Bartholomeu, da Charneca, 3.º bairro de Lisboa. || Quinta na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Villar de Maçada, conc. de Alijó, distr. de Villa Real.

Bragada. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Quintella de Lampaças, conc. e distr. de Bragança. || Logar na freg. de S. Julião, de Badim, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Bragadas. Pov. na freg. de Santo Aleixo de Além Tamega, conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Sabbadim, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Sal-

vador e conc. de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Bragadella. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Cerdal, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Pov na freg. de S. Mamede, de Ribeirão, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. João Baptista e conc de Sinfães, distr. de Vizeu.

Bragado. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 938 hab. e 198 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada n'um valle d'onde se avistam algumas povoações. Compõe-se de 4 aldeias, Carrazedo, Monteiros, Villela e Bragado, onde está a egreja, a qual era commenda dos condes de S. Lourenço. A capella-mór da matriz foi feita pela commenda, que depois continuou a occorrer com as despezas e conservação d'ella. O reitor da freg. de Pensalves apresentava o vigario, o qual tinha de rendimento 16$800 réis em dinheiro, 40 alqueires de pão e o pé d'altar, que rendia aproximadamente 13$000 réis. A terra é muito fertil em milho, centeio e algum centeio, azeite e castanha. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 19, com a séde em Chaves. || Serra na freg. do mesmo nome. E' alta e alcantilada, sendo em partes inaccessivel. Tem 6 k. de comprimento pelo O, por onde confina com o rio Tamega. Pelo S confina com o rio Avelanes, e pelo N com a freg. de Capelludos. Tem muita caça grossa e miuda, muitos castanheiros e bastantes oliveiras. No cume d'esta serra nascem muitas fontes, cujas aguas vão engrossar os rios Tamega e Avelanes.

Bragal. Especie de tecido grosseiro em que a trama é de cordão. || Valor antigamente de uma porção de bragal, que era tomado como unidade nas transacções, principalmente nos aforamentos e arrendamentos. O «bragal» eram sete varas d'aquelle tecido; em algumas terras eram oito varas. Ao valor de um bragal, considerado como moeda ou como unidade em contratos de compra e venda, se chamava *bragadiga*. Viterbo, no seu *Elucidario*, diz que nos seculos XI e XII apparecem tantos documentos que falam em *bragaes* que se poderia imaginar ser uma moeda; mas n'aquelles tempos em que as vendas de propriedades se faziam por animaes e cousas, é licito affirmar que os bragaes eram pannos por cuja estimação se compravam as cousas. N'um documento de 1130 acha-se avaliada uma mula em trezentos bragaes. || Ao recheio de uma casa, quanto a roupa branca, tambem se chamava bragal. || Antigo instrumento penal, para impedir que os criminosos fugissem; era um par de duas bragas ou canellas de ferro, unidas por uma cadeia curta.

Bragança. Tiveram este appellido Fernão Mendes Bragança, pae de D. Mem Fernandes de Bragança, e avô de D. Fernão Mendes o Bragançāo, que foi senhor de Bragança em tempo d'el-rei D. Affonso Henriques. Pertenceu depois á corôa, até que el-rei D. Fernando a entregou a D. João Affonso Pimentel, em dote de sua cunhada D. Joanna Telles de Menezes, irmã natural da rainha D. Leonor, e commendadeira que tinha sido de Santos, da ordem de S. Thiago. Fallecendo D. Fernando, D. João Affonso Pimentel tomou o partido de Castella contra a sua patria, na guerra que se seguiu entre Hespanha e Portugal, e D. João, o Mestre d'Aviz, lhe tirou todos os bens que elle possuia n'este reino, ficando Bragança pertencendo á corôa. O infante D. Pedro, regente do reino na menoridade de seu sobrinho, el-rei D. Affonso V, o concedeu, com o titulo de duque, a seu irmão D. Affonso, em 1442, começando desde então a casa de Bragança.

Bragança *(Casa de)*. Esta Real Casa, hoje reinante, foi um verdadeiro potentado; actualmente não ostenta a grandeza e magnificencia, tão deslumbrante outr'ora, que tornavam os duques de Bragança verdadeiros monarchas nas suas terras, vivendo á lei da realeza. O primitivo estado e patrimonio formou-se dos bens e terras com que o condestavel D. Nuno Alvares Pereira dotou sua filha D. Beatriz Pereira Alvim na occasião do seu casamento com D. Affonso, filho natural de D. João I, e das doações d'este monarcha, em que lhe concedeu todo o imperio, foros e isenções, regalias e privilegios, como se fôsse para elle proprio. A Casa de Bragança teve mais os senhorios de Braga, Villa do Conde, Monforte, Penella, Alter do Chão, ilha do Corvo, e a mercê da cidade do Porto, que não chegou a realisar-se. O padroado ecclesiastico abrangia a collegiada de Santa Maria, de Guimarães, uma das mais privilegiadas das Hespanhas; as de Barcellos e d'Ourem; apresentava 80 egrejas, 41 commendas na ordem de Christo, o padroado de differentes matrizes e conventos. No secular, provia 18 alcaidarias-móres. Villa Viçosa, Monsaraz, Arraiollos, Monforte, Souzel, Alter do Chão, Borba, Evora-Monte, Ourem, Porto de Moz, Barcellos, Villa do Conde, Melgaço, Bragança, Monte Alegre, Piçonha e Outeiro, 4 ouvidorias, contendo 1:300 officios de justiça e fazenda. No Alemtejo, a ouvidoria de Villa Viçosa comprehendia os juizes de fóra da mesma villa, e os de Portel, Monforte, Monsaraz, Arraiollos, Alter do Chão e Souzel; e os juizes dos orphãos de todas estas villas e tambem de Borba. Na Extremadura, a ouvidoria de Ourem e o juizo de fóra do Porto de Moz. Na provincia de Entre Douro e Minho, a ouvidoria de Barcellos, e os juizes de fóra da mesma villa e de Villa do Conde. Em Traz-os-Montes, a ouvidoria de Bragança, que comprehendia o juizo de fóra d'esta cidade e os de Monte Alegre e Outeiro. As 41 commendas da ordem de Christo, eram 11 no arcebispado de Braga, uma no bispado do Porto, 18 no de Miranda, e 5 no arcebispado de Evora. Estas mercês dispensavam os duques aos fidalgos e pessoas de distincção que os serviam, podendo privar d'ellas aquelles que deixassem o seu serviço. As mercês que podiam fazer, orçavam em 50:000 cruzados annuaes, sem incluir os officios rendosos de justiça e de fazenda, que passavam de 500. Eram duques de Bragança, de Barcellos e de Guimarães, marquezes de Valença e Villa Viçosa; condes de Ourem, Arraiollos, Neiva, Faro, Faria e Penafiel; e senhores de Monforte, Alegrete, Villa do Conde e outros logares. Além da cidade de Bragança, possuiam 21 villas das mais importantes do reino, afóra os logares, que eram infinitos; só no termo de Chaves tinham 187 logares, e no de Bragança 202, e as villas de Guimarães, Montemor-o-Novo, Almada, Vidigueira, etc. A Casa de Bragança estava isenta da *lei mental*, porque esta não com-

prehendia as suas doações, como D. Duarte declarou n'uma carta de 10 de setembro de 1434, e mais tarde el-rei D. Manuel confirmou no anno de 1500. Os duques de Bragança tinham as prerogativas de infantes; nas ceremonias da côrte precediam todos os titulares. Os seus filhos e filhas, á similhança dos filhos dos reis, não juntavam appellido algum ao seu nome proprio. Gozavam do extraordinario privilegio, attributo exclusivo da realeza, de conferir graus de nobreza; passavam alvarás do fôro de *moço fidalgo*, e depois os accrescentamentos a *fidalgo escudeiro* e *fidalgo cavalleiro*, etc. Os agraciados serviam em sua Casa, onde tinham moradia, e gozavam das mesmas regalias, dos que serviam na Casa Real, para a qual podiam passar conservando a sua categoria. El-rei D. Sebastião concedeu-lhes o tratamento de *excellencia*, o que foi confirmado pelo cardeal-rei e por Filippe II. Os duques, quando estavam na côrte, eram convidados a assistir ao conselho de estado, a que presidiram algumas vezes na ausencia do soberano; e quando não estavam, eram consultados por carta sobre os assumptos de maior gravidade que respeitassem aos interesses da nação e do rei. Recebiam nos seus paços a visita dos monarchas, que por diversas vezes ali se hospedaram. D. João III, por occasião da morte do duque D. Jayme, foi a Villa Viçosa visitar o duque D. Theodosio, e em 1537 veiu de Evora ao palacio ducal assistir ao casamento de seu irmão, o infante D. Duarte, com D. Izabel de Bragança, e ás festas brilhantes que se realisaram. D. Sebastião visitou-os por duas vezes; Filippe II, entrando em Portugal, foi tambem visitar a duqueza D. Catharina e o duque D. João; e quando este falleceu, o referido monarcha, que então estava em Evora, foi a Villa Viçosa dar os pezames á duqueza e a seu filho D. Theodosio. Durante o reinado dos tres monarchas hespanhoes, de 1580 a 1640, a Casa de Bragança tambem recebeu muitas honras e privilegios, cuja descripção se póde ler a pag. 31 e seguintes do livro do dr. Joaquim Raphael do Valle, publicado em 1841, com o titulo de *Classificação geral da Legislação Portugueza, desde a publicação do codigo filippino, etc.* N'esta obra encontra-se egualmente a historia chronologica das doações e privilegios da Casa de Bragança concedidos anteriormente. Os reis de Portugal, sempre que os duques os visitavam, recebiam-n'os com as maiores honras e distincções. A sua residencia habitual era em Villa Viçosa. Primeiramente assistiram no *Castello Velho*, que lhes foi legado pelo condestavel; depois, em tempo do duque D. Jayme, vieram habitar o magestoso palacio por elle mandado construir, e que actualmente existe (V. *Villa Viçosa).* Os duques de Bragança tambem possuiram os palacios de Guimarães, Chaves e Barcellos, mandados edificar pelo duque D. Affonso. O palacio de Guimarães foi concluido por seu filho, o duque D. Fernando I. Em Lisboa tinham tres palacios: o de a-par S. Christovam, o do Rocio, e o denominado dos *Duques de Bragança*, que estava situado no local onde se vê hoje o *Hotel Bragança*. A construcção d'este palacio é attribuida ao condestavel D. Nuno Alvares Pereira, que o doou a seu neto o conde de Ourem. Em 1500 o duque D. Jayme fez-lhe importantes obras, e accrescentou a quinta com uma porção de cerca, que comprou aos frades de S. Francisco. O terremoto de 1755 destruiu completamente este palacio, perdendo-se muitas preciosidades que elle encerrava, titulos da Casa e muitos documentos importantes. O paço dos duques de Bragança era servido com tanta magnificencia e sumptuosidade, que pouca differença fazia da Casa Real. O seu estado compunha-se de *officiaes-móres*, que eram os seguintes: camareiro-mór, estribeiro-mór, copeiro-mór, monteiro-mór, capellão-mór, védor, trinchante; além do secretario particular, dos escrivães da fazenda e da cozinha, moços fidalgos, fidalgos da Casa, fidalgos escudeiros e cavalleiros, guarda-roupas, camareiro pequeno, estribeiro, moço das chaves, manticiro, moços da camara, porteiro da camara, porteiro das damas, porteiros da canna, cavalleiros fidalgos, cavalleiros escudeiros, reposteiros, arautos e passavantes, homens da guarda, moço de estribeira e outros. Cada qual vencia moradia conforme o fôro. As duquezas tinham uma camareira-mór, damas e moças da camara. O numero dos moradores da Casa dos duques foi normalmente de 480, aproximadamente, e por vezes de 500, entre fidalgos e criados de diversos fóros. A etiqueta que se observava no palacio ducal, e o ceremonial com que os duques se serviam nas funcções publicas, pouca differença fazia do que se praticava com os reis. A capella do palacio ducal de Villa Viçosa gozava dos mesmos privilegios e graças apostolicas da capella real. Foi construida em virtude d'um breve de Julio II, datado em 1534 Clemente VIII, por bulla de 18 de setembro de 1601, isentou-a de jurisdicção ordinaria, e permittiu aos capellães que vencessem as costumadas distribuições, e celebrassem os officios divinos onde os duques estivessem. A collegiada compunha-se do deão, que era sempre um fidalgo, thesoureiro-mór, e 16 capellães, cantores, tangedores, e 11 moços da capella. Quando os duques assistiam na sua capella ás solemnidades religiosas, praticava-se com elles o mesmo cerimonial que se costumava usar com as pessoas da familia real. A esta capella pertencia o *Collegio dos reis*, que era um seminario onde se educavam os mancebos que tinham vocação para o estado ecclesiastico, e depois de ordenados serviam na capella ducal. Durante o reinado de D. João II a Casa de Bragança atravessou uma crise calamitosa. Este monarcha, logo no começo do seu reinado, determinou que os alcaides lhe prestassem as menagens das suas fortalezas, impondo uma formula que prendia muito mais do que as que até então eram usadas. Foi o principio das hostilidades. Os nobres insurgiram-se logo contra similhantes medidas, e principiaram a murmurar d'este decreto que os reduzia, assim que fôssem alcaides d'uma fortaleza, a simples delegados do poder central, e por consequencia lhes coarctava as isenções a que estavam habituados, e que os tornavam em cada castello uns verdadeiros soberanos. D. João II, porém, ainda fez mais; proseguindo inflexivel no seu intento, revogou logo por um decreto os alvarás que outhorgavam mercês, remunerações, etc., e que dispendiam á larga dos bens da Corôa. A nobreza inquieta e tumultuosa, agrupava-se em torno dos seus dois chefes naturaes, os duques de Bragança e de Vizeu. O duque de Bragança, então D. Fernando II, recusou-se a entregar os seus alvarás, de que resultou a conspiração que tão

desgraçadamente o victimou, sendo supplicíado em Evora (V. *Bragança, D. Fernando II, 3.º duque de)*. Todos os bens ficaram confiscados, e em parte distribuidos pelos favoritos do monarcha, inimigos dos Braganças. Os filhos fôram obrigados a sair de Portugal. Só treze annos depois, em 1497, no reinado de D. Manuel, é que voltaram do exilio a chamado d'este monarcha, que os recebeu em Setubal, onde então estava a côrte, com pomposas e brilhantes festas. D. Manuel restituiu ao duque D. Jayme, que contava 17 annos de edade, todos os bens da Casa de Bragança, e ainda lh'os accrescentou. Os duques de Bragança usaram o brazão d'armas que o 1.º duque, D. Affonso I, havia adoptado (V. *Bragança, D. Affonso I, 1.º duque de)*, até que D. Manuel, indo a Castella, fez jurar ao duque D. Jayme por principe d'este reino, mandando que tomasse as armas reaes de Portugal directamente, com elmo real, aberto a todas as partes, corôa, e timbre da meia serpe de ouro. D'estas armas usou o referido duque, até que o rei teve filhos, porque então fez a sua corôa ducal, e por divisa lhe deu D. Manuel o banco de pinchar de ouro atravessado pela orla vermelha, em signal de grandeza, porque só aos principes e infantes era concedido. O duque D. Jayme misturou com as armas reaes as de Castella e as de Inglaterra, que são tres leopardos de ouro passantes em campo de sangue, em um quadro quarteado; e defronte em outro as de Aragão em uma pala, e na outra as de Sicilia franchadas com as armas de Aragão em chefe, e no seu contrario, e nos lados uma aguia negra estendida em campo de prata, que por D. Izabel, parenta d'estas casas, lhe competiam. Das armas antigas da Casa de Bragança ficaram usando os marquezes de Ferreira, os condes de Vimioso, os condes de Mira e de Faro, accrescentando-lhe na mesma aspa, entre os escudos das armas reaes, quatro cruzes de ouro floreadas, e vazias do campo (V. *Nobiliarchia Portugueza*, de Villas Boas, edição de 1676 pag. 213 a 215). O Estado da Casa de Bragança, depois da acclamação de D. João IV, oitavo duque d'aquelle titulo, considerou-se independente da Corôa, e constituiu o patrimonio dos filhos primogenitos dos reis de Portugal. D. João IV, por carta patente de 27 de outubro de 1645, declarou duque de Bragança a seu filho primogenito o principe D. Theodosio, e fez-lhe ampla doação do estado d'esta Casa, com todas as suas terras, jurisdicções, rendas e datas que pertenciam aos duques seus antecessores, pela fórma e theor das doações, porque elle as possuia ao tempo em que foi restituido á Corôa d'este reino; e por esta fórma passaria a mercê aos principes successores da Corôa, ordenando que se chamassem *principes do Brazil e duques de Bragança*; e dado o caso que não houvesse principe, os reis administrassem o referido Estado, conservando sempre a mesma divisão de ministros e independencia da Corôa. *(Prova n.º 29 do liv. VII da Historica genealogica)*. Por fallecimento do principe D. Theodosio, que fôra o 9.º duque de Bragança, de novo se confirmou este titulo e patrimonio ao successor e herdeiro do throno, o principe D. Affonso, depois D. Affonso VI, em carta de 23 de maio de 1654. Esta designação foi alterada pela carta de 17 de dezembro de 1734, em que el-rei D. João V determinou que o primogenito successor do throno se denominasse *Principe Real*, conservando todavia os titulos de duque de Bragança e de Guimarães, duques e condes de Barcellos, e outros mais privativos da Casa Real, por isso que não conferem a outrem. Em 188?, o sr. D. Thomaz Maria de Almeida Manuel de Vilhena publicou um opusculo intitulado: *A Casa de Bragança, Memoria historica*, d'onde extrahimos parte d'estes apontamentos.

Bragança *(D. Affonso I, 9.º conde de Barcellos e 1.º duque de)*. Filho natural de D. João I e de Ignez Pires Esteves, filha de Pero Esteves, por alcunha o Barbadão. N. no castello de Veiros, no Alemtejo, segundo as melhores probabilidades, em 1377, fal. em dezembro de 1461. Foi entregue aos cuidados de Gomes Martins de Lemos, seu aio, que vivia em Leiria, sendo depois senhor de Oliveira do Conde. Até ao anno de 1400 viveu em Leiria, sempre afastado de seu pae, anno em que D. João o legitimou, resolvendo dar-lhe estado (V. Prova n.º 1 da *Historia Genealogica da Casa Real*, livro VI), dando-lhe já o titulo de conde no documento de legitimição. Em 1401 casou com D. Beatriz Pereira Alvim, filha do condestavel D. Nuno Alvares Pereira, companheiro dedicado do mestre de Aviz. D. Beatriz tornara-se então um dos melhores casamentos em Portugal, porque além do seu bondoso caracter e das brilhantes tradições de familia, era herdeira d'uma das casas, talvez a mais opulenta do reino. D. Nuno deu um grande dote á filha, cedendo-lhe muitas das terras que possuia e o condado de Barcellos, de que era o 8.º conde, pedindo a D. João que concedesse tambem aquelle titulo a seu genro. (V. *Alvares Pereira (D. Nuno)*, e *Barcellos (D. Affonso, 9.º conde de)*. O casamento realisou-se em 8 de novembro do referido anno de 1401, assistindo el-rei e a nobreza, havendo n'essa occasião festas e jogos, como era costume nos casamentos reaes. Em 1405, D. Affonso foi a Inglaterra acompanhar sua irmã D. Beatriz, que casou com o conde de Arundel, dando origem a uma das mais nobres familias da Grã-Bretanha. Depois fez uma longa viagem pelas côrtes estrangeiras, e pelos conhecimentos que então adquiriu, se tornou mais importante o seu voto nos negocios publicos. Resolvida a empresa de Ceuta, D. Affonso foi encarregado de levantar gente e fazer os aprestos necessarios nas provincias da Extremadura e Entre Douro e Minho, e depois de cumprida esta missão seguiu para o Porto a encontrar-se com o infante D. Henrique, e, embarcando na armada, foi um dos capitães, tocando-lhe a capitania real. Na tomada de Ceuta prestou grandes serviços, que seu pae, depois de voltar a Portugal, lhe recompensou dando-lhe novas mercês, e que D. Duarte, subindo ao throno, ainda accrescentou fazendo-lhe novas concessões. Durante o reinado d'este monarcha, D. Affonso continuou a ter muito valimento na côrte, porém, nem sempre a sua voz pôde vencer o animo irresoluto do soberano, e a expedição de Tanger, que teve um fim tão desgraçado, foi realisada contra o seu parecer. Por morte de D. Duarte, sendo a regencia entregue á rainha D. Leonor, sua viuva, começaram logo a formar-se dois partidos, um favoravel e outro contrario ao infante D. Pedro, irmão do fallecido monarcha. Querendo a rainha reconciliar-se com o infante propoz-lhe o casamento do novo rei, D. Affonso V, com sua filha D. Izabel. Esta resolução, porém, longe de acalmar os animos, ain-

da mais os aggravou, porque o conde de Barcellos, querendo casar o joven monarcha com uma sua neta, ligou-se com os fidalgos e procurou por todos os meios afastar do governo o infante D. Pedro. Nas côrtes de Torres Novas soffreu o primeiro desengano, porque o partido popular, já imponente, obrigou a rainha a partilhar a regencia com o infante, diminuindo-lhe assim a sua autoridade. O conde, porém, não desanimou com este contratempo, e continuou guerreando D. Pedro. Seguiram-se depois importantes acontecimentos. O consorcio de D. Izabel sempre se realisou com seu primo D. Affonso V, a regencia foi tirada por completo á rainha, e até a educação de seus filhos, para tudo ser entregue a D. Pedro. Rebentou a guerra civil, D. Leonor refugiou-se em Castella, e o conde de Barcellos, que se dispunha a resistir na provincia de Traz-os-Montes, receoso de perigo, submetteu-se e congraçou-se apparentemente com o infante D. Pedro, de quem logo recebeu novas mercês. Entre estas mercês, distingue-se a do senhorio de Bragança, que lhe foi dado com o titulo de duque em 1442, creando-se assim um terceiro ducado em Portugal, sendo os dois primeiros creados por D. João em seus filhos, D. Pedro que foi duque de Coimbra, e D. Henrique duque de Vizeu. Por equivoco dissémos no nosso artigo de D. Affonso, 9.º conde de Barcellos (V. *1.º volume, pag. 117)* que o titulo fôra concedido por el-rei D. Duarte, quando foi no tempo de D. Affonso V, durante a regencia do infante D. Pedro. A reconciliação do novo duque de Bragança com o infante regente não teve longa duração, porque vendo o duque que não eram attendidas as pretenções de seu filho D. Fernando ao logar de condestável, que desejava, de novo começou a pensar na perda do homem que o tinha agraciado com tão importantes mercês. Chegando D. Affonso V á maioridade, tomou conta do governo do reino, pedindo a seu tio que continuasse governando a seu lado (V. *Affonso V)*. Esta resolução transtornou todos os planos do duque de Bragança, que então recorreu á intriga e á calumnia, despertando no joven soberano suspeitas da lealdade e honradez de seu tio, a ponto de o dispensar completamente do seu auxilio no governo do reino. O infante D. Pedro, reconhecendo as intrigas de que era victima, pediu para se retirar á sua casa de Coimbra, o que lhe foi concedido. Comtudo, os inimigos do regente não abandonaram a empresa, tecendo novas intrigas que se insinuavam no espirito do monarcha, até que se deu a batalha no sitio d'Alfarrobeira entre as tropas de D. Pedro e as do duque de Bragança, em que o infante ficou morto no campo da batalha. D. Affonso V, que tinha o duque na maior consideração, concedeu-lhe em recompensa mais privilegios importantissimos. Quando partiu para Africa, deixou-lhe entregue o governo do reino durante a sua ausencia. Chegando assim á mais elevada posição a que podia ambicionar, falleceu alguns annos depois na sua villa de Chaves. O duque de Bragança tendo enviuvado, procedeu a segundas nupcias, casando em 1420 com D. Constança de Noronha, filha de D. Affonso, conde de Gijon e Noronha, filho bastardo de Henrique II de Castella e de sua mulher, D. Izabel, filha tambem bastarda de D. Fernando, rei de Portugal. Do primeiro matrimonio houve tres filhos: D. Affonso, conde de Ourem por herança de seu avô, o condestavel D. Nuno Alvares Pereira, e marquez de Valença por mercê de D. Affonso V em 1451. Não tomou estado, e falleceu em 1460, ainda em vida de seu pae. D. Fernando, que succedeu no ducado de Bragança, e D. Izabel, que casou com seu tio o infante D. João, filho d'el-rei D. João I. Do segundo matrimonio não houve descendencia, e a duqueza sua viuva, tomou o habito da ordem terceira de S. Francisco, passando o resto da sua vida em notavel recolhimento, até que falleceu em Guimarães a 26 de janeiro de 1480. D. Affonso, sendo ainda somente conde de Barcellos, quando regressou da tomada de Ceuta com seu pae, tomou por armas uma aspa vermelha em campo de prata, e sobre a aspa cinco escudos das quinas do reino sem a orladura dos castellos; por timbre meio cavallo branco com tres lançadas no pescoço em sangue, bridado de ouro, com cabeçada e redeas de vermelho.

Bragança *(D. Alexandre de)*. Arcebispo de Evora, inquisidor geral, etc. N. em Villa Viçosa a 17 de setembro de 1570, onde tambem falleceu a 11 de setembro de 1608. Era filho do 6.º duque de Bragança, D. João I, e da duqueza, sua mulher e prima, D. Catharina, filha do infante D. Duarte, filho d'el-rei D. Manuel, e de D. Izabel. Desde creança foi destinado á vida ecclesiastica, para que mostrava decidida vocação. Estudou theologia na Universidade de Coimbra, graduando-se n'esta faculdade. Seu tio, D. Theotonio, sendo arcebispo de Evora, lhe deu uma conesia na sé d'aquella cidade, em 1593; seu pae o fez Dom Prior da collegiada de Guimarães, e o papa Clemente VIII, em 1602, o nomeou inquisidor geral d'este reino. N'este mesmo anno Filippe III de Hespanha e II de Portugal, o nomeou arcebispo de Evora. Tendo mandado construir na sé uma tribuna, para do seu paço poder ir directamente assistir aos officios divinos, os conegos imaginaram que o arcebispo os queria d'esta fórma vigiar, e queixaram-se ao rei, o que occasionou uma grande questão. Fundou a egreja do convento de S. João de Deus em Montemór-o-Novo, no proprio sitio onde nasceu este santo.

Bragança *(D. Alvaro de)*. Era o 4.º filho do 2.º duque de Bragança, D. Fernando I, e d'onde descendem os marquezes de Ferreira, duques de Cadaval, e as distinctas familias de Hespanha, os marquezes de Vilhescas, condes de Gelves e duques de Veragua. Ignora-se a data do nascimento, mas sabe-se que falleceu em Toledo a 4 de março de 1504. No anno de 1475, quando D. Affonso V determinou pugnar pelas pretenções de D. Joanna a *Excellente Senhora*, D. Alvaro acompanhou-o a Castella, assistiu ao sitio de Samora, e foi escolhido pelo soberano para plenipotenciario nas negociações que se fizeram entre os dissidentes, na occasião d'aquelle sitio, as quaes ficaram sem effeito. Entrou na batalha do Toro onde manifestou grande valor, recebendo então além de outras, a mercê concedida por D. Affonso V, do officio de chanceller-mór do reino. Acompanhou o monarcha na sua viagem a França, juntamente com seu irmão, o conde de Faro, e quando regressou ao reino, casou em 1479 com D. Filippa de Mello, filha do 1.º conde d'Olivença, D. Rodrigo Affonso de Mello, senhor de Ferreira e d'outras terras, guarda-mór da pessoa

d'el-rei e governador de Tanger. D. Affonso V ainda lhe conferiu os elevados cargos de regedor da Casa da Supplicação de chanceller-mór do reino. Poucos annos depois, em 1481, D. João II subiu ao throno, e começou logo a lucta com a nobreza, que em pouco tempo trouxe a ruina e a desgraça á Casa de Bragança. D. Alvaro procurou n'essa epoca tormentosa para a sua familia, afastar o perigo que estava imminente, e a esse respeito falou ao monarcha. D. João, porém, com a sua costumada dissimulação, não deixou perceber qual era o seu plano, de que resultou a morte no cadafalso do 3.° duque de Bragança, D. Fernando. Comquanto o monarcha em nada criminasse D. Alvaro, comtudo ordenou-lhe que saisse do reino, garantindo-lhe, porém, a propriedade das suas terras e dos seus bens. D. Alvaro partiu para França, e quando veiu a Barcelona, recebeu a noticia de que o monarcha trahira a sua palavra, e lhe confiscara todos os bens. Resolveu então buscar refugio na côrte do rei de Hespanha, onde o receberam com toda a distincção e estima, sendo-lhe concedidos os cargos de contador-mór e de presidente de Castella em que succedeu ao filho primogenito dos reis castelhanos, e além d'isso o estado de Gelves e a alcaidaria-mór de Sevilha e de Andujar. D. Alvaro continuou vivendo em Hespanha, chegando a tomar parte na guerra de Granada. Por morte de D. João II, el-rei D. Manuel, que lhe succedeu no throno, o mandou chamar a Portugal, assim como a todos os membros da Casa de Bragança que tinham sido tambem exilados, e restituiu-lhe todas as honras e senhorios que lhe pertenciam, e as que sua mulher lhe havia trazido em dote. O monarcha encarregou-o de tratar na côrte de Castella as negociações do seu casamento com a infanta D. Izabel, viuva do principe D. Affonso, filho de D. João II. Na qualidade de plenipotenciario de D. Manuel, D. Alvaro assignou em Burgos, onde estava a côrte castelhana, as escripturas nupciaes. Fallecendo D. Izabel e pouco depois o principe D. Miguel, unico filho d'este consorcio, o monarcha resolveu passar a segundas nupcias com a infanta D. Maria, sua cunhada, e foi ainda D. Alvaro quem recebeu a procuração da infanta para se fazer o casamento em Lisboa. Continuou por bastantes annos vivendo n'esta cidade, e voltando depois a Castella, falleceu em Toledo, como se disse. O seu cadaver foi mais tarde trasladado para o convento de S. João Evangelista em Evora. Do seu casamento houve a seguinte descendencia: D. Rodrigo de Mello, que foi o 1.° marquez de Ferreira; D. Jorge de Portugal, 1.° conde de Gelves em Hespanha; D. Izabel de Castro, condessa de Belalcaçar em Hespanha; D. Brites de Vilhena, que casou com D. Jorge, duque de Coimbra; D. Joanna de Vilhena, que foi condessa de Vimioso: e D. Maria de Menezes, que casou com o conde de Portalegre.

Bragança *(D. Anna de Jesus Maria de)*. Infanta de Portugal e marqueza de Loulé. N. em Queluz a 23 de dezembro de 1806, fal. em Roma a 22 de junho de 1857. Era filha de el-rei D. João VI e da rainha D. Carlota Joaquina de Bourbon. Foi com seus paes para o Brazil, em 1807, não contando ainda de edade um anno completo, regressando á patria na companhia da familia real em 1821, tendo 15 annos, sendo notada pela sua formosura. Apaixonando-se pelo segundo marquez de Loulé, pae do actual sr. duque d'este titulo, que passava por ser um dos homens mais sympathicos do seu tempo, casou particularmente na capella do paço de Queluz, em 5 de dezembro de 1827, tendo precedido *licença expressa* de sua mãe, e *consenso* de sua irmã, D. Isabel Maria, regente do reino, depois da morte de seu pae, el-rei D. João VI. Como testemunhas assistiram a imperatriz rainha, o capellão Sebastião José Martius, e o veador João da Cunha. A' infanta D. Anna de Jesus Maria, em vista da *licença* e *consenso*, fôram, por portaria do cardeal D. Patricio da Silva, 7.ª patriarcha de Lisboa, datada de 28 de janeiro de 1828, concedidas as dispensas de proclamas, e o *Vetitum Ecclesiæ* para se celebrar o casamento de Sua Alteza com Nuno José Severo de Mendoça Rolim de Moura Barreto, 2.° marquez de Loulé, 9.° conde de Valle de Reis, gentil-homem da Camara de D. João VI, e seu estribeiro-mór; 24.° senhor d'Azambuja, 12.° senhor da Povoa e Meada, 14.° senhor do morgado da Quarteira, etc. A cerimonia foi celebrada pelo padre Francisco André Affonso Parra, beneficiado e capellão da imperatriz rainha D. Carlota Joaquina. Na *Resenha das familias titulares e Grandes de Portugal*, de Silva Pinto, 1.° vol. pag. 179 e 180, veem publicada a portaria autorisando o casamento, que tem a data de 28 de janeiro de 1828, e o termo do casamento, passado pelo padre capellão, com a data de 29 de janeiro do mesmo anno, referindo-se a ter-se realisado a cerimonia em 5 de dezembro de 1827. Os illustres noivos fôram viver n'uma quinta em Calhariz de Bemfica. (V. *Bemfica*), onde se demoraram até ao dia 3 de fevereiro de 1828, segundo diz Vilhena Barbosa, no vol. 6.° do *Archivo pittoresco*, pag. 106, partindo depois como simples particulares em viagem de recreio pelas principaes cidades da Europa. Dizia-se que D. Miguel manifestara todo o seu rancor contra o marquez de Loulé, e que este nobre fidalgo achara mais prudente sair de Lisboa, a exemplo de muitos portuguezes que n'aquella calamitosa epoca emigraram para se livrarem das perseguições e violencias do partido absolutista, pretextando uma viagem de recreio ás côrtes estrangeiras. Contra a veracidade d'esta opinião, transcrevemos o seguinte, que se lê a pag. 755 das *Memorias historicas genealogicas dos duques portuguezes do seculo XIX*, por João Carlos Feo Cardoso de Castello Branco e Torres, e visconde de Sanches de Baena: «Cabe aqui declarar que é erro o ter-se affirmado que o infante D. Miguel se havia opposto a este casamento quando é bem sabido, que a realisação d'elle foi repentina e inesperadamente, tres annos depois de ter o infante saído de Lisboa para Vienna d'Austria. Em janeiro de 1828 partiram os noivos como simples

D. Anna de Jesus Mar a de Bragança

particulares na intenção de se divertirem n'uma excursão de recreio pelas principaes capitaes da Europa. Assim ficou consignado nos escriptos d'aquelle tempo,e crêmos serem taes conceitos a photographia da verdade. Embora os escriptores de hoje tenham interpretado aquella digressão, por uma simulada fuga, suppostamente devida aos receios de futuras perseguições por parte do infante D. Miguel. Ora será bom accrescentar que o temido infante só regressou a Lisboa em 22 de fevereiro de 1828, sob o accordo estatuido com seu irmão D. Pedro, e que, á vista das bases do tal consenso, não poderia haver razão plausivel para tanto temor, muito mais quando existia ainda a rainha D. Carlota Joaquina, a quem o infante cegamente obedecia». Só depois do restabelecimento do partido constitucional, é que os nobres marquezes de Loulé regressaram a Portugal. Começando mais tarde uma certa desharmonia entre os dois esposos, de que resultou viverem completamente separados, a infanta foi residir para Roma, onde falleceu com pouco mais de 50 annos de edade.

Bragança *(D. Antonio de)*. Filho natural de D. João V, um dos chamados *meninos de Palhavã*. V. *D. Antonio*.

Bragança *(D. Beatriz de Alencastre, duqueza de)*. Foi a segunda mulher do duque D. Theodosio I. Era filha de D. Luiz de Lencastre, commendador-mór de Aviz, e de sua mulher D. Magdalena de Granada, neta de D. Jorge, duque de Coimbra. Sendo clandestino este casamento, a rainha regente D. Catharina, viuva de D. João III, ordenou ao duque de Bragança que saisse da côrte, e vivesse quatro leguas distante de Lisboa. O exilio, porém, não foi demorado e o duque regressou á capital pouco tempo depois. A duqueza vivia santamente; passava muitas horas do dia e da noute em companhia das damas e das creadas no trabalho de varias manufacturas para serviço e ornato dos templos. Fal em 20 de fevereiro de 1589. Jaz sepultada no mosteiro das Chagas, de Villa Viçosa.

Bragança *(D. Constantino de)*. 7.º vice-rei da India. N. em 1528, fal. a 14 de junho de 1575. Era filho do 4.º duque de Bragança, D. Jayme I, e de sua mulher, a duqueza D. Leonor de Mendonça, filha de D. João de Gusmão, 3.º duque de Medina Sidonia, e de D. Izabel de Velasco. D. Constantino não tinha ainda 20 annos, quando foi como embaixador a França, representar el-rei D. João III no baptismo d'um filho de Henrique II. Sendo regente a rainha D. Catharina, na menoridade de seu neto, el-rei D. Sebastião, foi nomeado governador da India, com o titulo de vice-rei, em março de 1558. D. Constantino saiu de Lisboa em 7 de abril de 1558 com quatro naus, de que eram capitães: da *Garça*, o vice-rei; da *Rainha*, Aleixo Chichorro, vêdor da fazenda; da *Tigre*, Peixoto da Silva; e da *Castello*, Jeronymo de Mello. A armada chegou a Gôa a 3 de setembro. Pensando na conquista de Damão, pôz-se á frente d'uma poderosa armada de cem vélas, e largou a barra de Gôa em 2 de fevereiro de 1559. Esperava forte resistencia, mas afinal pôde tomar aquella praça sem maiores difficuldades, porque os seus defensores, desorientados por um invencivel terror, abandonaram a fortaleza. D. Constantino entrou então na cidade em triumpho, conseguindo apossar-se de Damão, sem que se derramasse sangue algum. Ao capitão de Cananor, que pelo seu procedimento despota e orgulhosos fez accender a guerra com o rajah, mandou D. Constantino varios reforços, e havendo o commandante de um d'estes attendido mais ao que lhe dictava o seu proprio valor do que ás ordens que tinha, o vice-rei prendeu-o em satisfação e disciplina, e em particular o felicitou pelas acções que praticara. N'esse anno teve de attender a Ormuz, que era constantemente ameaçada pelos turcos, e onde nem sempre os nossos soldados conservavam a necessaria disciplina, e logo no anno seguinte puniu tambem severamente os capitães de duas frotas, que no mar Roxo se haviam comportado mal, dando signaes de pouca bravura e intrepidez. Castigou e destruiu o rei de Jafanapatão, e lhe tomou um dente de bugio, que os chingalás e pegus adoravam, e pelo qual o rei de Pegú lhe dava 300:000 pardáos, mas porque era cousa contra a lei de Deus, o mandou queimar deante de si e dos embaixadores, depois de feito em pó n'um almofariz. Tomou Ceylão e depois a ilha de Manar, na qual mandou construir uma fortaleza. O seu governo durou tres annos e oito dias. Durante este tempo, restabeleceu a ordem nas finanças, e realisou importantes reformas na administração do Estado. A 7 de abril de 1561 embarcou D. Constantino de Bragança para o reino. Como fôra muito severo reprimindo os abusos dos seus subordinados, não deixou de ser victima de intrigas que muito o desgostaram. Essas intrigas deram em resultado que á sua chegada a Lisboa, os officiaes do fisco revistassem cuidadosamente a nau que o conduzira. Encontrando algumas pedras preciosas, mas em pequena quantidade, mandaram restituir-lh'as depois do prévio pagamento dos direitos. D. Constantino, porém, offendido, respondeu tranquillamente, que se o rei de Portugal exigia direitos por tão pequena porção de pedras que elle trazia como da sua estada no Oriente, era porque decerto estava muito precisado de dinheiro, e então tinha muito gosto em lhe offerecer não os direitos, mas as proprias pedras. D. Constantino, em quanto esteve na India, protegeu muito Luiz de Camões. Foi D. Luiz de Athaide quem lhe succedeu n'aquelle governo, e a quem D. Sebastião disse que governasse tão bem, como o fizera D. Constantino. Este monarcha, em 1571, insistiu para que o antigo vice-rei voltasse á India, offerecendo-lhe então o governo por toda a vida e um titulo, mas D. Constantino não acceitou. Casou este illustre fidalgo com sua prima D. Maria de Mello, filha do 1.º marquez de Ferreira, D. Rodrigo de Mello.

Bragança *(D. Constantino de)*. Filho segundo do marquez de Ferreira. Esteve na batalha de Alcacer Kibir, e n'ella ficou captivo. Sendo resgatado, voltou ao reino, e D. Filippe o fez conselheiro de Estado e presidente da junta para a cobrança dos tributos. Fal. em Lisboa a 16 de agosto de 1607.

Bragança *(Diogo de)*. Era um indio, brahmane de casta, mas que abraçou o Christianismo, e escreveu um livro em 1642, que dedicou a D. João IV, o qual tem por titulo: *Feitos heroicos de D. Fernando de Mendonça Furtado, obrados na India*. Este manuscripto conservava-se na livraria do conde de Vimieiro, segundo Barbosa Machado na *Bibliotheca Lusitana*, 1.º vol., pag. 641.

Bragança *(D. Duarte de).* Era filho do 7.º duque de Bragança, D. Theodosio II, e de sua mulher, a duqueza D. Anna de Velasco; irmão d'el-rei D. João IV. N. em Villa Viçosa a 30 de março de 1605 e foi baptisado na capella ducal de Villa Viçosa a 17 de abril seguinte. Fal. em Milão a 3 de setembro de 1649. Estudou com proveito as humanidades, sobresaindo principalmente no conhecimento da lingua latina e no de alguns idiomas mais importantes da Europa. Por morte de seu pae, emquanto D. João, que succedera no ducado de Bragança, se conservou solteiro, existiu entre estes dois irmãos a mais completa harmonia; porém, depois de se realisar o casamento do futuro rei de Portugal, em 1633, com D. Luiza Francisca de Gusmão, filha do duque de Medina Sidonia, reconheceu D. Duarte que a amizade de seu irmão para com elle esfriara um pouco. Antes de aquelle casamento, D. Duarte de Bragança tivera relações muito intimas com uma senhora nobre que vivia no palacio ducal, D. Maria Lara de Menezes, filha de João Paes o Velho de Menezes e Albuquerque, e de sua mulher, D. Joanna de Lara, segunda filha legitima do marquez de Villa Real e irmã do duque de Caminha. D'estas relações amorosas resultou o nascimento d'um filho, em 25 de abril de 1632, que depois teve o nome de D. Manuel Alvaro Velho. D. Luiza de Gusmão teve conhecimento d'estes amores, e procurou por todas as fórmas impedir o consorcio dos dois apaixonados amantes, porque projectava casar D. Maria de Lara com um seu parente de Castella. Apezar da opposição de D. Luiza de Gusmão, o casamento sempre se effectuou mais tarde, a 24 de junho de 1635, estando D. Duarte na Allemanha, celebrando-se a cerimonia por procuração, que D. Maria de Lara de Menezes passara a D. Filippe de Guevara, filho de D. Inigo Velez Ladron de Guevara, conde de Uñate, embaixador de Hespanha n'aquelle imperio. D. Duarte havia saído do reino a 12 de janeiro de 1634. Depois de realisado o consorcio, a duqueza empenhou-se em o occultar, fazendo passar por solteira D. Maria. Parece porém que tudo isto é falso. D. Duarte, soffrendo com a animosidade de sua cunhada, achando-se em posição secundaria, resolvera abandonar o palacio ducal, e em 12 de janeiro de 1634, como dissémos, saiu do Villa Viçosa em direcção a Madrid, acompanhado de D. Francisco de Sousa Coutinho, seu aposentador-mór, e de grande comitiva de creados de diversas categorias. O duque D. João proveu com bizarria á estentosa sustentação de seu irmão, mandando abrir creditos em Amsterdam, Hamburgo e outras praças de commercio d'Allemanha, Italia e França. Entrou em Madrid, onde apenas poucos dias se demorou, passando depois á Italia, ao Tyrol, e chegando ás visinhanças de Inspruck, escreveu á archiduqueza viuva Claudia de Médicis, governadora d'aquelles estados na menoridade de seu filho, o archiduque Fernando. A archiduqueza respondeu-lhe lisongeiramente, offerecendo-lhe hospedagem. Proseguiu a jornada, e ao aproximar-se de Vienna d'Austria, mandou ao imperador Fernando II um seu gentil-homem a participar a sua chegada e a offerecer os seus serviços no exercito imperial, solicitando a declaração do tratamento com que seria recebido. A resposta foi que seria tratado como os principes livres que serviam o imperio. O embaixador de Hespanha oppoz-se, querendo que D. Duarte fôsse tratado unicamente como os grandes de Hespanha, porém nada conseguiu, e D. Duarte foi acolhido pelo imperador e pela imperatriz com todas as demonstrações de affeição, sendo-lhe liberalisadas todas as preeminencias de principe livre, como fôra resolvido no conselho imperial. D. Duarte não se demorou muito na côrte. O exercito imperial, commandado pelo rei da Hungria, ainda depois da morte dos dois grandes luctadores Gustavo Adolpho e Wallenstein, prolongava a guerra chamada dos *Trinta Annos*, tendo á sua frente os turcos commandados por Bernardo Weimer. D. Duarte, n'esta lucta sangrenta evidenciou-se tanto como valente guerreiro, que o imperador o nomeou em 1636 sargento-general de batalha, escrevendo por seu proprio punho uma carta ao duque de Bragança, D. João II, felicitando o pelos feitos com que seu irmão D. Duarte illustrava na Allemanha o nome da sua patria e da sua familia. Diz um dos seus biographos: «D. Duarte pelejou na Pomerania e na Saxonia, e distinguiu-se na jornada de Bristoch, subindo postos, e grangeando louvores. Coronel do regimento da Banda Negra, e depois general de artilharia, patente muito elevada nas preeminencias, conciliou a severidade com a brandura, suavisando aos povos os rigores das armas.» D. Duarte militou na Allemanha, ao serviço do imperador, por espaço de cinco annos e meio, dando sempre seguras provas de lealdade e de incontestavel aptidão para a guerra. A' bravura no campo de batalha reunia a preciosa qualidade de severo mantenedor da disciplina, sem quebra de sentimentos que lhe grangearam o appellido de *Pae dos Soldados*. Saudoso da patria e dos seus, D. Duarte desejou vir a Portugal, e obtendo do imperador, já então Fernando III, uma licença de tres mezes, pôz-se a caminho. Não querendo atravessar a Hespanha, tomou a posta até Hollanda, onde fretou um navio que directamente o trouxe a Lisboa. Chegando á altura da barra, em 20 de outubro de 1638, encontrou dois navios de moiros que o investiram, seguindo-se peleja, dirigida por D. Duarte, e ferida valorosamente por Francisco de Mello, sendo os piratas destroçados. D. Duarte desembarcou então, passou a Aldeia Gallega, e seguiu jornada em liteira para Villa Viçosa, acompanhado dos seus creados. Parece que não teve o acolhimento que esperava, porque a sua visita foi muito curta, vindo logo para Lisboa, onde existia sua mulher, e foi viver n'umas casas no sitio da Cotovia, em sua companhia, não chegando a demorar-se dois annos. Todas as pessoas da côrte ali o fôram visitar, e alguns fidalgos,

D. Duarte de Bragança

vendo a frieza com que o duque D. João ouvia as praticas que se moviam contra a oppressão castelhana, lembraram-se de aproveitar o ensejo de estar em Lisboa um principe da casa de Bragança, que na Allemanha estudara e aprendera a guerra, porque podia muito bem ser elle o capitão de que se precisava para o empenho de se recuperar a independencia nacional. D. Duarte resistiu a todas as instancias dos fidalgos, e voltou para Allemanha, continuando a servir na guerra até ao fim do anno de 1640. Terminando a campanha, o exercito recolhera a quarteis de inverno, e estava D. Duarte em Suevia, nas visinhanças de Ulm, quando em Lisboa se realisava a gloriosa restauração do reino. A noticia d'este facto tão notavel chegou ao conhecimento do ministro castelhano junto do imperador, primeiro que ao desditoso principe. A culpa d'esta demora foi imputada ao secretario de Estado Francisco de Lucena, que D. João IV encarregara de transmittir ao infante o aviso do que occorria em Portugal, no intento de que a tempo lhe fôsse permittido sair do imperio e regressar á patria, que mais do que nunca tinha então necessidade do seu valor e talentos militares. O governo hespanhol, conhecendo os meritos de D. Duarte e receando que elle viesse a Portugal, deu apertadas instrucções aos ministros que tinha na Allemanha, os quaes trataram de se insinuarem no animo de Fernando III, pintando-lhe como relevante o serviço que podia fazer á corôa de Hespanha, prendendo o infante, impossibilitando o assim que elle partisse a auxiliar a guerra dos portuguezes contra os castelhanos. O ministro plenipotenciario do rei catholico em Vienna d'Austria era D. Francisco de Mello, fidalgo portuguez, filho de D. Constantino de Bragança, segundo genito da casa do marquez de Ferreira, e parente muito chegado da Casa de Bragança. Este ministro votara-se aos interesses de Castella, e recebeu ordem de Hespanha para, a todo o custo, conseguir a prisão de D. Duarte. D. Francisco de Mello pôz-se em campo; communicou ao imperador a noticia dos acontecimentos de Portugal, fazendo-lhe sentir que era do interesse da casa d'Austria embargar os passos a D. Duarte, impedindo-o de ir animar os portuguezes com os seus talentos politicos e experiencia da guerra. Não se poupou a empregar os meios mais ignominiosos, todos os ardis para resolver o archiduque Leopoldo d'Austria, e o imperador da Allemanha a consentirem na prisão do infante, a que ambos se oppunham por não lhe acharem culpa alguma, e que estando na Allemanha nada tinha com o que se passava em Portugal. Havendo finalmente o consentimento d'aquelles soberanos, D. Luiz Gonzaga foi encarregado de ir ao aquartelamento de Leyphen, com ordem de chamar o infante a Ratisbonna da parte do imperador, e no caso de desobediencia trazel-o preso. Ao mesmo tempo espalhavam os hespanhoes o boato de que o infante fugira, apenas soubera o que succedera em Portugal, e prometteram 8:000 hungaros a quem o colhesse ás mãos. D. Francisco de Mello, que não tinha inteira confiança em Gonzaga, subornou o general Piccolomini para que segurasse o infante em Leyphen Piccolomini deu a D. Jacintho de Vera a seguinte ordem: «Ordeno ao coronel D. Jacinto de Vera, que vá ao quartel de Leyphen prender o principe de Bragança, e que não podendo prendel-o, o mate, e que vivo ou morto, me traga o seu corpo.» D. Duarte escapou-se milagrosamente a esta cilada, porque, ignorando tudo quanto se urdia a seu respeito, havia partido de Leyphen para Ratisbonna, onde então se celebrava a dieta imperial, com o fim de tratar alguns negocios militares. O livrar-se da morte foi devido á casualidade de ter embarcado no Danubio, emquanto por terra os sicarios o procuravam. No dia 4 de fevereiro de 1641 o infante chegou a Ratisbonna. Quando desembarcou, viu á entrada da cidade a carruagem de D. Francisco de Mello, o que lhe causou grata impressão, julgando um acto de cortezia, que muito agradeceu. A illusão em breve se dissipou, porque ao entrar na carruagem viu dentro o dr. Agostinho Navarro, secretario da imperatriz, e em volta d'ella o preboste e os seus officiaes. Conduzido a uma estalagem onde estava o capitão das guardas do imperador com 40 mosqueteiros, o capitão disse-lhe que o soberano ordenava que não saísse d'ali sem novo aviso. Ficou alojado no quarto mais estreito da estalagem, mas de noite o mudou Gonzaga para outro, e o informou do motivo da prisão, affiançando-lhe da parte do imperador, que não seria entregue aos castelhanos, e que bem depressa seria restituido á liberdade. No mesmo dia fôram postos em custodia os criados de D. Duarte, e o dr. Navarro procedeu ao exame de todos os seus papeis. Oito dias depois foi transferido para a fortaleza de Passaw sob a guarda do coronel Schenk, do dr. Navarro e de 28 mosqueteiros. Ali teve D. Duarte uma hospedagem de principe, devida á generosidade do archiduque Leopoldo, de quem era a fortaleza. Mas esse allivio não durou muito tempo, porque os castelhanos solicitaram e obtiveram do imperador uma ordem severa, para que fôssem reforçadas as guardas, cerradas as janellas com grades de ferro, e tratado o infante como outro qualquer prisioneiro ordinario. No fim de 5 mezes, D. Duarte foi mudado para Gratz, onde chegou no dia 4 de julho de 1641, tendo feito a jornada em uma carruagem de D. Francisco de Mello. Este embaixador foi substituido pelo marquez de Castello Rodrigo, que se tornou ainda mais cruel que o seu antecessor. Esforçando-se por transferir o prisioneiro para os dominios dos reis catholicos na Italia, achou grande resistencia no imperador, mas o marquez recorreu á seguinte astucia: Como o thesouro imperial estava exhausto e os povos reduzidos a um estado miseravel, occasionado por 23 annos de guerra, lembrou-se que a offerta d'um donativo avultado acabaria com a indecisão de Fernando III, resolvendo-o á entrega do infante. Offereceu-lhe então 40:000 rixdalers, correspondentes a 40:000 cruzados da moeda portugueza, sendo parte de contado, e parte em letras de cambio. A offerta foi acceita, e o prisioneiro entregue ao embaixador de Hespanha. Este contrato de compra e venda celebrou-se em 25 de junho de 1642. Os hespanhoes resolveram mandar o infante para a fortaleza de Milão. Encerrado n'uma liteira com o dr. Navarro e o barão de Stumbemberg, commissario imperial, o infante saiu de Gratz, e chegando a 16 d'agosto d'esse anno aos confins da Valtelina, foi entregue pelo commissario imperial a um sargento-mór, que o governador de Milão mandara para ali com 185 soldados, a fim de receber o prisioneiro e o es-

coltar até Milão. Chegando a 25 de agosto a esta cidade, foi logo encerrado na fortaleza da Rochetta, d'onde nunca saiu. Depois de 8 annos e meio de captiveiro, em que soffreu resignado todas as affrontas e tratos que os carcereiros lhe infligiram, falleceu o infante D. Duarte de Bragança a 3 de setembro de 1649. Já proximo da morte fez testamento em que deixou bastantes legados a facultativos, officiaes, ao capellão e criados, instituindo por herdeiros a D. Theodosio, D. Affonso e D. Pedro, filhos de seu irmão el-rei D. João IV. Sua esposa fallecera em Lisboa a 23 de junho do referido anno, succumbindo aos profundos desgostos causados por tão enormes desgraças. D. Duarte póde considerar-se um martyr da restauração de Portugal, porque a guerra movida pela Hespanha contra elle, proveiu de ser irmão de D. João IV, e dos seus altos merecimentos como militar experimentado, e do receio do poderoso auxilio que poderia prestar á sua patria, se estivesse em liberdade. Acerca do infeliz infante, escreveu o sr. José Ramos Coelho uma notavel obra em dois grossos volumes, que encerra documentos importantissimos, e uma minuciosa biographia. A obra intitula-se: *Historia do infante D. Duarte, irmão de el-rei D. João IV*, tomo I, Lisboa, 1889; tomo II, Lisboa, 1890. O fallecido escriptor José Silvestre Ribeiro, tambem escreveu o seguinte livro: *Esboço historico de D. Duarte de Bragança, irmão de el-rei D. João IV*, Lisboa, 1876.

Bragança *(D. Fernando I, 2.º duque de)* Era filho do 1.º duque, D. Affonso, e sua mulher D. Beatriz Pereira Alvim, filha do condestavel D. Nuno Alvares Pereira. Sendo ainda muito creança, seu avô lhe cedeu o condado de Arraiollos. N. em 1403, fal. em Villa Viçosa em 1 de abril de 1478. Tendo fallecido seu irmão mais velho, D. Affonso, marquez de Valença, succedeu a seu pae no ducado de Bragança. Quando em 1437 se organisou a expedição a Tanger, foi D. Fernando incumbido dos preparativos de parte da esquadra que saiu do Porto, e nomeado condestavel de toda a armada. Acompanhou os infantes D. Henrique e D. Fernando. Em Africa comportou-se com extremado valor e coragem, e apezar de ferido continuou a rebater os ataques dos moiros e a empregar todos os esforços para diminuir os tristes resultados da imprudencia com que foi executada essa empresa. Regressando ao reino, seguiram-se as discordias entre o partido da rainha D. Leonor e o infante D. Pedro, em que seu pae muito influiu, como inimigo declarado do regente (V. *Bragança, D. Affonso I, 1.º duque de*). O conde de Arraiollos, segundo parece, por mais d'uma vez procurou conciliar os dois partidos, vendo, porém, que nada conseguia, resolveu afastar-se de Portugal. N'este proposito, quando morreu o conde de Villa Real, D. Fernando de Noronha, governador de Ceuta, pediu este governo, e sendo nomeado partiu para Africa em 1445. O conde d'Arraiollos recebendo a noticia de que a guerra movida contra o regente, tomara graves proporções, deixou a praça de Ceuta em 1448, e veiu á côrte defender seu tio D. Pedro. O irmão mais velho, conde de Ourem, quiz ao principio demovel-o d'aquelle proposito, appellando para os laços de familia, vendo, porém, que D. Fernando persistia na defeza de seu tio, tratou de inspirar suspeitas a D. Affonso V contra o proprio irmão. Nada conseguindo, porque o monarcha não dava ouvidos ás suas intrigas, recorreu então a outro expediente, procurando afastal-o de Portugal. Fez constar que os moiros tinham vindo cercar a praça de Ceuta; d'esta fórma, o conde de Arraiollos teve de partir outra vez para o seu governo, ficando seu pae e irmão proseguindo na lucta contra o regente, lucta que terminou com a batalha d'Alfarrobeira. Em 1450 deixou o governo de Ceuta. Dois annos depois D. Affonso V encarregou-o de fazer com que o infante D. Fernando voltasse ao reino, d'onde havia saído secretamente, e em maio de 1455 elevou-o a marquez de Villa Viçosa, a que accrescentou o ducado de Guimarães, em recompensa de, quando estivera em Ceuta, ter sustentado á sua custa, 200 cavallos e 1:000 infantes. Em 1458 acompanhou com seus filhos o monarcha na expedição que tomou Alcacer-Ceguer, e por morte de seu pae e de seu irmão, herdou o titulo e Casa de Bragança. Em 1463, voltando D. Affonso V a Tanger, o duque de Bragança acompanhou o levando 700 lanças e 2:000 infantes. No meio dos perigos e das difficuldades d'essa expedição, mostrou sempre valoroso animo e decidida bravura. O soberano em recompensa, estando ainda em Africa, lhe fez a mercê de elevar a villa de Bragança a cidade. D. Affonso V não descançava no proposito de conquistar as praças africanas, e em 1471 novamente deixou o reino encaminhando-se para Arzilla. O duque de Bragança não o acompanhou n'esta empresa, porque o monarcha lhe confiou a regencia do reino durante a sua ausencia. O duque casou em 28 de dezembro 1429 com D. Joanna de Castro, filha e herdeira de D. João de Castro, senhor de Cadaval e d'outras terras, e de sua mulher, D. Leonor da Cunha. D'este matrimonio houve 9 filhos: D. Fernando, que foi o 3.º duque de Bragança; D. João, marquez de Montemór o-Novo; D. Affonso, conde de Faro; D. Alvaro, conde de Tentugal; D. Antonio, que morreu creança; D. Izabel, que falleceu solteira; D. Brites, que casou com D. Pedro de Menezes, 1.º marquez de Villa Real; D. Guiomar, que casou com D. Henrique de Menezes, 1.º conde de Loulé e de Valença; D. Catharina promettida esposa de D. João Coutinho, 3.º conde de Marialva, cujo casamento se não realisou, por ter fallecido o conde na tomada d'Arzilla.

Bragança *(D. Fernando II, 3.º duque de)*. Era filho do 2.º duque, D. Fernando I, e de sua mulher, a duqueza D. Joanna de Castro. N. em 1430, e foi supplicіado em Evora a 20 de junho de 1483. Durante o reinado de D. Affonso V gozou da illimitada estima d'este monarcha, que lhe fez doações importantissimas e assignaladas mercês. Acompanhou seu pae á tomada de Alcacer-Ceguer, e em 1461 passou novamente a Africa a servir debaixo das ordens de D. Duarte de Menezes, governador de Ceuta. No anno seguinte regressou a Portugal e foi feito fronteiro das provincias de Entre Douro e Minho e de Traz-os-Montes. Mais tarde recebeu o titulo de conde de Guimarães, que em breve ficou elevado a ducado. Em 1463 partiu com D. Affonso V para Africa, e com elle tambem esteve na entrevista de Gibraltar. Em 1471 voltou a Africa com o soberano, entrando com elle em Hespanha, quatro annos depois, por occasião da guerra com Fernando e Izabel; não assistiu á batalha de Toro,

por ter ficado n'esta cidade, encarregado da guarda da rainha D. Joanna, mais conhecida na historia pela *Excellente Senhora*. Quando o principe D. João, depois da batalha, entrou na cidade de Toro ao tempo em que nada se sabia de D. Affonso V, o duque julgando o rei morto ou prisioneiro, accusou o principe D. João de ser mau filho e ambicioso, sem attender ás reflexões que este lhe fazia, socegando sómente quando teve a certeza de que o rei estava salvo e livre de perigo. Em 1478, pelo fallecimento de seu pae, succedeu na Casa e ducado de Bragança, tornando-se o maior senhor, não só de Portugal, como de Castella, Navarra e Aragão, porque tinha numerosos dominios e extraordinarios privilegios (V. *Bragança, Casa de*). O duque D. Fernando II casou duas vezes: a primeira, em 1447, tendo apenas 17 annos de edade, com D. Leonor de Menezes, filha de D. Pedro de Menezes, 2.º conde de Vianna e 1.º conde de Villa Real, alferes-mór d'el rei D. Duarte, governador de Ceuta e almirante do reino. D'este matrimonio não houve filhos. Enviuvando em 1452, passou a segundas nupcias, a 19 de setembro de 1472, com D. Izabel, filha do infante D. Fernando e de sua mulher, a infanta D. Beatriz; irmã d'el-rei D. Manuel, do duque de Vizeu e da rainha D. Leonor, mulher de D. João II. D'este matrimonio nasceram os seguintes filhos: D. Filippe primogenito, a quem D. Affonso V concedeu o titulo de duque de Guimarães, estando em Toro, apenas teve noticia do seu nascimento. Falleceu em Castella, ainda creança; D. Jayme, que foi o 4.º duque de Bragança; D. Diniz, que casou em 1501 com D. Brites de Castro Osorio, filha herdeira dos condes de Lemos, uma das mais illustres familias de Hespanha; D. Margarida, que esteve para casar com el-rei D. Manuel, então duque de Beja, casamento que não se realisou, pela prematura morte d'esta senhora. Por morte de D. Affonso V em 1481, subiu ao throno seu filho, o principe D. João. Inimigo declarado da nobreza, em extremo cioso da mais absoluta autoridade que muitas vezes degenerou em atroz despotismo, o pensamento predominante de D. João II era o de acabar com a preeminencia e immunidade dos grandes vassallos da corôa. Dotado de grande firmeza de genio e de extraordinaria sagacidade, não hesitou em luctar contra essas classes orgulhosas, que possuidoras da maior parte do paiz, de innumeros privilegios e regalias, habituadas a exercer acção despotica dentro dos seus coutos e honras, sem que os reis ousassem tomar-lhes contas das suas violencias, haviam de offerecer tenaz resistencia contra as pretensões, que ameaçassem reduzil-as a um completo aniquilamento. O primeiro acto do governo de D. João II foi a convocação das côrtes em Evora, onde os senhores, villas e cidades do reino, todos lhe prestaram homenagem. Começaram os profundos golpes na propriedade, na jurisdicção, e em toda a especie de regalias das classes privilegiadas; reformas, cujo fim principal era abater a nobreza e em parte o clero. Exigiu-se dos alcaides e donatarios nova fórma de menagem, chamaram-se a exames as cartas de mercês e doações, cerceou-se muito a jurisdicção criminal que os fidalgos exerciam nas suas terras, e ampliou-se o direito de appellação para as justiças reaes. A nobreza indignou-se altamente com estas novas medidas; ferida no seu orgulho e interesses, ergueu-se altiva e ameaçadora contra o soberano. O duque de Bragança protestou logo contra a nova formula de menagem, e para justificar esse protesto mandou a Villa Viçosa o védor da sua fazenda buscar as doações e escripturas que se guardavam ali n'um cofre secreto. O védor delegou esta incumbencia a um seu filho, e este levou para o auxiliar na busca o escrivão da fazenda da Casa de Bragança, Lopo de Figueiredo. Lopo descobriu no cofre muitas cartas d'onde se concluia que D. Fernando com receio da inimisade do novo rei, tratava de procurar alliados em Castella. Guardou essas cartas cuidadosamente, e veiu apresental-as a D. João II. O monarcha deixou passar tempo, com a maior dissimulação, esperando o momento opportuno de se livrar d'um poderoso adversario e de abater o orgulho da altiva nobreza. A razão principal que obrigava D. João II a contemporisar um pouco com os fidalgos, era o perigo que, no caso de rompimento definitivo, poderia correr seu filho o principe D. Affonso, que em consequencia do tratado com Castella, estava em *terçaria* em Moura, e por isso o seu maior empenho era acabar com aquella *terçaria*. Andando n'esta diligencia, o monarcha occultava cuidadosamente as suas idéas de vingança, chegando até a dizer, n'uma entrevista com o duque de Bragança em que mostrou ser sabedor dos tramas urdidos pelos nobres, que o seu desejo era perdoar e esquecer tudo. Os fidalgos, conhecendo este facto, continuaram a resistir com mais audacia ás ordens do soberano, tratando de estreitar os laços de amizade com os reis de Hespanha, de quem esperavam valioso auxilio para realisarem o seu intento. Em maio de 1483 desfez-se a *terçaria*, o principe D. Affonso foi para Evora, onde estava a côrte, acompanhado do duque de Bragança, a quem D. João acolheu com a maior affabilidade. Alguns dias depois, o duque foi despedir-se do monarcha, protestando novamente a sua fidelidade. D. João escutou-o em silencio e convidando-o depois a passar ao guarda-roupa, apenas ali entraram, lhe disse que se considerasse preso. Immediatamente appareceram Ayres da Silva e o valido Antão de Faria, a quem foi confiada a guarda do prisioneiro. D. João mandou logo instaurar processo ao duque. Chamou a Evora todos os ministros da Casa da Supplicação que estavam em Torres Vedras, e escolhendo o dr. João de Elvas para formular o libello, accusou o duque de ter correspondencia com os reis de Castella, dizer mal do seu rei, ter procurado impedir o cumprimento das terçarias, de ter diligenciado que os castelhanos entrassem na Guiné com prejuizo dos portuguezes, etc. O processo seguiu com a maior ra-

D. Fernando II
3.º duque de Bragança

pidez e com as maiores irregularidades, porque foi o proprio rei quem escolheu os advogados do duque, não se admittiram testemunhas de defeza, recusou-se o julgamento pelos seus pares que D. Fernando solicitou, o que fez acreditar ao duque, que se tratava unicamente de o senteneiar á morte. E na verdade, depois de dois dias e de duas noites passadas em deliberações, foi o duque condemnado por unanimidade a ser degolado na praça publica de Evora, confiscando se-lhe todos os seus bens para a Corôa. Na madrugada de 20 de junho levaram o duque para uma casa situada na praça de Evora, e só depois de ali chegar, é que lhe communicaram a sentença. De manhã vieram buscal-o para o patibulo, e pouco depois era-lhe decepada a cabeça pela mão d'um algoz mysterioso. O cadaver foi levado pelo cabido da egreja metropolitana de Evora para S. Domingos, d'onde depois se trasladou para Villa Viçosa. Os filhos do fallecido duque, e os seus irmãos, o marquez de Montemór-o-Novo, o conde de Faro e D. Alvaro, fugiram do reino, e refugiaram-se em Castella, onde fôram bem recebidos. A viuva, a duqueza D. Izabel falleceu em 1521, sendo enterrada na egreja do convento da Madre de Deus. Quando el-rei D. Manuel subiu ao throno em 1495, um dos seus primeiros cuidados foi o chamar ao reino os senhores da Casa de Bragança e reintegral-os nas suas honras, privilegios e propriedades. V. *Bragança (Casa de)*.

Bragança *(D. Francisco de)*. Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, conego da sé de Evora, etc. Nasceu no Porto, como consta d'uma carta escripta a 15 de novembro de 1618 ao senado da mesma cidade; falleceu em Coimbra, segundo se lê na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, no 1.º de fevereiro de 1634. D. José Barbosa nas suas *Memorias do Collegio de S. Paulo*, e Fr. João do Sacramento na *Chronica dos Carmelitas descalços*, tomo II, dizem que fallecera em Lisboa. Era filho de D. Fulgencio de Bragança, D. Prior-mór da real collegiada de Guimarães, e neto de D. Jayme, 4.º duque de Bragança. Recebeu uma distincta educação de seu tio D. Theotonio de Bragança, arcebispo de Evora. Depois de ser instruido na lingua latina e em letras humanas, passou á Universidade de Coimbra, onde foi admittido como porcionista do Real Collegio de S. Paulo a 21 de fevereiro de 1855, e se graduou na faculdade de Direito Pontificio. Além da dignidade de conego da sé de Evora, foi visitador e reformador da Universidade, deputado da inquisição de Lisboa e da Mesa da Consciencia e Ordens; sumilher da cortina; desembargador do Paço, commissario da Bulla da Cruzada, deputado do conselho geral do Santo Officio, e do conselho de Portugal em Madrid, e do conselho de Estado do rei catholico, procurador da nobreza nas côrtes celebradas em Lisboa em 1619, e depois em 1630, nomeado patriarcha de Portugal e India, o que não chegou a effeituar-se. A sua casa, que se compunha de grande numero de creados, era academia de sciencias, porque elle mandava ensinar aos servos por mestres abalisados as artes por que tinham mais vocação, aprendendo uns letras humanas e outros regras de pintura. Quando foi reformador da Universidade, cargo para que foi nomeado pela provisão de 20 de março de 1604, sendo reitor o dr. Affonso Furtado de Mendoça, e de que tomou posse em 10 de novembro do mesmo anno, fôram-lhe dados como adjuntos os lentes de prima e vespera, e os deputados da mesa da fazenda Quando o dr. Furtado de Mendoça saiu da reitoria a 4 de janeiro de 1605, continuou por algum tempo D. Francisco de Bragança os seus trabalhos de reformação, que estavam ainda atrazados. Procedeu depois á reforma dos estatutos, a qual foi approvada pelo alvará de 20 de julho de 1612, sendo porém só admittida e publicada em outubro do referido anno. Esta reforma anda inserta na edição dos estatutos de 1654. D. Francisco de Bragança era muito religioso; mandou construir uma capella, ornada de singulares peças de prata e preciosos paramentos. O seu cadaver foi sepultado junto á capella mór do Collegio de Coimbra. Em 20 de janeiro de 1641 transferiu-se para a egreja de S. Roque, de Lisboa, onde jaz na capella do Nascimento, junto á sacristia. Por sua iniciativa publicou-se em castelhano a seguinte obra: *Copia de los pareceres y censuras de los Reverendissimos Padres Maestros, y Señores cathedraticos de las insignes ciudades de Salamanca y Alcalá, y de otras personas doctas sobre el abuso de las figuras y pinturas lascivas e deshonestas*, etc. O *Diccionario bibliographico*, de Innocencio Francisco da Silva, vol. II, a pag. 360, dá nota da seguinte obra tambem escripta em castelhano: *Instruçam da ordem que se ha de ter na administraçam, publicaçam e arrecadaçam da Bulla da sancta cruzada, novamente concedida, que se ha de publicar este anno que vem de 1613*. Não traz logar da impressão; fol. pequeno, de 18 folhas numeradrs pela frente, tendo no fim de chancella a assignatura *dõ fr.co de Brag.ça*.

Braganca *(D. Fulgencio de)*. Abbade commendatario de S. Salvador de Travanca, da ordem de S. Bento; prior commendatario de Santa Maria de Moreira, dos Conegos regrantes, chantre da collegiada de Barcellos e prior commendatario de Santa Maria, de Guimarães. Era filho do 4.º duque de Bragança, D. Jayme, e de sua segunda mulher, D. Joanna de Mendonça. Falleceu a 7 de janeiro de 1581.

Bragança *(D. Jayme I, 4.º duque de)*. Era filho do 3.º duque, D. Fernando II, e de sua mulher, a duqueza D. Izabel, N. em 1479, fal. a 20 de setembro de 1532. Tinha apenas 4 annos de edade, quando seu pae foi decapitado em Evora, e sendo logo levado para Castella com seus irmãos e tios, só voltou a Portugal no reinado de D. Manuel, em 1497, quando este monarcha chamou para junto de si os senhores de Bragança. Em Castella encontrara D. Jayme a maior protecção, especialmente da rainha D. Izabel, que lhe dera para aio Lopo de Sousa, fidalgo que descendia do nosso rei D. Affonso III. Na qualidade de legitimo herdeiro do duque seu pae, por ter fallecido em creança o filho primogenito D. Filippe, D. Jayme ficou com o titulo de duque de Bragança, e D. Manuel o nomeou fronteiro-mór de todas as terras, que aquella nobre casa possuia, permittindo-lhe que tomasse posse das mercês concedidas aos seus antepassados, e em 1500 declarou nullos os effeitos do processo criminal do duque D. Fernando Quando falleceu o principe D. João, filho e successor dos reis catholicos, a legitima successão d'aquelles estados recaiu na rainha de Portugal, D. Izabel, que em março de 1498 foi a Toledo com seu marido, el-rei

D. Manuel, sendo ali jurados e declarados successores dos reinos de Castella, Leão e Aragão. Antes da partida, o monarcha havia convocado côrtes em Lisboa, declarando o fim da sua viagem, e n'esta occasião, como D. Manuel não tinha filhos, os povos supplicaram que fôsse declarado successor presumptivo da corôa de Portugal o duque de Bragança, D. Jayme, por ser o parente mais proximo das pessoas reaes. O monarcha accedeu de bom grado, e reunido na sua camara o duque, alguns officiaes do palacio, ministros e grandes do reino, declarou D. Jayme herdeiro do throno portuguez, e todos que estavam presentes assim o juraram, beijando a mão ao duque. D. Jayme casou em 1502 com D. Leonor de Mendouça, filha de D. João de Gusmão, 3.º duque de Medina Sidonia, e de D. Izabel de Velasco. D. Jayme, segundo consta, era dotado d'um caracter melancholico, sujeito a accessos maniacos, muito dado a praticas religiosas, e em tal excesso, que intentou metter-se a frade capucho, já depois de ter casado com D. Leonor. Passava muito tempo com os eremitas da Serra d'Ossa; ainda se diz mais, que, persistindo na sua idéa de clausura, saiu secretamente do reino em direcção a Roma para obter as precisas licenças, e que el-rei D. Manuel, sabendo por uma carta que o duque lhe deixara, a sua resolução, mandara em seu seguimento, por differentes caminhos, sendo D. Jayme encontrado já em Aragão, d'onde regressou em obediencia ás ordens do monarcha. A'quelle seu caracter melancholico, ou talvez, como pretendem alguns historiadores, devido a um certo desarranjo nas faculdades mentaes, que se attribue á violencia com que matou, n'um accesso de ciume, sua mulher, D. Leonor, no proprio palacio de Villa Viçosa, em 2 de novembro de 1512, facto de que intentou justificar-se ordenando uma especie de devassa, em que nada se provou, por serem testemunhas as pessoas de sua casa, que lhe eram affeiçoadas e o temiam, tornando-se suspeitas por esse motivo. (V. *Bragança, D. Leonor de Alcoforado, Antonio de).* Este acontecimento causou a maior impressão na côrte, e D. Manuel, como satisfação, mandou instaurar processo contra o duque, porém D. Jayme refugiou-se em Evora-Monte. O processo fôra simulado, porque, segundo se julga, o duque não foi perseguido, poucas ou nenhumas diligencias se fizeram para o encontrarem, e mais tarde voltou á côrte. D. Jayme, sempre melancholico, perseguido pelos remorsos, que, muito o impressionavam, chegou a encerrar-se n'uma cisterna do palacio de Villa Viçosa, entregando-se ás mais rigorosas penitencias. O seu estado afflictivo, a falsa posição em que se encontrava perante a nobreza e do proprio povo, porque todos consideravam innocente a esposa que sacrificara aos seus ciumes, levaram D. Jayme a emprehender um grandioso feito, que d'alguma fórma fizesse esquecer o acto cruel que praticara. Por este motivo, logo no anno seguinte pensou na expedição a Azamor, em Africa. D. Manuel conferiu-lhe a capitania-mór e geral da armada e exercito, que deviam ir a essa expedição. A 3 de agosto de 1513 foi-lhe dada a patente d'aquelle posto e commissão, com plenos e absolutos poderes. Fizeram-se grandes apprestos para esta empresa, diz Damião de Goes; entre todos os navios de differentes especies de que se compunha a armada, não seriam menos de 400 vélas, e, além da gente do mar, iam na expedição 18:000 homens de guerra, sendo 15:000 a soldo d'el-rei, e os 3:000 do duque D. Jayme, que os havia alistado nas suas terras; depois tomou mais 1:000 homens em Lisboa, fardando á sua custa todos os 4:000, e 500 homens de cavallo, seus criados e vassallos. Como capitães da ordenança iam quatro esforçados cavalleiros que tinham tido larga pratica nas guerras de Italia. Muitos fidalgos, já conhecidos nas empresas d'Africa, iam na armada e no exercito, e entre elles D. João de Menezes, em quem recairia a capitania-mór, na falta do duque; D. Vasco Coutinho, conde de Borba, etc. No dia 14 do referido mez e anno, D. Manuel foi ouvir missa á Sé, e depois de estar na egreja, entrou o duque D. Jayme, vestido de branco trazendo ao pescoço um collar de riquissima pedraria, acompanhado por todos os officiaes da armada, e o seu alferes com o estandarte real, que o arcebispo de Lisboa benzeu. O rei recebeu então o estandarte, que logo entregou ao duque, ao qual recommendou tudo o que cumpria ao serviço de Deus e seu. O duque entregou o estandarte ao seu alferes. N'essa mesma tarde, D. Jayme, acompanhado de todos os fidalgos e mais pessoas distinctas que partiram na armada, foi ao paço despedir-se d'el-rei, embarcando em seguida, no intuito de seguir viagem logo no dia seguinte, porém só a 17 é que pôde largar ferro. No dia 28 surgiu na barra do rio de Azamor, fazendo-se o desembarque em Mazagão, indo d'ali no primeiro de setembro o exercito por terra para sitiar Azamor. Esta expedição foi muito feliz, porque depois de estabelecido o cêrco e d'alguns combates, de que não resultaram grandes perdas de parte a parte, a gente de Azamor abandonou a cidade, e o duque pôde n'ella entrar triumphante. (V. *Azamor).* Pouco depois regressou ao reino, chegando a Lisboa a 21 de novembro, indo logo a Almeirim, onde estava a côrte. A tomada de Azamor foi pomposamente festejada, o papa Leão X enviou ao duque um breve gratulatorio, e mandou celebrar em Roma uma solemnissima festa em acção de graças por mais este triumpho contra os infieis. D. Jayme casou pela segunda vez, em 1520, com D. Joanna de Mendonça, dama da rainha D. Leonor e filha de Diogo de Mendonça, alcaide-mór, de Mourão e do conselho d'el-rei. Do primeiro matrimonio teve dois filhos; D. Theodosio, que foi o 5.º duque de Bragança, e D. Izabel, que casou com o infante D. Duarte, filho d'el-rei D. Manuel. Do segundo matrimonio houve 9 filhos, dos quaes se evidenciaram D. Constantino, que foi o 7.º vicerei da India, D. Fulgencio, dom prior de Guimarães, e D. Theotonio, arcebispo d'Evora (V. *estes tres nomes).* D. Jayme criou para si uma guarda de 100 alabardeiros com seus capitães, a que depois juntou arautos e passavantes, e no serviço da sua Casa introduziu todos os empregos e logares que existiam na Casa Real. A pedido do monarcha, obteve do referido pontifice Leão X, a bulla de 15 de janeiro de 1517, pela qual lhe era permittido erigir 15 egrejas em commendas, para gratificar os fidalgos da sua comitiva, commendas que perderiam, deixando o serviço da Casa de Bragança. Além d'isto, o duque nomeou um grande numero de conegos e de curas nas suas terras, gozando todos de privilegios supe-

riores aos de todas as casas principescas da Europa. Foi o duque D. Jayme quem, em 1501, começou o actual palacio e a tapada de Villa Viçosa, e quem mandou construir um rico mausoléo para o condestavel D. Nuno Alvares Pereira. A duqueza D. Joanna de Mendonça sobreviveu ainda 48 annos a seu marido, vindo a fallecer em 1580.

Bragança *(D. João I, 6.º duque de)* Foi filho unico do 5.º duque, D. Theodosio I, e de sua mulher e prima, D. Izabel, filha de seu tio D. Diniz de Portugal. Não se conhece a data do nascimento, mas sabe-se que foi pouco tempo antes de 1517; fal. em Villa Viçosa a 22 de fevereiro de 1583. Desde muito creança foi destinado por D. João III, e depois pela rainha D. Catharina e D. Sebastião, a casar com sua prima, D. Catharina, filha do infante D. Duarte e de D. Izabel, irmã de seu pae. Este consorcio realisou-se a 8 de dezembro de 1563, tendo sido o contrato assignado em 8 de agosto do anno anterior. D. Sebastião quatro dias antes, em carta de 4 de agosto, havia-lhe concedido o titulo de duque de Barcellos para o primogenito da Casa de Bragança, com a permissão do filho d'este usar ainda em vida do avô o titulo de duque, pertencendo ao de Bragança o nomear-lhe o logar. Voltando d'uma viagem ao Algarve, em 1573, D. Sebastião dirigiu-se ao palacio de Villa Viçosa, onde foi recebido com a maior magnificencia. Quando o monarcha intentou, pela primeira vez, ir a Africa, quiz que o duque de Bragança o acompanhasse, confiando o governo do ducado á duqueza D. Catharina em 7 de setembro de 1574, dando assim á Casa de Bragança a importancia d'um reino. O duque foi effectivamente a essa expedição, levando 600 cavallos e 2:000 infantes das suas terras, e preparava-se para tambem partir com o soberano na infausta expedição de 1578, quando umas febres violentas o obrigaram a recolher ao leito. Vendo-se obrigado a desistir da empresa, enviou para acompanhar o rei, seu filho D. Theodosio, duque de Barcellos, que apenas contava 10 annos de edade. Era imponente a comitiva do joven duque. Além dos fidalgos e creados de sua Casa, levava importantes contingentes de cavallaria e infantaria, que fôram transportados em mais de 30 navios fretados á custa do duque seu pae. (V. *Bragança, (D. Theodosio, 7.º duque de)*. Depois da infeliz jornada de Alcacer-Kibir e da morte de D. Sebastião, foi acclamado rei seu tio o cardeal D. Henrique. Este monarcha estimava muito a familia Bragança, e principalmente a duqueza D. Catharina, mas não teve coragem de a declarar herdeira do reino. Durante este curto reinado, entrou o duque juntamente com a duqueza, sua mulher, na pretensão da corôa, e nas côrtes reunidas em Lisboa no mez de junho de 1579, prestou o juramento de só obedecer ao rei que os Estados escolhessem. Ainda vivia o cardeal-rei, quando Filippe II, de Hespanha, querendo afastal-o das suas pretensões, mandou offerecer-lhe o Brazil com o titulo de rei, o Algarve e as terras que fôram dos infantes, o cargo de grão mestre da ordem de Christo, e licença para mandar todos os annos uma nau á India Oriental por sua conta, promettendo-lhe ainda o casamento do principe D. Diogo com uma das suas filhas. O cardeal D. Henrique aconselhava a que fôssem acceitas estas proposta, porém D. Catharina, a despeito dos conselhos do tio, rejeitou-as formalmente em 20 de outubro de 1579, influindo com seu marido para que tambem as recusasse. Depois da morte do cardeal-rei, o duque de Bragança acompanhou os governadores do reino a Santarem e a Setubal, empregou ainda algumas diligencias para que fôssem reconhecidos os direitos de sua mulher á Corôa portugueza, mas afinal desistiu, e retirou-se para a villa de Portel. Depois da vinda de Filippe II a Portugal, o duque de Bragança serviu de condestavel nas côrtes convocadas em Thomar, onde o monarcha hespanhol, por suas proprias mãos, lhe deu o collar do Tosão de ouro, que é a insignia de maior reputação que costumam dispensar os reis de Hespanha, contra o costume dos seus antepassados, que não tinham tido ordem alguma militar de cavallaria nem portugueza nem estrangeira. Nas côrtes celebradas em Lisboa para o juramento do principe D. Filippe, tambem serviu de condestavel. Nada, porém, lhe pôde suavisar a dôr profunda por vêr que a violencia das armas de Castella e a ambição de alguns grandes de Portugal, o haviam despojado da Corôa, e aniquilado a liberdade de Portugal. Quando Filippe se retirou para Hespanha, concedeu ao duque de Bragança as seguintes mercês: para o herdeiro o cargo de condestavel do reino em tres vidas; para o filho segundo o titulo de marquez d'uma cidade de Castella com 4:000 habitantes e 4:000 cruzados de renda; para o terceiro filho uma commenda de Castella com o rendimento de 5:000 cruzados. Concedeu tambem a quantia de 200:000 cruzados pagos em quatro annos para desempenhar a Casa, a permissão de mandar vir da India por seis annos livres de direitos 10 quintaes de canella, egual quantidade de cravo e outro tanto de noz moscada, a confirmação do tratamento de *excellencia*, e a isenção dos direitos da chancellaria. Os ultimos annos de vida, passou-os o duque D. João em Villa Viçosa, entregue a exercicios de piedade. A duqueza D. Catharina sobreviveu ainda 31 annos a seu marido, fallecendo em 15 de novembro de 1614. Nunca mais se assignou *Duqueza de Bragança*, mas simplesmente *Catharina*. Os reis de Hespanha tratavam-n'a por *Senhora D. Catharina*, e chamavam-lhe *alteza*.

Bragança *(D. João de)*. Filho do 2.º marquez de Ferreira, D. Jayme. Foi conego e inquisidor de Evora, prior da collegiada de Guimarães e bispo de Vizeu. Falleceu em Evora a 4 de fevereiro de 1609.

Bragança *(D. João II, 8.º duque de)*. Foi o 21.º rei de Portugal. V. *D. João IV*.

Bragança *(D. Leonor de)*. Casada com o 4.º duque d'este titulo, D. Jayme I. Era filha de D. João de Gusmão, 3.º duque de Medina Sidonia, e da duqueza, sua primeira mulher, D. Izabel Velasco. O casamento foi contratado em 1500, e realisou-se em 1502. Passaram-se dez annos sem que se notasse entre os dois esposos facto algum digno de menção. Em 2 de novembro de 1512, D. Jayme, suspeitando que sua mulher entretinha relações amorosas com Antonio Alcoforado, fidalgo de sua Casa, mandou-o prender, n'um accesso de ciume, ordenou ao seu capellão que o fôsse confessar, e logo depois da confissão o mandou matar no proprio palacio de Villa Viçosa. (V. *Alcoforado, Antonio*). A duqueza, ouvindo

grande ruido, correu muito assustada aos seus aposentos em busca dos filhos, e sobre a cama em que elles estavam a encontrou o duque. Apenas a viu, o desvairado fidalgo mandou novamente chamar o capellão para a confessar. Quando o capellão saiu, D. Jayme voltou para junto da duqueza, resolvido a matal-a, porém D. Leonor, com a maior coragem, lhe perguntou de que provinha aquelle furor, e porque intentava tirarlhe a vida. O duque respondeu promptamente, que ella lhe fôra traidora, que manchara a sua dignidade. Não sou traidora, respondeu altivamente a duqueza, nem meus avôs o fôram nunca. E apresentando varias razões, chegou quasi a convencel-o da sua innocencia. O duque saiu do quarto, e encontrando a poucos passos um dos seus creados, Pedro Vaz, que de novo lhe influiu no animo suspeitas contra a honra da duqueza, voltou a encontrar-se com ella, e sem admittir a menor reflexão, a apunhalou. O cadaver da desditosa senhora foi sepultado na egreja de N. S.ª da Serra de Montes Claros, sendo mais tarde, por ordem de D. Theodosio II, trasladado para o mosteiro da Esperança, em Villa Viçosa.

Bragança *(Paschoal de)*. Official d'uma secretaria de Estado, que viveu no tempo da regencia de D. Pedro II, e entrou n'uma das muitas conspirações tramadas pelo conde de Humanes, embaixadores hespanhoes, ou pelos partidarios que deixara em Lisboa, contra a regencia de D. Pedro, e indirectamente contra a independencia do paiz. Foi preso e condemnado em 1678.

Bragança *(D. Theodosio I, 5.º duque de)*. Era filho do 1.º matrimonio de D. Jayme, 4.º duque de Bragança, e de sua mulher, a duqueza D. Leonor. Ignora-se a data do seu nascimento; fal. em 20 de setembro de 1563 Teve por mestre Diogo Sigeo, varão muito erudito, considerado como um dos primeiros sabios do seu tempo. Succedeu no ducado a seu pae, no anno de 1532. Depois do casamento de sua irmã D. Izabel com o infante D. Duarte, a quem doou o ducado de Guimarães, instituiu com os seus bens patrimoniaes um morgado importante que uniu aos que já existiam. O respectivo documento vem na *Resenha das familias titulares e grandes de Portugal*, a que já nos temos referido, 1.º vol. pag. 315, e tem a data de 8 de novembro de 1540. Em 25 de junho de 1542 casou com D. Izabel, sua prima, filha de D. Diniz de Portugal, que lhe trouxe algumas terras em dote. Em 1543 foi o duque de Bragança encarregado de acompanhar á fronteira a infanta D. Maria, filha de D. João III, que casou com o principe Filippe, filho do imperador Carlos V. O duque apresentou-se n'esta solemnidade com uma comitiva brilhante e numerosa, que se compunha de 350 cavalleiros, dos quaes 300 eram creados effectivos da sua Casa, e os restantes seus vassallos. Levava 20 moços de estribeira, vestidos de panno amarello, com barras de velludo azul, gôrras de milão (rôxas), e espadas prateadas; 100 alabardeiros vestidos á tudesca, de amarello e azul, com as alabardas douradas: 60 moços da camara, trajando de velludo azul e amarello, sapatos e gôrras de raso; 6 moços fidalgos vestindo de velludo preto com grossas cadeias de ouro, capas de grãa, e gôrras de velludo adamascado com pedraria. Constava a recamara de 80 azemolas, guarnecidas de seda amarella e azul, com reposteiros bordados de ouro e seda das mesmas côres. Trombetas com bandeiras de damasco ostentando as armas ducaes, charamelas e atabales. Assim acompanhou a infanta de Almeirim até Caia, onde era esperada por diversos fidalgos castelhanos, e entre elles o bispo de Cartagena, D. João Martins Silicio, que estava encarregado de a receber. Com egual magnificencia acompanhou o duque D. Theodosio a princeza D. Joanna, viuva do principe D. João e mãe d'el-rei D. Sebastião, quando em 1554 voltou para a côrte do imperador seu pae. Esta descripção encontra-se a pag. 33 e 34 do opusculo *A Casa de Bragança*, por D. Thomaz Manuel de Vilhena. Enviuvando o duque em 1558, passou a segundas nupcias em 4 de setembro de 1559, com D. Brites de Lencastre (V. *Bragança, D. Beatriz de Lencastre de)*. Emquanto viveu D. Theodosio não houve guerra em Portugal, apenas havendo a dizer, que a rainha regente D. Catharina o escolheu para general do exercito que devia ir em soccorro de Mazagão, mas que esta nomeação ficou sem effeito por se não realisar a marcha d'estas forças para Africa. D. Theodosio fundou alguns conventos; gostava muito da pintura e da esculptura, e era curioso do que se passava nas côrtes estrangeiras, sustentando em diversos paizes agentes que lhe remettiam noticias, que elle depois colligia em volumes, a que dava o titulo de *Os livros de muitas cousas*.

Bragança *(D. Theodosio II, 7.º duque de)*. Era filho de D. João I, 6.º duque d'este titulo, e de sua mulher e prima, D. Catharina, casada com o infante D. Duarte, filho d'el-rei D. Manuel. N. em Villa Viçosa a 28 de abril de 1568; fal. a 29 de novembro de 1630. Foi educado por Fernão Soares Homem e Antonio de Castro, sob a direcção de sua mãe e do seu aio D. Luiz de Noronha. Contando apenas dez annos de edade acompanhou D. Sebastião a Africa na fatal expedição de 1578. Apenas ali chegou, D. Theodosio, armado em guerra e a cavallo, seguiu o rei nos primeiros recontros com os infieis; mas, augmentando o perigo, o monarcha ordenou-lhe que se recolhesse no seu coche. Contrariado com esta ordem, dirigiu uma fervorosa supplica a D. Sebastião, mas não foi attendido, apezar de ser muito louvado o seu procedimento. D. Theodosio teve de obedecer, mas quando se deu a batalha de Alcacer Kibir, e o combate se tornou mais renhido, o pequenino guerreiro não pôde conter-se, e a despeito de todas as prohibições montou a cavallo, e seguido pelos seus, uniu se a D. Antonio, prior do Crato, e tomou parte na peleja, onde foi ferido na cabeça e ficou prisioneiro, assim como um grande numero dos seus servidores. O duque D. João, seu pae, mandou Jorge de Lemos tratar do resgate e D. Filippe de Hespanha escreveu ao rei de Marrocos, que afinal deu a liberdade á creança sem nada acceitar. O duque pagou então o resgate de todos os servidores á custa d'uma quantia importantissima e de presentes valiosos. D. Theodosio saiu do captiveiro em agosto de 1579, mas os hespanhoes que desejavam conserval-o longe do reino, com falsos pretextos lhe fizeram demorar a viagem, de sorte que ao chegar a Gibraltar, logo recebeu a noticia da morte do cardeal-rei. Indo depois a S. Lucar visitar o duque de Medina Simonia, foi recebido com pomposas festas, obrigando-o por este meio a conserval-o fóra de Portugal. Os duques

de Bragança, comprehendendo a razão de todas estas demoras, queixaram-se, e o monarcha castelhano ordenou positivamente que deixassem seguir D. Theodosio, e quando chegou a Portugal, D. Filippe o acolheu com todas as honras e distincções. Em 1589 defendeu Lisboa contra a expedição de D. Antonio e de Darke, e fortificou os pontos da costa que ficavam nas suas terras para resistir á armada ingleza, serviços estes que D. Filippe muito lhe louvou e agradeceu. O duque casou a 17 de junho de 1603 com D. Anna de Velasco, filha de João Fernandes de Velasco, condestavel de Castella, 6.º duque de Frias, conde de Haro, marquez de Berlengo, camareiro-mór do rei, dos conselhos de Estado, guerra e marinha, governador de Milão e presidente do conselho de Italia. D'este consorcio nasceu D. João, que foi o 8.º duque de Bragança e o 21.º rei de Portugal; o infante D. Duarte que falleceu estando prisioneiro na cidade de Milão (V. *estes nomes)*; D. Catharina, que morreu em tenra edade, e D. Alexandre, tambem fallecido ainda muito novo, em 1637.

Bragança *(D. Theotonio de)*. Era filho de D. Jayme I, 4.º duque de Bragança, e de sua segunda mulher, D. Joanna de Mendonça; irmão do 5.º duque, D. Theodosio I. N. em Coimbra a 2 de agosto de 1530, fal. em Valladolid a 24 de julho de 1602. Foi educado no palacio ducal de Villa Viçosa, passou depois a estudar os rudimentos da lingua latina no convento de Santa Cruz de Coimbra. Resolveu vestir o habito canonico, mas seus paes oppozeram-se, e não pôde realizar o seu desejo. Permanecendo, porém, n'este proposito, apezar de ser contrariado na sua vocação para a vida ecclesiastica, conseguiu fugir para o collegio da Companhia de Jesus, recentemente fundada, da mesma cidade de Coimbra, onde vestiu o habito a 12 de julho de 1549, contando 19 annos de edade. Tornou-se tão distincto, que o proprio Santo Ignacio de Loyola, desejando conhecel-o o chamou a Roma. D'esta cidade passou á Universidade de Paris, onde estudou as sciencias severas e se doutorou em Theologia. Percorreu em seguida varias terras de França, Italia e Inglaterra, e assistiu ao casamento de Filippe II com a rainha D. Maria, herdeira da corôa da Grã-Bretenha, celebrado em Londres no anno de 1554. Satisfazendo aos desejos do duque de Bragança, seu irmão, voltou a Portugal com bastante pezar, e foi nomeado thesoureiro-mór da collegiada de Barcellos, sendo depois provido n'uma egreja do padroado da sua Casa. Partiu mais tarde para Salamanca, onde se demorou até que o cardeal infante D. Henrique, em 1578, o nomeou seu coadjuctor e futuro successor no arcebispado de Evora, com o titulo de bispo de Fez, quando o cardeal infante occupava pela segunda vez este arcebispado, cuja nomeação foi confirmada pelo papa Gregorio XIII a 28 de junho do referido anno. Quando D. Henrique subiu ao throno, por morte d'el-rei D. Sebastião, cedeu o arcebispado de Evora a D. Theotonio, cargo de que tomou posse em 7 de dezembro de 1578. Foi este digno prelado o fundador do hospital da Piedade, do seminario de S. Manços, dos conventos de carmelitas descalços, das religiosas da villa do Torrão, e dos capuchos da provincia da Piedade. Entre estes edificios distingue-se o mosteiro da Cartuxa, em cuja fabrica se gastaram mais de 150:000 cruzados, e lhe estabeleceu rendas perpetuas para sustentação dos monges que o haviam de habitar, do qual tomaram posse a 15 de dezembro de 1598. Tinha um caracter bondoso, caritativo, e era muito esmoler. Quando em 1579 a provincia do Alemtejo padeceu grande esterilidade de que resultou a fome, o arcebispo abriu os seus celleiros aos necessitados, e mandou distribuir diariamente pão aos pobres. A' fome seguiu-se a peste, e o veneravel prelado prestou os mais valiosos serviços, dispendendo largas sommas nos soccorros dos atacados, a ponto de empenhar toda a prata que possuia, chegando elle proprio a dar o exemplo de caridade no tratamento dos doentes, e organisando no paço episcopal um hospital para os pobres. D. Theotonio assistiu ás côrtes de Thomar, em 16 d'abril de 1581, onde foi acclamado rei de Portugal Filippe II, de Hespanha; em Lisboa, a 30 de janeiro de 1583, em que foi jurado o principe D. Filippe, que depois foi rei de Castella e 3.º d'este nome. No seu palacio episcopal hospedou em 1582 a imperatriz Maria d'Austria, que veiu visitar seu irmão Filippe II, que estava em Lisboa, no anno 1583, quando este monarcha regressava de Lisboa a Madrid. D. Theotonio de Bragança falleceu repentinamente e com fama de santidade, tendo, 72 annos de edade, victima d'uma apoplexia. O seu cadaver foi transportado para Evora e sepultado no convento de Santo Antonio, que elle havia fundado. Possuia uma livraria importantissima, onde se encontravam muitos livros impressos de subido valor, edições raras, e muitos manuscriptos portuguezes valiosos, entre os quaes se contavam as obras d'el-rei D. Duarte; manuscriptos gregos dos santos padres, arabicos e d'outras linguas orientaes. O mosteiro da Cartuxa herdou esta livraria. Escreveu: *Epistola ad Gregorium XIII;* saiu impressa no tomo V da *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, por D. Antonio Caetano de Sousa; *Regimento do Auditorio Ecclesiastico do Arcebispado de Evora*, Evora, 1598; *Pastoral passada a 30 de Mayo de 1601.* Por sua iniciativa e á sua custa saiu a primeira vez impressa a obra de Santa Madre Thereza de Jesus, intitulada: *Camino de Perfecion.* Tambem a expensas suas se imprimiram: *Cartas que os Padres, e Irmãos da Companhia de Jesus escreverão dos Reinos do Japão, e China, e os da mesma Companhia da India, e Europa, desde o anno de 1545 até o de 1580*, tomo I e II, Evora, 1598.

Bragança *(Districto administrativo de)*. E' um dos 17 districtos do reino; está situado na provincia de Traz-os-Montes, sendo limitado ao N pela provincia hespanhola de Zamora, a E pela mesma provincia e pela de Salamanca, ao S pelos districtos da Guarda e de Vizeu, e a O pelo de Villa Real. Tem de superficie 666:933 hectares, e a sua população, segundo o censo de 1900, é de 185:586 habitantes, sendo 91:924 do sexo masc. e 93:662 do feminino. A capital é a cidade do mesmo nome. Divide-se em doze concelhos: Alfandega da Fé, Bragança, Carrazeda de Anciães, Freixo de Espada á-Cinta, Macedo de Cavalleiros, Miranda do Douro, Mirandella, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Villa-Flôr, Vimioso e Vinhaes. O districto pertence á provincia judicial do Porto. Na parte ecclesiastica constitue um bispado suffraganeo da provincia bracarense,

mas parte das freguezias dependem directamente do arcebispado de Braga. Tem 5 circulos eleitoraes, elegendo 5 deputados. Pertence á 3.ª divisão militar. A região d'este districto é em grande parte montanhosa. As serras principaes que o atravessam são as de Nogueira, que tem 1:321 metros de altura, e as de Bornes, e Montesinho, na fronteira da Galliza. Entre os rios Tudella e Rabaçal corre um contraforte que fórma a serra da Crôa, com 1:270 metros de altura, e a de Vinhaes com 1:027 metros, ficando a primeira proxima da fronteira da Galliza. Entre os rios Sabor e Douro prolonga-se um vasto planalto, cuja altitude varía entre 700 a 900 metros; notando-se as elevações de Avellanoso, ao N, com 949 metros, Pena Roias com 1:000 metros, e algumas junto a Mogadouro e Lagoaça, attingindo esta 883 metros. O referido planalto é cortado ao N pelas ribeiras de Angueira e Maçãs. E' o districto de Bragança banhado a E e ao S pelo rio Douro, que fórma o limite entre o mesmo districto, a Hespanha e as duas Beiras. O valle junto á foz do rio Sabor tem uma extensão de 12 kilom. aproximadamente, e uma largura de 800 metros. Este valle é quasi todo sujeito ás inundações do Douro. Os rios Tua e Rabaçal tambem limitam um valle de cerca de 20 kilom. de extensão, egualmente inundado com frequencia. N'este districto ha grande quantidade de terreno inculto; o solo montuoso e esteril oppõe-se, como succede a O do Douro, nas serras junto a Moncorvo e Lagoaça, a qualquer aproveitamento agricola. Ha grandes pinhaes e mattas de castanheiros, nas freguezias de Felgar e Larinha, devendo especialisar-se o pinhal do monte da Mua, que tem 8 kilom. de perimetro aproximadamente. Nas serras que se prolongam pela margem direita do rio Douro, ha grande quantidade de amendoeiras, que constituem um dos principaes rendimentos das povoações visinhas. A chamada terra fria, ao N do districto, comprehende o planalto que vae da margem de Douro para O, n'uma extensão de 30 kilom. aproximadamente. Ahi ha alguns terrenos cultivados, entre grandes superficies incultas. No planalto e nas serras d'esta parte do districto ha carvalhos e castanheiros e cultiva-se o centeio. Nos valles cultivam-se a vinha, o milho e a oliveira. No S do districto ha ingremes encostas sobranceiras á margem direita do Douro, quasi todas occupadas por excellentes vinhedos e arvores fructiferas, abundando a oliveira, o que egualmente se nota nas encostas que vão do Tua até ás alturas de Villa-Flôr. O terreno que se estende para o N, entre os dois rios Tua e Sabor, é inculto na sua maior parte, havendo pequenos tratos cultivados com optimos vinhedos nas encostas que olham o Tua, especialmente a léste de Torre de D. Chama, e nas freguezias de Edrosa e Ourilhão. A principal producção de districto é o vinho; entre os cereaes avulta o centeio. Quanto a riquezas mineraes, no districto só existem em lavra activa algumas minas de estanho. Na industria pecuaria os ramos mais importantes são o gado bovino e ovino, predominando no primeiro a chamada raça mirandeza, uma das mais importantes do paiz e muito apta para o trabalho. A industria da seda, tão tradicional n'este districto, tem tido alguma importancia, distinguindo-se nos concelhos de Bragança, Vinhaes, Macedo de Cavalleiros, Freixo de Espada-á-Cinta e Mogadouro. O concelho de Bragança comprehende 49 freguezias, incluidas as 2 que existem propriamente na cidade com uma população de 30:697 hab., sendo 15:543 do sexo masc. e 15:154 do feminino. As freguezias são: Alfaião (S. Martinho) com 301 hab.: 142 do sexo masc. e 159 do fem.; Avelleda (S. Cypriano) com 526 hab.: 267 do sexo masc. 259 do fem ; Babe (S. Pedro) com 586 hab.: 283 do sexo masc. e 303 do fem.; Baçal (S. Romão) com 563 hab.: 297 do sexo masc. e 266 do fem.; Calvelhe (S. Justo) com 458 hab.: 229 do sexo masc. e 229 do fem.; Carragosa (N. S.ª da Assumpção) com 532 hab.: 253 do sexo masc. e 279 do fem.; Carrazedo (Santa Cecilia) com 483 hab.: 260 do sexo masc. e 223 do fem.; Castrellos (S. João Baptista) com 477 hab.: 237 do sexo masc. e 240 do fem.; Castro de Avellãs (S. Bento) com 345 hab.: 183 do sexo masc. e 162 do fem.; Coelhoso (S. Thiago) com 578 hab.: 298 do sexo masc. e 280 do fem.; Deilão (N. S.ª da Assumpção) com 410 hab.: 214 do sexo masc. e 196 do fem.; Donai (O Salvador) com 594 hab.: 289 do sexo masc. e 305 do fem.; Espinhosella (Santo Estevão) com 648 hab.: 328 do sexo masc. e 320 do fem.; Failde (Santo Ildefonso) com 378 hab.: 198 do sexo masc. e 180 do fem.; França (S. Lourenço) com 513 hab.: 258 do sexo masc. e 255 do fem.; Gimonde (N. S.ª da Assumpção) com 294 hab.. 139 do sexo masc. e 155 do fem.; Gondesende (N. S.ª da Assumpção) com 399 hab.: 197 do sexo masc. e 202 do fem ; Gostei (S. Claudio) com 490 hab.: 268 do sexo masc. e 222 do fem.; Grijó de Parada (Santa Maria Magdalena) com 559 hab.: 272 do sexo masc. e 287 do fem.; Izeda (N. S.ª da Assumpção) com 996 hab.: 518 do sexo masc. e 478 do fem.; Macedo do Matto (N. S.ª da Purificação) com 564 hab.: 282 do sexo masc. e 282 do fem.; Meixêdo (Santo André) com 307 hab.: 149 do sexo masc. e 158 do fem.; Milhão (S. Lourenço) com 416 hab.: 222 do sexo masc. e 194 do fem.; Moz de Rebordãos (S. Nicolau) com 482 hab.: 262 do sexo masc. e 220 do fem.; Nogueira (S. Pelagio) com 420 hab.: 216 do sexo masc. e 204 do fem.; Outeiro (N. S.ª da Assumpção) com 934 hab.: 471 do sexo masc. e 463 do fem.; Parada (S. Genisio) com 1:022 hab.: 541 do sexo masc. e 481 do fem.; Paradinha Nova (S. Miguel) com 379 hab.: 195 do sexo masc. e 184 do fem.; Paramio (S. João Baptista) com 821 hab.: 410 do sexo masc. e 411 do fem.; Pinella (S. Nicolau) com 491 hab.: 253 do sexo masc. e 238 do fem.; Pombares (S. Fructuoso) com 228 hab.: 119 do sexo masc. e 109 do fem.; Quintanilha (S. Thomé) com 425 hab.: 224 do sexo masc. e 201 do fem.; Quintella de Lampaças (N. S.ª da Assumpção) 752 hab.: 379 do sexo masc. e 373 do fem.; Rabal (S. Bartholomeu) com 403 hab.: 211 do sexo masc. e 192 do fem.; Rebordainhos (Santa Maria Magdalena) com 470 hab.: 253 do sexo masc. e 217 do fem.; Rebordãos (N. S.ª da Assumpção) com 708 hab.: 369 do sexo masc. e 339 do fem.; Rio Frio (N. S.ª da Assumpção) com 752 hab.: 369 do sexo masc. e 383 do fem.; Rio de Onor (S. João Baptista) com 268 hab.: 145 do sexo masc. e 123 do fem.; Salsas (S. Nicolau) com 989 hab.: 502 do sexo masc. e 487 do fem.; Samil (N. S.ª da Assumpção) com 339 hab.: 171 do sexo masc. e 168 do fem.; Santa Comba de Rossas (Santa Comba) com 202 hab.: 90 do sexo masc. e 112 do fem.;

S. Julião dos Palacios (S. Bartholomeu) com 701 hab.: 339 do sexo masc. e 362 do fem.; S. Pedro de Serracenos (S. Pedro) com 555 hab.: 271 do sexo masc. e 284 do fem.; Sendas (S. Pedro) com 590 hab.: 287 do sexo masc. e 303 do fem.; Serapicos (N. S.ª da Assumpção) com 743 hab.: 384 do sexo masc. e 359 do fem.; Sortes (S. Mamede) com 612 hab.: 309 do sexo masc. e 303 do fem; Zoio (S. Pedro) com 518 hab.: 260 do sexo masc. e 258 do feminino.

Bragança. Cidade e capital de districto na provincia de Traz-os-Montes, cabeça de concelho, de comarca, e de bispado; da relação do Porto. É praça de guerra de 2.ª classe e pertence á 3.ª divisão militar. Está situada a 12 kilometros ao S da raia de Hespanha, n'uma vasta e fertil planicie, proximo do pequeno rio Fervença, que banha os muros da cidade e aflue ao Sabor. Tem duas freguezias, a da Sé (S. João Baptista), com 2:787 hab.: 1:405 do sexo masc. e 1:382 do feminino; e Santa Maria, com 2:689 habitantes: 1:325 do sexo masculino e 1:364 do feminino. A cidade fica junto das ruinas da antiga *Brigantia* e foi edificada com os seus despojos. A fundação da primeira povoação é attribuida por alguns autores a Brigo, quarto rei de Hespanha, no anno 1906 antes de Christo. Outros escriptores opinam que a antiga cidade se chamou primeiramente Celiobriga e mais tarde *Brigantio* ou *Brigantia*. No tempo dos romanos era esta Bragança uma povoação muito importante, e o imperador Augusto Cesar deu-lhe o nome de *Juliobriga*, em honra de Julio Cesar, seu tio, que a tinha reedificado e a fizera municipio do antigo direito latino. Os godos restituiram-lhe o nome primitivo. N'esta epoca e na dos reis de Leão a importancia da povoação não deveria ter diminuido, pois que foi sempre governada por condes, pessoas das principaes familias das Hespanhas, que só acceitavam os governos de cidades grandes e de consideração. No anno de 825 D. Affonso III, de Leão, deu o titulo de conde de Bragança ao famoso cavalleiro D. Pelayo. Durante as continuas guerras dos christãos contra os arabes, estes tomaram e saquearam muitas vezes Bragança, pelo que ficou completamente arruinada e despovoada. Em 1130, D. Fernão Mendes, cunhado de D. Affonso Henriques e grande senhor de Traz-os-Montes, achando aquella cidade destruida e despovoada, principiou a fundal-a no local de Bemquerença, antiga aldeia segundo uns autores ou simplemente uma quinta, segundo outros. A nova Bragança ficou então sendo conhecida por *Bemquerença*. (V. *este nome*). A aldeia, ou quinta, de Bemquerença e territorio circumvisinho pertenciam ao mosteiro de Castro de Avellãs, e D. Fernão Mendes deu em troca aos frades as villas de Pinello e Santulhão. Os moiros destruiram ainda esta nova cidade. El-rei D. Sancho I, por morte de

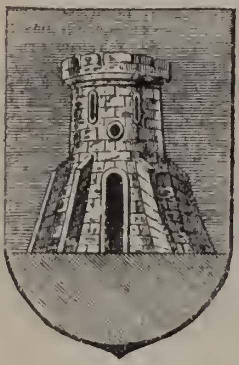
Brazão da cidade de Bragança

seu tio D. Fernão, ficou herdeiro do senhorio de Bemquerença; tratando logo de a povoar em maior escala, dividindo-a em villa e termo, e dando-lhe foral em 1187. Em maio de 1199 o rei de Leão sitiou Bemquerença e pretendia arrazal-a, mas D. Sancho derrotou as forças inimigas, obrigando o rei leonez a levantar o cerco. Parece que foi este monarcha que mudou o nome de Bemquerença para o de Bragança, pois que no tempo de D. Affonso III já em todos os documentos apparece o ultimo nome, com o titulo de villa. Desde então andou sempre na corôa, até que el rei D. Fernando a deu, com a villa do Outeiro, a João Affonso Pimentel, em dote de sua cunhada D. Joanna Telles de Menezes, irmã bastarda da rainha D. Leonor. Por morte de D. Fernando, João Affonso Pimentel tomou o partido de Castella contra a sua patria, pelo que D. João I lhe tirou quanto elle tinha em Portugal, mas os castelhanos lhe déram o condado de Benavente. Comtudo, os reis de Portugal pagaram por muitos annos aos condes de Benavente, cujas armas ainda existem no castello de Bragança, *dois açores de Irlanda* ou por elles 24$000 réis. Foi tambem senhor de Bragança D. Fernando, filho bastardo do infante D. João e neto de D. Pedro I, casado com D. Leonor Coutinho, e senhor do couto de Leomil; succedendo-lhe no senhorio de Bragança seu filho D. Duarte. Morrendo este sem filhos, o infante regente D. Pedro deu o referido senhorio, com o titulo de ducado, a seu meio ir-

Pelourinho

mão D. Affonso, conde de Barcellos, que foi o primeiro duque de Bragança. Desde então tem andado sempre na Casa de Bragança. (V. *este nome*). As condições topographicas e militares fi-

zeram d'ella um baluarte na fronteira do reino. A sua situação punha-a a coberto de uma surpresa ou golpe de mão do reino visinho, pela protecção natural que lhe davam pelo norte a serra de Sinabria, a 6 leguas de distancia; pelo poente a de Nogueira, a pouco mais de 1 legua; pelo noroeste a de Montesinho a 3 leguas; e pelo nascente as fortalezas raianas de Outeiro e Miranda; estando desprotegida apenas pelo S, por onde nada tinha a recear. Bragança foi portanto antigamente uma forte praça d'armas, toda murada e com um grande castello que se diz ter sido mandado edificar por D. Diniz no fim do seculo XIII, e que foi ampliado e talvez reedificado por D. João I pelo anno de 1390. Parte da muralha do castello foi destruida pelos hespanhoes em 1762, ficando tambem arruinado o forte de S. João de Deus, a noroéste. Junto ao castello estão as ruinas de uma casa acastellada que era dos duques de Bragança, e na qual durante seculos viveram os alcaides-móres. O quartel militar foi mandado edificar pelo general Manuel Jorge Gomes de Sepulveda em 1800. A casa da camara pertence ao seculo XII, parecendo ter sido mandada construir por D. Sancho I. Firma-se na abobada de uma cisterna que apanha toda a amplitude da casa, pelo que se chama *sala d'agua*. Tal como ainda se encontra, apresenta nas pilastras que guarnecem as paredes e no entablamento alguns vestigios de ornamentação que a tornam um monumento apreciavel. Bragança divide-se em duas partes, uma chamada a villa e outra a cidade, sendo a primeira a mais antiga. Na praça do castello, defronte da casa da camara, levantava-se o pelourinho, monumento devéras interessante pela sua architectura e construcção. E' todo de granito e formado por uma columna redonda de cerca de 5 metros de altura e de 30 centimetros de diametro. Serve-lhe de base uma grande pedra toscamente trabalhada que parece representar uma porca, nome por que é designada vulgarmente. Tem por capitel uma outra pedra arredondada da qual saem quatro modilhões com carrancas, tendo nos intervallos algumas figuras em relevo, de significação ignorada. Sobre esta pedra assenta outra de fórma hexagonal em cujas faces se vêem rosetas, uma figura alada e um escudo com as armas da cidade, seguro com as garras por um sileno. Este pelourinho ou picota foi mudado ha muitos annos para a praça de S. Thiago, onde hoje se vê. Bragança teve voto em côrtes, com assento no quarto banco. O seu brazão d'armas é muito controvertido, parecendo que tem usado diversos. Assim, o primeiro foi um escudo com um castello de prata, em campo azul sobre prado verde. Outro seria um escudo em pala, tendo do lado direito uma aguia parda, com as azas estendidas, mettidas entre duas meias luas e duas estrellas postas em aspa, e do lado esquerdo a esphera armillar; tendo no centro o escudo das quinas. N'um livro de armaria, denominado *de Alcobaça*, representam-se as armas de Bragança: um pato de prata, em pé, dentro d'agua, e em campo verde, tendo de angulo a angulo duas estrellas de oito raios e dois crescentes com as pontas para baixo. Porém nenhuma d'estas armas se encontram em monumento algum da cidade. As que se vêem, ou são como as que tem o pelourinho: um escudo partido em pala, na direita o escudo das quinas e na esquerda um castello; ou são como as que actualmente usa o municipio: um escudo em pala, na direita as quinas, e superiormente tres estrellas de prata de seis raios, dispostas em triangulo; na esquerda, em campo azul um castello de prata sobre prado verde, e na parte superior quatro estrellas formando um quadrado. O foral que D. Manuel deu a Bragança foi datado de Lisboa, a 11 de novembro de 1514. Na parte da cidade, antiga villa, está a egreja de Santa Maria, o primeiro templo que houve em Bragança. Uma provisão regia do seculo XVIII considera-a matriz da cidade, em que se faziam funcções assim reaes como as que era obrigada a fazer a camara, que por ser padroeira dava para ella cada anno 50 arrateis de cera. O prior

Castello e egreja de Santa Maria

tinha 130:000 réis e quatro economos, cada um com 40$000 réis. Tambem n'esta parte da cidade é a capella de S. Thiago, que foi commenda da ordem de Christo e rendia 200$000 réis. A freguezia de S. João Baptista, hoje sé, tinha abbade com a renda de 200$000 réis. Fica na parte da cidade. Em 1764 o bispo de Miranda transferiu a sé para Bragança; em 1770 o bispado foi desenvolvido em dois, que depois, em 1780, se reuniu, ficando definitivamente a séde em Bragança, tendo por cathedral o pequeno templo, que ainda hoje tem, que era a egreja do collegio dos padres da Companhia de Jesus. Houve em Bragança um convento de frades franciscanos, que se affirma ter sido fundado pelo proprio S. Francisco de Assis em 1214; um collegio de jesuitas fundado pelo povo, que em 1561 o deu aos padres da companhia; um convento de freiras franciscanas de Santa Clara, fundado pela rainha D. Catharina, mulher de D. João III, em 1570, ou como pretendem alguns autores, com maiores probabilidades de verdade, pela duqueza de Bragança, D. Catharina. O convento de freiras bentas de Santa Escholastica foi fundado em 1600 por D. Maria Teixeira. A cidade é bastante fria, mas produz toda a qualidade de cereaes, e principalmente milho, legumes, hortaliças, vinho verde, fructas, etc. N'outros tempos foi muito afamada pelos magnificos velludos, damascos, gorgorões e outros tecidos de seda, que produzia em larga escala e dos quaes fazia consideravel exportação, mas essa industria decahiu muito. Bragança foi berço de varões illustres, taes como: varios martyres do Christianismo, e de Filippe Dias, Francisco de Moraes, Antonio Pires da Silva, Antonio de Paiva e Pona, José de Barros Moraes e Pona, Lazaro Jorge de Figueiredo Sarmento, Manuel Jorge Gomes de Sepulveda, etc. Bragança tem alfandega de porto secco, lyceu, seminario, escolas para os dois sexos, misericordia, hospital civil e militar, asylo para raparigas abandonadas, denominado *Duque de Bragança*, carreira de tiro da guarnição, museu nacional, clubs, associações, theatro, direcção de obras publicas, intendencia de pecuaria, typographia, estação telegrapho-postal por decreto de 7 de abril de 1869, com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, etc. || *Jornaes:* Em Bragança teem-se publicado os seguintes: *Baixo Clero (O)*, 11 de agosto de 1899; *Boletim Diocesano de Bragança*, janeiro de 1898; *Boletim Official de Bragança*, 23 de junho de 1846 a 4 de maio de 1847; *Brigantino (O)*, 25 de outubro de 1886; *Democrata (O)*, 18 de janeiro de 1896; *Districto de Bragança (1.º)*, 5 de julho de 1885; *Districto de Bragança (2.º)*, junho de 1902, em publicação; *Gazeta de Bragança*, 21 de agosto de 1892, em publicação; *Luz (A)*, 12 de julho de 1888; *Nordeste (O)*, 1 de julho de 1888, em publicação; *Norte Trasmontano (1.º)*, 14 de março de 1895 a janeiro de 1897; *Norte Trasmontano (2.º)*, 5 de fevereiro a fins de outubro de 1897; *Norte Trasmontano (3.º)*, 12 de novembro de 1897; *Pharol Trasmontano*, 15 de setembro de 1845 a agosto de 1847, o primeiro jornal publicado n'esta cidade; *Voz da Patria*, 1 de maio de 1896. || *Bibliographia:* A'cerca de Bragança pódem vêr-se, além das obras geraes de historia e chorographia, e de algumas revistas artisticas e archeologicas, os seguintes estudos: *Archeologia do districto de Bragança*, artigos publicados na *Vida Moderna* pelo rev. José Augusto Tavares; *Uma visita artistica a Bragança e Vinhaes* pelo

Vista geral da cidade

sr. Rangel de Lima no *Diario de Noticias*, Lisboa, 1880; *Memorias de Bragança* por J. Cardoso Borges, manuscripto da Bibliotheca Nacional de Lisboa, (B 2, 73); *Memoria historica para servir de principio á Descripção physica e medica da cidade de Bragança* por José Gabriel Ledesma, manuscripto da Bibliotheca da Academia Real das Sciencias; *Opusculo de considerações historicas sobre a edificação da cathedral de Bragança* pelo conego Manuel A. Pires, Porto, 1882; *Bragança e Bemquerença*, monographia por Albino dos Santos Pereira Lopo, no *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, N.º 3 e 4 da 17 serie, 1898-1899; etc.

Bragança. Horta na freg. de N. S.ª das Neves, conc. e distr. de Beja. ‖ Monte na freg. de N. S.ª da Luz, de Albernôa, conc. e distr. de Beja. ‖ Monte na freg. de S. Leonardo, conc. de Mourão, distr. de Evora.

Bragani. V. *Barganim.*

Bragas *(Casal das)*. Na freg. de S. Thiago, de Eiras, conc. e distr. de Coimbra.

Bragas de Ouro *(Herdade das)*. Na freg. de N. S.ª das Neves, de Brinches, conc. de Serpa, distr. de Beja.

Braguezes. Pov. na freg. de S. Salvador, de Castellões de Recezinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Bragunda. Logar na freg. de S Thiago, de Gemieira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Brahon. V. *Armadura.*

Brailhe. Logar na freg. de S. Thomé, de Bitarães, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Brajanjas. Pov. na freg. de S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Bram. Ponte situada na margem esquerda do rio das Ancoras ou esteiro do Pico, no distr. da Guiné, Africa Occidental, a 5 k. ao N do banco de Santa Catharina.

Bramafão. Logar na freguezia do Espirito Santo, conc. de Mertola, distr. de Beja.

Bramão *(D. Alberto Allen Pereira de Sequeira)*. Deputado em duas legislaturas, jornalista, poeta contemporaneo. N. em 1866. Foi secretario particular do presidente do conselho no ultimo ministerio do partido regenerador, o sr. Hintze Ribeiro. Tem sido collaborador effectivo nos seguintes jornaes: *Dez de março*, *Jornal da noite*, *Gazeta de Portugal*, *Universal*, *O nacional*, *Reporter*, *Tarde*, etc. E' condecorado com a grãcruz da ordem do Santo Sepulchro, do Vaticano. Publicou tres volumes de versos: *Phantasias*, 1896; *Alma dorida* e *Illusões perdidas*. Escreveu mais: *Um beijo*, poemeto, em 1888; *A rir e a serio*, em prosa, 1896; *O jornalismo*, conferencia na Associação dos jornalistas, 1898; *A nossa alliança*, conferencia na referida associação, 1900. As *Illusões perdidas* fôram traduzidas em italiano por Antonio Padula, 1901; e em francez por Gabriel Haon e Garran d'Allard, 1903.

Bramão *(Carlos Augusto Pereira)*. Compositor de musica. N. em Lisboa a 5 de junho de 1835, onde tambem falleceu a 3 de maio de 1874. Era filho de Carlos Augusto de Sequeira Bramão, official do exercito do tempo de D. Miguel, que esteve preso na torre de S. Julião até 24 de julho de 1833, por ter sido accusado de constitucionalismo. Em compensação do que soffrera, foi nomeado para o serviço aduaneiro, occupando successivamente os logares de director das alfandegas de Setubal e de Faro, e dos circulos aduaneiros de Valença e Minho. Carlos Bramão desde muito creança mostrou muita vocação para a musica. Vivia em Faro, e por simples curiosidade aprendeu a tocar flauta, clarinete e fagotte, com um musico chamado Biker, que vivia n'aquella cidade. Vindo para Lisboa, matriculou-se no Conservatorio, onde frequentou as aulas de piano e harmonia com o professor Xavier Migoni. Vendo-se obrigado a trabalhar para adquirir meios de subsistencia, dedicou-se a escrever musica para os theatros portuguezes, que n'essa epoca estava muito em voga, não só em operetas, como em comedias mais ou menos importantes. O seu primeiro trabalho, segundo parece, foi a musica para o drama historico em 5 actos *Recordações da guerra da peninsula*, escripto por Braz Martins, que se representou pela primeira vez no Gymnasio no dia 1 de janeiro de 1855. Depois seguiu-se uma opereta n'um acto, intitulada: *O diabo nem sempre está atraz da porta*, que foi cantada no antigo theatro de D. Fernando em abril de 1856; a *Palavra de rei*, opera comica em 2 actos, de Cesar de Lacerda, cantada no mesmo theatro em 31 de julho do referido anno, que obteve um grande successo. Em 21 de novembro tambem de 1856, a fallecida actriz Luiza Fialho cantou uma canção militar, *A vivandeira*, sendo a poesia de Joaquim Augusto d'Oliveira. Em 1859 tomou a empresa do velho theatro de Variedades, de sociedade com o actor Isidoro, onde fez representar as seguintes operetas em 1 acto para que elle escreveu a musica: *Pipelet ou a victima d'uma visão*, *O privado do sultão*, *Os satellites d'Aurora*, e a opereta em 2 actos: *Vamos para Carriche*. Não tendo sido feliz n'essa empresa, resolveu-se a dar lições de piano, continuando a escrever para os theatros coplas e outros pequenos trechos de musica. Para as magicas de grande espectaculo, *A lampada maravilhosa* e *A pelle do burro*, que se representaram no theatro do Principe Real, foi Carlos Bramão quem se encarregou da composição musical. Escreveu tambem para as seguintes operetas em 1 acto: *Uma vingança*, *O timbaleiro*, *A herança do tambor-mór*, *Precisa-se d'uma senhora para viajar;* em 3 actos: *Raphael o diabo; S. Jorge*, drama sacro, etc. O seu ultimo trabalho para o theatro foi a opereta burlesca em 2 actos, intitulada *Um banquete de antropophagos*, que se cantou no Gymnasio em 1872. Carlos Bramão tornou-se muito conhecido e muito popular; escreveu para piano grande numero de valsas, polkas, phantasias sobre diversas operas, uma collecção de cantos populares, uma romança para canto, *Melancholia*, poesia de João de Deus; e uma valsa para a recitação da poesia de Bulhão Pato, *Saudade*. Muitas das suas musicas fôram editadas pela casa editora Lence & Viuva Canongia. Na *Gazeta lisbonense* publicou um fraco esboço, intitulado: *De como a musica é uma verdadeira linguagem*, uma biographia de Haydn, e varios outros pequenos artigos. Em 1872 tambem começou a publicar na *Gazeta musical de Lisboa*, propriedade do referido editor Lence, uma serie de artigos a que deu o titulo de *Historia da musica desde os tempos mais remotos, baseada na opinião dos mais celebres escriptores*; este trabalho não ficou concluido. Escreveu mais um *Compendio de*

musica, cujo manuscripto enviou para o Conservatorio, afim de obter a sua approvação.

Branca *(D)*. Princeza de Portugal, filha de D. Sancho I. Foi senhora da cidade de Guadalajara em Castella, fal. solteira em 1210, jazendo no convento de Santa Cruz de Coimbra.

Branca *(D)*. Infanta de Portugal, filha de D. Affonso III, e de sua mulher, a rainha D. Beatriz. N. em Guimarães a 25 de fevereiro de 1259, fal. em Burgos a 17 de abril de 1321. Eram ella e seu irmão D. Diniz os dois unicos filhos que tinham nascido d'este consorcio, e que existiam em 1262, quando por morte da condessa de Bolonha, D. Mathilde, primeira mulher d'aquelle monarcha, os prelados do reino supplicaram ao papa a revalidação do casamento d'el-rei, e a legitimação dos filhos que já tinha da rainha. (V. *Affonso III*). Do *Panorama*, 3.º vol., de 1839, pag. 244, transcrevemos o seguinte: «Andando a infanta nos 19 annos de sua edade, as religiosas do mosteiro de Lorvão, por carta de 23 de dezembro de 1277, a receberam por *Senhora do mesmo modo que o fôra a Rainha D. Thereza;* e el-rei confirmou esta escolha por outra carta sua de 8 de janeiro do anno seguinte, de 1278, concedendo-lhe mais, durante a vida d'ella infanta, tudo quanto a elle pertencia, como padroeiro do mosteiro *(Dissert. Chronol. e Crit.* tomo v, pag. 341). Os nossos escriptores dizem communmente que D. Branca fôra religiosa de Lorvão, e dão-lhe o titulo de *abbadessa* d'aquella casa; mas ambas estas denominações são improprias, maiormente se as entendermos na rigorosa significação actual dos vocabulos. Aquellas chamadas *Senhoras* eram verdadeiramente *defensoras*, *guardadoras, e protectoras* do mosteiro e dos seus bens, honras e regalias, á maneira das que tambem tinham o celebre convento das Olgas de Burgos. Nós lhe poderiamos dar, com menos impropriedade, o nome de *Commendatarias*, posto que tambem este nome não corresponda exactamente ao objecto que se quer exprimir.» Em 1282 partiu com sua mãe, que foi a Castella visitar seu pae, D. Affonso X, e consolal-o dos grandes revezes que soffrera; e quando este monarcha falleceu, em 1284, a infanta D. Branca continuou vivendo em Castella, gozando o rico patrimonio que lhe deixara seu avô. Em 1287 adoeceu gravemente, e na sua devoção com Jesus Crucificado, que se venera na egreja do convento de Santo Agostinho, em Burgos, recorreu ao seu divino auxilio. Recuperando a saude foi agradecer á sagrada imagem o beneficio que recebera, e notou que a egreja era muito acanhada. Comprou então um terreno em que o convento se pudesse alargar e doou-o áquella casa religiosa, com licença e beneplacito de D. Sancho IV, rei de Castella, filho de Affonso X, seu tio, que no diploma a nomeava *infanta D. Branca, minha sobrinha, filha d'el-rei de Portugal.* Foi este o grande convento de religiosas da ordem de S. Bernardo, chamadas *Olgas (de las Huelgas)* de Burgos. Desejando aquella real communidade que a infanta a honrasse tomando o titulo de *Senhora*, implorou o valimento de Sancho IV, o qual conseguiu resolvel-a a acceitar o cargo em 1295. Desde então ficou a infanta residindo n'aquella casa, e parece que mandou ali compôr pelo Rabbi Abner, judeu convertido, o *Livro das Batalhas de Deus, que se diz escripto por mandado da infanta D. Branca, Senhora do mosteiro das Holgas de Burgo.* Este livro foi depois traduzido do hebraico para castelhano por Mestre Affonso, tambem por ordem da infanta. D. Branca foi senhora de Montemór-o-Velho, doação de seu pae, que ainda no testamento a contemplou com o legado da 10:000 libras; senhora de Campo Maior, por doação de el rei D. Diniz, seu irmão. O artigo do *Panorama*, a que nos referimos, e de que extrahimos estes apontamentos, é baseado na *Chronica de Ruy de Pina.* Diz-se que a infanta teve amores com um carpinteiro chamado Pero Esteves, e que d'estes amores houve um filho, João Nunes do Prado, que foi o 18.º mestre da ordem de Calatrava. A'cerca da vida d'esta infanta escreveu Almeida Garrett um poema com o titulo de *D. Branca*, que foi o primeiro da escola romantica em Portugal. Foi este poema que deu o signal da revolução litteraria, e os primeiros versos do primeiro canto são, por assim dizer, a profissão de fé da nova escola portugueza. O assumpto é a conquista da ultima fortaleza do Algarve, em que o notavel poeta phantasia uns amores de D. Branca com o ultimo rei d'aquelle reino, Aben-Afan. O poema publicou-se anonymo pela primeira vez, em 1826, e tem tido depois muitas edições. (V. *Almeida Garrett*). E' d'aqui que Alfredo Keil extrahiu o libretto da sua opera, que ha annos se cantou em S. Carlos com o titulo de *D. Branca.*

Branca *(D)*. Filha primogenita de D. João I e da rainha sua mulher, D. Filippa de Lencastre. N. em 1388 e fal. em 1389.

Branca. Pov. e freg. de S Vicente, da prov. do Douro, conc. e com. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 2:128 hab. e 510 fog. Tem caixa post. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada em campina aprazivel, cortada pela estrada real de Lisboa ao Porto, e encostada a um monte, que lhe fica a N N E e E, do qual se descobrem muitas povoações e o mar. E' fertil em cereaes, legumes, fructas e vinho verde. Pertenceu ao conc. de Pinheiro da Bemposta até 24 de outubro de 1855, data em que este conc. foi supprimido. Era antigamente do bispado de Coimbra. O prior apresentava-o o padroado real, e tinha 600$000 réis de rendimento O *Portugal Sacro e Profano* diz que era apresentado pelos marquezes de Angeja, e rendia 500$000 réis. Branca pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 24 com a séde em Aveiro. || Logar na freg. de S. Martinho e conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || Monte na freguezia de N S.ª da Consolação, de Egrejinha, conc. de Arraiollos, distr. de Evora. || Quinta na freg. de N. S.ª da Encarnação e conc. de Mirandella, distr. de Bragança. || Quinta na freg. de S. Pedro e conc. de Trancoso, distr. da Guarda. || Ponta ou cabo no extremo noroéste da ilha de Porto Santo e tres ilhéos, no archipelago da Madeira.

Branca Pires *(Casal de)*. Na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Villa Verde dos Francos, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Brancagem. Direitos que se pagavam do pão cozido que se vendia nos mercados e talvez ás portas dos açougues, pelo que se disse *açougagem.* Assim se encontra no foral de Monsão reformado por D. Manuel. N'outros foraes da mesma reforma, como o de Pinhel, e nas *Posturas de*

Evora, entende-se por *brancagem* as imposições nas carnes que vinham aos talhos.

Brancannes. Convento, hospicio de missionarios apostolicos, de que era padroeira N. S.ª dos Anjos. Está situado n'uma encosta junto á cidade de Setubal, em posição muito aprazivel, sendo ainda hoje muito visitado. O panorama que se desfructa de Brancannes é muito pittoresco e tem grande extensão. Foi fundado o convento em 1682 por fr. Antonio das Chagas, auxiliado por D. Pedro II, n'um terreno que em tempos remotos se chamava de *Branca Annes*, e que ainda conserva esse nome. Tem uma linda cerca arborizada. A egreja d'este convento teve um quadro de grande valor, representando a Annunciação da Virgem, original de Raphael de Urbino. O pontifice Innocencio XI deu-o á rainha D. Catharina, filha de D. João IV, que, enviuvando de Carlos II de Inglaterra, voltou para Portugal. D. Catharina deixou-o por herança a seu sobrinho o infante D. Francisco, e o infante deu-o ao convento. Este quadro, dizem, que existe hoje na Academia das Bellas Artes, para onde foi transportado quando o convento se profanou. O edificio e a vasta quinta annexa são actualmente propriedade particular, achando-se a egreja restituida ao culto. Foi em 27 de junho de 1682 que se lançou com grande pompa a benção da egreja de Nossa Senhora dos Anjos, de Branc'Annes, e a esse acto assistiram o arcebispo D. Luiz de Sousa, que celebrou a missa, todas as ordens religiosas de Setubal e Palmella, clero, nobreza e povo, orando o padre jesuita Diogo Lobo. A construcção do edificio do convento foi dirigida por Pedro da Silva Dodarte, custeada em parte pelo Real Erario e pelas esmolas de sal dadas pelos donos das marinhas do termo. Em 20 de agosto de 1713, tomou D. João V sob a sua protecção o seminario, instituido n'este edificio, e em cuja fundação cooperara frei Antonio das Chagas, que na vida militar usara o appellido de Fonseca Soares, sendo capitão do terço de Setubal. A sua mocidade cheia de aventuras conduziu-o mais tarde ao arrependimento, passando á vida religiosa, que tanto illustrou como missionario fervoroso e eloquentissimo. Fr. Antonio das Chagas pedira, em 1679, autorisação para fundar uma congregação de missionarios apostolicos, obtendo de Innocencio XI, a respectiva concessão. Em 1680 tomou posse da sua primeira casa, que foi o antigo convento do Varatojo, em Torres Vedras, onde falleceu a 20 de outubro de 1682, na edade de 51 annos, achando-se sepultado n'um dos corredores d'este convento. Fr. Antonio das Chagas é hoje considerado um dos nossos mais distinctos classicos, poeta notavel, embora mal conhecido. A fundação do seminario de Branc'Annes mereceu ser cantada, e pena foi que ficasse inedito o poema que João de Brito e Mello compozera sobre o assumpto, e que dedicou ao conde de Villar Maior. Como casa pertencente á congregação dos missionarios apostolicos de religiosos franciscanos, os fastos de Branc'Annes são notaveis, comquanto a sua duração pouco mais passasse de um seculo. Era cabeça de missões, e dos vultos saídos d'ali illustraram a communidade dois bispos: D. Fr. Angelo de Nossa Senhora da Boa Morte, bispo de Elvas, nascido a 9 de junho de 1777, e um outro dos Açôres. De D. Fr. Angelo ha um retrato em lithographia, desenhado do vivo por A. de Mithelis e impresso em Lisboa, em 1851.

Brancannes. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Quelfes, conc. de Olhão, distr. de Faro. || Monte na freg. de Santo Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja. || Quinta na freg. de N. S.ª d'Ajuda, annexa á da Annunciada, concelho de Setubal, distr. de Lisboa.

Brancas. Aldeia na prov. da Extremadura, pertencente á freg. da Exaltação da Santa Cruz, da villa e conc. da Batalha, distr. de Leiria. N'esta aldeia, situada a 1:500 m. da referida villa e a 12 k. a SO de Leiria, brotam tres nascentes d'agua mineral, ao longo do caminho que vae da Batalha para Porto de Moz. A primeira nascente fica entre a quinta do Pinheiro e o logar das Santas, na distancia de 250 metros da aldeia; a segunda fica a 20 m. para o norte d'esta, e a terceira a 400 m. da primeira, no sitio denominado Moinhos de Cima. O caudal da primeira foi avaluado em duas telhas, o d'estas é quatro vezes menor. Estas aguas não são hoje usadas, mas com ellas se fazia antigamente sal commum, havendo ainda ha poucos annos signaes de tal fabricação. As aguas são limpidas, claras, frias e com o sabor proprio das chloretadas sodicas. Em 27 de agosto de 1837 o general setembrista barão do Bomfim derrotou aqui os marechaes Terceira e Saldanha, fazendo-os retirar para Traz-os-Montes. || Casal na freg. de S. Paio de Farinha Pôdre, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Brancas de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Brancavará. Freguezia do concelho de Diu, na India, comprehendendo Podamo, Bunxivará, Brancavará e varias povoações de propriedades rusticas. Orago Santo André. || Ponta ou extremo occidental da ilha de Diu.

Brancelhe. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Mosteiro, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Brancêlho. Logar na freg. de Santo Estevão, de Bastuço, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Branco. Familia descendente d'um companheiro de Pelayo, rei das Asturias. Tem por brazão o escudo partido em pala, na primeira de vermelho um castello com ameias, e a homenagem tambem com ameias; na segunda de sinopla com tres barras de ouro, bordadura de azul com oito aspas de ouro.

Branco *(José Maria da Silva)* Jornalista. N. em Vallada a 6 de fevereiro de 1834; fal. a 2 de outubro de 1870. Era filho de José da Silva Branco, medico em Vallada. Foi pharmaceutico em Lisboa, successor de Durão, seu amigo e mestre, na pharmacia que ainda existe na rua Garrett, defronte da egreja dos Martyres, pertencente hoje ao sr. A. Ferreira. Filiou-se no partido regenerador, e estreou-se como jornalista, publicando a 28 de setembro de 1861 um artigo na *Revolução de setembro*, ácerca dos arrozaes, em controversia com Sebastião Bettamio d'Almeida e José da Silva Mendes Leal. Desde essa epoca, animado por Antonio Rodrigues Sampaio, collaborou, mais ou menos effectivamente, n'aquelle jornal, sendo algumas vezes redactor principal, na sua ausencia. Collaborou tambem no *Bejense*, no *Lethes* e no *Escoliaste medico*. Pertenceu a algu-

mas associações populares, em que se evidenciou como orador fluente.

Branco *(Luiz de Freitas)*. V. *Freitas Branco (Luiz de)*.

Branco *(Manuel Bernardes)*. Professor particular e do Lyceu na cidade do Porto, escriptor muito erudito, socio da Academia Real das Sciencias, etc. N. em Lisboa em 1832; fal. em 1900. Havendo-se habilitado com o curso de instrucção secundaria, exerceu o magisterio no Porto, conforme dissémos. Veiu depois estabelecer-se em Lisboa, continuando no magisterio particular, e principalmente no ensino da lingua e litteratura portugueza, do latim e do grego. Era um numismatico distincto, e escreveu alguns trabalhos importantes sobre moedas portuguezas; commentarios philologicos dos escriptores latinos; reimprimiu dois documentos primitivos da typographia portugueza, e completou o *Mappa de Portugal*, de João Baptista de Castro. Foi collaborador do jornal politico, O *Clamor publico*, e nos seguintes periodicos portuenses, *Portugal*, *Oriente*, *Conservador*, *Ecco popular* e *Miscellanea litteraria*, publicou diversos artigos sobre assumptos litterarios. N'este ultimo jornal, em 1860, inseriu o seguinte: *Apontamentos biographicos dos srs. José Gomes Monteiro, José Joaquim Rodrigues de Bastos, João Baptista Ribeiro*, e *Sebastião de Almeida e Brito; Primeiros monumentos da typographia portugueza*: 1.º *Primeiras Constituições do bispado do Porto*, 1496: 2.º *Obras de Cataldo Siculo*, com a traducção em portuguez da carta que o mesmo Cataldo escreveu ao Rabbi de Napoles para o converter á fé. As obras de Cataldo Siculo, de que existe um raro e precioso exemplar na Bibliotheca Portuense, fôram impressas em Lisboa no anno de 1500. Bernardes Branco collaborou na parte litteraria no *Jornal do Porto*, *Panorama* e *Jornal do Commercio*, de Lisboa, onde se encontram numerosos artigos criticos, historicos, archeologicos e bibliographicos. Relação das suas obras: *Causas porque os «Luziadas» não produziram grande sensação na Europa nos seculos* XVI e XVII; *Os «Luziadas» não fôram perseguidos pelos padres; anecdotas ácerca dos «Luziadas»*, conferencia feita no dia 7 de junho de 1880 na *Escola Moderna de Lisboa*, e depois ampliada e reproduzida em uma serie de artigos no *Jornal do Porto*, n.º 246 e seguintes, do anno de 1882; *Subsidio para a intelligencia dos cinco primeiros livros dos historia romana de Tito Livio*, Porto, 1859; *Tito Livio; historia romana*, Porto, 1861, tomo I, 1880 o tomo II; *Historia universal de Cesar Cantu;* é a segunda traducção d'esta obra, que se fez em Lisboa; parte d'ella do francez, trabalho de Rebello Trindade, e parte por Bernardes Branco, sendo tambem obra sua a versão dos trechos em latim e grego, e todas as annotações: *A crucifixão entre os antigos*, opusculo; parte d'esta memoria saira no *Jornal do Commercio;* Bernardes Branco respondeu n'ella, e refutou a asserção d'um escriptor allemão, que asseverara que os antigos não tinham visto a *crucifixão de cabeça para baixo; Alfredo de Andrade, portuguez, restaurador de monumentos antigos em Italia*, nota biographica e critica, Lisboa 1879; *Portugal e os estrangeiros*, Lisboa, 1879;esta obra é adornada de nove retratos, e dividida nas quatro seguintes partes: *I, Diccionario dos escriptores estrangeiros, que escreveram obras consagradas a Portugal ou a assumptos portuguezes, com a traducção dos trechos mais notaveis d'essas obras; II, Diccionario das obras portuguezas vertidas em linguas estrangeiras; III, Noticia dos portuguezes que no estrangeiro se distinguiram nas letras, e resenha das obras portuguezas reimpressas nos paizes estrangeiros; IV, Noticia das recordações e monumentos existentes em diversas partes do mundo construidos por portuguezes ou erigidos em honra d'elles ; O padre Santo Antonio de Lisboa, Thaumaturgo e official do exercito portuguez*, Lisboa, 1887; *El-rei D. Manuel*, Lisboa, 1888; *As minhas queridas freirinhas de Odivellas*, Lisboa, 1886; *Portugal na epoca de D. João V*, Lisboa. 1885, *segunda edição* augmentada com grande numero de factos, episodios e novas anecdotas, e um appendice com transcripções muito curiosas, Lisboa, 1886; *Discurso latino portuguez*, Lisboa; *Sua magestade el-rei o senhor D. Affonso VI e sua serenissima esposa*, Lisboa, 1885; *Historia das ordens monasticas em Portugal*, Lisboa, 1889, 3 tomos, etc.

Branco *(Martim)*. Piloto-mór da armada que D. João de Castro levou em soccorro de Diu. Commandou uma das esquadras da frota em que D. João de Castro dividiu a armada quando tratou de fazer o desembarque.

Branco *(Miguel Januario Fernandes)*. Cirurgião pela escola de Lisboa. N. em 1 de outubro de 1826, fal em Lisboa no anno de 1879. Em 1849 serviu no hospital da cholera, de Santa Izabel. A 27 de janeiro de 1851 foi nomeado cirurgião extraordinario do hospital de S José. Em 1852 teve o encargo da estatistica do hospital de S. José, abandonando pouco depois o serviço dos hospitaes, para se entregar á clinica particular e á administração da sua casa. Collaborou em diversos periodicos de medicina, e escreveu: *Relatorio e estatistica do hospital de S. José e o seu movimento no anno civil de 1851*, Lisboa, 1852.

Branco. Pov. na freg. de S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria. ‖ Casal na freg. de N. S.ª da Gaiola, de Cortes, conc. e distr. de Leiria. ‖ Casal na freg. de S. Miguel e conc. de Penella. distr. de Coimbra. ‖ Monte na freg. de Santa Marinha, de Forjães, conc. de Espozende, distr. de Braga. ‖ Monte na freg. de S. Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja.

Branco Rodrigues *(José Candido)*. V. Rodrigues *(José Candido Branco)*.

Brancos. Logar na freg. de S. João Baptista, de Cazevel, conc. de Castro Verde, distr. de Beja.

Branços. Logar na freg. de S. Cypriano, de Senharei, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Branda. Pov. na freg. de S. Pedro, de Vascões, concelho de Paredes de Coura, districto de Vianna do Castello.

Brandal. Logar na freg. de S. Pedro, de Ferreira, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. Logar na freg. de S. Thiago, de Mouquim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Brandão. Vella grossa de cera, com que se alumiavam as funcções reaes antigamente. Assim se encontra na *Chronica de D. João II*, por Garcia de Rezende.

Brandão. Familia originaria da Normandia. Os seus descendentes, Charles e Fernand, passaram a Portugal com o conde D. Henrique, e es-

tabeleceram-se em Grijó, em cujo mosteiro estão sepultados. De Fernand Brandão é que descende a familia. Tem por armas, em campo azul cinco brandões de ouro accesos, postos em santor. O timbre compõe-se de tres brandões do escudo, em roquete, atados com uma fita azul, ou com torçal de ouro, como se lê na *Nobiliarchia*, de Villas boas, a pag. 247. Os que descendem de Duarte Brandão trazem por armas, em campo azul dois dragões de ouro batalhantes, com os pescoços e rabos repassados uns pelos outros, armados de sanguinho; timbre os mesmos dragões, em memoria de um desafio que teve Duarte Brandão, perante Eduardo V, rei de Inglaterra, ao qual serviu nas guerras contra França. Foi cavalleiro da Garrotéa, capitão das ilhas de Garnace, e um dos grandes cavalleiros do seu tempo. Passou a Portugal no reinado de D. Affonso V, e D. João II depois lhe concedeu o senhorio de Buarcos e a admiuistração das capellas d'el-rei D. Affonso IV. Ha ainda outra familia d'este appellido que descende de João Brandão Sauches, que foi chefe da feitoria portugueza em Flandres no tempo d'el-rei D. Manuel, que lhe deu a commenda de S. João de Cabanas, da ordem de Christo. As suas armas são, em campo de prata uma aguia, metade de preto, e metade de vermelho, sendo a parte esquerda com um brandão acceso nas unhas.

Brandão *(Alfredo Cesar)*. Bacharel formado em Direito e em Theologia, deputado, desembargador da relação patriarchal, examinador prosynodal do patriarchado, ouvidor da Companhia dos Tabacos de Portugal, socio da Associação dos advogados de Lisboa, prior da freguezia de S. Jorge de Arroios, etc. N. em Lagcosa de Lagos da Beira a 10 de abril de 1839. Escreveu: *A conferencia do sr. Paiva de Andrada ácerca da recente campanha que poz termo ao dominio do Bonga na Zambezia, algumas observações*, Lisboa, 1888.

Brandão *(Alfredo Marçal)*. Pintor muito conceituado, que vive no Porto. É filho de José Marçal Brandão, pintor de paizagem tambem de grande nomeada. Alfredo Marçal Brandão, nas horas vagas que lhe permitte a vida commercial que exerce, dedica-se apaixonadamente a pintar nas pequenas petalas das rosas, verdadeiros primores do mais subido gosto. Pelo amor que consagra a estas flôres começou a executar as suas delicadas miniaturas nas petalas das rosas naturaes, que em jarras artisticas lhe adornam o *atelier*. Este trabalho, de graude difficuldade pela má adherencia da tinta ás petalas viçosas, e que mal terminado desapparecia pelo desfolhamento da flôr, teve de ser substituido pela pintura nas petalas de rosas artificiaes, em que proseguiu os seus trabalhos. E' vastissima a collecção de rosas, em cujas petalas este artista tem exhibido paizagens, retratos de homens illustres, poesias, letra e musica de arias de operas, etc. N'estes trabalhos salientam-se uma rosa premiada na exposição universal de Paris de 1889, com um retrato de Victor Hugo acompanhado d'uma das suas mais notaveis poesias; e as rosas dedicadas a João de Deus, Camillo Castello Branco, Thomaz Ribeiro, Bulhão Pato e Verdi, premiadas em varias exposições realisadas no Palacio de Crystal do Porto. A rosa onde se via o retrato de João de Deus, tinha nas restantes petalas umas quadras, que o poeta escrevera expressamente, as quaes fôram publicadas depois no seu volume de versos, intitulado *Campo de flôres*. Bulhão Pato tambem escreveu uma graciosa quadra para acompanhar o retrato. E' egualmente de grande valor a série de seis rosas com que Alfredo Marçal Brandão se associou em 1894 ás festas do centenario do infante D. Henrique, a cuja serie deu o titulo de *Flora do Centenario* n'um folheto, edição que se tornou rara pela sua limitadissima tiragem, com que acompanhou as referidas rosas offerecidas á commissão. Cinco d'estas rosas tinham o retrato de D. Henrique seguido de legendas, datas, e versos dos *Luziadas* allusivos ao infante, á cidade do Porto e aos feitos heroicos dos portuguezes; e na outra via-se o retrato de Alfredo Keil, com a musica e a letra do hymno do Centenario. D'entre todas destacava-se, porém, uma rosa *Devoniensis*, de extraordinario trabalho e lindissimo gosto, que foi offerecida a sua magestade a rainha senhora D. Amelia no fim do banquete, com que a camara municipal e a commissão directora das festas obsequiou os representantes dos diversos municipios do paiz, que vieram associar-se á festa. Esta rosa tinha n'uma petala o retrato do infante D. Henrique, n'outra as armas e a legenda *Talent de bien-faire*, e nas restantes as estancias XXXVII e LXXI do canto VIII, a estancia LII do canto VI dos *Luziadas* e a data de 4 de março de 1894. Posteriormente, tambem se nota um delicado trabalho artistico, que é uma rosa, tendo nas petalas, em caracteres quasi mimicroscopicos a letra e a musica da *Canção do salgueiro* e da *Ave Maria*, do *Othello*, opera do fallecido maestro Verdi.

Brandão *(Fr. Antonio)*. Religioso da ordem de S. Bernardo, chronista-mór do reino, etc. N. em Alcobaça a 25 de abril de 1584; fal. a 27 de novembro de 1637. Era filho de Rodrigo Dias Rebello e de Antonia Brandôa, ambos descendentes de familias nobres. Foi baptisado com o nome de Marcos, por ter nascido no dia em que a egreja reza do santo evangelista d'este nome. Sendo ainda muito creança, pois que segundo a tradição contava apenas 4 annos, quando veiu para a companhia de sua avó materna, que vivia em Lisboa, e entrou no collegio de Santo Autão onde estudou letras humanas durante dois annos com o maior aproveitamento. Aos 14 annos applicou-se á philosophia, mas não pôde concluir o curso, por causa d'uma desvastadora peste que assolou Lisboa, e o obrigou a retirar-se para a sua terra natal. Foi então em Alcobaça, que teu do 15 annos de edade professou no convento cistercense d'aquella villa a 27 de outubro de 1599, trocando n'esse acto o nome de Marcos pelo de Antonio. No seu convento occupava-se dedicadamente á lição das vidas dos primitivos monges da sua congregação, desejando poder imitar aquelles varões tão austeros. Cinco annos depois de ter professado, applicou-se cuidadosamente ao estudo das sciencias escolasticas, e pelo espaço de 18 annos ensinou aos seus domesticos as faculdades de philosophia e theologia, recebendo em recompensa do seu valioso e longo magisterio a borla doutoral em theologia na Universidade de Coimbra em 1621. Fr. Antonio Brandão exerceu diversos cargos na sua religião; foi por duas vezes secretario geral, definidor, abbade do convento do Desterro em Lisboa, e geral de toda

a congregação cisterciense em 1 de maio de 1636. Resolveu-se a continuar a historia da nação portugueza, interrompida pela morte de fr. Bernardo de Brito, principalmente quando succedeu a D. Manuel de Menezes no logar de chronista-mór do reino, em 19 de maio de 1630, por carta régia de Filippe III de Portugal, consumindo o longo periodo de 10 annos em revolver e examinar os mais antigos cartorios dos mosteiros, egrejas, cidades e villas, e sobretudo o Archivo da Torre do Tombo, não se poupando a todo o genero de diligencia para conseguir terminar tão gloriosa empresa, de que resultou escrever uma historia clara, verdadeira, onde se encontra a genealogia certa dos nossos monarchas, seus nascimentos e mortes, descendencia, acções mais memoraveis; a origem das familias illustres, brazões e appellidos; as fundações, foraes, e privilegios dos mais celebrados conventos, egrejas, cidades e villas de todo o reino, o principio das cathedraes, o catalogo e successão dos seus prelados, e todos os successos dignos de memoria, merecendo que em abono d'uma obra tão completa lhe escrevesse de Madrid a 10 de outubro de 1632, o chronista-mór D. Thomaz Tamayo de Vargas phrases muito agradaveis e elogiosas. Fr. Antonio Brandão era muito caritativo e muito esmoler. Em 1613, quando nas proximidades do convento do Bouro, onde dictava philosophia, se desenvolveu uma lastimosa fome, por causa da grande secca dos terrenos, tratou logo de acudir a tão extrema necessidade, saindo com a faculdade de prelado a pedir esmolas a algumas pessoas, chegando a privar-se do proprio alimento para soccorrer muitos pobres que estavam quasi agonisantes. Não recebeu nunca remuneração alguma pelo logar de chronista-mór, porque mandava entregar o dinheiro a um religioso seu confidente, com a condição de lhe dar uma parte para o seu alimento, sendo o resto entregue aos pobres. Falleceu no convento de Alcobaça. Para a sua biographia póde vêr-se o 1.º vol. da *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, a pag. 223, e a *Memoria ácerca da sua vida e escriptos*, por fr. Fortunato de S. Boaventura, inserta no tomo VIII parto II das *Memorias da Academia Real das Sciencias*. Escreveu: *Terceira parte da Monarchia Lusitana, que contém a Historia de Portugal desde o Conde D. Henrique e todo o reinado d'El-rei D. Affonso Henriques*, Lisboa, 1632; foi reimpressa em 1690, e depois em 1806, 2 tomos, ficando incompleta esta ultima edição; *Quarta parte da Monarchia Lusitana, que contém a Historia de Portugal desde o tempo d'El-rei D. Sancho I até todo o reinado d'Elrei D. Affonso III*, Lisboa, 1632, publicada pela segunda vez, tambem em Lisboa, no anno de 1725, sendo addicionada pelo padre José Pereira Bayão no capitulo XI do livro XV, que é relativo ás santas rainha D. Thereza e infanta D. Sancha. Por ordem de Filippe III escreveu fr. Antonio Brandão o seguinte livro em castelhano, para o principe D. Balthazar Carlos aprender a ler, instruindo-se ao mesmo tempo nas acções heroicas dos seus maiores: *Elogios de los Reys de Portugal*. Ficaram manuscriptas: *Constituiçoens que se devem observar pelos Estudantes, Mestres, e Doutores da Congregação de Cister*, esta obra mandou-lh'a compôr o Geral, e foi approvada pelos capitulos geraes que se seguiram; *Informação das virtudes da Veneravel Soror Joanna de Sáa, Religiosa no Convento de Semide, feita em o anno de 1622; Memorias da Veneravel D. Maria de Azevedo, que morreu em Semide, anno de 1610; Fundaçoens dos Mosteiros de Cister deste Reyno*. Compoz tambem muitas poesias religiosas. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa existem alguns autographos da obra *Monarchia Lusitana* de fr. Antonio e de fr. Francisco Brandão, nos codices do convento d'Alcobaça.

Brandão *(D. Fr. Antonio)*. Arcebispo de Gôa e primaz do Oriente, etc. N. em Alcobaça em 1620, fal. a 6 de julho de 1678. Era filho de Gaspar Salvado e de Anna Brandão; sobrinho de fr. Antonio Brandão (V. *o artigo antecedente)*, e irmão de Francisco Brandão, ambos continuadores da *Monarchia Lusitana*, obra começada por fr. Bernardo de Brito. Professou no convento de Alcobaça em 1 de fevereiro de 1637, contando 17 annos de edade. Foi eminente em virtudes e em sciencias, pelas quaes alcançou ser admittido entre os doutores da Universidade de Coimbra. Exerceu importantes cargos na sua ordem; foi procurador geral, abbade do convento do Desterro em Lisboa, e geral, eleito em 1672. Durante o seu generalato renovou a solemnidade e culto do *lausperenne* no convento a 21 de novembro d'aquelle anno. Para a direcção do sagrado exercicio compoz, auxiliado por seu sobrinho, fr. Paulo Brandão: *Regimento das Decanias do Lausperenne que se observa em Alcobaça*. Este manuscripto conservava-se na livraria do convento, assim como o do seguinte, tambem escripto por D. fr. Antonio Brandão: *Regimentos, pelos quaes se deve governar cada hum dos Officiaes do Convento d'Alcobaça*. Não tinha concluido o tempo do seu generalato, quando D. Pedro II o elegeu arcebispo de Gôa, primaz da India, que estava sé le vacante havia 23 annos. Partindo logo para o seu destino, desembarcou em Gôa a 24 de setembro de 1675, e tomou posse a 9 de outubro. Foi D. Fr. Antonio Brandão o 13.º arcebispo. No desempenho do seu elevado cargo não administrou só no espiritual mas politicamente, porque sendo chamado á côrte, o vice-rei D. Pedro de Almeida, conde de Assumar, em janeiro de 1678, ficou o governo entregue a D. Fr. Antonio Brandão, Antonio Paes de Sande e Francisco Cabral d'Almada. Foi no exercicio d'este cargo que falleceu. A sua morte foi muito sentida em todo o Oriente, porque o digno prelado gozava das maiores sympathias, e era muito respeitado.

Brandão *(Antonio de Carvalho)*. Capitão de fragata, governador de Quelimane, etc. Assentou praça, como guarda marinha, em 1864, sendo promovido a 1.º tenente em 1884, a capitão-tenente em 1890, e a capitão de fragata em 1898. Foi commandante da corveta *Rainha de Portugal*, immediato do *Vasco da Gama* e de differentes corvetas e canhoneiras. Como governador de Quelimane, prestou relevantes serviços. Encontrando os cofres vasios e as decimas em atrazo de tres annos, fez immediatamente organizar as novas matrizes sob bases tão seguras, que fôram poucas as reclamações. Sem attender a empenhos, conseguiu que se pagassem as decimas que estavam em atrazo de seis semestres, com acceite de titulos de divida do districto, alguns ainda da primeira guerra da Zambezia, ficando assim o districto livre de taes encargos. Dedicou se

tambem energicamente ao reconhecimento do verdadeiro valor dos prazos da Corôa, sendo o primeiro governador que se abalançara a essa tentativa, conseguindo corrigir muitos abusos, fazendo caducar alguns contratos por serem irregulares e de grandes prejuisos. Sabendo bem os motivos que muitas vezes levam a improvisar guerras no interior, o governador de Quelimane, confiando na sua prudencia e bom senso, dispensou apparatos bellicos para mandar prender um regulo de Mopéa que de combinação com outros, se dispunha a atacar e a roubar aquelle districto. Este plano obteve bom resultado, porque o regulo foi preso e castigado. Em Quelimane, o sr. Antonio de Carvalho Brandão era tão estimado, que ao ser exonerado d'essa commissão o povo pediu ao governo, n'um abaixo assignado, a conservação d'aquelle governador. O pedido não foi satisfeito, mas na sua despedida de Quelimane houve demonstrações das mais affectuosas. Muitas mais commissões lhe tem sido confiadas. A corveta *Rainha de Portugal*, do seu commando, foi a primeira que entrou no porto da Beira, em Moçambique, abrindo-o assim aos navios de maior lotação. O sr. Antonio de Carvalho Brandão é condecorado com a commenda da *Torre e Espada*.

Brandão *(Antonio Emilio Corrêa de Sá)*. Moço fidalgo, do conselho de Sua Magestade, commendador da ordem de Christo, presidente do Supremo Tribunal de Justiça, bacharel formado em Direito na Universidade de Coimbra, par do reino, ministro e conselheiro de Estado, antigo deputado, antigo governador civil dos districtos de Vianna do Castello, Porto e Coimbra; procurador regio junto ás relações de Lisboa e Porto, etc. N. a 21 de janeiro de 1821. É filho de José Maria Brandão de Mello Cogominho Corrêa Pereira de Lacerda, pelo seu casamento 2.° conde de Terena e 2.° visconde de Gil de Perre, e de sua mulher, D. Maria Emilia Jacome Corrêa de Sá, filha e herdeira do 1.° marquez e 1.° conde de Terena, e 1.° visconde de S. Gil

Antonio Emilio Correa de Sá Brandão

de Perre, Sebastião Corrêa de Sá. Seu avô paterno, chamava-se Luiz Brandão de Mello Pereira de Lacerda, e era familiar do Santo Officio, fidalgo da Casa Real, e senhor do morgado e da casa da Torre da Marca. O sr. Sá Brandão é um respeitavel magistrado. Vivia afastado da politica, exercendo o cargo de juiz do Supremo Tribunal, quando foi chamado em outubro de 1890 para fazer parte do ministerio, no gabinete presidido por João Chrysostomo de Abreu e Sousa, encarregando se da pasta da justiça e negocios ecclesiasticos. Foi eleito par do reino, tomando posse na respectiva camara na sessão de 1 de junho de 1891. Em 1896 teve a nomeação de conselheiro de Estado. O sr. Sá Brandão casou em 30 de novembro de 1850 com D. Carlota Ignez O'Neill, filha de Joaquim O'Neill. Esta senhora nasceu a 18 de fevereiro de 1824, e falleceu a 24 de abril de 1858. É irmão de Sebastião Corrêa de Sá Menezes Brandão, 2.° conde de Bertiandos (V. *este titulo)*, e de D. Maria Francisca Brandão de Mello Cogominho, que casou a 5 de setembro de 1857 com o 10.° conde de Tarouca Luiz Telles da Silva Caminha e Menezes, filho dos 4.os marquezes de Penalva, o qual falleceu a 15 de dezembro de 1863. D'este matrimonio houve a sr.ª D. Eugenia Telles da Silva Caminha e Menezes, a qual nasceu em 11 de fevereiro de 1860, e casou em 7 de fevereiro de 1877 com o actual sr. conde de Tarouca, Sebastião Eduardo Pereira da Silva de Sousa Menezes.

Brandão *(Antonio Pereira)* Capitão das Molucas, companheiro de Francisco Barreto na expedição de Monomotapa em 1567, e nomeado eventualmente para lhe succeder. Falleceu n'esta expedição. Era casado com D. Francisca de Novaes. D'este consorcio nasceu o poeta Luiz Pereira Brandão. V. *Brandão (Luiz Pereira)*.

Brandão *(Padre Ayres)*. Jesuita. Um dos primeiros missionarios das Indias Orientaes. Ignora-se o local onde nasceu, mas sabe-se que foi em 1529, sendo admittido na Companhia de Jesus em 1552, tendo 23 annos de edade. Em 1555 estudava philosophia em Goa, e foi ordenado padre em 1559. Foi companheiro do padre Gaspar Barzeo, e seu successor na missão de Ormuz, onde consta que em 1570 converteu á fé catholica 50 moiros, e no anno immediato 80 em Damão. Estas conversões lhe grangearam o nome de *Venator insignis animarum*. Escreveu: *Carta escripta aos Religiosos de Coimbra em 23 de Dezembro de 1554, na qual relata o fructo espiritual que colhião nas regiões orientaes os Religiosos da Companhia, com uma descripção da Cidade de Ormuz;* publicou-se traduzida em latim juntamente com outras, em Lovaina, 1566, e depois em 1570; *Carta escripta de Gôa no anno de 1556 aos Padres da Companhia de Jesus de Portugal;* conservava-se em manuscripto na Casa professa de S Roque em Lisboa; *Carta de Gôa, escripta em 23 de Dezembro de 1554 aos Irmãos da Companhia de Jesus, em que narra a morte de S. Francisco Xavier, e como o seu Corpo fôra recebido em Gôa*, Evora, juntamente com outras que mandou imprimir o arcebispo D. Theotonio de Bragança em 1598. Esta carta havia sido traduzida em castelhano, italiano e latino, sendo estas traducções publicadas em Alcalá, Roma, Veneza, etc.

Brandão *(Fr. Bartholomeu)*. Eremita calçado da ordem de Santo Agostinho, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, lente dos collegios de Evora e de S. João no Porto, reitor do collegio de Santo Agostinho de Lisboa. N. no Porto a 4 de setembro de 1747, onde tambem falleceu a 7 de maio de 1804. Foi irmão de fr. Joaquim de Santa Clara, arcebispo de Evora. Matriculando-se na faculdade de Theologia na Universidade de Coimbra, tomou o grau de doutor em 31 de julho de 1770. Escreveu: *Panegyrico de Santo Agostinho*, Lisboa, 1773; *Panegyrico de S. Sebastião*, Lisboa, 1774. Dizem que existe d'este religioso uma contenda theologica em manuscripto com o bispo de Malaca e de Angra, D. Fr. Alexandre da Sagrada Familia, ácerca

d'um sermão do Corpo de Deus, que este prégara no triduo em Beja, anno de 1776.

Brandão *(Padre Bartholomeu Soares de Lima).* Abbade da egreja de S. Mamede de Coronado, doutor em Canones pela Universidade de Coimbra. N. no Porto a 24 de agosto de 1725, fal. em 18 de outubro de 1777. Escreveu o seguinte volume de poesias: *Obras poeticas*, etc., Porto, 1794. Consta de poesias lyricas e pastoris, e entre ellas uma epistola em versos alexandrinos, dirigida ao seu amigo Paulino Cabral, abbade de Jazente. Era considerado como poeta de segunda ordem.

Brandão *(D. Fr. Caetano).* Religioso da ordem terceira de S. Francisco, bacharel em Theologia na Universidade de Coimbra, mestre na sua ordem, bispo do Pará, arcebispo primaz de Braga, etc. N. na quinta do Loureiro, perto de Estarreja em 11 de setembro de 1740, falleceu no paço archiepiscopal de Braga aos 15 de dezembro de 1805. Era filho de Thomé Pacheco da Cunha, sargento-mór de ordenanças, e de sua mulher, D. Maria Josepha da Cruz. Por inclinação genial e invencivel para a vida ecclesiastica, tomou o habito da ordem de S. Francisco no convento de S. Pedro da ordem Terceira da Penitencia em Coimbra, a 28 de novembro de 1759, contando apenas 19 annos de edade. Começou então a frequentar a Universidade de Coimbra, seguindo o curso de Theologia com extremada applicação e superior talento, recebendo o grau de bacharel n'aquella faculdade. Terminando os estudos universitarios entrou logo na carreira dos oradores sagrados, com a facil e vigorosa eloquencia que conservou até ao fim da vida. A sua saude pouco robusta resentiu-se dos trabalhos excessivos a que se dedicava tanto no pulpito, como no cumprimento dos deveres que a religião lhe impunha, que elle observava com todo o rigor, e por conselhos da medicina foi procurar melhores ares e mais algum descanço no convento que a sua ordem tinha em Vianna do Alemtejo, onde se conservou por algum tempo, entregando-se sómente á pratica do confessionario, para que tinha grande tendencia pelo seu caracter affavel e bondoso. Em 1774 foi chamado para professor de Philosophia no convento de Jesus em Lisboa, exercendo este cargo até 1777 em que o transferiram para o novo collegio que a ordem terceira fundára em Evora, denominado do *Espirito Santo.* D. Fr. Caetano Brandão desejava ardentemente ír ás missões do ultramar, e constando-lhe em 1778, que a sua ordem tencionava mandar alguns missionarios a Angola, veiu a Lisboa com licença para tratar da pretensão, que foi indeferida em 1779, por ser o seu prestimo muito valioso e preciso na sua patria. Em abril de 1780 resolveu-se em capitulo, que elle voltasse a reger a cadeira de Philosophia no collegio do Espirito Santo. Em 1782 foi jubilado, devendo continuar na regencia da sua cadeira até que fôsse nomeado para o substituir, outro professor competentemente habilitado. Veiu então surprehendel-o a noticia de que a rainha D. Maria I o elegera bispo do Pará em 2 de agosto d'aquelle anno, mas a humildade do seu animo e a sua muita modestia não lhe permittiam acceitar tão elevada dignidade; comtudo, lembrava-se que o bispo do Pará era um verdadeiro bispo missionario, e por isso hesitava na recusa formal. Ainda assim escusou-se quanto pôde, allegando insufficiencia, mas afinal, sendo muito instado, resolveu acceitar aquella dignidade. A cerimonia da sagração realisou-se em Lisboa no dia 2 de fevereiro de 1783, e em agosto seguinte partiu para a sua diocese em companhia do novo governador da capitania, Martinho de Sousa e Albuquerque. A viagem foi demorada e trabalhosa; a 20 de outubro chegaram á cidade de Belem do Grão-Pará, e D. Fr. Caetano Brandão tomou posse do bispado com todas as formalidades costumadas. O digno prelado com grande interesse paternal examinou a situação das suas ovelhas. Achou tudo n'um deploravel estado. O clero pouco numeroso, ignorante e immoral, os fieis ignorantissimos, a pobreza immensa, a miseria desgraçadissima. Era preciso attender a tudo, procurar meios de remediar tão grande calamidade. D. Fr. Caetano Brandão não era o bispo ostentoso fazendo acatar as galas da sua côrte prelaticia, era um piedoso e humilde sacerdote, um simples apostolo, o bom e caritativo pastor, que de porta em porta mendigava o sustento do seu rebanho. Começou pela reforma do seminario, por ser um dos principaes estabelecimentos de educação, o qual achou no maior abandono, contando apenas quatro alumnos, com estudos irregulares, e pouco cuidadosos. Com bastante trabalho conseguiu que no anno immediato já houvesse vinte alumnos; redigiu os estatutos, que não havia, augmentou o numero das cadeiras, e elle proprio tratou de vigiar e fiscalisar o ensino. Como o seminario estava installado no paço episcopal, D. Fr. Caetano Brandão ia ás aulas, saía a passeio com os educandos, convidando todos os dias tres dos mais estudiosos para jantarem á sua mesa. Eram poucos os seus rendimentos para occorrer ás despezas do seminario, mas o veneravel prelado obteve do ministro do ultramar, Martinho de Mello e Castro, que lhe fôsse entregue o espolio do seu antecessor, D. João Evangelista Pereira, para o empregar n'aquelle utilissimo estabelecimento. Não se limitou sómente ao seminario o seu amor pela instrucção, tratou tambem de fundar ou de auxiliar a fundação de escolas de primeiras letras em todas as villas da sua diocese. Caridoso até ao extremo, D. Fr. Caetano Brandão repartia com os pobres tudo que possuia; instituiu uma confraria de caridade, e juntamente com os irmãos d'esta confraria ia pelas ruas pedir esmola para os desvalidos, entrando depois nas choupanas distribuindo os soccorros que alcançara. O rendimento da mitra não chegava a 4:000 cruzados annuaes, e os pobres enfermos eram muitos; o que tornava impossivel prover cabalmente a casa, roupas, alimentos e remedios. Pensou então em fundar um hospital, e um dia em 1784 escreveu no alto d'uma

D. Fr. Caetano Brandão

folha de papel o seu nome, subscrevendo com a quantia de 100$000 réis, e saiu para a rua a pé, como sempre andava, acompanhado do clero, e assim percorreu todas as casas pedindo esmola para um futuro hospital. Em breves dias arranjou 6:000 cruzados em dinheiro, diversos generos, madeiras, etc. Escreveu então ao ministro Martinho de Mello e á rainha, a todos que o podiam auxiliar. Immediatamente comprou por 750$000 réis o terreno necessario, e deu começo ás obras que se concluiram tres annos depois, abrindo se em 25 de julho de 1787, o hospital dos pobres com toda a solemnidade. O digno prelado não descançou na sua obra benefica, e tratou de edificar tambem um asylo de educação de meninas pobres e orphãs. Escreveu ao ministro Martinho de Mello e Castro, pedindo o resto de certo edificio dos frades capuchos, que tinham sido expulsos no reinado antecedente. Escreveu tambem á rainha, e como estas respostas se demoravam, recorreu novamente ao peditorio, e em pouco tempo adquiriu 5:000 cruzados e um magnifico terreno. D. Fr. Caetano Brandão não tinha em casa objecto nenhum de prata, exceptuando as caixas do relogio; nem cousa de seda nos vestidos, que eram remendados com cuidado até não admittirem concerto. A roupa branca era a mesma de que usava como simples religioso, e esta nunca precisava de concerto, porque a dava aos pobres, se não estava prompta a que para elles mandava fazer. Sabendo que um dos meios mais efficazes que tinha para regenerar o bispado era o de frequentes visitas pastoraes, e seria esse o seu primeiro cuidado se não fôsse a difficuldade de obter transportes, e outros embaraços difficeis de vencer e que o obrigavam a permanecer na capital, só conseguiu partir a 2 de julho de 1785 para realisar a sua primeira visita, a qual durou cinco mezes. Essa viagem foi tormentosa por causa dos perigos da navegação pelo rio Amazonas e pelos incommodos e doenças que soffreu. A 14 de outubro de 1786 partiu para segunda visita pastoral de que voltou a 18 de dezembro; a 18 de outubro de 1787 fazia a terceira visita, que durou até meados de novembro, e finalmente fez a sua quarta e ultima visita, que foi muito mais demorada, partindo a 10 de agosto de 1788 e voltando a 8 de março de 1789, chegando então aos extremos do seu bispado e á fronteira do Brazil com o Perú. Em 25 de junho d'este anno ia na charrua *Aguia* a nomeação de D. Fr. Caetano Brandão para o arcebispado primaz de Braga, com a ordem terminante de regressar immediatamente a Lisboa. A nomeação fôra feita em 28 d'abril. O digno prelado estava bem longe de tão inesperada mercê, que não solicitara porque o seu desejo era permanecer no Pará, que tanto trabalho e dedicação lhe merecera. Em vista d'aquella ordem o digno prelado resolveu-se a embarcar, e no dia 9 de agosto de 1789 deixou o Pará, sendo acompanhado a bordo pelo governador da capitania e por enorme multidão de pessoas importantes e de povo que d'elle se despedia com o mais sincero e verdadeiro sentimento. Desembarcou em Belem a 20 de outubro, e o governo tratou logo de solicitar as bullas de confirmação, que bastante se demoraram, chegando só no principio de junho de 1790. A 16 de agosto partiu em direcção de Braga, demorou-se uns quinze ou vinte dias na sua terra natal a receber as felicitações de parentes e amigos, e d'ahi para o Porto, seguindo para Braga, onde entrou em 17 de setembro do referido anno de 1790, sendo recebido com extraordinaria pompa e o maior enthusiasmo. No seu arcebispado continuou o mesmo viver humilde a que se habituara. Encontrando o paço archiepiscopal cheio de galas e riquezas como o deixara o seu antecessor, D. Gaspar, filho natural de D. João V, um dos meninos de Palhavã, mandou os damascos para as egrejas desprovidas, vendeu coches e cavallos, baixellas de prata e de ouro, applicando todo o dinheiro em beneficio dos pobres. Tratou logo de augmentar os estudos ecclesiasticos com as cadeiras de Instituições de Direito, Historia Ecclesiastica, Dogma e Moral, além das do Seminario; de melhorar este, e de crear um seminario de orphãos e outro de meninas. A mitra estava empenhada com 80:000$000 réis dos espolios dos dois arcebispos antecessores, com o preço das bullas de confirmação, etc.; mas treze mezes depois da sua vinda entraram para o Seminario de orphãos 16 meninos, e depois foi augmentando o numero, ao passo que trabalhava no Seminario de S. Caetano com a intenção de que entrassem ali para cima de duzentos. «Os alvitres que lembrara ao governo para a dotação d'este estabelecimento, diz um dos seus biographos, abrangiam a extincção de algumas confrarias e irmandades, cujo fundo era administrado sem vantagem de ninguem, e só dispendido em obras pouco uteis e em festejos; as sobras das sizas; a adjuncção ao Seminario d'alguns beneficios de egrejas e de alguns officios, e, na falta de todos ou de alguns d'estes meios, a instituição d'uma loteria como as que haviam sido autorisadas para os hospitaes do Porto e Lisboa. Queria o arcebispo estabelecer no Seminario officinas e fabricas; aulas de ler, escrever, contar, desenho e outras artes; fundo para proporcionar, aos estudantes habeis, mezadas em Coimbra ou fóra do reino; principios de agricultura com os da carpintaria que lhe é mister, etc.». Este seminario em 1798 já contava 130 orphãos, e nos ultimos annos da vida do arcebispo subiu a 150. Ainda hoje existe, tendo soffrido muita reformas em differentes epocas. Em 1792 estava em bom andamento a casa das meninas orphãs e expostas, e em janeiro d'este anno affixaram-se na cidade de Braga e em toda a archidiocese editaes annunciando que o arcebispo concedia 20 premios de 50$000 réis cada um, sendo 12 para homens e 8 para mulheres, ás pessoas que estivessem nas seguintes condições: 2 premios aos dois lavradores que provassem ter plantado maior numero de tanchões ou estacas de oliveira, com tanto que esse numero fôsse em todo o caso superior a 50, e que se seguissem na plantação as regras da sciencia agricola; aos 2 lavradores que provassem haver feito maior sementeira de linho, não sendo a semente inferior a 10 alqueires de linhaça; ao caixeiro que mostrasse conhecer melhor a arithmetica e a escripturação commercial; ao aprendiz de fabricante de sedas que tecesse a maior e melhor peça de seda; ao aprendiz de sombreireiro que fabricasse o melhor chapéo; ao aprendiz de tecelão que tecesse melhor peça de toalhas ou guardanapos; ao de cutileiro, ao de armeiro, ao de encadernador e ao de carpinteiro que se mostrassem mais habeis nos seus officios. Os premios para as mulheres

deviam ser distribuidos do seguinte modo: ás que mais se distiguissem em fiações e tecidos de linho, de talagagens, obras de costura, bordadura a ouro, a prata, a seda, fabrico de meias á agulha e obra de serigaria. Os artefactos dos concorrentes deviam ser apresentados até janeiro de 1793. N'este anno, effectivamente, realisou-se com toda a solemnidade esta festa industrial em 25 de março, vestindo-se 113 creanças d'um e d'outro sexo, seguindo-se a distribuição dos premios. Durante o espaço de 15 annos, que D. Fr. Caetano Brandão foi arcebispo primaz, fez treze visitas pastoraes á sua extensa archidiocese. Apezar do seu bondoso e caritativo caracter, da dedicação e amor com que tratava os pobres e os enfermos, do cuidado que sempre teve com a instrucção popular, fundando collegios e asylos para orphãos, o digno prelado foi victima de calumnias, de odios, que elle soffria com evangelica resignação Os seus padecimentos fôram-se aggravando, até que falleceu. O corpo esteve exposto tres dias e fizeram-se-lhe pomposas exequias. O povo bracarense consagrava-lhe tanta veneração, que em romaria ia ao seu tumulo como se fôsse o tumulo d'um santo. Para a sua biographia pódem ler-se: *Memorias para a historia da vida do veneravel arcebispo D. Fr. Caetano Brandão*, por Antonio Caetano do Amaral; *O Archivo pittoresco*, vol. VIII, pag. 89 e seguintes. Em 1869, o dr. Antonio da Silva Gayo escreveu um drama em 5 actos, com o titulo de *D. Fr. Caetano Brandão*, que se representou no theatro de D. Maria. Este drama foi impresso, precedido d'um escorço biographico do venerando arcebispo. Em sua vida publicou-se apenas a pastoral que dirigiu aos povos do Pará, com o seguiute titulo: *Pastoral de saudação e instrucção ao Clero e Povo da egreja do Grão-Pará*, Lisboa, 1783. Em 1824, um religioso da sua ordem publicou diversas das suas pastoraes, n'um livro a que deu o nome de: *Pastoraes e outras obras do veneravel D. Fr. Caetano Brandão, etc., dadas á luz por outro religioso da mesma Ordem.* N'este mesmo anno tambem appareceu uma carta do illustre prelado, publicada em Lisboa por um seu enthusiasta: *O verdadeiro Cidadão Lusitano, ou carta do Ex.*^{mo} *e Rev*^{mo} *D. Fr. Caetano Brandão, Arcebispo primaz de Braga.* Em diversos volumes do *Jornal de Coimbra* encontram se muitas *Cartas* da sua correspondencia particular, bem como os *Diarios* das visitas que em differentes epocas fez á sua diocese do Pará. Na Bibliotheca de Evora existem muitas cartas autographas do arcebispo dirigidas a Cenaculo, Amaral e outros, as quaes veem indicadas no tomo II do *Catalogo dos manuscriptos* da referida Bibliotheca, publicado em 1870, a pag. 207 e 361. No Pará erigiu-se um monumento á memoria do notavel arcebispo, que se inaugurou no dia 15 d'agosto de 1900. A estatua é de bronze, e está collocada sobre um pedestal granitico; foi erguida n'um local fronteiro ao hospital, sobre cuja portada se lê: *Hospital do Senhor Bom Jesus dos pobres fundado por D. Fr. Caetano Brandão em 1787.*

Brandão *(Caetano Pereira do Couto).* Juiz de Direito. Concluiu a sua formatura na Universidade de Coimbra em 1865. Encetou a carreira da magistratura em 1868, sendo despachado delegado do procurador régio para a ilha das Flôres; pouco tempo depois foi transferido para Villa Nova de Foscôa, e mais tarde para a comarca de Santo Thyrso, onde permaneceu muitos annos. Em 1877 foi promovido a juiz para a comarca de Santa Cruz na ilha da Madeira, tendo logo transferencia para a de Alcacer do Sal; esteve depois em Amares, e em 1884 era juiz de Direito em Marco de Canavezes. E' descendente da familia do arcebispo de Braga, fallecido em 1805, D. Fr. Caetano Brandão.

Brandão *(Caetano de Sousa).* Poeta comico, que viveu no seculo XVIII. Era natural de Vianna do Castello, e filho de Diogo de Sousa de Castro e de Margarida Antonia Brandão, ambos de familias nobres. Teve particular dedicação pela poesia comica, e sendo ainda muito novo, compoz as seguintes comedias, que ficaram ineditas: *El-Rey Filosopho fingido, Ay amor, onde ay agravio, Amantes haze el valor; Jardim Academico dividido em quatro Quadros.*

Brandão *(Diogo).* Fidalgo cavalleiro da casa d'el-rei D. Manuel, senhor da quinta de Corexas, e de Perozello, contador da fazenda real da comarca do Porto. Natural do Porto, e fal. em 1530. Era filho de João Brandão, e de Brites Pereira, filha de Diogo Peixoto, adail-mór do reino, e senhor de Penafiel. Foi um dos homens mais profundos em latinidade do seu tempo. Teve muito familiar correspondencia com João Rodrigues de Sá, senhor de Sever e Mattosinhos, alcaide-mór do Porto. No *Cancioneiro* de Garcia e Rezende, impresso em Lisboa no anno de 1516, estão publicadas varias das suas obras poeticas á morte de D. João II. Foi sepultado no convento de S. Francisco, da cidade do Porto, n'um mausoléo, sobre o qual se vê o seu vulto de pedra deitado.

Brandão *(Duarte).* Doutor e lente de Canones na Universidade de Coimbra, e depois advogado em Madrid. N. em Lisboa, fal. em Madrid em 1644. Era filho de Bento Dias e de Izabel Brandão. Foi lente da cadeira de Sexto, sendo nomeado em 14 de dezembro de 1623. Na côrte de Madrid exerceu a advocacia, patrocinando as causas de maior importancia e gravidade. Escreveu: *Alegacion por el Conde de Liñares com el Señor Fiscal del Consejo de Castilla sobre la remission al juizio de las Ordenes Militares del Reyno de Portugal*, Madrid, 1639; *Allegação de Direito por parte do Senhor D. Carlos de Noronha em nome da Senhora D. Antonia de Menezes sua mulher, filha do Duque de Caminha, Marquez de Villa Real, e de seu filho D. Miguel de Noronha sobre a successão do titulo, e Estado de Villa Real, e morgado da dita Casa*, Madrid, 1639; *Parecer por D. Affonso de Lancastre filho da Senhora D. Julianna de Lencastre Duqueza de Aveiro com D. Raymundo de Lancastre seu Sobrinho filho do Senhor D. Jorge Duque de Torres Novas, que falleceu em vida da Senhora D. Julianna, sobre a successão do Estado, e Casa de Aveiro, e titulo de Duque depois dos largos dias da Senhora Duqueza; Allegação pela Senhora Infanta D. Maria que está em gloria deixando algumas tenças a creados seus em suas vidas, entre ellas fiearão a D. Pedro de Menezes neto de D. Constança de Gusmão Camareira-mór da dita Senhora trezentos e setenta mil réis; Por la Religion de S. Juan, y su Assemblea del Reyno de Portugal sobre la causa de jurisdicion entre los juezes de la Religion, y los Ministros de la justicia Seglar.* Estes tres trabalhos não teem data nem logar de impressão

Brandão *(Fernando Alvares).* Medico muito perito em letras humanas, a quem o capitão Manuel Fernandes Villa Real, no *Discurso del color verde*, intitula *Insigne y illustre ingenio.* Compoz em competencia com o dr. Fernando Cardoso, que escreveu as excellencias da côr verde, um *tratado em defensa da côr azul*, que ficou inédito.

Brandão *(Fr. Francisco).* Monge da ordem de S. Bernardo, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, geral da sua congregação, qualificador do Santo Officio, examinador das tres Ordens Militares, esmoler-mór, chronista-mór do reino, etc. N. em Alcobaça a 10 de novembro de 1601, fal. a 28 de abril de 1680. Era filho de Gaspar Salvado e de Anna Brandão; sobrinho de fr. Antonio Brandão, tambem chronista-mór, e irmão do arcebispo de Gôa, de egual nome, ambos religiosos cistercienses (V. *estes nomes).* Depois de estudar os primeiros rudimentos de grammatica, passou a Santarem, onde foi educado por um seu tio, começando desde logo a patentear um talento superior e uma intelligencia pouco vulgar, tanto que ao completar dez annos de edade, já conhecia perfeitamente a lingua latina e as humanidades. Partiu então com outro seu tio, fr. Antonio Brandão, para o convento de Alcobaça, que ensinava philosophia, e nos claustros residiu alguns annos causando assombro a todos os religiosos pela profundidade do seu talento e pela seriedade do seu caracter, caso digno de admiração em tão verdes annos. A convivencia do convento despertou-lhe o desejo de ser monge cisterciense, e sem dizer nada a seu tio, animou-se a pedir ao geral que o admittisse n'aquella religiosa congregação, ao que o geral benevolamente accedeu, considerando tambem que seria muito util á sua ordem, porque, com tão auspiciosos principios, poderia tornar-se um dos seus mais brilhantes ornamentos. Francisco Brandão vestiu o habito a 25 de agosto de 1618, e professou solemnemente a 29 do referido mez do anno de 1619. Dedicou-se então á Philosophia, indo depois cursar Theologia á Universidade de Coimbra, recebendo n'esta faculdade as insignias doutoraes. Pelo espaço de seis annos ensinou Theologia aos domesticos. Imitando seu tio fr. Antonio Brandão, applicou-se desde os primeiros annos ao estudo da Historia, principalmente á de Portugal, onde tanto se distinguiu, que, pelo fallecimento de seu tio, foi nomeado em 19 de janeiro de 1649 para o substituir no logar de chronista-mór do reino. Fr. Francisco Brandão exerceu varios cargos na sua congregação, sendo por duas vezes geral, a primeira em 1667 e a segunda em 1674. Falleceu em Lisboa no convento do Desterro. A'cerca d'este religioso cisterciense póde vêr-se a *Memoria sobre a sua vida e escriptos*, por Fr. Fortunato de S. Boaventura, publicada nas *Memorias da Academia Real das Sciencias*, tomo x, parte I. Escreveu: *Quinta parte da Monarchia Lusitana, que contém a historia dos primeiros vinte e tres annos d'el-rei D. Diniz*, Lisboa, 1650; outra edição em 1752; *Sexta parte da Monarchia Lusitana, que contém a historia dos ultimos vinte e tres annos d'el-rei D. Diniz*, Lisboa, 1672; outra edição em 1751; *Discurso gratulatorio sobre o dia da felice restituição e acclamação da magestade d'el-rei D. João IV nosso senhor*, Lisboa, sem anno de impressão, mas as licenças teem a data de 8 de abril de 1642; *Conselho e voto da senhora D. Filippa, filha do infante D. Pedro, sobre as terçarias e guerras de Castella; com uma breve noticia d'esta princeza, dirigido a el-rei D. João IV nosso senhor*, Lisboa 1643; *Oração funebre nas exequias do serenissimo infante D. Duarte, recitada no real convento de Sancta Maria d'Alcobaça, em 19 de dezembro de 1649*, Lisboa, 1650; *Relação do assassinio intentado por Castella contra a magestade d'el-rei D. João IV, impedido miraculosamente*, Lisboa, 1647; *Escola do Santissimo Coração de Jesus, em que como Mestre divino ensina aos Corações dos Fieis com seu exemplo as mais importantes doutrinas, expendidas em cincoenta meditações*, Coimbra 1749. Attribuem-se a fr. Francisco Brandão as *Gazetas de Lisboa* publicadas desde de julho de 1645 em diante; os fundamentos que para isto se allegam pódem vêr-se na *Memoria* de fr. Fortunato de S. Boaventura, que já indicámos.

Brandão *(Fr. Francisco).* Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. Era natural de Barcellos, e filho de Antonio de Faria e de Maria Brandão. Professou no convento da Graça de Lisboa a 4 de outubro de 1703, e doutorou-se a 14 do referido mez do anno de 1719. Publicou sem o seu nome: *Devoção ao Santissimo Coração de Jesus instituida, e propagada em varios Reynos da Christandade excitada novamente com uma Novena, e mais algumas devoçoens para maior culto do mesmo Coração Santissimo*, Coimbra, 1734.

Brandão *(Francisco José).* Cirurgião na cidade do Porto. N. em Guiães em 1738, fal. em 1773. Escreveu: *Instrucção sobre a circulação do sangue, enriquecida com notas para utilidade dos principiantes*, Porto, 1761.

Brandão *(Francisco Maria de Sousa).* V. *Sousa Brandão (Francisco Maria de).*

Brandão *(Fr. Gaspar).* Monge cisterciense, natural d'Alcobaça. Era sobrinho de D. Fr. Antonio Brandão, arcebispo de Gôa, e de fr. Francisco Brandão, chronista-mór do reino (V. *estes nomes).* Entrou no convento de S. João de Tarouca a 24 de janeiro de 1642, onde solemnemente professou a 28 do referido mez do anno de 1643. Tendo dictado aos seus domesticos as principaes materias da Theologia escolastica e positiva, doutorou-se na Universidade de Coimbra, onde foi conductario provido a 30 de julho de 1677, e lente da cadeira de Durando. Falleceu no convento d'Alcobaça em 1682. Compoz os seguintes tratados, que ficaram inéditos: *de Fide, et Spe, de Incarnatione, de Trinitate, de Gratia, de Eucharistia.* Deixou mais, tambem em manuscripto: *De sensibus sacræ Scripturæ.* Estas obras existiam no collegio de S. Bernardo, de Coimbra.

Brandão *(D. Hilariam).* Conego regrante de Santo Agostinho, mestre em artes pela Universidade de Coimbra, leitor de Theologia, prior do mosteiro de S. Vicente de Fóra de Lisboa, procurador geral da sua congregação, etc. Foi natural de Coimbra, e fal. n'esta cidade a 22 de agosto de 1585. Escreveu: *Voz do Amado, Autor Dom Hilarião, Conego regular da Congregação de Sancta Cruz de Coimbra; cõ licẽça da Sãcta & Geral Inquisição & Ordinario;* Lisboa 1579. Tem no rosto uma estampa, que occupa a maior parte da pagina, representando um pelicano, e no fim diz: *Foi impressa a presente obra no moesteiro de S.*

Vicente de fóra dos muros de Lixboa, á honra & gloria de N. Senhor Iesu Christo & consolação das almas deuotas. Acabouse em seis dias do mes de Mayo de 1579; Casos de Consciencia; no fim tem: *Exame de Consciencia*, impresso tambem em 1579. Em manuscripto deixou a seguinte obra: *Lucubrationes, sive Commentaria in Canticum canticorum Salomonis.*

Brandão *(Ignacio da Costa).* Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra. Era natural da villa de Redondo, comarca de Evora, e filho de Agostinho da Costa Bastos Brandão. Doutorou-se em 22 de julho de 1801. Foi lente da Universidade. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento.

Brandão *(João Victor da Silva).* O celebrado João Brandão, natural de Midões. V. *Silva Brandão.*

Brandão *(Joaquim Ignacio de Seixas).* Bacharel em medicina pela Universidade de Montpellier, onde se formou a 14 de agosto de 1767. Era natural da cidade do Rio de Janeiro, baptisado na freg. de N.ª S.ª da Candelaria, da mesma cidade. Foi nomeado, por alvará de 30 de junho de 1775 medico do hospital das Caldas da Rainha. Tendo fallecido, foi por decreto de 5 de junho de 1796 concedida uma pensão á sua viuva, Maria Roberts, natural de Montpellier.

Brandão *(José Joaquim).* General de brigada. N. a 28 de outubro de 1847, assentou praça em 8 do referido mez do anno de 1865, e depois de completar o curso da arma de infantaria, foi promovido a alferes em 19 de janeiro de 1870, a tenente em 15 de setembro de 1875, a capitão em 24 de janeiro de 1883, a major em 3 de abril de 1893; hoje é general de brigada, estando na disponibilidade, por ter sido julgado incapaz do serviço activo em 10 de maio de 1900. Sendo ainda major, fez parte, como commandante de infantaria n.º 3, da expedição que em 1895 foi á India, indo sua alteza o infante senhor D. Affonso como viso-rei d'aquelle Estado. Em junho de 1896 regressou ao reino no vapor *Ambaca*, que tambem conduziu sua alteza. O sr. general José Joaquim Brandão é official da ordem de S. Bento de Aviz, e tem a medalha de ouro para commemorar a campanha de Timor em 1895.

Brandão *(Julio).* Escriptor contemporaneo. N. em Villa Nova de Famalicão em 1870. Tem publicado os seguintes volumes: *A virgem de Aglais; O jardim da morte*, versos; *Maria do Céo (cartas de Marcello)*, em verso, 1902; *Pharmacia Pires*, contos em prosa, Porto, 1896, tem 2.ª edição em 1897; *Saudades*, versos, Porto, 1893. No *Branco e Negro* publicou um conto intitulado *O ferreiro;* e no *Diario de Noticias* illustrado, do Natal de 1904, outro conto: *O moço frade dos Mithos*. Escreveu de collaboração com Raul Brandão o drama em 3 actos *A noite de Natal*, que se representou no theatro de D. Maria em 1899.

Brandão *(D. Leonardo).* Presbytero da congregação do oratorio da cidade de Braga, e bispo de Pinhel. Era natural de Aronca. Veiu para Lisboa para a casa do Espirito Santo, onde se conservou alguns annos na qualidade de hospede, até que o governo do infante D. Miguel o apresentou como bispo de Pinhel, sendo confirmado pela Santa Sé e sagrado em 1832. Não chegou a tomar posse do seu elevado cargo, em consequencia dos acontecimentos politicos de 1833, em que se restabeleceu o governo constitucional. D. Leonardo Brandão, não o querendo reconhecer, retirou-se para o Porto, onde passou o resto da vida. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. A diocese de Pinhel ficou séde vacante, sendo nomeado pelo governo um vigario geral. D. Leonardo Brandão foi o quarto e ultimo bispo d'aquella diocese, que depois se aboliu, pertencendo hoje Pinhel ao bispado da Guarda. Escreveu: *Ramalhete de Myrrha, composto dos mais ternos pensamentos e maviosos suspiros da Mãe de Deus afflicta para contemplar as suas sete dores, etc.*, Lisboa, 1823; saiu com as iniciaes *L. B; Communhão perfeita*, etc., Lisboa, 1821.

Brandão *(Padre Luiz).* Jesuita; doutor em Theologia pela Universidade de Evora, preposito da casa professa de S. Roque, em Lisboa, etc. N. n'esta cidade em 1583, e fal. na referida casa professa a 5 de junho de 1663. Tinha apenas 14 annos de edade quando entrou na Companhia de Jesus, no collegio de Coimbra, a 21 de novembro de 1598. Doutorou-se em Theologia na Universidade de Evora a 24 de junho de 1621. Ensinou rhetorica e philosophia em varios collegios, foi reitor do collegio do Porto, assistente em Roma pela provincia de Portugal, e preposito da casa professa de S. Roque. Escreveu: *Officium B. Virginis a Pietate*, Ulyssipone, 1606; *Meditaçoens sobre a Historia do Sagrado Evangelho para todos os dias do anno, repartidos em 4 volumes*, Lisboa, 1679 o 1.º e 2.º, 1684 o 3.º, e 1685 o 4.º Estes volumes sairam depois da sua morte, como se vê pelas datas da publicação. Escreveu mais: *Vidas de D. João Soares de Alarcão setimo alcaide-mór de Torres Vedras, e de sua mulher D. Izabel de Castro e Vilhena irmã de D. Jorge Mascarenhas Marquez de Montalvão.* Deixou alguns manuscriptos.

Brandão *(Luiz Pereira).* Cavalleiro professo da ordem de Christo. N. no Porto, segundo parece, entre os annos de 1530 e 1540. Ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Antonio Pereira Brandão, capitão das Moluccas, que morreu na conquista de Monomotapa com o governador Francisco Barreto, e de D. Francisca de Novaes. Estudou nas aulas dos jesuitas, em que muito se distinguiu. Veiu á côrte, onde grangeou grande reputação de poeta, alguns amigos entre os escriptores e poetas e alguns protectores entre os fidalgos. Acompanhou D. Sebastião á infausta jornada d'Africa, e ficou captivo na batalha d'Alcacer-Kibir em 4 de agosto de 1578. Luiz Pereira Brandão era um espirito patriotico e elevado, parecendo esquecer-se de si para se lembrar sómente da desgraça da patria. D. Sebastião o havia encarregado de cantar a victoria, esperando ficar victorioso, mas em vista da catastrophe que se deu, Luiz Pereira Brandão lembrou-se de legar á posteridade um poema em que minuciosamente se narrasse a batalha d'Alcacer-Kibir e o martyrio de tantas e tão nobres victimas imprudentemente sacrificadas. Para de alguma fórma suavisar os trabalhos do captiveiro, procurando esquecer por momentos a sua penosa situação, principiou o poema, que intitulou *Elegiada*, e já tinha escripto uma grande parte, quando alcançou ser resgatado e voltar á patria. Diz-se que Luiz Pereira Brandão passou o resto da sua vida n'um grande desgosto, não largando nunca o fato de luto. O poema publicou-se depois em Lisboa,

em 1588, com o titulo seguinte: *Elegiada, poema heroico de 18 cantos, a guerra, perda e morte del Rey D. Sebastião.*

Brandão *(Lourenço).* Escriptor natural de Lisboa, mas que residia em Madrid no tempo do dominio hespanhol. Escreveu em castelhano varias obras que publicou, sobre assumptos de administração portugueza em que apontava varios alvitres favoraveis a Portugal, mostrando-se em todas as occasiões como verdadeiro patriota.

Brandão *(Paulo).* Religioso da ordem de S. Bernardo. Era natural de Lisboa, filho de Pedro Varella e de Maria de Almeida; sobrinho da parte materna do arcebispo de Gôa, D. Fr. Antonio Brandão, e do chronista-mór do reino, fr Francisco Brandão (V. *estes nomes).* Entrou no convento d'Alcobaça a 21 de janeiro de 1650, e professou solemnemente a 25 do referido mez, do anno de 1651. Foi homem de grande erudição. Exerceu o logar de secretario da sua congregação no tempo em que seu tio, fr. Francisco Brandão, era geral; e o de abbade do mosteiro de Santa Maria de Ceiça. Fal no referido convento a 20 de março de 1681. Escreveu: *Apologia da visão do Campo de Ourique, feita ao nosso primeiro Monarcha D. Affonso Henriques, contra Fr. João Caramuel* que a nega no livro intitulado *Philippus Prudens; Disposição do Lausperenne no convento d'Alcobaça*, ornada de poemas, etc. Estas obras ficaram inéditas.

Brandão *(Fr. Pedro)*, Religioso carmelita, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, mestre da sua ordem, bem conceituado prégador, prior, e depois provincial da sua ordem, e por fim bispo de Cabo Verde. Por abominar o trafico da escravatura, soffreu muitos desgostos dos negreiros da sua diocese, e por este motivo, depois de cinco annos de episcopado, resignou aquella dignidade, recolhendo ao seu convento do Carmo em Lisboa, onde falleceu no dia 14 de junho de 1608.

Brandão *(Raul Germano).* Tenente de infantaria, sub-chefe da 1.ª secção da direcção geral da secretaria do ministerio da guerra, escriptor e jornalista. N. no Porto em 12 de março de 1867, assentou praça em 18 de dezembro de 1888, sendo promovido a alferes a 13 de maio de 1896, e a tenente a 8 de agosto de 1901. Quando era alferes, veiu para Lisboa, e collaborou no *Correio da manhã*, ainda no tempo do fallecido Pinheiro Chagas, que fôra o fundador d'este jornal. Partiu depois para o Porto; esteve tambem em Braga, onde casou. Em 1893 tentou organisar no Porto, um jornal tambem com o titulo de *Correio da manhã*, jornal que não chegou a durar um mez, por se terem levantado desintelligencias entre os fundadores proprietarios. Era diario, de larga informação e muito litterario. Raul Brandão foi secretario da redacção do jornal *O Dia*. Tem publicado em differentes periodicos do paiz muitos artigos de critica litteraria. Escreveu as *Memorias d'um palhaço* e *Impressões e passagens*, Lisboa, 1896. Juntamente com D. João da Camara e Maximiliano de Azevedo publicou em 1903 um *Livro de leitura para as escolas de instrucção primaria,* que foi preferido no concurso que o Conselho de Instrucção Publica abrira para a apresentação de livros, conforme o programma organisado pela nova reforma dos estudos primarios. Para o theatro escreveu de collaboração com Julio Brandão, o drama em 3 actos, *A noite de Natal*, que se representou em D. Maria no anno de 1899, e *O maior castigo*, drama tambem em 3 actos, representado no theatro de D. Amelia em dezembro de 1902. O *Correio da manhã* publicou em 8 de maio de 1895, um mez depois da morte de Pinheiro Chagas, um numero commemorativo em homenagem á sua memoria, collaborado por diversos escriptores, entre os quaes figura tambem Raul Brandão com um artigo intitulado *A sua ultima obra.*

Brandão *(Zephyrino Norberto Gonçalves).* Coronel de artilharia, commandante do sector exterior do Campo Entrincheirado de Lisboa, jornalista, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa e da de Madrid, do Instituto de Coimbra, da Real Associação dos Architectos civis e archeologos portuguezes, da Sociedade de Geographia de Lisboa, etc. N. em Santa Comba Dão a 17 de fevereiro de 1842; assentou praça em artilharia a 13 de agosto de 1867, sendo promovido a alferes em 4 de janeiro de 1871, a tenente em 9 de junho de 1873, a capitão em 5 de junho de 1878, a major em 13 de fevereiro de 1890, a tenente-coronel em 23 de março de 1895, a coronel em 18 de junho de 1901. Pertence ao estado maior de artilharia. E' commendador da ordem de S. Bento de Aviz, e da de S. Thiago; tem as medalhas militares de ouro da classe dos bons serviços, e a de prata de comportamento exemplar. Foi membro da commissão encarregada de elaborar o regulamento para a administração da fazenda militar. Em 1868, sendo ainda alumno alferes, escreveu o seguinte: *Das promoções, memoria apresentada na 1.ª cadeira da Escola do Exercito.* N'este trabalho apresentava algumas considerações sobre o systema de recrutamento em relação ao tempo de serviço, tratando mais desenvolvidamente do systema de promoções, etc. O sr. Zephyrino Brandão tem escripto sobre assumptos militares nos jornaes: *Revista militar*, *Povo ultramarino*, *Progresso*, de Lisboa, *Terceira*, de Angra do Heroismo, *Aurora do Tejo*, de Santarem, etc. Em 1884 publicou em Elvas o seguinte livro, que dedicou a sua esposa: *Paginas intimas (versos da juventude).* Em 1889, no 25.º vol. do *Brinde do Diario de Noticias*, publicou *O baptisado de D. Affonso VI.* Por occasião do quarto centenario do descobrimento do caminho para a India em 1897, escreveu: *Pero da Covilhã, episodio romantico do seculo XV.* Publicou mais: *Monumentos e lendas de Santarem*, Lisboa, 1883, dedicado a el-rei D. Luiz. Acêrca d'este livro, publicou o sr. conde Valenças no XIV vol. do *Occidente*, anno de 1891, pag. 250, um artigo muito lisongeiro; *Viagens—I Belgica*, com um prefacio do

Zephyrino Norberto Gonçalves Brandão

dr. Candido de Figueiredo, Lisboa, 1891; *L'Ecole de Torpilles en Portugal*, Paris, 1900.

Brandão. Pov. na freg. de S. Estevão e conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro. || Quinta na freg. de Santa Cruz e conc. do Barreiro, districto de Lisboa.

Brandão e Albuquerque *(João da Costa)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, chefe da secretaria geral do ministerio das Obras Publicas, administrador do concelho d'Almeirim, deputado, etc. N. em Oliveirinha, povoação situada junto á serra da Estrella, a 24 de outubro de 1830. E' filho de Antonio da Costa Brandão e Brito de Mesquita Castello Branco, e de D. Thereza Augusta de Albuquerque Pinto Tavares. Escreveu; *Censo de 1864; relação das freguezias do continente e ilhas; população, sexos, fogos, divisão civil, judicial, militar e ecclesiasti-* Lisboa, 1866; *Censo de 1878; relação das freguezias do continente e ilhas; população, sexos e fogos: circumscripção administrativa e ecclesiastica. judiciaria, politica, militar, maritima, postal, telegraphica e aduaneira*, Lisboa, 1879.

Brandão de Lemos *(Henrique)*. Sómente se conhece este nome pelo seguinte livro publicado em Lisboa, em 1636: *Theoremas Mathematicos. Preside o P. M. Ignacio Stafford da Companhia de Jesus. Defende Henrique Brandão de Lemos no Collegio de Santo Antão, a 3 de Junho por todo o dia* E' dedicado a D. Rodrigo da Cunha, arcebispo de Lisboa.

Brandára Pov. e freg. de S. Thiago, da provincia do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 323 hab. e 71 fog. Tem caixa postal. A pov. dista 4 k. da séde do conc. Foi couto dos Bezerras, de Canadêllo. O abbade era representado pelos morgados de Canadêllo, e tinha de rendimento 250$000 réis. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3 com a séde em Vianna do Castello.

Brandariz. Pov. na freg. de S. Salvador, de Perosinho, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Thiago, de Carreiros, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Logar, na freg. de S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Vandoma, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Brandião. Pov. na freg. de S. Romão, de Aguiar de Sousa, conc. de Paredes distr. do Porto. || Logar na freguezia de S. João Baptista, de Gondar, concelho de Guimarães, districto de Braga.

Brandim. Pov. na freg. de Santa Maria, de Veade de Baixo, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Brandinhães. Pov. na freg. de S. Miguel, de Barreiros, conc. da Maia, distr. do Porto.

Brandôa. Casal na freg. de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª da Annunciação e conc. de Redondo, distr. de Evora. || Quinta na freg. de Alverca, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Branja *(Quinta da)*. Na freg. de S. João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Branjenja. Pov. na freg. de S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Branqueta *(Quinta da)*. Na freg. de S. João Baptista, de Coura, conc. de Armamar, distr. de Vizeu.

Branquinha. Logar na freg. de S. Pedro, de Azurem, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Branquinho. Logar na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

Brantães. Pov. na freg. de S. Pedro, de Sermonde, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Branzello. Pov. na freg. de Santa Maria, de Melres, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Brasfemes. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Douro, conc., com., distr. e bisp. de Coimbra; 815 hab. e 228 fog. Está civilmente annexada a esta freguezia a de Torre de Villela. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada em posição alta e fragosa, mas fertil. Era das freiras de Lorvão, a quem os moradores da freguezia pagavam duas partes dos dizimos e as rações e foros. As freiras apresentavam o vigario, a quem davam 70$000 réis por anno; o vigario tinha mais o pé d'altar, que rendia 30$000 réis. Antigamente havia juiz ordinario, escrivão e procurador, postos pela camara de Coimbra. Ao N. da freg. fica a serra do Ilhastro, que tem boa pedra de cantaria, muito branca e lustrosa. N'esta serra nascem dois ribeiros, o de Val-Côvo e o de Agrêllo, morrendo ambos no rio Botão. Brasfeme pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 23, com a séde em Coimbra.

Braun *(João Vasco Manuel de)*. Sargento-mór de infantaria, tenente-coronel de engenheiros e governador da praça de Macapá no Brazil. Era natural de Extremoz, e filho de João Henrique Braun, que por decreto de 30 de agosto de 1736 foi admittido no serviço militar de Portugal, como capitão de engenheiros da provincia do Alemtejo. João Vasco Manuel de Braun assentou praça em 30 de setembro de 1752; serviu na praça de Setubal e assistiu em 1761 á obra do sitio do Pinheiro, sendo-lhe por estes serviços concedido o habito de Christo com a tença de 12$000 réis. Em 1788 foi nomeado governador da praça de Macapá no Brazil, com a patente e soldo de sargento-mór de infantaria com exercicio de engenheiro. Regressando ao continente teve a promoção ao posto de tenente-coronel de engenheiros, e depois ao de coronel em 5 de setembro de 1797, para ir governar a praça de Extremoz. Emquanto esteve no Brazil exercitou bastante a sua actividade scientifica, executando varios trabalhos, dos quaes mencionaremos os seguintes: *Planta da Fortaleza de N. S.ª da Nazareth e Povoação de Alcobaça, que se ha de erigir no Rio Tocantins por ordem do Ill.mo e Ex.mo Senhor José de Napoles Tello de Menezes, Governador e Capitão General do Estado do Pará, 1780;* no Archivo Militar do Rio de Janeiro o original e a aguarella: *Descripção Chorographica do Estado do Gram-Pará, suas povoações e algumas particularidades que por ordem da Ill.mo e Ex.mo Senhor Martinho de Sousa e Albuquerque descreve o Sargento Mór Engenheiro .. em o anno de 1788;* copia, no Instituto Historico; *Descripção chorographica do Estado do Gram Pará, que por or-*

dem alphabetica descreveu... Governador da Praça de Macapá, em o anno de 1789; publicada na *Revista do Instituto*, vol. XXXVI, parte I; *Pontos ocularmente observados e indagados na Villa, Curraes e Lavoura do Continente de Macapá;* copia, no Instituto Historico; *Roteiro Chorographico da Viagem, que o Ill.*^{mo} *e Ex.*^{mo} *Senhor Martinho de Sousa e Albuquerque, Governador e Capitão general deste Estado, determinou fazer ao Rio dos Amazonas*, etc., 1784; impresso na *Revista do Instituto Historico; Roteiro Chorographico do Gram Pará, á Villa Bella, Capital de Matto Grosso*, etc., 1784; publicado na *Revista do Instituto*, 1860, e em volume no Pará, em 1857.

Brava. Casal na freg. de N. S.ª da Purificação, de Alcoruchel, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sabacheira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Herdade na freg. de N. S.ª das Neves, de Brinches, conc. de Serpa, distr. de Beja.

Brava. Ilha do archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental, pertencente ao grupo de Sotavento e de O, no Oceano Atlantico, a 15 kilom. O da ilha de Fogo, a 140 da capital da provincia, cidade da Praia, na ilha de S. Thiago, no mesmo archipelago. Está orientada no rumo OSO e tem a figura de um cóne truncado, cuja base olha para o N; com 12 kilom. de comprimento, 5 de largura e 66 kilom.² de superficie. E' montanhosa, pittoresca, e de todas as ilhas do archipelago, relativamente, a mais povoada. Tem clima excellente; produz todos os generos alimenticios que se dão nas outras ilhas visinhas. Constitue um concelho, cuja séde é a populosa freguezia de S. João Baptista. Antigamente tinha mais outra freguezia, a de Nossa Senhora do Monte, ambas subordinadas ao bispado suffraganeo da provincia metropolitana de Lisboa. Judicialmente a ilha pertence á comarca de Sotavento. Tem 9:223 habitantes. Ignora-se a epoca do seu descobrimento, suppondo-se que seria alguns annos depois do da ilha do Fogo, e que fôra primeiro habitada por escravos d'esta ilha e da de S. Thiago. Desde 1680 começou a ser povoada, e deu-se-lhe o nome de Brava, ou, como antigamente a chamavam, de S. João Baptista da Brava, em consequencia de estar revestida de arvoredo desde a base até ao cume. o que a tornava tão humida que uma densa nevoa a cobria sempre. Este arvoredo foi completamente destruido, a ponto de ser necessario plantar outras arvores para manter a salubridade da ilha. E' esta das mais agricolas do archipelago, achando se n'ella extremamente dividida a propriedade. O sólo é fertil, produzindo os generos necessarios para o consumo. Por vezes tem esta villa soffrido os horrores da fome, sendo os peores annos de 1830 a 1833. Já aqui esteve estabelecido o governo da provincia. Tem o melhor templo de todo o archipelago, a egreja de S. João Baptista; hospital, alfandega, escolas, etc. A principal estrada é a do porto da Furna á villa da Povoação. Esta villa fica situada no alto de uma rocha, tendo boas casas, jardins, hortas, e muitas arvores; o que a constitue como o paraizo da provincia africana. O seu clima saluberrimo torna a ilha muito frequentada pelos europeus e americanos, que a procuram como uma excellente estação de saude. De terreno de origem vulcanica e de elevadas montanhas basalticas brotam na ilha varias nascentes mineraes; sendo importante a *Fonte do Vinagre*, preconisada no tratamento das dyspepsias e hypertrophias do baço e figado. (V. *Relatorio do serviço de saude na ilha Brava*, por Vera Cruz, 1872; *Aguas minero-medicinaes de Portugal*, por Alfredo Luiz Lopes, Lisboa, 1892; etc.). || Enseada na costa do territorio de Mucoandos, no limite S do distr. de Benguella, prov. de Angola, ao S. da ponta Numba ou Choca.

Bravães. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 611 hab. e 168 fog. A pov. dista 2 k. da séde do conc., está situada n'um valle, e é terra fertil. A matriz é uma egreja muito antiga, toda de cantaria lavrada. O reitor era apresentado pelo ordinario, e tinha de rendimento 150$000 réis. Foi couto dos cavalleiros da ordem do Templo, e dizem, que n'esse tempo servia de matriz a capella de Santa Leocadia. Em Bravães houve um mosteiro de frades cruzios, fundado por D. Vasco Nunes de Bravães, rico homem d'aqui natural, pelos annos de 1080. Era um dos principaes vassallos de Affonso VI, rei de Leão. Depois foi commenda da Ordem de Christo, mas reitoria da mitra. Por fim passou a abbadia secular, por breve do pontifice Martinho V, pelos annos de 1420, sendo arcebispo D. Fernando da Guerra. Foi aqui commendatario D. Rodrigo Taveira, natural de Villa Real. Bravães pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Bravas. Logar na freg. de S. Miguel, de Anreade, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Bravio. Logar na freg. de S. Pedro, de Capareiros, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Romão, de Fonte Coberta, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Casal na freg. de N. S.ª da Purificação, de Aveiras de Cima, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa.

Bravo. Appellido que appareceu no tempo de D. Affonso Henriques, usado por um fidalgo de Riba-Minho chamado Diogo Bravo. Alguns dos seus descendentes governaram Braga por algum tempo. As armas d'esta familia são: uma serpe de verde volante, armada de sanguinho. O timbre é a mesma serpe. Na *Nobiliarchia Portugueza*, de Villas Boas, pag. 247 da edição de 1676, lê-se a descripção das armas d'esta fórma: em campo vermelho um leão de ouro commettendo a porta de um castello, um rio ao pé, e duas gralhas em cima da torre. Diz tambem, que pretendem alguns ser esta familia descendente d'uns fidalgos francezes.

Bravo *(Fr. Antonio)*. Religioso da ordem dos menores conventuaes. Natural de Braga, mas ignora-se a data do nascimento; fal. em 1588 ou 1590. Era filho de Martim Vaz e de Catharina Machado de Miranda. Partiu para Roma, e estava ali vivendo, quando soube que em 1570 os frades do convento de S. Paio, situado a tres legoas de Caminha, na provincia do Minho dos claustraes, o haviam abandonado pela aspereza do sitio, passando para o mosteiro dos observantes. Fr. Antonio Bravo resolveu então, com a faculdade do papa Gregorio XIII, vir viver para aquelle convento, por ter ali professado. No anno de 1573 regressou a Portugal n'essa tenção,

acompanhado de alguns religiosos. Encontrando, porém, o convento completamente arruinado, mandou-o reconstruir, e n'aquella casa religiosa passou o resto da sua vida. Escreveu: *Dos milagres de S. Paio obrados no seu Convento desde o anno de 1587 até 1586.*

Bravo *(Christovão José Franco)*. Marechal de campo, commandante da guarda municipal de Lisboa, ajudante de campo d'el-rei D. Luiz I. N. n'esta cidade em 1798, onde tambem falleceu a 21 de maio de 1863. Assentou praça em agosto de 1813, no regimento de cavallaria n.º 2, sendo reconhecido como cadete no principio de 1814, despachado alferes em dezembro para cavallaria n.º 1, promovido a tenente em 1820, obtendo em 1821 a graduação de capitão em vista das suas habilitações scientificas. Por occasião da revolta de 1824, conhecida pela *Abrilada* (V. *este nome*). esteve preso na torre de Belem e em Peniche. No anno de 1827 tomou parte na campanha contra o marquez de Chaves. Não tendo podido acompanhar os primeiros liberaes que sairam do reino depois da revolução do Porto, continuou trabalhando a favor da causa constitucional; entrou nas combinações para a revolta do regimento de infantaria n.º 4, que se mallogrou, resolvendo-se então a sair de Lisboa em setembro de 1831, para se reunir aos defensores da liberdade na ilha Terceira, onde chegou a 21 de janeiro de 1832. Acompanhou depois a expedição a Portugal, e chegando ao Porto, foi logo nomeado para uma commissão que veiu a Lisboa na esquadra de Sertorius, incumbida de abrir communicação com a capital, e no seu regresso ao Porto teve o encargo do governo da serra do Pilar, que estava então sem defeza; n'esta arriscada situação prestou valiosos serviços, com especialidade nos dias 8 e 9 de setembro e 14 de outubro de 1832, em que aquella fortaleza foi atacada pelas forças miguelistas. Sendo então recommendado pelo brigadeiro José Antonio Torres, depois visconde da Serra do Pilar, que tomara o governo da fortaleza, e elogiado pelo imperador, foi promovido a major e condecorado com a commenda da ordem da Torre e Espada. O mesmo valor apresentou na batalha de 25 de julho de 1833, em que alcançou o posto de tenente-coronel. Depois da partida de D. Pedro para Lisboa, acompanhou ao Minho o visconde da Serra do Pilar, como ajudante general das forças por elle commandadas, tomou parte em toda a campanha d'aquella provincia, distinguindo-se nos combates de Santa Christina e da Lixa. Voltando a servir no estado maior, ahi permaneceu até 25 de julho de 1834, em que foi collocado no regimento de cavallaria n.º 1. Foi depois nomeado para diversas commissões militares, e em 1837, por ter acclamado a Carta Constitucional em Extremoz, esteve preso no castello de S. Jorge, de Lisboa, e na *presiganga*, navio que servia de prisão. Em 1840 foi promovido a coronel e nomeado chefe do estado maior da 8.ª divisão. Em 1841 passou a commandar o regimento de cavallaria, e tendo algum tempo a seu cargo a sub divisão militar de Beja, trabalhou muito para a restauração da Carta n'esta cidade. Voltando a chefe do estado-maior da 8.ª divisão, governou depois a praça de Abrantes, commandou a columna volante ao norte do Tejo em 1847, e passou a chefe do estado maior da divisão ao sul do referido rio, tomando parte na batalha do Alto do Viso, em 1 de maio d'esse anno, em que ficou ferido. Em 1851 foi promovido a brigadeiro e nomeado chefe do estado-maior da 1.ª divisão, e depois da 7.ª, sendo em 1855 encarregado do governo da praça de Peniche, d'onde veiu transferido para o commando da guarda municipal de Lisboa, em 1856. Subindo a marechal de campo em 1859, continuou no commando da guarda municipal, até que depois dos tumultos do Natal de 1861, passou a ajudante de campo d'el-rei D. Luiz I.

Bravo *(Francisco José)*. Alumno do collegio, de S. Lucas Evangelista da Casa Pia de Lisboa. Era natural de Serpa; ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Escreveu em 1793: *Ode saphica no felicissimo nascimento de S. A. R. a sereuissima Princeza da Beira*, Lisboa.

Bravo *(Gonçalo)*. Religioso da ordem de S. Bernardo. N. na quinta de Villares da freg. de S. Bartholomeu de Campello, a 31 de maio de 1714; ignora-se a data do seu fallecimento. Era filho de João Bravo Cerqueira de Sousa e Vasconcellos, e de D. Clara Maria de Queiroz Cabral Ponce de Leão, ambos descendentes de familias nobres. Professou no convento de Santa Maria do Douro, arcebispado de Braga, a 2 de setembro de 1734. Dictou as sciencias severas nos mosteiros de S. João de Tarouca e de Ceiça. Escreveu o seguinte, que ficou em manuscripto: *Historia da casa de Barbosa historiada; Supplemento á Historia Genealogica da Casa Real Portugueza; Nobiliario Antimarano*, que trata das familias da villa de Amarante.

Bravo *(João Luiz)*. Era natural de Lisboa, e filho de Martim Freire e de Joanna Baptista. Entrou na Companhia de Jesus, em Coimbra, a 11 de maio de 1692; depois deixou a, ordenando-se de presbytero. Passou então ao Brazil, e ali dedicando-se ao pulpito, alcançou grande fama de prégador. Não se sabe as datas do seu nascimento e fallecimento. Publicou: *Panegyrico funebre nas solemnes exequias do Excellentissimo e Reverendissimo D. Fr. Joseph Fialho do Conselho de Sua Magestade, Bispo de Pernambuco, Arcebispo da Bahia, e ultimamente Bispo da Guarda, celebradas na Egreja de S. Pedro da Villa do Recife de Pernambuco a 22 de Fevereiro de 1742*, Lisboa, 1748.

Bravo *(José Antonio Monteiro)*. N. em Lisboa a 19 de fevereiro de 1710; ignora-se a data da sua morte. Era filho do desembargador Miguel Monteiro Bravo e de D. Thomazia Michaela da Silva. Professou no instituto da ordem militar de S. Thiago, no convento de Palmella, a 16 de abril de 1733. Foi prior da egreja de S. Julião, de Setubal. Escreveu: *Epigrammatum Centuria inscripta Duci Cadavallensi Iaymio de Mello*, Ullyssipone, 1733; *Sermão do invictissimo Martyr S. Justino prégado na Egreja de Nossa Senhora do Loreto da nação Italiana, etc.*, Lisboa, 1737; *Sermão do Santissimo Sacramento em o ultimo dia do solemne, e anniversario Triduo que a sua Irmandade da Parochial Egreja de Santa Maria da Graça Matriz de Setubal lhe dedicou, prégado em 19 de julho de 1739*, etc., Lisboa, 1740.

Bravo *(D. José Francisco da Soledade)*. Bispo de Portalegre. Era natural de Serpa, onde nasceu pelos annos de 1777, fal. a 10 de novembro de 1833; filho de José Martins e de D. Michaela do Carmo. Formou-se na Universidade de

Coimbra na faculdade de Canones, sendo depois lente no seminario patriarchal de Santarem, e mais tarde conego na sé de Lisboa. Tendo fallecido o bispo de Portalegre, D. José Valerio da Cruz, em 17 de junho 1826, achando-se ainda aquella sé de vacante em 1831, o governo do infante D. Miguel o elegeu bispo em 29 de setembro, sendo esta eleição confirmada por Gregorio XVI em maio do anno seguinte, 1832. O novo bispo foi sagrado a 10 de junho, e tomou posse da sua diocese em 14 de julho. Em 1833, vendo que o partido constitucional proseguia nas suas victorias, saiu de Portalegre, passou a fronteira e recolheu-se na villa d'Albuquerque, na Extremadura hespanhola, onde falleceu pouco depois da sua chegada. Tinha deixado por governador do bispado o thesoureiro-mór da sé cathedral, Diogo Francisco Fratel, que proseguiu n'este cargo até 23 de maio de 1834, em que o substituiu o presbytero Joaquim Placido Galvão e Palma, que ali se conservou como vigario capitular até 25 de junho de 1836. Depois de D. José Bravo aquella diocese continuou sendo dirigida por vigarios capitulares e vigarios geraes. Portalegre é actualmente bispado.

Bravo *(Pedro Soriano)*. Prior do convento de S. Paulo, de Almada, da ordem dos prégadores, e do de N. S.ª da Piedade, de S. Domingos, de Villa Fresca de Azeitão. N. em Lisboa a 29 de abril de 1707; ignora se a data do fallecimento. Era filho de Manuel Gomes Bravo e de D. Antonia Bernardes. Entrou na ordem dos prégadores no convento de S. Domingos de Bemfica, onde professou a 16 de setembro de 1725. Publicou: *Sermão das exequias do muito alto, poderoso, magnanimo e fidelissimo monarcha D. João V, que prégou no convento de S. Paulo da villa de Almada em 19 de agosto de 1750*, Lisboa, 1750; *Sermão prégado na occasião solemne de capitulo intermedio provincial, etc.*, Lisboa, 1761; *Sermão do illustrissimo patriarcha da ordem dos prégadores S. Domingos de Gusmão*, Lisboa, 1755.

Bravo *(Simão Gonçalves)*. Doutor em Medicina e Philosophia pela Universidade de Salamanca. N. em Beja a 5 de novembro de 1651, fal. a 16 de fevereiro de 1722. Era filho do dr. Manuel Fernandes de Moura, advogado, e de sua mulher, Izabel Soares Bravo. Foi estudar Philosophia e Medicina, na Universidade de Salamanca, doutorando-se n'estas duas faculdades. Regressando á patria, começou a exercer clinica, e tão afamado se tornou, que o grão duque de Florença, Cosme III, que esteve de passagem em Portugal, ouvindo falar com muito louvor d'este clinico, o mandou convidar para reger uma cadeira na Universidade de Piza. Este convite não foi satisfeito, e Gonçalves Bravo continuou exercendo clinica em Lisboa. Escreveu: *Tractatus de febre maligna pestilente sine peste.* Esta obra foi escripta em consequencia da epidemia que se declarara no convento das religiosas do convento da Conceição, de Beja.

Bravo. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pedrogão Pequeno, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Logar na freg. de Santo Estevão, de Urgezes, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Casal na freg. de Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Casal na freg. do Espirito Santo, de Valle de Cavallos, conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || Quinta na freg. de Santo Estevão e conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. do Seixal, distr. de Lisboa.

Bravo Chamisso *(João)*. Lente de medicina pela Universidade de Coimbra. Floresceu no seculo XVII. Era natural de Serpa, mas ignoram-se as datas do seu nascimento e fallecimento, filho de Pedro Bravo. Estudou artes em Evora e medicina em Coimbra, sendo n'esta Universidade proprietario da cadeira de anatomia, de que tomou posse a 3 de abril de 1601, e de vespera a 7 de fevereiro de 1615, onde jubilou a 24 de julho de 1624. Escreveu: *De medendis Corporis malis per manualem operatione*, Conimbricæ, 1605; *De Capitis vulneribus*, Conimbricæ, 1610; *De intentionibus Chirurgicis.* Esta obra era dedicada a D. Affonso de Mendonça, reitor da Universidade, e depois arcebispo de Lisboa e governador do reino.

Bravo de Moraes *(Henrique)*. Professor de Canones, deão da sé primacial de Gôa, commissario da Bulla da Cruzada, vigario geral do arcebispado e seu governador, nomeado pelo arcebispo primaz D. Sebastião de Andrade Paçanha. Foi muito estudioso de historia, especialmente da ecclesiastica. Fal. em Gôa a 6 de fevereiro de 1729. Deixou em manuscripto: *Noticias dos Arcebispos, e Prelados da Metropolitana de Gôa com descripção da Egreja da sua Sé Primacial, e todas dos Arcebispos de Gôa.* Este volume conservava-se na livraria dos arcebispos de Gôa, no seu palacio em Panelim.

Bravos. Pov. na freg. de S. Jeronymo, de Real, conc. e distr. de Braga. || Herdade na freg. de S. João Baptista e conc. de Moura, distr. de Beja.

Bravura. Logar na freg. de S. Bartholomeu, de Bensafrim, conc. de Lagos, distr de Faro.

Braz. Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cazevel, conc. e distr. de Santarem. || Casal na freg. de N. S.ª da Purificação, de Roliça, conc. de Obidos, distr. de Leiria. || Herdade na freg. de S. Martinho, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de S. Pedro, de Evora-Monte, conc. d'Aljustrel, distr. de Beja. || Casaes na freg. de N. S.ª da Esperança, de Alpedriz, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || V. *São Braz.*

Braz d'Alvellos e Braz da Gama. Dois montes na freg. de Santo Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Braz Varella. Herdade e monte na freg. de N. S.ª da Orada e conc. de Aviz, districto de Portalegre.

Brazão *(Eduardo Joaquim)*. Actor contemporaneo, actualmente no theatro de D. Amelia, de cuja empresa é societario. N. em Lisboa a 6 de fevereiro de 1851. Pertenceu á marinha, carreira que lhe não agradou. Logo que pôde emancipar-se da farda, dedicou-se ao theatro, vida por que anhelava desde muito. Foi o palco do theatro Baquet, no Porto o primeiro que Brazão pisou, representando varios papeis secundarios. Veiu depois para o Principe Real, de Lisboa, e, passando para a Trindade, principiou a affirmar a sua grande vocação para a scena, embora não sempre em papeis a caracter N'este theatro creou o *principe Saphir* do *Barba Azul*, em 1868; representou nas peças *Medico á força*, 1869; *A rosa de sete folhas*, 1870, etc. Em fins d'esse anno foi contratado por Furtado Coelho para o Rio de

Janeiro, onde trabalhou no theatro de S. Luiz. Em 1875, de novo em Lisboa, teve escriptura no Gymnasio, entrando nas peças: *Hig-life*, *O pedreiro livre*. *Os engeitados*, *Eugenia Milton*, *O pae prodigo*, onde creou o papel do visconde André de la Rivonniére. Devendo tudo ao seu proprio esforço, Eduardo Brazão soube guindar-se depressa ao conceito de excellente artista. D'ahi facil lhe foi attingir o logar de actor de primeira ordem. Revelando-se de peça para peça, cada vez mais possante na arte de representar, estudando conscienciosamente a interpretação das personagens que lhe eram confiadas, os seus progressos teem sido tão importantes e successivos que o nome de Eduardo Brazão constitue hoje uma das glorias do theatro portuguez. É consideravel o numero das suas corôas, quasi contadas pelo numero das peças em que tem representado. Bastará vêl-o na comedia *Metter-se a redemptor*, no drama *Kean*, e na tragedia *Hamlet*, para bem se avaliar a malleabilidade do seu engenho extraordinario para a scena. O theatro de D. Maria, de que Brazão foi societario durante alguns annos com João e Augusto Rosa, esse templo da arte por onde teem passado os maiores vultos da scena patria, orgulhou-se dos triumphos alcançados por Eduardo Brazão. A ultima epoca da sua sociedade empresaria no theatro normal foi a de 1897-1898. A reforma d'este theatro motivou a adjudicação d'elle a uma nova empresa societaria, a qual fez a primeira epoca em 1898-1899. Brazão foi continuar a sua empresa com os actores João e Augusto Rosa para o theatro de D. Amelia, dando o espectaculo inaugural em 15 de outubro de 1898 com as peças: *O amigo Fritz*, em 3 actos, e *O ditoso fado*, em 1 acto, representado por Taborda e a fallecida actriz Rosa Damasceno, que cantou umas quadras de saudação ao velho artista, escriptas por D. João da Camara. Em 23 de maio de 1893 fez a sua ultima viagem ao Brazil com uma companhia dramatica composta de primeiros artistas. Eduardo Brazão era casado com a fallecida actriz Rosa Damasceno. E enorme o seu repertorio e elevado o numero das creações que tem realisado. Citaremos algumas peças ainda, além das já referidas: *Elogio mutuo*, *A varina*, *Um fura-vidas*, *Peixes dourados*, *O acrobata*, *Um anno em 15 minutos*, *O senhor Affonso*, *A oração dos naufragos*, *O bobo*, *O abysmo*, *O bastardo*, *Gostos não se discutem*, *Os fidalgos da Casa Moirisca*, *As surprezas do divorcio*, *O marquez de Villemer*, *O amigo Fritz*, *Severo Torelli*, *Os Castros*, *O Alfageme de Santarem*, *Affonso VI*, *A morta*, *Os velhos*, *Alcacer Kibir*, *João José*, *Othello*, *O bibliothecario*, *Manelich*, *(Tierra Baja)*, *Triste viuvinha*, *Ruy Blas*, *O regente*, *Guerra em tempo de paz*, *Fromont & C.ª*, *Amor louco*, *O que morreu d'amor*, *Viriato tragico*, *Degenerados*, *Os maridos de Leontina*, *A estrada nova*, *Coraly & C.ª*, *A madrugada*, *Griselia*, *Petronio*, *Castello historico*, *Corrida do facho*, *Ceia dos cardeaes*, *Madame Flirt*, *Resurreição*, *A clareira*, *Duque de Vizeu*, etc. Eduardo Brazão tambem representou em Hespanha, sendo então agraciado por Affonso XII com a commenda de Izabel a Catholica. Teve o grau de cavalleiro da ordem de S. Thiago, recebendo depois o collar de official da mesma ordem, que lhe foi collocado ao peito pela propria mão d'el-rei D. Luiz. Brazão, a par de notavel actor que tanto enthusiasma o publico, tambem se tem dedicado á photographia, apresentando perfeitos trabalhos, entre os quaes se conta *Uma corrida de touros*, em que segue todos os passes de espada, e que lhe valeu o segundo premio da exposição realizada na Sociedade de Geographia.

Eduardo Joaquim Brazão

Brazão *(Arte do)*. E' a sciencia de conhecer, explicar e descrever methodicamente os brazões d'armas. Dá-se-lhe tambem o nome de *arte heraldica*, derivada das funcções dos arautos ou *heraldos* de armas, que consistiam em descrever, em voz alta, as armas dos gentis-homens, que concorriam aos torneios, e a isto chamava-se *blazonar* ou *brazonar*. Os brazões d'armas são emblemas de nobreza e dignidades regularmente dados ou autorisados por um poder soberano, para a distincção das pessoas, das familias, das sociedades, das corporações e das cidades. São methodicamente compostos de figuras diversas, de differentes côres ou esmaltes, representados sobre um fundo ou campo, cujo desenho faz lembrar mais ou menos o escudo das armas antigas e da edade-media. Os brazões d'armas dividem-se em oito especies differentes, que são as armas: de *dominio*, de *dignidades*, de *concessões*, de *cidades*, de *padroado*, de *pretenções*, de *familias* e de *sociedades* ou *corporações*. As armas de *dominio* são destinadas a symbolizar os imperios, reinos, possessões territoriaes, antigos feudos dos soberanos, principes e gentis-homens. As de *dignidades* são as que andam ligadas ás soberanias, funcções e dignidades e que se podem usar independentemente das que são pessoaes. Estas compõem-se de signaes interiores ou exteriores; os primeiros occupam o campo do escudo; os segundos acompanham ou carregam o escudo sem fazerem parte do seu campo. As armas de *concessão* são as que encerram alguns signaes ou peças das armas dos soberanos; algumas vezes figuram inteiras nas de certas familias com o fim de recompensar serviços prestados ao principe ou ao paiz, perpetuando a sua lembrança. As armas de *familias* cujos symbolos podem participar mais ou menos das já enunciadas, dividem-se em sete especies: São *falantes*, ou *parlantes*, quando de-

PARTIÇÕES DO ESCUDO

esquartelado — em pala — em faxa

signam o nome da familia que as usa, e não ha nada de que accusal-as, quando são tão antigas que se torna incerto o affirmar-se se a familia recebeu o nome das armas, ou se estas o receberam de aquella. São *quebradas* quando os filhos segundos as sobrecarregam com algumas peças ou as modificam para se distinguirem dos seus primogenitos. Podem ser *carregadas* por *concessão* ou por *substituição;* podem ser *substituidas,* quando uma pessoa toma o nome e as armas de de uma outra familia; as primitivas desapparecem então. As armas são *diffamadas* quando o soberano, por motivo de crime, impõe a obrigação de alguma modificação injuriosa e tira a uma das peças principaes os seus caracteres mais honrosos. As armas são *a inquirir* quando não foram estabelecidas pelas regras heraldicas, sendo-o todavia por uma causa honrosa. As armas de *sociedades* ou *corporações,* que formam a oitava especie, são as das academias, universidades, corporações eruditas, capitulos, communidades religiosas, classes de mercadores e gremios do operarios e artistas. As armas não differiriam dos emblemas, symbolos e divisas, se não tivesssem esmaltes e figuras determinadas por meio de regras invariaveis. Compõem-se de *escudo*, cuja superficie exterior dá o *campo,* e dos *esmaltes*, que são: dois metaes, o *ouro* e a *prata;* cinco côres, *vermelha*, *azul*, *preta*, *verde*, *purpura*, emfim duas pelles ou pellucias que são: *arminho* e *veiro*, ás

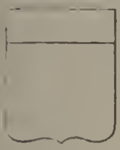
Chefe

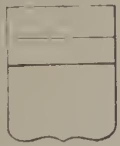
Segundo chefe

Faxa

quaes se póde juntar ainda o *contra-arminho* e o *contra-veiro.* Compõem-se finalmente das figuras que são: ou *heraldicas* e *proprias*, ou *naturaes* e *artificiaes.* E' necessario acccrescentar como appendice ás côres a *carnação* para as partes do corpo humano, e as côres naturaes dos animaes, das plantas, etc. Nunca se deve collocar côr sobre côr, nem metal sobre metal; as excepções constituem o que se designa por *armas a inquirir*. Os arminhos põem-se com as côres, é a regra; podem pôr-se tambem com os metaes, é a excepção. Para descrever convenientemente as armas é preciso conhecer o *escudo,* os *esmaltes*, as *figuras, peças* o *moveis.* Seguem-se depois as *partições* ou *quebras* e os *ornamentos exteriores.* O escudo, *scutum*, representa o antigo broquel; as suas fórmas teem variado muito; foi *deitado*, com o elmo assente no angulo esquerdo; em *bandeira*, isto é *quadrado*; *chanfrado* á direita para servir de apoio á lança; *chanfrado* de ambos os lados para descançar nos braços; *oval*, que era a fórma italiana; *arredondado* na parte inferior, que era a fórma hespanhola. Hoje o escudo tem em quasi toda a parte a forma de um quadrilongo de oito por sete. Os angulos inferiores arredondam-se n'um quarto de circulo, na mesma proporção; ao meio da linha horisontal inferior juntam-se fóra d'esta linha e formam a ponta do escudo. Tal é a sua dimensão geometrica. O escudo é *simples* ou *composto;* o escudo *simples* tem apenas um esmalte sem divisões; o escudo *composto* póde ter muitos esmaltes e por consequencia muitas partições ou divisões. Diz-se que o escudo é *partido em pala* quando é dividido por um traço perpendicular de cima até baixo. Diz-se que é *partido em faxa* quando é dividido por um traço horisontal. O escudo é *bandado* quando é dividido por um filete ou traço diagonal da direita para a esquerda, e é *contra-bandado*, quando é dividido por um

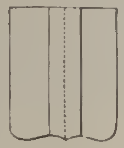
Uma pala

5 palas

6 palas

traço ou filete de diagonal da esquerda para a direita. D'estas quatro divisões formam-se todas as outras. Do *partido em pala* com o *partido em faxa* forma-se o *esquartelado.* Os quarteis 1.° e 4.° e 2.° e 3.° chamam-se reciprocamente *contrarios.* O *esquartelado* póde ser de quatro, de seis, de oito, de dez, de doze, de dezeseis quarteis e ainda mais. O escudo *partido em banda* e *em contrabanda* dá o *partido* em *aspa* ou *santor*. O escudo pode ser partido em pala e só uma das palas cortada em faxa. O escudo partido em pala e duas vezes cortado em faxa fórma seis quarteis. O partido em quatro peças em pala e cortado em faxa dá oito quarteis. O partido em cinco peças em pala e cortado em faxa dá dez quarteis. O partido em quatro peças em pala e duas vezes cortado em faxa dá doze quarteis. O partido em quatro peças em pala e tres vezes cortado em faxa dá dezeseis quarteis. O partido em cinco peças em pala e tres vezes cortado em faxa dá vinte quarteis, O escudo póde ter um escudete que se diz então *sobreposto.* A's vezes o *escudete* sobreposto ainda póde ter sobreposto outro. O escudo partido em tres peças em pala e cortado tres vezes em faxa, dá doze quarteis. O escudo pode ser ao mesmo tempo *esquartelado, contra-esquartelado*, *cortado em banda e contra-banda*, em *faxa;* ter escudetes sobrepostos, etc. O escudo tem nove pontos ou logares principaes, que se explicam pelo seu enunciado proprio. O *primeiro*, o *segundo* e o *terceiro* occupam o *chefe* do es-

7 palas

8 palas (bastões)

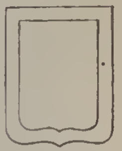
Bordadura

cudo, horisontalmente começando pela direita; o ponto ou *logar de honra* é logo abaixo do chefe. O meio, que se chama *centro, coração* ou *abysmo;* o ponto chamado o *umbigo* do escudo fica immediatamente por baixo do centro; a *ponta* do escudo; e os pontos *direito* e *esquerdo.* O escudo é cortado em seis faxas quando é dividido em seis peças horisontaes, de uma parte e dois sextos cada uma. O escudo é cortado em oito

faxas quando contém oito peças horisontaes. Em geral as faxas, bem como as palas, são alternadamente de um metal e de uma côr, representando um d'estes o campo do escudo. O mesmo se entende para as palas. O escudo é partido em seis palas quando contém seis peças perpendiculares de uma parte e um dezeseis avos cada parte. E' partido em oito palas quando contém oito peças perpendiculares de sete oitavos cada uma. O escudo é *bandado* em seis peças quando contém seis bandas postas da direita para a esquerda de uma parte e dois terços cada uma. E' *bandado* em oito peças quando encerra oito bandas de uma parte e um quarto cada uma. Os *esmaltes* são todos os metaes, côres e pelles que entram na composição das armas. O ouro e a

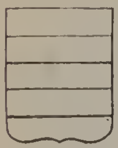
5 faxas

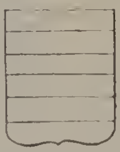
6 faxas

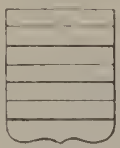
7 faxas

prata são os unicos metaes enunciados no brazão. Na gravura, conforme se vê adeante representam-se os esmaltes pelo pontuado e tracejado. O *ouro*, que é amarello, é representado pelo pontuado. A *prata*, que é branca, é representada por um fundo lizo sem nenhum traço. O *vermelho*, ou *goles*, é representado por traços perpendiculares. O *azul* é representado por traços horisontaes de um lado do escudo ao outro. O *verde* é representado por linhas diagonaes de um angulo ao outro, da direita para a esquerda. O *preto* é representado por linhas cruzadas. A *purpura* ou *violeta* é representada por linhas diagonaes, como o verde, mas da esquerda para a direita. A pelle chamada *arminho* é de prata ou branca emquanto ao fundo e preta no mosqueado. O *contra-arminho* é preto no fundo e prata ou branco no mosqueado. O *veiro* é de prata e azul e representa-se pelos traços proprios d'estes dois esmaltes. O *contra-veiro* é tambem de prata e de azul; differe do veiro em ser o metal oppposto ao metal e a côr á côr. O veiro em pala apresenta a ponta de um veiro opposta á base do outro. Quando o arminho e o veiro são de côres differentes das que lhe são proprias, exprime-se esta differença por estes termos: *arminhado* ou *veirado* de tal ou tal esmalte. Algumas vezes o veiro serve de orla ou bordadura. A regra de se não collocar metal sobre metal, nem côr sobre côr, soffre derogação a favor do *chefe* e *contra-chefe*, e de toda a figura movente dos flancos do escudo. A violeta colloca-se indifferentemente sobre todos os esmaltes. A carnação e os objectos naturaes collocam-se tambem indifferentemente sobre todos os esmaltes. As pelles põem-se indistinctamente sobre a côr e sobre o metal. Não se admittem, porém, umas sobre as outras. As figuras, peças e moveis, são *heraldicas* ou *proprias*, *naturaes* ou *artificiaes*. As figuras *heraldicas* sub-dividem-se as peças *honrosas* ou de *primeira ordem*, e em peças *menos honrosas* ou de *segunda ordem*. As peças de *primeira ordem*, quando estão sós, occupam a terça parte do escudo, exceptuando o cantão e o girão, que só occupam a quarta parte. As peças honrosas da primeira ordem são: o *chefe*, a *faxa*, o *contra-chefe* ou *campanha*, a *pala*, a *banda*, a *barra* ou *contra-banda*, a *cruz*, o *santor* ou *aspa*, o *chaveirão*, o *cantão*, o *girão*, o *manteler*, ou *mantel*, a *bordadura*, o *roquete*, a *orla*, o *escudete*, *o quartel*. O *chefe* occupa horisontalmente o terço do escudo. O chefe póde occupar só a parte superior de uma pala. A *faxa* occupa horisontalmente o meio do escudo. A *campanha* ou *contra-chefe* occupa a parte inferior ou a ponta do escudo. A *pala* occupa o terço do escudo perpendicularmente. Uma pala só póde ser partida em faxa, e uma faxa, partida em pala. A *banda* atravessa o escudo diagonalmente da direita para a esquerda. A *barra* ou *contra-banda*, põe-se diagonalmente da esquerda para a direita. A *cruz* enche com cada um dos seus ramos a terça parte do escudo, quando não é acantonada nem acompanhada. Quando a cruz tem dois braços chama-se *doble-cruz* ou *dobre-cruz*. As peças pequenas com que se semeia o campo do escudo, taes como *besantes*, *estrellas*, *lisonjas*, *viseiras*, são umas vezes postas em *faxa* outras em *pala*, outras em *cruz*, outras em *aspa*, outras em *banda*, etc. O *santor* ou *aspa*, formada da banda e da contra-banda, chama-se tambem *cruz de Borgonha*. O *chaveirão* é uma peça que desce do chefe do escudo até aos lados direito e esquerdo da ponta. O *cantão* é o diminuitivo do quartel. O escudo partido em aspa diz-se tambem escudo *franchado*. E' então dividido em quatro campos. O superior e o seu contrario são o primeiro e o quarto. Os lateraes são o segundo e o terceiro. A figura *heraldica* tal como um leão, etc., póde occupar os quatro campos do escudo, sendo em cada um d'elles de esmaltes trocados. Diz-se então que é *entrecambada*. Quando o escudo é dividido em tres partes por meio de duas curvas que partindo do meio da sua linha superior vão terminar symetricamente nos lados inferiores, isto é, a egual distancia á direita e á esquerda da ponta do escudo, chama-se a este dividido *mantel*. O *girão* é uma figura triangular, um sector, partindo do interior do escudo para qualquer dos lados. Quando ha muitos d'estes triangulos alternados, sendo um de metal e o outro de côr, diz-se que o escudo é *gironado*. O *roquete* é uma figura analoga ao Y, cujos ramos

8 faxas

6 quarteis

8 quarteis

tocam os angulos superiores do escudo, e a base a ponta do escudo. As figuras menores que enchem o campo do escudo são muitas vezes postas em *roquete*. A *bordadura* é uma fita da largura dos sete oitavos do campo, contornando todo o escudo. A *orla* ou *orladura* é uma bordadura isolada, mais estreita do que a bordadura propriamente dita, a qual não toca os bordos do escudo, mas sim affasta-se d'elles de uma distancia egual á sua largura. Quando no escudo ha *bordadura* e *doble-cruz* diz-se que o escudo é *gratado*. Quando as bandas, etc., tem uma especie de debrum estreito de outra côr dizem-se *perfiladas* da côr ou

metal de que o são. O campo do escudo quando está disposto em xadrez tem o nome de *xaquetado.* Quando a *cruz* ou a *aspa* são cheias, veem sempre só, como peças honrosas. Quando os quatro braços da *cruz* terminam em flor de liz ou fórma parecida diz-se que a cruz é *floreteada.* O vermelho toma tambem em linguagem heraldica o nome de *sanguinho.* O *chaveirão* tambem toma ás vezes o nome de *asna.* Quando a cruz tem os quatro braços eguaes e todos terminados por um travessão, de modo que cada braço fórma um T, diz-se que a cruz é *potentea.* Quando o escudo é cortado em faxas diz-se *faxado;* em bandas, *bandado.* O escudo pode ser de um esmalte só sem nenhuma divisa. As peças honrosas, excepto a cruz e a aspa cheias, estão muitas vezes em numero ou *rebatidas;* quando se blazona é necessario designar o numero das peças. As faxas podem tambem ser em numero de duas, tres, quatro, etc. As *palas* tambem podem ser em numero de duas, tres, quatro, etc. Em geral quando as palas são muito estreitas pelo seu numero chamam-se *bastões.* As *bandas* tambem podem ser em numero de duas, de tres e de quatro. Quando excedem este numero chamam-se *coticas.* Os *chaveirões* multiplicam-se até ao numero de sete. As peças honrosas que não são no devido numero e que não teem a largura conveniente, reduzidas ao terço mudam de nome. O chefe diminuido chama-se *cumulo.* A pala diminuida chama-se *bastão.* A faxa diminuida chama-se *divisa.* A banda diminuida chama-se *cotica.* O contra-chefe diminuido chama-se *planicie.* As faxas, as bandas e as contra-bandas extremamente diminuidas e postas duas a duas chamam-se *gémeas.* A cruz reduzida a um quarto chamam-se *filete em cruz.* Os escudos podem sobrepor-se mais de um ao escudo. Quando o escudo é carregado de palas, de faxas, de bandas, de chaveirões, tanto de um esmalte como de outro em numero egual, deve-se, quando se blazona, enunciar o numero de peças. Se estas peças são *oppostas*, isto é, se divididas por um traço, o metal ahi é opposto á côr e a côr ao metal, deve dizer-se *contra-palado*, *contra-faxado*, *contra bandado*, *contra-veirado*, *contra-chaveirado*, etc. As peças de *segunda ordem* são em numero de treze, a saber: O *endentado*

10 quarteis

12 quarteis

16 quarteis

tado que se compõe de peças encravadas umas nas outras em forma de triangulos pyramidaes. Os *pontos equipolados*, que são em numero de nove em xadrez. O *xadrezado* ou *xaquetado.* O *fretado* que são bandas e contra-bandas entrelaçadas. O *gradado*, que é o fretado pregado na intersecção das bandas e contra-bandas. As *lisonjas*, das quaes é necessario exprimir o numero e a situação quando se blazona. Os *fusos* são lisonjas alongadas. Os *macles* que são lisonjas vazias em lisonjas. Os *besantes*, peças de moeda sempre de ouro ou de prata. As *arruelas*, o mesmo que besantes. Os *tortões*, redelas, peças similhantes aos besantes, mas sempre de côr. Os *besantes-rodelas*, e as *rodelas-besantes* partidas em metal e côr; os primeiros quando se começa pelo metal, os segundos quando se começa pela côr. Os *bilhetes* ou *moletas*, figuras similhantes a ladrilhos, mais altos que largos, podendo ser abertos. O *endentado* póde sêl-o em faxa, em pala ou em banda e deve exprimir-se. O *xaquetado*, ordinariamente de seis traços, deve ser especificado se o fôr de menos. As *moletas* são ordinariamente postas ao alto, ha comtudo exemplos de serem postas em faxas ou em banda, o que se deve exprimir. Quando se blazona, tem que se prestar attenção ao numero das peças, á sua posição e aos seus esmaltes. Uma só figura occupa o meio do escudo. Duas figuras põem-se em faxa ou em pala. Tres figuras

Endentado

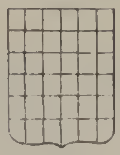
Xadrezado

Fretado

põem-se 2 e 1, em roquete, ou em pala, ou em chefe. Quatro figuras collocam-se 2, 2, assignala-se a excepção quando se blazona. Cinco figuras dispõem-se em santor, em aspa ou em cruz. Seis figuras dispõem-se por 3, 2, 1 ou por 2, 2, 2. Sete figuras dispõem-se por 3, 3, 1 ou 3, 1, 3 ou emfim 2, 3, 2. Oito figuras podem pôr-se em orla. Nove figuras dispõem-se em 3, 3, 3 ou 3, 3, 2, 1. Dez figuras dispõem se 3, 3, 3, 1 ou 4, 2, 4 ou em orla. Onze figuras põem-se 4, 3, 4, ou em orla. Quando se blazona é necessario designar a ordenação das figuras. Quando as peças são em tão grande numero que enchem o escudo, ficando os dos bordos cortados ao meio, dizem-se *semeadas* e o escudo é *semeado.* Os besantes e as rodelas podem ter cruz ou figura e dizem-se então cruzados de tal esmalte, ou figurados As figuras naturaes do escudo pertencem aos espiritos celestes, anjos, cherubins, ao homem, aos animaes, ás plantas, aos astros e meteóros e aos elementos. As figuras tiradas dos espiritos celestes e do homem, são ou de carnação, ou de esmalte ordinario do brazão. Podem ser de anjos, de cherubins, de homens, de mulheres, de velhos ou de creanças. Ha tres fórmas de escudos: commum e ordinario, ovado e em lisonja; do commum usam os principes, titulos e todas as pessoas leigas; do ovado usam sómente os ecclesiasticos; da lisonja usam as infantas de Portugal antes de casadas. E' a lisonja uma figura de quatro angulos, fórma-se com um angulo para cima, outro para baixo e partida em pala de angulo, fica composta para os lados de dois triangulos; no da parte esquerda se põem as armas do reino ajustadas á forma do campo, o da parte da direita fica em branco, mostrando que está apparelhado para receber as armas do marido. As armas das rainhas põem-se no escudo ordinario partido em pala; na parte direita se formam as armas do reino, para a esquerda ficam as da rainha, que lhe competem por sua via. Os principes usam do banco de pinchar, e os infantes que por differença põem ao pé do banco da parte esquerda as armas que lhe pertencem pela rai-

nha sua mãe. Sobre o escudo das armas de sua familia põem os nobres, que não são titulares, o elmo, o qual se não abre senão da quarta geração por deante, e até á quarta geração não são de todo abertos, porque o elmo aberto denota linhagem antiga, e o contrario o cerrado. Não se ha de pôr direito. mas esguelhado olhando para a parte direita do escudo, salvo em bandeira, ou sendo as armas reaes, ou de principe

20 quarteis

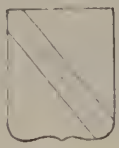
Banda

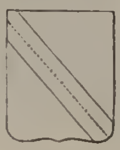
Cotica

superior em seu estado, e sendo de principe superior ha de ser sempre o elmo de ouro. Os titulos, duques, marquezes, condes e viscondes, em logar do elmo usam de coronel. Os ecclesiasticos, sendo cardeaes, põem a cruz com capello e chapéo vermelho. Os arcebispos e patriarcha, cruz e e pallio. Os bispos mitra e baculo. Os prelados e dignidades inferiores, chapéo verde com cordões. Para a composição dos escudos, na arte do brazão, servem sómente os dois metaes, o ouro e a prata; e quatro côres naturaes, correspondentes aos quatro elementos, de que se formou o mundo. São estas a côr vermelha, que se chama *goles*, e corresponde ao fogo; a azul, que se diz *blao*, e corresponde ao ar; verde, que se nomeia *sable*, corresponde á agua; negra, chamada por outro nome *sinoble*, e corresponde á terra. Dos metaes o *ouro* significa a nobreza, fé, sabedoria, fidelidade, constancia, poder e liberdade. A *prata* denota vencimento, eloquencia, limpeza, humildade e riqueza. As côres tambem teem diversos significações. O *vermelho* significa victorias ardis e guerras. O *azul*, zelo, caridade e lealdade. O *verde* esperança e fé. O *negro* firmeza, obediencia, honestidade e cortezia. As outras côres, que não são tidas por naturaes, como pardo, amarello, e outras de misturas, não servem para o brazão, sob pena de ser tido por falso e não nobre o escudo que as tiver. Todo o escudo de armas ha-de estar composto d'estas quatro côres e d'estes dois metaes, ou de parte de uns e outros. Não póde assentar-se metal sobre metal, nem

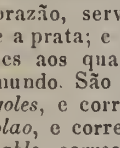
3 bandas

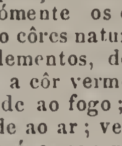
7 bandas ou coticas

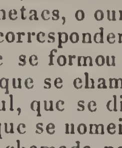
11 coticas

côr sobre côr, e assim se o escudo fôr de metal a divisa ha-de ser de côr. Pelo contrario, escudo de côr ha-de ter divisa de metal. As insignias e divisas se trazem de quatro modos. O primeiro é de corpo vivo sensivel, como a aguia dos Azevedos, o leão dos Silvas. O segundo é de corpo vivo não sensivel, como os lyrios de França, o pinheiro dos Mattos, as folhas da figueira dos Figueirôas. O terceiro é de corpo estante, não vivo nem sensivel, como a cruz dos Pereiras, o castello dos Farias. O quarto é de parte de corpos, ou sejam vivos sensiveis, ou não sensiveis, ou corpos estantes, nem vivos, nem sensiveis, como as cabeças de serpes dos Freires e Andrades, o pedaço de torre dos Cantos e outros similhantes. Corpos humanos inteiros são prohibidos no escudo pelas regras heraldicas, por isso os Farias tiraram o corpo morto de Nuno Gonçalves de Faria, seu progenitor, que traziam ao pé do castello das armas. E os Villas-Boas deixaram o brazão antigo do seu appellido, que era em campo vermelho uma torre de prata no meio de dois homens armados cada um com a sua alabarda na mão, e usam das torres e dragos que ganhou Diogo Fernandes de Villas-Boas, seu ascendente. D'estas quatro maneiras de insignias e divisas nos aproveitamos para tres modos de armas, que ha: umas são da dignidade assim como as chaves dos pontifices, as aguias dos imperadores; outras tocam sómente á linhagem, como são as armas de todas as familias, outras aos povos, e são as armas dos reinos, villas e cidades. Ha de advertir-se que no forjar, pintar e esculpir dos escudos se deve ter particular cuidado, que todas as insignias e divisas se pintem em sua proporção, natural, ser, condição, postura e essencia. Os animaes ligeiros em sua maior ligeireza; os ferozes na sua maior braveza e ferocidade; os domesticos na maior mansidão e quietação. E assim todos os

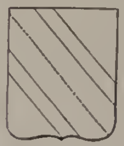
Banda e coticas

6 bandas ou coticas

8 bandas ou coticas

mais que forem ardentes, correntes, estantes, espreitantes, mortos ou vivos, ou estiverem em qualquer outro acto e feição. Todo o animal ha de olhar para a parte direita do escudo, e de nenhum modo á parte esquerda. O leão ha-de estar rapante, o cervo corrente, o urso levantante e amcaçante, o lobo caçante, o cavallo corrente, a onça saltante, o elephante andante, o touro arremettente, o raposo espreitante, a aguia voante, o gavião caçante, o porco montez fugente. Os animaes das armas umas vezes se tomaram por allusão ao nome, como Sardinhas, Carneiros, Lagartos, e do mesmo modo as arvores, como Pinheiros, Oliveiras. Outros alludindo ao valor com que pelejaram na guerra aquelles que ganharam as armas, assimilhando-se no esforço ao leões, dragos e serpes. Outros por successos que com aquelles animaes lhe succederam, como Camaras, Olivas. As torres e castellos representam que foram ganhos e defendidos com valor e esforço proprio. As aspas que se adquiriram por successos ou batalhas, que aconteceram dia de Santo André. As *vieiras* por victorias que alcançaram com o favor de Santiago, ou no seu dia, e em outras occasiões. As estrellas significam verdade, luz, claridade, e haverem dado paz e ajuda á patria. As luas victorias alcançadas contra os moiros. As bandas, palas, faxas representam victoria alcançada em batalha; o mesmo significam as *asnas*. As espadas, machados e outros instrumentos,

significam acções obradas com elles na guerra; os peixes, naus, ondas, representam successos havidos no mar ou nos rios. As figuras naturaes, no brazão são ou *nuas*, ou *vestidas*, *coroadas*, *encabelladas* quando a cabelleira, isto é, os cabellos são de um esmalte differente, e a sua attitude póde variar. Isto é o que convém especificar, bem como o numero de azas que tiverem os cherubins: são *alados* de duas, quatro, seis azas. Deve tambem determinar-se a posição das mãos. Uma cabeça com o peito, sem braços, chama-se *busto;* a regra é estar de frente, a excepção estar re-

ESCUDETES SOBREPOSTOS

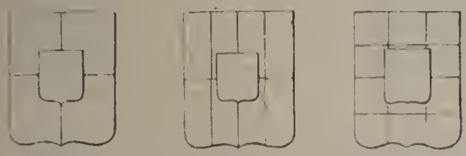

Esquartelado 8 quarteis 12 quarteis

presentada de perfil. Uma cabeça de negro e de perfil, chama-se cabeça de moiro; quando ella é ornada de alguma fita ou turbante, designa-se como *toucada* de tal ou tal esmalte. Quando a cabeça mostra ser decepada, e tem por isso o pescoço sanguinho e gottejante, diz-se *cortada em sangue*. Deve designar-se se o braço é direito ou esquerdo, quando figura no escudo ou no timbre, se é nú, ou vestido, ou armado. Duas mãos direitas uma na outra, chamam-se *fé;* põem-se em faxa ou banda; designa-se o esmalte das mangas se fôr differente do das mãos. As figuras de animaes são de quadrupedes, de aves, de peixes, de reptis, de insectos. A estas devemos juntar as figuras allegoricas representando chimeras e monstros. Os animaes, como já dissémos, devem olhar para a direita do escudo. Quando os animaes olham á esquerda dizem-se *atravessados*. Os leões e os leopardos são muito frequentes nos escudos de armas; occupam o primeiro logar entre os animaes. A posição do leão é de ser *batalhante*, isto é, erguido nas suas patas trazeiras, é a regra; outra qualquer posição é excepção, e deve especificar-se. Quando os leões parecem caminhar chamam-se *passantes* ou *leopardos*. O leão deve sempre ser visto de perfil; o leopardo sempre de frente. A posição do leopardo deve ser *passante;* se se ergue nas patas trazeiras como o leão chama-se *batalhante* ou *aleonado*. Os leões e os leopardos dizem-se *armados* quando teem garras de esmalte differentes do resto do corpo. São *lampassados* quando mostram as linguas. São *ligados* quando teem colleiras ou corôas passadas ao pescoço. *Coroados* quando teem corôa na cabeça. *Encostados* quando são em numero de dois, batalhantes e sendo um atravessado. Quando estão de frente um para o outro diz-se que estão *olhando-se*. Dizem-se *desarmados* quando não teem nem lingua, nem dentes, nem garras. São *diffamados* quando não teem cauda. São *nascentes* quando lhes apparece só a cabeça e metade do corpo São *coticados*, *bandados*, *cortados*, *partidos*, *raquetados* de arminhos, de veiros, o que se explica pelas proprias palavras. Os leões são *rojantes* quando estão deitados sobre os quatro pés. Teem a lingua recurva e arredondada na extremidade. A cauda direita é um pouco ondulosa e tem o extremo e o pennacho voltados para o lombo. Quando a cauda é dividida em duas, diz-se que é em forquilha. A maior parte d'estas designações applicam-se tambem aos outros animaes que figuram no brazão. O cavallo está sempre de perfil, pode estar em pello ou coberto de arnez e diz-se então *sellado*, *arreado*, *bardado*, etc. de tal ou tal esmalte. Se o olho do cavallo é de esmalte differente diz-se *animado*. Os cães, principalmente os lebreus, são muito communs nos escudos de armas: são *passantes*, *correntes*, *deitados*, *sentados*, *rojantes*, etc. O gato é sempre visto de frente. A cabeça do lobo separada é sempre vista de perfil. O urso é passante ou rojante e sempre de perfil. O touro póde ser passante ou furioso. A vacca é sempre passante. O touro tem a cauda levantada e lançada para a esquerda; o boi tem a cauda pendente. Os carneiros e os cordeiros são passantes, de pé ou saltantes. As ovelhas são sempre pascentes. O unicornio está *acantoado* quando se firma nos quartos trazeiros com os pés de deante levantados; em defeza quando baixa a cabeça e apresenta a ponta. O veado é sempre de perfil; *passante*, *corrente* ou *jacente;* e armado de tal esmalte. O gamo tambem entra nos escudos de armas. O javali é sempre passante e ordinariamente de negro. Para os outros quadrupedes deve exprimir-se a especie, o numero, a situação e o esmalte. Entre as aves que figuram no brazão a aguia é a mais usada. Deve especificar-se o esmalte de que elle tiver o bico, a lingua, as garras, os pés, a corôa e o diadema, etc. Se a aguia parece voar diz-se *estendida*, se a ponta das azas parece descer para a parte inferior do escudo diz-se *abatida*. Tambem figuram nas armas os patos, os melros ou merletes, e o pavão. O gallo tem a crista de tal esmalte e é *cantante* se tem o bico aberto, *ousado* se levanta o pé direito. As outras aves que figuram no brazão não tendo attributos é necessario designar os seus nomes, numero, situação e esmaltes. A phenix é representada sobre uma fogueira a que se chama *immortalidade*. O *pelicano* sustenta os seus filhos com o proprio sangue, em numero de tres; se o sangue é de esmalte diverso do corpo diz-se

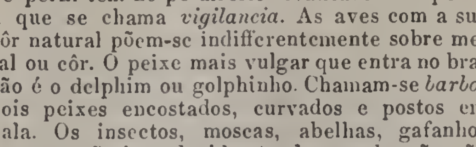

Cruz Santor ou aspa 2 escudetes, etc.

que a sua *piedade* é de tal esmalte. O grou posto de perfil tem no pé direito levantado uma pedra a que se chama *vigilancia*. As aves com a sua côr natural põem-se indifferentemente sobre metal ou côr. O peixe mais vulgar que entra no brazão é o delphim ou golphinho. Chamam-se *barbos* dois peixes encostados, curvados e postos em pala. Os insectos, moscas, abelhas, gafanhotos, etc., são introduzidos tambem no brazão; são voantes ou passantes; é preciso determinar-lhes o numero, a posição e o esmalte. As diversas especies de serpentes põem-se em pala; algumas vezes em circulo, mordendo a cauda, ou em faxa. A's serpentes dá-se em geral o nome de *serpes*. Emquanto aos outros reptis e insectos que não

teem attributos, é necessario definir-se o seu numero, posição e esmalte. As figuras chimericas, participam do homem e dos animaes, são creações dos poetas e dos pintores. As harpias, as sereias, os centauros, as hydras, os dragões, os griphos, os leões monstruosos, etc. A harpia tem a cabeça e a garganta de uma mulher moça, o resto do corpo similhante á aguia, de frente e com as azas estendidas. A *sereia* representa-se de frente ou de perfil. Sustém na mão direita um espelho oval de cabo e na esquerda um pente. A cauda de peixe é ordinariamente simples, mas póde tambem ser dupla. O *centauro* é o monstro fabuloso que todos conhecem. Designa-se o seu esmalte. A *hydra* representa-se de perfil, com sete cabeças, sendo seis erguidas e ameaçantes e a setima pendente. O *dragão* colloca-se de perfil; é um animal mixto, tem o peito e as duas patas em que descança similhantes ás do gripho, mas a lingua termina em dardo. Os leões e os outros animaes terminam ás vezes em cauda de dragão. O gripho é um animal metade aguia, metade leão. E' preciso descrever com cuidado as outras figuras chimericas de que o brazão não determina nem a fórma nem os attributos, afim de fazer conceber a sua situação, fórma e esmalte. As arvores são algumas vezes de um esmalte só; se tem differentes esmaltes para o tronco e para os fructos deve especificar-se. Quando se vêem as raizes, as arvores dizem-se *arrancadas*. Ha-de tanto quanto possivel designar-se a especie da arvore. Quando esta é sêcca, designa-se pelas palavras *arvore sêcca*. As folhas, feixes, espigas e fructos que se encontram no brazão, devem ser designados pela sua especie, pelo seu numero e pela sua posição. Um globo, tendo circulos traçados e sobre elle uma cruz, chama-se *mundo* e designa-se o seu esmalte. O sol é ordinariamente de ouro; quando é de côr chama-se *sombra de sol*. A regra é representar o crescente com as pontas voltadas para o chefe do escudo, a excepção é voltal-o para a ponta. A estrella é de cinco pontas ou raios, é a regra; se tiver mais deve especificar-se a excepção. Um cometa é sempre *caudato*, isto é com um traço luminoso. As nuvens que figuram nos escudos de armas recebem posições e esmaltes que é preciso designar. O arco-iris é sempre natural e em taxa. O fogo apparece

CHAVEIRÕES

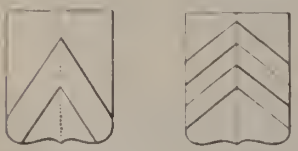

Um chaveirão — 2 chaveirões — 3 chaveirões

no brazão sob a fórma de chammas, de fachos accesos, de carvões ardentes, de fogueiras. A agua comprehende as fontes, os ribeiros, as ondas. A terra offerece no brazão algumas partes de que ella é o elemento, como montanhas, collinas, rochedos. O brazão ainda pede figuras artificiaes ás cerimonias sagradas ou profanas; á guerra, á caça, á pesca, á navegação, á architectura, ás artes e officios. As cerimonias sagradas fornecem ao brazão calices, thuribulos, cruzes, mitras, candelabros de egreja, rosarios, etc, dos quaes é preciso especificar a posição, o numero, o esmalte e antes de tudo o nome. As cerimonias profanas fornecem ao brazão, as corôas, os sceptros, os diamantes e pedras preciosas que se pintam ordinariamente ao natural. Os utensilios domesticos, mesmo os mais vulgares, fazem tambem parte do brazão; é preciso determinar o seu numero, fórma e esmalte. Os instrumentos de guerra que figuram no brazão são as espadas, os

METAES E ESMALTES

Ouro — Prata — Vermelho

dardos, as lanças, os machados, os estribos, as esporas, as rosetas, os capacetes, as couraças, as alabardas, os arietes antigos, as maças de armas, as armaduras, as trombetas, os arcos e settas, usadas até á edade-media. Para a edade moderna são os canhões, as espingardas, as bombas, as granadas, etc. Para as espadas é preciso designar a sua situação, dizer se são nuas ou embainhadas, e de que esmalte são empunhadas ou guarnecidas. Deve-se designar se capacetes ou elmos são de frente ou de perfil, e dizer para que lado do escudo elles estão voltados. As rosetas das esporas teem uma abertura no meio, é o que as distingue das estrellas. Algumas vezes as esporas são completas; deve-se dizel-o. A caça, a pesca, a navegação tambem fornecem peças ao brazão. As buzinas são de ouro ou de prata. Tem que se dizer o esmalte do boccal, e dos circulos de que ellas são ornadas e do cordão que as segura. A navegação fornece ao brazão: os navios com a sua mastreação ou sem vélas e sem mastros; as vélas, as ancoras das quaes é preciso especificar as diversas partes quando são de esmaltes differentes. As peças fornecidas pela architectura são: os castellos, as torres, as portas, egrejas, cidades, columnas, pontes, muralhas. Deve-se mencionar nos castellos o facto de ser de esmalte differente a separação das pedras, e tambem se o fôrem as janellas e as portas ou se estas tiverem grades. Deve dizer-se se as pontes teem muitos arcos, se são de alvenaria, se tem ameias, torres, etc. As peças provenientes das artes e officios são as harpas, lyras, etc., os maços, rodas, martellos, machados sem cabo, ancinhos, charruas, foices, cadeias, etc. Deve designar-se-lhes o nome, o numero, a posição e o esmalte. Entre as rodas distinguem-se as de relogio que são dentadas e que em vez de raios teem um postigo e a de Santa-Catharina, que é armada de pontas. As chaves tambem entram frequentemente no brazão; tem que se designar a sua posição e o seu esmalte. A torre é a do jogo do xadrez, que se representa pouco mais ou menos como um Y cujos ramos fôssem recurvados. Os ramos de uma mesma familia distinguem-se por mudanças no escudo de armas do tronco principal. A quebra póde fazer-se pela mudança de todas as peças conservando os esmaltes; pela mudança dos esmaltes conservando as peças; pela mudança de situação das peças, ou pela diminui-

ção ou accrescimo do seu numero; pela addição de alguma peça; pelas partições ou esquartelamentos; por uma mudança nos ornamentos exteriores. A melhor maneira de quebrar é a que altera pouco e sobretudo a que não altera o que vae no escudo, porque d'este modo conserva-se o brazão primitivo quasi intacto e por conseguinte muito facil de reconhecer. A *orla* ou *bordadura* e outras peças, que não alteram senão em mui pouco o brazão principal, são os empregados ordinariamente com este fim. A mudança nos ornamentos exteriores, usada em alguns reinos da Europa, é tambem um meio racional de quebrar, porque não altera o escudo e não o torna difficil de conhecer. Os escudos conjugados são de uso para as mulheres casadas, assim como os escudos esquartelados. Os escudos em lisonja são tambem destinados ás mulheres e até mesmo para as donzellas. N'este ultimo caso são ordinariamente partidos em pala, sendo uma despejada para receber as armas do marido. Os ornatos exteriores são: as corôas, os capacetes ou elmos, o barrete, os lambrequins, as cimeiras, os tenentes, os supportes, o manto, o grito de guerra, a divisa. (V. *Corôa* e *Elmo*). O *timbre* é a parte mais elevada nos ornamentos do escudo, é a figura que se põe por cima do elmo ou da corôa. Os timbres de pennas chamam-se *plumagens*. O timbre representa uma peça do brazão, do escudo, com uma aguia, um leão, uma flôr de liz, mas não deve representar nunca uma das peças honrosas. Para alguem poder usar de timbre em suas armas, é necessario que tenha alguma dignidade mais além da nobreza. Tira-se o timbre ordinariamente de alguma parte das armas, de cousa vivente, se n'ellas a houver ou do corpo mais principal. Em escudo de quatro familias será o timbre das que occupam o primeiro logar, os das do segundo, se no primeiro se puzeram as reaes, porque o timbre das armas reaes não pódem trazer senão aquelles a que especialmente fôr concedido; e se ha de advertir que as fórmas dos corpos vivos no timbre, assim como nos escudos sempre hão de olhar para a parte direita. As folhagens, que saem do elmo pelos lados do escudo e as plumas varias, que ás vezes se pòem sobre o elmo, são o que se chama *paquife*, que ha de ser sempre das mesmas côres e metaes de que

Azul Verde Preto

está composto e ordenado o escudo, e não de outros. Os tenentes são figuras celestes, ideaes ou humanas, como anjos, genios, homens, mulheres, moiros, selvagens, cavalleiros. Collocam-se de ambos os lados do escudo e sustentam-o. Ha exemplos de um só tenente. Os *supportes* são figuras de animaes ou de seres phantasticos que supportam o escudo. Ha supportes de sereias, de leões, de lebreus, de griphos, de aguias, de leões com elmos ou coroados, de pavões com cabeça humana, de cysnes, de leopardos, de ursos, etc. O manto é um ornamento exterior do escudo que remonta a uma alta antiguidade para o escudo dos reis. E' mais recente o manto nos escudos de armas dos principes e dos duques. As armas imperiaes e reaes devem collocar-se debaixo de uma tenda ou pavilhão ornado de franjas e de ricas bordaduras, com os seus tenentes. Em Portugal tiveram desde cedo os reis particular cuidado na observancia da arte heraldica, procurando conservar escrupulosamente os brazões que pertenciam a cada um dos fidalgos da sua côrte e D. Fernando I, segundo refere o seu chronista, mandou fazer um rico paramento todo bordado de alfojares com as armas dos nobres

Purpura Arminho Contra-arminho

do reino. As guerras que se seguiram ao fallecimento d'esse monarcha, e nas quaes os fidalgos se dividiram em dois bandos, deram logar a que muitas familias illustres se extinguissem, porque passaram a Castella, e a que se elevassem outras que tomaram armas e insignias que em verdade lhes não competiam. D. João I, querendo obviar a essa confusão, introduziu em Portugal o officio de *rei de armas*, que já havia em Inglaterra, e D. Affonso V adoptou tambem algumas medidas tendentes a evitar os abusos. Posteriormente D. Manuel, para regularizar esse serviço, mandou pelos annos de 1509 o seu rei de armas Antonio Rodrigues, acompanhado do arauto Martim Vaz, aos paizes extrangeiros para ahi estudarem os principios da arte heraldica, e depois nomeou uma commissão, composta do principal rei de armas, de mestre Arriet, pintor allemão, e de Antonio Godinho, escrivão da sua camara, encarregando-os de comporem dois livros com as armas de todas as familias nobres do reino. Um d'esses livros, artisticamente illuminado, ainda hoje se conserva na Torre do Tombo e tem por titulo: *Livro da nobresa, perfeição das armas dos reis christãos e nobres linhagens dos reinos e senhorios de Portugal*. Ainda o mesmo soberano ordenou que pessoas competentes examinassem as sepulturas do reino e tomassem nota dos nomes e insignias que n'ellas descobrissem, mandou pintar n'uma das salas do paço de Cintra setenta e quatro escudos de familias nobres de Portugal e estabeleceu graves penas para aquelles que indevidamente usassem brazões de armas ou alterassem os que de direito lhes pertenciam. Nos reinados seguintes poucas ou nenhumas providencias se encontram sobre estes assumptos até que D. João nomeou o padre frei José da Cruz, reformador do cartorio da nobreza, incumbindo-o de syndicar das allegações apresentadas pelos que requeriam brazões e de intervir na composição d'estes. Por fallecimento d'esse religioso foi o encargo dado a outro, e segundo parece, ambos os religiosos aperfeiçoaram muito o serviço que lhes fôra commettido, mas o cartorio que elles haviam organizado foi totalmente destruido pelo incendio que se seguiu ao terremoto do 1.º de novembro de 1755. Quanto ao uso indevido de brazão d'armas, a nossa ultima *Ordenação*, no ti-

tulo 92 § 1.º, dispunha que quem tiver armas suas, e as deixar de todo, tomando novamente outras, que lhe não perteuçam, além de outras penas, perderá as suas armas proprias sem mais as poder ter nem usar d'ellas. O chefe de linhagem é obrigado a trazer as armas direitas, sem differença ou mistura de outras algumas armas. E sendo chefe de mais que de uma linhagem será obrigado a trazer as armas direitas de todas

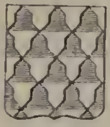
Veiro

Contra-veiro

Veirado

aquellas linhagens de que fôr chefe, e sem mistura, em seus quarteis. Os outros irmãos, e todos os outros da linhagem as hão de trazer com differença. E assim poderão trazer até quatro armas, se quizerem, d'aquelles de quem descenderem, esquarteladas e mais não. E se quizerem trazer sómente as armas da parte de suas mães, podel-o-hão fazer. E os bastardos hão de trazer as armas com sua quebra de bastardia. A differença que hão de trazer os filhos segundos lhes ha de ordenar o rei de armas a quem pertence: costuma assentar-se no canto do escudo e ha de ser uma flor, uma estrella, ou um passaro ou outra cousa similhante. E aquelle espaço em que se põe a differença, se chama *brica*. A quebra da bastardia é uma cotica, ou risca, que atravessa o escudo em banda. *Chefe de linhagem* quer dizer cabeça de familia e geração, de onde veem os mais d'aquelle appellido. Vem a ser o chefe aquelle, em que se conserva a varonia da familia derivada pela linha do filho maior. Nenhuma pessoa póde trazer as armas do reino direitas, posto que sejam misturadas com outras armas, salvo trazendo-as no quartel direito com differença, como a cada um pertence, as que veem por bastardia com a quebra, e as que veem por outra via com a differença que lhe ordenar o rei de armas. Pela *Ordenação* já indicada se manda que toda a pessoa de qualquer qualidade e condição que seja, que novamente tomar armas, que de direito lhe não pertençam, perca sua fazenda, metade para quem o accusar e a outra para os captivos. E mais perderá toda a honra e privile-

Veiro em orla

Lisonja

gio de fidalguia, linhagem e pessoa que tiver, será havido por plebeu, assim nas penas como nos tributos e feitas sem nunca poder gozar de privilegio algum, nem honra que pela razão de sua linhagem, pessoa ou de direito lhe pertença. E quem accrescenta nas suas armas alguma cousa, que por direito não possa n'ellas accrescentar, ou d'ellas tirar alguma cousa, que por direito não podia tirar, incorrerá em pena de dois annos de degredo para a Africa, e pagará cincoenta cruzados para o rei, ou outro official de armas, que o accusar. E além d'estas penas, os que tomarem armas alheias, as accrescentarem ou diminuirem, serão sempre condemnados nas custas em tresdobro para a parte contraria, em quaesquer demandas, que tenham, posto que sejam vencedores. O Codigo Penal vigente, no seu art.º 237, pune o uso indevido de brazão com a pena de prisão até seis mezes e multa até um mez. Para a arte heraldica, ou arte do brazão, não se pode indicar uma verdadeira bibliographia portugueza. Apenas conhecemos a *Nobiliarchia portugueza* de Villas Boas, que a estuda especialmente no seu capitulo XXVII, pag. 224 e seguintes, da edição de 1676. No vocabulo *Armaria* do *Diccionario Universal Portuguez* de Henrique Zeferino de Albuquerque, Lisboa, 1882, abundam os preceitos e regras da arte do brazão, constituindo um verdadeiro tratado da especialidade. A ambos os trabalhos indicados nos reportamos, pois d'elles extrahimos na sua maior parte os elementos do presente artigo. Em vista da falta de obras nacionaes soccorrem-se os estudiosos da heraldica ás obras extrangeiras, sendo as mais conhecidas, o methodo francez do padre Menestrier e o hespanhol de Avilés. Em muitos dos nobiliarios manuscriptos, que se guardam nas nossas bibliothecas publicas e particulares, encontram-se desenhados, a par das minuciosas genealogias, os respectivos brazões de familia, com a sua descripção. N'este genero e em cartas do brazão são ricos os archivos nacionaes e difficilmente se daria uma nota completa d'esses manuscriptos. Comprehende-se a razão da falta de obras impressas illustradas com brazões, pela prohibição que a lei de 8 de abril de 1605 fez de se não estamparem brazões d'armas sem licença do rei d'armas. Entre as obras que existem impressas, illustradas com brazões, etc., são dignas de menção o *Epitome de las historias portuguesas* de Faria e Sousa, Lisboa, 1673, que reproduz as diversas armas do reino de Portugal; a *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza* e *As memorias historicas e genealogicas dos Grandes de Portugal* por D. Antonio Caetano de Sousa; e a *Resenha das familias titulares e grandes de Portugal por Albano da Silveira Pinto e continuada pelo Visconde de Sanches da Baena*, Lisboa, 1885. Na sua obra *As cidades e villas da monarchia portugueza que teem brazão d'armas*, Lisboa, 1860, reproduziu Vilhena Barbosa alguns d'esses brazões; mas outras municipalidades ha que usam tambem brazão d'armas sem que até agora tenham sido colligidos. Por portaria de 26 de agosto de 1881, publicada no *Diario do Governo* de 1 de setembro, foi recommendado ás camaras municipaes que solicitassem da estação competente titulo em devida forma, que authenticasse a legitimidade da posse e origem historica dos brazões de que fazem uso.

Brazão *(Quinta do)*. Na freguezia de S. Pedro, de Celleirós, concelho de Sabrosa, districto de Villa Real.

Brazico *(Herdade do)*. Na freg. de S. Romão, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Brazieira. Pov. na freg. de Sebastão, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Braziella ou **Varziella.** Pequeno rio, que nasce perto de Aguiar da Beira, e outro na esquerda do Vouga, 12 k. abaixo da Lapa.

Brazil. Paiz vastissimo situado na parte mais oriental da America do Sul, descoberto em 21 de abril de 1500 por Pedro Alvares Cabral (V. *este nome)* que ia para a India, por mandado de el-rei D. Manuel, fundeando em 25 do mesmo mez na bahia a que deu o nome de Porto Seguro, pelo excellente abrigo que alli encontrou. No dia immediato desembarcou e fez celebrar a primeira missa, e no dia 1 de maio tomou posse do paiz, para a Corôa de Portugal, plantando n'essa occasião uma cruz com as armas e divisa de que usava o rei D. Manuel, e dando áquella região o nome de *Vera Cruz*, que mais tarde se mudou no de *Santa Cruz* e por fim no de *Brazil*, que ainda conserva. Alvares Cabral, seguindo novamente a sua derrota, enviou Gaspar de Lemos a Portugal, a dar parte a el-rei do descobrimento da terra de *Vera Cruz.* D. Manuel, ouvindo a descripção do importante paiz que se accrescentáva aos seus já vastos dominios, resolveu fazel-o esplorar mais minuciosamente. O descobrimento do Brazil tem sido attribuido tambem aos hespanhoes Hojeda e Pizon, mas o que é incontestavel é que foi pelas noticias trazidas por Gaspar de Lemos a Portugal que elle primeiro se soube na Europa. Foram differentes as expedições que se enviaram ao Brazil. A primeira, depois do descobrimento de Cabral, largou de Lisboa em maio de 1501, sob o commando de Gonçalo Coelho, que voltou em setembro do anno seguinte, tendo chegado a 52° Sul. Parece fóra de duvida que el-rei D. Manuel ainda enviou outras expedições ao Brazil, depois de voltar a de Coelho, sendo Americo Vespucio (V. *America)* o commandante d'uma d'ellas, que chegou até 41° Sul, ou á bahia de S. Mathias. Affonso de Albuquerque, navegando para a India em 1503, tambem aportou ao Brazil, não constando porém qual o sitio em que tocou. Na opinião de varios autores ainda D. Manuel fez sair, em maio de 1503, outra expedição de que deu o commando a Christovão Jaeques, segundo uns, e a Gonçalo Coelho segundo outros. Foi a esta expedição que se deveu o descobrimento da Bahia de Todos os Santos (V. *Bahia)* e a fundação da primeira colonia portugueza, proxima de Porto Seguro, dando-se-lhe o nome de *Santa Cruz*, e mais tarde o descobrimento da ilha de S. João, hoje de Fernando de Noronha, por haver sido doada no anno seguinte por el-rei D. Manuel ao armador d'aquelle nome, que fazia parte da expedição. Foi esta a primeira doação de terras feita pela Corôa n'aquellas paragens. Outras expedições se seguiram, principalmente depois que se descobriu existir em abundancia, no paiz, uma madeira similhante a outra usada na tinturaria e que os hespanhoes importavam do Oriente com o nome de *pau brazil.* As expedições tornaram-se quasi exclusivamente mercantis, sobretudo por haver o governo da metropole resolvido dar de arrendamento a exploração d'aquelle producto. Apesar das repetidas expedições, já scientificas, já commerciaes, o Brazil era ainda muito pouco conhecido em 1534, época em que D. João III resolveu, tendo em vista a colonisação e a civilisação d'aquelle paiz, dividil-o em capitanias, que distribuiu por pessoas nobres da sua côrte. Foram dez as capitanias creadas, sendo as principaes a de S. Vicente, doada a Martim Affonso de Sousa, a 6 de outubro de 1534; a de Santo Amaro e a de Itamaracá, doada a Pedro Lopes de Sousa, na mesma data. Em breve porém a experiencia veiu mostrar que as capitanias não satisfaziam o fim para que tinham sido creadas. A maior parte d'ellas voltaram para a Corôa, já por fallecimento dos donatarios, já por cedencia ou por contrato celebrado com o Estado. Em 1549 creou-se o governo geral do Brazil, com a séde na cidade de S. Salvador, mandada fundar por ordem de el-rei D. Manuel nas margens da bahia de Todos os Santos. O encarregado da fundação foi Thomé de Sousa, seu primeiro governador geral, a quem ficaram sujeitos os donatarios que ainda existiam. Com o correr dos tempos crearam-se tambem os governos geraes do Rio de Janeiro, para as provincias do Sul, e o do Maranhão, para o paiz além do cabo de S. Roque. Estes mesmos governos foram ainda mais tarde reformados, ficando dividido o Brazil nos governos: Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Geraes, Goyaz, Matto Grosso e Rio Grande do Sul. Durante o tempo em que o Brazil, como colonia portugueza, esteve sob o dominio de Hespanha, pouco mais progrediu do que sob o governo portuguez. Os hollandezes, então uma das primeiras nações maritimas, aproveitando-se das discordias dos hespanhoes, lançaram as suas vistas para a admiravel e riquissima colonia portugueza; e em 1624 atacaram e tomaram a cidade de S. Salvador; que perderam no anno seguinte. Renovando em 1630 os seus ataques, conseguiram estabelecer-se em Olinda e alargar em seguida o dominio das suas armas até ao rio de S. Francisco, ao Sul e ao Rio Grande do Norte, ao Norte. Com a restauração de Portugal, em 1640, voltou o Brazil a ser colonia portugueza, sustentando encarniçada guerra contra os hollandezes que, embora batidos no S, iam avançando no N, conseguindo apoderar-se em 1641 do Maranhão e do Ceará. Afinal, abandonados pelo principe de Nassau, que se retirara desgostoso para a Europa, os hollandezes viram-se em breve obrigados a deixar as suas conquistas. Em 1644 perdiam o Maranhão e o Ceará, e em 1645 rebentava em Pernambuco a guerra a que deram o nome de «Guerra dos independentes», na qual abundaram os exemplos de valor e de abnegação e que só terminou em 1654 com a completa expulsão dos invasores, ficando desde então todo o Brazil sob o dominio de Portugal. Não foi prejudicial para o Brazil a sua sujeição aos hollandezes. O interior do paiz foi mais explorado, os seus recursos, tornaram-se mais conhecidos, a ordem e a sabia politica empregada pelo principe de Nassau nas capitanias do seu governo, contrastava admiravelmente com o systema essencialmente prohibitivo sob o ponto de vista do commercio e da industria. Com o descobrimento das minas de ouro e diamantes desenvolveu-se a colonisação, principalmente nas capitanias onde ellas foram descobertas. Formaram-se povoações, abriram-se caminhos, e em vista do grande augmento da população crearam-se os bispados do Rio e de Pernambuco em 1676, o do Maranhão em 1677 e elevou-se a arcebispado o bispado da Bahia. Em 1710 e 1711 os francezes enviaram uma expedição ao Brazil, apoderando-se da cidade do Rio de Janeiro, que foi saqueada, e se resgatou a peso de ouro. Durante o governo do marquez de Pombal teve o Brazil um grande desenvolvimen-

to, já no seu commercio, já na agricultura e na industria. (V. *Grão-Pará* e *Maranhão)*. A reforma de todo o serviço administrativo deu ao Brazil uma nova era de engraudecimento e de progresso, embora por vezes obscurecido pelos actos menos dignos de alguns vice-reis e governadores. Em 1792 começaram a desenvolver-se na grande colonia portugueza os germens da independencia. Em 1808 com a chegada da familia real portugueza ao Brazil, foram os seus portos abertos ao commercio e á navegação de todas as nações. O Brazil deixava de ser uma colonia, e recebia o titulo de reino. Mais tarde em 1820, resolveu o governo portuguez, visto ter acabado a guerra que devastava a Europa, transferir novamente a séde do governo para Lisboa. Este facto, que desgostou bastante os brazileiros, não fez mais do que apressar a proclamação da independencia. Em abril de 1821 retirava-se el-rei D. João VI do Rio de Janeiro, deixando seu filho D. Pedro, herdeiro do throno, como regente do novo reino. Os decretos das côrtes de Lisboa, que procuravam destruir a maior parte dos grandes progressos realizados no Brazil, provocaram uma revolução, de que o proprio regente se tornou chefe, em janeiro de 1822, declarando que ficava no Brazil, embora tivesse recebido ordens reaes de voltar para a Europa. O exercito portuguez procurou inutilmente suffocar a nova revolução. Em 2 de junho de 1823 evacuava a cidade de S. Salvador, acabando d'este modo o dominio portuguez nas vastas terras de Santa Cruz. D. Pedro foi proclamado imperador na cidade do Rio de Janeiro em 12 de outubro de 1822. Em 25 de março de 1824 era jurada a Carta Constitucional do imperio, que D. Pedro lhe outorgára. Em 29 de agosto de 1825 foi reconhecido por D. João VI, o novo imperio, hoje republica.

Brazil. Grande monte na ilha Terceira, com 5 k. de circumferencia e 1:666 m. de altura; é occupado pelo forte de S. João Baptista, mandado construir em 1591 por Filippe II, para proteger os navios da peninsula hispanica que commerciavam com a Africa, Asia e America. O forte tem capacidade para mais de 300 bocas de fogo.

Brazil. Pov. na ilha de Santa Maria, freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada. || Logar na freg. de S. Thiago, de Cambezes de Barcellos, conc. e distr. de Braga.

Brazileira. Logar na freg. de Santo Aleixo, de Becco, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Quinta na freg. de N. S.ª d'Ajuda, annexa á da Annunciada, e conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Brazileiro. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Aguas Santas, conc. da Maia, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. d'Alcochete, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Quinta na freg. de N. S.ª do Monte Sião de Amora, conc. do Seixal, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Thiago, de Trouxemil, conc. e distr. de Coimbra.

Brazilia. Logar na freg. de S. Martinho, de Escariz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Branzino *(Monte do)*. Na freg. de N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. de Evora.

Brazio. Logar na freg. de N. S.ª da Esperança, conc. de Arronches, distr. de Portalegre.

Brazões. Casal e quinta na freg. de S. Miguel, de Carregueiros, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Bréa. Pov. na freg. de Santa Maria, de Abbade de Neiva, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Brécha. Ao sul do Tejo, na serra d'Arrabida, existem em exploração grandes pedreiras de bréchas calcareas, marmoreas, conhecidas pelos nomes de *brécha da Arrabida*, *mosaico da Arrabida*, e, fóra do paiz, *brécha de Portugal*. Esta brécha é constituida por fragmentos calcareos de diversas côres, reunidos por um cimento tambem calcareo, e um tanto impregnado de saes ferruginosos. A homogeneidade d'esta brécha permitte-lhe receber um magnifico polido, apresentando depois um bello aspecto, altamente decorativo. E' empregada na ornamentação interior e para moveis. Não resiste com segurança nas decorações exteriores. Distinguem-se duas variedades: a *brécha clara* e a *brécha escura*. Esta ultima produz melhor effeito, e é portanto a mais apreciada. O portico da egreja do convento de Jesus, em Setubal, é admiravelmente trabalhado em marmore da Arrabida. No interior do templo a abobada é sustentada por formosas columnas salomonicas do mesmo marmore.

Brécha. Logar na freg. de S. Miguel, de Villarinho, concelho de Santo Thyrso, districto do Porto.

Bréchal. Pov. na freg. de Santo André, de Santa Cruz do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Breco. Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Breda. Logar na freg. de S. Miguel, de Sobral, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu. || Casal na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Brederode *(Martinho Teixeira Homem de)*. Segundo secretario de legação na primeira repartição da direcção geral dos negocios politicos e diplomaticos, no ministerio dos negocios estrangeiros. Fez com distincção o Curso Superior de Letras. E' autor d'um livro de versos, intitulado *A charneca*, que se publicou em 1896.

Bredos. Ponta na costa da ilha das Flôres, archipelago dos Açôres. Fórma o limite N da bahia da Ribeira Grande.

Bregadella. Logar na freg. de S. Miguel, de Gualtar, conc. e distr. de Braga.

Bregieira. Pov. na freg. de S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria || Pov. na freg. de N. S.ª do Desterro, de Pouzos, conc. e distr. de Leiria.

Breia e Breias. V. *Vereia e Vereias.*

Breja. Pov. na freg. de S. Martinho, de Salreu, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Abitureiras, conc. e distr. de Santarem. || Logar na freg de N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc da Louzã, distr. de Coimbra.

Breja de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Matheus, de Brunheiro, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro.

Brejão. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Brejeira *(Casal da)*. Na freg. de S. Pedro da Cadeira, concelho de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Brejinho. Pov. na freg. de S. Mamede, de Matta Moirisca, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Logar na freg. de S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Abella, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Brejinho de Longe. Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, districto de Lisboa.

Brejioso *(Casal do).* Na freg. de Santo Ildefonso, de Montargil, conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre.

Brejo. Povoações nas seguintes freguezias: S. Thiago e conc. de Almada, distr. de Lisboa. || S. Thiago e conc. de Castello de Vide, distr. de Portalegre. || S. Braz e conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição, conc. e distr. de Faro. || S. Martinho de Gandara, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || N. S.ª da Piedade, de Monte Redoudo, conc. e distr. de Leiria. || S. Christovão e conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Conceição, de Sinde, concelho de Taboa, districto de Coimbra.

Brejo. Logares nas seguintes freguezias: N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Vicente e conc. d'Abrantes, distr. de Santarem. || S. Salvador e conc. d'Alcoutim, distr. de Faro. || S. João Baptista, de Alegrete, conc. e distr. de Portalegre. || N. S.ª da Conceição, de Alvalade, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Santo Antonio, de Areias, conc. de Marvão, distr. de Portalegre. || S. Lourenço, de Carvide, conc. e distr. de Leiria. || Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra. || S. Sebastião, de Cumieira, conc. de Penella, distr. de Coimbra. || S. João Baptista, de Espite, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem. || S. Pedro, conc. e distr. de Faro. || N. S.ª da Luz, conc. de Tavira, distr. de Faro. || N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro. || S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || S. João Baptista, de Monte Real, conc. e distr. de Leiria. || N. S.ª da Purificação, de Olival, conc de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || S. Vicente, de Vacariça, conc. de Mealhada, distr. de Aveiro.

Brejo. Casaes na freg. de N. S.ª da Piedade, de Vidaes, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Casal na freg. de S. Pedro, de Alverca, conc. de Villa Franca de Xira, distr de Lisboa. || Casal na freguezia de S. Gregorio, de Arruda dos Pizões, concelho de Rio Maior, districto de Santarem. || Casal na freguezia de S. Leonardo, de Athouguia da Baleia, concelho de Peniche, districto de Leiria. || Casal na freguezia do Salvador, de Bombarral, concelho d'Obidos, distr. de Leiria. || Casal na freg. de S. Cypriano, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Casal na freg. de S. Julião, de Ervidel, conc. de Aljustrel, distr. de Beja. || Casal na freg. de S. João Baptista, de S. João da Ribeira, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || Casal na freg. de Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Domingos, de Valle de Figueira, conc. e distr. de Santarem. || Horta na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª da Alva e conc. de Aljezur, distr de Faro. || Monte na freg. de S. Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Pedro, de Panoias, conc. de Ourique, distr. de Beja. || Monte na freg de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça, de V. N. de Milfontes, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Quinta na freg. de S. João Baptista, de Alcaria, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco. || Quinta na freg. de N. S.ª da Annunciada, de Aldeia de Paio Pires, conc. do Seixal, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Thiago e conc. d'Almada, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de N. S.ª da Alegria, de Antanhol, conc. e distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Brejo de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Domingos, de Janeiro de Baixo, conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Brejo do Bispo. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Brejo do Bom Comer. Logar na freg. de N. S.ª da Graça, de V. N. de Milfontes, conc de Odemira, distr. de Beja.

Brejo dos Carreteiros. Pov. na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Brejo do Castanheiro. Logar na freg. do Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Brejo Cimeiro Pov. na freg. de S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Brejo do Clerigo. Pov. na freg. de S. Simão, de Villa Fresca de Azeitão, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Brejo do Cobre. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Arrentella, conc. do Seixal, distr. de Lisboa.

Brejo da Corrêa. Logar na freg. de S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Brejo do Ervilhal. Logar na freg. de S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, districto de Lisboa.

Brejo do Fundeiro. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Brejo e Ladeiras. Dois logares unidos, na ilha de Santa Maria, freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Villa do Porto, districto de Ponta Delgada.

Brejo Largo *(Monte do).* Na freg. do Salvador e conc. de Odemira, distr. de Beja.

Brejo do Lavadouro. Logar na freg. de N. S.ª da Annunciada, de Aldeia de Paio Pires, conc. do Seixal, distr. de Lisboa.

Brejo do Lobo. V. *Jardia.*

Brejo Longo. Pov. na freg. de N. S.ª da Alva e conc. de Aljezur, distr. de Faro. || Logar na freg. de S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª

d'Assumpção, de Abella, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Monte na freg. do Salvador e conc. de Odemira, distr. de Beja.

Brejo dos Macacos. Logar na freg. do Espirito Santo e conc. de Aldeia Gallega do Ribatejo, distr. de Lisboa.

Brejo do Major. Logar na freg. de S. Lourenço, de Alhos Vedros, conc. da Moita, distr. de Lisboa.

Brejo da Mesa e Brejo da Moita. Monte e casal na freg. de N. S.ª da Alva e conc. de Aljezur, distr. de Faro.

Brejo de Moiro. Logar na freg. de N. S.ª da Assumpção e concelho de Grandola, districto de Lisboa.

Brejo do Olheiro. Logar na freg. de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Brejo dos Palheiros. Logar na freg de N.S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Brejo da Palmeira. Logar na freg. de N. S.ª da Annunciada, de Aldeia de Paio Pires, conc. do Seixal, distr. de Lisboa.

Brejo das Perdizes. Logar na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Brejo da Perna da Negra. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição e concelho de Monchique, distr. de Faro.

Brejo Redondo *(Monte do)*. Na freg. de S. Salvador e conc. de Odemira, distr. de Beja.

Brejo Secco. Logar na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Brejo Verde. Logar na freg. de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Brejo da Vinha. Logar na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa

Brejoal. Pov. na freg. de S. Cypriano, de Pinheiros, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Brejoeira ou **Berjoeira.** Sumptuosa vivenda, situada na freg. de S. Cypriano dos Pinheiros, na provincia do Minho, a 3 k. da villa de Monsão e em distancia egual da margem esquerda do rio Minho. Era o solar do morgado da Brejoeira, instituido em 1500. As suas armas são: em campo de prata, tres cabeças de lobo, da sua côr, cortadas em sangue, e lampassadas de purpura, em palma, elmo de prata; timbre uma das cabeças de lobo. Aquella propriedade importantissima consta de um grandioso palacio, grande quinta com formosos jardins, vastos pomares e campos, com muita abundancia d'agua, vastas dependencias, capella, e uma valiosa adega dividida em tres naves sustentadas por columnas. O palacio foi construido pelo morgado da Brejoeira, o commendador Luiz Pereira Velho de Muscoso. As obras começaram em 1806 e acabaram em 1828, importando em 400:000$000 réis. O palacio fórma um quadrado com quatro magnificas fachadas, tendo em cada angulo um torreão. A fachada principal é dorica, e a que deita para os jardins é de ordem toscana; no corpo do centro avulta o brazão d'armas. A escada é nobre e magnificente; as salas espaçosas e elegantes, com pinturas a fresco, tanto nas paredes como no estuque dos tectos, todas mobiladas com muito luxo; tem uma boa bibliotheca. A capella é muito vasta e decorada ricamente, ostentando uma bella cupola. O ultimo representante d'este morgado, Simão Pereira Velho de Muscoso, filho do fundador do palacio, falleceu em 1881. Desde então aquella notavel vivenda perdeu muito da sua antiga opulencia.

Palacio da Brejoeira

Brejoeira. Pov. na freg. de N. S.ª do Desterro, de Pousos, conc. e distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Seixe de Gatões, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Ponte do Rol, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de Santo Antonio, de Salir dos Mattos, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Brejoeiro. Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Brejos. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. d'Albufeira, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Arega, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de N. S.ª da Boa Viagem e conc. da Moita, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Julião, conc. e distr. de Portalegre. || Logar na freg. de N. S.ª da Paz, de Portella do Fojo, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra. || Casaes na freg. de N. S.ª do Populo e conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Casal na freg. de N. S.ª da Esperança, de Alpedriz, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Brejos d'Agua doce. Logar na freg. de S. Lourenço, de Alhos Vedros, conc. da Moita, districto de Lisboa.

Brejos do Assa. Pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Brejos do Barco *(Quinta do)*. Na freg. de S. Domingos, de Cabril, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Brejos do Casal de Bolilhos. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Villa Nogueira de Azeitão, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Brejos das Pontes. Logar na freg. de S. Sebastião e conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Brejos da Roussada. Pov. na freg. de S. Miguel, de Milharado, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Brejos de Valle de Choupos. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Villa Nogueira de Azeitão, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Bremes. Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Bremeu *(Padre Antonio Cortez)*. Presbytero secular e prior da egreja de S. Salvador, de Sobral de Monte Agraço. N. em Lisboa a 4 de março de 1711, falleceu depois do anno de 1759. Pertenceu á Companhia de Jesus, passando depois para o clero secular. Formou-se na Universidade de Coimbra, em Canones. Escreveu: *Universo Juridico, ou Jurisprudencia Universal, Canonica e Cesaria regulada pelas disposições de ambos Direitos commum e patrio, etc.*, Lisboa, 1749; *Vida do glorioso S. Francisco de Assis, reduzida a um panegyrico da pobreza e humildade do Santo*, Lisboa, 1746.

Brence. Logar na freg. de S. Salvador, de Pinheiro, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Brenha *(Museu do padre)*. V. *Povoa de Varzim.*

Brenha. Pov. e freg. de S. Theotonio, da prov. do Douro, conc. e com. de Figueira da Foz, distr. e bispado de Coimbra; 776 hab. e 190 fog. Tem est. post., permutando malas com a Figueira da Foz. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada em montes que correm da serra de Quiaios até Saufins. Era donatario d'esta freg. o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra; e estes frades apresentavam o cura, que tinha de rendimento 50 alqueires de trigo, 25 almudes de vinho, que lhe pagava o povo, e o pé d'altar. A terra é medianamente fertil; cria bastante gado de toda a qualidade. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 7, com a séde em Leiria. || Casal na freg. de Santa Quiteria, de Méca, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Brenhas. Rio da provincia do Alemtejo. N. na serra de Moura, rega a fertil planicie d'esta villa, junta-se um pouco abaixo com o Ardilla, indo ambos morrer no rio Guadiana.

Brenhol *(Quinta do)*. Na freg. de S. Thiago, de Figueiró do Campo, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Brescos. Pov. na freg. de Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Denominação d'uma lagôa, perto de S. Thiago do Cacem, com 203 k. de circuito aproximadamente.

Bretanha. Pov. e freg. de N. S.ª d'Ajuda, na ilha de S. Miguel, conc. e distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo; 3.133 hab. e 634 fog. Tem est. post. permutando malas com Ponta Delgada, e escola do sexo masc. Pertence ao commando militar dos Açôres.

Bretão *(Casal do)*. Na freg. de S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Bretas. Logar na freguezia de S. Thiago, de Fraião, conc. e distr. de Braga.

Brete, Brete de Baixo e de Cima. Tres povoações na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto.

Breto. Pov. na freg. de S. Mamede, de Coronado, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto.

Breve. Rescripto do papa, letras apostolicas sem as clausulas extensas que tem a bulla. V. *Bulla.*

Breyner. V. *Mello Breyner.*

Briando. Logar na freg. de S. Gregorio, de Beguengo, conc. e distr. de Portalegre.

Bribo *(Monte do)*. Na freg. de Santa Clara, de Louredo, conc. e distr. de Beja.

Briçaes *(Quinta de)*. Na freg. de Santa Eulalia, de Villar de Moiros, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello.

Briellas *(Quinta de)*. Na freg. de N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa.

Brigada. Corpo de tropas composto de dois ou mais regimentos: *brigada de infantaria, brigada de cavallaria. General de brigada*, posto entre coronel e general de divisão. Em artilharia, é a reunião de duas ou tres baterias de campanha. As brigadas desappareceram por muito tempo, mas tornaram a apparecer pelo decreto de 24 de janeiro de 1895, que creou 10 brigadas de infantaria e 2 de cavallaria, tendo uma a séde em Lisboa e a outra em Extremoz. O decreto de 14 de setembro de 1899, conservou as duas brigadas de cavallaria, reduzindo a 8 as de infantaria. *Brigada geral de marinha*, corpo militar do serviço da guarnição da armada, creado pelo alvará de 28 de agosto de 1797, ampliado pelo decreto de 11 de novembro do mesmo anno, e ainda accrescentado pelo decreto de 27 de maio de 1799. Deu-se-lhe depois nova fórma pelo alvará de 10 de setembro de 1807. Extincto em 1836, creou se em seu logar o *batalhão naval*, egualmente extincto em 1851, e substituido pelo corpo de marinheiros militares, que foi depois successivamente reformado, até á actual organisação do corpo de marinheiros da armada.

Brigadas. Na antiga organisação do exercito, era um official inferior, de graduação equivalente á do que se chama hoje sargento-ajudante, que tinha a seu cargo a distribuição do serviço pelas praças do corpo.

Brigadeiro. Na antiga organisação do exercito, era o official superior de graduação entre coronel e general, que commandava uma brigada. Equivalia ao actual posto de general de brigada.

Brigadeiro. Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora. || Quinta na freg. de S. Thomé, de Lamas, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa.

Brigandina. V. Armadura.

Brigantia V. *Bragança.*

Brigida *(Quinta da)*. Na freg. de Santa Maria e conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda. || Quinta na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Brigo. Pov. na freg. de Santa Christina, de Ponsa, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Brigueira *(Casal da)*. Na freg. de S. João Baptista, de Seixo de Gatões, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Brigão *(Monte do)*. Na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Brilha Portuguez *(Casal do)*. Na freg. de Sant'Anna, de Carnota, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Brilhante *(Antonio Maria dos Santos)*. Cirurgião-medico pela Escola de Lisboa. N. em Alcobaça a 2 de fevereiro de 1821, fal. em Lisboa a 19 de maio de 1880. Era filho de José Alexandre dos Santos Brilhante, e de D. Lucinda de Jesus Brilhante. Cursou os estudos da Escola-Medico-Cirurgica de Lisboa, posteriormente á sua reorganisação e reforma feita em 1836. Aos 35 annos de edade, aprendeu particularmente a lingua ingleza com o professor J. F. Wittnich, n'essa epoca lente de allemão no Lyceu Central de Lisboa. O motivo que o determinou a esse estudo, declara elle nas seguintes palavras, n'uma carta escripta ao duque de Saldanha, a qual foi publicada: «Os medicos inglezes, além da illustração e profundidade com que escrevem, são muito concisos; os seus livros teem sempre muitas idéas e poucas palavras. Conservam sempre o maior rigor nas suas doutrinas; estas não oscillam tanto em Inglaterra como em França. A leitura das obras inglezas rouba pouco tempo, e é por isso mais instructiva» Santos Brilhante foi um dos primeiros e mais acerrimos propugnadores da doutrina homœopathica em Portugal, e no intuito de praticar as theorias de Hahnemann, fundou no largo do Poço do Borratem o *Consultorio Homœopathico Lisbonense*, sob os auspicios e protecção do duque de Saldanha, seu presidente honorario, o qual se inaugurou solemnemente a 5 de abril de 1859. Este consultorio tornou-se muito conhecido e de grande popularidade. Teve um jornal, intitulado: *Gazeta homœopathica lisbonense*, redigido por Santos Brilhante, Bernardino Egydio da Silveira e Castro, Ignacio Manuel de Lemos e Antonio Ferreira Moutinho. Este jornal saiu em 1859 e 1860, publicando-se ao todo 52 numeros. N'elles se encontram muitos artigos originaes, o opusculo do duque de Saldanha *Estado da Medicina em 1858*, e varios outros escriptos, pertencentes á polemica a que deu origem aquelle livro. Santos Brilhante tinha um bondoso caracter, e contam-se d'elle muitos rasgos de generosidade. Foi o fundador e redactor, juntamente com o dr. Lima Leitão, do *Esculapio, boletim semanal de Medicina, Cirurgia e Pharmacia, redigido por uma sociedade de Medicos, Cirurgiões e Pharmaceuticos*. Este jornal começou a publicar-se a 7 de fevereiro de 1849, saindo o ultimo numero, que foi o 269, a 29 de março de 1854. Fôram tambem redactores: Sousa Telles e Napoleão Silva, tendo por collaboradores eventuaes: Alexandre José da Silva Campos, Antonio Carvalho Ribeiro Vianna, Antonio Pedrosa Barreto, etc. Foi egualmente proprietario e redactor principal da *Agulha metrica*, de que sairam 52 numeros, publicando-se o 1.º a 17 de setembro de 1855 e o ultimo a 1 de agosto de 1866. O fim que o seu redactor teve em vista, foi chamar principalmente a attenção do publico e da classe medica, para duas importantes questões: 1.ª a cura dos surdos-mudos de nascimento, e o melhor methodo de ensino para os incuraveis; 2.ª a orthopedia em Portugal. Precede esta publicação um manifesto do autor, dirigido a el-rei D. Pedro V. Escreveu: *Carta a s. ex.ª o marechal Duque de Saldanha, ácerca do seu opusculo «Estado da Medicina em 1858»*, Lisboa, 1859; foi reproduzida na *Gazeta homœopathica*, a pag. 134 e seguintes; *Discurso lido no dia da installação do Consultorio Homœopathico Lisbonense;* foi inserto no *Rei e Ordem*, de 13 de abril de 1859, e reproduzido na referida *Gazeta*, a pag. 2 e 5; *Orthopedia: modo de vulgarizar os novos conhecimentos medicos em Portugal;* artigos publicados no *Archivo pittoresco*, vol. VI, pag. 95, 247, etc., e mais alguns sobre o mesmo assumpto nos volumes seguintes; *A cegueira*, nota appensa á versão dos *Fastos de Ovidio*, pelo visconde de Castilho, no tomo III, pag. 383 a 390; *Artigos analyticos sobre os trabalhos e obras medicas do sr. dr. Bernardino Antonio Gomes*, publicados na *Nação* de 2, 11 e 18 de setembro de 1867. Tambem escreveu muitos artigos e correspondencias no *Portuguez*, *Revolução de Setembro*, etc. No *Parlamento* publicou alguns artigos, dando noticias de varias memorias medico-cirurgicas que escrevera, as quaes não consta que se imprimissem: *1 Theoremas sobre o rachitismo lateral e posterior; 2 Tratamento dos engorgitamentos prostaticos pela applicação das sanguisugas; 3 Dilatação forçada e permanente empregada no tratamento dos apertos da uretra, quer sejam ou não complicados de fistulas urinarias; 4. Emprego da agua distillada de alcatrão no tratamento dos catarrhos chronicos da bexiga, 5. Cura dos pés tortos, em seus diversos generos e variedades*; *6 Cura dos surdos-mudos de nascença.* O retrato de Santos Brilhante foi collocado na sala principal do *Club Alcobacense*, como prova da consideração e respeito que lhe votavam os seus patricios.

Brilongo *(Fazendas de)*. Na freg. de N. S.ª da Esperança, concelho de Arronches, districto de Portalegre.

Brimbella. Logar na freguezia de Nossa Senhora da Purificação, de Freixianda, concelho de Villa Nova de Ourem, districto de Santarem.

Brincão *(Quinta do)*. Na freg. de Santa Maria, dos Olivaes, 1.º bairro de Lisboa.

Brinches. Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Serpa, distr. e bisp. de Beja; 1:958 hab. e 582 fog. Tem escola do sexo masc. e est. post., permutando malas com a R. A. S. Dista a pov. 15 k. da séde do conc., e está situada sobre sete montes, dos quaes sómente se descobrem terras desertas. Pertencia ao Infantado. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o parocho por ser a egreja da ordem de Aviz, o qual tinha de rendimento alguns generos. A terra é muito fertil: ha por estes sitios muita caça grossa e miuda. Brinches pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 17, com a séde em Lagos.

Brinço. Pov. na freg. de Santa Eugenia, de Ala, conc. de Macedo de Cavalleiros, distr. de Bragança.

Brincos. Arrecadas, joias que as mulheres usam pendentes das orelhas por adorno. *Vincos* lhes chamava o *Codigo Alfonsino*, no seu L. v, tit. 47 § 5: *Se alguma mulher levar «vincos» nas orelhas, mando, que lhos nom tome nenhuum, nem lhos embargue.* Na exposição de Arte Ornamental, realizada no Museu das Janellas Verdes em 1882, appareceram varios brincos antigos de muito valor, entre os quaes se distinguiam uns em oiro, com esmaltes, trabalho do seculo XVI, e outros do seculo XVIII, pertencentes á Caixa Geral de De-

positos e a diversos particulares, conforme consta do respectivo catalogo. No referido museu tambem se admiram alguns brincos, que são exemplares valiosos e interessantes.

Brinços. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Bringelinho. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Castro Verde, distr. de Beja.

Brinhós. Logar na freg. de S. Miguel, de Juncal, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Briôa *(Herdade da).* Na freg. de S. Romão, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Brion *(Henrique Adriano de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador das ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição, official das ordens italianas de S. Lazaro e de S. Mauricio; cavalleiro da ordem de Christo, condecorado com as medalhas de merito, generosidade e philantropia; com a dos Chevaliers Sauveteurs de l'Ande, e a dos Chevaliers Sauveteurs des Alpes Maritimes, official de marinha mercante. Nasceu em 1828, fal. em Lisboa a 18 de junho de 1891. Era filho de Henrique Honorio Honorato Edmundo de Brion, descendente de uma antiga familia nobre de França, que, assim como muitas outras, se perdeu nos abysmos da revolução franceza de 1789, e de D. Maria Adelaide Grimorus de Brion, tambem franceza. Cursou as escolas superiores destinando-se á medicina, por serem esses os desejos de seus paes, porém levado pela sua natural vocação para a marinha, abandonou aquella carreira, para seguir a vida maritima. Em breve alcançou a reputação de valente marinheiro e de illustrado official, o que lhe valeu ser chamado em 1859 para commandar os vapores *Portugal* e *Milfort-Haven*, da Companhia Anglo-Luso-Brazileira, contando apenas 31 annos de edade, e de tal maneira se houve no desempenho de tão importante cargo, que quando a companhia, teve de liquidar, foi escolhido pelos capitalistas inglezes para fazer a liquidação no Brazil. Findos estes trabalhos, Henrique de Brion continuou na vida que tanto o captivava, percorrendo em navios seus a America e a Africa. Animado pelos bons desejos de estreitar as relações commerciaes da metropole com as colonias africanas, viajou varias vezes pelas ilhas de Cabo Verde e pelas costas da Guiné, abrindo novos horisontes ao commercio. Foi elle quem tornou conhecidos nos nossos mercados muitos dos productos coloniaes, merecendo por isso muita confiança e amizade ao marquez de Sá da Bandeira. Durante a sua permanencia por aquellas paragens, aproveitou sempre a occasião de se tornar util e prestante, deixando o seu nome vinculado, quer por serviços humanitarios, quer por serviços scientificos. A pedido do visconde de Sergio de Sousa, então governador de Mossamedes, resolveu proceder a uma exploração na costa, levantando varias plantas indo ao seu reconhecimento até ao rio Cunene, ainda quasi desconhecido. Em Cabo Verde encarregou-se por varias vezes de commissões de serviço publico, em que mereceu honrosas referencias nos boletins officiaes. O seu valor e energia nunca lhe deixaram vêr o perigo que poderia correr, quando se tratava de salvar alguma vida. Foi assim que em 1863 salvou 99 pessoas de 150 que eram conduzidas pela barca italiana *Sicilia*, naufragada nas alturas da ilha da Boa Vista de Cabo Verde. O governo italiano agraciou-o então com o grau de official da ordem de S. Lazaro e da de S. Mauricio. N'esse mesmo anno fôram as ilhas assaltadas por uma terrivel epidemia, que fez mais de 10:000 victimas, e o valente e benemerito marinheiro, desprezando os proprios interesses, abriu uma subscripção de generos alimenticios, subscrevendo logo com uma importante quantidade de moios de milho; com o seu navio e á sua custa, percorreu todas as ilhas e as costas da Guiné, conseguindo obter valiosas dadivas, que elle, e sua mulher, a sr.ª D. Elvira A. de Brion, que tambem o acompanhava, vieram sem apparato algum distribuir ás ilhas mais necessitadas, arrancando assim centenares de desgraçados a uma morte certa. Bissau tambem lhe deve muito reconhecimento, porque, em 1865, tendo-se manifestado incendio n'uma feitoria onde havia muitos barris de polvora, Henrique de Brion não hesitou um instante, com imminente perigo de vida, em entrar na feitoria e arrojar d'ali todos os barris. Além d'estes, fôram tambem muito importantes os serviços prestados durante as epidemias da febre amarella e cholera-morbus. Brion foi um trabalhador incançavel, um valente marinheiro e um benemerito da humanidade. Quando falleceu, exercia o cargo de adjunto technico á legação de França, era agente geral du Bureau Veritas de Paris, e director da Companhia Bonança.

Henrique Adriano de Brion

Brion *(Hypacio Frederico de).* Capitão de fragata. N. em 11 de março de 1858. E' filho do official de marinha mercante, já fallecido, Henrique Adriano de Brion, e de sua mulher a sr. D. Elvira A. de Brion. Assentou praça em 22 de outubro 1873; foi promovido a guarda-marinha em 2 de outubro de 1875, a 2.º tenente em 9 de novembro de 1879, a 1.º tenente em 9 de abril de 1886, a capitão-tenente em 14 de dezembro de 1894, a capitão de fragata em 16 de janeiro de 1901. Tem sido deputado n'algumas legislaturas, sendo ultimamente eleito por Angola. No anno de 1896 foi nomeado pelo governo para estudar no estrangeiro a organisação das escolas de alumnos marinheiros nos differentes paizes europeus. E' hoje inspector do serviço de soccorros a naufragos. Em 1903 foi escolhido pelo ministro da marinha e ultramar, o sr. conselheiro Manuel Raphael Gorjão, para chefe do gabinete.

Brios *(Casal dos).* Na freg. de N. S.ª do Desterro, de Pousos, conc. e distr. de Leiria.

Brioso *(D. Estevão).* Desembargador da relação ecclesiastica de Evora, vigario geral do priorado de S. João de Beja e do arcebispado de Lisboa, bispo de Pernambuco, etc. Era natural de Evora; fal. em Lisboa em 1689. Fez os primeiros estudos em Evora, passando depois á Universidade de Coimbra a cursar a faculdade de Canones. Quando em 1676 se erigiu o bispado de Per-

nambuco, foi D. Estevão eleito bispo, e, chegando ao Brazil em 1678, começou a introduzir n'aquellas terras a disciplina catholica e ecclesiastica, mas levantando-se-lhe grande opposição, não pôde vencel-a, e regressou ao reino. Foi então transferido para o bispado do Funchal, onde esteve quatro annos, voltando depois para Lisboa, por motivo de doença, aqui falleceu.

Brivães. Pov. na freg. de S. Thiago, de Aldreu, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santo André, de Palme, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Brissos *(José Barreto Castellino Cotta Falcão, 1.º barão de)* Fidalgo cavalleiro da Casa Real pelo alvará de 18 de novembro de 1839; senhor de vinculos na provincia do Alemtejo; commendador da ordem de Christo; par do reino por carta regia de 3 de maio de 1842, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara, em sessão de 26 de janeiro de 1843; coronel do regimento das milicias de Portalegre. N. a 10 de junho de 1793, fal. a 23 de abril de 1844, sem deixar successão. Era filho de Antonio Barreto de Brito Homem Cardoso, e de sua mulher, D. Maria do Carmo Cotta Castellino. Casou em 15 de janeiro de 1825 com D. Anna Luiza Caldeira de Castello Branco Xavier Limpo Vieira, filha de Pedro Celestino de Castello Branco, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher, D. Maria Anna Xavier Ravasco Limpo de Sequeira Abreu Caldeira Bocarro. Esta senhora já era viuva de Joaquim Antonio da Fonseca, cavalleiro da ordem de Christo e capitão-mór das ordenanças da cidade de Portalegre, fallecido em 6 de setembro de 1823, e com quem casára em 16 de maio de 1816. O titulo de barão foi concedido por decreto de 25 de outubro de 1843. A baroneza enviuvou do seu segundo marido, e passou ainda a terceiras nupcias.

Brissos *(Antonio Lopes de Gusmão Mexia Lobo, 2.º barão de).* Proprietario na villa d'Alter do Chão. N. a 12 de novembro de 1820; fal. a 7 de maio de 1873, sem deixar successão legitima Era filho de Gaspar Lopes de Gusmão, commendador da ordem de Christo, superintendente das reaes manadas. Casou em 1850 com a viuva do 1.º barão de Brissos, sendo este titulo renovado, pelo seu casamento, pelo decreto de 31 de março, e carta de 20 de abril de 1864. A baroneza ainda sobreviveu ao seu terceiro marido, fallecendo em setembro de 1882.

Brita. Monte na freg. de N. S.ª da Annunciação, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Monte na freg. de S. Vicente, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Brita Ossos. Logar na freg. da Esperança, conc. de Arronches, distr. de Portalegre.

Brita Panellas *(Casal de).* Na freg. de N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Britamontes *(Quinta de).* Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Mundão, conc. e distr. de Vizeu.

Britas *(Quinta das).* Na freg. de S. Lourenço, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Briteiros. Nobre e antiga familia portugueza, que tem as mesmas armas que os Britos. V. *Brito.*

Briteiros *(Fr. Mendo Vasques de).* Monge da ordem de S. Bernardo; professou no convento d'Alcobaça. Foi um dos poetas que floresceram no reinado d'el rei D. Diniz. Escreveu: *Tomada de Lisboa, Obidos e Alemquer, e das guerras feitas em tempo d'el-rei D. Diniz,* Esta obra conservava-se na livraria do convento de Alcobaça.

Briteiros. Pov. e freg. de Santo Estevão, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 323 hab. e 74 fog A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada n'um valle fertil, em frente do monte Citania, onde se diz que existiu a antiga cidade d'esse nome. Tem estação post. e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 20 com a séde em Amarante. O chantre da collegiada de Guimarães apresentava o vigario, a quem dava 40$000 réis, recebendo para si os dizimos da freguezia, que lhe rendiam 340$000 réis Briteiros é cercada a E pelo rio Ave. Para o adro da egreja de Santo Estevão, foi trazida no principio do seculo XIX, por diligencia do chantre Ignacio de Carvalho, uma pedra, a que o povo chamava *pedra formosa,* que estava no monte Citania. E' uma pedra de grandes dimensões, de 2m, 28 por 2m, 90, tendo o aspecto geral de um frontão, que se imagine de pé; o reverso é de pedra bruta, e a face, pelo contrario, apresenta uma porção de ornatos extravagantes, profundamente gravados e cinzelados, que a cobrem completamente, Tem-se manifestado diversas opiniões ácerca da significação d'esta pedra, mas a mais plausivel é que o seu destino fôsse o de uma ara de sacrificios. A pedra collocou-se então, como dissémos, no adro da egreja, ficando suspensa sobre quatro columnas. Quando em 1880 se realisou em Lisboa o congresso de anthropologia, fôram alguns homens de sciencia visitar a Citania de Briteiros, e a pedra voltou para aquelle monte, onde ficou ao abrigo d'uma das casotas reconstruidas, sendo preciso 24 juntas de bois para a transportar (V. *Minho pittoresco, vol.* I, *pag. 617 e seguintes).* A O da freguezia tambem se encontra o monte Sabroso, onde ha pedra muito fina, de granito, muito branca, optima para construcções e mesmo para esculptura. || Pov. e freg. de Santa Leocadia, da prov do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 694 hab. e 135 fog. A pov. dista 12 k. da séde do conc., é terra fertil, muito abundante d'aguas, de varias fontes e regatos, chamando-se estes: Rio Longo, Lameiro, Barrosa, sendo os outros anonymos. A pov. fica situada nas faldas dos montes Sameiro, Fragas, Loural e Sabroso, d'onde se avistam muitas freguezias. O reitor do collegio do Populo, de Braga, apresentava o vigario, que tinha de rendimento 130$000 réis, sendo os dizimos para o referido collegio, os quaes rendiam 390$000 réis. Contiguo á porta da egreja matriz está um tumulo de pedra, razo com o chão, fechado com umas grades de madeira, e coberto com seu telhado. Dizem ser a sepultura de Santo Wamba, abbade do convento de benedictinos que existiu ali, fundado em tempos remotos, e cuja egreja era a que serve actualmente de matriz. O convento fôra dado em 1596 ou 1597, por D. Fr. Agostinho de Castro, arcebispo de Braga, aos eremitas de Santo Agostinho do convento do Populo, em Braga, que o reduziram então a abbadia secular. Briteiros pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 467 hab. e 118 fog. Tem

caixa do correio. A pov. dista 11 k. da séde do conc., é terra fertil e muito saudavel. Era abbadia da mitra de Braga e rendia ao arcebispo 200$000 réis. N'esta freg existe a antiga torre e casa de Briteiros, solar da familia d'este appellido, que eram ricos-homens, e toda a freguezia era honra sua. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 20, com a séde em Amarante. Annexa a esta freg. está a de N. S.ª da Piedade e Santo Antonio de Briteiros, que fica situada em um valle, na raiz do monte Citania. O arcebispo de Braga apresentava o abbade, que tinha 400$000 réis. Dentro d'esta freg., proximo á egreja, entre o logar de Matta Moirisca e o do Carvalho, principia uma calçada para o monte Citania, que é antiquissima; mais acima, entre uns penedos, vêem-se as ruinas de uma capella, que dizem ter sido de Santo Antonio.

Britello. Villa e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. e com. de Celorico de Basto, distr. e arceb. de Braga; 1:899 hab. e 428 fog. A pov. dista 1 k. da séde do conc. e está situada n'um valle fertil. A matriz fica fóra da villa, mas a pouca distancia. O arcebispo de Braga apresentava o abbade, que tinha de renda 600$000 réis. Teve juiz de fóra e camara. Passa na villa o rio Frecheiro, que rega e traz muito peixe, entrando depois no rio Tamega. Britello pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 19, com a séde em Chaves. || Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 644 hab. e 149 fog. Tem escola do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada n'um pequeno valle, e alguns montes tambem pequenos. Os donatarios eram os herdeiros de D. Affonso de Menezes, senhores da Barca, e apresentavam os abbades que tinham de rendimento 400$000 réis. A terra é muito fertil. N'esta freg. está a capella de N. S.ª da Penha, assim chamada por lhe servir de docel uma grande penha bruta. Antigamente pertencia ao conc. de Lindoso, hoje extincto. N'esta freg ha grandes mattas de medronheiros; cria muito gado e caça. Nas proximidades passa o rio Lima. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3. com a séde em Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Cerdedo, conc. de Boticas, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Conde, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Thomé, de Couço, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Cumieira, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Quintas na freg. de N. S.ª do Pranto, de Penella da Beira, conc. de Penedono, distr. de Vizeu.

Britellos. Pov. na freg. de S. Thiago, de Arcozello, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Brites *(D)*. Rainha de Portugal, mulher de D. Affonso IV. N. em Toro em 1293, fal. em 25 de outubro de 1359. Era filha de D. Sancho IV, *o bravo*, rei de Castella, e da rainha D. Maria. Casou no dia 12 de setembro de 1309. Passou a vida, como a sua sogra, Santa Izabel, procurando imitar-lhe as virtudes e reconciliar os parentes. Teve tambem de intervir na contenda entre seu marido, D. Affonso IV, e seu filho D. Pedro I, quando por causa do assassinio de D. Ignez de Castro, o principe se revoltou contra o pae. Foi uma senhora extremamente virtuosa, e no seu tempo a côrte conservou severidade nos costumes, que contrastavam com a desmoralisação que lavrava nas outras côrtes. D. Brites, juntamente com seu marido, fundou as mercearias da sé de Lisboa, ainda hoje existentes, e conhecidas pelas merceearias de D. Affonso IV. Jaz sepultada na capella-mór da referida sé.

Brites *(D)*. Princeza de Portugal e rainha de Castella. Era filha de el-rei D. Fernando I e da rainha D. Leonor Telles. N. em Coimbra em 1372, e casou em 1383, tendo 11 annos, com D. João I, de Castella. Apezar do seu casamento ser em edade tão curta, a inconstante politica de seu pae fez com ella tivesse uns poucos de noivos, porque logo no berço foi promettida ao duque de Benavente, filho natural de Henrique II, de Castella, depois ao principe D. Henrique, filho tambem de D. João I, que depois foi Henrique III, em seguida ao principe inglez Eduardo, filho do duque de York, vindo afinal a casar com el-rei D. João I, que estivera para ser seu sogro, o qual a desposara com o intuito de herdar o throno portuguez; e na verdade, apenas D. Fernando morreu, D. Brites foi logo acclamada rainha de Portugal, por ordem de sua mãe, que ficara regente do reino. A recusa do povo, tomando para defensor da independencia portugueza a D. João, Mestre d'Aviz, deu em resultado as guerras que se seguiram até á batalha d'Aljubarrota, que decidiu a victoria, ficando derrotados os castelhanos, e sendo acclamado rei o Mestre d'Aviz, D. João I. D. Brites n'esta epoca contava 13 annos. Sobrevivendo a seu marido, foi pedida em casamento pelo duque d'Austria, mas preferiu conservar-se viuva, entregando-se a exercicios piedosos, vindo a fallecer na villa de Madrigal.

Brites *(D)*. Filha natural de D. João I, quando era ainda Mestre d'Aviz, e de Ignez Pires Esteves; irmã do 1.º duque de Bragança, D. Affonso. Em 1405 casou por procuração com o conde de Arundel, fidalgo inglez, sendo este casamento contratado por João Vaz de Almada e Martim de Osem. A noiva partiu em seguida para Inglaterra, onde foi recebida com todas as honras, e o arcebispo de Canterbury ratificou o casamento. Fallecendo o conde de Arundel, a condessa sua viuva passou a segundas nupcias em 1415 com o barão de Irchenfield, de Blackmuir e de Doddington. Enviuvando pela segunda vez, em 1419, D. Brites desfructou até á morte os feudos que seu marido possuira.

Brites *(Herdade de D.)*. Na freg. de Santo Amador, conc. de Moura, distr. de Beja.

Brites *(Monte de D.)*. Na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

Brites de Castro *(Monte de D.)*. Na freg. do Salvador e conc. de Serpa, distr. de Beja.

Brites Gomes. Pov. na freg. de N. S.ª da Annunciação e conc. de Mertola, distr. de Beja.

Brites de Mello *(Monte de D.)*. Na freg. do Salvador e conc. de Serpa, distr. de Beja.

Brites Pires *(Fazenda de)*. Na freg. de N. S.ª da Annunciação e conc. de Redondo, distr. de Evora.

Britiande. Villa e freg. de S. Silvestre, da prov. da Beira Alta, conc., com. e bisp. de La-

mego, distr. de Vizeu; 1:022 hab. e 157 fog. Tem esc. para ambos os sexos, e est. post., permutando malas com Lamego. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Moimenta da Beira, n'um ameno e delicioso valle, na encosta oriental da serra da Esculca, d'onde se descobrem varias povoações. No principio da monarchia chamava-se *Bretiande*, segundo se vê do testamento de D. Urraca Fernandes, viuva de João Garcia, a qual vivia na sua quinta de Moz, junto a *Bretiande*, em 1254. A povoação é muito antiga. Dizem alguns que foi o seu fundador Egas Moniz, aio de D. Affonso Henriques, mas está provado que elle sómente mandou povoar estas terras em 1102, que estavam desertas, com gente que trouxe do Minho, fazendo uma grande quinta para si, onde depois foi o convento de Salzedas, e n'ella deixou sua segunda mulher, D. Thereza, e o principe D. Affonso, seu pupillo, para com o conde D. Henrique ir combater os moiros; fundou tambem a egreja matriz. Britiande teve camara, juiz e respectivos escrivães. Tinha uma casa que servia de hospital, administrada pelo juiz ordinario, quando o havia n'esta villa. O abbade era apresentado pela mitra, e tinha, até 1834, o rendimento de 500$000 réis. Ao centro da villa vê-se uma fonte de abobada, e ha mais duas fóra da villa, a de Maria Pires e a do Faial. Em 1230, Santa Mafalda, filha de D. Sancho I, doou aos templarios tudo quanto possuia em Britiande. Passa na villa o ribeiro d'este nome, o qual nasce na serra da Esculca e se mette no Barosa, junto á capella de Santo André, na freg. dos Abrunhaes. As margens são cultivadas, sendo em partes orlado de oliveiras, castanheiros, arvores fructiferas e vinhas. Junto á egreja de S. Gonçalo ha uma ponte de pedra, tendo ao lado um lagar de azeite. Em Britiande houve um convento de religiosos da ordem de S. Francisco, chamado de Ferreirim, de que foi fundador D. Francisco Coutinho, em 1520. E' terra fertil e saudavel; pertenceu á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 9, com a séde em Lamego.

Britiandos *(D. José de)*. Conego regular de Santo Agostinho. N. em Ponte de Lima, no anno de 1594; fal. a 12 de fevereiro de 1663. O seu verdadeiro nome era D. José de Christo, e chamava-se no seculo José Pereira; porém como vivia com seus paes na quinta de Britiandos, que pertencia á sua familia, tornou-se mais conhecido pelo nome de D. José de Britiandos. Era filho de Francisco Pereira Pinto, da casa dos senhores dos Regalados, e de Maria Fagundes, de egual nobreza. Como tinha muita vocação para a vida monastica, decidiu-se a seguir a clausura, e professou no convento de Santa Cruz de Coimbra a 2 de outubro de 1609, contando apenas 15 annos de edade. Foi prior do convento de Landim em 1636, procurador do mosteiro de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, em 1644, e vigario geral da sua congregação, que tambem o nomeou seu chronista. Para o desempenho d'este cargo examinou com infatigavel cuidado, durante trinta annos, os archivos dos conventos. Escreveu: *Omnimoda Historia Canonica Ecclesiastica, e Secular em outo Tomos disposta com Eras, e annos; De Primatu Ecclesiæ Bracharensis: Fragmentos das Chronicas de Santa Cruz de Coimbra,* seguindo-se a obra com este titulo: *Primeira Parte das Chronicas de Santa Cruz de Coimbra, que he a segunda dos Conegos Regulares do Reyno de Portugal, onde se contão algumas cousas das muitas que succederão neste Mosteiro, desde o dia da sua Fundação até os trinta annos seguintes em que viveo seu primeiro Prior S. Theotonio*, etc., *Fundação do novo Collegio de Coimbra; Verdades manifestas, em que se vindica nossa ordem dos seus emulos, e mostra as excellencias, e privilegios e graças dos Religiosos de Santa Cruz; Escada do Céo*, 1 tom. Trata da fundação do Mosteiro de Santa Cruz; o autor promettia 2.º e 3.º tomo; *Miscellaneo*, constando de noticias antigas e modernas para a historia da ordem; *Vidas de Religiosos Veneraveis, e Santos; Noticia da Jornada a Hibernia; Vocabulario de algumas palavras Irlandezas; Modo de lançar o habito aos noviços.* Todas estas obras ficaram em manuscripto, e existiam na livraria do mosteiro de Santa Cruz.

Brito. Appellido nobre. Procede de Hespanha, de D. Sueiro de Brito, rico-homem de D. Affonso V de Castella e Leão, ignorando-se quem foi o primeiro que o trouxe para Portugal, posto que alguns chronistas digam que foi D. Pedro de Brito, que, vindo na esquadra estrangeira, assistiu á tomada de Lisboa, e casou com D. Olga Mendes, filha de Mem Soares, senhor da Terra de Vallongo, no Minho. D'esse D. Pedro descende D. Martinho de Brito, bispo, de Evora, instituidor do morgado de Fonte Boa, perto da cidade, em 1245 da era christã, nomeando-o em seu sobrinho Gonçalo Mendes de Vasconcellos, com obrigação de usar do appellido de *Brito.* As armas são: em campo vermelho nove lisonjas de prata, em tres palas, cada uma d'ellas carregada de um leão de purpura; timbre um leão lisonjado de prata e vermelho com uma lisonja de prata na espadua.

Brito *(Alexandre Marcellino de Maio e)*. Marechal de campo. N. em Borba no anno de 1778, fal. a 8 de janeiro de 1858. Assentou praça de cadete no regimento de infantaria n.º 3 em 1796, tendo 18 annos de edade; em 1800 teve o posto de porta-bandeira, e n'essa situação assistiu á campanha de 1801. Em 1802 foi despachado alferes, em 1809 promovido a tenente, e em 1810 a capitão. N'este posto tomou parte muito activa na guerra da peninsula, entrando na batalha do Bussaco e em muitas outras, assistindo tambem ao sitio e assalto de S. Sebastião e ao de Bayona. Em 1820 foi elevado a major para infantaria n.º 6, e em julho de 1827 a tenente-coronel para o mesmo regimento. Emigrou para Inglaterra, d'onde seguiu á ilha Terceira commandando o corpo em que anteriormente servia. Saiu d'aquella ilha na expedição que veiu desembarcar no Mindello, e D. Pedro IV lhe deu a graduação de coronel, ficando mais tarde com a effectividade d'este posto, sendo então encarregado de organisar o 1.º batalhão nacional fixo do Porto, e em seguida do commando do 1.º districto das linhas. Levantado o cerco, saiu da cidade á frente d'uma brigada, que fazia parte das forças commandadas pelo visconde da Serra do Pilar, assistiu aos combates de Santo Thyrso, Lixa, e ponte de Amarante; seguindo depois para Coimbra, ficou em Agueda com uma brigada composta de contingentes de infantaria e de batalhões moveis, até que terminou a campanha. Em julho de 1834 foi promovido a brigadeiro graduado, e esteve com-

mandando os batalhões nacionaes do Porto até 1836, e achando-se interinamente encarregado do governo da provincia do Douro durante a ausencia do conde de Fonte Nova, não adheriu á revolução de setembro; recusou-se a jurar a nova constituição, não acceitando egualmente o governo da praça d'Elvas que lhe foi offerecido. Em 1840 encarregou-se do commando interino da 2.ª divisão militar, e em 1841 do commando do deposito de recrutas estabelecido no Porto; depois foi-lhe confiado o governo da praça de Almeida, commissão em que pouco se demorou. Em 1843 teve a effectividade no posto de brigadeiro, sendo nomeado commandante da 10.ª divisão militar, e em 1845 a promoção de marechal de campo, em que se reformou em 1851, depois do movimento da *Regeneração*.

Brito *(Alvaro de)*. Fidalgo e valente militar, que em 1524 ganhou uma brilhante victoria contra o sultão de Bintão. Em 1526, Pero de Mascarenhas, então governador de Malaca, mas que já estava nomeado governador da India, emprehendeu uma campanha contra o mesmo sultão, em que ficou victorioso. N'essa campanha couberam as honras em grande parte a Alvaro de Brito, que ia na esquadra commandando um dos navios, e Pero de Mascarenhas, em recompensa dos seus valiosos serviços, lhe deu muitos dos despojos importantes da batalha. Em 1527 saiu de Malaca com uma galé, sendo enviado pelo capitão Jorge Cabral para tirar vingança d'um regulo que mandara assassinar uns portuguezes, mas infelizmente foi attrahido a uma emboscada, onde morreu assassinado á traição, juntamente com a tripulação.

Brito *(Antonio de)*. Fidalgo encarregado em 1552 de fundar nas Molucas a fortaleza de Ternate, a qual construiu com o consentimento do sultão d'aquella ilha. Logo em seguida declarou guerra ao de Pedre ou Tedre, para o obrigar a vender sómente cravo aos portuguezes, e por mais d'uma vez o derrotou. Quando D. Garcia Henriques o foi render, Antonio de Brito não lhe quiz entregar a fortaleza, e só a cedeu depois de muitas questões, mas completamente desarmada, partindo para a India com toda a guarnição, artilharia e munições. Este procedimento parece que deveria merecer um severo castigo, mas não succedeu assim, porque n'esse tempo davam-se grandes discordias na India por causa do governo entre Pero de Mascarenhas e Lopo Vaz de Sampaio, pretendendo ambos os contendores angariar partidarios, por isso Antonio de Brito, não só ficou sem castigo, mas ainda foi escolhido para ser um dos doze juizes que deviam resolver a questão.

Brito *(Antonio de)*. Cognominado o *Velho*. Fidalgo de alta linhagem e caçador-mór d'el-rei. Esteve na India no tempo de Diogo Lopes de Sequeira. Travou relações de amizade com um moiro, chamado Coty-Ali, senhor de Tanor, a quem deu salvos-conductos para as suas naus, porém os portuguezes, que já começavam a manifestar grande cubiça, e que além d'isso odiavam Antonio de Brito, por elle ser aspero de condição, accusaram-o perante o governador de se ter deixado subornar pelo moiro, de que resultou Antonio de Brito ter de responder a conselho, em que ficou absolvido. Comtudo, os salvo-conductos não impediram que os portuguezes tomassem os navios moiros, obrigando Coty-Ali, altamente indignado, a declarar-nos guerra sem tregoas.

Brito *(Antonio de)*. Governador de Cochim desde 1531. Partiu para a India com Martim Affonso de Sousa, sendo governador d'esse estado Nuno da Cunha, e só, ou debaixo das ordens de Martim Affonso de Sousa, destroçou bastantes vezes o Samori de Calicut, que veiu sobre a cidade nossa alliada, onde tinhamos fortaleza.

Brito *(Antonio Elisiario Miranda de)*. N. em Lisboa em 1786, e destinando-se á carreira militar assentou praça de cadete, em 1802, e seguindo sempre com distincção o curso da Academia de Marinha, e em 1808 passou a servir no Brazil como alferes do 3.º regimento de infanteria de linha da côrte, sendo logo em seguida despachado 2.º tenente do corpo de engenheiros, e empregado nos telegraphos. Miranda de Brito começou a prestar grandes serviços, levantando plantas de fortalezas, e procedendo a outros trabalhos importantes. Em 1817 fez parte da expedição que subjugou o movimento republicano em Pernambuco, e em 1822 seguiu a insurreição brazileira, merecendo ser louvado na ordem do exercito pela promptidão com que reuniu as milicias que se deviam oppôr ás forças portuguezas do general Jorge de Avilez, mais tarde conde de Avilez. Depois da independencia do Brazil, continuou Miranda de Brito a prestar serviços áquelle imperio, exercendo importantes cargos, fallecendo em 1858, reformado na patente de marechal de campo.

Brito *(Belchior de)*. Fidalgo, que em 1525, no levantamento do cêrco de Calicut, fez prodigios de valor, combatendo sempre nos pontos mais perigosos, ficando uma vez ferido. Era dotado de um caracter audaz e aventuroso, a que se alliava uma certa basofia, não havendo empresa, por mais arriscada que fôsse, que o fizesse recuar. Contam as chronicas, que este fidalgo quando entrava nas estancias inimigas, bradava altivamente: *Amores, amores da minha dama*.

Brito *(Fr. Bernardo de)*. Monge da ordem de S. Bernardo, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, chronista da sua congregação, chronista-mór do reino, etc. Nasceu em Almeida a 20 de agosto de 1569, fal. na mesma villa a 27 de fevereiro de 1617. Chamava-se no seculo Balthazar de Brito e Andrade, e era filho do capitão Pedro Cardoso de Andrade, que muito se distinguiu nas guerras de Italia e Flandres, e de Maria de Brito. Manifestando notavel intelligencia, seu pae o mandou estudar a Roma, onde Bernardo de Brito adquiriu profundo conhecimento das linguas italiana, franceza e latina. Voltando a Portugal, quiz entrar na ordem cisterciense, e professou em 1585 no convento de Alcobaça, tomando o nome de Bernardo, por ser o do Santo fundador da ordem cisterciense. Não deixou, porém, de cursar as aulas, causando admiração aos mestres o seu notavel talento, doutorando-se em Theologia na Universidade de Coimbra em 1606. Contando 27 annos de edade, em 1596, escreveu e publicou a primeira parte da *Monarchia Lusitana*, que dedicou a Filippe II, então rei de Portugal. A obra foi recebida com muito agrado, e o monarcha castelhano ficou tão satisfeito com a offerta que o animou a continuar a escrever, por carta régia, passada em Madrid a 3 de abril de 1597, e no anno de 1606 o nomeou chronista da

ordem de S. Bernardo. Em 1616, tendo fallecido o chronista-mór do reino, Francisco de Andrada, o referido monarcha nomeou fr. Bernardo de Brito para exercer aquelle cargo. Bastantes vezes o quizeram elevar á dignidade episcopal, porém o notavel religioso cistercieuse sempre se recusava, preferindo a tranquillidade da sua cella e os estudos a que se dedicava. Tendo ido a Madrid, regressava ao reino no começo do anno de 1617, quando, sentindo-se cançado e doente, parou em Almeida, terra da sua naturalidade, e ali falleceu O cadaver foi enterrado no convento de Aguiar, sendo mais tarde, em 1619, transferido para o de Alcobaça, onde ficou sepultado na casa do capitulo. Para a sua biographia póde vêr-se a *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. I, *A vida*, que lhe escreveu D. Antonio da Visitação Freire de Carvalho, inserta no tomo I da reimpressão da *Monarchia Portugueza*, começada em 1806 pela Academia Real das Sciencias de Lisboa; *Memoria de algumas particularidades que se pódem accrescentar ao que havia publicado sobre a sua vida*, etc., por fr. Fortunato de S. Boaventura, incluida no tomo VIII das *Memorias* da referida academia; *Historia Chronologica e Critica de Alcobaça*, tit. II, cap. 5.º, e tit. III, cap. 13.º e 14.º e na *Digressão historica*, pag. 154, do mesmo autor; no *Ensaio Biographico Critico sobre os Poetas portuguezes*, de José Maria da Costa e Silva, tomo VI, pag. 184 a 189; *Estudos biographicos*, de Canaes, pag. 208. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa existe o seu retrato de corpo inteiro. Escreveu e publicou as seguintes obras: *Monarchia Lusitana; parte primeira, que contém as historias de Portugal desde a criação do mundo té o nascimento de nosso sñr. Jesu Christo; dirigida ao Catholico Rey Dõ Philippe II do nome, Rey de España, etc., Impressa no insigne Mosteiro de Alcobaça por mandado do R.mo Padre Geral Frey Francisco de S. Clara, Anno 1597;* n'esta obra anda incorporado o opusculo: *Geographia antiga da Lusytania*, etc. Esta primeira parte da *Monarchia*, com a *Geographia* appensa, saiu pela segunda vez em Lisboa, 1690, e em 1806, na *Collecção dos principaes Historiadores portuguezes*, publicada por ordem da Academia Real das Sciencias, 4 tomos. Escreveu mais: *Segunda parte da Monarchia Lusitana, em que se continuam as Historias de Portugal desde o nascimento de nosso Salvador Jesu Christo até ser dado em dote ao Conde D. Henrique; Dirigida ao Catholico Rei D. Filippe, segundo do nome em Portugal, e terceiro em Castella*, Lisboa, 1609; saiu segunda vez em 1690; e em 1808 e 1809, na citada *Collecção dos Historiadores*, 2 tomos, não chegando a completar-se; *Primeira parte da Chronica de Cister, onde se contam as cousas principaes d'esta religião, com muitas antiguidades, assim do reino de Portugal, como de outros muitos da Christandade*, Lisboa, 1602; a segunda edição saiu em 1720, com o retrato do autor; *Elogios dos Reis de Portugal, com os mais verdadeiros retratos que poderam achar; dirigidos ao Catholico Rei D. Filippe, terceiro do nome*, Lisboa, 1603; sairam *addiccionadas por D. José Barbosa até ao reinado de D. João V*, Lisboa, 1726; outras edições em 1761, 1786 e 1825; *Sylvia de Lisardo*, Lisboa, 1597; outra edição em 1626, em que se diz ter sido *recopilada por Lourenço Craesbeeck*, do qual traz uma dedicatoria, e continuou a sair com a mesma declaração nas seguintes reimpressões de 1632, 1668, 1784; *Historia da fundação e dedicação do mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca, e da santa vida de seus primeiros fundadores*, etc. Saiu pela primeira vez incorporado nas *Memorias para a vida da Beata Mafalda*, etc., por fr. Fortunato de S. Boaventura, Coimbra, 1814, comprehendendo as pag. 213 a 254. Em manuscripto deixou as seguintes obras: *Historia de Nossa Senhora da Nazareth, em que se trata da Invenção d'esta Santa Imagem*, etc., escripta em 1611; *Republica antiga da Lusitania em que se trata dos Ritos, e costumes dos antigos Portuguezes*, etc., escripta em 1596; *Chronica d'el-rei D. Sebastião continuada até á Embaixada de D. João de Borja; Apologia a certas duvidas enviadas pelo arcebispo de Braga, D. Fr. Agostinho de Castro em pontos pertencentes á I Parte da Monarchia Lusitana;* no fim estava uma carta do mesmo arcebispo, declarando-se satisfeito das respostas ás suas duvidas; *Privilegios da congregação de Alcobaça; Terceira parte da Monarchia Lusitana; Commentaria in Prophetas Minores; De Duabus Hebdomadibus, Creationis una Redemptionis altera; Historia de Sertorio, e sua mulher Rorea, fundação da Cidade de Evora, e derivação do seu nome*, escripta em 1591; *Disfraze de amar, cuentase la guerra de Portugal y el derecho que la Magestad del Rey Filippe II nuestro Señor tiene áquel Reyno.* O manuscripto d'esta obra, consta, que se conservava na bibliotheca do convento do Escurial; *Livro de familias.*

Brito *(Christovam de).* Um dos mais valentes fidalgos que militaram na India. Foi um dos companheiros de D. Lourenço de Almeida. Voltou á India em 1511, e, chegando a Cananor, soube que o governador Affonso de Albuquerque fôra conquistar Malaca, e que a cidade de Gôa estava em perigo; correu immediatamente em sua defeza, e obrigou os moiros a levantarem o cerco. Em 1514 tornou á India como capitão-mór d'uma esquadra, e em 1524 novamente ali se encontrou, sendo mandado por D. Henrique de Menezes com algumas fustas para castigar os moiros de Dabul, que tinham tomado um navio que vinha de Ormuz carregado de cavallos. Os inimigos eram em numero superior, mas Christovam de Brito quiz por força pelejar, e investiu furiosamente com os contrarios. Morreu n'este combate, porém os soldados não viram, e continuaram combatendo, até que o capitão inimigo tambem succumbiu; o desanimo começou a manifestar-se nas fileiras dos moiros, que fugiram, ficando assim os portuguezes victoriosos.

Brito *(Christovam de).* Governador de Villa Viçosa. Em 1665 o marquez de Caracena pôz cerco a esta villa, e o valoroso official defendeu-a heroicamente, dando tempo a que chegassem o marquez de Marialva e o conde de Schomberg, que derrotaram o general castelhano na batalha de Montes Claros, em 17 de junho do referido anno.

Brito *(Constantino José de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real; general de divisão reformado. N. em Pondá, India, a 10 de novembro de 1836. E' filho do general de brigada José Ignacio de Brito, neto pelo lado materno, do brigadeiro Henrique Carlos Henriques, que em 1780 conquistou a capital de Satary, e descendente de Luiz Henriques, fidalgo cavalleiro da Casa Real, antes de 1422, anno em que D. João I lhe doou

o paço de Bombarral, doação que D. João III confirmou em 1533. Por direito de successão, é tambem moço fidalgo o sr Constantino de Brito, por alvará de 1868. Os seus primeiros estudos fôram feitos nas escolas de Gôa; assentou praça em 2 de maio de 1851 no batalhão de infantaria n.º 2 do extincto exercito da India, tendo em seguida concluido o curso de engenharia militar na Escola Mathematica e Militar de Gôa. Em virtude das distincções que recebeu, foi proposto a 2.º tenente de engenharia d'aquelle exercito. As propostas para officiaes eram feitas pelo governador geral, exceptuando a do posto de 2.º tenente de engenharia, porque essa pertencia ao director da escola, devendo sempre recahir sobre o alumno mais distincto e mais classificado. O sr. Constantino de Brito foi despachado 2.º tenente do exercito da India, exercito que em 1871 o ministerio presidido por Fontes Pereira de Mello, fez extinguir. O illustrado official saiu de Gôa em direcção ao reino, onde veiu completar os seus estudos. A viagem, feita em navio de véla, como n'essa epoca se faziam a maior parte das viagens, foi infeliz e bem desastrosa. O navio, assaltado de fortes temporaes, teve de arribar a Moçambique para reparar avarias. Antes, porém, de ali chegar, esteve prestes a dar á costa em Madagascar, por causa d'uma forte corrente que o impellia para terra. A muito custo se conseguiu chegar a Moçambique. Depois de reparadas as avarias o navio proseguiu viagem até ao Cabo da Boa Esperança, onde novas tempestades lhe causaram enormes estragos, despedaçando-se o leme á entrada da bahia de Simão, onde o navio deu á costa. Os naufragos, entre os quaes se contava o sr. Constantino de Brito, unico passageiro, recolheram-se a bordo d'uma barca ingleza que seguia para Lisboa. Esta viagem tambem correu muito demorada e perigosa. Todos estes contratempos atrazaram consideravelmente a chegada a Lisboa do illustre official, pois que devendo a viagem ser de quatro mezes em condições normaes, gastou um anno, facto que prejudicou gravemente a carreira do sr. Constantino de Brito, porque se tivesse começado um anno mais cedo os estudos em Lisboa, não teria sido sacrificado pela reforma da Escola do Exercito, de 1864, que tacitamente excluiu de poderem frequentar os seus cursos os militares do ultramar. N'este anno de 1864, o sr. Constantino de Brito acabou com distincção o curso geral da Escola Polytechnica, quando a reforma citada o impossibilitava de entrar na Escola do Exercito como militar. N'esta situação appellou para o curso de engenharia civil, que concluiu em 1867. Habilitado com o diploma de engenheiro civil, pretendia entrar para o serviço de obras publicas, quando um decreto do ministerio reformista excluiu os officiaes do ultramar de desempenharem no reino commissões de serviço publico. Então resolveu o sr. Constantino de Brito frequentar na Escola do Exercito, como alumno voluntario, as cadeiras militares, e reunindo as cartas dos seus cursos militares e civis, requereu transferencia para o exercito de Portugal, o que lhe foi concedido por carta de lei de 12 de janeiro de 1871. Ainda outra contrariedade soffreu o estudioso official, porque esta carta de lei impunha-lhe a condição de frequentar a Escola do Exercito, e concluir ali o curso da arma para que fôsse classificado em vista das suas habilitações. O sr. Constantino de Brito já a esse tempo fôra promovido a tenente do exercito da India, e o marechal duque de Saldanha, tomando em consideração os seus successivos revezes, que tinham atrazado a sua carreira, quiz promovel-o a capitão do Estado Maior, mas levantaram-se grandes difficuldades, e a promoção não se realisou. Foi então collocado tenente da arma da engenharia, em 1873, sendo logo empregado no serviço da inspecção da 1.ª divisão militar, onde desempenhou differentes commissões, servindo em outubro d'esse anno de ajudante do batalhão. Em 1876 foi promovido a capitão, e nomeado para fazer serviço na direcção geral de engenharia, accumulando este serviço com o do batalhão em que fôra collocado. Em 1877 teve a nomeação de secretario geral de engenharia, commissão em que se conservou até 1880, sendo então novamente collocado no batalhão, accumulando este serviço com o da inspecção d'engenharia na 1.ª divisão militar. A fórma como o illustre militar se portou n'estas commissões foi muito honrosa, como attestam as louvaveis phrases dos seus chefes, os generaes Sanches de Castro, Manços de Faria, Tallaya e Judice. No anno de 1881 foi nomeado director das obras publicas de Macau, commissão bastante espinhosa pela rivalidade que existia da camara municipal d'aquella cidade para com a direcção das obras publicas. O distincto engenheiro, porém, houve-se com tão bom criterio e com tanto zelo, que a camara municipal querendo manifestar o seu reconhecimento, deu o nome de *Constantino de Brito* a uma das ruas novas que se abriram no aterro do porto interior, e quando se retirou da provincia, enviou-lhe um documento comprovativo da alta consideração em que tivera os seus serviços. N'essa occasião tambem recebeu em letras d'ouro sobre setim vermelho os nomes dos principaes proprietarios e commerciantes chinezes, agradecendo os esforços que elle empregara como director das obras publicas, para o melhoramento e aformoseamento da cidade. Era a primeira vez que em Macau se faziam similhantes manifestações a um director das obras publicas. Sob a direcção do sr. Constantino de Brito executaram-se obras importantes na provincia, como a construcção d'uma egreja na ilha da Taipa, primeiro templo catholico que se erigiu n'aquella ilha; restauração d'outras egrejas que estavam em completa ruina; construcção d'um quartel e melhoramentos em outro; augmento de jardins publicos, novas estradas que se construiram. O abastecimento de aguas na cidade mereceu-lhe especial attenção, que lhe valeu ser louvado em 1882, por uma portaria provincial. A portaria provincial de 1881 tinha-o nomeado inspector dos incendios de Macau, commissão de que foi exone-

Constantino José de Brito

rado a seu pedido, depois de ter elaborado um regulamento para o serviço dos incendios, que teve a approvação do governo. Outra portaria provincial de 1882 o nomeou presidente d'uma commissão encarregada de estudar os melhoramentos do porto de Macau. Foi tambem superiormente incumbido de superintender aos trabalhos de medição e confrontação de terrenos foreiros á fazenda publica. Em julho de 1883 teve egualmente a presidencia da commissão encarregada de propôr os melhoramentos da cidade, sujeitando-os a um plano geral e sob o ponto de vista das melhores condições de salubridade, sendo louvado pelo modo superior como se desempenhou d'aquellas commissões. O sr. Constantino de Brito publicou diversos artigos em defeza dos seus camaradas e compatriotas, no *Jornal do commercio*, *Diario popular*, *Gazeta do povo* e outros, quando em 1871 o exercito da India foi extincto. Já em 1861 havia escripto na *Revista militar*, defendendo o mesmo exercito d'umas injustas apreciações. Em 1877 discutiu no jornal *O progresso* o tratado anglo-luso, e não se conservou indifferente na questão que em 1896 se ventilou na imprensa ácerca dos acontecimentos da India. O sr. Constantino de Brito está hoje reformado no posto de general de divisão. Casou com D. Maria José de Bettencourt Lapa de Brito, filha dos viscondes de Villa Nova de Ourem, José Joaquim Januario Lapa e D. Anna Margarida da Silva Bettencourt, a qual nasceu em Villa Franca de Xira a 6 de novembro de 1842. Quando estava em Macau, acompanhando seu marido, publicou o seguinte: *Lady Izabel por mr. Wood*, romance traduzido; Macau, 2 tomos, o 1.º em 1882, e o 2.º em 1883.

Brito *(D. Diogo Alvares de)*. Prior de Guimarães, e depois bispo de Evora em 1412, sendo por fim eleito arcebispo de Lisboa em 1414, ainda em vida do antecedente, D. João Esteves de Azambuja; mas descuidando-se na expedição das bullas o cabido não lhe quiz dar posse, no que tiveram grande parte D. João I, o infante D. Pedro, e os grandes do reino, não lhe valendo a intercessão do pontifice Martinho V para com el-rei, afim de o deão e o cabido, desistirem das duvidas com que lhe impediam a administração da egreja. Por este motivo, o arcebispo retirou se para Evora, onde falleceu a 5 de maio de 1424.

Brito *(Padre Domingos de)*. Jesuita, missionario na China, e em 1737 provincial do Japão. N. em Vimieiro, hoje do conc. de Arraiollos, a 8 de maio de 1671; não se sabe a data do fallecimento, mas vivia ainda em 1742. Foi admittido na Companhia de Jesus a 28 de fevereiro de 1691, e partiu para as missões do Oriente, sendo depois provincial do Japão. Escreveu: *Informação do estado da Provincia do Japão da Companhia de Jesus, exigida pelo Ex.mo Sr. Embaixador Alexandre Metello de Sousa e Menezes, e dada pelo padre Domingos de Brito, Provincial da mesma Provincia;* esta obra, segundo dizem, existe em manuscripto na Bibliotheca de Evora; *Explicatio mysteriorum rosarii*, em lingua chineza, com o padre Hinderer.

Brito *(Duarte de)*. Um dos collaboradores do *Cancioneiro* de Garcia de Rezende. Barbosa Machado, chama-lhe poeta jovial e sentencioso. As poesias publicadas no *Cancioneiro* intitulam-se: *Successo que tive com Rouxinol; Inferno de namorados*. Viveu nas fins do seculo XV e principios do XVI.

Brito *(Elvino José de Sousa e)*. Director geral da Agricultura, ministro das obras publicas, deputado, par do reino, engenheiro civil, director das obras publicas da provincia de S. Thomé e Principe, vogal do Tribunal de Contas e da Junta Consultiva do Ultramar, provedor da Casa Pia, lente do Instituto Industrial, etc. N. em Pangim a 19 de maio de 1851, fal. em Lisboa a 17 de de agosto de 1902. Veiu para o reino estudar engenharia na escola do Porto. Depois de ter concluido os dois cursos de engenheiro civil de pontes e estradas, e de minas, curso em que sempre foi laureado com os primeiros premios pecuniarios, exerceu successivamente os cargos de engenheiro ajudante na construcção dos caminhos de ferro do Minho e Douro, de chefe de secção na direcção das obras publicas do districto de Villa Real, de director das obras publicas da provincia de S. Thomé e Principe, e de engenheiro adjunto á direcção fiscal da construcção dos caminhos de ferro da Beira Alta. Encetou a sua carreira politica, filiando-se no partido progressista, quando em 1879 o estadista Augusto Saraiva de Carvalho, então ministro das obras publicas, o escolheu para seu secretario particular. N'esse mesmo anno foi pela primeira vez deputado, sendo eleito pelo circulo de S. João da Pesqueira. Como secretario do ministro das obras publicas familiarisou-se com todos os assumptos d'aquelle ministerio, e affeiçoou-se á vida burocratica. Concorreu a um logar de segundo official d'aquella secretaria de Estado, e tendo obtido a primeira classificação, foi nomeado, sendo pouco tempo depois promovido em concurso para o logar de primeiro official, e collocado como chefe de secção na repartição de minas. Em 1884, o ministro das obras publicas, Antonio Augusto de Aguiar, o nomeou chefe da repartição de estatistica geral, e Elvino de Brito teve então ensejo de mostrar os seus largos conhecimentos administrativos e economicos, publicando o primeiro *Annuario Estatistico de Portugal e suas colonias*. Este trabalho mereceu uma portaria de louvor, e foi muito apreciado no estrangeiro. Em 1886

Elvino José de Sousa e Brito

teve a nomeação de diretor geral do commercio e industria, sendo n'esse anno tambem nomeado lente cathedratico de mathematica superior no Instituto Industrial e Commercial de Lisboa. Ainda em 1886 foi convidado para exercer o cargo de director geral da Agricultura, e n'essa occasião tambem foi nomeado secretario geral do ministerio das obras publicas. Quando falleceu Fontes Pereira de Mello, Elvino de Brito occupou a vaga, que este estadista deixara na Junta Con-

sultiva do Ultramar, em vista dos seus conhecimentos especiaes de administração colonial, de que dera já bastantes provas, tanto no parlamento como na imprensa. É á sua iniciativa se que deve a Exposição Industrial Portugueza, Agricola e Pecuaria, que se realisou na Avenida da Liberdade em 1888, sendo elle o vice-presidente da commissão executiva da secção agricola. O exito obtido n'esta esposição, especialmento na parte respectiva á pecuaria, foi superior ao que se esperava. Não se fizera nunca em todo o paiz uma exibição da nossa riqueza pecuaria com tanta importancia pratica. No anno seguinte, 1889, Elvino de Brito ficou encarregado de dar impulso aos trabalhos preparatorios para a nossa representação na Exposição Universal de Paris, que se effeictuou em 1900, trabalhos que tinham sido incumbidos á Real Associação de Agricultura Portugueza. Foi tambem Elvino de Brito um dos iniciadores do Museu Agricola e Florestal de Lisboa, creado por decreto de 22 de novembro de 1888, e inaugurado em 7 de junho de 1891, o qual se estabelecera no edificio do palacio dos condes d'Almada, a S. Domingos. Tornou a ser deputado em diversas legislaturas, sendo eleito por Quelimane, Gôa e Covilhã. Em 17 de março de 1898 foi elevado a par do reino, e em agosto d'esse anno entrou no ministerio, no gabinete presidido pelo sr. conselheiro José Luciano de Castro, encarregando-se da pasta dos negocios das obras publicas, commercio e industria. Em 1895, foi a um seu parecer, que os viticultores deveram a abolição de todos os direitos sobre os vinhos portuguezes exportados para as colonias. A Real Associação de Agriculrura havia requerido ao governo a diminuição d'esses direitos. Em 1897 teve a nomeação de provedor da Casa Pia, e n'esse logar tambem prestou serviços. O conselheiro Elvino de Brito era condecorado com o officialato da Legião de Honra; socio honorario da Real Associação de Agricultura Portugueza, e da Sociedade Nacional de Horticultura de Portugal. Esta sociedade o elegeu na sessão de 31 de dezembro de 1899, como homenagem do muito que se empenhara no desenvolvimento da agricultura nacional, e tambem em attenção de ter sido elle o ministro que referendara o alvará dos estatutos da sociedade. Collaborou nos jornaes *Progresso* e *Correio da Noite*, juntamente com Antonio Ennes e o sr. Emygdio Navarro. Em 1889 publicou o livro intitulado: *Assumptos agricolas, a proposito da Crise Vinicola, Memoria e Documentos*.

Brito *(Francisco José Maria de)*. Commendador da ordem de Christo, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Paris, etc. N. em Lisboa, em 1759, fal. em Paris em 1825. Era sobrinho do arcebispo de Evora D. Fr. Manuel do Cenaculo. Estudou no collegio de Mafra, então regido pelos conegos regrantes de Santo Agostinho. Entrou no serviço publico, sendo nomeado official da Secretaria dos Negocios do Reino, e successivamente empregado na carreira diplomatica, desempenhando algumas missões em diversas côrtes da Europa, e por fim a de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Paris, cargo que exercia quando falleceu. Durante a sua permanencia n'esta cidade, onde era conhecido pelo *Chevalier de Brito*, soccorreu muito os portuguezes que estavam ali exilados, affeiçoando se especialmente a Filinto Elysio. Attribue-se-lhe a traducção franceza das melhores poesias lyricas d'este poeta. A' custa de muito trabalho e de grande despeza, conseguiu formar uma numerosa e escolhida livraria, em que se encontravam muitas obras portuguezas importantes e raras. Esta livraria foi vendida depois da sua morte. Escreveu: *Conclusões de rhetorica e poetica, presidente D. Joaquim de Guadalupe, defendente Francisco José Maria de Brito; no real collegio de Mafra, dia 27 de Julho de 1775*, Lisboa, 1775. Publicou diversos artigos e estudos em Londres, no *Investigador portuguez*, assignados com os pseudonymos de *Candido Lusitano* e *Amador Patricio*. Attribue-se-lhe tambem a *Introducção sobre a Litteratura portugueza*, que faz parte do livro intitulado: *Poésie lyrique portugaise ou choix des odes de Francisco Manuel, traduites en français avec le texte en regard, etc., par A. M. Sané*, Paris, 1808. Dizem que na Bibliotheca de Evora existem autographas muitas cartas de Francisco José Maria de Brito, dirigidas a seu tio, D. Fr. Manuel do Cenaculo.

Brito *(Domingos Abreu de)*. Escreveu *Summario de Angola*. Ficou em manuscripto e conserva se na Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Brito *(Fr. Estevão de)*. Professor de musica, que viveu no seculo XVII, mestre e beneficiado nas cathedraes de Malaga e de Badajoz. Foi discipulo do professor Filippe de Magalhães. Teve grande fama, como musico, em toda a peninsula. No catalogo da livraria de D. João IV encontram-se mencionadas as seguintes obras musicaes de Fr. Estevão de Brito: *Tratado de musica; Motetes a 4, 5 e 6 vozes; Motete, Exurge quare obdormis Domine, a 4 vozes; Vilhancicos de Natividade*.

Brito *(Francisco de)*. Professor de humanidades e grande latinista. Viveu no seculo XVI, e sustentou muitos argumentos na Universidade de Padua. Em 1569 publicou um livro em latim sobre grammatica.

Brito *(Fr. Francisco de)*. Religioso minorista que viveu no seculo XVII em Hespanha. Professou na provincia de S. Miguel, em Castella, onde foi definidor. Na *Memoria franciscana*, de Fr. João de Santo Antonio, tomo I, pag. 373, affirma-se que, apezar de viver em Hespanha, Fr. Francisco de Brito era portuguez. Escreveu: *Excellencias, grandezas, privilegios, y prerogativas de S. Juan Baptista Precursor de Christo nuestro Redemptor*, Salamanca, 1644.

Brito *(Fr. Francisco de)*. Religioso da ordem dos eremitas calçados de Santo Agostinho, visitador da provincia, prégador geral e prior do convento da Graça de Lisboa. N. em Evora, e fal. no convento de Lisboa a 6 de maio de 1726. Professou no convento da Graça de Lisboa a 15 de maio de 1689. Escreveu: *A advogada dos impossiveis, a Bemaventurada Santa Rita de Cassia, donzella, casada, viuva, Religiosa e defunta, Freira professa no convento de Santa Maria Magdalena de Cassia, da ordem eremitica de Santo Agostinho, breve noticia da sua vida, dos seus milagres, do seu sepulchro, da sua novena, dos seus gosos, e da benção das suas rosas*, Lisboa, 1710, 2.ª edição em 1726. *Oração funebre nas exequias annuaes, que a Casa da Santa Misericordia desta Corte consagra ao Serenissimo Rey de Portugal D. Manuel de gloriosa memoria seu Fundador*, Lisboa, 1708; *O Rey sobre grande, e maximo sem semelhante*

Funebre Oração nas exequias annuaes que a Caza da Santa Mizericordia desta Corte; etc., Lisboa, 1710; *Sermão do Bom-Pastor na Parochial da Magdalena da Cidade de Lisboa*, Lisboa, 1711; *Sermão de Acção de Graças á Virgem Senhora Nossa do Loreto pelo bom successo da jornada, que com o seu favor conseguio o Eminentissimo Senhor Cardial Conti, hindo desta Corte de Portugal para a Curia de Roma*, Lisboa, 1711; *Direcção para correr os Passos de Christo*, Lisboa, 1713; *Novena da Santissima Trindade*, Lisboa, 1716.

Brito *(D. Francisco José Ribeiro Vieira de).* Bispo de Angra do Heroismo, e actual bispo de Lamego. N. na freguezia de Rendufinho, do concelho da Povoa de Lanhoso, a 6 de julho de 1850. E' filho do dr. Francisco Hilario Ribeiro de Sousa Brito, antigo deputado, e de D. Felizarda Rosa Vieira de Campos. Fez os seus estudos preparatorios no lyceu de Braga, com muita distincção, e os theologicos no seminario archi-dioeesano. Em 1872 matriculou-se na faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, concluindo o curso, e recebendo a formatura em 18 de junho de 1877. A 7 de junho de 1873 fôra ordenado presbytero pelo sr. bispo-conde de Coimbra. No anno em que se formou, retirou-se á Povoa de Lanhoso onde estabeleceu banca de advogado, e em 30 de agosto de 1878 foi convidado para reger a cadeira de Theologia moral no seminario de Braga. N'esse anno o arcebispo primaz o nomeou desembargador da relação ecclesiastica e promotor do arcebispado. Por duas vezes exerceu o cargo de reitor do lyceu, em 1888 foi elevado a vigario geral, e em 1891 apresentado conego, exercendo o cargo de governador na ausencia do arcebispo. Em 13 de janeiro de 1892 foi apresentado bispo de Angra do Heroismo, sendo confirmado pela Santa Sé em 5 de março, e sagrado na cathedral de Braga a 27 do referido mez. Tomou posse da sua diocese em 11 de abril seguinte. Pelo fallecimento do bispo de Lamego, D. Antonio Thomaz da Silva Leitão e Castro, succedida a 3 de dezembro de 1901, foi transferido para aquella diocese D. Francisco Vieira de Brito, dignidade de que tomou posse em janeiro de 1902. Durante dez annos dirigiu o bispado de Angra, onde prestou muitos serviços, grangeando pela respeitabilidade do seu caracter, as maiores sympathias e considerações.

Brito *(Francisco de Martins Velho de Mesquita de).* Natural de Villa Viçosa; viveu no seculo XVII. Residia em Madrid, quando offereceu ao monarcha hespanhol a seguinte obra: *Memoriales presentados a Vuestra Magestad para que favoresca los pobres, y desempene su real hazienda, y vença los inimigos.* O autor descorre sobre seis pontos a que applica outros tantos remedios, e no fim tem estas palavras: *Despues de impressa la tabla destos seis Memoriales, acordé a imprimir, y arrimar en ellos quatro Memorioles, que estan a la postre, y assi lós titulos dellos nó estan en la tabla.* Comprehende-se que estes memoriaes fôram impressos, mas não se sabe se em Portugal, se em Castella.

Brito *(Henrique de).* Professor de Humanidades na Universidade de Coimbra. Foi grande latinista, e afamado orador. Floresceu no seculo XVI, e publicou a seguinte obra: *Oratio de Scientiarum, disciplinarum que omnibus laudibus habita Conimbricæ*, Conimbricæ, 1554.

Brito *(Henrique Ambrosio de).* Natural de Penamacor. Escreveu ou mandou imprimir os seguintes opusculos: *Prognostico e lunario para 1716*, Lisboa, 1715; *Prognostico e lunario para 1719*, Lisboa, 1718.

Brito *(Ignacio Collasso de).* Mathematico, cavalleiro da ordem de Christo, desembargador da Casa da Supplicação, corregedor do civil, etc. N. em Coruche a 1 de fevereiro de 1570. Ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Ignacio Collasso de Brito e de Helena Vaz do Casal. Tomou posse no seu cargo de desembargador da Casa da Supplicação a 20 de fevereiro de 1616, e no de corregedor a 3 de outubro de 1620. Casou em primeiras nupcias com D. Violante de Rezende, e pela segunda vez com D. Helena de Gouveia, filha do jurisconsulto doutor Alvaro Vaz, e de Brites de Gouveia. Ignacio Collasso de Brito foi um dos mais conceituados letrados do seu tempo, e muito perito nas disciplinas mathematicas. Deixou em manuscripto: *Syntagma Juris*, 6 tomos; *Syntagma Legum*, 6 tomos; *Commentario aos sinco livros das Ordenaçoens do Reyno; Sinco livros sobre o Patrimonio Real, Lizirios, e seus arrendamentos, Feitoria do linho canhamo em Santarem, e Coimbra para haver enxarcia no Reyno, e trezentas Tecedeiras na Comarca do Porto para fazer o velame para as Náos;* esta obra foi escripta, sendo o autor presidente da Junta da Agricultura do Reino; *Livro de Mathematicas* com varias figuras debuxadas pela sua propria mão.

Brito *(Fr. Jacinto de).* Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho; lente jubilado em Theologia, reitor do collegio da sua ordem, de Lisboa, e afamado prégador. Era natural de Palmella, e filho de Manuel Coelho de Brito, e de D. Maria Avellar, ambos descendentes de familias nobres. Professou no convento de N. S.ª da Graça, de Lisboa, a 12 de julho de 1637. Escreveu: *Tractatus Theologicus de Trinitate; Tractatus Theologicus de Visione Beata.* Ambos estes manuscriptos existiam em Lisboa, no convento da Graça.

Brito *(Beato João de).* Jesuita, missionario no Oriente. N. em Lisboa a 1 de março de 1647, foi martyrisado no reino de Maravi, a 4 de fevereiro de 1693. Chamava-se no seculo João Heitor de Brito, e era filho de Salvador Pereira de Brito, fidalgo da casa d'el-rei D. João IV e seu trinchante mór, e governador do Rio de Janeiro. Entrou na Companhia de Jesus a 17 de junho de 1662, e depois de ter cursado com o maior aproveitamento as aulas do collegio de Coimbra, partiu para o Oriente a 24 de março de 1673. Chegando a Gôa applicou-se ao estudo da Theologia, e querendo os prelados que elle dictasse Philosophia em Gôa, escusou-se, dizendo que fôra ao Oriente procurar trabalhos nas missões. Acompanhado do padre Antonio Freire, seguiu para o interior da India, percorrendo Ambalacata nas terras do Malabar, e muitas outras, até chegar a Maduré, onde se destinava a missionar, prestando relevantes serviços á religião pelas conversões que alcançava, edificando egrejas, afrontando tormentos que por mais d'uma vez lhe infligiram, chegando a ser condemnado á morte em Maduré, sentença que o rajá revogou, admirando a constancia e resignação com que João de Brito tudo soffria e se dispunha a morrer. Regressando das missões, o provincial da sua ordem o mandou a

Roma em 1688, dar conta ao geral da Companhia de Jesus da missão de Maduré, e n'esse mesmo anno veiu para Lisboa, onde chegou a 8 de setembro, sendo recebido por D. Pedro II com todas as deferencias. O monarcha convidou-o para mestre de seus filhos, honra que elle recusou, allegando que preferia voltar ás missões. Não podendo ir a Roma por motivos politicos, embarcou em 1690 para o Oriente. Andando depois na sua missão evangelica no reino de Maravi, foi pertinazmente perseguido, sendo afinal preso, e depois de estar vinte dias encarcerado soffrendo as maiores torturas, foi degolado, e o cadaver lançado ás féras. As virtudes d'este missionario e o seu martyrio fizeram com que fôsse beatificado pelo pontifice Pio IX, em 18 de maio de 1852. Nas collecções das cartas dos missionarios do Oriente, vem publicadas algumas, escriptas por João de Brito, dirigidas a seu irmão, Fernando Pereira de Brito, ao geral da Companhia de Jesus e a outras pessoas. A sua vida foi escripta por seu irmão, e publicada em 1722. Tambem o padre J. Prat publicou em Paris, no anno de 1853, uma *Histoire du B. J. de Brito*, etc.

Brito *(D. João Affonso de)*. Bispo da sé de Evora, e da de Lisboa. Ignora-se a data do nascimento, fal. n'esta capital a 25 de julho de 1341, sendo já bastante edoso. Estudou com muito aproveitamento em Salamanca, e regressando a Portugal foi nomeado deão da sé de Evora. Quando em 1321 mataram o bispo d'essa diocese, o cabido, reunindo-se para escolher prelado, deu oito votos ao deão da cathedral do Porto e sete a D. João Affonso de Brito; mas apezar de ser o menos votado, foi este o escolhido pelo papa. Pouco tempo de ter sido investido na dignidade episcopal, el-rei D. Diniz o mandou a Avinhão para tratar de negocios importantes com a curia, e achando-se n'essa cidade no anno de 1326, teve transferencia para o bispado de Lisboa. Regressando ao reino, foi muito considerado por D. Affonso IV. Em quanto esteve no bispado de Evora, entregou-se cuidadosamente á reforma do seu clero.

Brito *(João Eduardo de)*. General de Brigada, governador do campo entrincheirado de Lisboa, commandante geral de artilharia, etc. N. a 27 de fevereiro de 1839, fal. a 3 de julho de 1903. Assentou praça em 6 de março de 1853, sendo despachado alferes a 20 de julho de 1863, promovido a tenente em 23 de julho de 1865, a capitão em 30 de novembro de 1869, a major em 20 de agosto de 1883, a tenente-coronel em 3 de agosto de 1887, a coronel em 16 de julho de 1890, e a general de brigada a 7 de janeiro de 1898. Serviu por muitos annos nos regimentos de artilharia 1 e 3; em 1889, ainda no posto de tenente-coronel, exerceu por algum tempo o cargo de governador da Guiné, quando esta provincia se desligou da de Cabo Verde, porém, adoecendo gravemente, não teve occasião de mostrar as suas qualidades administrativas. Sendo coronel, foi commandante da escola pratica de artilharia desde janeiro de 1896 até 7 de janeiro de 1898, data em que teve a promoção de general. E' a João Eduardo de Brito que se deve a consolidação do regulamento de 1893 d'esta escola, que á sua execução tantos attrictos levantou nas estações superiores. Era condecorado com a commenda da ordem de S. Bento de Aviz, e tinha o grau de cavalleiro da mesma ordem, concedido por serviços distinctos.

Brito *(Jorge de)*. Fidalgo que foi mandado por Lopo Soares de Albergaria n'uma expedição ás Molucas. Teve discordias com o sultão de Achem, e foi morto em combate. As reliquias da sua expedição só a muito custo é que puderam chegar a Malaca.

Brito *(José de)*. Pintor contemporaneo, professor na Academia Portuense de Bellas Artes. N. na freguezia de Santa Martha, do concelho de Vianna do Castello, a 18 de fevereiro de 1855. Matriculou-se no primeiro anno do curso de desenho historico da Academia Portuense de Bellas Artes, o qual completou com distincção, sendo sempre premiado. Apezar de grandes privações por falta de recursos, frequentou parte dos cursos de pintura historica, de esculptura e de architectura civil, conseguindo depois em 1885 ir a Paris por conta d'el-rei D. Fernando. N'aquella cidade estudou na Academia de Julien, sob a direcção de Boulanger e Lefebvre, e mais tarde sob a direcção de J. P. Laurens e Benjamin Constant. O modo brilhante por que seguiu os seus estudos, o tornaram tão conhecido que alcançou ser admittido nos seguintes *Salons* com obras que fôram muito apreciadas. Em 1888, o retrato do *Visconde de Pernes*; em 1889, o *Dia de Paschoa;* em 1890, o retrato de *Madame J. C,;* em 1891, *Onde estás tu, Lili? Bretanha ;* em 1892 *Je m'amuse*; em 1893, o retrato do *Conde de Caparica* e *Ao canto do fogão ;* em 1894, o retrato de *Mr. Jules Chauvin* e *Boa dona de casa;* em 1895, o *Martyr do fanatismo;* em 1896, a *Verdade e a Fabula* e o retrato de *Mademoiselle de F.* No *Gremio artistico* expoz em 1892 um quadro representando uma *Dançarina*, e em 1893 o retrato de *D. Anselmo de Sousa Botelho*, o retrato da *Filha d'Eça de Queiroz*, desenho a pastel; no anno seguinte, o retrato, tambem a pastel, de *Mr. Devis.* Nas outras exposições que se seguiram ainda concorreu com outros quadros: *A' lareira*; uma *Scena de familia,* e varios retratos. Em 1896 a Academia Portuense de Bellas Artes abriu concurso para a cadeira de desenho historico, e José de Brito veiu de Paris para entrar n'este concurso, em que ficou unanimemente approvado, sendo logo despachado por decreto de 3 de setembro do mesmo anno. O quadro que fez por occasião d'este concurso, representando o *Bom Samaritano*, é trabalho de grande merito como composição e effeito de luz. Na exposição de Bellas Artes de Lisboa, em 1904, foi o sr. José de Brito premiado com a *segunda medalha.*

Brito *(Fr. José de)* N. em Lisboa. Fal. a 4 de 1700. Era filho de Matheus Machado e de Margarida Nunes. Professou no convento de Christo de Thomar, em 1661. Foi reitor do seminario, lente de Theologia moral e cantor-mór. Deixou em manuscripto: *Commento de Persio, e Juvenal em vulgar com as explicações de todos os logares escuros, fabulas, e antiguidades que encerram; Tratado das principaes pedras preciosas moralizadas com logares da Escriptura, e todo o genero de humanidades; Obras de Proba Falconia addicionadas com os passos principaes do Testamento Velho, e Novo, tirado tudo do Poema de Virgilio, em que ella foi diminuta; Apologia sobre a patria de Pontifice S. Damaso.* Este manuscripto conservava-se no convento de Thomar, encadernado

juntamente com o livro intitulado *Grandezas de Madrid*, de Gil Gouçalves d'Avila.

Brito *(José Sanches de)*. Capitão-tenente da armada, que falleceu antes de 1817. Attribuem-se-lhe os seguintes escriptos: *O piolho viajante, divididas as viagens em mil e uma carapuças*, etc , Lisboa em 1804; publicou-se depois em 4 tomos no anno de 1826; *Tempo presente, maquina aerostatica, noticia universal* etc., tomo primeiro e unico, Lisboa, 1806. Traduziu o *Compendio da vida e feitos de José Balsamo*. Não chegou a publicar-se esta obra na vida do traductor, sómente se imprimiu no Porto em 1874.

Brito *(Leonardo Vaz de)*. Mathematico, natural da villa da Ponte da Barca, que viveu nos seculos XVII e XVIII. Escreveu: *Sarrabal lusitano, com todas as mudanças de tempo do anno de 1718*, Lisboa, 1717; idem para 1720, Lisboa, 1719. N'este ultimo declara o autor ser esta a oitava vez que publicava as suas *Observações astronomicas*.

Brito *(Lourenço de)*. Um dos heroes das guerras da India. Sendo nomeado governador d'uma fortaleza, que se havia de construir em Cananor, partiu para o Oriente com D. Francisco d'Almeida. Ainda não pudera construir a fortaleza, e estava n'uma feitoria, defendida por uma fragil tranqueira, quando os moiros e indios o atacaram em abril de 1507, escolhendo de mais a mais a epoca do anno em que o vice-rei o não podia soccorrer por causa dos temporaes; porém Lourenço de Brito e os seus soldados portaram-se heroicamente. O cerco de Cananor foi um dos feitos d'armas mais brilhantes das nossas guerras indianas. Abrigados apenas por um pequeno e provisorio entrincheiramento, e protegidos por algumas peças de artilharia, reduzidos á força de 300 homens, e lastimando até não serem menos numerosos, porque a fome fazia se sentir, e as poucas provisões que podiam obter, eram conquistadas á ponta da espada, nos entrincheiramentos dos moiros, Lourenço de Brito conseguiu sustentar um longo cerco todo o inverno, não tendo esperanças de soccorro. Depois de soffrerem privações, de repellirem assaltos furiosos, fôram afinal livres do cerco, por um auxilio inesperado. Um acaso feliz conduzira ali a armada de Tristão da Cunha, que fôra do reino, e pouco depois appareceu tambem a armada do vice rei. Lourenço de Brito ainda estava governando Cananor, quando D. Francisco d'Almeida mandou Affonso d'Albuquerque preso para a fortaleza, sendo já nomeado governador da India para o substituir. Chegando então D. Fernando Coutinho, vindo de Portugal, poz a sua esquadra ás ordens de Affonso d'Albuquerque, e Lourenço de Brito mandou logo restituir á liberdade o grande conquistador seu prisioneiro.

Brito *(D. Lourenço de)*. Capitão de Sofala, titulo que primeiramente tiveram os governadores de Moçambique. Succedeu em 1589 a D. Jorge de Mello de Menezes. Em 1590 o governador da India demittiu o e processou-o, fazendo-lhe varias accusações, sendo porém enviado para o reino ficou absolvido.

Brito *(D. Fr. Luiz)*. Bispo de Meliapor, e bispo eleito de Cochim; foi o 43.º governador da India, succedendo em 27 de janeiro de 1627 ao conde da Vidigueira D. Francisco da Gama. Falleceu a 27 de junho de 1628.

Brito *(Luiz Gonzaga de Carvalho e)*. Cavalleiro da ordem de Christo, doutor em Canones e bacharel formado em Philosophia pela Universidade de Coimbra, desembargador da relação do Porto, juiz do crime e dos orphãos de Coimbra, juiz do tombo da Casa das Rainhas e de Aveiro, etc. N. em Coimbra no anno de 1764, fal. a 28 de setembro de 1806. Era filho do dr. Antonio José de Carvalho e de D. Antonia de Brito. Doutorou-se em 12 de outubro de 1786. Foi nomeado desembargador para a Casa da Supplicação, mas não chegou a tomar posse, por ter fallecido. Escreveu: *Memoria sobre o modo de fazer os tombos*, Coimbra, 1806.

Brito *(Manuel da Costa Zuzarte de)*. Fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo, coronel de cavallaria, e governador de Portalegre. Nasceu n'esta cidade, e era filho de Antonio Velez da Costa, governador de Portalegre, e de D. Catharina Tavares de Oliveira. Dedicou-se muito ao estudo da Genealogia, e escreveu: *Memorias das Familias de Portalegre, e de outras terras visinhas a esta cidade*, obra que ficou manuscripta.

Brito *(D. Martinho Gil de)*. Bispo de Evora em 1368, e empregado em varias missões politicas por el-rei D. Fernando. Era irmão do bispo D. João Affonso de Brito. Falleceu em 1374.

Brito *(Paulo José Miguel de)*. Ajudante de ordens do governo da capitania de Santa Catharina, e depois governador e capitão general de Moçambique, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. Fal. em Moçambique a 28 de janeiro de 1832. Pertencia ao partido miguelista, e queixava-se amargamente para a côrte de serem liberaes quasi todos os officiaes da guarnição. Durante o seu governo houve tal fome na villa de Sena, que todos os habitantes a abandonaram em 1830, e em 1831 começou a guerra com os cafres, de que resultou recuperarem-se as terras de Bandire, no reino de Quiteve. Quando falleceu, formou-se uma junta provisoria para tomar conta do governo composta de fr. Antonio José da Maia, do ouvidor geral Joaquim Xavier Diniz Costa, e do coronel Francisco Henriques Ferrão. Foi autor do seguinte: *Memoria politica sobre a capitania de Santa Catharina, escripta no Rio de Janeiro em 1816*, publicada por ordem da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1829: 2.ª edição, 1832.

Brito *(Pedro Machado de)*. Capitão de cavallaria na guerra da Restauração, sendo depois na de 1704 commissario, tenente-general de cavallaria, brigadeiro, e por fim general de batalha. Falleceu em 1719.

Brito *(Pedro de Sousa de)*. Alcaide-mór de Bragança e de Arraiollos, commendador da ordem de Christo, pagem da caldeirinha de D. João IV. Era natural de Villa Viçosa. Escreveu um *Tratado de todas as familias de Portugal*, que ficou em manuscripto.

Brito *(Ruy de)*. Governador de Malaca em 1514. São muito minuciosas e interessantes as cartas que dirigiu a el-rei D. Manuel, as quaes estão publicadas no livro *Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo*, 1892.

Brito *(Fr. Simão de)*. Religioso da ordem da Santissima Trindade, provincial e chronista da sua ordem, prégador geral do numero da provincia, ministro do convento de N. S.ª do Livra-

mento, definidor e consultor da Bulla da Cruzada. N. em Setubal a 5 de janeiro de 1676, fal. no convento de Lisboa a 5 de maio de 1739. Era filho de Pedro de Carvalho da Costa e de D. Maria de Brito. Concluidos os estudos ecclesiasticos, dictou Theologia moral aos seus domesticos. Entrou na religião no convento da Trindade de Lisboa a 7 de setembro de 1693, e professou solemnemente a 12 do referido mez do anno de 1694. Dedicando-se á redempção dos captivos, para cujo fim fôra instituida a ordem da Trindade, fez cinco viagens a Africa, para tratar do seu resgate, sendo a primeira em 1718 para Mequines, a segunda em 1720 para Argel, a terceira em 1726 e a quarta em 1731 para a mesma cidade, a quinta para Mequines, conseguindo resgatar em todas essas missões 845 pessoas. Escreveu: *Declamação evangelica, funebre e panegyrica na morte do Ill.mo e Rev.mo Sr. Manuel Caetano de Sousa*, etc., Lisboa, 1735. Em manuscripto deixou: *Compendio da vida de D. Fr. Luiz da Silva, arcebispo de Evora; Chronica da Ordem da Santissima Trindade n'esta Provincia de Portugal; Catalogo dos Arcebispos e bispos Trinitarios do Reino de Portugal; Catalogo dos Varoens e mulheres illustres em Santidade, etc; Dissertação em que se mostra não ser portuguez S. João da Matta, como alguns se persuadirão equivocados com este appellido; Descripção do convento da Santissima Trindade de Lisboa; Incrimento Trinitario, e tratado Chronologico da Terceira, e Veneravel Ordem da Redempção dos Captivos*, etc.; *Relação da sua jornada a Mequines.*

Brito *(Thomaz Serrão de).* Medico pela Universidade de Coimbra, e lente d'esta faculdade. Era natural de Coimbra, e filho de Antonio Serrão. Tomou posse da cadeira de Methodo a 19 de fevereiro de 1618, de Vespera a 17 de janeiro de 1630, e de Prima a 20 de outubro de 1644. Ignoram-se as datas do seu nascimento e fallecimento. Escreveu o seguinte, que ficou em manuscripto: *Super Quartum librum Aforism, Hypocratis, & liber Galeni de Temperamentis*, etc.

Brito *(Fr. Thomé de).* Foi um dos religiosos que morreram em Alcacer-Kibir, quando elle e fr. Mathias de Azevedo, ambos da ordem militar de Christo, andavam exhortando os soldados á peleja.

Brito. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arcebispado de Braga; 847 hab. e 173 fog. Tem caixa post. A pov. dista 8 k. da séde do concelho, está situada n'uma baixa, e é terra muito fertil. Era commenda dos condes de Sarzedas, e foi antigamente da visita de Vermoim e Faria. O cabido da sé de Braga apresentava o reitor, alternativamente com o papa, e tinha de rendimento 100$000 réis e o pé d'altar. Houve em Brito um convento de frades da ordem benedictina, fundado por D. Sueiro de Brito, no reinado de D. Affonso V. Este fidalgo pertencia á familia dos Britos, que tinham o seu solar no Paço da Carvalheira. Corre n'esta freguezia o rio Ave, que rega e traz peixe. Aqui se vê uma ponte, que dizem ser obra de arte, a qual fica cercada por uma paizagem pittoresca. Na freguezia entra a pequena serra de S. Miguel, tendo proximo a de Montouto, que chega a Santa Martha, junto a Braga. Brito pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. na freg. de S. Romão, de Edral, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Ferreira, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Felix, de Marinha, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Penhas Juntas, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. || Logar na freg. de S. João Baptista e conc. de Alcochete, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de N. S.ª da Graça, de Commenda, conc. de Gavião, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Monte na freg. de Santa Luzia, de Pias, conc. de Serpa, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª da Purificação, de Ventosa, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || Montinho na freg. de N. S.ª da Purificação, de Cabeção, conc. de Móra, distr. de Evora. || Montinho na freg. de S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem. || Quinta na freg. de S. Thiago, de Almalaguez, conc. e distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de N. S.ª da Graça, de Graça do Divor, conc. e distr. de Evora. || Quinta na freg. de N. S.ª da Conceição, de Faia, conc. e distr. da Guarda. || Quinta na freg. de Santa Maria, de Olivaes, 1.º bairro de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, districto de Lisboa.

Brito Aranha *(Pedro Wenceslau de).* V. Aranha *(Pedro Wenceslau de Brito).*

Brito Botelho *(Bernardo de).* Bacharel formado em Canones, e juiz dos orphãos em Miranda do Douro, terra da sua naturalidade. Escreveu: *Historia breve de Coimbra, sua fundação, armas, Egrejas, Collegios, Conventos e Universidade*, Lisboa, 1732.

Brito Botelho *(João de).* Fidalgo da Casa Real, estribeiro de D. José, filho natural de D. Pedro II, e arcebispo de Braga. N. em Evora; seu pae chamava-se Luiz Lobo da Gama, e sua mãe D. Margarida de Brito. Dedicou-se ao estudo de Genealogia, extrahindo dos cartorios publicos da provincia do Alemtejo muitas noticias, para a sua obra, intitulada: *Genealogias das Familias pertencentes á Cidade de Evora, Villa de Olivença, e outras terras da provincia transtagana*, a qual ficou em manuscripto.

Brito Botelho *(Nicolau de).* Moço fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo. N. em Evora a 29 de janeiro de 1683, fal. a 26 de setembro de 1743. Era filho de Sebastião de Brito Botelho, fidalgo da Casa Real, e de D. Francisca Thereza de Sepulveda, de egual nobreza á de seu marido. Desde muito novo se dedicou á investigação de antiguidades historicas, e mais tarde coordenou em 13 volumes, além de 40 cadernos, todas as causas civeis que se moveram nas cidades de Evora, Beja, e villa de Aviz; doações e obrigações dos conventos, extrahidas dos seus cartorios, assim como das camaras e casas de Misericordia, etc. Foi vereador em Evora, e serviu de juiz de fóra quando o arcebispo d'aquella diocese, D. Fr. Miguel de Tavora, tomou posse a 8 de setembro de 1741. Foi acerrimo defensor dos privilegios do senado da sua terra, e andava erigindo na Torre das Arcas no Ervedal, termo de Aviz, uma sumptuosa capella dedicada a N. S.ª da Conceição, quando o assaltou a doença de que falleceu. Casou em 18 de dezembro de 1717 com sua prima D. Filippa Margari-

da de Brito e Goyos, filha de Luiz Lobo da Gama, e de D. Margarida Filippa de Brito. No anno de 1712 escreveu a seguinte obra, que ficou manuscripta: *Breves noticias das Grandezas da Cidade de Evora, fundações dos conventos, etc.*

Brito Cação *(Francisco de)*. Poeta latino e muito versado em todo o genero de erudição, de que deu muitas provas em Italia, onde viveu muitos annos. Era natural de Mattosinhos Quando D. João IV foi acclamado rei de Portugal, escreveu algumas poesias latinas, arguindo os castelhanos, as quaes saíram impressas n'uma grande folha.

Brito Capello. V. *Capello.*

Brito de Carvalho *(Diogo de)*. Doutor em Canones e professor na Universidade de Coimbra, etc. N. em Almeida em 1557; fal. na villa de Cós a 26 de janeiro de 1635. Era filho de Diogo de Brito, alcaide-mór de Almeida, e de Izabel Carvalha. Matriculou-se na Universidade, seguindo o curso de Direito canonico com muita applicação, sendo admittido no collegio de S. Pedro a 2 de junho de 1589, Depois foi nomeado lente de Clementinas a 19 de dezembro de 1593; de Sexto a 13 de janeiro de 1597, e d'uma cadeira extraordinaria de Decreto a 15 de fevereiro de 1605. A 3 de fevereiro de 1599 foi provido a conego doutoral de residencia em Coimbra, passando depois para a cathedral de Lisboa a 14 de março de 1609, e por fim para a de Evora a 6 de maio de 1624. Inquisidor em Coimbra, logar de que tomou posse a 29 de agosto de 1596, juiz do fisco, desembargador da Casa da Supplicação a 13 de fevereiro de 1613, e dos aggravos a 26 de janeiro de 1627, e finalmente deputado da Mesa de Consciencia e Ordens. Publicou: *Compendium diversorum Titulorum Juris Pontificiis*, etc., Lisboa, 1619; *Consilium in causa mayoratus Regiæ Coronæ Regne Lusitaniæ pro Didaco à Sylva Comite Solinarum adversus ejus nepotem Rodericum Gomerium à Sylva Pastranæ Ducem*, Lisboa, 1612; *Consilium in Causa mayoratus de Cifuentes Regni castellæ pro illustri Domino D. Didaco da Sylva Marchione de Alenquer, Duce de Francavilla Lusitaniæ Prorege*, Lisboa, 1618. Em manuscripto deixou algumas obras, tambem em latim.

Brito de Castello Branco *(João de)*. Jurisconsulto; deixou impresso um poema em hespanhol, narrando as festas que se celebraram por occasião do nascimento do principe D. Balthazar, filho de Filippe IV de Hespanha.

Brito Correa *(Antonio de)*. Militar que serviu no exercito da armada durante 31 annos. Era natural de Cascaes, e pertencia á casa do duque de Bragança D. Theodosio. Em 1625 estava em Villa Viçosa, sendo alferes d'uma companhia. Escreveu em fórma de dialogos uns estudos sobre os deveres d'um sargento-mór, sobre exercicios de artilharia, e um roteiro das navegações de Lisboa para o Algarve e varios paizes da Europa. Todas estas obras ficaram manuscriptas.

Brito Correia *(José Hilario de)*. Natural de Montemor-o-Novo. Escreveu: *Estudos historicos, juridicos e economicos sobre o municipio de Montemór-o-Novo,* 1.º tomo, Coimbra, 1873. O 2.º foi publicado por José Joaquim Lopes Praça, em 1875.

Brito Coutinho *(D. Pedro de)*. N. em Almeida; era filho de Diogo de Brito do Rio, fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo, e de sua mulher D. Joanna Coutinho, filha de D. Jeronymo Lobo, trinchante d'el-rei D. Sebastião. Degenerando da fidelidade dos seus antepassados, passou para Castella, onde foi cavalleiro da ordem de Calatrava, quando se deu a acclamação de D. João IV. Dedicava-se muito a trabalhos de Genealogia, e D. José Pallicer o denominou *Homero dos genealogicos*. Todas as obras d'essa especialidade que escreveu, e em que trabalhou até ao fim da vida, apezar de ter perdido a vista quasi totalmente, ficaram manuscriptas, conservando-se nas livrarias d'algumas casas nobres.

Brito Figueiredo *(Caetano de)*. Cavalleiro da ordem de Christo, bacharel em Direito Cesareo, juiz de fóra de Obidos e de Silves, ouvidor em Faro, desembargador da relação da Bahia, vereador em Lisboa, orador em varias academias. N. n'esta capital em janeiro de 1671, fal. a 17 de outubro de 1732 Era filho de Manuel Soares de Brito, escrivão da Fazenda do Infantado, e de D. Anna Maria de Figueiredo. Depois de ter estudado latinidade, rhetorica e poetica, matriculou-se na Universidade de Coimbra, cursando Direito Cesareo, e depois de receber o grau de bacharel, voltou para Lisboa. Deixou publicado um *Diario* das festas que se celebraram na Bahia para festejar o nascimento d'um filho dos condes de Villa Verde. Escreveu tambem *Vinte e duas dissertações sobre a Historia Natural do Brazil*, que fôram recitadas na Academia, que em sua casa instituiu Vasco Fernandes Cezar de Menezes, quando era vice-rei d'aquelles estados.

Brito Homem *(D. Luiz de)*. Clerigo secular, natural do Fundão, e que falleceu em 1817. Prior da freguezia de S. Bartholomeu de Coimbra, durante 4 annos; eleito bispo de Angola em 1 de maio de 1791, sendo transferido para a diocese do Maranhão a 17 de dezembro de 1801, tomando posse sómente em 22 de fevereiro de 1804. Escreveu: *Carta pastoral, em que sauda os seus diocesanos, exhortando-os a cumprirem as obrigações dos seus respectivos estados*, dada na cidade de S. Luiz do Maranhão a 23 de março de 1804; *Edital em que manda publicar as graças e indulgencias que o SS. Padre lhe concedera em beneficio dos seus diocesanos*, datado do paço episcopal do Maranhão, a 16 de maio de 1804; *Instrucção pastoral sobre o valor, uso e necessidade das indulgencias da Egreja*, datada de S. Luiz do Maranhão, a 14 de junho de 1804.

Brito de Lemos *(João de)*. Cavalleiro fidalgo da Casa Real, ajudante do terço de infantaria, de que era coronel Braz Telles de Menezes. Era natural de Bragança. Escreveu: *Abecedario Militar do que o soldado deve fazer até chegar a capitão, e sargento-mór, e para cada um d'elles in solidum, e todos juntos saberem a obrigação de seus cargos, etc*, Lisboa, 1631. Esta obra foi dedicada ao duque de Bragança, D. Theodosio II.

Brito Mascarenhas *(Francisco Manuel de)*. Escriptor, que viveu no seculo XVIII. N. em Setubal, em novembro de 1706; ignora-se a data do seu fallecimento. Era filho do alferes José Teixeira da Fonseca e de D. Catharina Josepha Mascarenhas. Escreveu diversas poesias, entre as quaes se contam umas *Decimas* elogiando um livro escripto pela madre Magdalena da Gloria, freira do convento da Esperança, de Lisboa, intitulado: *Brados do desengano contra o somno do*

esquecimento; um *Soneto á morte do conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes;* um *epicedio á morte de Estevam de Liz Velho*, e outro *á morte de D. Catharina Josepha de Mascarenhas*, sua mãe.

Brito e Mello *(João de).* Fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo da ordem de Christo, provedor da alfandega de Setubal, terra da sua naturalidade, e onde falleceu no anno de 1682. Era filho de João de Brito de Mello e de sua mulher Izabel Coelho. Foi muito estudioso e um dos celebres alumnos da *Academia dos Insignes*, instituida em Setubal. Escreveu: *Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrabida*, cujo manuscripto se conservava no convento de S. Pedro d'Alcantara, de Lisboa.

Brito Ministre *(Jorge de).* Licenceado na faculdade de Canones pela Universidade de Coimbra, conego na collegiada de Silves, juiz no Tribunal Apostolico da Legacia, etc. N. em Lisboa a 15 de março de 1640, fal. na mesma cidade a 26 de maio de 1735. Era filho natural de Heitor Mendes de Brito, fidalgo da Casa Real. Estudou Jurisprudencia pontificia na Universidade de Coimbra, em que recebeu o grau de licenceado. Durante 50 annos exerceu o cargo de juiz apostolico do Tribunal da Legacia, e serviu de auditor dos nuncios apostolicos n'este reino. Assistiu como presidente a muitos capitulos de regulares. Sendo secretario da meza dos terceiros do convento do Carmo, de Lisboa, escreveu: *Estatutos da veneravel Ordem de Nossa Senhora do Carmo desta Côrte, novamente reformados, assim dos antigos, como dos acordãos das Mezas e Juntas*, Lisboa, 1715. Em manuscripto deixou: *Prerogativas e Excellencias da Sagrada Religião da Santissima Trindade*; o original estava na livraria do convento de Lisboa; *Decisões de Direito Canonico e Civil*, 3 tomos

Brito Nogueira *(Ignacio de).* Doutor em Direito Cesareo pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa a 10 de março de 1586; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Ignacio Collasso de Brito, desembargador da Casa da Supplicação, e de D. Violante Rezende. Foi muito erudito, e escreveu diversas obras em latim e em portuguez que ficaram inéditas sobre jurisprudencia, medicina, astrologia, e outros assumptos scientificos.

Brito e Noronha *(Diogo João de Serpa).* Militar, que nasceu em Lisboa a 28 de outubro de 1713; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Alvaro José de Serpa Sottomayor, tenente-coronel de infantaria, e de D. Julianna de Sousa de Brito e Noronha. Assentou praça em infantaria no anno de 1727. Escreveu: *Soneto á morte da Serenissima Senhora Infanta D. Francisca*, o qual se imprimiu nos *Sentimentos metricos*, Lisboa, 1736. Ficaram em manuscripto 2 tomos, intitulados: *Obras varias.*

Brito Pereira *(Heitor de)* Prior da Collegiada de Barcellos, desembargador da Casa da Supplicação. Era natural de Villa Viçosa, e filho de Christovão de Brito Pereira, e de D. Paula Maria de Vilhena, filha de Antonio Corrêa Baharem, commendador de Alfanje, na ordem de Christo. Seu pae era commendador de Santa Maria de Veade, de S. Salvador de Sanguinhedo, da ordem de Christo, alcaide-mór de Alhos Vedros, mestre de campo dos Auxiliares de Villa Viçosa, e governador d'esta praça, que defendeu heroicamente em 1665, contra a invasão do exercito castelhano, commandado pelo marquez de Caracena. Heitor de Brito Pereira tomou posse do seu cargo de desembargador da Casa da Supplicação em 31 de janeiro de 1696. Foi muito considerado no seu tempo como poeta. Escreveu: *Ala Santa reliquia, que truxo de Valencia de Santo Thomaz de Villanueva el Doutor Luiz de Loureyro*, etc., romance que saiu nos *Acroamas Panegyricos com que a Sé de Coimbra recebeu a reliquia, etc.*, Coimbra, 1690; *Soneto em aplauso de Manuel de Sousa Moreira author do Theatro Genealogico da Casa de Sousa*, saiu no principio d'esta obra, que se publicou em Paris, 1694.

Brito Rebello. V. *Rebello.*

Brito do Rego *(Alvaro de).* N. em Mazagão em março de 1624; fal. a 15 de dezembro de 1697. Era filho de Antonio do Rego de Brito, cavalleiro fidalgo, e da ordem de Christo, e de D. Antonia Barreto, de egual nobreza a de seu marido. Serviu na sua patria alguns annos com grande valor, exercendo depois o cargo de ouvidor. Casou com Sebastiana Garcia, filha de Francisco Fernandes Geraldes, ouvidor de Mazagão, e de D. Joanna Valente. Escreveu: *Lembrança da origem, e principio, que teve a praça de Mazagão, com algumas advertencias para o governo d'ella; Roteiro, e regimento catholico, que devem guardar os governadores da Praça de Mazagão para serem perfeitos os seus governos.* Estas duas obras estavam comprehendidas n'um tomo, ao qual ajuntou a descripção da praça feita pelo seu governador, o marquez de Montalvão.

Britonia. Cidade muito antiga da Lusitania, da qual apenas existem a memoria e algumas ruinas. Dizem alguns escriptores que a villa de Britiande, na provincia da Beira Alta, e proximo de Lamego, está fundada sobre as ruinas d'aquella cidade episcopal, e d'ella traz o seu nome. Outros querem que Britonia fôsse no Minho, proximo de Braga, ou de Ponte do Lima. Outros ainda sustentam que existiram duas cidades d'este nome, uma na Beira Alta e outra no Minho. Pinho Leal, no 1.º volume do *Portugal antigo e moderno*, pag. 493, diz que *depois de ter lido e relido differentes autores, se inclina a crer que effectivamente houve duas Britonias na Lusitania; uma na Beira Alta, e outra no Minho.* Pinho Leal descreve-as em seguida, separadamente. A Britonia da Beira parece ter sido uma grande cidade, situada onde actualmente se vê a villa de Britiande, sendo este nome derivação ou corrupção de Britonia. A'cerca dos fundadores pretendem alguns, que fôssem os *britones* ou *bretões*, antigos povos de Inglaterra; outros dizem que foi edificada pelo consul romano Decio Junio Bruto, governador da Lusitania, 135 annos antes de Jesus Christo. O que está provado é que n'este sitio existiu em tempos remotos uma cidade, mas não póde affiançar-se qual fôsse o seu verdadeiro nome; emquanto á fundação ha mais probabilidade que fôsse obra dos romanos. A Britonia do Lima não se sabe verdadeiramente onde fôsse situada, mas suppõem alguns escriptores que ficasse nas proximidades de Braga, querendo outros que estivesse sobre as margens de rio Lima; esta opinião é a mais geralmente seguida. O seu fundador dizem tambem ter sido o mesmo consul romano que fundou a Britonia da Beira, e na re-

ferida epoca de 135 annos antes de Christo, quando conquistou aos lusitanos o territorio ao N do Douro, e até ao rio Minho, d'onde não passou. Querem alguns que esta cidade existisse a meio caminho pouco mais ou menos, entre a moderna Villa de Ponte do Lima e a foz do rio d'este nome, e outros dizem que deveria ficar no local onde hoje está Britiandos, dando tambem este nome como corrupção ou derivação de Britonia. Quando no seculo IV, o imperador romano Constantino Magno, pelos annos 360 da era de Christo, fez a divisão dos bispados da Lusitania, Britonia figura como bispado suffraganeo da sé de Braga. Esta preeminencia foi conservada até ao anno de 610, em que ficou supprimido o bispado, unindo-se ao de Tuy, e depois ao de Braga. A cidade de Britonia foi completamente arrasada em 970 pelos moiros, que a invadiram, apezar da corajosa resistencia dos seus habitantes Em Britonia, no tempo de Nero, Decio, e Marco Aurelio, fôram martyrisados alguns lusitanos, que a egreja canonisou.

Britos. Casaes na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Azambuja, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de S. Lourenço e Mamporcão, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Quinta na freg. de Santa Maria da Feira, conc. e distr. de Beja.

Brôa. Logar na freg. da Sé, conc. e distr. de Portalegre. || Logar na freg. de S. Gregorio, de Reguengo, conc. e distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Vimieiro, conc. de Arraiollos, distr. de Evora. || Quinta na freg. de N. S.ª da Conceição, de Azinhaga, conc. da Gollegã. distr. de Santarem.

Broalhos. Pov. na freg. de Santa Maria, de Médas, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Brôas. Logar na freg. de N. S.ª do Reclamador, de Chelleiros, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Aguiar, conc. de Vianna do Alemtejo, distr. de Evora.

Broca. Herdade na freg. de Santo Aleixo, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Salvador e conc. de Aljustrel, distr. de Beja. || Quinta na freg. de N. S.ª da Graça, de Villares, conc. de Trancoso, distr. da Guarda.

Brocado. Rico tecido de seda de origem oriental, trabalhado a ouro ou a prata, e pertencendo á categoria dos pannos chamados de *Damasco*. Todos os autores são concordes em reconhecer que os brocados primitivos eram tecidos completamente de ouro ou de prata, e foi por corrupção do termo que em fins da Edade-Media se estendeu esta denominação aos estofos de seda trabalhados em arabescos, e frequentemente desprovidos de fios metallicos. Os brocados differençavam-se dos brocateis em serem cobertos de grandes desenhos, ao passo que estes ultimos só tinham pequenos ornatos. V. *Brocatel*.

Brocal. Guarnição de aço nos escudos.

Brocardo *(Estevão)*. Só se conhece este nome, segundo se diz no *Diccionario bibliographico*, vol II, pag. 238, pelos seguintes escriptos, cuja impressão correu por sua conta, sem comtudo se poder asseverar se foi mero editor, ou se houve parte na composição d'elles: *O observador Portuguez historico e politico de Lisboa, desde o dia 27 de Novembro de 1807, em que embarcou para o Brasil o Principe Regente nosso senhor e toda a Real Familia, por motivo da invasão dos francezes n'este reino*, etc. *contém todos os editaes, ordens publicas e particulares, decretos, successos fataes e desconhecidos nas historias do mundo; todas as batalhas, roubos e usurpações até o dia 15 de Setembro de 1808, em que foram expulsos, depois de batidos, os francezes; por um anonymo*, Lisboa, 1809; estas ephemerides historico-politicas, que conteem todas as particularidades e successos do tempo, nada teem de commum com outro jornal litterario, que sob titulo identico se publicou em Lisboa no anno de 1818; *Diario Lisbonense*, Lisboa, 1809-1810; é como que a continuação do *Observador*, e contem os successos e occorrencias do tempo, documentos officiaes, noticias estrangeiras, etc.

Brocatel. Estofo de seda bordado com ricos ornatos, frequentemente polychromos. Os brocateis, na sua origem, eram brocados de pequenos desenhos, trabalhados, ou não, a ouro e prata. No seculo XVI já se entendia por este nome um estofo de seda com ornatos de tecidos sem metal, e em fins do seculo XVII fabricaram-se brocateis de algodão e tambem de lã, como os de Flandres

Brochada. Logar na freg. de S. Thiago, de Sendim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Quinta na freg. de S. Thiago, de Amieira, conc. de Gavião, distr. de Portalegre.

Brochado. Familia oriunda de França, onde tinha o appellido de Brochard E' muito antiga em Portugal, e tem por armas em escudo de prata, pala de vermelho acompanhada de duas de azul.

Brochado *(Antonio da Cunha)*. Conselheiro da Fazenda, formado em Direito Civil pela Universidade de Coimbra, juiz da India e Mina. Era natural da Bahia, filho de Belchior da Cunha Brochado, e sobrinho do diplomata José da Cunha Brochado. Acompanhou seu tio a Madrid, como addido da legação, e voltando a Lisboa foi nomeado conselheiro da Fazenda. A tudo renunciou para se consagrar á vida do claustro, recolhendo-se no convento de Santa Cruz de Coimbra, onde professou em 1735. Traduziu algumas obras do hespanhol

Brochado *(José da Cunha)*. Fidalgo da Casa Real, do conselho d'el-rei D. João V, cavalleiro da ordem de Christo, chanceller das ordens militares; formado em leis pela Universidade de Coimbra, censor e director da Academia Real da Historia Portugueza, etc. N. em Cascaes a 2 de abril de 1651, fal. a 27 de setembro de 1733. Era filho de Antonio da Cunha da Fonseca, tenente-governador do castello de S. Jorge, de Lisboa, e de D. Joanna do Quental. Foi por vezes encarregado de missões diplomaticas por D. Pedro II e D. João V. Acompanhou em 1695, a Paris na qualidade de secretario, o marquez de Cascaes, D. Luiz Alvares de Castro, que fôra nomeado embaixador extraordinario n'aquella côrte, demorando se depois em Paris desde 1699 até 1704, como enviado extraordinario. Rebentando então a guerra entre Portugal e a França por causa da successão de Hespanha, José da Cunha Brochado voltou para Portugal. Em 1710 foi enviado a Londres a tratar das negociações do restabelecimento da paz européa, regressando novamente ao paiz no anno de 1715. A maneira como se houve n'estas embaixadas lhe adquiriu a fama de grande diplomata. Pela terceira vez saiu do reino, em 1725, como primeiro plenipotenciario,

para a conclusão dos tratados matrimoniaes dos principes do Brazil e das Asturias, herdeiros das corôas de Portugal e de Hespanha, D. José que casou com a princeza D. Marianna Victoria, filha de Filippe V, e D. Fernando, que casou com a princeza D. Maria Barbara, filha de D. João V, realisando-se os casamentos em 1729. José da Cunha Brochado foi um dos cincoenta primeiros academicos, de que se formou a Academia Real da Historia, sendo depois censor e director, em cujos trabalhos collaborou activamente. Quando era secretario de embaixada em Paris, escreveu o seguinte, que ficou inédito: *Relação da Embaixada a França do Marquez de Cascaes D. Luiz Alvares de Athaide e Castro*. Para a sua biographia póde vêr-se o *Elogio funebre* recitado na Academia Real por Gonçalo Manuel Galvão de Lacerda, o qual saiu publicado no tomo XIII da *Collecção dos Documentos e Memorias* da mesma academia, e a *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. II, pag. 813; tomo IV, pag. 205. Os trabalhos de Cunha Brochado, como academico, andam disseminados por diversos tomos da referida *Collecção dos Documentos*, e consistem em *Contas dadas de seus estudos, Discursos, Pareceres, Elogios* de seus collegas, etc. As suas obras politicas e diplomaticas fôram sempre tidas em grande consideração, mas conservam-se ineditas quasi na totalidade, havendo algumas cartas publicadas em varios tomos do *Investigador portuguez*. Os titulos das obras são os seguintes: *Cartas e negociações do tempo em que residiu em a côrte de França, sendo enviado extraordinario*, 2 tomos; *Memorias anecdotas da côrte de França, que contém varias cousas e duvidas que houve n'aquella côrte;* esta obra parece ser a mesma que F. Figaniére menciona no *Catalogo dos manuscriptos portuguezes do Museu Britanico*, sob o n.º 15:588, com o titulo de: *Discurso politico de José da Cunha Brochado, enviado dos serenissimos reis de Portugal D. Pedro II e D. João V nas côrtes de França e Hespanha, em que se referem as ceremonias politicas com que costumam e devem ser recebidos na de França os embaixadores e enviados; os tratamentos que devem ter e dar; a differença que ha entre todos; para saberem como se devem portar, e quando devem preceder e ser precedidos os que exercitarem similhantes ministerios; e varios acontecimentos que tem havido n'aquella côrte n'esta materia*, etc ; *Cartas e negociações do tempo em que residiu em Inglaterra, sendo enviado na mesma côrte*, 2 tomos, contendo o 1.º cartas para a secretaria de estado, e o 2.º as cartas dirigidas aos plenipotenciarios portuguezes em Utrecht, o conde de Tarouca e D. Luiz da Cunha; *Cartas e negociações do tempo em que residiu na côrte de Madrid, com o caracter de plenipotenciario*, 1 tomo. Ha uma copia, em que o titulo differe um pouco: *Cartas e negociações de José da Cunha Brochado, na sua ultima missão em a côrte de Hespanha, em a qualidade de primeiro plenipotenciario d'el-rei D. João V*. Nas bibliothecas Nacional de Lisboa, da Academia Real das Sciencias e d'Ajuda, existem manuscriptos de José da Cunha Brochado. O unico escripto que se publicou em separado, saindo com o pseudonymo de Felix Joseph da Soledade, foi o seguinte: *Auto da vida de Adão, pae do genero humano, primeiro monarcha do universo*, Lisboa, 1727; reimprimiu-se em 1784, e em 1853 appareceu uma nova edição. Na *Revista litteraria*, do Porto, vol. XII, publicou-se uma grande collecção de cartas, dirigidas na maior parte ao cardeal da Cunha, nos annos de 1712 e 1713. No archivo dos srs. condes de Tarouca existem dois vols. ms. de *Negociações politicas nas côrtes de Vienna e de Madrid encarregadas, na primeira ao conde de Tarouca, na segunda a José da Cunha Brochado e Antonio Guedes Pereira*, 1725-1726.

Brochas *(Monte das)*. Na freg. de S. Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja.

Brôco *(Casal do)*. Na freg. de N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Broco *(Horta do)*. Na freg. de S. Salvador e conc. de Aljustrel, distr. de Beja.

Broco de Baixo, de Cima e do Meio. Tres montes na freg. de Santa Catharina, de Quintos, conc. e distr. de Beja.

Brôços. Logar na freg. de S. Paio, de Favões, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Broega. Pov. na freg. de N. S.ª da Boa Viagem e conc. da Moita, distr. de Lisboa.

Broega de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg de S. Jorge, de Sarilhos Grandes, conc. de Aldeia Gallega do Ribatejo, distr. de Lisboa.

Broeira. Logar na freg. de Santa Maria e conc. de Castello de Vide, distr. de Portalegre || Monte na freg. de S. Sebastião, de Figueira dos Cavalleiros, concelho de Ferreira, distr. de Beja.

Broeira Nova e Broeira Velha. Dois casaes na freg. de S. Thiago e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Broeiras. Casal na freg. de S. Pedro, de Alhadas, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de S. Silvestre. de A dos Francos, conc. de Obidos, distr. de Leiria.

Brofe. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Godinhaços, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Brogueira. Pov. e freg. de S. Simão, da prov. da Estremadura, conc. e com. de Torres Novas, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 1.192 hab. e 232 fog. Tem est. post. permutando malas com Torres Novas. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada n'um valle d'onde se vê Chamusca, Gollegã, Atalaya, Pinheiro, Barquinha e Mouta. Fôram seus donatarios até 1759 os duques de Aveiro, passando depois para a Corôa. A egreja fica em um monte, fóra do logar. O prior de Santa Maria de Torres Novas apresentava annualmente o cura, que tinha 80$000 réis. A terra é fertil e pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 16 com a séde em Lisboa. O rio Almonda passa no fim da freguezia, pelo sitio chamado dos Caniços. || Dois casaes na freg. de S. Pedro e conc. de Obidos, distr. de Leiria.

Brolhadas. Logar na freg. de S. Cypriano, de Taboadello, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Brolhões ou Brolhães. Logar na freg. de S. João Baptista, de Ayão, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Bróma. Pov. na freg. de Santa Maria, dos Olivaes, 1.º bairro de Lisboa.

Bronceda. Pov. e quinta na freg. de N. S.ª da Encarnação e conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Broquel. Escudo redondo e pequeno; rodella. Usou-se muito nos seculos XV e XVI. V. *Armadura*.

Broslador. Bordador, officio que tinha regimento na collecção dada pelo senado de Lisboa em 1572. V. *Tapeçaria*.

Brossa. Logar na freg. de S. Facundo, de Candosa, conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Brota *(Casal da)*. Na freg. de Santa Margarida da Coutada, conc. de Constancia, distr. de Santarem.

Brotas. V. *Aguias*.

Brotero *(Felix de Avellar)*. Cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, doutor em medicina pela Universidade de Reims, lente da cadeira de Botanica e Agricultura, director do Museu Real e Jardim Botanico do Paço d'Ajuda, deputado ás côrtes constituintes de 1821, membro da Sociedade de Horticultura de Londres, e da Linneana de Historia Natural da mesma cidade; socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, da de Historia Natural e Philomatica de Paris; da Physiographica de Lunden na Suecia; da de Historia Natural de Rostock, e da Academia Cesarea de Bonn na Allemanha, etc. N. em Santo Antão do Tojal a 25 de novembro de 1744; fal. no sitio de Arcolena, em Belem, a 4 de agosto de 1828. Era filho do dr. José da Silva Pereira e Avellar, medico pela Universidade de Coimbra, e de sua mulher, D. Maria René da Encarnação Frazão. Aos 2 annos ficou orphão de pae, sendo entregue aos cuidados de sua avó, D. Bernarda da Silva Avellar, por sua mãe ter perdido a razão. Mais tarde, o avô materno, José Rodrigues Correia Frazão, almoxarife dos paços reaes de Mafra, auxiliou Felix d'Avellar, que apenas contava 7 annos, nos primeiros estudos, que fôram cursados no collegio dos religiosos arrabidos da referida villa. Fallecendo seu avô, faltou-lhe tão valiosa protecção no meio do seu curso de humanidades, e vendo-se com 19 annos, só e sem fortuna, e precisado de angariar meios de subsistencia, valeu-se da arte do canto, em que era curioso, e conseguiu um logar de capellão cantor na patriarchal de Lisboa. N'este tempo, ainda mais se applicou ao estudo, tendo-se aperfeiçoado na lingua grega a ponto de a poder ensinar; e apossando-se de conhecimentos do direito canonico sufficientes para ir a Coimbra fazer exame de tres annos seguidos, teria concluido a formatura se não sobreviesse a reforma da Universidade, de 1772, em que se prohibiram os exames sem a respectiva frequencia. Como se destinasse ao serviço ecclesiastico, fôra-lhe concedido, por decreto de 19 de julho de 1766, um moio de trigo no almoxarifado do Reguengo do Alviella, a titulo de patrimonio para a sua ordenação ecclesiastica. Todavia não passou das ordens de diacono. O ardor com que se dedicava á sciencia, as suas idéas philosophicas, e a intima amizade que o ligara a Francisco Manuel do Nascimento (Filinto Elysio) o tornaram suspeito ao Santo Officio, e Felix d'Avellar viu-se obrigado a emigrar juntamente com o seu amigo, e em 5 de julho de 1778 embarcaram ambos no navio sueco *Nicolau Roque*, graças á protecção de Thimoteo Verdier, que os transportou para França. Foi em Paris que elle, seguindo o uso da epoca entre os estudiosos, adoptou o appellido de *Brotero*, palavra composta de *Brothos*, raizes gregas, e de *eros*, que significam *amante dos mortaes*. Por espaço de 12 annos de permanencia em Paris, frequentou com perseverança todas as aulas e institutos de sciencias naturaes, procurando tambem meios de subsistencia em trabalhos originaes e algumas traducções que vendia aos livreiros. Assistiu ao curso de historia natural, que Valmont de Bomare abriu em Paris no anno de 1781, e ás demonstrações de botanica de Brisson no collegio de pharmacia. Concluidos os principaes estudos da historia natural, que tanto apreciava, foi doutorar-se na escola de medicina de Reims, com o intuito de exercer clinica, reconhecendo, porém, a impressão que lhe causavam os soffrimentos dos enfermos, renunciou a esta profissão para se entregar exclusivamente ao estudo da botanica. Tendo presenciado por espaço de dois annos as primeiras convulsões politicas da revolução franceza, resolveu-se a deixar Paris. Chegou a Lisboa no anno de 1790 em companhia de D. Francisco de Menezes. A reputação de sabio, de que vinha precedido, fez com que fôsse logo nomeado lente de Botanica e Agricultura na Universidade de Coimbra, por decreto de 25 de fevereiro de 1791, conferindo-se-lhe ao mesmo tempo e por mercê especial o capello gratuito na faculdade de Philosophia em 13 de março de 1792 Em 1788 havia publicado em Paris o seguinte livro, que muito concorrera para a fama que adquirira: *Compendio de Botanica ou noções elementares d'esta sciencia, segundo os melhores escriptores modernos, expostos na lingua portugueza*. Nas primeiras prelecções, Brotero foi ouvido com o maior enthusiasmo, não só pelos discipulos, como por um grande numero de doutores e mestres de outras faculdades, que vinham ouvir lições de botanica, attrahidos pelo vasto saber, clareza e amenidade de tão habil professor, que poucos egualariam então, segundo affirmavam as pessoas que o escutavam. Iniciou a primeira escola pratica de botanica, organisando o jardim com uma classificação scientifica, e enriquecendo o com os exemplares indispensaveis para o estudo. O jardim botanico fôra principiado sob a direcção do antigo lente Domingos Vandelli, mas no tempo de Brotero attingiu o maximo desenvolvimento. Não satisfeito com o trabalho da regencia da cadeira, empregava o tempo das ferias herborisando e colhendo elementos, com que mais tarde havia de dar a conhecer aos homens de sciencia as riquezas vegetaes de Portugal, vencendo para isso as maiores difficuldades. D'estes trabalhos derivaram, entre outros, duas publicações notaveis, que o tornaram conhecido e apreciado dos naturalistas estrangeiros, embora lhe creassem inimigos entre os conterraneos. Essas publicações fôram a *Flora lusitanica*, editada em 1804, e a *Phytographia*

Felix de Avellar Brotero

Lusitaniæ selectior, cuja publicação começou em 1816, e terminou em 1827. Nas longas excursões, que realisou, foi algumas vezes victima da sua dedicação scientifica. Na serra da Estrella deu tres quedas desastrosas, sendo uma d'ellas origem da enfermidade que soffreu até ao fim da vida; algumas vezes foi atacado por salteadores no Alemtejo, e uma vez esteve exposto a ser assassinado pelos pastores, por suspeitarem que Brotero visitava os campos baldios para lhe serem doados. Por decreto de 16 de agosto de 1811 foi jubilado com as honras e interesses que lhe competiriam se estivesse em exercicio. Por decreto de 27 de abril d'aquelle mesmo anno, havia sido nomeado por D. João VI, então principe regente, director do real museu e jardim botanico de Ajuda, tendo-lhe já anteriormente, em 1800, feito mercê, como principio de remuneração dos seus serviços valiosos, d'um beneficio simples da ordem de S. Bento d'Aviz na collegiada de Santa Maria de Beja. Nas côrtes constituintes de 1820 foi eleito deputado pela provincia da Extremadura, tomando posse na sessão de 26 de janeiro de 1821, dia da installação das mesmas côrtes; mas depois de haver assistido aos trabalhos legislativos com a devida regularidade, pediu a sua escusa, que lhe foi concedida a 7 de maio do referido anno. Brotero era reconhecido universalmente como o primeiro botanico de Portugal. Para a sua biographia póde vêr-se a *Memoria historica da Faculdade de Philosophia*, pelo dr. J. A. Simões de Carvalho; *Memorias biographicas* do dr. Rodrigues de Gusmão; *Jornal das Sciencias Medicas de Lisboa*, tomo XV, janeiro de 1842, e no tomo XXIV, 1860, onde vem *Apontamentos biographicos*, escriptos por Ignacio Quintino d'Avellar; *Noticia biographica, etc. por um seu parente*, que era o sobrinho, beneficiado José de Avellar Brotero, que viveu com elle muitos annos. Encontram-se muitos artigos sobre Brotero no *Universo pittoresco*, tomo III, pag. 136; *Revista popular*, vol III, 1850; *Archivo pittoresco*, tomo I, pag. 329; *Plutarcho Portuguez*, vol. II, fasc. VI, 1882, artigo do dr. Julio A. Henriques; etc. Em Coimbra, no Jardim Botanico da Universidade, inaugurou-se em 30 de março de 1887 uma estatua de Felix de Avellar Brotero. V. *Coimbra*.

Brotero *(Bibliographia de Felix de Avellar)*. Obras impressas: *Compendio de Botanica, ou noções elementares d'esta sciencia segundo os melhores escriptores modernos*, Paris, 1788; *Principios de Agricultura philosophica*, Coimbra, 1793; *Memoria; Callicocca Ipecacuanha*, etc., datada de Coimbra a 14 de dezembro de 1800; saiu impressa no fim do opusculo *Memoria sobre a Ipecacuanha fusca do Brazil*, etc., pelo dr. Bernardino Antonio Gomes; *Observações sobre as doenças, feridas, e outras imperfeições das arvores fructiferas e silvestres de toda a especie; com um methodo particular de as curar, descoberto e praticado por Guilherme Forsyth, jardineiro de Sua Magestade Brittanica*, etc., *traduzido do inglez*, Coimbra, 1802; *Felicis Avellar Broteri*, etc., *Flora Lusitanica, seu plantarum, quæ in Lusitania vel sponte crescunt, vel frequentius coluntur, ex florum præsertivo sexubus systematice distributarum synopsis*, Lisboa, 1804; 2 tomos; esta edição foi mandada fazer por ordem do governo, sendo então ministros de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. João d'Almeida de Mello e Castro; *Reflexões sobre a agricultura de Portugal, sobre o seu antigo e presente estado; e se por meio de escolas ruraes praticas, ou por outros, ella póde melhorar-se, e tornar-se florente*, nas *Memorias da Academia Real das Sciencias*, tomo IV, parte I, pag. 75; *Noções historicas das phocas em geral e em particular, com as descripções das que se conservam no Real Museu do Paço da Ajuda*, no *Jornal de Coimbra, n.º* LVII, pag. 151 a 172; *Ode Saphica latina á revolução franceza, escripta em 1798*, saiu com a traducção portugueza, por José Maria da Costa e Silva, no *Jornal de Bellas Artes* ou *Mnemosine Lusitana*, tomo I, 1816, a pag. 176; *Catalogo das plantas do Jardim Botanico d'Ajuda*, publicado posthumo no Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana; *Phytographia Lusitaniæ Selectior, seu novarum et aliarum minus cognitatum stirpium, quæ in Lusitania sponte veniunt, ejusdemque florum spectant, descriptiones iconibus illustratæ*, Olissipone, 2 tomos; o 1.º em 1816, ainda sob as vistas de Brotero, concorrendo para isso a protecção do conde da Barca, Antonio de Araujo; a impressão do 2.º tomo, começada em 1827, ficou posta de parte, e sómente se concluiu muito tempo depois do falleeimento do autor, por ordem expressa do duque de Palmella, quando era ministro de Estado; *Historia natural da urzella*, Lisboa, sem data da impressão; *Noções geraes das dormideiras, da sua cultura, e da extracção do verdadeiro opio, que ellas contém*, Lisboa, 1824; *Noções botanicas das especies de nicociana mais usadas nas fabricas de tabaco, e da sua cultura*, Lisboa, 1826; *Historia natural dos pinheiros, larices e abetos, remettida á Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar*, Lisboa, 1827. Brotero tem algumas memorias interessantes nas *Actas da Sociedade Linneana de Londres*, e nos *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional*, 2.ª serie, tomo III, Lisboa, 1842, vem-lhe attribuido um escripto ahi inserto sobre a agricultura, nas pag. 668 a 688, 696 a 712, 747 a 760, 771 a 779, 799 a 804, 805 a 828, mas não ha certeza se lhe pertencem. Obras manuscriptas: *Principios de Agricultura philosophica, ou lições de Agricultura, explicadas em a cadeira da Universidade de Coimbra; Annotações e additamentos a alguns artigos das Memorias dos doutores J. A. Dallabella, Vicente Coelho de Seabra e Antonio Soares Barbosa, sobre a cultura das oliveiras; Generalidades respectivas á agricultura das arvores das florestas, e das que podem servir para ornar os jardins, conforme as idéas de alguns autores inglezes*, ficou incompleta; *Breve tratado dos usos e cultura das batatas doces, vulgarmente chamadas batatas das Ilhas, a cuja planta Linneo deu o nome de «Convalvulus batatas,» deduzido de Bose e outros agronomos, em 1828; Tratado do ananaz de corôa*, um folheto incompleto; *Demonstrações elementares sobre a enxertia das arvores*, tambem incompleta; *Phytologia, ou a philosophia da Agricultura e Horticultura, ou compendio de Phyturgia e Geurgia philosophicas, por Erasmo Darwin, doutor em Medicina, em 1800*, traduzida em portuguez; *Dissertação de Bergman sobre as terras geoponicas, que obteve o premio dobrado da Academia de Montpellier em 1773, traduzido em portuguez; Instituições de Pathologia medicinal por Hier. Dav. Gaubio, traduzido em latim da terceira edição de Leyde de 1781*, incompletas; *Carta do doutor Alexandre Thompson a um seu amigo sobre*

a natureza, causas e methodo de curar as doenças nervosas, traduzido do inglez da terceira edição que o autor publicou em 1782. Todos estes manuscriptos fôram offerecidos em dezembro de 1828 á Academia Real das Sciencias, por D. Izabel de Avellar Brotero, sobrinha e herdeira do dr. Brotero. No *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, tomo XV, de 1842, vem um catalogo das obras de Brotero, incluindo as manuscriptas. No *Conimbricense* de 24 de fevereiro de 1885, diz o fallecido Joaquim Martins de Carvalho, que possue dois importantes manuscriptos autographos do notavel botanico, os quaes teem os seguintes titulos: *Sobre a distribuição e applicação do terreno que actualmente possue a Universidade, destinado para o seu Jardim Botanico;* consta de 19 paginas em folio, tendo na ultima pagina uma declaração do autor, com a data de 5 de março de 1807; *Copia da representação que fez no anno de 1816 o dr. Felix Avellar Brotero ao reformadar reitor da Universidade de Coimbra, sobre o estado em que se achava o ensino de botanica e agricultura e o do Jardim Botanico da Faculdade de Philosophia;* consta de 12 pag. in folio. Este documento é uma violenta censura ao dr. Antonio José das Neves e Mello, lente de Philosophia, pela sua má direcção do Jardim Botanico. A'cerca da noticia d'este manuscripto, publicou depois no mesmo jornal, em principios de março do referido anno, o sr. Adelino Antonio das Neves e Mello, neto do dr. Neves e Mello, uma carta em que defende seu avô das arguições que o dr. Brotero lhe dirige. Esta carta vem transcripta na *Gazeta commercial*, de 11 de março de 1885.

Brougal. Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Parceiros, conc. e distr. de Leiria.

Bruçó. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da provincia de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança; 743 hab. e 154 fog. Tem escola do sexo masc. e est. post. A pov. dista 15 k. da séde do concelho. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 10, com a séde em Mirandella.

Brudo *(Manuel).* Medico, filho de Dyonisio, medico d'el-rei D. Manuel, que se transportou a Veneza. Publicou em latim duas obras de medicina. Falleceu nos fins do seculo XVI.

Bruel. Logar na freg. de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, districto de Lisboa.

Brufe. Pov. e freg. do Espirito Santo, da prov. do Minho, conc. de Terras do Bouro, com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 129 hab. e 20 fog. A pov. dista 15 k. da serra da Amarella, d'onde se descobre todo o curso do rio Homem. No alto da serra ainda existiam ha annos vestigios evidentes da antiguidade celto romana. Sepulturas antigas, restos de fortificações, padrões romanos attestam a sua origem. N'esta freguezia corre o ribeiro do Espirito Santo, que vae precipitar-se no rio Homem, formando uma formosa cascata, conhecida pelo Poço da Moira, pouco acima de Pontido, a que anda ligada uma poetica lenda popular. A egreja está fóra do logar; o vigario era apresentado pelo abbade de S. Paio da Carvalheira, tendo 60$000 réis. Brufe é terra abundante de cereaes e de agua. Produz mel, cêra, e muita caça miuda. Tinha juiz ordinario e camara, com dois vereadores, procurador, meirinho, carcereiro e quadrilheiro. Os seus habitantes gozavam do privilegio de não irem para soldados, com a obrigação de defenderem á sua custa a serra da Amarella, que confina com a Galliza. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 454 hab. e 91 fog. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, entre os montes Serita e Porrinho. A terra é muito fertil, tem agua em abundancia e bons pastos, creando gado bovino e miudo. A agua da fonte chamada *Forcada* faz branca a terra por onde passa, como se fôsse agua de cal, no entretanto não prejudica a quem a bebe. Outra fonte dá nascimento a um ribeiro, que passa pelo centro da freg., entra em V. N. de Famalicão e S. Thiago d'Autas, mettendo se depois no rio Ave. Brufe era da Corôa, e foi do concelho de Barcellos. O abbade era da apresentação do padroado real e tinha 180$000 réis de rendimento. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. na freg. de Santa Marinha, de Barreiros, conc. e distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Victorino das Donas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Mamede, de Gondiães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Bruges *(Theotonio d'Ornellas Bruges d'Avila Paim da Camara Ponce de Leão Homem da Costa Noronha Borges de Sousa e Saavedra, 1.º visconde de).* Foi o 1.º conde da Villa da Praia da Victoria. V. *este titulo.*

Brum da Silveira. V. *Arriaga Brum da Silveira.*

Brum da Silveira *(D. Antonio Taveira de Neiva).* Arcebispo de Gôa. V. *Silveira (D. Antonio Taveira de Neiva Brum).*

Bruma. Pov. da jurisdicção do reino de Laleia, na provincia dos Belos, na costa norte da ilha de Timor, Oceania. A sua população, comprehendendo a de Baucau, é de 2:000 almas, sendo 250 christãos.

Brumão. V. *Berman.*

Brumeirães. Pov. da freg. de S. Miguel de Boivães, conc. da Ponte da Barca, districto de Vianna do Castello.

Brumeiral. Logar na freg. de S. Miguel, de Cabaços, concelho de Ponte do Lima, districto de Vianna do Castello.

Brunachos *(Monte dos).* Na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Castro Verde, districto de Beja.

Brunhaes. Pov. e freg. de S. Paio, na prov. do Minho, conc. e com. da Povoa de Lanhoso, distr. e arceb. de Braga; 394 hab. e 91 fog. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada na raiz d'um monte, d'onde se vêem algumas freguezias. A matriz é no logar da Egreja, proximo ás margens do rio Ave. O vigario era apresentado pelo reitor de S. Thiago de Guilhofrei. A terra é fertil, e tem grande producção de milho e de vinho verde; cria gado bastante miudo, e nos seus montes ha caça, tambem miuda. Brunhaes era da Corôa, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Agua Revez, conc. de Valle Passos, distr. de Villa Real.

|| Pov. na freg. de Santa Christina, de Pousa, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Brunhaes de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Christina e conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real.

Brunhal. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Arega, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Meinedo, conc. da Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Azinheira dos Barros, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Pedro, da Cunha Alta, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || Monte na freg. de Santa Margarida do Sadão, conc. de Ferreira, distr. de Beja. || Quinta na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Nellas, distr. de Vizeu.

Brunheda. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Pinhal do Norte, conc. e com. de Carrazeda de Anciães. Tem est. post. permutando malas com R. A. D.—Mirandella. E' estação do caminho de ferro de Foz-Tua a Mirandella, entre Tafhão e Codeçaes.

Brunhedo. Pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || Logar na freg. de S. Cypriano, de Senharei, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santo André, de Varzea de Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Brunhedo de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Miguel, de Foutellas, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real.

Brunheira. Logar na freguezia de S. Thiago e conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de S. Barnabé, conc. de Almodovar, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Vimieiro, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Brunheira de Baixo e de Cima. Duas herdades na freg. de N. S.ª da Conceição, de Azinheira dos Barros, conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Brunheira de Baixo, do Meio, e Brunheira-a-Velha. Tres logares na freg. de S, Thiago e concelho de S. Thiago do Cacem, districto de Lisboa.

Brunheiras *(Monte das).* Na freg. de N. S.ª da Graça. de V. N. de Milfontes, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Brunheiras de Baixo e de Cima. Dois montes na freg. de S. Salvador e conc. de Aljustrel, distr. de Beja

Brunheirinha. Logar na freg. de N. S.ª da Graça, annexa á freg. da Ribeira de Souzel, conc. de Souzel, distr. de Portalegre. || Logar na freg. de S. Thiago e conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Brunheirinho. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Bemposta, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Brunheiro. Casal na freg. de Santa Maria Magdalena, de Bemposta, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Quinta na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Chãs de Tavares, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || Serra na prov. de Traz-os-Montes, conc. de Chaves, com 6 k. de comprimento; nascem d'ella alguns ribeiros. Tem muita penedia e grandes mattos. Cria bastante gado, e traz caça miuda. Esta serra tambem é conhecida pelo nome de *Abrunheiro, Souto de El Rei,* ou *Lagarellos.*

Brunheiro Grande e Pequeno. Duas povoações na freg. de Santa Margarida, de Fundada, conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Brunheta. Pov. na freg. de S. Silvestre, de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Brunhido. Pequena villa da provincia do Douro, hoje extincta e que pertence á freguezia de S. Pedro de Vallongo do Vouga, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. Teve foral, dado por el-rei D. Manuel, em Lisboa, a 20 de março de 1516.

Brunhòs. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. do Douro, conc. e com. de Soure, distr. e bisp. de Coimbra; 230 hab. e 62. fog. Tem caixa post. com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada n'um monte, do qual se vêem V. N. da Barca, e outras terras. Até 1855 foi do concelho de Abrunheira, que então se extinguiu. Fôram seus donatarios os duques de Aveiro, passando em 1759 para a Corôa. O cabido de Coimbra apresentava o cura, que tinha 1 moio de trigo, 1 pipa de vinho e 4$000 réis em dinheiro. Brunhós pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 15, com a séde em Thomar.

Brunhosinho. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança; 223 hab. e 52 fog. A pov. dista 18 k. da séde do conc. e está situada n'um alto, d'onde se vêem varios descampados. Eram seus donatarios os senhores, depois condes, de Villa Flôr. Os marquezes de Tavora apresentavam o cura até 1759, passando depois para o padroado real. A terra é fertil em trigo e centeio. Houve em Bruuhosinho uma fabrica de estanho, de optima qualidade, extrahido d'uma mina situada entre esta povoação e a da Figueira, que dista 3 k. Em 1730 ainda existia esta fabrica, tendo os empregados grandes privilegios. Brunhosinho pertence á 6.ª div. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 10 com a séde em Mirandella.

Brunhoso. Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança; 520 hab. e 105 fog. A pov. dista 5 k. da séde do conc. O cura era da apresentação do real padroado, e tinha de rendimento 40$000 réis e o pé d'altar. E' terra fertil.

Bruno. V. *Cartuxo.*

Bruno *(Quinta de S).* Logar na freg. de S. Thiago e S. Matheus, conc. de Sardoal, distr. de Santarem.

Bruntães. Pov. na freg. de S. Pedro, de Sermonde, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Bruschy *(Manuel Maria da Silva).* Cavalleiro professo da ordem de Christo, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado nos auditorios de Lisboa, etc. N. no Rio de Janeiro em 1814, fal. em Lisboa a 12 de setembro de 1873. Seu pae era empregado na Casa Real, e tinha partido em 1807 para o Brazil com as pessoas reaes. Regressando ao reino em 1821, acompanhando D. João VI, deu principio aos seus estudos preparatorios. Em 1830 matriculou-se na Universidade de Coimbra no primeiro anno juridico. Então a Universidade era

só frequentada por absolutistas, ou indifferentistas, porque toda a mocidade academica liberal estava na emigração. Quando as fôrças de D. Pedro desembarcaram no Mindello em 1832, e um anno depois tomaram posse de Lisboa, as aulas fecharam-se, organisando-se um batalhão academico realista, em que Bruschy assentou praça, sendo logo feito alferes. Em 1834 terminou a campanha, e Silva Bruschy emigrou, como aconteceu a muitos legitimistas, retirando-se para o Rio de Janeiro, onde começou a estudar medicina. Vendo que não tinha nada a recear, voltou a Portugal, mas demorou-se pouco, dirigindo-se então a Paris, para se dedicar ao estudo das sciencias naturaes na Escola Polytechnica ou Central d'aquella cidade, adquirindo varios conhecimentos de botanica, chimica e physica. A causa absolutista, perdida em Portugal, não o estava ainda em Hespanha, e D. Carlos resistia energicamente aos constitucionaes. O governo liberal portuguez mandava uma divisão em soccorro do governo liberal hespanhol. Tanto bastou para que os absolutistas portuguezes abraçassem logo como sua a causa de D. Carlos. A 6 de maio de 1837 alistava-se Silva Bruschy no 4.º batalhão de Castella do exercito de D. Carlos, recebendo logo o posto de alferes, que tinha no batalhão academico absolutista de Coimbra, pois assim eram recebidos os officiaes que partiam de Portugal para os carlistas. Entrou então em differentes combates: esteve na Catalunha, em Cinea, na Retuerta, e em outras terras. Ficou prisioneiro na batalha de Huesca, sendo transferido para Saragoça, e encerrado nas prisões de S. Francisco, onde estivera duas vezes em risco de ser fusilado, como medida de represalia. Proposta uma troca de prisioneiros, entrou n'ella depois de oito mezes de prisão. Adoeceu gravemente, e os carlistas mandaram-n'o para o hospital de Cantavieja. Andando n'essa occasião o general Cabrera visitando os doentes, sympathisou com o joven official, interrogou-o, e promoveu-o a tenente de engenheiros, em attenção aos estudos superiores que possuia. Apenas saiu do hospital, assistiu ao cerco de Morella, em 1838, entrando n'aquella praça debaixo d'um chuveiro de balas, montado n'uma mula á frente dos seus sapadores. O exercito liberal, vendo a praça soccorrida, tentou um ultimo ataque furioso. Lá estava Bruschy na brécha, exactamente no sitio por onde tentavam a escalada os caçadores de Borso di Carminati. Depois d'este assalto, o exercito christino retirou-se, e Cabrera correu sobre Valencia, procurando surprehendel-a, levando Bruschy em sua companhia. Não conseguiu o que desejava, e na volta encontrou a divisão do general Pardinas; travou-se renhido combate, Pardinas foi morto, e a divisão feita prisioneira. Bruschy tambem esteve nas fortificações que ligavam Mora do Ebro por Valencia com as Castellas, tendo por companheiro o tenente allemão Goeben. Estava em Valencia quando se deu a batalha entre o general carlista Arevalo e o general constitucional O'Donell, batalha em que Bruschy se portou com tanta bravura que foi promovido a capitão. N'este posto passou para as Castellas, onde Cabrera dominava ainda o campo. Bruschy, que, sendo capitão de engenheiros, fôra graduado em tenente-coronel de infantaria, occupou-se então das fortificações. Assim esteve até junho de 1840, em que lhe foi ordenado que se apresentasse ao commandante d'uma pequena força de dois a tres mil homens, que, saindo de Canete e Belcta, deviam marchar para a provincia de Aragão. Surprehendidos por forças christinas, tiveram de se entregar em Molina de Aragão, e Bruschy, prisioneiro pela segunda vez, foi conduzido a Madrid, passando durante o caminho muitos trabalhos e privações. Quando a guerra carlista terminou, Bruschy foi posto em liberdade, e recebeu guia para Lisboa. Não tinha recursos alguns, e viu-se forçado a atravessar parte da Hespanha a pé, roto, faminto, pedindo ás vezes que por esmola o deixassem ir n'uma carroça. Em Portugal, não foi mais feliz; vendo-se sem familia e sem amigos a quem pudesse recorrer, veiu caminhando até Lisboa, e chegando a Santa Apolonia, bateu á porta do palacio do desembargador José Pereira Palha, que, não o reconhecendo ao principio, depois o recebeu com todo o interesse. Desde então Bruschy considerou a familia Palha como sua propria familia. Voltou para Coimbra, onde terminou brilhantemente o curso de Direito. A sua matricula no 2.º anno d'esta faculdade é de 1841-1842. Não interrompeu o curso, trabalhou com alma, perdeu noites e noites no estudo, deteriorou a saude, mas conseguiu ser formado em 1845, publicando tambem pela imprensa da Universidade a sua obra de direito, em 3 volumes, *Annotações a Waldeck*, que lhe deu a reputação d'um dos primeiros romanistas da sua epoca. Esta obra mereceu os elogios dos mais competentes jurisconsultos, e toda a imprensa periodica d'aquella epoca falou com muito louvor. Na sua *Historia do Direito Romano*, o dr. Henriques Secco incluiu o nome de Bruschy na lista dos principaes romanistas portuguezes, dando ás *Annotações* a significativa qualificação de *preciosas*. Regressando a Lisboa, dedicou-se á advocacia, onde grangeou pelo seu saber e erudição juridica um dos primeiros logares do fôro portuguez, e era sempre consultado nos mais difficeis pleitos. Entrou na politica, e fundando-se o jornal legitimista *A Nação*, foi um dos seus primeiros redactores. Quando em 1849 se fundou o *Gremio Litterario*, com a intenção de ser verdadeiramente uma sociedade litteraria, onde se fizessem conferencias, Bruschy encarregou-se de fazer um curso de direito romano para os profanos, e essas conferencias lhe grangearam logo uma bella reputação. Paulo Midosi, seu amigo intimo e companheiro, n'um artigo biographico, publicado no *Diario illustrado* de 14 de setembro de 1873, diz o seguinte: «Durante a sua vida de advogado encetou a publicação do *Manual de direito civil*, que não pôde acabar; e dos seus escriptos posthumos ha um que deve ser interessante, e que respeita á guerra franco-prussiana. Serviu-lhe de auxiliar o marechal allemão Goeben, com os mappas e escriptos que lhe remetteu, não esquecendo o seu companheiro de armas de Mora do Ebro, bem como Cabrera deve recordar-se com saudade do alferes enfermo do hospital de Cantavieja.» Bruschy casou duas vezes; a primeira com sua prima D. Francisca de Paula, e a segunda com D. Maria da Luz de Sousa Castello Branco. Os ultimos annos de vida de Silva Bruschy fôram amargos; luctando com difficuldades e com uma doença que por largos mezes o atormentou, falleceu, tendo apenas 59 annos. Mendes Leal escreveu a sua biographia na *Re-*

vista contemporanea, a pag. 197 do 1.º volume. Na *Restauração* saíram egualmente em folhetins umas notas biographicas com o titulo de *As nossas glorias*. Escreveu mais: *Influencia do Christianismo sobre a legislação*, memoria publicada na *Revista Academica*, de Coimbra, tomo I, 1845 a 1848, pag. 18, 52, 161 e 353; *Elogio historico de João de Vasconcellos Pereira Coutinho de Mendonça Falcão, socio do Instituto de Coimbra*, no referido jornal e vol., pag. 81; *Scenas historicas, Pepe del Oli, episodio da guerra civil de Hespanha*, publicado na *Nação; Almanach portuguez para 1852 sob a direcção de M. M. da S. Bruschy*, Lisboa, 1851; tem varios artigos e commemorações n'este almanach, e nos dos annos de 1853 a 1854, que se publicaram com o mesmo titulo; *D. João I, drama historico em 5 actos*, de collaboração com José da Silva Leal, Lisboa, 1841; *Minuta apresentada em defeza de Joaquim Goularte da Silveira no tribunal da relação*, Lisboa, 1868; o processo a que este documento se refere, notavel por diversos titulos, foi julgado no mesmo anno, e a interessante audiencia appareceu em longo extracto no *Jornal do Commercio*; *Portugal e o seu exercito*, Lisboa, 1867; *Manual do direito civil portuguez, segundo a novissima legislação*, Lisboa, 1868, 1869, 1872, 3 volumes.

Bruschy *(Manuel Maria Augusto da Silva)*. Jornalista contemporaneo, 2.º official da contabilidade publica no Ministerio do Reino. N. em Lisboa a 22 de fevereiro de 1864, é filho de Manuel Maria da Silva Bruschy, a quem se refere o artigo anterior, e de D. Maria da Luz de Sousa Castello Branco, ambos já fallecidos. Fez os seus primeiros estudos no Collegio de Campolide e de 1879 em deante cursou a Escola Polytechnica. Em 1888 entrou para a Direcção Geral da Contabilidade Publica, sendo promovido a 2.º official em 1897. Seguindo lealmente a politica de seu pae, é um dos membros mais prestigiosos do partido legitimista, e desde 1883 que redige o jornal *A Nação*, tendo collaborado activamente n'outros periodicos, taes como a *Restauração*, Lisboa, 1882, etc. É tambem um orador eloquente, e por vezes tem representado o seu partido na Allemanha, onde foi em 1890 com Jorge Cabedo, e em 1893 com os mais portuguezes que assistiram ao casamento do filho de D. Miguel de Bragança.

Bruscos. Pov. da freg. S. Pedro, de Villa Secca, conc. de Condeixa a Nova, distr. de Coimbra.

Bruxo. Casal na freg. de Estevão e conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de Santa Clara, conc. e distr. de Coimbra.

Bruzende. Pov. na freg. de S. Salvador, de Bravães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Valladares, conc. de Baião, distr. do Porto.

Buarcos. Villa e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. da Figueira da Foz, distr. e bisp. de Coimbra; 5:033 hab. e 800 fog. Está collocada nas faldas do Cabo Mondego, a 1:500 m. da Figueira da Foz. E' uma enseada que se estende desde o forte de Santa Catharina até ao Cabo Mondego. Dizem alguns escriptores que a palavra *Buarcos* deriva de *bunhos e arcos*, materiaes de que construiram as suas cabanas os primitivos habitantes, que fôram pescadores gallegos nos meados do seculo XV. Esta opinião não póde ser acceita porque Buarcos já existia no tempo de D. Affonso III, e até este monarcha lhe deu foral, que está na Torre do Tombo. N'aquella localidade dizem que em tempos anteriores á monarchia portugueza, existiu uma pequena povoação chamada *Eimcde*. Proximo ficava Redondos, villa separada de Buarcos apenas por uma rua, mas que está actualmente incluida na mesma freguezia. Pelo lado do mar ha muralhas de dois metros de largura, com tres fortes para defeza da villa. A'cerca d'estas muralhas diz o dr. Antonio dos Santos Rocha, a paginas 257 do seu livro *Materiaes para a Historia da Figueira nos seculos* XVII e XVIII, que lhe foi apresentado um documento, o qual é uma petição dos juizes, vereadores e officiaes das camaras das villas de Buarcos e Redondos, para se continuarem as obras d'aquella fortificação. Não tem o final nem a data, mas deve ser posterior a 1718, como se verá pelo extracto que vamos fazer. Segundo este documento, D. João IV, *havendo respeito a estarem as ditas villas situadas em costa de mar, por onde os inimigos podiam facilmente entrar n'este reino, e ser por esta causa mui importante acabarem-se as obras que se tinham começado para a sua fortificação e dos mais logares convisinhos*, mandou por alvará de 11 de janeiro de 1643, expedido a instancia dos juizes, vereadores e officiaes das camaras das mesmas villas, que o rendimento do real de agua dos logares de Tavarede, Quiaios, Figueira, Alhadas, Maiorca, Montemór-o-Velho e seu termo, fôsse applicado áquellas obras, até se acabarem. Parece que foi á vista do referido alvará que se redigiu a petição, reproduzindo-se n'esta os fundamentos invocados pelo monarcha para decretar aquella medida; o que é confirmado pela circumstancia de mais adeante declararem os requerentes que juntaram á mesma petição uma certidão authentica d'esse diploma. Assim devia constar do proprio alvará que as obras já estavam começadas ao tempo da sua promulgação, como se diz no requerimento. E' provavel que o principio das obras fôsse no proprio reinado de D. João IV, em que se tratava activamente da defeza do reino, por causa da guerra com a Hespanha. Em consequencia d'este alvará passou-se, por despacho do conselho da Fazenda, um mandado para o provedor da comarca de Coimbra arrematar separadamente o rendimento do real d'agua dos ditos logares, e dar-lhe o destino indicado; o que effectivamente se cumpriu, proseguindo com elle as obras da fortificação até ao anno de 1701 ou 1702, em que, distrahindo-se o subsidio para outras applicações, não mais se fez trabalho algum até ao tempo em que foi redigida a petição. No anno de 1718 as camaras de Buarcos e de Redondos haviam tentado ainda um esforço para se continuarem as mesmas obras, mas nada conseguiram. As duas camaras, instadas pelos clamores dos habitantes, em vista da urgente necessidade de os defender contra o mar, viram-se obrigados a pedir a continuação das muralhas. O documento de que se trata, deve ser anterior a 11 de outubro de 1794, pelo motivo de n'esta data deixar de existir a camara de Redondos, ficando a villa sujeita á jurisdicção da camara de Buarcos. Ambas as povoações tinham pelourinho; o de Buarcos elevava-se n'um pequeno largo; o monumento apresentava uns baixos relevos, que são talvez as armas da villa, constando d'um barco com a fórma

de crescente sobre o mar, encimado por uma estrella, tudo rodeado pelo arco iris Nos cantos superiores vêem-se as quinas portuguezas. O pelourinho de Redondos era semelhante ao de Buarcos, tendo n'uma das faces uma cruz, n'outra a esphera armillar no meio da data 1561, e nas outras duas escudos em que não ha relevo algum. Buarcos era do duque de Cadaval; este nobre fidalgo, além do senhorio da villa, *com suas justiças, direitos do pescado e portogem*, tinha uma casa, denominada *da Ribeira*, junto á muralha, a ermida de N. S.ª do Rosario, e uns predios, vivendo os almoxarifes em alguns d'elles D. Manuel deu foral á villa em 15 de setembro de 1516, foral que existe ainda no archivo da camara municipal da Figueira. E' uma das terras portuguezas que tem soffrido mais calamidades. No tempo do dominio castelhano foi invadida pelos hollandezes, e depois, em maio de 1602, pelos inglezes, que a saquearam e destruiram, queimando os archivos das camaras. Filippe II isentou então durante 7 annos da dizima e de todos os outros direitos o pão que de fóra do paiz viesse vender-se aos portos de Buarcos e Redondos. Buarcos foi tambem infestada de piratas, que praticavam as maiores atrocidades, obrigando os navios a darem á costa. O terremoto de novembro de 1755 causou graves prejuizos e arrazou em grande parte a egreja matriz. A pobreza dos habitantes n'essa epoca era tão grande, que em 1788, 33 annos depois da catastrophe, ainda não estava completamente restaurada, apezar das esmolas e d'um emprestimo superior a 400$000 réis, que para esse fim se realisou. Os habitantes dirigiram então á rainha D. Maria I uma representação, expondo as circumstancias precarias em que se viam, solicitando um subsidio para as obras, tirado do rendimento das sizas. A representação obteve por despacho que o provedor da comarca de Coimbra mandasse informar; o provedor deu o parecer favoravel. Não sabemos se effectivamente se alcançou o subsdio, ou se as obras se concluiram sem esse auxilio. A egreja soffreu alguns reparos em 1896, não se celebrando o culto desde 15 de novembro d'este anno até ao dia 22 de agosto de 1897, em que novamente se franqueou á adoração dos fieis. N'estas obras procedeu-se ao assoalhamento da egreja, e quando se levantaram as lages encontraram-se umas peças fragmentadas d'um retabulo de pedra, delicioso specimen do seculo XVI, o qual foi guardado no Museu Municipal da Figueira da Foz. A egreja da Misericordia e o hospital são obras de D. Manuel no principio do seculo XVI. O frontispicio do livro dos irmãos d'esta irmandade consta d'um bello pergaminho illuminado, que existe ainda hoje no referido museu. Depois da revolução de 1640, Buarcos foi dotada com uma guarnição militar. Hoje pertence á 5.ª div., e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 7, com a séde em Leiria. No seculo XVII esta villa era uma das mais ricas, possuindo os seus armadores grande numero de caravélas, muitas das quaes estacionavam no porto da Figueira da Foz. Em muitos documentos d'esse seculo e do seculo XVIII apparece com a denominação de *alfandega de Buarcos*, o que tem feito pensar muita gente que fôsse em Buarcos a alfandega da Figueira, mas a denominação alfandega de Buarcos não se referia ao povoado, sendo sómente devida ao facto da Figueira estar sob a jurisdicção d'aquella villa. Buarcos tem escolas para ambos os sexos, est. post. permutando malas com a Figueira da Foz, tendo serviço de posta rural; hospedarias, empresa exploradora de carvão das minas e industrias do Cabo Mondego, fabricas de cimento, vidraça e cal hydraulicas (V. *Cabo Mondego*); medico, pharmacias, etc. Perteneeu ao distr. de Montemór-o-Velho, e quando D. José creou a comarca da Figueira da Foz, em 12 de março de 1771, passou para esta comarca. Buarcos é povoada, na maior parte, de pescadores, e é hoje como um arrabalde da Figueira da Foz, achando-se ligada a esta cidade por uma estrada de curvas graciosas. Durante a epoca balnear é visitada por muitos banhistas. Junto á villa fica a capellinha de N. S.ª da Encarnação, onde se realisa uma das mais afamadas e concorridas romarias no dia 8 de setembro. A meio caminho existe uma pyramide de 12 m de altura, que serve de ponto de triangulação geodesica. A' parte superior sóbe-se por uma escada de pedra, ingreme e estreita. Esta pyramide torna se notavel, por ter sido construida sobre um cunhal, resto de um castello que segundo consta, pertenceu aos moiros.

Buba. Pov. na Guiné, capital d'um dos quatro concelhos em que a provincia está dividida. Fica na margem direita do Rio Grande, e quasi na fronteira dos nossos dominios para o interior.

Bubane *(Casal do)*. Na freg. de S. João Baptista, de Capelludos, conc. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real.

Bubeiro. Pov. na freg. de S. Salvador, de Fonte Arcada, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga ‖ Pov. na freg. de S. Miguel, de Thaide, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Buccos. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. e com. de Cabeceiras de Basto, distr. e arceb. de Braga; 758 hab. e 182 fog. Tem caixa do correio. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada n'um alto, d'onde se vê a aldeia de Gondarem, e parte da de Sendim. N'esta freg. ha a ermida de Santa Margarida. A terra é fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 19 com a séde em Chaves.

Bucellas *(Candido José Mourão Garcez Palha, 1.º visconde de)*. Fidalgo da Casa Real, por alvará de 4 de junho de 1830; do conselho d'elrei D. Luiz I, commendador da ordem de Christo, cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, senhor do prazo denominado *Catriá-Moráe*, aldeia na jurisdicção de Damão, e de varios bens de vinculo e capellas situadas na freguezia de Bucellas; coronel do corpo de engenheiros, do exercito da India; presidente do Supremo Conselho de Justiça Militar de Gôa; director e lente do Instituto Profissional, e da extincta Academia Militar d'aquella cidade; director do Archivo Militar, do observatorio metereologico, etc. N. em Gôa a 5 de novembro de 1810, e fal. a 28 de janeiro de 1873. Era filho de Joaquim Mourão Garcez Palha, fidalgo cavalleiro da Casa Real, do conselho de D. Maria II, etc. (V. *Garcez Palha, Joaquim Mourão)*, e de sua mulher, D. Lizarda Joaquina de Mendonça Corte Real, filha de Xavier de Mendonça Corte Real, moço fidalgo da Casa Real, etc. O visconde de Bucellas estudou com distincção humanidades no extincto collegio de

S. Thomaz de Aquino da velha Gôa, e fez o curso completo de artilharia na Academia Militar de Gôa, sendo premiado em muitos exames. Assentou praça em 1826, foi ajudaute de ordens de seu pae em 1827, official de engenheiros em 1837, professor de desenho na referida academia em 1838, da 6.ª cadeira da escola de mathematica em 1841, governador de Damão em 1845, vogal effectivo do conselho de instrucção, inspector das obras publicas civis e militares e do arsenal do exercito, coronel de engenheiros em 1863, director dos telegraphos, procurador á junta geral do districto, membro da junta da provincia, provedor da Santa Casa, e vice-presidente da companhia commercial de Gôa. Desempenhou diversas commissões de serviço publico, tanto militares como civis, em differentes pontos das possessões portuguezas na Asia, como presidente da commissão de obras sanitarias para o melhoramento de Nova Gôa, da commissão da junta protectora dos escravos e libertos, da commissão para a introducção de carreiras de vapores no Mandovi, presidente da commissão de organisação da estatistica, da reforma do exercito, da organisação do correio. O visconde de Bucellas era o coronel mais antigo do exercito da India, e não chegou a ser elevado a general, por se ter extinguido aquelle exercito em 1871. Casou em 27 de outubro de 1830 com D. Emilia da Costa Campos de Aguiar Pereira de Lacerda, senhora do prazo denominado *Deucá Parery*, aldeia situada na jurisdicção da praça e cidade de Damão, filha de Hermenegildo da Costa Campos, fidalgo cavalleiro da Casa Real, marechal de campo do exercito da India, e de sua mulher, D. Marianna Aguiar Pereira de Lacerda. A viscondessa de Bucellas sobreviveu a seu marido, fallecendo em Gôa a 9 de abril de 1879. D'este matrimonio houve sete filhos, dos quaes mencionaremos Joaquim Mourão Garcez Palha, que foi o 2.º visconde de Bucellas, e Thomaz de Aquino Mourão Garcez Palha, que pelo seu casamento foi barão de Combarjua (V. *este titulo)*, e residia em Gôa Ribandar. O visconde de Bucellas, quando falleceu, exercia o cargo de presidente do supremo conselho de justiça militar. O titulo foi concedido por decreto de 23 de agosto de 1870. Era escriptor apreciavel, e tambem pintor amador. Escreveu e deixou publicadas as seguintes obras: *Compendio das lições theoricas do primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto annos da cadeira de desenho da Escola mathematica e militar*, etc. *extrahido de varios autores*, 6 vol., Nova Gôa, 1843 a 1847; *Elementos de construcção civil; Estudos sobre o systema metrico-decimal comparado com o systema de pesos e medidas da India; Feições metereologicas de Gôa; Almanach do céo de Gôa*, de que a imprensa se occupou com muito interesse; alguns dramas, comedias e poesias. Como pintor, fez os retratos a oleo de D. Maria II, que foi elogiado e agradecido no boletim do governo, o de Vasco da Gama, Alexandre I da Russia, o de sua mulher, etc.

Bucellas *(Joaquim Mourão Garcez Palha, 2.º visconde de)*. Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, por alvará de 13 de julho de 1877; proprietario em Gôa, e em Portugal no concelho do Barreiro, antigo bibliothecario da Bibliotheca Publica de Gôa, e professor da Escola Nacional da mesma cidade. N. a 8 de maio de 1837. Falleceu a 10 de dezembro de 1902. Foi filho do 1.º visconde de Bucellas, Candido José Mourão Garcez Palha, e de sua mulher, D. Emilia da Costa Campos Aguiar Pereira de Lacerda. Casou a 12 de agosto de 1878 com D. Candida Lopes da Silva, filha de Seraphim da Silva Lopes, proprietario, e de sua mulher, D. Maria Joaquina de Jesus Fernandes. O titulo foi renovado por decreto de 29 de março de 1878.

Bucellas. Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. da Extremadura, conc. de Loures, com., distr. e patriarc. de Lisboa; 2:617 hab. e 441 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e est. post. com serviço de encommendas, permutando malas com Alverca. A pov. é muito aprazivel, dista 11 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, entre duas serras, a de Bucellas e a da Torre. Era da Corôa, e passou depois para a casa dos condes da Castanheira, vagando outra vez para a Corôa por morte da condessa D. Anna de Athaide; por fim pertenceu á Casa do Infantado, por ter sido dada ao infante D. Francisco por seu pae, el-rei D. Pedro II. Bucellas tambem

Vista geral de Bucellas

foi morgadio, de que era senhor Antonio da Silva Caldeira Pimentel, que procedia de Gomes Peres Caldeira, fidalgo hespanhol muito valido de D. Pedro, o cruel. A egreja parochial é dentro da povoação, e passa por ser um dos melhores templos dos suburbios de Lisboa. E' fechada por abobada sobre oito columnas que a dividem em tres naves. Nos seus principios teve collegiada com prior, quatro beneficiados, sendo dois curados e dois simplices. O priorado rendia 3:000 cruzados, e os beneficiados tinham 100$000 réis de rendimento cada um. Houve em Bucellas um pequeno hospital, administrado pela confraria do Espirito Santo, onde se recolhiam pobres mendicantes e os frades que vinham de passagem. A pov. começou no logar de Villa de Rei, 1:500 m. a E de Bucellas, e a sua capella, da invocação de S. Roque, foi a primeira matriz da freguezia,

mudando-se para o sitio actual em 1522. O orago é N. S.ª da Purificação, mas conhecido mais vulgarmente pelo nome de N. S.ª do Carvalho. A este respeito conta-se a seguinte lenda: os primitivos habitantes de Villa de Rei costumavam vêr todas as noites para os lados de Bucellas certa claridade mysteriosa, apparecendo n'uma frondosa matta de carvalhos, brilhando na escuridão como um enorme pyrilampo. Não podiam explicar este extraordinario successo, e resolveram afinal examinar o sitio onde se via aquelle phenomeno. Encontraram então uma bonita imagem de Nossa Senhora sobre um carvalho, tendo n'uma das mãos uma tocha accesa. A imagem foi conduzida em procissão para a capella de S. Roque. Com o maior espanto, porém, se viu que ella desappareceu de noite, voltando para a sua antiga pousada. Repetindo se este facto mais vezes, percebeu-se que a Virgem só queria ser ali adorada, e tratou-se então de construir a egreja actual, a que ao principio se dava o nome de N. S.ª do Carvalho, sendo hoje conhecida por N. S.ª da Purificação. Junto de Bucellas passa um rio chamado *Trancão*, formado dos regatos da Verdelha, Boução, Bom Nome, Mouscravi e Arroteia. As margens são orladas de grande quantidade de choupos. Vulgarmente é conhecido pelo nome de Bucellas, e vae morrer no rio de Sacavem. A terra é fertil em cereaes e fructos, mas a sua principal producção é o vinho de excellente qualidade, premiado em todas as exposições a que tem concorrido. Bucellas luctou por muito tempo com as mais serias difficuldades de ordem economica, vendo todos os seus vinhedos resequidos pelo phylloxera, mas pouco a pouco a vinha americana veiu em soccorro das antigas plantações, e os modernos processos da vinicultura e de viticultura conseguiram restaurar o seu antigo prestigio. O vinho branco é que constitue propriamente o typo d'aquella vinhateira região. Nas suas *conferencias* dizia-o Antonio Augusto de Aguiar *o mais caracteristico e bem conceituado entre os vinhos portuguezes actuaes*. Ainda nas referidas *conferencias* se encontra a seguinte observação: «Bucellas é uma região vinhateira privilegiada. O seu terreno accidentado é cretaceo ou margoso e similhante até certo ponto ao solo da Champagne.» O vinho tinto é em geral constituido por vinhos de outras regiões, lotados convenientemente de molde a manter-se o typo classico de Bucellas. O vinho branco é muito procurado nos mercados estrangeiros, e ainda ha pouco o professor Viala, na conferencia realisada na Sociedade de Geographia, punha em relevo a sua excellencia. Em Bucellas ha ainda a importante industria de ferragens, que tem alcançado uma certa reputação. Devido á iniciativa de um dos principaes viticultores, o sr. João Camillo Alves, Bucellas está hoje muito bem abastecida de aguas. Velloso de Andrade, na sua *Memoria sobre chafarizes*, historía largamente a construcção do primeiro chafariz de Bucellas, que foi inaugurado em 2 de fevereiro de 1850, tendo os sobejos sido concedidos a D. Luiza Casimira da Conceição por termo de 10 de novembro do mesmo anno. Existe ali uma nascente que parece dotada de apreciaveis qualidades therapeuticas, é a *agua ferrea*, como lá lhe chamam. Esta agua ainda não foi estudada, segundo consta. A freguezia, além de muitos casaes, compõe-se dos logares de Villa de Rei, Charneca, Bemposta, Villa Nova, Serra de Alrota, Freixial e Chamboeira. O Freixial é um dos arredores mais pittorescos. Bucellas está ligada por estradas com os concelhos visinhos: Arruda dos Vinhos, Mafra e Villa Franca de Xira, tendo tambem communicação directa com a villa de Loures. A estrada que vae de Bucellas a Alverca, tem lindos pontos de vista. No limite da freguezia, no alto chamado *Cabeça da Rosa*, o panorama é pittoresco, e abrange um largo trecho da campina ribatejana, estendendo-se até Alfarrobeira, logar historico pela batalha que em 20 de maio de 1449 ali se feriu e em que foi victima o principe regente D. Pedro, duque de Coimbra. Na freguezia ha varias quintas, como a da *Romeira de Cima*, propriedade do sr. conde da Ribeira; a da *Romeira de Baixo*, a de *Valverde*, etc. Tem theatro já muito arruinado, bastantes estabelecimentos, medico, pharmacia, sociedades de recreio e humanitarias: *Bombeiros voluntarios de Bucellas*, *Philarmonica 21 de junho de 1863*, *Recreio dramatico bucellense*, e todos os domingos se realisa no largo do Rocio um mercado importante. Bucellas pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 5 com a séde em Lisboa.

Bucha. Fazenda e monte na freg. de N. S.ª do Bispo e conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Buciculo *(Casal do)*. Na freg. de S. Pedro, de Dois Portos, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Bucoio. Povoação no districto de Benguella, prov. de Angola, Africa Occidental. Tem estação telegraphica, aberta ao serviço internacional por annuncio de 4 de agosto de 1904.

Budens. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. do Algarve, conc. de Villa do Bispo, com. de Lagos, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 2:674 habitantes. É situada em uma campina pouco elevada, d'onde se descobrem montes, mattos e campos. Esta freg. está reunida á de Barão de S. Miguel, antigamente conhecida pelo nome de Barão de S. João. (V. *este nome)*. Pertencia á corôa, e fica na costa do Atlantico. Possue boas terras de pão, vinhas e figueiraes. Cria muito gado, principalmente vaccum. Tem uma boa fonte de excellente agua. Por carta regia de 22 de dezembro de 1323, el-rei D. Diniz concedeu licença a João Cordeiro, de Lagos, para construir ameias na sua torre de Budens. N'esta freguezia ha duas fortalezas pequenas, a de *Almádena*, feita sobre uma rocha por D. Luiz de Sousa, conde do Prado, general do Algarve, em 1600, e a de *Santa Cruz da Figueira*, tambem formada sobre um alto rochedo, junto a um ribeiro que desemboca na praia. O terremoto de 1755 causou graves destroços a esta povoação. No *Portugal antigo e moderno*, de Pinho Leal, vol. I, pag. 502, lê-se o seguinte: «O ribeiro entrou pela terra dentro, por espaço de mais de 3 k. e na altura de umas 10 a 12 varas, arrazando quanto achou. Na resaca deixou a descoberto na praia uns grandes e nobres edificios, de que não havia memoria nem tradição, com grossas muralhas. Para E appareceu uma grande calçada, por entre paredes de boa cantaria, com portas de grades de ferro, ao lado das quaes se encontrou outra porta, que parece de templo, e ao nivel da terra um grande tanque. Pela parte do mar ha grandes alicerces e pare-

des largas e compridas, rebocadas e pintadas de varias côres Por este lado ha uma entrada para o edificio, em arco e de boa cantaria, ornada de columnas de marmore. Junto a esta porta estão varios aposentos, cujo pavimento é de mosaico de côres, com varias letras desconhecidas. Já em 1715 se descobriu aqui, em outra erupção do mar, um caes junto a estes edificios, de boa cantaria, com grandes argolas, mas, passados annos tornou a desapparecer. Suppõe-se ser aqui uma grande povoação ou cidade romana, ou anterior aos romanos. N'estas ruinas achou-se uma moeda de cobre do imperador Nero.» Pretendem alguns escriptores que fôsse n'este local a antiquissima cidade de *Budéa* ou *Bude*, e que a actual povoação herdasse o nome. Budens pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 17 com a séde em Lagos.

Buella. Logar na freg. de S. João, de Villa Boa, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Buena Madre *(Monte de).* Na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Messejana, conc. de Aljustrel, distr. de Beja.

Buenos Ayres. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Pedraça, conc. de Cabeceiros de Basto, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Salvador, de Bravães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Dois logares em Tavora, um na freg. de S. Maria, outro na de S. Vicente, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Braz, de Varzea, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. || Casal na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. S. Martinho d'Arvore, conc. e distr. de Coimbra. || Roça na ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Bufa. V. *Armadura.*

Bufalhão. Pov. na freg. de S. Salvador, de Pombeiro, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Bufarda. Pov. na freg. de S. Leonardo, de Athouguia da Baleia, conc. de Peniche, distr. de Leiria. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Chão de Couce, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Bufareira. Sitio na freg. de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Bufo. Logar na freg. de S. Vicente, de Mascotellos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bufos *(Casal dos).* Na freg. de S. João Baptista, de Pedrogão Pequeno, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Bugalha. Logar na freg. de S. Romão, de Corgo, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Quinta na freg. de N. S.ª da Graça, de Vella, conc. e distr. da Guarda.

Bugalhal. V. *Bogalhal.*

Bulmpal. Aldeia da circumscripção militar de Onda, provincia e commando militar de Satary, districto de Gôa, na India. Dista 10 kilom. de Valpoy, séde do commando.

Bugalhão. Casal na freg. de S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Miguel, de Cardozas, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

Bogalhas. Pov. na freg. de S. Thiago, de Pinheiro de Coja, conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Bugalheira. Pov. na freg. de S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Vicente, de Cidadelhe, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Logar na freg. de S. Christovão, de Lordello, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Pedro, de Loureiro, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || Logar na freg. de N. S.ª dos Anjos e conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Casa na freg. de S. Simão, de Gouveia, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Casaes na freg. de S. Mamede, de Ventosa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de S. Marcos do Campo, conc. de Reguengo de Monsaraz, distr. de Evora. || Quinta na freg. de S. Lourenço, do Ramalhal, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Bugalheiros. Pov. na freg. de S. Salvador, de Parada de Gatim, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Bugalhinha. Logar na freg de Santa Maria, de Athães, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bugalhós de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Vicente, de Mascotellos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Bugalhosa. Pov. na freg. de Santa Maria, de Miranda, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Bugarrel. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, da Serra, concelho de Thomar, districto de Santarem.

Bugia *(Monte da).* Na freg. de S. Thiago, de Urra, conc. e distr. de Portalegre.

Bugiada *(Monte da).* Logar na freg. de Santa Catharina, de Sitimos, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Bugiaria. Pov. na ilha da Madeira, na freg. de S. Roque, conc. e distr. de Funchal.

Bugias de Baixo e Bugias de Cima. Duas herdades na freg. de S. Pedro, de Algalé, conc. de Monforte, distr. de Portalegre.

Bugiganga. Pov. na freg. de S. Miguel, de Urró, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Bugio. Appellido nobre, tendo por armas as dos Buzios. V. *este nome.*

Bugio. Pov. na freg. de S. Miguel, de Aves conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Casal ou monte na freg. de Santa Maria do Castello e conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de N. S.ª d'Annunciada, de Aldeia de Paio Pires, conc. do Seixal, distr. de Lisboa.

Bugio *(Torre do).* Foi el-rei D. Sebastião quem planeou construir uma fortaleza n'um ilhéo de rochedos, que ficava á entrada do Tejo. Os alicerces, porém, fôram lançados em 1578, já depois da partida do joven monarcha para a infausta expedição d'Africa, d'onde nunca mais voltou. As obras continuaram durante o curto reinado do cardeal D. Henrique, e depois no de D. Filippe I, de Portugal, mas D. João IV foi quem procedeu a grandes melhoramentos, reedificando-a quasi completamente, sendo encarregado das obras o architecto fr. João Torriano, monge benedictino que fez o novo plano e dirigiu os trabalhos. Fr. João Torriano tinha grande fama no seu tempo, e por isso lhe incumbiam differentes obras de fortificação e de edificios religiosos. A fortaleza ficou situada n'uma cabeça secca, o que a tornou conhecida pelo *forte da Cabeça Secca;* o seu verdadeiro nome, porém, é *Torre*

de *S. Lourenço*, e vulgarmente *Torre do Bugio.* Tem pharol e uma pequena força militar, que lhe fornece o destacamento da torre de S. Julião. Esta torre está em frente da do Bugio, na distancia de 2:500 m., ficando entre ellas a entrada da barra, dividida em dois canaes por uns cachopos que se vêem no centro. Ao do Sul chama-se *Carreira da Alcaçova* ou *Barra Grande*, e ao do norte, que é muito mais estreito, *Corredor* ou *Barra Pequena.* Em 1903, parece que, para augmentar a defeza da barra e do porto de Lisboa, se pensou em augmentar o poder militar da historica torre do Bugio, construindo-se para esse fim em volta varios girantes, de fórma a permit-

Bujamata. Um dos seis reinos de negros papeis em que está dividida a ilha de Bissau, na Guiné, Africa Occidental. Tem grande producção de sal.

Bujetò. Pov. situada no territorio dos negros felupes, na margem esquerda do rio Casamansa, costa da Guiné, Africa Occidental.

Bujinhosa. Logar na freg. de N. S.ª da Visitação, de Odeleite, conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Bujões. Pov. na freg. de S. Pedro, de Abbaças, conc. e distr. de Villa Real.

Bujos. Pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Torre do Bugio

tir vencer o mar em qualquer direcção, guarnecidos com artilharia moderna, para cuja construcção já se fizeram as precisas sondagens. A torre seria tambem dotada com lentes de grande alcance. A vista que publicamos é reproduzida d'uma gravura de J. Pedroso, inserta no album *Gravura de madeira em Portugal, estudos em todas as especialidades e diversos estylos*, Lisboa, 1876.

Bugios. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco.

Buila. Serra no paiz de Butongas, entre o rio Cafue e Zambeze, no antigo districto de Tete, actual de Angoche, prov. de Moçambique, Africa Oriental. V. *Boila.*

Bujalo. Reino de gentios da margem esquerda do rio de S. Domingos, na Guiné, Africa Occidental.

Bujouca. Pov. na freg. de Santa Maria, de Pigeiros, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Bulfiar. Pov. no freg. de Santa Eulalia e conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Bulgão ou Bollegão *(Monte do).* Na freg. de Santa Cruz, de Vera Cruz, conc. de Portel, distr. de Evora.

Bulhau. Pov. na freg. de Santa Cruz, de Juvim, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Bulhaco *(Quinta do).* Na freg. de S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Bulhão. Medalha commemorativa de ouro ou prata. Esta designação era usada no seculo XV.

Bulhão Pato *(Raymundo Antonio de).* Poeta contemporaneo, 2.º official da 1.ª repartição da

direcção geral do commercio e industria, socio da Academia Real das Sciencias. N. a 3 de março de 1829 em Bilbau, nas provincias vascongadas, e foi creado em Deusto, pequena e risonha povoação assentada sobre o rio, a uma legua da cidade. Era filho de Francisco de Bulhão Pato, poeta e fidalgo portuguez, e de D. Maria da Piedade Brandy. Na sua infancia estava Hespanha entregue aos horrores da guerra civil, deram-se os tres cercos de Bilbau, e a familia Bulhão Pato depois de soffrer grandes transtornos e inclemencias, decidiu abandonar a casa onde vivia, e em 1837 retirou-se para Portugal. Os primeiros rudimentos de leitura, grammatica, escripta e de lingua franceza, aprendeu-os com seus paes. Depois de frequentar o collegio da rua do Quelhas, matriculou-se na Escola Polytechnica em 1845. Desde então, contando apenas 15 annos, começou a conviver com as primeiras capacidades litterarias e politicas d'aquella epoca, como Alexandre Herculano, Garrett, Andrade Corvo, Latino Coelho, Mendes Leal, Rebello da Silva, Gomes d'Amorim, Zaluar, etc.; por vezes via-se na casa de Herculano, em Ajuda, na de Garrett e na de José Estevão, onde costumavam reunir-se os homens de letras mais notaveis. Este convivio desenvolveu-lhe ainda mais o seu estro poetico, que desde creança se manifestara. Os seus versos eram tão espontaneos e tão naturaes, que o consagraram verdadeiro poeta Publicou o seu primeiro livro em 1850, com o titulo de *Poesias de R. A. de Bulhão Pato;* em 1862 appareceu o seu segundo livro, *Versos de Bulhão Pato*, e em 1866 o poema *Paquita*. Estes livros tiveram um grande successo litterario, A'cerca da *Paquita*, escreveram Alexandre Herculano e Rebello da Silva palavras muito elogiosas. Publicaram-se depois, em 1867 as *Canções da Tarde;* em 1870 as *Flôres agrestes;* em 1871 as *Paizagens*, em prosa; em 1873 os *Canticos e satyras;* em 1881 *o Mercador de Veneza;* em 1879 *Hamlet*, traducções das tragedias de Shakespeare, de *Ruy Blas* de Victor Hugo, 1881 seguindo-se outras publicações: *Satyras*, *Canções e Idyllios;* o *Livro do Monte*, em 1896, de que a imprensa muito se occupou. Para o theatro, parece que escreveu apenas uma comedia em 1 acto, *Amor virgem n'uma peccadora*, que se representou no theatro de D. Maria em 1858, sendo publicada n'esse mesmo anno. O sr. Bulhão Pato tem sido collaborador em differentes jornaes: *Pamphletos*, 1858; a *Semana*, *Revista Peninsular*, *Revista Contemporanea*, *Revista Universal*, etc. Duas vezes foi convidado para deputado, mas sempre se recusou. A sua biographia encontra-se na *Revista Contemporanea*, 1.º vol., de 1861, a pag. 539, escripta por L. A. Rebello da Silva, e no *Occidente*, vol. XIV, de 1891, pag. 10 e seguintes, escripta pelo sr. conde de Valenças. No *Occidente* de 15 de dezembro de 1896 e numeros seguintes, tambem se encontra um artigo do sr. Zacharias d'Aça ácerca do *Livro do Monte*.

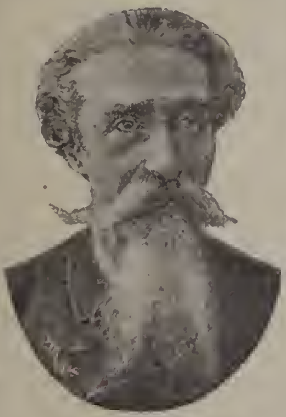

Raymundo Antonio de Bulhão Pato

Bulhas *(Casal das)*. Na freg. do Espirito Santo, de Valle de Cavallos, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Bulho de Pinheiro. Logar na freguezia de S. Thiago, de Valladares, conc. de Baião, distr. do Porto.

Bulhões. Familia originaria dos Paizes Baixos, do ducado de Bouillon. O primeiro que passou a Portugal d'este appellido foi Martim de Bulhom, bisavô de Santo Antonio, e de Pedro Martim de Bulhom, de quem continuou a descendencia. Teve o seu solar esta familia na quinta de Bulhões, junto á cidade de Lisboa. Tem por armas, em campo de prata uma cruz vermelha, e em cada ponta tres bolotas de verde, com os casculhos de ouro; timbre uma aspa de vermelho, e a cada banda tres bolotas como as das armas. Assim se lê na *Nobiliarchia portugueza*, de Villas Boas.

Bulhões *(Antonio Elyseu Paula de)*. Engenheiro militar. N. em Lisboa a 14 de junho de 1780, fal. em 28 de fevereiro de 1844. Era filho do dr. fr. Miguel Filippe Nery de Bulhões, medico do Santo Officio. Tendo concluido o curso que n'essa epoca se exigia para os officiaes de engenharia, foi despachado 2.º tenente para essa arma em 23 de julho de 1804, sendo promovido a 1.º tenente em 1809. Entrou na guerra peninsular, e ficando prisioneiro dos francezes, recusou formalmente acceder aos convites que lhe fizeram para se alistar no serviço de Napoleão, e apenas pôde livrar-se da prisão, regressou ao reino. Este facto elevou-o ao posto de capitão em setembro de 1810. Continuando a tomar parte na guerra prestou importantes serviços, distinguindo-se no cerco de S. Sebastião, pelo que mereceu os elogios de Burgoyne, que ficara commandando os engenheiros, em substituição de Fletcher, que morrera no assalto d'esta praça. Quando terminou a campanha, foi Antonio de Bulhões encarregado dos melhoramentos da viação do Alemtejo. Em 1820 teve a promoção de major, e em 1827 foi nomeado inspector dos incendios de Lisboa, situação em que se conservou até 1832, anno em que voltou a servir no exercito, seguindo a causa absolutista, em que obteve os postos até brigadeiro, e commandava a engenharia, quando se deu a convenção de Evora Monte, em 1834. Terminando a guerra civil, recolheu-se á vida particular, até que falleceu.

Bulhões *(Cypriano José da Silva)*. Capitão de engenheiros em 1791, e lente substituto da Academia de Fortificação.

Bulhões (*Fr. Manuel da Madre de Deus*). Religioso da ordem dos carmelitas calçados, prior do convento da Bahia, definidor geral, provincial, etc. N. na Bahia a 26 de novembro de 1663; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Manuel da Costa da Camara, capitão de infantaria, e de D. Maria de Bulhões, filha de Luiz Gomes de Bulhões, tenente general de artilharia. Por morte de seu pae, a mãe e as irmãs recolheram-se no convento de Santa Clara da referida cidade da Bahia, e Manuel de Bulhões, apezar de ser fidalgo cavalleiro e alferes de infantaria, de-

dicou-se tambem á vida claustral, entrando no convento carmelitano a 7 de setembro de 1688, e professando a 8 do referido mez do anno seguinte. Ensinou Philosophia aos seus domesticos, em cuja faculdade, sendo ainda secular, recebera o grau de mestre, e depois dictou Theologia. Como procurador da sua ordem, foi mandado a Roma para assistir ao capitulo geral celebrado no anno de 1695, onde votou como definidor geral. Tambem exerceu o cargo de examinador synodal do arcebispado da Bahia. Teve grande fama como prégador. Escreveu os seguintes sermões, que fôram prégados na Bahia, e publicados em Lisboa: *Sermão funebre nas exequias de Roque da Costa Barreto, governador que foi do Brazil*, 1699; *Sermão de Nossa Senhora d'Ajuda*, 1704; *Sermão em acção de graças pela saude d'el-rei nosso senhor... em 24 de maio de 1705*, 1706; *Sermão primeiro do Synodo diocesano que se celebrou no Brazil pelo ill.mo sr. D. Sebastião Monteiro, arcebispo da Bahia, a 12 de junho de 1707*, 1709; *Sermão de Santa Thereza*, 1711; *Sermão de S. Felix de Cantalicio*, 1717; *Sermões da Soledade*; 1702, 1703 e 1709; *Sermão do principe dos Apostolos S. Pedro, na abertura do seu novo templo*, 1717; *Sermão na festividade de Nossa Senhora da Barroquinha*, 1728; *Oração concionatoria nas exequias da ill.ma sr.a D. Marianna de Alencastro, mãe do ex.mo sr. Vasco Fernandes Cesar de Menezes, conde de Sabugosa e capitão general do estado do Brazil*, 1732; *Sermões varios*, 2 tomos, 1737 e 1739; *Summa triumphal da nova e grande celebridade do glorioso e invicto martyr S. Gonçalo Garcia, dedicada ao sr. capitão José Rabello de Vasconcellos por seu autor Soterio da Silva Ribeiro, com uma collecção de varios folguedos e dansas, oração panegyrica que recitou o P. fr. Antonio de Santa Maria Jaboatão na egreja do Sacramento em Pernambuco, no dia 1 de maio de 1745*, Lisboa, 1753.

Bulhões *(Fr. Miguel de)*. Bispo de Malaca e do Grão-Pará. N. em Verdemilho, aldeia do conc. de Aveiro, a 13 de agosto de 1706; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de José Pereira Pacheco e de D. Maria da Encarnação e Gouveia. Deixou o mundo e dedicou-se á vida religiosa, entrando na ordem dos prégadores no convento da Misericordia de Aveiro, recebendo o habito a 10 de outubro de 1722, e professando a 11 do referido mez do anno seguinte. Dictou Philosophia e Theologia aos seus domesticos, e foi um dos academicos da Academia Real de Historia Portugueza. Sendo nomeado bispo de Malaca a 8 de dezembro de 1745, o sagrou na egreja patriarchal a 13 de março de 1746 o primeiro patriarcha de Lisboa, D. Thomaz de Almeida. A 8 de dezembro de 1747 foi promovido para o bispado do Grão-Pará. Partiu para a sua diocese a 21 de setembro de 1748. Em 1761 teve transferencia para o bispado de Leiria. Escreveu: *Sermão do Auto da Fé celebrado na Egreja de S. Domingos d'esta Côrte, recitado em 6 de outubro de 1746*, Lisboa, 1750; *Pastoral*, datada de Leiria a 27 de maio de 1762, ordenando preces publicas pelo feliz successo das armas portuguezas na guerra com Hespanha; *Pastoral*, datada de Leiria a 2 de abril de 1763, mandando cantar um *Te-Deum* em acção de graças pela paz celebrado com Hespanha; *Carta pastoral*, etc., datada de Leiria a 14 de março de 1770; *Carta*, datada do Pará, a 21 de janeiro de 1752, em resposta á de um religioso franciscano, que se offerecia para solicitar para elle na Curia Romana, um breve com prerogativas taes, que lhe ficariam servindo de predicamento ao primeiro bispado que vagasse no reino; publicou-se no *Jornal de Bellas Artes* ou *Mnemosine Lusitana*, tomo I, 1816, pag. 333 e seguintes.

Bulhões *(Miguel Eduardo Lobo de)*. Jornalista e escriptor. N. em Lisboa a 1 de maio de 1830, fal. a 16 de março de 1894. Era filho de Antonio Elyseu Paula de Bulhões, official de engenheiros, e de D. Maria Benedicta Lobo de Macedo Vieira. Estudou o curso de humanidades, com preparatorios para entrar na Universidade de Coimbra. Em 1844 seguiu o curso da Escola do Commercio, onde foi approvado com distincção. Contava 17 annos de edade quando entrou no serviço publico, como amanuense extraordinario da contadoria da Junta do Credito Publico; ainda assim continuou a estudar, frequentando algumas cadeiras da Escola Polytechnica, e obteve valores para premio no exame da primeira cadeira. Por circumstancias particulares de familia ou por doença, interrompeu o curso d'aquella escola, e dedicou-se ao serviço da Junta, merecendo pela sua elevada intelligencia e erudição a maior sympathia e consideração dos superiores, que lhe confiaram a direcção de secções importantes em trabalho e responsabilidade. Da junta passou ao ministerio da marinha e ultramar, como chefe da repartição de contabilidade, para que fôra nomeado, e por uma reforma feita n'aquelle ministerio, ficou dirigindo, na direcção do ultramar, a segunda repartição, a que tambem competem os negocios geraes da fazenda ultramarina. No anno de 1858 começou a sua carreira jornalistica, tomando parte effectiva na collaboração do jornal *O futuro*, onde tratou especialmente de assumptos economicos e financeiros. Entrou depois para a redacção da *Politica liberal*, que succedera ao *Futuro;* e successivamente escreveu na *Gazeta de Portugal* em portuguez e francez, firmando os seus artigos com a inicial *B.*; no *Paiz*, na *Correspondencia de Portugal*, encarregando-se da secção intitulada *Successos; Constitucional*, de Pernambuco, de que foi correspondente nos ultimos annos da sua publicação; *Commercio do Porto*, em que durante 20 annos publicou ás segundas feiras uma revista politica e critica, com as iniciaes *E. L.*, etc. Miguel de Bulhões foi agraciado com a commenda de Izabel a Catholica, em setembro de 1869, mas não quiz nunca usal-a. Era socio de diversas corporações litterarias e scientificas, nacionaes e estrangeiras. Miguel Bulhões, sentindo-se bastante doente, recolheu em novembro de 1893 á Casa Saude Lisbonense, onde soffreu a amputação d'um pé, fallecendo em março seguinte. Todos os jornaes publicaram saudosos artigos, lastimando a sua morte. Escreveu: *La reforme de l'administration civile en Portugal*, Lisbonne, 1867; contém a traducção franceza do decreto de 26 de junho de 1867, revogado em janeiro de 1868, com uma introducção previa e additamentos finaes do autor; *La dette portugaise*, Lisbonne, 1867, publicada tambem em portuguez, no mesmo anno; na *Gazeta de Portugal*, em diversos numeros do referido anno de 1867 appareceram transcriptos muitos artigos honrosos, que toda a imprensa então publicou: *Cartas sob a exposição universal de Paris;* eram enviadas ao director da *Gazeta de Portugal*, saindo a primeira

em agosto de 1869; *Ephemerides*, serie interessante de artigos publicada no *Paiz* em 1874; *Paris na America*, por Mr. de Laboulaye, traducção do francez, Lisboa, 1874; *Recordações e vagares*, Lisboa, 1875; ácerca d'este livro e do seu autor saiu no *Diario illustrado* de 17 de outubro de 1875, um conceituoso folhetim escripto pelo sr. conselheiro Ferreira Lobo; *Colonies portugaises, court exposé de leur situation actuelle*, Lisbonne, 1878; na sua *Historia de estabelecimentos scientificos*, etc., o conselheiro José Silvestre Ribeiro, no tomo XI, menciona com louvor esta obra; *A fazenda publica de Portugal, praticas vigentes e varias utopias do autor*, Lisboa, 1884; tem dedicatoria ao conselheiro Anselmo José Braameamp; *Historia e historias*, livro de contos, etc. A revista *Die Gesellchaft*, de Leipzig, publicou uma apreciação dos trabalhos d'este escriptor, louvando o seu merecimento. O artigo é assignado com as iniciaes *H. B.*, que são de uma dama distincta e erudita, Hedwig Barsch, muito conhecedora da litteratura portugueza, que residia ha annos em Breslau, na Silesia.

Bulhões *(Padre Valentim de)*. Presbytero da congregação do Oratorio de Lisboa, cuja roupeta vestiu a 24 de setembro de 1750. Falleceu a 29 de abril de 1804. Exerceu durante annos o magisterio na casa de N. S.ª das Necessidades, e passava por ser homem muito douto. Conta-se que, presidindo a umas conclusões, fôra copiosamente instado por individuo que o marquez de Pombal, então primeiro ministro e inimigo da congregação, enviara com o fim expresso de enredar o padre, de sorte que houvesse pretexto prausivel para perseguil-o. Valentim de Bulhões, vendo se embaraçado pelos argumentos que se lhe propunham, com os quaes se forcejava por desvial-o dos pontos da these, e envolvel-o em assumptos de natureza politica, deixou escapar inadvertidamente um *Concedo*, que foi julgado motivo sufficiente para ser logo depois preso e conduzido aos carceres da Inquisição, onde esteve muitos annos, de todo incommunicavel, sem nunca se lhe instaurar processo. Como lhe não consentissem na prisão papel e tinta, nem mais livro que o breviario, serviu-se d'um papel pardo, que pôde arranjar, para n'elle escrever com os morrões da candeia dissolvidos em saliva, não só as obras em prosa e verso, que se imprimiram, mas outras que se conservaram inéditas, depois da sua morte, na casa das Necessidades, d'onde desappareceram. Obtendo a liberdade, voltou para a congregação, e exerceu o cargo de censor ou qualificador dos livros, nomeado pelo Santo Officio. Consta que sómente se imprimiu, no seu tempo, o seguinte: *Apologetico de S. Gregorio Nazianzeno, por antonomasia o theologo; vertido em linguagem, e offerecido ao ex*.ᵐᵒ *e rev.*ᵐᵒ *sr. Cardeal da Cunha, ministro de estado da Rainha Nossa Senhora, inquisidor geral*, etc, Lisboa, 1782, *Paraphrase ao Stabat mater*, Lisboa, 1780.

Bulla. E' um acto authentico, lavrado em pergaminho e expedido em nome do papa, contendo um decreto pontificio sobre materias religiosas de interesse geral. Estes documentos são sellados com sêllo de chumbo onde estão gravadas de um lado as armas do papa, e do outro as imagens dos apostolos S. Pedro e S. Paulo. O sêllo está pendente de fios de seda ou de canhamo, conforme a bulla é de graça ou de justiça. Tambem as havia com sêllos de ouro, a que chamavam *Bullas Aureas*, mas isto só quando versavam sobre cousas as mais relevantes, e da maior honra, e interesse como fundações de grandes mosteiros, privilegios de egrejas, erecções de bispados, tratados de casamento, pazes, etc.; conforme se vê das muitas *bullas aureas*, que se guardam na Torre do Tombo. Tambem se conhecem as *bullas argenteas*, por terem sêllos de prata. O titulo de que o papa usa n'estes documentos é o de: *Episcopus, servus servorum Dei. Breve* é um acto menos solemne e mais restricto do que as bullas, contendo letras apostolicas em que são tratados negocios menos graves. O sêllo é em cera vermelha, representando S. Pedro na barca lançando a rede, que é o que se chama o *annel do pescador*. Os *breves apostolicos* são os que dimanam directamente do papa, e os *breves de penitenciaria*, os que são expedidos por um tribunal ou conselho, que tem o titulo de *penitenciaria*. Além d'outras differenças que ha entre bullas e breves, nota-se que as bullas são datadas segundo o calendario romano, e os breves, segundo o calendario moderno. A *bulla da santa cruzada* foi concedida á Corôa portugueza em 1442 pelo papa Eugenio IV: *Bulla Rex regum, et Dominus dominatium*, de 5 de janeiro d'este anno. Até ao pontificado de Paulo V, em 1605, a concessão era feita por triennios, findo cada um dos quaes, se expedia nova bulla de prorogação. D'aquelle anno em deante alterou-se o prazo da concessão passando a ser de seis annos em vez de tres, e seguindo as prorogações successivamente como d'antes. Actualmente o periodo da concessão é de doze annos (Breve de 3 de agosto de 1873). O fim da concessão foi prestar auxilio á Corôa de Portugal nas grandes despezas que fazia com a propagação da fé, devendo preferir-se os logares da Africa e attender-se, só depois d'elles, á guerra contra os infieis na Asia. Do producto da bulla devia pagar-se annualmente uma certa quantia para a fabrica da egreja de S. Pedro em Roma. Pela bulla de Clemente XI, de 16 de janeiro de 1721, *Ex parte regiæ magestatis tuæ*, devia tambem applicar-se uma parte para as *missões* na importancia de 15:000 cruzados. Havendo cessado desde muito as causas, que tinham determinado aquella concessão, procurou-se obter o seu restabelecimento, deixando á Santa Sé o designar a applicação dos rendimentos que d'ahi proviessem. D'esta diligencia resultou a convenção de 21 de outubro de 1848, na qual foi estipulado o seguinte: que a bulla seria concedida na fórma antiga; que o seu rendimento seria applicado conforme ao estabelecido no breve *Cunctis sit notum*, de 15 de novembro de 1844; que se daria a esmola do costume para a fabrica de S. Pedro em Roma; que a bulla seria publicada pelo modo do costume e no tempo usual; que na publicação se fizesse conhecer aos fieis o uso a que eram destinados os rendimentos. Nos termos d'esta convenção, Pio IX, pelas bullas de 22 de janeiro de 1849 e 22 de abril de 1856, applicou esses rendimentos á creação de novos seminarios episcopaes, ao melhoramento dos já existentes, e ao subsidio ás egrejas parochiaes pobres, quando se achem já providas as necessidades dos seminarios, e das aulas de disciplinas ecclesiasticas nas differentes dioceses. A esmola para a fabrica de S. Pedro foi, ao principio, de 5:000$000 réis. Posteriormente, por occasião do

augmento dado ao valor da moeda no tempo de D. Affonso VI e de D. Pedro II, augmento que a fez subir a mais 50 por cento do valor que d'antes tinha, os 5:000$000 réis tiveram de elevar-se a 7:200$000 réis, por ser esta a importancia que se reputou corresponder-lhe segundo o novo regimen monetario. Em 1827, porém, o papa Leão XII pelo breve *Quum per nostras litteras*, de 3 de abril d'esse anno, reduziu-a á quantia de 2:400$000 réis. O decreto de 20 de setembro de 1851, art. 13.º, declara que a publicação da bulla é annual e deve ser feita com a conveniente solemnidade e nas mesmas epocas que d'antes tinha logar. Era grande o apparato que então se observava, especialmente no primeiro anno de cada periodo da renovação. Os magistrados, vereadores, fidalgos e povo, eram todos obrigados a concorrer a ella, ficando prohibido o trabalho n'esse dia. Em Lisboa, o commissario geral saía a cavallo de sua casa até á egreja de S. Domingos, acompanhado pelos deputados da bulla, pelos corregedores da cidade, e por todas as mais justiças, e d'ahi seguia em procissão com todas as religiões e cleresia até á sé, levando a bulla debaixo do pallio. Ao entrar na sé e junto á porta principal, o cabido devia vir esperal-o acompanhando-o até ao altar-mór, e dando-lhe assento em cadeira de espaldar de velludo, com almofada aos pés, tambem de velludo, sobre uma alcatifa. Começava então a missa solemne com sermão. Acabada a solemnidade era conduzido a sua casa com o mesmo acompanhamento de cavallo. No seculo XVIII, por decreto de 17 de novembro de 1717, este meio de conducção foi substituido pelos coches da Casa Real, em que eram transportados o commissario geral, ministros e officiaes da bulla. Nas outras terras devia a publicação tambem ser feita com a possivel solemnidade. A obrigação da assistencia das camaras a esse acto foi renovada pelo alvará de 5 de outubro de 1827. Hoje a Bulla da Cruzada faz annualmente a sua festa solemne na sé a 11 de dezembro, e o *Diario do Governo* publica por essa occasião o relatorio e contas. A administração pertencia a um tribunal denominado da *bulla da santa cruzada*, o qual se regulava pelo regimento de 10 de maio de 1634; hoje está confiada a uma corporação, que se denomina *Junta geral da bulla da cruzada*, composta d'um commissario geral, que é o presidente, e quatro vogaes com o titulo de *deputados*. A'cerca da Bulla da Cruzada póde vêr-se o vol. II dos *Apontamentos de direito, legislação*, etc., de Jacinto Antonio Perdigão, a pag. 101 e seguintes, d'onde extrahimos estes apontamentos; a bibliographia do sr. bispo-conde de Arganil; *Opusculo da bulla da santa cruzada portugueza vindicada*, Lisboa, 1812, 2 vol.; *Historia Genealogica da Casa Real*, vol. X, pag. 526.

Bullario. Collecção de bullas do papa. Escriptor que copia as bullas. || *Bullario do Reino*, collecção mandada formalisar, por decreto de 11 de novembro de 1695, a Balthazar Duarte, dando-se-lhe todos os documentos do Real Archivo da Torre do Tombo.

Bulrões *(Monte dos)*. Na freg. de Santa Maria e conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Bumba Angoy. Pov. na margem direita do rio do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental, a 30 k. da foz.

Bumbe. Confluente da margem direita do rio Longa. Nasce a E de Quissama, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental; corre para O na extensão de 50 k., e depois, para S, como que torneando o monte de Toanza-Cassamba, até ir encontrar as aguas do Longa a E do lago grande. || Pov. no conc. do Ambriz, dist. de Loanda, aproximadamente a 60 kilom. a léste da pov. do Ambriz, na estrada para Encoge. || Pov. no mesmo dist. ao N. do conc. de Pungo-Andongo, na margem esquerda do rio Lucalla, confluente do Cuanza e distando da capital do conc. 60 kilometros.

Bumbo. Concelho do distr. e com. de Mossamedes, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental. E' limitado ao N e ao S pelos sertões do gentio não avassallado, a E pelo conc. de Huila, e a O pelo conc. de Mossamedes. Calcula-se a sua superficie em 6:000 kilom. quadrados e a população em 7:000 hab., composta de brancos, pardos e negros. O solo é cortado por muitos rios e ribeiros, taes como Monhino, Quitibe, Chaiuba, Tampa e Cacanda. O Bumbo é uma colonia agricola fundada em 1850. O seu primeiro agricultor foi o europeu José Leite de Albuquerque, na fazenda chamada Bumbo, d'onde veiu o nome ao concelho. Produz algodão, canna sacharina, café, etc.

Bumboddém. Povoação da circumscripção de Quirlapale, do commando militar e concelho de Sanguem, distr. de Gôa, na India.

Bunheira. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro. || Casal na freg. de S. José, de Lamarosa, conc. de Coruche, distr. de Santarem. || Casal na freg. do Espirito Santo, de Valle de Cavallos, conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || Monte na freg. de N. S.ª das Reliquias, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. d'Odemira, distr. de Beja. || Quinta na freg. de N. S.ª da Expectação, de Nogueira do Cravo, conc. d'Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Bunheirinha *(Monte da)*. Na freg. de N. S.ª das Reliquias, conc. de Odemira, distr. de Beja

Bunheiro. Pov. e freg. de S. Matheus, da prov do Douro, conc. e com. de Estarreja, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 3.705 hab. e 883 fog. Tem escola do sexo masc. e caixa post. A pov. dista da séde do conc. 7 k., e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 24 com a séde em Aveiro Está situada n'uma campina, muito fertil em cereaes, vinho e fructa. Passa por ali a ria de Aveiro, que traz muito peixe.

Bunheiros. Pov. na freg. de N. S.ª da Alva e conc. d'Aljesur, distr. de Faro.

Bunhosa. Pov na freg. de N. S.ª do Pranto, de Arazede, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Bunxivará-Brancavará. Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freguezia de Santo André de Brancavará, do concelho de Diu, na India.

Bura. Pov. e prazo do distr. de Sofala, da prov. de Moçambique, Africa Oriental. O terreno é fertil, mas pouco cultivado.

Buraca. Logar na freg. de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, pertencente ao 3.º bairro de Lisboa Ha aqui um apeadeiro na linha do caminho de ferro de Cintra, entre Bemfica e Damaia. N'este local existe a quinta denominada da *Buraca*, que

é uma linda vivenda, obra do negociante João Antonio Lopes Pastor. O chafariz da Buraca, segundo refere Velloso de Andrade, na sua *Memoria sobre chafarizes*, foi feito por ordem da Junta das Aguas Livres de 23 de dezembro de 1771, e, por despacho da Direcção de 10 de maio de 1834, correm os sobejos para a referida quinta de Lopes Pastor (V. *Bemfica)*. || Casal na freg. de N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. das Caldas da Rainha, districto de Leiria. || Casal na freg. de Santa Quiteria, de Méca, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Buraco. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cacella, conc. de Villa Real de Santo Antonio, distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Sebastião, de Carreiras, conc. e distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de S. Thomé, de Correlhã, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Ayão, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Martinho, de Cocujães, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Eja, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de Santa Marinha, de Pedreira, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Lourenço, conc. e distr. de Portalegre. || Logar na freg. de S. Lourenço, do Prado, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Pedro, de Teixeira, conc. de Baião, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Verissimo, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Horta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora. || Quinta na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Vialouga, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de N. S.ª da Graça, da Villa da Egreja, conc. de Sattam, distr. de Vizeu. || Calheta situada na costa do conc. do Bengo, distr. e prov. de Angola, Africa Occidental. Tem 48 m. de profundidade; o ancoradouro é mau.

Buracos. Quinta e pov. na freg. de Santa Maria, dos Olivaes, 1.º bairro de Lisboa. || Quinta, no Pinheiro, freg. de S. Sebastião da Pedreira, 3.º bairro de Lisboa.

Buraqueira. Logar na freg. de Santa Eulalia, de Gondoriz, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Burceiras *(Monte das)*. Na freg. de S. Bento do Matto, conc. e distr. de Evora.

Burço *(Casal do)*. Na freg. de S. Estevão e conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Burçò. V. *Bruçó.*

Burdo. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cercal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Burel. Panno grosseiro da côr natural da lã, que antigamente se trazia por lucto.

Burêra. Pequeno rio d'Africa, que atravessa o prazo de Caxingo, no distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Burga. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, na prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 307 hab. e 67 fog. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada nas faldas da serra de Bornes, que lhe fica a E, e cercada por toda a parte de montes, que lhe tiram a vista d'outras povoações. O reitor de Bornes apresentava o cura, que tinha 8$000 réis que lhe pagava o commendador, que era o cardeal da Cunha, e o que rendia o pé d'altar. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 10 com a séde em Mirandella.

Burgada. Pov. na freg. de S. Salvador, de Navaes, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto.

Burgães. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. de Santo Thyrso. distr. do Porto; 862 hab. e 179 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada na encosta do monte Cordova, e corre para o norte até ao rio Ave. Parte d'esta freg. era couto do convento de Santo Thyrso, tendo juiz ordinario annual, posto pelo D. abbade do referido convento, que era senhor donatario d'este couto; o resto da freg. tinha um ouvidor, tambem annual, eleito, com mais dois, a votos do concelho, escolhendo depois a camara do Porto um dos tres. Da mesma fórma se elegia procurador e meirinho. Vê-se n'esta povoação um arco de cantaria bem polida, obra muito antiga. Parece trabalho romano, mas os habitantes o attribuem aos arabes. Burgães pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Burgal. Logar na freg. de S. João Evangelista, de Mindello, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Burgalez. Moeda mandada fazer por el-rei D. Sancho I; valia quatro mealhas. V. *Soldo burgalez.*

Burgalez *(Mestre)*. Physico, que parece ter sido o primeiro medico do hospital de Todos os Santos, hoje de S. José, nomeado por D. João II quando o fundou em 15 de maio de 1492. Vencia de ordenado annual 18$000 réis e davam-se-lhe casas para habitar dentro do hospital. Foi despedido em 1509 e substituido por mestre Jorge.

Burgão. Logar na freg. de S. Claudio, de Barco, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Martinho, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Burgáo. Logar na freg. de N. S.ª da Luz, conc. de Lagos, distr. de Faro. || Montes na freg. de S. Sebastião, de Budens, conc. de Villa do Bispo, distr. de Faro.

Burgetas. Pov. na freg. de S. Miguel do Matto, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Burgete. Pov. na freg. de S. Cosme e Damião, de Azere, conc, de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Burgo. Esta palavra vem dos antigos germanos, cimbros ou teutões, e significa um ajuntamento de casas, nas raias ou fronteiras, e nas quaes residiam effectivamente as guardas militares romanas. A estas se juntaram muitos allemães, que dos burgos se chamavam *burgonhões*, e revoltando-se contra os romanos, se estabeleceram nas margens do Rheno, d'onde penetraram até ao interior da França, dando o seu nome á cidade e ducado de Burgonha ou Borgonha. Da Allemanha passou esta palavra para a França, que chamou burgonhezes aos moradores d'estes burgos, e depois para Portugal com o conde D. Henrique, tendo a mesma significação. Mas com o decorrer dos tempos ficou restricta a in-

dicar apenas arrabalde ou logar pequeno, situado junto d'uma cidade, villa, castello, mosteiro ou cathedral. D'aqui chamavam os portuguezes burgel ao habitante do burgo. O conde D. Henrique e sua mulher D. Thereza, dando foral a Constantino de Panoyas em 1096, dão-lhe o nome de *burgo*, e de *burguezes* aos seus moradores. O mesmo conde deu foral ao burgo de Guimarães, o qual se não deve entender pela villa, hoje cidade, que elle murou de novo, mas pelo arrabalde que se foi juntando fóra da praça. D'estes burguezes de Guimarães se lembrou expressamente D. Affonso I, no foral que deu á villa em 1158. No *Livro grande* da camara do Porto encontra-se o foral que o bispo d'esta cidade D. Hugo deu em 1123 aos moradores da sé, que a rainha D Thereza lhe havia coutado; e é certo que estes burguezes ficavam fóra dos muros do castello que os gascões edificaram, e dentro dos quaes se incluia a mesma sé. No mesmo livro, a fl. 72, lê se o foral que D. Affonso III deu aos moradores da sua villa de Gaya, que era então uma pequena povoação, e o rei convida os moradores *de meo Burgo veteri de Portu* a irem povoar a mesma villa de Gaya.

Burgo. Pov. e freg. do Santissimo Sacramento, da prov. do Douro, conc e com de Arouca, distr. de Aveiro, bisp do Porto; 1:182 hab. e 250 fog. Tem caixa postal. A povoação dista de Arouca 1 k. e pertence á 3.ª di isão militar e ao districto de recrutamento e reserva n.º 6 com a séde no Porto. || Duas pequenas aldeias, das quaes uma faz parte da freguezia de S. João de Tarouca, e outra da de Salzedas (V. *estes nomes*). || Povoação na freguezia de N. S.ª das Neves. de Bella, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Santo André, de Christellos, conc. da Louzada, distr. do Porto || Pov. na freg. de S. Salvador, de Fervença, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Formariz, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello || Pov na freg. de Santa Maria, de Landim, conc. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Macieira, conc. da Louzada, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Monsul, conc. da Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Lourenço, de Navarra, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Pousada de Saramagos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga || Pov na freg. de S. Lourenço, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga || Pov. na freg. de Santa Marinha, de Crestuma, conc. de V. N. de Gaya, distr. do Porto || Pov. na freg de S. João Baptista, de Sernande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santo André, de Varzea da Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, distr do Porto || Logar na freg. de S. Miguel, de Bairros, conc de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Logar na freg de Santo Estevão e Santa Tecla, de Geraz do Minho, conc. de Povoa de Lanhoso, distr de Braga || Logar na freg. de S. Salvador, de Joanne, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga || Logar na freg. de S. Jorge, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, districto de Vianna do Castello || Logar na freg. de S Thomé, de Prozello, conc. de Amares, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Ruivos, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santo Estevão, de Villa Chã do Marão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Miguel, de Villarinho, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto.

Burgo de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Eufemia, de Prazins, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Burgos. Pov. na freg. de S. Jorge, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Cerva, conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || Monte na freg. de S. Salvador de Ramalde, conc. de Bouças, 2.º bairro do Porto.

Burgueiros. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de S. Gens, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Soutello, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Burgueta. Pov. na freg. de S. Mamede, de Santa Cruz da Trapa, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Baiões, do mesmo concelho.

Burguete. Pov na freg. de Santos Cosme e Damião, de Azere, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg de S. Salvador, de Infesta, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Pov. na ilha de S. Miguel, na freg. do Espirito Santo, de Maia, conc. da Ribeira Grande, distr. de Ponta Delgada. || Logar na freg de S. Pedro, de Britello, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Maria, de Freixo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Maria, de Rozem, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Burgueto. Logar na freg. de S. Vicente, de Sousa, conc. de Felgueiras. distr. do Porto.

Burguinho. Pov. na freg. do Salvador, de Fervença, conc. de Celorico de Basto, distr. Braga.

Buriz. Pov. na freg. de Santo André, de Villa Boa de Quires, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Burmão. V. *Berman.*

Burnay *(Eduardo).* Jornalista contemporaneo, medico, lente de chimica, etc. Nasceu em Lisboa a 3 de julho de 1853. Foram seus paes o medico dr Henrique Burnay e D. Lambertina Forgeur Burnay. E' licenceado em Medicina e bacharel em Philosophia. Como escriptor tem publicado, além de muitos artigos e relatorios em varios jornaes medicos de Lisboa e Coimbra, os livros indicados adeante, e dirigido politicamente o *Jornal do Commercio*. Como medico, foi nomeado facultativo extraordinario do Hospital de S. José em 14 de agosto de 1885; medico substituto da Misericordia de Lisboa; sendo

Eduardo Burnay

actualmente chefe do serviço de saude da administração geral dos Tabacos e delegado de saude do districto de Lisboa. Em 27 de março de 1886 foi nomeado para acompanhar a Paris as primeiras pessoas que por conta do Estado se fôram tratar da raiva pelo methodo de Pasteur. Como lente de chimica rege a cadeira de chimica organica na Escola Polytechnica e pertence á Academia Real das Sciencias. N'essa qualidade pronunciou, na sessão publica da Academia de 17 dezembro de 1893, o elogio do dr. Agostinho Lourenço. Tambem na sessão solemne da Sociedade de Geographia de 5 de junho de 1903, em homenagem ao dr. Barbosa du Bocage, fez o elogio dos trabalhos do illustre sabio. O dr. Eduardo Burnay tem publicado os seguintes opusculos: *Da craneologia como base da classificação anthropologica*, 1880; *Gastrula e planula*, 1884; *Organisação do serviço de desinfecção em Lisboa*, 1886; *Catalogue de la collection générale des mamiferes* (Museum Nat. de Lisboa), 1888; *Introducção ao estudo da chimica (Summario desenvolvido de algumas lições)*, Lisboa, 1888; *Elogio historico do dr. Agostinho Vicente Lourenço*, Lisboa, 1893; etc.

Burnay *(Henrique Burnay, conde de)*. Negociante e banqueiro contemporaneo, um dos maiores vultos da sociedade financeira em Portugal. E' de origem belga mas acha-se naturalizado portuguez. Foram seus paes o dr. Henrique Burnay, medico, e D. Lambertina Forgeur Burnay. Nasceu em 6 de janeiro de 1837. Começou a sua vida commercial na casa da Viuva de João Baptista Burnay, seu avô, passando depois á de Eugenio Larouy. Estando no Porto tomou de arrendamento a exploração do Palacio de Crystal. Em seguida veiu para Lisboa, onde estabeleceu a importante casa commercial Henry Burnay & C.ª Parece tambem ter estado empregado na casa bancaria de Carlos Krus, tendo casado com a sr.ª D. Amelia Krus, filha do mesmo banqueiro. Sempre activo e dotado de grande iniciativa e intelligencia, entrou na politica, grangeando as sympathias dos governos, que o elegeram deputado. Evidenciando-se como financeiro habil e arrojado, tem sido incumbido de diversas transacções com os paizes estrangeiros, emprestimos mais ou menos importantes, como em 1896, de tres mil contos para a compra de navios, etc. Tomou parte na empresa para a construcção e exploração do caminho de ferro de Salamanca, da Beira Baixa, do ramal de Vizeu, e do caminho de ferro de Foz-Tua a Mirandella, contratos que fôram autorisados por carta de lei de 26 de maio de 1884. Nos centenarios de Camões em 1880, do marquez de Pombal em 1882, e Santo Antonio em 1895, contribuiu muito o sr. conde de Burnay para a realisação dos festejos, com especialidade no de Santo Antonio, em que á sua custa se encarregou da execução de grande parte do programma. Em 1880 adquiriu por compra os terrenos da antiga quinta do Marquez de Borba, a Santa Martha, n'esta capital, e fundou a Companhia do Bairro Camões, cuja inauguração solemne se effectuou por occasião do tri-centenario. O novo bairro está hoje muito desenvolvido e populoso. E' rara a negociação financeira, em que os governos não consultam o sr. conde de Burnay; mesmo em circumstancias difficeis a sua influencia tem sido aproveitada. Ha annos foi agraciado com o titulo de conde de Burnay. São irmãos do sr. conde de Burnay os srs.: Adolpho Burnay, director da Companhia da Marinha Grande e chefe da fiscalisação privativa da Companhia dos Tabacos, e Eduardo Burnay, a quem se refere a artigo anterior.

Conde de Burnay

Burnay *(Quinta do)*. No Paço do Lumiar, freg. de S. João Baptista, 3.º bairro de Lisboa.

Burnico *(Monte do)*. Na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Buro. Pov. do Bailundo, Africa Occidental, a 12 k. ao S E do presidio d'este nome e a 290 ao N E da cidade de S. Filippe de Benguella, no distr. e com. de Benguella, prov. de Angola.

Burocracia. A classe dos empregados publicos e especialmente dos das secretarias de Estado. Não são concordes os autores quanto á origem historica do termo, que parece ter vindo do *burel* com que antigamente eram forradas as mezas das repartições. A historia da burocracia portugueza não está feita, e seria devéras interessante pelos casos curiosos que os documentos apontam. Não escasseiam os elementos para apreciar o regimen do antigo funccionalismo em Portugal, bastando compulsar as diversas Ordenações, as leis extravagantes e as chancellarias, onde se encontram numerosos alvarás de mercê de empregos, cargos, officios e logares, com as clausulas mais variadas, segundo as circumstancias do agraciado. Antigamente os officios, tanto em propriedade como em serventia, eram em geral dados pelo rei para recompensar serviços, ou providos por nomeação dos donatarios que tinham esse privilegio. Tambem se concediam a mulheres para seu casamento, etc. Davam-se por carta, alvarás de lembrança e de promessa de futura successão e provisões de confirmação de renuncias. O provimento definitivo em qualquer officio da Corôa pertencia, por direito consuetudinario e universal do reino, ao filho mais velho do official que houvesse exercido o mesmo officio, de propriedade. Quando o filho mais velho era ainda menor, á data da morte do pae, o rei concedia-lhe a graça da propriedade, ficando de se encartar logo que tivesse a edade legal, de 25 annos. O proprietario de um officio podia arrendal-o, sendo essa serventia devidamente confirmada; ou renuncial-o n'outrem, precedendo faculdade regia. Aos senados das principaes camaras pertenceu em algumas epocas o prover livremente os seus officios, e o confirmar as escripturas de renuncia, etc. Entre os privilegios dos donatarios de terras avultavam os de poder nomear os respectivos officiaes civis e judiciaes; aos padroeiros de egrejas o apresentar os diversos beneficios. A Universidade, a Casa de Bragança, os grandes mosteiros, tinham eguaes privilegios. O regimento de 17 de outubro de 1516

indica as penas a que ficavam sujeitos os que, tendo poder de dar officios de justiça ou de fazenda, os vendêssem. As *Ordenações Filippinas* accrescentam que o officio ficaria devoluto á Corôa. A concessão da faculdade de renuncia era como que uma remuneração dada pelo tempo por que o proprietario tinha servido. A viuva do proprietario de um officio poderia vendel-o. Por alvará de 25 de julho de 1648 foi prohibida a renuncia de empregos pelos individuos que casassem com mulheres que fossem proprietarias d'elles. Muitas vezes se deu autorisação a proprietarios de officios para os renunciarem em vida ou testarem por morte a favor de uma filha, vindo a servir o logar aquelle que com ella casasse. E nem só a um possivel genro se estendia a sobrevivencia do cargo ou emprego. Ha exemplos do proprietario pedir a mercê do officio ou logar para aquelle, que por sua morte, viesse a casar com a viuva. A resolução de 2 de agosto de 1610 e a carta regia de 6 de outubro de 1628 prohibiram o consultar superiormente sobre a renuncia de officios. A carta regia de 6 de setembro de 1616 mandava que só se consultasse para os filhos dos que exerceram os officios, sendo habeis. A legislação para a India, de 1557-1559 excluiu os gentios de Gôa dos empregos e serviços publicos. Cunha Rivara, no seu *Archivo portuguez oriental*, doc. 195, conservou-nos uma d'esses leis. O alvará de 22 de fevereiro de 1605 determinou as qualidades que deviam ter os individuos que servissem officios e cargos da India, e o de 27 de abril de 1607 accrescenta que não podem exercital-os os que não fôrem casados. Pelo alvará de 2 de maio de 1614, publicado no referido *Archivo*, doc. n.º 353, o governo de Madrid, para acudir ás suas finanças, ordenou que se pozessem em leilão no Oriente as capitanias das fortalezas e os cargos publicos. O preço da renuncia dos officios era satisfeito pelos providos conforme a importancia da mercê. A carta regia de 6 de março de 1681 mandou que esse preço fosse fixado, para os officios da India, pelo Conselho da Fazenda. Por decreto de 18 de maio de 1722 os officios do Brazil, que não tinham proprietario, fôram mandados provêr por donativos para a Fazenda Real. Diversas cartas regias de 1636 e 1640, no reino, declaravam que os officios de governo e justiça não podiam ter senão as pessoas de sangue limpo. As Ordenações prohibiam aos menores e homens solteiros o exercerem esses officios. Foi sob a administração pombalina que se permittiu aos christãos novos o accesso aos empregos civis, estabelecendo-se o principio do concurso para o provimento dos officios que exigiam conhecimentos especiaes. O decreto de 3 de agosto de 1753 preceituou que os officios que requeriam industria pessoal se não provêssem nos filhos pelo costume do reino, mas se julgassem vagos e se provêssem por concurso. Este pensamento, no regimento de 28 de junho de 1759, apparece no periodo seguinte: «Os empregos devem ser conformes á condição e talento de cada um». Tão salutar principio é ainda expresso pela carta de lei de 23 de novembro de 1770 quando manda que para os officios se escolha *sómente a personalissima industria e aptidão dos que hão de servir.*

Burra *(Quinta da).* Na freg. de S. Pedro e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Burra Peada de Baixo e de Cima. Duas hortas na freguezia de S. João Baptista e conc. de Moura, distr. de Beja.

Burral. Logar na freguezia de Julião, de Freixo, concelho de Ponte do Lima, districto de Vianna do Castello.

Burras *(Monte das).* Na freg. de S. Marcos do Campo, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora.

Burratena. Pov. na freg. de S. Pedro, de Molellos, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de S. Salvador, de Castellões, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Burrella. Logar na freg. de S. Vicente, da Ponte, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Burrinheira *(Casal da).* Na freg. de S. Geraldo, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Burrinho. Logar na freg. de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, districto de Lisboa.

Burro *(Casal do).* Na freg. de N. S.ª da Purificação, de Cachoeiras, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Burro Mocho *(Herdade do).* Na freg. de S. João Baptista e conc. de Coruche, districto de Santarem.

Busca Vide. Monte e vinha na freg. de N. S.ª d'Ajuda, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Bussaco. Serra na prov. do Douro, distr. de Aveiro, ramificada da serra da Estrella a 18 k. ao N de Coimbra, a 90 ao S do Porto e a 222 ao N de Lisboa. E' a serra *d'Alcóba* dos antigos. Começa na freg. de Luso, pertencente ao conc. da Mealhada, e prolonga se na extensão de 10 k. com uma altura de 557 m., terminando no local onde está situado o convento. São attribuidas va-

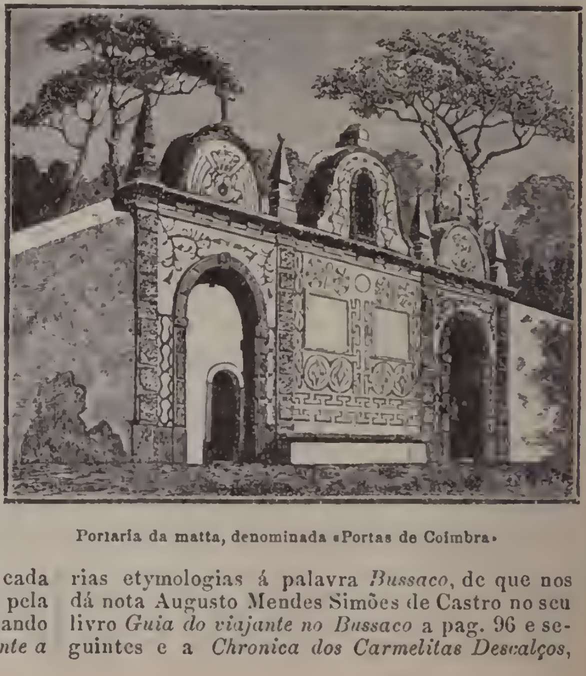

Portaria da matta, denominada «Portas de Coimbra»

rias etymologias á palavra *Bussaco*, de que nos dá nota Augusto Mendes Simões de Castro no seu livro *Guia do viajante no Bussaco* a pag. 96 e seguintes e a *Chronica dos Carmelitas Descalços,*

de fr. João do Sacramento, liv. IV, cap. 13.º Uma d'estas etymologias é que a serra em tempos remotos tinha a designação de *Sublaco*, que fôra dada pelos benedictinos em memoria da gruta do mesmo nome, em que o patriarcha S. Bento fazia penitencia. A serra do Bussaco é um dos sitios mais pittorescos de Portugal. Os terrenos são provenientes da desaggregação de conglomerados, schistos, grés brancos e quartzites. Abundam n'elles as pedreiras de optimo jáspe e de marmores finissimos das mais bellas côres, bem como a pedra de cal, o minerio e o carvão fossil. A vegetação é surprehendente. A serra está emmoldurada por uma espessa matta, completamente murada, á qual se juntou não ha muitos annos, um grande tracto de terreno, confinante com a sua parte septemtrional, para isso comprado a diversos proprietarios. Para se effectuar esta annexação, foi demolido o lanço do muro onde se abria a denominada porta de Luso, e o terreno então adquirido se vedou com outros lanços de muro, que em grande parte seguem parallelos e contiguos á nova estrada de Penacova. Aquella porta foi mudada para junto da povoação do Luso. A matta tem mais portas. Na chamada *das Ameias* vêem-se cantarias toscamente apparelhadas a picão, e o seu aspecto harmonisa-se com o estylo das antigas obras do Bussaco. A' estrada, que d'aqui começa muros a dentro, segue em zigue-zague com suave declive, e por não ser espesso o arvoredo que a ladeia, goza-se d'ella um vasto e lindo panorama. No planalto d'um monte existe um cruzeiro mandado erigir pelo marquez da Graciosa, quando era proprietario d'este terreno. No cruzeiro conservam-se quatro capiteis romanicos do seculo XII, que fôram aproveitados da egreja de S. Christovão de Coimbra, quando se derribou em parte, para ali se construir o theatro de D. Luiz, que se inaugurou em 1861. A porta das Lapas foi aberta ha poucos annos, exactamente no ponto mais baixo da matta, tambem ao lado da estrada que vae para Penacova. N'esta estrada, antes de chegar á porta das Lapas, a floresta do Bussaco offerece um espectaculo dos mais pittorescos. D'esta porta começa a rua dos Fetos, que vae terminar n'um lago, ao fundo da Fonte Fria. A Portaria da Matta, ou Portas de Coimbra, encontra-se a meio kilometro acima da porta das Lapas. Consta de dois grandes portaes, cada um entre duas pilastras de cantaria, almofadada toscamente a picão. Na parte superior corre uma cimalha sobre a qual assentam quatro pyramides, e intermeadas com estas tres frontões semi-circulares, os lateraes rematados por cruzes, e o do meio, um pouco mais elevado, por uma grimpa. Entre um e outro portal medeia um commodo assento, e superiormente a este avultam na parede duas grandes lapides, que tem gravadas duas bullas, uma prohibindo, sob pena de excommunhão, a entrada de mulheres na clausura do Bussaco, outra fulminando egual pena a quem a traspozesse para cortar arvores ou praticar outro damno. A fachada da portaria é revestida de mosaico branco e negro disposto com gracioso artificio, representando gregas, estrellas, vasos, ramos de flôres, e o brazão da ordem dos carmelitas descalços. Esta obra foi toda construida em epoca muito proxima da abolição do convento, e reparada em 1866, como indica a inscripção que está gravada n'uma pedra elliptica. Na frente da portaria ha um espaçoso terrapleno, assombrado por grandes freixos, e tendo a um lado uma cruz tosca de cedro, firmada em peanha de degraus de alvenaria re-

Vista de parte da matta e do hotel

vestidos de embrexados. D'este ponto para cima empina-se a serra em grande declive, eriçada de massas enormes de rochedos, pittorescamente sobrepostos, parecendo prestes a rolar pela precipitosa encosta. No planalto da montanha, nas proximidades da Cruz Alta, ha outra porta, com esta denominação, na cerca, sem apparato algum, pois que é apenas um rompimento do muro. Saindo por esta porta, encontra-se em certo ponto uma grande pyramide que foi construida em 1802 para os estudos geodesicos da triangulação do reino. A porta do Telegrapho não tem adorno algum, e está aberta junto do extremo angulo austral do muro da matta. Existiu perto, fóra da cerca, um telegrapho do antigo systema de Claude Chappe, que se correspondia com os das serras de Agrello e de Boialvo, o qual deixou de funccionar quando principiaram em Portugal os telegraphos electricos. A porta de Sulla é voltada ao nascente, e fica proximo da aldeia de Sulla, de que tomou o nome. Foi restaurada antes de 1875. Fóra d'esta porta vê-se uma vasta esplanada, d'onde se avista um extenso e magestoso panorama: valles profundos, vertentes escarpadas, montanhas e serranias em variadas ondula-

ções. D'esta esplanada desce uma estrada que conduz ao monumento da batalha do Bussaco. A porta da Rainha é tambem voltada ao nascente, e fica muito proximo da estrada real de Vizeu. Ali passou em 1704 el-rei D. Pedro; posteriormente foi entaipada a pedra e cal, sendo reaberta em 1852 para dar passagem á rainha D. Maria II, quando visitou o Bussaco. Em 1872 foi reformada completamente. Fóra dos muros da cerca, ha uma fonte d'agua ferrea, e fica-lhe tambem visinha a capella das Almas do Encarnadouro, que por occasião da batalha do Bussaco serviu de hospital de sangue, lendo-se da parte de dentro a seguinte inscripção em marmore, que resume a sua historia: «Fundou esta capella no seculo passado Luiz Ferreira, que morreu sem a concluir, e assim se achava no dia da batalha do Bussaco, em que serviu de hospital de sangue: arruinada, e só com as paredes, comprou-a depois

Fonte Fria

a Camara da Mealhada, com idéa de a restaurar, continuando porém abandonada até que em 9 de 10bro de 1871, o Ex.mo Ministro da Guerra A. M. Fontes Pereira de Mello, ordenou ao então tenecoronel d'art.a J. da C. Cascaes que da mesma capella cedida gratuitamente pela dita Camara, tomasse posse e procedesse á reedificação; pelo que foi reconstruida, melhorada e ampliada com as tres casas, da Sachristia, da guarda, e do Fiel; restaurando-se o primitivo quadro de S. Miguel e Almas; o qual se achava em Luso, tendo sido guardado por Vicente Duarte.» A porta de Serpa foi construida ha pouco tempo no ramal que deriva da estrada real de Vizeu, acima um pouco da rua que em Luso tem o nome de Costa Simões. As pilastras são de cantaria lavrada. O aspecto da floresta do Bussaco é deveras surprehendente; compõe-se d'uma compacta multidão de arvores corpulentas e seculares, no seu maior desenvolvimento e vigor, formando cupolas de folhagem, onde os raios do sol não pódem penetrar. Já existia quando se fundou o convento. Na *Chronica dos Carmelitas Descalços*, a que já nos referimos, tomo II, pag. 80, vem uma curiosa descripção d'esta floresta. São copiosas as fontes que se encontram na matta do Bussaco, mas a chamada *Fonte fria* é a principal. No anno de 1866 começou-se uma reforma completa, mas que destoava da architectura peculiar do Bussaco Em 1881 fizeram-se-lhe algumas modificações que muito a melhoraram. A'cerca d'esta reforma e d'estas modificações, trata-se minuciosamente no *Guia do Bussaco*, já alludido, de pag. 105 a 108. As aguas, antes de se lançarem n'um grande lago artificial, descem d'uma altura de 24 m. por um declive a que servem de embellezamento diversos lanços de escada com pequenos tanques de granito nos patamares. A *Fonte de Santa Thereza* fica a nordeste e muito proximo do mosteiro. E' uma das construcções mais modernas do tempo dos frades, mas que estes não chegaram a concluir. Ha poucos annos é que se completou a obra, revestindo-se a frontaria de embrexados, e construindo-se a escada que a ella conduz. No plano superior ha uns elevadissimos cedros, que fórmam com os seus ramos um toldo de verdura. A fonte de Santo Elias ficava nas proximidades da ermida d'este nome, porém a sua agua, um tanto ferrea, foi desviada para uma nova fonte, semelhante á da Samaritana, construida ao lado superior da rua da Rainha. A fonte de S. Silvestre encontra-se no cimo da rua assim denominada, superiormente á cascata que se construiu em 1887, ao lado da rua da Rainha. E' formada de blocos de pedra de Larçã e de fragmentos de tufo calcareo de Condeixa dispostos de maneira, que semelham naturaes agrupamentos de rochedos. No alto tem um lago. d'onde se despenham as aguas, formando varias quedas até se reunirem n'um outro lago menor, que parece tambem obra natural. A *Fonte do Carregal* fica ao lado da via sacra, e quasi contigua á clareira do convento. No anno de 1833 foi completamente reconstruida. A *Fonte de Samaritana* era um passo forrado de tosco empedramento, figurando o de Jacob, tendo ao lado as imagens do Salvador e de Santa Fotina. Em 1878 tambem se reformou, tirando-se-lhe todo o caracter religioso, conservando-se unicamente duas lapides em que está esculpida a parte do dialogo, referido no cap. 4.º do evangelho de S. João, entre Jesus e a Samaritana. A devoção pelos Passos de Christo foi introduzida no Bussaco pelo reitor da Universidade Manuel de Saldanha, que mandou abrir a via sacra atravez da fragosidade da serra com grande trabalho e despeza. Em muitos pontos foi preciso desbastar a fogo massas enormes de rochedos, n'outros construir socalcos ou fazer grandes desaterros. Estas obras deviam ter sido feitas antes de 1644. Cada estação da via sacra ficou assignalada com uma simples cruz de madeira do Brazil, tendo ao lado um letreiro indicando o passo que se devia considerar; depois, anteriormente a 1695, o bispo conde D. João de Mello mandou edificar as capellas que existem hoje. São edificios quadrangulares com as esquinas adornadas de cercaduras de mosaico escuro e tosco, cobertos por telhados de quatro vertentes em fórma de cupola ponteaguda, rematados por uma cruzinha de pedra. As capellas são 20,

desde a oração no horto até á collocação no sepulchro. No principio os passos eram representados em pinturas; depois o bispo-conde D. Antonio de Vasconcellos e Sousa substituiu-as por imagens e figuras de vulto. A Cruz Alta fica n'um dos sitios mais elevados da montanha, dominando uns pontos de vista magnificos. Diz-se que a primeira cruz, que existiu ali, foi feita de madeira por um piloto, em cumprimento d'uma promessa, em eras remotas. Passado muito tempo, como esta cruz estivesse arruinada, Francisco Ferreira de Miranda, do logar da Graciosa, a mandou substituir por outra, fabricada d'um alto cypreste, que se conservou até 1645, em que um raio a derrotou. O reitor Manuel Saldanha, em que já falámos, construiu n'aquelle sitio em 1648 um baluarte circular cercado de ameias, collocando-lhe no dia 14 de setembro d'esse anno, uma grande cruz de pedra sobre uma peanha proporcionada de degraus de cantaria. Em 1834 esta cruz achava-se muito damnificada, e acabando se de partir, foi reconstruida em 1841 pelo governo civil de Coimbra. Em 14 de setembro de 1893 um raio tambem lhe quebrou os dois braços, este prejuizo, porém, já foi reparado pelo administrador da matta. Bussaco tem sido visitado pelas pessoas reaes. Em agosto de 1704 por D. Pedro II e D. Carlos III, de Hespanha; em 1852 por D. Maria II; em 1877 por sua magestade a rainha senhora D. Maria Pia. A matta do Bussaco, que é hoje um logar tão aprazivel, já serviu de logar de desterro. Ali estiveram por ordem do marquez de Pombal os filhos naturaes de D. João V, os infantes D. José e D. Antonio, conhecidos pelos *meninos de Palhavã*, que só depois de 16 annos, em 1777, é que recobraram a liberdade, no reinado de D. Maria I. De 1814 até 1823 tambem soffreram desterros n'aquella matta os bispos de Bragança e de Pinhel, o arcebispo de Braga e o patriarcha de Lisboa. Na matta do Bussaco ha nascentes de aguas ferreas, cuja classificação é de fria, hyposalina, sulfochloretada; são claras, transparentes e muito leves. Bussaco tem est. post. e telegr. com serviço de encommendas. Está ali em construcção um monumental hotel, onde se notam lavores do estylo gothico e do chamado *manuelino*. E' um edificio grandioso, devido á iniciativa do actual administrador da matta do Bussaco, o sr. Ernesto de Lacerda. As obras começaram em novembro de 1888, e duraram até 30 de junho de 1891. Por despacho ministerial de 21 de julho d'esse anno foi ordenada a entrega d'estes trabalhos á direcção das obras publicas de Aveiro, que pouco desenvolvimento lhes deu, sendo suspensos ainda no referido anno de 1891. Em virtude da portaria do ministerio das obras publicas de 28 de julho de 1894, ficou autorisada a continuação das obras sendo novamente confiada a sua superintencia ao administrador da matta do Bussaco. Começou logo a constuir-se o gigante da torre e a galeria. O edificio tem tres pavimentos e cave, onde fica a cozinha. Ao rez-do-chão ha o grande vestibulo da entrada, escriptorio, escadas nobre e de serviço, sala para baile, gabinete de leitura. Os outros pavimentos e a torre são divididos em mais de 50 quartos.

Bussaco *(Batalha do)*. O exercito de Junot, que nos fins de 1807, tendo atravessado a fronteira da Beira Baixa, chegou a Lisboa e se assenhoreou de Portugal, viu-se obrigado em setembro do anno seguinte, depois dos combates da Roliça e do Vimieiro, a retirar-se para França. Em março de 1809 voltaram de novo as tropas francezas, sendo commandadas pelo general Soult; entrando pela provincia de Traz-os-Montes, só puderam avançar até ao Porto, porque o exercito anglo-luso as forçou a retroceder apressadamente. Em 1810 Napoleão resolveu mandar ainda outra vez invadir Portugal, destinando para essa empresa uma boa parte das tropas que tinha na peninsula. Dos corpos do exercito que estavam então em Hespanha, tres d'elles, o 2.° do commando de Reynier, o 6.° de Ney, e o 8.° de Junot, sob o commando supremo de Massena, deviam entrar em Portugal pela Beira Alta; outros tres, o 1.°, 4.° e 5.°, cujo commando em chefe fôra dado a Soult, deviam concorrer para a conquista operando no Valle do Tejo, e o 9.° corpo, ás ordens de Drouet d'Erlon, coustituia a reserva. Estas forças eram na verdade muito numerosas e muito superiores ás portuguezas. Entrando em Portugal o exercito francez, Massena tratou em primeiro logar de pôr cerco á villa d'Almeida, cuja guarnição, depois d'uma heroica e desesperada defeza, se viu obrigada a capitular (V. *Almeida)*. Ficando Massena senhor d'aquella praça em 27 d'agosto, procurou logo organisar o serviço de viveres e communicações do exercito, calculando serem sufficientes 17 dias para a conquista de Portugal. Dispondo assim as cousas para realisar o seu plano de invasão, poz-se em marcha a 16 de setembro seguinte para o interior do paiz, e, marchando pela margem direita do Mondego, chegou a Vizeu no dia 19, acampando no dia seguinte as tropas junto d'esta cidade, que encontrou abandonada. Em 25 poz-se o exercito novamente em marcha, vindo acampar em Tondella e seus arredores. Esta villa tambem estava deserta, e quasi completamente desprovida de mantimentos. No dia 26 continuaram as tropas a marchar, e na ponte de Criz achou a vanguarda alguma resistencia por parte dos alliados, que, depois de ligeiro combate, abandonaram a ponte e a cortaram. Os francezes logo a concertaram, e conseguiram que atravessasse a artilharia passando a infantaria n'um vau pouco acima da ponte. A vanguarda dos alliados continuou a afastar-se até ao logar de Santo Antonio do Cantaro, e n'este ponto oppoz forte resistencia. Os francezes viram ser impossivel vencer esta posição, e descobriram ao mesmo tempo sobre a montanha de Galhauo uma força superior. Wellington, que no principio da campanha tinha o seu exercito disseminado desde a margem do Douro até ao Alemtejo, quando viu entrar Massena pela Beira Alta, foi concentrando ali as suas forças, e retrogradando ao mesmo tempo que proclamava aos povos que abandonassem as casas e devastassem os campos, para assim crearem difficuldades aos francezes. Quando percebeu que o exercito de Massena dirigia as operações pela margem direita do Mondego, continuou a recuar, e chamando a si todas as tropas de que podia dispôr, preparou-se para tomar o passo aos invasores nas alturas do Bussaco. As tropas compunham-se então de artilharia 1, 2 e 4; cavallaria 1, 4, 7 e 10; Leal Legião Lusitana; caçadores 1, 2, 3, 4, 5 e 6; infantaria 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 21 e 23. Os francezes fize-

ram reconhecimentos para todos os lados, mas fôram successivamente vencidos. Participaram a Massena, que se conservara na retaguarda, que os alliados se oppunham á passagem da montanha com forças consideraveis, e Massena veiu reconhecer a posição. Considerando imminente uma batalha, conferenciou no dia 26 com o marechal Ney e os generaes Reynier e Soult sobre o que conviria fazer, e apezar d'estes serem de opinião contraria, por julgarem arriscado e difficil o ataque das posições do Bussaco, Massena decidiu-se a aproveitar a occasião que Wellington lhe offerecia de combater, e tomou as disposições convenientes para se dar a batalha no dia 27. O corpo de exercito de Reynier foi destinado para acommetter a passagem de Santo Antonio do

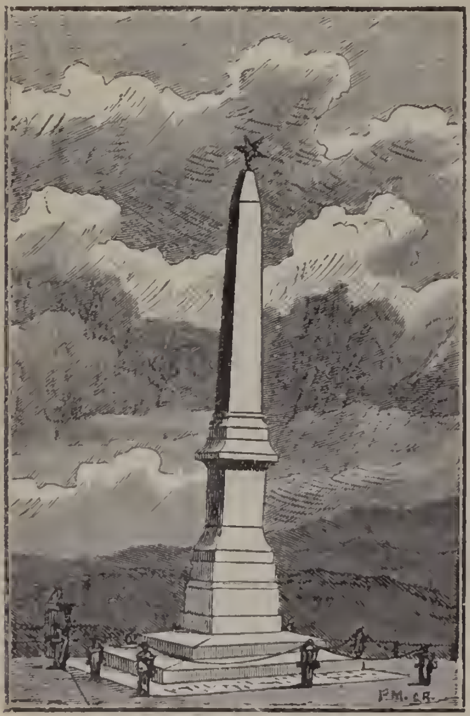

Monumento da batalha

Cantaro, e as divisões Merme e Loison romperam o ataque aos primeiros alvores da manhã. Cheios de enthusiasmo, treparam pela encosta da serra, e levaram de vencida as tropas alliadas, que não poderam suster o primeiro impeto dos francezes. A artilharia portugueza, porém, começou a varejar as columnas inimigas, e o regimento de infantaria 8, composto de soldados quasi recrutas e ainda irregularmente fardados, formou uma linha compacta, caíu á baioneta sobre os soldados de Massena, e ajudado pelos corpos inglezes obrigou os francezes a retrogradarem e a abandonarem a posição que tinham conquistado. Ao mesmo tempo a brigada Foy da divisão Hendelet que tambem fazia parte do corpo de Reynier, avançou pela estrada, mas foi repellida pela 8.ª brigada portugueza do commando do general Champalimaud. N'este momento o corpo do exercito do marechal Ney atacava as forças postadas junto do convento, a divisão Marchand procurava tornear a divisão ligeira; a divisão Loison diligenciava atacar de frente os alliados, ficando uma outra columna de reserva. A brigada Simon da divisão Loison foi a que primeiro acommetteu, chegando a ganhar algum terreno, mas Crawfurd, que espreitava a occasião favoravel, mandou cair sobre os francezes alguns corpos britannicos e o batalhão de caçadores 3, que obrigaram os assaltantes a retirar até ao sopé da montanha. Contra a divisão Marchand foi mandada a 6.ª brigada portugueza, formada por caçadores 2, infantaria 7 e 19, e uma carga dada por um batalhão d'este ultimo regimento poz os inimigos em desordem, obrigando-os a desistir do seu proposito. Assim terminou a batalha do Bussaco, ferida em 27 de setembro de 1810, que foi uma das mais gloriosas victorias do exercito portuguez na guerra da peninsula. O procedimento dos frades do convento foi muito honroso e caritativo nos dias que precederam e seguiram á batalha. Na sua capella do Encarnadouro, transformada em hospital de sangue, recolheram os feridos, mesmo os do exercito inimigo, indo buscal-os até grandes distancias, prestando-lhes todos os soccorros de que podiam dispôr. Na capella, que tem a invocação de N. S.ª da Victoria, costuma celebrar-se annualmente uma grande festividade em commemoração d'este facto. O escriptor francez Guinguet, n'uma circumstanciada e curiosa noticia da campanha de Portugal, sob o commando do general Massena, elogia os frades portuguezes pela sua grande humanidade. N'esta capella e annexos ha muitas curiosidades dignas de se notarem: quadros relativos á campanha peninsular; partes officiaes da batalha, em portuguez, inglez e francez; mappa da força dos corpos da 1.ª linha do exercito portuguez que combateu nas 280 acções d'esta guerra com declaração de mortos, prisioneiros extraviados, etc. Entre estes quadros deve-se especialisar a *planta*, em que se vê figurado o campo da batalha do Bussaco, com a posição geral dos exercitos combatentes em 26 de setembro de 1810, e o movimento da retirada dos francezes no dia 28. Esta *planta* foi coordenada e desenhada na Direcção Geral de Cavallaria, em 1872, segundo as indicações do fallecido general Joaquim da Costa Cascaes, a quem o governo incumbira em 1862 de escrever a historia da guerra dos francezes em Portugal. Foi este general que então lembrou ao ministro da guerra, o visconde de Sá da Bandeira, a conveniencia de erigir na serra do Bussaco um singelo padrão, que, commemorando a batalha ali ferida, servisse tambem de monumento dos feitos de armas em que os portuguezes mostraram o seu heroismo, e adquiriram maior gloria durante a campanha peninsular. Apezar de ser muito bem acceita esta idéa pelo ministro, o monumento só veiu a concluir-se em 1873, sendo inaugurado a 27 de setembro, anniversario da batalha. O monumento está situado n'uma plataforma em distancia quasi egual da porta da Rainha e da de Sulla. A pedra empregada na sua construcção é o conhecido lioz, proveniente de Pero Pinheiro. Ficou composto de uma pyramide quadrangular, feita de um monolitho de seis metros de altura, firmada sobre pedestal de quatro faces, e este sobre base de dois degraus de superficie inclinada. Como remate

seguia-se á pyramide um globo de crystal, d'onde partiam oito raios facetados, que lhe davam a fórma de estrella. Oito peças de artilharia, collocadas com a cabeça para o solo e servindo de apoio a correntes de ferro, que passam de umas para as outras, ficaram sendo resguardo e ornato apropriado do monumento. No dia 20 de dezembro de 1876 uma faisca electrica damnificou muito este obelisco. Procedeu-se depois á restauração, que se concluiu em 1879, seguindo-se o mesmo risco do monumento primitivo, porém a pyramide ficou então constituida de varias peças. Dois pára-raios, collocados a conveniente distancia, resguardam o monumento dos damnos da electricidade atmospherica. No pedestal do obelisco lêem-se duas inscripções em caracteres de bronze, a primeira na face do nascente, e a segunda na do occidente. Uma é relativa ás campanhas do exercito luso-britannico em todo o tempo da guerra peninsular, e a outra á construcção do monumento. Aragão, no vol. I da sua *Descripção das Moedas*, etc., fala n'uma medalha commemorativa da inauguração do monumento do Bussaco, gravada pelo sr. Casimiro José de Lima. Essa medalha tinha de um lado *Ao exercito luso-britannico-Campanha da guerra peninsular;* no centro as bandeiras das duas nações cruzadas e ligadas, com uma corôa de louro por cima; e dentro *1808 a 1814*. No reverso o monumento e no exergo: *Erigido no Bussaco 1873.* (55 milimetros de diametro). Na sala *Historia* do Museu de Artilharia ha um quadro do pintor sr. Antonio Ramalho, representando a batalha do Bussaco. Correm impressas varias estampas da gloriosa victoria.

Bussaco *(Convento do)*. Está situado quasi no centro da matta. Conta-se que a provincia dos carmelitas descalços de Portugal, tendo resolvido fundar um *deserto*, onde os religiosos pudessem observar santamente a vida cenobitica e a eremitica, começára em 1626 a pensar na escolha d'um logar apropriado para a construcção d'um convento. Lembraram-se da serra de Cintra, mas, não a achando completo deserto, desistiram. O bispo de Coimbra, D. João Manuel, lembrou o sitio do Bussaco, que os religiosos, depois de bem o examinarem, aproveitaram. A primeira pedra do convento foi lançada a 7 de agosto de 1628, por fr. Thomaz de S. Cyrillo, e as obras progrediram de fórma tal que a 28 de fevereiro de 1629 armou-se na casa da livraria uma egreja provisoria, onde se celebrou a primeira missa, e no dia 19 de março de 1630 se deu começo á vida regular da communidade, celebrando-se festa solemne a S. José. O convento é um edificio espaçoso no seu todo, mas as officinas, e mais partes de que se compõe, são acanhadas e humildes, fabricadas de materiaes rudes e toscos. As cantarias são apparelhadas a picão, tendo apenas alguns frisos de escopro, e em muitos sitios as substitue granito bruto. As portas, os moveis, os tectos, tudo é forrado de rugosa cortiça. Era unico em Portugal este mosteiro do *deserto*. A frontaria compõe-se d'um lanço de parede, não muito alta, forrada de embrexados, na qual se abrem tres arcos estreitos e esguios, sendo o do meio um pouco mais alto que o dos lados; por cima d'este, uma pedra branca onde se lê a era de 1628. O pequeno atrio da entrada é ladeado de assentos, sendo as paredes forradas de cascalho e o tecto de cortiça. Nos angulos da frente estão dois calvarios com cruzes tambem de cortiça. Na parede do fundo abre-se uma porta, cujas hombreiras e verga são de conglomerados grosseiros e quasi sem talho. Esta porta dá entrada a uma pequena casa, onde se descobre á direita a capellinha do *Ecce-Homo*, e á esquerda uma grande cruz branca pintada a fresco. Na frente ha outra porta que dá communicação para o claustro. Por cima e aos lados da porta vêem-se umas pinturas, representando a da parte superior um condemnado entre chammas e picado de viboras; as dos lados são em madeira com molduras de cortiça. Representam dois velhos carmelitas, envolvidos em habitos de grosseiro burel, pallidos e abatidos. Segue-se o claustro, que é um corredor de quatro lanços, acanhado e sombrio como todo o edificio. Torna-se ainda mais grave e tetrico o seu aspecto, pelas pinturas, molduradas em cortiça, que pendem das paredes, representando varios santos, bemfeitores da casa e religiosos carmelitas. Nas paredes exteriores do claustro abrem-se alguns corredores estreitos, que por uma porta no topo communicam com pequenos jardins murados, e por outra, á direita ou á esquerda, com as cellas dos religiosos, em que se viam sómente um grosseiro leito e uma mesa tosca. O refeitorio, que já hoje não existe, era uma casa espaçosa, mais comprida que larga, e muito mais alta que as outras officinas do convento, tambem, assim como ellas, forrado de cortiça e fracamente allumiado. Havia ali um pulpito, com anteparo de cortiça, e uma grande cruz. A antiga hospedaria occupava o angulo norte do convento. Ali se hospedou o general inglez lord Wellington, por occasião da batalha do Bussaco, em 1810. A casa da livraria ficava por cima do refeitorio. Os volumes de que se compunha, haviam sido, na maior parte, doados ao convento pelo bispo-conde D. Joanne Mendes de Tavora, mas por ordem superior fôram removidos para a bibliotheca da Universidade em março de 1875. No anno de 1877 a casa

Convento do Bussaco

da livraria e outras contiguas fôram transformadas em aposentos para residencia de sua magestade a rainha senhora D. Maria Pia e seus filhos, que se demoraram no Bussaco desde 6 até 20 de agosto d'aquelle anno. Arrazaram-se estes aposentos, por causa das obras do hotel da matta, que se está construindo, assim como tem acontecido a grande parte do convento. Entrando na portaria da matta, encontra-se um pateo irregular com uma cruz de cedro ao centro. Começa então a avenida do mosteiro, rua formosa que segue atravez de frondoso arvoredo. N'esta rua ha quatro oratorios ou capellas, de construcção rude, sendo a primeira dedicada a S. João da Cruz, a segunda, onde está a fonte da Samaritana, a terceira dedicada a S. Pedro e a quarta a Santa Maria Magdalena. A egreja do Bussaco é muito pobre de architectura. O recinto apresenta a fórma d'uma cruz. Não tem porta principal, mas duas lateraes, que se abrem no topo dos braços. Como está collocada no meio do claustro, não tem communicação directa para o exterior do convento. Não se lhe nota ornamento algum luxuoso, porque o estatuto da ordem não permittia ouro, prata, sedas, nem alfaias preciosas. A egreja tem quatro altares; o altar-mór, onde está a imagem de Jesus Crucificado, dois lateraes com as de S. José e de Santa Thereza, e outro com a de N. S.ª do Carmo, situado na frente do côro, e encostado ás grades que o separam do resto do templo. No fundo do côro ha um presepio. O que se torna mais notavel n'esta egreja são os bustos de S. Pedro e de Santa Maria Magdalena, collocados aos lados da capella-mór. N'uma capella annexa, que fica vê-se uma pintura em téla, representando N. S.ª do Leite. E' obra de Josepha d'Ayala, denominada tambem Josepha d'Obidos, pintora muito apreciada. Tem a assignatura *Josepha* e a data de 1644. Tendo sido permittido aos religiosos viver algum tempo fóra do mosteiro aquelles que o desejassem, para terem uma vida ainda mais aspera e penitente, construiram-se na matta 11 ermidas, umas sobre a crista de alcantilados rochedos, outras na profundidade dos valles, outras encostadas á concavidade das lapas, e todas cercadas de arvoredo e de variada vegetação. Eram toscas habitações, compondo-se d'um pequeno oratorio para o religioso orar e dizer missa, uma pequena sacristia para se paramentar, um cubiculo para descanço, e uma casa de fogo para preparar o seu parco sustento, e se aquecer durante o maior frio. Todas as ermidas tinham um pequeno campanario com sua sineta. A sua edificação foi feita por varias pessoas devotas. As ermidas são: *Santa Thereza*, por Bento Pereira de Mello, deão da sé de Coimbra, e prior-mór da ordem de Aviz; *Santo Elias*, por Antonio Pinto Boto; *Nossa Senhora da Conceição*, por D. Rodrigo de Mello, filho da condessa de Tentugal D. Marianna de Castro; *S. Miguel*, pelo licenceado Antonio Vaz Preto, prior de Treixedo; *S. José*, por Manuel de Saldanha, reitor da Universidade; do *Calvario*, pelo bispo-conde D. João de Mello; a *do Sepulchro*, e a de *S. João*, pelo referido reitor Manuel de Saldanha; *Nossa Senhora da Expectação*, fundada pelo bispo conde D. Joanne Mendes de Tavora; *Nossa Senhora da Assumpção*, por Diogo Lopes de Sousa; a do *Sacramento*, pela duqueza de Torres Novas, D. Marianna de Cardenas, da casa dos duques de Aveiro. A ermida de Santa Thereza tornou-se hoje n'um elegante chalet; das ermidas de Nossa Senhora da Expectação e do Sacramento não restam vestigios alguns. Tem-se escripto muito ácerca do Bussaco e do seu convento; mencionaremos a *Chronica dos Carmelitas Descalços*, de fr. João do Sacramento; o *Guia do viajante do Bussaco*, por Augusto Mendes Simões de Castro, de que se publicou a terceira edição, em Coimbra, 1896, d'onde colligimos estes apontamentos; etc.

Bussaco. Pov. na freg. de S. Vicente, de Tavora, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Bussacos. Pov. na freg. de S. Thiago, de Figueiró, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Bussalfão. Pov. e herdade na freg. de N. S.ª da Natividade, de Machede, conc. e distr. de Evora.

Busse *(Fr. Francisco Pedro)*. Religioso da ordem terceira de S. Francisco, na qual professou a 25 de março de 1773. N. em Lisboa a 30 de setembro de 1756; ignora-se a data do fallecimento, mas parece ter sido pouco depois do anno de 1806. Foi prégador geral, muito versado na lingua grega e nas bellas letras. Escreveu: *Poemas lyricos de um natural de Lisboa*, Lisboa, 1787-1789, 2 tomos, sem o seu nome; *Ode a el-rei fidelissimo D. José;* vem na *Academia celebrada pelos religiosos da Terceira Ordem... na inauguração da Estatua Equestre; Ode na acclamação da rainha a senhora D. Maria I*, Lisboa, 1777; *Eglogas campestres*, Lisboa, 17 ..; *Nos gloriosas nupcias da ill.ma e ex.ma sr.ª D. Maria Constança de Saldanha de Oliveira e Sousa com o ill.mo sr. João de Saldanha da Gama, epithalamio*, Lisboa, 1794; *Egloga aos desposorios do serenissimo principe da Beira o sr. D. José*, Lisboa, 17...; *Epithalamio no casamento do il.mo sr. Fernando de Larre*, Lisboa, 179 .; *Idyllio e sonetos a uma fidalga de Lamego*, Lisboa, 17 ..; *Canto heroico á paz de Portugal com Hespanha e França*, Lisboa, 1802; *Ode e sonetos ao ex.mo e rev.mo sr. D. Fr. Manuel do Cenaculo, arcepispo de Evora*, Lisboa, 1802; *Soneto a Domingos dos Reis Quita;* vem no tomo II das *Obras* d'este poeta, da edição de 1781, sem o seu nome; *Na feliz e gloriosa entrada do ex.mo e rev.mo sr. arcebispo D. José da Costa Torres. na Sé primacial de Braga, ode*, Lisboa, 1806; *Hymno ao sagrado precursor S. João Baptista*, Lisboa, 1804; *Hymno ás dores de Maria Virgem nossa senhora*, Lisboa, 1802; *Sermão no solemne triduo de acção de graças feito pelo Senado de Evora, por occasião do feliz parto da senhora princeza D. Carlota Joaquina*, Lisboa, 1793; *Sermão da Paixão. prégado na Egreja de Santa Izabel*, Lisboa, 1794; *Sermão da Soledade, prégado em Marvilla*, Lisboa, 1794; *Em honra do melifluo doutor S. Bernardo, hymno*, Lisboa, 1805. Deixou muitos manuscriptos, incluindo 3 tomos de *Sermões varios*, o 3.º tomo dos *Poemas lyricos*, etc.

Bustamante. Appellido nobre em Portugal, oriundo de Hespanha, onde foi tomado do logar de Bustamante, de que fôram senhores os d'esta familia. Passando ao Brazil encontra se em pessoas das primeiras casas do Rio de Janeiro. As suas armas são similhantes ás dos Avilas: Em campo de ouro treze rodellas azues em tres palas.

Bustarenga. Logar na freg. de S. Pedro, de Malhouce, conc. de S. Pedro do Sul, districto de Vizeu.

Busteliberne. Logar na freg. de S. Nicolau, e conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Bustellinhos. Pov. na freg. de S. Martinho, de Cabana Maior, conc. de Arcos-de-Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Bustello. V. *Bostello.*

Butilher. Appellido nobre em Portugal, oriundo da Allemanha. O primeiro que registou as suas armas, n'este reino, foi Diogo Rodrigues Butilher. O brazão é incompleto: em campo vermelho duas copas de ouro realçadas de negro com tampa; chefe de prata carregado de quatro girões azues. Timbre uma das copas das armas. Outros fidalgos do mesmo appellido usavam timbre differente: aguia de negro, bicada de ouro, lampassada de vermelho, e assentada sobre um ninho de prata.

Butilhudo. Appellido nobre em Portugal, usando das mesmas armas dos Butilheres.

Busto. Pov. na freg. de S. Salvador, de Penamaior, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto || Logar na freg. de Santa Maria, de Cunha, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Thiago, de Valladares, conc. de Baião, distr. do Porto.

Busto Chão. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Cabril, concelho de Montalegre, districto de Villa Real.

Busto Frio. Pov. na freg. de Santa Maria, de Covas de Barroso, conc. de Boticas, distr. de Villa Real.

Bustos. Pov. na freg. de S. Simão, de Mamarrosa, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

Butongas. Vasto territorio situado entre os districtos de Sofala ao N e de Inhambane ao S, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' pouco productiva por falta d'agua. O rio Bempe ou Limpopo, que nasce no Transwaal, atravessa o de O a E e de N a S. Ha ainda n'este territorio a lagôa Chimeja. Os butongas são indolentes, fracos, muito magros e feios. Cobrem-se com uma pelle estreita que lhes serve de tanga, untam-se com azeite de coco, e pintam-se com vermelhão.

Buxeiro *(Casal do).* Na freg. de S. Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real.

Buxo *(Monte do).* Na freg. de N. S.ª da Graça, de Casa Branca, conc. de Souzel, distr. de Portalegre.

Buxos. Logar na freg de N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa.

Buzi. Este districto, nos territorios de Manica e Sofala, na Africa Oriental, está sob a administração da Companhia de Moçambique, achando-se comprehendido entre dois rios: Pungue e Buzi. Está de posse de uma sub-companhia, a Companhia Colonial do Buzi. E' uma fertil região. Ao presente, a sua producção é constituida por milho, laranjas, assucar de canna, vegetaes, etc. A séde do distr. é em Pagare, cerca de 4 horas de distancia da Beira, em barco. A Companhia Colonial do Buzi fez o seu primeiro contrato com a Companhia de Moçambique em 1 de abril de 1898, e os limites da concessão fôram alterados, precedendo portaria regia de 23 de julho de 1901. O total dos territorios concedidos é de 312:500 hectares. A companhia tem plantado arvores de borracha, erigido fabricas de tijolo, serração de madeiras, etc.

Buzimufo. Rio no prazo de Quissamassungo, distr. de Sofala, prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' um braço do Buzio. Abunda em peixe, cavallos marinhos e jacarés.

Buzio. Logar na freg. de S. Clemente, de Paços de Gaiollo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto || Quinta na freg. de N. S.ª da Gloria, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Rio do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. N. na serra Chitavalanga, corre para E, atravessando o prazo Fusse, e separando-o do prazo Chirondo, e depois dirige-se para S E, e vae juntar-se com o mar das Indias no Canal de Moçambique, ao N da capital do distr. E navegavel a 90 k. acima da foz, no prazo Chirondo, até ao arco formado por um grande rochedo, que o atravessa de margem a margem.

Buzios. Appellido nobre em Portugal. O primeiro individuo que com elle se encontra é Fernão Lourenço dos Buzios, escudeiro e anadel dos bésteiros da cidade de Elvas, pelos annos de 1478. Esta familia tem sepultura na capella do Rosario, que instituiu na egreja de S. Domingos da mesma cidade. A Gaspar Pegado dos Buzios foi passado em 1528, por ordem de el-rei D. João III, o seguinte brazão d'armas incompleto: Escudo xadrezado de ouro e azul de quatorze peças em faxa, e quatro palas de vermelho, que tapam a 3.ª, 6.ª, 9.ª e 12.ª ordem do dito xadrez, ficando sómente duas ordens d'elle em cada intervallo. Timbre, duas buzinas de caça negras com bocaes de ouro, atadas em aspa com fita azul. Outros fidalgos do mesmo appellido traziam egual escudo, mas só com tres palas vermelhas. Ainda outras familias dos Buzios usavam as armas dos Bugios: escudo dividido em pala, a primeira escaquetada de ouro e azul de quatro peças em faxa e oito em pala; na segunda de prata tres palas vermelhas. Timbre, duas buzinas de ouro retorcidas em aspa, atadas com fita azul. Outro ramo dos Buzios trazia por armas: Em campo vermelho, quatro palas xadrezadas de ouro e azul.

C

Cá-te-fica. Logar na freg de Santa Maria do Castello e conc. de Torres Vedras, districto de Lisboa.

Cá-te-vejo *(Quinta do)*. Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Muudão, couc. e distr. de Vizeu.

Cá vae *(Fazenda do)*. Na freg. de S. Thiago e conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Caba. Serra na prov. de Traz-os-Montes, termo de Chaves Principia na villa da Torre, correndo de norte a sul; tem 18 k. de comprimento e 1:500 m. de largura. E' em parte cultivada, cria algum gado e traz caça.

Cabaça. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Logar na freg. da Sé, conc. e distr. de Portalegre. || Casaes na freg. de N. S.ª da Purificação, de Achete, conc. e distr. de Santarem. || Horta na freg. de N. S.ª das Candeias e conc. de Mourão, distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Esperança, conc. de Arronches, distr. de Portalegre.

Cabaça Velha. Logar na freg. de S. Thiago, de Urra, conc. e distr. de Portalegre.

Cabaçal. Pov. na freg. de S. Christovão, de Espadanedo, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S. Miguel, de Boivães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Cabaceira. Monte na freg. de N. S.ª da Esperança, conc. de Arronches, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de N. S.ª da Annunciação e conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa.

Cabaceira Grande. Territorio do distr., prov. e com. de Moçambique, Africa Oriental, fronteiro á ilha de Moçambique. E' governado por um xeque moiro, vassallo de Portugal, e cuja eleição está sujeita á approvação do governo geral da provincia. No acto de receber a investidura o xeque presta homenagem. || Grande pov. no territorio do mesmo nome, no distr. e prov. de Moçambique, Africa Oriental; freguezia de N. S.ª dos Remedios. Em 1855 foi atacada pelos zimbos, raça de cafres muito ferozes, e os habitantes e mercadores portuguezes, que viviam ali, fôram barbaramente assassinados, depois d'uma encarniçada lucta em defeza dos seus bens. Este facto encheu de panico e de lucto a ilha de Moçambique.

Cabaceira Pequena. Territorio do distr., prov., com. e bisp. de Moçambique, Africa Oriental, limitrophe do de Cabaceira Grande. E' limitado ao N por este territorio, e ao S pela ponta Mapeta, que fica fronteira ao forte de S. Lourenço da ilha de Moçambique. || Pov. do territorio do mesmo nome, freg. de S. João Baptista, no distr. e prov. de Moçambique, Africa Oriental, em frente á fortaleza de S. Sebastião da ilha de Moçambique, e muito povoada de pescadores moiros, e de alguns christãos. Para as respectivas praticas religiosas, os christãos teem uma ermida, e os moiros uma mesquita. A pov. confina com a aldeia da Cabaceira Grande, e teve uma bateria que foi destruida. Quando o governador da provincia João da Costa Brito Sanches foi deposto e preso, o brigadeiro João Vicente Cardinas, que seguiu o movimento revolucionario de 1820 e fez parte do governo provisorio do reino, mandou levantar no logar d'ella um forte, chamado de Santo Antonio.

Cabaceiras. Ponta ou cabo da ilha de Cacheu, no distr. da Guiné, Africa Occidental. || Territorio da ilha de Cacheu, na Africa Occidental, habitado por negros felpudes. || Baixos fronteiros ao territorio denominado Cabaceiras na Africa Occidental.

Cabacinho de Baixo e de Cima. Dois montes na freg. de N. S.ª da Conceição, de Azinheira de Barros, conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Cabacinhos. Logar na freg. de N. S.ª da Visitação, de Odeleite, conc. de Castro Marim, distr. de Faro. | Herdade na freg. de S. Jordão, conc. e distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Manços, conc. e distr. de Evora.

Cabaço *(Antonio Vaz)*. Doutor em Direito Civil, e lente jubilado na Universidade de Coimbra; deputado no Santo Officio, por despacho de 19 de dezembro de 1581, desembargador do Paço, etc. Era natural de Coimbra, e n'esta cidade falleceu em 1595. Foi lente de Instituta no anno de 1565, da cadeira do Codigo, Digesto Velho, e Vespera, até á de Prima, de que tomou posse a 29 de novembro de 1581, e n'ella jubilou em 1588. Collaborou, juntamente com outros doutores, na feitura das *Allegações de Direito*, que se offereceram ao cardeal-rei D. Henrique, por parte da duqueza de Bragança D. Catharina. Tambem collaborou na organisação dos *Estatutos* da Universidade, que se imprimiram em 1593.

Cabaço. Pov. na freg. do Santissimo Nome de Jesus, de Odivellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de N. S.ª da Annunciação e conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa.

Cabaço de Cima. Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

Cabaços. Pov. e freg. de Santo Adrião, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp de Lamego; 659 hab. e 162 fog. Tem caixa post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada n'um alto, d'onde se vêem as villas de Fonte Arcada, Leomil, Sarzêdo e Arcozêllo. A terra é muito saudavel e fertil em trigo, centeio, vinho e castanha. O reitor de Sendim e o de Moimenta da Beira apresentavam aqui alternadamente o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 9 com a séde em Lamego. || Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 670 hab. e 179 fog. Está situada entre o monte da Nó, a N O, e o de S. Verissimo a S E. A primitiva matriz era a uns 200 m. da actual, que foi construida entre os annos de 1720 e 1725. Diz a tradição que no sitio hoje chamado Bouça Longa houve um convento de benedictinos, a cujos monges se dava a denominação de *frades longos*. Este convento foi destruido pelos arabes em 718 e nunca se reconstruiu. A pov. é muito antiga. O reitor era apresentado

pela camara ecclesiastica de Braga, e tinha 2$000 réis de congrua e o pé d'altar. Passa n'esta freg. o ribeiro de Cabaços. Antigamente havia na pov. juiz ordinario e dos orphãos, escrivão, almotacé, vereador e meirinho, todos sujeitos á jurisdicção da mitra de Braga. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3 com a séde em Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de Santo Estevão, de Pussos, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Freguezia annexa á de S. Pedro do Rego da Murta, conc. de Alvaizere, distr. de Leiria (V. *Rego da Murta*). || Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Albergaria das Cabras, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, de Gafanhão, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || Herdade e montinho na freg. de Santa Maria e conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Herdade na freg. de S. Jordão, conc. e distr. de Evora. || Monte na freg. de Santo Antonio, de Vaiamonte, conc. de Monforte, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de S. Pedro, de Vaqueiros, conc. de Alcoutim, distr. de Faro. || Quinta na freg. de N. S.ª da Boa Fé, conc. e distr. de Evora.

Cabaços de Baixo *(Monte de)*. Na freg. de S. Pedro, de Vaqueiros, conc. de Alcoutim, distr. de Faro.

Cabada. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Villar de Moiros, conc. de Caminha, distr de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Cabadosso. Pov. na freg. de S. Miguel, de Christello, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Cabaduços. Pov. na freg. de S. Thiago, de Caldellas, conc. de Amares, distr. de Braga.

Cabage. Pov. na freg. de S. Martinho, de Villa Fria, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Cabages. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Valle de Janeiro, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

Cabago. Logar na freg. de N. S.ª do Monte da Virgem, conc. de Redondo, distr. de Evora.

Cabala. Rio do distr. de Mossamedes, prov. d'Angola, Africa Occidental, nas terras do Nano. N. ao N de Caconda, e passa a E d'este conc., tomando depois o nome de Catape. E' um dos muitos affluentes do rio Cunene.

Caballos. Ilha do rio Quanza, na Africa Occidental, conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola. Um pouco acima d'esta ilha ha uma pequena cataracta de quatro metros de altura.

Cabana. Pov. na freg. de Santa Maria de Gondar, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Lourenço do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Taboado, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alvalade, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de Santa Maria, de Quintiães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Fins, de Tamel, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Logar na freg. de N. S.ª da Expectação, de Valladares, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Casal na freg. de Santo Antonio, de Salir dos Mattos, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Monte na freg. de Santo Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça, de Casa Branca, conc. de Souzel, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de S. Luiz, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Quinta na freg. de Santa Maria, da Feira, de Constantim, conc. e distr. de Villa Real. || Quinta na freg. de S. Vicente, de Galafura, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || Quinta na freg. de S. José, de Godim, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. da Guarda. || Quinta na freg. de S. Silvestre, de Porcas, conc. e distr. da Guarda. || Quinta na freg. de Santa Maria e conc. de Trancoso, distr. da Guarda. || Quinta na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Seixo Amarello, conc. e distr. da Guarda.

Cabana dos Bacellos. Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Cabana de Baixo *(Quinta da)*. Na freg. de S. João Baptista, de Arroios, conc. e distr. de Villa Real.

Cabana e Corga. Duas povoações reunidas na freg. de Santa Marinha, de Rouças, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Cabana ou Corgo do Pito. Logar na freg. de S. João Baptista, de Almansil, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Cabana Maior. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 674 hab. e 186 fog. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada entre montes, d'onde se vê a maior parte do conc. de Arcos de Valle-de-Vez. E' freg. muito antiga, que tomou o nome de uma grande cabana, que existia no local de Pardelhas, onde esteve a primeira egreja. Os parochos eram apresentados pelo abbade de S. Cosme e Damião, a cuja freg. Cabana Maior está annexa. A pov. é bastante montanhosa e abundante de cereaes, gados e caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Tem est. post. com serviço de encommendas. N'esta povoação passa o rio Vage ou Vagem.

Cabana da Mal Talhada. Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Ferreira, distr. de Beja.

Cabanas. Pov. na freg. de S. Paio, de Agua Longa, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Mamede, de Caniçada, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Buarcos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Curros, conc. de Valle Passos, distr. de Villa Real. | Pov. na freg. de Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Dume, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Fanzeres, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Cruz, de Juvim, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Monte

Cordova, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Pensalvos, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de S. Mamede, de Ribeirão, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Sabbadim, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de Santa Maria, de Gallegos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Logar na freg. de N S.ª da Conceição, de Martim Longo, conc. de Alcoutim, distr. de Faro. || Logar na freg. de Santa Maria e conc. de Odemira, distr. de Beja. || Logar na freg. de S. Pedro, de Queimadella, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santo André, de Sanhoane, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Casal na freg. de S. Theotonio, de Brenha, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de S. Saturnino, de Vallongo, conc. de Aviz, distr. de Portalegre. || Herdade na freg. de N. S.ª da Boa Fé, conc. e distr. de Evora. || Herdade na freg. de S. Pedro, de Evora Monte, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Herdade na freg. de N. S.ª das Reliquias, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª do Rosario, conc. de Arronches, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora. || Montinho na freg. de Santo Ildefonso, de Montargil, conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Castanheiro, conc. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de S. João Baptista, de Pesqueira, conc. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu. || Apeadeiro no caminho de ferro. de S e S E, entre as estações de Amoreiras e de Odemira.

Cabanas ou Cabanellas. Pov. na freg. de S. Christovão, da prov. da Beira Alta. conc. de Carregal do Sal, com. de Santa Comba Dão, distr. e bisp. de Vizeu; 2:451 hab. e 578 fog. Tem escolas para ambos os sexos e est. post. com serviço de encommendas postaes, permutando malas com a R. A. B. A. Dista a pov. 8 k. da séde do conc. e está situada n'um alto. Era dos condes da Sortelha, e depois passou para a Corôa. Os condes de Villa Nova apresentavam o vigario, que tinha 300$000 réis. A terra é fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. Em Cabanas ha uma fabrica de tecidos, medico, pharmacias, e uma philarmonica intitulada *Cabanense*.

Cabanas de Baixo. Pov. na freg. de S. Braz, de Cabeça Boa, conc. da Torre do Moncorvo, distr. de Bragança.

Cabanas do Chão. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Abrigada, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. V. *Cabanas de Torres*.

Cabanas de Cima. Pov. na freg de N. S.ª das Neves, de Cabeça de Mouro, freg. annexa á de Cabeça Boa para effeitos civis, conc. da torre de Moncorvo, distr. de Bragança. || Monte na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Cabanas de Torres. Pov. e freg. de S. Gregorio Magno, da prov. da Estremadura, conc. e com. de Alemquer, distr. e patriarc. de Lisboa; 715 hab. e 107 fog. Está annexada administrativamente á freguezia de Abrigada. Tem est. post. permutando malas com Alemquer. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada em um alto, d'onde se avistam muitas villas e terras. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 5, com a séde em Lisboa. Diz a tradição que a povoação de Torres e a de Cabanas do Chão fôram fundadas no seculo XIII, qaando uma grande peste assolou Torres Vedras e Villa Verde dos Francos, obrigando os povos d'estes logares a fugirem para outros pontos mais saudaveis, levando á frente o seu parocho. Chegando ao sitio de Monte Junto, chamado Monte Santo, o parocho mandou levantar um altar tosco de pedras soltas, onde collocou a imagem de S. Roque, celebrando missa e preces. Construiram-se então n'aquelle local cabanas para abrigo dos forasteiros, em quanto não podessem regressar ás suas casas. A gente de Torres Vedras assentou o seu arraial, agrupando-se o resto no logar de Cabanas do Chão e Abrigada. Muitos, porém, preferiram estabelecer ali a residencia definitiva; construiu-se uma capella a S. Roque, que o tempo destruiu, sendo a imagem depois conduzida para Abrigada; edificou-se nova egreja e constituiu-se a actual freguezia.

Cabanda. Pov. do territorio dos Dembos, distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, na margem direita do rio Lefúca, e a 160 k. ao E da foz do Dande.

Cabaneiro. Homem ou mulher de trabalho, que viviam de per si e sem familia. Pagavam annualmente, de *fôro cabaneiro*, um capão ou gallinha, 10 ovos e um alqueire de trigo. Na Terra da Feira dá-se o nome de *cabaneiro* ao pequeno lavrador que não tem bois nem carro.

Cabaneiro. Pov. na freg. de S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Cabanella. Logar na freg. de Santa Maria e conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Cabanellas. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 816 hab. e 210 fog. A pov. dista 10 k. da séde do conc. Foi do real padroado, sendo depois dos condes do Prado. Os marquezes das Minas apresentavam o abbade, que tinha de renda 800$000 réis. Pela freg. passa o rio Cávado, que traz lampreias e outros peixes. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8 com a séde em Braga || Pov e freg. de S. Sebastião, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança; 490 hab. e 81 fog Tem caixa post. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e a freg. está annexada civilmente á de S. Thomé de Abambres. Fica situada em campina, d'onde so vêem diversas villas e povoações. Foi dos marquezes de Tavora até 1759, passando depois para a Corôa. A egreja está fóra do logar, ao S n'um prado do conc. O reitor de Mascarenhas apresentava o cura, que tinha 14$500 réis em dinheiro, 12 almudes de vinho e 1 moio de pão. A freguezia fica entre os rios Rabaçal e Tuella. E' terra fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 10 com a séde em Mirandella. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Borba

da Montanha, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Lavra, conc. de Bouças, distr. do Porto. Tem caixa post. permutaudo malas com Mattosinhos. || Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Riba de Ave, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Sobradello da Gama, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Brito, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Salvador, de Cambezes, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Salvador, de Freixo de Baixo, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. Vizeu. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Nogueira e S. Claudio, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Quinta na freg. de S. Miguel, de Caçarilhe, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Cabanellas de Baixo e de Cima. Duas pov. na freg. de S Miguel, de Bostello, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Cabanes. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Pensalvos, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real.

Cabanga. Pov. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. e bisp. d'Angola, Africa Occidental, situada na margem direita do rio Lucalla, a 59 k. ao E de Ambaca. E' governada por um chefe indigena ou sóba, que reconhece a soberania de Portugal.

Cabanga Caquitamboa. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. e bisp. d'Angola, Africa Occidental, a 40 kilometros ao N E de Ambaca.

Cabanil. Pov. na freg. de S. Salvador, de Rezende, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Cabaninhas. Pov. na freg. de S. Paio, de Carvalheira, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S Mamede, de Gondoriz, conc. de Terras do Bouro, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Rates, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Valdreu, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Villar de Ferreiros, conc. de Mondim de Basto, distr de Villa Real.

Cabanita *(José da Silva).* Professor de ensino industrial; secretario da Escola «Marquez de Pombal». Publicou: *Lições praticas de portuguez compiladas e coordenadas por...* Lisboa, 1898, 1 volume.

Cabanita. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Cabanitas *(Monte de).* Na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Cabanões. Aldeia de S. João, na freg. de S. Christovão e conc. de Ovar, distr. de Aveiro. Dizem que a capella d'esta aldeia foi a primitiva matriz da actual freg. de S. Christovão, e que é n'este local de Cabanões que está estabelecida a estação de Ovar do caminho de ferro do norte. (V. *Ovar).* Junto á capella de S. João ainda existia ha annos uma grande sepultura de granito, muito tosca, sem inscripção nem ornatos, que segundo a tradição, era do primeiro parocho da antiga freguezia. Cabanões foi terra de pescadores, sendo ao principio composta sómente de cabanas de palha, d'onde lhe veiu o nome. A pov. é muito antiga. Em 1254 era donataria de Cabanões uma senhora illustre, D. Urraca Fernandes, da quinta de Moz, junto a Bretiande, como então se chamava á actual villa de Britiande, que deu parte das rendas ao mosteiro de Tarouca. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Avintes, conc. de V. N. de Gaya, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João de Lourosa, conc. e distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Travassô conc. d'Agueda, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Villarinho e conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

Cabanões de Cima. Pov. na freg. de N. S.ª da Ouvida, de Ranhados, conc. e distr. de Vizeu.

Cabanos. Pov. na freg. de Santa Maria Maior, de Carvoeiro, concelho e distr. de Vianna do Castello.

Cabarnelhe. Pov. na freg. de S. Salvador, de Bilhó, conc. de Mondim de Basto, districto de Villa Real.

Cabdel. Designação antiga do que se chama hoje *almirante.* V. *este titulo.*

Cabeça. Familia originaria de Andaluzia, que passou a este reino. Tem por armas em campo azul, treze bezantes de ouro com tres palas, orla vermelha com tres cabeças de moiros, toucadas de prata e azul, cortadas em sangue, na parte superior, nas das ilhargas duas escadas de ouro, e na parte de baixo dois braços armados de prata com as mãos de sua côr, que estão pegando nas escadas, uma de cada lado; o timbre é um braço armado de prata, tendo pendurado na mão uma cabeça de moiro pela touca. A'cerca da ascendencia da familia d'este appelido *Cabeça*, e do seu brazão, lê-se na *Nobiliarchia portugueza*, de Villas Boas, já varias vezes citada, edição de 1676, pag. 228: «Tem por armas treze arruelas azues em campo de ouro. A Gonçalo Fernandez Altamirano, por serviços, que lhe fez no sitio de Cordova, matãdo a hum Mouro Alcayde de hum Castello, sobre Guadalquivir, accrescentou el Rey Dõ Fernando o santo ás Armas sobreditas orla roxa com quatro cabeças de Mouros: tymbre hum braço armado com huma cabeça de Mouro pelos cabellos. E lhe mandou, que d'ali em diante usasse do appellido Cabeças.»

Cabeça. Tributo pessoal que os moiros conquistados, mas ainda não convertidos, pagavam aos reis de Portugal. V. *Azaqui.*

Cabeça *(Custodio Maria de Almeida).* Professor proprietario da 11.ª cadeira (anatomia pathologica) da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa; cirurgião-assistente da enfermaria n.º 5 *(Santa Quiteria)* do hospital Estephania. Natural de Vendas Novas, filho de Thiago Maria Cabeça; nasceu em 4 de agosto de 1866. Defendeu these na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa em 19 de julho de 1892. Por decreto de 14 de abril de 1898 foi nomeado, precedendo concurso, lente substituto da secção cirurgica da mesma escola, cargo em cujo exercicio continua ainda. E socio da Sociedade de Sciencias Medicas de Lisboa, da Associação dos Medicos Portuguezes, da Sociedade de Geographia, e vogal da sub-commissão de prophylaxia da Assistencia Nacional aos Tu-

berculosos. Muito dedicado á cirurgia operatoria em que se tem distinguido, publicou os seguintes trabalhos: These inaugural, *Tumores de ovario*, Lisboa, julho de 1892; these de concurso, *Tumores malygnos da mama*. Lisboa, 1898; livro escolar, «*Lições de anatomia pathologica*», *colligidas pelo alumno Virgilio de Ferreira Raphael Baptista*, Lisboa, 1899. *Cirurgia abdominal em 1902 pelo professor Custodio Cabeça (Separata) da Revista Portugueza de Medicina e Cirurgia Praticas*, Lisboa, 1902.

Cabeça. Pov. e freg. de S. Romão, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Ceia, distr, e bisp. da Guarda; 376 hab. e 102 fog. Tem caixa post. e escolas para ambos os sexos. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 12, com a séde em Trancoso | Pov. na freg. de S. Silvestre, de Chãos, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Moncarapacho, conc. de Olhão, distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Thiago da Guarda, conc. de Anciião, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Paio, de Guimarei, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Casal na freg. de N. S.ª da Purificação, de Montelavar, conc. de Cintra, distr de Lisboa. || Horta na freg. de Santa Maria de Alcaçova e conc. de Elvas, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de S. Manços, conc. e distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Salvador, de Veiros, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Monte na freg. de Santa Maria e conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Quinta na freg. de S. Thiago e conc. de Almada, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Cabeça Aguda. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Paderne, conc. de Albufeira, distr. de Faro. || Casal na freg. de S. Miguel, de Martinxel, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Cabeça d'Aguia. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro. | Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || Logar na freg. de Santa Margarida, da Serra, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Torrão, conc. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Cabeça Alta. Pov. na freg. de N. S.ª das Mercês, de Carvalhal Bemfeito, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Seixo de Gatões, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || Logar na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. || Casal na freg. de S Pedro e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || Monte na freg. de N. S.ª da Gloria, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Quinta na freg. de S. Thiago, de Trouxemil, conc. e distr. de Coimbra.

Cabeça da Areia. Logar na freg. de S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Cabeça dos Asnos. Casaes na freg. de N. S.ª da Purificação, de Aveiras de Cima, conc. de Azambuja, distr de Lisboa.

Cabeça do Bairro. Logar na freg. de N. S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. de Anciião, distr. de Leiria.

Cabeça de Baixo e de Cima. Duas quintas na freg. de S. Martinho e conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Cabeça de Baleia. Ponta ou cabo na costa do distr. de Benguella, prov. de Angola, Africa Occidental, entre os rios Quicombo e Tapado, a cerca de 26 k. ao S da ponta de Quicombo. Mette-se no Oceano 2 k. aproximadamente, é de côr escura, e foi chamada *Cabeça de Baleia* pela similhança que tem com a cabeça d'este cetaceo.

Cabeça de Bardeia *(Monte da)*. Na freg. de S. Gregorio, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Cabeça Boa. Pov. e freg. de S. Braz, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. da Torre do Moncorvo, distr. e bisp. de Bragança; 711 hab. e 119 fog. Tem escola para o sexo masc. e caixa post. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada n'um monte aspero e fragoso, d'onde se vê a Torre do Moncorvo, Cabeça de Mouro e outras terras. O reitor da Torre de Moncorvo apresentava o vigario. A terra é fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr de recrutamento e reserva n.º 10, com a séde em Mirandella. Pela freg. passa o rio Douro. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Samil, conc. e distr. de Bragança. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

Cabeça do Bodo. Logar na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Cabeça de Boi. Logar na freg. de N. S.ª da Graça, de Maçãs do Caminho, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Logar na freg. de N. S.ª das Neves, de Pousa Flôres. conc. de Anciião, distr. de Leiria. || Casal na freg. de S. Bartholomeu, de Valle de Prazeres, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco.

Cabeça de Bolota *(Casal de)*. Na freg. de S. Sebastião e conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Cabeça e Cabeço. Dois logares reunidos na freg. de Santa Maria, de Arrifana, conc de Poiares, distr. de Coimbra.

Cabeça de Cabra. Logar na freg. de Santa Maria e conc. de Odemira, distr. de Beja. || Logar na freg. de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Cabeça de Cabrinha. Logar na freg. de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Cabeça Calva. Logar na freg. de N. S.ª da Alva e conc. de Aljesur, distr. de Faro.

Cabeça da Camara. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Cabeça de Cão. Pov. na freg. de S. Thiago, de Prestimo, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Miguel, de Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Cabeça de Cardo *(Monte da)*. Na freg. de Santa Margarida, da Serra, conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Cabeça de Carneiro. Aldeia na freg. de S. Thiago, conc. de Alandroal, distr. de Evora. || Monte e quinta na freg. de N. S.ª da Purificação, de Aventosa, concelho de Elvas, districto de Portalegre.

Cabeça dos Cartaxos *(Casal da)*. Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Cabeça da Carvalha. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Vinha da Rainha, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Cabeça de Carvalho. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Povoação e freguezia de Nossa Se-

nhora da Conceição, de Olalhas, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Cabeça de Clerigo *(Monte da)*. Na freg. de N. S.ª dos Martyres, conc. do Crato, distr. de Portalegre.

Cabeça de Cobra. Pov. do distr. do Sonho, no reino do Congo, Africa Occidental, no sopé das Barreiras Vermelhas, ou montes de mediana altura, quasi desprovidos de vegetação, batidos pelas ondas do Oceano e que occupam toda a costa desde a margem esquerda do rio Congo ou Zaire até á margem direita do Silundo ou Silundo. || Ponta ou cabo do reino do Congo, Africa Occidental. E' de fórma arredondada, elevado e pedregoso na base. Dista cerca de 49 k. da Moita Secca, e perto de 15 da do Engano. Ao S d'esta ponta até á matta e ponta do Mangue Grande estende-se uma bahia pouco funda.

Cabeça de Coelho. Logar na freg. de S. Nicolau, conc. e distr. de Santarem.

Cabeça da Costa. Pov. na freg. de N. S.ª d'Annunciação, de Pombalinho, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Cabeça das Donas *(Monte da)*. Na freg. de S. Lourenço, de Povoa do Rio de Moinhos, conc. e distr. de Castello Branco.

Cabeça da Egreja. Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Vinhaes, distr. e bisp. de Bragança; 159 hab. e 49 fog. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada n'um outeiro, d'onde se avistam algumas aldeias. Eram seus donatarios os condes de Athouguia. O reitor de Tinzello apresentava o cura, que tinha alguns generos e 9$500 réis em dinheiro. A terra é fertil, tem abundancia de castanheiros, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 10, com a séde em Mirandella. A freguezia está hoje annexa á de Tinzello.

Cabeça de Eira. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Cabeça de Eiras. Pov. na freg. de S. Pedro, de Sandomil, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Cabeça Feitosa. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Turquel, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria.

Cabeça de Ferro *(Monte da)*. Na freg. de Santa Clara, de Louredo, conc. e distr. de Beja.

Cabeça de Ferro da Serra. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Cabeça de Freixo. Monte na freguezia de S. Christovão, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Vimieiro, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Cabeça da Gallinha. Pov. na freg. de S. Pedro, de Rego da Murta, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Cabeça de Gallo *(Monte da)*. Na freg. de Santa Clara-a-Nova, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Cabeça Gorda. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição da Rocha, da prov. do Alemtejo, conc., com., distr. e bisp. de Beja. Tem caixa post. e escola para o sexo masculino. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 17, com a séde em Lagos. Esta povoação fazia parte da freguezia da Salvada, mas por decreto de 11 de abril de 1901 foi creada em freguezia para effeitos ecclesiasticos e de justiça, e tornada tambem independente para effeitos civis por decreto de 22 de novembro do referido anno. As povoações de que ficou constituida, pertenciam á freg. de Salvada (V. *Salvada e Beja, districto de)*. A pov. dista 13 k. da séde do conc. || Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Aldeia do Matto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de S. Lourenço dos Francos, de Miragaia. conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Juncal, conc. de Porto de Moz, distr. do Leiria. || Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Logar na freg. de Santa Cruz, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Mamede, de Matta Moirisca, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco. || Casaes na freg. de N. S.ª da Conceição, de Abitureiras, conc. e distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Pedro, de Alvega, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Casal e quinta na freg. de N. S.ª da Purificação, de Aveiras de Cima, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. João Baptista, de S. João da Ribeira, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || Fóros na freg. de Santa Suzana, conc. de Redondo, distr. de Evora. || Herdade na freg. de N. S.ª d'Annunciação e conc. de Redondo, distr. de Evora. || Herdade na freg. de N. S.ª do Rosario, conc. de Alandroal, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Salvador, de Alcaçovas, conc. de Vianna do Alemtejo, distr. de Evora. || Monte na freg de Sant'Anna do Campo, conc. de Arraiollos, distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Expectação e conc. de Campo Maior, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de Santo Antonio, de Vaiamonte, conc. de Monforte, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de S. Salvador, de Veiros, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Vicente, conc. de Elvas, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. do Espirito Santo, de Vaqueiros, conc. e distr. de Santarem.

Cabeça Grande. Pov na freg. de S. Miguel, de Liceia, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Cabeça de Guarda *(Quinta da)*. Na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Cabeça de Leão. Pico ou monte situado na ponta do ilhéo da ilha do Sal, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está assente na costa O e no limite N da bahia de Rabo de Junco.

Cabeça de Lebre *(Herdade da)*. Na freg. de S. Bento, de Ameixial, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Cabeça de Marco. Herdade na freg. de N. S.ª da Purificação, de Cabeção, conc. de Móra, distr. de Evora. || Monte na freg. de Sant'Anna, de Aldeia do Matto, conc. de Corniche, distr. de Santarem. || Monte na freg. de S. Pedro, de Panoias, conc. de Ourique, distr. de Beja.

Cabeça de Mestre. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Cabeça de Mocho. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

Cabeça do Moinho. Logar na freg. de N. S.ª

d'Annunciação e conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Cabeça de Moiro. Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. da Torre de Moncorvo, distr. e bisp. de Bragança. Está situada n'um alto, d'onde se vêem diversas villas e povoações. A egreja era da commenda da Torre de Moncorvo. A terra é aspera e fragosa. Tinha juiz do povo, com *quatro homens do regimento,* eleitos pelo juiz de fóra e camara da Torre de Moncorvo. Esta freg. está annexada civilmente á de Cabeça Boa (V. *este nome)*, do mesmo conc. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. na freg. de S. Lourenço, conc. e distr. de Portalegre. || Monte na freg. de S. Gens, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Serra na freg. de Cabeça de Moiro, com 14 k. de comprimento e 6 de largo. E' muito alta. Tem muitos azinhos, arvoredos e matto. E' cultivada n'algumas partes, e produz bom vinho e centeio.

Cabeça de Moiro de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Esperança, de Ribeira de Niza, conc. e distr. de Portalegre.

Cabeça de Montachique. Pov. na freg. de S. Saturnino, de Fanhões, conc. de Loures, distr. de Lisboa. Tem est. post. permutando malas com Lisboa. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Louza, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Cabeça da Moucheira. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Cabeça de Moura. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Olalhas, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Cabeça de Mourão *(Monte da).* Na freg. de S. Pedro, de Terena, conc. de Alandroal, distr. de Evora.

Cabeça das Mós. Pov. na freg. de S. Thiago e S. Matheus e conc. de Sardoal, districto de Santarem.

Cabeça do Outeiro. Pov. na ilha das Flôres, na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Fajãsinha, conc. de Lagens das Flôres, distr. de Horta. Tem caixa do correio e escolas de ambos os sexos.

Cabeça do Paço. Pov. na freg. de Santa Margarida, de Fundada, conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Cabeça de Pau *(Monte da).* Na freg. de N. S.ª das Neves, conc. e distr. de Beja.

Cabeça Perdida. Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

Cabeça da Pereira *(Monte da).* Na freg. de N. S.ª da Graça, conc. de Móra, distr. de Evora.

Cabeça das Pombas. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Alvados, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Cabeça de Porca. Logar na freg. de S. Thiago, de Sendim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Cabeça de Porco. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Castro Verde, distr. de Beja. || Monte na freg. de Santo Aleixo, conc. de Moura, distr. de Beja.

Cabeça Redonda. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Cumieira, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Cabeça Roida *(Casal da).* Na freg. de Santa Maria, de Cazevel, conc. e distr. de Santarem.

Cabeça Ruiva de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Silvestre, de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Cabeça Santa. Pov. e freg. de Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. do Porto; 795 hab. e 230 fog. Tem ese do sexo masc. A pov. dista 9 k. da séde do conc. A terra é fertil. O convento de Santo Eloy, do Porto, apresentava o cura, que tinha 60$000 réis de rendimento e o pé d'altar. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 20, com a séde em Mirandella.

Cabeça do Seixo. Pov. na freg. de S. Thiago Maior, conc. de Alandroal, distr. de Evora.

Cabeça da Serra *(Monte da).* Na freg. de S. Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja.

Cabeça da Sertã *(Monte da).* Na freg. de N. S.ª dos Martyres, conc. do Crato, distr. de Portalegre.

Cabeça de Vacca. Appellido nobre em Portugal, oriundo de Hespanha, mas não se conhecendo quem o trouxe a este reino. Tem brazão d'armas completo: Escudo escaquetado de ouro e vermelho de quatro peças em faxa, e numero egual em pala; orla azul carregada de seis cabeças de vacca de prata. Elmo de aço aberto. Timbre, uma das cabeças de vacca.

Cabeça de Vacca *(Casal da).* Na freg. de N. S.ª da Purificação, de Cachoeiras, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Cabeça Veada. Pov. na freg. de S. Julião, de Mendiga, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Cabeça do Velho. Pov. na freg. de S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro.

Cabeçadas. Pov. na freg. de S. Pedro, de Lourosa, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Logar na freg. do Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Casal na freguezia de S. Silvestre e conc. da Louzã, distr. de Coimbra. || Logar na ilha de Santo Antão, archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental.

Cabeçadeira. Logar na freg. de S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Cabeçaes. Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Fermedo, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. Tem est. post. permutando malas com a villa da Feira. Esta pov. foi por muitos seculos a capital do conc. de Fermedo, que se supprimiu por decreto de 24 de outubro de 1855. Antigamente chamava-se a esta villa indistinctamente *Cabeçaes* ou *Fermedo.* A pov. é antiquissima (V. *Fermedo).* Ha aqui uma grande feira no dia 13 de cada mez.

Cabeçalvo. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, concelho e districto de Castello Branco.

Cabeçanita *(Quinta do).* Na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Cabeção. Villa e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. do Alemtejo, conc. de Móra, com. de Montemór-o-Novo, distr. e arceb. de Evora; 1:608 hab. e 261 fog. Tem Misericordia e hospital, escolas para ambos os sexos, est post. permutando malas com a villa de Móra, medico, pharmacia, fabricas de cortiça, olaria, tijolo e telha; hoteis, etc. A povoação dista 10 k. da séde do concelho, está situada n'uma elevação e é banhada pelos ribeiros Aviz e Téra. Era da Corôa, e da commenda d'Aviz. A matriz está ao S da villa, n'um cabeço. O rei, como governador da

ordem de Aviz, apresentava o prior, que tinha de rendimento diversos generos, 21 almudes de vinho e 22$000 réis em dinheiro. Teve uma albergaria, administrada pela Misericordia, a qual foi fundada com esmolas d'este povo, e, para a concluirem, pediram os moradores mercê a Filippe II de Hespanha, que então governava o paiz, para lhe dar privilegios, os quaes lhes fôram concedidos em 1597, fazendo-se uma escriptura, que estava no cartorio da egreja. Esta albergaria parece ser o hospital hoje existente. A origem d'esta povoação, segundo consta, foi uma quinta, que em 1200 os mestres da ordem d'Aviz aqui construiram. Em torno começaram a reunir-se moradores, sendo muitos d'elles mandados pelos cavalleiros. A povoação foi augmentando, e D. João I lhe deu foral em 1395 com muitos privilegios. D. Sebastião a elevou á categoria de villa em 1578, dando-lhe novo foral. Em Cabeção houve dois juizes ordinarios, tres vereadores, um procurador do concelho, dois almotacés, cada tres mezes; capitão-mór, sargento-mór, tenente e alferes de ordenanças. A terra é fertil e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 11 com a séde em Setubal. Costuma realisar-se n'esta villa annualmente uma feira no domingo de Ramos. || Duas quintas na freg. de Santa Cruz do Douro, conc. de Baião, distr. do Porto.

Cabeças. Pov. na freg. de Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de Santa Margarida, de Arrabal, conc. e distr. de Leiria. || Pov. na freg. de Santa Catharina, de Azoia. conc. e distr. de Leiria. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Castro Verde, distr. de Beja. || Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de Santa Maria dos Olivaes e conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Veiros, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Bartholomeu, da Serra, concelho de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Thiago, de Candoso, conc. de Guimarães, distr. de Braga || Logar na freguezia de S. Gregorio, de Reguengo, conc. e distr. de Portalegre. || Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. || Casal na freg. de S. Francisco de Assis, de Orca, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco. || Casal na freg. de Santa Maria, de Pinheiro Grande, conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || Horta na freg. de N. S.ª das Candeias e conc. de Mourão, distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Consolação, de Egrejinha, conc. de Arraiollos, distr. de Evora. || Monte na freg. da Conversão de S. Paulo, de Pavia, conc. de Móra, distr. de Evora. || Monte na freg. de Santo Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Cabeças de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Braz, de Cabeça Boa, conc. da Torre de Moncorvo, distr. de Bragança.

Cabeças Gordas. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, districto de Faro. || Serra do distr. de Beja; é uma ramificação da serra do Cercal, que passa junto á villa de Odemira.

Cabeças de Lagares. Logar na freguezia de S. Miguel, de Colmeias, concelho e districto de Leiria.

Cabeças Ruivas. Logar na freg. de S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, districto de Lisboa.

Cabeças Verdes. Pov. na freg. de S. Thomé e conc. de Mira, distr. de Coimbra.

Cabeceira. Logar na freg. de S. Francisco, da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar reunido aos de Sante e Barreira. (V. *Sante*). || Monte na freg. de N S.ª das Brotas, conc. de Móra, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Gregorio, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Cabeceira d'Apra. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Cabeceira de Baixo. Logar na freguezia de S. Francisco, da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Cabeceiras. Logar na freg de S. Thiago, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || Herdade na freg. de N. S.ª da Conceição, de Salvada, conc. e distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Castro Verde, distr. de Beja.

Cabeceiras de Basto. Villa da prov. do Minho, cabeça de conc. e de com., distr. e arceb. de Braga. Tem uma só freguezia, a de S. Nicolau. Segundo se lê no *Portugal antigo e moderno*, de Pinho Leal, houve ainda outra freguezia, cujo orago era Santa Marinha, muito mais antiga, por que vem descripta no *Portugal Sacro e Profano*, do padre Luiz Cardoso, onde se não fala na de S. Nicolau. O abbade d'esta freguezia era apresentado pelo arcebispo de Braga, provido por concurso, tendo o rendimento de 360$000 réis, e o de Santa Marinha era apresentado pelos Pereiras, da Taipa, e depois por D. Gastão José da Camara Coutinho e seus herdeiros. Os concelhos de Cabeceiras e de Celorico de Basto formavam um só, com o nome de *Terras de Basto*, sendo a séde em Cabeceiras (V. *Celorico de Basto*). A villa é situada em terreno fertil nas margens do rio Tamega; é povoação muito antiga, e el-rei D. Manuel deu-lhe foral a 5 de outubro de 1514. Actualmente as sédes d'este concelho e comarca estão estabelecidas na freg. de S. Miguel de Refoios, Refoyos ou Refojos de Basto (V. *este nome*). O concelho compõe-se de 17 freguezias, com a população total de 16:289 hab., sendo 7:532 do sexo masc. e 8:757 do fem., n'uma superficie de 24:000 hect. As freguezias são as seguintes: Abbadim, S. Jorge, 550 hab.: 255 do sexo masc. e 295 do fem.; Alvite, S. Pedro, 497 hab.: 229 do sexo masc. e 268 do fem.; Arco de Baulhe, S. Martinho, 1:093 hab.: 497 do sexo masc. e 596 do fem.; Basto, Santa Senhorinha, 744 hab.: 368 do sexo masc. e 376 do fem; Buccos, S. João Baptista, 758 hab.: 349 do sexo masc. e 409 do fem.; Cabeceiras de Basto, S. Nicolau, 1:285 hab: 587 do sexo masc. e 698 do fem.; Cavez, S. João Baptista, 1:704 hab.: 793 do sexo masc. e 911 do fem; Faia, S. Thiago, 631 hab: 289 do sexo masc. e 342 do fem.; Gondiães e Samão, N. S.ª dos Remedios, 507 hab.: 247 do sexo masc. e 260 do fem.; Outeiro, Santa Maria Maior, 669 hab.: 306 do sexo masc. e 363 do fem.; Panizella, Santo André, 765 hab.: 327 do sexo masc. e 438 do fem.; Passos, S. Sebastião, 388

hab.: 184 do sexo masc. e 204 do fem.; Pedraça, Santa Marinha, 953 hab.: 459 do sexo masc. e 494 do fem.; Refoios ou Refojos de Basto, S. Miguel, 3:078 hab.: 1:343 do sexo masc. e 1735 do fem; Rio Douro, Santo André, 1:913 hab.: 939 do sexo masc. e 974 do fem.; Villa Nume, Santo André, 290 hab.: 137 do sexo masc. e 153 do fem.; Villar de Cunhas, S. Lourenço, 464 hab: 223 do sexo masc. e 241 do fem. N'este conc. nasce o rio Beça, que entra no Tamega, em frente do logar d'Aivãos. A villa pertence á 6.ª div. mil., 11.ª brigada, grande circumscripção militar norte, e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 19, com a séde em Chaves. Cabeceiras de Basto differe notavelmente do que era ha 40 annos. O seu valor archeologico consistia, por assim dizer, no convento de benedictinos, que era de grande importancia, e nas casas d'algumas nobres personagens, durante as primeiras dynastias. Hoje a villa tem-se amodernado. O que n'outro tempo não passava d'uma montanha intransitavel, vê-se hoje com edificações elegantes, bons predios, importante commercio, sendo o centro principal a praça de Barjona de Freitas. A respeito de instrucção, tem sido muito considerada, e em todas as freguezias do concelho, com pequenas excepções, ha actualmente escolas primarias. Cabeceiras de Basto tem escolas para ambos os sexos e um Lyceu Nacional, cuja séde é na casa do Instituto Commercial e Agricola, legado do fallecido capitalista Gomes da Cunha, feito á freguezia de S. Nicolau, que lhe fôra berço. A villa tem Misericordia, hospital, est. telegrapho-postal com serviço de emissão e pagamento de vales do correio, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. D. Guimarães, R. A. M. Braga; a estação postal funcciona em S. Nicolau e a do telegrapho-postal em Refoios; fabricas de papel, hoteis, medicos, pharmacias, agencias dos bancos *Commercial*, *Crédit Franco-Portugais*, *Lisboa & Açôres*, *Minho*, *Portugal*, e d'outros; agencias de seguros *Fidelidade*, *Fraternidade e Reformadora;* sociedades de recreio: *Philarmonica Cabeceirense* e a *Tuna Cabeceirense;* diversos estabelecimentos, etc. Aos domingos ha mercado na praça de Barjona de Freitas e desde 21 até 30 de setembro a feira de S. Miguel, no campo do Secco, que attrae grande concorrencia; no ultimo domingo de cada mez ha tambem mercado no logar das Pereiras. Tem se publicado os seguintes jornaes: *Cabeceirence (O) (1.º)*, 30 de outubro de 1890; *Cabeceirence (O) (2.º)*, 3 de novembro, 1898; *Colosso (O)*, 11 de outubro de 1896; *Folha dos Caixeiros*, 1903; *Jornal de Cabeceiras*, 24 de agosto 1895, em publicação; *Povo de Cabeceiras*, 25 de outubro de 1900. O concelho de Cabeceiras de Basto caracterisa-se pela riqueza dos seus vinhos, sendo o vinho verde a sua principal producção. Para facilitar a sua venda e conservar o seu bom e apreciado typo, acaba de fundar-se n'esta praça um grande armazem, intitulado *Adega Central de Basto*, tendo os proprietarios dotado este estabelecimento com apparelhos modelares, importados directamente das melhores officinas allemãs. Além de ser um armazem muito amplo, com vasilhame que comporta cerca de 300 pipas de vinho, tem annexa ao estabelecimento uma officina de tanoaria, com as machinas aperfeiçoadas de serrar e aplainar madeira, nas condições de fornecer de prompto qualquer quantidade de barris para embarque. Todos os apparelhos são movidos a electricidade, sendo tambem electrica a illuminação dos escriptorios, armazem e mais dependencias da Adega. E' tambem importante a producção de gado de todas as qualidades; produz muitos cereaes, azeite, castanha, e os montes que o rodeiam, são abundantes em caça. Em 1874 publicou-se em Lisboa um livro, com o seguinte titulo: *Descripção abreviada do concelho de Cabeceiras de Basto, principalmente da freguezia de S. Miguel de Refoyos*, por um cabeceirense.

Cabeceiras de Cima *(Herdade das)*. Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Salvada, conc. e distr. de Beja.

Cabeceiro. Logar na freg. do Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || Logar na freg. de N.ª S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. da Louzã, distr. de Coimbra.

Cabeceiros. Pov. na freg. de S. Thomé, de Estorãos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Quinta na freg. de Santa Maria, de Bouro, conc. de Amares, distr. de Braga.

Cabecinha. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Montelavar, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco || Logar na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Benedicta, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Logar na freg. de S. Paio de Farinha Pôdre, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Cabecinha de Pau *(Quinta do)*. Na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Cabecinhas. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Vagos, distr. de Aveiro. || Casal na freg. de S. José, de Lamarosa, conc. de Coruche, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Cypriano, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Monte na freg. de Santo Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Cabecinho. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. de Anciião, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de N. S.ª do Amparo, de Mira, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de Santa Maria dos Olivaes, 1.º bairro de Lisboa || Logar na freg. S. Julião, conc. e distr. de Portalegre. || Logar na freg. de S. Thiago e conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Cabecinhos. Pov. na freg. de S. Miguel, de Coimbrão, conc. e distr. de Leiria. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Logar na freg. de N. S.ª da Consolação, do Castello, conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª da Purificação, de Roliça, conc. de Obidos, distr. de Leiria.

Cabeço. Povoações nas seguintes freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Alcofra, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || S. Matheus, de Alváres, conc. de Goes, distr. de Coimbra. || Santa Suzana, de Carapinheira, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || N. S.ª d'Assumpção, de Car-

viçaes, conc. da Torre de Moncorvo, distr. de Bragança. || Espirito Santo, de Castello, conc. de Certã, distr. de Castello Branco. || Santa Eulalia de Bésteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Foz de Arouce, conc de Louzã, distr. de Coimbra. || O Salvador, de Grijó, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Julião, conc. e distr. de Portalegre. || S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Simão, de Mamarrosa, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro. || S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || S. Martinho, de Salreu, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Travassô, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Cabeço. Logares nas seguintes freguezias: Arrifana (V. *Cabeça* e *Cabeço*). || Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || S.Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || S. Paio, de Guimarei, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Salvador, de Maiorca, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Santa Maria e conc. de Marvão, distr. de Portalegre. || N. S.ª da Piedade, de Monte Redondo, conc. e distr. de Leiria || N. S.ª da Conceição e conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || S. Pedro, de Segadães, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Thiago, conc. de S. Thiago do Cacem, distr de Lisboa. || S. Torquato, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Pedro, de Varzea dos Cavalleiros, concelho da Certã, districto de Castello Branco.

Cabeço. Casal na freg de Santo André, de Alvoco das Varzeas, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de Santa Anna, de Carnota, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de S Miguel, de Liceia, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de Santa Quiteria, de Méca, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de Santa Marinha, de Palmaz, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Herdade na freg. de S. Bento do Cortiço, conc de Extremoz, distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça dos Mosteiros, de Mosteiros, conc. de Arronches, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de S. Salvador e conc. de Odemira, distr. de Beja. || Quinta na freg. de Santa Maria Magdalena, de A dos Negros, conc. d'Obidos, distr. de Leiria. || Quinta na freg. de Santa Cecilia, de Bemfeita, conc. d'Arganil, distr. de Coimbra. || Quinta na freg de N. S.ª da Conceição, de Faia, conc. e distr. da Guarda. || Quinta na freg. de Santa Maria dos Olivaes, 1.º bairro de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Thiago, de Troxemil, conc. e distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de N. S.ª da Consolação, de Valdujo, conc. de Trancoso, distr. da Guarda. || Quinta na freg. de S. Miguel, de Valverde, concelho de Fundão, districto de Castello Branco.

Cabeço d'Aguia (*Casal do*). Na freg. de N. S.ª da Alva e conc. de Aljezur, distr. de Faro.

Cabeço d'Alto (*Quinta do*). Na freg. de Santa Maria Magdalena, de Fonte Longa, conc. de Meda, distr. da Guarda. || Serra no distr. de Castello Branco, que se prolonga a E da villa de Rosmaninhal. Tambem se lhe chama *Serra de Rosmaninhal*.

Cabeço da Amoreira. Pov. na freg. de S. Vicente, de Sangalhos, conc. d'Anadia, distr. de Aveiro.

Cabeço do Arvello (*Monte do*). Na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Cabeço de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Thomé, de Canellas, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Duas povoações na freg. de Santa Marinha, de Seixezello, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Cabeço do Barro (*Casal do*). Na freg. de S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Cabeço de Barros (*Casal do*). Na freg. de Sant'Anna, de Carnota, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Cabeço da Bezerra. Pov. da freg. de S. Pedro de Penaferrim e conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Cabeço do Bispo (*Casal do*). Na freg. do Santissimo Nome de Jesus, de Odivellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Cabeço da Boa Vista. Logar na freg. de S. Thiago do Cacem, distr de Lisboa.

Cabeço Branco (*Casal do*). Na freg. de N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Cabeço da Cal (*Quinta do*). Na freg. de S. Thiago e concelho de Belmonte, districto de Castello Branco.

Cabeço Castello (*Quinta do*) Na freguezia de N. S.ª da Conceição, de Aldeia de Carvalho, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Cabeço de Cellas. Duas povoações no conc. de Poiares, distr. de Coimbra, uma na freg. de Santo André e outra na de S. Miguel.

Cabeço da Egreja. Pov. na freg. de Santo André, de Fermentellos, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Aguada de Cima, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

Cabeço da Eireira. Pov. na freg. de S. Pedro, de Nariz, conc. e distr. de Aveiro.

Cabeço do Enho. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Cabeço da Escusa. Logar na freg. de S. Pedro, de Manique do Intendente, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa.

Cabeço da Fatiota. Logar na freguezia de S. Thiago e conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Cabeço das Fontainhas. Logar na freg. de S. Lourenço, de Alhos Vedros, conc. da Moita, distr. de Lisboa.

Cabeço da Fonte. Logar na na freg. do Santissimo Sacramento, de Cabeçudo, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Cabeço Gordo. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Azinhaga, conc. da Gollegã, distr. de Santarem. || Logar na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cazevel, conc. e distr. de Santarem. || Quinta na freg.

de N. S.ª da Conceição, de Aldeia do Carvalho, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Cabeço Grande. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Aguada de Cima, conc. de Agueda, distr. de Aveiro

Cabeço do Guião. Logar na freg. de S. João Baptista e conc. do Cartaxo, distr. de Santarem.

Cabeço do Infante. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco.

Cabeço da Junqueira *(Monte do)*. Na freg. de S. Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Cabeço da Lagôa. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Turquel, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Cabeço do Lameiro. Logar na freg. de N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. da Louzã, distr. de Coimbra.

Cabeço de Macinhata. Pov. na freg. de Santo André, de Macinhata de Sciça, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Cabeço Marco. Logar na freg. de N. S.ª do Carmo, de Madeirã, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Cabeço de D. Maria. Logar na freguezia de S. João Baptista, de Atalaia do Campo, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco.

Cabeço da Marinha. Logar na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Samora Correia, conc. de Benavente, distr. de Santarem.

Cabeço de Moiro. Logar na freg. de N. S.ª da Piedade, de Odeceixe, conc. de Aljezur, distr. de Faro. || Logar na freg. de Santo Antonio, de Areias, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Cabeço Negro *(Quinta do)*. Na freg. de N. S.ª do Rosario, de Azinhal, conc. de Almeida, distr. da Guarda.

Cabeço do Pardo. Logar na freg. de S. José, de Lavegadas, concelho de Poiares, districto de Coimbra.

Cabeço das Pedras. Logar na freguezia de S. Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Faro. || Logar na freg. de S. Thiago Maior e conc. de Vagos, distr. de Aveiro. || Casal na freg. de N. S.ª da Alva e conc. de Aljezur, distr. de Faro.

Cabeço Pinheiro. Logar na freg. de S. Domingos, de Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Cabeço dos Pintos. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cabrella, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Cabeço da Pomba. Logar na freg. de S. Salvador, de Aramenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Cabeço de Portas de Baixo *(Herdade do)*. Na freg. de N. S.ª da Natividade, de Safira, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Cabeço das Queimadas. Pov. na ilha do Pico, na freg. de Santo Antonio, conc. de S. Roque do Pico, distr. da Horta.

Cabeço Queimado. Monte na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Orjães, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Cabeço Redondo. Pov. na ilha do Fayal, na freg. de N. S.ª d'Ajuda, de Pedro Miguel, conc. e distr. de Horta || Pov. na freg de N. S.ª da Conceição, de Febres, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Cabeço de Rei. Logar no Alemtejo, proximo do Campo de Ourique, onde o rei moiro Ismar ou Ismario, com vinte chefes, sendo reis cinco d'elles, e o seu grande exercito, acamparam no dia 24 de julho de 1139, esperando o exercito portuguez, commandado por D. Affonso Henriques. A batalha deu-se no dia immediato, ficando os portuguezes victoriosos, sendo D. Affonso acclamado 1.º rei de Portugal. || Quinta na freg. de S. Thiago e conc. de Belmonte, districto de Castello Branco.

Cabeço do Salvador. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa Velha de Rodam, distr. de Castello Branco.

Cabeço de S. João da Azenha. Pov. na freg. de S. Vicente, de Sangalhos, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

Cabeço do Senhor do Outeiro. Logar na freg. de S. Paio de Farinha Pôdre, conc. de Penacova distr. de Coimbra.

Cabeço da Senhora da Saude. Pov. na freg. de Santo André, de Fermentellos, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Cabeço de Sernache. Logar na freguezia de S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Cabeço de Sobreiro. Logar na freg. de N. S.ª da Purificação, de Alguber, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa. || Serra na prov. do Douro, proximo da margem esquerda do rio d'este nome, a 24 k. ao S E do Porto. Produz apenas carqueja, urzes e matto. Traz alguma caça, e no inverno apparecem alguns lobos. Pertence ás freguezias de Fermêdo, S. Miguel do Matto, Valle, Canêdo e Lomba. Tem varias nascentes de agua. D'esta serra se avistam o Porto, muitas freguezias dos arrabaldes d'esta cidade, o rio Douro, grande extensão do Oceano Atlantico, e muitas povoações e serras. No cinco d'esta serra vê-se um marco, chamado *Marco dos quatro concelhos*, que marca a divisão dos concelhos de Gondomar, Villa Nova de Paiva, Feira e Arouca.

Cabeço de Soudo. Pov. na freg de Santa Eufemia, de Chancellaria, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Cabeço de Talhadouro. Pov. na freguezia de S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Cabeço do Trigo. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Vimeiro, conc. de Alcobaça distr. de Leiria.

Cabeço do Troviscal. Logar na freguezia de S. Bartholomeu, de Troviscal, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

Cabeço da Urqueira. Logar na freguezia de N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Cabeço da Vella Pov. na freg. de N. S.ª dos Martyres, de Serra do Bouro, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Cabeço do Vento Logar na freg. de S. Martinho, de Torre de Villela, conc. e districto de Coimbra.

Cabeço Verde. Pov. na freg. de S Lourenço, de Alhos Vedros, conc. da Moita, distr. de Lisboa. || Logar na freguezia de N. S.ª da Graça, de Palhaes, conc. do Barreiro, distr. de Lisboa.

Cabeço de Vide. Villa e freg. de N. S.ª das Candeias, da prov. do Alemtejo, conc. de Alter do Chão, com. de Fronteira, distr. e bisp. de Portalegre, 1·696 hab. e 292 fog. Está situada sobre um outeiro, que tem grande declive para todos os quatro lados. D'este ponto descobre-se um magnifico panorama, avistando-se a cidade de Portalegre, Alter Pedroso, Aviz, Souzel, Arraiollos, outras villas e muitas cordilheiras de serras. Era murada e tinha um castello, que se arruinou no tempo da guerra da Restauração em 1640, sendo tudo completamente derrotado posteriormente pelos castelhanos em 1710. A'cerca da sua fundação, conta se que teve principio n'um valle proximo, que se chama hoje Pombal, mas dando-se ali uma grande batalha com os moiros, de que resultaram muitas doenças, causadas pela corrupção dos cadaveres insepultos ou mal enterrados, os habitantes fugiram para o cabeço visinho, onde se deram tão bem com os seus ares saudaveis, que mudaram para ali a povoação, a que puzeram o nome de *Cabeço de Vida*, ou *Cabeça de Vida*, que o tempo tornou em *Cabeço de Vide*. Outros querem que este nome provenha d'uma grande vide, que já existia ali quando se fundou a povoação. Esta hypothese condiz com o brazão d'armas d'esta villa, que representa um escudo com um castello, entre duas vides, ou todo cercado pelas varas d'uma unica cêpa. El-rei D. Manuel deu-lhe foral em Lisboa, no primeiro de julho de 1512. Cabeço de Vide foi séde de concelho, que se supprimiu pelo decreto de 24 de outubro de 1855. Tem uma só freguezia. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o prior e tres beneficiados. No antigo regimen tinha juiz de fóra, com seus vereadores e procuradores do concelho, e voto em côrtes, com assento no banco 13.º A villa pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 22, com a séde em Abrantes. Tem escola para o sexo masc., estação post. com serviço de encommendas, permutando malas com Alter do Chão, Misericordia, fundada no seculo XVI, hospital, medico, pharmacia, e uma feira que se realisa no dia 18 de junho. A villa dista da séde do conc. 12 k. Ha varias fontes, tanto dentro como fóra da povoação. Os arrabaldes são regados pelas ribeiras Vidigão e Vide. No valle por onde correm as aguas da ribeira de Vide, n'um sitio aprazivel de grande vegetação e salubridade, rebentam tres nascentes de agua mineral. O terreno aqui é bastante accidentado, e formado por bancos de calcareo crystallino e laurentiano da série paleozoica das rochas sedimentares. Além d'estas nascentes ha em Cabeço de Vide uma outra de agua ferrea. Estas aguas são muito usadas não só junto ao local em que nascem, mas a distancia, porque são exportadas em grande escala em garrafas, conservando por muito tempo as suas propriedades e constituição. Fôram analysadas em Lisboa no anno de 1867 pelo dr. Agostinho V. Lourenço, premiadas na exposição de Paris de 1878, e na do Rio de Janeiro de 1879 com a medalha de prata. As aguas são limpidas, unctuosas ao tacto, com sabor e cheiro pouco pronunciados a acido sulfhydrico. Tem reacção ligeiramente alcalina. São empregadas no tratamento do rheumatismo articular e gottoso, dyspepsia e n'algumas nevralgias, ulceras da perna, engorgitamentos das visceras abdominaes e affecções cutaneas dependentes do arthritismo. A sua principal fama, porém, deriva dos seus effeitos curativos nas areias e calculos do rim e da bexiga, e nas nevroses gastro-intestinaes. Perto d'estas nascentes encontraram-se ruinas de alicerces de banhos feitos com magnificos marmores, canos entupidos e medalhas de cobre, attestando terem ellas sido conhecidas e utilisadas pelos romanos. No tempo de D. João VI existia em Cabeço de Vide apenas um charco, onde se iam banhar e curar os doentes que soffriam de sarna. Em 1817 foi construida uma fonte, duas pequenas casas e um tanque; em 1855 construiu-se o actual edificio balnear. Por occasião de alguns trabalhos que se fizeram em 1824, descobriu-se um filete de agua, manando da ponta de um rochedo sobranceiro á margem esquerda da ribeira, abaixo da queda de um açude. Reconhecendo-se ser esta agua therapeuticamente egual em qualidade á que até então entrava nos tanques e tinas de banhos, foi canalisada áparte para um reservatorio denominado *copa*. E' esta a que se utilisa hoje para uso interno, e para se encherem as garrafas que se exportam. O estabelecimento balnear é modesto, e do dia 15 de maio até 31 de outubro é frequentado por muitos doentes. O dr. Alfredo Luiz Lopes fala largamente d'estas aguas no seu livro *Aguas Minero-Medicinaes de Portugal*, publicado em 1892, d'onde transcrevemos estes apontamentos, e apresenta tambem os seguintes livros que se referem ao mesmo assumpto: *Investigações sobre a natureza e antiguidade das aguas mineraes de Cabeço de Vide*, por Francisco Xavier d'Almeida Pimenta, Lisboa, 1823. *Mappa geral dos enfermos, que no anno de 1822 concorreram a fazer uso da agua medicinal sulfurea de Cabeço de Vide*, por José Ignacio da Costa, Lisboa, 1824; *Memoria ácerca da agua mineral de Cabeço de Vide*, por Antonio d'Oliveira Gucifão, Lisboa, 1842; *Noticia d'algumas aguas mineraes na provincia do Alemtejo*, por Francisco d'Assumpção, publicado na *Gazeta Medica do Porto*, tomo III, pag. 339, anno de 1845; *Hydrologia de Cabeço de Vide*, por F. A. Rodrigues de Gusmão, na *Gazeta Medica de Lisboa*, pag. 255, no anno de 1864; *Cabeço de Vide*, por F. J. Lopes, na referida *Gazeta*, 1864, pag. 257; *Esboço historico administrativo das aguas mineraes de Cabeço de Vide*, por José Silvestre Ribeiro, Lisboa, 1871; *Banhos sulfo-alcalinos de Cabeço de Vide*, Porto, 1881.

Cabeços. Pov. na freg. de S. Salvador, de Covão do Lobo, conc. de Vagos, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Febres, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de N. S.ª da Luz e conc. de Lagôa, distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || Logar na freg. de S. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Pedro e conc. da Vidigueira, distr. de Beja. || Pov. na ilha do Pico, na freg. de S. Matheus, conc. de Magdalena, distr. de Horta. || Casal na freg. de Sant'Anna, de Carnota, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de Santo Antonio, de Vendas Novas, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Bordeira,

conc. de Aljezur, distr. de Faro. || Monte na freg. de Santa Clara-a-Velha, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Sebastião, de Figueira dos Cavalleiros, conc. de Ferreira, distr. de Beja. || Quinta na freg. de S. João Baptista, de Cedovim, conc. de V. N. de Foscôa, distr. da Guarda.

Cabeços Brancos. Logar na freg. de S. Sebastião, de Carreiras, concelho e districto de Portalegre.

Cabeços da Goldra. Logar na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Cabeços da Guarita. Logar na freg. de S. João Baptista e concelho de Alcochete, districto de Lisboa.

Cabeços de Mamporlé. V. *Mamporlé*.

Cabeçuda. Casal na freg. de S. João Baptista, de S. João da Ribeira, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || Herdade na freg. de Santo Agostinho e conc. de Moura, distr. de Beja.

Cabeçudo. Pov. e freg. do Santissimo Sacramento, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre, 1:125 hab. e 221 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 5 k. da séde do conc. A terra é fertil e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 15 com a séde em Thomar. || Logar na freg. de S. Pedro, conc. e distr. de Faro. || Casal na freg. de S. Miguel, de Juncal, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Cabeçudos. Pov. e freg. de S. Christovão, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 426 hab. e 100 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada n'um valle pittoresco, proximo de V. N. de Famalicão. Era da Casa de Bragança, e os seus habitantes tinham os grandes privilegios de seus caseiros. Foi antigamente da comarca e termo de Barcellos, visita do arcediagado de Vermuim e Faria. O abbade era apresentado pelo ordinario, por concurso synodal, e tinha de rendimento 450$000 réis. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. na freg. de S. Antonio, de Areias, conc. de Marvão, distr. de Portalegre. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Almansil, conc. de Loulé. distr. de Faro.

Cabeda. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Villar de Maçada, conc. de Alijó, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de S. Vicente, de Alfena, conc. de Vallongo, distr. do Porto. || Pov. na freg. de O Salvador e conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa.

Cabedêlo. Lingua ou zôna de areia na barra do Douro, do lado do S. Entre a ponta septentrional do Cabedêllo e o castello da Foz, na margem opposta, ha apenas uns 30 ou 40 metros, que é a largura do rio Douro na sua embocadura, o que torna a navegação difficil e perigosa. Mesmo na ponta do Cabedêlo construiram os miguelistas em fevereiro de 1833 uma bateria, a tiro de pistola das baterias do castello. Os constitucionaes fizeram uma sortida em 10 de abril do referido anno de 1833, sobre o Cabedêlo, mas fôram repellidos Esta obra fechava completamente a barra do Porto.

Cabedillo. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Cabedo. A familia d'este appellido tinha solar nas montanhas de Oviedo, e pertencia a boa nobreza, posto que não fôsse poderosa em senhorio. Os Quevedos ou Cabedos procedem de França. Fôram *senhores de pendão e caldeira*, desde o anno de 717, em que um Quevedo, amigo e companheiro d'el-rei D. Pelayo, na batalha do Valle de Cangas, nas Asturias, tomou o pendão e a caldeira do rei moiro Alahor, que ficou derrotado. O appellido passou de Hespanha a Portugal na pessoa de Diogo Dias de Quevedo, filho do morgado de Haredo, que tinha solar no valle de Guinchá. Este fidalgo veiu com o infante D. Pedro, filho d'el-rei D. João I, quando o infante regressou das suas viagens. Diogo de Cabedo casou em 1466 em Setubal, onde residia, e d'este casamento procedem os Quevedos e os Cabedos. As armas d'esta familia são um escudo dividido em pala; a primeira, dividida em faxa; tendo na primeira de azul, tres flôres de liz, de prata, em roquete; na segunda, de prata, uma caldeira, de negro. Na segunda pala, tambem de prata, bandeira de duas pontas, metade de purpura, carregada de um crescente de prata, e a outra metade, de prata, carregada de um crescente de purpura, hastea de ouro com a lança de prata; elmo d'aço, aberto, e por timbre o crescente das armas. Os Cabedos portuguezes juntaram ao seu brazão, no quartel de cima, da parte esquerda, as armas dos Vasconcellos, e no de baixo um pinheiro com um leão, por serem descendentes, do lado materno, dos verdadeiros Vasconcellos e Pinheiros de Portugal. Timbre um leão rompante. O filho de Diogo Dias Cabedo, de egual nome, serviu tambem o infante D. Pedro e foi vassallo de D. Affonso V.

Cabedo *(Antonio).* Doutor em Direito Canonico pela Universidade de Coimbra. Era natural de Setubal; filho de Miguel Cabedo, fidalgo da Casa Real e vereador em Lisboa, e de D. Leonor Pinheiro de Vasconcellos. Destinou-se á vida clerical, mas pouco tempo se demorou n'este estado, porque a morte o surprehendeu, quando contava apenas 25 annos de edade. Dedicava-se muito á litteratura e á poesia. Alguns dos seus versos fôram impressos em Roma, no anno de 1587.

Cabedo *(Antonio Justino Simões de).* Amanuense no ministerio do reino, membro das seguintes associações: Promotora da Educação Popular; dos Professores; Protectora da Infancia Indigente; Centro Promotor das Classes Laboriosas; Centro Promotor de Instrucção Primaria no districto de Leiria; da antiga Academia de Minerva e da Sociedade dos Amigos das Letras e Artes em S. Miguel. N. em Lisboa em 1823, fal. a 24 de dezembro de 1862. Era filho d'uma familia distincta, mas achando-se orphão desde muito novo, teve de luctar e vencer grandes contrariedades, conseguindo ainda assim estudar e obter uma distincta illustração, e ser nomeado amanuense no ministerio do reino. Para acudir á subsistencia, applicava as horas de que podia dispôr, no magisterio de collegios particulares. Dedicou-se ao cultivo das letras e ao desenvolvimento da instrucção publica, sendo acompanhado n'estes trabalhos pelo seu amigo e mestre visconde de Castilho, Antonio Feliciano de Castilho, que tributava ao discipulo a maior consideração. Cabedo collaborou assiduamente no *Boletim Geral de*

Instrucção Publica, de que era proprietario o visconde de Ribamar, Frederico Talone, e deixou disseminados em diversos jornaes politicos e litterarios muitos artigos em prosa. Dos seus escriptos merece especial menção o *Trabalho em dia de Anno Bom*, nota que vem publicada no tomo I da versão dos *Fastos de Ovidio*, pelo visconde de Castilho. Os seus versos encontram-se dispersos em jornaes e almanachs. Publicou em 1860 um folheto, intitulado: *O doutor a daguerreotypo; bernardices contemporaneas postas em rima e dedicadas ás victimas do bacharelado por Ambrosio da Pasmaceira*. Publicou mais: *Cartas Satyricas*, que sairam no *Futuro*, jornal do Rio de Janeiro; *As cacholetas litterarias*, satyra chistosa, que appareceu anonyma no *Braz Tizana* em 1860, sendo depois reproduzida no *Asmodeu*, publicando-se mais tarde, em 1861, n'um folheto, com o titulo de: *As cacholetas litterarias* (completas), *bibliotheca do Cabrion*, 1.º volume. Esta satyra, só depois da morte de Antonio de Cabedo é que se soube que fôra trabalho seu. Nas *Memorias dos Vinte Annos*, livro do sr. visconde Julio de Castilho, veem publicados alguns apontamentos biographicos d'este escriptor.

Cabedo *(Gonçalo Mendes de Vasconcellos)*. Conego na Universidade de Evora, lente no real collegio de S. Paulo, de Coimbra, deputado da inquisição de Coimbra e de Evora, desembargador da Casa da Supplicação, etc. Nasceu, em Setubal, onde tambem falleceu em junho de 1604. Era filho segundo de Miguel de Cabedo, moço fidalgo da Casa Real, e de sua mulher e prima, D. Leonor Pinheiro de Vasconcellos. Estudou Jurisprudencia Canonica, na Universidade de Coimbra e recebendo o grau de bacharel, foi admittido como collegial no Real Collegio de S. Paulo a 21 de abril de 1579, sendo depois nomeado lente da cadeira de Sexto, de que tomou posse a 13 de novembro de 1582, passando á de Decreto a 2 de maio de 1587. Foi conego doutoral na Sé de Evora, que renunciou, com faculdade da Universidade de Coimbra, em seu tio Diogo Mendes de Vasconcellos. Depois ser deputado da inquisição de Coimbra, logar em que foi provido a 29 de dezembro de 1580, e da de Evora a 23 de janeiro de 1590, exerceu o cargo de desembargador da Casa da Supplicação, onde entrou a 29 de novembro de 1594. Foi enviado á Curia Romana como agente dos negocios de Portugal, por ordem de Filippe II, e o papa Clemente VIII recebeu-o com tanta consideração, que o nomeou protonotario apostolico. Regressando ao reino, em 1599, instituiu um morgado com a obrigação de que os seus possuidores usassem do segundo appellido de Vasconcellos. Deixou muitas obras de jurisprudencia escriptas em latim, cujos titulos se pódem vêr no tomo II da *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, a pag. 397; uma obra sobre as antiguidades de Lisboa e a *Vida de rainha Santa Izabel*, tambem escriptas em latim.

Cabedo *(Jorge)*. Fidalgo da Casa dos infantes D. Pedro e D Fernando, filhos de D. João I, embaixador á côrte de Paris. Era natural de Setubal. Casou com D. Thereza Pinheiro, irmã do bispo de Vizeu D. Gonçalo Pinheiro. D'este consorcio houve alguns filhos, sendo o mais velho Diogo de Cabedo, que tambem teve o fôro de fidalgo da Casa dos referidos infantes.

Cabedo *(Jorge de)*. Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, cavalleiro da ordem de Christo, e commendador das commendas de Santa Maria de Frechas, e S. Pedro do Rio, desembargador e chanceller da Casa da Supplicação, desembargador do Paço e chanceller-mór do reino, guarda mór da Torre do Tombo, conselheiro de estado de Portugal na côrte de Madrid, etc. N. em Setubal, onde tambem fal. a 4 de março de 1604. Era filho de Miguel de Cabedo, desembargador dos aggravos, e de D. Leonor Pinheiro de Vasconcellos. Frequentou a Universidade de Coimbra, estudando Direito Canonico, em que se doutorou, sendo depois admittido a collegial no Real Collegio de S. Paulo a 8 de maio de 1575. Tomou posse do cargo de desembargador dos aggravos na Casa da Supplicação a 21 de fevereiro de 1583, de procurador da Corôa a 2 de janeiro de 1590, a chanceller da referida Casa da Supplicação a 27 de novembro de 1597. Casou com sua sobrinha D. Ignez da Athouguia, filha de Jorge de Cabedo da Athouguia, e de Violante Tavares de Sousa. Escreveu em latim varias obras de jurisprudencia patria, que veem descriptas na *Bibliotheca Lusitana*, tomo II, pag. 794. Jorge de Cabedo foi um dos compiladores encarregados por Filippe II de redigirem e coordenarem novamente as *Ordenações do reino*, que sairam impressas em 1603. Como esta edição saisse muitissimo errada, Jorge de Cabedo, para remediar esse inconveniente, publicou o seguinte: *Errata da nova recopilaçam das Leis e Ordenações deste reino de Portugal, com algumas outras advertencias necessarias e substanciaes*, Lisboa, 1603.

Cabedo de Vasconcellos *(Jorge)*. Era filho de José Cabedo de Vasconcellos. Foi juiz da Tábola de Setubal, officina onde se cobravam os direitos do pescado, emprego que seu pae tambem exercera; capitão de cavallos d'uma companhia que organisou á sua custa, e depois coronel d'um regimento de infantaria da provincia do Minho, com o qual serviu na guerra em 1704. Falleceu em abril de 1730.

Cabedo de Vasconcellos *(José)*. Moço fidalgo pelo alvará de 17 de março de 1645, juiz da Tábola de Setubal. N. em Fronteira a 25 de junho de 1638; fal. a 18 de novembro de 1691. Era filho de Jorge Cabedo de Vasconcellos e de D. Anna Maria de Castello Branco. Dedicava-se muito á genealogia, e escreveu a seguinte obra, que ficou manuscripta: *Nobiliario das familias de Portugal*, 5 tomos.

Cabedo de Vasconcellos *(Manuel)*. Cavalleiro da ordem militar de Malta, em que occupou o logar de chanceller no tempo em que era grão-mestre Luiz Mendes de Vasconcellos. Natural de Setubal; era filho de Miguel Cabedo, fidalgo da Casa Real, e de D. Leonor Pinheiro de Vasconcellos. Distinguiu-se muito na lição de historia e poesia sagrada e profana. Escreveu: *Chronica da Religião de Malta; Elegia em Tercetos sobre o cantico «Benedicite Domino omnia opera Domini Domino»; Canção sobre o psalmo «Supra flumina Babilonis»; Os Quinze Mysterios do Rosario illustrados*. Estas obras ficaram em manuscripto.

Cabedo de Vasconcellos *(Miguel)*. N. em Setubal, solar de sua familia, em 1525; fal. em Lisboa, em abril de 1637. Era filho de Jorge Cabedo, fidalgo da Casa dos infantes D. Pedro e D. Fernando, filhos de D. João I, e de sua mulher, D. Thereza Pinheiro. Instruido nas letras huma-

nas, em que mostrou muita vocação, passou em 1538, contando 13 anno de edade, a Bayona, por ordem de seu tio materno, o bispo de Vizeu D. Gonçalo Pinheiro, que fôra mandado por D. João III pacificar as controversias altercadas entre França e Portugal. Depois de ter estudado em Bordéos por espaço de dois annos as sciencias amenas, applicou se na Universidade de Tolosa á Jurisprudencia Cesarea e Canonica. Regressando a Portugal, em 1542, frequentou a Universidade de Coimbra. Segunda vez foi a França, estudou nas Universidades de Orleans e de Paris, e não tendo ainda completado 22 annos publicou a primeira comedia de Aristophanes, intitulada *Pluto*, traduzida do grego em latim, a qual dedicou a seu tio materno. Voltando á patria, foi eleito desembargador da Casa da Supplicação, de que tomou a 11 de março de 1565, e desembargador dos aggravos a 6 de julho de 1575. El rei D. Sebastião o nomeou para fazer parte da alçada, que mandou em 1571 ás provincias de Entre Douro e Minho, e da Beira, de que era presidente D. Pedro da Cunha, capitão-mór da gente da ordenança de Lisboa. Determinando o referido monarcha instituir um triumvirato para o governo economico da cidade de Lisboa, foi elle o primeiro eleito. Casou duas vezes; a primeira com D. Leonor Pinheiro de Vasconcellos, sua prima, filha de Gonçalo Mendes de Vasconcellos, e de sua mulher D. Brites Pereira, e a segunda com D. Angela de Castello Branco, filha de Lançarote Leitão Perestrello. Do primeiro matrimonio houve Gonçalo Mendes de Vasconcellos Cabedo, conego doutoral da sé de Evora. e Jorge de Cabedo, doutor em Canones pela Universidade de Coimbra. (*V. estes nomes.*) Foi conceituado poeta latino. Compoz algumas obras n'esta lingua, cujos titulos nos descreve Barbosa Machado, a pag. 469 do 3.º vol. da sua *Bibliotheca Lusitana*.

Cabeiro. Official que fazia cabos para facas, etc. Este officio tinha regimento na collecção dada pelo senado de Lisboa em 1572, estando portanto sujeito á Casa dos Vinte e Quatro.

Cabellos *(Casal dos)*. Na freg. de N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa.

Cabemba. Lago situado no limite S E dos concelhos de Icolo e Bengo, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Cabenca. Duas povoações no conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello, uma na freg. de S. João Baptista, de Longos Valles, e a outra na de S. Pedro, de Riba de Mouro.

Cabencas. Pov. na freg. de S. Paio de Melgaço, conc. de Melgaço, districto de Vianna do Castello.

Cabenço. Pov. na freg. de S. Mamede, de Cibões, conc. de Terras de Bouro, districto de Braga.

Cabengama. Uma das quatro divisões do concelho de Libongo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Cabernelhe ou Cavernelhe. Pov. na freg. de S. Salvador, de Bilhó, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real.

Cabiçalva *(Casal da)*. Na freg. de N. S.ª do Prauto, de Paço, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Cabida. Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de Santa Suzana, conc. de Redondo, distr. de Evora. || Herdade na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Tourega, conc. e distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Bento do Matto, conc. e distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Freixo, conc. de Redondo, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Vicente, de Pigeiro, conc. e distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª do Rosario, de Torre dos Coelheiros, conc. e distr. de Evora.

Cabida da Rapoza e Cabida da Venda. Dois montes na freg. de S. Manços, conc. e distr. de Evora.

Cabidinha *(Monte da)*. Na freg. de S. Bento do Matto, conc e distr. de Evora.

Cabidinho *(Monte do)*. Na freg. de S. Gregorio, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Cabido. Congregação dos conegos d'uma cathedral. Antigamente tambem se dava este nome ás assembléas em que se reuniam os religiosos mendicantes ou monacaes, os prelados ou cabeças dos mosteiros para deliberarem sobre questões da sua ordem, chamando-se egualmente *cabidos* ás deliberações que se tomavam n'essas assembléas V. *Capitulo* e *Collegiada*.

Cabido. Pov. na freg. de N. S.ª do Bom Despacho, de Recarei, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Salvador, de Medrões, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Monte na freg de S. Miguel, de Adaval, conc. de Redondo, distr. de Evora || Quinta na freg. do Espirito Santo, de Valle de Cavallos, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Cabido de Arraiollos *(Herdade do)*. Na freg. de N. S.ª da Purificação, de Represa, conc. de Montemór-o Novo, distr. de Evora.

Cabido Grande *(Monte do)*. Na freguezia de S. Gregorio, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Cabinda *(Manuel José Pina, 1.º barão de)*. Um dos mais antigos chefes indigenas de Cabinda. Commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, coronel honorario do exercito de Portugal, no Ultramar, regulo de Cabinda. Foi educado no Brazil, antes da independencia d'esse estado. Visitou Portugal ha mais de 30 annos, e aqui abraçou a religião catholica, sendo seus padrinhos no baptismo el-rei D. Luiz e sua magestade a rainha senhora D. Maria Pia. Sendo então nomeado coronel honorario do exercito nacional, voltou a Cabinda, onde prestou bastantes serviços por occasião da occupação dos territorios de Cabinda e Molembo. Era muito amigo de Portugal, e a sua casa em Simlambuco estava sempre franca a todos os portuguezes que o procurassem. Falleceu contando mais de 90 annos. Foi agraciado com o titulo de barão de Cabinda por decreto de 7 de setembro de 1871, e carta regia da mesma data.

Cabinda. Villa situada na parte sul da Bahia de Cabinda, na costa occidental da Africa. E' séde do governo do distr. do Congo, e fórma uma comarca Occupada em 1886, depois de firmado o acto geral da conferencia de Berlim, deve se ao capitão de mar e guerra Neves Ferreira o seu estabelecimento, e dentro de um anno se constituiu a povoação, uma dos mais interessantes e confortaveis d'aquella costa africana. A visinhança do Estado Independente do Congo atrophiou porém o commercio da nova povoação, que hoje

se encontra quasi deserta. O elemento official ainda lhe dá alguma importancia, vivendo ali o governador, o juiz e delegado, um batalhão, um patrão-mór, escrivão de fazenda, etc. Ha na villa duas missões dignas de elogio pelos seus esforços civilisadores.

Cabinda *(Bahia de)*. Vasta reintrancia da costa occidental da Africa, situada no enclave portuguez de Cabinda e Molembo, definitiva e internacionalmente entregue á soberania nacional, pelo acto geral da conferencia de Berlim. E' limitada a sudoéste pela ponta do Tafe, recurvando-se a costa para o N, n'uma pronunciada bahia, onde está situada a parte baixa da villa de Cabinda. Parece ser o golfo das Almadias mencionado no mappa de Diogo Homem, ou o antigo Porto Rico, onde em 1783 D. Maria I mandou levantar uma fortaleza para desenvolver o commercio com os indigenas. Estava prestes a concluil-a Jorge Candido Pinheiro Furtado, dando-lhe o nome de Santa Maria de Cabinda, quando uma esquadra franceza, do commando de Marigny, a atacou e destruiu, sem que Portugal estivesse em guerra com a França, mas porque a autoridade portugueza embaraçou o embarque de escravos nos navios francezes. Fôram denodados os defensores do forte, que só capitularam no fim de dez mezes, dizimados principalmente pelas doenças. Das reclamações que originou este acontecimento resultou a convenção de 30 de janeiro de 1786, por mediação da Hespanha, e mais tarde o tratado de 19 de fevereiro de 1810 com a Grã-Bretanha, em que se reconheceram os direitos de Portugal aos territorios de Cabinda e Molembo, o que em parte confirmou o tratado de 22 de janeiro de 1815, para a abolição da escravatura, com a convenção addicional de 28 de julho de 1817. Na memoria que d'este pleito escreveu o visconde de Santarem se encontram os documentos d'aquelles factos e dos subsequentes. Acerca de Cabinda publicou o medico da armada J. de Mattos e Silva *Contribuição para o estudo da região de Cabinda*, Lisboa, 1904. Por decreto de 10 de agosto de 1903 fôram approvados os estatutos da Companhia de Cabinda.

Cabines e Cabinotes. Dois logares na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Castro Verde, distr. de Beja.

Cabingo. Monte do sertão de Angola, Africa Occidental, a E de Quissama e a O das terras do Alto Libolo, entre os rios Cuanza ao N e o Longo ao Sul.

Cabinho. Cabo da Africa Occidental, na costa e distr. da Guiné, a 10 k. de Cabo Roxo.

Cabito. Pov. da Africa Occidental, no territorio de Songo Pequeno, a S E do conc. de Pungo-Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola. Está assente na margem esquerda do rio Catombe, a 174 k. de Pungo Andongo e a 62 S O de Talla-Mogongo.

Cabo. Povoações nas seguintes freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Aboim da Nobrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Christina, de Agrella, conc. de Fafe, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de Amendoa, conc. de Mação, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Anjos, conc. de Vieira, distr. de Braga. || O Salvador, de Barbeita, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª das Neves, de Bella, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Vicente, de Pante, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Carneiro, conc. de Amarante, distr. do Porto. || O Salvador, de Ceivães, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Vicente, de Cidadelhe, concelho de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Prov. da freg. de S. João Evangelista, de Eiriz, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Carlos Borromeu, de Fataunços, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Gatão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santo André, de Gondomar, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. João Baptista, de S. João do Rei, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Maria, de Labrujó, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Lamellas, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || S. Martinho, de Gondomar, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Thiago, de Lustosa, conc. da Louzada, distr. do Porto. || Santa Maria, de Meinedo, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Oriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Rio Mau, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Sandim, concelho de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Sanguedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || N. S.ª d'Assumpção, de Vialonga, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa || S. João Baptista, de Villar do Monte, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Cabo. Logares nas seguintes freguezias: S. Martinho, de Aguas Santas, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Maria, de Airães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Airão, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Martinho, de Armil, conc. de Fafe, distr. de Braga. || O Salvador, de Avelleda, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Barrosas, conc. de Louzada, distr. do Porto. || O Salvador, de Bente, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || O Salvador, de Castellões de Cepeda, conc. de Paredes, districto do Porto. || S. João Baptista, de Chavão, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, de Codeceda, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Coura, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Fareja, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Ferreiros, conc. de Amares, distr. de Braga. || Santa Christina, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, de Fregim, conc. de Amarante, distr. do Porto. || O Salvador, de Gallegos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Maria, de Guardizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Insalde, concelho de Paredes de Coura, districto de Vianna do Castello. || S. Julião, de Lage, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || O Salvador, de Lagôa, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Martinho, de Leitões, conc de Guimarães, distr. de Braga || S. João Baptista, de Louredo, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Miguel e conc. da Louzada, distr. do Porto. || Santo André, de Marecos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Margaride, conc. de Felgueiras, distr. do Porto || Santa Maria, de Maurelles,

conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santo Estevão, de Oldrões, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Paio, de Oliveira, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Salvador, de Paderne, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Pensalvos, conc. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real. || S. Lourenço, de Pias, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santo Thyrso, de Prazins, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Thomé, de Prozello, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Miguel, de Raus, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Miguel, de Rebordosa, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Pedro, de Riba d'Ave, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de Rossas, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. | Santa Maria, de Rozem, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Lourenço, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Martha, de Serdedello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santo Adrião, de Cever, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Santo André, de Telões, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Romão, de Ucha, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho, de Valle do Bouro, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Vandoma, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santo André, de Varzea da Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Cabo. Commandante, chefe militar. || *Cabo do cento;* termo militar antigo, official que commandava cem soldados. || *Cabo de esquadra;* praça de pret, cujo posto é inferior ao de sargento, e que commanda a esquadra. || *Cabo de guerra;* termo militar antigo, official superior do exercito, general. || *Cabo de marinheiros;* marinheiro da armada, graduado para commandar um troço de marinheiros interiores. || *Cabo de policia ou de segurança;* o cidadão que faz o serviço policial na sua parochia sob as ordens immediatas do regedor. || *Cabo signal;* o cabo de esquadra ou anspeçada que ía na frente do regimento fazendo exercicios malabares com a espingarda, que atirava ao ar a grande altura, e apanhava pela coronha. Ha uns setenta annos ainda se conservava este uso nos corpos. Depois da sua extincção continuaram ainda por muito tempo os tambores-móres a fazer com o bastão os mesmo exercicios que o *cabo signal* fazia com a espingarda.

Cabo. Bairros na ilha da Madeira, na freg. de S. Pedro, de Ponta do Pargo, conc. de Calheta, distr. do Funchal. || Casal na freg. de S. Mamede, de Aldão, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Casal na freg. de S. Pedro, de Raimonda, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Casal na freg. de S. Sebastião, de V. N. de Souto d'El-Rei, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Horta na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Messejana, conc. de Aljustrel, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Thomé, de Prozello, conc. de Amares, distr. de Braga. || Quinta na freg. de S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Quinta na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Povos, de Villa Franca de Xira, districto de Lisboa.

Cabo. Pequena povoação da prov., distr. e com. das ilhas de Gôa, Velhas Conquistas, arceb. de Gôa. Ainda ali se vê a casa conventual do Cabo, construida em 1594 á custa do vice-rei Mathias de Albuquerque. Junto d'esse palacio existe uma fonte de agua ferruginosa.

Cabo *(Ilhéo do).* Rochas descommunaes que obstruem uma parte importante da bahia de Santa Maria, situada a N E do cabo do mesmo nome, na costa do territorio dos mucoandos, no limite S do distr. de Benguella, prov. de Angola, Africa Occidental. A principal d'estas rochas é chamada *Ilhéo de Pina*, e eleva-se 15 m. acima do nivel do mar.

Cabo *(Rio do).* Rio do distr. de Leiria. N. proximo das Caldas da Raiuba, passa pelo extremo S d'esta villa, e depois d'um curso de 5 k. vae lançar-se na lagôa de Obidos.

Cabo d'Aguião. Logar na freg. de S. Christovão e conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

Cabo d'Aldeia. Logar na freg. de S. Sebastião, de Espinhal, conc. de Penella, distr. de Coimbra. || Logar na freg. de S. Martinho, de Fajões, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. da Feira. || Logar na freg de S. Martinho, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Cabo d'Além. Pov. na freg. de S. Julião, de Parada de Bouro, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Jorge, de Paradança, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real.

Cabo Alto e Baixo. Dois logares na freg. de S. Miguel, de Couto, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto.

Cabo da Boa Esperança. V. *Boa Esperança.*

Cabo e Bruzende. Pov. na freg. de S. Faustino, de Viariz, conc. de Baião, distr. do Porto..

Cabo Carvoeiro. Cabo da costa de Portugal, na prov. da Estremadura, proximo da praça de Peniche e das ilhas Berlengas, a 65 k. ao O de Lisboa. em Está 39° 21' de lat. N e 1.° de long. O. E' formado por uma ponta de rocha de 31 m. d'altitude, extremo O d'uma peninsula. No alto d'este Cabo ha um pharol de luz branca e fixa, que alcança 9 milhas e fica a 55 m. d'altura. E' um dos mais importantes que se encontram na costa de Portugal. Tem estação semaphorica. Por decreto de 17 de abril de 1869, foi ali estabelecida uma estação telegraphica de primeira ordem. Alguns escriptores dizem ser aqui o Promontorio da Lua dos nossos antigos, mas outros querem, que este nome fôsse dado ao Cabo da Roca. || Cabo na costa do Algarve, quasi a meia distancia entre Albufeira e Alvôr.

Cabo Casal. Pov. na freg. de S. Carlos Borromeu, de Fataunços, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Cabo das Correntes. Cabo na prov. de Moçambique, Africa Oriental. V. *Correntes.*

Cabo da Costa. Pov. na freg. de S. Pedro, de Cerva, conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real.

Cabo Delgado. Antigo distr. da prov. de Moçambique, na Africa Oriental, hoje sob a administração da Companhia de Nyassa. E' separado da Zambezia pelo curso do rio Licungo. Fórma uma comarca com séde no Ibo. Depende do bisp. de Moçambique, da prov. ecclesiastica goense. Tem duas parochias: S. João Baptista do Ibo e S. Luiz Gonzaga de Querimba E' servido pela excellente bahia de Tungue, situada entre o Cabo Delgado e a ponta do Cabo Sanga, sendo ainda melhor a bahia de Pemba. V. *Ibo* e *Nyassa.*

Cabo Delgado *(Ilhas de).* Archipelago no distr. do mesmo nome. Compõe-se de 28 ilhas e

de 3 ilhéos, todos muito proximos uns dos outros. As ilhas são as seguintes: Amisa, Caiamimo, Calaluhia, Cungo, Fumbo, Ibo, Inhate, Longa, Juamba, Macalué, ou Manhâto, Mastros, Matemo, Minhuge, Mistunso, Molaudulo, Namego, Numba, Querimba, Quia, Quipaco, Quisiba, Rôlas ou Crianvé, Samucar, Ticoma, Timbuza, Xanga, Zanga e Zuna. A primeira é a maior de todas; tem 13 k. de comprimento e 300 m de largura. As de Fumbo, Ibo, Matemo e Querimba são as unicas habitadas, e foi a ultima d'ellas que deu o nome ao archipelago, por ser mais fertil e ter sido a villa de Querimba antigamente a capital do districto. As ilhas fôram habitadas na sua maior parte. Ainda hoje na de Amisa, por exemplo, se vêem os restos da egreja parochial; em Namego um poço e em Mahâto os alicerces de varios edificios.

Cabo Espichel. Pov. na freg. de N Sª da Consolação, de Cezimbra Castello, conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa. Tem est. post. e telegr., permutando malas com Cezimbra.

Cabo Espichel. V. *Espichel.*

Cabo da Estrada. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Paços de Vilharigues, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Cabo Frio. Cabo na costa do distr. de Mossamedes, prov. de Angola a 18º latit. S. Marca o limite S das nossas possessões na costa comprehendidas entre o Congo e Mossamedes.

Cabo Garajáo *(Ponta do).* Ponta da costa meridional da ilha da Madeira, archipelago d'este nome. Com a Ponta da Cruz, mais vulgarmente conhecido pela Pontinha, fórma os extremos da bahia do Funchal. Para E do cabo Garajáo ficam situados os seguintes portos: Novo, de Santa Cruz e do Machico, que dista da ponta de S. Lourenço pouco mais de 9 k. O cabo Garajáo está em 32º 28′ lat. N, e 7º 46′ loug. O de Lisboa. || Ponta na costa septentrional da ilha de S. Jorge, archipelago dos Açôres.

Cabo Guardafui. Cabo situado ao N da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Fica á entrada do golpho de Adem e é o cabo mais ao oriente da Africa. Por esta circumstancia foi desde cedo tomado como um dos mais importantes limites geographicos das navegações e conquistas dos portuguezes. N'um *item* do contrato de pazes que Affonso de Albuquerque fez com o rei de Calecut, em 26 de fevereiro de 1515, lê-se o seguinte: «E sendo alguma das ditas naos achadas por nossas armadas do Cabo de Guardafui para dentro, seja tomada de boa guerra.» No tratado de paz que o governador da India, Lopo Soares, fez com a rainha de Coulão em 25 de setembro de 1516 estipula-se egual condição: «e sendo algua naao, ou zanbuquo achado do cabo da Guardaffuy pera dentro, posa ser tomado de boa guerra.»

Cabo da Lavoura. Pov. na freg. de Santa Maria, de Vallega, conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

Cabo da Linha *(Quinta do).* Na freg. de N. S.ª d'Annunciada, de Aldeia de Paio Pires, conc. do Seixal, distr. de Lisboa.

Cabo do Logar. Logar na freg. de S. Miguel, de Anreade, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Cabo do Meio. Na ilha de S. Jorge. V. *Ribeira da Cruz.*

Cabo Mondego. Fica na prov. do Douro. distr. de Coimbra, e ao N da foz do Mondego, junto á villa de Buarcos, na distancia de 3 k. para o N. Está em 40º e 12′ de latit. N, e 29′ de long. occidental. Tem grandes minas de carvão fossil (jurassico), que são exploradas por uma empresa. O carvão que d'aqui se extrae, é considerado de tão boa qualidade como o melhor carvão mineral inglez. No Cabo Mondego ha tambem uma fabrica de vidros. Esta fabrica principiou a produzir vidro crystal em agosto de 1872. O Cabo Mondego é um bonito passeio, para quem está em Buarcos e na Figueira da Foz. Apezar de ser já muito antiga e desenvolvida a exploração do vasto jazigo carbonifero do Cabo Mondego, não se havia ainda ali encontrado nascente alguma de agua mineral ou potavel, sendo para admirar que sómente ha uns 20 annos irrompesse uma agua sulfhydrica, que muito provavelmente é de origem remota n'aquelle local. Esta agua começou logo a ser usada interna e externamente pelos mineiros, que diziam obter com a sua applicação a cura de varias enfermidades. Em 1887, no laboratorio do Instituto Geral de Agricultura, o conselheiro Ferreira Lapa fez a analyse chimica d'estas aguas, sendo a sua classificação de fria, hyposalina, chloretada, calcica e sulfhydrica. São empregadas contra as affecções das mucosas e da pelle, do apparelho respiratorio e da pharynge, rheumatismo, etc. Estas aguas veem descriptas no livro *Aguas Minero-Medicinaes* de Portugal, do sr. Alfredo Luiz Lopes; no artigo *Agua sulfurosa do Cabo Mondego*, por Gaspar Gomes, publicado no *Jornal das Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes da Academia Real das Sciencias*, Lisboa, junho de 1887, pag. 1; e no *Catalogo da secção de minas*, etc., pag. 348.

Cabo Monte. Pov na freg. de S. Miguel, de Souto, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Cabo do Mundo. Pov. na freg. de S. Mamede, de Perafita, concelho de Bouças, districto do Porto.

Cabo Negro. Cabo na prov. d'Angola, conc. e distr. de Mossamedes, a 60 k. da Villa de Mossamedes e a 15º,42′ latit. S e 21º long. E. Foi ali collocado em 1486 um padrão por Diogo Cão.

Cabo do Podão. Pov. na ilha da Madeira, na freg. de N. S.ª da Graça, de Estreito de Camara de Lobos, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

Cabo de Pousa Folles. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Espinhal, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Cabo da Praia *(Manuel Joaquim de Menezes, barão de).* Brigadeiro, governador da provincia de Traz os-Montes, commendador da ordem de S. Bento de Aviz, official da de Torre e Espada, cavalleiro da de N. S.ª da Conceição, etc. N. no Porto em 1778, fal. a 15 de outubro de 1835. Era filho de Joaquim da Silva Mafra. Assentando praça em 1796, entrou na guerra de 1801, sendo feito prisioneiro em Flôr da Rosa. Em 21 de janeiro de 1809 foi despachado alferes e serviu no batalhão de caçadores n.º 5, subindo ao posto de tenente em principios de 1811. Continuou a tomar parte na guerra da peninsula, e ficou levemente ferido no assalto da praça de S. Sebastião; pela fórma como se conduziu n'este combate, graduado no posto de capitão. Depois de ter obtido a effectividade d'este posto, tornou a ser ferido na batalha de Nive, regressando depois á patria quando terminou a campanha. Em 1820 foi pro-

movido a major para o batalhão de caçadores n.º 12, corpo em que tambem já tinha servido. Em consequencia da mudança de politica, Menezes ficou desligado d'este batalhão, e em 1826, depois de proclamada a Carta Constitucional, foi collocado em caçadores n.º 9. Pertencendo ao partido constitucional, emigrou para Inglaterra, onde recebeu a nomeação de commandante do corpo de voluntarios da rainha, que elle organisou e disciplinou. Embarcando para a ilha Terceira com aquelle corpo, foi-lhe confiado o commando do 4.º districto, que se estendia do forte de Santa Catharina do Cabo da Praia até ao forte do Espirito Santo, e n'este porto arrostou contra as forças superiores do inimigo no memoravel dia 11 de agosto de 1829. Collocado á frente do batalhão de caçadores n.º 12 em maio de 1830, continuou em defeza da causa da rainha nos Açôres, até que, partindo a expedição para Portugal, veiu desembarcar nas praias do Mindello Entrou na acção de Souto Redondo, em que ficou gravemente ferido. Em setembro de 1832, sendo já tenente coronel, foi commandar o terceiro batalhão de infantaria n.º 18, e n'elle continuou ainda, quando pela organisação de janeiro de 1833 esse corpo passou a formar o regimento n.º 9. Durante o resto da campanha alcançou a graduação e a effectividade do posto de coronel, sendo elevado a brigadeiro em 25 de julho de 1834. Encarregado em agosto do governo da provincia de Traz-os-Montes, passou depois a governar a praça d'Almeida, até á data do seu fallecimento. Quando a rainha D. Maria II em 1835 agraciou com titulos de nobreza alguns dos officiaes que se haviam distinguido na campanha, o general Menezes foi agraciado com o titulo de barão do Cabo da Praia. Além das honras já mencionadas, era condecorado com a medalha n.º 5 da guerra peninsular, a medalha do commando do assalto de S. Sebastião, e com as medalhas hespanholas de Albuera e de Victoria.

Cabo da Praia. Pov. e freg. de Santa Catharina, do conc. e com da Praia da Victoria, distr. e bisp. de Angra do Heroismo, na ilha Terceira, archipelago dos Açôres; 947 hab e 237 fog Tem esc. do sexo masc. e caixa post A pov. dista 5 k. da villa da Praia. Pertence ao commando militar dos Açôres, e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 25 com a séde em Angra do Heroismo.

Cabo de Queima Terra. Logar na freg. de S. Martinho, de Fareja, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Cabo de Rama. Prov. das quatro divisões das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, na India. E' limitada ao N pela prov. de Bally, a E pela de Canácona, ao S e a O pelo Oceano Indico. Tem uma praça de guerra. Tanto a prov. como a praça, cuja posse perdemos por algum tempo, voltaram ao nosso dominio em 1761, no governo do conde da Ega, Manuel Saldanha de Albuquerque, 47.º vice-rei da India. ‖ Cabo situado na costa occidental da prov. do mesmo nome. Está assente n'elle a unica fortaleza da provincia.

Cabo de Riba. Logar na freg. de S. Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Cabo da Ribeira. Pov. na ilha da Madeira, na freg. de Santa Quiteria, de Boa Ventura, conc. de S. Vicente, distr. do Funchal.

Cabo da Roca. Cabo da costa de Portugal, na prov. da Estremadura, distr. de Lisboa, a 30 k. a O N O de Lisboa, cerca de 5 k. de distancia da villa de Collares, ao N da foz do Tejo. E' formado pelo prolongamento da serra de Cintra, e serve de baliza aos navios que demandam a barra de Lisboa, vindos do N. E' a ponta mais occidental do continente europeu. Está em 38º e 46' de lat. N, e 1º e 5' de long. O. Tem um pharol. Os romanos chamavam-lhe *promontorio magno*, *olisiponense*, *Artabro*, *Cynthio* ou da *Lua*. Dizem alguns antigos escriptores, que em epocas muito remotas os primeiros habitantes da Lusitania, que adoravam a Lua, chamavam ao Cabo da Roca *promontorio da Lua* ou *Cynthia*, nome que davam áquelle planeta, e que o nome de *Cintra* se deriva de *Cynthia*. Plinio diz que o Cabo da Roca se estendia pelo oceano por espaço de 60 milhas.

Cabo Ruivo. Pov. nos arredores de Lisboa, na freg. de Santa Maria, dos Olivaes. Consta de varias quintas e vastos armazens. Tem estação do caminho de ferro, entre Braço de Prata e Olivaes. E' local aprazivel muito frequentado, com especialidade aos domingos e dias santificados, pela população da capital.

Cabo de Santa Maria. V. *Santa Maria.*

Cabo de S. Braz. Cabo da costa de Quissama, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. Fica a 33º, 50' lat. S e 30º 32' long. E.

Cabo de S. Vicente. V. *S. Vicente.*

Cabo de Sines. Cabo da costa de Portugal na prov. do Alemtejo, proximo a Sines, Fica a 37º e 57' de lat. N, e a 28º de long. O. E' o *Pyrgus* dos antigos.

Cabo do Souto. Pov. na freg. de S. Silvestre e conc. da Louzã, distr. de Coimbra.

Cabo submarino. V. *Carcavellos, Telegrapho e Villa Real de Santo Antonio.*

Cabo do Termo. Logar na freg. de Santo Estevão, conc. de Benavente, distr. de Santarem.

Cabo da Torre. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Paços de Vilharignes, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Cabo da Vargem. Pov. na ilha da Madeira, freg. e conc. de S. Vicente, distr. do Funchal.

Cabo Verde. Promontorio situado na parte mais occidental do continente africano, entre os rios Senegal e Gambia, na Senegambia. Foi descoberto em 1443 por Dias Fernandes, que lhe deu o nome de *Cabo Verde*, em consequencia de o ter visto coroado de gigantescos imbondeiros e revestido de verdura.

Cabo Verde *(Archipelago de).* Situado no Oceano Atlantico a 539 kilom. a O do Cabo Verde. Compõe-se de dez ilhas e varios ilhéos, divididos em dois grupos: *Barlavento* e *Sotavento*, o primeiro ao N e o segundo ao Sul. O archipelago apresenta-se debaixo da fórma semi-circular, tendo o lado convexo voltado para o continente africano. O grupo de Barlavento é formado das ilhas de Santo Antão, S. Vicente, Santa Luzia, S. Nicolau, Sal e Boa Vista (V. *estes nomes)*, e dos ilhéos Branco e Raso, situados entre Santa Luzia e S. Nicolau, e o dos Passaros proximo á ilha de S. Vicente. O grupo de Sotavento é formado das ilhas Brava ou S. João, S. Filippe ou Fogo, S. Thiago e Maio (V. *estes nomes)*, e dos ilhéos Bombo, situados entre as ilhas Brava e Fogo. Pela ordem das suas grandezas a ilha de S. Thiago é a maior do archipelago, seguindo-se-lhe as

de Santo Antão, Boa Vista, S. Nicolau, Fogo, Sal, Maio, S. Vicente, Brava e Santa Luzia. A superficie total das ilhas é de 2:939 kilom[2] Todas são de origem vulcanica. O archipelago constitue uma provincia ultramarina, cujo chefe superior tem o titulo de governador geral de Cabo Verde, com residencia na cidade da Praia, actualmente capital da ilha de S. Thiago, por isso que a antiga capital foi na cidade da Ribeira Grande, hoje em ruinas. As funcções do governador são civis e militares, e o seu secretario geral é tambem inspector de instrucção publica A administração de justiça é exercida por dois juizes de direito, um em S. Thiago, outro em Santo Antão. O archipelago constitue uma diocese governada por um bispo, com residencia na villa da Ribeira Brava, capital da ilha de S. Nicolau. A provincia de Cabo Verde divide-se em nove concelhos, sete de primeira classe e dois de segunda, todos com administrador e camara municipal. Calcula se a população do archipelago em 142:000 habitantes. Acerca do descobrimento das ilhas de Cabo Verde muito se tem escripto, sendo por bastante tempo attribuido a Cadamosto, conforme uma sua narração da viagem á Africa em 1457. As contradicções d'esta relação evidenciaram que o veneziano aproveitara apenas algumas noticias para se arrogar tambem essa gloria. O facto deixou de ser duvidoso em presença de uma relação da viagem de Diogo Gomes, piloto ao serviço do infante D. Henrique, escripta por elle proprio, e que se encontra no manuscripto de Valentim de Moravia, existente em Munich. D'ella se vê, sem ficar a menor duvida, que o descobrimento das ilhas de Cabo Verde foi feito em 1460 por Diogo Gomes e Antonio de Nola, e não em 1446, como se tem escripto e nós reproduzimos ácerca da ilha da Boa Vista. No seu manuscripto diz Diogo Gomes que saiu de Lisboa em 1460, capitão d'uma caravéla, e que nos mares da Guiné encontrou a de Antonio Nola, genovez ao serviço do infante D. Henrique, e que ambos regressando a Portugal encontraram a ilha de S. Thiago, a que déram este nome por ser o dia do santo Assaltados por uma tempestade, chegou Antonio Nola primeiro ao reino; e, dando a noticia do descobrimento da ilha, concedeu-lh'a D. Affonso V até ao fim da vida. O mesmo soberano fez doação das ilhas de Cabo Verde a D. Fernando, herdeiro do infante D. Henrique. Nada se sabe do tempo do descobrimento das ilhas restantes, parecendo que a ultima foi a de Santo Antão. A sua colonisação foi lenta, embora se mandassem povoar pouco depois de descobertas. Em 1500 apenas estavam habitadas S. Thiago e Fogo. Em 1530, sendo creado o bispado do archipelago, é que a colonisação tomou incremento, estendendo-se ás ilhas de S. Nicolau, Brava, Maio, Boavista e Santo Antão. Sob o dominio filippino a administração das ilhas foi entregue a um governador, havendo um ouvidor mandado do reino. No vol. 15 do *Panorama*, 1858, encontra-se o catalogo dos governadores de Cabo Verde. Nas *Memorias Economicas* da Academia, tomo III e V, ha varios trabalhos ácerca de Cabo Verde por João da Silva Feijó. Os escriptos modernos relativos ás ilhas são numerosos. Em 1690 fundou-se a Companhia de Cabo Verde e Cacheu, para o trafico de escravos, cuja historia faz Tito de Carvalho na sua Memoria para o congresso colonial, publicada em 1902.

Brazão de Cabo Verde

Cabo da Verga. Cabo pouco elevado na costa e distr. da Guiné, Africa Occidental. Marca o limite meridional das nossas possessões n'esta costa. || Cordilheira da costa da Guiné. Eleva-se cerca de 1 k acima do Cabo da Verga, e corre na direcção S S O para N N E.

Cabo Villa. Duas povoações no conc. de Felgueiras, distr. do Porto, sendo uma na freg. do Salvador, de Moure, e outra na de Santa Marinha, de Pedreira. || Tres logares no conc. de Paredes, distr. do Porto, uma na freg. de S. Miguel, de Beire, outra na de S. Thomé, de Bitarães, e outra na de Santa Maria, de Duas Egrejas. || Logar na freg. de S. Salvador, de Taboado, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Cabo de Villa. Povoações nas seguintes freguezias: S. Paio, de Loivos do Monte, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Miguel, de Moreira, conc. e distr. de Braga || Santa Eulalia, de Sande, conc. de Villa Verde, distr. de Braga || Santa Maria, de Alcofra, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Loureiro, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Miguel e conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Maria, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Pedro, de Portella, conc. de Amares, distr. de Braga. || Santo Isidoro, de Sanche, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Miguel, de Serzedo, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Cabo de Villa. Logares nas seguintes freguezias: S. Thomé, de Abbação, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Aboadella, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, de Alvarenga, conc. da Louzada, distr. do Porto. || S Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santa Christina e conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santo André, de Telões, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Cabo de Villa *(Quinta do)*. Na freg. de Santa Maria, de Canedo, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Cabo de Villadre. Pov. na freg. de Santa Maria, de Alcofra, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Cabo da Vinha. Logar na freg. de S. João Baptista, de Souto de Lafões, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Cabolo. Pov. do conc. de Novo Redondo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental, na margem direita do rio Guenga, a 42 k. ao E do Novo Redondo.

Cabolo Cahombo. Monte situado na foz e margem esquerda do rio Cuanza, na Quissama, districto de Loanda, provincia de Angola, Africa Occidental.

Cabonam. Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Cabornegas. Pov. na freg. de S. Thomé, de Estorãos, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Cabos. Pov. na freg. de Santo Antonio, de

Fragoas, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || Logar na freg. de S. Martinho, de Alliviada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Caboco. Terras da Africa Occidental, na prov. d'Angola, distr. de Loanda, conc. de Cazengo, entre os rios Lucalla e Cuanza, a O do conc. de Pungo-Andongo.

Cabouca *(Monte da).* Na freg. de S. Miguel, de Machede, conc. e distr. de Evora.

Cabouco. Pov. na ilha de S. Miguel, freg. de N. S.ª do Rosario e concelho de Lagôa, com. de Villa Franca do Campo, distr. de Ponta Delgada, bisp. d'Angra do Heroismo; 4:375 hab. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Ceira, conc. e distr. de Coimbra. || Pov. na ilha das Flôres, na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Fajãsinha, conc. das Lagens das Flôres, distr. de Horta. || Pov. na ilha da Madeira, na freg. de S. Bento, de Ribeira Brava, conc. da Ponta do Sol, distr. do Funchal. || Pov. na freg. de Santo Estevão, de Villela, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Bartholomeu, de Barqueiros, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Logar na freg. de S. Pedro, de Rates, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Thiago, de Ribeira de Fragoas, conc. de Albergaria a-Velha, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Vandoma, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Casal na freg. de S. Miguel, de Cardozas, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || Horta e Logar na freg. de N. S.ª dos Martyres e conc. de Arraiollos, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Julião, de Monte do Trigo, conc. de Portel, distr. de Evora. || Quinta na freg. de Santa Maria, de Carquere, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Quinta na freguezia de S. Romão de Aregos, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de N. S.ª das Neves, de Villarinho dos Freires, conc. de Peso de Regoa, distr. de Villa Real.

Cabouco dos Ventos. Pov. na ilha Terceira, na freg. de S. Miguel, de Lagens, conc. da Praça da Victoria, distr. de Angra do Heroismo.

Caboucos. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Arega, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. Leiria. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Sanguedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Quinta na freg. de N. S.ª da Graça, de Vella, conc. e distr. da Guarda.

Cabouqueira. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Castro Verde, distr. de Beja. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Cabouqueiro ou **cavouqueiro.** Operario que nas pedreiras abre os cavoucos, ou buracos, que enche de polvora para rebentar a pedra a extrahir. Este officio tinha regimento proprio na collecção do senado de Lisboa, reformada por Duarte Nunes de Leão, em 1572.

Cabra. Pov. e freg. de S. Jeronymo, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Gouveia, distr. e bisp. da Guarda; 668 hab. e 126 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. com serviço de posta rural. A villa dista 12 k. da séde do conc. e está situada n'um valle. Foi antigamente concelho, tendo juiz ordinario, vereadores, procurador do concelho e mais officiaes, e uma companhia de ordenanças. O prior de Arcozello apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. A villa foi da Corôa, e dos condes da Figueira. Passa aqui o rio Mondego, sobre o qual se vê, junto á villa, uma ponte de cantaria, chamada *Ponte da Cabra.* Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 12 com a séde em Trancoso. || Casaes na freg. de S. Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Cabra Assada. Pov. na freg. de N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa.

Cabra Figa. Pov. na freg. de N. S.ª de Belem, de Rio de Mouro, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª da Purificação, de Montelavar, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Cabrabaça. Povoação ou aldeia de gentios moraves, situada junto da famosa cataracta do rio Zambeze, denominada tambem Cabrabaça, no distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Oriental. O logar em que está assente é estrategico e muito vantajoso. || Cachoeira do rio Zambeze, no distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Fica proximo do rio Panole, confluente da margem esquerda do Zambeze, e a cerca de 100 k. da villa de Tete. Esta cachoeira, salto ou cataracta, interrompe a navegação do Zambeze entre a villa de Tete e a de Zumbo. Tambem se escreve *Cabrabassa* ou *Quebrabassa.*

Cabração. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 265 hab. e 71 fog. A pov. dista da séde do conc. 11 k. e está situada n'uma montanha, mas fertil. As freiras do convento do Salvador, de Braga, apresentavam o vigario *ad nutum,* que tinha o passal, 8$000 réis em dinheiro, varios comestiveis e vinho, e a cêra para as missas conventuaes. A pov. cria bastante gado miudo e grosso. Ha tambem muita caça. Pertence á 3.ª mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Christovão, de Labruja, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Cabraes. Casal na freg. de S. Sebastião, de Moiriscas, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Horta na freg. de Santa Maria, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Cabrainha. Pov. na freg. de Santa Maria, de Lamas, conc. e distr. de Braga.

Cabral. Familia muito antiga. No tempo dos primeiros reis de Portugal occuparam os Cabraes logares importantes, permanecendo n'esta familia o senhorio de Belmonte e d'outras terras, com uma das maiores preeminencias, que era não darem homenagem dos castellos, que se lhe entregavam. O mais antigo d'este appellido, de que ha noticia, foi Ayres Cabral, no tempo d'el-rei D. Diniz, que teve em fidelidade as fortalezas de Portalegre, Mourão, Arronches, e Castello de Vide pelo infante D. Affonso seu irmão. As suas armas são em campo de prata duas cabras vermelhas passantes, armadas de preto. Timbre uma das cabras. Um dos membros d'esta familia, Jorge Dias Cabral, serviu com muita distincção o imperador Carlos V nas guerras de Napoles, e o imperador, em recompensa, deu-lhe as seguintes armas, que lhe fôram confirmadas por el-rei D. João III: em campo vermelho quatro lanças de ouro, postas em pala, sobre ellas, em faxa, um estoque de prata, com a guarnição de ouro, e acima d'este em chefe uma cruz de ouro, como a da ordem de Christo, orla verde com quatro ada-

gas de ouro nos cantos com os ferros de prata, e nos quatro vãos, que ficam em cruz, cada um com sua armadura de braços de prata, divididas em duas palas com as mãos de sua côr, postas em aspa; timbre um cavallo ruço nascente com freio de ouro, correias vermelhas, e quatro feridas no pescoço. Na obra do sr. Ayres de Sá *Frei Gonçalo Velho*, vol. II, Lisboa, 1900, encontram-se a pag. 103 e seguintes reproduzidas varias genealogias dos Cabraes, com apontamentos biographicos interessantes ácerca dos principaes fidalgos d'este appellido.

Cabral *(Agostinho Augusto)*. Cavalleiro da ordem de Christo; era natural da freg. de N. S.ª da Purificação, de Carapito, concelho de Aguiar da Beira; fal. em Villa Viçosa a 13 de janeiro de 1901. Havia mais de 40 annos que residia n'esta villa, onde era muito considerado e prestou grandes serviços. Por mais de uma vez foi escolhido para presidente da camara municipal, desenvolvendo então toda a sua energia, arrostando com muitas contrariedades, especialmente quando em 1886 se tratou da mudança d'uma fonte, que estava no largo do Carrascal, para a praça da Princeza Amelia. Agostinho Cabral fez parte da delegação da camara, que veiu a Lisboa, no referido anno de 1886, assistir ao casamento de sua magestade el-rei senhor D. Carlos. Presidiu a differentes commissões, entre as quaes se conta a que promoveu a exposição industrial de Lisboa, e a que veiu á capital em outubro de 1899 pedir a suas magestades a conservação da escola de cavallaria em Villa Viçosa. No incendio que se deu nos aposentos reaes do paço d'esta villa a 19 de novembro de 1887, foi um dos primeiros a comparecer, e, pelos serviços que prestou, recebeu a condecoração do grau de cavalleiro da ordem de Christo. Foi um dos fundadores da Sociedade Artistica Callipolense, no anno de 1863, que lhe foi devedora de muitos serviços. Escreveu uma noticia historica e estatistica do paço real e da tapada de Villa Viçosa, que se publicou em 1891, sendo offerecida a suas magestades el-rei senhor D. Carlos e rainha senhora D. Amelia. Tambem escreveu uma breve noticia sobre a fundação e inauguração do Asylo Callipolense de Infancia Desvalida, publicada em 1891 conjuntamente com os discursos que se proferiram n'essa inauguração. A sua morte foi muito sentida em Villa Viçosa.

Cabral *(Padre Alexandre)*. Jesuita. N. em Pinhel a 7 de setembro de 1709, fal. em Lisboa, na casa professa de S. Roque a 4 de maio de 1756. Entrou no noviciado da Companhia de Jesus, em Evora, a 20 de agosto de 1725. Foi prégador e professor de grammatica e de humanidades. Escreveu: *Sermão nas sumptuosas exequias do Reverendo doutor Manuel de Mattos Botelho, abbade de Duas Egrejas, Vigario geral*, etc., Lisboa, 1745.

Cabral *(Alvaro Gil)*. Fidalgo do tempo de D. João I. Achou-se na batalha de Aljubarrota; foi alcaide-mór da Guarda, e senhor de Azurara. Fundou e dotou a egreja de Sirgueiros, no bisp. de Vizeu. O mesmo monarcha lhe deu os direitos de Valhe has e Aldeia da Folhada e as rendas da cidade da Guarda, do concelho de Tavares, em Vizeu, e outros muitos bens em remuneração da fidelidade com que o tinha servido. Jaz na sé velha de Coimbra, tendo fallecido na era de 1423 a 8 de junho, conforme reza o epitaphio. Teve um filho, de nome Luiz Alvares Cabral, que foi veador da fazenda do infante D. Henrique, com quem se achou na tomada de Ceuta, tendo-lhe el-rei confirmado as mercês de que seu pae havia gozado. Este fidalgo parece ter sido o primeiro dos Cabraes que teve a alcaidaria-mór de Belmonte.

Cabral *(Padre Antonio)*. Jesuita. N. em Lisboa a 10 de maio de 1693; fal. em Roma a 8 de fevereiro de 1758. Era filho de Antonio Cabral da Cunha, cavalleiro da ordem militar de Christo, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher D. Barbara Maria de Mattos. Entrou na Companhia de Jesus, no noviciado de Lisboa, a 31 de dezembro de 1709. Serviu como agente de negocios de Portugal na Curia Romana em 1743, e foi eleito procurador da beatificação dos 40 martyres do Brazil. Ensinou humanidades e rhetorica. Escreveu: *Relazione della vita, e martyrio del Venerabile Padre Ignacio de Azevedo, ucciso dagli heretici con altri trenta nove de Compagnia di Giesu*, etc., Roma, 1743.

Cabral *(Antonio)*. V. *Paes do Amaral (Antonio Cabral)*.

Cabral *(Antonio Bernardo da Costa)*. Foi 1.º conde e 1.º marquez de Thomar. V. *este titulo*.

Cabral *(Antonio Vanguerve)*. Bacharel em Direito Civil pela Universidade de Coimbra, advogado nos auditorios de Lisboa, juiz commissario do bispado de Miranda, ouvidor da capitania de Itamaracá, no estado do Brazil, etc. N. em Lisboa, e falleceu, segundo parece, depois do anno de 1759. Era filho de Manuel Vauguerve, escrivão do juizo ecclesiastico do bispado d'Elvas. Depois de ter exercido os cargos acima citados, deixou a carreira da magistratura para se dedicar á advocacia, abrindo escriptorio em Lisboa. Escreveu: *Pratica judicial muito util e necessaria para os que principiam os officios de julgar e advogar, e para todos os que sollicitam causas em um e outro foro*, Lisboa, *Partes* I, II, III, IV e V, 1712 e 1727; estas cinco reunidas, Coimbra, 1730; *Partes* VI e VII, Lisboa, 1737; as sete partes todas reunidas, Coimbra, 1757; nova edição, Lisboa, 1842; *Epilogo Juridico de varios casos civeis e crimes concernentes ao especulativo e pratico*, Lisboa, 1729; *Tractatus praticus juridicus de Sacrilegio*, 1730.

Cabral *(Ayres Pires)*. Julga-se este fidalgo o mais antigo do seu appellido, tendo vivido no tempo de el-rei D. Diniz, de quem foi vassallo e teve em fidelidade varias fortalezas (V. *Cabral)*. Todavia ha nobiliarios que alcançam a um seu avô Gil Alvares Cabral, do reinado de D. Affonso II, cujo filho Pedro Annes Cabral foi pae de Ayres Pires Cabral. Este foi casado com Catharina de Loureiro e teve a Alvaro Gil Cabral.

Cabral *(Camillo Jorge Dias)*. Um dos quatro musicos que o governo de el-rei D. José mandou estudar a Italia. N. em Lisboa, no anno de 1748, pouco mais ou menos; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Antonio José Cabral e de D. Marcellina da Conceição de Almeida. Entrou para o seminario da Patriarchal a 2 de fevereiro de 1759, e partiu a 2 de junho de 1760 para aprender musica no conservatorio de Napoles. Ao regressar á patria, foi nomeado professor do referido seminario patriarchal. No archivo da sé de de Lisboa, dizem, existir as partituras de tres

composições suas; uma missa a quatro vozes e orgão, com a data de 1775, e dois motetes tambem a quatro vozes e orgão.

Cabral *(Carlos de Moura)*. V. *Moura Cabral*.

Cabral *(Diogo Fernandes)*. Deão da capella real, nomeado por el-rei D. Manuel em sua carta, de Lisboa, a 4 de setembro de 1516. Era fidalgo da Casa Real, capellão do mesmo monarcha e prior de Santa Maria de Povos. Assistiu á morte de D. João II, conforme refere Garcia de Rezende, e foi governador do bispado da Guarda, em 1517.

Cabral *(Diogo de Freire Vasconcellos)*. Tenente-coronel do corpo de engenheiros, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. na ilha Terceira em 1785, fal. em Lisboa em 1836. Seguiu a carreira militar, onde chegou ao posto de tenente-coronel. Foi lente substituto d'uma cadeira na Academia Real de Fortificação, e serviu n'uma commissão o cargo de governador das ilhas de Cabo Verde, em 1827. Publicou em Lisboa, no anno de 1834, uma *Memoria destinada a facilitar a intelligencia da theorica da ballistica de mr. Bezout*, etc. Consta que deixou inéditas outras *Memorias* sobre assumptos relativos á sua profissão, uma das quaes, que trata sobre a applicação dos principios theoricos á construcção dos reparos da artilharia, offereceu á Academia Real das Sciencias.

Cabral *(Eduardo Augusto da Silva Cabral, 2.º conde de)*. Fidalgo da Casa Real, par do reino por successão de seu pae, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara, em sessão de 8 de março de 1869, deputado na legislatura de 1865, e na de 1865 a 1868; commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, grã-cruz da de Carlos III, de Hespanha, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, terminando o curso em 1851. N. no Porto a 23 de novembro de 1828. E' filho do 1.º conde de Cabral, José Bernardo da Silva Cabral, e de sua mulher, D. Maria Emilia Pereira da Silva. Casou a 13 de setembro de 1845 com D. Margarida Angelina Pinto Esteves Costa, que falleceu em 1856, filha de José Antonio Pinto Esteves Costa, fidalgo da Casa Real, abastado proprietario e capitalista, e de sua mulher D. Anna Elisa Reis. Recebeu o titulo de conde de Cabral em verificação de vida, no titulo concedido a seu pae, sendo a data do decreto de verificação 1 de abril de 1869. O sr. conde de Cabral teve duas filhas do seu matrimonio: D. Maria Christina, já hoje fallecida, casada com o sr. marquez da Foz, Tristão Guedes Correa de Queiroz; e a sr.ª D. Maria Emilia, casada com o sr. marquez de Fontes, Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello Ganhado.

2.º Conde de Cabral

Cabral *(Fernando)*. Alcaide de Belmonte. Era sobrinho e genro de Jorge Cabral governador da India. Distinguiu se no celebre cerco de Mazagão, em que serviu á sua custa, e na batalha de Alcacer-Kibir, em que foi feito prisioneiro.

Cabral *(Fernando Alvares)*. V. *Alvares Cabral (Fernando)*.

Cabral *(Fernando Augusto da Costa)*. Contra-almirante, ajudante de campo honorario de el-rei D. Luiz I, e d'el-rei senhor D. Carlos; cavalleiro e commendador das ordens de S. Bento d'Aviz e de N. S.ª da Conceição; cavalleiro da ordem da Torre e Espada, etc. N. em 15 de maio de 1839, fal. a 14 de julho de 1901. Era filho do marquez de Thomar, Antonio Bernardo da Costa Cabral, e de sua mulher, D. Luiza Mitchel Read, dama da ordem de Maria Luiza, de Hespanha; irmão do actual sr. conde de Thomar. Tinha 11 annos de edade quando assentou praça na armada, em 1 de agosto de 1850. Foi promovido a 2.º tenente em 15 de novembro de 1858; a 1.º tenente em 13 de agosto de 1862; a capitão-tenente em 14 de outubro de 1876; a capitão de fragata em 25 de junho do 1886; a capitão de mar e guerra em 27 de fevereiro de 1890, tendo o posto de contra-almirante, quando falleceu. Foi nomeado para muitas commissões de caracter administrativo e commandos de confiança, governador do distr. de Mossamedes, e tomou parte, a bordo da canhoneira *Tejo*, no bombardeamento de Caconda. Serviu na marinha ingleza, subsidiado pelo governo portuguez, onde teve por companheiro o actual sr. duque de Palmella. N'esta situação entrou na guerra da Criméa em 1855, em que muito se distinguiu. Commandou as canhoneiras *Rio Lima* e *Tejo* (estação naval de Macau); a corveta *Rainha de Portugal* (estação naval de Moçambique); a canhoneira *Tamega*, e as corvetas *Estephania* e *Bartholomeu Dias*. Commandou tambem a escola pratica de artilharia naval, installada na fragata *D. Fernando*. Foi ajudante de ordens do governador geral da provincia de Angola e do commandante da divisão naval de instrucção; vogal da commissão que elaborou o regulamento da policia maritima de Macau; vogal da commissão do aperfeiçoamento de artilharia naval; vogal da junta consultiva de marinha e do conselho de instrucção naval; e ainda vogal da commissão que alterou a ordenança geral da armada. Foi capitão do porto da Figueira da Foz. O contra-almirante Costa Cabral tinha a medalha de ouro de 1.ª classe da Republica Franceza, e a medalha Crimean and Turkish, mas não conservou esta ultima, porque a renunciou por occasião do ultimatum com a Inglaterra em 1891.

Cabral *(Fernando Pereira Palha Osorio)*. V. *Osorio Cabral (Fernando Maria Pereira Palha)*.

Cabral *(Fernão)*. Fidalgo da Casa Real, adiantado e regedor das justiças da comarca da Beira e Riba-Coa. Era filho de Fernão Alvares Cabral. Por carta regia de 1464 teve a alcaidaria-mór do castello de Belmonte de juro e herdade como a tiveram seu pae e avô. Casou com D. Izabel, filha de João de Gouvêa, senhor de Almendra, Valhelhas e alcaide-mór de Castello Rodrigo. Succedeu lhe seu filho João Fernandes Cabral, o qual casou com D. Joanna de Castro, da casa de Monsanto. A esta senhora, pelas suas qualidades, escolheu el-rei D. Manuel para camareira da rainha D. Leonor, sua terceira mulher.

Cabral *(Fernão).* Chanceller-mór do reino no tempo d'el-rei D. João IV. Foi um dos que condemnaram á morte o marquez de Villa Real, o duque de Caminha, e os outros fidalgos que tinham entrado na conspiração anti-patriotica de 1641.

Cabral *(Fernão Alvares).* Cavalleiro do infante D. Henrique e seu guarda-mór, filho de Luiz Alvares Cabral, alcaide-mór de Belmonte. Casou com D. Thereza de Novaes e teve a Fernão Cabral.

Cabral *(Fernão Alvares).* Fidalgo da Casa Real, a quem D. João III incumbira de ir tratar com Francisco I, rei de França, a questão da carta de marca de João Ango. A carta de crença e outras são de julho e agosto de 1514.

Cabral *(Francisco).* Jesuita, reitor nos collegios de Gôa, Baçaim e Cochim; provincial no Japão, e depois preposito na casa professa de Gôa, visitador e provincial de toda a India, etc. N. na Covilhã em 1528, fal. em Gôa a 16 d'abril de 1609. Entrou no noviciado da Companhia de Jesus, em Gôa, em 1554. Tambem foi mestre dos noviços. Partiu para o Japão, exerceu alguns annos o cargo de vice-provincial, e, depois de algum tempo passado na China, voltou á India, onde se demorou até á data do seu fallecimento. Escreveu varias cartas, que se encontram na *Collecção das cartas do Japão*, impressas em Evora, em 1598, tomo I, f.ª 309, 338 e 355, e no tomo II, a f.ª 5. Tambem se encontram algumas no 1.º volume, n.º A, 275, do *Compendio d'algumas cartas*, etc., publicado pelo padre Amador Rebello.

Cabral *(Francisco Antonio).* Professor de mathematicas applicadas á pilotagem, que viveu nos fins do seculo XVIII e principios do seculo XIX. Escreveu: *Memoria hydrographica das ilhas de Cabo Verde, para servir de instrucção á Carta das mesmas ilhas, publicada em o anno de 1792 por Francisco Antonio Cabral; agora novamente impressa, e augmentada com a presente Memoria pelo mesmo autor*, Lisboa, 1804. Foi esta *Memoria* a primeira que saiu, e a mesma que o seu autor annunciou na *Gazeta de Lisboa*, com o titulo de: *Cartas das ilhas de Cabo Verde, segunda edição augmentada com uma Memoria, na qual o seu autor mostra que as objecções feitas em 1799 por alguns Academicos da Sociedade Real Maritima são destituidas de todo o fundamento.* Contra a *Memoria* se publicou em seguida uma vigorosa contestação anonyma com o titulo: *Analyse a um escripto intitulado «Memoria hydraulica das ilhas de Cabo Verde», e censura á carta das mesma ilhas, em que se mostra que as emendas feitas pelo autor da dita Memoria á carta de Mr. d'Apres não pódem merecer confiança alguma. Por um Socio da Sociedade real maritima militar e geographica*, Lisboa, 1805. A esta contestação respondeu Francisco Antonio Cabral com a seguinte replica: *Segunda memoria hydrographica das ilhas de Cabo Verde, ou commento e interpretação a um folheto denominado «Analyse a um escripto intitulado Memoria hydrographica das ilhas de Cabo Verde» e confutação da censura feita á Carta das mesmas ilha , por Franciso Antonio Cabral*, Lisboa, 1806. Os censores que examinaram a *Carta das ilhas* por ordem da Associação Maritima, fôram Manuel do Espirito Santo Limpo e Custodio Gomes Villas Boas, mas não se sabe a qual dos dois pertence a *Analyse* impressa. Cabral escreveu mais: *Descripção e uso dos instrumentos de reflexão, que contém uma sufficiente descripção dos melhores instrumentos, na qual se descreve a maneira de usar dos oitantes, sextantes, e do famoso circulo de reflexão, etc.* Tres partes, Lisboa, 1799; *Solução de um novo problema de astronomia nautica*, Lisboa, 1816.

Cabral *(Francisco Augusto Monteiro).* Em 1807 era segundo tenente do real corpo de engenheiros, e foi provido a capitão para ir servir no estado da India, sendo obrigado, além do serviço que lhe fôsse incumbido pelo vice-rei, a ensinar fortificação de praças e de campanha e ataque de todo o genero de pontos fortificados. O decreto respectivo tem a data de 18 de janeiro do referido anno de 1806.

Cabral *(Francisco José).* D'este escriptor apenas se sabe que era natural da provincia de Traz-os-Montes, e que publicou em Lisboa, no anno de 1816 o seguinte: *Elegia á morte de Bento de Queiroz Pereira Pinto Serpa e Mello* e *Apologia da religião.*

Cabral *(Gil).* Fidalgo natural de Belmonte. Deão e depois bispo da Guarda. Sendo deão e physico do infante D. Pedro, foi elle que o casou por palavras de presente em Bragança, com D. Ignez de Castro em janeiro de 1354. Em 18 de junho de 1360 já era bispo, pois n'essa qualidade depoz como testemunha no instrumento de justificação d'aquelle casamento. Muito affecto ao rei D. Pedro alcançou grandes riquezas, de que fez testamento no seu paço de Villa Fernando em 30 de maio da era de 1400 (1362).

Cabral *(Gonçalo Velho).* Commendador de Almourol e senhor dos morgados das Pias, Cardiga e Bezelga. Foi um dos fidalgos que rodeavam o infante D. Henrique no seu promontorio de Sagres, e um dos commendadores da ordem de Christo de que o infante era o grão-mestre. D. Henrique, em 1431, o mandou n'uma expedição que tinha por fim descobrir os Açôres, porque o infante já tinha um certo conhecimento da existencia d'umas ilhas n'aquella direcção. Gonçalo Velho voltou a Sagres, desanimado, porque encontrou apenas os baixos das Formigas, onde o mar quebrava com immensa furia. O infante animou-o, e tornou a envial-o á mesma descoberta em 1432. Gonçalo Velho partiu n'outra expedição, e regressou com a noticia de ter encontrado as ilhas de Santa Maria, de que o infante logo lhe fez doação. Em nova viagem, descobriu a ilha de S. Miguel, que lhe foi egualmente doada. Gonçalo Velho mandou logo povoar as duas ilhas, que lhe constituiram uma riquissima propriedade. Para a biographia d'este illustre navegador veja-se a obra do sr. Ayres de Sá *Frei Gonçalo Velho*, 2 volumes, Lisboa, 1899 e 1900.

Cabral *(Jacinto Ignacio).* Engenheiro civil. Natural de Ponta Delgada, onde estudou os preparatorios no lyceu, completando o curso, tendo apenas 16 annos de edade. Tratando-se da construcção d'uma doca, que está hoje quasi destruida, Jacinto Cabral passou dos bancos escolares para o logar de ajudante do fiel dos armazens do material. Dedicando-se á engenharia civil, entregava se, quando lhe permittiam as obrigações do seu cargo, á analyse dos processos empregados n'aquella obra, que era uma das mais importantes dos portos europeus. O seu convivio com os machinistas e engenheiros inglezes, que se

lhe affeiçoaram, foi o que lhe despertou o desejo de estudar a arte de construir. Os engenheiros inglezes, reconhecendo-lhe aptidão e boa vontade, animaram-n'o a que proseguisse, e Jacinto Cabral obteve então um logar de praticante na repartição technica das obras publicas do districto de Ponta Delgada. Por bons serviços que prestou, foi promovido pouco tempo depois, por distincção, a conductor de trabalhos, e logo chefe de secção para as obras publicas da ilha de Santa Maria, onde se conservou até 1879, tendo n'esse periodo realisado importantes obras, como a estrada da bahia de S. Lourenço e as da alfandega. Ainda n'esse anno foi nomeado chefe dos trabalhos do porto artificial de Ponta Delgada. Tempo depois, em 1882, Jacinto Cabral, partiu para a Belgica, onde se formou, habilitando-se com o curso theorico, sendo auxiliado pelo sr. marquez da Praia e Monforte. Em julho de 1886 concluiu o curso, tomando o grau de engenheiro civil em 1 de outubro seguinte, sendo-lhe conferido um diploma muito honroso. Regressando a Portugal, foi nomeado para a direcção da 3.ª circumscripção hydraulica, procedendo aos estudos e projectos da barragem na Albufeira de Aviz, trabalhos que pela primeira vez se faziam em Portugal, e que lhe valeram a approvação com louvor da junta consultiva de obras publicas. Outros trabalhos, que levou á execução, fôram a blindagem d'uns terrenos pertencentes ao sr. marquez da Praia (Duarte), que ha perto de 50 annos eram invadidos pelas cheias dos rios de Loures e de Friellas. Jacinto Cabral recebeu a commenda de N. S.ª da Conceição, pelos valiosos serviços que prestou na construcção da Albufeira de Aviz. Foi o fundador do *Consultorio de engenharia, architectura e hydraulica agricola*, e da officina de vitraes, annexa, estabelecendo esta industria em Portugal, e realisando alguns trabalhos em pintura de vitraes com um colorido magnifico.

Cabral *(Padre João)*. Um dos missionarios jesuitas, autores das celebres *Cartas Annuas*. N. na Covilhã em 1529, fal. em Gôa a 16 d'abril de 1609. Entrou na Companhia de Jesus em 1553, e foi superior no Japão e da missão da China, visitador de todas as Indias. Escreveu: *Carta para os Irmãos da Companhia de Portugal*, escripta do Japão a 15 de novembro de 1566. Saiu impressa nas *Car as do Japão e China dos P. P. da Companhia*, Evora, 1598.

Cabral *(Padre João)*. Jesuita. N. em Celorico de Beira, em 1599, fal. em Gôa a 4 de junho de 1669. Era filho de Antonio Saraiva de Vasconcellos e de D. Catharina Saraiva Cabral. Entrou na Companhia de Jesus a 13 de junho de 1615; foi missionario no Japão, e encarregado do governo d'esta provincia; superior na casa professa de Gôa, socio do provincial, visitador do Japão e do Tonkim, reitor de Malaca e de Macau, e provincial em 1650. Escreveu a relação dos seus trabalhos no Thibet, onde esteve missionando. Soffreu grande desgosto com a tomada de Malaca pelos hollandezes, a que assistiu. Deixou um manuscripto, que se conservava no collegio dos jesuitas, em Evora, o qual se intitulava: *Carta escripta de Macau ao Patriarcha da Ethiopia*.

Cabral *(João Francisco)*. Benemerito michaelense, que para a creação do internato que tem o seu nome, em Ponta Delgada, legou á Santa Casa da Misericordia da mesma cidade a quantia de 20:000$000 réis. No internato são admittidas, dos 7 aos 12 annos, doze creanças do sexo masculino, orphãs de pae ou mãe, as quaes durante cinco annos recebem ali sustento, vestuario e instrucção primaria. João Francisco Cabral creou e dotou uma escola primaria na freg. da Bretanha, onde nasceu, e fez importantes legados aos Asylos de Mendicidade e de Infancia Desvalida e Misericordia de Ponta Delgada, estabelecendo dotes para o casamento de orphãos. Na sessão da Junta Geral do Districto de 24 de abril de 1888 leu o sr. Francisco Maria Supico uma *Memoria* ácerca d'esse benemerito, a qual está publicada no n.º 2:192 do jornal *A Persuasão*, Ponta Delgada, 1904.

Cabral *(João Nepomuceno de Menezes)*. Coronel reformado. N. na ilha da Madeira a 12 de março de 1834, fal. em Lisboa a 30 de agosto de 1904. Era filho do morgado João Nepomuceno de Menezes Cabral e de sua mulher D. Maria Manuela de Menezes Cabral. Foi ajudante da guarda municipal de Lisboa, e reformara-se em 4 de janeiro de 1896, por ter attingido o limite da edade. Tinha o officialato de S. Bento de Aviz, e as medalhas militares de bons serviços e comportamento exemplar. Foi casado com sua sobrinha D. Palmyra de Menezes Cabral, de quem enviuvou em 1893.

Cabral *(Jorge)*. Capitão de Baçaim na India. Era filho segundo de João Fernandes Cabral e neto de Fernão Cabral (V. *este nome*), senhor de Azurara. Distinguiu-se nas guerras do Oriente desde 1525. Em 1526 foi quem teve o encargo de participar a Pedro Mascarenhas, que estava governando Malaca, que tinha sido nomeado governador da India, e Pedro Mascarenhas em recompensa d'esta noticia, deu-lhe a propria capitania de Malaca. Este facto não podia tornal-o sympathico a Lopo Vaz de Sampaio, rival de Mascarenhas, e, effectivamente, quando Lopo Vaz saiu triumphante da contenda, Jorge Cabral foi demittido, e voltou para o reino, tendo a capitania das naus de viagem do anno de 1536. Em seguida tornou ao oriente como capitão de Baçaim, para que fôra nomeado em 8 de fevereiro de 1545, sendo governador D. João de Castro, logar que exercia ainda no tempo do seu successor D. Garcia de Sá, quando, tendo morrido este vice-rei, em 1549, e abertas as cartas de successão, se encontrou o seu nome para o substituir. O governo de Jorge Cabral foi curto, e pouco teve de notavel. Era pouco energico, o que occasionou os portuguezes praticarem alguns actos de pirataria, resultando que todos os regulos da India se colligassem contra nós. Jorge Cabral, porém, se era fraco governador, era intrepido official, e collocando-se á frente d'uma esquadra, devastou por tal fórma a costa de Calicut, que o Samori, principal instigador da liga revolucionaria que se formara contra elle, se veria obrigado a pedir paz, se em 1550 não fôsse, do reino, substituil-o no governo D. Affonso de Noronha. Jorge Cabral era casado com uma senhora chamada D. Lucrecia Fialho, e foi o primeiro governador que teve sua mulher na India. A sua moradia como cavalleiro da Casa Real era de 2:508 reaes por mez.

Cabral *(Jorge)*. Jesuita. Doutor em Theologia, lente da Universidade de Coimbra; profes-

sor de Philosophia no collegio da Companhia de Jesus, de Coimbra; qualificador do Santo Officio. N. em 1572 na villa de Fornos, no bispado de Vizeu, onde tambem falleceu a 3 de maio de 1637. Era filho de Salvador de Figueiredo e de Izabel de Sousa. Estudou letras humanas no collegio de Coimbra, e entrou para a Companhia de Jesus a 20 de outubro de 1587. Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, attribue lhe a seguinte obra, que saiu anonyma: *Relação geral das festas que fez a religião da Companhia de Jesus na provincia de Portugal, na canonisação dos gloriosos santos Ignacio de Loyola e Francisco Xavier no anno de 1622*, Lisboa, 1623.

Cabral *(Jorge Dias)*. V. *Cabral*.

Cabral *(José Bernardo da Silva Cabral, 1.º conde de)*. Fidalgo da Casa Real, pelo alvará de 21 de dezembro de 1843, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, antigo juiz, ministro e secretario de Estado, deputado em diversas legislaturas, par do reino, conselheiro de Estado effectivo, membro do Tribunal do Thesouro Publico, presidente da commissão consultiva dos negocios relativos ao registro predial; commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, por decreto de 21 de maio de 1840, grã-cruz de Carlos III, de Hespanha, etc. N. em Fornos d'Algodres a 27 de julho de 1801; fal. no Paço do Lumiar a 25 de março de 1869. Era filho de Antonio Bernardo da Silva Cabral, do conselho da rainha D. Maria II, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, deputado, proprietario em Fornos d'Algodres, e de sua mulher, D. Francisca Victoria Rebello da Costa Côrte-Real, filha de Pedro Luiz da Costa e de sua mulher D. Maria da Apresentação da Costa Rebello. Estudou na terra da sua naturalidade grammatica latina e philosophia com um padre da Congregação do Oratorio, indo depois para Coimbra cursar o resto dos preparatorios. Matriculou-se na Universidade em 1816, recebeu o grau de bacharel em 1821, e concluiu a formatura em junho de 1822. Voltou depois a Fornos d'Algodres, onde concorreu para se organisar a guarda nacional. Entrando na politica, tomou parte na revolta conhecida na historia pela Villafrancada, em 1823, mostrando logo grande energia e coragem, sendo a guarda nacional do seu commando o ultimo a dissolver-se n'aquelles contornos. Dedicando-se então á advocacia, fez tirocinio durante dois annos em Senhorim com o jurisconsulto Joaquim d'Almeida Novaes, indo depois estabelecer-se em Linhares, passando mais tarde para o Porto, em 1826. N'esta cidade adquiriu grande fama como advogado, sendo sempre procurado para a defeza das causas mais importantes, especialmente em assumptos commerciaes. Chegou a tal ponto a sua fama, que, apezar das Ordenações e leis determinarem que nenhum advogado fôsse aos auditorios da relação do Porto sem prévia habilitação, o chanceller que servia de governador n'este tribunal, concedeu-lhe, em maio de 1827, que advogasse. Silva Cabral adheriu á revolta liberal de 16 de maio de 1828, a qual, tendo-se frustrado, o obrigou a homisiar-se, podendo apparecer em publico só no fim de 25 mezes, por ter sido desprounnciado por alçada. Assim que D Pedro entrou no Porto, em 10 de julho de 1832, Silva Cabral foi offerecer-lhe os seus serviços, e sendo despachado juiz de fóra de Vianna, não chegou a tomar posse d'este logar por causa dos miguelistas, que começaram a apertar o cerco do Porto. Foi então nomeado em novembro d'esse anno auditor da primeira divisão do exercito libertador, passando em fevereiro de 1833 a juiz do crime do bairro de Santa Catharina, cargo a que elle ajuntou no mez seguinte o de superintendente das barreiras e chefe de toda a policia preventiva. Quando saiu do ministerio o ministro da justiça Joaquim Antonio de Magalhães, Silva Cabral pediu a exoneração dos cargos que exercia, e alistou-se no batalhão dos empregados publicos, tomando parte nas acções de 5 e 25 de julho de 1833. O duque da Terceira, depois de percorrer o Alemtejo, sempre victorioso, veiu estabelecer o governo constitucional em Lisboa em 24 do referido mez de julho, tendo dado na vespera, na Cova da Piedade, a batalha em que morreu Telles Jordão. Animado com esta victoria, D. Pedro IV não tardou a vir tambem para Lisboa, onde entrou triumphantemente, e Silva Cabral, logo em agosto seguinte, partiu para esta cidade, por ter sido nomeado em 23 d'este mez corregedor do crime do bairro do Rocio, cargo a que andava então annexo o de superintendente dos dizimos e impostos da freguezia de S. Nicolau. N'esta situação prestou muitos e valiosos serviços, e, terminada a campanha, voltou a exercer a advocacia no Porto, conservando-se extranho á politica, até que, realisando-se a revolução de setembro em 1866, foi convidado por uma commissão de cartistas para auxiliar este partido nas eleições de 1838. Exercendo então o cargo de secretario do centro cartista, trabalhou activamente contra o governo, e, recusando o diploma que os eleitores do Porto lhe offereciam, veiu afinal tomar assento na camara dos deputados como representante do circulo de Guimarães, em 1840, conquistando logo um dos primeiros logares como orador, pela sua palavra energica e vibrante. Começou então a tomar parte muito activa na politica. Na revolta popular de 11 de agosto de 1840, collocando-se ao lado de seu irmão Antonio Bernardo da Costa Cabral, ministro da justiça, e mais tarde conde e marquez de Thomar, tratou energicamente de debellar aquelle movimento revolucionario. Em 1 de janeiro de 1841 foi nomeado curador geral dos orphãos no Porto, e concorreu muito para a restauração da Carta proclamada n'aquella cidade em janeiro de 1842; quando a junta, formada n'essa occasião, partiu para a capital, ficou Silva Cabral encarregado da segurança do Porto e das provincias do norte. Emquanto a junta se demorou em Coimbra, constando-lhe que se tratava de annullar o movimento revolucionario, embarcou para Lisboa immediatamente, e, chegando antes da junta, removeu to-

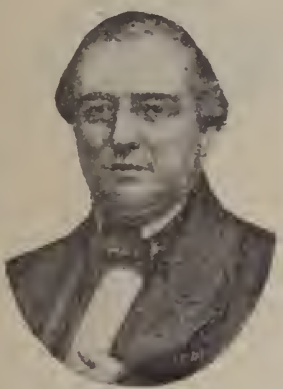

1.º Conde de Cabral

dos os obstaculos que se oppunham áquella proclamação. Por decreto de 9 de março de 1842 foi nomeado membro do Supremo Tribunal de Justiça, e partiu para o Porto afim de preparar as eleições a favor do partido cartista, sendo então deputado por essa cidade e pela de Braga. Voltou de novo ao Porto, como governador civil, em janeiro de 1843, quando ali rebentaram uns motins populares, e conseguiu restabelecer a tranquillidade; em 1844 teve transferencia no mesmo cargo para o districto de Lisboa, e na revolta que se deu em Torres Novas, suffocou tambem o movimento revolucionario que se devia realisar na capital, podendo evitar que a ordem publica fôsse alterada. Como governador civil adoptou então muitas e importantes medidas sobre salubridade publica, estatistica, jogo, etc.

Brazão dos condes de Cabral

Adoecendo seu irmão em maio de 1845, ficou-o substituindo nas pastas dos ministerios do reino e da justiça, sendo em 24 de julho nomeado ministro effectivo da justiça e negocios ecclesiasticos. Então decretou o regulamento das cadeias e os projectos da reforma judiciaria. Organisando-se o conselho de Estado, Silva Cabral foi nomeado conselheiro extraordinario na secção administrativa, por decreto de 11 de agosto do referido anno de 1845, passando a effectivo, por decreto de 26 de fevereiro de 1846. Quando em março seguinte se manifestaram os primeiros symptomas da revolta popular contra o governo do conde de Thomar, revolta conhecida por *Maria da Fonte*, a rainha D. Maria II enviou-o como seu logar-tenente ás provincias do norte, por carta regia de 21 de abril. N'esta commissão houve-se com a sua costumada energia e actividade. Caindo o ministerio, de que fazia parte, pediu um anno de licença e saiu de Lisboa. Demorou-se algum tempo em Paris, e em consequencia dos successos politicos que se seguiram, foi n'este intervallo demittido do cargo de conselheiro de Estado. Chegou a Lisboa a 19 de abril de 1847, e logo recebeu uma portaria, em que o mandavam sair do reino no prazo de 24 horas, intimação a que não obedeceu; sendo pouco depois demittido o ministerio, a portaria ficou sem effeito, Silva Cabral foi restituido ao cargo de conselheiro de Estado, e nas eleições seguintes saiu deputado por Villa Real, Porto e Lisboa. Vendo que os acontecimentos politicos tomavam uma feição diversa, passou á opposição, conservando-se sempre fiel aos seus principios. Fundou o jornal *O Estandarte*, em que, apregoando a doutrina de ampla liberdade e de bem entendida economia, combateu no parlamento e na imprensa os dois ministerios que se organisaram até 1851. Rebentando n'este anno o movimento da Regeneração, Silva Cabral não hostilisou a nova ordem de cousas; apezar de não ser eleito deputado n'essa epoca, continuou na imprensa aconselhando o governo a que seguisse os principios e regras que elle sempre tinha defendido. Notando, porém, que o ministerio regenerador, presidido pelo marechal duque de Saldanha, se afastava d'estas maximas, que no seu pensar deviam servir de norma a todos os governos liberaes, tornou se silencioso, recolhendo-se á vida domestica, exercendo unicamente o cargo de conselheiro de Estado. Depois da queda do ministerio Saldanha voltou á politica. Fundou o jornal *Rei e Ordem*, onde proclamou a urgente necessidade de reformas e de economias. Tornou á camara dos deputados nas legislaturas de 1860, 1861 e 1864, sendo eleito pelo circulo de Odemira. Em 23 de fevereiro de 1867 foi nomeado par do reino, tomando posse na respectiva camara na sessão do dia 29, e por decreto de 24 de outubro, e carta de 7 de novembro do referido anno de 1867, agraciado com o titulo de conde de Cabral em duas vidas. Pouco tempo, porém, sobreviveu a estas distincções, porque a morte o surprehendeu. O conde de Cabral casou no Porto a 19 de fevereiro de 1828, com D. Maria Emilia Pereira da Silva, filha de Miguel Antonio de Azevedo Pereira da Silva. A sua biographia vem publicada nos *Contemporaneos*, escripta pelo fallecido escriptor Osorio de Vasconcellos, e na *Revista contemporanea*, de Eduardo de Faria, n.º 7, anno de 1855. Além de muitos artigos insertos no *Estandarte* e no *Rei e Ordem*, e de muitos discursos incluidos nos *Diarios das camaras*, publicou: *Discurso sobre a desamortisação dos bens da egreja, pronunciado pelo deputado .. na sessão de 2 de agosto de 1860*, Lisboa, 1860 O seu brazão d'armas consta d'um escudo partido em pala; na primeira as armas dos Silvas, em campo de prata um leão de purpura, armado de azul; na segunda as armas dos Cabraes, em campo de prata, duas cabras vermelhas, passantes, armadas de negro.

Cabral *(José Curry da Camara)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, enfermeiro-mór do hospital Real de S. José, lente de medicina operatoria na Escola Medica, presidente da Sociedade das Sciencias Medicas, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, vogal do Conselho Superior de Instrucção Publica, etc. N. em Lisboa a 4 de maio de 1844. E' filho de Alberto Curry da Camara Cabral, e de sua mulher, D. Marianna Adelaide Runquist Cabral. Matriculou-se na Escola Medico-Cirurgica em 1864, e depois d'um curso distincto defendeu these a 23 de julho de 1869. A 7 de fevereiro de 1870 foi nomeado cirurgião do banco do hospital de S. José, a 10 de dezembro de 1874 cirurgião extraordinario, a 2 de julho de 1885 director de enfermaria. Em 1890 tinha este cargo na enfermaria de Santo Antonio do referido hospital. Por decreto de 11 de dezembro de 1873 foi nomeado, precedendo concurso, preparador e conservador do Museu de anatomia, logar que exerceu até subir ao magisterio em 10 de fevereiro de 1876, data do decreto em que teve a nomeação de lente substituto da secção cirurgica da Escola. Promovido a lente proprietario da mesma secção por decreto de 8 de novembro do referido anno, foi-lhe confiada a regencia da cadeira de anatomia pathologica, vaga pela transferencia do lente Antonio Maria Barbosa para a de medicina operatoria, que por seu turno vagara por jubilação do lente Ribeiro Vianna. Tendo-se jubilado em 21 de novembro de 1889 o professor Antonio Maria Barbosa, Curry Ca-

bral pediu transferencia da sua cadeira para a de medicina operatoria. E' cirurgião-mór de enfermaria nos hospitaes de S. José, de Santa Quiteria e Estephania; vice-presidente da commissão de propaganda da *Assistencia Nacional aos Tuberculosos*, presidente da sub-commissão de divulgação, e vogal do conselho central da mesma sociedade; vogal do conselho superior de hygiene, presidente da commissão de interesses profissionaes da Associação dos Medicos Portuguezes, membro da *Societé d'Hygiene de Paris*, e de outras corporações nacionaes e estrangeiras. Curry Cabral, quando tomou posse do importante cargo de enfermeiro-mór do hospital de S. José, para que foi nomeado em 1900, tratou de reformas no systema administrativo, e formulou um projecto, que foi approvado pelo governo. O novo regulamento, que está hoje em vigor em todos os hospitaes, intitula-se: *Regulamento dos serviços internos dos hospitaes*, etc. Curry Cabral foi agraciado em 1904 com a commenda da ordem de S. Thiago. Além de artigos e communicações scientificas, em jornaes medicos; tem publicado os seguintes livros: *As feridas articulares e a cirurgia conservadora, a proposito de um caso observado na enfermaria de clinica da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa*, these inaugural, Lisboa, 1869; *Valor do methodo numerico na medicina em geral, e particularmente na cirurgia, dissertação de concurso*, Lisboa, 1875; *Especialidade nas doenças*, 1876; *Discurso recitado na sessão solemne da escola medico-cirurgica de Lisboa*, 1877. Collaborou com os medicos Manuel Bento de Sousa e José Thomaz de Sousa Martins, no livro que se publicou em 1878: *Questão de peritos. A medicina legal no processo de Joanna Pereira.* Foi um dos redactores da *Medicina Contemporanea*, hebdomadario de sciencias medicas, que se publicou em 1883. Curry Cabral é hoje um dos professores mais antigos da Escola Medica, para onde entrou em 1876 depois d'um brilhante concurso. Por ultimo tem-se occupado dedicadamente da instituição do hospital para tuberculosos, que se projecta no extincto convento do Rego, o qual, segundo se espera, ficará em proporções de rivalisar com os melhores hospitaes.

José Curry da Camara Cabral

Cabral *(Lopo)*. Foi um dos heroes das nossas guerras indianas, e esteve no cerco de Cochim, como companheiro de Duarte Pacheco. Militou tambem sob as ordens de Lopo Soares d'Albergaria, e não querendo voltar ao reino, serviu na armada de Manuel Telles Barreto, commandou um dos navios da esquadra de D. Francisco d'Almeida na batalha naval contra a armada de Calicut, em que ficou vencedor; serviu com D. Lourenço d'Almeida, filho do vice-rei, commandando a capitania da armada com que elle combateu contra os turcos, e na desastrosa batalha de Chaul, em que foi victima, ficando Lopo Cabral feito prisioneiro. Nos annaes indianos não se tornou mais a falar n'este guerreiro, que segundo parece, falleceu nas prisões de Melek-Tag.

Cabral *(Luiz Alvares)*. V. *Cabral (Alvaro Gil)*.

Cabral *(Luiz Gonzaga do Valle Coelho Pereira)* V. *Pereira Cabral.*

Cabral *(Fr. Manuel)*. Religioso dos eremitas de Santo Agostinho. N. em Lisboa no anno de 1555, fal. no convento da Graça, da mesma cidade, a 12 de julho de 1641. Era filho de Ayres Pires e de Maria Cardosa. Professou no convento da sua ordem, de Lisboa, a 5 de agosto de 1574. Foi lente de Theologia, sendo no anno de 1612 eleito provincial. Deixou manuscriptas varias obras theologicas em latim, que se conservavam na livraria do convento da Graça de Lisboa.

Cabral *(Manuel Filippe de Moura)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, juiz da relação de Lisboa, desde 21 de abril de 1834; commendador da ordem de Christo. Escreveu: *A calumnia desmascarada, ou exposição do processo que no supremo tribunal de justiça se instaurou em 1859 para aposentação dos dois juizes da relação de Lisboa Moura Coutinho e Moura Cabral, sendo ministro o ex.mo sr. João Baptista Ferrão de Carvalho Martens*, Lisboa, 1862.

Cabral *(Mariano José)*. Bibliothecario da Bibliotheca Publica de Ponta Delgada, jornalista e escriptor. N. na ilha de S. Miguel, e fal. no Rio de Janeiro em dezembro de 1877. Veiu para o reino, onde se demorou algum tempo, partindo depois para o Brazil, dedicando-se á vida jornalistica. Quando se fundou no Rio de Janeiro a *Gazeta de Noticias*, foi um dos seus redactores. Fundou os jornaes *Correio Portuguez* e o *Paquete do Tejo*, que se publicaram em Lisboa, e collaborou no *Conservador* e *Correio dos Açôres*. Em S. Miguel fundou a *Gazeta da Relação* e a *Ilha*. Escreveu: *Portugal antes e depois de 1846, ou apontamentos para a historia contemporanea*, Lisboa, 1847; *Da Democracia em França por Mr. Guizot, traduzido em portuguez*, Lisboa, 1849; *Philosophia popular de Cousin*, traducção, Lisboa, 1848; *Flôres litterarias*, Ponta Delgada, 1855; *Resumo da historia de Portugal até ao presente reinado do sr. D. Pedro V*, approvado para uso das escolas de instrucção primaria pelo conselho superior de instrucção publica, Ponta Delgada, 1855, data da 2.ª edição; *A doca do Fayal; projecto e orçamento de um porto artificial na bahia da cidade da Horta*, etc., tudo colleccionado pelo redactor do *Correio dos Açôres*, Lisboa, 1866; *Almanach religioso*, Lisboa, sem data; *O marechal duque de Saldanha e a metralha ingleza nas aguas da ilha Terceira, recordação historica*, Lisboa, 1867; *A maçonaria e o jesuitismo, publicação de um maçon catholico, apostolico, romano, da loja Silencio, ao valle dos Benedictinos*, Rio de Janeiro, 1872. No Brazil ainda publicou mais alguns folhetos sobre o mesmo assumpto.

Cabral *(Matheus da Silva)*. Formado em Direito Civil pela Universidade de Coimbra. N. em Setubal em 1666; ignora-se a data do fallecimento, mas parece, que vivia ainda em 1752. Era filho de Bernardo da Silva e de Filippa da Costa. Estudou latim na terra da sua naturalidade, matriculando-se depois na Universidade. Escreveu:

Segunda parte da novella intitulada: O amante desgraçado, e vida do Peralvilho de Cordova, que não consta que se imprimisse. Tambem compoz as comedias: *Los empeños de um engaño*, *Lo que hade ser no se escusa*, e *No és mal el que en bien acaba*.

Cabral *(Nuno da Fonseca)*. Doutor e lente de Direito Civil na Universidade de Coimbra, desembargador da Casa da Supplicação, etc. Natural de Abrantes, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de Bernardo da Fonseca. Estudou Direito Cesareo na Universidade, e foi lente da cadeira de Instituta em 2 de junho de 1600, onde obteve a de Codigo a 12 de março de 1601, e a dos Tres Livros a 9 de janeiro de 1604; nomeado desembargador a 12 de novembro de 1614, e corregedor do crime da côrte a 2 de março de 1623. Escreveu: *Oração no auto do juramento que el-rei D. Filippe nosso senhor, segundo d'este nome, fez aos tres Estados do reino, e do que elles fizeram a Sua Magestade do reconhecimento e acceitação do principe D. Filippe, a 14 de Junho de 1619; Oração no auto das Côrtes que fez El-rei nosso senhor n'esta cidade de Lisboa a 18 de Julho de 1619*. Estas duas *orações*, parece que se não imprimiram em separado, e que estão insertas no proprio *Auto do juramento que el-rei D. Filippe fez*, etc. publicado em 1619.

Cabral *(Paulino Antonio)*. Bacharel formado em Canones N. a 6 de maio de 1720, em Reguengo, proximo de Amarante; ignora-se a data do fallecimento. Era filho do dr. João Cabral Moreira, medico, e de Anna Cerqueira Pereira. Estudou na Universidade de Coimbra, formando-se em Canones em 1742. Sendo ordenado presbytero, foi abbade de Santa Maria de Jacente no bispado do Porto, em 1748. Escreveu: *Romance hendecasylabo sobre o Terremoto fatal da Cidade de Lisboa, succedido no primeiro de Novembro de 1755*. Não tem logar nem anno de impressão. Em manuscripto deixou um volume: *Varias obras metricas*.

Cabral *(Fr. Paulo)*. Religioso da ordem da Trindade, natural de Santarem, onde tambem morreu em edade avançada em janeiro de 1597; foi ministro no convento da sua terra natal em 1556, no de Lisboa em 1563, e provincial em 1567. Escreveu uma *Chronica da provincia da Santissima Trindade em Portugal*, que não chegou a imprimir-se.

Cabral *(Paulo Benjamin)*. Inspector geral dos telegraphos e industrias electricas, conselheiro, etc. N. em 31 de março de 1853. Tem o curso geral da Escola Polytechnica e o de engenheiro civil pela Escola do Exercito. Entrou no serviço do ministerio das obras publicas, na direcção dos telegraphos e pharoes do reino, em 25 de fevereiro de 1876, sendo elevado a chefe da repartição da mesma direcção geral em 4 de outubro de 1879, logar que exerceu até 14 de agosto de 1880, data em que foi exonerado recebendo uma portaria de louvor, por ter sido nomeado em 28 de julho antecedente chefe da 4.ª repartição da direcção dos correios e telegraphos, em virtude da reforma decretada por Saraiva de Carvalho, então ministro das obras publicas. Mais tarde, por outra reforma do correio, sendo ministro o sr. Pedro Victor da Costa Sequeira, passou a ser inspector geral dos telegraphos, cargo que ainda hoje exerce. N'esta reforma, collaborou com o sr. conselheiro Alfredo Pereira no projecto de lei e regulamentos referentes aos serviços telegrapho-postaes. O sr. conselheiro Paulo Benjamin Cabral foi tambem professor do curso pratico dos correios e telegraphos, por nomeação de 15 de dezembro de 1881. Actualmente é lente da cadeira de electrotechnia no Instituto Industrial.

Cabral *(Pedro Alvares)*. V. *Alvares Cabral (Pedro)*.

Cabral *(Ruy Dias)*. Valente guerreiro que militou na India, onde morreu no tempo de D. Sebastião, de quem era muito affeiçoado.

Cabral *(Sebastião Veiga)*. Profundo philosopho, conceituado poeta, geographo e grande mathematico. Natural de Bragança; fal. em Lisboa, no castello de S. Jorge a 18 de janeiro de 1730. Era filho illegitimo de Sebastião da Veiga Cabral, mestre de campo general e governador das armas da provincia de Traz-os-Montes. Governou a colonia do Sacramento na America, e regressando ao reino teve o governo das praças de Abrantes e d'Alcantara, com a patente de sargento mór de batalha. Voltando depois ao Brazil, foi preso, victima de accusações, que dizem, terem sido calumniosas, sendo enviado para Lisboa e recolhido no castello. Deixou duas obras manuscriptas: *Descripção da colonia do Sacramento*, e *Exercicio militar*.

Cabral. Casal na freg. de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de Santa Suzana, de Carapinheira, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Castello de Penalva, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu.

Cabranca *(Casal de)*. Na freg. de Santa Cruz, de Alvarenga, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Cabrão. Freg. de S. Lourenço, no conc. de Arcos de Valle-de-Vez (V. *Rio do Cabrão*). || Pov. na freg. de S. Thiago, de Cepões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santa Maria, de Sá, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Rio do distr. de Vianna do Castello. Nasce na freg. d'este nome, atravessa a estrada dos Arcos de Valle-de-Vez a Ponte do Lima, e depois d'um curso de 5 k. desagúa no rio Lima.

Cabras. Ilhéo da prov. de S. Thomé, Africa Occidental, no golfo dos Mafras ou de Biafra. Fica fronteiro á costa N E de S. Thomé e á embocadura do rio do Ouro, da mesma ilha. Não tem agua nem arvoredo algum. || Nome de dois ilhéos situados no Oceano Atlantico, a 5 k. ao E da cidade de Angra do Heroismo, na ilha Terceira. || Ribeira no distr. da Guarda. Nasce proximo do Monte Jarmello, passa junto da cidade de Pinhel, onde tem uma ponte, e vae desaguar ao Côa, depois d'um curso de 60 kilometros.

Cabras d'Appariça *(Monte das)*. Na freg. de S. Mathias, conc. e distr. de Beja.

Cabreira. Esta familia é originaria da Galliza, d'onde passou a este reino com o conde D. Henrique, pae de D. Affonso Henriques, 1.º rei de Portugal. As suas armas são em campo de prata duas cabras de negro com arruelas de ouro, o timbre é uma das cabras.

Cabreira *(Antonio)*. Mathematico e escriptor. Nasceu em Tavira a 30 de outubro de 1868, sendo segundo e ultimo filho do general Thomaz Antonio da Guarda Cabreira, e de D. Francisca Emilia Pereira da Silva, filha do conselheiro Ma-

theus Augusto Pereira da Silva, bacharel formado na antiga faculdade de Canones da Universidade de Coimbra, e deputado ás Côrtes. E' seu irmão Thomaz Antonio da Guarda Cabreira, lente de chimica na Escola Polytechnica de Lisboa, engenheiro civil, capitão de infantaria e socio do Instituto de Coimbra. A familia Cabreira é muito illustre pelos gloriosos antepassados e pelos valorosos e illustrados generaes que tem produzido, taes como os barões de Faro e da Batalha, Thomaz Antonio da Guarda Cabreira, avô paterno de Antonio Cabreira; Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira e o visconde de Faro. O sr. Antonio Cabreira é cavalleiro da Legião de Honra e socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, da Academia das Sciencias e Letras, de Montpellier; da Academia das Sciencias, Inscripções e Bellas Letras de Toulouse; da Academia das Sciencias, Artes e Bellas Letras de Dijon; do Instituto de Coimbra; da Sociedade Mathematica de França, e da Sociedade Physico-mathematica de Kasan, e habilitado com o 2.º anno de mathematica da Escola Polytechnica. Na Sociedade de Geographia tem exercido varios cargos. No partido legitimista foi presidente da assembleia geral do gremio, vogal da sua direcção e organisador das commissões algarvias. São muitos os serviços que tem prestado á instrucção nacional, pois se lhe deve: a 2.ª epoca de exames de instrucção secundaria, decretada em 9 de agosto de 1888, e ampliada em 9 de abril de 1889; a dispensa de um anno de latim para os alumnos que se destinavam aos cursos superiores de sciencias, concedida em 27 de outubro de 1888; a iniciativa de varios cursos gratuitos na Associação Academica em 1891; a fundação do Instituto 19 de Setembro em 1894 (V. *Instituto de Lisboa (Real)*; da escola succursal d'este Instituto, em Tavira, em 10 de setembro de 1899; e do curso de educação militar, estabelecido por decreto de 10 de outubro de 1902. São diversas as provas de apreço com que o sr. Antonio Cabreira tem sido honrado. Eis as principaes: Em 1 de dezembro de 1888, um banquete promovido por estudantes das escolas de Lisboa em agradecimento ás vantagens por elle alcançadas em beneficio da classe; em 22 de abril de 1894, uma manifestação eleitoral do circulo de Vianna do Castello, que lhe concedeu 4:032 votos para deputado ás Côrtes; em 1 de junho de 1896, uma manifestação de congratulação da assembleia geral da Sociedade de Geographia pelo exito scientifico das suas obras mathematicas; em 1 de dezembro de 1897, uma sessão solemne do Real Instituto de Lisboa, para inauguração do seu retrato; em 26 de janeiro de 1898, uma sessão extraordinaria da Camara Municipal de Tavira, para o receber; em 30 do mesmo mez e anno, a entrega de uma mensagem d'essa cidade, após imponente cortejo, onde tomaram parte as autoridades civis e militares e milhares de cidadãos; em 13 de fevereiro do mesmo mez e anno, uma sessão solemne congratulatoria do Real Instituto de Lisboa; em 1 de março do mesmo anno, uma sessão solemne da Camara Municipal de Faro, para o receber, e visita official ao Museu Lapidar Infante D. Henrique; em 8 de março de 1899, a nomeação de delegado da Associação dos Jornalistas de Lisboa ao Congresso Internacional da Imprensa, em Roma; em 16 de fevereiro de 1900 e 22 de setembro de 1901, novas sessões solemnes do Real Instituto de Lisboa, commemorando respectivamente o seu regresso da França e da Hespanha; em 24 de maio de 1902, a nomeação de delegado da Associação da Imprensa Portugueza ao Congresso Internacional da Imprensa, em Berne; em 15 de agosto do mesmo anno, outra sessão solemne do Real Instituto de Lisboa, com offerta do seu retrato pelos alumnos, celebrando o seu regresso da Suissa; em 22 de novembro do mesmo anno, uma manifestação de louvor da assembleia geral da Associação de Imprensa, pela maneira como representou esta collectividade no Congresso de Berne. Tem collaborado nas seguintes publicações: *Jornal de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes,* publicado pela Academia Real das Sciencias de Lisboa: *Jornal de Sciencias Mathematicas, e Astronomicas, Revista de Sciencias, Letras e Artes; O Occidente, Portugal Velho, Boletim Colonial, Bandeira Branca, Revista Amarella, Nação, Gazeta, Vanguarda, Seculo, Patria e Futuro.* Antonio Cabreira tem publicado as seguintes obras que representam grande numero de descobertas mathematicas e novos pontos de vista em philosophia e sociologia. Em Coimbra: *Alguns theoremas de mechanica*, 1892; *Sobre as velocidades sobre a espiral*, 1895. Em Lisboa: *Analyse geometrica de duas espiraes parabolicas*, 1895: *Sobre a geometria da espiral*, 1896; *Sobre a geometria das curvas trigonometricas*, 1896; *Sobre as propriedades geometricas da espiral de Painsot*, 1896; *Descoberta e primeiras propriedades geometricas de uma espiral binomia do 1.º grau*, 1897; *Sobre a area dos polygonos regulares*, 1897; *Sobre a area dos polygonos semi-regulares*, 1897; *Sobre algumas applicações do theorema de Tinseau*, 1897; *Methodos novos para determinar o lado e area de qualquer polygono regular*, 1898; *Sobre a theoria dos logarithmos de ordem* N, 1898; *Sobre o calculo das phases de uma funcção simples*, 1900; *Sobre as propriedades polares dos pontos*, 1900; *Algumas palavras sobre o planeta Marte*, 1901; *Um theorema sobre a area dos polygonos regulares*, 1901; *Sobre os polyedros regulares convexos*, 1902; *Sobre os corpos polygonaes*, 1903; *Sobre as relações polygonaes*, 1904; *Soluções positivas da politica portugueza*, 1892; *Resgate de um crime*, 1894; *Relatorio das propostas para a celebração scientifica do Centenario da India*, 1894; *Estatutos e plano de estudos do Instituto 19 de Setembro*, 1895; *Discurso proferido na sessão inaugural da Escola succursal do Instituto 19 de Setembro em Tavira*, 1899; *Relatorio dos trabalhos do Instituto 19 de Setembro nos annos de 1896-1897, 1897-1898, 1898-1899 e 1899-1900; Relatorios do Real Instituto de Lisboa, nos annos de 1900-1901, 1901-1902 e 1902-1903; O ensino colonial e o congresso de Lisboa,*

Antonio Cabreira

1902; *Discursos proferidos no Congresso Internacional da Imprensa, em Berne*, 1902; *Espirito e Materia*, 1903; *Elogio do general Schiappa Monteiro*, 1903; *A assimilação do negro*, 1903; *Resposta á letra*, 1904; *Risos e lagrimas*, 1904. *Relatorio dos trabalhos do Real Instituto de Lisboa*, no anno de 1903-1904; *Elogio do capitão Pereira Batalha*, 1905; *Algumas palavras sobre as mathematicas em Portugal*, 1905.

Cabreira *(Duarte)*. Piloto do tempo glorioso das nossas navegações, autor d'um *Roteiro do porto pequeno de Bengala*, que ficou manuscripto.

Cabreira *(Gonçalo Rodrigues)*. Cirurgião que viveu nos seculos XVI e XVII, natural da villa de Alegrete. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento; consta, porém, que exerceu a clinica por muitos annos. Escreveu: *Compendio de muitos e varios remedios de cirurgia, e outras cousas curiosas recopiladas do Thesouro de Pobres, e outros autores*, Lisboa, 1611, 2.ª edição em 1614, 3.ª edição em 1617, e 4.ª em 1635; n'esta edição saiu accrescentado com um *Tratado para preservar do mal da peste*; e d'esta fórma foi depois impresso juntamente com a *Luz da Medicina*, de Francisco Morato Roma, nas edições que se fizeram d'essa obra em 1726 e 1753. O *Compendio*, só por si, teve ainda uma 5.ª edição, em 1671.

Cabreira *(José)*. Capitão da nau *Nossa Senhora de Belem*, que em 1631 saiu de Lisboa para a India, juntamente com outra, de que era capitão-mór Antonio de Saldanha, e voltou arribada ao porto de Lisboa a 14 de setembro do referido anno, depois de ter navegado durante 5 mezes. Em 1633 tornou a sair n'uma esquadra de tres navios, de que era almirante, mas d'esta vez foi mais infeliz, porque o seu navio naufragou na costa do Natal. D'esse naufragio, de que logrou escapar, escreveu a seguinte descripção: *Naufragio da nau Nossa Senhora de Belem, feito na terra do Natal, no Cabo da Boa-esperança. Successos que teve o capitão José de Cabreira, que n'ella passou á India no anno de 1635, fazendo o officio de almirante d'aquella frota, até chegar a este reino*, Lisboa, 1636. Foi reimpressa na chamada *Collecção dos Naufragios*. José Cabreira falleceu repentinamente em Lisboa no anno de 1638.

Cabreira *(Sebastião Drago Valente de Brito)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, em successão a seus maiores; bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra; general de brigada d'artilharia; governador das armas do Algarve, e depois das dos Açôres; commendador das ordens de Torre e Espada, e de S. Bento de Aviz, etc. N. em Faro a 6 de janeiro de 1763, fal. no Porto a 2 de junho de 1833 Era filho de José Cabreira de Brito e Alvellos Drago Valente de Faria Pereira, fidalgo da Casa Real, sargento-mór da comarca de Faro, e de sua mulher, D. Izabel das Urdes Baretto, filha de Duarte Baretto, doutor em medicina pela Universidade de Coimbra, e medico honorario da Casa Real, e de D. Maria Thereza Urdes, filha d'um tenente-coronel inglez do mesmo appellido. Sebastião Cabreira alistou-se no exercito em 1777. Sendo cadete de artilharia, estudou Mathematica na Universidade, e depois de se formar foi promovido a tenente para o regimento de artilharia do Algarve, em que servia. N'esse posto entrou nas guerras do Roussillon e da Catalunha, e depois na de 1801, em que foi commandante d'artilharia do exercito da Beira Baixa. Tomou parte muito activa na revolta que em junho de 1808 se deu em Faro contra os francezes. Foi depois nomeado membro da junta provisoria que se formou no Algarve, e elevado a tenente-coronel d'artilharia n.º 2, distinguindo-se sempre nos successos politicos até á derrota dos francezes. Em 1817 teve o posto de coronel para o regimento n.º 4, estacionado no Porto, e achava-se n'esta situação, quando se deu a revolta de 24 de agosto de 1820. Sendo nomeado vice-presidente do governo provisorio, que então se formara n'aquella cidade, marchou para Lisboa á frente do exercito, e depois da reunião das duas juntas do Porto e da capital, foi escolhido para presidente da junta preparatoria das Côrtes. Já com o posto de brigadeiro, foi em 1821 encarregado do commando militar da costa desde o Cabo da Roca até á foz do rio Mondego, tendo depois a nomeação de governador das armas do Algarve. Em seguida á queda da Constituição ficou exonerado d'este cargo, e sendo demittido em 1824, saiu do reino, onde voltou sómente, depois do juramento da Carta Constitucional. Foi então reintegrado no posto de brigadeiro, mas emigrou para Inglaterra, logo que o infante D. Miguel chegou a Lisboa, e offereceu-do-se para servir na ilha da Madeira como soldado, seguiu a bordo da fragata brazileira *Izabel*, juntamente com seu irmão Diocleciano Leão Cabreira, depois barão de Faro. Esse navio de guerra, segundo as instrucções do marquez de Palmella, deixou na ilha Terceira o general Diocleciano Cabreira encarregado do governo das armas, e Sebastião foi-se-lhe depois reunir, por ter reconhecido a impossibilidade de desembarcar no Funchal. Assistiu á batalha de 11 de agosto, foi nomeado em 1831 commandante geral de artilharia, ficando por vezes incumbido do governo das armas da ilha Terceira durante a ausencia do general em chefe. Veiu para Portugal em 1832 acompanhando D. Pedro IV, como commandante geral de artilharia do exercito libertador, e logo depois do reconhecimento de Vallongo e do combate de Ponte Ferreira, foi nomeado governador interino das armas do Porto e da provincia do Minho. Apparecendo sempre nos pontos mais arriscados em todas as acções que se deram nas linhas do Porto, distinguiu-se especialmente no dia 29 de setembro, em que, vendo o inimigo senhor das trincheiras, puxou da espada, e dirigindo uma breve mas energica allocução aos soldados, que estavam meio desanimados, collocou-se á sua frente, e levou as tropas miguelistas de vencida, afastando-as para longe das posições que tinham conquistado. Este rasgo brioso alcançou-lhe a commenda da Torre e Espada. Sebastião Cabreira continuou dando sempre provas de grande valor em todos os ataques que se seguiram. D. Pedro IV agraciou-o com o titulo de visconde da Guarda, cujo decreto não chegou a publicar-se na folha official, por ter aquelle monarcha sabido que o valente militar fallecera no Porto. Sebastião Cabreira era casado com D. Maria Alves Pinheiro Correia de Lacerda Green. Foi pae do fallecido barão de Nossa Senhora da Victoria da Batalha. V. *este titulo*.

Cabreira *(Thomaz Antonio da Guarda)*. Marechal de campo. N. em Castro Marim no anno

de 1793; fal. em Faro, em 1834. Era filho do tenente-coronel João da Guarda Cabreira. Assentou praça no regimento de infantaria n.º 14, e com elle tomou parte na guerra da peninsula, tendo o posto de tenente ajudante quando terminou a campanha. Em 1817 foi promovido a capitão, e seguindo a causa do absolutismo emigrou para Hespanha em 1826, regressando ao corpo só em outubro de 1828. Servindo algum tempo de major de milicias de Tavira, voltou depois ao exercito activo, e entrando na guerra civil, obteve os postos até brigadeiro. Fazendo parte do exercito de Santarem, foi em principios de março de 1834 mandado para o Algarve com uma força de mais de 2:000 homens, afim de contrariar as operações do general Sá da Bandeira, que pouco antes havia desembarcado em Lagos. Depois de tomar Alcacer do Sal e de fazer uma tentativa de ataque sobre Setubal, marchou para o sul, e entre as suas forças e as de Sá da Bandeira se travou o combate de S. Bartholomeu de Messines em 24 de abril do referido anno de 1834, ficando victoriosos os miguelistas. Thomaz Guarda Cabreira foi então elevado a marechal de campo. Continuando no Algarve, teve pouco depois de depôr as armas em resultado da convenção de Evora-Monte, realisada no seguinte mez de maio. Cabreira foi preso e encerrado na cadeia de Faro, onde os vencedores o mataram.

Cabreira. Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. d'Almeida, distr. e bisp. da Guarda; 311 hab. e 71 fog. Tem escolas para ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 25 k. da séde do conc. Foi do conc. de Castello Mendo, que se annexou ao do Sabugal, passando em dezembro de 1870 com outras freguezias para o de de Almeida. O abbade de Santa Maria, de Castello Mendo, apresentava annualmente o cura, que tinha 6$000 réis em dinheiro e o pé d'altar. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 12, com a séde em Trancoso.

Cabreira. Povoações nas seguintes freguezias: S. Bartholomeu e conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Barca, conc. de Maia, distr. do Porto. || N. S.ª das Neves, de Cadafaz, conc. de Goes, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Carvalho, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Christovão, de Gondomil, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Bartholomeu, de Gouveia, conc. de Alfandega da Fé, distr. de Bragança. || S. Salvador, de Grijó, conc. de V. N. de Gaya, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição, conc. e distr. da Guarda. || S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Santa Eulalia, de Margaride, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Thiago, de Modellos, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Salvador, de Navaes, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || S. Pedro, de Seixas, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Victorino dos Piães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Cabreira. Logar na freg. de Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Gondar, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Maria, de Infantas, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Poncello, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Clemente, de Sande, conc. de Guimarães, districto de Braga. || Logar na freguezia de S. Romão, de Vermoim, concelho da Maia, districto do Porto. || Dois casaes na freguezia de Santo Estevão e concelho de Alemquer, districto de Lisboa. || Quinta na freguezia de S. Sebastião, de Baldos, concelho de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu. || Herdade na freg. de S. Romão, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora. || Quinta na freg. de S. João Baptista e conc. do Cartaxo, distr. de Santarem. || Quinta na freg. de N. S.ª da Conceição, de Covas, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de S. Julião, de S. Gião, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Serra na prov. de Traz-os-Montes. Tem 12 k. de comprimento e 10 de largura. E' muito fria. Cria gado, lobos, rapozas, porcos bravos, veados e caça miuda. || Serra na prov. do Minho, com 6 k. de comprimento e 3 de largura. Tem muito arvoredo silvestre e muita caça. || Serra na prov. do Minho, conc. de Guimarães. com 3 k. de comprimento e 1:600 m. de largura. Tem rapozas e caça miuda. || Serra na prov. do Minho, conc. de Vieira; é muito pedregosa e produz muito matto, onde se criam lobos, raposas, porcos bravos, algum gado e alguma caça miuda. || Serra na prov. do Minho, conc. de Basto; cria lobos, porcos bravos e caça miuda.

Cabreiras. Logar no freg. de N. S.ª da Consolação, de Cezimbra-Castello, conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Pedro, de Polvoreira, conc. de Quimarães, distr. de Braga. || Quinta na freg. de Santa Maria e conc. de Trancoso, distr. da Guarda.

Cabreiras de Baixo e de Cima. Dois montes na freg. de S. Pedro, de Panoias, conc. de Ourique, distr. de Beja.

Cabreiro. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 913 hab. e 264 fog. Tem caixa do correio e escola do sexo masc. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada n'um monte d'onde se descobrem mais freguezias. Fôram seus donatarios os viscondes de Villa Nova da Cerveira, e eram estes fidalgos que apresentavam o abbade. A egreja matriz foi edificada no anno de 1271, no reinado de D. Affonso III. Tem soffrido alterações notaveis, sendo as ultimas, segundo parece, em 1754. Esta freg. é uma das maiores do concelho. Passa aqui o rio Cabreiro, que a fertiliza; o qual nasce no sitio do Calçado, e vae morrer no rio Minho; é de curso arrebatado e as margens são em parte cultivadas. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Vicente, de Alcabideche, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Barrozas, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. do Salvador, de Tagilde, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria Maior e conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || Casal na freg. de S. Vicente e conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Collos, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Quinta na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. d'Oli-

veira do Hospital, distr. de Coimbra. || Serra na prov. de Traz-os-Montes; faz parte da de Marão, e fica 18 k. ao N O de Braga.

Cabreiros. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Douro, conc. e com. de Arouca, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 489 hab. e 69 fog. A pov. dista 14 k. da séde do conc. A matriz está situada no monte do Padrão, fóra do povoado, mas a pouca distancia, e proximo d'um regato. A abbadessa do mosteiro de freiras da ordem de S. Bernardo, de Arouca, apresentava o cura, que tinha diversos generos, 30 almudes de vinho, 4$500 réis em dinheiro, o dizimo da castanha, do vinho, do linho, e o pé d'altar. N'esta freg. ha bastantes colmeias e cria-se bom gado de toda a qualidade. Apezar de montuosa, a terra é fertil. Cabreiros pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 6, com a séde no Porto. || Pov. na freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 786 hab. e 160 fog. Tem caixa post. A pov. dista 6 k. da séde do conc. E' terra fertil, apezar do terreno ser bastante accidentado. O parocho era apresentado pelo cabido da sé de Braga, e tinha 70$000 réis de rendimento. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. na freg. de Santa Marinha, de Rouças, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Santo Antonio, de Salir dos Mattos, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Herdade na freg. de N. S.ª da Assumpção, de V. N da Baronia, conc. de Alvito, distr. de Beja.

Cabrella *(Julio Simões Carneiro, visconde de).* Vereador da camara municipal de Lisboa, presidente de diversas associações de bombeiros voluntarios, etc. N. em 1852, fal. a 12 de agosto de 1899. Era filho de Francisco Simões Carneiro, importante capitalista, proprietario, deputado, e grande influente no partido progressista, e de sua mulher, a sr.ª D. Anna de Bono Carneiro. Foi empregado em casa de seu pae, onde começou ainda muito novo a sua vida commercial Distinguiu-se muito como bombeiro voluntario, e foi presidente de diversas corporações d'este genero; era destemido e corajoso, e pelos serviços que prestou a bem da humanidade recebeu varias distincções. Tinha a commenda de N. S.ª da Conceição; era cavalleiro Salvador dos Alpes Maritimos, membro honorario dos Salvadores do Alto Rheno, da Sociedade Nacional Belga da Cruz Vermelha, grã-cruz de Merito, etc. A 7 de janeiro de 1896 foi eleito vereador da camara municipal, e em 27 de agosto de 1897 agraciado com o titulo de visconde de Cabrella. Era casado com a sr. D. Amalia de Mattos Carneiro.

Cabrella. Villa e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Montemór-o-Novo, distr. e arceb. de Evora; 1:360 hab. e 232 fog. Tem caixa post. permutando malas com Vendas Novas, hotel, escolas para ambos os sexos A pov. dista 27 k. da séde do conc. e está sobre um alto, mas a terra é fertil em tudo. Produz muitas varas de porcos nos seus montados, tem abundancia de lenha, muita caça, cria muito gado. A pov é antiquissima, e a sua primitiva situação foi n'um outeiro. Tinha n'outro tempo o nome de *Aldeia do Pinhal.* A egreja velha, que era de abobada, serviu de matriz até 12 de janeiro de 1625, dia em que se celebrou ali o ultimo baptismo. A actual matriz é dentro da villa, onde se realisou em 19 do referido mez e anno o primeiro baptismo e o primeiro casamento. Era do mestrado da ordem de S. Thiago. A Meza da Consciencia apresentava o prior e um beneficiado, ambos freires d'aquella ordem. D. Affonso I deu-lhe foral em 1170, e el-rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 10 de fevereiro, de 1516, elevando-a á categoria de villa, concedendo á villa e ao seu termo, por ser a villa do mestrado de S. Thiago, o privilegio de não pagarem portagem. Já anteriormente, el-rei D. Fernando, em 6 de março de 1371, concedera os seguintes privilegos aos seu moradores e povoadores: que não servissem em nenhuma frontaria fóra da villa, nem tão pouco fôssem obrigados a sair para acompanhar presos ou escoltar dinheiro; e que os moradores da villa, e não do termo, pudessem importar de Montemór-o-Novo e de seu termo o pão e quaesquer outros comestiveis para seu sustento, sem embargo de posturas ou regulamento que houvesse em contrario em Montemór-o-Novo. Cabrella é banhada ao N pela ribeira do mesmo nome, que vae desaguar no mar, proximo a Agua de Moura. Tem Misericordia, com os privilegios da de Lisboa, por alvará de 1601. Teve uma albergaria para peregrinos pobres, e quando vinham doentes iam para o hospital de Montemór-o-Novo. Antigamente tinha dois juizes ordinarios, tres vereadores, nomeados de tres em tres annos, por pelouros, alcaide pequeno posto pelo alcaide-mór, sendo este apresentado pelo mosteiro de Palmella, e uma companhia de ordenanças com seu capitão. Esta villa foi annexada por decreto de 12 de julho de 1895 ao conc. de Alcacer do Sal, voltando para o de Montemór-o-Novo por decreto de 13 de janeiro de 1898. Pertence á 4.ª divisão militar e ao districto de recrutamento e reserva n.º 11 com a séde em Setubal. Tem est. no caminho de ferro do sul e sueste, entre Vendas Novas e Montemór-o-Novo. || Pov. na freg. de S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. João Degolado, de Terrugem, conc. de Cintra, de Lisboa. || Fazenda na freg. de S. Matheus, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Ribeira no distr. de Evora; nasce no logar das Silveiras, proximo da villa de Cabrella, depois d'um curso de 15 k.; juntam-se-lhe os ribeiros de Saphira, de S. Romão, dos Cabritos e de Campo Maior. Não é navegavel, por correr arrebatado entre penhascos. Cria muito peixe, e tem as margens cultivadas em partes. Perde depois o nome, tomando o de Marateca, e vae desaguar no rio Sado.

Cabrellas. Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Cabrellões *(Herdade de).* Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cabrella, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Cabrestante. Ponta ou cabo da ilha de Santa Maria, no archipelago dos Açôres, no extremo O da ilha a 3 k. da ponta dos Frades.

Cabria. Logar na freg. de S. Pedro e conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Cabrial. Logar na freg. de S. Martinho, de Villa Juzã, conc. de Mesão Frio, districto de Villa Real.

Cabrieira. Logar na freg. de N. S.ª da Esperança, de Ermida, conc. da Certã, distr. de Cas-

tello Branco. || Casal na freg. de S. Miguel, de Marmelleira, concelho de Mortagoa, districto de Vizeu.

Cabril. Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga, 1:013 hab. e 222 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 35 k. da séde do conc. e está situada, parte em valle e parte em monte, junto á serra do Gerez, d'onde se vê a villa de Ruivães, Covêllo do Gerez, Parada do Outeiro e Salamonde. Era da Casa de Bragança, que apresentava o abbade, que tinha de rendimento 300$000 réis. El-rei D. Manuel deu lhe foral em Lisboa, a 16 de julho de 1514. A terra é muito fertil, tem muita caça grossa e miuda; pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 19 com a séde em Chaves. Pela freg. passa o rio Cávado. || Pov. e freg. de S. Domingos, conc. da Pampilhosa, com, distr. e bisp. de Coimbra; 1:067 hab. e 194 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada na falda da serra d'um monte. Pertencia á Corôa. O prior da Pampilhosa apresentava o cura. Pela freg. passa a ribeira de Unhaes. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 23, com a séde em Coimbra. || Pov. e freg. de Santa Maria (V. *Baltar de Cabril*). || Pov. na freg. de S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr de Aveiro. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Povolide, conc. e distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S. Pedro, de Abragão, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santo Antonio, de Areias, conc. de Marvão, distr. de Portalegre. || Logar na freg. do Bom Jesus, de Carapinha, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || Logar na freg. de S. Salvador, de Castellões, conc. de Tondella, distr de Vizeu. || Logar na freg. de S. Martinho, de Fornellos, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S. Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Martinho, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Casal na freg. de Pedro, de Varzea, conc. de Goes, distr. de Coimbra. || Monte na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Alandroal, distr. de Evora. || Quinta na freg. de Santa Marinha, de Villa Marim, conc. e distr. de Villa Real. || Rio no distr. de Vianna do Castello. Nasce n'uma pequena serra de egual nome, e entra no Lima depois de 5 k. de curso. || Rio no distr. de Braga, que nasce n'uma serra, tambem assim chamada, e vae desaguar no rio Cávado, tendo 5 k. de curso. || Rio no distr. de Villa Real, que nasce na freg. de Lamas de Lolo, passa junto a villa Real, e entra no rio Corgo, depois de 10 k. de curso. || Serra no distr. de Vianna do Castello, ramificação da do Gerez, que entra pela Galliza, tendo 12 k. de extensão e 1:348 m. de altura. Nascem d'ella dois rios do mesmo nome, como acima dissémos. Tem abundante caça. || Serra no distr. de Coimbra, ramificação da de Fajão, com 5 k. de comprimento e 623 m. de altura.

Cabrinha. Logar na freg. do Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Cabrins *(Casal de)*. Logar na freg. de N. S.ª da Annunciada e conc. de Setubal, districto de Lisboa.

Cabris ou Cabriz. Pov na freg. de S. Pedro, de Cerva, conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Sindim, conc. de Tabuaço, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Christovão, de Parada de Cunhos, conc. e distr. de Villa Real. || Logar na freg. de S. Pedro, de Oliveira do Conde, conc. de Carregal, distr. de Vizeu. || Casal na freg. de S. Thiago, de Mondrões, conc. e distr. de Villa Real. || Monte na freg. de N. S.ª das Ciladas, conc. de Villa Viçosa, districto de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Gloria, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Cabrita. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Varzea, conc. e distr. de Santarem. || Logar na freg. de Santo André, de Braga (Gondizalves), annexa á de S. Pedro, de Maximinos, conc. e distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Miguel, do Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Casal na freg. de S. Miguel, de Carregueiros, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Casal e quinta na freg. de S. Pedro e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || Monte na freg. de Sant'Anna da Serra, conc. de Ourique, distr. de Beja. || Monte na freg. de Santa Clara-a-Nova, conc. de Almodovar, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Oriola, conc. de Portel, distr. de Evora. || Quinta na freguezia de N. S.ª d'Assumpção e concelho de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu.

Cabritas *(Casal das)*. Na freg. de S. Estevão e conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Cabritinha *(Monte da)*. Na freg. de Santa Clara-a-Nova, conc. de Almodovar, districto de Beja.

Cabrito. Pov. na freg. de S. José de S. Lazaro, conc. e distr. de Braga. || Casal na freg. de S. João Baptista, de Alfeiserão, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Cabritos *(Monte dos)*. Na freg. de S. Pedro, de Covello de Paivô, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Uma das seis ilhas dos Idolos, situadas, a O do cabo de Sagres, na Guiné, Africa Occidental. E' deshabitada.

Cabroeira. Pov. na freg. de S. Julião, conc. e distr. de Portalegre.

Cabroeiro de Baixo e de Cima. Duas quintas na freg. de S. Vicente, conc. e districto da Guarda.

Cabrões. Logar na freg. de S. Miguel, de Lama, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto.

Cabrose. Pov. da Africa Occidental, situada em uma angra, a E de Cabo Roxo, na costa do distr. da Guiné.

Cabruello. Pov. na freg. de S. Thiago, de Capella, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Cabrum. Pov. na freg. de S. Simão, de Arões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Calde, conc. e distr. de Vizeu.

Cabuamanga. Prazo da Corôa, na Africa Oriental, distr. de Tete, prov. de Moçambique, situado além do rio Zambeze.

Cabullambuca. Rio do sertão, de Muembas, Africa Oriental ao N. da prov. de Moçambique.

Cabulo. Pov. da Africa Occidental, no conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola, a 11 k. ao S de Malange e a 100 ao E de Pungo Andongo.

Cabuz. Pov. na margem esquerda do rio Cafué, confluente do Zambeze, muito para O do distr. de Tete, na prov. de Moçambique.

Caça. O exercicio da caça era antigamente regulado pelas Ordenações, dizendo-lhe respeito nas ultimas o livro V, titulos 86 e 88. No actual Codigo Civil corresponde-lhe o titulo III e seus capitulos I e II. Nos primeiros tempos da monarchia era a caça, como a pesca, considerada um direito senhorial, imposto sobre as grandes divisões da propriedade. Mais tarde, progressivamente, os reis fôram attendendo ás exigencias administrativas e ás circumstancias economicas do paiz. Todavia as restricções do exercicio da caça são frequentes. Os alvarás de 4 de abril de 1605, de 3 e 7 de fevereiro de 1695 prohibiram a caça nas coutadas reaes. O alvará de 1 de julho de 1776 estabeleceu as penas dadas aos plebeus que caçassem no termo de Lisboa e na provincia da Extremadura. Segundo as autoridades na arte cynegetica e venatoria, a antiga caça dividia-se em de *montaria* e de *altanaria, citraria* ou *volataria.* Esta ultima era a que se fazia com aves de rapina ensinadas, as quaes remontando-se ao ar vem cahir e se calam sobre a presa ou relé. A' caça de *alta volataria* é que, propriamente, se designava de *altanaria.* A *montaria* é a caça que se faz a tiro, a cavallo e com auxilio de cães. A caça com armadilhas, embora geralmente prohibida, foi permittida algumas vezes. Os nossos reis e principes fôram sempre affeiçoados ao divertimento da caça. São celebres as caçadas referidas pelo sr. Gabriel Pereira nos seus *Estudos eborenses.* Ahi se affirma que D. João I escreveu o *Libro de Montaria* cuja copia existe na Bibliotheca Nacional de Lisboa. Diogo Fernandes Ferreira, na sua *Arte da caça*, escreve que os reis e principes de Portugal «tambem fôram muito incliuados á *alta volataria* e que sempre se usou geralmente pelos nobres d'este reino, e tanto que até os religiosos e conegos tinham *açôres*, e a gente vulgar *gaviões*, dos quaes entravam cada anno n'este reino mais de trezentos, e não faltavam a quem os vendia compradores, nem aos senhores homens espertos, que os soubessem servir. Durou este nobre passatempo até el-rei D. Sebastião, no qual acabaram os senhores affeiçoados a esta caça e os homens praticos n'ella.» Na Casa Real existiram dois officios relativos ao exercicio da caça, o *caçador-mór* e o *monteiro-mór.* Damião de Goes, na sua *Chronica do Principe D. João*, depois rei segundo do nome, cap. 3. 46, define assim esse cargo: «Caçador-mór da Casa do Rei, officio do que governava os menores e todo o apparato das caçadas de monte e altanaria.» O regimento do caçador e falcoeiro-mór tem a data de 12 de maio de 1568. Villas Boas, na sua *Nobiliarchia*, edição de 1676, diz que quando el-rei sae á caça compete ao caçador-mór o governo dos coches, sem dependencia do estribeiro-mór; dá a el-rei a luva, põe-lhe o falcão na mão e vae a seu lado. Andava este officio na casa dos condes de Sabugal. Porém o decreto de 1 de julho de 1651 indemnisou o caçador-mór, então o conde de Redondo, do prejuizo que soffrera pela extincção dos officios de caçador. Os grandes fidalgos tambem tinham os seus caçadores. Assim, uma carta regia de 1533, dirigida á camara de Coimbra, permittiu a um caçador do duque de Bragança e Guimarães o tomar n'aquella cidade falcões, aves e caça. Eram então apreciados os falcões de Santarem e do Mondego, como se reconhece pela transcripção da advertencia e cap. I da parte III da *Arte da caça*, de Ferreira, feita a pag. 173 dos *Indices e Summarios* por Ayres de Campos. Nos seculos XVI a XVIII as ordens religiosas e os prelados tinham o privilegio de nomear os seus caçadores e couteiros, com alçada para julgarem das infracções. O antigo cargo de *monteiro-mór* da Casa Real está hoje incorporado no de couteiro-mór. D'antes, como *monteiro-mór do reino*, refere Villas Boas, provia os monteiros das comarcas e tinha á sua ordem grande numero de ministros e officiaes necessarios para a montaria. Andava na familia dos Mellos. O actual couteiro-mór é o senhor conde das Galveias. Os documentos apontam muitas isenções e privilegios interessantes ácerca da caça. Egualmente quanto a prohibições. A's religiosas de Lorvão foi dada licença, por carta regia de 11 de setembro de 1520, para mandarem caçar perdizes com armadilha de *boi*, não sendo a mais de uma legua do seu convento. Esta armadilha de *boi* elucida Viterbo que era o caçador cobrir-se com o couro de um boi, representando assim a figura d'este animal, de que as aves se não espautam e que antes acompanham, deixando-se apanhar por este meio facilmente. Por alvará de 29 de agosto de 1559 foi concedido aos cidadãos de Coimbra o poderem caçar no termo da cidade com perdigão e perdiz de chamado, *per si e não per outra pessoa*, salvo nos mezes defezos pela Ordenação. A um juiz do fisco da Inquisição, em Coimbra, permittiu-se, por alvará de 15 de fevereiro de 1575, o caçar com cão de mostra e perdigão, sem embargo da Ordenação. Em occasião de escassez geral de mantimentos fôram diminuidos os rigores d'estas prohibições. Uma provisão do Desembargo do Paço de 16 de março de 1598 ordenou aos corregedores das comarcas que não tirassem devassa dos que caçassem no tempo defezo e com armadilhas defezas, «havendo respeito á falta de mantimentos que de presente n'este reino ha, e ás necessidades que por essa causa ha geralmente.» No seculo XVIII encontram-se diversas provisões do Dezembargo do Paço dando licença a differentes individuos para desde outubro até março poderem atirar com espingarda de pederneira aos lavancos e outras aves de arribação. Esta permissão resultava das prohibições que no seculo XVII se faziam. O alvará de 12 de outubro de 1612 diz: «caçar não se póde atirando á caça no ar com espingarda.» A lei de 23 de fevereiro de 1624 prohibe caçar perdizes atirando-lhes no ar com munição. Parece que o intuito d'estas leis seria o proteger a caça de altanaria. Entre a bibliographia da caça podem indicar-se: *Libro de Montaria* de D. João I, codice de Bibliotheca Nacional (P — 3-4), que figura na relação da livraria de D. Duarte com outros intitulados *Livros de Citraria. Arte da Caça da altanaria, composta por Diogo Fernandes Ferreira*, Lisboa, 1616. *A arte do tiro, para militares e caçadores*, por A. A. P. de Oliveira e Silva, Porto, 1896. *A caça*, revista illustrada, Lisboa, 1899, em publicação. *Estudos eborenses — As caçadas*, por Gabriel Pereira, Evora, 1892. *Caçadas portuguezas, paizagens, figuras de campo*, por Zacharias d'Aça, Lisboa, 1898. *Resumo da caça ordinaria, poesia e sciencia do caçador rustico*, por Ludovice da

Gama, Lisboa, 1866. *Uma noção da caça do javali* por José Paulo de Mira, Evora, 1874. *Um brado contra as montarias de cerco aos lobos na provincia do Alemtejo*, pelo mesmo autor, Evora, 1875.

Caça Pedro ou **Coça Pedro.** V. *Caçapedro.*

Caçador *(Quinta do).* Na freg. de Santo Ildefonso, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Caçadores. Corpo de tropa de infantaria armado á ligeira, e cuja tactica é combater em pequenas fracções, aproveitando os accidentes do terreno, para cobrir a marcha das columnas de infantaria e artilharia. || *Caçadores a cavallo.* Tropas de cavallaria ligeira, armadas de espadas e carabinas para occorrerem com promptidão a qualquer ponto do campo em que se tornem necessarias, e para exploração do terreno. A organisação dos batalhões de caçadores em Portugal data do tempo da guerra peninsular.

Cacães. Pov. na freg. de S. João Evangelista, de Eiriz, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Cacancalla. Rio das terras do sertão de Muiza, Africa Oriental, a N O da prov. de Moçambique.

Cacanda. Territorio de negros papeis ou buramos, nas proximidades da villa e praça de Cacheu, no distr. da Guiné, Africa Occidental. || Pov. do territorio dos negros papeis, a 2 k. ao S O da villa de Cacheu, na Guiné. Entre a villa e a povoação ha um poço, de cujas aguas algumas vezes os moradores de Cacheu se fornecem, quando a ribeira de Calaca está secca. Em tempo de guerra, porém, é preciso conquistar á força essa agua. Foi na aldeia de Cacanda que os portuguezes se estabeleceram primitivamente, passando depois para o logar hoje chamado villa e praça de Cacheu. Em 1856 o gentio atacou as fortificações da villa, sendo repellido pelos grumetes da praça. Em 1884 as tropas portuguezas ganharam e alcançaram grande victoria sobre os indigenas, estabelecendo por muito tempo o socego e a ordem nos arredores de Cacheu.

Cacanga. Pov. do conc. da Barra do Bengo, distr. de Loanda, Africa Occidental, situada no litoral. Ha outra do mesmo nome, na foz e margem esquerda do rio Cuanza.

Cação. Logar na freg. de S. Miguel, de Refoios de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Caçapa. Logar na freg. de S. Thiago, de Evora d'Alcobaça, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Monte na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alfundão, conc. de Ferreira, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Ferreira, distr. de Beja.

Caçapedro. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Azias, conc. da Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Caçapeira. Monte na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alfundão, conc. de Ferreira, distr. de Beja. || Monte na freg. do Salvador e conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freguezia de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Caçapeirinha *(Monte da).* Na freg. do Salvador e conc. de Odemira, distr. de Beja.

Caçapinho *(Casal do).* Na freg. de Sant'Anna, de Silvares, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco.

Caçapos. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. de Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Logar na freg. de S. Miguel, de Argivae, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || Logar na freg. de N. S.ª do Pé da Cruz, de Santa Cruz, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Caçarelhos. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Vimioso, distr. e bisp. de Bragança; 732 hab. e 157 fog. Tem escola do sexo masc. e estação post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada n'uma campina, d'onde se vêem varias povoações e serras de Portugal e Hespanha. Era da Corôa. O bispo de Miranda, e depois o de Bragança, apresentava o abbade, que tinha o rendimento de réis 650$000. A terra é muito fertil; pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 10 com a séde em Mirandella. Em Caçarelhos ha uma feira no dia 24 de cada mez, e tem fabricas de tecidos de lã e linho. || Quinta na freg. de Santo André, de Curalha, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Caçarilhe ou **Cassarilhe** Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Celorico de Basto, distr. e arceb. de Braga; 484 hab. e 121 fog. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada entre duas serras, d'onde se vêem diversas freguezias. Eram seus donatarios os marquezes de Valença. O abbade era apresentado pelo arcebispo de Braga, e tinha 400$000 réis de renda. N'esta freg. entra a Serra do Viso. A terra é muito fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 19, com a séde em Chaves.

Cacatua. Rio da Africa Occidental, affluente da margem esquerda do Rio Cuango, no Talla Mogongo, distr. de Loanda, prov. d'Angola. Nasce na serra de Talla Mogongo, e torna-se tributario do Cuango, defronte de Cambollo Cacubamba.

Cacavellos. Pov. na freg. do Salvador, de Infesta, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Lustosa, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Vicente, de Penso, conc. e distr. de Braga.

Cacegas *(Fr. Luiz).* Religioso da ordem de S. Domingos. N. em 1540, fal. no convento da sua ordem, de Bemfica, em 1610. Professou no de Azeitão, foi vigario e superior do convento de S. Domingos, de Lisboa, em 1580. Sendo chronista da ordem, juntou, consultando os cartorios do reino, os materiaes das obras que fr. Luiz de Sousa depois escreveu e completou: *Vida de D. Fr. Bartholomeu dos Martyres* e *Historia de S. Domingos.* Fr. Luiz Cacegas deixou em manuscripto um livro de genealogias e umas obras a respeito das matronas illustres e dos santos da ordem dos prégadores.

Caceira. Pov. na freg. de S. Pedro, de Alhadas, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. Tem caixa post. || Casal na freg. de S. Martinho, de Tavarede, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Quintas na freg. de Santo Aleixo, de Villa Verde, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Caceirinhas. Logar na freg. de Santa Maria, de Idães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Cacella *(Antonio Pedro de Brito Villa Lobos, 1.º barão de).* Commendador da Ordem da Torre e Espada, e cavalleiro da de Christo, tenente general, etc. N. em Tavira a 19 de outubro de 1782, fal. em Lisboa, a 17 de dezembro de 1841. Era

filho de João Pedro de Brito, capitão dos privilegiados de Malta em Tavira, e de sua primeira mulher, D. Marianna Angelica Rosa, filha de João Fernandes Alves e de D. Marianna Thereza Antonio Villa Lobos assentou praça no posto de alferes de milicias da terra da sua naturalidade, a 2 de setembro de 1797, tomando parte logo depois, na guerra de 1801, e no anno seguinte foi promovido a ajudante de corpo. Reorganisando-se no Algarve os corpos de 1.ª e 2.ª linhas, o ajudante Brito recebeu o posto de tenente de infantaria n.º 14, em 13 de julho de 1808, e com este regimento marchou logo para Lisboa, tomou parte nas operações militares do anno seguinte, entrando na batalha do Bussaco em 1810, já como capitão de granadeiros. Assistiu depois a diversas batalhas, portando-se sempre com a maior intrepidez, tornando-se notavel na acção dos Pyrenéos, que lhe valeu ser elogiado pelos generaes e receber a graduação de major. A 10 de julho de 1813 foi promovido á effectividade d'este posto para a infantaria n.º 16; entrando nos combates das alturas de Bances, de Bidassoa, de Bidast, e nas batalhas de Nivelle e de Nive, ficando n'esta ultima com o commando do regimento por ter sido feito prisioneiro o coronel Pizarro. Até ao fim da campanha continuou sempre tomando parte em todas as batalhas e combates, e quando ella terminou regressou a Lisboa, commandando infantaria n.º 16. Conservava-se ainda n'esta situação, quando em 1820 rebentou a revolução no Porto. Sendo depois elevado aos postos de tenente-coronel e coronel, passou a servir nos regimentos n.ºs 2 e 5, e com um batalhão d'este ultimo foi em dezembro de 1822 escolhido para fazer parte da expedição á Bahia. Achando-se já embarcado no Tejo, recebeu convite da parte do infante D. Miguel, para saltar em terra e proclamar o governo absoluto, com promessas de grandes recompensas, mas o coronel Brito recusou-se, e partiu para o seu destino. Chegando á Bahia em abril de 1823, tomou o commando da 2.ª brigada, e ahi sustentou a honra das armas portuguezas, arrostando os perigos e traições que cercavam a divisão, e concorrendo efficazmente para que a retirada e o embarque se fizesse com ordem. Logo á saida do porto, encontraram as nossas tropas a esquadra de lord Cochrane, almirante brazileiro, que as aprisionou e de novo conduziu á Bahia, d'onde afinal partiram, depois de vencidas enormes difficuldades, chegando ao Tejo em dezembro do referido anno de 1823. Na noite de 30 de abril de 1824, foi preso o coronel Brito por ordem do infante D. Miguel, e levado para o Limoeiro, onde ainda ficou, depois de terem sido postos em liberdade os seus companheiros, por estar pronunciado como pedreiro livre n'uma devassa aberta em Elvas. Saindo afinal da cadeia, serviu no regimento n.º 9 e de tenente rei da praça de Abrantes, até que sendo promulgada a Carta Constitucional, foi nomeado commandante do regimento n.º 20; em dezembro de 1826 commandante de operações na provincia da Beira, e quando o Alemtejo foi ameaçado pelos miguelistas, no anno de 1827, recebeu o governo da praça de Extremoz. Depois da vinda do infante D. Miguel, desligou-se do exercito, esteve algum tempo homisiado, e em setembro de 1828 emigrou para Inglaterra, sendo encarregado, apenas chegou a Plymouth, do commando da 3.ª secção dos emigrados reunidos n'esta cidade. No mez de janeiro de 1829 partiu para a ilha Terceira, onde lhe foi dado pela junta o commando da força armada. Entrou no combate de 11 de agosto d'este anno, quando uma divisão naval miguelista desembarcou as forças militares que conduzia, as quaes ficaram derrotadas, embarcando uns precipitadamente, e fugindo outros por entre penedos, deixando bom numero de prisioneiros. Antonio Pedro de Brito foi tambem vogal do Supremo Conselho de Guerra, e da Junta Consultiva creada em 1831 na ilha Terceira. Quando se constituiu o exercito libertador, que devia vir a Portugal, D. Pedro IV o nomeou commandante da 1.ª divisão, e logo em seguida ao desembarque no Mindello em 1832, teve ordem de ir occupar o Alto da Bandeira para cobrir a Villa Nova. Entrou nas batalhas de Ponte Ferreira e Souto Redondo, e resolvendo-se a concentração das forças liberaes dentro do Porto, foi-lhe confiado o commando da ala esquerda das linhas. Sendo promovido a brigadeiro, assistiu sempre com o seu reconhecido valor a duros ataques e sortidas, até que, formando-se o exercito expedicionario, que partiu para o sul ás ordens do duque da Terceira, o general Brito foi collocado á frente da 2.ª brigada d'essa divisão. Desembarcou este exercito na praia da Alagôa, entre o forte de Cacella e Monte Gordo, a 24 de junho de 1833; e o general Brito com a sua divisão repelliu o inimigo no combate do Almargem, seguindo no alcance do visconde de Molellos, até que, entrando as forças liberaes no Alemtejo, ficou exercendo o cargo de governador das armas do Algarve. Transferido depois para o Alemtejo, voltou ao Algarve como commandante da força armada, sendo d'ahi chamado a Lisboa em setembro de 1834, quando os miguelistas abandonaram o cerco do Porto e marcharam para o sul. Encarregado então do commando da esquerda das linhas da capital, concorreu muito para a victoria do dia 10 de outubro. Nomeado logo em seguida segundo commandante do exercito, que ás ordens do marechal duque de Saldanha foi perseguindo o inimigo até Santarem, assistiu á batalha de Almoster á frente dos regimentos n.º 3 e 6. (V. *Almoster*). Marchou depois para o Alemtejo, e immediatamente á convenção de Evora-Monte, com que terminou a campanha, teve ordem de ir tomar o commando das armas do Algarve. Nos fins do anno de 1834 foi transferido para o governo militar dos Açôres, e quando acabou esta commissão, ficou encarregado do governo civil do archipelago. Em setembro de 1836 recebeu a demissão d'este logar, sendo-lhe dado o governo das armas do Minho, commissão de pequena importancia, por estar n'aquella epoca quasi desguarnecida de tropas aquella provincia. Poucos mezes depois pediu a exoneração. Tomou parte na revolta dos marechaes, tendo já recebido o titulo de barão de Cacella, o que o obrigou a sair do reino, partindo para a Galliza, sendo n'essa occasião desligado do exercito. Regressando mais tarde a Portugal, foi nomeado em maio de 1840 vogal supplente do Supremo Tribunal de Justiça Militar, e falleceu no anno seguinte. O barão de Cacella tinha a medalha da guerra peninsular por seis campanhas; a medalha de commando na batalha de Nive; as medalhas, dadas pelo rei de

Hespanha, pelas acções de Albuhera, Arroyo Molinos, em 28 de outubro de 1811; Victoria, S. Marcial, Pamplona, em 30 de junho e 18 de julho de 1813; e Bayona de França, e campanhas de 1813 e 1814. O titulo foi-lhe concedido por decreto de 27 de setembro de 1835, e carta de 31 de janeiro de 1837. Casou a 11 de maio de 1809, com D. Marianna Victoria Damasceno Rosado, filha de João Damasceno Rosado, major de infantaria n.º 14, e de sua mulher, D. Anna Thereza Jacinta Rosa.

Cacella. Villa e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. do Algarve, conc. e com. de Villa Real de Santo Antonio, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 3:449 hab. e 585 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. permutando malas com Villa Real de Santo Antonio, e fabricas de louça. A villa dista 15 k. da séde do conc. e está situada junto da costa, na margem direita d'uma pequena ribeira. E' povoação muito antiga, e, se não é fundação romana, foi edificada pelos moiros. Alguns escriptores pretendem que os phenicios fundaram ali, 805 annos antes de Christo, uma grande cidade, que veiu a ser a capital dos *cúneus*, algarvios modernos, e á qual deram o nome de *Cumistergis* ou *Cumistorgis*. Cacella foi tomada aos moiros por D. Sancho II em 1240, que a doou com o seu castello á ordem de S. Thiago, porém os moiros pouco depois puderam recuperal-a. O mestre da ordem, D. Paio Peres Correia, fronteiro-mór do Algarve, a reconquistou em 1242, e a doação manteve-se, sendo mais tarde confirmada por D. Affonso III a 20 de setembro de 1255. A povoação foi muito importante no tempo dos arabes e ainda no começo da monarchia. D. Diniz deu-lhe foral em Lisboa, a 17 de julho de 1283. A actual fortaleza mandou-a construir em 1770 D. Rodrigo de Noronha, sendo governador do Algarve. A egreja matriz é um bom templo de tres naves. O terremoto de 1755, além de muitos destroços que causou em toda a villa, arruinou esta egreja, mas foi logo reconstruida. O prior e o coadjutor eram apresentados pela Mesa da Consciencia, por ser da ordem de S. Thiago. Pela freg. corre a ribeira de Gáfa, que nasce na serra a E, e morre a O na ribeira do Almargem, e a da Pedra-Alva, que desagua no mar. A terra é muito abundante de peixe, por ser proximo da costa e muito fertil em vinho, azeite, amendoas, figos, trigo e cevada. Até 1834 teve juiz ordinario, com jurisdicção em todo o termo. A villa pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 4, com a séde em Faro. || Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Giões, conc. de Alcoutim, distr. de Faro. || Horta na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Alvito, distr. de Beja.

Cacella do Valle *(Bartholomeu)*, Doutor em Theologia, e conego magistral na sé d'Elvas. Era natural d'Evora, mas ignoram-se as datas do seu nascimento e fallecimento; filho de Fernão do Valle Cacella e de D. Francisca de Figueiredo. Cursou Theologia na Universidade de Coimbra, doutorando-se n'esta faculdade. Era conego da sé d'Elvas quando Filippe II visitou esta cidade em 1619 e recitou em sua honra um discurso, que saiu impresso a fol. 3 da *Viagem da Catholica Real Magestade d'el-rei D. Filippe II nosso senhor ao reino de Portugal, e relação do solemne recebimento que n'elle se lhe fez*, obra escripta por ordem d'aquelle monarcha, por João Baptista Lavanha, Madrid 1622. Escreveu mais: *Sermão na procissão que o Cabido e Camara ordenaram em fazimento de graças a Nosso Senhor, por ser eleito em seu Bispo o ill.*^mo^ *e Rev.*^mo^ *Sr. Sebastião de Mattos de Noronha*, 1625, sem o logar da impressão.

Cacellas. Pov. na freg. de S. Jeronymo, de Real, conc. e distr. de Braga.

Cacem. Pov. na freg. de N. S.ª de Belem, de Rio do Mouro, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. Tem estação do caminho de ferro, entre o apeadeiro de Barcarena e a estação do Sabugo. E' a bifurcação da linha de Cintra, e da de Oeste.

Cacem de Baixo. Pov. na freg. de N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Cacemes. Pov. na freg. de S. Vicente de Pereira Jusã, conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

Cacena. Familia originaria de Genova. Lucas Cacena, gentil-homem genovez, passando a viver na ilha Terceira, foi o primeiro d'este appellido em Portugal. Em julho de 1530, por mercê de D. João III, foi registado o brazão das suas armas no livro da nobreza, o qual consta: em campo de prata, um leão rompante, azul, armado de vermelho; timbre o mesmo leão.

Cacenda. Pov. do conc. de Pungo Andongo, Africa Occidental, distr. de Loanda, prov. de Angola, situada na margem esquerda do rio Cuanza.

Caceres. Esta familia tem o seu solar na villa d'este nome, na Extremadura, de que tomou o appellido. A primeira pessoa que o usou em Portugal foi D. Alvaro Gonçalves de Caceres, lente de chronicas em Castella, em 1459, e que passou a este reino no tempo de D. Affonso V. O monarcha deu-lhe o brazão: em campo de ouro uma palmeira verde, com tamaras de ouro, e uma estrella vermelha em chefe; timbre a mesma palmeira. Parece que Alvaro Gonçalves de Caceres succedeu a Azurara no logar de chronista do reino. Das suas obras apenas ha noticia de um *Tratado da dignidade de duque e excellencias e obrigações do officio*, offerecido ao 1.º duque de Bragança, e um outro *Tratado sobre que cousa seja fidalguia*.

Cachaça. Logar na freg. de S. Pedro, de Villarinho, conc. da Louzã, distr. de Coimbra.

Cachada. Povoações nas seguintes freguezias: O Salvador, de Arentim, conc. e distr. de Braga. || S. Miguel, de Cabreiros, conc. e distr. de Braga. || S. Miguel de Carreiras, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Coura, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Espinho, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago, de Feitos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho, de Ferreiros, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Maria, de Egreja Nova, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || O Salvador, de Lemenhe, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Paio, de Merelim, conc. e distr. de Braga. || S. Julião, de Moreira do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Romão, de Nogueira, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Parada, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Pombeiro de Riba Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Miguel, Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Miguel, de Refoios de Basto, conc. de

Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Santa Maria, de Quintiães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, de Rubiães, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Julião, de Silva, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel de Soutello, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Verissimo, de Tamel, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro Fins, de Torno, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Torquato, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Paio e conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Estevão, de Vinhós, conc. de Fafe, distr. de Braga. S. Martinho, de Aguas Santas, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S Miguel, de Messegães, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Cachada. Logares, nas seguintes freguezias: S. Thomé, de Abbação, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Alheira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Paio, de Arcos, conc. e distr. de Braga. || O Salvador, de Balazar, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Martinho, de Balugães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Claudio, de Barco, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel, de Barrio, conc. de Ponde Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. João, de Bastuço, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Gens, de Boelhe, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Miguel, de Carreira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Villa Verde, districto de Braga. || S. Martinho, de Dume, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago, de Figueiró. conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Julião, de Freixo, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Infias, conc. de Guimarães, distr. de Braga, || Santa Christina, de Longos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel e conc de Louzada, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Margaride, concelho de Felgueiras, districto do Porto. || S. Martinho, de Mondim, concelho de Barcellos. districto de Braga. || S. Salvador, de Navió, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Nespereira, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Salvador de Nogueiró, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Remelhe, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago, de Roufe, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Pedro, de Samodães, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Clemente, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Martha, de Serdedello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Sobreposta, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago, de Tabaçó, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Tellões, conc. de Amarante, distr. do Porto. | S. Pedro, de Torrados, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Estevão, de Urgezes, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. João, de Villa Boa, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Mamede, de Vermil, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Villa Nova de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Estevão, de Villar das Almas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Villarinho, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Sant'Anna de Vimieiro, conc. e distr. de Braga.

Cachada *(Quinta da)*. Na freg. de S. Jorge, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Cachada Velha. Logar na freg. de S. Estevão, conc. de Villa Verde, districto de Braga. || S. Paio, de Mozellos, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Cachadas. Pov. na freguezia de S. Miguel, de Cabaços, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Gaifar, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Mouquim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Povoações nas freguezias de S. Cosme e de S. Martinho, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S João Baptista, de Tocha, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra || Logar na freg. de S. Thiago, de Caldellas, conc. de Amares, distr. de Braga. || Logar na freg. de S João Baptista, de Concieiro, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Logar na freg. do Salvador, de Minhotães, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Cachadellas. Logar na freg. de S. Miguel, de Villar de Murtêda, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Cachadinha. Povoações nas seguintes freguezias: O Salvador, de Minhotães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Christina, de Pousa, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Abbade de Neiva, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Cachadinha. Logares nas seguintes freguezias: S. Martinho, de Armil, conc. de Fafe, distr. de Braga. || O Salvador, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar reunido ao de Lameira (V. *este nome*). || Santa Maria, de Dossãos, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Thiago, de Gemieira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Esporões, conc. e distr. de Braga. || O Salvador, de Lufrei, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Lourenço, de Matto, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Cosme, de Podame, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima. distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Rio Covo, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Sampriz, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santa Christina, de Serzedello, concelho de Guimarães, districto de Braga.

Cachadinhas *(Casal da Casa das)*. Na freg. de S. Martinho, de Mancellos, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Cachadoufe. Pov. na freg. do Santa Eulalia, de Godinhaços, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Cachafrom e Cachagom. Duas povoações na freg. de Santa Maria, de Azias, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Cachamondinho ou Cachomondinho. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Rio Frio, conc. de Arcos de Valle-de-Vez. distr. de Vianna do Castello.

Cachamorra. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Castro Verde, distr. de Beja. ||

Quinta na freg. de S. João Baptista, do Lumiar, 3.º bairro de Lisboa.

Cachão. Logar na freg. de S. Pedro, de Couto, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna de Castello. || Logar na freg. de S. Vicente, de Giella, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Casal na freg. de S. Pedro, de Alvega, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Quinta na freg. de S. João Baptista e conc. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu. || Quinta, na freg. de N. S.ª das Neves, de Passacos, conc. de Valle Passos, distr. de Villa Real. || Quinta na freg. de N. S.ª do Rosario, de Valle de Figueira, conc. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu || Logar onde está uma estação do caminho de ferro da linha de Foz-Tua a Mirandella, entre Villarinho e Fréchas.

Cacharia. Pov. na freg. do Salvador, de Ganfei, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Thiago, do Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Aldeia na prov. da Extremadura, na freg. de S. Pedro de Dois Portos, conc. de Torres Vedras. Está aqui a capella de N. S.ª dos Prazeres, e junto d'ella uma albergaria. Tinha antigamente juiz, escrivão e mordomos, sujeitos ao provedor de Torre Vedras. (V. *Doi Portos*). Chamava se d'antes *Cacheiria*.

Cacharral. Logar na freg. de S. Salvador, de Castellões, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Cachava. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Portella, conc. de Mousão, distr. de Vianna do Castello.

Cacheira. Pov. na freg. de S. Pedro, de Alvite, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Cabreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Cacheiro. Pov. na freg. de Santo André, de Victorino dos Piães, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Quinta na freg. de S. Thiago e conc. de Belmonte, distr. de Castello Branco.

Cachés ou **Cachiz.** Pov. na freg. de S. Pedro, de Torrados, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Cacheu. Ilha da costa da Guiné, Africa Occidental, limitada ao N pelo rio S. Domingos, a E por um esteiro que a separa do territorio dos negros banhames, ao S pelo rio Jatta, e a O pelo Oceano Atlantico. E' n'esta ilha que estão edificadas a villa e praça de Cacheu e o presidio de Bolor. || Nome de um dos concelhos que fórmam a prov. da Guiné, com. de Bissau e pertencente ao bisp. suffraganeo da prov. metropolitana de Lisboa. Comprehende a villa de Cacheu, os presidios de Farim e Zeguichor e as aldeias de Bolor, Jnfunco e Varella. Tem tres freg: a de N. S.ª da Natividade em Cacheu, a de N. S.ª da Graça em Farim e a de S. Francisco Xavier em Bolor Em todas as freg. ha escolas de instrucção primaria. O conc. de Cacheu foi annexado em 1833 ao de Bissau, mas desde 1841 ficou de novo separado e com existencia e autonomia proprias. || Villa, capital e freg. do conc. de Cacheu. Está dividida em dois bairros, denominados Villa Quente e Villa Fria. Acha-se encostada á praça de guerra de Cacheu e defendida pelas suas fortificações. A praça foi mandada construir em 1588 por Manuel Lopes Cardoso. A villa foi primitivamente uma feitoria; os arrabaldes são pittorescos. Comquanto tivesse tido certa importancia como o principal estabelecimento portuguez na costa da Guiné, está hoje em posição secundaria. Por alvará de 19 de maio de 1676 foi creada a Companhia de Cacheu e rios de Guiné, que parece ter tido vida ephemera. Em 1690 surgiu outra que se denominou de Cabo Verde e Cacheu, creada por alvará de 4 de janeiro. V. *Cacanda*.

Cachieira. Pov. na freg. de N. S.ª do Desterro, de Pouzos, conc. e distr. de Leiria.

Cachimbos. Logar na freguezia do Salvador e conc. de Sobral de Monte Agraço, districto de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, do mesmo conc. e districto.

Cachimonia. Logar na freg. de Santa Marinha, de Tropeço, conc. de Arouca, districto de Aveiro.

Cachinas. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Casal na freg. de S. Pedro e conc. de Obidos, distr. de Leiria.

Cachinho *(Quinta do)*. Na freg. de Santa Maria Maior, de Algodres, conc. de Fornos de Algodres, distr. da Guarda.

Cacho. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Revelhe, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Varzea, conc. e distr. de Santarem.

Cachôa. Pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Lagos, distr. de Faro.

Cachoaria. Logar na freg. de N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, districto de Santarem.

Cachoeira. Pov. na freguezia de S. Miguel, de Milharado, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Alvite, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga || Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Cachoeiras. Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. da Estremadura, conc. e com. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa; 1:141 hab. e 197 fog. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada n'um monte, d'onde se descobrem varias terras e povoações. Era da Casa das Rainhas. O cura era apresentado pelo prior da freg. de S. Estevão, de Alemquer, e tinha 100$000 réis de rendimento. Até 1834 teve juiz pedaneo, posto pela camara de Alemquer. A terra é fertil e pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 16 com a séde em Lisboa. || Rio formado pela juncção de duas pequenas ribeiras do Rio Barriga e Rio Grande, que passa por differentes partes, e pela freguezia de Cachoeiras, que lhe dá o nome; recebe a ribeira da Pipa ou de Bagueixa, e depois de atravessar a estrada real de Lisboa ás Caldas e a via ferrea de leste, onde tem pontes, vae desaguar na margem direita do rio Tejo, com 30 k. de curso, entre V. N. da Rainha e a Castanheira. As suas margens são cultivadas e ferteis. Proximo ao Carregado tem uma ponte de cantaria, chamada da Couraça. || Cachoeiras ou saltos do rio Zaire, Africa Occidental, a 220 k. da embocadura do rio, no territorio de Benda, distr. do Congo, na parte em que o Zaire separa Cabinda de S. Salvador do Congo. || Cachoeiras ou saltos do rio Zaire, Africa Occidental, a 304 k. e ao N de S. Salvador do Congo.

Cachoeiras de Yelalla. Cachoeiras ou saltos do rio Zaire, Africa, Occidental, a N E das Cachoeiras, a 232 k. da embocadura do rio, no ter-

ritorio de Benda, distr. do Congo, na parte que separa Cabinda de S. Salvador do Congo.

Cachoffa. Pov. da Africa Occidental, na margem esquerda do rio de S. Domingos, confluente de Cacheu, distr. da Guiné. || Porto da Africa Occidental, junto da pov. de Cachoffa. || Rio da Africa Occidental, confluente da margem esquerda do rio de S. Domingos, na Guiné. Banha a pov. de Cachoffa, e desagua no porto do mesmo nome.

Cachoffarra. Logar na freg. de S. Sebastião e conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de N. S.ª da Conceição, de Azinheira dos Barros, conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Cacholgo. Logar na freg. de Santa Eulalia, de Trute, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Cachopa *(Monte da).* Na freg. de N. S.ª do Rosario, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Cachopado. Pov. na freg. do Salvador, de Freamunde, conc. de Paços de Ferreira, districto do Porto.

Cachopães. Logar na freg. de Santa Marinha, de Nevogilde, conc. de Villa Verde, districto de Braga.

Cachopas. Monte na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, districto de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Montoito, conc. de Redondo, distr. de Evora.

Cachopo. Pov. e freg. de S. Estevão, da prov. do Algarve, conc. e com. de Tavira, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 2:843 hab. e 580 fog. Tem caixa do correio e esc. do sexo masc. A pov. dista 35 k. da séde do conc. e está situada n'um monte, cercada por um ribeiro, d'onde nada se vê, por causa da serra que lhe fica á roda. Era da Corôa. O bispo do Algarve apresentava o cura. A terra é fertil em cereaes, e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 4, com a séde em Faro. Em Cachopo ha uma nascente d'agua ferrea no fundo d'um estreito valle apertado entre duas serras bastante altas. Esta agua é muito apreciada pelos povos do baixo Alemtejo e de sotavento do Algarve. Foi conduzida para uma elegante fonte pelo dr. Agostinho Lucio da Silva, seu proprietario, e é usada por muitos doentes, sendo applicadas, principalmente, na aglobulia, anemia, chloro-anemia, amenorrhea, dysmenorrhea, leucorrhea, escrofulismo e outros estados morbidos atonicos ou asthenicos. Esta agua tem a classificação de carbonatada ferrea, gaso-carbonica. || Pov. na freg. de S. Mamede, de Escariz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Cachopos. Pov. na freg. de N. S.ª de Entre as Vinhas e conc. de Mertola, distr. de Beja. || Herdade na freg. de S. Pedro, de Monte Vil, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Cachorreira *(Herdade da).* Na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Vidigão, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Cachorreiras. Logar na freg. de Santo Antonio, de Marmelleiro, conc. da Certã, districto de Castello Branco.

Cachorrella. Logar na freg. de S. João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Cachorro. Pov. do conc. de Magdalena, com. do Pico, districto da Horta, bisp. de Angra do Heroismo, archipelago dos Açôres.

Cachorros *(Monte dos).* Na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Garvão, conc. de Ourique, distr. de Beja.

Cachos. Pov. na freg. de S. Cosme e Damião, de Lobeira, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Cachouça. Pov. na freg. de Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Domingos, de Fanga da Fé, do mesmo conc. e districto.

Cachouças. Logar na freg. de S. Thiago do Escoural, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Cachoufe. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Rio Frio, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Cachouzende. Logar na freg. de S. Torquato, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Cachucha *(Quinta da).* Na freg. de S. João Baptista, de Covas do Douro, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real.

Cachuchinho. Logar na freg. de S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Cachucho. Logar na freg. de Santa Cruz, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Cacia. Pov. e freg. de S. Julião, da prov. do Douro, conc., com. e distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 2:519 hab. e 616 fog. Tem esc. para ambos os sexos e caixa post. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada n'uma bonita e fertil planicie, muito extensa, sobre a margem esquerda do rio Vouga, e atravessada pelo caminho de ferro do norte. D'aqui se vêem varias povoações e montes. A pov. é muito antiga, e foi villa. O conde D. Henrique, pae de D. Affonso I, e sua mulher, D. Thereza, deram metade d'esta freguezia ao convento de Lorvão, por carta de 24 de janeiro de 1076, da era de Christo. A abbadessa d'este convento apresentava o vigario, que tinha 150$000 réis de rendimento. Em Cacia ha um club, denominado *Club Sarrazolense*, e um apeadeiro do caminho de ferro do norte, entre as estações de Aveiro e Estarreja; tem medico e pharmacia. A sua industria principal é a agricultura e a creação de gado cavallar e vaccum. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 24, com a séde em Aveiro.

Cacilhas *(Eduardo Thornton, 1.º conde de).* Ministro de Inglaterra no Brazil e depois em Lisboa, onde se conservava quando se deu a revolta conhecida pela *abrilada*, em 1824. Pelos serviços que então prestou, D. João VI lhe concedeu este titulo em tres vidas, por decreto e carta regia de 18 de maio de 1824, para se verificarem em linha recta e legitima da sua descendencia. Tambem teve o usofructo das Terras Novas, denominadas da Patriarchal, situadas nas lezirias do Riba-Tejo, e pertencentes ao antigo almoxarifado de Azambuja, propriedade de que lhe fôra *feita mercê em tres vidas, além da d'elle Sir Eduardo Thornton.* Foi grã-cruz da antiga ordem da Torre e Espada, e da do Banho. Seu filho, de egual nome, teve as mesmas honras concedidas a seu pae, e o titulo de 2.º conde de Cacilhas, renovado pelo decreto de 2 de dezembro de 1853, e carta de 13 de outubro de 1858.

Cacilhas *(Romão José Soares, 1.º barão de).* Marechal de campo, governador da praça d'Elvas e das armas da prov. do Alemtejo, commendador das ordens de S. Bento de Aviz e da Torre e Espada; cavalleiro da ordem de N. S.ª da Con-

ceição, etc. N. em Evora a 28 de fevereiro de 1787, fal. em Lisboa a 11 de julho de 1844. Era filho de José Joaquim Soares, e de sua mulher, D. Margarida Angelica Soares. Assentou praça em 21 de janeiro de 1809, começando logo a sua carreira militar no posto de tenente do batalhão de caçadores n.º 1, em remuneração dos serviços que prestara anteriormente na terra da sua naturalidade contra os francezes. Em 1810 passou ao regimento n.º 24, que estava de guarnição em Almeida, e ficou prisioneiro quando esta praça capitulou. Podendo escapar-se depois á prisão, foi apresentar-se em Chaves, alistando-se no batalhão que se organisou n'aquella villa, e que fez parte da divisão do conde de Amarante. No anno de 1811, reorganisando-se no Porto o regimento n.º 24, o tenente Romão Soares voltou a pertencer-lhe, e assistiu então ao cerco de Badajoz, ás batalhas de Salamanca, Victoria e Pyrenéos, assalto de S. Sebastião, sitio de Bayona e Tolosa, além de outras acções, sendo por vezes elogiado e obtendo a graduação de capitão, pelo modo como se conduziu em Pamplona. Promovido á effectividade d'este posto em 1813, conservou-se no mesmo corpo até 1820, em que subiu a major para caçadores n.º 2. Em 1823 embarcou para a Bahia com este batalhão, e em 1826, sendo commandante da guarnição d'Elvas, foi mandado reunir á divisão do marquez d'Angeja, formada para combater a revolta do marquez de Chaves. Assistiu então á tomada das pontes do Prado e da Barca, ganhando na primeira o grau da ordem de N. S.ª da Conceição. Em 1828, quando chegou a Coimbra a noticia da revolução no Porto, o batalhão de caçadores n.º 2, que estava em Thomar, partiu logo para aquella cidade, onde entrou a 23 de maio. Reunido depois ás tropas liberaes, tomou parte este corpo nas operações militares, e com ellas se retirou para a Galiza, sendo sempre commandado pelo major Romão Soares. Partindo depois para Inglaterra, seguiu á ilha Terceira na expedição do general Saldanha, não podendo, porém, desembarcarem essas forças pelo impedimento que teve da esquadra ingleza, Romão Soares dirigiu-se então para França, d'onde mais tarde voltou á ilha Terceira, sendo ali encarregado do commando d'uma divisão volante que impedisse os miguelistas da ilha de se reunirem e congregarem. Escolhido para reorganisar o batalhão de caçadores n.º 2, continuou a commandal-o, e á sua frente veiu desembarcar no Mindello em julho de 1832, e tomou parte na defeza das linhas do Porto, tornando-se notavel na batalha de Ponte Ferreira, em que obteve a distincção de official da ordem da Torre e Espada, a promoção de tenente-coronel, e pouco depois a de coronel. O batalhão de caçadores n.º 2 tambem fez parte da expedição que foi ao Algarve, commandada pelo duque da Terceira, a qual percorreu victoriosamente desde Cacella até S. Bartholomeu de Messines, atravessou para a provincia do Alemtejo em Messejana, deixando á direita em Beja a divisão inimiga, marchando rapidamente pela estrada até Cacilhas, onde chegou em meados de julho de 1833, dando-se um renhido combate no dia 23 no sitio chamado Valle ou Cova da Piedade, em que morreu o general miguelista Joaquim Telles Jordão. O coronel Romão Soares e o batalhão do seu commando deram n'esse combate as maiores provas de bravura e intrepidez. Depois da entrada de D. Pedro IV em Lisboa, o valoroso militar foi nomeado commandante da brigada ligeira, e com ella marchou em direcção de Villa Franca, quando as forças miguelistas começaram a retirar do Porto para o sul. Levantadas as linhas de defeza da capital, guarneceu com a força do seu commando o districto da Cruz da Pedra, e no dia 10 de outubro commandou a columna da extrema direita, concorrendo muito para as victorias alcançadas n'esse dia e no immediato em Loures, pelas armas liberaes. Tomou parte no combate de Perues em 30 de janeiro de 1834, junto ás forças do marechal de Saldanha, e na batalha de Almoster em fevereiro seguinte, em que o batalhão de caçadores n.º 2 pertencia á brigada do coronel Queiroz, depois conde de Santa Maria. Terminada a campanha, foi promovido ao generalato, sendo-lhe dado em 1835 o governo da praça de Elvas, e depois o das armas da provincia do Alemtejo. Por decreto de 23 de setembro do referido anno de 1835, e carta de 28 de janeiro de 1842, foi agraciado com o titulo de barão de Cacilhas. Depois da revolução de setembro de 1836, saiu do reino por não adherir a esse movimento, e só voltou quando o partido cartista começou de novo a ter influencia nos negocios publicos. Deram-lhe o governo da praça de S. Julião da Barra, e sendo graduado em marechal de campo teve a importante commissão de commandar a 1.ª divisão em fevereiro de 1842, cargo em que se conservava quando falleceu. O barão de Cacilhas, além das distincções já referidas, era condecorado com a cruz de ouro por cinco campanhas da guerra peninsular. Casou a 9 de julho de 1825 com D. Maria Justina Infante de Sequeira, que lhe sobreviveu, fallecendo a 21 de abril de 1854, filha de Martinho Maria Charpentier Canhão, tenente do 1.º regimento de infantaria de Olivença, e de sua mulher, D. Anna Rita Infante de Sequeira.

Cacilhas (*Combate de*). Em meado de junho de 1833 embarcou a expedição que se formara no Porto ás ordens do duque da Terceira, na esquadra do vice-almirante Napier, a qual veiu desembarcar a 24 do referido mez na praia da Alagôa, entre a fortaleza de Cacella e o Monte Gordo. Depois de assegurar na provincia do Algarve a autoridade da rainha D. Maria II, o bravo general passou ao Alemtejo, entrou em Alcacer do Sal a 21 de julho, occupou Setubal no dia seguinte, e de noite foi estabelecer o campo no desfiladeiro que fica entre o monte de S. Luiz e a serra d'Arrabida, sobranceira á villa de Azeitão, destacando para a frente um regimento, que pela estrada de Palmella se dirigiu áquellas villas. Ao amanhecer seguiu para Almada, onde se tinham acolhido os fugitivos de Alcacer e de Setubal, e o esperava o general miguelista Telles Jordão, que de Lisboa havia marchado para aquelle ponto com algumas forças. Em Amora encontrou os postos avançados do inimigo, mas, retirando-se este, proseguiu a marcha até á baixa de Corroios, onde viu as collinas que lhe ficavam na frente, guarnecidas por uma linha de atiradores. Destacando então alguns caçadores sobre os flancos, e recuando os atiradores miguelistas de collina em collina, chegou a columna liberal ao principio da estrada, que por entre as alturas do Alfeite vem desembocar no Valle da Piedade,

mais vulgarmente conhecido por Cova da Piedade, o qual é o prolongamento da enseada do Tejo por detraz de Cacilhas, limitado ao sul pelas alturas de Almada, offerecendo um pequeno campo plano, a que vem ter de um lado a estrada seguida pelos constitucionaes, da direita a de Cacilhas por Mutella, da esquerda a do Pragal, e ao centro a de Almada. O inimigo, conhecendo a sua superioridade em cavallaria, pretendia attrahir a este campo as forças liberaes, porém o duque da Terceira, descobrindo o projecto pelo conhecimento que tinha do terreno, e pela fraca resistencia que até ali encontrara, não desanimou e proseguiu a marcha. Deixando então o 6 de infanteria a cobrir as estradas do Pragal e d'Almada, continuou com o resto da força para Cacilhas afim de cortar ao inimigo a melhor retirada, occupando as avenidas que descem d'Almada com algumas companhias do regimento n.º 3. Na entrada do logar de Mutella tinham os miguelistas collocado duas peças que enfiavam um dos ramaes da estrada, mas tomadas á baioneta essas bocas de fogo pelos liberaes, seguiram estes em frente, e com a ultima luz da tarde chegaram ao caes de Cacilhas. Esta batalha começada na Cova da Piedade, veiu a terminar em Cacilhas. (V. *Almada).* A confusão era enorme: as forças miguelistas procuravam precipitadamente embarcar nos barcos para atravessarem o Tejo e fugirem para Lisboa submergindo-se uma grande parte no abysmo; o general Telles Jordão foi morto, e despedaçado pela furia dos vencedores, recebendo assim o castigo da sua bem conhecida crueldade, principalmente quando esteve como governador da Torre de S. Julião (V. *Telles Jordão, Joaquim).* A batalha deu-se em 23 de julho, e no dia 24 o duque da Terceira apoderou-se do castello d'Almada, e n'este mesmo dia ficava restabelecido em Lisboa o governo da rainha. Os combates na margem esquerda do Tejo tiveram tambem grande importancia pelas suas consequencias politicas, porque franquearam aos constitucionaes a entrada na capital, o que fez declinar muito o poder do partido miguelista.

Cacilhas. Pov. da freg. de S. Thiago e conc d'Almada, distr. e patriarchado de Lisboa, prov. da Estremadura. Está situada a 5 k. de Lisboa na margem esquerda do rio Tejo, em communicação rapida e frequente com a capital por meio de vapores, e d'outras embarcações. Possue um bello caes, pharol, estaleiros, muitos depositos e armazens de mercadorias. A 2 k de distancia fica o logar pittoresco da Cova da Piedade, muito concorrido no verão por familias de Lisboa. (V *Cova da Piedade).* Nas suas proximidades ha as praias do Ginjal e da Margueira, a que concorrem muitos banhistas. O actual chafariz foi mandado fazer pela camara municipal de Almada, e inaugurou-se em 1 da novembro de 1874. O panorama que se goza de Cacilhas é magestoso. A pov. é muito antiga, pois, segundo consta, já existia no tempo dos arabes, mas ignora-se quando fôsse fundada. || Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação e conc. de Oeiras, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra. || Ponta ou cabo da prov. de Macau na peninsula d'este nome, na Asia. Ha n'esta ponta um pequeno forte chamado de D. Maria II.

Cacimba Espinheiro. Pov. do conc. e distr. de Mossamedes, prov. e bisp. de Angola, no territorio dos gentios Mundombes, e na margem direita do rio Giraul a 60 k. N E da villa de Mossamedes.

Cacinheira. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Freixianda, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sabacheira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Cacinheiras. Logar na freg. de S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Caco *(Casal do).* Na freg. de Santo Antonio, de Vendas Novas, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Cacoa. Pov. na Africa Occidental, situada no rio Cuanza, na prov. e bisp. de Angola.

Cacoco. Pov. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. e bisp. de Angola, entre os rios Catape e Cuando, a 62 k. S E de Caconda.

Caçoeira. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Castro Verde, distr. de Beja.

Caçoleta *(Monte da)* Na freg. do Salvador e conc de Ourique, distr. de Beja.

Cacolovar. Rio do distr. de Mossamedes, na provincia de Angola, Africa Occidental. E' um dos maiores confluentes da margem direita do rio do Cunene. Corre na direcção N S, atravessando os territorios dos gentios Munhanecas, Hay e Gambos, para o O de Uidilo, e junta-se com o Cunene pouco acima do Forte de Humbe, nas terras d'este nome.

Cacombo. Pov. da Quissama, distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, a 33 k. S do presidio de Muxima. E' governada por um soba que reconhece a soberania portugueza.

Caconda. Conc. do distr. de Benguella, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental. A capital do conc. é pov. de Caconda. O territorio, que já foi de grande superficie, regula actualmente por 44 k. de comprimento e 27 de largura. E' regado por muitos rios e riachos e de clima tão similhante ao da Europa que não produz a canna nem o café, embora o solo seja fertilissimo. Depois de terminado o trafico da escravatura os commerciantes affastaram-se d'estas paragens e muitos sobas tornaram-se independentes pela falta de relações. || Pov., presidio, e capital do conc. de Caconda. Orago N. S.ª da Conceição; a pov. assenta em volta de um reducto, em forma de baluarte. Está situada n'um ponto elevado entre dois pequenos rios. O presidio foi fundado primeiramente, em 1682, por João da Silva e Sousa, governador geral de Angola. Tomado. porém, á traição e mandado arrazar pelo soba Bongo, soffreu este severo castigo. Em 1851 esteve aqui Livingstone, que se encontrou com os emissarios de Silva Porto. Caconda tem est. post. e tel. permutando vales com o reino.

Caconda Velha. V. *Bengo*

Caconde. Pequeno rio no distr. de Tete, na provincia de Moçambique, distante da villa e presidio de Tete cerca de 100 k. Nas suas margens encontram-se jazigos de carvão de pedra. || Pov. do distr. de Benguella, prov. e bisp. de Angola, na margem direita do rio Cuanza, a 125 k. N N do Bihé. Residencia do sóba.

Cacongo. Uma das circumscripções administrativas do distr. do Congo, na prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental. Fôram-lhe propostos como limites, ao S o limite N da circumscripção

de Cabinda: a N e a E a fronteira com o Congo Francez e o Estado Independente; a O o litoral. Tem por capital Landana. (V. *este nome*). E' uma região muito pittoresca e exuberante de vegetação arborea. || Rio no territorio de Molembo em Cabinda, distr. do Congo. Forma o limite N das possessões portuguezas n'aquella região do continente africano e desagua no Oceano Atlantico. || Bahia muito aberta na mesma costa e em que desaguam os rios Luiza Loango e Cacongo, distante um do outro cerca de 16 kilometros.

Cacorá. Pequena prov. da quarta divisão das Novas Conquistas, no distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, na India, limitada ao N e a E pela prov. de Embarbacem, da qual em parte está separada pelo rio Rachol ao S, e o O pela de Chandrovaddy. Tem 17 k. quadrados de superficie. Cortada por alguns rios, confluentes do Rachol, e de terreno pouco accidentado relativa mente á posição que occupa na vertente occidental dos montes Gattes, é, todavia, das provincias mais populosas das Novas Conquistas, e exclusivamente habitada por asiaticos. || Pov. e capital da quarta divisão das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India.

Cacúa. Pov. do Alto Libolo, prov. de Angola, Africa Occidental, entre os rios Gango a O e Tamba a E, confluentes da margem esquerda do Cuanza, e a 42 k. ao S d'este rio. E' governada por um soba, ou chefe indigena, tributario a Portugal.

Cacuaco. Pov. do conc. da Barra do Bengo, distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, a 8 k. N E da cidade de Loanda. A linha ferrea de Loanda para Ambaca passa em Cacuaco, havendo na pov. uma estação que é de bastante movimento, devido principalmente a um importante estabelecimento de salinas, que é o primeiro da provincia.

Cacúlo. Pov. do conc. de Golungo Alto, no distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, na margem direita do rio Lucalla, a 23 k. ao S do Golungo Alto, e a 46 ao O de Ambaca. Tem est. postal e teleg. permutando vales com o reino. (V. *Andalatando*). || Pov. do conc. do Duque de Bragança, no distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, situada entre os rios Macugo e Lombe, a 58 k ao S O do presidio do Duque de Bragança.

Cacúlo-Caconge. Pov. do conc. do Duque de Bragança, no districto de Loanda, prov. e bisp. d'Angola, Africa Occidental, a 26 k. ao S do presidio do Duque de Bragança.

Caculovar. V. *Cacolovar*.

Cacunco. Prazo do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem 5 k. de comprimento por 3 de largura, e 3 povoações de cafres colonos que o cultivam. Produz trigo, milho, feijão e mendobi, e tem mattas de pau ferro e outras especies de madeiras. Nas mattas ha animaes ferozes.

Cacundi. Pov. do reino de Futa, na Senegambia, Africa Occidental. E' um importante centro de commercio. Os negros do interior procuram-n'o em certas epocas do anno com ouro em pó e outros artigos.

Cacutamijim. Pov. do distr. de Mossamedes, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, ao S da serra de Chella, no territorio de Quiabiaca.

Caçuz. Logar na freg. de Santo André, de Escariz, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Romão, de Fonte Coberta, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santo André, de Padronello, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Cacuzo *(S. João)*. Pov. e freg. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Cadafaes. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção. da prov. da Estremadura, conc. e com. d'Alemquer, distr. e patriarc. de Lisboa; 1:357 hab. e 272 fog. O seu antigo orago era N. S.ª das Candeias, ou do Azambujeiro. Tem caixa post. e esc. para ambos os sexos. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada em terreno accidentado, mas fertil, na extremidade do conc. de Alemquer, confinando com o de Villa Franca, pelo O e S, pelo N e E com a freguezia de Santo Estevão, de Alemquer, e annexas. A freg. foi muito mais extensa, pois que abrangia a grande propriedade chamada da Granja, a quinta da Carnota, uma quinta ao pé das Cachoeiras, a que fica junto á Ponte de Couraça, etc. Actualmente as aldeias que lhe pertencem, são: Cadafaes, Refugidos, Guizandaria, Cascaes, parte do logar do Carregado, e o logar da Carnota. A matriz está situada proximo de Cadafaes. E' um edificio vasto, de architectura simples, que foi construido em 1550 por Vasco de Carvalho, mas que tem soffrido diversas reconstrucções. No centro da abobada estão as armas do fundador. Na capella, n'uma só campa estão sepultados Vasco de Carvalho, sua mulher D. Izabel de Sousa, e seu filho Nicolau de Sousa Carvalho; em outra campa, outro filho do fundador, Antonio de Carvalho e Sousa, e sua mulher D. Brites Brandão. A egreja actual foi reedificada e ampliada em 1680. Tem duas lapides com inscripções latinas, que se descobriram em 1855, por ter caido a parede de cal que a rebocava. Proximo da egreja ha um cemiterio, feito á custa do povo em 1870. Na raiz do outeiro do Valle do Golfa, está o convento de Santa Catharina da Carnota, de frades capuchos, fundado em 1408 por fr. Diogo Arias e fr. Affonso Saco. Tem uma grande cêrca e uma extensa matta, a maior parte d'ella sobre um grande penhasco. Este edificio, com a extincção das ordens religiosas, ficou abandonado alguns annos, sendo depois vendido a um inglez, juntamente com a cêrca, que o transformou n'uma vivenda magnifica. Pela freguezia passa o ribeiro dos Refugidos, ficando-lhe muito perto, ao N, uma grande fonte, chamada da Pimenta, que nasce debaixo d'um rochedo e lança grande volume d'agua, que dizem ser bom remedio contra a dôr de pedra e areias. Na freg. de Cadafaes ha boas propriedades: a quinta do Cesar, a das Amoreiras, a do Valle Flôres, o casal do Bernardo, importante vivenda, que antigamente tinha o nome de Quinta da Fonte do Pimenta, a quinta da Ferraguda, etc. Proximo fica o sitio da Castanheira, onde houve uma fabrica de sedas, que pertenceu ao fallecido conde do Farrobo. A povoação de Cadafaes foi arrazada em 1435 por um violento terremoto. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 5 com a séde em Lisboa. Esta freg. produz uma qualidade de vinho branco que é tão apreciado como o de Bucellas. N'esta região estão comprehendidos os vinhedos

de Villa Franca, Castanheira, Cachoeiras, Farrobo, Cadafaes e Meca, sendo alguns muito apreciados.

Cadafaz. Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. do Douro, conc. de Goes, com. d'Arganil, distr. e bisp. de Coimbra; 1:088 hab. e 273 fog. Tem esc. do sexo masc., e est. post. permutando malas com Goes e Colmeal. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Ceira. Fôram seus donatarios os condes de Villa Nova de Portimão. Todos os logares d'esta freg. são encostados ás serras da Cabreira e Baçô, que ambas nascem na serra da Estrella, principiando n'estas serras o rio Ceira. A terra é fertil. Nos montes ha caça grossa e miuda. Cadafaz pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 23, com a séde em Coimbra. Parece ser povoação muito antiga, cujo assento primitivo seria n'um logar actualmente denominado *Codeçal* ou *Cadafaz Velho*, distante da moderna povoação 1:500 metros. Nas excavações feitas n'esse logar encontraram-se objectos

Vista geral de Cadafaz

da epoca romana, taes como candeias de barro, etc. A egreja está situada no centro da nova povoação. E' bem construida e muito rica de alfaias, que não são vulgares em aldeias. Tem um magnifico orgão de páu preto offerecido pelo barão de Lorêdo. N'uma torre independente da egreja existe um bom relogio. || Pov. e freg. de S. Sebastião, na prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Celorico da Beira, distr. e bisp. da Guarda; 482 hab. e 107 fog. Tem escola para ambos os sexos e caixa post. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada a meia ladeira d'um monte. O prior de S. Martinho, de Celorico da Beira apresentava o cura, que tinha 35$000 réis de renda e o pé d'altar. Cadafaz é terra fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Gavião, distr. de Portalegre. || Logar na freg. de S. Miguel, de Freixo de Cima, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S. Pedro, de Páus, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S. Martinho, de Reriz, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || Logar na freguezia de S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco. || Logar na freguezia de S. Estevão, de Villa Chã do Marão, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Cadaixo. Pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Cadão. Quinta na freg. de S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Ponta ou cabo situado na costa O da ilha de S. Thomé, Africa Occidental, entre a ponta Figo ao norte e a ponta da Prainha ao sul.

Cadapós. Logar na freg. de S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Cadarroeira *(Casal da)*. Na freg. de S. João Baptista, de Alfeizerão, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Cadavaes. Pov. na freg. de S. Pedro, de Arcozello das Maias, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || Pov. na freguezia de S. Gens e conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || Pov. na freguezia de S. Simão de Litem, concelho de Pombal, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Marcos da Serra, conc. de Silves, distr. de Faro. || Logar na freg. de Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, distr. de Faro. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Mioma, conc. de Sattam, districto de Vizeu.

Cadaval. Logar na freg. de S. João Baptista de Moimenta da Serra, conc de Gouveia, distr. da Guarda. || Fôro na freg. de S. Miguel, de Machede, conc. e distr. de Evora. || Quinta na freg. de S. Estevão, de Castello Viegas, concelho e districto de Coimbra.

Cadavajo. Logar na freg. de S. Vicente e conc. de Abrantes, districto de Santarem.

Cadaval *(D. Jayme de Mello, 5.º marquez de Ferreira, 6.º conde de Tentugal, e 3.º duque de)*. Estribeiro-mór de D. Pedro II e de D. João V, por carta de 8 de outubro de 1713; dos seus conselhos do Estado e da Guerra; presidente da mesa da Consciencia e Ordens, em 9 de setembro de 1715; mordomo-mór da rainha D. Maria Anna d'Austria, nomeado em 13 de fevereiro de 1739, com a prerogativa de preceder a todos os officiaes da sua casa; familiar do Santo Officio, em 28 de janeiro de 1702, habilitando-se em 1 de dezembro d'este anno pelo tribunal competente para professar na ordem de Christo, como cavalleiro; senhor das villas, commendas, alcaidarias, privilegios, padroados, morgados, e mais bens que fôram de seus paes pertencentes á casa de Cadaval, incluindo as datas dos officiaes de justiça e fazenda, e apresentação dos ouvidores, para o que tinha um de sua casa, que sempre eram ministros togados de grande litteratura. N. em Lisboa a 1 de setembro de 1684, e fal. na mesma cidade a 29 de maio de 1749. Era filho do 1.º duque de Cadaval, D. Nuno Alvares Pereira de Mello, e de sua terceira mulher, a princeza

D. Margarida Armanda de Lorena; irmão do 2.º duque de Cadaval, que falleceu ainda em vida de seu pae, e sem deixar successão. D. Jayme de Mello recebeu o titulo de duque, vivendo ainda seu pae, por carta de 25 de abril de 1701, tendo já por outra de 9 de janeiro do mesmo anno o assentamento de 750$000 réis. Foi 5.º marquez de Ferreira e 6.º conde de Tentugal, declarado em 19 de dezembro de 1736. Havendo-se decidido então a guerra da Santa Alliança, e partindo n'essa occasião D. Pedro II para a campanha da Beira, D. Jayme conservou-se na côrte muito a seu pezar mas por ordem do monarcha, para assistir ao principe, aos infantes, e á rainha da Grã-Bretanha, D. Catharina, irmã de D. João IV e tia de D. Pedro II, que, tendo enviuvado do rei Carlos II, regressara a Portugal. O rei dera-lhe aquella ordem em carta escripta por seu proprio punho, a 9 de maio de 1704. Na acclamação de D. João V foi o primeiro fidalgo que prestou juramento. Em 1729 trataram-se as negociações dos casamentos do principe da Beira D. José com a princeza hespanhola D. Marianna Victoria, e da princeza D. Maria Barbara com o principe das Asturias D. Fernando, e quando os monarchas portuguez e hespanhol se avistaram em Caia, fronteira dos dois estados, para a entrega das duas princezas, o duque de Cadaval, no exercicio do seu logar de estribeiro-mór, apresentou-se com uma luzida comitiva de creados, tanto nas jornadas como na entrada solemne que fizeram n'esta côrte. O duque de Cadaval casou duas vezes: a primeira, a 16 de setembro de 1702, com sua cunhada a duqueza D. Luiza, viuva do 2.º duque; a segunda a 12 de maio de 1739, com D. Henriqueta Julia Gabriella de Lorena, filha de Luiz de Lorena, principe de Lambesch. Do primeiro matrimonio não teve descendencia, mas do segundo houve: D. Nuno, que foi o 4.º duque de Cadaval; D. Joanna, que morreu creança; D. Margarida, que casou com o 5.º marquez de Marialva, e D. Luiza que casou com o 6.º conde de S. Vicente. Depois do fallecimento de seu pae, publicou o seguinte livro: *Ultimas acções do Duque D. Nuno Alvares Pereira de Mello, desde 17 de setembro de 1725 até 19 de janeiro de 1727 em que falleceu Relação do seu enterro, e das exequias que se lhe fizeram em Lisboa, e mais terras de que era donatario*, etc., Lisboa 1730, fol gr. com um retrato e 28 estampas gravadas por Harrewin, artista estrangeiro, que veiu para Portugal ao serviço de D. João V. O duque de Cadaval mandou construir um picadeiro na casa de campo de Pedrouços, onde pessoalmente trabalhava os cavallos com muito primor, por ser eminente na arte de cavallaria, entretendo-se n'este exercicio em certos dias da semana, com os parentes, amigos e curiosos, que todos n'aquella epoca sabiam bem apreciar um passatempo d'elles muito conhecido e estimado. Tambem não era menos déstro na arte de tourear. Em occasiões de festa realisavam-se n'aquelle picadeiro brilhantes touradas, tornando-se notavel a de outubro de 1740, em que fôram combatentes o duque e seu sobrinho o marquez d'Alegrete, festa a que assistiu toda a familia real.

Cadaval *(D. Luiz Ambrosio de Mello, 2.º duque de).* Filho do 1.º duque, D. Nuno Alvares Pereira de Mello, e de sua terceira mulher, a princeza D. Margarida Armanda de Lorena. N. a 7 de dezembro de 1679, fal. a 13 de novembro de 1700, contando apenas 21 annos, ainda em vida de seu pae, sem deixar sucessão, passando a ser herdeiro de toda a casa seu irmão D. Jayme, que foi o 3.º duque de Cadaval. A 16 de março de 1682, el-rei lhe concedeu o titulo de duque, por mercê feita a seu pae, para este a ter em segredo até á sua volta da Saboya, onde tinha ido n'uma commissão regia. A carta do titulo foi passada em 20 d'abril, e a do assentamento em 4 de maio de 1684. El-rei D. Pedro II o armou cavalleiro da ordem de Christo pelas suas proprias mãos, no oratorio privado do paço de Côrte-Real, em 1 de fevereiro de 1698, e por carta de 6 de novembro d'este anno foi acceito como familiar do Santo Officio. Em 14 de maio de 1695 casou com D. Luiza, filha legitimada de D. Pedro II, senhora muito distincta e considerada.

Cadaval *(D. Miguel Caetano Alvares Pereira de Mello, 7.º marquez de Ferreira, 8.º conde de Tentugal, 5.º duque de).* Mordomo mór da rainha D. Maria I, em 21 de março de 1807, por nomeação do principe regente D. João, e do conselho da referida soberana; grã-cruz das ordens de Christo e da Legião de Honra, de França; marechal de campo dos reaes exercitos em 9 de março de 1801, ficando desobrigado do commando do regimento de cavallaria de Mecklembourg, etc. N. a 6 de fevereiro de 1765, fal. na Bahia 14 de março de 1808. Era filho do 4.º duque de Cadaval, D. Nuno Caetano Alvares Pereira de Mello, e de sua mulher, a duqueza D. Leonor da Cunha. Foi-lhe concedido o titulo de duque por carta de 15 de maio de 1777; professou na ordem de Christo, como cavalleiro de habito e a titulo de commenda de S. Pedro de Villar Maior, por decreto de 4 de junho do referido anno; teve o assentamento do titulo de duque de 750$000 réis por carta de 7 de junho de 1784, e por outra de 24 de março de 1785; foi-lhe confirmada a mercê de marquez de Ferreira e de conde de Tentugal, dos bens da Corôa e ordens e de privilegios da sua casa, que lhe fôra feita estando ainda na tutella da duqueza sua mãe, pelas portarias de 18 de maio de 1779, de 7 de julho de 1784, e por alvará de 10 de novembro d'este anno. O duque de Cadaval assentou praça de cadete no regimento do Caes, de que era coronel o conde de Cantanhede, em 1783, foi promovido a capitão para o regimento de Mecklembourg a 27 de janeiro de 1788, a tenente-coronel para o de Castello Branco em 3 de novembro de 1792, a coronel a 29 do referido mez de 1796, e a brigadeiro em 15 de janeiro de 1801, sendo estes dois ultimos postos para o regimento de Mecklembourg. O duque de Cadaval foi uma das testemunhas que assignaram a escriptura da outorga das capitulações matrimoniaes da infanta D. Marianna Victoria com o infante de Hespanha D. Gabriel, que se celebraram a 12 de abril de 1785 no Paço da Ajuda, assistindo á cerimonia do casamento, que tambem ali se realisou n'esse mesmo dia. Quando em novembro de 1807 a familia real se retirou para o Brazil, o duque embarcou com sua mulher e filhos na nau *D. João de Castro*, a qual, separando-se da esquadra, teve uma viagem trabalhosa e demorada. Em meados de janeiro de 1808 avistaram a costa de Parahiba, e nos fins d'esse mez arribaram á Bahia, onde o duque veiu a fallecer, por se lhe terem ag-

gravado os padecimentos, de que já se queixava ao sair de Portugal. A familia, em 23 de março, logo depois da sua morte, embarcou para o Rio de Janeiro, onde chegou no meado de abril, e n'essa côrte se conservou até 1816, anno em que regressou ao reino. O duque de Cadaval casou a 7 de outubro de 1791 com D. Maria Magdalena Henriqueta Carlota Emilia de Montmorency Luxembourg, dama das ordens de Santa Izabel e de S. João de Jerusalem, filha do duque de Pinay Luxembourg e Chatillon, que foi presidente da ordem da nobreza nos Estados Geraes de 1789. D'este consorcio houve 4 filhos: D. Adelaide, que falleceu em Alcobaça a 2 de agosto de 1833; D. Nuno, 6.º duque de Cadaval; D. Segismundo, 3.º duque de Lafões, por ter casado com a 3.ª duqueza d'este titulo (V. *Lafões*) e D. Jayme, que foi marquez honorario.

Cadaval *(D. Nuno Alvares Pereira de Mello, 4.º marquez de Ferreira, 5.º conde de Tentugal, e 1.º duque de).* Senhor das villas de Cadaval, V. N. de Danços, Alvaiazere, Rabaçal, Arega, Buarcos, Anobra, Carapito, Mortagoa, Penacova, Vilalva, Villa Ruiva, Albergaria, Agua de Peixes, Peral, Cereal, Povoa, Santa Christina, Tentugal, Muja, Noudar, Barrancos, etc., alcaide-mór das villas e castellos d'Olivença e d'Alvor, commendador das commendas de Santo Izidoro, da villa de Eixo, Santo André de Moraes, Santa Maria de Marmeleiro, S. Matheus, Sardoal, da ordem de Christo; de Grandola na de S. Thiago; de Noudar na de S. Bento de Aviz; dos conselhos do Estado e da Guerra, dos reis D. Affonso VI, D. Pedro II, e D. João V, e despacho das mercês, e expediente, mestre de campo general da Côrte e provincia da Extremadura, junto á pessoa do rei, e capitão general da cavallaria da mesma côrte e provincia, governador das armas de Setubal e de Cascaes, etc. N. em Evora a 4 de novembro de 1638, fal. a 27 de janeiro de 1727. Era filho do 3.º marquez de Ferreira e 4.º conde de Tentugal, titulos que sempre se conservaram reunidos ao de Cadaval. E' esta casa das mais nobres do reino; tem a mesma varonia que a de Bragança, porque descende de D. Alvaro, 4.º filho de D. Fernando, 2.º duque de Bragança e de sua mulher, a duqueza D. Joanna de Castro, filha de D. João de Castro, senhor de Cadaval. Na descendencia de D. Alvaro, contam-se os titulos de marquez de Ferreira, conde de Tentugal (V. *estes titulos)*, duque de Cadaval, no paiz; e em Hespanha, os marquezes de Vilhescas, condes de Gelves, e duques de Veragua (V. *Bragança, D. Alvaro de).* Depois da acclamação del-rei D. João IV, os marquezes de Ferreira transferiram a sua casa para Lisboa, e D. Nuno creou-se no paço real, passando-se-lhe logo em 20 de março de 1641 carta de conde de Tentugal, declarando-se que venceria o assentamento desde o dia em que nascera, e que teria o mesmo que o conde de Alcoutim, que eram 260$000 réis, que lhe pertenciam como parente da Casa Real. Quando falleceu seu pae em 1645, succedeu na sua importantissima casa e no titulo de marquez de Ferreira, por carta de 3 de agosto do referido anno, e de conde sobrinho em 8 do mesmo mez. Em 26 de abril de 1648 concedeu-lhe el-rei D. João IV o titulo de duque de Cadaval, dia em que nasceu o infante D. Pedro, cuja carta se lhe passou a 18 de julho. Desde então o filho primogenito ficou sendo marquez de Ferreira e o segundo conde de Tentugal. Em 1657, contando apenas 19 annos de edade, foi nomeado familiar do Santo Officio. N'este anno quiz o duque tomar parte na guerra do Alemtejo, mas a rainha regente D. Luiza de Gusmão não consentiu, prohibindo-lhe de sair da Côrte, por carta de 19 de maio. Em 1658 tentou novamente partir para o exercito, mas d'esta vez obteve permissão, porque a rainha tencionava nomeal-o general de cavallaria na seguinte campanha. Assistiu então ao cerco de Badajoz e ao ataque do forte de S. Miguel, sempre com distincção, porém n'este ataque recebeu dois ferimentos, sendo um d'elles de muita gravidade, em que uma bala lhe despedaçou o hombro esquerdo, obrigando-o a um tratamento prolongado, e de que sempre ficou soffrendo. Em 1659 quiz voltar ao exercito, mas a rainha o não deixou, e a 10 de março o nomeou conselheiro de Estado, ministro do despacho da junta nocturna, onde se tratavam os mais importantes negocios e os mais altos interesses do reino. O duque de Cadaval era um dos fidalgos que mais censuravam o procedimento irregular do principe D. Affonso, e por isso, tão depressa subiu ao throno, o novo monarcha mandou o para a villa d'Almeida, comtudo o valente militar, apezar de lhe ser prohibido repetidas vezes sair a campanha durante o tempo do seu exilio, ainda serviu como soldado ás ordens do governador das armas da provincia da Beira, tornando-se notavel em alguns combates. Sentindo-se doente partiu para as Caldas da Rainha, d'onde passou a Tentugal, e sendo-lhe extranhado aquelle proceder, dirigiu uma representação ao rei, em que obteve, licença para residir em Alemquer, e mais tarde permittido regressar a Lisboa. O duque de Cadaval tomou grande parte na disposição do monarcha e na entrega do governo do reino a seu irmão D. Pedro. Assistiu como condestavel ás Côrtes de 27 de janeiro de 1668, reunidas para o juramento do infante como regente no impedimento perpetuo de D. Affonso VI, e foi elle quem a rainha D. Maria Francisca de Saboia encarregou de tratar, como seu procurador, da causa do divorcio. Quando terminou a guerra com Hespanha, o duque teve a nomeação de primeiro plenipotenciario para o tratado da paz, que se assignou em Lisboa a 13 de fevereiro de 1668, e ainda n'este anno a rainha o escolheu para seu mordomo-mór, cargo que conservou até á sua morte, servindo successivamente as rainhas D. Maria Sophia e D. Maria Anna d'Austria. Em junho de 1670 foi nomeado presidente do conselho ultramarino, cargo de que se exonerou em 1673, anno em que o infante regente resolveu guarnecer a Côrte com cavallaria paga, dando-lhe o governo d'ella, e o da provincia da Extremadura. Tambem foi presidente da Junta do Tabaco, logo na sua creação em 1678, cargo que serviu durante 20 annos, sendo então transferido para o de presidente do desembargo do paço, que exerceu até fallecer. Quando em 1680, depois da fundação da colonia do Sacramento, o governador de Buenos Ayres expulsou os portuguezes, esteve imminente a guerra com Hespanha, e por essa occasião o duque recebeu ordem de passar logo ao Alemtejo, porém como a Hespanha cedeu, o duque foi nomeado primeiro ministro plenipotenciario para as negociações que então houve,

e que terminaram pelo tratado de 6 de maio de 1681. Estando em 1682 ajustado o casamento do duque de Saboia, Victor Amadeu, com a infanta D. Izabel, o duque de Cadaval foi como embaixador extraordinario á côrte de Turim para conduzir a Lisboa aquelle principe. O casamento, porém, não se realisou. No principio do seculo XVIII, tendo fallecido o rei de Hespanha Carlos II, succedeu-lhe Filippe V, que varias potencias logo reconheceram como soberano, entre as quaes se contava Portugal. D. Pedro II, porém, mudou de parecer, decidindo-se a auxiliar as pretenções do archiduque Carlos. O duque de Cadaval não approvou esta mudança de politica, mas ao vêr que os seus conselhos nada conseguiam, e a guerra declarada, sujeitou o seu voto á decisão do monarcha, e tratou com empenho que a sua vontade fôsse satisfeita. D. Pedro partiu para a Beira, deixando-o em Lisboa para assistir á rainha governadora, mas ao chegar a Santarem, logo o mandou chamar, levando-o comsigo para a Beira, onde lhe deu a patente de mestre do campo general junto á sua pessoa. Depois da morte de D. Pedro em 1706, o novo rei D. João V nomeou em abril de 1707 o duque de Cadaval governador do exercito que se devia de formar na Beira, ficando com a mesma patente de mestre de campo general, mas não chegou a exercer esta commissão, e durante o novo reinado conservou-se mais retirado dos negocios publicos, porque D. João V, apenas subiu ao throno, diligenciou afastar do poder os validos de seu pae. Em setembro de 1725 teve um ataque apopletico, que lhe repetiu um anno depois, vindo então a fallecer. Durante o tempo da sua doença recebeu as maiores demonstrações de affecto da familia real, da côrte e do povo. O duque de Cadaval casou tres vezes. A primeira a 29 de dezembro de 1660 com D. Maria de Faro, viuva do 8.º conde da Feira, D. João Forjaz Pereira, e filha do 7.º conde de Odemira, D. Francisco de Faro, que falleceu em 1664, deixando uma filha que pouco lhe sobreviveu. O segundo matrimonio realisou-se em 2 de fevereiro de 1671 com D. Maria Angelica Henriqueta de Lorena, filha de Francisco de Lorena, 2.º conde de Rieux, principe d'Harcourt, e de sua mulher D. Catharina Henriqueta, filha natural de Henrique IV de França. Esta união durou pouco tempo, porque a duqueza falleceu em junho de 1674. Casou pela terceira vez em 25 de junho de 1675 com a princeza Margarida Armanda de Lorena, filha de Luiz de Lorena, conde d'Armagnac e de Harcourt, estribeiro-mór de Luiz XIV, e de sua mulher Catharina Neuville. Esta senhora sobreviveu tres annos a seu marido, fallecendo a 15 de dezembro de 1730. D'este consorcio houve bastantes filhos, dos quaes notaremos D. Luiz e D. Jayme, que fôram o 2.º e o 3.º duques de Cadaval; D. Anna, que casou com o 5.º conde de S. João, D. Eugenia, casada com o 8.º marquez de Alegrete; D. Joanna casada com o 2.º conde de Alvor; D. Rodrigo, que casou com a filha do marquez de Fontes; e D. Filippa, que foi condessa de Penaguião. O duque de Cadaval teve duas filhas illegitimas que se fizeram religiosas, e um filho, D. Nuno Alvares Pereira de Mello, que foi bispo de Lamego, e falleceu em 1733. As armas de Cadaval são as antigas da Casa de Bragança, uma aspa vermelha em campo de prata, e n'ella o escudo das quinas.

Cadaval *(D. Nuno Caetano Alvares Pereira de Mello, 6.º marquez de Ferreira, 7.º conde de Tentugal, e 4.º duque de).* Filho do 3.º duque, D. Jayme de Mello, e de sua mulher, a duqueza D. Henriqueta Julia Gabriella de Lorena. N. a 17 de novembro de 1741, fal. a 17 de setembro de 1771. Foi 6.º marquez de Ferreira e 7.º conde Tentugal, declarado a 26 de setembro de 1743. Recebeu o titulo de duque de Cadaval, por carta de 7 de julho de 1749. Teve o tratamento de muito amado sobrinho e o competente assentamento de 750$000 réis. Foi do conselho d'el-rei D. José. Na cerimonia da acclamação d'este monarcha a 7 de setembro de 1750, prestou o juramento de fidelidade em seguida aos infantes e a D. João, filho do infante D. Francisco, tendo a juvenil edade de 9 annos. Como cavalleiro da ordem de Christo se habilitou, pelo tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens, em 21 de julho de 1751, para professar na referida ordem, a titulo da commenda de Santo Isidoro da villa do Eixo, em que succedeu, assim como a todos os estados e mais bens da Corôa e ordens que eram da opulenta casa de seu pae, e na regalia d'ella annexa de gozar dos privilegios de desembargador, de que se lhe passou carta em 13 de setembro de 1752. Em 21 de julho de 1761 foi acceito familiar do Santo Officio. Casou a 10 de agosto d'este anno com D. Leonor da Cunha, dama da rainha D. Marianna Victoria, filha dos 5.ºs condes de S. Vicente, Miguel Carlos da Cunha Tavora e D. Rosa Leonor de Athaide. D'este consorcio houve quatro filhos, morrendo os dois primeiros ainda creanças; D. Miguel, que foi o 5.º duque de Cadaval, e D. Nuno Caetano Alvares Pereira, grande do reino e brigadeiro do exercito.

Cadaval *(D. Nuno Caetano Alvares Pereira de Mello, 8.º marquez de Ferreira, 9.º conde de Tentugal, 6.º duque de).* Senhor de todos os titulos, senhorios, morgados e mais bens da Corôa e ordens, por successão a seu pae, a 14 de março de 1808, dos quaes se lhe fez mercê por decreto de 24 de outubro d'esse anno, tudo de juro e herdade, e duas vezes fóra da lei mental, como se vê dos alvarás, de confirmação outorgados em 18 de maio de 1813; e tambem por carta de 19 de junho de 1821 gozou dos privilegios de desembargador; grã-cruz da ordem da Torre e Espada, commendador da de Christo, cavalleiro do Tosão de Ouro, grã-cruz de Isabel a Catholica, conselheiro de Estado, par do reino, etc. N. a 7 de abril de 1799, fal. em Paris a 14 de fevereiro de 1837. Era filho do 5.º duque de Cadaval, D. Miguel Caetano Alvares Pereira de Mello, e de sua mulher, D. Maria Magdalena Henriqueta Carlota Emilia de Montmorency Luxembourg. Foi feito duque de Cadaval pelo principe regente D. João, por carta passada em Mafra a 21 de março de 1807, na qual se lê, que *tendo consideração á pessoa do Duque de Cadaval meu muito amado primo: Hei por bem faser mercê a seu filho primogenito o conde de Tentugal, D. Nuno Caetano Alvares Pereira de Mello, do titulo de Duque de Cadaval em sua vida*, etc. Em novembro do referido anno de 1807 acompanhou seu pae e a familia real para o Brazil. A grã-cruz da Torre e Espada foi lhe concedida a 21 de dezembro de 1808, nomeando-o n'essa mercê o principe regente *por seu muito amado e presado sobrinho*, e accrescentando: *por*

ser d'aquelles que preferiram a honra de me acompanhar ao seu interesse. Em 21 d'outubro de 1810 teve a carta de conselho. Obtendo o consentimento de D. João VI para regressar ao reino, saiu do Rio de Janeiro a 21 de setembro de 1816, com sua mãe e irmãos, a bordo da fragata franceza *Hermione*, que transportava para a Europa seu tio, o duque de Luxembourg, embaixador extraordinario do rei Luiz XVIII, de França, n'aquella côrte, e chegou a Lisboa a 4 de novembro. Professou na ordem de Christo, a titulo da commenda de Santo Isidoro do Eixo, uma das da sua casa, a 13 de março de 1822, e por decreto de 29 de janeiro do mesmo anno, na egreja de N. S.ª da Conceição dos freires da referida ordem. A 4 de julho de 1823, D. João VI o nomeou conselheiro de Estado. Quando falleceu este monarcha, o duque de Cadaval foi um dos membros da regencia nomeada em 6 de março de 1826, e a 30 d'abril seguinte D. Pedro o elegeu par do reino e presidente da respectiva camara. O infante D. Miguel, entrando em Lisboa, o chamou para seu ministro assistente do despacho a 26 de fevereiro de 1828. O duque de Cadaval tomou então grande parte nos acontecimentos politicos que se seguiram, sempre em defeza do partido absolutista, de que era um forte sustentaculo, sacrificando-se pelo rei, que elle reputava legitimo Quando em 1833 se aproximaram de Lisboa as tropas do general duque da Terceira, o illustre fidalgo, vendo já perdida a sua causa, retirou-se para Elvas, onde se conservou até ser assignada a convenção de Evora-Monte. A 6 de outubro de 1834 partiu para Inglaterra, e passou depois a Paris, onde falleceu. Casou em 1 de agosto de 1820 com D. Maria Domingas Francisca Clara Maxima Senhorinha Raphaela Gonzaga Joaquina de Bragança Sousa e Ligne, filha dos segundos duques de Lafões, D. João Carlos de Bragança Sousa e Ligne Tavares Mascarenhas da Silva, e D. Henriqueta Maria Julia de Lorena e Menezes. D'este consorcio nasceram 6 filhos: D. Henriqueta, condessa de Tentugal, que succedeu a seu pae, e morreu solteira em 1841, ficando herdeira sua irmã, D. Maria da Gloria, que falleceu logo no anno seguinte. O 3.º filho foi D. Miguel, conde de Tentugal, que falleceu em maio de 1827, ainda creança, por isso a casa de Cadaval passou, por morte de D. Maria da Gloria, a sua outra irmã, D. Maria da Piedade Caetano Alvares Pereira de Mello, que falleceu em setembro de 1898. Esta nobre senhora havia nascido a 29 de abril de 1827, e casara em Paris a 22 de agosto de 1813 com seu tio D. Jayme Caetano Alvares Pereira de Mello, 4.º filho do 5.º duque de Cadaval, e irmão do 6.º duque, D. Nuno. Este nascera a 6 de fevereiro de 1805, entrando logo para a ordem de S. João de Jerusalem, como cavalleiro de justiça do priorado de Portugal, passando-lhe dispensa de menoridade o arcebispo de Nisible e nuncio apostolico em Lisboa, por um breve de 7 de agosto, com beneplacito regio, dado no paço de Queluz a 14 d'esse mez e anno. Achando-se D. Jayme no Rio de Janeiro, para onde tinha ido em 1807 com sua familia, o principe regente D. João lhe fez mercê das honras de marquez com o assentamento pertencente a este titulo, e o nomeou do seu conselho, por cartas de 16 e 25 de junho de 1810, declarando em apostilla de 13 de maio de 1812, que precederia aos marquezes creados depois d'elle. D. Jayme regressou a Portugal em 1816, e por carta regia foi eleito par do reino em 1826. D'este matrimonio nasceram em Nice dois filhos gemeos, D. Nuno e D. Jayme Caetano Alvares Pereira de Mello, a 22 de dezembro de 1844, ficando D. Nuno com o direito á successão da opulenta casa de Cadaval; fallecendo, porém, em setembro de 1878, esse direito passou a seu irmão, que ficou sendo o representante d'aquella nobilissima casa. D. Jayme de Mello casou a 12 de outubro de 1887 com a condessa Graziella Zilleri dal Verme, e falleceu no seu palacio na cidade de Pau, em França, no mez de janeiro de 1898, sem nunca ter solicitado as mercês e titulos a que tinha direito, e que desde o fallecimento do 6.º e ultimo duque não haviam sido continuadas nos seus legitimos successores.

Cadaval. Villa da prov. da Extremadura, séde de concelho, com. de Torres Vedras, distr. e patriarc. de Lisboa. Tem uma só freguezia, N. S.ª da Conceição. Cadaval fica situado n'uma collina, tendo de cada lado um valle, de Abrigo e de Canada; dista 75 k. ao N de Lisboa. E' povoação muito antiga, e foi n'outros tempos habitada pelos arabes. No começo da monarchia pertenceu ao conc. d'Obidos como simples freguezia, de que a desmembrou, em 1371, el-rei D. Fernando, que a elevou á categoria de villa, dando-a com toda a sua jurisdicção a seu cunhado, D. João Affonso Tello de Menezes, irmão de D. Leonor Telles, conde de Barcellos e d'Ourem, seu mordomo-mór e alferes-mór. Por sua morte, voltou a villa a pertencer á Corôa, até que mais tarde el-rei D. João I a deu a D. Pedro de Castro, filho de D. Alvaro de Castro, conde de Arraiollos. Depois foi cabeça do ducado de Cadaval, no tempo de D. João IV, concedendo o monarcha este titulo em 1648 a D. Nuno Alvares Pereira de Mello, marquez de Ferreira e conde de Tentugal, que foi o primeiro duque. D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, no dia 1 de outubro de 1513. O prior da egreja de S. Pedro, d'Obidos, apresentava o cura, por ser annexa a esta freg.ª Em Cadaval houve uma albergaria muito pobre, que era administrada por um mordomo, nomeado pelo provedor de Torres Vedras. Até 1834 teve juiz ordinario, ouvidor e camara, com os respectivos empregados judiciaes e municipaes. No termo da villa está o hospicio de N. S.ª das Neves, de frades dominicanos, fundado na serra de Monte Junto. O conc. compõe-se de 9 freguezias com 10:693 hab.: sendo 5:700 do sexo masc. e 4:993 do fem., n'uma superficie de 19:670 hect. As freguezias são as seguintes: N. S.ª da Purificação, de Alguber, 629 hab.: 353 do sexo masc. e 276 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Cadaval, 1:241 hab.: 662 do sexo masc. e 579 do fem.; S. Vicente, do Cercal, 504 hab.: 250 do sexo masc. e 254 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Figueiros, 1:533 hab.: 800 do sexo masc. e 733 do fem.; S. Thomé, de Lamas, 2:752 hab.: 1:509 do sexo masc. e 1:243 do fem., S. Sebastião, de Peral, 971 hab.: 541 do sexo masc. e 430 do fem.; S. João Baptista, de Pero Moniz, 631 hab.: 314 do sexo masc. e 317 do fem.; S. Simão, de Vermelha, 1:146 hab.: 600 do sexo masc. e 546 do fem.; N. S.ª da Expectação, de Villar, 1:286 hab.: 671 do sexo masc. e 615 do fem. O principal commercio do concelho é vinhos, cereaes e gado. Os campos são muito ferteis, passando perto o rio Bogota ou Bojota.

Cadaval é abundante de boas aguas; tem lindas e ferteis varzeas, grandes quintas e rendosos casaes; escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobranças de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. L. Cercal; agencias bancarias do *Banco Commercial de Lisboa*, *Banco Economia Portugueza*, e *Banco Commercial do Porto;* agencias dos seguros : *Internacional*, *Popular*, *Probidade* e *Tagus;* fabricas de louça, hoteis, notario, medico, pharmacias, sociedades de recreio : *Recreio Cadavalense* e *Philarmonica* ; theatro, muitos estabelecimentos, etc. Tem feira a 24 de junho e 8 de dezembro; mercados nos segundos domingos de cada mez. Pertence á 1.ª div. mil., 2.ª brigada, grande circumscripção militar do sul, e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 5 com a séde em Lisboa. Este concelho foi extincto pelo decreto de 26 de setembro de 1895, mas restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898, com todas as freguezias que o constituiam. Publicou-se aqui o *Commercio do Cadaval*, cujo 1.º numero saiu em 15 de setembro de 1895. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Aguada de Cima, conc. d'Agueda, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Carregueiros, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Fiolhoso, conc. de Murça, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. ne S. João Baptista, de Limões, conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Salreu, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S Thiago, de Valladares, conc. de Baião, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Vallega, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Rio Caldo, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Miguel, de Sapardos, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Tocha, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de N. S.ª das Neves, de Midões, conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Cadaval Cimeiro e Cadaval Fundeiro. Duas povoações na freg. do Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Cadaval Grande e Pequeno. Duas povoações na freg. do Espirito Santo, de Furadouro, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra.

Cadavão. Pov. na freg. de S. Pedro, de Villar do Paraizo, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Cadaveira. Logar na freg. de S. Francisco, de Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Pedro, de Vallongo, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Cadaveira de Baixo e de Cima. Dois logares na freg. do Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Cadaveiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Alva e conc. d'Aljezur, distr. de Faro.

Cadavosa. Pov. na freg. de S. Thiago, de Cossourado, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Cadavoso. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto e conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Cadeade. Pov. na freg. do Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Cadeade de Baixo e de Cima. Dois logares na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto.

Cadeado. Pov. na freg. de S. Verissimo, de Lagares, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr de Evora.

Cadeia. Casa de prisão ou de detenção, edificio onde se guardam os criminosos ou os suspeitos de crime. Em todas as comarcas ha cadeias, mais ou menos razoaveis, sendo algumas annexas aos edificios dos tribunaes, outras isoladas. Em Lisboa temos o Limoeiro, antigo e historico Paço da Moeda Nova. Foi n'este palacio que o Mestre d'Aviz matou o conde de Andeiro (V. *este nome*). El-rei D. Manuel transformou estes paços em Casa da Supplicação e cadeia civil. O terremoto de 1755 arruinou consideravelmente esse edificio, que o marquez de Pombal reedificou, dando-lhe um plano proprio para a cadeia principal da Côrte. (V. *Lisboa*). A Relação do Porto é hoje a mais importante, pela sua vastidão e construcção, apezar de nada ter de notavel sob o ponto de vista architectonico. Até á epoca do dominio hespanhol, o Porto não teve nunca uma cadeia em local fixo. Em 1456 era no antigo hospital dos palmeiros; em 1461 junto á torre do bispo, á Sé; em 1583 começou a construir-se a cadeia da Relação, por ordem de Filippe I, de Portugal, no campo do Olival, hoje Campo dos Martyres da Patria. Este edificio era muito acanhado, e pouco passou dos alicerces. Em 1630, mandou concluir estas obras o regedor das justiças e governador das armas do Porto, Diogo Lopes de Sousa, 2.º conde de Miranda. A cadeia era de exiguas dimensões, sem capacidade para a retenção dos criminosos do districto. No seculo XVIII, sendo então nomeado regedor das justiças João d'Almada e Mello, a cadeia foi demolida, e lançou-se a primeira pedra no actual edificio, em janeiro de 1765 (V. *Porto*). Em Lisboa havia, além das cadeias do concelho e da Côrte, o *tronco* ou cadeia da cidade, prisão puramente municipal, especie de casa de detenção. Aqui se espiavam os pequenos delictos e as penas comminadas pelo senado; na cadeia cumpriam-se as penas de maior gravidade e as ordenadas pelas justiças d'el-rei. O *tronco* durou até D. Sebastião, em cujo reinado as duas prisões se fundiram. Por alvará de 26 de outubro de 1559 foi determinado que a Universidade de Coimbra pudesse ter uma cadeia apartada para os estudantes, officiaes e mais pessoas da jurisdicção do reitor e do conservador Na mesma cidade havia outras cadeias, taes como a do Castello e a da Portagem. Em 1592 foi lançada uma finta para se fazer a *cadeia nova*. Para esta obra se expropriaram por 950$000 réis umas casas a Jorge Vaz Brandão, para cujo pagamento a carta regia de 18 de maio de 1603 concedeu á camara o prazo de cinco annos, dando fiança por precatoria do juiz dos contos. Em 1695 o carcereiro tinha de ordenado annual 20$000 réis, conforme a prov. do Desembargo do Paço de 4 de março de 1695. A cadeia da Portagem foi melhorada em 1751. Em 1835 a camara de Coimbra, entre outros edificios das ordens religiosas cuja propriedade pediu ás Côrtes, indicou o do Collegio da Estrella para cadeia, o que lhe foi concedido. Um aviso do Conselho da Guerra de 18 de setembro de 1781 mandou que nas cadeias publicas do reino se recebessem todos os que fôssem mandados por quem tinha jurisdicção de prender.

Cadeia. Pov. na freg. de Nicolau e conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Cadeira *(Ribeira da).* Fica no distr. de Beja. Desagua no rio Guadiana, depois d'um curso de 25 k., proximo da villa de Serpa.

Cadeirão. Logar na freg. de S. Nicolau, de Valles. conc. de Valle Passos, districto de Villa Real.

Cadeiras. Logar na freg. de S. Lourenço, de Pias, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Cadeireiros. Pov. na freg. de Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, distr. de Faro.

Cadeirinha. Liteira para uma pessoa ser conduzida, ordinariamente por dois homens. As cadeirinhas usavam-se com dois braços ou com um só, mas todas fechadas com cortinas, e eram de *rebuço;* outras com vidraça na frente, cortinas ou postigos pelos lados, encosto de madeira, e eram mais trabalhadas, e diziam-se *cadeiras de arruar.* Estas ultimas usavam-se depois para conduzir pessoas doentes.

Cadella. Pov. na freg. de S. Thiago, de Lobão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. ‖ Serra na prov. do Douro, d'onde sáem os braços chamados: Açôres, Santa Iria, Santa Justa e Pena-Porta. E' cortada de varios rios e regatos, muito elevada, e em grande parte coberta de penedias e mattagaes, em que n'outro tempo appareciam lobos e porcos bravos, porém hoje apenas se vê caça miuda. N'esta serra ha varias povoações e as freguezias de Melres, Aguiar de Sousa, S. Martinho do Campo, etc.

Cadem. Pov. na freg. de S. Pedro, de Calvello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. ‖ Logar na freg. de Santa Marinha, de Annaes, do mesmo conc. e districto.

Cadema. Casal na freg. de S. Miguel, de Cardozas, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa ‖ Herdade na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de V. N. da Baronia, conc. de Alvito, distr. de Beja.

Cadet *(Diogo Baptista dos Santos).* Cirurgião do Hospital de S. José, para onde foi nomeado sem vencimento em 1827, passando a ter ordenado em 16 de julho de 1829. Tendo-se despedido em 15 de março de 1830 foi novamente nomeado cirurgião extraordinario do hospital a 17 de fevereiro de 1835. Em 1849 passou a director do banco, e a cirurgião effectivo em 13 de fevereiro de 1850. Falleceu a 5 de junho de 1872. Publicou alguns artigos em jornaes de medicina. Em tempo assignava-se Prego em vez de Cadet.

Cadet *(D. Maria Rita Chiappe).* Escriptora e poetisa, natural da provincia do Alemtejo, fal. em Lisboa a 5 de dezembro de 1885. Exerceu por alguns annos o magisterio primario, leccionando tambem a lingua franceza. Depois, por motivo de doença, e por se vêr já adeantada em annos, arranjou collocação na antiga livraria de madame Lallemant, como gerente, e ali passou o resto da vida. Publicou em diversos jornaes de Lisboa algumas das suas poesias, que reuniu depois em volume. Escreveu: *Versos, dedicados á ex.ma sr.a D. Joanna Gil Borgia de Macedo,* Lisboa, 1870; *Sorrisos e lagrimas, poesias dedicadas a madame De Gerando,* 1875; ambos estes livros trazem o retrato da autora; *Flôres da infancia, contos e poesias moraes, approvados para uso das escolas; Os contos da mamã;* estes dois livros não trazem a data da publicação; *Que amor de creança,* traducção, entrou na collecção *Bibliotheca illustrada; A casa do saltimbanco,* traducção, tambem referida collecção; *Theatro das creanças,* serie de comedias e outras producções destinadas a recitas nas salas. Publicaram se 11 numeros, desde 1883 a 1885; 1.º *Uma idéa de Clotilde,* 1 acto; 2.º *A boneca,* 1 acto; *Dia de annos da mamã,* dialogo; 3.º *O primeiro baile,* monologo; *O segredo da Gabriella,* 1 acto; 4.º *A mascarada infantil,* 1 acto; *Um dia de annos,* monologo: 5.º *As fadas improvisadas,* 1 acto; *A vingança de Mathilde,* dialogo; 6.º *Preguiça e mentira,* 1 acto; *Nem todas as verdades se dizem,* monologo; 7.º *O segredo de Helena,* monologo em verso; *A cegueira maternal,* 1 acto; 8.º *Os caprichos de Luizinho,* 1 acto, *Quem compra Gallinhas?* monologo; 9.º *O lunch na quinta,* 1 acto; *A voz da consciencia;* 1 acto; 10.º *O ultimo dia de ferias,* 1 acto; *A' espera da priminha,* monologo; 11.º *A recreação malograda,* extracto em verso. Todos estes livros fôram impressos na typographia Lallemant, exceptuando o intitulado *Versos,* que se imprimiu na typographia de Castro Irmão.

D. Maria Rita Chiappe Cadet

Cadete. Qualquer dos filhos segundos d'um morgado ou pessoa nobre ou titular. ‖ Classe privilegiada das praças de pret no exercito, que foi creada por alvará de 16 de março de 1757, e segundo diz esse documento, com o fim de poderem os nobres instruir-se praticamente no serviço dos postos inferiores da milicia. Para ser admittido como cadete, tinha o pretendente de provar que, por seus paes e quatro avós, descendia de notoria nobreza; esta formalidade era dispensada aos que tivessem o foro de moço fidalgo, fôssem filhos de officiaes militares das tropas pagas da patente de sargento-mór pelo menos, ou filhos de mestres de campo dos terços auxiliares e das ordenanças. Feitas as devidas provas, o coronel mandava formar o regimento, e apresentando o novo cadete ordenava a todos os officiaes e soldados que o reconhecessem como tal, e observassem as distincções que lhe competiam. Os cadetes tinham o privilegio de usarem nos uniformes as mesmas divisas que traziam os officiaes, entrarem em casa do general e onde se encontrassem os officiaes de patente, de se sentarem e se cobrirem quando os officiaes estivessem sentados ou com a cabeça coberta; não eram obrigados a usar bigode, sendo sempre dispensados de fazerem guardas e sentinellas ás cavallariças. O alvará de 1757 limitava o numero dos cadetes a tres em cada companhia, e estabelecia que ninguem fôsse admittido com menos de 15 annos de edade nem mais de 20, mas em 1797 fôram alteradas estas disposições, permittindo-se a entrada a todos os nobres sem attenção ao numero ou excesso de edade. A classe de cadetes foi extincta em 1832, ficando substituida, por decreto

de 30 de novembro do referido anno, pelos aspirantes a official, que já não precisavam provar nobreza de nascimento, mas sim outras qualidades, estudos, etc. V. *Aspirante*.

Cadete *(Quinta do)*. Na freg. de Santo Antonio e conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora.

Cadicão *(Casal do)*. Na freg. do Espirito Santo, de Paradella, conc. de Taboaço, distr. de Vizeu.

Cadiém. Pov. na India, da prov. de Satary, com. de Bardez, arceb. de Gôa.

Cadilhe. Pov. na freg. de S. Thiago, de Amorim, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto.

Cadima. Villa e freg. de N. S.ª do O', da prov. do Douro, conc. e com. de Cantanhede, distr. e bisp. de Coimbra; 4183 hab. e 1:029 fog. Tem est. post. permutando malas com a R. A. N; escola do sexo masc., medico, agencias bancarias do *Banco Alliança do Porto* e *J. M. Fernandes & C.ª*, da *Commercial de Lisboa* e da *Commercial do Porto*; associação de soccorros mutuos *Beneficente de Cadima*. Feira em todos os domingos, e no dia 13 de cada mez. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie. Foi séde de concelho que se supprimiu em 24 de outubro de 1855. Era da Corôa. A Universidade de Coimbra apresentava o vigario, por concurso, o qual tinha de rendimento 40$000 réis e o pé d'altar. D. Manuel lhe deu foral em Lisboa, a 23 de agosto de 1514. A povoação é muito antiga; parece que já existia no tempo dos romanos. Em 1219 era freguezia, sendo a egreja dedicada a Santa Maria, depois a S. Vicente, e por ultimo N. S.ª do O', que actualmente conserva. Quando era concelho, tinha juiz ordinario e camara, estando sujeita no crime a Montemór-o-Velho, e no civel ao ouvidor da Universidade. A terra é muito fertil; pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 7 com a séde em Leiria.

Cadimas. Pov. na freg. de S. Pedro, de Povolide, conc. e distr. de Vizeu.

Cadimes. Pov. na freg. de S. Martinho, de Soalhães, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Cadimo. Operario habil no seu officio, ou que usava continuamente d'elle. Por extensão se designava assim tambem ao ladrão velho e dextro na arte de furtar. Uma carta de D. Affonso V para a camara de Santarem, em 1455, manda soltar umas *padeiras cadimas, que continuadamente amaçavom pam*. No seculo XVI o Dezembargo do Paço concedia certos privilegios aos officiaes mechanicos que fôssem cadimos nos seus officios. Entre esses privilegios distinguia-se o de suas viuvas, ou herdeiros, poderem vender ao miudo durante um ou dois annos os productos que da sua industria tivessem manufacturado.

Cadinha. Pov. na freg. de S. Thiago, de Lourosa, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Cadinho. Pov. na freg. de S. Pedro, de Soutello, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Cadoços. Logar na freg. de N. S.ª da Alva e conc. de Aljezur, distr. de Faro. || Logar na freg. de S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, districto de Lisboa.

Cadoi. Pov. na freg. do Salvador, de Tebosa, conc. e distr. de Braga.

Cadolim. Pov. na India, da prov., distr. e com. do Bardez, arceb. de Gôa.

Cadoly. Aldeia pertencente á divisão de Uply-Pahw, ao sul do rio Sandalcalo, no concelho de Nagar-Avely, districto de Damão, na India.

Cadorcas. Pov. na freg. de Santo André, de Guilhadezes, conc. de Arcos de Valle-de Vez, distr. de Vianna do Castello.

Cadornega *(Antonio de Oliveira)*. Capitão reformado. Natural de Villa Viçosa. Era filho de Antonio Cadornega de Oliveira, fidalgo da Casa Real, e creado na Casa dos duques de Bragança, como haviam sido os seus ascendentes. Acompanhou a Angola o governador Pedro Cesar de Menezes em 1639, tomando parte com grande valor na guerra com os hollandezes, tendo o posto de alferes, e depois o de capitão, em que se reformou. Continuando a viver em Loanda até 1690, alcançou vasta noticia d'esta região africana, e escreveu os seguintes livros que deixou ineditos: *Historia Geral da guerra de Angola*, 3 tom.; *Historia de todas as cousas, que succederam em Angola no tempo dos governadores, que a governaram depois da guerra até D. João de Lancastro*, 4 tom.; *Compendio da expugnação do Reyno de Bengela, e das terras adjacentes*. Estes manuscriptos estavam na livraria do conde da Ericeira. *Da Historia das guerras angolanas* conservam-se algumas copias, existindo o 1.º e 2.º tomos na antiga bibliotheca dos marquezes de Alegrete, hoje dos srs. condes de Tarouca, só o 1.º na da Academia Real das Sciencias, e o 3.º na de Evora. A revista *Portugal em Africa* começou a publicar esta obra em 1900, por copia d'um manuscripto existente na bibliotheca de Paris. Cadornega escreveu tambem: *Descripção da sua patria Villa Viçosa, acabada no anno de 1683, dedicada ao conde da Ericeira D. Luiz de Menezes*. Este manuscripto existe na Academia Real das Sciencias.

Cadouceiro *(Casal do)*. Na freg. de S. Sebastião, de Meda de Mouros, conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Cadouço. Pov. na freg. de S. Thiago, de Juncaes, conc. de Fornos d'Algodres, distr. da Guarda. (V. *Juncaes*). Pertencia antes de 1898 á freg. de N. S.ª do Rosario, de Mesquitella, conc. de Celorico da Beira. || Pov. na freg. de S. Vicente, de Aljubarrota, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Canavezes, conc. de Valle Passos, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Midões, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Mamede, de Ventosa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de Santa Maria Magdalena, de Alcobertas, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || Logar na freg. de N. S.ª da Piedade e conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Cadouços *(Casal dos)*. Na freg. de Santa Justa, conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Cadracheira. Pov. na freg. de S. Romão, de Ucha, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Cadraço. Pov na freg. de N. S.ª dos Milagres. de Guardão, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Cadriceira. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Turcifal, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Caducas *(Casal das)*. Na freg. de Santa Ce-

cilia, de Abrunhosa Velha, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Cae Logo. Logar na freg. do Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de Santa Margarida do Sadão, conc. de Ferreira, distr. de Beja. || Monte na freg. do Salvador, de Ourique, distr. de Beja.

Caedo *(Quinta do)*. Na freg. de S. Vicente, de Ervedosa do Douro, conc. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu.

Caeira. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Logar na freg. de N. S.ª da Esperança, de Paderne, conc. de Albufeira, distr. de Faro. || Herdade na freg. de N. S.ª da Natividade, de Safira, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Monte na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Vimieiro, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Caeira Grande e **Caeira Vermelha.** Duas herdades na freg. de Santa Suzana, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Caeiras. Pov. na freg. de S. Thiago do Escoural, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Caeirinha. Herdade na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cabrella, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Herdade na freg. de Santa Suzana, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Vimieiro, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Caeirinha da Estrada. Logar na freg. de Santa Suzana, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Caeiro *(Padre Francisco)*. Jesuita. N. em S. Pedro de Carval a 23 de agosto de 1669, fal. em Roma a 11 de fevereiro de 1721. Era filho de João Pinto e de Maria Caeira. Entrou para a Companhia de Jesus, no noviciado de Lisboa, a 4 de maio de 1686. Frequentou com distincção humanidades e philosophia na Universidade de Evora, e foi professor de humanidades no collegio de Santo Antão. Indo depois a Roma, na qualidade de revisor de livros da Companhia, ali falleceu. Escreveu em latim um livro, intitulado: *Opusculum morale de bulla cruciata lusitana, et de monitoria*, que se imprimiu em Evora no anno de 1718.

Caeiro *(Padre José)* Jesuita. N. em Reguengos de Monsaraz a 14 de abril de 1712, fal. em Roma em 1791. Era filho de Gonçalo Correia e de Domingas Fernandes. Entrou na Companhia de Jesus no collegio de Evora, a 23 de maio de 1726, onde foi lente de humanidades, por ser muito perito na lingua latina e nos preceitos da oratoria. Quando o bispo do Porto, D. Fr. José Maria da Fonseca, visitou Evora em 1741, recitou um panegyrico em latim, o qual se publicou n'esta cidade no referido anno de 1741. Em 1759 foi deportado para Italia, e ali se demorou até fallecer. Publicou ainda outras obras em latim.

Caeiro. Casal na freg. de Sant'Anna, da Carnota, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de Santo Antonio e conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora.

Caeiro de Baixo e de Cima. Dois logares na freg. do Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Caeiros. Pov. na freg. de Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cercal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa || Logar na freg. de N. S.ª da Piedade, de Odeceixe, conc. de Aljezur, distr. de Faro. || Aldeia na freg. de S. Marcos, de Campo, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora || Monte na freg. de N. S.ª da Alva e conc. d'Aljezur, distr. de Faro. || Monte na freg. de S. Luiz, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Theotonio, do mesmo conc. e distr. || Monte na freg. de Santa Catharina, de Valle de S. Thiago, do mesmo conc. e districto.

Caes. Pov. na freg. de S. Martinho, de Freixieiro de Soutello, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Santa Maria dos Anjos e conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de N. S.ª dos Milagres, de Vieira, conc. e distr. de Leiria.

Caes do Carregado. V. *Valla do Carregado.*

Caes do Cerejo. Logar na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Gouvães do Douro, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real.

Caes do Cordeiro. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição e concelho de Mação, districto de Santarem.

Caes do Loureiro. Logar na freg. de S. João Baptista, de Castedo, conc. de Alijó, distr. de Villa Real.

Caes Novo. Pov. no freg. de S. Sebastião, de Darque, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Caes do Pico. Pov. na ilha do Pico, na freg. e conc. de S. Roque, distr. de Horta. Houve n'esta pov. um convento de franciscanos.

Cães. Logar na freg. de Santa Maria, de Infias, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Nome que se dá a umas pequenas ilhas de areia no Algarve, defronte de Faro.

Cães de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Julião e conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Caetano *(Fr. Antonio)*. Religioso da ordem dos carmelitas calçados. Natural de Coimbra, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de Alvaro Gomes de Carvalho e de D. Anna Maria Josepha da Costa. Foi collegial do Collegio de Coimbra, e professou a 6 de julho de 1732. Escreveu: *Theatro critico universal, ou discursos varios em todo o genero de materias, para desengano de erros communs. Composto na lingua hespanhola pelo reverendissimo P. M. Fr. Bento Jeronymo Feijó*, etc. *Abreviado e traduzido na lingua portugueza*, Coimbra, 1746, 2 tomos. Estes volumes saíram com o nome de Jacinto Onofro e Anta.

Caetano *(José)*. Professor de grammatica em Lisboa. N. na quinta das Machadas, termo da villa de Palmella, a 9 d'abril de 1690; ignora-se a data do fallecimento. Era filho natural do dr. Antonio Luiz de Tavora, juiz de fóra de Olivença. Estudou os principios de grammatica em Arronches, e depois em Setubal. Foi muito perito em Theologia e Direito Civil. Nos annos seguintes ao terremoto de 1755 tinha aula proximo da egreja dos Martyres, na antiga rua da Figueira, hoje rua Anchieta. Escreveu: *Modo facil para ensinar a construir e verter em bom romance e lingua portugueza quaesquer periodos escriptos em latim*, Lisboa, 1751; teve a 2.ª edição augmentada pelo autor, em 1753; *Syntaxinha Ericeiriana*,

para uso dos srs. D. Fernando e D. Henrique de Menezes, filhos do sr. D. Luiz Carlos de Menezes, conde da Ericcira, Lisboa, 1740; outra edição em 1742; *Praxe syntaxistica, com algumas observações sobre o Promptuario do P. Antonio Franco, e uma syntaxe latino-lusitanica*, etc., Lisboa, 1735; saiu com o pseudonymo de P. Bento Verjus; *Regra dos generos dos nomes, e definições dos accidentes com os succintos exemplares das cinco declinações, e algumas advertencias*, Lisboa, 1743; *Escola Thomistica defendida das criminosas injurias com que os anti-sigillistas a pretendiam affirmar patrocinadora de seus erros; e alguns auctores sem maduro exame entenderam menos bem a doutrina do mestre angelico S. Thomás de Aquino, tudo composto em fórma de uma carta mandada d'esta corte á villa de Setubal*, Lisboa, 1749; *Censura politica e catholica sobre o papel intitulado: «Resposta a uma carta que certo cavalleiro escreveu a um seu affeiçoado austriaco, querendo saber se a principe Carlos havia repassado o Rheno»*, Lisboa, 1745; *Contestação da calumniosa accusação com que o auctor do «Verdadeiro methodo de estudar» accusa a nação portugueza de pronunciar menos bem diversos vocabulos latinos*, Lisboa, 1751; *Juizo grammatical, ou primeira audiencia feita na casinha da almotaceria... em 24 de março de 1754, pelo almotacel da semana*, etc., Lisboa, 1754; saiu anonymo; *Segunda audiencia*, etc., Lisboa, 1755; *Carta de um velho honrado a um sobrinho seu, que o consultara, etc.*, Lisboa 1755; este opusculo e o antecedente saíram anonymos, e tinham por fim a refutação do *Novo Methodo da Grammatica Latina* do P. Antonio Pereira, o qual respondeu ás criticas ou censuras que se lhe faziam nas notas da 2.ª edição da sua *Collecção de palavras familiares*. N'esta mesma epoca e sobre igual assumpto appareceram alguns opusculos d'outros autores. José Caetano escreveu mais: *Cobra escondida na relva da astucia feminina, e descoberta em uma elegia latina, com a versão de Joseph de Coimbra*, Lisboa, 1754; *Syntaxe natural, chamada antes «Syntaxinha Ericeiriana» accrescentada n'esta terceira edição com muitas regras, e um elenco das do P. Manuel Alvares*, Lisboa, 1757; *Alvarista defendido, Dialogo entre Lucas e Pascoal, cégos; no qual .. se convencem as... futeis hypophoras com que se queria diminuir a fama ao doutissimo P. Manuel Alvares... negando á sua Arte a primazia entre todas as que se acham impressas*, Lisboa, 1757; *Additamento ao Alvarista defendido*, Lisboa, 1757. José Caetano publicou tambem alguns livros em latim, e deixou manuscriptos, cujos titulos se pódem ler a pag. 836 do 2.º vol. da *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado.

Caetano *(Fr. José)*. Religioso da ordem de S. Jeronymo, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra e conceituado latinista. N. em Lisboa em 1670, fal. no collegio de Coimbra a 20 de março de 1746. Era filho de Francisco Viegas de Lima, e de D. Maria dos Santos. Professou no convento de Santa Maria de Belem a 5 de junho de 1691. Foi prégador muito afamado, reitor do seu collegio de Coimbra, visitador geral da congregação, qualificador do Santo Officio, examinador synodal do bispado de Coimbra, e academico supranumerario da Academia Real de Historia Portugueza, para que foi eleito em 1731. Publicou um sermão e algumas obras theologicas em latim, e deixou bastantes manuscriptos, que se conservavam no collegio de S. Jeronymo, de Coimbra. Quando a Universidade de Paris escreveu á de Coimbra uma carta consultando a sobre a bulla *Unigenitus*, foi fr. José Caetano o encarregado de lhe responder; tambem escreveu ao papa uma carta em latim, pedindo-lhe a beatificação dos infantes D. Affonso Sanches e D. Thereza Martins.

Caetano *(Fr. José)*. Religioso carmelita, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa a 27 de abril de 1717; ignora se a data do fallecimento. Era filho de Manuel dos Santos Pinheiro, e de Maria de Jesus. Professou no convento do Carmo de Lisboa a 30 de abril de 1732. Estudou as sciencias escolasticas, doutorando-se depois em 1740. Publicou tres sermões: um em acção de graças pelas melhoras de D. João V, em 1742; outro deprecativo á rainha Santa Izabel, n'uma festa no convento de Santa Clara de Coimbra, pela continuação das melhoras do referido monarcha, em 1745; e outro de S. Luiz, rei de França, em 1746.

Caetano *(Fr. José de Jesus Maria)*. Prior provincial da ordem dos dominicanos, que viveu no seculo XVIII. Escreveu: *Patente exhortatoria que o prior provincial da ordem dos prégadores dirige a todos os seus subditos, que habitam n'este reino e seus estados*, Lisboa, 1765. No vol. XIII do *Diccionario bibliographico*, diz-se que é uma diatribe contra os jesuitas, e especialmente contra uns livrinhos que corriam com o titulo de *Devoções ao Santissimo Sacramento*, fazendo tambem a apologia do governo de el-rei D. José e da administração do seu ministro.

Caetanos *(Casal dos)*. Na freg. de S. Nicolau, conc. e distr. de Santarem.

Cafaras. Reino de gentios da margem esquerda do rio de S. Domingos, no distr. da Guiné, Africa Occidental.

Cáfaros. Pov. na freg de Santa Maria, de Gavea, concelho de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Cafarro. Logar na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Samora Correia, conc. de Benavente, distr. de Santarem.

Café. A etymologia arabe de *cahué*, vinho, dada a esta bebida e o nome scientifico de *coffea arabica*, que tem a planta do café de cujo fructo ou semente se faz a infusão, parecem indicar que este arbusto é originario da Arabia, dando-se na Abyssinia e em toda a Africa Equatorial, d'onde teria sido transportado no seculo XIV ou XV para o norte do continente africano, espalhando-se a sua cultura progressivamente á India e á America. Os arabes conheciam já o café e as suas propriedades no seculo IX, porém as indicações historicas, ácerca do seu uso, são muito duvidosas. A cultura do cafezeiro no Brazil principiou no Amazonas pelos meados do seculo XVIII, e d'ahi seguiu-se ao Maranhão e Pará. Em 1774 iniciou-se no Rio, sendo governador Gomes Freire de Andrade, esta cultura, que se tornou uma das mais importantes do Brazil. Por decreto de 24 de julho de 1743 foi prohibido dar despacho ao café não vindo do Maranhão e em navios portuguezes. Por decreto de 4 de maio de 1761 foi isento do pagamento de direitos o café das possessões portuguezas. Em Cabo Verde foi introduzida a cultura do cafezeiro no anno de 1790

começando por S. Nicolau, seguindo por S. Thiago e Santo Antão. Em Angola o cafezeiro é espontaneo; a sua cultura regular data de ha cincoenta annos; os cafezaes mais afamados são os de Goluugo Alto e Cazengo. São apreciados estes cafés e ainda os de S. Thomé e de Timor. || || Botequim, loja para se tomar o café e outras bebidas. Em Lisboa, pelo anno de 1777, havia dois botequins conhecidos, o de *Marcos Filippe*, no Pelourinho e o do *Casaca*, junto a S. Julião. Alguns adquiriram celebridade, como o de *Nicola*, frequentado por Bocage, o *Marrare* e o *Martinho*, que ainda existem. No Porto citam-se os cafés do *Pepino* e a *Aguia d'Oiro*.

Café. Monte situado na parte N. da ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Caféde. Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. da Beira Baixa, concelho, com. e distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 299 hab. Tem correio com serviço posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada n'um alto, d'onde se vê Castello Branco, e muitas povoações Era da Corôa. O vigario da freg. de S. Miguel, de Castello Branco, apresentava o cura, que tinha diversos generos. Passa aqui o rio Ocréza e a ribeira de Cafede. A freg. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, concelho e districto de Castello Branco.

Cafêo *(Herdade do)*. Na freg. de N. S.ª da Natividade, de Machede, conc. e distr. de Evora.

Cafima. Territorio situado a E do rio Cunene, no distr. e com. de Mossamedes, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental. E' limitado ao N pelas terras do gentio handa, a E pelas do mucuancallas, ao S pelas do Quanhama, e a O pelo rio Cunene.

Cafimba. Pov. do reino de Cabinda, no Congo, Africa Occidental, no litoral, a 44 k. ao N do rio Zaire.

Cafini. Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Cafiz. V. *Cahiz.*

Cafué. Rio affluente da margem esquerda do Zambeze, no qual se lança a 155 k. ao O da villa do Zumbo, Africa Austral. Das informações dadas por Livingston, que explorou uma parte do seu curso inferior, pelos enviados de Silva Porto que o reconheceram no seu curso médio, e depois por Capello e Ivens, que lhe determinaram as nascentes, deprehende-se que o rio nasce na Garanganja, aproximadamente por 11° 30′ lat. S e 36° 28′ long. E, e que correndo primeiro para o S até ao parallelo de 14° muda n'esta altura de direcção, descrevendo uma grande curva com a convexidade voltada para O e que vae terminar no parallelo de 16° depois de ter atravessado a região habitada pelos machulumbes, correndo em seguida para E até á sua foz. O curso assim determinado é aproximadamente de 900 k., navegaveis na sua maior parte, sendo apenas a navegação interrompida por uma pequena cachoeira que ha a pouca distancia para montante da foz. No curso superior e médio o rio tem o nome de Loengue, recebendo sómente o de Cafué ou Cafucué no curso inferior.

Cafuma. Pov. da margem esquerda do rio Quáquá, no distr. e com. de Quelimane, prov. e bisp. de Moçambique, Africa Oriental.

Cagaço *(Monte do)*. Na freg. de N. S.ª das Neves, conc. e distr. de Beja.

Cágado *(Herdade do)*. Na freg. de N. S.ª da Graça, de Cano, concelho de Souzel, districto de Portalegre.

Cágados. Pov. na freg. de S. Pedro, de Alhadas, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Monte na freg. de S. Marcos, de Campo, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora.

Cagandé. Pov. de gentios bagas, Africa Occidental, a E da pov. Benar e na margem esquerda do rio Nuno, no distr. de Guiné.

Gaganitas. Pov. na freg. de S. José de S. Lazaro, conc. e distr. de Braga.

Cagarata *(Quinta da)*. Na freg de S. João Baptista, de S. João da Ribeira, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

Cagarra. Ilha do archipelago de Bijagós, da costa da Guiné, Africa Occidental, situada a E da ilha Ave Grande ou Nhoço e a O da costa dos gentios nalús. Tambem é chamada *Cagnabac* ou *Canabac*.

Cagarrão *(Monte do)*. Na freg. do Salvador e conc. de Odemira, distr. de Beja

Cagarras *(Herdade do)*. Na freg. de Santo Antonio, de Alcorrego, conc. de Aviz, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de N. S.ª d'Annunciação, de Famalicão, conc. e distr. da Guarda.

Cagavaio *(Casal do)*. Na freg. de N. S.ª da Graça, de Villa da Egreja, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Cagia-Caumbungo. Pov. na prov. d'Angola distr. de Loanda, e territorio de Quissama.

Cagida. Logar na freg. de N. S.ª do Pranto, de Dornes, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Cagide. Pov. na freg. de S. Martinho, de Ovoa, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S. Paio e conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Cagil. Pov. na freg. de S. Salvador, de Touvedo, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Caginregi. Rio do sertão de Angola, Africa Occidental. Tem varios confluentes. Foi passado em canôa pela expedição portugueza, que, partindo de Angola em 1806 e atravessando o continente africano, chegou a Tete em 1811.

Cagnut. Pequeno rio da margem esquerda do Casamansa, no distr. da Guiné, Africa Occidental. E' tributario do Casamansa, e tem a foz muito estreita e dividida por dois baixos d'areia, cujo fundo é aproximadamente de um metro na baixamar. E' apenas navegavel para embarcações pequenas.

Cagunça *(Quinta do)*. Na freguezia de N. S.ª d'Assumpção, de Senhorim, conc. de Nellas, distr. de Vizeu.

Cahenda. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Caheto. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. e bisp. d'Angola, Africa Occidental.

Cahida *(Quinta da)*. Na freg. de Santa Catharina, de Arcas, conc. de Macedo de Cavalleiros, distr. de Bragança.

Cahide ou **Caide.** Logar na freg. de S. João Baptista, de Gondar, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Pedro, de Pedo-

me, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, districto de Vianna do Castello. || Estação do caminho de ferro do Douro, entre o apeadeiro de Meiuedo e a estação de Villa Meã.

Cahide de Rei. Pov. e freg. de S Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Louzada, distr. e bisp. do Porto; 1:013 hab. e 271 fog. Tem est. post. com serviço de posta rural, e permutando malas com Louzada. A pov. dista 7 k. da séde do conc. Até ao anno de 1855 foi da comarca de Amarante e do conc. de Santa Cruz de Riba Tamega, e pela supressão d'este conc. passou para o de Louzada. O reitor era apresentado pelos condes de Obidos, tinha o rendimento de 100$000 réis e o pé d'altar. A terra é muito fertil; cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 20, com a séde em Amarante.

Cahiz. Medida de cereaes, antigamente usada e tambem mencionada nos documentos por *cafiz*. Viterbo, no seu *Elucidario*, escreve que havia o *cahiz grande*, que tinha 16 alqueires, e o *pequeno*, que tinha 8. Acham-se nos documentos do seculo XIII.

Caia ou **Caya.** Pov. e freg. de N. S.ª da Encarnação, da prov. do Alemtejo, concelho e com. d'Elvas, distr. de Portalegre, arceb. de Evora. A pov. dista 13 k da séde do conc. e está situada n'uma elevação, d'onde se vê Campo Maior a 6 k, e Badajoz a 15. O cura era da apresentação do bispo d'Elvas. A terra é muito fertil, sobretudo em trigo e cevada. N'esta freg. ha tres atalaias, chamadas da Mexia, de Marvão e de Segovia, e é regada pelos rios Caia e Caiolla, e pelos ribeiros do Rico e do Judeu, juntando-se todos ao Caia. A freg. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 22, com a séde em Abrantes. Está annexa a outra, tambem do mesmo nome, cujo orago é N. S.ª da Lentisca, de que os castelhanos arrazaram a egreja em 1705, que foi depois reedificada. Esteve muitos annos independente. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Urra, conc. e distr. de Portalegre; tambem lhe dão o nome de *Nave Longa*. || Monte na freg. de N. S.ª da Expectação e conc. de Campo Maior, distr. de Portalegre. || Rio da prov. do Alemtejo. Nasce na serra de S. Mamede, freg. de S. Gregorio, corre perto de Alegrete, passa por Arronches e pela freg. de Caia, que lhe dá o nome, atravessa varias estradas e a linha ferrea de Léste, e vae desaguar no rio Guadiana, junto da freg. de Santo Ildefonso, com um curso de 70 k. Desde da freguezia de Caia até á sua foz, separa Portugal de Hespanha. A 3 k. de Campo Maior, proximo a Badajoz, está lançada a *Ponte de Caia*, onde se fazia entrega das pessoas reaes de Portugal e Hespanha, que mudavam d'um para outro d'estes dois reinos, por casamento. || Prazo do distr. de Sena, prov. de Moçambique, Africa Oriental, a S E da villa de Sena e na margem direita do Zambeze, entre este rio e o Zangua, seu confluente. Tem 25 k. de comprimento e 15 de largura. Pertenceu aos jesuitas, que mandaram levantar uma egreja parochial da invocação de N. S.ª da Saude.

Caiada. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça dos Padrões, conc. de Almodovar, distr. de Beja. || Logar na freg. de S. Sebastião e conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de S. Luiz, conc de Odemira, districto de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça, de V. N. de Milfontes, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Caiadas. Pov. na ilha da Madeira, na freg. de N. S.ª da Luz, de Gaula, conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Almansil, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Logar na freg do Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Caiado ou **Cayado.** Appellido d'uma familia cujos individuos exerceram cargos importantes em Ponta Delgada Francisco Dias Caiado, cidadão da cidade do Porto, serviu de juiz e vereador em Ponta Delgada, quando villa. A sua descendencia encontra-se descripta nos nobiliarios, referida ao que diz o dr. Gaspar Fructuoso.

Caiado *(Henrique)*. Celebre latinista e jurisconsulto. N. em Lisboa no seculo XV, fal. em Bemfica em 1508, e foi mandado por seu pae a Italia estudar jurisprudencia na Universidade de Bolonha. Dedicou-se depois á cultura das letras, e entregou-se á poesia, em que se tornou muito considerado, merecendo os elogios dos grandes eruditos italianos do seu tempo. Passando o tempo n'este entretenimento, e em viagens pela Italia, gastando muito dinheiro, e descuidando-se dos estudos, desagradou de tal fórma a seu pae, que lhe suspendeu as mezadas. Henrique Caiado comtudo não se emendou, e foi preciso que el-rei D. Manuel lhe désse ordem positiva de estudar jurisprudencia, para que elle se resolvesse a matricular-se na Universidade de Padua. Sendo dotado de elevada intelligencia, facilmente se formou, adquirindo boa reputação como jurisconsulto, e voltou á patria precedido de grande fama. No entretanto, no primeiro logar para que eram precisas habilitações juridicas, D. Manuel preferiu nomear outro pretendente, de muito menor merito, e Henrique Caiado, deveras pezaroso, retirou-se a uma quinta que tinha em Bemfica, onde passou o resto da vida. Publicou um volume em latim, de *Eclogas, Sylvas e Epigrammas*, que o papa Alexandre VI tinha em muita consideração. Entre os seus poemas latinos ha um, que foi muito elogiado, em que elle lamenta a morte do poeta Angelo Policiano.

Caiado. Pov. na freg. de S. Clemente conc. de Loulé, distr. de Faro.

Caiado de Gamboa. Esta familia descende de Nuno Caiado de Gamboa, que veiu para Portugal em 1526. Todavia o primeiro individuo deste appellido de que se encontra menção é Affonso Martins Caiado, tenente de uma galé, que o conde D. Pedro, governador de Ceuta, mandou á tomada de Larache, um seculo antes de passar a Portugal o referido Caiado de Gamboa. Henrique Caiado, celebre latinista, tambem é anterior. As suas armas são, em campo vermelho elmo de prata guarnecido de ouro, entre um lobo de sua côr armado de ouro e um lebreu de prata com colleira azul, e um chefe de ouro com tres folhas de golfão de azul; por timbre o lobo do escudo.

Caibada. Pov. da jurisdicção do reino de Veimasse, na ilha de Timor, Oceania.

Caibra. Logar na freg. de S. João Baptista, de Silveiras, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Caicido. Pov. da jurisdicção do reino de Veimasse, da ilha de Timor, na Oceania.

Caicundi. Pov. do distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental, na margem direita do rio Zaire.

Cailaco. Oitavo distr. da prov. ou região dos Bellos, na ilha de Timor, Oceania. A pov. de Cailaco é a capital do distr. que se compõe dos seguintes reinos: Atessabé, Cailaco, Diribate, Leimeau ou Limiau e Mahubo. || Reino do oitavo distr. da prov. ou região dos Bellos, Oceania, no centro da ilha de Timor; fica a seis dias de jornada da cidade de Dilly, capital da prov. O regulo era feudatario da Corôa portugueza, á qual pagava tributo. A população orça por 36:000 habitantes. || Pov. e capital do distr. e reino do mesmo nome, na ilha de Timor, Oceania.

Caima. Rio na prov. do Douro. Nasce nos montes da Feiteira, freg. de Albergaria das Cabras, conc. de Arouca, de tres regatos, que brotam d'esta serra. No valle de Cambra tem tres pontes de pedra, e ali recebe muitos ribeiros, que o engrossam. As suas margens são em grande parte cultivadas e muito ferteis. O rio Caima morre na margem esquerda do Vouga, acima de Serem. V. *Albergaria a-Velha.*

Caimada. Ponta ou cabo na costa S da ilha de S. Jorge, do archipelago dos Açôres.

Caimau. Reino do primeiro distr. da prov. ou região dos Bellos, na ilha de Timor, Oceania. Fica a um dia de jornada da cidade de Dilly, capital da prov. e está situado no interior da ilha. Tem aproximadamente 8:000 habitantes.

Cainco. Pov. na margem esquerda do rio Cafué, no territorio dos Chuculompos, Africa Oriental, a O da prov. de Moçambique. Tambem é chamada *Cainta.*

Cainha. Pov. na freg. de S. Pedro, de Villar de Ferreiros, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || Quinta na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Cainhas. Pov. na freg. de Santa Maria, de Covas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Cainheiras. Pov. na freg. de Santa Maria, de Castro Laboreiro, concelho de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Cainho. Pov. na freg. de S. Pantaleão, de Cornes, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Cainhos de Baixo e de Cima. Dois logares na freg. de Santa Senhorinha, de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Caio. Logar na freg. de S. Pedro, conc. e distr. de Faro.

Caió. Pequeno reino de gentios papeis, situado na parte O da ilha de Jatta, da costa do distr. de Guiné, Africa Occidental. || Nome das tres ilhas ou ilhotas situadas a O da ilha de Jatta, Africa Occidental, separadas d'esta pelo esteiro ou rio Catharina. São cobertas de arvoredo, e servem de bahia aos que navegam por aquellas paragens. E' só uma habitada. || Nome do grupo maior das tres ilhas de Caió E' baixo e muito batido pelo mar tanto do lado do S como do de O, mas tem um desembarcadouro soffrivel na costa de E. || Confluente septentrional do rio Jatta, no distr. da Guiné, Africa Occidental. Nas suas margens ha plantações de mangues e aldeias de gentios. E' bastante largo e tem fundo sufficiente para navegarem escunas || Banco da costa do districto da Guiné, Africa Occidental, proximo das ilhas de Caió, e formado de dois parceis, um de areia lodacenta, situado a 6 k. da ilha de Caió, e outro chamado do Meio, a 9 k. da mesma ilha. Estes parceis estão separados por um canal, bastante estreito por vezes, com 15 a 18 metros de profundidade.

Caiolia. Rio do distr. de Portalegre; nasce proximo d'Elvas, passa pela estrada d'esta cidade para Campo Maior, e pela linha ferrea de E, onde tem pontes, e vae a affluir ao Caia com um curso de 10 kilometros.

Caionda. Pov. do distr. de Mossamedes, prov. de Angola, Africa Occidental, na serra de Chella, a 54 k. ao N O de Huilla.

Caiongo Pov. do conc. de Malange, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental, a 21 kilometros ao S O de Talla Mogougo.

Cairão. Pov. na freg. de S. Thiago, de Villa Garcia, conc. e distr. da Guarda.

Caires ou **Cayres**. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Amares, distr. de Braga; 722 hab. e 196 fog. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada na costa meridional do Monte de S. Pedro Fins, d'onde se desfructam bonitos pontos de vista. E' muito abundante de cereaes, legumes, hortaliças e fructas, vinho verde, azeite, etc. Era abbadia apresentada pelo arcebispo de Braga A egreja matriz dizem ser das melhores do concelho. A confraria do Sacramento, aqui estabelecida, foi a primeira que se creou no antigo conc. de Entre Homem e Cávado, datando a sua instituição de 21 de setembro de 1629. N'esta freguezia existem tres capellas; a do Senhor da Salvação, que antigamente era dedicada a S. Bento, mas que tem esta denominação desde 1843, anno em que se collocou aqui a imagem de Jesus Crucificado, que até então se conservava na egreja matriz; a de N. S.ª da Lapa, e a de Santo Antonio, construida em 1851, sendo estas duas ultimas capellas particulares. Ha tambem a antiga ermida de S. Pedro Fins, situada no cume do monte d'este nome, que serve de marco divisorio d'esta freguezia e da de S. Thiago de Caldellas. A ermida foi reconstruida e ampliada em 1869, fazendo-se-lhe então sacristia á custa d'um devoto e dos parochos das duas referidas freguezias. Caires pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8, com a séde em Braga. A E e S d'esta freg. passava uma das vias militares romanas, que de Braga iam a Astorga, e conhecida por *Estrada da Geira.*

Cairo. Monte na freg de N. S.ª d'Assumpção, de Collos, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. do Salvador, da mesma cidade, conc. e districto.

Cairos *(Casal dos)*. Na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Bordeira, conc. de Aljezur, distr. de Faro.

Cairuhi. Reino do segundo distr. da prov. ou região dos Bellos, na parte central da ilha de Timor, Oceania Faz parte do distr. e commando militar de Manatuto a E da ilha. || Pov. do reino do mesmo nome, na ilha de Timor, Oceania. Tambem se escreve *Cairui.*

Caixa. Pequena moeda decobre que corria antigamente na India. Nas Molucas, um pardau valia mil *caixas.* Moeda asiatica, que valia um real e meio. Segundo diz Fernão Mendes Pinto 1:200 *caixas* valiam um *cruzado.* Segundo Diogo do Couto a *caxa*, moeda de Tidore, valia 3 réis.

Caixa de aposentações. O decreto de 17 de julho de 1886 creou um fundo especial, para serem pagos os vencimentos aos empregados publicos, quando aposentados. Divide-se em Fundo do clero parochial, Fundo dos funccionarios civis, Fundo de instrucção primaria e Fundo da camara municipal de Lisboa. No paiz existem outras caixas de aposentações, sendo as mais importantes: Caixa de aposentações dos empregados dos Caminhos de Ferro do Estado, dos empregados dos Caminhos de Ferro da Beira Alta, dos empregados da Santa Casa da Misericordia do Porto; etc.

Caixa economica. Instituição destinada a guardar e capitalizar as pequenas economias dos depositantes, dando um juro modico. Datam dos meados do seculo XIX os esforços para em Portugal se implantarem estas utilissimas instituições, tendo em 1836 Agostinho José Freire publicado uma portaria com o seguinte preambulo: «Attendendo ás poderosas vantagens publicas e particulares que resultam dos estabelecimentos conhecidos pela denominação de montes de piedade e caixas economicas; e considerando quanto convém fazer ao menos uma diminuta experiencia para não continuarem a ser desconhecidas n'estes reinos tão beneficas instituições, as quaes, diminuindo os males da miseria, e augmentando a riqueza nacional, melhoram a moral publica, e produzem resultados da mais transcendente utilidade, etc.» Tão bons desejos não passaram, porém, do papel. Em 1839 reavivou a idéa Oliveira Marreca, apresentando ás camaras em sessão de 5 de julho de aquelle anno um projecto para a creação de caixas economicas. Ainda esta tentativa se mallogrou. Em 1844, devido á propaganda de Sebastião Ribeiro de Sá, fundou-se a «Caixa Economica de Lisboa». Na mesma epoca as companhias «União Commercial» e «Confiança» fundaram caixas economicas. As circumstancias politicas não tardaram a destruil-as. Duas caixas economicas se estabeleceram em Portugal, que são dignas de menção. Foi a primeira a «Caixa Economica de Angra do Heroismo», fundada a 3 de março de 1845. A outra é a «Caixa Economica de Aveiro» estabelecida em 1856. Ambas fôram instituidas por Nicolau Anastacio de Bettencourt (V. *este nome)*. A estas caixas economicas deve accrescentar-se a do «Monte-pio Geral» creada pela carta regia de 4 de janeiro de 1844, e a mais importante do paiz. A lei de 12 de março de 1845 estabeleceu o regimen da constituição das caixas economicas. Pela lei de 26 de abril de 1880 foi creada a «Caixa Economica Portugueza», cujo regulamento faz parte do decreto de 10 de março de 1881. Funcciona junto da «Caixa Geral de Depositos».

Caixa Geral de Depositos e Instituições de Previdencia. Creada por lei de 10 de abril de 1876, tem sido reorganizada e ampliados os seus serviços pelas leis de 30 de dezembro de 1892, 21 de maio de 1896, 23 de junho de 1897, 30 de junho de 1898, etc. A lei de 21 de maio de 1896 estabeleceu uma «Caixa de Reformas» a operarios assalariados e um «Monte de Piedade» sob a administração da «Caixa Geral de Depositos» do que proveiu a ampliação do respectivo titulo com o de «Instituições de Previdencia». Porém estas instituições não passaram da lei. Para o pessoal ao serviço das Obras Publicas creou o decreto de 11 de dezembro de 1902 uma «Caixa de reformas, subsidios e pensões».

Caixas. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Cezimbra-Castello, conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa. || Horta na freg. de N. S.ª d'Annunciação, concelho e districto de Vianna do Castello.

Caixeira. Duas povoações no conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra, uma na freg. de N. S.ª da Conceição, de Verride, outra na de N. S.ª da Conceição, de V. N. de Barca.

Caixeiro. Pov. e freg. de S. Mathias, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Niza, distr. e bisp. de Portalegre; 1:024 hab. e 253 fog. A pov. dista 8 k. da séde do conc. Tem escolas para o sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Está situada n'um alto d'onde se vê Niza, Castello de Vide, etc. O vigario era freire da ordem de Christo, apresentado pela Mesa da Consciencia e Ordens, e tinha diversos generos, 26 almudes de vinho, cêra e 12$000 réis em dinheiro. A terra é fertil, principalmente em trigo e centeio. Caixeiro pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 22 com a séde em Abrantes. || Serra no distr. de Evora; estende-se pelas villas de Souzel e Extremoz, e tem 10 k. de comprimento e 452 m. de altura.

Caixeiros. Pov. na freg. de S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Miguel, de Milharado, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª da Purificação, de Sapataria, conc. de Sobral de Mont'Agraço, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Bordeira, conc. de Aljezur, distr. de Faro.

Cajã. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Figueiredo das Donas, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Cajada *(Casal da)*. Na freg. de N. S.ª da Purificação, de Bucellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Cajadães. Pov. na freg. de S. Vicente de Lafões, conc. de Oliveira de Frades, districto de Vizeu.

Cajade. Pov. na freg. de S. Pedro, de Castanheira, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Cajados *(Horta dos)*. Na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Castro Verde, distr. de Beja.

Cajet. Posto fiscal em Cassine, na Guiné, Africa Occidental.

Cajorge. Pov. na freg. de Santa Maria, de Moz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Cajugut. Ponta ou cabo do rio de Jatta, no distr. da Guiné, Africa Occidental, fronteira á ilha de Bucis. || Pov. da ilha de Bucis, na costa da Guiné, Africa Occidental, em frente da ponta Cajugut.

Cajungo-Catolla. Pov. do territorio de Galangue, no distr. de Benguella, prov. de Angola, Africa Occidental, a 274 k. de Quillengues.

Cajusta. Logar na freg. de S. Miguel, de Villar de Murteda, conc. e districto de Vianna do Castello.

Cal. Povoações nas seguintes freguezias: Santa Marinha, de Argella, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Caires, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Pedro, de Calvello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna

do Castello. || S. Miguel, de Cunha, conc. e distr. de Braga. || S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de Gatão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. André, de Goudomar, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Miguel, de Guizande, conc. e distr. de Braga. || S. Romão, de Mouriz, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santo Thyrso, de Paramos, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Perosinho, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Martinho, de Travanca, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Mamede, de Villa Maior, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Casal na freg. de Santa Clara, conc. e distr. de Coimbra. || Casal na freg. de S. Faustino, de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Quinta na freg. de Santa Maria Maior, de Algodres, conc. de Fornos de Algodres, distr. da Guarda. || Quinta na freg. de N. S.ª da Expectação, de Santa Ovaia, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de N. S.ª do Pranto, de Penella da Beira, conc. de Penedono, distr. de Vizeu.

Calabaça. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, no territorio dos gentios mahungos, e na margem direita do rio Lombige, cerca de 60 k. ao N E de Golungo Alto e 48 ao N de Ambaca.

Calabar *(Domingos Fernandes).* Mulato brazileiro, que viveu no seculo XVII. Era natural de Porto-Calvo. Quando a cidade de Pernambuco foi tomada pelos hollandezes, Calabar militou obscuramente nas fileiras do exercito de Mathias d'Albuquerque, do qual desertou depois, em 1632, para os hollandezes, sem que se conheça bem o motivo que o obrigou áquelle procedimento. Alguns chronistas allegam, que elle se cançasse da sua posição ingloria, ou que tivesse praticado algum crime, e receasse o castigo. Calabar era muito intelligente, e tinha profundo conhecimento da topographia da provincia, que o habilitou a dirigir as expedições inimigas com tal arte, que os portuguezes, victimas de successivos desastres, fôram perdendo palmo a palmo o terreno que possuiam. Em 1635 foi Calabar a Porto-Calvo, e reforçou uma guarnição hollandeza. Mathias d'Albuquerque estava nos arredores, e Sebastião do Souto, habitante da villa, mostrando se muito affeiçoado aos hollandezes, pôde attrahir o commandante a uma emboscada que o general portuguez lhe preparara. Ganha a victoria, Mathias d'Albuquerque marchou sobre Porto-Calvo, que se rendeu á discripção. Calabar caindo no poder do homem que atraiçoara, foi enforcado na propria terra onde nascera. A vida aventurosa d'este mulato brazileiro, deu assumpto ao fallecido escriptor José da Silva Mendes Leal a um romance, com o titulo de *Calabar,* que saiu n'um jornal do Brazil; em Lisboa publicaram-se alguns fragmentos na *Patria,* com o nome de *O forte de S. Jorge, episodio da invasão hollandeza em Pernambuco.*

Calabar. Reino da costa da Guiné, Africa Occidental, entre o reino de Camarões a E e o Bonis a O, limitado ao S pelo golfo da Guiné. || Pov. do reino de Bonis, na costa da Guiné, na margem direita do rio Calabar. || Rio da costa da Guiné, que separa o reino de Calabar do de Bonis, e desagúa no golfo da Guiné. Parece ser um braço do Niger. Tambem tem o nome de *Calabar Novo.*

Calabar Velho. Nome dado á parte da costa occidental da Africa banhada pelo golfo da Guiné. Esta parte da costa é muito insalubre e miasmatica, e tem rios em cujas margens é perigoso ao europeu residir quinze dias. O rio Calabar contribue poderosamente para a insalubridade da costa. || Rio da costa occidental d'Africa. Desagúa no golfo dos Mafras ou de Biafra. A sua foz e a região visinha fôram n'outro tempo o centro d'um grande commercio de escravos; hoje são procuradas para o commercio do oleo de palma.

Calabouço *(Casal do).* Na freg de S. João Baptista, de Figueira de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Calabra *(Quinta do).* Na freg. de S. João Baptista, de Cedovim, conc. de V. N. de Foscôa, distr. da Guarda.

Calabre do Alto e Calabre de Baixo ou da Cova. Pov. e courella na freg. de S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Calaca. Ponta da ilha de Cacheu, no distr. da Guiné, Africa Occidental. Fica situada dentro do rio de S. Domingos, a O da praça de Cacheu e a 8 k. do rio Brianga. N'esta ponta ha uma pedreira, d'onde se tem extrahido toda a pedra para a construcção da fortaleza e casas da villa de Cacheu. || Ribeira da ilha de Cacheu, Africa Occidental, a cerca de 500 m. de distancia da villa e praça do mesmo nome, nas proximidades da ponta Calaca. Não corre durante todo o anno; mas como é de agua potavel, os habitantes da praça servem se d'ella para consumo. Em tempo de guerra é perigoso ir buscal-a, por causa das investidas do gentio. || Recife do rio de S. Domingos, no distr. da Guiné, Africa Occidental, a O da praça de Cacheu, da qual dista cerca de 412 metros.

Calaça. Uma das primeiras familias que povoaram as ilhas dos Açôres; tem por armas, em campo azul um leão de ouro armado de vermelho; por timbre o mesmo leão.

Calacotas. Pov. na freg. de Sebastião, de Meãs do Campo, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Calado *(João Caetano).* Professor de jurisprudencia civil e advogado na Casa da Supplicação. Era natural de Lisboa, e viveu no seculo XVIII.

Calado *(Lourenço José de Moraes).* Medico-cirurgião, que exerceu clinica no conc. de Aveiro. Escreveu: *Resumo da topographia medica de Estarreja.* Saiu nos *Annaes do conselho de saude publica do reino,* tomo IV, 1839, de pag. 141 a 150.

Calado *(Fr. Manuel).* Eremita de S. Paulo, da congregação da Serra d'Ossa, prégador apostolico por concessão pontificia. N. em Villa Viçosa em 1584, fal. em Lisboa a 12 de julho de 1654. Era filho de Diogo Calado e de Ignez Martins. Professou a 8 de abril de 1607. Depois de residir por mais de 30 annos no Brazil, publicou, já depois de ter regressado ao reino a seguinte obra: *O Valeroso Lucideno, e triumpho da liberdade, Parte I. Dedicada ao ser.*^{mo} *senhor D. Theodosio, principe do reino e monarchia de Portugal,* Lisboa, 1648.

Calados. O brazão d'armas d'esta antiga familia é, em campo de ouro, quatro bandas de vermelho; timbre meio leão de ouro bordado de vermelho. Foi dado em 1533.

Caladoyo. Grande enseada da costa O da ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Calafate. Logar na freg. de S. Sebastião, de Alcafozes, conc. de Idanha-a-Nova, districto de Castello Branco. || Horta na freg. de S. Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Calafrio *(Monte da Cabana do).* Na freg. de N. S.ª da Graça, de Casa Branca, conc. de Souzel, distr. de Portalegre.

Calaim. Liga metallica composta de chumbo, estanho e uma pequena quantidade de cobre, que exploram os habitantes de Sião e Malaca, e com que fabricam caixas para chá. Na India cunhou-se moeda d'esta liga.

Calaluhia. Uma das ilhas do archipelago e distr. de Cabo Delgado, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Calam-Pavary. Praganã ou pequena prov. do territorio e distr. de Damão, na India.

Calamba. Pov. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental, a E do mesmo conc. e na margem direita do rio Longo ou Longa, do qual dista cerca de 20 kil.

Calamo. Pov. ou fumo do territorio de Muiza, Africa Oriental, a N O da prov. de Moçambique.

Calana. Praganã da antiga prov. do Norte no territorio de Damão, India, cujos limites fôram assignados por um tratado em 1741.

Calandala. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, na vertente E da serra Canganza, e a cerca de 300 k. de Loanda.

Calange. Confluente da margem direita do rio Lucalla, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Calanguete. Pov. da prov. e distr. de Bardez, arceb. de Gôa, India, 6:500 habitantes.

Calangus. Pov. situada no territorio de Gasangue, no distr. e com. de Benguella, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, a 202 k. de Caconda.

Calangute. Regedoria do concelho de Bardez, distr. de Gôa, na India; 7:000 hab. Tem escolas;

Calantia ou **Calantica.** V. *Arraiollos.*

Calão. Linguagem especial. V. *Giria.*

Calão. Logar na freg. de Santo Adrião, de Oleiros, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Quinta na freg. de S. Martinho e conc. do Fundão, distr. de Castello Branco.

Calapor *(Purxotoma Sinay Quencró, 1.º barão de).* Abastado proprietario, capitalista e negociante de grosso trato, natural e domiciliado nos estados da India, e subdito portuguez. Foi agraciado com o titulo de barão, por decreto de 26 de junho de 1873.

Calapor. Pov. e freg. da regedoria de Santa Cruz, da prov., distr. e com. das Ilhas, arceb. de Gôa, India; 4:000 habitantes.

Calaputi. Pov. do territorio namarral na prov. de Moçambique. Em 20 de maio de 1897 houve n'esta pov. um violento combate contra os namarraes. Foi dois dias depois d'este combate que os chefes namarraes, abalados e vencidos nos anteriores, decidiram pedir a paz.

Calata. Pov. da prov., distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India.

Calaudem. Pov. da prov. de Satary, 2.ª divisão das Novas Conquistas, distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, na India.

Calça. Um dos ascendentes d'esta antiga familia foi D. Alvaro Calça, bispo de Ceuta no tempo de D. João IV. Tem por armas, em campo azul nove vieiras de prata com tres palas; o timbre é um chapéo da mesma côr com uma vieira das armas na aba, no logar do botão.

Calça. Horta na freg. de Sant'Anna, conc. de Serpa, distr. de Beja. || Horta na freg. de N. S.ª da Graça e conc. de Souzel, distr. de Portalegre.

Calça Perra. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sabacheira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Calça e Pina *(Simão de).* Advogado, tabellião em Lisboa, etc. N. em Souzel a 6 de maio de 1835, fal. em Lisboa a 27 de março de 1881. Era filho do dr. José Joaquim de Calça e Pina, juiz de direito, e de D. Carolina Augusta Esteves de Calça e Pina. Foi educado n'um collegio na cidade de Evora, onde se habilitou com os cursos preparatorios para a faculdade de Direito a que se destinava, e tendo feito os necessarios exames no lyceu de Coimbra, matriculou-se na Universidade em 1853, vindo a concluir a formatura em 1858. Em seguida foi para Extremoz frequentar o escriptorio do advogado e seu parente, o dr. Joaquim Antonio de Calça e Pina. Evidenciando-se a sua elevada competencia, muitas vezes substituiu o antigo advogado, que lhe entregava o escriptorio quando tinha de ausentar-se para tomar parte nas camaras dos deputados, nas diversas legislaturas para que fôra reeleito, e tambem quando precisava dirigir pessoalmente a exploração agricola das suas propriedades. Simão de Calça e Pina adquirira tanta fama, que não só era chamado para advogar nos auditorios da comarca em que residia, como recebia convite para se encarregar da defeza de causas em outros tribunaes da provincia. Foi depois eleito vereador e nomeado presidente da camara municipal de Extremoz. Por decreto de 15 de setembro de 1863, o governo o nomeou administrador do concelho de Souzel. Em ambos estes cargos, Calça e Pina se tornou crédor das maiores sympathias pela fórma como os desempenhou. No anno de 1864 tentou-se mais uma vez pôr em execução uma reforma hypothecaria. Havia se publicado, depois de largas discussões parlamentares, a lei de 1 de julho de 1863, que creava um desenvolvido, se bem que incompleto registo predial. Essa lei fôra regulada pelo decreto de 4 de agosto de 1864. Creavam esses diplomas desde logo conservatorias privativas em Lisboa e Porto. N'este anno, portanto, annunciou-se a abertura do concurso, por virtude do qual tinham em conformidade da lei de serem providos os logares de conservadores do registo de hypothecas, direitos e encargos prediaes, como então se denominavam, e do dos seus ajudantes n'aquellas duas comarcas. Calça e Pina apre-

Simão de Calça e Pina

sentou-se como candidato, sendo um dos primeiros classificados. Pelo decreto de 10 de novembro do referido anno de 1864 foi então nomeado conservador privativo do 2.º districto de Lisboa. Sobrevindo differentes attrictos, as conservatorias só fôram installadas em 1 de abril de 1867, e n'essa data é que os conservadores nomeados puderam começar a exercer os seus cargos. Calça e Pina veiu residir para Lisboa, mas não deixou completamente a advocacia, encarregando-se de causas nos tribunaes superiores, e como advogado se inscreveu na respectiva associação. Em 1876, o tabellião Francisco Guilherme de Brito convidou-o a servir-lhe de ajudante, e Calça e Pina acceitou, e como o regulamento permitte que os conservadores possam, querendo, accumular as funcções notariaes com as proprias, foi nomeado superiormente ajudante. Quando falleceu o tabellião João Baptista Ferreira em dezembro de 1877, Calça e Pina sollicitou aquelle tabellionato, de que recebeu a nomeação em diploma de 19 de janeiro de 1878. Como escriptor juridico deixou tambem nota da sua illustração e intelligencia, collaborando em differentes trabalhos para a *Revista critica de jurisprudencia e legislação*, e publicando diversos artigos na *Gazeta da Associação dos advogados de Lisboa*.

Calça Torta. Logar na freg. de Santa Luzia, de Pégo, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Calçada *(Diogo Ornellas de França Carvalhal Frazão Figueirôa, 1.º visconde da)*. Fidalgo da Casa Real, senhor da Calçada, dos morgados de Gaula e da Conceição, no Estreito da Calheta, ilha da Madeira, e d'outros vinculos nas ilhas dos Açôres, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição. N. a 29 de agosto de 1812; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Diogo d'Ornellas de Carvalhal Frazão de Figueirôa, fidalgo da Casa Real, senhor da casa da Calçada, na ilha da Madeira, e de sua mulher, D. Anna Emilia de França Doria e Andrade, filha e herdeira de Bartholomeu de França Doria e Andrade, fidalgo da Casa Real, senhor do morgado da Conceição, no Estreito de Calheta, na ilha da Madeira. O visconde da Calçada casou em 14 de maio de 1831 com D. Carlota Augusta de Freitas e Albuquerque, sua prima, filha de João Agostinho de Freitas Figueirôa d'Albuquerque, fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, coronel do regimento de milicias do Funchal, senhor de vinculos, e de sua mulher, D. Carlota Amalia de Ornellas e Vasconcellos, irmã do 1.º barão de S. Pedro. O titulo foi concedido por decreto de 17 de janeiro, e carta de 25 de fevereiro de 1871. Tem por brazão d'armas, escudo esquartelado: no primeiro quartel, as armas dos Ornellas, em campo azul uma banda de ouro, entre duas sereias da sua côr, tendo cada uma na mão direita um espelho guarnecido de ouro, e na mão esquerda um pente de ouro, e sobre a banda tres flôres de liz de vermelho; no segundo as de Carvalhal, em campo vermelho, um castello de prata, com frestas, a porta e juntas de preto; no terceiro, as armas do Frazão, em campo de prata um chaveirão de vermelho, entre tres flôres de liz de ouro; e no quarto, as dos Françás, em campo sanguinho tres corôas de ouro abertas, postas em roquete, e chefe de prata. E' actualmente conde da Calçada o sr. Eduardo de Ornellas França Carvalhal Frazão, 6.º filho do visconde do mesmo titulo, o qual nasceu a 23 de dezembro de 1841. O titulo foi concedido por decreto de 30 de novembro de 1904.

Calçada. Povoações nas seguintes freguezias: O Salvador, de Bravães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro. || S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Ilha da Madeira; S. Braz, do Campanario, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal. || S. João Baptista, de Cavez, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Miguel, de Creixomil, conc. de Guimarães, districto de Braga. || S. Mamede, de Friestas, concelho de Valença, districto de Vianna do Castello. || S. Martinho de Mouros, concelho de Rezende, districto de Vizeu. || S. Paio, de Merelim, concelho e districto de Braga || N. S.ª da Conceição e concelho de Monchique, districto de Faro. || S. Estevão, de Oldrões, concelho de Penafiel, districto do Porto. Tem est post. permutando malas com Penafiel. || N. S.ª da Purificação de Olival, conc. de V. N. de Ourem, districto de Santarem. || Santa Maria, de Oliveira, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Ilha da Madeira; N. S.ª da Luz e conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || Ilha Graciosa; S. Matheus, de Praia da Graciosa, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo. || Santa Eulalia, de Tenões, conc. e distr. de Braga. || S. Martinho, de Valbom, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Pedro, de Villar do Paraizo, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. José de Alqueidão da Serra, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || S. Martinho, de Coura, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Rio de Moinhos, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Calçada. Logares nas seguintes freguezias: N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || S. João Baptista, de Arroios, conc. e distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Azurem, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Leocadia e conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Martinho, de Balugães, conc. de Barcellos, distr. de Braga || S. Lourenço, de Calvos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Cepellos, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Costa, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Cunha, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Dornellas, conc. de Amares, distr. de Braga. || Santa Christina, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, de Fregim, conc. de Amarante, districto do Porto. || S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || O Salvador, de Magrellos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Nespereira, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Christina, de Nogueira, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Miguel, de Palhacana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || S. Paio, de Pousada, conc e distr. de Braga. || Santo Thyrso, de Prazins, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Thiago, de Rande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Ribeira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Souto, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Pedro, de Sub-Portella, conc. e distr. de Vianna

do Castello. || O Salvador, de Taboado, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || O Salvador, de Tagilde, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Mamede, de Talhadas, conc. de Sever de Vouga, distr. de Aveiro. || Santa Christina, de Toutosa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Tregosa, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || O Salvador, da Villa Cova da Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Maria, de Villa Fria, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santo Adrião, de Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Calçada. Ilha Terceira; caminho na freg. de S. Bartholomeu, de Regatos, conc. e distr. de Angra do Heroismo. || Casal na freg. de Santa Maria, de Bouro, conc. de Amares, distr. de Braga. || Casal na freg. de Santa Cruz do Douro, conc. de Baião, distr. do Porto. || Casal na freg. de S. Mamede, de Aldão, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Casal na freg. de Santa Maria Magdalena, de Aldeia Gavinha, conc. de Alemquer. distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª da Purificação, de Cachoeiras, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Enxara do Bispo, conc. de Mafra, distr. Lisboa. || Casal e Quinta na freg. de S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Pedro e conc. de Obidos, distr. de Leiria. || Casal na freg. de S. Pedro e conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Casal na freg. de N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || Casal novo na freg. de Santo Estevão e conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de Santa Clara, de Louredo, conc. e distr. de Beja. || Monte na freg. do Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja. || Quinta na freg. de S. Marcos, de Calhandriz, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || Quinta na freg. de S. Martinho e conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || Quinta na freg. de N. S.ª da Conceição, de Faia, conc. e distr. da Guarda. || Quinta na freg. de Santo André, de Ferreira de Aves, conc. de Sattam, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de S. Mamede, de Mesquitella, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de N. S.ª da Purificação de Sacavem, conc de Loures, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de N. S.ª da Consolação, de Valle de Azares, conc. da Celorico da Beira, distr. da Guarda.

Calçada de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Eulalia, de Fermentões, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Calçada do Calvario. Pov. na freg. de Santa Maria, de Cepellos, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Calçada e Espirito Santo. Ilha da Madeira. V. *Espirito Santo.*

Calçada do Gato. Logar na freg. de Santo Antonio dos Olivaes. conc. e distr. de Coimbra.

Calçada Nova. Pov. na freg. de S. Thiago, de Oliveira, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Calçada e Ramo. Pov. na freg. de S. Martinho, de Christoval, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Calçadas. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de S. Sebastião, de Carreiras, conc. e distr. de Portalegre. || Logar na freg. de S. Mamede, de Arcozello, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Maria, de Veade, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Casal na freg. de Santa Maria dos Olivaes e conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Calçadinha. Pov. na freg. de Santa Maria, de Olivaes, 1.º bairro de Lisboa. || Logar na freg. de S. Pedro, de Alviobeira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Logar na freg. de S. Miguel, de Anreade, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S. Sebastião, de Carreiras, conc. e distr. de Portalegre. || Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Marvilla, conc. e distr. de Santarem. || Logar na freg. de S. Nicolau. conc. e distr. de Santarem. || Aldeia na freg. de S. Braz, de Varzea, conc. de Elvas, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de Santa Clara, de Louredo, conc. e distr. de Beja. || Monte na freg. do Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja.

Calçado Velho. Logar na freg. de S. Sebastião da Pedreira, 3.º bairro de Lisboa.

Calçador de calçadas. Assim se designava antigamente o operario a que hoje chamamos *calceteiro*, o qual geralmente trabalha por conta das camaras municipaes ou das obras publicas no arranjo das calçadas. *Calceteiro* era então o que fazia meias ou *calças*. Tinha este ultimo officio regimento na collecção do senado de Lisboa, em 1572, e até arruamento proprio, que era a *Calcetaria*, tendo antes estado na *Ourivesaria*. No seculo XVI havia na capital 40 *calçadores de calçadas*, conforme indica Nicolau de Oliveira, nas suas *Grandezas de Lisboa*, esclarecendo que entre estes ha seis, aos quaes a cidade arrenda de seis em seis annos o refazimento das calçadas, e lhes dá quinze mil cruzados, que é um conto cada anno pelas refazerem todas as vezes que fôr necessario. E isto afóra os interesses que os mesmos calçadores teem dos carros que vem pela calçada com pedras e outras cargas, que é um tostão de cada carro e meio tostão de cada carrada de pedra d'alvenaria». D. Manuel, pela carta regia de 20 de agosto de 1498, dirigida á camara de Lisboa, determinou que nas obras das calçadas a cidade pagasse a mão d'obra e os proprietarios de carros as achegas, não eximindo a nobreza e a clerezia, que haviam levantado grande opposição em contribuir para esse serviço municipal, escusando-se com os seus privilegios. Nos principios do seculo XVI as ruas principaes da capital eram ladrilhadas e as outras calçadas. O alvará de 26 de agosto de 1515 autorisou a camara a proceder executivamente contra as pessoas que se obstinassem em não contribuir para o ladrilhado das ruas. Segundo um assento da vereação municipal respectivo a 18 de junho de 1555 regulou até essa data a braça de calçada de pedra nova a 140 réis, e a 45 réis, sendo de pedra usada. No vol. I, pag. 189 e seguintes, dos *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, por Eduardo Freire de Oliveira, encontram-se algumas noticias interessantes sobre este assumpto.

Calcadouro. Pov. na ilha de S. Jorge, na freg. de N. S.ª das Neves, de Norte Grande, conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo.

Calçadouro. Logar na freg. do Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real.

Calcanhar. Logar na freg. de S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de N. S.ª da Boa Viagem e conc. da Moita, distr. de Lisboa.

Calção. Sitio na freguezia e conc. do Cadaval, distr. de Lisboa.

Calcarejo. Logar na freg. de Santo Ildefonso, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Calças. Antigamente chamavam-se assim as meias, e d'ahi o nome de *calceteiro*, dado ao fabricante de meias ou *calças*.

Calças. Monte na freg. do Salvador e conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. do Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja.

Calcedonia. Cidade antiga de que falam Strabão, Plinio, Pomponio Mella e outros, e a qual, segundo elles, existiu na parte septentrional da Lusitania, mas cujo sitio se ignora. (V. *Covide)*. Era atravessada pela via militar romana chamada *Geira*.

Calceteiro. V. *Calçador de calçadas*.

Calço *(Monte do)*. Na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Abella, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Calçôa. Logar na freg. de S. Pedro e conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Calções. Pov. na freg. de S Pedro, de Queimadella, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Calda *(Herdade da)*. Na freg. de N. S.ª da Atalaia e concelho de Fronteira, districto de Portalegre.

Caldas. Familia hespanhola, que procede de Garcia Rodrigues de Caldas, que tinha o seu solar na villa de Caldas ou Caldellas, nas Asturias, e passou a Portugal no tempo d'el-rei D. Fernando I. Tem por armas, em campo de prata cinco cyprestes de verde postos em santor; timbre um dos cyprestes.

Caldas *(Antonio Alfredo Sousa)*. Militar, que exerceu varias commissões na provincia de Macau e Timor, desde o anno de 1880 até 1887. Foi promovido a alferes para ultramar em 1879, e a tenente em agosto de 1888. Em agosto de 1885 fôra nomeado addido á embaixada de Portugal junto á Côrte de Sião, e mais tarde exerceu o cargo de commandante do presidio militar de Macau, d'onde regressou em agosto de 1887, sendo logo escolhido pelo major Sousa Figueiredo para o acompanhar a Lourenço Marques como tenente do corpo policial. Tomou o commando interino d'este corpo em 1889, e voltou ao reino, por conselho da junta de saude, em abril de 1890. Em janeiro de 1891 foi nomeado para servir em commissão na provincia de Macau e Timor. Quando, porém, se organisou o corpo expedicionario a Moçambique, offereceu ao estado os seus serviços, apezar de por escala lhe não competir, e estando nas vesperas da sua saida para Macau, onde ia tomar posse do logar que lhe fôra confiado, teve ordem de partir na expedição, na secção administrativa, por ter sido escolhido pelo capitão encarregado da administração militar do referido corpo expedicionario. Sousa Caldas era agraciado com a ordem de cavalleiro da Torre de Sião, e tinha a medalha militar de comportamento exemplar.

Caldas *(Padre Antonio Pereira de Sousa)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra e poeta muito considerado. N. no Rio de Janeiro a 24 de novembro de 1762, onde tambem falleceu a 2 de março 1814. Era filho do negociante Luiz Pereira de Sousa, e de sua mulher D. Anna Maria de Sousa. Como era muito debil de construcção, seus paes o mandaram para Portugal, contando apenas 8 annos, para casa d'uns parentes paternos, que o trataram com todo o carinho e educaram; quando chegou aos 16 annos matriculou se na Universidade de Coimbra, na faculdade de jurisprudencia. Durante o curso começou logo a manifestar o seu talento poetico, escrevendo as suas principaes poesias, entre outras as suas duas obras mais consideradas, a cantata de *Pygmalião* e a do *Homem Selvagem*. As suas poesias chamaram a attenção do governo, d'um modo desagradavel, porque ao constar-lhe que na Universidade havia um estudante de incontestavel talento, que escrevia cantatas philosophicas, tratou immediatamente de o submetter ao julgamento do tribunal do Santo Officio, que lhe interrompeu a carreira, condemnando-o a reclusão na casa dos padres de Rilhafoles. O moço estudante mostrou-se tão bondoso e melancholico, procurando lêr os livros santos com tanto amor, que os proprios padres fôram os primeiros a requererem o seu perdão, que Sousa Caldas alcançou, podendo no fim de seis mezes continuar os estudos na Universidade. Concluido o curso, dedicou-se á advocacia, recusando o logar de juiz de fóra para uma comarca do Brazil. Resolveu depois ir viajar pela Europa, começando a sua digressão por França, para onde partiu em 1785. Ao chegar, porém, a Paris, encontrou os animos exaltados, um espectaculo tumultuoso, prenuncios da grande revolução de 1789, e decidiu-se a seguir a Italia, e depois de percorrer este paiz demorou-se em Roma muitos annos. O pontifice Pio VI recebeu-o, dedicou-lhe grande estima, e incitou-o a abraçar a carreira ecclesiastica. Sousa Caldas tomou então ordens, e ainda animado pelo seu poderoso amigo, applicou-se a escrever poesias sobre assumptos religiosos. A tormenta revolucionaria, começada em França, percorria todos os paizes, e chegou tambem a Roma; o papa foi arrancado da sua séde pontificia pelos francezes em 1797, e obrigado a sair da Italia. Sousa Caldas fugiu horrorisado para Portugal, onde esteve quatro annos, vivendo modestamente como um simples padre secular, dedicando-se ao pulpito, onde alcançou grande fama, pela sua eloquencia, depois de ter recusado a rendosa abbadia de Lobrigo e o bispado do Rio de Janeiro, que lhe fôra offerecido pelo principe regente D. João. Em 1801 voltou á sua terra natal, pouco tempo, porém, ali se demorou, porque o governo, receando a projectada revolta das Minas Geraes, tornara-se muito severo com a sua colonia, e já não a deixava expandir-se nas suas tentativas de entrar no gremio das nações cultas. As sociedades litterarias que se haviam estabelecido, protegidas pelos proprios vice-reis, tinham-se dispersado, e Sousa Caldas tentou ainda reorganisal-as, o que não pôde conseguir. Vendo a sua patria n'um estado tão agitado, regressou ao reino em 1805. Quando os francezes entraram em Portugal no anno de 1807, Sousa Caldas, que 10 annos antes se vira obrigado a sair de Roma por sua causa, partiu tambem com a familia real para o Brazil, em novem-

bro d'esse anno. Passou então em socego o resto da vida, muito considerado, subindo frequentes vezes ao pulpito, sendo os seus sermões sempre ouvidos com enthusiasmo. Concluiu a traducção dos psalmos, que começara em Portugal, escreveu muitas obras que ficaram ineditas, entre as quaes se contam algumas tragedias. As seguintes obras fôram publicadas depois da sua morte: *Obras poeticas do Reverendo Antonio Pereira de Sousa Caldas*, *Tomo* I. — *Psalmos de David vertidos em rythmo portuguez... com as notas e observações de seu amigo o Tenente General Francisco de Borja Garção Stockler, e dadas á luz pelo sobrinho do defunto poeta traductor, Antonio de Sousa Dias, fidalgo da Casa Real, Cavalleiro professo na Ordem de Christo, Consul geral de Sua Magestade Fidelissima na cidade do Havre de Graça*, etc., Paris, 1820; *Obras Poeticas*, etc. *Tomo* II. *Poesias sacras e profanas com notas e additamentos*, etc., Paris, 1821. Ha outra edição das mesmas poesias, feita em Coimbra em 1836, 2 tomos. A'cerca da biographia do padre Sousa Caldas, póde vêr-se: *Revista Trimensal do Instituto H. G. do Brazil*, tomo II, 1841, a pag. 126; *O Plutarco brazileiro*, de J. M. Pereira da Silva, tomo I, pag. 69 a 109; *O Ramalhete, jornal de Instrucção e recreio*, Lisboa, tomo IV, pag. 1421 o *Resumé de l'Hist. Litt. du Portugal*, de Ferdinand Denis, pag 575; *Pequeno panorama ou descripção do Rio de Janeiro*, do dr. Moreira de Azevedo, tomo II, pag. 371 a 373.

Caldas *(Antonio Pinheiro)*. Commerciante e poeta. N. no Porto a 12 de novembro de 1824, onde tambem falleceu em 1877. Seguiu a vida commercial, consagrando os seus ocios á poesia. Adquiriu nome como poeta no tempo em que a pleiade litteraria era formada por Soares de Passos, Faustino Xavier de Novaes, Alexandre Braga, Nogueira Lima, etc, com quem collaborou na *Grinalda* e outras publicações litterarias e poeticas. Os seus versos appareceram pela primeira vez publicados em volume, no anno de 1851. Annos depois, deixou a sua vida de commerciante, reimprimiu n'uma luxuosa edição todas as suas poesias, e foi elle proprio ao Brazil tratar de a vender, o que não conseguiu, regressando ao Porto desilludido e arruinado. Abriu então uma tabacaria na rua do Bispo, hoje rua de D. Pedro, onde se reuniam os litteratos da epoca. Caldas, doente e alquebrado, só a custo entrava nas discussões litterarias que se tratavam. Succumbiu aos 53 annos de edade, victimado pela doença de que soffria havia muito.

Caldas *(João Antonio de Moraes)*. Cirurgião-medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto, cuja these defendeu a 20 de julho de 1869. N. em Montalegre a 16 de dezembro de 1842. Era filho de João Antonio de Moraes Carneiro. Publicou em 1869: *Das amputações, dissertação inaugural apresentada á escola medico-cirurgica do Porto*, etc.

Caldas *(João Vieira)*. Escriptor e poeta. N. em Lisboa a 23 de setembro de 1781, e fal. na mesma cidade a 24 do referido mez de 1853. Era filho de João Vieira Caldas e de D. Joanna Rosa Caldas. Seus paes o destinavam ao commercio, e por esse motivo recebeu uma limitada instrucção litteraria. Aos 18 annos, em 1799, foi empregado para uma casa commercial de Paris, onde esteve pouco mais ou menos dois annos. Sentindo-se com decidida vocação para as letras, desde muito novo se applicou á litteratura, e especialmente á poesia, conseguindo com boa vontade e estudo uma instrucção relativamente variada, attendendo á acanhada esphera do seu tirocinio. Regressando a Portugal, ainda por algum tempo continuou na vida do commercio, para condescender aos desejos de sua familia, até que por fim a deixou, resolvendo viver dos seus rendimentos, dedicando-se sempre ás letras. Conhecia muito bem as linguas franceza e italiana, não lhe sendo completamente extranha a latina, apezar de nunca ter estudado grammaticalmente. Casou em 1821 com D. Maria de Paiva Caldas. Escreveu: *Os Animaes falantes: Poema epico de João Baptista Casti, fielmente traduzido em portuguez*, Lisboa, 1835; saiu sem nome do traductor; *O Burro: apologo*, Lisboa, 1836. Publicou uma cantata no *Jornal poetico*, e deixou em manuscripto os seguintes trabalhos: *Poesias em differentes metrificações*, 1 vol.; as traducções, do *Telemaco*, de Fenelon; do *Orlando furioso*, de Ariosto; de *Jerusalem libertada*, de Tasso. O visconde d'Almeida Garrett, que estimava muito Vieira Caldas, animava-o n'estes trabalhos litterarios, tendo principalmente na maior consideração as traducções do *Telemaco* e do *Orlando furioso*, que instava para que elle as imprimisse.

Caldas *(José Antonio)*. Sargento mór de infantaria, com exercicio de engenheiro na praça da Bahia, para que foi nomeado por carta de 13 de outubro de 1768. Em 1755 estava servindo tambem n'esta cidade, quando recebeu o encargo de acompanhar o governador da ilha do Principe, onde iria desenhar as fortificações que se julgassem ali precisas. Desempenhou esta commissão com muita competencia, e em 1761 foi despachado capitão engenheiro com a obrigação de ensinar, na aula militar da Bahia, defeza e expugnação de praças e geometria especulativa, como consta da carta, datada de 3 de abril do referido anno. O Archivo militar do Rio de Janeiro possue d'elle bastantes trabalhos, cujos titulos veem publicados no *Diccionario dos Architectos, engenheiros e constructores portuguezes ou a serviço de Portugal*, por Sousa Viterbo, vol. I, pag. 158.

Caldas *(José Ernesto de Sousa)*. Jornalista e escriptor. N. em Vianna do Castello a 28 de novembro de 1842. E' filho de Jacinto José de Sousa Caldas e de D. Izabel Mathilde Pereira Marinho. Matriculou se em 1855 no 1.º anno do curso do lyceu de Vianna do Castello, onde se conservou até principios de 1858. Por circumstancias particulares saiu do Lyceu e continuou estudando particularmente, aprendendo por favor latim, grego, francez, inglez, allemão, rhetorica, poetica, philosophia, etc. Em 1861 foi nomeado amanuense da repartição de fazenda do districto de Vianna do Castello, sendo em 1876 promovido a aspirante de 1.ª classe. As difficuldades com que vivia e a sua familia, ainda mais se aggravaram com um incendio que reduziu a cinzas a casa onde moravam, perdendo-se n'essa catastrophe a importante livraria de seu bisavô materno, Jacinto José de Sousa Caldas, capitão do Roussillon, bem como a livraria de seu tio-bisavô, Miguel Carlos d'Abreu, doutor em Theologia e abbade de Tregosa, na comarca de Barcellos. Requereu a transferencia para a repartição de fazenda do districto de Lisboa, mas não chegou a

vir á capital, por ter sido requisitado em 1877 pelo arcebispo de Braga D. João Chrysostomo de Amorim Pessoa, para escrever um *estudo critico e biographico ácerca do veneravel D. fr. Bartholomeu dos Martyres e da sociedade portugueza do seu tempo.* Deu-se a esse trabalho com boa vontade e dedicação, sem, comtudo, ter os recursos que exigia semelhante commettimento. Em 1878, o referido prelado ordenou que fôsse publicada a parte d'esse estudo já escripta, mas o autor negou-se a esta deliberação, escrevendo ao arcebispo uma carta, que ficou inédita, e outra a Camillo Castello Branco. José Caldas, voltando á repartição, apresentou á Academia Real das Sciencias, na primeira sessão de 1879, por intermedio do fallecido Pinheiro Chagas, uma representação em que solicitava a protecção da mesma academia para continuar os seus trabalhos historicos, advertindo que se promptificava a communicar áquella congregação os resultados do seu estudo, para que pudesse conscientemente avaliar a importancia e a utilidade do seu protectorado. A Academia nomeou uma commissão, que decidiu que aquelle trabalho merecia ser continuado e concluido. José Caldas foi convidado para ir tomar parte no congresso anthropologico, cuja terceira sessão se realisava em 1880 em Lisboa. N'este congresso apresentou a *Memoria*, que vem no *compte-rendu*, de pag. 333 a 351; foi depois inspector de fazenda, logar em que se reformou. Tem collaborado em muitos jornaes politicos e litterarios, em revistas, estudos historicos e poesias, taes como a *Actualidade*, *A voz publica*, *Vanguarda*, *Paiz*, etc. Escreveu: *Margarida Plutazla, traducção d'um romance de Cesar Cantu*, Vianna, 1869; *Archéologie préhistorique dans la province do Minho*, Lisboune, typ. da Academia Real das Sciencias; *Quadros antigos* (estudos do tempo de D. João I); saiu em folhetins no *Primeiro de Janeiro*, do Porto; *Elegia a uma desgraçada*, Porto, 1884.

Caldas *(José Joaquim da Silva Pereira).* Bacharel pela Universidade de Coimbra e professor aposentado. N. na freg. de S. Miguel das Caldas de Vizella a 26 de janeiro de 1818, fal. em Braga a 19 de setembro de 1903. Era filho de Antonio Pereira da Silva, senhor da casa e quinta de Sob-carreira, professor publico de ensino primario, e de D. Maria José Alvares, senhora da casa e quinta da Barrosa, ambos da mesma freguezia de S. Miguel. Depois de frequentar em Guimarães os estudos menores de instrucção secundaria, matriculou-se na Universidade de Coimbra, tendo 17 annos de edade, em 1835. Cursou as faculdades de Mathematica, Philosophia e Medicina, sempre com distincção, recebendo o premio pecuniario no 3.º anno de Mathematica, 1839-1840, e no 1.º e 2.º annos de Medicina, 1842-1843 e 1843-1844; teve tambem o *accessit* no 4.º anno de Mathematica. Em 1845, precedendo concurso, foi despachado professor proprietario da cadeira biennal de Mathematica e Philosophia do Lyceu de Leiria, e no anno seguinte, por decreto de 26 de julho, depois de egual concurso, nomeado professor da 3.ª cadeira do Lyceu de Braga. Liberal convicto e dos mais avançados, militou sob as bandeiras da Junta do Porto, entre 1846 e 1847, commandando o batalhão de voluntarios de Guimarães, e organisando um batalhão popular, que depois se tornou conhecido pelos *polacos do Minho*; desempenhou egualmente varias commissões arriscadas, como consta do *Nacional* e de outros jornaes politicos do Porto. Terminando aquelle periodo continuou em aberta opposição aos ministerios que se seguiram, resultando-lhe ser suspenso do exercicio do professorado em Braga; sendo mandado para o Lyceu de Leiria, o que não acceitou, deixando-se ficar em Braga, até que em 1851 foi reintegrado pelo marechal duque de Saldanha, quando triumphou o movimento de abril d'aquelle anno. Pereira Caldas concorreu poderosamente para tornar conhecidas por toda a Europa, as aguas thermaes que existem no paiz, publicando diversos estudos a seu respeito. A camara de Guimarães em sua homenagem denominou *Pereira Caldas* uma das ruas de Vizella. Foi uma ceremonia solemne a inauguração da nova rua, que se realisou no dia em que o digno professor completava 80 annos de edade, 26 de janeiro de 1898. Pereira Caldas era socio honorario da Academia das Bellas Artes e da Sociedade Pharmaceutica Lusitana; socio correspondente da Academia Real das Sciencias, da Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes, da Sociedade de Geographia, do antigo Instituto Archeologico de Portugal, da antiga Academia Lisbonense das Sciencias e das Letras, do antigo Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas; do Instituto de Coimbra; da Associação Industrial do Porto, da Sociedade Nacional Camoneana e da antiga Sociedade de Geographia Commercial da mesma cidade; da Sociedade Martins Sarmento, de Guimarães; da antiga Sociedade Democratica Recreativa de Braga, de cujas conferencias familiares foi o iniciador; da Sociedade Archeologica da Figueira da Foz; da antiga Sociedade Anthropologica de Madrid, e do Instituto Medico Valenciano; do Instituto de Correspondencia Archeologica de Roma, e do Imperial Instituto Archeologico Allemão, de Berlim; do Gabinete Portuguez de Leitura do Rio de Janeiro, da Sociedade Pharmaceutica da mesma cidade, e do Gabinete Litterario do Pará; socio protector da Sociedade Archeologica de Pontevedra, na Galliza; membro da Conferencia Archeologica da Citania de Briteiros, entre Guimarães e Braga; da Commissão dos Monumentos Nacionaes do Reino, e do Conselho do mesmo nome, com a séde em Lisboa; do Congresso Nacional de Tuberculose, de Coimbra; do Congresso Internacional de Ensino Technico de Paris, e do Congresso dos Americanistas de Luxembourgo, na mesma Republica Franceza; do Congresso Internacional de Londres, secretario da antiga Secção Central da Grande Commissão da Exposição Agricola de Braga. Pereira Caldas honrava-se muito com todas estas distincções ganhas pelo seu trabalho e estudo, e como republicano, nunca acceitou mercê alguma dos governos.

Caldas *(Bibliographia de José Joaquim da Silva Pereira). Breve explicação de cifras de correspondencia*, Porto, 1849; é uma collecção de cinco especies de cifras, gradular, radiolar, numeral, biquadral e napoleonica, tendo no frontispicio as iniciaes C. P. P. P. C. (quer dizer: *Coordenada pelo professor Pereira Caldas)*; *Quadros synopticos da classificação natural das sciencias mathematicas, segundo os principios mathesiologi-*

cos d'Ampère; fórmam uma collecção de 8 tabellas, impressas d'um só lado, Braga, 1850 e 1851; *Quadros synopticos da classificação natural da Oratoria;* são 2 tabellas em 4.º impressas d'um só lado, Braga, 1850; *Quadros synopticos da classificação natural da Poetica;* 2 tabellas em 4.º, como as antecedentes, Braga, 1850; *Quadros synopticos da classificação natural da grammatica geral;* 2 tabellas na mesma conformidade das que ficam descriptas; *Quadros synopticos da classificação natural da Litteratura classica*, idem, *Quadros synopticos de Oratoria, ou methodo facil de se aprender esta disciplina em pequeno decurso de tempo considerados com referencia ás «Instituições elementares de Rhetorica» escriptas pelo professor Antonio Cardoso Borges de Figueiredo*, Braga, 1850; *Principios elementares de grammatica geral applicados á lingua franceza, ou methodo philosophico para aprender esta lingua com facilidade*, Braga, 1851; *Ensaio analytico das aguas ferreas de S. Thiago de Frayão nos suburbios de Braga*, Braga, 1851; *Noções preliminares de moral, adaptadas á capacidade dos examinandos de instrucção primaria dos Lyceus nacionaes*, Porto, 1851; *Apontamentos geraes sobre os objectos mais notaveis do districto de Braga, dignos de attrahir as attenções de SS. MM. FF. e AA. na sua viagem pelo mesmo districto em 1852*, Braga, 1852; *Taboas succintas de linhas goniometricas, das compendiadas em francez por Francœur (á semelhança das extensas de de Baudosson) para a formação e avaliação dos angulos, nas plantas mathemathicas sobretudo*, Braga, 1853; *Investigações philosophicas sobre a molestia epidemica das uvas, apparecida entre nós primeiramente nas nossas ricas vinhas da Madeira, etc.*, Braga, 1853; *Bravos poeticos ao distincto hespanhol D. Domingos Lopez Ayllon no seu beneficio, no theatro de Braga, em 3 de agosto de 1853; Versão interlinear da Historia romana de Tito Livio Patavino*, etc., Braga, 1853; *Projecto de instrucções disciplinares das terceiras cadeiras dos Lyceus Nacionaes, em cumprimento das determinações especiaes do Conselho Superior de Instrucção Publica, datados a 8 de Março corrente, e transmittido ao respectivo professor do Lyceu de Braga*, Braga 1853; *Noticia archeologica das Caldas de Vizella, no concelho de Guimarães*, Braga, 1853; *Indiculo generico das virtudes curativas das aguas sulphurosas das Caldas de Vizella, contendo a relacionação das propriedades caracteristicas das suas numerosas nascentes, e as competentes applicações medicinaes de cada uma d'ellas*, Braga, 1854; *Problemas selectos de arithmetica pratica, ou collecção escolhida de questões arithmeticas, com as suas respectivas resoluções pelo methodo uniforme de uma simples regra de tres*, Braga, 1854; *Problemas selectos de geographia mathematica, resoluveis pelo auxilio dos globos, ou rapsodia escolhida de questões geographicas e astronomicas, com suas respectivas resoluções praticas*, Braga, 1855; *Elle e eu, ou o ridiculo tomado a serio, n'uma carta orthopedica endereçada ao illustre redator do «Pharol do Minho», de Braga; epistola satyricamente laudativa do ill.mo sr. José Maria Lopes da Silva Leite, etc.*, Braga, 1855; *Taboas simplissimas de logarithmos*, etc., Braga, 1855; *Principios elementares de trigonometria rectilinea, ou deducção analytica das noções, e das applicações genericas d'esta sciencia dos triangulos*, Braga, 1855; *Exposição analytica da Oração de agradecimento de Cicero a Cesar pelo perdão concedido a Marco Claudio Marcello, no consulado de Cesar e Lepido*, Braga, 1856; ficou incompleto; *Exposição uccinta da audiencia criminal do julgamento dos réos affiançados, o administrador suspenso do concelho de Fafe, Joaquim Ferreira de Mello, e o bacharel em direito e advogado dos auditorios da mesma villa José Maria d'Oliveira Peixoto, no dia 9 de dezembro de 1857, ambos accusados e pronunciados abusivamente pelos crimes de motim e sedição*, etc., Braga, 1858; *Comparações metricas dos pezos e medidas do districto de Braga, equiparando-os em cada concelho com as equivalencias individuaes do systema metrico adoptado por decreto de 13 de dezembro de 1852*, etc., Braga, 1859; *Quadro documentado das extorsões, torpezas e infamias do delegado do thesouro no districto de Braga, Francisco Pereira de Miranda*, Braga, 1858; *Hymno bracarense do rei e da rainha, na occasião do real consorcio de Sua Magestade o senhor D. Pedro de Bragança, com Sua Magestade a senhora D. Estephania de Hohenzollern em 1858, posto em musica por José Antonio Francisco Soure, etc.*, Braga, 1858; *Importancia pratica do processo urinologico de Barreswil na analyse chimica das urinas diabeticas*, etc., Braga, 1859. Tres discursos e outros escriptos maçonicos, Porto, 1848; *Quadras allegoricas para uma associação patriotica*, Braga, 1848; *Bravos poeticos recitados e espalhados no theatro bracarense de S. Geraldo por occasião da representação das «Recordações da guerra da peninsula»*, Braga, 1861; *Desafogo de saudade na desastrosa morte do districto bardo maranhense Antonio Gonsalves Dias na madrugada de 3 de dezembro de 1864 nas costas de Guimarães, no Maranhão*, Braga, 1865; *Lettera del professore di matematica nel liceo nazionale di Braga*, etc., Braga, 1866; *Pinheirada*, poema historico-burlesco, etc., sem logar nem anno de impressão; *Vindicação do fabrico de papel com massa de madeira; Exposição da acção dramatica da Francesca da Rimini: tragedia in cinque atti da Silvio Pellico*, etc., Braga, 1869; *Raridade bibliographica: Favores do céo a Portugal na acclamação do rei D. João IV, precedidos d'uma noticia bibliographica*, etc., Porto, 1871; *A liberdade: enthusiasmo poetico offerecido ao distincto orador sagrado ex.mo Alves Matheus*, etc., Braga, 1871; *Tributo de saudade á memoria de D. Pedro IV, libertador de Portugal, no seu 37.º anniversario da sua morte, em 24 de setembro de 1871*, Braga, 1871; *Programma das conferencias familiares do professor Pereira Caldas na sociedade democratica recreativa de Braga sobre monumentos archeologicos*, etc., Braga, 1872; *Oração escolar na abertura solemne do lyceu nacional bracarense no anno lectivo de 1872 a 1873*, Braga, 1872; *Idem*, no anno de 1874 a 1875; *Cartas do professor Pereira Caldas... ao antigo discipulo de mathematica Candido de Figueiredo*, etc., Braga, 1874; *A censura dos livros em Portugal, polemica litteraria*, Braga, 1875; *Os regimentos da inquisição em Portugal*, Braga, 1877; *O padre Gonçalves, sinologo portuguez*, Braga, 1877; *Monumentos epigraphicos de Roma, exalçadores da memoria do papa S. Damaso, prodigio vimarauense*, Braga, 1879; *Os cemiterios christãos em sua origem; noticia succinta*, Braga, 1879; *Acclamação de D. João IV em Braga em 1610, noticia historica*, Braga, 1879; *Descoberta da America, bos*

quejo noticioso, Braga, 1880; *Imitação, parodia e centonisação de dez estrophes dos «Luziadas» de Camões em 1628 por fr. Christovão Osorio*, etc., Braga, 1881; *Musica arabe. Origem e creação*, Braga, 1883; *Uma inscripção romana de Caria de Lamego*, Braga, 1883; *Duas correcções calendaristicas: a gregoriana e a persa*, Braga, 1884; *Notas calendaristicas em relação a 1784 e 1884. Limites do primeiro centenario do inicio do templo do Bom Jesus do Monte, nos suburbios de Braga*, Braga, 1884; *Duas palavras sobre o Diccionario bibliographico portuguez, estudos... continuados e ampliados por Brito Aranha*, etc., Braga, 1884; *Noticia historica sobre a espingardaria vizellense com indicações geraes sobre a espingardaria portugueza*, Braga, 1885; *Nota bibliographica sobre o sermão dos terremotos prégado em Roma em 1703, e em Roma impresso em 1706, por fr. Bernardo de Castello Branco, monge cisterciense*, Braga, 1885; *Tres folhetins da «Folha de Villa Verde», em homenagem nobilissima a duas senhoras illustres, em Braga, representantes do sangue de Camões*, Braga, 1885. A tiragem foi de 55 exemplares numerados e fóra do commercio: *Seis estrophes do episodio do «Adamastor», extrahido dos «Lusiadas» de Camões, com a versão hespanhola de D. Patricio de la Escosura, inedita ainda, antecedidas de um preambulo*, etc., Braga, 1881; *Encomio a Camões, n'uma poesia hespanhola de D. José Lopes de la Vega em 1855*, etc., Braga, 1881; *No anniversario 302.º do fallecimento de Camões (10 de junho de 1882), Primeiro obolo litterario (Soneto de Camões «Sete annos de pastor Jacob servia», com a versão de D. Francisco de Quevedo y Villegas, em hespanhol*, Braga, 1882; *Idem, segundo obolo:* o mesmo soneto, com a versão de D. Lamberto Gil, em hespanhol, idem. *Idem, terceiro obolo:* o mesmo soneto, com a versão do conselheiro Antonio José Viale, em italiano, idem; *Idem, quarto obolo:* o mesmo soneto com a versão de Augusto Guilherme Schlegel, em allemão, idem; *Idem, quinto obolo:* o mesmo soneto, com a versão de Luiz Arentsschildt, em allemão, idem, *Idem, sexto obolo:* o mesmo soneto, com a versão de Guilherme Storck, em allemão, idem; *Idem, setimo obolo:* o soneto de Camões em artificio provençalesco de lexapren «*Por gloria tuve un tiempo el ser perdido*», com a versão portugueza de fr. Bernardo de Brito, em egual artificio poetico, idem; *Idem, oitavo obolo:* o soneto de Pedro da Costa Perestrello «*Si gran gloria me viene de mirarte*», com a versão de Camões, em portuguez, idem; *Idem, nono obolo:* o soneto de Diogo Bernardes «*Quem louvará Camões, que elle não seja?*», com a versão franceza do conselheiro José da Silva Mendes Leal, idem; *Idem. Decimo obolo:* o mesmo soneto, com a versão de F. Booch-Archossy, em allemão, idem; *Idem, undecimo obolo:* o soneto de João Xavier de Mattos «*Só com o grande immortal de Camões*», com a versão do dr. J. Leyder, em inglez, idem; *Idem, duodecimo obolo:* o soneto de sir John Bowgivg a Macau, com o solo de Camões perlustrado «*Gem of the Orient Earth and open Sea*», com o versão de Carlos José Caldeira, idem; *Soneto italiano de Torquato Tasso... endereçado como encomio ao nosso Luiz de Camões: co a as versões em portuguez, francez e inglez, antecedidas de um preambulo do professor bracarense*, etc., idem, em 1883; *A' memoria saudosa de Idalina Augusta Pereira Caldas, endereça n'este dia o pae desolado, assimilando as como suas, estas phrases affectuosas de Camões, com a versão italiana inedita... pelo conselheiro Antonio José Viale*, idem; a versão é a do soneto «*Alma minha gentil, que te partiste*»: *Uma oitava de Camões em Carrion de Nisas e com anteloquio do professor bracarense*, etc., idem, 1884; *Uma estrophe dos «Luziadas» de Comões, dada a lume na Sicilia, em Messina, em 1882, como especimen de versão do portuguez, com anteloquio do professor decano bracarense*, etc., idem. 1884; *Quatro sonetos do conselheiro Antonio José Viale em homenagem a Luiz de Camões no seu tri-centenario em Braga*, etc.; *Nota bibliographica em relação ao historiador hollandez, Nikolaas Godfried Van Kampen negligentemente descripto no visconde de Juromenha, como apreciador critico de Luiz de Camões*, idem, 1884. Escreveu muitos outros artigos scientificos e sobre differentes assumptos, n'alguns annos do *Almanach de Lembranças*, e nos seguintes jornaes: *Aurora*, revista de Lisboa; *Atalaya catholica*, de Braga; *Boletim de Pharmacia e Sciencias accessorias*, Porto; *O Bracarense; O Braz Tisana*, Porto; *Chronica litteraria da Nova Academia Dramatica de Coimbra; Crepusculo*, de Coimbra; *O Civilisador*, Porto; *Correspondencia do norte*, Braga; *Constituinte; Districto*, de Braga; *Estrella do norte, Esmeralda*, e *Ecco popular, Gazeta medica do Hospital de Santo Antonio, Gazeta medica*, Porto; *O Independente*, de Braga; *Instituto, de Coimbra: Jornal para todos, Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, e *Jornal de Pharmacia e Sciencias accessorias*, Lisboa; *Jornal da Associação industrial portuense: Liberal do Mondego*, de Coimbra; *Miscellanea poetica*, Porto; *O Murmurio* e o *Moderado*, Braga; *Miscellanea Litteraria*, Porto; *Modesto*, semanario religioso; *O Nacional*, Porto; *O Operario*; *Prisma*, jornal da Academia dramatica de Coimbra; *Periodico dos pobres* e o *Pirata*, Porto; *Panorama litterario e illustrado*, Coimbra; *Revista universal lisbonense; Revista academica*, Coimbra; *Revista litteraria*, Porto; *Revista del Medio-dia, jornal litterario hespanhol e portuguez*, de Lisboa; *Revista da Pharmacia e Sciencias accessorias*, Porto; *Sentinella*, Braga.

Caldas. Pov. na freg. de Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Thomé, de Penalva d'Alva, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Sequeira, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santo Antonio, de Villar da Veiga, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga || Logar na freg. de S. Martinho, de Crasto, conc. da Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santa Maria, de Gallegos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Maria Magdalena, de Gestaçô, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Maria d'Oliveira, conc. de Mezão Frio, distr. de Villa Real. || Logar na freg. de Santa Maria, do Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. Casal na freg. de Santa Maria, de Olivaes, 1.º bairro de Lisboa. || Horta na freg. de S. Lourenço, conc. de Elvas, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de Santa Martha, de V. N. da Rainha, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa. || Quinta da freg. de Santa Maria e conc.

de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. ‖ Quinta na freg. do Santissimo Nome de Jesus, de Odivellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Caldas. V. *Aguas mineraes.*

Caldas d'Amieira. V. *Amieira.*

Caldas e Araujo *(Albano de).* Sendo tenente do regimento de infantaria do reino de Angola, foi promovido a capitão do mesmo regimento por decreto de 15 de outubro de 1770. Tinha exercicio de engenheiro.

Caldas d'Aregos. V. *Aregos.*

Caldas Aulete *(Francisco Julio).* Escriptor, jornalista e professor da Escola Normal primaria de Marvilla, da Escola Academica e por ultimo do lyceu de Lisboa. Antigo deputado. Era natural de Lisboa, cidade em que tambem falleceu a 23 de maio de 1878. Collaborou, mas sem effectividado, em varias publicações periodicas, politicas ou litterarias. Os seus estudos predilectos eram de instrucção publica, e especialmente a primaria e popular. Da sua capacidade como professor, escreveu ha bastantes annos o sr. Ramalho Ortigão um artigo na *Gazeta de Noticias* do Rio de Janeiro, o qual foi transcripto no *Diario da Manhã.* Caldas Aulete votou-se de corpo e alma ao apostolado do ensino, e ahi gastou e consumiu as forças da vida morrendo n'uma velhice precoce, que largo tempo o trouxe alquebrado, como se fôsse ao peso dos annos. O seu ultimo trabalho foi o *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza,* obra de folego, que não chegou a concluir, mas que se completou mais tarde, publicando-se em 1881, encarregando-se d'esse trabalho Santos Valente. O diccionario ficou sendo conhecido pelo nome de *Diccionario de Caldas Aulete;* na impressão vem precedido d'um prologo escripto pelo abalisado professor. Escreveu mais: *Cartilha nacional; methodo lesographico para aprender simultaneamente a ler, escrever, orthographar e desenhar,* parte impressa e parte lithographada. Tem havido varias edições, mas sabemos sómente a data da 4.ª, que é de 1873; *Selecta nacional, curso pratico de litteratura portugueza, primeira parte Litteratura ;* tambem tem tido bastantes edições; *segunda parte, Oratoria,* Lisboa, 1875; *terceira parte, Poesia,* Lisboa, 1877; *Grammatica nacional, (curso elementar), adoptado pelo Conselho Geral de Instrucção publica,* Lisboa, 1864. Houve uma nova edição em 1875, com o titulo de: *Grammotica nacional,* approvada officialmente para as escolas publicas, etc.: *Encyclopedia das escolas primarias, coordenada por José Maria Latino Coelho e F. Julio Caldas Aulete,* Lisboa, 1869. Tendo entrado n'uma empresa industrial, de que fôra um dos directores, publicou o seguinte folheto: *Farinha Aulete, Directorio,* Lisboa, 1864. Parece que esta empresa não progrediu, ou teve curta duração.

Caldas de Canavezes. V. *Marco de Canavezes.*

Caldas da Felgueira. V. *Felgueira.*

Caldas de Felgueiras. V. *Felgueiras.*

Caldas de Gaeiras. V. *Gaeiras.*

Caldas do Gerez. V. *Gerez.*

Caldas de Manteigas. Logar na freguezia de S. Pedro, e conceilho de Manteigas, districto da Guarda.

Caldas de Moledo. V. *Moledo.*

Caldas de Monchique. V. *Monchique.*

Caldas da Rainha. Villa da prov. da Extremadura, distando 91 kilom. ao N de Lisboa, séde do conc. e de com., distr. de Leiria, rel. e patriarc. de Lisboa. Pertence á 1.ª div. militar; tem uma só freg., orago Nossa Senhora do Populo, com 4:639 hab.: 2:237 do sexo masc. e 2:402 do feminino. Tem Misericordia, hospital, escolas para ambos os sexos, escola industrial *Rainha D. Leonor,* club, theatro, praça de touros, est. do caminho de ferro de Oeste e est. tel. post. de 1.ª classe, creada por decreto de 7 de abril de 1869. A villa é illuminada por electricidade. Em 15 de maio e em 15 de agosto realisam-se as feiras principaes, durando a primeira dois dias e a segunda tres; e as mensaes, que se effectuam no ultimo domingo de cada mez. Além d'estas feiras ha mercado todos os domingos. O concelho tem 10 freguezias n'uma area de 21:079 hectares, com 22:968 hab.: 10:710 do sexo masc. e 10:258 do feminino. As freg. são: A dos Francos (S. Silvestre) com 1:105 hab.: 574 do sexo masc. e 531 do fem.; Alvorninha (N. S.ª da Visitação) com 2:644 hab.: 1:417 do sexo masc, e 1:227 do fem.; Carvalhal Bemfeito (N. S.ª das Mercês) com 843 hab.: 424 do sexo masc. e 419 do fem.; Côtto (N. S.ª dos Anjos) com 574 hab.: 295 do sexo masc. e 279 do fem.; Fanadia (S. Gregorio) com 830 hab.: 416 do sexo masc. e 414 do fem.; Landal (Espirito Santo) com 900 hab.: 484 do sexo masc. e 416 do fem ; Salir de Mattos (Santo Antonio) com 1:935 hab.: 1:001 do sexo masc. e 934 do sexo fem.; Salir do Porto (N. S.ª da Conceição) com 541 hab.; 261 do sexo masc. e 280 do fem.; Santa Catharina com 1:798 hab.; 907 do sexo masc. e 891 do fem ; Serra do Bouro (N. S.ª dos Martyres) com 2:306 hab.: 1:186 do sexo masc. e 1:120 do fem.; Tornada (N. S.ª da Annunciação) com 1:567 hab.: 819 do sexo masc. e 748 do fem ; Vidaes (N. S.ª da Piedade, com 1:286 hab.: 689 do sexo masc. e 597 do feminino. A villa das Caldas da Rainha é sem duvida uma das mais importantes da Extremadura pelos seus progressos materiaes. Desde a sua fundação até 1834 pertenceu á Casa das Rainhas, tendo juiz ordinario e camara. Na estação calmosa frequentam-a numerosas pessoas, que de todos os pontos do paiz e do extrangeiro ali vão aproveitar os seus celebrados banhos sulfureos, quentes. A pov. está situada no declive d'um onteiro, tendo uma apparencia agradavel; offerece aos banhistas e forasteiros, que a ella concorrem, as commodidades precisas e indispensaveis. A's thermas, ou caldas, deve a actual villa a sua existencia, pois conta se que a rainha D. Leonor, mulher de D. João II, passando por Obidos para a Batalha, em 1487, viu no sitio da Copa uns individuos que se banhavam, e, inquirindo da razão do que via, elles lhe disseram que aquellas aguas curavam muitas enfermidades e feridas. Então, a rainha, que padecia d'um seio, querendo certificar-se do

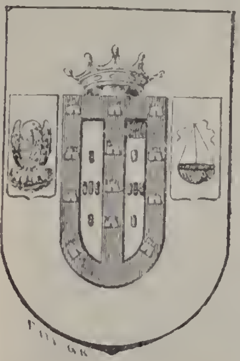

Brazão da villa das Caldas da Rainha

que lhe asseveravam, usou tambem das aguas e viu-se curada, pelo que ali mandou levantar um padrão commemorativo, do qual Pinho Leal affirma haver ainda vestigios. No anno seguinte mandou D. Leonor proceder á construcção d'um optimo hospital, ao qual applicou todas as suas rendas, que, por serem insufficientes, a levaram a vender ao rei D. Manuel as suas joias, para que a obra se acabasse. Depois o mesmo soberano, a pedido de D. Leonor, fez junto ao hospital um logar de 30 moradores, dando-lhe o fôro de villa, e com o privilegio de não pagarem jugada, oitavos, siza ou portagem, nem os de fóra que fôssem lá comprar ou vender. Estes 30 privilegiados conservaram-se até ao tempo de D. João IV, mas os privilegios não se estenderam aos habitantes posteriores. D. Leonor deixou ao seu estabelecimento rendas para serem tratados 600 pobres. A mesma rainha fez ao hospital um compromisso, assignado em 18 de março de 1512, confirmado por D. Manuel a 22 de abril seguinte e approvado pelo papa Julio II ainda no referido anno de 1512. O governo do hospital foi entregue aos frades *loios*, conegos seculares de S. João Evangelista. El rei D. José, por seu alvará de 20 de abril de 1775, tirou-lhes a administração, que

Torre da egreja matriz

ficou por conta do governo. A Casa da Convalescença foi feita á custa dos bens dados com esse fim pelo commendador da Ordem de Christo Manuel Mattos de Sousa. D. João V, que durante treze annos successivos frequentou, com sua familia e a côrte, os banhos das Caldas, mandou reedificar o hospital desde os alicerces, dando-se-lhe então a forma actual, como consta da inscripção abaixo, esculpida n'uma lapide da casa da Copa, onde ha o manaucial da agua thermal para uso interno dos doentes:

JOANNES QUINTUS
LUSITANIÆ REX VIGESIMUS QUARTUS
BENEVOLENTIA ET CHARITATE MOTUS
HANC THERMARUM HOSPITALISSIMAM DOMUM
INSTAURARE A FUNDAMENTIS
ET DECENTIUS AUGERE JUSSIT
AD MAJUS AEGROTANTIUM COMMODUM
ANNO REDEMPTIONIS MDCCLVII.

ET IN TRIENNIO ABSOLUTA CONSPICITUR
LEONORA REGINA
REGIS JOANNIS II DILECTISSIMA CONJUX
CONSTRUXERAT, ET ORDINAVERAT
SOLICITE, LIBERALITER, ET RELIGIOSE
ANNO DOMINI MCCCCLXXXVIII.
AMBO MISERICORDES
AMBOBUS DEUS RETRIBUET.
FRUERE HOSPES
IMITAREQUE QUANTUM POTUERIS
ET NON TE PAENITEBIT.

O architecto-director dos trabalhos de reconstrucção foi o brigadeiro Manuel da Maia, tambem architecto e constructor do monumental Aqueducto das Aguas Livres. Começou em maio de 1747 a demolição da obra antiga, que estava muito enterrada, e findou em 1750. O soberano comprou varias moradas de casas, que então se demoliram para augmento do hospital. Foi tambem para o mesmo fim demolida a primitiva casa

Hospital thermal

da camara e cadeia, e a rainha D. Marianna de Austria, mulher de D. João V, as mandou fazer

de novo, no rocio da villa, com muitos melhoramentos. A agua que sae do estabelecimento, dirége e móe e vae entrar na lagôa de Obidos.

Lago do Parque e Hospital D. Carlos

Quanto ás nascentes de agua sulfurea que brotam nas Caldas da Rainha, e que são a origem da importancia d'esta villa, dá as mais completas indicações o livro do dr. A. Luiz Lopes *Aguas minero-medicinaes de Portugal*, Lisboa, 1892. O hospital tem uma bella egreja. Até 1834 houve duas enfermarias para homens, duas para mulheres, tendo uma d'estas uma separação para freiras, uma para frades e outra para padres. Depois ficou com seis enfermarias para homens e duas para mulheres. O hospital de Santo Izidoro está construido fóra da villa, fronteiro á estrada de Lisboa. Foi inaugurado em 19 de março de 1893; compõe-se de sete pavilhões de alvenaria, ferro e tijolo, ligados por pequenos passadiços. Este edificio substituiu o velho hospital do mesmo titulo, fundado por determinação testamentaria de Izidoro Ignacio Alves de Carvalho, e que fôra construido em 1852 junto ao Hospital Real, no largo da Copa, por diligencias de José Bento de Mello Salazar, no cumprimento d'aquelle legado. A matriz da villa, da invocação de N. S.ª do Populo, foi principiada em 1488 e concluida em 1502, tambem por iniciativa de D. Leonor. Pelos annos de 1740 foi reedificada com grande sumptuosidade por D. João V. A primeira egreja que houve na villa foi a capella do Espirito Santo. Existem mais quatro capellas: N. S.ª da Graça, N. S.ª do Rosario, S. Sebastião e S. Bartholomeu, quasi todas reedificadas por D. João V. Até 1834 o parocho era vigario collado, tinha tres capellães e todos quatro rezavam em côro; eram da apresentação *in solidum* do provedor do hospital. Todos tinham egual renda, que era para cada um 40 alqueires de trigo e 40$000 réis em dinheiro. O provedor e o almoxarife do hospital fôram conegos de S. João Evangelista desde D. João III até 1775. O primeiro brazão d'armas, que a rainha D. Leonor deu á sua villa das Caldas, foi o mesmo que tinha a villa de Obidos, a cujo termo então pertencia, o qual unicamente consistia no escudo real. O segundo brazão d'armas foi o seguinte: Um escudo de purpura; no centro dois escudetes brancos parallelos, com cinco escudetes azues pequenos em cruz e tendo cada um d'estes cinco bezantes em aspa (como o das armas de Portugal mas duplicado) e sobre o escudo doze castellos de ouro em tres linhas verticaes de quatro castellos cada uma, ficando os quatro do centro no intervallo que divide os escudetes brancos. Este escudo é mettido em outro branco, e de um lado d'aquelle tem uma rede e do outro um pelicano, alimentando os filhos com o proprio sangue. O escudo branco é encimado por uma corôa aberta como a dos duques. Os emblemas ou divisas da rede e do pelicano são allusivos, o primeiro á morte do principe D. Affonso, o qual, victima de desastre em Santarem, foi levado n'uma rede, já sem sentidos para a cabana d'uns pescadores, e o pelicano por symbolisar o amôr paterno e ser a divisa de D. João II, pae do principe. Em memoria do fatal successo D. Leonor mandou accrescentar aos brazões d'armas de todas as suas terras aquelles emblemas. A villa das Caldas tem excellentes praças e ruas, passeios ajardinados, nos quaes se conta o parque e o passeio em frente do hospital,

Praça D. Maria Pia

e que era a antiga cerca do estabelecimento. Para o parque, esplendidamente arborisado, deitam as enfermarias do novo hospital D. Carlos. A industria ceramica data de 1488, havendo então 2 oleiros, que forneciam a louça chamada d'agua e vidrada do hospital. Em 1875 tinham as Caldas 20 officinas de louça, mas o seu engrandecimento foi principalmente devido ao industrial Manuel Cypriano Gomes Mafra, que lhe imprimiu o caracter de originalidade que tem e a tornou conhecida em todo o paiz e no extrangeiro. Por fim a creação em junho de 1884 da Fabrica das Faianças das Caldas, dirigida por Bordallo Pinheiro, veiu dar-lhes um renome em todo o mundo, pela sua feição artistica e distincta que o grande artista lhe soube imprimir, enriquecendo a arte nacional com verdadeiras obras primas no genero, taes como a *Jarra Beethoven*, as figuras para as capellas do Bussaco, e outros objectos, que já na exposição universal de Paris, em 1889, grangearam para a pittoresca louça das Caldas um verdadeiro successo. Além das thermas da quinta de Gaeiras (V. *este nome)*, ha ainda no conc. das Caldas da Rainha os banhos das *Aguas Santas* explorados pela camara municipal, a dois kilometros da villa, e fundados em 1853 por iniciativa do vereador José Antonio Lopes, e restaurados na vereação da presidencia do sr. José Salles Henriques. O conc. tem magnificas pedreiras d'um calcareo semelhante ao da Batalha; produz trigo, centeio, milho, azeite, algum vinho, legumes e muita fructa. | Teem sido publicados aqui os seguintes jornaes: *Album Caldense*, 15 de maio de 1893; *Caldense (O)*, 28 de outubro de 1884 até 1889; *Cavaco das Caldas*, 15 de maio de 1896; *Circulo das Caldas (O)*, 1 de janeiro de 1893, em publicação; *Democrito (O)*, 3 de agosto de 1884; *Futuro das Caldas (O)*, ainda se conserva em publicação; *Independente (O)*, 4 de janeiro de 1894, continuado do *Tentativa*; *Rato (O)*, 5 de maio, de 1886; *Tentativa (O)*, 2 de julho de 1892 a dezembro de 1893, seguido pelo *Independente*. Além d'estes jornaes publicaram-se os *numero unicos* seguintes: *Gratidão dos Caldenses ao Dr. José Filippe Andrade Rebello*, 1887; *Gratidão dos Caldenses*, 21 de julho de 1894; *Progresso das Caldas*, 25 de junho de 1887; *Tentativa (O)*, 19 de março de 1893. || E' grande a bibliographia ácerca da villa das Caldas da Rainha, das suas thermas e da fabrica de faianças. E' muito completa a lista das obras especiaes que, ácerca das aguas das Caldas da Rainha, apresenta o dr. A. Luiz Lopes no seu livro, acima citado, *Aguas minero-medicinaes*, pag. 176, e a ella remettemos o leitor. Pódem ainda indicar-se como mais interessantes os seguintes trabalhos, além de numerosos artigos espalhados em revistas e outros periodicos: *Livro da Fundação d'este Real Hospicio, sito na Villa das Caldas.. Compendio juntamente de tudo quanto se contém no seu cartorio, desde o anno de 1484 até ao de 1656 feito e ordenado pelo padre M. Jorge de S. Paulo, 3.º provedor d'este hospital*; volumoso manuscripto existente no cartorio do hospital das Caldas da Rainha. *Noticias interessantes da real villa das Caldas*, com estampas, manuscripto dos fins do seculo XVIII, existente na Bibliotheca Nacional sob o n.º 14:927 p. (Hist.): *Memorias dos annos de 1775 a 1780 para servirem de historia á analyse das virtudes das aguas thermaes das Caldas da Rainha* pelo dr. Joaquim Ignacio de Seixas Brandão, Lisboa, 1781; *Memoria sobre as Caldas da Rainha* pelo Visconde de Villa Maior, nos *Annaes* da Ac. R. das Sc, Lisboa, 1858; *Observaçoens das agoas das Caldas da Rainha, offerecidas a todos os enfermos pobres, que necessitam d'este milagroso remedio, para cura de seus achaques, por um curioso, que ha vinte annos, que vive a beneficio das ditas agoas*; Paris, *Na Officina de Jacob Vicent, 1752*. Este curioso era um Mr. de Patulier, militar francez. *As cidades e as villas*, etc. de Vilhena Barbosa; *Portugal antigo e moderno* de Pinho Leal; *Noticia historica do hospital das Caldas da Rainha* pelo dr. Thomaz de Carvalho, nos *Annaes das Sciencias e Lettras*, 1857; *Origem do Real Hospital e da villa das Caldas da Rainha* por D. Luiz Vermell y Busquets, Lisboa, 1878; *A fabrica das Caldas da Rainha* por J. Ramalho Ortigão; *A fabrica de faianças das Caldas da Rainha*, por Joaquim de Vasconcellos; *Relatorios e contas da fabrica de faianças das Caldas da Rainha*, etc.

Vista da Fabrica das Faianças

Caldas de Sangemil ou S. Gemil. Logar na freg. de S. Miguel, de Lageosa, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Caldas de S. Jorge. Pov. e freg. de S. Jorge, da prov. do Douro, conc. e com. da Feira, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 758 hab. e 139 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. permutando malas com a Feira. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada em terreno muito accidentado, mas pouco pittoresco. A terra é fertil. A egreja foi construida no fim do seculo XVIII. Encontram-se aqui minas de cobre e ferro, ainda não exploradas. O bispo do Porto e o convento de freiras de Santa Clara, da ordem de S. Francisco, apresentavam alternativamente o abbade, que tinha de rendimento 500$000 réis. N'esta freg. ha um bom estabelecimento de banhos,

feito pela rainha D. Maria I, em 1780 e administrado pela camara municipal. Estas aguas mineromedicinaes brotam n'uma região fertil e aprazivel. O terreno é de rocha silieiosa, cercado de outros silico-argilosos e sedimentares, n'alguns dos quaes emergem aguas ferreas, usadas como remedio popular. Fôram descobertas em 1770 ou 1797, e então muito preconisadas pelo abbade de S. Jorge, Ignacio Antonio da Cunha, que construiu ali o primeiro e modesto balneario, entregues por provisão do governo de D. João VI, em 21 de janeiro de 1805, utilisadas para um soffrivel edificio de cantaria, onde, em escuros e estreitos quartos mal pavimentados, havia umas cubatas de madeira mais tarde substituidas por tinas de lousa. Para occorrer ás despezas d'essa installação instituiu-se um imposto de real por cada quartilho de vinho que na comarca se vendesse. Depois de diversos aperfeiçoamentos e importantes obras, está hoje em regulares condições. As aguas teem a classificação de fria, hyposalina, chloretada, sulfurea, lithinada, azotada. Regularisam as funcções digestivas, e augmentam a alcalinidade do sangue e da bilis, facilitando a expulsão dos calculos, e desengorgitando as vias biliares. São por isso usadas contra as doenças chronicas não organicas do figado, estomago e intestinos, assim como contra as manifestações arthriticas, e em especial contra o rheumatismo, gotta, e areias urinarias. Trata-se d'estas aguas no livro do dr. Alfredo Luiz Lopes, intitulado *Aguas minero-medicinaes de Portugal*, e nos seguintes: *Breve noticia do local das Caldas de S. Jorge, sua analyse e noticia de seus effeitos em differentes molestias*, por J. J. de Oliveira; *Gazeta medica do Porto*, tomo I, 1843 a pag. 214, e tomo III, pag. 325; *As Caldas de Jorge (concelho da Feira)*, dissertação inaugural apresentada á *Escola Medico-cirurgica do Porto, por Antonio Ferreira Pinto da Motta*, Porto, 1890.

Caldas de S. Lourenço. Pov. na freguezia de S. Lourenço, de Pombal, conc. de Carrazêda d'Anciães, distr. de Bragança.

Caldas das Taipas. V. *Taipas.*

Caldas das Toucas. V. *Alpedrinha.*

Caldas de Vizella. V. *Vizella.*

Caldas Xavier *(Alfredo Augusto)*. Major de infantaria. N. em 1853, fal. em Lourenço Marques a 8 de janeiro de 1896. Fez um curso distincto na Escola do Exercito, e a pedido do lente, o fallecido official e escriptor Thomaz Bastos, construiu um modelo em gesso sobre as *modificações do fosso*, e outro em madeira representando um *blockhouse*, modelos que figuram no museu da escola militar, e fôram muito apreciados. Em janeiro de 1875 foi despachado alferes graduado. Organisando-se no anno de 1877 a primeira expedição d'obras publicas para a provincia de Moçambique, Caldas Xavier foi um dos contratados para esse serviço, e partiu como conductor ás ordens do engenheiro Joaquim José Machado, de quem se tornou o principal auxiliar nos estudos do caminho de ferro de Lourenço Marques, contribuindo tambem durante o periodo d'essa commissão, para a organisação das forças militares que bateram o regulo Zavalla, o que lhe valeu ser louvado pelo governador da provincia, o general Francisco Maria da Cunha. Terminada a commissão d'obras publicas, regressou á metropole, voltando depois a Moçambique para dirigir os trabalhos da Companhia do Opio, commissão em que empregou os maiores esforços de intelligencia e actividade para o desenvolvimento d'esta empresa. O regimen por elle adoptado no prazo em que estava estabelecida a companhia, era porém mal visto pelos arrendatarios dos outros prazos, e essas ou outras causas deram motivo a que os estabelecimentos da companhia fôssem atacados pelos massingires. Caldas Xavier sustentou-se n'um renhido ataque, defendendo-se durante duas horas, apenas acompanhado por um seu irmão e pelo inglez machinista ao serviço da companhia. N'este ataque praticou um dos maiores actos de bravura, e se não fôsse soccorrido a tempo, teria sido victimado. Vendo depois que a Companhia do Opio perdera todo o seu caracter portuguez, desgostou-se e pediu a exoneração do cargo, regressando a Lisboa em 1886. Nos fins do anno seguinte foi nomeado chefe de secção do caminho de ferro de Mormugão, onde, conjuntamente com os trabalhos de engenharia, estudava, e se propunha a fazer uma exploração em Africa, tendo sido presentes á Sociedade de Geographia as bases em que entendia que esse serviço se deveria realisar. Publicou em Gôa o seu estudo sobre a Zambezia, estudo de valor, que se tornou um poderoso subsidio á commissão que estudava a remodelação dos prazos da Zambezia. O governador da India, reconhecendo-lhe o merito, retirou-o da fiscalisação do caminho de ferro, nomeando-o chefe interino de Diu, onde pouco se demorou, por ser de novo chamado para a fiscalisação, afim de substituir interinamente o inspector do caminho de ferro, que telegraphicamente havia sido chamado a Lisboa. Regressou a Lisboa nos principios de 1890, e, n'esse mesmo anno acceitou o logar que lhe foi offerecido de auxiliar do engenheiro Joaquim José Machado na commissão de delimitação de fronteiras na Africa Oriental. Quando chegou a Lourenço Marques, o governador geral de Moçambique tinha-se demittido, e Joaquim José Machado foi nomeado para este cargo, sendo substituido na commissão pelo engenheiro Freire de Andrade, a cujas ordens ficou servindo Caldas Xavier. Terminados os trabalhos de campo, Caldas Xavier dirigiu a construcção, ou antes quasi construiu por suas proprias mãos um pequeno barco a que deu o nome *Freire de Andrade*, e acompanhado sómente por dois negros, desceu o Limpopo, atravez de muitas difficuldades, chegando a Lourenço Marques dois mezes mais cedo que o engenheiro Freire de Andrade e o conductor Serrano, que vieram por terra. Em Lourenço Marques foi surprehendido pelas noticias de Manica, de terem sido ali presos pela força armada da companhia *South African*, Paiva de Andrada, Manuel Antonio de Sousa e João de Rezende. Estas noticias causaram grande agitação, e tratou-se logo de organisar um batalhão de voluntarios para ir soltar os presos e castigar os assalariados da companhia ingleza. Caldas Xavier foi commandar este batalhão, que depressa se apromptou, o qual partiu para Manica, onde a força portugueza occupou Massiquece, fazendo retirar os representantes da *South African*, depois de terem entregado os abastecimentos pertencentes á companhia de Moçambique. Caldas Xavier continuou os trabalhos de delimitação de fronteiras na Africa Oriental, e prestou

importantes serviços na defeza de Lourenço Marques, e no combate de Marraquene. Em 1895, estava em Inhambane, na commissão de chefe dos transportes a abastecimentos militares da columna do norte, quando a doença o obrigou a retirar-se para Lourenço Marques, fallecendo pouco depois.

Calde. Pov. e freg. de N. S.ª da Natividade, da prov. da Beira Alta, conc., com., distr. e bisp. de Vizeu; 1:463 hab. e 320 fog. Tem caixa do correio com serviço de posta rural, e escola do sexo masc. A pov. dista 20 k. da séde do conc. e está situada n'uma serra na estrada que vae de Vizeu a Castro Daire, e d'onde se vêem algumas terras e povoações. O vigario de Lordosa apresentava o cura que tinha 8$800 réis em dinheiro e diversos generos. D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 24 de julho de 1515, dando-lhe o nome de *Caldas do Couto de Lafões*. Está n'esta freg. a serra da Varzea, e passa tambem o rio Vouga. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. || Logar na freg. de S. Christovão. de Espadanedo, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu,

Caldeira. Vaso grande de metal, para cozinhar os alimentos. Era antigamente uma das insignias dos *ricos-homens*, junto com o *pendão*, em signal das mesnadas, companhas, ou gentes que mantinham e capitaneavam. D'ahi o titulo de *rico-homem de pendão e caldeira*. Isto se usou desde o tempo dos godos até ao seculo xv, em que totalmente se extinguiu este titulo da antiga nobreza, sendo substituido por outros ainda em uso. Viterbo, no seu *Elucidario*, escreve: «Pelo *pendão* se mostrava o poder e autoridade de alistarem os seus vassallos para a guerra; pela *caldeira*, que no mesmo pendão, ou estandarte, estava pintada, queriam dizer que tinham muitos bens, munições de boca e dinheiros para lhes pagar e os manter. E d'aqui a phrase: *guisar caldeira* por dar mantimento aos soldados. Em as historias de Hespanha e Portugal lêmos que os reis instituiam os *ricos-homens* dando-lhes o *pendão* e a *caldeira*, o que parece denota não pintura mas realidade d'esta mysteriosa e honrada insiguia. Na celebre egreja e antiquissima de Santa Maria de Saboroso, que hoje se acha na freguezia de Barcos, para onde o titulo se mudou já nos fins do seculo xiii, se encontram notaveis campas com insignias, militares, e algumas nos mostram caldeiras penduradas e suspensas de lanças, que nas ditas campas se acham esculpidas.» Alguns brazões apresentam esta peça, como o dos Pachecos, etc.

Caldeira. O nome d'esta familia, segundo alguns genealogistas, provém de ter um dos seus ascendentes tomado na batalha de Aljubarrota uma das caldeiras em que os cozinheiros cozinhavam, mas anteriormente a esta batalha, já existia o appellido em Portugal. As suas armas são, em campo azul uma banda de prata carregada de tres caldeiras negras com bocaes de ouro, entre duas flôres de liz tambem de ouro; o timbre é uma caldeira que tem sobre o aro uma flôr de liz de ouro como as do escudo. Alguns teem por timbre um braço armado de prata com uma caldeira do escudo na mão, pegando-lhe pelo fundo. Ha outros Caldeiras, descendentes de André Caldeira, a quem um dos Filippes deu brazão.

Caldeira *(André Rodrigues)*. Medico e poeta afamado, que floresceu no seculo xvii. Era natural de Setubal e filho de Tristão Lopes e de Branca Dias. Deixou varias obras poeticas, entre as quaes se conta um *Epigramma*, digno de menção, em honra de Zacuto Lusitano, que saiu impresso nas obras d'este medico, tomo i, em 1667.

Caldeira *(Antonio José Marques Correia)*. Doutor na faculdade de Direito pela Universidade de Coimbra, conselheiro de Estado, par do reino, deputado, governador civil de Lisboa, vogal do Tribunal de Contas, etc. N. em Ponte do Lima a 19 de outubro de 1815, fal. a 2 de novembro de 1876. Era filho de José Marques Caldeira, e de D. Joanna Zeferina Rita Correia. Matriculou-se em Direito no anno de 1836, concluiu o curso com distincção em 1841, doutorando-se em 24 de julho de 1842. Entrando na politica no partido cabralista, foi deputado desde 1847 até 1871, par do reino em 1876, secretario do governador civil, de 1844 a 1851, e governador civil nos annos de 1845 e 1846, na epoca mais difficil para a administração, depois de 1833. No meio das luctas partidarias, por vezes violentas, sempre se conservou sereno, dominando com a austeridade do seu caracter e com a reflexão do seu espirito profundamente esclarecido, os impetos das paixões politicas. Quando os negocios publicos apresentavam um aspecto risonho, mostrava-se contente do bem geral, e quando pelo contrario a perspectiva era sombria, apoderava-se do mais intimo e profundo pezar. Sempre assim pensou, embora a politica dominante não fôsse a do conde de Thomar, em que se filiara, e que seguramente depois das luctas de 1846 a 1851 nunca mais subiu ao poder, pela força dos acontecimentos que se déram. Sem nunca se desviar das suas idéas, Correia Caldeira acercou-se do marquez d'Avila, a quem consagrava a maior admiração, suppondo-o immaculado na sua vida politica, e acompanhou-o sempre, assim como acompanhara o conde Thomar. Correia Caldeira teve a nomeação de conselheiro de Estado em 1856, cargo que exerceu até 26 de agosto de 1859, em que foi nomeado vogal do Tribunal de Contas. Tinha a commenda da ordem de N. S.ª da Conceição, em recompensa dos seus serviços administrativos e academicos, e a grã-cruz de Leopoldo da Belgica, em paga da commissão que desempenhou como plenipotenciario no tratado da extradição com aquella côrte.

Caldeira *(Antonio Mendes)*. N. em 1541 em Proença-a-Nova, chamada a Cortiçada, fal. em 1598. Era filho de Christovão Mendes Caldeira e de Beatriz Fernandes. Entrou como voluntario militar nas guerras de Flandres, onde se conservou durante 20 annos. Voltando a Portugal, ajudou com toda a actividade o conde de Basto na expedição de soccorros que organisava em Evora para mandar a Lisboa, que receava vêr invadida pelas tropas inglezas, que auxiliavam o infante D. Antonio, prior do Crato. A'cerca da fórma como entendia a defeza de Lisboa, escreveu uma obra intitulada *Livro de milicia*, que se não chegou a publicar.

Caldeira *(Antonio Vellez)*. Cavalleiro professo na ordem de Christo; desembargador da Casa da Supplicação, de que tomou posse a 23 de maio de 1669. Natural de Portalegre, fal. em Lisboa a 15 de maio de 1689. Era filho do dr. Pedro Cor-

reia, advogado, e de Izabel Vellez Caldeira. No anno de 1670 foi secretario da embaixada que o principe regente D. Pedro mandou a Roma por occasião de ter subido ao pontificado Clemente X, sendo embaixador D. Francisco de Sousa, marquez das Minas. A oração obediencial, que este fidalgo recitou na presença do papa, a 22 de maio do referido anno, foi escripta por Vellez Caldeira, e por elle publicada em 1671. Tem o seguinte titulo: *Oração na solemne Embaixada da Obediencia, que em nome do Serenissimo Principe D. Pedro Governador dos Reynos de Portugal, e dos Algarves deu o seu Embaixador Extraordinario o Excellentissimo Senhor D. Francisco de Sousa, Marquez das Minas, ao nosso Santissimo Padre Clemente X, feita em consistorio publico em 22 de maio de 1670.*

Caldeira *(Carlos José).* Inspector geral das alfandegas, escriptor e jornalista. N. em Lisboa a 23 de janeiro de 1811, fal. em Chellas a 30 de novembro de 1882. Era filho natural do desembargador José Vicente Caldeira de Casal Ribeiro, mas legitimado por disposição testamentaria, e irmão do fallecido estadista conde de Casal Ribeiro. Foi alumno da Academia Real de Marinha, concluindo o curso com muita distincção, obtendo todos os premios. Frequentou tambem a Aula do Commercio, com muito aproveitamento e approvação plena. Entrou com vehemencia na politica, foi agitador e revolucionario, e dedicando-se depois ao funccionalismo publico, chegou a ser chefe da repartição de estatistica creada no ministerio das obras publicas, e inspector geral das alfandegas. Em 1850 partiu em direcção de Macau, seguindo pelo Mediterraneo, Mar Vermelho até á China. Em Macau esteve um anno redigindo o Boletim Official, e no regresso a Lisboa, veiu por Moçambique, Cabo da Boa Esperança e Angola. D'esta viagem publicou uma curiosa descripção. Retirado da vida publica e da acção da politica partidaria, entregou-se á administração da sua casa e a differentes operações commerciaes, não deixando, comtudo, de se dedicar á litteratura. Foi casado duas vezes; a primeira com D. Gertrudes da Conceição Caldeira, e a segunda, em 1877, com D. Maria Maximiana da Madre de Deus Silva, filha de João Antonio de Jesus, e de sua mulher, D. Maximiana de Jesus e Silva. Carlos José Caldeira foi jornalista assiduo, sendo collaborador do *Diario de Noticias* e do *Jornal do Commercio,* onde escreveu varios artigos sobre assumptos economicos e financeiros, assignando-se com o pseudonymo de *Veritas.* Collaborou tambem no *Archivo pittoresco, Correio da Europa, Archivo universal, Illustração Luso-Brazileira, Occidente* e *Revista peninsular.* Escreveu e publicou o seguinte: *Considerações sobre o estado das Missões e da Religião Christã na China,* Lisboa, 1851; *Apontamentos d'uma viagem á China, e da China a Lisboa,* 2 tomos, 1852 e 1853, com alguns mappas que servem de appendice; esta obra mereceu o maior acolhimento, Anteriormente publicara, estando ainda na China um livro com o titulo: *Apontamentos de uma viagem de Portugal á China atravez do Egypto em 1850, e descripção da gruta de Camões em Macau,* China, 1851. Escreveu mais: *Lembranças ácerca da construcção dos caminhos de ferro em Portugal;* saiu no *Archivo universal,* tomo II, pag. 97; *O exercito e os caminhos de ferro na Peninsula;* no mesmo *Archivo* e vol. pag. 114; *Relatorio ácerca da escola Casal Ribeiro, lido em sessão do 1.º de Fevereiro de 1863, por occasião da distribuição dos premios ás alumnas que mais se distinguiram durante o anno lectivo;* saiu precedido de algumas considerações preliminares, no *Boletim geral de instrucção publica,* tomo III, pag. 123 e 144. *Biographia do bispo de Angra, D. João do Amaral; Relatorio e descripção do asylo dos cegos em Castello de Vide.* Carlos José Caldeira foi o editor da 3.ª e ultima edição da memoria *A Iberia,* por D. Sinibaldo Mas, addicionando-lhe algumas notas no sentido da referida memoria. No *Progresso* publicou alguns artigos a respeito d'esta obra, propalando as conveniencias da união iberica.

Caldeira *(Eduardo).* Notavel calligrapho e illuminador nascido no ultimo quartel do seculo XV, e que é principalmente conhecido pelo bello e precioso manuscripto, hoje existente na bibliotheca nacional de Paris, intitulado: *Genealogia universal da nobilissima Casa de Sandoval,* concluido em Lisboa em 1612. Não se conhecem as datas do seu nascimento e fallecimento, nem a terra onde nasceu.

Caldeira *(Fernando).* V. *Caldeira (Fernando Affonso Geraldes).*

Caldeira *(Fr. Fernando).* Theologo da ordem dos minimos de S. Francisco de Paula. Viveu em Hespanha, onde publicou: *Mistica theologia y discricion de espiritos,* livro impresso em Valencia, no anno de 1656.

Caldeira *(Fernando Affonso Geraldes).* Fidalgo da Casa Real, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, redactor das sessões da camara dos pares, deputado, escriptor e poeta. N. em Agueda a 7 de novembro de 1841, fal. em Bemfica a 2 de abril de 1894. Era filho do primeiro conde da Borralha, Francisco Caldeira Leitão Pinto de Albuquerque de Brito Moniz, e de sua mulher, a condessa D. Ignez de Véra Geraldes de Mello Sampaio e Bourbon. Formou-se em Direito na Universidade em 1861, quando contava 20 annos de edade. Esteve algum tempo empregado no escriptorio da Companhia das Lezirias. Entrando na politica, filiado no partido constituinte, que tinha por chefe o sr. conselheiro Dias Ferreira, foi eleito deputado na legislatura de 1865 a 1868. Quando em maio de 1870 se deu a revolta promovida pelo marechal duque de Saldanha, organisou-se um novo ministerio em que tomou parte o sr. Dias Ferreira, e Fernando Caldeira foi então nomeado governador civil de Aveiro. Mais tarde tornou a ser eleito deputado na legislatura de 1880 a 1884, e, n'outro gabinete formado pelo referido estadista, falou-se muito em que Fernando Caldeira iria occupar elevados

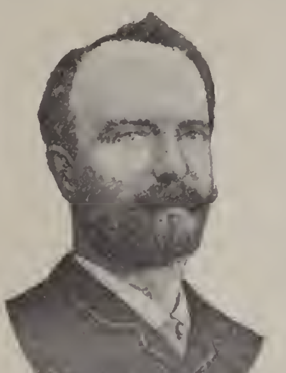

Fernando Affonso Geraldes Caldeira

cargos administrativos, elle, porém, nunca os acceitou, apenas consentiu em tomar a direcção do *Tempo*, jornal do seu partido, que conservou até que a doença, de que depois foi victima, o obrigou a afastar-se completamente de todo o trabalho. Fernando Caldeira, desde muito novo começou a dedicar-se á poesia. Os seus versos delicados e mimosos tornaram-se muito conhecidos, especialmente nas salas, onde eram recitados, sendo sempre ouvidos com o maior interesse. Dedicara-se tambem á pintura chegando a ser um pintor apreciavel, e á musica, sendo bom pianista e compositor. Mas a sua poderosa individualidade evidenciou-se definitivamente como poeta e como escriptor dramatico, em que fez a sua estreia no anno de 1876. Projectava-se em casa do conde da Ribeira Grande uma recita, e Fernando Caldeira escreveu então a sua primeira comedia, intitulada o *Sapatinho de setim*, 3 actos em prosa, muito finos e graciosos, que obtiveram nas salas d'aquelle illustre fidalgo o mais brilhante successo. N'esse anno chegaram a Lisboa Lucinda Simões e Furtado Coelho, depois de estarem muitos annos no Brazil, formaram uma companhia para uma serie de recitas no antigo theatro das Variedades. Fernando Caldeira deu áquelles empresarios a sua comedia, e o *Sapatinho de setim* alcançou um verdadeiro successo. Seguiram-se então novas producções e novos triumphos. A segunda peça foi o drama em 5 actos, *A varina*, que se representou em D. Maria, e depois no Porto, Rio de Janeiro e S. Paulo. No referido theatro de D. Maria appareceram tambem o drama, em 5 actos, *Os Missionarios; Sara*, em 4 actos, uma farça n'um acto, *Fló fló*, *A mantilha de renda*, comedia em 2 actos e em verso; *A chilena*, em 4 actos, *As nadadoras*, 2 actos, em verso: *A madrugada*, drama em 4 actos, em verso, que nos theatros de D. Maria e de D. Amelia teem obtido o maior exito. A canção popular do 4.º acto é composição de Fernando Caldeira. Collaborou com o fallecido escriptor Gervasio Lobato, na comedia em 4 actos, *As medicas*, escrevendo os dois primeiros actos. A comedia obteve muitos applausos no Gymnasio. Fernando Caldeira foi o autor dos engraçados monologos *A congressista*, que Lucinda Simões recitou repetidas vezes, e a *Mosca*, que foi recitado por Eduardo Brazão. Tambem compoz o hymno, com letra do sr. Henrique Lopes de Mendonça, que se executou na festa da centesima representação da opereta *O burro do sr. alcaide*, realisada no theatro da Avenida. Deixou publicado um livro de versos, intitulado *Mocidades*.

Caldeira *(João)*. Medico, natural de Evora. Estudou nas Universidades de Coimbra e de Salamanca. Exerceu medicina em Portalegre e depois em Lisboa. Escreveu um livro intitulado: *Tractatus de Fascinatione*, que não se publicou por lhe ser negada a licença Parece que este medico fazia muito uso da feitiçaria, de resto muito frequente na epoca em que viveu.

Caldeira *(João Pedro)*. General de divisão. N. a 20 de agosto de 1834. Tem o curso do Collegio Militar, que concluiu em 2 de agosto de 1850, data em que assentou praça em infantaria; foi despachado alferes a 29 de julho de 1852, promovido a tenente a 5 de dezembro de 1865, a capitão em 2 de julho de 1873, a major em 31 de outubro de 1881, á tenente-coronel a 16 de junho de 1886, a coronel em 5 de dezembro de 1888, a general de brigada em 12 de julho de 1894, a general de divisão a 12 de dezembro de 1900. Afastado, desde que concluiu o curso da arma a que pertence, do ministerio da guerra, desempenhou varias commissões no ministerio das obras publicas durante 32 annos, e só por effeito da reforma do exercito publicada em 1884, entrou definitivamente no serviço do ministerio da guerra. Emquanto esteve nas obras publicas prestou bons serviços, deixando o seu nome vinculado a muitos trabalhos de valor. Sendo tenente coronel de infantaria n.º 5, foi por sua iniciativa que se organisou o ensino pratico de topographia, levantamentos e reconhecimentos militares, sendo o seu regimento o primeiro que promoveu estes estudos, pelo que recebeu um elogio especial na ordem do exercito. Depois de ser promovido a coronel, foi convidado pelo ministro da guerra a assumir o commando da escola pratica de infantaria e cavallaria em Mafra, commando que deixou a seu pedido em março de 1890, para tomar o do regimento de caçadores n.º 8. O sr. general João Pedro Caldeira é grande official, grã-cruz e commendador da ordem ds S. Bento de Aviz, e tem a medalha militar de comportamento exemplar.

Caldeira *(Fr. José)*. Protonotario apostolico, beneficiado na egreja de N. S.ª da Purificação de Sacavem, freire professo na ordem de Christo, ouvidor da real egreja de N. S.ª da Conceição da mesma ordem, de Lisboa, e juiz conservador dos religiosos arrabidos do convento da Serra de Cintra. N. em Lisboa a 25 de outubro de 1701; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Antonio Caldeira e de Clara Luiza de Figueiredo. Foi tambem algum tempo prior da freg. de S. Thomé, de Lisboa. Escreveu: *Oração funebre nas solemnes exequias que se fizeram na Egreja Matriz da Villa de Bellas á Serenissima Senhora Infanta D. Francisca, no dia 30 de julho de 1736*, Lisboa, 1736; *Sermão do invictissimo Martyr S. Justino, prégado na egreja do Loreto da Nação Italiana, na primeira dominga de Setembro de 1736*, Lisboa, 1736; *Exercicio devoto para celebrar os onze dias em que a insigne Virgem, singular Martyr, e prodigiosa Doutora Santa Catharina esteve no seu Carcere por ordem do Imperador Maximino*, Lisboa, 1732; *Sermão no solemne Triduo com que se celebrou a trasladação do Senhor Jesus da Pedra para a sua Egreja nova, junto á villa d'Obidos, prégado no 1.º de Maio de 1747*, Lisboa, 1749; *Oração funebre nas solemnes exequias que na egreja de Nossa Senhora do Loreto d'esta cidade de Lisboa, celebrou no dia 6 de fevereiro d'este presente anno a irmandade dos clerigos, debaixo da protecção dos sagrados apostolos S. Pedro e S. Paulo, sita na mesma egreja, por alma do fidelissimo rei e senhor D. João V, de saudosa memoria*, Lisboa, 1751.

Caldeira *(Fr. José)*. Monge da ordem de S. Bernardo, professor de Rhetorica, e Mestre de Theologia no convento d'Alcobaça. N. em Castello Branco em 1761, fal no convento de Ceiça, da mesma ordem, em fevereiro de 1828. Era filho do dr. Manuel Marques Beja, e de sua mulher D. Catharina Maria de S. José. Depois de ter renunciado em seu irmão a casa de que era senhor, e tendo concluido os estudos preparatorios, professou no mosteiro d'Alcobaça em

1783. Escreveu: *Demonstração theologica em que... se faz ver que a Religião Catholica, Apostolica, Romana é substancialmente a mesma que existiu no principio do mundo, que n'elle se tem conservado até hoje, e n'elle ha de existir até o fim dos seculos, colligida dos melhores autores*, Lisboa, 1817; *Tractado dos affectos e costumes oratorios*, Lisboa, 1825; *Directorio de educação religiosa, moral e civil dos noviços da congregação de S. Bernardo, applicavel na sua maior parte a todos os que desejam viver como verdadeiros christãos*, Lisboa, 1825.

Caldeira *(José Marques)*. Brigadeiro, commandante do corpo de invalidos do Asylo de Runa, etc. N. em Coimbra a 6 de janeiro de 1786, fal. em Runa a 11 de fevereiro de 1853. Fôra destinado por seus paes para a carreira das letras, mas os acontecimentos de 1807 vieram afastal-o dos estudos. Assentando praça no batalhão academico, entrou nos combates da Roliça e do Vimieiro. Passando depois ao exercito regular alistou-se no batalhão de caçadores n.º 6, assistindo ás batalhas do Bussaco, de Salamanca, e de Fuentes de Oñoro, em que ficou gravemente ferido. Acabada a campanha peninsular foi despachado alferes para caçadores n.º 12 em janeiro de 1818, e promovido a tenente em junho de 1821. Professando idéas liberaes, entrou nos combates de 24 e 28 de junho de 1828, merecendo os elogios e recommendação do major Silva Pereira, depois conde das Antas. Emigrou para a Galliza, concorrendo muito para que o seu batalhão entrasse em Hespanha bem disciplinado, e dirigindo-se pouco depois á ilha Terceira, foi logo requisitado pelo commandante do batalhão academico, João Pedro Soares Luna, para instructor d'este corpo. Fez parte da expedição que veiu desembarcar no Mindello em 1832; e logo se distinguiu na sortida a Villa do Conde. Depois, em outras occasiões mostrou sempre grande valor, principalmente no ataque do sitio do Pasteleiro no dia 5 de julho, em que foi gravemente ferido, recebendo em recompensa o habito da Torre e Espada, e no dia 25 de julho de 1833, em que o bravo militar, guarnecendo o ponto que lhe fôra destinado á direita do reducto de Campanhã, mereceu os elogios dos seus superiores. Levantado o cerco do Porto, continuou a tomar parte activa nas operações, e commandou a 6.ª companhia do batalhão de caçadores n.º 12, prestou grandes serviços na batalha de Almoster, e foi elle quem tomou a bandeira do novo regimento miguelista; este facto tão honroso deu ensejo a que fôsse depois excepcionalmente concedida uma bandeira ao batalhão de caçadores n.º 12. Na batalha d'Asseiceira era o commandante das avançadas, e foi o primeiro a romper o fogo, desalojando o inimigo das suas primeiras posições e perseguindo-o até cair gravemente ferido. Nomeado em 4 de setembro de 1834 commandante do corpo de invalidos de Runa, desempenhou este cargo até 1849, em que pela morte do brigadeiro Palha lhe pertenceu o governo interino d'esse estabelecimento, logar que exerceu até 1851, que se reformou, passando então a commandante effectivo do Asylo. Durante o tempo que esteve em Runa foi promovido aos diversos postos, fallecendo com a patente de brigadeiro.

Caldeira *(Padre Luiz)*. Jesuita missionario na Abyssinia, onde foi martyrisado em 1640.

Caldeira *(Luiz Arsenio Marques Correia)*. Cavalleiro das ordens de N. S.ª da Conceição, e de Izabel a Catholica, de Hespanha, capitão graduado de infantaria, secretario do Real Asylo dos Invalidos em Runa, deputado na legislatura de 1858, etc. Era sobrinho do cardeal Saraiva, e fal. em Lisboa, d'uma febre cerebral a 8 de agosto de 1859. Foi um dos principaes redactores, em 1853, de *Revista estrangeira*, publicação mensal, onde inseriu uma collecção de poesias religiosas, sob o titulo de *Flôres da Biblia*, e collaborador de diversos jornaes. A seu respeito saiu no vol. VII do *Archivo pittoresco* um artigo de Pinheiro Chagas, com o titulo de *Tres poetas*, e o n.º 370 da *Revista estrangeira*, tambem lhe consagra um artigo especial.

Caldeira *(Fr. Manuel)*. Eremita da ordem de Santo Agostinho, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. N. em Montemór-o-Novo, fal. em Lisboa a 10 de agosto de 1662. Era filho de Lopo Castro Gago, e de Perpetua Caldeira. Professou no convento da Graça, de Lisboa, a 23 de abril de 1615. Foi eleito povincial da sua ordem em 1661. Em Roma sustentou de improviso umas conclusões na presença de 17 cardeaes, que muito o applaudiram. Deixou manuscriptos varios livros theologicos em latim, e um catalogo dos varões illustres da sua ordem.

Caldeira *(Nuno da Costa)*. Celebre jurisconsulto, natural de Lisboa, doutorado e lente na Universidade de Coimbra. Era filho de Daniel Alvares; estudou jurisprudencia Cesarea na Universidade. Em 1608 renunciou a sua cadeira de lente, e foi para Salamanca ser advogado de causas civeis. Deixou em latim um livro de jurisprudencia, que se imprimiu em 1661.

Caldeira. Pov. na freg. de S. José, de Godim, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || Pov. na ilha de S. Jorge, na freg. de S. Thiago, de Ribeira Secca, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo. || Pov. na ilha das Flôres, na freg. de N. S.ª do Rosario e conc. de Lagens das Flôres, distr. de Horta. || Logar na ilha da Madeira, na freg. de S. Sebastião e conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cereal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de Santa Martha, de V. N. da Rainha, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de Santa Quiteria, de Meca, conc. de Alemquer, districto de Lisboa. || Herdade na freg. de Santo Antonio Velho, conc. de Serpa, distr. de Beja. || Herdade na freg. de Santa Maria e conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Monte na freg. do Salvador, de Alcaçovas, conc. de Vianna do Alemtejo, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Pedro e conc. de Elvas, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de S. Luiz, conc. de Odemira, districto de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª do Bispo e conc. de Montemór-o-Novo, districto de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça e conc. de Móra, distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. de Evora. || Quinta na freg. de Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de N. S.ª dos Anjos e conc. de Monsão, districto de Vianna do Castello. || Montanha crateriforme da ilha do Fayal. Esta cratéra de vulcão extincto tem cerca de 5 k. de circumferencia, e no fundo uma lagôa a 300 m. abaixo da extremidade supe-

rior da cratéra. || Ponta ou cabo na costa N da ilha de S. Jorge. || Pico ou monte crateriforme da ilha de Santo Antão, do archipelago e prov. de Cabo Verde, cujo planalto é muito proprio para a cultura de cereaes e plantação de anil, algodão e café. Eleva-se cerca de 1:890 m. acima do nivel do Oceano. || Ilha do distr. de Angoche, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' a principal das ilhas de Angoche (V. *esta palavra*). Está situada a 16° 37′ Latit. S e 48° 1′ Long. Este.

Caldeira e Arthur *(Miguel Lopes)*. Formado em Direito Cesareo na Universidade de Coimbra, juiz de fóra de Arraiollos, Serpa e Thomar, provedor de Portalegre, e mais tarde da cidade de Evora, etc. N. em Arez, comarca de Portalegre, a 21 de setembro de 1703; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Manuel Lopes Caldeira e de D. Brazia Gonçalves e Arthur. Pertenceu á Academia dos Arcades e á Academia Real de Historia Portugueza. Era muito instruido nas linguas franceza e italiana, assim como na poesia latina. Compoz: *Elogio funebre do senhor Francisco de Mello, quarto senhor da Villa de Ficalho, commendador das Commendas de S. Martinho de Pinhel, e S. Pedro de Gouveas da ordem de Christo*, Lisboa, 1752. Em manuscripto deixou: *Diccionario juridico; De Munere judicis forensis et ejus obligatione, et jurisdictione; Commento a diversos titulos da Ordenação do Reino.*

Caldeira de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Bento de Anna Loura, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Caldeira da Banda Cova. Pov. na ilha da Madeira, na freg. de S. Bento, de Ribeira Brava, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Caldeira do Cabo de Santa Martha. Bahia comprehendida entre a segunda ponta para E do cabo de Santa Martha e o extremo S da bahia de Lucira no limite N do distr. de Mossamedes, prov. de Angola, Africa Occidental.

Caldeira de Cima *(Quinta da)*. Na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Almendra, conc. de V. N. de Foscôa, distr. da Guarda.

Caldeira do Inferno. Pov. do distr. e com. de Mossamedes, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, na margem direita do rio Bero, e fronteira á villa de Mossamedes, da qual dista cerca de 8 kilometros.

Caldeira das Sete Cidades. Valle da ilha de S. Miguel. E' o mais bello e risonho da ilha. Foi aberta por explosão vulcanica entre os annos de 1444 e 1445. N'elle se encontra uma cratéra de 5 k. de diametro, circumdada de picos de 250 a 490 m. de altitude. No fundo da cratéra ha duas lagôas que communicam entre si por meio d'um estreito canal.

Caldeira Velha. Logar da Ribeira Grande, na ilha de S. Miguel, Açôres. Está aqui estabelecida a cultura e a a manipulação do chá *Canto*. V. *este nome*.

Caldeirada *(Fazenda da)*. Na freg. de S. Lourenço, de Alhos Vedros, conc. da Moita, distr. de Lisboa.

Caldeiranito *(Monte do)*. Na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Caldeirão. Familia originaria de Hespanha, que se estabeleceu na villa de Portel, no Alemtejo. Tem por brazão, em campo de prata cinco caldeiras com azas de negro, orlas vermelhas com oito aspas de oiro; o timbre é uma caldeira.

Caldeirão. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Odeleite, conc. de Castro Marim, distr. de Faro. || Pov. na freg. de Santa Eufemia e conc. de Penella, distr. de Coimbra. || Logar na freg. de Santo Antonio, de Ameixial, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Logar na freg. de S. Francisco, da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa || Logar na freg. do Salvador e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || Logar na freg. do Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Herdade na freg. de Santa Maria da Alagôa e conc. de Portel, distr. de Evora. || Herdade na freg. de S. Pedro, de Sobral d'Adiça, conc. de Moura, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira. districto de Beja. || Quinta na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Castanheiro, conc. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de N. S.ª da Graça, de Vella, conc. e distr. da Guarda. || Serra na prov. do Algarve, composta de rochas vulcanicas. Nasce aqui o rio Vascão.

Caldeiras. Pov. na freg. de S. Pedro, de Loureiro, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de Santa Eufemia, de Rio de Moinhos, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Tocha, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || Logar na freg. de N. S.ª da Boa Viagem e conc. da Moita, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de S. Mathias, conc. e distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª d'Ajuda, conc. de Elvas, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça dos Mosteiros, conc. de Arronches, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de S. Miguel, de Cardozas, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Sebastião, de Mouriscas, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Caldeireira. Herdade na freg. de S. Bento do Cortiço, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Castro Verde, distr. de Beja || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora. || Quinta na freg. de S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Caldeireiro. Official que que faz caldeiras e outros vasos de cobre, etc. Na antiga Lisboa tinham o seu arruamento e regimento na collecção reformada por Duarte Nunes do Leão em 1572.

Caldeireiro. Logar na freg. de S. João Baptista e conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || Monte na freg. de S. Thiago Maior, conc. e distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Domingos, de Malpica, conc. e distr. de Castello Branco. || Quinta na freg. de S. João Baptista e conc. do Cartaxo, distr. de Santarem. || Quinta na freg da Sé, conc. e distr. de Evora.

Caldeireiros V. *São João dos Caldeireiros*. || Quinta na freg. de N. S.ª das Neves, conc e distr. de Beja.

Caldeirinha. Logar na freguezia de N. S.ª da Conceição, de Cercal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de Santa Victoria, de Ameixial, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Luiz, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Logar na freguezia de N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. de Evora.

Caldeirinhas. Logar na freg. de S. Lourenço, conc. e distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de N. S.ª das Neves, de Sortelha, conc. de Sabugal, distr. da Guarda.

Caldeiro. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Bemposta, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Horta, monte novo e montinho, na freg. de Santa Maria e conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Montinho na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Vidigão, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Caldeiro de Baixo *(Monte do).* Na freg. de Santa Maria e conc. de Extremoz, districto de Evora.

Caldeirôa. Pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Lagos, distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Estevão, de Urgezes, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Caldeirões. Pov. na freg. de Santo André, de Boidobra, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || Monte na freg. de Santo Antonio, de Capellins, conc. de Alandroal, distr. de Evora. || Quinta na freg. de Santa Maria Maior e conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Caldellas. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Amares, distr. e arceb. de Braga; 737 hab. e 158 fog. Tem est. telegr. post. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada em terreno medianamente accidentado, na margem esquerda do rio Homem. Ha sobre este rio uma ponte de cantaria, do tempo dos romanos, que liga esta freg. com a de S. Vicente da Ponte de Caldellas, e dá communicação para as villas de Arcos de Valle-de-Vez, da Barca, e para o Alto Minho. A ponte tem tres arcos. Caldellas pertenceu até 1855 á comarca de Pico de Regalados. Era commenda da ordem de Christo. A terra é abundante d'agua, tanto do rio, como de varios arroios e nascentes, o que a torna fertil em cereaes, fructas, legumes, vinho e azeite. Na serra apparece caça grossa e miuda. A egreja matriz é um antigo templo, que se reedificou em meados do seculo XVIII; tem uma boa torre de cantaria, construida em 1856 e 1857. O reitor era apresentado pelo ordinario, em concurso, tendo 40$000 réis e o pé d'altar. N'esta freguezia encontram-se as capellas de N. S.ª da Misericordia, do Senhor da Saude e de Santo Ovidio; esta ultima fica situada sobre um cabeço, chamado monte de S. Fins, de onde se desfructa um dos mais encantadores panoramas do Alto Minho. Do adro da pobrissima ermida se avistam, do Gerez ao Oceano, Vianna do Castello, Braga, Amares, Pico de Regalados, Villa Verde e outras povoações com os seus campanarios, velhos solares em parte abandonados e muitas construcções modernas. Proximo do Grande Hotel, mas no sopé da montanha, ergue-se a magnifica propriedade do sr. José Antonio Gonçalves, abastado viticultor d'aquella região, actual presidente da camara municipal de Amares, e grande pugnador dos progressos agricolas. Na casa da sua residencia ha algumas salas decoradas com aprimorado gosto, com artisticas pinturas do conhecido artista Pereira Junior, estuques valiosos e riquissimo mobiliario, o que tudo constitue a mais opulenta moradia d'aquelles arredores. Caldellas é uma estação de aguas thermaes muito procurada. São tres as nascentes; a do *Poço de Carvalho*, a do *Poço do rheumatismo* e a da *Bica Barbosa*; antigamente chamavam-se *Caldas de Rendufe*. Brotam junto á margem do ribeiro Albito, pequeno affluente do rio Ho-

Vista de Caldellas

mem, por entre fendas de granito porphyroide, nos confins da cordilheira do Gerez, com cujas aguas teem uma certa semelhança. Estas thermas já existiam no tempo dos romanos, o que attestam umas inscripções, unicos documentos que existem do primitivo edificio. Em 1763 e 1779 é que se construiu um estabelecimento balnear muito pobre, que pertenceu ao mosteiro de Rendufe, até á extincção das ordens religiosas em 1834. Depois o prior de Caldellas franqueava-o gratuitamente aos enfermos durante a estação propria. Em 1803 os povos de Amares mandaram construir quatro casas de banhos, alimentadas por duas nascentes abundantissimas, sendo conhecidas pelos nomes de *poço da elephantiase*, *poço fresco*, *poço do rheumatismo* e *poço do Carvalho*, junto do qual, n'uma funda escavação, se fez uma fonte de agua medicinal para bebida. O visconde de Semelhe, que n'aquellas aguas achou grandes lenitivos, pois que o curaram d'um soffrimento gastro-hepatico, que tinha resistido persistentemente a muitas outras aguas medicinaes de Portugal e do Brazil, resolveu-se a dotar Caldellas com um estabelecimento thermal, á altura do valor therapeutico das suas aguas, onde os doentes pudessem encontrar condições indispensaveis de conforto e hygiene. E' este o actual edificio, que está dividido em dois corpos, contando-se no primeiro 14 banheiras de zinco para immersão, alimentadas por agua das nascentes, captadas de modo a evitar o contacto do ar e as infiltrações; no segundo fica installada a sala de duches, inhalações e pulverisações. O visconde de Semelhe tambem mandou construir um bom hotel. Estas aguas teem sido por diversas vezes analysadas. São applicadas no tratamento de dyspepsias estomacaes, catarrhos, engorgitamentos de figado e baço, e d'outras doenças. A respeito das thermas de Caldellas tem-se escripto: *Aguas Minero-Medicinaes de Portugal*, pelo dr. Alfredo Luiz Lopes; *Thermas de Caldellas*, por Julio Cardoso; *Thermas de Caldellas*, no *Correio medico de Lisboa*, n.º 11, de junho de 1891, pag. 106. *Therapeutica hydro-mineral—As thermas de Caldellas (1901-1902)*-- por João Novaes, Caldellas, 1903. Na primeira parte d'este livro faz-se a historia da estancia thermal, e em nota transcreve-se uma erudita interpretação de duas lapides romanas encontradas em Caldellas, artigo do sr. Pereira Caldas, publicado no jornal *Progresso Catholico*, Guimarães, 1883. Nenhuma estação balnear do paiz tem mais bonitos e variados passeios, a vegetação é exuberante. Caldellas pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Thomé, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 1:240 hab. e 253 fog. N'esta freg. existem as aguas sulphuricas chamadas *Caldas das Taipas* (V. *Taipas*). A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada no meio de duas serras, chamadas da Falperra e de Santa Catharina. O rio Ave cerca toda a freg., e juntando-se com o de Vizella, vão desaguar no Oceano em Villa do Conde. Pelo meio da freg. passam os ribeiros Agrella e da Canhota, mettendo-se ambos no rio Ave. A terra é bonita e muito fertil. Tem escolas para ambos os sexos, hoteis, est. telegr. post. com serviço de encommendas, etc. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. Vicente da Ponte, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 456 hab. e 123 fog. Tambem é conhecida pelo nome de *Ponte de Caldellas*. Está situada em montes e valles, avistando-se muitas povoações, serras e o Oceano. O arcebispo de Braga apresentava o abbade, que tinha de rendimento 300$000 réis. Tem minas de crystal. A terra é fertil, e dista 6 k. da séde do conc. Até 1855 pertenceu ao conc. de Pico de Regalados. Fica proximo da freg. de S. Thiago, de Caldellas. Tambem aqui passa o rio Homem. No monte e castello de S. Gião ainda ha ruinas, vestigios de antigas fortificações. Dizem que existe uma mina de 1:500 m. de extensão, que vae ter ao rio Homem. || Pov. e quinta na freg. de S. Christovão, de Caranguejeira, conc. e distr. de Leiria. || Pov. na freg. de Santa Maria, de S. Martim, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Thiago, de Areias, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. do Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Casal na freg. de Santa Margarida da Coutada, conc. de Constancia, distr. de Santarem.

Calderilhe *(Casal de)*. Na freg. de S. Torquato, conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Calderon. *(Carlos Maria Ferreira)*. Professor de musica. N. em Lisboa a 21 de abril de 1867. Fez o curso completo do Real Conservatorio, recebendo distincção em todos os exames. Tem escripto varia musica sacra. Estreou-se como compositor theatral na musica da magica *Ave do Paraizo*, que se representou no theatro d'Avenida em janeiro de 1895, seguindo se depois a operetta *Coração de ouro*, a magica *Loteria infernal*, e a revista *Poeta em Pancas*, a operetta *O Grão-Duque*, etc. Escreveu ultimamente musica para a peça phantastica a *Reforma do Diabo*, que se representou no Porto e no theatro Apollo do Rio de Janeiro.

Caldezes de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Maria, de Moure, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Caldinhas. Logar na freg. de S. Thomé, de Caldellas, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Maria, de Teixeiró, conc de Baião, distr. do Porto.

Caldo. Pov. do conc. de Golungo Alto, no distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, nas terras de Ilamba, a 132 k. ao E de Loanda. || Rio do distr. de Braga, que nasce na freg. do mesmo nome, e desagua no Cavado, depois d'um curso de 7 kilometros.

Caldo Branco. Logar na freg. de N. S.ª da Luz, conc. de Mourão, distr. de Evora.

Caldures. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Carvalho, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Cale. Cidade da antiga Lusitania sobre a margem esquerda do rio Douro, e a 3 k. da sua foz. Ha diversas opiniões ácerca dos seus fundadores, mas a mais seguida, é que fôram os gallo-celtas e turdetanos, 415 annos antes da era christã. Os romanos davam-lhe o nome de *Calem*, outros dizem que *Portucale*, mas parece que depois lh'o mudaram no de *Castrum Antiquum*, para o differençarem do Porto, a que chamavam *Castrum*

Novum. De Cale se formou depois a palavra Gaia, ficando ao Porto o nome de *Cale*, ou de *Portu-Cale*, e d'este nome provém, segundo alguns escriptores, o actual nome de *Portugal*.

Calecachegão. Pov. do territorio e distr. de Damão, na India; 450 habitantes.

Caleira. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Alegrete, conc. e distr. de Portalegre.

Calem. Povoação da prov. de Embarbacem, 3.ª div., no distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India. Tem minas de ferro. Pov. séde da quinta circumscripção do commando militar e concelho de Sanguem, districto de Gôa, na India. || Rio que separa o territorio de Damão da prov. de Gôa, India, do territorio do dominio inglez.

Calendario Quadro, livro, catalogo que indica as divisões do anno em estações, mezes, semanas e dias, dando muitas vezes a ordem das festas religiosas, annunciando certos phenomenos astronomicos, taes como lunações, marés, eclipses, etc. O termo *calendario* deriva das *calendas*, ou primeiro dia de cada mez. Com o titulo, propriamente, de *calendario* não é grande o numero de publicações annuaes, que mais vulgarmente se intitulam *almanach* (V. *este nome*), que cada vez mais se limita a pequenos quadros ou tabellas, sendo alguns illustrados é brinde de varias casas commerciaes, etc. Comtudo, na Bibliotheca Nacional de Lisboa existem alguns *calendarios* interessantes, entre os quaes se apontam os que seguem: «Calendario astronomico, historico, chronologico, e ecclesiastico, para o anno de 1777, primeiro depois do bissexto, calculado ao meridiano da famosa cidade de Lisboa»... por Melchior Estacio do Amaral, natural da mesma cidade. || Calendario dos mezes para os annos de 1821, obra util pelo que em si contem, aquelles, que para seu uso a adoptarem, com as luas e eclipses calculadas para o reino de Portugal. Seu author Hum Professor Regio de Primeiras Lettras da Beira do Douro. || Kalendario para o anno de 1827. || Calendario Nacional para o anno de 1843, primeiro depois do bisexto---1834, segundo depois do bissexto. || Calendario Constitucional—1834. || Calendario Constitucional--1834. S. C. || Kalendario constitucional para o reino de Portugal e Ilhas. Para o anno de 1835, commum e 3.º depois de Bissexto. || Calendario para os annos de 1833, 1841, com especialidade para a mui Nobre sempre Leal e Invicta Cidade do Porto, da qual contém antigas... de curiosas recordações. Ordenado por João Nogueira Gandra. || Calendario Portuense para o anno de 1838; etc.

Calendario. Pov. e freg. de S. Julião, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 1:826 hab. e 326 fog. A pov. dista 2 k. da séde do conc. O arcebispo apresentava o abbade por concurso, o qual tinha de rendimento 600$000 réis. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8 com a séde em Braga.

Calhabé. Pov. na freg. de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra.

Calhamão. Logar na freg. de S. Thiago, de Folhadella, conc. e distr. de Villa Real.

Calhandra *(Casal da)*. Na freg. de S. Pedro, de Dois Portos, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Calhandras *(Casal das)*. Na freg. de N. S.ª da Purificação, de Bucellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Calhandriz. Pov. e freg. de S. Marcos, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Villa Franca de Xira, distr. e patriarc. de Lisboa; 512 hab. e 118 fog. A pov. dista 8 k. da séde do conc. O povo apresentava o cura, que tinha de renda 40$000 réis e o pé d'altar. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 16, com a séde em Lisboa.

Calhandro *(Jorge)*. Advogado da curia romana e lente de prima no collegio da Sapiencia, de Roma, que floresceu no seculo XVI. Formou-se em Direito nas Universidades de Coimbra e Salamanca; passando depois a Roma, viveu na côrte de Gregorio XIII, e adquiriu tão grande fama de erudito, que foi nomeado advogado da curia e lente de prima no collegio da Sapiencia. Deixou varias obras em latim, entre as quaes se conta uma collecção curiosa de epistolas familiares.

Calhandro *(Paulo)*. Notavel jurisconsulto, filho de Jorge Calhandro. Regeu uma cadeira em Roma. Deixou manuscripta uma obra intitulada: *Descripção de todas as cidades, villas e logares de Portugal*.

Calhão. V. *Calhau*.

Calhariz. Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Azambujeira, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Cezimbra- Castello, conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa. (V. *Bemfica)*. A'cerca do chafariz existente n'este logar póde vêr-se a *Memoria* de Velloso de Andrade, pag. 95, que colligiu muitas indicações interessantes.

Calhariz de Bemfica *(Luiz Auguusto Martins, 1.º visconde e 1.º conde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, moço fidalgo da Real Camara, pelo alvará de 11 de fevereiro de 1836; do conselho d'el-rei D. Luiz I, commendador da ordem de Christo, commendador e cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição, grã-cruz da de Izabel a Catholica, de Hespanha, grande official da de S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia, conselheiro honorario do Tribunal de Contas, para que foi nomeado em 7 de fevereiro de 1862, deputado, official de cavallaria nacional de 1846 a 1848, etc. N. a 23 de janeiro de 1816, fal. a 1 de abril de 1891. Era filho de Luiz Antonio Martins, cavalleiro das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição, almoxarife das Reaes Cavallariças, e de sua mulher, D. Anna Joaquina Martins. A sua vida burocratica foi larga e muito honrosa. Em 1 de setembro de 1833 entrou para o ministerio da fazenda como amanuense de 2.ª classe, sendo promovido a amanuense de 1.ª classe em 20 de julho de 1841, a official ordinario em 20 de julho de 1842; em 27 de março de 1844 teve a nomeação de chefe da 2.ª repartição da mesma secretaria, subiu a 1.º official em 18 de setembro do mesmo anno, a official ordinario em 13 de setembro de 1845. Por effeito de reforma nas secretarias de estado, graduado em official maior a 21 de julho de 1847; nomeado para servir de chefe de 2.ª secção da secretaria, interinamente, em 18 de agosto de 1848; nomeado interinamente chefe da 1.ª repartição da direcção geral da Alfandega e contribuições indirectas em 9 de julho de 1850; chefe da 1.ª repartição da secretaria do referido ministerio da fazenda a

17 de junho de 1851, promovido a official maior e secretario geral a 16 de dezembro de 1858. O conde de Calhariz de Bemfica tambem era condecorado pela camara municipal de Lisboa com a medalha de serviços humanitarios durante a epidemia da febre amarella em 1857. Casou com D. Maria Adelaide Ferreira, filha dos 1.os viscondes de Santa Izabel, Joaquim Honorato Ferreira e D. Adelaide Sophia Pinto. D'este consorcio houve alguns filhos, entre os quaes se conta o actual sr. conde de Calhariz de Bemfica, Luiz Frederico Martins, e a sr.ª D. Adelaide Sophia Martins, casada com o sr. Henrique Cesar de Moraes e Sousa, filho de Antonio Alexandrino de Macedo Velho de Moraes e Sousa, juiz de direito de 1.ª instancia. O titulo de visconde foi concedido por decreto e carta de 13 de janeiro de 1869, sendo mais tarde elevado a conde.

Calhariz de Bemfica *(Luiz Frederico Martins, 2.º conde de).* Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, pelo alvará de 24 de março de 1862; commendador do numero extraordinario da ordem de Carlos III de Hespanha, proprietario. N. em 25 de julho de 1848. Era filho do 1.º conde do mesmo titulo, Luiz Augusto Martins, e de sua mulher, D. Maria Adelaide Ferreira. Casou a 5 de fevereiro de 1874, com D. Izabel Ferreira Pinto Basto, filha de Theodoro Ferreira Pinto Basto, fidalgo da Casa Real e proprietario, e de sua mulher D. Francisca Nicholson, natural de Londres.

Calhau. Pov. na ilha do Pico, na freguezia de N. S.ª da Piedade, conc. de Lagens do Pico distr. de Horta. || Pov. na ilha da Madeira, na freg. de S. Roque, conc. e distr. do Funchal. || Pov. na freg. de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa. || Porto da costa E da ilha de S. Vicente, no archipelago de Cabo Verde. Serve só para pequenas embarcações.

Calhau da Ribeira Grande. Pov. na ilha da Madeira, na freg. e conc. de S. Vicente, distr. do Funchal.

Calheiros. Familia que procede de Nuno Soares o Velho, bisneto de Arnaldo de Bayão, e de sua mulher D. Elvira Touris, filha de D. Touris Sarna, que fundou o mosteiro de Vairão, em 1110. Parece que na descendencia d'esta familia tambem se conta Pedro Martins de Chacim Calheiros. Tinha o seu solar na freguezia de Santa Eufemia de Calheiros, conc. de Ponte de Lima, no Paço Velho, ou Ante-Paço de baixo. Ignora-se o primitivo nome d'esta propriedade. No principio do seculo XVIII começou a ser conhecido pelo paço de Calheiros. Conta-se que Ponte de Lima foi entregue a D. João I por Garcia Lopes de Calheiros, d'esta freguezia, e que o monarcha o nomeou alcaide-mór d'esta villa, com todos os seus reguengos e os do Burral, e o senhorio de Sauto Estevão, com todos os bens moveis e de raiz, que fôram de Lopo Gomes de Lira. Ha aqui outra antiga propriedade e quinta, chamada de Caldellas, que pertenceu a D. Izabel de Amorim Calheiros, da mesma familia. As armas são, em campo azul cinco vieiras de prata, e ao pé tres estrellas, em faxa, de cinco pontas cada uma, e as vieiras estendidas de preto; timbre dois bordões de prata, em aspa, com uma vieira das armas, atados com um torçal azul, e forrados de azul.

Calheiros *(Alexandre Augusto Freire de).* Nasceu em Vallezim, concelho de Cêa, a 21 de setembro de 1831, falleceu em Lisboa a 30 de agosto de 1888. Era filho do capitão de milicias Joaquim Antonio Calheiros e de D. Anna Candida de Escobar Freire Mascarenhas Castello Branco, neto paterno de Vicente Ribeiro Calheiros e de D. Maria de Brito e Moura; neto materno de Manuel Freire Mascarenhas Castello Branco e de D. Maria Clara Mendes de Escobar, senhora de vinculo e capella na Lageosa do Mondego: bisneto de Antonio Mendes d'Abreu Mascarenhas, e de D. Thereza Roza Freire da Cunha, filha de João Nunes de Figueiredo, dezembargador da Supplicação, e de D. Maria Freire da Cunha Dias Preto, de Vallezim; terceiro neto de Antonio Mendes d'Abranches, de S Romão, e de D. Maria Garcia de Mascarenhas, da Folhadoza, o qual tinhao foro de fidalgo escudeiro da Casa Real: quarto neto de Domingos Garcia de Mascarenhas, de Avô, e de D. Maria de Abranches Ferrão, de Peruzello. Concluiu com muita distincção os preparatorios no Lyceu de Coimbra em 1849, e matriculando-se em seguida na faculdade de Direito, formou-se em 1855, conquistando sempre a estima dos seus professores

Alexandre Augusto Freire Calheiros

e a amizade dos seus condiscipulos e contemporaneos. Foi despachado em 1856 administrador do concelho de Cêa e tempo depois official graduado do ministerio da Fazenda; e seguidamente delegado do thezouro em Faro. Em 1869 foi nomeado conservador em Barcellos, onde serviu até 1886 em que foi provido no logar de secretario do circulo aduaneiro do sul, tendo sido em 1879 encarregado pelo seu amigo e condiscipulo José Luciano de Castro, então ministro do Reino, do cargo de governador civil de Castello Branco e agraciado com o titulo de conselheiro. Casou em Lisboa a 21 de abril de 1854 com D. Maria Vicencia de Quental Camara Carvalhal Esmeraldo d'Athouguia e Sousa, que nasceu em Ponta Delgada a 6 de novembro de 1834, a qual por seu pae André da Ponta do Quental Camara e Sousa, é decima neta de D. Maria de Novaes (dama da rainha D. Leonor, mulher de D. João II), casada com Antonio Alvares de Vasconcellos, filho de Pedro Alvares Homem, provedor da Fazenda na Madeira, mamposteiro-mór dos captivos na Terceira, e de D. Margarida Mendes de Vasconcellos Quental, natural de Castella. Pelo lado materno pertence esta senhora á familia dos condes de Carvalhal, da Madeira, por ser filha de D. Carlota Joaquina de Freitas Bettencourt de Carvalhal Esmeraldo de Sá Machado, sobrinha do 1.º conde de Carvalhal. D'elle existem numerosos descendentes, e entre os quaes D. Carlota da Camara Quental Esmeraldo Freire de Calheiros, casada com seu primo Adriano de Figueiredo Fazenda Viegas, tenente-coronel de cavallaria e actualmente segundo commandante da circumscripção do norte da Guarda Fiscal; o 2.º conde

da Covilhã, José Mendes Veiga d'Albuquerque Calheiros e de D. Judith de Quental Freire d'Albuquerque Mascarenhas Calheiros, filha dos 1.os condes da Covilhã, Candido Augusto d'Albuquerque Calheiros, (V. *esse titulo*) e D. Anna Candida de Quental Camara Carvalhal Esmeraldo de Athouguia Freire Calheiros, casada com o dr. Adelino Mendes d'Abreu (*V. este nome*).

Calheiros (*Henrique Celestino Soares de Sousa*). Commerciante, cavalleiro da ordem de Christo, membro da Real Sociedade de Beneficencia e do Gremio Litterario Portuguez, no Brazil, etc. N. em Melgaço em 1853. Contava apenas 12 annos quando foi para o Brazil, muito bem recommendado, para se entregar á vida do commercio. Arranjou boa collocação na casa commercial importantissima do Pará, Calheiros & Oliveira. Com o tempo, gozando sempre das maiores sympathias, e negociando tambem por conta propria, alcançou uma consideravel fortuna. Henrique Calheiros é membro da Real Sociedade Portugueza de Beneficencia, onde tem desempenhado o cargo de secretario, prestando serviços philantropicos aos seus compatriotas menos afortunados, e do Gremio Litterario Portuguez, em que foi secretario e thesoureiro. Vindo á patria em 1885, casou em 12 de setembro d'esse mesmo anno, em Braga, com D. Maria Augelina Ferreira Carmo Calheiros. No dia 1 de novembro de 1887 recebeu a mercê do grau de cavalleiro da ordem militar de Christo. Henrique Calheiros é socio da Sociedade de Geographia de Lisboa. Tem genio artistico, e nos seus ocios entretem-se em trabalhos curiosos, em pequeninas obras d'arte de especial valor. N'estes trabalhos conta-se um navio em miniatura, com todos os utensilios apropriados, tudo feito com a maior correcção.

Calheiros (*Joaquim Pimenta de Gusmão*). General de brigada reformado, que falleceu no Porto a 27 de maio de 1895. Tendo assentado praça na arma de infantaria a 4 de setembro de 1846, foi despachado alferes a 29 de abril de 1851, e seguindo os respectivos postos, era coronel em 1889 e commandante do regimento de infantaria n.º 10, um dos que se revoltaram em 31 de janeiro de 1891 no Porto. Calheiros, que de nada desconfiava, ficou surprehendido quando recebeu semelhante noticia. Correu logo ao quartel, mas o regimento já havia saido para a revolta, sob o commando d'outro official. Profundamente magoado considerou a sua carreira concluida. Um anno depois passou á inactividade, reformando-se mais tarde em general de brigada. Retirando-se então á vida privada, pouco tempo viveu.

Calheiros (*José Maria de Albuquerque*). Foi o ultimo correio-mór de Thomar. N. na povoação de Vallezim, concelho de Cêa, em 1790, e fal. em 17 de março de 1863, tendo casado com D. Maria Thereza Simões, dos quaes ha descendentes e entre elles os condes da Covilhã e do Refugio. Tinha a commenda da ordem militar de N. S. Jesus Christo, e era moço fidalgo com exercicio na Casa Real.

Calheiros (*Manuel Alvares*). Cursou com distincção as academias militares da côrte e da provincia do Alemtejo, sendo depois nomeado em 16 de maio de 1751, ajudante de infantaria com exercicio de engenheiro. Por carta de 16 de setembro de 1760 teve a nomeação de sargento-mór com exercicio de engenheiro do estado do Grão-Pará. No Archivo Militar do Rio de Janeiro existe d'elle o seguinte trabalho: *Mappa do Rio Negro desde a villa de Barcellos até o Rio Caxiquiari, que desagua no mesmo Rio, como tambem de todos os mais que confundem as suas aguas no dito Rio Negro.*

Calheiros. Pov e freg. de Santa Eufemia, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 805 hab. e 237 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 5 k. da séde do conc. A familia Calheiros, que possue aqui o seu solar, apresentava o abbade, que tinha de rendimento 350$000 réis. E' terra fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Casal na freg. de N. S.ª de Marvilla, conc. e distr. de Santarem. || Horta na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Alandroal, distr. de Evora.

Calheiros de Menezes (*Antonio Lopes*). Fidalgo, que nasceu no Paço de Calheiros em 1783, e falleceu em 1875. Graduou-se em leis na Universidade de Coimbra em 1808. Foi juiz de fóra da villa de Ponte de Lima. Em 1817 partiu para o Brazil, e D. João VI o nomeou juiz de fóra do Rio de Janeiro, e depois desembargador da Casa da Supplicação e dos aggravos de Lisboa.

Calheiros de Menezes (*Sebastião Lopes*). N. em 1817. Assentou praça, contando 16 annos de edade, em 1833, e ainda tomou parte nas luctas liberaes d'essa epoca. Fez os seus estudos com distincção na Universidade de Coimbra, indo depois completal-os a Paris. Em 1881 tinha o posto de coronel no corpo do estado maior. Sebastião Calheiros era descendente de familia muito distincta. Exerceu os seguintes cargos: director d'uma das nossas vias ferreas; governador geral de Cabo Verde; director da Escola Polytechnica de Lisboa, governador civil do Porto; deputado em varias legislaturas, governador geral d'Angola, ministro das obras publicas, par do reino e presidente da commissão portugueza da demarcação da fronteira. Como governador das referidas colonias africanas, tornou-se notavel; emprehendeu e fez com que se executassem construcções importantes, como as da alfandega, do caes marginal, do largo Calheiros, e outras, que muito melhoraram as condições hygienicas de Loanda. Sebastião Calheiros pertencia ao partido progressista.

Calhello (*Quinta de*). Na freg. de S. Thomé, de Arcossó, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Calheta (*Condes da*). Este titulo foi concedido por el-rei D. Sebastião em 20 de agosto de 1576 a Simão Gonçalves da Camara, em paga de serviços prestados. Foi este o 1.º conde da Calheta, 5.º capitão donatario da ilha da Madeira, da parte do Funchal, 3.º neto de João Gonçalves Zarco, cavalleiro da casa do infante D. Henrique, o grande navegador, primeiro homem que por seu mandado povoou aquella ilha, e ao qual o mesmo infante, por um alvará datado da sua villa a 1 de novembro de 1450, «*doou a terra áquem do Canisso, dez passos, como se vae pelo Ribeiro acima, e dahi s'atravessa a Serra até á ponta do Tristão, para elle dito João Gonçalves Zarco a manter e conservar na sua descendencia*». A mercê do infante teve a confirmação d'el-rei D. Duarte, por alvará de 15 de novembro de 1451. Succedeu no titulo seu filho João Gonçalves da Camara,

por carta de 9 de outubro de 1583, e por sua morte passou a casa e titulo a um filho d'elle, Simão Gonçalves da Camara, que foi o 3.º conde da Calheta, e quando este falleceu, herdou seu filho João Gonçalves da Camara, 4.º conde do mesmo titulo, o qual, fallecendo sem successão legitima, veiu a sua casa e titulo a recair em sua irmã D. Marianna de Lencastre e Vasconcellos, camareira mór da rainha D. Maria Sophia de Saboia, filha de Simão Gonçalves da Camara, 3.º conde da Calheta, 7.º donatario da ilha da Madeira, da parte e jurisdicção do Funchal, que fôra casado com D. Maria de Vasconcellos, filha de Ruy Mendes de Vasconcellos, 1.º conde de Castello Melhor, por carta de 21 de março de 1611, mordomo mór da rainha D. Margarida d'Austria. O 4.º conde da Calheta foi João Gonçalves da Camara. Este titulo ficou desde então reunido ao de Castello Melhor, sendo concedido ao primogenito d'estes fidalgos, apenas nascesse. Ao 3.º marquez de Castello Melhor, Affonso de Vasconcellos e Sousa Camara Caminha Faro e Veiga, foi concedido o titulo de conde da Calheta, *de juro e herdade*, que até então não era, por decreto e portaria de 27 de abril de 1807. (V. *Castello Melhor*). Estes dois titulos reunidos teem o mesmo brazão, que se compõe d'um escudo partido em pala: na primeira á esquerda as armas dos Camaras Lobos, em campo negro um monte da sua côr, sobre elle uma torre de prata entre dois lobos de ouro arrimados a ella; na segunda pala á direita as armas dos Vasconcellos, em campo negro tres faxas veiradas de prata e vermelho, sendo a prata da parte de cima, e o vermelho de baixo.

Brazão dos condes da Calheta

Calheta. Villa da ilha de S. Jorge, archipelago dos Açôres, séde do conc., com. de S. Jorge, distr. e bisp. de Angra do Heroismo; 505 fog. 1:573 hab., sendo 672 do sexo masc. e 901 do fem. Tem uma só freg., orago Santa Catharina. Está situada á beira mar, em planicie rodeada pelo N e E por uma encosta arborisada, tendo ao S um bom porto, a S E da capital da ilha, de que dista cerca de 23 k. e 30 da Ponta do Topo. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. com serviço de encommendas, permutando malas com Angra do Heroismo; agencias de seguros *Portugal* e *Tagus:* de vapores, *Empresa Insulana de Navegação;* medicos, pharmacias, notario; sociedades de recreio: *Philarmonica e Club*, theatro, etc. A villa pertence ao commando militar dos Açôres, e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. O conc. compõe-se de 5 freguezias, incluindo a de Santa Catharina, n'uma superficie de 8:550 hectares, com 7:628 hab., sendo 3:188 do sexo masc. e 4:440 do fem. As outras freguezias são as seguintes: S. Lazaro, de Norte Pequeno, 392 hab.: 133 do sexo masc. e 259 do fem.; S. Thiago, da Ribeira Sêcca, 2:865 hab.: 1:777 do sexo masc. e 1:688 do fem.; Santo Antão, 1:925 hab.: 836 do sexo masc. e 1:089 do fem.; N. S.ª do Rosario, de Topo, 873 hab.: 370 do sexo masc. e 503 do fem. ‖ Villa da ilha da Madeira, séde de conc., com. de Ponta do Sol, distr. e bisp. do Funchal. Tem uma só freg., orago o Espirito Santo. Está situada á beira-mar. Na praia corre uma ribeira distante da enseada de Ponta do Sol uns 15 k. Tem Misericordia, escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras, e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com o Funchal; medicos, pharmacias, fabricas de aguardente e de manteiga, etc. O principal commercio do conc. é vinho, canna de assucar, gado vaccum, batata doce, fructas e legumes. Calheta pertence ao commando militar da Madeira, e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 27, com a séde no Funchal. O conc. comprehende 8 freguezias, com 18:270 hab.: 8:624 do sexo masc. e 9:646 do sexo fem. As freguezias são as seguintes: S. Braz, de Arco da Calheta, 4:119 hab.: 1:996 do sexo masc. e 2:123 do fem.; Espirito Santo, de Calheta, 3:469 hab.: 1:631 do sexo masc. e 1:338 do fem.; N. S.ª da Graça, de Estreito da Calheta, 2:844 hab.: 1:314 do sexo masc. e 1:530 do fem.; S. João Baptista, de Fajã de Ovelha, 2:577 hab.: 1:205 do sexo masc. e 1:372 do fem.; N. S.ª do Rosario, de Jardim do Mar, 404 hab.: 187 do sexo masc. e 217 do fem.; Santo Amaro, de Paul do Mar, 1:412 hab.: 692 do sexo masc. e 720 do fem; S. Pedro, de Ponta do Pargo, 2:344 hab.: 1:089 do sexo masc. e 1:255 do fem.; N. S.ª das Neves, de Prazeres; 1:101 hab.: 510 do sexo masc. e 591 do fem. ‖ Pov. e freg. de S. Matheus, da ilha Terceira (V. *São Matheus da Calheta)*. ‖ Pov. na ilha de Santa Maria, na freg. de N. S.ª da Purificação, de Espirito Santo, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada. ‖ Principal porto na ilha de Maio, no archipelago de Cabo Verde. E' conhecido egualmente pelo nome de *Porto Inglez*. Póde abrigar grande numero de navios.

Calheta Grande. Porto na costa S da ilha de S. Vicente, archipelago de Cabo Verde. Tem bom fundo de areia, podendo os navios fundear com segurança, quando o vento sopra de terra.

Calheta de Nesquim. Pov. no ilha do Pico; freg. de S. Sebastião, conc. de Lagens do Pico, com. de S. Roque, distr. de Horta, bisp. de Angra do Heroismo; 1:055 hab. e 405 fog. Está situada á beira-mar. Tem est. post. permutando malas com a Horta. Pertence ao commando militar dos Açôres, e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo.

Calheta de Tarafes. Pequeno porto da ilha de S. Vicente, no archipelago e prov. de Cabo Verde. Está situado entre Porto Grande e o Porto de S. Pedro; tem um soffrivel desembarcadouro e excellente agua potavel.

Calhetas. Pov. na ilha de S. Miguel, na freg. de N. S.ª dos Prazeres, de Pico da Pedra, conc. de Ribeira Grande, distr. de Ponta Delgada.

Calhezim. Pov. na freg. de Santa Maria, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Calhoeira. Logar na freg. de S. João Baptista, de Varzea, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Calhorda *(Quinta da)*. Na freg. de S. Pedro, de Dois Portos, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Caliabria. Na prov. da Beira Baixa, a 5 k. de Castello Melhor, entre E e N E, já no termo de Almendra, antiga comarca de Riba Côa, estão as ruinas da cidade de Caliabria, como alguns autores erradamente lhe chamam, que no tempo dos godos foi cidade episcopal. Nos concilios de Toledo figuraram seus prelados desde 621 até 693. Deixou de ter bispos desde a invasão dos moiros em 716, e na restauração de Hespanha passou a séde episcopal para Ciudad Rodrigo. Segundo a tradição, o ultimo bispo de Caliabria foi Santo Apolinario, martyrisado pelos moiros em 716, na freg. de Urrós, em Traz-os-Montes. Ainda hoje se dá o nome de *Calabre* ao logar onde esteve esta cidade.

Calianapor. Pov. e porto da costa do Canará, India, no qual Vasco Fernandes Cesar de Menezes, vice-rei da India, queimou alguns navios moiros, e de cuja fortaleza aproveitou muita artilharia para a esquadra, por ter sido aggravado pelo rei de Canará.

Calibata do Gungo. Pov. do distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, a 11 kilometros de Massangano, na margem esquerda do Rio Cuanza, entre Cambambe e Muxima.

Calicachigão. Aldeia ao norte do rio Saudalcalo, da regedoria de N. S.ª do Mar, no concelho e districto de Damão, na India.

Caliças. Duas povoações no conc. de Lagos, distr. de Faro, uma na freg. de S. Sebastião, de Lagos, e outra na de N. S.ª da Conceição, de Odiaxerre. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Torrão, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Caliças e Lapa. Pov. na freg. de S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro.

Caliço. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Bensafrim, conc. de Lagos, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cacella, conc. de Villa Real de Santo Antonio, distr. de Faro. || Herdade na freg. de Santo Antonio, de Alcorrego, conc. de Aviz, distr. de Portalegre.

Caliços. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Almansil, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, conc. e distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª de Moncarapacho, conc. de Olhão, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || Logar na freg. de N. S.ª da Luz, conc. de Lagos, distr. de Faro. || Monte na freg. de Santa Luzia, de Pias, conc. de Serpa, distr. de Beja.

Calicut. Cidade da presidencia de Madrasta, na India britanica, na costa de Malabar. Esta cidade foi o termo da expedição de Vasco da Gama, quando em 1498 explorava o caminho por mar para a India, rodeando a Africa. O navegador portuguez chegou em maio d'aquelle anno a Calicut, onde obteve audiencia do Samorim, mas não tardou este acolhimento em transformar-se na perseguição movida pelo catual, ou regedor da cidade, sendo Vasco da Gama obrigado a recolher-se a bordo das naus. Dois annos depois a expedição de Alvares Cabral largou de Lisboa com o fim de levantar em Calicut uma feitoria. Ainda este navegador soffreu desgostos dos moiros. Tendo nomeado Ayres Correia feitor da cidade, foram este e os seus companheiros barbaramente assassinados pelos indigenas, sem que Alvares Cabral pudesse acudir-lhes. A feitoria durou apenas um dia. Cabral, antes de levantar ferro para se dirigir a Cochim, bombardeou a cidade e incendiou as embarcações do Samorim que se achavam no porto, carregadas de fazendas. João da Nova, em 1501, bateu a armada de Calicut e regressou a Portugal. Vasco da Gama bombardeou em 1502 a cidade e tomou muitas embarcações. Lopo Soares tambem bombardeou Calicut. Affonso de Albuquerque arrazou egualmente a cidade, mandando levantar a fortaleza, que mais tarde foi destruida pelos proprios defensores, que a viram perdida, pondo-se a salvo. Em 1792 os inglezes fizeram arrear a bandeira portugueza n'esta feitoria.

California. Logar na freg. de N. S.ª do O', de Ançã, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || Monte na freg. de N. S.ª do Pé da Cruz, de Santa Cruz, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Calinha. Pov. na freg. do Salvador, de Ganfei, concelho de Valença, districto de Vianna do Castello.

Calisbága. Rio na India que tem origem nas montanhas do sul de Canácona e a sua foz entre as aldeias de Loliem e Calisbága, é o mais meridional do territorio de Gôa, e navegavel até pequena distancia de Panguinim.

Calisto *(Avelino Cesar Augusto Maria)*. Lente cathedratico da Universidade de Coimbra, onde rege a cadeira de Philosophia do Direito. E' natural de Coimbra, filho de João Maria Baptista, e doutorou-se na faculdade de Direito a 26 de julho de 1868.

Calisto *(Bartholomeu Antonio)*. Pintor medíocre dos principios do seculo XIX. Fal. em 1821. Foi discipulo de Rocha, e trabalhou no paço d'Ajuda. Entrou no numero de alguns pintores que fôram a Roma aperfeiçoar-se na sua arte, porém, pouco ou nenhum proveito tirou da sua viagem.

Calisto. Logar na freg. de S. Thiago e conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Calix. Vaso para beber, mais largo em cima do que em baixo, e com um pé em que se sustenta. Tira a sua fórma do calice das flôres. Nas alfaias do culto chama-se assim ao vaso de metal em que está o vinho e agua, que o sacerdote consagra no sacrificio da missa. Ao pequeno prato redondo com que se cobre o calix chama-se patena. Nos thesouros das sés mais ricas e nos museus nacionaes guardam-se alguns d'estes vasos, que são verdadeiros primores da toreutica religiosa. Ha-os valiosissimos, de ouro com pedras preciosas, de prata e cobre dourado, vidro, marmore, etc., ostentando delicados lavores e constituindo verdadeiras joias da antiga ourivesaria. A Academia Real das Bellas Artes de Lisboa possue varios calices de prata dourada do seculo XII. Um calix muito antigo e curioso é o denominado de «S. Torquato» que se guarda no thesouro da collegiada de N. S.ª da Oliveira, em Guimarães. Pela sua fórma e ornamentação é obra do seculo XIII; é de prata dourada, e de singular feitio, sobretudo pelo grande diametro da base; tem de peso cinco marcos e meio. Não sobresae por delicadezas e primores de esculptura; o seu merecimento artistico encerra-se na obra de esmalte. A base é recortada em oito grandes divisões ponteagudas, separadas por uns ornatos

de volta redonda; nas divisões estão a imagem de Nossa Senhora e as de sete apostolos, todas de esmalte. A patena tem representada a Santissima Trindade, tambem em esmalte. A estampa d'este calix, tão notavel pela sua antiguidade, póde vêr-se na obra de Vilhena Barbosa, *Monumentos de Portugal*, a pag. 94; bem como a pag. 99 se encontra a reproducção d'outro precioso calix da mesma collegiada, trabalho dos principios do seculo XVI e de grande elegancia e belleza. Foi offerecido a N. S.ª da Oliveira nos fins do reinado de D. Manuel por Fernando Alvares, mestre escola da collegiada. E' de prata dourada com oito marcos, menos uma onça, de peso. A copa é adornada com seis figuras de anjos, empunhando os emblemas da Paixão, e com outros seis na parte inferior sustentando seis tintinabulos. Decoram o nó seis esbeltos nichos unidos por columnas e variados ornamentos gothicos, e

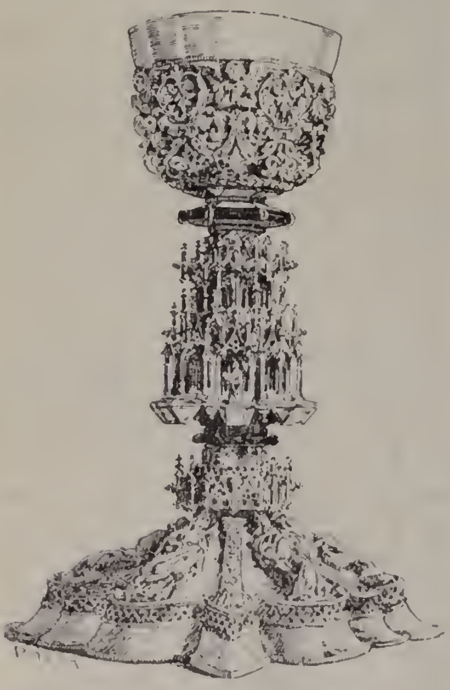

Calix de prata dourada pertencente á sé de Coimbra

coroados por baldaquinos rendilhados; occupando os nichos a Virgem e cinco apostolos. A base é dividida em doze gomos; nos seis maiores estão esculpidas, em relevo, as imagens de seis apostolos; nos seis menores ha ornatos de esmalte. Na borda da copa tem gravada a seguinte inscripção: *Hic est calix sanguinis mei, novi et.* Na parte superior, em torno do calix, tem um formoso côro de anjos em adoração, trabalho de esculptura relevada. Ainda a pag 349 do livro citado reproduziu Vilhena Barbosa o calix de ouro esmaltado da sé de Evora, e respectiva patena. A descripção de tão valiosa peça é a seguinte: Altura 33 centimetros, obra do seculo XVI; a metade superior da copa é liza, e na metade inferior, tem em meio relevo, seis medalhões ovaes com figuras representando passos da Paixão, e nos intervallos outros tantos anjos, mostrando segurar os medalhões. Seis formosos quadros de baixo-relevo, representando tambem passos da Paixão, decoram o nó, que é de fórma hexagona. A base compõe-se de seis gomos, nos quaes, além de outros desenhos, avultam em meio relevo as imagens de S. Pedro, de S. Paulo, e dos quatro evangelistas. E' primorosa toda a obra de esculptura e de esmalte, suppondo-se de origem italiana. No reverso da base está um brazão esmaltado, e a seguinte inscripção: *Doct. Paulus Alphonsus Reg. Consiliarius in Ecclesia Eborensi Archiadiaconus et Canonicus Donavit — Anno Doñ 1587.* Outro calix do seculo XVI, muito apreciavel, é um dos que opulentam o thesouro da sé de Coimbra. Tem 31 centimetros de altura, é de prata dourada; a base de fórma hexagona está adornada com seis figuras de santos em alto relevo, separadas umas das outras por outras tantas pilastras. O nó é de arcarias gothicas com baldaquinos; sob os inferiores houve estatuetas, das quaes restam só duas. A copa é ornada de ramagens e seis figuras de seraphins. No *Catalogo da Exposição d'Arte Ornamental*, celebrada em 1882 no Museu das Bellas Artes de Lisboa, vem a descripção de grande numero de calices que ali estiveram, salientando-se entre elles, além dos já descriptos, os do Gabinete da Ajuda, da Academia Real das Sciencias, da Misericordia do Porto, que apresentou os calices do mosteiro de Arouca, de diversas confrarias, sés, conventos, etc., etc. Todavia o mais precioso dos calices que houve em Portugal, o antiquissimo calix de ouro feito na Hollanda em 1187 e que pertencera ao convento de Alcobaça, já não póde figurar n'essa exposição por ter sido roubado em 1836 do museu da Bibliotheca Publica de Lisboa, mas ainda se avaliou da sua belleza artistica pela patena, que ficara n'um escaninho da caixa, e que tinha representada em esmalte a ceia do Senhor. Por occasião d'uma exposição fóra de Portugal, effectuada depois, desappareceu mysteriosamente a preciosa patena. De tudo se encontra noticia no folheto *O calix de ouro de Alcobaça*, Lisboa, 1900, por D. José Pessanha.

Callacotas *(Casal das)*. Na freg. de S. Sebastião, de Meãs do Campo, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Calladinho *(Herdade do)*. Na freg. de N. S.ª da Annunciação e conc. de Redondo, districto de Evora.

Callado V. *Calado.*

Callado. Familia muito antiga. A primeira pessoa que se encontra d'este appellido, é Lourenço Callado, vêdor das justiças da Beira, no tempo de D. Affonso IV. No anno de 1533 foi-lhe dado o seguinte brazão: em campo de ouro quatro bandas vermelhas; timbre, meio leão de ouro bordado de vermelho.

Callado *(João Chrisostomo)*. General distincto ao serviço do Brazil. N. em Elvas a 24 de março de 1780. Seguiu a carreira das armas, fez as campanhas de 1801 e da peninsula, e em 1805 partiu para o Brazil no posto de major commandante do 4.º batalhão de caçadores da legião de voluntarios d'el rei, que ia, sob as ordens do general Lecor, occupar a provincia hespanhola do Uruguay. Nas campanhas de Montevideu distinguiu-se bastante, e quando rebentou a insurreição no Brazil, sendo commandante da 2.ª brigada de voluntarios, separou-se do seu general D. Al

varo da Costa, e adheriu ao movimento revolucionario. Ainda se distinguiu depois em diversos combates, vindo a fallecer em 1 de abril de 1857.

Callado. Casal na freg. de Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || Herdade na freg. de N. S.ª d'Annunciação e conc. de Redondo, distr. de Evora. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora. || Quinta na freg. de S. Pelagio, de S. Paio do Codeço, conc. de Oliveira do Hospital, districto de Coimbra.

Callado. Monte na freg. de N. S.ª da Consolação, de Egrejinha, conc. de Arraiollos, distr. de Evora. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora. || Logar na freg. de N. S.ª da Graça e conc. de Benavente, distr. de Santarem.

Callão. Logar na freg. de Santa Christina, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Calle. Povoações nas seguintes freguezias: Santa Marinha, de Argella, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Avões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Britello, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Maria, de Caires, conc de Amares, distr. de Braga. || S. Julião, de Calendario, concelho de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Eulalia de Bésteiros, conc. de Toudella, distr. de Vizeu. || S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de Gatão, concelho de Amarante, distr. do Porto. || Santo Thyrso, de Paramos, concelho da Feira, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Perosinho, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santa Maria, de Rozem, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Martinho, de Soalhães, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Martinho, de Travanca, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Calle. Logares nas seguintes freguezias: S. Martinho, de Arco de Baulhe, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Paio, de Azões, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Balugães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Martha, de Bouro, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Pedro, de Calvello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Cunha, conc. e distr. de Braga. || S. Pedro, de Escudeiros, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago, de Gavião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santo André, de Gondomar, conc. de Villa Verde, districto de Braga. || S. Miguel, de Guizande, conc. e distr. de Braga. || S. Martinho, de Lagares, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Louredo, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Christina, de Mentrestido, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Romão, de Mouriz, conc. de Paredes, distr. do Porto. || O Salvador, de Pereira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Seixezello, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santo André, de Sonzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu, || Santa Maria, de Teixeiró, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Miguel, de Travassô, concelho de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Mamede, de Villa Maior, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Calle. Bairro na freg. de Santa Maria Magdalena, de Lordello, conc. e distr. de Villa Real. || Quinta na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Avô, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de S. Barnabé, de Janarde, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Calle de Alvações. Logar na freg de S. Miguel e conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Calle de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Maria, de Telhado, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Calle de Bois. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Populo, conc. de Alijó, distr. de Villa Real.

Calle de Couto de Ranhados. Logar na freg de S. Miguel e conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Calle de Rego. Logar na freg. de S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Calle e Urgil. Duas povoações reunidas na freg. de S. Martinho, de Moimenta do Douro, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Callecas. Logar na freg. de S. Braz, de Varzea, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Calleira. Logar na freg. do Salvador, de Aramenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de N. S.ª das Candeias e conc. de Almeida, distr. da Guarda.

Calleiro. Logar na freguezia do Salvador, de Unhão, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Quinta na freg. de Santa Maria Magdalena, de Gouvinhas, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real.

Calles. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Ardegão, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Loureiro, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de S. João, de Longos Valles, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. do Salvador, de Fervença, concelho de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Logar na freguezia de S. Thiago, de Goães, conc. de Amares, distr. de Braga. || Logar na freg. do Salvador, de Infesta, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Maria, de Lamas, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Quinta na freg. de N. S.ª da Ouvida, de Ranhados, conc. e distr. de Vizeu.

Calles e Achada. Duas povoações reunidas na ilha da Madeira, na freg. de S. Braz, do Arco da Calheta, conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Calles de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Maria, de Meinedo, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Calleya *(José Maria)*. Cirurgião medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. Natural de Lisboa; fal. de doença cerebral. Era filho de Salvador José Calleya. Defendeu these em 25 de julho de 1870, a qual publicou, e tem o seguinte titulo: *A hemeralopia, principalmente considerada com relação á sua etiologia e therapeutica*, Lisboa, 1870. Pertenceu ao quadro de saude da provincia de Macau.

Calligraphia. Arte de traçar com perfeição os caracteres da escripta. Antes da invenção da typographia foi esta arte muito apreciada, pondo-se em limpo o que fôra escripto por notas ou abreviaturas, ou copiando obras de geral utili-

dade, ou fazendo nova leitura de documentos antigos, só entendidos por paleographos. Havia calligraphos tão peritos na arte de traçar os diversos caracteres da escripta, como na do desenho á penna, ou *calamodiagraphia*. Muitas vezes o calligrapho era tambem illuminador, ornando o manuscripto de formosissimas miniaturas, que o tornavam assim precioso como obra d'arte Com o descobrimento da typographia restringiu-se bastante o emprego da bella escripta, ou calligraphia, reservando se para os documentos particulares, ou para alguns raros livros de uso individual. Muitos dos mais antigos calligraphos portuguezes, de que ha noticia, eram tambem illuminadores (V. *Illuminura)*. Mais tarde, as duas artes fôram exercidas separadamente. Nos primeiros seculos da monarchia a letra usada pelos calligraphos era o cursivo, chamado pelos diplomatistas *cursivo francez*. Outros caracteres de escripta se empregaram, taes como o gotico, romano, monachal, francez, etc. Algumas vezes os calligraphos assignavam o manuscripto. Assim, n'um *Psalterio*, feito na era de 1217, pertencente a Santa Cruz de Coimbra e hoje na Bibliotheca Publica do Porto, encontra-se a seguinte rubrica: *Fernand s'cpsit istum psaltium. In mse Junii E.* M.CCXVJJ. O formosissimo manuscripto illuminado *Genealogia da casa de Sandoval*, existente na Bibliotheca de Paris, tem no frontispicio: *Eduardus Caldeira Ulissipone scripsit anno dni* MDCXII Antonio Godinho, escrivão da camara de D. João III, é o autor do notavel *Livro da Nobreza*, existente na Torre do Tombo. Neste mesmo archivo se guarda um dos mais preciosos trabalhos de calamodiagraphia, o *Livro das Fortalezas*, desenhado á penna por Duarte d'Armas, em 1500 a 1507. No ultimo quartel do seculo XVI floresceu entre nós um calligrapho distincto, de nome Goterres, a quem André Falcão de Rezende dedicou um soneto laudatorio. D'essa epoca é um dos nossos primeiros autores calligraphos, Manuel Barata, que foi mestre de escripta do principe D. João, filho d'el-rei D. João III, e que escreveu varias obras sobre a sua arte, publicadas mais tarde. Foi nos mosteiros que a copia de manuscriptos teve mais habeis cultores. No convento de Alcobaça colligiram-se e copiaram-se todas as obras mais importantes. O catalogo dos codices é enorme. A pericia dos calligraphos alcobacenses era tal que se suspeita tivessem algumas vezes imitado e contrafeito escriptas mais antigas. *João Peccator*, de quem se fala n'alguns manuscriptos, seria um d'esses habeis imitadores. No mosteiro de S. Vicente, o conego D. Marcos do Cruz escreveu em 1619 um *Livro de capellas*. Durante o seculo XVIII nos conventos de S. Paulo, da serra d'Ossa e de Lisboa, cultivou-se bastante a calligraphia. Diversos manuscriptos existentes ainda no antigo convento dos Paulistas, nesta capital, teem: *Ex. officina Monasteriis ossæ anno* 1701. Muitos são obra do frade José da Encarnação, como o provam as seguintes rubricas: *In officina hujus conventus Smi Sacramenti Fratre Josepho ab Incarnatione. Ulyssipone anno Domini*, 1738, n'um Livro de Hymnos; *Fr. Joseph ab Incarnatione fecit, mense januarij ann Dmi, 1761*, n'um livro de officios de Pentecostes. Outros autores calligraphos, que tambem publicaram trabalhos sobre a arte, são: Joaquim José Ventura da Silva, autor das *Regras methodicas para se aprender a escrever*; Manuel Nunes Godinho, artista habilissimo, calligrapho da Casa Real, pae de Domingos Godinho, tambem calligrapho distincto; Carlos Silva, autor da *Theoria da escripta simplificada*, do *Paleographo em escala calligraphica*, etc. O invento das pennas de aço, que substituiram as de pato, modificou sensivelmente os processos calligraphicos, e um dos ultimos professores que usaram a penna de pato foi o citado Domingos Godinho. Entre os calligraphos actuaes podem apontar-se os nomes dos srs.: Antonio de Carvalhal Esmeraldo, premiado com medalha de prata na exposição da Avenida em 1888, Sancho Trindade, etc. Antigamente a calligraphia era entre nós ensinada nas escolas officiaes, porém, tendo sido extinctas as respectivas cadeiras, o ensino d'esta arte está muito descurado e não temos um typo de letra definido e caracteristico, como o tem outros paizes.

Callinha. Pov. na freg. do Salvador, de Ganfei, concelho de Valença, districto de Vianna do Castello.

Callixto. V. *Calisto.*

Callo Velho *(Monte do)*. Na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Callu. Aldeia pertence á divisão de Uply-Pahw, ao sul do rio Sandalcalo, no conc. de Nagar-Avely, distr. de Damão, na India.

Callulua. Pov. das terras do Cazembe, Africa Oriental, ao S do lago Mofo, nas margens do rio Lucena, ao N. da prov. de Moçambique.

Calmar. Logar na freg. de Santa Maria, de Carquere, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Calmon *(João)*. Militar que viveu no seculo XVII. N. em Lisboa a 8 de novembro de 1620, fal. em Pernambuco a 22 de abril de 1674 Era filho de Beltrão Calmon, de familia franceza, e de Maria Tovar. Entrou na vida militar, e partiu para o Brazil em 1638 na armada do conde da Torre. Voltando ao reino, entrou nas campanhas da restauração de Portugal, como alferes, tenente e commissario de cavallaria nas fronteiras da Beira. Passou depois ao Alemtejo, combatendo sempre com o maior valor, recebendo tres feridas n'uma batalha, e aprisionando n'outra uns poucos de officiaes inimigos. Foi depois capitão de mar e guerra, commandante das duas naus, *Conceição e Bom Jesus de Bouças*, com que auxiliou efficazmente os brazileiros na restauração de Pernambuco. Em 17 de abril de 1655 fez parte da armada de Francisco de Brito Freire, e contribuiu muito para a expulsão dos hollandezes, sendo em seguida nomeado superintendente geral das fortalezas, reedificando-as em parte á sua custa e com grande diligencia para se poder defender a costa brazileira contra qualquer invasão hollandeza. Deixou em manuscripto um livro de genealogias, que D. Antonio Caetano de Sousa aproveitou para a sua *Historia genealogica da Casa Real*.

Calmon *(João)*. Prégador afamado, formado em Canones, filho do antecedente, e de D. Juliana d'Almeida. Nasceu na Bahia a 6 de setembro de 1668, onde tambem falleceu a 6 de julho de 1737. Estudou no collegio dos jesuitas Philosophia, em que tomou o grau de mestre em artes, e Theologia. passando depois á Universidade de Coimbra. Regressou á Bahia em 1694, e foi ordenado presbytero pelo arce-

bispo D. João Franco de Oliveira, que o elegeu seu vigario geral, sendo depois mestre escola, chantre na sé da Bahia, exercendo aiuda outros e elevados cargos ecclesiasticos. Publicou só um dos seus sermões, intitulado: *Sermão nas Exequias da Excellentissima Senhora D. Leonor Josefa de Vilhena celebradas na Misericordia da Cidade da Bahia aos 30 de outubro de 1711*, Lisboa, 1721.

Caloanda. Confluente da margem direita do rio Lucalla, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Caloira. Logar na freg. do Salvador, de Taboado, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Callolo. Nome de tres povoações do conc. de Ambaca, districto de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Calolo. Confluente da margem direita do rio Cuanza, no conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. Nasce a O da serra de Talla Mogongo, atravessa uma parte do territorio d'este nome, corre pelo conc. de Pungo Andongo, e torna-se tributario do Cuanza ao S da prov. de Marimba || Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, nas terras dos gentios malungos, e a cerca de 120 k. de distancia ao E de Loanda.

Calomba. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola; 35 fog. e 69 hab. || Pov. do mesmo conc. e districto.

Calombe. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Calombo. Nome de tres povoações do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Calomo. Confluente da margem esquerda do rio Chobe, Africa Oriental. Nasce na serra Cangele, e atravessa o paiz dos Makololos, a O da prov. de Moçambique.

Calongo. Pov. do distr. de Benguella, prov. de Angola, Africa Occidental, na margem esquerda d'um affluente do rio Cuanza, a 88 k. ao N E de Bihé.

Calongolla. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola; 20 fog. e 64 hab.

Calongollo. Pov. no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola; 36 fog. e 102 hab.

Calongolongo. Pov. no conc. de Calumbo, distr. de Loanda, prov. de Angola; 39 fog. e 66 hab.

Calongue. Pov. do distr. de Tete, com. de Inhambaue, prov. de Moçambique, Africa Oriental, na margem direita do rio Zambeze, e a E. da prov. e presidio do Zumbo.

Calonto. Pov. na Africa Oriental, na serra Cangele, do paiz dos Makololos, a O. da prov. de Moçambique.

Calounu Pau-Ary. Prov. ou praganá do territorio e distr. de Damão, India, na costa de Decan. Encravada no territorio do dominio britannico entre os rios Calem e Coileque, está situada ao N. da praça de Damão e é formada de muitas aldeias habitadas por gentios. O solo é fertil. Abunda em teca, pau preto, e outras madeiras valiosas. Produz muito opio, arroz, trigo, fructas e vinho de palmeira, e exporta, além d'estes generos, tecidos chamados canequins, roupas, colchas, etc. Tambem se escreve *Calounu Pa-Cary.*

Caloura. Logar na ilha de S. Miguel, na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Agua de Pau, conc. de Lagôa, distr. de Ponta Delgada. No seculo XVII havia aqui o convento de Valle de Cabaços. São da Caloura os melhores vinhos que a ilha produz, havendo d'elles dois typos: o de *cheiro* e o *verdelho*, similhantes o primeiro ao vinho verde do Minho e o segundo ao branco de Bucellas.

Calourenço. Logar na freg. de S. João Baptista, de Villa Chã, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Calquim. Duas povoações no conc. de Maia, distr. do Porto, uma na freg. de Santa Maria, de Avioso, e outra na do Salvador, de Gondim.

Calquinho. Logar na freg. de S. Thomé, de Covellas, conc. de Baião, distr. do Porto.

Calrinhas. Pov. na ilha de S. Jorge, na freg. de Santa Catharina e conc. de Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Calroeira. Logar na freg. de S. João Baptista, de Alegrete, conc e distr. de Portalegre.

Calsaperra. Pov. na freg. de S. Pedro, de Goães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Caluande. Pov. no conc. de Ambaca, districto de Loanda, provincia de Angola, Africa Occidental.

Caluande de Cima. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Calucalla. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental; 3 fog. e 12 habitantes. || Affluente do rio Bengo, no distr. de Loanda, Africa Occidental.

Caluculla. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Caluemba. Rio do distr. de Benguella, prov. de Angola, Africa Occidental. Nasce na serra da Mozamba, e desagúa no Cuiba, confluente da margem direita do Cuanza.

Caluge. Pov. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, na margem esquerda do Cuanza.

Calullo. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Calumbigi. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Calumbo. Pov. e freg. de S. José, do conc. de Calumbo, distr. e com. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, na margem direita do Cuanza, a 45 k. da foz e a 88 do SE. da cidade de Loanda, fronteira á ilha Quissanga. O seu clima, outr'ora doentio, é hoje muito saudavel. Tem pouca importancia para o commercio do interior, por affluirem ali os povos das margens do Cuanza. Foi em tempo missão dos frades franciscanos, e presume-se ter sido fundado no principio da conquista da prov. d'Angola, por Paulo Dias de Novaes. Presidio fundado em 1577. Tem est post. e tel. permutando vales com o reino. || Conc. do distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, na margem direita do Cuanza, a E. do conc. de Loanda. Excellentes madeiras de construcção, oleo de palma e de mendobi, esteiras. A população é de 4:401 hab., 18 dos quaes são europeus. || Enseada da margem esquerda do Cuanza, no conc. da Barra do Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental, a 45 k. da barra do Cuanza.

Calumbo Cangimbo. Pov. do conc. do Duque de Bragança, no distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, ao N. do conc. e na margem esquerda do rio Ambaia, confluente do Loge ou Bamba.

Calundi. Territorio do distr. e prov. de Mo-

çambique, Africa Oriental, fronteiro á ilha e Moçambique.

Calunda Diaginda. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Calundo. Pov do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental; 20 fog. e 24 hab. || Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Calunga. Confluente da margem esquerda do rio Copororo ou de S. Francisco, distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental. N. a E. do territorio dos bichiambas. || Territorio das margens do rio Calunga, no distr. e com. de Benguella, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental; 12 fog. e 17 hab. || Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola; 2 fog. e 5 habitantes.

Calunga Calucalla. Pov. do conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Calunga Camuanga. Pov. do conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Calungo. Pov. do conc. de Muxima, na com de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, ao S do monte do mesmo nome. E' governada por um soba tributario de Portugal. || Pov. do distr. e com. de Benguella, prov. e bisp de Angola, Africa Occidental, a 70 k. ao NE. do Bihé. || Monte situado a E. do conc. de Muxima, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental, entre os limites d'aquelle conc. e o sertão do Alto Libolo.

Calunguembo. Pov. do conc. de Zenza do Golungo, distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, a 110 k. ao E da cidade de Loanda. Residencia do chefe do concelho.

Calungulo. Pov. do conc de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental; 1 fog. e 7 habitantes.

Caluquembe. Territorio do interior do distr. de Mossamedes, prov. d'Angola, Africa Occidental. Confina ao N. com o distr. de Benguella, a E com as terras do Nano e de Luceque, ao S com os Muhumbes e serra da Munda, e a O com esta serra e o territorio dos bichambas. || Pov. do distr. e com. de Mossamedes, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, no territorio dos Muhumbes, a 150 k. ao E de Huilla.

Caluse. Ilha do rio Zambeze, Africa Oriental, a pequena distancia da cachoeira denominada Cansala e a O da prov. de Moçambique.

Calutanda. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Calutando. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Calva. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Geraz do Minho, conc. de Povoa do Lanhoso, distr. de Braga. || Herdade na freg. de N. S.ª da Annunciação e conc. de Redondo, distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª das Neves, de Amieira, conc. de Portel, distr. de Evora. || Quinta na freg. da Sé, conc. e districto da Guarda. || Quintas na freg. de N. S.ª da Conceição, de Aldeia do Carvalho, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Calvães. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Alquerubim, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro.

Calvanas. Logar na freg. de S João Baptista, do Lumiar, 3.º bairro de Lisboa.

Calvanas de Baixo. Pov. na freg. dos Santos Reis, do Campo Grande, 3.º bairro de Lisboa.

Calvanas de Cima *(Quinta das)*. Na freg. de S. João Baptista, do Lumiar, 3.º districto de Lisboa.

Calvão. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 1:008 hab. e 250 fog. A pov. dista 10 k. da séde do conc. E' terra fertil. O arcebispo de Braga apresentava o vigario, que tinha de renda 160$000 réis. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 19 com a séde em Chaves. Tem correio com serviço de posta rural. No 1.º domingo de setembro costuma haver romaria a Nossa Senhora Apparecida.

Calvão da Lagôa. Pov. na freg. de S. Thiago Maior e conc. de Vagos, distr. de Aveiro.

Calvaria. Pov. na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Sebastião, de Sernache de Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Calvaria de Baixo. Pov. na freg. da Exaltação de Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Calvaria de Cima. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Porto de Moz, districto de Leiria.

Calvarias. Logar na freg. de S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Calvarinho. Logar na freg. de S. Cypriano, de Senharei, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Calvario *(Manuel Pereira da Silva, barão do)*. Abastado proprietario na cidade de Penafiel, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, etc. N em Villa Verde a 16 de junho de 1813, e é já hoje fallecido. Era filho de Antonio Pereira da Silva, e de sua mulher D. Maria Josepha Mendes, proprietarios e lavradores em Villa Verde. Em 1827, contando 14 annos de edade, embarcou para a Bahia, sendo collocado n'uma importante casa commercial. Sempre laborioso e dedicado á vida que adoptara, ganhou depressa a sympathia dos superiores, que muito o auxiliaram, concorrendo para que adquirisse largos bens de fortuna. Foi depois eleito director do primeiro estabelecimento bancario da provincia, *Caixa commercial da Bahia;* exerceu tambem importantes cargos n'algumas confrarias muito consideradas, mas, no fim de 23 annos de residencia no Brazil, viu-se obrigado a regressar á patria, por conselho dos medicos, em consequencia d'uma grave enfermidade que o assaltou. Quando chegou a Portugal, foi fixar a sua residencia em Penafiel, onde se tornou um dos primeiros proprietarios. Fundou no sitio de Padronello, suburbios de Amarante, uma fabrica de lanificios, que ficou girando sob a firma social de *Garcia Ribeiro & C.ª*, sendo mais tarde, em 1869, substituida pela firma *Pereira & Costa*. Esta fabrica ainda hoje existe N'aquelle mesmo local instituiu uma escola. No seu palacio de Penafiel teve a honra de receber em 1872 el-rei D. Luiz I, seu irmão o infante D. Augusto, Fontes Pereira de Mello e outros ministros, quando o fallecido monarcha visitou aquella cidade. Foi então agraciado com o titulo de barão do Calvario, por decreto de 22 de agosto

e carta de 17 de setembro do referido anno. Em 1874 recebeu novamente a honra da visita d'el-rei e de toda a real comitiva, na sua passagem para Vidago. O barão do Calvario casou em 1845 com D. Rosa Adelaide Leal da Silva, que falleceu a 15 de agosto de 1870, filha de José Mendes Leal e de D. Gertrudes Albina Leal. Era amigo dedicado do fallecido estadista Fontes Pereira de Mello. Foi provedor da Misericordia, e juntamente com o commerciante Laurentino da Rocha Nunes, contribuiu muitissimo para a construcção d'um novo hospital de Misericordia. Em 1878 foi eleito presidente da camara municipal.

Calvario *(Soror Martha da Magdalena do).* Religiosa da ordem de S. Francisco. Chamava se no seculo D. Martha Caetana, era natural de Lisboa, e filha do desembargador Pedro d'Almeida do Amaral, juiz da Corôa, e de D. Margarida d'Oliveira. Professou no convento do Crucifixo, de Lisboa, vulgo as *Francezinhas*, a 21 de novembro de 1721. Escreveu: *A primeira Regra das Religiosas de Santa Clara, que lhe foi dada por Nosso Padre S. Francisco, confirmada pelo papa Innocencio IV*, Lisboa, 1743; *Breve e clara exposição e declaração da primeira regra da gloriosa Santa Clara, confirmada pelo papa Innocencio IV de feliz memoria, traduzida de Fr. Leandro de Murcia por uma religiosa do convento do Crucifixo*, Lisboa, 1744.

Calvario. Moeda de ouro mandada cunhar por D. João III, e que valia 400 réis. Em 1645 foi-lhe arbitrado o valor de 880 réis, para ficar equiparado ao das novas moedas. Do exemplar que re-

«Calvario»

produzimos, faz Aragão a descripção seguinte: ⊦ ° IOA ° ° III ° POR ° ° ET ° AL ° RD ° G °, armas do reino; no reverso + ° IN ° HOC ° SIG-NO ° VINCES; cruz processional sobre um calvario, cortando a legenda; peso 71 grãos, ouro de 22 quilates. Tambem se designava por *cruzado calvario*.

Calvario. Povoações nas seguintes freguezias: S. Mamede, de Alemtem, conc. de Lousada, distr. do Porto. || S. Miguel. de Alvarães, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Balazar, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || S. Gens, de Boelhe, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Thiago, de Brandara, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Calvello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, do Campo, conc. de Vallongo, distr. do Porto. || S. Pedro. de Canadello, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Cosme e conc. de Gondomar, distr. do Porto. || N. S.ª da Gaiola, de Cortes, conc. e distr. de Leiria. || Santa Cruz, de Santa Cruz do Douro, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Mamede, de Santa Cruz da Trapa, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Santo André, de Escariz, conc. de Arouca, districto de Aveiro. || S. Martinho, de Escariz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Pedro de Sanfins de Ferreira, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Santa Maria, de Fregim, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Miguel, de Gemezes, conc. de Espozende, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Golães, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Faustino, de Guinfães, conc. da Maia, distr. do Porto. || S. Verissimo, de Lagares, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Pedro, de Loureiro, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Lourenço do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr do Porto. || Santa Christina, de Meadella, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Paio, de Moledo, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Moreira, conc. e distr. de Braga. || S. Romão, de Mouriz, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Lourenço, de Navarra, conc. e distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Negreiros, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Miguel e conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Perozello, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Paio, de Portella, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Pedro, de Rates, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || Santa Maria, de Reguengo, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || O Salvador, de Ruivães, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santo Isidoro, de Sanche, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Thiago, de Sendim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Maria, de Sandim, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santa Christina, de Serzedello, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo Adrião, de Cever, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real, S. Miguel, de Sontello, conc. de Villa Verde. distr. de Braga. || O Salvador, de Tebosa, conc. e distr. de Braga. || O Salvador, de Thuias, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Jorge, de Varzea, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Maria, de Veade, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Simão, de Venda Nova, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || S. Martinho, de Villa Mou, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Gontinhães, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Jazente, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Lamellas, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Verdoejo, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Sebastião. de Ville, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello.

Calvario. Logares nas seguintes freguezias: S. Martinho, de Agnas Santas, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Alegrete, conc. e distr. de Portalegre. || Santo André e conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Baltar, (V. *Ponte*). || S. Martinho, de Balugães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Miguel, de Cabaços, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Romão, de Carvalhosa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Por-

lo. || Santa Maria, de Cepellos, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Thiago, de Cossourado, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thomé, de Covellas, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Martinho, de Friastellas, conc. de Ponte de Lima. distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Conceição, de Gesteira, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || S. João Baptista, de Gondar, conc. de Guimarães, distr de Braga || Santa Cruz, de Juvim, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Mamede, de Manhuncellos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Clemente, de Paços de Gaiollo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Portella, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Thiago, de Rande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Silvestre, de Requião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Sande, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Martha, de Serdedello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Serôa, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Souto de Lafões, conc. d'Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Taboado, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Telhado, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. João Evangelista, de Ucanha, conc. de Tarouca, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Villarinho, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Santo Estevão, de Villela, conc. de Paredes, distr. do Porto. || N. S.ª das Candeias, de Cabeço de Vide, conc. d'Alter do Chão, distr. de Portalegre. || Santa Maria Magdalena, de Medelim, conc. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Calvario. Casal na freg. de Santa Maria, de Athães, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Herdade na freg. de S. Mathias, conc. e distr. de Beja. || Horta na freg. de S. Thiago Maior, conc. e distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça, de Moncarapacho, conc. de Olhão, distr. de Faro. || Quinta na freg. de S. Jeronymo, de Cabra, conc. de Gouveia, distr. da Guarda. || Quinta na freg. de Santo Ildefonso, conc. de Elvas, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Oliveira do Conde, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de S. Martinho e conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Quinta na freg. de N. S.ª da Pureza, de Touça, conc. de V. N. de Foscôa, distr. da Guarda. || Quinta na freg. de S. Miguel, de Villa Boa, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Calvario de Cabeda. Logar na freg. de S. Vicente, de Alfena, conc. de Vallongo, distr. do Porto.

Calvario da Ribeira. Logar na freg. de S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Calvario Velho. Pov. na freg. do Salvador, de Freamunde, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Calvel *(Quinta do).* Na freg. de Santa Maria do Castello e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Calvelha. Pov. na freg. de S. Thiago, de Labruge, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Calvelhe. Pov. e freg. de S. Justo, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 458 hab. e 92 fog. A pov. dista 25 k. da séde do distr.; tem caixa de correio. A terra é fertil. Até 24 de outubro de 1855 foi da com. de Chacim e do conc. de Izêda, data em que ficou extincto este concelho. O reitor de Izêda apresentava o cura, que tinha 8$500 réis em dinheiro, 42 alqueires de pão e 22 almudes de vinho. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 10, com a séde em Mirandella || Pov. na freg. de S. Thiago, de Creixomil, conc. de Barcellos, distr. de Braga || Rio que separa a pov. de Lavra da de Labruge, isto é o conc. de Bouças do de Villa do Conde, no distr. do Porto. Faz moer nove azenhas, pertencentes a proprietarios dos sitios de Angeiras, Lavra, Antella, Cabanellas e Paiço.

Calvelho de Baixo *(Monte do).* Na freg. de S. Luiz, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Calvella. Pov. na freg. de S. Miguel, de Junqueira, conc de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Calvello. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 538 hab. e 157 fog. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, na raiz do monte de S. Verissimo. A egreja matriz é muito antiga, e foi convento de frades benedictinos, o qual ficou supprimido nos fins do seculo XV, passando para abbadia secular, commenda da ordem de Christo. Foi abbade d'este convento Gonçalo Dias de Barros, ascendente de João de Barros, o grande historiador. No alto do monte de S. Verissimo está a antiga capella do santo d'este nome, e de suas irmãs, santas Maxima e Julia, naturaes de Lisboa, onde fôram martyrisadas no tempo do imperador romano Diocleciano. A rainha D. Mafalda, mulher de D. Affonso I, deu a esta capella varios casaes. Calvello pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Burgães, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Pov. na freg de S. Bartholomeu, de Villa Cova, conc. de Fafe, distr. de Braga || Logar na freg de Santa Maria, de Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr de Vianna do Castello. || Casal na freg de Santa Eulalia, de Rio de Moinhos, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Calvello de Baixo e de Cima. Dois logares na freg. de S. Thiago, de Fraião. conc. e distr. de Braga. || Dois logares na freg. de Santa Margarida e conc. de Louzada, distr. do Porto.

Calvello do Meio. Logar na freg. de S. Thiago, de Fraião, conc. e distr. de Braga.

Calvellos. Pov. na freg. de Santa Eulalia e conc. de Fafe, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Guilhofrei, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Soengas, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Miguel e conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Calvete. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Paião, conc. da Figueira da Foz, districto de Coimbra. Tem caixa do correio.

Calvetes. Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Querença, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Calvilhe. Pov. na freg de S. Thiago, de Milheirós, conc. da Maia, distr. do Porto || Logar

na freg. da Sé e conc. de Lamego, districto de Vizeu.

Calvinho. Logar na freg. de S. João Baptista, de Meiomães, conc. de Rezende, districto de Vizeu.

Calvinhos. Logar na freg. de Santa Maria, de Villa Fria, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Calvino. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Paião, conc. da Figueira da Foz, districto de Coimbra.

Calvinos. Logar na freg. de N. S.ª do Reclamador, de Casaes, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Monte na freg. de Santa Maria e conc. de Odemira, distr. de Beja.

Calvo. Familia que tirou o appellido da quinta dos Calvos, na freg. de Santa Maria dos Gemeos, provincia de Entre Douro e Minho, hoje conc. de Guimarães, quinta que foi dada em honra aos d'esta familia. Descende de Luiz Calvo, um dos juizes de Castella. Tem por armas o escudo esquartelado; no primeiro quartel em campo vermelho cinco fuselas de prata em aspa; no segundo cinco vieiras de prata, e sobre tudo um escudo de ouro com um leão rompente da sua côr; timbre o mesmo leão das armas.

Calvo (*Fr. Pedro*). Religioso da ordem de S. Domingos, lente de prima de Theologia no convento de Aveiro, prior do convento de Lisboa, um dos mais afamados prégadores do seu tempo. N. no Porto em 1551; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de João Gonçalves e de D. Margarida Annes de Calvos. Professou em Aveiro a 25 de agosto de 1566. Escreveu: *Defensam das lagrimas dos justos perseguidos, e das sagradas Religiões, fructo das lagrimas de Christo*, Lisboa, 1618; *Parte segunda; defensam das Sagradas Religiões, fructo das lagrimas de Christo, senhor nosso*, Lisboa, 1618; *Homilias da quaresma, em duas partes divididas*, Lisboa, parte I em 1627, e a parte II em 1629; *Sermão feito á magestade d'el-rei Filippe N. S. de Portugal, na festividade do beatissimo patriarcha S. Domingos*, Lisboa, 1619; *Sermão feito na Sé de Lisboa, na publicação da santa Bulla da Cruzada*, Lisboa, 1621.

Calvo. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Ponte do Rol, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Faustino, de Viariz, conc. de Baião, distr. do Porto. || Casal na freg. de Sant'Anna, de Cumeada, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Quinta na freg. de Santa Eulalia, de Santa Valha, conc. de Valle Passos, districto de Villa Real. || Rio no distr. de Villa Real, que nasce na freg. do Tronco, e depois d'um curso de 20 k. vae desaguar no Rabaçal.

Calvos. Pov. e freg. de S. Gens, na prov. do Minho, conc. e com. de Povoa de Lanhoso, distr. e arceb. de Braga; 444 hab. e 109 fog. A pov. dista 3 k. da séde do conc. Tem caixa do correio. Está situada n'um valle aprazivel e muito fertil. Era do arcediagado de Fonte-Arcada. O arcebispo de Braga e arcediago de Fonte Arcada apresentavam simultaneamente o abbade, que tinha de renda 260$000 réis. Passa aqui o ribeiro de Porto de Carro, que rega e traz peixe. Calvos pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 277 hab. e 69 fog. A pov. dista 9 k. da séde do conc. As freiras do convento dos Remedios, de Braga, apresentavam o vigario, que tinha de rendimento 40$000 réis e o pé d'altar. Esta freg. estava annexa á de Gemeos, do mesmo concelho, mas ficou independente pelo edital do governo civil de 26 de fevereiro de 1902, para effeitos administrativos. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Argivae, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Carlos Borromeu, de Fataunços, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Bartholomeu de Messines, concelho de Silves, distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Milharado, conc. de Lisboa. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. do Salvador de Rossas, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e districto de Castello Branco. || Pov. na freg. de S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de Santa Christina, de Serzedello, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Sobral, conc. de Mortagoa, districto de Vizeu. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Tavora, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, districto de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Trezouras, conc. de Baião, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de Santa Maria e conc. de Marco de Canavezes, districto do Porto.

Calvos e Santos Illos. Duas povoações reunidas na freg. do Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Calvura. Pov. na freg. do Salvador, de Taboado, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Cam. V. *Cão*.

Cama. Lago do sertão do Alto Libolo, no distr. de Loanda, na prov. de Angola, Africa Occidental, a S O do monte Benga e a S do rio Longa ou Longo. Este lago communica a E por um extenso canal com o rio Gango. || Pov. na margem O do lago Cama, no sertão do Alto Libolo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Cama do Bispo. Pov. na ilha da Madeira, na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Quinta Grande, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

Cama de Lobos. V. *Camara de Lobos*.

Cama da Porca *(Casal da)*. Na freguezia de S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Camacal. Logar na freg. de N. S.ª do Rosario, de Cepões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Camacha. Pov. na ilha da Madeira; freg. de S. Lourenço, do conc. e com. de Santa Cruz, distr. e bisp. do Funchal; 3:305 hab. e 432 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. Pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 27, com a séde no Funchal. Dista 10 k. da séde do conc. || Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade e conc. do Porto Santo, distr. do Funchal. || Monte na freg. de Santo Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Camacho. Familia oriunda da Andaluzia; tem

por armas em campo vermelho um castello de prata assentado em contra-chefe entre dois pinheiros verdes com pinhas de ouro, e acima d'estes duas estrellas de ouro.

Camacho *(Augusto)*. Official do exercito, que serviu em infantaria 18. Escreveu: *Descripção e uso da Estadia portugueza*, instrumento para medir distancias; Porto, 1868.

Camacho *(Diogo)*. V. *Sousa Camacho (Diogo de)*.

Camacho *(João Francisco)*. Artista photographo. N. na ilha da Madeira em 1833, fal. em Lisboa a 7 de novembre de 1898. Cultivou no Funchal largamente a arte de Daguerre, quando ella principiou a ser conhecida em Portugal. Viajou pela America e pelas principaes cidades da Europa, onde estudou a photographia, conhecendo todos os progressos, que até então ella tinha feito. Veiu em 1879 estabelecer um *atelier* photographico em Lisboa, onde se tornou muito conhecido e considerado. Era um verdadeiro artista, e socio da Sociedade de Geographia de Lisboa, a que prestou bastantes serviços.

Camacho. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Tavira, distr. de Faro.

Camachos *(Monte dos)*. Na freg de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Camacuella Pov. do distr. e com. de Mossamedes, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, a 16 k. ao E de Huila.

Camadima. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camaes. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, provincia de Angola; Africa Occidental.

Camajão. Logar na freg. de Santa Marinha, de Costa, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Camal. Capuz de malha que se punha por baixo do capacete, para defender o pescoço. V. *Armadura*.

Camalenda. Pov. do conc. de Malange, distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, na margem esquerda do Quige, a 64 k. ao O de Talla-Magongo.

Camalhão. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Sanguedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Camalhões. Pov. na freg. de S. Martinho, de Argoncilhe, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Camalhotes. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Camama. Pov. do distr. e com. de Benguella, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, situada no territorio de Gallengue, a 208 k. ao E de Caconda. || Pov. do conc. e distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, ao S. e a pequena distancia da cidade de Loanda.

Camanco. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camandos. Pov. da freg. de S. Lourenço, de Arranhó, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

Camanga. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camara. Este appellido de familia procede de João Gonçalves Zarco, cavalleiro da casa do infante D. Henrique, filho d'el-rei D. João I, por cuja ordem descobriu a ilha da Madeira. Tem por armas, em campo negro um monte de sua côr, sobre elle uma torre de prata entre dois lobos de ouro arrimados a ella; timbre um dos lobos, torre coberta. A *Nobiliarchia portugueza*, de Villas Boas, já por tantas vezes citada, traz a seguinte descripção: em campo verde uma torre de prata. com ameias, e coruchéo, que se remata em uma cruz de ouro, e dois lobos de sua propria côr, em pé, rompendo contra a torre; timbre um dos lobos. Este brazão foi dado em Santarem, por D. Affonso V, em 4 de julho de 1460, ao referido João Gonçalves, com o appellido de Camara de Lobos, nome derivado d'uma lapa trilhada de lobos, em que primeiro entrou, quando saiu da ilha, a que então deu este nome.

Camara *(D. Alvaro Abranches da)*. V. *Abranches da Camara*.

Camara *(Antonio Gonçalves da)*. Caçador-mór de D. João III. Serviu com muita distincção nas guerras d'Africa; sabendo que a ilha da Madeira estava sendo assaltada por corsarios francezes, embarcou a bordo d'uma caravéla armada á sua custa, e foi para a sua ilha, onde falleceu. Havia raptado uma senhora, D. Izabel d'Abreu, filha de João Fernandes d'Andrade, por cujo motivo esteve preso, sendo obrigado a casar. V. *Abreu (D. Izabel de)*.

Camara *(Antonio Luiz Gonçalves Coutinho da)*. Almotacé-mór do reino, capitão general de Pernambuco, vice rei da India, etc. N. em 1638, fal. na Bahia em 1702. Era filho de Ambrosio de Aguiar Coutinho e Camara, senhor da capitania do Espirito Santo no Brazil. Herdando de seu pae esta capitania, vendeu-a á Corôa. Serviu nas armadas como capitão de mar e guerra, foi depois nomeado capitão general de Pernambuco, mais tarde do Brazil, e finalmente, em 1697, vice-rei da India, sendo o 35.º na ordem da successão. Chegou a Gôa em 1698, e no anno de 1701, desgostoso pelas intrigas de que foi victima, entregou o governo com autorisação da Côrte, ao arcebispo de Gôa, D. Fr. Agostinho da Annunciação, e ao mestre de campo D. Vasco Luiz Coutinho, partindo em seguida para o reino. Arribando á Bahia, falleceu pouco tempo depois. Tinha casado em 1674 com D. Catharina de Portugal, filha do 2.º conde de Aveiras.

Camara *(Antonio Pereira da)*. Padre brazileiro. N. na Bahia em 1697, fal. em 1760. Veiu estudar á Universidade de Coimbra, formou-se em Canones, e dedicando-se ao pulpito, tornou-se um prégador afamado. Era filho de João Rodrigues de Mattos. Publicou: *Sermão da terceira dominga da quaresma*, Coimbra, 1730; *Sermão na procissão de Penitencia, que fez de noite a Irmandade dos Clerigos de S. Pedro da Cidade do Rio de Janeiro por occasião do Terremoto, que houve em Lisboa no primeiro de Novembro de 1755*, Lisboa, 1757; *Sermão da Conceição da Senhora, prégado na Parochial da Candelaria em 2 de maio de 1756*, Lisboa, 1757.

Camara *(Eugenia Infante da)*. Actriz dramatica. N. em Lisboa a 9 de abril de 1837, fal. no Rio de Janeiro em 1879. Dedicando-se á vida do palco desde creança, entrou para o Gymnasio, onde debutou a 20 de fevereiro de 1852, conservando-se n'este theatro algum tempo, sempre com muito agrado do publico, fazendo uma brilhante carreira. Passou depois ao Porto, estreando-se no theatro de S. João a 29 de outubro de 1858. D'ali foi contratada para o Gymnasio dramatico do Rio de Janeiro, onde tambem conseguiu

ser applaudida. Percorreu depois os theatros das provincias do norte do Brazil, e regressou ao Rio de Janeiro em 1867, continuando a sua vida de actriz, até que falleceu. Eugenia Camara era muito instruida. Publicou em 1859 um livro de versos, com o titulo de *Esboços poeticos.* Foi traducção sua a das comedias em 2 actos, representadas no Gymnasio, de Lisboa: *As duas primas*, *A joven guarda* e *Uma escada*, e as de 1 acto: *Uma lição de clarim*, *A madrasta*, *Fraquezas humanas*, *Uma trempe de calças*, *Relogio conjugal*, *Trinca ferro*, *Ella por ella*, *O braço de Ernesto*, etc. No Brazil escreveu um drama em 1 acto, original, intitulado: *Uma entre mil*, que foi muito applaudido. Traduziu tambem a comedia em 4 actos *Recordações da mocidade*, que se representou no Gymnasio. O seu reportorio era muito longo; emquanto esteve em Lisboa, entrou, que nos lembre, nas seguintes peças: *O cabo da caçarola*, magica em 3 actos; *Dois mundos*, 3 actos; *Cynismo, scepticismo e crença*, 2 actos; *Os mysterios sociaes*, 4 actos; *Mariquinhas a leiteira*, 1 acto; *Anjo e demonio*, 1 acto; *Ella por ella*, 1 acto; *Fraquezas humanas*, 1 acto; *O tio Braz*, 1 acto; *As duas primas*, 2 actos; *A joven guarda*, 2 actos; *A B e X*, 2 actos; *Gabriel e Lusbel ou o thaumaturgo*, 3 actos; *A filha do ar*, 4 actos; *Ha tantas assim*, 1 acto; etc.

Camara (*Fr. Fernando da*). Religioso da ordem terceira de S. Francisco. N. em Lisboa a 25 de maio de 1599, fal. no convento de S. José de Ribamar a 12 de setembro de 1661. Era filho dos condes de Villa Franca. Foi eleito provincial a 22 de janeiro de 1639. Por causa das perturbações e desintelligencias que a esse tempo lavraram na ordem, largou o provincialado, depois de muitos desgostos, e recolheu-se ao convento de S. José de Ribamar, da provincia da Arrabida. Deixou manuscripta a seguinte obra: *Exposição da Santa Regra da terceira Ordem da Penitencia, confirmada pelo papa Leão X, e dos Estatuto approvados em 1648, com muitas questões curiosas, e necessarias em materias regulares.* Este manuscripto parece que existe na Bibliotheca de Evora.

Camara (*D. Francisco Estevão Xavier da*). Nasceu em Ponta Delgada a 3 de agosto de 1691, fal. em Madrid a 22 de dezembro de 1742. Estudou no collegio de S. Pedro, de Coimbra, e quando se fundou a Sé patriarchal de Lisboa, foi um dos seus primeiros conegos. Aborrecendo-se depois da vida ecclesiastica, passou a Hespanha, entrou a servir nas guardas reaes, e obteve o posto de coronel d'um regimento de cavallaria, á frente do qual se distinguiu em diversas campanhas na Italia.

Camara (*João Gonçalves da*). Filho de Simão Gonçalves da Camara, governador perpetuo da ilha da Madeira, cargo que tambem exerceu, por seu pae o renunciar nos ultimos annos da sua vida, e ter-se retirado para o reino. João Gonçalves da Camara tornou-se notavel pela magnificencia com que se apresentou na expedição de Azamor, acompanhando o duque de Bragança D. Jayme, levando 20 navios armados á sua custa com 600 homens de pé e 200 de cavallo, 80 dos quaes eram criados seus, e os outros parentes e amigos. Referem as chronicas que a todos sustentava, e a sua mesa era franca para todos os fidalgos.

Camara (*D. João Gonçalves Zarco da*). Poeta e escriptor dramatico contemporaneo; socio da Academia Real das Sciencias, vogal do conselho de arte dramatica, professor da arte de representar no Real Conservatorio, chefe da repartição dos caminhos de ferro ultramarinos. N. a 27 de dezembro de 1852. E' filho do 1.º marquez da Ribeira Grande, D. Francisco de Salles Maria José Antonio de Paula Vicente Gonçalves Soares da Camara, e de sua primeira mulher, a marqueza D. Anna da Piedade Brigida Senhorinha Francisca Maxima Gonzaga de Bragança Mello e Ligne Sousa Tavares Mascarenhas da Silva, filha dos 3.os duques de Lafões. D. João da Camara começou os seus estudos no collegio de Campolide, passando poucos mezes depois para o de N. S.ª da Conceição, de que era director Joaquim Lopes Carreira de Mello. Foi mais tarde para a Belgica a completar os estudos em Louvain, onde esteve até 1872, em que por morte de seu pae, regressou a Portugal. Ainda não tinha concluido o curso de engenheiro, e matriculou-se na Escola Polytechnica. D. João da Camara descuidava muito os estudos obrigatorios, porque a sua vocação era a litteratura, e entregava-se continuamente á leitura de todos os poetas, romancistas e dramaturgos de valor. O theatro ainda lhe merecia maior predilecção. Já no tempo de creança, estando ainda no collegio de Campolide, se entretinha em tentativas dramaticas, chegando a escrever um drama com o titulo de *O diabo*, que tinha o merecimento de manifestar boa vontade e vocação para a litteratura. Para o carnaval de 1873 organisou-se uma recita no referido collegio de Campolide, e D. João da Camara compoz em prosa um drama n'um acto, *Nobreza*, e um monologo em prosa e verso, *Charadas e charadistas.* Fôram estas as primeiras peças que se representaram, sendo os interpretes uns distinctos amadores, todos seus intimos amigos. No carnaval seguinte, 1874, escreveu para os mesmos interpretes seus amigos duas peças em 1 acto, das quaes apenas sabemos o titulo d'uma, que era em prosa e verso, *Bernarda no Olympo.* Dois annos depois, em 19 de dezembro de 1876, D. João fazia a sua estreia no theatro de D. Maria como autor dramatico, com uma comedia n'um acto, em prosa, intitulada *Ao pé do fogão.* Houve interrupção nos seus trabalhos litterarios, porque D. João, tendo terminado o curso do Instituto Industrial, partiu como conductor de obras publicas para os trabalhos do ramal de Caceres, deixando completamente o theatro e a litteratura. Em 1879, concluidos aquelles trabalhos, passou á construcção da linha de Cintra, serviço que terminou em 1886. Foi então para os trabalhos da linha de Torres Vedras,

D. João Gonçalves Zarco da Camara

que duraram cerca d'um anno. No fim de 1887 voltou a Lisboa, e seguiu logo para a continuação da linha de Cascaes. Em maio de 1888, finalmente, foi nomeado chefe de repartição na administração central dos caminhos de ferro e em 1900 chefe da repartição dos caminhos de ferro ultramarinos. Durante o tempo que duraram os seus trabalhos n'estas diversas linhas, como estava proximo de Lisboa, frequentava os theatros, e novamente começou a dedicar-se á litteratura dramatica. Em 1888 escreveu o monologo, *Os gatos*, que obteve grande successo no theatro de D. Maria, recitado pelo actor Augusto Rosa. Ainda n'esse anno, a 14 de dezembro, se representou no Gymnasio a comedia em verso, e n'um acto, *D. Brizida*. A 12 de março de 1890 deu-se no theatro de D. Maria a primeira representação do seu drama em cinco actos e em verso, *D. Affonso VI*, que alcançou o maior e o mais enthusiastico successo. Desde então teem-se representado outras composições suas, e algumas traducções, que o publico sempre recebe com agrado; entre ellas apontaremos os seguintes dramas: *Alcacer Kibir*, 5 actos, em verso, 1891. *Os velhos*, 3 actos, 1893. *O pantano*, 4 actos, 1894, *A tutinegra real*, 4 actos 1895; este drama está traduzido em italiano, e faz parte do reportorio do actor Novelli; *Triste viuvinha*, 3 actos, 1897; *O Beijo do Infante*, 1898; *Meia noite*, 3 actos 1900; *Rosa engeitada*, 6 actos, 1901; *Amor de perdição*, em 7 quadros, extrahido do romance de Camillo Castello Branco, do mesmo titulo, que em 1904 se representou repetidas vezes no theatro de D. Maria, causando enthusiasmo, etc. A comedia *Ganha Perde*, 3 actos, 1896, a opera comica, tambem em 3 actos, *O 8*, em 1896, com musica de Filippe Duarte. De collaboração com Gervasio Lobato escreveu a magica em 3 actos *O valete de copas*, 1892, a comedia *Os annos da menina*, e as operetas em 3 actos, com musica de Cyriaco Cardoso: *O burro do sr. alcaide*, 1891, *O solar dos Barrigas*, 1892, *Cócó, Reineta e Facada*, 1893, *O testamento da velha*, 1894. De collaboração com Gervasio Lobato e Lopes de Mendonça, a farça *Zé Palonso*, 1891; com Eduardo Schwalbach, *O João das Velhas*, 1901; com o mesmo e Lopes de Mendonça, Moura Cabral, Batalha Reis e Fernando Caldeira, a farça *O burro em pancas* 1892; com Delfim Guimarães *Aldeia na côrte*, 1901; com varios autores *A aranha*, 1902. Depois da morte de Gervasio Lobato, reformou a opereta *Cócó, Reineta e Facada*, mudando-lhe o titulo para *Bibi & C.ª* D. João da Camara casou em 1874 com a sr.ª D. Eugenia de Mello Breyner, filha dos 2.os condes de Mafra, D. Francisco de Mello Breyner e D. Emilia Pecquet da Silva. Além dos trabalhos dramaticos que citámos, D. João da Camara tem collaborado em prosa e em verso em diversos jornaes; é o chronista constante do *Occidente*, depois do fallecimento de Gervasio Lobato. Escreveu os romances historicos *El-Rei*, e *O conde de Castello Melhor; O livro de leitura para as escolas de instrucção primaria*, juntamente com Raul Brandão e Maximiliano de Azevedo.

Camara (*D. João Pedro da*). Governador civil dos districtos de Coimbra e de Santarem, do conselho d'el-rei D. Luiz; exerceu ainda outros cargos superiores administrativos. Falleceu a 13 de fevereiro de 1884. Escreveu e publicou: *Relatorio apresentado á junta geral do districto de Coimbra na sessão ordinaria de 1867, sendo governador civil do mesmo districto*, etc., Coimbra, 1867; *Relatorio apresentado á junta geral do districto de Santarem, na sessão ordinaria de 1869, sendo governador civil do mesmo districto*, Santarem, 1869.

Camara *(Joaquim José Rodrigues da)*. Cirurgião medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. N. em Lisboa a 22 de fevereiro de 1820, onde tambem falleceu a 10 de dezembro de 1897. Cursou os preparatorios, matriculando-se depois na Escola Polytechnica, d'onde passou para a Escola Medico-Cirurgica, cujo curso completou com muita distincção. Em 13 de abril de 1850 foi nomeado cirurgião extraordinario no hospital de S. José e em 1855 para adjuncto do director das enfermarias da *cholera morbus;* em 1857 director das enfermarias de febre amarella no Desterro; em 1 de junho de 1866 director do banco do referido hospital de S. José; em 1873 director de enfermaria, passando em 1878 a exercer o mesmo cargo no hospital Estephania. Rodrigues da Camara foi cirurgião-mór do exercito, deputado em diversas legislaturas, fazendo parte da camara que extinguiu os vinculos, e da que acabou com o contrato do tabaco; adjunto do provedor da Santa Casa da Misericordia, vereador da camara municipal de Lisboa por diversas vezes, e vice-presidente da referida camara, em que prestou relevantes serviços. Quando em Madrid se festejou o bi-centenario de Calderon de La Barca, em 1881, foi tambem o escolhido, juntamente com outro vereador, para representar a camara n'aquella commemoração. Rodrigues da Camara tinha a commenda da ordem da Torre e Espada, da de Christo, de Carlos III e de Izabel a Catholica, de Hespanha, e o habito da ordem da Rosa, do Brazil. Tambem recebera a medalha da camara municipal, pelos serviços prestados durante a epidemia da febre amarella em 1857. Era casado com a sr.ª D. Maria da Luz Murta da Camara. Publicou a *Estatistica medica do hospital de S. José*, relativa a alguns mezes do anno de 1862.

Camara *(Jorge da)*. Foi natural do Porto, onde falleceu em 31 de julho de 1649, e filho de Martim Gonçalves da Camara, commendador de S. Christovão de Nogueira, da ordem de Christo, e de D. Brites Manuel, sua segunda mulher. Seguiu a vida ecclesiastica, sendo tambem muito perito na pintura. Era versado nas linguas italiana e hespanhola, que falava correctamente. Poeta jovial e satyrico, mereceu dos seus contemporaneos o nome de *Marcial portuguez.* Falleceu quando preparava para a impressão as suas obras poeticas. Escreveu: *Sylva em applauso do doutor Domingos Pereira Bracamonte*, que está publicado no *Banquete de Apollo*, livro d'este autor. Nos manuscriptos deixou um volume de *Poesias varias*, e *Fabulas de Ovidio traduzidas em Outavas e Sylvas Castelhanas em estylo jocoso.*

Camara *(Fr. José da)*. Religioso da ordem de S. Domingos. Era filho de João Gonçalves Coutinho da Camara, almotacé-mór do reino, e de D. Luiza de Menezes, dama da rainha D. Maria Sophia Izabel de Neuburgo, filha de Lourenço d'Almada, mestre sala de D. Pedro II. Professou no convento de S. Domingos de Lisboa a 6 de agosto de 1724. Escreveu: *Arte da perfeição Christã, que ensina a seguir as virtudes, detestar os*

vicios por meio do Santissimo Rosario, etc., em Lisboa, 1739.

Camara *(D. José Manuel da)*. Freire commendador da ordem de S. Thiago da Espada, governador e capitão general da ilha da Madeira, em 1802, doutor em Canones, do conselho de Sua Alteza Real, etc. Era natural de Lisboa, e foi filho de D. Manuel da Camara, vice-rei da India. Ignora-se a data do fallecimento. Recebeu o grau de doutor em 1781. Escreveu : *Florestas de Cintra e passeios de Colares, poemas lyricos em obsequio da patria*, Lisboa, 1809 ; *A Sua Alteza Real o Principe Regente nosso senhor, em perpetuo testemunho de gratidão*, Rio de Janeiro, 1810, *O Corso, grito portuguez dirigido ás nações combinadas, ingleza, castelhana e portugueza, por um patriota natural de Lisboa*, Rio de Janeiro, 1811; *Apollo e Musas, canto peninsular, offerecido ás tres nações felizmente combinadas, ingleza, hespanhola e portugueza*, Rio de Janeiro, 1812; comprehende tambem um drama allegorico, intitulado: *Lealdade á porfia*, em que são interlocutores *Lisboa, o Algarve, Traz-os-Montes, Alemtejo, Beira, Minho* e o *Brazil; Cantata ao venturoso dia dos felizes annos de S. A. R. o Principe do Brazil*, Lisboa, 1818; *Versos feitos á vista de Cintra*, quando regressou do Rio de Janeiro em 1821 ; fôram publicados pela primeira vez, em 1856, no jornal *O Saloio; Discurso ácerca do voto de castidade, que professam os freires conventuaes de S. Thiago da Espada*, Rio de Janeiro, 1815, depois em Lisboa, 1817; foi novamente impresso em 1821.

Camara *(D. José Pedro da)*. Marechal de campo, governador da India, etc. Era filho de D. Francisco da Camara, e de sua mulher D. Francisca Xavier de Castro, fal. em 1789. Depois de ter servido varios postos no exercito de Portugal e de ser coronel no regimento de Elvas, foi nomeado em 1 de fevereiro de 1774 governador e capitão general da India, recebendo pela mesma occasião o titulo de conselheiro. Supprimiu o tribunal da Inquisição, por ordens que levava do reino, e tratou da reedificação da cidade, dirigida pelo brigadeiro Henrique Carlos Henriques, e dos edificios e praças militares. A 28 de setembro de 1776 decretou tambem por ordem superior, a creação de celleiros publicos. Fallecendo el-rei D. José, a rainha D. Maria I conservou D. José Pedro da Camara no seu governo, sendo a 2 de abril de 1778 estabelecida a relação de Gôa, com 4 desembargadores e um chanceller. A 26 de maio de 1779 foi exonerado, e regressando ao reino, teve a promoção de marechal de campo, recebendo tambem o governo das armas do Minho.

Camara *(José Pedro de Azevedo Sousa da)*. Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, recebendo o grau em 2 de junho de 1782; fal. nas Caldas da Rainha, em maio de 1812. Era filho de José Duarte de Sousa. Traduziu em verso as tragedias de Voltaire : *Orestes, Marianne, Sophonisba*, e *Bruto*, publicadas em Lisboa nos annos de 1790, e a ultima em 1806; esta traducção reimprimiu-se em 1821, em 1827, e no Rio de Janeiro em 1831. Tambem escreveu : *Ignez de Castro, tragedia de Mr. de Lamotte, traduzida em versos portuguezes*, Lisboa, 1792. Deixou a traducção de algumas tragedias manuscriptas, entre as quaes se conta o *Cinna*, de Corneille.

Camara *(José Ventura da)*. Bacharel em direito pela Universidade de Coimbra. Dotado d'um grande sentimento artistico, é um esculptor e um cinzelador muito distincto. Entre os seus trabalhos citaremos: medalhão em marfim, alto relevo, da sua magestade a rainha senhora D. Amelia; medalha em ouro offerecida á filha do fallecido medico Camara Pestana ; a pasta da sua formatura, com delicados trabalhos a cinzel; um broche de ouro, côrte antiga, delicado trabalho de buril ; o remate dos braços de duas guitarras, um representando uma cabeça de leão, e o outro uma Venus, em marfim; medalha de ouro com o retrato do fallecido conselheiro Elvino de Brito, etc.

Camara *(Luiz Armando da)*. Intrepido cavalleiro da ordem de Malta, que morreu heroicamente na batalha de Monte Santo na Lombardia, no dia 8 de fevereiro de 1743, contando apenas 21 annos de edade.

Camara *(Luiz Gonçalves da)*. Governador de Moçambique de 1708 a 1712; teve durante o seu governo uma guerra em Rios de Sena, que terminou depois de varias peripecias com o destroço do inimigo. Era filho de Antonio Luiz Gonçalves Coutinho da Camara, que foi o 35.º vice-rei da India. Serviu tambem como primeiro mestre de campo de infantaria de Gôa e governador da provincia do norte. Casou com D. Maria Coelho, e passou depois para o governo de Moçambique. Falleceu em 1727.

Camara *(Padre Luiz Gonçalves)*. Jesuita. N. no Funchal em 1518, fal. a 15 de março de 1575. Era filho de João Gonçalves da Camara de Lobos, capitão-mór da ilha da Madeira, e de D. Leonor de Vilhena, filha de D. João de Menezes, conde de Tarouca, prior do Crato, mordomo-mór dos monarchas D. João II e D. Manuel, irmão do 1.º conde da Calheta, Simão Gonçalves da Camara. Estudou na Universidade de Paris as linguas latina, grega e hebraica, e depois philosophia e theologia. Reformada a Universidade de Coimbra por D. João III, em 1539, entre os professores que vieram de Paris para reger as cadeiras, veiu Luiz Gonçalves da Camara. N'este tempo a Companhia de Jesus lançava os seus primeiros alicerces em Coimbra, e Luiz da Camara, ouvindo as predicas do representante de Santo Ignacio de Loyola, resolveu entrar n'aquelle instituto, e professou a 2 de abril de 1545, indo para o noviciado de Valença. Reconhecendo a sua elevada intelligencia, os jesuitas, em menos de tres annos, o nomearam reitor do collegio de Coimbra, em 1547, e em 1550 foi eleito confessor do principe D. João, pae d'el-rei D. Sebastião. Tres annos depois partiu para Roma, como procurador da provincia de Portugal, e ali conviveu intimamente com Santo Ignacio de Loyola. Foi então eleito superior da Casa professa de Roma, e em 1555 visitador da provincia de Portugal. Chegando a Lisboa para exercer este elevado cargo, recebeu a noticia da morte de Santo Ignacio, e por esse motivo voltou a Roma para assistir ao capitulo geral, em que ficou eleito geral o padre Diogo Laynes, e elle assistente da provincia de Portugal. Quando se tratou de escolher preceptor para o joven monarcha D. Sebastião, os jesuitas empenharam toda a sua influencia, para que o padre Luiz Gonçalves da Camara fôsse o preferido, e apezar da opposição da rai-

nha D. Catharina, conseguiram o que tanto desejavam. No desempenho d'aquella importante missão, o padre Gonçalves da Camara, em vez de tentar reprimir o que havia de excessivo no genio enthusiastico e ardente do seu regio pupillo, buscou pelo contrario accender-lhe ainda mais as tendencias asceticas, e sem se importar com os interesses do Estado, cuidou sómente em transformar o soberano n'um instrumento docil da Companhia de Jesus. Como tantas vezes succede em negocios politicos, a realidade excedeu os desejos d'aquelle que se julgava com poder bastante para dirigir e governar a marcha dos acontecimentos, e D. Sebastião, abrazado n'um vivo desejo de combater os infieis, saiu um dia ás escondidas da côrte, e dirigiu-se para a Africa. Depois d'alguns mezes regressou ao reino, mas durante o tempo que permaneceu no ultramar havia-se realisado no seu animo uma profunda mudança. Alguns fidalgos insinuaram-lhe, que deveria libertar-se da tutéla do padre Gonçalves da Camara; antes, porém, do monarcha tomar alguma iniciativa, falleceu o jesuita no collegio de Santo Antão, de Lisboa. Emquanto esteve em Roma escreveu por ordem de D. João III: *Diario das Acçoens de Santo Ignacio de Loyola; Pratica feita a ElRey D. João III sobre a restituição do sitio que tinham os Padres da Companhia para nelle se fundar o collegio de Coimbra.*

Camara *(Manuel da)*. Quarto capitão donatario da ilha de S. Miguel; foi do conselho de D. João III, que o mandou defender a praça do Cabo de Guê, contra os moiros que a sitiavam. Manuel da Camara sustentou o cerco por espaço de quatro mezes com inexcedivel bravura e constancia, mas teve afinal de se render, ficando captivo, e resgatando-se á sua custa por vinte mil cruzados. El-rei fez-lhe então largas mercês. Manuel da Camara foi tambem do conselho de D. Sebastião, e falleceu a 13 de março de 1578.

Camara *(D. Manuel da)*. Coronel de cavallaria, vice-rei da India, etc. N. a 10 de maio de 1789, fal. em Gôa a 16 de novembro de 1825. Era filho do 6.º conde da Ribeira Grande, D. Luiz Antonio José Maria da Camara, e de sua terceira mulher, D. Francisca Telles da Silva, filha dos 2.ºs marquezes de Penalva. Assentou praça como cadete de cavallaria n.º 4, subindo os postos até ao de sargento-mór graduado. A 19 de abril de 1820 foi nomeado vice-rei da India, mas só chegou ao Oriente em novembro de 1821. Encontrou estabelecida a revolução e a desordem, devido a ter-se ali recebido a noticia do movimento insurreccional de 1820. O conde do Rio Pardo fôra deposto, e os revoltosos haviam organisado uma junta provisoria. Quando D. Manuel da Camara chegou, a sua autoridade foi reconhecida, mas só a condição de presidir simplesmente a uma nova junta, que se formou, composta do arcebispo de Cangranor, Fr. Paulo de S. Thomaz de Aquino, do brigadeiro Sotto Maior Telles, do desembargador José Carlos Leal, e do physico-mór Lima Leitão. Tendo sido este eleito deputado, ficara-o substituindo o capitão de mar e guerra Joaquim Mourão de Garcez Palha. Esta junta derrubou a outra revolucionaria, mas durante o seu governo esteve sempre perturbado o socego publico. D. Manuel da Camara resignou-se a acceitar estas imposições, mas apenas teve noticia da reacção de 1823, dissolveu a junta, e assumiu o governo em que fôra investido do reino; recebeu em 1824 o titulo de vice-rei, e tomou solemnemente posse do seu cargo a 10 de março de 1825. Pouco sobreviveu, mas n'esses mezes ainda que durou o seu governo, concluiu algumas obras de utilidade publica. D. Manuel da Camara casou a 7 de fevereiro de 1813 com D. Maria Thereza José de Mello, filha dos 2.ºs marquezes de Sabugosa. Era condecorado com a cruz de ouro das campanhas da guerra peninsular.

Camara *(Manuel Arruda da)*. Doutor em Medicina pela escola de Montpellier. N. em Parahiba em 1752, fal. em Pernambuco em 1810. Professou no convento de Guyana, de carmelitas calçados, a 23 de novembro de 1783 tomando o nome de fr. Manuel do Coração de Jesus. Passando a Portugal, matriculou-se na Universidade de Coimbra nas faculdades de Philosophia e de Medicina. Não concluiu, porém, os cursos, em consequencia das medidas rigorosas que o governo tomou por esse tempo, contra muitos estudantes, que se mostravam affeiçoados ás doutrinas da revolução franceza, resultando serem alguns presos, e procurando outros refugio na emigração. Manuel Arruda da Camara fugiu para França, e continuou os seus estudos de medicina, recebendo o grau de doutor pela escola Montpellier. Solicitando então da Curia Romana o breve da sua secularisação, foi-lhe promptamente concedido. Em 1792 voltou a Lisboa, seguindo mais tarde viagem para o Brazil. Nos seus estudos havia particularisado os das sciencias naturaes, e com especialidade a botanica, continuando a cultival-as no Brazil, em que obteve grande reputação, sendo aproveitado pelo governo em diversas commissões scientificas, quer no Rio de Janeiro, quer em Pernambuco. Arruda da Camara consumiu largo tempo em excursões scientificas, mas conseguiu reunir valiosos documentos sobre a mineralogia e botanica da provincia de Pernambuco. Passando ao Rio de Janeiro, foi eleito membro da nova academia, creada no tempo do vice-rei Luiz de Vasconcellos e Sousa, e fez parte da commissão de naturalistas encarregada de dar parecer e aperfeiçoar a *Flora fluminense* por fr. José Marianno da Conceição Velloso, tendo por companheiros o bispo de Anamuria e o dr. João da Silveira Caldeira. Arruda da Camara foi socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Escreveu: *Aviso aos lavradores sobre a inutilidade da supposta fermentação de qualquer qualidade de grão, ou pevides, para augmento da colheita, segundo um annuncio que se fez em publico*, Lisboa, 1792; vem só em nome de Manuel Arruda; *Memoria sobre as plantas, de que se póde fazer a barrilha entre nós*, inserta no tomo IV das *Memorias economicas da Academia Real das Sciencias*, de pag. 83 a 93; *Memoria sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o methodo de o escolher e ensacar*, etc., *em que se propõe alguns planos novos para o seu melhoramento*, Lisboa, 1799; foi publicada por fr. José Marianno da Conceição Velloso; *Discurso sobre a utilidade da instituição dos jardins nas principaes provincias do Brazil*, Rio de Janeiro, 1810; *Dissertação sobre as plantas do Brazil, que pódem dar linhas proprias para muitos usos da sociedade, e supprir a falta do canhamo*, Rio de Janeiro, 1810. Ha alguns trabalhos

publicados depois da sua morte, no *Archivo medico brazileiro*, tomo II, 1845, a pag. 145 e seguintes. Dos manuscriptos que deixou, citam-se: *Flora pernambucana*, com desenhos e estampas; *Tratado de agricultura*, *versão da obra de Lavoisier*, *Tratado sobre a logica*, *Insectologia*, ou collecção de desenhos de insectos.

Camara *(Martim Gonçalves da)*. Arcediago da sé de Lamego, reitor da Universidade de Coimbra, deputado do conselho geral do Santo Officio, presidente da Mesa da Consciencia e do desembargo do Paço, etc. Era filho de João Gonçalves da Camara, irmão do 1.º conde da Calheta e do preceptor d'el-rei D. Sebastião, Luiz Gonçalves da Camara. A 16 de junho de 1563 foi nomeado reitor da Universidade de Coimbra, sendo esta nomeação feita sem eleição por parte da Universidade, contra a letra expressa dos estatutos. A 16 de agosto de 1564 terminou o seu governo, por ter sido chamado á côrte, a Lisboa, para entrar na Mesa da Consciencia, ficando a substituil-o em Coimbra, Ayres da Silva, por ordem d'el-rei. Pela influencia de seu irmão Luiz Gonçalves da Camara, foi depois nomeado deputado do conselho geral do Santo Officio, presidente da Mesa da Consciencia e da do Desembargo. Em 1568, quando D. Sebastião tomou conta do governo do reino, Martim Gonçalves da Camara foi escolhido para vedor da justiça, escrivão da puridade e conselheiro de estado. N'estes importantes logares tornou-se simplesmente um auxiliar de seu irmão Luiz Gonçalves, e como elle, tambem um servidor dedicado da Companhia de Jesus. D. Sebastião ao voltar d'Africa em novembro de 1574, vinha bastante indisposto contra Martim Gonçalves pelo que lhe haviam dito os fidalgos que o cercavam emquanto estivera ausente do reino, e ainda mais aggravado ficou, ao saber que elle se recusara a servir com seu tio, o cardeal D. Henrique, que ficara regente. O joven monarcha começou a livrar-se da tutéla do seu escrivão da puridade, chegando a fazer algumas nomeações importantes sem o consultar. Martim Gonçalves, comtudo, desdenhava d'aquellas advertencias, e julgava-se sempre omnipotente. Um dia, porém, por uma questão particular, mandou prender e castigar brutalmente uma senhora, viuva d'um seu irmão, procedimento que lhe foi muito censurado, e quando se apresentou na presença do joven monarcha, este lhe voltou as costas, mandando-lhe perguntar com que autoridade ordenara aquella prisão. Martim Gonçalves da Camara comprehendeu logo que o seu dominio havia terminado, e saindo do paço, recolheu-se á casa professa de S. Roque, onde falleceu

Camara *(Paulo Perestrello da)*. V. *Perestrello da Camara*.

Camara *(Pedro Gonçalves da)*. Coronel de cavallaria e ajudante general. N. a 29 de junho de 1676; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Antonio Luiz Coutinho da Camara. Acompanhou seu pae á India e á Bahia, serviu nas armadas, e distinguiu-se muito na guerra de Hespanha, sob as ordens do marquez das Minas, sendo coronel de cavallaria e ajudante general. Serviu depois na armada, que foi em 1716 soccorrer os venezianos contra os turcos, sendo finalmente nomeado em 1741 general das armas do Minho.

Camara *(Silvino Arthur Calheiros da)*. Inspector de fazenda; inspector geral dos impostos em 1902-1903. E' dos Açôres, onde nasceu em 1855. Em 1885 foi inspector de fazenda em Braga, e depois delegado do thesouro nos districtos de Bragança e Castello Branco.

Camara *(Simão Gonçalves)*. Governador e terceiro capitão da ilha da Madeira. N. em 1460, fal. em Mattosinhos a 31 de julho de 1530. Ainda em vida de seu pae foi soccorrer Arzilla com 300 homens pagos á sua custa, e com elles assistiu em Africa durante seis mezes, tendo varios recontros com os moiros. Chamado á côrte por D. João II para assistir ás festas do casamento do principe D. Affonso, tornou-se notavel pelo grande numero de parentes, pagens, criados e cavallos, que trouxe com lindas galas, librés e jaezes. Esteve depois em Safim com 900 homens, tendo já mandado primeiro 300, e á conquista de Azamor mandou seu filho João Gonçalves da Camara, com 21 navios seus e 600 homens de pé e 200 de cavallos, ordenando-lhe que não se retirasse emquanto a sua presença ali fôsse precisa. Todas estas liberalidades e o fausto com que vivia, o tornaram conhecido pelos contemporaneos com o nome de *Magnifico*. Desgostando-se, porém, por não ser satisfeito um pedido que fizera, resolveu ir viver em Hespanha, mas na viagem levantou-se um grande temporal, e o navio que o conduzia, teve de aportar a Lagos. Sabendo então que Arzilla estava em perigo, esqueceu os aggravos que recebera, e alistou rapidamente 700 homens, com que partiu para a Africa, e por lá se demorou, assistindo ao reparo das muralhas, que tinham ficado muito damnificadas pelo cerco, Voltando a Cadiz, el-rei D. Manuel o mandou chamar, e vindo á côrte foi recebido pelo soberano com a maior distincção. Ainda soccorreu Tanger, Ceuta, Margão e Alcacer, e sempre que se afastava da Madeira, deixava ordem para que, se houvesse noticia de estar em perigo alguma das nossas praças africanas, marchassem immediatamente soccorros. Sustentava muita gente de guerra, e um enorme numero de criados; teve uma capella de musicos, que pouca differença fazia da capella real, e ao papa Leão X mandou por um conego da sé do Funchal uma riquissima offerta. Distribuia tambem á pobreza continuas e valiosas esmolas. Apezar da immensa riqueza, tantas prodigalidades deram em resultado o morrer pobre, aos 70 annos de edade, em Mattosinhos, proximo da cidade do Porto, para onde se retirara, depois de ter renunciado o governo da ilha da Madeira, em seu filho João Gonçalves da Camara.

Camara. Quarto de dormir, aposento. *Camara real*, os aposentos do paço destinados para o rei ou rainha. O serviço do soberano e pessoas que o desempenham; assim os *moços*, a *musica*, os medicos da *real camara*, etc,

Camara. No concelho de Cintra, a 3 k. de Bellas e 10 de Lisboa, brota uma nascente de agua ferrea, que ha mais de 60 annos era muito aconselhada, quando d'ella se fazia uso na localidade, e em Lisboa para onde se transportava em garrafas. Em 1838 a Sociedade Pharmaceutica Lusitana fez-lhe uma analyse, que saiu publicada no seu jornal, tomo II, 1840, pag. 572.

Camara. Logar na freg. de S. Martinho, de Moure, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Camara Coutinho *(D. Gastão Fausto da)*.

Cavalleiro da ordem de Christo, capitão de fragata, bibliothecario da Bibliotheca da Marinha, socio do Conservatorio de Lisboa, poeta, escriptor, etc. N. na capital a 10 de dezembro de 1772, onde tambem falleceu a 23 de junho de 1852. Era filho natural de D. José Gonçalo da Camara, governador do reino de Angola. Em 1792, contando ainda 19 annos, entrou no serviço da armada como aspirante a guarda marinha, apezar de exceder em tres annos a edade que marca a lei, e não satisfazer aos exames preparatorios que se exigiam, o que tudo lhe foi dispensado por aviso do ministro da marinha Martinho de Mello e Castro, de 19 de setembro do referido anno. Era homem de grande erudição. Escreveu: *Ao ill.mo e ex.mo sr. Telles da Silva, marquez de Alegrete, e coronel do regimento de Lippe; carta*, Lisboa, 1805; *O Juramento dos Numes, drama allegorico para se representar no theatro do Rio de Janeiro*, etc. Rio de Janeiro, 1813. Manuel Ferreira de Araujo Guimarães, redactor do *Patriota*, inseriu no numero de outubro d'este jornal uma breve analyse do drama, a que D. Gastão respondeu com um opusculo intitulado: *Resposta defensiva e analytica á censura que o redactor do «Patriota» fez ao drama «O juramento dos Numes»*, etc., Rio de Janeiro, 1813. A esta resposta retorquiu Guimarães com um *Exame*, inserto no *Patriota*, n.º 1 de janeiro e fevereiro de 1814, a que novamente D. Gastão respondeu, no opusculo: *Recenseamento ao pseudo-exame, que o redactor do «Patriota» fez á resposta defensiva e analytica do autor do «Juramento dos Numes», descripto no periodico de Janeiro e Fevereiro do presente anno*, Rio de janeiro, 1814; não traz o nome do autor. Com este drama foi inaugurado em 12 de outubro de 1813 o theatro de S. João, do Rio de Janeiro, que depois tomou o nome de S. Pedro d'Alcantara. Escreveu: *Elegia na sentida morte de S. M. F. a magnanima senhora D. Maria I, de immortal memoria*, Lisboa, 1816; *Leonide, comedia famosa em 3 actos*, em prosa, Lisboa, 1823; *O Estalajadeiro de Milão, drama jocoso em 3 actos*, em prosa, Lisboa, 1824; *O Chale, drama familiar em 2 actos*, Lisboa, sem data; *Paraphrase da Epistola dos Pisões, commumente denominada «Arte poetica de Quinto Horacio Flacco», com annotações em muitos logares*, Lisboa, 1853, saíu posthuma; *Parabens ao Principe regente nosso senhor, e á patria, pelos presagios felizes da restauração de Portugal*, etc., Rio de Janeiro, 1808. São tambem seus os supplementos que sairam com os n.os 242 e 246 do *Diario do Governo* de 1821, versando sobre assumptos tocantes á marinha, e a certas reformas então feitas no pessoal da armada. Publicaram-se muitas poesias avulsas no Rio de Janeiro, e, em varios jornaes politicos e em outras obras. Quando se inaugurou em Lisboa o governo constitucional proclamado no Porto a 24 de agosto de 1820, compoz os 5 quartetos hendecasylabos, que serviram para adornar o arco triumphal, levantado na embocadura da rua do Amparo com frente para a praça de D. Pedro, e destinado a solemnisar a entrada da Junta Suprema do Porto no primeiro de outubro do mesmo anno. No *Supplemento* ao n.º 7 da *Mnemosine Constitucional* de 2 do referido mez, veem estes quartetos juntamente com a curiosa descripção do alludido arco. No *Portuguez Constitucional*, n.º 16, de 10 de outubro de 1820, vem tambem um soneto de D. Gastão, allusivo ao mesmo assumpto. Apparecem egualmente sonetos seus n'um folheto, intitulado: *Collecção de poesias distribuidas no theatro nacional da Rua dos Condes, por occasião do festejo com que a Sociedade solemnisa a chegada de S. M. o sr. D. João VI, rei constitucional*, etc., Lisboa, 1821, e no folheto *Collecção dos novos improvisos de Bocage na sua perigosa enfermidade*, etc., Lisboa, 1805. Deixou em manuscripto as seguintes comedias: *A Colonia*, 3 actos, 1816; *O Picheleiro de Dantzich*, 3 actos, 1817: *O disfarce*, 1 acto, 1816; *Duas vezes somos meninos*, 1 acto, 1817; *Chrispim rival de seu amo*, 1 acto, 1817; *O brazão de Clincan, ou o fidalgo feito á pressa*, 3 actos, 1818; *O capitão*, 4 actos, traduzido do francez; *A mocidade de Henrique V, herdeiro presumptivo do throno de Inglaterra*, 3 actos, traduzida do italiano; *Amor e innocencia*, 4 actos; *O hospede sueco*, 3 actos. Estes manuscriptos existiam em poder do conselheiro D. João Pedro da Camara, que falleceu em 1884, que era parente e genro do autor.

Camara Coutinho *(Gastão José da)*. Senhor das ilhas Desertas e Regaladas, alcaide-mór de Torres Vedras, védor da casa das rainhas D. Maria Sophia e D. Marianna de Austria, e estribeiro-mór d'esta ultima, coronel d'um dos regimentos da ordenança, de Lisboa. N. em 1662, fal. em 1736. Teve varias commendas, e foi muito dado ao estudo da genealogia.

Camara Coutinho *(Luiz Gonçalves da)*. Capitão geral de Moçambique no reinado de D. João V. Tomou posse em 1708, seguindo-se-lhe em 12 de janeiro de 1712 D. João Fernandes de Almeida.

Camara ecclesiastica. Tribunal presidido pelo bispo, que julga de casos de disciplina ecclesiastica e dos processos relativos a matrimonios e aos registos parochiaes; secretaria dos negocios da diocese.

Camara Leme *(D. José Augusto da)*. Major, cavalleiro das ordens de S. Bento de Aviz e da Torre e Espada. N. em 1827. fal. em outubro de 1883. Assentou praça em 1843, foi despachado alferes em 1851, promovido a tenente em 1863, e a capitão a 23 de maio de 1871, a major em 1881. Era um militar muito distincto, versado em todos os assumptos referentes ao exercito. Exerceu varias commissões, e importantes cargos, como o de ajudante de campo e o de chefe de gabinete do ministro da guerra.

Camara Leme *(D. Luiz da)*. General de divisão reformado, do conselho de Sua Magestade, ministro de Estado, par do reino, deputado, socio correspondente da Academia Real das Sciencias, e da sociedade litteraria Almeida Garret, etc. N. na ilha da Madeira a 26 de março de 1819, fal. a 26 de janeiro de 1904. Assentou praça em 1836, sendo despachado alferes em 1837, promovido a tenente em 1845, a capitão em 1851, para o corpo do estado maior, a major em 1866, a tenente-coronel em 1874, a coronel em 1876, depois a general de brigada, reformando-se em general de divisão a 4 de junho de 1884. Concluiu em 1844 com muita distincção na Escola do Exercito os estudos requeridos para o corpo do estado maior. Em 1853 serviu ás ordens do marechal duque de Saldanha, que muito o considerava, e de quem era muito amigo. Por muitos annos foi chefe da 3.ª secção da secretaria da direcção geral de engenharia. Entrando na politica, saiu eleito de-

putado nas legislaturas de 1856, 1858, 1860 e 1861. No anno de 1864 teve a nomeação de subchefe da 3.ª repartição do ministerio da guerra; chefe do estado maior em 1866. N'este mesmo anno foi nomeada uma commissão, a fim de dar o seu parecer ácerca do armamento com que deveria ser dotado o nosso exercito, *visto que a epoca das armas de carregar pela bocca, tinha acabado como o ultimo tiro de espingarda de agulha do soldado prussiano nos campos de Sadowa.* Esta commissão manifestou a opinião de que se adoptasse a carabina do systema Westley-Richards de carregar pela culatra e do cano Whitworth, como typo mais perfeito para os caçadores; em vista do que ordenou o ministro da guerra que se fizesse um contrato provisorio para a compra de 8:000 carabinas d'este systema para caçadores e 2:000 clavinas para a cavallaria. D. Luiz da Camara Leme teve então o encargo de ir a Londres ratificar este contrato, e de remover quaesquer duvidas que se offerecessem para a sua prompta realisação. Em 1867 foi nomeado para ir estudar na exposição universal de Paris, que n'esse anno se realisou, o que se offerecesse de importante e de novidade, relativamente ás artes militares. Em 1870, quando se deu a revolta em 19 de maio, promovida pelo marechal duque de Saldanha, Camara Leme foi chamado ao ministerio que o referido marechal organisou, encarregando-se da pasta da marinha, sendo então agraciado com a carta de conselho. Em 1878 foi eleito par do reino, tomando posse na respectiva camara a 10 de janeiro de 1879. N'este anno tambem exerceu o cargo de governador civil do districto de Lisboa. Nos ultimos annos estava já muito afastado da politica, comtudo a sua voz era ainda ouvida no parlamento com a attenção e respeito, devidos aos seus muitos e relevantes serviços, e aos seus elevados merecimentos. A officialidade do exercito portuguez, que sempre lhe consagrou a maior veneração, lhe offereceu ha bastantes annos uma commenda cravejada de riquissimos brilhantes. Para esta dedicada homenagem, todos os officiaes se inscreveram espontaneamente; a subscripção excedeu a 8:000$000 réis, e D. Luiz da Camara Leme fez applicar metade d'esta quantia a esmolas para as viuvas pobres dos officiaes do exercito, ficando o resto para custear a commenda. Na sua larga vida parlamentar, tratou sempre com especialidade das questões militares, questões com que por vezes tambem se salientou na imprensa em artigos dispersos por varios jornaes e revistas militares. Camara Leme foi um propagandista acerrimo da responsabilidade ministerial, e nos ultimos tempos, já muito alquebrado pelos annos, mas ainda com admiravel lucidez de espirito, renovava em todas as sessões legislativas o seu antigo projecto de lei n'esse sentido, fazendo sempre largas considerações sobre este assumpto, para provar a conveniencia da sua approvação, que nunca viu realisada. Era cavalleiro da ordem da Torre e Espada pelos seus serviços ao exercito, especialmente pela sua obra *Elementos de arte militar;* cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição, commendador da de S. Bento de Aviz, em 1866; da de Christo e de S. Thiago; de S. Mauricio e de S. Lazaro, de Italia; grã-cruz da Izabel a Catholica e da de Carlos III, de Hespanha; grande official da Legião de Honra, de França; da de Leopoldo, da Belgica. Era condecorado com as medalhas militares de ouro de bons serviços, e de prata de comportamento exemplar. Casou em primeiras nupcias com a notavel actriz Emilia das Neves, de quem ficou herdeiro de toda a sua fortuna, e em segundas nupcias com D. Anna d'Albuquerque, escriptora, e que tambem foi actriz no theatro de D. Maria. Escreveu: *Elementos de arte militar*, parte I, Lisboa, 1862; II parte, 1863; III e IV partes, 1864; é antecedida por um juizo critico de Latino Coelho. Foi muito bem recebida esta obra tanto em Portugal como no Brazil, merecendo que o respectivo ministro da guerra dissesse o seguinte no seu relatorio, apresentado ás côrtes: «Tendo o distincto capitão do estado maior de Portugal, D. Luiz da Camara Leme, offerecido alguns volumes dos seus *Elementos de arte militar*, e contendo essa excellente obra as noções indispensaveis mesmo aos officiaes que não teem os cursos das suas armas, mandou-se proceder á compra dos volumes necessarios para a conveniente distribuição pelos officiaes do nosso exercito.» Na *Gazeta de Portugal*, de 8 de março de 1864, saiu anonymo um artigo encomiastico, e em 1865, no mesmo jornal, publicou Osorio de Vasconcellos uma serie de artigos de analyse. Saiu *Segunda edição, revista e consideravelmente augmentada*, Lisboa, 1.º tomo, 1874; 2.º tomo, 1879. Escreveu mais: *Relatorio apresentado a sua excellencia o ministro da guerra em desempenho de uma commissão concernente á acquisição das novas armas de fogo portateis*, datado de 10 de setembro de 1866, saiu no *Diario de Lisboa*, de 19 do referido mez, sendo reproduzido no dia seguinte na *Gazeta de Portugal*; *Relatorio a s. ex.ª o ministro da guerra ácerca dos objectos militares mais notaveis apresentados na exposição universal de Paris em 1867*, saiu no *Diario do Governo*, de 24 de dezembro de 1867, continuando nos numeros seguintes; foi depois impresso em separado no referido anno; *Considerações geraes ácerca da reorganisação militar de Portugal*, Lisboa, 1868; *Incompatibilidades politicas sob o aspecto historico, juridico, politico e moral*, Lisboa, 1893. Publicou em 1875, sem o seu nome, um volume de 600 paginas, intitulado: *Emilia das Neves, documentos para a sua biographia, por um dos seus admiradores.*

D. Luiz da Camara Leme

Camara de Lobos. Villa, séde de conc. e de com., distr. e bisp. do Funchal; tem uma só freg. Orago S. Sebastião; escolas para ambos os sexos, e estação post. com serviço de encommendas, permutando malas com o Funchal, medicos, notario, solicitador, fabricas de espremer canna d'assucar, etc. A egreja é vastissima e elegante. O conc. comprehende 5 freguezias, com 3:324 fog. e 17:241 hab., sendo 8:134 do sexo masc. e

9:107 do fem. As freguezias são: Camara de Lobos, S. Sebastião, 6:924 hab.: 3:217 do sexo masc. e 3:707 do fem.; Campanario, S. Braz, 3:342 hab.: 1:599 do sexo masc. e 1:743 do fem.; Curral das Freiras, N. S.ª do Livramento, 1:215 hab.: 631 do sexo masc. e 584 do fem.; Estreito de Camara de Lobos, N. S.ª da Graça, 4:751 hab.: 2:204 do sexo masc. e 2:547 do fem.; Quinta Grande, N. S.ª dos Remedios, 1:009 hab.: 483 do sexo masc. e 526 do fem. Pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 27 com a séde no Funchal. Camara de Lobos é uma das terras mais pittorescas da ilha da Madeira, fica a 10 k. de distancia do Funchal; tem uma excellente bahia na costa sul, que é magnifico porto de mar, e no extremo oeste do conc. o Cabo Girão, que entra pelo Oceano. N'esta historica villa desembarcaram os primeiros portuguezes que descobriram a ilha da Madeira; é terra muito industrial e commercial; aqui se manufacturam os apreciados bordados das ilhas e os chapéos de palha de centeio, que imitam os de Italia, bem como obras de verga, vime e giesteira, muito apreciadas e procuradas no continente. O conc. produz vinho, cereaes, diversas fructas, etc. A população da villa tambem se entrega á pesca da tartaruga, da corvina e do atum, que muito abundam nos mares do archipelago da Madeira.

Camara Lima *(Theotonio Simão)*. V. *Lima*.

Camara Manuel *(Gaspar Pinheiro da)*. Official superior da armada, com a patente de coronel do mar, e reformado em chefe de divisão no anno de 1791. Foi um dos socios da Arcadia Ulyssiponense, e amigo particular do poeta Garção, que lhe dirigiu algumas odes, etc. Escreveu: *Congratulação nas melhorias do ill.mo e ex.mo sr. Sebastião José de Carvalho e Mello, conde de Oeiras*, etc., Lisboa, 1766; *Elogio de Renato Duguay-Troyn, por Mr. Thomas, traduzido em portuguez*, Lisboa, 1774; saiu anonymo; *Ao ill.mo e ex.mo sr. Antonio de Sampaio Mello e Castro, no seu felicissimo desposorio com a ill.ma e ex.ma sr.ª D. Thereza Violante de Daun*, dois sonetos, em meia folha de papel, sem logar nem anno de impressão, tendo no fim por assignatura as iniciaes G. P. C. M.; *Ao Rei Fidelissimo nosso senhor, no dia do seu publico juramento e acclamação.*

Camara Manuel *(Jeronymo Pinheiro de Almeida da)*. V. *Manuel*.

Camara Manuel *(José da)*. Escriptor contemporaneo. Pertence á familia dos seus appellidos. Tem sido collaborador em varios jornaes. Os seus trabalhos litterarios são na maior parte escriptos theatraes, sempre apreciados e applaudidos. Constam de comedias, entre-actos, monologos, etc., dos quaes nos lembram os seguintes: Comedias: *A' procura d'um emprego*, *Os Caetanos*, *Dois caturras*, *Diabo á solta*, *Idéas de Rozalino*, *Uns comem os figos... Simplicio Castanha & C.ª*; monologos: *Os milagres*, *Defeito*, *O terrivel*, *Modos de vêr*, *Sempre a rir*, *Sineiro*, *Sólo de flauta*; operetta: *O maestro Epaminondas*, etc.

Camara municipal. Corpo administrativo do concelho (V. *este nome*). Pela Carta Constitucional o governo economico e municipal dos concelhos era da competencia das camaras; o Acto Addicional, porém, deixou-lhes simplesmente a parte economica, não obstante o direito escripto desde longas eras, e confirmado pelo art.º 133 da mesma Carta. Nos concelhos de 1.ª ordem compõe-se de nove vereadores, nos de 2.ª de sete, e nos restantes de cinco. As camaras de Lisboa e Porto teem quadro especial; estas mesmas camaras teem o tratamento de *Excellencia*, por lei de 29 de janeiro de 1759 e decreto de 10 de agosto de 1843, e os seus empregados fardamento especial por decretos de 25 de julho e 5 de setembro de 1855 e decreto de 25 de maio de 1882. A camara municipal de Gôa tem o tratamento de *Senhoria* por alvará de 9 de abril de 1827. Por decreto de 28 de julho de 1882, o uniforme para os vereadores das camaras é: casaca, calças e collete de panno preto, gravata branca, faxa de seda de tres listas, a do centro branca, as outras duas azul ferrete com borlas das mesmas côres, a qual será lançada a tiracolo do hombro direito para o lado esquerdo, tendo a mesma faxa ao longo e no centro da lista branca a legenda bordada a ouro: *vereador*. As camaras municipaes devem ter brazão authenticado, em conformidade da portaria de 26 de agosto de 1881.

Camara Pestana *(Luiz da)*. Medico, director do Instituto Bacteriologico, etc. N. no Funchal a 22 de outubro de 1863, fal. a 15 de novembro de 1899. Depois de ter concluido parte dos estudos preparatorios no lyceu d'aquella cidade, veiu para Lisboa, e matriculou-se na Escola Medico-Cirurgica, onde teve um curso distincto, recebendo louvores e premios, o qual terminou a 24 de julho de 1889. N'este anno ainda não havia internos no hospital real de S. José, e os primeiros nomeados fôram, no seu 5.º anno do curso de medicina, Camara Pestana e o sr. Moreira Junior, tendo esta nomeação a data de 9 de abril do referido anno de 1889. Terminado o curso, entrou interinamente para cirurgião do banco do hospital em 17 de dezembro ainda de 1889, e mais tarde por meio de concurso foi nomeado effectivo por decreto de 4 de dezembro de 1890. Ficou tambem encarregado do serviço de desinfecção do governo civil de Lisboa, desempenhando egualmente as funcções de chefe das clinicas da Escola Medico-Cirurgica. Pela portaria de 7 de janeiro de 1891 teve o encargo de ir ao estrangeiro estudar bacteriologia pelo methodo de Koch. No anno de 1892, tendo se levantado a importante questão, de que as aguas da capital estavam inquinadas, Camara Pestana foi chamado pelo ministro do reino, então o sr. conselheiro Dias Ferreira, para proceder á analyse das referidas aguas, trabalho a que elle logo deu começo. Mas tornando-se preciso haver na capital um estabelecimento devidamente apropriado para aquelles estudos, e ainda para o desenvolvimento da vaccina da raiva, do tratamento do croup, etc., aproveitou-se o pavilhão annexo ao hospital de S. José, que Camara Pestana escolhera para proceder aos seus estudos sobre as aguas, e ali se fundou o Instituto Bacteriologico, creado por decreto de 29 de dezembro de 1892, cuja direcção lhe foi confiada. A nomeação de director fôra aconselhada pelo professor Sousa Martins, que tinha toda a confiança no valor e talento de Camara Pestana. São bem conhecidos os importantes serviços que o medico prestou, e na *Revista de medicina e cirurgia*, no *Archivo de medicina*, e em outros jornaes scientificos, deixou escriptos de alto valor sobre a raiva, garro-

tilho e o tetano, entre os quaes se encontram estatisticas do tratamento anti-rabico, e relatorios do mesmo serviço. Em maio de 1895, tendo concluido o tempo de serviço no banco do hospital, passou a cirurgião extraordinario do referido hospital. Em 1898, havendo uma vaga na secção medica da Escola de Lisboa, pelo fallecimento do professor Sousa Martins, succedido a 18 de agosto de 1897, Camara Pestana concorreu a esse logar, fazendo um concurso brilhante, apresentando como these um notavel trabalho, intitulado: *Sorotherapia.* Foi então nomeado lente substituto d'aquella escola por decreto de 12 de maio de 1898, regendo as cadeiras de medicina legal e de anatomia pathologica. Em 23 de agosto de 1899 fez parte de uma commissão enviada ao Porto, para estudar as condições de sanidade d'aquella cidade; em 6 de setembro foi nomeado, juntamente com o diretor do posto municipal do Porto e outros medicos extrangeiros, para apreciar o valor dos sóros contra a peste, e por ultimo, em 18 de outubro, teve a nomeação de vogal substituto do conselho superior de saude e hygiene. Camara Pestana foi tambem um dos mais prestimosos membros da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, em que fez parte de varias commissões, realisando tambem uma conferencia notavel ácerca do tetano, em 4 de junho de 1892, que intituiou. *Contribuição para o estudo da etiologia, pathologia e tratamento do tetano.* Camara Pestana foi uma victima da sciencia; a sua morte foi resultado d'uma autopsia, em que, segundo parece, soffreu uma picada anatomica, que promoveu a inoculação a que succumbiu. Escreveu: *O Microbio do carcinoma*, these inaugural, Lisboa, 1889; *O tetano*, Lisboa, 1892; *Etiologia da febre typhoide*, na *Revista de medicina e cirurgia*, 1894; *Considerações sobre o diagnostico da diphteria*, *A sorotherapia da diphteria*, no Archivo de Medicina, Lisboa, 1897. Em collaboração com o dr. Annibal Bettencourt, escreveu: *Contribuição para o estudo bacteriologico da epidemia de Lisboa*, e *O tratamento da raiva em Portugal pelo systema Pasteur*, na *Revista de medicina e cirurgia*, Lisboa, 1894; *Duas pequenas epidemias de febre typhoide*, na mesma *Revista*, 1895, e varios trabalhos escriptos em allemão sobre a epidemia de Lisboa em 1894, do bacillo da lepra, etc., e ainda em portuguez o relatorio sobre a analyse bacteriologica das aguas potaveis de Lisboa.

Camara Pestana

Camara Pimentel *(Francisco Antonio da Veiga Cabral da).* Governador e capitão general da India, desde 22 de maio de 1794 até 30 de maio de 1807. Era filho de Francisco Xavier da Veiga Cabral da Camara e de sua mulher D. Joanna de Moraes Pimentel. Nasceu em 1734; foi senhor do morgado de Machucas e do padroado do capitulo de S. Francisco, de Bragança. Serviu no exercito do reino e da India, para onde foi promovido de coronel de infantaria a marechal de campo, em 22 de dezembro de 1781, como commandante da força armada do mesmo Estado. Pela carta régia de 15 de julho de 1785 recebeu o titulo do conselho de Sua Magestade, e sendo tenente general foi encarregado do governo da India pela carta de 24 de agosto de 1793, entregando-lhe o seu antecessor o poder na egreja do Bom Jesus no referido dia 22 de maio de 1794.

Camara e Toledo *(D. Fradique da).* Filho do 2.º conde de Villa Franca, D. Manuel da Camara, e de sua mulher D. Leonor de Vilhena, filha de D. Fradique Henriques, mordomo-mór de Filippe II, e de D. Guiomar de Vilhena. Dedicou-se muito á poesia, e pertenceu á Academia dos Generosos. Traduziu os seis primeiros livros da *Eneida*, de Virgilio, que ficaram em manuscripto. Escreveu: *Romance castelhano á morte de D. Maria de Athaide,* impresso nas *Memorias funebres* dedicadas a esta senhora, Lisboa, 1650; *Soneto* em applauso do *Casamento perfeito*, composto por Diogo Paiva de Andrada; saiu impresso no principio d'esta obra, Lisboa, 1630; *Babilonia de amor*, comedia, que se publicou em Madrid, assim como outras muitas.

Camara de Vasconcellos *(Francisco José).* Capitão de mar e guerra. N. em Lisboa em 1689, fal. a 17 de agosto de 1742. Era filho de Braz de Ornellas da Camara, natural da ilha Terceira. No tempo em que frequentava na Universidade de Coimbra as faculdades de Philosophia e de Canones, determinou seguir de preferencia a vida militar, alistando-se no regimento da armada, no qual fez varias campanhas na provincia do Alemtejo, em 1708 e 1709, passando depois a viagens de guarda-costa. Seguindo os respectivos postos, chegou ao de capitão de mar e guerra. Foi o autor da *Dissertação contra as «Memorias militares» de Antonio do Couto de Castello Branco*, que vem publicada, em nome dos *discipulos da Aula Regia de Navegação*, no livro intitulado: *Evidencia apologetica e critica sobre o primeiro e segundo tomo das «Memorias militares» pelos Praticantes da Academia militar d'esta Côrte,* Lisboa, 1733. Em manuscripto deixou um *Tratado de Nautica, e exercicios militares, que deve saber todo o official de marinha.*

Camaranchão. Termo com que antigamente se designava a obra avançada das fortificações, especie de *cubello.*

Camarão *(D. Antonio Filippe).* Celebre indio do Brazil, cujo nome verdadeiro é *Poty.* Foi um dos heroes da lucta que se travou para livrar Pernambuco do dominio dos hollandezes. Em 1614 já se havia convertido ao christianismo, recebendo no baptismo o nome de Antonio a que juntou o appellido de Camarão *(poty* na lingua indiana), e de Filippe, em homenagem de Filippe IV de Hespanha. Era muito dedicado aos portuguezes, prestando a Portugal valiosos serviços, batendo-se heroicamente em varias batalhas. Em fevereiro de 1637 entrou na batalha de Porto Calvo, e em 1638 contribuiu poderosamente para a defeza da Bahia, sitiada por Mauricio de Nassau. O rei Filippe, em paga dos seus serviços, concedeu-lhe o titulo de *Dom*, e agraciou-o com o habito de Christo. Em 1640 combateu os hollandezes, con-

tinuando sempre em defeza dos portuguezes, até que falleceu em abril de 1648. Sua mulher, D. Clara Camarão, tambem se portou como uma heroina, combatendo ao lado de seu marido na batalha de Porto-Calvo.

Camarão. Casal na freg. do Salvador, de Bombarral, conc. de Obidos, distr. de Leiria. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Camarate *(Hermenegildo Augusto de Faria Blanc, 1.º visconde de)*. Fidalgo da Casa Real, do conselho de el-rei D. Luiz I, commendador da ordem de Christo, ajudante do procurador geral da Corôa e Fazenda, e antes delegado do procurador regio na 2.ª vara da comarca de Lisboa; deputado nas legislaturas de 1860-1861, de 1861-1864, e na de 1865-1868; bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. na villa da Feira a 23 de setembro de 1809, fal. em Lisboa a 14 de janeiro de 1882. Era filho de José Bernardo Henriques de Faria, cavalleiro professo da ordem de Christo, desembargador da Casa da Supplicação, provedor na comarca de Coimbra, juiz de fóra das villas de Mertola e da Feira, casado com D. Emilia Rosa Virginia de Moura Telles Blanc, filha de Claudio Blanc Ivo Brandão e de sua mulher, D. Marianna Francisca Fortunata de Moura Telles. O visconde de Camarate, como deputado, assignalou a sua passagem na camara, tratando proficientemente, sustentando e defendendo, em 1860, a proposta de lei para a desamortisação dos bens das corporações religiosas. Em outros assumptos tambem se occupava com interesse, sendo os seus discursos sempre ouvidos com a maior consideração. São muito honrosos os decretos em que foi agraciado com a commenda da ordem de Christo, em 10 de janeiro de 1849; em que lhe foi concedida a carta de conselho, a 30 de outubro de 1850; e no que lhe deu o titulo de visconde, em 1870. Casou em 1844 com D. Maria da Purificação de Lima, que falleceu em 1862, e passou a segundas nupcias a 9 de julho de 1863 com D. Leopoldina d'Almeida Pimentel de Moura Coutinho, filha de José Joaquim d'Almeida Moura Coutinho, do conselho da rainha D. Maria II, juiz da Relação dos Açôres e da de Lisboa, cavalleiro da antiga ordem da Torre e Espada, tenente do antigo batalhão de voluntarios da rainha, etc. (V. *Moura Coutinho, José Joaquim de Almeida*), e de sua mulher, D. Maria Candida d'Almeida Pimentel. O titulo de visconde foi concedido por decreto de 25, e carta de 31 de maio de 1870. Tem o seguinte brazão d'armas: Escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Brandões, em campo azul cinco brandões accesos, de ouro, postos em santor; no segundo as armas dos Seromenhos, em campo vermelho um seromenho de sua côr, perfilado de ouro, com fructos e raizes de prata, no meio de uma flôr de liz de ouro, e d'uma meia lua do mesmo metal; no terceiro quartel, as armas dos Silveiras, em campo de prata, tres faxas vermelhas; e no quarto, as armas dos Coutinhos, em campo de ouro cinco estrellas sanguinhas de cinco raios cada uma, postas em santor.

Camarate. Pov. e freg. de S. Thiago Maior, da prov. da Extremadura, conc. de Loures, com., distr. e patriarc. de Lisboa; 666 hab. e 123 fog. Tem esc. official mixta, e est. post. permutando malas com Lisboa, e uma sociedade de recreio, intitulada *Triumpho Alliança*. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e 2 k. da est. do caminho de ferro de Sacavem; está situada em terreno accidentado, proximo da margem direita do Tejo. E' da Casa de Bragança. A matriz principiou por uma capella fundada em 1370. Em 1511 foi a freguezia desmembrada da de Sacavem, e reconstruiu-se e ampliou-se a egreja, que então se elevou a matriz. Teve uma albergaria para passageiros pobres. A terra é fertil e abundante de bom vinho. Tinha juiz ordinario, feito a votos do povo e confirmado pela camara de Lisboa, o qual era sujeito ao corregedor do bairro do Castello. Em Camarate havia uma grande quinta que pertenceu a David Negro, judeu opulento, almoxarife das alfandegas do reino, no tempo d'el-rei D. Fernando. Fallecendo este monarcha, David Negro seguiu o partido do rei de Castella, motivo por que D. João I lhe confiscou todos os bens. A quinta de Camarate ficou pertencendo a D. Nuno Alvares Pereira por dadiva real. O condestavel mandou edificar ali uma capella dedicada a N. S.ª do Soccorro, e, quando se recolheu ao convento do Carmo, deu a quinta aos frades carmelitas, que a conservaram até que em 1602 fundaram um convento com a mesma invocação de N. S.ª do Soccorro. Depois da extincção das ordens religiosas, o edificio e a cêrca fôram vendidos em 1835. Camarate era do 3.º bairro de Lisboa, mas passou para o conc. de Loures por decreto de 26 de setembro de 1895. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 5 com a séde em Lisboa. Velloso d'Andrade, na sua *Memoria dos Chafarizes*, fala d'uma antiga bica em Camarate, á qual chamavam do Orelhudo, e era de mui excellente agua, fresca no verão e quente no inverno. || Pov. na freg. de N. S.ª da Alva e conc. de Aljezur, distr. de Faro. || Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Euxara do Bispo, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Camarates *(Casal dos)*. Na freg de Santa Quiteria, de Meca, conc. de Alemquer, districto de Lisboa.

Camarcanda. Pov. da prov. de Pondá, 3.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com das Ilhas, arceb. de Gôa, na India.

Camarção. Pov. na freg. de S. Mamede, de Quiaios, conc. de Figueira da Foz, districto de Coimbra.

Camarconda. Pov. da freg. de Embarbacem, 3.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India. | Pov. da circumscripção de Quirlapale, do commando militar e concelho de Sanguém, districto de Gôa, na India.

Camareira. Dama d'honor da rainha ou das princezas. || *Camareira-mór*; a primeira dama d'honor da rainha. Actualmente tem este cargo a senhora duqueza de Palmella.

Camareiro. Antigo creado nobre da Casa Real || Coadjutor do abbade de um convento. | *Camareiro-mór*; era o primeiro camareiro na ordem hierarchica, que tinha jurisdicção sobre os moços da camara.

Camariandunga. Pov. da margem esquerda do Cuanza, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental, a 15 k. ao S de Massagano. E' governada por um soba tributario de Portugal.

Camarido *(Nuno Freire de Andrade e Castro de Sousa Falcão de Figueiredo, 1.º conde de)*. Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, se-

gundo senhor da villa das Galveias, em verificação de vida concedida por decreto de 13 de maio de 1796, marechal de campo, etc. N. a 1 de maio de 1765, fal. a 9 d'abril de 1845. Era filho de Fernando Martins Freire de Andrade e Castro, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, senhor dos morgados da Ribeira do Sado e do Bom Despacho, e de sua segunda mulher, D. Joanna Izabel de Lencastre Forjaz. Destinando-se á carreira das armas assentou praça a 4 de janeiro de 1783, e em 1787 foi despachado alferes, em 1790 promovido a tenente, e em 1791 a capitão. Partiu em 1793 para a Catalunha com o regimento de Peniche, a que pertencia, sendo-lhe poucos dias antes do embarque conferida a graduação de sargento-mór. Assistiu ás campanhas do Roussillon e Catalunha, em 1793 e 1794, tanto ás ordens do general em chefe de divisão portugueza, como no commando do regimento de infantaria de Monsão, sendo classificado pelo referido general em chefe como um dos officiaes mais distinctos da citada divisão. Durante a campanha obteve a effectividade do posto de sargento-mór, e depois do regresso da expedição foi nomeado tenente-coronel a 17 de dezembro de 1795; em 1797 subiu ao posto de coronel, recebendo o commando do regimento de Valença, que em 1806 passou a ser o n.º 21. Em 29 de setembro de 1807 foi elevado a brigadeiro commandante do regimento n.º 11. Estava n'esta situação quando se deu a invasão dos francezes commandados por Junot. Durante a defeza do reino distinguiu-se como valente militar; em principios de janeiro de 1809 foi nomeado marechal de campo, ficando encarregado particularmente de vigiar a provincia da Beira, e de defender os pontos estrategicos de Coimbra e Ponte da Murcella. Estava em Coimbra, quando os soldados do general Soult invadiram o nosso territorio. Sabendo pouco depois do traiçoeiro assassinato de seu irmão Bernardino Freire de Andrade em Braga, a 17 de março do referido anno de 1809 (V. *Andrade, Bernardino Freire de)*, e sendo ao mesmo tempo exonerado da commissão que exercia, e n'ella substituido por um official inglez, desgostou-se com todos estes successos, e pediu e obteve dos governadores do reino a demissão por decreto de 7 de abril, retirando-se a viver com a sua familia, afastado inteiramente da vida publica. Por morte de Bernardino Freire de Andrade, seu irmão primogenito, succedeu-lhe na casa. Em 1822, D. João IV agraciou-o com o titulo de conde de Camarido, e em 1826 foi nomeado veador da infanta D. Izabel Maria, a quem acompanhou sempre, estando com essa senhora em Elvas, d'onde regressou a Lisboa em maio de 1834. Como o decreto não foi publicado, e só em 1810 lhe passaram no Rio de Janeiro a patente de marechal de campo, pretendeu, que lhe fizessem valido este posto para se reformar em tenente-general, mas não chegou nunca a ter solução favoravel aos seus pedidos. O conde de Camarido era tambem irmão de Gomes Freire d'Andrade, principal deão da Egreja Patriarchal (V. *Andrade, Gomes Freire)*. Casou a 6 de junho de 1802, com D. Maria Izabel Corrêa de Mello e Brito d'Alvim Pinto, dama camarista da rainha D. Carlota Joaquina, filha e herdeira de José Corrêa de Mello e Brito d'Alvim e Pinto, moço fidalgo, com exercicio, accrescentado a fidalgo escudeiro por alvará de 20 de novembro de 1765, senhor dos morgados de Sinde e Carreira, e de sua mulher, D. Maria Rita Leitão de Sousa Napoles de Menezes. D'este matrimonio nasceram seis filhos; José Antonio Freire d'Andrade e Castro, que foi official-mór da Casa Real, por carta de 20 de dezembro de 1827, moço fidalgo com exercicio no Paço, por alvará de 14 de novembro de 1821, commendador das Galveias na ordem militar de S. Bento d'Aviz, o qual nasceu a 9 de março de 1809, e fal. a 7 de fevereiro de 1848. Casara em 20 de agosto de 1834 com sua prima D. Antonia Augusta Freire de Andrade e Castro, filha dos 3.ºs condes de Bobadella, Gomes Freire de Andrade e D. Anna Joaquina Maria do Resgate Miranda Henriques. D'este enlace houve apenas uma filha, D. Maria Izabel Freire de Andrade e Castro, que foi herdeira da casa de Camarido, por successão a seu pae, e da de Bobadella, por succeder a seu avô materno, fallecido em 1831. D. Joanna Izabel, nascida a 19 de janeiro de 1808, falleceu no estado de solteira em março de 1853. O 3.º filho foi Bernardim Freire de Andrade, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, commendador de Terena, na ordem de S. Bento de Aviz, alferes do regimento de cavallaria n.º 10. N. a 3 de fevereiro de 1810, e fal. a 21 de junho de 1867. Casou a 30 d'outubro de 1853 com sua sobrinha D. Maria Izabel, filha de seu irmão José Antonio Freire d'Andrade. Os outros tres filhos do conde de Camarido fôram Fernando Nunes, que falleceu em 1827, tendo apenas 15 annos, e sendo aspirante de marinha; D. Maria Rita, que casou com seu primo, D. José Maria de Carvajal e Vasconcellos, que falleceu em 1872; Nuno Freire d'Andrade e Castro, fidalgo da Casa Real, que nasceu a 6 de abril de 1823, fallecido em Lisboa, em estado de solteiro, a 16 de novembro de 1881, victima d'um desastre. Era conhecido pelo morgado das Picôas. O titulo de conde de Camarido foi concedido em duas vidas, por decreto de 16 de julho, e carta de 10 de agosto de 1822. A segunda vida, porém, nunca foi verificada, porque nenhum dos tres irmãos, José, primogenito, Bernardim, fallecido sem successão, nem Nuno Freire, o ultimo que sobreviveu, tambem sem deixar descendencia, se quizeram aproveitar d'aquella mercê, ficando assim o titulo extincto. Estes fidalgos estão hoje representados pela senhora condessa de Camarido, D. Maria Izabel Freire de Andrade e Castro. O brazão era o seguinte: um escudo com as armas dos Freires, em campo verde, uma banda vermelha cotieada de ouro, saindo das boccas de duas serpes do mesmo metal, armadas de sanguinho; timbre, dois pescoços de serpes de ouro, torcidos um com o outro, voltados em fugida, armados de sanguinho.

Camarido. Grande pinhal do Estado na prov. do Minho, villa de Caminha. Fica no litoral, occupando todo o terreno entre a estrada de Lisboa e o mar. Foi mandado semear por el-rei D. Diniz, em 1294. Pertenceu á Casa do Infantado.

Camarinha. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Aguas Bellas, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Camarinhal. Logar na freg. de Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Camarinheira. Logar na freg. de S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Dois logares, na freg. do Salvador, de Si-

nes, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa, um no sitio das Daldas, e outro no de Porto Côvo. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Abella, do mesmo concelho e districto.

Camarista. Fidalgo que serve o rei ou as pessoas reaes nas suas camaras, salas de despacho e audiencia. Traz uma chave dourada na aba do bolso da casaca, como insignia do seu cargo. A rainha tambem tem as suas damas camaristas. || Membro do senado da camara de uma cidade ou villa.

Camarnaes. Pov. na freg. de S. Pedro da Cadeira e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de N. S.ª do Rosario, de Aveiras de Baixo, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Pedro e conc. d'Obidos, distr. de Leiria.

Camarnal. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Triana e conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. Tem est. post. || Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Oliveira do Bairro, districto de Aveiro. || Logar na freg. de S. Miguel, de Coimbrão, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Camarneira. Povoação e quintas na freg. de Santo Antonio, de Covões, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Camarneira de S. Bento. Pov. na freg. do Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e districto de Leiria.

Camarneiras. Pov. na freg. de S. Miguel, de Coimbrão, conc. e distr. de Leiria.

Camaroeira *(Monte da)*. Na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Vimieiro, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Camarões. Pov. na freg. de S. Pedro, de Almargem do Bispo, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. Ha aqui a capella de N. S.ª dos Enfermos. que é de muita devoção. No primeiro domingo de outubro costuma haver festa, procissão, e arraial, onde concorre muita gente dos logares proximos. || Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Freixianda, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem. || Reino da costa da Guiné, Africa Occidental, entre o rio dos Camarões e o rio chamado Pau da Nau. || Grande rio da costa da Guiné, Africa Occidental. Separa o reino de Camarões do de Calabar, e está quasi fronteiro á ilha de Fernando Pó. Desagúa no golfo dos Mafras. Tem muitos confluentes, mas apezar de notavel não póde ser comparado ao Niger. Desde a foz do Calabar até á do Rio Formoso o terreno é de alluvião, e toda a costa tem o nome de costa dos Camarões. || Ponta ou cabo extremo N da ilha de S. Nicolau, no archipelago de Cabo Verde.

Camarral. Pov. na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Camarrão. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Moiriscas, conc. de Abrantes, distr. de Santarem

Camarrondá. Pov. da prov. de Embarbacem, 3.ª div. das Novas Conquistas, distr. e conc. de Salsete, arceb. de Gôa, India.

Camassa Caquinende. Pov. da margem esquerda do rio Cuango, nas terras de Quembo, distr. de Loanda, prov. e distr. d'Angola, Africa Occidental, a 115 k. do S E de Talla-Mogongo e a 89 de Cassange.

Camathla. Pov. na margem esquerda do rio Cunge Grande, confluente do Cuanza no interior do distr. de Benguella, prov. de Angola, Africa Occidental, a 138 k. ao E do Bailundo.

Camatonga ou **Camatouga.** Logar na freg. de S. Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real.

Camaxa. Confluente na margem esquerda do rio Lucalla, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental, no limite E do concelho de Cazengo.

Camazão. Pov. na freg. de S. Paulo de Frades, conc. e districto de Coimbra.

Camba. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Fajão, conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra. || Logar na freg. do Salvador, de Cabeça Santa, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Pov. na margem direita do rio Calolo, no conc. de Pungo-Andongo, distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, a 661 k. de Pungo-Andongo.

Cambadiça. Logar na freg. de S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc. de Sinfães, districto de Vizeu.

Cambado. Logar na freg. de S. Pedro, de Monte Vil, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte de Lima, districto de Vianna do Castello.

Cambados. Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de V. N. de Telha, conc. da Maia, districto do Porto.

Cambães. Pov. na freg. do Salvador, de Lagoa, e um logar na freg. de S. Martinho, de Avidos, no conc. de V. N. de Famalicão, districto de Braga.

Cambaia. Pov. na freg. de S. Domingos, de Fanga da Fé, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Camballa. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camballa-Quiaxiba. Pov. da margem esquerda do rio Cuanza, limite E do distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental, a 236 k. a E do presidio do Duque de Bragança, do conc. do mesmo nome.

Cambaly. Pov. do distr. e com. de Benguella, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, na margem direita do rio Egito, a 12 k. ao N de Egito.

Cambamba. Duas povoações do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Cambambe. Conc. do distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, proximo do conc. de Massangano. E' atravessado pelo rio Cuanza, que o separa da Quissama e do Libolo, pelo Lucalla que o divide do conc. de Cazengo, e pelos Mucozo, Nzongoege e Muzegi, que, sendo caudalosos no inverno, seccam durante o verão. E' pouco fertil, mas em compensação é o conc. mais commercial de toda a provincia, affluindo constantemente ao seu mercado muito café, ginguba, azeite de palma, borracha, cera marfim e couros. O clima é mau. A navegação a vapor pelo Cuanza tem contribuido muito para o desenvolvimento d'este conc., cuja população é de 8:898 hab., 204 dos quaes europeus, governados por uns trinta sobas submettidos á autoridade portugueza. Minas de cobre e de carvão mineral. || Pov. e freg. de N. S.ª do Rosario, do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, na margem direita do Cuanza, n'uma serra sobranceira ao rio, a 250 k. da foz do Cuanza e a 60 da pov. de Massangano. E' o limite da navegação

d'aquella grande arteria africana, porque logo acima da povoação começam as grandes cataractas que tanta celebridade dão ao rio, e cujas aguas se despenham de rochedos muito altos em cachoeiras tão volumosas e profundas que provocam uma constante nebliua. A pov. é defendida por um reducto mandado construir por Manuel Cerveira Pereira em 1604, depois de uma grande victoria alcançada sobre o gentio. Cambambe foi o centro d'um importante commercio com os territorios limitrophes e residencia do chefe do concelho; mas, caíndo em decadencia, passou o Dondo a tomar o seu logar. No sitio em que está edificada a pov., as aguas são potaveis antes e depois da sua queda, mas só pequenas embarcações pódem aproximar-se d'ella. || Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loauda, prov. d'Angola; 14 fog. e 33 habitantes.

Cambande. Pov. do conc. de Cazengo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Cambangalla. Pov. do conc. de Golungo-Alto, distr. de Loanda, provincia de Angola, Africa Occidental.

Cambani. Terras do distr. e com. de Inhambane, prov. de Moçambique, Africa Oriental. São habitadas por cafres bitongas e governadas por um sóba, que reconhece a soberania de Portugal. Produz mandioca, arroz e cêra.

Cambare. Pov. do distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, ao S E do conc. de Muxima e ao N do monte Calungo, do qual dista cerca de 2 k. || Rio das terras do sertão de Muiga, Africa Oriental, a N E da prov. de Moçambique.

Cambarinho. Pov. na freg. de S. Miguel, de Campia, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Cambas. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Baixa, conc. de Oleiros, com. da Certã, distr. de Castello Branco e bisp. de Portalegre; 760 hab. e 109 fog. Esta freg. está annexada administrativamente á de Orvalho. A pov. dista 20 k. da séde do conc. e está situada n'uma baixa, cercada de montes, junto ao rio Zezere. Era da Corôa e do padroado real, sendo o prior apresentado pelo rei, o qual tinha de rendimento 300$000 réis. A terra é fertil e regada pelas ribeiras de Cambas ou de Villar, e a do Orvalho, que n'esta mesma freg. se juntam com o rio Zezere. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Pov. e freg. de Sant'Anna, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Mertola, distr. e bisp. de Beja. V. *Sant'Anna de Cambas*

Cambeador. V. *Albarrã (Torre).*

Cambedo. Pov. na freg. de S. Thiago, de Villarelho da Raia, conc. de Chaves, districto de Villa Real.

Cambeiro. Logar na freg. de S. Paio, de Agua Longa, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Casal na freg. do Espirito Santo, de Valle de Cavallos, conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Vicente do Paul, conc. e distr. de Santarem.

Cambellas e Cambellas de Baixo. Pov. e logar na freg. de S. Pedro da Cadeira e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de Santa Maria, de Tavora, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Cambello. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Cambenaze. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, Africa Occidental.

Cambengui. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, provincia de Angola, Africa Occidental.

Cambeve. Prazo do distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Cambezes. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Monsão, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 734 hab. e 172 fog. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada na estrada real que vae de Monsão a Areos de Valle-de-Vez. N'esta freg. ha uma caverna circular, na qual só se póde entrar de rastos, que tem uma sala, e n'ella uma escada de pedra, que ninguem sabe onde vae ter, porque a certa distancia apagam-se as luzes por causa da densidade do ar. Parece datar do tempo dos celtas. N'esta freg. está a capella de N. S.ª dos Milagres, que foi fundada pelos antigos fidalgos da casa de Sopegal, havendo em 8 de setembro uma romaria, a que concorrem os povos visinhos. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos distr. e arceb. de Braga; 668 hab. e 150 fog. Tem esc. do sexo masc. A egreja d'esta freg. dista 10 k. da séde do conc. Era couto privilegiado da sé de Braga; tinha juiz ordinario e camara, nomeados a votos dos moradores e confirmadas pelo referido deão da Sé, que era o ouvidor d'este couto. A terra é fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao dist. de recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Sauto André, de Rio de Ouro, conc. de Cabeceiras de Basto. distr. de Braga.

Cambezes do Rio. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 414 hab. e 82 fog. A pov. dista 6 h. da séde do conc. e está situada n'uma elevação, d'onde se vêem varias povoações perto da serra do Formigoso. Tem caixa do correio, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 19, com a séde em Chaves. Tambem é conhecida só pelo nome de *Cambezes.* E' da Casa de Bragança, que apresentava o abbade, o qual tinha 300$000 réis de rendimento. A terra é muito fria e pouco fertil. Passa aqui o rio Montalegre.

Cambiaço. Logar na freg. de S. Lourenço, de Alhos Vedros, concelho da Moita, distr. de Lisboa.

Cambistas. Pov. na freg. de Santa Cruz, de Juvim, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Cambi. Pov. do distr. e conc. de Inhambane, prov. de Moçambique, arceb. de Gôa, Africa Oriental, a O da villa de Inhambane.

Cambilla. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, provincia de Angola, Africa Occidental.

Cambinga. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, provincia de Angola, Africa Occidental.

Cambio. Commercio dos cambistas, ou seja a compra e venda de notas dos bancos, letras, moedas de ouro e prata nacionaes ou extrangeiras, etc. Ao preço ou differença por que se faz esta troca tambem se chama *cambio.* Desde cedo os nossos mercadores conheceram este commercio,

sendo designados por *cambadores* ou *cambeadores* os que a elle se eutregavam usualmente. Segundo diz Fernão Lopes, na *sua Chronica d'el-Rey D. Pedro I*, «em todas as cidades e villas, que para isto eram azadas, tiuham os reis seus cambeadores, que compravam prata e ouro áquelles que o vender queriam, o qual não havia de comprar a outros senão a elles, e acabado o anno trazia cada um quanto comprara n'aquelles logares, onde havia de ser posto um thesouro; e tinham estes cambeadores certa cousa de cada peça d'ouro que compravam.» (V. *Albarrã*). As antigas ordenações referem-se ao cambio, sendo nas *Affonsinas* (1446) o liv. IV, tit. XVIII, § 6; nas *Manuelinas* (1514-1521) o liv. IV, tit. XVI e nas *Filippinas* o liv. IV, tit. LXVII, § 5 e 7. O primeiro d'estes codigos diz: «E achamos que licita gaança de dinheiro, ou quantidade he em todo caso de cambio d'hum Regno ou Lugar pera outro; e declaramos seer licito e verdadeiro o cambio quando se dá maior quantidade em hum Lugar, por lhe darem em outro Lugar e pagarem mais pequena: e esto he assy promisso e outorgado per Direito pelas grandes despezas que os mercadores estautes, que o maior preço recebem, fazem em manteerem seus caimbos nas Cidades e Villas, honde continuamente estão, e pelo trabalho de que som relevados os que dão seus dinheiros, em hua parte, pelos receberem em outra.» Por alvará de 12 de agosto de 1553 estatuiu el-rei D. João III que «de hi em diante as pessoas que dessem dinheiro a cambio, ou o pagassem, não fizessem differença de o dar ou pagar em dinheiro de contado, do que a tal tempo se cambeava e corria na praça comumente per livrança.» Nas ordenações *Filippinas* acham-se estes preceitos nos *Pagamentos que se fizerem por letras de cambio* e *Dos mercadores que quebrão e dos que se levantam com fazenda alhea.* Os cambeadores que se levantavam com o dinheiro tomado a cambio eram castigados com as mesmas penas que os publicos ladrões e perdiam a nobreza e liberdade que tivessem. Nos *Principios de Direito Mercantil* de José da Silva Lisboa, obra publicada pela primeira vez em 1801-1808, acha-se compilada entre outra, a legislação portugueza relativa ao cambio, etc. O edital de 31 de janeiro de 1801 estipulou o ganho que se dava a quem trocasse dinheiro metallico por papel. Segundo Mr. Edgard Allix, no seu livro *Des Reports dans les Bourses de Valeurs,* Paris, 1900, «um dos primeiros autores que se occuparam por uma forma methodica das operações de Bolsa, foi o portuguez *José de la Véga*, que julgou dever intitular o livro em que as descreveu, em 1688: *Confusão das confusões.* Comtudo elle conhecia os menores segredos da Bolsa, onde cinco vezes se arruinou e cinco vezes se enriqueceu.» A ser assim, o nome d'aquelle portuguez não pode deixar de incluir-se na bibliographia cambista.

Cambiona Ponta da costa do distr. de Benguella, prov. de Angola, Africa Occidental, ao S da ponta Equimina. E' amarellenta e arenosa, e abrem-se n'ella ao nivel do mar tres furnas muito notaveis. Tambem se escreve *Campeona.* || Enseada da costa de Benguella, prov. de Angola, comprehendida entre as pontas Equimina e Campeona. Tem diversas feitorias de pesca e urzella.

Cambo. Confluente da margem esquerda do Cuango, no limite E do distr. e prov. de Angola, Africa Occidental. Nasce na serra de Talla-Mogongo, ao N do territorio d'este nome, e percorre uma extensão de cerca de 156 kilometros.

Cambo de Zunga. Pov. do conc. de Golungo Alto, no distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, a 24 k. ao E de Golungo Alto.

Camboa. Pov. na freg. de Santa Maria, de Esmoriz, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Christovão, de Labruja, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Quinta na freg. de S. Miguel, de Rio de Moinhos, conc. de Sattam, distr. de Vizeu. || Pov do conc. de Calumbo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Cambôas. Nome dado em alguns mappas antigos ao cabo de S. Braz, do distr. e prov. de Angola, Africa Occidental.

Cambões. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Covões, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Avidos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Casal na freg. de S. Jorge, de Cebola, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Cambollo Cacubamba. Pov. do territorio de Talla Mogongo, no distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, na margem direita do rio Cuango, no limite E da prov., a cerca de 70 k. de Cassange e a 108 de Talla Mogongo.

Cambollo Caquibama. Pov. do territorio de Talla Mogongo, distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, na margem esquerda ds rio Cuango, no extremo E da prov., a cerca de 66 k. de Cassange e a 107 de Talla Mogongo.

Cambondo. Pequenas ilhas do rio Cuanza, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental, proximas a Muxima e a cerca de 150 k. de distancia da foz do Cuanza. || Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, provincia de Angola, Africa Occidental.

Cambosinho e Camboso. Duas povoações na freg. de S. Miguel, de Carreira, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Cambotocoto. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Cambra. Pov. e freg. de S. Julião, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Vouzella, distr. e bisp. de Vizeu; 1:899 hab. e 438 fog. Tem caixa post., esc. do sexo masc. A pov. dista 7 k. da séde do conc., e está situada n'um valle entre montes, junto das nascentes do rio Alfusqueiro. Era do conc. de Oliveira dos Frades, e em outubro de 1871 passou a ser do conc. de Vouzella. E' do padroado real. O rei apresentava o vigario, que tinha de rendimento 70$000 réis, e o pé d'altar. A terra é fertil e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 9, com a séde em Lamego. Em Cambra ha uma fabrica de lanificios. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Prestimo, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || Rio que rega o valle de Cambra, conc. de Oliveira de Azemeis, e no mesmo valle seguinte ao Caima. V. *este nome.*

Cambra de Baixo. Pov. na freg. de S. Julião, de Cambra, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Cambres. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. da Beira Alta, conc., com. e bisp. de Lamego,

distr. de Vizeu; 3:357 hab. e 663 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada proximo da ribeira de Barosa. Era do padroado real. O vigario tinha 40$000 réis de renda; havia dois curas e dois beneficiados, tendo os curas 60$000 réis, com o pé d'altar, e os beneficiados 40$000 réis cada um. O rio Douro passa pela extremidade N da freguezia. A egreja matriz é importante; faz-se annualmente uma romaria ao Senhor dos Afflictos, que costuma ser muito concorrida. A freg. é bonita, muito povoada e toda cultivada. Na margem do Douro tem boas quintas. A terra é muito fertil em cereaes, legumes e hortaliças; as fructas são em grande abundancia, muito variadas e de boa qualidade. Produz e exporta muito bom vinho. N'esta freg. ha uma casa notavel pela sua grandeza e pelo seu local; é a *Casa da Corredoura*, tendo contigua uma grande quinta ajardinada. A povoação é muito pittoresca e os habitantes muito laboriosos. Pertence á 2.ª div. mil., e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 9, com a séde em Lamego.

Cambuemba. Regulo africano que durante annos foi o terror da Zambezia, sendo aprisionado na campanha do Barué, em outubro de 1902.

Cambuengue. Pov. ao N do territorio de Galangue, no distr. de Benguella, prov. de Angola, Africa Occidental, a 110 k. ao S E do Bihé e 212 ao N E de Caconda.

Cambullo. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Cambulo. Logar do conc. de Golungo Alto, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. Mina de ouro aggregado de ferro.

Cambungo Cambria. Pov. da margem direita do rio Longo, nas terras do sertão do Alto Libolo, Africa Occidental. E' governada por um soba tributario de Portugal.

Cambuno. Pov. do distr. e com. de Mossamedes, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, ao S das terras do Nano, entre os rios Quando e Catape, a 60 k. Caconda.

Cambuto. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camcopane. Pov. da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Os inglezes chamam-lhe *Mabota*.

Caméchade. Pequeno rio ou esteiro ao N da ponta Dampierre ou Dapierre na margem esquerda do rio Nuno, na costa e distr. da Guiné, Africa Occidental. As suas margens são orladas de bancos de areia ou lodo que descobrem na baixa-mar.

Camécoulou. Pov. na embocadura do esteiro Canezas, affluente da margem esquerda do rio Nuno, no distr. da Guiné, Africa Occidental.

Camelegl. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camelegi de Baixo e de Cima. Duas povoações do conc. de Ambaca, distr. de Loanda provincia de Angola, Africa Occidental.

Camaleon. Ponta ou cabo da costa SE da ilha de Orango, no archipelago de Bijagoz, conc. de Bolama, distr. da Guiné, Africa Occidental. || Baixo situado a E do cabo Camaleon, e distante d'elle pouco mais de 2. k., Africa Occidental.

Camelias *(Quinta das)*. Na freg. de S. João Baptista, do Lumiar, 3.ª bairro de Lisboa.

Camella. Na freg. de N. S.ª da Salvação e conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

Camellas *(Quinta das)*. Na freg. de S Miguel de Felgar, conc. da Torre de Moncorvo, distr. de Bragança.

Camello. A familia d'este appellido tem por ascendente D. Martim Lourenço da Cunha, de quem foi filho D. Gonçalo Martins, o primeiro que fez uso do appellido de Camello. Tem por armas, em campo de prata tres viciras de azul, tocadas de ouro em roquete; timbre, uma cabeça e pescoço de camello da sua côr, com duas argolas azues nas ventas; outros trazem meio camello por timbre. A esta familia pertencia Lopo Rodrigues Camello, escrivão da camara d'el-rei D. Sebastião, a quem o monarcha concedeu em 1576 o seguinte brazão especial: Em campo verde uma ribeira de prata em faxa, entre uma estrella e uma flôr de liz de ouro em contrabanda; á parte direita um braço vestido de brocado, com a palavra *Rei*, o qual está tirando da ribeira outro braço vestido de azul; timbre o braço de brocado com uma estrella das armas, que lhe sae de entre os dedos. Na *Nobiliarchia portugueza*, de Villas Boas, vem descripto o que deu origem a este brazão, a pag. 252. da edição de 1676. «Vindo el-Rey de Sam Marcos para Tentugal, quando foi a Coimbra, achou cahida a ponte por onde avia de passar, & intentando atravessar a valla, Lopo Rodrigues o advertiu de que o passo era fundo, & perigoso. Ao que ElRey lhe disse: ora passai primeiro. Assi o fez elle, lançandose á valla com o cavallo, & se cravou em ella de maneira, que lhe nam ficou de fora mais que o pescoço, & hum braço. O que vendo elRey, gritou que lhe desse a mam, & lhe pegou della com tanta força, que o tirou salvo a terra»

Camello *(D. Alvaro Gonçalves)*. Prior do Hospital, cargo em que foi investido por D. João, o Mestre de Aviz, por ter D. Pedro Alvares Pereira, irmão de D. Nuno Alvares Pereira, tomado o partido de Castella. Em 1384, quando o Mestre d'Aviz cercou a villa de Torres Vedras, uma partida de castelhanos surprehendeu o mestre da ordem de Christo, Lopo Dias de Sousa, e o prior do Hospital, e levou-os prisioneiros. Succedeu no priorado a Gonçalves Camello D. Lourenço Esteves de Goes. Alvaro Gonçalves Camello achou-se nas guerras de D. João I com o condestavel de Portugal D. Nuno Alvares Pereira de quem era proximo parente. Além de prior do Crato na ordem do Hospital, foi alcaide-mór de Santarem, meirinho-mór da Beira e Traz-os-Montes, e senhor de Atalaya, Bayão, Lagea, Ouguella, S. Christovão de Nogueira, Penella e outras terras. Era filho de Gonçalo Nunes Camello e de sua primeira mulher D. Aldonça Rodrigues Pereira; neto paterno de Nuno Gonçalves Camello e de sua mulher D. Ignez Martim Pimentel, e materno de Dom Ruy Gonçalves Pereira (irmão do 34.º arcebispo de Braga D. Gonçalo Pereira) e de sua 2.ª mulher D. Elvira Garcia; sendo, aquelle, filho do Conde D. Gonçalo Pereira, o «Liberal», do qual procede a Casa de Bragança e outras casas illustres de Portugal. D'elle se occupa o Padre Carvalho na sua *Chorographia Portugueza*, na parte em que descreve o concelho de Baião. Deixou um filho, Alvaro Gonçalves Camello, a quem se refere o artigo seguinte.

Camello *(Alvaro Gonçalves)*. Fidalgo da Casa Real, védor da Fazenda do Porto, que lhe deu el-rei D. João I, e senhor de Baião, Lagea, Ou-

guella, S. Christovão de Nogueira e Penella. Era filho bastardo de D. Alvaro Gonçalves Camello, senhor das mencionadas terras. Casou com D. Ignez de Sousa Chichorro, a qual era filha de Martim Affonso de Sousa Chichorro, fidalgo da Casa Real e senhor da Mortagua, casado com D. Maria de Briteiros, sua parenta; neta, pelo lado paterno, de outro Martim Affonso de Sousa Chichorro, fidalgo da Casa Real, e de D. Aldonça Annes de Briteiros; e bisneta, pelo mesmo lado paterno, de Martim Affonso Chichorro e de sua mulher D. Ignez Lourenço de Sousa, tronco dos Sousas Chichorros; sendo, aquelle, filho bastardo de el-rei de Portugal D. Affonso III, que o legitimou no testamento com que falleceu, transcripto na *Historia de Portugal* por A. Ennes, a pag. 289 do 1.º vol., e a dita sua mulher, D. Ignez Lourenço de Sousa, filha de D. Lourenço Soares de Valladares e de sua 2.ª mulher D. Maria Mendes de Sousa, da illustre familia dos Sousas. O referido Alvaro Gonçalves Camello deixou da referida sua mulher os seguintes filhos: Alvaro Camello Pereira, casado com D. Izabel Camello de Castello Branco, com geração. 2.º Fernão de Sousa Camello, casado, a 1.ª vez com uma filha de Martim A. Rebello, a 2.ª com D. Joanna de Sousa e Alvim, com geração, e a 3.ª com D. Brites de Sousa, tambem com geração; 3.º Luiz Alvares de Sousa Camello, que foi senhor de Baião e mais terras de seu pae, e, como elle, védor da Fazenda do Porto, casado com D. Filippa Coutinho, com geração.

Camello *(Amaro Moreira)*. Cavalleiro professo na ordem de Christo, muito versado na lição da Historia, e principalmente em genealogia. Pelo espaço de vinte annos, que assistiu em Portugal, Castella e India, apezar de andar envolvido em diversos negocios seus, não deixou nunca de cultivar o estudo genealogico, tomando por empresa do seu trabalho litterario a familia Mascarenhas. Falleceu na segunda metade do seculo XVII. Escreveu: *Memorias illustres da Familia Mascarenhas secunda Progenitura de assinalados Varoens, e generosos Heroes, dividida em quatro livros, o primeiro dedicado a D. Francisco Mascarenhas do Conselho de Estado de Sua Magestade*, escripto em 1650; *o segundo Livro dedicado a D. João Mascarenhas terceiro conde de Santa Cruz*, em 1651; *o terceiro Livro dedicado a D. João Mascarenhas, segundo conde de Palma*, em 1654; *o quarto Livro dedicado a D. Jorge Mascarenhas segundo conde de Serem*, em 1655. Ficaram em manuscripto todos estes livros.

Camello *(Antonio Moreira)*. Formado em Canones pela Universidade de Coimbra, licenciado em Theologia, commissario do Santo Officio, e abbade da egreja de S. Salvador de Penedono. Era natural da Torre de Moncorvo, fal. em 1675. Foi muito instruido na erudição sagrada e profana, e muito applicado ao estudo da Geneologia. Escreveu: *Parocho perfeito, deduzido do texto santo e sagrados Doutores, para pratica de reger e curar almas*, Lisboa 1675. Compoz tambem uma importante obra intitulada: *Armas e Familias de toda a Hespanha com os escudos illuminados pela sua mão*, e o *Tratado da Familia dos Mascarenhas*. Estes manuscriptos conservavam-se na casa dos condes de Sabugal.

Camello *(Fr. Antonio de S. Bento)*. Religioso da ordem de S. Bento, doutor em Theologia pela Universidade, onde foi tambem lente das cadeiras de Vespera da Escriptura e de Gabriel. N. em Braga no mez de outubro de 1673, fal. no mosteiro do Couto, a 30 d'outubro de 1738. Era filho do dr. Francisco de Magalhães e de Archangela Velha. Professou no convento de Tibães, a 4 de abril de 1689. Foi abbade do convento de Santo Thyrso em 1710, reitor de Coimbra em 1722, e um dos abbades mitrados que assistiram á trasladação da princeza Santa Joanna a 20 de outubro de 1711. O papa Clemente XII, attendendo aos seus elevados merecimentos, o propoz em 1737 para geral da sua ordem, mas pouco tempo depois falleceu. Deixou em manuscripto um tratado philosophico, com o titulo: *De natura et attributis, ad mentem D. Anselmi*. Foi o primeiro em toda a sua congregação, que seguiu a doutrina de Santo Anselmo, mestre da Escola Benedictina.

Camello *(Fr. Francisco)*. Religioso da ordem de S. Jeronymo. Foi mestre da capella do real convento de S. Lourenço do Escurial, e em 1630 obteve, por successão do Padre Thalesio, a regencia da cadeira de musica na Universidade de Coimbra, em concurso publico de que saiu vencedor. Exercendo este logar interinamente, como era costume em todas as cadeiras universitarias, quatro annos depois requereu para ser nomeado definitivamente, o que obteve por provisão passada a 4 de fevereiro de 1633. Parece que fr. Francisco Camello regeu esta cadeira até 1636.

Camello *(D. Gonçalo Martins)*. Foi o primeiro que usou do apppellido *Camello*, que depois continuou nos descendentes. Era filho de D. Martim Lourenço da Cunha e de sua mulher D. Sancha Garcia de Baião; neto paterno de D. Lourenço Fernandes da Cunha, rico-homem, da illustre familia dos *Cunhas*, senhores de Pombeiro, e de sua mulher D. Maria Lourenço de Maceira, e materno de D. Garcia Fernandes de Penha e de sua mulher D. Thereza Pires de Baião. Casou com D. Thereza Annes Portocarreiro, da qual teve, além d'outros filhos, Nuno Gonçalves Camello e D. Alvaro Gonçalves Camello (*V. este nome*).

Camello *(João)*. Alguns chronistas citam este escriptor como confessor e capellão d'el-rei D. Affonso Henriques, e que este monarcha o encarregou, a 13 de junho de 1145, de escrever as genealogias das principaes familias do nosso reino, tratando-o como o primeiro chronista de Portugal. A sua obra intitulava-se: *Summario das Familias, e primeiros Conquistadores d'este Reyno*. Diz-se, que se encontraram algumas folhas no archivo da Torre do Tombo, e que as trasladou Gaspar Alves de Louzada, escrivão do referido archivo.

Camello *(João Lopes)*. Jurisconsulto. N. em Loures a 15 de janeiro de 1689, ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Vicente Nunes e de Maria Lopes. Foi educado em casa de seu tio Sebastião Dias Camello, prior da egreja de S. Martinho de Santarem. Estudou no collegio dos padres jesuitas da mesma cidade, então ainda villa, passando depois á Universidade de Coimbra, onde estudou jurisprudencia, formando-se a 10 de junho de 1713. Foi vigario geral em Santarem durante 8 annos, e advogado em Lisboa. Deixou em manuscripto: *Tractatus juridicus de jure Terti i per Quæstiones divisus.*

Camello *(Leão)*. Foi um dos valorosos militares que ficaram captivos na batalha de Alcacer-Kibir, em 4 d'agosto de 1578. Levantaram-se contra elle, estando já desarmado, as phalanges inimigas, e teria succumbido, se um chefe não viesse salval-o da morte, aprisionando-o. Esteve muitos annos captivo em Marrocos, até que foi resgatado por Antonio de Saldanha. Regressou então a Portugal, onde falleceu. Era um mathematico distincto e muito versado na lingua arabe. Durante o captiveiro escreveu, por ordem do cheriffe Mahomet, n'esta lingua: *Commentarios sobre a conquista do Reyno de Goja, que he no Certão dos Azenegues.*

Camello *(Casal do)*. Na freg. de Santa Luzia, de Pego, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Camello Borges (*Antonio Sieuve de Seguier*). Nasceu na cidade de Angra do Heroismo (ilha Terceira) na casa solar dos *Sieuves*, da qual foi senhor e possuidor, bem como de varios vinculos, em que succedeu a seus paes João Sieuve de Seguier Camello Borges e D. Genoveva Jacinta Leite Botelho de Teive, de que adiante nos occupamos. Exerceu os cargos de presidente da Camara Municipal e administrador do concelho de Angra do Heroismo, onde casou a 1 de fevereiro do anno de 1845 com D. Maria Emilia Zagallo Nogueira, filha do juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça dr. Manuel Joaquim Nogueira, condecorado com as medalhas da guerra peninsular, e de sua mulher D. Anna Justina Emilia Zagallo Freire do Amaral. Do seu matrimonio houve os seguintes filhos: 1.º D. Maria Maloryc Sieuve de Seguier Camello Borges, que nasceu em 1846 e falleceu em tenra edade; 2.º D. Maria Emilia Sieuve de Seguier Camello Borges, que nasceu em 1847 e falleceu tambem em tenra edade; 3.º D. Leonor de Boim Sieuve de Seguier Borges, que nasceu em 4 de maio de 1848 em Angra do Heroismo, onde casou com Alfredo Ferreira de Campos, filho de Frederico Ferreira de Campos e de sua mulher madame Marie Louise Eugénie de Thibout, da illustre familia *Thibout* de França; e d'este seu matrimonio houve a referida D. Leonor de Boim duas filhas, a saber: D. Maria do Carmo Sieuve de Seguier e Campos, que nasceu em julho de 1872 e casou com Augusto Fournier Monteiro, com geração; e D. Lydia Sieuve de Seguier Borges do Amaral e Campos, casada com o dr. Eduardo de Campos (Carcavellos); 4.º Antonio Sieuve de Seguier Camello Borges, que falleceu em tenra edade; 5.º D. Iria Cotta da Malha Sieuve de Seguier Borges, casada com José Maria Leite Pacheco; com geração; 6.º Antonio Sieuve de Seguier Camello Borges (2.º do nome), senhor de varios vinculos em que succedeu a seus maiores; sem geração. Tem esta familia dos — *Sieuves* as mais estreitas allianças com a nobreza da referida ilha e orgulha-se de a ella pertencer o Beato João Baptista Machado, decapitado a 27 de maio de 1617 fóra dos muros da cidade de Omura, no Japão, martyr pela fé catholica, e que a Egreja canonisou em 1867; pois era irmão de D. Maria Cotta da Malha (3.ª do nome), casada com Manuel do Rego da Silveira, fidalgo da Casa Real, e d'estes era 6.º neto legitimo o primeiro mencionado Antonio Sieuve.

Camello Borges (*João Sieuve de Seguier*). Moço fidalgo da Casa Real e cavalleiro da ordem militar de Nosso Senhor Jesus Christo, sendo-lhe esta mercê conferida por el-rei D. João VI em attenção aos relevantes serviços que prestou na ilha Terceira combatendo, unido ao governador e capitão general dos Açôres, Stockler, contra a revolução de 1820. Foi capitão das ordenanças de Angra do Heroismo, para cujo cargo foi nomeado por carta patente do dito governador de 28 de fevereiro de 1811 e do qual tomou posse a 14 de dezembro do mesmo anno na sala das sessões da Camara Municipal ante a respectiva vereação. Foi tambem capitão-mór das ordenanças da villa da Praia da Victoria; e, como 1.º vereador da referida camara, foi quem no dia 18 de maio de 1828 promoveu em Angra a solemne acclamação do infante D. Miguel como rei de Portugal, officiando para esse fim ao dito governador e capitão-general dos Açôres. Pela sua adhesão á causa miguelista foi preso pelo partido adverso, processado e desterrado para Inglaterra, d'onde mais tarde pôde regressar á sua patria. Foi senhor e possuidor da casa solar dos *Sieuves*, na mencionada ilha, onde nasceu, e dos vinculos de seus maiores, bem como o 8.º administrador da capella instituida em 1592 por D. Iria Cotta da Malha, irmã de sua 7.ª avó D. Maria Cotta da Malha (1.ª do nome), casada com Manuel de Barcellos Machado, sendo, aquella descendente de Gonçalo Annes de Sousa, fidalgo da Casa Real e um dos primeiros povoadores da referida ilha, e o dito seu marido descendente de Martim Martins Machado, o 1.º que usou d'este nobre appellido, e de Martim Mendes de Vasconcellos, um dos quatro fidalgos que el-rei D. João I mandou do continente á ilha da Madeira para casarem com as filhas de João Gonçalves da Camara Zargo, descobridor da dita ilha no anno de 1419 e 1.º capitão donatario do Funchal. Era filho, o dito João Sieuve, de Antonio Manuel Sieuve Borges, senhor da dita casa solar, vinculos e capella, e de sua mulher D. Maria Joaquina Camello Borges; e, pelo lado paterno, era neto de Antonio Sieuve Borges, que nasceu em Angra em 1695, e de sua mulher D. Maria Josepha do Desterro Corte Real: 2.º neto de Antoine Sieuve, tronco da familia *Sieuve*, na ilha Terceira, onde exerceu o cargo de consul da França, d'onde era natural, e onde casou com D. Maria Josepha de Menezes Côrte Real, a qual era descendente da nobre familia dos *Borges*, da mesma ilha, e dos illustres *Maloryes*, de *Chester* e *York*: 3.º neto de outro Antoine Sieuve e de sua mulher madame Madeleine de Seguier, ambos naturaes da cidade de Marselha. Casou — o mesmo João Sieuve — duas vezes: a primeira, com D. Genoveva Jacinta Leite Botelho de Teive, filha de José Leite de Teive e São Payo e de sua mulher D. Genoveva Jacinta de Lacerda Borges; e a segunda vez, com D. Gertrudes de Menezes de Lemos e Carvalho, filha de José de Menezes de Lemos e Carvalho e de sua mulher D. Benedicta Quiteria da Rocha de Sá Coutinho. Do 1.º matrimonio houve os seguintes filhos: 1.º D. Maria José Sieuve de Seguier Camello Borges, a qual casou com João Borges do Canto e Silveira, fidalgo da Casa Real, com geração; 2.º Antonio Sieuve de Seguier Camello Borges, casado com D. Maria Emilia Zagallo Nogueira, com geração (V. *aquelle nome*); 3.º D. Maria Augusta Sieuve de Seguier Camello Bor-

ges, casada com o dr. Rodrigo Zagallo Nogueira, com geração; 4.º João Sieuve de Seguier Camello Borges, 1.º verificador da alfandega de Ponta Delgada, casado com D. Margarida Leite Botelho de Teive, com geração; 5.º D. Genoveva Sieuve de Seguier Camello Borges, que falleceu em tenra edade. Do 2.º matrimonio houve os seguintes filhos: 1.º José Maria Sieuve de Menezes Camello Borges (V. *este nome*); 2.º Francisco Sieuve de Menezes Camello Borges, que foi thesoureiro da alfandega de Angra do Heroismo e casado com D. Francisca de Lemos, com geração.

Camello Borges *(José Maria Sieuve de Menezes)*. 1.º conde e 1.º visconde de Sieuve de Menezes. Formou-se em direito na Universidade de Coimbra, e foi deputado ás côrtes em varias legislaturas, par do reino e governador civil de Angra do Heroismo, onde nasceu a 20 de novembro de 1826. Era filho de João Sieuve de Seguier Camello Borges e de sua segunda mulher D. Gertrudes de Menezes de Lemos e Carvalho. Casou com D. Anna Martins Pamplona de Menezes, 1.ª condessa de Sieuve de Menezes e actual senhora do palacio de S. Pedro, na dita cidade, no qual succedeu a seus paes Raymundo Martins Pamplona e D. Maria Benedicta de Menezes de Lemos e Carvalho. Do seu matrimonio houve os seguintes filhos: 1.º Raymundo Sieuve de Menezes Camello Borges, casado, com geração (V. *este nome*): 2.º D. Maria Sieuve de Menezes, condessa do Rego Botelho pelo seu casamento com Antonio do Rego Holtreman, 1.º conde do referido titulo, antigo par do reino electivo, filho de João Manuel do Rego Botelho de Faria e de sua mulher D. Narciza Ribeiro da Costa Holtreman. Teem os condes de Rego Botelho dois filhos, a saber: D. Margarida do Rego Botelho de Faria, viscondessa de Agualva pelo seu casamento com o 1.º visconde do mesmo titulo, Jacinto Carlos da Silva, actual presidente da camara municipal de Angra do Heroismo, com geração; e João Baldaya Sieuve do Rego Botelho de Faria.

Camello Borges *(Raymundo Sieuve de Menezes)*. 2.º conde de Sieuve de Menezes. Exerceu o cargo de governador civil do districto de Angra do Heroismo em 1903 e 1904. Nasceu em Angra, no palacio de S. Pedro, e é filho dos 1.ºs condes do referido titulo. Casou na dita cidade com D. Genoveva de Bettencourt de Vasconcellos e Lemos, actual 2.ª condessa de Sieuve de Menezes, a qual é filha de Vital de Bettencourt de Vasconcellos e Lemos, senhor da casa e vinculo da Madre de Deus, na ilha Terceira, e de sua mulher D. Maria Serafina do Carvalhal; neta paterna de Simão do Carvalhal da Silveira, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher D. Maria da Madre de Deus de Bettencourt de Vasconcellos e Lemos, senhora da dita casa e vinculo; e materna de João do Carvalhal da Silveira, fidalgo da Casa Real e administrador do vinculo dos Carvalhaes na referida ilha, e de sua mulher D. Genoveva Jacinta Leite. Do seu matrimonio tem os seguintes filhos: D. Maria Benedicta Sieuve de Menezes e Lemos de Carvalho de Sá Coutinho Bettencourt, casada com Manuel Victorino de Bettencourt, do conselho de Sua Magestade Fidelissima e medico-cirurgião pela escola de Lisboa, com geração; e D. José Maria Sieuve de Menezes, o qual foi agraciado em 1904 com o foro de moço fidalgo da Casa Real e com o titulo de Dom, que possuiram muitos dos seus antepassados.

Camello Cimeiro e Camello Fundeiro. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Nazareth, de Coentral, conc. de Pedrogão Grande, districto de Leiria.

Camello Lampreia *(João de Oliveira de Sá)*. Ministro plenipotenciario de Portugal no Rio de Janeiro. Começou a sua carreira diplomatica em 1883. Sendo nomeado addido á embaixada da Suecia, não chegou a partir para aquelle paiz, por ficar em tirocinio no ministerio dos estrangeiros até ser nomeado 2.º official, indo depois para Roma como 2.º secretario da embaixada junto ao Vaticano, d'onde passou para Madrid, voltando a Roma na qualidade de secretario junto ao governo do rei Humberto. Nos principios do anno de 1896 foi nomeado 1.º secretario da embaixada do Brazil, sendo embaixador o fallecido estadista Thomaz Ribeiro; e ficou encarregado dos negocios de Portugal, quando este ministro regressou a Portugal; mais tarde, pela retirada para a Europa do então ministro Antonio Ennes, tambem ficou encarregado d'aquelle cargo.

João de Oliveira de Sá Camello Lampreia

No tempo que se demorou no Rio de Janeiro, recebeu sempre do presidente Campos Salles e de toda a colonia portugueza as maiores demonstrações de sympathia e consideração. Por decreto de 8 de setembro de 1900 foi nomeado enviado extraordinario e ministro plenipotenciario na Republica dos Estados Unidos do Brazil, e partiu para o Rio de Janeiro em 1 de outubro, onde chegou a 17 do referido mez, tomando em seguida posse do seu novo logar e a gerencia da respectiva legação. A 3 de dezembro de 1901 veiu a Lisboa em goso de licença, voltando ao Rio de Janeiro a 16 de junho de 1902, a reassumir as suas funcções. A 5 de dezembro d'este anno, voltou a Lisboa. O sr. Camello Lampreia tem a carta de conselho, o grau de cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição, a grã-cruz da de Izabel a Catholica, e outras distincções honorificas, concedidas pelo papa Leão XIII e pelo rei Humberto, de Italia.

Camello e Mello *(Gaspar)*. Foi capitão de ordenanças na ilha Terceira, onde nasceu em 1671. Era filho de José de Sousa Pacheco e Mello e de sua mulher D. Catharina de Sousa de Miranda; neto paterno de Gaspar Camello Pereira, que foi sargento-mór e ouvidor da referida villa, e de sua mulher D. Leonor Pacheco de Mello, senhora e administradora de varios vinculos na dita ilha; 2.º neto de André de Sousa Pereira e de sua 2.ª mulher D. Maria Monteiro Dias de Linhares; e 3.º neto de Gaspar Camello do Rego e de sua mulher D. Catharina Cardoso Evangelho de Barcellos (V. *aquelle nome*). Casou a

11 de setembro de 1710 em Angra do Heroismo com D. Joanna Josepha Sotto Mayor, filha unica e herdeira de Nicolau Mendes de Vasconcellos, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher D. Izabel Josepha Sotto Mayor, sendo esta já viuva do dr. Diogo Holete. Do seu matrimonio houve um filho, Matheus José Pereira Camello e Mello, que foi capitão de ordenanças de Angra do Heroismo, onde nasceu em 1722 e onde casou em 1743 com D. Francisca do Rosario Côrte Real, da qual deixou uma filha unica e herdeira; D. Maria Joaquina Camello Borges, que casou com Antonio Manuel Sieuve Borges, do qual deixou geração. V. *Camello Borges (João Sieuve de Seguier)*.

Camello Pereira *(Fernão)*. Foi um dos mais distinctos fidalgos, que do continente do reino foi para a ilha de S. Miguel. Era filho de Alvaro Camello Pereira e de sua mulher D. Izabel Camello de Castello Branco. Casou com D. Brites Cordeiro, filha de Pedro Cordeiro, o primeiro que usou d'este nobre appellido, e que foi de Paris para a referida ilha, onde fixou a sua residencia, em Villa Franca do Campo, e onde casou; neta paterna de Gonçalo d'Ornelias Paim, tambem denominado Gonçalo de Teive, que foi capitão d'el-rei de França, e do qual se occupa o padre Cordeiro a pag. 127 do 2.ª volume da sua *Historia Insulana*. Do seu matrimonio houve os seguintes filhos: Diogo Camello Pereira, casado, com geração, e Gaspar Camello Pereira, que casou com D. Brites Jorge Borges, na mencionada ilha, tambem com geração.

Camello do Rego *(Gaspar)*. Fidalgo da Casa Real, natural da ilha de S. Miguel. Era filho do licenciado Gonçalo do Rego Baldaya, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher D. Brites (ou D. Beatriz) Camello Pereira; neto paterno de Gonçalo do Rego e de sua primeira mulher D. Maria Baldaya, da illustre familia dos Baldayas do Porto, e materno de Gaspar Camello Pereira e de sua mulher D. Brites Jorge Borges. Casou na ilha Terceira, na villa da Praia da Victoria, com D. Catharina Cardoso Evangelho de Barcellos, filha de Alvaro Cardoso e de sua mulher D. Apolonia Evangelho de Barcellos. Do seu matrimonio houve os seguintes filhos: André de Sousa Pereira, o qual falleceu em 1621, tendo casado com D. Maria Monteiro Dias de Linhares da qual deixou geração; D. Izabel de Sousa Pereira, que fez instrumento de nobreza no anno de 1601, e foi casada com Manuel da França Machado, tambem com geração.

Camellos. Logar na freg. de S. João Baptista, de Folhada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Camelo. V. *Camello*.

Camembra. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camembe. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camenasse. Reino de gentios do 6.º distr. da prov. ou região dos Bellos, em Timor, Oceania.

Camesse. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camição. Logar na freg. de S. Pedro, de Beberriqueira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Camicombi. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camiconga. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camicoxe. Rio do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. Nasce no territorio de Dembos, e lança-se na margem direita do rio Lefua, confluente do Dande, 3 k. abaixo da pov. denominada Bengue. Corre de N E para S O.

Camidiota. Pov. do conc. de Ambaca, distr de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camijú. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camilla *(Casal da)*. Na freg. de S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, districto de Lisboa.

Camillo *(Casal do)*. Na freg. de S. Vicente, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Camimia. Duas povoações do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camingua. Monte na margem esquerda do Cuanza, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental, a E de Cambambe. ‖ Pov. da margem direita do Cuanza, no territorio de Songo Pequeno, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental, a 195 k. ao S E de Pungo-Andongo e a 75 k. ao N das terras do sertão de Andulo.

Caminguella. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, provincia de Angola, Africa Occidental.

Caminha. Familia que procede d'uns fidalgos da Galliza, que tiveram o seu solar em Caminha, de que fôram senhores, e de que tomaram o appellido. Tem por armas, em campo vermelho tres trancas de prata, em banda, guarnecidas de ouro com suas aldrabas do mesmo metal: timbre um braço vestido de azul com uma aldraba do escudo na mão. Este brazão o concedeu el-rei de Castella D. Sancho II a um cavalleiro d'este appellido, em memoria d'um feito heroico por elle praticado no cerco da villa de Penafiel, do reino da Galliza, entrando com o maior valor no castello, occupado pelos moiros, e quebrando as trancas e as aldrabas d'uma porta, que abriu aos christãos, franqueando-lhes a entrada, ficando, assim victoriosos. Os que descendem de João Caminha teem mais uma setta de ouro em chefe. No tempo d'el-rei D. Fernando passaram a Portugal, para o servirem na guerra contra el-rei D. Henrique, o bastardo Fernão Caminha e seus filhos, pelo que receberam muitas mercês, a terra de Santo Estevão e outros bens em Valença do Minho.

Caminha *(D. Alvaro de Sotto Maior, conde de)*. Era filho de Pedro Alvares de Sotto Maior, fidalgo gallego, visconde de Tuy, que passou ao serviço de Portugal, e a quem D. Affonso V fez conde de Caminha. Nasceu em Faro, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Fez parte, como capitão-mór, da armada que em 1470 ou 1471 João de Santarem e Pedro de Escobar descobriram a ilha de S. Thomé. Em 1486 um seu inimigo, chamado João Dagualda, escudeiro, denunciou-o como conspirador contra a vida de D. João II. Essas accusações eram sempre terriveis, mas o conde de Caminha pôde provar a sua innocencia, e João Dagualda foi castigado como calumniador, soffrendo o supplicio de ser esquartejado em Salvaterra. Mais tarde, em 1493, foi dada ao conde de Caminha a capitania da ilha de S. Thomé, de que estava de

posse desde 1490 João Pereira, sendo-lhe entregues pelo referido monarcha D. João II os filhos menores de ambos os sexos, que se tiraram aos judeus hespanhoes que se haviam refugiado em Portugal.

Caminha *(Antonio José)*. Official da armada, cavalleiro das ordens militares, da Torre Espada, N. S.ª da Conceição, e de S. Bento de Aviz. Nasceu em Lisboa a 24 de janeiro de 1834 e falleceu a 19 de janeiro de 1871. Era filho de Porfirio Antonio Caminha, tambem official da armada, e de D. Marianna José Botto Caminha. Assentou praça de aspirante a guarda marinha de 3.ª classe em 27 de abril de 1847, passou á 2.ª classe em 18 de outubro de 1850, e á 1.ª classe em 3 de junho de 1852. No dia 9 de julho de 1853 completou o curso de marinha como voluntario. Foi promovido a 2.º tenente em 1856 e a 1.º tenente em 1867. Exerceu as funcções de sub-inspector da Cordoaria Nacional de agosto de 1858 a março de 1859. Permaneceu em Macau de 1860 a 1870, como commandante das lorchas e navios de guerra ali estacionados. Era official valente e destemido, como se vê das seguintes distincções: Por portaria de 28 de setembro de 1855, sendo ainda guarda marinha, foi louvado porque de seis embarcações aprisionou dez, queimando as povoações onde os piratas se juntavam em Macau, Timor e Solor, o que fez com outro official da mesma graduação e um 2.º tenente. Mais tarde, por este mesmo feito, e por decreto de 30 de março de 1859 foi nomeado cavalleiro da ordem da Torre e Espada. Em 8 de agosto de 1866 foi agraciado com o grau de cavalleiro da ordem militar de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, pelos bons serviços prestados em Macau, na qualidade de commandante das lorchas de guerra, em varios encontros com os piratas. Em 16 de julho de 1867 foi-lhe concedido o grau de cavalleiro da ordem militar de S. Bento de Aviz. Em 18 annos de serviço como official de marinha, não se podia fazer carreira mais brilhante, a qual não pôde ser continuada pelo prematuro fallecimento aos 37 annos de edade.

Caminha *(Antonio Lourenço)*. Cavalleiro da ordem de S. Thiago; foi durante muitos annos professor de Rhetorica e Poetica, primeiro em Ourique, e depois em Lisboa, sendo finalmente nomeado por D. João VI official da Bibliotheca publica da capital, com o ordenado de 300$000 réis, como remuneração, segundo se diz, do donativo que fizera áquelle estabelecimento d'uma porção de livros velhos, e alguns manuscriptos, que elle qualificava de rarissimos. Falleceu em junho de 1831, em edade muito avançada. Das obras que escreveu, ou que publicou em seu nome, conta-se o opusculo ácerca da antiguidade da imagem do Senhor dos Passos da Graça, que lhe valeu ser preso, e estar uns poucos de mezes no Limoeiro. Os folhetos fôram supprimidos. Na opinião de Innocencio da Silva, como se lê no vol. I do *Diccionario bibliographico*, a pag. 189, não houve motivo para tanto rigor, porque aquelle escripto seria na realidade inepto, e mesmo considerado por muita gente como um aggregado de parvoices, mas não parece que pudesse ser considerado como crime. Os outros livros que apresentou seus e como editor, são: *Obras poeticas, dedicadas ao Ill.mo e Ex.mo sr. Antonio José de Vasconcellos e Sousa, conde da Calheta*, etc., *tomo* I, Lisboa, 1784; *tomo* II, *dedicado ao Ill.mo e Rev.mo sr. José Pedro Hasse de Belem*, etc., Lisboa, 1788; *Lelio, ou dialogo sobre a amizade, dedicado a Tito Ponyronio Attico, traduzido em portuguez* (com o texto em frente), Lisboa, 1785; *Ode consagrada á morte do Serenissimo Senhor D. José Principe do Brazil*, Lisboa, 1788, por A. L. C.; *Ecloga pastoril á morte do Senhor D. José, Principe do Brazil*, Lisboa, 1788; saiu com as mesmas iniciaes; *Verdadeira origem e antiguidade da Veneravel Imagem do Senhor dos Passos da Graça*, Lisboa, 1799; *Elogio que o amor, a fidelidade, e a gratidão consagram ao muito alto e poderoso Senhor D. João, Principe Regente*, Lisboa, 1799; houve depois duas edições differentes, ambas em 1807. Publicou ainda em diversos tempos, outros opusculos em prosa e em verso. Caminha editou tambem muitos volumes, de chamados *ineditos*, com que adquiriu por vezes consideraveis lucros, porque fazia os edições por subscripção, sendo muito elevado o preço da assignatura. De envolta com as obras dos autores dos *inéditos*, iam tambem algumas d'elle proprio, por que não tinha escrupulo em commetter estas fraudes litterarias.

Caminha *(Bartholomeu de)*. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, professor de Jurisprudencia Cesarea, e advogado em Lisboa. Viveu no seculo XVII. Escreveu juntamente com o dr. Manuel Alvares Pegas: *Allegação de Direito em favor de D. Agostinho de Lencastre sobre a successão da casa de Aveiro*, Lisboa 1666. Escreveu tambem: *Allegação por D. Antonio Soares de Mello sobre a restituição do senhorio e jurisdicção da villa de Punhete, e tudo o mais a ella pertencente*, sem logar nem anno de impressão.

Caminha *(Gregorio Martins)*. Jurisconsulto no reinado de D. João III, e advogado da Casa da Supplicação. Foi natural de Lisboa. Publicou: *Tratado da fórma dos libellos. E da fórma das allegações judiciaes. E fórma de proceder no juizo secular e ecclesiastico. E da fórma dos contractos com sua glosa e cotas de direito*, Coimbra, 1549. Houve mais edições; Coimbra, 1558; Braga, 1567; Lisboa, 1578; Coimbra, 1592; addicionado por João Martins da Costa, Lisboa, 1608; idem, 1621; idem, 1680; Coimbra, 1701; idem, em 1764; com notas de João Martins, Coimbra, 1824. Este tratado só foi reformado e ampliado muito mais tarde pelo jurisconsulto José Homem Correia Telles.

Caminha *(D. Miguel Luiz de Menezes, 1.º duque de)*. Era filho do 5.º marquez e 1.º duque de Villa Real. Succedeu a seu pae, ficando 6.º marquez de Villa Real, 5.º conde de Alcoutim e Valença, e 8.º capitão general da praça de Ceuta, que governou por muitos annos. Foi feito duque de Caminha por el-rei D. Filippe em 1620, e quando falleceu, em 10 de agosto de 1637, deixou herdeiro d'esse titulo seu sobrinho, de egual nome, que foi o 2.º e ultimo duque de Caminha.

Caminha *(D. Miguel Luiz de Menezes, 2.º duque de)*. Era filho do 7.º marquez de Villa Real, e sobrinho do 1.º duque, a quem succedeu no titulo por mercê de D. Filippe, confirmada por D. João IV a 14 de maio de 1641. Por este tempo tramava-se uma conspiração contra o novo soberano e a favor de Castella. O principal conspirador era o arcebispo de Braga, D. Sebastião de Mattos Noronha, que convidou o marquez de Villa Real, o conde de Armamar, D. Agostinho Manuel de Vasconcellos, o inquisidor geral

D. Francisco e outros fidalgos. O marquez de Villa Real falou a seu filho a este respeito, e encontrou a mais decidida opposição. O duque de Caminha tentou dissuadil-o de semelhante proposito, lembrando-lhe o longo captiveiro que os portuguezes haviam soffrido, os juramentos prestados ao novo monarcha, e quanto mais nobre o valoroso seria perder a vida em defeza da patria do que concorrerem para a sujeitar outra vez ao oppressor dominio estrangeiro. Não houve meio de convencer os revoltosos, e a conspiração proseguiu, até que foi descoberta, por denuncia de Luiz Pereira de Barros, contador da fazenda, a quem tambem haviam falado, e que tudo declarou a D. João IV. Esta denuncia ficou depois confirmada por mais testemunhas que se chamaram e interrogaram, e então logo se passaram ordens severas para a prisão dos criminosos. Antonio Saldanha e Pedro de Mendonça tiveram o encargo de prender o duque de Caminha, que era um dos indigitados, por ser filho do marquez de Villa Real. O duque foi preso no dia 28 de julho, quando se dirigia ao paço, e conduzido para a torre de S. Vicente de Belem. O arcebispo de Braga ficou encerrado na Torre de S. Julião da Barra. Da prisão escreveu o duque de Caminha uma carta e el-rei confessando a sinceridade do delicto, que era o não ter denunciado seu pae, porque elle não adherira á conjuração e servira sempre o seu rei com a maior fidelidade. Não houve razões que convencessem o monarcha, nem as lagrimas e rogativas da duqueza de Caminha, D. Julianna de Faro, protestando a innocencia de seu marido, rojando-se aos pés do monarcha juntamente com sua mãe, a condessa de Faro, conseguiram alcançar o perdão. O arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, ainda tentou um ultimo esforço para salvar o duque, dirigindo-se á rainha D. Luiza de Gusmão, que lhe respondeu seccamente que a maior prova que lhe podia dar de quanto respeitava a sua dignidade e os seus predicados, era guardar segredo de tão indigna supplica. Estando finalmente perdidas todas as esperanças, no dia 28 de agosto o duque, seu pae, o conde de Armamar e outros fidalgos fôram transferidos para umas casas no Rocio, e na manhã seguinte subiram ao patibulo que se havia levantado ali proximo, onde as cabeças lhes fôram decepadas. De todos os conspiradores era o duque de Caminha o unico que inspirava sympathia, e o povo bem o demonstrou, porque ao passo que enchia de maldições os supplicіados, conservou-se em silencio e respeitoso durante a execução do duque. E assim falleceu este fidalgo pelo crime de não querer denunciar seu pae, preferindo morrer do que tornar-se parricida. O titulo de duque de Caminha ficou para sempre extincto, assim como o de Armamar e o de Villa Real. Os bens da casa de Villa Real e de Caminha, que fôram confiscados, constituiram uma parte da Casa do Infantado, instituida por D. João IV em favor de seu filho, o infante D. Pedro. Os actuaes fidalgos d'este ultimo titulo, pertencem a outra familia. O facto da morte do duque de Caminha deu assumpto ao fallecido escriptor Pinheiro Chagas para os romances historicos *A mascara vermelha* e *O juramento da duqueza*. Sobre o mesmo assumpto tambem se representou no theatro de D. Maria um drama em 5 actos, com o titulo *A duqueza de Caminha*, de que era autor Antonio de Sousa e Vasconcellos, e que foi uma das glorias da fallecida actriz Emilia das Neves, em cujo beneficio se realisou a primeira representação, a 10 de novembro de 1877.

Caminha *(Nuno)*. Advogado, que no seculo XVIII foi viver para Madrid, onde exerceu a sua profissão, e publicou muitas das suas allegações em causas civeis.

Caminha *(Pedro de Andrade)*. V. *Andrade Caminha*.

Caminha *(Pero Vaz de)*. Pero ou Pedro Vaz de Caminha foi um dos companheiros de Alvares Cabral, e com elle assistiu ao descobrimento da parte sul do continente americano, suppondo ter achado uma ilha que baptisaram de *Ilha de Vera Cruz*, nome que não tardou a trocar pelo vulgar de Brazil. D'estas remotas e desconhecidas paragens dirigiu Pero Vaz de Caminha, como escrivão da armada, uma longa carta a D. Manuel, em que lhe relata despretenciosamente, mas com admiravel ingenuidade, os pormenores do extra ordinario successo, de modo que a gente parece estar vendo ao vivo o panorama de vigorosa natureza americana e os costumes primitivos dos indigenas. Esta carta, que não foi aproveitada pelos chronistas da época, permaneceu inédita tres seculos. Foi publicada pela primeira vez em 1817 na *Chorographia Brazilica* do padre Ayres do Casal; em 1826 na *Collecção de noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas*, tomo IV, pag. 177; e em 1892 no livro: *Alguns documentos do archivo nacional da Torre do Tombo ácerca das navegações e conquistas dos portuguezes*, pag. 108. Por occasião das festas do 4.º centenario, em 1900, foi a carta de Caminha reproduzida em varias publicações periodicas, que commemoraram aquelle grandioso feito, e publicada em separado em dois folhetos, um impresso na *Bibliotheca do povo e das escolas*, e outro por conta da empreza do *Occidente*. O 1.º intitula-se: *O descobrimento do Brazil*, n.º 214 da 27.ª serie, Lisboa, 1900; o 2.º *O descobrimento do Brazil, narrativa d'um marinheiro*, edição popular commemorativa do 4.º centenario do descobrimento do Brazil, Empresa do *Occidente*, 1900. No ultimo volume publicado do *Diccionario Bibliographico* diz o sr. Brito Aranha que o autor d'esta versão da carta de Caminha é Esteves Pereira, um dos redactores d'este diccionario; effectivamente assim é, mas o livro saiu sem nome de autor. Como se vê, essa carta tem recebido numerosas vezes o beneficio da imprensa, já appensa a livros, já em separado, e é hoje um dos mais bellos monumentos ethnographicos e historicos referentes á America. Da biographia do seu autor pouco se tinha curado e quasi nada se sabia. Hoje, porém, essa lacuna acha-se preenchida, graças ao consciencioso estudo que lhe consagrou o dr. Sousa Viterbo no seu opusculo intitulado *Pero Vaz de Caminha e a primeira narrativa do descobrimento do Brazil*. Em resultado d'essas investigações fica-se sabendo que Pero Vaz de Caminha, filho de Vasco Fernandes de Caminha, era natural do Porto, onde exercia o cargo de mestre de balança da Casa da Moeda, cargo que andava na familia, tendo já sido desempenhado por seu pae e passando depois para um seu neto. O genro de Pero Vaz, Jorge Osorio, era um brigão, tendo sido desterrado para

S. Thomé. Pero Vaz seguiu na companhia de Cabral para a India, onde morreu pouco depois, talvez no desastre da feitoria de Calicut.

Caminha (*Porfirio Antonio*), Official da armada real. Nasceu em Lisboa a 29 de abril de 1791; fal. a 9 de outubro de 1860. Filho de Antonio José Caminha da Rocha, tambem official de marinha e de D. Thereza, Rosa da Cunha Moreira. Official disciplinador e experiente executou sempre com dignidade e intelligencia as importantes commissões que lhe fôram incumbidas, salientando se em algumas d'ellas pelos seus actos de bravura e coragem. Assentou praça na marinha como voluntario em 11 de novembro de 1807, tendo apenas 16 annos de edade. Foi promovido a segundo tenente em 8 de março de 1808, a primeiro tenente em 12 de outubro de 1818, a capitão-tenente em 10 de dezembro de 1839, contando-se a antiguidade d'este posto desde 17 de maio de 1837, a capitão de fragata em 30 de maio de 1847, graduado capitão de mar e guerra em 11 de maio de 1855, attendendo á antiguidade e longos serviços e merecimentos, e finalmente, por decreto de 14 de outubro de 1857, foi promovido ao effectivo d'este posto. Movimentada foi a vida d'este official desde o seu alvorecer na marinha, principalmente desde a acclamação de D. Miguel, em 1828, cujo governo serviu com toda a lealdade. Sendo primeiro tenente fez parte da poderosa armada capitaneada por José Joaquim da Rosa Coelho, que a 11 de agosto de 1829 atacou a villa da Praia da Victoria da ilha Terceira. Porfirio Antonio Caminha commandava o bergantim *Gloria* com 8 peças de artilharia e 40 homens de guarnição. Depois de estabelecido definitivamente o governo constitucional, foi demittido, com outros officiaes, por decreto de 11 de junho de 1834, porque pertencendo á guarnição do brigue *Tejo*, do serviço de D. Miguel, na occasião da celebre acção naval de 5 de julho de 1833, depois mesmo de derrotada a esquadra a que pertencia, se refugiou no porto do Funchal, ainda em poder dos miguelistas, desprezando o unico meio que lhe restava de obter a clemencia da rainha, se se entregasse aos vencedores. Adheriu depois á causa constitucional, mas não se deixou aprisionar. Achava-se, portanto, na Madeira quando ali chegou a noticia da acclamação da Rainha, tendo este official já então adherido ao governo da augusta senhora e instado com o governador D. Alvaro para a mesma adherencia. Feita a acclamação n'aquella ilha, foi mandado á do Porto Santo, que promptamente annuiu. Da fragata *D. Pedro*, que fôra mandada bloquear aquellas ilhas, esteve o commandante em contacto e intelligencia com este official, relativamente á acclamação do governo liberal para o que offereceu os seus serviços embandeirando conjuntamente quando o governo da Madeira adheriu á causa constitucional. Por

Porfirio Antonio Caminha

portaria de 8 de janeiro de 1839 foi-lhe permittida a justificação em conselho de guerra como requerera. Em 12 do referido mez e anno foi mandado julgar em conselho presidido pelo capitão de fragata M. G. do Noronha, em 26 teve sentença de absolvição, e em 15 de março o accordão do Supremo Conselho de Justiça, sendo reintegrado por decreto de 26 de março de 1839 do teor seguinte: «Havendo o ex-primeiro tenente da armada Porfirio Antonio Caminha sido declarado justificado em sua conducta politica, civil e militar por sentença do respectivo conselho de guerra de 26 de janeiro de 1839, depois confirmado por accordão do Supremo Conselho de Justiça Militar de 15 de março do dito anno: Hei por bem reintegrar o mencionado Porfirio Antonio Caminha no mesmo posto de primeiro tenente da armada, de que fôra demittido por decreto de 11 de junho de 1834, que n'esta parte Hei por derogado.» Por portaria de 27 de março de 1839 foi mandado levar-se-lhe em conta de tempo de serviço os cinco annos de 1828-1833. Em 2 de abril foi nomeado chefe de classe por lhe pertencer. Por decreto de 17 de julho fôram-lhe mandados abonar os «cinco annos de usurpação», que se lhe haviam descontado em sua antiguidade. Em 27 de outubro de 1840, em 14 de janeiro e 4 de maio de 1841, foi nomeado presidente dos conselhos de guerra para julgamento de grumetes desertores. Em 25 de setembro do mesmo anno vogal de um conselho de guerra para julgamento de um cirurgião de 1.ª classe. Em 9 de junho de 1842 embarcou como commandante da charrua *Principe Real*, em viagem para Angola, e em 18 de agosto de 1843 teve guia de passagem para a charrua *Princeza Real* na qualidade de commandante, indo a Angola, onde o navio teve de servir de hospital. Desembarcou da mesma charrua por desarmamento em 30 de agosto de 1844. Embarcou a 10 de outubro como commandante do brigue *Douro*, fazendo cinco viagens aos Açôres e Cabo Verde, desembarcando em 6 de junho de 1846. A 20 de outubro d'este anno foi nomeado commandante do brigue *Serra do Pilar* em cruzeiros para a costa do norte, destacando em 23 de abril de 1847 para a nau *Vasco da Gama*, fundeada no Tejo, regressando em 16 de maio ao referido brigue, tambem fundeado no Tejo, d'onde desembarcou em 31 do mencionado mez. Em 1 de junho de 1847 foi nomeado commandante da corveta *Iris*, tendo guia de passagem para o vapor *Infante D. Luiz*, como commandante, em 12 do dito mez, d'onde desembarcou a 25 de setembro. Foi nomeado a 21 de maio de 1848, administrador geral das mattas, sendo exonerado em 14 de abril de 1858, e em 2 de maio do mesmo anno apresentou-se no quartel general da marinha. Por decreto de 28 de abril de 1858 foi nomeado inspector da Cordoaria Nacional. Por portaria do ministerio da marinha e ultramar de 13 de agosto de 1858, foi nomeado para tomar o commando da nau *Vasco da Gama* em commissão especial, na viagem a que este navio se destinava á provincia de Angola. Desembarcou por desarmamento da nau em 22 de março de 1859, e tomou novamente posse da inspecção da Cordoaria em 23 do referido mez. Foi exonerado d'este cargo por decreto de 10 de setembro do mesmo anno e por outro decreto da mesma data foi nomeado commandante do corpo de marinheiros da armada

real, e n'esta honrosa commissão falleceu. Pelos seus relevantes serviços teve as seguintes distincções. Em 20 de novembro de 1843 foi determinado que «o major general da armada approve e louve a acertada maneira por que cumpriu a commissão que lhe fôra incumbida na sua ultima viagem á ilha de S Miguel como commandante da charrua *Princeza Real.*» Por decreto de 30 de agosto de 1854 foi agraciado com o titulo de conselheiro, sendo n'esta data administrador geral das mattas, em virtude dos serviços que prestara na occasião da viagem de Suas Magestades e Altezas ás provincias do norte, em 1852. Mais tarde foi agraciado com a commenda da ordem militar de S. Bento de Aviz. Por portaria de 19 de setembro de 1859 foi mandado louvar pelos bons serviços que desempenhou como inspector da Cordoaria, esperando que continue no mesmo empenho nas obrigações do seu novo emprego de commandante do corpo de marinheiros d'armada real. Pertencente a uma familia nobilissima, filho e irmão de outros officiaes de marinha, verdadeiros lobos de mar, herdou d'elles a bravura e as qualidades que o tornaram um homem como poucos se encontram, de tão rija tempera, tão recto e tão destemido, infundindo respeito, terror e ao mesmo tempo obtendo a amizade e a dedicação No 2.º volume dos *Quadros Navaes* IV § 1.º lê-se n'um artigo ácerca *Do que serve a marinha*: «Não porque n'essa epoca, um Caminha, commandante do brigue *Falcão*, via ir o seu navio a pique, medindo-se com duas fragatas francezas.» E mais adiante: «Aquelle outro Caminha entrava na escuna *Velha de Diu*, toda arrasada em Pernambuco, resistiudo e pondo em fuga o famoso corsario francez *Comette* de 14 peças.» Porfirio Antonio Caminha foi casado em primeiras nupcias com D. Maria José Chaby, pertencente a uma bem conhecida familia de militares, e em segundas nupcias, em 25 de abril de 1826, com D. Marianna José Botto Peniz, de uma illustre familia de Santarem. Para se avaliar quanto foi considerado e querido por todos os que com elle privaram, póde ler-se a noticia que o *Jornal do Commercio* de 10 de outubro de 1860 publicou ácerca do seu funeral.

Caminha *(Porfirio Antonio).* Funccionario publico. Nasceu em Lisboa a 28 de agosto de 1857. E' filho de um honrado official da administração superior das alfandegas do mesmo nome, já fallecido, e de D. Maria da Conceição Ferreira Caminha; neto do distincto official da armada de que trata o artigo precedente. Porfirio Antonio Caminha é o actual representante directo d'esta antiga e illustre familia, sendo casado com uma distincta senhora da ilha da Madeira, D. Maria da Gloria de Nobrega Soares Caminha, filha de João de Nobrega Soares de Noronha, já hoje fallecido, illustrado escriptor, que fundou o *Diario de Noticias*, que ainda se publica no Funchal. Entrando bastante novo no funccionalismo postal, mereceu desde logo a consideração dos seus superiores pela sua seriedade e intelligencia. Inseriu no *Jornal do Commercio* e no antigo *Correio da Manhã* uma série de artigos sobre assumptos de correios. Em 1898, de collaboração com um collega, encetou uma revista mensal da especialidade intitulada *O Correio*, que foi premiada com o diploma de merito na Exposição da Imprensa por occasião do centenario da India. E' agraciado com a medalha de bons serviços e exemplar comportamento instituida pelo fallecido estadista Elvino de Brito.

Caminha. Villa da prov. do Minho, séde de conc., com. e distr. de Vianna do Castello, relação do Porto, arceb. de Braga. Tem uma só freg., N. S.ª d'Assumpção, mas segundo diversos diplomas está comprehendida na villa a freguezia de Villarelho, o que faz considerar ter Caminha duas freguezias, a matriz N. S.ª d'Assumpção, e Caminha-Villarelho, N. S.ª da Encarnação. E' antiquissima. Julga-se com uma certa probabilidade que os phenicios ou os carthaginezes fundassem aqui alguma povoação, visto a importancia do local, mas a este respeito não ha vestigios nem memorias. O que não soffre duvida é que estes sitios fôram habitados pelos celtas, porque se encontram monumentos que o attestam; em Moledo e em Gontinhães, freguezias d'este concelho, ha, na primeira, *carns*, a que os d'ali chamam *cerrados dos moiros*, e na segunda um *dolmen*, que dizem estar perfeitamente conservado. O certo é ter sido povoação romana, mas ignora-se o nome que os romanos lhe davam. Um illustre fidalgo da Galliza, de appellido *Camiño*, senhor da casa do Caminho, reedificou e povoou esta villa, pelos annos de 950 da era christã, dando-lhe o seu nome. A antiga Galliza comprehendia então toda a provincia do Minho, e parte da do Douro, da margem direita d'este rio para o norte. Com as continuas guerras d'essas remotas epocas, ficou a povoação muito destruida, e D. Affonso III, no anno de 1265, a mandou novamente reedificar e povoar, dando-lhe então o titulo de villa. D. Diniz a augmentou, fazendo-lhe tambem outras fortificações, circumdando-a de muralhas, em 1284, dando-lhe foral a 24 de julho d'este anno, com todos os privilegios dos de Valença, e D. Manuel lhe deu foral novo, em Lisboa, a 1 de junho de 1512. Entre os privilegios concedidos n'estes foraes, contava-se o de ser *couto do reino*, quer dizer, couto de homiziados, podendo vir para aqui morar qualquer malfeitor sem receio da justiça. Todos estes coutos do reino ficaram extinctos pela lei de 1790 (V. *Couto*). Caminha está pittorescamente situada na margem esquerda do rio Minho, a 22 k. da capital do districto, na base do monte de Santo Antão; é banhada ao N e N O pelo rio Minho, e E pelo Coura. Estes dois rios cercam a villa e deixam-n'a como uma formosa peninsula, entrando pelo Oceano divididos em duas barras, no meio das quaes se levanta a fortaleza conhecida pelo ilhéo de N. S.ª de Insua, que está artilhado. Este presidio pertence a Portugal. Sobre a foz do rio Coura tem duas lindas pontes, uma de madeira, em linha recta, assente em fortes pilares de granito, e outra de ferro, por onde passa o comboio. Desde Vianna do Castello até esta villa, sempre na costa, e desde aqui até

Brazão da villa de Caminha

Valença, na margem esquerda do rio Minho, é um continuado jardim. Os campos que cercam a villa são fertilissimos; os montes que ficam sobranceiros estão cobertos de frondoso arvoredo. Na frente de Caminha, e ao N, do lado da Galliza, ergue-se a serra de Santa Tecla, tendo no alto a capella dedicada a esta santa, de cujo local se avista um lindo panorama a muitas leguas de distancia, tanto de terra como de mar. Na Edade Media foi Caminha uma praça d'armas importantissima, e continuou a sel-o até ao fim do seculo XVIII. Era defendida por tres ordens de muralhas. A primeira foi construida pelos romanos, toda de cantaria, com 10 torres e 4 portas; a da *Villa*, que é uma alta torre, onde ainda hoje se vê o relogio, dando para a actual Praça Municipal, e onde os pescadores estendiam então as suas rêdes; a *do Sol*, a *Porta Nova*, e a *do Marquez*, que dava para o rio, tendo junto um nezes. A egreja matriz é um bom templo de architectura gothica; lançou-se-lhe a primeira pedra a 4 de abril de 1488, no reinado de D. João II. Foi principiado á custa da camara e com esmolas do povo da villa; mais tarde, quando D. Manuel subiu ao throno, auxiliou muito a construcção, que se concluiu no anno de 1500, mas a torre sómente se acabou em 1556. O edificio é de boa cantaria; a porta principal é toda guarnecida de ricos lavores, servindo-lhe por cima de remate tres ordens de ornatos, emblemas e figuras a meio relevo, de grande belleza. Na porta travessa ha tambem delicados lavores e ornatos, tendo por cima em linha recta os quatro evangelistas em vulto perfeito, rematando com elegancia e riqueza de ornatos, não inferiores á porta principal, mas de differente gosto. João de Siloro foi dos pedreiros biscainhos que construiram o corpo da egreja. A torre foi construida pelo

Vista geral de Caminha

importante caes, onde carregavam e descarregavam navios de grande lote, mas as areias o fôram cobrindo até ficar completamente enterrado. Chamava-se a do *Marquez*, por ficar ao pé d'um palacio pertencente aos marquezes de Villa Real. A segunda circumvallação foi feita por el-rei D. Diniz, no fim do seculo XIII; era onde hoje se vê a rua da Misericordia. Tinha uma só porta, ao S, a de *Vianna*, e um postigo que vae dar ao rio. Fóra d'esta porta começa o pinhal do Camarido, que é do Estado, e que tem uma legua de extensão. A terceira circumvallação e fortificação é obra de D. João IV e de D. Affonso VI; construcção de alvenaria, com *cava* ou fosso, e contra-escarpa. Tinha 6 portas: *Porta Nova*, ou *Senhora da Boa Nova*, por existir ali um oratorio d'esta invocação; de *Santo Antonio da Corredora*, *Falsa*, do *Caes*, ou do *Vau*, e a do *Açougue*, estando esta ultima obstruida desde muito tempo por causa das cheias do rio. Esta circumvallação era muito mais ampla e comprehendia no seu ambito quasi toda a villa. Todas estas obras de defeza estão arruinadas em grande parte, sendo as mais bem conservadas as mais antigas. Na rua da Misericordia havia um convento de freiras da ordem de S. Francisco, fundada em 1561 pelo bispo de Portalegre, D. André de Noronha, que fôra abbade da freg. de Caminha. Houve tambem um convento de frades capuchos, fundado pelo marquez de Villa Real, D. Miguel de Meportuguez Diogo Annes. Duraram as obras 68 annos. Todas as cimalhas, janellas e torre, são ornamentadas segundo o estylo rendilhado da epoca manuelina. Na platibanda, primorosamente trabalhada, vêem-se voltadas para os lados da Galliza duas goteiras curiosas. O tecto de toda a egreja, apezar de modernamente restaurado, é uma preciosidade artistica, em que se admira a prodigalidade de talha, que fórma os florões dos enquadramentos da abobada, diversos na concepção, eguaes na delicadeza do lavor. Nas sacristias, no côro, no orgão, nos pulpitos, nos altares das capellas, que são seis, ha muito que vêr e admirar, obras de grande valor, sobretudo um formoso sacrario, cujas faces ou portas, girando sobre um rodizio, mostram em delicadissima esculptura os passos da Paixão de Christo. Das capellas, as mais notaveis são a capella-mór e a do Senhor Jesus dos Mareantes, onde se vê a imagem do *Ecce Homo*, de primorosa esculptura. Diz a tradição ter vindo de Inglaterra, quando Henrique VIII ali aboliu o catholicismo. Esta imagem é de grande devoção para os pescadores de Caminha A apparição da imagem conta-se como milagrosa. Eis a lenda que a tradição nos diz: «No anno de 1539, quando os lutheranos do norte mais se enfureciam contra as imagens, encontrou-se n'um lanço de rêdes um grande vulto cheio de limos e mariscos; os pescadores pensaram que fôsse algum monstro marinho até então

desconhecido, e ficaram bastante horrorisados. Observando, porém, que aquelle vulto não se mexia e sómente vogava á mercê das ondas, atreveram-se a arrastal-o para a praia. Então viu-se que era um caixão, e abrindo-se, os transportes de admiração e de acatamento succederam ao medo e á curiosidade. O caixão estava fechado com tal segurança e precaução, que não só a santa imagem e mais dois preciosos calices de prata dourada, mas até ricos paramentos de seda bordada e recamada de ouro e prata, que tambem ali se encerravam, se viam perfeitamente conservados sem a minima avaria. Dizem que ainda hoje se celebram com estas alfaias as principaes funcções da muito antiga e privilegiada irmandade dos mareantes, e que se guardam algumas taboas como documento d'este milagroso successo. A Casa do Infantado apresentava o reitor, que tinha de rendimento 110$000 réis e o pé d'altar. A egreja e o hospital da Misericordia fôram fundados pelo povo em 1551. Os hespanhoes apoderaram-se de Caminha, porém D. Nuno Alvares Pereira recuperou-a em 21 de abril de 1385. Durante a guerra de 1640 até 1667 houve aqui um hospital militar Em 1809 tambem a villa resistiu heroicamente contra um ataque dos francezes, que fôram repellidos com grande perda. Durante a guerra civil, conhecida pela *Maria da Fonte*, foi tambem restaurada por Soares Franco em 10 de janeiro de 1847. Caminha tem hoje ruas bem calçadas, largas e alegres, sendo a principal a da Misericordia, e a que vae á ponte, formadas pela estrada real feita em 1857; tem uma bella praça arborisada, com um chafariz ao centro, construido em 1865. N'esta praça estão tambem a torre da villa e a casa da camara, de construcção romana, onde está a estação telegraphica estabelecida pelo decreto de 7 de abril de 1869. O tribunal funcciona n'um edificio proprio, e é um dos melhores do districto. N'elle estão a cadeia e a comarca. Na villa ha 5 capellas: N. S.ª da Piedade, S. Sebastião, S. João, N. S.ª de Guadelupe e N. S.ª da Graça. Dentro e fóra das muralhas encontram-se fontes de optima agua. Tem um estaleiro onde se fazem brigues, hiates, lugres e outras embarcações menores. O seu porto é muito frequentado e sustenta um commercio activo com Lisboa, Porto, e outros portos do reino. Em Caminha ha magnificas propriedades, e teve voto em côrtes, com assento no banco 13.º; tem estação de saude, delegação d'alfandega de primeira ordem, escolas para ambos os sexos, estação telegrapho post. com serviço de emissão e pagamento de vales e de encommendas, permutando malas com a R. A. M.; collegios, fabrica de cal, telha e tijolo, fabrica de moagens; notario, advogados, medicos, pharmacias, agencias bancarias dos bancos *Portugal*, *Alliança*, *Commercial de Lisboa*, *Commercial do Porto*, *Minho*, *Economia Portugueza*, *New London and Brazilian Bank*, *Credit Franco-Portugais;* agencias de seguros: *Fraternidade*, *Garantia*, *Segurança*, *Previdencia*, *Bonança*, *Tranquillidade*, *Tagus*, *Urbana portugueza;* agencias de vapores; corpo consular: *Estados Unidos do Brazil*, *França*, *Hespanha*, *Republica argentina*, *Inglaterra;* hoteis, Junta local da Liga Naval Portugueza; sociedades de recreio: *Philarmonica caminhense*, *Club caminhense;* feira nos dias 1 de janeiro e 1 de novembro, de gado bovino e suino, e mercado ás quartas feiras na praça do Conselheiro Silva Torres. Era natural de Caminha e um benemerito a quem a villa muito deve, o conselheiro Francisco Maria da Silva Torres, cuja memoria a camara commemorou dando o seu nome á praça onde se faz o mercado, como fica

Egreja matriz de Caminha

dito. Foi elle quem, por disposição testamentaria, ordenou a fundação do *Asylo de Infancia Desvalida do Arcebispo Silva Torres*, cujos ultimos estatutos fôram approvados por decreto de 14 de fevereiro de 1903. Caminha tem por brazão um escudo com uma fortaleza sobre o mar. Pertence á 3.ª div. mil., 5.ª brigada, grande circumscripção mil. N, e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello; tem est. do caminho de ferro do Minho, entre o apeadeiro de Moledo e a est. de Seixas. Tambem se encontram boas salinas em Caminha. O concelho comprehende 19 freguezias, com 3:287 fog. e 14:595 hab., sendo 5:825 do sexo masc. e 8:770 do fem., n'uma superficie de 15:586 hect. As freguezias são as seguintes: Ancora, Santa Maria, 657 hab.: 229 do sexo masc. e 428 do fem.; Arga de Baixo, Santa Maria, 230 hab.: 106 do sexo masc. e 124 do fem ; Arga de Cima, Santo Antão, 173 hab.: 81 do sexo masc. e 92 do sem. Arga de S. João, S. João Baptista, 122 hab.: 45 do sexo masc. e 77 do fem.; Argella, Santa Marinha, 468 hab.: 150 do sexo masc. e 318 do fem.; Azevedo, S. Miguel, 194 hab.: 81 do sexo masc. e 113 do fem.; Caminha-Matriz, N. S.ª da Assumpção, 2:175 hab.: 912 do sexo masc. e 1:263 do fem ; Caminha-Villarelho, N. S.ª da Encarnação, 507 hab.: 203 do sexo masc. e 304 do fem.; Christello, S. Thiago Maior, 295 hab.: 118 do sexo masc.

e 177 do fem.; Gondar, S. Salvador, 347 hab.: 141 do sexo masc. e 206 do fem.; Goutinhães, Santa Marinha, 2:131 hab.: 854 do sexo masc. e 1:277 do fem.; Lanhellas, S. Martinho, 810 hab.: 346 do sexo masc. e 464 do fem.; Moledo, S. Paio, 933 hab.: 392 do sexo masc. e 541 do fem.; Orbacem, Santa Eulalia, 496 hab.: 152 do sexo masc. e 344 do fem.; Riba de Ancora, Santa Maria, 698 hab.: 237 do sexo masc. e 461 do fem.; Seixas, S. Pedro, 2:041 hab.: 818 do sexo masc. e 1:223 do fem.; Venade, Santa Eulalia, 1:175 hab. 538 do sexo masc. e 637 do fem.; Villar de Moiros, Santa Eulalia, 895 hab.: 324 do sexo masc. e 571 do fem.; Ville, S. Sebastião, 248 hab.: 98 do sexo masc. e 150 do fem. O concelho produz milho, trigo, centeio, linho gallego e canhamo, fructas e vinho verde. Tem algum gado, muita caça, colmeias e abundancia de pescarias, fornecidas pelo mar e pelo rio Minho, onde ha excellentes salmões e lampreias, que são exportados para diversos pontos do reino. *Jornaes:* Em Caminha teem-se publicado os seguintes: *Caminhense (O)* 1 de junho de 1881 a 1889; *Campeão caminhense*, 20 de novembro de 1885 a 1889; *Estrella de Caminha (A)*, 18 de julho de 1882 a 1889; *Gazeta de annuncios*, 10 de agosto de 1882; *Gazeta de Caminha*, 16 de fevereiro de 1897, em seguimento do *Jornal de annuncios*, em publicação: *Jornal de annuncios*, 21 de fevereiro de 1896 a 9 de fevereiro de 1897, seguindo-se-lhe a *Gazeta de Caminha; Jornal caminhense*, 24 de maio de 1902.

Caminho. Logar na freg. de S. Claudio, de Barco, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Miguel, de Barrio, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santa Maria, de Matamá, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg do Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || Logar na freg. de S. Thiago, de Sendim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Cypriano, de Senharei, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. do Salvador, de Fervença, conc. de Celorico de Basto, districto de Braga.

Caminho das Almas. Ilha Graciosa, pov. na freg. de N. S.ª de Guadelupe, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo.

Caminho de Baixo. Ilha Terceira, pov. na freg. de S. Matheus da Calheta, conc. e distr. de Angra do Heroismo. || Ilha do Pico, pov. na freg. de Santa Barbara, de Ribeiras, conc. de Lagens do Pico, distr. de Horta. || Pov. na freg. do Salvador, de Ramalde, 2.º bairro do Porto.

Caminho do Barreiro. Ilha Graciosa, pov. na freg. de S. Matheus, da Praia da Graciosa, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo.

Caminho de Belem. Ilha Terceira, pov. na freg. de N. S.ª de Belem, de Terra Chã, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Caminho da Castelhana. Ilha Terceira, pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Regatos, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Caminho do Chão. Ilha da Madeira, pov. na freg. e conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal. || Pov. da referida ilha, na freg. de Santa Maria Maior, conc. e distr. do Funchal. || Na mesma ilha, pov. na freg. de S. Bento, de Ribeira Brava, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Caminho da Cidade. Ilha do Fayal, pov. na freg. de N. S.ª d'Ajuda, de Pedro Miguel, conc. e distr. de Horta.

Caminho de Lima. Ilha Terceira, pov. na freg. de S. Jorge, de Doze Ribeiras, conc. e distr. de Angra do Heroismo. || Na referida ilha, pov. na freg. do Espirito Santo, de Villa Nova, conc. da Villa da Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo. || Ilha Graciosa, pov. na freg. de N. S.ª da Luz, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo. || Ilha de S. Jorge, pov. na freguezia de N. S.ª das Neves, de Norte Grande, conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo. || Pov. da mesma ilha, na freg. de S. Lazaro, de Norte Pequeno, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Caminho do Concelho para a Ribeira da Caixa, e para a Ribeira Funda. Ilha da Madeira, duas povoações na freg. de N. S.ª da Graça, de Estreito de Camara de Lobos, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

Caminho da Cruz para a Fajã do Barro. Ilha Terceira, pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Regatos, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Caminho do Extremo do Pontal. Ilha Graciosa, pov. na freg. de N. S.ª de Guadelupe, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo.

Caminho de Ferro. Casas na freg. de N. S.ª da Purificação, de Ventosa, conc. de Elvas, distr. de Portalegre. || Casas na freg. de S. João Baptista, de Covas do Douro, concelho de Sabrosa, distr. de Villa Real.

Caminho para a Fonte do Matto. Ilha Graciosa, pov. na freg. de S. Matheus, da Praia da Graciosa, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo.

Caminho das Fontes. Ilha Graciosa, pov. na freg. de N. S.ª de Guadelupe, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo.

Caminho Fundo. Ilha Terceira, pov. na freg. de Santa Luzia, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Caminho Grande e Preces. Ilha da Madeira, pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

Caminho da Granja. Logar na freguezia de S. Verissimo, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Caminho das Grotas, de Guadelupe, e da Egreja. Ilha Graciosa; tres povoações na freg. de N. S.ª de Guadelupe, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo.

Caminho da Egreja. Ilha do Fayal; pov. na freg. de N. S.ª d'Ajuda, de Pedro Miguel, conc. e distr. de Horta.

Caminho de Jorge Gomes. Ilha da Graciosa; pov. na freg. de N. S.ª de Guadelupe, conc. de Santa Cruz da Graciosa, districto de Angra do Heroismo.

Caminho Largo. Logar na freguezia de Santa Eulalia, de Balazar, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Topo, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Caminho para a Manhinha, e Caminho do Matto. Ilha do Pico. Duas povoações, na freg. N. S.ª da Piedade, conc. de Lagens do Pico, distr. de Horta.

Caminho de Manuel Gaspar. Ilha Graciosa; pov. na freg. de N. S.ª de Guadelupe, conc. de

Santa Cruz da Graciosa, districto de Angra do Heroismo.

Caminho de D. Maria. Ilha da Madeira; pov. na freg. do Salvador e conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal.

Caminho do Mathias. Ilha da Madeira, pov. na freg. de N. S.ª d'Ajuda, de Serra de Agua, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Caminho do Meio. Ilha Graciosa; pov. na freg. de N. S.ª de Guadelupe, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo. || Pov. da mesma ilha, na freg. de S. Matheus, da Praia da Graciosa, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo. || Ilha Terceira; pov. na freg. de S. Matheus de Calheta, conc. e distr. de Angra do Heroismo. || Pov da mesma ilha, na freg. de S. Bartholomeu, de Regatos, do referido conc. e distr. || Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Topo, conc. de Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Caminho das Mós. Pov. na freg. de S. Pedro, de Sub-Portella, conc. e districto de Vianna do Castello.

Caminho das Murtas. Logar na freguezia de Santa Maria e conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Caminho Novo. Pov. na freg. de Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Ilha do Pico; pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, conc. de Lagens do Pico, distr. de Horta. || Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de S. Thiago, de Ribeira Sêcca, conc. de Calheta, distr. de Angra do Heroismo. || Ilha Terceira; logar na freg. de Santa Cruz e conc. de Villa da Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo. || Logar na freg. de S. Miguel, de Christello, conc. de Paredes de Coura, distr de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Lourenço do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Casal na freg. de Santa Cruz, de Alvarenga, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Sitio na freg. de Fortunhos, conc. de Cautanhede, distr. de Coimbra.

Caminho da Pedra. Ilha de S. Jorge; na freg. de N. S.ª do Rosario, de Topo, conc. de Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Caminho dos Paços da Ribeirinha, e do Pontal. Ilha da Graciosa; duas povoações na freg. de N. S.ª de Guadelupe, concelho de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo.

Caminho Queimado. Ilha do Pico; pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, conc. de Lagens do Pico, distr. de Horta.

Caminho dos Regatos. Ilha Terceira; pov. na freg. de Belem, de Terra Chã, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Caminho da Ribeirinha. Ilha Graciosa; pov. na freg. de N. S.ª de Guadelupe, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo.

Caminho ou Rua de Santa Rita. Ilha de S. Miguel; na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Fajã de Baixo, conc. e distr. de Ponta Delgada.

Caminho do Sul. Ilha Graciosa; pov. na freg. de N. S.ª da Luz, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo.

Caminho do Tanque. Ilha Graciosa; pov. na freg. de N. S.ª de Guadelupe, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo.

Caminho de Verdelhos *(Quintas do)*. Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Aldeia do Carvalho, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Caminho da Victoria. Ilha Graciosa; pov. na freg. de N. S.ª de Guadelupe, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo.

Caminhos. Logar na freg. do Salvador, de Lama, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Caminhos de Ferro. Foi Portugal um dos paizes da Europa, onde mais tarde se introduziu a viação accelerada, porque não lhe déram ensejo as luctas intestinas, que succederam á implantação do systema liberal, para acompanhar as outras nações no caminho dos progressos materiaes. Ainda em 1851 o lente da Escola Polytechnica coronel graduado de engenharia Albino Francisco de Figueiredo e Almeida escrevia no seu livro *Vias de communicação*: «Todos se acham impacientes de vêr o paiz dotado de *alguma* linha de caminho de ferro; porque ninguem ha a quem não pareça iudecoroso este somno lethargico em que temos vivido.» Porém sómente em 1853 teve logar em Portugal a primeira concessão de caminhos de ferro. E, todavia, fôram os portuguezes dos primeiros a empregar este systema de tracção. Desde o seculo XVIII que na ilha do Sal, archipelago de Cabo Verde, as salinas estavam ligadas ao porto por meio de um *rail road*. Lobo de Bulhões no seu livro *Les colonies portugaises*, Lisboa, 1878, descreve assim essa especie de caminho de ferro: Carros munidos de vélas convenientemente adaptadas transportam o sal por um caminho ligeiramente inclinado e chegam até ao porto; d'ahi voltam para a grande salina puxados por burros. O primeiro caminho de ferro que houve na Europa foi na Inglaterra, em 1821. Em Portugal a construcção das vias ferreas, soffrendo a principio algumas contrariedades, adquiriu o seu maior desenvolvimento de 1859 a 1865, diminuindo depois consideravelmente até se paralysar de todo em 1868, para só em 1873 se reanimar continuando-se a construcção da rede dos caminhos de ferro projectados. Em 1887-1888, 1890-1893 e 1903-1904 tomaram novo incremento as construcções dos caminhos de ferro, como se vê da historia de cada uma das respectivas linhas. Em 6 de maio de 1852 foi assignado por D. Maria II um decreto abrindo concurso para a construcção de um camiuho de ferro de Lisboa a Santarem, em direcção á fronteira de Hespanha. Referendavam o decreto Rodrigo da Fonseca Magalhães e Fontes Pereira de Mello. A concessão foi feita a um dos tres concorrentes que appareceram, Hardy Hislop, representante da *Companhia Central Peninsular dos Caminhos de Ferro de Portugal*, declarando o governo que subscrevia com um terço do capital (1:200 contos). Em maio de 1853 assignou-se o respectivo contrato definitivo, tendo-se em setembro constituido a companhia. Foi dada a empreitada a Waring, Brothers and Shaw, que, por 3:501 contos, se obrigaram a dar a via prompta até Santarem, com todo o material circulante e linha telegraphica paralella, e começaram os trabalhos de construcção em 7 de maio de 1853, no sitio do Beato, sendo aberta ao publico a primeira secção da via, de Lisboa ao Carregado, em 29 de outubro de 1856, tendo já então a companhia rescindido o contrato com os empreiteiros e tratando de construir a linha por administração propria. Por essa occasião se cunhou a medalha commemorativa, cuja gravura reduzida a $^2/_3$ vae adeante. Em consequencia da morosidade dos trabalhos,

Carlos Bento da Silva apresentou ás côrtes, em 14 de abril de 1857, um projecto de lei approvando o contrato feito com sir Marton Petto, para a construcção de uma linha ferrea de Lisboa ao Porto, rescindindo se o contrato com a Companhia Peninsular. O contrato foi approvado e a rescisão decretada, sendo encarregado João Chrysostomo de Abreu e Sousa da direcção dos novos

trabalhos e inaugurando se em 31 de agosto uma segunda secção, do Carregado ás Virtudes. Como Petto não pôde organisar companhia, foi-lhe rescindido o contrato, em 6 de junho de 1859, contratando então Antonio de Serpa com D. José Salamanca a conclusão da linha de Badajoz e a construcção de uma outra para o Porto, contrato que em 12 de setembro se tornou definitivo, por não ter apparecido qualquer outro concorrente ao concurso aberto para esse emprehendimento. Foi D. José Salamanca que organisou a *Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portuguezes*, (V. *este nome)*, e a linha até ao Porto foi inaugurada em 7 de julho de 1864. Da linha do Sul e Sueste foi concedida primitivamente a uma companhia de capitalistas portuguezes a construcção da linha do Barreiro ás Vendas Novas, e o ramal de Setubal, linhas que, depois de construidas, fôram adquiridas pelo Estado pelo preço de 939:000$000 réis. Em 1860 contratou-se a construcção do caminho do Sueste de Vendas Novas a Beja e ramal de Evora, abrindo-se á circulação em 1863. Pouco depois começou tambem esta linha a ser administrada por conta do Estado (V. *Caminhos de Ferro do Estado*). E' vastissima a bibliographia official sobre caminhos de ferro. Além dos livros já indicados nos artigos anteriores, pódem mencionar-se: *Caminhos de ferro* por Achilles Machado, Lisboa, 1886, n.º 126 da *Bibliotheca do povo e das escolas. Apontamentos para a historia dos caminhos de ferro portuguezes* por Frederico Pimentel, Lisboa, 1892. *Gazeta dos Caminhos de Ferro, publicação quinzenal*, Lisboa. *Guia official dos caminhos de ferro de Portugal*, publicação hebdomadaria, fundada por José Duarte do Amaral e dirigida por Mendonça e Costa. *Roteiro do viajante no continente e nos caminhos de ferro de Portugal, em 1865*, por Antonio Peres Abreu, Coimbra, 1865, etc.

Caminhos de Ferro da Beira Alta *(Companhia dos)*. A esta companhia pertence: O *Caminho de ferro da Beira Alta*, que abriu á exploração em 1 de julho de 1882, sendo inaugurado officialmente em 3 de agosto do mesmo anno, na sua totalidade, entre a Figueira da Foz e a fronteira de Hespanha, além de Villar Formoso, na extensão de 252,2518 k. Foi subsidiado pelo Estado com a quantia de 29:000$000 réis por kilometro, na importancia total de 4.650:761$220 réis, na extensão de 202,20714 k., entre a estação da Pampilhosa e a fronteira além de Villar Formoso.

Caminhos de Ferro diversos. A' *Companhia Nacional* pertence o *Caminho de ferro de Foz-Tua a Mirandella* (via reduzida), aberto á exploração entre as estações de Foz-Tua e Mirandella, na extensão de 54,67955 k., em 29 de setembro de 1887; *Caminho de ferro de Santa Comba Dão a Vizeu* (via reduzida), foi aberto á exploração na sua totalidade entre as estações de Santa Comba Dão e de Vizeu, em 25 de novembro de 1890, na extensão aproximada de 49,51086 k. O *Caminho de ferro do Bougado a Guimarães* (via reduzida) foi aberto á exploração entre as estações de Trofa e Vizella, na extensão de 25,299 k. em 31 de dezembro de 1883, e até Guimarães, na extensão total de 33,421 k., em 14 de abril de 1884. O *Caminho de ferro do Porto á Povoa de Varzim e a Villa Nova de Famalicão* foi aberto á exploração entre Porto e Povoa de Varzim, na extensão aproximada de 23 k., em 1 de outubro de 1875; em 7 de agosto de 1878, abriram mais 16 k. até á estação das Fontainhas, e em 12 de julho de 1881, até á estação de Famalicão, *terminus* da linha, com a extensão aproximada total de 57 kilometros.

Caminhos de Ferro do Estado. Divide-se a sua administração em duas direcções, a do Sul e Sueste e a do Minho e Douro. O *Caminho de Ferro do Sul e Sueste* foi aberto á exploração por troços, sendo os primeiros na linha do sul, entre o Barreiro (antiga estação) e Vendas Novas, e a do Pinhal Novo a Setubal (ramal de Setubal), em 1 de fevereiro de 1861, na extensão aproximada de 69 k. Em 14 de setembro de 1863 abriram os troços de Vendas Novas a Casa Branca e de Casa Branca a Evora, no ramal de Extremoz, em cerca de 60 k. Em 15 de fevereiro de 1864 abriu da linha do sul, entre Casa Branca e Beja, na extensão aproximada de 64 k. Em 2 de novembro de 1869 abriu o primeiro troço da linha do sueste, entre Beja e Quintos, em cerca de 19 k. Em 20 de dezembro de 1870, abriu á exploração do troço de Beja a Casevel, na linha do sul, na extensão aproximada de 47 k. Em 5 de setembro de 1871, 10 de março e 22 de dezembro de 1873, abriram respectivamente os troços de Evora a Valle do Pereiro, de Valle do Pereiro a Venda do Duque, e de Venda do Duque a Extremoz, na extensão de cerca de 52 k. Em 1 de janeiro de 1877 estava, portanto, em exploração na linha do sul, do Barreiro a Casevel, a extensão de 199,99 k., o ramal de Setubal na extensão 12,81 k., o ramal de Extremoz na extensão de 78,18 k., e na linha do sueste de Beja a Quintos, ou 19,30, perfazendo o total de 310,28 em exploração. Em 14 de abril de 1878 foi aberto á exploração na linha do sueste o troço de Quintos a Serpa, na extensão de 9,73 k, e em 14 de fevereiro de 1887 o de Serpa a Pias, em 13,04 k. Em 3 de junho de 1888 abriu-se na linha do sul o troço entre Casevel e Amoreiras, com 25,94; em 1 de julho de 1889 o das Amoreiras a Faro, com 113,83 k, e em 19 de março de 1900, de Tunes a Poço Barreto, com 12,400 k. Em março de 1905 até Tavira, com 31,1 kilometros. Em 1884 passou o serviço no Barreiro da antiga para a

nova estação distante d'aquella 0,6 k (*V. Barreiro*). A extensão total effectiva das linhas do sul e sueste e seus ramaes é de 504,5 kilometros. O *Caminho de ferro do Minho* foi aberto á exploração egualmente por troços, sendo o primeiro entre Porto (estação de Campanhã) e Braga em 21 de maio de 1875, na extensão aproximada de 54 k. Em 1 de janeiro de 1877 abriu á exploração o troço entre Nine e S. Bento além da actual estação, na extensão aproximada de mais de 8 k., ficando em exploração em janeiro d'este anno a extensão entre Porto e S. Bento, e o ramal de Nine a Braga. Em 21 de outubro do mesmo anno de 1877 abriu á exploração o troço entre S. Bento e Barcellos, na extensão aproximada de 4 k. Em 24 de fevereiro e 1 de julho de 1878 abriram á exploração os troços entre Barcellos, Darque e Caminha, na extensão aproximada de 54 k. Em 15 de janeiro e 3 de junho de 1879, 6 de agosto de 1882 e 25 de março de 1886 abriram respectivamente á exploração os troços entre Caminha e S. Pedro da Torre, entre esta estação e Sagadães, entre esta localidade e Valença e entre esta estação e a fronteira de Hespanha (meio da ponte internacional sobre o rio Minho), na extensão aproximada de 26 k. Em 8 de novembro de 1888 abriu á exploração o ramal de Campanhã á nova alfandega do Porto, na extensão de cerca de 4 k. A extensão effectiva entre a estação da nova alfandega do Porto e o meio da ponte internacional sobre o rio Minho, comprehendendo o ramal de Braga, é de 150,1 kilometros. O *Caminho de ferro do Douro* foi aberto á exploração tambem por troços, sendo o primeiro em 30 de julho de 1875, entre Ermezinde e Penafiel, e o segundo em 20 de dezembro do mesmo anno, entre Penafiel e Cahide, na extensão total aproximada de 38 k. Em de janeiro de 1877 consideram se, porém, em exploração 46 k., porque para o trafego é contado o troço entre o Porto (Campanhã) e Ermezinde como commum ás linhas do Minho e Douro. Em 15 de setembro de 1878 abriu á exploração o troço entre Cahide e Juncal na extensão aproximada de 19 k. Em 15 de julho de 1879 abriu o troço do Juncal e Regoa, com cerca de 39 k. Em 4 de abril e 1 de julho de 1880 abriram á exploração os troços entre Regoa e Ferrão e entre esta estação e a do Pinhão, na extensão total aproximada de 23 k. Em 1 de setembro de 1883 abriu o troço entre Pinhão e Tua (margem direita), em cerca de 12 k. Em 10 de janeiro, 5 de maio e 9 de dezembro de 1887, abriram os troços entre Tua (margem direita) e Pocinho, entre esta estação e a do Côa, e entre esta e a fronteira de Hespanha, além de Barca de Alva (meio da ponte internacional sobre o rio Agueda), na extensão total aproximada a 61 k. Em 8 de novembro de 1888 abriu á exploração o ramal de Campanhã á nova alfandega do Porto, na extensão aproximada de 4 k. e como este ramal é tambem considerado para o trafego como troço commum ás linhas do Minho e Douro, a partir d'esta ultima data, fôram considerados em exploração 204 k. A extensão effectiva da linha do Douro entre Ermezinde e a fronteira é de 191,6 kilometros.

Caminhos de Ferro Portuguezes (*Companhia Real dos*). A esta companhia, organisada por D. José Salamanca, como se disse no artigo *Caminhos de Ferro*, pertencem as seguintes linhas: *Caminho de ferro leste e norte*, aberto á exploração por troços, sendo o primeiro entre Lisboa e o Carregado, na extensão aproximada de 36 k., inaugurado no dia 28 de outubro de 1856, como ficou dito no referido artigo. Em 24 de setembro de 1863 foi aberta á circulação toda a linha de leste, entre Lisboa e a fronteira além de Elvas, na extensão de 275,6 k., estando tambem n'esta data aberto á circulação, na linha do norte, o troço entre Estarreja e Villa Nova de Gaia. Com a abertura do troço entre Soure e Taveiro, em 7 de julho de 1864, completou-se a abertura á exploração entre as estações do Entroncamento e Villa Nova de Gaia, na linha do norte, na extensão de 225,936 k. Em 5 de novembro de 1877, abriu á exploração a 5.ª secção da linha do norte, entre Villa Nova de Gaia e o recinto da estação do Porto em Campanhã, na extensão de 3,632 k., ficando as linhas entre leste e norte com a extensão total de 505,168 k. Entre o Poço do Bispo e Entroncamento está assente dupla via, cujo estabelecimento foi autorisado em portaria de 21 de abril de 1888, e foi aberta á exploração por troços, o ultimo dos quaes, entre Sant'Anna e Santarem, só abriu á circulação em 20 de agosto de 1893. *Caminho de ferro da Beira Baixa*, aberto á exploração entre as estações de Abrantes e da Covilhã, na extensão de 165,086 k., em 6 de setembro de 1891, e até á Guarda na extensão aproximada de 211,590 k., em 11 de maio de 1893. *Caminho de ferro de Torres Vedras á Figueira da Foz e Alfarellos*, aberto á explora- entre as estações de Torres Vedras e Leiria, na extensão aproximada de 96,55885 k., em 1 de agosto de 1887, e até á estação da Figueira da Foz, na extensão aproximada de 151,63194, k., em 17 de julho de 1888, e em 8 de junho de 1889, da Amieira a Alfarellos, sendo a extensão total aproximada da linha 167,60848 kilometros. *Caminho de ferro de Setil a Vendas Novas*, aberto á exploração na sua totalidade entre as estações de Setil e de Vendas Novas, em janeiro de 1904, na extensão de 70 kilometros. *Ramal de Coimbra*, aberto á exploração em 18 de outubro de 1885, na extensão aproximada de 1,7 kilometro. *Ramal de Caceres*, aberto á exploração na sua totalidade entre a estação da Torre das Vargens e a fronteira de Hespanha além de Marvão, na extensão de 71,640 k., em 6 de junho de 1880. *Caminho de ferro de Lisboa a Cintra e a Torres Vedras*, aberto á exploração entre as estações de Alcantara-Terra e Cintra, na extensão aproximada de 28 k., em 2 de abril de 1887, e em 21 de maio do mesmo anno até Torres Vedras, na extensão total de 74,342 k., até aos limites da concessão, além das estações de Torres Vedras e de Cintra. *Linha urbana de Lisboa*, aberta á exploração em dupla via, em 11 de junho de 1890, na extensão de 3,342 kilometros. *Ramal de Santa Apolonia a Bemfica* (dupla via), aberto á exploração em via simples entre a bifurcação de Xabregas e a de Bemfica, em 20 de maio de 1888, na extensão aproximada de 7 k., entre a bifurcação de Chellas e a estação de Braço de Prata, na extensão aproximada de 1,9 k., e entre a bifurcação de Sete Rios e Campolide, na extensão aproximada de 0,8 k., em 5 de setembro de 1891. A segunda via n'este ramal, foi aberta á exploração entre Campolide e bifurcação de Chellas em 10 de setembro de 1892, e entre a bifurcação de Chellas e Braço de Prata, em 10 de agosto de

1893. A extensão d'este ramal entre as estações de Campolide e Braço de Prata é aproximadamente de 7,3 k. *Ramal de Cascaes* (dupla via entre Caes do Sodré e Cascaes), aberto á exploração entre as estações de Pedrouços e Cascaes em 30 de setembro de 1889, na extensão aproximada a 19 k., sendo dupla a via entre Pedrouços e Caxias, o entre as estações de Alcantara-Mar e Pedrouços, em 6 de dezembro de 1890, em via simples provisoria, na extensão total aproximada de 25,5 k. A ligação tambem provisoria, entre as estações de Alcantara-Mar e Alcantara-Terra, na extensão aproximada de 0,6 k., teve logar em 10 de agosto de 1891. A via dupla foi aberta entre Caxias e o Estoril, em 1 de outubro de 1890 e entre Estoril e Cascaes em 21 de maio de 1892.

Camisão. Familia originaria de Andaluzia, que passou a Portugal em 1612, na pessoa de Christovão Gomes Camisão, fidalgo de Xerez. Tem por armas, em campo vermelho uma camisa de prata com orla azul carregada de oito estrellas de ouro.

Camisão *(Antonio José da Silva).* Doutor e lente da faculdade de Canones pela Universidade de Coimbra, conego doutoral da sé da Guarda, etc. N. em Braga em março de 1758, onde tambem falleceu a 12 de outubro de 1830. Era filho do capitão José da Silva Almeida e de Anna Maria. Graduou-se na faculdade de Canones a 31 de julho de 1780, e jubilou-se em 1824, retirando-se para Braga, sua patria, onde falleceu, sendo conego doutoral da sé d'aquella cidade. Em 1789, estando em Coimbra, foi de proposito a Braga para recitar o elogio funebre, por occasião das exequias que se fizeram pela morte do arcebispo D. Gaspar. Este elogio foi publicado com o titulo: *Oração funebre do senhor D. Gaspar, Arcebispo de Braga, recitada nas exequias que na cathedral da mesma cidade lhe fez o Reverendissimo Cabido em 17 de Março de 1789*, Coimbra, 1790.

Camisão *(Pedro Antonio de Araujo).* V. *Araujo Camisão.*

Camisote. Especie de armadura que cobria todo o corpo. V. *Armadura.*

Camissande. Pov. do conc. de Cazengo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camissollo. Nome de tres povoações do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Africa Occidental.

Camissongue. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camissua. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camissumba. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camissuna. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camitoto. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camitunde. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camizello. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, provincia de Angola, Africa Occidental.

Camizondo. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, provincia de Angola, Africa Occidental.

Camoa. Rio do Sertão d'Africa, a leste dos limites orientaes da prov. de Angola. Foi atravessado em 1806 pela expedição portugueza, que de Angola se dirigiu a Tete.

Camochito. Pov. do distr. e com. de Benguella, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, na margem esquerda do Cuanza, a 110 k. a N E do Bié.

Camoeira. Herdade na freg. de S. Marcos da Abobada, conc. e distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Bento do Matto, do mesmo conc e districto.

Camoenga. Serra situada ao O do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, Africa Oriental, na margem direita do Zambeze, entre os rios Zingeze e Paniame.

Camões. Familia originaria da Galliza, onde tinha o seu solar no castello de Camões No tempo d'el-rei D. Fernando passou a Portugal na pessoa de Vasco Pires de Camões (V. *Camões, Vasco Pires de*). Tem por armas, em campo verde ums pescoço de serpe de ouro, saindo de duas rocha de prata, toucadas de vermelho; timbre, o mesmo pescoço.

Camões *(Antão Vaz de).* Filho segundo de João Vaz de Camões. Pelo seu casamento com D. Guiomar da Gama, da familia dos Gamas do Algarve, á qual pertencia Vasco da Gama, foi para a Côrte, indo em 1505 á India como capitão da armada. Esteve tambem com Affonso de Albuquerque na tomada de Gôa.

Camões *(Padre Antonio José).* Presbytero, natural da ilha das Flôres, e vigario em Ponta Delgada. Consta que escreveu no seculo passado uma obra satyrica em verso, intitulada: o *Testamento do burro*, que lhe attrahiu grandes desgostos e perseguições, como declara Drummond, nos seus *Annaes da ilha Terceira*, tomo III, pag. 251 e seguintes. Parece que se imprimiu mais tarde uma edição, trazendo Boston, como indicação da terra, onde se imprimiu, e a data de 1865. O titulo que tem esta edição, de que Innocencio da Silva diz no *Diccionario bibliographico*, vol. VIII, que possuia um exemplar, é o seguinte: *O testamento de D. Burro, pae dos asnos, obra de grande divertimento, nova edição; copiado por um Florentino.* Consta que o padre Camões tambem deixou um interessante *Relatorio*, ou descripção das cousas mais notaveis das ilhas das Flôres e Corvo, o qual em 1822 offerecera ao governador e capitão general dos Açôres.

Camões *(D. Bento).* Conego regrante de Santo Agostinho no convento de Santa Cruz de Coimbra. N. em Coimbra, onde tambem falleceu a 2 de janeiro de 1547. Era filho de Antão Vaz de Camões e de Guiomar da Gama, tio do grande epico Luiz de Camões. A 30 de julho de 1539 foi eleito prior triennal de Santa Cruz de Coimbra, logar de que tomou posse em 6 de agosto, e por carta de provisão de 15 de dezembro, passada por D. João III, foi nomeado cancellario da Universidade, cargo que começou a exercer em janeiro de 1540. A Universidade, que estava em Lisboa, havia sido transferida para Coimbra em 1537, e na data citada de 15 de dezembro de 1539 D. João III concedeu o titulo de cancellarios aos priores de Santa Cruz, sendo D. Bento de Camões o primeiro que exerceu este elevado cargo. Varão de grandes virtudes, D. Bento de Camões era um visionario, que pretendia que estando na sua cella resando lhe apparecera el-rei D. Affonso Henriques annunciando-lhe o dia em que devia morrer. Exerceu muita influen-

cia no espirito do sobrinho, que lhe dedicou os seus primeiros versos, uma elegia á paixão de Christo.

Camões (*João Vaz de*). Filho segundo de Vasco Pires de Camões; foi vassallo d'el-rei D. Affonso V, titulo muito importante n'aquelle tempo, servindo com elle nas guerras de Africa e de Castella. Exerceu o cargo de corregedor de Coimbra, e foi ás Côrtes como procurador d'aquella cidade. Esteve tambem com D. Affonso na batalha de Toro, e casou com Ignez Gomes da Silva, de quem teve um filho, chamado Antão Vaz de Camões. V. *este nome*.

Camões (*Luiz Vaz de*). Principe dos poetas portuguezes. N. em Lisboa em 1524, fal. n'esta mesma cidade a 10 de junho de 1580. Era filho unico de Simão Vaz de Camões, e de sua mulher D. Anna de Sá e Macedo, filha de Jorge de Macedo e aparentada com a casa de Vimioso. Em 1527, declarando-se grande epidemia de peste, D. João III e a Côrte fugiram para Coimbra, e Simão Vaz de Camões acompanhou el-rei, com sua mulher e seu filho, que apenas contava tres annos. Quando D. João voltou para Lisboa, conseguiu ficar em Coimbra em companhia de seu irmão, D. Bento de Camões, conego de Santa Cruz, e mais tarde, attendendo ao estado precario da sua casa, partiu para a India em busca de melhor fortuna. D. Anna ficou só com o filho, sendo muito auxiliada pelo cunhado, que se tornou um desvelado protector de seu sobrinho. Aos 10 annos, em 1534, matriculou-se Luiz de Camões n'um dos collegios que tinha o convento de Santa Cruz, onde seguiu o curso de artes, que constava de quatro annos, sendo por isso mais tarde chamado *bacharel latino*, por Falcão de Rezende. Quando a Universidade voltou novamente para Coimbra, em 1537, Luiz Vaz, como o poeta era mais conhecido entre os escolares, foi ali matricular-se em Theologia. A sua vida de estudante tornou-se irrequieta e desordeira. O tio D. Bento de Camões andava muito desgostoso, porque desejava que o sobrinho seguisse a vida ecclesiastica, e via-o muito requestador de damas, mostrando pouca vocação para a egreja. Chegando aos 17 annos, em 1541, conseguiu licença para deixar as aulas de Theologia, e seguir o curso de Philosophia. Já então se revelava poeta, e compoz uma elegia á paixão de Christo, que offereceu ao tio, que muito lhe agradou a offerta, reconhecendo o seu grande estro poetico. Aos 20 annos, em 1544, encontrou-se pela primeira vez na egreja de Santa Cruz de Coimbra, nas festas da Semana Santa, com D. Catharina de Athaide, dama da rainha D. Catharina, filha de D. Antonio de Lima, mordomo-mór do infante D. Duarte, e d'este encontro nasceu a ardente paixão, que lhe devia ser bem fatal. N'esse mesmo anno, n'um sarau a que assistiu na segunda feira de Paschoa, em casa de D. Diogo de Sampaio, e em que se combinara um torneio poetico entre o poeta da Côrte Pedro d'Andrade Caminha e Luiz Vaz de Camões, D. Juan Ramon, sobrinho do lente da Universidade Martim Azpilcueta, julgou-se offendido por causa d'uns versos de Camões, seguindo-se um duello em que o hespanhol ficou ferido, sendo preso o poeta. Os estudantes protestaram, o conego D. Bento empregou toda a sua influencia, apresentando-se então em casa do referido lente com sua cunhada, D. Anna de Sá, e só no fim de muitas discussões e instantes pedidos é que se conseguiu o perdão de Camões, com a condição de ser desterrado durante um anno para Lisboa. Luiz Vaz partiu então para a capital, depois de se despedir de sua mãe e de seu tio, que ficaram pezarosos com aquella separação. Sendo apresentado na côrte litteraria da infanta D. Maria, conviveu com os poetas d'aquella epoca, ganhando a affeição de D. Manuel de Portugal, ainda seu parente, João Lopes Leitão e Jorge da Silva, tambem perseguidos por questões amorosas; outros poetas invejavam o esplendor d'aquelle genio privilegiado, rebaixando sempre os seus versos, criticando-os traiçoeiramente; estes poetas eram Jeronymo Corte Real e Pedro d'Andrade Caminha, o mais implacavel inimigo de Camões. Os amores do poeta com D. Catharina de Athaide descobriram-se talvez por melindres de outras duas damas de egual nome, uma filha de D. Alvaro de Sousa, e outra filha do segundo almirante D. Francisco da Gama. Camões foi então victima de muitas intrigas, tanto em Lisboa, como em Cintra, onde se reunia a Côrte, sendo os seus versos sempre escutados com verdadeiro interesse pelas damas, que os preferiam aos dos outros poetas, o que mais augmentava ainda a inveja de Pedro Caminha. A paixão que D. Catharina de Athaide lhe inspirara, e que não pudera totalmente dissimular, a sua querida Natercia, como elle lhe chamava nos seus versos, em anagrama do nome de *Caterina*, as torturas que soffria pelas intrigas que lhe forjavam, para o desprestigiarem e afastal-o da Côrte, tudo o obrigou a desterrar-se, indo viver sem destino para o Alemtejo. Espalhada a noticia de cêrco do Mazagão, Camões teve a idéa de ir militar em Africa em 1547. Serviu dois annos em Ceuta, condição então exigida para entrar no goso d'uma commenda; ahi começou a vêr os symptomas da decadencia portugueza, que lhe suscitaram o pensamento de fixar para sempre o quadro da sua grandeza historica. N'uma surpreza dos tribus kabylas, de que pôde salvar-se pela sua valentia, perdeu o olho direito, accidente a que elle chama o *fructo acerbo de Marte*. Ao receber-se na Côrte esta noticia, houve quem aproveitasse aquella honrosa cicatriz para motejos e satyras, chamando-lhe *cara sem olhos* e *poeta d'um olho só*. Com o regresso de D. Affonso de Noronha em 1549, que estava despachado vice-rei da India, saiu Camões de Ceuta, acompanhando-o para Lisboa, e inscreveu-se então na Casa da India em 1550, para sair como homem de guerra na armada que partia n'esse anno. O tio D. Bento já havia fallecido, seu pae regressara a Portugal, e vivia em Lisboa com sua

Luiz Vaz de Camões

mulher, mas falleceu n'esse anno de 1550, ficando unicamente D. Anna de Sá, que estava gravemente doente. A pobre senhora dispunha sómente d'uns pequenos recursos que seu marido havia trazido da viagem D. Manuel de Portugal, sabendo d'esta dolorosa situação, foi ao paço com D. Affonso de Noronha, impetrar a clemencia real, para que Luiz de Camões ficasse em Lisboa, mas só puderam conseguir, que fôsse perdoado com a prohibição formal de apparecer nos paços, quer d'el-rei quer da sua real familia, sob pena de ser mandado em ferros para o Brazil, ficando-lhe até fóra dos paços prohibido de se encorporar com os fidalgos da Côrte em qualquer acto publico. Camões não queria acceitar semelhante perdão, mas D. Manuel pediu-lhe que o não rejeitasse, em nome de sua mãe viuva e sem arrimo Camões resignou-se, e começou a trabalhar na sua immortal obra, os *Lusiadas*, poema que lhe resgataria talvez as culpas de que o accusavam, e lhe abriria novamente as portas do paço, porque sendo o principe D. João, filho de D. João III, muito amante da poesia, contava com a sua protecção, se pudesse conseguir ler-lhe o poema. Assim se passaram dois annos com muitos sacrificios; D. Anna de Sá restabeleceu se, e Camões tinha já muito adeantados os *Lusiadas*. Deu-se, porém, um novo incidente, e bem funesto. Era o dia do Corpo de Deus de 1552; quando Gonçalo Borges, moço dos arreios de D. João III, passava no Rocio para a rua de Santo Antão, dois embuçados riram-se do seu garbo, e acharam-se d'ali de repente as espadas desembainhadas. Por fatalidade appareceu Camões, e conhecendo os embuçados como seus amigos, atirou uma espadeirada a Gonçalo Borges, que o fez cair do cavallo, já moribundo. Então é que ficou irremediavelmente perdido; foi preso e encerrado na cadeia do Tronco da Cidade, onde jazeu perto d'um anno, saindo a 7 de março de 1553, livre por perdão do proprio Gonçalo Borges, que conseguira restabelecer se. Tinha, porém, de partir para a India na armada, a 24 d'esse mez, capitaniada por Fernão Alvares Cabral, embarcando na nau *S. Bento*. Uma terrivel tempestade destroçou a armada, e apenas a nau *S. Bento* pôde chegar em principio de setembro d'esse anno á India, sem ter aportado a Moçambique. Entrando em Gôa partiu logo para uma expedição perigosa contra a Chembé; em 1554 esteve no largo e doentio cruzeiro do Mar Roxo junto ao Monte Felix, regressando a Gôa na epoca dos festejos pela nomeação do governador Francisco Barreto, em 1555, em que cooperou com o seu auto de *Filodemo*, e em que contrahiu os odios que o fizeram ser mandado para Macau. Segundo os chronistas, a vida em Gôa era então muito dissoluta, e Francisco Barreto, bastante severo, quiz assignalar o seu governo pela reorganisação dos serviços publicos. Foi n'esta crise que escolheu Camões para provedor-mór dos defuntos e ausentes de Macau, logar judicial-administrativo, que longe da metropole das colonias só poderia ser exercido por um homem conhecedor de direito, valente e honrado. Camões partiu para Macau em 1556, regressando a Gôa no fim de dois annos em 1558, debaixo de prisão, por ser victima de novas intrigas. Durante o tempo que esteve em Macau continuou escrevendo o seu immortal poema, vivendo na celebre e memoravel gruta, que fica collocada dentro d'uma quinta, a pouca distancia d'aquella cidade. No centro vê-se hoje o busto de Camões, sobre um pedestal; o busto foi modelado por Bordallo Pinheiro, e fundido no arsenal do exercito de Lisboa (V. *Macau*). No regresso a Gôa naufragou na foz do rio Mecon, nas costas de Cambodje, onde se salvou a nado, salvando tambem a odyssêa das glorias portuguezas. Ao chegar a Gôa, foi logo recolhido á cadeia, e ali recebeu então a noticia da morte prematura de D. Catharina de Athaide, succedida em 1556. A 3 de setembro de 1558 succedeu no governo da India o vice-rei D. Constantino de Bragança, e o poeta foi logo posto em liberdade. Em 1561 houve novo vice-rei, o conde de Redondo, que soube aproveitar-se do talento de Camões para trabalhos da sua secretaria. A situação economica do poeta não melhorara, e no anno de 1562 encontramol-o preso por dividas a requerimento de Miguel Rodrigues, de alcunha o *Fios Seccos*. Um gracioso memorial dirigido ao conde de Redondo lhe fez recuperar a liberdade. Este vice-rei falleceu em fevereiro de 1564, e Camões gosando vida mais socegada, continuou a empregar-se no serviço das armas. No entretanto, as saudades da patria amarguravam-lhe o coração, e resolveu voltar a Portugal, acompanhado por um escravo chamado Antonio, natural de Java, que muito se lhe affeiçoara, e que sempre o acompanhou no resto da vida. Pedro Barreto partiu de Gôa para Moçambique, de cuja capitania ia tomar posse, e offereceu a Camões leval-o comsigo, porque seria mais facil encontrar ali embarcação que levantasse ferro para Portugal. Camões acceitou, mas em Moçambique, por causa d'uma questão que tivera com Pedro Barreto, ficou reduzido a grande miseria, de que seria victima, se não arribasse em 1569 a nau *Santa Fé*, que trazia para Portugal o vice-rei D. Antão de Noronha, onde alguns amigos do poeta o auxiliaram, dando-lhe roupa. A nau *Santa Fé* chegou a Cascaes a 7 de abril de 1570. Camões veiu achar Lisboa, depois de dezeseis annos de ausencia, devastada pela terrivel *Peste grande*, nome porque ficou sendo conhecida na historia. Encontrou sua mãe muito velha e muito pobre, e n'este desalento, para maior desgraça, roubaram-lhe ainda o seu livro de versos, e *foi furto notorio*, como escreve Diogo do Couto. Nunca se descobriu o roubador, e Camões não chegou a vêr impressa a sua poesia lyrica. O seu grande poema, é que conseguiu, depois das maiores difficuldades, um alvará em 23 de setembro de 1571, para o imprimir, mas só se publicou em principio de julho de 1572, sendo-lhe dada em 28 d'esse mez a tença de 15$000 réis pela sua *habilidade e sufficiencia* durante tres annos, sendo renovada a 2 de agosto de 1575. Camões continuava a ser guerreado, por que D. Sebastião, projectando a sua viagem a Africa em 1578, escolheu para cantor da sua futura victoria o poeta Diogo Bernardes. O resto da vida de Camões foi uma completa amargura, e os seus soffrimentos ainda mais se lhe aggravaram, quando se recebeu em Lisboa a noticia do desastre de Alcacer-Kibir. Na sua grande miseria, o jau, que o acompanhara do Oriente a Lisboa, prestou-lhe o mais dedicado e affectuoso auxilio, chegando a pedir esmola, ás occultas do poeta, para lhe acudir ás instantes necessidades da vida. Assim falleceu o grande poeta, n'uma pobre

casa da calçada de Sant'Anna, ao abandono, tendo por companhia unicamente sua mãe, e o fiel escravo, o jau Antonio. Em alvará de 31 de maio de 1582, o rei Filippe II, já então de posse de Portugal, mandou transferir para D. Anna de Sá a terça de 15$000 réis, por ser *muito velha e muito pobre*. As edições dos *Lusiadas* são numerosas; o immortal poema está traduzido em todas as linguas (V. *Lusiadas*). Camões escreveu tres comedias: *El-rei Seleuco*, o *Amphitrião* e *O Filodemo*, que se representaram em Lisboa. Além dos *Lusiadas*, compoz formosos versos elegiacos, bucolicos, satyricos, e uma collecção de *sonetos* muito apreciaveis; *Rimas*, publicadas em Lisboa em 1595, tendo depois muitas edições. Tem-se escripto muito ácerca do grande poeta; mencionaremos o *Plutarcho portuguez*; *Camões*, poema do visconde d'Almeida Garrett; *Camões*, drama do visconde de Castilho, representado no Brazil, e impresso em 1849; *Camões*, drama de Cypriano Jardim, representado no theatro de D. Maria, por occasião das festas do centenario, em 1880; *Historia de Camões*, pelo dr. Theophilo Braga; *Diccionario bibliographico*, tomos 5, 14 e 15; *Luiz de Camões*, romance historico por Antonio de Campos Junior, etc. Em 1867 inaugurou-se em Lisboa a estatua de Camões, na praça que tomou o nome do grande poeta (V. *Lisboa*). Em Combra tambem se erigiu um monumento em 1881 (V. *Coimbra*). Em 10 de junho de 1880 festejou-se solemnemente o terceiro centenario da morte do grande poeta, havendo um pomposo cortejo civico e brilhantes illuminações. Em Coimbra tambem se commemorou o terceiro centenario com solemnes festejos.

Camões *(Simão Vaz de)*. Filho primogenito de João Vaz de Camões, nascido em Lisboa nos ultimos annos do seculo XV. Com este nome conhecem-se mais: Simão Vaz de Camões, neto de João Vaz de Camões e pae de Luiz de Camões; Simão Vaz de Camões, filho de Duarte de Camões de Tavora e de D. Izabel Lobo, que em 1562 casou em Coimbra com Francisca Rebella, filha de Alvaro Cardoso.

Camões *(Thadeu Luiz Antonio Lopes da Fonseca de Carvalho)*. Fidalgo de Guimarães, que viveu no seculo XVIII. Escreveu umas *Memorias genealogicas ecclesiasticas e seculares da villa de Guimarães*, que ficaram ineditas e serviram de valioso auxilio a D. Antonio Caetano de Sousa, para a sua obra *Historia Genealogica da Casa Real*. Teixeira de Aragão, no vol. II, pag. 44 da sua *Numismatica*, cita um trabalho de Carvalho Camões, que vem no livro intitulado *Guimarães agradecido*, etc.

Camões *(Vasco Pires de)*. Fidalgo oriundo da Galliza, que emigrou para Portugal, por haver tomado o partido d'el-rei D. Fernando nas guerras d'este monarcha contra Henrique II, de Castella. A rainha D. Leonor Telles tinha por elle grande consideração; nomeou-o aio de d'um filho do conde de Barcellos, dando-lhe depois a alcaidaria de Alemquer. Quando o Mestre de Aviz cercou esta villa no anno de 1384, Vasco Pires de Camões defendeu-se intrepidamente, e tendo conseguido uma capitulação honrosa, obteve que se reservassem os direitos de D. Leonor, a quem sempre se conservou fiel. Sendo outra vez Portugal invadido pelos castelhanos, serviu nas suas fileiras, ficando prisioneiro em Aljubarrota. Além da alcaidaria de Alemquer, el-rei D. Fernando deu-lhe por mercê de 2 de setembro de 1373 a quinta de Gestaçô e mais terras de Montemór-o-Novo, bem como as villas de Sardoal, Punhete, hoje V. N. de Constancia, Marvão, V. N. de Anços, a quinta do Judeu em Santarem, e outras terras e herdades, que depois fôram confiscadas por D. João I, deixando-lhe, comtudo, as herdades de Evora, Extremoz e Aviz, que a infanta D. Beatriz havia possuido, e de que fez varios morgados conhecidos pelo nome das *Camoeiras*. Vasco Pires de Camões era tambem poeta, e o marquez de Santillana cita-o como um representante dos ultimos restos da escola provençal da Peninsula, na carta que dirigiu ao condestavel de Portugal. Foi casado com uma senhora chamada Maria ou Francisca Tenreira, da qual houve tres filhos, sendo o primogenito Gonçalo Vaz de Camões. O filho segundo, João Vaz de Camões, foi o avô do grande poeta Luiz de Camões.

Camões. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco. ‖ Herdade na freg. de S. Domingos, de Maranhão, conc. de Aviz, distr. de Portalegre. ‖ Horta, montinho e quinta, na freg. da sé, conc. de Evora.

Camões pequeno. V. *Alvares da Nobrega (Francisco)*.

Camões do Rocio. Nome por que era conhecido o corregedor do Rocio, Caetano José da Silva Souto-Maior V. *Souto-Maior*.

Camolla *(Casal da)*. Na freg. de N. S.ª das Neves, conc. e distr. de Beja.

Camoma. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camomo. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camona. Ilha da Africa Occidental, no archipelago de Bijagoz, na costa da Guiné, muitissimo proxima da ilha Corete, a ponto de parecer formar com esta uma só ilha. Ficam-lhe fronteiros os ilhéos de Caió.

Camondos. Pov. da freg. de S. Lourenço, de Arranhó, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

Camoneana. Collecção de edições das obras de Camões, e das obras litterarias que a elle se referem. Entre os colleccionadores mais notaveis pódem citar-se visconde de Juromenha, Fernando Pereira Palha, Brito Aranha, Ernesto do Canto, drs. Xavier da Cunha, Carvalho Monteiro, Theophilo Braga, etc., etc. Algumas bibliothecas nacionaes e estrangeiras possuem vastas *Camoneanas*. D'ellas estão publicados os respectivos catalogos. Entre outros, temos nota dos seguintes: *Catalogo da camoneana da Bibliotheca Publica Municipal do Porto* por José Pedro de Lima Calheiros; *Bibliographia Camoneana* por Theophilo Braga. *Catalogo d'uma collecção Camoneana*, exposta na bibliotheca de Ponta Delgada, 1880. *A obra de Camões*, por Brito Aranha, dois volumes com numerosas referencias á bibliographia camoneana. *Camoens and Camoniana*, catalogo de uma importantissima camoneana offerecida á venda em Londres, 1890.

Camongo. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camongua. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. ‖ Outra pov. do mesmo conc. e districto.

Camongua-d'aquella. Pov. do conc. de Am-

baca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camonquije. Rio situado nas terras de Cazembro, sertão da Africa Oriental, a N O do distr. de Tete, prov. de Moçambique.

Camorlim. Pov. da India, na regedoria de Colvale, prov. de Pernem, 1.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, na margem esquerda do rio Chaporá. || Pov. na freg. de Raia, prov., distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa. || Pov. da prov., distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, India.

Camosa. Logar na freg. de Santa Maria, de Sobrado e conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Camossassa. Pov. do conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camoucho *(Quinta do)*. Na freg. de S. Domingos, de Janeiro de Baixo, conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Camoura *(Quinta da)*. Na freg. de S. Thiago e conc de Soure, distr. de Coimbra.

Campa. Pov. na freg. do Salvador, de Lordello, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Anta, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Castellões, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Logar na freg de Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. João Baptista e conc. da Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Pedro Fins, de Sanfins, conc. de Valle Passos, distr. de Villa Real. || Quinta na freg. de S. Julião, de S. Gião, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Campados. Pov. na freguezia do Salvador, de Torre, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. do Salvador, de Lama, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Campainha. Pov. na freg. de S. Christovão, de Rio Tinto, concelho de Gondomar, distr. do Porto.

Campanador *(Monte do)*. Na freg. do Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja.

Campanario. Pov. e freg. de S. Braz, na ilha da Madeira, conc. de Camara de Lobos, com., distr. e bisp. do Funchal; 3:342 hab. e 585 fog. Tem esc. do sexo masc. e est post. permutando malas com o Funchal. Pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 27, com a séde no Funchal. || Ilha das Flôres, pov. na freg. de N. S.ª dos Milagres, de Lagedo, conc. de Lagens das Flôres, distr. de Horta. || Logar na freg. de S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, distr de Vizeu. || Quinta na freg. de N. S.ª da Expectação, de Nogueira do Cravo, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Campanas. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Covões, concelho de Cantanhede, districto de Coimbra.

Campanha. Termo empregado para designar o serviço e a situação dos militares em tempo de guerra. Fazer serviço de campanha em tempo de paz é exercitar-se a applicar ao campo as regras e as prescripções relativas ás operações das tropas em campanha. || *Peças de campanha;* pequenas peças de artilharia, faceis de manobrar, que as tropas levam comsigo em tempo de guerra.

Campanhã *(Balthazar de Almeida Pimentel, 1.º barão, 1.º visconde e 1.º conde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real pelo alvará de 18 de junho de 1834; gentil-homem da camara d'el-rei D. Luiz I, com exercicio na de seu pae, el-rei D. Fernando, de quem foi ajudante de campo, cargo que tambem exerceu junto de D. Pedro IV e do principe D. Augusto de Leuchtemberg; do conselho de D. Maria II e de D. Pedro V; deputado, par do reino, general de divisão, etc. N. em Almeida a 18 de outubro de 1791, fal. a 29 de maio de 1876. Era filho de Antonio Marçal d'Almeida Pimentel, cavalleiro fidalgo da Casa Real pelo alvará de 30 de março de 1748; cavalleiro professo da ordem de Christo, sargento-mór de infantaria reformado, governador da praça de Penamacor, casado com D. Maria Eusebia Rebocho, filha de João Antonio Rebocho, sargento-mór reformado, governador da praça de Trancoso. Assentou praça como cadete a 12 de abril de 1799, no regimento de infantaria de Penamacor, e passou depois ao de Almeida; foi despachado porta-bandeira em 1802, e promovido a alferes em dezembro de 1805. Tomando parte na legião portugueza, organisada por Junot, deixou o nosso paiz na primavera de 1808, seguindo para Valladolid, e d'ahi para França, entrando nas campanhas da Austria em 1809, da Russia em 1812, e da Prussia em 1813, nas quaes os soldados portuguezes da legião do marquez de Alorna, por vezes mereceram os elogios e louvores do imperador Napoleão Voltou á patria em novembro de 1814, e quando rebentou a revolução de 1820 apresentou-se para servir a junta, sendo n'essa occasião nomeado ajudante d'ordens de Sepulveda, segundo commandante do exercito nacional e real do sul, e promovido a tenente em dezembro d'esse mesmo anno. Em principios de 1823 serviu interinamente de quartel-mestre general do exercito de operações, passando em seguida a ajudante de campo do general Rego. Tendo sido nomeado ajudante e instructor do corpo collegial da Luz em outubro de 1824, foi escolhido em janeiro de 1827 para ajudante d'ordens na divisão auxiliar ingleza commandada por Cliuton, e em dezembro seguinte promovido a capitão. Emigrando em julho de 1828 pela Galliza para Inglaterra, d'ali embarcou em junho de 1829 para a ilha Terceira com o conde de Villa Flôr, então marechal de campo e mais tarde duque da Terceira, e outros officiaes. Chegou a Angra do Heroismo a 22 do referido mez de junho, atravez de bastantes navios de guerra, tanto portuguezes como inglezes, os quaes estando combinados, impediam o accesso dos emigrados liberaes áquella ilha. Desembarcando afinal, o conde de Villa Flôr tomou logo posse do cargo de governador e ca-

Conde de Campanhã

pitão general dos Açôres, e encarregou o capitão Almeida Pimentel da repartição de quartel-mestre general, que se conservou n'esta posição até que em 27 de julho de 1832 foi escolhido por D. Pedro IV para seu ajudante de campo, com quem desembarcara nas praias do Mindello em 8 d'aquelle mez. Durante o periodo que comprehende todo o tempo das campanhas da liberdade nos Açôres, e desembarque no Mindello, e ainda os primeiros dias de lucta na cidade do Porto, o futuro conde de Campanhã, no desempenho das obrigações do seu cargo, prestou muitos serviços á causa constitucional. A 6 de agosto do referido anno de 1832 foi promovido a major, continuando na defeza do Porto com a mais decidida coragem e bravura, merecendo repetidos elogios na *Chronica*, obtendo em julho de 1833 os postos de tenente-coronel e de coronel, sendo tambem agraciado com as commendas das ordens da Torre e Espada e de S. Bento de Aviz, recebendo depois, em 1834, a de Nossa Senhora da Conceição, e a carta de conselho. Quando o coronel de caçadores n.º 5, Silva Pereira, mais tarde conde das Antas, foi promovido ao generalato, o coronel Pimentel ficou-o substituindo n'aquelle commando. Juntamente com o marquez de Ficalho, foi incumbido de ir ao Porto entregar á camara municipal o chapéo e a espada de D. Pedro IV, assim como o coração do mesmo soberano, por elle legado á cidade Invicta, o qual está depositado n'um pequeno mausoléo, na capella-mór da egreja da Lapa, do lado do Evangelho. Em 1835 passou a ajudante de campo do principe D. Augusto de Leuchtemberg, primeiro marido de D. Maria II, e pelo fallecimento d'este principe, ficou exercendo egual cargo, junto d'el-rei D. Fernando, com quem a soberana casara em segundas nupcias, em 9 de abril de 1836. Em 1842 foi promovido a brigadeiro, em 1844 a chefe do estado maior de operações, e em outubro de 1846 a quartel-mestre general, servindo n'esta posição até 1851, em que el-rei D. Fernando deixou o commando em chefe do exercito. Quando falleceu, era o general de divisão mais antigo do exercito. Foi-lhe concedido o titulo de barão de Campanhã, por decreto de 20 e carta de 25 de junho de 1835; elevado a visconde por decreto de 21 de maio, e carta de 1 de junho de 1844, e a conde por decreto de 30 de setembro, e carta de 3 de outubro de 1862. Foi deputado nas legislaturas de 1844, e 1848-1851; par do reino, por carta regia de 15 de dezembro de 1849, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara, em sessão de 7 de janeiro de 1850. Era grã-cruz das ordens militares de S. Bento de Aviz e da Torre e Espada; commendador da ordem de N. S.ª da Conceição. Tinha as seguintes distincções estrangeiras; grã-cruz das ordens de Aguia Vermelha da Prussia; de Alberto *o Valoroso* da Saxonia; de S. Mauricio e S. Lazaro de Italia; do Nichan Iftikar de Tunis; commendador da Legião de Honra, de França; grande official de Leopoldo da Belgica; e condecorado com a medalha franceza de Santa Helena. Casou a 11 de agosto do anno de 1835, com sua sobrinha D. Maria Bernardina de Passos d'Almeida Pimentel, 4.ª filha de sua irmã D. Luiza Delfina de Passos d'Almeida Pimentel, casada com Bernardo José de Passos, natural da cidade de Braga. A condessa falleceu a 24 de abril de 1849, sem deixar geração, ficando successora do titulo de condessa de Campanhã, em remuneração dos serviços prestados por seu tio, o 1.º conde, D. Marianna Emilia de Macedo de Passos d'Almeida Pimentel, filha de D. Marianna Narcisa de Passos d'Almeida Pimentel, 1.ª filha de Bernardo José de Passos, casada com Domingos Bernardino Vellozo de Macedo, bacharel formado em Canones, juiz de fóra da comarca de Cabeço de Vide, e depois juiz dos orphãos de Barcellos. A 2.ª condessa de Campanhã, tambem já hoje fallecida, nasceu a 23 de abril de 1834, e casou a 8 de fevereiro de 1877 com seu cunhado João Rodrigues da Silva Santos, primeiro verificador da Alfandega Grande de Lisboa, viuvo em primeiras nupcias de sua irmã D. Maria Adelaide de Macedo de Passos Pimentel.

Campanhã. Antiga villa e freg. da prov. do Douro, nos arrebaldes do Porto, tendo a invocação de N. S.ª do Rosario, hoje pertencente ao bairro oriental da referida cidade, tendo a população, pelo censo de 1.º de dezembro de 1900, de 12:718 hab., sendo 6:308 do sexo masc. e 6.410 do fem. Era couto dos bispos do Porto, e pertencia ao *termo velho*, pelo que tinha todos os privilegios e honras d'aquella cidade. Está situada n'um terreno accidentado, muito fertil e saudavel, abundante d'aguas, e correndo-lhe pela extremidade N o rio Douro, cujas margens são pittorescas. O orago da actual freguezia é N. S.ª de Campanhã, nome derivado por ter sido encontrada a imagem n'uma *campina*, segundo conta a lenda, em tempos muito remotos, tendo terminado uma batalha contra os moiros. Construiu-se logo uma ermida no local onde apparecera, dando-se-lhe o nome de N. S.ª da *Entrega*, formando-se mais tarde uma vasta capella. No reinado de D. Affonso Henriques ou de D. Sancho I, transformou-se a capella em egreja, com a invocação de N. S.ª de Campanhã, construindo-se a seu lado um convento de frades benedictinos, ou de templarios, que foi depois supprimido por falta de rendimentos, passando então a commendatarios, pois com as suas rendas se formou uma commenda de Christo, que rendia mais de 1:200$000 réis, e foi da casa dos Monteiros Pains. A povoação é antiquissima; ainda antes do anno de 1169, o bispo do Porto, D. Pedro Senior, fez doação da sua herdade de Campanhã aos conegos da sé d'esta cidade. N'esta doação dá-se-lhe o nome de *villa*. A egreja é um espaçoso templo d'uma só nave, com a frontaria de granito. A imagem de Nossa Senhora é toda de pedra e bem acabada. O bispo do Porto apresentava o reitor, que tinha de rendimento réis 400$000. A 8 de setembro faz-se uma romaria, que é uma das mais animadas e concorridas da cidade. A egreja foi roubada em 1809 pelos francezes do commando do general Soult, que, não contentes com o saque, a desmantelaram. Durante a campanha de 1828 a 1834, tambem soffreu bastante, chegando a estar fechada mais de um anno. Fizeram-se depois bastantes reparos, e em 1862 se lhe accrescentou a capella-mór, collocando-se-lhe na torre um relogio. Campanhã tinha antigamente juiz ordinario, que era tambem almotacé do couto, sendo confirmado pelo bispo, servindo de escrivão um ecclesiastico. Passa aqui o Rio Tinto, que se mette no Douro, no sitio do Esteiro, e outro ribeiro, chamado *Ribeirinho*, que nasce no logar de Ba-

guim do Monte, freguezia de Rio Tinto, e se mette no Douro em Campanhã de Baixo. Ambos regam e móem. Em Campanhã ha vestigios de grandes obras de mineração do tempo dos romanos e dos moiros. Na quinta do Pinheiro d'esta freguezia está situado o seminario dos meninos desamparados, que foi fundado em 6 de janeiro de 1814 na antiga rua das Hortas, hoje rua do Almada, e depois de se ter estabelecido em outros locaes, veiu installar-se na quinta do Pinheiro em 1863, que lhe foi legada em testamento por Luiz Antonio de Lima, juntamente com outros bens. Este asylo recolhe e educa creanças abandonadas do sexo masculino. Em Campanhã ha bonitas e importantes quintas. Tem estação do caminho de ferro, que é uma das melhores e mais vastas do paiz. Quando por decreto de 14 de julho de 1872 foi votada a construcção da linha ferrea do Minho, escolheu-se para a sua estação *terminus* o sitio do Pinheiro, por coincidir com o ponto que estava destinado a ser a *terminus* da linha do Norte, completa que fôsse a 5.ª secção d'esta que devia ligal-a com a cidade do Porto. Os trabalhos fôram inaugurados em 8 de julho d'esse anno, anniversario do desembarque dos liberaes nas praias do Mindello, e em 20 de maio de 1875 saía d'ali o primeiro comboio para Braga, inaugurando-se assim a linha do Minho. A 4 de novembro do mesmo anno a estação de Campanhã ficou ligada á linha do Norte pela inauguração da ponte Maria Pia, que se realisou n'esse dia. A estação está collocada nos verdejantes campos do Pinheiro e do Godim, e parte das antigas quintas do barão de Vallado e do commendador Lima. Além do edificio principal, que consta de tres corpos, tem varias dependencias. A sua construcção transformou por completo aquelle local. Edificaram-se em volta largas avenidas e elegantes habitações. O relogio, que se vê no alto do corpo principal, é uma boa peça mechanica com transmissão para o interior da gare. Em 1899, quando se declarou no Porto a epidemia da peste bubonica, estabeleceu-se em Campanhã um posto de desinfecção. A esta freguezia pertencem os logares de Ranha e Villa Cova, Casal, Ribeirinho, Tirares e Pero Negro, desannexados da freg. de Rio Tinto, aquelles dois primeiros por decreto de 21 de novembro de 1895, e os restantes, bem como os que se seguem, por decreto de 13 de janeiro de 1898; Furamontes, Aguas Ferreas, Azevedo, Areias e Lagôa, desannexados da freg. de Fanzeres, logar e rua de Campanhã de Baixo, logares de S. Pedro, Fatime, Mêiral, Granja, Outeiro do Tine e Campos, desannexados da freg. de Valbom. || Logar na freg. de S. Mamede, de Negrellos, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Quinta na freg. de S. Faustino e conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real.

Estação do Caminho de Ferro em Campanhã

Campanhas. Logar na freg do Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Campanhó. Pov. e freg. de Santa Barbara, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Mondim de Basto, com. e distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 408 hab, e 84 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 14 k. da séde do conc. e está situada em uma aspera montanha, nas abas da serra do Marão. Eram seus donatarios os marquezes de Marialva. A egreja parochial ficava annexa á de S. Vicente de' Ermêllo, e era o abbade d'esta freg. que apresentava annualmente o cura, que tinha 15$000 réis e o pé d'altar. Passa aqui o rio Olo. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 19, com a séde em Chaves. Tendo sido por decreto de 26 de setem-

bro de 1895 agrupada ao conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga, e ao mesmo annexada pelo decreto de 26 de junho de 1896, que supprimiu o de Mondim de Basto, voltou a este, que ficou restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898.

Campanorio. Logar na freg. da Sé, conc. e distr. de Faro.

Camparea. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Camparrão *(Herdade do).* Na freg. de N. S.ª da Atalaia e conc. de Fronteira, districto de Portalegre.

Campas. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Sabrosa, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Verissimo, de Lagares, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santo André, de Padronello, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Fazenda na freg. de S. Matheus, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Quinta na freg. de S. Julião e conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Campeã. Pov. e freg. de Santo André, da prov. de Traz-os-Montes, conc., e com. e distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 1:943 hab. e 514 fog. Tem correio e escolas para ambos os sexos. A pov. dista 14 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie, na serra do Marão. Era do Infantado, e povoação muito antiga. O arceb. de Braga apresentava o abbade, que tinha 700$000 réis de rendimento. A terra é saudavel e muito fertil em milho, centeio, trigo e castanha. Tem a fonte, chamada *do Velho*, que é abundante de boa agua, e duas lagoas: Balça e Sardoura; minas de prata e d'outros metaes. Campeã pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 13, com a séde em Villa Real.

Campeão. Logar na freg. de S. Mamede, de Recezinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Thiago, de Urra, conc. e distr. de Portalegre.

Campeiros. Logar na freg. de Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, distr. de Faro. || Monte na freg. do Salvador e conc. de Aljustrel, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Campelli *(Fr. João da Apresentação)* V. *Apresentação Campelli.*

Campellinho. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Paço Vedro de Magalhães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. do Salvador, de Trofa, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. do Salvador, de Valladares, conc. de V. N. de Gaia. districto do Porto. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Figueira de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Campellinhos. V. *Lama.*

Campello. Tem as mesmas armas que as familias de appellido Campos (V. *este nome*). A primeira pessoa que o usou foi Affonso Fernandes Campello, assim chamado por ter nascido n'uma povoação d'este nome.

Campello (*Antonio José Maria*). Fidalgo da Casa Real, bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, ministro de Estado, etc. N. em Braga a 19 de outubro de 1780, fal. em Lisboa a 18 de fevereiro de 1851. Era filho de Paulo José Campello e de D. Thereza Joaquina da Rocha e Lemos. Matriculando-se na Universidade, formou-se em 1801. Exerceu por alguns annos a advocacia, até que foi despachado pela côrte do Rio de Janeiro official da secretaria de estado dos negocios da marinha em Portugal, sendo condecorado com o habito da ordem de Christo, em 1814. Por não ter adherido ao governo do infante D. Miguel, foi demittido em 1828, mas em 1833, depois de restabelecido o governo constitucional, voltou ao seu emprego, sendo então promovido a official maior, por decreto de 29 de julho. Foi eleito deputado em varias legislaturas, agraciado com o fôro de fidalgo da Casa Real, com a commenda da ordem de N. S.ª da Conceição, e com a carta de conselho. Em fevereiro de 1842 fez parte do ministerio, encarregando-se da pasta da Marinha, cargo de que foi exonerado a seu pedido no mez de setembro do mesmo anno, voltando a exercer o logar de official maior da secretaria, que conservou até á data do fallecimento. Collaborou na *Revista Universal Lisbonense,* nos *Annaes Maritimos e Coloniaes,* e em outros periodicos. Escreveu tambem: *Oração recitada na abertura d'uma sociedade em 1804, seguida de versos,* etc., Lisboa, 1805; *Canção patriotica ao Ex.mo Sr. Bispo do Porto,* Porto, 1808; *Ode pindarica offerecida ao Corpo Academico da Universidade de Coimbra,* Coimbra, 1808. Depois da sua morte, em 1853, publicou-se um volume em que estavam colleccionadas muitas poesias, que já tinham saido na *Revista Universal Lisbonense* e em outros jornaes; o volume intitulava-se: *Poesias de Antonio José Maria Campello.* No jornal de Braga *O Moderado* vem publicado um *Exame critico* de Gaspar da Costa Pereira de Vilhena, ácerca d'este livro, nos n.os 6 e 14 de 1853, e n.º 39 de 1854. Campello tambem foi encarregado por mais d'uma vez da redacção do *Diario do Governo.* Teve um filho, João Maria Campello, que publicou alguns artigos na *Illustração,* e na *Revista Universal,* e fal. a 17 de novembro de 1848, perto de tres annos antes de seu pae. Era empregado n'uma das repartições do ministerio da marinha.

Campello *(Bento de Sousa).* Pintor que falleceu nos fins do seculo XVIII. Dedicou-se mais á pintura de flôres. Foi discipulo de José Bernardes, artista muito considerado n'essa especialidade.

Campello *(Fr. Gaspar).* Religioso carmelita, prior de varios conventos da sua ordem, secretario do bispo D. Fr. Thomé de Faria, etc. N. em Lisboa em 1567, fal. no convento do Carmo tambem de Lisboa em 1662, onde professara. Foi organista e mestre dos noviços no convento da sua patria e gozava da reputação de musico profundo, conhecedor dos ritos sacros e de bom latinista. Foi eleito definidor no capitulo celebrado no convento de Moura, a 12 de dezembro de 1598. Tambem exerceu o cargo de prior nos conventos Moura e de Evora. Escreveu: *Processionarium Ordinis Carmelitarum Provinciæ Lusitaniæ,* que se imprimiu em 1610.

Campello *(Manuel).* Pintor de historia, que viveu no seculo XVI. Foi um dos moços artistas, que el-rei D. Manuel mandou estudar a Roma, para se aperfeiçoarem na sua arte, com o trato e a lição dos grandes mestres, que n'essa epoca se chamavam Raphael, Miguel Angelo. Diz-se que Manuel Campello estreitara em Roma cordeaes relações de amizade com Raphael. Quando re-

gressou á patria, já no reinado de D. João III, tinha feito grandes progressos na sua arte, e este monarcha o nomeou pintor da côrte. No mosteiro de Belem, existem alguns quadros de grande valor, que lhe são attribuidos, como o do *Senhor dos Passos*, a *Coroação de espinhos* e a *Resurreição*. Alguns escriptores dão o nome de *Antonio Capello* a este artista, porém, José da Cunha Taborda, a pag. 167 da sua obra *Regras da arte e da pintura*, publicada em 1815, e o cardeal patriarcha D. Francisco de S. Luiz, na *Lista dos artistas*, a pag. 43, edição de 1839, affirmam que o seu nome de baptismo é *Manuel*. Falam d'este pintor, além dos livros citados, o conde A Raczynski, no *Diccionario* e nas *Cartas*, Volckmar Machado, nas *Memorias*, Garrett, no *Retrato de Venus*, e D. Fr. Manuel do Cenaculo, nas *Memorias do pulpito*. Raczynski diz que os quadros de Campello teem sido restaurados, porém muito mal.

Campello. Freg. de S. Bartholomeu, da prov. do Douro, conc. e com de Baião, distr. e bisp. do Porto; 2:053 hab. e 411 fog. A séde do conc. e da com. estão na area d'esta freg. (V. *Baião*). Está situada esta pov. n'um valle entre duas serras. Foi antigamente villa, e tinha juiz ordinario, camara e almotacés, procurador do conc., meirinho, cinco escrivães do judicial, porteiro, um escrivão da camara, dois das sizas e juiz dos orphãos com dois escrivães. O parocho, que era um vigario posto pelo convento de Ancede, tinha as honras de arcediago, porque exercera antigamente as funcções d'esta dignidade ecclesiastica. A terra é fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 13, com a séde em Villa Real. Em Campello ha escolas primarias para ambos os sexos, est. telegr. post., edificio dos paços do concelho, feira annual nos dias 23 e 24 de agosto, e mercado a 8 e 23 de cada mez. Tem uma boa estrada moderna, que deve ligar esta pov. com a estação de Mosteirô, no caminho de ferro do Douro, mas que não está ainda concluida. Na freg. de Campello existiu uma torre, de que restam ainda ruinas, fundada por Jorge Dias Cabral, descendente por bastardia dos senhores de Belmonte, e arcediago de Campello. || Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Estremadura, conc. e com. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 2:002 hab. e 489 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. permutando malas com Figueiró dos Vinhos. A pov. dista 14 k. da séde do concelho. O prior de Miranda do Corvo apresentava o cura, que tinha de renda 60$000 réis. A terra é muito fertil, nos seus montes cria-se bastante gado, e são abundantes de caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 15, com a séde em Thomar. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S. Pantaleão, de Cornes, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Freixo de Cima, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Verissimo, de Tamel, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Varzea, conc. de Goes, distr. de Coimbra; tem caixa post. || Pov. na freg. do Salvador, de Villa Cova da Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Maria de Athães, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. João Baptista, conc. e distr. de Bragança. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Constance, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Godinhaços, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Logar na freg. de N. S.ª da Graça, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Lanhezes, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Paio, de Moreira dos Conegos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. do Salvador, de Pereira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Maria, de Silva, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santo André, de Sobrado, conc. de Vallongo, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Torquato, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Pedro, de Valbom, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santo André, de Varzea da Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Quinta na freg. do Salvador, de Horta, conc. de V. N. de Foscôa, distr. da Guarda.

Campellos. Pov. na freg. do Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Lourenço de Francos, de Miragaia, conc. de Lourinhã, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Linhares, conc. de Carrazêda de Anciães, distr. de Bragança. || Pov. na freg. de Santa Maria-Castello, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de Santa Catharina, de Villa Facaia, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || Logar na freg. de S. Verissimo, de Nevogilde, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Martha, de Serdedello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Campelo *(Fr. João da Apresentação)*. V. *Apresentação*.

Campezinhos. Pov. na freg. de S. Pedro, de Lomba, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Veatodos, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Campia. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Vouzella, distr. e bisp. de Vizeu; 1:629 hab. e 390 fog. Tem caixa do correio. A pov. dista 14 k. da séde do conc. e está situada entre montes, n'uma serra, junto da margem esquerda do rio Alfusqueiro. Era do conc. de Oliveira de Frades e com. de Vouzella, e em outubro de 1871 ficou sendo tambem d'este conc. Foi do padroado real, e o vigario tinha 40$000 réis de rendimento. A terra é fertil e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Campilhas. Ribeira do distr. de Beja, formada de varias ribeiras que nascem na serra do Cercal; passa por Alvalade, onde tem ponte, e entra no rio Sado com um curso de 40 kilometros.

Campilho. Familia nobre oriunda da Hespanha. Passou a Portugal, em 1512, na pessoa de Fabião de Campilho, senhor de Cabriel e Filomela, a quem o duque de Bragança fez fidalgo de sua casa. Fabião de Campilho casou em Chaves, na casa dos Sampaios, familia oriunda dos senhores de Villa Flôr, cuja varonia está na casa do marquez de Sampaio, e d'elle descendem os Campilhos de Vidago e de Vinhaes.

Campilhos. Logar na freg. de S. Bartholo-

meu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Panque, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Campina. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, conc. de Tavira, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Sezures, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Tavira, distr. de Faro. || Logar que está junto aos de Tripado, Bella Salema, Paço Branco e Chambinha, na freg. de N. S.ª da Conceição, conc. e distr. de Braga. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Espite, conc. de V. N. de Ourem, districto de Santarem.

Campina de Baixo. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Campinas. Pov. na freg. do Salvador, de Ramalde, bairro occidental do Porto.

Campinha. Pov. na freg. de S. Pedro, de Sanfins, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Campinho. Pov. na freg. de S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Marcos, de Campo, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora. || Logar na freg. de S. Bento de Aldeia Nova, conc. de Serpa, distr. de Beja. || Logar na freg. de S. Nicolau e conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Martinho, de Candoso, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Christovão, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Thomé, de Correlhã, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Mamede, de Gomide, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Lourenço do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Maria, de Moure, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Maria, de Moz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Romão, de Rendufe, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Maria, de Silvares, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Casal na freg. de N. S.ª d'Ajuda, annexa á da Annunciada, conc. de Setubal, districto de Lisboa.

Campinhos. Pov. na freg. de S. Pedro, de Agrella, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Jazente, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Pedro, de Avintes, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Maria, de Sobre Tamega, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Casal na freg. do Salvador, de Magrellos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Casal na freg. de N. S.ª do Assumpção, de Enxara do Bispo, conc. de Mafra, districto de Lisboa.

Campino. Logar na freg. de S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Monte na freg. de N. S.ª do Rosario, conc. de Arronches, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de S. Thiago, de Urra, conc. e districto de Portalegre.

Campinos. Pov. na freg. de S. Martinho, de Salreu, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro.

Campitos. Logar na freg. de S. Pedro, de Paraizo, conc. de Castello de Paiva, districto de Aveiro.

Campizes. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Ega, conc. de Condeixa-a-Nova, districto de Coimbra.

Campo. Praça ou terreiro sem edificações dentro d'uma povoação. Acampamento ou arraial militar, as tropas que o compõem. || *Campo de batalha:* local onde se dá a batalha. || *Campo de manobras:* extensão de terreno destinado ao exercicio d'um corpo do exercito. || *Um campo de 10:000 homens:* as tropas d'um corpo do exercito. || *Campo volante:* era uma porção do exercito commandada por um major de batalha ou mestre de campo general, para resistir ás correrias do inimigo, atalhar os comboios, e cobrir os logares expostos aos insultos do inimigo. || No brazão chama-se *campo* ao espaço do escudo sobre que se assentam as diversas peças da armaria.

Campo. Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. da Beira Alta, conc., com., distr. e bisp. de Vizeu; 1:302 hab. e 299 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada na estrada que vae de Vizeu para Castro Daire. A terra é pouco fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. O provisor do bispado de Vizeu apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de renda e o pé d'altar. || Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. de Vallongo, com., distr. e bisp. do Porto; 2:012 hab. e 366 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada entre montes, dos quaes se vê o mar e muitas povoações do Minho, Douro e Traz-os-Montes. Foi couto do Porto, tendo juiz ordinario, procurador e jurados. Nos limites da freguezia fica a serra de S. Martinho, e passa aqui o rio de Ponte Ferreira. A freg. é muito fertil e faz grande commercio com a cidade do Porto. E' tambem conhecida pelo nome de *S. Martinho do Campo.* Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 18, com a séde no Porto. || Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. da Povoa de Lanhoso, distr. e arceb. de Braga; 528 hab. e 121 fog. Tem caixa do correio. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada n'uma campina, proximo do rio Ave. O cabido da sé de Braga apresentava o vigario, que tinha de congrua 8$000 réis e o pé d'altar. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freguezia do Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. de Santo Thyrso, distr. e bisp. do Porto; 170 hab. e 45 fog. Esta freguezia está hoje annexada civilmente á de S. Martinho, do Campo, do mesmo concelho. A egreja dista 7 k. da séde do conc. Foi do conc. de Negrellos, e quando este conc. ficou supprimido, passou ao de Santo Thyrso. O abbade de S. Miguel de Entre as Aves apresentava annualmente o vigario, que tinha 90$000 réis de rendimento. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8, com a séde em Braga. Tambem é conhecida pelo nome de *S. Salvador do Campo.* || Pov. e freg de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Santo Thyrso, distr. e bisp. do Porto; 839 hab. e 200 fog. Tem escola do sexo masculino, medico e pharmacia. A egreja

d'esta freguezia dista 10 k. da séde do conc. e está situada proximo do Rio Vizella, n'uma campina. Era da Corôa. Tambem pertenceu ao conc. de Negrellos, até que foi supprimido. Até 1834 tinha o abbade de rendimento 700$000 réis; era da apresentação alternativa do papa, do bispo, e dos frades cruzios da Serra do Pilar, em frente do Porto. Teve juiz ordinario. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8, com a séde em Braga. Esta freg. tambem é conhecida pelo nome de *S. Martinho do Campo.* || Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 411 hab. e 123 fog. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada no valle de Tamel, na ponta do cruzamento das estradas de Barcellos para Ponte do Lima e de Braga por Vianna. Está annexa á freg. de S. Mamede do Couto (V. *Couto*). O arcebispo de Braga apresentava o reitor, que tinha de rendimento 100$000 réis. A terra é fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. E' tradição que existiu aqui um convento de freiras benedictinas. || Povoação e freg. de S. Silvestre (V. *S. Silvestre*). || Pov. e freguezia de S. Marcos. (V. *S. Marcos do Campo*). || Ponta do litoral do reino de Calbongo, na costa da Guiné inferior, Africa Occidental, aproximadamente a 15 k. ao S S O da ponta do Garajao. Mette-se muito pelo mar, é selvatica, arenosa e baixa, e fórma o extremo S da pequena bahia onde se lança o rio Campo. A cerca de 21 k. ao S d'esta ponta estende-se o cabo dos Botos ou Bata. || Baixo da costa da Guiné meridional, Africa Occidental, collocado a pequena distancia da ponta do Campo. || Rio do reino de Calbongo, na costa da Guiné meridional, Africa Occidental. Nasce a E S E e desagua no golfo ou mais propriamente mar da Guiné, podendo dar entrada a grandes embarcações. A 19 k. da foz bifurca-se. Ambas as margens são arenosas, baixas e vestidas de vegetação.

Campo. Povoações nas seguintes freguezias: Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Thiago, de Beduido, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Borbella, conc. e distr. de Villa Real. || Santa Eulalia, de Cabanellas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Campanhã, bairro oriental do Porto. || S. Thiago, de Castellões, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Mamede, de Este, conc. e distr. de Braga. || Santa Eulalia de Besteiros, conc. de Tondella distr. de Vizeu || S. Bartholomeu de S. Gens, conc. de Fafe, districto de Braga. || S. Pedro, de Lourosa, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || S. Pedro de Maceda, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Verissimo, de Nevogilde, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Christina, de Nogueira, conc. da Louzada, distr. do Porto. || S. Clemente, de Paços de Gaiollo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santo Thyrso, de Paramos, concelho da Feira, districto de Aveiro. || Santa Marinha, de Prozello, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Rans, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Thiago, de Ribeira de Fragoas, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro. || S. Matheus, de Ribeira, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || Santo André, de Tellões, conc. de Amarante, distr. do Porto. || N. S.ª da Annunciação, de Tornada, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || O Salvador, de Valdreu, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Miguel, de Villarinho, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto.

Campo. Logares nas seguintes freguezias: S. João Baptista e conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || S. Thiago, de Anhões, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Arnoso, concelho de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga. || O Salvador, de Balazar, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Barrozas, conc. de Lonzada, distr. do Porto. || Santa Martha, de Bemfica, conc de Almeirim, distr. de Santarem. || S. Thomé, de Bitarães, conc. de Paredes, distr. do Porto. || O Salvador, de Bravães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Carreira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, de Cette, conc. de Paredes, districto do Porto. || S. Miguel, de Cunha, conc. e distr. de Braga. || S. Lourenço, de Durrães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, de Escudeiros, concelho e distr. de Braga. || Santa Maria, de Fregim, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, de Esmoriz, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Freixo de Cima, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Martinho, de Gallegos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || O Salvador, de Gallegos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Guilhufe, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Julião, de Lage, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Christina, de Longos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. S. Martinho, de Lordello do Ouro, bairro Occidental do Porto. || S. João Baptista, de Macieira, concelho de Louzada, districto do Porto. || Santo André, de Molares, concelho de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Romão, de Mouriz, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Maria de Olival, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Pedreira, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Vicente, de Pinheiro, conc. de Penafiel, districto do Porto. || S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Polvoreira, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || O Salvador, de Pombeiro, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || S. Thiago, de Priscos, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Rio de Gallinhas, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Martinho, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Martinho, de Silvares, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Sobre Tamega, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || O Salvador, de Thuias, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Torquato, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo Estevão, de Urgezes, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Vandoma, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Martinho, de Varzea do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || O Salvador, de Villa Cova da Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Romão, de Villa Cova de Vez de Aviz, conc. de Penafiel, distr.

do Porto. || Santo Estevão, de Vinhós, conc. de Fafe, distr. de Braga. || N. S.ª da Assumpção, de Vrea de Jalles, conc. de Villa Pouca de Aguiar, districto de Villa Real.

Campo. Bairro na freg. de Santa Maria Magdalena, de Lordello, conc. e distr. de Villa Real. || Bairro na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. || Casal na freg. de N. S.ª da Salvação e conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª da Purificação, de Cachoeiras, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Casal na freg de S. Mamede, de Ventosa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Monte na freg. do N. S.ª do Espinheiro, de Seda, conc. de Alter do Chão, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de S. João Evangelista, de Açoreira, conc. da Torre de Moncorvo, distr. de Bragança. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Aldeia de Joannes, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco. || Quinta na freg. de Santo Estevão e conc. de Alemquer, distr. de Lisboa || Quinta na freg. de S. Pedro, de Azueira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Martinho e conc. de Cintra, distr. de Lisboa || Quinta na freg. de S. Martinho e conc. de Fundão, distr. de Castello Branco. || Quinta na freg de S. Pedro de Manhouce, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. do Salvador e conc. de Miranda da Corvo, distr. de Coimbra. || Quinta na freg de N. S.ª do O', de Paião, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de S. Paulo, do Rabaçal, conc. de Meda, distr. da Guarda || Quinta na freg. de N. S.ª da Purificação, de Cachoeiras, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Quintas na freg. de Santa Marinha, de Pero Soares, conc. e distr. da Guarda. || Roça na ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Campo da Achada *(Casal do).* Na freg. de N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, districto de Lisboa.

Campo de Além. V. *Villares.* || Logar na freg de S Martinho, de Alliviada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Miguel, de Carreiras, conc. de Villa Verde, districto de Braga.

Campo do Amarello. Pov. na freg. de N. S.ª do Desterro, de Pouzos, conc. e distr. de Leiria.

Campo da Area. Pov. na freg. de S. Simão, de Arões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Campo de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || Duas povoações na freg. de N. S.ª da Piedade, da ilha e conc. do Porto Santo, distr. do Funchal. || Dois logares na freg. de S. João Baptista, de Gondar, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || Dois logares na freg. de S. Sebastião e conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Dois logares na freg. de S. Miguel, de Varziella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Dois logares na freg. de S. João Baptista, de Alegrete, conc. e districto de Portalegre.

Campo de Baixo do Freixo. Logar na freg. de S. Paulo, de Amor, conc. e distr. de Leiria.

Campo Bemfeito. Pov. na freg. de S. Pedro, de Gozende, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Campo da Boa Vista. Logar na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Messejana, conc. de Aljustrel, distr. de Beja.

Campo das Bouças. Pov. na freg. de Santa Maria, de Paços, conc. de Melgaço, districto de Vianna do Castello.

Campo de Burgo. Logar na freg. de Santa Maria, de Pombeiro de Riba Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Campo do Chão. Pov. na freg de Santo Izidoro, de Sanche, conc. de Amarante, districto do Porto.

Campo de Cima. Logar na freg de S. Paulo, de Amor, conc. e distr. de Leiria. || Logar na freg de S. Bartholomeu, de S. Gens, conc. de Fafe, districto de Braga.

Campo da Contenda. Logar na freguezia de S. Leonardo, conc. de Mourão, distr. de Evora.

Campo Dianteiro *(Quinta do).* Na freg. N. S.ª da Ouvida, de Ranhados, conc. distr. de Vizeu.

Campo da Egoa. Pov. na freg. de S. Thiago, de Alhariz, conc. de Valle Passos, districto de Villa Real.

Campo da Feira. Pov. na freg. de S. Miguel, de Alcainça, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Anta, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Paio e conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Campo da Fonte. Logar na freg de S. Bartholomeu e conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Campo de Fóra. Logar na freg. de S. João Baptista, de Macieira, conc. de Louzada, distr. do Porto || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Rossas, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Campo do Forno. Pov. na freg. de S Thiago, de Anha, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Lourenço, de Durrães, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Campo dos Frades. Logar na freg. de Santa Marinha, de Costa, conc. de Guimarães, distr. de Braga

Campo dos Freires. Logar na freg. de N. S.ª da Graça e concelho de Benavente, districto de Santarem.

Campo de Friande *(Casal do).* Na freg. de Santa Maria, de Jazente, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Campo Fundeiro. Logar na freg. de S. Pedro, de Esther, concelho de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Campo do Gerez. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. de Terras de Bouro, com. de Amares, distr. e bisp. de Braga; 382 hab. e 89 fog. A pov. dista 7 k. da séde do conc. E' tambem conhecida por *S. João do Campo*, ou simplesmente por *Campo.* Está situada proximo do rio Cavado. Comprehende grande parte da serra do Gerez, e passa por ella o rio Homem. A egreja era do padroado real, e o abbade tinha de renda 300$000 réis. A terra é fertil. Esta freg. tinha o privilegio de não dar soldados, mas era obrigada a defender a Portella do Homem á sua custa. Era praça d'armas na raia da Galliza, mas não tinha torre nem fortaleza alguma. Encontram-se aqui muitas antiguidades romanas, como restos de construcções, marcos milliarios, etc. A' entrada da planicie onde está a povoação de Campo, vê-se um d'estes marcos, que serve de pilar a um cruzeiro. A cruz é coberta por um telhado triangular, que descança em tres columnas de granito. A' esquerda corre um ribeiro de varios arroios que descem do Gerez. Sobre este

ribeiro, e a pouca distancia do cruzeiro, está lançada uma ponte de dois arcos, com suas ameias e bellos cortamares, tudo de boa cantaria. Dizem ser obra dos romanos. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 8, com a séde em Braga. Na estrada da Geira, que era a antiga via romana que de Braga se dirigia á Galliza, atravez do Gerez, ao approximar se da Portella do Homem, sobre uma encosta sobranceira ao rio Homem, e na sua margem esquerda, vê-se um alto e monstruoso rochedo, a que chamam o *Castello*, que a distancia se assemelha a uma verdadeira torre medieval coberta de heras e outras plantas parietaes.

Campo de Gestaçô. Freg. de S. João Baptista no conc. de Baião. V. *Gestaçô*.

Campo Grande. Pov. e freg. dos Santos Reis, da prov. da Estremadura, 3.º bairro de Lisboa; 2:225 hab. Chamava-se antigamente *Campo de Alvalade*, e depois indistinctamente qualquer dos dois nomes. Desde cedo foi logradouro publico, como se prova pela carta regia de 22 de junho de 1520, dirigida á Camara Municipal de Lisboa, havendo por bem que a mesma camara não aforasse a André da Silveira mais que tres a quatro braças de terreno do *Campo de Alvalade, o grande, pr que queremos que ho dito campo fique e este fformoso e despejado e nam ocupado, nem delle tomando cousa que o faça fycar deneficado.* Naturalmente, ao actual Campo Pequeno chamar-se-hia então *Campo de Alvalade, o pequeno.* O Campo Grande pertencia á freguezia do Lumiar, então do concelho dos Olivaes, porém como a população fôsse augmentando muito, erigiu-se a freg. dos Santos Reis, ficando independente, dando os dizimos de todos os fructos ao Lumiar, e com obrigação de, no caso de não haver padres sufficientes para as funcções, virem os d'aquella freguezia, costume que já ha muito ficou extincto. Estabelecida a freguezia dos Santos Reis formou-se logo a irmandade das almas, que desejando ter missa, e faltando-lhe os meios precisos, se lembrou de mandar pôr á sua custa, no poço que já existia no Campo Grande, uma armação de ferro com roldana e pia de pedra, visto que entre a Povoa de Santo Adrião e Lisboa, não havia parte alguma onde o gado bebesse, estando ali um homem que conservasse a pia sempre cheia d'agua, e pedisse esmola aos passageiros, de cujo lucro teria metade. As esmolas chegaram a render por anno 208$000 réis, o que facilitava haver dois capellães. As esmolas fôram depois diminuindo, e o rendimento já não chegava para o fim desejado, o que obrigou os irmãos e os devotos a contribuirem com donativos para poderem sustentar ao menos um capellão. Fizeram-se depois conjuntamente os dois chafarizes do Campo Grande e da Estrada do Lumiar; o primeiro faz frente a Oeste, sendo os sobejos concedidos ao desembargador Alexandre José Ferreira Castellinho, em 28 de outubro de 1813, e titulo de posse de 20 de maio de 1814. O poço não tem tampa, e como o seu bocal é baixo e largo, servia ás vezes de descanço a quem por ali passava, o que deu occasião a que se désse um desastre em novembro de 1844. Um pobre homem que saira do hospital de S. José, e se retirava para Santo Antão do Tojal, chegando á noite áquelle sitio, sentou-se para descançar, mas com tanta infelicidade que, ou por perder o equilibrio ou por ter adormecido, caiu dentro do poço, d'onde a custo o tiraram uns almocreves que iam passando. O poço foi entulhado pela Companhia das Obras Publicas, abrindo-se então outro com as mesmas dimensões, da parte das casas, trabalho que ficou concluido em junho de 1846. A Camara Municipal mandou-lhe pôr tampa com alçapão. Houve no Campo Grande um convento de religiosos franciscanos, construido no principio do seculo XVIII, o qual ficava proximo da egreja dos Santos Reis, tendo junto um hospital para soccorrer os religiosos que professassem n'aquelle convento. Os frades de S. Caetano, de Lisboa, tambem ali tinham um hospital para os seus doentes. A parte da povoação e da freguezia dos Santos Reis, que mais particularmente tem o nome de *Campo Grande*, é uma extensa planicie arborisada e ajardinada, que constitue um passeio aprazivel e pittoresco, sempre muito concorrido, com especialidade nos dias santificados. O arvoredo foi começado a plantar-se no reinado de D. Maria I, no fim do seculo XVIII, sendo ministro do reino D. Rodrigo de Sousa Coutinho, depois conde de Linhares, que deu grande impulso a esta obra. Em differentes epocas teem-se feito varios melhoramentos. Compõe-se o Campo Grande de ruas de bosque, todas arborisadas, sendo algumas muito largas e compridas, por onde transitam carruagens e cavalleiros, diversos e amenos jardins com seus lagos, grandes viveiros de arvores silvestres, d'onde a Camara Municipal tem fornecido arvoredo para os passeios publicos e praças de Lisboa, e para as estradas do municipio. Junto á egreja parochial dos Santos Reis eleva-se

Lagôa do Campo Grande

uma singela cruz de pedra, que tem na base o seguinte:

«Esta crvs mandov fazer Roberto
Harres ingres na era de 1646.»

Esta inscripção não declara as circumstancias em que foi erigida a cruz, nem dá a conhecer quem seria aquelle inglez. Seguindo a estrada do Campo Grande para o Lumiar, erguia-se a curta distancia outra cruz semelhante, sem ornamentação alguma, tendo no pedestal uma inscripção que indicava como e quando se houvera construido aquella alameda. Este cruzeiro já foi destruido. No Campo Grande houve em tempo uma importante fabrica de sedas de superior qualidade. Tem uma triste recordação historica o Campo Grande. Foi aqui que, por muitos dias se exercitaram as tropas que acompanharam el-rei D. Sebastião a Africa, e que fôram sacrificadas na funesta batalha de Alcacer-Kibir em agosto de 1578. O joven monarcha ia todos os domingos passar revista ás tropas. No primeiro quartel do seculo XIX foi este campo theatro do divertimento predilecto dos inglezes, as corridas de cavallos, que se faziam com todo o apparato ao uso da Inglaterra, d'onde mandavam vir os cavallos mais corredores e os jockeis mais ageis e mais leves, apostando-se sommas consideraveis. N'essas funcções, que se realisavam nos domingos de verão, era pequeno aquelle recinto vastissimo para conter as carruagens e a multidão que affluia enthusiasmada, de Lisboa e seus arredores. No Campo Grande está o asylo de infancia desvalida, intitulado de D. Pedro V, cuja instituição data de 1856 (V. *Asylo de D. Pedro V)*. Tanto no Campo como na estrada publica que o circumda, existem grandes propriedades, quintas magnificas, palacios e jardins, destacando-se a grandiosa quinta e sumptuoso palacio que pertenceram ao fallecido e abastado capitalista Manuel Joaquim Pimenta. O palacio é de architectura nobre, regular e bem ornamentado. Esta propriedade foi mandada construir por D. João V pelos annos de 1730, para residencia da celebre madre Paula, freira do convento de Odivellas. No Campo Grande ha escolas para ambos os sexos, uma fabrica de lanificios, est. post. e telegr., mercado de gado nos primeiros domingos de cada mez, e feira annual em outubro, começando no segundo domingo. N'outro tempo, esta feira foi das mais importantes do paiz, e causava a maior influencia. Concorriam ali de todos os pontos do reino os variados productos da industria manufactora, e muitos da industria agricola. Ficou depois muito reduzida pela creação dos mercados nas terras principaes, pela facilidade das communicações, e pelo desenvolvimento do commercio interno. No extremo do Campo Grande, do lado occidental, vê-se uma grande lagôa, de que damos a gravura, onde ha botes para recreio, e um elegante chalet, chamado das *Cannas*. Na alameda ha restaurante e muitas casas de pasto; musica aos domingos e dias santificados; meios de transporte, tem os carros electricos continuados e os comboios tramways. Tambem ali ha o *Columbia-Club*, cujos fins são passeios e certamens velocipedicos, puramente de caracter particular, entre os socios do club. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Esmoriz, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Facundo, de Covas do Rio, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu || Logar na freg. de S. Thiago, de Encourados, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Thiago, de Fonte Arcada, conc de Penafiel, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Romão, de Mesão Frio, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. do Salvador, de Nogueiró, conc. e distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Maria Maior, de Tarouquella, conc. de Sinfães, districto de Vizeu.

Campo dos Infantes. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Vendas Novas, conc. de Montemór-o-Novo, districto de Evora.

Campo e Jugueiros. Dois logares reunidos na freg. do Salvador, de Novellas, conc de Penafiel, districto do Porto.

Campo de Lamego. Logar na freg. de S. João Evangelista, de Ucanha, conc. de Tarouca, distr. de Vizeu.

Campo das Laranjeiras. Roça da ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Campo Liso. Logar na freg. de Santa Catharina, de Valle de S. Thiago, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Campo Longo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Viauna do Castello. || Pov. na freg. de S. Christovão, de Nogueira do Cravo, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Campo Maior. Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc., com. de Elvas, distr. de Portalegre, arceb. de Evora, relação de Lisboa. Tem duas freguezias: N. S.ª da Expectação, com 2:918 hab., sendo 1:432 do sexo masc. e 1:486 do fem , e S. João Baptista, que tem annexa a de N. S.ª da Graça, de Ouguella, contendo as duas reunidas 2:977 hab.: 1:568 do sexo masc. e 1409 do fem. O conc. compõe-se d'estas tres freguezias, n'uma superficie de 28:361 hect , com 1:364 fog. e a população total de 5:895 hab , sendo 3:000 do sexo masc. e 2:895 do fem. A villa está situada na encosta d'um monte, proximo da raia de Hespanha, d'onde se descobre um dilatado e pittoresco horisonte, avistando se Elvas em Portugal, e em Hespanha a cidade de Badajoz, as villas d'Albuquerque e Lubon, e as serras de Merida. As duas praças portuguezas e a hespanhola fórmam um perfeito triangulo, distando tres legoas umas das outras. A 3 k. de distancia passa o rio Caia, sobre o qual, perto de Badajoz, fica a ponte historica do mesmo nome (V. *Caia*). E' antiquissima, mas ignora-se por quem foi fundada, e a sua primitiva denominação, porque até aos principios do seculo XIII não se encontra noticia alguma relativamente á sua origem nem á sua historia. Passa por certo ter sido povoação arabe, sendo conquistada e devendo a christandade a uma familia de Badajoz, de appellido Peres, que a deu á egreja de Santa Maria do Castello d'esta cidade, da qual era então bispo D. Fr. Pedro Peres, pertencente

Brazão de Campo Maior

á referida familia. O bispo concedeu-lhe o seguinte brazão d'armas: N. S.ª com um cordeiro, e a legenda: *Sigillum Capituli Pacensis*. D. João II, mais tarde deu-lhe novo brazão, que a nossa gravura representa: um escudo branco, tendo as armas de Portugal de um lado, e do outro S. João Baptista, patrono d'esta villa. No tratado de paz entre Portugal e Castella, celebrado em 1297 no reinado de D. Diniz, ficou decidido que d'ali em deante deixavam de ser castelhanas e ficavam pertencendo á Corôa portugueza as villas de

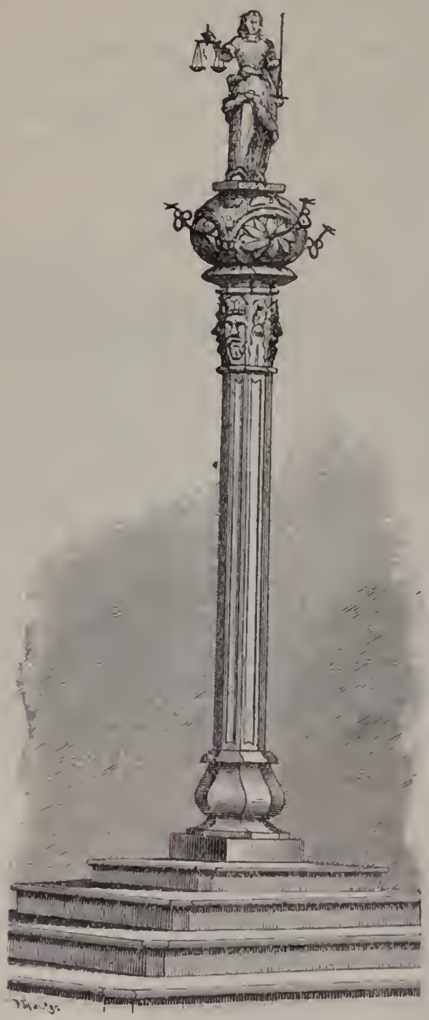

Pelourinho de Campo Maior

Campo Maior, Ouguella e Olivença. D. Diniz entregou Campo Maior ao conc. de Elvas, por carta regia escripta em Santarem no 1.º de dezembro de 1335 (19 de dezembro de 1297, da era de Christo). Dizem alguns escriptores que este monarcha lhe deu foral em 1309, e outros querem que fôsse em 1299, elevando a povoação á categoria de villa. Mais tarde, segundo uns, foi dada á infanta D. Branca em 5 de julho de 1301, ou segundo outros á infanta D. Sancha, abbadessa do convento das Olgas, em Burgos, e senhora de Montemór-o-Velho em sua vida. No que os escriptores concordam é, que por morte da infanta D. Branca ou D. Sancha, ficara senhor da villa D. Affonso Sanches, senhor d'Albuquerque e filho natural d'el-rei D. Diniz. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 16 de setembro de 1512, encorporando-a então na Corôa, com o privilegio de não tornar a sair d'ella. Tendo a villa caído em poder dos castelhanos, como aconteceu a muitas terras do reino no tempo de D. João I, foi reconquistada a 13 de outubro de 1388. O antigo castello era obra dos moiros, e D. Diniz o mandou reparar e construir as torres. A villa tinha todos os grandes privilegios da cidade de Elvas, concedidos muitos d'elles por D. Diniz e outros por D. João II. D. Manuel principiou a construir a muralha no sitio de S. Sebastião, e assim ficou até que, em 1645, D. João IV mandou murar toda a praça e proceder a outras obras de defeza, de que se encarregou o engenheiro francez Nicolau Langre. A fortaleza constava de 9 baluartes: S. João, Pixa-Torta, Fonte do Concelho, Santa Rosa, Boa Vista, S. Sebastião, Lisboa, Curral dos Coelhos e Santa Cruz; os fortes de S. João e do Cachimbo, revelins, meias luas e coutra-escarpa, e um formoso castello, no ponto mais alto da villa, onde estava a egreja do Senhor Castello, antiga matriz. Em 1712 soffreu Campo Maior novo cerco por um exercito castelhano commandado pelo marquez de Bay. Este exercito compunha-se de 33 batalhões de infantaria e 70 esquadrões de cavallaria. O cerco começou a 27 de setembro. Nos dois assaltos que deu á praça, em cujas muralhas chegou a abrir uma bréclia no baluarte de S. João, a 27 de outubro, foi sempre repellido pela valente guarnição portugueza, debaixo do commando do mestre de campo general D. Luiz da Camara, depois conde da Ribeira Grande, que tinha o governo d'artilharia da provincia do Alemtejo, e conseguira introduzir-se na praça quatro dias depois de estabelecido o cerco. Os castelhanos avançaram novamente pelo flanco da cortina da porta de S. Pedro, mas fôram derrotados pela guarnição e artilharia que estavam no baluarte do Pixa-Torta. O cerco durou até 2 de novembro, e durante este tempo, segundo consta, lançaram os inimigos contra a praça 1:309 bombas, 10:870 balas de canhão, 350 balas de pedra e grande numero de granadas, mas levantaram o cêrco com enormes perdas de gente e de munições, vendo que não podiam tomar a praça, apezar de ter uma guarnição tão diminuta. Em commemoração d'esta victoria, todos os annos, no dia 28 de outubro, se fazia uma procissão conduzindo a imagem de S. João Baptista, acompanhada pela camara municipal e pela guarnição militar. Com o cêrco padeceram muito, tanto a villa como as fortificações, e passados poucos annos, depois de se repararem estes estragos, a 16 de setembro de 1732, caiu um raio sobre a torre grande do castello onde estava o paiol da polvora, que se incendiou causando uma terrivel explosão, fazendo saltar a porta principal, a torre de menagem, arruinando uma grande parte da praça, destruindo muitas casas, deixando consideravel numero de feridos e de mortos. No local da egreja matriz foi então edificada uma ermida ao Senhor do Castello D. João V mandou em 1735 reedificar e ampliar as fortificações. Em

1801, tendo-se a Hespanha alliado á França para fazerem guerra á Inglaterra, e não querendo Portugal adherir áquella alliança, o paiz foi invadido por um exercito de francezes e hespanhoes sob o commando de Godoy, chamado o *Principe da Paz.* Tomaram Olivença, e pozeram cerco a Campo Maior, chegando a abrir brécha pelo baluarte do Concelho. O governador da praça era o marechal de engenharia Mathias José Azedo, que se viu obrigado a capitular, depois de 17 dias de heroica resistencia, por estar a praça já em ruinas, e não ter munições. A paz de Badajoz, assignada a 6 de junho do referido anno de 1801, pôz termo a esta guerra, ficando em refens á Hespanha a praça de Olivença, que nunca mais se recuperou. Em 12 de abril de 1811, o marechal Mortier, com uma divisão do exercito de Massena, sitiou Campo Maior chegando a abrir brécha no mesmo baluarte do Concelho. Era governador da praça o tenente-coronel de engenheiros José Joaquim Talaya, que por não ter gente nem munições para resistir, porque a guarnição constava apenas d'um regimento de milicias de Portalegre e d'um destacamento de artilharia n.º 3, teve de capitular a 21 de março, mas os francezes logo no dia 25 fugiram, vendo aproximar-se a divisão portugueza de Beresford, salvando-se assim aquella praça. A defeza heroica da villa valeu-lhe o titulo de *Leal e valorosa*, a Beresford o de marquez de Campo Maior (V. *Beresford).* A egreja de N. S.ª da Expectação, que era a unica parochia da villa, é um templo de tres naves, todo de granito; tem dez altares. Foi construida pouco depois da explosão de 1732, pelo bispo de Elvas D. Sebastião de Mattos e Noronha. A ermida de S. João Baptista, cuja imagem se liga a uma lenda do seu apparecimento milagroso ao pé d'uma fonte chamada de S. João, é um santuario de muita devoção, onde concorrem diversas romarias. Foi reedificada com grande augmento no reinado de D. João V, e com poderoso auxilio pecuniario d'este monarcha. A Misericordia e o hospital fundaram-se no seculo XVI, mas arruinaram-se completamente. A actual egreja teve principio em 1718, sendo as obras feitas á custa do provedor João Rodrigues Galvão e de mais alguns devotos. Houve o convento de Santo Antonio, de religiosos franciscanos da provincia do Algarve, fundado em 1496 fóra da villa no sitio das Pôças, passando para o castello em 1646, e para o sitio actual em 1708, sendo este ultimo convento edificado por D. Pedro II. O convento de religiosos hospitalarios de S. João de Deus, construido por donativos dos moradores da villa em 1583; em 1645 passou a ser hospital militar a cargo dos frades de S. João de Deus. Hoje é considerado bens nacionaes. A primeira albergaria que, segundo consta, houve em Campo Maior, foi fundação de João Vicente do Castello. Ainda existe a capella de Jesus Maria José e as ermidas de S. Sebastião e de N. S.ª do Rosario. Antigamente tinha a villa juiz de fóra com tres vereadores, escrivães da camara, e procurador do concelho; quatro escrivães do judicial e notas, um dos orphãos e outro da almotaçaia; um celleiro commum, etc. Até 1834 a guarnição permanente de Campo Maior era de um regimento de infantaria e outro de cavallaria; em tempo de guerra quatro de infantaria, um de cavallaria e um parque de artilharia; depois ficou apenas d'um destacamento de linha, e veteranos. Campo Maior é cercada de muralhas, com duas portas: S. Pedro ou da Carreira, e da villa ou de Santa Maria. Tem bonitas ruas e bons edificios, sobresaindo o da camara municipal, escolas para ambos os sexos, posto meteorologico, alfandega, monte-pio denominado *Campomaiorense;* est. post. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegr., cobrança de recibos, letras e obrigações, permutando malas com a R. A. L., asylo, feira annual de 15 a 17 de agosto; agencia dos bancos *Alliança*, *Commercial de Lisboa*, *Commercial do Porto*, *Crédit Franco-Portugais*, (Lisboa e Porto), *Lisboa & Açôres*, etc.; agencias de seguros *Equidade* e *Internacional;* fabricas de azeite, medicos, pharmacias, advogados, notario, hospedarias, *Theatro Campomaiorense*, duas philarmonicas, etc. A est. telegraphica, de primeira ordem ou do Estado, foi estabelecida por decreto de 7 de abril de 1869, por ser praça de guerra. O pelourinho é muito notavel pela elegancia da sua construcção; sobre elle se vê uma estatua representando a *Justiça.* A villa tem abundancia de trigo, cevada, hortaliças, legumes, gados, especialmente suino, e peixe. Pertence á 4.ª div. mil., 7.ª brigada, grande circumscripção mil. sul, e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 22 com a séde em Abrantes. Tanto na villa como nos arredores ha muitas quintas, hortas, pomares, vinhas, olivaes e muitas fontes com excellente agua. E' abundante de caça, e cria e alimenta muito gado de todas as especies. Em frente da porta de S. Pedro segue uma elegante avenida. O principal commercio do conc. é azeite, cereaes, vinho, trigo, lã e gado. Exporta cereaes, azeite e vinho. A villa de Campo Maior está ligada por boas estradas a Portalegre, Arronches, Albuquerque, Badajoz, Elvas, Villa Viçosa, Borba, Extremoz, Redondo, Evora, até á maior parte do Alemtejo. Tem ali nascido muitos homens illustres. || Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Campo Maior de Baixo *(Herdade de.)* Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cabrella, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Campo Meão. Pov. na freg. de S. Mamede, de Serôa, conc. de Paços de Ferreira, districto do Porto.

Campo da Metade. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Sinfães, districto de Vizeu.

Campo da Mira *(Herdade do).* Pov. na freg. de S. Marcos da Abobada, conc. de Evora.

Campo do Moinho. Logar na freg. de S. Martinho, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Campo do Monte. Logar na freg. de S. Martinho, de Sande, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Thiago, de Sendim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Campo Negro. Logar na freg. de Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Campo Novo. Logar na freg. de S. Miguel, de Bairros, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Thomé, de Correlhã, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de Santa Maria, de Corvite, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Salvador do Souto, de Re-

bordões, conc. de Ponte do Lima, districto de Vianna do Castello.

Campo do Ouro. Pov. na freg. de Santa Martha, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Campo de Pão. Logar na freg. de S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, districto de Vianna do Castello.

Campo Pequeno. Pov. na prov. da Extremadura, na freg. de S. Sebastião da Pedreira, 3.º bairro de Lisboa. Antigamente pertencia parte ao conc. de Belem e outra parte ao dos Olivaes. Dá-se-lhe este nome para se differençar do Campo

Padrão do Campo Pequeno

Grande, que lhe fica proximo. E' plano e muito espaçoso. Vêem-se ali boas propriedades, como a dos condes das Galveias, a do fallecido Francisco Izidoro Vianna, etc. Está aqui situada a moderna praça de touros, que se inaugurou a 18 de agosto de 1892, cuja construcção é devida ao architecto Dias da Silva. Entre o Arco do Cego e o Campo Pequeno foi levantado um padrão commemorativo das pazes que se fizeram em 1323 a rogo da rainha Santa Izabel, entre os exercitos d'el-rei D. Diniz, seu marido, e do principe D. Affonso, seu filho, que depois foi o quarto monarcha d'este nome. O padrão foi mandado collocar pela propria rainha, no mesmo local onde a batalha esteve imminente. Consiste apenas n'uma columna e sua base. A inscripção que se lhe vê gravada, é muito posterior, como indicam o titulo de *Santa* que se dá á soberana, e a data da era christã em vez da de Cesar, que teve começo 38 annos antes da vinda de Christo. Só no tempo de D. João I é que em Portugal se começou a usar da era christã. Eis a inscripção:

SANTA IZABEL, RAINHA DE PORTUGAL,
MANDOU COLLOCAR ESTA PEDRA
NESTE LOGAR
EM MEMORIA DA PACIFICAÇÃO
QUE N'ELI E FEZ, ENTRE SEU MARIDO,
EL-REI D. DINIZ,
E SEU FILHO, D. AFFONSO IV,
ESTANDO PARA SE DAREM BATALHA,
NA ERA DE 1323.

Nos terrenos existentes entre estes dois campos, estabeleceu-se em 1888 um mercado geral de gados, melhoramento que foi levado a effeito por uma sociedade particular, de accordo com a Camara Municipal de Lisboa. Os terrenos fôram adquiridos pela referida sociedade, composta dos srs dr. Pereira Lima e Antonio Vito dos Reis e Sousa, n'uma area de 200 metros de largura por 100 de comprimento. Na frente principal do mercado encontram-se tres largos portões de ferro, formados por pilares de cantaria, que ligam para os lados com duas cortinas de grades, no limite das quaes ha outros dois portões. Seguem-se depois para cada lado dois pavilhões, de primeiro e segundo pavimento, destinado a secretarias. A estes pavilhões ligam-se duas construcções só de pavimento terreo, para abrigo do gado. Nos angulos d'esta frente erguem-se dois frontispicios semelhantes á frontaria dos dois pavilhões, mas sem a construcção interior no segundo pavimento. Aos lados norte e sul seguem duas construcções de pavimento terreo, que são as abegoarias. Do lado occidental fecham o mercado construcções semelhantes á da frente principal, com a differença de ao centro, em vez de portões e grades, haver uma grande cavallariça. No meio do mercado ergue-se o edificio onde se concluem os negocios, denominado *Bolsa*. Consta de dois octogonos, circumscripto e inscripto parallelamente, sendo este coroado por uma grande cupola com seu lanternim. O caminho de ferro de Cintura passa junto do mercado, tendo estação em Entre Campos. A sociedade despendeu n'esta obra perto de 200:000$000 réis.

O plano primitivo das edificações foi do architecto Parente da Silva, modificado depois por Machado de Faria e Maia. O mercado foi inaugurado em 1 de outubro de 1888. Ha tres ou quatro annos passaram para o Campo Pequeno as feiras d'Alcantara e a de Belem, permanecendo ali os feirantes até ao fim do mez de outubro, não se realisando n'este anno a que habitualmente se faz no Campo Grande. O Campo Pequeno foi em tempo destinado para os exercicios militares dos corpos da guarnição de Lisboa, e ali se realisavam brilhantes revistas em occasião de solemnidades publicas, ou em honra d'algum principe estrangeiro que vinha visitar Lisboa. No Campo Pequeno era a primeira estação d oea-

minho de ferro de Cintra e Torres Vedras, pelo systema Larmanjat, que começou a funccionar em 1 de outubro de 1873, e pouco tempo durou. Velloso de Andrade, na sua *Memoria dos chafa-*

Praça de touros

rizes, fala de um poço no Campo Pequeno feito em 1779, tendo de alto 79 palmos e de diametro oito. || Logar na freg. de S. Jorge de Arroios, 2.º bairro de Lisboa.

Campo das Piteiras. Pov. na freg. de N. S.ª d'Ajuda, 4.º bairro de Lisboa.

Campo da Poça. Logar na freg. de S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, Vizeu.

Campo da Presa. Pov. na freg. do Salvador, de Villa Cova da Lixa, conc. de Felgueiras, districto do Porto.

Campo da Quinta da Golipa. Logar na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Messejana, conc. de Aljustrel, districto de Beja.

Campo Raso. Pov. na ilha do Pico, na freg. de N. S.ª das Candeias, de Candelaria, conc. da Magdalena, distr. de Horta. || Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de Santa Martha, de Serdedello, conc. de Ponte do Lima, Vianna do Castello.

Campo Redondo. Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Collos, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Quinta na freg. de S. João Baptista, de Quintella de Azurara, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || Logar na ilha de Santo Antão, no archipelago de Cabo Verde.

Campo do Rei *(Herdade do).* Na freg. de N. S.ª da Gloria, conc. de Extremoz, Evora.

Campo dos Remedios. Pov. do territorio e distr. de Damão, prov. de Gôa, India.

Campo da Renda. Pov. na freg. de Santa Maria, de Jazente, conc. de Amarante, Porto.

Campo do Ribeiro. Logar na freg. de Santa Maria Maior, de Tarouquella, conc. de Sinfães, districto de Vizeu.

Campo do Rio. Logar na freg. do Salvador, de Taboado, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Quinta na freg. de S. Thiago, de Camarate, conc. de Loures, Lisboa.

Campo da Roda. Logar na freg. do Salvador, de Villar de Nantes, conc. de Chaves, Villa Real.

Campo de S. Martinho. Logar na freg de N. S.ª dos Martyres, conc. do Crato, distr. de Portalegre.

Campo do Souto. Pov. na freg. de S. Martinho, de Christoval, conc. de Melgaço, districto de Vianna do Castello.

Campo Velho. Quinta na freg. de Santo Adrião, conc. de Armamar, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de N. S.ª da Apresentação, de Covello, conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Campo do Vento. Logar na freg. de Santa Leocadia e conc. de Baião, districto do Porto.

Campo de Viboras. Pov e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Vimioso, distr. e bisp. de Bragança; 791 hab. e 206 fog. Tem esc. do sexo masc. e correio. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada entre duas fragas muito altas, d'onde se avistam muitas terras de Portugal e Hespanha, tendo ao pé os rios Maçãs e Angueira. A egreja matriz é pobre; o cura era apresentado pelo reitor de Vimioso, e antes de 1834 tinha 7$000 réis de rendimento e o pé d'altar. Esta povoação foi saqueada pelos castelhanos em 1705, ficando os moradores reduzidos á miseria. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 10, com a séde em Mirandella. Em Campo de Viboras ha fabricas de cobertores e mantas de lã.

Campo de Villar. Pov. na freg. de Santo Isidoro, de Sanche, conc. de Amarante, Porto.

Campo da Vinha. Logar na freg. do Salvador, de Mosteiro de Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Quinta na freg. de de S. João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Campodonio. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Campolide. Pov. na freg. de S. Sebastião da Pedreira, 3.º bairro de Lisboa. E' a primeira estação do caminho de ferro que se encontra á saída do tunnel da Avenida da Liberdade. Está aqui estabelecido o *Collegio de Maria Santissima Immaculada*, fundado pelo fallecido padre Carlos Rademaker, em 1858, celebrando-se no dia 21 de junho d'esse anno a inauguração com uma festa

solemne a S. Luiz Gonzaga. Aquella propriedade foi comprada ao tambem já fallecido poeta João de Lemos, e chamava-se a quinta da Torre. Confinando a sudoeste com o Casal das Grades, de Domingos Antonio, e abraçada por nordeste e sudoeste pelas chamadas terras do Seabra, pertencentes aos condes da Bahia, estendia-se a quinta a noroeste até encontrar saída pela travessa do Estevão Pinto. O edificio foi quasi todo transformado; em logar da pequenina capella ali existente, construiu-se a actual egreja, cuja primeira pedra foi lançada no dia 8 de dezembro de 1879, sendo consagrada em 1884 com toda a solemnidade. Este collegio, hoje muito importante, conserva sempre um crescido numero de educandos. E' seu actual director o padre Luiz Gonzaga Cabral. No dia 8 de dezembro de 1903 celebraram-se pomposos festejos em honra da Virgem da Conceição, padroeira do reino e do collegio, aos quaes assistiram as familias dos alumnos e convidados. Tambem está em Campolide o *Asylo dos velhinhos, das irmãsinhas pobres*, instituição das mais sympathicas e das mais generosas. O edificio foi construido, parte com o producto de esmolas alcançadas no paiz e parte com os capitaes d'aquella instituição, enviados do estrangeiro. Durante a construcção receberam-se donativos valiosos; hoje o asylo é sustentado sómente com o dinheiro esmolado dia a dia pela capital, pelas irmãsinhas, que se encontram sempre duas a duas a caminharem pelos diversos bairros, acceitando não só dinheiro, mas pedaços de pão, hortaliças, fructas, roupa, utensilios domesticos, etc., os quaes conduzem em carroças pertencentes ao seu humanitario hospicio. N'aquella casa caritativa abrigam-se actualmente mais de 300 velhinhos de ambos os sexos, sendo tratados com todo o carinho. Tem boa administração; os serviços domesticos dividem-se por todas as irmãsinhas, que são tambem desveladas enfermeiras. O edificio é de boa apparencia, com espaçosas e confortaveis divisões, bem arejadas e banhadas de luz, que lhes entra prodigamente pelas rasgadas janellas, camaratas com todas as commodidades, vasto refeitorio, etc. Os aposentos dos velhinhos são separados dos das velhinhas. Todos os annos, no dia de S. José, a 19 de março, o asylo está patente ao publico, que ali concorre com todo o interesse. N'esse dia a mesa é mais lauta, o refeitorio vê-se adornado de flôres, o asylo recebe muitas offertas e donativos; os velhinhos parecem rejuvenescer, respirando satisfação pela sua alegre festa. Na cêrca, onde os asylados passeiam ordinariamente depois do jantar, vê-se a estatua de S. José surgindo d'uma gruta de rosas. A capella é elegante e espaçosa, com excellentes bancadas; as galerias correm dos dois lados, e veem unir-se sobre a entrada tendo porta para um largo corredor, que conduz ás camaratas, de fórma que os asylados entrevados, que só andam em cadeira de rodas, podem assistir á missa e a qualquer outra festividade. Publicaram-se aqui: *Campolide*, numero unico, 25 de dezembro de 1903; *Livro de ouro dos alumnos do Collegio de Campolide*, 1903.

Campolide de Baixo e de Cima. Dois logares na freg. de S. Sebastião da Pedreira, 3.º bairro de Lisboa.

Campona (*Horta da*). Na freg. de S. Sebastião e conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Campos. Familia originaria de Castella, d'onde veiu para Portugal no tempo d'el-rei D. Fernando. Tem por brazão, em campo azul tres cabeças de leão de ouro com linguas vermelhas postas em roquete e vertendo sangue pelas cortaduras. O timbre é uma das cabeças. Este brazão foi dado por D. Affonso V a Gonçalo Vaz de Campos, escudeiro de D. Vasco de Athaide, prior do Crato, em Portalegre, a 11 de maio de 1465.

Campos (*Agostinho Celso d'Azevedo*). Nasceu na cidade do Porto e houve por paes a Emilio d'Azevedo Campos, negociante e amador photographico, e a D. Adelina Carneiro de Campos. Depois de receber o grau de bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, e, não lhe sorrindo a carreira da advocacia a que se dedicara, partiu para Hamburgo por conhecer já a lingua allemã, e ter a esperança de que as relações commerciaes d'essa praça com Portugal lhe facilitariam recursos para viver. Chegado a Hamburgo entrou para uma escola pratica de linguas estrangeiras como professor de portuguez; applicava-se, conjuntamente com o exercicio da cadeira, ao estudo da lingua allemã, em que depressa se desenvolveu. De volta á patria entrou como professor de allemão no Lyceu de Lisboa, onde o seu talento é muito apreciado. E' o redactor principal do *Diario Illustrado* e um dos mais considerados membros do partido regenerador liberal, pronunciando em 1904 na sala d'aquelle gremio, uma interessante conferencia sobre *Analphabetismo e educação*.

Campos (*Alexandre José da Silva*). Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, socio effectivo da Sociedade das Sciencias Medicas, do antigo Conselho de Saude Publica, cavalleiro da ordem da Torre e Espada, condecorado com a medalha municipal commemorativa dos serviços prestados por occasião da febre amarella em 1857, e com a medalha n.º 2 das campanhas da liberdade. N. em Lisboa a 16 de janeiro de 1816, onde tambem fal. a 14 de novembro de 1900. Alexandre Campos terminou o curso, e em 1852 defendeu these sobre *Fistulas do recto*. Foi em seguida para Cintra como medico do partido municipal d'aquella villa, onde exerceu clinica durante algum tempo, vindo depois estabelecer-se em Lisboa. Foi muitos annos medico do hospital da Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade, e membro do extincto Conselho de Saude Publica do Reino, onde tambem foi medico vaccinador official, juntamente com o medico Luiz Cesar Bourquin (V. *este nome*). O Conselho de Saude foi abolido em 1868, e a vaccina official ficou entregue aos sub-delegados de saude, sob a direcção do delegado technico e superintendencia do governador civil. Sendo então dispensados do serviço official, os dois medicos fundaram o Instituto Vaccinico Campos & Bourquin. Este estabelecimento scientifico e humanitario prosperou em pouco tempo, ganhando de anno para anno os maiores creditos, graças á proficiencia da sua direcção, como está bem provado pelos relatorios annuaes que se publicaram. Fallecendo Cesar Bourquin em 1879, o Instituto continuou sómente a cargo de Alexandre Campos, prestando valiosos serviços que mereceram ao seu digno director que lhe fôsse dirigida em 1880, pelo governo d'então, uma portaria de louvor. Alexandre Campos foi um dos mais dedica-

dos apostolos da vaccina em Portugal, e consagrava ao seu Instituto Vaccinico a dedicação de um pae, e quando a doença o obrigou a procurar um collega para o substituir, escolheu o dr. Alfredo de Sousa. que já muito o auxiliava desde 1879. O Instituto Vaccinico ainda continua sob a direcção d'este bem conhecido medico (V. *Sousa, Joaquim Felix Alfredo de)*. Alexandre José da Silva Campos escreveu no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa* diversos artigos e observações clinicas sobre assumptos de medicina e cirurgia, nos volumes 26, 27 e 28. No *Jornal do Commercio* de 1857, publicou artigos de hygiene publica, nos n.ºs 1244 e 1226, a proposito da febre amarella, no anno de 1861, n.º 2458: *Sobre a infecção proveniente dos arrozaes e pantanos;* em 1866, n.º 3800: *Sobre um projecto de postura da Camara Municipal, tendente a prevenir a raiva, ou hydrophobia; na Imprenso e Lei*, de 1855, n.º 536: *Interesses profissionaes; sobre a vantagem das associações medicas.*

Campos *(Alfredo)*. Escriptor. N. em Vizeu a 8 de abril de 1847. E' filho do dr. José Maria de Araujo e Campos, juiz de direito em Santa Comba Dão e de D. Maria da Conceição Almeida Araujo e Campos. Esteve no Rio de Janeiro alguns annos seguindo a vida commercial, e voltando a Portugal foi alumno no Lyceu de Braga. Escreveu: *Luz e sombras, poesias, com um juizo critico do sr. dr. Pereira Caldas*, Braga, 1867; *Um como ha muitos, poesia comica, recitada no theatro de S. Geraldo*, Braga, 1867; *Historia pittoresca, palavras e phrases celebres*, Porto, 1889; *Grammatica franceza elementar,* Porto, 1887.

Campos *(Antonio d'Almeida Coelho e)*. General de divisão, ajudante de campo de sua magestade el-rei senhor D. Carlos, etc. N. a 31 de janeiro de 1832, fal. a 13 de fevereiro de 1901 Era filho de Antonio Caetano Coelho de Campos e de D. Vicencia Josephina Fonseca e Almeida Dedicando-se á vida militar, assentou praça, como voluntario, em infantaria n.º 14, a 16 de agosto de 1850, depois de ter concluido o curso do Collegio Militar. Foi promovido a alferes graduado para lanceiros da Rainha a 4 de agosto de 1854, a alferes effectivo em 27 de maio de 1859, a tenente para cavallaria n.º 3 em 14 de setembro de 1864, a capitão de lanceiros de Victor Manuel em 21 de maio de 1872, a major a 9 de maio de 1883, a tenente-coronel em 31 de outubro de 1884, a coronel para cavallaria n.º 9 em 4 de janeiro de 1888, sendo collocado em cavallaria n.º 2 a 25 do referido mez e anno; a general de brigada em 30 de junho de 1893 e a general de divisão em 7 de janeiro de 1898. Exerceu muitas commissões officiaes, entre ellas a de estudar e propor o plano de organisação da Escola do Exercito em 14 de abril de 1877, e a que teve por missão estudar as garantias a conceder aos officiaes inferiores do exercito. Sendo capitão, exerceu as funcções de promotor de justiça do conselho de guerra permanente da 2.ª divisão, e sendo tenente-coronel foi nomeado chefe da commissão do recenseamento dos animaes e vehiculos da mesma divisão. Em 1891 sua magestade el-rei lhe concedeu as honras de ajudante de campo, ficando nomeado effectivo em 1893, logar que conservou até ao seu fallecimento. Foi 2.º commandante da 1.ª divisão, passando depois a commandante, e deputado na legislatura de 1895. Era casado com D. Henriqueta Coelho de Campos. Entre outras condecorações, tinha a grã-cruz das ordens de S. Bento de Aviz, do merito militar de Hespanha, e a medalha militar de comportamento exemplar.

Campos *(Antonio de Deus)*. Bacharel formado em Canones, desembargador, conego magistral na sé do Porto, prégador, etc. N. no Porto a 3 de outubro de 1699, e falleceu na segunda metade do seculo XVIII. Era filho de Antonio de Deus Campos e de Conceição de Santa Rosa. Estudou na sua terra natal Philosophia, Theologia e latim, e passando depois á Universidade de Coimbra, applicou-se á sciencia de direito pontificio em que recebeu o grau de bacharel a 31 de julho de 1721. Depois de ser desembargador e promotor do bispado do Porto, tomou posse da egreja parochial de S. Nicolau da mesma cidade a 22 de outubro de 1723, sendo depois nomeado a 14 de julho de 1737 conego magistral da sé. Publicou alguns dos seus sermões, em Coimbra, 1741, Porto, 1743, e Lisboa, 1747.

Campos *(Antonio Fernandes Gomes de)*. Organista e compositor. N. em Braga em 1839, onde sempre viveu, fallecendo em junho de 1888. Tocava violino, violeta, viola franceza e orgão, exercendo o logar de organista durante muitos annos em varias egrejas e capellas de Braga. Era muito conhecido em toda a provincia do Minho, porque na mocidade compunha modinhas que cantava á viola, tanto de genero profano e jocoso, como em serio e religioso, chegando a reunir de memoria uma collecção em numero superior a duzentas. Era uma especialidade que o fazia ser convidado continuamente para reuniões, onde o escutavam sempre com interesse. Deixou as seguintes composições: missa a 3 vozes e orchestra; missa a 3 vozes e orgão; varios *Tantum-ergo* e ladainhas, com orchestra e com orgão; matinas do Sacramento a 4 vozes e orchestra; hymnos diversos; uma collecção de canticos á Virgem Maria para o mez de maio; varios córos de virgens para todas as procissões, alguns dos quaes se tornaram muito populares; cantatas para vozes e quartetto, para o tempo dos Reis; novena do Menino Deus, a 4 vozes e orgão, etc.

Campos *(Antonio Joaquim de)*. Medico pela Universidade de Coimbra, em que se doutorou a 31 de julho de 1804. Era filho de Manuel de Campos, natural de Tondella, mas ignoram-se as datas do seu nascimento e fallecimento.

Campos *(Antonio Pessoa)*. Engenheiro no tempo de D João IV. De todas as obras que fabricou, a que se tornou mais celebre, foi um cavallo de madeira, que offereceu ao principe D. Theodosio. Era feito com tal artificio, que não só enganava a vista pela semelhança com um verdadeiro cavallo, como tambem pelos movimentos, que illudiam perfeitamente.

Campos *(D. Benevenuto Antonio Caetano de)*. Clerigo regular da ordem de S. Caetano, e depois presbytero secular; official da Bibliotheca Publica de Lisboa, etc. N. em Lisboa em 1778, fal. na mesma cidade entre 1836 e 1840. A nomeação de official da Bibliotheca foi em 1826, mas perdeu este logar, por ter emigrado para Inglaterra em 1828, quando começou o guerra civil. Escreveu: *Elementos de Philosophia moral, ou dissertação philosophica sobre as paixões*, Lisboa, 1805; *Compendio chronologico da Historia Santa e Ecclesias-*

tica, extrahido e posto em linguagem portugueza, Lisboa, 1814; *O Heroismo de amor, novellas de Mr. Reneville, traduzidas em portuguez*, 2 tomos, Lisboa, o 1.º em 1816 e o 2.º em 1817; *Sophia ou a donzella Hussard, traduzido do francez*, Lisboa, 1815; estas e outras semelhantes composições sairam com o nome de Benevenuto A. C. C; *Os Martyres, ou o Triumpho da Religião Christã, por F. A. de Chateaubriand, traduzido em vulgar*, Lisboa, 1816-1817, 6 tomos; *O Genio do Christianismo, ou belleza da Religião Christã*, traduzido do mesmo, Lisboa 1817, tomo 1.º e 2.º, parece que se publicaram ainda mais 6; *O Educando portuguez, obra utilissima para educar a juventude, em que se explicam os artigos da Carta Constitucional*, etc., Lisboa, 1835; *Resposta dos Redactores da Peninsula, em que se mostra a veracidade das quatro proposições contra os Sebastianistas*, Lisboa, 1810; *O libertador da Suissa, ou vida de Guilherme Tell, traduzida*, Lisboa, 2.ª edição, 1836; não se sabe a data da 1.ª edição; *Fala de D. José Antonio Ruiz de Padron* .. (nas côrtes de Hespanha) *sobre o tribunal da Inquisição, traduzida*, Lisboa, 1820; *A Victima da Inquisição de Sevilha, ou a infeliz Cornelia Bororquia, traduzido do hespanhol, para desengano da nação*, Lisboa, 1820, saiu anonyma; *Memoria politica sobre a abolição dos dizimos, em que se prova que ella foi anti-politica, anti religiosa e prejudicial ao Estado*, Lisboa, 1836; *Discurso sobre o amor da patria, dedicado aos heroes defensores da legitimidade em a ilha Terceira, no memoravel dia 11 de agosto de 1829*, Londres, 1831. No fim d'este opusculo, segundo diz Innocencio da Silva, no vol. VIII do seu *Diccionario*, vem um catalogo das obras e traducções impressas do autor, em que se lêem as seguintes, além das que vão citadas: *Deveres do homem no estado social, extrahido de Mr. de Real*, 1 vol., *Catecismo philosophico ou verdades da religião christã*, 4 vol.; *Deveres do christão* 1 vol; *Novena de N. S.ª da Divina Providencia*, 1 folheto; *Meditações sobre Jesus Christo sacramentado do P. Avrillon*, 1 vol.; *Meditações do mesmo, sobre varios objectos*, 1 vol.; *Legitimidade do sr. D. Pedro IV*, 1 folheto; *Segunda parte, ou refutação da folha intitulada «Direitos do sr. D. Miguel» por João Chrisostomo*, 1 folheto; *Catecismo Constitucional, ou explicação dos artigos da Carta Constitucional*, 17 folhetos, que fórmam 1 vol.; *Os meus trinta e cinco dias de prisão, ou a fidelidade perseguida pelos inimigos do rei, e da lei*, 1 folheto; etc.

Campos *(Claudia de)*. Escriptora contemporanea, natural de Sines. E' filha do rico industrial Francisco Antonio de Campos, já fallecido. Estreou-se em 1892 com um volume de contos, intitulado: *Rindo*, prefaciado por Bulhão Pato, que desde logo chamou a attenção para a nova cultora das letras, que se acobertava com o pseudonymo de *Colette*. Seguiram-se depois a *Esphinge; O ultimo amor; Mulheres, ensaios de psychologia feminina*. Consta, que esta conhecida escriptora está preparando para brevemente se publicar: *Shelley, a sua vida e a sua obra*; *Madame de Staël; e D. Pedro de Sousa Holstein, primeiro duque de Palmella*.

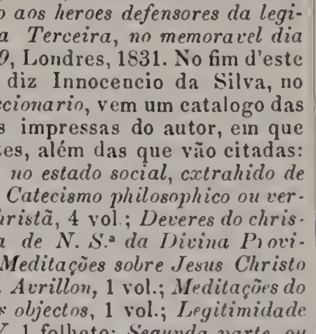

Claudia de Campos

Campos *(Francisco Antonio de)*. Foi o 1.º barão de Villa Nova de Foscôa. V. *este titulo*.

Campos *(Frederico Augusto de)*. Um dos nossos gravadores mais notaveis na especialidade da gravura de cunhos para moedas. N. em Lisboa em 1814, onde tambem falleceu a 29 de julho de 1895. Era irmão do medico Alexandre Campos, e filho de José Pedro de Campos. Começou a ser empregado na Casa da Moeda em 1830, como simples praticante, chegando pelo seu aturado trabalho, proficuo estudo e natural talento até 1.º gravador, estando aposentado havia alguns annos quando falleceu. Em 1833 assentou praça, e serviu no exercito libertador. Ainda n'esse anno, sendo já 3.º gravador, frequentou a Academia das Bellas Artes, e desejando instruir-se, matriculou-se em 1836 na Escola Polytechnica, onde cursou com aproveitamento mathematica, physica e chimica. Augusto Campos trabalhou especialmente em cunhos de moedas; salientou-se sempre em concursos officiaes, merecendo menção no que se abriu entre nacionaes e estrangeiros para a gravura da moeda de 500 réis do reinado de D. Luiz I. Como ordinariamente acontece aos homens de merecimento, foi victima de invejosos, que pretenderam depreciaI-o, chegando se até, por influencias insidiosas, a mandar vir do estrangeiro o gravador Wiener, inculcado como superior, o qual foi escandalosamente protegido; no entretanto, os seus trabalhos não deixavam de ser muito considerados, e em diversas exposições estrangeiras fôram apresentados pelo governo, como em Londres, Paris, Hespanha, Philadelphia, Brazil, alcançando sempre premios, recebendo na exposição universal de Paris em 1889 a medalha de ouro. Um anno antes, na exposição realisada em Lisboa na Avenida da Liberdade, onde se tinham apresentado os seus trabalhos, consta que o jury nem sequer dera por elles. A 25 de setembro de 1881, o rei de Hespanha, D. Affonso XII, o agraciára com o grau de cavalleiro da ordem de Izabel a Catholica. Em 1884 tambem foi condecorado com o grau de official da ordem de S. Thiago por serviços artisticos. Entre os seus trabalhos mais notaveis figura a moeda de 10$000 réis com a effigie de D. Pedro V, uma medalhinha modelada em cêra com o retrato d'este monarcha e do de Baviéra, e o retrato de Luiz de Camões em marmore, em alto relevo. Foi tambem trabalho seu o cunho das estampilhas em 1895, do imposto do sêllo para o continente, ilhas adjacentes e ultramar.

Campos *(Frederico Ferreira de)*. Condecorado com a medalha de D. Pedro IV pelos serviços que prestou á causa da liberdade em Angra do Heroismo, onde exerceu os cargos publicos de presidente da Camara Municipal, procurador á Junta Geral e governador civil do districto, tendo assumido interinamente as funcções d'este ultimo cargo no dia 1 de junho de 1891. Nasceu em Bemfica a 21 de janeiro de 1809. Era filho de João Ferreira de Campos. *(V. este nome)* e de sua mulher madame Victorine Le-Couvreur. Com a edade de 10 annos apenas foi para França. onde

fez a sua carreira litteraria, e onde casou pela primeira vez, com mademoiselle Marie Louise Eugénie de Thibout, da illustre familia *Thibout* de Alençon. Foi casado segunda vez, em Angra do Heroismo, com D. Maria Luiza Silvano, filha do general Silvano, d'aquella cidade. Falleceu em Angra, em 1902, sendo-lhe prestadas, por occasião dos seus funeraes, as honras militares inherentes á mercê que possuia. Não deixou geração do ultimo matrimonio; do primeiro, porém, deixou os seguintes filhos: 1.º Frederico Ferreira de Campos, que nasceu a 22 de junho de 1837, sem geração; 2.º, D. Emilia Augusta Ferreira de Campos, que casou na ilha Terceira com João Borges do Canto e Silveira, filho de outro João Borges do Canto e Silveira, que foi fidalgo da Casa Real e administrador de varios vinculos na referida ilha, e de sua mulher D. Maria José Sieuve de Seguier Camello Borges, com geração; 3.º Ernesto Ferreira de Campos, que casou na mesma ilha com D. Adelaide Pereira Forjaz Sarmento de Lacerda, filha de Diogo Alvaro Pereira Forjaz Sarmento de Lacerda, e de sua mulher D. Anna de Lacerda, sem geração; 4.º, Alfredo Ferreira de Campos, que nasceu a 28 de maio de 1843 na freguezia da sé de Angra do Heroismo, e que, depois de ter concluido a sua educação em Londres, para onde foi com poucos annos de edade, regressou áquella cidade, e exerceu o cargo do professor do Lyceu Nacional e ali casou com D. Leonor de Boim Sieuve de Seguier Borges, filha de Antonio Sieuve de Seguier Camello Borges e de sua mulher D. Maria Emilia Zagallo Nogueira, com geração. V. *Camello Borges* (*Antonio Sieuve de Seguier*).

Campos (*João Ferreira de*). Nasceu na freguezia de S. Julião da cidade de Lisboa, onde foi um dos mais opulentos proprietarios. Casou com mademoiselle Victorine Le-Couvreur, natural de França, da qual deixou geração que anda ligada ás familias dos marquezes de Bellas, condes de Carcavellos, Farrobo, Lagoaça e Pombeiro, viscondes do Cartaxo, Charruada, Villa Maior, e barões de Sampaio. V. *estes titulos*.

Campos (*João Ferreira*). Marechal de campo reformado, commendador da ordem de Aviz, bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra, lente jubilado da Escola Polytechnica, socio correspondente da Academia Real das Sciencias, membro do conselho geral de instrucção publica, deputado ás côrtes em diversas legislaturas; professor de mathematica de el-rei D. Pedro V e de D. Luiz I. Nasceu em Lisboa a 15 de de dezembro de 1799, fal. a 10 de fevereiro de 1869. Era filho de João Ferreira de Campos e de sua mulher Victorine Le-Couvreur. Casou com D. Emilia de Roure Auffdiener, de quem teve uma filha, D. Sophia de Roure Auffdiener, que nasceu a 19 de março de 1822 e foi viscondessa de Villa Maior pelo seu casamento com Julio Maximo d'Oliveira Pimentel, 2.º visconde do referido titulo. Escreveu: *Lições de Algebra Elementar, para uso dos alumnos da Escola Polytechnica*, Lisboa, 1848; 2.ª edição em 1855; *Apontamentos relativos á instrucção publica, apresentados á academia real das sciencias em junho de 1858*, Lisboa, 1858.

Campos (*João Guilherme Torquato dos Reis*). Cirurgião medico pela escola de Lisboa. N. a 24 de dezembro de 1840. Concluiu o curso em 1873, e no mesmo anno publicou a sua these inaugural sobre a *Spina bifida*. Foi nomeado medico do banco do hospital de S. José a 2 de março de 1878, extraordinario a 7 de junho de 1883, e director de enfermaria em 31 de maio de 1889. Actualmente é clinico da penitenciaria de Lisboa, e cirurgião director da enfermaria de Santo Antonio do hospital de S. José.

Campos (*João Pedro de Sousa*). Cirurgião medico pela escola do Porto. N. na Povoa de Varzim a 13 de março de 1851. E' filho de Francisco José de Campos Defendeu these a 23 de julho de 1881, a qual foi publicada no mesmo anno, e tem por titulo: *O glaucoma, dissertação inaugural apresentada á escola medico-cirurgica do Porto*, etc. Tem collaborado em varios jornaes; redigiu *O grillo*, periodico da Povoa de Varzim. Por occasião de resignar a presidencia da camara municipal da mesma villa, em abril de 1904, publicou o retrato do sr. Sousa Campos o jornal povoense *A Propaganda*.

Campos (*João Ribeiro d'Almeida*). Presbytero secular, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, professor de canto no Seminario episcopal da referida cidade, mestre de capella na sé de Lamego, etc. Era natural de Vizeu, e filho de Antonio Coelho de Campos. Viveu no ultimo quartel do seculo XVIII e principios do XIX. Matriculou-se no curso juridico de 1785-1786, em que tomou o grau de bacharel. N'estes annos, além de ser estudante da Universidade, era tambem mestre de canto na aula do Paço Episcopal. Ordenando-se depois em presbytero, deixou esta cadeira, em que foi substituido pelo professor José Mauricio. Mais tarde passou a mestre de capella na sé de Lamego, professor e examinador de cantochão. Durante o tempo de estudante usava só o appellido de *Almeida*, ajuntando-lhe depois o de *Campos*. Escreveu: *Elementos de Musica, destinados para uso da aula do Paço Episcopal de Coimbra, offerecidos ao ex.mo e rev.mo sr. D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Bispo de Coimbra*, etc., Coimbra, 1786. Para este trabalho serviu de guia o *Diccionario de Musica* de Rousseau, que era então uma novidade. Escreveu mais: *Elementos de Cantochão, offerecidos a Sua Alteza Real o Serenissimo Senhor D. João Principe Regente por João Ribeiro d'Almeida Campos, Presbytero secular*, etc., *destinados para uso do novo seminario de J. M. J.* (Jesus Maria José, titulo que se deu ao seminario de Coimbra, quando se fundou), *ajuntando-se-lhes as Ceremonias e as Cantorias mais precisas para a visita que os ex.mos Bispos fazem ás egrejas das suas Dioceses*, Lisboa, 1800. Este livro teve uma edição no Porto em 1859.

Campos (*Joaquim Severino Ferraz de*). V. *Ferraz de Campos*.

Campos (*José Alexandre*). Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra. Era natural de Villar Torpim, concelho de Trancoso, e filho de Matheus Antonio de Almeida. Doutorou-se a 21 de junho de 1818. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento.

Campos (*José Pedro Francisco de Paula*). D'este escriptor apenas se conhece o nome por alguns escriptos que deixou. N. a 4 de dezembro de 1781, e fal. a 13 de abril de 1865. Escreveu: *O velho e a menina, ou o casamento desigual, novella hespanhola do insigne Miguel Cervantes Saave-*

dra, trad. em vulgar, Lisboa, 1818; não traz o nome do traductor; *O alferes campazano ou o casamento enganoso*, tambem traduzido de Cervantes, assim como: *Leocadia ou a força do sangue.* Originaes deixou: *O amor e o dinheiro*, comedia em 2 actos; *O casamento por sorte*, entremez; *Os effeitos de um excesso, pequeno drama tragico-comico.* Nos seus ineditos encontrou-se: *Izabel, rainha de Inglaterra, drama em 5 actos, por Pablo Giaccometti*, trad. do hespanhol; *Phedra, tragedia de Racine, vertida em prosa; As rêdes de ouro ou o pescador amoroso*, romance trad. do francez; e varias poesias avulsas, sonetos, decimas, etc.

Campos *(Luiz de Almeida Coelho de).* Moço fidalgo com exercicio no paço, capitão de cavallaria, deputado, par do reino, director delegado da Companhia de Ferro da Beira Alta, poeta, etc. N. em Farminhão, concelho de Vizeu, em 1 de março de 1833, fal. em Lisboa a 25 de fevereiro de 1882. Era filho de Antonio Caetano Coelho de Campos e de D. Vicencia Josephina da Fonseca e Almeida. Seguiu o curso do Collegio Militar e passou para a Escola do Exercito, tendo assentado praça em cavallaria a 16 de agosto de 1850. Foi promovido a alferes em 4 de agosto de 1854, a tenente a 14 de setembro de 1864, e a capitão a 19 de junho de 1872. Pertenceu á commissão de limites entre Portugal e Hespanha, e quando falleceu, era administrador delegado da Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira Alta. Foi eleito deputado por Vizeu nas legislaturas de 1869-1870, de 1871 e de 1874, par do reino por carta regia de 1880, mas não pôde nunca assistir ás sessões da respectiva camara, porque o seu estado de saude lhe não permittia. Casara a 27 de janeiro de 1879 com D. Laura Brandão. Dotado de grande talento poetico, Luiz de Campos tornou-se o poeta estimado das salas; os seus versos eram repetidas vezes recitados ao piano, especialmente a poesia *O Monge.* Quando falleceu, toda a imprensa consagrou-lhe os mais saudosos artigos. O dr. Candido de Figueiredo, no seu livro *Homens e letras, galeria de poetas comtemporaneos*, a pag. 187 e 368, tambem se occupa do desditoso poeta. Luiz de Campos era amigo intimo d'el-rei D. Luiz I, e até se dizia que o fallecido monarcha o consultava nos seus trabalhos litterarios. Deixou inéditos os seguintes poemas: *Gremudrúa*, em portuguez e castelhano, e *Maria.* Os seus versos fôram colligidos em volume, que, segundo parece, não chegou a publicar-se. Escreveu tambem: *D. Leonor de Bragança*, drama historico, representado no theatro de D. Maria em 1877; *Alma de ouro*, comedia-drama, tambem representado no mesmo theatro; *Um voto no seculo* XV, e *Amor pelo remorso*, todos em 5 actos. Luiz de Campos collaborou em diversos jornaes litterarios e politicos, onde deixou nos ultimos tempos uma interessante e engraçada controversia em verso, *ácerca do romantismo*, na qual entraram outros poetas. Tambem escreveu um poemeto, intitulado *René*, cujo assumpto era tomado do celebre episodio de Chateaubriand.

Campos *(Luiz Caetano Altina de).* Um dos muitos escriptores, que nos fins do seculo XVIII se deixaram influenciar pelas idéas da philosophia e da revolução franceza. N. em 1750, fal. em Paris em 1820. Era homem instruido, possuidor d'alguns bens de fortuna, viajou por diversos paizes da Europa, já para sua instrucção, já para se subtrahir ás pesquizas da policia portugueza, á frente da qual se encontrava Pina Manique, o intendente inexoravel contra os que se mostravam affeiçoados á revolução. Emigrou para França, pouco mais ou menos, quando tambem abandonaram o paiz o poeta Francisco Manuel do Nascimento e o naturalista Felix de Avellar Brotero; voltou socegado para Lisboa em 1778, tornando-se suspeito a Pina Manique, que o não perdia de vista, apezar d'elle lhe haver sido recommendado pelo ministro José Seabra. O intendente suspeitou, que fôsse elle o introductor dos livros que vinham de França ebcios das idéas novas que tanto aterravam os espiritos conservadores da religião e monarchia de Lisboa. Apezar de toda a vigilancia de Pina Manique, Altina de Campos conseguiu viver sem ser incommodado, publicando as seguintes obras: *Viagens d'Altina nas cidades mais cultas da Europa, e nas principaes povoações dos Balinos, povos desconhecidos de todo o mundo*, Lisboa, 1790 a 1793, 4 tomos com estampas; *Historia de Gil Braz de Santilhana, traduzida em portuguez*, 4 tomos, Lisboa, 1799. Bocage chegara a traduzir o 1.º volume e parte do 2.º, e não querendo este poeta continual-a, o editor pediu a Altina de Campos para a concluir. Houve depois outra traducção em 1800, tornando a ser reimpressa mais vezes em differentes épocas. Publicou ainda: *Os amantes desgraçados, ou memorias do Conde de Comminge*, Lisboa, 178. .; 2.ª edição no anno de 1819: *Bibliotheca Universal*, Lisboa, 1803, 13 tomos pequenos, em que figuravam artigos de instrucção, romances, etc.; entre estes artigos conta-se o seguinte romance, que muitos annos depois se fez outra edição em separado: *Carite e Polydoro*, de *Jacques Barthelemy, traduzido em portuguez*, Lisboa, 1823. Estas e as seguintes producções sairam sem o nome do autor: *O correio da tarde*, periodico politico e noticioso, Lisboa, 1809; *Juizo sobre Bonaparte, dirigido pelo general Dumouriez á nação franceza, e á Europa*, traducção, Lisboa, 1808; *Manifesto dos intensos affectos de dor, amor e ternura de Fernando VII, para servir de continuação á Exposição de D. Pedro Cevalhos, traduzido do hespanhol*, Lisboa, 1808; no anno seguinte saiu nova edição no Rio de Janeiro; *Illustracção franceza debaixo do imperio de Bonaparte*, Lisboa, 1809; *Sabia politica de Bonaparte*, etc., Lisboa, 1809; *Noticia historica do Principe da Paz*, Lisboa, 1809; *A Junta suprema do Governo do Reino ás provincias de Andaluzia, e povo de Sevilha*, traducção, Lisboa. 1809; *O assassino do Duque d'Enghien*, Lisboa, 1809; *Prognostico politico*, etc. Lisboa, 1809, opusculo de tres folhas; *Voz da America*, Lisboa, 1810, uma folha de impressão; *Noticias modernas das côrtes de Paris e Westphalia em duas cartas interceptadas no continente, e traduzidas em portuguez*, etc., Lisboa, 1811; *Historia secreta do gabinete de Bonaparte, traduzida em portuguez*, Lisboa, 1811 e 1812, 4 tomos. A traducção da *Historia secreta* deu logar a um aviso notavel, mandado expedir pela Regencia do reino á Mesa do Desembargo do Paço, em consequencia das ordens que a mesma Regencia recebera do Rio de Janeiro. N'aquella obra insultava-se a rainha de Hespanha e se gabava a constituição ingleza. Já se vê que Luiz Caetano Altina de Campos continuava a ser um dissidente, escapando sempre aos furores poli-

ciaes, porque apezar de sobre elle haver graves suspeitas tambem havia grande indulgencia Em 1896 quiz sair de Portugal, na idéa de ir a Londres, porém o intendente da policia, então Mattos e Vasconcellos, logo desconfiou que elle teria a intenção de ir juntar-se aos jornalistas portuguezes que escreviam em Londres jornaes liberaes. Pois apezar d'essas desconfianças, que manifestou n'um officio dirigido ao ministro D. Miguel Forjaz bem desagradavel, Luiz Caetano obteve o passaporte, e foi para Londres, d'onde passou a Paris, e ali escreveu em francez um livro intitulado: *Des Rêves des Philosophes devoilés par l'examen de la science de la Nature*, de que só publicou o 1.º tomo, *Astronomie Physique*, em 1820, anno em que falleceu, deixando a obra incompleta. Luiz Caetano ainda traduziu do francez os seguintes opusculos: *Bonaparte e os Bourbons*, Lisboa, 1814; *Memorias historicas sobre Bonaparte*, Lisboa, 1815; *Ensaios sobre as causas da revolução de França*, etc., Lisboa, 1815.

Campos *(Manuel de)*. Licenceado em Canones e conego da sé de Faro. Consta que era natural de Lisboa, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Foi capellão do bispo do Algarve Fernão Martins de Mascarenhas, conego de quarta prebenda na cathedral de Faro, e promotor da justiça ecclesiastica. Escreveu: *Relação do solemne recebimento que se fez em Lisboa ás santas reliquias que se levaram á egreja de S. Roque da Companhia de Jesus, aos 25 de janeiro de 1588*, Lisboa, 1588. N'este livro estão diversas poesias suas. Existe uma traducção em castelhano, feita por Alvaro de Veancos, publicada em Alcalá, em 1589.

Campos *(Padre Manuel de)*. Jesuita. N. em Lisboa em 1680, ignora-se a data do fallecimento. Era filho de João Lopes de Campos e de Maria Cardosa Entrou para a Companhia de Jesus, no noviciado de Evora, e professou a 26 de novembro de 1698. Foi professor de mathematicas em Madrid, e depois na aula da Esphera do collegio de Santo Antão de Lisboa; academico da Academia Real de Historia, etc., muito considerado pela sua erudição. Escreveu: *Elementos de Geometria plana e solida, segundo a ordem de Euclides, principe dos geometras, accrescentados com tres uteis appendices*, etc., *para uso da Aula da Sphera do collegio de Santo Antão*, Lisboa, 1735; *Trigonometria plana e espherica, com o canon trigonometrico linear e logarithmico, tirada dos autores mais celebres que escreveram sobre esta materia, e regulada pelas impressões mais correctas que até aqui tem sahido, para uso da Aula da Sphera*, etc. Lisboa, 1737. *Synopse trigonometrica dos casos que commumente occorrem em uma e outra Trigonometria plana e espherica, com as analogias respectivas e praticas logarithimicas que lhe correspondem*, Lisboa, 1737. *Relação da prisão e morte dos quatro veneraveis padres Bartholomeu Alvares, Manuel de Abreu, Vicente da Cunha, portuguezes, e João Gaspar Cratz, allemão, mortos em Tunkin a 12 de janeiro de 1737*, Lisboa, 1738; *Oração funebre nas exequias celebradas na parochia de S. José de Lisboa, ao ex.mo sr. Luiz de Vasconcellos e Sousa, terceiro conde de Castello Melhor*, etc., Lisboa, 1721; *Elogio funebre do rev.mo P. M. Fr. Pedro Monteiro, academico da Academia Real da Historia portugueza*, Lisboa, 1735; *Conta dos seus estudos academicos mandada de Madrid, e lida na Academia Real a 15 de maio de 1731*, saiu no tomo II da *Collecção de Documentos* da mesma academia; *Idem*, remettida e lida em novembro de 1731, no referido tomo II.

Campos *(Manuel Joaquim da Costa)*. D'este escriptor, que parece ser natural da India, só se conhece o nome pelas seguintes obras publicadas em Nova Gôa: *Edificação de uma egreja em Nova Goa e trasladação do tumulo de S. Francisco Xavier para a mesma egreja*, etc. 1859; *Estreia goana ou offerta litteraria para o anno de 1861*, 1860; *Duas palavras ácerca das alfandegas do estado da India*, 1861, traz a assignatura de M. C; *O critico feito á pressa*, 1861, saiu sem assignatura; é resposta a um artigo da *Phenix de Goa*, que censurava o que o autor escreveu relativamente ás alfandegas da India; *Almanach do christianismo para o anno de 1863*, 1.º anno, 2.º anno para 1864, 3.º anno para 1865; *Goa sociavel*, jornal litterario, 1866, que começou a publicar-se em março e acabou em novembro, sendo Costa Campos o principal redactor; *Saudação do theatro D. Luiz, na noite da sua inauguração, 31 de julho de 1873*, 1873, tem a assignatura de *Manuel de Campos*, de que tambem usava: *A sua magestade el-rei o senhor D. Luiz I*, poesia recitada no baile dado pelo governador geral o general João Tavares d'Almeida, no anniversario d'el-rei, 1875, tem a assignatura de *M. Campos*; *Mosaico*, jornal litterario, 1848; durou de janeiro a julho d'este anno, com a collaboração de Costa Campos e de outros.

Campos *(Manuel Rodrigues Affonso de)*. General de divisão reformado. N. em 1813, fal. a 20 de outubro de 1880. Assentou praça, contando apenas 14 annos de edade, a 28 de agosto de 1827, e não tardou a que se iniciasse nos soffrimentos e trabalhos do arduo mister das armas, tomando parte nas luctas civis, sendo recompensado pelos serviços prestados a favor da liberdade, com o posto de alferes a 26 de março de 1834. Foi promovido a tenente em 5 de setembro de 1837, a capitão a 19 de abril de 1847, a major a 29 de abril de 1851, a tenente coronel a 12 de abril de 1864, e a coronel a 26 de janeiro de 1870, posto em que se conservou, exercendo o commando de infanteria n.º 2, até que o prostrou a doença que o devia victimar. Reformou se em general de divisão, visto considerar-se preterido para a promoção de general de brigada, e haver completado já os 35 annos de serviço. Affonso de Campos distinguiu-se sempre pela sua bravura e lealdade em todos os actos de serviço, nas campanhas em que entrou, e depois na divisão auxiliar á Hespanha na guerra dos carlistas. Na sua longa carreira militar obteve as seguintes distincções honorarias: official da ordem da Torre e Espada, cavalleiro da de N. S.ª da Conceição, commendador das de Aviz e de Christo; tinha tambem as commendas das ordens hespanholas de Izabel a Catholica e Carlos III, e a medalha das campanhas da liberdade com o algarismo n.º 5, a de ouro de valor militar, e as de prata de bons serviços, de comportamento exemplar, e da divisão auxiliar á Hespanha.

Campos *(Mauricio da Costa)*. N. em Gôa, mas descendia de familia de origem portugueza, européa. Em 1802 era capitão de fragata na marinha de Gôa, e depois serviu no Brazil. Escre-

veu: *Vocabulario marujo, ou conhecimento de todos os cabos necessarios ao navio; do seu poliame, e de todos os termos marujos. e de alguns da construcção naval e artilharia*, Rio de Janeiro, 1823.

Campos (*Paulino Gomes de*). Existe d'este escriptor na Bibliotheca d'Ajuda o seguinte opusculo: *Relação curiosa da varanda, em que se celebrou a acclamação e exaltação ao throno do sempre inclito e augusto monarcha D. José I*, etc. Lisboa, 1750.

Campos (*Paulo de Azevedo Coelho de*). Em março de 1859 era official ordinario do ministerio do reino; foi promovido em setembro d'este anno a primeiro official e chefe de repartição, e em 25 de julho de 1866 recebeu a graduação de diretor geral da referida secretaria. Gosava da maior fama pelos seus especiaes e comprovados conhecimentos de direito administrativo. Tinha a carta de conselho. Falleceu a 28 de abril de 1882. Mandou publicar, sem o seu nome, sendo, porém, suas as annotações, o *Codigo administrativo annotado*, Coimbra, 1849. D'este codigo, com as modificações porque tem passado desde a sua primeira publicação, tem-se feito numerosas edições, sem annotações e annotadas por diversos, em Lisboa, Coimbra, Porto, Paris, Ponta Delgada, etc. Em Bombaim, no anno de 1838, saiu o seguinte livro: *Manual do cidadão portuguez nas provincias ultramarinas de Portugal*, contendo o codigo administrativo portuguez e a reforma judiciaria, com a legislação respectiva, peculiar ao Ultramar, seguidas das deliberações do governador geral do estado da India em conselho, que as declarou exequiveis.

Campos (*Pedro Balthazar*). Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra. Era natural de Villar Torpim, concelho de Trancoso, e filho de Matheus Antonio de Almeida. Foi doutorado a 5 de julho de 1818. Ignoram-se as datas do nascimento e do fallecimento. Era irmão do tambem doutor em Leis já mencionado, José Alexandre de Campos.

Campos (*Pedro Pinto de*). Actor muito considerado. N. em Lisboa a 21 de dezembro de 1833, onde tambem falleceu a 18 de janeiro de 1889. Começou os seus estudos no collegio dos Inglezinhos, que ficava na rua do Machadinho, passou depois para um collegio á Ribeira Velha, e em seguida para a aula do Carmo, no local onde hoje existe o quartel. Seu pae era um acerrimo partidario de D. Pedro IV, por quem arriscou muitas vezes a vida, perdendo nas luctas da liberdade tudo quanto possuia. Quando terminou a guerra civil, arranjou um modesto emprego na ilha da Madeira, e voltando ao continente já velho e doente, falleceu pouco depois, no anno de 1845. Pinto de Campos tinha apenas 12 annos, e entrou para uma loja de mercador, pertencente a um seu tio, como marçano, e nas horas vagas estudava. Era maniaco pelo theatro, o que não agradava ao tio, que continuamente o reprehendia. Saiu afinal da loja do tio, e foi passar algum tempo a Villa Franca de Xira a casa d'um parente, que depois lhe arranjou collocação como primeiro caixeiro d'um estabelecimento d'alfaiate. Começou a representar em theatros particulares, sendo sempre applaudido, o que muito o animava. Depois dedicou-se á arte typographica, e assim viveu alguns annos; mas em 1854, havendo uma grande crise de trabalho, ficou desempregado, e resolveu-se a seguir a vida do theatro. Era um grande enthusiasta pelo notavel actor Rosa, pae dos actuaes artistas João e Augusto Rosa, e travando com elle relações, conseguiu que o protegesse e lhe desse algumas lições que muito lhe aproveitaram. Debutou no antigo theatro da Rua dos Condes a 6 de março de 1855, n'uma comedia em 3 actos, *A Ramalheteira*. A sua estreia foi auspiciosa, porque logo se revelou um grande actor. N'aquelle theatro representou nas seguintes peças: *Os aspirantes de marinha*, *A romã encantada*, *Samsão*, *Guilherme Colmann*, *A' procura d'um tenor*, *Os tres inimigos d'alma*, *O aboletado*, *O que é o mundo*, *Feio de corpo e bonito d'alma*, etc. Para um dos seus beneficios escreveu, de collaboração com Alcantara Chaves, uma comedia-drama n'um acto, *Martyrios e rosas*. Em 1858 foi contratado para o theatro de S. João do Porto pelo empresario Couto Guimarães, onde debutou em 27 de outubro no drama *Justiça de Deus*, mas pouco tempo se demorou no theatro por ter adoecido gravemente. No anno seguinte voltou áquella cidade, n'uma companhia organisada por Emilia das Neves, encarregando-se de importantes papeis. Em 1860, o actor Roza arranjou-lhe escriptura no theatro de D. Maria, e ali se estreou a 29 de outubro no drama *Culpa e castigo*. Até 1872 ali se conservou seguindo a sua vida artistica sempre com o maior agrado do publico. Nas peças em que entrou, distinguiu-se principalmente nos *Homens do mar*, *Cora ou a escravatura*, *Os homens ricos*, *Pedro*, *Maria Antonieta*, *A familia*, *Os operarios*, *Adelaide*, *Condessa de Manstein*, *Idéas da senhora Aubray*, *Morgadinha de Valflor*, *Helena*, *Os dois surdos*, etc. No anno de 1867 foi classificado pelo conselho dramatico actor de primeira classe. Quando o theatro de D. Maria, em 1872, passou a especulação particular, Pinto de Campos saiu, e escripturou-se no Gymnasio, onde continuou a sua gloriosa vida artistica, representando com o maior exito no *Afilhado de Pompignac*, *A filha unica*, *Longe da vista*, *Calumnia*, *Campinos*, *A orphã d'Aldoar*, *Como se enganam as mulheres*, *A opinião publica*, etc. Depois voltou ao Porto, fazendo parte das companhias dos theatros da Trindade e do Principe Real. Em 1876 já Pinto de Campos tinha a sua reforma, mas voltou para o theatro de D. Maria contratado pela empresa Biester, Brazão & C.ª. Ahi ficou depois, fazendo parte da sociedade artistica a que o theatro foi adjudicado. Um dia teve uma questão com os socios, e abandonou o palco. Ainda assim prestou-se a entrar n'alguns espectaculos no theatro do Principe Real, e na inauguração no theatro d'Avenida. Pinto de Campos era muito modesto e muito illustrado; tinha decidida paixão pela vida do palco, e dedicára-se um pouco á litteratura, publicando algumas poesias no *Jardim litterario*, e compondo um drama em 5 actos, intitulado *Julia*, que nunca se representou. As touradas fôram tambem um dos seus predilectos divertimentos, em que era muito entendido, chegando a escrever ácerca da arte tauromachica. A sua opinião foi por vezes consultada pelos amadores e artistas. Em Benavente, ainda antes de ser actor, tomou parte n'algumas corridas.

Campos (*Sebastião de*). Jesuita, natural de Coimbra, fallecido em Lisboa a 1 de setembro

de 1673. Foi capellão na Casa Professa de S. Roque. Deixou uma obra theologica, denominada *Espelho de desenganos*, que se publicou em 1678.

Campos (*Seraphim Manuel de Figueiredo e*). Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, freire conventual da Ordem de S. Bento de Aviz, e por fim monsenhor na egreja patriarchal de Lisboa. Falleceu entre os annos de 1828 e 1830. Escreveu: *Allegação juridica a favor dos priores-móres da Ordem militar de S. Bento de Aviz, na qual se illustra e defende a prorogativa que têem de conferirem prima-tonsura e ordens menores aos moços do côro, e de passar lhes demissorias para ordens sacras*, Lisboa, 1800.

Campos. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 748 hab. e 196 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. A pov. dist. 54 k. da séde do conc. e está situada em bella e fertilissima planicie, atravessada pela estrada real de Lisboa, feita em 1864. Esta freg. tem annexa a de S. Paio de Villa Meã, da qual é dividida por um pequeno ribeiro. Campos ficou pertencendo ao conc. de Valença por decreto de 12 julho de 1895, que extinguiu o de V. N. da Cerveira, e voltou para este conc. por ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3 com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Vicente, conc. e com. de Vieira, distr. e arceb. de Braga; 397 hab. e 104 fog. A pov. dista 15 k. da séde do conc. E' terra fria, mas muito saudavel, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de rec. e res. n.º 8, com séde em Braga.

Campos. Povoações nas seguintes freguezias: Santa Maria, de Anjos, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. Pedro, de Avintes, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Martinho, de Courel, conc. de Barcellos, distr de Braga. || Santa Maria, de Covas de Barroso, conc. de Boticas, distr. de Villa Real. || Santo Adrião, de Duas Egrejas, conc. de Penafiel, dist. do Porto. || S. João Baptista, de Folhada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Verissimo, de Lagares, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Loureira, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Christovão e conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || S. Romão, de Paredes de Viadores, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Pedro, de Villar dos Ferreiros, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real.

Campos. Logares nas freguezias: S. Vicente, de Boim, conc. de Louzada, dist. do Porto. || S. Thomé, de Caldellas, conc. de Guimarães, dist. de Braga. || S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Cette, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Corvite, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Costa, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Gatão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Thiago, de Gavião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Gestaçô, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Miguel, de Gualtar, conc. e distr. de Braga. || Santo Isidoro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Miguel, de Moreira, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Outeiro, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Serzedo, conc. de Guimarães, distr de Braga. || S. Martinho, de Soalhães, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. André, de Tellões, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Sobrosa, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Torquato, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Tregosa, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Trute, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Villarinho, conc. de Santo Thyrso, dist. do Porto.

Campos. Casal na freg. de S. Martinho, de Avessadas, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Casal na freg. de S. Lucas, de Freiria, conc. de Torres Vedras, dist. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de N. S.ª das Ciladas, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora. || Horta na freg. de S. Thiago e conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || Horta na freg. de N. S.ª das Neves e conc. de Borba, distr. de Evora. || Horta na freg. do Salvador e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || Monte na freg. de Santo Ildefonso, conc. de Elvas, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de Santa Maria e conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Caia, conc. de Elvas, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de S. Gregorio, de Reguengo, conc. e distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de S. Thiago, de Valladares, conc. de Baião, distr. do Porto.

Campos Abbade. Pov. na freg. de Santa Izabel, de Monte, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga.

Campos de Baixo. Logar da freg. de Santo André, de Padronello, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Campos de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Maria, de Penha Longa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Campos de Cheira. Logar na freg. de S. Mamede, de Ventosa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Campos de Eiriz. Logar na freg. de S. Miguel, de Serzedo, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Campos Henriques (*Arthur Alberto de*). V. *Henriques*.

Campos Junior (*Antonio Maria de*). Escriptor contemporaneo. N. em Angra de Heroismo a 13 de abril de 1850. Seu pae era militar, e vivia no Porto, quando Antonio de Campos Junior assentou praça em caçadores 9, como voluntario. Esteve depois em Leiria no regimento de caçadores n.º 6, e ali foi professor da escola regimental. Já então manifestava elevada intelligencia, que elle cultivou com um trabalho assiduo e estudo especial. Em Leiria tambem se dedicou ao theatro, escrevendo algumas peças e tornando-se um amador dramatico muito apreciavel. Como jornalista, escreveu artigos de alto valor litterario, nos jornaes que então se publicavam n'aquella cidade: *A Revista de Leiria* e o *Districto de Leiria*. Sendo promovido a official, foi collocado em Lisboa, e tinha o posto de capitão, quando pediu a sua reforma, que lhe foi concedida a 9

de dezembro de 1899, para se entregar exclusivamente á vida jornalistica, com especialidade á de romaucista historico, em que nos ultimos tempos mais se tem evidenciado. Em politica filiou se no partido regenerador; organisando-se, porém, depois da morte do estadista Fontes Pereira de Mello, um novo grupo politico, dirigido por Augusto Cesar Barjona de Freitas, formado d'uma fracção do partido regenerador, com o nome de *Esquerda Dymnastica*, Campos Junior seguiu esse grupo, sendo um dos redactores do jornal que se publicou com o referido titulo de *Esquerda Dymnastica*. Durante alguns annos foi redactor da *Revolução de Setembro*, e do *Seculo*, onde publicou diversos artigos vigorosos e patrioticos, ácerca de differentes assumptos, advogando os progressos da instrucção elementar, os progressos coloniaes e a protecção ao trabalho. Actualmente é collaborador do *Diario de Noticias*, e está publicando em folhetins o seu novo romance historico: *A ala dos namorados*. Por occasião do *Ultimatum* inglez de 11 de janeiro de 1890, escreveu um aproposito, intitulado *A torpeza*, que se representou, causando o maior enthusiasmo, no antigo theatro da Alegria. Este aproposito tambem se representou no Brazil com ligeiras alterações, e com o titulo de *A historia*. Os romances historicos de Campos Junior teem tido a melhor acceitação do publico; são elles: *Guerreiro e monge*, *O marquez de Pombal*, *Luiz de Camões* e *A filha do polaco*. Escreveu tambem quando se ventilou uma seria questão sobre os collegios dirigidos por corporações religiosas, um romance intitulado: *A visão de Jesus*. Para o theatro tem escripto, além da *Torpeza*, em que falámos, *A consciencia*, drama em 4 actos, que se representou no theatro do Principe Real, e as tres comedias seguintes, todas em 3 actos e representadas no Gymnasio: *A filha do regedor*, *O nariz de cêra* e *O filho do major*. Campos Junior tem o grau de cavalleiro da ordem de Christo e o officialato de S. Thiago, a medalha de prata da classe de comportamento exemplar, e a de 1.ª classe da ordem de merito militar de Hespanha.

Antonio Maria de Campos Junior

Campos de Lima. Pov. na freg. de N. S.ª do Soccorro, de Paçô, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, districto de Vianna do Castello.

Campos Novos. Logar na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto.

Campos da Rainha. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Vendas Novas, conc. de Montemór o-Novo, districto de Evora.

Campos Rodrigues *(Cesar Augusto de)*. V. *Rodrigues*.

Campos de Sá. Pov. na freg. de S. Jorge, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, Vianna do Castello.

Campos Valdez *(Antonio de)*. V. *Valdez*.

Campos Velhos. Logar na freg. de N. S.ª de Belem, de Rio de Moiro, conc. de Cintra, districto de Lisboa.

Camposa. Pov. na freg. de S. Pedro, de Valle, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. do Salvador, de Folgosa, conc. da Maia, districto do Porto.

Camposinhos. Pov. na freg. de Santa Maria, de Veatodos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Leça da Palmeira, conc. de Bouças, districto do Porto.

Camuachi. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental, a 16 k. E de Golungo Alto.

Camuanze. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Camuaxi e Camuaxi do Meio. Duas povoações do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camucangui. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camucique. Pov. conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Camuconda. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Camucope. Prazo do fisco, do distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Oriental, além dos rios Zambeze e Reonguc. || Incumbe do prazo Pauzo no distr. de Tete, prov. de Moçambique. Tem 5 k. de comprimento e 4 de largura. Produz milho, trigo, arroz e algodão.

Camude. Logar na freg. de Santo André, de Ancede, conc. de Baião, districto do Porto.

Camuege. Duas povoações com este nome do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camuege de Baixo, de Cima e do Meio. Tres povoações do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. Com o nome de *Camuege de Cima* ha ainda outra povoação no mesmo conc. e districto.

Cmmuginha. Affluente do rio Bengo, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camugombe. Rio das terras do sertão de Muiga, Africa Oriental, a NO da prov. de Moçambique.

Camuguengue. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Camuhalla. Duas povoações do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Camullo. Pov. do conc. de Ambaca, distr de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camungo. Nome de duas povoações do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Camunze. Duas povoações do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Camuquelle. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. do Angola, Africa Occidental.

Camuquenene. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Camussa. Pov. do conc. de Ambaca, distr de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camussacei. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Camussamba. Pov. da margem esquerda do rio Moangoa, no interior da Africa Oriental, ao S do sertão e territorio do Songo Grande, e no

caminho que segue para o Lobal, a 122 k. do limite E da prov. de Angola.

Camussua e Camussue. Duas povoações no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camutambo. Pov. do conc. de Icolo e Bembo, distr. e conc. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, a 78 k. ao E de Loanda.

Camuteba. Pov. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Camutralla. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Camuxito. Pov. do conc. de Cazengo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Cana. Pov. na freg. do Salvador, de Fervença, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Pov. da prov., distr. e conc. de Salsete, arceb. de Gôa, India, a O de Margão.

Cana Canganga. Pov. do conc. de Malange, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental, a E do conc. e na margem esquerda do rio Cuanza. Dista 15 k. de Cassange e 82 de Talla-Mogongo.

Canã. Pov. da freg. de Benaulim, conc. de Salsete, distr. de Gôa, na India.

Cana Sala. Pov. situada nos Dembos, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental, a 150 k. ao E da cidade de Loanda.

Canaca. Pov. da prov. de Canaconá, 4.ª div. das Novas Conquistas, distr. e conc. de Salsete, arceb. de Gôa, India.

Canaconá. Prov. da 4.ª div. das Novas Conquistas, India. E' limitada ao N pelas provincias de Bally e Astragar, a E por uma parte d'esta prov. e pelo Canará, ao S pelo Canará e Mar das Indias, e a O pelo Oceano Indico e prov. e jurisdicção de Cabo Rama. Pertence ao distr. e conc. de Salsete, prov. e arceb. de Gôa, e faz parte do 3.º circulo eleitoral, Margão, e do 5.º commando militar. Capital, Canaconá. A população orça por 20:000 hab, todos asiaticos, n'uma superficie de 172 k. quadrados, dividida em varias povoações e freguezias. O solo é excessivamente accidentado de montanhas, e cortado de ribeiras e rios em todas as direcções, sendo o principal d'estes o Talponá. Camara agraria, escola, cereaes, côco, fructa e mais especialmente pimenta redonda e comprida, e canhamo. O conquistador das terras d'esta provincia foi Manuel Saldanha e Albuquerque, 47.º vice-rei da India. || Pov. e freg. de Santa Thereza, e capital da prov. do mesmo nome, India, a O e na margem esquerda do rio Talponá; tem escola. || Concelho do distr. de Gôa, na India, com séde em Chauddy, compondo-se de nove regedorias, uma das quaes é formada pela aldeia de Canaconá. Permuta vales do correio com o reino.

Canada. Antiga medida de liquidos que se dividia em quartilhos, e era a duodecima parte do almude. Em Lisboa a canada equivalia a 14 decilitros.

Canada. Pov. e freg. de S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, conc. de Tavira, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Luz conc. de Lagôa, distr. de Faro || Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. || Ilha do Fayal; pov. na freg. de N. S.ª d'Ajuda, de Pedro Miguel, conc. e distr. de Horta. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Alegrete, conc. e distr. de Portalegre. || Logar na freg. de S. André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, conc. e distr. de Faro. || Monte na freg. de S. João Baptista, de Alegrete, conc. e distr. de Portalegre. || Monte na freg. de S. Estevão, de Beringel, conc. e distr. Beja. || Monte na freg. de S. Marcos, de Campo, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª dos Mosteiros, conc. de Arronches, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Vimieiro, conc. de Arrayollos, distr. de Evora. || Quinta na freg de S. Martinho, de Ranhados, conc. de Meda, distr. da Guarda.

Canada da Ajuda. Ilha Terceira; pov. na freg. de Santa Barbara, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Canada dos Alamos. Ilha Terceira; logar na freg. de N S.ª de Belem, da Terra Chã, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Canada dos Amarellos. Ilha Graciosa; pov. na freg. de N. S.ª da Luz, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo.

Canada de Angra. Ilha Terceira, pov. na freg. de Santa Cruz e conc. da Praia da Victoria, districto de Angra do Heroismo.

Canada de Anna Vargas. Ilha do Pico; pov. na freg. da Santissima Trindade e conc. de Lagens do Pico, districto de Horta.

Canada da Arquinha. Ilha Terceira; pov. na freg. de Santa Cruz e conc. da Praia da Victoria, districto de Angra do Heroismo.

Canada dos Arrifes. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de N. S.ª das Candeias, de Candelaria, conc e districto de Ponta Delgada.

Canada da Arruda. Ilha Terceira; pov. na freg. de S. Matheus da Calheta, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Canada Bargada. Ilha do Pico; pov. na freg. de Santo Antonio, conc. de S. Roque do Pico, districto de Horta.

Canada de Belem e Canada de S. Bento. Ilha Terceira; duas povoações na freg. de N. S.ª de Belem, de Terra Chã, conc. e districto de Angra do Heroismo.

Canada da Bezerra. Ilha Terceira; pov. na freg. do Espirito Santo, de Villa Nova, conc. da Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo.

Canada da Bica. Ilha de S Jorge; pov. na freg. de S. Thiago, de Ribeira Sêcca, conc. da Calheta, districto de Angra do Heroismo.

Canada da Bicada. Ilha Terceira; pov. na freg. de Santa Cruz e conc. da Praia da Victoria, districto de Angra do Heroismo.

Canada do Biscoitinho. Ilha Terceira; pov. na freg. de S. Matheus da Calheta, conc. e districto de Angra do Heroismo.

Canada do Boqueirão. Ilha Terceira; pov. na freg. do Espirito Santo, de Villa Nova, conc. da Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo.

Canada Brazileira. Ilha Graciosa; pov. na freg. de N. S.ª de Guadelupe, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo.

Canada do Breado. Ilha Terceira; pov. na freg. de Santa Luzia, conc. e districto de Angra do Heroismo.

Canada das Bugias. Ilha Terceira: pov. na

freg. de S. Miguel, de Lagens, conc. da Praia da Victoria, districto de Angra do Heroismo.

Canada dos Cabraes. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de N. S.ª das Candeias, de Candelaria, conc. e districto de Ponta Delgada.

Canada da Caldeira. Ilha Terceira; pov. na freg. de S. Miguel, de Lagens, conc. da Praia da Victoria, districto de Angra do Heroismo.

Canada do Calhão. Ilha do Pico; pov. na freg. de N. S.ª das Candeias, de Candelaria, conc. de Magdalena, districto de Horta.

Canada da Calheta. Ilha do Pico; pov. na freg. de S. Sebastião, de Calheta de Nesquim, conc. de Lagens do Pico, districto de Horta.

Canada do Canhoto e Canada do Capitão Mór. Ilha Terceira; duas povoações na freg. de S. Matheus da Calheta, conc. e districto de Angra do Heroismo.

Canada da Castelhana. Ilha do Pico, pov. no freg de Santo Antonio, conc. de S. Roque do Pico, districto de Horta.

Canada da Chã. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Norte Grande, conc. de Vélas, districto de Angra do Heroismo.

Canada Chicara. Ilha da Graciosa; pov. na freg. de N. S.ª da Luz, conc. de Santa Cruz da Graciosa, districto de Angra do Heroismo.

Canada da Cidade. Ilha Terceira; pov. na freg. de Santa Cruz e conc. da Praia da Victoria, districto de Angra do Heroismo.

Canada da Correia. Ilha Terceira; pov. na freg. de Santa Barbara, conc. e districto de Angra do Heroismo.

Canada das Covas. Ilha Terceira; pov. na freg. de S Miguel, de Lagens, conc. da Praia da Victoria, districto de Angra do Heroismo.

Canada da Cruz Dourada e Canada de Entre Vinhas. Ilha Terceira; duas povoações na freg. de S. Matheus da Calheta, conc. e districto de Angra do Heroismo.

Canada da Egreja. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de S. Lazaro, de Norte Pequeno, conc. da Calheta, districto de Angra do Heroismo.

Canada da Ermida. Ilha Terceira; pov. na freg. de S. Miguel, de Lagens, conc. da Praia da Victoria, districto de Angra do Heroismo.

Canada da Esperança Velha. Ilha Graciosa, pov. na freg. de N. S.ª de Guadelupe, conc. de Santa Cruz da Graciosa, Angra do Heroismo.

Canada da Fajã do Méro. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de S. Lazaro, de Norte Pequeno, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Canada dos Folhadaes e Canada dos Folhados. Ilha Terceira; duas povoações na freg. de N. S.ª de Belem, de Terra Chã, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Canada da Fonte. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de Santa Catharina e conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo. || Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Norte Grande, da mesma ilha, conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo.

Canada das Fontinhas. Ilha Terceira; pov. na freg. de S. Miguel, de Lagens, conc. de Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo

Canada da Forca. Ilha Terceira; pov. na freg. de Santa Cruz e conc. da Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo.

Canada do Fôro. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Norte Grande, conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo.

Canada Franceza. Ilha Terceira; pov. na freg. de S. Matheus da Calheta, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Canada do Funchal. Ilha Terceira; pov. na freg. de S. Bartholomeu dos Regatos, conc. e districto de Angra do Heroismo.

Canada das Furnas. Ilha Graciosa; pov. na freg. de N. S.ª da Luz, conc. de Santa Cruz da Graciosa, districto de Angra do Heroismo.

Canada do Hospital. Ilha Terceira; pov. na freg. de Santa Barbara, conc. e districto de Angra do Heroismo.

Canada de Jacinto Soares. Ilha Terceira; pov. na freg. de Santa Luzia, conc. e districto de Angra do Heroismo.

Canada do Lambicão e Canada da Laranjeira. Ilha de S. Jorge; duas povoações na freg. de N. S.ª das Neves, de Norte Grande, conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo.

Canada de Lazaro Nunes. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de S. Lazaro, de Norte Pequeno, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Canada Longa. Ilha Graciosa; pov. na freg. de N. S.ª da Luz, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo.

Canada dos Louraes. Ilha Terceira; pov. na freg. de S. Miguel, de Lagens, conc. da Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo.

Canada da Luz. Ilha Terceira; pov. na freg. de S. Matheus da Calheta, conc. e districto de Angra do Heroismo.

Canada das Maças. Ilha Graciosa; pov. na freg. de N. S.ª da Luz, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo.

Canada do Mar. Ilha do Pico; pov. na freg. de Santo Antonio, conc. de S. Roque do Pico, distr. de Augra do Heroismo.

Canada do Martello. Ilha Terceira; logar na freg. de S. Matheus de Calheta, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Canada da Matella. Ilha Terceira; pov. na freg. de N. S.ª de Belem, de Terra Chã, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Canada do Negro. Ilha Terceira; logar na freg. de N. S.ª de Belem, de Terra Chã, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Canada das Neras. Ilha de S. Jorge; logar na freg. de Santa Catharina e conc. de Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Canada de N. S.ª da Boa Viagem. Ilha Terceira; pov. na freg. de S. Matheus da Calheta, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Canada Nova. Ilha do Pico; pov. na freg. de Santo Amaro, conc. de S. Roque do Pico, distr. de Horta. || Ilha Terceira; pov. na freg. de Santa Luzia, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Canada Nova de Cima. Ilha Terceira; pov. na freg. de S. Matheus da Calheta, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Canada do Outeiro. Ilha Terceira; pov. na freg. de Santa Cruz e conc. de Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo.

Canada das Pedreiras. Ilha Graciosa; pov. na freg. de N. S.ª da Luz, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo.

Canada de Pedro Antão. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de S. Jorge e conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo.

Canada de Pedro Antonio. Ilha Terceira; povoação na freguezia de S. Matheus da Ca-

lheta, concelho e districto de Angra do Heroismo.

Canada da Pena. Ilha de S. Miguel; logar na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Fajã de Baixo, conc. e distr. de Ponta Delgada.

Canada do Porto. Ilha Terceira; pov. na freg. de S. Matheus de Calheta, conc. e distr. de Angra do Heroismo. || Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de S. Lazaro, de Norte Pequeno, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Canada do Porto Santo. Ilha Terceira; pov. na freg. de N. S.ª de Belem, de Terra Chã, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Canada da Quinta, Canada do Regêlo, Canada dos Remedios. Tres povoações na freg. de S. Miguel, de Lagens, conc. de Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo.

Canada do Ribeirinho. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de S. Jorge e conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo.

Canada de Sant'Anna. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de S. Jorge e conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo.

Canada de Santo Antonio. Ilha Terceira; pov. na freg. de Santa Luzia, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Canada de S. Bartholomeu. Ilha Terceira; pov. na freg. de S. Matheus da Calheta, conc. e distr. de Angra do Heroismo. || Ilha de S. Jorge, pov. na freg. de S. Thiago, de Ribeira Sêcca, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Canada de S. Caetano. Ilha Terceira; pov. na freg. de Santa Cruz e conc. da Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo.

Canada de S. Vicente. Ilha Terceira; pov. na freg. de S. Matheus da Calheta, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Canada da Saude. Ilha do Pico; pov. na freg. de S. Sebastião, de Calheta de Nesquim, conc. de Lagens do Pico, distr. de Horta.

Canada da Serrôa. Ilha de S. Jorge; logar na freg. de N. S.ª das Neves, de Norte Grande, conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo.

Canada dos Ferreiros. Ilha Terceira; pov. na freg. de Santa Barbara, conc. e districto de Angra do Heroismo.

Canada dos Testos. Ilha Terceira; pov. na freg. de Santa Cruz e conc. de Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo.

Canada Velha. Ilha Graciosa; pov. na freg. de N. S.ª da Luz, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo.

Canada das Vinhas. Ilha Terceira; pov. na freg. de S. Miguel, de Lagens, conc. da Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo.

Canadas. Pov. na freg. de S. Pedro Fins, de Gominhães, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Quiteria, de Méca, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Quintas na freg. de Santa Agueda, de Torres, conc. de Trancoso, distr. da Guarda.

Canadeiro. Logar na freg. de S. Pedro, de Torrados, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Canadela. Medida usada no seculo XIV, na Terra de Moncorvo. Fazia tres quartas do alqueire, conforme consta do alvará de D. Pedro I para aquella villa no anno de 1361, citado por Viterbo no seu *Elucidario*.

Canadello. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Amarante, distr. e bisp. do Porto; 379 hab. e 88 fog.; tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada n'uma baixa, entre serras, que são ramificações da do Marão. Pertencia antigamente á freg. de Boadella da Ovelha, mas em 1680 tornou-se independente. O abbade das religiosas benedictinas de Pombeiro apresentava o cura, que tinha 20$000 réis de congrua e o pé d'altar. Produz milho, legumes, vinho, azeite e algum trigo. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Brandara, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Julião, de Moreira do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Canadinha Nova. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de S. Jorge e conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo.

Canadinha do Theatro. Ilha Terceira; pov. na freg. de N. S.ª de Belem, de Terra Chã, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Canadinhas. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Norte Grande, conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo.

Canado. Pov. na freg. de S. Pedro, de Mões, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Canados. Pov. na freg. de Santa Quiteria, de Méca, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Canaes *(José Barbosa)*. V. *Figueiredo Castello Branco (José Barbosa Canaes)*.

Canaes. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Caranguejeira, conc. e distr. de Leiria. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, e conc. de Albufeira, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Algoz, conc. de Silves, distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Logar na freg de S. Martinho, de Alliviada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santo Antonio, de Beira Grande, conc. de Carrazêda de Anciães, distr. de Bragança.

Canal. Villa e freg. de N. S.ª das Reliquias, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Estremoz, distr. e arceb. de Evora; 263 hab. e 50 fog. A villa dista 10 k. da séde do conc. e está situada na falda da serra de S. Gens, na margem esquerda da ribeira de Canal. E' da Casa de Bragança. Antes de 1834 tinha juiz ordinario, feito a votos do povo da villa externo, confirmado pelo corregedor da comarca de Evora. Gozava dos privilegios de caseiros da Casa de Bragança. N'esta freg. e nas proximidades do Ameixial alcançou gloriosa victoria o conde de Villa Flôr, D. Sancho Manuel de Vilhena, no dia 8 de junho de 1663, contra o general castelhano D. João d'Austria, na grande batalha, que ficou conhecida pelo nome de *Ameixial*. A terra é fertil e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 22, com a séde em Abrantes. A freg. foi annexada á de Gloria, para effeitos administrativos, por decreto de 25 de janeiro de 1893. || Pov. na freg. de Santa Margarida, de Abrã, conc. e distr. de Santarem. || Pov. na freg. de Santa Barbara de Nexe, conc. e distr. de Faro. || Pov. na freg. de Santa Clara, conc. e distr. de Coimbra. || Pov. na frag. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Pedro, de Abragão, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Mar-

tinho, de Arco de Baulhe, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Logar na freg. de N. S.ª da Piedade, de Odeceixe, conc. de Aljezur, distr. de Faro. || Logar na freg. de S. Miguel, de Fontellas, conc. de Peso da Regua, distr. de Villa Real. || Logar na freg. do Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Casal na freg. de N. S.ª da Alva e conc. de Aljezur, distr. de Faro. || Fazenda na freg. de S. Matheus, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Castro Verde, distr. de Beja. || Quinta na freg. de N. S.ª do Ó, de Paião, conc. da Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de S. Thiago e conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Ribeira do distr. de Evora, que nasce na serra d'Ossa, passa pela villa de Canal, que lhe dá o nome, e entra na ribeira de Tera com um curso de 10 kilometros.

Canal das Arcas. Canal que fica aproximadamente a 16 k. de distancia de Bissau, Cabo Verde, Africa Occidental. Entronca no Geba, e tem n'uns pontos 15 m. de profundidade, e n'outros entre 33 e 48, medindo 2 k. de largura no sitio mais estreito.

Canal de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Canal Grande. Grande passagem ou canal situado na direcção E O á entrada do rio Casamansa, no distr. da Guiné, Africa Occidental. E' formado pelos bancos do Casamansa ou do Norte, e por outro que lhe fica ao S. a distancia de 1:200 m., chamado banco do S. Este banco mede cerca de 3 k. de E N E a O S O e 550 m. de N a S. Tem entre 4 a 15 m. de fundo e comquanto seja a melhor passagem para o rio Casamansa, não é de facil navegação. Tanto este canal como o de Geba são os unicos frequentados por navios, e pódem ser considerados como os limites do archipelago de Bijagoz. Tambem é chamado *Canal do Meio*.

Canal Pequeno. Passagem situada na direcção N S, e na qual desemboca o Rio Grande de Guinalá, do distr. da Guiné, Africa Occidental, limitado a E pelos baixos e ilhas das Arcas, pelos parceis entre esta ilha e a de Bolama, na direcção da ilha de João Vieira e por esta ilha; e a O pelo banco Arriscado, pela ilha das Gallinhas, pelos bancos entre esta ilha e os ilhéos dos Porcos, pelos ilhéos dos Porcos e ilha Roxa. Na altura da ilha dos Cavallos divide-se em dois ramos ou braços; o oriental, que é o maior e tem cerca de 10 k. de largura, e o de João Vieira, com 2 k. tambem de largura e entre 5 e 6 m. de profundidade. N'este só podem navegar lanchões. O primeiro é limitado a E por um parcel que mede 26 k. de N a S e 11 de E a O. N'elle, por entre cachopos e bancos d'areia, estão disseminadas as ilhas dos Cavallos, de Mel, Dutaillis e a do Poilão, que é a mais meridional do archipelago de Bijagoz; e a O pela grande ilha de Orango e pelos baixos situados nas costas de S E d'esta ilha. A profundidade do Canal Pequeno é muito variavel; em alguns pontos mede 56 m. O fundo é de lodo, de areia com algumas conchas e de areia vermelha; e os cachopos que o orlam são penedos muito alcantilados, entremeados de areia dura. Tambem é conhecido pelos nomes de *Canal Oriental*, *Canal do Rio Grande de Guinalá* ou de *Bigubá* e *Canal de João Vieira*.

Canalhoto. Ilhéo proximo da ponta ou cabo de Noroeste da ilha de S. Jorge, Açores.

Canalinho de Baixo e de Cima. Dois montes na freg. de N. S.ª das Neves, conc. de Beja.

Canamanda. Pov. do distr. Tete, prov. de Moçambique, arceb. de Gôa, Africa Oriental, na margem esquerda do Zambeze e no contraforte S E da serra Maxinga, a N E de Tete.

Canambinga. Confluente da margem esquerda do rio Loge ou Bamba, no conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. Nasce ao N da serra de Canganga e tem cerca de 90 k. de curso. Torna-se confluente do Loge proximamente a 20 k. ao E do rio Quifuba.

Canambinga de Baixo e de Cima. Duas povoações do conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Canana. Cartucheira de couro que os officiaes e praças montadas trazem a tiracollo.

Cananca. Logar da costa da bahia Longa, do conc. de Novo Redondo, distr. de Loanda, prov. de Angola, onde ha varias feitorias.

Cananga. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Cananibo. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Cananor. Cidade da India ingleza na presidencia de Madrasta. Foi visitada por Vasco da Gama em 1498. Em Cananor estabeleceram os portuguezes muitas feitorias logo no começo do nosso imperio no Industão, e construiu-se uma fortaleza, cujas obras fôram dirigidas por Lourenço de Brito. Cananor foi theatro de grandes e admiraveis proezas. Muito perto d'aqui, D. Lourenço d'Almeida, filho do vice-rei da India, D. Francisco d'Almeida, desbaratou a armada do Samorim. Em 1506, estando a fortaleza assediada por um bem apertado cerco posto pelos moiros, Tristão da Cunha, livrou-a, o que foi um feito importante nos annaes d'aquella cidade. Cananor tambem presenceou o caso tristissimo da prisão de Affonso d'Albuquerque, ordenada por D. Francisco d'Almeida, quando se negou a entregar-lhe o governo da India. Governando D. Constantino de Bragança, levantaram-se contra Cananor as povoações do Malabar; mas os portuguezes ficaram victoriosos. Em 1656 foi tomada pelos hollandezes; pelo rei de Maissur em 1766, passando depois a ser occupada pelos inglezes em 1782.

Cananza. Pov. do conc. de Malange, distr. de Loanda, prov. e bisp. d'Angola, Africa Occidental, a 35 m. ao N E de Talla-Mogongo.

Canara. Pov. do paiz Madinasanis, Africa Oriental, ao N da lagôa salgada Nteve e a O dos limites da prov. de Moçambique.

Canario (*Gaspar Lopes*). Professor de medicina e como tal louvado por Zacuto e outros medicos estrangeiros. Era natural de Portimão. Escreveu uns commentarios ás obras de Galeno em latim, que fôram impressos em 1565. Foi medico do conde d'Ossuna, D. Pedro Giron.

Canary. Aldeia pertencente á divisão de Uply-Pahw, ao sul do rio Sandalcalo, no concelho de Nagar-Avely, distr. do Damão, na India.

Canas. V. *Cannas*.

Canastra (*Casal do*). Na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Povos, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Canastra, Canastra de Baixo e de Cima. Tres povoações na freg. de S. André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto.

Canauco. Pov. situada no territorio de Bailundo, distr. de Benguella, prov. de Angola, Africa Occidental, a 40 k. de S E de Bailundo.

Canavae. Pov na freg. de Santa Eulalia, de Aguada de Cima, conc. e distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Lourenço do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

Canavaes. Logar na freg. de S. Martinho de Mouros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Canaval. Logar na freg. de Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto.

Canaveias. Pov. na freg. de S. Pedro, de Maceda, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Sanguedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Canaveira (*Casal da*). Na freg. de S. Bartholomeu, de Valle de Prazeres, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco.

Canavezes. Pov. e freg. de N. S.ª da Expectação, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Valle Passos, com. e distr. de Villa Real, bisp. de Bragança; 368 hab. e 158 fog. Tem esc. para ambos os sexos, e caixa post. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada na margem d'uma ribeira affluente do rio Rabaçal. O reitor de S. Pedro da Veiga apresentava o vigario, que tinha de rendimento 20$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 19 com séde em Chaves.

Canavezinhos. Pov. na freg. de S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Sobre Tamega, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Canaviaes. Ilha de Santa Maria; pov. na freg. de S. Pedro, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada.

Canavial. V. *Cannavial.*

Canavial. Logar na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto. || Monte na freg. de Santa Clara-a-Velha, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Canavieira. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Cancá. Pov. na regedoria de Parrá, no concelho de Bardez, na India. Fica a O de Mapuçá.

Cançadão (*Monte do*). Na freg. de S. Pedro, de Corval, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora.

Cançado. Logar na freg. de S. Gens e conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || Logar na freg. de S. Francisco de Assis e conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de S. Miguel, de Machede, conc. e distr. de Evora.

Cançados (*Monte dos*). Na freg. de S. Barnabé, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Cancan. Rio no distr. de Portalegre; nasce proximo de Elvas, e depois d'um curso de 10 k. entra no Guadiana, na freg. de Santo Ildefonso.

Cançaria. Pov. na freg. de S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Cançarvorném. Pov. da regedoria de Alorna, no conc. de Pernem, distr. de Gôa, na India.

Canceiras (*Casal das*). Na freg. de S. Thiago, de Juncaes, conc. de Fornos d'Algodres, distr. da Guarda.

Cancella (*Paulo*). V. *Monteiro Cancella.*

Cancella. Povoações nas seguintes freguezias: Santa Maria, de Athães, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de Santa Catharina e conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo. || S. Lourenço, de Calvos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Jorge, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Constance, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Cortegaça, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || Santa Christina, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Martinho, de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. João Baptista, de S. João de Areias, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Lanhellas, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Santos Cosme e Damião, de Lobeira, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Asmes, conc. de Vallongo, distr. do Porto. || S. Martinho, de Monsul, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Ilha da Madeira; na freg. de N. S.ª do Monte, conc. e distr. do Funchal. || O Salvador, de Monte Cordova, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Refojos, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Pedro, de Rego da Murta, conc. d'Alvaiazere, distr. ee Leiria. || S. João, de Ribeira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || S. Lourenço, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Semelhe, conc. e distr. de Braga. || S. Paio, de Sequeiros, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Pedro, de Soutello, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Tavora, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Villar de Ferreiros, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real.

Cancella. Logares nas seguintes freguezias: Santa Maria, de Airães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Paio e conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Atheães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Claudio, de Barco, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Martinho, de Conde, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Thiago, de Gemieira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Gondar, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Pedro, de Jugueiros, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Margarida e S. Miguel, do conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Paio, de Moreira de Conegos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Eufemia e conc. de Penella, distr. de Coimbra. || Santa Maria, de Pombeiro de Riba Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santo Thyrso, de Prazins, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Thiago, de Rande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Pedro, de Riba de Ave, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Purificação, de Villa Chã, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Villarinho das Cambas, conc. de V. N. de Famalicão, districto de Braga.

Cancella. Casal na freg. de Santa Catharina,

conc. de Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Turquel, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Horta na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Arronches, distr. de Portalegre. || Horta na freg. de Santo Agostinho e conc. de Moura, distr. de Beja. || Quinta na freg. de Santa Maria, de Carquere, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Cancella de Agra. Pov. na freg. do Salvador, de Modivas, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Thiago, de Arcias, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto.

Cancella d'Agua *(Caminho da)*. Ilha de S. Jorge; na freg. de N. S.ª do Rosario, de Tôpo, conc. de Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Cancella de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Maria, de Penha Longa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Cancella da Cruz. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Amares, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Thiago, de Burgães, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto.

Cancella do Forno. Pov. na freg. do Salvador, de Bravães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Cancella do Gulhe. Pov. na freg. S. Thiago, de Silvalde, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Cancella Nova. Pov. na freg. de S. Miguel, de Silvares, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Cancella do Ruivo. Logar na freg. de Santo Antonio, de Arcias, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Cancella da Veiga. Logar na freg. de S. Thomé, de Caldellas, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S Martinho, de Seidões, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Cancellada. Pov. na freg. de S. Julião, de Silva, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Cancellas. Povoações nas seguintes freguezias: S. Cosme, de Bésteiros, conc. de Paredes, distr. do Porto || Ilha do Fayal; Santa Catharina, de Castello Branco, conc. e distr. de Horta. || S. Sebastião, do Espinhal, conc. de Penella, distr. de Coimbra. || S. Lourenço, de Matto, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Torquato, conc. de Guimarães, dist. de Braga.

Cancellas. Logar na freg. de Santa Marinha, de Annaes, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Corvíte, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Martinho, de Pousada de Saramagos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Miguel, de Varziella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Casaes na freg. de N. S.ª da Purificação, de Aveiras de Cima, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Mamede, de Aldão, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Casal na freg. de Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria. || Monte na freg. de N. S.ª da Gloria, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Cancellinha. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Alvados, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || Logar na freg. de S. Christovão, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Cruz do Bispo, conc. de Bouças, distr. do Porto. || Quinta na freguezia de N. S.ª da Conceição, de Pera Boa, conc. de Covilhã, distr. de Castello Branco.

Cancellinhas. Pov. na freg. de S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Thiago, de Mondrões, conc. e distr. de Villa Real.

Cancellinho. Pov. na freg. de Santo André, de Gião, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Cancello. Povoações nas seguintes freguezias: S. Thiago, de Alhariz, conc. de Valle Passos, distr. de Villa Real. || Santa Marinha, de Figueiras, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Miguel, de Fontellas, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Thiago, de Rebordões, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Santa Comba, de Regilde, conc. de Felgueiras, distr. do Porto || S. Pedro, de Seixas, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello.

Cancello. Logares nas seguintes freguezias: Santa Maria, de Alvarenga, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Bartholomeu e conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Thomé, de Estorãos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Miguel de Gemeos, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Maria, de Idães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santo Adrião, de Sul, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Casal na freg. do Salvador, de Meixomil, conc. de Paços de Ferreira, Porto.

Cancellos. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João de Rei, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Paulo, de Sebolido, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Maria, de Carquere, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Cancellos de Baixo, de Cima. e do Meio. Tres povoações na freg. de N. S.ª do Pranto, de Poço do Canto, conc. de Meda, distr. da Guarda.

Cancilhos. Logar na freg. de S. Miguel, de Caccrilhe, conc. de Celorico de Basto, Braga.

Cancinhogo. Pov. na freg. do Salvador, de Navió, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Cancinhola. Pov. na freg. do Salvador, da Feitosa, conc. de Ponte de Lima, districto de Vianna do Castello.

Cancinos. Pov. na freg. de S. Romão, de Alferce, conc. de Monchique, distr. de Faro.

Cancioneiro. Collecção de canções; nome por que se designam varias collecções de poesias lyricas antigas portuguezas ou hespanholas. Em Portugal contam-se variadissimos, sendo um dos mais importantes o *Cancioneiro geral*, coordenado e emendado pelo chronista Garcia de Rezende, moço da camara de D. João II. A 1.ª edição foi publicada em 1516, com privilegio d'el-rei D. Manuel. E' um amplissimo repositorio de todos os versos e trovas que a diligente curiosidade do seu coordenador conseguiu reunir; obras de 286 autores, cujos nomes vem em indice alphabetico, e se lêem no vol. II, a pag. 17 e seguintes do *Diccionario bibliographico* de Innocencio da Silva. A'cerca d'este *Cancioneiro*, e das composições n'elle contidas, publicou uma analyse o visconde de Castilho (Antonio Feliciano de Castilho) no tomo x da *Livraria Classica portugueza*, pag. 103 a 132; tambem se deve ler o artigo escripto por Agostinho de Mendonça Falcão, inserto na *Chronica litteraria da Nova Academia dramatica de Coimbra*, tomo I, pag. 197 a 199; e o *Ensaio Biographico-Critico*, de José

Maria da Costa e Silva, tomo I, pag. 141 a 145. *O Cancioneiro geral* é considerado uma raridade bibliographica. Sua magestade el-rei possue o exemplar que n'outro tempo pertenceu á livraria dos Congregados das Necessidades, e por este se fez a reimpressão que ha bastantes annos saiu na Allemanha. A Bibliotheca Nacional de Lisboa possue tres, e na da Universidade de Coimbra existe outro. Parece haver nota de mais alguns exemplares, como na Bibliotheca da Universidade de Valencia, etc. Em 1846 publicou-se na Allemanha uma traducção de *Cancioneiro* em allemão, que fórma os volumes XV e XVII da collecção intitulada, *Bibliothek des Literarischen Vereins in Stuttgart.* O 1.º vol. d'esta edição, saido em 1846, traz uma dedicatoria ao fallecido rei D. Fernando, e um fac-simile do frontispicio da edição original; o 2.º tomo saiu em 1848, e o 3.º volume, que a completa, appareceu em 1852. *Cancioneiro d'El-Rei D. Diniz, pela primeira vez impresso sobre o manuscripto da Vaticana, com algumas notas illustrativas, e uma prefacção historico-litteraria, pelo doutor Caetano Lopes de Moura*, Paris, 1847, com um fac-simile do manuscripto original. Esta edição foi feita pela casa editora J. P. Aillaud, concorrendo tambem para esta publicação, mediante suas efficazes diligencias, o visconde da Carreira, que era então embaixador de Portugal na côrte de Roma, o que consta da prefacção do dr. Moura. *Fragmentos d'um cancioneiro inédito, que se acha na livraria do Real Collegio dos Nobres de Lisboa; impresso á custa de Carlos Stuart, socio da Academia Real de Lisboa, em Paris, no paço de Sua Magestade Britannica* M.DCCC.XXIII. O codice manuscripto e original do *Cancioneiro* existe na Bibliotheca d'Ajuda, e a elle estão reunidas mais 11 folhas avulsas que se encontraram na Bibliotheca de Evora. E' um volume em folio, de pergaminho, com 12 pollegadas de alto e 12 de largo, escripto em duas columnas, e, em caracter que se julga ser do seculo XIV. As poesias está juuto um *Nobiliario* ou *Livro de Linhagens,* escripto em egual letra, e em folhas do mesmo formato. Julga-se ser este o proprio origiual do conde de Barcellos, que Lavanha e Faria imprimiram no seculo XVII, notavelmente adulterado. A encadernação do volume é feita com taboas cobertas de bezerro lavrado. Accrca do *Cancioneiro do Collegio dos Nobres*, que pelo facto de existir na Bibliotheca d'Ajuda se chama hoje *Cancioneiro d'Ajuda*, indicaremos as *Reflexões filologicas*, de João Pedro Ribeiro, pag. 18; O 1.º vol. da 2.ª serie do *Panorama*, 1842, a pag. 406 e seguintes, artigo de Rivara, e o vol. III da mesma serie 1844, artigo de João da Cunha Neves Carvalho Portugal, com o titulo de : *Noticia de alguns trovadores portuguezes*, etc., a pag. 270, 278, 325 e 340, *Cancioneirinho de trovas antigas, colligidas d'um grande Cancioneiro da Bibliotheca do Vaticano, precedido d'uma noticia critica do mesmo grande Cancioneiro, com a lista de todos os trovadores que comprehende, pela maior parte portuguezes e gallegos*, Vienua, 1870. Bella e elegante edição, tirada em papel superior, e sendo o corpo das trovas todo composto em typos que imitam a letra franceza do seculo XV. As letras iniciaes das 50 trovas, que se comprehendem na collecção, são ornamentadas e impressas a tiuta vermelha. O visconde de Porto Seguro, F. A. de Varnhagen, ministro do Brazil em Vienna d'Austria, foi quem prestou tão grande serviço ás letras portuguezas, facilitando aos estudiosos com este specimen o conhecimento do celebre codice do Vaticano, de que até então só havia impressa a parte que o dr. Lopes de Moura publicara em Paris no anno de 1847, com o titulo de *Cancioneiro d'El-Rei D. Diniz*. Em 1875 Ernesto Monaci fez uma edição completa d'este cancioneiro, accrescentando-lhe outro conhecido pelo *Colocci-Brancutti.* Mencionaremos ainda : *O Cancioneiro do conde de Marialva*, *O Livro das trovas de el-rei D. Duarte*, *Coplas do conde D. Pedro, duque de Coimbra*, *O Cancioneiro do abbade D. Martinho*, todas estas obras se consideram perdidas ; o *Cancioneiro de D. Maria Henriques, escripto por seu pae*, manuscripto dos fins do seculo XVI, que foi da bibliotheca dos marquezes de Alegrete, hoje dos srs. condes de Tarouca; o *Cancioneiro portuguez* da Bibliotheca de Madrid, encontrado em 1790 por mousenhor Gordo, mauuscripto hoje tambem perdido. O dr. Theophilo Braga é de opinião que talvez este Cancioneiro seja o mesmo *Cancioneiro portuguez* citado por Gil Vicente ; O *Cancioneiro manuscripto da Bibliotheca de Evora ;* O *Cancioneiro popular*, collecção de trovas antigas e modernas coordenadas e publicadas em 1867 pelo dr. Theophilo Braga, fazendo parte da obra do referido escriptor: *Cancioneiro e romanceiro geral portuguez ;* O *Cancioneiro das Ilhas*, devido tambem á coordenação do mesmo autor, incluido no volume que se publicou em 1869 com o titulo de *Cantos populares do archipelago açoreano ; Cancioneiro* é o titulo d'um dos volumes de poesias do fallecido poeta João de Lemos.

Canczas. Pequeno rio ou esteiro da margem esquerda do rio Nuno, no distr. da Guiné, Africa Occidental, ao N. da ponta do Zebre. Separa o territorio dos gentios nallús do territorio dos gentios bagas. ‖ Pov. situada pouco acima da embocadura do rio Canczas e da pov. Camicoulou, Africa Occidental.

Canda. Pov. na freg. de S. Martinho, de Alvaredo, conc. de Melgaço, distr. de Vianua do Castello.

Candaide. Logar na freg. de S. Vicente, de Irivo, conc. de Penafiel. distr. do Porto.

Candaidos. Logar na freg. de S. João Baptista, de Ayão, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Candal *(Manuel José Mendes, barão de)*. Governador geral da India. N. no Porto em 1787, fal. em Gôa a 18 de abril de 1839. Era filho de Bento José Mendes. Entrou no exercito em fevereiro de 1809 como alferes da real legião lusitana, e no mez seguinte logo se distinguiu nos primeiros recontros que se deram com as tropas do general Soult, sendo elle o primeiro official portuguez promovido pelo marechal Beresford. Passou depois a servir ás ordens do general barão de Eben, e n'esta posição se conservou até ser collocado em janeiro de 1817 no regimento de infantaria n.º 10. Em abril de 1822 foi promovido a capitão para o regimento n.º 12, e sendo transferido para o n.º 18, n'elle serviu até março de 1823, em que teve a nomeação de ajudante do governador das armas da côrte e Extremadura. Promovido a major em 1827 por proposta do conde de Villa Flôr, continuou servin-

do no estado maior, e depois da revolução do Porto em 1828, emigrou para Inglaterra, d'onde passou á ilha Terceira em junho de 1829, sendo logo nomeado ajudante general do conde de Villa Flôr, mais tarde duque da Terceira, cargo que desempenhou até 28 de julho de 1832, em que passou a secretario militar do mesmo general. Prestando sempre bons serviços á causa da liberdade, e sendo nomeado chefe do estado maior da primeira divisão do exercito constitucional que defendia as linhas do Porto, embarcou depois para o Algarve com o duque da Terceira, acompanhando-o na marcha atravez do Alemtejo, e na sua entrada em Lisboa. Tendo sido elevado a tenente-coronel em agosto de 1832, e a coronel em 25 de julho de 1833, foi em outubro d'este anno commandar o regimento de infantaria n.º 6, e com elle entrou na batalha de Almoster em fevereiro de 1834, ganhando pela sua bravura a commenda da ordem da Torre e Espada. No dia seguinte á batalha foi transferido para o primeiro regimento de infantaria ligeira da rainha, e em abril de 1835 passou a commandar o regimento de infantaria n.º 10, marchando então para a Hespanha, fazendo parte da divisão auxiliar que foi ali combater os cartistas. Pela fórma como se comportou no combate de Arminon, teve a graduação de brigadeiro, e pouco depois da acção de Ruivães contra as forças dos marechaes, ficou com a effectividade d'esse posto. Em abril de 1838 foi-lhe concedido o titulo de barão de Candal, e em agosto do mesmo anno recebeu a nomeação de governador geral da India. Partindo para o seu novo destino, chegou a Gôa a 12 de novembro, onde falleceu pouco tempo depois. E' actual barão do Candal o sr. Antonio Pereira Cardoso, residente no Porto.

Candal. Pov. e freg. de N. S.ª da Natividade, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. Pedro do Sul, distr. e bisp. de Vizeu; 393 hab. e 60 fog. Tem caixa post. e escola do sexo masc. A pov. dista 17 k. da séde do conc. e está situada na serra da Arada. O abbade de S. Thiago de Carvalhaes apresentava o cura, que tinha 10$000 réis, alguns generos e o pé d'altar. A terra produz bastante milho e centeio. Fica n'esta freguezia parte da serra da Coelheira. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 14 com a séde em Santa Comba Dão. || Pov. na freg. de Santa Marinha e conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. Esta povoação é formada de boas quintas com as respectivas casas, e outras bonitas propriedades, sendo na maior parte situadas n'uma vistosa e larga rua. De Caudal goza-se um lindo panorama. Ao N vê-se toda a cidade do Porto e o rio Douro; para E o convento da Serra do Pilar e parte de V. N. de Gaia, e a O uma grande extensão do Atlantico. || Pov. na freg. de S. Paio, de Oleiros, conc. da Feira, distr. de Aveiro. Ha aqui uma grande fabrica de papel, que foi fundada em 1811. Os productos d'esta fabrica fôram premiados em varias exposições portuguezas, e nas internacionaes de Londres, em 1862, e Paris em 1867. Foi destruida por um incendio em 1854, e reedificada em 1859. || Pov. na freg. do Salvador do Mundo, de Almoster, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Fajões, conc. d'Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Lobão, conc. da Feira, distr. de Aveiro; tem caixa post. || Pov. na freg. de S. Silvestre e conc. da Louzã, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Sanguedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Pedro e conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S. Cypriano, de Paços de Brandão, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Candale. Pov. da prov. de Pernem, 1.ª div. das Novas Conquistas, distr. de Bardez, arceb. de Gôa, India.

Candanbondo. Pov. do conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental, a 12 k. ao O de Encoge.

Candanda. Nome de duas povoações do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Candange. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Duas povoações do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola. || Nome de duas povoações do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Candangi. Pov. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Duas povoações do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Candão. Pov. na freg. de Santa Eulalia e conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Louredo, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Marinha, de Barreiros, conc. e distr. de Vizeu. || Casal na freg. de Santo Antonio, de Cerdeira, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de Santo André, de Alvôco das Varzeas, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Candeapar. Regedoria do conc. de Pondá, distr. de Gôa, na India, comprehendendo a pov. de Coddar.

Candedo. Pov. e freg. de S. Nicolau, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Vinhaes, com., distr. e bisp. de Bragança; 602 hab. e 139 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada n'um logar montuoso. Passa proximo o rio Rabaçal; pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 10 com a séde em Miraudella. || Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Murça, com. de Alijó, distr. de Villa Real e bisp. de Lamego. Tem esc. do sexo masc. e caixa do correio. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada n'uma baixa. Eram seus donatarios os senhores de Murça. A terra é fertil e produz muito bom vinho. Ha n'esta freg. a serra do Eivado, e passa-lhe o rio Tinhella. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 19, com a séde em Chaves. || Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Cepões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Faia, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Limões, conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real.

Candedo de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. da sé e conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Candeia. Vella de cera ou de sebo, ou mais usualmente o vaso de folha de Flandres ou de ferro, em que se deita azeite, com uma torcida que se accende para dar luz. Suspende-se por um gancho de ferro e serve ordinariamente para

alumiar as cozinhas. Para os aposentos e salas usava-se antigamente o *candieiro* de azeite, cuja fórma variava muito, sendo de tres ou mais bicos, e de bomba, deposito superior ou outro artificio mais moderno, havendo ainda hoje candieiros para azeite que são verdadeiras joias artisticas, especialmente da ceramica e da toreutica. Ao operario que fazia vellas de cera ou sebo tambem se chamava antigamente *candieiro* Os feitores de candeias egualmente se chamavam *candieiros* Fr. Santa Rosa de Viterbo, no seu *Elucidario*, diz que os antigos portuguezes chamaram *candeia* a toda a lampada ou tocha, sem differença de arder em azeite ou cera a sua chamma. Segundo os documentos publicados no fasc. 3.º da *Portugalia* pelo sr. Sousa Viterbo, a indicação historica mais antiga com respeito aos *candieiros* alcança ao reinado de D. Diniz, em que houve um Lourenço Anes, que foi *candieiro* do rei. Do extrangeiro vinham umas *candeias de rezar*, cuja fórma se ignora. O officio de *candieiro* confunde-se muito com o de *cerieiro*. V. *este nome*.

Candeia. Logar na freg. de S. Matheus, de Alváres, conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Candeias. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Moreira de Geraz do Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Candeira. Quinta na freg. de Santa Maria. conc. e distr. de Bragança. || Quinta na freg. de N. S.ª da Conceição, de Porcariça, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Candeiro. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Gestaçô, conc. de Baião, distr. do Porto.

Candeiroa. Pov. na freg de Santa Marinha, de Portella, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Candelária. Ilha de S. Miguel: pov. e freg. de N. S.ª das Candeias, conc., com. e distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo; 1.305 hab. e 232 fog. Fica no interior da ilha, a 5 k. O N O da capital do distr. Tem escolas para ambos os sexos, e caixa postal. Pertence ao commando militar dos Açôres, e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 26, com a séde em Ponta Delgada. E' abundante de milho e trigo, e cria muito gado. || Ilha do Pico; pov. e freg. de N. S.ª das Candeias, de Candelária, conc. da Magdalena, com. de S. Roque do Pico, distr. de Horta, e bisp. de Angra do Heroismo; 1.658 hab. e 625 fog. Fica a 1 k. da costa. Tem esc. do sexo masc., caixa post. e fabricas de distillação. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. Esta freg. foi annexada ao conc. de S. Roque do Pico por decreto de 18 de novembro de 1895, que supprimiu o de Magdalena; sendo este, porém, restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898, voltou a pertencer-lhe. Tem abundancia de vinhos, cereaes, gado e pescaria. || Ilha da Madeira; pov. na freg. da Santissima Trindade, de Tabúa, conc. da Ponta do Sol, distr. do Funchal. || Ilha Terceira; quinta na freg. de S. Matheus da Calheta, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Candemil. Pov. e freg. de S. Felix, conc. e com. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello, e arceb. de Braga; 523 hab. e 143 fog. A pov. dist. 61 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, proximo da margem esquerda do rio Minho. O primeiro orago d'esta freg. foi S. Pedro Fins. Pertenceu á Casa do Infantado, que apresentava o abbade, o qual tinha 300$000 réis de rendimento. Existia aqui o grande prazo das Côrtes ou Egreja, que foi vinculo, e depois passou a ser dominio util da condessa da Ribeira. Proximo d'esta freg. existiu o convento de S. Paulo do Monte, de religiosos franciscanos. A terra é muito fertil. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Candemil foi annexada ao conc. de Valença por decreto de 12 de julho de 1895, que extinguiu o de V. N. da Cerveira, mas voltou para este, por ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro do anno de 1898.

Candemil e Corgas. Duas povoações reunidas na freg. de S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira dos Frades, distr. de Vizeu.

Candida *(Emilia)*. Actriz que ha pouco abandonou o theatro, pela sua avançada edade e falta de vista. N. em Lisboa a 18 de maio de 1823. Foi bailarina do theatro de S. Carlos, e estreou-se depois como actriz em Beja, no drama em 5 actos *O Sineiro de S. Paulo*, na companhia organisada por um seu parente, o velho actor Xavier de Macedo. Veiu mais tarde para Lisboa, e entrou para o Gymnasio, que n'esse tempo era um pequeno circo, sendo então escripturada como actriz, quando se organisou o theatro, que se inaugurou em 1846. Debutou n'um drama em 4 actos, *Fernando ou o Juramento*, do fallecido actor-autor José Maria Braz Martins. A carreira de Emilia Candida n'este theatro foi muito longa e brilhantissima. Ali representou ao lado de Taborda e do fallecido Isidoro, creando um nome notavel e as maiores sympathias no publico, que lhe dispensava sempre os mais phreneticos applausos, porque Emilia Caudida logo se manifestou uma actriz intelligente, muito graciosa, e com variadas aptidões para a scena. Foi longo o seu reportorio, do qual mencionaremos as seguintes peças: *A velhice namorada*, *As duas bengalas*, *Amor londrino*, *Os medicos*, *A tia Maria*, *Nem Cesar nem João Fernandes*, *Campanologos portuguezes*, *Trabalho e honra*, *Projectos de minha tia*, *O autographo*, *Cozinha, casa de jantar e sala*, *A tia Anna de Vianna*, *As nossas alliadas*, *Mariquinhas a leiteira*, *Quatro alminhas do Senhor*, *A somnambula sem o ser*, *Ensaio da Norma*, *Uma mulher que se deita da janella abaixo*, *O juiz eleito*, *Zé Canaia regedor*, *A meia do saloio*, *Prodigos e economicos*, *Mysterios sociaes*, *Um Bernardo como ha muitos*, *Trez minhotos em Lisboa*, *Emilia travessa*, *Dois mundos*, *A ultima carta*, *A pastora dos Alpes*, *Os maridos aos 50 annos*; as Revistas: *Lisboa em 1850*, *Qual d'ellas o trará?* *O festejo d'um noivado*, *A vingança d'um cometa*, *Fossilismo e progresso*, *Os lanceiros*, *Quadros vivos*, etc. Passou depois para o theatro de D. Maria, onde sustentou os seus creditos de actriz, encarregando-se de papeis da maior responsabilidade. Lembramo-nos das seguintes peças que n'aquelle palco representou: *A mantilha de renda*, *O abbade Constantino*, *D. Cesar de Bazan*, *Guerra em tempo de paz*, *Casamento de Olympia*, *A sociedade onde a gente se aborrece*, *O bibliothecario*, *A madrugada*, *Fim de Sodoma*, *Segredo da confissão*, *A mosca branca*, *Tartufo*, etc. *Os Velhos* foi a ultima peça em que entrou, retirando-se depois do theatro onde tantas glorias alcançou,

por se encontrar já octogenaria, cançada, e com muita falta de vista e de memoria.

Candido *(Antonio)*. V. *Ribeiro da Costa.*

Candido *(Antonio Zeferino)*. Doutor em Mathematica e bacharel em Philosophia pela Universidade de Coimbra, professor, escriptor e jornalista contemporaneo. E' natural da villa de Serpins, do concelho da Louzã, filho de Justino Candido da Piedade. Matriculando-se na Universidade de Coimbra, fez uns brilhantes cursos sendo muitas vezes laureado com distincções e premios, nas faculdades de Mathematica e Philosophia, em que se formou no anno de 1873, doutorando-se em Mathematica a 11 de julho de 1875. Desde o seu tempo de estudante dedicou-se ao ensino das mathematicas elementares e da introducção ás sciencias naturaes, entregando-se tambem ao estudo dos problemas da instrucção em geral, lendo os melhores relatorios e livros que a este srepeito se tem escripto na Europa e na America. Quando era estudante da Universidade leccionava algebra superior, geometria analytica e trigonometria espherica, no Collegio Academico, de que foi proprietario e director. Longa e utilissima foi a lição, que lhe aproveitou n'este espinhoso encargo, e por isso quando o governo, em 1876, entendeu de necessidade o nomear uma commissão encarregada de estudar as reformas urgentes da instrucção secundaria, foi o dr. Zeferino Candido o primeiro, ou um dos primeiros, a apresentar uma resposta ao questionario que a referida commissão mandou a todos os professores. Esta resposta corre impressa. Do tirocinio do professorado e até dos exames finaes da instrucção secundaria, para os quaes foi por vezes commissionado em varios lyceus do nor e do paiz, resultou a publicação de 3 compendtios para uso dos alumnos dos lyceus, tres livros que comprehendiam todas as doutrinas exigidas pelos programmas officiaes: *Elementos de Trigonometria rectilinea*, *Algebra elementar* e *Elementos de Geometria.* O dr. Zeferino Candido publicou tambem a dissertação inaugural que apresentou á faculdade de Mathematica na Universidade de Coimbra, sobre os *Integraes ellipticos*, e que defendeu no acto de conclusões magnas. Escreveu egualmente um estudo sobre a *Paralaxe solar.* Começando a vulgarisar-se em todo o paiz o novo methodo de João de Deus, com a publicação da *Cartilha Maternal*, o dr. Zeferino Candido affeiçoou-se muito a este systema de ensino, que era um estudo de mais facil comprehensão e mais ameno para as creanças, e tornou se um devotado apostolo d'esse methodo de que fez propaganda no paiz e com especialidade em Coimbra, fazendo na Associação dos Artistas a primeira exposição pratica do methodo, e fundando a sua primeira escola. Sendo amigo de João de Deus, promptificou-se a ir ao Brazil fazer conferencias publicas sobre as bases d'aquelle novo systema escolar, as suas vantagens e os resultados por elle obtidos. Era um acto de dedicação pelo estudo e pelo bem geral. N'este proposito, embarcou em 28 de julho de 1878 a bordo do paquete *Mondego*, em direcção ao Rio de Janeiro. Ali se conservou por muitos annos, exercendo o professorado particular, dirigindo o Collegio de S. Pedro d'Alcantara, de sua propriedade. Dedicando-se ao jornalismo, logo em 1878 dirigiu o *Cruzeiro*, depois *A epoca*, e por ultimo *O paiz*, de que se viu forçado a separar-se pelo seu estado de saude. Foi orador official nas festas do centenario da India, no Rio de Janeiro, realisadas em 20 de maio de 1898; nas dos centenario do descobrimento do Brazil, por parte do Instituto Historico, de que é socio, em 22 de abril de 1900. Além dos discursos, dissertações e trabalhos esparsos sobre a historia da navegação e conquista, publicou os seguintes trabalhos em livro: *Portugal*, grande edição de luxo em 3 volumes, para a commemoração do centenario da India; *Tres estudos* com as monographias da obra de Vasco da Gama, Villegaignon e Colombo; *Brazil*, grande edição de luxo, para a commemoração do centenario do descobrimento do Brazil. Publicou tambem um folheto de critica, intitulado: *Honra de Vasco da Gama*, em defeza d'este navegador, que uma memoria apresentada á nossa Academia havia desmerecido. Ultimamente defendeu os interesses do commercio portuguez na questão da peste bubonica, em que fôram destruidos todos os productos da nossa importação vegetal, e na questão da salicylagem dos vinhos portuguezes. Pela sua batalha no *Jornal do Commercio* conseguiu, que se modificasse a legislação sanitaria, acceitando-se como indemnes os productos commerciaes, e pelos seus artigos no *Paiz* e no referido *Jornal do Commercio*, alcançou a permissão de acido salicylico, em proporção de 0,3 grammas por hectolitro de vinho. O dr. Zeferino Candido regressou a Lisboa nos principios do anno de 1901, e é actualmente um dos proprietarios e o director do jornal *A epoca.*

Antonio Zeferino Candido

Candido *(Domingos Antonio)*. Gravador de cunhos de moedas e medalhas, na Casa da Moeda de Lisboa. Nasceu em 1807; foi discipulo de Simão Francisco dos Santos, matriculando-se como praticante de abridor de cunhos em 7 de julho de 1820. A portaria de 25 de janeiro de 1827 mandou-o incluir definitivamente no numero dos empregados do referido estabelecimento.

Candido *(Jacinto)*. V. *Silva (Jacinto Candido da).*

Candido *(José)*. V. *Guimarães (José Candido Correia).*

Candido *(Casal do)*. Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cezimbra-Castello, conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa.

Candido Lusitano. V. *Freire (Francisco José).*

Candieira. Pov. na freg. de S. Pedro, de Avellãs de Cima, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. ‖ Pov. na freg. de S. Mamede, de Ribeirão, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. ‖ Pov. na freg. de Santa Maria, de Sandim, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. ‖ Pov. na freg. de Santa Maria Maior, de Tarouquella, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. ‖ Logar na freg de S. Pedro,

de Arcos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Bartholomeu, de Bensafrim, conc. de Lagos, distr. de Faro. || Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || Herdade na freg. de N. S.ª do Monte Virgem, conc. de Redondo, distr. de Evora.

Candieiro. V. *Candeia.*

Candieiro. Logar na freg. de S. Martinho, de Alliviada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Logar na freg. do Salvador, de Castellões de Recezinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Horta na freg. de Santa Maria da Alagoa e conc. de Portel, distr. de Evora. || Quinta na freg. de Santa Maria, dos Olivaes, 1.º bairro de Lisboa.

Candieiros. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Benedicta, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Candieiros e **Candieirinhos.** Dois logares na freg. do Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Candinha. Logar na freg. de S. Miguel, de Refojos, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Cando. Pov. na freg. de S. Mamede, de Cabreiros, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S. Domingos, de Valle de Anta, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || Logar na freg. do Salvador, de Sabadim, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Quinta na freg. de S. João Baptista, de Quintella da Lapa, conc. de Sernancelhe, distr. de Vizeu.

Candolá ou **Candolem.** Regedoria do conc. de Pondá, distr. e arceb. de Gôa, na India, comprehendendo a povoação de Betqui. Fica na margem esquerda do Mandovi.

Candolim. Pov. e freg. de N. S.ª da Esperança, constitue uma regedoria do conc. de Bardez, distr. de Gôa, na India, comprehendendo tambem a parochia de Linhares, por portaria provincial de 2 de junho de 1838. Tem escolas. Existe n'esta freg. uma fonte de agua ferrea, apresentando bons traços de lithina.

Candolóca. Pov. do conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Candombe. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Candomil. Pov. e freg. de S. Christovão, da prov. do Douro, conc. e com. de Amarante, distr. e bisp. do Porto; 911 hab. e 205 fog. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. com serviço de encommendas. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada n'um terreno accidentado, mas fertil. Cria bastante gado de toda a qualidade, e tem muita caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 20, com a séde em Amarante.

Candongo. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Candós. Pov. na freg. de S. Romão, de Paredes de Viadores, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Miguel, de Sapardos, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Candosa. Villa e freg. de S. Facundo, da prov. do Douro, conc. e com. de Taboa, distr. e bisp. de Coimbra; 1.363 hab e 328 fog. Tem correio com serviço de posta rural, e esc. do sexo masc. A villa dista 6 k. da séde do conc. e está situada n'um valle aprazivel e ameno, d'onde se vê a villa de Midões e o logar da Povoa de Midões. Tinha termo seu, que comprehendia os logares da Varzea de Candosa e Villa Chã; tambem foi conc. independente, sendo esta villa a capital, tendo juiz ordinario, vereadores e procurador. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 12 de setembro de 1514. Junto á villa nasce a ribeira do seu nome, que tem as margens muito bonitas e ferteis. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 23, com a séde em Coimbra. N'esta villa existem fabricas de olaria. Tornou-se tristemente celebre pelas atrocidades impunemente praticadas pelo famigerado *Ferreiro da Candosa*, que acabou sendo assassinado por João Brandão. || Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Cadafaz, conc. de Goes, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Fiães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de N. S.ª do Amparo, de Vallega, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de Santa Eulalia, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || Monte na freg. de N. S.ª do Amparo, de Vallega, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || Quinta na freg. de N. S.ª da Natividade, de Villa Cova de Sub-Avô, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || Ribeira no distr. de Coimbra. Nasce proximo da freg. do mesmo nome, e depois d'um curso de 3 k., lança-se no rio de Cavallos.

Candoso. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 667 hab. e 116 hab. Tem uma fabrica de tecidos. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada n'um valle proximo do rio Ave, d'onde se vê a cidade de Guimarães. A matriz é muito antiga, segundo revela uma inscripção existente junto á porta lateral. O bispo de Constantina apresentava o vigario, que tinha de rendimento 80$000 réis. Corre pela freg. o rio Cêlhe. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Villa Flôr, distr. e bisp. de Bragança; 361 hab. e 89 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada em terreno accidentado; é abundante em centeio, vinho, azeite e castanha. O commendador de Malta, da villa de Freixial, apresentava o vigario, que tinha 42 alqueires de trigo e 12$600 réis em dinheiro. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 321 hab. e 56 fog. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada n'um valle fertil entre dois montes. O cabido de Guimarães apresentava annualmente o cura, que tinha 60$000 réis de rendimento. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamemeto e reserva n.º 20, com a séde em Amarante. || Casal na freg. de S, Martinho, de Candoso, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Serra do distr. de Bragança, entre Freixial e Villa Flôr. Tem 8 k. de comprimento e 756 m. de altura. Tambem é conhecida pelo nome de *Serra do Freixial.*

Candoumat. Pov. de gentios situada nas margens do rio Nuno, distr. da Guiné, Africa

Occidental, a montante da aldeia de Kassacobouly.

Candoza. V. *Candosa.*

Candumba. Pov. do conc. do Pungo Andongo distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, na margem direita do Cuanza, a 14 k. ao S E de Pungo Andongo. || Pov. do territorio do Bié, distr. de Benguella, provincia de Angola, Africa Occidental, a 50 kilometros do S E do Bié.

Candumba-Caquite. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, ao N de Ambaca, a cerca de 30 k. de distancia.

Candungo. Pov. do conc. de Calumbo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Caneca (*Quinta da*). Na freg. de S. Bartholomeu, de Salgueiro, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco.

Caneças. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Loures, distr. e patriarc. de Lisboa. E' o logar mais importante d'este conc. Está situada n'uma altitude de 231 m. acima do nivel do mar, sendo o clima constante sêcco e saudavel, o que a torna uma boa estação de saude. A medicina recommenda muito esta povoação no tratamento de doenças pulmonares, e em geral a todos os convalescentes. No verão é bastante frequentada por gente de Lisboa, e ainda mais o seria, se houvesse conducção facil, porque a que existe actualmente é apenas um *char-á-bancs,* que do Lumiar faz uma carreira de manhã, e outra de tarde. A origem de Caneças é desconhecida, mas sabe-se que a povoação é muito antiga, e julga-se que fôram os moiros que a fundaram, por se terem encontrado com frequencia alguns vestigios da epoca em que elles dominaram a Lusitania. O nome de Caneças deriva-se, segundo dizem, da palavra arabe *Caniça*, que significa templo de christãos. N'aquella povoação ha bonitos passeios, como o moinho de Miragaia, o Alto do Mosqueiro, d'onde se desfructa um soberbo e vastissimo panorama, chegando a vêr-se a villa de Mafra e muitas mais terras para o norte e sul; o Pinhal Verde e o Pinhal Manso, sitios pittorescos, vendo-se n'este ultimo uma pequena planicie conhecida pelo *Salão;* o logar das Fontainhas, ponto que tem servido de assumpto a muitos pintores de fama, como Anunciação, Lupi, Galhardo, Condeixa, etc; o Castello de Vide, a Fonte Velha, junto da qual se ostenta um carvalho secular. A agua da fonte das Fontainhas, levemente ferrea e bastante agradavel, juntamente com outra muito pura, alimenta o chafariz da povoação. Tem grande consumo em Lisboa, para onde é exportada diariamente em carroças. Brotam em Caneças algumas nascentes de aguas ferreas; uma, conhecida pelo nome de *Valle de Camarões,* emerge a 26 k. da povoação em terreno de grés arenaceo; outra, com um caudal de 2:880 litros em cada 24 horas, apparece em terreno de grés argiloso, a 12 k. para o NO da povoação, na quinta do *Botão de Baixo;* ha ainda a nascente da Camara, que fica no conc. de Cintra, em que já falámos (V. *Camara*). No *Valle de Nogueiras,* a 12 k. de Caneças, existe a fonte do *Doutor,* na quinta denominada de *Santo Antonio da agua ferrea,* e ainda ha outra nascente, a da *Fonte Santa,* no caminho do Alto do Mosqueiro. A sociedade Pharmaceutica Lusitana fez uma analyse chimica das aguas ferreas de Caneças, a qual publicou em 1842 no seu jornal, tomo II, pag. 164. A do Valle de Camarões dizem ser a melhor. As aguas são limpidas, incolores, inodoras, de sabor ferreo, e de temperatura inferior á da atmosphera. São recommendadas como tonicas e reconstituintes, no tratamento das anemias, chloroses e nas convalescenças. Caneças tem caixa post. e est. telegr., escola official para ambos os sexos, pharmacia, diversos estabelecimentos, e a philarmonica intitulada *Real fanfarra de Caneças,* que é das poucas do paiz agraciadas com o titulo de *Real.* Foi fundada em 19 de março de 1880 por Augusto Cesar da Silva Castro, sendo composta de creanças de 10 a 14 annos, que elle ensinava e dirigia, chegando a conseguir que tocassem com toda a correcção. Esta philarmonica infantil veiu tocar em Lisboa em 1882, por occasião do centenario do marquez de Pombal, tomando parte no cortejo civico; em 1884 foi tocar na Tapada d'Ajuda, na festa que se realisou em beneficio das créches, promovida por Sua Magestade a Rainha Senhora D. Maria Pia e principaes damas da côrte (V. *Ajuda, Real tapada da*), e entrou no concurso de bandas e philarmonicas realisado em 13 de julho do referido anno de 1884, onde obteve o primeiro premio e um diploma de honra. Foi depois convidada para tocar em Cascaes no dia do anniversario d'el-rei senhor D. Carlos, então ainda principe herdeiro, que se dignou acceitar o cargo de presidente honorario da fanfarra, concedendo-se-lhe o titulo de *Real.* Em 1888 tambem se fez ouvir na Avenida da Liberdade, na exposição pecuaria. Em Caneças encontram-se boas propriedades, sendo talvez a mais importante a quinta do *Bretão,* que pertenceu ao fallecido general Henrique de Sousa Reis, e é hoje do abastado lavrador, sr. Carlos Appleton. A capella tem a invocação de S. Pedro; está situada no largo principal de Caneças, que é bastante vasto, e onde tambem estão estabelecidos os dois hoteis que existem na villa. E' d'uma só nave, possue boas imagens, e dizem que alguns paramentos ricos, joias de valor, nas quaes se conta uma custosa e artistica custodia do tempo da rainha D. Maria I. Annualmente realisam-se tres festividades com procissões, bazares e arraial; a primeira dedicada a N. S.ª do Rosario, no domingo de Paschoa e nos dois dias seguintes, em que tambem ha feira de gado; a segunda a S. Pedro, orago da capella, em 29 de junho, e a terceira no segundo domingo de setembro. De Caneças sáem todos os annos centenares de arvores fructiferas, que são cuidadosamente tratadas em bellos viveiros, o que constitue uma verdadeira especialidade local. Nos arredores encontram-se os pittorescos logares de Camarões, Valle de Nogueira, Montemór, D. Maria, e A Dabeja. Existe em Caneças uma industria, que devido á sua perfeição, ganhou a fama de especialidade no genero; é a manufactura de navalhas chamadas de volta, com a configuração de pequenas podôas, feitas exclusivamente de aço, sendo um objecto indispensavel a todo o bom horticultor Na exposição agricola realisada em 1898 na Tapada d'Ajuda, fôram premiadas estas navalhas com uma medalha de prata. E' em Caneças que o aqueducto das Aguas Livres tem o seu principio; a primeira nascente encontra-se ao norte do Pinhal de Troia, na estrada que liga a povoação com o logar de Camarões (V. *Aguas*

Livres, aqueducto das). Caneças deve muitos dos seus melhoramentos ao fallecido capitalista Antonio Vieira Caldas, importantissimo proprietario n'aquella localidade, que empregou toda a sua influencia politica, como particular amigo do estadista Fontes Pereira de Mello, e sacrificou grande parte da sua fortuna em a beneficiar, por lhe merecer a maior sympathia.

Canedinho. Pov. na freg. de Santo André, de Gião, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Canedo *(Antonio).* V. *Delgado Canedo (Antonio Estanislau).*

Canedo. Pov. e freg. do Salvador, da prov. de Traz os-Montes, conc. de Ribeira de Pena, com. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real e arceb. de Braga; 1.198 hab. e 212 fog. Tem esc. para o sexo masc. e caixa post. A prov. dista 22 k. da séde do conc. e está situada n'uma serra, em terrenos asperos e montanhosos. Teve foral, dado por D. Affonso III, em 27 de maio de 1258. Os frades bentos do convento de S. Miguel de Refojos de Basto apresentavam o reitor, que tinha 10$000 réis de congrua e o pé d'altar. Passa aqui o rio Bessa. Era do conc. de Boticas, mas foi annexada ao de Ribeira de Pena por decreto de 26 de setembro de 1895. A povoação pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 19, com a séde em Chaves. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro. conc. e com. da Feira, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 2.546 hab. e 546 fog. Tem esc. do sexo masculino, fabricas de papel e de cotins, feira nos 2.ºs domingos de cada mez, e mercado todos os domingos de manhã. A pov. dista 15 k. da séde do conc. Passam aqui os ribeiros Inha e Huyma, que morrem ambos no rio Douro. A matriz fica no logar do Mosteiro, assim chamado, por ter havido aqui em epocas muito remotas um convento de frades ou de freiras benedictinas, fundado no seculo XI por D. Tello Guterres. O convento tinha uma grande cêrca, mas quasi toda inculta. Hoje está todo o edificio, menos a egreja, transformado em casa particular, e a cêrca n'uma importante quinta, que pertencia ha 30 annos ao conego da sé do Porto, Bernardo José da Silva Tavares e a seu irmão Hermenegildo. Dizem, que existe ainda sobre as ruinas do antigo muro d'esta quinta, do lado E, deitando para a estrada do Carvoeiro, um mirante, e junto a elle um velhissimo cedro, que é do tempo dos frades ou das freiras. Em Canedo ha muitos e vastos pinhaes. Querem alguns, que no principio da monarchia fôsse villa; o que parece, é que teve foral dado por D. Affonso II no 1.º de junho de 1212. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 24, com a séde em Aveiro. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Celorico de Basto, distr, e arceb. de Braga; 990 hab. e 265 fog. Tem esc. do sexo mas. A egreja d'esta freg. fica a 8 k da séde do conc. A pov. está situada n'um alto, d'onde se vêem differentes terras. Foi dos condes de Basto em tempos antigos, passando depois para a Corôa, onde se conservou até 1834. A terra é fertil. Proximo d'esta freg. passa o rio Tamega. Canedo pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 19, com a séde em Chaves. Está aqui a serra de Valle de Aguas. || Pov. na freg. de Santa Marinha, de Pampilhosa, conc. de Mealhada, distr. de Aveiro. || Pov. na freg de S. Pedro, de Pardilhó, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Veiros, do mesmo conc. e distr. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Canedo do Chão e **Canedo do Matto.** Duas povoações na freg. de S. Julião e conc. de Mangualde, dist. de Vizeu.

Caneira. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra || Pov. na freg. de S. Simão, de Mamarrosa, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S. Miguel e conc. d'Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Chouto, conc. de Chamusca, distr. de Santarem. || Casal na freg. de Santo Isidoro, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. José, de Lamarosa, conc. de Coruche, distr. de Santarem. || Quinta na freg. do Espirito Santo e conc. de Aldeia Gallega do Ribatejo, distr. de Lisboa.

Caneira de Cima *(Herdade da).* Na freg. de N S.ª da Apresentação, de Lavre, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Caneira Nova e **Velha.** Duas povoações na freg. de S. Pedro, de Azueira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Caneiras. Logar na freg. de S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Logar na freg de S. Romão, de Milhazes, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Caneiras do Gato, *(Herdade das).* Na freg. de Santo Estevão, de Odivellas, conc. de Ferreira, distr. de Beja.

Caneiras Grandes e **Caneiras do Roxo.** Dois montes na freg de Santo Estevão, de Odivellas, conc. de Ferreira, distr. de Beja.

Caneirinhas *(Quinta das).* Na freg. de Santo Estevão, de Odivellas, conc. de Ferreira, distr. de Beja.

Caneirinho *(Monte do).* Na freg. do Salvador e conc. de Aljustrel, distr. de Beja.

Caneiro. Povoações nas seguintes freguezias: S. Martinho, de Arco de Baúlhe, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere distr. de Leiria, || Santa Maria, de Refojos do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Rio Frio, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr de Vianna do Castello. || O Salvador, de Souto, conc. de Terras do Bouro, distr. de Braga.

Caneiro. Logares nas freguezias: S. Thiago, de Goães, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Asmes, conc. de Vallongo, distr. do Porto. || Santa Maria Maior e conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || N. S.ª da Expectação, de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Porta e conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Pedraça, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || O Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || O Salvador, de Ruivães, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Martinho, de Rio Mau, conc. de Villa Verde, distr.

de Braga. || N. S.ª d'Assumpção, de Semide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Villarinho, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto.

Caneiro. Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Paio Pelle, conc. de Villa Nova da Barquinha, distr. de Santarem. || Herdade na freg de S. João Baptista e conc. de Moura, distr. de Beja. || Quinta na freg. de N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Caneiro de Cima. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. Ourem, distr. de Santarem.

Caneiros. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Cambas, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Fermentões, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov na freg. de S. Mamede, de Travanca, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Logar da freg. de Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Caneja *(Herdade da).* Na freg. de S. Braz, de Figueira, conc. de Aviz, distr. de Portalegre.

Caneja de Baixo e **de Cima.** Dois logares na freg. de Santa Maria e conc. de Odemira, distr. de Beja.

Canejinha *(Monte da).* Na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Canejo *(Monte do).* Na freg. de N. S.ª da Atalaia e conc. de Fronteira, distr. de Portalegre.

Canelha. Pov. na freg. de S. Pedro, de Britello, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Canellas. Esta familia descende de Fernão Canellas, fidalgo do tempo de D. Affonso III, e tomou o seu appellido do couto e logar de Canellas junto á cidade do Porto. As suas armas são o escudo franxado nos dois campos alto e baixo, tendo cada um uma flôr de liz azul, e nos das ilhargas em campo verde um escudete de prata com cinco palas ou bastões de vermelho; o timbre é um gripho nascente azul, armado de prata com um escudete dos das armas no bico, pendurado por uma fita verde. Na *Nobiliarchia portugueza*, de Villas Boas, diz-se, que a familia d'este appellido descende de João Pires Canellas, natural de Lisboa, e que tinha o seu solar na quinta de Canellas.

Canellas *(Antonio da Silveira Pinto da Fonseca Coelho, 1.º visconde de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, accrescentado a fidalgo escudeiro, commendador da ordem de Christo; condecorado com a medalha por 4 campanhas da guerra peninsular; grã-cruz da ordem de Carlos III, de Hespanha, brigadeiro das antigas milicias. N. a 1 de maio de 1770, fal. na villa de Canellas a 18 de outubro de 1858. Foi presidente da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, que se organisou na cidade do Porto em 24 de agosto de 1820, e efficaz cooperador d'aquella revolução, que estabeleceu o regimen constitucional. Casou em primeiras nupcias a 19 de agosto de 1793 com D. Maria Amalia Pamplona Barreto de Miranda, filha de José Pamplona Carneiro Rangel Baldaya de Thoar, moço fidalgo da Casa Real, accrescentado a fidalgo escudeiro pelo alvará de 7 de julho de 1758, 11.º senhor da Casa de Beire, padroeiro abbacial de Santo André do Sobrado; cavalleiro da ordem de S. João de Jerusalem, e de sua mulher, D. Antonia Ignacia Velloso Barreto de Miranda Corrêa de Araujo, senhora do morgado de Cabêda, em Villar da Maçada. Enviuvando em 1837, passou a segundas nupcias a 7 de fevereiro de 1839 com Anna Josephina Gallien de Chabons, filha dos viscondes de Chabons, fidalgos francezes. O titulo de visconde de Canellas foi concedido por D. João VI, em decreto de 3 de julho, e carta de 23 de novembro de 1823.

Canellas *(Fr. Manuel de).* Commissario geral dos Terceiros da ordem de S. Francisco, que vivia ainda em 1847. Escreveu o seguinte, que se publicou anonymo: *Regulamento para os filhos seculares da ordem terceira da penitencia, e a verdadeira e santa regra que nosso seraphico P. S Francisco de Assis lhes deu, etc.*, Braga, 1850: *Regulamento para os terceiros de N. P. S. Francisco, accrescentado com o modo de rezar a corôa, etc.*, Braga, 1842; *Summario de muitas graças e indulgencias concedidas aos fieis que trouxerem com devoção a veronica ou a imagem da Conceição da Virgem Mãe de Deus*, etc., Braga, 1849.

Canellas. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. do Porto; 891 hab. e 200 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 16 k. da séde do conc. e está situada na encosta d'um monte, proximo do rio Tamega. A matriz está cercada d'um grande adro. O vigario era apresentado alternativamente pelo papa, pelo bispo do Porto, e pelos frades do convento de Paço de Sousa. A terra é fertil. Teve ouvidor, feito a votos pelo povo, e confirmado pelo senado do Porto. Nos limites d'esta freg. fica a grande quinta de Santa Cruz, que foi solar dos Madureiras. Está collocada sobre a margem direita do Douro, e tem annexa a pequena quinta da Cortiça, tambem sobre o Douro, e em frente da freguezia de Sardoura. Em Canellas ha minas de cobre, que se não teem explorado. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. Miguel, conc. e com. de Arouca, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 599 hab. e 114 fog. Tem caixa post. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada entre dois montes. Foi do extincto conc. de Alvarenga. O bispo de Lamego apresentava annualmente o cura, que tinha 40 alqueires de pão e 12$000 em dinheiro. A terra é saudavel e fertil; nos montes ha muito arvoredo silvestre e muita caça. Passa aqui o rio Paiva. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6 com a séde no Porto. || Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Douro, conc. de V. N. de Gaia, com., distr. e bisp. do Porto; 1.762 hab. e 369 fog. Tem esc. para ambos os sexos. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada no suave declive d'uma serra. A terra é fertil. Antigamente tinha ouvidor, dois almotacés, dois jurados e um quadrilheiro. Ha n'esta freg. grande creação de gado bovino. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6 com a séde no Porto. || Pov. e freg de S. Thomé, da prov. do Douro, conc. e com. de Estarreja, distr. de Aveiro e bisp. do Porto; 1.556 hab. e 382 fog. Tem esc. do sexo masc. pharmacia, e correio com serviço de posta rural A pov. dista 6 k. da séde do conc, e está situada na estrada de Estarreja a Angeja, n'uma ladeira d'onde se avistam diversas terras. Foi do

bispado de Coimbra e era dos marquezes de Angeja. O reitor de Fermelan apresentava o cura, que tinha 18$000 réis em dinheiro e varios generos, que lhe davam as freiras do convento de Jesus, de Aveiro, as quaes recebiam os dizimos d'esta freg. A terra é fertil e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. || Pov. na freg. de S. Miguel de Poiares, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Peso do Regoa, situada n'um monte, proximo da margem esquerda e da foz do rio Corgo, e da margem direita do Douro. Foi villa e couto isento da ordem de Malta, e bem assim a denominação d'um antigo conc., supprimido por decreto de 31 de dezembro de 1853. Tinha antigamente juiz ordinario, vereadores, almotacé e escrivão do geral. Dentro da povoação está a capella do Espirito Santo. A terra é fria e pouco fertil, mas saudavel. Não se conhece a sua fundação, mas sabe-se que é antiquissima. D. Sancho I a doou á sé de Lamego em 1205, e D. Sancho II a coutou em janeiro de 1225, e em julho d'esse anno, a pedido do bispo de Lamego, erigiu n'este couto o arcebispo de Braga, D. Silvestre, uma egreja matriz, que já não existe. || Pov. na freg de S. Pedro, de Avellãs de Cima, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S. Cypriano, conc. e distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Ferreiros de Avões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Quintella de Azurara, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu, || Logar na freg. de Santa Leocadia, de Travanca, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Monte na freg. do Salvador, de Alcaçovas, conc. de Vianna do Alemtejo, distr. de Evora.

Canellas de Baixo e **de Cima.** Duas povoações na freg. de S. João Baptista, de Canellas, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Canellinha *(Quinta da).* Na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Canello. V. *Pataca.*

Canellos. Logar na freg. de Santa Cruz, de Santa Cruz do Douro, conc. de Baião, Porto.

Canengua. Rio do territorio de Cazembe, Africa Oriental, a N O do distr. de Tete, na prov. de Moçambique.

Canenhos. Logar na freg. de S. Sebastião, de Monriscas, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Canes *(Brejos da quinta de).* Na freg. de S. Sebastião e conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Caneva *(Padre Pedro Francisco).* Notavel latinista, nascido em 1729. Entre as suas obras conta-se um sermão em portuguez e uma ecloga, em latim, á morte de D. João V.

Caneve. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Cumieira, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Canga. Pov. na margem esquerda do rio Congo ou Zaire, Africa Occidental, nas proximidades de Cassai, affluente do Zaire.

Cangá. Roça na ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Canga Lembamba. Pov. na margem direita do rio Zaire, em Cabinda, distr. do Congo, Africa Occidental, a 124 k. da embocadura do Zaire

Cangalanga. Pov. do conc. de Encoge, distr de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Cangalhas *(Herdade das).* Na freg. de N. S.ª da Purificação, de Represa, conc. de Montemór-o Novo, distr. de Evora.

Cangalheiro *(Quinta do).* Na freg. de N. S.ª da Purificação, de Sacavem, conc de Loures, distr. de Lisboa.

Canganga. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Canganza. Serra da Africa Occidental, no territorio dos Mahungos, distr. de Loanda, prov. d'Angola, ao N do concelho de Ambaca. Nascem d'ella muitos rios, sendo os principaes o Bamba, o Dande, o Bengo e o Lucalla, e os confluentes d'este, Quimbaxe, Cuaxito, e Cuango. Corre na direcção de N O e S E.

Cangarem. Pov. da prov. de Embarbacem, 8.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India.

Cangariangombe. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cangaze. Pov. do distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Oriental, na margem esquerda do rio Zambeze, a E da povincia e presidio de Zumbo.

Cangelle. Serra da Africa Oriental a O da prov. de Moçambique, entre os rios Cafué e Zambeze.

Cangello. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Cangerinha *(Herdade da).* Na freg. de Santo Agostinho e conc. de Moura, distr. de Beja.

Cangillo. Pov. do conc. de Cazengo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Cango. Pov. do conc. de Cazengo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Cangoenha. Pov. da margem direita do rio Calolo, no conc de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, a 74 k. ao E de Pungo Andongo.

Cangombe. Nome de duas povoações do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cangoná. Pov. da prov. de Bally. 4.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India.

Cangonde. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Cangone. Pov. da margem esquerda do rio Cuanza, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental, a 7 k. ao S de Massangano. E' governada por um soba tributario de Portugal.

Cancongollo. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, provincia de Angola.

Cangorça. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Rossas, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Cangoriamongua. Pov. do distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental, ao N de Talla Mogongo, a 146 k. da pov. d'este nome.

Cangosta. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Lamaçães, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Valle, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Cangostas. Pov. na freg. de S João Baptista, de Queijada, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Canguari. Duas povoações do conc de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cangucuto. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Cangueiro. Herdade na freg. de N. S.ª das Neves, de Brinches, conc. de Serpa, distr. de Beja. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Travanca de Lagos, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Canguelle. Pov. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Canguenha. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, a 34 k. ao E de Pungo Andongo.

Canguia. Pov do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Canguionguio. Pov. do conc. de Ambaca, districto de Loanda, prov. de Angola.

Cangullo. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola || Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cangulo de Baixo e **Cangulo de Cima.** Duas poveações do conc de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Cangulungo. Nome de duas povoações do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Cangungo. Pov. do conc. de Ambaca, districto de Loanda, provincia de Angola, Africa Occidental || Duas povoações do conc. do Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do conc. de Cazengo, distr. de Loanda, prov. de Angola || Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Canha. Villa e freg. de N. S.ª da Oliveira, da prov. da Estremadura, conc. e com. de Aldeia Gallega do Ribatejo, distr. e patriarc. de Lisboa; 1:028 hab. e 326 fog. Tem escolas officiaes para ambos sexos, Misericordia, est. post. permutando malas com a R. A. S; medico, pharmacia, hospedaria, etc. A villa dista 30 k. da séde do conc., e está situada na margem esquerda da ribeira do mesmo nome, n'um logar ameno, mas pouco sadio. E' muito fertil em toda a qualidade de fructos, lenha, peixe, gado, e caça. A povoação é muito antiga; D. Affonso Henriques deu-lhe foral em 1172, e D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 10 de fevereiro de 1516. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o prior, que tinha dois beneficiados da mesma apresentação. A egreja era do mestrado e commenda da ordem militar de S. Thiago da Espada, e por carta do cardeal-rei D. Henrique, andava annexa, *in perpetuum*, ao convento de Santos-o-Novo, de Lisboa. A Misericordia foi fundada pelos moradores da villa na capella de S. Sebastião. Antes de 1834 tinha juiz ordinario, procurador do concelho, escrivão da camara, vereadores, juiz dos orphãos com seu escrivão, tabellião, alcaide, e uma companhia de ordenanças. N'esta villa ha boas e grandes herdades, e a quinta da Matta, dos duques de Cadaval. Tem extensos montados, onde se criam muitos porcos, que se exportam. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 2, com a séde em Lisboa. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Lobão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Paio, de Arcos, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Triana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. João Baptista, de Quintella de Azurara, conc de Mangualde, distr. de Vizeu. || Rio, que nasce nas visinhanças de Montemór-o-Novo. V *Almansor*.

Canha N'Gando. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Canhabaque. Ilha do archipelago de Bijagoz, Africa Occidental. E' uma das que são habitadas.

Canhaguto. Pequeno reino de negros papeis, situado na parte S da ilha de Jatta, na costa da Guiné, Africa Occidental. Está separado da ilha Bucis pelo esteiro denominado de Catharina.

Canhama. Territorio do sertão do distr. de Mossamedes, prov. de Angola, Africa Occidental, entre os rios Cunene e Qualude, seu confluente. E' limitado a E e S pelo rio Qualude, a O pelo Cunene, que o separa das terras do Humbe, e ao N pelo sertão. Em 1847 foi explorado pelo portuguez Bernardino José Brochado. Em 1904 soffreram aqui um grande revez as armas portuguezas. Tambem se escreve *Quanhama* e *Cuanhama*.

Canhangolo. Confluente da margem direita do rio Zambeze, distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Occidental.

Canhão. Peça de artilharia. Na artilharia antiga confundiam-se sob o nome de *canhão* todas as peças de fogo, quer fôssem os primeiros *canhões de mão* da Edade Média, ou as peças de artilharia montada sobre carretas. Fizeram se canhões de toda a especie, desde as peças de madeira com arcos tambem de madeira, até ás de couro fervido e com arcos de ferro, mas todas tinham uma alma interior de couro. A partir do seculo XVI, os calibres das peças de artilharia fôram regularmente estabelecidos. Na artilharia moderna, as diversas denominações empregadas para se designarem as bocas de fogo desappareceram successivamente, e a palavra *canhão* foi a unica que ficou a usar-se para todas as bocas de fogo de *tiro direito* ou *horisontal*, qualquer que seja o seu *calibre*. V. *Artilharia*.

Canhão *(Casal do)*. Na freg. de Santo Antonio, de Arcos, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Canhardo. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Canhas. Ilha da Madeira; pov. e freg. de N. S. da Piedade, do conc. e com. da Ponta do Sol, distr. e bisp. do Funchal; 3.710 hab. e 838 fog. Tem caixa post, medico, esc. do sexo masc., fabricas de distillação d'aguardente e de manteiga. Pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.º 27, com a séde no Funchal. Em Canhas ha uma capella particular, no sitio dos Anjos, dedicada a N. S.ª dos Anjos, e outra no logar de Carvalhal, com a invocação de Santo André Avelino. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Covas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Canhestro. Pov. na freg. de Sant'Anna, de Carnota, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Canhestros. Pov. na freg. de Sebastião, de Figueira dos Cavalleiros, conc. de Ferreira do Alemtejo, distr. de Beja. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Silves, distr. de Faro. || Monte na freg. de Santa Clara-a-Velha, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Canhões. Pov. na freg. do Salvador, de Taboado, conc. de Marco de Canavezes. distr. do Porto. || Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Varzea, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Monte na freg. de S. Pedro, de Terena, conc. de Alandroal, distr. de Evora.

Canhongue. Pov. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Canhoso *(Quintas do).* Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Aldeia do Carvalho, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Canhota. Pov. na freg. de S. Thomé, de Caldellas, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Caia, conc. de Elvas, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de S. João Baptista e conc. de Sernancelhe, distr. de Vizeu.

Canhotas Logar na freg de Santa Eulalia, de Tenões, conc. e distr. de Braga.

Canhoteira. Logar na freg. de S. Sebastião, de Passos, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Canhoto. Logar na freg. de S. Vicente, de Irivo, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Lourenço do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Quinta na freg. de S. Miguel, de Riodades, conc. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu.

Canhotos. Logar na freg. de S. Thiago, de Penso, conc. de Melgaço, Vianna do Castello.

Caniça. Pov. na freg. de Santa Eugenia, de Rio Covo, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Logar na freg. de N. S.ª da Graça, de Castello Novo, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco. || Logar na freg. do Salvador, de Fervença, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Quinta na freg. de S. Simão, de Arões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Caniçada. Pov. e freguezia de S. Mamede, da prov. do Minho, conc. e com. de Vieira, distr. e arceb. de Braga; 533 hab. e 124 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada junto da margem esquerda do rio Cavado, em dois valles, o de S. Miguel e o da Caniçada. Foi antigamente da comarca de Guimarães e do conc. da Ribeira de Soaz, de que eram donatarios os condes de Unhão. A freg. de Caniçada era a cabeça d'este conc., e n'ella está o paço e foral das audiencias, proximo á matriz. Ribeira de Soaz era a denominação d'um antigo conc. da prov. do Minho, junto á serra do Gerez, que ha muitos annos foi supprimido (V. *Ribeira Soaz).* Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Caniçaes. Pov. na freg. de S. Pedro, de Nariz, conc. e distr. de Aveiro. || Casal na freg. de N. S.ª da Salvação e conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

Caniçal. Ilha da Madeira; pov. e freguezia de S. Sebastião, conc. de Machico, com., distr. e bisp. do Funchal; 371 hab. e 41 fog. Pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.º 27, com a séde no Funchal. || Pov. na freg. de S. Matheus, de Alváres, conc. de Góes, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Cem Soldos, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Monte na freg. de S. Pedro, de Evora Monte, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Bahia da ilha de S. Nicolau, no archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental.

Caniçal Cimeiro, Caniçal Fundeiro. Duas povoações na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Caniceira. Pov. na freg. de S. Lourenço do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Monte Vil, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Negrilhos, conc. de Aljustrel, distr. de Beja. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Tocha, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alvalade, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Francisco de Assis e conc. de Ponte do Sôr, distr. de Portalegre. || Logar na freg. do Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Azinheira dos Barros, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Casal na freg. do Senhor Jesus, de Carvalhal, conc. de Obidos, distr. de Leiria. || Logar na freg. de S. Matheus, de Erra, conc. de Coruche, distr. de Santarem. || Casal na freg. de Santo Ildefonso, de Montargil, conc. de Ponte do Sôr, distr. de Portalegre. || Casal na freg. de Santa Maria, de Ulme, conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || Casal na freg. do Espirito Santo, de Valle de Cavallos, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Caniceirinha. Casal na freg. de S. Matheus, de Erra, conc. de Coruche, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. José, de Lamarosa, conc. de Coruche, distr. de Santarem. || Casal na freg. de Santo Ildefonso, de Montargil, conc. de Ponte do Sôr, distr. de Portalegre. || Herdade na freg. de S. Mamede do Sadão, conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Caniço. Ilha da Madeira; pov. e freg. do Espirito Santo e Santo Antão, conc. e com. de Santa Cruz, distr. e bisp. do Funchal; 3:793 hab. e 552 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. Pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.º 27, com a séde no Funchal. || Pov. na freg. de S. Pedro Fins, de Belinho, conc. de Espozende, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Espargo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Ancião, distr. de Leiria. || Logar na freg. de S. Miguel, de Gonça, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Thiago, de Lustosa, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg de S. Lourenço, de Navarra, conc. e distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Maria, de Veade, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Casal na freg. de S. Silvestre, de Gradil, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Olhalvo, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Bartholomeu e conc. de Villa Flôr, distr. de Bragança.

Caniçó. Pov. na freg. de Santa Maria, de Salto, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Caniços. Porto da ilha de S. Thiago, do archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental, ao S da ilha. || Logar na freg. de Santa Maria, de Infias, conc. de Guimarães, distr. de Braga. Ha aqui uma est. do caminho de ferro do Minho, no ramal de Trofa-Guimarães, entre Santo Thyrso e Negréllos. || Logar na freg. do Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª d'Ajuda, de

Vestiaria, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Vialonga, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Simão, de Brogueira, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || Quinta na freg. de S. Sebastião, de Peral, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa.

Caniços de Baixo *(Quinta dos)*. Na freg. de Santa Iria, de Povoa de Santa Iria e Azoia, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Canidello. Pov. e freg. de Santo André, da prov. do Douro, conc. de V. N. de Gaia, com. e distr do Porto, arceb. de Braga; 2:429 hab. e 380 fog. Tem esc. para ambos os sexos, e fabricas de adubos agricolas, de melaço, de tijolo e telha de Marselha, e tecidos de algodão. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada n'uma fertil campina junto ao mar. Eram seus donatarios os marquezes de Abrantes. Os frades cruzios do convento da Serra do Pilar apresentavam o cura, que tinha de rendimento 120$000 réis. A terra é muito abundante de fructos e de peixes, tanto do mar como do rio Douro. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Villa do Conde, distr. e bisp. do Porto; 365 hab. e 83 fog. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, d'onde se descobrem muitas freguezias. A terra é fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Cepões, conc. e distr. de Vizeu. Houve aqui a egreja de Santo André de Canidello e a quinta do mesmo nome. Na era de 1390 o cavalleiro João Coelho e seu sobrinho outhorgaram ao infante D. Pedro o direito de padroado e apresentação d'aquella egreja. Em seguida o infante renunciou o padroado em Dona Eines de Castro. Em 17 de fevereiro de 1502 foi lavrado um instrumento de reclamação e protesto sobre a posse que a rainha D. Maria mandou tomar do padroado da egreja de S Thiago de Cepões, assignado por Gonçalo Velho, cavalleiro da casa d'el-rei, sua mãe Ignez de Almeida, e Fernão Velho, contador da Guarda, seu irmão, successores da quinta de Canidello e verdadeiros padroeiros da referida egreja. Estes documentos estão publicados na obra do sr Ayres de Sá *Fr. Gonçalo Velho*, Lisboa, 1899, vol. I a pag 420.

Canilha. Logar na freg. de S. Pedro, de Britello, conc. de Celorico de Basto, distr de Braga. || Quinta na freg. de S. Vicente, de Ervedosa, conc de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu.

Canilhas *(Quinta das)*. Na freg. de Santa Maria Maior conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Canissa *(Ribeira de)*. No distr. de Castello Branco. Nasce proximo de Proença-a-Velha, e depois d'um curso de 10 k. lança-se no Alpreade.

Caniva de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg de Santo André, de Villa Boa de Quires, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Caniveta *(Herdade da)*. Na freg. de Santa Victoria, conc. e distr. de Beja.

Canivete. Logar na freg. de S. Romão, de Alferce, conc. de Monchique, distr. de Faro.

Canizal. Pov. na freg de S. Bartholomeu, de Troviscal, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

Canizes. Pov. na freg. de Santa Maria, de Carquere, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Canle. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Remoães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Canna. Logar na freg. de S. Martinho, de Fareja, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Logar na freg. do Salvador, de Fervença, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Casal na freg. de N. S.ª das Virtudes, de Ventosa, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa || Pov. situada a E do conc. de Muxima, com de Loanda, distr, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, na margem esquerda do rio Cuanza, a 30 k. ao S do presidio de Massangano.

Canna de Cima. Logar na freg. de S. Martinho, de Fareja, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Canna Verde. Logar na freg. de S. Vicente e conc. de Abrantes, dist. de Santarem.

Canna Viçosa. Logar na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Canná. Pov. do distr., prov. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India.

Cannafrechaes *(Monte das)*. Na freg. de Santa Margarida, da Serra, conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Cannafrechaes de Baixo e de Cima. Dois logares na freg. de S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Cannafrechal. Pov. na freg. de S. Barnabé, conc. d'Almodovar, distr. de Beja. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || Monte na freg de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Vizeu.

Cannafrechal de Cima. Logar na freg. de S. Barnabé, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Cannafrecheira *(Herdade da)* Pov. na freg. de Santo Antonio, de Vendas Novas, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Cannas. Pov. e freg. de S. Thomé, da prov. do Douro, conc. de Penafiel, distr. do Porto; está situada, parte em monte e parte em valle. Os frades benedictinos do convento de Paço de Sousa apresentavam o cura, que tinha de rendimento 70$000 réis. Corre aqui o ribeiro de Cannas, que nasce na aldeia de Villa Verde, freguezia de Duas Egrejas, e morre no rio Cavallum, no logar da Pena, freg. dos Gallêgos. Esta freg. está annexada á de S. Miguel, de Rans, desde o principio do seculo XIX *(V. Rans)*. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Castellões, conc. de V. N de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Gondar, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Semide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || Logar na freg. de Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro. || Logar na freg. de Santa Maria Magdalena, de Loivos da Ribeira, conc. de Baião, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Pedro, de Melides, conc de Grandola, distr. de Lisboa. || Logar na freg. do Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Paio, de Villar Chão, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Herdade na freg. de N. S.ª da Encarnação, de

Vidigão, conc. de Arraiollos, distr. de Evora. || Horta na freg. de Santa Maria e conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Horta na freg. de Santo Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja || Monte na freg. de N. S.ª da Graça, de Assumar, conc. de Monforte, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de S Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Thiago do Escoural, conc. de Montemór-o Novo, distr. de Evora || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Torrão, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa || Quinta na freg de N. S.ª d'Annunciada, da Aldeia de Paio Pires, conc. do Seixal, distr. de Lisboa || Quinta na freg. de N. S.ª do Rosario, de Alvôco da Serra, conc. de Ceia, distr. da Guarda. || Quinta na freg. de Santa Clara, conc. e distr. de Coimbra. || Pequeno rio ou esteiro confluente do Jatta, no distr. da Guiné, ao N. da ilha de Bissau.

Cannas de Sabugosa. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Tondella, distr. e bisp. de Vizeu; 1 612 hab. Tem esc. do sexo masc e est. post. permutando malas com Tondella. A est. está na Povoa do Arcediago. A pov. dista 8 k. da séde do conc. Até 1855 pertenceu ao conc de S. Miguel do Outeiro, que foi supprimido n'este anno. Era da Corôa. Antes de 1834 o abbade nomeava-se por concurso synodal, apresentado pelo ordinario, tendo de renda 360$000 réis. Foi antigamente couto dos bispos de Vizeu. Teve juiz ordinario, vereadores, procurador, escrivão da camara, escrivão publico e judicial. A terra produz muito vinho, dos mais generos tem mediana producção. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Cannas de Senhorim. Pov. e freg do Salvador, da prov. da Beira Alta, conc. de Nellas, com. de Mangualde, distr e bisp de Vizeu; 3.215 hab. e 559. fog. Tem est. post. permutando malas com a R. A. B., hoteis, advogado, pharmacia, estação do caminho de ferro na linha da Beira Alta, entre Nellas e Oliveirinha. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está n'uma planicie, proximo da margem esquerda do rio Mondego, d'onde se descobrem muitas povoações. Foi concelho que se suppriniu em 1855. No logar da Felgueira a 3 k. de distancia ha umas nascentes d'aguas sulphurosas que alguns chamam *Caldas de Cannas de Senhorim* e outros *Caldas da Felgueira* (V. *Felgueira*). Teve antigamente donatorio particular, mas passou para a Corôa no tempo de el-rei D. Manuel, e assim se conservou até 1834. O cabido da sé de Vizeu e o papa apresentavam alternativamente o abbade, que tinha de renda 600$000 réis No termo da villa, junto ao logar de Valle de Madeiros, houve em tempos remotos um convento de frades ou de freiras da ordem de S. Bernardo. Antes de 1834 tinha juiz ordinario, dois vereadores, procurador do concelho, escrivão judicial e notas, escrivão da camara e almotacé, tudo feito por eleição triennal, dos povos do conc. N'esta freg. ha muitos *dolmens*, que dizem ser obra dos moiros, varios ribeiros e a ribeira de Cannas, que regam e móem, tornando a terra muito fresca e fertil. Estas aguas vão ter ao rio Mondego, que tambem passa na freg. No Outeiro do Moiro, pequeno sêrro no sitio de Valle de Boi, ha pedreiras de cantaria branca e muito fina. Cannas de Senhorim foi couto muito antigo. D. Sancho I doou-a em 1186 a D. João Pires, bispo de Vizeu. El-rei D. Manuel deu-lhe foral em Lisboa a 30 de março de 1514. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Cannaviaes (*Quinta dos*). Na freg. de Santa Eulalia, de Goujoim, conc. de Armamar, distr. de Vizeu.

Cannavial (*João da Camara Leme Homem de Vasconcellos, conde de*). Doutor em medicina pela Universidade de Montpellier. N. no Funchal em 22 de junho de 1829, fal. na mesma cidade em 27 de janeiro de 1902. Depois de ter recebido na sua patria a instrucção primaria e a secundaria, e tendo já escripto em varios jornaes alguns ensaios litterarios em prosa e verso, e publicado tambem uma traducção do drama de Alexandre Dumas *Le comte Hermann*, partiu para França em 1851, com o fim de estudar as sciencias medicas. Em 1852 obteve o grau de bacharel de sciencias em Montpellier, e em 18·7 o grau de doutor. Foi depois estudar em Paris, regressando em 1858 á Madeira, onde se estabeleceu. Obteve em concurso o logar de demonstrador e ajudante da 1.ª cadeira da escola medico cirurgica do Funchal Foi um dos fundadores da companhia fabril de assucar madeirense, da associação protecção e instrucção do sexo feminino, da associação promotora do bem publico. Pertenceu a varias corporações scientificas nacionaes e estrangeiras, entre as quaes se contam a Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, a de Medicina de Lyão, a de Botanica de França, do Instituto de Coimbra, etc. Foi agraciado com a commenda da ordem de Christo, e com o titulo de conde de Cannavial, por decreto de 22 de abril de 1880. Escreveu: *Etudes sur les ombellifères vénéneuses, ouvrage jugé favorablement par l'académie des sciences et lettres de Montpellier*, Montpellier, 1857; *De la tempéráture de l'homme et des animaux*, memoria manuscripta apresentada e mandada archivar com menção honrosa, no archivo da academia imperial de medicina de Paris; saiu no *Bulletin* da referida academia, tomo XXIII, 1858, um relatorio favoravel ácerca d'esta obra; *Quelques considérations, ayant pour but de démontrèr que la théorie des combustions respiratoires jette um grand jour sur plusieurs points du domaine de la pathologie*, memoria que foi apresentada manuscripta á academia das sciencias e lettras de Montpellier em 1857, e em virtude da qual obteve o autor o diploma de membro correspondente da mesma academia; *Des rapports de alimentation avec la respiration: existe-t'il des aliments qui méritent le nom de respiratoires?*, thema de concurso, sobre o qual o dr. Camara Leme escreveu uma extensa memoria, apresentada á indicada academia, e em que obteve o primeiro premio; *Uma lição de clinica cirurgica sobre um caso notavel de ferimentos por armas de fogo, feita no dia 17 de março de 1868*, Funchal, 1868; *De la chaleur animal*, thema de concurso aberto em 1860 pela academia das sciencias e bellas letras de Caën; *Breves instrucções sobre a cultura da beterraba de assucar*, Funchal, 1871; *A companhia fabril de assucar madeirense, Roberto Leal e o dr. Tarquinio P. da C. Lomelino*, Funchal, 1879; *Breves considerações sobre uma laqueação da arteria iliaca primitiva, feita pelo sr dr. Antonio da Luz Pitta, em 16 de janeiro de 1868, por um*

aneurisma das arterias femeral e iliaca externa, Funchal, 1868; *Uma ophtalmia traumatica, lição de clinica feita no dia 15 de maio de 1868*, Funchal, 1868; *O dr. Antonio da Luz Pitta, o pharmaceutico Francisco Xavier de Sousa e o dr. João da Camara Leme na escola medico-cirurgica e na delegação de saude do Funchal; primeira parte: escola medico-cirurgica*, Funchal, 1869; parece que se não publicou mais parte alguma; *Breve noticia sobre o tratamento do vinho pelo calor*, Funchal, 1882; *Um privilegio industrial, cartas a diversos jornaes*, Fuuchal, 1883; *Um alvitre para a solução da crise por que está passando o paiz; idéa de um banco agricola, inquerito industrial, a cultura no Douro*, etc., Funchal, 1884.

Cannavial *(Quinta do)*. Na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Cannevel. Pov. do territorio de Damão, prov. de Gôa, India.

Canninha *(Quinta da)*. Na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Canninhas. Logar na freg. de S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, districto de Aveiro.

Cano. Villa e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. do Alemtejo, conc. de Souzel, com. de Extremoz, distr. de Portalegre, e arceb. de Evora; 1:568 hab. e 227 fog. Tem Misericordia, esc. do sexo masc. e est. post. permutando malas com Souzel, medico, pharmacia, fabrica de moagens, etc. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada n'uma aprazivel alameda, na margem esquerda da ribeira de Alcorrego. Até 1855 perteuceu ao conc. de Souzel, sendo este, porém, supprimido, passou ao de Fronteira, voltando mais tarde para o de Souzel, que fôra restaurado. O decreto de 26 de setembro de 1895 supprimiu novamente o conc. de Souzel, e a villa de Cano ficou annexa ao de Extremoz, mas voltou ao de Souzel onde actualmente pertence, por ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. A povoação é muito antiga, mas ignora se por quem foi fundada D. Manuel deu-lhe foral, em Santarem, em 1 de novembro de 1512. Tem grande abundancia d'agua. A terra era antigamente da comarca e mestrado de Aviz; teve uma albergaria, que D. Manuel fundou, dando-lhe muitos privilegios. A Misericordia foi fundada pelo povo no seculo XVI. Cano era antigamente cabeça de concelho, com dois juizes ordinarios, tres vereadores, procuradores, escrivães, meirinhos, coudel, etc. Uma provisão de D. Duarte, com a data de 30 de agosto de 1438, concedia a este concelho o privilegio de não pagar siza nem portagem, de todos os generos que trouxessem da villa de Aviz. Esta povoação foi em outras epocas muito maior do que é hoje, o que attestam os alicerces que se encontram fóra da villa. Pertence á 4.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com séde em Abrantes. || Ilha da Madeira; pov. na freg. do Salvador e conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Pov. na freg de S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Bouro, conc. de Amares, distr. de Braga. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || Logar na freg. de Santa Maria da Deveza e conc. de Castello de Vide, distr. de Portalegre. || Logar na freg. de S. Thiago, de Esporões, conc. e distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Vicente, de Sousa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Casal na freg de N. S.ª da Luz, de A Dos Cunhados, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª da Purificação, de Alcoentre, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Silvestre e conc. da Louzã, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Horta na freg. de Santa Maria da Feira, conc. e distr. de Beja. || Horta na freg. de S. Pedro e conc. de Elvas, distr. de Portalegre. || Horta na freg. de S. João Baptista e conc. de Moura, distr. de Beja. || Horta na freg. de S. Pedro, de Pedrogão, conc. da Vidigueira, distr. de Beja. || Horta na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Mioma, conc. de Sattam, distr. de Vizeu. || Quintas na freg. de N. S.ª das Neves, de S. Salvador, conc. e distr. de Vizeu.

Cano dos Amores. Logar na freg. de Santa Clara, conc. e distr. de Coimbra.

Cano de Cima *(Horta do)*. Na freg. de N. S.ª da Visitação, de Villa Alva, conc. de Cuba, distr. de Beja.

Cano Real. Ilha Terceira; pov. na freg. de Santa Luzia; conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Canoeira. Logar na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Canoel. Aldeia pertencente á divisão de Uphy-Pahw, ao sul do rio Sandalcalo, no concelho de Nagar Avely, distr. de Damão, na India.

Canon. Dá-se este nome ás regras que a egreja prescreve nos concilios e com que geralmente se designa todo o acto de autoridade ecclesiastica tendo força de lei. Nos antigos tribunaes ecclesiasticos dava-se tambem o nome de *canones* ao codigo que servia de norma ás sentenças ali proferidas. Com a denominação de *canones* tambem se designava a faculdade de direito canonico, outr'ora existente na Universidade de Coimbra. A sciencia dos *canones* é parte essencial do ensino theologico. Chamava-se *direito canonico* ao conjuncto das leis da egreja, assim como *direito civil*, ao conjuncto das leis ordinarias, sendo muito commum vêr os theologos e os jurisconsultos cursarem nas universidades longos estudos para obterem o diploma de doutores *in utroque juris*. A faculdade de *canones* ou *de direito canonico*, que existia na Universidade de Coimbra, foi extincta em 1834.

Canongia *(José Avelino)*. Musico e compositor. N. em Oeiras a 10 de novembro de 1784, fal. em Lisboa a 14 de julho de 1842. Era filho de Ignacio Canongia, catalão, fabricante de sedas, que viera estabelecer-se n'aquella villa no tempo do marquez de Pombal, e fôra um dos numerosos artifices estrangeiros que o ministro d'el-rei D. José attrahira ao paiz para o desenvolvimento da nossa industria. Por morte do marquez de Pombal, veiu Ignacio Canongia para Lisboa com seus filhos. Sendo muito dedicado á musica, a que consagrava todos os momentos de descanço dos seus trabalhos, tornou-se um clarinetista dotado de certa habilidade. Foi elle quem começou a ensinar a seus filhos, José Avelino e Joaquim Ignacio, o que sabia de musica, destinando-os a esta

arte, que então era muito lucrativa. José Avelino entrou para a escola dos frades paulistas, e ali estudou canto, piano e acompanhamento, com o mestre fr José dos Anjos. Tambem aprendeu a tocar violino com o habil violinista hespanhol Pedro Rumi, que residia em Lisboa, aperfeiçoando-se ao mesmo tempo no clarinete com o professor João Antonio Wisse. Tornou-se um artista distincto, e sendo ainda muito novo já fazia parte da orchestra do theatro do Salitre, e era mestre de banda militar. Em 1806, contando 22 annos de edade, saiu de Portugal, esteve dois annos em Paris, residiudo tambem algum tempo em Nantes. Escreveu então uma opereta franceza, *Les deux Julies*, que se ignora se chegou a ser representada. Entretanto dava concertos, em que era sempre applaudido, conseguindo aperfeiçoar-se e adquirir meios de subsistencia. Em 1814 passou a Inglaterra, fazendo-se ouvir em Londres e outras cidades. Em 1815 voltou a Portugal, causando admiração os concertos que n'esse anno deu em Lisboa, e em 1816, no Porto. Empreheudendo outra viagem ao estrangeiro, percorreu as principaes cidades de Hespanha, do sul da França, Piemonte, Milauez e mais estados da Italia; esteve na Suissa, Austria e Prussia, d'onde novamente voltou a Paris, tomando parte em 1820 nos celebres *concertos espirituaes* que se realisavam ali na quaresma e semana santa. Pelos fins de 1821 chegou a Lisboa, em seguida entrou para a orchestra do theatro de S. Carlos, e foi nomeado musico da Real Camara. Em 1824, na reforma do Seminario Patriarchal, determinada pelo decreto de 3 de novembro, estabeleceram-se aulas para instrumeutos de orchestra, e Canongia foi preferido para ensinar os instrumentos de palheta. Por este tempo fez imprimir a sua primeira obra publicada, que tem por titulo: *Introduction et Thême Varié pour la Clarinette avec acomp. d'orchestre ou de Quatuor Composé & dédié à son Bienfaiteur & Ami Mr. le Baron de Quintella por J. A. Canongia Musicien de la Chambre et de la Chapelle de S M. F. et premiète Clarinette du Grand Théatre de Lisbonne, Paris, Pleyel, & Fils ainé;* titulo interessante por nos dar noticia de que o barão de Quintella, mais tarde conde do Farrobo, desvelado e generoso protector e amigo dos artistas, o fôra tambem de Canongia. A segunda obra publicada foi o seu primeiro concerto, assim intitulado: *Premier Concerto pour la Clarinette avec Orchestre ou Quatuor seulement, composé et dédié á MM. les Professeurs et Amateurs de cet Instrument par J. A. Canongia de la Chambre et de la Chapelle de S. M. Trés Fidéle, et premiere Clarinette du Grand Opera de Lisbonne, Paris, Pacini.* Triumphando a causa constitucional, J. A. Canongia foi apresentar-se a D. Pedro IV, que o recebeu muito bem, mostrando-se conhecedor do seu merecimento, e promettendo lhe toda a protecção e amizade. Canongia dedicou-lhe o seu segundo concerto: *Deuxième Concerto pour la Clarinette avec Orchestre composé et dédié à Sa Magesté Pierre I Empereur du Brésil et Roi de Portugal par J. A. Canongia, Musicien de la Chambre et de la Chapelle de S. M. et Clarinette du Grand Théâtre de Lisbonne, A Paris, Au Magasin de Musique de Pacini.* Transformado o Seminario Patriarchal em Conservatorio, Canongia passou para o novo instituto com o mesmo logar de professor de instrumentos de palheta. Publicou então as seguintes composições: *Air Varié pour la Clarinnette avec acc. de grand Orchestre dédié à S. M Dona Maria da Gloria, Reine de Portugal, par J. A. Canongia, Chevalier de l'ordre du Christ, Professeur du Conservatoire Musical de la Chambre de S. M. très fidèle, I Clarinette de l'Opera, Paris, Schonenberger; 3.ª Concerto pour la Clarinette avec Acc. d'Orchestre ou de Quatuor, dédié a S. M. Don Fernando second Roi de Portugal, par J. A. Canongia etc.; 4.º Concerto pour la Clarinette avec acc de grand Orchéstre, dédié à S. M. I. la Duchesse de Bragance*, etc Falleceu aos 57 annos. Os jornaes da epoca publicaram artigos saudosos. A *Revista Universal Lisbonense*, n.º 43, publicou um extenso artigo biographico, o qual foi reproduzido no *Trovador* de 16 de novembro de 1855. No *Diccionario biographico de musicos portuguezes*, de Ernesto Vieira, publicado em 1900, 1.º vol., pag. 196 e seguintes, vem larga noticia ácerca d'este apreciado artista. Joaquim Ignacio Canongia, irmão mais novo de José Avelino, tambem foi clarinetista. Exerceu varios cargos na irmandade de Santa Cecilia, para a qual entrou em 20 de julho de 1815, e do Monte-pio Philarmonico, de que foi um dos fundadores. Nos ultimos annos da sua vida perturbou-se-lhe a razão, vindo a fallecer, precipitando-se d'uma jauella, a 6 de agosto de 1850.

Canos. Pov. na freg de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. || Casal na freguezia de S. Sebastião, de Vimeiro, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Canos de Baixo e de Cima. Duas hortas na freg. de S Cucufate, de Villa de Frades, conc. de Vidigueira, distr. de Beja.

Canós. Moeda de conta na India.

Canosa. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Ferreira-a-Nova, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Liceia, concelho de Montemór-o-Velho, Coimbra.

Canounqué. Pov. da Africa Occidental, situada na embocadura do esteiro Capéka, na margem esquerda do rio Nuno, distr. da Guiné.

Canquirem. Pov. na prov. de Satary, 2.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa.

Canreque. Pov. e jurisdicção do reino de Luca, na ilha de Timor, Oceania.

Cans. Pov. na freg. de Santa Maria, de Infias, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Cansala. Cachoeira do rio Zambeze, Africa Oriental, a pequena distancia da Cachoeira Nucabele, a O da prov. de Moçambique. Interrompe a navegação do rio entre Seshekė e o rio Caferé.

Cansarvornem. Pov. do territorio e distr. de Damão, prov. de Gôa, India.

Cansaulim. Povoação da freguezia de S. Thomé, no concelho de Salsete, arceb. de Gôa, na India.

Cansinos. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Cansulem. Pov. da prov. de Pernem, 1.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, India, ao N da provincia.

Cansunsa. Territorio do distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Oriental, ao N. do rio Zambeze. Tem minas cuja exploração é difficil por ser sujeita a muitos perigos.

Cantadeira *(Casal Novo da).* Na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Triana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Cantagallo. Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Cantanhede *(D. Pedro de Menezes, 1.º conde de).* Senhor de Cantanhede, Tancos, Tanquinhos, Atalaia, Cinceira, e d'outras villas; alferes-mór el-rei D. Manuel, de que se lhe passou carta em Lisboa a 5 de maio de 1512. Era 3.º neto de D. Gonçalo Telles de Menezes, conde de Neiva e Faria, alcaide-mór de Coimbra, e primeiro senhor de Cantanhede. Nos seus ascendentes contava se D. Affonso Telles de Menezes, fidalgo hespanhol que viera para Portugal pelos annos de 1200 com seu irmão, D. Fernão Telles de Menezes, a quem D. Sancho I admittiu no seu exercito, e concedeu grandes mercês. D. Affonso Telles casou em segundas nupcias com D. Thereza Sanches, filha natural do referido monarcha. D. Pedro de Menezes serviu em Africa com distincção, e achou-se tambem na batalha de Toro em 1 de março de 1476. D. Affonso V, em 1479, quando regressou de Castella, agraciou-o com o titulo de conde de Cantanhede. D. Pedro de Menezes casou tres vezes, mas não pudémos averiguar o nome da sua segunda mulher. Em primeiras nupcias, desposou D. Leonor de Castro, filha de D. Alvaro de Castro, 1.º conde de Monsanto, camareiro-mór de D. Affonso V, e de D. Izabel, senhora de Cascaes. Em terceiras nupcias desposou D. Guiomar Coutinho, filha de D. Tristão Coutinho, e de sua mulher, D. Izabel Fogaça, filha de João Fogaça, commendador de Cezimbra, na ordem de S. Thiago, védor da casa do 1.º duque de Bragança, D. Affonso I. O conde de Cantanhede falleceu n'esta villa de que era donatario, mas ignora-se a data do fallecimento. O brazão d'armas constava d'um escudo esquartelado, tendo nos 1.º e 4.º quartel as armas de Portugal, sem o filete de bastardia, e nos 2.º e 3.º, em campo azul tres flôres de liz de ouro em roquete, tendo sobreposto um escudinho, o dos Menezes, com o annel de ouro, perfilado de vermelho com um rubim. Elmo de prata aberto, e por timbre uma flôr de liz.

Cantanhede *(D. Pedro de Menezes, 2.º conde de).* Commendador de Santa Maria de Almonda da Azinhaga na ordem de Christo, presidente da camara de Lisboa, cargo que ainda conservava em 1640, quando foi a acclamação de D. João IV. O titulo foi renovado em sua casa por D. Filippe III, por carta de 21 de abril de 1618. Casou com D. Constança de Gusmão, filha de Ruy Gonçalves da Camara, 1.º conde de Villa Franca, capitão donatario da ilha de S. Miguel, e de D. Joanna de Gusmão, filha de Francisco Coutinho, 3.º conde de Redondo, vice-rei da India. D'este matrimonio, entre outros filhos, nasceu D. Antonio Luiz de Menezes, que foi o 3.º conde de Cantanhede, e 1.º marquez de Marialva, ficando desde então os filhos primogenitos d'esta familia com o titulo de conde de Cantanhede, até herdarem o de marquez. V. *Marialva.*

Cantanhede. Villa da prov. do Douro, séde do conc. e de com., relação do Porto, distr. e bisp. de Coimbra. Tem uma só freguezia, orago S. Pedro. A pov. é antiquissima, mas não se sabe a data da fundação nem o nome do fundador. Parece que existia já no tempo dos romanos, e que os arabes a povoaram. O conde D. Sizenando, governador de Coimbra, a mandou povoar de christãos no anno de 1080. Está situada em planicie alegre e fertil. Fôram seus donatarios os condes de Cantanhede e marquezes de Marialva. Teve antigamente um ouvidor, posto pelo donatario, dois juizes ordinarios, tres vereadores, procuradores, escrivão da camara, juiz dos orphãos e seu escrivão, dois tabelliães, alcaide, escrivão de sizas e almoxarife, capitão-mór, e uma companhia de ordenanças. A egreja matriz, de tres naves e de estylo commum, é um bom templo, mas está muito irregular pelos accrescentamentos que se lhe tem feito; tinha dois curas, ambos apresentados pelo bispo de Coimbra. A Misericordia e o hospital fôram fundados pelos donatarios com provisão real. No sitio do Agueiro houve um convento de frades de Santo Antonio, dedicado a N. S.ª da Conceição, que foi fundado pelo 1.º marquez de Marialva e 3.º conde de Cantanhede, D. Antonio Luiz de Menezes, em 1675, por occasião da batalha de Montes Claros. Onde era a cêrca d'este convento é que se construiu o novo hospital em 1891, proveniente do legado que lhe deixara o arcebispo de Braga D. João Chrisostomo de Amorim Pessoa. No fim do anno de 1360 e principio do de 1361, D. Pedro I celebrou côrtes em Cantanhede para validar o seu casamento com D. Ignez de Castro, declarando na presença dos fidalgos e do povo que D. Ignez era sua legitima mulher, com quem casara clandestinamente em 1 de janeiro de 1354 em Bragança, com todos os preceitos canonicos, na presença de D. Gil, deão da sé de Braga, que depois foi bispo d'esta diocese. Cantanhede teve foral, dado por D. Affonso II, e mais tarde outro foral, por D. Manuel, em Lisboa, a 20 de maio de 1514. D. Fernando I fez doação d'esta villa a João Gomes da Silva, e tornando a passar ao dominio da Corôa pela compra que d'ella fez a D. Leonor Telles, D. João I a doou novamente a D. Martinho de Menezes, sobrinho d'esta rainha. Cantanhede foi elevada a condado por D. Affonso V em 1479, sendo o 1.º conde de Cantanhede D. Pedro de Menezes. Os donatarios possuiam um sumptuoso palacio, cuja construcção parece ter sido anterior a 1573. Este palacio é hoje propriedade municipal, e n'elle estão installadas as repartições da fazenda, administração, tribunal, correio, cadeia, conservatoria, etc. Em 1852 pernoitaram ali de 24 para 25 de maio, a rainha D. Maria II, el-rei D. Fernando e a real comitiva, na viagem que fizeram ás provincias do norte. Realisa-se em Cantanhede nos dias 6 e 20 de cada mez, uma feira de cereaes, gados, fazendas, etc. Existem ainda grandes vestigios d'um aqueducto que conduzia d'uma legoa de distancia, para a villa, a bella e copiosa agua da nascente chamada das *Sete Fontes*, não se sabendo quando esse aqueducto fôsse construido. Em Cantanhede ha escolas para ambos os sexos, typographia, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras, obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N. e R. A. L.; advogados, hoteis, medicos, notarios, pharmacias, agencias bancarias e de seguros, diversos estabelecimentos; philarmonicas: *Boa União Cantanhense* e *Restauração.* Pertence á 5.ª div. mil., 10.ª brigada, grande cir-

cumscripção mil. do centro, e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria. Cantanhede tinha um privilegio singular que durou até ao fim do seculo XVIII: todos annos, na primeira oitava do Espirito Santo os parochos e justiças iam de varas levantadas e de cruz alçada á Senhora de Vagos, com jurisdicção; prendiam, soltavam presos, davam dias santos, fazendo tudo isto com autoridade em Vagos e em Mira, onde os donatarios haviam construido casas para se recolherem e descançarem. Não se conhece a origem d'este privilegio. O conc. compõe-se de 14 freg.ª com 6:741 fog. e 27:215 hab., sendo 12:041 do sexo masc. e 15:174 do fem., n'uma superficie de 42:158 hect. A villa dista 30 k. da capital do distr. Tem est. no caminho de ferro da Beira Alta, entre Murtêde e o apeadeiro de Limêde. As freg.ª são as seguintes: N. S.ª do O', de Ançã, com 1:803 hab: 820 do sexo masc. e 983 do fem; S. Mamede, de Bôlho, 889 hab.: 310 do sexo masc. e 549 do fem.; N. S.ª do O', de Cadima, 4:183 hab.: 1:918 do sexo masc. e 2:265 do fem.; S. Pedro, de Cantanhede, 4:328 hab.: 1:880 do sexo masc. e 2:448 do fem.; Santo André, de Cordinhã, 813 hab.: 341 do sexo masc. e 472 do fem.; Santo Antonio, de Covões, 3:114 hab.: 1:382 do sexo masc. e 1:732 do fem; N. S.ª da Conceição, de Febres, 3:994 hab.: 1:882 do sexo masc. e 2:112 do fem.; S. Martinho, de Murtêde, 1:103 hab.: 478 do sexo masc. e 625 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Ourentã, 852 hab.: 356 do sexo masc. e 496 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Outil, 847 hab.: 415 do sexo masc. e 432 do fem; N. S.ª da Conceição, de Porcariça, 829 hab.: 331 do sexo masc. e 498 do fem.; S. Julião, de Portunhos, 867 hab.: 360 do sexo masc. e 507 do fem.; S. João Baptista, de Sepins, 935 hab.: 419 do sexo masc. e 516 do fem; S. João Baptista, de Tocha, 2:658 hab.: 1:119 do sexo masc. e 1:539 do fem. O conc. produz trigo, milho, fructas, vinho, mel e azeite, tem gado e caça, fabrico de louça de barro, de breu e de cal; moinhos e azenhas. O principal commercio é em cal e cortume de couros. Jornaes: *Defensor do Porto*, 22 de setembro a novembro de 1889, continuado da *Voz do Povo*, com o n.º 35; *Jornal de Cantanhede*, 1 de julho de 1889, em publicação; *Liberdade Popular (A)*, 14 de junho de 1891; *Tesouradas*, 1892; *Voz do Povo*, 6 de janeiro a setembro de 1889; seguido pelo *Defensor do Povo*.

Cantaninha (*Horta da*). Na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Barrancos, distr. de Beja.

Cantantes. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Tocha, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Cantar Gallo. Quinta na freg. do Salvador, de Castelleiro, conc. de Sabugal, distr. da Guarda. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Orjães, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Cantara (*Herdade da*). Na freg de Santo Estevão, conc. de Extremoz, distr. de Evora

Cantareira. Pov. na freg. do Salvador, de Arentim, conc. e distr. de Braga. || Logar na freg. de S. João, da Foz do Douro, bairro occidental do Porto.

Cantareiras (*Casal das*). Na freg. de N. S.ª das Virtudes, de Ventosa, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Cantarinas. Ponta ou cabo da costa O da ilha das Flôres, Açôres. Fórma o limite S da bahia da Ribeira Grande.

Cantarinha. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Cantarinhas (*Quinta das*). Na freg. de S. Jorge, de Abbadim, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Cantarinho (*Herdade do*). Na freg. de S. Saturnino, de Vallongo, conc. de Aviz, distr. de Portalegre.

Cantarinhos. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Sande, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Casal na freg. do Espirito Santo, de Valle de Cavallos, conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || Quinta na freg. de S. Gregorio, de Reguengo, conc. e distr. de Portalegre.

Cantario. Enseada na costa O da ilha das Flôres, Açôres.

Cantaro. Casal na freg. do Espirito Santo, de Valle de Cavallos, conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || Serra da prov. do Douro, distr. de Coimbra. E' parte da serra do Bussaco junto á freg. de Carvalho, onde tem 465 m. d'altura. E' assim chamada, porque, sendo muito secca, os moradores d'aquella freguezia eram obrigados a ter n'ella um cantaro cheio d'agua, para os viajantes, nos mezes de julho, agosto e setembro. Perto d'aqui deu-se a batalha contra os francezes em 27 de setembro de 1810, que se ficou chamando do Bussaco (*V. este nome*). || Serra do distr. de Castello Branco. E' a parte da serra da Estrella, ao N da Covilhã.

Canteiro. Pov. na freg. do Salvador, de Lemelhe, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Canteiros. Casal na freg. de S. João Baptista, de Seixo de Gatões, conc. de Montemór o-Velho, distr. de Coimbra.

Cantelães. Pov. e freg. de Santo Estevão, da provincia do Minho, conc. e com. de Vieira, distr. e arceb. de Braga; 842 hab. e 165 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, d'onde se descobrem varias povoações. A terra é fertil, tem muita caça e cria muito gado. Passa pela freg. o rio Ave. Ainda se vêem as ruinas do castello da Villa Secca, a 650 m. de distancia do rio Lima, que tinha uma galeria subterranea que o punha em communicação com o rio.

Canteiras. Pov. na freg. de S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Canteireiro. Antigo officio que tinha regimento na collecção dada pelo Senado de Lisboa em 1572.

Cantigas (*Monte das*). Na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Ferreira do Alemtejo, distr. de Beja.

Cantim. Pov. na freg. de S. Martinho dos Mouros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Reguenga, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Romão, de Fonte Coberta, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Cantinho. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Cortegaça, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de Santo Estevão, de Villela, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Casal na freg. de S. José, de Lamarosa, conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Cantinhos. Pov. na freg. de S. Thomé, de Lanhas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Canto. Familia originaria da Inglaterra, descendente de João do Kaut, que veiu para a Galliza, passando depois os seus descendentes para os Açôres. Tem por armas em campo vermelho um canto de muralhas de prata; o timbre é o mesmo canto, e sobre elle, na ponta, um pombo do mesmo metal. Os Cantos das ilhas descendem de D. Pedro Alvares do Canto, bisneto de João do Kant. Este ramo de familia accrescentou ás armas antigas sobre o canto uma torre de prata com ameias e quatro bombardas lançando fogo.

Canto *(Ernesto do)*. Bacharel formado em Philosophia pela Universidade Coimbra, a 25 de julho de 1856, socio correspondente da Academia Real das Sciencias, e de outras sociedades scientificas nacionaes e estrangeiras. Nasceu a 12 de dezembro de 1831 nos Prestes, Ponta Delgada, onde tambem falleceu em 22 de agosto de 1900. Era filho de José Caetano Dias do Canto e de D. Francisca Vicencia do Canto. Foi um escriptor muito erudito. Os seus trabalhos litterarios mais importantes são consagrados á historia açoriana. Quando iniciou a publicação do seu *Archivo dos Açôres*, em 1878, existia já um amontuado sem methodo de antigas informações, interessantes decerto, mas quo ainda o mais tenue vislumbre de critica não illuminara para a grande visão da historia. Destruir o que n'essas informações havia de romance e recomeçar a historia, era a grande tarefa a emprehender; foi essa tarefa que constituiu a paixão dominante de toda a sua vida, e em que empregou toda a sua actividade e fortuna. E' devido ao esforço e á perseverança de Ernesto do Canto, que a historia açoriana póde hoje escrever-se. Nos 12 volumes da collecção do *Archivo dos Açôres*, 1878 a 1892, encontram-se colligidos todos os elementos indispensaveis. Mas além do *Archivo*, ainda deixou outras contribuições valiosas para a historia d'aquelle archipelago, publicando em 1877 uma edição do *Tratado das Ilhas Novas,* de Francisco de Sousa, que foi reeditado em 1884 com novas notas; e em 1892 o capitulo XXII das *Saudades da Terra*, de Gaspar Fructuoso, juntamente com a carta do dr. Jeronymo Montario a D. João II; e em 1896 collaborou no *In Memoriam* com o esboço genealogico de Anthero do Quental. No anno de 1883 tambem publicara uma memoria historica sobre os Côrtes Reaes, os insignes navegadores açorianos. Em 1888, o *Ensaio bibliographico*, catalogo das obras nacionaes e estrangeiras relativas aos successos politicos de Portugal nos annos de 1828 a 1834; em 1892 saiu 2.ª edição correcta e augmentada. Em 1890, a *Bibliotheca açoriana*, noticia bibliographica das obras impressas e manuscriptas, nacionaes e estrangeiras, concernentes ás ilhas dos Açores. Em 1894, um breve estudo: *Quem deu o nome ao Labrador?* Em 1898, *Noticia sobre as egrejas, ermidas e altares da ilha de S. Miguel.* Em 1900 publicou um *Additamento á Bibliotheca açoriana.* Ernesto do Canto offereceu para o Jardim Botanico de Coimbra exemplares de plantas da sua propriedade de Ponta Delgada, e prestou esclarecimentos a Edmond Goeze, jardineiro do referido jardim, para o seu livro. *A ilha de S. Miguel e o Jardim Botanico de Coimbra.*

Canto (*Eugenio do*). Irmão dos bibliographos açorianos Ernesto e José do Canto, cujas tradições litterarias tem continuado. Ainda ultimamente, por diligencias suas, fez publicar uma reproducção em *fac-simile* da *Epistola*, em latim, dirigida por D. Manuel, em 1513, ao papa Leão X, narrando-lhe a tomada de Malaca e outras victorias alcançadas por Affonso de Albuquerque na Iudia. O opusculo, contendo esta *Epistola*, foi impresso em Roma no mez de agosto do mesmo anno, sendo uma verdadeira raridade bibliographica.

Canto (*Jacome Carvalho do*). Porteiro do tribunal do Santo Officio de Lisboa, filho de Antonio Vaz do Canto e de Izabel Fernandes Vicente; sobrinho de Gil Vicente. Era natural de Lisboa, onde tambem morreu em 1623, já muito velho. Escreveu: *Perola preciosa ornada de documentos, e avisos espirituaes para desterro do peccado e exercicio de virtudes*, Lisboa, 1610; 2.ª edição, 1616, e 3.ª, 1680; *Ramalhete de flôres espirituaes.* Lisboa, 1610; *Exercicio de humildes para rezar o rosario*, etc., Lisboa, no anno de 1619; outra edição em 1645; *Livro de rezas, e manual de orações*, Lisboa, 1612; 2.ª edição em 1657; e 3.ª em 1669; *Horas da Cruz de Christo, Arte e apparelho santo para bem morrer*, Lisboa, 1613; *Excellencias e louvores do Santissimo Sacramento do altar*, 1615; outra edição em 1645; *A perfeita religiosa, thesouro de avisos e documentos espirituaes, com um tratado de meditações devotas*, etc., Lisboa, 1615; *Corôa das excellencias de Santo Antonio de Lisboa*, Lisboa, 1640; *Regra de perfeição de alguns estados, aos quaes se ensina a composição dos bons costumes*, etc., Lisboa, 1675.

Canto (*José do*). Nasceu em Ponta Delgada no anno de 1822. Era irmão de Ernesto e de Eugenio do Canto. Recebeu a primeira educação em França, no collegio que o dr. Sacra-Familia teve em Fontenay-aux-Roses. Por motivo de doença voltou á patria, e quando estava restabelecido, veiu para a Universidade de Coimbra, onde seguiu com distincção o curso de Mathematica, que abandonou por ter novamente de partir para S. Miguel, a realisar o seu casamento com a rica successora da casa Taveira da ilha do Fayal. Dedicou-se então á administração das suas propriedades e á agricultura. Foi um dos fundadores da Sociedade Promotora da Agricultura michaelense, que prestou muitos serviços á industria local. Por sua influencia, fundou esta sociedade O *Agricultor michaelense*, publicação mensal, cujo 1.º vol. saiu em 1843, e o 2.º de 1848 a 1852. José do Canto foi por muitos annos secretario d'esta sociedade, a que elle dedicava todos os seus cuidados. Tão bom administrador, como agricultor, como cultor da sciencia e boas letras, partiu com sua familia para França, estabelecendo residencia em Auteuil, proximo de Paris. Entregando-se á leitura dos bons livros portuguezes e latinos, que mandava comprar a Portugal, dedicou-se á litteratura, tornando-se um escriptor apreciavel. Escreveu: *Recordação do dia 5 de dezembro de 1839 na cidade de Ponta Delgada*, saiu no n.º 46 do *Monitor*, jornal semanal que então se publicava; *Tarde e noite de maio*, na 2.ª serie do *Agricultor michaelense*, pag. 737, fragmento d'um romance, que parece não ter chegado a concluir, cujo assumpto era o descobrimento da ilha de S. Miguel. Da sua vasta collaboração n'esta revista agricola, tornam-se mais evidentes os seguintes escriptos: *Relatorio dos trabalhos da Sociedade Promotora da Agricultura*

Michaelense; Arrendamentos das terras, collecção de nove artigos, *Projecto de banco hypothecario na ilha de S Miguel*, projecto que foi transcripto no jornal de Lisboa. *A Opinião*, de 30 de setembro de 1858. Publicou mais: *Calendario rustico indicando os lavores proprios de cada mez;* são 100 paginas, que fazem parte do *Almanach rural dos Açôres para o anno de 1851, mandado publicar pela Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense*, Ponta Delgada, 1850; saiu ainda com o mesmo titulo, mas correcto e augmentado, no referido almanach, para o anno de 1853; *Aos Michaelenses que pretendiam eleger-me deputado*, Ponta Delgada, 1852; *Relatorio da Commissão de inquerito* (da Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense) *sobre a producção e consumo do milho na ilha de S. Miguel, em 1856*, Ponta Delgada, 1857; (ácerca d'este relatorio publicou-se no *Archivo pittoresco*, n.º 97 do 1.º volume, 1857, um artigo intitulado: *Açôres-ilha de S. Miguel); Centenario de Camões, catalogo resumido d'uma collecção camoneana, exposta na bibliotheca publica de Ponta Delgada, por occasião d'esta solemnidade nacional, 10 de junho de 1880*, S. Miguel, 1880; *O primeiro canto dos Luziadas em inglez, por James Edwin Hewitt*, recordação do tri-centenario de Camões, Lisboa, 1881. José do Canto foi o editor d'esta luxuosa obra, que dedicou affectuosamente ao seu amigo Joaquim da Silva Mello Guimarães. Em 1895 publicou tambem em Lisboa: *Collecção Camoneana*, tentativa de um catalogo methodico e remissivo. No jardim Botanico de Coimbra ha bastantes plantas, com que José do Canto o presenteou, enviando-lh'as da sua opulenta casa de S. Miguel.

Canto (*Fr. Miguel do*). Religioso da ordem de Santo Agostinho. N. em Angra do Heroismo nos fins do seculo XVII; ignora-se a data do seu fallecimento. Professou no convento da Graça, de Lisboa, em 1701. Depois de obter na sua ordem o grau de mestre, foi eleito em 1712 prior do convento de Ponta Delgada, em 1731 secretario da provincia, e em 1737 provincial. Além de muitas obras theologicas, juridicas e liturgicas que ficaram manuscriptas, imprimiu em 1746, em Madrid, com o pseudonymo de Diogo Calmet Onufri, a seguinte: *Vexame theologico-moral da escandalosa praxe, que no santo sacramento da penitencia usavam alguns confessores, de perguntarem aos penitentes os nomes e habitação dos seus cumplices*, etc. Esta obra era dirigida contra a seita dos sigillistas, de que era chefe o bispo de Coimbra D. Miguel da Annunciação, e foi precursora das medidas violentas adoptadas pelo marquez de Pombal. V. *Annunciação (D. Miguel da)*.

Canto. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Christello, conc de Barcellos, distr. de Braga. || Santo André, de Fermentellos, conc de Agueda, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Oliveira e conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Ilha de S. Jorge; N. S.ª das Neves, de Norte Grande, conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo. || Santa Eulalia, de Revelhe, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Ilha do Pico; Santa Barbara, de Ribeiras, conc. de Lageus do Pico, distr. de Horta. || Santo Estevão, de Urgezes, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Canto. Logares nas freguezias: Santo André, de Ancede, conc. de Basto, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Costa, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Silvestre, de Escallos, de Baixo, conc e distr. de Castello Branco. || S. Thiago, de Lustosa, conc. da Louzada, distr do Porto || Santo André, de Macinhata de Seixa, conc. d'Oliveira de Azemeis, distr de Aveiro. || S. Mamede, de Madail, do mesmo conc. e distr. || Santa Maria, de Matamá, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || O Salvador, de Tagilde, do mesmo conc. e districto.

Canto. Casal na freg. de Santa Maria, de Athães, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Horta na freg. de N. S.ª da Assumpção, conc. e distr. de Faro. || Horta na freg. de S. João Baptista e conc. de Moura, distr. de Beja || Monte na freg. de Santo Antonio, de Couço, conc. de Coruche, distr. de Santarem. || Monte na freg. de N. S.ª da Esperança, conc. de Arronches, distr. de Portalegre. || Vallado real do sul na leziria de Villa Franca de Xira.

Canto e Castro (*Alexandre Meyrelles Tavora do*). Doutor em direito pela Universidade de Coimbra, juiz da relação de Gôa, da de Lisboa, etc. N. na ilha Terceira em 1827, fal. em 11 de novembro de 1896. Era filho de Luiz Meyrelles do Canto e Castro Paím da Camara, fidalgo cavalleiro da Casa Real, e de sua mulher, D. Francisca de Tavora e Noronha. Luiz Meyrelles do Canto e Castro, por motivos politicos, esteve exilado alguns annos em França, regressando á sua patria, em virtude da amnistia concedida por D. Pedro IV. Meyrelles Tavora fez os seus primeiros estudos em Paris, e voltando á ilha Terceira, em 1840, assentou praça em infantaria n.º 5, de que deu baixa 10 mezes depois, para vir matricular-se na faculdade de Direito na Universidade de Coimbra. Entretanto a agitação em que o paiz se encontrava estabelecia certo estado anormal, não se podendo contar com o dia de ámanhã para seguir uma carreira determinada. Os acontecimentos de cada dia mudavam o estado das cousas e dos espiritos, uma verdadeira febre politica, que sobretudo excitava os novos, cheios de aspirações e crenças. Meyrelles de Tavora era um dos mais enthusiastas, e por isso quando uma nova revolução se levantou contra o governo de Costa Cabral, elle foi dos primeiros a alistar se no batalhão dos empregados, depois caçadores n.º 6, e bateu-se no combate do Alto do Vizo, em 1 de maio de 1847. No anno de 1849 foi que se matriculou na faculdade de Philosophia, passando em 1851 para a de Direito, concluindo em 1854 o curso, em que sempre se distinguiu, e se não alcançou premios foi por causa dos perdões d'actos que houve n'aquelles primeiros annos. Doutorou-se a 25 de março de 1858. Dedicando-se ao jornalismo, collaborou na *Revista academica* e no *Instituto* de Coimbra, no *Tributo*, *Diario commercial*, *União*, dos Açores, *Tassion Kong*, de Macau, *Correio do Sul*, de Loanda, *Commercio de Lisboa*, *Occidente*, et. Em 1859, escreveu ua *Revolução de Setembro* apreciaveis artigos sobre direito publico constitucional. No Porto resuscitou o *Ecco popular*, orgão do partido historico, onde combateu o governo ao lado de Passos Manuel. Em 1860 abandonou a vida activa do jornalismo, e foi aos concursos da Universidade, onde alcançou approvação em merito absoluto, e regeu temporariamente a cadeira de Direito, no impedimento do lente proprietario.

O seu espirito irrequieto e altivo não se limitou, porém, ao exercicio do magisterio, e procurou novos horisontes por onde se espraiasse. Para isso o dr. Meyrelles de Tavora concorreu ao logar de juiz de direito em Benguella, ficando classificado em primeiro logar, mas a politica metteu-se de permeio, e foi preterido um outro candidato menos classificado. Esta contrariedade, comtudo, não o desanimou, porque estava no firme proposito de ir para o Ultramar, e assim foi ao concurso de delegado, obtendo a primeira classificação, sendo depois despachado para Timor. A sua missão n'aquella possessão portugueza, que encontrou em completa anarchia, foi muito importante e curiosa. D'ali teve transferencia para Macau, em 1866, sendo no anno seguinte nomeado juiz de direito para a comarca de Quelimane, d'onde passou pouco depois para a 2.ª vara da comarca de Loanda. Em 1870 foi collocado na de Benguella e Mossamedes. N'esta comarca prestou os maiores serviços, com especialidade na perseguição que moveu ao degredado José Ramos, chefe d'uma quadrilha de salteadores, que assolava aquelle districto. José Ramos, sabendo que estava pronunciado, fugiu jurando vingar-se do juiz que lhe movia o processo, mas de nada lhe valeu a fuga, porque o dr. Meyrelles de Tavora, reclamando o auxilio do governador Pereira Crespo, internou-se no sertão com uma força armada, sob o commando do alferes J. Antonio dos Santos, e deu caça ao celebre salteador, que foi surprehendido e fusilado. Este facto valeu-lhe a commenda de N. S.ª da Conceição Em 1872 foi nomeado procurador da Corôa e Fazenda junto á relação de Loanda, cargo de que pediu a exoneração para passar ao de juiz da 1.ª vara na mesma comarca, que exerceu até 1874, anno em que concluiu o tempo de commissão como juiz do ultramar. Regressando ao reino, exerceu a magistratura nas comarcas da Povoa do Varzim, Idanha-a-Nova e Mangualde até 1880. N'este anno foi ao concurso aberto para juiz da relação de Gôa, ficando classificado em primeiro logar por unanimidade. Partiu immediatamente para a India, onde se demorou até 1895, em que voltou ao reino, sendo então collocado no tribunal da relação de Lisboa. Era socio correspondente da Sociedade Geographia, onde realisou varias conferencias, tornando-se notavel a que versava sobre o tratado de Portugal com a Inglaterra, ácerca do caminho de ferro de Mormugão e contrato do sal. O dr. Meyrelles de Tavora, quando se effectuaram as festas do centenario do infante D. Henrique, quiz tambem commemorar esse facto na sua terra natal, fazendo uma conferencia, e pronunciando depois um discurso no palacio da camara municipal. Alguns mezes depois tambem pronunciou outro discurso no palacio da camara municipal da villa da Praia da Victoria, a que assistiram os officiaes da corvota *Duque da Terceira*, mandada ali de proposito para saudar o anniversario da batalha de 11 de agosto de 1829. O dr. Meyrelles de Tavora era casado com a sr.ª D. Carolina Payant de Tavora do Canto e Castro. Entre outras publicações, mencionaremos uma carta dirigida ao visconde de Sá da Bandeira, sobre a abolição da escravatura no ultramar, declarando-se abolicionista; *Biographia do vice-almirante José Joaquim Alves*; *Biographia do conselheiro José Silvestre Ribeiro*; *A liga açoriana*, em que defende energicamente a conservação da relação dos Açôres, que o ministerio de 1892 pretendia extinguir; *O projecto do caminho de ferro de Ambaca*, por elle apresentado na imprensa, muito antes da propaganda iniciada em favor d'este melhoramento ultramarino, etc.

Canto e Castro (*Antonio do*). Official do exercito, governador geral da prov. de Moçambique, para que foi despachado por decreto de 12 de novembro de 1863. Tomou posse em 20 de abril de 1864 e entregou o governo ao seu successor em 12 de outubro de 1867.

Canto e Castro (*Eugenio Vaz Pacheco*). Professor de sciencias do lyceu de Ponta Delgada; jornalista, redactor do *Localista*. Tem feito alguns trabalhos litterarios que não desmerecem dos de seu pae, o sr. Eugenio do Canto. e dos de seus tios José e Ernesto do Canto. V. *estes nomes*.

Canto e Castro (*Francisco de Menezes Meyrelles*). E' actualmente visconde de Meyrelles. V. *este titulo*.

Canto de Cima. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Vagos, distr. de Aveiro.

Canto do Esteiro. Pov. na freg. de S. Thiago. de Beduído, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro.

Canto da Lagôa. Logar na freg. de S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Canto da Matta. Logar na freg. de N. S.ª da Graça, de Aguas Bellas, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem

Canto do Muro. Pov. na freg. de S. Bartolomeu e conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Canto do Norte. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Tôpo, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Canto dos Olivaes. Pov na freg. de N. S.ª d'Assumpção, conc. e distr. de Leiria.

Canto do Picôto. Pov. na freg. de S. Martinho, de Salreu. conc. de Estarreja, districto de Aveiro.

Canto do Poio. Pov. na freg. de N. S.ª do Amparo, de Mira, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Canto de Ponte Garça. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Villa Franca do Campo, distr. de Ponta Delgada.

Canto dos Sabugos. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de S. Jorge e conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo.

Canto da Vinha (*Casal do*). Na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Enxara do Bispo, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Cantoneiro (*Casal do*). Na freg. de S. Pedro, e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Cantoneiros (*Monte dos*). Na freg. de S. Lourenço de Mamporcão, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Cantonha. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Costa, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Cantos. Pov. na freg. de S. Pedro, de Castello de Penalva, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de Santa Maria, de Barbella, conc. e distr. de Villa Real. || Monte na freg de Santo Antonio, de Vaiamonte, conc. de Monforte, distr. de Portalegre.

Cantrivana. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. Lisboa.

Cantrivana do Clerigo, Cantrivana da Estrada, Cantrivana Grande, Cantrivana da

Vinha, Cantrivanita. Cinco montes na freg. do Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja.

Cantroche (*Quinta de*). Na freg. de S. João Baptista e conc. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu.

Cantuaria (*Fr. Thomaz de*). Religioso arrabido, que viveu no principio do seculo XVIII. Era natural de Lisboa; filho de Antonio Pinheiro e de Paschoa de Abreu. Professou no convento de Santa Maria Magdalena, de Alcobaça, a 4 de julho de 1685, onde teve o cargo de mestre de noviços; foi guardião em 5 conventos e definidor. Imprimiu em 1724 uma novena de S. Pedro d'Alcantara.

Cantudo. Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Canu-Caquila. Pov. do conc. de Calumbo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Canua-Pungó. Pov. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Canuandua. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Canudo (*Casal do*). Na freg. de N. S.ª da Purificação, de Ceissa, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Canuguenim. Pov. da prov. de Bally, 4.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India, a O da provincia.

Canullo (*Quinta do*). Na freg. de S. Salvador, de Travanca de Tavares, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Canuto (*D. Maria José da Silva*). Escriptora, poetisa, jornalista e professora do magisterio primario. N. em Lisboa em 1812, segundo se lê nos poucos esclarecimentos biographicos, que ella deixou escriptos, a 28, não se sabe de que mez, porque n'esses apontamentos não o declara. Era filha de paes humildes, naturaes de Caneças; fal. em Lisboa a 20 de janeiro de 1890. Desde de muito nova anciou pela instrucção, e se interessou pelos acontecimentos politicos que via desenrolarem-se. Contava 23 annos, em 1835, quando começou a escrever para os jornaes. Estreou-se como poetisa em abril d'este anno, publicando um *soneto* na *Guarda avançada*, jornal politico de opposição ao governo, passando depois a collaborar no *Nacional*, occultando sempre o seu nome com o pseudonymo de *A portugueza liberal*, escrevendo artigos de administração municipal e colonial, em que já deixava adivinhar a sua paixão pela politica militante. Em 1838, porém, é que principiou a sua campanha, sustentando polemicas contra o ministerio d'então, de que fazia parte Fernandes Coelho, a quem ella atacava de preferencia, escrevendo no *Procurador dos povos* e depois na *Democracia*, em 1840, artigos violentos, com toda a energia das suas convicções sinceras e liberaes. Mas a illustre jornalista não se servia sómente da penna, empregava tambem a palavra. O grande movimento de regeneração dos espiritos que se seguiu ao triumpho liberal de 1834, e que principiou por assim dizer em 1837, manifestou-se pela fundação de jornaes essencialmente instructivos, como o *Panorama* e a *Revista universal*, e na fundação de sociedades de propaganda e de instrucção, em cujos debates D. Maria José da Silva Canuto representou um papel importantissimo. Modificando as suas opiniões politicas, escreveu em 1841 na *Revolução de setembro;* d'esta data em deante, até 1856, no *Patriota;* d'aqui até 1864, no *Bejense;* depois no *Diario de noticias*, de 1865 a 1868, e por ultimo no *Jornal do Povo*, de 1876 a 1879. Dedicando-se ao magisterio primario, com todo o interesse, foi nomeada, por carta regia de 31 de agosto de 1847, professora da escola da freguezia das Mercês, estabelecida no edificio do antigo convento dos Caetanos, onde está tambem o Real Conservatorio, mas já muitos annos antes se entregava ao ensino particular. Além de desempenhar activamente as suas funcções officiaes, ainda fundou uma aula nocturna e gratuita, que regeu, até que as forças a abandonaram. Desde d'essa epoca D. Maria José da Silva Canuto refugiou-se na escola, refrescando o espirito ao contacto do buliçoso grupo de creanças, que a cercava. Acompanhou sempre fielmente o 1.º visconde de Castilho, que muito a respeitava e considerava, na sua campanha de instrucção. Quem visse então a intelligente e laboriosa mestra regia da freguezia das Mercês, rodeada dia e noite de creancinhas, a quem ensinava com solicitude e paciencia, mal poderia acreditar que estava ali a jornalista que de 1838 a 1840 combatera o governo com toda a energia e vehemencia. Em 1860 publicou uns artigos, intitulados: *A moral do Evangelho.* Inserira na *Revista universal* muitas poesias, nos annos de 1843 a 1845, e depois no *Almanach de Lembranças*. Do *Jocelyn*, de Lamartine, fez uma traducção em prosa e em verso, ácerca da qual escreveu o 1.º visconde de Castilho um artigo muito honroso, que vem transcripto no *Occidente* de 1890, 13.º vol. pag. 75. Publicou mais: *Conferencias pedagogicas*, em 1868; *Escavações, paginas soltas de um livro espedaçado*, etc. Na *Federação*, annuario publicado de 1860 a 1864, encontram-se escriptos seus, assim como no *Jornal do povo*, de 1876, sendo alguns artigos firmados com o pseudonymo de *Cenobita.* Quando o *Gremio Popular* creou uma aula nocturna, com a denominação de *Escola de D. Pedro V*, a qual se inaugurou a 3 de fevereiro de 1862, D. Maria José da Silva Canuto regeu essa aula gratuitamente até 10 de maio de 1863, merecendo do governo uma portaria de louvor, que tem a data de 27 de março d'esse referido anno. Alguns annos antes de fallecer, foi jubilada, mas nos ultimos tempos achou-se doente e muito pobre, vivendo n'uma casa no edificio do Conservatorio, sendo soccorrida com uma pensão que recebia da Camara Municipal, e particularmente pelo fallecido capitalista Rosa Araujo. No funeral fizeram-se representar muitas associações, professores, escolas municipaes e particulares, o Conservatorio, a Sociedade protectora dos animaes, a que ella pertencera, etc.

D. Maria José da Silva Canuto

Canuto (*Monte de S.*). Na freg. de S. Sebastião, de Budens, conc. de Villa do Bispo, distr. de Faro.

Canvorém. Aldeia da regedoria do torofo de Maina, conc. de Quepém, distr. de Gôa, na India.

Canzemba do Meio. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Canzenze e Canzenze de Baixo. Duas povoações no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Canzullo. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cão ou **Cam.** Familia antiga de Portugal. Já no tempo de D. Affonso IV appareceu um Lourenço Cão, e é d'elle que descendem o navegador Diogo Cão e o bispo de S. Thomé, D. Gaspar Cão. No reinado de D. João I houve um Gonçalo Cão, que foi um dos cavalleiros que o condestavel D. Nuno Alvares Pereira mandou ao Alandroal soccorrer Alvaro Questado, e prestou grandes serviços na guerra com Castella.

Cão (*Diogo*). Navegador do seculo XV, escudeiro, e depois cavalleiro da Casa do infante D. Henrique. Duas vezes foi mandado por el-rei D. João II ao descobrimento da costa d'Africa, além do Cabo de Lopo Gonçalves. A primeira viagem realisou-se em 1482, e a segunda em 1484. N'essas viagens descobriu o Zaire até á Serra Parda em 1485. Na primeira, parece que encontrou o cabo de Santo Agostinho, onde collocou um padrão, descobrindo depois a embocadura do rio Zaire ou Congo, a que deu o nome de *Padrão*, a 200 leguas além do reino do Congo. Até essa epoca limitavam-se os portuguezes a levantar cruzes, muitas vezes de madeira, nos sitios que descobriam, ou a gravarem na cortiça das arvores a divisa do infante D. Henrique: *Talent de bien faire.* Eram esses bem fracos signaes de posse. Antes das viagens de Diogo Cão, os descobrimentos dos portuguezes tinham chegado a 1°52′ de lat. S, e elle conseguiu alcançar a 6° grau, encontrando o Zaire. Os padrões constavam d'uma columna de pedra com 14 ou 15 palmos de altura, tendo no cimo uma cruz, onde se viam esculpidas as armas portuguezas, com duas inscripções, uma em portuguez e outra em latim, nas quaes se declarava o nome do rei, a data do descobrimento e o nome do capitão que o havia feito. Na primeira viagem dizem que o acompanhou Martim de Behaim, ou Martim da Bohemia, cosmographo e navegador, que esteve ao serviço de Portugal no principio das descobertas nas costas africanas. Diogo Cão explorou tambem o rio Zaire ou Congo, subindo-lhe a corrente por algum tempo, trazendo varios indigenas das suas margens, que apresentou a D. João II, quando regressou a Lisboa, depois de 19 mezes de viagem. O monarcha lhe concedeu então e aos seus descendentes, em carta datada de Santarem a 14 de abril de 1484, o titulo de nobre de côta de armas, podendo usar de seu elmo e um escudo em campo verde com duas columnas de prata ou padrões levantados no alto, sobre dois penhascos, e sobre cada columna uma cruz singela de azul, tendo as duas columnas ou padrões em aspa, atadas com um torçal azul, etc. Lê-se mais na referida carta: «por os serviços prestados por seu avô a el-rei D. João I, nas guerras de Castella, e especialmente pelos seus na Guiné, onde foi mandado á descoberta para augmento da santa fé, e accrescentamento do reino, etc.» Depois de abril de 1484 até ao anno de 1486, realisou a sua segunda viagem a Africa, levando os negros que trouxera, e seguindo muito para o sul transpoz as costas do Congo, de Angola, de Beuguella, e de Mossamedes, deixou um padrão no cabo de Santa Maria, outro no cabo Negro, e uma simples cruz no cabo da Serra ou Serra Parda, a que os inglezes dão hoje o nome de *Cape-Cross*, *Cabo da Cruz.* Diogo Cão chegou finalmente a 21° 58′ de lat. S. De volta para cima, passou de novo pelo Zaire, e trouxe comsigo um subdito do rei do Congo, Cacuta, que se convertera ao christianismo, tomando o nome de João, realisando-se n'elle o primeiro baptismo no reino do Congo. Aquelle monarcha prestara vassallagem ao rei de Portugal, e enviava-lhe presentes pelo seu subdito, implorando-lhe protecção a que D. João II, correspondeu, mandando para o Congo missionarios catholicos. Diogo Cão regressou a Lisboa da sua segunda viagem em 1486, e desde então não se conhece mais noticia alguma a seu respeito. A'cerca dos padrões de Diogo Cão, vem publicado no *Occidente* de 1895, 18.° vol. a pag. 215, 216, 238, 243 e 244, um artigo firmado pelo fallecido escriptor Luciano Cordeiro, e vol. 28.°, anno de 1905, a pag. 62 e 63, ácerca do rio Zaire, em que traz transcripta a inscripção ali collocada, que ultimamente o estado do Congo commetteu o vandalismo de destruir. Diz a inscripção: «*Aqui chegaram os navios do esclarecido rei Dom João o segundo de Portugal—Diogo Cão—Pero Annes—Pero da Costa—Alvaro Peres—Pero Escobar—João de Santiago* + (morto) *da doença—Gonçalo* (ou João ?) *Alves* + (mortos) *Diogo Ribeiro* (?) *—Gonçalo* (?) *Alves Antão* (?) Na Sociedade de Geographia de Lisboa, existem alguns dos padrões de Diogo Cão.

Cão (*Gaspar*). Pintor de D. João III, que este monarcha nomeou, em 1539, para o logar que ficara vago pelo fallecimento de Alvaro Pires. A sua patente encontra-se nos archivos reaes. Segundo alguns escriptores, Gaspar era filho de Alvaro Pires.

Cão (*D. Fr. Gaspar*). Religioso da ordem de Santo Agostinho, nomeado por D. João III bispo de S. Thomé. Foi o 6.° bispo, mas o 2.° que tomou posse d'aquella diocese, onde morreu victima da sua abnegação evangelica e do seu zelo religioso.

Cão. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Chorense, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. ‖ Logar na freg. de S. Lourenço do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. ‖ Monte na freg. de N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. de Evora.

Cão de Aboim (*Joaquim da Nobrega*). Presbytero secular e prégador apreciado. Foi durante alguns annos prior da freguezia de S. Julião, de Lisboa, e depois monsenhor e conego na egreja Patriarchal. Parece que foi congregado do Oratorio, entrando em 17 de setembro de 1757. Em 1807 acompanhou a familia real para o Brazil, d'onde regressou a Lisboa em 1823. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Escreveu: *Oração funebre, nas exequias do ser.*^mo *sr. D. José, principe do Brazil, celebradas na egreja de S. Julião*, Lisboa, 1788; *Oração panegyrica em acção de graças pelas melhoras do ser.*^mo *principe nosso senhor, o sr. D. João, recitada na capella do quartel do regimento de cavallaria de Alcantara*, Lisboa, 1789; *Vida de S. Julião*, etc., Lisboa, 1790; *Jonio em Lisboa, ode pindarica; canta os annos do*

principe regente nosso senhor, o sr. D. João, Lisboa, 1801; *Elogio historico do ser.*^mo^ *sr. D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança*, etc., Rio de Janeiro, 1813.

Cão Grande e Cão Pequeno. Dois montes situados na parte S da ilha de S. Thomé, Africa Occidental, um pouco a E da Praia da Lança.

Cãos. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Capa Rota. Logar na freg. de S. Pedro de Penaferrim e conc. de Cintra distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Capaca. Pov. do conc. de Icolo e Bengo, distr de Loanda, prov. de Angola.

Capaca e Capaca de Cima. Duas povoações do conc. de Ambaca, districto de Loanda, prov. de Angola.

Capacala. Pov. do conc. de Talla Mogongo, com. de Ambaca, distr. prov. e bisp. de Angola, no Songo Pequeno, a 76 k. ao S do presidio de Mogongo.

Capacassa. Duas povoações do conc. de Ambaca, distr. de Loauda, prov. de Angola.

Capacete. No uniforme militar é a armadura defensiva para proteger a cabeça. Differe da barretina em ter a copa ovada e saliente na parte posterior. V. *Armadura* e *Elmo*.

Capachôa *(Monte da)*. Na freg. de N. S.ª da Atalaia e conc. de Fronteira, distr. de Portalegre.

Capacollo. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Capado *(Quinta do)*. Na freg. de Santa Clara. conc. e distr. de Coimbra.

Capalanga. Pov do conc. de Cazengo, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do conc. de Ambaca, do mesmo distr. e provincia.

Capanga. Prazo do distr. de Tete. prov. de Moçambique. Africa Oriental.

Capangallo. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Capango. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Capangombe. Extenso territorio do distr. de Mossamedes, a O da serra de Chella. || Colonia. do conc., com. e distr de Mossamedes, prov. e bisp. de Angola, no territorio de Capangombe, na vertente O da serra de Chella. Dista 64 k. de Mossamedes. O clima é muito semelhante ao de Portugal. || Pov. do conc e com. de Loanda, distr. e prov. de Angola. Tem est. tel.—post. e permuta vales com o reino.

Capanguella. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Capanguelle. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Capangura. Pov. da margem esquerda do rio Remimba, no limite N das possessões portuguezas da Africa Oriental.

Capão. Uma das 17 ilhas do conc. das Ilhas, distr. e arceb. de Gôa, India. Tem 15 k. de comprimento e 5 de largura. Tambem é chamada *Vauxim*.

Capareira. Logar na freg. de Santa Christina, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Julião e conc. de Constancia, distr. de Santarem. || Herdade na freg. de Santa Maria e conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Capareiros. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc., com. e distr. de Vianna do Castello, arceb de Braga; 2:010 hab. e 406 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post., no logar de Barrozellas, permutando malas com a R. A. M. Dista 900 m. da estação do caminho de ferro, de Barrozellas, e a egreja matriz 14 k. da séde do conc. Está situada a pov. parte em valles e parte na serra da Padella, onde ha muita caça, e se avistam muitas freguezias. Era couto dos arcebispos de Braga, que tinham tambem a jurisdicção temporal, com juiz ordinario e dos orphãos, um vereador, um procurador, escrivão e meirinho. A matriz é de tres naves e muito antiga. A camara ecclesiastica de Braga apresentava o abbade, que tinha de rendimento 300$000 réis. Houve em Capareiros um convento de frades benedictinos, que passou a abbadia secular no seculo XVI. Era seu padroeiro Paio Peres, que deu o padroado ao arcebispo D. Paio, pelos annos de 1125. Nas lagôas dos Médros ou Médos, ha minas metallicas, que não fôram ainda exploradas. Passa aqui o rio Neva. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Caparica *(D. Francisco Xavier de Menezes 2.º conde de)*. E' filho do 2.º marquez de Vallada já fallecido, D. José de Menezes da Silveira e Castro, e de sua mulher, D. Maria Izabel do Carmo Paula Maxima Gonzaga de Bragança, filha dos duques de Lafões. N. em março de 1854, e reside em Paris. Succedeu no titulo o seu avô, o 1.º conde de Caparica e 1.º marquez de Vallada (V. *este titulo)*, D. Francisco de Menezes da Silveira e Castro, cujo titulo de conde lhe fôra concedido em sua vida, por decreto de 13 de abril e portaria de 10 de maio de 1793. Um dos seus antepassados, D. Fernando de Castro, foi dotado por el-rei D. Sebastião, em carta de 20 de maio de 1578, para casar com D. Maria de Tavora, filha de Lourenço Pires de Castro, com a *doação de juro e herdade para sempre* dos Direitos Reaes, datas de officios, fóros das terras e tributos do concelho de Celorico de Basto, e Monte Longo, que ficariam como bens patrimoniaes do morgado de Basto, morgado que fôra instituido por D. Diogo de Castro e sua mulher D. Leonor de Athaide. Esta mercê foi successivamente confirmada nos successores da Casa de Basto, até á ultima administradora da linha de primogenitura, a 6.ª condessa de Vimioso, D. Maria Margarida, e seu marido, o conde D. Miguel de Portugal, por carta de 2 de março de 1758. A extincção do direito de progenitura no morgado de Basto motivara uma séria pendencia que durou largos annos, entre D. Diogo de Menezes e Tavora, commendador de Santa Maria de Vallada, 12.º senhor da Casa da Patameira, e 10.º senhor da de Caparica, como representante de D. Maria d'Athaide, descendent da segunda linha do instituidor, casada com Martim Affonso d'Oliveira e Miranda, morgado da Oliveira, e o 1.º marquez de Valença e 6.º conde de Vimioso, D. Manuel de Portugal, como representante da mulher, de quem não houvera successão, ultima administradora da Casa de Basto, como se disse. Esta pendencia durou muitos annos, havendo sentenças contradictorias, em virtude de repetidas e renovadas allegações por parte dos contendores, até que estes, para poderem ter uma decisão final que puzesse termo aos litigios da successão da Casa de Basto, accordaram em recorrerem á Casa Real, para que fôsse

excepcionalmente julgada esta successão por determinados magistrados, escolhidos d'entre os juizes mais letrados e integros dos tribunaes superiores do reino, o que lhes foi concedido por decreto de 4 de setembro de 1770. A sentença de 1774 conferiu a successão dos bens do morgado da Casa de Basto, aos herdeiros de D. Diogo de Menezes e Tavora, em razão de haver transitado o direito de successão d'esta casa, pela extincção da linha de primogenitura, para a segunda linha, proveniente da acima citada D. Maria de Athaide, e conforme o que estava prevenido e estatuido nas clausulas da instituição do morgado. Os effeitos d'esta sentença final vieram a verificar-se na pessoa de D. José de Menezes da Silveira e Castro, gentil-homem da camara de el-rei D José, commendador de Santa Maria de Vallada; e com a mesma Casa lhe vieram como bens patrimoniaes os Direitos Reaes, fóros, etc., que lhe fôram confirmados por alvará de 12 de setembro de 1774, e carta de 24 de outubro do mesmo anno. N'estes direitos veiu depois a succeder seu filho, D. Francisco da Silveira e Castro, por carta de 7 de janeiro de 1782, o qual foi o 1.º conde de Caparica, por decreto de 23 de abril e portaria de 10 de maio de 1793, elevado a 1.º marquez de Vallada a 17 de setembro de 1813; e finalmente ao 2.º marquez de Vallada, D. José de Menezes da Silveira e Castro de Rappach, como successor de seu pae, que falleceu em 1834. Este fidalgo solicitou para seu filho primogenito a renovação do titulo de conde de Caparica, entendendo que na qualidade de representante da Casa de Basto, devia allegar o presumido direito ao *juro e herdade* do titulo de conde de Basto, que pertencera aos seus ascendentes, embora por linha feminina, e sem excepção da lei mental, e fazer transferir aquella graça, que se não renovara nas representações da Casa de Basto havia mais de 100 annos, para se restabelecer no successor da sua casa, e por decreto de 25 de agosto de 1859 alcançou para seu filho primogenito a renovação do titulo de conde de Caparica, com a preeminencia de ser declarado de *juro e herdade* nos seus successores O titulo de conde de Basto fôra creado em 12 de setembro de 1582, por Filippe I, na pessoa de D. Fernando de Castro, succedendo-lhe seu filho D. Diogo de Castro, que foi o 2.º conde, por carta de 27 de junho de 1628, passada por Filippe III, de que ficou herdeiro seu filho, D. Lourenço Pires de Castro, por carta do referido monarcha, datada de 19 de novembro de 1630, que foi o 3.º e ultimo d'estes condes de Basto, por ter fallecido na guerra da Catalunha, sem deixar successão legitima.

Caparica. Pov. e freg. de N S.ª do Monte, da prov. da Estremadura, conc. e com. de Almada, distr. e patriarc. de Lisboa; 8.081 hab. e 1.550 fog. Tem escolas para ambos os sexos, est. post., com serviço de encommendas, permutando malas com Almada; agencia da companhia de seguros *Tagus;* associações de soccorros mutuos: *Montepio de N. S.ª do Monte*, *Montepio da Trafaria* e *Montepio da União Capariquense;* medicos, pharmacias; sociedades de recreio: *Fanfarra maritima de Porto Brandão*, *Philarmonica 1.º de Julho da Fonte Santa*, *Sociedade musical da Costa de Caparica*, *Sociedade musical 1.º de maio da Trafaria;* feira de gado nos terceiros domingos de cada mez no logar da Torre Velha. A pov. dista 5 k. da séde do concelho e está situada na margem esquerda do rio Tejo, e d'ella se goza um bonito panorama, avistando-se a serra d'Arrabida, Palmella, o mar, o rio Tejo, Lisboa, e outras povoações e valles. N'esta freg. está a chamada *Torre Velha*, ou de *S. Sebastião de Caparica*, que serviu de lazareto. Fica em frente da Torre de S. Vicente de Belem. Foi mandada edificar por el-rei D. Sebastião em 1575. A matriz é um bello templo, fundado nos fins do seculo XVI. O terreno é arenoso, mas fertil em vinho; o clima é saudavel. A pov. é muito antiga. Ha duas versões sobre a etymologia da palavra Caparica Uns dizem, que, morrendo aqui um velho, declarou no testamento que deixava a sua *capa* para ser vendida, e com o producto da venda construir se uma capella a N. S.ª do Monte. Causou hilariedade este legado, mas afinal a capa estava recheala de dobrões de ouro, que chegaram de sobra para a fundação da capella. A segunda versão é que sendo a Senhora do Monte de muita devoção para estes povos e limitrophes, concorreram todos para se lhe fazer um esplendido manto ou capa, pelo que a Virgem ficou sendo conhecida por *N. S.ª de Capa Rica* Houve n'esta pov. um convento de religiosos capuchos arrabidos, fundado por D. Lourenço Pires de Tavora em 1564, o qual foi sepultado no referido convento. Antes de 1834 era o povo da freg que apresentava o cura, a quem davam bastante generos vinho, andando tudo na importancia aproximada de 250$000 réis. Ainda havia o convento de N S.ª da Rosa, de frades paulistas, fundado em 1410 por Mendo Gomes de Seabra, e outro de frades de Santo Agostinho, fundado em 1677, no logar da Sobrada. Ha muitas capellas n'esta freg., entre publicas e particulares. A terra é muito abundante de aguas. Tem varios portos de mar: Benatega, Porto Brandão, Paulina, Portinho da Costa e Trafaria. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 2, com a séde em Lisboa. ‖ Casal na freg. de S. Pedro, de Alverca, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa

Caparicas. Logar na freg. de S. Martinho, de Sande, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Caparide. Pov. na freg. de S. Domingos de Rana, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa.

Caparim. Pov. na freg. de S. Pedro, de Bairro, concelho de V. N. de Famalicão, districto de Braga.

Caparito. Logar na freg. de S. João Baptista e conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria

Caparoto (*Casal do*). Na freg. de Santa Maria de Achete, conc. e distr. de Santarem.

Caparrosa. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Tondella, distr. e bisp. de Vizeu; 1.214 hab. e 343 fog. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov dista 8 k. da séde do conc. E' terra fertil e saudavel, ainda que bastante fria de inverno, por causa das neves da serra da Estrella, que lhe fica proximo. A matriz está edificada junto á serra de Fornêllo. Era vigararia do padroado real. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. ‖ Pov. na freg. de S Miguel, de Marmeleira, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu ‖ Pov. na freg. de Santa Maria, de Nine, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. ‖ Ribeira no distr. de Lis-

boa ; nasce na freg. do Turcifal, e vae desaguar, depois d'um curso de 4 k. na ribeira do Gradil.

Caparrosinha. Pov. na freg. de S. Miguel, de Caparrosa, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Miguel de Marmelleira, conc. de Mortagoa, distr. de Beja.

Capas (*Monte de*). Na freg. de N. S.ª da Visitação, de Villa Alva, conc. de Cuba, distr. de Beja.

Capazinhas ou **Capazilias.** Logar na freg. de S. Silvestre, de Chãos, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Capechi. Pov. do conc. do Alto Donde, distr. Loanda, prov. de Angola.

Capechongo. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Capéka. Pequeno rio ou esteiro situado a N da ponta Zébre, na margem esquerda do rio Nuno, distr. da Guiné.

Capella (*José Valerio*). Professor das linguas ingleza e franceza no Lyceu Nacional de Braga, desde a creação d'este estabelecimento. N. em Condeixa-a-Nova em 1802, fal. em Braga a 8 de julho de 1865. Era sobrinho do bispo de Portalegre, D. José Valerio da Cruz, a quem deveu a sua primeira educação. Partindo mais tarde para Coimbra, frequentava as faculdades de Mathematica e de Philosophia na Universidade, quando começou a guerra civil de 1828 ; enthusiasmado pelas suas idéas liberaes, abandonou os estudos, indo alistar-se no batalhão academico, que se formára em Coimbra, obtendo o posto de sargento. Sendo riscado na Universidade, assim como fôram outros estudantes, continuou combatendo nas fileiras liberaes, assentando praça, chegando a ser alferes de cavallaria n.º 2. O partido miguelista, considerando o temivel, conseguiu prendel-o e encerral-o na Torre de S. Julião da Barra, onde esteve até 1830, sendo n'esse anno sentenciado a degredo, primeiro para Moçambique, e depois para a India, ficando encarcerado em Gôa. D. Manuel de Portugal, então governador da India, facilitou-lhe meios de partir para Bombaim, e quando rebentou em 1 de fevereiro de 1835 a revolução que ficou conhecida pela revolta do Peres, e que expulsou de Gôa o prefeito constitucional Bernardo Peres da Silva, escreveu a Capella, em 4 de março do referido anno, convidando-o a voltar para aquella cidade (V. *Peres da Silva, Bernardo*). Capella foi, adheriu á junta provisoria que se formára, organisou militarmente a gente que o governo provisorio recrutou, e quiz ser despachado alferes; não alcançando, porém, o despacho, alliou-se a Bernardo Peres da Silva, e voltou para Bombaim em julho seguinte. Tornou se então jornalista e professor particular, vivendo das lições que dava. Publicou um folheto traduzido do inglez, sob a epigraphe de *Carta para meus filhos;* collaborou no jornal *O portuguez em Damão*, e fundou *O investigador portuguez em Bombaim*, cujo primeiro numero appareceu em 6 de agosto de 1835, em que combatia a junta provisoria. O *Investigador* acabou em 28 de dezembro de 1837, e foi substituido pelo *Pregoeiro da liberdade*, onde tambem collaborou. Regressando ao reino, tendo concorrido muito para as communicações entre Lisboa e Gôa por via de Suez, exerceu as funcções de secretario geral do districto de Villa Real. Indo depois para Braga, foi nomeado professor de francez e de inglez. José Valerio Capella era casado com uma irmã do dr. Raymundo Venancio Rodrigues, lente da Mathematica da Universidade de Coimbra. Foi por muitos annos um dos redactores do *Bracarense*, jornal politico, tendo a seu cargo primeiramente a secção politica, e depois a secção estrangeira. N'este jornal, por occasião da sua morte, publicou o fallecido escriptor Pereira Caldas, nos n.ºs 1060 e 1061, uma extensa biographia. No *Conimbricense*, de 7 de julho de 1885, tambem Martins de Carvalho inseriu um artigo a seu respeito. Capella escreveu: *Epitome da Grammatica franceza, recopilado dos melhores autores*, Braga, 1856; fez-se 2.ª edição em 1864; *Novo Curso pratico, analytico, theorico, e synthetico da lingua ingleza; vertido do francez e applicado ao portuguez por Antonio Francisco Dutra e Mello, e João Maximiano e Mello Mafra, Rio de Janeiro; reimpresso, e consideravelmente augmentado, corregido e alterado*, Braga, 1853 ; *Ensaio philologico sobre a similhança, derivação e orthographia da maior parte dos vocabulos das linguas latina, ingleza, franceza e portugueza, ou methodo facilimo de aprender sem grande trabalho qualquer das ditas linguas*, Braga, 1856 ; *Novo Diccionario inglez e portuguez, com a pronuncia figurada*, Braga, 1860 ; a impressão não se concluiu porque o numero dos assignantes não chegou para a avultada despeza d'uma obra d'esta ordem ; não se sabe, porém, se deixou prompto, ou muito adeantado, o manuscripto ; *Projecto de estatutos ou regulamento do asylo de entrevados e invalidos da cidade de Braga*, 1857 ; não tem o nome do coordenador, nem designação do logar da impressão, mas deve ser de Braga. Estes estatutos fôram depois ampliados e reformados, sendo approvados pelo Governo em decreto de 25 de abril de 1857, imprimindo-se em seguida com o titulo de *Estatutos do asylo de S. José na cidade de Braga*, Braga, 1857.

Capella Dava-se este nome em Portugal a uma especie de morgados ecclesiasticos, os quaes por muito tempo se confundiram com os morgados de vinculo, principalmente quando se começou a dar aos morgados encargos ecclesiasticos, e ás capellas administradores leigos. El-rei D. Manuel distinguiu os morgados de capellas da seguinte fórma; no morgado havia um rendimento certo para o encargo, e tudo o mais era do administrador; na capella havia um rendimento certo para o administrador, cabendo o restante ao encargo. Por este processo acabou aquelle monarcha com as confusões existentes entre *morgados* e *morgados ecclesiasticos.* V. *Morgado* e *Vinculo.*

Capella. Logar consagrado ao culto divino nos palacios, hospicios. etc. || *Musica de capella:* a que se compõe sómente de orgão e canto. || *Mestre de capella* : o que dirige a musica d'uma capella. || *Capella real* : a capella do paço, onde os reis costumam assistir aos officios divinos. V. *Capella Real.*

Capella. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. do Porto; 582 hab. e 153 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa post A pov. dista 16 k. da séde do conc. e está situada entre as serras de Mósinho e Lousado, d'onde se descobrem a villa de Vallongo e varias serras. Esta freg. esteve por muitos annos annexa á de S. Martinho de Lagares,

e por isso o reitor de Lagares apresentava annualmente o cura, que tinha de congrua 50$000 réis. A terra é fertil e abundante de aguas. Na serra de Mósinho nasce o ribeiro chamado de Entre Aguas, que morre na margem direita do rio Douro. N'esta freg. ha muita lenha, gado e caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Territorio de cafres no distr. e com. de Lourenço Marques, prov. e bisp. de Moçambique, Africa Oriental. Em 1795 foi doado a Portugal pelo regulo que então o dominava. || Pov. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Capella. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Alegrete, conc. e distr. de Portalegre. || S. Paio, de Arcos, conc. e distr. de Braga. || S. Miguel, de Baltar, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Martinho, de Campo, conc. de Vallongo, distr. do Porto. || S. Thiago, de Carapeços, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Carvoeiro, conc. de Mação, distr. de Santarem || S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || Santos Cosme e Damião, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Ilha da Madeira; N. S.ª do Livramento, de Curral das Freiras, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal. || Santa Eulalia, de Fermentões, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || O Salvador, de Magrellos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Martinho, de Medello, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Paio, de Mozellos, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Negrellos, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Santo Adrião; de Padim da Graça, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Pindello, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Christina, de Pousa, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || O Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Pedro, de Villar do Paraizo, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Jorge, de Vizella, conc. de Felgueiras, distr do Porto. || Santa Maria, de Avelleda, conc. e distr de Braga. || Santa Eulalia, de Lamellas, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || S. Miguel e conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro. || S. Cypriano, de Senharei, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Capella. Logares nas freguezias: O Salvador e conc. de Amares, distr. de Braga. || Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || S. Miguel, de Boivães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho do Bougado, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || S. Felix, de Caudemil, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago e conc. de Castro Marim, districto de Faro. || S. Mamede, de Cepães, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Codeços, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Pedro, do Couto, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Fregim, conc. de Amarante, distr. do Porto. || O Salvador, de Infesta, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Maria, de Infias, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Pedro, de Lomar, conc. e distr. de Braga. || N. S.ª da Natividade, de Longroiva, conc. de Mêda, distr. da Guarda. || Santa Margarida e conc. de Louza da, distr. do Porto. || Santa Christina, de Mentrestido, conc. de V. N. da Cerveira, districto de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Sernande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Maria, de Sobre Tamega, conc. de Marco de Canavezes, districto do Porto. || O Salvador, de Unhão, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Villar Chã de Sá, conc. e distr. de Vizeu.

Capella *(Casa da)*. Na freg. de Santa Comba, de Villa Fonche, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Casal na freg. de N. S.ª da Salvação e conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de Santa Maria Magdalena, de Cem Soldos, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. João Baptista, de Lagos da Beira, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Herdade na freg. de S. Pedro, de Almuro, conc. de Mouforte, Portalegre. || Herdade na freg. de S. Thiago do Escoural, conc. de Montemór-o-Novo, Evora. || Herdade e quinta na freg. de S. Gens, do mesmo conc. e distr. || Herdade na freg. de N. S.ª da Natividade, de Machede, conc. e distr. de Evora. || Herdade e horta na freg. de N. S.ª da Graça e conc. de Mouforte, distr. de Portalegre. || Herdade na freg. de S. João Baptista e conc. de Moura, distr. de Beja. || Herdade na freg. de N. S.ª d'Alagôa e conc. de Portel, distr. de Evora. || Herdade na freg. de N. S.ª da Annunciação e conc. de Redondo, distr. de Evora. || Herdade na freg. de S. Romão, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora. || Horta na freg. de S. João Baptista e conc. de Campo Maior, distr. de Portalegre. || Horta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora. || Horta na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora. || Monte na freg. do Salvador, de Alcaçovas, conc. de Vianna do Alemtejo, distr. de Evora || Monte na freg. de N. S.ª da Caridade, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça, de Casa Branca, conc. de Souzel, distr, de Portalegre. || Monte na freg. de S. Barnabé, de Ervedal, conc. de Aviz, distr. de Portalegre. || Monte e montinho na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Ferreira, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª da Consolação, de Egrejinha, conc. de Arraiollos, distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça dos Mosteiros, conc. de Arronches, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de Santa Luzia, de Pias, conc. de Serpa, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª da Purificação, de Aventosa, conc. de Elvas, distr. de Portalegre. || Pomar na freg. de S. Braz, de Varzea, do mesmo concelho e distr. || Quinta na freg. de S. João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Quinta na freg. de Santa Maria, de Penha Longa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Quinta na freg. de Santa Eufemia, do Rio de Moinhos, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Quinta na freg. de Santa Maria, de Silva, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Quinta na freg. de N. S.ª da Expectação, de Varzea, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Capella das Almas. Pov. na freg. de S. Miguel, de Baltar, conc. de Paredes, distr. do Porto || Pov. na freg. de S. Romão, de Mouriz, do mesmo conc. e districto.

Capella da Amoreira. Pov. na freg. de S. Vicente, de Sangalhos, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

Capella de Baixo e **de Cima.** Duas povoações na freg. de S. Romão de Aregos, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Capella do Mirad. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Capella de N. Senhora da Encarnação. Logar na freg. de S. Pedro, de Buarcos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Capella da Oliveira. Logar na freg. de N. S.ª da Graça, de Divor, conc. e distr. de Evora.

Capella do Pinhão. Pov. na freg. de Santa Maria, de Pindello, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Capella Real. O uso d'esta capella foi introduzido em Hespanha pelos suevos. Theodomiro, seu primeiro rei catholico, reinando na Galliza, tinha a sua côrte em Braga, que então era a cabeça d'esta provincia. Celebrando-se o concilio de Lugo, em 569, em que se repartiram as dioceses d'ella ao bispado de Dume, (e que só comprehendia um mosteiro da ordem de S. Bento, que estava perto dos muros de Braga, creado pouco antes por Lucreno Metropolitano da dita cidade) lhe foi assignada por diocese a Casa Real. D'onde se infere, que então começou a capella real n'este reino : e que o concilio puzera debaixo da jurisdicção do bispo de Dume não só os seculares mas os ecclesiasticos, ficando servindo (ao que parece) o mosteiro de capella dos reis, e seu abbade episcopal de capellão-mór (V. *este nome).* Este pio e antiquissimo costume, deduzindo assim dos reis suevos, achamos constantemente observado pelos nossos soberanos desde o começo da monarchia. Em 1146 erigiu-se a capella real de N. S.ª da Oliveira, de Guimarães, onde estava então a côrte. Nos primeiros tempos da monarchia, os reis não tinham residencia fixa, e nas terras em que habitavam, sempre havia capella real. Em Coimbra, foi primeiro o mosteiro de Santa Cruz, e depois a egreja de S. Miguel, que, por estar situada no edificio da Universidade, ficou sendo mais tarde a sua capella. Em Santarem era a collegiada de Santa Maria da Alcaçova. Segundo a tradição, fôram capellas reaes, em Lisboa, as egrejas de S. Bartholomeu e de S. Martinho, quando a côrte estava no paço da Alcaçova no Castello de S. Jorge ; e estando no paço dos Estáos, onde se vê hoje o theatro de D. Maria, servia de capella real a ermida de N. S.ª da Escada, que ficava no adro da egreja de S. Domingos. Os nossos historiadores, porém, são de opinião que a capella no paço real foi instituida em 1299, por el-rei D. Diniz. E como desde então, até ao anno de 1500, serviu de mais permanente residencia dos nossos monarchas foi o paço da Alcaçova no Castello, foi ahi, portanto, que se realisou a piedosa instituição de el-rei D. Diniz. A capella era dedicada a S. Miguel, e tinha uns altares com a invocação de N. S.ª da Pureza e de Santa Barbara, que os artilheiros costumavam todos os annos festejar com sumptuosas solemnidades. Diz a tradição ter existido ali um crucifixo, que mais tarde se transferiu para a egreja de Santa Cruz do Castello, e que era da maior devoção da rainha Santa Izabel. D. Diniz ordenou que todos os dias se rezassem na capella real as horas canonicas, e houvesse missa, ainda que os reis estivessem ausentes, e se solemnisassem officios divinos nas vesperas dos dias mais festivos. N'esta capella se baptisaram alguns principes e infantes, a princeza D. Izabel, filha de D. Manuel, que casou com o imperador Carlos V, D. João II, D. João III, etc. Depois da morte de D. Diniz, a capella real foi caindo em decadencia, chegando mesmo a serem completamente abandonadas muitas das ordenações estabelecidas por aquelle monarcha. D. Duarte, quando subiu ao throno, mandou em 18 de março de 1437, que se estabelecessem todas as ordenações, e que se observassem com todo o rigor. D. Affonso V desejou augmentar o esplendor da sua capella e instituiu maior numero de capellães e cantores. Mandou vir de Inglaterra uma copia do cerimonial que os reis faziam observar na sua capella, para servir de regulamento aos seus capellães ; comtudo, o breve passado pelo papa Eugenio IV, no anno de 1439, em Florença, obrigava a que os officios divinos fôssem celebrados sómente pelo rito romano. D. João II a'cançou ainda mais distincções, concedidas por Xisto IV. Entre estas distincções contava-se a de que os capellães cantores e os moços de capella executassem os officios no côro, com toda a solemnidade que se usava nas cathedraes. D. João II tambem enriqueceu a sua capella com muitos rendimentos e ricas alfaias. Depois da morte d'aquelle monarcha, e reinando D. Manuel, ficou estabelecido em certas festividades executarem-se na propria capella alguns dos autos de Gil Vicente, iniciador do theatro portuguez. Ali se representaram em 1502, na vespera do Natal, o auto dos *Quatro Tempos*, e em 1503, no dia de Reis, o auto dos *Reis Magos*. Mais tarde na capella real, que D. Manuel transferiu para o paço da Ribeira, por elle mandado construir, tambem se representaram diversos autos em dias de festa mais notaveis. O grandioso paço da Ribeira era situado no Terreiro do Paço, hoje praça do Commercio, tambem construido pelo referido monarcha, em terreno conquistado ao Tejo, occupando o local onde hoje vêmos todos os ministerios, menos o dos Estrangeiros; o Supremo Tribunal de Justiça, Junta do Credito Publico, Correio Geral e estação telegraphica. Com a transferencia da residencia real para o paço da Ribeira, foi mudada a invocação da capella, que tomou a de S. Thomé, em honra da descoberta e conquista da India, e por ser aquelle santo apostolo o protector dos estados indianos. D. Manuel, com a grandeza e magestade que tanto o distinguia nas edificações religiosas, concedeu tambem á sua egreja muitas distincções e rendas, e alcançou do papa Leão X grandes privilegios. O portico da capella ficava situado á esquerda, caminhando se em frente ao Tejo, por baixo da sala dos porteiros da canna, e foi destruido em 2 de abril de 1751, já em tempo d'el-rei D. José, abrindo-se então n'aquelle sitio duas rasgadas janellas para a secretaria de estado dos negocios do reino, que se havia estabelecido ali. Além do altar-mór, tinha mais 5 altares do lado Evangelho e 3 do lado da Epistola. A sacristia era esplendida; admiravam-se ali magnificos quadros, ricos ornamentos, e muitos objectos de ouro e prata destinados ao serviço da egreja. Existiam tambem muitas reliquias de differentes santos, e um pedaço do santo lenho collocado dentro d'uma grande cruz de

ouro, cravejada de diamantes, esmeraldas, perolas e rubis. D. João III enriqueceu a capella real com preciosos paramentos, e estabeleceu uma grande orchestra, para que os officios divinos fôssem executados com a maior sumptuosidade. No *Mappa de Portugal*, de Baptista de Castro, 3.º vol., a pag. 98 e seguintes, descreve-se o cerimonial usado no tempo de D. João III. No domingo de Paschoa havia procissão, que era acompanhada pelas pessoas reaes e por toda a côrte. A procissão passava pelo Terreiro do Paço, e n'esse momento os navios ancorados no Tejo, chegavam se á terra o mais possivel, e todos salvavam. Este cerimonial foi sempre seguido por D. Sebastião e pelo cardeal D. Henrique. Quando Filippe II, de Hespanha, se assenhoreou do nosso paiz, quiz conservar todo o esplendor da capella real, diligenciando que em nada fôsse alterado o respeito e veneração por aquelle templo. Filippe III, depois do fallecimento de seu pae, ordenou que as exequias em Madrid fôssem executadas pelos capellães da capella real de S. Thomé dos paços da Ribeira. Em 1610 foi renovada a egreja com a maior magnificencia, sendo os trabalhos dirigidos pelo marquez de Castello Rodrigo, que era então o vice-rei de Portugal; e em 1619, tendo o marquez de Alemquer assumido este cargo, sabendo que o rei vinha a Lisboa, mandou entre outras cousas proceder a obras no paço da Ribeira, e transferiu para o andar superior a egreja, que estava collocada em baixo, ficando provisoriamente na sala dos Tudescos, emquanto duraram as obras, D. João IV tambem cuidou com a maior solicitude do templo real de Lisboa, logo depois da sua acclamação, e alterou em grande parte a ordem do cerimonial até ali seguido. Estas alterações veem largamente descriptas a pag. 103 e seguintes do 3.º vol., já citado, do *Mappa de Portugal*. D. Pedro II não teve menos capricho em tratar do decoro da sua egreja, a exemplo de seus antecessores. Foi elle quem mandou fazer a fabrica do thesouro da real capella no sitio da Calcetaria, proximo da Casa da Moeda, como constava d'uma inscripção latina aberta em letras de bronze, lavrada artisticamente n'uma pedra. Esta inscripção havia sido composta pelo conde da Ericeira D. Luiz de Menezes. Depois de tantos reis terem ostentado a magnificencia da egreja real, enriquecendo-a largamente com dignidades, honras e grandes rendimentos, chegou o reinado de D. João V, que ainda ultrapassou em grandeza e devoção aos seus antecessores (V. *Patriarchal.*) Em todos os paços reaes ainda hoje se conservam as capellas reaes como em Cintra, Queluz, Cascaes, etc A actual capella, onde as pessoas reaes e a côrte costumam ordinariamente assistir ás solemnidades, tocando a musica da Real Camara, é a egreja das Necessidades, contigua ao paço assim denominado. V. o folheto *Capella real portugueza, sua origem, progresso, esplendor, decadencia e estado actual; serie chronologica de todos os seus capellães-móres*, por João Antonio Rebello, publicada em Lisboa, 1878.

Capella de S. Caetano. Pov. na freg. de S. João, da Ponte, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Capella de S. Martinho. Pov. na freg. de S. Pedro, de Villar do Paraizo, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Capella Velha. Ilha da Madeira; logar na freg. e conc. de S. Vicente, distr. do Funchal.

Capellã. Casal e quinta na freg. de N. S.ª da Salvação e conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

Capellada. Logar na freg. de S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc. de Sinfães, districto de Vizeu.

Capellão. Padre, que tem a seu cargo o serviço religioso d'uma capella. || *Capellão-cantor:* o padre que nas cathedraes e outras egrejas em que ha côro, tem de recitar e cantar os officios divinos. || *Capellão-mór:* dignidade da capella real. O primeiro que exerceu este logar foi S. Martinho Dumiense, bispo de Dume, a que succederam outros prelados. (V. *Capella Real).* Instituindo-se a capella real de N. S.ª da Oliveira, de Guimarães, em junho de 1146, D. Affonso Henriques nomeou seu capellão-mór o arcebispo de Braga, D. Paio Mendes. Exerce actualmente este elevado cargo o sr. cardeal-patriarcha. Ao capellão-mór se chamava tambem *bispo palatino.* (V. *Bispo).* || *Capellão de um regimento:* padre encarregado de dizer a missa regimental e de prestar todos os soccorros espirituaes ás praças do corpo. Póde ser de 1.ª, 2.ª ou 3.ª classe, com a graduação de capitão, tenente e alferes. O catalogo dos capellães-móres em Portugal encontra-se indicado a pag. 212 dos *Elementos da Historia*, tomo I, de Pedro de Sousa Castello-branco, Lisboa 1767; e no manuscripto da Bibliotheca Nacional: *Capellão-mór, catalogo d'elles em Portugal,* descripto a pag. 163 do respectivo inventario impresso.

Capellão. Logar na freg. de Santa Maria, de Duas Egreja, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santo Estevão, de Villela, do mesmo conc. e distr. || Monte e montinho na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Capellão dos Judeus. Chamava assim o codigo affonsino ao ministro que servia nos sacrificios legaes e cerimonias judaicas. As communas ou judiciarias eram obrigadas a tel-os, pagando-lhes um certo estipendio.

Capellas. Ilha de S. Miguel; pov. e freg. de N. S.ª da Apresentação, conc., com. e distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo; 2:977 e 695 fog. Está situada á beira-mar, em terreno pedregoso baixo, a 5 k. a O da prov. de Ferraes da Luz, e a 10 ao N O de Ponta Delgada. Nos arredores ha excellentes quintas de recreio. Tem escolas para ambos sexos, est. post. e teleg. permutando malas com Ponta Delgada. Produz milho, fructas, vinho, cria muito gado. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 26, com a séde em Ponta Delgada. || Pov. na freg. de N. S.ª da Annunciação e conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Thiago, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Vicente, de Formigaes. conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Capelle. Pov. da margem direita do Cuanza, a O do vasto territorio do Songo Grande e a E do sertão de Andulo, no distr. e prov. de Angola. E' a residencia d'um soba tributario de Portugal.

Capelleda. Logar no freg. de S. Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, districto de Villa Real.

Capelleira. Monte na freg. de Santo Antonio, de Capellins, conc. de Alandroal, distr. de Evora. || Quinta na freg. de S. Pedro e conc. de Obidos, distr. de Leiria.

Capellina. Peça de armadura que defendia a cabeça: elmo ligeiro, usado principalmente nas justas e torneios. V. *Armadura.*

Capellinha *(Manuel Joaquim Tavares Paes de Sousa e Andrade, 1.º barão e 1.º visconde da).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão a seus maiores, alvará de 23 de novembro de 1855; do conselho da rainha D. Maria II, commendador da ordem de Christo, 7.º administrador dos morgados da quinta da Capellinha, Vallongo, e de Val de Moutinha, em Alvalade, e outros; capitão de infantaria em Africa, antigo capitão-mór das ordenanças da Cidade de Tavira, coronel do batalhão nacional de caçadores da mesma cidade e abastado proprietario na provincia do Algarve. N. a 9 de abril de 1799, fal. em Tavira a 23 de setembro de 1873. Era filho de Pedro Manuel Tavares Paes de Sousa, cavalleiro da Casa Real, alvará de 24 de abril de 1829 e portaria do Mordomo-mór de 5 de novembro de 1828; capitão-mór das ordenanças da cidade de Tavira, administrador dos referidos morgados da Capellinba e de Valle de Moutinha, em Alvalade, e outros; casado com D. Cathariua Placida de Mendonça Lacerda, filha de Lourenço de Mendonça do Valle, senhor dos morgados de Montalegre e Gameira. O titulo de barão foi concedido por D. Maria II, por decreto de 20 de outubro de 1852, e o de visconde, por D. Luiz I, por decreto de 22 de setembro de 1870. O brazão d'armas foi concedido por alvará de 16 de janeiro de 1828, e é o seguinte: um escudo com as armas dos Tavares, em campo de ouro cinco estrellas de vermelho, de seis pontas cada uma em aspa, timbre, meio cavallo sellado, de côr sanguinha, com freio de ouro.

Capellinha. Pov. na freg. de Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, distr. de Faro. || Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Collos, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Herdade na freg. de S. Pedro, de Almuro, conc. de Monforte, distr. de Portalegre. || Herdade na freg. de Santo Amador, conc. de Moura, distr. de Beja. || Herdade na freg. de Sant'Anna, de Bencatel, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora. || Herdade na freg. de S. Braz, de Figueira, conc. de Aviz, distr. de Portalegre. || Herdade na freg. de S. Matheus, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Monte na freg. de Santo Antonio Velho, conc. de Serpa, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Marcos do Campo, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr de Evora. || Monte na freg. do Salvador e conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. do Salvador e conc. de Serpa, distr. de Beja. || Monte na freg. de Santo Antonio, de Terrugem, conc. de Elvas, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Capellinha de Baixo, de Cima e do Meio. Tres logares na freg. de S. Lourenço, de Mamporcão, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Capellins. Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. do Alemtejo, conc. de Alandroal com. do Redondo, distr. e arceb. de Evora; 944 hab. e 1527 fog. Tem caixa do correio, escolas para ambos os sexos, fabrica de ladrilho e telha. A pov. pertence á 4.ª div. mil. e distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. Dista 20 k. de Alandroal.

Capello. Parte do habito de alguns religiosos, que lhes cobria a cabeça e a parte posterior do pescoço. || Especie de touca, com bico ou sem elle que as mulheres usavam antigamente, com especialidade as viuvas, e que lhes cobria a cabeça e parte da testa. || Murça, insignia de doutores, que elles põem sobre os hombros, e lhes cobre parte do peito, em certos actos e differentes funcções academicas. || *Tomar capello:* receber o grau de doutor. || *Capello de cardeal:* o chapéo encarnado, distinctivo d'esta dignidade. || *Capello de ferro.* V. *Armadura.*

Capello (*Felix Antonio de Brito).* Naturalista adjunto da secção zoologica do museu nacional, e socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. em Peniche a 8 de março de 1828, fal. em Lisboa a 16 de abril de 1879. Era filho do major Felix Antonio Gomes Capello, bravo e illustrado militar, que depois de servir no reino e no Brazil, onde fôra ferido, jazeu, durante o governo do infante D. Miguel, na Torre de S. Julião da Barra, servindo a causa liberal, logo que d'ali saiu, sendo ferido gravemente nos combates das linhas de Lisboa em 1833. Sua mãe chamava-se D. Guilhermina de Brito Capello. Depois de estudar instrucção secundaria, assentou praça de voluntario no regimento de infantaria n.º 10 em 3 de setembro de 1846, e assistiu á guerra civil conhecida pela *Maria da Fonte* até 1847. Seguiu depois os estudos das escolas Polytechnica e do Exercito, obtendo carta do curso de infantaria em 14 de junho de 1851. Sendo aspirante a official, continuou a estudar outras cadeiras, e por não ter sido promovido ao posto de alferes, a que se julgava com direito pediu e obteve a demissão em 1853. No anno seguinte partiu para Cabo Verde, e ali prestou bastantes serviços em variados ramos. Foi encarregado das obras publicas na ilha de Santo Antão; nomeado primeiro tenente aggregado ao batalhão de artilharia de linha da Villa da Praia, e por fim subdelegado do procurador da Corôa na ilha do Fogo. Ao mesmo tempo teve o encargo de outras commissões scientificas, como a visita de exploração ao vulcão da ilha do Fogo, que descreveu n'um relatorio de 16 de janeiro de 1856, publicado no *Boletim de Cabo Verde* n.º 205 d'aquelle anno. Durante a epidemia da cholera-morbus que invadiu aquella provincia, prestou relevantes serviços que fôram elogiados em diversas portarias, succumbindo por fim, victima da sua caridade e abegação, chegando a recearse muito pela sua existencia. Restabelecendo-se d'esta grave enfermidade, regressou ao reino em 1857. Foi então empregado em alguns trabalhos de minas, e depois na Companhia das Aguas, como engenheiro conductor e sub-chefe. Tendo sido nomeado naturalista adjunto á secção zoologica do museu de Lisboa, foi encarregado do estudo da fauna dos mares, e muito especialmente do dos peixes que visitam as costas e habitam os rios de Portugal. sob proposta da Academia Real das Sciencias de Lisboa, de que era socio desde 8 de novembro de 1866. N'este ramo de sciencias naturaes prestou tambem importantes serviços. Era socio honorario da Sociedade dos Amigos das Sciencias Naturaes de Ber-

lim, por diploma de 19 de novembro de 1867. Era muito versado nas sciencias moraes e economicas. Dado egualmente a experiencias chimicas e physicas, descobrira, depois muitos estudos, um processo para o envelhecimento rapido dos nossos vinhos, que obteve premio na exposição de Vienna d'Austria. Escreveu e publicou o seguinte: *Descripção de tres especies novas de crustaceos da Africa Occidental, e observações ácerca do Penoeus Bocagei (Johnson) especie nova dos mares de Portugal,* inserta nas *Memorias da Academia Real das Sciencias*, nova serie, tomo III, parte II, 1865; *Descripção de algumas especies novas de crustaceos e arachnidios de Portugal, e possessões portuguezas do Ultramar*, nas referidas *Memorias*, tomo IV, parte I, 1867; *Especies novas ou pouco conhecidas de arachnidios da Africa Occidental*, no *Jornal das sciencias mathematicas e physicas*, publicado sob os auspicios da Academia, tomo I, pag. 79 a 88; *Peixes novos de Portugal e da Africa Occidental, e caracteres distinctivos de outras especies já conhecidas,* no referido *Jornal*, tomo I, pag. 154 a 169; *Catalogo dos peixes de Portugal que existem no Museu de Lisboa*, no mesmo *Jornal*, tomo I, pag. 233 a 264, e de 307 a 313; tomo II, de pag. 51 a 63, e de 131 a 153; *Descripção de dois peixes novos provenientes dos mares de Portugal,* no referido *Jornal*, tomo I, pag. 314 a 317; *Description de trois nouveaux poissons des mers du Portugal*, no mesmo tomo, pag. 318 a 323; *Noticia ácerca de um peixe pouco conhecido, vindo do Brazil*, tomo II, pg. 64 a 69; *Sur l'identité du Prometteus paradoxus, Cap. et du Nesiarchus nasutus,* no mesmo tomo, pog. 154; *Appendice ao Catalogo dos peixes de Portugal*, etc., no mesmo tomo, pag. 223 a 228; *Lista de algumas especies de peixes colligidos ou observados na bahia de Lagos*, no mesmo tomo, pag. 229 a 232; *Memoria relativa a um exemplar de squalus maximus, L. pescado nas costas de Portugal*, no mesmo tomo, pag. 233 a 238. De collaboração com o dr. Bocage: *Sur quelques especes inédites de Squalidae de la tribu Acanthiana, Gray, qui fréquentent les côtes du Portugal*, nos *Proceedings of the Zoological Society of London*, 1864.

Capello *(Guilherme Augusto de Brito)*. Contra-almirante, governador geral d'Angola, ajudante de campo honorario do monarcha D. Luiz I, e de Sua Magestade El-rei Senhor D. Carlos, etc. N. em Lisboa a 5 de agosto de 1839. E' filho do major Felix Antonio Gomes Capello e de D. Guilhermina Amalia de Brito. Assentou praça na marinha a 20 de setembro de 1853, onde fez um curso distincto, que terminou em 1858. Foi promovido a aspirante de segunda classe em 1 de julho de 1856, a de primeira em 22 de junho de 1857, a guarda marinha em 1 de outubro de 1859, a segundo tenente graduado em 27 de dezembro do mesmo anno, e a effectivo em 21 de novembro de 1861; a primeiro tenente em 27 de fevereiro de 1873; a capitão tenente supranumerario em 28 de fevereiro de 1874, e a effectivo em 18 de dezembro de 1883; a capitão de fragata supranumerario em 23 de dezembro de 1885, e a effectivo em 7 de junho de 1888; a capitão de mar e guerra em 1893, tendo actualmente o posto de contra-almirante. Embarcou pela primeira vez a bordo da nau *Vasco da Gama*, seguindo para Angola em 1 d'outubro de 1858. Regressou a Lisboa em 31 de março de 1862; embarcou depois na barca transporte *Martinho de Mello*, fazendo diversas viagens, sendo a maior e mais instructiva a que teve por destino Macau, Timor e Moçambique, com escala na volta por Mossamedes e Loanda. Fez parte da expedição ao Quiambo em 1860, e commandou em 1871 a força de marinheiros no ataque de Caconda. Em 1870 acompanhou uma expedição franceza afim de explorar o vulcão da ilha do Fogo, de Cabo Verde tendo, descido á cratera do pico mais alto, onde antes nenhum europeu tinha ido. Em 1873 foi nomeado governador do districto de Diu, onde esteve até abril de 1878. Em 1880 e 1881 levantou, juntamente com o primeiro tenente Guilherme Gomes Coelho, as plantas hydrographicas da costa de Loanda e portos interiores, na extensão de perto de 35 milhas, e da bahia do Ambriz; trabalhos importantes e elogiados pelos extrangeiros, pela correcção com que fôram feitos. N'essa mesma epoca determinava todos os elementos do magnetismo terrestre em Mossamedes, Loanda e S. Thomé, empregando os instrumentos mais delicados e aperfeiçoados de então; trabalhos publicados pela Secretaria do Governo de S. Thomé, e nos boletins officiaes de Angola, onde estão indicados a força horisontal, inclinação e declinação, calculados de grande numero de observações. Em 1886 foi nomeado governador geral de Angola, e em 23 de abril de 1896 commissario regio da mesma provincia. O sr. contra-almirante Brito Capello tem commandado as corvetas *Rainha de Portugal*, *Affonso d'Albuque* e *Duque da Terceira*, as canhoneiras *Guadiana* e *Sado*, etc. Foi o primeiro commandante do cruzador *D. Carlos*, e o fiscal por parte do governo na sua construcção, que se realisou em 1899 nos importantes estaleiros da casa Armstrong, de Inglaterra. Tambem tem exercido as seguintes commissões: commissario regio nos trabalhos da delimitação da região da Lunda, encarregado de vigiar o fabrico da canhoneira *Sado*, e de assistir no castello de Abrantes á experiencia da telegraphia optica Tavares; vogal da commissão encarregada de examinar o relatorio sobre o telegrapho militar de luzes, e assistir ás respectivas experiencias; de redigir um projecto de reorganisação do corpo de officiaes de fazenda da armada, de estudar a qualidade e quantidade dos navios empregados no serviço especial das colonias, ajudante de campo honorario de D. Luiz I e de Sua Magestade El-rei Senhor D. Carlos, presidente da commissão encarregada de dar parecer sobre as regras de evitar abalroamentos no mar, propostas pela Inglaterra, presidente da commissão encarregada de dar parecer ácerca do

Guilherme Augusto de Brito Capello

systema do tenente-coronel Higgs para a substituição dos combustiveis usados para a producção do vapor de agua; director da Cordoaria Nacional, vogal electivo da junta consultiva do ultramar, secretario do conselho do almirantado, commissario regio junto da companhia de Mossamedes, vice presidente da commissão de cartographia e vogal do conselho fiscal do fundo permanente da defeza nacional. No desempenho d'estas variadissimas funcções tem merecido muitas portarias de louvor, tanto dos governos da metropole, como das provincias ultramarinas. E' grande official e commendador da ordem de S. Bento de Aviz; cavalleiro das ordens da Torre e Espada, e de S. Thiago; commendador da de N. S.ª da Conceição (que renunciou). Tem a carta de conselho, e as medalhas de ouro de bons serviços e de serviços no ultramar algarismo 1, de comportamento exemplar, e é grã-cruz da ordem do Merito Naval de Hespanha.

Capello *(Hermenegildo Carlos de Brito)*. Contra-almirante, ajudante de campo honorario, do fallecido monarcha D. Luiz I, e de Sua Magestade El-Rei Senhor D. Carlos, explorador dos sertões africanos, etc. N. no castello de Palmella em 1841. E' filho de Felix Antonio Gomes Capello e de D. Guilhermina Amalia de Brito. Assentou praça na marinha em 1855, e de 1859 a 1860, terminando o curso, fez a sua primeira viagem á ilha da Madeira. Em 1860 embarcou como guarda-marinha na corveta *Estephania*, e partiu para Angola. Foi esta a sua primeira viagem a Africa. A corveta era acompanhada pela *Bartholomeu Dias*, commandada por el-rei D. Luiz, e ambos os navios faziam parte da esquadra que ia levar tropas para a guerra do Dembe. Capello recebeu a medalha d'essa expedição. Conservou-se tres annos na estação naval da Africa Occidental, na *Pedro Nunes*, na escuna *Cabo Verde*, cruzando. Em 1863 regressou a Lisboa na fragata *D. Fernando*, sendo promovido a segundo tenente em 1864. Então voltou a Africa a bordo da corveta *Sá da Bandeira*, fazendo escala pelo Rio de Janeiro e Pernambuco, vindo para Lisboa, na mesma corveta, em 1866, mas para voltar, a Angola, depois de curta demora, na *D. João I*, conservando-se em cruzeiro na costa occidental d'Africa até 1869. A barca *Martinho de Mello* levou-o a Moçambique, indo levar mantimentos á expedição, onde Serpa Pinto se encontrava combatendo o Bonga. O navio foi, e voltou pelo Cabo da Boa Esperança Em 1870, apenas chegou a Lisboa partiu logo para Cabo Verde na canhoneira *Tejo*. Deu-se então em 1871 um ataque dos povos Papeis ás feitorias portuguezas, o que obrigou a enviar-se uma expedição á Guiné. D'ella fazia parte Hermenegildo Capello.

Hermenegildo Carlos de Brito Capello

Uns 800 homens desembarcaram em Cacheu commandados pelo coronel Crato. Era n'uma floresta equatorial muito densa, formada de mognos e de carvoeiros colossaes, na especie de peninsula onde habitavam os Papeis, entre o rio de S. Domingos e as ilhas de Jatte, de Bissis e de Bissau, na embocadura do Geba. Os negros começaram por fugir dispersando na frente, mas depois, no matto, com espingardas, começaram a fusilar a columna portugueza. Esta incendiou a povoação de Caconda; 8 brancos caíram mortos e mais de 12 feridos. Hermenegildo Capello, durante o combate, commandava o forte D. Luiz, e com 6 peças d'artilharia protegia o ataque. Ahi uma explosão de polvora ia o matando. Voltaram por fim a Cabo Verde. Em 1872 achava-se Capello novamente em Lisboa, mas um mez depois da sua chegada, partia na mesma canhoneira *Tejo*, já como immediato, para a China, pela Italia, Civitta-Vecchia, Roma, e pelo canal de Suez. Ao chegar a Macau foi promovido a primeiro-tenente, e assim visitou Hong-Kong, Cantão, etc. Em 1876 voltou para a Europa no transporte *Africa*. Quando chegou o couraçado *Vasco da Gama*, foi Hermenegildo Capello nomeado seu official, e n'esse navio seguiu viagem, pouco depois, para Inglaterra. Em 1877, finalmente, foi nomeado para a expedição do interior d'Africa, indo logo a Paris e Londres, com Serpa Pinto, organisar o material necessario. O governo havia sido autorisado pela carta de lei de 12 de abril d'este anno a organisar e subsidiar uma expedição scientifica, destinada a explorar os territorios comprehendidos entre as provincias de Angola e Moçambique, e principalmente a estudar as relações entre as bacias hydrographicas do Zaire e do Zambeze. Para esta expedição fôram nomeados Serpa Pinto, Hermenegildo Capello e Roberto Ivens, por decreto de 11 de maio do referido anno de 1877. A 7 de junho seguinte chegaram a Africa os exploradores. Esta travessia d'Africa, que ficou em todo o mundo civilisado conhecida pela *travessia Capello-Ivens*, foi um serviço da mais alta importancia para Portugal. Nos volumes II e IV do *Occidente*, annos de 1880 e 1881, vem publicada uma descripção minuciosa das viagens de Hermenegildo Capello e Roberto Ivens, n'uma serie de artigos firmados por Alberto Cervaes. Os notaveis exploradores chegaram ao Tejo a bordo do paquete *Cabo Verde*, no dia 20 de setembro de 1885, e tiveram uma recepção das mais sympathicas e patrioticas. Diversos vapores fôram a Paço d'Arcos, onde fundeara o *Cabo Verde*, conduzindo o ministro da marinha, então o fallecido Pinheiro Chagas, a direcção e socios da Sociedade de Geographia, as presidencias de varias associações e commissões de festejos, a commissão da imprensa e representantes de todos os jornaes, a Associação Naval, a Associação Commercial, os bombeiros voluntarios, os socios do Real Gymnasio Club, etc. Era meio dia, quando os exploradores desembarcaram no Arsenal, vindo no escaler do ministerio da marinha, acompanhados do respectivo ministro, pelo director geral, Francisco Costa, e o presidente da Sociedade de Geographia, Antonio Augusto d'Aguiar. El-rei D. Luiz, acompanhado de seus dois filhos, o actual soberano senhor D. Carlos e sua alteza senhor D. Affonso, veiu esperar á ponte os dois heroicos officiaes de marinha, abraçou-os, conduziu-os á

Intendencia do Arsenal, onde conversou alguns minutos, dando a Hermenegildo Capello as insignias da grã-cruz da ordem de S. Thiago, do merito litterario, scientifico e artistico, e a Roberto Ivens a commenda da Torre e Espada, do valor, lealdade e merito. O ministro da marinha e a direcção da Sociedade de Geographia seguiram os dois exploradores até á camara municipal, onde tiveram honrosa recepção, e depois á séde da Sociedade de Geographia, onde tambem eram esperados, cuja sala se via caprichosamente ornamentada; seguiu-se uma solemne sessão em que Antonio Augusto d'Aguiar pronunciou um brilhante discurso. A' noite realisaram-se vistosas illuminações publicas e particulares. Em 1 de outubro celebrou a Sociedade de Geographia a sua sessão solemne para a conferencia dos notaveis exploradores, e entrega das medalhas de ouro offerecidas pela referida sociedade. Esta sessão foi imponentissima, e realisou-se no grande recinto do theatro de S. Carlos, convertidos o palco e a plateia n'um grande salão. Assistiram as pessoas reaes e toda a côrte. Capello leu o relatorio da viagem, e Roberto Ivens falou depois, terminando o seu discurso pela entrega ao presidente da Sociedade de Geographia da bandeira portugueza, que os tinha sempre acompanhado durante a travessia. Em seguida procedeu-se á cerimonia da entrega das medalhas, que foi commovente, e feita por el-rei D. Luiz na tribuna real. No dia 5 celebrou a Associação Commercial tambem uma solemne sessão em honra dos dois exploradores, a qual se realisou na sala do Tribunal do Commercio, a que tambem assistiu o monarcha, todo o ministerio, a Sociedade de Geographia, representantes dos jornaes e muitos convidados. Houve discursos, procedendo depois el-rei á entrega das medalhas offerecidas por aquella associação. Estas medalhas são de ouro, tendo no anverso o mappa de Africa com a travessia de Capello e Ivens indicada, e no reverso o emblema da Associação Commercial de Lisboa. No dia 10, fôram ao Porto os exploradores, sendo ali tambem muito victoriados, e durante a viagem, em todas as estações onde se agglomerava grande multidão á chegada do comboio que os conduzia. A Camara Municipal e a Associação Commercial d'aquella cidade prestaram égualmente as maiores homenagens, realisando-se solemnes sessões, sendo na Associação Commercial a cerimonia presidida pelo bispo do Porto. As medalhas, que lhes fôram offerecidas, são cunhadas em prata, tendo alguns dos ornatos em ouro. Hermenegildo Capello, além das honras e distincções em que falámos, tambem serviu como ministro plenipotenciario junto do sultão de Zanzibar; teve o encargo de proceder á organisação d'uma carta geographica da provincia de Angola; foi ajudante de campo d'el-rei D. Luiz, e exerceu o mesmo cargo junto de Sua Magestade Senhor D. Carlos; foi delegado do governo n'um congresso de Bruxellas; tem as commendas das ordens de S. Thiago e de Aviz; o grau de official e de cavalleiro de Aviz, a grã-cruz do merito naval de Hespanha; é commendador da ordem de Santo Estanislau da Russia; tem a medalha de serviços relevantes no ultramar, e, por decisão das camaras, foi proclamado *benemerito da patria*. Possue o diploma de socio da Academia Real das Sciencias, e de varios estabelecimentos scientificos nacionaes e estrangeiros. E' actualmente o presidente da commissão de cartographia, e vice-presidente do Instituto Ultramarino, de que é presidente Sua Magestade a Rainha Senhora D. Amelia.

Capello (*João Carlos de Brito*). Contra-almirante, director do Observatorio astronomico da Escola Polytechnica, etc. N. em 8 de março de 1831, fal. em 2 de março de 1901. Era filho do major Felix Antonio Gomes Capello, e de sua mulher, D. Guilhermina de Brito Capello; irmão dos officiaes de marinha Hermenegildo e Guilherme Capello, e de Felix Capello, de quem já falámos. Assentou praça na Escola Naval em 30 de setembro de 1844, fez um curso muito distincto, e quando completou foi promovido guarda-marinha em 1850; em 25 de novembro de 1853 teve o posto de segundo tenente. Realisou algumas viagens e desempenhou importantes commissões. Devotado aos estudos meteorologicos, para que o chamava a sua natural vocação, João Carlos Capello, foi nomeado em 1855 ajudante do Observatorio meteorologico, do Infante D. Luiz na Escola Polytechnica. Por occasião do eclipse solar de 18 de julho de 1860, o governo nomeou uma commissão para observar em Hespanha esse phenomeno celeste, commissão, cujos membros eram dr. Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto, lente cathedratico de Mathematica e segundo astronomo do Observatorio Astronomico de Coimbra; dr. Jacinto Antonio de Sousa, lente substituto de Philosophia, e João Carlos de Brito Capello. Em 1863, já então primeiro tenente, foi nomeado para ir a Londres escolher os instrumentos magneticos de registo photographico; installou-os elle proprio, e tão habilmente fixou os respectivos pilares, que funccionam ainda com a segurança e regularidade exigidas pela delicadeza das observações. Desde 1859 até fins de 1900, a componente horisontal magnetica foi em Portugal determinada por elle, coadjuvado por outro observador, mensalmente sem uma unica interrupção. Foi tambem João Capello quem tomou o encargo de determinar os desvios das agulhas a bordo dos nossos navios de guerra, na occasião da saída de Lisboa, desde 1868 até 1894. A par d'uma actividade incançavel, possuia um engenho subtil, que, sobre a observação e o estudo, lhe permittiu muitas vezes chegar á invenção e á descoberta. O seu instrumento imaginado para determinar graphicamente o azimuth do sol, ou qualquer outro astro, é de manejo tão simples e util, que foi adoptado officialmente a bordo dos nossos navios de guerra. E' d'elle ainda um outro instrumento curioso, o *chrono-goniometro*, que serve de obter a hora sem calculo algum e tem applicação nas occasiões opportunas. Foi depois nomeado director do Observatorio Astronomico da Escola Polytechnica, fundado pelo professor d'aquella escola, o sr. conselheiro Marianno de Carvalho. O *Observatorio da escola*, como geralmente se denomina, tornou-se o campo das suas glorias. Entregue profundamente ao estudo, conseguiu elevar aquelle estabelecimento scientifico a um dos primeiros da Europa, promovendo-lhe todos os melhoramentos e acompanhando todo o movimento scientifico moderno. O amor da sciencia seduziu-o sempre. Director d'um observatorio escasso de recursos pecuniarios e desajudado da protecção official, João Capello sacrificava os seus proprios

interesses. Desde do anno de 1875 até 1882, isto é, durante 7 annos, cedeu a sua gratificação annual de 400$000 réis para a acquisição de instrumentos e apetrechos necessarios aos trabalhos e ao bom nome do observatorio. Dois mezes antes do fallecimento, teve a sua reforma militar. Era socio fundador da Sociedade de Geographia, antigo vogal do seu conselho central, e presidente da secção da meteorologia. Assistiu a varios congressos meteorologicos, em que sempre soube distinguir-se e honrar o seu paiz. João Brito Capello foi um verdadeiro cultor das sciencias mathematicas, a que dedicou toda a sua vida de trabalho e de estudo, sendo inteiramente alheio ás luctas politicas e ás ambições mundanas. Em 1859 publicou uma obra intitulada: *Cartas de Ventos e Correntes do golpho da Guiné*, que lhe alcançou grande fama, tanto no paiz como no estrangeiro. Escreveu mais: *Guia para o uso das cartas dos ventos e correntes no golpho de Guiné*, Lisboa, 1861; este guia é acompanhado de 5 cartas gravadas na commissão geodesica; *Force des vents-alisés; trade Winds de l'Océan Atlantique*, artigo publicado no *Nautical magazine*, dezembro de 1864; *Desvio da agulha magnetica a bordo*, Lisboa, 1867; *Ins rucções para a execução das observações meteorologicas, maritimas, segundo as prescripções do congresso maritimo de Londres em 1874*, Lisboa, 1875; *Planispherio azimuthal, instrumento para obter rapidamente o azimuth dos astros*, Lisboa, 1876; e que figurou na exposição de Londres do mesmo anno; *Chrono goniometer, to find the time at sea and the latitude by two altitudes of the sun taken at any time*, Lisboa, 1876, apparelho que tambem figurou na referida exposição de Londres; *La pluie à Lisbonne* (1836-1875), Lisbonne, 1879; *Resumé météorologique du Portugal* (1864-1872); idem, 1879, com 4 tabellas, ou cartas meteorologicas, desdobraveis; *Pression atmosphèrique à Lisbonne* (1856-1875), idem, 1879; com 2 tabellas desdobraveis; *Détèrmination de la température de l'air*, idem, 1879. Publicou, além d'estas obras, diversos artigos ácerca da meteorologia terrestre e maritima, nos tomos I e III dos *Annaes do Observatorio do infante D. Luiz* (1864-1865); e memorias sobre o magnetismo terrestre, por incumbencia da real sociedade de Londres. Os seus trabalhos graphicos (de meteorologia e magnetismo) e photographicos (sobre as manchas do sol), mereceram-lhe distincções nas exposições de Philadelphia, Paris e Vienna d'Austria.

Capello. Ilha do Fayal; pov. e freg. da Santissimaa Trindade, conc., com. e distr. da Horta, bisp. de Angra do Heroismo; 1.407 hab. e 351 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e est. post., permutando malas com o Fayal, sul. A pov. dista 25 k. da séde do conc. Está situada sobre uma rocha, á beira-mar, a O da prov. dos Cedros. Produz vinho e cereaes; acode ali muito peixe. Pertence ao commando mil. dos Açôres e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. || Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Cadafaz, conc. de Goes, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Rebordosa, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Rio Covo, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Capellos. Casal na freg. de Santa Maria, de Ulme, conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || Herdade na freg. de N. S.ª da Graça de Divor, conc. e distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Gloria, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Capelludos. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 1.044 hab. e 258 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A prov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada perto do rio Tamega, parte em monte, e parte n'um valle. O reitor de Santa Eulalia, de Pensalves, apresentava o vigario, que tinha de renda 100$000 réis. Tinha foral dado por D. Affonso III, em Lisboa, a 12 de julho de 1255, e outro, dado pelo referido soberano, no Porto, a 30 de agosto d'esse mesmo anno. N'esta freg. está a serra de Rio d'Uvas. A terra tem grande abundancia de vinho, milho, castanha, centeio e mais fructos. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Nogueira da Montanha, conc. de Chaves, distr. Villa Real. || Casal na freg. de N. S.ª da Purificação, de Pontével, conc. do Cartaxo, distr. de Santarem.

Capemba. Territorio do conc. do Dombe Grande, distr. e com. de Benguella, prov. e bisp. de Angola. Tem mina de enxofre. || Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loauda, prov. de Angola. || Pov. do conc. de Golungo Alto, do mesmo distr. e provincia.

Capembe. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Capenda. Pov. do distr. e com. de Benguella, prov. e bisp. de Angola, no territorio do Bié a 26 k. ao N da prov. d'este nome.

Capenda-Camalemba. Capital do distr. de Lunda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Caperampande. Terras dos cafres maraves, no sertão da Africa Oriental, a N O do distr. de Tete, prov. de Moçambique. Fôram percorridas pelo dr. Francisco José de Lacerda e Almeida.

Caperemera. Terras de cafres maraves do sertão da Africa Oriental, a N O do distr. de Tete, prov. de Moçambique. Demorou-se ali tres dias, de 16 a 18 de agosto de 1798, o dr. Francisco José de Lacerda e Almeida, governador do distr. e chefe da expedição que tentava atravessar a Africa de E a O, o que não conseguiu levar a effeito porque, abatido pelas enfermidades e pelos innumeros desgostos soffridos, morreu no caminho.

Caperumpanso. Pov. na margem direita do rio Aruangoa do N. nos limites N das possessões portuguezas da Africa Oriental.

Capeto *(Montinho do)*. Na freg. de N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. de Evora.

Capexi. Pov. do conc. de Cazengo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Capiano de Cima. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Capilha. Denomina-se assim a propina de um exemplar das obras impressas que se dá nas typographias a certos empregados, compositores, typographos e impressores. Este costume, quanto ás imprensas officiaes, tambem tem sido legislado. A portaria de 16 de março de 1854 aboliu, como illegaes e abusivas, as capilhas que se pagavam na imprensa da Universidade. As que se pagam na Imprensa Nacional de Lisboa fôram egualmente abolidas por portaria de 19 de outu-

bro de 1870, confirmada pela de 9 de janeiro de 1871; mas fôram depois restabelecidas por portaria de 27 de julho do mesmo anno, em conformidade com o parecer da Procuradoria Geral da Corôa, com o fundamento de que ellas constituiam para os empregados e artistas, que as recebiam, um direito consuetudinario, que só podia ser revogado por lei.

Capingana-Cacalopo. Pov. situada ao N do territorio de Galangue, no distr. e com. de Benguella, prov. e bisp. de Angola.

Capingana Cazenza. Pov. do territorio de Galangue, a E do distr. e com. de Benguella, prov. e bisp. de Angola, a 132 k. do Bié e a 240 de Caconda.

Capinha. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Fundão, distr. de Castello Branco e bisp. da Guarda; 1.494 hab. e 281 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 17 k. da séde do conc. e está situada junto da margem direita da ribeira Meimôa, onde ha uma ponte, e ao pé da serra de Villa Velha. Era da Corôa. A egreja matriz é de tres naves; o bispo da Guarda apresentava o prior, que tinha de renda 120$000 réis. Ha aqui um reducto, que se construiu em 1642, e tem 4 revelins; dão-lhe o nome de *castello*. Fica perto a serra da Carrapata, muito abundante de caça grossa e miuda, e que produz muito pasto para o gado, que se cria aqui em grande quantidade. Capinha pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Capire-Muracambo. Antigo prazo do distr. de Tete, na prov. de Moçambique.

Capitão. Commandante d'uma companhia de infantaria, cavallaria e artilharia de guarnição, ou d'uma bateria de artilharia montada. Posto immediatamente inferior ao de major. No tempo em que as tropas eram divididas unicamente em companhias, o posto de capitão era muito importante. Desde o tempo dos soberanos da nossa segunda dynastia foi sempre considerado um cargo de grande importancia o capitão-mór da guarda real, que é ainda hoje um dos primeiros logares da Côrte. Ninguem ignora a influencia dos antigos capitães-móres de ordenanças, e alguns dos governadores das nossas provincias ultramarinas usaram tambem o titulo de *capitão-general*. || *Capitão de mar e guerra;* posto immediatamente inferior a contra-almirante. || *Capitão de fragata:* immediatamente inferior a capitão de mar e guerra. || *Capitão-tenente:* immediatamente inferior a capitão de fragata. || *Capitão do porto:* official da armada, encarregado da boa conservação e policia de um porto do mar, e de fiscalisar outros serviços relativos aos navios que entram e sáem. || *Capitão de ordenanças* ou simplesmente *Capitão-mór:* a auctoridade militar que até ao principio do seculo XIX commandava n'uma cidade ou villa a milicia chamada *ordenanças*. || *Capitão de navios*, *Capitão mercante* ou simplesmente *Capitão:* o que commanda um navio mercante, e toma plena responsabilidade de pessoas e bens.

Capitão. Logar na freg. de S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Triana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Christovão, de Caranguejeira, conc. e distr. de Leiria. || Monte na freg. de Santo Antonio, de Arcos, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Quinta na freg. de N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Miguel, de Palhacana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Ponta ou cabo na costa E da ilha das Flôres, Açôres. || Ponta ou cabo na costa E da ilha do Principe, prov. de S. Thomé. Fórma o extremo N da bahia de Santo Antonio.

Capitôa. Herdade na freg. de Santa Suzana, conc de Redondo, distr. de Evora. || Monte na freg. de Sant'Anna, conc. de Portel, distr. de Evora. || Monte na freg. de Sant'Anna, conc. de Serpa, distr. de Beja.

Capitorno. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Carvalho, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || Logar na freg. de S. Pedro, de Espinho, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu.

Capitulo. A corporação dos conegos d'uma egreja cathedral ou collegiada. || Junta de religiosos, monges, etc., que tinha voz para consultar sobre alguma materia do governo economico religioso, ácerca dos negocios da provincia, etc. || A casa onde os religiosos se reuniam para esse fim. || Tambem se dava este nome antigamente, ás assembléas das ordens militares. || Reunião das rosas-cruzes na maçonaria.

Capitulo *(Casal do).* Na freg. de Sant'Anna, da Carnota, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Capitulos geraes. Chamavam-se assim as representações apresentadas pelas antigas côrtes á Corôa, sobre varios pontos de administração. Ha varios capitulos impressos; os mais antigos são os que se apresentaram a D. João III, nas côrtes de Torres Novas em 1525; e nas de Evora em 1535; com suas respostas, e leis que o referido monarcha fez sobre alguns dos capitulos, e que se publicaram em 1538, terminando a publicação a 10 de março de 1539. Outros capitulos-geraes fôram apresentados a D. João IV nas côrtes celebradas em Lisboa com os tres Estados em 28 de janeiro de 1641; com suas respostas de 12 de setembro do anno de 1642; com as replicas, respostas, e declarações d'elles em 1645; publicados em 1645. Com o titulo de *Capitulos das Côrtes* tambem e publicaram, mas sem logar de impressão, ossque se celebraram em Lisboa a 16 de março de 1646.

Capões. Pov. na freg. de S. Thiago, de Antas, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Capopa. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Capopo. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Caporollo. Pov. do distr. e com. de Mossamedes, prov. e bisp. d'Angola, nas terras de Nano, e na margem direita do Cuando, a 38 k. ao E do presidio de Caconda.

Capote. Parece que o uso do capote é muito antigo em Portugal. No artigo que o sr. Alberto Pimentel publicou no *Branco e Negro*, a pag 267, considera o capote como um trajo nacional. No seculo XVII usaram-se capotes de seda; a elles se refere a pragmatica de 8 de junho de 1668. *Josésinho* era um capote curto, destinado ás mulheres e ás creanças. Nos dotes das noivas tinha menção especial o capote, a falta d'elle indicava miseria. O complemento obrigatorio do capote, no vestuario feminino, era o lenço branco, na

cabeça, muito engommado, pelo que se dizia sempre *capote e lenço.*

Cappatches. Rio da costa e distr. da Guiné, prov. de Cabo Verde, a E do rio Nuno. Desagúa no Oceano Atlantico.

Caprimacango. Antigo praso da Corôa no distr. de Tete, prov. de Moçambique.

Captiva. Logar na freg. de Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Abella, do mesmo concelho e districto.

Captivas. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Couto Esteves, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Captivos *(Quinta dos)*. Na freg. do Salvador e conc. de Odemira, distr. de Beja.

Capucha. Ordem penitente e reformada de S. Francisco. Assim se chamava aos conventos d'esta ordem.

Capucha. Pov. na freg. de S. Martinho, de Villa Frescainha, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Casal na freg. de S. Lourenço, de Maiorga, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Capuchas. Pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Capuchinha. Esta ordem religiosa foi fundada em Napoles em 1528, por uma piedosa viuva, Maria Laurentia Longa, que submetteu as suas religiosas á regra de Santa Clara, e lhes deu um habito analogo ao dos capuchinhos. A rainha D. Maria Francisca de Saboya, mulher de D. Affonso VI, trouxe comsigo para Lisboa, no seu sequito, em 1666, umas 4 freiras capuchinhas, que depois fundaram o convento do Crucifixo, no edificio, que é ainda hoje conhecido por *Convento das Francezinhas.* As freiras, em quanto não tiveram casa propria, estiveram hospedadas no convento das Flamengas em Alcantara, e depois no da Esperança.

Capuchinho. Foi dado este nome a uma fracção da ordem dos irmãos menores chamados tambem *franciscanos*, que adoptou um capuz ou capucho mais amplo e mais ponteagudo do que o dos outros membros da ordem. Foi seu fundador Matheus de Bassi, irmão menor da reforma dos observantes em Italia, no anno de 1525. Vieram a Portugal em 1467 uns capuchinhos francezes com o designio de tomarem parte nas missões das conquistas, fundando o convento da *Porciuncula* na freg. de Santos. Os capuchinhos italianos vieram no tempo de D. Pedro II.

Capucho. Religioso de algumas provincias franciscanas reformadas de Portugal, que eram tres: da Piedade, que se estabeleceu em Villa Viçosa, sendo cabeça de 35 conventos: da Arrabida, que comprehendia 25, cuja cabeça era o de S. José de Ribamar; e a de Santo Antonio, 20, sendo cabeça o convento de Santo Antonio dos Capuchos de Lisboa, onde está estabelecido o Asylo da Mendicidade. Um dos conventos que pertenciam á provincia d'Arrabida era o de Santa Cruz, conhecido pelo convento da Cortiça, situado no ponto mais elevado da serra de Cintra.

Capucho *(Casal do)*. Na freg. de S. Pedro e conc. de Obidos, distr. de Leiria.

Capuchos. Pov. na freg. de N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Collares, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Horta na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa Viçosa, districto de Evora. || Quinta na freg. de S. Thiago, de Evora d'Alcobaça, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria.

Capuco. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Capueje. Rio do sertão da Africa Central, entre prov. d'Angola e o distr. de Tete, na prov. de Moçambique. A expedição portugueza, que levou a cabo a viagem atravez do continente negro, passou este rio em 1806.

Capueno. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Capulo Grande. Enseada situada a 8° S da costa onde está assente a pov. do Ambriz, no conc. d'este nome, prov. de Angola, ao S da enseada chamada Capulo Pequeno. || Pov. situada no litoral do conc. do Ambriz, prov. e bisp. de Angola, com. de Loanda, a 16 k. ao S do presidio e pov. do Ambriz.

Capulo Pequeno. Enseada situada a 7° 51' S, na costa onde se levanta a pov. do Ambriz, no conc. d'este nome, prov. de Angola.

Capunga. Pov. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. d'Angola. || Pov. do conc. do Alto Dande, do mesmo distr. e provincia.

Capungana. Pov. da margem esquerda do rio Luamputo, confluente do Cubango, no territorio dos Ganguellas, a E do distr. e com. de Benguella, na prov. e bisp. de Angola, a 234 k. ao E do presidio do Bié.

Capupo. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Capussa Camassoca. Pov. situada no territorio de Galangue, distr. e com. de Benguella, prov. de Angola, a 210 k. ao E do presidio de Caconda.

Capzmollo. Pov. da prov. de Embarbacem, 3.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, na India.

Caquegue. Pov. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Caquella. Nome de duas povoações do conc d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Caquelle. Duas povoações do mesmo nome no conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Caquengue. Pov. do conc. de Pungo-Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Caquerna. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Caquibo. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Caquillo-Caculo. Pov. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Caquino. Pov. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Caquinta. Pov. no territorio de Galangue, dist. e com. de Benguella, prov. e bisp. de Angola, a 290 k. ao E do presidio de Quillengues.

Caquiollo. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Caquixi. Pov. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cara. Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora. || Montanha na ilha de S. Vicente, no archipelago e prov. de Cabo Verde, N N O do Porto Grande da Villa do Mindello, unica povoação que ha na ilha. A designação provém do vertice da montanha se assemelhar a um rosto humano. Eleva-se cerca de 990 m. acima do nivel do mar.

Cará. Pov. do conc. de Cazengo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Carabina. Espingarda curta, estriada, usada pela cavallaria, artilharia e caçadores. Em Portugal, apezar da transformação das armas de fechos de silex com percussão, feita em 1852, ainda em 1860 a nossa cavallaria usava uma carabina de silex. O regulamento de 1764, do conde de Lippe, destinava á cavallaria duas armas de fogo, a clavina e a pistola, prescrevendo medidas rigorosas para que as armas fôssem fornecidas pelos armazens reaes, conforme os modelos approvados, sendo prohibido aos commandantes das diversas unidades, o receberem qualquer arma differente do modelo adoptado. A primeira carabina com que se armaram os caçadores do nosso paiz, uma companhia em cada batalhão, data de 1805. Foi fornecida pela Inglaterra e armava espada-baioneta. Em 1859 compraram-se em Liége as carabinas de Minié; em 1866 foi adoptada a carabina Westley Richards, arma que esteve em uso até 1872; seguiu-se a carabina Snider, modelo de 1862, tambem destinada á infantaria; em 1873 foi distribuida á cavallaria e em 1875 á artilharia, adaptando-se-lhe um sabre-baioneta. O modelo de 1873 destinado á cavallaria foi adquirido em Inglaterra, de fabricação nova; mas o modelo de 1875 para artilharia foi construido na nossa Fabrica d'Armas, com canos de proveniencia belga e culatras adquiridas em Inglaterra. Em 1888 foi introduzida no exercito a arma Kropatschek, modelo 1886, destinada á infantaria, e para os sapadores uma carabina do mesmo modelo. A carabina Kropatschek, modelo 1886-1891, foi destinada á artilharia. Em 1896 adoptou-se finalmente para a cavallaria a carabina designada Mannlicher. A carabina foi, de principio, destinada á cavallaria, por ser muito leve, de menor peso, mais curta e de mais facil manejo.

Caracachigão. Aldeia pertencente á divisão de Uply-Pahw, ao sul do rio Sandalcalo, no conc. de Nagar-Avely, districto de Damão, na India.

Caraças (*Horta das*). Na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Caracbary. Pov. do territorio do Damão, prov. de Gôa, na India.

Caraceira. Pov. na freg. de S. Martinho, de Moure, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Caracha (*Monte da*). Na freg. de Sant'Anna, de Aldeia do Matto, conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Carache. Ilha no archipelago de Bijagoz, Africa Occidental. V. *Caraxa*.

Caracoes (*Horta dos*). Na freg. de N. S.ª das Neves e conc. de Borba, distr. de Evora.

Caracoi. Pov. da freg. de S. Pedro, de Canidello, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Caracol. Logar na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || Casal na freg. de Santo Estevão e conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Caracol de Baixo e **de Cima.** Dois casaes na freg. de S. Vicente e conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Caracuste. Pov. na freg. do Salvador, de Varzea, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural.

Caraim. Pov. do distr., prov. e com. das Ilhas arceb. de Gôa, India, na ilha chamada Chorão.

Caramace. Pov. na freg de Santa Marinha, de Annaes, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Caramachão. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Machico, distr. do Funchal. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Caramacoma. Rio do distr. de Cabo Delgado, prov. de Moçambique, fronteiro á ilha Ibo. Na sua foz está edificada a prov. de Lumbo.

Caramão. Pequeno logar na freg. de N. S.ª d'Ajuda, 4.º bairro de Lisboa. Está situado perto do cemiterio da Ajuda e fica á beira da estrada real de Cazellas.

Caramba. Prazo da Corôa, no distr. e prov. de Moçambique.

Carambancha ou **Carabancha** (*Casaes da*). Na freg. de Santo Estevão e conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Carambó. Herdade na freg. de Sant'Anna, de Bencatel, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora. || Monte na freg. de Santa Catharina, de Pardaes, do mesmo conc. e districto.

Carambóla (*Casal da*). Na freg. de S. Miguel de Cardosas, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

Carambolim. Pov. e freg. de S. João Baptista da regedoria de Corlim, no concelho das Ilhas, no districto de Gôa, na India.

Carambolim-Brama. Aldeia da circumscripção militar de Valpoy, na provincia de Satary, districto de Gôa, na India.

Carambolim-Buzuruco. Aldeia da circumscripção militar de Caranzol, na provincia de Satary, districto de Gôa, na India.

Caramella (*Quinta da*). Na freg. de N. S.ª da Ouvida, de Rauhados, conc. e distr. de Vizeu.

Caramelleiro. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Caramigeira ou **Carmigeira.** Logar na freg. de N. S.ª das Neves, de Brinches, conc. de Serpa, distr. de Beja.

Caramol. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Caramona. Pov. na freg. de Santa Christina, de Meadella, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Crestuma, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Quinta na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Marvilla, conc. e distr. de Santarem. || Monte da prov. do Minho, na freg. de S. Martinho, de Balugães. Diz a tradição que existiu aqui uma cidade ou grande povoação, da qual ha ainda vestigios. Não se sabe ao certo o nome d'essa cidade; pretendem alguns que se chamava *Carmona*, e outros dão-lhe o nome de *Carbona*.

Caramos. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto; 655 hab. e 144 fog. Tem esc. para ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Guimarães a Amarante, n'um valle fertil e aprazivel. Houve em Caramos um convento de religiosos regrantes de Santo Agostinho, fundado em 1090 por D. Gonçalo Mendes, filho do conde D. Nuno Mendes. D. Affonso Henriques doou a este convento em julho

de 1151 uma grande herdade, que tinha na villa de Borvêta, que pertencera a Garcia Fafes, e o padroado da egreja de Constantim, proximo a Villa Real. Teve priores perpetuos até 12 de fevereiro de 1595, unindo-se então ao convento de Santa Cruz, de Coimbra. A egreja do convento é a matriz da povoação, e até 1834 teve por vigario um frade do referido convento, apresentado pelo seu prior, e collado pelo arcebispo de Braga por tres annos, com 50$000 réis de congrua e o pé d'altar. Caramos pertence á 6.ª div. mil. e ao districto de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Caramoxel ou **Caramonchel.** Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Serra, concelho de Thomar, distr. de Santarem.

Caramual. Logar na freg. de N. S.ª da Annunciação, de Annunciada, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Caramuja. Logar na freg. de S. Thiago, de Amorim, conc. de Povoa de Varzim, districto do Porto.

Caramujeira. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz e conc. de Lagôa, distr. de Faro.

Caramujeiro *(Horta do)*. Na freguezia da Sé, conc. e distr. de Evora.

Caramujo. Pov. na freguezia de S. Thiago e concelho de Almada, districto de Lisboa. E' contigua ao pittoresco logar da Cova da Piedade. Graças á sua situação sobre o Tejo, que lhe permitte faceis communicações com os navios mercantes que veem ao porto de Lisboa, teve em tempos o Caramujo grande commercio de vinhos para o Brazil e Africa. Hoje restam apenas algumas casas das que se entregavam a esse commercio, taes como as das firmas Valladares, Figueiredo, Paiva, etc. Em consequencia d'esse embarque dos vinhos, era aqui numerosa a classe dos tanoeiros, mas esta industria está hoje decahida. Pelo contrario, o desenvolvimento industrial é importante. Existem no Caramujo varias fabricas para a preparação da cortiça, taes como as da Companhia Ingleza, Villarinho & Sobrinho, Rankin & Son's, e outros pequenos estabecimentos de rolheiros e quadradores de cortiça. Uma das melhores fabricas de moagem em Portugal está aqui estabelecida. E' a da firma A. J. Gomes & Commandita, successora da viuva de Manuel José Gomes & Filhos. Toda construida em cimento armado, acha-se dotada dos apparelhos mais modernos e aperfeiçoados. O edificio é dividido em andares, em cada um dos quaes se faz uma operação distincta da moagem, tudo automatica e mechanicamente. A illuminação é electrica, e tão importante estabelecimento póde considerar-se um verdadeiro modelo no seu genero. Em 25 de março de 1903 realisou a Academia de Estudos Livres uma excursão a esta fabrica, publicando-se por essa occasião na imprensa jornalistica varias descripções interessantes, entre as quaes se póde indicar a do *Diario* de 29 do mesmo mez e anno. Tem est. tel. e post. permutando malas com Almada e Lisboa. || Monte na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na ilha de Santa Luzia, no archipelago e prov. de Cabo Verde. || Porto da costa S E da ilha de Santa Luzia, Cabo Verde, no qual pódem fundear navios. Ha n'este porto uma nascente d'agua doce, e muito perto d'ella ruinas d'antigas habitações construidas pelos pastores que temporariamente residiam na ilha na epoca das pastagens do gado, e quando estes eram a parte principal da riqueza das ilhas de Barlavento ou do Norte, do mesmo archipelago.

Fabrica de moagem no Caramujo

Caramulo. Serra dos districtos de Vizeu e de Aveiro. Começa proximo de Vouzella, corre até junto de Tondella, e vae terminar nas immediações de Castanheira do Vouga. Tem 30 k. de comprimento e 1:070 m. d'altura. O seu cume é todo composto de penedos amontoados uns sobre os outros, a modo de columnas, tendo junto uma planicie, d'onde se avista o mar a 48 k. a O. Tambem se chama serra dos *Besteiros*, ou *d'Alcoba*.

Caramurú. V. *Alvares Correia.*

Carancal. Logar na freg. de S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Caranguejeira. Pov. e freg. de S. Christovam, da prov. da Estremadura, concelho, com. e distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 2:674 hab. e 435 fog. Tem esc. para ambos os sexos, caixa post. e uma feira nos dias 1 de cada mez. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada n'uma ribeira, que tem 6 k. de comprimento e 1 de largo, entre montes muito altos. O ordinario apresentava o cura, que tinha de renda 60$000 réis. A terra é muito fertil. Passa aqui o rio do mesmo nome, que nasce no principio da referida ribeira ao S, no sitio do Olho da Fonte, do manancial d'este nome, e de outro chamado Olho do Seixo. Apezar de estarem ambos proximos, é para notar que a agua do Olho da Fonte seja quente, e a do Olho do Seixo seja fria. O rio Caranguejeira vae desaguar no Líz, no sitio da Baralha, junto á egreja da Encarnação, de Leiria. N'esta freg. ha muita caça. Pertence á 5.ª div. m. e ao distr. de rec. e res. n.º 7, com a séde em Leiria. || Fôro na freg. de N. S.ª das Reliquias, de Canal, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Serra do distr. de Leiria, entre a villa de Abiul e a cidade de Leiria. Tem 12 k. de comprimento e 332 m. d'altura.

Caranguejo *(Quinta do).* Na freg. de S. Martinho e conc. de Fundão, distr. de Castello Branco.

Caranguinim. Pov. da circumscripção de Quirlapale, do commando militar e conc. de Sanguem, distr. de Gôa, na India.

Caranjol. Pov. do conc. de Sanguem, distr. de Gôa, na India.

Carantonha *(Quinta da).* Na freg. de Santo André, de Telhado, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco.

Caranzol. Aldeia, séde da quarta circumscripção do commando militar e prov. de Satary, distr. de Gôa, na India, comprehendendo sete povoações. Ha n'esta uma fonte de agua ferrea, ligeiramente acidulada de gaz carbonico. A fonte está n'um logar extremamente pittoresco.

Carapacho. Ilha Graciosa; pov. na freg de N. S.ª da Luz, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo. Existem aqui as thermas das *Aguas Novas* do Carapacho. Ha pouco mais de um seculo que começaram a ser usadas, e successivamente fôram sendo apreciados os seus excellentes effeitos therapeuticos, o que levou a camara municipal do extincto concelho da villa da Praia a construir uma pequena casa, palhoça a principio, junto ao manancial. Alargou-se posteriormente, fazendo-se cinco divisões. Augmentando a afluencia de doentes, conheceu-se como aquelle pobre albergue era acanhadissimo. D'ahi interessarem-se alguns praienses pela edificação de uma nova casa, cujo projecto e descripção se pódem lêr no periodico *A Ilha Graciosa*, n.º 409 de 7 de abril de 1903. Segundo o historiador açoreano padre Cordeiro, existia uma volumosa ribeira de agua fervente no Carapacho, mas, pelo local indicado, não é a nascente que actualmente fornece os banhos, e sim mais para léste. Naturalmente, essa ribeira ficou soterrada por effeito de alguma violenta commoção da terra. Todavia, em varios pontos da costa, para léste do actual manancial, escavando-se a areia, encontra-se bastante agua quente. A povoação do Carapacho fica na falda da serra da Caldeira, onde existe a celebre *Furna do Enxofre*, d'onde promanam as aguas thermaes, e na costa sul da ilha, a mais aprazivel, e d'onde se avistam as ilhas visinhas: Terceira, S. Jorge, o Pico por detrás d'esta, e o Fayal. E' um pouco árida pela falta de arborização; a iniciativa particular, durante muito tempo retraída, tem nos ultimos annos construido algumas casas, em sofriveis condições, para habitação dos banhistas, sendo, porém, sensivel a falta de um hotel, para maior afluencia de banhistas das outras ilhas, que ainda assim concorrem em numero avultado, especialmente de S. Jorge e Pico. Ha aqui um dos melhores fundeadoiros da ilha, amplo e seguro, onde se estabeleceu por algum tempo o primeiro povoador da ilha, Vasco Gil Sodré. || Ponta ou cabo na costa S E da referida ilha.

Carapalha. Logar na freg. de N. S.ª da Assumpção, conc. e distr. de Castello Branco. || Quinta nos arredores da cidade de Castello Branco.

Carapáo. Casal na freg. de Santa Maria Magdalena, de Turcifal, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Vicente e conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Carapeços. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 658 hab. e 170 fog. Tem esc. para o sexo masc. e caixa post. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada na costa d'uma serra, no principio do valle de Tamel. Do alto da serra se vê o mar e toda a praia desde Fão até Vianna, outras serras e diversas freguezias. No alto d'um outeiro da serra está a capella de S. Miguel, que, segundo a tradição, foi a primeira matriz da freguezia. A terra é muito fertil, abundante d'aguas e cria muito gado. Pertence á 3.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Tem apeadeiro na linha do caminho de ferro do Minho, entre as estações de Silva e Tamel. N'esta freg. está a quinta da Madureira, que foi de João de Carapeços, e depois do conde de Barcellos D. Pedro, que a doou a Pedro Coelho, um dos assassinos de D. Ignez de Castro, passando depois da confiscação dos bens d'este, feita por D. Pedro I, ao poder do arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira, que a adquiriu por compra, e a emprazou mais tarde aos Figueiredos, de Chaves. || Pov. na freg. do Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Carapelha *(Quinta da).* Na freg. de Santo Amaro, conc. de Fronteira, distr. de Portalegre.

Carapelhos. Logar que pertencia ao conc. de Cantanhede, e que foi integralmente annexado á freg. de S. Thomé, de Mira, ficando pertencendo a este conc. que fôra um dos concelhos suprimidos em 1895, e que o decreto de 13 de janeiro de 1898 restaurou.

Carapeta. Ilha do Fayal; pov. na freg. de N. S.ª do Soccorro, de Salão, conc. e distr. da Horta. || Logar na freg. do Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Amarelleja, conc. de Moura, distr. de Beja. || Horta na freg. de S. Pedro e conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Abella, conc. de S.

Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de Santo Antonio, de Alcorrego, conc. de Aviz, distr. de Portalegre. || Casal na freg. de N. S.ª das Neves, conc. e distr. de Beja.

Carapetal. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alvalade, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Domingos, do mesmo conc. e distr. || Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Ferreira, distr. de Beja. || Casal na freg. de S. Bento, de Aldeia Nova, conc de Serpa, distr. de Beja. || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa do Bispo, distr. de Faro. || Herdade na freg. de S. Bento do Zambujal, conc. de Redondo, distr. de Evora. || Herdade na freg. de Santo Estevão, conc. de Extremoz, districto de Evora. || Horta e monte na freguezia de N. S.ª da Graça, de Baleizão, conc. e distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Abella, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de Santa Margarida da Serra, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Monte na freg. do Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Thiago do Escoural, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Carapetal de Baixo e **de Cima.** Dois montes na freg. de Sant'Anna, conc. de Ourique, distr. de Beja.

Carapetalinho *(Herdade do).* Na freg. de Santo Estevão, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Carapeteiro. Logar na freg. de S. Thiago e conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de Santa Sophia, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Carapetinho. Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Theotonio, do mesmo conc. e districto.

Carapeto. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Fatima, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem. || Monte na freg. de N. S.ª d'Ajuda, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de S. Luiz, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Carapeto de Baixo e **de Cima.** Dois montes na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Carapetos. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Areias, conc. de Marvão, distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Seixo de Gatões, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || Monte na freg. de S. Christovão, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Carapetosa. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Sarnadas de Rodam, conc. de Villa Velha de Rodam, distr. de Castello Branco.

Carapiço *(Monte do).* Na freg. de N. S.ª das Neves, conc. e distr. de Beja.

Carapinha. Pov. e freg. do Bom Jesus, da prov. do Douro, conc. e com. de Taboa, distr. e bisp. de Coimbra; 522 hab. e 128 fog. Tem esc. para o sexo masc., e correio com serviço de posta rural A pov. dista 9 k. da séde do conc. e esta situada n'um valle. Foi antigamente villa, dá conc. de Azere e com. da Guarda. O prior do freg. de S. Martinho da Cortiça apresentava o cura, que tinha de congrua 6$000 réis e o pé d'altar. A terra é pouco fertil; tem, porém, gado de toda a qualidade e muita caça. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. || Pov. na freg. de S. Domingos, de Anna Loura, conc. de Extremoz, distr. de Evora. (V *Venda do Ferrador*). || Casaes na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Triana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Casal novo na freg. do Bom Jesus, de Carapinha, conc, de Taboa, distr. de Coimbra. || Herdade de N. S.ª da Natividade, de Saphira, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Horta na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Alandroal, distr. de Evora. || Quinta na freg. de N. S.ª da Purificação, de Cachoeiras, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de Santa Maria, de Chãs de Tavares, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de S. Thiago e conc. de Almada, distr. de Lisboa.

Carapinhal. Pov. na freg. de S. Thiago, de Cortegaça, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Figueiró de Vinhos, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Martinho da Cortiça, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. do Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Pedro, da Varzea, conc. de Goes, distr. de Coimbra. || Herdade na freg. de S. Bartholomeu, conc. de Arronches, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Lourosa, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Carapinhas (*Monte das*). Na freg. de Santa Luzia, de Pias, conc. de Serpa, distr. de Beja.

Carapinheira. Pov. e freg. de Santa Suzana, da prov. do Douro, conc. e com de Montemór-o-Velho, distr. e bisp. de Coimbra; 2:807 hab. e 727 fog. Tem est. post., permutando malas com Montemór-o-Velho, esc. para ambos sexos, medico, pharmacias e notario. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada, na maior parte, em planicie, e o resto em montes. Eram donatarios os duques de Aveiro, passando desde 1759 até 1834 á Corôa. O parocho do Montemór-o-Velho apresentava o cura, que só tinha o pé d'altar. A terra é fertil, cria muito gado, e nos seus montes apparece muita caça. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Salreu, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Monte na freg. de S. Pedro, de Corval, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora.

Carapinheira da Serra. Pov. na freg. de S. Paulo de Frades, conc. e distr. de Coimbra.

Carapita. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem. || Quinta na freg. de N. S.ª d'Annunciação, de Famalicão, conc. e distr. da Guarda.

Carapiteira de Baixo e **de Cima.** Duas povoações na freg. de S. Silvestre, de Gradil, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Carapiteiras (*Quinta das*). na freg. de N. S.ª da Expectação, de Nogueira do Cravo, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Carapito. Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. da Beira Baixa, conc. de Aguiar da Beira, com. de Trancoso, distr. da Guarda,

bisp. de Vizeu; 561 hab. e 142 fog. Tem escola para ambos os sexos e est. post. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem esquerda do rio Tavora, junto ao monte Calvario. Foi villa, hoje extincta, a que D. Manuel deu foral, em Lisboa, a 10 de maio de 1514. Eram seus donatarios os Mirandas Henriques, que apresentavam o abbade, o qual tinha de rendimento 300$000 réis. Foi cabeça de concelho e tinha juiz ordinario, vereadores, procurador, escrivão da camara e seis eleitos, tudo sujeito ao corregedor de Pinhel, e que eram sempre tirados entre os individuos das principaes familias da terra, Figueiredos de Albuquerque, Beltrões e Pegos. A' familia dos Beltrões pertenceu o 4.º bispo de Pinhel, D. Bernardo Beltrão. Sendo todas de antiga linhagem, descendem os Albuquerques d'um marchal portuguez, vindo de Lisboa, que se tornou em tempos remotos muito notavel e ao qual foi dada em *menagem* ou desterro esta povoação por o julgarem implicado n'uma conspiração real. D'elle descendem em linha recta e em grau desconhecido o antigo juiz dos orphãos José de Andrade Figueiredo Albuquerque e a muito celebrada religiosa portugueza Maria da Encarnação, professa do convento de Barro, e a quem se atribue muita illustração e renome. Mais tarde ligaram-se as duas familias Pegos ou morgados das Varandas e os Albuquerques, d'onde proveiu grande descendencia. Carapito de Aguiar pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. na freg. de S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Pera Velha, conc. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Silvestre, de Requião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Casal na freg. de S. Pedro, de Alverca, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Thiago, de Villa Garcia, conc. e distr. da Guarda.

Carapito de S. Salvador. Pov. na freg. da Sé, conc. e distr. da Guarda.

Carapua *(Casaes da).* Na freg. de N. S.ª da Purificação, de Alcanede, concelho e distr. de Santarem.

Carapuça V. *Chapéo.*

Carapuça *(Herdade da).* Na freg. de S. Thiago, de Urra, conc. e distr. de Portalegre.

Carapuças. Casal na freg. de N. S.ª da Alva e conc. de Aljezur, distr. de Faro. || Horta na freg. de Santa Maria e conc. de Serpa, distr. de Beja.

Carapuceira *(Quinta da)* Na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Carapuço. Casal e quinta na freg. de S. Sebastião, de Peral, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa.

Carapuções *(Casal da).* Na freg. de S. Torquato, conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Carapur. Pov. e regedoria do conc. de Sanquelim, distr. de Gôa, na India, comprehendendo a pov. de Sarvona.

Carar. Aldeia pertencente á divisão Etly-Pahw, ao norte do rio Sandalcalo, no conc. de Nagar-Avely, distr. de Damão, na India.

Cararol. Pov. da prov. ou região dos Bellos, na ilha Timor, Oceania, na costa S E.

Cararpará. Aldeia pertencente á divisão de Uply-Pahw, ao sul do rio Sandalcalo, no conc. de Nagar-Avely, distr. de Damão, na India.

Carache. Ilha do archipelago de Bijagoz. V. *Caraxa.*

Caratão. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Mação, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de Santa Izabel, de Teixeira, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || Logar na freguezia de S. Miguel, de Celavisa, do mesmo concelho e districto.

Caravana. Logar na freg. de S. Julião, de Moreira do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Ilha situada no rio Casamansa, no distr. da Guiné, Cabo Verde, proximo da margem esquerda do rio. E' plana, coberta de matagal ao S, e tem uma excellente praia de areia branca ao N. Tambem lhe chamam *Carabane.* || Cabo da ilha Caravana.

Caravéla. Genero de embarcação de pequena tonelagem e de vélas latinas, usada nos seculos XV e XVI. De caravélas se compunham as armadas portuguezas, no tempo em que sulcavam os mares, realisando as grandes descobertas que tanto nobilitaram Portugal. || Antiga moeda de prata, do valor de 210 réis.

Caravéla. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de S. Julião de Palacios, conc. e distr. de Bragança. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Travanca, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Quinta na freguezia de S. Pedro, concelho de S. Pedro do Sul, districto de Vizeu. || Quinta na freguezia de Santa Maria, de Pombeiro de Riba, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Quinta na freg. de N. S.ª da Conceição, de Villa Fernando, conc. e distr. da Guarda. || Ilha do archipelago de Bijagoz, a S E da ilha de Caraxa, da qual a separa um pequeno canal. E' muito baixa, mas das mais povoadas. Tambem é chamada *Carbelle* ou *Corbelha* e *Camona.* || Parcel situado a S E da ilha do mesmo nome. Tem 6 k. de comprimento N S.

Caravéla do Campo e **Caravéla da Robusta.** Dois logares na freg. de N. S.º da Purificação, de Represa, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Caravélas. Pov. e freg. de S. Braz, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança; 383 hab. e 79 fog. Tem est. post. e esc. do sexo masc. A pov. dista 13 k. da séde do conc., e está situada n'uma campina, d'onde se vê Vinhaes, Moutalegre, e outras terras, tanto ao N. como a O. Perteuceu ao conc. dos Cortiços, que foi supprimido em 1855, conservando-se no de Mirandella. Até 1759 fôram seus donatarios os marquezes de Tavora, passando então para a Corôa. A terra é fertil. Teve juiz da vara, homens do accordam, quadrilheiros e jurados, todos sujeitos ás justiças de Mirandella e á provedoria de Moncorvo. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Caravélas de Baixo e **de Cima.** Duas povoações do conc. e distr. de Villa Real, uma na freg. de Santa Maria, de Adoufe, e outra na freg de Santa Maria, de Borbeila.

Caravellas(*José Joaquim Carneiro de Campos, marquez de*). Doutor em Direito Civil pela Universidade de Coimbra. N. na Bahia em 4 de março de 1768. Era filho de José Carneiro de Campos e de D. Custodia Maria do Sacramento.

Seus paes o destinavam á carreira ecclesiastica; revelando, porém, notavel talento, veiu para Portugal, e matriculou-se na Universidade de Coimbra, nas faculdades de Theologia e Mathematica. Não querendo seguir a vida ecclesiastica, conseguiu que seus paes o deixassem tomar o grau de doutor em Direito Civil. Vindo para Lisboa, o conde de Linhares lhe pediu para se encarregar da educação de seus filhos, e depois o empregou na secretaria dos negocios da fazenda. Foi exercendo este emprego, que em 1807 acompanhou a familia real ao Brazil. Mais tarde passou para o ministerio do reino, em que chegou a ser official-maior. Em 1816 foi nomeado secretario da nova fundação dos estudos da Universidade de Coimbra, e escolhido em 1821 para uma commissão encarregada do exame do Thesouro. Em 1823, estando o Brazil já em plena insurreição, e tendo Carneiro de Campos tomado o partido de D. Pedro foi pela provincia do Rio de Janeiro eleito deputado. Continuou depois no Brazil, exercendo importantes cargos; foi ministro do novo imperio e falleceu em 1836, tendo o titulo de marquez de Caravellas.

Caravellas *(Manuel Alves Branco, visconde de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. na Bahia a 7 de junho de 1797. Era filho do negociante João Alves Branco e de D. Anna Joaquina de S. Silvestre. Em 1815 veiu para Portugal, matriculou se na Universidade de Coimbra nas faculdades de Direito, Mathematica e Philosophia; fez uns cursos distinctos, mas formou-se sómente no de Direito. Em 1824 regressou á Bahia, estando já o Brazil independente, onde o novo governo o nomeou juiz de fóra. Não voltou mais a Portugal, tornando-se um vulto importante na politica, na terra da sua naturalidade; exerceu elevados cargos, fallecendo em 1854, tendo sido agraciado com o titulo de visconde de Caravellas.

Caravellinha *(Quinta da)*. Na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Caravellinha de Baixo e **de Cima**. Dois casaes na freg. de S. Geraldo, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Caravellinha de Dentro e **de Fóra**. Duas quintas na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Caraxa. Monte na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Vimieiro, conc. de Arraiolos, distr. de Evora. || Ilha do archipelago de Bijagoz, Africa Occidental. E' muito baixa; todavia ha ao N uma enseada cheia de baixios. E' muito povoada, mas não é possivel communicar com os seus habitantes, que são intrataveis pela sua má fé. || Baixo situado ao N. da ilha Caraxa. Tem cerca de 13 k. de extensão e divide-se em dois parceis que se estendem na direcção E O: o oriental tem perto de 10 k. de largura e descobre na extensão de quasi 7 k.; o occidental, de areia branca e algumas conchas, é muito ingreme, e estende-se de N E a S O por uns 2 k. Estes parceis estão separados por um pequeno canal de 1.500 m. de largura e 9 a 16 de profundidade.

Caraxo. Herdade e pomar na freg. de N. S.ª dos Martyres e conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Carazona. Herdade na freg. de N. S.ª da Conceição da Rocha, de Cabeça Gorda, conc. e distr. de Beja. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Carazonas *(Herdade das)*. Na freg. de N. S.ª da Estrella, annexada á de Amarelleja, conc. de Moura, distr. de Beja.

Carazonita *(Herdade da)*. Na freg. de N. S.ª da Conceição da Rocha, de Cabeça Gorda, conc. e distr. de Beja.

Carbona. Cidade antiquissima da Luzitania, que existiu na prov. do Minho, no alto d'um monte que fica por cima de Santa Maria do Carvoeiro, no conc. de Espozende, e da qual ainda ha vestigios. Consta que era muito vasta. Dizem que se chamava Carbona pelo muito carvão que ali se fazia. Foi destruida pelos arabes em 716. Tinha um convento de frades benedictinos, que tambem foi arrasado. Estando despovoada, D. Affonso Magno a deu, pelos annos de 1050 a um fidalgo que a povoou de colonos, e reconstruiu o convento, que se ficou chamando de *Santa Maria do Carvoeiro.*

Carça *(Thiago de)*. Escudeiro fidalgo da casa de D. João III, pelos annos de 1551. Este monarcha nobilitou-o em virtude do seu merito como esculptor. A unica prova authentica que existe d'este artista, e que basta para o collocar entre os mais apreciados, são as cadeiras choraes da capella-mór da egreja do Carmo, esculptura em relevo com uma grande variedade de bellas figuras. Esta obra foi encommendada em 1548. Houve quem duvidasse da existencia d'este artista; essas duvidas, porém, cessaram, desde que se descobriu, entre varios documentos pertencentes áquelle convento, um recibo datado de 1554, que prova ter elle construido o coro d'esta egreja. No recibo é chamado *Escudeiro fidalgo da Casa d'El-Rei*, mestre das obras de esculptura do rei e habitante de Lisboa. Na *Lista dos Artistas*, o cardeal de S. Luiz chama lhe *Carta* e não *Carça*. No *Dictionaire historico-artistique de Portugal*, o conde A. Raczynski dá-lhe o nome de *Diogo Carça.*

Carcajal. Pov. na freg. de Santa Maria, de Mujães, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Carcamige. Pov. na freg. de S. Martinho, de Dume, conc. e distr. de Braga.

Carcamo. Familia que descende do fidalgo leonez Diogo Carcamo, que acompanhou o infante D. Luiz, irmão de D. João III, para Portugal quando voltou da jornada de Tunis. Tinha o seu solar em Asturias no logar de Carcamo. As suas armas são: Em campo azul um leão xadrezado de prata e vermelho com a cabeça e pés de prata; o timbre é o mesmo leão.

Carção. Pov. e freg. de Santa Cruz, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Vimioso, distr. e bisp. de Braganca; 1:359 hab. e 356 fog. Tem est. post. permutando malas com Vimioso, escolas para ambos os sexos, fabricas de cortumes e colla; feira a 17 de agosto. A pov. dista 5 k. da séde do conc., e está situada n'uma serrania entre os ribeiros de Angueira e das Maçãs. Foi do conc. do Outeiro, até ser supprimido em 1855. A pov. é pouco fertil, cria algum gado; apparece aqui muita caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Carçãozinho. Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Serapicos, conc. e distr. de Bragança.

Carcaria. Logar na freg. de S. João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Carcavão. Logar na freg. de S. Thiago e conc. de Belmonte, distr. de Castello Branco.

Carcaveira. Logar na freg. de Santa Maria, de Sá, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Carcavelha. Logar na freg. de S. Miguel, de Fontoura, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Carcavellos *(Casa solar de)*. E' no logar de Carcavellos, freguezia de S. João Baptista de Coucieiro, do antigo concelho do Pico de Regalados e, hoje, de Villa Verde, que fica situada a casa solar de Carcavellos, a qual foi fundada por João Xavier Soares, capitão do regimento de milicias de Ponte da Barca, e por sua mulher D. Maria Thereza de Azevedo, 5.ª neta legitima de Antonio Barreto de Lima e Abreu, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher D. Francisca de Azevedo, descendente da casa solar de Azevedo, de que nos occupámos a paginas 943 do 1.º volume. Tem a casa solar de Carcavellos uma boa capella, sob a invocação de Nossa Senhora das Dôres, na qual jaz o referido fundador. N'este templo contrahiu matrimonio, em 16 de janeiro de 1812, com D. Maria Joaquina Feio Soares de Azevedo de Andrade e Athayde, um filho segundo do alludido fundador, Francisco Xavier Soares de Azevedo, que foi cavalleiro da Real Ordem Militar do Nosso Senhor Jesus Christo, bacharel formado em Canones, deputado ás Côrtes em varias legislaturas e um dos heroes da Constituição de 1820. Na mesma capella celebrou missa o arcebispo de Braga, D. Manuel Baptista da Cunha, desde 29 de outubro até 5 de novembro de 1903, em que esteve hospedado n'aquelle solar, por occasião da sua visita pastoral ao arcyprestado de Villa Verde. E' actual senhor e representante da casa solar de Carcavellos, em successão ao primeiro conde de Carcavellos, conselheiro Francisco de Campos de Azevedo Soares, seu filho Albano de Campos de Castro de Azevedo Soares, nascido em Braga a 18 de agosto de 1862, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra (julho de 1889), conservador privativo do registo predial da comarca de Mação, desde 1898 até 1901, em que foi exonerado por assim o ter requerido; e senhor tambem das casas e respectivas quintas de Varges, Mascate e Toural, tambem em successão a seu pae. O brazão d'armas da casa de Carcavellos é o seguinte: Escudo partido em pala: a 1.ª esquartelada; no 1.º quartel, em campo de ouro uma aguia negra estendida e armada de vermelho, cinco estrellas d'ouro de cinco pontas, postas em santôr; orla azul, carregada de oito cruzetas de prata; e assim os contrarios. A 2.ª pala, cortada em faxa; na 1.ª, em campo vermelho, um castello d'ouro com torre, e em cada um dos angulos, uma flôr de liz de prata; na 2.ª, em campo azul, trez cabeças de leão de prata, postas em roquete. Timbre, a corôa de conde, com uma aguia do escudo. Tem dois griphos por supportes, e pendente a commenda da Conceição. Este brazão encontra-se registado no cartorio da Nobreza do Reino, livro 10.º, folhas 77 verso do Regulamento Geral dos Brazões, e o respectivo Alvará no archivo da Torre do Tombo, livro 8.º do Regulamento das Mercês, a folhas 85 verso.

Casa solar de Carcavellos

Carcavellos *(Francisco de Azevedo Soares de Campos de Castro, 2.º visconde e 2.º conde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 1 de junho de 1886, bacharel formado em Direito pela pela Universidadede Coimbra, a 27 de junho de 1879; delegado do procurador regio nas comarcas de Villa Franca do Campo e Mertola, por decretos de 17 de fevereiro de 1881 e 10 de novembro do mesmo anno, cargo este de que foi exonerado, por assim o ter requerido, em 1884. Exerce actualmente as funcções de 1.º substituto do juiz de Direito da comarca de Braga; é socio correspondente do *Instituto Portuense d'Estudos e Conferencias*, para que foi eleito em sessão do respectivo conselho d'administração de 26 de novembro de 1897. Nasceu na cidade de Braga a 14 de junho de 1857 e é o actual senhor da casa e quinta d'Aldar, em que succedeu a seus paes, os 1.ºs condes de Carcavellos, já fallecidos. O titulo de visconde foi-lhe concedido em verificação de vida, no de seu pae, por decreto de 14 de agosto e carta de 9 de outubro de 1879; sendo elevado a conde, tambem em verificação de 2.ª vida, por decreto de 23 de janeiro de 1905. Casou na referida cidade a 23 de fevereiro de 1884 com D. Maria Julieta Pereira Felicio, a qual nasceu a 20 de novembro de 1865 e é filha dos 1.ºs condes de S. Mamede, tambem já fallecidos. Teem os 2.ºs condes de Carcavellos estes filhos: Nuno de Campos de Castro Pereira de Azevedo Soares, que nasceu a 16 de fevereiro de 1885 na freguezia do Coração de Jesus da cidade de Lisboa; Francisco Maria de Campos de Castro Pereira de Azevedo Soares, que nasceu no dia 27 d'agosto de 1893 na freguezia de S. Victor da cidade de Braga.

Carcavellos *(Francisco de Campos de Azevedo Soares, 1.º visconde e 1.º conde de)*. Nasceu a 22 de abril de 1818 na casa solar de Carcavellos, da qual foi senhor e possuidor bem como das casas e respectivas quintas de Varges, Mascate e Toural, em que succedeu a seus paes. Foi senhor tambem das casas e respectivas quintas

de Villa Nova e da Porta, em que succedeu a sua tia D. Anna de Jesus Soares de Azevedo, e ainda da casa e quinta d'Aldar. Era filho do dr. João Manuel de Azevedo Soares, que tomou parte na guerra peninsular com o posto de capitão d'auxiliares, e que na magistratura judicial exerceu os cargos de juiz de fóra de Ponte da Barca, superintendente e juiz conservador dos Reaes Lanificios da Covilhã, e juiz de direito da extincta comarca do Pico de Regalados, e de sua mulher D. Antonia Luiza da Silva Campos; neto paterno de João Xavier Soares, capitão do regimento de milicias de Ponte da Barca, e de sua mulher D. Maria Thereza de Azevedo; e neto materno de Sebastião Manuel Antonio da Silva Vasques, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra (1771) e de sua mulher D. Brisida Fernandes de Mattos e Barros, senhora herdeira da casa e quinta de Varges. Matriculando-se na Universidade de Coimbra, na faculdade de Direito, teve a formatura em junho de 1814, apoz a qual abriu banco no Pico de Regalados, ondeexerceu a profissão de advogado até 1854 e onde exerceu tambem os cargos de vogal da Camara Municipal (1843-1844), presidente da referida camara (1845-1854), administrador do concelho e 1.º substituto do juiz de direito, sendo para este cargo nomeado por decreto de 10 de janeiro de 1846. Em Braga, onde fixou a sua residencia no anno de 1854, exerceu os seguintes cargos: membro da junta geral do districto (1850); presidente da Camara Municipal (1856-1857); presidente da junta geral do districto (1859); administrador do concelho (1861); governador civil do districto (1862); e 1.º substituto dojuiz de direito (1865-1875). Presidiu ao jury da secção dos trabalhos graphicos e litterarios da Exposição Agricola, que se realisou na cidade de Braga em outubro de 1863, bem como ás assembléas geraes da Companhia do Gaz, Banco do Minho e theatro de S. Gerald., etc.; e exerceu varias outras commissões de interesse publico, como a de presidente das commissões administradoras do Collegio dos Orphãos de S. Caetano e Conservatorio das Orphãs do Menino Deus, da mesma cidade, etc. Foi considerado como um dos primeiros advogados do Minho, e na imprensa jornalistica tornou-se notavel pela forma correcta como atacava o adversario, sahindo sempre victorioso nas pugnas em que se empenhava. Como politico, acompanhou sempre o partido progressista, do qual foi um leal e dedicado servidor, sendo em Braga seu chefe durante o longo periodo de 1865 até 1889, anno em que pela sua idade, se exonerou d'esta missão. Possuia as seguintes mercês honorificas:

1.º Conde de Carcavellos

Commendador da Real Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa (decreto de 10 de novembro de 1862); conselheiro de Sua Magestade Fidelissima (decreto de 13 de outubro de 1868); visconde de Carcavellos, em duas vidas (decreto de 2 d'outubro de 1879) e conde de Carcavellos, tambem em duas vidas (decreto de 14 de fevereiro de 1889). Casou em 1854, na cidade de Braga, com D. Euzebia Luiza Leite Castro, a qual nasceu a 25 de abril de 1826 e foi senhora das quintas das Oliveiras, Torneiros de Cima, Torneiros de Baixo e Monte d'Arcos, em successão a seu tio e 1.º marido, Francisco Antonio Leite de Castro. Era filha de João Alvares da Costa e de sua mulher D. Maria Rosa Leite de Castro, neta paterna de Francisco Alvares e de sua mulher D. Custodia Rodrigues da Costa, e materna de José Luiz Ferreira de Lima e de sua mulher D. Euzebia Lourença Leite de Castro e Vasconcellos, sendo esta, por sua mãe, D. Anna Joaquina Leite de Castro e Vasconcellos, descendente do paço solar de Ayró, Torre de Geraz, solar dos Barros, Castello de Faria, Casa e Honra de Cardoso, Leites, de Basto, e Castros, da Casa de Lemos em Hespanha. O conde de Carcavellos falleceu a 14 de outubro de 1901 no solar de Carcavellos, e a condessa, sua mulher, a 15 de julho de 1896, na cidade de Braga, ficando do seu matrimonio os filhos seguintes: 1.º D. Maria Amelia de Campos de Castro de Azevedo Soares, que nasceu a 4 d'agosto de 1855 e falleceu a 23 de janeiro de 1885 no estado de solteira; 2.º, Francisco de Azevedo Soares de Campos de Castro (V. *Carcavellos, 2.º visconde e 2.º conde de*); 3.º D. Maria das Dôres de Campos de Castro de Azevedo Soares, que nasceu a 4 de janeiro de 1859; 4.º Eduardo de Campos de Castro de Azevedo Soares, que nasceu a 18 de fevereiro de 1861 e falleceu a 3 de março do mesmo anno; 5.º Albano de Campos de Castro de Azevedo Soares (V. *Carcavellos, Casa solar de*); 6.º Eugenio de Campos de Castro de Azevedo Soares, senhor do prazo e quinta das Oliveiras e da quinta de Torneiros, o qual nasceu a 29 de setembro de 1863; 7.º Eduardo de Campos de Azevedo Soares (2.º do nome), bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra (junho de 1888), sub-delegado do procurador regio da comarca de Barcellos, para que foi nomeado por decreto de 4 de agosto de 1887, delegado do procurador regio nas comarcas de Extremoz (decreto de 20 de setembro de 1890), Valle Passos (decreto de 7 de fevereiro de 1895), Povoa de Lanhoso (decreto de 19 de setembro de 1896) e Villa do Conde (decreto de 23 de fevereiro de 1899), auditor administrativo do distr. de Angra do Heroismo, para que foi nomeado por decreto de 3 de dezembro de 1903, juiz de

Brazão do conde de Carcavellos

direito da comarca de Alcacer do Sal por decreto de 21 de abril de 1904, e da comarea de Caminha, para que foi nomeado por decreto de 15 de dezembro do mesmo anno; nasceu a 22 de setembro de 1864 na cidade de Braga e succedeu a seu pae nas casas e respectivas quintas de Villa Nova e da Porta; casou a 28 de maio de 1904 na ilha Terceira com D. Lydia Sieuve de Seguier Borges do Amaral e Campos, a qual nasceu a 13 de outubro de 1884 e é filha de Alfredo Ferreira de Campos, que exerceu o cargo de professor do Lyceu Nacional de Angra do Heroismo, e de sua mulher D. Leonor de Boim Sieuve de Seguier Borges, neta paterna de Frederico Ferreira de Campos e de sua mulher Madame Marie Louise Eugenie de Thibouth, da illustre familia dos Thibouths de França (V. *Campos, Frederico Ferreira de)*, e materna de Antonio Sieuve de Seguier Camello Borges e de sua mulher D. Maria Emilia Zagalo Nogueira Freire do Amaral (V. *Camello Borges*, *Antonio Sieuve de Seguier*); 8.º D. Ermelinda de Campos de Castro de Azevedo Soares, que nasceu a 15 de maio de 1869.

Carcavellos. Pov. e freg. de N. S.ª dos Remedios, da prov. da Extremadura, conc. de Cascaes, com., distr. e patriarc. de Lisboa; 533 hab. e 69 fog. Tem esc. do sexo feminino, est. do caminho de ferro na linha de Cascaes, entre as de Parede e de Oeiras, est. post. e telegr. permutando malas com a capital, e serviço de encommendas, etc. Carcavellos fica a pouca distancia da torre de S. Julião e a 2 k. da séde do conc.; está situada muito proximo do mar, n'uma elevação pittoresca e saudavel, mas um pouco agreste, vendo-se grande parte do Oceano, muitas povoações e outras terras. A pov. pertenceu ao conc. de Oeiras, que foi supprimido pelo decreto de 26 de setembro de 1895, passando ao de Cascaes, onde se conserva ainda hoje, não obstante ter sido restaurado aquelle conc. pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. A matriz está collocada ao centro da praça, tendo junto um chafariz com abundancia d'agua; na povoação ainda existem mais duas fontes publicas. O prior era apresentado pelo ordinario, e tinha de congrua 100$000 réis. A povoação pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa. E' defendida por um forte que se levanta na praia, em sitio arenoso, e por uns rochedos inaccessiveis, que por si só se defendem. Ha em Carcavellos abundancia de peixe de boa qualidade, e umas pedreiras muito vastas de marmore branco bom para edificações. Carcavellos é uma pequena região vinhateira, e tornou-se notavel pela qualidade de seus vinhos, os quaes, sendo conhecidos pelo nome da terra, são exportados e muito apreciados como vinhos generosos. D'estes destacam-se os da quinta de *S. Gonçalo*, de que é proprietario o sr. Lucio Vecchi, o do bem conhecido Paulo Jorge, hoje pertencente ao sr. Manuel Rodrigues de Pinho, e o fino moscatel da quinta do *Lameiro*, do sr. Nicolau José da Costa. Ha ainda a quinta *Nova de Santo Antonio*, onde está estabelecido o Cabo Submarino, e a dos condes da Lapa, que tem soffrivel casa de residencia, jardins e muitas arvores silvestres. Antes da molestia das vinhas era muito rendosa, porque recolhia na sua adega um dos melhores vinhos da localidade. Hoje intitula-se *Adega Social de Carcavellos* e está sob a direcção do sr. conde de Mossamedes, fidalgo d'aquella illustre casa. A quinta *Nova de Santo Antonio* pertenceu ao morgado da Alagôa. Está situada entre Carcavellos e o mar, e foi construida no seculo XVIII pelo avô d'este fidalgo, José Francisco da Cruz, thesoureiro do real erario, e creado por el-rei D. José morgado titular da Alagôa. Era irmão de Anselmo José da Cruz, senhor dos morgados e da villa de Sobral de Monte Agraço. A quinta é notavel pelo palacio que se ergue ao centro, o qual tem quatro frentes; uma para um grande pateo entrada principal, ao qual conduz uma extensa alameda, que principia junto á povoação de Carcavellos, duas deitam para a quinta, e a outra recáe sobre o jardim, ficando voltada para o Oceano, que lhe fica proximo, de fórma que os seus torreões se avistam do mar a grande distancia, servindo de balisa aos navegantes. Tem uma ermida dedicada a Santo Antonio, e espaçosas salas. A mais nobre occupa todo o corpo central da fachada, de sorte que as janellas superiores fazem de tribunas para o interior, sendo guarnecidas de balaustrada. E' uma sala construida com muita grandeza, em cujas paredes se viam dois quadros a oleo com os retratos, em corpo inteiro, do fundador e da mulher, sendo nos cantos decorada com quatro bustos de marmore de Carrara, de proporções naturaes, collocados sobre pedestaes tambem de marmore. El-rei D. José gostava muito d'este palacio e da quinta, e ali foi almoçar e passear algumas vezes, durante dois annos em que esteve tomando banhos no Estoril. Esta quinta está hoje em muita decadencia, mas chegou a produzir 500 pipas de vinho, antes da molestia das vinhas. E' n'esta vastissima propriedade que está estabelecido, conforme dissémos, o Cabo Submarino para Inglaterra, Açôres e Madeira. A companhia ingleza do Cabo Telegraphico Submarino comprou-a em 1872, escolhendo aquelle edificio por estar collocado muito proximo do mar, distando 20 k. da capital. Amarram n'esta estação cinco cabos submarinos. Nas vastas salas do palacio installaram-se as respectivas repartições, e os apparelhos telegraphicos, que são dos mais modernos e aperfeiçoados. Os empregados, na maior parte inglezes, residem no edificio. Ali possuem uma bibliotheca, e a um lado do jardim diversos jogos, como o *lawn-tennis*, *foot-ball* e *cricket*. Tem tambem uma extensa pista para os exercicios de bicycletas. Ao centro do jardim ergue-se um grande mastro, por meio meio do qual, com o emprego de signaes convencionaes, os empregados da estação se correspondem com todos os navios que pertencem á companhia. E' a esta pequena colonia ingleza que se deve em parte o desenvolvimento e a prosperidade de Carcavellos nos ultimos tempos. No dia 27 de agosto de 1893 inaugurou-se o cabo submarino para os Açôres, que é de grande utilidade administrativa e commercial. Entre esta povoação e a de Parede, onde era o antigo forte do Junqueiro, está hoje organisado um Sanatorio para creanças escrophulosas, o qual se inaugurou em 24 de agosto de 1902. Carcavellos é actualmente um dos sitios mais pittorescos para passar a epoca balnear, e todos os annos ali affluem muitos forasteiros. A festa de N. S.ª dos Remedios costuma ser pomposa, assim como o arraial que por esta occasião se realisa.

Carcavellos. Povoações nas seguintes fregue-

zias: S. João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Bagunte, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Thomé, de Bitarães, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Thiago, de Carreiras, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Coucieiro, do mesmo conc. e distr. || S. Martinho, de Dume, conc. e distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Eirol, conc. e distr. de Aveiro. || S. Pedro, de France, conc. e distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Fregim, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, de Gilmonde, conc. de Barcellos, distr. Braga. || Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra. || Santo Izidoro, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Lousa, conc. de Loures, distr. de Lisboa. || S. Thiago, de Lustosa, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Martinho, de Mancellos, conc. de Amarante, distr. do Porto. || O Salvador, de Mattosinhos, conc. de Bouças, distr. do Porto. || S. Thomé, de Negrellos, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || O Salvador, de Parada de Gatim, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Vicente, de Penso, conc. e distr. de Braga || Santo André, de Rendufe, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Thiago, de Riba d'Ul, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Purificação, de Samuel, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || Santa Maria, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Santo André, de Victorino dos Piães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Maria, de Goios, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Carcavellos. Logares nas seguintes freguezias: S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Senhorinha, de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Vicente, de Boim, conc. de Louzada, distr. de Braga. || Santa Leocadia, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Pedro, de Calvello, conc. de Ponte do Lima distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Gestaçô, conc. de Baião, distr. do Porto. || O Salvador de Infesta, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Longos Valles, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Paio, de Ruilhe, conc. e distr. de Braga. || S. Vicente, de Sousa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Miguel, de Varziella, do mesmo conc. e distr. || S. João Baptista, de Villa do Souto, conc. e distr. de Vizeu.

Carcavellos. Casaes na freg. de N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N. d'Ourem distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. João Baptista, de Runa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Carcavellos de Baixo e **de Cima.** Povoações na freg. de N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Carcavide. Logar na freg. de S. Bento, de Varzea, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Carcere. Pov. na freg. de S. Paio, de Casaes, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Pov. na freg de S. João Evangelista, de Nespereira, do mesmo conc. e distr. || Logar na freg. de S. Matheus, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Carcereira. Quinta na freg. de S. Bartholomeu, da Charneca, 3.º bairro, de Lisboa. || Quinta na freg. de N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa.

Carcereiro. Pov. do conc. de Cazengo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Carchonde. Aldeia pertencente á divisão de Uply-Pahw, ao sul do rio Sandalcalo, no concelho de Nagar-Avely distr. de Damão, na India.

Carcoa. Pov. na freg. do Salvador, de Bertiandos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Carcova de Baixo e **de Cima.** Duas povoações na freg. de Santa Maria, de Martim, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Carda. Logar na freg. de S. Thiago, de Valladares, conc. de Baião, distr. do Porto.

Cardadouro Pov na freg. de S. Martinho, de Freixieiro de Soutello, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Cardaes. Pov. na freg. de S. Simão, de Brogueira, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de Santos Cosme e Damião, de S. Cosmado, conc. de Armamar, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de Santo André, de Molares, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Vagos, distr. de Aveiro. || Ilha da Madeira; pov. na freg. de S Vicente, conc. de S. Vicente, districto do Funchal. || Logar na freg. de S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Ilha da Madeira; bairro na freg. de Santa Beatriz, de Agua de Pena, conc. de Machico, distr. do Funchal. || Monte na freg. de S. Pedro, de Evora Monte, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Miguel, de Machede, conc. e distr. de Evora.

Cardal. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Carreira, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga || N. S.ª da Purificação, de Freixianda, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Landim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Margarida de Coutada, conc. de Constancia, distr. de Santarem. || S. Romão, de Milhazes, conc. de Barcellos, distr. de Braga || N. S.ª da Conceição, de Olhalhas, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || N. S.ª da Purificação, de Samuel, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || S. Vicente, de Vacariça, conc. de Mealhada, distr. de Aveiro. || S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Cardal. Logares nas freguezias: O Salvador, de Bente, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santo Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro. || N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Cette, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Cruz, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Purificação, de Freigil, conc. de Rezende, districto de Vizeu. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Santa Marinha, de Nevogilde, conc. de Villa Verde, distr. Braga. || N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. V. N. d'Ourem, distr. de Santarem. || Santa Marinha, de Ramires, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Thiago e concelho de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Cardal. Herdade na freg. de Santa Victoria, conc. e distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Sebastião, de Budens, conc. de Villa do Bispo, distr. de Faro. || Monte na freg. de S. Lourenço de Mamporcão, conc. de Extremoz, districto de

Evora. || Quinta na freg. de N. S.ª da Graça, de Forno Telheiro, conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda. || Quinta na freg. de S. Sebastião, de Villa Cortez do Mondego, conc. e distr. da Guarda. || Ilha de Santa Maria; pov. na freguezia de N. S.ª da Purificação, de Santo Espirito, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada.

Cardal de Baixo e **de Cima.** Dois montes na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Abella, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Cardal Grande e **Pequeno.** Duas povoações na freg. de N. S.ª da Annunciação, de Palhaes, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Cardalinho. Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. || Monte na freg. de Santo Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Cardanha. Pov. e freg. de N. S.ª da Oliveira, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. da Torre do Moncorvo, distr. e bisp. de Bragança; 641 hab. e 124 fog. Tem esc. para o sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie, d'onde se vêem varias povoações. Foi antigamente do conc d'Alfandega da Fé. Fôram seus donatarios até 1759 os marquezes de Tavora, passando então para a Corôa. A terra é pouco fertil; corre-lhe proximo o rio Sabor. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Cardão *(Quinta do).* Na freg. de S. Sebastião, de Baldos, conc. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu.

Cardaral. V. *Cordazal.*

Cardeaes. Logar na freg. de S. Bartholomeu, de Villa Cã, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Herdade na freg. da Santissima Trindade, conc. e distr. de Beja. || Quinta na freg. de N. S.ª da Conceição, de Abitureiras, conc. e districto de Santarem.

Cardeaes dos Gaiteiros e **Cardeaes de Santarem.** Duas povoações na freg. de N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Cardeal. Cada um dos 70 prelados do sacro-collegio, que teem voto no conclave para a eleição do papa. Tem por insignias um manto de purpura e um chapéo encarnado. A creação d'um cardeal pertence á autoridade soberana do papa, que, no entretanto, por condescendencia, consulta os outros cardeaes. Bem que em virtude das suas funcções, os cardeaes sejam chamados a residir junto dos papas, desde o seculo XII estes conferem essa dignidade a um certo numero de prelados que vivem em differentes pontos da christandade. O numero de cardeaes tem variado muito; Sixto V é que o fixou definitivamente em 70. Os cardeaes fórmam tres ordens: bispos, presbyteros e diaconos. Estes titulos são absolutamente independentes do caracter sacramental conferido pela ordenação, pois que não é necessario ser presbytero, nem mesmo ligado irrevogavelmente ao clero, para alcançar o cardinalato, bastam as ordens menores. Quanto á edade, Paulo V fixou-a em 25 annos. Aos 22 póde mesmo ser-se nomeado *cardeal-diacono.* E' o papa quem concede o barrete cardinalicio, e como ha numero fixo, depois de se terem dado algumas vagas, o papa declara ao seu consistorio secreto os nomes d'aquelles que tenciona elevar a essa dignidade. Os novos cardeaes apresentam-se ao pontifice revestidos com os habitos respectivos, e já com a tonsura cardinalicia. Prostram-se-lhe aos pés, o papa impõe-lhe o barrete, fazendo sobre elle o signal da cruz, dizendo: *Esto cardilis.* O novo eleito tira então o barrete, beija os pés do Santo Padre, terminando assim a cerimonia. Quando o novo cardeal não está em Roma, um dos camareiros do papa é encarregado de lhe levar o barrete, e a imposição é feita pelo nuncio, ou pelo soberano, um arcebispo ou um bispo do paiz em que elle resida. A imposição do barrete não dispensa o novo cardeal de ir receber das mãos do papa o chapéo encarnado. No dia marcado o cardeal é conduzido á capella Sixtina. Os cardeaes antigos entram a dois e dois na sala da audiencia, e depois de terem prestado obediencia ao papa, dois dos que pertencem á ordem dos diaconos vão buscar o novo cardeal, e conduzem-o á presença do pontifice. Depois de tres reverencias, sóbe os degraus do throno e o papa dá-lhe o *osculum oris.* Em seguida o novo cardeal dá a todos os outros o *osculum pacis,* e a orchestra entoa o *Te-Deum.* Os cardeaes dirigem-se então á capella papal, e dão uma volta á roda do altar indo o novo cardeal á direita d'um dos antigos, depois do que ajoelha nos degraus do altar e o primeiro mestre de cerimonias lhe põe na cabeça o capuz da capa. O novo cardeal prostra-se então no chão, conserva-se assim emquanto se entôa o *Te Deum,* e

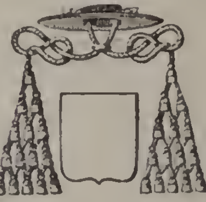
Brazão de cardeal

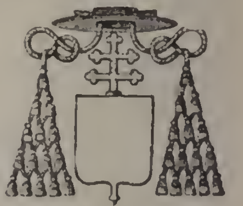
Brazão de cardeal-patriarcha

até que o cardeal decano termine a leitura de certas orações do pontifical romano. Concluida esta cerimonia e apresentada ao novo cardeal a bulla do juramento, e tendo elle jurado que está prompto a derramar o seu sangue pela santa egreja romana e pela conservação dos privilegios do clero apostolico, voltam os cardeaes á sala do consistorio na mesma ordem em que vieram. O novo cardeal ajoelha em frente do pontifice, um mestre de cerimonias puxa-lhe para a cabeça o capuz, e o pontifice colloca-lhe em cima o chapéo de velludo encarnado, recitando algumas orações do ritual. Retirando-se o papa, os cardeaes fórmam um circulo, e o seu novo collega vae ao centro agradecer-lhes a honra de o receberem no seu gremio, depois do que vão os antigos cardeaes um por um cumprimental-o. D. João V teve o maior interesse em alcançar o chapéo de cardeal para o primeiro patriarcha de Lisboa, D. Thomaz d'Almeida, com a declaração de que eguaes honras fôssem concedidas a todos os seus successores. Dispendeu muito dinheiro, mas conseguiu da curia romana que as sua rogativas fôssem ouvidas, e ainda hoje os patriarchas de Lisboa são elevados a cardeaes no primeiro consis-

torio que se realiza depois da sua nomeação para aquelle logar. Avilés, na sua *Ciencia heroyca*, falando dos cardeaes, diz que estes timbram os seus escudos com um chapéo forrado de vermelho, guarnecido de cordões de seda da mesma côr entrelaçados um no outro, e pendentes para os dois lados, cada um atado em laços, de quinze bor as, terminando em cinco, assim dispostos 1, 2, 3, 4, 5. Os cardeaes, que são patriarchas ou arcebispos primazes, põem por baixo do chapéo forrado de vermelho e por detraz do escudo das suas armas uma cruz de quatro braços, como se vê da gravura.

Cardeal. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || Pov. e quinta na freg. de S. Sebastião de Rendo, conc. de Sabugal, distr. da Guarda. || Monte na freg. de Santo Estevão, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Quinta, na freg. de N. S.ª da Conceição, de Souto, conc. de Sabugal, distr. da Guarda.

Cardealinho (*Monte do*). Na freg. de N. S.ª da Graça, de Ribeira, conc. de Souzel, distr. de Portalegre.

Cardeira (*Estevão*). Jesuita, prégador e professor, natural de Alvito, que falleceu em 1694. Formou-se na Universidade de Evora, entrou para o instituto jesuitico d'essa mesma cidade, onde tambem ensinou humanidades, philosophia e theologia moral. Deixou os seus sermões em manuscripto.

Cardeira (*Padre Luiz*). Jesuita, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, onde tambem foi lente de Thelogia moral, da Sagrada Escriptura, etc. Nasceu em Alvito em 1617, fal. em Evora a 28 de julho de 1684. Era filho de Antonio Pires e de Joanna Cardeira. Entrou no noviciado da Companhia, em 13 de março de 1673. Estudou humanidades, e recebeu o grau de doutor a 19 de dezembro de 1658. Governou a casa professa de Villa Viçosa e o collegio de Santarem. Os seus sermões fôram publicados depois da sua morte pelos padres do collegio de Evora, em 1687, n'um volume, com o titulo: *Sermões, dedicados ao apostolo S. Francisco Xavier.*

Cardeira. Pov. na freg. de S. Julião, de Lage, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Casal na freg. de Santo Ildefonso, de Moutargil, conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre. Herdade na freg. de S. Bento de Anna Loura, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Monte, na freg. de S. Bento do Cortiço, do mesmo conc. e distr. Monte na freg. de N. S.ª do Loreto, de Juromenha, conc. de Alandroal, dist. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. de Evora. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Cardeirinha (*Casal da*) Na freg. de Santo Ildefonso, de Montargil, conc. Ponte de Sôr, distr. de Portalegre.

Cardeiros (*Monte de*). Na freg. de Santo Antonio, de Terrugem, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Cardelha. Pov. na freg. de S. Thiago, de Sampriz, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Cardella Pov. na freg. de S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Cardenas. Familia originaria de Hespanha. Tem por armas, em campo de ouro. dois lobos. e uma bordadura branca com oito estrellas de ouro. Os da Estremadura trazem orla vermelha com oito conchas de ouro. Os de Maqueda, oito S S de ouro em campo vermelho. Tomaram o appellido de Cardenas, em Arjona.

Cardenas (*Bartholomeu de*). Pintor muito considerado, que falleceu em Madrid em 1606. Era de origem hespanhola, mas nascido em Portugal no anno de 1547. Foi discipulo de Affonso Sanches Coelho, com quem seguiu para Madrid. Todas as suas obras são em Hespanha.

Cardenho. Logar na freg. de S. Romão de Arcgos, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Cardi. Familia originaria de Florença. Simeão Cardi, no tempo de D. João III, foi estabelecer-se na ilha da Madeira, e teve por brazão: Em campo de prata, tres faxas de prata com chefe de ouro, e n'elle um crescente sanguinho.

Cardia (*D. Amelia*). V. *Santos Costa* (*D. Amelia Cardia dos*).

Cardia. Pov. na freg. de N. S.ª do Ameal, de Villa da Ponte, conc. de Sernancelhe, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de Santa Luzia, de Sarzeda, do mesmo conc. e distr. || Logar na freg. de S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr de Aveiro.

Cardia de Baixo e **de Cima.** Duas povoações na freg. de Santa Maria de Penha Longa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Cardido. Pov. na freg. de S. Chistovão, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Quinta na freg. de S. Thiago, de Brandara, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Cardieiras. Logar na freg. de S. João Baptista, conc. de Alcochete, distr. de Lisboa.

Cardiellos. Pov. e freg. de S. Thiago Maior, da prov. do Minho, conc. e districto de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 679 hab. e 151 fog. Tem escola do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 8 k. do séde do conc. e está situada proximo do rio Lima. O seu primitivo orago foi Santa Margarida, mas depois passou a ser S. Thiago. O papa e o ordinario apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 120$000 réis de renda. Nas duas margens do rio Lima, em frente d'esta freguezia ha vestigios de fortificações romanas ou dos antigos lusitanos. Ha aqui a torre de Moure ou de D. Sapo. Antigamente a povoação tinha o nome de *Cardellos.* A terra é pouco fertil e pertence á 3.ª div. mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. no conc. da Feira. V. *Mourão.*

Cardiga (*Quinta da*). V. *Gollegã.*

Cardiga Cimeira e **Cardiga Fundeira.** Duas povoações na freg. de Sant'Anna, de Cumeada, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Cardigos. Villa e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da pov. da Estremadura, conc. e com. de Mação, distr. de Santarem, bisp. de Portalegre; 2:475 hab. e 500 fog. Tem esc. para o sexo masc. e caixa post. permutando malas com Abrantes, fabricas de vellas de cêra. A pov. dista 10 k. da séde do conc., e está situada entre dois montes na estrada de Castello Branco a Abrantes. Tinha uma commenda do mestrado de Christo, sendo a terça parte do seu rendimento para os bispos da Guarda. D. Affonso Henriques a tomou aos moiros em 1135. Eram seus donatarios os grãos-priores do Crato, por ser uma das 12 villas d'aquelle priorado. Já era villa em 1521. A matriz é de 3 naves e o vigario da villa d'Amendoa apresenta-

va annualmente o cura, que recebia 15$000 réis e 30 alqueires de trigo, pagos pela commenda, e o pé d'altar. Tem Misericordia e hospital, fundado em 1620 por Francisco Moreno Calado, parocho que foi d'esta villa, tendo os mesmos privilegios da Misericordia de Lisboa, por provisão de 1640. Tinha dois juizes ordinarios, dois vereadores e procurador do concelho, feitos pelo pelouro e confirmados pelo ouvidor da comarca do Crato; escrivão da camara, judicial e notas, 1 alcaide e 2 almotacés; uma companhia de ordenanças com seu capitão e officiaes, confirmados pelo grão-prior do Crato, sem sujeição a mais ninguem. A terra é abundante em cêra e mel, gado e caça. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes.

Cardim. Familia originaria de Inglaterra, de onde o seu descendente Roberto Cardim veiu para Portugal com a rainha D. Filippa de Lencastre, mulher de D. João I. Tem por armas, em campo de ouro uma alcachofra com um cardo, tudo de verde; o timbre um leão de ouro com um cardo verde na garra direita.

Cardim *(Padre Antonio Francisco)*. Jesuita; missionario na India e na China. N. em Vianna do Alemtejo em 1596, fal. em Macau a 30 d'abril de 1659. Era filho de Jorge Cordeiro Froes, desembargador da Casa da Supplicação, e de D. Catharina de Andrada. Professou em 1611, contando 15 annos de edade, e em 1618 partiu para o Oriente com o bispo do Japão Diogo Valente e mais 30 religiosos. Chegando a Gôa, e estudadas as faculdades de Philosophia e Theologia, passou á China como missionario, conseguindo muitas conversões ao Christianismo em Sião e Toukim. Recolhendo a Macau, exerceu o logar de reitor durante 4 annos, e por duas vezes foi mestre dos noviços. Sendo nomeado procurador da sua provincia, veiu do Oriente a Roma, e d'ali seguiu para Portugal, partindo novamente para Gôa a 15 de abril de 1649, a bordo da nau *S. Lourenço*, que naufragou na viagem, podendo elle salvar-se com os seus companheiros. Depois de tantos trabalhos e fadigas falleceu com 63 annos de edade. Emquanto esteve em Roma, escreveu em latim tres opusculos, que se publicaram em 1646 e 1648 n'aquella cidade, e que elle proprio traduziu, reunindo dois n'um só volume, que saiu em Lisboa em 1650, com o titulo: *Elogios e Ramalhete de flôres, borrifado com o sangue dos Religiosos da Companhia de Jesus, a quem os tyrannos do imperio do Japão tiraram as vidas por odio da fé catholica, com o catalogo de todos os Religiosos e Seculares, que por odio da mesma fé foram mortos n'aquelle imperio até o anno de 1640.* O outro opusculo já tinha saído em portuguez, tambem em Lisboa em 1643, com o titulo: *Relação da gloriosa morte de quatro embaixadores portuguezes da cidade de Macau, com cincoenta e sete dos seus companheiros degolados pela fé em Nangasaqui a 3 de agosto de 1640.* Escreveu mais: *Relação da viagem do galeão S. Lourenço, e sua perdição nos baixos de Monxicale*, Lisboa, 1651. Este livro em que o padre Cardim descreve os trabalhos que passou, e os mais que naufragaram com elle, foi depois reproduzido na denominada *Collecção dos Naufragios.*

Cardim *(Padre Fernão)*. Jesuita, missionario no Brazil. N. em Vianna do Alemtejo em 1540, fal. na Bahia em 27 de janeiro de 1625. Entrou na Companhia de Jesus em 1555, tendo 15 annos de edade. No anno de 1582, sendo ministro no collegio de Evora, foi escolhido para acompanhar o visitador Christovão de Gouveia e o governador Manuel Telles Barreto, ao Brazil, onde chegaram a 3 de março de 1583. Ali se conservou perto de 18 annos, exercendo, entre outros logares, o de reitor do collegio do Rio de Janeiro. Eleito procurador da Companhia, partiu para Roma em 1600, porém pouco tempo se demorou na curia romana e e voltando ao Brazil em 1601 acompanhado pelo visitador Madureira, o navio que os transportava, encontrou o celebre e temivel corsario inglez Francis Cook, que aprisionou, levando para Inglaterra tripulação e passageiros. Fernão Cardim, comtudo, foi restituido a Portugal, valendo-lhe talvez para isso um valioso manuscripto que trazia comsigo, que encerrava noções curiosas ácerca da ethnographia brazileira, e que teve de deixar em Inglaterra. Esta obra escrevera Fernão Cardim em 1584, estando no Brazil, e foi traduzida na lingua ingleza e publicada em 1625 na valiosa collecção de *Purchas*, que sem dizer o nome do autor, declara comtudo que foi tomada a um jesuita, que Francisco Cook aprisionara em 1601. Entretanto, Fernão Cardim chegara a Portugal, voltando novamente ao Brazil em 1603, com a nomeação de provincial. Terminando o tempo do seu provincialato, foi nomeado reitor do collegio da Bahia. Exercia este logar, quando os hollandezes atacaram aquella cidade, e apezar da sua velhice, retirou-se, fugindo ao dominio heretico, para a cidade de Abrantes, onde falleceu com 85 annos de edade. A obra de Cardim publicada por Purchas, foi em 1881 retraduzida em portuguez pelo dr. Ferreira de Araujo, com o titulo: *Do principio e origem dos Indios do Brazil e de seus costumes, adoração e ceremonias pelo padre Fernão Cardim*, e publicada n'esse mesmo anno no Rio de Janeiro com annotações feitas pelo dr. Baptista Caetano d'Almeida Nogueira. O padre Fernão Cardim ainda escreveu outra obra, que tem o seguinte titulo: *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuitica pela Bahia, Ilheos, Porto-seguro, Pernambuco, Espirito Santo, Rio de Janeiro*, etc., *escripta em duas cartas ao Padre Provincial em Portugal.* Este inedito, cujo manuscripto original existe na Bibliotheca Publica de Evora, foi impresso na Imprensa Nacional de Lisboa, em 1847, por diligencia do erudito escriptor brazileiro Francisco Adolpho Varnhagem, depois visconde de Porto Seguro.

Cardim *(Padre João)*. Jesuita. N. em Torre de Moncorvo, fal. em Braga a 18 de fevereiro de 1615. Era filho de Jorge Cordeiro Froes desembargador, e de sua mulher, D. Catharina de Andrada. Professou aos 26 annos de edade. Falleceu com fama de santo, e em 1643, segundo o padre Francisco de Santa Maria, no 1.º vol. do *Anno historico*, a pag. 296, tratou-se da sua canonisação, mas parece, que se não realisou.

Cardim *(João Pedro Gomes)*. *V. Gomes Cardim.*

Cardim. Horta e monte na freg. de Santa Maria, de Alcaçova, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre.

Cardinas *(João Vicente)*. Sargento mór, que em 1810, servindo em Moçambique debaixo das ordens de Antonio Manuel de Mello e Castro, e

empregando pela primeira vez a artilharia no sertão, castigou cruelmente alguns regulos sublevados; depois em 1811, á frente d'uma expedição de perto de 3:000 homens, poz a ferro e fogo as povoações maritimas de outras tribus rebeldes. O nome de Cardinas foi por muito tempo o terror dos cafres.

Cardona *(Julio)*. V. *Silva (José Julio Cardona da)*.

Cardosa. Pov. na freg. de S. Simão, de Sarnadas, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || Logar na freg. de S. Miguel, de Varziella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Monte na freg. de S. Bento do Matto, conc. e distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª d'Atalaia e conc. de Fronteira, distr. de Portalegre.

Cardosas. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Estremadura, conc. de Arruda dos Vinhos, com. de Villa Franca de Xira, distr. e patriarc. de Lisboa; 733 hab. e 140 fog. Tem correio. A pov. dista 15 k. da séde do conc. E' terra abundante de vinhos. Passa aqui a ribeira do Bagueiro. Pertence á 1.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 5 com a séde em Lisboa. Tendo sido annexada ao concelho de Villa Franca de Xira pelo decreto de 26 de setembro de 1895, que extinguiu o conc. d'Arruda dos Vinhos, voltou a este, por ser restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. || Logar na freg. de Santa Maria, de Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Casal na freg. de N. S.ª da Consolação, de Cezimbra-Castello, conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa. || Casal e quinta na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Enxara do Bispo, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Casal na freg. do Salvador e conc. de Sobral de Mont'Agraço, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de S. João, conc. e distr. de Beja. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Cardosinhas. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. Neste logar onde se vêem poucas habitações, possue o sr. Antonio Joaquim José Pereira, armador da sé patriarchal de Lisboa, uma propriedade e uma elegante capella dedicada a N. S.ª da Saude. Em tempos remotos, consta, haver existido ali uma familia de appellido Cardoso, que deu o nome á localidade, que é hoje conhecida pelas *Cardosinhas*. Havia já uma capella, que se julga ser da mesma invocação de N. S.ª da Saude, cuja origem se não conhece, e que o tempo, ou talvez o terremoto de 1755 arruinou completamente, estando abandonada desde então, chegando as suas ruinas a servirem por vezes de abrigo a cavalgaduras. O sr. Pereira, tornando-se proprietario, restaurou a capella, fornecendo-a de paramentos e de tudo o preciso para o culto religioso, construiu-lhe uma torre, onde se collocaram alegres sinos, dotando a localidade com um melhoramento, que a torna mais commoda e mais agradavel aos proprios moradores e aos das proximidades. A inauguração e benção da capella fez-se com toda a solemnidade em 8 de setembro de 1901, e desde então todos os annos, durante a estação calmosa se realisa festa, procissão e arraial, onde concorre muita gente dos arredores, e pessoas de Lisboa, que a convite do sr. Pereira ali vão hospedar-se em sua casa. Dizem que a antiga imagem, quando a capella se profanou, se recolheu na egreja do logar das Cardosas, onde parece ainda conservar-se, e que a actual foi remettida de Lisboa. || Casaes na freg. de S. Miguel, de Cardosas, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

Cardoso. No tempo d'el-rei D. Sancho I já se encontra este appellido de familia, tendo solar na quinta de Cardoso, em Lamego. As suas armas são: em campo vermelho dois cardos de verde floridos, com flôres e raizes de prata, entre dois leões de ouro batalhantes, armados de vermelho; timbre, uma cabeça de leão de ouro, saindo-lhe pela bocca um cardo verde florido de prata.

Cardoso *(Padre André)*. Jesuita. N. em Coimbra em 1630, fal. a 18 de julho de 1696. Era filho de André Cardoso e de Maria Baptista Entrou no noviciado da Companhia de Jesus a 4 de outubro de 1644, e professou a 15 de agosto de 1665, Doutorou-se na Universidade de Evora, onde foi professor e chanceller; tornou-se muito apreciado pelos seus sermões, e ainda mais pela elegancia dos seus versos latinos, que facilmente compunha, mas de que só se imprimiram um poema. em honra de fr. Antonio da Conceição, e um epigramma em louvor da *Chronica da Ethiopia* do padre Balthazar Telles; dos seus sermões sómente se imprimiu o que escreveu nos desposorios da filha de D. Pedro II, D. Izabel, com o duque de Saboya, desposorios que se mallograram.

Cardoso *(Anna)*. Actriz de valor, que falleceu já bastante edosa, em 12 de outubro de 1878. Principiou a sua carreira artistica, debutando no antigo theatro da Rua dos Condes em 1853, começando logo a manifestar grande vocação para a scena, no genero comico. Entre outras, entrou na comedia *Isidoro o vaqueiro*, em que se distinguiu. Passou depois ao theatro de D. Fernando, que ha bastantes annos se transformou em hotel no largo de Santa Justa, e ali se revelou actriz dramatica de bastante merecimento, na peça em que se estreou em 1 de setembro de 1856, *O rei e o eremita*, drama sacro em 3 actos, do fallecido actor e escriptor Braz Martins, desempenhando o papel de *Emparedada*, que o publico sempre applaudia com enthusiasmo. Esteve depois no Gymnasio, representando em grande parte do reportorio de dramas, comedias e farças, agradando sempre, tanto no genero dramatico, como no comico e caracteristico. Em differentes epocas, lembra-nos de ter entrado nas seguintes peças: *Tia Maria*, *Dente da baroneza*, *A pastora dos Alpes*, *A aristocracia e o dinheiro*, *Oração de mãe*, *A probidade*, *Mysterios sociaes*, *O defensor da egreja*, *Trabalho e honra*, *A associação na familia*, *O lenço branco*, *O cabo da caçarola*, *A tia Anna de Vianna*, *Abençoada diabrura*, *O lago de Kilarney*, *Nem Cesar nem João Fernandes*, *Joanna do Arco*, *O fidalguinho*, *Moços e velhos*, *Prodigos e economicos*, *Casamento singular*, etc. Anna Cardoso foi ao Brazil, onde se demorou 4 annos, conseguindo sempre ser applaudida. Regressando a Lisboa, passou a ultima phase da sua vida artistica no theatro de D. Maria, desempenhando papeis de grande responsabilidade na *Morgadinha dos Cannaviaes*, *Loucura ou santidade*, *Visconde de Letoriéres*, etc..

Cardoso *(Antonio Francisco)*. Official do exercito que em 1836 fez parte da junta governativa da provincia de Moçambique, em virtude da carta regia de 4 de setembro de 1835. Exercia então o logar de director da alfandega. Em 1837 tornou a fazer parte do conselho do governo da mes-

ma provincia, conforme o decreto de 7 de dezembro de 1837. Tinha então a patente de coronel.

Cardoso *(Antonio José Ferreira)*. Actor actualmente no theatro do Gymnasio. V. *Ferreira Cardoso.*

Cardoso *(Antonio Maria)*. Capitão de fragata; explorador africano, etc. N. em Lisboa a 5 de maio de 1849, fal. n'esta mesma cidade a 17 de novembro de 1900. Era filho de Joaquim Maria Cardoso, antigo empregado da Junta do Credito Publico. Assentou praça em 1862, sendo promovido a guarda marinha em outubro de 1871, e seguindo os respectivos postos, teve a promoção de capitão de fragata em novembro de 1895. A primeira viagem de exploração que Antonio Maria Cardoso fez, foi ás terras de Mussila na Africa Oriental, que obteve os melhores resultados. Em 9 de julho de 1888 partiu para a expedição ao Nyassa, tendo por companheiros de viagem Paiva de Andrada, Augusto Cardoso e Victor Cordon. Chegou a Moçambique em 15 de agosto, e logo procurou organisar a expedição, mas não o podendo conseguir, foi para Chiboane, a vêr se ali arranjava interpretes, alcançando depois de grandes difficuldades, organisar parte da expedição e seguir para Inhamissengo, continuando até ao Zambeze, e d'aqui até ao Chire, em companhia de Paiva de Andrada, d'onde partiu para o Marral, que era o ponto de partida da expedição. Do Marral ao Nyassa teve de abandonar parte do seu pessoal por falta de mantimentos. Apezar d'este contratempo, seguiu ávante, mas outras difficuldades o esperavam. O regulo Matapire recebeu-o mal, porém Antonio Maria Cardoso, com a sua prudencia e bom senso pratico, soube evitar a guerra com que pretendia provocal-o, e procedendo da mesma fórma com os Makololos, que encontrou em peores disposições, conseguiu afinal chegar ao Nyassa a 12 de dezembro, onde estabeleceu a missão e se demorou algum tempo estudando aquelle paiz. No Nyassa encontrou bom acolhimento, e recebeu a vassailagem de 14 regulos para o rei de Portugal. Voltou depois a Quelimane doente, onde pediu para ser substituido, o que não pôde alcançar, sendo encarregado pelo governo de organisar as expedições dos tenentes Valadim e Lourenço, e a do alferes Sousa, que acompanhou os missionarios enviados pelo cardeal Lavigerie. Depois voltou ao Zambeze, recebendo ali ordem para regressar a Lisboa, onde chegou no principio de maio de 1890, juntamente com Victor Cordon, Paiva de Andrada e Serpa Pinto. Foi brilhante a recepção que obtiveram. No dia 19 do referido mez de maio offereceu a Sociedade de Geographia um banquete aos recem-chegados africanistas, o qual se realisou no salão de entrada do theatro de S. Carlos. Antonio Maria Cardoso foi eleito deputado em 1890. Os seus valiosos serviços prestados em Africa obtiveram-lhe as maiores distincções. Tinha as commendas das ordens da Torre e Espada, de N. S.ª da Conceição, de Christo e de S. Bento de Aviz; a medalha de ouro de serviços prestados no ultramar, as medalhas de prata de comportamento exemplar e a de ouro da expedição aos mamarraes. Agostinho Cardoso, irmão do corajoso explorador, offereceu á Sociedade de Geographia a espada e o revolver que acompanharam Antonio Maria Cardoso nas suas viagens de exploração.

Antonio Maria Cardoso

Cardoso *(Antonio Pedro)*. Cirurgião e lente na Escola de Lisboa. N. n'esta cidade em 1791, onde tambem falleceu a 21 de março de 1839. Escreveu: *Do estado actual da Cirurgia em Portugal*, que saiu no tomo I do *Jornal das Sciencias Medicas;* nos tomos II e IV ha tambem artigos seus.

Cardoso *(Augusto)*. Official de marinha, que acompanhou Serpa Pinto a Africa em 1884, na expedição que teve por fim abrir caminho directo sobre a margem do lago Nhassa, ao S do parallelo de Cabo Delgado. A expedição seguiu do Mossuril para o norte, ao longo do litoral e na epoca das chuvas, entrando pelo paiz de Matibana, em direcção á bahia de Fernão Velloso, seguindo depois até á Quissanga e Ibo, e fazendo de toda esta zona um levantamento primoroso e interessantissimo, apezar das crueis privações que teve de passar. Do Ibo voltou a expedição sobre o Mutepuezi, em direcção a Mêdo, d'onde Serpa Pinto teve de ser conduzido para a costa, quasi moribundo. Partindo de Mêdo, a expedição dirigiu-se a Metarica, a encontrar o rio Lienda, affluente do Rovuma. Feita expontanea e cordealmente por parte do potentado de Metarica a sua submissão a Portugal, Augusto Cardoso continuou a seguir o Lienda, e attingiu o Nhassa nas terras de Cuirassia, arvorando ali com a possivel solemnidade e com perfeito accordo dos indigenas a bandeira portugueza. Do lago desceu por Blantyre, dirigindo-se para leste, passando o Ruo ou Luo, junto do monte Melange, e vindo sair a Quelimane, tendo feito um trajecto total de 2:500 k. O numero das observações e das determinações astromicas e metereologicas realisadas foi enorme, e o estudo geral muito interessante. A expedição soffreu as maiores privações, chegando a cegar completamente Augusto Cardoso.

Cardoso *(Avelino Lopes)*. Medico pela Escola de Lisboa; antigo interno dos hospitaes, e medico da Santa Casa da Misericordia, etc. N. n'esta cidade no anno de 1874. E' filho de Avelino Cardoso e de D. Henriqueta Lopes Cardoso. Começou os seus estudos no Lyceu em 1884, tendo 10 annos de edade, passou á Escola Polytechnica em 1889, matriculando-se depois na Escola Medica em 1891 onde fez um curso distincto, sendo approvado com louvor na maioria das cadeiras. Defendeu these em 22 de julho de 1896, que tambem lhe mereceu a classificação de louvor, a qual tem por titulo: *O tratamento da ozena pelo sôro anti-diphterico.* Foi externo e interno dos hospitaes, sendo este ultimo logar obtido por concurso de provas publicas, e actualmente é medico da Misericordia. Desempenha o cargo de secretario geral da Junta Liberal, de que foi um dos iniciadores, é presidente da direcção da

missão Elias Garcia em Lisboa, socio da Sociedade de Geographia, da Sociedade das Sciencias Medicas e seguintes associações: dos Medicos de Lisboa, Propagadora do Ensino, Protectora da Primeira Infancia, do Asylo de S. João, etc. O senhor Avelino Lopes Cardoso foi tambem um dos fundadores da instituição para o ensino laical *O Vintem das Escolas*. E' um dos medicos lisbonenses que mais se tem evidenciado na clinica infantil.

Avelino Lopes Cardoso

Cardoso *(Domingos Cyriaco)*. Compositor de musica de opera comica. N. no Porto a 8 d'agosto de 1846, fal. em Lisboa a 17 de novembro de 1900. Era filho de João Cardoso, tambem musico, que tocava nas orchestras dos theatros e em festas de egreja, e de D. Maria Theodora Cardoso. Seu pae começou a ensinar-lhe a arte musical, logo na primeira infancia, e o discipulo revelou tanta vocação, que aos 13 annos entrou como violino para o theatro de S. João. Tinha muita facilidade em tocar qualquer instrumento, mas em que se tornou mais habil, além do violino, foi na viola e no violoncello. Quando em 1866 se inaugurou o Palacio de Crystal, a direcção creou uma escola de musica dirigida por Dubini, que teve por auxiliares alguns dos principaes musicos portuenses, entre os quaes figurava Cyriaco Cardoso. Foi tambem por essa epoca que principiou a manifestar-se a sua aptidão como compositor, e não tardou que apresentasse uma valsa, intitulada *Ella*, que obteve um exito extraordinario, e se tornou muito popular. Sendo escolhido para mestre da banda do Palacio de Crystal, veiu a Lisboa dar alguns concertos no antigo Passeio Publico, que chamaram enorme concorrencia, e fôram muito afamados. A sua valsa *Ella* era sempre tocada recebendo muitos applausos, e tanto se vulgarisou que se ouvia por todo o paiz tornando o nome do seu autor ainda mais conhecido. Animado por tão feliz exito, publicou outras composições identicas, como as valsas *Leonor*, *Lucia*, *Le Tage*, algumas polkas, etc. Em 1873 foi ao Rio de Janeiro, onde deu alguns concertos como violinista, e desempenhou as funcções de maestro do theatro lyrico D. Pedro II. Em seguida percorreu parte da America do Sul, voltando depois ao Rio de Janeiro como director musical de diversas companhias dramaticas. Em 1877 fez uma viagem de instrucção a Paris, onde se demorou algum tempo. Quando em 1881 a sociedade de quartetos classicos do Porto se transformou no Orpheon Portuense, Cyriaco Cardoso tomou parte como violoncellista nas sessões e concertos realisados desde então, substituindo Joaquim Cazella, que era o violoncellista da primitiva sociedade. Para ser ouvida nos concertos do Orpheon, escreveu uma *Serenata* para 4 violinos com acompanhamento de piano, cujos primeiros executantes fôram elle proprio, Nicolau Ribas, Marques Pinto, Moreira de Sá e Alfredo Napoleão; depois tem sido repetida por outros. Fazendo parte do Orpheon, foi contratado para maestro da companhia lyrica do theatro de S. João, na epoca de 1884-1885, e n'essa qualidade foi a Italia escolher cantores. Nos fins de dezembro de 1885 deixou o theatro lyrico, e tentou uma empresa de concertos populares no theatro do Principe Real, que não foi a effeito. Tomou então de arrendamento o theatro Baquet, e organisou uma companhia de opera comica, que muito agradou, levando á scena as operas comicas *Os dragões de Villares*, *Garra de Açor*, *Giroflé Girofla*, etc. Em 20 de 1888 deu-se a lamentavel catastrophe do incendio d'este theatro, que causou o mais profundo desgosto a Cyriaco Cardoso, e muito mais porque viu fallecer um seu filho, consequencia d'aquella desgraça. Depois tomou o theatro de D. Affonso, organisando nova companhia de opera comica, mas pensando tambem em tentar a opera lyrica. Cantou-se então o *Freyschutz*, *Guarany*, *Linda de Chamounix*, *Carmen*, *Fra Diavolo*, etc. Não teve grandes lucros com esta empresa, e em principios de 1891 veiu para Lisboa, promovendo a formação d'uma sociedade de artistas que arrendou o theatro da Avenida. Ali se cantaram as operas comicas: *Direito feudal*, *Meia Azul*, e a *Grã-Duqueza de Gerolstein*. O theatro, que até então fôra muito malfadado, começou a ser bastante concorrido, mas no que obteve um verdadeiro successo foi no *Burro do senhor alcaide*, dos escriptores D. João da Camara e o fallecido Gervasio Lobato, que pela primeira vez se representou a 14 de agosto de 1891. A musica era de Cyriaco Cardoso. Esta peça causou o maior enthusiasmo, e por muito tempo se conservou em scena. Deu-se depois a magica *O valete de copas*, cuja musica tambem foi escripta por Cardoso; seguiu-se o *Solar dos Barrigas*, dos mesmos escriptores e musica do mesmo maestro, que pela primeira vez appareceu no palco do theatro da Rua dos Condes a 4 de setembro de 1892. Cyriaco Cardoso ainda escreveu musica para mais duas peças populares, dos referidos escriptores: *Cócó, Reineta e Facada*, que não agradou, mas que foi depois modificada, sendo então ouvida com mais agrado nos theatros do Porto e do Brazil, recebendo o titulo de *Bibi & C.ª*. A outra peça foi *O testamento da velha*, que tambem teve boa acceitação. Ligando-se depois ao empresario Taveira, ia todos os annos com elle ao Brazil, continuando a escrever musica para muitas peças de differentes generos, revistas, magicas, etc. Além das peças já citadas, lembra-nos *A lenda*

Domingos Cyriaco Cardoso

do rei de Granada, as revistas: *Tourada, Ali... à preta* e o *Ramerrão, O relogio magico*, etc.

Cardoso *(Fernando* ou *Isaac)*. Doutor em medicina, theologo e philosopho. N. em Celorico da Beira, mas ignoram-se as datas do nascimento e da morte; consta que vivia ainda em Amsterdam em 1681. Esteve muitos annos em Hespanha, onde foi nomeado physico-mór de Filippe IV em 1640, passou depois á Italia, abjurando em Veneza a lei de Christo em que fôra educado, e abraçando publicamente a de Moisés. Com a mudança de religião trocou o seu nome de Fernando pelo de Isaac Cardoso. As obras, que publicou, fôram todas em latim e castelhano, cujos titulos veem no vol. II da *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado.

Cardoso *(Fernão)*. Pagem da toalha de D. João III, e governador do castello de S. Jorge da Mina. Foi natural de Santarem, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era poeta, e no *Cancioneiro* de Rezende vem publicados alguns dos seus versos. Escreveu: *Cartas a diversas pessoas, a saber: duas ao duque de Bragança; uma a D. Pedro de Lobo; duas a Diogo de Sequeira; uma a Vasco Fernandes, e outra a D. Henrique de Menezes.*

Cardoso *(Padre Francisco)*. Jesuita. N. em Fornos d'Algodres em 1544, fal. em Lisboa, na casa professa de S. Roque a 20 de setembro de 1604. Era filho de Francisco Cardoso e de Izabel Dias. Entrou para a Companhia de Jesus, no collegio de Coimbra, a 15 de março, de 1562. Passava por ser o primeiro prégador do seu tempo, e improvisava no pulpito com a maior facilidade. Tinha fama de bom theologo, e deixou uns poucos tratados theologicos manuscriptos. Ensinava a doutrina christã pelas praças e ruas, o que lhe alcançou grande popularidade.

Cardoso *(Francisco)*. Engenhoso poeta que viveu nos fins do seculo XVI, e que escreveu em 1591 um poema em 4 cantos, que ficou manuscripto, mas que parece filiar-se nos poemas cavalheirescos da renascença italiana. Chama-se *Historia dos amores do capitão Sertorio com a formosa Rorea, filha do nobre Spano, senhor de Eboo.*

Cardoso *(Padre Gaspar)*. Jesuita. N. em Fronteira no anno de 1559, fal. em Evora a 23 de setembro de 1638. Era fiho de André Cardoso e de Ignez Fernandes. Entrou para o noviciado da Companhia de Jesus a 25 de dezembro de 1577. Foi professor de humanidades. O arcebispo de Evora, D. Theotonio de Bragança, considerava-o muito pela sua grandecrudição, e sem pre queria que o acompanhasse, quando visitava o arcebispado. Foi reitor do collegio da ilha da Madeira e procurador da sua ordem em Madrid. Deixou manuscriptas umas *Meditações para todos os dias da semana*, e um *Calendario Romano para resar as Horas Canonicas*, etc.

Cardoso *(Padre Gonçalo)*. Foi um dos jesuitas que acompanharam o patriarcha da Abyssinia, André de Oviedo. Fal. em 1574, victima da sua dedicação pela fé catholica, pois que, andando a prégar no reino de Dombe, foi assaltado por um bando, que o assassinou ás punhaladas.

Cardoso *(Jeronymo)*. Mestre de humanidades na Universidade, antes da sua transferencia de Lisboa para Coimbra, no reinado de D. João III. Era natural de Lamego, e fal. em Lisboa em 1569. Desde tenros annos revelou grande vocação para a poesia, porém, accedendo aos desejos de seu pae, tomou o grau de bacharel em Canones, vindo logo em seguida para Lisboa abrir uma aula de humanidades, que adquiriu grande reputação, tendo n'ella muitos discipulos illustres, sendo o mais illustre de todos D. Jeronymo Osorio, que foi depois bispo de Silves, e que nunca se esqueceu do seu mestre. Regeu a aula até fallecer, apezar de ter cegado nos ultimos annos; mas depois de lhe ter acontecido esta desgraça, sua filha, senhora muito illustrada, era quem explicava e lia as lições aos discipulos. Os seus versos latinos e as suas epistolas latinas, genero que no seculo XVI bastava para fazer a reputação d'um homem, que n'elle se distinguisse, o tornaram verdadeiramente célebre, e abundam nas obras contemporaneas os elogios em prosa e verso, em latim e portuguez, feitos a Jeronymo Cardoso. Publicou uma oração latina recitada na Universidade de Lisboa em 1 de outubro de 1536, uma especie de guia tambem em latim dos estudantes da Universidade, um tratado sobre os pesos e medidas da Grecia e Roma, varias poesias soltas, um livro de sylvas, dois de elegias, dois tratados grammaticaes, tudo em latim. Escreveu tambem: *Dictionarium Latino-Lusitanicum, e vice-versa Lusitanico-Latinum*, Conimbricæ, 1570. Houve mais edições d'esta obra, todas em Lisboa, em 1592, 1601, 1619, 1643, 1677 e 1694.

Cardoso *(Fr. João)*. Conego regular da ordem de Santo Agostinho, religioso franciscano da provincia dos Algarves, etc. Era natural de Portalegre, e fal. em Lisboa a 8 de maio de 1655. Sendo conego da egreja de Santa Cruz de Coimbra, passou para a ordem de S. Francisco, professando no convento de N. S.ª da Estrella, da villa de Marvão, da provincia dos Algarves. Foi qualificador do Santo Officio, examinador das tres ordens Militares, e consultor da Bulla da Cruzada. Movido de justificadas causas annullou a profissão, por sentença proferida na Relação Ecclesiastica de Lisboa a 11 de fevereiro de 1640, e, querendo voltar para a congregação de Santa Cruz de Coimbra, não pôde ser admittido, o que bastante o penalisou. Passou então a presbytero secular, e assim viveu muitos annos. Como era amigo do conde de Castro Daire, D. Antonio de Athaide, acompanhou este diplomata a Allemanha, percorrendo depois a Hespanha e outras partes na Europa. Quando pertencia á ordem de S. Francisco escreveu e publicou as seguintes obras: *Jornada da alma libertada, guiada no tempestuoso mar do mundo por Christo piloto, ao porto celestial da salvação*, etc., Lisboa, 1626; *Ruth peregrina, seus successos e boa ventura, moralisada sobre a letra do sagrado texto, Parte I*, Lisboa, 1628; 26 annos depois, em 1654, é que se publicou: *Segunda parte da convertida Peregrina, em discursos moraes e predicaveis*, etc.; *Tratado dos Escrupulos, compilado do que na materia dizem os doutores, para quiétar consciencias timoratas*, Lisboa, 1629. Em manuscripto deixou: *Luzeiro da Nobreza de Hespanha*, 24 volumes dispostos por ordem alphabetica, etc.

Cardoso *(Jorge)*. Professor de Direito Civil e advogado de causas forenses. Era muito inclinado ao estudo da historia do nosso paiz. Deixou em manuscripto: *Chronica Universal de todas as cousas que em Portugal aconteceram*, etc

Cardoso *(Jorge)*. Clerigo secular, licenceado em Theologia pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Lisboa a 31 de dezembro de 1606, fal. na mesma cidade a 3 de outubro de 1669. Era filho primogenito de Manuel Fernandes Henriques e de Marianna Cardoso. Estudou letras humanas no collegio de Santo Antão, e philosophia no convento de S. Domingos, seguindo depois o curso de Theologia na Universidade de Coimbra. Foi ordenado presbytero a 4 de julho de 1632, e obteve um beneficio simples na egreja de S. João Baptista, de Abrantes. Em 1669 partiu para Madrid por ordem do capellão-mór Luiz de Sousa, encarregado de augmentar a livraria importante d'este prelado. Em Hespanha, sendo muito considerada a sua vasta erudição, offereceram lhe o logar de chronista e uma conesia ua cathedral de Toledo, mas recusou estes elevados cargos, e regressou a Portugal. Quando falleceu, deixou aos seus amigos diversos legados de livros, que possuia, e que juntara escolhidamente, formando uma livraria de valor, não tanto pelo numero de livros, mas pela sua importancia. Entre elles conservava para memoria a *Arte Latina*, por onde estudara os rudimentos d'esta lingua. Escreveu : *Agiologio Lusitano dos Santos e Varões illustres e a virtude do reino de Portugal e suas conquistas; tomo* I *que comprehende os mezes de Janeiro e Fevereiro, com os seus commentarios*, Lisboa, 1652, *Tomo* II, *que comprehende os mezes de Março e Abril*, Lisboa, 1659; *Tomo* III, *que comprehende os mezes de Maio e Junho*, Lisboa, 1666. Tendo fallecido pouco tempo depois o padre Jorge Cardoso, D. Antonio Caetano de Sousa quiz continuar esta obra, seguindo o mesmo plano, mas publicou sómente o tomo IV, que comprehende os mezes de julho e agosto. Depois de escrever esta obra, que foi muito apreciada, tornando conhecido e considerado o nome do seu autor, foi concedida a Jorge Cardoso uma tença de 100$000 réis que, segundo parece, não chegou nunca a receber. Escreveu mais : *Officio menor dos Santos de Portugal, tirados dos breviarios e memorias d'este reino*, Lisboa, 1629 ; *Relação da fundação do convento da Madre de Deus, de religiosas franciscanas, situado fóra dos Muros de Lisboa*, etc., Lisboa, 1629; saiu anonyma. Em manuscripto deixou : *Officium parvum de Corona Spinea Domini in usum privatorum : Santurios de Portugal, e das milagrosas imagens de Nossa Senhora, apparecidas n'este reino; Tiaras Lusitanas; Bibliotheca Lusitana*. De todas estas obras faz menção no *Agiologio Lusitano*. Nos manuscriptos da Bibliotheca Nacional, de Lisboa, existe um catalogo dos livros de Jorge Cardoso, indicado a pag. 350 do respectivo inventario.

Cardoso *(José)*. Mestre da capella real no principio do seculo XVIII. Poucas noticias ha a seu respeito, e parece que as suas obras se perderam totalmente no terremoto do primeiro de novembro de 1755. Dizem que existe no cartorio da irmandade de Santa Cecilia um documento, copia d'um termo lavrado em 9 de outubro de 1702, assignado por todos os irmãos em que figura o seu nome.

Cardoso *(José Ignacio)*. N. no logar da Barroca, conc. de Fundão, a 30 de julho de 1806. Obrigado pela morte de seu padrinho a interromper os estudos que seguia na Universidade de Coimbra, retirou-se para a villa de Alpedrinha, onde se entregava á administração das suas propriedades e á lição de livros uteis. E' provavel que já tenha fallecido. Escreveu : *Orologia da Gardunha, ou breve descripção topographica da serra da Gardunha, considerada no seu estado actual; povoações existentes em um e outro lado da montanha ; noticias sobre a apparição de Nossa Senhora da Serra, e sua romaria, etc*, com um *mappa apropriado ao aspecto da serra*, Lisboa, 1848: *Noticias biographicas do desembargador José Accurcio das Neves*, Lisboa, 1849; saiu com as iniciaes do seu nome, J. I. C ; *Quadro da provincia da Beira Baixa; monumentos archeologicos e biographia de alguns varões illustres da mesma provincia*, 1861.

Cardoso *(José Pereira da Costa)*. Doutor e lente de Mathemathica na Universidade de Coimbra, professor da mesma faculdade na Academia Polytechnica do Porto, par do reino e abastado capitalista. N. n'esta cidade a 31 de outubro de 1831, onde tambem falleceu em 1886. Era filho de Manuel José Pereira. Foi cursar na Universidade de Coimbra, as faculdades de Mathematica e de Philosophia, doutorando-se em Mathematica a 31 de julho de 1857. Em 1864, sendo lente substituto extraordinario na faculdade de Mathematica, foi autorisado pela portaria de 2 de abril a reger provisoriamente uma cadeira da sua faculdade na Academia Polytechnica do Porto, que por motivos justificados não podia então ser regida pelo seu lente proprietario, nem pelo substituto. Pela portaria de 26 de outubro do referido anno, permittiu o governo que o dr. Pereira Cardoso continuasse na regencia da mesma cadeira, visto estar impedido o lente e o substituto, e não soffrer prejuizo o serviço d'aquella faculdade em Coimbra com a sua ausencia. N'esta portaria autorisava egualmente o dr. Pereira Cardoso a coadjuvar o director da Academia do Porto, quando este julgasse conveniente. Em 21 de abril de 1869 começou definitivamente a fazer parte do corpo docente da Academia Polytechnica, onde regeu por bastantes annos algumas cadeiras. Foi reitor do Lyceu do Porto e commissario dos estudos, jubilando finalmente em 22 de fevereiro de 1883, por carta regia que tem a data de 14 de junho do mesmo anno. Era possuidor de avultada fortuna, e presidente da direcção da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, um dos maiores accionistas da Fabrica de Fiação do Rio Vizella, 40 maior contribuinte do bairro occidental, onde possuia importantes propriedades, e um dos mais considerados capitalistas da cidade do Porto. Em 1880 foi elevado ao pariato; tomou parte em algumas discussões da respectiva camara, sendo a sua voz sempre escutada com respeito. Sentindo-se doente, fez uma longa viagem ao estrangeiro, aconselhada pelos seus amigos, que procuravam distrail-o. Pouco tempo antes de fallecer, entregou á Misericordia do Porto uma quantia avultada para a manutenção d'uma enfermaria para o tratamento da tisica, em memoria d'uma filha que fallecera victima d'esta doença. Deixou tambem á Misericordia, em testamento, um legado de réis 40:000$000 para o estabelecimento d'um asylo de cegos.

Cardoso *(Fr. Lopo)*. Era natural de Lisboa, onde recebeu o habito da ordem dos prégadores, e um dos missionarios de Cambodge, para onde

partiu com fr. João Madeira, depois de ter estado nos conventos da ordem de S. Francisco de Chaul e de Malaca, e de ter sido vigario em Solor. Demorou se bastante tempo n'esse reino, tendo obtido beneplacito do monarcha oriental para fundar uma egreja e ensinar doutrina aos seus vassallos, mas, fallecendo o monarcha, o filho que lhe succedeu perseguiu encarniçadamente os portuguezes, e fr. Lopo Cardoso, depois de passar muitos martyrios e privações, voltou para Gôa, d'onde o mandaram descançar para o convento de N. S.ª dos Remedios, de Baçaim, passando depois ao convento de Cochim; e tendo ido a Gôa para votar n'um capitulo, falleceu a 3 de junho de 1570. Deixou uma *Carta* manuscripta dando conta da missão de Cambodge. Esta *Carta* conservava-se na livraria dos marquezes de Abrantes.

Cardoso (*Luiz*). Congregado do Oratorio, academico da Academia Real de Historia, etc. N. em Pernes, e fal. a 3 de julho de 1769. Era filho de Antonio Cardoso e de Anna Reis. Entrou para a congregação a 7 de março de 1717. Era muito curioso das antiguidades de Portugal, e emprehendeu a publicação d'um grande *Diccionario geographico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, logares e aldeias, rios, ribeiras e serras dos reinos de Portugal e Algarve; com todas as cousas raras que n'elles se encontram, assim antigas como modernas;* tomo I, Lisboa, 1747; comprehende a lettra A; tomo II, 1752, comprehende as lettras B e C. Com este tomo se interrompeu a publicação d'esta importante obra. O autor, comtudo, deixou-a concluida, e a parte manuscripta existe inedita no Archivo Nacional da Torre do Tombo. O conhecido escriptor sr. Alberto Pimentel propoz em 1877, n'uma das sessões da Academia Real das Sciencias, de que é socio, que a Academia encarregasse um dos seus membros de corrigir, cercear no que fôsse exuberante e ampliasse no que fôsse deficiente o manuscripto do padre Cardoso, afim de ser publicado por conta d'aquella corporação scientifica. Ponderou que, para dar caracter de uniformidade á obra, valeria a pena corrigir os dois volumes já publicados, e reimprimil-os depois. A obra, porém, continua inedita. O padre Cardoso escreveu mais: *Receita Universal, ou breve noticia dos Santos especiaes advogados contra os achaques, doenças, perigos e infortunios a que ordinariamente vive sujeita a natureza humana*, Lisboa, 1727; esta obra devia ter dois tomos, mas não consta que se publicasse mais que o primeiro; *Portugal sacro-profano, ou catalogo alphabetico de todas as freguezias do reino de Portugal e Algarves, seus oragos, titulo dos parochos, e annual rendimento de cada uma*, etc., Lisboa, 1767 e 1768, 3 tomos; *Oração que recitou em 30 de abril de 1736, quando foi admittido a Collega da Academia Real*, saíu na *Collecção dos documentos da Academia Real* no mesmo anno. Em manuscripto deixou: *Clavis concionatoris sive Index expositorum in omnes Dominicas*, etc.

Cardoso (*Manuel*). Jurisconsulto muito considerado no seculo XVII; formado pela Universidade de Coimbra, onde tambem foi professor de Jurisprudencia Cesarea. Escreveu em latim um livro intitulado: *De jure aurescendi*, que se publicou em 1620.

Cardoso (*Manuel*). Esculptor, do qual se encontra uma ligeira menção na *Historia de Santarem edificada*, onde se lhe attribue a ornamentação de esculptura, que se vê na capella de Santa Rita, da egreja de Santo Agostinho d'aquella cidade.

Cardoso (*Manuel*). Capellão de D. João III e thesoureiro da sé de Leiria. Era natural de Lisboa, e fal. proximo do anno de 1595. Tornou se muito conhecido por ser autor d'um livro de cantochão, contendo todos os cantos liturgicos da semana santa, livro impresso em Leiria em 1595. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa ha um exemplar d'este livro, e outro na Bibliotheca de Evora. Tem por titulo, *Passionarivum juxta Capellæ Regis Lusitanæ consvetudinem; accentos rationem integre observans.* E' impresso a duas côres, sendo pretas as notas e collocadas sobre cinco linhas vermelhas; titulos, letras capitaes e rubricas são tambem a vermelho.

Cardoso (*Fr. Manuel*). Religioso da ordem dos carmelitas calçados, e um dos mais notaveis musicos portuguezes, que floresceram na primeira metade do seculo XVII. N. em Fronteira em 1570, fal. em Lisboa a 24 de novembro de 1650. Era filho de Francisco Vaz e de Izabel Cardoso. Tomou o habito no convento do Carmo, de Lisboa, a 1 de julho de 1588, e no mesmo convento professou a 5 de julho de 1589. Seus paes tinham ido para Evora, e Manuel Cardoso começara ali a sua educação, estudando grammatica; matriculando-se no seminario musical d'aquella cidade, applicara-se dedicadamente á musica, para que manifestava grande vocação, estudando contraponto, distinguindo-se em pouco tempo como compositor, de tal fórma que foi nomeado mestre de capella da cathedral de Evora. Depois da sua profissão e animado pela fama que adquirira, dedicou-se com todo desvello á sua arte, tornando-se um dos compositores mais afamados, compondo, porém, sómente musica religiosa. Era geralmente respeitado pelo seu talento musical, e grangeara a affeição de toda a nobreza e das pessoas reaes. Compoz um livro de missas, que foi pessoalmente á côrte de Madrid offerecer a Filippe IV, que então dominava em Portugal, e este monarcha tanto o estimou, que, além das houras que lhe concedeu, lhe deu uma boa esmola para regressar a este reino, e o nomeou desembargador da Casa da Supplicação; durante o tempo que esteve em Madrid mandou el-rei que, nos dias em que assistisse na sua capella, fôsse Manuel Cardoso quem dirigisse a musica, querendo d'esta sorte honral-o publicamente. Tambem agraciou com o habito de Christo um irmão seu. D. João IV egualmente o honrou, chamando-o muitas vezes ao paço para tratar com elle sobre a arte musical, chegando a vir ao convento procural-o na sua cella, concedendo-lhe outras muitas honras, e quando quiz adornar a livraria da musica da capella real mandou fazer os retratos dos homens mais insignes d'esta arte, cedendo-lhe o primeiro logar n'esta galeria. No capitulo que se celebrou na ordem a 13 de maio de 1628, foi eleito terceiro definidor, cargo em que tornou a ser eleito no que se effectuou em 1644. Foi tambem, em 1647, vigario do provincial, o padre mestre fr. João Coelho. Compoz 6 livros, que se imprimiram em Lisboa; 4 de *Missas*, 1 de *Magnificas*, e outro da *Semana Santa*. O das *Magnificas* em 1613; o primeiro de *Missas* em 1625, dedicado a D. João, duque de Barcellos; o segundo em 1636, dedicado ao mesmo senhor, sendo já duque de Bragan-

ça; o terceiro, impresso no mesmo anno, e offerecido a Filippe IV. Do quarto livro não encontramos data nem impressão. O livro da *Semana Santa* publicou-se em 1648, dedicado ao duque de Bragança, sendo já D. João IV, rei de Portugal. O catalogo da livraria d'este monarcha coutém as seguintes obras de fr. Manuel Cardoso, que parece terem ficado ineditas, apezar de o não declarar: 2 villancicos da Natividade, 1 a 3 vozes e outro a 3 e a 6; 3 missas: uma a 8 vozes, outra, segundo tom, a 12 vozes e outra a 8; 5 psalmos de vesperas a 8 vozes; 1 *Magnifica,* do quarto tom, a 8 vozes; 1 *Te-Deum laudamus* a 8 vozes, e outro a 4, alternado com cantochão, 1 antiphona a 8 vozes; 1 missa a 9 vozes, e outra a 8. No archivo da sé de Lisboa ha 2 *motetes* da quaresma, musica de Mauuel Cardoso, que se cantam ainda hoje, sendo um para a primeira dominga do Advento, e outro para quarta feira de Cinza, Na bibliotheca Real d'Ajuda existe um codice manuscripto, que dá noticia circumstanciada de fr. Mauuel Cardoso; é um dos volumes que sobre bibliographia portugueza escreveu o padre Francisco da Cruz nos fins do seculo XVII. Outros escriptores se teem occupado d'este apreciado compositor musical, tecendo-lhe os maiores elogios, taes como fr. Manuel de Sá, nas *Memorias historicas*, D. Nicolau Autonio, na *Bibliotheca Scriptorum Hispaniæ*, tomo I, o padre Daniel da Virgem Maria, uo *Speculum Carmelitanum*, tomo 2.º, Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana,* 3.º vol , etc.

Cardoso *(Padre Matheus*). Jesuita; doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, e missionario no reino do Congo. N. em Lisboa no anno 1584, fal. a 8 de outubro de 1625. Era filho de Pedro Gonçalves Castanho e de Brites Cardoso. Entrou na Compauhia de Jesus, no noviciado de Coimbra a 8 de novembro de 1598, professou em Angola a 28 de outubro de 1619 Ensinou letras humauas na Universidade de Evora, e passando depois ao reino do Congo, ali foi missionario evangelico, fallecendo no convento do Salvador. Escreveu: *Doutrina Christã, composta pelo P. Marcos Jorge, da Companhia de Jesus, accrescentada pelo P. Ignacio Martins da mesma Compauhia; de novo traduzida na lingua do reino do Congo por ordem do P. Matheus Cardoso, theologo, da Companhia de Jesus, natural da cidade de Lisboa*, etc. Lisboa, 1624. A versão é interlinear, trazendo primeiramente o texto portuguez, e por debaixo de cada regra a traducção correspondente na lingua congoleza.

Cardoso *(Miguel).* Exerceu o magisterio em Lisboa no começo do seculo XIX. Traduziu em portuguez: *As Instituições de Metaphysica de Antonio Genuense, accommodadas para uso dos principantes;* Lisboa, 1806.

Cardoso *(Thomé Barbosa de Figueiredo Almeida*). V. *Almeida Cardoso.*

Cardoso. Pov. ua freg. de S. Martinho dos Moiros, couc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Casal na freg. de N. S.ª da Annunciação, de Annunciada e conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de S. Braz, de Figueira, couc. de Aviz, distr. de Portalegre. || Monte na freg. do Salvador, de Alcaçovas, concelho de Vianna do Alemtejo, districto de Evora. || Monte na freg. de Santa Maria e conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Lourenço de Mamporcão, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Quinta na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Fonte Arcada, conc. de Sernancelhe, distr. de Vizeu.

Cardoso Avelino *(Antonio)*, Jurisconsulto, estadista, ministro de Estado, administrador da Casa de Bragança, etc. N. em Lamego no anno de 1825, fal. a 6 de dezembro de 1889. Era filho de paes obscuros, porém, como revelasse talento superior, foi auxiliado nos seus estudos, e pôde frequentar a Universidade de Coimbra, matriculando-se na faculdade de Direito. Quando rebentou a revolução popular de 1846, enthusiasmou-se, e com outros seus condiscipulos foi alistar-se no batalhão academico, que se organisou em Coimbra. Terminando a guerra civil, e tendo-se formado em bacharel na referida faculdade, seguiu a carreira da magistratura official. Foi depois nomeado ajudante da procuradoria geral da Corôa, junto do ministerio das obras publicas, logar em que adquiriu a maior cousideração. Apezar de não ter nunca representado papel importante na politica militante, pertencia ao partido regenerador, e Foutes Pereira de Mello, em 1891, estando encarregado de formar gabinete, o convidou para ministro das obras publicas. Cardoso Avelino trabalhou com instancia para o desenvolvimento dos caminhos de ferro no paiz, já activando a construcção da linha do Minho e Douro, já fazendo passar na camara o projecto de lei para a construcção do caminho de ferro da Beira Alta e da Beira Baixa. Em 1876 largou a pasta das obras publicas, em que ficou substituido por Lourenço de Carvalho, e passou a encarregar se da da justiça, onde se conservou até á queda do ministerio, em 1877. Voltando novamente a exercer o seu logar de ajudante do procurador geral da Corôa, não acceitou o convite que o tornava a chamar ao ministerio em 1878. Em 1881 ainda recebeu novo convite para ministro, que tambem recuson. No anno de 1885 sendo nomeado embaixador junto do Vaticano o então procurador geral da Corôa, Martens Ferrão, Cardoso Avelino ficou-o substituindo no exercicio d'aquelle elevado cargo. Quando falleceu Augusto Falcão da Fonseca, administrador da Casa de Bragança, el-rei D. Luiz, que lhe consagrava grande estima e confiança, entregou-lhe aquella importante administração, cargo que exerceu até fallecer. Cardoso Avelino era muito apreciado nas salas pela sua conversação seria e animada, e pelo seu taleuto como amador musical. Tocava muito bem piano; e com os seus amigos Cossoul e Sauvinet organisava concertos intimos, que attrahiam o maior interesse.

Cardoso de Azevedo *(Martim).* Escriptor. Era natural de Evora, e falleceu em 1614. Foi autor da *Historia das antiguidades de Evora*, que se imprimiu em Lisboa, no anno de 1732, sob o nome de Amador Patricio.

Cardoso Braga *(José).* Commendador e cavalleiro de differentes ordens, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, governador civil do districto de Aveiro, e depois do da Guarda, deputado em varias legislaturas, etc. Escreveu: *Historia do systema penitenciario na Europa, e nos Estados-unidos da America, escripta em francez por Carlos Lucas, e traduzida em portuguez*, Lisboa, 1836, 2 tomos.

Cardoso de Carvalho *(Augusto Cesar).* Vice-almirante. N. a 31 de março de 1836, fal. a 3 de

fevereiro de 1905. Assentou praça a 29 de dezembro de 1851, sendo promovido a aspirante de 2.ª classe em 3 de junho de 1852, á de 1.ª classe em 8 de agosto de 1853, a guarda-marinha em 12 de março de 1856, a 2.º tenente em 6 de maio de 1858, a 1.º tenente em 3 de fevereiro de 1859, a capitão-tenente em 14 de maio de 1878, a capitão de fragata em 9 de outubro de 1884, a capitão de mar e guerra em 25 de julho de 1889, a contra-almirante em 7 de novembro de 1895, e finalmente a vice-almirante em 28 de março de 1901. Em 1854 saiu para a estação naval de Angola no brigue *Villa Flôr*, regressando no anno seguinte, mas voltando breve para percorrer a costa occidental, sustentando no Porto da Lenha, acompanhado por um troço de marinheiros, renhido combate com uma tribu indigena, que poz em fuga. Depois seguiu para Gôa, servindo nos estados da India como immediato do brigue *D. João de Castro*. Em 1869 foi nomeado instructor da escola pratica de artilharia naval. Recebendo a nomeação de governador de Diu, serviu este cargo desde março de 1870 até junho de 1873, conseguindo a sua exoneração por falta de saude. Cardoso de Carvalho foi chefe do departamento maritimo do norte; capitão dos portos de Tavira, Caminha, Porto, Horta, tendo em 1874 transferencia para a capitania de Angra do Heroismo, d'onde regressou ao continente em 1877, embarcando pouco depois como immediato a bordo da corveta *Rainha de Portugal*. Em julho de 1880 foi nomeado governador de Timor. Cardoso de Carvalho exerceu mais os seguintes cargos: official do estado maior do Arsenal, presidente do conselho de guerra de marinha; vogal do jury de exames dos guardas-marinhas; presidente do conselho de administração da marinha; vogal das commissões encarregadas de formular novas tabellas de sobresalentes e de propôr as alterações na ordenança geral da armada; commandante do corpo de alumnos da armada, e director da Escola Naval; vogal da junta consultiva de marinha e do conselho de instrucção naval; presidente da commissão nomeada para alterar o regulamento do porto de Leixões; vogal da commissão executiva colonial e insular; presidente da commissão para liquidar as taxas de estadia no porto de Leixões; presidente da commissão para indicar e orçar a despeza a realisar com um posto de desinfecção no porto de Leixões; vogal da commissão para organisar o plano de aproveitamento do porto de Leixões, como porto commercial e accommodação d'um edificio para os diversos serviços. Foi tambem governador geral da India. O ultimo cargo que exerceu foi o de 1.º commandante do corpo de marinheiros, e quando falleceu era vice-presidente do conselho superior de marinha e vogal do supremo conselho de justiça militar. Fez parte da divisão naval, que em 1855 conduziu familia real ao estrangeiro, sendo por este serviço louvado officialmente. El-rei D. Luiz consagrava-lhe a maior estima, desde uma das ultimas viagens que o fallecido monarcha fez a Inglaterra, a bordo da corveta *Affonso d'Albuquerque*, do commando de Cardoso de Carvalho, viagem em que tambem tomou parte a corveta *Estephania*. Era o official general mais antigo, e por isso considerado o chefe da corporação da armada. Tinha a grã-cruz e a commenda da ordem de Aviz, a medalha de prata da classe de bons serviços, e a de ouro de bom comportamento militar. Era casado com a sr.ª D. Marianna da Silva Cardoso de Carvalho.

Cardoso de Carvalho (*Licinio Fausto*). Engenheiro conductor das obras publicas do Porto. N. em Ovar a 13 de janeiro de 1827, e fal. ainda muito novo, no Porto, a 12 de outubro de 1854. Na guerra civil de 1846 1847 serviu como official no corpo de *Fuzileiros da liberdade*, sob as ordens da Junta do Porto. Escreveu: *Theatro*, contendo: 1.º *Os dois proscriptos ou o jugo de Castella*, drama historico em 5 actos, Porto, 1850, com o retrato do autor e 5 estampas lithographadas; houve outra edição em 1854. No Rio de Janeiro tambem saiu impresso este drama, em 1858 e 1865, com o titulo: *Os dois proscriptos ou a restauração de Portugal em 1640*. Escreveu mais: *O Rajah de Bounsoló, drama heroico, precedido de uma historia da origem da arte dramatica;* tem 3 actos. N'um jornal litterario do Porto, chamado *Pirata*, publicou alguns capitulos d'um romance. No *Diario mercantil*, de 1862, vem um estudo litterario ácerca d'este escriptor, por Luciano Simões de Carvalho.

Cardoso Castello (*D. João*). Clerigo secular, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, advogado, vigario geral do patriarchado, arcebispo de Lacedemonia, etc.. N. em Loures, e fal. em Lisboa a 16 de novembro de 1729. Era filho do capitão Vicente Simões e de D. Antonia Cardoso. Foi educado em caso d'um seu tio, o conego José Cardoso, secretario do conselho geral do Santo Officio. Estudou em Lisboa humanidades, Philosophia e Theologia, e depois de ser ordenado presbytero, frequentou a Universidade de Coimbra, recebendo grau de bacharel em Canones. Regressando a Lisboa, abriu banca de advogado, adquirindo fama de grande letrado, tanto no fôro ecclesiastico como no secular. Passou mais tarde a ser vigario geral do novo patriarchado, e depois bispo coadjuctor do patriarcha D. Thomaz de Almeida, sendo confirmado por Clemente XI com o titulo de arcebispo de Lacedemonia. Escreveu: *Allegação da Mitra patriarchal contra a Ordem de Santiago, na qual se propõem e confutam os excessos com que o Prior-mór de Palmella, e a jurisdicção das Ordens, ampliando as faculdades de seus privilegios contra as disposições de direito... offendem e usurpam as prerogativas da mesma mitra, e sua jurisdicção ordinaria feita por mandado do ill.^mo e rev.^mo sr. D. Thomaz I, patriarcha de Lisboa*, Lisboa, 1723; saiu sem o nome do autor. Publicou-se outra, tambem sem nome, escripta em latim.

Cardoso Castello Branco (*Manuel Joaquim*). Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, conego thesoureiro-mór da mesma cidade, conego da sé patriarchal de Lisboa em 1834, sendo depois d'este anno, deputado em varias legislaturas, etc. N. na freguezia de Janeiro de Cima, do concelho do Fundão, em 1798, fal. em 1852. Era filho de José Alexandre Cardoso. Foi doutorado a 29 de julho de 1819. Passava por ser muito entendido nas materias de jurisprudencia ecclesiastica. Collaborou em varios jornaes politicos, e era o redactor principal do *Examinador*, jornal do partido cartista, publicado em Lisboa no anno de 1837. Escreveu: *A nova questão portugueza sobre a successão da corôa d'este reino*, Lisboa, 1836; *Breves reflexões sobre a doutrina*

expendida no folheto intitulado «Memoria sobre a successão da corôa de Portugal, no caso de não haver descendentes S. M. F. a rainha de *D. Maria II*», Lisboa, 1836.

Cardoso de Castro *(José Antonio)*. N. em Guimarães em 1741, fal. em 2 de março de 1807. Era filho de João Cardoso de Castro e de Marianna Cardoso de Castro. Seguindo o curso de Direito na Universidade de Coimbra, diz-se que chegou a formar-se, preferindo, porém, a vida commercial á magistratura, foi estabelecer-se em Inglaterra como negociante, onde esteve muitos annos. Voltando para Lisboa, associou-se com seu irmão Manuel José Cardoso de Castro, que foi um dos directores da Real Fabrica de Sedas, das Amoreiras. Quando contava 62 annos de edade, lembrou-se de casar, o que realisou com bastante opposição dos seus parentes, por ser a noiva de triste condição e trato grosseiro. Doenças e desgostos lhe abreviaram a existencia, e, sendo atacado de alienação mental, falleceu, legando a avultada fortuna, que possuia, a sua mulher e a seus sobrinhos. Era homem muito instruido, dedicado ao estudo das linguas antigas e modernas, falando a ingleza com toda a correcção. Conviveu amigavelmente com os poetas do seu tempo, Francisco Manuel do Nascimento, Domingos Maximiano Torres e Francisco Dias Gomes. Publicou uma traducção da *Noiva de luto*, tragedia de Cougreve, em verso; Lisboa, 1783; houve mais duas edições em 1788 e 1817.

Cardoso da Costa *(João)*. Cavalleiro professo da ordem de Christo, juiz dos orphãos da comarca de Lamego, e escrivão da curia patriarchal N. em Lamego a 30 de janeiro de 1693, e parece que vivia ainda em 1760. Era filho de Sebastião Cardoso e de D. Esperança da Costa. Escreveu: *Alma chorosa do peccador arrependido; Guia, perdão, reconhecimento e confissão da culpa para salvação do peccador*, Lisboa, 1725; *Musa Pueril, dedicada á ex.ma sr.a D. Ignez Francisca Xavier de Noronha, viscondessa de Barbacena*, Lisboa, 1736; *Musa Sacra, dedicada á muito reverenda Madre Soror Joanna do Apocalypse, irmã do autor*, Lisboa, 1736; *Discursos da Cabalina, em que se descreve a ruina do grande e antiquissimo pinheiro da cidade de Evora, que depois de dezoito seculos de duração cahiu por terra a 2 de janeiro de 1739*, Lisboa, 1739; *Memorial historico da creação do Mundo celeste e do Mundo elementar*, Lisboa, 1754. Deixou tambem manuscriptas algumas composições em verso, e uma *Relação diaria da jornada que fez a Mafra o patriarcha D. Thomaz de Almeida.*

Cardoso da Costa (*Vicente José Ferreira*) Doutor na faculdade de Leis pela Universidade de Coimbra, desembargador da relação do Porto, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. na Bahia a 5 de abril de 1765, fal. a 14 de agosto de 1834. Era filho do desembargador José Ferreira Cardoso da Costa e de D. Clara Joanna Teixeira Coelho. Depois de frequentar na Bahia as aulas de instrucção primaria, veiu a Lisboa estudar os estudos secundarios nas aulas da Congregação do Oratorio, e em 1779 partiu para Coimbra, onde concluiu os preparatorios, matriculando-se depois na Universidade no curso juridico, em que se doutorou a 22 de julho de 1785. Propondo-se a entrar na carreira do magisterio, obteve no anno lectivo de 1788-1789 a regencia d'um curso de direito emphyteutico e de jurisprudencia portugueza com relação aos morgados e successão dos bens da Corôa. Trocou depois a vida universitaria pela magistratura, e foi nomeado desembargador da relação do Porto por decreto de 25 de maio de 1799. Foi tambem designado para exercer differentes commissões de serviço publico, mas os seus sentimentos liberaes despertaram a colera da Regencia, que depois da expulsão de Junot, tomava por *jacobinos*, e por conseguinte como cumplices da invasão franceza, todos os que aspiravam a ver Portugal progredir politicamente, e por isso foi uma das victimas da denominada *Setembrisada* em 1810, isto é, preso e deportado com outros para a ilha Terceira. Fôram inuteis as representações que dirigiu ao governo, pedindo para que o processassem criminalmente ou lhe levantassem o desterro. Só o que pôde conseguir a muito custo, foi a permissão de passar á ilha de S. Miguel, onde possuia alguns bens de fortuna. Ali casou em 8 ou 20 de maio de 1815, com D. Helena Victoria Machado de Faria e Maia, senhora pertencente a familia muito abastada d'aquella ilha. Quando teve noticia do movimento da revolta de 1820 em Lisboa, despertou-se-lhe a sua ambição politica, e partiu para Lisboa em 1822 porém, não conseguiu tornar-se evidente. Regressou a S. Miguel, e em 1826, quando se fundou o governo constitucional, voltou a Lisboa, mas ainda d'essa vez ficaram mallogrados os seus desejos de ser eleito deputado, e recolheu-se outra vez á ilha de S. Miguel, muito contristado, resolvido a entregar-se sómente a sua familia, e tratar da administração das suas propriedades. Assim passou o resto da existencia. Na *Gazeta dos Tribunaes* de 18 de abril de 1846, publicou a sua biographia o conselheiro Antonio d'Oliveira Amaral Machado. Cardoso da Costa escreveu muito, tanto em jurisprudencia, como em outros assumptos. No *Diccionario bibliographico*, de Innocencio da Silva, 1.° volume, pag, 428 e seguintes, vem publicado um longo catalogo das suas obras.

Cardoso Klerk (*José Baptista)*. Cirurgião medico pela Escola de Lisboa. N. em Arganil em 1815, fal. em 12 de junho de 1879. Concluiu o curso em 1839, tendo a sua dissertação por assumpto o tratamento das fracturas pelo methodo inamovivel ou permanente. Foi nomeado cirurgião extraordinario do hospital de S. José em 24 de novembro de 1842, para o hospital dos alienados em 28 de novembro de 1849, director do banco em S. José a 20 de março de 1851, e de enfermaria a 30 de julho de 1855. Pertencia ao grupo politico chamado *Avilista*, e foi deputado na legistura de 1871-1874. Falleceu com as faculdades intellectuaes profundamente alteradas. Foi redactor do *Esculapio*, e escreveu: *Formulario geral medico-cirurgico, ou guia pratico do medico, do cirurgião e do pharmaceutico*, Lisboa, 1842; *Formulario medico cirurgico, ou guia seguro para tratar as doenças nos altos mares*, Lisboa, 1845.

Cardosos. Pov. na freg. de Santa Margarida, de Arrabal, conc. e distr. de Leiria. ‖ Horta na freg. de S. Thiago e conc. de Alcacer do Sal, districto de Lisboa.

Cardote (*Antonio Pereira da Cunha)*. Doutor em Direito Cesareo pela Universidade de Coimbra. Era natural de Guimarães, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento; seu pae

chamava-se André Gonçalves Cardote e sua mãe Margarida da Cunha Pereira. Depois de ter estudado em Guimarães os primeiros rudimentos de latinidade, passou á Universidade de Coimbra a estudar Direito Cesareo, em que se doutorou. Vestiu a béca de collegial do collegio de S. Pedro em 7 de julho de 1650. Foi desembargador honorario dos aggravos da Casa da Supplicação, cargo de que tomou posse a 22 de dezembro de 1665. Regeu varias cadeiras da Universidade até chegar á de Vespera, dictando n'ella as postillas em latim, por onde estudavam os seus discipulos. Era casado com D. Marianna da Costa Cabreira de Mendonça, filha de Luiz da Costa Cabreira de Mendonça, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher D. Anna Gomes da Cunha. Deixou alguns manuscriptos em latim.

Cardote (*Baptista Pereira de Sampaio Mello da Cunha*). Religioso da ordem de S. Bento. N. em Coimbra a 24 de julho de 1728, ignora-se a data da sua morte. Era filho de Luiz Pereira da Cunha Cardote e de Brigida Moraes de Barros. Tinha 16 annos de edade quando deixou a casa paterna, para entrar no collegio da ordem benedictina de Coimbra, em 27 da junho de 1745. Por indulto apostolico foi mais tarde, em 1750, transferido para a ordem de Santa Maria de Natolio, em França. Era muito dedicado ao estudo da historia e da poesia. Escreveu alguns livros, cuja relação se póde vêr no vol. IV da *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, a pag. 69.

Cardote (*Luiz Pereira da Cunha*). Moço fidalgo da Casa Real, e cavalleiro professo da ordem de Christo. N. em Coimbra a 23 de julho de 1673, fal. na mesma cidade a 25 de abril de 1736. Era filho do professor de Direito Antonio Queiroz da Cunha Cardote e de sua mulher D. Marianna da Costa Cabreira de Mendonça. Concluidos os seus estudos, foi residir algum tempo em Madrid, e viajou depois pela Italia e França. Regressando á patria, escreveu dois livros intitulados: *Coimbra triumphante* e *Memorias genealogicas do reino*. Andava colligindo as suas poesias para se publicarem, quando a morte o surprehendeu. Luiz Cardote casara com Brigida Soares de Barros.

Cardote. Logar na freg. de S. Torquato, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Horta na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Canha, conc. de Aldeia Gallega do Ribatejo, distr. de Lisboa.

Cardunchal. Logar na freg. de S. Marcos da Serra, conc. de Silves, distr. de Faro.

Carecos (*Casal dos*). Pov. na freg. de Santo Varão, de Lamarosa, conc. e distr. de Coimbra.

Careira (*Herdade da*). Na freg. de N. S.ª dos Prazeres, conc. de Monforte, distr. de Portalegre.

Careitas. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Querença, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Carem. Pov. na prov. de Canaconá, 4.ª divisão das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India.

Caremba. Territorio situado a E do lago Nyassa, Africa Oriental.

Carencal. Pov. na freg. de S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Carenga. V. *Cazanga*.

Carengene. Praso do distr. de Tete, prov. de Moçambique, na margem esquerda do Zambeze.

Carenque. Pov. da freg. da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. Em 1836 construiu se aqui um chafariz, mettido na cantaria do aqueducto das Aguas Livres. || Ribeira, que nasce proximo do logar de D. Maria, passa pelo logar de Carenque, d'onde lhe vem o nome, e por Queluz de Cima, indo desaguar na ribeira Jarda, com um curso de 8 kilometros. Na estrada de Lisboa a Cintra tem uma ponte, e junto d'ella ha uma casa com brazão, tendo por timbre um elmo e sobre este uma aguia.

Carapa. Pov. na freg. de S. Pedro, de Fratel, conc. de Villa Velha de Rodam, distr. de Castello Branco. || Logar na freg. de N. S.ª da Esperança, de Ribeira de Niza, conc. e distr. de Portalegre.

Careta. Logar na freg. do Salvador, de Souto, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Carevari. Pov. da praganá ou pequena prov. de Caloum Pau Ary, no territorio e distr. de Damão, India.

Carga Palha (*Monte da*). Na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Cargão. Pov. da prov. do Cabo de Rama, 4.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India.

Cari. Familia oriunda de Inglaterra, que veiu para Portugal com a rainha D. Catharina de Bragança, filha de D. João IV, e viuva do rei Carlos II. Teve por armas: em campo de prata uma banda negra, e n'ella tres rosas de prata com os olhos de ouro; o timbre é um cysne de prata.

Cari. Confluente da margem esquerda do rio Copororo ou de S. Francisco, no distr. de Benguella, prov. de Angola. Nasce nas terras do Bombo, e juntando-se com o Calungo fórma um dos muitos braços do rio Copororo.

Caria (*Bernardo Homem Machado de Figueiredo Abreu Castello Branco, 2.º conde de*). Fidalgo da Casa Real, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, em 1878. N. em Gouveia a 5 de março de 1865. E' filho do 1.º conde de Caria, José Homem Machado de Figueiredo Leitão, e de sua primeira mulher, D. Maria Mathilde do Amaral Abreu Castello Branco. Já usava do titulo de conde de Caria em vida de seu pae. E' o presidente da União Velocipedica Portugueza, cargo para que foi eleito no anno de 1901.

Caria (*José Homem Machado de Figueiredo Leitão, 1.º barão, 1.º visconde e 1.º conde de*). Fidalgo da Casa Real, 2.º administrador d'um vinculo instituido na villa de Gouveia em 1825, por seu avô paterno, José Homem de Figueiredo, fidalgo cavalleiro da Casa Real, bacharel formado em Leis, juiz de fóra da villa da Barca e de Castello Branco, etc., abastado proprietario nas villas de Gouveia, Mendo e Jarmello, e nas freguezias de Caria, Teixoso, Misarella e Alcaide. N. em Gouveia a 22 de março de 1832, onde tambem falleceu a 5 de abril de 1905. Era filho de José Homem de Figueiredo Leitão, cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, desembargador da Relação e Casa do Porto, tendo sido antes juiz de fóra de Trancoso e Porto de Moz, e corregedor da comarca e cidade de Faro, 1.º administrador do vinculo instituido por seu pae, em Gouveia, como acima dissémos, abastado proprietario na Beira Alta, casado com D. Josepha Emilia Pinto de Sá Machado, filha de Antonio Pinto Botto de Sá Machado, fidalgo cavalleiro da Casa Real, capitão-mór de ordenanças. O conde de Caria era tambem proprietario da fabrica

de lanificios, que ainda hoje existe em Gouveia, com a firma commercial de Conde Caria & Companhia, e que elle proprio administrava. Militou largos annos no partido progressista, a que prestou bastantes serviços. Casou em 1851, em primeiras nupcias, com D. Maria Mathilde do Amaral Abreu Castello Branco, que falleceu em 15 de maio de 1856, filha de Bernardino do Amaral Sousa e Menezes, fidalgo da Casa Real, capitão-mór das ordenanças de Linhares, e de sua mulher D. Maria do Carmo d'Abreu Castello Branco. Em segundas nupcias casou em 1857 com sua cunhada, D. Emilia de Menezes Abreu Castello Branco. O titulo de barão foi concedido por decreto e carta de 10 de junho de 1864; o de visconde por decreto e carta de 21 de junho de 1869, havendo concessão de mais uma vida n'este titulo, por decreto e alvará de lembrança de 26 de dezembro de 1870. O illustre titular foi elevado a conde de Caria por decreto de 14 de agosto e carta de 9 de outubro de 1879.

Caria. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc. de Belmonte, com. da Covilhã, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 2:537 hab. e 499 fog. Tem correio com serviço de posta rural, est. do caminho de ferro da Beira Baixa, na linha de Abrantes-Guarda, entre as da Covilhã e de Belmonte; escolas para ambos os sexos; hoteis, fabrica de moagens, philarmonica *A Cariense,* feira de gado no segundo domingo de cada mez. A pov. dista 8 k. da séde do conc., e está n'um monte, na estrada de Belmonte a Capinha, proximo da margem esquerda do rio Zezere, d'onde se avista Belmonte, Covilhã, e diversos logares. O bispo da Guarda apresentava o prior, que recebia de renda 400$000 réis. D. Manuel deu-lhe foral em Lisboa, a 15 de dezembro de 1512. Tinha dois juizes ordinarios e procurador. A terra é fertil. Ha aqui um reducto, ou pequeno castello, e dentro d'elle umas casas como torre, que são do prazo da mitra, e que n'outro tempo foi casa de campo dos bispos da Guarda. Está n'esta freguezia parte da serra da Pedrosa. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Villa e freg. de N. S.ª da Corredoura, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu e bisp. de Lamego; 1:119 hab. e 234 fog. Tem correio com serviço de posta rural, e escolas para ambos os sexos. A villa dista 12 k. da séde do conc. e está situada n'um alto. Pertenceu ao conc. de Sernancelhe, e passou ao de Moimenta da Beira por decreto de 21 de maio de 1896. Caria é pov. muito antiga, e foi muito notavel no tempo dos romanos. No dominio dos godos a villa de Caria era uma das 6 matrizes que formavam o bispado de Lamego. Sobre o cume do monte que fica sobranceiro ás terras de Moimenta da Beira, se admiram as vastas ruinas da primitiva Caria. Almansor destruiu esta grande pov. no seculo IX, e no tempo de D. Affonso Henriques fazia apenas um julgado pertencente a Leomil, até que no seculo XIV se erigiu em conc. e villa independente, mas ficou cerceado o seu territorio, e a sua capital, que era o castello de Caria, se foi despovoando, retirando-se os moradores para logares mais commodos e abrigados, por já não terem de recear as invasões dos moiros. No seculo XIII já existia a pov. de Caria Jusan (Caria de Baixo), Caria Suzan (Caria de Cima), e Caria Velha, que era o castello, hoje em completa ruina. A séde do conc. estava em Caria Jusan, hoje a villa de Rua (V. *este nome),* ali se reuniam as justiças, empregados e casa da camara. Este conc. ficou supprimido pelo decreto de 24 de outubro de 1855, sendo incorporado no de Sernancelhe. Junto a esta villa, no logar de Vide e seus contornos, se tem descoberto varias inscripções, cippos, pedras sepulchraes, lapides, etc., o que faz julgar ter aqui existido uma grande povoação no tempo dos romanos. Na capella de S. João havia uma lapide, da qual constava que *Amanda, serva de Jesus Christo, fallecera em paz, no anno do Senhor 586.* No fim do seculo XVIII achou-se em uma vinha, junto a esta capella, uma grande sepultura de pedra muito bem lavrada. Em 1788, nas casas do beneficiado Lourenço Manuel d'Almeida, tambem se encontrou uma lapide dedicada ao imperador Marco Aurelio. N'esse mesmo anno, na quinta da Lagôa, appareceu outra lapide, com uma inscripção dedicada ao imperador Antonino, que reinou desde 211 até 217. Muitos outros vestigios de antiguidades romanas se teem encontrado, sendo na maior parte despresados e destruidos. Julga-se que passava n'este sitio alguma via romana, dirigindo-se de Braga a Amarante, e d'ali a Cidadelhe, povoação romana, indo um ramo para a cidade de Panoias, no termo de Villa Real, e outro á terra de Caria, partindo para toda a Beira e Riba Côa. A villa pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego || Pov. na freg, de S. Miguel do Matto, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S. Lourenço, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Casal na freg. de N. S.ª da Luz, de A dos Cunhados, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de N. S.ª do Rosario, de Cepões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu || Nome de duas povoações do conc. de Ambaca, districto de Loanda, prov. de Angola.

Cariá. Aldeia ao N do rio Sandalcalo, da regedoria do N. S.ª do Mar, no conc. e distr. de Damão, na India.

Caria Candundo. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Caria de Baixo. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola

Caria Fari. Rio situado a O N O do rio Nuno, no distr. da Guiné, formando o braço de O N O d'este rio com o esteiro de Tesagona.

Cariahulla. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Carianga. Nome de 6 povoações do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Carianga de Baixo e **de Cima.** Duas povoações do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Carias. Casal na freg. de Santa Maria, de Almoster, conc. e distr. de Santarem. || Herdade na freg. de S. Pedro, de Gafanhoeira, concelho de Arraiollos, distr. de Evora. || Horta na freg. de S. João Baptista e conc. de Alcochete, distr. de Lisboa.

Cariata. Pov. no conc. de Cazengo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cariato. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Caribo. Pov. do conc. de Cambambe, distr. de

Loanda, prov. de Angola. || Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Caribombua de Cima. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Carichas *(Horta do)* Na freg. de S. Marcos, de Campo, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora.

Caricolla *(Casal do)*. Na freg. de S. Thiago e conc. de S. Thiago de Cacem, distr. de Lisboa.

Caridade. Pov. e freg. de N. S.ª da Caridade, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Reguengos de Monsaraz, distr. e arceb. de Evora; 806 hab. e 172 fog. Tem caixa do correio. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada n'um valle fertil, proximo da ribeira da Caridade, na estrada de Reguengos a Montoito. O arceb. de Evora apresentava o cura. Tinha antigamente juiz da vintena, sujeito ás justiças de Monsaraz. Pertence á 4.ª divisão militar e ao distr. de recrut. e res. n.º 11 com a séde em Evora. || Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade e conc. de Villa Nova de Ourem, distr. de Santarem || Logar na freg. de S. Thiago, de Esporões, conc. e distr. de Braga. || Roça da ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Caride. Pov. na freg. de S. Thiago, de Carapeços, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Paio, de Seide, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Carido. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || Logar na freg. de S. Thiago, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Casal na freg. de Santo Isidoro, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Caridosa *(Casaes da)*. Na freg. de N. S.ª da Purificação, de Aveiras de Cima, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa.

Carigas. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Valle do Seixo, conc. de Trancoso, distr. da Guarda.

Carim. Logar na freg. de Santa Maria, de Gemeos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Monte na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Carimba. Logar na freg. de Santa Leocadia, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Carimbaes ou **Carombaes** *(Monte de)*. Na freg. de Santa Catharina, de Valle de S. Thiago, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Carimbo. Pov. situada no territorio de Calangue, distr. e com. de Benguella, prov. e bisp. de Angola, a 330 k. ao E de Quillengues.

Carimongue. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Carina. Confluente da margem direita do rio Cacolovar, no distr. de Mossamedes, prov. de Angola. Nasce na serra da Neve, e corre na direcção NS.

Carinda. Pov. no conc. de Calumbo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Caringa. Confluente da margem esquerda do rio Lucalla, no conc. de Cazengo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Caringa de Baixo, de Cima e **do Meio.** Tres povoações do conc. de Cazengo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Caringo. Confluente da margem direita do rio Copororo ou de S. Francisco, no distr. de Benguella, prov. de Angola. Nasce no territorio do Dombe Pequeno, e junta-se ao Copororo um pouco acima da povoação chamada Lapa.

Carinha. Logar na freg. de S. Martinho e concelho de Pombal, districto de Leiria.

Carinhas. *(Vinha do)*. Na freg. de S. Vicente e conc. de Villa Franca de Xira, districto de Lisboa.

Cariola e **Cariolinha.** Dois casaes na freg. de S. Julião, de Ervidel, conc. de Aljustrel, distr. de Beja.

Cariombua. Nome de tres povoações do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Carionga. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cariongue de Baixo e **de Cima.** Duas povoações do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Carisca. Logar na freg. de S. Thiago e conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa,

Caritel. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Caritelo. Antigo grito que, segundo Viterbo no seu *Elucidario*, equivalia ao *Aqui d'el-rei!*

Caritenho. O mesmo que *Baldoairo* ou *Baldoario*, isto é, nome que se dava no seculo XIV aos livros de ladainhas, orações, etc. *Caritenho* seria, propriamente, um manual, portatil, compendioso e resumido, das mesmas materias.

Carito. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Carivary. Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freg. de Santo André de Brancavará, do conc. de Diu, na India. || Aldeia ao norte do rio Sandalcalo, da regedoria de N. S.ª do Mar, no conc. e distr. de Damão, na India.

Carizeu. Logar na freg. de S. Thomé, de Penalva d'Alva, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Carlão. Pov. e freg. de Santa Agueda, da prov. do Traz-os-Montes, conc. e com de Alijó, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 1:798 hab. e 373 fog. Tem esc. para ambos os sexos e est. post. A pov. dista 9 k. da séde do conc. Passa-lhe proximo o rio Tinhella, que entra no rio Tua. O vigario era collado, e tinha de rendimento 16$000 réis em dinheiro e 20 alqueires de trigo. Pertence á 6.ª divisão militar e ao districto de recrutamento e reserva n.º 13, com a séde em Villa Real. A terra produz muito centeio, castanha e figos. Em Carlão ha uma nascente de agua mineral, a qual brota na base de uma fraga, e que tambem é conhecida pelos nomes de *Caldas de Favaios*, de *Murça*, e outros, em consequencia das povoações que lhe ficam proximas. As aguas d'esta nascente teem 34º de temperatura, e o aspecto e propriedades das aguas sulfureas. Deixam na passagem um sedimento esbranquiçado, para alguns observadores considerado como de natureza ferrea. Serão, pois, provavelmente sulfureas ferreas. Em banhos, depois de transportadas para as casas particulares ou nos poços naturaes apenas cobertos com ramos de arvores, são utilisadas com proveito no tratamento do rheumatismo. Ainda, que nos conste, se não construiu estabelecimento apropriado.

Carlequim. Na artilharia antiga, chamava-se assim a uma machina semelhante a um bate-estacas, mas em ponto pequeno, com que se batia sobre a espoleta de madeira para a introduzir no ouvido da bomba ou da granada.

Carlos I *(D.)* 32.º rei de Portugal. N. em Lisboa a 28 de setembro de 1863, sendo baptisado na egreja de S. Domingos em 19 de outubro do mesmo anno. E' filho primogenito d'el-rei D. Luiz I e da rainha senhora D. Maria Pia de Saboya; neto paterno de D. Fernando de Saxe-Coburgo Gotha e da rainha D. Maria II; neto materno do rei de Italia Victor Manuel. O seu nome completo é: Carlos Fernando Luiz Maria Victor Miguel Rafael Gabriel Gonzaga Xavier Francisco de Assis José Simão de Bragança Saboya Bourbon Saxe-Coburgo-Gotha. Sendo ainda principe herdeiro casou em Lisboa, a 22 de maio de 1886, com a princeza senhora D. Maria Amelia Luiza Helena d'Orléans, filha de Luiz Filippe Alberto, conde de Paris, e neta de Luiz Filippe, rei de França. Antes do casamento emprehendeu uma viagem pelas principaes cidades da Europa, acompanhado pelo eminente homem de sciencia Antonio Augusto de Aguiar, seu preceptor. Por motivo das ultimas viagens d'el-rei D. Luiz I ao extrangeiro, ficou regente do reino varias vezes, sendo as suas proclamações datadas de 27 de julho de 1882, 2 de agosto de 1886 e 30 de julho de 1888. Por morte do mesmo monarcha subiu ao throno em 19 de outubro de 1889, sendo acclamado, com todo o cerimonial do estylo, a 28 de dezembro do referido anno. Do seu consorcio existem dois filhos: S. A. Real o principe D. Luiz Filippe e S. A. Serenissima o infante D. Manuel. Pouco depois de el-rei senhor D. Carlos haver subido ao throno, produziram-se graves acontecimentos, determinados pelo *ultimatum* apresentado ao governo portuguez, em 11 de janeiro de 1890, pelo gabinete de Londres ácerca de limites territoriaes em Africa. A enorme agitação que se deu em todo o paiz e que produziu a revolta militar do Porto, em 31 de janeiro de 1891, perturbou tristemente os principios d'este reinado. Em 11 de janeiro de 1891 instituiu S. M. el-rei senhor D. Carlos a medalha de *Serviços no Ultramar;* em 9 de junho de 1892 a de *Soccorros a Naufragos;* em 31 de janeiro de 1893 a da *Cruz Vermelha*; e em 23 de novembro de 1895 a da *Rainha D. Amelia*, para expedições militares. Em 4 de junho de 1893 instituiu a ordem do *Merito Agricola e Industrial*, destinada a galardoar os serviços prestados á agricultura ou á industria nacional. Por alvará de 13 de agosto de 1894 reformou a ordem militar de S. Bento de Aviz. Estas instituições de premios e recompensas revelam um notavel espirito de justiça da parte de S. M. El-Rei. As victorias na campanha d'Africa, contra o Gungunhana e namarraes, são dos factos que até agora mais illustram o actual reinado. As celebrações dos centenarios do Infante D. Henrique, no Porto, e da India, em Lisboa, tambem se podem indicar entre os seus fastos. Egualmente, as visitas dos soberanos extrangeiros, depois da alliança ingleza, e o tratado de arbitragem com Inglaterra. Assignalam ainda os quinze annos decorridos a grande crise economica de 1898, um certo desenvolvimento das colonias, a ligação das ilhas dos Açores ao continente pelo cabo submarino; etc. El-Rei senhor D. Carlos é justamente considerado uma individualidade artistica, homem de sciencia e habilissimo em todos os exercicios physicos, taes como a caça, a pesca, equitação, etc. Espirito desde cedo muito culto, tem pelas bellas artes a paixão d'um verdadeiro artista, distinguindo se especialmente na aguarella e no desenho a pastel. Em quasi todas as exposições nacionaes tem apresentado os seus apreciados quadros, alcançando as mais altas distincções. Ainda ultimamente, em 24 de janeiro de 1905, se dignou Sua Magestade acceitar o diploma de academico de merito que lhe conferiu a Academia Portuense de Bellas Artes. Seria difficil dar uma lista completa das medalhas e diplomas de honra que El-Rei senhor D. Carlos tem recebido pelos seus trabalhos artisticos e scientificos. Aos estudos oceanographicos tem Sua Magestade dedicado a mais particular attenção. Os resultados d'essas investigações receberam rasgados elogios de alguns sabios extrangeiros e constam dos quatro seguintes livros publicados: *Yacht «Amelia»—Campanha oceanographica de 1896, Lisboa, 1897. Resultados das investigações scientificas feitas a bordo do yacht «Amelia» e sob a direcção de D. Carlos de Bragança—Pescas maritimas — I — A pesca do atum no Algarve em 1898 (avec un resumé en français) — Lisboa 1899. Buletin des Campagnes Scientifiques accomplies sur le yacht «Amelia» par D. Carlos de Bragança — Vol. I — Rapport préliminaire sur les Campagnes de 1896 à 1900—Fascicule I—Introduction— Campagne de 1896 — Lisbonne, 1902. Resultado das investigações scientificas feitas a bordo do yacht «Amelia» e sob a direcção de D. Carlos de Bragança—Ichthyologia—II-Esqualos obtidos nas costas de Portugal durante as campanhas de 1896 a 1903 (Texto em portuguez e francez) Lisboa 1904.*

El-Rei D. Carlos I

Carlos. *(D).* Filho de D. João V e da rainha D. Marianna d'Austria. N. em Lisboa a 2 de maio de 1716, e fal. com 20 annos, a 30 de março de 1736. Dizem, que tinha grande vocação para o estudo da Mathematica.

Carlos *(Fr. Diogo)*. Religioso da ordem de S. Francisco. Nasceu em Lisboa e falleceu no anno de 1603. Foi professor em Santarem, mas dedicou se depois ao pulpito. Era irmão de Violante Gomes, amante do infante D. Luiz, e tio de D. Antonio, prior do Crato (V. *Antonio D.)*. Ardente partidario de seu sobrinho, a quem consagrava sincera affeição, acompanhou-o para fóra do reino, distinguiu-se como theologo na Universidade de Paris, e, sobrevivendo a D. Antonio, foi elle que lhe redigiu o epitaphio, que se lê no seu tumulo. Deixou um livro theologico escripto em latim, que se imprimiu em Mantua.

Carlos. Horta na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Alter do Chão, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça, de Degolados, conc. de Arronches, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de Santa Quiteria, de Méca, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa.

Carlota. Nome d'um dos tres fortes da villa de S. Filippe, capital da ilha do Fogo, archipelago e prov. de Cabo Verde.

Carlota Joaquina de Bourbon *(D.)* Princeza hespanhola e rainha de Portugal. N. em Aranjués a 25 de abril de 1775; fal. em Queluz a 7 de janeiro de 1830. Era filha primogenita do rei Carlos IV de Hespanha e da rainha sua mulher, D. Maria Luiza Thereza de Bourbon. Tendo apenas 10 annos de edade, casou em 8 de maio de 1785 com o principe D. João, filho de D. Maria I, o qual, em 1788, por morte de seu irmão primogenito D. José, foi declarado principe herdeiro, sendo mais tarde regente do reino, pela interdição de sua mãe, e finalmente rei de Portugal, com o nome de D. João VI. D. Carlota Joaquina passava geralmeute por ser de animo perspicaz e de dotes elevados de espirito, porém, as suas qualidades moraes não mereceram egual apreço. Ambiciosa, violenta, pretendeu logo dominar a vontade de seu marido, e dirigil-o nos negocios internos e nos do Estado. Não se submettendo o regente, começou D. Carlota a olhal-o com desprezo e desdem, convertendo o lar demestico em continua lucta, cujos menores incidentes eram discutidos e commentados nas praças publicas. D. Carlota dispoz as cousas de fórma, que creou um partido seu, e em 1805 divulgou se que o regente descobrira uma conspiração tramada contra elle por sua propria esposa. Dizia-se que ella, tendo a seu lado varios nobres e ecclesiasticos, projectava tirar o governo a seu marido, e prendel-o, declarando-o incapaz de gerir os negocios publicos. O conde de Villa Verde dispunha-se a abrir uma devassa e castigar os criminosos, porém o regente, desejando evitar maior escaudalo, não consentiu, limitando-se a separar-se de sua mulher, dando-lhe para residencia o palacio de Queluz, onde antes viviam juntos, passando elle a residir em Mafra, e a exilar alguns fidalgos que mais se manifestavam affectos á princeza. A desgraçada situação a que chegou Portugal, em 1807, fez com que os dois esposos se reunissem por algum tempo, e a esquadra, que em novembro d'este anno couduziu o principe regente e D. Maria I ao Brazil, levava tambem a seu bordo a astuciosa princeza. No Rio de Janeiro continuaram vivendo separados, cada um em seu palacio, reunindo-se apenas, quando eram obrigados a comparecer n'alguma solemnidade publica. D. Carlota Joaquina é que se não resignava á inacção politica a que se via condemnada, decidida, como estava, a dominar como soberana; e começando a lavrar no Rio da Prata os primeiros symptomas de emancipacão, concebeu o projecto de levantar para si um throno nas provincias hespanholas da America, ou pelo menos, de governar como regente em nome de seu irmão Fernando VII. Auxiliada pelo vice-almirante inglez Sydney Smith, e não encontrando opposição em seu marido, fôram enviados agentes ao Rio da Prata, onde formaram um grande partido. As intrigas principiaram então a desenvolver-se mais crueis e enredadoras. O ministro inglez, lord Strangford, insinuou a D. João que o vice-almirante lhe deshonrava o thalamo conjugal. D. João pediu logo para Londres transferencia do vice-almirante. Satisfeito o seu pedido, Sydney Smith retirou-se, vindo substituil-o o almirante de Courcy. No emtretanto, as divergencias eram enormes. No proprio governo havia correntes muito oppostas. D. João, cada vez mais abatido e com medo da mulher, pedia que não a contrariassem sempre que as suas exigencias não fôssem impossiveis de satisfazer. Annullados afinal os planos da rainha, nem assim ella esmoreceu. Procurou ser agradavel aos castelhanos, e conseguir, na falta de seu pae e irmão, prisioneiros em França, ser nomeada regente de Hespanha, e vir talvez a ser a herdeira de Carlos IV, abolindo-se a lei salica que vigorava na monarchia. Para realisar o seu projecto, teve de sustentar uma acerba lucta com o embaixador inglez, tendo a astucia de alcançar que o goveruo da regencia lhe permittisse enviar secretamente ao general Elio, que estava em Montevideu, viveres e dinheiro, para o que não hesitou em vender as suas proprias joias. Afinal, e visto não ser possivel narrar detidamente as variadas peripecias d'esta lucta de orgulhos e de ambições, o sonho que tanto seduzira D. Carlota Joaquina dissipou-se. Viveu alguns annos afastada da politica, sempre separada de seu marido, que então já havia sido acclamado rei, por ter fallecido D. Maria I em 1816, até que a revolução do Porto em 1820, que trouxe para a Europa a familia real, poz novamente em evidencia a rainha, reuuindo algum tempo os dois esposos. Alliada aos frades, aos nobres, aos que se mostravam pouco sympathicos ao novo regimen, urdia a conspiração chamada *da rua Formosa*, destinada a obrigar o rei a abdicar e a destruir a Constituição. Falhando esse plano, as côrtes de 15 de maio de 1822 decidiram deportar a rainha para o palacio do Ramalhão, por ella se recusar a jurar a Constituição, alvitre que ella acceitou com jubilo, pois lhe permittia continuar a sua obra perturbadora. N'este retiro tramou ainda a queda da Constituição; e servindo-se do infante D. Miguel, que ella educara, e com quem vivia intimamente, conseguiu realisar o movimeuto conhecido por *Villafrancada* (*V. este nome*) em 26 do referido mez de maio. Derrubada a Constituição e dissolvidas as côrtes, foi levantado o desterro da rainha, e o proprio D. João VI a foi buscar á quinta do Ramalhão, conduzindo-a ao paço da Bemposta Pouco tempo, porém, durou a harmonia entre os dois esposos, porque a rainha mudou a sua residencia para Queluz, e tornou-se cabeça do partido absolutista que dentro em pouco promoveu a *Abrilada* (V. *este nome*) a 30 de abril de 1824. Tendo a rainha tomado parte activa e manifesta n'esse movimento, quando D. João VI, appoiado nos embaixadores francez e inglez, se decidiu a mandar saír do reino o infante D. Miguel, ordenou que sua mulher se recolhesse ao paço de Queluz, e

D. Carlota Joaquina de Bourbon

nunca mais apparecesse na côrte. A 10 de março de 1826 falleceu D. João VI, tendo previamente nomeado uma regencia presidida por sua filha, a infanta D. Izabel Maria, e composta do cardeal patriarcha, duque de Cadaval, marquez de Vallada, conde dos Arcos e os seus ministros de Estado. D. Carlota Joaquina durante o governo de D. Miguel, que se seguiu, auxiliou-o quanto pôde, vindo a fallecer pouco tempo depois. Instituiu uma ordem exclusivamente destinada ás senhoras, com a autorisação do principe regente, seu marido, por decreto de 4 de novembro de 1801, com a designação de *Ordem das Damas Nobres de Santa Izabel*, cujos estatutos fôram confirmados pelo alvará de 25 de abril de 1804.

Carmelita. Esta ordem religiosa foi fundada por um cruzado calabrez, que, para cumprir um voto feito n'uma batalha, se retirou para o monte Carmelo, para as ruinas d'um antigo mosteiro construido em 400 e habitado por anachoretas submettidos ás regras de S. Basilio. Nos primeiros tempos eram os carmelitas uns piedosos solitarios, empregando-se em rezas e jejuns, occupando-se a dar conforto aos viajantes que se perdiam pelo monte Carmelo. Em 1112 o patriarcha de Jerusalem, Alberto de Verccil, reuniu-os em ordem religiosa, sujeitou-os á observancia d'uma regra commum, que em 1171 o papa Honorio III confirmou. Esta ordem foi-se depois desenvolvendo, e sub-dividindo-se, em *Carmelitas conventuaes*, os que acceitaram os beneficios do papa Eugenio IV; *Carmelitas observantes*, os que ficaram fieis ás regras primitivas; *Carmelitas descalços*, os que acceitaram a reforma de Santa Thereza e de S. João da Cruz; *Carmelitas terceiros*, os religiosos instituidos no seculo XV por Sixto IV. Em Portugal estabeleceu-se esta ordem em 1250, por que aportando aqui uns cavalleiros maltezes, que traziam comsigo alguns frades carmelitas, fundaram em Moura um convento. Depois fundaram-se outras casas religiosas, chegando a haver em Portugal, no fim do seculo XVIII, 12 conventos e 4 mosteiros de carmelitas calçados, que assim se designavam, depois da reforma de Santa Thereza e de S. João da Cruz, realisada em 1526, reforma que Pio VI approvou. Gregorio XIII separou os religiosos que seguiam os preceitos de Santa Thereza dos antigos carmelitas, ficando estes com a designação de *calçados*, e recebendo os outros o nome de *carmelitas descalços*. Foi João Soreth, geral dos carmelitas, quem em 1451, fundou a ordem das freiras, dando-lhe uma regra analoga á dos carmelitas conventuaes, a qual foi approvada pelo papa Nicolau V. Em 1 de outubro de 1581 chegaram a Portugal o padre Ambrosio Marianno e outros; em pouco tempo fundaram no bairro da Pampulha um convento, e passando este a ser habitado pelos religiosos de S. João de Deus, os carmelitas se transferiram para a egreja de S. Chrispim, onde se conservaram até ser concluido o convento vulgarmente conhecido pelo nome de *Mariannos*, porque tambem assim se chamava aos religiosos, por ter sido fundado por um frade de appellido *Marianno*. A rainha D. Marianna d'Austria introduziu em Portugal no anno de 1708 os carmelitas descalços allemães, que depois de residirem em umas casas ao Corpo Santo, passaram para a ermida d'Ascensão, na calçada do Combro, e finalmente para o convento de S. João Nepomuceno, onde está hoje o asylo de Santa Catharina.

Carmenta. Pov. na freg. do Salvador, de Aramenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Carmigeira (*Herdade da*). Na freg. de N. S.ª das Neves, de Brinches, conc. de Serpa, distr. de Beja.

Carmo (*Fr. Francisco do*). Religioso do convento d'Alcobaça, e ali mestre de capella nos fins do seculo XVIII. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa existem manuscriptas algumas composições suas, uma das quaes, *Matinas do Natal*, tem a data de 1791.

Carmo (*José Maria do*). Compositor de musica. N. em 1814, e foi um dos primeiros alumnos do Conservatorio. Em 1840 cursava a aula de violoncello e era decurião de rudimentos. Entrou para a irmandade de Santa Cecilia em 1842. Durante os annos de 1850 a 1863 escreveu musica, por encommenda, para as peças que se representaram nos antigos theatros da Rua dos Condes e Variedades, entre as quaes se evidenciaram: *O Corsario*, drama maritimo em 5 actos, de José Romano; *Os tchatas*, drama em 3 actos, de Cesar de Vasconcellos; *O bloqueio de Sebastopol*, 1 acto; e as comedias *Granja feliz* e *As litteratas ou a reforma das saias*. Escreveu tambem algumas symphonias sendo a mais importante, uma a grande orchestra para a festa a Santa Izabel.

Carmo (*Lucinda do*). Actriz contemporanea. N. em Lisboa a 15 de dezembro de 1861. Depois de cursar as aulas de musica do Conservatorio, resolveu-se a seguir a carreira dramatica, para que logo manifestou decidida vocação. Estreou-se no Gymnasio em 22 de setembro de 1882 na comedia em 3 actos *A estação calmosa*. Conservou-se alguns annos n'este theatro, fazendo sempre progressos, tomando parte n'um grande reportorio. Contratou-se depois no theatro dos Recreios em que se distinguiu muito na opereta *Nitouche*. D'ali passou á Trindade, onde tambem representou a *Nitouche*, a *Cigarra*, e muitas outras operetas. Representou depois na Rua dos Condes e em D. Maria, onde se affirmou uma actriz de comedia de primeira ordem. Em 1893 foi com a sua companhia ao Brazil. Regressando a Lisboa escripturou-se na Rua dos Condes, indo depois aos Açôres com uma companhia de que era directora. A' volta entrou n'uma sociedade artistica que deu espectaculos nos theatros da Trindade e de D. Amelia. Sendo escripturada por José Ricardo, representou duas epocas no theatro de D. Affonso, no Porto, vindo depois para o theatro da Avenida, de Lisboa. Quando o governo remodelou a constituição da sociedade artistica de D. Maria pelo modo como está hoje, requereu para ser admittida societaria, sendo classificada como lhe competia, actriz de primeira classe. Indo occupar o seu logar, apenas entrou em duas ou tres peças. Pediu depois a demissão de societaria, e ultimamente tem-se conservado affastada da scena. E' longo o seu reportorio, do qual nos lembra: *O sargento mór de Villar*, *Miguel Strogoff*, *Ditoso fado*, *Retalhos de Lisboa*, *Lili*, *Tio Braz*, *A hospedeira*, *A madrugada*, *O intimo*, *Defuncto*, *O tio Milhões*, *A irmã*, *Os fidalgos da Casa Moirisca*, *Receita de Lacedemonios*, *Rua da Paz, 115*, *A vida d'um rapaz pobre*, *Torre de Babel*, *S. Ex.ª*, *Noite de nupcias*, *A verdadeira nobreza*, *O marido da debutante*, *Marido no campo*, etc.

Carmo *(Convento do).* Edificado por D. Nuno Alvares Pereira, em cumprimento d'um voto feito por occasião da batalha d'Aljubarrota, realisada a 14 d'agosto de 1385. O condestavel intentou construir em Lisboa um templo magestoso consagrado á Santa Virgem, e para esse fim escolheu o monte do Carmo, outr'ora povoado de oliveiras, e que ficava sobranceiro ao valle vastissimo chamado *Valverde*, pela sua vegetação luxuriante. O monte do Carmo, pela sua elevação, apresentava um panorama maravilhoso tanto para o sul, avistando-se o Tejo até á barra, como para o norte, divisando-se os campos verdejantes, que circumdavam a cidade, então limitada ao norte, pouco mais ou menos ao local onde estão actualmente as egrejas da Encarnação e do Loreto, pelas portas de Santa Catharina, que se demoliram em 1702. Aquelle terreno pertencia, na maior parte, aos frades da ordem da Trindade, que tinham o seu convento nas proximidades. O condestavel obteve o terreno, uma parte que pertencia aos frades, como compra, e a outra parte que pertencia a seu cunhado, o almirante Carlos Peçaño, como troca. A parte comprada constava d'um olival na encosta sobranceira ao Rocio; e a parte que se trocou, compunha-se da propria casa do almirante e o *bairro* que ficavam juntos da referida herdade; a troca effectuou-se sobre uma casa que o condestavel possuia n'outra localidade. As obras da construcção começaram em 1389 e terminaram em 1423, isto é, 34 annos depois. Durante todo este tempo trabalhou-se sem interrupção. A capella-mór abateu duas vezes antes das obras concluidas, sendo preciso da terceira vez abrirem-se os caboucos para assentar os alicerces abaixo do nivel do valle, onde hoje é a praça de D. Pedro. Só assim se pôde conseguir a solidez dos seus altos e robustos muros, que teem resistido a varios terremotos, ao fogo que seguiu á catastrophe de 1755, á acção destruidora de quasi cinco seculos, e que desafiam impavidos as injurias do tempo. Antes de se concluir o convento, vieram em 1397 para Lisboa estabelecer a communidade alguns frades do convento de Moura, que foi o primeiro que os carmelitas tiveram em Portugal, cuja fundação data de 1250 (V. *Carmelita*). O convento do Carmo tinha mais de 20:000 cruzados de renda, além das quintas de Corroios, de Morfacem e da Portella. Houve epoca em que reuniu dentro do seu recinto 130 religiosos. O templo teve a invocação de N. S.ª do Vencimento. Nas paredes exteriores da egreja, em duas lapides collocadas uma de cada lado da porta principal, que se conservam ainda, viam-se duas inscripções em letra gothica, que parecem ser ainda do tempo da fundação. Com as obras que durante seculos se teem realisado no largo do Carmo, ficou soterrada quasi toda a do lado direito, e parte da do esquerdo. Sobre estas lapides se embutiram outras duas, cujas inscripções se julga serem traducção das antigas. O frontispicio, que se observa em ruinas, dizem

Portico do convento do Carmo

pertencer á construcção primitiva, porém as columnas e arcos interiores, que dividem as naves, mostram que, depois do terremoto de 1755, tentaram os frades reedifical-a, conservando a ordem architectonica e elegancia primitivas. O templo era ornado de 25 capellas de differentes invocações, ás faces das paredes das naves, nos topos dos braços do cruzeiro, e na abside. Eram todas de fino jaspe polido e lusidio como espelho. Os retabulos viam-se vestidos das melhores télas do tempo, em molduras de primorosa talha. Graciosas balaustradas de jacarandá vieram separar as naves, e defender a frente das capellas, quando a descoberta do Brazil nos trouxe essa bella madeira, e o ouro, e as pedras preciosas que as conquistas do Oriente grangeavam para a metropole, ornaram de esplendores os altares e as imagens. Uma profusão de reliquias de santos, as mais raras e as mais custosas, opulentaram o thesouro da egreja. O espaço comprehendido entre a cornija do entablamento e as abobadas, era vestido de finos azulejos nacionaes representando paizagens e episodios da vida dos santos, e ornado de quadros sacros a oleo dos mais apreciados pintores. O chão, cemiterio de 112 sepulturas, era coberto de lapides de marmore e jaspe. E entre um sem numero de maravillas da arte, primores de esculptura em pedra e madeira, de estatuaria, de pintura, e de ourivesaria, viam-se encostados ás duas primeiras columnas das naves dois pulpitos de jaspe, guarnecidas de prata lavrada, e pedras finas, que haviam custado 12:000 cruzados. Estes esplendores eram illuminados pelos cambiantes de luz de variadas côres, que passava através das vidraças coloridas das formosas e esguias janellas, e de muitos oculos e frestas. As abobadas, de laçaria, tinham no alto dos barretes remates de cantaria, em que se viam esculpidas as imagens e insignias que o fundador trouxera em sua bandeira nas empresas militares, tendo o remate do fecho da abobada do cruzeiro o seu escudo de armas com a cruz floreteada. Entre as obras de arte mereciam especial menção duas estatuas de alabastro. Uma, de pé, em frente do corpo da egreja, figurava um soldado ainda moço, vestido de armas brancas, com peito de aço, manoplas, grevas e espaldar, cota de malha guarnecida de cruzes, espada á cinta, e maça de ferro na mão. Na cabeça, descoberta, tinha, em vez do morrião, capellas de flôres que a mão do povo ali depunha, e que estavam sempre viçosas, porque as renovava cada dia a gratidão nacional. A outra estatua estava deitada sobre um tumulo no presbyterio do lado da Epistola. Figurava um ancião com o habito de servente dos religiosos carmelitas, que era tunica talar com escapulario comprido, capa curta, a modo de murça, tendo na mão direita o baculo, a que abordava a velhice, e na esquerda o livro de orações. Estas duas estatuas eram a aurora e o occaso d'uma existencia gloriosa, o guerreiro que semeava o terror nas hostes castelhanas, e o monge carmelitano que á portaria do convento distribuia do seu farto caldeiro o caldo aos famintos para quem esmolava a caridade dos fieis; emfim, o *condestavel de Portugal*, *Dom Nuno Alves Pereira*, senhor de tres condados e donatario de trinta e tres villas, e *Fr. Nuno de Santa Maria*, humilde fundador do convento. As capellas veem descriptas na *Chorographia Portugueza* do P. Antonio Carvalho da Costa, vol. III, pag. 471. Junto ao altar-mór da egreja estava um tumulo de jaspe que encerrava os restos mortaes do condestavel, ao pé via-se outro, n'uma especie de nicho, mettido na parede, onde jazia sua mãe, D. Iria Gonçalves. O tumulo do condestavel fôra mandado de França por sua 4.ª neta, a duqueza de Borgonha. Na frente tinha a estatua de D. Nuno armado de armas brancas; e deitada sobre a campa estava outra estatua do insigne varão com o habito carmelitano. No convento havia grandes

Vista interior das ruinas do convento do Carmo

dormitorios, um espaçoso claustro, quasi todo forrado de azulejos, tendo os tectos pintados a fresco, representando passos da vida de Santo Elias, e sete capellas cuidadosamente adornadas, uma das quaes, dedicada a S. Martinho bispo, servia para sepultura dos religiosos. Este claustro era quadrangular, e formado por uma espaçosa galeria assente em 32 arcos de cantaria. Sobre a galeria davam as janellas das cellas, cujas vergas e hombreiras eram de marmore. A casa do capitulo tornava-se notavel pela grandeza, e a bibliotheca por valiosos livros impressos e manuscriptos. A egreja foi sagrada em junho de 1423 pelo bispo de Riciona D. Ambrosio. Depois da restauração de 1640, saia todos os annos da Sé, no dia 1 de dezembro, em seguida a um solemne *Te-Deum* em acção de graças, uma procissão de triumpho, que vinha ao convento do Carmo. D. João IV ia frequentes vezes rezar junto do tumulo do condestavel. Tantas grandezas fôram destruidas completamente pelo terremoto de 1755. O tumulo do condestavel ficou soterrado, mas parece que os frades conseguiram salvar os venerandos ossos, e encerrando os n'um feretro de madeira, os depositaram na egreja da S. Vicente. Na occasião da terrivel catastrophe os frades fugiram todos para o Campo Grande com a imagem da Senhora do Carmo, e improvisaram barracas onde viveram até á vespera do Natal, passando então para uma ermida que tinham maudado construir ás Amoreiras, ao pé dos Arcos das Aguas Livres. O convento foi reconstruido, mas o templo ficou sempre em ruinas. Hoje está transformado em quartel da Guarda Municipal, e na capella-mór da egreja está estabelecido o *Museu archeologico* (V. *este nome)*, que ali fundou em 1864 a Real Associação dos Architectos Civis. Entre as muitas alfaias e preciosidades que existiam n'aquelle sagrado recinto, notava-se a espada do condestavel e o sceptro de D. João I, de Castella, tomado pelo valoroso guerreiro na batalha d'Aljubarrota. A espada encontrou-se nos entulhos, mas os frades, que a quizeram collocar na mão de Santo Elias, achando-a muito comprida, mandaram-n'a cortar; tem por ornato uns rendilhados, recortados no centro, formando cinco vãos, tres oblongos, tremidos, e dois em fórma de coração, singularidade que se não encontra em qualquer outra. Na procissão do Corpo de Deus, Santo Elias comparecia armado com a espada, mas depois de 1834 foi ella recolhida no archivo da Casa Real. Os frades viveram no convento até á extincção das ordens religiosas. Suppõe-se que do lado da calçada do Carmo junto á actual entrada do quartel, á direita, é que existia a cella onde viveu, humildemente envolto no habito de leigo carmelitano, o grande condestavel, então conhecido pelo irmão Fr. Nuno de Santa Maria.

Carmo. Ilha da Madeira, pov. na freg. de S Braz, de Campanario conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal. || Pov. na freg. de S. Bento do Matto, conc. e distr. de Evora. || Logar na freg. de Santo Estevão, de Barrosas, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Collares, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Miguel, de Cunha, conc. e distr. de Braga. || Casal na freg. de S. João Baptista e conc. de Moura, distr. de Beja. || Horta e quinta na freg. de S. Pedro e conc. da Vidigueira, distr. de Beja. || Montinho na freg. de Santa Maria da Feira, conc. e distr. de Beja. || Quinta na freg. de S. Bartholomeu, da Charneca, 3.º bairro de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Thiago, de Eiras, conc. e distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de Santa Maria e conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Quinta na freg. de S. Miguel, de Palhacana conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de N. S.ª da Purificação, de Sacavem, conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Thiago, de Trouxemil, conc. e distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de Santa Maria e concelho de Castello de Vide, distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de N. S.ª dos Córos, de Teixoso, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || Horta na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Lavre, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Quinta na freg. de Santa Maria, de Porco, conc. e distr. da Guarda.

Carmões. Pov. da freg. de S. Domingos de Carmões, prov. da Extremadura, conc. e com. de Torres Vedras, distr. e patriarch. de Lisboa.

Carmões *(S. Domingos de)*. Pov. e freg. da prov. da Extremadura, conc. e com. de Torres Vedras, distr. e patr. de Lisboa. Dista cerca de 6 k. da est. do cam. de ferro de Dois Portos, 15 k. da séde do concelho, e 40 k. para S E de Lisboa. Acha-se situada n'um alto com extensa vista, sendo a terra muito fertil, especialmente em vinho. A pequena distancia corre a ribeira de Maria Affonso, affluente do Sizandro Sobre a ribeira ha duas pontes de lages, uma no caminho da egreja para o Baraçal, outra indo da quinta de Valle de Cavallos para a freg. de S. Pedro, de Dois Portos. Antigamente a pov. chamava-se *Clamores*, nome derivado, talvez, de algumas procissões de preces e rogações publicas assim designadas, feitas n'esta freguezia e cuja memoria se perdeu. Tinha 2 juizes, 2 almotacés, 1 procurador, 1 escrivão e 1 porteiro. Até 1855 foi do conc. da Ribaldeira, então supprimido. Tambem pertenceu ao julgado da Ribaldeira, termo e com. de Torres Vedras. Em 1757 contava 142 fogos. Pelo censo de 1900 a sua população é de 1:146 hab : 618 do sexo masc. e 528 do feminino, com 201 fogos. Tem escolas para ambos os sexos e est. tel.-postal, com serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. de Lisboa—Figueira. A freguezia é constituida pelas povações de Alfeiria, Baraçal ou Braçal, Carmões, Carrasqueira, Corujeira, S. Domingos de Carmões, Setinheira e Sobrigal. A egreja primitiva era muito pequena. Ignora-se o tempo da sua fundação. Em 1507 era ainda ermida, pois se encontram os seus bens descriptos no Tombo da Provedoria do referido anno, e no reformado em 1540. Recebia então para a sua fabrica annualmente 1$500 réis. A parochia de S. Domingos de Carmões era filial da de S. Pedro de Torres Vedras, conservando a mesma natureza até á primeira apresentação perpetua dada ao parocho que se collou no principio do seculo XIX com o titulo de *reitor*, e que por suas diligencias melhorou de congrua, recebendo. 56$600 réis em dinheiro; 124 alqueires de trigo pela medida do celleiro; 30 alqueires de cevada e 30 almudes de vinho. Até essa epoca o prior da referida egreja de S. Pedro, de Torres Vedras, apresentava annualmente o cura, que tinha diversos generos, 6$000 réis em dinheiro e o pé de altar. A mesma egreja cobrava os dizimos de toda esta freguezia. Em 1750 foi a parochial de

S. Domingos de Carmões reedificada quasi desde os alicerces. Por occasião da retirada das tropas alliadas contra a invasão dos francezes, em 1810, perderam-se inteiramente o archivo parochial e muitas das alfaias do culto. A actual egreja é de uma só nave, tendo do lado direito dois altares, e do esquerdo outros dois, o pulpito e uma vasta capella do Senhor dos Passos. Os altares são de um só bloco de marmore amarello, muito bem trabalhado. O altar da capella-mór é egualmente de boa pedraria, com quatro formosas columnas e seus capiteis de magnifico marmore e excellente esculptura. O côro, á entrada do templo, é sustentado por duas pilastras e columnas, estando n'estas as pias da agua benta. D'entre os altares, um do lado da Epistola pertence á

Vista de S. Domingos de Carmões

capella que ali teem os Trigozos da Quinta Nova, da freg. de Mataeães, mais conhecidos pelos Morgados do Juncal. Aos pés do altar, acham-se as seguintes inscripções, uma ao lado da outra:

O DOUTOR FRANCISCO MENDO TRIGOZO, LENTE DE PRIMA NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, ANO DE 1630, INSTIT. ESTA CAP.ª DE OBRIG. DE 50 MISS. REZ. PELA SUA A. DE ESM.ª DE 50 REIS CADA HUÃ, DITAS NESTA CAP.ª ANEXANDO A HUM M' RG.º DE QUE FOI 4.º ADMINISTRADOR O D.OR EM LEIS GASPAR D'ALMEIDA SEU F.º

FOI REFORM.ª ESTA CAP.ª POR SEU BISNETO D.or FR.co MENDO TRIGOZO, QUE FOI INQUIZ.OR DA CORTE E JUIZ-EXECUTOR DAS BULLAS PONTIFICIAS, DO CONSELHO DE S. MAG.E E AO PRESENTE BISPO DE VIZEU, ANO DE 1772. OS HERDR.OS DESTE MORG.º E CAP.ª TEM AQUI SEU JAZIGO

Na frente do mesmo altar ha mais outras duas inscripções, uma da esquerda outra da direita, respectivamente:

ALTAR PRIVILG.º IN PERPETUUM PELO SM.º P.E CLEM. 14 EM Q QUALQUER SACERDOTE PODE CELEB. M.ª PELAS ALMAS DE PARENTES CONSANGUINEOS, AFINS, E DESCEND. DA FAMILIA

O D.OR FR.co MENDO TRIG.º PEREIRA HOMEM DE MAGALHÃES, FIDALGO CAVALLEIRO DA CASA D'ELREI, PROFESSO NA ORD. DE X P.º CAPITÃO MÓR DA V.ª DE TORRES VEDRAS, E GUARDA MÓR DA SAUDE DA MESMA VILLA. MDCCLXXV

Do mesmo lado da egreja, seguindo d'este altar para a capella-mór, encontra-se no chão, entre a teia e a parede, a lapide seguinte:

SEPULTURA DE GASPAR DOS REIS PAES, CAVALLEIRO FIDALGO DA CASA DE SUA MAGESTADE E MEIRINHO GERAL DA SUA COUTADA DE S. STERLINO, E DE SUA MULHER ANNA DA SILVA E DE SEUS HERDEIROS. FALLECEU A 28 DE MAIO DE 1667. PEDE PELA SUA ALMA PADRE NOSSO E TRES AVE-MARIAS

No soalho do corpo da egreja está aparafuzada uma chapa de cobre, tendo gravados os seguintes dizeres: *Sepultura de Ignez Luiza da Cruz Paes e de seus herdeiros, como constava da pedra que neste logar estava, onde jaz o p. D. Salvador M.ª de Mattos por mercê que a dita senhora lhe fez e lhe mandou fazer este pello ajudante João Roiz da Cruz Paes. Anno de 1789. P. N. e A. M. pelas almas.* Aos pés d'outro altar do lado do Evangelho, junto á capella do Senhor dos Passos, lê-se a seguinte inscripção dividida, como a do altar fronteiro, em duas partes, uma a par da outra:

ESTA CAPELLA HE DO P.E I.º DA COSTA QUEIROS COM A S.ª DO CARNEIRO QVE FES P.ª SEU JAZIDO & DE TODOS OS QVE NELLA SVCCEDEREM SOMENTE COM OBRIGACAM DE CADA ANNO

DIA DA NATIVIDADE DE N. S.ª MISSA CANTAD. & SERMÃO. DIA DE NATAL TRES MISSAS R. NAS 8 FESTAS DA S. HUA MSS: REZADA EM CADA HU DIA. PELLO DECVRSO DO ANNO TRINTA MISSAS. ANNO DE XPO—.1639

Este carneiro e capella pertencem á familia Botto, uma das mais antigas e distinctas de Carmões. Em frente do adro da egreja parochial está o cemiterio da freguezia, no qual se ergue um sumptuoso jazigo de capella da familia do fallecido viticultor e abastado proprietario João Baptista Canha, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição. Em toda a freguezia ha apenas uma ermida, no logar da Corujeira, dedicada á Senhora da Piedade. Houve outra no logar do Baraçal dedicada a S. Gregorio, que tinha uma confraria e alguns bens, a qual, pelo estado de ruina e abandono em que se encontrou, foi tirada da administração da Junta de Parochia, extincta a confraria, e seus rendimentos applicados para a educação publica dos moradores do dito logar, em virtude do alv. do Governo Civil de 26 de janeiro de 1856. Em 14 de abril de 1905, por occasião da procissão do Senhor dos Passos, fôram inaugurados em S. Domingos de Carmões

cinco elegantes capellas, ou passos, magnificamente construidos e decorados a expensas do sr. José Baptista Canha. Acha-se o primeiro por detraz da egreja e os seguintes distribuidos pela estrada que vae para a Corujeira, até ao limite da freguezia. S. Domingos de Carmões pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de rec. e res. n.º 1 com a séde em Lisboa.

Carmona. Familia de origem hespanhola; tem por armas, em campo azul uma banda vermelha que sae pela bocca de duas cabeças de serpes, que são de ouro coticadas e armadas de sanguinho, e aos lados da banda duas flôres de liz de ouro, uma em cima e outra em baixo, nos cantos do escudo e sobre o campo azul.

Carmonã. Pov. e freg. de N. S.ª do Soccorro, da prov., distr., conc. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India, a O da provincia. E' banhada pelo rio Sal. Tem escolas.

Carmonêm. Pov. da circumscripção de Quirlapale, do commando militar, e conc. de Sanguem, distr. de Gôa, na India.

Carn. Monumento celtico ou preceltico, como querem alguns autores. Era uma especie de tanque de differentes tamanhos e figuras geometricas, com o pavimento feito de calçada, coberta de barro ou saibro, ou ambas as cousas combinadas, fechado por uma parede de 1 m. d'altura. Não se tem achado signal de porta ou entrada. Em Portugal ha muitos d'estes monumentos, especialmente na prov. de Traz-os-Montes. Apezar de haver duvidas sobre a applicação das quatro qualidades de monumentos celticos, que abundam na Lusitania, a opinião mais seguida é, que as *mamoas* eram tumulos dos celtas notaveis; as *antas*, monumentos erigidos á memoria dos seus chefes; e os *carns*, templos onde cada tribu ou familia se reunia para orarem ao seu deus *Endovelico; dolmen*, ara celtica onde se faziam os sacrificios (V. *Antas*, *Dolmens*, e *Mamoas)*. Nas freguezias de Moledo, Cristello, Portella e Gontinhães, dizem que existem alguns *carns*, a que dão o nome de *Cerrados dos moiros*. Em muitos sitios de Portugal tem-se corrompido a palavra *carn*, transformando-a em castro ou crasto, como aconteceu ao monte dos *carns* em Romariz, a que se chama hoje *Monte do Crasto*.

Carnapete. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Carnaxide *(Antonio Baptista de Sousa, visconde de)*. N. em Villa Real a 15 de outubro de 1847. Fôram seus paes José Maria Baptista de Sousa e D. Margarida de Jesus Carlota Bacellar, proprietarios. Teve dois irmãos: Albano Baptista de Sousa, já fallecido, advogado e professor do Lyceu de Villa Real, e D. Maria das Dores Baptista de Sousa. Casou ainda estudante com a sr.ª D. Josefa Emilia de Carvalho, havendo dois filhos: Amandio Antonio Baptista de Sousa, delegado do procurador regio, servindo em commissão na Beira (Africa) o logar de secretario geral da Companhia de Moçambique, casado com D. Maria da Conceição de Carvalho, filha do sr. conselheiro Marianno de Carvalho; e D. Elisa Baptista de Sousa, conhecida pianista amadora, casada com o sr. Alberto Pedroso, advogado. Acabou em maio de 1872 a sua formatura em Direito, tendo sido estudante classificado do seu curso, durante o qual exerceu em Coimbra o ensino livre, leccionando philosophia. Abriu logo na sua terra escriptorio de advogado, e ali se conservou até abril de 1884. Durante esses 12 annos, só deixára de destinar aos serviços de fôro e das consultas no seu escriptorio o tempo util, que empregára no ensino particular de geographia e historia, no serviço da magistratura administrativa do concelho do districto na redacção e direcção do *Progresso do Norte*, jornal que fundára, e do qual fôra um dos redactores assiduos o bispo de Vizeu, D. Antonio Alves Martins, e correspondente, em Lisboa, o sr. conselheiro Veiga Beirão. Fixando residencia em Lisboa desde maio de 1884, continuou aqui a sua dilecta profissão de advogado, e no mez seguinte começou a servir interinamente o logar de Secretario do Tribunal do Commercio, em que, pela nomeação do seu proprietario, o conselheiro Emygdio Navarro, para o Tribunal de Contas, foi provido definitivamente em 13 de janeiro de 1890. Em fevereiro de 1896, tendo de proceder-se a uma eleição supplementar pelo circulo de Villa Real, os seus conterraneos fizeram-lhe a surpreza de o elegerem deputado gentileza esta que elle agradeceu em carta publicada no seu jornal *Progresso do Norte*, que então ainda conservava. Por mais cinco legislaturas successivas foi eleito: sendo duas por Villa Real, uma por Sinfães, outra pela ilha da Madeira, e a ultima, então para a camara dos pares, novamente pela referida ilha. Correndo a primeira sessão da legislatura começada em 1894, e cuja convocação, addiada desde 2 de janeiro, se fizera para 2 de outubro, foi essa sessão, pelo golpe d'Estado de 28 de novembro d'esse anno, encerrada com motivo allegado no decreto de na camara dos deputados imperar a desordem impeditiva, tendo corrido regularmente os trabalhos da camara dos pares, onde a unica moção politica discutida e votada fôra por elle apresentada. Em seguida, decretadas incompatibilidades para a camara dos deputados e dos pares pelas reformas dictatoriaes de 28 de março e de 25 de setembro de 1895, que o attingiram como administrador eleito pela assembléa geral, tanto da Companhia de Moçambique como da dos Phosphoros, ficou fóra do parlamento, sendo-lhe pelo primeiro governo do seu partido, que ascendeu ao poder, concedido por decreto de 24 de março de 1898 em duas vidas o titulo de visconde de Carnaxide, onde, entre outros bens, é proprietario d'uma das mais bellas quintas e vivendas dos arredores de Lisboa. Além de administrador d'aquellas duas companhias, a primeira das quaes archiva documentos da sua rasgada presidencia e iniciativa para o fomento colonial nos territorios, que teem a Beira por capital, é director da Companhia Fabril Lisbonense, da Fabrica d'Assucar de Marro-

Visconde de Carnaxide

meu (Africa Oriental), e da Companhia Agricola de Moribane, commissario da Companhia de Moçambique na de Minas d'Oiro de Manica, e presidente do conselho fiscal da Companhia de Papel do Prado, da Empreza dos Recreios Lisbonenses e da Companhia do Mont'Estoril, sendo presidente da assembléa geral da Associação Industrial Portugueza e da Companhia de Timor, de que foi um dos fundadores. N'uma carta dirigida ao jornal *A Vanguarda*, e transcripta pelo *Correio Juridico*, 3.º anno n.º 13, por consideração ao seu signatario, que ahi se diz ser advogado triplicemente distincto pela sua intelligencia, pelo seu saber, e pelo seu caracter, teve occasião de referir, que não fôra a pedido seu que entrára na gerencia d'alguma companhia. D'entre os trabalhos, que tem produzido como jurisconsulto e magistrado, alguns teem sido publicados em volume, e outros na revista de legislação e de jurisprudencia *O Direito* da direcção do sr. conselheiro José Luciano de Castro, e de que é um dos redactores, comprehendendo-se n'elles relatorios officiaes ácerca de variadissimas questões do registo commercial depois do systema do novo codigo de 1888, de que foi collaborador, estudo sobre cooperativas, marcas de fabrica, regimen de obrigações, etc. Dos relatorios officiaes o primeiro foi publicado por ordem do ministerio da justiça no *Appendice* n.º 10 ao *Diario do Governo* de 1893, sendo tambem com os dois seguintes publicado em volume. Corre em brochura a sua *Memoria critica de reforma penal de 1884*, assumpto da conferencia da sessão inaugural da Associação dos Advogados de Lisboa no anno de 1884-1885. Pertence-lhe, como relator da commissão que o subscreveu, o trabalho dos dois projectos dos decretos de 19 de março de 1891, relativos aos tribunaes de arbitros avindores com os respectivos relatorios, consignando a evolução socialista do direito privado. Dos seus trabalhos parlamentares, ha publicados em separado, reproduzidos dos *Diarios das Sessões: A dictadura de 1890*, discurso proferido na camara dos deputados na discussão do *bill de indemnidade* nas sessões diurna e nocturna de 10 de junho de 1890, tendo por annexo o discurso da sessão de 8 de maio de 1889 sobre o projecto da creação dos tribunaes de arbitros avindores; o projecto de lei com seu relatorio sobre reforma de sociedades anonymas, apresentado em sessão da camara dos deputados de 20 de janeiro de 1892, que se encontra publicado tambem no 3.º livro, 3.ª parte, das *Estatisticas e Biographias Parlamentares Portuguezas*, pelo barão de S. Clemente, e que foi, em parte, fonte da chamada reforma bancaria de 3 de abril de 1896; a *Lei de meios de 1891 a 1892 e as auctorisações n'ella contidas*, discurso na camara dos deputados em sessão nocturna de 25 de junho de 1892; a *Revolução do Governo contra o Regimen Liberal*, discurso proferido na camara dos pares do reino em 20 de novembro de 1894. Na referida sessão de 10 de junho de 1890 apresentou, como substituição ao decreto dictatorial de Lopo Vaz sobre regimen de imprensa, um projecto de differente regimen completo, projecto que teria de melhorar, como declarou na justificação impressa e tambem publicada no *Correio Juridico*, 4.º anno, n.ºs 13 e 14, do seu voto em separado emittido na Associação dos Advogados sobre a consulta da Associação dos Jornalistas distribuida em 14 de abril de 1902. O seu retrato, como presidente do conselho de administração da Companhia de Moçambique, abre a obra publicada em Paris, em 1899, *Compagnie a charte de Mozambique, notice historique économique et financière*, devida á penna do advogado M. Gaston Bouteiller. Foi tambem publicado na grande monographia *O territorio de Manica e Sofala e a administração da Companhia de Moçambique*, para ser presente ao Congresso Colonial de Lisboa em 1901; e, acompanhado de notas biographicas, no *Mundo Legal e Judiciario*, 6.º anno, n.º 128, e nos *Echos da Avenida*, 13.º anno, n.º 583.

Carnaxide. Pov. e freg. de S. Romão, da prov. da Estremadura, conc. de Oeiras, com., distr. e patriarc. de Lisboa; 3:657 hab. e 556 fog. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. e teleg., permutando malas com Oeiras; associações: *Soccorros Mutuos Fraternidade* e *Operaria de Carnaxide*; pharmacias; sociedades de recreio: *Academia Recreio Operario de Outorella* e *Sociedade Philarmonica de Carnaxide*. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem direita do Tejo, entre montes de pequena elevação, que fórmam valles aprazíveis, por onde passam a ribeira de Carnaxide ou rio Jamor, e a ribeira de Algés. A egreja matriz é de largas dimensões. Antes de 1834 era o prior de Santa Cruz do Castello, de Lisboa, que apresentava o vigario, que tinha de rendimento um moio de trigo, uma pipa de vinho e o pé d'altar, na importancia aproximada de 240$000 réis. Houve n'esta freguezia tres conventos: o da Boa Viagem, S. Catharina e S. José de Ribamar. Antigamente tinha juiz ordinario, feito pela camara de Lisboa. A terra é muito fertil e saudavel, abundantissima de boas aguas. Pertence á 1.ª divisão militar e ao distr. de recrut. e res. n.º 1 com a séde em Lisboa. Quando o conc. de Oeiras foi supprimido, por decreto de 26 de setembro de 1895, a pov. de Carnaxide foi annexada ao de Cascaes, mas voltou ao de Oeiras, por ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. E' em Carnaxide que está situada a gruta onde appareceu a pequenina imagem de N. S.ª da Rocha. Esta gruta é cavada n'uma rocha banhada pelo rio Jamor. Na manhã de 28 de maio de 1822 andavam uns rapazes a brincar nas margens d'este rio, n'um casal chamado da *Rocha*, e viram um coelho que se introziu por entre as fendas d'um rochedo, e desappareceu. Os rapazes, querendo apanhal-o, fôram buscar uma lanterna e ferramentas, e depois de muito trabalho, conseguiram entrar de gatas n'uma concavidade, mas ficaram espantados vendo uma grande lapa de fórma oval, toda de pedra lioz, tendo 28 palmos de comprimento por 24 de largura, podendo abrigar umas 80 pessoas, duas caveiras e varios ossos humanos espalhados. Divulgada a descoberta da gruta, começou a affluir ali muita gente, movida pela curiosidade, até que alguns dias depois, em 31 do referido mez, um habitante de Carnaxide, chamado Manuel Placido, descobriu sobre umas pedras a imagem da Virgem, feita de barro, e com um manto de seda muito velho. Este novo achado redobrou o interesse, e mais extraordinario ainda se tornou o caso, quando no dia seguinte se deu pela falta da imagem, sem se saber quem a tivesse tirado, não obstante todas as devassas a que se procedeu. Quatro dias depois, em 4 de junho, foi en-

contrar-se a pequenina imagem em cima d'uma oliveira, a pouca distancia da gruta. Attribuiu-se a milagre da Virgem, e a autoridade mandou collocar outra vez a imagem na gruta, sendo alumiada, postando-se guarda á entrada para que novamente a não tirassem d'ali. Começou então grande romaria a Carnaxide, de pessoas de todas as classes da sociedade, não só de Lisboa e dos arredores, como da provincia da Extremadura. Em breve, a oliveira desappareceu quasi completamente, sendo cortada em pedacinhos para reliquias que os devotos guardavam com toda a veneração, enchendo a gruta de offertas, joias, cera, e esmolas em dinheiro que em pouco tempo

Egreja de N. S.ª da Rocha

attingiu a importancia de 2:000$000 réis. D. João VI, por portaria de 27 de julho do referido anno de 1822, mandou que a imagem, a que se dera a invocação de N. S.ª da Rocha, fôsse conduzida para a Sé de Lisboa, o que se fez com toda a pompa em 5 de agosto, collocando-se no altar de N. S.ª a Grande. O povo de Carnaxide e das visinhanças tiveram grande desgosto com a partida da imagem, e continuaram concorrendo á gruta com as suas esmolas e offerendas, projectando erigir ali uma egreja. O cabido da Sé, sabendo d'esta influencia pela lapa, apezar da imagem já ali não estar, fez com que o monarcha a mandasse tapar a pedra e cal. O povo, indignado, arrombou a parede, e tornou a pôr a gruta a descoberto; d'esta vez foi toda entupida com um muro solido. Foi desde então que cessaram as esmolas, destinadas para a construcção da egreja. Passaram-se 60 annos, e em 1882, sendo Thomaz Ribeiro ministro do reino, o governo, accedendo ás representações que por vezes fizera o povo de Carnaxide, resolveu que a devota imagem voltasse para a terra onde apparecera, indo então para a egreja da freguezia. A trasladação fez-se com pomposa cerimonia no dia 30 de setembro de 1883. Desembarcou a imagem na Cruz Quebrada, e encaminhou-se processionalmente para Carnaxide. As festas fôram esplendidas. Ao lado da egreja armou-se a tribuna onde assistiu a familia real; levantaram-se columnas, arcos; suavisou-se o caminho que vae ter á gruta que estava forrada de verdura. O arraial durou tres dias e tres noites, durante as quaes brilharam em torno da egreja os focos da luz electrica. A concorrencia foi enorme. N'esta occasião se iniciaram os trabalhos para a construcção d'uma egreja expressamente dedicada a *N. S.ª da Rocha*, escolhendo-se o mesmo local junto á gruta. Thomaz Ribeiro concorreu muito com a sua influencia para que a obra se fizesse, e para que o edificio não ficasse collocado n'um ermo escalvado e arido procedeu-se a importantes trabalhos de terraplenagem e ajardinamento, que transformaram o local n'uma estancia aprazivel e pittoresca. A egreja ficou concluida a 28 de maio de 1893, effectuando-se n'este dia uma grande festa como de inauguração, a que assistiu Sua Magestade a Rainha Senhora D. Amelia com seus filhos, camaristas e o presidente do conselho de ministros. Todos os annos se realisa em Carnaxide pomposa festividade e arraial, que attrae sempre grande concorrencia áquella pittoresca povoação. Velloso d'Andrade, na sua *Memoria dos chafarizes*, diz que o chafariz de Carnaxide foi feito em 1765 e que recebia a agua d'uma nascente no sitio das Francezas, e consigna outros esclarecimentos ácerca do mesmo chafariz.

Carne Assada. Pov. na freg. de S. João Degolado, de Terrugem, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Carne Azeda. Ilha da Madeira; pov. da freg. de N. S.ª do Monte, conc. e distr. do Funchal. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Carne de Cerva. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Carne Magra *(Quinta da)*. Na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Carneirita. Logar na freg. de S. Salvador, conc. e distr. de Santarem.

Carneira. Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Triana, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça, de Moncarapacho, conc. de Olhão, distr. de Faro. || Monte na freg. de S. Thiago, de Rio de Moinhos, conc. de Borba, distr. de Evora.

Carneiria *(Casaes da)*. Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Varzea, conc. e distr. de Santarem.

Carneirinho *(Horta do)*. Na freg. S. Cucufate, de Villa de Frades, conc. da Vidigueira, distr de Beja.

Carneiro. Familia antiquissima, que descende de Pedro Carneiro, senhor de Valdez, no tempo do conde D. Henrique, que parece ter sido o primeiro que usou d'este appellido. Tem por armas, em campo vermelho uma banda azul coticada de ouro e carregada de tres flôres de liz do mesmo metal, entre dois carneiros de prata, armados de ouro; o timbre é um dos carneiros.

Carneiro *(Antonio)*. Escrivão da puridade de el-rei D. Manuel, seu confidente, seu ministro predilecto, e verdadeiro director obscuro da politica do seu reinado. Prestou importantes serviços. Quando morreu D. Manuel, continuou a exercer o mesmo cargo junto de D. João III.

Carneiro *(Antonio)*. N. na villa de Fronteira, e em 1585 passou a Flandres, onde foi nomeado vêdor dos exercitos hespanhoes. Estando assim em posição de obter informações historicas valiosas, congregou todos os elementos para descrever as campanhas dos hespanhoes contra os hollandezes e francezes, e escreveu em hespanhol a seguinte obra, que foi impressa em Bruxellas em 1625: *Historia de las guerras de Flandes desde el año de 1559 hasta el de 1609 y las causas de la rebellion de dichos Estados*. Dedicou este trabalho á princeza de Flandres, D. Izabel Clara Eugenia. Em recompensa dos serviços prestados, o rei de Hespanha e Portugal o fez cavalleiro de Calatrava, de cuja ordem foi procurador. Além de historiador, era tambem poeta, e como tal foi elogiado por Lope de Vega Carpio no *Laurel de Apollo*.

Carneiro *(Padre Antonio)*. Jesuita, reitor do collegio da ilha de S. Miguel, e Preposito nas casas professas de Villa Viçosa e de S. Roque de Lisboa. N. n'esta cidade a 14 de outubro de 1660, e fal. na casa de S. Roque a 1 de abril de 1737. No seculo chamava-se Antonio Rodrigues Carneiro. Era filho de Francisco Rodrigues e de Maria de S. Thiago. Entrou na Companhia de Jesus a 20 de abril de 1676 Foi tambem mestre de noviços em Coimbra e Lisboa; ensinou grammatica, humanidades, rhetorica e theologia moral. As obras mysticas e asceticas, que escreveu, são numerosas, cujos titulos veem publicados na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, a pag. 231 do 1.º vol. e a pag. 29 do 4.º.

Carneiro *(Antonio Ricardo)*. Professor de primeiras letras em Belem. Traduziu o drama em 3 actos: *O imperador José II visitando os carceres de Allemanha*, que se publicou em Lisboa no anno de 1819. Além d'esta, consta que Antonio Ricardo Carneiro imitou ou traduziu outras peças, que se representaram nos theatros de Lisboa, imprimindo-se algumas sem o seu nome. Attribue-se-lhe tambem a composição dos seguintes opusculos, que saíram egualmente anonymos: *Resposta á primeira, segunda, e quarta cartas de José Agostinho de Macedo, em que se mostra a nullidade da maior parte das suas asserções; em uma carta escripta por um amante da razão a um amigo da verdade*, Lisboa, 1827; *Resposta á quinta, sexta, septima, e desgarrada terceira cartas, de José Agostinho de Macedo, por um amante da razão e da verdade*, Lisboa, 1827. Fôram escriptas por occasião da publicação das *Cartas de José Agostinho de Macedo a seu amigo J. J. P. Lopes*, que chegaram ao numero de 32.

Carneiro *(Augusta Correia da Cruz)*. Cantora. N. em Vizeu a 13 de agosto de 1869, fal. a 6 de janeiro de 1901. Era filha de Antonio Coelho da Cruz e de D. Julia Correia da Cruz. Desde creança começou a manifestar grande aptidão para o canto. N'essa epoca estava em Vizeu Luiz Dalhunty, apreciado pianista, e foi elle o primeiro professor que iniciou Augusta Cruz nos segredos da musica, e a preparou para o começo da sua vida artistica, apresentando a em 1887 n'uma *soirée* familiar realisada nos salões do Gremio. Obteve um completo triumpho, revelando-se uma grande artista. Em 8 de maio de 1888 veiu para Lisboa receber lições de Arthur Pontechi, então regente da orchestra do theatro de S. Carlos. Mezes depois, os professores do Conservatorio Napoleão Vallerany e Melchior Oliver ouviam e classificavam de admiravel a sua voz. Em outubro de 1888 deu-se no theatro de S. João, do Porto, uma festa de caridade em que tomaram parte os mais distinctos amadores de canto do paiz, cantando-se a opera *Fausto*, desempenhando Augusta Cruz a parte do *travesti* Siebel. A fórma como se houve a apreciada cantora póde vêr-se pelos elogios que lhe teceu a imprensa portuense de então, como a *Epoca*, o *Jornal da Manhã*, e *O Commercio Portuguez*. Reconhecendo-se publicamente a especial aptidão da sympathica viziense para a scena lyrica, o governo portuguez dispensou-lhe logo um subsidio para que pudesse ir á Italia aperfeiçoar se na musica classica, em pleno convivio artistico dos grandes maestros. Em 17 de agosto de 1889 partiu para Milão, acompanhada por sua mãe, e com recommendações especiaes para o nosso consul n'aquella cidade, que logo se apressou a apresental-a ao professor Antonio San Giovanni do Conservatorio, e regente do theatro Scala. A educação musical de Augusta Cruz ficou completa, realisando se o seu debute em 11 de novembro de 1890 no theatro Garibaldi de Padua, com o *Trovador*, em que obteve grande exito. Cantou depois em Veneza o *Romeu e Julieta*, de Gounod; proseguindo em continuos triumphos, percorreu os theatros de Italia, Austria, Russia, Mexico, Havana, Brazil, etc. O seu reportorio tornou se muito importante, do qual apontaremos as seguintes operas: *Ruy Blas*, *Carmen*, *Cavalleria rusticana*, *Lohengrin*, *Roberto do Diabo A força, do destino*, *Huguenotes*, *Le Ville*, etc. Falleceu com 31 annos de edade, tendo abandonado pouco tempo antes a sua carreira artistica, desposando o sr. Manuel Carneiro.

Carneiro *(Belchior)*. N. em Coimbra em 1519, fal. a 19 de agosto de 1583. Era filho de Pedro Carneiro Leitão e de Maria Nunes. Já era homem distincto pela sciencia, quando entraram em Portugal os primeiros jesuitas, exercendo grande fascinação a sua doutrina. Belchior foi um dos que se influiu pela nova ordem religiosa, e entrou para a Companhia de Jesus a 25 de abril de 1543, professando mais tarde em Roma a 24 de junho de 1554. Foi em 1551 reitor do collegio de Evora, o primeiro que teve este collegio, e passou depois a Roma com o Padre Mestre Simão Rodrigues, onde professou, como dissémos. Santo Ignacio de Loyola escolheu-o para seu confessor. Em 1 de abril de 1555 partiu para a India a bordo da nau *S. Thiago*, e chegou a Gôa a 10 de setembro do mesmo anno. No collegio de S. Paulo d'esta cidade foi o primeiro lente de Moral que instruiu os seus domesticos. No Oriento deu provas do seu fanatismo, perseguindo cruelmente os judeus em Cochim, e sendo quem mais contribuiu para que se estabelecesse em Gôa o tribunal da Inquisição. Percorreu as serras do Malabar nas suas missões, e fôram necessarias expressas ordens do patriarcha da Ethiopia, João Nunes Barreto, para que elle desistisse de ir combater com as armas da dialectica um nestoriano que andava prégando na India, receando o perigo a que se expunha. Retirando então a Gôa, o referido patriarcha o sagrou bispo de Nicéa a 15 de dezembro de 1555, com futura successão do patriarchado da Ethiopia, mas não chegou a tomar posse do logar. Em 1567 foi eleito

bispo do Japão e da China, que foi o primeiro que teve esta dignidade. No anno de 1568 partiu de Gôa para Malaca. Chegando a Macau começou a governar a nova diocese, mas sentindo-se doente e cançado, pediu e obteve a renuncia do bispado, indo substituil-o em 1569 o padre Leonardo de Sá. Voltando outra vez para a sua cella no convento de Macau, ali falleceu. Deixou o seguinte: *Carta escripta de Moçambique no anno de 1555 ao P. Geral, em que relata a boa disposição que ha na Ilha de S. Lourenço para receber a Fé,* etc.; *Carta escripta de Gôa a 24 de dezembro de 1557 ao Provincial d'esta Provincia, na qual faz mensão da que lhe escrevera no anno antecedente, e narra a missão que fez nas serras do Malabar,* etc., estas duas cartas fôram impressas em Veneza, em 1559; *Carta escripta de Macau a 20 de Novembro de 1572 ao P. Geral, em que refere o fructo que fizera no Japão, e das esperanças que se tinham do que se havia de colher na China,* Roma, 1578; *Carta escripta em o primeiro de julho de 1582 a D. Gonçalo Ronquillo, Governador das Filippinas, em que relata como fora acclamado em Macau pelos Portuguezes Filippe III;* saiu impressa na *Historia dos Ministerios Apostolicos de los Obreros de la Compañia de Jesus,* do P. Francisco Colin, liv. 2.º cap. 23.

Carneiro *(Fr. Christovão).* Religioso da ordem de S. Francisco da provincia de Portugal. Natural de Lisboa, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Estudou Philosophia no convento de Leiria, onde foi guardião. No capitulo celebrado em Lisboa no anno de 1617 foi eleito guardião do collegio de S. Boaventura, de Coimbra, onde era lente de Escriptura. Teve fama de grande letrado e de bom prégador. Publicou: *Sermão predicado en la Capilla real desta Universidade de Coimbra en 9 de março de 1611,* Salamanca, 1611; *Sermão da Purificação de N. S.ª prégado na Egreja de Santa Maria da Veiga Collegio dos Conegos Regrantes de Santo Agostinho da Universidade de Salamanca na festa da Confraria dos Estudantes Portuguezes no anno de 1612,* Salamanca, 1612.

Carneiro *(Fradique).* Fidalgo que militou contra a sua patria na armada do marquez de Santa Cruz, encarregada de reduzir os Açôres á obediencia de Filippe, de Hespanha; passando depois á India, foi capitão-mór da armada d'aquelle estado. Era filho de Luiz Carneiro, senhor da ilha do Principe, e tio do primeiro conde d'este titulo.

Carneiro *(Gonçalo Xavier de Alcaçova).* Academico da Academia Real de Historia, e socio da Academia Real das Sciencias. N. a 12 de setembro de 1712, fal. em 1785. Escreveu: *Oração que devia recitar na presença da rainha nossa senhora D. Marianna Victoria em 31 de Março de 1775, dia dos annos da mesma senhora,* sem logar nem anno da impressão; *Oração que deve recitar na presença d'el rei N. S. D. Joseph I, em 6 de Junho do presente anno,* tambem sem indicar onde nem quando se imprimiu; *Dissertação sobre a questão: Se a cidade de Beja foi a que antigamente se chamou a Pax Julia dos Romanos, ou a cidade de Badajoz?* vem no 2.º tomo da *Collecção da Academia Liturgica; Oração que recitou na presença d'el-rei nosso senhor D. José I, em 6 de Junho de 1775, dia dos annos do mesmo sr., servindo de censor na Academia,* sem logar nem anno de impressão.

Carneiro *(Heliodoro Jacinto de Araujo).* V. *Araujo Carneiro.*

Carneiro *(João Alvares).* Medico brazileiro, N. no Rio de Janeiro em 4 de outubro de 1776. onde tambem falleceu a 18 de novembro de 1837 Ficando orphão de pae e mãe foi educado por caridade, e no hospital do Rio de Janeiro aprendeu o curso incompleto, que se estudava ali, e pelo qual obteve as cartas de proto-medico. Era, porém tão habil, que logo começou a grangear reputação. Veiu para Portugal em 1796, afim de seguir estudos mais serios. Depois d'uma viagem aventurosa, em que foi successivamente prisioneiro dos francezes e captivo de argelinos, desembarcou proximo do Porto, e com a protecção d'um seu antigo amigo e patricio, tambem medico, pôde vir estudar em Lisboa, d'onde saiu para visitar em viagem scientifica varios portos da Asia. Regressando a Lisboa, seguiu para o Rio de Janeiro, onde continuou exercendo clinica, tornando-se muito afamado e popular.

Carneiro *(João Bento Gil).* V. *Gil Carneiro.*

Carneiro *(João Martins Barbosa).* Estudante de Theologia. N. no Porto em 1833, onde tambem falleceu a 24 de agosto de 1857. Dedicou-se muito á litteratura, e publicou alguns pequenos romances, artigos politicos, folhetins e poesias, parte das quaes sairam na *Grinalda,* e no *Bardo,* jornaes de poesias inéditas. Escreveu para o theatro varias imitações e traducções, que ficaram ineditas, assim como um drama original, e um romance, intitulado: *A voz do condemnado.*

Carneiro *(José).* Cirurgião medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto. N. em S. Thiago de Guilhofrei a 6 de maio de 1851. E' filho de Bernardo José Carneiro. Defendeu these a 19 de julho 1876, e outra these a 22 de dezembro do mesmo anno, as quaes publicou em 1876, no Porto, sendo o titulo da primeira, *Do tetano,* e o da segunda, *Breves considerações sobre a erysipela.*

Carneiro *(José Pires da Costa).* Cirugião-medico, pela Escola Medico-Cirurgica do Porto. N. em Valverdinho, districto da Guarda, a 8 de março de 1850. E' filho de Manuel da Costa Carneiro. Defendeu these a 18 de julho de 1877, que foi publicada no mesmo anno, e tem por titulo: *Breves considerações ácerca da educação physica e moral das creanças durante a primeira infancia.*

Carneiro *(Fr. José de S. Cyrillo).* Religioso da ordem dos carmelitas calçados, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. N. em Refoyos, e fal. em Lisboa a 14 de janeiro de 1837, sendo presbytero secular. Doutorou-se em 26 de julho de 1789. Escreveu: *Analyse dos breves apostolicos sobre a clausura das religiosas,* Lisboa, 1814, 3 tomos; *Dissertações moraes,* etc. Lisboa, 1816. Este livro foi mandado recolher pelo tribunal do Desembargo do Paço, por um edital do mez de junho do referido anno. Em 1817 publicou o padre Francisco Pires da Costa o seguinte: *Opusculo canonico, moral e apologetico em defeza da doutrina do S. P. Bento XIV, sobre a repartição do sagrado viatico aos enfermos,* opusculo que foi escripto em confutação do que sobre o mesmo assumpto imprimira fr. José de S. Cyrillo Carneiro no tomo II das *Dissertações.*

Carneiro *(Fr. Manuel).* Religioso carmelita, organista e compositor de musica. Era natural de Lisboa e fal. a 29 de agosto de 1695. Teve por paes Antonio Carneiro e Anna de Figueiredo.

Professou no convento do Carmo de Lisboa a 20 de maio de 1645. Mereceu geral sympathia pela sciencia de musica, em que foi muito perito. Compoz: *Responsorios, Lições das Matinas de Sabbado Santo a 2 Coros; Responsorios das Matinas da Paschoa a 2 Coros*; *Missa de defuntos, e as primeiras Lições de cada Nocturno, a 2 Coros; Psalmos, Motetes e Vilhancicos a diversas vozes.*

Carneiro *(Padre Manuel).* Jesuita. N. em Mesão Frio no anno de 1631, fal. a 23 de maio de 1693. Era filho de Jorge Cardoso e de Angela Nunes. Partiu para o Brazil em tenra edade, e entrou na Companhia de Jesus, no collegio da Bahia, a 24 de dezembro de 1647, fazendo a profissão do 4.° voto no collegio do Rio de Janeiro a 9 de abril de 1668. Foi professor de Philosophia e Theologia, prefeito dos estudantes e reitor do collegio de Oliuda, e voltando a Portugal, falleceu uo Porto. Publicou: *Sermão no segundo dia das Quarenta Horas no Collegio do Rio de Janeiro, anno de 1667*, Evora, 1668.

Carneiro *(Pedro de Alcaçova).* Conde da Idanha. V. *este titulo.*

Carneiro *(Manuel Borges).* Um dos heroes dos acontecimentos politicos de 1820. N. em Rezende a 2 de novembro de 1774, fal. em Cascaes a 4 de julho de 1833. Era filho do bacharel José Borges Botelho e de D. Joanna Thomazia de Mello. Matriculou-se na Universidade de Coimbra em 1791, no curso juridico. Formou-se Canones no anno de 1800, como consta da sua habilitação perante o Desembargo do Paço. *(Archivo da Torre do Tombo)*, e não em Leis, como dizem quasi todos os seus biographos. Entrou na carreira da magistratura, seudo nomeado juiz de fóra de Vianna do Alemtejo, por decreto de 13 de maio e provisão de 14 de junho de 1803, para servir por tres annos, sendo reconduzido por outros tres com o predicamento de cabeça de comarca, decreto de 13 de maio e 25 de outubro de 1805, e prov. de 24 de março de 1806. N'esta situação o veiu encontrar a invasão franceza, organisando-se em Lisboa uma regencia presidida por Junot. Resistindo ás prescripções despoticas impostas pelo general Kelermann, que estava delegado da regencia no Alemtejo, entrou n'uma conspiração promovida n'aquella provincia, contra os invasores, pelo que foi mandado prender por este general, e encerrado no convento de Beja, onde escreveu a carvão alguns versos, que mais tarde publicou. Pela provisão de 30 de maio de 1812 foi nomeado provedor da comarca de Leiria. No decurso do seu emprego foi colligindo as materias para a obra que publicou annos depois, iutitulada: *Extracto das leis*, etc. Esta obra era muito util, por constar d'uma collecção de documentos legislativos publicados em Lisboa e no Rio de Jaueiro, em quanto durou a permanencia da côrte no Brazil. A 14 de novembro de 1817 foi nomeado secretario da Junta do Codigo Penal militar, e em recompensa da fórma como desempenhou essas funcções, foi despachado para um logar supra-numerario de desembargador da Relação e Casa do Porto, por decreto de 13 de maio de 1820. Tendo abortado a conspiração que em 1817 victimou Gomes Freire de Andrade, um grupo de homens notaveis prepararam uma revolução pacifica, cujo grito foi levantado no Porto a 24 de agosto do referido anno, e repercutido em Lisboa a 16 de setembro. Fôram iuiciadores do movimento revolucionario Manuel Fernandes Thomaz, José Ferreira Borges, Sepulveda, Xavier de Araujo, e outros, que ficaram conhecidos na historia pelos *heroes de 1820.* Manuel Borges Carneiro, foi em seguida um dos mais decididos e vigorosos adeptos d'aquella revolução. Organisou-se um governo provisorio, e fôram convocadas côrtes constituintes para organisarem uma constituição politica. A 24 de janeiro de 1821 reuniram-se os deputados em sessão preparatoria, e a 26 foi a primeira sessão de abertura, sendo lido o respectivo discurso pelo presideute do governo. A 27 foi eleita a regencia, e Borges Carneiro começou logo a manifestar o seu tacto organisador, propondo que houvesse cinco secretarios do conselho executivo, do reino, fazenda, guerra, marinha e estrangeiros. Depois de se haver organisado a constituição politica e de a haverem jurado, assim como D. João VI, a familia real e todos os

Manuel Borges Carneiro

funccionarios e corpos populares, com raras excepções, fôram encerradas as côrtes extraordinarias e constituintes a 4 de novembro de 1822, tendo durado a sessão quasi dois annos consecutivos. Procedeu-se a novas eleições Borges Carneiro distinguira-se tanto nas côrtes constituintes, que seis circulos eleitoraes o elegeram. Na sessão preparatoria foi escolhido o seu nome para a commissão de verificação de poderes, e Borges Carneiro ficou representando então um dos circulos de Lisboa, Este congresso liberal era o mais sincero e sensato. As côrtes de 1820 organisaram as bases da constituição e depois a propria constituição, o juramento de acceitação d'estes documentos, fôram actos de enthusiasmo e regosijo. Extinguiram a Iuquisição, a intendencia geral de policia, o tribunal da inconfidencia, a mesa da consciencia e ordens, o desembargo do paço, a tortura, os direitos banaes e as coutadas, os privilegios de foro especial e de aposentadoria; providenciou-se com relação á Universidade de Coimbra, á companhia dos vinhos do Alto Douro, e á agricultura em geral, etc. Muitas outras providencias se tomaram sobre diversos assumptos, porque de nada se esqueceram e descuidaram. O movimento liberal fôra ao principio bem acolhido no Brazil; a Bahia, Pará, Pernambuco corresponderam ao grito da liberdade, e enviaram os seus representantes ao congresso de Lisboa. O conde de Palmella havia partido para o Brazil logo em seguida aos acontecimentos do Porto e Lisboa em 1820; chegando ao Rio de Janeiro fôra nomeado ministro dos estrangeiros, e pela consideração que merecia ao monarcha convenceu-o a approvar o movimento de Portugal, e a enviar o principe real D. Pedro com o cargo de seu logar tenente e uma constituição para o reino. A revolução do Rio de Janeiro de 26 de

fevereiro de 1821 veiu transtornar esses planos: D. João VI assustou-se, mudou de intenção, e resolveu voltar a Portugal, deixando ali ficar o principe. No dia 13 de maio de 1823, anniversario do nascimento d'el-rei, houve grandes festas em Lisboa; no paço da Bemposta, o monarcha, acompanhado do infante D. Miguel, deu beija-mão á côrte, indo á noite ao theatro e em seguida ao baile da assembléa. A camara municipal inaugurou n'uma das suas salas o retrato do monarcha. Seguia assim placidamente a nação no seu systema constitucional, porém moveram-se intrigas instigadas pela rainha D. Carlota Joaquina e seu filho D. Miguel, que pretendiam derrubar a constituição. O infante, segundo se dizia, fugira do paço de madrugada, indo a Villa Franca, á frente de infantaria n.º 23, commandada pelo brigadeiro Sampaio, acompanhado por alguns soldados de cavallaria n.º 4. O congresso ficou em sessão permanente para tratar dos perigos da patria. D. João VI declarou que estava no firme proposito de manter a constituição jurada, desapprovando a desobediencia do infante; a opinião geral do povo e da tropa era que o ministerio devia ser demittido. Com effeito deu-se esta demissão, sendo nomeados novos ministros. As traições, porém, começaram por toda a parte, o partido de Miguel ia engrossando e o novo ministerio pediu tambem a demissão em 1 de junho, celebrando o congresso a sua ultima sessão a 2 d'este mez. Borges Carneiro propoz, e as côrtes approvaram e assignaram, uma declaração e protesto em que se consignava, que estando destituidos do poder executivo, desamparados da força armada, não podiam continuar o seu mandato; e a sua persistencia seria inutil á nação e interrompiam as suas sessões até que a deputação permanente o julgasse conveniente, protestando em nome de seus constituintes, contra qualquer alteração ou modificação na constituição de 1822. Dias depois entrava o infante D. Miguel, triumphante em Lisboa, e com elle a reação. Borges Carneiro foi demittido do cargo de desembargador da Relação e Casa do Porto, por decreto de 17 de julho de 1823. Recolheu-se então á vida privada, continuando os seus estudos e trabalhos litterarios. Em 10 de março de 1826 falleceu D. João VI, e foi acclamado D. Pedro IV, que a 29 de abril outhorgou uma carta constitucional, abdicando logo a corôa em 2 de maio, em sua filha D. Maria II, continuando como regente em seu nome a infanta D. Izabel Maria, que fôra nomeada por seu pae. Nas eleições geraes de deputados não foi esquecido o nome de Manuel Borges Carneiro, e a infanta regente, n'um alvará de 16 de outubro, restituia-lhe o seu cargo de desembargador da relação e casa do Porto. As novas côrtes abriram-se em 31 de outubro, logo na primeira sessão foi Borges Carneiro nomeado para uma das commissões de verificação de poderes. Estas sessões não tiveram a importancia das primeiras côrtes. Em 14 de dezembro 1827 foi Borges Carneiro nomeado desembargador ordinario da Casa da Supplicação; encetou a publicação do *Direito Civil Portuguez*, de que saíram 3 volumes, de 1826 a 1828, imprimindo tambem o *Resumo de alguns dos livros santos*. D. Miguel, tomando posse da regencia do reino, dissolveu as côrtes, e declarou-se rei absoluto, começando desde então uma perturbação completa na ordem interna do paiz, seguindo-se um reinado de terror, enchendo-se as cadeias de prisioneiros de todas as gerarchias, classes e condições, que manifestavam as suas idéas liberaes, a que davam por aviltamento o nome de *malhados*. Borges Carneiro não podia deixar de ser preso, apostolo como era, da liberdade, por que sempre pugnara. Foi demittido do logar de desembargador e mandado riscar do quadro da magistratura, e não tardou a que entrasse no Limoeiro, a 15 de agosto de 1828, d'onde passou logo no dia 30 para a Torre de S. Julião da Barra, em companhia de numerosos presos, que pelo mesmo motivo ali fôram encerrados. Em 1833 desenvolveu-se no paiz a grande epidemia da Cholera-Morbus, que fez milhares de victimas, e na Torre de S. Julião, onde tanta gente se accumulava, deram-se numerosos casos. Resolveu-se passar-se a Cascaes uma certa quantidade de presos, em que foi incluido Manuel Borges Carneiro, que em 28 de junho para ali se transportou, sendo logo atacado no dia 30, fallecendo a 4 de julho seguinte. Foi enterrado na explanada da praça, proximo d'um muro, lançando-se na mesma cova, como por despreso, o cadaver d'um obscuro tambor. Os seus manuscriptos fôram religiosamente salvos e guardados por um seu fiel creado, Manuel Luiz, que muito o auxiliou durante a prisão, expondo-se a imminentes perigos. Em 5 de fevereiro de 1873 fez-se auto da averiguação, procedeu-se a escavações no local designado por alguns cidadãos que serviram de testemunhas, como sitio provavel do enterramento, e com effeito encontrou-se um esqueleto completo e em bom estado, debaixo do qual se encontrou outro egualmente bem conservado, provando-se que o esqueleto mais profundamente sepultado, era o do desembargador e o outro o do tambor em que falámos. Os esqueletes fôram mettidos n'um caixão de madeira, e depositados na egreja matriz de Cascaes. Os restos mortaes de Borges Carneiro, trasladaram-dos com toda a solemnidade para o cemiterio occidental em junho de 1879. No *Diario de Noticias* de 23 e 24 do referido mez e anno, vem publicada uma minuciosa narrativa das cerimonias que se celebraram n'esta trasladação, que foi imponentissima. No *Occidente*, de 1879, vol II, encontra-se em differentes paginas uma minuciosa biographia de Borges Carneiro, firmada pelo conhecido escriptor Brito Rebello, assim como o seu retrato O dr. Emygdio Costa escreveu o *Elogio historico*, que inseriu na *Gazeta dos Tribunaes*, de 24 de janeiro de 1842, e que anda tambem no fim do tomo IV do *Direito Civil*, de Borges Carneiro, da 1.ª edição. As suas obras são as seguintes: *Pensamentos do juiz de fóra de Vianna do Alemtejo, Manuel Borges Carneiro, preso no carcere do convento de S. Francisco da cidade de Beja, por occasião da revolução do Alemtejo, trasladados de varios pedaços de papel, onde fôram escriptos com carvão, em Agosto de 1808, offerecidos ao ex.mo e rev.mo sr D. Fr. Antonio de S. José de Castro, bispo do Porto, membro da suprema regencia de Portugal*, não traz a data, mas julga-se que fôsse em 1808; *Extracto das leis, avisos, provisões, assentos e editaes publicados nas côrtes de Lisboa e Rio de Janeiro, desde a epocha da partida d'El-rei nosso senhor para o Brazil em 1807 até Julho de 1816*, Lisboa, 1816; *Appendice ao Extracto das leis, avisos*, etc , *desde 1807 até Ju-*

lho de 1816, Lisboa, 1816; *Additamento geral das leis, resoluções, avisos*, etc., *desde 1603 até o presente*, Lisboa, 1817; *Segundo additamento geral das leis, resoluções*, etc., *desde 1603 até 1817*, Lisboa, 1817; *Mappa chronologico das leis e mais disposições de direito portuguez, publicadas desde 1603 até 1817*, Lisboa, 1818; *Resumo chronologico das leis mais uteis no fôro e uso da vida civil*, etc., Lisboa, 1818 a 1820, 3 tomos; *Grammatica, Orthographia e Arithmetica portugueza, ou arte de falar, escrever e contar*, etc., Lisboa, 1820; *Portugal regenerado em 1820*, Lisboa, 1820; *Segunda edição consideravelmente accrescentada*, Lisboa, 1820; *Terceira edição*, Rio de Janeiro, 1821; *Parabolas accrescentadas ao Portugal regenerado*, Lisboa, 1820; as parabolas são numeradas de I a III; *A Magia, e mais superstições desmascaradas*, Lisboa, 1820; é a parabola IV; *Appendice sobre as operações da Santa Inquisição Portugueza, ou parte segunda do discurso sobre a Magia, e mais superstições desmascaradas*, Lisboa; é a parabola V.; *Parabola* VI *accrescentada ao Portugal regenerado, a necessidade de Constituições provada pela injustiça dos cortezãos*, Lisboa, 1821; fez se n'este anno nova edição no Rio de Janeiro; *Juizo critico sobre a legislação de Portugal, ou Parabola* VII *accrescentada ao Portugal regenerado*, Lisboa, 1821; *Dialogo sobre os futuros destinos de Portugal, ou Parabola* VIII *accrescentada ao Portugal regenerado*, Lisboa, 1821; *Carta a Sua Magestade Luiz XVIII, rei de França* (ácerca da ingerencia d'aquella potencia nos negocios politicos de Hespanha), saiu impressa n'uma folha avulsa, e foi tambem inserta no *Diario do Governo*, de 18 de fevereiro de 1823; *Direito civil de Portugal, contendo tres livros: 1.º das pessoas; 2.º das cousas; 3.º das obrigações e acções*, tomos I, II e III, Lisboa, 1826 a 1828. O tomo IV só se publicou, depois da morte do autor, em 1840; os 4 volumes sairam em *segunda edição*, em 1858; *Noções astronomicas, extrahidas dos escriptos de J. A. Commings, Fontenelle, Almeida*, etc., Lisboa, 1829; *Resumo de alguns livros santos*, Lisboa, 1827; *Mentor da mocidade, ou cartas sobre a educação*, Lisboa, 1844. Esta obra publicada posthuma foi escripta na Torre de S. Julião da Barra.

Carneiro *(Pedro de Azevedo)*. Foi alumno muito applicado e intelligente de Geometria e Fortificação na Aula Real, desde 1681 até 1685. N'este anno, por carta passada por D. Pedro II, a 15 de março, foi nomeado engenheiro do estado do Maranhão, para onde partiu com o respectivo governador Gomes Freire de Andrade. Em 1691 teve licença para vir ao reino, sendo nomeado para o substituir Custodio Pereira.

Carneiro. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Amarante, distr. e bisp. do Porto; 442 hab. e 108 fog. Tem caixa postal. A pov. dista 14 k. da séde do conc. e está situada na estrada real de Amarante a Mesão Frio. O abbade de Santo Estevão de Villa Chã, apresentava o vigario, que tinha de congrua 50$000 réis Foi povoada pelos annos de 1220 por um cavalleiro chamado Martim Carneiro, monteiro-mór de D. Affonso II, que teve ali residencia e lhe deu o nome. D'este Martim Carneiro descendem os condes da ilha do Principe e outras familias nobres de Portugal. A terra é fertil, e pertence á 6.ª divisão mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, districto de Vizeu. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Lamellas, conc. de Santo Thyrso, districto do Porto. || Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Povos, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Casal na freg. do Salvador e concelho de Torres Novas, distr. de Santarem. || Herdade da freg. de N. S.ª do Rosario, conc. de Alandroal, distr. de Evora. || Horta na freg. de N. S.ª dos Martyres e conc. de Arraiollos, distr. de Evora. || Horta na freg. do Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja. || Horta na freg. de S. Cucufate, de Villa de Frades, conc. da Vidigueira, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Monte na freg. do Salvador, de Alvor, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || Monte na freguezia de S. Barnabé, concelho de Almodovar, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª da Gloria, conc. de Extremoz, districto de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª das Neves, conc. e distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Thiago de Escoural, conc. de Montemór-o-Novo, districto de Evora. || Quinta na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Triana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de Santa Maria, de Alcaçovas, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de N. S.ª do Pranto, de Avelloso, conc. de Meda, distr. da Guarda.

Carneiro de Baixo e de Cima. Dois montes na freg. do Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja.

Carneiro Alcaçova. V. *Alcaçova*.

Carneiro Alcaçova *(Filippe)*. Prestou serviços como militar e como engenheiro no Brazil e no Alemtejo. Era tambem perito em nautica, e construiu elle proprio instrumentos e cartas de marear. Em 1678 foi nomeado ajudante da praça do Rio de Janeiro, por carta patente de D. Pedro II, datada de 20 de dezembro, declarando que é em attenção aos serviços prestados na capitania do Rio de Janeiro durante quatro annos. Em carta de 23 de janeiro de 1700, foi nomeado capitão engenheiro da capitania do Rio de Janeiro. N'esta carta tambem se fala nos serviços prestados.

Carneiro Junior *(Antonio Teixeira)*. Pintor contemporaneo. N. em Amarante a 16 de setembro de 1872. Admittido no estabelecimento do barão de Nova Cintra, a cargo da Santa Casa da Misericordia do Porto, manifestou grande vocação artistica e iniciou na Academia das Bellas Artes o curso de desenho historico, que concluiu com distincção em 1890. De 1891 a 1896 seguiu na mesma Academia o curso de pintura, sendo no ultimo anno considerado digno de louvor. D'essa epoca datam os seus trabalhos: *Lenda do Martyrio*, e os retratos de *Eduardo de Artayett* e do *capitão d'Almeida d'Eça*, *Antonio José da Cruz Magalhães* e *D. Izabel Maria de Figueiredo Carvalho*, os dois ultimos existentes na galeria da Misericordia do Porto. Em 1897 conseguiu ir a Paris aperfeiçoar-se nos seus estudos, sendo discipulo de Julian, J. Paul Laurens e Benjamin Constant. Durante essa epoca pintou o painel de *S. João do Deserto*, e o retrato do sr. Maximiano de Lemos, director da *Encyclopedia Portugueza illustrada*, em publicação no Porto, o

qual foi offerecido á Associação dos Jornalistas da mesma cidade. Em 1899 pintou a *Fonte do bem*, que com o seu proprio retrato e o de Alfredo Coimbra apresentou na exposição universal de Paris em 1900, o qual lhe valeu uma 3.ª medalha. Pintou depois a *Saudade*, para o triptico *A vida*, de que fez em Paris a *Esperança* e o *Amor*, os retratos do dr. Senna, de José Maria Ferreira e de Antonio Patricio (filho), e um painel para o altar do *Ecce Homo*, da Misericordia do Porto. De outros quadros temos ainda nota: *A Ceia* e o *Baptismo de Christo*, ambos propriedade do sr. Otto Burmester, do Porto: *Uma pagina da historia de Evora*, collocado no palacio Barahona, da mesma cidade; etc. Em principios do anno de 1905 o sr. Antonio Carneiro Junior veiu do Porto estabelecer o seu *atelier* em Lisboa. Tendo concorrido á exposição de S. Luiz, na America, obteve uma classificação egual á dos artistas portuguezes de maior nomeada.

Carneiros. Pov. na freg. de Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Palhacana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Carnicães. Pov. e freg. de N. S.ª da Calçada, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Trancoso, distr. e bisp. da Guarda; 476 hab. e 131 fog. Tem esc. para o sexo masc. e est. post. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada n'uma baixa, entre duas ribeiras, d'onde se vê parte da serra da Estrella e a villa de Celorico da Beira. O vigario da freg. de S. Paio, de Trancoso, apresentava o cura, que tinha de rendimento 6$400 réis e o pé d'altar. A terra é fertil e saudavel, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. Antigamente chamava-se Cornicaes.

Carniçaria. Casa publica, açougue, onde se cortava e vendia carne para provimento commum Tambem assim se denominavam algumas vezes os logares em que se vendiam outros comestiveis. Por carta de 6 de outubro de 1384 doou o Mestre de Aviz á cidade de Lisboa o *Paço das Carniçarias*, edificio onde se vendiam aquelles generos. V. *Carniceiro*.

Carniceirinho e **Carniceiro.** Dois montes na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Carniceiro. Official que matava as rezes e vendia a carne nas carniçarias, açougues, etc. Cortador dos actuaes talhos. São muito curiosas algumas das antigas posturas das camaras municipaes sobre este officio. Assim, a de Setubal, em 1565, approvou a seguinte: «Que todo o cortador de carne que mal pesar, pagará pela primeira vez 100 réis, pela segunda 300, e pela terceira será posto ao pé do pelourinho com a carne ao pescoço por espaço de uma hora.»

Carnide *(Guilherme Street d'Arriaga e Cunha, 2.º visconde e 1.º conde de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real por successão a seus maiores, commendador da ordem de Christo e cavalleiro da de N. S.ª da Conceição; commendador da ordem de Carlos III, de Hespanha, official da da Aguia Vermelha da Prussia, cavalleiro da de S. Gregorio Magno de Roma, grã-cruz da de Izabel a Catholica de Hespanha; bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, ministro plenipotenciario em diversas côrtes estrangeiras; par do reino, abastado proprietario, etc. N. em Carnide a 13 de outubro de 1835, onde tambem falleceu a 27 de fevereiro de 1898. Era filho dos 1.ºs viscondes de Carnide, José Street de Arriaga e Cunha, e Jane Carolina Shearman. Formou-se em Direito no anno de 1858, e em janeiro de 1860 entrou na carreira diplomatica, na qualidade de addido á embaixada de Roma, onde então se trabalhava na concordata com a Santa Sé. Passou depois, em 1861, aos Estados Unidos como secretario, funccionando muitas vezes como encarregado de negocios durante a presidencia de Lincoln e a guerra da Successão, mas apezar de ser delicada a missão dos representantes dos paizes estrangeiros, exerceu as funcções effectivas do cargo. Em 1862 foi nomeado para Berlim, servindo ali quasi sempre como encarregado dos negocios de Portugal durante os grandes acontecimentos que deram em resultado a unidade allemã. Em 1865 foi enviado a Dresda para representar o governo portuguez no casamento da princeza Sophia de Saxe com o principe Carlos Theodoro, duque de Baviera. Em 1870 teve transferencia no cargo de 1.º secretario de Berlim para a legação de Madrid, onde serviu quasi constantemente como encarregado de negocios durante a regencia do duque de La Torre, o reinado de D. Amadeu, periodo da republica, e restauração de D. Affonso XII. Em 1872, sendo ministro Antonio Rodrigues Sampaio, foi feito visconde de Carnide, em verificação de vida no titulo de seu pae, por decreto de 27 de março, e carta de 18 de abril de 1872, em recompensa dos seus importantes serviços. Em 1882 foi nomeado enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto da Sublime Porta, na Turquia, sendo recebido pelo sultão Abdul-Hamid com as maiores distincções. Ia encarregado de lhe entregar a grã-cruz e o collar da ordem da Torre e Espada. Voltando depois a Lisboa, foi em 1887 eleito pela primeira vez par do reino, pelo circulo de Lisboa. Em 1890, por carta, regia de 20 de março, foi elevado a conde de Carnide, e em abril seguinte tornou a ser eleito par do reino pelo mesmo circulo de Lisboa, eleição que se repetiu ainda pela terceira vez em 1896. Tinha o seguinte brazão d'armas: um escudo partido em pala; na primeira as armas dos Streets: em campo vermelho, tres rodas de navalhas de prata, postas em santor; na segunda as dos Cunhas: em campo de ouro nove cunhas d'azul postas em tres palas; timbre, um grifo nascente, de ouro com cunhas de azul, e as azas de azul com cunhas de ouro.

Carnide *(José Street d'Arriaga e Cunha, 1.º visconde de).* Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo, bacharel formado em Philosophia pela Universidade de Coimbra, 3.º administrador do morgado de Carnide, abastado proprietario e lavrador, etc. N. em Carnide a 18 de agosto de 1805, onde tambem falleceu a 19 de março de 1885. Era filho de Guilherme Street d'Arriaga Brum da Silveira Cunha, coronel de milicias e governador das ilhas do Fayal e do Pico, proprietario na ilha do Fayal e em Lisboa, 2.º administrador do morgado de Carnide, instituido em 1784 por seu irmão, o bacharel José Street d'Arriaga Brum da Silveira e sua mulher D. Anna Joaquina Ignacia da Cunha, do qual

lhe fizeram doação por escriptura de 21 de novembro de 1801, approvada e confirmada por provisão do Desembargo do Paço de 18 de fevereiro de 1802. Seu bisavô, João Street, era oriundo de familia ingleza, e casado com D. Josepha dos Ramos da Silveira Borges, natural do Fayal. O visconde de Carnide assentou praça de cadete no antigo regimento de cavallaria n.º 1, porém não seguiu a carreira das armas. Tendo fallecido seu pae em 1826, tomou posse da sua avultada fortuna, e pensou logo em ser util á sociedade e á terra em que nascera. N'esse mesmo anno saiu de Portugal, para continuar as viagens que encetara logo em seguida á formatura, e por alguns annos residiu em Italia, França e Inglaterra, augmentando os conhecimentos já anteriormente adquiridos, com especialidade os agricolas, que sempre lhe mereceram particular attenção. Em 1833 casou em Londres com miss Jane Carolina Shearman, filha do subdito britanico John Shearman. Em 1835, já depois de terem terminado as luctas civis, regressou a Portugal, e fundou com o conde de Farrobo e outros abastados capitalistas, a companhia *Prosperidade*, com o capital de 400:000$000 réis, empresa de vasto alcance, que promettia enormes vantagens ao paiz, e principalmente ao municipio de Lisboa, pela communicação que se projectava fazer por meio d'um canal, entre o Tejo e a povoação de Loures, afim de que as embarcações pudessem chegar á ponte de Loures, como acontecera já em epocas mais remotas. Os acontecimentos politicos de 1836 não deixaram que a companhia *Prosperidade* tivesse desenvolvimento, e o visconde de Carnide saiu novamente de Lisboa em 1837, partindo para Inglaterra com a intenção de fundar, de sociedade com um cunhado seu, uma casa commercial em Londres, o que effectivamente realisou. Como a sua casa era vinculada, queria proporcionar aos seus filhos segundos um futuro que os tornasse independentes; não pôde, porém, satisfazer tão bons desejos, porque teve a infelicidade de, em 1843, fallir a casa de Londres, em consequencia das quebras de outras casas commerciaes com que estava ligada por transacções importantes. O visconde de Carnide, comtudo, não quiz prejudicar os interesses dos credores, e obrigou-se a ser a unica victima dos graves prejuizos que occasionara aquella fallencia; podendo livrar-se de responsabilidades, assumiu-as, pelo contrario, fazendo uma proposta, que promptamente foi acceita, em que elle se compromettia a satisfazer a todos os credores em prestações, que durante oito annos fôram pagas religiosamente, apezar dos importantes transtornos que lhe causaram, forçando-o a economias, até a renunciar aos confortos da vida domestica. Durante aquelle praso, viveu retirado na quinta de Carnide, dedicando-se inteiramente aos estudos agricolas, procurando dar o maximo desenvolvimento aos trabalhos ruraes da sua propriedade, lendo e estudando sempre, introduzindo os mais adeantados processos e as melhores machinas para o granjeio das terras, que mandava vir do estrangeiro, chegando a ser considerado um dos mais notaveis agronomos d'este reino. Em 1845-1846 foi membro da commissão municipal de Lisboa nomeada pelo governo, e por mais d'uma vez fez parte, como vereador, da camara do antigo concelho de Belem. Foi presidente da Real Associação Central de Agricultura Portugueza, vice-presidente da commissão anti-phylloxerica do sul, etc., promotor de varios concursos e exposições especiaes, effectuadas em 1861, 1868 e 1876, prestando valioso auxilio a todas as manifestações publicas feitas ao desenvolvimente das artes e sciencias agricolas. Apezar da vocação decidida para os estudos de agricultura, tomou egualmente parte em muitas empresas industriaes, sendo uma d'ellas a companhia do guano da Trafaria; porém nenhuma d'estas empresas pôde vingar, por causa dos associados, que desanimaram, não vendo logo no principio resultados vantajosos. Foi ainda o visconde de Carnide o iniciador da introducção dos moinhos de vento automaticos em Portugal, e era sempre o primeiro, entre os nossos agricultores, a acceitar com interesse todos os melhoramentos tendentes a fecundar a terra. Em 1863 auxiliou a *Revista agronomica*, contratando-a para orgão da associação da agricultura, e em 1866 protegeu dedicadamente o jornal *Revista Agricola*. Em 1878 fundou a *Gazeta dos Lavradores*, orgão official da Real Associação Central de Agricultura Portugueza. El-rei D. Luiz o agraciou com o titulo de visconde de Carnide, por decreto de 17 de maio de 1871. Publicou numerosos artigos nos jornaes acima citados, principalmente na *Gazeta dos Lavradores*, d'onde mandou fazer tiragem em separado dos seguintes, que publicou em folhetos: *As abelhas na quinta de Carnide*, Lisboa, 1883; *Considerações sobre o fomento da povoação rural de Hespanha por D. Firmino Caballero*, Lisboa, 1884. Dizem que os principaes artigos fôram depois colligidos por seu filho, em volume intitulado: *Estudos agricolas do visconde de Carnide*. Por occasião da sua morte, a *Gazeta dos Lavradores*, publicou nas pag. 33 a 39 do numero de março de 1885 o retrato e uma biographia minuciosa, escripta por Antonio Batalha Reis.

Carnide. Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. da Estremadura, 3.º bairro de Lisboa; 1:621 hab. e 278 fog. Tem est. telegr. post. O primeiro orago foi N. S.ª da Assumpção, depois passou a ser Santo Amaro, e por ultimo S. Lourenço, que ainda hoje conserva. A maior parte d'esta freg. está situada em fertil e saudavel campina, com lindos pontos de vista. E' muito antiga; parece que já existia no tempo dos moiros. Antigamente o cura era da apresentação annual do prior do convento da Luz, de religiosos da ordem militar de Christo; depois passou a ser vigario collado perpetuo, com 80$000 réis de renda. A'cerca da egreja de S. Lourenço de Carnide escreveu ha pouco o sr. Gabriel Pereira, no seu folheto *De Bemfica á quinta do Correio-mór*, Lisboa, 1905, os seguintes periodos: «Em 1342, o bispo de Lisboa, D. João, mandou edificar a egreja á honra de S. Lourenço, por Pedro Sanches, chantre da sua sé, e a deu a seu capellão João Dor. Era já egreja parochial no seculo XIV. Em meio de amplo terreiro, murado, orlado de oliveiras, com larga vista de campos e collinas, ergue-se a egreja com o seu campanario, em linhas de singela construcção. A orientação e disposição da egreja é antiga, todavia pouco se vê do seu estado primitivo. Está bem reparada, de ha poucos annos. E' um templo alegre, com as suas obras de talha dourada, as paredes forradas com azulejos, de azul sobre branco, em grandes quadros, allusivos á vida de S. Lourenço. Tem cinco altares, o maior, o da Senhora do Ro-

sario, do Crucificado, de S. Miguel, e o de Jesus-Maria-José. No altar-mór ha um quadro bom, o *lavapedes*, mal restaurado, infelizmente; algumas campas com lettreiros no chão da capella-mór; duas pias d'agua benta que são dois capiteis do seculo XIV, escavados; na sacristia um arcaz de boa madeira, com metaes bem cinzelados. O terreiro ao redor da egreja era d'antes o cemiterio; campas e ossadas foram removidas para o cemiterio dos Arneiros (Bemfica). Ficou apenas uma grande pedra, com inscripção latina, que era o tumulo de José João de Pinna de Soveral e Barbuda, falleeido em 1710. Para o novo cemiterio de Bemfica foi removida a campa de D. Anna Maria Guido, marqueza de Ravara, fallecida em 1752. No alto de um cunhal, do lado do sul, está uma pedra com lettreiro em caracteres gothicos (seculo XV, talvez) que diz: Esta sepultura he de luis dabreu e de todos seus herdeiros. Na capella-mór ha bastantes campas.» «Na frontaria da egreja está uma inscripção referente á fundação; e uma pedra com escudo d'armas que não sei explicar; não me parece portuguez, nem hespanhol esse curioso brazão em que se vê uma perna com bota, por baixo de uma estrella. E' bem interessante a modesta egreja, agora parochia da capital.» Em Carnide houve o convento de N. S.ª da Luz (V. *este nome*), que o terremoto de 1755 arrazou, deixando só a capella-mór; o de S. João da Cruz, de frades carmelitas descalços, fundado pela princeza Michaela Margarida, filha de Rodolpho II, imperador da Allemanha, em 1642, e que n'elle foi sepultada. Augmentou o, e enriqueceu-o com muitas rendas e joias, a infanta D. Maria, filha natural de D. João IV, que viveu aqui desde 1649 até ao anno de 1693, em que morreu. Foi mestra da infanta D Luiza, filha bastarda de D. Pedro II, legitimada por D. João V, e casou com o 2.º duque de Cadaval, do qual enviuvou, casando depois com seu cunhado, o 3.º duque (V. *Cadaval*). Houve tambem o convento de freiras da Conceição, fundado em 1694, por Nuno Barreto Fuzeiro, em umas suas casas, dando-lhe muitas rendas. Teve juiz da vintena, posto pela camara de Lisboa. Ha uma unica fonte, que antigamente se chamava da *Machada*, e hoje tem o nome de *Luz*. A infanta D. Maria, filha d'el-rei D. Manuel, fundou n'esta freg. um hospital, onde está hoje estabelecido o Real Collegio Militar (V. *Collegio Millitar*). Carnide é uma das freguezias que costuma ser visitada pelo cirio do Cabo. A primeira vez que elle aqui veiu, foi no anno de 1437; em 1795, tambem se realisou esta romaria, com esplendidas festas, a que assistiram D. João VI, sendo ainda principe, e sua mulher D. Carlota Joaquina. A imagem de N. S.ª era conduzida na mais rica estufa da Casa Real, puxada por 8 urcos, e acompanhada por dois coches de estado, tambem cada um puxado a 4 parelhas d'urcos. Carnide é bastante frequentado na estação calmosa por algumas familias da cidade, pelos seus excellentes ares, boa posição e abundancia d'aguas. || Pov. na freg. de S. Leonardo, de Athouguia da Baleia, conc. de Peniche, districto de Leiria. || Rio na prov. da Extremadura, que nasce no termo de Leiria, no sitio de Santa Margarida. Depois d'um curso de 45 k. vae desaguar no Mondego, um pouco acima da sua foz. E' muito abundante de bom peixe. Tambem lhe chamam *Louriçal*, por passar pelo termo d'esta villa.

Carnide de Baixo, de Cima e do Meio. Tres povoações na freg. de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Carnota *(John Smith Athelstane 1.º conde da)*. N. em Londres a 9 de maio de 1813, descendendo por bastardia do rei Eduardo Athelstane, que reinou em Inglaterra de 817 a 837. Recebeu esmerada educação, seguindo os estudos para a advocacia, que deixou para se dedicar á diplomacia entrando como addido na legação da Sardenha em Londres. Achando poucos encantos na carreira que adoptara, breve a deixou, começando a viajar pela Europa, onde alcançou nos archivos diplomaticos de Londres, Paris e Vienna, os subsidios precisos para o livro que publicou sobre a vida do grande marquez de Pombal. O conde da Carnota era um distincto amador de pintura, que cultivava com muito gosto e arte e deixando algumas télas de grande merecimento. Foi cunhado do marechal Saldanha a quem dedicava amizade verdadeira e acrisolada devoção, compondo a sua biographia na lingua ingleza, a qual publicou em 2 volumes no anno de 1880. O seu livro *Memories of the marquis de Pombal*, que deu á luz em 1843, passou a segunda edição em 1872 e foi traduzida em portuguez. Tendo casado em 30 de abril de 1850 com uma senhora ingleza, pouco tempo gozou da sua companhia, enviuvando em 1856. Desde então viveu quasi sempre na sua quinta da Carnota, onde falleceu a 16 d'abril de 1886. Teve a commenda de Christo. Foi agraciado com o titulo de conde da Carnota, por decreto de 9 de agosto de 1870. O illustrado investigador sr. Guilherme J. C. Henriques, como herdeiro e descendente do conde da Carnota, é hoje o possuidor da correspondencia dirigida ao duque de Saldanha. E' uma collecção valiosissima, comprehendendo cartas da familia real e de outras personagens, politicas e litterarias, nacionaes e estrangeiras. O sr. Guilherme Henriques está no proposito de divulgar pela imprensa, por fasciculos e series, esses importantes documentos que tanta luz derramam sobre a historia contemporanea, principalmente sobre o movimento do constitucionalismo entre nós. Não contente com isto. o sr. Guilherme Henriques offereceu á Bibliotheca Nacional de Lisboa os originaes das cartas, que entregará á medida que as fôr publicando Assim já depositou definitivamente as *Cartas de Agostinho José Freire*, recentemente impressas. Além das cartas, o sr. Henriques doará outros manuscriptos e objectos que se relacionam mais ou menos directamente com o marechal Saldanha. Presenteando a Bibliotheca Nacional com este valiosissimo donativo, o sr. Henriques impoz apenas a seguinte clausula: que esta collecção se ficaria denominando *Collecção Carnotina*, como devida homenagem á memoria do conde da Carnota.

Carnota *(Fr. Pedro da)*. Religioso franciscano. N. em Alemquer, e morreu em 1571, sendo guardião do convento de Santo Antonio de Ponte do Lima. Professou no convento da Carnota, de que tomou o appellido, pertencente á provincia de Portugal. Em 31 de dezembro de 1560 foi eleito provincial. Deixou em manuscripto: *Memorias da provincia de Portugal para a composição das Chronicas Geraes do bispo do Porto*. Este bispo a que se refere fr. Pedro da Carnota, parece que deve ser D. Fr. Marcos de Lisboa.

Carnota. Pov. e freg. de Sant'Anna, da prov.

da Estremadura, conc. e com. de Alemquer, distr. e patriarc. de Lisboa; 1:390 hab. e 290 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. permutando malas com Alemquer. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada n'um valle fertil junto d'uma ribeira. A terra é fertil e pertence á 1.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 5, com a séde em Lisboa. Tambem é conhecida pela denominação de *Sant'Anna da Carnota*, Ha aqui um hospital, que antigamente era administrado pelo ouvidor de Alemquer. N'esta freguezia existem muitas quintas: a de *Valle da Palha*, que era vinculo instituido em 1628 por Francisco Soares de Abreu; a do *Alamo*, que foi dos marquezes de Arronches, e depois dos duques de Lafões; a da *Boa Faria*, que pertenceu a Bartholomeu Lobo da Gama, sendo depois propriedade de Theotonio Lopes de Macedo, etc. || Aldeia na freg. de Cadafaes, onde existia o convento de Santa Catharina da Carnota dos frades capuchos de Santo Antonio, que fôra fundado em 1408. Este convento, depois da extincção das ordens religiosas em 1834, tornou-se uma vivenda importantissima pertencente ao conde da Carnota. V. *Cadafaes*.

Carnota de Baixo. Foi aldeia, hoje é uma quinta assim conhecida. Tinha a ermida do Bom Jesus, que está em ruinas. N'esta ermida havia as imagens do Bom Jesus e de N. S.ª do Bom Successo, ambas de muita devoção, a que durante o anno concorriam muitas romarias, especialmente no domingo do Espirito Santo, vindo n'esse dia um cirio de Lisboa. Em 1727 os romeiros lisbonenses, sem que se conheça a razão, deixaram de vir, e fôram construir á sua custa a capella de N. S.ª da Graça, na Carnota, para onde passou o cirio e as romarias. A quinta da Carnota de Baixo era vinculo de Manuel Freire d'Andrade, que foi o fundador da capella, a qual tem sobre a porta as armas dos Andrades: uma banda vermelha, coticada d'ouro, em campo verde, tendo por orla, em campo de prata, as palavras *Ave Maria* em letras negras. || Logar na freg. de N. S.ª da Purificação, de Cachoeiras, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Carnota de Cima *(Quinta da)*. Na freg. de Santo Estevão e conc. de Alemquer, districto de Lisboa.

Carnotina *(Collecção)*. V. *Carnota (John Smith Athelslane, 1.º conde da)*.

Carnuda e **Carnudinha.** Dois montes na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Caro. Logar na freg. de S. Miguel, de Sapardos, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Caro Custa. Pov. na freguezia de S. Thiago e conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Caroca *(Casal da)*. Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Caroça. Rio do distr. de Mossamedes, prov. de Angola. N. a O da serra Chella, tem diversos tributarios ou affluentes, percorre uma extensão de 200 a 300 k., atravessa o territorio dos cubaes, passa ao S das terras dos mundombes e ao N das dos mucorocos, indo lançar-se na bahia de Pinda, cerca de 7 k. ao N de Pinda.

Carocedo. Pov. na freg de Santo Ildefonso, de Failde, conc. e distr. de Bragança.

Caroceiras. Pov. na freg. de S. Matheus, de Sobreiró, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

Carocha. Mitra ignominiosa, feita de papelão com escaravelhos pintados, ou de outras figuras extravagantes, que se punha na cabeça de alguns réos, como aos penitenciados e condemnados da Inquisição, quando eram conduzidos ao auto da fé.

Carocha. Pov. e herdade na freg. de S. Mathias, conc. e distr. de Beja. || Logar na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. || Logar na freg. do Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Fazenda na freg. de S. Thiago e conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Monte na freg. de Sant'-Anna, conc. de Serpa, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. do Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja.

Carochinha. Logar na freg. do Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Carocho *(Quinta do)*. Na freg. de S. Leonardo, de Athouguia da Baleia, conc. de Peniche, distr. de Leiria.

Caroço. Monte na freg. de N. S.ª do Espinheiro, de Seda, conc. de Alter do Chão, distr. de Portalegre. || Ilhéo frouteiro á ponta ou cabo do Pico Negro, na costa S da ilha do Principe, prov. de S. Thomé.

Caroeira. Serra situada ao S do presidio e pov. do Zumbo, no distr. de Tete, prov. de Moçambique, entre o rio Naque, confluente do Zambeze, e este rio. Nas suas abas está edificada a villa de Tete, séde do commando militar do mesmo districto.

Carolina. Ilha do archipelago de Bazaruto, distr. de Sofala, com. de Inhambane, arceb. de Gôa, prov de Moçambique.

Carolo. Logar na freg. de S. Romão, de Alferce, conc. de Monchique, distr. de Faro.

Caronas. Logar na freg. de S Lourenço, conc. e distr. de Portalegre.

Carosa. Pov. na freg. de S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Carotello *(Monte do)*. Na freguezia de N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Carotes. Logar na freg. de S. Salvador, de Gondar, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello.

Caroto. Appellido nobre em Portugal. Tinha brazão d'armas incompleto: em campo de ouro cinco castellos vermelhos em cruz; ou em campo vermelho cinco castellos de ouro.

Carpal. Pov. da freg. de Bicholim, 2.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, na India, ao N da provincia.

Carpalhosa. Pov. na freg. de S. Salvador, de Souto de Carpalhosa, conc. e distr. de Leiria.

Carpeniques. Pov. na freg. de N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Carpentária. Nos primeiros tempos da monarchia chamava-se assim ao casal, ou *fogueira*, que devia servir o senhorio com certa quantidade de carradas de matto, lenha ou madeira.

Carpento. Monte na costa do Algarve, termo de Tavira.

Carpinteira. Pov. na freg. de S. Paio e conc.

de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Dois casaes na freg. de N. S.ª da Salvação e conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça, de Assumar, conc. de Monforte, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de Santa Maria, de Guiães, conc. e districto de Villa Real.

Carpinteiras. Pov. na freg. de S. Silvestre, do Gradil, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Carpinteiro. Operario que faz as obras de madeira, tanto nas construcções civis como nas de outro gènero. Até á extincção da Casa dos Vinte e Quatro, os carpinteiros tinham de ser examinados para, decorrido o tempo da aprendizagem, alcançarem do juiz do seu officio a respectiva carta. Em Lisboa, estavam sujeitos á bandeira da Senhora da Oliveira os *carpinteiros de carruagens;* á de S. José os *carpinteiros de casas,* e á da Senhora da Encarnação os *carpinteiros de moveis e samblage.* Os *carpinteiros de tenda,* que trabalhavam em officina propria, tambem tinham regimento especial dado pelo senado da camara. Nas procissões de *Corpus Christi* o distinctivo dos carpinteiros era a *serpe.* Na collecção de regimentos dos officios mechanicos do senado de Lisboa estão os regimentos dos *carpinteiros de casas* e *de tenda.* Na Bibliotheca Nacional existe um manuscripto em pergaminho, de boa letra, frontispicio illuminado; com encadernação carmezim e nas capas dez chapas de prata ornamentadas, tendo o seguinte titulo: *Regimento que o Illustrissimo é Excellentissimo Senado dá para o regimen do officio de Carpinteiro de moveis, e sambragem desta cidade de Lisboa. Anno de MDCCLXVII.* O *Almanach do anno de 1807* dá a seguinte nota dos mestres dos officios com lojas na capital: *Carpinteires de caixas de seges,* 14; de *jogos de séges,* 70; de *moveis (marceneiros),* 224.

Carpinteiro. Pov. na freg. do Santissimo Sacramento, de Cabeçudo, conc. da Certã, distr. de Castello Branco || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Casal de Cinza, conc. e distr. da Guarda. || Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Luso, conc. da Mealhada, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de Santo Isidoro, de Sanche, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Casal na freg. de Santa Maria, de Ulme, conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Carpinteiros. Pov. na freg. de S. Thiago, de Almelaguez, conc. e distr. de Coimbra. || Pov. na freg. do Espirito Santo, de Tapeus, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || Casaes na freg. de S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Casal na freguezia de S. Vicente do Paul, conc. e distr. de Santarem. || Horta na freg. de S. Thiago, de Rio de Moinhos, conc. de Borba, distr. de Evora.

Carpo (*Arsenio Pompilio Pompeu de).* Commendador da ordem do Christo, coronel commandante dos districtos de Bié, Bailundo e Hambo, negociante da cidade de S. Paulo de Loanda, etc. N. no Funchal a 20 de fevereiro de 1792. Ignora-se a data do fallecimento. A commenda de Christo foi-lhe concedida por decreto de 7 de março de 1843, e a nomeação de commandante dos districtos citados, por carta patente de 10 de dezembro de 1842. Escreveu: *Dedo de Pigmeu* (collecção de poesias intimas), Lisboa, 1853. Estando em 1846 preso no castello de S. Jorge de Lisboa, para onde viera remettido por ordem do governo, publicou, além de muitas correspondencias insertas nos jornaes politicos d'aquelle tempo, algumas memorias ou exposições justificativas em sua defesa, as quaes fez imprimir em separado. Sabemos das seguintes: *Ao Tribunal da Opinião Publica. Arsenio P. P. de Carpo em 1843 a 1845,* Lisboa, 1846; *Exposição das circumstancias que acompanharam a vinda a Portugal de Arsenio Pompilio Pompeu de Carpo e sua prisão e processo em Lisboa,* etc., Lisboa, 1846; *Resposta ás duas palavras por despedida do senhor João Maria Ferreira do Amaral a Arsenio Pompilio Pompeu de Carpo,* Lisboa, 1846. Estes pamphletos conteem incidentemente algumas particularidades e noticias relativas ao governo e cousas de Angola. N'este mesmo anno se imprimiu contra o autor, e se divulgou em Lisboa, um folheto anonymo, ou antes *libello difamatorio,* cujo titulo é: *Biographia ou vida publica de Arsenio Pompilio Pompeu de Carpo,* Rio de Janeiro (aliás Lisboa), 1846. Este libello foi attribuido por Pompilio de Carpo a um dos seus antagonistas, o commendador Luiz Antonio de Carvalho e Castro, residente muitos annos no Rio de Janeiro, e que pouco tempo antes regressara á Europa. Carpo escreveu mais: *Memoria sobre Angola, á qual se refere a correspondencia já publicada na Revolução de Setembro de 18 de junho corrente*; consta de 6 partes, sendo a primeira anonyma, e todas as seguintes com o nome do autor no fim. Fôram impressas em 1846 na typographia da *Revolução de Setembro,* e distribuidas com os numeros d'esse jornal.

Carquegido ou **Carcagido.** Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João da Madeira, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Carqueija. Pov. na freg. de S. Jorge, de Paradença, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || Casal na freg. de S. Leonardo, de Athouguia da Baleia, conc. de Peniche, distr. de Leiria. || Casal na freg. de S. João Baptista, de S. João da Ribeira, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Carqueijal. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Idães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto, || N. S.ª da Conceição, de Olalhas, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Outeiro, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. João Baptista e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || S. Pedro, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª da Annunciada, de Torredeita, conc. e distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Urra, conc. e distr. de Portalegre.

Carqueijal. Logar na freg. de Santa Marinha de Pedraça, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Miguel, de Refojos, do mesmo conc. e distr. || Logar na freg. de Santo André, de Villa Nune, do mesmo conc. e districto.

Carqueijeira. Monte na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Quinta na freg. de S. Martinho e conc. do Fundão, distr. de Castello Branco.

Carqueijido. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Logar na freg. do Salvador, de Roge, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Carqueijoso. Pov. na freg. do Salvador, de Lama, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Carqueijo. Pov. na freg. de Santo André, de Barrô, conc. de Agueda, districto de Aveiro. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Casal Comba. conc. de Mealhada, distr. de Aveiro.

Carqueja. V. *Sousa Carqueja.*

Carquere. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Rezende, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 1140 hab. e 295 fog. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. E' pov. antiquissima, e já existia no tempo dos godos, e os moiros a occuparam por muitos annos. O conde D. Henrique a povoou de christãos em 1099. Começa na serra do Espinheiro e chega á margem esquerda do Douro com o comprimento de 6 k. A matriz foi n'outro tempo mosteiro da invocação de N. S.ª de Carquere. A capella-mór é de abobada, com arcos de pedra muito antigos, mas de magestosa architectura. Era mosteiro de conegos regrantes de Santo Agostinho, fundado pelo conde D. Henrique, em 1110. D. Sebastião, em 1270, deu o convento aos padres jesuitas. Pela freguezia passa um pequeno ribeiro do seu nome, no qual ha duas pontes de pedra chamadas de Carcavellos e de Fornellos. Em Carquere se encontram fragmentos de riqueza historica, moedas romanas, estatuas, etc. No quarto domingo de maio ha uma pomposa festividade, a que concorrem 14 procissões, entre outras a do Penedo, proximo de Lamego e a 25 k. de Carquere. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Carraca. Chamavam-se assim as immensas naus que Lisboa enviava á India e ao Brazil, nos fins do reinado de D. Manuel e de ahi em deante. Eram navios de guerra de sete e oito cobertas com alojamento para 2:000 homens, carregando 918:000 kilogrammas, montando 35 peças de bronze, e não podendo navegar em menos de 10 braças de agua de fundo. Por baixo das cobertas passeava um homem corpulento sem tocar no teeto com a cabeça. A popa e a proa, muito mais altas do que o convez, formavam dois castellos erguidos nas extremidades da embarcação, correndo entre elles um bailéo, ou varanda volante de dois andares. Além dos canhões grossos, alguns dos quaes pesavam 18:350 e 22:950 kilogrammas, assestavam-se nas gaveas, tão grandes que podiam caber nos cestos dez e doze homens, varias peças pequenas. As carracas mediam da carlinga ao convez quasi 10 metros de altura, e de avante e a ré não menos de 16,5 por causa do acastellamento.

Carraca Pov. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Carraças. Pov, na freg. de S. Pedro, de Almargem do Bispo, conc. de Cintra, districto de Lisboa.

Carraceira. Serra da prov. do Douro, na freg. de Santa Marinha, de Tropeço, conc. de Arouca, proximo da aldeia de Folgosinho. Ha aqui pedreiras de boa calcedonia, e bastante crystal de rocha. No sitio chamado dos Sete Buracos, ha minas antiquissimas do tempo dos romanos ou dos arabes, que estão abandonadas. Não se sabe que metal se extrahia, mas julga-se que fôsse cobre.

Carracho. Logar na freg. de S. Thiago, de Torre do Pinhão, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real.

Carraço *(Monte do).* Na freg. de S. Bento, de Ameixial, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Carracosa. Logar na freg. de Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Carradella. Pov. na freg. de S. Paio, de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Carraes. Pov. na freg. de S Martinho, de Ariz, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Carrães. Logar no freg. de Santa Maria, de Landim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga

Carrafagem. Termo antigo. Agio ou cambio de moedas da India portugueza.

Carrafoncha (*Quinta da*). Na freg. de Santo Antão, do Tojal, conc. de Loures, districto de Lisboa.

Carragosa. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com., distr. e bisp. de Bragança; 532 hab. e 123 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie, a 6 k. do rio Sabor, e a 7 do rio Boceiro. O rei, como senhor da Casa de Bragança, donataria d'esta freg., é que apresentava o reitor, que tinha de rendimento 46$000 réis em dinheiro e alguns generos. Tinha juiz da vintena, eleito pelo juiz de fóra e camara de Bragança, a cuja justiça era sujeito. A terra é muito fertil, e regada por duas fontes, que tornam a localidade muito fresca e amena na estação calmosa. Pertencente á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Carragoso. Pov. na freg de S. Thomé, de Bitarães, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Carragouçal *(Quinta do).* Na freg. de N. S.ª das Neves, de Midões, conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Carragozella. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Beira Baixa, conc. e com de Ceia, distr. e bisp. da Guarda; 444 hab. e 93 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e caixa postal. A pov. dista 9 k. da séde do conc. A terra é pouco fertil mas saudavel. Tem muito gado e caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. na freg. de Santo Izidoro, de Cavernães, conc. e distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de N. S.ª da Annunciação, de Espariz, conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Carrajola (*Herdade da*). Na freg. de N. S.ª dos Prazeres, conc. de Monforte, distr. de Portalegre.

Carral. Pov. na freg. de S. Thiago, de Carvalhosa, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Eulalia e conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Paio, de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Miguel, de Villarinho, conc. de Sauto Thyrso, distr. do Porto.

Carralcova. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada na encosta da serra do Soajo, e é pouco fertil. E' a mais moderna freg. do conc , pois não

conta ainda dois seculos. Fôram seus donatarios os viscondes de V. N. da Cerveira. O vigario era apresentado pelo thesoureiro-mór da collegiada de Santo Estevão, de Valença, e tinha 50$000 réis de renda. Carralcova pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. de res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Carralcovo. Logar na freg. de S. Thiago, de Rande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Carralmão. Logar na freg. de S. Lourenço do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Carramanha. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Redinha, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Carramanho. Pov. na freg. de Santa Marinha de Forjães, conc. de Espozende, distr. de Braga.

Carramão. Logar na freg. de S. Martinho, de Candoso, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Carramilhal. Logar na freg. de S. João Baptista, de Sá, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Carraminheira. Pov. na freg. de Santo Aleixo, de Beco, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Carranca. Logar na freg. de Santa Cruz, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. da Sé e conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Carranhos. Logar na freg. de S. Martinho de Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Carrão. Logar na freg de Santa Maria, de Freiriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça e conc. de Souzel, distr de Portalegre.

Carrapaçal. Pov. na freg. do Salvador, de Padreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Carrapata. Pov. na freg. de S. Martinho, de Gandra, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. do Salvador, de Modivas, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Marinha, de Pedraça, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Villar, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Pedro, de Goães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Casal na freg. do Espirito Santo, de Eireira, conc. do Cartaxo, distr. de Santarem. || Quinta na freg. de Santa Cecilia, de Abrunhosa Velha, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de S. Bartholomeu, da Charneca, 3.º bairro de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Romão de Villarinho, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real.

Carrapatal *(Monte do).* Na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Canha, conc. de Aldeia Gallega do Ribatejo, distr. de Lisboa.

Carrapatas. Pov. na freg. de S. Geraldo, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 271 hab. e 74 fog. Tem escolas para ambos os sexos e est. post. A pov. dista 3 k. da séde do conc. A freg. está civilmente annexada á de Cortiços, que foi um dos concelhos extinctos em 1855. Está situada n'um baixa, povoada de muitas arvores fructiferas e silvestres. Tinha juiz da vintena, sujeito ao juiz de fóra de Bragança. A terra é fertil, e corre-lhe perto a ribeira de Lobos. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Quinta na freg. de S. Jeronymo, de Silvã de Baixo, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Carrapateira. Pov na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Bordeira, conc. de Aljezur, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, conc. de Tavira, distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Marcos da Serra, conc. de Silves, distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Vicente do Paul, conc. e distr. de Santarem. || Pov. hoje reunida á freg. da Rapozeira, do conc. de Villa do Bispo. *(V. Rapozeira.* || Logar na freg. de S. Julião, de Ervidel, conc. de Aljustrel, distr. de Beja. || Logar na freg. de Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, distr. de Faro. || Herdade na freg. de S. Marcos da Abobada, conc e distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Carrapatello. Pov. na freg. de S. Pedro, de Corval, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora || Pov. na freg. de Santa Cruz do Douro, conc. de Baião, distr. do Porto. Pov. na freg. de Santa Christina e conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Logar na freg. de Santa Maria, de Penha Lenga, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Salvador e conc. de Serpa, distr. de Beja. || Logar na freg. de N. S.ª dos Córos, de Teixoso, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || Logar na freg. do Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Carrapatinha. Pov. na freg. de Santa Eugenia, de Ala, conc. de Marco de Canavezes, distr. de Bragança.

Carrapato. Logar na freg. de S. Miguel, de Azevedo, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Gregorio, de Reguengo, conc. e distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça, de Assumar, conc. de Monforte, distr. de Portalegre.

Carrapatosa. Pov. na freg. de S. Miguel, de Linhares, conc. de Carrazeda de Anciães, distr. de Bragança. || Logar na freg. de N. S.ª da Oliveira e conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Quinta na freg. do Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Carrapatosa de Baixo e de Cima. Dois montes na freg. de N. S.ª da Conceição e conc de Alandroal, distr. de Evora

Carrapatoso. Pov. na freg. de S Silvestre, de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem

Carrapichana. Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Celorico da Beira, distr. e bisp. da Guarda; 577 hab. e 120 fog. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. com serviço de encommendas, permutando malas com Celorico da Beira, e mercado na ultima segunda feira de cada mez. A pov. dista 14 k. da séde do conc e está situada na estrada real de Celorico a Oliveira do Hospital, n'uma planicie. Foi do infante D. Pedro, filho de D. João V. Tinha juiz da vintena, sujeito ao juiz ordinario de Linhares. A terra é fertil, fria, mas cria bastante gado. Apparece muita caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Carrapiteiro *(Casal do).* Na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Montalvo, conc. de Constancia, distr. de Santarem.

Carrapitos. Logar na freg. de S. Thomé, de Caldellas, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Carrasca. Logar na freg. de N. S.ª da Boa Fé, conc. e distr. de Evora. || Logar na freg. de S. Thiago, de Estombar, conc. de Lagôa, distr. de Faro. || Casal na freg. de N. S.ª do Pranto, de Penella da Beira, conc. de Penedono, distr. de Vizeu. || Fazenda na freg. de S. Matheus, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Herdade na freg. de Santo Amador, conc. de Moura, distr. de Beja. || Herdade na freg. de S. Pedro, de Sobral d'Adiça, do mesmo conc. e distr. || Horta na freg. de Santa Eulalia, conc. de Elvas, distr. de Portalegre. || Horta ou monte na freg. de S. Bartholomeu do Outeiro, conc. de Portel, distr. de Evora. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Dois Portos, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. da Guarda.

Carrasca da Godinha *(Herdade da)*. Na freg. de S. Pedro, de Sobral d'Adiça, conc. de Moura, distr. de Beja.

Carrascaes. Logar na freg. de Santa Clara, de Alcaravella, conc. do Sardoal, distr. de Santarem. || Logar na freg. de S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de N. S.ª d'Atalaia e conc. de Fronteira, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Arronches, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de Santa Maria Magdalena, de Fonte Longa, conc. de Meda, distr. da Guarda. || Pov. na freg, de Santa Maria, de Longroiva, do mesmo conc. e distr. || Quinta na freg. de N. S.ª da Graça, de Sobral da Serra, conc. e distr. da Guarda.

Carrascal. Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || N. S.ª dos Prazeres, de Aljubarrota, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || S. Martinho, de Arada, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || Santa Margarida, de Arrabal, conc. e distr. de Leiria. || Santa Maria, de Bouro, conc. de Amares, distr. de Braga. || N. S.ª de Assumpção, de Cardigos, conc. de Mação, distr. de Santarem. || S. Silvestre, de Chãos, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S. Martinho e conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Lamas, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Conceição, de Odiaxere, conc. de Lagos, gistr. de Faro. || N. S.ª da Conceição, de Paialvo, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || S. Mamede, da Parada do Monte, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco. || Santa Maria dos Olivaes e conc. de Thomar, distr. de Santarem. || N. S.ª da Graça, de Vinha da Rainha, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Carrascal. Logares nas freguezias: N. S.ª da Alva e conc. d'Aljezur, distr. de Faro. || S. Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro. || S. Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Faro. || S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Domingos, de Fortios, conc. e distr. de Portalegre, || S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || N. S.ª do Rosario, de Parceiros, conc. e distr. de Leiria. S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || Santa Martha, de Serzedello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || N S.ª da Conceição e conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Carrascal. Casaes nas freguezias: N. S.ª da Piedade, de Vidaes, conc. das Caldas da Rainha. distr. de Leiria. || N. S.ª da Luz, de A dos Cunhados, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Graça, de Envendos, conc. de Mação, distr. de Santarem || N. S.ª d'Assumpção, de Enxara do Bispo, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || N, S.ª d'Assumpção, de Giões, conc. de Alcoutim, distr. de Faro. || Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Santa Suzana, de Maxial, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || N. S.ª das Neves, conc. e distr. de Beja. || N. S.ª da Purificação e conc. de Oeiras, distr de Lisboa. || S. Antão, de Tojal, conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Santa Maria, Castello, conc. de Torres Vedras, distr, de Lisboa. || S. Pedro, do mesmo conc. e districto.

Carrascal. Herdade na freg. de N. S.ª da Luz, de Albernôa, conc e distr. de Beja. || Herdade na freg. de S. Sebastião, de Giesteira, conc. e distr. de Evora. || Herdade na freg. de Santa Justa, conc. de Arraiollos, distr. de Evora. || Herdade na freg. de N. S.ª da Purificação, de Represa, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Herdade na freg. de S. Romão, do mesmo conc. e distr. || Horta na freg. de S. João Baptista, conc. e distr. de Beja.

Carrascal. Montes nas freguezias: O Salvador, de Alcaçovas, conc. de Vianna do Alemtejo, distr. de Evora. || Santo Antonio, de Arcos, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || N. S.ª da Orada e conc. de Aviz, distr. de Portalegre. || N. S.ª da Conceição, de Aziuheira de Barros, concelho de Grandola, distr. de Lisboa. || S. Bento do Matto, conc. e distr. de Evora. || N. S.ª da Encarnação, de Caia, conc. d'Elvas, distr de Portalegre. || N. S.ª da Graça, de Casa Branca, conc. de Souzel, distr. de Portalegre. || N. S.ª da Conceição e conc. de Castro Verde, distr. de Beja. || S. Christovão, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || N. S.ª d'Assumpção e concelho de Ferreira, distr. de Beja. || S. Gregorio, conc. de Arraiollos, distr. de Evora. || N. S.ª da Apresentação, de Lavre, conc. de Montemór o-Novo. distr. de Evora. || S. Miguel, de Machede, conc. e distr. de Evora. || Santa Margarida da Serra, concelho de Grandola, distr. de Lisboa. || Santa Maria e conc. de Odemira, distr. de Beja. || S. Pedro, de Panoias, conc. de Ourique, distr. de Beja. || Santa Catharina, de Quintos, conc. e distr. de Beja. || N. S.ª da Annunciação e conc. de Redondo, distr. de Evora. || Santa Maria e conc. de Serpa, distr. de Beja. || Santa Sophia, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || N. S.ª da Encarnação, de Vimieiro, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Carrascal. Quintas nas freguezias: S. Bartholomeu, do Beato Antonio, 1.º bairro de Lisboa. || Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Sendim, conc. de Taboaço, distr. de Vizeu. || O Salvador e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || Santa Marinha, de

Trevões, conc. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu. || S. Bartholomeu e conc. de Villa Flôr, distr. de Bragança. || N. S.ª da Graça, de Vinha da Rainha, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Carrascal d'Além e **Carrascal d'Aquém.** Duas povoações na freg. de S. Pedro, de Manique do Intendente, conc de Azambuja, distr. de Lisboa.

Carrascal das Bouças *(Casal do)* Na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Enxara do Bispo, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Carrascal da Corredoura. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Carrascal do Manique. Pov. da freguezia de S. Vicente, de Alcabidéche, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa.

Carrascal dos Mattos *(Herdade do).* Na freg. de S. Pedro, de Evora Monte, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Carrascalão da Azinheira, Carrascalão do Reguengo. Dois casaes na freg. de N. S.ª da Conceição da Rocha, de Cabeça Gorda, conc. e distr. de Beja.

Carrascalinho. Logar na freg. de N. S.ª da Alva e conc. de Aljezur, distr. de Faro. || Monte na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Ferreira, distr. de Beja. || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição da Rocha, de Cabeça Gorda, conc. e distr. de Beja.

Carrascas. Pov. na freg. de Santo André, de Cella, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria.

Carrasco. Familia originaria de Andaluzia, que passou a Portugal, e fixou a sua residencia junto da villa de Moura. Tem por armas: em campo de prata um carrasco verde e em chefe o crescente e uma estrella de azul; timbre o mesmo carrasco.

Carrasco. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Alvados, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || Logar na freg. de S. Mamede, de Sezures, conc. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga. || Casal na freg. de N. S.ª da Salvação e conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || Casal na freg. do Santissimo Nome de Jesus, de Odivellas, conc. de Loures, distr. Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Salvada, conc. e distr. de Beja || Casal na freg. de S. Pedro e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Horta na freg. de S. Lourenço, de Malporcão, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª das Neves, conc. e distr. de Beja.

Carrascos. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Almagreira, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Fradellos, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Domingos, de Lagarteira, conc. de Aucião, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, de Paço, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem; tem caixa post. || Herdade na freg. de N. S.ª das Reliquias, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Martinho das Amoreiras, do mesmo conc. e districto.

Carrascosa. Herdade na freg. de Santa Margarida, de Pero Guarda, conc. de Ferreira, distr. de Beja. || Monte na freg. de Santa Maria da Feira, conc. e distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Manços, conc. e distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Vicente, de Vallongo, do mesmo conc. e districto.

Carrascosinha. Logar na freg. de Santa Maria da Feira, conc. e distr. de Beja.

Carrascosinho *(Monte do).* Na freg. de Santa Maria e conc. de Odemira, distr. de Beja.

Carrasqueira. Povoações nas freguezias. S. Miguel, de Alcainça, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. Matheus, de Alváres, conc. de Goes, distr. de Coimbra. || S. Julião, de Badim, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello || S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro. || S. Christovão, de Caranguejeira, conc. e distr. de Leiria. || S. Domingos de Carmões, conc. de Torres Vedras, distr de Lisboa. || Santa Catharina, da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro. || S. Lourenço de Francos, de Miragaia, conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa. || Santa Maria de Fregim, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Luiz, conc. de Odemira, distr. de Beja. || S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || S. Thiago dos Velhos, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

Carrasqueira. Logares nas freguezias: N. S.ª da Boa Fé, conc. e distr. de Evora. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || N. S.ª d'Assumpção, de Querença, conc. de Loulé, distr. de Faro. || O Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Carrasqueira. Casaes na freg. de N. S.ª da Piedade, de Vidaes, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Figueiros, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Pedro, de Louza, concelho de Loures, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Mamede, de Ventosa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de S. Pedro, de Monte Vil, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de N. S.ª do Monte, de Valle de Guizo, do mesmo conc. e distr. || Monte na freg. de N. S.ª da Consolação, de Egrejinha, conc. de Arraiollos, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Luiz, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. do Salvador e conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de Santa Catharina, de Valle de S. Thiago, do mesmo conc. e distr. || Quinta na freg. de S. Matheus, de Alváres, conc. de Goes, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de Santo André, de Alvôco das Varzeas, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de S. Mamede, de Ventosa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Carrasqueira de Baixo e **de Cima.** Dois logares na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Enxara do Bispo, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Dois logares na freg. de Santo Izidoro, do mesmo conc. e districto.

Carrasqueira das Malhadas Logar na freg. de S. Francisco, da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Carrasqueira Nova e **Velha.** Dois montes na freg. de N. S.ª das Reliquias, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Carrasqueiras. Pov na freg. de Santa Maria Magdalena e conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Luiz, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Logar na freg. de N. S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. de Aucião, dist.

de Leiria. || Logar na freg. de S. Sebastião, da Cumieira, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Carrasqueirinha *(Monte da)*. Na freguezia de S. Luiz, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Carrasqueiro. Pov. e casal na freg. de N. S.ª da Salvação e conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Logar na freg. de N. S.ª da Esperança, de Paderne, conc. de Albufeira, distr. de Faro. || Casal na freg. de S. Silvestre, de A dos Francos, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Casal na freg. de S. Miguel, de Palhacana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Carrasqueiros. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Anciães, distr. de Leiria.

Carrasquinho. Logar na freg. de S. Bento, de Aldeia Nova, conc. de Serpa, distr. de Beja.

Carraxa. Ilha do archipelago de Bijagoz, Africa Occidental. V. *Caraxa.*

Carraxanas. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Rio Maior. distr. de Santarem.

Carrazeda. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Paialvo, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Miguel, de Creixomil, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Carrazeda d'Anciães. Villa da prov. de Traz-os-Montes, séde de conc. e de com., distr. e bisp. de Bragança. Tem uma só freguezia, Santa Agueda. Está situada no alto d'um monte, passando-lhe proximo os rios Douro e Tua, e cercada de campos muito abundantes de agua, muito ferteis em vinhos finos e ordinarios, azeite, frueta, cereaes, etc. A casa da camara é o melhor edificio da villa. Em 1734 mudou-se para aqui a séde do antigo concelho de Anciães (V. *este nome*). Foi cabeça d'um morgado, que instituiu em 1593 o licenciado André Fernandes de Magalhães, natural d'esta freguezia. No sitio de Saniça, limites do logar de Belver, nasce um ribeiro muito caudaloso no inverno, que se mette no Douro, com 12 k. de curso. Até 1733 teve juizes ordinarios, e desde 1734 juiz de fóra, com a mudança da séde do concelho que ficou sendo conhecido por *Carrazeda de Anciães*. Esta pov. é muito antiga, e julga-se que fôsse fundada no tempo dos romanos; assim o indica o apparecimento de moedas e effigies de varios imperadores; comtudo, ha quem pretenda que seja fundação dos godos. Carrazeda tem escolas para ambos os sexos, est. telegr. post. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviços de encommendas, permutando malas com a R. A. D.; feira nos dias 16 e ultimo de cada mez; advogados, agencias bancarias do *Banco de Portugal* e de *Bragança*; de seguros e de vapores; hoteis, medicos, pharmacia, fabricas, de moagem, de polvora, de pyrotechnia e de telha; sociedade de recreio: *Philarmonica Carrazedense*, etc. O logar mais importante é o castello de Anciães (V. *este nome*). Na aldeia de Pombal de Anciães, a 6 k. de Carrazeda, brotam duas nascentes de aguas mineraes, no fundo d'um extenso monte, descendo para o rio Tua, n'um local denominado S. Lourenço, por estar construido o tanque que as recebe, n'uma casa que em outro tempo serviu de capella dedicada a este santo. O modesto balneario foi mandado fazer em 1730 pelo padre Antonio de Seixas. Uma das nascentes é muito abundante, e ambas são conhecidas pelos nomes de *Pombal*, *S. Lourenço* e *Caldas de Anciães*. As aguas são limpidas com cheiro e sabor sulfureo, e bastante usadas no tratamento do rheumatismo e das doenças de pelle. O conc. comprehende 21 freguezias com 3:184 fog. com 14:186 hab., sendo 7:044 do sexo masc. e 7:142 do fem., n'uma superficie de 22:740 hec. A villa dista 77 k. da capital do districto. No censo da população do reino de Portugal, do 1.º de dezembro de 1900, por onde nos temos sempre guiado, não vem incluida a freguezia de Samorinha, por isso não podemos consignar-lhe o numero dos habitantes. As freguezias são as seguintes: S. Thiago, de Amêdo, 642 hab., 297 do sexo masc. e 345 do fem.; Santo Antonio, de Beira Grande, 451 hab.: 231 do sexo masc. e 220 do fem.; N. S.ª das Neves, de Belver, 477 hab.: 214 do sexo masc. e 263 do fem.; Santa Agueda, de Carrazeda de Anciães, 698 hab.: 335 do sexo masc. e 363 do fem.; S. Braz, de Castanheiro, 1:216 hab.: 642 do sexo masc. e 574 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Fonte Longa, 658 hab.: 320 do sexo masc. e 338 do fem.; S. Salvador, de Lavandeira, 400 hab.: 205 do sexo masc. e 195 do fem.; S. Miguel, de Linhares, 1:394 hab.: 691 do sexo masc. e 703 do fem.; S. João Baptista, de Marzagão, 610 hab.: 291 do sexo masc. e 319 do fem.; Santa Catharina, de Mogo de Malta, 269 hab.: 121 do sex. masc. e 148 do fem.; S. Bartholomeu, de Paranhos, 700 hab.: 317 do sexo masc. e 383 do fem.; S. Amaro, de Pereiros, 775 hab.: 376 do sexo masc. e 399 do fem.: Espirito Santo, de Pinhal do Douro, 700 hab.: 317 do sexo masc. e 383 do fem.; N. S.ª das Neves, do Pinhal do Norte, 833 hab.: 430 do sexo masc. e 403 do fem.; S. Lourenço, de Pombal, 824 hab.: 413 do sexo masc. e 411 do fem.; Santa Marinha, de Riba Longa, 645 hab.: 395 do sexo masc. e 250 do fem.; Santa Cruz, de Samorinha, S. Sebastião, de Seixo de Anciães, 1:072 hab.: 527 do sexo masc. e 545 do fem.; S. Gregorio, de Selores, 484 hab.: 240 do sexo masc. e 244 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Villarinho da Castanheira, 1:158 hab.: 592 do sexo masc. e 566 do fem.; S. Gonçalo, de Zedes, 180 hab.: 90 do sexo masc. e 90 do fem. O principal commercio do conc. é vinho, cereaes, azeite, batatas, lãs e castanha. Carrazeda pertence á 6.ª divisão militar, 12.ª brigada, grande circumscripção mil. N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. *Jornaes:* Teem sido aqui publicados: *Correio do Norte*, 21 de agosto de 1880 a 1889; *Seculo (O)* 1 de julho de 1876.

Carrazede. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Paialvo, conc. de Thomar, districto de Santarem.

Carrazedello. Pov. na freg. do Salvador, de Valdreu, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Carrazedo. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho. conc. e com. de Amares, distr. e arceb. de Braga; 631 hab. e 125 fog. Tem caixa post. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Amares a Pico de Regalados, em terreno plano. A egreja matriz é um bom templo, que se reedificou em 1750. Tem do lado do Evangelho duas capellas mais antigas do que a egreja actual. A primeira, junto ao arco do cruzeiro, dedicada a Santa Margarida, era do marquez de Montebello, cujos ascendentes fôram dona-

tarios da freguezia, e pertence actualmente aos srs. condes da Figueira. A segunda capella é da casa da *Tapada*, da freg. de Fiscal, e n'ella está sepultado o poeta Francisco Sá de Miranda, como consta do epitaphio, escripto em duas grandes pedras, da parede da mesma capella. Até 1834 o abbade tinha de rendimento 250$000 réis. E' terra fertil em cereaes, vinho verde e azeite. N'esta freg. nasce o ribeiro de Cães, que vae morrer depois de 3 k. de curso, na freg. de Perozello, na margem direita do rio Cávado. A pouca distancia da matriz está um terreiro, chamado *Feira Velha*, com uma capella ao centro, dedicada ao Senhor da Piedade. Antigamente fazia-se uma feira n'este terreiro nas primeiras quartas feiras de cada mez. Diz-se que existiu aqui um convento de freiras benedictinas, que os moiros destruiram. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de Santa Cecilia, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 483 hab. e 117 fogos. Tem esc. para o sexo masc. e caixa post. A pov. dista 14 k. da séde do concelho e está situada no meio da Serra do Carvalho. E' da casa de Bragança, que apresentava o abbade, que tinha uns 550$000 réis, mas a terça parte dos dizimos pertencia á capella de Villa Viçosa. A terra é fertil, muito fria e ventosa. Em Carrazêdo havia juiz da vintena, sujeito ao juiz de fóra de Bragança. Tem abundancia d'aguas, que mesmo de verão são muito frias. N'esta freg. ha tres castellos arruinados: Castro-Carrazedo, da Seára e das Modôrras. Nascem aqui varios regatos, que se juntam no sitio do Poutão da Vargem, formando um ribeiro perenne, que morre no Tuella. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Carrazedo. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Balança, conc. de Terras do Bouro, distr. de Braga. || S. Pedro, de Bragado, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real. || S. João Baptista, de Buccos, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Cedrim, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || S. Christovão e conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || S. Salvador, de Novellas, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Ordem, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Eufemia, de Pinheiros, conc. de Taboaço, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Vairão, concelho de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Cosme, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Carrazedo. Logar na freg. de S. Pedro, de Britello, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Logar na freg. do Salvador, de Delães, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Casal na freg. de S. Vicente, de Ermello, conc. de Mondim de Basto e distr. de Villa Real.

Carrazedo do Alvão. Pov. na freg. de S. Thiago, de Soutello de Aguiar, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real.

Carrazedo de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Refoios, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Carrazedo da Ermida. Pov. na freg. de Santa Comba, de Ermida, conc. e distr. de Villa Real.

Carrazedo do Monte Negro. Pov. e freg. de S. Nicolau, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Valle Passos, com. e distr. de Villa Real, arcebispado de Braga; 1:546 hab. e 384 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e est. post. permutando malas com Chaves, feira a 17 de cada mez. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada na estrada que vae de Mirandella entroncar na de Chaves e Villa Real. Era commenda dos marquezes de Fronteira. O arcebispo de Braga apresentava o reitor, e tinha um coadjutor, da mesma apresentação, ambos pagos pela commenda. Está n'esta freg. a serra de Viduêdo. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. Tambem é conhecida só por *Carrazedo*, e foi séde d'um conc. supprimido por decreto de 31 de dezembro de 1853.

Carrazello *(Monte da)*. Na freg. de N. S.ª da Graça e conc. de Móra, distr. de Evora.

Carreço. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc., com. e distr. de Vianna do Castello, arc. de Braga; 1:290 hab. e 221 fogos. Fica situada entre as freg. de Affife e Areosa, sendo quasi a continuação d'esta ultima. A sua padroeira é N. S.ª da Graça, cuja festa se realiza a 15 de agosto. Tem estação do cam. de ferro, em sitio central da povoação, denominada estação de Montedor, e achando-se ligada á estrada real de Vianna do Castello a Caminha. Tem esc. para ambos os sexos, correio, com serviço de posta rural. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada n'uma fertilissima planicie, na costa do Oceano, que fica a O, abrigada ao N pela serra do seu nome. E' atravessada pelo centro, entre as casas e os campos, pela estrada de macadam feita em 1857. O reitor da freg. era apresentado pela Mitra e tinha de rendimento 160$000 réis. A primitiva egreja parochial foi a capella de S. Paio, que fica no centro do logar de Carreço. E' de construcção muito antiga, sem indicação de era. No adro ha sepulturas cavadas em rocha com terra dentro. O local da actual egreja da freguezia foi primitivamente cemiterio e tinha o nome de Carvalhal. Ahi teem apparecido enormes pias, sepulturas de pessoas ricas dos tempos antigos. O illustrado reitor de Carreço, sr. Manuel José Gonçalves, conserva uma d'essas pias direitas, de fórma oval, que parece anterior ao seculo XII. Pelo esqueleto que se encontrou n'ella julga-se que era sepultura de mulher. A egreja parochial é de tres naves. Fica o templo situado em um plano alto, tendo uma larga avenida que se prolonga da entrada da egreja para a estrada real, descendo-se por uma escadaria de pedra. O adro está cercado de muros com parapeitos de cantaria. D'elle se goza um lindo panorama; para o poente as veigas, o mar, alto de Montedor; e em baixo a estrada de macadam, a estação do caminho de ferro, que fica ao norte da egreja, o que tudo torna este logar aprazivel. O digno reitor tem-se esforçado por embellezar o sitio, promovendo obras de aformoseamento. Ao lado S da avenida fica o cemiterio muito extenso e bem construido. Tem a egreja boas alfaias de prata. A cruz parochial apresenta a data de 1621; é uma das melhores e mais antigas d'estes sitios, tendo escapado á rapina dos francezes, por havel-a enterrado n'uma sepultura dentro da egreja um habitante da freguezia. A referida cruz figurou pelo seu merecimento artistico na exposição de arte antiga districtal de Vianna do Castello, effectuada em agosto de 1896, por occasião das festas da Senhora da Agonia.

A imagem da padroeira possue bastantes objectos de ouro offerecidos pelos seus devotos. N'uma das columnas que sustenta um dos arcos das naves da egreja está gravada a data de 1608. Na capella-mór do lado de fóra lê-se a seguinte inscripção: «Esta capella se reedificou no anno de 1645, sendo reitor Antonio de Abreu Pereira». A egreja é toda de pedra, a que chamam *silharia*, sendo o frontispicio em fórma ogival. As paredes interiores são revestidas de azulejos floreados, e o tecto da capella-mór é adornado com alguns quadros sacros, de pintura antiga. No corpo da egreja ha dois altares lateraes, que se destacam pela sua rica talha antiga, sendo todas as imagens tambem de boa esculptura. O altar das Almas fica do lado S, e o da Senhora da Bonança do lado N; e ambos são sédes de irmandades. N'este ultimo a respectiva irmandade tem o especial privilegio de se não poder erigir uma legua em redondo outra imagem da mesma Senhora. Por este facto vem aqui muita gente de longe cumprir seus votos, especialmente da classe piscatoria de Vianna do Castello. No côro ha um pequeno orgão para as festividades. No cruzeiro, que fica a meio da referida avenida que da porta principal desce até á estrada de macadam, vê se nas pedras onde assenta a base uma era quasi gasta pelo tempo, que é de 1246. Não se sabe se o cruzeiro e a egreja serão d'esta epoca, ou se aquella data se refere sómente ao cruzeiro. Tem a freg. extensas veigas, muito ferteis, e os lavradores são tambem pescadores, para o que teem muitos barcos. Afim de animar a sua industria estão as obras publicas construindo um novo porto de pesca no sitio do Lumiar, onde ha já muitas casas na praia para guarda de barcos. Os antigos portos de Montedor e Paçô conservam as suas casas de guarda, mas é difficil ali a entrada dos barcos, por causa das areias, que fizeram d'aquelles portos extensas praias, pelo que o governo attendeu a petição que a junta de parochia lhe dirigiu em 1901, ordenando a construcção do novo porto. Junto ao antigo porto de Paçô fica na praia um pequeno forte ou castello, já arruinado. E' semelhante aos de Ancora e Areoza. A praia de Montedor, abrigada do norte pelo monte d'este nome, é excellente para estação de banhos. Pena é haver ali poucas casas; essas mesmas teem sido já procuradas por varias familias, que ali vão Entre esses dois portos, fica o alto de Montedor, e entre a costa do mar e a estrada de macadam; Paçô pelo N, Montedor pelo sul. O Alto, ou pequeno monte, de Montedor, fronteiro ao Oceano, é o local celebrado pela lenda de D. Ramiro e D. Urraca, d'onde se diz ter vindo o nome a este monte, e ao rio Ancora. (V. *Ancora*, *rio*). E' um admiravel ponto de vista para as extensas planicias das freguezias vizinhas. Affife ao N, e Areosa ao S, e pela costa do mar, desde Leixões até á entrada de Vigo, cujo farol de rotação se avista. N'este alto fica a casa dos guardas fiscaes. Está projejectada a construcção aqui de um farol, o que seria de beneficio incalculavel para toda a navegação. Ligado por uma curta estrada á estrada real de macadam no sitio do Santo da Legua, ficaria ligado tambem á estação do caminho de ferro, a pouca distancia. O alto de Montedor é o sitio mais agradavel da freguezia pela sua extensa vista. O *Santo da Legua*, sitio ou ponto na estrada de macadam, entre a est. do cam. de ferro e o logar de Montedor, um pouco deserto, é assim chamado por ser ahi a marca da antiga legua até Vianna do Castello, e por ter sido no mesmo sitio a capella de S. Sebastião, transferida ha muito para o logar de Paçô. Foi celebre antes da estrada nova pelas proezas dos facinoras que por aqui roubavam e assassinavam as pessoas que transitavam pela estrada velha, n'este ponto funda e sombria. Por occasião das obras da estrada nova encontraram-se algumas ossadas das victimas enterradas junto da estrada velha. Na freg. de Carreço ha varias quintas importantes. No logar de Troviscoso, a do *Loureiro*, situada em logar alto, vistoso, com grandes casas, jardins em volta, sobranceira e dominando as vastas veigas cultivadas de Carreço e Areosa, e o mar, além, do qual se avista grande extensão, e na costa o novo porto em construcção. E' uma bella e bonita vivenda de verão. Foi fundada pelo antigo João Loureiro, de Vianna, homem de estatura agigantada, tendo adquirido grande fortuna no Brazil. Passam-lhe, proximo, na planicie cultivada a linha do cam. de ferro e a estrada de macadam, quasi juntas e parallelas, tendo a primeira cortado um pedaço da quinta. Pertence ás irmãs do fallecido Luiz de Sousa, de Vianna, e ao general reformado José Maria Pereira Vianna, do Porto. Produz vinho e milho, e tem boas nascentes de agua dos moutados a léste, em cuja base se estende esta bella propriedade. N'este mesmo logar e fronteira á estrada fica a capella do Senhor do Bomfim, excellente peça de architectura de ordem composita imperfeita, construida talvez no anno de 1741, pelo habil artista e architecto de Gontinhães, João Pires Lavrador. A fachada tem esculpidas excellentes figuras sacras de tamanho natural. O tecto é de abobada de pedra. Sobre o altar admira-se um Christo Crucificado, grande esculptura em pedra. Collocado a meio do adro ergue-se um rico cruzeiro, todo de pedra fina, com bonitos rendilhados e floreados abertos na haste. Tem esta capella boas figuras no frontispicio. No alto e ao centro vê-se a Magdalena abraçada á cruz, e dos lados os dois discipulos de Christo, um de cada lado com as escadas, tudo em pedra. Ha que accrescentar ao merecimento artistico da esculptura a difficuldade de fazer d'um só bloco a figura e a escada que tem ás costas. Na capella do Senhor do Bomfim tem a sua séde a irmandade do mesmo nome. Existe ainda n'este logar de Troviscoso a capella de S. Pedro. Outra quinta importante é a de Fernando Affonso Ennes, no logar de Montedor, o qual, tendo adquirido fortuna no Brazil, veiu para a sua terra natal e aqui fundou esta excellente propriedade, hoje de seus netos. Tem boas casas, em forma de palacete, muitos vinhedos, tudo murado; agua encanada dos montes de Mógada, que fica a E. Defronte da entrada da quinta ha uma bica mandada ali collocar pelo fundador para o publico se abastecer. O portão de entrada é notavel pela sua altura. As ferragens vieram de Paris, da casa fornecedora da sua grande loja do Rio de Janeiro. Carreço deve muito a Fernando Affonso Ennes. Por sua morte deixou á junta de parochia da freguezia um terreno para n'elle se construir a casa de escola para os dois sexos; beneficiando a egreja com varias obras e objectos. Em Montedor ha a capella do Bom Successo cons-

truida em 1692 e que pertenceu a um morgadio de Antonio Rodrigues de Oliveira, hoje do seu herdeiro Luiz de Oliveira, mas sem o anterior caracter de vinculo. Está em decadencia, por o dono residir em Vianna. N'um monte da freg. de Carreço, que corre de N. a S. e a abriga de E, no alto de um pinhal muito ingreme, fronteiro á egreja parochial, fica uma grande *mamoa*, de terra e pedras, a que o povo chama *Cova da Moira*. E' um dos maiores monumentos d'este genero que se conhecem. Nenhum archeologo tem falado d'elle, parecendo ser desconhecido dos amadores, e homens da sciencia. Em baixo e ao sopé da matta fica o sitio da *Corôa*, pequeno monte coberto de pinheiros e carvalhos, com muralhas de terra em volta, e onde existiu uma antiquissima povoação. Ao arrancar qualquer arvore descobrem-se fragmentos de telha, louça, pedraria, etc. Ha aqui proximo o sitio de Fontellas, e mais abaixo o de *Crastos Velhos*. Em Carreço abundam as denominações antigas e archeologicas, taes como: *Veiga da Anta, Veiga da Mamoa, Veiga de Suavilla*, etc. A freg. de Carreço pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Ao actual parocho, rev. sr. Manoel José Gonçalves, devemos os apontamentos para a descripção d'esta freguezia.

Carredal. Pov. na freg. de S. Martinho, de Moure, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Carrefe (*Quinta do*). Na freg. de N. S.ª de Rosario, concelho de Arronches, districto de Portalegre.

Carregã. Pov. na freg. de Santa Eufemia e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Carregado. Pov. e antiga freg. de S. Thiago, que pertenceu ao conc. de Azambuja, e hoje é do conc. d'Alemquer, sendo uma parte da freg. de Santo Estevão d'esta villa, e outra parte da de N. S.ª d'Assumpção, de Cadafaes. Está situada a povoação n'uma planicie extensa, fertil e pittoresca, sobre a margem direita do rio Tejo. Tem est. post. e teleg. com serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N.; est. do caminho de ferro da linha de léste, entre as de Villa Franca de Xira e d'Azambuja, que fica a 1 k. da povoação. No Carregado ha a importantissima quinta do Campo, que pertence ao senhor marquez de Castello Melhor, e é uma das melhores propriedades do Ribatejo.

Carregadouro. Pov. na freg. de S. Paio, de Jolda, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. Tem estação postal.

Carregaes. Pov. na freg. de S. Cosme e conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Eirado, conc. de Aguiar da Beira, distr. da Guarda. || Pov. na freg. do Salvador, de Lordello, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de S. Lourenço, de Taveiro, conc. e distr. de Coimbra. || Logar na freg. de Santa Maria, de Olival, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto || Herdade na freg. de Sant'Anna, de Aldeia do Matto, conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Carregaes de Baixo (*Monte dos*). Na freg. de Sant'Anna, de Aldeia dos Mattos, conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Carregaes de Malta (*Fazenda dos*). Na freg. de N. S.ª do Bispo e conc. de Montemór-o Novo, distr. de Evora.

Carregal. Pov. e freg. do Espirito Santo, da prov. da Beira Alta, conc. de Sernancelhe, com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, e bisp. de Lamego; 881 hab. e 229 fog. Tem correio com serviço de posta rural, e escola do sexo masc. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada proximo do rio Tavora. Foi até 1855 do conc. de Caria e Rua, e desde então pertence ao de Sernancelhe. O reitor de Caria apresentava o cura, e depois passou a ser vigararia da apresentação do ordinario. Tem um hospital de Misericordia muito antigo. Houve em Carregal um convento de freiras da ordem de S. Bernardo, fundado por D. Maria, mulher do governador da Beira, Paulo Homem Telles. A terra é muito fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Carregal. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Aboadella, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Thomé, de Caldellas, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || O Salvador, de Cambezes, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Cossourado, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Destriz, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || N. S.ª das Neves, de Dornellas, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra. Tem caixa post. || S. Matheus, de Friumes, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || Santa Leocadia, concelho de Chaves, distr. de Villa Real. || N. S.ª da Graça, de Maçãs de Caminho, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Manhouce, concelho de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Moreira, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria e conc. de Obidos, distr. de Leiria. || Santa Eulalia, de Palmeira, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || S. Paio, de Requeixo, conc. e distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Sandim, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Thiago, de Sobreira Formosa, concelho de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco. || N. S.ª da Piedade e conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem || S. João Baptista, de Canellas, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Carregal. Logares nas freguezias: Santa Marinha, de Lousado, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Romão, de Mouriz, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem. || S. Christovão e conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Pedorido, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Villa Frescainha, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Carregal. Casal na freg. de Santa Maria, de Ulme, conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || Monte na freg. de S. Domingos, de Malpica, conc. e distr. de Castello Branco. || Quinta na freg. de Santo André, de Boidobra, conc. de Covilhã, distr. de Castello Branco. || Quinta na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Chãs de Tavares, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || N. S.ª do Pranto, de Penella da Beira, conc. de Penedono, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de N. S.ª da Natividade, de Silgueiros, conc. e distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Carregal de Baixo e **de Cima.** Dois logares na freg. de Santa Maria, de Pombeiro de Riba, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Carregal Cimeiro e **Carregal Fundeiro.** Duas povoações na freguezia de S. Domingos, de Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Carregal de Queirã. Pov. na freg. de S. Miguel, de Queirã, conc. de Vouzella, districto de Vizeu..

Carregal do Sal. Villa da prov. da Beira Alta, denominação d'um concelho, julgado municipal, com. de Santa Comba Dão, distr. e bisp. de Vizeu. Faz parte da freg. de N. S.ª da Purificação, de Currellos, e está situada na margem direita do rio Mondego, junto á estrada de Mangualde para a foz do Dão, com ramal para a Mealhada. A séde do conc. está na pov. do Casal da Torre (Currellos). Antigamente já era concelho, com juiz ordinario, um vereador e um procurador. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas permutando malas com a R. A. B A.; advogados, medico, pharmacias, agencia bancaria do *Banco de Portugal,* hoteis, fabrica de moageus, notario; feira no 4.º domingo de cada mez, denominada dos *Carvalhaes.* As casas são de granito, o que lhe dá um aspecto triste; tem alguns bons edificios particulares, bellos passeios e um bonito chafariz. A escola é das que se instituiram com o legado do conde de Ferreira. Em Currellos ha um antigo castello quadrangular, com janellas ogivaes, chamado o *Castello de D. Branca.* Na villa ha grande abundancia de todos os generos agricolas do nosso paiz, os vinhos são de optima qualidade, principalmente os que se assemelham ao da Madeira, e teem grande exportação, assim como os outros fructos do concelho. N'esta freg. tambem existe uma carvalha muito antiga, que tem na base uns 8 m. de circumferencia, junto da qual brotam duas nascentes de boa agua. Carregal pertence á 2.ª div. mil., 3.ª brigada, grande circumscripção mil. do Centro, e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. Tem est. do caminho de ferro na linha da Beira Alta, entre as de Oliveirinha e de Santa Comba Dão. O concelho compõe-se de 7 freguezias, com 2:856 fog. e 12:531 hab., sendo 5:168 do sexo masc. e 7:363 do fem., n'uma superficie de 11:144 hect. As freguezias são as seguintes: S. João Baptista, de Beijoz, 1:604 hab.: 699 do sexo masc. e 905 do fem.; S. Christovão, de Cabanas, 2:454 hab.: 1:005 do sexo masc. e 1:449 do fem.; N. S.ª da Purificação, de Currellos, séde do conc., 1:747 hab.: 724 do sexo masc. e 1:023 do fem.; S. Pedro, de Oliveira do Conde, 3:735 hab.: 1:444 do sexo masc. e 2:291 do fem.; S. Miguel, de Papizios, 1:244 hab.: 514 do sexo masc. e 730 do fem.; S. Miguel, de Parada, 1:339 hab.: 614 do sexo masc. e 725 do fem ; N. S.ª das Boas Novas, de Sobral de Papizios, 403 hab.: 163 do sexo masc. e 240 do feminino.

Carregoceira e **Carregoceirinha.** Dois montes na freg. de Sant'Anna, de Aldeia do Matto, conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Carregosa. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 1:560 hab. e 367 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e est. post. permutando malas com Oliveira de Azemeis. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, na estrada de Arouca a Oliveira de Azemeis. Era da Casa do Infantado, tendo pertencido primeiro á dos condes da Feira. Os infantes apresentavam o prior, que tinha 700$000 réis de rendimento. A terra é fertil, e tem muito gado e caça. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. Em Carregosa existe a quinta da Costeira, solar do actual senhor bispo conde de Coimbra, D. Manuel Corrêa de Bastos Pina, e onde nasceu este prelado (V. *Arganil).* N'esta quinta erigiram o sr. bispo conde e seu irmão, o sr. conselheiro Antonio Maria Corrêa de Bastos Pina, D. Prior de Cedofeita, um santuario consagrado a N. S.ª de Lourdes, que se inaugurou em agosto de 1902. A quinta da Costeira é uma importante propriedade rustica, cortada de extensas avenidas povoadas de variado arvoredo e com bellos jardins, lagos, cascatas, tendo ao centro um elegante palacete, solidamente construido. Os trabalhos para a construcção do santuario começaram em março de 1898, sendo os operarios escolhidos entre os artistas de Carregosa. E' o primeiro templo consagrado a N. S.ª de Lourdes, em Portugal. Interiormente offerece a maior simplicidade; é muito vasto, cheio de luz e decorado a primor; em volta corre-lhe uma galeria com balaustrada de madeira de castanho encerada, que vae terminar em duas tribunas que se erguem aos lados do altar-mór. A' frente do presbyterio levanta-se um soberbo arco de castanho rematado pelas armas do priorado de Cedofeita. O retabulo é formado por uma graciosa gruta em que se emquadra a imagem da padroeira do templo, que é uma preciosa esculptura executada em Paris, dadiva do sr. visconde de Sucena. Um terço da parede que vae do pavimento ás tribunas, é forrado de azulejo de superficie lisa, azul e branco, genero dos antigos azulejos portuguezes dos seculos XVII e XVIII, representando quadros com assumptos sacros. A fachada do templo é de architectura simples, com duas torres elevadas. Superior á porta da entrada rasga-se uma ampla janella, resguardada por uma balaustrada de granito e velada por um formoso vitral, industria portugueza. D'um e d'outro lado da porta, bem como da janella, adornam a parede as estatuas dos quatro evangelistas, executadas em bello granito. No *Occidente*, vol XXV, pag. 178, vem uma descripção minuciosa d'este santuario, firmada por Marques Gomes. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Gesteira, conc. de Soure, distr. de Coimbra. Até 1855 pertenceu ao conc. da Abrunheira, que n'esse anno foi extincto, passando então para o de Soure. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Estella, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Manhente, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Sôza, conc. de Vagos, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Martinho, de Gallegos, conc. de Barcellos, districto de Braga. || Logar na freg. do Salvador, de Ginzo, do mesmo conc. e distr. || Logar na freg. de Santa Maria, do Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Martinho, de Villa Fria, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Carregosa de Baixo. Pov na freg. de S. Miguel, de Sôza, conc. de Vagos, distr. de Aveiro.

Carregosa de Baixo e **de Cima.** Duas povoações na freg. do Salvador, de Carregosa, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Carregoso (*Antonio Gomes Brandão, 1.º visconde de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 3 e 23 de novembro de 1855; commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, deputado nas legislaturas de 1861-1864, e em outras, capitalista e negociante de grosso trato na praça do commercio do Rio de Janeiro, e ultimamente na de Lisboa. N. na freg. de S. Martinho de Cocujães, do conc. de Oliveira de Azemeis, a 19 de abril de 1807, fal. em Lisboa a 26 de setembro de 1878. Era filho de Manuel José Gomes Brandão e de sua mulher, D. Joaquina Rosa de Jesus Monteiro, filha de João Dias Monteiro e de D. Izabel Francisco Monteiro. Tendo ido muito novo para o Brazil, seguir a vida commercial, e regressando ao reino, contribuiu muito para melhoramentos na terra da sua naturalidade, e em outros pontos do paiz, e particularmente para a reedificação do antigo convento de N. S.ª da Madre de Deus, de Xabregas, actualmente asylo de D. Maria Pia, promovendo para este fim varios donativos tanto em Portugal como no Brazil. Juntamente com outros capitalistas em que entrava Francisco da Silva Mello Soares de Freitas, mais tarde visconde do Barreiro (V. *este titulo*), foi um dos membros da *Companhia de Caminhos de ferro ao sul do Tejo*, que exclusivamente entre si, e sem auxilio pecuniario alheio, levaram a effeito a construcção da via ferrea do Barreiro a Vendas Novas, na distancia de 57 k., com um ramal para a cidade de Setubal, na extensão de 13 k. Foi um melhoramento de reconhecida utilidade publica. O visconde de Carregoso casou no Rio de Janeiro com D. Maria da Conceição Neves Cordêro, já viuva de José Egydio Rodarte, que falleceu em 1835, e filha de Antonio Maria Cordêro, cirurgião da armada hespanhola, e de sua mulher D. Olaya Rozoel. O titulo de visconde foi concedido por decreto de 27 de março de 1869, sendo-lhe tambem concedido por alvará de 2 de novembro do mesmo anno, o seguinte brazão de armas: um escudo partido em pala; na primeira as armas dos Brandões de Buarcos, em campo azul dois dragões de ouro armados de vermelho, batalhantes, repassados um com o outro, e voltados em fugida; na segunda as armas dos Gomes, em campo azul um pelicano de ouro ferindo o peito, e tres filhos bebendo o sangue que lhe cae da ferida. E por differença uma brica de prata com uma arruella vermelha.

Carregoso. Pov. na freg. de S. Martinho, de Cocujães, conc. d'Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de Santo Izidoro, de Santos Evos, conc. e distr. de Vizeu.

Carregueira. Familia que parece ter tomado o nome d'uma herdade que existiu nos arredores de Lisboa, chamada Carregueira. Tem por armas: um escudo esquartelado; no primeiro quartel, em campo verde uma aguia de ouro estendida, no segundo, em campo vermelho uma flôr de liz de ouro, e assim os contrarios; timbre a aguia do escudo.

Carregueira. Povoações nas freguezias: S. Silvestre, de Bezelga, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição e conc. de Mação, distr. de Santarem. || S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Pinheiro Grande, conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || N. S.ª da Purificação, de Samuel, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || S. Mamede, de Ventosa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Carregueira. Logar na freg de Santo André, conc. de S. Thiago do Caeem, distr. de Lisboa. || Logar na freg de N. S.ª da Oliveira, de Samora Correia, conc. de Benavente, distr. de Santarem. || Casal na freg. de N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Serra do distr. de Lisboa; corre ao norte da villa de Bellas; tem 44 k. de comprimento e 252 metros de altura.

Carregueira de Baixo e **de Cima.** Duas povoações na freg. de S. Pedro, de Monte Vil, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Carregueira do Matto e **Carregueira da Relva.** Logar e monte na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alvalade, conc. de S. Thiago do Caeem, distr. de Lisboa.

Carregueiras Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Marinha Grande, conc. e distr. de Leiria. || Logar na freg. de S. Sebastião, de Alfarellos, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Carregueiro. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Villar de Besteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Pov. e monte na freg do Salvador e conc. de Aljustrel, distr. de Beja. E' est. do caminho de ferro do sul e sueste entre as estações de Figueirinha e Casével.

Carregueiros. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Thomar, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 1:676 hab. e 319 fog. Tem esc. para o sexo masc., caixa postal, fabricas de papel (Porto de Cavalleiros e Prado). A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada n'um monte, d'onde se vêem muitas serras desertas. Era commenda dos freires de Christo, de Thomar, que apresentavam o vigario e seu coadjutor. Ambos eram frades da Ordem de Christo, e collados por consulta da Mesa da Consciencia, precedendo exame na prelasia de Thomar. A terra é fertil em azeite, e pertence á 5.ª divisão mil. e ao distr. de recrutamento e res. n.º 3, com a séde em Thomar. Do sitio dos Pegões, n'esta freg., vão encanadas sobre arcos de pedra, as aguas para o convento de Christo, de Thomar. Tem 3 k. de comprimento; tres mães d'agua, uma no principio, outra no meio e outra no fim do valle. N'esta ultima, que é de abobada e de bella architectura, vê-se uma pedra mettida na parede, em que se lê uma inscripção, collocada sob as armas de Portugal, dizendo que mandou fazer aquelle aqueducto Filippe I, em 1595, e que Filippe II o mandou acabar em 1613. No mesmo sitio, do lado de cima, fica outra fonte, chamada do Valle. Ha ainda outras fontes, e dizem que a chamada de S. Miguel tem a virtude de curar molestias cutaneas. Nos confins da freguezia passa o rio Nabão.

Carreira. Familia que, segundo uns, procede de Italia; segundo outros, de Portugal. Tem por armas, em campo de prata uma banda azul carregada de um leão de ouro entre dois pinheiros verdes com pinhas de ouro; o timbre é um leão

com um pinheiro na garra. Ha tambem outro brazão d'armas assim composto: em campo verde seis faxas ondeadas de prata; por orla em campo do mesmo metal, sete gaviões negros, e no peito de cado um uma letra; estas letras juntas fórmam a palavra *Requiem*.

Carreira *(Antonio)*. Mestre da capella d'el-rei D. Sebastião e do cardeal-rei D. Henrique. Recebeu a educação artistica na propria capella real, sendo moço do côro no tempo de D. João III. Escreveu varias composições musicaes, como Pedro Thalesio menciona elogiosamente na sua *Arte de Canto Chão*, cap. 36, fol. 63. Por sua morte ficaram em poder de seu filho, do mesmo nome, religioso da ordem de Santo Agostinho, e que tambem foi musico. Fallecendo, porém, este religioso ainda muito novo, victima da grande peste que assolou Lisboa em 1599, julga-se que se perderam os manuscriptos. Com o nome de Antonio Carreira existiu egualmente um sobrinho do mestre da capella dos referidos monarchas, que era muito douto em musica e compositor, mestre da capella da cathedral de S. Thiago de Compostella. O catalogo da livraria de D. João IV dá nota de algumas das suas composições de musica religiosa.

Carreira *(Antonio José Maria)*. Autor commercialista e contabilista. Nasceu em Lisboa a 7 de julho de 1874, filho de José Ernesto Carreira, antigo empregado da alfandega. Fez o curso superior do commercio no Instituto Industrial e Commercial de Lisboa. E' empregado no Montepio Geral, professor de mathematica no Collegio Nacional, e professor substituto do Atheneu Commercial de Lisboa; antigo professor do Instituto «19 de Setembro», etc. Muito dedicado aos estudos de contabilidade e calculo commercial, tem escripto alguns livros sobre o assumpto, e desempenhado varias commissões como guarda livros perito. Em 1903, montou os serviços de contabilidade da Caixa de Pensões e Reformas dos Caminhos de Ferro do Estado. Alguns dos livros publicados são de collaboração com seu irmão José Carreira: *Calculo commercial theorico e pratico, por Antonio Carreira e José Francisco Carreira*, Lisboa, 1898; *Apontamentos de contabilidade commercial, por José Carreira e Antonio Carreira*, Lisboa, 1901; *Juro continuo*, Lisboa, 1899.

Carreira *(Bento Malheiro Pereira Pitta e Vasconcellos, 4.º visconde da)*. Fidalgo da Casa Real. Recebeu o titulo de visconde, por decreto de abril e carta de 10 de maio de 1883, por ter casado com uma neta do 2.º visconde da Carreira, D. Maria Luiza de Faria de Abreu e Lima, filha de D. Maria José d'Abreu e Lima, e de seu marido, Antonio de Faria da Costa Pereira Barreto Villas Boas. Esta senhora succedera a seu irmão, o 3.º visconde da Carreira, por não ter tido successão, em todos os bens e vinculos da sua casa, e a actual sr.ª viscondessa herdou de sua mãe a referida casa da Carreira. Villas Boas era fidalgo da Casa Real por successão a seus maiores, senhor da casa da Agrella de Nogueira no concelho de Ponte da Barca, e 6.º administrador do morgado do Mosteiro em Victorino das Donas, de Ponte de Lima, bem como dos morgados do Barral, junto á villa de Barcellos, e do de Santa Luzia e sua capella, em Villa do Conde. Os sr.s viscondes da Carreira residem em Monsão.

Carreira *(Diogo Gomes de Abreu e Lima, 2.º visconde da)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, pelo alvará de 22 de abril de 1790, commendador da ordem de Christo, capitão de infantaria, servindo na guerra da peninsula, posto em que depois se reformou; condecorado com a medalha por duas campanhas da guerra peninsular, proprietario e 6.º senhor da casa da Carreira, em Vianna do Castello, e da de Onteiro na freguezia de S. Martinho do Crastro, e da quinta de S. Lourenço da Capella, em Monsão, na qual succedeu a seu pae em 25 de agosto de 1788, e do morgado da Boa Vista, junto a Ponte da Barca, pelo seu casamento. Nasceu em Vianna do Castello a 23 de setembro de 1775, e fal. a 14 de outubro de 1848. Era filho de João Gomes d'Abreu e Lima, fidalgo cavalleiro da Casa Real pelo alvará de 27 d'agosto de 1777; commendador da commenda de Santo Apolinario de Villa Verde, da ordem de Christo; mestre de campo dos auxiliares da provincia do Minho, etc, casado com D. Maria Josepha de Queiroz Gayoso Montenegro, filha d'uns fidalgos hespanhoes. Era irmão mais velho do 1.º visconde e 1.º conde da Carreira, recebendo o titulo de visconde em verificação de vida no de seu irmão, por carta de 15 de novembro de 1843. Casou a 22 de setembro de 1804 com D. Maria José d'Alpoim da Silva, filha e herdeira de Luiz José d'Alpoim da Silva, fidalgo da Casa Real, senhor da casa e morgado da Boa Vista, junto a Ponte da Barca, e de sua mulher, D. Anna Joaquina Pimenta Barbosa Furtado de Mendonça. O brazão d'armas é o seguinte: um escudo com as armas dos Tavoras, em campo de ouro cinco faxas d'azul, ondadas d'agua, e entre as ondas um delfim de sua côr, por orla a legenda *Quascunque findit;* timbre, o delfim do escudo.

Carreira *(José Francisco)*. Autor commercialista e contabilista. Nasceu em Lisboa a 12 de janeiro de 1876. Fez o curso superior do commercio no Instituto Industrial e Commercial de Lisboa. Professor do Atheneu Commercial da mesma cidade, antigo professor do «Instituto 19 de Setembro», guarda-livros da casa J. Eduardo Gomes, socio da empresa industrial de lanificios A. Fassio & C.ª. Além dos livros que tem escripto de collaboração com seu irmão Antonio Carreira, publicou mais o trabalho seguinte: *Capitalisações e amortisações*, Lisboa, 1900.

Carreira *(Libanio Pedro d'Almeida)*. Nasceu em Lamego a 30 de dezembro de 1833. Era filho de Manuel José Pires Carreira, brigadeiro reformado. Matriculou-se na Universidade de Coimbra em Philosophia, mas não chegou a formar-se. Esteve algum tempo na ilha Terceira, regressando a Portugal em 1859 ou 1860. Escreveu: *Manual agricola, apontamentos sobre a agricultura*, Angra do Heroismo. 1858.

Carreira *(Luiz Antonio de Abreu e Lima, 1.º visconde e 1.º conde da)*. Aio e camareiro mór dos fallecidos monarchas D. Pedro V e D. Luiz I; official-mór da Casa Real, conselheiro de Estado effectivo; grã-cruz da ordem militar de S. Bento de Aviz, e da antiga ordem da Torre e Espada; commendador da de N. S.ª da Conceição, cavalleiro da ordem suprema da Santissima Annunciada, de Italia; cavalleiro de 3.ª classe da ordem de S. Waldemiro da Russia; grã-cruz das ordens de Leopoldo da Belgica, do Leão Neerlandez, da Aguia Vermelha da Prussia, da Le-

gião de Honra de França, de Ernesto Pio de Saxe-Coburgo, de S. Januario de Napoles, de S. Mauricio e de S. Lazaro da Sardenha, de Alberto o Valoroso de Saxonia, de Carlos III de Hespanha; marechal de Campo do exercito reformado. N. em Viauna do Castello a 18 de outubro de 1787; fal. em Lisboa a 18 de fevereiro de 1871. Era filho de João Gomes d'Abreu e Lima e de sua mulher, D. Maria Josepha Queiroz Gayoso Montenegro. Descendente d'uma familia de Vianna do Castello em cujos antepassados se contava o marquez de Tavora, seu avô paterno, depois da desgraça acontecida a esta familia, deixou de usar o appellido de Tavora, e tomou os de sua mãe, *Abreu e Lima*. Assentou praça de cadete no regimento de artilharia n.º 2 do Porto, em abril de 1803, e foi promovido a capitão em 1806, sendo nomeado ajudante d'ordens de Antonio Saldanha da Gama, depois conde de Porto Santo, governador e capitão general de Angola. Partiu para aquelle estado em novembro do referido anno, permanecendo ali até junho de 1810, em que sendo substituido o governador, acompanhou Saldanha para o Rio de Janeiro, onde ficou addido ao estado maior do exercito com o posto de major, que lhe havia sido conferido no anno antecedente. Antonio Saldanha foi nomeado ministro plenipotenciario ao congresso de Vienna, e Abreu e Lima partiu com elle para a Europa, encarregado de trazer despachos aos embaixadores portuguezes em Londres e Paris, e aos plenipotenciarios do congresso. Chegando a Londres em meado de setembro de 1814, partiu para Paris, onde serviu de cavalheiro da embaixada que em nome do principe regente cumprimentou Luiz XVIII pela sua entrada na capital da França. Depois de outubro passou a servir como addido á missão portugueza do congresso, até que sendo o seu antigo general nomeado ministro plenipotenciario em S. Petersburgo, o acompanhou como secretario, cargo em que posteriormente foi confirmado, em maio de 1817, ao mesmo tempo que recebeu a promoção a tenente-coronel. Na côrte da Russia serviu de encarregado de negocios internos desde setembro de 1817 até maio de 1820, e depois desde março de 1821 até agosto de 1824, tendo sido em fins de 1821 elevado á effectividade n'esse logar. Nomeado secretario da embaixada de Paris e depois enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Berlim, não chegou a exercer nenhuma d'estas commissões, sendo transferido para a côrte dos Paizes Baixos n'esta ultima categoria. Demittido por D. Miguel em junho de 1828, foi a Londres á sua custa conferenciar com o marquez de Palmella sobre os meios que se deviam empregar para debellar os projectos do infante. Não seguindo o exemplo de muitos diplomatas que, considerando-se fieis á rainha D. Maria II, deram por findas as suas missões, Abreu e Lima, em nota que dirigiu ao governo, junto do qual estava acreditado, declarou que continuava como d'antes a considerar-se ministro plenipotenciario e representante do governo legitimo de Portugal, apezar de ter interrompido as suas relações com o governo intruso, e sendo esta declaração bem aceeite, pôde seguir e com grande proveito para a causa da liberdade, as suas relações officiaes com o governo dos Paizes Baixos até fevereiro de 1834, em que enviou para Haya as suas cartas revocatorias. Duas vezes foi a Londres, em 1829 e 1830, para tratar com o marquez de Palmella negocios relativos á restauração do governo legitimo em Portugal, e em junho d'aquelle anno foi nomeado por D. Pedro para substituir Palmella na regencia, o que não chegou a ter effeito, por se não ter verificado a eventualidade que determinara essa nomeação. Em 20 de março de 1830 foi transferido pela regencia da ilha Terceira para a côrte de Londres, e resistindo fortemente a encarregar-se de tão ardua e penosa missão, acecedeu por fim ás instancias da regencia, e entrou no exercicio do seu novo logar em outubro, conservando-se n'elle até fins de fevereiro de 1834. Os serviços prestados pelo illustre diplomata á causa da liberdade em tão difficeis circumstancias, constam minuciosamente da sua *Correspondencia Official*, que se publicou em 1873, depois do seu fallecimento. Nomeado em janeiro de 1833 ministro plenipotenciario junto das côrtes de Londres, Paris e Madrid, foi confirmado na legação de Inglaterra em setembro, e transferido para a de Paris em outubro tomando conta d'essa missão em maio de 1834. Agraciado com o titulo de visconde da Carreira em 1 de setembro d'este anno, foi em fevereiro de 1835 transferido em missão extraordinaria para Roma, mas ficando esta ordem sem effeito, continuou em Paris até junho de 1840, apezar de ter sido nomeado em novembro de 1838 ministro dos negocios estrangeiros, cargo que não acceitou. Em 7 de junho de 1840 é que partiu então para Roma, onde esteve até 16 de novembro de 1841, encarregado da missão especial e delicadissima de obter do papa Gregorio XVI o reconhecimento do governo da rainha, o que alcançou, conseguindo assim que a Austria, a Prussia, a Russia, e outras nações que esperavam a resolução do pontifice, reconhecessem tambem o governo constitucional portuguez. Regressando a Paris em 1841, demorou-se n'esta cidade até 29 de maio de 1847, e sendo novamente nomeado ministro dos estrangeiros em 6 de outubro de 1846, tambem rejeitou a pasta. Em agosto 1845 foi elevado a conselheiro de Estado, e em maio de 1847 a rainha D. Maria II o escolheu para aio dos principes, motivo que o obrigou a regressar a Lisboa, depois de empregar todas as desculpas possiveis para se eximir d'aquelle honroso cargo. Pouco depois foi declarado ministro plenipotenciario em disponibilidade, e em 1851 teve a reforma no posto de marechal de campo. Em 1862 aiuda foi em missão especial á côrte de Turim, encarregado por el-rei D. Luiz de pedir em seu real nome a mão da princeza senhora D. Maria Pia, e de ajustar o contrato matrimonial, sendo por essa occasião agraciado com o titulo de conde da Carreira, mas depois retirou-se completamente á vida privada. O conde da Carreira casou em Paris a 27 de fevereiro de 1840 com uma senhora allemã, D. Anna Luiza Dannemarck, que falleceu em 1875 sem deixar geração, filha de Mathias Godofredo Dannemarck, e de sua mulher, D. Maria Izabel Von Hesse. Deixou os seguintes escriptos: *Carta escripta a Silvestre Pinheiro Ferreira, ministro dos negocios estrangeiros, que acompanhava outra para Sua Magestade, com a exposição dos motivos que decidiram Luiz Antonio de Abreu e Lima, ministro da côrte de S. Petersburgo a não prestar o juramento á Constituição poli-*

tica da Monarchia portugueza, Lisboa, 1823; *La Legitimité et le Portugal; rêveries, d'un portugais*, Bruxelles, 1829; *Investigations politiques par Mr. D'Albermireau, portugais*, Bruxelles, 1830; sairam depois em portuguez, com o titulo: *Investigações politicas de Mr. D. Albermireau, postas em vulgar, com varias ampliações pelo autor*, Londres, 1832; *Quelques observations sur l'article «Portugal» de l'Annuaire historique universel pour 1834*, Paris, 1835, sem o nome do autor; *Exposição dos motivos por que o Visconde da Carreira, ministro de Portugal em Paris, se recusa a jurar a Constituição de 1822*, Lisboa, 1836; *Mémoire et pièces justificatives sur les reclamations des sujets portugais contre la France*, Paris, 1837, este opusculo foi publicado anonymo; *Memoria pratica sobre o modo de colher a azeitona, de a guardar e tratar entre a colheita e a moenda, e de fazer o azeite, offerecida aos lavradores de Portugal*, Paris, 1842, sem o nome do autor; *Discurso do senhor visconde da Carreira, vice-presidente da Sociedade Promotora da Industria Nacional, em 24 de Novembro, na sessão da inauguração do busto do duque de Palmella*, Lisboa, 1850; *Memoria sobre pezos e medidas, e a reforma de que carecem em Portugal, feita por Albermireau*, Lisboa, 1858; o nome de *Albermireau* é o anagramma dos appellidos *Abreu e Lima*; *Memoria sobre as colonias de Portugal, situadas na costa occidental da Africa, mandada ao governo pelo antigo governador e capitão general do reino d'Angola, Antonio de Saldanha da Gama, em 1814, precedida de um discurso preliminar, e augmentada de alguns additamentos e notas*, Paris, 1839.

Carreira *(Luiz Bravo de Abreu e Lima, 3.º visconde da)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão a seus maiores; do conselho d'el-rei D. Pedro V, deputado na legislatura de 1858-59, 7.º senhor da casa da Carreira em Vianna do Castello, e das do Outeiro e de Boa Vista, em Ponte da Barca, e da quinta de S. Lourenço da Lapella, em Monsão, nas quaes succedeu a seu irmão mais velho, Alvaro Bravo d'Abreu e Lima que falleceu demente em 31 de maio de 1861. N. em Vianna do Castello a 21 de dezembro de 1815, fal. em Evora a 13 de março de 1866. Era filho do 2.º visconde da Carreira, Diogo Gomes d'Abreu e Lima, e de sua mulher D. Maria José d'Alpoim da Silva, e sobrinho do 1.º visconde e 1.º conde do mesmo titulo. Casou a 8 de dezembro de 1864 com D. Amalia Augusta de Faria Schiappa Roby, filha de João de Faria Machado Pinto Schiappa Roby, descendente da casa das Ortas, em Braga, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher, D. Maria do Carmo de Faria Machado Schiappa Roby, consorcio de que não houve geração. A viscondessa passou a segundas nupcias em 6 de junho de 1867 com Boaventura José Vieira, major de infantaria, engenheiro civil, e director das obras dos caminhos de ferro do Douro e do Minho. O titulo de visconde foi concessão de mais uma vida no de seu pae, por decreto de 18 de outubro de 1855, e carta de 25 de novembro de 1856. Fallecendo sem descendencia, passaram todos os vinculos e senhorios d'esta illustre casa para sua irmã, D. Maria José d'Abreu e Alpoim, casada com Antonio de Faria da Costa Pereira Barreto Villas Boas, fidalgo da Casa Real.

Carreira. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arcebispado de Braga; 547 hab. e 145 fog. Tem escola do sexo masc. e caixa postal. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada, parte n'um valle e outra parte n'um monte, e d'este se vê Braga e varias povoações. O arcebispo de Braga apresentava o abbade, que tinha de renda réis 340$000. N'esta freg. ha a capella de N. S.ª da Penha, assim chamada por ter sido construida n'uma penha, junto á torre de Penagate. Esta torre é muito antiga e está edificada sobre uma penha. A terra é fertil, e pertence á 3.ª divisão mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 502 hab. e 110 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada proximo do rio Ave, n'um sitio aprazivel e pittoresco. E' da Casa de Bragança, que apresentava, o abbade, tendo de rendimento 300$000 réis. A terra é muito fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8 com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. de Santo Thyrso, distr. e bisp. do Porto; 486 hab. e 139 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, d'onde se avistam varias povoações. Foi n'outro tempo do conc. da Maia, e tambem formou conc., tendo ouvidor ordinario, eleito pelo povo e confirmado pela camara do Porto, a que era sujeito. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8 com a séde em Braga.

Carreira. Povoações nas freguezias: Santa Eufemia de Agilde, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Alvellos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de Arega, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || Ilha de S. Miguel; N. S.ª da Saude, de Arrifes, conc. e distr. de Ponta Delgada. || S. Pedro, de Athei, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || S. Miguel, de Aves, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || O Salvador, de Baiazar, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel, de Cassarilhe, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Ilha da Madeira; (V. *Carvalhal*). Ilha do Fayal; Santa Catharina, de Castello Branco, conc. e distr. de Horta. || S. Mamede, de Cepães, conc. de Fafe, distr. da Braga. || S. Thiago, de Cernadello, conc. de Louzada. distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Besteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Santa Christina, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, de Fregim. do mesmo conc. e distr. || S. Pedro, de Gondalães, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Grade, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, Gulpilhares, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santa Maria, de Infias, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Lamaçães, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. João Baptista, de Louredo, conc. de Amarante, distr. do Porto. || N. S.ª do Rosario, de Louredo, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. Paio e conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª do Amparo, de Mira, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || N. S.ª dos Milagres, conc. e distr. de Leiria. || S. Sebastião, de Moiriscas, conc. de Abran-

tes, distr. de Santarem. || S. Romão, de Monriz, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Ilha de S. Jorge; N. S.ª das Neves, de Norte Grande, conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo. || S. Miguel e conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Ossela, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Marinha de Palmaz, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª de Assumpção e conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || S. Thiago, de Penso, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Ilha da Madeira; N. S.ª da Luz e conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || S. João, de Ponte, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Ilha da Madeira; N. S.ª dos Prazeres, conc. da Calheta, distr. do Funchal. || S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Rouças, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Sá, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Mamede, de Sandiães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Sobradello da Gama, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Cypriano, de Taboadello, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Tavora, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Torquato, concelho de Guimarães, districto de Braga. || S. Vicente, de Vacariça, concelho de Mealhada, districto de Aveiro. || S. Pedro, de Vade, concelho de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago de Valladares, conc. de Baião, distr. do Porto. || O Salvador, de Villa Garcia, concelho de Amarante, distr. do Porto. || Ilha de Santa Maria; N. S.ª d'Assumpção e concelho de Villa do Porto, districto de Ponta Delgada. || S. Paio, de Villar Chão, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Carreira. Logares nas freguezias: S. Paio, de Agua Longa, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Barrosas, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Thomé, de Bitarães, conc. de Paredes, districto do Porto. || S. João Baptista, de Brito, concelho de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Carvoeiro, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Cambezes, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, de Castanheira, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Chamoim, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || O Salvador, de Delães, conc. de V. Nova de Famalicão, distr. de Braga. || O Salvador, de Donim, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Christovão, de Espadanedo, conc. de Sinfães, districto de Vizeu. || S. Thiago, de Espargo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Fareja, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Thomé, de Friande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Simão, de Gouveia, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Pedro, de Jugueiros, concelho de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Martinho, de Lago, conc. de Amares, distr. de Braga. || Santos Cosme e Damião, de Lobeira, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Christovão, de Lordello, concelho de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Margarida e conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Margaride, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Maceira, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Maria, de Maurelles, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Moreira do Castello, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Christina, de Nogueira, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Parada Thodea, conc. de Paredes, distr. do Porto. || O Salvador, de Pinheiro, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Pinho, conc. de S. Pedro do Sul, districto de Vizeu. || S. Paio, de Portella, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Mamede, de Recezinhos, do mesmo conc. e distr. || S. Gregorio, de Reguengo, conc. e distr. de Portalegre. || S. Pedro, de Riba d'Ave, conc. de V. N. de Famalicão, districto de Braga. || S. Lourenço, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel, de Sapardos, conc. de V. N da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Conceição, de Sinde, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || O Salvador, de Souto, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || O Salvador, de Tagilde, do mesmo conc. e distr. || S. Thiago, conc. de Armamar, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Thuias, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || N. S.ª do Pranto, de Torre do Terranho, conc. de Trancoso, distr. da Guarda. || O Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, districto do Porto. || O Salvador, de Unhão, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santo Estevão, de Urgezes, conc de Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel, de Villela, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Maria, de V. N. de Muhia, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Carreira. Aldeia na freg. de N. S.ª da Gloria, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Casal na freg. de N. S.ª da Purificação, de Alcoentre, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de Santa Catharina, de Anobra, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de S. Gregorio, de Arruda dos Pizões, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Martinho, de Avessadas, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Casal na freg. de S. Silvestre, de Bezelga, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Paio, de Brunhaes, conc. da Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Casal na freg. de Santo André, de Cella, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Casal na freg. de S. João Baptista, de Figueira, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. | Casal na freg. de S Vicente de Paul, conc. e distr. de Santarem. || Monte na freg. Sant'Anna, da Serra, conc. de Ourique, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Martinho, de Lordello, bairro occidental do Porto. || Quinta na freg. de S. Miguel, de Fornos de Maceira Dão, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de S. Gonçalo, de Valença do Douro, conc. de Taboaço, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Vizeu oriental, conc. e distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de S. Martinho, de Conde, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Carreira de Além. Pov. na freg. de Santa Christina, de Serzedello, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Carreira de Baixo. Pov. na freg. do Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e distr. de Leiria.

Carreira de Baixo e de Cima. Dois logares na freg. de Santa Maria, de Corvite, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Dois logares na freg. de S. Paio, de Moreira de Conegos, do mesmo conc. e districto.

Carreira de Cá. Logar na freg. de Santa Christina, de Serzedello, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Carreira do Campo. Logar na freg. de S. Miguel, de Varziella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Carreira Chã. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Banho, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Barrosas, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Romão, de Paredes de Viadores, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Carreiro de Cima. Quinta na freg. do S. Salvador e conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Carreira Cova. Pov. na freg. de S. Thiago, de Lobão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S. Julião, de Silva, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Mariuha, de Annaes, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Thiago, de Burgães, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Maria de Fregim, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santo André, de Lever, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de Sauta Maria, de Quintiães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santa Maria, de Porcos, conc. e distr. da Guarda.

Carreira da Fonte. Pov. na freg. de S. Pedro, de Sub-Portella, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Carreira de Fundoaes. Pov. na freg. de S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Carreira Longa. Logar na freg. de S. João Baptista, de Arroios, conc. e distr. de Villa Real

Carreira do Matto. Pov. ua freg. de Santa Maria Magdalena, de Aldeia do Matto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Carreira de Mello *(Joaquim Lopes)*. V. *Lopes Carreira de Mello.*

Carreira do Nabal. Logar na freg. de S. Martinho, de Santo Varão, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Carreira Nova. Logar na freg. de S. Mamede, de Vermil, conc. de Guimarães, districto de Braga.

Carreira do Rebello. Logar na freg. de S. Miguel, de Varziella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Carreira de S. João. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Crrreira Velha *(Casal da)*. Na freg. de S. Miguel, de Chozendo, conc. de Sernancelhe, districto de Vizeu.

Carreirancha. Pov. na freg. de S. José, de Alqucidão da Serra, conc. de Porto de Moz, districto de Leiria.

Carreiras. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 432 hab. e 84 fog. A pov. dista 3 k. da séde do conc. E' da Casa de Bragança, e muito fertil. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 358 hab. e 82 fog. A pov. dista 2 k. da séde do conc. Juntamente com a de S. Miguel de Carreiras, formava uma só freguezia, sendo o orago S. Thiago, mas tornaram-se depois independentes. Tambem pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. do Alemtejo, conc., com., distr. e bisp. de Portalegre; 872 hab. e 187 fog. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 12 h. da séde do conc. e está situada na ponta d'uma serra, entre as villas de Marvão e Castello de Vide, d'onde se avistam diversas villas e povoações. A terra é muito fertil em cereaes, e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes.

Carreiras. Pov. nas freguezias: S. Silvestre, de A dos Francos, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Santo Antonio, de Areias, conc. de Marvão, distr. do Portalegre. || N. S.ª da Luz, de Carvoeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. Tem est. post. permutando malas com Torres Vedras. || S. Martinho, de Mancellos, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Christovão, de Pico de Regalados, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Ribeira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Soajo, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Victorino dos Piães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Carreiras. Logar na freg. de S. Martinho, de Leitões, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Logar na freg. de Serdedello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Casal na freg. de S. Mamede, de Ventosa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de N. S.ª da Orada e conc. de Aviz, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de Sant'Auna, de Orgens, conc. e distr. de Vizeu.

Carreiras Verdes. Pov. na freg. de S. Christovão, de Louredo, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Carreirinha. Ilha Terceira; pov. na freg. de S. Bento, conc. e distr. de Angra do Heroismo. || Pov. na freg. de Sebastião, de Carreiras, conc. e distr. de Portalegre. || Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Porto de Moz, districto de Leiria.

Carreirinhas. Pov. na freg de S. Pedro, de Sobreira, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Thiago e conc. de Vagos, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Simão, de Carvalhal de Vermilhas, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Carreirinhos. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Carreiro *(Fr. Francisco)*. Religioso da ordem de S. Bernardo. N. na quinta de Mosullo, a uma legoa de distancia de Lamego. Entrou na ordem de Cistér, no convento de Santa Maria de Sarzedas, oude se applicou muito ao estudo da Theologia, doutorando-se n'esta faculdade na Universidade de Coimbra. Regeu a cadeira de Gabriel, de que tomou posse a 10 de março de 1587, passando á de Durando a 17 de janeiro de 1597, e depois a de Scoto a 28 de maio de 1605. Foi duas

vezes reitor no collegio de Coimbra, em 1584 e 1594, e ali falleceu em 1620. Deixou uma obra em manuscripto, *Commentaria in Universam D. Thomæ Summan*, que se conservava na livraria do convento d'Alcobaça.

Carreiro. Povoações, nas freguezias: S. Marinha, de Astromil, conc. de Paredes, distr. do Porto. || O Salvador, de Castellões da Cepeda, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santo André, de Santa Cruz, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Cunha, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Escudeiros, conc. e distr. de Braga. || S. Paio, de Favões, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. | Santa Marinha, de Forjães, conc. de Espozende, distr. de Braga. || S. Thiago, de Lordello, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo Adrião, de Macieira de Rates, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Julião, de Moreira do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. Vianna do Castello || S. Verissimo, de Nevogilde, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Maria, de Palmeira, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Pindello, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Rio Mau, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Carreiro. Logares nas freguezias: Santa Eulalia, de Barrozas, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Pedro, de Arreigada, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Miguel, de Frossos, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Infantas, conc. de Guimarães, distr de Braga. || S. Thiago, de Lustosa, conc. de Louzada, distr. do Porto. || N. S.ª da Luz, conc. de Mourão, distr. de Evora || S. Martinho, de Milhundos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Lourenço, de Pias, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Maria, de Refojos do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Julião, de Silva, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago, de Soppo, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Urró, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Carreiro. Casal na freg. de N. S.ª da Salvação e conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª da Purificação, de Bucellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Carreiro d'Agra. Logar na freg. de Santo André, de Victorino de Piães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Correio d'Areia. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Carreiro da Fonte. Pov. na freg. de S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Carreiro Martinho. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Agua Revez, conc. de Valle Passos, distr. de Villa Real.

Carreiró. Logar na freg. de S. Thiago, de Rebordões, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Carreirollas *(Casal das)*. Na freg. do S. Miguel, de Cardozas, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

Carreiros. Povoações nas freguezias: Santa Cruz, de Alvarenga, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Bairros, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || N. S.ª do O, de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || S. Mamede, de Ferreira, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Nevogilde, 2.º bairro do Porto. || S. Martinho, de Mancellos, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Goudomar, distr. do Porto.

Carreiros. Logares nas freguezias: S. Mamede, de Arca, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Paio, de Pousada, conc. e distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de Rossas, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Tenões, conc. e distr. de Braga. || Santa Marinha, de Tropeço, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santo André, de Victorino dos Piães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Carreiros. Casal na freg. de Santo Estevão, de Ferreirim, conc. de Sernancelhe, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. de Faro.

Carreiros de Baixo *(Horta de)*. Na freg da Sé, conc e distr. de Faro.

Carreirôte. Pov. na freg. de S. Pedro, de Manhouce, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Carrello. Logar na freg. de S. João Baptista, de Coucieiro, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Carreta. Logar na freg. de S. Thiago e conc. de Castello de Vide, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de Santo Antonio, de Couço, conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Carretalhada. Pov. na freg. de S. Martinho, de Guilhabreu, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Carretas *(Herdade das)*. Na freg. de Santa Catharina, de Quintos, conc. e distr. de Beja.

Carreteira. Herdade na freg. de S. Pedro, de Almuro, conc. de Monforte, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Vimieiro, conc. de Arraiollos, distr. de Evora. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Carreteiro. Logar na freg. de Santa Cruz, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Monte na freg. do Salvador e conc. de Aljustrel, distr. de Beja.

Carrezes. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Febres, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Carrião *(João de)*. Barbosa Machado dá-nos este nome no vol. IV da *Bibliotheca Lusitana*, como autor d'uma *Arte Militar*, publicada em 1595.

Carriça. Pov. na freg. de Santa Maria, de Airães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Fiscal, conc. de Amares, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Christovão, de Muro, conc. de Santo Thriso, distr. do Porto. Tem est. post. permutando malas com Santo Thyrso. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Vil de Souto, conc. e distr. de Vizeu. || Logar na freg. de Santa Eulalia, de Oliveira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Thiago, de Sampriz, conc de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Vialonga, conc. de Villa Franca do Xira, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de N. S.ª da Natividade, de Safira, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Boa Fé, conc. e distr. de Evora. || Quinta na freg. de S. Simão, de Arões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || Quin-

ta na freg. de N. S.ª da Conceição, de Faia, conc. e distr. da Guarda.

Carriçaes. Quinta na freg. de S. Nicolau, de Pena Lobo, conc. de Sabugal, distr. da Guarda. || Quinta na freg. de S. Martinho, de Periz, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. do Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Carriçal. Logar na freg. de S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro. || Logar na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc. de V. N. de Portimão, districto de Faro || Casal na freg. de N. S.ª da Alva e conc. d'Aljezur, distr. de Faro. || Casal na freg. do Salvador, de Aramenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Quinta na freg. do Salvador, de Jejua, conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda. || Porto da ilha de S. Nicolau, do archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental, na costa SE e a 800 m. da terra. Tem 15 m. de profundidade, e é muito frequentado por embarcações nacionaes e estrangeiras.

Carriças *(Quinta das).* Na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Carriche *(Isidoro Thomaz de Moura Carvalho, 1.º visconde de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, alvará de 19 de agosto de 1875, accrescentado a moçofidalgo com exercicio na Casa Real, alvará de 22 de abril de 1876, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, negociante de grosso trato da praça commercial de Lisboa, proprietario e vereador da Camara Municipal de Lisboa. Fal. n'esta cidade a 4 de agosto de 1887. Era filho de Antonio Gomes Ribeiro de Carvalho, e de sua mulher D. Joaquina Rosa da Conceição Moura Carvalho. Casou com D Mathilde Maria Pires da Silva, e tendo enviuvado, passou a segundas nupcias a 17 de abril de 1876 com D. Maria d'Oliveira Bastos, já viuva do negociante bracarense José Luiz Alves Bastos, e que lhe sobreviveu pouco mais d'um anno. Do primeiro matrimonio d'esta senhora, houve uma filha, D. Thereza Bastos, que foi a segunda mulher do fallecido conde de Restello, Pedro Augusto Franco, e é hoje a sua viuva. O titulo de visconde de Carriche foi concedido por decreto de 14 de agosto de 1878.

Carriche *(Calçada de).* Aldeia situada na estrada real, que de Lisboa conduz a Loures, pertencente á freguezia de S. João Baptista, do Lumiar, e ao 2.º bairro de Lisboa. No fundo da calçada de Carriche houve uma hospedaria, que se intitulou *Nova Cintra*, e que por muitos annos se tornou moda em passeios na estação calmosa, sendo muito apreciada pelos recemcasados para passarem a lua de mel, ou pelo menos o dia do casamento. Foi a 4.ª estação do antigo caminho de ferro Larmanjat, de Lisboa a Torres Vedras. Pouco adeante de Carriche ha um largo onde a estrada se divide em dois ramaes; o que segue direito, conduz á Povoa de Santo Adrião, Loures e outras terras dos arredores de Lisboa, e depois a Torres Vedras. O da esquerda vae para Odivellas, Caneças e outras povoações. A este largo se dá o nome do *Senhor Roubado*, que é hoje o limite da cidade de Lisboa. O nome provém d'uma capella que existe ali, com esta invocação, e d'um padrão erigido em consequencia do sacrilegio commettido em 1671 na egreja d'Odivellas, do roubo de particulas sagradas, que o roubador veiu enterrar n'este local. O padrão foi assente a 5 de novembro de 1744, sendo depois construida com esmolas a actual capella. V. *Senhor Roubado.*

Carriches. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Carriço. Pov. na freg. de S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Logar na freg. de S. Romão, de Mouriz, conc. de Paredes, distr do Porto. || Casaes na freg. de S. Miguel, de Milharado, conc. de Mafra, distr de Lisboa. || Casal na freg. de Santa Maria, dos Olivaes, 1.º bairro de Lisboa. || Monte na freg. do Sant'Anna da Serra, conc. de Ourique, distr. de Beja. || Monte na freg do Salvador e conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de Santa Maria, de Tavira Castello, conc. de Tavira, distr. de Faro. || Monte na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Quinta na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora.

Carriço da Ribeira *(Monte do).* Na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Carriços. Pov. na freg. de S. Miguel, de Creixomil, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Mamede, de Matta Moirisca, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Logar na freg. de S. Barnabé, conc. de Almodovar, distr. de Beja. || Logar na freg. de S. Thiago, de Mouquim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Carriçosa. Logar na freg. de N. S.ª do O', de Paião, conc. de Figueira da Foz, districto de Coimbra.

Carril. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Britello, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Maria, de Carquere, conc. de Rezende, distr. de Vizeu || S. João Baptista, de Cavez, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Romão, de Corgo, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || N. S.ª do Pranto, de Dornes, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. Tem est. post. permutando malas com Ferreira do Zezere. || S. João Baptista, de Figueiredo, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || S. Matheus, de Junceira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Santa Marinha, de Mogege, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Sebastião, de Moiriscas, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || N. S.ª do O' de Revelles, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra || S. Romão de Aregos, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Carril. Logares nas freguezias: S. João Baptista, de Balança, conc. de Terras do Douro, distr. de Braga. || Santo Estevão, de Cantelães, conc. de Vieira, distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção, de Cabração, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Gregorio, de Reguengo, conc. e distr. de Portalegre. || S. Sebastião, de Regueira de Pontes, conc. e distr. de Leiria. || Santa Maria Maior, de Tarouquella, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santa Leocadia, de Travanca, do mesmo conc. e districto.

Carril. Casaes e quinta na freg. de Santa Maria e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Vicente do Paul, conc. e distr. de Santarem. || Casal na freg. de N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Casal na freg. de S. Cypriano, conc. de Rezende, distr. de Vizeu || Casal na freg. de N. S.ª do Pranto, de Dornes,

conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Quinta na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Peva, conc. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. do Espirito Santo, de Villa Secca, conc. de Armamar, distr. de Vizeu.

Carril Branco. Pov. na freg. de S. Mamede, de Infesta, conc. de Bouças, distr. do Porto.

Carril Cimeiro e **Carril Fundeiro.** Duas povoações na freg. de S. Silvestre, de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Carrilha. Herdade na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Vidigão, conc. de Arraiollos, distr. de Evora. || Monte na freg. de Santo Antonio, de Vaiamonte, conc. de Monforte, distr. de Portalegre.

Carrilhanor Tocador de carrilhão.

Carrilhão. E' um conjuncto de sinos de diversos tamanhos, afinados com precisão. Ao principio fôram estabelecidos nas torres das casas das camaras, a partir do seculo xv, carrilhões que eram puramente mechanicos. Mais tarde appareceram os carrilhões tocados á mão, sendo então estabelecidos nos campanarios das egrejas. O carrilhão póde ser tocado por mechanismo ou por carrilhanor. Os badalos dos sinos são postos em movimento por cordas solidas, correspondendo cada uma a uma das teclas d'um grande teclado; é o systema da espineta ou do piano. Este teclado está fixo a um grande caixilho. Os carrilhões de Mafra são muito notaveis e custaram a D. João V tres milhões de cruzados. V. *Sino.*

Carrilho *(Antonio Maria Pereira).* V. *Pereira Carrilho.*

Carrilho *(Fr. Manuel Alvares).* Doutor em Canones na Universidade de Coimbra. N. em Serpa; ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Professou a 1 de dezembro de 1624 na ordem militar de Aviz, e doutorou-se a 23 de julho de 1628. O seu talento e provado patriotismo fizeram com que fôsse escolhido para agente do governo de D. João IV em Roma, onde prestou bons serviços. Foi superior do convento militar de Aviz, vigario geral e governador do bispado de Coimbra, e depois vigario geral do de Vizeu. Escreveu uns commentarios a livros juridicos em latim, e pronunciou na Universidade de Coimbra uma oração latina pela subida ao throno de D. João IV em 1641, a qual foi publicada n'este mesmo anno, a fol. 21, verso, dos *Applausos na Universidade de Coimbra a D. João IV.*

Carrilho *(Montinho do).* Na freg. de S. Bartholomeu, de Via Gloria, conc. de Mertola, distr. de Beja.

Carrilhos. Casal na freg. de Santa Suzana de Carapinheira, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || Monte na freg. de S Bartholomeu, de Valle de Prazeres, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco.

Carrimá. Pov. na freg. de S. Thiago, de Souzellas, conc. e distr. de Coimbra. || Casal na freg. de S. Sebastião, de Colmeal, conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Carrimão. Logar na freg. de S. Miguel, de Lazarim, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Carrinhos. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Carris. Pov. na freg. de S. Thiago, de Evora de Alcobaça, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Simão, de Oian, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Sebastião, de Alcafozes, conc. de Idanha a Nova, distr. de Castello Branco. || Logar na freg. de Santa Maria, de Alvarenga, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Logar na freg de S. Pedro, de Nariz, conc. e distr. de Aveiro. || Casal na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Benedicta, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Casal na freg. de S. Miguel, de Palhacana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Horta na freg. de S. Domingos de Anna Loura, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Quinta na freg. de S. Vicente, de Antas, conc. de Penalva do Castello, distr, de Vizeu.

Carris de Baixo. Logar na freg. de Santa Maria, de Alvarenga. conc. Louzada, distr. do Porto.

Carrito *(Casal do).* Na freg. de Santa Catharina, de Anobra, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra.

Carritos *(Casal dos).* Na freg. de S. Martinho, de Tavarede, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Carrizella *(Quinta da).* Na freg. de S. Cypriano e conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Carrizes. V. *Carrezes.* || Logar na freg. de S. Thiago, de Souzellas, conc. e distr. de Coimbra.

Carrizos *(Herdade de).* Na freg. de Santa Victoria, conc. e distr. de Beja.

Carro. Pov. na freg. de Santa Comba, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Carro do Faval *(Monte de).* Na freg. do Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja.

Carro Quebrado. Pov. na freg. de S. Simão, de Oyan, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Pindello, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Carro Queimado. Pov. na freg. de S Pedro, de Valle de Nogueiras, conc. e distr. de Villa Real.

Carrôa *(Herdade da).* Na freg de S. Romão, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Carroça *(Quinta da).* Na freg. de S. Pedro, de Orjães, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Carroeira de Baixo e de Cima. Dois logares na freg. de Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Carrões *(Quinta dos).* Na freg. de Santa Maria dos Olivaes e conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Carrolla. Pov. na freg. do Salvador, de Burgo, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Fazenda na freg. de N. S.ª do Bispo e conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Quinta na freg. de N. S.ª das Neves, de Sortelha, conc. do Sabugal, distr. da Guarda.

Carromeu. Pov. na freg. de S. Thomé e conc. de Mira, distr. de Coimbra.

Carroqueiro *(Casal do).* Na freg. do Salvador, de Monsanto, conc. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco

Carros (V. *S. Sebastião dos).* || Horta na freg. de S. Thiago, conc. e distr. de Beja. || Horta na freg. de N. S.ª da Annunciada e conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Orjães, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Carroupello. Logar na freg. de S. Miguel, de Freixo de Cima, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Carsareira. Pov. na freg. do Salvador, de Ramalde, 2.º do bairro do Porto.

Carta. Esta palavra serviu durante a Edade-Media para designar os actos ou diplomas de toda a especie, accrescentando-se-lhes de ordinario outras palavras, que os caracterisassem, taes como: *carta de venda*, *carta de doação*, etc. As cartas mais importantes para a historia de Portugal fórmam uma das secções da collecção chamada *Portugaliæ monumenta historica*, publicada pela Academia Real das Sciencias. Na litteratura portugueza existem muitos opusculos e folhetos mais ou menos curiosos como documentos d'uma determinada epoca, em fórma de cartas. No *Diccionario biographico*, vol. II, pag. 37 a 50, e vol. IX, pag. 47 a 52, e na *Encyclopedia portugueza*, publicada no Porto, vol. II, pag. 587 e 588, veem mencionadas algumas d'estas cartas.

Carta Constitucional. Codigo politico por que se rege a monarchia portugueza, outhorgado a 29 de abril de 1826 por D. Pedro IV, rei de Portugal, pouco depois de haver alcançado a monarchia portugueza, sendo n'essa epoca imperador do Brazil com o titulo de D. Pedro I. Este codigo foi modelado pela Carta Constitucional franceza, que em 4 de junho de 1814, Luiz XVIII outhorgou, depois da restauração dos Bourbons, tendo, comtudo, disposições mais liberaes. A Carta foi jurada a 29 de julho do referido anno de 1826, sendo regente a infanta D. Izabel Maria. Em 1852, o *Acto addicional* modificou-a principalmente na parte relativa ás eleições, que transformou de indirectas em directas. Em 1872 iniciou-se um movimento politico para a Carta ser reformada em sentido mais liberal, apresentando os partidos historico, reformista (fusionados depois sob a denominação de *partido progressista)*, e regenerador projectos de reformas, sendo nomeada para os estudar uma commissão, que escolheu para relator o fallecido conselheiro Barros e Sá. O parecer não chegou a ser apresentado; no entretanto, a Carta ha annos a esta parte tem sido parcialmente reformada, segundo o criterio do partido que está no poder. Pela ultima reforma foi modificada a constituição da camara dos pares. Em 3 de abril de 1896 foi publicado um novo *Acto Addicional*. No anno de 1828 publicou-se em Londres uma edição da *Carta Constitucional*, mandada fazer á custa de 2:413 portuguezes emigrados n'aquella cidade, que dirigiram um *Memorial* á rainha D. Maria II com um exemplar da mesma edição e com o sceptro. O *Memorial* e o sceptro fôram votados a 16 d'outubro do referido anno. Assignou o *Memorial* em nome dos emigrados, José Van-Zeller, presidente, e A. J. Freire Marreco, secretario. Tinha o seguinte titulo: *Carta Constitucional da Monarchia portugueza, decretada e dada pelo rei de Portugal e Algarve D. Pedro, imperador do Brazil, aos 29 de Abril de 1826*. No anno de 1832 houve outra edição, tambem em Londres, com o titulo de: *Carta Constitucional da Monarchia Portugueza*. Esta edição era feita com caracteres quasi microscopicos, e notaveis pela sua belleza. Tiraram-se exemplares em papel velino magnifico de grande formato, adornados com um retrato de D. Pedro. Entre as multiplicadas edições que se tem publicado, distinguo-se tambem a que se fez em 1855, com o titulo de: *Carta Constitucional da Monarchia Portugueza, decretada e mandada dar pelo Rei de Portugal e Algarves D. Pedro IV, Imperador do Brazil, aos 29 de Abril de 1826*. E' seguida do *Acto addicional á Carta Constitucional*, etc., de 5 de julho de 1852. Em 1867, a Imprensa Nacional publicou uma esplendida edição, em folio grande, de apurado luxo, e papel superior, cuja tiragem foi apenas de 25 exemplares, segundo se lê na *Breve noticia* d'aquelle estabelecimento, a pag. 61.

Carta de Lei. Lei promulgada com a approvação das camaras legislativas e sancção regia, referendada pelos respectivos ministros de Estado.

Carta Regia. Participação official, que se faz a alguem, de lhe ter sido concedida mercê lucrativa ou honorifica. E' assignada pelo rei com rubrica, e tem a referenda do ministro e o sêllo.

Cartão. Logar na freg. do Salvador, de Aveleda, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Cartarca. Pov. na freg. de S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Cartarida. Pov. na freg. de Santa Maria, de Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Cartas. Pov. na freg. do Salvador, de Barbeita, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Corvite, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Pov. na freg. de Santa Christina, de Mentrestido, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Penacova, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Cypriano, de Refontoura, do mesmo conc. e distr. || Pov. na freg. de Santo André, de Victorino dos Piães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Verissimo, de Lagares, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Martinho, de Crasto, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. de S. Thiago, de Ronfe, conc. de Guimarães, districto de Braga.

Cartaxa. Pov. na freg. de Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. Pedro, de Rego da Murta, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Casal na freg. de S. Pedro, de Beberriqueira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Casal na freg. de N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa.

Cartaxaria *(Casal da)*. Na freg. de S. Miguel, de Milharado, conc. de Mafra, districto de Lisboa.

Cartaxeira. Quinta na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Carcavellos, conc. de Oeiras, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de N. S.ª da Annunciação e conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa.

Cartaxo *(Luiz Teixeira de Sampaio, 1.º visconde do)*. Fidalgo da Casa Real, alvará de 12 de fevereiro de 1862, e moço fidalgo com exercicio na mesma Real Casa, alvará de 14 do referido mez e anno; major das extinctas milicias do termo de Lisboa; abastado proprietario, capitalista, antigo contratador do contrato geral do tabaco, e antigo negociante de grosso trato da praça commercial de Lisboa. N. em Angra do Herois-

mo a 20 de janeiro de 1788, fal. em Lisboa a 8 de abril de 1865. Era filho de Francisco José Teixeira de Sampaio, fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo na ordem de Christo em 1798, proprietario e negociante de grosso trato em Angra do Heroismo, onde falleceu em 1810, e de sua segunda mulher, D. Eulalia Floriana Gualberta Cabral de Mello Carvão, filha de Matheus José Carvão. O visconde do Cartaxo teve por irmãos, além de outros, Henrique Teixeira de Sampaio, que foi o 1.º conde da Povoa (V. *este titulo*) e 1.º barão de Teixeira; D. Francisca Teixeira de Sampaio, primeira viscondessa de Bastos, pelo seu casamento com o 1.º visconde d'este titulo, o general Francisco de Paula Bastos (V. *Bastos*), e Alexandre Teixeira de Sampaio, que teve o titulo de barão de Sampaio. O visconde do Cartaxo casou a 4 de fevereiro de 1813 com D. Emilia Ferreira de Campos, filha de João Ferreira de Campos, negociante de grosso trato da praça commercial de Lisboa e proprietario, e de sua mulher, madame Victorine Le-Couvreur, natural de França, filha de Diogo Luiz Le-Couvreur. D'este consorcio houve 11 filhos: Luiz Teixeira de Sampaio, fidalgo da Casa Real, do conselho d'el-rei D. Luiz, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, deputado em 1853 e em 1861, governador civil de Angra do Heroismo e de varios districtos administrativos do reino. Tendo desistido do titulo de seu pae concedido em duas vidas, foi essa vida verificada em concessão a sua filha, D. Christina Helena Pitta de Sampaio, actual viscondessa do Cartaxo, por decreto de 2 de maio de 1865. Os 2.º, 3.º, 4.º e 5.º filhos, já hoje fallecidos, fôram Antonio, Francisco, Henrique e Alexandre, todos fidalgos da Casa Real. O 6.º foi D. Emilia Teixeira de Sampaio, tambem já fallecida, casada com Alfredo do Couto Garrido, cavalleiro da ordem da Torre e Espada, alferes do extincto real corpo dos privilegiados de Malta da Côrte e Termo em 1833-1834, 1.º verificador da alfandega de Lisboa; fôram os paes do bem conhecido escriptor Eduardo Garrido, e do empregado superior do ministerio dos estrangeiros, Augusto Sampaio Garrido. O 7.º filho é o sr. Eduardo Teixeira de Sampaio, fidalgo da Casa Real, bacharel formado em Direito, grã-cruz da ordem de Izabel a Catholica, de Hespanha; commendador e cavalleiro de varias ordens estrangeiras, 1.º secretario de legação, junto á côrte de Londres, depois director geral da direcção politica do ministerio dos estrangeiros, logar em que foi aposentado; casou em 28 de outubro de 1874 com sua sobrinha, a sr. viscondessa do Cartaxo. O 8.º foi D. Christina Teixeira de Sampaio, viscondessa da Charruada, pelo seu casamento com o 1.º visconde d'este titulo, Francisco Jayme Quintella, filho do conde de Farrobo. O 9.º, Augusto Teixeira de Sampaio, o 10.º, Frederico Teixeira de Sampaio, ambos fidalgos da Casa Real; o 11.º e ultimo, D. Luiza Teixeira de Sampaio, casada com seu primo em segundo grau, Osborne Jacques de Sampaio, doutor em Direito pela Universidade de Paris, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição e das ordens estrangeiras, da Rosa do Brazil e de Izabel a Catholica, de Hespanha; antigo secretario e administrador da Companhia Real dos Caminhos de ferro de Norte e Leste. O titulo de visconde do Cartaxo foi concedido por decreto de 12 de junho de 1860, sendo a concessão de mais uma vida no mesmo titulo, por decreto de 21 de fevereiro de 1862. O brazão d'armas é o seguinte: um escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Teixeiras, em campo azul uma cruz de ouro potentea, vazia do campo; no segundo as armas dos Sampaios, esquartela-las, no primeiro quartel, em campo de ouro uma aguia de purpura estendida, armada de preto, o segundo enxaquetado de ouro e azul, de quatro peças em faxa, e outras quatro em pala com uma bordadura vermelha, carregada de oito S S de prata, e assim os contrarios; no terceiro quartel, as armas dos Amaraes, em campo de ouro seis luas minguantes de azul em duas palas; e no quarto, as armas dos Guedes, em campo azul cinco flôres de liz d'ouro, em aspa; e por differença uma brica de prata com um F de negro; timbre, o dos Teixeiras, meio unicorneo de sua côr, armado d'ouro nascente. Este brazão foi concedido, por alvará de 2 de setembro de 1789 a Francisco José Teixeira de Sampaio, pae do fallecido visconde do Cartaxo, e avô da actual senhora viscondessa

Cartaxo. Villa da provincia da Extremadura, séde de conc., com. e distr. de Santarem, patriarc de Lisboa. Tem uma só freg., a de S. João Baptista. Está situada a 6 k. da margem direita do rio Tejo, na estrada de Santarem para Lisboa. E' uma bonita villa, construida á moderna; ha importantes quintas nos arrabaldes, muito aprazíveis e produzindo bons vinhos, que se exportam para Lisboa e para o estrangeiro. El-rei D. Diniz deu-lhe foral em Leiria, a 21 de março de 1312, e confirmado por D. João II em Santarem a 27 de junho de 1487, sendo segunda vez confirmado, tambem em Santarem, por D. Manuel em 4 de novembro de 1496. Esta confirmação, dada por D. Manuel, não é classificada como foral novo, mas é a que o substitue, porque os chamados *foraes novos* só se principiaram a dar em 1500. Teve um convento de religiosos franciscanos observantes, da provincia de Portugal. No bosque junto do convento, houve em 18 de novembro de 1810 um pequeno combate entre as tropas portuguezas e as do general Massena. As commendadeiras de Santos, de Lisboa, apresentavam o vigario, que tinha 100$000 réis de rendimento. Cartaxo dista 15 k. da capital do distr. e pertence á 1.ª div mil., 2.ª brigada, grande circumscripção mil. sul, e ao distr. de recrut. e res. n.º 16 com a séde em Lisboa. Tem escolas primarias officiaes e particulares para ambos os sexos, e de instrucção secundaria; est. post. e teleg. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e teleg., letras, cobrança de recibos e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N.; advogados, notarios, medicos, pharmacias, hoteis, agencias bancarias, e dos seguros *Fidelidade, La Unión y El Fenix Español, Previdencia, Portugal* e *Tagus;* associações de soccorros mutuos: *Montepio do Cartaxo* e *Montepio de N. S.ª da Conceição*; hospital, sociedades de recreio: *Club União Cartaxense, Gremio Artistico Cartaxense* e *Philarmonica Cartaxense;* feira annual de todos os generos, de 1 a 4 de novembro, mercado no primeiro domingo de cada mez, etc. A egreja matriz é de mediana grandeza, reconstrucção do seculo XVII, mas não sobresae por bellezas de architectura. Ao lado da porta principal existe um cruzeiro, que é um lindo monumento do principio do seculo XVI, ornamentado

na parte superior com varias imagens de vulto, e com diversidade de lavores. Este cruzeiro e a ermida de S. Sebastião, edificada na mesma epoca, são os dois unicos padrões da antiguidade da terra. O hospital tem o titulo de *Santa Cruz*, e foi fundado por alguns bemfeitores. Onde era o convento, está hoje o edificio dos paços do concelho, onde tambem estão estabelecidas as repartições de justiça, da administração do concelho, de fazenda e recebedoria. No mesmo edificio estão as escolas regias e a conservatoria. N'esta villa encontram-se algumas casas particulares de nobre apparencia. Uma d'estas casas tornou-se historica, porque, sendo propriedade e residencia do commendador Damaso Xavier dos Santos, um dos maiores lavradores não só da villa mas de todo o Ribatejo, ali fôram hospedados o infante D. Miguel, aiuda em vida de seu pae; D. Pedro, duque de Bragança, regente do reino; elrei D. Fernando, o duque de Saldanha, o visconde d'Almeida Garrett, José Estevão e outros homes notaveis do nosso paiz. Saldanha teve n'esta casa o seu quartel general desde outubro de 1833 até fins de abril de 1834, e D. Pedro ali se hospedava todas as vezes que passava revista ao exercito estacionado nas visinhanças do Cartaxo. O conc. comprehende 5 freguezias, com 2:757 fog. e 11:600 hab., sendo 7:324 do sexo masc. e 7:276 do fem, n'uma superficie de 15:075 hect. As freguezias são: S. João Baptista, do Cartaxo, 7:265 hab.: 3:626 do sexo masc. e 3:639 do fem.; Espirito Santo, de Ereira, 1:856 hab.: 941 do sexo masc. e 915 do fem; N. S.ª da Purificação, de Pontével, 2:682 hab.: 1:323 do sexo masc. e 1:359 do fem.; N. S.ª da Expectação, de Vallada, 1:918 hab.: 1:023 do sexo masc. e 895 do fem.; S. Bartholomeu, de Valle de Pinta, 879 hab.: 411 do sexo masc. e 468 do fem. Cartaxo tem por brazão um escudo das armas reaes e corôa em campo branco. O conc. é fertil em vinhos, legumes e fructas; abundante de gados, caça, e peixe, que lhe é fornecido pelo rio Tejo. No Cartaxo teem-se publicado os jornaes seguintes: *Chronista* (O), 23 de maio de 1886 a 23 de dezembro de 1888; *Jornal do Cartaxo*, 8 de maio de 1887 a 1889; *Povo do Cartaxo* (O) — 16 de agosto de 1883 a 23 de agosto de 1885; *Provinciano* (O), 21 de janeiro de 1889 a 9 de junho de 1895; *Ribatejo*, 16 de junho de 1895 a 27 de dezembro de 1896; *Rouxinol* (O), 1887. || Logar na freg. de Santa Maria, de Oliveira, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Casal na freg. de N. S.ª da Salvação e conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Mamede, de Ventosa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Fazenda na freg. de S. Vicente e conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Cartaxos. Pov. na freg. de S. Thiago, de Almelaguez, conc. e distr. de Coimbra. || Casal na freg. de S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Cartaz. Folha ou folhas de papel com dizeres impressos, que se affixa nos logares publicos para qualquer annuncio, especialmente de espectaculos, taes como de theatros, touradas, etc. A's vezes constituem verdadeiras obras d'arte pelo brilhantismo do colorido e elegancia do desenho. A legislação não tem deixado de visar os cartazes. Por portaria de 4 de novembro de 1874 foi prohibido affixal-os nas esquinas dos predios particulares, sem permissão dos proprietarios, e em 1900 e 1901 houve sellos especiaes para o pagamento do imposto respectivo. As taxas eram de 50, 100 e 200 réis, applicadas na conformidade da lei.

Cartem. Logar na freg. de S. Pedro, de Figueiredo, conc. de Amares, distr. de Braga.

Cartemil. Pov. na freg. de S. Pedro, de Roriz, conc. de Sauto Thirso, distr. do Porto. || Logar na freg. de S. Thiago, de Gemieira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Cartim. Pov. na freg. de S Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Cartões. Pov. na freg. de Santa Maria, de Azias, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Cartographia. Arte de levantar ou traçar as cartas ou mappas geographicos e topographicos. Deve-se a invenção d'este termo ao visconde de Santarem, em 1839, ácerca dos seus trabalhos de critica cosmographica, bibliographica e diplomatica, relativamente aos estudos e reproducções de varios mappas, portulanos, atlas, etc., com que tão eruditamente enriqueceu a nossa historia das navegações. A' importante *Exposição de Cartographia Nacional*, realisada em 1904 na Sociedade de Geographia de Lisboa, devem-se dois trabalhos dignos de menção sobre o assumpto: o *Catalogo annotado* da referida exposição e a publicação, no *Boletim* da mesma sociedade, de algumas cartas ineditas do visconde de Santarem, que são valiosos elementos para a historia da geograghia. O mais antigo documento que conhecemos sobre o assumpto das cartas geographicas, constituindo até um verdadeiro tratado critico de cartographia, são os apontamentos que o duque de Bragança mandou a el-rei D. João III, notando as falsidades que ha do plano para o espherico. Encontram-se publicados a pag. 492 do vol. *Alguns documentos do archivo nacional da Torre do Tombo*, Lisboa, 1892.

Cartoura. Pov. na freg. de S. Thiago, de Cendufe, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Cartucheira. Na arte militar chama-se assim á caixa ou bolsa de couro destinada ás munições dos soldados. Patrona, canana.

Cartuxa. Assim se chama aos conventos da ordem de S. Bruno, conhecidos com o nome de *cartuxos*. Esta designação vem do deserto montanhoso da Cartuxa, perto de Grenoble, em que está situado o convento chamado *A grande Cartuxa*, onde residia o geral da ordem O mosteiro fica a 20 k. ao norte da cidade, no meio de montanhas aridas e de difficil accesso. A ordem foi fundada por S. Bruno em 1084, que se recolheu ao deserto com seis companheiros. Ao principio, apenas existiam umas cabanas, mas em 1132 uma avalanche destruiu tudo, e o prior de Guigues em 1344 construiu o convento no local onde hoje está. Do seculo XIV ao seculo XVII foi incendiado oito vezes, sendo o ultimo em 1676, em que o geral da ordem o reconstruiu da fórma como ainda existe. N'este convento é que se preparava o celebre licor estomacal, que tem o nome de *Chartreuse*. Com a questão religiosa em França, passaram os cartuxos para Tarragona, em Hespanha, onde fabricam o celebre licor. A regra da ordem dos cartuxos é das mais severas; os religiosos

tecm de guardar clausura perpetua, silencio absoluto, jejuar frequentemente; não comem carne nem mesmo nas mais graves doenças, em que tomam sómente caldos de kagado, havendo sempre para este fim na cerca dos conventos um grande viveiro d'elles, n'um tanque muito vasto. Cada um come na sua cella, onde não entram creados ou outra qualquer pessoa, além do medico em caso urgente. Recebem a comida ou o mais que necessitam por uma roda, sem vêrem a pessoa que lh'a fornece. Fóra das cerimonias do culto e dos actos da communidade, não é permittido aos frades vêrem-se nem conversarem. Vestem um habito de panno branco, apertado com cinto de couro, e um capuz do mesmo panno; trazem sempre o cilicio, e os rins apertados por uma corda chamada *lombar*. Consagram-se á vida contemplativa, mas fazem além d'isso trabalhos manuaes. Não recebem visitas senão do procurador geral ou do prior, e só para negocios da ordem. Os cartuxos fôram introduzidos em Portugal pelo arcebispo de Evora D. Theotonio de Bragança, em 1587, fundando para esse fim o convento de *Scala Dei*, junto d'aquella cidade. Em Portugal só houve dois conventos d'esta ordem, o da Cartuxa de Evora e o de Laveiras. V. *estes nomes*.

Cartuxa. Herdade na freg. de Santo Antonio, de Vendas Novas, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Vicente, de Vallongo, conc. e distr. de Evora. || Quinta na freg. da Sé, do mesmo conc. e districto.

Cartuxo. Religioso da ordem instituida por S. Bruno. V. *Cartuxa*.

Carude. Pov. na freg. de Santa Maria, dos Anjos, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Mamede, de Escariz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Carujo. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Carujos *(Casal dos)*. Na freg. de S. Barnabé, de Ervedal, conc. de Aviz, distr. de Portalegre.

Carulo. Pov. do conc. de Malange, distr. de Loanda, bisp. de Angola, a 13 k. ao E de Cassange.

Carumjamba. Pov. do distr. e com de Mossamedes, prov. e bisp. de Angola, na margem direita do rio do mesmo nome, a 3 k. da foz, e ao S do cabo de Santa Martha. || Rio do distr. de Mossamedes, prov. de Angola. Nasce ao N da serra da Munda, a alguns kilometros de Quilengues; percorre os territorios de Tampa e Mucoissos, e depois de ter atravessado cerca de 225 k. de sertão, lança-se no Oceano Atlantico pela bahia das Matilhas, entre as povoações de Carumjamba ao N e Enamagando ao S. Nas suas margens ha plantações de algodão e feitorias de canna saccharina. || Ponta ou cabo do extremo S da bahia das Matilhas, na costa do distr. de Mossamedes.

Caruncho. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Redinha, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Monte na freg. de N. S.ª da Conceição, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Carunchola. Logar na freg. do Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Caruncholas Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alvalade, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Carungo. Prazo do fisco, distr. de Quelimane, prov. de Moçambique. Produz nachenim, feijão e michoeira.

Carur. Aldeia da regedoria do torofo de Maina, conc. de Quepém, distr. de Gôa, na India.

Caruzissira. Pequeno rio do sertão da Africa Oriental, a N O do distr. de Tete, na prov. de Moçambique. Foi reconhecido em 1798 pelo dr. Francisco de Lacerda e Almeida, governador d'aquelle districto, por occasião de emprehender a viagem de E a O do continente africano.

Caruzupire. Confluente da margem esquerda do Zambeze, no distr. de Tete, prov. de Moçambique. Nasce ao N do territorio dos maraves, nas terras de Chissaca, e torna-se tributario do Zambeze por intermedio do rio Aruangoa-Pire.

Carva. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Murça, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 398 hab. e 93 fog. Tem correio. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada perto d'uma ribeira affluente ao rio Tinhella. Até 1855 foi do concelho de Alfarella de Jalles, passando para o de Murça, por ser extincto aquelle conc. O reitor de S. Miguel de Tres Minas apresentava o vigario, que tinha de renda 45$000 réis. Tem muito bom mel e cêra, algum vinho e castanha. Cria bastante gado, e nos seus montes apparece muita caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Casal na freguezia de S. Braz, de Valle de Porco, conc. de Mogadouro, distr. de Bragança. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Travanca de Lagos, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Carvacho *(Quinta do)*. Na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Carvalha. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Bravães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Fanzeres, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Vicente, de Germil, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || Santa Marinha, de Mogege, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Thomé, de Penalva d'Alva, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Rego da Murta, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || S. Martinho, de Sequeiró, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Pedro, de Souto, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago dos Velhos, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || Santa Leocadia, de Travanca, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Bartholomeu, de Troviscal, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de Villa Cova á Coelheira, conc. de V. N. de Paiva, distr. de Vizeu.

Carvalha. Logares nas freguezias: Sauto Estevão, de Cantellães, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. Mamede, de Cepães, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Thiago, de Custoias, conc. de Bouças, distr. do Porto. || S. Martinho, de Espiunca, conc. de Arouca, districto de Aveiro. || S. Martinho da Cortiça, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || O Salvador, de Navió, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Piedade, de Odeceixe, conc. de Aljezur, distr. de Faro. || S. Miguel, de Oliveira do

Douro, conc. de Sinfães, districto de Vizeu. || S. Luiz, de Pias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Soppo, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Victorino dos Piães, conc. de Ponte do Lima, do mesmo districto.

Carvalha. Casal na freg. de S. Silvestre, de A dos Francos, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Casal na freg. de S. Miguel, de Palhacana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Horta na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Elvas, de Portalegre. || Quinta na freg. de Santo Antão, de Benespera, conc. e distr. da Guarda. || Quinta na freg. de N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Ceia, distr. da Guarda. || Quinta na freg. de N. S.ª da Conceição, de Covas, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de N. S.ª do Rosario, de Parceiros, conc. e distr. de Leiria. || Quinta na freg. de N. S.ª da Purificação, de Roliça, conc. d'Obidos, distr. de Leiria. || Quinta na freg. de Santa Maria, de Sendim, conc. de Taboaço, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de S. Miguel, de Villa Boa, conc. de Sattam, districto de Vizeu. || Sitio na freg. de S. Martinho, de Salreu, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro.

Carvalha Chã. Logar na freg. de S. Martinho, de Espiunca, conc. de Arouca, districto de Aveiro.

Carvalha Formosa. Logar na freg. de N S.ª da Graça, de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Carvalha Furada. Pov. na freg. de S. Paio e conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Carvalha da Moça *(Quinta da)*. Na freg. de S. Sebastião, de Fornellos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

Carvalha Pintadinha. Sitio no limite da Povoa, freg. e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Carvalha Velha. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Moldes, conc. de Arouca, districto de Aveiro.

Carvalhada. Pov. na freg. do Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de Santa Maria, de Ferreiros de Avões, do mesmo concelho e districto.

Carvalhaes *(Alfredo Pinto d'Almeida)*. Poeta. N. em Barcellos em 1851, fal. no Porto em 1890. Foi um bohemio incorrigivel e um dos poetas mais intensos da geração a que perteneeu. Dizem, terem sido uns amores mal correspondidos que deram causa a que se abandonasse á vida irregular, que por muitos annos arrastou, e que tão precocemente o envelheceu. Carvalhaes era um original; raras vezes apparecia de dia; ao anoitecer é que saía de casa, percorrendo então toda a cidade, depois de copiosas libações em differentes tabernas do seu conhecimento, recolhendo sómente ao amanhecer. Escreveu um poema intitulado *Beatrice*, que a *Revista illustrada* publicou, e foi, depois reproduzido em quasi todos os jornaes litterarios do paiz. Em 1880 escreveu o poemeto *Camões*, uma satyra em verso, *Musicographia*, e em prosa um opusculo, primeiro e unico d'uma serie com o titulo de *Galeria de homens honestos*. Esta publicação appareceu sob o pseudonymo de Carlos de Negreiros, que se encontra tambem firmando muitas das suas primeiras poesias. Em muitos jornaes litterarios se vêem sonetos, que, na maior parte, são profundamente philosophicas. No *Cancioneiro alegre*, transcreveu Camillo Castello Branco um dos melhores sonetos, acompanhando-o de palavras honrosissimas para o poeta. Parece, que se pensou ha annos em colligir n'um volume todas as poesias disseminadas nos jornaes, mas não se chegou a realisar a publicação.

Carvalhaes *(D. José Maria d'Almada Castro Noronha da Silveira Lobo, 1.º conde de)*. Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, alvará de 18 de março de 1787; veador da princeza D. Maria Benedicta, irmã de D. Maria I, 13.º senhor das terras de Carvalhaes e das villas de Ilhavo, Ferreiros e Avellãs de Cima, sem os padroados que outr'ora andavam unidos a estes senhorios, como se vê das doações feitas por alvarás de 7 de junho de 1784 e 18 de agosto de 1785, das quaes houveram mercês continuadas de seus maiores, vindo o senhorio das terras de Carvalhaes e Ilhavo desde el-rei D. João III, por mercê feita a Antonio Borges de Miranda e a sua mulher D. Antonia Pereira, para se verificar em seu filho primogenito Ruy Borges Pereira, por carta de 6 de fevereiro de 1525; ultimo commendador de S. Miguel de Rio de Moinhos da ordem de Christo, 9.º provedor da Casa da India, officio e mercês de que fôra proprietaria sua mãe, a qual tambem n'elles succedera a seus maiores, par do reino, por carta regia de 30 d'abril de 1826, de que prestou juramento e tomou posse na sessão de 31 de outubro do mesmo anno. N. a 5 de fevereiro de 1779, e fal. a 20 de julho de 1854. Era filho de José Joaquim Lobo da Silveira, moço fidalgo com exercicio, accrescentado a fidalgo escudeiro da Casa Real, veador da rainha D. Maria I e do seu conselho, senhor das terras de Carvalhaes, etc., desembargador da Relação e Casa do Porto, deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, e da Junta da Bulla da Cruzada, bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, casado com sua sobrinha D. Joaquina Maria d'Almeida Castro e Noronha, filha de D. Bernardo d'Almeida e Noronha, que foi veador das rainhas D. Maria Anna d'Austria e D. Maria Anna Victoria, capitão da guarda real no reinado de D. José I, etc. O conde de Carvalhaes casou a 18 de janeiro de 1797 com D. Margarida Domingas José de Mello, 1.ª filha dos marquezes de Sabugosa. Seu filho primogenito D. José Joaquim d'Almada Castro Noronha da Silveira Lobo, succedeu na casa de seu pae, e foi commendador da ordem de Christo. Falleceu sem geração, instituindo herdeiros seus sobrinhos D. Antonio da Cunha Silveira e Lorena, e D. Miguel da Cunha, filhos de sua irmã D. Joaquina Maria d'Almada. casada com o conde de S. Vicente, Manuel José Carlos da Cunha Silveira e Lorena. O titulo de conde de Carvalhaes foi concedido por decreto de 3 de janeiro de 1824.

Carvalhaes. Pov. e freg. do Espirito Santo, na prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança; 579 hab e 135 fog. Tem correio. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada n'uma campina, d'onde se vê Mirandella. Fôram seus donatarios até 1759, os marquezes de Tavora, passando depois para a Corôa. A terra é fertil. Produz muita fructa e

hortaliças. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu; 1:849 hab; e 416 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie, junto da serra da Arada, d'onde se descobrem muitas povoações. A Misericordia de Vizeu e os herdeiros de D. Izabel Maria da Camara apresentavam o abbade, que tinha de renda 500$000 réis. El-rei D. Manuel deu-lhe foral em Lisboa a 10 de março de 1514. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Carvalhaes. Povoações nas freguezias: Santa Cruz, de Alvarenga, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Athei, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || S. Vicente, de Branca, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Conceição, de Carvalho, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Santo Antonio, de Fragoas, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || S. Julião, de Lage, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || N. S.ª da Purificação, de Louredo, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Thiago da Moita, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Morgade, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || Santa Marinha, de Nespereira concelho de Sinfães, districto de Vizeu. || Santa Marinha, de Oleiros, concelho de Villa Verde, districto de Braga. || Santa Eulalia, de Panque, conc. de Barcellos, districto de Braga. || Santa Eufemia e conc. de Penella, distr. de Coimbra || S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Segadães, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Mamede, de Sezures, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria, de Terroso, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || S. Thiago e conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Turiz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S Thiago e conc. de Vagos, de Aveiro.

Carvalhaes. Logares nas freguezias: S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || S. Thiago, de Cernadello, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Martinho, de Couto de Cima, conc. e distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Fareja, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Oliveira, conc. do V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria Magdalena e conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Carvalhaes. Casaes na freg. de S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Casal na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria. || Casal na freg. de S. João Baptista, de S. João da Ribeira, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Thomé, de Lamas, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa, || Herdade na freg. da N. S.ª da Annunciação e conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de N S.ª das Ciladas, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora || Herdade na freg. de S. Mathias, conc. e distr. de Evora. || Quinta na freg. de S. Pedro. de Espinho, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || Quinta na freg de S. Thiago e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || Quinta na freg. de S Miguel de Antas, conc. de Penedono, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de Santo Antonio, de Casal Vasco, conc de Fornos d'Algodres, distr. da Guarda. || Quinta na freg. de S. Domingos, de Escurquella, conc. de Sernancelhe, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Mões, conc de Castro Daire, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de N. S.ª do Ameal, de Villa da Ponte, conc. de Sernancelhe, distr. de Vizeu.

Carvalhaes de Baixo e **de Cima.** Duas povoações na freg. de N. S.ª da Conceição, de Assafarge, conc e distr. de Coimbra.

Carvalhaes Grandes e **Pequenos.** Dois logares na freg. de Santa Cruz, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Carvalhaes Pequenos. Logar na freg. de N. S.ª da Conceição, de Olalhas, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Carvalhal. Familia que descende de Gonçalo Gil de Carvalhal, avô materno do condestavel D. Nuno Alvares Pereira, que tinha o seu solar, segundo uns, na aldeia de Carvalhal, termo d'Obidos, e segundo outros, no termo da Certã. Tem por armas, o escudo partido em pala: na primeira, em campo de prata um carvalho verde; na segunda, em campo vermelho um castello de prata assentado em mar azul e prata; timbre, um castello com um ramo de carvalho na torre do meio. Ha outra familia d'este appellido, que procede de Diogo Fernandes Carvalhal Bemfeito, a quem D. João III deu por armas, em campo vermelho um cobelo de prata, com frestas, e juntas de preto; timbre um moiro nascente, armado, e toucado do segundo, atravessado com uma lança, e uma lua de prata atada no braço esquerdo com um cordel vermelho. E' seu solar a quinta do Carvalhal nos coutos de Alcobaça.

Carvalhal *(Antonio Leandro da Camara do Carvalhal Esmeraldo Athouguia Sá Machado, 2.º conde do).* Fidalgo da Casa Real por successão a seus maiores; 13.º administrador do morgado do Santo Espirito na Lombada dos Esmeraldos; administrador dos de Ponta Delgada, instituido por Manuel Affonso Sanha e sua mulher D. Mecia do Carvalhal; da Agua de Mel, e do Paul do Mar, todos na ilha da Madeira; grã-cruz da ordem de Izabel a Catholica, e commendador de numero extraordinario da de Carlos III, ambas de Hespanha. N. a 6 de outubro de 1831, fal. a 4 de fevereiro de 1888. O morgado do Santo Espirito foi instituido por João Esmeraldo, oriundo da Picardia, fidalgo de linhagem, segundo provou por certidões e cartas de sua nobreza, em vista de que el-rei D. Manuel lhe concedeu o mesmo privilegio que lá tinha, tomando-o por fidalgo de sua casa, e assim para todos os seus descendentes, em carta de 13 de agosto de 1511. João Esmeraldo, d'onde descendem as familias d'este appellido, fôra para a ilha da Madeira, onde comprara a Ruy Gonçalves da Camara, filho de João Gonçalves Zarco, 1.º capitão d'aquella ilha, a quinta da Lombada, no termo da villa da Ponta do Sol, a 28 de janeiro de 1498. Dividiu depois esta quinta em dois vinculos a 12 de junho de 1522, cuja instituição foi confirmada por D. João III a 15 de novembro do referido anno, denominando-os: *Santo Espirito* e *Valle da Bica*. Edificou a egreja de Lombada, onde jaz sepultado. O 2.º vinculo está desde 1699 incorporado na casa dos Ornellas. O conde de Carvalhal era filho de João Francisco da Camara do Carvalhal

Esmeraldo de Athouguia Bettencourt Sá Machado, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, commendador da ordem de S. Thiago, official do exercito, 12.º administrador do morgado do Santo Espirito na Lombada dos Esmeraldos, no qual succedeu a 11 de novembro de 1837 a seu tio materno, o 1.º conde de Carvalhal, que falleceu no estado de solteiro. Casou a 24 de junho de 1822 com D. Thereza Xavier Botelho, filha de Sebastião Xavier Botelho, par do reino, bacharel formado em Leis, etc. (V. *Xavier Botelho*). O conde do Carvalhal como successor de seu avô materno, tinha direito ao pariato, mas parece que não chegou a ser nomeado. Succedeu no titulo e nos vinculos acima citados a seu tio materno em segundo grau, o 1.º conde do Carvalhal. Casou a 6 de abril de 1854 com D. Mathilde Montufar Infante, dama da ordem de S. Carlos, do Mexico, filha dos marquezes da Selva Alegre, em Hespanha. D'este matrimonio houve duas filhas: D. Maria das Dores da Camara, que foi condessa de Rezende pelo seu casamento com o 6.º conde d'este titulo, D. Manuel Benedicto de Castro Pamplona; e D. Thereza da Camara, que casou com o visconde do Ribeiro Real, João Bettencourt Araujo de Carvalhal Esmeraldo. O brazão d'armas é o seguinte: um escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Esmeraldos, em campo de prata uma banda negra; no segundo, as de Levargua, em campo azul uma faxa de ouro, com ameias; no terceiro, as armas da casa de Narduchol, em campo azul uma banda de prata tambem com ameias; e no quarto, as armas de Firnes, em campo de prata um leão negro, e semeado o escudo de bilhetes da mesma côr negra em roda do leão, e atravessado com uma cotica vermelha por cima do leão em contra-banda. Timbre, o leão das armas.

Carvalhal (*Fr. Baptista do*). Religioso da ordem da Trindade. N. em Santarem, fal. no Seixal a 13 de junho de 1628. Era filho de Antonio do Carvalhal e de Victoria d'Aguiar Professou no convento da sua ordem, de Lisboa, a 29 de junho de 1596. Aprendidas as sciencias de Philosophia e de Theologia, recebeu o grau de bacharel n'esta ultima faculdade na Universidade de Coimbra. Foi reitor do collegio d'esta cidade por duas vezes, e visitador geral em 1626. Deixou manuscripta uma obra, contendo as biographias dos mais illustres religiosos trinitarios, a qual foi continuada por fr. Bernardino de Santo Antonio, frade da sua ordem. Esta obra intitulava-se: *Compendio de mortes*, etc.

Carvalhal (*João José Xavier do Carvalhal Esmeraldo Vasconcellos de Athouguia Bettencourt Sá Machado, 1.º conde do*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão a seus maiores, alvará de 14 de maio de 1781; 11.º administrador do morgado do Santo Espirito na Lombada dos Esmeraldos, e d'outros varios morgados; cavalleiro professo na ordem de Christo; coronel do regimento de milicias da Calheta. N. a 7 de março de 1778, fal. a 11 de novembro de 1837, sem deixar successão. Era filho de João do Carvalhal Esmeraldo de Athouguia e Camara, fidalgo da Casa Real por successão a seus maiores, 10.º administrador dos referidos morgados, e de sua mulher, D. Izabel Maria de Sá Achiolli, filha de Francisco Aurelio da Camara Leme, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, familiar do Santo Officio, e de sua mulher, D. Antonia Maria de Sá. O titulo de conde de Carvalhal foi concedido por D. Maria II, sendo o decreto e carta de 13 de outubro de 1835.

Carvalhal (*Julio do*). Moço fidalgo, cavalleiro da Casa Real, por herança de seus maiores. O seu nome completo era Julio do Carvalhal Sousa Silveira Telles Pereira e Menezes. Nasceu em Veiga de Lilla a 10 de março de 1810 e morreu a 9 de junho de 1872 em Nantes, concelho de Chaves, na casa da sua familia. Era administrador do vinculo de N. S.ª dos Remedios em Veiga de Lilla, instituido por Gaspar Vaz Teixeira, capitão de cavallaria na guerra da Acclamação, e sua mulher D. Anna de Sousa Pereira. Era filha de Alexandre Manuel do Carvalhal Sousa Silveira Telles, moço fidalgo e cavalleiro da Casa Real e de sua mulher D. Rozalia Vicencia de Menezes. Casou em 1837 com sua prima D. Maria da Piedade Ferreira Sarmento Pimentel de Lacerda e Lemos, filha de Francisco Ferreira Sarmento Pimentel, fidalgo cavalleiro da Casa Real e de sua mulher D. Maria Antonia Lemos Lacerda Castello Branco e Pereira. Tinha 17 annos quando assentou praça em cadete no regimento de cavallaria n.º 7 em 15 de agosto de 1827. Frequentava a Universidade quando se alistou no batalhão academico, emigrando para a Galliza. Estava na Corunha, onde lhe appareceu seu avô, veneravel velho que o idolatrava, e que com promessas, supplicas e lagrimas lhe implorou que não seguisse para o exilio, que voltasse para a patria com elle, para o seio da sua familia. Julio do Carvalhal, com o coração dilacerado pelo soffrimento do avô, a quem de certo não tornaria a vêr, resistiu a tudo e lá seguiu para Inglaterra e depois para a ilha Terceira com os seus companheiros d'armas. Tomou parte em quasi todas as batalhas que se déram em prol da liberdade, desde a revolução de maio de 1828 até á convenção d'Evora-Monte. Era cavalleiro da Torre e Espada, tinha a medalha d'ouro de comportamento exemplar, medalhas de prata e de cobre. Foi-lhe offerecida a commenda de N. S.ª da Conceição, que elle rejeitou. Foi governador do Forte de S. Neutel em Chaves, e depois passou á inactividade, retirando-se á vida privada. Foi governador civil de Bragança em 1845. Em 1846 ainda a liberdade reclamou o seu braço. Tolerante com as crenças dos adversarios, mas immutavel nos seus principios politicos, Julio do Carvalhal luctou sempre em prol d'elles. Obreiro incançavel do progresso, trabalhou e pugnou energicamente pela viação publica na provincia de Traz-os-Montes, sendo o primeiro que se lembrou e falou na possibilidade d'um caminho de ferro do Porto á Regoa, iniciativa que encontrou serias opposições, que o não fizeram desanimar. Foi eleito deputado pelo circulo de Valpassos, em 1860, e foi sempre reeleito pelo mesmo circulo até 1872, em que morreu. A questão do caminho de ferro do Douro merecia-lhe constantes cuidados. Na camara dos deputados, na sessão de 20 de abril de 1864, pronunciou um notavel discurso em defeza d'esse grande melhoramento, que afinal se realizou, mas que tantas canceiras lhe mereceu, quer nas camaras, quer nas secretarias ministeriaes, quer na imprensa, e que infelizmente não viu concluido.

Carvalhal. Pov. e freg. de N. S.ª do Amparo, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 714 hab. e 142 fog. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada junto da margem esquerda do rio Zezere. A terra é fertil, e pertence á 5.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. || Pov. e freg. de N. S.ª dos Prazeres, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Mêda, distr. da Guarda, bisp. de Lamego; 353 hab. e 86 fog. Tem esc. para o sexo masc. e caixa post. A terra é pouco fertil, fica a 10 k. de distancia da séde do conc., e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. e freg. do Senhor Jesus, da prov. da Estremadura, conc. d'Obidos, com. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa; 3:007 hab. e 454 fog. Tem esc. para o sexo masc. e caixa post. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada perto d'uma ribeira, affluente da margem direita do rio Real. Até 1855 foi do conc. do Cadaval, passando então para o de Obidos. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa. || Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga: 642 hab. e 122 fog. Tem correio. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada proximo da estrada real de Barcellos á Povoa de Varzim e Villa do Conde. O D. Prior da collegiada de Barcellos apresentava o vigario, que tinha de rendimento 40$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Sebastião. Está annexa á de N. S.ª da Conceição, de Atalaia. V. *Atalaia e Carvalhal.*

Carvalhal. Povoações nas seguintes freguezias: N. S.ª dos Prazeres, de Abravezes, conc. e distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Agrella, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || N. S.ª da Graça, de Aguas Bellas, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S. João Baptista, de Airão, conc. de Guimarães distr. de Braga. || S. Pedro, de Alhadas, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Alva e conc. de Aljezur, distr. de Faro. || N. S.ª dos Prazeres, de Aljubarrota, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || S. Martinho, de Alvito, conc. de Barcellos, districto de Braga. || S. Martinho, de Anta, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Antime, conc. de Fafe, distr. de Braga. || O Salvador, de Aramenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre. || S. Martinho, de Argoncilhe, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Lourenço, de Arranhó, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || S. Miguel, de Avidagos, conc. de Mirandella, distr. de Bragança. || S. João Baptista, de Avões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Barca, conc. da Maia, distr. do Porto. || S. Pedro, de Barreiros, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Miguel, de Cabaços, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Cassarilhe, conc. de Celorico de Basto, districto de Braga. || S. Pedro, de Calvello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Campo, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Martinho, de Candoso, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção, de Cardigos, conc. de Mação, distr. de Santarem. || S. Martinho, de Carneiro, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Simão, de Carvalhal de Vermilhas, conc. de Vouzella, districto de Vizeu. || N. S.ª do Reclamador, de Casaes, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro. || O Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || N. S.ª da Annunciação, de Codeceiro, conc. e distr. da Guarda. || S. Sebastião, de Colmeal, conc. de Goes, distr. de Coimbra. || S. Pantaleão, de Cornes, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Thomé, de Correlhã, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Coucieiro, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Thiago, de Creixomil, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Comba, de Eiras, concelho de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Espite, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || S. Paio, de Farinha Pôdre, conc. de Penacova, districto de Coimbra. || N. S.ª da Expectação, de Fermedo, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santo André, de Fermentellos, conc. de Agueda, districto de Aveiro. || Santo André, de Ferreira d'Aves, conc. de Sattam, distr. de Vizeu. || S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, districto de Santarem. || Santa Marinha, de Forjães, conc. de Espozende, distr. de Braga. || Santa Comba, de Fornellos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Pedro de France, conc. e distr. de Vizeu. || O Salvador, de Freamunde, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Pedro, de Gouveias, conc. de Pinhel, distr. da Guarda. || Santa Maria, de Guardizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Estevão, de Guetim, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. João Evangelista, de Guilhufe, conc. de Penafiel, districto do Porto. || S. Julião, conc. e distr. de Portalegre. || S. Miguel, de Junqueira, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Lourenço do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Maceda, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S. Christovão, de Macinhata do Vouga, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Mamoiros, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || S. João Evangelista, de Miudello, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Santa Maria, de Miranda, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Moreira do Castello, concelho de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Pedro, de Mouraz, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. Tem correio com serviço de posta rural. || O Salvador e conc. de Odemira, distr. de Beja. || S. Pedro, de Ossella, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Padreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Gens, de Palla, conc. de Mortagua, distr. de Vizeu. || S. Martinho, da Parada Thodea, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Martinho, de Paranhos, conc. de Ceia, distr. da Guarda. Tem caixa post. || S. Pedro da Cova, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Lourenço, do Prado, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Prestimo, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || N. S.ª d'Assumpção e concelho de

Proença-a-Nova, districto de Castello Branco. || S. Estevão, de Pussos, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || N. S.ª da Ouvida, de Ranhados, conc. e distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Recezinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Thiago, de Ribeira de Fragoas, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Esperança, de Ribeira de Niza, conc. e distr. de Portalegre. || S. Christovão, de Rio Mau, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Santo Isidoro, de Romariz, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || N. S.ª do Valle, de Romãs, conc. de Sattam, distr. de Vizeu. || N. S.ª Purificação, de Samuel, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || S. João Baptista, de Semelhe, conc. e distr. de Braga. || N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || S. Pedro, de Serzedello, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Julião, de Silva, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Silva Escura, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Silvares, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Vicente, de Sousa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Silvestre, de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Espirito Santo, de Tapens, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || Santa Maria e conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Tresouras, conc. de Baião, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Tropeço, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Maria Magdalena, de Turcifal, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Vallongo, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Espectação, de Varzea, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Victorino das Donas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Bartholomeu, de Villa Chã, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Miguel, de Villa Cahiz, conc. de Amarante, dist. do Porto. || N. S.ª da Conceição, de Villa Nova da Muhia, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Carvalhal. Logares nas freguezias: S. Christovão, de Abbação, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || N. S.ª da Conceição, de Alvalade, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || S. Martinho, de Alvaredo, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || S. Gens, e conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || S. Lourenço, de Arneiro das Milhariças, conc. e distr. de Santarem. || S. João Baptista, de Aião, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Silvestre, de Bezelga, conn. de Thomar, distr. de Santarem. || S. Nicolau e conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Miguel, de Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Thiago, de Castellões, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || N. S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || Santos Cosme e Damião, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna de Castello. || Santa Marinha, de Costa, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. João, de Covas, conc. de Louzada, distr. do Porto. || O Salvador, de Donim, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo Adrião, de Duas Egrejas, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Martinho, de Dume, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago, de Espargo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Esporões, conc. e distr. de Braga. || S. João Baptista, de Estreito, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || Santa Maria, de Freiriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Nicolau e conc. da Feira, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Fonte Arcada, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Miguel, de Foz de Arouce, conc. da Louzã, distr. de Coimbra. || Santa Leocadia, de Geraz do Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Gonça, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Infias, do mesmo conc. e distr. || Santa Maria, de Jazente, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Simão, de Junqueira, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Santa Christina, de Longos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Marcos da Serra, conc. de Silves, distr. de Faro. || Santa Maria e conc. de Marvão, distr. de Portalegre. || Santa Christina, de Mentrestido, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Meiomães, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Verissimo, de Nevogilde, conc. de Louzada, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição e conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || Santa Maria, de Oliveira, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Santa Eulalia, de Ordem, conc. de Louzada, distr. do Porto || N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || N. S.ª do Pranto e conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra. || S. Verissimo, de Paranhos, bairro oriental do Porto. || S. João Baptista, de Pensello, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, do Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Eufemia, de Prazins, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Comba, de Regilde, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Ribeira, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || S. Cypriano, de Senharei, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Valle, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Bento, de Varea, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Bartholomeu, de Villa Cova, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Martinho, de Villa Mou, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Carvalhal. Bairro na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. || Herdade e horta na freg. de Santo Amador, conc. de Moura, distr. de Beja. || Herdade na freg. de N. S.ª da Conceição, de Azinheira dos Barros, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Serra no distr. de Coimbra. Corre proxima de villa de Goes, e tem 15 k. de comprimento e 917 m. de altura.

Carvalhal. Casaes nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Turquel, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || N. S.ª do Rosario, de Azambujeira, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || S. Pedro de Azueira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Cazével, conc. e distr. de Santarem. || Santa Maria Maior e conc de Goes, distr. de Coimbra. || N. S.ª das Neves, de Midões, conc. de Taboa, distr Coimbra. || S. Thiago dos Velhos, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || Espirito Santo, de Valle de Cavallos, conc. da

Chamusca, distr. de Santarem. || Santa Quiteria de Méca, concelho de Alemquer, districto de Lisboa.

Carvalhal. Montes nas freguezias: Sant'Anna, conc. de Portel, distr. de Evora. || S. Sebastião, de Giesteira, conc. e distr. de Evora. || S. Luiz, conc. de Odemira, distr. de Beja. || N. S.ª das Neves, conc. e distr. de Beja. || Santa Luzia, de Pias, conc. de Serpa, distr. de Beja. || S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Santa Catharina, de Valle de S. Thiago, do mesmo conc e districto.

Carvalhal. Quintas nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Aldeia Nova, conc. de Trancoso, distr. da Guarda. || N. S.ª do Rosario, de Azambujeira, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || S. Bartholomeu, de Badamallos, conc. de Sabugal, distr. da Guarda. || S. Miguel, de Avidagos, conc. de Mirandella, distr. de Bragança. || N. S.ª da Conceição, do Casal da Cinza, conc. e distr. da Guarda. || S. Pedro, de Castello de Penalva, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Annunciação, de Famalicão, conc. e distr. da Guarda. || S. Sebastião, de Horta, conc. de Torre de Moncorvo, distr. de Bragança. || S. Silvestre, de Inguias, conc. de Belmonte, distr. de Castello Branco. || Santa Quiteria, de Méca, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || S. Miguel, de Meruge, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || N. S.ª d'Assumpção, de Pegarinhos conc. de Alijó, distr. de Villa Real. || S. Silvestre, de Porcas, conc. e distr. da Guarda. || S. Martinho, de Reriz, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || N. S.ª das Neves, de Soutello, conc. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Vide Monte, conc. e distr. da Guarda. || S. Francisco de Assis, de Villarinho das Paranheiras. conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Carvalhal de Além ou de Lá, Carvalhal de Áquem ou de Cá. Duas povoações na freg. de S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Carvalhal d'Amieira, e da Amoreira. Dois logares na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Carvalhal dos Arezes (*Herdade do*). Na freg. de S. Thiago do Escoural, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Carvalhal da Aroeira. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. Tem caixa postal.

Carvalhal da Atalaia. Pov. na freg. de Santa Maria, de Atalaia, conc. de Pinhel, distr. da Guarda.

Carvalhal do Bairro. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Carvalhal de Baixo (*Monte do*). Na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Carvalhal de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Chelleiros, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Duas povoações na freg. de S. Thiago, de Fontão, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello || Duas povoações na freg. de N. S.ª da Natividade, de Rio de Couros, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Carvalhal de Baixo e Carvalhal da Estrada. Duas povoações na freg. de Santa Maria e conc. de Odemira, distr. de Beja.

Carvalhal Barbudo e Carvalhal de Cabaços. Dois logares na freg. de S. Thiago, de Urra, conc. e distr. de Portalegre.

Carvalhal Bemfeito. Pov. e freg. de N. S.ª das Mercês, da prov. da Estremadura, conc. e com. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa; 843 hab. e 153 fog. Tem caixa post. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, proximo d'uma ribeira, d'onde se vêem varias povoações. A terra é fertil e pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa.

Carvalhal da Boa Vista. Logar na freg. de Santa Maria e conc. de Odemira, distr. de Beja.

Carvalhal e Carreira. Duas povoações reunidas, na ilha da Madeira, freg. de N. S.ª da Piedade, de Canha, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Carvalhal Chão. Pov. na freg. de S. Simão, de Arões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Carvalhal de Cima. Pov. na freg. de S. Domingos, de Fortios, conc. e distr. de Portalegre.

Carvalhal Cimeiro e Carvalhal Fundeiro. Duas povoações na freg. de S. Vicente, de Troviscal, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Carvalhal da Egreja. Logar na freg. de N. S.ª da Graça, de Maçãs do Caminho, conc de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Carvalhal do Estanho. Pov. na freg. de S. Miguel, de Queirã, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Carvalhal das Figueiras (*Monte do*). Na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Carvalhal de Fundoaes. Pov. na freg. de S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc. de Sinfães, distr. do Vizeu.

Carvalhal Grande e Pequeno. Duas povoações da freg. de Santa Maria Magdalena, de Cem Soldos, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Carvalhal de Mançores. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Carvalhal dos Marreiros (*Monte do*). Na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Carvalhal Meão. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda; 277 hab. e 71 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 20 k. da Guarda, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Carvalhal do Meio. Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Rio de Couros, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || Logar na freg. de Santa Maria e conc. de Odemira, distr. de Beja.

Carvalhal do Miudo. Pov. na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Carvalhal e Monte. Duas povoações reunidas na freg. de S. Thiago, de Cambezes, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Carvalhal da Palha (*Monte do*). Na freg. de S. Thiago do Escoural. conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Carvalhal do Picoto. Logar na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Carvalhal do Pombo. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Assentiz, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Carvalhal Redondo. Pov. e freg. de S. João Evangelista, da prov. da Beira Alta, conc. de Nellas, com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu; 1:730 hab. e 431 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa postal, passando a est. de 4.ª classe por portaria de 22 de abril de 1903; feira no 3.º domingo de cada mez. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada em planicie d'onde se avistam varias povoações. Os abbades de Santar e de Cannas de Senhorim apresentavam alternativamente o cura, que tinha 60$000 réis de rendimento. Pertence á 2.ª div. mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. || Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Fermedo, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de S. Miguel do Matto, do mesmo conc. e distr. || Quinta na freg. de S. Vicente, de Antas, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de N. S.ª das Neves, de Sortelha, conc. de Sabugal, distr. da Guarda.

Carvalhal e Rua. Duas povoações reunidas na freg. de Santa Marinha, de Moreira de Geraz do Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Carvalhal de S. Bento. Pov. na freg. de S. Pedro, de Rego da Murta, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Carvalhal Sarilho *(Monte do)*. Na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Carvalhal da Serra. Pov. na freg. de S. Sebastião, do Espinhal, conc. de Penella, distr. de Coimbra. Tem caixa post. || Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Villar, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de S. João Baptista, de Rocas do Vouga, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Carvalhal de Vermilhas. Pov. e freg. de S. Simão, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Vouzella, distr. e bisp. de Vizeu; 644 hab. e 130 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada na serra do Caramulo. Foi do conc. de Oliveira de Frades, e em outubro de 1871, é que passou ao de Vouzella. Era dos duques de Lafões. O vigario de Cambra apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de rendimento e o pé d'altar. A terra é fertil e pertence á 2.ª div. mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Carvalhão. Pov. na freg. de S. Thiago, de Encourados, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Logar na freg. de N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Carvalhas. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos distr. e arceb. de Braga; 279 hab. e 80 fog. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada junto do monte Soia. O reitor de Santa Eulalia, de Rio Côvo, apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis. Pertence á 3.ª div. mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Horta na freg. de N. S.ª das Reliquias, de Canal, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Horta e monte na freg. de N. S.ª da Gloria, do mesmo conc. e distr. || Monte na freg. de Sant'Anna de Cambas, conc. de Mertola, distr. de Beja. || Quinta na freg. de S. Sebastião, de Casaes, conc. de S. João da Pesqueira, districto de Vizeu. || Quinta na freguezia de S. João Baptista, de Castedo, conc. de Alijó, districto de Villa Real. || Quinta na freguezia de N. S.ª da Purificação, de Currellos, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de Santo André, de Ferreira d'Aves, conc. de Sattam, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de S. Miguel, de Poiares, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real.

Carvalhas. Povoações nas freguezias: S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Santo Antonio, de Covões, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Formariz, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Fragoso, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Faustino de Gueifães, conc. da Maia, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Longos Valles, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Merufe, do mesmo conc. e distr. || Espirito Santo, de Monteiras, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Montouto, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. || S. Paio, de Mozellos, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Ourilhe, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Maria, de Pindello, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || O Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Valle, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || N. S.ª. d'Assumpção, de Senhorim, conc. de Nellas, de distr. Vizeu.

Carvalhas. Logares nas freguezias: S. Pedro, de Canadello, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Cavez, conc. de Cabceeiras de Basto, distr. de Braga. || S. Thiago, de Fontão, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Fregim, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Martinho, de Lagares, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Clemente, de Paços de Gaiollo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || O Salvador, de Taboado, do mesmo conc. e distr. || S. Torquato, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Carvalheda. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Bella, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Mesquitella, conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda. || Pov. na freg. do Salvador, de Roge, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || Logar na freg. de S. Martinho, de Armil, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Carvalhedo. Pov. na freg. de S. Martinho, de Dume, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Valbom, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Valle, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Logar na freg. do Salvador, de Portella das Cabras, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Quinta na freguezia de Santa Maria Magdalena, de A dos Negros, conc. de Obidos, distr. de Leiria.

Carvalhedos. Logar na freg. de Santa Eulalia, de Gondoriz, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Carvalheira *(Rosendo Garcia de Araujo)*. Architecto de 1.ª classe e chefe da 3.ª secção na 1.ª direcção d'obras publicas do districto de Lisboa, poeta e prosador. Sendo de nascimento humilde, tem-se tornado bem conhecido, pela sua vocação á arte a que se dedicou, e pela sua elevada in-

telligencia, dotes que logo se manifestaram no começo dos seus estudos no Instituto Industrial, onde fez um curso dos mais brilhantes. Desde a infancia teve tambem a fortuna de alcançar a protecção e o amparo do grande historiador Alexandre Herculano, que muito se lhe affeiçoou por lhe reconhecer os prenuncios d'um talento excepcional, que, sendo bem aproveitado e animado, poderia preparar-lhe um prospero e glorioso futuro. Infelizmente as lições e conselhos de Alexandre Herculano fôram de curta duração, porque o grande historiador falleceu em 1876, sendo o sr. Rosendo Carvalheira ainda muito novo; comtudo, conservou sempre o maior respeito e veneração pela memoria do notavel homem de lettras, e d'este culto deu as mais exuberantes provas. Ainda estudante, em 1882, fundou com um grupo de collegas e amigos uma pequena sociedade litteraria, para a qual propoz como egide o nome de *Herculano*. Esta sociedade de noveis e estudiosos litteratos publicava um boletim, de que parece terem saído apenas tres, boletim que, por instancias do joven Rosendo Carvalheira se denominou *Eurico*, querendo assim, no primeiro fructo da sua actividade nas lettras, recordar o austero e dedicado mentor da sua infancia, aproveitando o nome baptismal do lendario e poetico vulto do presbytero godo do notavel romance d'aquelle titulo, do grande historiador. O sr. Rosendo Carvalheira tem affirmado e evidenciado bem a sua individualidade artistica, tanto no ministerio das obras publicas, como em muitos e varios trabalhos, reconstrucções, decorações, de que tem sido encarregado. São obras suas a restauração da sé da Guarda, o vasto projecto do sanatorio de Sant'Anna, em Carcavellos, o projecto do novo lyceu a construir na cerca do convento de Jesus; a capella romanica do Asylo d'Ajuda, a conclusão das obras do convento dos Jeronymos, que estavam paralysadas ha muito tempo, a tabacaria *Monaco*, etc. Na restauração da sé da Guarda, assim como em muitas outras restaurações, obras dos paços reaes e de outros edificios, o sr. Rosendo Carvalheira não só se tem revelado o artista como tambem o archeologo. Os seus trabalhos distinguem-se sempre pela pureza immaculada das linhas, pelo rigor dos estylos e pela artistica observação das antigas construcções portuguezas, não falseadas por um errado criterio. Foi tambem seu o projecto d'um grande sanatorio na Parede, cuja construcção dirige, e onde pódem ser abrigados cem individuos de ambos os sexos. A obra vae bastante adeantada, e tem merecido os maiores elogios de todos os hygienistas que a teem visitado. O sr. Rosendo Carvalheira é vice-presidente da Real Associação dos Architectos e Archeologos, onde a sua opinião é sempre muito considerada, e foi agraciado por El-Rei Senhor D. Carlos com o officialato da ordem de S. Thiago. Tem publicado poesias e artigos de critica de arte ou de polemica, no *Jornal do Commercio, Construcção Moderna, Revista Colonial e Maritima, Boletim da Associação dos Architectos e Archeologos, Boletim da Associação dos Conductores de obras publicas*, a que pertence, e em muitos outros jornaes.

Rosendo Garcia de Araujo Carvalheira

Carvalheira. Pov. e freg. de S. Paio, da prov. da Beira Alta, conc. de Terras do Bouro, com. de Amares, distr. e arceb. de Braga, 569 hab. e 126 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 15 h. da séde do conc. e está situada n'umas collinas, sobre a Ribeira do Homem. O rio d'este nome passa n'esta freg., juntando-se-lhe no sitio do Pontido o ribeiro Fervêda ou Alfervêda. Sobre o rio ha uma ponte de cantaria de um só arco, mas muito alto e firmado sobre dois rochedos. O arc. de Braga apresentava o abbade, que tinha de rendimento 1:000$000 réis. No antigo regimen os habitantes gozavam dos grandes privilegios concedidos pelos nossos reis ao conc. de Terras do Bouro, sendo os principaes não darem soldados, nem concorrerem para as guerras em cousa alguma; tinham, porém, a obrigação de em tempo de guerra defenderem á sua custa o ponto da Portella do Homem das invasões dos castelhanos. A terra é bastante fria, e produz muito milho e castanha, algum centeio, vinho verde, e nos logares abrigados do norte, azeite, laranja e outras fructas, Tem muitas nascentes de boa agua. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Casal na freg. de S. Marcos, de Calhandriz, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Est. do caminho de ferro entre Porto e Aveiro, serviço de tramways, entre o apeadeiro de Cortegaça e a estação de Ovar.

Carvalheira. Povoações nas freguezias: Santa Eufemia, de Agilde, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Martinho, de Alvaredo, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || Santo Antonio, de Covões, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª da Esperança, de Ermida, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || N. S. da Conceição, de Febres, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || O Salvador e conc. d'Ilhavo, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Maceda, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Magrellos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || O Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || S. Luiz, de Pias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S. João Baptista e conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello || S. João Baptista, de Ribeira, conc. de Ponte do do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Paio, de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Carvalheira. Logares nas freguezias: Santo Aleixo, do Becco, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S. João Baptista, de Brito, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª da Graça, de Aguas Bellas, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S. Lourenço, de Alhos Vedros, conc. da Moita, distr. de Lisboa. || S. Thiago e conc. de Almada, distr. de Lisboa. || O

Salvador, de Infesta, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Paio, de Moreira de Conegos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo Antonio, de Lomba, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição e conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco, || S. Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição, de Porcariça, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || S. João Baptista, de Sá, conc. de Mousão, distr. de Vianua do Castello. || S. Mamede, de Seara, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Carvalheira. Quintas nas freguezias: S. Martinho, de Alvaredo, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Sant'Anna, de Azinha, conc. e distr. da Guarda. || S. Jeronymo, de Cabra, conc. de Gouveia, do mesmo distr. || S. Christovão, de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Vicente, de Ervedosa do Douro, conc. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Penso, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Silva, de Proença-a-Velha, conc. de Idanha a-Nova, distr. de Castello Branco. || S. Sebastião, de Valle de Madeira, conc. de Pinhel, distr. da Guarda. || S. Pedro, de Valverde, conc. d'Aguiar da Beira, do mesmo distr. || N. S.ª da Graça, de Véla, conc. e distr. da Guarda.

Carvalheira de Baixo. Pov. na freg. do Salvador, de Magrellos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Carvalheira de Baixo e **de Cima.** Duas povoações na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra. || Duas povoações na freg. de Santa Maria, de Vallega, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || Dois casaes na freg. de S. Vicente, de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Carvalheira de Baixo e **do Meio.** Dois montes na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Garvão, conc. de Ourique, distr. de Beja.

Carvalheira Grande e **Pequena.** Duas povoações na freg. de N. S.ª da Graça, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Carvalheiras. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Cernadello, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Maria Magdalena, de Chaviães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Piedade, de Monte Redondo, conc. e distr. de Leiria. || S. Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Carvalheiras. Logares nas freguezias: S. Mamede, de Caniçada, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Santa Christina, de Longos, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Ordem, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Thiago, de Sendim, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Quinta na freg. de N. S.ª da Natividade, de Luso, conc. da Mealhada, distr. de Aveiro.

Carvalheirinho *(Casal do).* Na freg. de S. Miguel, de Cardosas, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

Carvalheiro. Pov. na freg. de S. Thiago, de Amorim, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || Pov. na freg. do Salvador, de Fornos, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Pov. na freg do Salvador, de Gallegos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Pedome, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Logar na freg. de S. Christovão, de Retoios de Riba d'Ave, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Herdade na freg. de S. Pedro, de Gafanhoeira, conc. de Arraiollos, distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Ferreira, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira distr. de Beja. || Quinta na freg. de Santa Maria, de Cottas, conc. de Alijó, distr. de Villa Real.

Carvalheiros. Pov. na freg. de Sant'Anna de Azinha, conc. e distr. da Guarda.

Carvalhelhos. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Beça, conc. de Boticas, distr. de Villa Real.

Carvalhete. Logar na freg. de S. Miguel, de Gonça, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Monte na freg. de Santa Clara-a-Nova, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Carvalhetinho *(Monte do).* Na freg. de Santa Clara-a-Nova, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Carvalhiças. Pov. na freg. de Santa Maria da Porta e conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Carvalhice *(Quinta da).* Na freg. de S. Felix, de Sanfins, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Carvalhido *(Emilio Leichtinger d'Almeida, 2.º visconde e 2.º conde de).* Fidalgo da Casa Real, diplomata, secretario de legação, etc. N. em 1867, fal. em Falkenstein, Allemanha, em 1895. Era filho do 1.º conde de Carvalhido, Luiz Augusto Ferreira d'Almeida, e de sua segunda mulher, a condessa Helena Anna Maria Antonia Leichtinger. Fez um curso brilhante na faculdade de Direito em Paris, onde tomou o grau de bacharel. Terminando os estudos, veiu a Portugal e apresentou-se no concurso para segundo secretario de legação, alcançando uma das primeiras classificações. Pouco depois foi nomeado secretario junto á côrte da Russia, e tão distincto se tornou no exercicio do seu cargo, que exerceu durante sete annos, sendo tambem o encarregado de negocios, que o czar o agraciou com a commenda da ordem de S. Estanislau. Em 1890 esteve em Portugal pela ultima vez, passando a epoca balnear em Cascaes, com seus paes. Falleceu victimado pela tuberculose cinco annos depois. O fallecido rei D. Luiz o agraciou com o titulo de visconde, em segunda vida uo de seu pae, a 28 de abril de 1883, e com o de conde, tambem em segunda vida, a 1 de abril de 1884. Os decretos diziam que taes honras lhe eram conferidas em publico testemunho de apreço pelos serviços prestados por seu pae, e em attenção aos merecimentos e qualidades do agraciado. O conde de Carvalhido era tambem condecorado com a commenda de N. S.ª da Conceição.

Carvalhido *(Luiz Augusto Ferreira d'Almeida, 1.º visconde e 1.º conde de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, do conselho d'el-rei D. Luiz I, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, cavalleiro da antiga ordem da Torre e Espada, socio honorario da Academia das Bellas Artes de Lisboa, capitalista, proprietario, antigo negociante de grosso trato da praça commercial do Rio de Janeiro, etc. N. no Porto a 3 de janeiro de 1817. Era filho de Antonio José Ferreira d'Almeida, negociante da praça commercial do Porto, e de sua mulher, D. Anna Alexandrina Ferreira. Partiu muito novo para o Brazil dedican-

do-se á vida commercial, e estabeleceu-se no Rio de Janeiro, onde adquiriu grande influencia e avultada fortuna. A sua bolsa estava sempre aberta para obras de beneficencia e em serviços dos seus compatriotas, concorrendo sempre com importantes donativos para commemorações portuguezas, tanto lutuosas como festivas. Quando no porto do Rio de Janeiro a nau *Vasco da Gama* soffreu um grande sinistro, e não podendo n'essa occasião o governo portuguez proceder ás necessarias obras de reparação que o navio demandava, correndo o risco de ficar abandonado n'aquelle porto extranho, a colonia portugueza resolveu assumir a responsabilidade d'essas obras, e o nome do negociante Ferreira d'Almeida ali figurou em primeiro logar; para as exequias solemnes celebradas no Brazil por alma de D. Maria II, em 1853; para as que se celebraram em 1859 por alma da rainha D. Estephania, esposa de D. Pedro V; para os festejos da acclamação d'este monarcha em 1855, manifestações feitas pela colonia portugueza no Brazil, um dos nomes mais influentes era o de Ferreira d'Almeida. Tambem concorreu para a subscripção a que se procedeu para o monumento a Camões; para as obras do mosteiro de Belem; para a Casa Pia de Lisboa, para as victimas do incendio do theatro Baquet, no Porto, para o asylo de mendicidade *D. Pedro* no Rio de Janeiro, etc. Soccorria egualmente muitos hospitaes e casas de beneficencia do Brazil e de Portugal. Casou no Rio de Janeiro, em 1844, com D. Luiza Joaquina de Oliveira, filha de Sebastião José d'Oliveira e de sua mulher D. Delfina Maria d'Oliveira. Tendo enviuvado, passou a segundas nupcias em Paris, em junho de 1880, com M.elle Helena Anna Maria Antonia Leichtinger, natural da Hungria. D'este consorcio houve um unico filho, Emilio Leichtinger d'Almeida, que falleceu contando apenas 28 annos, que tambem foi conde de Carvalhido. Por decreto de 25 de setembro de 1855, el-rei D. Pedro V o agraciou com o titulo de visconde, em attenção aos bons serviços prestados a bem dos seus compatriotas desvalidos, e em proveito dos melhoramentos materiaes em Portugal; o de conde foi concedido por el-rei D. Luiz I, por decreto de 19 de março de 1874, pelas mesmas razões. Por serviços feitos á religião, tambem o papa Leão XIII o agraciou com a commenda da ordem de S. Gregorio Magno. O conde de Carvalhido assignalou-se superiormente no enriquecimento do Museu Nacional de Bellas Artes. Desde 1865, começou a offerecer á nossa Academia, que por esse facto lhe conferiu o titulo de socio honorario, uma collecção de quadros, que se tornou numerosa, os quaes estavam reunidos na sala de espera a que o sr. conselheiro João Franco Castello Branco, sendo ministro, mandou pela portaria de 14 de março de 1896, conferir a designação de *Sala do conde de Carvalhido*. Como a collecção não pudesse ficar só n'uma sala, foi dividida em duas, que fôram inauguradas em abril do referido anno de 1896 por Sua Magestade a Rainha Senhora D. Maria Pia, sendo depois visitada por Suas Magestades, El-Rei Senhor D. Carlos e Rainha Senhora D. Amelia. O brazão d'armas, concedido pelo alvará de 8 de fevereiro de 1855, consta do seguinte: um escudo partido em pala; na primeira as armas dos Almeidas, em campo vermelho seis besantes de ouro entre uma cruz dobre, bordadura do mesmo metal; na segunda as armas dos Ferreiras, em campo vermelho quatro faxas d'ouro.

Carvalhido. Pov. na freg. de S. Paio, de Agua Longa, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. do Salvador, de Moreira, conc. de Maia, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Marinha, de Villar do Pinheiro, conc. de Villa do Conde, do mesmo distr. || Logar na freg. de S. Martinho, de Lagares, conc. de Penafiel, do mesmo districto.

Carvalhinhas. Pov. na freg. de S. Gens, de Boelhe, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Varzea, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Logar na freg. de S. Pedro, de Aboim, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Logar na freg. de Santa Comba, de Fornellos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Logar na freg. de Santo André, de Varzea de Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, distr do Porto. || Logar na freg. de S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, districto de Vizeu.

Carvalhinho. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Encourados, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santos Cosme e Damião, de Garfe, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || N. S.ª dos Milagres, de Guardão, conc. de Tondella, distr. de Vizeu || S. Martinho, de Medello, conc. de Fafe, distr. de Braga. || N. S.ª da Boa Viagem e conc. da Moita, distr. de Lisboa. || S. Thiago, de Silvalde, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Thuias, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto || S. Thiago, de Cepões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Carvalhinho. Logares nas freguezias: S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Arrifana, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || Santa Cruz do Douro, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Figueira de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || Santa Marinha, de Nespereira, conc de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. João Baptista e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || N. S.ª d'Assumpção, de Vide, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Carvalhinho. Casa na freg. de S. João Baptista, de Barão de S. João, annexa á de Bensafrim, conc. de Lagos, distr. de Faro. || Monte na freg. de S. Barnabé, conc. de Almodovar, distr. de Beja. || Monte na freg. de Santa Clara-a-Velha, conc. de Odemira, do mesmo distr. || Monte na freg. de Santa do Maria do Castello, de Evora Monte, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Carvalhinho de Lomba. Sitio no limite da Povoa, freg. e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Carvalhinhos. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Annaes, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Cunha, conc. e distr. de Braga. || S. Lourenço, de Durrães, conc de Barcellos, distr. de Braga || S. João Baptista, de Guidões, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto || N. S.ª da Visitação, de Odeleite, conc de Castro Marim, distr. de Faro. || Santa Marinha, de Oriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Eufemia e conc. de Penella, distr de Coimbra. || Santo Adrião, de Vizellas, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Carvalhinhos. Logares nas freguezias: S. Mi-

guel, de Christello, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Braz, de Varzea, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. || S. Mamede, de Gomide, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Carvalho. Esta familia é antiquissima, porque, segundo o sr. visconde de Sanches de Baena, encontra-se no documento d'uma doação feita ao convento de Lorvão, em 1131, a assignatura d'um tal *Pelagius Carvalis,* que parece ser tronco da familia dos Carvalhos. Na *Nobiliarchia portugueza*, de Villas Boas, edição de 1676, pag. 256, diz-se que esta familia tem solar no antigo morgado de Carvalho, em terra de Coimbra, instituido por Domingos Feyrol de Carvalho e sua mulher D. Bellida, a quem D. Bermudo, bispo de Coimbra, fez doação da egreja de Carvalho no anno de 1178. Um seu filho, D. Bartholomeu Domingues de Carvalho, deu principio a uma albergaria que ali existiu, e um seu bisneto, D. Gil Fernandes de Carvalho, foi mestre da ordem de S. Thiago em Portugal, e esteve na batalha do Salado com el-rei D. Affonso IV, onde ganhou as armas, de que ficaram usando os seus descendentes. Estas armas são: em campo azul uma estrella de ouro, entre uma quaderna de crescentes de prata; timbre, um cysne de prata, com uma estrella de ouro no peito, armado de ouro. D. Gil era filho de Fernando de Carvalho e de Mór Pires da Fonseca e d'elle descendem os Carvalhos de Alcacer do Sal. Floresceu no anno de 1380.

Carvalho *(Adolpho Augusto Nandin de).* Nasceu em Lisboa a 28 de abril de 1847. Fôram seus paes Manuel Antonio de Carvalho, proprietario e negociante da praça de Lisboa, e D. Pilar d'Agreda y Gonzales Nandin, senhora descendente de uma familia illustre da cidade de Cadiz. Tencionando alistar-se na marinha hespanhola, cursou os preparatorios na Escola Naval de S. Fernando, em Cadiz; mudando, porém, de resolução, regressou a Portugal em 1863, onde assentou praça de aspirante a guarda-marinha. Com autorisação do governo seguiu para Inglaterra, estudando, a expensas suas, o curso de marinha. Embarcou a bordo da nau *Victoria*, navio almirante da esquadra do Mediterraneo, e um anno no *Excellent*, navio escola de artilharia naval, obtendo a carta de curso de instructor de artilharia, infantaria e armas brancas. De volta á patria foi por decreto de 28 d'agosto de 1868, promovido ao posto de 2.º tenente, embarcando na *Sagres*, a fazer a estação naval de Angola onde esteve tres annos embarcado não só n'aquella corveta como na canhoneira *Guadiana*, e brigue *Pedro Nunes.* Durante a sua estação em Angola fez parte de tres expedições de guerra ao rio Zaire, a fim de castigar o gentio; commandando na primeira expedição á povoação da Pedra do Feitiço o pequeno vapor *Zaire*, que armado em guerra metralhou o inimigo. Na segunda expedição dirigiu o bombardeamento da principal povoação da Pedra do Feitiço, fazendo elle mesmo de chefe de uma das peças rodizios d'aquella embarcação. Na terceira expedição, finalmente, commandou uma lancha armada em guerra, que juntamente com outra bombardearam umas povoações de gentios, além de Bramma a leste de Bsacka-Embomma, ficando n'essa occasião destruidas varias povoações de gentio rebelde. Finda a estação, regressou á metropole no *Pedro Nunes*, partindo pouco tempo depois para a Escocia e fazendo em seguida a arriscada viagem no pequeno vapor *Tete*, na companhia do seu commandante, o então tambem 2.º tenente Ferreira do Amaral. Por essa occasião foi Nandin de Carvalho agraciado com o habito de Christo, graça que elle se recusou a acceitar. Pouco depois de chegar a Lisboa embarcou a bordo da *Martinho de Mello* fazendo varias viagens a Inglaterra e ilhas de Cabo Verde. Da *Martinho de Mello*, passou para o transporte *Africa*, no qual fez algumas viagens a Inglaterra, Africa, China e Oceania. Em junho de 1878 foi promovido a 1.º tenente, fazendo a estação de Angola na canhoneira *Sado.* Dois annos depois regressou da ilha de S. Thomé por doença. Em 1880 embarcou a bordo do *Vasco da Gama*, sendo encarregado da artilharia, e fazendo varias commissões á Madeira; ilhas dos Açôres, Tanger, Gibraltar, Tunis, etc. Terminado o tirocinio para o posto de capitão-tenente, foi nomeado commandante da 4.ª divisão do corpo de marinheiros, logar em que completou os tres annos marcados pela lei, e nomeado instructor da escola dos alumnos marinheiros de Lisboa, cargo que desempenhou por pouco tempo, por ter sido promovido a capitão-tenente, sendo então nomeado para o logar de official immediato da corveta *Duque da Terceira*, que se achava na Africa Occidental. Retirando para Lisboa foi nomeado commandante da canhoneira *Vouga* em 1888, desempenhando varias commissões ás ilhas de S. Thomé, Principe e Ajudá, a alguns dos portos do Norte, bem como a quasi todos os portos do sul de Angola até Porto Alexandre. Adoecendo gravemente, foi a seu pedido exonerado do commando da *Vouga*, e regressando a Portugal exerceu no arsenal da marinha os logares de sub-chefe da primeira direcção e o de director dos serviços maritimos. Em 1890 foi promovido ao posto de capitão de fragata exercendo o logar de defensor officioso dos conselhos de guerra da marinha; e depois nomeado chefe do estado maior da divisão naval da India. No fim do anno de 1894 voltou a Portugal, e, sendo novamente nomeado defensor officioso dos conselhos de guerra de marinha, estreou-se no celebre processo Castilho, tomando a defeza das tres praças de marinhagem, que juntamente com os officiaes Castilho e Oliver responderam a conselho de guerra. Além das commissões de serviço de embarque, desempenhou Nandin de Carvalho varias outras commissões, taes como a de formular um regulamento disciplinar para a armada, a de formular regulamento para os serviços maritimos do arsenal de marinha e a da escolha dos locaes na ilha de S. Thomé para a collocação de dois faroes. Ultimamente desempenhou no ministe-

Adolpho Augusto Nandin de Carvalho

rio das obras publicas o logar de presidente da commissão mixta, que reviu e approvou o novo codigo internacional de signaes. Nandin de Carvalho coordenou os *exercicios de esgrima de sabre naval*, que fôram approvados e mandados adoptar na instrucção das praças do corpo de marinheiros da armada por portaria de 27 de junho de 1878, e que fôram publicados com o titulo seguinte: *Manejo e esgrima de sabre naval e de sabre baioneta adoptado por portaria de 27 de junho de 1878*, opusculo adornado com uma estampa. Em 7 de fevereiro de 1901 foi promovido a capitão de mar e guerra. Além das medalhas de prata n.º 2 por bons serviços no ultramar, e de n.º 3 da classe de comportamento exemplar, possue o grau de cavalleiro de Izabel a Catholica e as commendas de Aviz e Conceição.

Carvalho *(Alfredo de)*. Actor contemporaneo bem conhecido e muito popular. Sendo enthusiasta pelo theatro, que era o seu sonho dourado, o seu ideal, dedicou-se á vida do palco, a despeito de sua familia, que o destinava a outra posição, insistindo para que abandonasse o seu proposito. O theatro fascinava-o, e fez os primeiros ensaios n'uma sociedade de amadores. Tentou depois representar n'alguns theatros, mas as suas tentativas nada alcançaram. Não desistindo, porém, da idéa que tanto o dominava, decidiu-se a debutar no *Theatro da Ilha dos Amores*, organisado n'um barracão em Alcantara, na rua da Fabrica da Polvora, que se havia inaugurado em 1867. Foi ali o começo da sua vida artistica. Continuando depois em diversos theatros das feiras de Belem e das Amoreiras, passou a varias terras das provincias, onde uma barraca, uma adega, uma escola, tudo lhe servia para improvisar um theatro, tornando o seu nome bem conhecido pelo publico que affluia, e que não lhe regateava applausos, porque o principal merito de Alfredo de Carvalho consistia n'uma veia comica natural e inesgotavel. Os emprezarios theatraes tambem assim o comprehenderam, e chamaram-n'o, propondo-lhe escriptura. O primeiro theatro, em que então se apresentou, foi o da Trindade, do Porto, que um incendio reduziu a cinzas em julho de 1875; d'ali passou a Lisboa pisando successivamente os palcos do Gymnasio, antigo Rua dos Condes, Avenida e Trindade. Ha annos que pertence á companhia escripturada por Sousa Bastos, de que é um dos melhores sustentaculos, sendo um dos actores mais predilectos do publico, porque Alfredo de Carvalho tem graça verdadeiramente portugueza, sem pretenções nem exageros, e improvisos sempre felizes. E' muito apreciado especialmente nas magicas e revistas; um dos papeis que lhe deu maior popularidade foi o de *Lucas* na revista *Tim tim por tim tim*. Diversas vezes tem ido ao Brazil, alcançando sempre muitos applausos e grandes sympathias. E' longo o seu reportorio, de que mencionaremos as revistas: *Tim tim por tim tim*, já citada, *Tam tam*, *Sal e pimenta*, *Pratos limpos*, *Talvez te escreva*, *Vivinha a saltar*, *Beijos de burro*, e as peças: *Barba azul*, *A ave do paraizo*, *A boneca*, *O casamento da Nitouche*, *O reino das mulheres*, *O reino dos homens*, *A grã-duqueza de Gerolstein*, *Fausto o petiz*, *O homem da bomba*, *A filha do inferno*, *A gata borralheira*, etc.

Carvalho *(Alfredo Augusto Schiappa Monteiro de)*. Socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa e correspondente do Instituto de Coimbra, lente de desenho e de geometria descriptiva na Escola Polytechnica de Lisboa, general de divisão do exercito. Nasceu em Santarem a 20 de novembro de 1838, sendo filho do brigadeiro Francisco Monteiro de Carvalho e de D. Emilia Avelino Schiappa Monteiro de Carvalho, e neto paterno do coronel Manuel Monteiro de Carvalho, um dos companheiros do general Gomes Freire de Andrade. Completou com distincção os cursos de mathematica e de geometria descriptiva da Escola Polytechnica, e ainda os de infantaria e artilharia, servindo n'alguns corpos d'essas armas. El-Rei agraciou-o com a carta de conselho, como premio dos serviços que tem prestado ao paiz. Rendendo homenagem ás suas elevadas qualidades, o Real Instituto de Lisboa elegeu-o director honorario e inaugurou-lhe o retrato em brilhante sessão solemne realisada em 20 de novembro de 1903. Consagrou-se exclusivamente ao ensino e á sciencia. E' um dos mathematicos portuguezes que mais produziram durante o seculo XIX e o que, actualmente goza, de maior reputação no estrangeiro. Eis as suas obras principaes: *Estudo synthetico das secções conicas, sob o ponto de vista da sua geração cyclica*; *Sur une question relative au triangle et à la génération des hyperboles adjointes*; *Note sur le triangle isoscèle*; *Recherches synthétiques et analytiques sur le cercle variable assujetti à couper continuellement deux cercles donnés sous des angles également donnés*; *Sur la détermination des cercles qui coupent trois cercles fixes sous des angles donnés*, *Sobre a area lateral e volume da cunha conica*, *Sobre a divisão em partes eguaes da distancia entre dois pontos e da circumferencia, pela geometria do compasso*; *Sobre o trisector de Mr. Longchamps*, *Nota sobre as frentes abaluartadas*, *Mémoire de géométrie descriptive sur l'intersections des surfaces du second ordre et des surfaces de révolution*; *Généralisation du méthode de Chapuy*; *Note de géométrie descriptive sur l'intersection des surfaces de révolution d'une ordre quelconque*; *Note de géometrie descriptive sur l'intersection des surfaces du second ordre*; *Note sur la génération d'une conique au moyen du cercle ou d'une autre conique et sur d'autres études géométriques*; *Sur une question proposée relative aux normales aux coniques*; *Note sur la ligne de striction de l'hyperboloïde*; *Sur l'application de l'hyperboloide à une nappe de quatriéme ordre comme surface auxiliaire*: *Note sur l'angle d'une courbe avec une droite*, *Sur la génération du conoide à une courbe au moyen des courbes du même orde*, *Notre sur l'étude de Mr. Jules de la*

Alfredo Augusto Schiappa Monteiro de Carvalho

Gournerie á l'égard de la division homographique de deux droites.

Carvalho *(Alvaro de).* Governador da praça de Mazagão em 1562. Estando em Lisboa com licença, tendo deixado para o substituir seu irmão Ruy de Sousa de Carvalho, recebeu a noticia de que Muley-Abdallah, sultão de Fez, puzera cêrco á praça, á frente d'um formidavel exercito. Alvaro de Carvalho partiu logo com um importante reforço, que não tardou em ser seguido por um grande numero de fidalgos e voluntarios. A' frente da sua intrepida guarnição, Alvaro de Carvalho sustentou o cêrco e repetidos assaltos com uma constancia e um valor, que immortalisaram o seu nome. Casou com D. Maria de Gusmão, e seu filho Pedro Alvares de Carvalho succedeu-lhe no governo da praça.

Carvalho *(André de).* Jesuita. Era filho de Pedro Alvares de Carvalho, senhor de Cannas de Senhorim e capitão de Alcacer em Africa, e de D. Maria de Sousa, irmão de Alvaro de Carvalho, o defensor da praça de Mazagão em 1562. Entrou na Companhia de Jesus, no noviciado de Gôa, e voltando a Portugal, esteve em Evora em 1561, acompanhando depois seu irmão na expedição a Africa. Ao regressar ao reino, caíu em poder dos moiros, ficando captivo, e quando se tratava do seu resgate, os moiros o mataram barbaramente. Deixou manuscripta uma *Relação do cerco de Mazagão.*

Carvalho *(Antonio de).* Pharmaceutico estabelecido em Lisboa, e vereador da Camara Municipal d'esta cidade nos annos de 1839 a 1851. Fal. da febre amarella em 1857. Foi collaborador assiduo da *Revista Universal Lisbonense* e de outros jornaes scientificos e litterarios. Escreveu: *Reflexões ácerca do abastecimento de aguas, e sua distribuição na capital*, Lisboa, 1853. A publicação d'este folheto foi suscitada pela de outro, mandado imprimir pela camara municipal de Lisboa, com o titulo: *Representações dirigidas a Sua Magestade a Rainha e ao Corpo Legislativo, sobre o abastecimento de aguas na capital por meio de emprezas, pela Camara Municipal de Lisboa*, Lisboa, 1853.

Carvalho *(Padre Antonio de).* Jesuita. N. em Lisboa em 1541, fal. em Coimbra a 2 maio de 1601. Era filho de Diniz Jorge e de Francisca Nunes. Entrou na Companhia de Jesus, no noviciado de Coimbra, a 29 de maio de 1558. Ensinou Rhetorica e Philosophia, e durante 20 annos foi tambem professor de Theologia nas Universidades de Coimbra e de Evora, doutorando-se em Theologia n'esta Universidade. Era muito erudito e dotado de admiravel engenho, abrangendo todos os ramos da actividade humana. Foi tambem um apreciado prégador. Deixou promptos para a impressão os seguintes escriptos: *Commentaria in Primam secundæ D. Thomæ; De tribus Ecclesiæ censuris*, etc.; *Tractatus de correctione fraterna.*

Carvalho *(Padre Antonio de).* Jesuita, que se tornou notavel pela sua muita caridade e singular zelo, estando sempre prompto de dia e de noite para levar soccorros espirituaes aos enfermos, acompanhando os suppliciados ao cadafalso, tanto que lhe chamavam *o padre dos enforcados.* Quando se accendeu em Lisboa a terrivel peste de 1599, o padre Antonio de Carvalho percorria as ruas, com uma intrepidez pouco vulgar, animando todos, e expondo-se ao terrivel flagello, que sempre o respeitou. Fal. em 1616.

Carvalho *(Antonio Alvares).* Presbytero bracarense do habito de S. Pedro. Era natural de Barcellos. Escreveu as seguintes obras: *Vida da Gloriosa Infanta Santa Quiteria, Virgem e Martyr, natural de Braga*, etc., Lisboa, 1712; *Novena de Santa Quiteria*, etc., Lisboa, 1719.

Carvalho *(Antonio Alves de).* Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra. N. em Villarinho de S. Romão, e é já fallecido. Foi filho de José Alves de Carvalho, e doutorou-se em 23 de abril de 1820.

Carvalho *(D. Antonio Feliciano de Santa Rita).* Monge benedictino, com o nome de Fr. Antonio de Santa Rita. V. *Santa Rita.*

Carvalho *(Antonio Joaquim).* Mestre de dança e poeta jocoso. Dizem que exercera tambem o officio de cabelleireiro, que depois abandonara. Fal em Lisboa com mais de 80 annos, quasi cego e pobrissimo, a 16 de novembro de 1817. Foi casado com uma senhora chamada Anna Joaquina, de quem já era viuvo, quando falleceu. Publicou o seguinte: *Galatéa, ecloga*, Lisboa, 1786; segunda parte, tendo ambas diversas edições, sendo uma em 1789, outra em 1825, etc.; no Rio de Janeiro houve tambem uma edição, mas sem o nome do autor, em 1856; *Ecloga deploratoria na lamentavel morte do serenissimo senhor D. José, Principe do Brazil*, Lisboa, 1788; *Os Touros, poema heroi-comico*, Lisboa, 1795; outra edição em 1825; *Idyllio ao nascimento da Serenissima senhora D. Maria, Princeza da Beira*, Lisboa, 1793; *A Guerra e a Paz da Europa, ecloga*, Lisboa, 1802; *Obras poeticas jocosas e serias*, tomo I, Lisboa, 1806, tomo II, em 1807; *Na restauração de Portugal libertado do jugo dos francezes, verdades criticas*, Lisboa, 1808; *Bomba de Apollo apagando o fogo Sebastico*, satyra, Lisboa, 1810; *Josephina abandonada, dialogo jocoso*, Lisboa, 1811; *Votos aos defensores de Portugal*, Lisboa, 1811; *O tributo da gratidão ao Libertador de Lysia Lord Wellington*, Lisboa, 1813; *Collecção de Obras Dramaticas*, Lisboa, 1813, contendo uma comedia *A Ribeira do Peixe ou a Peixeira virtuosa*, e tres farças, *A velhice namorada, A aula dos toureiros tolos, O gallego bruto e moço*, tudo escripto em prosa; *As vendedeiras de amor, e os compradores pacovios*, satyra, Lisboa, 1815; *Ecloga pastoril de Ambrosio e Julio, praticando a respeito das glorias de Portugal no feliz e suspirado nascimento do invicto, augusto e esclarecido Principe da Beira*, Lisboa, 1761.

Carvalho *(Padre Antonio Luiz de).* Presbytero secular, fundador e director do Seminario de caridade dos orphãos desamparados de Lisboa. Vivia n'esta cidade nos fins do seculo XVIII e principios do XIX. Escreveu: *Vida do glorioso S. José Calazans, fundador da Religião das Escolas Pias, traduzida em portuguez por um devoto*, Lisboa, 1794. Este livro contém preliminarmente, antes da vida do santo, uma *Breve noticia da erecção do Seminario da caridade dos meninos orphãos, sito na rua de S. Bento da cidade de Lisboa,* a qual póde ser util para quaesquer investigações que se trate de fazer ácerca dos estabelecimentos pios d'esta cidade, e em especial do referido seminario, ha muitos annos extincto, e cujo edificio está hoje mudado em casa de habitação particular. Escreveu mais: *Instrucção dia-*

ria para jornaleiros... com umas considerações para assistir ao santo sacrificio da missa, Lisboa, 1762; *Manual para a confissão, em que praticamente se ensina a um penitente o modo para bem se confessar*, etc.; ha varias edições todas sem o nome do autor; *Opusculo das Dores de Nossa Senhora*, Lisboa, não se sabe a data. Para a biographia do padre Antonio de Carvalho póde ver-se a *Descripção historica de Torres Vedras*, por Manuel Agostinho Madeira Torres, 2.ª edição, pag. 202.

Carvalho *(Antonio Maximo Lopes de)*. V. *Lopes de Carvalho (Antonio Maximo)*.

Carvalho *(Antonio Maria de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado em Lisboa, deputado na legislatura de 1882-1884, pelo circulo de Agueda, etc. N. na freg. de N. S.ª das Virtudes, de Ventosa, a 14 de janeiro de 1845. Era filho do 1.º barão de Chancelleiros, Manuel Antonio de Carvalho, e de sua mulher, D. Maria José de Carvalhosa Henriques; irmão do visconde de Chancelleiros e dos engenheiros Lourenço Antonio de Carvalho e João Anastacio de Carvalho, já fallecidos. Casou em 23 de dezembro de 1877 com D. Maria Elisa de Almeida Napoles, filha dos 1.ºs viscondes de Almeida

Carvalho *(Antonio Pedro de)*. Chefe da repartição de contabilidade do ministerio da marinha, hoje aposentado; cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição. N. em Lisboa a 1 de maio de 1836. Era filho do conselheiro Antonio Pedro de Carvalho. Exerceu o cargo de secretario do governo de Angola nos annos de 1862 e 1863. Foi um dos fundadores e directores do *Archivo Universal*, revista hebdomadaria que se publicou de 1859 a 1861, de que tambem eram redactores o sr. conselheiro Silveira da Motta e Rodrigo Paganino. Além d'outros artigos escreveu: *Revistas ultramarinas*, nos tomos I e II, em diversos numeros; *Critica litteraria*, no tomo I, n.º 2; *A escravatura branca*, no tomo I, n.ºs 5, 6, 9 e 23. Tem sido tambem collaborador nos *Annaes da Marinha e Ultramar*.

Carvalho *(Augusto Saraiva de)*. V. *Saraiva de Carvalho (Augusto)*.

Carvalho *(Bernardo José de)*. Cirurgião-mór da armada real. Escreveu: *Aviso á gente do mar sobre a sua saude, por mr. G. Mauran, traduzido e augmentado*, Lisboa, 1794.

Carvalho *(Bernardo José de)*. Doutor e lente na faculdade de Canones na Universidade de Coimbra. N. em Coimbra em 1778, onde tambem falleceu a 7 de julho de 1835. Era filho de Dionysio José de Carvalho. Matriculou-se na Universidade em 1796, doutorou-se a 3 d'outubro de 1802, e em 1803 foi nomeado procurador e fiscal da Fazenda, no tombo da Real Prebenda de Coimbra, e das terras de Ançã e S. Lourenço do Bairro, cargo que exerceu por mais de 24 annos. No magisterio da referida faculdade entrou como oppositor, e servindo juntamente de vice-conservador da Universidade, foi depois promovido a lente cathedratico, com exercicio na cadeira de pratica judicial. Deixou este logar em 1830, por ter sido despachado pelo governo do iufante D. Miguel, desembargador da Relação do Porto, logar de que tomou posse em 1831. Quando em 1832 entraram os constitucionaes n'esta cidade, a Relação retirou-se para Lamego, e ali ficou funccionando até 1834, anno em que foi dissolvida, com a restauração do governo constitucional. Sendo riscado do quadro da magistratura, e não da Universidade a que já tinha deixado de pertencer desde o seu ultimo despacho, recolheu-se a uma quinta que possuia nos arredores de Coimbra, entregando-se á vida particular, fallecendo pouco depois. Escreveu: *Tratado theorico e pratico sobre os Tombos... e modo de levantar as plantas ou cartas topographicas dos terrenos, sem maior apparato de Engenharia*, parte I e II, Coimbra, 1827; estando esta edição esgotada, o dr. Francisco José Duarte Nazareth fez publicar uma edição em 1857, á sua custa, acompanhada d'um prefacio; *Indice alphabetico e remissivo dos decretos e ordens das Côrtes geraes extraordinarias e constituintes da Nação portugueza*, Coimbra, 1823.

Carvalho *(Caetano José de)*. Pharmaceutico estabelecido em Lisboa durante muitos annos no largo do Poço Novo. N. em Castello de Vide no anno de 1780, fal. na Torre de S. Julião da Barra a 24 de março de 1830. Consta que por causa de uns amores com uma senhora de elevado nascimento e em que era correspondido, soffreu grandes perseguições, a que serviam de pretexto as suas idéas liberaes, para evitar o escandalo. Varias vezes foi preso, sendo afinal encerrado na Torre de S. Julião da Barra, em 24 de maio de 1829, onde falleceu no anno seguinte. Cultivava os estudos da sua profissão com a maior curiosidade, e escreveu o seguinte: *Conhecimento pratico dos medicamentos, ou nova Pharmacopea, por Mr. Lewis, traducção correcta e augmentada de notas*, Lisboa, 1815, 3 vol.; *Formulario pharmaceutico, adoptado nos hospitaes militares de França, traduzido em linguagem portugueza*, Lisboa, 1816; *Tratado das Hemorrhoidas por J. B. de la Roque*, traduzido em portuguez, Lisboa, 1823.

Carvalho *(Carlos Nandin de)*. N. em Lisboa a 6 de janeiro de 1850, filho de Manuel Antonio de Carvalho e de D. Pilar d'Agreda y Gonzales Nandin. Seguiu os primeiros estudos no Lyceu de Lisboa, completando os até ao terceiro anno do curso. Em 1867 entrou como caixeiro de commercio na casa ingleza Eduardo Harrington, onde esteve até ao fim de 1869. No começo do anno de 1870 alcançou consignações d'algumas casas commerciaes de Marselha, Hamburgo e Rotterdam, e, associando-se com um allemão de nome Chelmick, fretaram e carregaram em Lisboa o brigue *Trovador*, fazendo-se de véla para Africa em 29 de maio d'esse mesmo anno. Depois d'uma viagem de 105 dias, chegaram a Lourenço Marques, que ao tempo era de pouca importancia e onde pouco se demoraram. D'aqui passaram a Inhambane, terra alegre e saudavel, e ali tambem se demoraram, partindo em seguida para Quelimane onde chegaram em 13 de dezembro. Em 1871 foi nomeado vice-consul de Hespanha em Quelimane, sendo alguns annos depois, e em virtude do bom desempenho do seu cargo, agraciado pelo governo da mesma nação com o grau de cavalleiro de Izabel a Catholica. A guerra do Bonga, junto á concorrencia das casas francezas, desde muito estabelecidas na Africa, fizeram com que Nandin se resolvesse a ir negociar para o interior e dissolvesse a sociedade com Chelmick que se retirou para a Europa. Em agosto de 1871 partiu para Goengue e d'ali para Tete e Sena com 500 carregadores e 150 negros armados para sua segurança e das fazendas que levava. Ao quinto dia de viagem, vendo os cypaes

que iam na frente, gente armada que vinha ao seu encontro d'um e d'outro lado, deram grito de guerra, e, aproveitando esta confusão, os carregadores, na maior parte, fugiram levando as cargas. Ao mesmo tempo os cypaes reconheciam que a gente armada não eram inimigos, e cada qual seguiu seu caminho, soffrendo, porém, enorme prejuizo pela perda das cargas com que os carregadores fugiram. Este e outros prejuizos que soffreu durante a sua excursão ao interior, fizeram com que Nandin desistisse da vida commercial, entrando como empregado na alfandega de Quelimane. Por esse tempo, tendo sido convidado para uma caçada no sertão, subiu o rio Liude, e passando alguns dias nas margens do Nambir, affluente do Linde, sorriu-lhe a idéa de agricultar parte das grandes planicies, que d'um e d'outro lado do rio se desenrolavam a seus olhos. Em 1876 alcançou do governo da metropole a cedencia de mil hectares de terreno nas margens do rio Linde no prazo Mahindo. Para ali partiu e dois annos levou a desbravar os mattagaes e a cortar as florestas que assombravam os feracissimos terrenos onde hoje assenta a celebre propriedade de Micahune. Em 1878 formou sociedade com João Antonio Correia Pereira, intelligente e respeitavel negociante, natural do Porto, que fôra para Quelimane em 1851, a chamado d'um seu tio, Izidoro Correia Pereira que ali estava estabelecido. Dispondo de capital suficiente, pôde Nandin fazer mais desafogadamente os melhoramentos de que a propriedade carecia, emprehendendo uma grande plantação d'algodão, de que esperava colher bons resultados. No referido anno de 1878 teve logar a sublevação dos indigenas que assolou uma grande parte da provincia, sendo Micahune saqueada e queimada no dia 20 d'outubro d'aquelle anno. Motivou esta sublevação uma ordem da metropole, aliás bem entendida, para se proceder ao recenseamento da população. Todo o districto de Quelimane se sublevou, ficando arrazadas propriedades industriaes, agricolas e commerciaes na importancia de 200:000$000 de réis. Os selvagens em numero superior a 15:000 homens, formaram o seu centro de operações no prazo Mahindo, onde, á falta de forças que os desalojassem, ali se conservaram 28 dias, comendo, roubando e destruindo as plantações e edificios, cujos prejuizos fôram avaliados em 15:000$000 de réis D'esta sorte perdeu Nandin todos os seus haveres; conservando, apenas, do seu improbo labor a gloria de ter sido o primeiro que n'aquella região ensaiou a cultura gossypina. Em vez de esmorecer com este grande desastre, recobrou maior força de animo, e, dobrando de esforços, fez surgir das ruinas, mais importante e promettedora ainda, a exploração agricola que com tanto carinho havia creado. A cultura do algodão foi substituida pela da canna de assucar para distillar, e fôram plantados grande numero de coqueiros e outras arvores florestaes e fructiferas, proprias d'aquelle clima. As edificações ruraes tambem fôram melhoradas e cercadas por forte muralha de tijolo com seus torreões setteirados. Nandin tentou acclimar no Mahindo a raça cavallar, importando da colonia do Cabo varios cavallos e eguas, mas não foi feliz. Outro tanto não aconteceu com a raça asinina, que no Mahindo se desenvolveu prodigiosamente sendo os primeiros importados das Baleares. Com o fim de crear prados para sustentar o numeroso armento que possuia, composto todo da especie africana *(Bos indicus)*, importou da Europa grande numero de sementes forraginosas e hortenses, e tencionava ensaiar a cultura de varias plantas coloniaes a que o terreno se presta. O activo agricultor comprehendeu bem cedo quão vantajoso é em agricultura a substituição do braço do homem pela machina, e por isso desde logo foi montando algumas machinas, encontrando-se no Mahindo á data do seu fallecimento varias machinas a vapor e outras. O pessoal, que em 1887 trabalhava na propriedade, compunha-se de 25 europeus, 242 artistas indigenas, 120 tripulantes de barcos, 400 trabalhadores agricolas e 280 ditos menores de 18 annos. Em 1886 embarcou a bordo do paquete *Hawarden Castle* com destino á Europa, chegando Lisboa no dia 12 de julho do mesmo anno, a fim de tratar da sua deteriorada saude. Aqui se demorou anno e meio, tornando a embarcar no mesmo paquete para Quelimane no dia 26 de dezembro de 1887. Em julho do anno seguinte rebentou novamente a guerra dos Bongas, irmãos do que foi para Cabo Verde, que bateram as forças do capitão-mór de Manica, Manuel Antonio de Sousa, e mataram muita gente. Esta revolta causou novos prejuizos ao commercio da Zambezia e fechou por algum tempo o caminho para Tete. Os padecimentos physicos de Nandin aggravaram-se com a sua volta para a Africa, tendo por vezes que abandonar o Mahindo e recolher a Quelimane, onde uma febre gastrica seguida d'um ataque cerebral lhe arrebatou a vida no dia 25 de janeiro de 1892, vindo os seus ossos cinco annos depois para Lisboa para o jazigo de familia no cemiterio dos Prazeres. Carlos Nandin de Carvalho apenas teve do governo portuguez, e como galardão dos relevantes serviços prestados ao desenvolvimento da agricultura colonial, a commenda da ordem de Christo.

Carvalho *(Padre Damaso José de)*. Presbytero secular, e bacharel em Canones pela Universidade de Coimbra. Era natural da ilha de S. Miguel, e viveu no seculo XVIII. Foi prégador apreciado. Escreveu: *Oração funebre nas exequias de Antonio Borges de Bettencourt, Sargento-mór do presidio do castello de S. Braz na cidade de Ponta Delgada*, etc., Lisboa, 1772.

Carvalho *(Diogo de)*. Jesuita missionario no Oriente. N. em Coimbra em 1578; morreu martyrisado na Cochinchina a 22 de fevereiro de 1624. Era filho de Alvaro Fernandes e de Margarida Luiz. Entrou no noviciado dos jesuitas a 14 de novembro de 1594. Partiu para Macau em 1600, e chegou ao Japão em 1609, e para melhor se fazer comprehender nas suas missões, aprendeu a lingua japoneza. A perseguição contra os missionarios evangelicos o obrigaram a sair de Macau em 1614, d'onde partiu então para a Cochinchina com o padre napolitano Francisco Buzoni. Tornou a entrar no Japão, disfarçado; esteve em Yesso, e na cidade de Xanday o governador o mandou prender, e ali soffreu o martyrio. A egreja beatificou-o em 7 de julho de 1867. Escreveu: *Cartas em que relata a sua Missão ao Reino do Yesso, onde trata dos costumes dos seus habitadores.*

Carvalho *(Diogo Luiz de)*. Reitor na freguezia de Bobadella, no concelho de Montalegre, depois em Cabana Maior, no de Arcos de Valle-de-

Vez, e por fim abbade da freguezia de S. Cosme e Damião, no referido concelho. N. em Arcos de Valle de-Vez em 1780, e fal. em 1859. Escreveu: *Summa da Theologia moral pratica, dedicada ao clero bracarense*, Braga, 1848; *Summula da doutrina christã, summariamente explicada para melhor a entenderem e reterem na memoria os meninos e rusticos*, Lisboa, 1843.

Carvalho *(Padre Domingos de)*. Jesuita. N. em Elvas a 13 de fevereiro de 1646, e vivia ainda na casa professa de S. Roque, de Lisboa, em 1754. Era filho de João Rodrigues Fragoso e de Izabel Gonçalves. Entrou na Companhia de Jesus a 18 de março de 1694. Ensinou grammatica e humanidades, e foi prégador afamado. Escreveu: *Manuducção da Alma, que quizer elevar-se ao Céo pelos dias mais festivos do anno*, etc., Lisboa, 1747 e 1748, 2 volumes.

Carvalho *(D. Domitilla de)*. V. *Miranda de Carvalho.*

Carvalho *(Filippe de)*. Mestre da capella da Sé de Braga, desde de um pouco antes de 1820 até 1858, anno em que falleceu no mez de novembro. Foi na sua epoca o primeiro cantor bracarense, possuindo uma boa voz de baixo. Foi mestre de cantochão no seminario da mesma cidade, e compoz diversas obras religiosas em cantochão figurado.

Carvalho *(Filippe de)*. Jornalista, deputado, etc. N. no Porto a 23 de agosto de 1822, fal. em Mattosinhos a 19 d'abril de 1888. Nos primeiros annos dedicou-se ao commercio, desempenhando depois o cargo de escrivão da camara municipal de Bouças, sendo tambem advogado por provisão. Principiou a sua vida jornalistica, escrevendo no *Commercio do Porto.* O proprietario d'este jornal escolheu-o mais tarde para correspondente em Lisboa, e Filippe de Carvalho partiu então para a capital em 1858, no desempenho d'este encargo, em que se houve com tanto criterio e intelligencia, que os seus artigos eram lidos com interesse em todo o norte do paiz. No mesmo anno de 1858, creou um jornal, *A Mala da Europa*, que era escripto em hespanhol, mas que pouco tempo durou. Fundou depois o jornal litterario, *A America*, de que foi director Mendes Leal, e em 1862 a *Correspondencia de Portugal*, folha de grandes dimensões, que se publicava á saída dos paquetes do Brazil, que chegou a ter longa vida e grande importancia, sendo redigido por homens de superior merito, tanto na politica, como no funccionalismo publico, e nas letras A *Correspondencia de Portugal* foi perdendo nos ultimos tempos a sua importancia, devido á concorrencia de outras publicações semelhantes, que em Lisboa se principiaram a editar para o Brazil. Filippe de Carvalho luctou por muito tempo com as difficuldades que dia a dia sobrevinham, até que terminou com o jornal em 1886, depois de 24 annos de existencia, exhausto de meios e de saude. Filiara se no partido regenerador em 1852, de que foi sempre um dos mais dedicados membros, tornando se enthusiasta pelo estadista Fontes Pereira de Mello. O circulo da Horta o elegeu como seu representante em côrtes em diversas legislaturas, a que Filippe de Carvalho prestou relevantes serviços. A ilha do Faial deveu-lhe em grande parte o porto artificial, de que elle foi um dos mais fortes defensores no parlamento. Como testemunho de gratidão a municipalidade da Horta deu o nome de *Filippe de Carvalho* á principal avenida da cidade, e collocou o retrato do seu valioso deputado na sala das sessões, cuja inauguração foi feita com toda a solemnidade. Graças ás suas sollicitações, estabeleceram-se duas carreiras de vapores para os Açôres, em vez de uma, como antigamente. A ilha do Pico tambem lhe deve o beneficio de tocarem ali todos os mezes os vapores da carreira açoriana. Apezar de jornalista e deputado, gozando da geral consideração, mantendo estreitas relações de amizade com os principaes homens politicos do seu tempo, Filippe de Carvalho não pensou nunca em arranjar collocação que lhe pudesse garantir o futuro, viveu remediado e morreu pobre. N'uma das eleições de pares do reino, houve quem lembrasse o seu nome, porém elle pediu para o dispensarem d'essa honra, assim como sempre se recusou a acceitar qualquer distincção honorifica, que por mais d'uma vez lhe offereceram. Quando o governo regenerador lhe fez a concessão d'um ramal do caminho de ferro de Cacilhas ao Pinhal Novo, o ministro das obras de então, Cardoso Avelino, foi violentamente aggredido por esse acto, que a opposição classificava de favoritismo. Pois a tal concessão era tão boa, que o concessionario não pôde aproveital-a, e Filippe de Carvalho teve ainda de pagar os estudos e projectos que mandara fazer. Terminando a *Correspondencia de Portugal*, ainda tentou fundar no verão de 1887 um outro jornal, *O Partido regenerador*, que viveu pouco tempo. Entretanto a doença chegara, e Filippe de Carvalho sentindo-se desanimado e abatido, voltou ao Porto, sua terra natal, na idéa de procurar lenitivo aos seus males, mas a morte ali o esperava. Antes da sua vinda para Lisboa publicára no Porto o interessante *Almanack Ecclesiastico do Bispado do Porto.* Por occasião do fallecimento do chefe do partido regenerador, Fontes Pereira de Mello, colligiu em volume os principaes trechos das homenagens publicamente tributadas á sua memoria.

Carvalho *(Francisco)*. Prior da freg. de Santa Comba, de Coimbra, d'onde era natural; acompanhou em 1561 o bispo-conde D. João Soares ao concilio de Trento, onde este prelado foi por ordem de D. Sebastião, e depois á Palestina. Escreveu o itinerario d'essas interessantes viagens, que ficou manuscripto, o qual tem por titulo: *Itinerario da jornada, que o bispo de Coimbra fez a Trento e á Palestina, onde relata tudo quanto viu, e lhe aconteceu.*

Carvalho *(Francisco de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real pelo alvará de 20 de abril de 1644 e chanceller-mór do Reino. N. em Lisboa e fal. na sua casa da rua de Santo Antonio dos Capuchos da mesma cidade em 1659. Era filho de Pedro de Carvalho, proprietario d'uma escrivaninha do Civel da Côrte, e de sua mulher D. Joanna de Alcanha, de origem genoveza. Fôram seus avós paternos Thiago Affonso de Castro, filho bastardo de D. João de Castro, senhor de Reriz, Bemviver e Rezende, e sua primeira mulher D. Catharina Dias de Carvalho pertencente a uma das principaes familias do concelho de Gouveia na antiga comarca e bispado do Porto, onde era senhora de um prazo junto á quinta do Vinal. Descendia pois de D. Alvaro Pires de Castro, um dos que se achou na batalha de Aljubarrota. Francisco de Carvalho, graduou-se pela

Universidade de Coimbra e tendo servido com grande distincção diversos cargos da magistratura, foi nomeado conselheiro e procurador da Real Fazenda em 16 de março de 1641, chanceller da Casa da Supplicação em 19 de janeiro de 1649 e desembargador do Paço e Petição, supranumerario, em 21 do mesmo mez e anno. Em 4 de março ainda d'este anno, foi-lhe conferida por el-Rei D. João IV a carta e titulo do seu conselho. Mais tarde em 21 de janeiro de 1651 foi nomeado Regedor das Justiças. Por ultimo achando-se vago o cargo de chanceller-mór do reino e Senhorios pelo fallecimento do dr. Affonso Furtado de Mendonça, o mesmo rei, tendo em especial attenção tantos e tão relevantes serviços desempenhados com a maior honradez e desinteresse pouco commum, fez-lhe mercê d'esta alta dignidade por despacho de 12 de outubro de 1656. Foi casado com D. Simôa Henriques, natural de Lisboa. Tendo seu marido fallecido pobre, D. Affonso VI concedeu-lhe por despacho de 11 de dezembro de 1659 a terça de 80$000 reis pagos pelos almoxarifados de Lisboa, querendo d'esta fórma honrar a memoria de tão digno ministro. Foi grande a descendencia do doutor Francisco de Carvalho, que se alliou com muitas das principaes familias do reino, tendo-se assim formado a importante casa denominada de Matamoiros, composta de diversos e importantes vinculos e entre elles o morgado da Magdalena em Bucellas, e quinta dos Lameiros na Luz.

Carvalho (*Fr. Francisco de*). Eremita calçado de Santo Agostinho, natural de Felgueiras, filho de Francisco Pereira de Oliveira; doutorou-se em Theologia na Universidade de Coimbra a 6 de novembro de 1814.

Carvalho (*Francisco*). Foi mestre carpinteiro das obras dos paços de Salvaterra de Magos, no tempo de D. Maria I. Succedeu a Manuel Gomes que tinha fallecido. A carta de nomeação tem a data de 17 de março de 1779.

Carvalho (*Fr. Francisco*). Organista e mestre da capella real, na primeira metade do seculo XVIII. Em 1717 já occupava o segundo d'estes logares, pois vem mencionado juntamente com o padre José Cardoso, na relação das festas que n'esse anno se fizeram na egreja de S. Roque, celebradas em honra do Beato João Francisco Regis.

Carvalho (*Fr. Francisco de*). Religioso da ordem de Santo Agostinho. N. no conc. da Povoa de Lanhoso, e fal. no convento da Graça, de Lisboa, a 25 de maio de 1703. Era filho de Antonio Antunes e de Antonia de Carvalho. Deixando a patria, entrou na ordem de Santo Agostinho, professando a 17 de abril de 1658, no referido convento da Graça, onde por muitos annos dictou as principaes materias de Theologia Escolastica. Deixou alguns trabalhos sobre assumptos da sua sciencia, que ficaram manuscriptos no referido convento.

Carvalho (*Francisco Felix de*). Cirurgião-medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. Publicou a sua these inaugural em 1857, que tem por titulo: *Hernia inguinal.*

Carvalho (*Francisco José de*). Livreiro editor estabelecido em Lisboa, na rua de S. Nicolau, no principio do seculo XIX. Entre outras edições, publicou os seguintes escriptos, que se tornaram notaveis pela renhida polemica, que então promoveram: *Novo Mestre periodiqueiro, ou dialogo de um Sebastianista, um Doutor e um Ermitão sobre o modo de ganhar dinheiro no tempo presente*, Lisboa, 1821; *Segunda parte do «Novo Mestre periodiqueiro»*, etc., Lisboa, 1821; *A Forja dos periodicos, ou o exame do aprendiz periodiqueiro*, Lisboa, 1821. O autor d'estes opusculos que saíram anonymos, foi, segundo o que depois se pôde verificar, fr. José Machado, religioso da ordem de S. Domingos, mais conhecido pelo appellido de Batalha. N'elles se atacavam com vigor, e debaixo d'uma ironia transparente, as idéas e doutrinas propaladas pelos jornaes politicos do tempo; defendiam-se as ordens religiosas, os estabelecimentos antigos, e até a Inquisição. Appareceram logo algumas refutações anonymas, com os titulos seguintes: *Refutação á primeira parte do «Novo Mestre periodiqueiro» ou demonstração da hypocrisia dos frades*, Lisboa, 1821; *Resposta ao «Novo Mestre periodiqueiro»*, Lisboa 1821; *Resposta á segunda parte do «Novo Mestre periodiqueiro; juntando-se por appendice as copias authenticas da exposição do Cardeal da Cunha, que precede o Regimento da Inquisição de 1774*, Lisboa, 1821. Este opusculo e o antecedente fôram attribuidos ao redactor do *Astro da Lusitania*, Joaquim Maria Alves Sinval. O autor confutado retorquiu com os seguintes: *Carta do «Novo Mestre periodiqueiro ao autor do dialogo intitulado «Resposta ao Novo Mestre periodiqueiro»*, Lisboa, 1821; *Carta do «Novo Mestre periodiqueiro» ao autor da «Resposta á segunda parte do Novo Mestre periodiqueiro»*, Lisboa, 1821.

Carvalho (*Francisco Maria de*). Facultativo veterinario com a graduação de capitão. N. em 1825, fal. a 25 de fevereiro de 1878. Escreveu: *Manual do ferrador instruido*, Lisboa, 1876. Este compendio é destinado especialmente aos ferradores da nossa cavallaria militar, guiando-os racional e methodicamente em todos os pontos da sua arte, e ministrando-lhes outros conhecimentos accessorios de que carecem por serem enfermeiros nas enfermarias veterinarirs militares dos corpos de cavallaria, e quasi sempre ajudantes dos operadores nas operações cirurgicas que se praticam no cavallo, conhecimentos tanto mais necessarios para os mencionados ferradores, pois, que são tambem obrigados a praticar algumas d'essas operações, embora de menos importancia

Carvalho (*Francisco Maria de*). Bacharel formado em Medicina e Philosophia pela Universidade de Coimbra. N. em Leomil, concelho de Moimenta da Beira, em 1831, fal. a 5 de novembro de 1894. Era filho do dr. Francisco Gomes de Carvalho, juiz de direito, e algumas vezes deputado. Depois de ter sido professor de mathematica no lyceu de Lamego, entrou em 1868 para cirurgião do exercito, estando alguns annos no Porto, vindo depois para Lisboa; foi nomeado cirurgião de brigada, e occupou por algum tempo no hospital dos invalidos de Runa, o logar de medico, até que se reformou. Francisco Maria de Carvalho era tambem um flautista amador, e consagrava uma forte paixão á musica. Aprendera quasi sem mestre, mas devido ao seu muito gosto e ao exercicio de muitos annos, tornara-se bom executante de orchestra. Tanto no Porto como em Lisboa, tomou parte em todas as orchestras e academias de amadores, tocando muitas vezes a solo. Reuniu uma numerosa livraria de musica

para flauta, comprehendendo tudo ou quasi tudo que se havia publicado para este instrumento até ao ultimo anno em que viveu, e alguns manuscriptos ineditos. Era tambem colleccionador de flautas, possuindo muitas de differentes epocas e systemas.

Carvalho *(Gaspar de)*. Prior na freg. de S. Vicente de Villa Franca de Xira, onde por muito tempo ensinou grammatica latina e Theologia Moral, sciencias em que era muito versado. N. em Alhandra e fal. a 18 de julho de 1721. Era filho de Francisco de Carvalho e de Joanna Ferreira. Escreveu: *Miscellanea Moral, em que com singular clareza se tratam varias materias moraes*, etc. 1.ª, 2.ª e 3.ª partes; *Breve tratado sobre a reservação em commum, e poderes de reservar, e dos dezeseis casos reservados deste Arcebispo de Lisboa em particular; Regras geraes da melhor Theologia Moral*, todos estes escriptos se publicaram depois da sua morte, em 1722; *Peculio moral tirado de varios autores*, 2 vol. que ficaram manuscriptos, o 1.º em 1706 e o 2.º em 1707.

Carvalho *(Gaspar de)*. Pintor e decorador; tambem trabalhava em relevos de ouro, no tempo dos reis D. Sebastião, e Filippe I. Era rei d'armas, e morreu em 1596, succedendo-lhe Antonio Barros.

Carvalho (*Padre Henrique de*). Jesuita, confessor d'el-rei D. José, sendo ainda principe do Brazil, reitor do collegio de Lisboa, procurador e depois provincial da provincia do Japão, qualificador do Santo Officio, examinador das Tres Ordens Militares, etc, N. em Alvarellos a 3 de maio de 1667, fal. no collegio de Santo Antão, de Lisboa, a 23 de outubro de 1740. Era filho de Manuel Gomes de Carvalho e de Izabel Henriques. Aos 15 annos de edade entrou na Companhia de Jesus, no collegio de Coimbra, a 18 de abril de 1682. Dictou humanidades no collegio de Lisboa, foi mestre no de Coimbra e lente de Philosophia; explicou Theologia Moral na Universidade de Evora e no collegio de Santo Antão de Lisboa. Escreveu: *Resposta a uma carta do ex.mo Cardeal Pereira, escripta de Lisboa a 30 de janeiro de 1731; Resposta segunda*, etc., *escripta de Lisboa a 31 de maio de 1731*; ambas em folio, sem logar da impressão: *Typographiæ Officinæ in obitu Ven. Patris Antonii Vieira*, Lisboa 1736.

Carvalho (*Padre Ignacio de*). Jesuita, doutor em Theologia pela Universidade de Evora, em que foi lente da Sagrada Escriptura. N. em Montemór-o-Novo em 1636, fal. no collegio de Evora a 13 de dezembro de 1682. Era filho de Manuel Coelho e de Cecilia Figueira. Entrou para a Companhia de Jesus a 24 de dezembro de 1651, contando apenas 15 annos de edade, e frequentou o curso de Philosophia, na Universidade de Evora, onde dictou letras humanas, Rhetorica e Philosophia, doutorando-se em Theologia. Era muito apreciado o seu talento, apto egualmente para as sciencias, para as letras, para a poesia, assim como para a historia. Deixou um *Compendium logicæ conimbricencis.*

Carvalho (*Padre Jacinto de*). Missionario e visitador no Maranhão no anno de 1723. N. a 23 de maio de 1677, fal. em Coimbra a 29 de maio de 1744. Entrou na Companhia de Jesus a 24 de novembro de 1691. Em 1735 era procurador da missão de Lisboa. Escreveu: *Carta sobre as missões no Maranhão*; 1719; *Copia da Representação que se fez a Sua Magestade sobre a isenção do Ordinario no tocante ás Visitas dos Missionarios em 1727; Parecer do Padre Jacinto de Carvalho sobre as visitas dos Bispos do Maranhão e Pará ás Parochias dos Missionarios*, etc., 1728.

Carvalho *(João de)*. Notavel guerreiro que se distinguiu pela sua heroicidade da defeza da praça de Cabo de Rué, na Africa, contra os moiros, no reinado de D, João III; defendendo elle só uma torre, e tendo morto mais de trinta moiros, foi afinal attingido por tantos dardos, que caiu despedaçado.

Carvalho *(João de)*. Jurisconsulto. N. em Goães, conc. de Villa Real; fal em 1630. Era filho de Gonçalo Pires e de Catharina de Carvalho. Foi admittido a collegial no Collegio de S. Pedro de Coimbra, a 24 de abril de 1623. Entrou na Universidade como lente de Direito Pontificio em 1627, adquirindo grande celebridade as postillas que elle dictava, ao passo que um tratado que escreveu em latim, da mesma fórma que as postillas, foi impresso em Coimbra, e reimpresso em Lião e Antuerpia, mostrando-se assim o conceito em que era tido na estrangeiro.

Carvalho *(Padre João de)*. Doutor em Direito Cesareo na Universidade de Coimbra, onde tambem foi lente, quasi ao mesmo tempo que o jurisconsulto de egual nome; conego da sé de Coimbra e da de Evora, etc. Applicou-se á faculdade de Direito Cesareo, em que se doutorou; foi lente das cadeiras do Codigo, Tres livros de Digesto Velho, Vespera, até subir á de Prima a 4 de dezembro de 1630, em que se jubilou em 1641; conego em Coimbra, provido a 17 de agosto de 1627, sendo transferido para a sé de Evora a 27 de novembro de 1635. Foi tambem juiz do fisco, deputado da inquisição de Coimbra, de que tomou posse a 23 de abril de 1626, e um dos deputados que o bispo de Coimbra, D. Affonso Castello Branco, nomeou a 26 de março de 1626, para o exame do cadaver da rainha Santa Izabel, que está sepultada no convento de Santa Clara de Coimbra. Na junta dos prelados d'este reino, feita em Thomar no anno de 1625, foi consultado sobre como se podia evitar em Portugal a gente da nação hebraica, a cuja pergunta respondeu com um douto *Tratado* offerecido a D. Filippe III, que lhe conciliou a veneração e o applauso dos mais insignes letrados. Deixou manuscriptas as postillas da regencia da sua cadeira. O padre João de Carvalho era natural de Lisboa, filho de Pedro de Carvalho e de sua mulher D. Joanna de Alcanha, e irmão do chanceller-mór do reino doutor Francisco de Carvalho (V. *este nome*). Fez a quinta de Sandelgas na freguezia de S. Martinho de Arvore e ahi deu principio á egreja do convento, que depois foi das religiosas de S. Francisco, com tenção de obter a sua transferencia do convento de Nossa Senhora de Campos na villa de Montemór-o-Velho, onde estas religiosas viviam desde a sua fundação. Como o não pudesse conseguir em sua vida, deixou expresso no seu testamento que em todo o tempo que ellas se quizessem mudar se lhes daria na quinta terreno para a cerca e edificios, como depois se executou em 1691, sendo bispo conde de Coimbra, D. João de Mello, que ordenou então a sua remoção para Sandelgas. O padre João de Carvalho foi sepultado na egreja de S. Pedro de Coimbra.

Carvalho *(Padre João)*. Jesuita. N. em Montemór o-Velho em 1621, fal. no collegio de Braga a 30 d'abril de 1684. Era filho de Gaspar Carvalho e de Maria João. Entrou na Companhia de Jesus aos 14 annos de edade, em 1 de março de 1636; aprendeu e ensinou as sciencias domesticas, sendo depois lente de Prima de Theologia. Foi procurador da curia romana, e regressando a Portugal, exerceu o logar de reitor no collegio de Braga até que falleceu. Publicou alguns dos seus sermões, cujos titulos se pódem ler no vol. II da *Bibliotheca Luzitana*, de Barbosa Machado.

Carvalho *(João Anastacio de)*. Engenheiro. Nasceu a 27 de setembro de 1833 e falleceu a 29 de dezembro de 1889. Era filho do 1.º barão de Chancelleiros, Manuel Antonio de Carvalho, e de sua mulher D. Maria José de Carvalhosa Henriques. Pelos laços de familia fazia parte de uma distincta pleiade de homens de valor. Fôram seus irmãos: o mathematico, engenheiro e estadista Lourenço Antonio de Carvalho, Pedro Augusto de Carvalho, o visconde de Chancelleiros, Sebastião José de Carvalho, tambem já fallecidos, e Antonio Maria de Carvalho (V. *todos estes nomes)*. Casou a 19 de julho de 1880 com D. Maria da Madre de Deus de Almeida e Napoles de Carvalho, filha dos 1.os viscondes de Almeida. Como engenheiro dirigiu a construcção do caminho de ferro do Douro até á foz do Tua; fez o nivelamento longitudinal do canal do Alviella; dirigiu a exploração do caminho de ferro de Alfarellos á Figueira; foi administrador da companhia Real dos Caminhos de Ferro Portuguezes, etc. Foi tambem director da Companhia das Aguas de Lisboa, vogal da Junta Consultiva de Obras Publicas, e director da fiscalisação dos caminhos de ferro. Em 1879 foi eleito deputado.

Carvalho *(Padre João Candido de)*. N. em Castello de Vide em 1803, falleceu em Villa Franca de Xira a 14 de novembro de 1857. Era mais conhecido pelo nome de *padre Rabecão*. Na sua juventude professou n'um convento da sua provincia, da ordem de S. João de Deus, segundo uns, ou dos capuchos da Piedade, segundo outros. Em 1833 deixou aquella vida, e voltou para o seculo, assentando praça de soldado no regimento da Marinha. Passado algum tempo obteve a baixa, e seguiu então por muitos annos uma vida aventurosa, entregando-se especialmente ao mister de jornalista satyrico e virulento. Em 1837 imprimiu o jornal *Cortador*, que teve principio em março e pouco tempo durou; em 1838, o *Azorrague*; em 1839 o *Democrata*, que se conservou ainda por dois ou tres annos; em 1846 o *Rabecão*, jornal que adquiriu a maior nomeada, e por cujo nome ficou sendo conhecido o seu fundador, conforme dissémos. A publicação d'este jornal satyrico foi interrompida pela guerra civil desde outubro d'esse anno até julho do seguinte, mas continuou depois, saindo em periodos interpolados, até 1849. Fôram tantas as querellas contra o *Rabecão*, promovidas pelo ministerio publico, e tantas as multas que d'ahi lhe resultaram, que para as pagar, teve de jazer no Limoeiro bastantes mezes, e assim terminou o jornal. Emquanto esteve preso escreveu um romance, intitulado: *Eduardo ou os mysterios do Limoeiro*, que se publicou em 4 tomos no anno de 1849, tendo depois novas edições, a ultima das quaes se publicou em 1893, e ainda com um certo exito. Este livro encerra revelações amargas e surprehendentes sobre o estado das cadeias em Portugal n'essa epoca, e por isso obteve grande exito. Animado com a influencia que a sua obra tivera, começou a escrever as *Memorias de um frade, ou os mysterios do claustro, romance original*, em 8 tomos, publicando-se em 1850 o 1.º e o 2.º; em 1851 começou a imprimir-se o 3.º, de que apenas saíram 32 paginas, ficando a obra incompleta, pela resolução que tomara o autor de novamente se entregar á egreja, recebendo ordens sacras n'esse mesmo anno. Causou a maior surpreza quando o *padre Rabecão* appareceu transformado em sacerdote, vestido com os habitos talares. Em 1855 foi nomeado prior da freguezia de Santo Estevão de Alfama. Tornando-se prégador, grangeou a maior fama, e teve a sua epoca feliz, porque tanto na capital, como em todo o reino, era frequentemente chamado para exercer o seu sagrado mister. Dos sermões, parece que publicou sómente os seguintes: *Sermão da immaculada conceição de Maria Santissima*, Lisboa, 1855; *Oração funebre nas exequias de Sua Magestade a Senhora D. Maria II*, Lisboa, 1854. Quando a febre amarella se manifestou em Lisboa no anno de 1857, o padre Carvalho retirou-se a Villa Franca de Xira, fugindo á epidemia, mas não pôde livrar-se do terrivel mal, que lá o foi victimar pouco tempo depois.

Carvalho *(João Jorge de)*. Escriptor, cujo nome só é conhecido pelas seguintes publicações: *Gaticanea, ou cruelissima guerra entre os cães e os gatos, decidida em uma sanguinolenta batalha na grande praça da real villa de Mafra*, Lisboa, 1781; 2.ª edição em 1817; 3.ª em 1828. A'cerca d'este poema heroi comico, póde vêr-se o livro *Estudos da Edade Media*, do dr. Theophilo Braga, a pag. 247 e 248; *Ecloga, Pastores da fonte, ou sésta pastoril, offerecida ao ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Conde de Tarouca*, Lisboa, 1781; *Ecloga, Desenganos de amor, ou pastores desconformes*, Lisboa, 1783; *Obra pastoral e allegorica em applauso da acclamação da rainha nossa senhora*, Lisboa, 1787.

Carvalho *(João Maria de)*. Abbade de Roboredo, conego e presidente da Relação ecclesiastica de Braga. Natural de Vianna do Castello. Frequentou a Universidade de Coimbra. Em 1642 publicou um livro em hespanhol, contra os impedimentos que Filippe IV, de Hespanha, punha em Roma para que o pontifice reconhecesse o governo de D. João IV.

Carvalho *(Joaquim Maximo Lopes de)*. Era filho do dr. Antonio Maximo Lopes e de D. Marianna Victoria de Carvalho; nasceu no Campo Grande onde seus paes se haviam refugiado da perseguição que em Lisboa exercia Lagonde, intendente da policia nomeado por Junot, no dia 20 d'agosto de 1808, sendo baptisado em 4 de setembro do mesmo anno, no oratorio da casa que foi do desembargador Veiga, da freguezia de S. João Baptista do Lumiar. Orphão aos 6 annos de edade, foi educado com todo o desvello e carinho por sua tia e tutora, D. Lourença Joaquina d'Assumpção Ferreira, senhora de raras virtudes e de esmerada educação. Estudou no Collegio Bordallo, cursou as aulas das Reaes Escolas de S. Vicente, e fez o antigo curso da aula do commercio. Dedicou-se á vida commercial negociando em vinhos e cereaes, abandonando o ultimo ramo de negocio por se não julgar com

aptidão para elle. Assentou praça em 20 de agosto de 1828, sendo nomeado alferes da terceira companhia do regimento de milicias do termo de Lisboa. Por carta patente de 8 de outubro de 1832 foi nomeado capitão da 10.ª companhia do 2.º terço do 1.º regimento das Ordenanças da Côrte, que fazia a policia da cidade; e por decreto de 18 de agosto de 1834 foi promovido ao posto de tenente coronel do 1.º batalhão da Guarda Nacional do primeiro districto da cidade de Lisboa. Em 6 de junho de 1837 retirou-se para a sua quinta do Valle, na Labrugeira, dando baixa do serviço militar e dedicando-se á agricultura. Foi eleito vereador da camara do extincto concelho de Aldeia Gallega da Merceana, cargo que exerceu no biennio de 1838 a 1839. Por decreto de 18 d'abril de 1842 foi nomeado administrador substituto d'aquelle concelho, servindo algumas vezes no impedimento do administrador effectivo, não recebendo o ordenado nem os emolumentos, cedendo-os a favor do municipio para serem empregados em obras de utilidade publica. Ainda foi proposto para administrador effectivo, mas recusou-se a acceitar. Em 15 de fevereiro do anno de 1849 casou com D. Anna Dorothea Perestrello Cotta Bandeira, senhora dotada de acrisoladas virtudes, descendente da antiga familia Perdigão, que tinha o seu solar em Benavente, e que falleceu em Thomar em 15 de setembro de 1902. D'este matrimonio nasceram sete filhos dos quaes ainda existem quatro. Dedicou-se com afan ao estudo da agricultura, e introduziu grandes melhoramentos nas suas propriedades, que cultivou com esmero. Escreveu uma pequena memoria sobre a fórma de atacar o *oidium* e de empregar o enxofre, que foi publicada annos depois na *Vinha Portugueza*, vol. XIII, pag. 169 e 209; e em 1859 os seus *Estudos agricolas theoricos e praticos, adequados ao concelho de Aldeia Gallega da Merceana*; que fôram publicados no *Archivo Rural*, vol. II e III, 1859 a 1860. Estes estudos mereceram referencias muito lisongeiras de Rodrigo de Moraes Soares e João Ignacio Ferreira Lapa. Lopes de Carvalho carteava-se com os homens mais eminentes do seu tempo, tendo por vezes algumas palestras com Alexandre Herculano sobre assumptos agronomicos. Em 1861 foi lembrado para deputado agricola pelo circulo d'Alemquer, mas não quiz acceitar. Por decreto de 10 de setembro de 1862 foi nomeado director da Quinta Regional de Cintra, creada por decreto da mesma data, sendo exonerado a seu pedido em 7 de agosto de 1868. Voltou para a sua Quinta do Valle a tratar das suas propriedades, e no dia 28 de agosto de 1873 falleceu em Lisboa, para onde tinha partido a tratar-se da grave enfermidade que o victimou, sendo sepultado no seu jazigo no cemiterio do Alto de S. João, da mesma cidade.

Joaquim Maximo Lopes de Carvalho

Carvalho *(Joaquim Peito de)*. V. *Peito de Carvalho.*

Carvalho *(D. Joaquim de Sant'Anna)*. Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, bispo do Algarve, socio da Academia Real das Sciencias, etc. N. em Setubal a 29 de setembro de 1755, fal. em Lisboa a 2 de janeiro de 1833. Entrou na ordem dos eremitas de S. Paulo, da congregação da Serra d'Ossa, indo depois estudar a Coimbra a faculdade de Theologia, em que se doutorou a 20 de julho de 1786. Passou depois para freire conventual da ordem de Christo, prior da freguezia da Ventosa, e em 1819 foi eleito bispo do Algarve, dignidade de que tomou posse a 1 de março de 1820 por procuração, e sagrou-se em Lisboa a 16 de abril. Nomeou logo provisor e governador do bispado o chantre João José de Mattos, restringindo-lhe, porém, muito as suas attribuições. Tambem jurou por procuração as bases da constituição, e só entrou no seu bispado a 8 de abril de 1821. Foi muito bem recebido, mas não tardou a indispôr-se com toda a gente, já por desconsiderações que fazia, já por algumas economias em obras de caridade, economias que fôram muito mal vistas. Desde então seguiu uma politica duvidosa, com a qual desagradou aos amigos e aos inimigos do governo. Quando este o mandou recolher ao Varatojo, o corpo capitular não se foi despedir d'elle; tambem, apenas se restabeleceu o governo absoluto, em 1823, com a queda da constituição, o bispo vingou-se, suspendendo ainda de Lisboa varios padres, e fazendo com que outros fôssem deportados. Queria voltar ao Algarve com poderes amplissimos para poder punir á sua vontade aquelles de quem dizia ter razão de queixa, e como não o conseguiu, resignou a mitra, pedindo para a sua sustentação apenas 400$000 réis annuaes, mas o governo mandou-lhe dar uma pensão de 6:000 cruzados. Quando o seu successor tomou posse do bispado, em 1824, D. Joaquim de Sant'Anna de Carvalho despediu-se dos seus diocesanos n'uma pastoral muito cordata, mas não tardou a levantar novas questões. Tendo fixado a sua residencia em Lisboa, assistiu á assembléa dos Tres Estados convocada pelo infante D. Miguel, e apezar de ser absolutista de coração, quiz discutir; abafaram-lhe a voz com gritos e clamores, e elle, protestando contra a violencia, não quiz assignar o auto, continuando assim no seu systema de se indispôr com todos, mal visto pelos liberaes que o consideravam um despota, mal visto pelos absolutistas que o tinham na conta de dissidente. Retirou-se então á vida particular, fallecendo d'uma apoplexia em 1833, conforme se disse, e foi sepultado na egreja do convento de S. Pedro d'Alcantara. Fôra eleito socio da Academia Real das Sciencias em 1795. Gozou sempre dos creditos de homem sabio e bom letrado. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa ha o seu retrato de corpo inteiro. Dos seus escriptos, parece que publicou apenas o seguinte: *Exame critico da censura de mr. Linck sobre a estatua equestre do sr. rei D. José I*, saiu no *Jornal de Coimbra*, vol. V, pag. 341 a 317; *Pastoral dirigida ao Cabido, Clero e Povo da diocese do Algarve, despedindo-se, depois de haver resignado o bispado;* tem a data de Lisboa, 24 de dezembro de 1823.

Carvalho *(Fr. Jorge de)*. Monge da ordem de S. Bento, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, abbade em diversos conventos da sua ordem, e apreciado prégador no seu tempo, etc. N. em Lisboa entre os annos de 1604 e 1607, fal. no collegio da Estrella a 22 de outubro de 1677. Era filho de Sebastião de Carvalho, desembargador do paço, e de D. Maria Braga e Figueira. Professou na ordem benedictina no convento de Tibães, a 13 de fevereiro de 1623. Foi tambem qualificador do Santo Officio, abbade dos conventos do Porto, Santarem, S. Miguel de Refoios, e do collegio de N. S.ª da Estrella, de Lisboa. Publicou alguns dos seus sermões. Escreveu: *Vida do Conde duque, escripta pelo marquez Virgilio Malvezzi, dedicada ao principe D. Theodosio*, traduzida do italiano, Lisboa, 1650; *Soliloquios que um peccador arrependido fala com Deus*, etc., Lisboa, 1653; *Relação verdadeira dos successos do Conde de Castello-melhor (João Rodrigues de Sousa), preso em Carthagena de Indias*, Lisboa, 1642, sem o nome do autor.

Carvalho *(Fr. José de)*. Religioso da ordem carmelitana, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, lente na mesma faculdade, etc. N. em Lisboa a 19 de março de 1631; fal. a 28 de março de 1708. Era filho de Miguel Alvares e de Maria Carvalho. Professou no convento do Carmo de Lisboa a 15 de junho de 1648. Foi lente cathedratico das cadeiras de Gabriel e de Escoto, até chegar á de Prima a 6 de outubro de 1695, jubilando-se em 1699. Por muitas vezes exerceu o cargo de vice-reitor da Universidade. Deixou os seguintes trabalhos, que ficaram manuscriptos no collegio de Coimbra; *Orações latinas recitadas nos doutoramentos da faculdade de Theologia, 1 vol.*, *Diversos tratados theologicos, e Escripturarias dictados na Universidade de Coimbra*, 3 volumes.

Carvalho *(D. José Dias Correia de)*. Bispo de Vizeu. N. na villa de Canellas em 30 de dezembro de 1830. Era filho de Antonio Dias de Carvalho e de D. Maria Engracia Corrêa de Carvalho. Seguiu os estudos para a vida ecclesiastica na cidade do Porto. Depois de ser ordenado presbytero, foi em 1854 cursar á Universidade de Coimbra, conseguindo a formatura em Theologia a 22 de junho de 1860, e em Direito a 23 de junho de 1862, obtendo durante a frequencia das duas faculdades algumas distincções academicas. Terminando os estudos foi para o bispado de Beja reger em outubro do referido anno de 1862 uma cadeira de sciencias ecclesiasticas, vaga no respectivo curso. Exerceu por algum tempo o logar de promotor no dito bispado, e foi nomeado vigario pro-capitular do mesmo em fevereiro de 1865, logar que exerceu simultaneamente com a regencia da cadeira de direito canonico até junho de 1871. Por decreto de 13 de março d'este anno, foi apresentado bispo de Cabo Verde, e confirmado por Letras Apostolicas de 6 de julho, sendo sagrado na egreja de S. Domingos, de Lisboa, a 3 de setembro do referido anno de 1871. Tomou posse do bispado por procuração, e partiu para a sua diocese em 5 de janeiro de 1872, onde se conservou quasi 8 annos completos sem vir a Portugal. Encontrou graves dissidencias entre alguns membros do seu cabido, a que poz termo, pelos meios mais prudentes e conciliatorios. Melhorou os estudos, a disciplina e as condições economicas do seu Seminario, e sustentou com firmeza a sua conservação, no meio de graves e insistentes resistencias que conseguiu vencer. Foi o primeiro prelado que conseguiu visitar todas as egrejas do archipelago, no meio dos mais penosos incommodos e difficuldades por mar e por terra. O digno prelado prestou muitos serviços aos seus diocesanos e aos parochos pobres do bispado, o que lhe grangeou as maiores sympathias. Sentindo-se bastante doente, regressou ao reino para se tratar, não deixando, porém, de occupar-se da sua diocese, advogando e requerendo perante o governo tudo quanto lhe pareceu justo, e quanto lhe era indicado pelas exigencias e necessidades da sua administração pastoral. Indicado para a diocese de Portalegre, e seguidamente para o patriarchado de Lisboa, quando se tratou de prover as dioceses vagas, foi afinal transferido para a de Vizeu, uma das mais importantes do reino, tomando posse do seu bispado em principios de setembro de 1883, onde actualmente se conserva.

Carvalho *(José Joaquim de)*. Cirurgião-medico pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa. N. em Torres Novas, e é filho de Carlos Manuel de Carvalho. Defendeu these a 27 de julho de 1880, a qual publicou com o titulo: *Breve estudo sobre a anesthesia mixta obtida pela acção combinada da morphina e do chloroformio*, Lisboa, 188?. Depois serviu no ultramar. Fôra nomeado cirurgião do hospital de S. José em 18?3, d'onde se retirou em 1834.

Carvalho *(José Joaquim de)*. Jornalista catholico. N. a 10 de agosto de 1859 em Carmonã, conc. de Salsete, na India. Educado nos principios da mais sã moral, foi estudante distincto no Real Seminario de Rachol. Entrou cedo na imprensa administrando a *India Portugueza*, em 1883. Pouco depois collaborava no *Crente*. Em 1891 foi para Bombaim, onde, assumiu a direcção da parte portugueza do *Concanim* e collaborando no *Anglo-Lusitano*. Em seguida fundou o jornal *Leituras Amenas*, que depois passou a intitular-se *A Civilisação Indiana*. No anno seguinte fundou outro jornal, *A Defeza Nacional*, escripto em concanim e portuguez, e no qual se revelou habil polemista. Ainda redigiu *A Opinião Nacional* e a parte portugueza da *Luz*. Finalmente dirigiu o *Poder*, por occasião da revolta de Satary. Tem collaborado em muitos jornaes catholicos, incluindo alguns do continente do reino. Pertence ao Gabinete de Leitura de Majordá, Associação Academica de Nova Gôa, Atheneu Litterario da mesma cidade, Instituto Luso-Indiano, Bombaim, e Sociedade de Geographia de Lisboa. Publicou: *A perola de Bethania*, episodio paraphraseado do *Martyr do Golgotha* de Escrich, Bombaim, 1893; *Biographia do marechal Mac-Mahon*, id. 1894; *Santa Catharina e as duas Romas*.

Carvalho (*José Leandro de*). Pintor brazileiro muito apreciado. N. na freg. de S. João de Itaborahy, depois de 1750, fal. em 1831. Revelando grande vocação para a pintura, foi estudar nos *ateliers* d'alguns pintores do Rio de Janeiro. Começou a trabalhar muito, enchendo as egrejas d'esta cidade e a freguezia do logar onde nasceu, de quadros seus, mostrando-se principalmente notavel no genero de pintura a colla sobre o panno. Nos retratos, porém, é que se tornava admi-

ravel a facilidade com que apanhava a semelhança, até mesmo de memoria, e foi de memoria que pintou em 1808 o primeiro retrato do principe regente D. João, mais tarde D. João VI, que se fez no Brazil. Chamado ao paço, tirou outros retratos do principe e d'outros membros da familia real. N'um concurso para a execução d'um quadro do retabulo da capella do paço, que devia representar a familia real, foi elle o preferido, em concorrencia com um artista italiano. Nas festas da acclamação de D. João VI em 1816, foi encarregado de varios trabalhos no paço, e de pinturas scenographicas no theatro.

Carvalho *(José Manuel de)*. Bispo de Macau e de Angra do Heroismo, do conselho de Sua Magestade. Nasceu em Lourigo, diocese de Vizeu, a 15 de setembro de 1844; fal. em Angra do Heroismo a 24 de abril de 1904. Ordenou-se presbytero, e indo a Coimbra acompanhando como preceptor os filhos do sr. marquez de Reriz, matriculou-se em Direito na Universidade de Coimbra, onde se formou em 1881. Voltando depois a Vizeu, exerceu a advocacia, sendo egualmente professor no lyceu d'esta cidade. Em 19 de abril de 1897 foi nomeado bispo de Macau, conservando-se até 1901, anno em que, vindo á metropole para tratar da sua saude já bastante abalada pelas febres que em Macau o haviam assaltado, obteve a sua apresentação na mitra de Angra do Heroismo, vaga pela transferencia de D. Francisco Vieira de Brito para a sé de Lamego, onde ainda hoje se conserva. Em 1 de março de 1902 datava de Coimbra uma carta pastoral, em que se despedia dos seus diocesanos macaenses, participando-lhes a sua apresentação na mitra de Angra do Heroismo, alludindo ao mesmo tempo ao seu mau estado de saude. Em 17 de novembro de 1902 datou de Angra do Heroismo a sua *Saudação pastoral*.

Carvalho (*José Maria Rodrigo de*). Commendador da ordem de S. Bento de Aviz, e prior na freguezia do Seixo do Ervedal. Ignora se a data do seu nascimento; fal. no Porto com mais de 80 annos em julho de 1844, em casa d'umas suas sobrinhas, onde se refugiara havia alguns annos para se livrar de perseguições politicas, de que foi victima. Escreveu: *Orações e panegyricos*, Lisboa, 1844, publicados já depois da sua morte; *Panegyrico de Santa Izabel, Rainha de Portugal, recitado na egreja de S. Francisco do Porto em 9 de julho de 1843*, Porto, 1843.

Carvalho (*José Mauricio de*). Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. Natural de Rio Maior, districto de Santarem. E' filho de Victor Mauricio de Carvalho. Doutorou-se a 22 de julho de 1855.

Carvalho *(José Victorino Pinto de)*. Abbade de Mancellos e antigo professor de instrucção primaria; de portuguez, francez e latim, no Porto e em Amarante. Encarregado da parochialidade da freguezia de Mancellos em setembro de 1873, primeiro como coadjutor e depois parocho encommendado, foi collado n'esse beneficio em dezembro de 1882. O actual bispo do Porto, por occasião da visita pastoral, em novembro de 1900, concedeu-lhe o titulo de Abbade, em substituição do de Reitor, que até então usava. O reverendo Pinto de Carvalho nasceu na freg. de Athaide, no conc. d'Amarante, a 12 de março de 1833, filho natural, perfilhado, do dr. José Justino Pinto de Carvalho, da mesma freg. de Mancellos. Publicou os seus primeiros escriptos em 1857, no *Nacional* do Porto, então redigido por Gonçalves Basto, e no qual brilhavam, como estrellas de primeira grandeza, Evaristo Basto e Ricardo Guimarães, depois visconde de Benalcanfor. N'esse jornal e em muitos outros, politicos e litterarios, publicou artigos politicos, litterarios, bibliographicos, historicos, folhetins, versos e correspondencias. São d'esse tempo a descripção da jornada do *Porto a Lamego*, e a *Pena ultima*, resposta a um folheto de um professor de Penafiel, advogando a forca. Tem collaborado em quasi todos os jornaes religiosos do paiz, como a *Fé Catholica*, *Cruz*, *Voz do Christão*, *Sciencias Ecclesiasticas*, *Semana Religiosa Bracharense*, *Consultor do Clero*, *Palavra*, *Progresso Catholico*, *Voz da Verdade* e outros. Foi redactor do *Correio de Lamego*, desde novembro de 1892 a maio de 1895. Entre muitos outros artigos, publicou: na *Ordem*, duas series de Cartas, a proposito dos livros *Affirmações Catholicas* e *Confissão auricular*, do dr. Silva Ramos; na *Palavra*, as *Reflexões sobre a incredulidade*, depois publicadas em livro, *Cartas da Provincia* e *Cartas d'um solitario*; no *Progresso Catholico*, os *Nihilistas portuguezes* e uma monographia, em 23 artigos, a respeito da *Egreja e Convento de Mancellos*, e na *Encyclopedia das Familias*, um resumo da monographia e um *Passeio a Barrozas*. Em livro publicou: *Quadros historicos*, 1 vol. de 333 pag., 1864; *Reflexões sobre a incredulidade*, 1 vol. XIII=111 pag., 1878; *Esboços apologeticos da Religião catholica*, 1 vol. XV=219 pag., 1886; *O Padre parochiando, resando e celebrando*, 1 vol. 114 pag., 1899. *Um passeio a Vizella e Guimarães*, 1 vol. 134 pag., incluindo algumas apreciações das obras do autor, 1900. *Biographia e notas*, na edição das poesias selectas de Bocage, 1864. *Penafiel*, artigo a proposito d'um livro do dr. Coroliano de Freitas Beça, e por este publicado, juntamente com outros, em folheto, 1898. Traducções: *Jesus Christo*, por Mgr. Segur, com a biographia do autor, 1 vol. 1864; *Objecções populares contra a Encyclica*, por Mgr. Segur, com introducção e notas, um folheto, 1865; *Educação das mães de familia*, por Aimé Martin, revisão e traducção de novos capitulos para a 2.ª edição, 1865; *Jesus Christo é Deus*, por Mgr. Parisis, publicado na *Fé Catholica*, 1863; *A Mãe de Deus*, pelo em.^mo Cardeal Capecelatro, publicada no *Semanario dos filhos de Maria*, 1866; *O Mez de Maria*, por Vassel de Fautereau, no mesmo semanario, 1867: *Os mascaras vermelhas*, por Ponson du Terrail, 1.ª parte, publicada em folhetins no antigo *Jornal de Noticias*, 1 vol. 476 pag., 1866, etc.. O rev. Pinto de Carvalho, retirado da imprensa, apenas hoje escreve um ou outro artigo

José Victorino Pinto de Carvalho

para alguma revista religiosa. Entretanto, para matar saudades, vae escrevendo para uso particular as *Memorias do seu tempo*, acompanhando-as de reflexões serias ou humoristicas, segundo a natureza dos acontecimentos archivados. Já tem nove volumes de mais de 300 pag. cada um. Trabalha actualmente no decimo.

Carvalho (*Leopoldo de*). Ensaiador do theatro do Gymnasio. N. em Lisboa a 8 de junho de 1844. Era filho do major reformado José Maria de Carvalho. Muito novo dedicou-se á vida commercial, frequentando depois na Academia das Bellas Artes a aula de desenho de figura, e em seguida aprendeu a gravar em madeira na officina de Castro & Irmão. Muito amador de theatro, já representava em diversas sociedades particulares. Em 1864 resolveu-se a entrar no Real Conservatorio para seguir a arte dramatica, sob a direcção dos professores Duarte de Sá e Alfredo de Mello. Concluindo o curso como discipulo pensionado, foi obrigado a dar provas publicas no theatro de D. Maria, o que realisou a 22 de maio de 1867 nas comedias *O mealheiro* e *Viagem á China*. Apezar de ter sido muito applaudido não ficou classificado. Percorreu então as provincias com alguns amadores, e em 1869 foi escripturado para o theatro do Principe Real na empresa do actor José Carlos dos Santos, onde esteve até 1870. No anno seguinte a empreza do Gymnasio o convidou a fazer parte da companhia e desde então, exceptuando uma epoca que esteve no Porto como ensaiador, ali se tem conservado, primeiro como actor, depois actor e ensaiador, dedicando-se mais tarde, em 1872, sómente ao encargo de ensaiador, em que dispõe das maiores aptidões, sendo hoje um dos nossos primeiros ensaiadores theatraes. Estudando sempre, tem traduzido do hespanhol muitas comedias, na maior parte representadas no Gymnasio. Leopoldo de Carvalho foi ha dois annos ao Brazil com a sua companhia.

Carvalho (*Lino José Daniel de*). Inspector de veterinaria, adjuncto ao ministerio da guerra. N. em Murça em 1824, fal. a 10 de outubro de 1903. Era filho de José Daniel de Carvalho. Teve o curso de veterinario. Assentou praça na Escola Veterinaria em 4 de outubro de 1842. Da categoria de primeiro sargento alumno da mencionada escola, passou á classe de facultativo veterinario, sendo promovido a alferes em março de 1847, a tenente em junho de 1856, a capitão em novembro de 1861, e a veterinario inspector, com a graduação de major, em novembro do anno de 1884. Exerceu as funcções de adjuncto á repartição de saude do ministerio da guerra, para que foi nomeado pela ordem do exercito n.º 33 de 1864; de sub-chefe da 6.ª repartição da 1.ª direcção em 1868; de sub-chefe da 6.ª repartição da direcção geral do referido ministerio em 1869. Era condecorado com a medalha militar de prata de comportamento exemplar. Em 1886 foi segundo secretario da *Commissão central 1.º de dezembro de 1640*, para a inauguração do monumento dos restauradores da independencia de Portugal, na Avenida da Liberdade, que se realisou em 28 de abril d'esse anno. Foi um dos maiores enthusiastas n'esta manifestação patriotica.

Carvalho (*Lourenço Antonio de*). Bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra, deputado, ministro e conselheiro de Estado, par do reino, engenheiro civil, vice-governador do Banco Hypothecario, vogal da Junta Consultiva de Obras Publicas, grã-cruz da ordem de Carlos III, de Hespanha, etc. N. em Lisboa a 27 de fevereiro de 1837, fal. no Campo Grande a 3 de outubro de 1891. Era filho do 1.º barão de Chancelleiros, Manuel Antonio de Carvalho, e de sua mulher D. Maria José de Carvalhosa Henriques; irmão do visconde de Chancelleiros ha pouco fallecido. Em 1852 foi para Coimbra, tornando-se conhecido no estudo das mathematicas, de que tomou o grau de bacharel, vindo em seguida para Lisboa matricular-se na Escola do Exercito, e, quando terminou o curso, seguiu a carreira de engenheiro civil, sendo empregado na construcção do caminho de ferro de norte e leste. Entrando na politica, filiou-se no partido regenerador, e foi eleito pela primeira vez deputado, pelo circulo de Valle Flôr, na legislatura de 1865-1869, continuando nas legislaturas de 1872-1874, 1875-1877, sendo eleito por Valle Passos, Torres Vedras e Regoa. Os seus discursos e trabalhos parlamentares demonstraram bem a sua competencia para os importantes commettimentos da viação accelerada, de que resultou ser successivamente encarregado dos pareceres e relatorios respectivos ás propostas dos caminhos de ferro do Minho e Douro, dos do Algarve, da Beira Alta, e da 5.ª secção da linha do norte. Em 1868 foi pelo ministro, conde de Valbom, nomeado chefe da exploração do caminho de ferro do sul e sueste, onde serviu até junho de 1872, anno em que foi encarregado dos estudos definitivos e construcção do caminho de ferro do Douro até 1870. Fontes Pereira de Mello, reconhecendo o seu elevado merecimento, o convidou a 9 de setembro de 1876 para entrar no ministerio por elle organisado, encarregando-o da pasta das obras publicas. Este ministerio teve curta duração, pois que terminou em 2 de março de 1877, mas no anno seguinte novamente foi chamado ao ministerio como ministro das obras publicas no gabinete formado tambem pelo referido estadista. O seu governo foi sempre de boa administração, e a elle se devem importantes melhoramentos publicos. Caindo o ministerio em 1879, Lourenço de Carvalho reassumiu as suas funcções de director do caminho de ferro do Douro, abandonando um pouco a vida activa da politica, recusando a pasta de ministro que por diversas vezes lhe foi offerecida. Depois teve a nomeação de vice-governador do Banco Hypothecario, logar que exerceu até ao seu fallecimento. Lourenço de Carvalho casou a 31 de maio de 1877 com D. Marianna Carolina do Casal Ribeiro, filha dos 1.ºs condes d'este titulo.

Carvalho (*Luiz Maria de*). Conego da sé de Loanda. Foi alumno interno do seminario patriarchal de Santarem, para onde entrou no fim de setembro de 1854; e sob proposta do bispo de Angola, D. Manuel de Santa Rita e Barros, foi nomeado e apresentado por decreto de 30 de outubro de 1860, capellão-cantor da sé cathedral de Loanda. Nomeado pela portaria do governo geral da provincia de 1 de maio de 1865 professor de canto ecclesiastico do seminario diocesano, exerceu este cargo até 1867, seguindo então para o reino a receber ordens sacras. O decreto de 18 de fevereiro de 1867 nomeou o parocho da freguezia de S. José de Calumbo, e a 27 de julho seguinte

era lhe conferida a collação. Poucos mezes, porém, permittiu o mau clima que elle se demorasse, como foi reconhecido e attestado por medicos. Depois, por provisão do governo do bispado de 23 de maio de 1868, foi escolhido para ir missionar nos concelhos sertanejos do Alto Dande, Barra do Dande, Libongo, Ycolo e Bengo, e Zenza de Golungo, sendo mais tarde collocado na primeira d'estas localidades, e servindo sempre a contento e com a confiança dos seus superiores hierarchicos, e a bemquerença dos povos a quem prodigalisava todos os beneficios salutares da sua espinhosa missão evangelica. A provisão do bispado de 18 de julho de 1870 o nomeou parocho de Golungo Alto, logar em que foi confirmado pelo decreto de 8 de março de 1872. Deu-se a desastrosa sublevação do Dembos e outros povos d'além Zenza, e o infatigavel missionario patriota seguiu uma columna de operações contra os rebeldes, e os serviços que então prestou como capellão da força armada, mereceram-lhe as honras de conego da sé de Loanda, por decreto de 10 de abril de 1873. Deixando o Golungo Alto, o conego Carvalho voltou a Loanda, e por decreto de 10 de setembro foi agraciado com a nomeação, e em 16 de dezembro de 1877 com a collação no vicariato da freguezia de N. S.ª dos Remedios, a mais importante de Loanda. Em 1888, sob proposta do bispo de Angola, D. Antonio Thomaz da Silva Leitão de Castro, ao governo, foi condecorado com a commenda da ordem de N. S.ª da Conceição, em recompensa de serviços prestados em Angola durante 23 annos. O conego Carvalho reuniu um grupo de 14 rapazitos africanos, que resgatara da escravidão do obscurantismo selvagem dos sertões d'Africa, vestiu-os, deu lhes abrigo em sua propria casa, instruiu-os e educou os por caridade; lembrou-se um dia de lhes ensinar musica, e de os constituir n'uma graciosa fanfarra, que chegou a tocar em Loanda. Nas horas que o seu dever evangelico lhe deixava livres, agrupava os seus protegidos, e leccionava os, conseguindo pelo seu apropriado methodo de ensino, e extrema paciencia com que explicava, pôr em evidencia a sagacidade, a penetração, e a boa memoria de alguns d'esses rapazitos. Os jovens africanos falavam correctamente o portuguez, ajudavam á missa em latim, e comprehendiam a musica, lendo-a e ferindo as notas nos seus instrumentos. A fanfarra africana causava admiração geral, e todos elogiavam a paciencia do bondoso prelado, e a intelligencia que se desenvolvera n'aquelles selvagensinhos, boçaes e analphabetos.

Carvalho *(Padre Manuel)*. Jesuita. N. no Porto em 1673, fal. na Bahia a 24 de junho de 1759. Partiu para o Brazil ainda muito creança, e entrou na Companhia de Jesus no collegio da Bahia, em 1688. Foi eleito procurador geral da junta da curia romana, indo para Roma em 1718; reitor do collegio do Rio de Janeiro e deeano no da Bahia, onde falleceu. Deixou obras manuscriptas em portuguez e em latim.

Carvalho *(Padre Manuel Agostinho de)*. Parece ter sido natural da India, e fal. em Gôa em janeiro de 1877. Escreveu: *Papel demonstrando a necessidade de uma egreja para a aldeia Camorlim de Salcete*, Nova Gôa, 1867; *A cruz*, jornal religioso quinzenal, Nova Gôa, 1876.

Carvalho *(Manuel Coelho de)*. Escrivão da Contadoria geral da guerra e reino, e criado do infante D. Duarte, irmão de D. João IV. Foi natural do Porto, mas não se conhece a data do nascimento nem do fallecimento. Escreveu: *Prisão injusta, morte fulminada, e testamento do serenissimo infante D. Duarte*, Lisboa, 1649. Escreveu tambem o seguinte em hespanhol, e sobre o mesmo assumpto: *Sentimiento general a la muerte del ser.mo infante Don Duarte, en el triste dia de sus funerales exequias*, Lisboa, 1649; *La verdad y la lisonja premiada, comedia famosa dedicada al señor Sebastian da Gama Lobo*, Lisboa, 1658.

Carvalho *(D. Maria Amalia Vaz de)*. V. *Vaz de Carvalho.*

Carvalho *(Marianno Cyrillo de)*. Professor de Mathematica, deputado, ministro, jornalista, vogal do Conselho Superior de Instrucção Publica, etc. N. em Abrigada a 25 de junho de 1836. E' filho d'um medico muito conhecido das Caldas da Rainha. Seu pae o destinou a pharmaceutico, e em 1850, aos 14 annos, matriculava-se na Escola Polytechnica de Lisboa, seguindo depois o curso de pharmacia, em que se houve com muita distincção. Aos 18 annos havia concluido o curso, e foi praticar para uma pharmacia, que pouco depois abandonou, para voltar á Escola Polytechnica a seguir o curso de Mathematica, o qual concluiu. Estava na Escola do Exercito cursando as cadeiras complementares para a engenharia militar, quando ganhou em brilhantes concursos o logar de repetidor d'este instituto, e no anno seguinte o de lente substituto das cadeiras de Mathematica na Escola Polytechnica, por decreto de 22 de abril de 1863, sendo promovido em 1877 á propriedade da primeira cadeira Hoje é professor jubilado da referida Escola. Em 1864 começou a sua vida jornalistica, escrevendo uns notaveis artigos na *Gazeta de Portugal*, jornal que o fallecido escriptor Teixeira de Vasconcellos fundou n'este anno, revelando-se desde logo um habil polemista, estudando as questões com profundo criterio e grande interesse, conservando-se n'esta redacção até 1867. Fundou depois o *Noticias*, as *Novidades*, o *Correio Portuguez*, e por fim o *Diario Popular*, que ainda hoje existe, e que teve grande popularidade pelo vigor dos artigos e pela violencia das controversias. Filiando-se no partido reformista, presidido pelo bispo de Vizeu, D. Antonio Alves Martins, o sr. Marianno de Carvalho foi eleito deputado pela primeira vez em 1870, pelo circulo da Chamusca, na legislatura que começou a 31 de março e findou, pela dissolução, em 21 de julho. Representou ainda o referido circulo nas legislaturas de 1870-1871, de 1871-1874 e de 1878-1879; na seguinte legislatura, 1879-1880, foi eleito por um dos circulos do Porto; na de 1881-1884 representou o circulo de Timor, e na seguinte legislatura o do Cartaxo. No anno de 1876 acompanhou os seus amigos politicos na fusão com o partido historico, em resultado do pacto da Granja, que formou o partido progressista. Foi pela primeira vez ministro, encarregando-se da pasta da fazenda, no gabinete presidido pelo sr. José Luciano de Castro, por decreto de 20 de fevereiro de 1886, funcções que exerceu até 23 de fevereiro de 1889. Novamente chamado aos conselhos da Corôa, para a mesma pasta da fazenda, por diploma de 21 de maio de 1891, só assumiu o cargo a 9 de junho, e exercendo-o até 17 de janeiro de 1892, geriu tambem

interinamente a pasta do reino desde 27 de julho até 14 de novembro de 1891. Sendo o paiz representado na exposição universal de Paris em 1889 pela Real Associação de Agricultura e pela Associação Industrial Portugueza, o sr. conselheiro Marianno de Carvalho foi o representante do governo como fiscal d'estas associações. Em junho de 1890 partiu para as nossas possessões da Africa Oriental e Occidental, a bordo do vapor *Malange*, em commissão do governo, n'uma viagem de estudo, d'onde regressou a 10 de dezembro do referido anno, apresentando ao governo relatorios em que deu conta do desempenho da sua commissão, os quaes se publicaram pelo ministerio da marinha. Desembarcando em Lisboa, teve uma brilhante recepção. No theatro da Trindade realisou-se no dia 24 do referido mez um sumptuoso banquete offerecido por uma commissão de amigos do apreciado estadista, presidido pelo sr. conselheiro Silva Amado, a que tambem assistiram os srs. conselheiros José Luciano de Castro e Julio de Vilhena. No Congresso Vinicola Nacional, promovido pela Real Associação da Agricultura Portugueza, que se realisou nos dias 5, 6, 7 e 8 de fevereiro de 1900, com a assistencia de 4.000 congressistas de todos os pontos do paiz, o sr. Marianno de Carvalho foi o representante do syndicato agricola de Montemór. A este congresso presidiu na abertura dos trabalhos S. M. El-Rei Senhor D. Carlos, e assistiram Suas Magestades as Rainhas e o Senhor Infante D. Affonso. Foi o sr. conselheiro Marianno de Carvalho um dos homens que mais teem contribuido para o desenvolvimento de Cascaes, e a quem se deve particularmente a linha ferrea que tanta importancia deu a esta villa; tambem pensou no plano d'um porto franco, e d'uma linha ferrea, que pela Marinha seguisse a Collares. Militou sempre no partido progressista, porém ha tempo affastou se d'elle, declarando-se independente. Nas collecções do *Diario do Governo* e do *Diario das Côrtes* encontram-se do sr. conselheiro Marianno de Carvalho muitos projectos e propostas de lei, sendo alguns antecedidos de extensos relatorios e discursos. Além dos seus trabalhos parlamentares e jornalisticos, traduziu para alguns editores o seguinte: *O homem da orelha quebrada*, 1 vol., Lisboa, 1868, publicado pela antiga empresa da *Bibliotheca dos dois mundos*; *Aventuras de tres russos e de tres inglezes*, *Viagem ao centro da terra*, *O paiz das pelles* e *A galera Chanceller*, obras de Julio Verne, publicadas nas collecções do fallecido editor David Corazzi; *A bola de sabão*, comedia em 3 actos, traduzida do italiano, que se representou com muito exito no theatro do Gymnasio, e se publicou em 1876; a *Questão dos tabacos, discursos proferidos na camara dos senhores deputados nas sessões de 12, 13 e 15 de abril de 1889*, etc, Lisboa, 1889; *Questões de hoje, os planos financeiros do sr. Marianno de Carvalho, edição gratis*, Lisboa, 1893. E' uma serie de artigos publicados no *Diario popular* desde fevereiro até abril do mesmo anno, com uma introducção escripta por Marianno Pina. Esta edição foi feita a expensas de amigos politicos e pessoaes do autor, segundo vem declarado no verso do frontispicio.

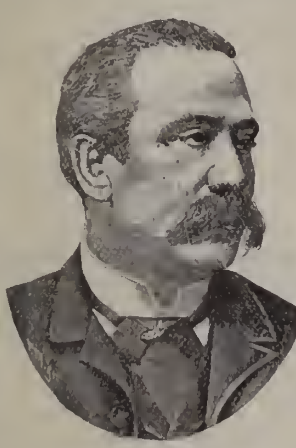

Marianno Cyrillo de Carvalho

Carvalho *(Martim Teixeira de)*. V. *Amor de Deus*.

Carvalho *(Padre Miguel de)*. Jesuita, missionario no Oriente. N. em Braga em 1580, morreu em Nagasaki a 25 de agosto de 1624. Entrou na ordem dos jesuitas em 1597. Partiu para o Oriente como missionario em 1602, no grupo de missionarios, dirigidos pelo padre Alberto Laercio. De Gôa quiz passar ao Japão, mas o navio em que embarcára, para escapar a uns corsarios inglezes, varou a terra, e o padre Miguel de Carvalho perdeu ahi quanto possuia. Para poder entrar no Japão, teve de deixar o habito e vestir-se de soldado, e assim chegou a Nagasaki, onde retomando o seu caracter ecclesiastico, principiou a prégar, chegando a converter muitos japonezes, até que o governador, n'um momento de reacção contra os missionarios, o mandou prender juntamente com outros padres, e todos morreram no martyrio. Ha d'elle impressas muitas cartas annuas, dando conta das suas missões.

Carvalho (*Nicolau Abreu de*). Capitão de infantaria com exercicio de engenheiro na praça da Bahia, para que foi nomeado por carta patente de 28 de abril de 1723. A carta de nomeação allude ás boas informações dadas pelo professor Manuel Azevedo Fortes, que o julgava apto não só para os trabalhos de fortificação, mas para leccionar a arte militar. Abreu de Carvalho, na verdade, prestara serviços na praça da Bahia, como engenheiro militar e como professor. Por este motivo, e por haver já 23 annos que entrara na carreira, foi promovido a sargento-mór, com a clausula de continuar a reger a aula. Esta carta é datada de Lisboa a 15 de julho de 1732. Em 1746 foi promovido a tenente de mestre de campo general engenheiro da praça da Bahia. Na carta que o nomeava se diz que elle servira 25 annos, 2 mezes e 20 dias continuadamente, desde março de 1706 até 5 de junho de 1734. No anno de 1747 pediu Abreu de Carvalho, em gratificação dos seus serviços, que lhe fôsse concedido o habito de Christo com a tença de 12$000 réis para seu filho mais velho e o mais que sua magestade houvesse por bem para repartir por suas quatro filhas: Victoria, Margarida, Anna e Luiza. No requerimento, em que se solicita esta mercê, se faz a enumeração dos seus serviços. Quando ainda estava em Lisboa foi encarregado de ir examinar diversas minas de metaes, e no Brazil, além da regencia da aula e de muitas e variadas diligencias, foi encarregado da fortificação e de pôr em defeza a capitania do Espirito Santo. O Conselho Ultramarino, consultado sobre este requerimento, foi de parecer, que lhe fôsse concedido o habito de Christo com 80$000 réis de tença, verificando-se a mercê do habito em seu filho com 12$000 réis. Em 1757, el-rei D. José promovia o velho

serviçal de seu pae a coronel de infantaria com exercicio de engenheiro, por carta patente de 17 de dezembro.

Carvalho *(Onofre ou Inofre de)*. Architecto, que se julga ter nascido em Obidos. Segundo diz Diogo do Couto na 3.ª das suas decadas, foi este architecto que el-rei D. Sebastião encarregou da reedificação das fortificações de Ormuz.

Carvalho *(Padre Paulo de)*. Jesuita de elevado talento, natural de Evora, que regeu cadeiras sem nunca as ter frequentado por falta de saude. Por uma dissidencia que teve em pontos de doutrina com um seu superior, abandonou o magisterio, e foi missionar para o Brazil, onde morreu a 15 de maio de 1621. Deixou manuscriptas todas as suas obras, em portuguez, uma biographia do padre Christovão Gil, e em latim uns poucos de trabalhos theologicos.

Carvalho *(Pedro Alexandrino de)*. Pintor. N. em Lisboa, na freg. dos Anjos, a 27 de novembro de 1729, fal. na mesma cidade a 27 de janeiro de 1810. Era filho de Lazaro de Carvalho e de Antonia Maria de Mattos. Foi discipulo de Bernardo Pereira, pintor obscuro, mas em breve excedeu o mestre, colhendo melhor resultado das lições de André Gonçalves, seu visinho, e cujas obras procurou imitar, o que não lhe foi difficil conseguir não poucas vezes com singular vantagem. Nunca esteve em Italia estudando com os grandes mestres, viveu sempre em Portugal, onde deixou grande copia de quadros, tanto nas egrejas de Lisboa, como em muitas do paiz. Manejava os pinceis com a maior facilidade. Familiarisado com todos os processos, pintava a fresco ou a tempera com o mesmo desembaraço com que pintava a oleo. Não o atemorisavam as grandes composições, nem desdenhava dos pequenos assumptos; a tudo se accommodava. Com a mesma diligente boa vontade e correcção com que executava os tectos das egrejas dos conventos, se sentava deante dos pannos das cadeirinhas e dos coches, cujas portinholas pintou com insigne maestria. Tudo tinha o seu preço, tudo se faria conforme as posses de quem encommendasse trabalho, e assim alcançou grande popularidade. Diz um dos seus biographos: «Por isso, lá em cima, estendido ao longo da esteira, companhia inseparavel do pintor decorador, ia elle despregando de sob um pincel, cuja espontanea facilidade não tinha rival, as glorias e empyreos povoados de figuras de bemaventurados e de grupos de anjos que os recebem e os vão conduzindo até ao throno do Eterno, em glorioso percurso, com a mesma facilidade, com a mesma presteza, com a mesma harmonia graduada e doce, e tambem com a mesma frouxidão um tanto desanimada e monotona, que ficaram como caracteristico da sua obra, com que, na officina opulentava os ricos paineis das carruagens de gala da côrte, engalanadas de phantasiosas scenas mythologicas, nas quaes o mimo e elegancia dos seus genios e dos meninos alados, que, por testemunho do seu collega e amigo Cyrillo Volkmar Machado, ninguem com mais graça do que elle soube pintar, não formavam, decerto, o mais somenos de seus merecimentos.» Pedro Alexandrino conseguiu juntar alguma fortuna, de que fez testamento alguns dias antes de morrer, e muito mais deixaria, segundo elle declarava, se não lhe tivessem faltado as obras, depois da invasão dos francezes, e sobrevindo algumas enfermidades, que o haviam obrigado a desfazer-se d'alguns bens para seu sustento. E' grande a relação dos seus quadros, disseminados pelas egrejas e conventos, o que o tornou conhecido na sua epoca pela alcunha de *pintor dos frades*. Um dos seus mais importantes trabalhos é o quadro do *Salvador do mundo*, existente na sé de Lisboa. Pedro Alexandrino de Carvalho possuia uma quinta, junto ao chafariz da Povoa de Santo Adrião, e que tem hoje o nome de *quinta do Penha*, por ter sido seu proprietario Francisco de Almeida Penha, que foi escrivão do Deposito Publico. Em 1899 ficou pertencendo á sua viuva, D. Joaquina dos Prazeres da Silva Penha. A quinta é mais vulgarmente conhecida pela *quinta do pintor*, por ter sido Pedro Alexandrino quem a fundou, segundo parece, quando andou pintando o retabulo da capella-mór e os quatro quadros a oleo, sobre a cimalha, da egreja matriz d'esta povoação. O chafariz, que fica proximo, foi tambem este artista que o mandou edificar.

Carvalho *(Pedro Augusto de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, director geral das Contribuições Directas no ministerio da Fazenda, deputado, contador da Junta do Credito Publico, governador do Banco de Portugal, ajudante do procurador geral da Corôa, etc. N. em Lisboa a 8 de julho de 1841, fal. na mesma cidade a 30 de dezembro de 1894. Era filho do 1.º barão de Chancelleiros, Manuel Antonio de Carvalho, e de sua mulher, D. Maria José Carvalhosa Henriques; irmão do visconde de Chancelleiros, ha pouco fallecido. Principiou a sua carreira publica na antiga Junta do Credito Publico, no logar de contador, e quando saiu d'ali para assumir o cargo de director geral das Contribuições Directas, deixou constituida a Caixa Geral dos Depositos, e perfeitamente organisados os serviços da Junta. Na direcção das Contribuições Directas, tambem promoveu sensiveis melhoramentos nos serviços d'aquella repartição, e datam tambem desde então os trabalhos de estatistica sobre cobrança de impostos. Pedro Augusto de Carvalho foi algumas vezes convidado para ministro da fazenda, mas recusou-se a acceitar aquelle cargo. A sua grande capacidade o indicou para governador do Banco de Portugal, na occasião em que as difficeis circumstancias d'aquelle estabelecimento de credito requeriam um chefe tão experimentado e de elevada intelligencia e firmeza de vontade que o dirigisse. Era ajudante do procurador geral da Corôa, quando o ministro dos negocios estrangeiros, então o sr. conselheiro Hintze Ribeiro, o convidou para advogado de Portugal na questão do caminho de ferro de Lourenço Mrrques, commissão em que se houve superiormente. Pedro de Carvalho foi eleito deputado pelo circulo d'Alemquer na legislatura de 1879, e pelo de Ponta Delgada na de 1881-1887, exercendo por vezes o elevado cargo de presidente da respectiva camara.

Carvalho *(Thomaz de)*. Doutor em Medicina pela faculdade de Paris, director da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, enfermeiro-mór do hospital de S. José, provedor da Misericordia, socio effectivo da Academia Real das Sciencias, deputado, par do reino vitalicio, vogal do Conselho Superior de Instrucção Publica, etc. N. no Porto a 24 de dezembro de 1819, fal. em Lisboa

a 3 de junho de 1897. Era filho de José de Carvalho e de D. Rita de Cassia de Carvalho. Principiou os estudos medicos em Lisboa, indo concluil-os a França, doutorando-se na faculdade de Medicina de Paris. Regressando a Portugal, foi provido na cadeira de anatomia na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. As suas lições eram mais palestras litterarias que prelecções scientificas pela amenidade da fórma, sempre entermeadas de suas anecdotas que alegravam o assumpto e o estudante, que nem por isso lucrava menos com a lição. Thomaz de Carvalho foi mais um theorico em medicina do que um pratico, pelo que abandonara completamente ha muitos annos a clinica, que nunca exerceu em larga escala, e que por fim lhe deu um dos maiores desgostos da sua vida, quando, por assim dizer, lhe morreu nas mãos, um dos seus mais affectuosos amigos, José Estevão Coelho de Magalhães, o afamado orador parlamentar. Foi por muitos annos director da Escola Medica e enfermeiro-mór do hospital de S. José, cargos de que se exonerou, para vir exercer o de provedor da Misericordia.

Thomaz de Carvalho

Havia já muito tempo que se jubilara no logar de lente da referida Escola. A politica tambem vein seduzil-o e o elegeu deputado em 1858. A sua palavra eloquente fez-se ouvir com applauso no parlamento, mas depressa abandonou a sua cadeira de deputado. Durante muitos annos militou na imprensa politica; são numerosos os artigos que traz espalhados em alguns opusculos e n'uma grande variedade de jornaes, mas nunca se dedicou a escrever uma obra de pulso, em harmonia com a robustez do seu talento, dos seus conhecimentos scientificos, facilidade de estylo e pureza de linguagem. Era um homem de sciencia, um homem de espirito e conversador brilhante; sendo grande enthusiasta pela musica, tinha cadeira permanente no theatro de S. Carlos. Cintra era o seu passeio predilecto, o seu refugio no verão. Thomaz de Carvalho era condecorado com a commenda da ordem de S. Thiago. Collaborou na *Gazeta Medica*, nos primeiros annos da sua publicação, nos *Annaes de sciencias e letras*, no *Zacuto*, na *Patria*, nos annos de 1855 e 1856, e no *Atheneu* em 1850. Escreveu: *Oração inaugural na abertura das aulas da Escola Medico-cirurgica*, saiu no 2.º vol. da *Semana; Discurso inaugural da abertura da Escola Medico-cirurgica, na sessão solemne de 5 de outubro de 1859*, Lisboa, 1859; foi reproduzido na *Gazeta medica*, e no *Parlamento*, de 19 de outubro e seguintes; *Abaixo a roda dos expostos!* artigo notavel, inserto na *Gazeta medica* n.º 7, de 1853; *Noticia historica do hospital das Caldas da Rainha*, publicada no 1.º tomo dos *Annaes das sciencias e lettras*. Traduziu o poema latino *O bicho de seda*, de Jeronymo Vida; escreveu tambem um poemeto, que saiu em volume, com o titulo de *Congratulação dos Cães*, dada a publico pelo dr. Deslandes, precedido d'uma biographia do autor pelo sr. dr. Sousa Viterbo, e acompanhado d'uma traducção do bispo de Bethsaida; uma carta de Eça de Queiroz, um folhetim de Latino Coelho, a quem Thomaz Carvalho dedicara o poemeto, e um soneto de Sousa Monteiro. Escreveu uma memoria sobre o metacarpo, quando regia a cadeira de anatomia, e um estudo sobre a morte de Jesus, que causou certa sensação.

Carvalho *(Thomaz de Aquino de).* Doutor em Mathematica pela Universidade de Coimbra. N. em Buarcos em 1787, fal. em Coimbra a 22 de fevereiro de 1862. Era filho de João dos Santos da Cruz Carvalho. Matriculando-se na Universidade doutorou-se em 14 de dezembro de 1815, sendo nomeado ajudante do observatorio em 1817, e passando logo a occupar o logar de lente substituto da faculdade. Foi eleito deputado em 1820, e pelas suas bem conhecidas idéas liberaes teve de emigrar em 1828, passando na Belgica todo o tempo da emigração entregue aos seus estudos predilectos de mathematica. Regressando á patria em 1834, depois de restabelecido o governo constitucional, foi logo nomeado lente cathedratico, regendo n'essa qualidade as cadeiras de mechanica, mechanica celeste e de astronomia, sendo tambem despachado primeiro astronomo. O dr. Thomaz de Aquino de Carvalho teve a nomeação de par do reino, e foi eleito socio da Academia Real das Sciencias. Em 1840 subira a lente de prima, decano e director da faculdade, e tendo-se jubilado em 1860 foi nomeado director do Observatorio. Redigiu uma *Taboa para o calculo das declinações*, que ficou manuscripta. Falleceu n'uma quinta proximo de Coimbra.

Carvalho *(Tito Augusto de).* Funccionario superior do ministerio da Marinha, conselheiro, director dos caminhos de ferro ultramarinos e commissario do governo junto da Companhia de Moçambique, jornalista, etc. N. em 7 de janeiro de 1841, fal. a 25 de março de 1902. Era filho de Tito de Carvalho, que foi secretario da antiga procuradoria geral da fazenda. Entrou aos 14 annos de edade como amanuense no ministerio das obras publicas, em 1855, frequentando juntamente a Aula do Commercio, cujo curso completou, e depois o Curso Superior de Letras que tambem concluiu. Em 1876 foi nomeado chefe da repartição central da direcção geral dos correios, onde prestou muitos serviços. Os seus conhecimentos geographicos, sobretudo no que respeita ás nossas colonias, e a sua já bem reconhecida competencia, o chamaram a um campo de acção em que a sua actividade podesse ser mais proveitosa ao paiz, e em 1878 era nomeado chefe da 3.ª repartição da direcção geral do Ultramar, onde se conservou até fallecer, gozando sempre da confiança de todos os ministros da marinha que se succederam desde a sua transferencia para aquelle importante cargo. O seu voto era sempre consultado nas mais graves questões. Tito de Carvalho foi secretario do duque de Loulé, quando este fallecido estadista occupava no ministerio a pasta das obras publicas. O partido regenerador elegeu-o deputado em varias legislaturas. Tornou-se um notavel parlamentar; nos seus dis-

cursos apresentava simples e correctamente as suas opiniões, maduramente reflectidas, resultado d'um estudo consciencioso ácerca do assumpto de que se tratava, com especialidade em questões coloniaes, a que elle mais se dedicava. Quando se apresentou na camara a idéa de alienar Moçambique, escreveu Tito de Carvalho uns successivos e vehementes artigos no *Economista*, combatendo esta idéa. Na defeza, não só se mostrou um patriota apaixonado, como revelou profundos conhecimentos dos problemas coloniaes. Foi relator parlamentar dos projectos dos caminhos de ferro de Ambaca e de Mormugão; da navegação para a Africa; do cabo submarino para a Africa Occidental; do Banco Ultramarino, etc. Como jornalista tambem muito se distinguiu; além do *Economista*,

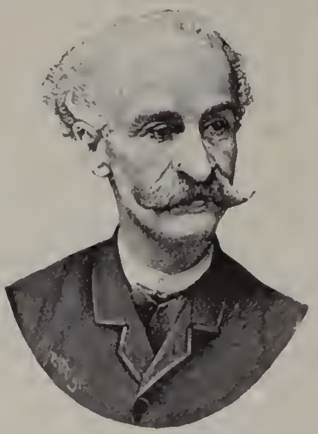

Tito Augusto de Carvalho

de que foi redactor desde a sua fundação, escreveu no *Commercio do Porto* e no *Jornal de noticias* da mesma cidade; *Diario de noticias*, *Correio da manhã*, *Revista Colonial Maritima* e outros, tanto de Lisboa como das provincias, escrevendo ora em portuguez, ora em francez. A sua obra mais valiosa é o *Diccionario de geographia universal*, de que foi director e collaborador, edição feita pelo fallecido editor David Corazzi. Traduziu tambem para este editor *A terra illustrada*, de Elisée Reclus, traducção que completou com annotações muito eruditas. Tito de Carvalho foi vogal da commissão technica d'obras publicas no ultramar, do conselho das pautas ultramarinas, do conselho fiscal da Companhia dos Tabacos, vice-presidente da Sociedade de Geographia, a que prestou valiosos serviços, e socio da Associação dos jornalistas. Sempre muito activo e trabalhador, porém, muito modesto, tinha apenas a carta de conselho, recusando sempre acceitar qualquer condecoração.

Carvalho *(Padre Valentim de)*. Jesuita e missionario. N. em Lisboa em 1559, fal. em Gôa em 1631. Entrou na companhia de Jesus em 1576. Ensinou Philosophia no collegio de Santo Antão de Lisboa, até que desejou ir missionar no Oriente, e partiu para o Japão em 1594 com o bispo D. Luiz de Cerqueira. Regeu Theologia no collegio de Macau, onde foi reitor oito annos, sendo depois seis annos provincial do Japão, e por morte de D. Luiz de Cerqueira foi governador do bispado Das cartas que escreveu aos seus superiores, verdadeiros relatorios que os missionarios jesuitas eram obrigados a mandar, fôram duas impressas e traduzidas em varias linguas.

Carvalho *(Vicente José de)*. Cirurgião e lente da Escola Medico-cirurgica do Porto, de que depois foi director, cavalleiro da ordem da Torre e Espada, socio correspondente da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, e de outras corporações scientificas e litterarias, etc. N. em Setubal a 22 de novembro de 1792, fal. no Porto a 4 de julho de 1851. Collaborou no *Jornal da Sociedade da Sciencias Medicas de Lisboa* No tomo IX d'este jornal a pag. 72, vem publicado o seu *Elogio historico* por João Ferreira dos Santos Oliveira. Vicente de Carvalho escreveu: *Oração academica, pronunciada na Escola Medica-cirurgica do Porto em 5 de outubro de 1819*. V. a *Gazeta medica do Porto*, n.º 187.

Carvalho *(Virgilio Augusto Ribeiro de Carvalho, 1.º visconde de)*. Bacharel formado na faculdade de Direito pela Universidade de Coimbra, commendador das ordens de N. S.ª da Conceição; de S. Gregorio Magno, de Roma, cavalleiro da 5.ª classe da ordem de Medgidié, da Turquia, 1.º addido á legação do imperador do Brazil, junto á côrte de Londres, subdito brazileiro, rehabilitado subdito portuguez por decreto de 15 de fevereiro de 1867. N. a 25 de abril de 1828, fal. a 10 de maio de 1868. Era filho de José Augusto Ribeiro de Carvalho e de sua mulher, D. Anna Augusta Ribeiro. O titulo de visconde foi-lhe concedido por D. Pedro V, pelo decreto de 17 de maio de 1859, em memoria dos serviços prestados á Egreja e ao Estado por seu tio materno, o cardeal Guilherme Henriques de Carvalho, 9.º patriarcha de Lisboa, que falleceu em novembro de 1857. O visconde de Carvalho casou em 1 de fevereiro de 1866 com D. Maria Luiza de Seixas, filha de José Ignacio de Seixas, capitalista e negociante de grosso trato da praça commercial de Lisboa, e de sua mulher, D. Maria da Madre de Deus Soares Marcelly. A viscondessa passou a segundas nupcias com Frederico Pereira Palha, fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão a seus maiores, e proprietario.

Carvalho. Villa e freg. de N. S.ª da Esperança, da prov. do Douro, conc. e com. de Penacova, distr. e bisp. de Coimbra; 1:435 hab. e 372 fog. Tem esc. para o sexo masc. e caixa post. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada nas faldas da serra do Carvalho ou do Cantaro, entre dois valles, por onde correm duas ribeiras. O morgado de Carvalho, e depois os condes de Oeiras, marquezes de Pombal, apresentavam o prior, que tinha 200$000 réis de rendimento. Este morgado foi instituido em 1178 por Domingos Feio de Carvalho. El-rei D. Manuel deu-lhe foral em Lisboa, a 8 de junho de 1514. Houve aqui proximo uma albergaria, chamada de Santo Antonio do Cantaro (V. *este nome*), a que D. Bartholomeu Domingues fez larga doação, em 1215. Era terra realenga, e governava-se por um juiz ordinario e camara, confirmada pelo corregedor de Coimbra. A terra é pouco fertil e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res, n.º 23, com a séde em Coimbra. ‖ Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Celorico de Basto, distr. e arceb. de Braga; 911 hab. e 218 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 8 k. da séde do conc. O abbade era apresentado alternativamente pelo papa e pelo arcebispo, tendo de rendimento 700$000 réis. A terra é muito fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de r. e res. n.º 19 com a séde em Chaves. ‖ Casal na freg. do Salvador, de Real, conc. de Amarante, distr. do Porto. ‖ Herdade na freg. de N. S.ª

da Purificação, de Repreza, conc. de Montemór o-Novo, distr. de Evora. || Serra no distr. de Bragança, na freg. de Carrazede. E' abundante de arvores e de hervas medicinaes.

Carvalho. Povoações nas freguezias: Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || S. Vicente, de Areias, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Miguel, de Baltar, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Martinho, de Brufe, e S. Christovão, de Cabeçudas, ambas as freguezias no conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Ilha de S. Jorge; Santa Catharina e conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo. || N. S.ª d'Assumpção, de Ceira, conc. e distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Chorente, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thomé, de Correlhã, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador, de Covão do Lobo, conc. de Vagos, distr. de Aveiro. || S. Julião, de Covellas, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Salvador, de Dornellas, conc. de Amares, distr. de Braga. || Santa Comba, de Ermida, conc. e distr. de Villa Real. || S. Miguel, de Fontellas, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Martinho, de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Santa Maria, de Frende, conc. de Baião, distr. do Porto. || O Salvador, de Gandarella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Pedro, de Manique do Intendente, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Murtede, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || S. João Evangelista, de Nespereira, conc. de Louzada, distr. do Porto || Santa Maria, de Nogueira, conc. da Maia, distr. do Porto. || Santa Maria, do Olival, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || N. S.ª do Pranto e conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra. || S. Julião, de Parada de Bouro, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. Miguel, de Paredes Seccas, conc. de Amares, distr. de Braga. || Santa Leocadia, de Pedra Furada, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, de Riba de Mouro, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Salto, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Sediellos, conc. do Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || N. S.ª da Expectação, de Souzella, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Thiago, de Villa Chã, conc. de Alijó, distr. de Villa Real. || N. S.ª da Assumpção, de Villar do Porto, conc. de Boticas, distr. de Villa Real. || S. Thiago, de Villela, conc. de Amares, distr. de Braga. || Santo Estevão, de Vinhós, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Estevão, de Gião, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Braz, de Gualtar, conc. e distr. de Braga. || O Salvador, de Navió, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Clara, de Torrão, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Carvalho. Logares nas freguezias: S. Thiago, de Anhões, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Christina e S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Paio, de Besteiros, conc. de Amares, distr. de Braga. || N. S.ª da Boa Fé, conc. e distr. de Evora. || Santo André, de Braga-Gondisalves, conc. e distr. de Braga || O Salvador, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Brito, do mesmo conc. e distr. || Santa Maria, de Canedo, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Vicente, de Erivo, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Mamede, de Este, concelho e districto de Braga. || Santa Eulalia, concelho de Arouca, distr. de Aveiro || Santa Eulalia e conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Martinho, de Ferreiros, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Maria, de Fiães, conc. de Feira, distr. de Aveiro. || S. Paio, de Figueiredo, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || O Salvador, de Folgosa, conc. de Maia, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Fornos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Fregim, conc. de Amarante, distr. do Porto. || O Salvador, de Freixo de Baixo, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Jugueiros, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Martinho, de Macieira d'Alcoba, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Oliveira, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria, de Oriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Miguel, de Paraizo, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || O Salvador, de Pedralva, conc. e distr. de Braga. || S. Thomé, de Penalva d'Alva, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Martinho de Recezinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Cypriano, de Refontoura, conc. de Felgueiras, distr. do Porto || S. Pedro, de Samodães, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Clemente e S. Lourenço, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Martinho, de Sande, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Thiago, de Sendim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Maria, de Silvares, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel, de Silvares, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Maria, de Souto, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo André, de Telões, conc. de Amarante, distr. do Porto. || O Salvador, de Trandeiras, conc. e distr. de Braga. || S. Mamede, de Villa Maior, conc. de Feira, distr. de Aveiro.

Carvalho. Casaes nas freguezias: N. S.ª da Salvação e conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || S. Martinho, de Avessadas, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || N. S.ª da Encarnação, de Benedicta, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || N. S.ª d'Assumpção, de Cadafaes, conc. de Alemquer, districto de Lisboa. || S. Thiago, de Eiras, conc. e distr. de Coimbra. || S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || S. Martinho, de Pousada de Saramagos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção, de Póvos, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || S. Domingos, de Valle de Figueira, conc. e distr. de Santarem.

Carvalho. Montes nas freguezias: S. Barnabé, conc. de Almodovar, distr. de Beja. || S. Bento do Matto, conc. e distr. de Evora. || Santa Clara-a-Velha, conc. de Odemira, distr. de Beja. || S. Manços, conc. e distr. de Evora. || Santa Margarida da Serra, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja. || N. S.ª da Esperança, de Ribeira de Niza, conc. e distr. de Portalegre.

Carvalho. Quintas nas freguezias: Santo Estevão, de Barrosas, conc. de Louzada, distr. do

Porto. || S. Thiago e conc. de Belmonte, distr. de Castello Branco. || N. S.ª d'Assumpção, de Cadafaes, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Santa Maria Maior e conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || S. Simão, de Gouveia, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Jugueiros, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Maria, de Lalim, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || S. Vicente, de Redondello, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Sébal Grande, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Trinta, conc. e distr. da Guarda. || S. Miguel, de Villa Boa, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Carvalho e Almeida *(Miguel de)*. Afamado prégador do seculo XVIII. Foi capellão-fidalgo d'el-rei D. João V, e parocho d'uma freg. em Traz-os-Montes. Alguns dos seus melhores sermões correm impressos.

Carvalho e Albuquerque *(José Pires de)*. Fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo, doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, capitão-mór de Maragogipe, secretario de Estado no Brazil, censor da *Academia Brasilica dos Esquecidos*, etc. N. na Bahia em 1701. Não se conhece a data do seu fallecimento, mas sabe-se que vivia ainda em 1759. Escreveu um poema dedicado á Conceição de N. Senhora, que se imprimiu em Lisboa, em 1757; houve 2.ª edição, tambem em Lisboa, 1760.

Carvalho d'Além *(Casa do)*. Na freg. do Salvador, de Real, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Carvalho das Almas. Logar na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Carvalho e Araujo *(Alexandre Herculano de)*. Grande historiador. N. em Lisboa a 28 de março de 1810, fal em Valle-de-Lobos a 13 de setembro de 1877. Era filho de Theodoro Candido de Araujo, recebedor da antiga Junta dos Juros, hoje Junta do Credito Publico, e de D. Maria do Carmo de S. Boaventura, filha de José Rodrigues de Carvalho, pedreiro empregado nas obras da Casa Real. A sua educação litteraria começou com o estudo do latim e latinidade nas aulas dos padres congregados de S. Filippe Nery, no hospicio das Necessidades, sendo seu mestre o padre Vicente da Cruz. Preparava-se para continuar os preparativos indispensaveis para a matricula na Universidade de Coimbra, mas em 1827, cegando seu pae, e soffrendo seu avô materno um grande revez da fortuna, pela falta de pagamento de sommas importantes de que era crédor como mestre nas obras da Ajuda, faltaram-lhe os recursos; comtudo, Alexandre Herculano não desanimou do seu proposito de se illustrar, e conseguiu aprender particularmente as linguas franceza, ingleza e allemã, matriculando-se no primeiro anno da Aula do Commercio em 1830, seguindo o curso de Paleographia, a que então se chamava Diplomatica, na Torre do Tombo, regido por Francisco Ribeiro Dosguimarães, no anno lectivo de 1830-1831. D'esta epoca data a primeira revelação que teve da litteratura allemã, que lhe fez a marqueza de Alorna, como elle proprio confessa na biographia que escreveu d'aquella illustre senhora. Contava 21 annos, e já o joven estudante, com os conhecimentos variados que adquirira, bem mostrava que a sua mocidade fôra bem dedicada ao estudo. Animavam-se então n'aquella epoca os animos politicos; a guerra civil com todos os seus horrores absolutistas, enchia de presos as cadeias do reino só pelo crime de serem liberaes, e nas praças publicas eram os patibulos levantados consecutivamente. Alexandre Herculano viu-se obrigado a interromper os estudos para seguir a voragem da revolução; inimigo de todas as oppressões, e estrenuo defensor da liberdade, uniu-se aos constitucionaes, e sendo implicado na mallograda revolta de infantaria n.º 4 em 31 de agosto de 1831, teve de refugiar-se na casa do capellão da colonia allemã, passando d'ali a bordo da fragata franceza *Melpomène*, que estava fundeada no Tejo, e depois, juntamente com outros emigrados, para o paquete inglez que se dirigia a Falmouth e Plymouth. Embarcou para Jersey, e dirigindo-se a Saint-Malot, teve de arribar a Granville, seguindo d'aqui por terra com os seus companheiros a Rennes, capital da Bretanha, onde existia um deposito de emigrados portuguezes. N'esta cidade aproveitava todas as horas de que podia dispôr, em estudar na bibliotheca os livros e manuscriptos. Os emigrados embarcaram em fevereiro de 1832 para Belle-Isle, na expedição que ia reunir-se na ilha Terceira ao imperador, que já ali estava, e chegaram a 19 de março do referido anno. Alexandre Herculano fez parte da expedição, em que tambem se encontrava Garrett como praça de soldado de caçadores, e muitos outros homens notaveis, Herculano assentou praça em 26 de março como voluntario da rainha D. Maria II, tendo o n.º 35 da terceira companhia. Pouca demora teve nos Açôres, porque em 27 de junho partia o pequeno exercito liberal, composto de 7:500 bravos, com destino ao Porto, e em 8 de julho desembarcava nas praias do Mindello. No cerco do Porto, Herculano foi um dos mais valentes e dos que mais se distinguiram; achou-se nos mais temiveis transes, brilhando na sua nota de serviços datas gloriosas, como a do reconhecimento da cidade de Braga até Bouro em 14 de julho de 1832, o de Vallongo, a acção de Ponte Ferreira em 22 e 23 de julho de 1832, etc. Em 22 de fevereiro de 1833 foi dispensado do serviço militar para coadjuvar o bibliothecario do paço episcopal; esta escolha era devida á sua paixão litteraria já conhecida, embora os seus estudos fôssem até então incompletos. Por decreto de 17 de julho de 1833 foi nomeado segundo bibliothecario da Bibliotheca Publica do Porto, e exercia ainda esse cargo, quando rebentou a 10 de setembro de 1836 o movimento em Lisboa contra a Carta Constitucional. Herculano mandou logo no dia 17 um officio ao presidente da camara municipal dando a sua demissão, dizendo que partia para Lisboa, porque prestára a maior fé á Carta Constitucional. Partidario exaltado da Carta, a ponto de prejudicar os seus proprios interesses, Alexandre Herculano defendeu-a com toda a energia, combatendo *A Revolução de Setembro*, jornal que então se creára em opposição. No *Repositorio litterario*, do Porto, publicou tres ou quatro artigos vehementes e de maximo interesse. Foi tambem n'esta epoca que appareceu a *Voz do Propheta*, que pelo estylo vi-

goroso e energico, fulminava com o maior arrojo o movimento politico de 1836. A *Voz do Propheta* causou profunda impressão em todo o paiz. El-rei D. Fernando o nomeou em 1839 seu bibliothecario, com o vencimento annual de 600$000 réis, pagos do seu bolso, dando-lhe tambem casa para residir; pouco depois, Herculano, sem exigir mais remuneração, encarregou-se de organisar as bibliothecas reaes da Ajuda e das Necessidades. Então, engolfado entre os livros que eram todo o seu pensar, continuou a vida de escriptor, a quem o futuro reservara o justificado titulo de poeta philosophico, romancista eminente, e historiador profundo e consciencioso. Em 1837, a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, querendo fundar o *Panorama*, um dos jornaes litterarios mais importantes que se tem publicado em Lisboa, pediu a Alexandre Herculano que se encarregasse da sua direcção. Foi o redactor principal até julho de 1839, mas, apezar de resignar este titulo, continuou a escrever, posto que com menos frequencia, assignando os seus artigos até 1842. Em 1843 effeituou-se novo contrato, e os *Panoramas* de 1853 e 1854 teem muitos artigos de Alexandre Herculano, que mais tarde se publicaram em livros. Em 1852, conjuntamente com o marquez de Niza, fundou o jornal politico *O Paiz*, em que fez vehemente opposição ao governo. Dois annos mais tarde organisou outro jornal, intitulado *O Portuguez*. A Academia Real das Sciencias intentou a publicação dos *Monumentos historicos de Portugal*, desde o seculo VIII até ao seculo XV, começando por distribuir em epocas os trabalhos de indagação e catalogação dos mesmos monumentos, e devendo a primeira parte abranger os do seculo VIII até ao anno de 1280. Esta obra importantissima foi encetada, e compunha-se de tres partes: *Escriptores*, *Diplomas e Cartas*, *Leis e Costumes*. Alexandre Herculano havia sido nomeado socio correspondente em 21 de fevereiro de 1844, effectivo em 13 de fevereiro de 1852 e de merito em 14 de junho de 1855. Ninguem mais habilitado do que elle poderia ser chamado para um trabalho d'aquella ordem, para o qual eram precisos grandes conhecimentos de diplomatica e de paleographia, e a maior pratica de rever archivos. O parlamento votou a dotação annual de 1:000$000 réis para ajudar aquella empresa nas suas despezas extraordinarias. Em 6 de junho de 1853 saiu de Lisboa Alexandre Herculano, em direcção á Beira, onde até setembro visitou todos os archivos e bibliothecas; e no anno seguinte fez egual digressão nos mesmos mezes até á provincia do Minho, colhendo d'aquellas duas jornadas uma enorme porção de documentos de todos os archivos ecclesiasticos e seculares, que deviam ser chamados a Lisboa para serem examinados detidamente. Fôram excessivas as difficuldades com que teve de luctar, porque muitas corporações religiosas oppozeram a maior resistencia em franquearem os archivos, e muitos d'estes tambem se encontravam n'um lastimoso estado de abandono. Um deploravel incidente o obrigou a afastar-se. Sendo em março de 1856 nomeado guarda-mór da Torre do Tombo, Joaquim José da Costa Macedo, que pouco tempo antes pedira a sua exoneração de socio e de secretario perpetuo da Academia, por grandes desintelligencias que o tornavam incompativel n'esta corporação com alguns dos seus collegas, Alexandre Herculano declarou terminantemente na sessão de 31 do referido mez, que em vista d'aquella nomeação, não podia voltar á Torre do Tombo, em consequencia da incompatibilidade de privar com o novo guarda-mór; e como os seus trabalhos para a publicação dos *Monumentos historicos* exigiam as suas frequentes visitas ao archivo nacional, resignava os serviços que poderia prestar, e assim demittia-se do cargo de vice-presidente, e até mesmo de socio. A Academia em 9 de outubro do mesmo anno, deu-lhe novo diploma de socio, que elle acceitou, e em dezembro tornou a elegel-o vice-presidente. Herculano, n'uma carta datada de 27 d'este mez, não só persiste na resolução de não occupar a vice-presidencia, mas declara-se «morto para as lettras, emquanto se achar collocado pelos poderes publicos entre a humilhação e o silencio, entre a deshonra e a abstenção, porque a patria tinha o direito de exigir tudo de seus filhos, menos o aviltamento.» Foi esta a razão porque deixou os *Monumentos historicos* e a *Historia de Portugal*, em que tambem trabalhava, e a vida activa das lettras, entregando-se á agricultura na quinta do Calhariz, pertencente aos duques de Palmella, no concelho de Cezimbra, que por esse tempo trazia arrendada, indo desterrar se mais tarde, em 1867, para Valle-de-Lobos, onde se conservou até fallecer. Em 8 de outubro de 1857 fôra aposentado o guarda-mór da Torre do Tombo, e Alexandre Herculano tinha de novo aberta a porta d'aquelle archivo publico, e como socio da Academia, que se encarregara dos *Monumentos historicos*, voltou á sua tarefa até 1873, mas por sua morte deixou incompleta, apezar de ficarem muito adeantadas as tres partes. A *Historia da Inquisição*, e a maneira como descreve no 1.º volume da *Historia de Portugal* a batalha de Ourique, negando a apparição de Christo ao fundador da monarchia, levantaram contra elle as iras de todo o clero, que não se fartava de o invectivar por toda a fórma, tanto em folhetos, como em jornaes religiosos, e até nos proprios pulpitos, chegando a accusal-o de deprimidor das glorias portuguezas. Alexandre Herculano respondeu então com toda a energia, em 4 folhetos, que publicou em 1850: *Eu e o clero*, carta ao patriarcha de Lisboa; *Considerações pacificas ao redactor da Nação*; duas cartas a Magessi Tavares, intituladas: *Solemnia Verba;* e em 1851 publicou outro folheto: *A sciencia Arabico-Academica*, carta a Silva Tulio em resposta ao folheto d'um academico. A respeito do casamento civil tambem escreveu tres estudos, por occasião de ser publicado um opusculo pelo visconde de Seabra sobre este assumpto. Herculano fez parte da commissão revisora do projecto do Codigo Civil, e é d'elle tambem a ultima redacção do Codigo. No anno de 1858 o circulo de Cintra quiz elegel-o seu re-

Alexandre Herculano de Carvalho e Araujo

presentante em Côrtes, porém elle não acceitou. Era cavalleiro da ordem da Torre e Espada, agraciado por decreto de primeiro de março de 1839. Acceitára esta mercê, porque entendia que a merecera como soldado, mas depois d'essa data rejeitou sempre todas as honras, recusando a commenda da mesma ordem ao proprio soberano, el-rei D. Pedro V, que o procurara um dia para lh'a offerecer; os arminhos de par em 1861, e a grã-cruz da ordem reformada de S. Thiago em 1862. O motivo d'estas renuncias está exposto n'uma carta que publicou em 7 de dezembro de 1862 no *Jornal do Commercio*. Apenas acceitou a eleição, por um dos circulos do Porto, para deputado em 1840, e a de vereador, e depois a de presidente da camara de Belem em 1852. Em quanto viveu na sua casa d'Ajuda, recebia todos os sabbados a visita de muitos dos seus amigos, na maior parte escriptores e poetas distinctos, que o respeitavam como mestre, e com quem discutia politica e litteratura. Os ultimos annos da sua vida fôram quasi dedicados aos trabalhos agricolas, prestando assim grandes serviços á agricultura. Poucas vezes vinha a Lisboa, e a ultima vez foi no primeiro de setembro de 1877 para visitar o imperador do Brazil, retirando-se para Valle-de-Lobos já bastante doente, fallecendo no dia 13, confórme dissémos. O seu cadaver ficou depositado na egreja da Azoia, em Santarem, no jazigo do general Gorjão, e no dia 15 realisaram-se exequias solemnes, a que concorreu muita gente de Lisboa, representantes de toda a imprensa periodica, de corporações, da Academia Real das Sciencias, deputados, ministros, etc. Suas Magestades, El-Rei D. Luiz e Senhora D. Maria Pia, tambem se fizeram representar. Sobre o feretro foi collocada uma corôa em nome da imprensa periodica, onde se lia a seguinte dedicatoria: *A Alexandre Herculano, a imprensa, 15-9-77*. As repartições e uma grande parte dos estabelecimentos de Santarem, conservaram-se fechados no dia do funeral, em signal de sentimento. Em 27 de junho de 1888 fôram solemnemente trasladados os seus restos mortaes para a egreja dos Jeronymos em Belem. (V. *Belem*). Alexandre Herculano casou no primeiro de maio de 1867 com D. Marianna Herminia de Meira. Era tambem socio da Academia Real das Sciencias de Turim, da Real Academia de Historia de Madrid, da Real Academia de Sciencias da Baviera, membro do Instituto historico de França e do Instituto Historico e Geographico do Rio de Janeiro. Além do muito que se tem escripto sobre o grande historiador, mencionaremos o artigo do sr. dr. Theophilo Braga, na *Encyclopedia Portugueza illustrada*, publicada no Porto, vol. v, pag. 68. *A Revista contemporanea*, 1.º vol., pag. 7; o *Novo Almanach de lembranças luso brazileiro para 1879*, artigo de A. X. Rodrigues Cordeiro, etc.

Carvalho e Araujo *(Bibliographia de Alexandre Herculano de). A Voz do Propheta*, Ferrol, 1836; a indicação do logar parece supposta, e que a impressão se fez em Lisboa; 2.ª *série*, Lisboa, 1837; ambas as séries fôram reimpressas no Porto em 1837, saindo então anonymas; o 1.º opusculo foi tambem reimpresso no Rio de Janeiro em 1837; *A harpa do crente, tentativas poeticas pelo autor da Voz do Propheta*, 1.ª, 2.ª e 3.ª séries, Lisboa, 1838; *Da Escola Polytechnica e do Collegio dos Nobres*, Lisboa, 1841; este opusculo é confutação de outro, que anteriormente se publicara com o titulo: *Analyse do Parecer da Commissão de Instrucção Publica da Camara dos Senhores Deputados sobre o projecto de lei n.º 58-A; O Monasticon:* tomo I-*Eurico o Presbytero*, Lisboa, 1844; 2.ª edição, 1847, 3.ª 1854; nova edição em 1896; tomo II-*O monge de Cistér, ou a epoca de D. João I*, Lisboa 1840; outra edição em 1848; outra em 1878; nova edição em 1896; *Lendas e narrativas*, Lisboa, 1851; 2 tomos, comprehendendo o 1.º: *O Alcaide de Santarem, Arrhas por fôro de Hespanha, O castello de Faria*, e a *Abobada;* o 2.º: *A dama pé de cabra, O bispo negro, A morte do Lidador, O parocho da aldeia, de Jersey a Granville;* quasi todos estes romances haviam sido publicados no *Panorama;* 2.ª edição em 1858, 3.ª em 1894; *Poesias*, Lisboa, 1850; é dividida em 3 livros: 1.º a *Harpa do crente;* 2.º *Poesias varias;* 3.º *Versões;* nova edição em 1860; *Os infantes em Ceuta*, pequeno drama lyrico, Lisboa, 1844; *Historia de Portugal*, tomo I, Lisboa, 1846, chega até ao fim do reinado de D. Affonso I; foi reimpresso no mesmo anno, e novamente em 1853 com a indicação de 2.ª edição; 3.ª edição em 1863; tomo II, 1847; contem os reinados de D. Sancho I, D. Affonso II e D. Sancho II; saiu em 2.ª edição e com alterações importantes em 1854; tomo III, 1849: trata do reinado de D. Affonso III, e apresenta o desenvolvimento, ou quadro da historia social da monarchia durante os reinados precedentes; 2.ª edição em 1858; tomo IV, 1853; *Eu e o clero*, Lisboa, 1850; este opusculo deu logar a uma grande polemica, e no *Diccionario bibliographico*, vol. 2.º pag. 243 e seguintes trata-se largamente sobre este assumpto, notando-se os demais escriptos do autor que lhe dizem respeito; *Da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, Lisboa, 1854 o tomo I; e 1855 o tomo II, e em 1859 o tomo III; outra edição em 1867, e outra em 1885; *Da propriedade litteraria e da recente Convenção com França, carta ao sr. Visconde de Almeida Garrett*, Lisboa, 1851; *A Reacção ultramontana em Portugal, ou a Concordata de 21 de Fevereiro*, Lisboa, 1857; *O Clero portuguez*, Lisboa, 1841; *Ao partido liberal portuguez, a Associação popular promotora da educação do sexo feminino*, Lisboa, 1858; *Memoria sobre a origem provavel dos Livros de linhagens*, Lisboa, 1854; *Do estado das classes servas da Peninsula desde o* VII *até o* XII *seculos;* saiu nos *Annaes das Sciencias e Lettras*, publicadas pela Academia Real das Sciencias, 2.ª classe, 1857, n.ºs 7, 8, 9 e 10; *Estudo sobre os vinculos*, sairam no *Archivo Universal*, tomo I, 1859, n.ºs 5 e 7; *O Fronteiro d'Africa, ou tres noites aziagas, drama historico portuguez em 3 actos*, Rio de Janeiro, 1862; representou-se em 1838 no antigo theatro do Salitre, mas não se imprimiu nunca em Lisboa; *O Bobo* (1128), Rio de Janeiro, 1866; tinha sido publicado no *Panorama;* outra edição, Lisboa, 1893; *Casamento civil, carta dirigida ao Jornal do Commercio*, datada do 1.º de dezembro de 1865; ácerca d'esta polemica encontram-se no *Diccionario bibliographico*, vol. 9, pag. 182, diversos escriptos que então se publicaram; *Estudos sobre o Casamento civil por occasião do opusculo do sr. Visconde de Seabra sobre este assumpto*, Lisboa, 1866; *Carta ácerca do mosteiro de Lorvão, incitando os sentimentos da compaixão publica a favor das monjas suas habitadoras*, in-

serta no *Periodico dos pobres do Porto* de 6 de agosto de 1853; *Carta aos eleitores do concelho de Cintra, recusando acceitar a eleição que d'elle haviam feito para seu deputado ás côrtes*, saiu no *Jornal do Commercio*, de 23 de maio de 1858; *Carta em que expõe alguns dos motivos que o levaram a resignar a grã-cruz da ordem de S. Thiago, com que fôra condecorado, bem como já resignara a commenda da Torre e Espada*, saiu no *Jornal do Commercio* de 7 de dezembro de 1862; *Opusculos: controversias e estudos historicos, questões publicas*, 7 volumes; Alexandre Herculano publicou e illustrou com prefações e notas os seguintes inéditos: *Chronica d'Elrei D. Sebastião por Fr. Bernardo da Cruz; Annaes d'Elrei D. João III por Fr. Luiz de Sousa, conforme o manuscripto autographo existente na Bibliotheca Real.* Tambem se lhe attribue com bom fundamento um trecho, que com o titulo: *Da Arte, fragmentos.* Tendo no fim a assignatura *A'paidentos*, appareceu no *Jornal do Conservatorio*, n.º IV, Lisboa, 1839, que provocou uma *censura* ou contestação, publicada no n.º VI do mesmo jornal, e com o mesmo titulo, assignada por *Um Defensor de Horacio*. Além do *Panorama*, redigiu o *Diario do Governo*, durante alguns mezes de 1837, e escreveu na *Revista Universal Lisbonense*, *Illustração*, *Revista Academica de Coimbra*, *Semana*, *Memorias do Conservatorio*, *Revista Peninsular*, *Annaes das Sciencias e Letras*, *Memorias da Academia Reàl das Sciencias*, etc.

Carvalho de Baixo e **de Cima.** Dois logares na freg. de S. Thomé, de Abbação, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Duas povoações na freg. de S. Romão, de Alferce, conc. de Monchique, distr. de Faro. || Duas povoações na freg. de S. Estevão, de Oldrões, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Duas povoações na freg. de Santa Maria, de Vallega, conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

Carvalho de Egas. Pov. e freg. de Santa Catharina, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Villa Flôr, distr. e bisp. de Bragança; 223 hab. e 48 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está annexada civilmente á freg. de Valle do Torno. E' situada n'um valle. O abbade de Villarinho da Castanheira apresentava o vigario, que tinha alguns generos e 10$600 réis. Teve juiz da vintena, sujeito ao juiz ordinario da villa da Castanheira. Produz centeio. trigo, vinho e castanha. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10 com a séde em Mirandella.

Carvalho d'Este. Serra na prov. do Minho; principia nos logares da Botica e Pinheiro, tem 6 k. de comprimento e 3 de largura. No alto d'esta serra, no local de Pena Provincia, ha uma grande penedia, composta de dois grupos de rochedos, um ao E chamado Matta dos Lobos, outro ao O chamado Carvalho de Sancho. E' cultivada em parte, e produz milho, centeio, trigo, painço e algum vinho. Cria bastante gado e tem muita caça.

Carvalho Grande. Logar na freg. de Santa Maria e conc. de Paredes de Coura, districto de Vianna do Castello.

Carvalho Jugueiros. Pov. na freg. de S. Paio, de Portella, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Carvalho do Lobo. Logar na freg. de S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Carvalho do Moinho. Pov. na freg. de S. Jorge, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Carvalho de Moique. Logar na freg. de S. Thiago, de Cepões, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello.

Carvalho e Rande. Duas povoações reunidas na freg. do Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Carvalho de Rei. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Amarante, distr. e bisp. do Porto; 411 hab. e 102 fog. Tem correio. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada na estrada real de Amarante a Mesão Frio, n'um alto, d'onde se vêem algumas povoações. O reitor da freg. de Santa Maria de Gondar, apresentava o vigario, que tinha de renda 60$000 réis. Produz centeio, milho e castanha, cria muito gado, e nos seus montes apparece muita caça. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Carvalho da Varellinha. Logar na freg. de N. S.ª da Graça, de Aguas Bellas, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Carvalho Vasconcellos *(Mathias de)*. V. *Vasconcellos (Mathias de Carvalho).*

Carvalho Velho. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Carvalho, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || Logar na freg. de S. Estevão, de Moldes, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Casal na freg. de S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Carvalho Ventoso. Logar na freg. de Santa Maria Magdalena, de Loivos da Ribeira, conc. de Baião, distr. do Porto.

Carvalho Verde. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Carvalho da Villa. Pov. na freg. de S. Paio, de Favões, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Carvalho da Vinha. Logar na freg. de Santa Leocadia, de Geraz do Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Carvalho Zambujeiro *(Herdade do)*. Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cabrella, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Carvalhô. Pov. na freg. de S. Julião, de Lage, conc de Villa Verde, distr. de Braga.

Carvalhona. Logar na freg. de Santa Maria, de Infias, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Carvalhos. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Santa Maria Maior, de Carvoeiro, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || S. Pedro, de Croca, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Pedro, de Dois Portos, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || S. Julião, de Freixo, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Gilmonde, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Medas, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Adrião, de Padim da Graça, conc. e distr. de Braga. || S. Pedro, de Pans, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Rio Frio, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Rouças, conc. de Melgaço, do mesmo distr. ||

S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Santa Maria, de Tavora, conc. de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Carvalhos. Logares nas freguezias: S. André, de Christellos, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Martinho, de Fornellos, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S André, de Guilhadezes, conc de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Guifães, conc. de Bouças, distr. do Porto. || S. André, de Macinhata da Seixa, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Carvalhos. Casaes nas freguezias: N. S.ª da Purificação, de Alcanede, conc. e distr. de Santarem. || S. Silvestre e conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria || N. S.ª das Mercês, do mesmo conc e distr. || S. João Baptista e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Carvalhos. Herdade na freg. de S Braz do Regedouro, conc. e distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Amaro, conc. de Fronteira, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de Santa Catharina, de Sitimos, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Avô, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. do Salvador, de Jejua, conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda.

Carvalhos de Baixo e **de Cima.** Dois logares na freg. de S. Pedro, de Polvoreira, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Carvalhosa. Pov. e freg. de S. Romão, da prov. do Douro, conc. e com. de Marco de Canavezes, distr. e bisp. do Porto; 665 hab. e 143 fog. Tem esc. para o sexo masc. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada proximo do rio Tamega, n'um valle entre montanhas, por onde passa a ribeira das Rapozeiras. Os frades dominicanos de Amarante apresentavam o vigario, que tinha de rendimento 60$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil e cria bastante gado de toda a qualidade. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13 com a séde em Villa Real. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. de Paços de Ferreira, distr. do Porto; 935 hab. e 201 fog. Tem esc. para ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Guimarães a Paços de Ferreira, n'uma elevação d'onde se avistam differentes freguezias. A terra é fertil em milho grosso e miudo e centeio. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto.

Carvalhosa. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Arrifana, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Conceição, de Ermida, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Sanfins, conc. da Feira, districto de Aveiro. || S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Vallongo, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Paio e conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Carvalhosa. Logares nas freguezias: S. Thomé, de Bitarães, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Crestuma, conc. de V. N. de Gaia, do mesmo distr. || S. Pedro, de Ossella, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Refoios de Basto, concelho de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Carvalhosa e Athaide *(Henrique de Castro).* Capitão de fragata. Assentando praça na marinha, foi aspirante em 1872, promovido a 1.º tenente em 1887, a capitão-tenente em 1895, e a capitão de fragata em 1902. Tem commandado o hiate *Visconde da Praia Grande de Macau*, as canhoneiras *Bengo* e *Liberal*, a estação naval de Macau, e exercido outras commissões de serviço. Uma d'estas commissões tornou-se notavel pelas circumstancias dramaticas que a acompanharam. E' sabido que no golfo da Guiné, n'essa costa que tem ainda o significativo nome de *Costa dos escravos*, existe um padrão das nossas passadas glorias, e que se chama o *forte de S. João Baptista de Ajudá*. Esta fortaleza está muito arruinada, e conserva uma pequena guarnição munida de armas, já hoje muito deterioradas. Depois da França ter estabelecido o seu protectorado sobre o Dahomé, o forte ficou considerado na situação d'um navio de guerra estrangeiro nas aguas da França. O sr. Carvalho e Athaide, em 1878, sendo guarda-marinha e indo no seu escaler em demanda de terra, duas ondas furibundas uma após outra, alagaram-n'o completamente; se viesse terceira onda, todos teriam ali encontrado a morte. O sr. Carvalho e Athaide ia desempenhar uma espinhosa commissão ao Dahomé. E' sabido que em certas epocas do anno havia na capital d'este reino umas festas com sacrificios humanos. Nas de agosto de 1878, onde a convite do rei tinham ido assistir a guarnição portugueza e o negociante tambem portuguez, Ignacio de Magalhães, ficaram todos ali detidos por muito tempo á ordem do rei. A prisão do negociante obedeceu ao proposito de resgate para haver boa quantia de dinheiro; a detenção da guarnição auxiliava o proposito, sob desculpas cujas negociações duraram uns poucos de mezes. A canhoneira *Cuanza*, do commando do capitão-tenente Antonio Joaquim de Mattos, e de cuja officialidade fazia parte o sr. Carvalhosa e Athaide, fôra á Costa dos Escravos para libertar a guarnição portugueza e o commerciante Magalhães. Estavam passando ali as maiores inclemencias, sem camas, nem commodidade de especie alguma, atacados de febres, e sobretudo desesperados por não se concluirem as negociações com o rei de Dahomé, que de proposito demorava, com evasivas e subterfugios, os mensageiros portadores da correspondencia para o resgate. Finalmente, passados tres mezes de negociações, os detidos puderam sair, n'um estado miseravel, como era o estado da guarnição e officialidade da *Cuanza*, por effeito da prolongada permanencia n'aquelle local, mais conhecido nas cartas de navegação pelo nome de *Whydah*. N'esta arriscadissima commissão alcançou o sr. Carvalhosa e Athaide os louvores officiaes, como reconhecimento dos serviços relevantes ali prestados, como os alcançou ainda por outros serviços feitos na Guiné e Macau. Tambem tem as medalhas de prata de bons serviços e de ouro de *D. Amelia*, da campanha dos Namarraes, além de outras mercês honorificas Ultimamente foi chefe da 1.ª repartição da direcção geral de marinha,

e delegado do governo na construcção da canhoneira *Patria*, effectuada por conta da grande subscripção patriotica promovida pelos portuguezes residentes no Brazil.

Carvalhosa Palhavã. Familia que tem o seu solar na quinta da Carvalhosa na comarca de Guimarães. Tem por armas, em campo azul um feixe de trigo com espigas, tudo de ouro, atado com uma fita vermelha entre quatro torres de prata acantonadas; timbre, dois braços armados, de prata com o molho do escudo nas mãos, o qual allude ao nome da quinta de Palhavã, por ser muito antiga em pessoas d'esta familia.

Carvalhosas. Pov. na freg. de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra.

Carvalhoso. Pov. na freg. de Santa Catharina, da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro. || Pov. na freg. de S. Paio, de Jolda, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Carvão. Conhecem-se geralmente tres especies de carvão, o *vegetal*, *animal* e *mineral*. Dos primeiros são vulgares e apreciados os das madeiras de sobro, azinho e cepa; o segundo é o que resulta da calcinação dos ossos de animaes; o ultimo é o que tambem se chama *carvão de pedra*, tendo por typo especial a hulha. Em Portugal existem muitas qualidades de carvão de pedra e differentes especies de minerios de carbono. E' no norte que se extende a maior faxa de terreno carbonifero, abrangendo desde as visinhanças de Fão, Rates, Ferreiró, S. Pedro da Cova e até ao Gafanhão. Na exposição mineira de 1848 appareceram minerios de carbono das seguintes minas: *Graphite*, de Agua d'Alte, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu; *anthracite*, de S. Pedro da Cova, conc. de Gondomar, distr. do Porto; do Pejão e Arda, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro; do Barral, Gens, Midões, Covello e Valle de Deão, no conc. de Gondomar, distr. do Porto; *hulha moderna*, *linhite* e *azeviche*, do cabo Mondego, conc. da Figueira da Foz, distr. de Coimbra; de *linhite*, de Alencarce, conc. de Soure, distr. de Coimbra; de Valle Verde, distr. de Santarem, Cabeço do Veado, de Serra da Bezerra, Quinta da Palhagueira, e Marrazes, todas no distr. de Leiria; de *azeviche*, de Alcanadas e Chão Preto, Sitio das Hortas, Cabeço dos Tojos, distr. de Leiria; etc. O descobrimento do carvão de pedra em Portugal data dos fins do seculo XVIII, mas as noticias da sua importação alcançam dois seculos antes, achando-se regulada no regimento de 23 de fevereiro do anno de 1604. Foi em S. Pedro da Cova, que, pelo anno de 1795, Manuel Alves de Brito reconheceu e poz a descoberto uma ou duas camadas de carvão, no sitio denominado o Enfeitador, em Ervedosa, as quaes explorou e lavrou por sua conta, mediante licença que obtivera do governo ou das autoridades do Porto, abrindo os trabalhos na propriedade do padre Manuel Dias e extrahindo excellente carvão segundo se diz. Tem sido muito accidentada a exploração das outras minas acima indicadas (V. *todos esses nomes).*

Carvão. Pov. na freg de S. Martinho, de Christoval, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Quinta na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Avô, conc. de Oliveira do Hospital.

Carvas. Pov. na freg. de S. Pedro, de Valle de Nogueiras, conc. e distr. de Villa Real. || Pov. na freg. de S. Gonçalo, de Vallongo, conc. de Murça, distr. de Villa Real.

Carvella. Pov. na freg. de S. Miguel, de Nogueira da Montanha, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Carvellos. Pov. na freg. de S. André, de Rendufe, conc. de Amares, distr. de Braga.

Carves. Pov. na freg. de S. Miguel, de Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Carves de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Christovão, de Pico de Regalados, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Carviçaes. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. da Torre do Moncorvo, distr. e bisp. de Bragança; 1:596 hab. e 375 fog. Tem esc. para ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural; feira a 24 de cada mez. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada n'um alto, d'onde se desfructam bons pontos de vista. Antigamente chamava-se *Carcaçaes*. N'esta freg. ha minas de ferro, mattas de pinheiros e de carvalhos. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Carviçosa. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Paião, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Carvide. Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. da Estremadura, conc., com. e distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 1:744 hab. e 322 fog. Tem esc. para ambos os sexos e est. post. permutando malas com a Marinha e Vieira. A pov. dista 17 k. da séde do conc. e está situada junto da margem esquerda do rio Liz, n'uma campina. Corre proximo o rio Real. No fim d'esta freg. principia o pinhal de Leiria, mandado semear por el-rei D. Diniz em 1290 (V. *Leiria)*. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria.

Carvoal. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Louzada, distr. do Porto.

Carvoeira. Pov. e freg. de N. S.ª da Luz, da prov. da Estremadura, conc. e com. de Torres Vedras, distr. e patriarc. de Lisboa; 1:945 hab. e 376 fog. Tem esc. para ambos os sexos e caixa post. A pov. dista 17 k. da séde do conc. e está situada na encosta d'um monte. A matriz tem 7 altares. O prior de S. Pedro, de Torres Vedras, apresentava o prior, além do qual havia uma pequena collegiada de 4 beneficios simplices, apresentados e collados pelo mesmo prior. Tinha dezimaria propria pela qual se cobravam os dizimos de uma parte do terreno comprehendido na sua freguezia. D'estes dizimos uma terça parte era para a Basilica de Santa Maria, outra terça inteira para o prior, e a outra terça rateada egualmente pela corporação dos beneficiados. A egreja da Carvoeira data, pelo menos, do tempo de D. Affonso Henriques. Segundo nota dos editores na *Descripção historica*, etc. *do termo de Torres Vedras* por Madeira Torres, em 1862, tem de fundo 98 $^1/_2$ palmos e de largo 29; tem 5 altares e cinco ermidas no seu districto, entre as quaes figura a de S. Gião que dá o nome ao logar da *Serra*, pertencente a esta freguezia que por isso se diz *Serra de S. Gião*. Junto á ermida teem apparecido monumentos romanos. A aldeia da Carvoeira tinha 3 juizes da vintena postos pelo senado de Torres Vedras. A terra é muito fertil, e pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa.

Carvoeira. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Purificação, de Ceissa, conc. de Villa Nova de Ourem, distr. de Santarem. || Santos Cosme e Damião, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || N. S.ª do O' do Porto, de Reguengo da Carvoeira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Santa Maria Magdalena e conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Carvoeiro. Familia com o seu solar em Carvoeiros no termo da villa de Barcellos. As suas armas são: em campo de prata tres palas de vermelho entre 12 sobreiros da sua côr, 3 em cada vão, e por timbre uma arma vermelha carregada de 5 bolotas de ouro.

Carvoeiro. Pov. freg. de S. João Baptista, da prov. da Estremadura, conc. e com. de Mação, distr. de Santarem, bisp. de Portalegre; 1:526 hab. e 362 fog. Tem esc. para ambos os sexos, est. post. permutando malas com a R. A. L., fabrica de cêra em vellas, Misericordia e hospital fundados pelo padre Jorge Fernandes, reitor d'esta freguezia no seculo XVII. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada, parte em montes parte em encosta. Foi antigamente villa da ordem de Malta e uma das 12 villas do grão-priorado do Crato, sendo os grãos-priores seus donatarios. Pertenceu á Casa da Infantado, que apresentava o reitor com 60$000 réis de rendimento. Teve juiz ordinario e camara, de eleição popular, e confirmados pelo ouvidor do Crato, sem sujeição de justiças de outra terra. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. A terra é fertil em fructas, vinho, azeite, mel, cêra e castanha. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc., com. e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 832 hab. e 199 fog. Tem esc. para ambos os sexos. A pov. dista 18 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Neiva, ao pé do monte Padella. E' da Casa de Bragança. A egreja é a do convento de Santa Maria do Carvoeiro, da ordem benedictina, fundada no anno 885 da era de Christo, por D. Paio Guterres. O D. Abbade apresentava o vigario, triennal, que era um frade do convento, que tinha de renda 50$000 réis. A terra é fertil e pertence á 3.ª divisão mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3 com a séde em Vianna do Castello.

Carvoeiro *(Cabo)*. V. *Cabo Carvoeiro.*

Carvoeiro. Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro. || S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Luz e concelho de Lagôa, distr. de Faro. || S. Christovão, de Macinhata do Vouga, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Paio, de Moledo, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. Paulo de Frades, conc. e distr. de Coimbra. || S. Simão, de Pecegueiro, conc. da Pampilhosa, do mesmo distr. || S. Gregorio, de Reguengo, conc. e distr. de Portalegre. || N. S.ª da Conceição, de Rossas, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Carvoeiro. Logares nas freguezias: Santa Marinha, de Gontinhães, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. Barnabé, de Janarde, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Sé, conc. e distr. de Portalegre.

Carvoeiros. Pov. na freg. de S. Thiago Maior, conc. de Alandroal, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Logar na freguezia de S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Montanha na ilha de S. Antão, no archipelago de Cabo Verde. || Porto da referida ilha. Abre-se na costa S O, na base da montanha, e fica fronteiro ao Porto Grande da ilha de S. Vicente do mesmo archipelago. Como é obrigado, frequentam-n'o muito os navios que vão carregar café. O dia de S. João é ali muito festejado, não só pelos habitantes da ilha como pelos da de S. Vicente.

Carvões. Monte na freg. de S. Barnabé, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Carvoil. Logar na freg. de S. Mamede, de Travanca, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Carxona. Pov. do praganá ou pequena prov. de Nagar Avely, no territorio e distr. de Damão, India.

Cãs. Pov. na freg. de S. Martinho, de Rio de Moinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Casa *(Porto da)*. Porto da ilha do Corvo, no archipelago dos Açôres. Bom ancoradouro.

Casa Alta. Pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu || Logar na freg. de S. Salvador, de Gojo Lobal, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Casa do Arco. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Braz, de Arco da Calheta, conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Casa dos Bicos. Celebre casa na rua dos Bacalhoeiros, em Lisboa, assim conhecida pelos bicos da fachada. Ha diversas versões ácerca do fundador d'esta celebre casa, que se ostenta ainda hoje como um monumento historico, recordação do seculo XVI. Em antigas memorias é conhecida pela *casa dos diamantes,* e lê-se que pertencera a Affonso d'Albuquerque, e que nascera ali seu filho Braz d'Albuquerque, que mais tarde usou o mesmo nome de seu pae. O que parece mais averiguado é que a Casa dos Bicos foi edificada, approximadamente, em 1523, por Braz d'Albuquerque, já depois da morte de seu pae. N'um extenso artigo do *Archivo pittoresco,* vol. III, pag. 73 e seguintes, vem largamente narrada a historia e as lendas que acompanham esta casa historica. O local, hoje chamado *Ribeira Velha,* era no seculo XVI conhecido pelo nome de *Villa Nova de Gibraltar,* ou *Judiaria Grande,* onde existia a grande synagoga dos judeus, que D. Manuel transformou em templo christão, estabelecendo ali a Santa Casa da Misericordia, actualmente egreja da Conceição Velha. Tendo sido aquelle bairro livre dos judeus, que então, por assim dizer, eram os seus unicos moradores, começou a tornar-se o bairro da moda, e muitos fidalgos ali construiram os seus palacios, assim como os negociantes, que a recente descoberta do Brazil ia enriquecendo com o desenvolvimento do commercio, pelos generos vindos d'aquellas poderosas e opulentissimas regiões. Affonso d'Albuquerque, o filho do heroe da India, que fôra elevado á grandeza em attenção aos serviços de seu pae, quiz provavelmente possuir tambem um palacio no bairro da Ribeira tão considerado, e para confundir os inimigos de seu pae, que eram muitos dos fidalgos invejosos d'aquella epoca, protestou fazer uma casa forrada de diamantes. Affonso d'Albuquerque falleceu pouco depois de 1580, estando já Portugal sob o dominio hespanhol. Nos titulos da Casa dos Bi-

cos encontra-se, com a data de 26 de outubro de 1649, uma doação feita por D. João Affonso d'Albuquerque, neto de Affonso d'Albuquerque e bisneto do graude conquistador da India, e sua mulher D. Violante de Tavora, a um sobrinho chamado Antonio de Albuquerque. N'essa epoca parece que a Casa dos Bicos estava arrendada, e não servia de resideucia aos seus proprietarios. Em 1715 tomou posse, por successão, da celebre propriedade, Francisco Xavier de

Casa dos Bicos

Mello Albuquerque Brito Freire, e no auto de posse chamava-se-lhe *casa nobre, com loja por baixo, onde se vendem bebidas.* O terremoto de 1755 arruinou muito esta casa historica, e na reedificação parece que se lhe alterou bastante o risco, porque, segundo consta, autes da catastrophe, a fachada principal ficava voltada para o lado da rua d'Albuquerque, depois chamada do Almargem, e hoje rua de Affonso d'Albuquerque, deitando as trazeiras para a praia da Ribeira, chegando-se muitas vezes, nas aguas vivas, a desembarcar-se mesmo á porta. Depois da reedificação da cidade, ficou a frente da casa para a rua dos Bacalhoeiros, como se vê hoje, e as trazeiras para a rua de Affonso d'Albuquerque. Anteriormente ao terremoto, a Casa dos Bicos andou por algum tempo arrendada por 700$000 réis a um inglez, negociante de bacalhau, e em 1775, já depois de reedificada, tomou-a de arrendamento por 400$000 réis, Antonio Affonso d'Abreu. N'este arrendamento declarava-se que eram armazens e sobrelojas. Sobre a porta da entrada existia o brazão dos Albuquerques. Atè á abolição dos morgados, pelas leis de 30 de julho de 1860 e 19 de maio de 1862, a Casa dos Bicos pertenceu sempre aos descendentes de Affonso d'Albuquerque. Foi então vendida a Joaquim Caetano Lopes da Silva, que a trazia arrendada, e tinha ali o seu estabelecimento de bacalhau, já herdado de seu pae, Caetano Lopes da Silva. Por fallecimento de Lopes da Silva, ficou sendo proprietaria a viuva, pertencendo o estabelecimento ao industrial Domingos Gonçalves Lage. Apezar de fazer parte dos bens vinculados do morgado d'Albuquerque, houve uma epoca em que se vendeu em hasta publica. Foi no anno de 1827, sendo então proprietario Francisco Maria Telles de Mello Malheiros, e estando este fidalgo em debito para com a fazenda nacional de réis 14:800$000, pela falta de pagamento de decimas e outros encargos, tanto d'aquella propriedade como de mais algumas que possuia, e havendo já hypotheca por aquella quantia sobre a Casa dos Bicos, o governo procedeu á venda em hasta publica, para quitação total da divida. O industrial Caetano Lopes da Silva, em que já falámos, foi quem a comprou; esta venda, porém, 11 annos depois, em 1838, considerou-se nulla, pelo facto da Casa dos Bicos estar vinculada aos bens do morgado d'Albuquerque, e como tal não poder vender-se. A propriedade voltou, portanto, para o morgado. Hoje está muito arruinada, e mal poderá julgar-se, que ha mais de tres seculos fôsse considerada como um portento e de enorme riqueza, no bairro da moda, depois da expulsão dos judeus, e que pela sua opulencia deu logar ao dito popular: *não se perca a Casa dos Bic s.*

Casa Boa. Pov. na freg. de S Felix, de Candemil, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Quinta na freg. de S. João Baptista, de Runa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Casa de Bragança. V. *Bragança. (Casa de).*

Casa Branca. Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. do Alemtejo, conc. de Souzel, com. de Extremoz, districto de Portalegre, e arcebispado de Evora; 1:750 habitantes e 355 fog Tem escola do sexo masculino e est. post. permutando malas com a R. A. S.; est. do caminho de ferro na linha do sul e sueste, entre as de Escoural e Alcaçovas, entroncamento do ramal de Extremoz. A pov. dista 14 k. da séde do conc. e está situada n'um valle A Mesa da Consciencia apresentava o capellão por ser a freg. da ordem de Aviz, o qual tinha de rendimento alguns generos e 15$000 réis em dinheiro. A terra é fertil e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22 com a séde em Abrantes Tendo sido annexada ao conc. de Extremoz pordecreto de 26 de setembro de 1895, que extinguiu o de Souzel, voltou para este, restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898.

Casa Branca. Pov. na freg. de S. Pedro, de Alvega, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santo Antonio, na freg. de S. Martinho, e freg. de N. S.ª do Monte, conc. e distr. do Funchal. || Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Odeleite, conc. de Castro Marim, distr. de Faro. || Logar na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Logar na freg. de Santa Brigida, de Marmelar, conc. da Vidigueira, distr de Beja. || Logar na freg. de S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Herdade na freg. de S. Romão do Sadão, conc. de lAcacer

do Sal, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de Santa Suzana, do mesmo conc. e distr. || Monte na freg de N. S.ª d'Assumpção e conc. d'Alvito, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Thiago do Escoural, conc. de Montemór-o Novo, distr. de Evora.

Casa Cahida. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Graça, do Estreito de Camara de Lobos, conc. de Camara de Lobos, districto do Funchal.

Casa Caiada. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Espite, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Casa do Campo. Espaçoso planalto da ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Casa dos Cinco. *Cinco* era um imposto de cinco por cento que nas alfandegas pagavam as fazendas que entravam por terra ou por mar. Em Lisboa havia a Casa dos Cinco, na qual se despachavam as fazendas sujeitas a esse imposto. Era dirigida pelo respectivo feitor subordinado ao provedor da alfandega. A Casa dos Cinco teve regimento proprio em 18 de janeiro de 1620. Os ordenados e emolumentos dos seus officiaes fôram regulados pelo regimento de 29 de dezembro de 1753. Foi extincta com todos os seus officios por carta de lei de 22 de dezembro de 1761, passando a arrecadação do imposto para a alfandega do Assucar. Uma *Estatistica de Lisboa*, de 1552, dá o rendimento de um conto e seiscentos mil réis á Casa dos Cinco, e Nicolau de Oliveira, nas suas *Grandezas de Lisboa*, em 1620, diz que ella estava arrendada em sete contos e duzentos mil réis, livres para el-rei. No Porto tambem havia Casa dos Cinco.

Casa do Civel. Antigo tribunal de juizes de alçada, que conheciam das appellações civeis, que vinham d'além cinco leguas da côrte; e dos crimes de Lisboa, e termo, etc. Era distincta da Casa da Supplicação, até que passou para a Relação do Porto, a requerimento dos povos de Entre Douro e Minho e Traz-os-Montes, por lei e regimento de 27 de julho de 1582.

Casa dos Contos. Antigamente chamava-se Casa dos Contos a um tribunal, onde iam dar contas todos aquelles que administravam bens e rendas reaes, assim no continente do reino como na India, ou em qualquer outra colonia, por as haver arrendado ou por outra razão que as tivesse administrado. Se ficavam devendo aqui tinham que o pagar. O superior d'este tribunal era o contador-mór, que distribuia as contas aos contadores subordinados, em numero de doze com 16 escrivães. Este tribunal estava immediatamente sujeito á jurisdicção de um dos tres védores da fazenda.

Casa de Correcção. Estabelecida em Lisboa no antigo convento das Monicas, com o fim de regenerar pelo trabalho os menores condemnados em juizo por culpas leves. Actualmente continuam os menores do sexo feminino nas Monicas tendo os do sexo masculino ultimamente passado para o antigo convento dos cartuxos de Laveiras, em Caxias. Foi inaugurado em 20 de outubro de 1872 Este util e prestante instituto deve a sua existencia aos esforços do visconde de Santa Monica, Henrique O'Neill, e do procurador regio junto da relação de Lisboa, Manuel Pedro de Faria Azevedo. No Porto tambem se projectou uma casa de correcção, sendo governador civil o conde de S. Januario, mas não chegou a instituir-se. A unica que existe n'aquella cidade é a Officina de S. José, creada pelo padre Sebastião de Vasconcellos, com o producto de donativos e de esmolas.

Casa de Dentro. Pov. na freg. do Salvador, de Padreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Casa da Eira *(Quinta da).* Na freg. de S. Pedro, de Povolide, conc. e distr. de Vizeu.

Casa Forte. Fortim da praça de Cacheu, no distr. da Guiné de Cabo Verde.

Casa do Gallego. Pov. na freg. de S. Pedro, de Vaqueiros, conc. de Alcoutim, distr. de Faro.

Casa Gonçalo. Pov. na freg. de S. Miguel, de Fontoura, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Casa Grande. Pov. na freg. de S. Bento do Cortiço, conc. de Extremoz, distr. de Evora || Monte na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Casa da India. V. *India (Casa da).*

Casa do Infantado. V. *Infantado.*

Casa do Marco. V. *Marco.*

Casa do Matto. Pov. na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, districto de Leiria.

Casa da Misericordia *(Santa).* V. *Misericordia.*

Casa do Meio. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santa Quiteria, de Boa Ventura, conc. de S. Vicente, distr. do Funchal.

Casa da Moeda e do Papel Sellado. V. *Moeda* e *Papel Sellado.*

Casa Monte. Pov. na freg de Santa Maria, de Retorta, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Casa da Nazareth *(Real).* V. *Nazareth.*

Casa do Norte *(Monte da).* Na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Abella, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Casa Nova. Povoações nas freguezias: S. Christovão, de Abbação, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de Assafarge, conc. e distr. de Coimbra. || O Salvador, de Balazar, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Barrosas, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro. || O Salvador, de Cambezes, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Romão, de Carvalhosa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || N. S.ª Conceição, do Cercal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr de Lisboa. || S. Domingos, do mesmo conc. e distr. || S. Pedro, de Ericeira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. Paio, de Figueiredo, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Faustino, de Fridão, conc. de Amarante, distr. do Porto || O Salvador, de Gandarella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S João Baptista, de Gatão, conc. de Amarante, distr do Porto. || S. Vicente, de Giella, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Gondufe, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || S. João Baptista, de S. João de Areias, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Jugueiros, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Julião, conc. e distr de Portalegre. || S. Thiago, de San-

ta Lucrecia de Algeriz, conc. e distr. de Braga. || Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa, || Santa Maria, de Mire de Tibães, conc. e distr. de Braga || N. S.ª da Victoria, de Mosteiro, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || Santa Maria, de Oliveira, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S Paio, de Parada de Tibães, conc. e distr de Braga. || S. Pedro de Sollis, conc. de Mertola, distr de Beja. || S. Paio, de Pousada, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S João Baptista, de Ribeira, do mesmo conc. e distr. || S. João Baptista, de Rio Frio, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || N. S.ª da Assumpção, de Semide, conc de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || S. João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu || S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco. || S. Estevão, de Vinhós, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santo André de Poiares, conc. Poiares, distr. de Coimbra.

Casa Nova. Logares nas freguezias: S. Martinho, de Aguas Santas, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Ilha da Madeira; na freg. de S. Braz, de Arco da Calheta, conc. da Calheta, distr. do Funchal. || O Salvador, de Campo, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || N. S.ª da Consolação, de Cezimbra Castello, conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Gallegos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Gemeos, conc. de Guimarães, distr. de Braga || S. Paio, de Favões, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S Martinho, de Ferreiros, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Sebastião, de Gomes Ayres, conc. de Almodovar, distr. de Beja. || S. Thiago, de Lustosa, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Maria, de Moure, conc, de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Christovão, de Labruja, conc. de Ponte te do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Pentieiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. João, de Ponte, conc. de Guimarães, distr. de Braga || S. Jeronymo, de Real, conc. e distr de Braga. || S. Thiago, de Roufe, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || O Salvador, de Sines, conc. de S Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || S. Torquato, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || O Salvador, de Villar do Monte, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Casa Nova. Casaes na freg. do Salvador, de Aramenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre. || Casal na freg. de N. S.ª d'Alva e conc. de Aljezur, distr. de Faro. || Herdade na freg. da Santissima Trindade, conc. e distr. de Beja. || O Salvador, de Alcaçovas, conc. de Vianna do Alemtejo, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Pedro, de Vaqueiros, conc. de Alcoutim, distr. de Faro.

Casa Nova da Chaiça. Pov. na freg. de N. S.ª das Reliquias, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Casa Nova dos Moutinhos. Pov. na freg. de Santa Clara-a-Velha, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Casa Nova da Palmeira. Monte na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, districto de Beja.

Casa Nova da Tamanqueira. Monte na freg. de Santa Maria e conc. de Odemira, distr. de Beja.

Casa de Pau *(Quinta da)*. Na freg de N. S.ª da Consolação, de Arrentella, conc. do Seixal, distr. de Lisboa.

Casa Pia *(Real)*. E' o mais importante e um dos mais antigos asylos de infancia que existem no paiz. Fundou-o, em 1780, o intendente geral de policia d'então, Diogo Ignacio de Pina Manique, dando-lhe assento no Castello de S. Jorge de Lisboa. A idéa que inicialmente presidiu á sua fundação não foi a de estabelecer uma casa de educação e muito menos um nucleo de altos estudos scientificos, como veiu a tornar-se mais tarde, mas ainda em tempo do seu fundador. Os primeiros recolhidos n'aquelle estabelecimento fôram homens e mulheres de maus costumes que vagueavam pelas ruas e eram constante perigo para a segurança publica. Depois vieram as creanças miseraveis de que tambem andavam enxameadas as viellas da capital, e que se tornariam, em virtude do abandono em que se encontravam, perigosos scelerados. A mesma noção regeneradora que aconselhava a reclusão dos adultos e o regimen de trabalho como elemento de morigeração, tambem necessariamente indicaria a conveniencia de sequestrar ao convivio da miseria e aos pessimos exemplos d'essas ruas o grande numero de creanças desditosas que passavam uma vida de vadiagem. Foi, pois, a Casa Pia, em seu principio, uma prisão penitenciaria, como se diz agora, para reclusão e regeneração de vadios e de mulheres de má nota, e um amparo e protecção educativa para orphãos desvalidos. Assim começou, em 3 de julho de 1780, mas a breve trecho se encontrava inteiramente transformada. Notando o atrazo em que se encontravam os estudos em Portugal, devido em grande parte, á falta de seguimento que se tinha dado ás sabias providencias sobre tal assumpto promulgadas pelo marquez de Pombal, o energico ministro de D. José I, Pina Manique, o antigo pupillo do sabio legislador, que na escola de tão grande mestre aprendera a ser implacavel contra os deliquentes, mas benevolo para os desprotegidos e sobretudo constante propugnador do engrandecimento moral e material do paiz, entendeu que um estabelecimento como aquelle que acabava de fundar, bellissima applicação poderia ter a esse fim, e transformou-o, servindo-se para isso do alto poder que exercia como intendente geral da policia do reino, n'uma casa importante de altos estudos, na qual se iniciou o ensino de disciplinas que ainda então eram novidade. Além da aula de primeiras letras estabeleceram-se cadeiras em que se professavam sciencias e linguas, sendo chamados do estrangeiro sabios eminentes para as regerem. Essas aulas fôram de mathematica, chimica, artilharia e fortificação, astronomia, optica. O allemão era ensinado pela primeira vez em Portugal. Houve tambem aulas de anatomia e de principios de cirurgia e ainda outra, louvavel novidade, que foi a de obstetricia. Para remate dos estudos ministrados no estabelecimento iam os alumnos cursar as escolas superiores de Lisboa, a Universidade e muitos até as do estrangeiro. Em Londres, Edimburgo e Copenhague

se crearam filiaes onde se acommodavam os rapazes que a essas cidades iam buscar o complemento dos seus estudos, principalmente da arte de curar, em que Portugal se encontrava então atrazadissima. Tambem as bellas artes lhe mereceram particular affecto. A musica era ensinada na Casa Pia com esmero, e nos seus grandes salões se realisaram importantissimos concertos, aos quaes concorriam as celebridades musicaes do tempo, bem como um selecto auditorio N'essas festas começou a tornar-se conhecida a celebrada Todi. O ensino do desenho iniciou-se no Castello com a chamada *aula do nu*. Os alumnos que mais decidida propensão manifestavam para esse ramo artistico iam terminar os seus estudos em Roma e Florença. D'ahi resultou voltarem a Portugal pintores, esculptores e gravadores famosos, como Sequeira, Paulino dos Reis, João de Aguiar, Valle e muitos outros. Foi isto a Casa Pia no que diz respeito aos altos estudos; mas a par havia tambem officinas diversas, devendo mencionar-se a de tecelagem de lonas, que foi a primeira creada no paiz. O asylo era de rapazes e raparigas, Pina Manique falleceu em 1805, deixando o estabelecimento no pé que indicamos, mas um grave cataclysmo veiu logo após lançar por terra a magnifica creação do energico intendente. Em 1807 entrou em Lisboa o general Junot á frente d'um exercito com que avassallou o paiz ao despotismo de Bonaparte. A Casa Pia, porque o invasor entendeu que o Castello lhe era preciso para aquartelamento de suas tropas, foi dissolvida. Reappareceu, porém, alguns annos depois, em 1811, sendo reinaugurada em 31 d'agosto, no convento do Desterro, tambem de Lisboa. Não tinha, nem podia ter então a grandeza que lhe dera o seu fundador, pois eram outros os tempos, mas continuava a prestar importantes serviços á capital, recolhendo e educando alguns centenares de orphãos. Estabeleceram-se tambem officinas e permaneceu o habito de se mandarem cursar escolas superiores os alumnos mais habeis, mas em limitado numero e só no paiz. Foi seu administrador durante muitos annos um antigo sapateiro chamado Antonio Joaquim dos Santos, ao qual, todavia, o estabelecimento deveu grandes serviços A direcção superior continuava a cargo do intendente de policia. Continuou ali até 1833. N'esse anno, em que uma radical transformação se operou entre nós: o advento do governo constitucional, passou para o convento dos Jeronymos em Belem, a primorosa edificação de D. Manuel, para commemorar o *descobrimento do caminho maritimo para a India*. O decreto de transferencia é de 28 de dezembro do anno citado. Ahi foi a começo dirigida por administradores, depois por commissões administrativas e finalmente por provedores, passando a sua gerencia a ser autonoma, porque tinha sido extincta a intendencia. O primeiro provedor foi o conde de Porto Covo da Bandeira, seguiu-se-lhe o duque de Loulé e depois Diamantino Botto Machado. Mas o estabelecimento ia decahindo extremamente, sendo deveras precarias as suas circumstancias. Lembrou-se então o governo de nomear para esse cargo um homem que se notabilisara immenso pelo seu saber e tacto administrativo. Foi acertada a escolha porque esse cavalheiro, chamado José Maria Eugenio d'Almeida, conseguiu em pouco tempo elevar o decahido estabelecimento a maior prosperidade. Foi n'essa epoca, e sob os auspicios de tão notavel reformador que se iniciou a reconstrucção do historico monumento, assumpto que ficou tratado no artigo *Belem*, na parte referente aos Jeronymos. José Maria Eugenio d'Almeida falleceu em 1872, tendo exercido a provedoria desde 1859. Depois d'esse tem havido mais os seguintes provedores: Carlos Eugenio d'Almeida, filho do precedente, Francisco Simões Margiochi, Elvino de Brito e na actualidade Jayme Arthur da Costa Pinto. A Casa Pia tem creado alguns homens eminentes, além dos que já citámos atraz. Entre outros apontaremos José da Luz Soriano, Ferreira Lapa, José Maria Teixeira, Alfredo Serrano, etc. (V. *estes nomes*.

Casa da Queimada. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Silves, distr. de Faro.

Casa da Ribeira. Pov. e freg. de S. João Baptista, do conc. e com. da Praia da Victoria, distr. e bisp. de Angra do Heroismo, ilha Terceira.

Casa do Senhor. Pov. e freg. de S. Estevão, de Geraz do Moinho, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Casa das Rainhas. Os antigos reis costumavam doar ás suas consortes, para seu sustento, o rendimento de algumas villas, junto a varias attribuições civis que variavam conforme a confiança que o soberano depositava na rainha. Em 1188, Sancho I tencionou visitar a Palestina; na duvida de succumbir na empresa doára a sua mulher a rainha D. Dulce os rendimentos de Alemquer, Terras do Vouga, do Porto e de Santa Maria; mas retirada a idéa da jornada, não se sabe se D. Dulce continuou a usufruir os bens testados, ou se elles voltaram para a Corôa. Que D. Dulce possuiu propriedades no termo de Alemquer é innegavel, assim como possuiu na Beira varias fazendas ao sul do Mondego, mas que tivesse o senhorio d'esta villa não é certo, embora com probabilidades. A D. Dulce succedeu D. Urraca mulher de seu filho Affonso II; esta princeza teve os senhorios de Torres Vedras, Obidos e Lafões, existindo na Torre do Tombo um documento em que o herdeiro de D. Sancho regula a applicação dos rendimentos de D. Urraca. De D. Mecia Lopes de Haro não ha noticia que viesse a possuir quaesquer villas em Portugal, porém D. Beatriz de Gusmão teve Torres Novas, Alemquer e Torres, que lhe fôram doadas por seu marido D. Affonso III, sendo-lhe mais tarde concedido o padroado d'estas villas. Santa Izabel, mulher d'el-rei D. Diniz, o recebeu em dote Abrantes, Obidos e Porto de Moz, por carta d'arrhas dada em 24 de abril de 1281. Mais tarde teve os castellos de Villa Viçosa, Monforte, Cintra, Ourem, Feira, Gaia, Lamoso, Nobrega, Santo Estevão de Chaves, Monforte do Rio Livre, Portel e Monte Alegre, sendo esta concessão ampliada com varias rendas em dinheiro e com as villas de Leiria e Arruda (1300), Torres Novas (24 de junho de 1301) e Athouguia (19 de outubro de 1307). Possuiu além d'isso os reguengos de Rebordãos, de Gondomar, de Codões, a quinta da Fandega da Fé em Torres Vedras e a leziria d'Atalaia. Depois de Santa Izabel apparece-nos D. Brites, mulher d'el-rei D. Affonso IV. Esta soberana nasceu no Toro (1293), sendo filha de Sancho IV de Castella e da rainha D. Maria

de Leão. Casou a 12 de setembro de 1309 com o infante D. Affonso, que mais tarde, por morte de seu pae (7 de janeiro de 1325), succedeu na Corôa portugueza. Em 23 de outubro de 1321, D. Diniz confirmou-lhe a doação que o marido lhe havia feito (20 de outubro do mesmo anno) da villa de Vianna do Alemtejo, com todos os poderes civis e criminaes. O mesmo seu sogro deu-lhe em arrhas Evora, Villa Viçosa, Villa Real, Gaia e Villa Nova, sendo estas duas ultimas trocadas por Cintra (26 de maio de 1334) com todos os seus pertences. Teve varias herdades em Santarem, que pertenceram a Fernão Sanches e a leziria d'Atalaia (5 de novembro de 1337). Em 7 de junho de 1357 el-rei D. Pedro I, para lhe mostrar o amor filial, fez-lhe mercê de Torres Novas. D. Constança Manuel, primeira mulher de D. Pedro I, teve em arrhas as villas de Montemór o-Novo, Alemquer e Vizeu. D. Leonor Telles, mulher de D. Fernando, foi presenteada por seu marido, com Villa Viçosa, Almada, Cintra, Alemquer, Abrantes, Sacavem, Torres Vedras, Obidos, Athouguia, Aveiro, Reguengos de Sacavem, Friellas, Unhos e Terras de Meréles. Esta carta de arrhas foi dada em Eixo, aos 5 de janeiro de 1372. Passados dois annos fez se a troca de Villa Viçosa para Villa Real de Traz-os-Montes, onde D. Leonor exerceu toda a jurisdicção. A 20 de março de 1376 a celebre rainha ainda teve artes de adquirir Pinhel. D. Filippa de Lencastre, mulher de D. João I, dotou-se com as rendas da Alfandega de Lisboa, da portagem e do Paço da Madeira e com as villas de Alemquer, Cintra, Obidos, Alvaiazere, Torres Novas e Torres Vedras. D. Leonor d'Aragão recebeu em arrhas de seu marido trinta florins de oiro de Aragão, e por hypotheca Santarem com todos os seus rendimentos. Em 1453, D. Duarte doou a sua esposa Alvaiazere, Cintra e Torres Vedras, vindo mais tarde a possuir outras terras da rainha sua sogra. D. Izabel de Lencastre, filha do infante D. Pedro, foi donataria de todas as villas da sua predecessora. D. Leonor de Lencastre, além d'estas mesmas villas, teve por doação de seu marido, D. João II, as cidades de Silves e Faro e as villas de Aldeiagallega e Aldeiagavinha, tendo tambem Caldas, de que foi fundadora. Desde esta epoca ficou constituida a *Casa e Estado das Senhoras Rainhas de Portugal*. Tinham estas a faculdade da nomeação dos empregados do fisco, dos recebedores das rendas, das patentes officiaes, etc., ficando o senhorio eminente na posse da Corôa. D. Luiza de Gusmão instituiu (16 de julho de 1643) um *Tribunal da Fazenda da Casa das Senhoras Rainhas*, que administrou até que o alvará de 25 de janeiro de 1770 transmittiu o seu governo para o Erario. Foi este o primeiro golpe na Casa das Rainhas, extincta depois por decreto de 9 d'agosto de 1833.

Casa Real. Familia do rei; todos os officiaes, etc., que servem o soberano ou as outras pessoas reaes. Divide-se em casa civil e militar. Constituem a primeira os officiaes-móres, effectivos e honorarios; a segunda os ajudantes de campo e officiaes ás ordens, effectivos e honorarios. Por alv. de 1 de novembro de 1833 fôram definidas as attribuições de todos os cargos da Casa Real.

Casa da Relação. V. *Relação.*

Casa de Santo Antonio *(Real)*. V. *Santo Antonio* (*Real Casa de).*

Casa da Supplicação. Era o maior tribunal de justiça que existia em Portugal. No tempo de D. Sancho I havia em Santarem a Relação e a Casa do Civel, onde no tempo dos romanos era um dos quatro *conventus juridici* da Lusitania. D. João I creou depois em Lisboa a Relação e Casa da Supplicação, que ficou sendo superior á de Santarem, apezar da sua antiguidade. A Casa da Supplicação acompanhava sempre o rei e a côrte para onde quer que fôssem, o que motivou differentes requerimentos aos reis pedindo a creação de dois tribunaes do civel e do crime, um em Evora, para esta comarca e Algarve, e outro em Coimbra para as comarcas visinhas. A estes requerimentos respondeu o Mestre de Aviz «que no reino não houvera mais de duas casas, uma que continuamente estava em Lisboa, e a da Suppli cação que andava com elle, e que estas bastavam tanto mais que elle esperava de por taes arregedores (letrados todos) nas comarcas que dariam tal ordem ao despacho das causas de justiça por onde a maior parte das razões que apontavam os povos nos seus requerimentos, para haver tres casas, cessavam; e mais que era sua tenção a casa da Supplicação andar pelo reino». Mais tarde, D. Manuel, recebendo identicos requerimentos, mandou *Alçadas* pelo reino, afim de decidirem as causas em ultima instancia; e do mesmo modo procedeu D. Sebastião, despachando duas *Alçadas*, uma para o territorio comprehendido desde o Tejo até á costa do Algarve, outra desde o Tejo até á fronteira da Galliza e de Castella. (V. *Alçada).* Pela organisação dada por D. Manuel á Casa da Supplicação, o supremo magistrado era o Regedor, escolhido entre os cidadãos mais probos. Entre as suas attribuições competia-lhe escolher um sacerdote que todos os dias dissesse missa no oratorio da Relação, e confessasse os condemnados acompanhando-os depois ao supplicio. O segundo magistrado era o chanceller-mór, seguindo-se depois os desembargadores, officiaes de justiça, ouvidores, etc. El-rei D. José reorganisou este alto tribunal de justiça, que se fixara em Lisboa no anno de 1582, e que existiu até á organisação dada pelo governo constitucional aos serviços publicos e ás instituições administrativas e judiciaes. A sua jurisdicção estendia-se á Estremadura, Alemtejo, Algarve e comarca de Castello Branco; o resto pertencia á Relação do Porto, chamada tambem *Casa do Civel.* Os aggravos e appellações nas causas que excediam a competencia juridica d'este tribunal. eram julgados na Casa da Supplicação, porque só ella decidia em ultima instancia. Este tribunal, compunha se d'um regedor de justiça, que era o presidente, de um chanceller, 10 desembargadores de aggravos e de appellações, 2 corregedores do crime, 2 corregedores das causas civeis tambem da côrte, 2 juizes dos feitos da corôa e fazenda, 4 ouvidores das appellações de casos crimes, 1 procurador dos feitos da corôa, 1 procurador dos feitos da fazenda, 1 juiz da chancellaria, 1 promotor de justiça e 15 desembargadores. O nome de *Supplicação* provinha das petições de aggravo ou *libelli supplices*, que se apresentavam aos reis, quando iam a este tribunal.

Casa Telhada. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Sernache dos Alhos, conc. e distr. de Coimbra.

Casa Vedra. Pov. na freg. de S. Simão, de Junqueira, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto

Casa Velha. Povoações nas freguezias; S. Romão, de Alferce, conc. de Monchique, distr. de Faro. || S. Antonio, de Fatima, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || N. S.ª da Visitação, de Odeleite, conc. de Castro Marim, do mesmo distr. || S. Pedro de Solis, conc. de Mertola, distr. de Beja. || S. Thiago e conc. de Soure, distr de Coimbra.

Casa Velha. Monte na freg de Santa Clara-a-Nova, conc. de Almodovar, distr. de Beja. || Monte na freg. de N S.ª da Graça, de Padrões, do mesmo concelho e districto

Casa dos Vinte e Quatro. Nome dado á junta composta de delegados dos officios mechanicos de Lisboa, ou de outra qualquer terra industrial, como Porto, Coimbra, Santarem, Angra, etc., e presidida pelo juiz do povo; esta corporação, junta com a do senado da camara, dirigia o governo dos municipios. (V. *Mestéres*). Foi instituida para a cidade de Lisboa por D. João I em 1422. A Casa dos 24 de Lisboa durou até 1506, anno em que D. Manuel a dissolveu, como castigo infligido á cidade pela horrorosa matança dos christãos novos. Em 1539, D. João III restabeleceu a, dando-lhe novo regimento, amplamente reformado em 1572, por Duarte Nunes de Leão. Os differentos mestéres, que tinham representação n'esta collectividade, agrupavam-se sob a bandeira ou pendão do seu cargo. No Porto, onde a lucta entre os reis e os burguezes attingiram, por vezes grande violencia, a Casa dos Vinte e Quatro foi creada por el-rei D. Manuel, no proposito de tirar ao povo o direito de eleger a sua camara. A organisação d'esta casa era identica á de Lisboa, com a differença de que os vinte e quatro não podiam, como os d'esta cidade, assistir ás sessões camararias, podendo apenas escolher entre si um procurador que, só nas occasiões em que o interesse do povo o exigisse, havia de ser chamado. O pensamento de D. Manuel foi abater o natural orgulho dos burguezes do Porto, e afastar o povo da eleição do seu senado. Os vinte e quatro, escolhidos pelos corregedores, elegeriam quem fôsse do agrado dos nobres e do rei. E assim succedeu até que as cousas mudaram completamente de feição, o que levou D. Manuel a duplicar o numero, ordenando que os procuradores nomeados pelos mestéres fôssem dois em vez de um. A casa dos mestéres, porém, entendeu um dia que não era proprio de cidadãos dignos curvar-se a todas as exigencias do poder supremo, e reagiu. As luctas entre a burguezia e nobreza continuavam sempre, e em 1562 a camara dirigiu-se ao rei D. João III, pedindo que fôsse restabelecido o numero primitivo de vinte e quatro, porque n'aquelle maior numero entravam sempre alguns homens pobres e necessitados que facilmente se deixariam subornar. Em 1661 a lucta declarou-se de novo violenta Quando appareceu a lei do papel sellado, a camara approvou a medida e os mestéres rejeitaram-n'a, requerendo ao rei para que o odioso tributo fôsse abolido. A camara prendeu os procuradores em 4 de maio do referido anno de 1661, e obrigou-os a assignar a ordem, expedida dos ministros da justiça, para que só usassem do papel sellado; pouco depois, porém, teve de os pôr em liberdade, quando o povo se revoltou, pondo em grave risco a vida dos vereadores. Por este motivo, a rainha regente D. Luiza de Gusmão, extinguiu a Casa dos Vinte e Quatro e os procuradores da cidade, em 26 de outubro ainda de 1661, nomeando em 17 do novembro seguinte dois zeladores que assistiam, sem voto, ás sessões camararias, mas com attribuições de requerer o que lhes parecesse rasoavel em materia de tributos e posturas. A Casa dos Vinte e Quatro foi de novo organisada pelo infante D. Pedro, depois D. Pedro II, por carta régia de 25 de maio de 1668, querendo assim render homenagem ao Porto pelos relevantes serviços que os seus habitantes prestaram durante a guerra da Restauração, para ser novamente abolida por causa da revolução contra a Companhia dos Vinhos, por carta régia de 10 de abril de 1757. Em 1795 foi outra vez restabelecida, até que foi extincta por decreto de 7 de maio de 1834. Dos officios representados na Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa, uns tinham bandeiras e outros não, achando-se os primeiros reunidos em grupos sob a bandeira d'um santo seu protector. As bandeiras eram 11, e cada uma d'ellas comprehendia os seguintes officios: S. Jorge: barbeiro de barbear, barbeiro de guarnecer espadas, fundidor de cobre, ferreiro, serralheiro, ferrador, dourador, bate-folhas, espingardeiro e cutileiro; S. Miguel: ferreiro, sirigueiro de agulha, sirigueiro de chapéos, pentieiro, luveiro, albardeiro e latoeiro de fundição; S Chrispim: sapateiro, odreiro, curtidor e surrador; N. S.ª da Conceição: correeiro, selleiro e freeiro; N. S.ª das Mercês: pasteleiro, torneiro, latoeiro de folha branca e latoeiro de folha amarella; Santa Justa e Santa Rufina: oleiro, sombreireiro e chocolateiro; S. José: pedreiro, carpinteiro de casas, canteiro, violeiro e ladrilhador; S. Gonçalo: tosador, vidraceiro, tintureiro, esteireiro e tecelão; N. S.ª da Oliveira: confeiteiro, carpinteiro de carruagens, carpinteiro de jogos de carruagens e picheleiro; N. S.ª das Candeias: alfaiate, bainheiro, carapuceiro e algibebe; N. S.ª da Encarnação: carpinteiro de moveis e samblage, entalhador e coronheiro. Os officios sem bandeira, que tinham representação na Casa das Vinte e Quatro, eram os de tanoeiro, cerieiro, ourives de ouro e de prata, alternado com os de lapidario e cordoeiro ou com o de sapateiro e cordoeiro de linho Os vinte e quatro delegados saiam pela fórma seguinte: bandeira de S. Jorge, 2; de S. Miguel, 2; de S. Chrispim, 2; de N. S.ª da Conceição, 2; de N. S.ª das Mercês, 1; de S. José, 2; de S. Gonçalo, 1; de N S.ª da Oliveira, 1; de N. S.ª das Candeias, 2; de N. S.ª da Encarnação, 1; de Santa Justa, 1; tanoeiros, 2; cerieiros, 2; ourives do ouro, 1; ourives da prata, 1; cordoeiro, 1. No *Boletim da Real Associação dos Archeologos*, vol. III, pag. 186, está publicado um curioso quadro dos officios embandeirados nos annos de 1620, 1803, 1824 e 1834. Conhecem-se noticias de alguns officios mudarem de bandeira, por questões complicadas mas deveras interessantes. Os archivos municipaes guardam varios documentos importantes e muito curiosos por onde se póde destrinçar bem estes assumptos. Tambem havia officios que, não estando na Casa dos Vinte e Quatro, tinham comtudo regimento dado pelo senado da camara, sendo uns sujeitos á camara pelo pelouro da almotaçaria e outros a um official-mór do respectivo officio. Os mesteiraes de cada officio tinham obrigação de contribuir todos egualmente para celebrarem as festividades dos seus santos protecto-

res, as quaes eram sempre feitas com grande esplendor. Nenhum official mechanico podia ser eleito á Casa dos Vinte e Quatro, sem que primeiro houvesse exercido todos os cargos da irmandade ou confraria respectiva. A eleição dos delegados dos officios á Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa fazia-se todos os annos em dia de S. Thomé, sendo pelo juiz do povo depois apresentados na mesa da vereação da cidade, acto solemne de que se lavrava assento que todo o senado subscrevia. N'algumas outras cidades, as eleições dos mestéres faziam-se de tres em tres annos. Aos Vinte e Quatro de Coimbra foi isso confirmado por alvará de 2 de dezembro de 1578. O alvará de 10 de dezembro de 1611 suscitou que nas eleições dos Vinte e Quatro de Lisboa se devia primeiro eleger o Juiz do Povo, a votos, e depois de publica a sua eleição, proceder-se á dos mestéres na fórma costumada. V. *Juiz do Povo* e *Mestéres*. Sobre a *Casa dos Vinte e Quatro* vejam-se o *Archivo Pittoresco*, vol. II, pag. 227; um estudo do visconde de Ouguella; e *A Industria Portugueza* por J. M. Esteves Pereira, Lisboa, 1900, etc.

Casadella. Pov. na freg de S. Martinho, de Quinchães, conc. de Fafe, distr. de Braga || Logar na freg. de S. Martinho, de Silvares, do mesmo concelho e districto.

Casado. Familia que procede de Lopo Dias de Quesada, cavalleiro castelhano, que soccorreu Affonso VII de Hespanha, com 29 carretas de trigo, que foi buscar á terra dos inimigos. estando para levantar o sitio da villa de Quesada, no reino de Cordova, que tinham os moiros, por falta de mantimentos; razão por que o mesmo rei lhe deu o appellido de Quesada, que em Portugal se corrompeu em Casado. Tem por armas: em campo vermelho tres bandas de prata, e sobre cada uma tres molhos de trigo de sua côr, com espigas.

Casaes. Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Douro, conc. e com. da Louzada, distr. e bisp. do Porto; 520 hab. e 133 fog. A pov. dista 8 k. da séde do conc. O papa, a mitra e os frades cruzios do convento da Serra do Pilar, apresentavam alternativamente o abbade, que tinha de renda 300$000 réis. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res. n.º 20 com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 578 hab. e 59 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 14 k. da séde do conc. e está situada nas margens do Rio Torto. A terra é fertil em cereaes. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Pov. e freg. de N. S.ª do Reclamador, da prov. da Estremadura, conc. e com. de Thomar, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 2:909 hab. e 570 fog Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e fica situada n'um monte, d'onde se vê o convento de Christo de Thomar e varias aldeias. A terra é fertil em cereaes. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15 com a séde em Thomar.

Casaes. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Alcofra, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || Santa Marinha, de Alquerubim, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Alvarelhos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Cruz, de Alvarenga, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Arcos, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição, de Arega, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || N. S.ª da Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || N. S.ª da Assumpção, de Cadafaes, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Espirito Santo, de Castello, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Santa Maria Magdalena, de Cem Soldos, conc. de Thomar, distr. de Santarem || S. Martinho, de Christoval, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro de Penaferrim e conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || S. Thiago, de Eiras, conc. e distr. de Coimbra. || S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Ferreiros, conc. de Amares, distr. de Braga || N. S.ª da Natividade, de Freixo, conc. de Almeida, distr. da Guarda. || O Salvador, de Gallegos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Miguel, de Gandra, conc. de Paredes, distr. do Porto. || O Salvador, de Ganfei, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Goães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santo Izidoro, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. Thiago, de Labruge, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Domingos, de Lagarteira, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || S. Thiago, de Santa Lucrecia de Algeriz, conc. e distr. de Braga || N. S. da Graça, de Maçãs de Caminho, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, do mesmo conc. e distr. || O Salvador, de Maiorca, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || S. Martinho do Bispo, conc. e distr. de Coimbra. || Santa Maria, de Meinedo, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Romão, de Milhazes, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Miguel, de Milheirós de Poiares, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || O Salvador, de Monte Cordova, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Maria, de Paços, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa || S. Martinho, de Recezinhos, conc. de Penafiel, dist. do Porto. || S. Sebastião, de Regueira de Pontes, conc. e distr. de Leiria. || S. Pedro, de Rubiães, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Conceição, de Salir do Porto, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || N. S.ª da Purificação, de Samuel, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria Maior, de Tarouquella, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santa Christina, de Tendaes, do mesmo conc. e distr. || S. João Degolado, de Terrugem, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || Santa Maria, de Fregosa, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Bartholomeu, de Villa Cã, conc. de Pombal, distr de Leiria. || S. João Baptista, de Villa Chã, conc. de Espozeude, distr. de Braga. || S. Pedro, de Villarinho e conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

Casaes. Logares nas freguezias: S. Salvador, de Bente, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de

Braga. || O Salvador, de Bravães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Canedo, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Miguel, de Carvalho, do mesmo conc. e distr. || S. Thiago, do Couto, conc. de Barcellos, distr. de Braga || S. Thiago, de Gemieira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santos Cosme e Damião, de Gemunde, conc. de Maia, distr. do Porto. || S. Bartholomeu, de S. Gens, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. João Baptista, de S. João de Rei, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Thiago, de Lustosa, conc da Louzada, distr. do Pôrto. || Santa Margarida do Sadão, conc. de Ferreira, distr. de Beja. || S. Romão, de Paredes de Viadores, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Pedro, de Raimonda, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S Pedro, de Riba d'Ave, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Thiago, de Ronfe, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Villar do Torno, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Casaes d'Além. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Lourenço, da Camacha, conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Casaes de Baixo. Pov. na freg. de N. S.ª da Victoria, de Famalicão, conc. de Pederneira, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Ribeira da Janella, conc. de Porto Moniz, distr. do Funchal. || Logar na freg. de S. Martinho, de Escariz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Casaes de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg de S. Lourenço, de Arneiro das Milhariças, conc. e distr. de Santarem. || Duas povoações na freg. do Salvador, de Maiorca, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Duas povoações na freg. de S. Thiago, de Rio Meão. conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Casaes da Azinheira. Pov. na freg. de S. Miguel, de Carregueiros, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Casaes Brancos. Pov. na freg. de N. S.ª dos Prazeres, de Aldeia Gallega da Merceana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Casaes Brancos e Fetaes. Duas povoações reunidas na freg. de S. Leonardo, de Athouguia da Baleia, conc. de Peniche, distr. de Leiria.

Casaes das Camarinheiras. V. *Amieira. (Caldas da).*

Casaes da Capellã. Pov. na freg. de N. S.ª da Salvação e conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

Casaes de Carcavellos. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de Villa Nova de Ourem, distr. de Santarem.

Casaes dos Castellos. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Casaes de Cima. Pov. na freg. de Santo André, de Gondomar, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Casaes Cimeiros. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Casaes de Dom Braz. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Alpedriz, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Casaes do Douro *(Antonio José Teixeira, 1.º barão dos).* Fidalgo com exercicio na Casa Real, por alvará de 18 de agosto de 1869; commendador das ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição; medico-cirurgião pela Escola Medico-Cirurgica do Porto; proprietario abastado no concelho de S. João da Pesqueira, etc. N. a 11 de março de 1819. Era filho de Antonio José Teixeira, proprietario no concelho de Sabroza, cirurgião pela antiga Escola Cirurgica, e de sua mulher, D. Vicencia Rosa Pereira. Serviu differentes cargos administrativos de eleição popular, e foi medico-cirurgião do partido municipal da Pesqueira, em que prestou bons serviços durante a invasão da cholera-morbus em 1857. Casou em 1848 com D. Maria Rita da Veiga, que falleceu em 1853, filha de Manuel Antonio da Veiga Bernardo e de sua mulher D. Maria Antonia da Veiga. Passou a segundas nupcias, a 12 de fevereiro de 1861, com D. Preciosa Adelaide Montenegro, filha de Antonio da Costa Montenegro e de sua mulher D. Rita Lucrecia Ribeiro. O titulo foi-lhe concedido por decreto de 9 de dezembro de 1875, e carta de 11 de maio de 1876. O seu brazão d'armas é o seguinte: um escudo partido em pala; na primeira á direita as armas dos Teixeiras, em campo azul uma cruz de ouro potentea, vasia de campo; na segunda pala á esquerda as armas dos Pereiras, em campo vermelho uma cruz de prata florida, vasia do campo; timbre, o dos Teixeiras, meio unicornio da sua côr, com a haste e unhas de ouro, nascente.

Casaes da Egreja. Pov. na freg. de Santa Maria, de Achete, conc. e distr. de Santarem. || Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Assentiz, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || Pov. na ilha da Madeira, freg. de N. S.ª da Conceição, de Ribeira da Janella, conc. de Porto Moniz, distr. do Funchal.

Casaes da Ferreira. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Arneiro das Milhariças; conc. e distr de Santarem.

Casaes Fundeiros. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Casaes Furtados. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena e conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Casaes Gallegos. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Freixianda, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de N. S.ª das Virtudes, de Ventosa, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Villa Verde dos Francos, do mesmo conc. e districto.

Casaes dos Ledos. Pov. na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. de Batalha, distr. de Leiria.

Casaes do Monte. Pov. na freg. de Santa Maria, de Moledo, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Casaes de Mont'Annes. Pov. na freg. de S. José, de Alqueidão da Serra, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Casaes dos Montes. Pov. na freg. de N. S.ª

da Purificação, de Olival, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Casaes da Moreta. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Monsanto, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Casaes Novos. Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || O Salvador, de Avelleda, conc. de Louzada, distr. do Porto. || N. S.ª do Reclamador, de Casaes, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || N. S.ª d'Assumpção, de Cazével, conc. e distr. de Santarem. || S. Thiago e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || Santa Martha, de V. N. da Rainha, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa.

Casaes dos Pintainhos. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Paio Pelle, conc. de V. N. da Barquinha, distr. de Santarem.

Casaes e Portella. Duas povoações reunidas na freg. de Santa Maria, de Arrifana, conc. de Poiares, distr. de Coimbra

Casaes do Porto. Pov. na freg. de S Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Casaes Proximos. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santo Antonio da Serra, conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal.

Casaes do Rego. Pov. na freg. de S. Thiago, de Figueiró do Campo, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Casaes de Revellos. Pov. na freg. de S. Vicente e conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Casaes da Ribeira. Pov. na freg. de N S.ª d'Assumpção, de Cardigos, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Casaes da Roda. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Asseiceira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Casaes da Rola. Pov. na freg. de S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Casaes de Romeiros. Pov. na freg de N. S.ª da Graça, de Bogalhos, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Casaes de Santo Antonio. Pov. na freg. de Santa Suzana, de Maxial, conc. de Torres Vedras distr. de Lisboa.

Casaes de S. Jorge. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Degracias, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Casaes da Serra. Pov. na freg. de S. Miguel, de Milharado, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Casaes de S. Silvestre. Pov. na freg. de S. Silvestre, conc. e distr. de Coimbra.

Casaes de Valle Covo. Pov. na freg. do Salvador, de Bombarral, conc. de Obidos, distr. de Leiria.

Casaes Velhos. Pov. na freg. de S. Estevão, de Pereira, conc. de Montemór o-Velho, distr. de Coimbra.

Casainho. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cannas de Sabugosa, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Pedro de France, conc. e distr. de Vizeu. || Quinta na freg. do Salvador, de Trancozellos, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu.

Casainhos de Baixo. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Espinhel, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Casainho de Cima. Pov. na freg. de S. Miguel, de Recardães, conc. d'Agueda. distr. de Aveiro.

Casainhos. Povoações nas freguezias: S. Christovão, de Cabanas, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu. || S. Saturnino, de Fanhões, conc de Loures, distr. de Lisboa. || Santa Marinha, de Forjães, conc. de Espozende, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Oleiros, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || Quinta na freg. de S. Thomé, de Covellas, conc. de Baião, distr. do Porto.

Casal. Familia conhecida em Portugal desde os primeiros tempos da monarchia, que tinha o seu solar na quinta do Casal, junto da villa de Rates, segundo apparece nos registos de D. João I. Tem por armas, em campo de ouro cinco flôres de liz de vermelho em santor; timbre, uma das flôres com um cardo de ouro sobre a folha do meio.

Casal *(Diogo Maria da Silva Campos, 2.º conde do).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, coronel honorario do extincto batalhão de caçadores de Villa Real; senhor das casas de Magalhães, na villa de Ponte da Barca; da casa de Murça na villa d'este nome; da quinta do Casal em Braga. N. a 1 de junho de 1821. Era filho de Diogo José da Silva Campos, fidalgo da Casa Real por alvará de 12 de abril de 1826, cavalleiro professo da ordem de Christo, capitão-mór das ordenanças de Murça, e de sua mulher D. Mathilde Aurelia da Silva Nunes. Casou a 29 de novembro de 1850 com D. Maria Luiza de Barros e Abreu Sousa Alvim, 2.ª condessa do Casal, em verificação de vida concedida no mesmo titulo a seu pae, o 1.º conde do Casal, por decreto de 19 de agosto de 1848. Silva Campos foi 2.º conde d'este titulo pelo seu casamento.

Casal *(D. Eugenio do).* Formado em Theologia pela Universidade de Coimbra, conego regrante da ordem de Santo Agostinho, e afamado prégador. Era sobrinho do bispo D. Fr. Gaspar do Casal. Os seus sermões ficaram manuscriptos. Fal. em 1590.

Casal *(Francisco Alvares).* Capitão de ordenanças da villa do Barreiro, nomeado em 3 de junho de 1776. Por decreto de 24 de março de 1797 teve as honras de usar a insignia de cavalleiro da ordem de S. Thiago, sem ainda o ser. Por decreto de 5 de outubro de 1798 recebeu o habito e o grau de cavalleiro professo, com o alto privilegio de poder trazer habito de ouro. Em 17 de março de 1803 foi nomeado sargento-mór das ordenanças, e mais tarde commandante da cavallaria das cinco villas, da Moita e annexas. Um seu filho, Francisco Alvares Casal, foi nomeado em 28 de setembro de 1832 capitão de ordenanças do Barreiro; e uma filha, D. Maria Clementina Casal, casou com o medico da mesma villa Antonio Maria Pimenta.

Casal *(D. Fr. Gaspar do).* Eremita da ordem de Santo Agostinho, doutor e lente de Theologia na Universidade de Coimbra, presidente da Mesa de Consciencia e Ordens, bispo do Funchal, de Leiria e de Coimbra, etc. N. em Santarem em 1510, fal. em Coimbra a 9 de agosto de 1584. Entrou na ordem dos eremitas de Santo Agostinho em 1524, no convento de Santarem, e professou em 1526. Grangeou nome illustre pelo seu talento no estudo das letras e pelas suas virtudes religiosas; leu philosophia em Lisboa, onde estava a Universidade, e na sua trasladação para Coimbra foi um dos seus lentes, e dos mais antigos.

Ali se doutorou em Theologia a 19 de março de 1542. D. João III o chamou para confessor de seu filho, o principe D. João, no anno de 1551, havendo-o nomeado pouco tempo antes prégador régio, e tambem seu confessor e conselheiro. Fr. Gaspar do Casal foi o primeiro presidente do tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens, pouco depois do rei o ter fundado na côrte. O monarcha o nomeou bispo do Funchal, sendo sagrado no convento da sua ordem, de Santarem, no mesmo anno de 1551. Em 1557 foi promovido para a diocese de Leiria. Na terceira abertura para o concilio de Trento pelo pontifice Pio IV, em 1560, foi elle um dos tres bispos que de Portugal partiram na primavera do anno seguinte. Estando ainda em Trento desejou ir a Roma visitar o papa, e Pio IV recebeu-o com muitas honras e distincções. Terminado o concilio, regressou a Portugal, e a 24 de fevereiro de 1564 entrou na sua diocese de Leiria. Edificou desde os alicerces e acabou em poucos annos á sua custa a egreja cathedral d'esta cidade, que é um verdadeiro monumento. Fundou tambem em Leiria o convento de Santo Agostinho, requerendo para isso licença d'el-rei D. Sebastião. Erigiu o seminario e fez ainda outras obras, como a reedificação da ermida de N. S.ª dos Anjos e a da egreja parochial de S. Estevão. Era muito esmoler, distribuindo pelos pobres tudo quanto possuia. Assistiu em Lisboa ao synodo que fez celebrar o arcebispo D. Jorge d'Almeida em 1574. Por bulla de Gregorio XIII, de 21 de dezembro de 1576, foi nomeado reformador do convento de Thomar, juntamente com o arcebispo de Lisboa e o bispo de Coimbra, o que não teve effeito, por causa das desgraças que sobrevieram ao reino com a morte de D. Sebastião. Mais tarde, em 1579, teve transferencia para a diocese de Coimbra pelo cardeal D. Henrique. Com a morte d'este monarcha, foi nas côrtes de Almeirim mandado por embaixador a Madrid pelos governadores do reino, em companhia do monteiro-mór Manuel de Mello, para suspender as armas de Filippe II, com a promessa de se lhe guardar illeso o seu direito. Assistiu nas côrtes de Thomar para a acclamação do mesmo rei, como consta do auto d'estas mesmas côrtes, impresso em 1584. Recolhido ao seu bispado de Coimbra, d'onde o tinham afastado os negocios do reino, ali falleceu. Na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vem a relação das obras que escreveu e imprimiu em latim. Parece que em portuguez só publicou: *Carta escripta de Leiria em 23 de janeiro de 1561 á rainha D. Catharina, persuadindo-a a que não deixe a regencia da monarchia no tempo da menoridade de seu neto el-rei D. Sebastião;* saiu pela primeira vez nas *Memorias politicas e militares d'el-rei D Sebastião*, por Diogo Barbosa Machado, parte 1.ª, livro 2.º cap. 3.º.

Casal *(José de Barros Abreu Sousa e Alvim, 1.º barão e 1.º conde de)*. Par do reino por carta régia de 15 de dezembro de 1849, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara em 13 de maio de 1850; do conselho de D. Maria II, commendador da ordem de Christo e da antiga ordem da Torre e Espada: cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição, condecorado com a medalha de 4 campanhas da guerra peninsular, e com a Estrella de Ouro de Montevideu; grã-cruz da ordem de Carlos III de Hespanha; commendador da de S. Mauricio e S. Lazaro, de Sardenha; condecorado com as medalhas de honra hespanholas, pelas batalhas de Albuera e de Vitoria. N. a 8 de outubro de 1793, e fal. a 16 de outubro de 1857. Era filho de Antonio de Barros Abreu Sousa e Alvim, senhor da quinta do Casal, no districto de Braga, e de sua mulher, D. Maria Luiza de Barros. Assentou praça no regimento de cavallaria de Chaves em fevereiro de 1806, e foi para Coimbra estudar os preparatorios precisos para se matricular na Universidade. Quando se deu a invasão franceza em 1807, foi mandado recolher ao corpo, e com elle marchou para Elvas. Sendo em fevereiro de 1811 despachado alferes para a cavallaria, que então estava na Estremadura, assistiu á batalha de Albuera. Entrou na batalha de Salamanca, e sendo promovido a tenente em agosto de 1813, assistiu ás batalhas de Vitoria e dos Pyrenéos, passando depois a França, regressando a Portugal quando terminou a campanha. Nomeado em 1815 capitão para o segundo regimento de cavallaria da divisão de voluntarios reaes d'el-rei, fez a guerra do Rio da Prata, e pelo seu valor na acção de Toledo foi promovido a major em abril de 1817, ficando gravemente ferido no ataque de Durão Regressando a Portugal em 1824 á frente d'aquelle corpo, estava gozando uma licença que pedira, quando recebeu ordem para se apresentar em Braga para commandar o regimento de cavallaria n.º 12, e com elle marchou para Bragança. Em setembro de 1826 foi promovido a tenente-coronel, e deixando-se levar pela sua habitual bravura n'uma carga que deu á frente do corpo contra as forças do marquez de Chaves, ficou ferido e feito prisioneiro. Conduzido para Hespanha e mudado depois para Miranda do Douro, conseguiu evadir-se com outros companheiros, sendo, porém, encontrados pelas guerrilhas miguelistas, fôram levados para Braga e por fim para Miranda. Mais tarde pensou em outra evasão, mas d'esta vez com melhor exito, porque conseguiu passar o rio Douro n'uma jangada perto da Barca d'Alva, e reunir-se ás tropas do duque da Terceira, que andavam em operações na provincia de Traz-os-Montes. Em 16 de maio de 1828 foi nomeado pela junta commandante das forças que deviam operar contra o general das armas do Porto, que se havia retirado para Penafiel, e depois para a margem do rio Tamega, fortificando se na ponte de Canavezes. Dirigindo-se a essa ponte, desbaratou o inimigo, e seguindo a Penafiel onde estava Gaspar Teixeira, obrigou este a retirar-se, indo-lhe no alcance até ás abas de Marão. Voltando a Amarante caiu sobre Guimarães, onde D. Alvaro da Costa estava reunindo as milicias, e assim impediu esse projecto do general miguelista. Emigrando com a divisão liberal, passou á Inglaterra e á ilha Terceira, regressando depois a Portugal na expedição de D. Pedro IV, que veiu desembarcar nas praias do Mindello. Pouco depois foi elevado a coronel e logo a brigadeiro em 24 de julho de 1833. Tomou parte em differentes combates, sendo mais tarde nomeado governador da praça de Peniche, logar em que se conservou até depois da convenção de Evora-Monte. Sendo eleito deputado pela Estremadura em 1836, e estando no anno seguinte á frente da 7.ª divisão militar, reuniu-se com o conde de Bomfim em Leiria, e depois da acção do Chão da Feira seguiram os marechaes até Bilbestre. Promovido a marechal

de campo em setembro de 1837, pediu a exoneração do governo de Peniche, e recolheu-se á sua casa no Minho, e ali permaneceu retirado completamente da vida publica, até que por occasião da revolta da Maria da Fonte foi nomeado governador da provincia de Traz-os-Montes. Reunindo, depois do golpe de estado de 6 de outubro, as tropas que se haviam conservado fieis ao ministerio, encaminhou-se para o Porto, mas tendo conhecimento em Vallongo das forças que a Junta tinha á sua disposição, retirou para Chaves seguido por Sá da Bandeira, de que resultou a acção de Valle Passos. Depois d'este encontro dirigiu-se novamente para o Porto constando-lhe, porém, que Mac-Donald estava em Braga, para ali marchou occupando a cidade em seguida a um sanguinolento combate. Indo logo para Valença a tomar provisões, tomou parte n'alguns movimentos feitos em frente das tropas do conde das Antas e do barão do Almargem, entrou na Galliza por Lobios, e atravessando de novo a fronteira, desceu por Chaves, Villa Real e Lamego a juntar se com o duque de Saldanha. Pouco tempo depois terminava a guerra com a convenção de Gramido, assignada em 28 de junho de 1847, e o barão do Casal, titulo com que fôra agraciado por decreto de 1 de dezembro de 1836, teve a promoção de commandante da 3.ª divisão militar, cujo quartel general era no Porto. Conservou-se n'esta commissão até 25 d'abril de 1851, em que n'esta cidade se deu o pronunciamento da guarnição a favor do marechal Saldanha. O conde de Casal retirou-se de novo para a sua casa e ali viveu completamente afastado da politica. Foi elevado a conde por decreto de 20 de janeiro de 1847. Casou em 26 de novembro de 1821 com D. Margarida Iriarte e Somallo Aymerik Bioslada de Cocio, natural de Buenos Ayres, filha do coronel de infantaria, em Hespanha D. Felix Iriarte Aymerik Bioslada de Cocio, e de sua mulher, D. Josepha Somallo de Iriarte. A condessa do Casal era senhora de grande instrucção. Escreveu: *Poema epico, dedicado á nação portugueza pela Condessa do Casal, feito no anno de 1839*, Porto, 1842, e reimpresso em 1849; *Branca*, drama em 4 actos e 8 quadros, Porto, 1847.

Casal *(Manuel Ayres do)*. Presbytero secular. N. em 1754, fal. em Lisboa depois de 1821. Viveu por muitos annos no Brazil, d'onde regressou em 1821 com el-rei D. João VI; recolhendo-se a uma cella da congregação do Oratorio, parece que pouco tempo sobreviveu. Foi autor da *Corographia Brazilica, ou relação historico-geographica do reino do Brazil, composta e dedicada a Sua Magestade Fidelissima por um Presbytero secular do Gran-priorado do Crato*, Rio de Janeiro, 1817, 2 tomos; fez-se nova edição tambem no Rio de Janeiro em 1845.

Casal *(Fr. Patricio)*. Monge cistercicnse. N. proximo d'Alcobaça, e deixou manuscripto em latim uma *Summa de theologia especulativa*.

Casal. Povoações nas freguezias: Santa Eufemia, de Agilde, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Maria, de Airão, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Paio, de Anciães, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Martinho, de Arco de Baúlhe, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Martinho, de Argoncilhe, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Avelleda, conc. de Louzada, distr. do Porto || S. Pedro, de Avintes, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || N. S.ª d'Assumpção, de Azias, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Barreiros, conc. e distr. de Vizeu. || S. Mamede, de Bolho, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || Santa Maria, de Borbella, conc. e distr. de Villa Real. || Santo André, de Braga-Gondisalves, conc. e distr. de Braga. || S. Matheus, de Bunheiro, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Burgães, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Nicolau e conc. de Cabceeiras de Basto, distr. de Braga || N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra || S. Martinho, de Cambres, conc de Lamego, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Graça, de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || O Salvador, de Campo, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Mamede, de Canellas, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa. || O Salvador, de Castellões, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Santo Izidoro, de Cavernães, conc. e distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Celavisa, conc. de Arganil, distr. de Coimbra || S. João Baptista, de Capellos, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Chave, conc. de Arouca, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Chorense, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || S. Miguel, de Christello, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Coronado, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Cosme e conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Parede, de Fajozes, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Felix, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Fonte Arcada, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Fontoura, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Fornello, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Santa Maria, de Fregim, conc. de Amarante, do mesmo distr. || S. Claudio, de Geme, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santo André, de Gião, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Gondufe, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Simão, de Gouveia, conc. de Amarante, distr. do Porto. || O Salvador, de Grijó, conc. de V. N. de Gaia, do mesmo distr. || S. João Baptista, de S. João de Areias, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu || S. Julião, de Lobão, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Lordosa, conc. e distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Maceda, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S. Christovão, de Mafamude, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santa Maria Magdalena, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Miguel, de Mamouros, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || Santa Christina, de Mançores, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Martinho de Mouros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Santa Christina, de Mentrestido, conc. de V. N da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel do Matto, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Conceição, de Mundão, conc. e distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Mozellos, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Nogueira, conc. de Maia, distr. do Porto. || S. Miguel e conc. de Oli-

veira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc. de Sintães, distr. de Vizeu. || Exaltação da Santa Cruz e conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Paeinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Palmaz, conc. de Oliveira de Azemeis, distr de Aveiro. || Santa Eulalia, de Palmeira, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Parada, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Parada e Barbudo, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || N. S.ª do Loreto, de Paradella, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Paio, de Perelhal, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || O Salvador, de Perosinho, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. André, de Portella, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Prestimo, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Mamede, de Recesinhos, conc. de Penafiel, districto do Porto. || S. Martinho, de Recesinhos, do mesmo conc. e distr. || S. Martinho, de Reriz, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Retorta, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || N. S.ª das Neves, de Ribafeita, conc. e distr. de Vizeu. || Santa Eulalia, de Rio Covo, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, de Rubiães, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Salreu, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Sande, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Pedro, de Sébal Grande, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra. || S. Martinho, de Sejães, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Sendim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Silvestre, de Silvã de Cima, conc. de Sattam, distr. de Vizeu. || S. João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || N. S.ª d'Assumpção, de Sobrado, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Soutello, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Tavora, conc. de Arcos de Valle-de Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Teixeiró, conc. de Baião, distr. do Porto. || Santo André, de Tellões, conc. de Amarante, do mesmo distr. || O Salvador, de Tonda, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Torre, conc. e distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª d'Annunciação, de Torre Deita, conc. e distr. de Vizeu. || N. S.ª da Graça, de Torre de Valle de Todos, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || S. Martinho, de Travanca, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || N. S.ª do Rosario, de Travancinha, conc. de Ceia, distr. da Guarda. || S. Miguel, de Travassô, conc. de Agueda, districto de Aveiro. || O Salvador, de Valdreu, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Pedro, de Valle, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Vermoim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Vicente de Pereira Jusan, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Conceição e conc. de Villa do Bispo, distr. de Faro. || Santa Maria, de V. N. da Muhia, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Villar de Murteda, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Casal. Logares nas freguezias: S. João Baptista, de Avões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Campanhã, 1.º bairro Oriental do Porto. || Santo André, de Canidello, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santa Maria Magdalena, de Chaviães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Courel, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thomé, de Covellas, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Mamede, de Santa Cruz da Trapa, conc de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Dornellas, conc. de Boticas, distr. de Villa Real. || S. Carlos Borromeu, de Fataunços, concelho de Vouzella, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Fiscal, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Gamil, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Gondar, conc de Guimarães, do mesmo distr. || Santa Maria, de Grade, conc de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Marecos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Mamede, de Marrancos, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Romão, de Milhazes, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Miguel, de Milheirós de Poiares, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Julião, de Moreira de Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Expectação, de Nogueira do Cravo, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Santa Maria, de Paços, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Christina, de Padroeiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || N. S.ª d'Annunciação, de Palhaes, concelho da Certã, distr. de Castello Branco. || S. Mamede, de Parada do Monte, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Pedome, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Pedro Fins, conc. de Maia, distr. do Porto. || O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Vicente, de Pinheiro, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Thiago, de Rande, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Martinho, de Soalhães, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || S. Pedro, de Souto, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Souto de Lafões, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Villa Cova da Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Maria, de Villa Fria, do mesmo conc. e distr. || S. João Baptista, de Villa do Souto, conc. e distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Villar do Torno, conc. da Louzada, distr. do Porto. || Santo Adrião, de Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Casal do Abbade. Pov. na freg. de S. Pedro, de Lourosa, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Casal do Abegão. Pov. na freg. de S. Thiago, de Evora d'Alcobaça, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Casal das Aboboreiras. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Olalhas, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Casal de Aça. Na freg. de Guisande, conc. da Feira, distr. d'Aveiro.

Casal do Adão. Pov. na freg. de S. José, de Alqueidão da Serra e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Casal dos Affonsos. Pov. na freg. de N. S.ª

da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Casal de Agostinho Alves. Pov. na freg. de S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Casal de Além. Pov. nas freguezias: O Salvador do Mundo, de Almoster, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || S. Lourenço, de Arranhó, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria. || Santa Suzana, de Carapinheira, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S. Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra. || N. S.ª das Neves, de Pousa Flôres, conc. de Aneião, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Povolide. conc. e distr. de Vizeu. S. João Baptista, de Villa Chã de Sá, do mesmo conc. e distr. || Santa Catharina, de Villa Facaia, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria || S Sebastião, de Vimeiro, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Casal do Alho. Pov. na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Juncal, conc. de Porto de Moz, do mesmo districto.

Casal de Alpompé. No conc. e districto de Santarem.

Casal do Alvaro. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Espinhel, concelho de Agueda, distr. de Aveiro.

Casal do Amaro. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Casal de Anja. Pov. na freg. de N. S.ª dos Milagres, de Vieira, conc. e distr. de Leiria.

Casal de Anna Bom. Pov. na freg. da Sé e conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Casal de Antonio Braz. Pov. na freg. de S. Thiago da Guarda, conc. de Aneião, distr. de Leiria.

Casal de Arado. Pov. na freg. de S. Thiago, de Penso, conc. de Melgaço, distr de Vianna do Castello.

Casal da Aranha. Pov. da freg. de S. Vicente, de Troviscal, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Casal de Arão. Pov. na freg. de S. Paio, de Loivos do Monte, conc. de Baião, distr. do Porto. || Pov. na freg. do Salvador, de Roge, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Casal do Arco (*Quinta do*). Na freguezia de S. Thiago de Besteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Casal da Areia. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Antonio, de Salir de Mattos, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Casal de Arouca. Pov. na freg. de S. Thiago da Guarda, conc. de Aneião, distr. de Leiria.

Casal Avesso. Pov. na freg. de Santos Cosme e Damião, de Azere, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Casal de Avô. Pov. na freg. de S. Martinho de Mouros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Casal de Ayres. Pov. na freg. do Salvador, de Fojo Lobal, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Casal de Baixo. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Consolação, de Chão de Coucc, conc. de Aneião, distr. de Leiria. || S. Miguel, de Coimbrão, conc. e distr. de Leiria. || Santa Maria, de Insalde, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Lourenço, de Maiorga, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || N. S.ª da Conceição, de Paialvo. conc. de Thomar, distr. de Santarem. || N. S.ª da Natividade, de Rio de Couros, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || Santa Eulalia, de Ruivos, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Casal de Baixo e de Cima. Duas povoações nas freguezias: S. Matheus, de Alváres, conc. de Goes, distr. de Coimbra. || Santa Eulalia, de Balazar, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Matheus, de Ribeira, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Villar de Besteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Casal de Baixo da Serra. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sabacheira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Casal de Barbas. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Turcifal, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Casal da Barraca. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Egreja Nova do Sobral, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Casal do Benzedor. Pov. na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Casal dos Bernardos. Pov. na freg. de N S.ª d'Assumpção, de Freixianda, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Casal da Bica. Pov. na freg. de S. Simão, de Nesperal, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Olalhas, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Casal do Bispo. Pov. na freg. de N. S.ª do Amparo, de Carvalhal, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Casal do Boielro. Pov. na freg. de S. Miguel, de Juncal, conc. de Porto de Moz, districto de Leiria.

Casal Bom. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de S. Joaninho, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Reriz, conc. de Castro Daire, do mesmo distr. || S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, do mesmo distr. || S. Martinho, de Sande, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Ventosa, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Casal do Bom Despacho. Pov. na freg. de Santo Varão, de Lamarosa, conc. e districto de Coimbra.

Casal de Bostelim. Pov. na freg. de S. Paulo de Frades, conc. e distr. de Coimbra.

Casal Branco. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Marvilla, conc. e distr. de Santarem.

Casal da Brava. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sabacheira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Casal dos Bufos. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pedrogão Pequeno, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Casal do Cabeço. Na freg. e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Casal da Caceira. Pov. na freg. de S. Martinho, de Tavarede, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Casal do Callado. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, e conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

Casal do Calvo. Pov. na freg. de Santa Anna, de Cumiada, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Casal dos Carécos. Pov. na freg. de Santo Varão, de Lamarosa, conc e distr. de Coimbra.

Casal do Carrito. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Anobra, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra.

Casal do Castanheiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Arega, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Casal dos Castanhos. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Moiriscas, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Casal de Ceiça. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Casal do Cepo. Pov. na freg. de S. Simão, de Broguceira, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Casal do Certainho. Pov. na freg. de S Antonio, de Marmeleiro, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Casal da Charneca. Pov. na freg. de Santa Maria, de Almoster, conc. e distr. de Santarem. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Figueiró do Campo, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Casal de Cima. Pov. na freg. de N. S.ª do Amparo, de Mira, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S Miguel, de Rio de Moinhos, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Casal Cimeiro. Povoações nas freguezias: Santa Maria Magdalena e conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Espirito Santo, de Tapeus, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Casal do Cimo. Pov. na freg. de S. Miguel, de Rio de Moinhos, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Casal de Cinza. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda; 1:125 hab. e 227 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 11 k. da séde do conc. A terra é muito fertil. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12 com a séde em Trancoso.

Casal do Citrão. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Casal dos Claros. Pov. na freg. de S. Paulo, de Amor, conc. e distr. de Leiria.

Casal Comba. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. da Mealhada, com. da Anadia, distr. de Aveiro e bisp. de Coimbra; 1:876 hab. e 416 fog. Tem esc. para o sexo masc. e correio com serviço de posta rural; fabrica de telha nacional e fornos de cal. A pov. dista 3 k. da séde do conc. D. Manuel deu-lhe foral em Lisboa, a 12 de setembro de 1514. Corre aqui o rio Cértoma. A terra é fertil e produz bom vinho, chamado da Bairrada. Tinha camara, juiz ordinario, escrivães, etc. Pertence á 5.ª d. m. e ao distr. de rec. e res. n.º 23 com a séde em Coimbra.

Casal Cordeiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Casal Corne. Pov na freg. de S Thiago, de Raude, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Casal dos Côrtes. Pov. na freg. de S. Thiago, de Rio de Vide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Casal da Cortiça. Pov. na freg. do Salvador, de Barreira, conc. e distr. de Leiria.

Casal do Coutinho. Pov. na freg. de S. Simão, de Junqueira, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Casal da Cruz. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Casal de Deus. Pov. na freg. de S. Pedro, de Beberriqueira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Casal Diogo. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Casal Dita. Pov. na freg. de S. Martinho, de Fornellos, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Casal Diz. Pov. na freg. de S Martinho, de Pindo, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu.

Casal de Domingos João. Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Rio de Couros, conc. de V. N. de Ourem, distr de Santarem.

Casal das Donas. Pov. na freg. de S. Pedro, de Castello de Penalva, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu.

Casal da Egreja. Pov. na freg. de S. Vicente, de Formigaes, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Casal da Eira. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Carvoeiro, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Casal de Entre Vallas. Pov. na freg. de S. Thiago, de Figueiró do Campo, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Casal da Ermida. Pov. na freg. de S. José, de Alqueidão da Serra, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Casal d'Ermio. Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. do Douro, conc. e com. da Louzã, distr. e bisp. de Coimbra; 416 hab. e 99 fog. Tem esc. do sexo masc., correio com serviço de posta rural, permutando malas com a Louzã; fabrica de papel. A pov. dista 7 k. da séde do conc. Esta freg. chamava-se antigamente *Casal de Ermijo* ou *Ermigio*, depois teve o nome de *Casal do Ermo*, e hoje, officialmente, é conhecido por *Casal d'Ermio*. Até 1759 foi da casa dos duques de Aveiro, ficando depois para a Corôa. A terra é fertil, cria muito gado e tem muita caça. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra.

Casal da Escusa. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Castello, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Casal da Esperança. Pov. na freg. de S. Martinho, de Tavarede, conc. da Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Casal de Esporão. Pov. na freg. de S. Pedro de France, conc. e distr. de Vizeu.

Casal de Estevão. Pov. na freg. de Santa Maria, de Gemeos, conc. de Guimarães, Braga.

Casal de Estime. Pov. na freg. de S. Miguel, de Monte, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Casal da Estrada. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Pov. na freg. do Espirito Santo, de Egreja Nova do Sobral, conc. e distr. de Santarem.

Casal da Faniqueira. Pov. na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Casal da Farroeira. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Casal do Farto. Pov, na freg. de S. Antonio, de Fatima, conc. de Villa Nova de Ourem, distr. de Santarem.

Casal Ferreiro. Pov. na freg. de S Lourenço, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Casal dos Ferreiros. Pov. na freg. de Santa Margarida, de Arrabal, conc. e distr. de Leiria. || Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Casal das Figueiras. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Anóbra, conc. de Condeixa-aNova, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de Santo Varão, de Lamarosa, conc. e distr. de Coimbra.

Casal dos Folles. Pov. na freg, de S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria.

Casal da Fonina. Pov. na freg. de S. José, de Alqueidão da Serra, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Casal da Fonte. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Purificação, de Assentiz, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de S. Vicente, de Formigaes, conc. de V. Nova de Ourem, do mesmo distr. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. da Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Casal Formoso. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Casal do Frade. Pov. na freg. do Salvador, de Pombeiro, conc, de Arganil, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Romão, de Mouriz, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Casal das Fragosas. Pov. na freg. de S. Thiago, de Evora d'Alcobaça, conc. de Alcobaça, dist. de Leiria.

Casal da Francisca. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, conc. de Pedrogão Grande, distr de Leiria.

Casal das Freiras. Pov. na freg. de S. Miguel, de Licêa, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Casal Fundeiro. Pov. na freg. de N. S.ª da da Graça, de Aguas Bellas, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Casal do Fundo. Pov. na freg. de S. André, de Codeçoso, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Rio de Moinhos, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Casal do Gago. Pov. na freg. de S. Miguel de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra.

Casal do Gaio. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, de Arazede, conc de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Casal Gallego. Povoações nas freguezias: N. S.ª do Rosario, de Marinha Grande, conc. e dist. de Leiria. || N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Casal dos Gallegos. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Freixianda, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Casal Garcia. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Casal de Goda. Pov. na freg. de S. Pedro, de Ferreira, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Casal de Godinho. Pov. na freg. do Salvador, de Taboado, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Casal de Gravellos. Pov. na freg. de Santa Maria, de Adoufe, conc. e distr. de Villa Real.

Casal do Grillo. Pov. na freg. de S. Lourenço de Golães, conc de Fafe, distr. de Braga.

Casal da Hera. Pov. na freg. de Santa Maria, de Nine, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Casal de Ima. Pov. na freg. de S. Vicente, de Branca, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro.

Casal do Jacinto. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Paio Pelle, conc. de V. N. da Barquinha, distr. de Santarem.

Casal de João. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Tocha, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Casal de João Bom. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, da Torre de Valle de Todos, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Casal do João Dias. Pov. na freg. de S. José, de Alqueidão da Serra, conc. de Porto de Moz. distr. de Leiria.

Casal de João Fernandes. Pov. na freg. de S. Thiago da Guarda, conc. de Aucião, distr. de Leiria.

Casal do Juzão. Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Silgueiros, conc. e distr. de Vizeu.

Casal da Ladeira. Pov. na freg. de N. S.ª do Desterro, de Pousos, conc. e distr. de Leiria.

Casal Larangeira. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Rio de Moinhos, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Casal da Legoa Pov. na freg. de Santa Catharina, de Anóbra, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra.

Casal do Lobo. Pov. na freg. de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra.

Casal dos Lobos Pov. na freg. de N. S.ª dos Milagres, de Vieira, conc. e distr. de Leiria.

Casal de Loivos. Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Alijó, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 2:018 hab. e 166 fog Tem esc. para o sexo masc. e est. post. A pov. dista 12 h. da séde do conc. e está situada n'um alto, proximo do rio Pinhão, na margem direita do Douro. O abbade de Goivães apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis de renda. Foi villa e couto hoje extinctos. D. Affonso III deu-lhe foral, pelos annos de 1260. Corre proximo, ao sul, o rio Douro. Pertence á 9.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13 com a séde em Villa Real.

Casal do Louco. Pov. na freg. de S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Casal do Lucas. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Sernache de Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Casal da Luiza. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Casal Maior. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Lanhezes, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Casal Maninho. Pov. na freg. de S. Thiago, de Penso, conc. de Melgaço, distr de Vianna do Castello.

Casal do Marachão. Pov. na freg de S. Thiago, de Figueiró do Campo, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Casal Marinho. Pov. na freg. de S. Martinho, de Fajões, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Casal do Marquez. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Vimeiro, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Casal do Marra. Pov. na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Casal da Matta. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Egreja Nova do Sobral, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de Paio Mendes, do mesmo conc. e districto.

Casal Matto. Pov. na freg. de S. Martinho de Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Casal de Matto. Povoações nas freguezias: S. Pedro e conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Aviz, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || O Salvador, de Fornos, conc. da Feira, distr. de Aveiro || Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Casal Mattos. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Casal dos Mattos. Pov. na freg. de N. S.ª do Desterro, de Pousos, conc. o distr. de Leiria.

Casal Mau. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Fonte Arcada, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Vicente, de Pinheiro, do mesmo conc. e distr. || S. Cypriano, conc. e distr. de Vizeu.

Casal Meão. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Lourosa, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Natividade, de Silgueiros, conc. e distr. de Vizeu.

Casal do Meio. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Anreade, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Santa Suzana, de Carapinheira, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra || S. Miguel, de Rio de Moinhos, conc. de Sattam, distr. de Vizeu. || N. S.ª d'Assumpção, de Semide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Casal Melhe. Pov. na freg. do Salvador, de Campo, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Casal Mendo. Pov. nas freguezias: S. Vicente, de Alcafache, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Purificação, de Currellos, conc. do Carregal do Sal, do mesmo districto.

Casal Menino. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Espite, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Casal de Mide. Pov. na freg. de S. Pedro, de Sobreira, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Casal da Moirisca. Pov. na freg. do Salvador, de Pombeiro, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Casal dos Moleiros. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Freixianda, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Casal Mondinho. Pov. na freg. de S Thiago de Cassurrães, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Casal Monte. Pov. na freg. de Santa Maria, de Retorta, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Casal do Monte. Povoações nas freguezias S. Miguel, de Argivae, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria. || Santa Maria, de Fiães, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santo Izidoro, de Romariz, do mesmo conc. e distr. || S. João Baptista e conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Casal do Monteiro. Pov. na freg. de Santa Quiteria de Méca, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Casal do Mosteiro. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Semide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Casal do Mouco. Pov. na freg. do Salvador do Mundo, de Almoster, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de Santa Maria dos Anjos, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Casal da Murteira. Pov. na freg. de S. João Evangelista, de Villa de Mattos, conc. e distr. de Coimbra.

Casal dos Nabos. Pov. na freg. de Santo Aleixo do Becco, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Casal dos Netos. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Casal de Nique. Pov. na freg. de S. Pedro, de Villa Frescainha, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Casal da Nogueira. Pov. na freg de S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Casal Novo. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Almelaguez, conc. e distr. de Coimbra. || S. João Baptista e conc. de Almeirim, distr. de Santarem. || S. Matheus, de Alvares, conc. de Goes, distr. de Coimbra, || N. S.ª da Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem || O Salvador, de Avelleda, conc. de Louzada. distr. do Porto. || Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria || N. S.ª do Reclamador, de Casaes, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || S. Sebastião, de Cepos conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || S. Martinho, de Cocujães, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Condeixa-a-Velha, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra. || S. Sebastião, de Cumieira, conc. de Penella, distr. de Coimbra. || Santa Maria, de Ferreiros, conc. e distr. de Braga. || N. S.ª da Annunciação e conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa. || S. Silvestre e conc. da Louzã, distr. de Coimbra. || S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || S. Lourenço, de Maiorga, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || S. Sebastião, de Meão do Campo, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Piedade, de Monte Redondo, conc. e distr. de Leiria. || N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem. || N. S.ª do O', de Paião, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || S. João Baptista, de Pedrogão Pequeno, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || S. Lourenço, de Pias, conc. da Louzada, distr. do Porto. || S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria. || N. S.ª do Desterro, de Pousos, conc. e distr. de Leiria. || S. Mamede, de Quiaios, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Santa Marinha, de Remelhe, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Christovão, de Rio Mau, conc. de

Villa do Conde, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Sernande, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || S. Thiago e conc. de Soure, districto de Coimbra.

Casal Novo. Logares nas freguezias: S. Paulo, de Amor, conc. e distr. de Leiria. || N. S.ª da Purificação, de Assciceira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || S. Miguel, de Carregueiras, do mesmo conc. e distr. || S. Miguel, de Juncal, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Lomar, conc. e distr. de Braga. || S. Martinho, de Paços de Gaiolo, conc de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Thiago, de Rande, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || S. Antonio, de Salir dos Mattos, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || S. Vicente, de Troviscal, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. Santa Maria, de Ulme, conc. da Chamusca, distr. || de Santarem. || N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Casal Novo do Rio. Pov. na freg de Santa Maria e conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Casal Odeiro. Pov. na freg. de S. Pedro de France, conc. e distr. de Vizeu.

Casal do Oleiro. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Casal da Ordem. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Casal da Ortiga. Pov. na freg. de S. Thiago, de Evora d'Alcobaça, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria.

Casal de Ouro. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. do Cartaxo, distr. de Santarem. || Pov. na freg. do Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Casal da Ouzenda. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Ventosa, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Casal do Paço. Pov. na freg. de S. Thiago, de Figueiró do Campo, conc de Soure, distr. de Coimbra.

Casal dos Padilhas. Pov. na freg. de Santo Varão, de Lamarosa, conc. e districto de Coimbra.

Casal da Paința. Pov. na freg. de S. Thiago, de Figueiró do Campo, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Casal Palo. Povoações nas freguezias: Santo Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. da Porto. || Santo André, de Varzea da Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo districto.

Casal de Paiva. Pov. na freg. de S. Thiago, de Rio de Vide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Casal de Palhaes. Pov na freg. de N. S.ª da Annunciação, de Palhaes, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Casal do Paul. Pov. na freg. de Santa Maria, d'Almoster, conc. e distr. de Santarem.

Casal do Pavão. Pov. na freg. de Santo Varão, de Lamarosa, conc. e distr. de Coimbra.

Casal do Pedro. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Aguda, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || S. Simão, de Junqueira, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Casal Pequeno. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Casal do Pereiro. Pov. na freg. de S. Thiago, de Evora d'Alcobaça, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria.

Casal e Pereiro. Duas povoações reunidas na freg. de S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Casal de Pero Affonso. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Olalhas, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Casal da Pinheira. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Ribeira Branca, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Casal do Pinheiro. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Evora d'Alcobaça, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || O Salvador, de Barreira, conc. e distr. de Leiria. || N. S.ª do Reclamador, de Casaes, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || N. S.ª d'Assumpção, de Freixianda, conc. de V. N. d'Ourem, do mesmo districto.

Casal do Pinto. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Casal Porteiro. Pov. na freg. de S. Thiago, de Cossourado, conc. de Barcellos, districto de Braga.

Casal da Povoa. Pov. na freg. de S. Silvestre e conc. de Louzã, distr de Coimbra.

Casal do Queijo. Pov. na freg. de S. Thiago, do Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Casal Queimado. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Marmeleiro, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Casal da Quinta. Pov. na freg. de N. S.ª dos Milagres, conc. e distr. de Leiria.

Casal da Rainha. Pov. na freg. do Salvador do Mundo, de Almoster, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria || Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Casal dos Ramos. Pov. na freg. de Santo André, de Cella, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Casal da Raposa. Pov. na freg. de N. S.ª dos Milagres, conc. e distr. de Leiria.

Casal do Raposo. Pov. na freg. de S. José, de Alqueidão da Serra, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Casal Real. Pov. na freg de S. Paio, de Gueral, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Casal de Rei. Pov. na freg. de Santa Eulalia e conc. de Paços Ferreira, distr. do Porto.

Casal de Rei. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Cannas de Sabugosa, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Pelmá, conc de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Casal das Relvas. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Ourondo, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Casal do Relvas. Pov. da freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, districto de Leiria.

Casal da Renda. Pov. na freg. de S. Thiago, de Carvalhaes, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Casal Ribeiro *(José Frederico do Casal Ribeiro, 2.º conde de).* Fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Carlos III, de Hespanha; bacharel formado em Direito. N. em Lisboa a 28 de abril de 1851. E' filho do 1.º conde do mesmo titulo, José Maria Caldeira do Casal Ribeiro, e de sua mulher, D. Maria da Conceição Quintella Emauz. Serviu de delegado do procurador regio na comarca de Mafra, sendo depois ouvidor do

Junta do Credito Publico, e Caixa Geral dos Depositos. Como filho primogenito foi-lhe verificada a segunda vida no titulo concedido a seu pae. Casou com D. Emilia da Costa Ramos, filha de Thomaz da Costa Ramos, capitalista e proprietario em Lisboa, e de sua mulher, D. Joaquina da Silva Freire Ramos.

Casal Ribeiro *(José Maria Caldeira do Casal Ribeiro, 1.º conde de).* Estadista, conselheiro de Estado effectivo, ministro plenipotenciario de primeira classe, par do reino vitalicio, por carta régia de 8 de setembro de 1865, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara na sessão de 7 de novembro do mesmo anno; membro da Academia Real das Sciencias de Lisboa, socio da Academia de Historia de Madrid; grã-cruz da ordem de Christo, e das seguintes ordens estrangeiras: Alberto o Valoroso, de Saxonia; Legião de Honra, de França; S. Gregorio Magno, de Roma; Roza, do Brazil, que lhe foi concedida pelo imperador D. Pedro II em 1870; Carlos III, de Hespanha. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado em diversas legislaturas, abastado proprietario em Lisboa, etc. N. n'esta cidade a 18 de abril de 1825, fal. em Madrid a 14 de junho de 1896. Era filho de José Vicente Caldeira do Casal Ribeiro, fidalgo cavalleiro da Casa Real, pelo alvará de 4 de janeiro de 1828, desembargador da Casa da Supplicação, com exercicio na Relação e Casa do Porto; cavalleiro professo na ordem de Christo, bacharel formado em Leis, abastado proprietario, casado com D. Maria Henriqueta Gomes Ribeiro, filha de José Antonio Gomes Ribeiro, desembargador dos aggravos da Supplicação. Cursou a faculdade de Direito, de 1843 a 1848, e ninguem conquistou n'aquella epoca maior consideração do corpo docente, nem maiores e melhores relações entre os condiscipulos. Casal Ribeiro era egualmente estimado por todos pelo seu caracter nobre e franco, e pelo seu talento excepcional. Durante o tempo de estudante, tornou se notavel pela vehemencia das suas idéas democraticas, e fez parte da Junta governativa e revolucionaria que se formou n'aquella cidade em 1846 por occasião da patuléa. A convenção de Gramido, em 1847, veiu pôr fim á guerra civil, garantindo a impunidade dos revolucionarios. O advento da segunda republica franceza de 1848 ainda mais lhe despertou as suas idéas democraticas, mostrando-se republicano convicto nos pamphletos que publicou: *O soldado e o povo*, Coimbra, 1848; *Hoje não é hontem*, Lisboa, 1848; *A Imprensa e o Conde de Thomar*, Lisboa, 1850. Tendo concluido a sua formatura em 1848, depois d'um curso cheio de distincções, regressou a Lisboa, e entrou no campo politico como jornalista. Creou o jornal *A Civilisação*, de que foi o redactor principal e o director politico, onde escreveram tambem Latino Coelho, José Horta, Andrade Corvo, dr. Thomaz de Carvalho, Silva Tullio, e outros escriptores de reconhecido merito. Em 1850 collaborou no *Atheneu*. Posteriormente á Regeneração em 1851, Casal Ribeiro, ligou-se a adversarios politicos que tinha combatido duramente. As eleições d'este anno o levaram á camara dos deputados na primeira legislatura do novo partido regenerador, legislatura que foi breve, mas que se tornou notavel pela gravidade das questões que se debateram no parlamento. Do seu debute nas luctas parlamentares saiu logo vencedor o novel deputado; as suas opiniões eram citadas com autoridade em assumptos, de que só os financeiros jubilados se julgavam com direito a discursar. Depois de dissolvido o primeiro parlamento da Regeneração, voltou á camara em 1852, sendo eleito por um dos circulos de Lisboa; a sua autoridade em questões de fazenda foi crescendo progressivamente, indicando-lhe o logar que mais tarde deveria occupar no ministerio, para que os seus amigos politicos o convidassem a tomar parte. Nas eleições de 1856, um dos circulos de Lisboa novamente o elegeu deputado, tomando logar nos bancos da opposição ao ministerio presidido pelo marquez de Loulé; a camara e o paiz puderam então apreciar a fecundidade de recursos com que Casal Ribeiro servia os interesses publicos da causa que abraçara, e o gabinete o temeu sempre como um dos mais valentes adversarios com quem tinha de conservar-se constantemente em cautelosa defensiva nas luctas parlamentares. Como opposicionista, a sua palavra foi sempre energica mas decorosa, e a camara attenciosamente o escutava. Ainda voltou á camara nas legislaturas de 1859, 1860-1861, 1861-1864, 1865, 1865 1868, salientando-se sempre como um orador de merito superior; alguns dos discursos, que então se imprimiram, bem demonstravam que á mais nobre elevação da fórma se alliava a maior elevação da idéa. Em 1859 foi chamado pela primeira vez ao ministerio, encarregando se da pasta da fazenda desde 16 de março até 4 de julho do anno seguinte, 1860, revelando se desde logo um economista distincto; apresentou um systema financeiro e umas propostas, que os parlamentares d'aquella epoca muito apreciaram. Mais tarde, em 1860, no gabinete presidido por Joaquim Antonio d'Aguiar, tomou conta da pasta do ministerio dos negocios estrangeiros, gerindo tambem o das obras publicas; entrou depois n'uma recomposição com Martens Ferrão, para o governo que se organisou por occasião da fuzão dos partidos historico e regenerador. Em 1865 fôra elevado ao pariato, conforme dissémos. O ministerio presidido pelo duque de Loulé, passado tempo, o convidou para acceitar o cargo de ministro em Paris, que elle exerceu superiormente, conquistando em França numerosas sympathias, e representando nobre e dignamente a nação portugueza. O diplomata não desmentiu os créditos de estadista, antes os exaltou e engrandeceu. Os acontecimentos de 19 de maio de 1870, revolta promovida pelo marechal duque de Saldanha, o obrigaram a pedir a exoneração, que lhe foi concedida; porém, el-rei D. Luiz, que lhe consagra-

1.º conde de Casal Ribeiro

va a maior estima e muito o respeitava, o agraciou então com o titulo de conde do Casal Ribeiro, em duas vidas, por decreto de 28 do referido mez e anno. Era o decano dos conselheiros de Estado, para que fôra nomeado em 1872. Pouco tempo antes do seu fallecimento teve a nomeação de ministro em Madrid. Na sua longa carreira parlamentar as suas idéas haviam-se modificado, e o ardente pamphletario de 1848, o defensor da liberdade da imprensa de 1851, tinha-se transformado n'um persistente conservador. Casal Ribeiro casou em 1850 com a sr.ª D. Maria da Conceição Quintella Emauz, condecorada com a banda da ordem hespanhola das damas nobres de Maria Luiza, filha de Ignacio Pedro Quintella Emauz, fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores, bacharel formado em Leis, antigo corregedor e juiz de fóra de Torres Vedras, e de sua mulher D. Anna José de Castro Correia e Sá. Casal Ribeiro, em 1859, quando falleceu sua mãe, offereceu o donativo de 10:000$000 réis em inscripções á Associação Promotora da Educação Popular, para o estabelecimento d'uma escola de meninas. Esta escola, que tem por titulo o nome do seu fundador, foi inaugurada solemnemente a 23 de janeiro de 1860, e está situada no sitio do Beato Antonio, na quinta denominada a *Quintinha*. A escola Casal Ribeiro estava dotada com o capital sufficiente para manter duas mestras. Escreveu: *Carta ao presidente da Associação promotora da educação popular, em que offerece o donativo de 10:000$000 réis em inscripções para a fundação de uma escola de meninas na freguezia do Beato Antonio*, datada de 19 de fevereiro de 1859; saiu com a resposta em um folheto com o titulo: *Cartas sobre as escolas populares pelos ex.mos srs. J. M. do Casal Ribeiro e A. F. de Castilho*, Lisboa, 1859; *Relatorio e projectos* apresentados á camara dos deputados, como ministro da fazenda na legislatura de 1859-1860; veem publicados nos *Diarios de Lisboa* a contar de 17 de janeiro de 1860 ou nos *Diarios da Camara*, no de tambem se encontram n'este anno e nos anteriores, os discursos parlamentares pronunciados nas diversas questões em que tomou parte, quer como deputado, quer como ministro; *Parecer da maioria da commissão especial da camara dos deputados sobre a proposta do governo ácerca das congregações religiosas e do ensino, apresentado na sessão de 26 de abril de 1862*, Lisboa, 1862; Casal Ribeiro foi quem redigiu este parecer como relator da commissão, e depois sustentou-o na camara n'um longo discurso, que tambem appareceu impresso, com o titulo: *Discurso sobre a questão das irmãs da caridade, proferido no parlamento portuguez*, etc., *precedido de quatro linhas pelo seu amigo Telles de Vasconcellos*, Lisboa, 1862; este discurso foi reproduzido em francez no livro *Question des sœurs de la charité du Portugal*, (1857-1867) *d'aprés la presse et les documents officiels*, Lisbonne, 1863; *Discurso proferido a 3 de fevereiro de 1863 na camara dos senhores deputados* (por occasião da discussão da resposta ao discurso da corôa), Lisboa, 1863; *Rome et l'Europe*; *Qu'est ce que la convention du 15 de septembre?* Lisbonne, 1861; *Interpellação sobre os acontecimentos occorridos na Guiné portugueza, realisada na camara dos dignos pares em sessão de 3 de agosto de 1868*, Lisboa, 1868. Tem muitas poesias disseminadas em diversos jornaes.

Casal do Ribeiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Rio de Couros, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Casal Rijo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Casal do Rijo. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Olalhas, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Casal dos Rios. Pov. na freg. de S. Silvestre e conc. da Louzã, distr. de Coimbra.

Casal da Rabalda. Pov. na freg. de S. Martinho, de Tavarede, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Casal do Rodinho. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Alfarellos, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Casal da Rosa. Pov. na freg. de S. Paulo de Frades, conc. e distr. de Coimbra.

Casal Rulvo. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Casal Sancho. Pov. na freg. de S. Pedro, de Santar, conc. de Nellas, distr. de Vizeu.

Casal Sandinho. Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Alcafache, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || N. S.ª d'Assumpção, de Senhorim, conc. de Nellas, do mesmo districto.

Casal de Santa Maria. Povoações nas freguezias: Santa Columba, de Couto do Mosteiro, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. || S. Antonio, de Fatima, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Casal de Sant'Anna. Pov. na freguezia de Sant'Anna, de Cumiada, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Casal de Santo Antonio. Povoações nas freguezias: Santo Varão, de Lamarosa, conc. e distr. de Coimbra. || Espirito Santo, de Avellar, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Casal de Santo Estevão. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Casal de S. João. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Anobra, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra.

Casal de S. José. Povoações nas freguezias: S. Gens e conc. d'Arganil, distr. de Coimbra. || N. S.ª d'Assumpção, de Senhorim, conc. de Nellas, distr. de Vizeu.

Casal de S. Miguel. Pov. na freg. de S. Vicente, de Formigaes, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Casal de S. Paio. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Casal de S. Pedro. Pov. na freg. de S. Thiago, de Figueiró do Campo, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Casal de S. Roque. Pov. na freg. de S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Casal de S. Simão. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Arega, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Casal de S. Thiago. Pov. na freg. do Salvador, do Mundo, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Casal de S. Thomé. Pov. na freg. de S. Thomé e conc. de Mira, distr. de Coimbra.

Casal dos Seccos. Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Rio de Couros, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Casal da Senhora. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Semide, conc de Miranda do Corvo, do mesmo distr. || N. S.ª das Neves, de Midões, conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Casal de Senim. Pov. na freg. de Santa Maria, de Miranda, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Casal da Serra. Povoações nas freguezias: S. André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || N. S.ª d'Assumpção, de S. Vicente da Beira, conc. e distr. de Castello Branco. || N. S.ª da Oliveira, de Tortozendo, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Casal dos Serralheiros. Pov. na freg. de S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Casal dos Sete Lenços. Pov. na freguezia de S. Thiago, de Evora d'Alcobaça, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Casal do Silva. Pov. na freg. de S. José, de Alqueidão da Serra, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Casal da Silvã de Cima. Pov. na freg. de S. Silvestre, de Silvã de Cima, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Casal do Sino. Pov. na freg. de Santa Maria, de Fregim, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Casal da Sobreira. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Freixianda, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Casal Soeiro. Povoações nas freguezias: Santa Comba, de Villa Fonche, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. André, de Guilhadezes, do mesmo conc. e districto.

Casal do Soeiro. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || N. S.ª da Conceição, de Olalhas, conc. de Thomar, districto de Santarem.

Casal Telheiro. Pov. na freg. do Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e distr. de Leiria.

Casal do Tello. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Tavora, conc. de Taboaço, distr. de Vizeu.

Casal do Tem. Pov. na freg. de S. Pedro, de Fajozes, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Casal dos Thomazes. Pov. na freg. de S. Pedro, de Beberriqueira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Casal da Torre. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Currellos, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu.

Casal de Urmeiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Casal do Valentão. Pov. na freg. de S. José, de Alqueidão do Serra, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Casal dos Valentes. Pov. na freg. de S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Casal de Valle de Rosas. Pov. na freg. de Santo Varão, de Lamarosa, conc. e districto de Leiria.

Casal do Varella. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Aguas Bellas, conc. de Ferreira do Zezere, distr de Santarem.

Casal dos Vares. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Moiriscas, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Casal Vasco. Pov. e freg. de Sauto Antonio, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Fornos de Algodres, distr. da Guarda, bisp. de Vizeu; 526 hab. e 120 fog. Tem esc. para ambos os sexos e caixa postal. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada n'uma campina, ao N da serra chamada Raza. Era do Infantado. A terra é fertil em milho, centeio, castanha e trigo. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Casal Velho. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Agueda, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || S. João Baptista, de Alfeizerão, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || S. Thomé, de Lamas, conc. do Cadaval, distr. de Lisboa. || S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria. || N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, do mesmo distr. || S. Sebastião, de Serro Ventoso, conc. de Porto de Moz, do mesmo districto.

Casal Velho. Logares nas freguezias: Santa Clara, de Alcaravella, conc. de Sardoal, distr. de Santarem. || O Salvador do Mundo, de Almoster, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || N. S.ª da Consolação, de Alvados, conc. de Porto de Moz, do mesmo distr. || S. Pedro, de Alviobeira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Casal Verde. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Paião, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Casal Vermelho. Pov. na freg. de S. Christovão, de Caranguejeira, conc. e distr. de Leiria.

Casal Vidona. Pov. na freg. de Santa Columba, de Couto do Mosteiro, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu.

Casal de Vidro. Pov. na freg. de S. Miguel, de Restello, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Casal do Vieira. Pov. na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Casal Vieiro. Pov. na freg. de S. André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Casal Vistoso. Pov. na freg. de S. Jorge de Arroios, 2.º bairro de Lisboa.

Casal de Vós. Pov. na freg. de S. Thiago, de Areias, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Casal de Zote. Pov. na freg. de Santo Aleixo do Becco, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Casalão. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Bemposta, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Casaldaça ou **Casal d'Aça.** Pov. na freg. de S. Mamede, de Guzande, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Casaldeita ou **Casal d'Eita.** Pov. na freg. do Salvador, de Grijó, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Sá, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Casaldello ou **Casal d'Ello.** Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de S. João da Madeira, conc. de Oliveira d'Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Ribeira de Fragoas, conc. de Albergaria-a-Velha, do mesmo districto.

Casaldigo. Pov. na freg. de Santa Maria, de Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Casaldoufe. Pov. na freg. de Santa Maria, de Alvora, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Casaleixo. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Aboim da Nobrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Casalinho. Povoações nas freguezias: S. Silvestre, de Aboboreira, conc. de Mação, distr. de Santarem. || S. Matheus, de Alvares, conc. de Goes, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição, de Aréga, concelho de Figueiró dos Vinhos, districto de Leiria. || Nossa Senhora da Salvação e concelho d'Arruda dos Vinhos, districto de Lisboa. || Espirito Santo, de Avellar, concelho de Ancião, distr. de Leiria. || N. S.ª d'Assumpção, de Cardigos, conc. de Mação, distr. de Santarem. || S. Domingos, de Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || N. S.ª da Conceição, de Cezimbra-Castello, conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa. || Santa Eufemia, de Coz, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || N. S.ª da Purificação, de Freigil, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Purificação, de Freixianda, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || S. Thomé, de Lamas, conc. do Cadaval, distr. de Lisboa. || S. Martinho do Bispo, conc. e distr. de Coimbra || S. Mamede, de Matta Moirisca, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || O Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || S. Christovão, de Nogueira de Regedoura, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || N. S.ª d'Annunciação, de Malhaes, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || S. Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra. || S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco. || N. S.ª da Conceição, de Sabacheira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || N. S.ª da Purificação, de Samuel, conc de Soure, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Varzea de Cavalleiros, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || S. João Baptista e conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || N. S.ª da Purificação, de Villa Maior, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Casalinho. Logares nas freguezias: N. S.ª da Graça. de Aguas Bellas, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S. Silvestre, de Bezelga, conc. de Thomar, do mesmo distr. || N. S.ª do O' do Porto, de Regnengo da Carvoeira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || S. João Baptista, de Sobral. conc. d'Oleiros, do mesmo districto.

Casalinho das Quintas. Pov. na freg. de Dornes, conc. de Ferreira do Zezere, districto de Santarem.

Casalinhos. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Pelmá, conc. d'Alvaiazere, distr. de Leiria. || S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra. || S. Vicente de Paul, conc. e distr. de Santarem.

Casalito. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, e conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Casalteiro. Pov. na freg. de Santa Maria, de Insalde, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Casalvaro. Pov. na freg. de Santa Maria, de Moz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Casamento. Termo antigo. Pensão annual que certos mosteiros pagavam ás senhoras, que eram descendentes dos fundadores dos mesmos mosteiros, ou que tinham comprado o padroado ou parte d'elle

Casarão. Monte na freg. de N. S. d'Assumpção, de Montouto, conc. de Redondo, distr. de Evora.

Casares. Pov. e freg. de Santa Cecilia, da prov. de Traz-os-Montes, que está hoje reunida á de S. Pedro, de Montouto, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. Está situada n'uma ladeira fragosa. Eram seus donatarios os condes de Athouguia. Produz centeio, vinho, castanhas e fructa. || Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Buccos, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga || S. Pedro, de Souto, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Valle, do mesmo conc. e districto.

Casaria. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Casarias. Pov. na freg. de Santa Luzia, de Pomares, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Casario. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Aguieiras, conc. de Mirandella, districto de Bragança.

Casarollas. Pov. na freg. de S Pedro, de Canadella, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Casas. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. de Traz-os-Montes; foi até 1855 do conc. de Monforte do Rio Livre, e hoje está annexa á freg. de S. Pedro, d'Aguas Frias, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. Fica situada junto á serra de Cabellinhos, entre duas ribeiras, que vão desaguar no rio Tamega. A terra é fertil, cria muito gado, tem bastante caça, e produz muita lenha. || Povoações nas freguezias: Santo Antonio, conc. e distr. do Funchal, ilha da Madeira. || S. Bento do Cortiço, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || O Salvador, de Delães, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Thiago, de Lourosa, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Piedade, de Monte Redondo, conc. e distr. de Leiria. || Santa Maria, de Moreira de Rei, conc. de Trancoso, distr. da Guarda. || N. S.ª da Esperança, de Paderne, conc. de Albufeira, distr. de Faro. || O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Casas d'Além. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, e conc. de Mação, distr. de Santarem || N. S.ª da Conceição de Sabacheira, conc. de Thomar, do mesmo districto.

Casas Altas. Povoações nas freguezias: Santo Aleixo, conc. de Monforte, distr. de Portalegre. || Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Casas d'Azibreira. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Orvalho, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Casas Baixas. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, distr de Faro.

Casas Brancas. Povoações nas freguezias: S. Salvador e conc. de Alcoutim, distr. de Faro. || S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Casas da Charneca e Rio Secco. Duas povoações reunidas na freg. de N. S.ª da Conceição, de Turquel, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Casas dos Costas. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Casas do Eido. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Ardegão, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Casas Figueiras. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Vide, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Casas Juntas. Pov. na freg. de Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Casas de Martim Annes. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Casas dos Mattos. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Alvados, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Casas dos Montes. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Casas Nogueiras. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Carreiras, conc. e distr. de Portalegre.

Casas da Nora dos Velhos. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Casas Novas. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Alcaçovas, conc. de Vianna do Alemtejo, distr. de Evora. || S. Bartholomeu, do Beato Antonio, 1.º bairro de Lisboa. || S. João Baptista, de Brito, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Thiago, de Burgães, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Thiago, de Candoso, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de Cereal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || N. S.ª d'Assumpção, de Collares, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Corval, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora. || S. João, de Covas, conc. da Louzada, distr. do Porto. || Santa Maria e conc. de Extremoz, distr de Evora. || S. Pedro, de Ferreira, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Gregorio, conc. de Arraiollos, distr. de Evora. || Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. Martinho, de Manhente, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho do Bispo, conc. e distr. de Coimbra. || N. S.ª d'Assumpção, de Montouto, conc. de Redondo, distr. de Evora. || S. Sebastião, de Moiriscas, conc. de Abrantes, distr. de Santarem || Santa Catharina, de Pardaes, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora. || N. S.ª da Annunciação, de Pombalinho, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || S. Vicente, de Redondello, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || S. Romão, de Rendufe, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Retorta, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Santa Maria, de Souto, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || S. Braz, de Varzea, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Casas Novas. Logares nas freguezias: S. Pedro, de Aboim, conc. de Amarante, distr. do Porto. || N. S.ª da Graça, de Aguas Bellas, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro. || S. Thomé, da Correlhã, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Olivaes, 1.º bairro de Lisboa.

Casas Novas. Casal na freg. de S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem. || Casal na freg. de Santa Justa, do mesmo conc. e distr. || Herdade na freg. de N. S.ª da Luz, de Albernoa, conc. e distr. de Beja. || Herdade na freg. de S. Pedro, de Monte Vil, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || S. Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Casas Novas das Marés. Pov. na freg. de S. Thiago, conc. de Alandroal, distr. de Evora.

Casas dos Pires e Casas do Poço. Duas povoações na freg. de N S.ª da Esperança, de Paderne, conc. de Albufeira, distr. de Faro.

Casas Pretas. Pov. na freg de S. Sebastião, de Moiriscas, conc. de Abrantes, districto de Santarem.

Casas da Ribeira. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Arrifana, conc. e distr. da Guarda. || N. S.ª da Conceição e conc. de Mação, distr. de Santarem.

Casas do Rio. Freguezia de S. Marcos Evangelista, da prov. da Beira Baixa, que actualmente está annexa á de S. Sebastião, de Ratoeira, conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda. Chamava-se antigamente *Casas do Rei.* Está situada n'um valle entre vinhas e olivaes, proximo do rio Mondego. A terra é bastante fertil. || Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Forno Telheiro, conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda.

Casas dos Riscos. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Alvados, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Casas da Serra. Ilha da Madeira; pov na freg. de S. João Baptista, de Fajã da Ovelha, conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Casas do Soeiro. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda.

Casas Terreas. Pov na freg. de S. Miguel, de Creixomil, conc. de Guimarães, districto de Braga.

Casas Velhas. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Campello, conc de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. d'Almada, distr. de Lisboa. || N. S.ª do Reclamador, de Casaes, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Casas e Villa Fria. Duas povoações reunidas na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Silves, distr. de Faro.

Casato. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cascabaço. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Sernanche do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Cascaes *(D. Alvaro Pires de Castro, 6.º conde de Monsanto, 1.º marquez de).* Conselheiro de Estado e de guerra de D. João IV, D. Affonso VI e de Pedro II; fronteiro-mór, coudel-mór, couteiro-mór e alcaide-mór de Lisboa, senhor das villas de Cascaes, Lourinhã, Ançã, S. Lourenço do Bairro Monsanto e Castello Mendo; administrador de S. Martinho de Bornes, de Villa de Rei, e de Segura da Ordem de Christo, etc. N. na Lourinhã, e fal. em Ançã a 11 de julho de 1674. Era filho do 5.º conde de Monsanto, D. Luiz de Castro, presidente do Paço e conselheiro de Estado, e de D. Mecia de Noronha A varonia d'esta nobre casa teve principio em D. Affonso, conde de Gijon e Noronha, filho bastardo de D Henrique II, de Castella, e de D Izabel, sua mulher, filha bastarda d'el-rei D. Fernando de Portugal.

O appellido de familia Castro é tão antigo, como conhecido em Hespanha. Em Portugal teve principio em D. Alvaro Pires de Castro, irmão de D. Ignez de Castro, que foi o primeiro condestavel de Portugal, conde de Arraiollos, o qual casou com D. Maria Ponce de Leon, filha de D. Pedro Ponce de Leon, senhor de Marchena. D'este nobre fidalgo foi segundo neto, por varonia, D. Alvaro Pires de Castro, 1.º conde de Monsanto, a quem D. João I concedeu o senhorio de Cascaes em 1371, o qual casou com D. Izabel da Cunha, neta de João das Regras, e de D. Branca da Cunha, que casara com D. Affonso, filho do infante D. João, um dos filhos de D. Pedro I e de D. Ignez de Castro. Fôram estes os quartos avós do primeiro marquez de Cascaes. Nas discordias do tempo de D. Affonso VI, seguiu o partido d'este monarcha, pelo que D. Pedro II, apenas subiu ao throno, o desterrou para a villa de Ançã, d'onde não quiz mais sair, apezar de lhe ter sido levantado o exilio, e ali morreu, já em muito avançada edade. O marquez de Cascaes fôra nomeado em 1643 embaixador de D. João IV, para ir a França dar os pezames á viuva de Luiz XIII, sendo então elevado a marquez de Cascaes, em 19 de novembro d'esse anno, ficando os primogenitos com o titulo de conde de Monsanto, apenas nascessem. Casou duas vezes: a 1.ª com D. Maria de Portugal, sua prima, filha de D. Manuel de Portugal, irmão de D. Affonso de Portugal, 2.º conde de Vimioso, de quem teve D. Joanna Ignez de Portugal, que casou com o 2.º conde d'Aveiras D. Luiz da Silva Tello de Menezes. Casou em segundas nupcias, em 1637, com D. Barbara Estephania de Lara, dama da rainha D. Izabel de Bourbon, filha de D. Antonio de Athaide, 2.º conde da Castanheira, e de sua segunda mulher, D. Barbara de Lara, filha do 3.º marquez de Villa Real, D. Pedro de Menezes. D'este matrimonio nasceu D. Luiz Alvares de Castro, que foi o 2.º marquez de Cascaes. Deixou em manuscripto: *Instrucção a seu filho natural Fr. Martinho de Castro, Religioso de S. Jeronymo.* As armas dos marquezes de Cascaes eram seis ruellas azues em campo de prata em duas palas, e por timbre meio leão de ouro.

Cascaes *(D. Luiz Alvares de Castro Noronha Sousa e Athaide, 7.º conde de Monsanto, e 2.º marquez de).* Conselheiro de Estado e de Guerra de D. Pedro II e de D. João V, alcaide-mór de Lisboa, etc. N. a 7 de novembro de 1614, fal. em Lisboa a 27 de julho de 1720. Era filho do 1.º marquez de Cascaes, D. Alvaro Pires de Castro, e de sua segunda mulher, D. Barbara Estephania de Lara. Aos senhorios e mais bens que herdou da casa de seu pae, juntou alguns que pertenciam a sua mãe como o senhorio do Paul de Boquilobo, da familia dos Castros, e o morgado dos Athaides, que era da casa da Castanheira, etc. Viajou pela Inglaterra, Allemanha, Roma e Veneza. Em 1695 esteve em Paris, como embaixador extraordinario na côrte de Luiz XIV. Casou em 1644 com D. Joanna Coutinho, filha de D. Antonio de Menezes, 1.º marquez de Marialva, e de sua mulher, D. Catharina Coutinho, nascendo d'este matrimonio o 3.º marquez de Cascaes, D. Manuel José de Castro. Deixou em manuscripto, entre outros estudos, o seguinte: *Arvores de costados dos Soberanos da Europa.*

Cascaes *(Joaquim da Costa).* General de divisão, tendo pertencido á arma de artilharia, antigo professor de desenho de architectura, de perspectiva e topographia militar no Real Collegio Militar e addido á Escola do Exercito; cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, poeta, jornalista, escriptor dramatico, etc, N. em Aveiro a 29 de outubro de 1815, fal. em Lisboa a 7 de março de 1898. Cursou em 1831 os cursos mathematicos na antiga Academia de Marinha. Em 1861 era major graduado, passando a effectivo em 1863, sendo promovido a tenente-coronel em 1865, a coronel em 1871, e a general de brigada em 1876, tendo o posto de general de divisão quando falleceu. Costa Cascaes foi encarregado pelo governo de escrever a historia da guerra dos francezes em Portugal, desde 1801 até 1814, mas infelizmente a doença que o assaltou, o impediu de levar a effeito essa empresa. Pelo ministerio da guerra se mandou pôr a concurso o mesmo encargo pela portaria de 4 de janeiro de 1886, transcripta na ordem do exercito publicada *Diario do Governo*, de 16 do referido mez. Em 1862, lembrou ao ministro da guerra, então o visconde de Sá da Bandeira, a conveniencia de se erigir na serra de Bussaco um padrão commemorativo da batalha que se realisou ali em 1810. Este padrão veiu a inaugurar-se no anno de 1873 (V. *Bussaco, Batalha do).* Tambem se deve á sua iniciativa o padrão que se levantou no alto d'Alhandra, commemorando a batalha das linhas de Torres Vedras em dezembro de 1816. Costa Cascaes escreveu muitos artigos sobre assumptos litterarios, historicos e scientificos, em diversas publicações, como o *Archivo pittoresco*, *Jornal do commercio*, *Mosaico*, *Panorama*, *Archivo universal*, *Revista universal lisbonense*, etc; escreveu relatorios de commissões de serviço publico de que foi encarregado, etc. Occupou um logar importante na historia do nosso theatro, não só pelo merito das suas peças, mas pelo cunho essencialmente portuguez de todas as suas producções. Todos os seus trabalhos dramaticos se representaram, na maior parte, no theatro de D. Maria. Ultimamente, em 1905, a Livraria Moderna fez uma edição em 6 volumes das suas peças, que são as seguintes: em 5 actos: *O alcaide de Faro*, *O castello de Faria*, *O valido*, *A lei dos morgados*, *A caridade*, *A inauguração da estatua equestre;* em 4 actos: *A pedra das carapuças;* em 3 actos: *Geraldo sem sabor ou uma noite de Santo Antonio na praça da Figueira;* em 2 actos: *O estrangeirado*, *Nem russo nem turco*, *Nem Cesar nem João Fernandes;* em 1 acto: *O Mineiro de Cascaes; O Carnide ou um camarada do marquez de Sá*, scena dramatica. A unica peça que se não representou, foi *A inauguração da estatua eques-*

Joaquim da Costa Cascaes

tre, pelas difficuldades que existem para a levarem convenientemente á scena. A proposito d'esta peça e dos desgostos, que na carreira dramatica bastante soffreu, publicou Costa Cascaes no *Jornal do commercio*, de 29 de abril de 1862, uma declaração, acompanhada de reflexões da redacção. E' um artigo importante. Publicaram-se tambem nos ultimos annos 2 volumes das suas poesias, que estavam dispersas em diversos jornaes. Escreveu mais: *Impressos e manuscriptos relativos á Historia da guerra peninsular e seus preliminares*, Lisboa, 1866; é um catalogo comprehendendo *impressos* em hespanhol, portuguez, allemão, italiano, inglez e francez, e *manuscriptos* e *desenhos* existentes nos archivos de Portugal e de Hespanha; *Noções de topographia e de perspectiva para os alumnos do real collegio militar*, Lisboa, 1868; *Mappa da Força dos corpos de 1.ª linha do exercito portuguez, que combateram nas 280 acções da guerra peninsular, com declaração dos mortos, feridos, prisioneiros e extraviados*, Lisboa, 1872; *Partes officiaes*, Lisboa, 1872; são as da batalha do Bussaco; *Mappa da Força que guarnecia as linhas de Lisboa no dia 29 de outubro de 1810, em que o exercito inimigo já estava em frente das mesmas linhas*, Lisboa, 1872; *O antibarbas*, poema; *Elogio historico do engenheiro Manuel da Maia, lido na sessão da associação dos architectos e archeologos, em 25 de março de 1867; Descripção do edificio de Mafra e apreciação architectonica.* No *Diario Illustrado* de 1873, publicou uns folhetins curiosos com o titulo de *Batalha de Nive*, 9, 10, 11, 12 e 13 de dezembro de 1813.

Cascaes *(D. Luiz José Thomaz de Castro Noronha Athaide e Sousa, 10.º conde de Monsanto e 4.º marquez de).* Fidalgo da Casa Real, filho segundo do 3.º marquez d'este titulo, D. Manuel José de Castro, e de sua mulher D. Luiza de Noronha. N. a 18 de setembro de 1717, fal. a 14 de março de 1745. Foi o 10.º conde de Monsanto, por ter fallecido seu irmão mais velho ainda em creança, D. José Maria Leonardo de Castro, 9.º conde de Monsanto, que nascera a 26 de julho de 1714, e morrera com pouco mais d'um anno, a 30 d'agosto de 1815. Por morte de seu pae, ficou herdeiro de toda a sua casa poderosissima. D. João V lhe concedeu o titulo de marquez de Cascaes, por carta de 22 de setembro de 1738, dando-lhe o tratamento de sobrinho. Dois dias antes havia casado com D. Joanna Perpetua de Bragança, irmã do 1.º duque de Alafões, D. Pedro Henrique de Bragança e Sousa, e filha de D. Miguel e de sua mulher, D. Luiza Casimira de Sousa, herdeira da casa de Arronches. D. João V concedeu á marqueza de Cascaes as honras e prerogativas de duqueza, por carta datada de 20 de setembro de 1738, proprio dia do casamento, em que lhe declara que logrará a sua antiguidade de 23 de junho d'aquelle anno, para haver de preceder ás duquezas que o fôssem depois d'esta mercê. O 4.º marquez de Cascaes falleceu sem successão legitima; illegitima teve a D. José de Castro, que foi freire da ordem de S. Thiago do convento de Palmella, onde professou em 1753.

Cascaes *(D. Manuel José de Castro Noronha Athaide e Sousa, 8.º conde de Monsanto e 3.º marquez de).* Do conselho de Estado e de Guerra de D. João V e gentil-homem da sua camara; mestre de campo de infantaria e general de batalha, postos em que serviu com reputação na guerra da successão em 1704, governador e capitão general do reino do Algarve, e governador da Torre de Belem. N. a 25 de dezembro de 1666, fal. a 29 de agosto de 1742. Era filho do 2.º marquez de Cascaes, D. Luiz Alvares de Castro, e de sua mulher, D. Joanna Coutinho. Herdou toda a importante casa de seu pae, a que juntou ainda muitos morgados, tanto em Portugal como no Brazil. Casou em 13 de dezembro de 1699 com D. Luiza de Noronha, dama do paço, filha de D. Pedro Antonio de Noronha, 1.º marquez d'Angeja, e de sua mulher, D. Izabel Antonia de Mendonça.

Cascaes *(D. Manuel Telles da Gama, conde de).* Fidalgo da Casa Real; filho do 9.º e ultimo marquez de Niza, D. Domingos Francisco Xavier Telles da Gama Castro Noronha Athaide Silveira e Sousa, e de sua mulher, D. Maria Constança de Saldanha da Gama, filha dos 7.ºs condes da Ponte, Manuel de Saldanha da Gama Mello e Torres Guedes de Brito e D. Joaquina de Castello Branco. Foi agraciado com o titulo de conde de Cascaes, em 1898, por occasião das festas com que se commemorou o 4.º centenario da descoberta do caminho para a India.

Cascaes *(Fr. Pedro da Conceição).* Theologo. N. em Cascaes a 2 de março de 1691, fal. na segunda metade do seculo XVIII. Professou na ordem de S. Francisco a 13 de maio de 1709. Passou á ilha da Madeira, regeu theologia na sua ordem; foi confessor das freiras de Santa Clara, de Lisboa, qualificador do Santo Officio, examinador das Tres Ordens Militares, e consultor da Bulla da Cruzada. Escreveu e imprimiu um discurso em latim.

Cascaes. Villa da prov. da Estremadura, séde de conc., com., distr. e patriarc. de Lisboa. Teve duas freguezias, a da Resurreição de Christo e a de N. S.ª da Assumpção, até 1755; ficando, porém, completamente arruinada a egreja da Resurreição pelo terremoto do 1.º de novembro d'este anno, a freguezia ficou annexa á de N. S.ª d'Assumpção, unica que existe desde aquella epoca. Não se sabe ao certo o nome do fundador de Cascaes, nem a data da sua fundação. Bluteau, no supplemento ao seu *Vocabulario*, publicado em 1727, diz que principiara duzentos annos antes, pouco mais ou menos, dando-lhe a seguinte origem: «Os primeiros habitantes fôram uns pobres pescadores de redes, os quaes para as lançarem ao mar, primeiro as mascaravam com folhas de aroeira, que punham alguns dias de molho em tinas ou talhas grandes, onde mettiam as rêdes. Foi-se povoando a villa cada vez mais, e assim tambem as tinas ou talhas, a que estes homens chamavam *casqueiros*, e ainda hoje tem os nomes de *casqueiros*. D'ahi parece vem o nome de *Cascaes*, porque perguntavam uns aos outros: Encascaste já? corrupto vocabulo dos *Cascaes*.» Pinho Leal, no vol. II do *Portugal antigo e moderno*, não se conforma com o que diz Bluteau, e julga se caso averiguado a existencia da villa já no tempo dos romanos, sendo então n'essa epoca uma povoação importante com o nome de *Cascale*, que o decorrer dos seculos corrompeu em *Cascaes*. A'cerca da fundação da villa tambem ha erro evidente em Bluteau, pois que o primeiro foral lhe foi dado em 9 de janeiro de 1151 por D. Affonso Henriques, sendo confirmado em 1189 por D. Sancho I, e Bluteau parece re-

ferir-se sómente ao foral novo dado por D. Manuel em 15 de novembro de 1514, exactamente duzentos annos antes da publicação do supplemento do *Vocabulario*. Cascaes está situada á beira d'uma enseada formada pelo oceano; tem um clima muito ameno e saudavel, é abrigada do norte pela serra de Cintra, e possue excellente estrada para Lisboa. E' atravessada ao centro por um pequeno rio, onde se vêem duas pontes, rio que nasce na serra de Cintra, e a que vulgarmente se chama o rio da villa. A costa de Cascaes é toda formada de rochedos a pique, onde estão situados os fortes de S. João do Estoril e da Guia, hoje abandonados; existiram ainda outros fortes, como o de Santo Antonio, em que está actualmente o chalet do sr. João Martins de Barros; o da Conceição, no logar da Castelhana, onde vêmos hoje o sumptuoso chalet dos srs. duques de Palmella; o forte de Santa Catharina, proximo do antigo casino, em que se vê a propriedade do sr. Agostinho d'Ornellas e Vasconcellos; o forte Novo e o de Santa Martha, tendo junto um farol, e ambos estes fortes estão situados no caminho que conduz á Boca do Inferno, e o forte de S. Roque, no Estoril, que ficava proximo do chalet do fallecido Andrade Torrezão, que ainda se conserva, e era conhecido pela *casa da serra*. Todas estas fortificações que defendiam Cascaes, datam, na maior parte, do tempo de D. João IV, havendo, porém, algumas ainda mais antigas, construidas de 1481 a 1495, no reinado de D. João II. No forte da Guia está collocado um farol, junto ao qual existe uma capella com a invocação de N. S.ª da Guia. Todos os annos se celebram ali duas festas, uma feita pelo povo d'Almoçageme no ultimo domingo d'agosto, e outra pela Associação humanitaria e recreativa de Cascaes, no dia de S. João, 24 de junho. A capella da Guia foi construida em 1570 por Antonio Ribeiro da Fonseca, que falleceu em 1577, e ali ficou sepultado. Tanto a capella como o farol fôram reedificados em 1810 pela Junta do Commercio, a cargo da qual estava a direcção dos faroes. O farol serve de guia para as embarcações que demandam a barra em dias escuros e de nevoeiro. E' uma torre solida e de elegante construcção, tendo no remate a lanterna, de 16 luzes fixas, que se avistam a grande distancia. Na fortaleza, hoje mais conhecida pela cidadella, fizeram-se importantes obras no começo do seculo XIX, para aquartelar o regimento de Cascaes, infantaria 19, creado por decreto de 3 de dezembro de 1808. Este regimento distinguiu-se sempre desde a sua instituição até á capitulação de Evora Monte em 1843, sendo então dissolvido por ser partidario do governo absoluto, assim como aconteceu a todo o exercito miguelista. A fortaleza ainda é hoje um posto militar de muita importancia; é praça d'armas maritima, defendida por um castello e dois fortes com toda a solidez No castello tem quarteis para 5:000 homens de todas as armas, capella de N. S.ª da Victoria, duas grandes cisternas, fossos e contra-muralhas. Nos ultimos annos fizeram-se grandes melhoramentos na fortaleza, sendo tambem reparada a capella. A familia real costuma residir no palacio que ha dentro da cidadella, durante a estação balnear, e foi ali que falleceu el-rei D. Luiz a 19 de outubro de 1889. No local onde está o telegrapho semaphorico, houve n'outro tempo uma ermida, onde os presos politicos da cidadella iam ouvir missa. O senhorio de Cascaes foi creado em 1371 por D. Fernando I, na pessoa de D. Alvaro Pires de Castro, 1.º condestavel do reino e irmão de D. Ignez de Castro. Mais tarde, D. João I doou a villa ao jurisconsulto João das Regras, doação que passou depois a sua filha, D. Branca da Cunha, casada com D. Affonso, filho do infante D. João, que era filho de D. Pedro I e de D. Ignez de Castro. Uma filha d'essa senhora, D. Izabel da Cunha, veiu a casar com o 1.º conde de Monsanto, em cuja casa continuou o senhorio de Cascaes, sendo o 6.º conde de Monsanto, tambem chamado D. Alvaro Pires de Castro, o 1.º marquez de Cascaes. Por carta regia de 30 de novembro de 1605, dirigida á camara de Lisboa, declarou Filippe II que, desejando incorporar na Corôa a villa de Cascaes, mandara tratar com o conde de Monsanto, donatario d'ella, dando-lhe entre outras mercês a Aldeia de Oeiras, embora esta fôsse da jurisdicção da cidade. O fecho da

Vista geral de Cascaes

carta é de ordens terminantes, mas não sabemos se se cumpriram. O solar dos donatarios edificou-a se no alto da villa em 1588, mas o terremoto de 1755 arruinou-o completamente. Ainda assim, nas suas ruinas se organisou o quartel das tropas francezas commandadas por Junot, em 1807, e das tropas portuguezas em 1831. Porém o solar dos primitivos senhores de Cascaes parece ter sido o local onde hoje se vê o sitio do Castello e as ruas que lhe ficam proximas. O ultimo marquez de Niza, D. Domingos da Gama, herdou a casa do marquez de Cascaes, o antigo solar foi vendido a José Carlos Mardel, que depois o vendeu ao capitalista José Maria Eugenio d'Almeida, que o passou ao architecto Evaristo, que finalmente o vendeu ao finado titular conde da Penha Longa, Sebastião Pinto Leite, n'essa epoca visconde da Gandarinha. Junto ficava o convento da Piedade, que fôra construido em 1594 pelo 4.º conde de Monsanto, e que depois da extincção das ordens religiosas em 1834 foi vendido juntamente com a cerca, que mais tarde foi tambem comprado pelo mesmo titular. Os historicos edificios fôram então arrazados, e em seu logar se construiu um sumptuoso palacio e quinta, que actualmente pertence ao sobrinho do fallecido titular, o sr. conde dos Olivaes e Penha Longa. Contiguo ao convento mandara o governador de Cascaes, Raymundo José Pinheiro, construir um cemiterio em 1833 por occasião da epidemia da cholera-morbus. Existia ali a capella de N. S.ª do Rosario. Mais tarde construiu-se outro cemiterio no Alto do Longo, e actualmente está no Alto do Rosario, pouco adiante da moderna praça de touros. O terremoto de 1755 arruinou as fortalezas, os quarteis militares, as egrejas, os conventos e muitas casas particulares. O mar, saindo do seu leito, arremessou os barcos da bahia ao Alto do Poço Velho, a maior eminencia da villa, causando para cima de 300 victimas. A capella de N. S.ª da Conceição dos Innocentes, que ainda hoje existe e está bem conservada, nada soffreu, apezar de ficar muito proximo do mar, e ali se abrigaram muitas pessoas que conseguiram salvar-se. A egreja de S. Pedro Gonçalves, o Santelmo dos navegantes, situada no largo do Gama, tambem foi poupada pelo terremoto; é vulgarmente conhecida pela egreja dos *Homens do mar.* Quando os pescadores partiam para a pesca, costumavam ir ali ouvir missa ainda de noite.

Vista da cidadella

A egreja parochial de N. S.ª d'Assumpção está proximo da cidadella; tem 35 metros de comprimento e é d'uma só nave, tendo as paredes lateraes forradas de bons azulejos representando diversos quadros biblicos. O hospital da Misericordia foi edificado em 1551, pela devoção dos habitantes da terra. A egreja, segundo consta, edificou-se muito depois; é d'uma só nave, mede 27 metros de comprimento e 9 de largura e tem um espaçoso adro com escadaria. Junto ao edificio para o lado do mar, ha o *Albergue de Caridade*, em que todas as noites são recolhidas algumas pessoas pobres por não terem onde dormir; tem dois pavimentos, um para homens e outro para mulheres. Existe ainda hoje a capella de N. S.ª da Nazareth, pertencente ao palacio que lhe fica annexo e que foi do rico proprietario de Lisboa, Manuel Rodrigues Lima, que n'aquelle terreno edificou em 1868 o theatro, que tem o nome de *Gil Vicente*, o qual é espaçoso e de boa construcção. Por morte de Rodrigues Lima, fôram vendidos o palacio, capella e theatro, ao sr. conde de Magalhães. O passeio predilecto em Cascaes é a *Bocca do Inferno*, furna de larguissima bocca, ha muito conhecida por este nome. O volume d'agua que entra n'aquelle antro é ás vezes tão impetuoso, que, subindo a enorme altura, desce formando diversos cylindros, que depois se convertem n'um immenso lençol d'alva espuma. Proximo está a praia do Mexilhoeiro, muito falada em tempos nos jornaes da epoca, pelo facto que se deu no dia 2 de de outubro de 1873, em que se ia afogando o principe real, hoje el-rei senhor D. Carlos, e que foi salvo pelo ajudante do faroleiro da Guia, o qual foi recompensado com uma pensão vitalicia e uma condecoração. Cascaes presenceou alguns factos notaveis da nossa historia. Quando em 1580 Portugal caiu no dominio hespanhol, o duque d'Alba desembarcou em Cascaes no dia 2[illegible] de agosto com um numeroso exercito, começando logo um furioso ataque ás fortificações. Depois de renhido combate, o governador, que era o capitão d'Africa D. Diogo de Menezes, foi preso, e alguns dias depois degolado no centro da praça. Na restauração de 1640 tambem representou importante papel, tomando parte muito activa nos preparativos que logo se fizeram para a defeza do reino. Em 1808, depois da *Convenção de Cintra*, feita no palacio dos Seteaes a 31 de agosto, a esquadra ingleza do almirante Cotton veiu occupar a cidadella de Cascaes e as fortalezas de S. Julião e do Bugio. Depois das luctas civis de 1828 a 1833, a villa caiu em muito abandono; ha, porém, perto de 40 annos que se tem rehabilitado pouco a pouco, alcançando grande importancia como estação balnear, estação da moda, onde veem banhar-se as pessoas reaes, a côrte, e muitas familias da nossa primeira sociedade. Foi o fallecido rei D. Luiz e Sua Magestade a rainha senhora D. Maria Pia, que tomaram a iniciativa de residir em Cascaes na estação calmosa. Ainda assim, a villa era desde muito frequentada por banhis-

tas, vindo todos os dias de manhã um vapor de Lisboa com passageiros, e voltando á noite para os vir buscar. A construcção da linha ferrea tambem foi um poderoso auxiliar para a animação e desenvolvimento da villa. A inauguração da linha realisou-se em 30 de setembro de 1889; os comboios só chegavam então até Pedrouços. Mais tarde ligou-se a linha com a de Alcantara-Terra, tendo os passageiros que desembarcar na estação do Rocio. Em 4 de setembro de 1895 é que se inaugurou a actual estação do Caes do Sodré. A estrada á beira mar do Estoril a Cascaes deve-se, além d'outros melhoramentos, ao governador Raymundo José Pinheiro; na sua construcção empregaram-se os presos da grilheta. O governador mandou pôr um marco, em cima do qual se collocaram as armas reaes para servir de memoria. Este marco existia proximo da propriedade dos srs. duques de Palmella, sendo depois transferido para a *Praça da Rainha D. Amelia*, onde se conserva. A villa deve tambem muitos dos seus melhoramentos ao visconde da Luz, Joaquim Antonio Vellez Barreiros, o qual, sendo director das obras publicas em 1859, bastante se interessou pela rehabilitação de Cascaes. Foi elle quem começou a estrada para Oeiras, que se concluiu em 1864; a estrada para Cintra foi construida em 1868, devido á iniciativa do deputado por Cintra, Francisco Joaquim da Costa e Silva. O visconde da Luz construiu a sua casa no Alto da Bella Vista em 1863, e influiu para a construcção do passeio publico da villa. Seguiram-se muitas edificações, como as dos srs. duques de Palmella e de Loulé, marquezes do Faial, D. Antonio de Lencastre, conde de Arnoso, Jorge O'Neill, e muitas outras. Na praça de Luiz I está a casa da camara e o tribunal do juizo ordinario, vendo-se no mesmo edificio a cadeia. Proximo á cidadella ha o passeio de D. Maria Pia, ficando na parte inferior a esplanada do principe real D. Luiz Filippe. Em Cascaes tambem se vêem as alamedas d'el-rei D. Carlos e da Engenharia, e a Avenida Valbom. Ha um posto fiscal da alfandega, outro de pilotos da barra, correio com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas, permutando malas com Lisboa; duas estações telegraphicas, electrica e semaphorica, e um mercado; escola monumento D. Luiz I, alguns collegios particulares, a escola regia, o collegio instituido pelo legado do conde de Ferreira; praça de touros, diversos casinos, hoteis, *Associação Humanitaria e Recreativa Cascaense*, que na sua instituição se chamou *Sociedade Philarmonica Cascaense*, *Associação de Soccorros Mutuos Alcabideche e Nossa Senhora d'Assumpção da villa de Cascaes; Grupo Dramatico, Soccorros a Naufragos;* agencias dos seguros: *Bonança*, *Fidelidade*, *Previdencia*, *Probidade*, *Reformadora*, *Tagus;* tabellião, advogado, medicos, pharmacias, vice-consulados de Hespanha e de França. O campo da Parada foi feito no tempo de D. João VI, como se deprehende d'um marco n'aquelle local, cuja inscripção tem a data de 1818, dizendo que trabalharam ali os soldados do regimento n.º 19, sendo coronel Francisco José da Costa do Amaral. Na epoca balnear, Cascaes está em festa permanente, passeios, *picnics*, touradas, vaccadas, kermesses, theatro, bailes, regatas, etc., concorrendo sempre muita gente de Lisboa. O conc. compõe-se de 4 freg.ª com 1:713 fog. e 9:981 hab., sendo 5:156 do sexo masc. e 4:825 do fem. As freguezias são: S. Vicente, d'Alcabideche, 3:026 hab.: 1:589 do sexo masc. e 1:437 do fem; N. S.ª dos Remedios, de Carcavellos, 533 hab: 277 do sexo masc. e 256 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Cascaes, 3:745 hab.: 1:941 do sexo masc. e 1:804 do fem; S. Domingos de Rana, 2:677 hab.: 1:349 do sexo masc. e 1:328 do fem. A'cerca de Cascaes publicou-se um livro com o titulo de *Apontamentos para a historia da villa e concelho de Cascaes*, pelo sr. Pedro Lourenço de Seixas Barruncho; *Ruinas romanas da Malveira de Cascaes. Sepulturas de Caparide. Grutas prehistoricas de Cascaes*, pelo sr. dr. Leite de Vasconcellos; *Investigações historicas do regimento de infantaria, n.º 19*, por Augusto Carlos de Sousa Escrivanis; *Correio de Cascaes*, 7 a 9, 11 a 20, folhetins de Guilherme Rodrigues; etc. Teem-se publicado n'esta villa os jornaes: *Correio de Cascaes*, 25 de junho de 1899 a 25 de janeiro de 1903, de que sairam 187 numeros; *Independente (O)*, 1 de janeiro de 1903, em publicação.

Farol de Santa Martha

Cascaes. Ponta ou cabo ao S do rio Cacongo e da ponta de Molembo, na costa do Molembo, do territorio de Cabinda e reino do Congo, ao N da bahia de Cabinda, da qual é um dos limites. Esta ponta é como o prolongamento ou braço da montanha de Cascaes, e entre ella e o rio Belé ao S se alonga uma extensa planicie até ás faldas da mesma montanha, que é muito ingreme e coberta de palmeiras. ‖ Montanha do Molembo, no reino do Congo. E' arredondada, mais clara que o terreno adjacente, e faz parte d'uma extensa cordilheira. ‖ Pov. do litoral do Molembo, a 80 k. ao N do rio Zaire ou Congo. ‖ Ribeira do distr. de Lisboa, é formada por dois ribeiros que nascem nas visinhanças de Cintra e de Collares, e se juntam proximo ao logar do Cabreiro, d'onde continuam a correr para o Oceano, passando a E da villa de Cascaes. Tem 10 k. de curso.

Cascalhal. Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Ferreira, conc. de Paredes de Coura,

distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Conceição, de Villa Cortez da Serra, conc. de Gouveia, distr. da Guarda. || S. Thiago, de Romarigães, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Cascalheira. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, districto de Lisboa. || Ponta ou cabo na ilha do Principe. || Roça na mesma ilha.

Cascalheira de Baixo e de Cima. Dois casaes na freg. de Santa Maria, de Ulme, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Cascalho. Povoações nas freguezias: Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra || Santa Tecla, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Bartholomeu, de Pechão, conc. de Olhão, distr. de Faro. || Santa Maria, de Pinheiro Grande, conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || Ilha da Madeira; freguezia e conc. de S. Vicente, distr. do Funchal.

Cascalhos. Casal na freg. de S. Sebastião, de Moiriscas, concelho de Abrantes, districto de Santarem

Cascão. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Cascarneiro. Pov. na freg. do Salvador, de Barbeita, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Cascavel. V. *Armadura.*

Casco. Peça da antiga armadura, que defendia a cabeça. Na armaria é a chapa concava de ferro no elmo ou capacete, que cobria o casco sómente da cabeça do cavalleiro, differençando-se do elmo, porque este defendia tambem a cara, pescoço e hombros.

Casco. Appellido nobre em Portugal. E' de Hespanha, oriundo do reino das Asturias. O primeiro que com elle se acha é Gonçalo Casco, em tempo d'el-rei D. Fernando, como consta de chronica d'el-rei D. João I. Seu brazão de armas acha-se incompleto: em campo de prata pinheiro verde, saindo de um contra-chefe estreito de ondas de azul e prata, e junto ao pinheiro uma onça malhada de negro, e com uma das mãos lançada ao pinheiro.

Casco *(João Vasco).* Guarda-mór da Torre do Tombo, de Gôa, nomeado por Fernão de Albuquerque em alvará de 21 de maio de 1620. Em 31 de dezembro de 1622 foi substituido por Gaspar de Sousa Lacerda.

Casco. Pov. na freg. de S. Pedro, de Rubiães, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Casconha. Povoações nas freguezias: S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || N. S.ª d'Assumpção, de Sernache dos Alhos, conc. e distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Sobreira, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Casconho. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Leitões, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Cascorrea. Pov. da freg. de S. Thiago de Riba d'Ul, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Casebres. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cabrella, conc. de Montemór-o Novo, distr. de Evora

Caseiras. Pov. na freg. de Santa Maria, de Oliveira, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Caseirinhos. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Caseiros. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || N. S.ª do O', de Olaia, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Caselha. Pov. na freg. S. Verissimo, de Nevogilde, conc de Louzada, distr. do Porto.

Caselho. Povoações nas freguezias: Santa Maria Magdalena, de Agadão, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Barrosas, conc. de Lousada, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição, de Carvalho, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || Santa Maria, de Destriz, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || N. S.ª dos Milagres, de Guardão, conc. de Tondella, do mesmo distr. || S. João Baptista, de S. João do Monte, do mesmo conc. e districto.

Caselhos. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Cunha, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Friastellas, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Bartholomeu, de S. Gens, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Casella. Pov. na freg. de Santa Maria, de Esmoriz, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || Nome de 5 povoações do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do conc. de Golungo Alto, do mesmo distr. e provincia.

Casella de Baixo, de Cima, do Fundo e do Meio. Quatro povoações do conc. de Ambaca, distr de Loanda, prov. de Angola.

Casellinha. Pov. na freg de Santa Maria, de Torre, conc. de Amares, distr. de Braga.

Casello. Pov. na freg. de S. Gonçalo, de Mosteiró, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Caserma. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Brito, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Casfreiras. Pov. na freg. de S. André, de Ferreira d'Aves, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Cashirem. Pov. da prov, distr. e com. de Bardez, India.

Casiguella. Pov. situada nas terras de Quiôco, no sertão d'Africa Occidental, a 120 k. E dos limites portuguezes d'esta região.

Casilho. Pov. na freg. de S. Thiago, de Cruz, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Casimiro *(João Joaquim).* Mestre de primeiras letras no Porto, cidade onde nasceu, segundo se julga, e falleceu miseravelmente em 1822 ou 1823. Escreveu: *Methodo grammatical resumido da lingua portugueza*, Porto, 1789; 2.ª edição, 1803; 3.ª em 1815, e ainda outra em 1838; teve um outro methodo que se publicou, com o titulo: *Methodo grammatical do idioma portuguez, recopilado para uso dos seus discipulos.* Porto, 1822; *Instrucção litteraria do idioma portuguez, para uso dos seus discipulos, e declaração util ao methodo grammatical de que foi autor*, Lisboa, 1805.

Casimiro Junior *(Joaquim).* Compositor de musica de muito merito. Nasceu em Lisboa a 30 de maio de 1808, onde tambem falleceu a 28 de dezembro de 1862. Era filho de Joaquim Casimiro da Silva, copista das musicas da Casa Real e do theatro de S. Carlos, e de Maria Gertrudes. Começou aos 5 annos de edade a estudar n'uma

aula regida pelo professor Rodrigues Palma, passando pouco depois, a 20 de maio de 1814, para a aula dos frades do Carmo, onde completou a sua educação primaria. Em 1817 matriculou-se na aula de musica da sé de Lisboa, de que era professor o italiano José Gomes Pincetti. Mostrando logo grande vocação, já no fim d'um anno tinha solfejado toda a musica dos archivos da aula e mais outras que lhe emprestavam. Aprendeu depois a cantar com um frade paulista, fr. Antonio, que no fim de 18 mezes o habilitou para fazer exame publico, que lhe deu entrada na irmandade de Santa Cecilia, que se realisou em 9 de outubro de 1818, contando pouco mais de 10 annos. Alguns mezes mais tarde vagou um logar de soprano no coro da real capella da Bemposta, e sendo posto a concurso, coube a preferencia a Casimiro Junior. Começando a ensaiar-se como compositor, em que mais tarde se tornou notavel, escreveu a musica dos coros d'uma oratoria que se representou no antigo theatro da Rua dos Condes. Foi esta a sua primeira producção para orchestra. No hospicio de frades na Carreira dos Cavallos, Casimiro Junior, n'uma festa em que foi cantar, pediu licença para tocar no orgão, e de tal fórma se houve, que os frades lhe pediram para acompanhar desde então todas as suas festas a que elle accedeu, compondo tambem algumas musicas, que fôram as suas primeiras producções para vozes e orgão. Adoecendo ambos os organistas da real capella da Bemposta, e achando-se o coro sem acompanhamento, foi Casimiro Junior quem se offereceu para os substituir, cargo que exerceu por mais de seis mezes, e vendo que D. João VI se mostrava satisfeito e o tratava com muita affabilidade, pediu lhe para que o mandasse ensinar pelo mestre de capella fr. José de Santa Ritta Marques. Debaixo da direcção d'este professor, o seu adiantamento foi tão rapido, que em 1826, tendo vagado o logar de organista de que fôra substituto, e tendo-se feito concurso, Casimiro ficou victorioso, apezar da grande opposição que soffreu. Até 1832 compoz muitas peças de musica sacra, avultando entre ellas as matinas de Santa Luzia, de Reis, e a missa e credo para grande orchestra. Seguiram-se depois as luctas entre constitucionaes e miguelistas, que atrazaram a sua carreira tão auspiciosamente começada. Joaquim Casimiro, apezar de ser miguelista exaltado, foi preso, mas obteve logo a liberdade, conservando-se ainda assim escondido, como aconteceu a outros receosos durante aquella epoca, reapparecendo em Lisboa sómente no anno de 1837, em que de novo começou os seus trabalhos. Em 1838 houve dissidencias na irmandade de Santa Cecilia, por causa d'um novo compromisso, e Casimiro foi um dos muitos que então sairam, tornando, porém, a entrar em 17 de setembro de 1840. Em 8 de julho de 1842 os principaes musicos de Lisboa asaignaram uma escriptura, que serviu de base á organisação da Associação Musica 24 de Junho, e Casimiro foi um dos signatarios d'esta escriptura. E' extraordinario o numero de composições d'este nosso fecundissimo maestro, tanto de musicas sacras como de theatro No *Diccionario biographico de musicos portuguezes*, de Ernesto Vieira, já por tantas vezes citado n'este nosso trabalho, vem publicado o retrato e uma minuciosa biographia de Casimiro Junior, com a relação de todas as suas musicas, no 1.º vol. a pag. 239 e seguintes. O que póde verdadeiramente considerar-se a sua primeira producção de theatro foi o *Roberto do diabo*, mysterio em 5 actos, ornado de coros e bailados, que se representou no antigo *Salitre* em 9 de abril de 1842. Em 4 de maio do mesmo anno, deu-se no mesmo theatro *O peão fidalgo*, com córos e um bailado, seguindo-se a farça *Peccados velhos*, o *Medico da nova escola*, etc. Quando se inaugurou o theatro de D. Maria em 29 de outubro de 1845, embora ainda por concluir, anniversario d'el-rei D. Fernando resolveu-se que o espectaculo tivesse musica de compositores nacionaes; Casimiro apresentou então a farça *Um par de luvas*, que escreveu á ultima hora Em 1849 estreou-se no Gymnasio com a musica d'uma comedia em 1 acto, *O granadeiro prussiano;* escreveu depois a musica para a farça *Um ensaio da Norma*, em que parodiou esta opera com muita graça. Desde então, tanto n'este theatro como nos da Rua dos Condes, Variedades e D. Fernando, situado no largo de Santa Justa, successivamente appareceram musicas de Casimiro adornando differentes peças. *A batalha de Montereau*, opera comica em 3 actos, letra de Mendes Leal e musica de Casimiro, foi uma das peças que mais se distinguiu no theatro de D. Fernando, onde se representou em 1850. Os jornaes da epoca elogiaram muito a partitura e o seu autor. N'esta epoca escreveu tambem o *Setenario de N. S.ª das Dores*, em que está incluido o *Sabat Mater*, uma das suas mais apreciadas composições. As suas musicas religiosas, missas, ladainhas, Te-Deums, novenas, officios da semana santa na maior parte, ainda hoje se cantam nas egrejas de Lisboa, sobresaindo o credo a 4 vozes, sem acompanhamento, para quinta feira santas, a *Missa d'Arruda*, os responsorios a 3 vozes e pequena orchestra, para quinta e sexta feira santas, a trezena que ainda hoje se executa e as matinas de Santo Antonio da Sé. Em 1851 fôram escriptos os responsorios para quinta e sexta feira santas, a 4 vozes, córos e grande orchestra, chamados *Officios grandes*. Em 1857 foi nomeado organista effectivo da Sé, e o deão d'esse tempo, D. José de Lacerda, testemunhando-lhe a sua admiração pelo estro de que dava continuamente tantas provas, pediu-lhe que completasse os officios da semana santa, escrevendo uns para quarta feira de trévas, que elle ainda não tinha composto. As palavras elogiosas de D. José de Lacerda produziram-lhe um enthusiasmo quasi louco, e o trabalho saiu adoravel pela inspiração e admiravel pela factura. E' sem duvida o seu melhor titulo de gloria, diz o *Diccionario dos musicos portuguezes*, uma das mais notaveis obras produzidas pela arte portugueza. A obra prima de Casimiro cantou-se pela primeira vez em 15 de abril do referido anno de 1857, produzindo uma enorme sensação. No dia seguinte, a *Revolução de setembro* publicou um artigo muito extenso e elogioso ácerca d'esta composição e do seu desempenho. Na semana santa de 1862 executaram-se na egreja de S. Domingos os chamados *Officios grandes* e uma missa de Alleluia. Os officios fôram executados por artistas e amadores, reunidos em numero enorme, perto de 200 executantes entre instrumentistas e cantores. No coro de sopranos tomaram parte alguns alumnos do Conservatorio. O seu ultimo trabalho

foi a instrumentação d'umas matinas do Sacramento, compostas para orgão e 4 vozes por fr. José Marques. A ultima vez que dirigiu, foi no dia 1.º de dezembro d'esse anno de 1862, ultimo da sua existencia, por occasião de se celebrar na Sé, pela primeira vez e com grande pompa, o anniversario da independencia nacional; cantou-se a missa d'Arruda, em seguida um Te-Deum de Cossoul. A ultima musica que escreveu para o theatro, foi uma romanza que se cantava no drama *Egas Moniz*, de Mendes Leal, representado no theatro de D. Maria no dia 7 de outubro tambem de 1862. Casimiro Junior exerceu diversos cargos na Associação Musica 24 de Junho, na Irmandade de Santa Cecilia, Montepio Philarmonico e Academia Melpomenense.

Casinha. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Santa Marinha, de Areozello, conc. do Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, conc. de Arouca, districto de Aveiro

Casinha dos almotacés. V. *Almotacé.*

Casinhas. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Argoncilhe, conc. da Eeira, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Fragoso, conc. de Barcellos, distr. de Braga || Santa Maria, de Pombeiro de Riba, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || O Salvador, de Souto, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Thomé de Travassos, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Casinhas. Casal na freg de S. Bartholomeu, de Valle de Prazeres, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco. || Monte na freg. de S. Thiago, conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Casinhodo *(Quinta do).* Na freg. de Santa Maria, de Caires, conc. de Amares, distr. de Braga

Casino. Rio do distr. da Guiné, a pequena distancia da pov. de Bolola

Casino Lisbonense. V. *Batalha Reis (Jayme).*

Caslevado. Pov. na freg. de S. Mamede, de Cepães, conc. de Fafe, distr. da Braga

Casmillo. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Furadouro, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra.

Casném. Regedoria do conc. de Perném, distr. de Goa, na India, comprehendendo tambem a pov. de Varcanda.

Caso. Continente da margem esquerda do rio Cuanza, no distr. de Loanda, prov. de Angola. N. a E do monte Moenga e vae desaguar defronte de Cambambe.

Casões. Pov. na freg. de N. S.ª da Victoria, de Mosteiro, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Casola. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Aguas Santas, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Maria, de Silvares, conc. de Guimarães, do mesmo districto.

Casondo. Nome de 4 povoações do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov de Angola.

Casongollo. Pov. do conc. de Cazengo, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda.

Casongue. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Casos Novos. Pov. na freg. de Santa Clara, de Alcaravella, conc. de Sardoal, distr. de Santarem.

Casqueira. Povoações nas freguezias: Santa Leocadia, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Figueira de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || Santa Maria Maior, de Mujães, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Casqueiro. As armas d'esta familia são: escudo esquartelado; no 1.º e 4.º quarteis de verde com aguia de ouro; no 2.º e 3.º de vermelho uma flor de liz de ouro; um caibro em fórma de asna, tudo de ouro com uma flôr de liz do mesmo em cima.

Casqueiro. Casal na freg. de Santo Antonio, de Areias, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Casquete. V. *Armadura.*

Casquilho. Quinta na freg. de S. Thiago e conc. de Almada, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de N. S.ª da Purificação, de Sacavem, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Cassa Capucho. Pov. do distr. e com. de Benguella, prov. e bisp. de Angola, a 108 k. N E do Bié, na margem esquerda do rio Cuanza.

Cassabé. Na India designam se assim as povoações que são villas: Cassabé de Bicholim, Cassabé de Pernem, Cassabé de Sanquelim, etc. || Regedoria do conc. de Pernèm, distr. de Gôa, na India.

Cassabé de Bicholim. Villa, capital e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. de Bicholim, conc. de Sanquelim, distr. e arceb de Gôa, India.

Cassabé de Pernèm. Villa e capital da prov. de Pernèm, conc. de Pernèm, distr. e arceb. de Gôa, India.

Cassabé de Sanquelim. Pov. e freg. de S. João da Cruz. || Regedoria, séde do conc. de Sanquelim por portaria de 20 de dezembro de 1898, distr e arceb. de Gôa, na India.

Cassaça. Pov. do conc. de Cazengo, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov do conc. de Pungo Andongo, do mesmo distr. e provincia.

Cassacco. Lago situado na com. de Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cassague Candullo. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, a 23 k. ao S de Golungo Alto, na margem esquerda do Lucalla.

Cassai Rio d'Africa Occidental e um dos principaes affluentes da margem esquerda do rio Zaire ou Congo; entra n'este rio perto da povoação de Kuamut, onde em 1897 existiam dois estabelecimentos europeus. Tem muitos affluentes. Este rio, a partir do parallelo 7°17' S, serve de fronteira entre as possessões portuguezas no alto Congo e o Estado Independente do Congo, até á foz do seu affluente, que nasce no lago Dilolo.

Cassalaça. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cassalalla. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loandâ, prov. de Angola.

Cassamba. Nome de duas povoações do conc. d'Ambaca, distr de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do conc. de Golungo Alto, do mesmo distr. e provincia.

Cassamba de Cima e do Meio. Duas povoações do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cassamba I e Cassamba II. Duas povoações do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cassambo. Prazo da Corôa no distr. de Tete, prov. de Moçambique.

Cassança. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cassanda. Confluente da margem direita de Cuanza, a E do conc. de Malange, no distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cassandama. Morro situado a cerca de 2 k. ao S do morro das Lagostas, na costa do conc. da Barra do Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola. Na chapada da rocha do morro está a fortaleza de S. Pedro do Morro da Cassandama, cujas muralhas são avermelhadas. Começou a construir-se em 1703, e só 53 annos depois ficou concluida. Tem casa para o governador, aquartelamento e cisterna.

Cassanga. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola. || Nome de duas povoações no conc. de Pungo Andongo, do mesmo distr. e prov. || Pov. do conc de Duque de Bragança, distr. de Lunda, prov. de Angola.

Cassangandando. Pov. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. d'Angola.

Cassangas. Pov. da raça negra, que habita o territorio E do estreito de Sarab, entre os rios de S Domingos e Casamansa até ás terras dos mandingas, no distr. da Guiné. Emprega-se na pesca e na cultura dos campos.

Cassange. Territorio que com uma pov. de egual nome constituia um conc. no distr. de Loanda, prov. de Angola, a 43 k. ao N E de Talla Mogongo e a 500 ao E da cidade de Loanda. Depois da guerra que os portuguezes ali fizeram aos sobas rebeldes em 1624, o conc. foi extincto, e o territorio incorporado no de Malange. Grande feira a que concorrem os gentios com productos do sertão. A'cerca do jagádo de Cassange, publicou Henrique de Carvalho, explorador africano, um curioso livro, que tem por titulo *O jagádo de Cassange na provincia de Angola*, em que se narram as barbaras cerimonias que se celebram quando morre o jága, e para a eleição do novo soberano. No *Occidente*, vol. XXII, pag. 282 e 283, veem transcriptas estas cerimonias selvagens. || Pov. situada ao N do territorio Galangue, no distr. e com. de Benguella, prov. e bisp. de Angola a 113 k. ao SE do Bihé e a 220 ao NE de Caconda. || Conc. do distr. de Loanda. Permuta vales do correio com o reino.

Cassange-Cacombollo. Pov. do conc. de Malange, distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, no territorio de Quembo, e na margem esquerda do Cuango, a 120 k. ao SE de Talla Mogongo e a 100 de Cassange.

Cassango. Pov. do sertão da Africa Occidental, a E do territorio Songo Grande, no caminho que se dirige ao Sobral, a E dos limites das possessões portuguezas n'esta região africana.

Cassanha. Pov. do conc de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do territorio de Quissana, distr. de Loanda, na margem esquerda do Cuanza e na vertente E do monte Cabolo-Cabombo. || Prazo no distr. de Tete, prov. de Moçambique, na margem esquerda do Zambeze.

Cassanza. Confluente da margem esquerda do Cuanza. N. na serra do Talla Mogongo, no distr. de Loanda, prov de Angola, e torna-se tributario do Cuango, junto da pequena pov. de Cathou.

Cassão. Prazo da Corôa, situado no distr. de Tete, prov. de Moçambique. Ha n'elle duas povoações de colonos que cultivam milho, trigo e feijão. Tem matagaes habitados por elephantes, rhinocerontes, tigres, leões, bufalos, jumentos bravos, javardos e gazellas.

Cassapos. Pov. na freg. de S Miguel, de Argivae, conc de Povoa de Varzim, distr. do Porto.

Cassaxe. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cassaxi. Nome de quatro povoações do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, || Pov. do conc. de Cambambe, do mesmo distr. e prov. || Nome de duas povoações do conc. de Golungo Alto, do mesmo distr. e provincia.

Casselle. Pov. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Casselle Luvalla. Pov. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Casselle Quipula. Pov. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cassembe. Pov. do conc. de Ambaca, no distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola.

Cassemes. Povoações nas freguezias: S. André, de Sazes de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || S. Vicente de Pereira Juzã, conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

Cassenda. Pov. do conc. de duque de Bragança, distr. de Lunda, prov. de Angola.

Cassende. Monte na margem esquerda do Cuanza, distr. de Loanda, prov. d'Angola, a S E de Cambambe.

Cassengue. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola.

Cassengui. Pov. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cassenhe. Pov. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. de Angola

Casseno. Pov. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Nome de tres povoações do conc. de Ambaca, do mesmo distr. e prov. || Nome de duas povoações do conc. de Pungo Andongo, do mesmo distr. e provincia.

Casseque. Nome de tres povoações do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do conc. de Cambambe, do mesmo distr. e prov. || Pov. do conc. e distr. de Benguella, prov. de Angola.

Casseque de Cima. Nome de duas povoações do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Casseque do Meio. Pov. do conc. de Ambaca, distr de Loanda, prov. d'Angola.

Cassequella. Pov. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov d'Angola.

Cassequelle. Nome de duas povoações do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Nome de 8 povoações do conc. de Ambaca, do mesmo distr. e provincia. || Pov. do conc. de Calumbo, do mesmo distr. e prov. || Pov. do conc. de Massangano, do mesmo distr. e prov. || Pov. do conc. de Cambambe, do mesmo distr. e provincia.

Cassexi. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cassiba. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cassima. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Cassine. Rio da Guiné, que nasce a 100 k. da costa, no massiço do Fouta Djallon, e corre na direcção E S O até ao Atlantico. Pela convenção

de 12 de maio de 1886, serve com o rio Compony, de fronteira entre as Guinés portugueza e franceza.

Cassôa. Nome de tres povoações do conc. de Duque de Bragança, distr. de Lunda, prov. de Angola.

Cassobelle. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cassocalla. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cassoco. Pov. do conc. de Cacouda, distr. de Benguella, prov. de Angola.

Cassoço. Confluente da margem esquerda do Quige, no conc. de Malange, distr. de Loanda, prov. de Angola N. na serra de Talla Mogongo, no territorio do Songo Pequeno, e torna-se tributario do Quige, a 21 k. abaixo da pov. de Gundo Quibinda.

Cassoma. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cassôma. Confluente da margem esquerda do Quige, no conc. de Pungo Andongo, districto de Loanda, prov. d'Angola.

Cassompo. Pov. de negros na margem direita do Zambeze, distr. de Tete, prov. de Moçambique.

Cassonco. Pov. do conc. e distr. de Benguella, prov. d'Angola.

Cassonda. Pov. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cassonde. Pov. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cassoneco. Pov. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angolá.

Cassonge. Pov. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov de Angola.

Cassongo. Pov do conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do conc. de Ambaca, do mesmo distr. e provincia.

Cassongue. Pov do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cassongolo. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cassoque. Pov. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do conc. do Pungo Andongo, do mesmo distr. e provincia.

Cassoudamo. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cassouze. Pov. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cassua. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cassua de Baixo. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola,

Cassua Cacamballa. Pov. da margem esquerda do Cuanza, limite E da provincia de Angola, a 240 k. ao E do presidio do Duque de Bragança, do conc. do mesmo nome.

Cassualalla. Pov. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. d'Angola, || Nome de quatro povoações do conc. de Duque de Bragança, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cassucata. Ponta ou cabo da costa do conc. da Barra do Dande, no distr. de Loanda, prov d'Angola, entre os rios Dande ao N. e Bengo ao S.

Cassuço. Nome de duas povoações do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cassufas. Pov. na freg. de S. Martinho, de Anta, conc. da Feira, distr. d'Aveiro.

Cassuica. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. d'Angola.

Cassuissui. Nome de duas povoações do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cassuissui de Cima. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola.

Cassulle. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. d'Angola.

Cassumbe. Pov. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cassumbue. Nome de duas povoações do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cassunca. Territorio marave no sertão da prov. de Moçambique, conquistado em 1804.

Cassunde. Pov. na margem esquerda do Tamba, confluente do Cuanza, a E do territorio do sertão do Haceo, distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola.

Cassundo. Pov. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cassunga. Pov. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cassounge. Pov. a E de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, a 142 k. ao S E de Pungo Andongo.

Cassurrães. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Mangualde, distr e bisp; de Vizeu; 2:067 hab. e 507 fog. Tem escola para ambos os sexos, e caixa post. A pov. dista 15 k da séde do conc. e está situada proximo da margem esquerda do Mondego. O abbade era apresentado pelos condes de Belmonte, e tinha de rendimento 700$000 réis. A terra é fertil, sobretudo em milho, de que ha grande abundancia. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. Tambem é conhecida pelo nome de *S. Thiago de Cassurrães.*

Cassus Pov. nas freguezias: S. André, de Escariz, conc de Arouca, distr. de Aveiro. || S. André, de Padornello, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Romão, de Fonte Coberta, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Casta. Pov. na freg. do Salvador, de Covão do Lobo, conc. de Vagos, distr. de Aveiro.

Castaide e Valle Azedo. Quintas na freg. de Santa Maria e conc. de Trancoso, distr. da Guarda.

Castainço. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Beira Alta, conc. de Penedono, com de Mêda, distr. de Vizeu, bisp de Lamego; 419 hab. e 121 fog. Tem esc. para o sexo masc. e caixa post. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada n'um pequeno valle, d'onde se vê a villa de Send.m. A terra é fertil e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Tendo sido annexada ao conc de S. João da Pesqueira por decreto de 7 de setembro de 1895, que supprimiu o de Penedono, voltou a este, que foi restaurado per decreto de 13 de janeiro de 1898.

Castanha *(Casaes da).* Na freg de N. S.ª da Conceição e conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Castanhal. Pov. na freg. de N. S.ª dos Prazeres, de Alcaria, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Castanheda. Familia originaria das Asturias, povoação de Castanheda, que passou a Portugal no tempo de D. Fernando I, fugindo á colera de D. Pedro I de Castella. Tem por armas em cam-

po vermelho tres bandas de prata carregadas de arminhos negros; o timbre são tres ramos de castanheiro de verde em aspa com os ouriços de ouro.

Castanheda *(Fernão Lopes de)*. V. *Lopes de Castanheda (Fernão)*.

Castanheda *(Manuel de)*. Eremita de Santo Agostinho. N. em Torres Novas; era filho de Domingos Jorge Raposo e de Domingas Jorge. Por muitos annos foi religioso da ordem reformada da congregação de Santo Agostinho, com o nome de fr. Manuel da Resurreição. Residia em Roma no fim do seculo XVII. Deixou o seguinte em manuscripto: *Elenchus Cardinalium Portugaliæ; Noticias historicas da villa de Torres Novas, Vida da Santa Liberata.*

Castanheira *(D Antonio de Athaide, 1.º conde da)*. Senhor das villas de Povos e Chelleiros, e do morgado da Foz, conselheiro de Estado, védor da Casa Real, alcaide-môr de Collares, commendador de Langroina na ordem de Christo, morgado da Foz, etc. Era filho de D. Alvaro de Athaide, senhor da Castanheira, e de sua mulher D. Violante de Tavora; seus avôs paternos eram os condes de Athouguia, e os maternos os do Prado. N. em 1500, fal. na villa da Castanheira a 7 de outubro de 1563. Recebeu a primeira educação no paço real, sendo D. João ainda principe, com quem então muito convivera. Tinham ambos quasi a mesma edade, e esta convivencia lhes grangeara mutuamente uma verdadeira affeição. Quando D. João subiu ao throno em dezembro de 1521, por morte de seu pae, el-rei D. Manuel, concedeu-lhe o titulo de conde da Castanheira, e nomeou-o embaixador em Paris para tratar de negocios de maior importancia, e apezar de contar apenas 20 annos de edade, D. Antonio de Athaide houve-se superiormente no desempenho d'esse espinhoso cargo. Tambem representou o monarcha em Castella e Allemanha, e em paga d'estes serviços, D. João o nomeou, por carta de 13 de maio de 1532, conselheiro de Estado e védor da fazenda, logar que exerceu até 1557, anno em que falleceu aquelle monarcha. Saindo então da côrte retirou-se para o convento da Castanheira, e ali falleceu. Era casado com D. Anna de Tavora, filha de D. Alvaro Pires de Castro, senhor do Mogadouro e de Mirandella, e de sua mulher, D. Izabel da Silva, filha dos condes de Penella. Escreveu: *Copia de um papel, em que D. Antonio de Athaide, primeiro conde da Castanheira, deu razão de si a seus filhos e descendentes, escripto em Lisboa a 10 de janeiro de 1557.* Foi publicado em Madrid em 15·8.

Castanheira *(D. Antonio de Athaide, 2.º conde de)*. Varão singular em letras e em armas, segundo dizem as chronicas do seu tempo. Fal. a 20 de janeiro de 1603. Era filho do 1.º conde de Castanheira, do mesmo nome, e de sua mulher D. Anna de Tavora. Herdou toda a casa de seu pae e o titulo de conde da Castanheira. Casou tres vezes: a primeira com D. Maria de Vilhena, filha de D Francisco da Gama, 4.º conde da Vidigueira e almirante da India; a segunda com D. Barbara de Lara, filha do 3.º marquez de Villa Real, D. Pedro de Menezes, e a terceira com D. Maria de Vilhena, filha de D. Luiz de Menezes de Vasconcellos, governador do Civel, e de sua mulher D. Branca de Vilhena. Entre os seus estudos a que muito se applicava, merecia-lhe especial cuidado a genealogia, em que deixou escripto um *Nobiliario das familias d'este reino; Livros dos Brazoens das mesmas familias com as suas origens*. Ambos estes trabalhos ficaram em manuscripto.

Castanheira *(Fr. Diogo da)*. Monge da ordem de S. Bernardo, que viveu no seculo XV. Era considerado como um grande conhecedor dos ritos ecclesiasticos. Em 1497 escreveu um *Ordinario de officio de defunctos.*

Castanheira *(Fr. Izidoro da)*. Monge da ordem de S. Bernardo, e natural da Castanheira. Escreveu e deixou manuscripto, no convento de Alcobaça, um commentario latino da philosophia de Aristoteles.

Castanheira *(D. João d'Athaide, 4.º conde da)*. Senhor de todos os senhorios, morgados e titulo da casa da Castanheira, que herdou de seu pae. Fal. a 14 de setembro de 1637. Era filho do 3. conde da Castanheira, D. Manuel de Athaide, e de sua mulher, D. Maria de Noronha. Herdou toda a casa de seu pae, assim como o titulo de conde. Casou duas vezes: a primeira com D. Maria de Vilhena, filha de D. Francisco da Gama, 4.º conde da Vidigueira, vice-rei da India; e a segunda com D. Lourença de Vilhena, sua tia, filha de D. Luiz Fernandes de Vasconcellos, commendador de Vallada na ordem de Christo, e governador do Brazil. De nenhum dos matrimonios houve successão. Por sua morte herdou a casa da Castanheira, seu tio, D. Antonio de Athaide, irmão de seu pae, terceiro filho do 2.º conde da Castanheira, e de sua segunda mulher, D. Barbara de Lara. Foi este o 5.º conde d'este titulo, e o primeiro conde de Castro Daire (*V. este titulo*), continuando os filhos primogenitos d'esta familia a usar o titulo de conde de Castanheira, até herdarem o de Castro Daire.

Castanheira *(D. Manuel d'Athaide, 3.º conde da)*. Era filho do 2.º conde d'este titulo, D. Antonio de Athaide, e de sua segunda mulher, D. Barbara de Lara, de quem herdou a importante casa da Castanheira e o titulo de conde. Casou duas vezes: a primeira com D. Maria de Noronha, filha de D. Diogo de Sousa, capitão de Sofala, governador do Algarve, general da Armada, etc., e de sua mulher, D. Catharina de Athouguia, já viuva de D. Nuno Alvares Pereira, filho do 3.º conde da Feira, D. Diogo Pereira. Casou a segunda vez com D. Guiomar de Vilhena, sua sobrinha, filha de sua irmã D. Anna de Athaide e de seu marido, D. Henrique de Portugal. D'este matrimonio não houve successão; do primeiro é que teve alguns filhos, em que se conta D. João d'Athaide, que foi o 4.º conde da Castanheira.

Castanheira. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda; 1:021 hab. e 264 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 20 k. da séde do conc. e está situada n'uma campina. Foi dos marquezes de Arronches, e depois dos duques de Lafões, que apresentavam o prior, o qual tinha de rendimento 350$000 réis. A freg. produz centeio, milho, castanha, gado e caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12 com a séde em Trancoso || Villa e freg. de S. Bartholomeu, da prov. da Estremadura, conc. e com. de Villa Franca de Xira, distr. e patriarc. de Lisboa; 886 hab. e 195 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e caixa post. per-

mutando malas com R. A. N., misericordia, hospital, e feira a 24 de agosto. Dista 4 k. da séde do conc. e está situada na raiz da serra da Tapada, proximo da margem direita do Tejo, n'uma aprazivel e fertil planicie. A pov. é antiquissima, mas não se sabe quando foi fundada. Os moiros a abandonaram quando aqui chegou o exercito de D. Affonso Henriques. Depois da tomada de Lisboa, este monarcha a deu em 1174, aos estrangeiros que o ajudaram, e foi povoada por elles. A Casa do Infantado apresentava o prior que recebia 400$000 réis de renda. Tinha 2 juizes ordinarios, 3 vereadores, um procurador do conc. escrivão da camara, juiz dos orphãos e seu escrivão, 4 tabelliães e capitão-mór. D. Manuel deu-lhe foral, em Santarem, no dia primeiro de junho de 1510. A villa pertenceu aos condes da Castanheira; teve dois conventos, um de freiras da ordem de S. Francisco, com o nome de N. S.ª da Annunciada, fundado por D. Fernando de Athaide em 1540. Para este convento foram transferidas as freiras franciscanas do convento de Santa Clara, de Alemquer, quando os francezes lh'o queimaram em 1811. O outro, era de frades capuchos, de Santo Antonio, fundado em 1400 por D. Pedro d'Alemancos. No anno de 1435 choveu durante tres mezes consecutivos, segundo consta d'um documento antigo, e houve um terremoto, que causou grandes estragos em Lisboa, arrazou Villa Franca de Xira e Castanheira, fazendo tambem muitos destroços no conc. de Alemquer. Os campos de Santarem, Varzea de Villa Nova e outros, estiveram cobertos de agua por mais de um mez. Morreu muita gente e muito gado. Andava se em barcos por cima dos campos e até das casas. Não se podendo semear as terras, houve uma fome que durou tres annos. Em 1485 ainda a villa de Castanheira soffreu outra fome, que se estendeu ás terras visinhas. Em 1531 e em 1546 tambem novas desgraças sobrevieram nos campos do Ribatejo, mas no anno seguinte houve grande abundancia. Castanheira tem brazão d'armas: um escudo azul com quatro barras de prata. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16 com a séde em Lisboa. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Minho, conc. e com. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 688 hab. e 257 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada nas abas da serra de Miranda, proximo da estrada de Valença a Arcos de Valle-de-Vez. Fôram donatarios os viscondes de V. N. da Cerveira, que apresentavam o abbade, o qual tinha de rendimento 300$000 réis. A terra é fria e accidentada, mas fertil. Cria muito gado de todas a qualidade, e nos montes vê-se muita caça e lobos. Pertence 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3 com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. André, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança; 228 hab. e 58 fog. Esta freg. está annexada civilmente á de S. João Baptista, de Sanhoane. A pov dista 10 k. da séde do conc. e está situada ao pé da serra do seu nome. D. Diniz deu lhe foral em Lisboa, a 20 de junho de 1289. Fôram seus donatarios até 1759 os marquezes de Tavora, passando depois para a Corôa. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10 com a séde no Mogadouro. || Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Trancoso, distr. e arceb. da Guarda; 349 hab. e 101 fog. Tem caixa postal. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada junto da ribeira de Teja. E' fertil em vinho e castanha. Pertence á 2.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 12 com a séde em Trancoso.

Castanheira. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Arega, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || Santa Maria, de Arga de Baixo, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Conceição, de Cercal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || S. Vicente, de Chã, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || Santa Eufemia, de Coz, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Espinho, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Natividade de Extremo, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª d'Assumpção, de Fajão, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra. || S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S. João Baptista e conc de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || S. Claudio, de Gostei, conc. e distr. de Bragança. || S Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Julião, de Mourouho, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || Santa Eulalia, de Sanguedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco. || S. André de Tellões, conc. de Amarante, distr. de Porto. || S. Thomé, de Travassos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Bartholomeu, de Villa Cova, do mesmo conc. e districto.

Castanheira. Logares nas freguezias: S. Martinho, de Balugães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Vicente, de Bico, conc. de Amares, do mesmo distr. || Santa Maria, de Carquere, conc de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Chorente, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Ribeira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Tropeço, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Villa Fria, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Quinta na freg. de N. S.ª da Conceição, de Caria, conc. de Belmonte, distr. de Castello Branco.

Castanheira de Baixo e **de Cima.** Duas povoações na freg. de S. Adrião, de Duas Egrejas, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Castanheira Cimeira e **Castanheira Fundeira.** Duas povoações na freguezia de N. S.ª da Esperança, de Ermida, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Castanheira de Pedrogão. V. *Castanheira de Pera.*

Castanheira de Pera (*Antonio Alves Bebiano, visconde de*). Abastado proprietario na villa de Pedrogão Grande, e proprietario da fabrica de papel, situada em Castanheira de Pera. Reside actualmente em Figueiró dos Vinhos.

Castanheira de Pera. Pov. e freg. de S. Domingos, da prov. da Estremadura, conc. e com. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 5:310 hab. e 966 fog. Tem fabricas de lanificios, escolas para ambos os sexos, medico, pharmacias, misericordia e est. post. permutando malas com Pedrogão Grande. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, na

margem direita da ribeira de Pera. Eram seus donatarios os condes de Redondo. O cabido de Coimbra apresentava o cura, que tinha de rendimento 80$000 réis. Tendo sido esta freg. annexada ao conc. de Figueiró dos Vinhos por decreto de 7 de setembro de 1895, que extinguiu o de Pedrogão Grande, voltou a este, por ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. Castanheira de Pera pertence á 5.ª div. mil. e ao dist. de rec. e res. n.º 15 com a séde em Thomar. Tambem é conhecida por *Castanheira de Pedrogão Grande.*

Castanheira do Vouga. Pov e freg. de S. Mamede, da prov. do Douro, conc. e com. de Agueda, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 633 hab. e 145 fog. Tem esc. para ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada no alto de uma ramificação da serra do Caramulo, entre os rios Alfusquciro e Agueda. Era da Casa do Infantado, que apresentava o prior, que tinha réis 400$000 de rendimento. Tem foral dado por D. Manuel, em Lisboa, a 16 de junho de 1514. Foi cabeça de conc. do seu nome, e tinha juiz ordinario, camara, escrivães e mais justiças. A terra é fertil em milho e centeio. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 24, com a séde em Aveiro.

Castanheiras. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de S. João de Fontoura, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Gondarem, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Valladares, conc. de V. N. de Gaia. distr. do Porto.

Castanheirinha. Pov. na freg de N. S.ª da Conceição, do Cercal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Castanheirinha. Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Madail, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Pindello, do mesmo conc. e distr. || Santa Eulalia, de Venade, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello.

Castanheirinhos. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Sapardos, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Castanheiro. Pov. e freg. de N. S.ª da Assumpção, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 788 hab. e 226 fog. Tem esc. para ambos os sexos e est. post. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Torto. Tem foral dado por D. Manuel, em 1 de fevereiro de 1514. Fôram seus donatarios até 1759 os marquezes de Tavora, e passou depois á Corôa. Tinha 2 juizes ordinarios, 2 vereadores e 1 procurador, formando todos a camara, sem sujeição a outras justiças, por ser couto isento. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. E' fertil em centeio, azeite, sumagre e vinho. Tambem é conhecida esta freg. por *Castanheiro do Sul.* || Pov. e freg. de S. Braz, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Carrazeda de Anciães, distr. e bisp. de Bragança; 1:216 hab. 273 fog. Tem esc. para ambos os sexos, medico, pharmacia, theatro, philarmonica, e est. post. permutando malas com a R. A. D-Barca d'Alva. A pov. dista 3 k. da séde do conc. Corre-lhe proximo o rio Tua, por onde se faz grande commercio de vinho do Douro. A terra é fertil. O reitor de S. Miguel de Linhares apresentava o vigario, que tinha de rendimento 8$600 réis em dinheiro e o pé d'altar. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Castanheiro. Pov. nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Albergaria das Cabras, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Arada, conc. de Ovar, distr. de Aveiro, || Santa Martha, de Bouro, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Thiago, de Christello, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. Romão, de Corgo, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Maria, de Idães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Mamede, de Moirisca, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Pedro e conc. de Porto de Moz, do mesmo distr. || S. Mamede, de Quiaios, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || S. Estevão, de Urgezes, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Vicente de Pereira Juzã, conc de Ovar, distr. de Aveiro.

Castanheiro. Casal na freg. de N. S.ª da Graça, de Aguda, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Castanheiro Grande e **Pequeno.** Duas povoações na freg. de Sant'Anna, de Cumeada, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Castanheiro Redondo. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real.

Castanheiro da Roda. Pov. na freguezia de S. Vicente, de Paio Mendes, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Castanheiro do Vento *(Quinta do).* Na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de S. Gonçalo, conc. e distr. da Guarda.

Castanheiros. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Crestuma, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santa Maria, de Esmoriz, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Sub Portella, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Castanho. Familia das Asturias, que passou a Portugal no tempo de D. João III, indo estabelecer-se em Abrantes; um dos membros mais celebres d'esta familia foi Pedro Castanho de Abrantes, a quem D. João III fez muitas mercês. Tem por armas, em campo de prata um castanheiro da sua côr, e junto a elle um lobo negro.

Castanhos Casal na freg. de S. Sebastião, de Moiriscas, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça, de Branca, conc. de Souzel, distr. de Portalegre.

Castanhoso *(Miguel de).* Escriptor, natural de Santarem. Militou na India e na Ethiopia; não se conhecem as datas do nascimento nem da morte, mas, segundo parece, ainda vivia em 1564. Escreveu: *Historia das cousas que o muy esforçado capitão Dom Christovão da Gama fez nos Reynos do Preste Ioão, com quatrocêtos Portugueses que consigo leuou. Impressa per Ioão da Barreyra. E per elle dirigida ao muyto magnifico illustre señor Dõ Francisco de Portugal.* No fim tem a data de 1564 Este livro foi reimpresso pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, e publicado em 1855, no n.º II da *Collecção de Opusculos reimpressos, relativos á historia das navegações, viagens e conquistas dos portuguezes,*

tomo I, conservando-se cuidadosamente a orthographia da antiga edição. Deixou em manuscripto: *Historia do cerco de Dio*; *Historia do cerco de Mazagão*. Em 1898 o orientalista sr. Francisco Maria Esteves Pereira publicou, na Collecção das Contribuições da Sociedade de Geographia de Lisboa para a commemoração do centenario da India, o tratado de Miguel de Castanhoso *Dos feitos de D. Christovam da Gama*, copiado de um manuscripto da Bibliotheca da Ajuda. Na respectiva *Introducção* dá uma noticia circumstanciada da vida e familia do autor.

Castedo. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Alijó, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 566 hab. e 173 fog. Tem escolas para ambos os sexos e est. post. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e passam-lhe, a 5 e 6 k. de distancia, os rios Tinhella e Douro. Até 1759 fôram seus donatarios os marquezes de Tavora, passando depois para a Corôa. O prior de Alijó apresentava o vigario, collado, que tinha 40$000 réis de rendimento. A terra é fertil em bom vinho, azeite e cereaes. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. || Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. de Traz-os-Montes conc. e com. da Torre de Moncorvo, distr. e bisp. de Bragança, 486 hab. e 194 fog. Tem correio e escola para ambos os sexos. A pov. dista 12 k. da séde do conc. Até 1855 foi do conc. de Villarinho da Castanheira, que n'esse anno ficou supprimido. Está situada n'um alto, d'onde se desfructam bonitos pontos de vista. A antiga parochia é agora na capella de S. Bartholomeu. Corre pela freg. o Ribeiro Grande, que sécca no verão. A terra é fertil em vinho, centeio, cereja, castanha e linho. Tambem tem creação de bichos de seda. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10 com a séde em Mirandella.

Casteição. Villa e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Mêda, distr. da Guarda, bisp. de Lamego; 745 hab. e 178 fog. Tem esc. do sexo masc., est. post. e feira a 30 de novembro. A pov. dista 14 k. da séde do conc. e está situada n'uma elevação, proximo da margem direita da ribeira Teja. O rei e o bispo de Lamego apresentavam alternativamente o abbade, que tinha de rendimento 250$000 réis. D. Sancho I deu-lhe foral em 30 de julho de 1196, o qual foi confirmado por D. Affonso II, em Coimbra, no mez de novembro de 1217. D. Sancho II deu-lhe outro foral em 1234. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12 com a séde em Trancoso.

Castelbranco. Familia que começou a ser conhecida por este nome em Portugal no tempo de D. Diniz; tem por armas em campo azul um leão de ouro armado de vermelho; timbre, o mesmo leão.

Castelbranco *(Fr. Diogo de)*. Monge da ordem de S. Bernardo. N. em Vizeu no meado do seculo XVII, fal. no convento d'Alcobaça a 12 de março de 1707. Entrou na ordem de Cistér em 16 de maio de 1663, no convento de Alcobaça, e professou a 17 do referido mez do anno de 1664. Foi mestre de Theologia Moral, e exerceu o cargo de abbade do mosteiro de S. Pedro das Aguias. Foi chronista da ordem, visitador e definidor da Religião. Deixou manuscripta a obra que escreveu: *Historia alcobaciense e geral dos mosteiros da congregação de S. Bernardo.*

Castelbranco *(Eduardo Ernesto de)*. General de divisão reformado, director do Museu de Artilharia, grande official da Ordem de Aviz, por serviços distinctos, commendador da mesma ordem e da de S. Thiago; era condecorado com a medalha de prata de comportamento exemplar, tinha a cruz de 2.ª classe de Merito Militar de Hespanha, etc. N. no Funchal a 17 de março de 1840, fal. a 4 de fevereiro de 1905. Era filho do contra-almirante Joaquim Pedro de Castelbranco. Assentou praça a 11 de agosto de 1857, sendo despachado alferes de infantaria em julho de 1858. Cursou as escolas Polytechnica e do Exercito, e tendo completado o curso de artilharia foi promovido a 1.º tenente d'esta arma a 15 de janeiro de 1868, a capitão em agosto de 1873, a major em outubro de 1884, a tenente-coronel em julho de 1889 e a coronel em 1894. A 15 de novembro de 1900 passou para o quadro de reserva, por assim o ter solicitado. Desempenhou diversas commissões da sua arma, e entre ellas prestou serviço como subalterno e capitão no regimento de artilharia n.º 1, na Fabrica d'Armas, onde foi sub-director e director; na inspecção do material de guerra na Madeira e na 3.ª divisão militar; na 3.ª repartição da direcção geral de artilharia como chefe, logar a que competia a superintendencia dos estabelecimentos fabris do Arsenal do Exercito. Em 1876, sendo director geral d'artilharia o fallecido general Antonio Florencio de Sousa Pinto, foi por este encarregado de fundar o Museu de Artilharia, de que era director quando falleceu. Desde então dedicou-se inteiramente á installação do museu, conseguindo collocal-o ao nivel dos melhores da Europa, merecendo ser elogiado por nacionaes e estrangeiros, que o teem visitado, e particularmente os monarchas D. Affonso XIII, de Hespanha, e Eduardo VII, de Inglaterra, e os duques de Connaught. As preciosidades que constituem o museu estiveram até 1895 no antigo edificio da Calçada do Museu, sendo n'aquella data transferidas para as salas da direcção geral de artilharia e Fundição de Baixo. Em 1896 começou o general Castelbranco a ampliar as salas, pequenas para o desenvolvimento que lhes queria dar, tendo então mandado construir cinco salões. Logo no anno seguinte, 1897, iniciou a construcção do edificio que fica voltado ao norte, contendo tres salas. Não se limitou, porém, á construcção do edificio; tratou de catalogar e collocar methodicamente os objectos que pertenciam ao museu, adequados ás salas em que os expoz, e convidando os artistas nacionaes a collaborarem n'essa obra,

Eduardo Ernesto de Castelbranco

de que resultou a importante installação que hoje existe, onde se vêem bons quadros, *panneaux* e decorações, que, satisfazendo os desejos artisticos do installador, tornaram o museu digno da visita de nacionaes e estrangeiros. Uma das suas salas foi-lhe dedicada por ordem do ministerio da guerra, vendo-se collocado o seu retrato n'uma das paredes. Castelbranco pertenceu á direcção e ao conselho fiscal do Monte-pio Geral, onde prestou muitos serviços; foi tambem um dos directores do Jardim Zoologico.

Castelbranco *(Joaquim Pedro)*. Contra-almirante. N. na ilha da Madeira a 11 de junho de 1810, onde tambem fal. a 16 de junho de 1884. Era filho do dr. Mauricio J. de Castelbranco Manuel, que foi deputado pela ilha da Madeira nas côrtes geraes constituintes, reunidas em Lisboa em 1821, e de sua mulher D. Maria Dionisia de Freitas Abreu de Castelbranco. Foi n'este anno que Joaquim Pedro de Castelbranco veiu para Lisboa em companhia de seu pae, e depois de cursar as aulas para obter os necessarios preparatorios, matriculou-se no primeiro anno da Academia Real de Marinha, que frequentou com distincção; e tendo obtido o premio ou partido de aspirante, foi nomeado voluntario de escala em 4 de agosto de 1828. Frequentou a Companhia dos Guardas-Marinhas, seguindo-se-lhe o tirocinio de embarques; foi despachado guarda marinha extraordinario em 26 de outubro de 1830, e effectivo em 27 d'agosto de 1832; segundo tenente da armada em 20 de outubro do mesmo anno; primeiro tenente em 22 de novembro de 1834; capitão-tenente graduado em 12 de dezembro de 1844 e effectivo em 6 de novembro de 1851; capitão de fragata addido ao Corpo de Veteranos de Marinha em 3 de março de 1858; capitão de mar e guerra addido ao mesmo corpo em 19 de dezembro de 1867; contra-almirante reformado em 31 de dezembro de 1868. Embarcou pela primeira vez na fragata *Diana* em 11 de setembro de 1828, embarcando depois na charrua real *Maia Cardoso* em 4 de novembro, que seguiu viagem para Angola e outros portos d'Africa; na corveta *D. João I* em 16 de junho de 1831, sendo estes embarques para o tirocinio do posto de segundo tenente. A 11 d'este mez entrara no Tejo a esquadra franceza, commandada pelo almirante Roussin, e a corveta *D. João I* foi um dos navios que a esquadra aprisionou. Castelbranco, porém, conseguiu com alguns dos officiaes seus camaradas, passar para bordo d'uma das embarcações francezas que os levaram para Toulon, emigrando assim para França pelos seus principios liberaes que muito o compromettiam. As autoridades francezas o mandaram para Belle-Isle, onde depois embarcou a 4 de fevereiro de 1832 na corveta *Juno*, que o levou á ilha Terceira. Ainda a 14 d'este mez esteve embarcado no transporte *Sophia* e a 2 de novembro do mesmo anno no brigue *Villa Flôr*. Fez parte da expedição, que veiu desembarcar nas praias do Mindello, conduzindo os 7:500 constitucionaes commandados por el-rei D. Pedro IV. No cerco do Porto prestou relevantes serviços; assistiu ao combate naval de 11 de outubro de 1832, fazendo parte da guarnição do brigue *23 de Julho*, da pequena esquadra do commando de Sertorius. Por algum tempo commandou a marinhagem destacada na serra do Pilar em fevereiro e março de 1833, na escuna *Liberal* e na *Canhoneira*, prestando juntamente com officiaes de marinha um serviço arriscadissimo, entrando e saindo a barra do Porto, debaixo d'um fogo vivissimo da margem esquerda do rio, com o fim de abastecer os sitiados, onde quasi tudo faltava. Ainda andou a bordo da fragata *Rainha* em julho de 1833; na corveta *Portuense* em 8 de novembro; no brigue *Folk* em 23 de março de 1834, e no hiate *Soledade* em 12 de maio do mesmo anno. Depois de tantos trabalhos a sua saude resentiu-se muito, obrigando-o a deixar o serviço activo, sendo por esse motivo addido ao Corpo de Veteranos da Marinha, e encarregado do porto do Funchal e respectivo departamento maritimo, onde prestou ainda alguns serviços, lembrando sempre e propondo aos successivos governos da metropole melhoramentos indispensaveis para aquella tão importante estação naval. O contra-almirante Castelbranco era cavalleiro e commendador da ordem de S. Bento de Aviz, cavalleiro da de N. S.ª da Conceição; tinha a medalha das campanhas da Liberdade, e as condecorações estrangeiras de S. Estanislau da Russia e da corôa de carvalho da Hollanda.

Joaquim Pedro Castelbranco

Castelbranco *(José Frederico d'Assa)*. Coronel, e engenheiro director das obras publicas do estado da India. Publicou: *Elementos de geometria descriptiva, lições coordenadas para uso dos alumnos do instituto profissional de Nova Gôa*, Nova Gôa, 1873; *Carta de Gôa*, Nova Gôa, 1890; *Relatorio sobre os serviços da direcção das obras publicas*, relativos aos annos de 1896 a 1899, tendo o ultimo a data de Nova Gôa, 1900.

Castelbranco *(José de Freitas Teixeira Spinola de)*. Marechal de campo, lente e director da Escola Polytechnica, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. no Funchal em 7 de janeiro de 1801, fal. em Lisboa a 7 de fevereiro de 1889. Era filho do dr. Mauricio José de Castelbranco e de D. Maria Dionisia de Freitas Abreu de Castelbranco, irmão do contra-almirante Joaquim Pedro de Castelbranco. Fez a sua primeira educação litteraria no Funchal, n'um collegio inglez, que durante os annos da guerra com a França ali se estabeleceu, quando a ilha estava occupada por gente e tropas inglezas; frequentando tambem a aula régia de desenho, as do então denominado Pateo das Artes, e a de latinidade do Seminario. Assentou praça de cadete em 1816 n'um corpo de artilharia da guarnição da Madeira, sendo então governador d'aquella ilha o tenente-general Florencio José Correia de Mello. Obteve licença para vir ao reino frequentar as aulas que constituiam o curso de artilharia, e tambem a faculdade de Mathematica na

Universidade de Coimbra, onde se matriculou, depois de ter feito todos os exames preparatorios nas aulas que constituiam o primeiro anno do curso, o qual concluiu em 1821, tendo merecido a distincção de premio, recebido o grau de bacharel em Mathematica, e tambem o despacho de segundo tenente d'artilharia, a que tinha direito pela sua antiguidade no serviço militar, e superioridade pela sua instrucção propria das armas scientificas. Em 1822 foi despachado lente substituto da Real Academia de Marinha, por proposta da congregação dos lentes d'aquelle real estabelecimento, e em resultado do concurso publico a que, segundo a lei, eram admittidos unicamente doutores ou bachareis formados em Mathematica, tendo obtido preferencia sobre os diversos concorrentes. A este despacho seguiu-se o ser logo chamado pelo ministerio da marinha para vir reger a cadeira do primeiro anno da Real Academia de Marinha e interromper o serviço militar em que estava no seu corpo de artilharia. Em 1823 obteve passagem para o real corpo de engenheiros, e n'esta arma continuou a sua carreira militar até ao posto de brigadeiro, sendo reformado no de marechal de campo. Em 1833 e 1834 fez as campanhas da Liberdade, entrando em diversas batalhas. Quando em 1835 foi extincta a Real Academia de Marinha e outros estabelecimentos de instrucção publica superior, e creado para os substituir o Instituto de Lisboa, organisado com o pessoal escolhido dos professores dos extinctos estabelecimentos e ainda alguns da Universidade, foi nomeado lente de mechanica do Instituto, que ainda começou a funccionar, mas não proseguiu por ter havido mudança de ministerio, conservando-se tudo no antigo estado. Em 1837 foi definitivamente extincta a Academia de Marinha e creada a Escola Polytechnica, dotada com o edificio que pertencera aos jesuitas e com os rendimentos de todos os bens do extincto Collegio dos Nobres, fundado em 1761, e que estivera ali estabelecido. Creando-se então uma junta administrativa da escola para organisar, gerir e administrar os fundos do novo instituto, Freitas de Castelbranco foi nomeado vogal, e passou a lente da segunda cadeira da Escola Polytechnica. Depois desempenhou sem gratificação alguma, por mais de nove annos, o logar de director da Escola, cumulativamente com o de lente, até que, por motivo do seu mau estado de saude, obteve a sua jubilação, tendo mais de 32 annos de effectivo serviço no magisterio de instrucção publica superior, e desempenhado muitas e variadas commissões de serviço publico. Ainda depois de jubilado foi nomeado, na qualidade de official de engenharia, fiscal do governo nas obras da reconstrucção do edificio da Escola Polytechnica. A José de Freitas de Castelbranco fôra conferida a commenda da ordem de Aviz, na qualidade de lente decano da Academia Real de Marinha e da Escola Polytechnica, que segundo as leis da sua creação, tinham as honras e preeminencias dos da Universidade de Coimbra, aos quaes pela legislação do marquez de Pombal, competiam commendas em determinadas circumstancias. Tinha a carta de conselho, como lente decano e director da Escola Polytechnica, tendo publicado obras de Mathematica que a Escola adoptou por compendios, o que tambem se observa com os lentes da Universidade de Coimbra. Era socio da Academia Real das Sciencias, eleito por ter escripto um tratado d'Algebra superior, que a Academia acceitou, e mandou imprimir á sua custa, e na sua typographia. Tinha tambem a medalha de D. Pedro IV e D. Maria II, do valor militar, pelas campanhas da Liberdade, as de bons serviços, e a de ouro de comportamento exemplar. Escreveu: *Elementos de Algebra superior, coordenados para uso dos alumnos da Escola Polytechnica*, Lisboa, 1843; *Applicação da Algebra á Geometria, lições coordenadas para uso dos alumnos da Escola Polytechnica*, Lisboa, 1847. Estes dois livros fôram primeiramente lithographados na officina e a expensas da Escola Polytechnica, para uso dos seus alumnos, e só depois de vistos, emendados e passados alguns annos lectivos, é que fôram impressos. Escreveu mais: *Noções de calculo differencial*, Lisboa, 1838; a impressão chegou sómente até pag. 32, saindo a continuação em folhas lithographadas.

Castelhada. Pov. na freg. do Salvador, de Medrões, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

Castelhana. Povoações nas freguezias: S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. ‖ N. S.ª d'Assumpção, de Querença, do mesmo conc. e districto.

Castelhanas. Pov. na freg. de S. Thiago, do Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Castelhano *(D. Francisco)*. Musico que viveu no seculo XVI. Foi conego regrante de Santo Agostinho e mestre de capella na egreja de Santa Cruz de Coimbra; era tal a sua fama que Filippe II, de Hespanha, mandou pedir as suas composições para serem cantadas na capella real. No Escurial cantaram-se em 1590 as suas *Lamentações* e outras peças de musica sacra.

Castelhanos. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Martim Longo, conc. de Alcoutim, distr. de Faro. ‖ Monte na freg. de S. Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Faro. ‖ Porto da ilha de S. Nicolau, archipelago de Cabo Verde. ‖ Pouta ou cabo na costa N E da referida ilha e archipelago.

Castelhão. Pov. da freg. de Santa Lucrecia, de Aguiar, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Castella. Povoações nas freguezias: S. Julião, de Calendario, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. ‖ S. Miguel, de Juncal, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Castellada. Termo heraldico. Bordadura, cruz, banda, e outras peças ornadas de castellos.

Castellão. O senhor que tinha o direito de fortificar a sua residencia senhorial, e de administrar justiça dentro d'uma certa area. O que governava um castello, em nome do rei ou do senhor.

Castellão. Povoações nas freguezias: S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. ‖ S. Mamede, de Ventosa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Castellão. Monte na freg. de Santo Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro. ‖ Quinta na freg. de N. S.ª d'Annunciação, de Famalicão, conc. e distr. da Guarda.

Castellãos. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 528 hab. e 120 fog. Tem esc. de ambos os

sexos, e est. post. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada n'um terreno elevado, na falda da serra de Monte Sul. Foi do conc de Chacim, que ficou supprimido pelo decreto de 31 de dezembro de 1853, passando então para o de Macedo de Cavalleiros. Pertence á 6.º div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10 com a séde em Mirandella. Corre muito proximo da freguezia o rio Azibo, affluente do Sabor Castellãos é notavel pela creação de bichos de seda.

Castellaria. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Egreja Nova do Sobral, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Castellatico. Direito real antigo, applicado para fundação, conservação e reparos dos castellos no respectivo territorio. Nos principios da monarchia, quasi não havia julgado ou concelho que não tivesse o seu castello, em que governava um conde, castellano ou alcaide, que sempre era pessoa muito fiel e honrada, a quem o povo pagava certos foros, alcaidarias (V. *Alcaidaria);* mas o direito castellatico era para o rei, e pagava se a dinheiro, quando não eram precisos reparos no castello da terra, e em dia de trabalho quando assim era necessario. Expulsos os moiros e inutilisados os numerosos castellos, de muitos dos quaes se vêem ainda ruinas, foi reservado este tributo, de que nem eram isentos os monges e os padres, para edificar ou reedificar as praças das fronteiras. No reinado de D. Affonso IV, o povo, para se eximir d'este foro, combinou com o rei em lhe dar a terça do rendimento dos seus concelhos. Em 1640 passaram essas terças para a Corôa.

Castelleiro. Pov. e freg. do Salvador, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Sabugal, distr. e bisp. da Guarda; 1:214 hab. e 232 fog. Tem escolas para ambos os sexos e est. post. A pov. dista 18 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie. Foi do conc. da Sortelha até 1855, anno em que ficou supprimido, passando então para o de Sabugal. O vigario da Sortelha apresentava o cura, que tinha de congrua 20$000 réis, e o pé d'altar. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21 com a séde em Castello Branco. A terra é pouco fertil. Tem commercio de pannos de lã.

Castellejo. Pov. e freg. de N. S.ª da Silva, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. do Fundão, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 1:478 hab. e 334 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa post.; romaria a Santa Luzia, de 15 a 17 de setembro. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada na estrada do Fundão á Pampilhosa, n'uma baixa, junto a uma ribeira cercada de montes. Pertence á 2.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 21 com a séde em Castello Branco. Corre-lhe proximo o rio Zezere.

Castellejo. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de S. João de Areias, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. || S. Pedro de Sollis, conc. de Mertola, distr. de Beja. || N. S.ª da Natividade, de Rio de Couros, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Castellejo e Fajã das Gallinhas. Ilha da Madeira; duas povoações reunidas na freg. de N. S.ª da Graça, de Estreito de Camara de Lobos, conc. Camara de Lobos, distr. do Funchal.

Castelletes. Pequena pov. da villa de Véllas, distr. e bisp. de Angra do Heroismo, com. e ilha de S. Jorge, dos Açôres, a SE da villa de Véllas. Torna se notavel pela excellencia dos seus vinhos brancos.

Castellinho. Povoações nas freguezias: S. Sebastião, de Carreiras, conc. e distr de Portalegre. || S. Martinho, de Avessadas, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Espirito Santo, de Castello, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Monte na freg. de S. Bento do Matto, conc. e distr. de Evora.

Castellino *(Joaquim Manuel).* Cirurgião-medico pela Escola Medico-cirurgica de Lisboa. Natural de Nova Gôa e filho de Raphael Castellino. Defendeu these a 13 de novembro de 1871, a qual publicou, e tem por titulo: *Pneumonia e oxido branco de antimonio.*

Castello. Familia de origem hespanhola, que tem por armas, em campo vermelho um castello de prata lavrado de negro e assentado sobre um monte de verde; o timbre é um braço armado de prata com uma bandeira do mesmo metal enfiada em uma haste de sua côr na mão.

Castello *(André Affonso).* Poeta do seculo XVII, natural de Campo Maior. Doutorou-se em Coimbra; escreveu uma chronica de Santo Antonio, em verso, contendo mais de mil oitavas, e em hespanhol, e um epithalamio ao duque de Bragança, D. Theodosio.

Castello. Esta especie de fortificação deve-se ao feudalismo, que a generalisou extraordinariamente nos paizes onde predominou esse estado social. Na peninsula hispanica começaram os castellos a apparecer nos fins do seculo VIII e principios do seculo IX, concorrendo as luctas contra os moiros para a sua multiplicidade. Foi

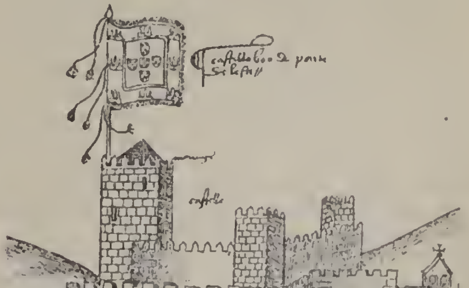

Desenho de um castello por Duarte d'Armas

tão grande a quantidade de torres e castellos, que povoaram a Hespanha christã no seculo XII, que Castella tirou d'elles o nome, e nas provincias da Galliza e de Entre Douro e Minho faziam-se transacções com elles como se se tratasse de uma casa, casal ou outra propriedade qualquer. O castello não era, porém, sómente a morada do senhor e dos seus homens d'armas, mas tambem um logar de refugio para onde se retiravam em caso de perigo os camponezes e os seus rebanhos; assim se explica a extensão das diversas muralhas. A parte principal do castello era a torre de menagem, alcaçar ou alcaçova, torre massiça, construida a principio sobre uma eminencia natural ou artificial. Em volta d'esta

obra estendiam-se as muralhas, cuja fórma e espessura variam segundo as epocas. Emquanto não houve que temer os effeitos da polvora, teve-se principalmente o cuidado de fazer as cortinas e as torres que as ligavam tão alto quanto possivel para evitar as escaladas. Obras avançadas, barbacans, torrinhas, defendiam as proximidades da porta, que uma ponte levadiça lançada sobre o fosso que rodeava as muralhas, punha em communicação com o exterior. As muralhas multiplicavam-se segundo a importancia dos castellos, e tal era a disposição das muralhas, torres, portas e escadas, que cada ponto podia ser defendido por muito tempo. As obras interiores eram, em geral, mais elevadas á medida que se approximavam do centro. Quando se tinha conseguido forçar as muralhas, devia fazer-se um novo cerco, o da torre. Sob os fossos ou cárcovas passavam subterraneos de maneira que os sitiados pudessem fugir para os campos. As muralhas massiças, ameadas, não apresentavam aberturas para o exterior, e com as torres acontecia outro tanto; recebiam a luz do interior do castello, e mostravam apenas na parte superior altas e estreitas aberturas por onde se podiam arremessar as fréchas. Por toda a parte das obras de defeza havia aberturas, para se poder lançar areia quente, azeite a ferver e chumbo derretido sobre os assaltantes. Além d'isto eram dispostas exteriormente nos cimos das torres, galerias de madeira chamadas *palanques*, d'onde se podiam lançar projecteis que os taludes do sopé das obras faziam resaltar utilmente. Assim, até ao seculo XIV, os castellos fôram construidos, segundo a architectura do Oriente, cujos principios os arabes e hebreus trouxeram ou as cruzadas déram a conhecer. Mas, pelo fim do seculo XIV, procurou-se conciliar o conforto da habitação com a solidez da fortificação, e viram-se então apparecer n'alguns paizes soberbos palacios fortificados. A necessidade de defeza contra a artilharia trouxe a modificação da architectura dos castellos a que se reforçaram as muralhas. Em Portugal restam ainda lindissimos exemplares de castellos, taes como o de Almourol, Alvito, Feira, Guimarães, Cintra e Pena, etc., ou simplesmente vestigios sempre interessantes. O sr. Gabriel Pereira dedicou aos castellos um dos seus opusculos. Duarte d'Armas, no seculo XVI, desenhou o celebre *Livro das Fortalezas*, onde veem reproduzidas as vistas e plantas de alguns dos nossos castellos.

Castello. Pov. e freg. do Santissimo Sacramento, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 1:457 hab. e 292 fog. Tem esc. para o sexo masc. e est. post. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada n'uma campina, d'onde se descobrem as villas de Figueiró dos Vinhos e Aréga. Era senhor d'esta freguezia o grão-prior do Crato, que apresentava o reitor, o qual recebia de rendimento 2$000 réis em dinheiro, alguns generos e vinho. A terra é fertil, e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. || Villa e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 577 hab. e 151 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. A villa dista 7 k. da séde do conc. e está situada n'um alto, d'onde se vêem as villas de Leomil e S. Cosmádo. O primeiro orago d'esta freg. foi o Santissimo Sacramento. Foi cabeça de conc. do seu nome, e tinha juiz ordinario, camara, procurador do conc., escrivães e todos os mais empregados judiciaes. Tem outra egreja, cujo orago é N. S.ª da Encarnação, que fica n'um cabeço fóra da villa. Os frades bernardos do convento de Salzêdas apresentavam o vigario, que tinha 18$000 réis em dinheiro, vinho e alguns generos. A terra é fertil e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Castello. Pov. da propriedade rustica do mesmo nome, na freg. de Santo André de Brancavará, do conc. de Diu, na India.

Castello. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Arga de S. João, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Espirito Santo, de Avellar, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Avioso, conc. da Maia, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Brito, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª da Graça, de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || Ilha da Madeira; S. Antão, de Caniço, conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal || S. Martinho, de Carvalho de Rei, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Pedro, de Castello de Penalva, conc. de Penalva, do Castello, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Graça, de Commenda, conc. de Gavião, distr. de Portalegre. || N. S.ª da Expectação, de Eiras, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || S. João Baptista, de Espite, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, do mesmo distr. || Santa Maria, de Frende, conc. de Baião, distr. do Porto. || Santa Leocadia, de Geraz do Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de S. João do Monte, conc. de Toudella, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Lagares, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. João Baptista, de Lougos Valles, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Maria, de Olivaes, 1.º bairro de Lisboa. || S. Luiz, de Pias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S. João, de Souto de Lafões, conc. d'Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Tellões, conc. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real. || S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, districto de Leiria. || S. Bartholomeu, de Villa Cã, conc. de Pombal, do mesmo districto.

Castello. Logares nas freguezias: N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Santa Maria, de Arga de Baixo, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª d'Assumpção, de Chelleiros, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Cunha, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto || S. João Baptista, de S. João de Loure, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro. || S. Martinho dos Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Pombeiro, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || S. João Baptista e conc. de Siufães, distr. de Vizeu.

Castello. Casal na freg. de N. S.ª da Concei-

ção e conc. de Mação, distr. de Santarem. || Herdade na freg. de S. Braz, de Granja, conc. de Mourão, distr. de Evora. || Herdade na freg. de S. Thiago do Escoural, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Quinta na freg. de S. Pedro e conc. de Alfandega da Fé, distr. de Bragança. || Quinta na freg. de Santa Maria, de Guiães, conc. e distr. de Villa Real. || Ponta ou cabo na ilha de Santa Maria, do archipelago e prov. de Cabo Verde, a pouco mais de 3 k. da ponta dos Cedros. || Ilhéo a E da ilha de Santa Maria, Açôres. || Terras do conc. de Santa Catharina, do archipelago e prov. de Cabo Verde. Incultas durante muito tempo, fôram aproveitadas para plantações de purgueira. || Porto da ilha de S. Thiago, no archipelago e prov. de Cabo Verde, no qual esteve fundeado o navio de guerra que por ordem do governo da metropole arrazou a florescente villa dos Alcatraves em 1504, em consequencia da rebellião contra as autoridades coustituidas.

Castello de Almourol. *(V. Almourol).*

Castello d'Arez *(Monte do).* Na freg. de Santa Catharina, de Sitimos, conc. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Castello do Avellar. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Avellar, conc. de Anceião, distr. de Leiria.

Castello de Baixo. Pov. na freg. de S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Castello Bom. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Almeida, distr. e bisp. da Guarda; 458 hab. e 97 fog. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 16 k. da séde do conc. e está situada n'um alto, na margem direita do rio Côa, sobre uma rocha d'onde se vêem as praças d'Almeida e Castello Rodrigo. Foi cabeça de conc. do seu nome, e tinha juiz ordinario, camara, procurador do conc., escrivães, tudo feito de tres em tres annos pelo corregedor de Pinhel. O seu termo comprehendia os logares de Freinêda, Naves, Rio Secco e Villar Formoso. A matriz é dentro das muralhas. O papa e o bispo de Lamego, e depois o de Pinhel, apresentavam alternativamente o reitor, que tinha 40$000 réis de rendimento. Castello Bom passou á Corôa portugueza em 1282, em dote da rainha Santa Izabel, mulher d'el-rei D. Diniz, estava, porém, quasi despovoada. Este monarcha a mandou povoar de christãos, cercou a villa de muralhas de cantaria com duas portas, reconstruiu-a, tornou-a praça d'armas, edificou o castello, que lhe servia de cidadella, e uma torre com duas abobadas, que servia de cadeia. Todas estas fortificações se fizeram em 1296, que D. Manuel reformou em 1509. No manuscripto de Duarte d'Armas, existente na Torre do Tombo, encontram-se as vistas d'este castello, e reproduzidas a pag. 75 do vol. I de *Fr. Gonçalo Velho*, do sr. Ayres de Sá, Lisboa, 1899. D. Affonso VIII, de Leão, primo e contemporaneo de D. Sancho I, lhe deu foral sem data, D. Diniz tambem lh'o concedeu no referido anno de 1296, e D. Manuel lhe deu foral novo, em Lisboa, a 1 de junho de 1510. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Castello Borges *(José Borges Pinto de Carvalho, 1.º visconde de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão a seus maiores, pelo alvará de 18 de novembro de 1858; commendador da ordem Christo e do numero extraordinario da de Carlos III, de Hespanha; abastado proprietario nos concelhos de Armamar e de Moimenta da Beira, senhor do morgado do Barrôco, instituido a 5 de maio de 1767, do morgado do Cordeiro, instituido a 7 de agosto de 1722, e das quintas de Castello de Borges e da de Folgosa do Douro. N. a 31 de março de 1822. Era filho de Felix Manuel Borges Pinto de Carvalho e Affonseca, fidalgo cavalleiro da Casa Real, senhor dos morgados acima descriptos, e de sua mulher, D. Rita Ricardina Pereira Pinto Cardoso da Silveira, senhora da quinta da Folgosa do Douro, filha e herdeira de Manuel José Cardoso da Silveira, e de sua mulher D. Anna Eufrasia Cardoso. O visconde de Castello de Borges succedeu na casa e vinculos de seus maiores, por morte de seu pae, em 8 de janeiro de 1869; casou a 15 de janeiro de 1859 com D. Maria da Annunciação de Freitas, filha de João Antonio de Freitas Guimarães, proprietario e negociante na cidade do Porto, e de sua mulher D. Thomazia do Carmo da Trindade. Esta familia descende por varonia, de Christovão da Fonseca, fidalgo da Casa d'El-Rei, e escrivão da comarca municipal de Trancoso, por carta de 3 de janeiro de 1559. O titulo de visconde foi concedido pelo decreto de 17, e carta de 21 de junho de 1869. A concessão do brazão d'armas tem a data de 24 de abril de 1864; consta do seguinte: escudo partido em pala, na primeira as armas das Fonsecas ou Affonsecas, em campo de ouro cinco estrellas sanguinhas de cinco raios postos em santor, na segunda pala, as armas dos Borges, em campo vermelho um leão de ouro rompente armado de purpura, orla azul carregada de dez flôres de liz de ouro; timbre, o dos Affonsecas, um touro sanguinho, com as pontas e unhas de ouro, e uma estrella do mesmo metal na espadoa. E por differença uma brica azul com um bezante de prata. O visconde de Castello Borges, cuja data do fallecimento desconhecemos, deixou um filho, Felix Manuel da Fonseca, que nascera a 14 de outubro de 1860, o qual foi o 2.º e ultimo visconde d'este titulo e não deixou successão, sendo ha tempo assassinado barbaramente no Porto, em circumstancias muito tragicas, de que a imprensa de então muito se preoccupou. Era o ultimo representante directo d'esta distincta familia.

Castello Branco *(D. Affonso de).* Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, commissario da Bulla da Cruzada, bispo do Algarve e de Coimbra, vice-rei de Portugal, etc. N. em S. Thiago do Cacem em 1522, fal. em Coimbra a 12 de maio de 1615. Era filho illegitimo de D. Antonio de Castello Branco, deão da capella real, neto de D. Martinho de Castello Branco, 1.º conde de Villa Nova de Portimão. Estudou na Universidade, e adquiriu tanta reputação, que lhe dariam uma cadeira de Theologia, apenas concluiu o curso, se o cardeal D. Henrique, então arcebispo de Evora, que lhe era muito affeiçoado, o não nomeasse arcediago de Penella, e seu esmoler e capellão-mór. Em 1581 foi eleito bispo do Algarve, sendo em 1583 transferido para o bispado de Coimbra, de que tomou posse a 25 de agosto de 1585. Grangeando grande fama de intelligente e pratico de negocios, Filippe III, de

Hespanha, o nomeou vice-rei de Portugal, cargo que exerceu desde 22 agosto de 1603 até 26 de dezembro de 1604, em que pediu a demissão. D. Affonso de Castello Branco foi um dos primeiros professores do Real Collegio de S. Paulo, novamente fundado em 1563, e deputado na Mesa de Consciencia e Ordens. Sendo bispo do Algarve erigiu em Faro o palacio episcopal e a casa da Misericordia; em Coimbra reedificou tambem o palacio da sua residencia e dos seus successores, o convento das freiras da ordem de Santo Agostinho, o coro e outras obras do mosteiro de Cellas. Concorreu muito para que se fizesse o tumulo de prata para encerrar o cadaver da rainha Santa Izabel, e por sua morte deixou 30:000 cruzados para se tratar da canonisação da mesma rainha. No seu testamento encontram-se muitos legados a casas religiosas, ao hospital, á Misericordia, incluindo o de 20 mil cruzados á camara de Coimbra para reparo das estradas. Dava numerosas esmolas, o que o tornou conhecido pelo nome de *bispo esmoler*. A sua munificencia não se limitou ás suas dioceses, porque tambem contribuiu com largas sommas para as edições de livros religiosos no estrangeiro. Deixou impressos varios sermões em latim, outros em portuguez, uma consulta em hespanhol sobre uma questão theologica discutida em Toledo, e as constituições do bispado de Coimbra, que são devidas a elle. Em manuscripto ficaram diversos sermões, pastoraes, etc. Jaz este illustre varão na capella mór do mosteiro de Sant'Anna de Coimbra, onde tem esta inscripção sobre a lapide do seu tumulo:

D. Affonso de Castello Branco

(Copia de um quadro da Misericordia de Coimbra)

VT PARCÆ VITA RAPV
IT DIADEMA SEPULCHRUM
IN AULA SI DESIT CÆLICA
REGNA TENENS
GRANDÆ VI POST QUAM
COMPLEST NESTORIS ANNOS
DE MISERA IN CÆLUM
SEDE TRIUMPHUS ERIT.

Castello Branco *(Fr. Alvaro de)*. Religioso da ordem de Santo Agostinho. N. em Arronches em 1619, fal. em Lisboa a 28 de fevereiro de 1668. Era filho de Francisco de Siqueira Pestana e de D. Leonor de Castello Branco. Professou no convento da Graça de Lisboa a 3 de maio de 1640, contando 21 annos de edade. Foi um theologo profundo, um dos prégadores mais afamados do seu tempo. D. Affonso VI o nomeou para prégador da sua capella. O regente D. Pedro o elegeu arcebispo de Gôa e bispo de Portalegre, mas não acceitou nenhuma d'estas dignidades. Deixou em manuscripto alguns livros de Theologia.

Castello Branco *(Antonio de Almeida)*. Fidalgo da Casa Real. N. no Louriçal e fal. em 1630. Era filho de Simão Vaz Castello Branco e de Ignez da Costa Tavares. Foi grande investigador de antiguidades historicas, assistindo durante tres annos para esse fim na Torre do Tombo com o guarda-mór Pedro de Mariz, seu intimo amigo. D'aquelle archivo colligiu muitas e importantes noticias ácerca do reino e das principaes familias. Escreveu: *Relações dos Reis de Portugal e dos mosteiros do reino; Principios de algumas gerações illustres de portuguezes*, etc., *Principios de todos os titulos de duques, condes*, etc. Estas obras ficaram manuscriptas.

Castello Branco *(Padre Antonio de)*. Jesuita. N. em Lisboa em 1556, fal. a 8 de setembro de 1643. Era filho de Alvercanes Barreto e de D. Maria do Amaral. Foi preposito da casa professa de Villa Viçosa, reitor dos collegios de Braga e de Lisboa, procurador da provincia ao capitulo que se celebrou em Roma em 1619. Dictou Theologia moral e Mathematica, em cujas faculdades era muito versado. O padre Antonio de Castello Branco tornou-se tambem notavel como astronomo. Deixou escriptos em latim dois tratados astronomicos e um theologico.

Castello Branco *(Antonio de Azevedo)*. Director da Penitenciaria, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, escriptor, poeta, antigo deputado, ministro da justiça, etc. N. em Villarinho de Samardã a 23 de dezembro de 1843. E' filho de Francisco José de Azevedo e de D. Carolina Botelho Castello Branco, irmã do fallecido romancista Camillo Castello Branco, visconde de Correia Botelho. Cursou com distincção a faculdade de Direito, em que se formou, e já então se tornara notavel como escriptor e poeta. Entrando na carreira politica, o primeiro cargo official que desempenhou foi o de administrador do concelho de Murça. No anno de 1879 o circulo de Villa Real o escolheu para seu representante em côrtes, candidatura que conservou por muitos annos, occupando por vezes a presidencia da camara dos deputados. Para estudar o systema penitenciario foi ao extrangeiro com o dr. Agostinho Lucio da Silva. Nomeado em 1884 sub-director da Penitenciaria de Lisboa, desde que esta cadeia entrou em exercicio, e por morte do director, Jeronymo Pimentel, ficou occupando este logar, em que se conserva ainda hoje. O ministerio regenerador em 1893, no gabinete presidido pelo sr. conselheiro Hintze Ribeiro, o chamou para a pasta da jus-

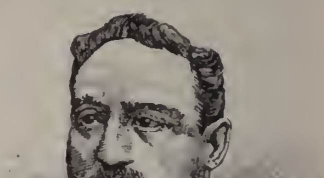

Antonio de Azevedo Castello Branco

tiça e negocios ecclesiasticos. Os relatorios sobre a Penitenciaria, publicados pelo sr. conselheiro Azevedo Castello Branco são de grande valor e tem causado sensação como estudo de psychologia criminal. Emquanto ministro, publicou alguns diplomas notaveis, um dos quaes é relativo aos alienados. Em 1896 foi nomeado par do reino, tomando posse em sessão de 9 de junho do mesmo anno.

Castello Branco (*Antonio do Couto de*). Fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo, commendador e alcaide-mór da de S. Thiago do Cacem, etc. N. em Lisboa a 8 de outubro de 1669, fal. em Elvas a 30 de abril de 1742. Era filho de Luiz do Couto Felix, fidalgo da Casa Real e guarda-mór da Torre do Tombo, e de D. Paula Josepha de Castello Branco, filha de Manuel da Cunha Soares, moço fidalgo cavalleiro da ordem de Christo, e senhor do morgado do Zambujal. Falava as linguas latina, franceza, italiana, tendo tambem bastante conhecimento da hebraica; jogava as armas com destreza. Como a sua vocação se inclinava para a milicia, aprendeu dedicadamente os preceitos da fortificação e da nautica. Foi capitão da nau *N. S.ª do Bom Successo*, em 20 de abril de 1697; capitão de mar e guerra em 11 de dezembro de 1703; mestre de campo de infantaria do regimento da praça de Chaves a 2 de maio de 1705; brigadeiro a 28 de abril de 1708, e sargento-mór de batalha a 13 de abril de 1738, que depois se chamou marechal de campo. Na guerra com a Hespanha, no começo do seculo XVIII, distinguiu-se em todas as acções e batalhas em que entrou, como na restauração de Marvão, no sitio de Badajoz em 1705, na conquista de Ciudad Rodrigo, etc. Na batalha d'Almança, a 25 de abril de 1707, ficou feito prisioneiro. Sendo restituido á liberdade e á patria, foi nomeado inspector das ilhas dos Açôres, e depois governador da praça d'Elvas. Escreveu: *Memorias militares, pertencentes ao serviço da guerra assim terrestre como maritima, em que se contém as obrigações dos officiaes de infantaria, cavallaria, artilharia e engenheiros; insignias que lhe tocam trazer; a fórma de compôr e conservar o campo; o modo de expugnar e defender as praças*, etc., Amsterdam, 1719; *Supplemento ás Memorias militares, tomo* II, *Apontamentos das obrigações e praticas da guerra*, Lisboa, 1731; *Memorias e observações militares e politicas, tomo* III; *referem se todas as operações militares e politicas de Portugal, que moveram a concluir uma liga com as corôas de França e Castella ; successos da guerra em que entrou com seus alliados*, etc., Lisboa, 1740. Na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, 1.º volume, pag. 254, vem a descripção dos outros volumes que compunham esta obra, e que não chegaram a imprimir-se. Deixou varios manuscriptos cujos titulos se pódem vêr na referida *Bibliotheca*.

Castello Branco (*Antonio Feio Cabral*). Fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo e thesoureiro proprietario da Casa de Ceuta. Foi natural de Lisboa, e fal. em 12 de dezembro de 1740. Era filho de Luiz da Motta Feio e de D. Luiza Francisca de Cerqueira. Foi muito dado aos estudos de genealogia, e deixou manuscriptos 13 volumes cheios de curiosas particularidades sobre familias portuguezas, que D. Antonio Caetano de Sousa muito aproveitou.

Castello Branco (*Aristides Ribeiro Abranches*). Fidalgo da Casa Real por successão a seus maiores, juiz de direito, conselheiro, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, deputado, etc. N. a 26 de novembro de 1805, fal. em outubro de 1884. Era filho segundo do 1.º visconde de Midões, Roque Ribeiro d'Abranches Castello Branco. Frequentou com distincção a faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, formando-se no anno de 1820. Em 1828, com a perseguição aos liberaes, o visconde de Midões e seu filho fôram accusados de rebellião ; o visconde homisiou-se em Lisboa, e Aristides Castello Branco foi preso em 28 de agosto do referido anno, e conduzido para a Portagem, onde esteve doze mezes, sendo depois removido, juntamente com outros, para os calaboiços de Almeida. Na manhã de 18 de abril de 1834 os presos arrombaram as portas das prisões, alcançando assim a liberdade. Por iniciativa e activas diligencias de Castello Branco, formaram-se ali dois batalhões, um movel, e outro fixo, ficando elle pertencendo ao movel, e á sua prudencia se devem mais d'uma vez não haver desordens serias na praça d'Almeida. Aquelle batalhão foi mandado pelo duque da Terceira fazer a guarnição de Lamego, então ponto arriscado pelo levantamento de guerrilhas miguelistas, ficando uma d'ellas plenamente destroçada. Dias depois foi despachado juiz de direito de Vizeu, servindo de corregedor, recebendo ordem para logo se apresentar para acudir ao estado anarchico em que estava a comarca. Fôram valiosos os serviços que então prestou á causa publica, conseguindo restabelecer a ordem. Em 1835 foi transferido para Castro Daire, e em seguida para Gouveia, Vouzella, Tondella, Villa Real, Lamego e Porto. Castello Branco serviu 28 annos na 1.ª instancia, 20 na 2.ª e no Supremo Tribunal de Justiça. Tinha tambem a medalha da Liberdade n.º 7 por serviços militares. Foi deputado em repetidas legislaturas.

Castello Branco (*Fr. Bernardo*). Monge da ordem de S. Bernardo, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, procurador da sua ordem em Roma, chronista-mór do reino, etc. N. no logar de Guardão em 1655, fal. em Alcobaça a 7 de dezembro de 1725. Era filho de Antonio Gouveia de Lemos e de D. Maria de Castello Branco. Professou no convento de S. João de Tarouca a 11 de novembro de 1671. Depois de ter recebido o grau de doutor em Theologia, foi mandado pela sua religião a Roma, afim de servir de seu procurador geral, e tratar especialmente da beatificação das rainhas D. Sancha e D. Thereza, conseguindo o breve desejado, que tem a data de 23 de dezembro de 1705. Na côrte de Florença foi recebido com particulares demonstrações de affecto pelo grão-duque da Toscana, Cosme III. Regressando a Portugal teve a nomeação de chronista-mór do reino. Fr. Bernardo Castello Branco foi um dos primeiros cincoenta academicos da Academia Real de Historia, sendo encarregado, por esta academia, de escrever as chronicas de D. Pedro I e D. Fernando, o que não chegou a realisar. Em Roma publicou um volume de *Discursos sacros* nas duas linguas, portugueza e italiana, que prégara nas missões que se fizeram n'aquella côrte em 1702 por occasião dos frequentes terremotos, que então se

sentiram. Fr. Bernardo de Castello Branco foi por fim nomeado D. Abbade Geral da sua congregação, a que andava annexo o titulo do conselho d'el-rei, o cargo de esmoler-mór, o de capitão mór, e de donatario de 14 villas nos chamados coutos d'Alcobaça. Escreveu: *Discursos sacros*, Roma, 1706; *Sermão do auto da fé, que se celebrou na cidade de Coimbra em 6 de agosto de 1713*, Coimbra, 1714; *Sermão de acção de graças pela acclamação d'el-rei D. João IV, prégado no collegio de S. Bernardo de Coimbra*, etc.; Coimbra, 1714; *Resposta á invectiva que fez José da Cunha Brochado, sobre a pergunta que fizera, se nas Memorias Historicas que escrevia d'el-rei D. Pedro I por ordem da Academia, havia de chamar a este principe Cruel ou Justiçoso;* vem na *Collecção das Memorias e Documentos da Academia* do anno de 1722.

Castello Branco *(Camillo)*. Visconde de Correia Botelho. V. *este titulo*.

Castello Branco *(Eleutherio Francisco de)*. Conego da sé de Lisboa, fallecido a 20 de junho de de 1856. Foi redactor do *Diario do Governo* nos annos de 1847 e 1848.

Castello Branco *(D. Francisco de)*. Senhor de Villa Nova, camareiro-mór de D. João III, um dos fidalgos que este monarcha mais considerava. Era filho do 1.º conde de Villa Nova de Portimão, D. Martinho de Castello Branco, e de sua mulher, D. Maria de Noronha, filha de João Gonçalves da Camara, capitão da ilha da Madeira. Casou com D. Maria de Castro, filha de Diogo Lopes de Lima, alcaide-mór de Guimarães, e de D. Izabel de Castro, herdeira do senhorio de Castro Daire. Escreveu : *Carta a El-Rei D. João III*, em que lhe persuade a conquista de Fez, e que passe em pessoa a esta conquista ; *Carta ao Infante D. Luiz*, em resposta a outra escripta por este principe, de Barcelona, a 13 de março de 1538.

Castello Branco *(Francisco Correia do Amaral)*. Cirurgião militar que fez parte do exercito mandado a Hespanha no principio do seculo XVIII, em auxilio de Carlos III na guerra da Successão. N. em Alemquer a 6 de janeiro de 1683, ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Nicolau Correia Lopes de Azambuja e de D. Antonia d'Almeida Castello Branco. Estudou grammatica e philosophia, e depois a arte de cirurgia, em que se tornou muito afamado, exercendo-a não só em Portugal, mas em Castella quando para ali marchou com o nosso exercito em soccorro de Carlos III. As curas que teve a felicidade de alcançar, em Hespanha, causaram admiração aos cirurgiões estrangeiros que tambem ali se encontravam. Escreveu: *Apologia e discernida applicação do verdadeiro methodo com que se deve usar da agua ardente na cirurgia, sujeitos, partes e tempo em que se deve applicar*, etc., Lisboa, 1718; *Noticia de um caso raro e extraordinario, succedido n'este presente anno de 1733 em Villa Franca de Xira*, etc.; *Observação Apollinea cirurgica de um caso raro e extraordinario*, etc., Lisboa, 1738. Deixou tambem alguns manuscriptos.

Castello Branco *(D. João de)*. Commendador de Aljezur na ordem militar de S. Thiago, conselheiro de Estado d'el-rei D. Sebastião, e governador do Algarve. Era filho do 1.º conde de Villa Nova de Portimão, D. Martinho de Castello Branco, e de sua mulher, D. Maria de Noronha, filha de João Gonçalves da Camara. Casou com D. Catharina Barreto, filha de Pedro Mascarenhas, governador da India. Enviuvando, passou a segundas nupcias com D. Branca de Vilhena, filha de Nuno Rodrigues Barreto, alcaide-mór de Faro. Foi um dos homens mais instruidos que floresceram no reinado de D. Sebastião, tanto em politica como em historia. Falleceu de edade muito avançada; não se conhecem as datas do nascimento e fallecimento, mas parece que vivia ainda em 1598. Escreveu: *Pratica a El-Rei D. Sebastião em que lhe persuadio ser inconveniente dar um rebate falso de noite em Lisboa; Relação do fingido Rei intitulado D. Sebastião que appareceu em Veneza*. Estes trabalhos ficaram manuscriptos.

Castello Branco *(D. João de)*. Presidente do senado da camara de Lisboa, para que foi nomeado por D. João IV em 1644. N. em Lisboa, mas ignora-se as datas do seu nascimento e fallecimento. Era filho do 1.º conde de Sabugal, D. Duarte de Castello Branco, e de D. Catharina de Menezes, filha de D. Bernardo Coutinho. Casou com D. Cecilia de Menezes, filha de D. João Coutinho, 5.º conde do Redondo. Escreveu: *Arte de grammatica latina*, Lisboa, 1636; saiu 2.ª edição em 1643, com o titulo: *Arte de grammatica latina, ordenada em portuguez para maior commodidade d'este estudo, e de industria de D. João de Castello Branco, filho de D. Duarte de Castello Branco*, etc.; em 1652 publicou-se 3.ª edição; *Breve methodo curativo tocante á cirurgia, que o uso e experiencia certa descobriu*, etc., Lisboa, 1655; *Breve recopilação das muitas e singulares virtudes dos pós brancos solutivos da quinta essencia do ouro de Alexandre Quintilio*, Lisboa, 1656; 2.ª edição, 1658.

Castello Branco *(João Ferreira Franco Pinto)*. V. *Franco*.

Castello Branco *(Joaquim Trigueiros Martel, 1.º visconde de S. Thiago e 1.º conde de)*. Par do reino por carta regia de 28 de dezembro de 1871, de que prestou juramento e tomou posse na sessão da respectiva camara de 1 de fevereiro de 1872; do conselho dos fallecidos monarchas D. Pedro V e D. Luiz I, e seu ajudante de campo honorario; grã-cruz da ordem de S. Bento de Aviz, commendador da de N. S.ª da Conceição; official da antiga ordem da Torre e Espada; condecorado com a medalha das campanhas da Liberdade, algarismo n.º 9; com as medalhas de ouro de valor militar, bons serviços, comportamento exemplar; grã-cruz da ordem hespanhola de Carlos III, commendador de numero extraordinario da ordem, tambem de Hespanha, de Izabel a Catholica; deputado na legislatura de 1847 a 1851, general de divisão, abastado proprietario no concelho de Castello Branco. N. na Idanha-a-Nova a 22 de outubro de 1801, fal. em Castello Branco a 17 de agosto de 1873. Era filho de João José Martins Pereira do Rego Goulão, proprietario, e de sua mulher, D. Maria Antonia Trigueiros Martel Rebello Leite, filha de Jeronymo Trigueiros Martel Rebello Leite, capitão do terço auxiliar de Castello Branco, e de sua mulher, D. Maria Angelica Marques Goulão. Assentou praça em 29 de junho de 1816 no regimento de cavallaria n.º 11, sendo despachado alferes em 1818 e promovido a tenente em 1827, tomando parte nas campanhas que, n'este anno e em 1828,

se realisaram contra o partido absolutista. Abraçando depois o partido da Junta do Porto, emigrou pela Galliza para a Inglaterra, d'onde passou á ilha Terceira, regressando mais tarde a Portugal na expedição que veiu desembarcar nas praias do Mindello. Assistiu a todos os combates nas linhas do Porto, fez parte da expedição ao Algarve, esteve presente ás acções que se deram nas proximidades de Lisboa, entrou no combate de Pernes em 30 de janeiro de 1834, onde ganhou o habito da Torre e Espada, pelejou em Almoster, e nos campos d'Asseiceira a 16 de maio de 1834 alcançou a insignia de official da referida ordem, que n'essa epoca só era concedida a quem dava manifestas provas de intrepidez e bravura. Tendo sido elevado a capitão pouco depois da chegada ao Porto, e a major em 25 de julho de 1833, seguiu os marechaes, quando estes levantaram a bandeira cartista, e por isso foi separado do quadro do exercito, segundo o disposto na convenção de Chaves. Regressando depois ao serviço, subiu a tenente-coronel, commandando por muitos annos o regimento de cavallaria n.º 8, sendo em 1857 promovido a brigadeiro. Commandante da divisão de Castello Branco, Extremoz e Lisboa, seguiu os diversos postos até ser elevado a general de divisão em junho de 1866. Em 1869 foi nomeado ajudante de campo honorario de D. Luiz I. Por decreto de 20 de outubro de 1862 recebeu o titulo de visconde de S. Thiago, e pelo decreto de 24 de maio, e carta de 3 de junho de 1870 foi elevado a conde de Castello Branco. Sentindo se bastante doente, deixou temporariamente o commando da 1.ª divisão militar, em abril de 1872, e aggravando-se-lhe os soffrimentos, teve a sua reforma em agosto do mesmo anno, e retirou-se para Castello Branco, onde falleceu no anno seguinte. O conde de Castello Branco casou a 4 de julho de 1834 com D. Maria José Pestana Trigueiros Martel, filha de Antonio Joaquim Pestana, proprietario, sargento mór de ordenanças de Villa Velha de Rodam, e de sua mulher, D. Joanna Dorothéa de S. Paulo Goulão. O seu brazão consta de um escudo esquartelado, tendo no primeiro quartel as armas dos Regos, em campo verde uma banda de prata ondada de azul, e sobre ella tres vieiras de ouro; no segundo quartel as armas dos Trigueiros, escudo esquartelado, o primeiro de verde e cinco espigas de ouro em aspa; o segundo de vermelho e uma faxa de prata, e assim os contrarios; no terceiro quartel as armas dos Martel, em campo de prata uma banda vermelha com um chefe dentado de prata e vermelho, carregado de quatro muletas de ouro de oito pontas; no quarto as armas dos Pereiras, em campo vermelho uma cruz de prata florida e vasia do campo.

Castello Branco *(José de Azevedo)*. Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra, antigo deputado, par do reino, governador civil da Madeira e de Lisboa, ministro plenipotenciario junto ao celeste imperio da China, etc. N. na freg. de S. Martinho do concelho de Villa Real, a 5 de outubro de 1852. E' filho de Francisco José de Azevedo e de D. Carolina Botelho Castello Branco, e sobrinho do fallecido romancista Camillo Castello Branco, irmão de sua mãe. Matriculando-se na Universidade seguiu o curso de Medicina, em que se formou no anno de 1878, tendo sido sempre um estudante distincto e geralmente considerado como um dos mais talentosos do seu tempo. Nos comicios que se realisavam então no theatro Academico, já a sua palavra vibrante arrancava enthusiasmos á multidão dos estudantes, creando fama d'um caracter firme e intransigente. Concluido o curso, foi despachado em 1879 cirurgião ajudante de caçadores n.º 10 em Angra do Heroismo, logar que tambem exerceu em caçadores n.º 11. No fim do anno de 1886 foi promovido a cirurgião-mór. Entrando na politica, filiou-se no partido regenerador, sendo pela primeira vez deputado em 29 de junho de 1884, eleito pelo circulo de Valle Passos; entrou depois em outra legislatura, como deputado da opposição, eleito pelo circulo plurinominal da Guarda a 7 de março de 1887, e pelo de Armamar em 20 de outubro de 1889. Por circumstancias particulares deixou o serviço militar, conservando sempre as honras do seu posto. Em questões administrativas dedicou-se com especialidade ás colonias, que tratou com verdadeiro conhecimento do assumpto, sendo muito apreciavel o discurso que pronunciou nas camaras a proposito do tratado de limites da provincia de Angola. Chamado ao serviço das funcções administrativas, foi nomeado em 1890 governador civil da ilha da Madeira, cargo que exerceu n'um periodo de grande agitação eleitoral. Mais tarde, em 1903, foi governador civil de Lisboa, e n'esse mesmo anno tambem teve a nomeação de ministro plenipotenciario na China, logar que ha muito tempo não era commettido a pessoa alguma, e que ainda conserva actualmente. O sr. José de Azevedo Castello Branco foi director geral da instrucção publica, e emquanto esteve no Oriente recebeu tambem a nomeação de bibliothecario-mór do reino

José de Azevedo Castello Branco

Castello Branco *(José da Fonseca Abreu)*. Bacharel em Theologia, conego, etc. Nas exequias que se celebraram em 1861 na egreja de Santo Antonio da Sé, com a maior solemnidade, pelo ministro italiano conde de Cavour, foi elle o escolhido para recitar a oração funebre, que se imprimiu no mesmo anno.

Castello Branco *(José Francisco Braamcamp de Almeida)*. Commendador da ordem de Christo, par do reino em 1834, fiscal das obras publicas, etc. N. a 9 de julho de 1768, fal. a 13 de março de 1839. Escreveu: *Exposição das reformas e melhoramentos que adquiriu em Portugal, Algarve e ilhas adjacentes, a lavoura de generos cereaes desde 26 de Maio de 1820 até 11 de Fevereiro de 1824*, Paris, 1824; *Monita secreta, ou instrucções secretas dos Jesuitas, trasladada em vulgar da traducção franceza, com o texto latino ao lado, seguida de peças justificativas, por* xxx, Lisboa, 1834. Ha d'este opusculo mais duas traducções em portuguez, que tambem saíram anonymas.

Castello Branco *(José Valerio Talaia Collaço de).* Academico da Real Academia dos Obsequiosos, estabelecida em Sacavem. Escreveu: *Ecloga pastoril de Altéa e Nellio, na qual se mostra a exemplar constancia das senhoras mulheres; offerecida á marqueza d'Angeja D. Francisca Rita de Menezes*, Lisboa, 1780.

Castello Branco *(Leonardo da Senhora das Dores).* Escriptor, natural do Brazil. N. em 1788 na provincia do Piauhy, e viveu em Lisboa no anno de 1836 e seguinte, regressando depois ao Brazil. No prologo d'uma das suas obras, confessa que nunca estudou em aulas, que não conhecia nenhuma lingua estrangeira, mas que sabia theoricamente mechanica e astronomia. Escreveu: *Poema philosophico: O impio confundido, ou refutação a Pigault Lebrun, dividido em tres cantos*, Lisboa 1837; *O Santissimo Milagre, canção, que contém abbreviadamente a historia completa do Santo Milagre de Santarem,* etc., Lisboa, 1839; *O Santissimo Milagre; poema dividido em 7 cantos*, etc., 1839; *Astronomia e mechanica Leonardina, ou arcanos da natureza manifestados*, etc.; Lisboa. Parece que publicou ainda mais alguns escriptos no Rio de Janeiro.

Castello Branco *(Luiz Gaspar de).* Apenas se conhece o nome d'este escriptor, por ter publicado em 1754 o *Elogio funebre de Luiz Manuel de Pina Coutinho, cavalleiro professo da ordem de Christo*, etc., *ministro do Desembargo do Paço, e Procurador da Corôa.*

Castello Branco *(Luiz Xavier de Barros).* Proprietario em Portalegre, onde reside actualmente, antigo deputado, etc. Nasceu em 1818. Tem atravessado diversos periodos notaveis da nossa politica, mostrando-se em todos elles partidario e alliado d'um regimen de liberdade sem excessos, d'uma democracia sem baixezas. Contava apenas 14 annos, e já estava refugiado com sua familia em Marvão, como filho de liberaes, n'essa epoca calamitosa das luctas civis entre liberaes e miguelistas. Aos 28 annos, em 1846, tomou parte na guerra chamada da *Maria da Fonte*, combatendo a politica dos Cabraes. Em 1868 a 1870 trabalhou pela autonomia do districto e pela defeza do concelho de Arronches. Em todo este decurso d'annos, desde o advento do regimen liberal, Portalegre tivera camaras, juntas geraes do districto que se tornaram notaveis, concorrendo muito para isso Barros Castello Branco, que se encontrava n'uma ou n'outra, na qualidade de vogal ou na de presidente. Pertencendo ao partido progressista tem sido deputado em differentes legislaturas, e hoje vive retirado, entregue ás suas propriedades, que cultiva por conta propria.

Castello Branco *(Manuel de Almeida).* Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra. N. em Vizeu. Fal. a 7 de outubro de 1652. Era filho de Sebastião de Alvellos e de Maria de Almeida. Depois de se doutorar, foi admittido a collegial do collegio de S. Pedro a 3 de março de 1636, d'onde passou a ser lente da cadeira de Sexto a 7 de outubro de 1641 e da de Decreto a 8 de maio de 1648. Foi deputado da inquisição de Coimbra, de que tomou posse a 12 de janeiro de 1641, e conego doutoral das cathedraes de Vizeu e de Braga. Escreveu uma serie de postillas para as lições das suas cadeiras.

Castello Branco *(Manuel Antonio de).* Presbytero secular. N. em 1720 no logar do Souto, da villa de Sabugosa. Era filho de Manuel Nunes Castello Branco e de Maria Lopes. Escreveu: *Sermão do enterro de Christo Senhor nosso*, Lisboa, 1750. *Carta apologetica a um seu compadre e amigo assistente em Lisboa, sobre o merecimento da obra intitulada «Verdadeiro methodo dos estudos,»* Lisboa, 1754. Em manuscripto deixou: *Lyra tragica de Melpomene.*

Castello Branco *(Tito Vespasiano).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Antigo advogado em Lisboa. Em 1886, por decreto de 18 de novembro, foi nomeado agente privativo do ministerio publico do Tribunal Administrativo; sendo transferido em 1889 para a 5.ª vara da comarca de Lisboa. Foi depois para Villa Franca de Xira, nomeado por decreto de 24 de setembro de 1898, sendo novamente transferido para Lisboa por decreto de 15 de dezembro do referido anno, tomando posse do logar em 19 de janeiro de 1899.

Castello Branco *(Districto administrativo de).* E' um dos 17 districtos do reino. Tem por limite ao N. o districto da Guarda; a E. os de Coimbra, Leiria e Santarem; ao S. o de Portalegre e a O. a provincia hespanhola de Caceres. A população em todo o districto, pelo censo de 1 de dezembro de 1900, conta 216:629 hab. O districto tem a superficie de 388:310 hec. e em geral, é montanhoso, cortado principalmente a N O e N E pelas serranias que continuam a cordilheira de Guadarrama e a serra de Gata, em Hespanha. Ao NE entra n'elle a serrania de Malcata, que se prolonga para SO, formando a serra da Gardunha, a qual corre para o S com a denominação de Cabeço da Rainha. Esta mesma serra liga-se com as da Amendoa e Melriça, orientadas na direcção de EO, e prolonga-se para SE até ao Tejo. As serras que compõem o massiço de NE prolongam-se desde Alpedrinha ao Meimão; nas de SO a mais elevada é a da Gardunha, devendo tambem mencionar-se as de Madeirã, do Cabeço da Rainha e do Estreito. A E levanta-se a serra de Penha Garcia, que é tambem um prolongamento das cordilheiras já mencionadas. Ao S o districto é banhado pelo rio Tejo, que o separa do de Portalegre, e pelos affluentes d'elle; o Erjes, que em parte serve de fronteira entre Portugal e Hespanha, o Aravil, o Ponsul, o Ocreza e o Zezere, que em parte do seu curso separa o districto de Castello Branco dos de Coimbra, Leiria e Santarem. Os valles formados pelos rios e ribeiras de Aravil, Ponsul e Ocreza, correm quasi parallelos. O valle do Tejo, na parte comprehendida n'este districto, é geralmente estreito e profundo. Um dos tratos de terreno que merece referencia pela sua producção, é o da parte do valle do Zezere que corre entre Belmonte e Orondo, conhecido por Cova da Beira; a producção é ali abundante, e a região offerece um bello ponto de vista. Tambem são valiosos pela sua cultura alguns outros tratos de terreno, como a Certã, que é um dos mais arborisados da Beira Baixa, e onde a vinha, os olivedos e os pomares se encontram em larga escala. Nos terrenos da Sobreira Formosa, Sarzedas e Villa Velha, egualmente cultivados, ha terras incultas que correspondem ás alturas que vão ligar-se á serra da Gardunha. Um trato de terreno inculto não menos importante, é o

que se estende na área delimitada por Penamacôr, Fundão, Bemquerença e Valle de Espinho. O terreno cultivado representa aproximadamente a terça parte da superficie do districto. As producções principaes são : trigo, centeio, milho, legumes, batatas, azeite, castanha, linho, fructa e vinho. A'cerca d'este ultimo, o Fundão e Penamacôr são centros productores muito estimados, seguindo-se-lhes os da Covilhã e Castello Branco. As vinhas dos concelhos da Certã e de Idanha-a-Nova são de qualidade relativamente inferior. A producção do azeite em alguns dos concelhos é importante. Na qualidade figura em primeiro logar o de Castello Branco. A producção da cêra e do mel tambem tem certa valia, com especialidade nos concelhos de Castello Branco, Covilhã, Idanha-a-Nova, Proença-a-Nova e S. Vicente da Beira. A riqueza mineral do districto é pequena, e não tem sido explorada. As minas manifestadas são de chumbo e cobre, havendo apenas uma de oiro no sitio do Rosmaninhal. Tambem ha nascentes, sendo as mais notaveis as sulfurosas de Unhaes da Serra, Monfortinho e Aguas. O gado suino constitue o ramo predominante da industria pecuaria, e é empregado no consumo, no serviço domestico e rural, na producção de lã e da courama e em alguns lacticinios. As causas da pequena prosperidade d'esta industria são attribuidas á constituição geologica do solo, á pouca generalisação dos conhecimentos zootechnicos, á falta de capitaes e á pouca divisão da propriedade rustica. A industria fabril é de assignalada importancia. Desde 1764, data em que se estabeleceram as fabricas de lanificios da Covilhã, até hoje, os progressos realisados déram ao districto os fóros d'um vasto centro de actividade. O districto de Castello Branco divide-se em 11 concelhos : Belmonte, Castello Branco, Certã, Covilhã, Fundão, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacôr, Proença-a-Velha, Villa de Rei e Villa Velha de Rodam. A villa de S. Vicente da Beira foi concelho pertencente a este districto até 1895, anno em que foi abolido, ficando então incluido no concelho de Castello Branco. Na divisão judicial comprehende as comarcas de Castello Branco, Certã, Covilhã, Fundão, Idanha-a-Nova, e os julgados de Alcains, Monforte, S. Vicente da Beira, Sarzedas e Villa Velha de Rodam, na comarca de Castello Branco; os da Certã, Oleiros, Pedrogão Pequeno, Proença-a-Nova, Sernache do Bomjardim e Villa de Rei, na da Certã ; os de Belmonte, Santa Maria e S. Pedro da Covilhã e Paul, na da Covilhã; os de Alpedrinha, Capinha, Fundão e Silvares, na do Fundão; e os de Idanha-a-Nova, Monsanto, Penamacôr e Zebreira, na de Idanha-a-Nova. O concelho consta de 22 freguezias, com 6:688 fog. e 37:871 hab., sendo 18:451 do sexo masculino e 19:420 do fem., n'uma superficie de 115:070 hect. As freguezias são as seguintes: N. S.ª da Conceição, de Alcains, 2:337 hab.: 1:051 do sexo masc. e 1:286 do fem ; S. Sebastião, de Almaceda, 1:808 hab.: 901 do sexo masc. e 907 do fem.; N. S.ª das Preces, de Bemquerença, 1:224 hab.: 542 do sexo masc. e 682 do fem.; S. Antonio, de Cafede, 299 hab.: 142 do sexo masc. e 157 do fem.; S. Miguel, de Castello Branco, 7:292 hab.: 3:527 do sexo masc. e 3:765 do fem.; N. S.ª dos Prazeres, Cebolaes de Cima, 771 hab.: 373 do sexo masc. e 398 do fem.; S. Silvestre, de Escallos de Baixo, 1:163 hab.: 572 do sexo masc. e 591 do fem.; S. Pedro, de Escallos de Cima, 868 hab.: 397 do sexo masc. e 471 do fem. ; S. Bartholomeu, do Freixial do Campo, 456 hab.: 209 do sexo masculino e 247 do feminino; S. Martinho, de Lardosa, 1:448 hab.: 693 do sexo masc. e 755 do fem.; S. Bento, de Louriçal do Campo, 1:654 hab : 986 do sexo masc. e 668 do fem.; N. S.ª dos Altos Céos, 1:007 hab.: 476 do sexo masc e 531 do fem.; S. Domingos, de Malpica, 2:263 hab.: 1:193 do sexo masc. e 1:070 do fem.; Santa Margarida, de Matta, 576 hab.: 272 do sexo masc. e 304 do sexo fem.; N. S.ª d'Ajuda, de Monforte, 1:487 hab.: 698 do sexo masc. e 789 do fem ; S. Lourenço, de Povoa de Rio de Moinhos, 940 hab.: 450 do sexo masc. e 490 do fem ; N. S.ª de Belem, de Retaxo, 691 hab : 326 do sexo masc. e 365 do fem.; S. Pedro, de Salgueiro, 1:646 hab.: 783 do sexo masc. e 863 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de S. Vicente da Beira, 2:758 hab.: 1:324 do sexo masc. e 1:434 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, 5:183 hab.: 2:557 do sexo masc. e 2:626 do fem.; S. Sebastião, de Sobral do Campo, 786 hab.: 380 do sexo masc. e 406 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Tinalhas, 1:214 hab.: 599 do sexo masc. e 615 do feminino.

Castello Branco. Cidade da prov. da Beira Baixa, capital de distr. séde de conc. e de com., bisp. de Portalegre, relação de Lisboa. Tinha duas freguezias, a de S. Miguel e a de Santa Maria do Castello, assim chamada por estar a egreja dentro da fortaleza. Esta freg. foi annexada á de S. Miguel por carta de lei de 20 de julho de 1849, existindo hoje sómente a de S. Miguel, que se diz da Sé, por ter tido honras de cathedral do bispado de Castello Branco. O orago, porém, é considerado N. S.ª d'Assumpção. Foi el-rei D. José, que, tendo elevado Castello Branco á categoria de cidade em 15 de agosto de 1771, conseguiu tambem que fôsse séde d'um novo bispado que se formou, desmembrando se do da Guarda o territorio para esta diocese, por um breve apostolico do papa Clemente XIV, datado de 17 de junho do referido anno, sendo o 1.º bispo D. Fr. José de Jesus Maria Caetano, mestre dos filhos do marquez de Pombal. Este bispado ficou supprimido, assim como outros, por sentença do cardeal bispo do Porto, em 4 de setembro de 1882, sendo concedida a approvação para a execução da sentença por carta regia de 14 do referido mez e anno. A'cerca da fundação de Castello Branco ha diversas opiniões, mas a mais seguida, segundo diz J. A. Porfirio da Silva, no seu livro *Memorial de Castello Branco*, é a do licenceado Gaspar Alvares de Lousada, que, fundado em inscripções do tempo dos romanos, affirma ser Castello Branco a celebre Castra Leuca em que nasceu e soffreu martyrio Santa Wilgeforte. Na *Monographia de Castello Branco*, de Antonio

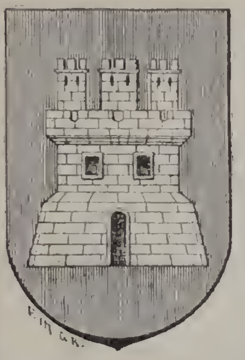

Brazão d'armas da cidade de Castello Branco

Roxo, pag. 7 e seguintes, trata-se largamente d'este assumpto. Pinho Leal diz no *Portugal antigo e moderno*, vol. II, pag. 177: «Seja como fôr, o que é certo é que no tempo de D. Sancho I haviam, exactamente no sitio onde hoje está Castello Branco, as ruinas d'uma grande povoação, com certeza romana, que os antiquarios diziam ser a velha *Castraleuca*, e a que o povo chamava *Cardóza*, pelos muitos cardos e silvas que vegetavam por entre as ruinas.» O vasto territorio, que circumdava a *Cardóza*, constituia uma magnifica propriedade pertencente a Fernando Sanches, que em 1209 doou aos templarios metade d'ella, *com toda a sua povoação, fóros e direitos, e metade das egrejas que no seu termo elle tinha edificado e viesse para o futuro a edificar.* D. Sancho I reedificou muitas povoações que jaziam arrazadas por causa das continuas guerras, e fundou outras de novo. Com o intuito de augmentar a população, convidava, dando-lhes grandes vantagens, os soldados das cruzadas, que arribavam aos portos de Portugal, a estabelecerem-se aqui; fazendo doações importantissimas em terrenos ás ordens militares, a que impunha as obrigações não só da defeza d'esses terrenos, mas da sua povoação. Em 1214 era da Corôa a metade da propriedade da Cardóza, que Fernando Sanches reservara para si, porque, em 1 de novembro d'esse anno, D. Affonso II fez d'ella doação aos templarios. Dava-se-lhe então o nome de Villa Franca da Cardoza. Os templarios reedificaram o antigo castello com grande solidez, ficando muito ampliado, e deram principio á reconstrucção da povoação; persuadidos que estas ruinas eram as de *Castraleuca*, deram-lhe logo o nome de Castello Branco, isto é, o antigo nome traduzido em portuguez. O papa confirmou a doação em 1215. Desde que os templarios fôram senhores unicos de Castello Branco, que esta povoação foi autonoma e capital d'uma preceptoria. N'ella se celebraram varios capitu'os da ordem do Templo, o que significa a nobreza que a distinguia. Considerada como praça de guerra inexpugnavel, sustentou sempre briosamente a honra da bandeira nacional. A fortaleza tinha quatro portas, e na sua torre de menagem, em fórma de polygono heptagono, estavam as armas de Portugal d'um lado, e do outro as da ordem de Christo. Quando el-rei D. Diniz instituiu esta mesma ordem com os bens da do Templo, que fôra dissolvida em 1312, passou Castello Branco a ser commenda d'aquella ordem, com residencia d'um commendador, que tinha sob as suas immediatas ordens os commendadores d'outras localidades. O mesmo soberano mandou em 1319 cercar a villa de fortes muralhas com dez portas, todas em fórma de arco. Estas portas fôram demolidas em 1835. O 1.º foral que teve Castello Branco é datado de outubro de 1251, da era de Cesar, correspondente a 1213 da de Christo; D. Manuel deu-lhe foral novo, de Santarem, em 1 de junho de 1510. Em 1704, as tropas castelhanas de Filippe V tomaram e saquearam Castello Branco; mas pouco tempo estiveram senhores da praça, pois que as tropas portuguezas não só a resgataram, expulsando os hespanhoes, mas os levaram nas pontas das baionetas pela Hespanha dentro. Na expulsão dos inimigos distinguiram-se alguns habitantes da praça, pela sua dedicação e coragem. A egreja de Santa Maria do Castello vê-se no cume da collina onde está edificada a cidade, mas a sua architectura nada offerece de notavel. Foi quasi completamente destruida pelos castelhanos em 1640, sendo reparada com esmolas e umas concessões de D. João IV, que em 19 de junho de 1641 mandou dar para este fim dos sobejos da camara, e *depois de pagar as despezas ordinarias e gastos dos soldados*, 200$000 réis annuaes pelo espaço de cinco annos. Em 1704 foi tambem incendiada pelos castelhanos. Por occasião da primeira invasão dos francezes, em 1807, tornou a ser incendiada pelos soldados de Junot. A egreja foi reedificada, e está ali a capella instituida por Gaspar Mosinho Magro, em seu testamento feito a 29 de agosto de 1681, cuja administração era confiada á confraria da Senhora do Rosario erecta em Santa Maria. Esta capella tem por fim dotar raparigas orphãs. A egreja de S. Miguel da

Uma vista da cidade de Castello Branco

Sé, hoje freguezia, tem de notavel a capella do Santissimo Sacramento, feita de ricos marmores, e a sacristia que é muito vasta e elegante. São obras de D. Vicente, 2.º bispo de Castello Branco. No

Castello — Torre de menagem

fecho do arco cruzeiro da egreja estão as armas dos Mellos, por ser D. Martim de Mello, bispo da Guarda, quem mais concorreu no seculo XVII para se reedificar este templo. O vigario de S. Miguel era freire da ordem de Christo. A egreja tinha collegiada composta de quatro beneficiados, instituida por D. Manuel. D. João III creou mais um logar de beneficiado por alvará de 18 de agosto de 1523. Os beneficiados eram apresentados por el-rei como grão mestre da ordem de Christo, e collados pelo bispo da Guarda até á instituição do bispado de Castello Branco, passando então para o padroado real a apresentação até 1834, anno em que a collegiada foi dissolvida. A Misericordia é antiquissima, e não se póde averiguar a data da instituição nem a do hospital, mas sabe-se que em 1514 já existiam, sendo o hospital mantido com os sobejos dos rendimentos dos bens das confrarias de S. João, S. André e S. Thiago, depois de feitas as despezas dos respectivos encargos do culto religioso. Em 1835 passou a Misericordia e hospital para o convento de N. S.ª da Graça, depois da extincção das ordens religiosas. O convento era possuidor de mais de 30:000$000 réis em propriedades, que em 1834 fôram declaradas bens nacionaes e depois vendidas, excepto o edificio e a egreja, que, por portaria do ministerio da fazenda de 9 de julho de 1835, foi concedido para n'elle se estabelecer o hospital da Misericordia, que até então existira no edificio de Santa Izabel, que por esse motivo é ainda hoje conhecido pela *Misericordia velha*. O convento de Santo Antonio dos Capuchos foi construido pelo alcaide-mór de Castello Branco, D. Fernando de Menezes em 1562. Em 24 de novembro de 1779 a rainha D. Maria I concedeu-lhe uma escola primaria, regida por um frade, ordenando que fôsse mantida pela camara municipal, recebendo annualmente dos rendimentos do concelho a quantia de 40$000 réis. Em 1807 os frades fecharam a escola, e por este motivo foi nomeado um mestre regio em 9 de novembro. Extinctas as ordens religiosas passou o edificio aos bens nacionaes. Em 21 de março do anno de 1836 foi applicada uma parte para a construcção d'um theatro; em 12 de novembro do mesmo anno, uma portaria do ministerio do Reino mandou pôr á disposição do da Guerra a cerca para servir de horta ao regimento de cavallaria n.º 3 que permanecia n'esta cidade. No edificio estava n'este tempo aquartelado o 2.º batalhão de infantaria n.º 12. Por decreto de 25 de maio de 1845 foi a parte

Paços do Concelho

sul do edificio cedida a uma sociedade denominada *União*, para n'ella organisar um theatro. Na parte central está actualmente o hospital militar. Onde foi o recolhimento de Santa Maria Magdalena, edificado em 1753 para mulheres convertidas, está hoje installado o Asylo da Infancia Desvalida, n'uma parte do edificio, sendo os estatutos approvados por decreto de 30 de outubro de 1871. No edificio de Santa Izabel, onde estava a Misericordia antes da sua mudança para o antigo convento da Graça, foi installado na parte norte o lyceu nacional creado por decreto de 17 de novembro do anno de 1836, e a escola normal de ensino mutuo, creada por decreto de 15 de novembro do anno de 1834. Estes estabelecimentos existiram ali até passado o anno de 1850, mandando-se então demolir o edificio por ameaçar ruina N'aquelle local vê-se hoje uma praça. No mesmo edificio, da parte sul, esteve em 1834 aquartelada uma companhia da guarda nacional; depois houve ali uma escola do sexo feminino, creada por decreto de 10 de março de 1840, e por ultimo estabeleceu-se o tribunal judicial. Em Castello Branco

S. Miguel da Sé

ha a ermida da Senhora da Piedade, e a da Senhora de Mercoles, que é de muita devoção, onde costumam concorrer muitas romarias, principalmente nas sextas feiras do mez de março. A grande romaria, porém, que é a festa popular, realisa-se no domingo do Bom Pastor, e dura tres dias. No parque do antigo castello levanta-se hoje um edificio que serve para escolas de ensino elementar e complementar. Os paços do concelho estão situados na parte mais central da cidade. Ignora-se a epoca em que fôram construidos

Passeio Publico e Quartel de Cavallaria N.º 8

o edificio e a cadeia que lhe fica annexa. O palacio episcopal, ao norte da cidade, é sumptuoso e tem diversas propriedades annexas. Foi principiado em 15[illegible]6 por D. Nuno de Noronha, bispo da Guarda, e terminado em 1598. A D. Affonso Furtado de Mendonça se deve a quinta e o bosque. Estas duas dependencias fôram mandadas aformosear pelo bispo de Castello Branco, D. Vicente, que foi quem fez construir o magnifico perystillo, salão e casas correspondentes para o sul, e tambem mandou fazer os estuques de todo o palacio, a capella, fazendo uniformisar todas as portadas interiores D. João de Mendonça, bispo da Guarda, mandou organisar o jardim. N'este palacio vinham residir os bispos da Guarda durante o inverno, e quando se creou a diocese de Castello Branco, ficou sendo residencia dos seus bispos. Hoje está tudo na maior decadencia. Desde o anno de 1835 ali estão installadas diversas repartições publicas, o governo civil, repartição de fazenda do districto e do concelho, secretaria da camara ecclesiastica, administração do concelho, etc. Castello Branco tinha representação nas antigas côrtes, e seus procura-

dores sentavam-se no banco n.º 7. As suas armas são um escudo coroado, tendo um castello de ouro com tres torres sobre campo azul, ou como querem outros, o mesmo castello de prata tambem sobre fundo azul. A cidade está hoje dividida em duas partes: alta e baixa. A primeira cortada de ruas estreitas como as de todas as povoações antigas, e tendo a segunda ruas amplas e espaçosas praças, como a da *Devesa*, que serve de passeio publico. D. João II tinha-lhe conferido o titulo de *villa notavel*. Em Castello Branco ha bibliotheca publica, advogados, medicos, pharmacias, estação do caminho de ferro na linha da Beira Baixa; agencias bancarias do *Banco de Portugal*, *Commercial de Lisboa* e *Credito Predial*; de seguros *Confiança portuense*, *Fidelidade*, *Probidade* e *Urbana portugueza;* associações de classe: *Cooperativa de consumo União Operaria Albicastrense;* consul hespanhol; est. post. e teleg. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas permutando malas com a R. A. L.; fabricas de cortiça e de moagem; hoteis, notarios, monte-pio dos artistas; Assembléa, theatro, feiras no dia 1 de janeiro, franca em 30 de agosto, a 4 de outubro; mercado todas as segundas feiras. Pertence á 2.ª div. mil., 4.ª brigada, grande circumscripção mil. do Centro, e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, de que é sede, bem como da 3.ª brigada de cavallaria e dos 1.º, 2.º e 3.º esquadrões do regimento n.º 8 do Principe Real. O principal commercio do conc. é vinho, azeite, cortiça, lã, gados suino e caprino, azeitonas e queijo. Em Castello Branco teem-se publicado os jornaes seguintes: *Albicastrense* (O) (1.º) 1846 (2), *Albicastrense* (O) 2.º 10 de junho de 1899; *Boletim do Exercito Restaurador*, 1 de agosto a 15 de setembro de 1837; *Cabula* (O) 2 de junho de 1895; *Correio da Beira*, 20 de abril de 1884 a 30 de abril de 1893; *Cri-Cri (O)* 15 de julho de 1883; *Defeza da Beira (A)* 1 de outubro de 1893 a 28 de janeiro de 1900 (?); *Districto de Castello Branco*, 31 de janeiro de 1889, em publicação; *Estrella d'Alva*, 1 de janeiro de 1898; *Noticias da Beira*, 16 de outubro de 1904; *Retratos da Beira*, 1900; *Sentinella da Liberdade*, 1846.

Mercado

Castello Branco. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança; 1:013 hab. e 181 fog. Tem esc. para ambos os sexos e est. post., permutando malas com Mogadouro. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Sabor, na estrada de Mogadouro a Torre do Moncorvo. Esta freguezia foi cabeça d'uma commenda dos templarios até 1311, passando em 1319 a ser egualmente cabeça d'uma commenda da ordem de Christo. O real padroado apresentava o abbade, que tinha de rendimento 400$000 réis. A terra é muito fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. na ilha do Faial; freg. de Santa Catharina, conc., com. e distr. da Horta, bisp. de Angra do Heroismo, 1:922 hab. e 564 fog. Tem esc. para ambos os sexos e est. post. permutando malas com Faial (Sul). || Ponta ou cabo da costa S da ilha do Faial, a 10 k. da ponte da Guia. || Pequeno monte situado no centro da ilha do Porto Santo, do archipelago da Madeira. E' alto, oblongo, escarpado, e tem no cimo um planalto, onde se vêem ruinas de fortificações.

Castello Cernado. Povoação na freguezia de Nossa Senhora da Graça, de Commenda, concelho de Gavião, districto de Portalegre.

Castello de Espinho. Notavel pico da prov. do Minho, freg. de S. Pedro Fins, conc. da Maia, distr. do Porto. Este pico ou morro é muito alto e pedregoso, talhado em partes, quasi a prumo. Cria algum matto, e n'elle pastam alguns gados. No seu cimo ha vestigios d'uma antiquissima atalaia. Tem bons pontos de vista.

Castello d'Ervilhaes. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Castello de Fundões. Pov. na freg. de S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc. de Sinfães, districto de Vizeu.

Castello de Ladrões *(Monte do)*. Na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Collos, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Castello de Lindoso. Pov. na freg. de S. Mamede, de Lindoso, conc. de Ponte da Barca, districto de Vianna do Castello.

Castello da Louzã *(José Antonio de Carvalho, visconde de)*. Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, abastado proprietario. Foi-lhe concedido o titulo por de-

creto de 22 de março, e carta de 13 de abril de 1881.

Castello Melhor *(Affonso Vasconcellos e Sousa Camara Caminha Faro e Veiga, 10.º conde da Calheta, e 3.º marquez de).* Reposteiro-mór vitalicio da Casa Real (official-mór); alcaide-mór e capitão-mór da ilha de Santa Maria, e da cidade do Funchal e Porto Santo; alcaide-mór de Penamacôr, Valelhas, Almendra, Castello Melhor e Salvaterra do Extremo; senhor das villas de Valelhas, Almendra, Salvaterra do Extremo, Castello Melhor, Gonçalo e Famalicão; commendador das commendas de N. S.ª da Conceição da villa da Redinha, de Santa Maria de Salvaterra do Extremo, de S. Martinho de Pombal, de S. Miguel da Facha, todas na ordem de Christo; senhor dos vinculos e propriedades acima referidos, e outras mais privativas de seus ascendentes; par do reino, por carta régia de 31 de outubro de 1826, não chegando a tomar posse na respectiva camara; grã-cruz da ordem de Carlos III, de Hespanha, e da de Leopoldo d'Austria; mordomo-mór da archiduqueza d'Austria, D. Maria Leopoldina Josepha Carolina, primeira mulher de D. Pedro IV etc. N. a 23 de junho de 1783, fal. a 27 de agosto de 1827. Era filho do 2.º marquez de Castello Melhor, Antonio José de Vasconcellos e Sousa, e de sua mulher D. Marianna d'Assis Mascarenhas. Succedeu na casa de seu pae a 6 de junho de 1806, e recebeu a mercê do titulo de marquez de juro e herdade a 17 de fevereiro de 1802. O de conde da Calheta foi-lhe concedido a 24 de maio de 1793, declarando-se na carta d'esta data: *titulo a que tem direito como filho primogenito do marquez de Castello Melhor.* A mercê de *juro e herdade* n'este titulo foi feita *pelos serviços de seus maiores*, como se declara no decreto de 27 de abril de 1807. O marquez de Castello Melhor serviu na guerra peninsular, foi embaixador extraordinario na côrte hespanhola em 1814 para felicitar em nome de D. João VI o rei Fernando VII pelo seu regresso a Madrid, e encarregado de acompanhar a archiduqueza d'Austria, D. Maria Leopoldina, na sua viagem desde Leorne até á côrte do Rio de Janeiro, onde chegou em maio de 1817. Casou a 29 de maio de 1811 com D. Francisca Xavier Telles da Gama, filha dos 7.ºˢ marquezes de Niza. O brazão dos marquezes de Castello Melhor é o mesmo dos condes da Calheta. V. *Calheta.*

Castello Melhor *(Antonio José de Vasconcellos e Sousa Camara Caminha Faro e Veiga, 9.º conde da Calheta e 2.º marquez de).* Conselheiro de Estado, reposteiro-mór vitalicio da Casa Real, e mordomo-mór de D. Carlota Joaquina: presidente do senado da camara de Lisboa; grã-cruz da ordem de Christo; alcaide-mór e capitão-mór da cidade do Funchal e da ilha de Santa Maria, alcaide-mór de Penamacôr, etc., commendador das commendas na ordem de Christo e senhor dos vinculos já mencionados, etc. N. a 15 de fevereiro de 1738, fal. a 6 de junho de 1801. Era filho do 1.º marquez de Castello Melhor, José de Caminha Vasconcellos e Sousa Tavora Faro e Veiga, e de sua mulher D. Maria Rosa Quiteria de Noronha. Teve o titulo de conde da Calheta em 24 de maio de 1793, e succedeu no de marquez de Castello Melhor de juro e herdade por decreto de 14 de abril de 1795, sendo-lhe concedido em duas vidas. Casou com D. Marianna d'Assis Mascarenhas, filha do 3.º conde d'Obidos, D. Manuel d'Assis Mascarenhas, e da condessa D. Helena Maria Josepha de Menezes, sua segunda mulher, filha dos 4.ºˢ marquezes de Alegrete. D'este matrimonio houve os seguintes filhos: Affonso de Vasconcellos, que lhe succedeu no titulo; D. Rita de Vasconcellos, que casou com o 4.º marquez de Lavradio e 5.º conde de Avintes, D. Luiz d'Almeida Portugal; D. Helena do Santissimo Sacramento, casada com o 4.º marquez d'Abrantes e 8.º conde de V. N. de Portimão, D. José Maria da Piedade e Lencastre; D. Maria do Santissimo Sacramento, casada com o 7.º conde da Ribeira Grande, D. José Maria Zarco da Camara; e Luiz de Vasconcellos, que foi par do reino, conselheiro de D. Maria II, veador da infanta D. Izabel Maria, inspector do Terreiro do Publico de Lisboa.

Castello Melhor *(Antonio de Vasconcellos e Sousa Camara Caminha Faro e Veiga, 11.º conde da Calheta, e 4.º marquez de).* Reposteiro-mór vitalicio da Casa Real, par do reino, por successão a seu pae, comquanto elle fallecesse sem tomar assento na respectiva camara, tomando posse e prestando juramento na sessão de 18 de julho de 1842; senhor da Calheta e de Castello Melhor; capitão donatario e alcaide-mór honorario da ilha de Santa Maria, *de juro e herdade*, da cidade do Funchal e do Porto Santo; alcaide-mór de Penamacôr e da villa de Salvaterra do Extremo, Almendra e Castello Melhor; commendador das commendas na ordem de Christo, que pertenciam a seu pae; senhor dos morgados e couto de Ronfe, em Belver; das quintas de Ferreira, de Moure em terra de Gestaçô, da Guarda e Feira da Mouta Santa e da Labruja, *que fôram dadas de juro e herdade a seus ascendentes*, e dos mais vinculos e padrões de juro da sua casa, na qual succedeu a seu pae em 27 de agosto de 1827. N. a 13 de março de 1816, fal. a 26 de julho de 1858. Serviu na batalha da Asseiceira como ajudante d'ordens do duque da Terceira. Succedeu, por continuação de mercê régia, no titulo de conde da Calheta a 2 de novembro de 1827, e no de marquez de Castello Melhor a 8 de setembro de 1833. Casou em 2 de julho de 1835 com D. Helena Luiza Xavier de Lima, filha dos 2.ºˢ marquezes de Ponte de Lima, e 16.ºˢ viscondes de V. N. da Cerveira.

Castello Melhor *(D. Helena do Santissimo Sacramento Maria Josepha Francisca de Assis Anna de Vasconcellos e Sousa Ximenes, 6.ª marqueza de).* N. em Lisboa a 13 de abril de 1836, fal. na mesma cidade, a 24 de dezembro de 1900. Era filha do 4.º marquez de Castello Melhor, Antonio de Vasconcellos e Sousa, e de sua mulher, D. Helena Luiza Xavier de Lima. Succedeu aos bens vinculados da sua casa, a seu irmão, o 5.º marquez, João de Vasconcellos e Sousa, por ter fallecido sem deixar successão legitima, em 1878, e no titulo de marqueza a 24 d'abril de 1879. Casou em 24 de novembro de 1870 com D. Manuel Maria Ximenes de Azevedo, fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo, filho primogenito dos 1.ºˢ viscondes de Pinheiro, D. Miguel Ximenes e D. Maria José de Azevedo e Silva, o qual falleceu a 15 de maio de 1878.

Castello Melhor *(D. João Rodrigues de Vasconcellos e Sousa, 2.º conde de).* Do conselho de guerra, governador das armas das provincias de Traz-os Montes e do Minho, onde teve na guer-

ra da acclamação de D. João IV prosperos successos, e depois governador do Alemtejo e do estado do Brazil. Nasceu em 1593, fal. a 13 de novembro de 1658. Era filho de Luiz de Sousa Ribeiro de Vasconcellos, alcaide e commendador de Pombal e senhor de Monta Santa, e de sua mulher, D. Maria de Moura de Tavora, dama da rainha D. Margarida d'Austria, filha de Fernão Rodrigues d'Almada, provedor da Casa da India etc. Por morte de seu irmão mais velho, Francisco de Vasconcellos e Sousa, succedeu na casa de seu pae, e na pretenção de casar com a condessa de Castello Melhor, D. Marianna de Lencastre Vasconcellos e Camara, em virtude da clausula testamentaria do 1.º conde d'este titulo, D. Ruy Mendes de Vasconcellos, avô materno d'esta senhora. D. Marianna fôra escolhida por D. Ruy em virtude da faculdade real, para lhe succeder na casa e condado de Castello Melhor, com a condição de casar com o seu parente Francisco de Vasconcellos e Sousa, alcaide-mór e commendador de Pombal, e tendo este fallecido antes de se effeituar o casamento, João de Vasconcellos e Sousa conseguiu ser o esposo de D. Marianna de Vasconcellos, a qual foi herdeira do 4.º conde da Calheta, seu irmão, e condessa de Castello Melhor, camareira-mór da rainha D. Maria Francisca de Saboia, que falleceu a 15 de abril de 1689, e era filha de Simão Gonçalves da Camara, 3.º conde da Calheta, 7.º capitão donatario da ilha da Madeira, casado com D. Maria de Menezes, filha do 1.º conde de Castello Melhor. Tendo João de Vasconcellos embarcado n'uma armada que se destinava ao Brazil, foi levado por um temporal para Cartagena dos indios, onde estava quando rebentou a revolução de 1640. D. João IV, apenas subiu ao throno, tratou de chamar ao reino os fidalgos portuguezes que estavam fó.a, e por isso mandou a Cartagena um emissario com documentos para facilitar a retirada de João Rodrigues de Vasconcellos e d'outros nobres, sendo porém, o projecto descoberto pelas autoridades hespanholas, ficou tudo frustrado. O conde não desanimou, e pensando nos meios de regressar ao reino, intentou o projecto arrojado de se apoderar de quatro galeões, que estavam ancorados em Cartagena, com a prata que n'essa epoca deviam recolher a Hespanha, e entrar em Lisboa com estes ricos despojos tomados ao inimigo. Sendo tambem descoberto este plano, o conde foi preso com outros fidalgos, e condemnado á morte, devendo primeiro ser sujeito a tratos, com que esperavam obter d'elle a confissão do crime. Este procedimento nada adeantou, e foi censurado pelos proprios castelhanos. Entretanto, o monarcha portuguez não se esquecia dos seus subditos, que estavam ausentes, e mandando aprompta um navio para ir a Cartagena, os officiaes d'elle conseguiram entrar em communicação com o conde por intermedio d'um padre seu confessor. Combinados os meios de evasão, e no fim de muitas contrariedades e trabalhos, o conde pôde afinal recuperar a liberdade a 16 de junho de 1642, e embarcando para Portugal chegou alguns mezes depois a Lisboa, sendo recebido por D. João IV com as maiores provas de satisfação, confirmando-lhe logo todas as mercês que já possuia, concedendo-lhe o titulo de conde em mais duas vidas, fazendo-lhe outras concessões nos bens da Corôa e Ordens, e d'uma commenda de 1:000 cruzados, nomeando-o do conselho de guerra e governador das armas de Entre Douro e Minho. Em 1649 passou a governar o estado do Brazil, e voltando ao reino, governou as armas da provincia do Minho pela segunda vez, fallecendo então em Ponte do Lima. As circumstancias extraordinarias e dramaticas que se deram na evasão de Cartagena, fôram aproveitadas pelo fallecido escriptor Teixeira de Vasconcellos para um pequeno romance historico, intitulado *O conde de Castello Melhor*, que se publicou em 1869, n'um dos brindes que o *Diario de Noticias* offerecia aos seus assignantes.

Castello Melhor *(João da Silveira Pinto da Fonseca Correia de Lacerda d'Eça e Altro Figueiredo Sousa e Alvim, 2.º visconde da Varzea, marquez de).* Reposteiro-mór, 24.º senhor das honras de Nogueira e S. Cypriano, senhor d'uma das mais abastadas e mais nobres casas do paiz, etc. N. a 3 de fevereiro de 1863. E' filho do 2.º visconde da Varzea, Bernardo da Silva Pinto, e de sua mulher, a viscondessa D. Cecilia de Brito Sandeman. Entre os seus illustres ascendentes contam-se os nomes illustres do marquez de Chaves, conde de Amarante, e visconde de Canellas. Casou em 1888 com a sr.ª D. Helena do Santissimo Sacramento de Vasconcellos Ximenes, dama honoraria de Sua Magestade a Rainha Senhora D. Amelia, por decreto de 19 de dezembro de 1889, filha herdeira da 6.ª marqueza de Castello Melhor, D. Helena de Vasconcellos e Sousa, e de seu marido D. Manuel Maria Ximenes de Azevedo, filho do 1.º visconde de Pinheiro. Com o seu casamento tornou-se o sr. marquez de Castello Melhor, titulo a que foi elevado em 1901, possuidor das enormes e magnificas propriedades que esta nobre casa possuia no Ribatejo. No entranhado amor pelo desenvolvimento da sua *ganadaria* e aperfeiçoamento de raças, tinha necessariamente de nascer o amor pelo toureio, e por isso se resolveu o acceitar em 1889 o convite para tourear a cavallo n'uma corrida, que se realisou na praça de Villa Franca de Xira em beneficio dos pobres da localidade. Desde então tornou-se enthusiasta pela arte tauromachica, e tem toureado em quasi todas as praças principaes do paiz, concorrendo com o seu nome e trabalho para o bom resultado das mais bellas e luzidas festas taurinas, que se promoveram sempre em favor de obras de caridade. A sua *ganadaria* é hoje considerada uma das melhores do paiz.

Castello Melhor *(D. João de Vasconcellos e Sousa Camara Caminha Faro e Veiga, 12.º conde da Calheta e 5.º marquez de).* Reposteiro-mór vitalicio da Casa Real (official-mór), par do reino, por carta régia de 16 de maio de 1874, mercê que não acceitou, etc. N. a 10 de novembro de 1841, fal. de repente, em 20 de janeiro de 1878. Era filho do 4.º marquez de Castello Melhor, Antonio de Vasconcellos e Sousa, e de sua mulher, a marqueza D. Helena Luiza Xavier de Lima. Succedeu na casa e no titulo de seu pae, e fallecendo sem succéssão legitima, ficou herdeira sua irmã, D. Helena de Vasconcellos e Sousa, que foi a 6.ª marqueza de Castello Melhor. Era muito dedicado á arte tauromachica, e tomou parte em diversas touradas tanto em Lisboa como em outros pontos do paiz. Foi o iniciador da commissão tauromachica permanente, e quando se inaugurou em 1865 na antiga praça do Campo de Sant'Anna,

apresentou-se pela primeira vez a tourear na arena, obtendo um ruidoso successo. Em 1866 tornou a apparecer na mesma praça. Depois entrou n'uma tourada em Torre Bella, na casa de D. Pedro de Portugal, e em outra na quinta das Varandas, nas Caldas. Em 1867 tornou a apparecer na praça do Campo de Sant'Anna, na corrida da commissão tauromachica, e em 1868 na praça de Cascaes. Annos mais tarde, em 1874, n'uma tourada em beneficio dos feridos hespanhoes, tomou parte, depois de ser muito rogado pelos seus amigos. O marquez de Castello Melhor era um verdadeiro fidalgo; tinha amigos em todas as classes da sociedade; el-rei D. Luiz tinha por elle a maior dedicação; convidou-o para veador de Sua Magestade a Rainha Senhora D.Maria Pia, mercê que não acceitou. Nunca ambicionou as glorias da politica; genio cavalheiresco, espirito aventuroso, coragem indomavel, lançou-se abertamente na vida tempestuosa, agitada, risonha, que dá as fortes commoções dos perigos e as alegrias inebriantes da victoria. Os perigos creou-os na arte tauromachica, onde tambem alcançou viçosos louros de gloria.

Castello Melhor *(José de Vasconcellos e Sousa Camara Faro e Veiga, 4.º conde e 1.º marquez de).* Reposteiro-mór da Casa Real (official-mór), alcaide-mór e senhor donatario da ilha de Santa Maria, da cidade do Funchal e da ilha do Porto Santo, e de todos os senhorios e bens já descriptos da importante casa dos condes de Castello Melhor; familiar do Santo Officio, por carta de 12 de setembro de 1733, etc. N. a 16 de agosto de 1706, fal. a 22 de abril de 1769. Era filho de Affonso de Vasconcellos e Sousa, 7.º conde da Calheta, casado com a princeza Pelagia Sinfronia de Rohan, e neto do 3.º conde de Castello Melhor, Luiz de Vasconcellos e Sousa, ministro de D. Affonso VI. Succedeu na casa de seu pae, no titulo de seu avô, por carta de 7 de agosto de 1728, sendo o 4.º conde de Castello Melhor. Por decreto de 2 e carta de 10 de outubro de 1766, foi agraciado por el-rei D. José com o titulo de marquez de juro e herdade, em duas vidas fóra da lei mental, em virtude do contrato de compensação feito com a Corôa Real, pela cedencia e transferencia para a mesma Corôa de certas regalias que desfructava a casa de Castello Melhor, em virtude das mercês regias e satisfação de serviços de seus ascendentes, como consta da escriptura de 9 de setembro de 1766, approvada e confirmada por decreto de 10 de setembro do mesmo anno, e de novo roborada por decreto de rainha D. Maria I em 21 de junho de 1785. O marquez de Castello Melhor casou em 1728 com D. Maria Rosa de Noronha, filha dos 2.ºs marquezes d'Angeja, D. Antonio de Noronha e D. Luiza Josepha de Menezes.

Castello Melhor *(Luiz de Vasconcellos e Sousa 6.º conde da Calheta e 3.º conde de).* Reposteiro-mór da Casa Real, escrivão da puridade, conselheiro de Estado, primeiro ministro e valido de D. Affonso VI, e depois do conselho de Estado de D. João V, senhor de Valhelhas, Almendra e Mouta Santa, alcaide-mór e commendador de Pombal; senhor do condado da Calheta, de que foi o 6.º conde, etc. N. em 1636, fal. a 15 d'agosto de 1720. Era filho do 2.º conde de Castello Melhor, D. João Rodrigues de Vasconcellos e de sua mulher D. Marianna de Lencastre e Vasconcellos. Acompanhando seu pae durante a campanha de 1658, mostrou então grande bravura e intrepidez, mas os campos da batalha eram estreito recinto para quem, reconhecendo em si intelligencia não vulgar, pensava em subir aos mais elevados cargos do estado, e por isso trocando a vida agitada dos acampamentos pela não menos difficil e espinhosa da camara do palacio real, tratou de conquistar o valimento do joven principe, que pela morte de D. João IV herdara a corôa portugueza, mas que se conservava ainda sob o dominio da rainha regente, sua mãe. A grande difficuldade, porém, a vencer, não era só o assenhorear-se do animo do futuro monarcha, mas em lhe dar força bastante para assumir o poder e em contrariar e desfazer os planos do marquez de Marialva e de outros aulicos, que, tendo grande importancia no tempo da regencia, se dispunham a conserval-a quando o novo soberano fôsse acclamado. Aproveitando habilmente a prisão de Antonio Conti, valido do principe, ordenada pela rainha, e valendo-se do auxilio do conde de Athouguia e de outros fidalgos que attrahira ao seu partido, o conde de Castello Melhor conseguiu levar D. Affonso a um golpe de estado, e entrando com elle n'uma liteira foi para a quinta d'Alcantara, onde o rei mandou chamar toda a nobreza, e expediu a todas as autoridades a communicação de haver tomado posse do governo. A rainha tentou resistir por boas razões e bons conselhos, mas, reconhecendo as difficuldades da lucta, entregou definitivamente a seu filho o governo do reino a 29 de junho de 1662, e o conde de Castello Melhor começou por assim dizer, a ser o verdadeiro rei de Portugal, embora só com o titulo de escrivão da puridade. Para melhor assegurar o seu dominio, procurou cercar o monarcha de pessoas exclusivamente suas, introduzindo no palacio de Côrte Real em que vivia o infante D. Pedro, homens da sua completa confiança, para o informarem da intriga que ali se urdia, e desconfiando que a rainha viuva ainda conservava alguma influencia no animo do rei, procurou afastal-a, fazendo com que fôsse viver n'uma quinta no sitio do Grillo. Quando o conde de Castello Melhor se viu senhor omnipotente da administração, eram bem criticas e desesperadas as circumstancias do paiz. O tratado dos Pyrenéos, pelo qual a França nos havia traiçoeiramente abandonado, permittia a Filippe IV voltar contra Portugal todas as forças disponiveis da sua vasta monarchia, e de facto D. João d'Austria, atravessando a fronteira do Alemtejo com um grande exercito, e veiu pôr cerco a Evora, tomou essa cidade, e 5:000 castelhanos chegaram até Alcacer do Sal, quasi á vista de Lisboa. Em tão graves circumstancias o novo ministro tornou-se incançavel em reunir e organisar novas tropas, em vencer as rivalidades dos generaes, e em empregar finalmente todos os elementos para afastar o perigo que ameaçava a nossa independencia. Concentrando no Alemtejo todos os recursos de que podia dispor, habilitou D. Sancho Manuel a ganhar a victoria do Ameixial, e sem descançar continuou a juntar novas forças e a prestar a maior attenção aos preparativos militares. O conde de Castello Melhor buscava tambem o auxilio das côrtes extrangeiras, e para estreitar as relações de Portugal e da França, e interessar esta nação nos nossos destinos, tratou

de negociar o casamento de D. Affonso VI com uma princeza da familia de Luiz XIV. Aproveitando o successo obtido pelas nossas armas em Montes Claros e a vontade do soberano francez, que se apresentou como medianeiro para ir tratar da paz entre Portugal e Hespanha, o conde de Castello Melhor impoz condições durissimas para o orgulho hespanhol, que não chegaram a realisar-se, mas, emquanto ellas duraram, mostrou uma firmeza e energia admiraveis, qualidades que tambem manifestou depois nas relações que teve com o representante de Luiz XIV em Lisboa para se ajustar a liga offensiva e defensiva entre Portugal e a França. Desejava sinceramente o soberano francez essa alliança, mas queria conservar para si a liberdade de acção e fazer o menor numero possivel de sacrificios, ao mesmo tempo que Portugal se empenhasse na lucta com todas as suas forças. O conde de Castello Melhor não accedeu a estes principios, e conseguiu afinal que se ajustasse a liga com perfeita e completa reciprocidade de direitos e deveres para os dois estados contratantes, embora um d'elles fôsse a poderosa França e o outro a pequena nação cuja independencia poucos annos antes estivera ainda em grave risco. O conde pensava, quando se tratasse da paz definitiva, obter alguma porção de Hespanha, que annexando se ao nosso paiz, alargasse o territorio de Portugal, ficando pertencendo a este toda a faxa occidental da peninsula, e tendo o mar por limites ao norte, ao sul e ao occidente. O ministro não pôde realisar este grandioso projecto, porque as intrigas continuas da côrte e o vergonhoso trama que tirou a D. Affonso a esposa e o throno, fizeram caír do poder o homem que dirigia os negocios publicos e o governo com tanta fineza e intelligencia. Emquanto viveu a rainha D. Leonor de Gusmão, as discordias entre os dois irmãos conservaram se quasi na sombra, mas apenas falleceu as hostilidades romperam-se abertamente. O conde de Castello Melhor, receando uma guerra civil que transtornasse os seus planos politicos e que n'um instante desfizesse as vantagens adquiridas á custa dos trabalhos e sacrificios de uns poucos de annos, cedeu ás exigencias de D. Pedro, mas longe de ficar serenada a tempestade nascente, esta redobrou de intensidade e fervor com a viuda da princeza D. Maria Francisca de Saboia, escolhida para esposa de D. Affonso VI. Apenas chegou a Portugal, logo a rainha procurou por todos os meios possiveis insinuar-se no animo do monarcha, seu marido, e como o escrivão da puridade, não só por ciume, mas porque não queria vêr o paiz sujeito completamente á vontade de Luiz XIV, tratou de estorvar esses desejos, d'onde se originou a decidida inimisade entre a soberana e o ministro, que ao principio se conservou encoberta, mas que dentro em pouco se manifestou clara e abertamente, apezar do astuto diplomata evitar com a maior diligencia, que a rainha tivesse motivo para se queixar do seu procedimento. A injustificada exigencia feita pela rainha a seu marido, para demittir o secretario de estado Antonio de Sousa de Macedo, exigencia que não foi satisfeita por conselho do conde de Castello Melhor, fórma o primeiro acto do drama tristissimo e indecoroso em que a rainha e o infante representaram os principaes papeis. As intrigas proseguiram, dando o resultado bem conhecido da deposição do monarcha, da subida de D. Pedro ao throno, o casamento com sua cunhada, e a demissão do ministro. O conde de Castello Melhor saiu então do reino, e depois de ter viajado pela França e pela Italia, fixou a sua residencia em Londres em 1677, e taes serviços prestou á rainha D. Catharina de Bragança, mulher de Carlos II, e irmã de D. Pedro, que esta conseguiu que o conde regressasse ao reino em 1685, indo residir então para Pombal, onde permaneceu até 1687, anno em que lhe foi permittido voltar a Lisboa. Mais tarde, D. João V readmittiu o no conselho de Estado. O conde de Castello Melhor era casado com D. Guiomar de Tavora, viuva de D. Jorge de Athaide, 3.º conde de Castro Daire, filha e herdeira de Bernardim de Tavora, reposteiro-mór, senhor das ilhas do Fogo, Santo Antão e Santa Maria, commendador de Santa Maria de Cacella na ordem de Christo, e de sua mulher, D. Leonor de Faro, filha do conde de Faro, D. Estevão de Faro.

Luiz de Vasconcellos e Sousa, 3.º conde de Castello Melhor

Castello Melhor (*Ruy Mendes de Vasconcellos, 1.º conde de*). Senhor das villas de Castello Melhor, Valelhas e Almendra, alcaide-mór da Covilhã e de Penamacôr, conselheiro de Estado, mordomo-mór da rainha D. Margarida d'Austria, etc. Não se conhece a data do nascimento, mas sabe-se que falleceu a 3 de fevereiro de 1618. Era filho de Diogo de Sousa de Vasconcellos, e de sua mulher, D. Maria de Vasconcellos. Foi feito conde de Castello Melhor por mercê de Filippe III, de que se passou carta em Madrid a 21 de março de 1611. Foi capitão general de Tanger. Casou com D. Izabel de Menezes, viuva de Ruy de Mello, filha de Antonio Silva, senhor do morgado de Xevora, e de sua mulher, D. Branca de Menezes.

Castello Melhor. Villa e freg. do Espirito Santo, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de V. N. de Foscôa, distr. da Guarda, e bisp. de Lamego; 737 hab. e 152 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. permutando malas com a R. A. D. A villa fica distante 9 k. da séde do conc. e está situada n'uma baixa, entre o Côa e o Aguiar, e na margem esquerda do Douro. Até 1855 foi do conc. d'Almendra, mas sendo então extincto este conc., passou para o de V. N. de Foscôa, em que se conserva. Tinha antigamente juiz ordinario, mas a camara assistia em Almendra. Eram seus donatarios os condes e depois marquezes de Castello Melhor. N'um alto, fóra da villa, está um castello com uma barbacã, feito de pedra miuda e desmantelado. Chama-se *Castello Melhor*, e foi o que deu o nome á villa. A pov. é muito antiga,

mas desconhece-se a sua origem. D. Diniz mandou construir lhe o castello em 1298, e povoou a villa, que veiu para Portugal em 1282, como dote da rainha Santa Izabel. Tem um foral velho, dado por D. Affonso VIII de Leão, quando a povoação pertencia a Castella, feito n'esta villa, onde estava o rei, em fevereiro de 1209. Por carta de D. João II fôram Castello Melhor e Almendra dados de penhor por 4:000 corôas que João Fernandes Cabral tinha a receber da parte do seu casamento com D. Joanna Coutinha. A terra é fertil em cereaes, e pertence á 2.ª d. m. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12 com a séde em Trancoso. Tem est. de caminho de ferro na linha do Douro, entre as de Côa e d'Almendra.

Castello Mendo. Villa e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Almeida, distr. e bisp. da Guarda; 524 hab. e 110 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. permutando malas com a R. A. B. A., fabricas de cardar e fiar. A villa dista 10 k. da séde do conc. e está situada n'um alto muito fragoso, na margem esquerda do rio Côa. Foi séde de um concelho, que ficou supprimido por decreto de 24 d'outubro de 1855, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. A villa é cercada de muralhas com seis portas. Foi fundada por D. Sancho II, em 1239, transferindo para aqui uma pequena povoação que estava na baixa, e dando-lhe muitos privilegios, sendo o principal, que seus cavalleiros tivessem privilegio de infanções, e seus peões privilegio de cavalleiros. D. Diniz ampliou a povoação, e fundou o castello em 1285. Tinha antigamente tres freguezias, todas muito pequenas; N. S.ª dos Remedios, S. Vicente e S. Pedro, que estão hoje reunidas n'uma só, cujo orago é S. Pedro. Pertencia á Corôa. Tinha juiz ordinario, vereadores e mais officiaes do concelho. D. Sancho II deu-lhe foral, a 15 de março de 1229, que foi confirmado por D. Diniz, a 16 de dezembro de 1281. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Santarem, a 1 de junho de 1510. Chamou-se Castello Mendo por ter sido este o nome do primeiro alcaide-mór que teve o castello. Filippe IV, de Hespanha, fez conde de Castello Mendo a D. Jeronymo de Noronha, filho segundo do conde de Linhares, condado que terminou com a restauração de 1640. A villa tem Misericordia e hospital; é fertil, e cria muito gado.

Castello dos Moiros. Pov. na freg. do Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, districto de Vizeu.

Castello da Nave. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc de Monchique, distr. de Faro.

Castello do Neiva. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc., com. e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 1703 hab. e 305 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada na costa. O nome d'esta freg. provém d'um castello muito antigo, que existia na foz do rio Neiva, e de que não ha vestigios. Chamava-se n'outro tempo *Aguiar do Neiva*. D. Manuel deu lhe foral em Lisboa, a 20 de novembro de 1516.

Castello Novo *(Antonio Manuel Corrêa da Silva Sampaio, 1.º visconde de)*. Fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores. N. a 21 de junho de 1853. E' filho de Francisco Corrêa da Silva Sampaio, fidalgo cavalleiro da Casa Real, abastado proprietario na villa do Fundão e Escallos de Cima, e de sua mulher, D. Maria Leonor de Mello Castro e Sousa, filha de D. Pedro da Cunha Mendonça e Menezes, filho dos 2.ºˢ marquezes d'Olhão. Casou em 7 d'outubro de 1876, com sua prima, D. Maria Luiza da Cunha Mendonça e Menezes, filha de José de Mello da Cunha Mendonça e Menezes, fidalgo da Casa Real, filho dos 2.ºˢ marquezes d'Olhão, e de sua mulher, D. Maria Rita Valezia da Silva Carvalho. O titulo foi concedido por decreto de 10, e carta de 20 de outubro de 1870.

Castello Novo *(João d'Ordaz e Queiroz, 1.º barão de)*. Commendador e alcaide-mór de Santa Maria de Segura na ordem de Christo, senhor de vinculos na comarca de Castello Branco; tenente-general do exercito, inspector de cavallaria, presidente da Junta do Codigo Penal Militar. N. a 7 de agosto de 1729, fal. a 24 de janeiro de 1804. Era filho do coronel Francisco d'Ordaz e Queiroz, e de sua mulher, D. Izabel Joanna Roballo Delgado. Casou com D. Maria Josepha Quiteria de Mello Salazar Jordão, que falleceu em 1795, sem deixar descendencia, filha de Pedro José de Salazar e Jordão, senhor do morgado da Torre, e de D. Maria Rosa Caetana Pereira Sampaio e Mello. O 1.º barão de Castello Novo obteve por mercê muito extraordinaria a legitimação d'uma sua filha natural, D. Angelica d'Ordaz Queiroz, que casou com seu sobrinho, que lhe succedeu no titulo, o qual lhe fôra concedido por decreto de 14 de novembo de 1802, em premio dos seus bons serviços.

Castello Novo *(D. Jorge Mascarenhas, conde de)*. Foi marquez de Montalvão. V. *este titulo*.

Castello Novo *(José Caldeira d'Ordaz Queiroz, 2.º barão de)*. Cavalleiro fidalgo da Casa Real, alvará de 19 de fevereiro de 1794; commendador de Santa Maria de Segura na ordem de Christo; alcaide-mór da villa de Segura, coronel do batalhão de voluntarios realistas de Castello Branco e Penamacôr; senhor de varias propriedades e vinculos na comarca de Castello Branco, em que succedeu a seu pae e a seu tio, o 1.º conde de Castello Novo, que accrescentou por doações que de seus bens hereditarios lhe fizeram seus irmãos por escriptura de 10 janeiro de 1807, approvadas e confirmadas por carta régia de 22 de maio do mesmo anno. N. a 28 de dezembro de 1774, fal. em 18 de setembro de 1851. Era filho de Joaquim José Caldeira de Valladares Castello Branco de Madureira Frazão, mestre de campo de infantaria auxiliar, e superintendente das coudelarias da comarca de Castello Branco, casado com D. Joanna Thereza de Menezes d'Ordaz e Vasconcellos, filha de Francisco d'Ordaz e Queiroz, coronel de cavallaria, que fez as campanhas de 1708, 1709 e 1711 com uma campanhia formada e paga á sua custa, e prestou assignalados serviços durante 39 annos, até 13 de julho de 1750, dia em que falleceu: era casado com D. Izabel Joanna Roballo Delgado, filha do dr. João Rodrigues Frade Delgado. O 2.º barão de Castello Novo casou a 24 de agosto de 1803 com sua prima D. Angelica Menezes d'Ordaz Queiroz e Vasconcellos, filha legitimada por carta de legitimação de 10 de junho do 1803, do 1.º barão de Castello Novo, seu tio, irmão de sua mãe, a quem succedeu no titulo, sendo este renovado por carta de 20 de fevereiro de 1804. Pelo seu fallecimento succedeu na casa seu filho, Pedro d'Ordaz

Caldeira Queiroz de Valladares, que foi capitão do mesmo batalhão de seu pae, o qual nasceu em S. Vicente da Beira a 14 de julho de 1808, e casou com D. Maria Benedicta de Sande e Castro, filha de Manuel Paes de Sande e Castro, senhor de Penedono, e de D. Leonor Maria Corrêa de Sá Benevides Vellasco da Camara, da casa dos viscondes d'Asseca. Não teve o titulo de barão, por não querer acceitar mercês do partido constitucional.

Castello Novo. Villa e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Fundão, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 1:528 hab. e 300 fog. Tem esc. do sexo masc., caixa postal e est. do caminho de ferro na linha da Beira Baixa, entre as de Cardosa e Alpedrinha. A villa dista 10 k. da séde do conc. e está situada nas abas da serra da Gardunha. Foi antigamente conc. da com. de Castello Branco, depois passou a ser conc. de Alpedrinha, com. do Fundão, e finalmente, em 1836, ficou pertencendo ao conc. e com. de Fundão. Era da Corôa. Fôram donatarios d'esta villa D. Pedro Soeiro e sua mulher D. Ausenda Soares. D. Manuel deu-lhe foral novo em Santarem, no primeiro de junho de 1510. O vigario era freire de Christo e apresentado pela Mesa da Consciencia e Ordens. Tem Misericordia. No centro da villa ha um castello antigo, de cantaria, em ruinas, fundado por el-rei D. Diniz em 1290, segundo uns, e segundo outros, é mais antigo, e fundado pelo referido D. Pedro Soeiro. Tem abundancia d'aguas. A terra é fertil, produz muito e bom vinho, e castanha. Pertence á 2.ª divisão militar e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Castello de Paio Mendes. Pov. na freg. de S. Vicente, de Paio Mendes, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Castello de Paiva *(Antonio da Costa Paiva, 1.º barão de).* Abalisado naturalista; cavalleiro das ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição, bacharel formado em Philosophia pela Universidade de Coimbra, e doutor em Medicina pela de Paris; lente jubilado da Academia Polytechnica do Porto, socio effectivo da Academia Real das Sciencias e da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa; socio honorario do Instituto de Coimbra; vogal do Conselho Geral de Instrucção Publica, do Commercio, Agricultura e Manufactura, do Conselho Dramatico. Pertenceu ás seguintes corporações scientificas extrangeiras: socio correspondente da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, e das academias de Medicina e Cirurgia de Montpellier, Marselha e Tolosa; da Sociedade Zoologica de Londres, da de Historia Natural de Cassel em Allemanha; da de Sciencias Naturaes de Strasburgo, das sociedades Botanicas de França e de Edimburgo, das de Acclimatação da Prussia e da França, etc. N. no Porto a 12 de outubro de 1806, fal. na ilha da Madeira a 4 de junho de 1879. Era filho de Manuel José da Nobrega, natural de Castello de Paiva, negociante da praça commercial do Porto, e de sua mulher, D. Maria do Carmo da Costa, filha de Manuel Alves da Costa, e de sua mulher D. Maria Angelica. Cursando a Universidade de Coimbra, tomou o grau de bacharel em Philosophia, continuando depois os estudos em Paris, ali se doutorou em Medicina. Regressando a Portugal, foi residir para o Porto, sendo pouco depois nomeado lente da Academia Polytechnica d'aquella cidade. Publicou em 1836 uma traducção dos romances de Voltaire largamente annotados, e em 1838 emprehendeu com o seu collega na Academia Polytechnica do Porto, Diogo Kopke, a publicação do *Roteiro da viagem de Vasco da Gama*, attribuido a Alvaro Velho, tendo já em 1837 publicado em Lisboa, juntamente com Alexandre Herculano, a *Chronica de D. Sebastião*, por fr. Bernardo da Cruz. São dois manuscriptos de incontestavel utilidade para o estudo da historia nacional, realisando essa publicação a expensas suas. No anno de 1838 publicou tambem no Porto uns *Aphorismos de cirurgia e medicina praticas.* O barão de Castello de Paiva foi um apreciado escriptor, tanto em sciencias medicas como em litteratura; sendo, porém, mais notavel como naturalista, ramo das sciencias philosophico-naturaes a que mais se dedicara. A' Academia Real das Sciencias de Lisboa offereceu uma valiosa demonstração do seu amor pela botanica, e do desejo de enriquecer aquelle estabelecimento; foi a doação d'um bem ordenado herbario madeirense, fructo das suas continuas excursões botanicas feitas na Madeira. Esta collecção compõe-se de 600 especies indigenas do citado archipelago. A esta offerta juntou a de outro herbario de 372 especies tambem por elle observadas e recolhidas nas ilhas das Canarias, e uma collecção completa de molluscos terrestres e fluviaes do referido archipelago madeirense. Para o Museu da Universidade de Coimbra tambem offereceu uma collecção de molluscos terrestres, fluviaes e maritimos da Madeira e das Canarias, e bem assim um folheto com a descripção de novas especies de coleopteros e molluscos terrestres descobertos pelo mesmo barão. Para o Jardim Real de Kew deu tambem um copioso herbario de plantas naturaes do continente de Portugal, e de outras indigenas das ilhas dos Açôres, em grande parte por elle colligidas e coordenadas, sendo-lhe acceito com agradecimento pelo respectivo director Sir W. J. Kooker, para ser collocado junto dos mais herbarios que se conservam ali de todas as regiões do globo. Por decreto de 5 e carta de 19 de abril de 1854, foi-lhe concedido o titulo de barão de Castello de Paiva, e em 1855 o encarregou o governo de ir estudar, debaixo do ponto de vista agricola e economico, a ilha da Madeira, e publicou o seu relatorio. Estudou egualmente a fauna e a flora da Madeira e das Canarias, publicando em 1860, 1861, 1862 e 1866 em portuguez, em francez e em inglez, varias especies ali classificadas. Quando se organisou o Conselho Superior de Instrucção Publica, o barão de Castello de Paiva foi nomeado seu vogal. Por sua morte legou toda a sua fortuna, que era muito importante, a estabelecimentos pios e de caridade. O seu brazão d'armas consta d'um escudo partido em pala: á direita as armas dos Costas, em campo vermelho seis costas de prata, firmadas e postas em duas palas; na segunda, á esquerda, as armas dos Paivas, em campo azul tres flôres de liz, de ouro, em banda, e por differença uma brica de prata. Nos ultimos annos de vida escreveu o barão de Castello de Paiva uma obra moral em 2 volumes, intitulada: *Novissimos ou ultimos fins do homem*, em que n'uma advertencia preliminar,

declara que escrevera este livro para se livrar dos remorsos que o atormentavam, por ter sido um obstinado atheu Além dos trabalhos que já citámos, escreveu o seguinte: *Relatorio do Barão do Castello de Paiva, encarregado pelo governo de estudar o estado da ilha da Madeira sob as relações agricolas e economicas*, Lisboa, 1855; *Descripção de dois novos insectos coleopteros de Camboja, dedicada a SS. MM. os senhores D. Pedro V e D. Fernando II*, Lisboa, 186 ; *Descripção de duas especies novas de coleopteros das ilhas Canarias*, dedicadas a dois naturalistas inglezes F. V. Wallaston e R. T. Lowe, Lisboa, 1861; *Descripção de duas especies novas de coleopteros originarios de Angola, seguida de outras duas, egualmente novas, tambem de Angola, por T. V. Wallaston* (Aquellas dedicadas aos naturalistas Dr. Welwitsch e S. Berthcrot); na *Gazeta Medica* de Lisboa, n.º 11, de 1862; saiu tambem em folheto separado; *Noticia da descoberta de dois molluscos novos, e tambem dos typos vivos de duas especies fosseis do archipelago madeirense;* foi publicada em Londres nos *Annals and Magazine of Nat. Hist.*, de agosto de 1862; *Origens dos mezes de Março e Maio*, notas de muita erudição para ajuntar á versão dos *Fastos*, de Ovidio, pelo visconde de Castilho; sairam com a mesma versão, a 1.ª no tomo II, de pag. 217 a 224, e a 2.ª no tomo III, de pag. 191 a 196; *Description of a new Sempervivum from the Salvage Island by the Baron do Castello de Paiva*, dedicado a R. T. Lowe, que o publicou depois no *Seeman's Journal of Botany*, Londres, 1866; *Description de dix espéces nouvelles de mollusques terrestres de l'archipel de Madére;* no *Journal de Conchyliologie, publié sous la direction de MM. Crosse et Fischer*, Paris, tomo VI, n.º 4, 1866, de pag. 339 a 343; *Monographia molluscorum terrestrium, fluvialium, lacustrium insularium Maderensium*, Olysipone, 1867. Esta obra é considerada como uma das mais valiosas, que se tem publicado ácerca da fauna malacologica de Portugal.

Castello de Paiva *(Martinho José Pinto Menezes de Sousa Mello Almeida Correia de Miranda Montenegro de Vasconcellos Pereira de Bulhões, conde de)*. Abastado lavrador e agricultor, que reside actualmente em Castel o de Paiva. E' par do reino, tendo tomado posse em sessão de 17 de março de 1898.

Castello de Paiva. Denominação official d'um concelho e de uma comarca, do distr. de Aveiro, relação e bisp. do Porto. Não ha povoação alguma d'este nome; chamou-se assim a um pequeno outeiro que as cheias do Douro e Paiva transformaram em ilhota, e onde consta ter havido um castello. A séde do conc. é na villa e freg. de Sobrado de Paiva. D. Manuel deu-lhe foral, no primeiro de dezembro de 1513, foral que tambem servia para Espiunca, Oliveira do Arda, Oliveira Reguenga, Pédorido, Real, Rio Douro, S. Pedro do Paraizo e Sardoura. Está dividido pelo extincto conc. de S. Fins (hoje Sinfães), pelo rio Paiva; do conc. de Arouca por varias serras; do extincto conc. de Fermedo (hoje Arouca e Feira), pelo rio Arda, á excepção da freg de Pédorido, que fica ao O d'este rio, vindo então a divisão a ser a serra de Gabido. O rio Douro limita este conc. pelo N e NO. Este conc. tem lindos e ferteis valles, montanhas alcantiladas, lindos montes e cabeços pittorescos. E' abundantissimo de agua, pelos muitos ribeiros e regatas que ali correm, que o regam e fertilisam. E' fertil em toda a quantidade de cereaes, fructas, legumes, hortaliças, e bom vinho verde. Tambem produz mel e cêra; cria muito gado de toda a qualidade, e principalmente bois, que se exportam em grande parte para Inglaterra. N'este conc. ha minas de toda a qualidade de metaes, e uma grande mina de carvão de pedra (V. *Sobrado de Paiva)*. O conc. comprehende 9 freguezias com 9:693 hab., sendo 4:487 do sexo masc. e 5:206 do fem. São as seguintes: S. Miguel, de Bairros, 964 hab.: 478 do sexo masc. e 486 do fem ; S. Pelagio, de Fornos, 1:565 hab.: 729 do sexo masc. e 836 do fem ; S. Pedro, de Paraizo, 727 hab.: 339 do sexo masc. e 388 do fem.; Santa Eulalia, de Pédorido, 818 hab.: 384 do sexo masc. e 464 do fem.; S João Baptista, de Raiva, 1:274 hab : 585 do sexo masc. e 689 do fem ; Santa Marinha, de Real, 1:341 hab.: 632 do sexo masc. e 709 do fem ; S. Martinho, de Sardoura, 624 hab.: 280 do sexo masc e 344 do fem.; Santa Maria, de Sardoura, 1:236 hab : 564 do sexo masc. e 672 do fem.; Santa Maria, de Sobrado de Paiva, 1:114 hab.: 496 do sexo masc. e 618 do feminino.

Castello de Penalva. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Alta, conc. de Penalva do Castello; com de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu; 2:100 hab. e 526 fog. A pov dista 6 k. da séde do conc. Tem correio e esc. d'ambos os sexos. Está situada n'um alto monte, d'onde se vêem varias povoações. A parochia foi antigamente collegiada. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 10 de fevereiro de 1514. Diz-se que o nome vem d'um castello, que existia aqui sobre uma rocha, e de que já não ha vestigios; outros pretendem que provém d'um castello existente na serra de Peramuna, que fica n'esta freguezia, onde se encontram ainda vestigios d'uma grande povoação antiga, que parece ter sido cidade romana. O rio Dão rega a maior parte da freguezia que é muito fertil. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Castello Picão. Povoações nas freguezias: N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa. || Santa Maria e conc. de Loures, do mesmo distr. || S. Miguel, de Milharado, conc. de Mafra, do mesmo distr. Quinta na freg de Santa Maria dos Olivaes, 1.º bairro de Lisboa.

Castello do Queijo. Pov. na freg. de S. Miguel, de Nevogilde, 2.º bairro do Porto.

Castello Real. Pov. na freg. de S. Vicente, de Vallongo, conc. e distr. de Evora.

Castello Rodrigo *(D. Christovão de Moura, 1.º conde, e 1.º marquez de)*. Um dos fidalgos que muito concorreram para a entrega de Portugal ao dominio hespanhol. N. em 1540, e fal em Hespanha em 1613. Era filho de D. Luiz de Moura, estribeiro-mór do infante D. Luiz e alcaide-mór de Castello Rodrigo, e de D. Brites de Tavora, filha de Christovão Tavora, senhor de Caparica. Ainda de poucos annos acompanhou D. Christovão de Moura a Hespanha seu tio, o diplomata Lourenço Pires de Tavora, que ia buscar a princeza D. Joanna, filha de Carlos V, e destinada a ser rainha de Portugal, porque vinha a Lisboa casar com o principe D. João, herdeiro presumptivo da Corôa, e filho d'el rei D. João III. A princeza hespanhola sympathisou muito com o fidal-

guinho, e o acceitou por seu pagem, levando-o comsigo para Hespanha, quando para ali regressou no fim de dois annos, por ter enviuvado, tendo tido do seu matrimonio um filho que foi el-rei D. Sebastião. D. Christovão continuou no serviço d'aquella princeza, chegando a ser seu estribeiro-mór, e por sua morte, foi um dos testamenteiros. A princeza tambem o mandou a Portugal a cumprimentar seu filho, o rei D. Sebastião, e em 1565 ainda voltou ao reino como embaixador de Filippe II, mas com intenções já pouco patrioticas, porque vinha encarregado de insinuar o cardeal D. Henrique, então regente do reino, para que contrariasse umas pretenções que tinha D. Antonio, prior do Crato. Em 1563 passava D. Christovão de Moura a Africa, em expedições hespanholas no soccorro de Alcacer-Kibir e na empresa de Peñon de Velez. Filippe II consagrava-lhe a maior confiança, fel-o gentilhomem da casa do principe D. Carlos, e confiava-lhe os maiores segredos politicos. Depois da morte de D. Sebastião, em 1578, percebendo Filippe II, que D. Christovão, pelo seu nascimento, estava relacionado com as principaes familias de Portugal, o que lhe poderia ser de grande utilidade, encarregou-o da conquista de Portugal por meio da intriga, como reservara ao duque d'Alba a conquista pela espada. A missão de D. Christovão de Moura era cumprimentar o cardeal D. Henrique pela sua acclamação, e preparar por todos os modos os animos para que fôssem bem acolhidas as pretenções do rei de Hespanha ao throno portuguez. Munido de bastante ouro, procurava tentar pelo dinheiro as consciencias venaes, e pelas demonstrações da justiça d'esse direito redigidas, pelos primeiros jurisconsultos de Hespanha, convencer as consciencias firmes e inflexiveis. Infelizmente, grande parte dos fidalgos se deixou corromper pelas tentativas diabolicas do astuto ministro, que teve meio de estar sempre ao facto de todas as resoluções do conselho real portuguez. Depois da morte do cardeal-rei, D. Christovão tornou-se o senhor absoluto de Portugal, e apezar da resistencia d'alguns fidalgos, que se conservaram fieis á sua patria, e da opposição de D. Antonio, prior do Crato, que chegou a ser acclamado rei em Santarem, Filippe II conseguiu o throno portuguez, que durante 60 annos esteve sob o dominio hespanhol. D. Christovão foi logo nomeado védor, membro do conselho de Portugal junto da pessoa do rei, e recebeu o titulo de conde de Castello Rodrigo em 1590, que mais tarde, Filippe III, de Hespanha e II de Portugal, elevou a marquez fazendo-o egualmente grande de Hespanha. Este monarcha, que lhe não era tão affeiçoado como seu pae, querendo dar-lhe um honroso desterro, o nomeou vice-rei de Portugal em 1600, e em maio d'este anno entrou em Lisboa, onde foi recebido com a maior frieza. Teve de luctar com muitas contrariedades: a questão dos christãos novos que anciavam por se remirem do jugo cruel da Inquisição, os apuros financeiros do paiz e a antipathia do povo, tudo o fatigou a tal ponto, que pediu a demissão, e voltou para Hespanha, mas passados cinco annos aceeitou de novo o governo de Portugal. Encontrando então o povo descontente por nunca vêr o rei, nem ao menos o principe herdeiro, aconselhou Filippe III que fizesse uma viag m a este reino, e o monarcha accedeu, aproveitando o ensejo para pedir um forte subsidio para a viagem, e começou a fazer despezas tão extraordinarias, que causou a maior indignação em Portugal. O marquez de Castello Rodrigo entendeu que devia ir a Madrid aconselhar mais prudencia a el-rei, deixando o governo entregue a D. Pedro de Castilho. Não voltou mais á patria, porque pouco depois falleceu. D. Christovão de Moura obteve sempre as mais altas recompensas. Sendo feito marquez, recebera as rendas dos paues do Tejo, e outros muitos rendimentos que lhe constituiram uma fortuna avultadissima. Emquanto foi vice-rei, fundou e vinculou a quinta de Queluz, hoje pertencente á Casa Real, que a comprou aos seus descendentes, que depois viveram sempre em Hespanha.

Castello Rodrigo *(D. Manuel de Moura Corte Real, 2.º marquez de).* Senhor da villa do Lamegal, e das honras de Paços de Ferreira e de Baltar, senhor da capitania das ilhas Terceira, S. Jorge, Faial e Pico; grande de Hespanha, commendador-mór d'Alcantara, e da ordem de Christo, embaixador a Roma, governador dos estados de Flandres, ministro plenipotenciario da paz de Munster concluida no anno de 1648; gentil-homem da camara de Filippe IV de Castella, seu mordomo-mór, védor da Fazenda, do conselho supremo de Portugal. Era filho do 1.º marquez de Castello Rodrigo, D. Christovão de Moura, e de sua mulher D. Margarida Côrte Real. Entre os seus estudos o que lhe mereceu maior dedicação foi o da Genealogia, em que consultava os homens mais eruditos do seu tempo sobre as familias de Hespanha e de Portugal; influiu muito para que João Baptista Lavanha illustrasse com notas, e ordenasse o *Nobiliario do Conde D. Pedro*, para cujo trabalho concorreu muito, como o proprio Lavanha confessa agradecido na dedicatoria que lhe fez em Madrid a 21 de maio de 1622, e saiu com o *Nobiliario* impresso em 1640. Casou com D. Leonor de Mello, dama da infanta D. Anna d'Austria, mais tarde rainha de França por ter casado com Luiz XIII, filha de D. Nuno Alvares Pereira de Mello, 3.º conde de Tentugal, e de D. Marianna de Castro. D'este consorcio houve, entre outros filhos, D. Francisco de Moura Côrte Real, que falleceu a 26 de novembro de 1675, sendo grande de Hespanha, conselheiro de Estado, embaixador extraordinario á Allemanha, vice-rei da Sardenha e governador de Flandres.

Castello Rodrigo. Villa e freg. de N. S.ª do Reclamador, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Figueira de Castello Rodrigo, distr. e bisp. da Guarda; 511 hab. e 110 fog. Tem correio e esc. para ambos os sexos. A villa dista 15 k. da séde do conc. e está situada sobre uma alta collina isolada, estendendo-se para o lado do sul. E' antiquissima, porque se presume que fôsse fundada pelos turdulos, 500 annos antes de Christo. D. Affonso Henriques a tomou aos moiros em 1170, povoou-a de christãos e fundou-lhe o convento de Santa Maria da Torre de Aguiar. A villa tornou a cair no poder dos moiros, e D. Sancho I a reconquistou, e lhe deu foral em setembro de 1209. Com as guerras entre christãos e moiros tornou a arruinar-se, e D. Diniz, em 1296, a mandou reedificar e novamente povoar, construindo-lhe então um forte castello. Tornando a despovoar-se, D. Manuel a reconstruiu ainda em 1508, dando-lhe foral em Santarem, em 25

de junho d'esse anno. A villa é cercada de muralhas com 13 torres, e de fóssos. O castello é de cantaria com uma torre de menagem de extraordinaria grandeza e altura. E' quadrada e tem seis janellas rasgadas e gradeadas de ferro. Tem duas portas chamadas a do *Sol* e a de *Alverca*. Dentro do castello ficava o palacio que o 1.º marquez de Castello Rodrigo mandou construir em 1590, obra de valor e de boa architectura que o povo incendiou em 1640, e está hoje em ruinas. Junto á porta de Alverca, da parte de dentro, ha um poço bem construido, de bastante profundidade e abundante d'agua potavel. No sitio chamado Alvaca ou Alvacar, existe uma cisterna com 63 degraus, aberta em marmore. A matriz está ao centro da villa. O bispo de Lamego apresentava o reitor, que tinha de renda 40$000 e o pé d'altar. Tem Misericordia, hospital e tres ermidas. Nos arrabaldes ha varias fontes, de que se abastece a villa, e regam algumas hortas e pomares. A um quarto de legua da villa, está o antigo edificio do extincto convento de Santa Maria da Torre de Aguiar, em que já falámos, e que pertenceu aos monges de S. Bernardo. Foi um santuario a que n'outro tempo concorriam muitas romarias. N'este convento viveu, e está sepultado o chronista fr. Bernardo de Brito. Proximo corre o rio Aguiar. Em Castello Rodrigo havia governador militar, juiz de fóra e camara, tudo feito pelo rei. Era isenta de pagar portagem, e tinha assento em côrtes, no banco 11.º Foi do infante D. Pedro, filho de D. Affonso o Sabio, de Castella, depois do infante D. Fernando, filho d'el-rei D. Manuel, de Portugal, passando mais tarde á Casa do Infantado. Pertence á 2.ª div. militar e ao distr. de recrut. e res. n.º 21 com a séde em Castello Branco. Castello Rodrigo foi uma das poucas terras que sustentou os direitos de D. Beatriz, filha d'el-rei D. Fernando, casada com D. João I, de Castella, ao throno portuguez, contra o Mestre d'Aviz, recusando-se a dar-lhe entrada, quando em caminho para Chaves, por ali passou, motivo por que o brazão da villa, formado d'um escudo com as armas reaes, estas estão postas ao revez, ficando a parte superior voltada para baixo, castigo que lhe infligiu D. João I.

Castello Rodrigo *(Combate de)*. No anno de 1644 era governador das armas da provincia da Beira Pedro Jacques de Magalhães, e as tropas hespanholas n'essa fronteira obedeciam ás ordens do duque d'Ossuna. Eram os dois chefes ambos altivos e resolutos, e por isso emquanto estiveram frente a frente, andaram em continuos movimentos militares, já entrando os castelhanos no nosso paiz, já saltando os portuguezes alguns logares de Hespanha, mas sem que nenhum dos exercitos intentasse operação importante, porque as attenções dos governos de Lisboa e de Madrid se concentravam principalmente no Alemtejo. Depois d'algumas d'essas façanhas, o duque d'Ossuna dirigiu-se a Castello Rodrigo com o proposito de cercar esta villa, que situada em excellente posição, era apenas defendida por um castello de fraquissimas muralhas, e cuja guarnição não passava de 150 homens. Avisado Pedro Jacques de Magalhães da marcha do inimigo, resolveu logo correr em soccorro da praça ameaçada. Só quando chegou perto de Castello Rodrigo é que pensou devéras no arrojo a que se abalançara indo ao encontro d'um exercito de dobrada força. As forças hespanholas constavam de 4:000 infantes, 700 cavallos e 91 peças de artilharia; e as portuguezas 2:500 infantes e 500 cavallos, além dos 150 soldados da guarnição. Magalhães não se intimidou, e aproveitando a circumstancia casual dos hespanhoes terem sido repellidos n'um assalto que acabavam de fazer á praça, ordenou, em 6 de junho do referido anno de 1644, que a cavallaria carregasse, e na retaguarda d'ella fez marchar a infantaria com passo rapido e ao som de tambores e atabales. Apanhado assim de subito, o duque d'Ossuna julgou que era atacado por um exercito numeroso, e vendo que lhe era difficil ordenar as tropas que estavam descançando do assalto, deu ordem para a retirada, e com o fim de proteger esta, mandou deitar fogo ás trincheiras. O incendio longe de surtir o effeito desejado, lançou a confusão no exercito hespanhol, e a retirada depressa se transformou em desordenada fuga. As cargas da nossa cavallaria completaram a derrota. O panico que se apoderou do exercito inimigo, foi tal, que além do grande numero de mortos que ficaram no campo, cairam prisioneiros em poder dos portuguezes, 1 tenente-general, 2 sargentos-móres, 19 capitães, 6 ajudantes e 29 alferes. Tomaram-se 9 peças d'artilharia, 4 petardos e 500 carros de munições, que faziam parte das forças do duque de Ossuna, e este general a custo pôde fugir, disfarçado, e seguido por uma pequena escolta de cavallaria. Junto á Matta de Lobos está um padrão commemorando este combate, padrão que é conhecido pela *Cruz de Pedro Jacques*.

Castello de S. Jorge. V. *Alcaçova* e *Lisboa*.

Castello de Valle de Todos. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Torre de Valle de Todos, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Castello Velho. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Castello Ventoso. Casaes na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Ferreira, distr. de Beja. ‖ Monte na freg. de S. Bento do Matto, conc. e distr. de Evora.

Castello de Vide *(Fr. Bernardino de)*. Religioso da ordem de S. Francisco da provincia da Piedade: N. em Castello de Vide. Deixou uma obra manuscripta, intitulada: *Solução de todos os nós da consciencia, segundo os privilegios regulares e a bulla da Santa Cruzada*, etc. Conservava-se o manuscripto no convento de Santo Antonio em Evora.

Castello de Vide *(Fr. Francisco de)*. Religioso da ordem de S. Francisco, natural de Castello de Vide; fal. a 26 de junho de 1732. Era filho de Braz Antunes e de Catharina Dias. Professou a 29 de fevereiro de 1689. Foi lente de Philosophia e de Theologia, qualificador do Santo Officio, visitador da provincia da Soledade, e do Seminario de Brancannes. Deixou em manuscripto os *Estatutos da Provincia da Piedade*, e um *Sermão de Santa Izabel, rainha de Portugal*.

Castello de Vide. Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc. e de com., distr. e bisp. de Portalegre. Tem tres freguezias: Santa Maria da Deveza, S. João Baptista e S. Thiago Maior. Está situada junto á fronteira de Hespanha, em ponto elevado na encosta d'um monte, em frente da serra de S. Paulo. A pov. é muito antiga, parece ter sido fundada ainda antes do dominio romano, pois já existia quando foi destruida a cidade de

Norba Cesaria. Sobre a etymologia do nome ha diversas opiniões; querem uns que fôsse *Villa de Vide*, por causa d'uma grande vide que existia no sitio onde se edificou o castello, parecendo corroborar esta opinião o brazão da villa, que se compõe d'um escudo, tendo no meio um castello cercado por uma vide com seus cachos e parras; outros pretendem que se chamasse *Villa Divide*, por estar proximo da divisão de Portugal e Castella. Depois que se edificou o castello, tomou o nome de *Castello de Vide*. Foi tomada aos moiros por D. Affonso Henriques, e este monarcha a cedeu como solar a Gonçalo Mousinho, cavalleiro nobre do tempo de seu pae, o conde D. Henrique, em recompensa de serviços prestados a Portugal, dando-lhe rendas na mesma villa e brazão d'armas. D. Affonso III, por data de 12 de outubro de 1270, fez doação da villa juntamente com Portalegre e Marvão a seu filho, o infante D. João, irmão de el-rei D. Diniz; uas discordias que entre si tiveram os dois irmãos, Castello de Vide foi por vezes theatro d'esta lucta, querendo D. Affonso, para sua defeza, cercal-a de muralhas, o que lhe foi impedido pelas tropas de D. Diniz. As discordias continuaram, até que em 1282 D. Affonso desistiu d'aquella praça, que ficou pertencendo á Corôa. A'cerca do castello

Brazão de Castello de Vide

tambem divergem as opiniões, querendo uns que tenha muito remota origem, e que D. Diniz lhe edificou a torre de menagem, e fez alguns reparos; outros dizem que foi este monarcha o seu fundador. Ainda hoje tem, meio derrocada, a respectiva torre de menagem, que se eleva a grande altura, e cujo interior deveria ter sido de um bello effeito; alguns revelins, que são muito visitados, e duas portas, uma chamada de S. João, que dá saída para a moderna villa, e outra, a de S. Pedro, que dá saída para os campos fronteiros. Das muralhas desfructam-se bons pontos de vista. Dentro das muralhas, segundo dizem, existe um antiquissimo quartel militar, que está actualmente habitado por mendigos, bem como outros casarões que faziam parte da antiga guarnição da praça. Estas muralhas se prolongam em redor da moderna villa, onde se encontram ainda as portas *Nova* e de *Santa Catharina*, tendo sido ha poucos annos demolida a de *S. João*, para aformoseamento do largo da Boa Vista, e a da *Aramenha*, para no seu logar ser construido o edificio do Asylo do Espirito Santo. Esta porta, que era formada pelos quinaes de uma outra da antiga cidade dos romanos, *Aramenha* ou *Medobriga*, soffreu os effeitos da dynamite, tendo sido totalmente destruida. Era um bello portico de cantaria lavrada, que para aqui foi trazido em 1710 (V. *Aramenha*). N'este anno fôram reedificadas e augmentadas todas as fortificações, que tinham ficado muito deterioradas em consequencia dos hespanhoes terem occupado esta praça em 1704. Eram alcaides-móres do castello os condes de Sabugal, que tambem eram meirinhos-móres. El-rei D. Diniz estava n'esta villa em 1281, quando recebeu os embaixadores de Aragão para ratificar o seu casamento com a princeza aragoneza, D. Izabel, a rainha santa, que se effeituou em 1282. A 15 de maio de 1299 confirmou os fóros e termos ao concelho de Castello de Vide, concedendo-lhe que fôsse sempre da Corôa, com o privilegio de não sair d'ella, nem de se fazerem aqui soldados, mas com a obrigação de defenderem a praça em tempo de guerra. Castello de Vide teve foral, dado por Pedro Annes em 1180, e outro em 1310, dado por Diniz; D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 1 de junho de 1512. D. João I, em recompensa dos heroicos serviços, prestados pelo bravo Gonçalves Annes, de Castello de Vide, na batalha d'Aljubarrota, doou-lhe o senhorio da villa. Gonçalo Annes era o valente fidalgo, amigo e companheiro d'armas de D. Nuno Alvares Pereira. Em 17 de setembro de 1674 D. Pedro II, então principe regente e governador dos reinos de Portugal e Algarves, concedeu a Castello de Vide o titulo e privilegios de *villa notavel*, por ser uma das mais nobres e maiores povoações de Portugal, ser praça d'armas de grande importancia, e ter feito grandes serviços a este reino no tempo da guerra. Desde de 1640 até 1711 a villa foi quasi constantemente theatro de pugnas heroicas entre portuguezes e hespanhoes. A freg. de Santa Maria da Deveza é actualmente a mais importante attendendo á grande area que abrange. Foi primeiro uma capella, edificada em 1311 por Lourenço Pires e sua mulher Domingas Joannes, depois transformada n'um templo vastissimo. O padroado real apresentava o parocho, que tinha de rendimento 50$000 réis e o pé d'altar. Actualmente, o parocho é vigario e arcypreste de Castello de Vide, a cuja jurisdicção pertencem as freguezias da villa e algumas dos concelhos visinhos. N'esta egreja costumam realisar-se durante o anno pomposas festividades, sendo as principaes as do Natal e Semana-Santa, a que concorrem numerosos forasteiros. A freguezia de S. João Baptista era da ordem de Malta e commenda das freiras da mesma ordem de Extremoz, que parece terem sido as fundadoras da egreja; o prior era apresentado pelo grão-prior do Crato. Fica situada no cume d'uma altissima serra, d'onde se avista um pittoresco panorama. A freguezia de S. Thiago está hoje muito decahida, e foi do padroado real. O parocho é prior, e tambem era prior da villa da Povoa e Meadas, onde tinha um cura. Os rendimentos d'esta villa eram tão importantes que d'elles desfructavam a sé da Guarda, o bispo e o cabido da sé de Portalegre, os beneficiados de Santa Maria, e prior de S. Thiago, que tinha ainda de pagar ao cura proposto. A esta freg. pertence a capella antiquissima do Salvador do Mundo, e as do Bomfim e N. S.ª da Luz, onde costuma haver festa e romaria na segunda feira da Paschoela, que é sempre muito concorrida. O hospital e a Misericordia que instituiu Miguel Contreiras na egreja de Santo Amaro, no reinado de D. Manuel, o antigo convento de N. S.ª da Victoria, de hospitaleiros de S. João de Deus, tornou-se em hospital militar, e actualmente está dividido em dois edificios, estando n'um d'elles installados o hospital e a Misericordia, que para ali se transferiram em dezembro de 1855, por estar muito arruinado o an-

tigo edificio. No outro está estabelecida a sociedade de recreio *Club Recreativo Castello Vidense*. O hospital é muito espaçoso, podendo comportar muitos doentes. Tem banco, onde dois facultativos prestam serviços a doentes externos, e a que não faltam os melhores apparelhos da sciencia cirurgica. Tambem tem uma bem fornecida pharmacia, d'onde são dados medicamentos gratuitos, não só para as enfermarias, como tambem para os doentes pobres do concelho. O recolhimento de velhas indigentes, instituido por Cypriano Torres, é subsidiado pelo hospital e particulares. Houve tambem a albergaria de S. Domingos. Em Castello de Vide existe o asylo de N. S.ª da Esperança para cegos de ambos os sexos, instituição bem conhecida no paiz e no estrangeiro, que attesta em Portugal um dos mais benemeritos progressos como a educação litteraria e profissional dos cegos. Está installado no edificio do antigo convento de frades recolétos (V. *o artigo seguinte*). O asylo do Espirito Santo para infancia desvalida, fundado por D. Maria José da Rosa e Almeida em cumprimento d'um legado de 200:000$000 réis de seu fallecido marido, José d'Almeida Sarzedas, o qual foi inaugurado em 1897. O edificio dos paços do concelho, que é muito vasto e importante, foi construido no principio do seculo XVIII. O edificio tem tres frentes. A entrada é formada por uma grande arcada, d'onde parte uma escadaria que vae ter ao tribunal judicial, estabelecido na fachada norte; partindo outra do lado opposto para uso das outras repartições municipaes. A villa tambem é séde d'uma secção da guarda fiscal, a que pertencem muitos postos; está aqui uma delegação da alfandega de Lisboa. Teve uma grande fabrica de pannos com 70 teares, na qual se faziam annualmente mais de 6:000 têas. No antigo regimen tinha voto em côrtes, com assento no banco n.º 11. Até 1834 havia juiz de fóra, que era tambem juiz das sizas e direitos reaes, camara, escrivães, etc.; no concelho capitão-mór e 14 companhias de ordenanças. Cercam a villa as ribeiras de Vide e S. João, que amenisam e tornam fertilissimos os seus arrabaldes, e fazem mover moinhos, azenhas e lagares de azeite. Nos arrabaldes vêem-se quintas, hortas, campos e pomares. A villa pertence á 4.ª div. mil., 7.ª brigada, grande circumscripção mil. do S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 22 com a séde em Abrantes. Castello de Vide tem escolas para ambos os sexos, est. post. e teleg. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. L.; feira de Santo Amaro a 15 de janeiro, e de S. Lourenço a 10 de agosto; mercado todas as sextas-feiras, e um mercado importante em domingo de Ramos; advogados, medicos, pharmacias; agencias bancarias da *Economia portugueza* e do *Credit Franco-Portugais*, de Lisboa e Porto; agencias dos seguros: *A Popular*, *Fidelidade*, *Previdencia* e *Tagus*; fabricas de azeite, de barro e tijolos; hospedarias, notario, sociedades de recreio: *Club Recreativo Castello Vidense*, *Fanfarra dos cegos* e *Philarmonica União Artistica*; theatro *Mousinho da Silveira*; est. do caminho de ferro, na linha de léste, entre as de Peso e Marvão. A população de Castello de Vide é quasi exclusivamente agricola e muito laboriosa. Na villa encontram-se ruas espaçosas, praças adornadas de bons edificios. E' abastecida de abundantes aguas. A estatua de D. Pedro V está levantada no Rocio. Foi feita por subscripção, coadjuvada por todos os filhos da terra; Começaram as obras em 20 de setembro de 1870, e procedeu-se á inauguração em 25 de setembro de 1873. O saudoso monarcha visitara a villa em 7 de outubro de 1861, pouco tempo antes de fallecer, e chamou-lhe *Cintra do Alemtejo*. O principal commercio do conc. é azeite, cereaes, gado vaccum e lanigero, carnes fumadas, fructas, legumes e queijos. O conc. comprehende 4 freguezias com 1:712 fog. e 6:505 hab., sendo 3:118 do sexo masc. e 3:387 do fem., n'uma superficie de 25:8.6 hect. As freguezias são: em Castello de Vide: N. S.ª das Devezas, 3:353 hab: 1:636 do sexo masc. e 1:717 do fem; S. João Baptista, 1:075 hab: 501 do sexo masc. e 574 do fem.; S. Thiago Maior, 704 hab.: 316 do sexo masc. e 388 do fem; Povoas e Meadas, N. S.ª da Graça, 1:373 hab: 665 do sexo masc. e 708 do fem. Proximo de Castello de Vide, na distancia de 100 metros, está a fonte da Mealhada, cujas aguas são hoje geralmente conhecidas em todo o paiz pela sua acção therapeutica. Analysada recentemente, reconheceu-se na sua composição um conjuncto de saes de calcio e sodio, aos quaes devem a justa classificação de alcalinas, o que as torna um poderoso agente para combater as dyspepsias acidas e muitas outras doenças da viscera estomacal. Consta que estas aguas vão ser brevemente exploradas.

Castello de Vide *(Asylo de N. S.ª da Esperança)*. Para cegos de ambos sexos. Foi fundado em 1863 pelo dr. João Diogo Juzarte de Sequeira Sameiro, descendente d'uma das mais nobres familias da provincia do Alemtejo. Vivendo em Castello de Vide, foi atacado pela terrivel enfermidade da cegueira, tanto elle como seus irmãos, e depois de se sujeitar a uma melindrosa operação, conseguiu recuperar a vista. Lastimando então por experiencia propria tão dolorosa desgraça, pensou na instituição d'um asylo para cegos d'ambos os sexos, o primeiro que existiu em Portugal. Para realisar o seu caritativo projecto faltava lhe um edificio; o governo então por portaria de 18 de abril de 1856, autorisou a mesa da Misericordia d'aquella villa a ceder a parte do edificio de que carecia para estabelecer o asylo, louvando tambem tão benemerita idéa. A 20 de julho de 1863 é que pôde inaugurar o asylo. Cuidou depois em redigir os estatutos, que fôram sanccionados por decreto de 25 de outubro de 1866. Escriptos os estatutos, mandou lavrar o testamento e o mais que respeitava á sua benefica instituição, no começo de junho de 1865, e dois mezes depois falleceu. Dotou o asylo com toda a sua fortuna, que orçava por 90:000$000 réis em bens de raiz, deixando a seu irmão, José Godinho Juzarte de Sequeira Sameiro o especial encargo de administrar e consolidar o patrimonio dos cegos, que eram todos os seus affectos. O edificio fórma um quadrado com um claustro no centro, guarnecido de boas columnas de pedra. No pavimento inferior estão os dormitorios e o refeitorio; ha differentes camaratas para os cegos de diversas edades, ficando os adultos completamente separados dos de menor edade. N'este pavimento estão installadas as aulas de instrucção primaria, secundaria e de musica, o gabi-

nete da direcção e a secretaria do asylo. No primeiro andar acham-se os dormitorios e o refeitorio dos cegos, as enfermarias, a cozinha, a dispensa e a sala de visitas Em ambos os andares ha salas com fogões para conversação durante o inverno. Ao lado norte do edificio fica-lhe contigua a egreja que é tambem propriedade do asylo, onde os cegos vão ouvir missa e assistir ás festividades religiosas. Ao sul existem espaçosos jardins, que fôram augmentados com todo o terreno do antigo cemiterio da villa Quando falleceu José Godinho Sameiro, director do asylo e irmão do fundador, a administração ficou entregue á Congregação do Coração de Jesus, d'aquella villa, que duas vezes por anno elege as direcções. A direcção eleita em 1896, composta dos srs. dr. Aniceto d'Oliveira Xavier, presidente; o padre Antonio José Ferreira Trindade, secretario; José d'Assumpção Mimoso, thesoureiro; Henrique do Carmo Gonçalves e Antonio José Repenicado, vogaes, entendeu que as creanças cegas deviam receber educação e instrucção, que lhes minorasse a sua desgraça. Com o auxilio do regente e administrador, o sr. padre Severino Diniz Porto, deu grande desenvolvimento ás aulas instituidas por este benemerito professor. O processo seguido é o mesmo empregado na *Institution Nationale des Jeunes Aveugles*, de Paris, *no Royal Normal College for the Blind*, de Londres, e em todas as escolas de cegos do mundo: o *Systema Braille;* e para a communicação dos cegos e dos que vêem, adoptou-se o systema *Braille-Ballis;* a arithmetica é ensinada com o auxilio do *Cubarithmo*, inventado pelo professor Martin, do Instituto Nacional de Cegos de Paris. No asylo tambem se creou o ensino da musica. No fim do anno de 1895 a direcção convidou o sr. Branco Rodrigues, redactor do *Jornal dos Cegos* e membro da commissão encarregada pelo governo da organisação do ensino dos cegos, para ir visitar aquelle estabelecimento. O sr. Branco Rodrigues elogiou os trabalhos da direcção e o do benemerito iniciador do ensino dos cegos, mas lembrou que as creanças deviam tambem receber o ensino profissional, á imitação do que se praticava no estrangeiro, que os habilitasse a ganhar os meios de subsistencia. Um dos directores, o sr. Antonio José Repenicado, offereceu immediatamente o capital preciso para a instituição das officinas. Deliberou-se então que estas se ficassem denominando *Officinas Branco Rodrigues*. Sendo a industria local mais lucrativa a do fabrico das canastras, para a exportação das carnes, de sal, de peixe, etc., porque n'aquella região abundam os castanheiros, decidiu-se que se ensinasse aos cegos aquelle officio, bastante rendoso. As officinas fôram fundadas em 16 de dezembro de 1895. Na capella do asylo erigiu-se um mausoléo, para onde fôram trasladados os restos mortaes do fundador, o dr. Sequeira Sameiro, em 20 de julho de 1896, 33.º anniversario da inauguração do asylo. Foi uma solemnidade imponente, a que assistiram as autoridades, as corporações religiosas e civis da localidade, a imprensa de Lisboa, etc. Cantou-se uma missa de *requiem*, desempenhando os cegos a parte instrumental, e prégando o dr. José d'Oliveira, professor do seminario de Bragança.

Castello Viegas. Pov. e freg. de Santo Estevão, da prov. do Douro, conc., com., distr. e bisp. de Coimbra; 515 hab. e 153 fog. Tem esc. do sexo masc., caixa post , fabrica de manteiga da Conraria, e de toalhas e guardanapos de linho. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem esquerda dos rios Douro e Mondego, n'um valle fresco e ameno, muito abundante d'aguas e fertil, sobretudo em vinho, azeite e fructas. Tinha um convento da invocação de S. Jorge, de conegos regrantes de Santo Agostinho. Em 1166 era senhor de Castello Viegas um fidalgo chamado Salvador Viegas, que dizem ter dado o nome á terra, o qual, tendo enviuvado de sua mulher D. Aldonça ou D. Dulce, se desgostou do mundo, deu tudo quanto possuia ao referido convento, onde tambem se recolheu, fazendo-se frade. Este convento foi unido ao de Santa Cruz de Coimbra em 1568, e eram seus dependentes um hospital para pobres e uma albergaria para passageiros. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23 com a séde em Coimbra.

Castello do Zezere. Proximo á villa de Punhete, hoje V. N. de Constancia, e na foz do rio Zezere, fundou D. Gualdim Paes, mestre da ordem do Templo, em 1159 ou 1160, um forte castello, que está hoje em ruinas. O mesmo D. Gualdim lhe deu foral em 1174.

Castêllo. Pequena aldeia na freg. de Santa Maria, de Avioso, onde está a séde do conc. da Maia, distr. do Porto (V. *Maia*). || Pov. na freg. de S. Martinho, de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, do mesmo distr. || Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Valladares, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Castellões *(Antonio Cardoso Pereira Ferraz, 2.º visconde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 9 de julho de 1855; moço fidalgo com exercicio, por alvará de 7 de setembro de 1859; commendador da ordem de Christo, senhor da quinta de Castellões, situada na freguezia de S. Martinho de Sande, e d'outras mais propriedades que herdara de seus maiores, contando-se entre estas, a da capella de Santo Antonio do Ameal, na referida freguezia; escrivão da mesa grande da alfandega do Porto, aposentado, officio de que, por compra, fôram tambem proprietarios os seus ascendentes, etc. N. a 7 d'outubro de 1808, e é já hoje fallecido. Era filho de Antonio Rodrigues Pereira Ferraz, cavalleiro professo da ordem de Christo, escrivão da mesa grande da alfandega do Porto, officio de que foi na sua familia o 2.º proprietario encartado; senhor da Capella de Santo Antonio do Ameal, da freguezia de Sande, e de sua mulher, D. Maria do Carmo Lizarda Cardoso Guimarães, filha de Manuel Francisco Guimarães, capitão de ordenanças, e de sua mulher, D. Angelica dos Anjos Cardoso. O tio do 2.º visconde de Castellões foi concedido, em verificação de vida no de seu tio paterno, o 1.º visconde, por alvará de lembrança de 25 de novembro de 1853, e renovado a 23 de abril de 1864. Casou a 13 de maio de 1833 com D. Maria Emilia de Brito e Cunha, filha de Antonio Bernardo de Brito e Cunha, cavalleiro da ordem de Christo, contador da Real Fazenda no Porto, e de sua mulher, D. Thereza Benedicta Pedrosa. Brito e Cunha foi um dos martyres da patria, que por ser constitucional subiu ao patibulo na referida cidade, a 7 de maio de 1829.

Castellões *(Florido Rodrigues Pereira Ferraz,*

1.º visconde de). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 22 de fevereiro de 1836; conselheiro de Estado extraordinario, ministro e secretario de Estado honorario, par do reino, por carta regia de 15 de dezembro de 1849, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara na sessão de 7 de janeiro de 1850; deputado, conselheiro vogal do antigo tribunal do Thesouro Publico; commissario em chefe do exercito, reformado; commendador da ordem de N. S.ª da Conceição; grã-cruz da de S. Mauricio e S. Lazaro da Sardenha, e da de Carlos III de Hespanha; proprietario, etc. N. no Porto a 13 de janeiro de 1790, onde tambem fal. a 17 de dezembro de 1862. Entrando no parlamento, como deputado pela provincia do Minho, logo depois de proclamada a Carta Constitucional, na legislatura de 1834-1835, continuou a ser eleito na 2.ª legislatura de 1836, na 2.ª de 1840, e na de 1844-1846, sendo depois elevado a par do reino. A 26 de novembro de 1839 foi encarregado da pasta da fazenda no ministerio presidido pelo conde de Bomfim, e em 18 de junho de 1849 foi nomeado ministro da marinha no gabinete presidido pelo conde de Thomar, servindo interinamente de ministro da guerra nos ultimos dias de abril de 1851. Em 1811 fôra nomeado commissario em chefe do exercito; tambem exerceu o logar de director da alfandega de Lisboa, e desempenhou muitas commissões importantes. O titulo foi-lhe concedido em duas vidas, por decreto de 7 de maio de 1851. Fallecendo sem geração, foi verificada a segunda vida em seu sobrinho, Antonio Cardoso Pereira Ferraz, filho de seu irmão Antonio Rodrigues Pereira Ferraz. A terceira vida, com que foi accrescentado este titulo por decreto de 27 de fevereiro de 1905, acha-se verificada actualmente no sr. visconde de Castellões, Alvaro de Castro Araujo Cardoso Pereira Ferraz. O brazão d'armas é o seguinte: escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Pereiras, em campo vermelho uma cruz de prata florida e vazia do campo; no segundo, as armas dos Ferraz, em campo vermelho seis besantes de prata em duas palas, cada um com tres faxas ou gretas de negro; no terceiro quartel as armas dos Araujos de Portugal, em campo de prata uma aspa azul carregada de cinco besantes de ouro; e no quarto, as armas dos Ribeiros, escudo esquartelado, no primeiro em ouro quatro bastões sanguinhos firmes; no segundo em preto tres faxas veiradas de prata e sanguinho, e assim os contrarios.

Castellões. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga: 391 hab. e 91 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 12 k. da séde do conc. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. Por decreto de 14 de agosto de 1895 passou ao conc. de Povoa de Lanhoso, e voltou para o actual, e a que já anteriormente pertencia, por decreto de 13 de janeiro de 1898. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. de Macieira de Cambra, com. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 2:902 hab. e 602 fog. Tem correio com serviço de posta rural, escolas para ambos os sexos, medicos, advogado, fabricas de manteiga. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada quasi toda em planicie muito fertil e aprazivel nas margens do rio Caima. Foi antigamente conc. com juiz ordinario e camara, sujeitos ás justiças da Feira. Era da Casa do Infantado. A egreja matriz é importante. O cabido de Coimbra apresentava o reitor, que tinha de rendimento 200$000 réis. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. || Pov. e freg. do Salvador, da prov. da Beira Alta. conc. e com. de Tondella, distr. e bisp. de Vizeu; 2:068 hab. e 545 fog. Tem esc. para o sexo masc. A egreja d'esta freg. dista 10 k. da séde do conc. A pov. está situada nas abas da serra do Caramulo. Era do padroado real, que apresentava o reitor, o qual tinha de rendimento 49$000 réis em dinheiro e alguns generos. Passa aqui o rio do seu nome, que nasce na serra do Caramulo, de varios arroios, e morre no Crins, com 6 k. de curso. As suas margens são cultivadas, e teem frondoso arvoredo. A terra é muito fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Santa Comba Dão. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 420 hab. e 98 fog. Tem esc. do sexo masc. A egreja parochial dista 7 k. da séde do conc. A pov. está situada n'um valle muito fertil, sobretudo em fructa. O prior do convento de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8 com a séde em Braga.

Castellões. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Avidos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Silva Escura, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Castellões de Cepeda. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. de Paredes, distr. e bisp. do Porto; 1:391 hab. e 281 fog. E' n'esta freg. a villa de Paredes, capital do conc. d'este nome. Está situada n'um valle, d'onde se vê Penafiel e outras terras. O bispo do Porto e o D. abbade do convento dos frades benedictinos de Paço de Sousa, apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimento. Quando foi cabeça de concelho tinha um ouvidor, dois tabelliães, que serviam de escrivães da camara, procurador, meirinho. etc. Em 1821 foi supprimido o vasto e antigo conc. de Aguiar de Sousa, passando a maior parte das freguezias que o constituiam a augmentar o tambem antigo conc. de Castellões, ou Castellãos de Cepeda, cuja capital se mudou então para a povoação de Paredes, que obteve o titulo de villa. e deu o seu nome ao actual conc. Junto á capella de N. S.ª da Guia está a Fonte Sagrada, abundantissima d'agua, com que se rega uma ribeira muito fertil, (V. *Paredes*). Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18 com a séde no Porto.

Castellões de Recesinhos. Pov. e freg. do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. do Porto: 567 hab. e 117 fog. A egreja parochial dista 10 k. da séde do conc. Tem esc. para ambos os sexos. Os condes d'Obidos eram donatarios d'esta freg. e apresentavam o abbade, que tinha 300$000 réis, e punham as justiças. A terra é muito abundante d'aguas e muito fertil; tem boas quintas. Apparece aqui bastante caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20 com a séde em Amarante. A freg. tambem é conhecida pela denominação de *Recesinhos de Castellões*.

Castellos. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Durrães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Casaes na freg. de S. Thiago e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || Ribeira que desemboca na costa E da ilha de S. Thomé.

Castendo. Pov. comprehendida na area da freg. de S. Genésio, de Iusua, onde está a séde do conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu; está situada a pequena distancia da margem direita do rio Dão, e da margem esquerda do rio Coja. E' terra fertil, e produz muito e bom vinho.

Castiço *(Fernando).* Escriptor, natural de Braga, onde nasceu em 1835. Tendo ido para o Brazil em 1857, entrou para a redacção do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, onde se tornou muito conhecido. Depois d'uma larga permanencia no Brazil, regressou a Braga, e collaborou nos seguintes jornaes: *Brado liberal*, *Herculano*, *Museu illustrado*, *Grinalda*, etc. Escreveu e publicou uma obra muito curiosa denominada *Memoria historica*, relativa ao santuario do Bom Jesus do Monte, de Braga.

Castilhada. Pov. na freg. do Salvador, de Medrões, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

Castilhão. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Santa Lucrecia d'Algeriz, conc. e distr. de Braga. || S. Salvador, de Parada e Barbudo, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Castilhas. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Montouto, conc. de Redoudo, distr. de Evora.

Castilho. As armas d'esta familia são em campo verde um castello de prata, com portas e frestas de negro, nas ilhargas do castello dois lebréus de prata com colleira vermelha, levantados e presos por cadeias de ouro que saem das bombardeiras do castello; timbre um dos lebreus. E' seu solar Castilho Pedroso, nas Asturias Os irmãos João e Diogo de Castilho, ambos architectos, fôram as primeiras pessoas d'este appellido que passaram a este reino em tempo de D. Manuel. A'cerca da familia Castilho, pódem ler-se as notas que o actual visconde de Castilho inseriu no tomo III dos *Estudos sobre Camões*, obra de seu pae, de pag. 29 e seguintes 2.ª edição, publicada em 1863.

Castilho *(Fr. Affonso de).* Religioso da ordem dos Menores; professou em Hespanha. Escreveu e publicou em 1616 um livro intitulado: *Compendio de platicas amorosas, con que el alma pide á su Dios perdon y misericordia.*

Castilho *(Alexandre Magno de).* Cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição, bacharel formado em Mathematica e Philosophia pela Universidade de Coimbra, consul dos estados de Buenos Ayres em Lisboa, membro do Instituto Historico de Paris e d'outras sociedades e corporações scientificas. N. em Lisboa a 12 de novembro de 1803, onde tambem falleceu a 23 de maio de 1860. Era filho de José Feliciano de Castilho e de sua mulher, D. Domicilia Maxima de Castilho, irmão do notavel homem de letras, visconde de Castilho. Seguindo a carreira militar, embarcou em 1825, como official de marinha, a bordo da corveta *Lealdade*, que se dirigia ao Rio de Janeiro, onde em 1826 publicou as *Cartas de dois amantes*, e as *Poesias d'um portuguez offerecidas aos portuguezes residentes no Brazil*, um folheto aggressivo contra o brigadeiro Moniz Barreto, que deu origem a uma querella, publicando tambem Alexandre Magno de Castilho a sua defeza. Os seus sentimentos liberaes, que o indigitavam para a perseguição, o forçaram a abandonar a sua espada de official, emigrando em 1828 para França, onde viveu muitos annos, entregando-se juntamente com seu irmão José Feliciano de Castilho, a estudos sobre mnemonica, publicando em francez uma serie de livros sobre esses assumptos de 1831 até 1835, anno em que tambem publicaram em Tarascon e no mesmo idioma um *Tratado de stenographia.* Continuando sempre ligado a seu irmão José Feliciano em todos os seus negocios, foi correspondente de varios jornaes brazileiros, e escreveu muito para o theatro, e com especialidade traducções. Em Paris começou a publicar em 1851 o *Almanach de lembranças*, que foi impresso em Lisboa até 1860, exceptuando os de 1852 e 1853 que se imprimiram em Paris. Estes *almanachs*, depois da sua morte, continuaram a publicar-se, por seu sobrinho e genro, do mesmo nome do tio, e pelo dr. Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, pertencendo hoje á casa editora Parceria Pereira; fórmam uma curiosa collecção. Alexandre de Castilho collaborou nos jornaes: *Independente*, *Amigos das Letras*, *Revista Universal*, *Semana*, etc. No *Correio mercantil do Rio de Janeiro* imprimiu um artigo: *Golpe de vista sobre o estado politico das principaes Nações da Europa em 1851*, e a *Chronica politica Europêa*, começada em agosto de 1851. Pouco tempo antes de fallecer, noticiaram os jornaes o seu fallecimento, boato que elle veiu desmentir na imprensa, n'uma carta muito graciosa assignada por *Alexandre Magno de Castilho o morto vivo.* Do seu consorcio teve uma filha, D. Emilia Augusta de Castilho, que nasceu em 22 de setembro de 1841, e fal. em 1860, contando apenas 19 annos; casou com seu primo Alexandre de Castilho, filho do irmão de seu pae José Feliciano de Castilho. Esta senhora cultivou com esmero a poesia, e deixou alguns versos publicados no *Almanach de lembranças.* Escreveu, além do que já apontámos, o seguinte: *Resposta á Analyse da Carta de Lei de 15 de outubro de 1825, do brigadeiro Moniz Barreto*, Rio de Janeiro, 1826; *Defeza de Alexandre Magno de Castilho, Bacharel formado em Mathematica, e Voluntario da Armada Real Portugueza*, Rio de Janeiro, 1826. Das peças theatraes, tanto originaes como traducções, está publicado o drama *Carlos III ou a Inquisição em Hespanha*, no *Archivo theatral*, tomo III, Lisboa, 1840. Na collecção *Theatro moderno* publicou o *Cavalleiro de S. Jorge*, comedia em 3 actos; *A mulher de dois maridos* e *O Coronel*, ambos em 1 acto. Ficou inedito o drama em 5 actos *Joanna a doida*, representado no theatro de D. Maria pela actriz Emilia das Neves, e as seguintes comedias: *O melhor dia da vida*, *Os dois inglezes*, *Caluda!*, *Uma lição*, *Um qui-pro-quo*, *Uma boa desforra*, *O medico das senhoras*, *A recolhida*, *Uma paixão por tabella*, *O boticario fidalgo*, *Conspiração amorosa*, *O segredo de minha mulher*, etc.

Castilho *(Alexandre Magno de).* Cavalleiro da ordem de Aviz, 1.º tenente da Armada, engenheiro hydrographo, professor de hydrographia na Escola Naval, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa; do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil, e d'outras so-

ciedades scientificas portuguezas e estrangeiras. N. em França, na cidade de Puy, a 4 de março de 1835, fal. na ilha da Madeira a 19 de janeiro de 1871. Era filho primogenito do conselheiro José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha, e de sua mulher, D. Marianna Maynard de Castilho, de nação ingleza. Dotado d'um precoce talento, que se manifestou sendo ainda muito creança, aos 10 annos já falava e escrevia grammaticalmente a lingua patria, o francez, o inglez, o allemão, e aprendera tambem o latim. Assentou praça d'aspirante a guarda-marinha, em 22 de abril de 1844; em outubro de 1846 completou o curso de marinha na Escola Polytechnica, e em maio de 1848 o da Escola Naval; em 19 de julho de 1849 foi nomeado guarda-marinha, e em 6 de outubro de 1851 já era segundo tenente d'armada. Não é muito facil encontrar quem aos 17 annos já possua as dragonas de official, tendo completado os estudos sempre com a maior distincção. Cedo tambem entrou a conciliar os estudos theoricos com a pratica da carreira a que se destinava, porque commandando seu tio por affinidade, Manuel Thomaz da Silva Cordeiro, a fragata do registro no Tejo, o recebeu para servir ás suas ordens, e habitual-o á vida de bordo, por vezes bastante espinhosa. Depois, quando concluiu o curso, e sendo o seu referido tio nomeado commandante da estação naval na Africa Occidental, seguiu, sob o seu commando, para a estação d'Angola, na corveta *Oito de Julho*, em 4 de junho de 1848. Emquanto esteve em Africa, as suas distracções fôram visitar em repetidos cruzeiros a costa d'Africa desde a Bahia dos Tigres, ao sul de Mossamedes, até Ajudá, no golfo de Benim, correr portos e mares, examinar as alturas das aguas, sondar os fundos que ellas cobrem, marcar os cabos, enseadas e sinuosidades da terra que as orla, e levantar sobre os seus proprios desenhos cartas geographicas em que se rectificam muitas das anteriores; as suas distracções fôram, finalmente, lançar os fundamentos ao *Roteiro*, que 12 annos mais tarde escreveu e publicou, obra importantissima, circumstanciada e verdadeira, principalmente quanto ás costas de Loango, Congo, Angola, Benguella e Mossamedes. Quando voltou d'Africa, vinha commandando a escuna *Constituição*, que na qualidade de correio veiu de Loanda tocando em diversos pontos até Lisboa, onde chegou a 20 de setembro de 1852. Tornou a Loanda no anno seguinte, acompanhando o governador nomeado, o visconde de Pinheiro, e n'essa viagem rdtificou alguns dos seus anteriores estudos. Regressando á patria, continuou fazendo varias viagens pela Europa em navios do estado, e em 31 de julho de 1854, sendo official da guarnição do vapor

Alexandre Magno de Castilho

Duque de Saldanha, naufragou na praia da Torreira, proximo d'Aveiro. Desgostoso com este desastre, e achando demasiadamente agitada a vida do mar, preferindo o viver tranquillo e entregar-se ao estudo, pediu licença para completar o curso superior de engenheiro hydrographo, que lhe foi concedida, e matriculou se na Escola Polytechnica a 19 de outubro de 1854. Completou o curso em 1858, sendo premiado em quasi todas as cadeiras, e obtendo classificações sempre distinctas; no ultimo anno fôram-lhe entregues pelas proprias mãos de D. Pedro V os tres premios com que o distinguiram por haver sobresaído em todas as materias. Em 1861 concluiu tambem na secção hydrographica o tirocinio pratico estabelecido na carta de lei de 20 de março de 1851 para os officiaes de marinha, que a ella se destinam, e n'esse mesmo anno, a 19 de março, foi mandado apresentar ao director dos trabalhos geodesicos e chorographicos do rio Mondego. Mezes depois, a 12 de outubro, era promovido ao posto de 1.º tenente da Armada. Foi encarregado de muitas commissões do ministerio das obras publicas, em que teve de percorrer do norte ao sul de Portugal os differentes pontos onde lhe fôram distribuidos trabalhos, ora de hydrographia, ora de geodesia, expondo-se ás chuvas e insolações em logares muitas vezes desabrigados e longe de recursos. A esta grande actividade deveu Alexandre Magno de Castilho a doença a que mais tarde succumbiu. Não podendo continuar com estes excessivos serviços, a que nunca se recusou, apezar de se sentir doente, fez por conselho dos medicos uma viagem pelas regiões mais brandas da Europa, correndo a Italia, a França e a Hespanha, regressando a Portugal em 1865. Nas estações invernosas d'este anno e de 1866 foi viver na ilha da Madeira, procurando allivios á sua saude, e quando voltou a Lisboa, resolveu fixar aqui a residencia, applicando se quanto podia aos trabalhos de gabinete. Organisou então uma livraria curiosa e archivo, onde reuniu todas as chronicas portuguezas ácerca dos nossos descobrimentos, e as principaes extrangeiras do mesmo genero; folhetos, mappas, cartas, memorias, instrumentos, finalmente, todos os subsidios indispensaveis para os estudos historico-geographico maritimos, e d'entre estes para os que podiam aproveitár á gloria, ao nome e aos interesses de Portugal. Começara a preparar elementos para uma historia da marinha portugueza desde o tempo dos romanos até os nossos dias. Vendo que era uma empresa que dependia de muito tempo e de muito trabalho em pouca harmonia com as suas forças, teve de a trocar por outra de menos folego, posto que não menos importante pelos serviços que presta á navegação. Escreveu então dois grossos volumes, que dedicou a seu pae, os quaes se intitulam: *Descripção e Roteiro da Costa Occidental d'Africa desde o Cabo d'Espartel até o das Agulhas*, que se imprimiram em 1866. Em seguida, escreveu o seguinte livro que dedicou a seu tio e mestre, o visconde de Castilho; *Memoria sobre os padrões dos descobrimentos em Africa*, publicado em 1869, primeira d'uma serie de estudos historico-geographicos que elle intentava ir completando e offerecendo ao juizo dos peritos. Em 1870 escreveu outro estudo sobre o mesmo assumpto, que dedicou a Ferdinand Denis, bibliothecario em Paris,

que escreveu muito ácerca de Portugal, o qual tem por titulo: *Etudes historico-geographiques: seconde étude sur les colonnes ou monuments commemoratifs des decouvertes portugaises en Afrique*, saiu em duas edições, uma em portuguez, outra em francez, sendo ambas publicadas pela Academia. Casou a 22 de setembro de 1857 com sua prima D. Emilia de Castilho, filha de seu tio José Feliciano de Castilho; enviuvando em 20 de maio de 1860, passou a segundas nupcias em 1863 com D. Maria das Dores da Matta Rebello. Tornando a enviuvar em 1865, casou pela terceira vez no Funchal a 12 de novembro de 1866, com D. Carlota d'Almeida Affonseca, que lhe sobreviveu. Sentindo se já muito doente, partiu para a ilha da Madeira, procurando allivios n'aquelle bello clima, a 15 de dezembro de 1870; mas um mez depois deixava de existir. Castilho escreveu tambem *Os aerostatos*, nota historica e scientifica, que foi inserta na traducção dos *Fastos* de Ovidio, por seu tio, o visconde de Castilho, tomo I, pag. 446 a 565.

Castilho *(Antonio de)*. Moço fidalgo da Casa Real e alcaide-mór de Móra, doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, cavalleiro e commendador da ordem de Aviz, desembargador da Casa da Supplicação, embaixador á côrte de Londres, guarda mór da Torre do Tombo, e chronista-mór do reino, segundo dizem Manuel Severim de Azevedo e Barbosa Machado, mas que fr. Manuel de Figueiredo, o douto critico cistercience, põe em duvida que exercesse tal cargo, como póde vêr-se na *Dissertação historica e critica para apurar o Catalogo dos chronistas-móres*, a pag. 12. Foi natural de Thomar, mas ignora-se a data do nascimento. Era filho do architecto João de Castilho, e de D. Maria Fernandes Quintanilha. Desde a mais tenra edade manifestou o talento das letras; foi collegial do collegio de S. Paulo, onde foi admittido em 2 de maio de 1563, e onde se conservou até 1565, exercendo depois o cargo de desembargador da Casa da Supplicação, cuja nomeação tem a data de 21 de novembro de 1566. Antonio de Castilho foi a primeira pessoa a quem D. João III, depois de subir ao throno, deu o habito da ordem de Aviz com a commenda de Moura. Pertenceu tambem ao conselho d'el-rei D. Sebastião; este monarcha o mandou como embaixador á côrte de Inglaterra, e, quando regressou a Lisboa, foi nomeado guarda-mór da Torre do Tombo, por alvará de 15 de fevereiro de 1571. Parece que falleceu em 1596, por ter tido n'este anno um successor na lista dos guardas-móres d'aquelle real archivo. Casou com D. Luiza Coutinha, filha de Antonio Coutinho e de D. Maria, ou Ignacia de Lima. As suas obras litterarias parece que se perderam na maioria, restando apenas duas: *Commentario do Cêrco de Goa e Chaul no anno de M.D.LXX, Viso-Rey Dom Luis de Ataide, escripto por Antonio de Castilho... por mandado del Rey Nosso Senhor, etc.* Lisboa, 1573; reimprimiu-se em 1736, com algumas variantes no titulo. Uma outra sua obra é a seguinte: *Elogio d'el-rei D. João de Portugal, terceiro do nome*, que nunca se publicou em separado. Saiu a primeira vez com as *Noticias de Portugal* por Manuel Severim de Faria, Lisboa, 1655; anda tambem na 2.ª edição das mesmas *Noticias*, Lisboa, 1740, e com os *Panegyricos* de João de Barros, Lisboa, 1791. Dizem terem sido levados para Castella uns manscriptos, que lá ficaram, com o titulo de *Fragmentos das Chronicas dos Reis D. João III e D. Sebastião*. Deixou em manuscripto *Tratado do perfeito secretario*.

Castilho *(Antonio Barreto de)*. Formado em direito civil e canonico pela Universidade de Coimbra, juiz de fóra, de Tondella, ouvidor da Universidade e cavalleiro professo da ordem de Christo. Natural de S. Lourenço de Barró, bisp. de Coimbra; ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era irmão de José Barreto de Castilho, irmão do avô do grande poeta 1.º visconde de Castilho. Escreveu e imprimiu em 1746 um *Manifesto em que se mostra o direito da conservatoria da Universidade dever-se prover em bachareis praticos*. Passou os ultimos annos da sua vida em Coimbra, n'uma casa do Terreiro do Marmeleiro, sitio que ainda hoje se chama *Pateo dos Castilhos*.

Castilho *(Antonio Feliciano de Castilho, 1.º visconde de)*. Fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores, cavalleiro da antiga ordem da Torre e Espada; official da imperial ordem da Rosa do Brazil, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, commisario geral de instrucção primaria pelo methodo portuguez, que elle creou; socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, membro do Real Conservatorio, vogal do Conselho de Instrucção Publica e do antigo conselho dramatico; socio da Sociedade Juridica de Lisboa, e da Litteraria Portuense, do Instituto Historico de Paris, da Academia das Sciencias e Bellas Letras de Ruão, da dos Ardentes de Viterbo, da Academia de Historia de Madrid, e da Arcadia Romana, com o nome de *Memnide Eginense*, escriptor e poeta, etc N. em Lisboa a 28 de janeiro de 1800, onde tambem falleceu a 18 de junho de 1875. Era filho do dr. José Feliciano de Castilho, medico da Real Camara e lente de prima da Universidade (V. *esse nome)*, e de sua mulher, D. Domicilia Maxima de Castilho. Era uma creança enfezadinha, que afinal começava a tomar promettedoras proporções, quando adoeceu gravemente, manifestando serios symptomas de tysica, receando-se muito que não pudesse salvar-se. Resistiu, porém, e já lia e escrevia quando aos 6 annos o sarampo o prostrou novamente no leito, tomando um caracter gravissimo; ainda teve a fortuna de resistir, mas com a infelicidade de ficar privado da vista, tornando-se inuteis todos os meios empregados pela medicina, especialmente por seu pae, para o livrar da terrivel cegueira. Custa a acreditar que, aprendendo sómente pelo que ouvia ou lhe diziam, Castilho pudesse alcançar tão grande erudição, o conhecimento superficial d'umas poucas de linguas, e a sciencia da lingua portugueza tanto a fundo, que não é facil determinar aquillo em que mais primava, nem decidir se se o poeta era maior que o prosador. Acompanhado por seu irmão Augusto Frederico de Castilho, quasi da mesma edade, com elle estudou humanidades, se instruiu no conhecimento dos poetas latinos, que fôram sempre os seus estudos predilectos, e com elle se matriculou na Universidade de Coimbra, na faculdade de Canones, em que ambos se formaram. Foi discipulo do padre José Fernandes, latinista de primeira ordem e poeta muito apreciavel, a quem deveu os elementos necessarios para adquirir o conhecimento profundo da lin-

gua latina, que sempre o distinguiu. O seu talento poetico começou a desenvolver-se, sendo ainda creança; versejava com a maxima facilidade, e os seus primeiros versos tinham já o cunho melodioso e bocagiano, que foi o caracteristico da sua poesia. Tinha 16 annos, quando escreveu e publicou um *Epicedio na morte da augustissima senhora D. Maria I rainha fidelissima*. Esta poesia causou a maior surpreza, por ser firmada por um poeta de tão tenra edade, e sobretudo cego. O paço agradeceu a homenagem á memoria da soberana, concedendo-lhe uma pequena pensão, que teve apenas o caracter d'um applauso e d'um incitamento. Em 1818 publicou outro poemeto, intitulado: *A' faustissima acclamação de S. M. o S. D. João VI ao throno.* Estas duas composições grangearam-lhe o despacho da propriedade d'uma escrevaninha de officio de escrivão chanceller e promotor do Juizo da Correição da cidade de Coimbra, cujo logar, pelo seu natural impedimento, era exercido por seu tio Antonio Barreto de Castilho. Em 1820 publicou uma *ode á morte de Gomes Freire e seus Socios*, e n'esse anno tambem imprimiu anonymamente o elogio dramatico, *A Liberdade*, para se representar n'um theatro particular. No sarau realisado na sala dos capellos da Universidade em 21 e 22 de novembro de 1820, recitou varias composições, que andam insertas na *Collecção* publicada em Coimbra. Em 1821 imprimiu o seu poema pseudo-classico *Cartas de Echo e Narciso,* dedicadas á mocidade academica. Em outubro de 1826, sendo provido no priorado de S. Mamede da Castanheira do Vouga seu irmão Augusto, que abraçara o estado ecclesiastico, e que era o seu companheiro inseparavel, seguiu-o áquella solidão alpestre escondida nas abas da serra do Caramulo. Ali viveu durante oito annos. Os tempos eram difficeis, as perseguições politicas começaram pouco depois, seguiu-se-lhes a guerra civil; os seus eccos dolorosos chegavam por vezes aos reconcavos d'aquelle retiro; seguia-os o susto, o sobresalto, a inquietação do espirito; pois atravez de tudo lá penetraram tambem os rumores da revolução litteraria que ia lavrando na Europa, e isto bastou para lhe alvoroçar a alma. Foi n'essa epoca que traduziu as *Metamorphoses* e *os Amores* d'Ovidio, que escreveu muitos dos versos que depois se encorporaram nas *Excavações poeticas*, e que compoz dois poemetos: *A noite do Castello* e os *Ciumes do Bardo*. A publicação das *Cartas de Echo e Narciso* motivou ao poeta uma aventura romanesca. Uma dama reclusa no convento de Vairão, D. Maria Izabel Baena Coimbra Portugal, escreveu-lhe dando-se como uma nova *Echo*, e perguntando se elle procederia como Narciso. Esta intriga galante deu em resultado a serie de quadras do *Amor e Melancolia*, que o poeta compoz, e publicou em Coimbra no anno de 1828. Esta senhora veiu a ser sua esposa, realisando-se o casamento em 29 de julho de 1834. Pouco durou este idyllio, porque D. Maria Izabel falleceu em 1 de fevereiro de 1837. No anno de 1840 acompanhou seu irmão Augusto á ilha da Madeira, e assistiu á sua morte em 31 de dezembro d'esse anno. Castilho tentou vulgarisar a historia de Portugal n'uma publicação por fasciculos, intitulada *Quadros historicos.* A Sociedade propagadora dos Conhecimentos Uteis, que fundara o jornal litterario *O panorama*, publicou em 1839 oito fasciculos d'esta obra, em que collaborou Alexandre Herculano, escrevendo o ultimo quadro. N'esse mesmo anno passou a segundas nupcias com D. Anna Carlota Xavier Vidal, natural da ilha da Madeira, que falleceu em 1871. Nos primeiros dias de 1841 voltou da ilha da Madeira, e em 1 de outubro publicava-se o 1.º numero da *Revista Universal Lisbonense*, por elle fundada e dirigida, uma das folhas que mais serviços prestou á agricultura, á industria, ás artes, á historia, á moralidade e ás letras. Deixou a direcção da *Revista* em 17 de junho de 1845, e n'esse anno e no seguinte, de collaboração com seu irmão, o conselheiro José Feliciano de Castilho, deu principio á *Livraria Classica Portugueza*, onde escreveu as biographias e juizos criticos com referencia a Bernardes e a Garcia de Rezende. Em 1846 fez uma rapida passagem pela politica, militando no partido cartista, e escrevendo um pamphleto intitulado: *Chronica certa e muito verdadeira da Maria da Fonte, escrevida por mim mesmo que sou seu tio, o mestre Manuel da Fonte, sapateiro do Peso da Regoa, dada á luz por um cidadão demittido que tem tempo para tudo.* Por esse tempo começou tambem a lucta em que empenhou uma grande parte da sua vida, para fazer adoptar o seu methodo de leitura, contra o qual se levantaram grandes polemicas. Depois d'uma lucta pertinaz pela violencia dos adversarios, só ficou victorioso em parte, porque se o governo o nomeou commissario para a propagação do seu methodo, e lhe deu um logar no conselho superior de instrucção publica, nunca lh'o fez adoptar officialmente, e foi esse o eterno pezar da sua vida. Em 1847, desgostoso por vêr a frieza com que fôra acolhida em Portugal a sua innovação, partiu para os Açôres, onde se demorou até 1850. Em Ponta Delgada escreveu o *Estudo Historico-Poetico de Camões*, enriquecido de curiosas notas, fundou uma typographia, onde se imprimiu o jornal o *Agricultor Michaelense*, a convite da sociedade promotora d'agricultura da ilha, sendo Castilho o redactor principal; estabeleceu conferencias que despertaram o amor do estudo; fundou a sociedade dos Amigos das Letras e Artes; escreveu a *Felicidade pela agricultura*, o *Tratado de Mnemonica*, o *Tratado de metreficação*, as *Noções rudimentares para uso das escolas*, e traduziu os *Cloloquios aldeãos* de Timon; tentou radicar a typographia e a gravura em madeira; compoz para applicar a poesia á musica, e tornal-a por isso mais attractiva, o hymno do trabalho que se tornou muito popular, o dos lavradores, e o da infancia no estudo; por sua ini-

1.º visconde de Castilho

ciativa se crearam na ilha escolas gratuitas, umas de instrucção primaria, outras de instrucção secundaria; ahi se ensaiou pela primeira vez o methodo de leitura repentina. No dia 22 de fevereiro de 1850 regressou a Lisboa, e empregou-se com violencia na lucta contra os adversarios do seu methodo de leitura, que se publicaram duas edições em 1850 saindo a 3.ª em 1853, refundida e acompanhada de vinhetas, com o titulo de *Methodo portuguez Castilho*. Esta propaganda tambem motivou grandes polemicas, em que por vezes Castilho se excedeu, como na *Tosquia de um Camello*, carta a todos os mestres das aldeias e das cidades, em 1853; *O ajuste de contas,* em 1854, e *Resposta aos Novissimos impugnadores do Methodo portuguez*, de 1854, publicando n'este mesmo anno a 4.ª edição do *Methodo*. Em 1853 foi nomeado commissario geral de instrucção primaria; então abriu cursos publicos em Lisboa, Leiria, Porto e Coimbra, para instruir os professores. Em 1855 foi ao Brazil com o intuito de propagar, o seu Methodo, d'onde voltou n'esse mesmo anno, sendo recebido amigavelmente pelo imperador D. Pedro II, a quem dedicou o seu drama *Camões*, e de quem foi sempre dilecto amigo, até á morte. Quando D. Pedro V creou em 1858 as tres cadeiras do Curso Superior de Letras, offereceu a Castilho a cadeira de litteratura portugueza, que elle não quiz acceitar. Em 1861 publicou-se a nova edição do *Amor e melancolia*, augmentada com a *Chave do enigma*, parte complementar desenvolvida, com a auto-biographia do poeta até 1837. Em 1862 publicou-se a traducção dos *Fastos* d'Ovidio, em 6 volumes, seguida de copiosissimas notas escriptas a seu convite por differentes escriptores portuguezes. Em 1863 publicou-se o *Outono*, collecção de poesias. Em 1866 foi a Paris em companhia de seu irmão José Feliciano de Castilho, sendo ali apresentado a Alexandre Dumas, de quem era apaixonado admirador. N'esse anno publicou em Paris a *Lyrica d'Anacreonte*; em 1867, tambem em Paris, appareceu uma edição luxuosa da traducção dos *Georgicas* de Virgilio; em 1868 sairam os *Ciumes do Bardo*, com a traducção em italiano pelo proprio autor. Castilho emprehendeu a traducção do *Fausto*, de Goëthe, primeira parte, sobre uma traducção franceza. Surgiu uma polemica violenta, chamada a *Questão faustiana*. Existe um grande numero de cartas de Castilho publicadas em jornaes e revistas a este respeito, que bem mereciam ser colligidas em volume. O titulo de visconde de Castilho foi-lhe concedido em duas vidas por decreto de 25 de maio de 1870. A sua morte foi muito sentida, e no seu funeral viram-se representadas todas as classes da sociedade, os ministros, os seus collegas da Academia, os representantes das letras e do jornalismo, os homens mais illustres no exercito, da magistratura, do professorado e da armada. Do visconde de Castilho vem publicada uma minuciosa biographia, escripta por A. X. Rodrigues Cordeiro, no *Almanach de lembranças* para 1877, outra pelo dr. Theophilo Braga, na *Encyclopedia Portugueza Illustrada*, em publicação no Porto, vol. 2.º, pag. 639 e 640; e outra por Latino Coelho, na *Revista Contemporanea*, tomo I, pag. 297 a 312, 353 a 360, 453 a 459, continuando no vol. II, de pag. 177 a 183, e de pag. 321 a 336. No *Dictionnaire des contemporains*, de Vapereau, 3.ª edição, pag. 339, vem tambem a seu respeito uma noticia biographica. Para commemorar o centenario do nascimento do notavel homem de letras, collocou-se em 28 de janeiro de 1900 uma lapide na propriedade onde elle nasceu, a S. Pedro d'Alcantara.

Castilho *(Bibliographia de Antonio Feliciano de Castilho, 1.º visconde de)*. Além das obras já apontadas no artigo precedente, temos a citar as seguintes: *A primavera, collecção de poemetos*, Lisboa, 1822; 2.ª edição *mais correcta, emendada e copiosissimamente accrescentada*, Lisboa, 1837; *Tributo portuguez á memoria do Libertador*, Lisboa, 1836; *Palavras de um Crente, escriptas em francez pelo senhor Padre Lamennais, e vertidas em vulgar*, Lisboa, 1836; *Excavações poeticas*, Lisboa, 1841; *Estreias poetico-musicaes para o anno de 1853*, Lisboa, 1852; *Mil e um Mysterios*, romance dos romances, Lisboa, 1845; *Carta de Heloisa a Abeilard, traduzida do francez de Mr. Mercier*, Lisboa, 1820; reimpressa em 1826; *Cantata*, inserta n'um folheto: *Collecção de poesias distribuidas no theatro Nacional da Rua dos Condes por occasião do festejo com que se solemnisou a chegada do sr. D. João VI, Rei constitucional*, Lisboa, 1821; *Canto*, que saiu n'um folheto que contém a descripção das festividades com que foi celebrado o anniversario do dia 15 de setembro de 1820, impresso em Lisboa, 1821; *Elogio historico de Augusto Frederico de Castilho*, saiu nas *Memorias do Conservatorio Real de Lisboa*, tomo II, 1843, de pag. 35 a 52; publicou-se outra edição, Rio de Janeiro, 1866. *Ou Eu ou Elles*, S. Miguel, 1849; *Felicidade pela Instrucção* (cartas a um jornal de Lisboa), Lisboa, 1854; *Directorio para os senhores Professores das Escolas primarias pelo methodo portuguez*, Coimbra, 1854; *Officio dirigido á Associação dos Professores do Reino e Ilhas* (em 15 de outubro de 1855) *consultando-os ácerca de varios quesitos, relativos ao ensino pelo methodo portuguez*, Lisboa, 1856; *Varias amostras das traducções de Anacreonte, e dos Amores de Ovidio*, insertas na *Revista Peninsular*, tomo II, no *Archivo Pittoresco*, tomo I, e no novo *Jornal de Bellas Artes; Os Amores de P. Ovidio Nasão, paraphrase por Antonio Feliciano de Castilho, seguida pela Grinalda Ovidiana por José Feliciano de Castilho*, tomo I, Rio de Janeiro, 1858; *Epistola a Sua Magestade a Imperatriz do Brazil*, foi impressa em separado em Coimbra, e saiu tambem no tomo II da *Revista Peninsular*; outra *Epistola* á mesma Augusta Senhora, em agradecimento, saiu na *Revista da Instrucção Publica*, n.º 3; *Adrianna Lecouvreur*, opera em 4 actos, traduzida do italiano, com musica de Eduardo Vera, cantada pela primeira vez no theatro de S. Carlos, a 5 de dezembro de 1858, Lisboa, 1858; *Cartas sobre as escolas populares, pelos ex.mos srs. José Maria do Casal Ribeiro e Antonio Feliciano de Castilho*, Lisboa, 1859; fôram mandadas imprimir para ser o producto da venda applicado a beneficio das mesmas escolas; *Arte de amar de Publio Nasão, traducção em numero egual de versos, indereçada exclusivamente aos homens, feitos e estudiosos das letras classicas*, Rio de Janeiro, 1862, 3 tomos; *Tributo portuguez no transito de sua magestade fidelissima o senhor D. Pedro V*, Lisboa, 1862; *Estudos criticos e biographicos*, publicados na *Revista Contemporanea*, tomos I, II e III; *Cartas do ex.mo sr. Antonio Feliciano de Castilho, e da Camara Municipal de Setubal, a*

respeito do monumento a Bocage, Setubal, 1857; fôram mandadas imprimir pela referida camara, fazendo-se a distribuição gratuita; *O Mosteiro*, poesia impressa sem o nome do autor, e seguida de outra *A Tempestade*; *Biographia da insigne poetisa portugueza D. Francisca de Paula Possollo da Costa*, saiu no principio das *Conversações sobre a pluralidade dos mundos*, de Fontenelle, traduzidas pela mesma senhora; *Primeiros exercicios de leitura, offerecidos aos discipulos das escolas da Sociedade dos Amigos das Letras e Artes em S. Miguel*, Ponta Delgada, 1849; *As ordens religiosas consideradas em relação aos diversos interesses sociaes; As escolas dos Asylos da infancia desvalida, capitulo documentado para a historia do methodo portuguez*, Lisboa, 1854; *Um brado de aqui d'el-rei em favor da escola primaria, carta ao sr. commendador Antonio José Viale;* saiu na *Civilisação* de 30 de julho de 1857; *Carta a El-Rei o sr. D. Pedro V*, declinando a nomeação que d'elle fizera para professor do novo Curso Superior de Letras. Traduziu o theatro de Molière, que está publicado; em 5 actos: *O Misantropo*, 1874; *O Avarento*, 1871; *As Sabichonas*, 1872; *Tartufo*, 1870; em 4 actos: *O medico á força*, 1869; em 3 actos; *O doente de seisma*, 1878. Dizem que escreveu mais os seguintes trabalhos dramaticos que não se representaram: *Canace*, tragedia em 5 actos; *A festa do amor filial*, drama em 2 actos, e *Aristodemo*, tragedia de Monti, traducção. Publicou mais: *Carta aos redactores dos jornaes da capital*, explicando a razão da impossibilidade que o impedira de acompanhar o prestito funebre de D. Pedro V; saiu na *Revolução de setembro* de 19 de novembro de 1861, e em outros jornaes. Escreveu muitas cartas, que se encontram publicadas em differentes jornaes e revistas; prologos em obras de varios autores. Collaborou nos seguintes jornaes: *A aguia, A aguia do occidente, A guarda avançada, A guarda avançada dos domingos*, *O Jornal dos Amigos das Letras*, *O Nacional*, de Lisboa, *O Patriota*, *A Revolução de setembro*, *O Independente*, *A Restauração*, *O Jornal*, *de Bellas-Artes*, *O Panorama*, *O Diario do Governo*, *A Civilisação*, *O Archivo pittoresco*, *A Revista de Instrucção Publica para Portugal e Brasil*, etc.

Castilho *(Augusto de)* V. *Castilho Barreto e Noronha (Augusto Vidal de).*

Castilho *(Augusto Frederico de)*. Presbytero secular; doutor em Canones pela Universidade de Coimbra. Recebeu o grau de bacharel em 1822, e o capello de doutor a 28 de maio de 1826; oppositor ás cadeiras da referida faculdade; cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição; prégador régio, conego e arcypreste da sé patriarchal de Lisboa, prior da freg. de S. Mamede da Castanheira do Vouga; governador do bispado de Beja em 1835; deputado na primeira legislatura que se seguiu á restauração do governo constitucional e nas de 1835 e 1836; membro do Conservatorio Real de Lisboa, etc. N. a 3 de setembro de 1802, fal. na ilha da Madeira a 31 de dezembro de 1840. Era filho do dr. José Feliciano de Castilho e de sua mulher D. Domicilia Maxima de Castilho. Unido pela mais intima amizade a seu irmão Antonio Feliciano de Castilho, dotado como elle d'um brilhantissimo talento litterario, auxiliou o com infatigavel dedicação nos estudos, que lhe difficultava a cegueira, e em paga d'esta dedicação mais que fraternal teve sempre o affecto profundissimo do grande poeta, a saudade profunda, e o tributo de admiração que sempre lhe prestou. Liberal por indole e por educação, mas respeitado sempre pelo seu caracter sagrado e pela moderação dos seus principios, Augusto Frederico de Castilho pôde dar asylo na sua casa de Castanheira de Vouga a seu irmão Antonio, perseguido pelas manifestações do seu engenho em prol da causa da liberdade. Quando em 1834 triumphou a causa constitucional, Castilho foi nomeado successivamente conego arcypreste da sé de Lisboa, e governador do bispado de Beja. Adoecendo com a terrivel doença tysica, que o victimou aos 38 annos de edade, foi para a ilha da Madeira, procurar alivios á sua saude, sendo acompanhado pelo seu irmão Antonio, que assistiu ao seu fallecimento. Escreveu: *Sermão das Exequias de Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro, Duque de Bragança, prégado na egreja da Lapa*, Lisboa, 1834; Na *Collecção das Poesias recitadas na Sala dos actos da Universidade de Coimbra*, em 1820, veem algumas composições suas, e tambem um pequeno trecho de versos na *Primavera*, poema de seu irmão Antonio, a pag. 155 da edição de 1836. Depois da sua morte, seu irmão, o conselheiro José Feliciano de Castilho, publicou o seguinte: *Praticas religiosas de Augusto Frederico de Castilho*, etc. *precedido de um elogio historico por Antonio Feliciano de Castilho*, Rio de Janeiro, 1866.

Castilho *(Diogo de)*. Architecto, irmão de João de Castilho, sendo ambos naturaes da provincia das Asturias, e quem trouxe para Portugal este appellido no seculo XVI. Era filho de Diogo Sanches de Castilho, e de sua mulher, D. Maria Zorella, Zorilla ou Zurilla Nos primeiros annos a vida d'este artista está ligada á de seu irmão. Trabalharam ambos na obra do côro da sé de Vizeu; em 1517 figurava o seu nome nas obras do mosteiro de Belem, em 1524 foi nomeado mestre das obras dos paços reaes de Coimbra, por carta regia de 7 de abril, para substituir Marcos Pires, que tinha fallecido. Desde então exerceu sempre a sua actividade n'aquella cidade, que se tornara então um poderoso centro litterario, um foco importante de desenvolvimento artistico. A' reconstrucção do convento de Santa Cruz succedera por ordem de D. João III a edificação de varios collegios para o ensino de diversas ordens religiosas. E' d'esta maneira, que Diogo de Castilho foi successivamente empregado nas obras de Santa Cruz, nas dos paços reaes, nos collegios das Artes e de S. Jeronymo, nas do reparo da ponte e encanamento, umas puramente architectonicas, outras mais propriamente de engenharia. Alguns nobiliarios o dão como tendo feito parte da governança da mesma cidade de Coimbra, chegando a ser vereador e provedor da Misericordia. Em carta de 1 de dezembro de 1527 são-lhe concedidas as honras de cidadão do Porto, e pelo alvará de 18 de março de 1547, D. João III o nomeou cavalleiro da Casa Real, mestre das obras de pedraria e alvenaria da Universidade, como até ali o fôra das obras do convento de Santa Cruz. Casou no Porto com D. Izabel Ilharco, filha de Gonçalo Ilharco, nobre biscainho ali estabelecido, e tornou-se proprietario rural. O archivo municipal de Coimbra fornece bastantes elementos para a biographia d'este laborioso e infatigavel artista, e o dr. Ayres de Cam-

pos reuniu-os e condensou-os n'uma nota publicada a pag. 55 do *Catalogo dos objectos existentes no museu de archeologia do Instituto de Coimbra*. No *Diccionario dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes*, veem publicados muitos documentos e dados biographicos de Diogo de Castilho, vol. I, de pag. 170 a 183, e de 530 a 534. A epoca da sua morte está fixada entre os annos de 1573 a 1575, contando mais de 80 annos.

Castilho (*Fr. Diogo de*). Monge da ordem de S. Bernardo, no mosteiro d'Alcobaça, natural de Thomar. Era filho do architecto João de Castilho e de sua mulher Maria Fernandes Quintanilha. Foi muito versado na lição de historia secular, e escreveu o seguinte livro, na occasião em que os turcos vieram cercar Vienna d'Austria, no tempo de Carlos V: *Liuro da origem dos Turcos he de seus Emperadores; Colligido por ho Padre frei Diogo de Castilho, monge do Moesteiro Dalcobaça*, 1538. Este titulo é impresso sobre uma tarja preta gravada em madeira, tendo no centro uma esphera armillar com as letras *In Deo*. No dormitorio do convento d'Alcobaça existia o seu retrato, entre os varões illustres da ordem.

Castilho (*Eugenio de*). Escriptor, poeta, administrador do concelho de Lagos, para onde partiu a 22 de junho de 1870, amanuense da Bibliotheca Publica de Lisboa, etc. N. em Lisboa a 27 de abril de 1846, fal. na mesma cidade a 8 de janeiro do 1900. Era o ultimo filho do visconde de Castilho, Antonio Feliciano de Castilho, e de sua mulher D. Anna Carlota Xavier Vidal. Entrou muito cedo na vida litteraria, estreando-se aos 20 annos com um romance original, intitulado *Miragens da felicidade*, que foi publicado na collecção do *Jardim do Povo*. Desde então escreveu e imprimiu varias poesias, collaborando como poeta e prosador em diversos jornaes. Em 1868 fundou com Ascensão de Almeida um jornal litterario e critico com o titulo de *Folha de curiosos*, no qual collaborou seu pae, D. Antonio da Costa, e outros escriptores de reconhecido merito. Apezar de sair em periodos irregulares, a *Folha dos curiosos* durou até 1869, formando um volume illustrado com algumas gravuras. Em junho de 1868 publicou uma poesia, *Pobre flôr!* na *Lyra Portugueza*, para que o maestro Francisco de Sá Noronha escreveu a musica. A Eugenio de Castilho se deve a compilação d'um *Diccionario de Rimas*, editado pela livraria Ferreira. Publicou tambem um conto original: *Os amores da aldeia*, e a traducção dos *Borrachos*, conto de D. Antonio Trueba, os quaes andam juntos com as *Miragens da felicidade*. Escreveu mais: *Patria contra a Iberia*, Lisboa, 1868, poesia que elle recitou na sessão magna commemorativa e anniversario da restauração e independencia de Portugal, celebrada em 1868 no palacio dos condes d'Almada pela Commissão Central 1.º de Dezembro de 1640; *Outra poesia*, de assumpto semelhante, tambem recitada em egual solemnidade no 1.º de dezembro de 1869; saiu no *Diario de Noticias* no mesmo dia; *A poesia, estudo critico ácerca do poema «Tasso» de Candido de Figueiredo;* saiu em folhetins na *Revolução de Setembro*, de 18, 19 e 21 de junho de 1870. Collaborou tambem no principio do *Diario Illustrado*. Deixou inedito: *Impressões d'uma viagem ao Minho*, e um *Estudo biographico e critico, ácerca de Plinio o moço*. Eugenio de Castilho casou a 9 de junho de 1878 com D. Joanna Schalck, de origem allemã, filha de Henrique Schalck, cavalleiro da ordem de Christo, negociante da praça de Lisboa, e de sua mulher D. Virginia Gerstlacher.

Castilho (*Fernando Tudella de*). Fidalgo da Casa Real; cavalleiro da ordem de Christo, bacharel formado em Direito Cesareo pela Universidade de Coimbra, juiz em Arronches e Ceia, proprietario do officio de juiz da alfandega de Castello Branco, corregedor da comarca de Miranda, e depois do bairro do Rocio de Lisboa, auditor geral de cavallaria, e desembargador da relação do Porto. N. em Castello Branco em 1631, fal. a 20 de janeiro de 1692. Era filho de Manuel de Castilho e de Maria Tudella. Estando no Porto, Fernando de Castilho, partiu para a provincia da Beira, em cumprimento das commissões de que el-rei D. Pedro II o incumbiu, umas pertencendo ao fisco, outras para pacificar as discordias que se haviam levantado entre o povo e a nobresa. O referido monarcha tambem o encarregou de ser conductor em Portugal do principe grão-mestre da ordem Teutonica, irmão da rainha D. Maria Sophia Izabel de Neubourg. Nas côrtes reunidas em Lisboa em 1674, foi procurador da então villa de Castello Branco. Escreveu um *Discurso* a favor da legitimidade da revolução que deu o governo do reino ao infante D. Pedro, irmão de D. Affonso VI.

Castilho (*Padre Francisco Sanches de*). Prior da egreja de S. Thiago de Marvão. N. na Guarda, fal. em 1558. Residiu algum tempo em Roma, sendo então provido na abbadia das Duas Egrejas, no bispado de Lamego. Escreveu e deixou inédito um *Diccionarium Lusitanum e Latinum*.

Castilho (*Jacob Bernardes de*). Religioso na congregação do Oratorio, lente de Philosophia, e foi o primeiro professor de Theologia que teve a congregação; examinador synodal do bispado do Porto, e confessor do cardeal D. Thomaz d'Almeida, depois patriarcha de Lisboa. Nasceu em Lisboa, era filho de Jacob Bernardes e de Maria de Santo Antonio de Castilho. Casou, e, tendo enviuvado, fez-se religioso, entrando na congregação do Oratorio em 1685.

Castilho (*Padre Jeronymo de*). Jesuita. N. em Lisboa a 23 de janeiro de 1674, fal. a 6 de maio de 1730. Era filho de Antonio de Macedo e de D. Violante de Castilho. Entrou na companhia de Jesus em junho de 1687, tendo cursado humanidades no collegio de Santo Antão, de Lisboa, onde tambem foi professor durante cinco annos, sendo mandado depois estudar Theologia em Roma no Collegio Romano. Regressando ao reino, ensinou Rhetorica e Philosophia aos seus domesticos em Coimbra. Tambem foi lente na Universidade de Evora, e educador do infante D. José, filho d'el-rei D. Pedro II, que veiu mais tarde a ser arcebispo de Braga. Fr. Jeronymo de Castilho foi um dos primeiros 50 academicos com que se instituiu a Academia de Historia em 1721. Quando falleceu em 1724 o papa Innocencio XIII, partiu para Roma por ordem d'el-rei, como confessor do cardeal Pereira de Lacerda, indo este prelado votar com o collegio cardinalicio na eleição do novo pontifice, que foi Benedicto XIII. Voltando a Lisboa, entregou-se dedicadamente ao ministerio do pulpito, tornando-se afamado prégador. Falleceu no collegio de Santo Antão. Por ordem da Academia de Historia escreveu em

latim a *Historia do bispado de Coimbra* e a *Historia do bispado da Guarda*. Eram muito apreciados os seus sermões, as suas poesias latinas, e uma obra que deixou incompleta, intitulada: *David Penitente* Escreveu tambem: *Conta dos estudos academicos no Paço a 22 de outubro de 1729;* saiu no tomo 9.º *da Collecção dos Documentos da Academia Real*, Lisboa, 1729.

Castilho *(Fr. Jeronymo de Castro)*. Religioso da ordem da Trindade, natural de Lisboa. Era filho de Julião de Castilho, de Burgos, que veiu para Portugal no tempo do dominio hespanhol. Professou no convento de sua ordem em Toledo. Depois de se applicar aos estudos escolasticos, cultivou a historia ecclesiastica e profana, em que foi imitador de seu pae, continuando até ao reinado de Filippe IV, o que elle escrevera, e publicara em Burgos, em 1582. *Historia de los Reys Godos que vinieron de la Scythia de Europa contra el Imperio Romano, y a España com succession delos hasta los Catholicos Reys D. Fernando y D. Izabel*, Madrid, 1624.

Castilho *(João de)*. Architecto, natural da villa de Santander, da provincia das Asturias, que trouxe para Portugal este appellido no tempo d'el-rei D. Manuel. As chronicas chamam-lhe *O Velho*. N. em 1490. Era o filho primogenito de Diogo Sanches de Castilho, filho segundo da antiga casa asturiana d'esse appellido, e de D. Maria Zorella, Zorilha ou Zurilha. Abandonou a patria, segundo a opinião de todos os autores, mas não se conhecem os motivos que o levaram a essa expatriação. Veiu ter á Galliza, e d'ali passou a Napoles e a outros pontos Italia, tendo então ensejo de apreciar os esplendores do renascimento, instruindo-se ao mesmo tempo na escola dos grandes mestres. Depois d'esta peregrinação artistica veiu para Portugal em 1517 no tempo d'el-rei D. Manuel, onde mais tarde veiu encontral-o seu irmão Diogo de Castilho (V. *este nome*). Os trabalhos a que primeiro se dedicaram os dois irmãos fôram os da abobada debaixo do côro da sé de Vizeu. Depois separaram-se, indo Diogo de Castilho para Coimbra, em que assentou casa. Parece, porém, que ha equivoco, porque Diogo ainda esteve com seu irmão nas obras do mosteiro de Belem. João de Castilho foi successivamente empregado em obras do seu mister por D. Manuel e D. João III. Em janeiro de 1519 andava dirigindo as obras do convento de Christo de Thomar, em cuja villa estabeleceu a sua residencia habitual. N'esse mesmo anno e no seguinte trabalhava tambem no mosteiro d'Alcobaça, encarregado dos arranjos no andar superior do claustro de D. Diniz, na sacristia e na casa para a livraria. Na ordem real que o nomeia para a direcção d'estes trabalhos, dá-se-lhe a designação de *mestre das obras reaes*. Casou com D. Maria de Quintanilha, ou D. Maria Fernandes de Quintanilha, filha de Garcia Fernandes de Quintanilha, tambem asturiano e foragido por questões politicas, que vivia em Freixo de Espada-á-Cinta, e casara com uma senhora portugueza d'aquella villa, de appellido Varejão. Ao genio de João de Castilho se devem em grande parte os trabalhos do convento dos Jeronymos em Belem. Na Torre do Tombo existe um alvará de 23 de setembro de 1522, pelo qual D. João III manda a Pero Lopes pagar mil cruzados a João de Castilho, por conta da empreitada com elle *novamente ajustada sobre o fazimento das abobadas e pilares do cruzeiro da egreja* (de Santa Maria de Belem). A 4 de julho ou junho de 1528 foi nomeado mestre das obras da Batalha, logar vago pela morte do architecto Matheus Fernandes, com a mesma remuneração e as mesmas condições do seu antecessor. Em 1529 esteve em Arzilla, onde foi mandado para examinar as obras da fortaleza com Duarte Coelho, e em 1532 renunciou em Miguel d'Arruda o cargo de mestre de obras da Batalha. São tambem trabalhos seus o côro, o arco e a portada da egreja do convento de Thomar, onde poz a sua assignatura, assim como a casa capitular. Todos estes trabalhos estavam concluidos no anno de 1541, segundo se infere da quitação, que se encontra no livro 34 da *Chancellaria d'el-rei D. João III*, fol. 2, passada a João de Castilho até áquelle anno, por todos os seus trabalhos durante o reinado passado e corrente; mencionam-se n'essa quitação o mosteiro de Belem, os palacios da beira-mar, varandas, escadaria, capella e aposentos da rainha viuva D. Catharina; capella do mosteiro de S. Francisco de Lisboa, e outros trabalhos; as obras de Thomar, que já citámos; os de Alcobaça e da Batalha, etc. Pela diversidade dos seus serviços, além do ajuste das obras, Castilho havia recebido varias mercês, feitas na sua pessoa e na de seus filhos. Em 1532 a 21 de julho, D. João III mandou lhe passar carta de tença de 7 moios de trigo por anno, equivalentes a dois padrões anteriores, um de 6 moios de trigo, de 27 de agosto de 1525, outro d'um moio, passado em Palmella a 17 de fevereiro de 1531. Em 1533 foi trespassado o pagamento dos 7 moios para as jugadas de Santarem. Como os artistas d'aquelle seculo, Castilho tinha variada aptidão, e tanto se entregava ás obras de architectura civil e religiosa, como ás obras de architectura militar. Em 1543 esteve em Mazagão dirigindo e edificando a praça militar. Na Torre do Tombo existe uma carta em que João de Castilho affirma a el-rei ser o forte de Mazagão um dos mais valentes e melhores de todas as Hespanhas, capaz de contrastar com o poderio de moiros por mais que elles fôssem. Castilho estabeleceu residencia em Thomar, conforme dissémos, e ali viveu bastantes annos, entregue aos trabalhos da construcção do convento, obra, que a par da de Belem, foi por certo a que mais provocou a sua actividade. Castilho alcançou a mercê do habito da ordem de Christo, remuneração altamente honorifica n'aquellas epocas. Por um documento publicado pag. 537 do *Diccionario dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes*, se deprehende que João de Castilho já era fallecido em 1553, porque n'esse documento se declara, que sua filha Maria de Castilho, requerera que lhe fôsse entregue pelo fallecimento de seu pae a tença annual de 20$000 réis, que elle recebia, e esse documento tem a data de 15 de abril de 1553.

Castilho *(João de)*. Era filho natural de João de Castilho *o Velho*, que exerceu cargos importantes no reino. Foi escrivão da camara de D. João III, escrivão de fazenda d'el-rei D. Sebastião, alcaide-mór de Alemquer, pela compra que fez d'essa alcaidaria ao conde da Sortelha em tempo de D. Sebastião, apontador-mór no tempo do cardeal-rei, D. Henrique, do seu conselho e algum tempo caçador-mór; cavalleiro da ordem militar de Christo, etc. Casou pela primeira vez com D. Ma-

ria, ou D. Francisca da Cunha, filha de Luiz da Cunha, alcaide-mór de Pancas. Casou pela segunda vez com D. Violante d'Eça, filha de João Ferreira. Falleceu em 1580.

Castilho *(João Bernardes de).* Religioso da congregação do Oratorio. Era natural de Lisboa, e irmão do padre Jacob Bernardes de Castilho. Falleceu em 1743. Estudou grammatica em Lisboa. Casou, mas poucos annos se gozou do estado, pela morte de sua mulher, o que tanto o apaixonou que se recolheu á congregação do Oratorio na cidade do Porto, a 12 de dezembro de 1711. Deixou, porém, a congregação antes de ter acabado o anno de noviciado, por *graves achaques, incompativeis com aquelle instituto.* Foi poeta de bastante merecimento, segundo dizem os entendidos, e escreveu: *Queixas de saudade contra a tyrannia da Parca, consagradas à memoria de sua mulher,* Lisboa, 1707: *Novena da gloriosa Virgem e Doutora Santa Thereza,* Lisboa, 1708.

Castilho *(José Feliciano de).* Fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo na ordem de Christo, doutor em Medicina e lente de prima da mesma faculdade na Universidade de Coimbra, primeiro medico e inspector dos hospitaes militares das provincias do Alemtejo, Minho, Beira e Traz-os-Montes; primeiro medico da camara de D. João VI, censor regio do desembargo do Paço; socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e n'ella membro da Instituição Vaccinica; primeiro medico e sub-inspector da Colonia dos Suissos da Nova Friburgo na comarca do Rio de Janeiro, e n'ella membro da commissão de trabalhos publicos, etc. N. em Aguim a 21 de abril de 1769, fal. em 5 de março de 1826, em Castanheira de Vouga, na casa de seu filho Augusto Frederico de Castilho. Era filho de José Barreto de Castilho, e de sua mulher D. Maria Luiza Gomes de Sampaio, filha e herdeira de Domingos Francisco de Sampaio, abastado proprietario em Anadia, e de sua mulher D. Maria Barreto. Sua familia, e especialmente seu pae, queriam que seguisse a carreira ecclesiastica, mas apezar de ser muito creança, Castilho resistiu com energia, e foi para Coimbra matricular-se no primeiro anno das faculdades de Philosophia e Mathematica, porém o pae ainda conseguiu, quasi á força, que elle recebesse ordens de prima tonsura. A lucta entre o pae e o filho durou até 1789, em que José Feliciano de Castilho resolutamente se matriculou em Medicina, fazendo o curso com muita distincção, formando-se em 1795 e doutorando-se em 1796. Em 1800 foi nomeado lente substituto da Universidade; estabeleceu em Portalegre o hospital de S. Francisco e muitos outros, que a campanha de 1801 tornou necessarios. Em 1806 ficou sendo effectivo, em 1809 foi delegado do physico-mór, e em 1812 eleito socio da Academia Real das Sciencias, e logo depois membro, secretario e director da Instituição Vaccinica. N'esse anno tambem fundou o *Jornal de Coimbra.* Tendo sido pronunciado como um dos promotores da agitação que se manifestou entre os lentes da Universidade contra o reitor D. Francisco de Lemos, Castilho tanto se indignou que resolveu ir ao Brazil pedir justiça a D. João VI, e passando a Lisboa embarcou a bordo d'uma galera que se destinava ao Rio de Janeiro. A galera teve de arribar a S. Thiago de Cabo Verde, para fazer algumas reparações, e José Feliciano de Castilho aproveitou essa demora para estudar a flora, a fauna, os usos e a chorographia do paiz, e escreveu uma *Memoria sobre a provincia de Cabo Verde,* que ficou incompleta. Chegando ao Rio de Janeiro, foi muito bem recebido por D. João VI e pelo governo, aos quaes mostrou a sem razão da pronuncia, e querendo el-rei dar-lhe uma prova de estima, encarregou-o de auxiliar a organisação da colonia suissa de Nova Friburgo, de que foi inspector e medico. Despronunciado pela Relação em 1819, só regressou a Portugal em 1821, acompanhando D. João VI, tendo exercido o cargo de censor regio do Desembargo do Paço. As suas obras litterarias, que existem, estão encorporadas na grande collecção completa do *Jornal de Coimbra*; os escriptos versam sobre pontos scientificos, e ou debatem ou explicam muitas questões de grande alcance, ou muitos alvitres de utilidade publica. Casou em 1798 com D. Domicilia Maxima Dorothea da Silva Castilho.

Castilho *(José Feliciano de).* Cavalleiro da antiga ordem da Torre e Espada, segundo tenente da armada, engenheiro hydrographo, etc. N. em Altona, na Dinamarca, a 28 de julho de 1838, fal. no Funchal a 10 de dezembro de 1864. Era filho de José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha, e de sua mulher, D. Marianna Maynard de Castilho. Seguindo a carreira da marinha, estudou o curso preparatorio na Escola Polytechnica de Lisboa nos annos de 1851 a 1853, tendo 13 annos de edade. Findo o curso, durante o qual foi nomeado aspirante de terceira classe em 9 de agosto de 1853, e de segunda em 1 de setembro do mesmo anno, matriculou-se na Escola Naval, e seguiu o curso de marinha, indo nas ferias de 1855 em viagem de instrucção ás ilhas da Madeira e dos Açôres a bordo da corveta *Porto,* já com o posto de aspirante de primeira classe a que fôra promovido em 15 de julho. No verão de 1853 concluiu o curso especial de marinha, e embarcou em 11 de julho no brigue *Mondego,* para a sua primeira estação na China. O brigue largou a barra de Lisboa no dia 25 de novembro d'esse anno, e a 10 de fevereiro de 1856 ancorava na bahia da Mesa, estendendo-se na sua frente a risonha cidade do Cabo. Seguindo a viagem, o brigue cruzou o oceano Indico, nos fins d'abril entrou no estreito de Sunda, a 30 surgiu em Anger, villa hollandeza, achando-se no primeiro de maio no mar de Java, aportando depois em Singapura. No dia 29 de maio, com 6 mezes e 5 dias de viagem, chegou a Macau, cidade que ia ser o ponto central da sua estação. Castilho foi promovido a guarda-marinha em 3 de outubro de 1856, e a segundo tenente em 15 de novembro de 1858. Na sua estação da China assignalou-se com actos de valor e provas de talento. Ora seguia no seu navio, que formava esquadrilha com as lorchas, em viagens expedicionarias para exigirem satisfações ao pirata Táo-táo, ora, assim como seus camaradas, era designado para commissões especiaes. Embarcado na lorcha *Amazona,* por occasião do bombardeamento de Cantão, presenceou o ataque de French Folly, foi recebido pelo almirante Seymour, e tambem depois o tornou a ser pelo almirante Hope a bordo da sua fragata a vapor. Seguiu-se a prolongada excursão do *Mondego,* e n'elle percorreu Castilho quasi todas as bahias na costa da China, até fundearem a oeste da ilha de White-dog. No dia immediato

entravam no rio Min, ancorando junto á bôca do aYm-qui-pai. Esta expedição tinha por fim perseguir a esquadrilha do pirata Alen-kai. Depois de quatro annos, o brigue *Mondego* ia finalmente abandonar a China. No dia 1 de dezembro de 1859 levantou ferro, e seis dias depois chegou ás alturas de Singapura, onde arribaram no dia 10, para o reparo d'uma pequena avaria no costado, tornando a partir no dia 20. Durante um mez seguiu viagem sem nenhum revez, porém, a 19 de janeiro de 1860, estando no oceano Indico, levantou-se um temporal de léste, e o brigue começou a fazer agua, por se terem soltado a bordo algumas taboas do forro exterior. O perigo foi augmentando progressivamente, e na noite de 21 para 22 o navio estava perdido. Trabalhava-se a bordo com o maior heroismo, conservando-se quanto possivel o sangue frio, mas a desesperança era geral. Pela madrugada divisou-se uma sombra, era uma véla. A alegria depressa veiu animar os pobres naufragos. A's 9 e meia da manhã o navio salvador avistou-os; era a barca americana *Uriel*. A's 11 e meia o *Mondego* pôde passar-lhe por deante, e foi então que a barca o reconheceu como navio de guerra portuguez. Depois de grandes esforços de parte a parte, os dois navios conseguiram aproximar-se. O *Mondego* apellou para os escaleres, apezar de se não poderem suster com o horroroso temporal. O mar levantava-se em montanhas, e foi com difficuldade extrema que arrearam o escaler pequeno e a lancha. Todos os officiaes se tinham sempre havido dignamente n'aquelles dias de transe, mas n'este momento principiou o grandioso papel de José de Castilho. O commandante encarregou-o de conduzir as mulheres e os doentes, perguntando-lhe se se atrevia a conduzil-os no escaler pequeno. Castilho respondeu-lhe que cumpriria esta commissão, duvidando todavia do bom resultado. Saltou para o escaler, e a muito custo e com muito perigo desceram as mulheres e os doentes. O escaler largou, e seguiu por entre duas montanhas d'agua, que pareciam quererem-se fechar sobre elle. A lancha, que era commandada pelo segundo tenente Santa Barbara, largou em seguida. A *Uriel* conseguiu recolher alguns naufragos, em que se contou José de Castilho, depois das maiores provas de coragem e de abnegação, com que luctou para arrancar á morte aquelles infelizes no meio dos maiores perigos, heroismo que immortalisou o seu nome. O naufragio do brigue *Mondego* está minuciosamente descripto no livro do fallecido escriptor D. Antonio da Costa, *José de Castilho, o heroe do Mondego*. A *Uriel* veiu desembarcar os naufragos na ilha Mauricia no dia 3 de fevereiro, desviando-se do destino que levava, pois que vinha de Calcutá e se dirigia a Boston. No dia 6 os naufragos deixavam aquella ilha, embarcando na barca ingleza *West Derby*. No fim d'uma viagem muito demorada, em que apanharam grandes calmarias, chegaram a Lisboa a 26 d'abril. Restituido aos braços de sua familia, José de Castilho descançou afinal de tantas fadigas. Accedendo aos desejos de sua mãe, obteve licença, pela portaria de 12 de setembro, para seguir o curso de engenharia hydraulica, no qual se matriculou em outubro. Pela segunda vez frequentava a Escola Polytechnica, concluindo os estudos no fim de tres annos a 21 de julho de 1863, obtendo valores de premio em 5 das 7 cadeiras de que se compunha aquella habilitação superior. Concluido o curso fez tirocinio da sua nova posição na direcção geral dos trabalhos hydrographicos do reino até julho seguinte. Só em 1864 é que José de Castilho recebeu dos poderes publicos uma remuneração pelos feitos heroicos praticados por elle no naufragio do brigue *Mondego*. Por decreto de 26 de abril d'esse anno, foi lhe concedida, por proposta do ministro da marinha, então José da Silva Mendes Leal, a mercê de cavalleiro da antiga ordem da Torre e Espada. Bem conhecido era o heroismo com que se portara, e até o proprio capitão da *Uriel*, Walker, publicara no *Diario Official* do Brazil de 27 de fevereiro de 1864, uma carta que dirigira a seu pae, o conselheiro José Feliciano de Castilho, onde se liam as phrases mais elogiosas. Em julho do referido anno de 1864, foi encarregado de auxiliar seu irmão, Alexandre Magno de Castilho, na commissão hydrographica do porto e barra do rio Minho, para onde partiu no dia 7. A 16 de agosto o chefe da commissão hydrographica participava ao director geral que José de Castilho se sentia muito doente, e peorava de dia para dia. Por officio do mesmo director, de 6 de setembro seguinte, foi mandado recolher a Lisboa, onde chegou a 10. A sua doença era a tisica; para procurar alguns allivios, obteve licença da junta de saude naval, a 16 de outubro, e partiu para a ilha da Madeira, em companhia de sua mãe, onde chegaram no dia 17, em dezembro seguinte fallecendo.

Castilho *(Julio de Castilho, 2.º visconde de)*. Fidalgo da Casa Real por successão a seus maiores, habilitado com o Curso Superior de Letras; socio correspondente da Academia Real das Sciencias, por diploma de 21 de março de 1872; socio effectivo da Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes; correspondente do Instituto de Coimbra, do Gabinete portuguez de leitura de Pernambuco, do instituto Vasco da Gama, de Nova Gôa; da associação litteraria internacional de Paris; e honorario do Gremio Litterario Faialense e do Gremio Litterario Artista da Horta; governador civil do districto da Horta, primeiro official da Bibliotheca Nacional de Lisboa, poeta e escriptor, etc. N. a 30 d'abril de 1840. E' filho do 1.º visconde de Castilho, Antonio Feliciano de Castilho, e de sua segunda mulher D. Anna Carlota Xavier Vidal de Castilho. Sendo nomeado governador civil da Horta em outubro de 1877, exerceu estas funcções até fevereiro de 1878, em que recebeu a exoneração; sendo depois nomeado para o mesmo cargo para o districto de Ponta Delgada, não acceitou a nomeação. O titulo de visconde foi concedido em verificação de vida no de seu pae, por decreto de 1 de abril de 1873. Exerceu por algum tempo o cargo de correspondente litterario do *Diario official do Rio de Janeiro*. As suas cartas saíam nos numeros dos domingos, tornando-se notaveis pela variedade e escolha dos assumptos scientificos e litterarios, e pela elegancia e elevação do estylo. E' longa a lista dos seus trabalhos, cujos titulos são os seguintes: *Estudo genealogico, biographico e litterario da familia Castilho*, publicado no tomo III, da 2.ª edição da obra de seu pae, *Estudos sobre Camões*, em 1863; *O senhor Antonio Feliciano de Castilho e o senhor Anthero do Quental*, Lisboa, 1865; 2.ª edição, 1866; a pro-

posito da questão intitulada do *Bom senso e bom gosto*, ventilada n'esse tempo; *Memorias dos vinte annos, fragmento*, Lisboa, 1866; a respeito d'esta obra encontram-se apreciações muito lisongeiras, por Julio Cesar Machado e Jacinto Augusto de Freitas Oliveira, em folhetins na *Revolução de Setembro*, de novembro de 1867, e por Pinheiro Chagas, no *Annuario do Archivo pittoresco*, do referido mez e anno; *Primeiros versos*, Paris, 1867; *Antonio Ferreira, poeta quinhentista, estudos biographico-litterarios, seguidos de excerptos do mesmo autor*, Lisboa, 1875, 3 volumes; são os tomos XI, XII e XIII da *Livraria classica; D. Ignez de Castro, drama em 5 actos e em verso*, Lisboa, 1875; seguido de notas historicas, vindo entre ellas uma longa resenha bibliographica, ou monographia ácerca de Ignez de Castro; *O ermiterio, collecção de versos*, Lisboa, 1876; *Requerimento a sua magestade el-rei pedindo a abolição das tonradas em Portugal*, Lisboa, 1876; feito e apresentado ao governo em nome da Sociedade Protectora dos Animaes; *Relatorio apresentado á Junta Geral do districto administrativo de Horta, pelo governador civil, visconde de Castilho*, publicado em 1877; *Lisboa antiga, Primeira parte, O bairro alto*, Lisboa, 1879. D'este volume fez-se nova edição, correcta e accrescentada, em 1903. *Segunda parte, Bairros orientaes*, tomo I e II na Universidade de Coimbra, em 1884; tomos III e IV em 1885; tomo V, 1887; tomo VI, 1889; tomo VII, 1890; *Memorias de Castilho*, tomo I (de 1800 a 1822); tomo II (de 1822 a 1834); 1881; ficou incompleta, sendo muito depois continuada no jornal *O Instituto*, de Coimbra; *Os ultimos trinta annos, por Cesar de Cantu*, traducção, Lisboa, 1880; *Jesu Christo, por Luiz Venillot*, traducção, Paris, 1883; *O archipelago dos Açôres*, Lisboa, 1886; *Ilhas Occidentaes do archipelago açoriano*, Lisboa, 1886; *Mannelinas, cancioneiro*, Lisboa, 1889; *Apontamentos para o elogio historico do Illmo e Exmo Sr. Ignacio de Vilhena Barbosa, lidos na sessão solemne da Real Associação dos Architectos e Archeologos portuguezes em 10 de maio de 1891*, 1 folheto, Lisboa, 1891; *A ribeira de Lisboa*, descripção historica da margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho, Lisboa, 1893; *D. Antonio da Costa, quadro biographico-litterario*, Lisboa, 1895; *O christianismo e o operariado*, conferencia pronunciada perante a Associação protectora dos operarios em 27 de abril de 1897, Lisboa, 1897; *Elogio historico do architecto Joaquim Possidonio Narciso da Silva, proferido em sessão solemne da Real Associação dos Architectos e Archeologos portuguezes em 28 de março de 1897*, Lisboa, 1897; *A mocidade de Gil Vicente, o poeta, quadros da vida portugueza nos seculos* XV e XVI, Lisboa, 1897; *Amores de Vieira Lusitano*, Lisboa, 1901.

Castilho *(Luiz de)*. Seguiu a carreira das armas. Era filho de João de Castilho *o Velho*, e de sua mulher, D. Maria Fernandes de Quintanilha. Nos capitulos CX e CXII da *Chronica d'El-Rey D. Sebastião* por D. Manuel de Mello, encontram-se menções honrosas dos seus brios marciaes. Foi morto pelos moiros em Africa no desbarate do grande Luiz de Loureiro em Tanger, estando a servir a Commenda com este capitão.

Castilho *(Pero de)*. Commendador do Alfange na Ordem de Christo, procurador da fazenda na ilha da Madeira. Era filho de João Castilho *o Velho* e de sua mulher, D. Maria Fernandes de Quintanilha. Serviu tambem a Commenda que seu irmão Luiz de Castilho fôra servir a Africa. Casou com D. Briolanja da Costa, filha de D. Antonio da Costa, de Alpedrinha.

Castilho *(D. Pedro de)*. Bispo de Angra e de Leiria, etc. N. em Coimbra, e fal. a 31 de março de 1613. Era filho do architecto Diogo de Castilho e de sua mulher, D. Izabel Ilharco. Seguiu a carreira das letras, e depois de ser mestre em artes, principiou a estudar theologia; mudou mais tarde de faculdade, e cursou a de Canones na Universidade de Coimbra, em que se formou e doutorou. Foi prior da egreja de S. Salvador de Ilhavo, beneficiado da de Santo André, de Celórico; por mercê do cardeal D. Henrique foi tambem deputado do Santo Officio de Coimbra, onde entrou a 16 de fevereiro de 1575; visitador d'essa mesma diocese, sendo bispo D. Manuel de Menezes, e sagrado bispo de Angra, para onde partiu em 1577. Creou na ilha de S. Miguel a freguezia de S. José na cidade de Ponta Delgada. Seguindo o partido de Castella, quando D. Antonio, prior do Crato foi aos Açôres para defender os seus direitos á Corôa portugueza, D. Pedro de Castilho voltou para o reino em 1582, a bordo da esquadra do marquez de Santa Cruz. Em 1583 foi transferido para a sé de Leiria, e exerceu o cargo de prelado d'esta diocese durante 24 annos, que renunciou em 1607, ficando seu successor D. Martim Affonso Mexia. Filippe II, de Portugal, o nomeou D. Prior da collegiada do antigo mosteiro de Santa Maria de Guimarães, de religiosos ou religiosas da ordem de S. Bento, de que tomou posse a 31 de agosto de 1605; capellão-mór d'el-rei e seu esmoler-mór, conselheiro de Estado, presidente do Desembargo do Paço, governador d'Alcobaça, vice-rei de Portugal, cargo a que succedeu ao bispo de Coimbra D. Affonso de Castello Branco, mas que pouco tempo exerceu; mais tarde tornou a ser vice-rei de Portugal, quando o marquez de Castello Rodrigo, que occupava esse logar, teve de ausentar-se por ser chamado á côrte de Castella. D. Pedro de Castilho fundou na egreja de S. Domingos de Lisboa uma capella para si e para os possuidores do morgado que instituira de muito boas rendas na provincia da Beira. Essa capella, dizem, é a de *N. S.^a da Defensa*, a primeira do corpo da egreja, do lado da Epistola. Consta que foi afamado poeta latino, e que por sua ordem se imprimiu pela primeira vez em Portugal o *Regimento do Santo Officio da Inquisição dos reinos de Portugal, recopilado por mandado do Illmo e Rev.^mo Senhor D. Pedro de Castilho, Inquisidor geral e Viso-Rey dos reinos de Portugal*, Lisboa, 1613.

Castilho *(D. Thomaz Antonio de Noronha Ribeiro Soares de)*. Moço fidalgo com exercicio, cavalleiro de Justiça na Soberana ordem de Malta, etc. N. em Lisboa a 26 de junho de 1825, fal. em 21 de abril de 1902. Era filho de D. José Maria Carlos de Noronha Ribeiro Soares de Castilho, e de D. Maria d'Arrabida Blanc de Moura Telles da Costa Sousa Macedo d'Albuquerque (Mesquitella). Pertencia-lhe o titulo de conde da Lourinhã, que não quiz usar, por ser acerrimo partidario do antigo regimen.

Castilho. Pov. na freg. de S. Mamede, de Manhuncellos, conc. de Marco de Canavezes, distr.

do Porto. || Casal na freg. de Santa Maria dos Olivaes, e conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Castilho Barreto *(Adriano Ernesto de)*. Fidalgo da Casa Real por successão a seus maiores, do conselho d'el-rei, commendador e cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição, cavalleiro da de Christo, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, em 1822; advogado nos auditorios de Lisboa, delegado do procurador régio uo 4.º districto de Lisboa, por decreto de 24 de dezembro de 1834, de que tomou posse em 16 de janeiro de 1835; nomeado na 5.ª vara a 19 de abril de 1837, exonerado a 31 de janeiro de 1840; delegado da 3.ª vara de Lisboa em 7 de janeiro de 1841, tomando posse a 16 do mesmo mez; nomeado ajudante do procurador régio da Relação de Lisboa, em 11 de outubro de 1844, logar de que tomou posse a 15 do referido mez; antigo secretario da commissão mixta luso-brazileira, membro do Instituto Historico do Brazil, e d'outras associações juridicas e litterarias, etc. N. em Lisboa a 12 de dezembro de 1801, fal. no Rio de Janeiro a 18 de novembro de 1857. Era filho do dr. José Feliciano de Castilho, e de sua mulher, D. Domicilia Maxima de Castilho. Soffreu grandes perseguições como liberal no tempo do governo absoluto de D. Miguel, chegando a estar preso alcançando a liberdade com o restabelecimento do governo constitucional. Por decreto de 26 de novembro de 1845 foi despachado juiz de Direito de Aldeia Gallega, logar de que tomou posse a 15 de dezembro do referido anno. Foi collocado no quadro dos juizes de Direito sem exercicio, por decreto de 7 de agosto de 1846, para ser opportunamente empregado. Por decreto de 1 de dezembro d'este anno tornou a ser nomeado ajudante do procurador régio de Lisboa, sendo exonerado a seu pedido a 27 de dezembro de 1848. Passou então ao Rio de Janeiro, onde se conservou exercendo a profissão de advogado, até que falleceu. Casou a 7 de maio de 1835 com D. Maria do Carmo d'Abreu de Lima e Vasconcellos Pimentel do Vabo, filha de Antonio Maria de Abreu de Lima e Vasconcellos, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher, D. Caetana Margarida Escolastica Pimentel do Vabo. Adriano de Castilho foi assiduo collaborador do jornal politico *A Restauração*, de 1842 a 1846, onde se encontram muitos artigos seus sobre, politica, jurisprudencia e litteratura. Escreveu: *Epinicio que na feliz elevação do sr. D. João VI ao throno portuguez respeitosamente offerece ao mesmo senhor*, Lisboa, 1817; *As vinte e cinco prisões de Adriano Ernesto de Castilho Barreto*, etc., tomo I, Lisboa, 1845; *Ode nos felizes desposorios do ill.mo sr. Anselmo da Silva Franco com a ill.ma Sr.ª D. Guilhermina Emilia Pacheco*, Lisboa, 1816; *Epithalamio* ao mesmo assumpto, em Lisboa, 1816; estas duas poesias fôram publicadas anonymas. *Defensa forense do general Stubbs*. Em manuscripto deixou o 2.º tomo das *Vinte e cinco prisões; O pulpito, poema de Boileau, traduzido em verso e seguido de notas;* tem a data de 1832; *Arabella, ou D. Quixote femea de...*, romance traduzido, em 4 volumes; traducção do *Lutrin*, de Boileau. Collaborou com seu irmão José Feliciano de Castilho na traducção do *Judeu errante*, publicada em 1845 em 10 tomos de formato 8.º. Parece que foi esta a primeira traducção que teve em portuguez este romance de Eugenio Sue. Tambem collaborou com o referido seu irmão na traducção das *Memorias de Madame Lafarge*.

Castilho Barreto *(Antonio Maria de)*. Cavalleiro da ordem de Christo, tenente do exercito d'Africa, secretario do governo geral de Cabo Verde, escriptor e jornalista, etc. N. a 10 de setembro de 1837, fal. em fevereiro de 1892. Era filho de Adriano Ernesto de Castilho Barreto, e de sua mulher, D. Maria do Carmo d'Abreu de Lima Vasconcellos Pimentel do Vabo. Serviu no exercito portuguez em Africa no posto de tenente de que pediu a demissão. Dedicando-se muito ao jornalismo, fundou em 1871 o importante jornal *O Brazil*, destinado á America do Sul, como o seu titulo indica. Sendo nomeado secretario geral da provincia de Cabo Verde, entregou-se dedicadamente aos estudos das questões coloniaes, que lhe absorveram toda a attenção nos ultimos annos da sua vida. Por uma evolução da politica da metropole, foi exonerado d'aquelle logar, e n'elle aposentado. Regressando a Lisboa, continuou com os seus estudos sobre as colonias, e a esse respeito fundou, juntamente com o sr. Greenfield de Mello, *O Correio de Portugal*, destinado a tratar d'assumptos coloniaes, folha de que mais tarde ficou sendo o unico proprietario e director. Antonio de Castilho casou em primeiras nupcias, com D. Anna Eugenia Collon, senhora franceza, que falleceu pouco tempo depois; a segunda vez, casou a 28 de fevereiro de 1876, com sua prima D. Ida de Castilho, filha de seu tio Antonio Feliciano de Castilho, 1.º visconde de Castilho. Escreveu para o theatro as seguintes comedias: *Uma noiva em dois volumes*, *Amor de ingenua*, *Depois de velhos gaiteiros*, e *Rapaziadas*.

Castilho Barreto e Noronha *(Augusto Vidal de)*. Contra-almirante, commendador das ordens de Christo e de Aviz, cavalleiro da Legião de Honra de França, condecorado com a medalha da expedição a Angola em 1860, e com a medalha de prata por bons serviços, governador em Inhambane, em Lourenço Marques e em Moçambique, do conselho de Sua Magestade, director da Escola Naval, commandante do corpo de alumnos, etc. N. a 10 de outubro de 1841. E' filho do 1.º visconde de Castilho, Antonio Feliciano de Castilho, e de sua mulher, D. Anna Carlota Xavier Vidal. Cursou a Escola Polytechnica e a Escola Naval sempre com distincção, aproveitando simultaneamente o ensejo de frequentar no primeiro d'aquelles institutos, algumas cadeiras não exigidas pelo programma do curso de marinha a que se dedicava. A 22 de setembro de 1859 assentou praça como aspirante, e antes mesmo de ter concluido o tirocinio escolar, acompanhou a expedição naval, que em agosto de 1860 foi para Africa, apaziguar graves tumultos que se haviam levantado em Angola. N'essa viagem travou conhecimento com el-rei D. Luiz, então official de marinha, que commandava a corveta *Bartholomeu Dias*. D. Luiz, sabendo a que familia pertencia o joven aspirante, o nome de seu pae, e o do seu padrinho, que era Alexandre Herculano, tomou-lhe grande affeição, e chamava-o á sua camara, entregando-se ambos á leitura dos bons livros e dos bons poetas. Em 18 de maio de 1861 partiu para a estação naval de Gôa, onde, a 2 de março de 1862, recebeu a patente de guarda-marinha; o seu provado merecimento e competencia deu causa a que o governador geral, então o

conde de Torres Novas, o nomeasse addido á missão portugueza da demarcação dos limites do padroado portuguez no Oriente, de accordo com uma numerosa e importante missão ingleza. Em 24 de outubro de 1862 foi graduado 2.º tenente, adquirindo a effectividade d'este posto a 20 de abril de 1864, anno em que regressou a Portugal. Pouco depois realisou seguidamente algumas viagens, sendo uma d'ellas ao Brazil. Sendo commandante da escuna *Barão de Lazarim*, estacionou em Moçambique, onde, aproveitando quantos ensejos se lhe offereciam de prestar relevantes serviços ao Estado, levantou o plano hydrographico d'alguns pontos da costa e de varias barras. Commandou tambem os vapores *Quelimane* e *Tete*. Por decreto de 27 de agosto de 1874 foi nomeado governador de Inhambane, e por decreto de 12 de maio de 1875 teve transferencia para o governo de Lourenço Marques. A 14 de setembro d'esse anno, foi promovido a capitão-tenente, e regressando a Lisboa em 1879, tomou parte na camara dos deputados, para que fôra eleito. Nas discussões do parlamento affirmou com rigoroso empenho a sua constante dedicação pelos interesses do ultramar, e tanto nos trabalhos das respectivas commissões, como nas lides da imprensa e nas sessões da Sociedade de Geographia, accentuou por tal fórma a sua superioridade, que o seu voto e conselho em questões de administração colonial, são sempre acatados como altamente valiosos. Em 1887 era governador geral de Moçambique, quando se deu um conflicto em Zanzibar, promovido pelo sultão se ter negado a receber o representante de Portugal e a tratar com elle sobre os limites territoriaes do seu paiz, com a provincia portugueza de Moçambique na costa oriental d'Africa. Em vista d'este procedimento o governador geral, o sr. Augusto de Castilho, viu-se forçado a retirar-se depois d'um *ultimatum* que não teve resposta, e a fazer arrear a bandeira portugueza do consulado portuguez, entregando á protecção do consul d'Allemanha os interesses dos portuguezes ali estabelecidos. O resultado d'este rompimento foi o governador geral mandar immediatamente pelos navios de guerra portuguezes, corveta *Affonso d'Albuquerque* e canhoneiras *Vouga, Bengo* e *Douro*, estacionadas em Moçambique, occupar as povoações zanzibaristas da parte norte da bahia de Tungue, ponto principal das reclamações do governo portuguez. Os navios de guerra portuguezes aprisionaram logo o vapor *Kilwa*, pertencente ao sultão, e que conduzia material de guerra para a defeza do Tungue, e prepararam-se para bombardear a terra. As forças portuguezas, compostas das guarnições dos referidos navios, em numero de cerca de 600 praças, repelliram as do sultão em dois ataques, tomando bandeiras e peças d'artilharia, sendo os ataques dirigidos pelo sr. Augusto de Castilho, que depois voltou a Moçambique na corveta *Affonso d'Albuquerque*, acompanhada pela canhoneira *Douro*, ficando na bahia de Tungue as canhoneiras *Bengo* e *Vouga*. Tendo sido enviado ao Rio de Janeiro em 1893 para defeza dos interesses da colonia portugueza, tornou-se muito notavel na occasião da insurreição naval da bahia do Rio de Janeiro contra o governo do marechal Floriano Peixoto. O sr. Augusto Castilho recebeu humanitariamente a bordo a guarnição dos navios insurrectos, condemnada a morte certa, se o digno official não tomasse sobre si as enormes responsabilidades de tão delicada empreza. Este facto não foi bem recebido pelo governo portuguez e determinou um ruidoso processo, sendo chamados a conselho de guerra o sr. Castilho e o sr. Annibal d'Olivier, tenente da armada, accusados por cederem a um impulso puramente humanitario, promettendo asylo aos insurrectos. Este processo attrahiu todas as attenções, porque ninguem desconhecia a injustiça da accusação. O julgamento durou cinco sessões, de 7 a 12 de janeiro de 1895, em que os debates se tornaram notaveis. Fôram advogados de defeza os srs. drs Eduardo Alves de Sá e Lopes Vieira. Esta causa tão sympathica foi um grande triumpho para os advogados, que, apresentando argumentos e documentos irrecusaveis, conseguiram do tribunal uma gloriosa e unanime absolvição. Os accusados tornaram-se heroes e receberam as maiores manifestações de enthusiasmo, especialmente por parte dos officiaes de marinha. O sr. Augusto de Castilho foi quem superintendeu na construcção da canhoneira *Patria*, no Arsenal da marinha, e que se lançou ao Tejo na tarde de 27 de junho de 1903 em cerimonia solemne a que assistiram Suas Magestades e Altezas. A canhoneira foi construida com o producto da subscripção aberta entre a colonia portugueza residente no Brazil, subscripção promovida pelo sr. conde de Avellar, fundador da importantissima casa commercial do Rio de Janeiro, Avellar & C.ª, sendo o referido titular presidente da commissão executiva. A'cerca das nossas colonias do ultramar, o sr. Augusto de Castilho tem publicado artigos valiosos no *Boletim da Sociedade de Geographia*, no *Jornal das Colonias, Diario de Noticias* e *Occidente*. Devem-se-lhe tambem os seguintes livros: *O Zambeze, apontamentos de duas viagens*, conferencia perante a Sociedade de Geographia em 27 de julho de 1880, Lisboa, 1880; *O districto de Lourenço Marques no presente e no futuro*, breves apontamentos lidos na Sociedade de Geographia, Lisboa, 1880; *O Transwaal e o dominio inglez*, memoria por George Pigot Moodie, traduzida e lida na Sociedade de Geographia em 8 de abril de 1880, Lisboa, 1881; *O districto de Lourenço Marques no presente e no futuro*, Lisboa, 1872. Este ultimo volume constitue um copioso desenvolvimento das materias tratadas n'aquelle que dois annos antes publicara sob titulo egual. Traduziu tambem alguns dos romances historicos de Alexandre Herculano para a lingua ingleza. E' actualmente um dos directores da revista illustrada *Brazil-Portugal*.

Augusto Vidal de Castilho Barreto e Noronha

Castilho Barreto e Noronha *(José Feliciano de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real por successão a seus maiores, do conselho da rainha D. Ma-

ria II e dos monarchas D. Pedro V e D. Luiz I; commendador das ordens de Christo, de N. S.ª da Conceição e da de Carlos III, de Hespanha; deputado nas legislaturas de 1844 e de 1846; bacharel formado em Philosophia na Universidade de Coimbra, e doutor nas faculdades de Medicina e de Direito pelas Universidades de Paris e de Rostock; tenente-coronel do batalhão nacional movel de atiradores de segunda linha, denominado de voluntarios da Carta; bibliothecario-mór da Bibliotheca Nacional de Lisboa, socio da Academia Real das Sciencias, da Sociedade Pharmaceutica Lusitana, do Instituto Historico e Geographico do Brazil, da Sociedade Real dos Antiquarios do Norte, da Academia de Historia de Copenhague, e de outras associações scientificas e litterarias. N. em Lisboa a 4 de março de 1810, fal. no Rio de Janeiro a 11 de fevereiro de 1879. Era filho do dr. José Feliciano de Castilho, medico da Real Camara e lente de prima na Universidade de Coimbra, e de sua mulher D. Domicilia Maxima de Castilho, e irmão do poeta Antonio Feliciano de Castilho, 1.º visconde de Castilho. Sendo estudante, já em Coimbra manifestava como seus irmãos, talento litterario, escrevendo aos 17 annos uma comedia intitulada: *O estudante de Coimbra, ou um fidalgo como ha muitos*. Em 1829 estava formado em Direito, e vinha para Lisboa, d'onde não tardou a ter de retirar-se, por se achar implicado na tentativa de revolta do brigadeiro Alexandre Manuel Moreira Freire, que na noite de 9 de janeiro d'este anno procurou sublevar a brigada real de marinha, de que era commandante. Foi descoberta a tentativa, e José Feliciano de Castilho, que já anteriormente fôra tido como liberal no juizo da conservatoria de Coimbra, sabendo que era apontado como cumplice de Moreira Freire, fugiu para um logarejo das proximidades, e vendo que não podia voltar a Coimbra, conseguiu vir para Lisboa, onde esteve escondido 20 dias, até que em 20 de maio pôde emigrar para França a encontrar-se com seus irmãos Alexandre e Albino, que já ali se haviam refugiado por causa das perseguições do governo absolutista. Bateu-se nas barricadas de 1830, foi um dos combatentes de julho, e no intervallo compunha o seu poemeto *Grito da Liberdade*, que foi a sua primeira obra impressa. Depois procurou de todas as fórmas angariar meios de subsistencia, e ao passo que se formava em Medicina na Universidade de Paris, e em Philosophia na de Rostock, ia ao mesmo tempo percorrer a França com seu irmão Alexandre, abrindo cursos de mnemotechnia, e publicando livros n'esse genero, taes como o *Recueil des souvenirs pour le cours de Mnémotechnie*, que se imprimiu em Saint-Malot em 1831; o *Traité de Mnémotechnie*, e o *Dictionnaire de Mnémotechnie*, impresso em Bordéos no mesmo anno. Publicou depois outros trabalhos em Bordéos, Tarascon e Arles, juntamente com seu irmão Alexandre, como já citámos (V. *Castilho, Alexandre Magno de*). Ao mesmo tempo escrevia a sua dissertação sobre a *nostalgia*, these para o seu doutoramento em Medicina pela Universidade de Paris, e a sua dissertação sobre o *regimen da tutella* para o seu doutoramento pela Universidade de Rostock. Em 3 de outubro de 1834 voltou da emigração, em companhia de sua mulher D. Marianna Maynard de Castilho, com quem havia casado em Londres. Em 1835, tratando Rodrigo da Fonseca Magalhães d'uma reforma radical da instrucção publica, nomeou-o secretario do Instituto physico-mathematico que esse decreto creava; porém, como o decreto de 2 de dezembro d'esse anno o mandou suspender, não chegou a exercer o logar. Foi então nomeado governador civil de Santarem, de que tambem não chegou a tomar posse, por causa dos acontecimentos politicos que se seguiram, a revolução de 9 e 10 de setembro de 1836. A 10 de abril d'este anno realisara na sala dos actos do Collegio dos Nobres uma grande sessão mnemonica, a que assistiram D. Maria II e D. Fernando, o cardeal patriarcha, a côrte, o ministerio, o corpo diplomatico, o parlamento, a imprensa, etc. Era um espectaculo novo para a cidade, uma sciencia que nos era ainda desconhecida, pelo menos na pratica. José Feliciano de Castilho saiu então do reino, apenas viu que as tentativas de Belem, de 4 e 5 de novembro seguintes, se mallograram. Dedicando-se ao jornalismo, fundou em 1836, com outros escriptores, o *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras*; em 1837 publicou a *Arte de ser amado*. com o pseudonymo de Abel Christiano de Bettencourt, e são tambem d'esse tempo as *Cartas de Manuel Pequeno ao seu compadre Artilheiro*. Collaborou nos jornaes: *Independente*, *Guarda avançada*, *Guarda avançada dos domingos*, etc., e juntamente com seu irmão Alexandre fundou a *Revista Universal*. Tendo sido nomeado em 1839 consul geral nas cidades hanseaticas e Dinamarca, José Ribeiro dos Santos, conseguiu que elle o nomeasse seu secretario particular, tornando assim mais suave a sua emigração em Hamburgo. N'esta cidade publicou-se o *Traité du Consulat*, em 2 volumes, pelo referido consul e José Feliciado de Castilho. Cinco annos depois, em janeiro de 1842, regressou a Portugal, e foi logo encarregado por Costa Cabral, em 11 de fevereiro, da redacção do *Diario do Governo*, logar que exerceu gratuitamente apenas 15 dias, deixando-o, porque as suas doutrinas cartistas, liberaes e sinceras, não agradavam ao ministro do reino, Mousinho da Silveira. Estabelecendo uma typographia na rua do Abarracamento de Peniche, tornou-se redactor principal do jornal politico *A Restauração da Carta* em que, até 1846, hasteou a bandeira das idéas, conservadoras, defendendo-as contra os mais habeis adversarios; foi presidente d'uma commissão encarregada da administração e reforma da Torre do Tombo, commissão de que se desempenhou, escrevendo o relatorio de 21 de janeiro de 1843, que saiu impresso no *Diario do Governo* de 2 de fevereiro seguinte. Em 22 de março d'este anno foi nomeado bibliothecario-mór da Bibliotheca Nacional de Lisboa, logar de que tomou posse a 19 de abril. O relatorio que apresentou ao governo no principio do anno de 1844 ácerca do estado da Bibliotheca, dos meios que empregára para a melhorar, e das riquezas que ella continha, é o testemunho d'um trabalho dirigido por pessoa da mais elevada competencia. O relatorio consta de 4 tomos, em que tambem collaborou Francisco Martins de Andrade. Em 1846 foi tenente-coronel do batalhão dos voluntarios da Carta, cuja organisação lhe fôra incumbida em outubro; deputado nas legislaturas, que se seguiram á restauração da Carta, na de 1842 a 1845, e na de 1846, que não completou os quatro annos.

Ao mesmo tempo publicou com seu irmão Antonio Feliciano de Castilho, a *Livraria classica*, e n'essa collecção competia-lhe escrever a *Noticia da vida e obras de Fernão Mendes Pinto e de Manuel Maria Barbosa du Bocage*. Não podendo como desejava, dar desenvolvimento a toda a sua actividade, resolveu partir para o Rio de Janeiro, o que realisou em 1847. Estabeleceu banca de advogado, em que alcançou grandes aroventos e extraordinaria influencia na sociedade fluminense. Fundou o jornal *Iris*, que redigiu quasi só, onde publicou as suas *Memorias de um endemoninhado*, um sem numero de artigos, algumas obras ineditas de autores antigos, como a *Conquista de Parahiba*, a *Bahia restaurada*, e o *Dialogo das grandezas do Brazil*. Em 1859, para offerecer aos mestres e alumnos das escolas brazileiras, publicou o *Iris classico*, ou selecta d'excerptos colhidos nas obras dos nossos escriptores de melhor nota, que logrou vêr adoptar na maior parte das provincias. Eleito socio do Instituto Historico e Geographico do Brazil, publicou em um dos volumes supplementares um *Discurso sobre a necessidade de se protegerem as sciencias, as letras e as artes no Brazil*. Conquistou em breve as boas graças da colonia portugueza do Rio de Janeiro, porque estava sempre prompto, como bom patriota, a defender a honra de Portugal. Apppareeendo no *Correio Mercantil* uma correspondencia offensiva para o nosso nome, logo em desaffronta escreveu uma correspondencia assignada por *um lusitano;* quando em 1858 se levantou a questão com a França ácerca da barca *Charles et George*, José Feliciano de Castilho publicou immediatamente no *Jornal do Commercio* de 8 de dezembro d'esse anno um notavel artigo sobre esse assumpto, assignado por *um portuguez*, que foi reproduzido pela *Republica* e pela *Nacion*, do Equador. As colonias portuguezas de varias provincias offereceram-lhe pennas de ouro, em testemunho da sua admiração. Jornalista incançavel, collaborou nos seguintes jornaes: *Revista de Santos*, com o pseudonymo de *Felicio de Noronha;* no *Correio da Tarde*, com os de *Juca de Itaparica* e de *Ambrosio de Taramella;* na *Semana*, com o de *D. José de Pampulha.* Em 1861, tambem escreveu no *Jornal do Commercio* uma série de artigos sobre a *União Iberica*, em que então muito se falava, artigos que lhe valeram o applauso da colonia portugueza. Mas as occupações da advocacia, nem os trabalhos politicos, o impediam de proseguir sempre na sua obra litteraria. Em 1865, quando Antonio Feliciano de Castilho se lembrou de levantar um singelo monumento a Bocage em Setubal, patria do popular poeta, José Feliciano de Castilho estava no Brazil. Convocou uma grande reunião nas salas do Club Fluminense, no dia 15 de setembro d'esse anno, anniversario secular do nascimento do poeta. Nomeou-se uma commissão central, de que Castilho foi presidente; espalharam-se listas e sollicitaram-se donativos, porém rebentou a guerra do Paraguay, e succederam-se os transtornos economicos que sempre acompanham as grandes crises. Apezar d'isso, as quantias recebidas em pouco tempo attingiram á somma de 6:735$220 réis, que se depositaram na casa bancaria Fortinho & Moniz. Esta casa quebrou, infelizmente, arrastando na fallencia todos os seus valores. Castilho não desanimou. Expoz o facto á commissão iniciadora do Rio de Janeiro, com todas as circumstancias desagradaveis que o revestiam, e encontrou ahi o mais decidido appoio ás suas propostas. O monumento afinal foi a effeito, lançando-se a pedra fundamental em 22 de novembro de 1871, e inaugurando-se com toda a solemnidade em 21 do mez seguinte. Castilho veiu tres vezes a Portugal, em curtas visitas; em 1852, 1868 e 1870. Estava em Lisboa quando rebentou a revolta de 19 de maio d'este ultimo anno, promovida pelo marechal duque de Saldanha, que lhe pediu e instou para que acceitasse uma pasta no ministerio que organisara, porém Castilho recusou-se. Em 1879, tratava de liquidar os seus haveres para regressar a Portugal quando a morte o surprehendeu Além dos seus trabalhos, que já mencionámos, citaremos os seguintes: *Relatorio e proposta das medidas concernentes á coordenação e classificação dos archivos existentes na Torre do Tombo*, no *Diario do Governo* de 2 de fevereiro de 1843; *Regulamento Consular*, projecto, sobre o qual com algumas modificações se formou, e foi adoptado pelo decreto com força de lei de 26 de novembro de 1851, cuja edição official tem por titulo: *Regulamento Consular portuguez, mandado executar por decreto, etc.*, Lisboa, 1852; *Noticia da vida e obra de Fernão Mendes Pinto;* tomo XVI da *Livraria Classica*, pag. 67 a 136, e parte II do mesmo tomo, pag. 5 a 201; *Noticia da vida e obras de Manuel Maria Barbosa du Bocage;* fórma os tomos XXII a XXV da mesma *Livraria Classica; Razões do appellante e do appellado, na causa entre partes; appellante José Antonio das Neves; appellado o major Felix Maria de Noronha*, etc., Rio de Janeiro, 1859; *O casamento de Sua Alteza Imperial, a Senhora princeza D. Izabel com Sua Alteza Real o senhor infante D. Luiz, primeiro duque do Porto; extractos*, Rio de Janeiro, 1859; fôram primeiramente publicadas no *Jornal do Commercio; A Grinalda Ovidiana; appendice á Paraphrase dos Amores*, Rio de Janeiro, 1858; *Carta a um dos directores da Lysia Poetica*, datado do Rio de Janeiro a 30 de setembro de 1857; vem na *Lysia Poetica*, *segunda serie*, tomo I, pag. XXIII a LXI; *O Judeu errante, por Eugenio Sue*, Lisboa, 1845, 10 tomos em 8.º; saiu primeiramente em folhetins da *Restauração da Carta*, e fizeram-se depois algumas edições em separado; seu irmão Adriano de Castilho tambem collaborou n'esta traducção, assim como na seguinte obra; *Memorias de Maria Capella, viuva Laffarge, escriptas por ella mesmo, e traduzidas em vulgar por Ticio e Sempronio* (pseudonymos de José Feliciano e de Adriano de Castilho); Lisboa, 1845, 2 tomos; *A mulher catholica, pelo reverendo P. D. Joaquim Ventura de*

José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha

Baulica, vertida em vulgar, Rio de Janeiro, 1857, *Orthographia portugueza e missão dos livros elementares: correspondencia official relativa ao «Iris classico»*, Rio de Janeiro, 1860; *A união iberica por um portuguez*, Rio de Janeiro, 1861; *Memoria sobre a divida do estado a José Piombino, cessionario habilitado dos herdeiros do conde de Barbacena*, Rio de Janeiro, 1861; *João Baptista Moreira, barão de Moreira, esboço biographico*, etc., Rio de Janeiro, 1862; *Tributo á memoria de sua magestade fidelissima D. Pedro V*, Rio de Janeiro, 1862; *Memoria sobre a segunda ecloga de Virgilio*, etc., Rio de Janeiro, 1861; além d'este opusculo, escreveu uma erudita e extensa nota na *Grinalda Ovidiana*, tomo I, pag. 240 a 244; *Correspondencia litteraria; cartas ácerca do poema «D. Jayme», de Thomaz Ribeiro, e do conversação preambular do sr. Castilho, e da critica do sr. Ramalho Ortigão;* sairam no *Constitucional*, do Rio de Janeiro, em outubro de 1862, e fôram reproduzidas na *Gazeta de Portugal*, em novembro seguinte; appareceu uma *segunda série* d'estas cartas no *Constitucional*, do Rio de Janeiro, e na *Revolução de Setembro*, no primeiro trimestre de 1863; *A grande questão do dia; o accordo de 20 de fevereiro; o conselheiro Paranhos*, Pernambuco, 1865; tem no fim a assignatura de *Epaminondas*. Na mesma occasião appareceram outros opusculos sobre o mesmo assumpto. Escreveu mais: *A escola coimbrã, cartas ao «Correio Mercantil»* do Rio de Janeiro, 1.ª série, 1866; 2.ª série, no mesmo anno; *A aguia no vôo e nos astros, sivé a Escola Coimbrã na sua aurora e em seu zenith*, etc., *Primeira e segunda parte, por um lisboeta convertido*, Rio de Janeiro, 1866; *Estudo critico sobre o «Exame da viagem do dr. Livingstone» pelo sr. D. José de Lacerda*, etc. saiu no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, de 23 e 27 de junho, e de 3 e 5 de julho de 1868; foi transcripto no *Jornal do Commercio*, de Lisboa, a começar no 1.º de agosto do mesmo anno; *Polemica litteraria; pena de Talião imposta pelo conselheiro José Feliciano de Castilho Barreto Noronha a «João Minimo», a proposito de umas criticas d'este á versão das «Georgicas», de Virgilio pelo insigne poeta e sabio portuguez Antonio Feliciano de Castilho*, Pernambuco, 1868; *Tratado elementar da pontuação da lingua portugueza ensinada por meio de exemplos extrahidos dos melhores classicos*, etc., Rio de Janeiro, 1870; *Cartas politicas dirigidas pelo roceiro Cincinato ao cidadão Fabricio*, Rio de Janeiro, 1871; esta primeira collecção comprehende quatro cartas; depois a série continuou com o titulo de *Questões do dia; A questão academica em 1871*, Rio de Janeiro; saiu com o nome de *Themistocles; Reflexões d'um solitario relativas ao livro «Jerusalem» de monsenhor Pinto de Campos*, Rio de Janeiro, 1874; *Cantos* I, III, VI *da «Pharsalia»*, sairam em jornaes no Rio de Janeiro; amostras d'esta versão tambem appareceram na *Revista Contemporanea*, tomo IV, pag. 290 a 296, 467 a 472, e no *Archivo pittoresco; Estudo sobre o missal de Estevão Gonçalves*, Rio de Janeiro, 1874; *Memoria sobre o exemplar dos «Lusiadas» da bibliotheca particular de sua magestade o imperador do Brazil... publicada a expensas da bibliotheca nacional do Rio de Janeiro, por occasião do centenario de Camões, 10 de junho de 1880*, Rio de Janeiro, 1880, extrahida do tomo VIII dos *Annaes da Bibliotheca Nacional*.

Como escriptor dramatico deixou o seguinte: *O estudante de Coimbra ou um fidalgo como ha muitos*, comedia em 5 actos; *Amor e morte*, drama em 5 actos, 1 prologo e 1 epilogo; *A precipitação*, drama em 5 actos; *A esposa da moda*, comedia em 1 acto; *Pujol*, imitação d'um drama inedito de Jacques Arago, em 5 actos; *O noivado em Paquetá*, drama lyrico em 2 actos, imitação do *Noivado no Dáfundo*, de Garrett; *A estreia d'uma artista*, opera comica em 2 actos, traducção do hespanhol; *Brincar com fogo*, opera comica em 3 actos, traducção. As tragedias de Schiller, traduzidas do allemão em verso: *Maria Stuart*, *Guilherme Tell* e *D. Carlos;* o *Fausto*, de Goethe, em verso.

Castilho Coutinho *(Diogo de)*. Conhecido pelo *Negro*. Guarda-mór da Torre do Tombo, etc. Era filho do dr. Antonio de Castilho, e de sua mulher D. Luiza Coutinho. Succedeu na casa de seu pae, e como elle foi commendador de Moura na ordem de Aviz, etc. Por carta régia de 11 de outubro de 1612, foi nomeado guarda-mór da Torre do Tombo, officio que já seu pae exercera. Casou com sua sobrinha D. Anna da Cunha, filha de seu primo Luiz de Castilho, de quem não teve successão. Tendo enviuvado, casou novamente com D. Marianna, ou D. Maria Anna de Castro, filha de Estuval, ou Estevão Luiz Homem da Silva, commendador de Freiria de Evora, e de D. Ignez de Castro.

Castilho da Cunha *(Luiz de)*. Alcaide-mór de Alemquer, e commendador de S. Bartholomeu da Covilhã na ordem de Christo. Era filho de João Castilho, *o Velho*, e de sua primeira mulher, D. Maria da Cunha. Casou com D. Maria Pereira (ou D. Francisca), filha de João Pestana, ou João Pestana Pereira, e de D. Violante Pessanha. Foi um ousado militar, como confirmam as circumstancias da sua morte. Acompanhou D. Sebastião na segunda jornada a Africa, e ali se distinguiu pela sua valentia e bravura, succumbindo na batalha d'Alcacer Kibir, como se lê no capitulo VI, pag. 69, da *Jornada d'Africa*, de Jeronymo de Mendonça.

Castilho e Noronha *(Bernardo Chrispiniano de)*. Doutor na faculdade de Canones pela Universidade de Coimbra. Era filho de Antonio Barreto de Castilho. Serviu algum tempo de ouvidor, e depois de conservador na referida Universidade; foi tambem provedor na villa de Torres Vedras, pelos annos, de 1786, e fal. em Lisboa em 1790.

Castinçal. Pov. na freg. de S. Paio de Farinha Podre, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Castinheira. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Thiago, de Moquim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. ‖ S. Bartholomeu, de Villa Cova, conc. de Fafe, do mesmo districto.

Castinheirinho. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Pindello, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. ‖ Santa Eulalia, de Venade, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello.

Castinheiro. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Christello, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello ‖ S. Mamede, de Madail, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Castinheiro Redondo. Pov. na freg. do Sal-

vador e conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real.

Castorigo Pov. na freg. de Santa Maria, de Pegarinhos, conc. de Alijó, distr. de Villa Real.

Castrellos. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 477 hab. e 106 fog. Tem caixa post. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, por onde passa o rio Baceiro. E' muito antiga, pois já existia no tempo dos godos, e provavelmente no tempo dos romanos. No seculo X era denominada villa, porque no anno de 988 doou Munio Gonçalves ao mosteiro de Lorvão a sexta parte da *villa de Castrello*. D. Affonso IV deu-lhe foral em Extremoz, a 29 de julho de 1325. O reitor de Quintella de Vinhaes apresentava o cura. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Castro. Familia muito nobre em Portugal e Castella. D. Ruy de Castro, rico-homem de el-rei D. Affonso VII, chamado o *Imperador*, foi a primeira pessoa que usou do appellido de Castro, que tomou da villa de Castro Xeres, de que era senhor. D. Pedro Fernandes de Castro, conhecido pelo da *Guerra*, foi o primeiro que veiu a Portugal, no tempo de D. Affonso IV. Os seus descendentes usam das armas com alguma differença, porque os que procedem de D. Alvaro Pires de Castro, seu neto, trazem em campo de ouro treze arruellas de azul em tres palas; o timbre é um meio leão de ouro com sete arruellas no peito. Os que descendem de D. Alvaro Pires de Castro, seu filho, e irmão de D. Ignez de Castro, que foi e primeiro condestavel d'este reino, trazem em campo vermelho seis arruellas brancas em duas palas; timbre um caranguejo de prata realçada, e azulejado de azul com os dentes grandes pegados em uma truta. Os descendentes de D. Alvaro de Castro, filho do vice-rei da India D. João de Castro, trazem por timbre nas seis arruellas a roda de navalhas de Santa Catharina, em memoria de que, na jornada que fez ao mar Roxo com D. Estevão da Gama, este o armou cavalleiro á vista do monte Sinai, onde por obra dos anjos fôram collocadas as reliquias de Santa Catharina martyr. Aos filhos do opulento Antão Vaz de Castro deu o rei D. Sebastião a sua quinta de Rio de Sacavem por solar, e, passando elles então a denominar-se Castros do Rio, tiveram por armas em campo de prata duas faxas de agua ondeada entre nove arruellas de vermelho; o timbre é meio cavallo marinho castanho saindo d'uma onda de agua.

Castro *(Padre Affonso de)*. Jesuita, natural de Lisboa. Foi um dos muitos portuguezes que se deixaram arrastar por uma verdadeira fascinação a entrar na Companhia de Jesus. Professou, partindo em seguida para as missões do Oriente, que era o seu maior desejo. Em Gôa foi recebido pelo proprio S. Francisco Xavier. Missionou nas ilhas Molucas, e principalmente em Ternate, uma d'estas ilhas, onde o sultão o mandou prender e martyrisar em 12 de janeiro de 1558. Escreveu varias cartas ao padre Simão Rodrigues de Azevedo, dando conta das suas missões, das quaes algumas estão impressas.

Castro (*Affonso de*). Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, governador civil de varios districtos, governador de Timor, deputado, jornalista, etc. N. em Lamego a 11 de janeiro de 1824, fal. em Leiria em 1885. Era filho de Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa. Estudou no Collegio Militar, cujo curso terminou em 1842. Seguindo a carreira militar, assentou praça em infantaria n.º 16, e matriculou-se nos 2.º e 3.º annos da Escola Polytechnica. Em 1845 foi promovido a alferes para caçadores n.º 3, em seguida partiu para Bragança, onde serviu até 1846, anno em que tentou voltar a Lisboa para continuar os estudos. Chegando, porém, ao Porto, quando estava para embarcar, rebentou o movimento politico de 9 de outubro que elle seguiu, contra o governo da capital. Foi então nomeado ajudante d'ordens do ministro da guerra da junta suprema, que dominava o paiz em nome dos principios da liberdade. Era já tão reconhecida a sua intelligencia e o seu prestimo, que a junta, apezar de Affonso de Castro ser ainda muito novo, o encarregou de importantes commissões, que desempenhou com o maior zelo e valor. Affonso de Castro estava com o official de engenheiros Gandra, encarregado da defeza da Douro nas alturas de Avintes, quando o general Concha avançou com o seu exercito sobre as linhas do Porto. Mais tarde, recolhendo á cidade, foi enviado por vezes ao campo hespanhol como parlamentario, e foi ainda elle o escolhido para portador da convenção de Gramido, que o general Concha e o coronel Wild assignaram com o marquez de Loulé, a 28 de junho de 1847, com que terminou a campanha da Maria da Fonte. Affonso de Castro retirou-se então para Canavezes, á quinta de seu irmão Macario de Castro, onde se demorou até principios de 1851, epoca em que partiu para Coimbra, junto de seu outro irmão, Henrique de Castro, que estava cursando a Universidade. N'este anno passou por aquella cidade o marechal duque de Saldanha com as suas forças revolucianadas, e Affonso de Castro, tão depressa sairam a campo os setembristas, foi offerecer a sua espada ao marechal, que immediatamente lhe deu collocação em caçadores n.º 2. N'aquelle corpo era muito mal visto, como acontecia em geral com todos os officiaes pertencentes á junta do Porto, e por esse motivo, na contra-revolução do Castello, que não foi ávante, ia até sendo victima dos sargentos. Promovido a tenente com a antiguidade de 29 de abril de 1851, teve a infelicidade de ser passado á disponibilidade, pelas informações que deram a seu respeito, como liberal enthusiasta; não tardou, comtudo, que tivesse nova collocação em caçadores n.º 2, e fôsse tambem nomeado para servir no commando em chefe do exercito. Dedicou-se então á vida jornalistica; collaborou em diversos jornaes, sendo um dos redactores effectivos da *Esperança*, onde escreveu até ao ultimo numero publicado. Fundou o *Arauto*, com Teixeira de Vasconcellos, que se publicou em substituição da *Esperança*. Foi eleito deputado por Timor em 1854, e fez parte do corpo legislativo até fins de 18[illegible]8. N'essa data teve a nomeação de governador d'aquella localidade, mas tendo sido tambem nomeado secretario da negociação diplomatica com os Paizes Baixos, sobre a delimitação do territorio na ilha de S. Thomé, negociação tratada por Fontes Pereira de Mello, só pôde tomar posse do seu novo cargo depois de terminada esta pendencia, e assim partiu para Timor a 29 de maio de 1859. Demo-

rou-se n'esta possessão até abril de 1863, sendo sempre muito considerado; fez valiosos melhoramentos, entre os quaes se conta a grande animação á cultura do café. Voltando a Portugal, Affonso de Castro escreveu varios artigos sobre viagens pelas Molucas, Celebes, Java e interior de Timor, e a pedido do ministro da marinha, ficou servindo n'aquelle ministerio. Organisando-se o serviço dos faroes, foi nomeado chefe da respectiva repartição, em que se conservou até ser transferido como sub-chefe para a repartição militar do ultramar. Em agosto de 1865 saiu eleito deputado por Moimenta da Beira, sendo a camara dissolvida em 1868. No referido anno de 1865 casou com D. Virginia Cañete y Moral, filha de D. Nicasio Cañete y Moral, consul geral de Hespanha em Lisboa. Em maio de 1870 foi nomeado governador civil da ilha da Madeira, cargo que exerceu apenas oito dias, por causa da revolta de Lisboa, de 19 do mesmo mez e anno, em que o duque de Saldanha se tornou depositario de todas as pastas, formando depois o gabinete a que presidiu. Em seguida, Affonso de Castro reformou-se no posto de tenente-coronel, e partiu em fevereiro de 1874 para Lagos com a sua familia, indo residir n'uma das propriedades do seu sogro. Em 1877 tornou a ser nomeado governador civil da Madeira, onde esteve até junho de 1879, voltando depois para Lagos. Em abril de 1881 foi nomeado governador civil de Angra do Heroismo, cargo que exerceu até 1883, retirando-se novamente para Lagos, por motivo de doença, sendo depois transferido para o districto de Leiria, onde a morte o surprehendeu. Além de muitos artigos e folhetins publicados em diversos jornaes, escreveu em francez: *Une rebellion à Timor*, Batavia, 1860; este opusculo tambem foi publicado no jornal da Sociedade de Sciencias e Artes, da referida cidade. Escreveu ainda: *Memoria sobre Timor*, que saiu tambem em francez no referido jornal, e uma parte em portuguez, nos *Annaes do conselho ultramarino: As possessões portuguezas na Oceania*, Lisboa, 1867. Esta obra foi mandada imprimir a expensas do governo. Publicou tambem diversos artigos descriptivos de viagens na *Gazeta de Portugal* e na *Gazeta das fabricas*. Affonso de Castro era membro da Sociedade de Sciencias e Artes de Batavia, socio correspondente da Sociedade de Geographia de Lisboa, membro do Instituto Vasco da Gama, de Gôa; tinha a carta de conselho e as seguintes honras: cavalleiro da ordem de Aviz, commendador da de Christo, de Izabel a Catholica, de Hespanha, de Leopoldo da Belgica, do Leão dos Paizes Baixos; o officialato de S. Mauricio e de S. Lazaro, de Italia, e as medalhas de prata de valor militar e bons serviços, e a de Timor.

Castro *(Fr. Agostinho de)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho, arcebispo de Braga, etc. N. a 16 de outubro de 1537, fal. a 25 de novembro de 1609. Chamava-se no seculo Pedro de Castro, e era filho de D. Fernando de Castro, governador da Casa do Civel e de sua mulher, D. Maria Ayala, filha do conde de Monsanto. Estudou humanidades em Coimbra, e querendo entrar na ordem de S. Francisco, foi rejeitado, porque o acharam muito fraco para supportar os rigores do claustro. Professou então nos eremitas de Santo Agostinho, deixando o nome de Pedro, e tomando o do patriarcha da sua ordem, em abril de 1555. Rapidamente subiu a exercer os cargos principaes, até que foi enviado a Roma como definidor para assistir ao capitulo geral, e n'esse capitulo deu provas de tanta competencia que o encarregaram de reformar os estatutos da ordem, e o papa Gregorio XIII nomeou-o visitador e reformador dos conventos da ordem na Allemanha. Ali soube grangear as boas graças do imperador Rodolfo II, que o nomeou seu prégador, e de seu cunhado Filippe de Hespanha, que o incumbiu de pacificar as discordias dos conventos d'essa mesma ordem no Aragão, e depois, como já estivesse senhor de Portugal, o nomeou arcebispo de Braga, em cuja dignidade primacial foi sagrado no mosteiro de N. S.ª da Graça, pelo arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro, em 3 de janeiro de 1589. Prestou muitos serviços no seu arcebispado, em que alcançou as geraes sympathias. Foi elle o primeiro que mandou pintar a oleo os retratos dos seus antecessores, destinando uma sala do paço archiepiscopal para os collocar, escrevendo um catalogo d'esses arcebispos, que ficou em manuscripto, assim como ficaram tambem a historia da sua viagem á Allemanha, e um *Registro da provincia* em que dava provas de grande erudição e sagaz investigação das antiguidades da sua provincia ecclesiastica. Fundou em Braga um convento da ordem de Santo Agostinho, cuja pedra fundamental foi lançada a 3 de julho de 1596, o qual dotou com 600$000 réis. D. Fr. Agostinho de Castro era tambem um musico apreciado, e compoz um livro de *Missas*, que deixou por imprimir, e outras obras musicaes. Escreveu o seguinte, que ficou em manuscripto: *Epitome verum ad Statum Ecclesiæ Bracharensis*, etc.; *Constituições do Arcebispo de Braga*. A sua biographia foi escripta por um dos seus successores, o arcebispo D. Rodrigo da Cunha.

Castro *(D. Fr. Alvaro de)*. Religioso da ordem da Trindade, confessor d'el-rei D. Pedro I, etc. Não se sabe a data do nascimento, mas parece que fôsse em 1327 ou 1328; fal. em Cintra a 18 de abril de 1418. Era filho de D. Alvaro Pires de Castro, conde de Arraiollos e primeiro condestavel de Portugal, e de sua mulher, D. Maria Ponce, filha do rico-homem D. Pedro Ponce. Sentindo desde creança uma decidida vocação para a vida ecclesiastica, professou no convento da Trindade de Lisboa em 1344; frequentou a Universidade, estabelecida então n'esta cidade, e grangeando grande fama pelo seu talento e virtudes, D. Pedro o nomeou prégador da sua capella real, seu confessor e conselheiro. Depois do fallecimento do monarcha, conservou o mesmo valimento na côrte, e el-rei D. Fernando o nomeou em 1358 reformador da ordem militar de Aviz por um breve de Innocencio VI. Viveu durante 30 annos no convento de Lisboa, passando depois com alguns religiosos para a serra de Cintra em 1374, sendo o principal instituidor da vida de anachoreta, que á semelhança das Thebaidas, continuaram com elle por alguns annos os seus companheiros n'aquelle deserto, divididos em ermidas, emquanto se não construiu o convento. Recusou-se sempre a exercer cargos e dignidades para que fôra chamado por vezes, recusando até a mitra de Lisboa. Sómente o que se viu obrigado a acceitar, por obediencia, foi o cargo de ministro do convento de Santarem, para que fôra eleito em 1398, quando pela reforma se manda-

ram unir os seus religiosos em fórma regular de communidade; porém, logo que acabou, retirou-se ao seu retiro, onde falleceu tendo aproximadamente 90 annos de edade.

Castro *(D. Alvaro de)*. Capitão-mór do mar da India. Era o filho mais velho de D. João de Castro, vice-rei da India. Quando seu pae partiu para a India, com D. Garcia de Noronha, ainda como simples soldado D. Alvaro acompanhou-o, contando apenas 13 annos de edade. A' vista do monte Sinai foi D. Alvaro armado cavalleiro, em 1541, por D. Estevão da Gama. Mais tarde D. João de Castro voltou á India, já como governador; seu filho acompanhou-o tambem, evidenciando d'um modo brilhante toda a energia e toda a heroicidade do seu animo. Nas emprezas mais arrojadas e difficeis era o primeiro a salientar-se, e tantos e tão assignalados fôram os seus serviços á patria, que o rei lhe fez mercê da patente de capitão-mór do mar da India. D. João de Castro, quando estava para morrer, pediu a D. Alvaro que, se algum premio houvesse de receber por serviços proprios e pelos de seu pae, fundasse na serra de Cintra um convento destinado a recoletos franciscanos. D. Alvaro não se esqueceu da recommendação paterna, e indo a Roma como embaixador no tempo d'el-rei D. Sebastião, sollicitou do pontifice Pio IV um breve para o altar do convento, que já tinha mandado edificar, concedendo indulgencia plenaria a todos quantos perante elle orassem pelas necessidades maiores da egreja, e particularmente pela alma de D. João de Castro. D. Alvaro, por quem D. Sebastião professava grande estima e consideração, foi conselheiro de Estado e vêdor da fazenda. Pois apezar de ter exercido estes elevados cargos, morreu pobre como seu pae. Casou com D. Anna de Athaide, filha de D. Luiz de Castro, senhor da casa de Monsanto, e teve um filho natural, que se chamou D. João de Castro, como seu avô. V. *Castro (D. João de)*.

Castro *(André Antonio de)*. Medico, alcaide-mór da Villa d'Ourem, etc. N. em Villa Viçosa, fal. em Lisboa em 1642. Era filho do medico Diogo de Castro, e neto de André de Castro, lente de Vespera na Universidade de Coimbra, sendo todos medicos da Casa dos duques de Bragança. O avô foi o primeiro que exerceu este cargo, seguiu-se depois seu pae. André Antonio de Castro entrou como creado para a Casa de Bragança em 1586, e apezar de lhe repugnar o estudo da medicina, applicou-se a elle por insinuação do duque D. Theodosio II, e tornou-se tão afamado medico que o duque D. João, depois D. João IV, rei de Portugal, não sómente o nomeou seu physico-mór, como lhe deu alcaidaria-mór da villa de Ourem e a commenda de Monte Alegre na ordem de Christo. Depois da acclamação do novo monarcha, acompanhou-o a Lisboa. Na côrte adquirira grande fama, confirmada por tres livros em latim, que escreveu e publicou em 1636, sendo um d'elles um tratado sobre a qualidade dos alimentos. Deixou em manuscripto tres tratados sobre varias materias, que não chegou a imprimir, por a morte o ter surprehendido.

Castro *(Antonio de)*. Egualmente erudito nas letras humanas como no idioma latino, a cuja laboriosa industria se deve a publicação das obras do celebre Cataldo Siculo, que de Bolonha foi chamado por D. João II para instruir uas humanidades seu filho natural D. Jorge, merecendo considerações particulares tanto d'aquelle monarcha, como do seu successor, el-rei D. Manuel, pelo espaço de 10 annos. O compilador das obras de Cataldo, dedicou-as á infanta D. Maria, irmã de D. João III. Antonio de Castro, além do prologo e da vida do autor, escriptos em latim, ampliou as obras com muitas notas elucidativas. A publicação fez se em Lisboa, em 1509; sairam segunda vez no tomo VI das *Provas da Historia Genealogica da Casa Real*, Lisboa, 1748.

Castro *(Antonio de)*. Mathematico. Foi professor do duque de Bragança D. Theodosio II, e para uso do seu illustre discipulo escreveu em 1588 um *Tratado dos principios da Geometria e Geographia*, que ficou manuscripto.

Castro *(Padre Antonio de)*. Da Congregação do Oratorio de Lisboa, para onde entrou a 15 de agosto de 1777, e saiu a 22 de dezembro de 1795. N. em Lisboa a 14 de maio de 1762, fal. na mesma cidade em 1849. Exerceu durante muitos annos o cargo de commissario dos estudos, do qual foi privado em 1834 por motivos politicos. Era tido como homem instruido e bom latino. Escreveu: *Biblia da infancia, ou historia resumida do velho e novo Testamento, referida a meninos de oito a doze annos, pelo Abbade Noirlieu, e traduzida do francez*, 3 tomos, parece ter havido mais edições, mas só conhecemos a data da 2.ª, que é de 1842; *Logica, ou reflexões sobre as principaes operações do espirito, por Dumersais, traduzidas em portuguez por* ***, Lisboa, 1801; *Obras elementares de Philosophia racional, compostas em francez pelo Abbade de Condillac, e trasladadas em linguagem portugueza, tomo I, que tem a Logica*, Lisboa, 1801. Segundo consta, o padre Antonio de Carvalho forneceu correcções e additamentos para a 5.ª edição do *Diccionario Portuguez*, de Moraes.

Castro *(Antonio Carlos de)*. Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo. N. em Lisboa em março de 1681; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Sebastião de Castro Caldas, commendador da ordem de Christo, governador do Rio de Janeiro e de Pernambuco, e de D. Antonia Thomazia de Miranda e Vargas. Foi coronel de cavallaria desde muito novo, e serviu com a maior bravura na guerra da successão de Hespanha, principalmente na batalha de Almanza, a 25 de abril de 1707, em que tanto se distinguiu, que mereceu ser elogiado pelo general, o conde d'Atalaia, D. Pedro Manuel de Tavora. Dedicando-se muito ao estudo da Genealogia, escreveu um livro, que ficou manuscripto, intitulado: *Familias da provincia do Minho, d'onde procedem seus progenitores*.

Castro *(Padre Antonio Thomé de)*. Abbade de Santo André do Sobrado. N. em 1823, fal. em 1895. Era filho de abastados lavradores. Frequentou com distincção o curso theologico do Paço episcopal do Porto, ordenando-se em 1849, contando 26 annos de edade. Em 1851 foi capellão do marquez de Terena, leccionando ao mesmo tempo gratuitamente instrucção primaria, e algumas disciplinas de instrucção secundaria. Em agosto do referido anno de 1851 foi apresentado na egreja de S. Vicente de Alfena, conc. de Vallongo. Em 1863 foi um dos 35 concorrentes á egreja de Santo André de Sobrado, supplantando com o seu brilhante concurso todos os outros opposi-

tores. Ainda se conservava n'essa abbadia quando falleceu. Quando em 1893, pouco mais ou menos, Sua Magestade El-Rei Senhor D. Carlos assistiu aos exercicios militares de Vallongo, o abbade de Santo André do Sobrado teve a honra de o hospedar em sua casa.

Castro *(D. Fr. Antonio de S. José e).* Religioso da ordem de S. Bruno, bispo do Porto, etc. N. nos fins da primeira metade do seculo XVIII, fal. em Marvilla em 1814. Era filho natural da casa dos condes de Rezende. Professou no convento da Cartuxa de Laveiras. Em 1798, o governo de D. Maria I, na mesma occasião em que nomeava arcebispo de Braga D. Fr. Caetano Brandão, e bispo do Rio de Janeiro D. José Joaquim Mascarenhas Castello Branco, dois prelados civilisadores e illustrados, nomeava D. Antonio de S. José e Castro bispo do Porto, mas o seu caracter e orientação eram bem differentes dos d'aquelles distinctos varões. Tinham passado nove annos que governava a diocese do Porto, quando entrou em Portugal o exercito de Junot, e o que se torna muito singular, é que os francezes fôram acolhidos pelo homem que devia ser depois o seu figadal inimigo, como enviados do céo, sendo os soldados do imperador designados aos portuenses n'uma pastoral, como exemplos verdadeiros de piedade christã e de santa moralidade. E' que então ainda durava a boa harmonia entre Napoleão e a Santa Sé, e Junot não obrigara o clero e as egrejas a pagarem ás tropas de occupação uma verdadeira contribuição forçada. Por isso, quando se revelou a tyrannia e a prepotencia do general francez, D. Antonio mudou de idéas, e logo que a revolução rebentou no Porto, collocou-se á sua frente, sendo eleito presidente da junta provisional do governo. Desembarcaram, no entretanto, os inglezes, ganharam a batalha do Vimeiro, e assignou-se a convenção de Cintra. O bispo do Porto, juntamente com seu irmão, o principal Castro, quiz fazer parte da regencia que os inglezes estabeleceram em Lisboa, mas sir Arthur Wellesley restringiu-se unicamente a estabelecer o governo da regencia que a côrte deixara, quando partiu para o Rio de Janeiro. O prelado continuou na sua diocese, mas em 1808 reassumiu o governo, para defender o Porto contra a terceira invasão dos francezes. O bispo tornara-se muito popular, porque acariciava as paixões vingativas e sanguinarias da populaça, deixando-a expandir-se á vontade. Póde dizer-se que não governou o Porto, mas que presidiu á anarchia que por toda a parte se tornara desenfreada. O bispo ainda teve, comtudo, bastante bom senso para salvar o general Foy dos furores da populaça, que viera enviado por Soult, como parlamentario, e que o povo queria fazer em pedaços. O bispo salvou-o, mettendo-o na cadeia. Quando começou o ataque dos francezes, tratou immediatamente de pôr-se a salvo, passando para o sul do rio, e evitando assim o achar-se envolto na tremenda catastrophe da ponte. Apezar d'uma prompta fuga, a côrte do Rio de Janeiro, tendo em conta os seus serviços, nomeou-o pouco depois patriarcha de Lisboa, nomeação que nunca foi confirmada pela côrte de Roma, que dizia não poder conferir o barrete cardinalicio a um bastardo. Em compensação a referida côrte o nomeou para preencher uma das vagas que se tinham dado na regencia de Portugal, accentuando assim com essa nomeação o caracter intolerante, perseguidor e reaccionario d'essa regencia. D. Antonio falleceu no palacio da Mitra, em Marvilla, e o seu cadaver foi trasladado para o convento da Cartuxa de Laveiras.

Castro *(Antonio Lobo Correia de).* Religioso da ordem de S. Jeronymo, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, prégador, etc. N. em Chaves a 20 de outubro de 1804, fal. em Coimbra a 25 de junho de 1864. Era filho natural de Lopo Correia de Castro e de Maria Julia. Foi educado no seminario dos orphãos de S. Caetano, em Braga, onde estudou os primeiros rudimentos, seguindo depois no seminario archiepiscopal os estudos proprios para a vida ecclesiastica a que se destinara. Professou no convento de S. Marcos, proximo de Coimbra, e pela extincção das ordens religiosas em 1834, ficando no estado de egresso, frequentou em Coimbra a faculdade de Direito em que tomou o grau de bacharel. Foi nomeado chantre da Universidade e conego da Sé Patriarchal. Publicou o seguinte: *Sermão do anniversario da abertura do hospital da Santa Casa da Misericordia da villa de Figueira da Foz do Mondego, feito e recitado por Antonio Lopo Correia de Castro, monge de S. Jeronymo, e estudante matriculado na Universidade de Coimbra no dia 25 de março de 1848*, Coimbra, 1848; *Oração de acção de graças por occasião da definição dogmatica da immaculada Conceição de Maria Santissima, recitada na egreja episcopal de S. João de Almedina*, Coimbra, 1855; *Oração funebre de S. M. I. o Senhor D. Pedro de Alcantara, duque de Bragança, feita e prégada gratuitamente no real templo de N. S.ª da Lapa*, Coimbra, 1851; *Sermão de acção de graças pelo nascimento de um filho do ex.ᵐᵒ sr. dr. João Leal da Gama Araujo e Vasconcellos, antigo magistrado, e fidalgo da Casa Real, natural da villa d'Espinhal, casado com a ex.ᵐᵃ sr.ª D. Maria José de Alarcão Osorio de Velasques Sarmento, da mesma villa*, Coimbra, 1853; *Panegyrico de S. Thomaz, arcebispo primaz de Cantuaria, feito e prégado na Louzã*, Coimbra, 1853; *Oração funebre nas exequias do ill.ᵐᵒ e ex.ᵐᵒ sr. dr. João Leal da Gama*, etc., *offerecido a sua esposa*, etc., Coimbra, 1853; *Oração funebre á muito alta e poderosa rainha a senhora D. Maria II, recitada no real templo de Santa Cruz*, etc., Coimbra, 1854; *Apontamentos biographicos do ex.ᵐᵒ sr. Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão*, etc., Coimbra, 1854; *O padre perante o seculo*, Coimbra, 1853; *Oração a N. S.ª da Boa-morte, feita e prégada na Sé Cathedral de Coimbra, offerecida e dedicada a seu tio o ex.ᵐᵒ sr. Bernardo Doutel de Almeida, barão da Portella*, etc, Coimbra, 1857. Este sermão foi assumpto de graves reparos quanto á doutrina, que se julgou pouco orthodoxa, e deu origem a que o dr. Francisco de Arantes, deão da mesma Sé, publicasse anonymo um opusculo com o titulo de: *Breves reflexões ácerca do Sermão prégado na Sé de Coimbra, na festividade da Senhora da Boa-morte, na segunda dominga de Agosto de 1857.* O padre Castro nunca respondeu a estas *Reflexões*, pelo contrario, n'um artigo inserto no *Tribuno popular*, procurou attenuar o mau effeito que o sermão produzira, desculpando-se com a ingenuidade das suas intenções, etc. Diz-se, que o bispo-conde, depois cardeal patriarcha de Lisboa, D.

Manuel Bento Rodrigues, nomeara uma commissão de theologos para examinarem a doutrina do sermão, e segundo o parecer apresentado pela commissão, o padre Castro fôra chamado ao paço episcopal e reprehendido, suspeitando-se que fôsse consequencia d'esta entrevista o artigo publicado no *Tribuno popular*.

Castro *(Antonio Urbano Monteiro de)*. V. *Monteiro de Castro*.

Castro *(Antonio Urbano Pereira de)*. V. *Pereira de Castro*.

Castro *(Arthur Urbano Monteiro de)*. V. *Monteiro de Castro*.

Castro *(Bernardino Freire de Figueiredo Abreu)*. N. em Nogueira do Cravo, do conc. de Oliveira do Hospital, fal. em Mossamedes, cuja colonia fundou. Pertencia a uma distincta familia da Beira. Era estudante de Coimbra, quando levado pelos principios e sentimentos de sua familia, se alistou nos voluntarios realistas, seguindo o partido de D. Miguel, e fazendo toda a campanha ás ordens d'um seu proximo parente general das armas da provincia. Depois da convenção de Evora Monte continuou ainda com obstinação a guerra de partidistas de que resultou ser o seu nome incluido nas listas da proscripção. Acabada finalmente a campanha pela extincção de todos os bandos dispersos de partidarios, refugiou-se em Lisboa, onde se conservou desde 1837 até 1839, collaborando na redacção do *Portugal Velho*, orgão do seu partido. Em 1839 partiu para Pernambuco, onde estabeleceu um collegio de educação, empregando-se tambem em trabalhos litterarios, redigindo um jornal, em que sempre defendeu os interesses dos portuguezes, que começavam a ser maltrados pelos brazileiros. Em 1850, vendo-se perseguido por causa da parte muito activa que tomara na defeza dos seus patricios, saiu do Brazil, abandonando todos os interesses, que então já lhe dava um engenho de assucar com que começava a fazer fortuna. Levado pelo seu genio emprehendedor e audacioso, decidiu-se a fundar uma colonia na Africa portugueza, e de accordo com o nosso governo, conduziu a Mossamedes na galera *Tentativa feliz*, acompanhada pelo brigue de guerra *Douro*, mais de 300 colonos, com que se deu principio ao nosso estabelecimento n'aquelle ponto, até então abandonado. E' portanto a Bernardino de Figueiredo Abreu Castro que Portugal deve a colonia de Mossamedes, que fórma hoje um districto importante. Firme e constante nos principios por que expozera a vida e perdera a sua carreira, era, no entretanto tolerante e apreciador das conquistas liberaes. Homem illustrado e de bom conselho foi sempre ouvido com attenção o seu voto nas cousas da colonia, de que era considerado como o patriarcha; e sabendo ajudar todos os que conduzira á Africa a fazer fortuna, só para si não conseguiu cousa alguma, apezar do poderoso auxilio que por vezes lhe prestou o governo, quando a sua fazenda nos *Cavalleiros* era atacada e destruida pelas guerras do gentio. Morreu pobre, porque sempre descuidoso da riqueza e bom de coração, repartia o que tinha com outros mais pobres do que elle, e a sua casa aberta e franca era asylo de toda a gente. Emquanto esteve no Brazil, escreveu: *Historia geral; tomo* I, *Historia sagrada, ou resumo historico do antigo testamento*, 1843; *Compendio elementar de Chronologia*, 1845. Esta collecção de compendios elementares mereceu a approvação do Instituto Historico-Geographico do Brazil. Escreveu mais: *Nossa Senhora dos Guararapes, romance historico descriptivo, moral e critico*, Pernambuco, 1847.

Castro *(D. Braz de)*. Era filho de D. Rodrigo de Castro, e de D. Anna de Eça. Foi governador de Macau, por nomeação do anno de 1649, sendo n'esse mesmo anno transferido para Paço de Dangim, e nomeado conselheiro de Estado da India, onde adquiriu fama de bom official. Casou com D. Antonia da Silveira, filha de D. Francisco da Silveira, capitão de Diu, e de sua mulher, D. Cecilia Henriques, filha de D. Jorge de Castello Branco, capitão-mór do Norte. Tinha um caracter turbulento e indisciplinado. As suas qualidades e defeitos desiguavam-n'o naturalmente á escolha dos facciosos que, desde a revolução de 1640 agitavam a India. Em 22 de outubro de 1653 rebentou uma revolução tramada pela fidalguia de Gôa, de que resultou ser deposto do governo o vice-rei D. Vasco de Mascarenhas, conde d'Obidos, preso no forte de N. S.ª do Cabo com sentinella á vista, e mandado depois para o reino. D. Braz de Castro assumiu arbitrariamente o governo, declarando mais tarde, n'um officio que mandou a el-rei, que acceitara só á força o cargo para que o povo o nomeara. O conde d'Obidos mostrara demasiada fraqueza; Manuel de Mascarenhas Homem offereceu-lhe a sua espada e 400 soldados de que dispunha, e elle tudo recusou, deixando-se prender, seguindo depois para o reino, onde foi muito mal recebido. D. Braz de Castro ainda governou perto de dois annos, fazendo um governo deploravel, porque tendo os hollandezes aproveitado estas discordias civis para assaltarem as terras portuguezas, D. Braz não teve força para os repellir, visto que, tendo elle proprio dado o exemplo da indisciplina, não podia contar com as tropas disciplinadas, e ellas effectivamente recusavam obedecer, chegando n'alguns pontos a matar os officiaes que as commandavam. Em agosto de 1655 chegou o novo governador, o conde de Sarzedas, que procedendo com energia, tomou posse do governo como se estivesse vago, e mandou prisioneiro para o reino o usurpador D. Braz, que não chegou a Lisboa, por ter fallecido em viagem n'esse mesmo anno de 1655. Escreveu: *Apologia pelo conde d'Obidos, vice-rei da India*.

Castro *(David de)*. Escriptor portuense contemporaneo. Autor do livro *O prodigio das salas*.

Castro *(Diniz de)*. N. no logar da Arcosa, freguezia de S. Thiago de Beduido, conc. de Estarreja, a 18 de outubro de 1826. Era filho do capitão de veteranos Domingos José de Castro e de sua mulher, D. Maria Emilia de Oliveira e Castro. Destinado á vida ecclesiastica, seguiu os estudos de humanidades, porém, não se sentindo com vocação para o sacerdocio, trocou-o pela carreira commercial e agricola. Residiu alguns annos na ilha de S. Thomé, dando n'aquella nossa colonia grande impulso á cultura do café e do cacau. Regressando a Portugal, voltou mais tarde á ilha a exercer o logar de director interino da respectiva alfandega, para que foi nomeado por decreto de 11 de agosto de 1868, Sendo depois exonerado d'esta commissão, fixou residen-

cia em Lisboa. Escreveu: *Guia do agricultor da ilha de S. Thomé accomodado ao continente de Africa occidental e oriental*, Lisboa, 1867.

Castro (*Diogo de*). Cavalleiro professo da ordem de Christo, medico, que viveu no seculo XVII. Era natural de Villa Viçosa, e filho de André de Castro, medico dos duques de Bragança, e lente de Medicina na Universidade de Coimbra. Diogo de Castro dedicou-se á mesma profissão, em que se tornou muito afamado. Escreveu algumas poesias, que estão publicadas no *Parnaso de Villa Viçosa*, de Francisco de Moraes Sardinha.

Castro (*D. Diogo de*). Conde de Basto V. *este titulo*.

Castro (*Eugenio de*). Poeta e prosador contemporaneo; professor de francez na escola industrial *Brotero*, em Coimbra. Tem publicado: *Jesus de Nazareth; Os Oaristos*, (versos) 1.ª e 2.ª edição; *Os sete dormentes*, conto no *Brinde do Diario de Noticias* de 1895; *Sagramor*, (poema); *Rei Galaor* (tragedia); *Saudades do céo*, (poema); *Constança* (poema); *As Horas; Poesias escolhidas*, etc.

Castro (*Estevão de*). Jesuita; procurador geral da provincia da India. N. em Lisboa em 1573, fal. no Porto a 12 de agosto de 1639. Era filho de Antonio Vidal de Vasconcellos, e de D. Maria de Castro. Entrou na Companhia de Jesus, no collegio de Coimbra a 10 de agosto de 1589, tendo 16 annos de edade. Ensinou letras humanas durante oito annos. Percorreu diversas partes do reino em predicas apostolicas, e falleceu no collegio da sua ordem no Porto. Escreveu um livro piedoso, que tem por titulo: *Breve apparelho e modo facil para ajudar a bem morrer um christão*, etc. Lisboa, 1621. Houve muitas mais edições.

Castro (*Ezequiel de*). Medico apreciado, que floresceu no seculo XVII. Era de origem judaica, e por isso teve de ir viver para longe da patria. Fixou a sua residencia em Verona, onde adquiriu grande reputação, e imprimiu em 1672 e em 1674 duas obras de medicina, uma intitulada *Ignis Lambens*, e outra *Amphitheatrum medicum*.

Castro (*Fr. Fernando de*). Filho natural de D. Alvaro de Castro, e neto do vice rei da India D. João de Castro. Natural de Lisboa. Professou na ordem de S. Domingos, doutorou-se em Theologia, e foi prior dos conventos da sua ordem em Amarante, Batalha e Coimbra. Foi encarregado na côrte de Roma de varios assumptos relativos aos dominicanos, assumptos que tratou com o maior acerto. Regressou ao reino em 1604, e escreveu a vida de seu avô, cujo manuscripto entregou a um padre da Companhia de Jesus, por alcunha o *Categorico*, que não chegou a imprimir-se. Fr. Fernando tambem havia preparado para a impressão um dos roteiros de D. João de Castro.

Castro (*D. Fernando de*). N. em Evora. Era filho de Gaspar de Castro. Seguiu os estudos necessarios para a carreira ecclesiastica, mas sentindo-se com mais vocação para as armas, passou á India, foi nomeado capitão de Chaul, onde deu provas de verdadeira bravura. Em Baçaim fundou um collegio de jesuitas. Voltando á patria empregou em trabalhos litterarios os ultimos dias da sua vida, mas não confiando bastante no valor das suas obras, que no seu entender estavam ainda imperfeitas, estando para morrer em 1596, pediu a seu irmão D. João de Castro, que as queimasse todas. A ordem foi fielmente executada, e no auto da fé apenas escaparam duas obras, que ficaram manuscriptas, um commentario theologico ao Genesis, e um tratado philosophico. Estes manuscriptos conservavam-se no collegio dos padres jesuitas de Evora.

Castro (*D. Fernando de*). Senhor de Ançã e de S. Lourenço do Bairro, alcaide-mór da Covilhã e governador da casa do infante D. Henrique, com quem foi a Tanger. Indo depois a Ceuta tratar do resgate do infante D. Fernando, ali falleceu em abril de 1441. Era neto do conde de Arraiollos e primeiro condestavel do reino, Alvaro Pires de Castro.

Castro (*D. Fernando de*). Um dos filhos de D. João de Castro, vice-rei da India. Acompanhou seu pae ao Oriente, e tomou importante parte no cerco de Diu, onde morreu, contando apenas 19 annos de edade, na explosão da mina. Mais tarde, quando o vice-rei escreveu aos vereadores da cidade de Diu, afim de contrair um emprestimo para reedificar a fortaleza, disse-lhes que mandara desenterrar seu filho D. Fernando para lhes enviar os ossos de penhor, mas que o cadaver não se achava ainda em estado de ser exhumado, pelo que lhe enviava as proprias barbas, como garantia do cumprimento do contrato.

Castro (*Filippe Ferreira de Araujo de*). Bacharel formado em Direito, juiz de fóra em Abrantes, intendente geral da policia, chanceller da relação do Porto, ministro do reino, etc. N. a 5 de dezembro de 1771, fal. no Campo Grande a 16 do julho de 1849. Era filho do dr. Thomé Joaquim de Araujo e Castro, que exercendo alguns cargos da magistratura, deixou esta profissão para se entregar exclusivamente á advocacia. Tendo cursado a faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, tomou o grau de bacharel em 1794. Foi depois despachado, por decreto de 10 de novembro de 1796, juiz de fóra de Abrantes, onde fundou em 1802, com mais alguns amigos, a Academia Tubuciana, que teve pouca duração. Vindo para Lisboa, foi nomeado em 1805 para um dos logares de superintendentes das decimas, cargo que serviu por algum tempo, sendo depois empregado no commissariado do exercito. No entretanto, ia-se tornando conhecido por alguns artigos que publicara no *Investigador Portuguez*, entre os quaes avultava um *Projecto sobre a administração dos expostos*, estreitando ao mesmo tempo com o grande publicista Silvestre Pinheiro Ferreira, os laços d'uma nunca desmentida amizade. Sendo ardente liberal, foi um dos fautores da revolução de 1820, e apenas rebentou essa revolução, o nomearam intendente geral de policia, cargo espinhoso que desejou largar, tendo então transferencia para o logar de chanceller da relação do Porto, onde funccionou até que D. João VI, depois do seu regresso do Rio de Janeiro em 1821, o nomeou ministro e secretario de estado dos negocios do reino, cargo que exerceu até maio de 1823, cujas honras lhe fôram conservadas. Dando-se o golpe de Estado e a Villa francada, Araujo e Castro abandonou completamente a vida publica, recusando-se a acceitar alguns cargos que lhe fôram offerecidos, como o de conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, depois da revolução de setembro de 1836, allegando o seu mau estado de saude. Tambem não quiz acceitar uma commenda quando era mi-

nistro que o proprio D. João VI lhe offereceu. Foi activo e zeloso no desempenho de todos os logares que serviu, administrando a justiça com imparcialidade, e tornando-se ainda mais conspicuo por sua probidade e desinteresse. Retirando-se então ao Campo Grande a procurar allivios aos soffrimentos que tanto o affligiram nos ultimos annos, consagrou-se aos trabalhos litterarios. Na *Revolução de setembro*, de 13 de agosto de 1846, vem publicado o seu elogio historico, o qual foi tambem publicado no *Diario do Governo*, de 15 do referido mez e anno. Em sua vida appareceram os seguintes escriptos seus: *Historia de Simão de Mantua, ou o mercador de feiras, obra de Mr. de Jussieu, trasladada da lingua franceza*, Paris, 1830; 2 tomos; tendo sido varias vezes reimpressa; *Atala, ou os amantes do deserto, por Chateaubriand, traduzida em portuguez*, Lisboa; *Historia dos dois irmãos Estevão e Valentim, obra de M. Ulliac Tremadeure*, etc., *vertida do francez*, Lisboa, 1842; *A sciencia do bom homem Ricardo, ou meios de fazer fortuna, por B. Franklin traduzido em portuguez*, Lisboa, 1840; *Estudos sobre a historia das instituições politicas, litteratura, theatro e bellas-artes em Hespanha, por Viardot, traduzidos em portuguez*, Lisboa, 1844; *Memoria sobre a administração da justiça criminal, segundo os principios de direito constitucional, escripta em francez pelo ex.mo sr. Silvestre Pinheiro Ferreira, e trasladada em portuguez em Paris*, Lisboa, 1841; saiu primeiramente na *Revista Litteraria do Porto*, n.º 38, com um erro, que deu deu causa a fazer-se esta nova edição em separado como ali mesmo se declara a pag. 35; *Noticia biographica de José Aleixo Falcão Vanzeller* etc., Lisboa, 1840; *Preces e votos de um cidadão, amigo da ordem e da liberdade constitucional*, Lisboa, 1846; *Noticia biographica do doutor Felix de Avellar Brotero, tirada dos apontamentos escriptos por um seu parente, e coordenada por um distincto litterato*, Lisboa, 1847; saiu tambem no *Diario do Governo*, de 29 de março de 1847. *Novo catalogo das obras do publicista portuguez Silvestre Pinheiro Ferreira*, Lisboa, 1849; *O sr. Silvestre Pinheiro e o seu «Projecto do Codigo politica para a Nação Portugueza»; Memoria e conta da execução que tiveram as reaes providencias sobre o aproveitamento do campo da Varzea de Villa Nova da Rainha, termo da villa de Alemquer*, etc; saiu no *Investigador portuguez*, n.º 48, de junho de 1815, de pag. 505 a 563; *Projecto sobre a administração dos expostos*, no mesmo jornal, n.º 49, julho de 1815, pag. 1 a 12, e continuado no n.º 50, de pag. 141 a 181; *Cartas familiares sobre a educação*; a primeira saiu no *Panorama*, de 1844, a pag. 2; as seguintes, dizem que ficaram inéditas; *Excerptos de um Diccionario de educação*, no referido jornal, do mesmo anno, pag. 47, 85, 96, 102, 114 e 135. Tambem collaborou com o seu amigo Silvestre Pinheiro Ferreira no *Parecer dos dois conselheiros*, no *Manual do cidadão* e no *Projecto do Codigo politico*. Deixou manuscriptos: *Esboços para um Diccionario Constitucional; Biographia de meus paes; A pedra de toque*, traducção, etc.

Castro *(Francisco de)*. Presbytero secular, mestre em artes, doutor em Theologia pela Universidade de Evora, onde foi collegial do collegio da Purificação. N. no Funchal, fal. em Cabo Verde em 1665. Foi vigario da Collegiada de S. Pedro, do Funchal, e indo a Cabo Verde buscar allivio para a enfermidade da lepra, de que muito soffria, falleceu pouco depois. Dos muitos sermões que prégou, sómente publicou dois, em 1656, sendo um da *Conceição de Nossa Senhora*, e o outro da *Visitação da Mãe de Deus*.

Castro *(Francisco de)*. Bacharel formado em Direito Pontificio, prior da freguezia de S. Lourenço, de Lisboa. N. n'esta cidade, onde tambem fal. a 7 de janeiro de 1696. Foi um dos celebres alumnos da Academia dos Singulares, instituida em 1663. Era poeta muito apreciado; compoz sonetos e silvas, etc., que figuraram nas publicações da referida academia.

Castro *(Francisco de)*. Natural de Lisboa. Era filho do afamado medico Dr. Estevão Rodrigues de Castro. Seguiu a profissão de seu pae, tornando-se tambem muito considerado. Compoz um livro em latim, sobre medicina, que se imprimiu em Lião em 1661. Por sua iniciativa, se publicou um poema latino, escripto por seu pae, affirmando no prologo ter extrahido este poema d'uma copia já em muitas partes consumida, e que por esta causa saiu defeituosa. O assumpto versava sobre os diversos impostores que se inculcavam como D. Sebastião, e tinha por titulo: *De Simulate Rege Sebastiano*, Florença, 1638.

Castro *(D. Francisco de)*. Bispo da Guarda, inquisidor geral, doutor em Theologia e reitor da Universidade de Coimbra, etc. N. em Lisboa em 1574; fal. a 1 de janeiro de 1653. Era neto do vice-rei da India D. João de Castro, por ser filho de D. Alvaro de Castro, senhor de Fonte Arcada e Penedono, védor da fazenda d'el-rei D. Sebastião, do seu conselho de Estado, embaixador a Roma, Castella, França e Saboia, capitão-mór do mar da India, casado com D. Anna de Athaide, filha de D. Luiz de Castro, alcaide-mór de Lisboa, senhor da Casa de Monsanto. Cursou na Universidade de Coimbra os estudos de Theologia, em que se doutorou, sendo admittido como porcionista no collegio de S. Pedro a 11 de maio de 1597, e depois collegial em 1601. Já era deão da sé d'aquella cidade ao tempo em que vagando o logar de reitor da Universidade, por promoção de D. Affonso Furtado de Mendonça ao conselho de Estado d'este reino que residia em Valladolid, foi com geral acceitação eleito para aquelle elevado cargo a 23 de abril de 1605, de que tomou posse a 30 de junho seguinte. Exerceu-o até 14 de maio de 1611, em que passou a presidente da Mesa da Consciencia e Ordens, que tambem vagára pelo referido D. Affonso, logar que serviu até 1617. Achando-se mais tarde vago o bispado da Guarda, Filippe II, pela muita consideração que lhe ligava, o elegeu para aquella diocese em 1617, e tomando posse da sua nova dignidade a 6 de abril de 1618. Assistiu ás cortes que o monarcha de Castella e de Portugal celebrou em Lisboa em 1619 para jurar herdeiro ao principe D. Filippe, seu filho, e á Junta de Bispos que mandou fazer em Thomar para se regularem varios negocios ecclesiasticos. O seu governo no bispado da Guarda durou até 1629. Fez constituições synodaes que mandou imprimir em 1621. N'esse anno de 1629, por morte de D. Fernando Martins Mascarenhas, inquisidor geral, foi promovido a este logar, de que tomou posse a 20 de maio de 1620, logar que exercia ainda no acto do juramento de fidelidade na coroação de D.

João IV, a 15 de dezembro de 1640, que logo 5 dias depois o nomeou conselheiro de Estado; em 1641, no juramento do principe D. Theodosio, e em 1646 nas côrtes que se celebraram. D. Francisco de Castro foi sepultado no convento de S. Domimgos de Bemfica, na capella sumptuosa que mandara edificar no claustro, para deposito das cinzas dos seus illustres progenitores, e para onde fôram trasladados os restos mortaes de do vice-rei D. João de Castro, seu avô, a cuja memoria consagrava o maior culto. Foi elle quem encarregou Jacinto Freire de Andrade, de lhe escrever a biographia, e conservava as lendarias barbas do grande vice-rei dentro d'um frasco de crystal. Na referida capella vê-se o retrato de D. Francisco de Castro, pintado a oleo, e o escudo de que elle usava, que era: em campo de prata, 6 arruelas azues em duas palas, como descendente de D. Alvaro Pires de Castro, conde de Arraiollos e irmão de D. Ignez de Castro, com o timbre da roda de Santa Catharina, que seu pae fez accrescentar, em memoria de ser armado cavalleiro na expedição do mar Roxo á vista do monte Sinai. D. Francisco dotou o convento de S. Domingos de Bemfica com 240$000 réis de juro cada anno, situados nas rendas da camara de Lisboa. Ornou a sua capella de muitas peças ricas e devotas, e a sacristia de tudo o necessario para o culto divino: ornamentos para as festas e para os dias ordinarios, roupa branca, castiçaes, tocheiros, lampadas, etc. Foi muito dedicado ao estudo da Genealogia, e entre outros trabalhos escreveu um volume, que principia pela explicação das regras da armaria, e depois 550 escudos das familias portuguezas, illuminados cada um em sua folha, e uma explicação de cada brazão na parte inferior. Este volume deixou-o a sua sobrinha D. Marianna de Noronha e Castro, era encadernado em velludo carmezim com chapas de prata dourada e no meio as armas dos Castros. Foi composto em 1649. Publicou as *Constituições Synodaes do Bispado da Guarda, impressas por ordem do Reverendissimo Senhor D. Francisco de Castro*, Lisboa, 1621.

Castro *(D. Francisco Raphael de)*. Principal da Santa Egreja Patriarchal de Lisboa, reformador e reitor da Universidade de Coimbra, commissario geral da Bulla da Santa Cruzada, e membro da regencia de Portugal, nomeada em 1807, quando a familia real partiu para o Brazil. N. em 1 de fevereiro de 1750, fal. a 21 de março de 1816. Era filho do 1.º conde de Rezende, D. Antonio José de Castro, e de sua mulher D. Thereza da Cunha de Tavora, filhos dos 4.ºˢ condes de S. Vicente. Foi nomeado reformador e reitor da Universidade de Coimbra a 3 de dezembro de 1785, exercendo estes dois cargos simultaneamente. No tempo da regencia, mostrou-se sempre de uma grande humildade perante os francezes. Diz-se, que deixou inedito um volume de versos de sua composição. Foi elle, que sendo reformador reitor, pensou no projecto de fazer imprimir uma collecção completa da *Legislação portugueza*, a saber: da antiga comprehendendo: 1.º as *Ordenações d'el-rei D. Affonso V;* 2.º as de *D. Manuel;* e 3.º a *recopilação das Extravagantes* de Duarte Nunes de Leão. Da moderna, contendo: 1.º as *Ordenações Filippinas;* 2.º os *Assentos das Casas da Supplicação e do Porto;* e 3.º as *Leis Extravagantes*. Este projecto foi mais tarde realisado.

Castro *(Padre Gaspar de)*. Jesuita. N. em Braga em 1561, fal. em Arima, no Japão, a 7 de janeiro de 1626. Era filho de Paschoal de Castro e de Francisca de Bouro. Professou na Companhia de Jesus a 25 de maio de 1578, e n'esse mesmo anno, tendo sido eleito primeiro bispo do Japão o padre Sebastião de Moraes, o padre Gaspar de Castro acompanhou-o como coadjutor, a 6 de abril de 1588. Este prelado falleceu em viagem, e o seu successor, Pedro Martins, tambem o convidou para seu coadjutor, e ordenou-o de sacerdote em 1596. Gaspar de Castro não desmereceu da confiança d'estes dois bispos, porque trabalhou fervorosamente nas missões apostolicas do Japão, e sendo expulso com os outros jesuitas em 1614, não descançou emquanto não conseguiu introduzir-se de novo secretamente n'aquelle vasto imperio, onde falleceu. Do padre Gaspar de Castro ha apenas cartas, em que dava conta, como todos os missionarios jesuitas, dos seus trabalhos e esforços.

Castro *(Henrique José de)*. Presbytero secular, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. N. em Beja a 5 de junho de 1764, fal. em Lisboa a 16 de fevereiro de 1829. Era filho primogenito do capitão André Lopes de Castro, e de sua mulher D. Antonia Maria Rosa de Castro. Tendo aprendido em Beja as primeiras letras, seguiu os estudos de humanidades no collegio de Mafra, dos conegos regrantes de Santo Agostinho, que então residiam n'aquelle convento. Frequentou depois a Universidade de Coimbra, matriculando-se na faculdade de Theologia, em que recebeu o grau de doutor om 1788, e pretendia seguir o magisterio, se não se lhe oppozesse a vontade de seu pae, que o não consentiu. Voltou então para Beja, foi ordenado presbytero pelo bispo D. Fr. Manuel do Cenaculo, e no anno de 1803 foi apresentado no priorado da egreja parochial de S. Lourenço, de Lisboa, cujo ministerio exerceu até ao seu fallecimento, rejeitando, segundo se affirma, a promoção ao episcopado, que lhe fôra offerecida. Teve o cargo de censor regio e do ordinario, e desembargador honorario da Camara Patriarchal. O estudo das sciencias proprias da sua profissão não o impediu de cultivar egualmente o das bellas letras. Escreveu e publicou: *Priamo, tragedia*, Lisboa, 1786, havia sido representada em Coimbra pelos estudantes da Universidade; *Drama intitulado: Lusitania triumphante, para se representar no theatro da Rua dos Condes em 13 de maio, dia natalicio do serenissimo senhor D. João, principe do Brazil*, Lisboa, 1790; *A verdadeira Razão, demonstrada como Lei universal, e base firme e unica de um perfeito contrato social, em vinte e duas cartas*, etc, Lisboa, 1218; *Sermão do desaggravo do Santissimo Sacramento por occasião do desacato perpetrado na parochial egreja de S. Lourenço de Lisboa, e prégado na mesma em 28 de Agosto de 1825*, Lisboa, 1825; *Soccorro evangelico aos parochos, e paes de familia*, etc., Lisboa, 1827, 2 tomos; *Breviario de affectos santos e fervorosos, distribuidos por todos os dias de um mez*, Lisboa, 1828. Deixou manuscriptas: *A Innocencia triumphante, tragedia, de assumpto biblico; D. Pedro, regente de Portugal na menoridade de D. Affonso V, tragedia; Elogio do grande D. José I, rei de Portugal; Quatro cartas ao prior da freguezia de Santos de Lisboa, Antonio Pereira Coelho, nas quaes analysa as*

escriptas de Bragança pelo R. P. João Rodrigues Lopes, etc.; *Sermões de missão, em numero de 178, os quaes em seu testamento legou ao Seminario Patriarchal de Santarem.*

Castro *(D. Ignez de).* Dama castelhana, de sangue nobre e de tão rara formosura, que adquiriu o nome de *collo de garça*, pela elegancia esculptural do seu busto. Era filha de D. Pedro Fernandes de Castro, fidalgo hespanhol, mordomo-mór de Affonso XI de Castella, que veiu para Portugal no tempo de D. Affonso IV; D. Ignez era irmã de D. Alvaro Pires de Castro, conde de Vianna e de Arraiollos, que foi o primeiro condestavel do reino (V. *Arraiollos*). D. Ignez pertencia ao sequito das damas de honor que acompanharam a Portugal a infanta D. Constança, filha do principe D. João Manuel, valente militar, a qual casou com o principe D. Pedro, mais tarde el-rei D. Pedro I. A formosura de D. Ignez impressionou deveras o principe, apenas a viu, despertando-lhe a mais ardente paixão. O casamento com D. Constança não foi feliz, e essa infelicidade seria talvez motivada em grande parte por estes amores se tornarem bem conhecidos na côrte. D. Constança tambem os surprehendeu, e pretendendo pôr-lhes um obstaculo religioso, convidou a sua dama de honor para madrinha do primeiro filho que teve, o infante D. Luiz, que morreu ainda creança. Com este artificio, que n'uma epoca profundamente fanatica deveria originar escrupulos no espirito de D. Ignez de Castro, procurava D. Constança impedir que aquella paixão proseguisse; mas se acaso esse artificio logrou reprimir os impetos amorosos dos dois amantes, não conseguiu, comtudo, apagal-os inteiramente. D. Constança teve segundo filho, que foi D. Fernando, que mais tarde subiu ao throno com o nome de D. Fernando I, e o nascimento d'esse filho causou-lhe a morte. Vendo se viuvo, D. Pedro entregou-se livremente á paixão que o devorava, começou a proteger com o maior interesse os irmãos da formosa dama de honor, D. Alvaro e D. Fernando de Castro, e no dia 1 de janeiro de 1354 recebeu-a por esposa, clandestinamente, celebrando-se o casamento na cidade de Bragança, a que assistiram D. Gil, bispo da Guarda, e Estevão Lobato, guarda-roupa d'el-rei D. Affonso IV. Assim o publicou seis annos depois o mesmo principe, havendo já succedido no reino, estando em Cantanhede, onde fez esta declaração debaixo de solemne juramento, que tambem deram as testemunhas referidas, e se exhibiu aos olhos dos presentes a bulla do papa João XXII, pelo qual os dispensara do parentesco que havia entre ambos. Este casamento, comtudo, correu sempre duvidoso na fé da maior parte dos nossos escriptores. Os validos de D. Affonso IV receavam que o amor do principe fôsse a porta que se abrisse voluntariamente para dar passagem á influencia de Hespanha sobre a politica de Portugal, ou antes, receavam que a concorrencia de fidalgos castelhanos á côrte portugueza, os prejudicasse no valimento do seguinte reinado. Começou aqui a intriga que teve em resultado a grande tragedia, tão conhecida na historia do paiz. Os conselheiros de D. Affonso IV segredavam-lhe todos os seus pensamentos secretos a respeito de D. Ignez de Castro, e como havia dado quatro filhos ao principe, avultavam os seus receios com a hypothese de D. Pedro usurpar ao principe D. João, filho de D. Constança, o direito de successão em favor do filho mais velho de D. Ignez. Ao passo que em torno de D. Affonso IV se condensavam todas estas nuvens de futura tempestade, D. Pedro vivia descuidoso em Coimbra, entregue aos seus enlevos amorosos e aos carinhos infantis de seus filhos. Não desistindo do seu proposito, os conselheiros do rei D. Affonso trataram de o persuadir na grande conveniencia de fazer desapparecer para sempre D. Ignez de Castro. Os mais encarniçados d'estes conselheiros eram Alvaro Gonçalves, Pedro Coelho e Diogo Lopes Pacheco. D. Affonso estava em Montemór-o-Velho, e os validos o aconselharam a ir a Coimbra, sem perda de tempo, porque cada dia que passava lhes trazia um novo sobresalto no futuro. Empregavam todos os esforços para abreviarem o crime que premeditavam, esperançados que o rei não lhes negaria a sua annuencia. Corria o anno de 1355. D. Pedro andava á caça no dia em que seu pae chegou a Coimbra, e D. Ignez de Castro, vendo-se só, suspeitando ou sabendo já as intenções do monarcha, lançou se-lhe aos pés supplicante, lacrimosa, pondo deante os filhos ajoelhados, implorando perdão para o seu amor, piedade para aquellas pobres creancinhas. D. Affonso IV commoveu-se com esta dolorosa scena, e afastou-se levando comsigo o segredo dos seus pensamentos. Porém os conselheiros julgaram-se perdidos perante a clemencia regia, e procedendo a novas instancias, puderam arrancar a ordem ou a sentença fatal. Então o punhal assassino rasgou o peito d'alabastro da gentil amante. Ao voltar a Coimbra, e sendo-lhe referido tudo quanto se passara, o principe D. Pedro ficou absorto, a loucura apossou-se-lhe do espirito, mas esse estado de demencia foi como um sonho horrivel, de que elle acordou finalmente. O fervoroso desejo de se vingar succedeu á loucura, mas em frente dos matadores de D. Ignez estava a protegel-os o vulto de seu pae. Visto que se tornava preciso luctar contra o rei para punir os algozes, D. Pedro armou um exercito, e atravessando as provincias do norte do reino, semeou por toda a parte o incendio e a devastação. Desistindo de sitiar o Porto, á frente de cuja defeza se collocara o arcebispo de Braga D. Gonçalo Pereira, que era affeiçoado ao principe, e muito respeitado por elle, D. Pedro continuara a avançar para o norte, e chegando a Canavezes encontrou sua mãe, a rainha D. Beatriz, que poz termo á lucta com esquecimento mutuo de offensas. O arcebispo de Braga correu a auxiliar as intenções da rainha, e pôde conseguir que D. Pedro se resolvesse a assignar e

D. Ignez de Castro

jurar um tratado de alliança com seu pae, sendo a primeira condição d'esse contrato que o principe perdoaria a todos os que tinham concorrido para a morte de D. Ignez. Porém D. Affonso IV suspeitou da lealdade do juramento do filho, e sentindo aproximar-se-lhe a morte, aconselhou Alvaro Gonçalves, Pedro Coelho e Diogo Lopes Pacheco, a que se refugiassem em Castella, o que elles fizeram. Dois annos depois falleceu D. Affonso, e D. Pedro sendo acclamado rei de Portugal, o seu primeiro cuidado foi fazer um tratado de extradição com o rei de Castella, afim de poder saciar a sede de vingança, que durante aquelle tempo reprimira. O rei de Castella apressou-se a cumprir o tratado, dando ordem para que fôssem presos os fidalgos portuguezes apoutados, como assassinos de D. Ignez de Castro. Realisou-se a prisão, mas Diogo Lopes Pacheco pôde escapar-se, por ter sido avisado por um mendigo. Sendo entregues ao rei de Portugal, os dois prisioneiros fôram logo encerrados em Santarem, e depois de lhes ser applicada a tortura, D. Pedro I mandou-lhes arrancar ao primeiro o coração pelo peito e ao segundo pelas costas, assistindo elle proprio ao supplicio. Faltava rehabilitar a memoria de D. Ignez de Castro, e foi em Cantanhede, que em 1361, conforme dissémos, D. Pedro declarou e jurou perante grande numero de fidalgos e d'um tabellião, que tinha recebido D. Ignez por sua legitima esposa. Depois d'esta declaração, D. Pedro mandou trasladar do convento de Santa Clara de Coimbra para o de Alcobaça o corpo, que durante todo o trajecto, atravessou por entre alas de creados com brandões accesos. Faria e Sousa affirma que D. Pedro mandara assentar no throno em 25 de abril de 1361 o cadaver de D. Ignez de Castro, e a fizera então coroar rainha, obrigando toda a côrte a beijar-lhe a mão, mas Fernão Lopes não allude a este facto. No mosteiro d'Alcobaça um tumulo formosamente lavrado recebeu o corpo de D. Ignez de Castro, cujos ossos os soldados de Junot deixaram confundidos pelo pavimento da egreja, quando em 1807 os francezes profanaram as sepulturas portuguezas aguilhoados pela cubiça do oiro, das joias, das alfaias, preciosas. D. Pedro reservou para si outro egual tumulo, onde foi sepultado (V. *Alcobaça)*. Os amores de D. Pedro e a tragica morte de D. Ignez de Castro inspiraram o grande poeta Luiz de Camões, que lhe consagrou dezoito estancias no canto III dos *Lusiadas*. D'esse sublime episodio ha algumas edições especiaes, muito apreciaveis; citaremos: as de Lisboa, 1862, em 6 linguas, de 1873 em 14 linguas, e a de 1880 em 15 linguas. Tem-se publicado tambem algumas tragedias, especialisando a *D. Ignez de Castro*, escripta em verso pelo dr. Antonio Ferreira; *Nova Castro*, egualmente em verso, por João Baptista Gomes Junior, natural do Porto; *D. Ignez de Castro* drama de Maximiliano de Azevedo, que se representou pela primeira vez no theatro da Rua dos Condes, em 1824; etc. O sr. visconde de Castilho (Julio) publicou em 1875 uma copiosa rezenha bibliographica, ou monographia, ácerca de D. Ignez de Castro. Tambem são dignas de apreço as *Saudades de D. Ignez de Castro*, poema de Manuel de Azevedo Morato, attribuido por alguns autores a D. Maria de Lara e Menezes. Sobre esta questão litteraria vejam-se as eruditas notas do sr. Ramos-Coelho na sua *Historia do Infante D. Duarte*, vol. II, pag. 739 e 870 a 878.

Castro *(Izabel de)*. Era filha do primeiro marquez de Fronteira e da condessa de Assumar, fallecida em 1724. Foi senhora de grande illustração e pintora muito apreciada.

Castro (*D. Joanna de)*. Filha do conde da Feira. Era dama da rainha D. Catharina, e dizem os chronistas que foi ella a unica mulher, por quem se apaixonara el-rei D. Sebastião. O caso não está bem esclarecido, porque o joven monarcha sómente pensava na guerra e na conquista d'Africa, que tão fatal lhe foi, assim como ao paiz.

Castro *(D. Joanna Margarida de)*. Poetisa. N. em 1634, fal. a 25 de março de 1714. Era filha de Diniz Gomes da Matta Coronel, fidalgo da Casa Real, couteiro-mór do reino, e de sua mulher D. Violante de Castro, descendente da casa dos condes de Monsanto. Era senhora de grande talento e de elevada erudição. O padre Antonio Vieira respeitava-a muito, e visitava-a repetidas vezes, porque tinha em grande apreço a sua illustrada conversação, e a profundidade com que discorria sobre qualquer assumpto. A princeza D. Izabel, filha de D. Pedro II, dispensava-lhe muita amizade e consideração. D. Joanna, em prova d'affecto, dedicou-lhe a maior parte das suas poesias. Apesar de ter sido requestada por alguns fidalgos para esposa, preferiu conservar-se sempre solteira. Foi sepultada na capella-mór do convento de Santo Antonio da Cruz da Pedra, pertencente hoje a Lisboa. Das suas poesias, escriptas em portuguez e em castelhano, formou uma collecção sua irmã, D. Maria Magdalena de Castro, que parece ter sido publicada mais tarde em volume, por seu sobrinho Luiz Vitorio de Sousa Coutinho.

Castro *(D. João de)*. Um dos vultos mais gloriosos da nossa historia; governador e capitão general, 14.º governador e 4.º vice-rei da India. N. em Lisboa a 27 de fevereiro de 1500, fal. em Gôa a 6 de junho de 1548. Era filho de D. Alvaro de Castro, senhor do Paul de Boquilobo, governador da Casa do Civel e védor da fazenda d'el-rei D. João e de D. Manuel, e de D. Leonor de Noronha, filha dos condes de Abrantes, D. João d'Almeida e D. Ignez de Noronha. Conduzido atravez da mais primorosa educação fidalga por mão de habeis mestres, pôde lisongear-se de haver sido discipulo do profundo mathematico Pedro Nunes, o homem mais abalisado em sciencias n'aquelles tempos, e condiscipulo do illustrado infante D. Luiz, filho de el-rei D. Manuel, e pae de D. Antonio, prior do Crato Entre estes dois homens, que tão grande culto renderam á sciencia e ás letras, habituou-se á familiaridade proveitosa dos bons livros, e dos grandes exemplos classicos, aprendidos na lição dos autores gregos e romanos. Como por inclinação era muito affeiçoado ás armas, aspirando por ellas á gloria, a que o exemplo de seus maiores o chamava, embarcou aos 18 annos para Tanger, onde serviu durante 9 annos sendo governador d'aquella praça D. Duarte de Menezes, dando tantas provas de valor e bravura que o mesmo general o armou cavalleiro, escrevendo a D. João III, recommendando-o particularmente, dizendo que D. João de Castro havia servido de maneira que nenhum posto ou mercê já lhe seria grande; que Sua Alteza o de-

via honrar, porque as lembranças dos reis faziam soldados, e era justo que aos olhos de tão grande principe não ficassem sem premio as virtudes. D. João de Castro voltou ao reino, e conservouse por algum tempo na côrte. Casou com D. Leonor Coutinho, sua prima, filha de Leonel Coutinho, fidalgo da nobre casa de Marialva, e de D. Mecia de Azevedo, filha de Rui Gomes de Azevedo. Quando D. João III mandou armar a celebre expedição de Tunis em 1535, para auxiliar Carlos V, D. João de Castro acompanhou o infante D. Luiz, e tanto se distinguiu que o imperador Carlos V, ficando victorioso, o quiz armar cavalleiro, honra a que elle se escusou, por já o haver sido por outras mãos, que o que lhes faltava de reaes, tinham de valorosas. O imperador mandou entregar 2:000 cruzados a cada um dos capitães da armada, que o D. João de Castro tambem rejeitou, porque servia com maior ambição da gloria, que do premio. Regressando a Lisboa, D. João de Castro foi recebido por el-rei D. João III com as maiores provas de consideração, e por carta de 31 de janeiro de 1538 lhe concedeu a commenda de S. Paulo de Salvaterra na ordem de Christo, a qual acceitou pela honra, e não por conveniencia, pois era tão pequeno o rendimento, que não bastava para as suas despezas, sendo comtudo a primeira e unica mercê que recebeu. Professou a 6 de março do referido anno, conforme a lista dos cavalleiros d'aquella ordem. Retirou-se então para a sua casa na serra de Cintra, desejando viver só entregue aos cuidados da familia e aos trabalhos agricolas. Passou pela primeira vez á India, como simples soldado, com o seu cunhado D. Garcia de Noronha, que fôra nomeado vice rei, indo render D. Nuno da Cunha, e que muito estimou leval-o na armada não só com os meritos de successor, segundo diz Jacinto Freire de Andrade, mas com a mercê de lhe succeder no governo, que lhe foi concedida por alvará de 28 de março do referido anno de 1538. Embarcou com seu filho D. Alvaro de Castro, que apenas contava 13 annos, dando por distracções d'aquella edade os perigos do mar. A armada de D. Garcia de Noronha chegou a Gôa com prospera viagem, e achou o governador D. Nuno da Cunha com a armada prompta a soccorrer Diu, e pelejar contra as galés turcas, que o tinham sitiado n'aquelle cerco, que defendeu Antonio da Silveira. D. Garcia de Noronha, com a posse do governo, tomou a obrigação de soccorrer a praça para o que se lhe offereceu D. João de Castro, que embarcando no primeiro navio como soldado aventureiro, parecendo já presentir os futuros triumphos que o chamavam a Diu; porém a retirada dos turcos privou D. Garcia da victoria, ou lh'a quiz dar sem sangue, se menos gloriosa, mais segura. Fallecendo D. Garcia, succedeu-lhe no governo D. Estevão da Gama, e D. João de Castro achou-se com elle na expedição ao Mar Roxo. D. Estevão partiu com 12 navios de alto bordo e 60 embarcações de remo, a 31 de dezembro de 1540, sendo D. João de Castro o capitão d'um galeão. Esta viagem até Suez foi devéras notavel, e D. João fez d'ella um roteiro minucioso, que offereceu ao infante D. Luiz. Oito mezes depois recolheu a Gôa, em 21 de agosto, tendo adquirido pelas experiencias que fizera durante a viagem, tambem o nome de grande philosopho. Regressando a Portugal foi nomeado general da armada da costa em 1543, em premio dos seus serviços, saiu logo para comboiar as naus, que de viagem se esperavam da India, contra os corsarios que então infestavam os mares. Pelo seu valor conseguiu desbaratar sete naus dos corsarios, e entrou com as da India pela barra de Lisboa, sendo recebido com o maior enthusiasmo. D. João de Castro estava em Cintra, quando el-rei, vendo-se perseguido por altos empenhos ao tratar-se de escolher o successor de Martim Affonso de Sousa, 13.° governador da India, consultou, de irresoluto que estava, seu irmão o infante D. Luiz, o qual lhe aconselhou a nomeação de D. João de Castro. El-rei acceitou o conselho, e mandou chamal-o a Evora, onde estava a côrte, e com palavras muito lisongeiras o nomeou, por provisão datada de 28 de fevereiro de 1545. D. João acceitou, beijando a mão do monarcha reconhecido por aquella honra, que não solicitara. D. João levou comsigo para a India os seus dois filhos D. Alvaro e D. Fernando. Aprestou brevemente a armada, que constava de 6 naus grandes, em que se embarcaram 2:000 homens de soldo; a capitania *S. Thomé*, em que o governador ia, que lhe deu este nome, por ser o do apostolo da India, sendo os outros capitães D. Jeronymo de Menezes, filho e herdeiro de D. Henrique, irmão do marquez de Villa Real, Jorge Cabral, D. Manuel da Silveira, Simão de Andrade e Diogo Rebello. A armada partiu a 24 de março do referido anno de 1545. D. João de Castro recebera a mercê da carta de conselho com data de 7 de janeiro do anno já citado, e fizera o seu testamento a 19 de março, deixando testamenteiros Lucas Giraldes, D. Leonor, sua mulher e D. Alvaro, seu filho; instituiu o morgado na quinta da *Fonte d'el-rei*, em Cintra, depois denominada da Penha Verde, etc. A armada chegou a Gôa em principio de setembro. Lançado então nos complicadissimos negocios da administração da India, teve logo de pegar em armas contra o Hidalcão, por lhe não querer entregar o prisioneiro Meale, como o seu antecessor estava resolvido a fazer. Hidalcão foi derrotado a duas legoas da cidade de Gôa, e viu-se obrigado a pedir a paz. Acabado este incidente, o anno de 1546 trouxe outro deveras gravissimo, a guerra de Diu, promovida por Coge Çofar, que pretendia vingar a derrota soffrida. Travou-se ardente lucta, e no fim de sangrentos episodios, fôram derrotados os portuguezes. D. João de Castro mandou novo reforço, e, não contente com isso, organisou uma nova expedição que elle proprio devia commandar, como aconteceu. D'esta vez ficaram

D. João de Castro

victoriosas as tropas portuguezas; o inimigo teve de levantar o cerco, e fugiu, deixando grande numero de prisioneiros e muita artilharia. Foi para reedificar a fortaleza de Diu, que depois da victoria ficára derribada até o cimento, que D. João escreveu aos vereadores da camara de Gôa, afim de obter um emprestimo de 20:000 pardaos para as obras da reedificação, a celebre carta, datada de 23 de novembro de 1546, em que elle dizia, que mandara desenterrar seu filho D. Fernando, que os moiros mataram n'esta fortaleza, para empenhar os seus ossos, mas que o cadaver fôra achado de tal maneira, que não se pudera tirar da terra; pelo que, o unico penhor que lhe restava, eram as suas proprias barbas, que lhe mandava por Diogo Rodrigues de Azevedo; porque todos sabiam, que não possuia ouro nem prata, nem movel, nem cousa alguma de raiz, por onde pudesse segurar as suas fazendas, e só uma verdade secca e breve que Nosso Senhor lhe déra. E' heroico este acto. Tanta era a consciencia da propria honra que empenhava os ossos do filho, depois as barbas ao pagamento d'uma somma que pedia para o serviço do rei, e não para si. O povo de Gôa respondeu a esta carta com quantia muito superior á que fôra pedida, vendo que tinham um governador tão humilde para os rogar, e tão grande para os defender. Remetteram-lhe aquelle honrado penhor, acompanhado do dinheiro e d'uma carta muito respeitosa solicitando por mercê que acceitasse aquella importancia, que a cidade de Gôa e o seu povo emprestavam da sua boa e livre vontade, como leaes vassallos d'el-rei. A carta tem a data de 27 de dezembro de 1547. Depois da victoria de Diu, não pôde D. João de Castro descançar, como não havia podido até então. Teve novamente de combater o Hidalcão, que derrotou, tomando Bardez e Salsete. Em seguida dirigiu-se para Diu, onde o inimigo tentava resfolegar, mas havendo só a noticia do soccorro que levava, assustado o inimigo, voltou a Gôa, onde se viu obrigado a repellir ainda o Hidalcão, destruindo-lhe todos os portos. Havendo chegado a Lisboa a fama das suas proezas no Oriente, el-rei quiz recompensal-o, enviando-lhe o titulo de vice-rei, em carta de 13 de outubro de 1547, prorogando-lhe o governo por mais tres annos, dando-lhe uma ajuda de custo de 10:000 cruzados, e concedendo a seu filho D. Alvaro o posto de capitão-mór do mar da India. Estas mercês chegaram tarde para que o novo vice-rei as pudesse gozar. D. João cançado, não pelos annos, mas pelos trabalhos das continuas guerras, adoeceu gravemente, e reconhecendo em poucos dias indicios de ser mortal aquella doença, quiz livrar-se do encargo do governo. Chamou o bispo D. João d'Albuquerque, D. Diogo de Almeida Freire, o dr. Francisco Toscano, chanceller-mór do Estado, Sebastião Lopes Lobato, ouvidor geral, e Rodrigo Gonçalves Camiuha, védor da fazenda, e entregando-lhes o estado com a paz dos principes visinhos assegurado sobre tantas victorias, mandou vir á sua presença o governo popular da cidade, o vigario geral da India, o guardião de S. Francisco, fr. Antonio do Casal, S. Francisco Xavier e os officiaes da fazenda d'el-rei. Dirigiu-lhes então as seguintes palavras: Não terei, senhores, pejo de vos dizer, que ao vice-rei da India faltam n'esta doença as commodidades que acha nos hospitaes o mais pobre soldado. Vim a servir, não vim a commerciar ao Oriente; a vós mesmo quiz empenhar os ossos de meu filho, e empenhei os cabellos da barba, porque para vos assegurar, não tinha outras tapeçarias nem baixellas. Hoje não houve n'esta casa dinheiro, com que se me comprasse uma gallinha; porque nas armadas que fiz, primeiro comiam os soldados os salarios do governador, que os soldos de seu rei; e não é de espantar, que esteja pobre um pae de tantos filhos. Peço-vos, que emquanto durar esta doença me ordeneis da fazenda real uma honesta despeza, e pessoa por vós determinada, que com modesta taxa me alimente». Em seguida expirou nos braços de S. Francisco Xavier, apostolo do Oriente. Foi sepultado na capella-mór do convento de S. Francisco, com o habito e insignias de cavalleiro da ordem de Christo. No anno de 1576 fôram os seus restos mortaes trasladados para o convento de S. Domingos, de Lisboa, e depois de celebradas pomposas exequias, transportaram-se para o claustro do convento de S. Domingos, de Bemfica, para a capella particular dos Castros, fundada por seu neto, o inquisidor geral e bispo da Guarda D. Francisco de Castro. Os cabellos das barbas do grande vice-rei da India estavam em poder do referido bispo da Guarda que os recolheu n'uma urna, ou pyramidê de cristal, assentada n'uma base de prata, na qual estão gravados em torno disticos differentes, que fazem de acção tão illustre engenhosa memoria, ficando aos successores de sua casa este honrado deposito, como para tornar hereditarias as virtudes de D. João de Castro. A terceira neta do vice-rei, D. Marianna de Noronha e Castro, era a possuidora d'aquelle memoravel deposito, e quando falleceu deixou em testamento aos frades de S. Caetano, do convento onde hoje está estabelecido o Real Conservatorio, um legado, em que comprehendia a urna que recolhia as venerandas barbas, com a seguinte declaração: «Quero e ordeno que os bigodes de meu tri-avô, D. João de Castro, vice-rei da India, os tenham sempre os religiosos theatinos da Divina Providencia, em logar decente de sua sacristia, com o mesmo ornato de prata e caixa, em que lh'os deixo, sem o poderem mudar, ou desfazer-se d'elle.» Os frades collocaram a preciosa reliquia em um nicho na sacristia, coberto com um painel representando D. João de Castro. O herdeiro do morgado instituido pelo vice-rei, e de que fôra administradora D. Marianna de Noronha e Castro, poz demanda aos padres, contestando o legado, e allegando que as barbas de D. João de Castro eram pertença do mesmo morgado, porque as vinculara D. Francisco de Castro, bispo da Guarda, neto do instituidor. Os frades allegavam que as barbas não eram vinculadas, e que D. Francisco não podia dispor do que não era seu; que sómente mandara fazer um ornato de prata e uma caixa de velludo para as guardar com mais decencia, e que fôra esse ornato que elle vinculára, como constava precisamente da verba do seu testamento, não dispondo das barbas de seu avô, assim como não disposera seu irmão mais velho, D. Manuel, senhor da casa, e por estes motivos a communidade não se julgava obrigada a restituil-as. Não chegou a haver sentença no pleito, mas, sem que se conheça a razão, diz Thomaz Caetano do Bem que em 1792 se achavam as disputadas barbas

em poder de Antonio Saldanha Castro Albuquerque Ribafria, então senhor da casa de D. João de Castro. A biographia do grande vice-rei da India está publicada em volume, escripta por Jacinto Freire de Andrade, acompanhada com o seu retrato, da qual se tem feito diversas edições. Nos *Retratos e elogios dos varões e donas*, tambem vem o seu retrato e biographia.

Castro (*Bibliographia de D. João de.*) As obras, que o vice-rei da India deixara manuscriptas, fôram publicadas já no seculo XIX, e consistem principalmente nos seus roteiros: *Roteiro em que se contém a viagem que fizeram os portuguezes no anno de 1541, partindo da nobre cidade de Gôa até Soez, que é no fim e extremidade do Mar Roxo*, etc., *dedicado ao infante D. Luiz; tirado á luz pela primeira vez do manuscripto original, e accrescentado com o Itinerarium Maris Rubri, e o retrato do autor*, etc., *pelo doutor Antonio Nunes de Carvalho, á custa d'uma Sociedade de Portuguezes*, Paris, 1833; traz tambem o retrato de D. Estevão da Gama e um atlas de 17 cartas; o original que existe no Museu Britannico, e pelo qual se fez esta edição, parece que fôra comprado no principio do seculo XVII, ou ainda nos fins do XVI, por sir Walther Raleigh, que o mandou traduzir em inglez; saiu impresso n'esta lingua nas collecções dos *Pilgrims* de Purchas, Londres, 1625, no tomo II, pag. 1122; saiu tambem depois em francez, na *Histoire genérale des Voyages* do abbade Prevost, livro I, cap. 18; e consta que tambem se imprimiu em latim com o titulo de *Itinerarium Maris Rubri*, do qual, segundo dizem, ha um exemplar na Bibliotheca de Minerva em Roma; ácerca d'este roteiro são curiosas e instructivas as noticias que deram os *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, tomo V, parte I, pag. 149 e seguintes; *Primeiro roteiro da costa da India, desde Gôa até Dio; narrando a viagem que fez o Vice-Rei D. Garcia de Noronha, em soccorro de esta ultima cidade, 1538-1539; segundo manuscripto autographo, publicado por Diogo Kopke, capitão da terceira secção do exercito, lente da Academia Polytechnica do Porto*, etc., Porto, 1843; esta edição foi feita pelo manuscripto autographo que pertencera n'outro tempo á livraria de Antonio de Araujo, conde da Barca, e existia ultimamente no poder d'uma pessoa particular, da provincia do Minho. O Roteiro de Lisboa a Gôa foi publicado em 1882 pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, annotado por João d'Andrade Corvo. Além dos Roteiros, D. João de Castro deixou muitas cartas ineditas, de que se formaram varias collecções. Algumas fôram insertas na *Vida* escripta por Jacinto Freire de Andrade; outras appareceram entre os documentos, que o cardeal patriarcha S. Luiz reuniu á referida *Vida*, na edição que d'ella fez a Academia Real das Sciencias em 1835; ha ainda muitas que se encontram dispersas por varios jornaes litterarios. A este respeito póde vêr-se a *Noticia dos manuscriptos* da casa dos condes de S. Lourenço, coordenada e redigida por José Maria Antonio Nogueira, em Lisboa, 1871. Esta importante collecção em 6 volumes, compõe-se na maior parte de cartas de D. João de Castro, e de seu filho D. Alvaro de Castro, ou a elle dirigidas, documentos de muito interesse e valia para a historia das nossas conquistas, não menos que para o conhecimento exacto da vida e acções do notavel vice-rei, e que fôram inteiramente ignorados por Jacinto Freire de Andrade. Na bibliotheca dos marquezes de Castello Melhor existiam varios codices relativos a D. João de Castro. No *Investigador portuguez*, n.os 63 e 64, de 1816, a pag. 269 e 397, veem *Cartas escriptas ao sr. rei D. João III e ao sr. infante D. Luiz*, copiadas dos originaes que se conservavam na referida livraria do conde de S. Lourenço. No *Patriota*, antigo jornal do Rio de Janeiro, 1813, n.os 5 e 6, tambem se encontram estas ou outras cartas. No *Panorama*, de 1846, pag. 71 e 77, veem *Duas Cartas, sendo uma para os Vereadores da cidade de Gôa, e outra para os Vereadores e povo de Chaul*. Na *Revista Universal Lisbonense*, tomo I, da 2.ª serie, pag 89; *Carta a Aleixo de Sousa Chichorro, e a resposta d'este*. Na *Epoca*, tomo II, pag. 156 e 170; *Carta ao infante D. Luiz*. No *Instituto* de Coimbra, tomo II, continuadas em diversos numeros successivos: *Cartas de correspondencia ineditas*.

Castro (*D. João de*). Filho natural de D. Alvaro de Castro, e neto do vice-rei D. João de Castro. N. em 1551, segundo se julga; tambem se não sabe ao certo a data do fallecimento, mas parece ter sido em França no anno de 1623. Acompanhou D Sebastião na jornada d'Africa, e ficou captivo dos moiros na batalha de Alcacer-Kibir, a 4 de agosto de 1578. Depois de resgatado, não querendo reconhecer o dominio de Filippe II de Castella, seguiu o partido de D. Antonio, prior do Crato, que depois abandonou, sempre convencido que D. Sebastião não ficara morto, e esperando que elle voltasse ao reino. Escreveu: *Discurso da vida do sempre bemvindo e apparecido rei D. Sebastião Nosso Senhor o Encoberto desde o seu nascimento até ao presente, feito e dirigido por D. João de Castro aos Tres Estados do Reino de Portugal*; etc., em Paris, 1602; *Ajunta do Discurso precedente aos mesmos Estados pelo mesmo autor no qual adverte de como el-rei de Hespanha se houve com el-rei D. Sebastião, depois que o teve em seu poder*, 1602; *Paraphrase e concordancia de algumas prophecias do Bandarra, sapateiro de Trancoso*, 1603. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa existem alguns volumes manuscriptos que conteem as obras de D. João de Castro; é o XXII vol. de manuscriptos, da letra d'este autor (1588 1623), assignados por elle, e com declarações que não deixam duvida alguma ácerca da sua authenticidade.

Castro (*D. João de*). Poeta e prosador contemporaneo. Estreou-se com o livro *Alma Posthuma*, ao qual se seguiram o *Morte d'homem* e *Jesus* (poema), publicado em Coimbra.

Castro (*João Antonio Gomes de Castro*, 2.º *visconde e* 2.º, *conde de*). Par do reino, por successão a seu pae, o 1.º conde do mesmo titulo, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara na sessão de 28 de abril de 1879; do conselho d'el-rei D. Luiz, official da ordem da Legião de Honra de França, conselheiro d'Estado extraordinario e vogal supplente do Supremo Tribunal Administrativo, membro do conselho fiscal da Companhia do Credito Predial, deputado, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, etc. N. a 13 de agosto de 1834, fal. a 27 de setembro de 1896. Era filho do 1.º conde e 1.º visconde de Castro, José Joaquim Gomes de Castro, e de sua primeira mulher, D. Maria Maxima da Costa Carvalho. Matriculou-se na

faculdade de Direito e concluiu a formatura em 1854, sendo nomeado em 1855 ouvidor do Conselho de Estado, e mais tarde secretario supplente do mesmo tribunal. Quando se creou o Supremo Tribunal Administrativo, foi nomeado vogal supplente, cargo que exerceu até á data do fallecimento. Filiando-se no partido progressista, foi eleito deputado em diversas legislaturas pelo circulo de Espozende, sendo a ultima em 1879. Como orador parlamentar captivou a attenção das duas casas do parlamento, revelando a sua aptidão para as luctas da palavra. Succedeu na casa de seu pae, e foi herdeiro universal de seu tio materno, o primeiro barão de S. Lourenço, Antonio Joaquim da Costa Carvalho. Teve direito á segunda vida concedida no titulo de visconde de Castro, conforme o respectivo alvará de lembrança, datado de 28 de abril de 1851. Casou com D. Carlota Rosalia Chastaing, filha de Nicolau Victor Chastaing, e de sua mulher, madame Marguerite Michelle Chastaing. O titulo de 2.º conde de Castro foi concedido por decreto de 14 de junho, e carta de 3 de julho de 1879. E' actual conde Castro seu filho, o sr. José Joaquim Gomes de Castro, que nasceu a 17 de agosto de 1869, official de artilharia, casado com D. Fernanda Bregaro, filha da actual sr.ª condessa de Porto Brandão.

Castro *(Padre João Baptista de).* Presbytero secular, beneficiado da Patriarchal de Lisboa. N. n'esta cidade a 2 de fevereiro de 1700, fal. em 1775. Era filho de Sebastião Dias de Castro, sargento-mór d'um dos regimentos de infantaria da guarnição da côrte, que esteve na batalha d'Almanza, como capitão, a 25 de abril de 1707. Sua mãe chamava-se D. Feliciana da Serra. Frequentou o estudo de philosophia peripatetica na congregação do Oratorio, e cursou Theologia especulativa no collegio de Santo Antão, dos jesuitas. Em 1734 tomou ordens de presbytero, e em 1736 passou a Roma, onde o papa Clemente XIII o recebeu com muito agrado e o nomeou proto-notario apostólico. No regresso á patria visitou varias cidades da Italia. Em Roma fôra muito considerado nas academias que tanto abundam n'aquella cidade. Escreveu: *Recreação proveitosa; primeira parte em fórma de colloquios dando noticia de muitos prodigios memoraveis da arte, e da natureza*, etc., Lisboa, 1728; *Segunda parte,* 1729; parece que foi esta a primeira obra, que o autor, publicou, e que saiu com o pseudonymo de Custodio Jesam Baratta, anagramma do seu nome Joam Bautista de Castro; saiu a 3.ª parte em 1737; *Novena do gloriosissimo martyr S. Bonifacio, com meditações deduzidas das nove letras do seu nome*, Lisboa, 1733; *Espelho de eloquencia portugueza, illustrado pelas exemplares luzes do verdadeiro sol da elegancia, o veneravel P. Antonio Vieira*, Lisboa, 1734, saiu com o mesmo pseudonymo acima citado; *Fonte de refrigerio para os que caminham tibios, seccos e distrahidos pela estrada da oração, epistola ascetica a um amigo*, Lisboa, 1735; *O Iris da paz;* etc., Lisboa, 1736; *A afflicção confortada, dirigida á virtude da paciencia*, Lisboa, 1738; houve outra edição em 1801; d'esta obra se fez uma contrafacção anonyma, com o titulo de *Confortação para os queixosos*, que saiu em 1752; *Rosa poetica, ou verdadeiro caracter da poesia, expressado nas propriedades da rosa, discurso academico,* Lisboa, 1740; *Hora de recreio, nas ferias de maiores estudos, e oppressão de maiores cuidados*, Lisboa, parte I, 1742; parte II, 1743; saíram novamente ambas as partes n'um só volume, em 1750, com as iniciaes do nome do autor; *Mappa de Portugal, parte* I, 1745; *parte* II, 1746; *parte* III, 1747; *parte* IV, 1749; *parte* V, 1758; esta obra saiu novamente, revista e augmentada pelo autor, com o titulo de: *Mappa de Portugal antigo e moderno*, tomos 1.º, 2.º e 3.º, Lisboa, 1762-1763, 3 volumes; em 1870, o editor Fernandes Lopes fez uma nova edição, revista e accrescentada por Manuel Bernardes Branco, em 4 tomos; *Roteiro terrestre de Portugal, em que se expõem e ensinam por jornadas summarias, não só as viagens e as distancias que ha de Lisboa para as principaes terras das provincias d'este reino, mas as derrotas por travessia de umas a outras povoações d'elle*, Lisboa, 1748; a 3.ª edição augmentada pelo autor, Coimbra, 1767; tem sido repetidas vezes reimpresso em separado, e anda tambem no 3.º tomo do *Mappa de Portugal*, da edição de 1762; *Vida de Jesus Christo senhor nosso, reduzida chronologicamente a um corpo de historia... onde tambem se explicam as principaes difficuldades da Historia Evangelica*, Lisboa, 1751; ha 2.ª edição, cuja data não sabemos; 3.ª edição, Lisboa, 1771, e 4.ª tambem em Lisboa, 1790, 2 tomos; *Novena sacra do seraphico thaumaturgo Santo Antonio de Lisboa*, Lisboa, 1751; outra edição, 1758; *O Psalmo* LIX *em acção de graças a Deus nosso senhor, por não usar contra nós de toda a sua ira... no terremoto do* 1.º *de Novembro de 1755*, sem logar nem anno de impressão; *O Devoto de S. José*, etc., Lisboa, 1760; *Vida do glorioso patriarcha S. José, extrahida e reduzida a compendio do que escreveram os Sagrados Evangelistas, Santos Padres e varões pios*, Lisboa, 1761; *Historia Universal antiga e moderna*, Lisboa, 1760; saía periodicamente uma folha por semana, para depois se formar volume, mas parece que se publicaram apenas os n.ºˢ 1 e 2, de que existem na Bibliotheca d'Evora exemplares encorporados no codice CXII (1-22); *Novena do patrocinio de S. José*, Lisboa, 1764; *Parallelo entre a vida e a honra, discurso academico*, sem data nem indicação do logar em que se imprimiu. Na Bibliotheca de Evora existem muitos inéditos do padre João Baptista de Castro. Esses maços pertenciam á casa dos congregados de Extremoz, e pela extincção dos conventos é que passaram para a referida bibliotheca.

Castro *(Joaquim Machado de).* V. *Machado de Castro.*

Castro *(Joaquim Machado Cabral e).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, filho de Antonio Moreira Machado. Publicou a these inaugural em 1860, intitulada: *Theoria do castigo, principios fundamentaes.*

Castro *(Joaquim Mario de).* Cirurgião medico pela Escola Medico-cirurgica de Lisboa. Natural de S. Thiago de Castellões, e filho de Antonio Ignacio de Araujo e Abreu. Terminou o curso em 2 de dezembro de 1875, e publicou a sua these inaugural, em Lisboa, no referido anno, a qual tem por titulo: *Breves considerações sobre a bromatologia nas suas relações com a primeira infancia.*

Castro *(José Affonso Botelho de Andrade da Camara e).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, escrivão de Direito na

ilha do Faial, e d'ahi transferido para egual cargo na Ribeira Grande, ilha de S. Miguel. Natural de Ponta Delgada, e filho de José Affonso Botelho. Tomou o grau de bacharel em 1851. Collaborou em diversos jornaes, e entre elles o *Progresso*, de Lisboa, o *Faialense*, a *Esmeralda do Atlantico*, e a *Epoca* de Ponta Delgada. Tendo grande dedicação pelos livros, chegou a formar uma das mais copiosas bibliothecas insulana. Escreveu uns opusculos bibliographicos, dedicados especialmente a Camões.

Castro *(Jorge de)*. Religioso dominicano, mestre em Theologia na sua ordem, reitor do collegio de Santo Thomaz de Coimbra, prior dos conventos da Batalha e de Aveiro, deputado da inquisição de Evora, e provincial. N. em Penedono, do bispado de Lamego, fal. a 21 de setembro de 1685. Era filho de João Ribeiro de Affonseca, morgado da Salgosa, e de Izabel de Mesquita. Professou no instituto da ordem dos prégadores no convento de Azeitão a 3 de maio de 1634. Foi admittido a collegial no collegio de Santo Thomaz a 16 de fevereiro de 1642, e nomeado provincial no anno de 1675; deputado da inquisição de Evora a 24 de setembro de 1674, passando depois a exercer o mesmo cargo na de Lisboa. Retirando-se á sua terra para experimentar um clima mais benigno aos achaques que padecia, o nomeou o inquisidor geral D. Verissimo de Lencastre, deputado do conselho geral, que vagara pela promoção do mestre Fr. Valerio de S. Raymundo ao bispado de Elvas, cargo de que não chegou a tomar posse, porque a morte o surprehendeu. Escreveu: *Sermão nas exequias do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor D. Pedro de Lancastro, Duque de Aveiro, Inquisidor geral, prégado no convento da Arrabida em 25 de maio de 1673*, Lisboa, 1673.

Castro *(D. Jorge de)*. Fidalgo que se distinguiu muito nas guerras da India, tanto que ainda, graças á sua reputação, D. Luiz de Athaide lhe confiou o governo da praça de Chale em 1570, tendo D. Jorge já a avançada edade de 80 annos. O commando era dos mais importantes, porque, tendo-se reunido contra nós o Samori, o Nizam-Melek, e o Hidalcão, Chale foi uma das praças, contra a qual premeditara dirigir-se a liga, pois que o Hidalcão se encarregara do cerco de Gôa, Nizam-Melek do de Chaul, e o Samori do de Chale. Demorou-se, porém, este ultimo soberano a entrar em campanha, e D. Jorge já se julgava livre do cerco que o ameaçava, quando em junho de 1571 o Samori se dirigiu de subito contra a praça. D. Jorge de Castro pediu immediatamente soccorros para Cochim, onde chegara, vindo da Europa, o successor de Luiz de Athaide, o novo vice-rei da India, D. Antonio de Noronha. A situação era na verdade difficil. A guarnição de Chale compunha-se de 60 homens, e o Samori commandava um exercito de 100:000. A defeza tinha de ser um d'aquelles arrojos epicos a que se tinham costumado os portuguezes na India. Mas, além de ter pouca gente, D. Jorge de Castro tinha tambem poucas munições, e o Samori fortificara a barra de modo, que era quasi impossivel a entrada de soccorros. O vice-rei primeiro, depois D. Diogo de Menezes, debalde procuraram forçar a entrada, mas apenas conseguiram reforçar a fortaleza e abastecel-a. Depois, tendo visto a guarnição da fortaleza repellir intrepidamente um assalto dos inimigos, D. Diogo de Menezes regressou a Cochim, afim de voltar com uma esquadra que pudesse deveras forçar a barra. Mas, quando voltou, encontrou a fortaleza rendida. Tinha-se passado o seguinte facto: D. Jorge de Castro, conforme dissémos, era um velho de 80 anuos; a edade não lhe afrouxara os brios, e no assalto, que repellira, bastantes provas dera da sua antiga e reconhecida coragem, animando de espada em punho os seus soldados, e apparecendo sempre nos postos de maior perigo. Mas a edade, comtudo, não perdia os seus direitos, e denunciava-se por fraquezas de outra ordem. O velho governador era casado com uma senhora ainda nova, D. Filippa de Castro, a quem consagrava um amor submisso, que é caracteristico dos velhos enamorados. Vendo que o extremo a que chegara a fortaleza, assustara extraordinariamente sua mulher, e tremendo tambem pelos perigos a que ella se expunha, conservara-se inalteravel emquanto o vice-rei e depois D. Diogo de Menezes, estiveram deante da barra, mas apenas elles se afastaram, cedendo ás supplicas e ás lagrimas da mulher que lhe pintava com as mais vivas côres o horroroso quadro do estado a que ficaria reduzida a fortaleza com a continuação do assedio, assignara uma capitulação, pela qual entregava Chale em poder do inimigo. Quando a noticia d'este facto chegou a Portugal, entendeu-se que D. Jorge devia ser punido severamente, e mandou-se ordem para que fôsse preso e julgado. Executou-se a ordem, e o infeliz velho foi sentenciado á morte, sendo decapitado na praça de Gôa, expiando assim amargamente um erro da sua velhice, e uma fraqueza do seu espirito desfallecido.

Castro *(José de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; advogado nos auditorios da Guarda, e d'outras comarcas; redactor principal do *Districto da Guarda*, desde a fundação d'este jornal em 1878. Partidario enthusiasta da democracia foi em 1884 á cidade do Funchal defender desinteressadamente os republicanos madeirenses, então presos e perseguidos. Está actualmente estabelecido em Lisboa com banca de advogado.

Castro *(José Augusto de)*. Poeta e prosador contemporaneo. Tem publicado: *Vozes populares; Echo patriotico; Poesias; Nuvens; Impressionistas, phantasias em prosa*, Lisboa, 1896. No *Branco e Negro* de 1897, n.º 47, acha-se estampado o retrato d'este escriptor.

Castro *(José Avelino de)*. Lente de Mathematica na Academia Real de Marinha e Commercio do Porto, etc. N. n'esta cidade a 30 de julho de 1791, onde tambem fal. a 29 de maio de 1854. Era filho de José Antonio de Castro e de D. Gertrudes Claudina de Castro. Cursou os estudos na referida academia, e foi nomeado lente substituto das cadeiras de Mathematica em julho de 1814, sendo promovido a lente proprietario do terceiro anno em julho de 1825. A Academia Real das Sciencias de Lisboa o elegeu seu socio correspondente em 1810. Escreveu: *Oração que no faustissimo dia 26 de outubro de 1828, anniversario de S. M. o sr. D. Miguel I, recitou na Academia Real de Marinha e Commercio da cidade do Porto*, etc., Porto, 1829; *Exposição do estado actual da Real Casa de Asylo dos naufragados, mandada erigir em S. João da Foz do Douro*, Porto, 1832; sem o nome do autor; *Memoria sobre os principios*

do calculo differencial, escripta em 1809; *Ensaio sobre a composição das equações*, offerecido em 1810 á Academia Real das Sciencias de Lisboa, *Exposição da idéa que deve formar-se das quantidades negativas*, remettida á mesma academia em maio de 1816.

Castro *(José Francisco de)*. Conhecido pelo *Corneteiro de Badajoz*. Em 1858 começou a discutir-se na imprensa periodica o valor do serviço, que se dizia prestado por occasião do ultimo cerco de Badajoz, por um corneteiro de caçadores n.º 7, chamado José Francisco de Castro. A este respeito empenhou-se viva lucta, em que entraram principalmente o *Jornal do Commercio*, a *Revolução de Setembro* e o *Rei e Ordem*, e na discussão tomaram parte dois generaes reformados: Verissimo Alvares da Silva e Antonio de Oliva Sousa e Sequeira, sustentando aquelle as pretenções do corneteiro, e negando o ultimo a veracidade dos factos allegados. A collecção de artigos publicados no *Rei e Ordem*, pelo marechal de campo Oliva, fôram posteriormente colligidos n'um volume com o titulo de *Rectificações historicas*, no qual se encontram muitas noticias interessantes da historia militar do nosso paiz na primeira metade do seculo XIX. No *Jornal do Commercio* de 6 de agosto de 1859 appareceu uma carta assignada por Castro, em que conta minuciosamente o modo por que em Badajoz praticou o feito de que tanto se gloriava. N'esse documento refere o ex-corneteiro que, tendo apanhado no Bussaco um trompim de um corneteiro francez morto na batalha, aprendera depois os toques usados pelo inimigo e que, conseguindo na occasião do ataque á brécha de Badajoz introduzir-se na praça, se escondera debaixo d'uma carreta. Conhecendo então que os defensores sustentavam denodadamente o impeto dos assaltantes, ao passo que a sua corneta repetia muitas vezes os toques de avançar e de fogo para as nossas tropas, pondo á bocca o trompim deu o signal de retirada usado no exercito francez. Conclue depois Castro, que a este signal de engano, começaram os defensores a retirar, e que assim se tornou facil aos alliados a entrada da brécha e a tomada de Badajoz. Esta narração está em completo desaccordo com todas as descripções que existem do assalto, as quaes são todas unanimes em dizer que a quéda da praça foi devida, não á entrada dos sitiantes pela brécha, mas á tomada do castello; apezar d'isto, porém, o corneteiro, que desde então ficou conhecido pelo nome de *Corneteiro de Badajoz*, foi agraciado com o habito da Torre e Espada, recebeu das côrtes uma pensão com sobrevivencia para sua mulher, e foi presenteado com um uniforme do antigo batalhão de caçadores n.º 7, feito á custa do ministerio da guerra. José Francisco de Castro, que se alistou em 1 de setembro de 1808 na Leal Legião Lusitana, assistiu com esse corpo á batalha de Talavera de la Reina, e passando a caçadores n.º 7 esteve no cerco e assalto de Badajoz, e durante a guerra tomou parte nas batalhas de Salamanca, Vitoria e Pyrenéos, sendo ferido n'esta ultima. Falleceu a 6 de janeiro de 1871.

Castro *(José Joaquim de)*. General de divisão reformado, ministo de Estado, par do reino, lente da Escola do Exercito, chefe de secção da direcção dos trabalhos geodesicos, vogal da commissão superior de guerra, etc. N. em Lisboa a 5 de dezembro de 1824, fal. na mesma cidade a 25 de novembro de 1895. Dedicando-se á vida militar, assentou praça em 1842 na arma de engenharia, foi promovido a alferes em 1844, a tenente em 1848, a capitão em 1851, a major em 1868, a tenente-coronel em 1873, a coronel em 1876 e a general de brigada por decreto de 15 de julho de 1885. Seguiu o curso de engenharia, onde obteve successivas distincções, o que desde logo o indicou para commissões de ensino, e assim foi ajudante no Collegio Militar, e depois lente da segunda cadeira da Escola do Exercito, que regeu de modo superior. Desempenhou ainda outras commissões importantes. Filiado no partido progressista, desde que elle se fundou, foi elevado a par do reino em 1880, tomando parte em todas as discussões que versavam sobre assumptos militares em que sempre revelou grande competencia. Por decreto de 29 de novembro do referido anno de 1880, foi nomeado ministro da guerra, em substituição de João Chrysostomo de Abreu e Sousa, que saíra do ministerio; exerceu este cargo até março de 1881, em que o gabinete se demittiu. Durante este curto espaço realizou algumas medidas de verdadeiro alcance. Novamente foi convidado para ministro, encarregando-se da mesma pasta, por decreto de 15 de novembro de 1888, pela demissão concedida ao então ministro, o visconde de S. Januario, que n'essa mesma data a havia sollicitado. José Joaquim de Castro acceitou este espinhoso cargo, tanto d'esta vez como na anterior, por ter sido muito instado pelos seus collegas, e para satisfazer ás exigencias da politica do seu partido, de que era um dos membros mais distinctos. A doença não lhe permittiu, porém, longa permanencia no poder, obrigando-o a retirar-se da politica. A sua morte foi muito sentida, porque tinha um caracter bondoso e caritativo, e como dispunha de avultada fortuna, protegia occultamente muitos estudantes pobres e muitas viuvas de militares. O general José Joaquim de Castro foi tambem presidente da commissão para regular as leis de accesso e reformas no exercito, por portaria de 1 de setembro de 1886; e presidente da commissão de organisação dos estudos da Escola do Exercito, por portaria de 31 de dezembro do mesmo anno. Trabalhou muito na commissão de reforma dos estabelecimentos de instrucção dependentes do ministerio da guerra. Tinha a grã-cruz da ordem de S. Bento de Aviz, as commendas d'esta ordem e da de Christo; as medalhas de prata de bons serviços e de comportamento exemplar; o grau de cavalleiro da ordem de S. Mauricio e S. Lazaro de Italia; etc.

Castro *(José Joaquim de)*. Tenente-coronel do Estado Maior, chefe interino da 3.ª repartição geral da secretaria da guerra, lente da 9.ª cadeira da Escola do Exercito. N. a 24 de maio de 1853; assentou praça a 16 de outubro de 1870, foi despachado alferes a 29 de setembro de 1877, promovido a tenente a 28 de janeiro de 1882, a capitão em 7 de abril de 1886, a major a 30 de junho de 1893, e a tenente-coronel a 20 de maio de 1898. Foi director do Monte-pio Geral; é commendador da ordem d'Aviz, official da Legião de Honra de França, e tem as medalhas de prata de comportamento exemplar, e do merito militar de Hespanha.

Castro *(José Joaquim Gomes de Castro, 1.º visconde e 1.º conde de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 9 de junho de 1834; conselheiro de Estado effectivo, par do reino, por carta régia de 26 de dezembro de 1844, de que prestou juramento e tomou posse na sessão da respectiva camara de 7 de janeiro de 1845; ministro e secretario de Estado, vice-presidente da camara dos pares, deputado em varias legislaturas, conselheiro vogal do antigo Tribunal do Thesouro Publico, e vice-presidente do mesmo tribunal; etc. N. no Porto a 13 de dezembro de 1794, fal. em Lisboa a 8 de dezembro de 1878. Era filho de José Antonio Gomes de Castro, proprietario e negociante de grosso trato da praça commercial do Porto, outr'ora sargento-mór d'ordenanças, casado com D. Catharina Gomes da Silva. Sendo affecto ás idéas liberaes, teve de emigrar durante o governo absoluto de D. Miguel; voltando depois ao paiz, esteve no cerco do Porto, e restabelecido o governo constitucional, foi logo eleito deputado, continuando a ter assento na camara em successivas legislaturas, distinguindo se sempre como parlamentar. O duque da Terceira, reconhecendo o seu valor, confiou-lhe a pasta dos negocios estrangeiros no gabinete de 20 de maio de 1841, que teve pouca duração. Voltou novamente aos conselhos da Corôa, encarregando-se da referida pasta no ministerio de 29 de março de 1848 até 18 de julho de 1849. No gabinete organisado por Joaquim Antonio d'Aguiar, tornou a ser convidado a dirigir as pastas dos estrangeiros e das obras publicas, desde 4 de setembro de 1865 até 9 de maio de 1866, sendo então substituido na dos estrangeiros por Casal Ribeiro, e na das obras publicas por João de Andrade Corvo. Como ministro vinculou o seu nome a reformas de grande utilidade, sendo uma d'ellas a lei da liberdade de exportação de vinhos. Foi presidente do Tribunal de Contas, conselheiro vogal da secção do Conselho d'Estado, funccionando como tribunal administrativo; vogal e secretario da commissão do Thesouro Publico, durante o cerco do Porto em 1832-1833; antigo negociante de grosso trato da praça commercial do Porto, proprietario n'esta cidade e em Cima-Douro. Casou em primeiras nupcias com D. Maria Maxima da Costa Carvalho, filha de Gabriel da Costa Carvalho, proprietario e negociante de grosso trato da referida praça commercial, e de sua mulher D. Maria Joaquina. Enviuvando a 12 de outubro de 1853, passou a segundas nupcias a 16 de janeiro de 1864, com D. Maria Joanna de Proença Vieira e Castro, que nasceu a 22 de junho de 1805, filha de Joaquim José de Proença, antigo coronel de infantaria n.º 19, e de sua mulher D. Maria Catharina de Proença. Esta senhora era então viuva de João Paulino Vieira, do conselho de D. Maria II, commendador da ordem de S. Bento de Aviz; official da Legião de Honra de França; cavalleiro da ordem do Cruzeiro do Brazil; capitão de mar e guerra da armada nacional, e inspector do Arsenal da Marinha. Sobreviveu a seu marido, e é já fallecida. O titulo de visconde de Castro foi concedido em duas vidas, por decreto de 23 de dezembro de 1848, passando-se o respectivo alvará de lembrança, em 22 de abril de 1851. O de conde por decreto de 30 de setembro e carta de 2 de outubro de 1862. O seu brazão consta d'um escudo partido em pala tendo na primeira as armas dos Gomes, em campo azul um pelicano de ouro ferindo o peito, e tres filhos bebendo o sangue da ferida; na segunda as armas dos Castros, dos que procedem de D. Alvaro Pires de Castro, seis arruelas azues em duas palas. O conde de Castro tinha as seguintes honras: grã-cruz da ordem de Christo, cavalleiro da antiga ordem da Torre e Espada, grã-cruz das ordens de S. Gregorio Magno de Roma, e de Carlos III de Hespanha, com o collar da mesma ordem; grã-cruz da Aguia Vermelha da Prussia, de Leopoldo da Belgica; de S. Mauricio e S. Lazaro da Sardenha; do Merito Civil de Saxonia; da Corôa de Baviera; de Frederico de Wurtemberg; de Ernestino Pio de Saxe-Coburgo Gotha; do Falcão Branco de Saxe-Weimar; de Luiz de Kesse Grão-Ducal; do Merito Civil de Oldemburgo; de Leão de Zäehringue de Baden; de Henrique, o Leão, de Brunswick; de Alberto, o Urso, de Anhalt-Dessau-Coethen e Bemburgo; do Leão de Ouro, do Grão-Ducado de Kesse-Eleitoral. Era condecorado com a ordem imperial do Nichan Iftihar (Gloria) de 1.ª classe, da Turquia, e socio honorario da Associação Commercial do Porto.

Conde de Castro

Castro *(José Luciano de).* V. *Pereira Corte-Real (José Luciano de Castro).*

Castro *(Josepha Michaela de).* Escriptora do seculo XVII. N. em Lisboa em 1669, ignora-se a data do fallecimento, sendo filha de Antonio de Castro Guimarães, escrivão do desembargo do paço. Casou com José Maria de Castro Era uma senhora formosa e dotada de tanto engenho e habilidade, que se tornou illustre em todas as artes liberaes, escrevendo ao mesmo tempo com a maior perfeição em portuguez e latim. Deixou manuscriptas varias obras n'essas duas linguas.

Castro *(Lopo de).* Filho de Fernão de Castro, alcaide-mór de Melgaço, e de D. Joanna de Azevedo. Foi muito perito no estudo da Genealogia, e escreveu o seguinte, que ficou manuscripto: *Descendencia dos Castros.* Casou com D. Izabel Soares.

Castro *(D. Luiz de).* Filho do 3.º conde de Monsanto, D. Pedro de Castro Succedeu na casa de seu pae, mas não no titulo, porque D. João III, para lh'o outorgar, queria que elle casasse com D. Izabel de Lencastre, casamento a que se não prestou. Apezar de haver desacatado a real vontade, ainda assim não caiu de todo em desfavor, porque foi alcaide-mór de Lisboa, e serviu em Africa por algum tempo, partindo por ordem d'el-rei em soccorro de Ceuta, onde construiu um baluarte, que se ficou chamando o *baluarte de D. Luiz.* Casou com D. Violante de Athaide, e d'este consorcio, entre outros filhos, houve

a D. Antonio de Castro, que foi o 4.º conde de Monsanto (V. *este titulo*).

Castro *(D. Luiz Filippe de)*. Lente do Instituto de Agronomia, antigo deputado, agricultor e jornalista contemporaneo, mais especialmente dedicado ás questões agricolas. N. a 7 de julho de 1868. E' filho 2.º do conde de Nova Gôa, D. Luiz Caetano de Castro Almeida Pimentel de Sequeira de Abreu, e de sua mulher, D. Virginia Folque, filha de Filippe Folque, general de divisão. O sr. D. Luiz de Castro é diplomado com o curso de agronomia, e repetidor da secção agricola do Instituto Agronomico. Foi um dos promotores e a alma dos congressos vinicolas reunidos em Lisboa em 1895 e em 1900; membro da commissão executiva nos festejos do centenario da descoberta do caminho da India, em 1898. Para o primeiro congresso vinicola apresentou o 3.º ponto da 1.ª secção-cultural, sob o titulo *Plantações definitivas e cultura da vinha*. Em 1901 fez parte da commissão administrativa da Camara Municipal de Lisboa; n'esse mesmo anno foi agraciado com a Legião de Honra de França, e por decreto de 25 de junho de 1904 com a commenda da ordem de S. Thiago. O sr. D. Luiz de Castro é casado com a sr.ª D. Celeste dos Anjos Jardim, filha do sr. conde de Valenças, Luiz Leite Pereira Jardim, e de sua mulher, a sr.ª D. Guilhermina Anjos, filha do abastado proprietario e negociante, já fallecido, Antonio Lopes Ferreira dos Anjos. Tem publicado os seguintes trabalhos: *Producção e cultura do trigo em Portugal; O Syndicato agricola; Rudimentos de agricultura pratica*, destinado ao ensino da instrucção primaria, em harmonia com o programma geral decretado em 18 de outubro de 1902; *O movimento associativo rural*, thema de uma conferencia realisada no theatro Gil Vicente do Palacio de Crystal Portuense, em 10 de janeiro de 1904, a convite da commissão organisadora da Exposição Agricola installada n'aquelle recinto; *Chronicas agricolas*, uma serie de revistas agricolas, publicadas no *Jornal do Commercio*, que depois imprimiu com este titulo. O sr. D. Luiz de Castro dirigiu tambem a publicação monumental *Le Portugal au point de vue agricole*, de que redigiu uma boa parte, e imprimiu a sua dissertação inaugural apresentada ao Instituto de Agronomia Veterinaria, intitulada: *A producção cavallar portugueza e o seu melhoramento*. Tem collaborado no *Jornal do Commercio, Diario de Noticias*, onde publica interessantes chronicas agricolas, e em outros jornaes.

Castro *(Luiz Meyrelles do Canto e)*. Fidalgo da Casa Real. N. em Angra do Heroismo a 16 de maio de 1785, onde tambem fal. a 23 de março de 1854. Tendo seguido o partido do infante D. Miguel, emigrou para França, quando os constitucionaes se apoderaram da ilha Terceira, voltando annos mais tarde para a sua patria. Escreveu: *Memoria sobre as ilhas dos Açôres, e principalmente sobre a Terceira; considerando a educação da mocidade, a agricultura, o commercio, a administração da fazenda publica, e o governo municipal*, Paris, 1834; *Observações economicas sobre o melhoramento do trigo na ilha Terceira, e mais alguns artigos correlativos a ella*, Angra, 1848.

Castro *(Manuel de)*. Pintor. N. em Portugal, mas passou a Hespanha em 1698, afim de tomar lições com o afamado pintor portuguez Claudio Coelho, que desde muitos annos residia em Madrid exercendo a sua arte. Depois da morte de Bartholomeu Peres, succedida em 1698, pintor de Carlos II, foi nomeado para este logar, em que se conservou até 1712, anno em que falleceu em Madrid. Deixou muitos quadros, principalmente nas egrejas de Hespanha. No coro da egreja da Trindade, em Madrid, encontram-se dois quadros seus, representando a *Santa Virgem rodeada d'uma gloria de anjos e cantando em coro*, e o outro a *Redempção dos captivos*, com Nossa Senhora na parte superior do quadro. Foi tambem o autor do tecto da capella dos *Remedios*. Manuel de Castro fez tambem dois quadros para a egreja de S. João de Deus, e pintou a fresco a abobada da primeira capella lateral da egreja de S. Filippe Nery.

Castro *(Manuel de)*. Religioso da ordem Terceira de S. Francisco. N. em Ceia em 1742, fal em Evora a 21 de junho de 1774. Foi professor de Rhetorica na sua ordem. Escreveu: *Ode ao marquez de Pombal Sebastião José de Carvalho e Mello, na ida á Universidade de Coimbra*. Lisboa, 1772. Consta que deixara mais uma tragedia, chamada *Mathatias*, e algumas outras obras em verso e em prosa.

Castro *(Manuel Augusto d'Almada e)*. Major reformado, tendo pertencido á classe dos quarteis-mestres. N. em Abrantes a 10 de janeiro de 1829, fal. a 26 de novembro de 1889. Escreveu: *Lista de antiguidades dos officiaes inferiores de cavallaria e infantaria, com referencia a 30 de junho de 1864, precedida de todas as obrigações dos officiaes inferiores de infantaria nos differentes serviços de escala*, Lisboa, 1864.

Castro *(Manuel Baptista de)*. Religioso da ordem de S. Jeronymo. N. em Lisboa em 1672; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Thomaz Luiz e de Maria do O' de Castro. Instruido nas letras humanas, poetica, oratoria e philosophia, recebeu o habito quando contava 25 annos de edade, no real convento de Belem, onde professou solemnemente a 21 de dezembro de 1697. Publicou: *Crisis Doxologica apologetica y juridica por el Monachato legitimo del Maximo Padre San Geronimo en sus Congregaciones de de España, Portugal y Lombardia*, Madrid, 1730; *Carta escripta a Fr. Simão Antonio de Santa Catharina, Religioso Jeronymo, sobre a relação metrica que compozera em as solemnes festas, que o convento do Carmo de Lisboa fez na Canonisação de S. João da Cruz*, Lisboa, 1729. Deixou bastantes obras manuscriptas, cuja relação vem publicada na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. III, pag. 189 e 190.

Castro *(Manuel Freire de Andrade e)*. N. em Lisboa em 1696, fal. em Haia a 26 de dezembro de 1748. Era filho de Gomes Freire de Andrade, marechal de campo, e de D. Luiza Clara de Menezes. Herdeiro da casa de seu pae, passou de capitão a sargento-mór do regimento de cavallaria da praça de Moura. Em 1739 foi admittido como academico da Academia Real da Historia Portugueza. Escreveu: *Discurso gratulatorio pronunciado na sua introducção á Academia Real da Historia Portugueza na conferencia, que se celebrou no Paço em 10 de dezembro de 1739*, Lisboa, 1740. Em 1747 teve a nomeação de enviado aos estados geraes de Hollanda, para onde partiu, e

exercia ainda este cargo quando a morte veiu surprehendel-o. O seu cadaver foi trasladado para o convento de N. S.ª do Rosario, de Antuerpia, onde ficou sepultado.

Castro *(Manuel d'Oliveira Chaves e)*. Doutor em Direito e lente cathedratico da Universidade de Coimbra, etc. N. em Lamego em fevereiro de 1836. E' filho de Joaquim de Oliveira Chaves. Seguiu o curso de sciencias ecclesiasticas no seminario diocesano de Lamego, e tendo-se matriculado na faculdade de Direito em 1860, formou-se em 1865, e recebeu o grau de doutor a 22 de julho de 1866. Foi nomeado lente substituto ordinario da mesma faculdade em 15 de março de 1871, e lente cathedratico em 16 de dezembro de 1880. Exerceu a profissão de advogado, e em 1868 fundou a *Revista de legislação e de jurisprudencia*, cujo primeiro numero saiu em 1 de maio do referido anno. Escreveu e publicou o seguinte: *Arte de tachygraphia e methodo facilimo de aprender tachygraphia sem auxilio de mestre*, Coimbra, 1861; foi publicada ainda quando o autor era estudante do segundo anno de Direito; *Apontamentos sobre alguns processos summarios, summarissimos e executivos sobre o processo para a exigencia dos creditos hypothecarios, creado pela lei hypothecaria de 1 de julho de 1863*, etc., Coimbra, 1865; *Estudo sobre a reforma do processo civil ordinario portuguez desde a proposição da acção até á sentença da primeira instancia*, Coimbra, 1865; *Reflexões juridicas offerecidas pela camara municipal de Coimbra na causa que move contra o digno par do reino Miguel Osorio Cabral de Castro*, Coimbra, 1867; *Analyse juridica do accordão proferido pela relação do Porto em 16 de agosto de 1867 sobre a servidão publica da quinta das Lagrimas*, etc., Coimbra, 1868; *Estudo sobre o artigo* XVI *do codigo civil portuguez, e especialmente sobre o direito subsidiario civil portuguez*, Coimbra, 1871; foi a sua dissertação de concurso a um dos logares vagos da faculdade de direito em 1871; *Instituições de direito ecclesiastico do padre Amaro de Schenkl, monge benedictino do mosteiro de Prifling, conselheiro ecclesiastico effectivo de sua magestade o rei da Baviera e professor publico ordinario de direito ecclesiastico e de theologia pastoral no lyceu real de Amberg*, etc., traducção portugueza sobre a 11.ª edição feita em Ratisbonne, etc., Coimbra, 1877; a 2.ª edição foi publicada em 1888; *Parecer do dr. Manuel de Oliveira Chaves e Castro sobre o projecto de reforma dos estudos professados na faculdade de direito, elaborado pela commissão para este fim nomeada em conselho da faculdade de 16 de abril de 1883*, Coimbra, 1884, *O beneplacito regio em Portugal*, Coimbra, 1885; *Programma da 12.ª cadeira da faculdade de direito da Universidade de Coimbra; organisação e competencia dos tribunaes portuguezes; theoria das acções, principios geraes do processo, processo civil ordinario na primeira instancia, incidentes e preparatorios das causas*, Coimbra, 1885.

Castro *(D. Maria de)*. N. em Portugal. Casou com um francez chamado Faustino Rochien, passou com elle a Paris, onde foi assombro de todos pela sua vasta erudição, sendo conhecedora de philosophia, de theologia, de mathematica além de ser tambem muito perita na musica. Viveu no seculo XVI. Escreveu varias obras.

Castro *(Martim Affonso de)*. Vice-rei da India. Era filho do conde de Monsanto, D. Antonio de Castro e de D. Ignez Pimentel. O seu governo nada teve de notavel. Foi nomeado por Filippe III de Hespanha e II de Portugal. Partiu para a India a substituir Ayres de Saldanha. Chegou a Gôa em janeiro de 1605, para debellar o rei de Achem, e seguia para Sumatra em 1606, quando teve a noticia de que os hollandezes cercavam Malaca. Dirigiu-se logo para ali, afim de os obrigar a levantar o cêrco. Os hollandezes vieram ao encontro dos portuguezes, travou-se um combate naval, cuja sorte ficou indecisa, mas em todo o caso os hollandezes tiveram de abandonar o cerco. Falleceu em Malaca a 3 de junho de 1607. Deixou em Gôa governando interinamente o arcebispo D. Aleixo de Menezes.

Castro *(D. Miguel de)*. Filho mais novo do vice-rei D. João de Castro, e de sua mulher, D. Leonor Coutinho. Passou á India, como capitão, no reinado de D. Sebastião, e fal. em Malaca.

Castro *(D. Miguel de)*. Clerigo secular, doutor em theologia pela Universidade de Coimbra, bispo de Vizeu, arcebispo de Lisboa, vice-rei de Portugal, etc. N. em Evora, e fal. a 1 de julho de 1625. Era filho de D. Diogo de Castro, capitão de Evora, alcaide-mór de Alegrete, mordomo-mór da princeza D. Joanna de Austria, mãe d'el-rei D. Sebastião, e de D. Leonor de Athaide. Seguiu os estudos na Universidade de Coimbra, e se doutorou na faculdade de theologia. Foi depois provido a prior da parochia de S. Christovão de Lisboa. De inquisidor da inquisição de Lisboa, cargo de que tomou posse a 18 de junho de 1566, passou a deputado do conselho geral a 3 de setembro de 1577. Foi depois bispo de Vizeu, em 15 de setembro de 1579, subindo ao arcebispado de Lisboa em 1585. No tempo do dominio castelhano, foi nomeado vice-rei de Portugal, por Filippe II, em 1615, cujo cargo acceitou constrangido, e exerceu até 1617, sendo então substituido pelo marquez de Alemquer. Deixou impresso um sermão que prégou nas exequias do duque de Aveiro, D. Pedro de Lencastre. Foi D. Miguel de Castro quem mandou publicar novamente as *Constituições do arcebispado de Lisboa, assim as antigas, como as extravagantes* Lisboa, 1588. Eram as constituições que tinham promulgado os seus predecessores na sé de Lisboa, os infantes D. Affonso e D. Henrique. Mandou tambem traduzir o *Cathecismo romano do papa Pio V*. Em manuscripto deixou um livro, intitulado: *De Viris illustribus*. D. Miguel de Castro está sepultado na sé de Lisboa, logo á entrada da porta principal, onde se lê um breve epitaphio.

Castro *(Miguel do Canto e)*. Pertencendo á nobre casa dos Remedios da cidade de Angra do Heroismo, foi provedor das armadas reaes na ilha Terceira, e era tão perito na arte militar, que escreveu um *Tratado dos esquadrões modernos*, que foi impresso em Madrid em 1639.

Castro *(D. Pedro de)*. Capitão de Sofala, que teve o triste encargo de reconhecer em 1581, como soberano de Portugal, Filippe II de Hespanha. Tomou posse do governo em 1577, e largou-o em 1583. No seu tempo começara os frades dominicanos a estabelecer missões em Moçambique, e levantaram na capital a egreja do Rosario.

Castro *(Pedro de)*. Notavel erudito do seculo XVII, que muito honrou o nome portuguez no estrangeiro; foi professor de medicina na Universidade de Verona, e escreveu differentes obras em latim, entre as quaes se conta um tratado sobre a febre maligna, impresso em 1652, outro descrevendo as pestes de Napoles, Roma e Genova, 1656 e 1657, e uma *Bibliotheca do medico erudito*, em 1654.

Castro *(Publia Hortensia de)*. Senhora muito erudita que viveu no seculo XVI. N. em Villa Viçosa, fal. em 1595. Era filha de Thomaz de Castro. Desejando muito estudar as sciencias, e não podendo, por ser mulher, frequentar as aulas superiores, vestiu-se de homem, e partiu para Coimbra com seu irmão Jeronymo de Castro, religioso da ordem dos prégadores, e estudou humanidades, seguindo depois o curso da faculdade de Philosophia, de que defendeu conclusões publicas, tendo apenas 17 annos de edade, causando o maior assombro. Publia de Castro foi uma das damas que formavam uma verdadeira côrte de erudição junto da infanta D. Maria, filha d'el-rei D. Manuel e irmã de D. João III. As outras damas que compunham este illustrado cortejo, eram Luiza Sigéa, Angela Vaz e Paula Vicente. Quando o filho do principe D. Duarte e da infanta D. Izabel partiu para as guerras d'Africa, Publia Hortensia de Castro, a convite da mãe do joven principe, compoz uns psalmos pela victoria e felicidade do moço guerreiro, que ficaram manuscriptos. Esta erudita senhora tambem estudou Theologia, e na presença de Filippe II de Hespanha defendeu conclusões theologicas, que mereceram grande applauso, e impressionaram o monarcha, que logo lhe concedeu uma tença de 20$000 réis. O cardeal D. Henrique e o duque de Bragança D. João tambem a consideravam muito. As obras manuscriptas, além dos *psalmos* são: *Poesias varias latinas e portuguezas*, *Cartas latinas e portuguezas* a diversas pessoas, e um opusculo chamado *Flosculus theologalis*, que tratava de assumptos theologicos.

Castro *(Rodrigo de)*. Afamado medico, que foi estudar á Universidade de Salamanca, onde concluiu o curso com distincção, adquirindo fama de primeiro talento d'aquella Universidade, por que se tornara superior a todos os seus condiscipulos, e competia com os maiores cathedraticos d'esta faculdade. Passou á Allemanha em 1596 e estabeleceu-se em Hamburgo, exercendo sempre a medicina até 1628, anno em que falleceu, vivendo assim livre das perseguições da inquisição de Portugal, sua patria, onde nunca mais voltou. Casou em Hamburgo, e teve dois filhos, que seguiram a profissão de seu pae; Bento da Costa, que foi physico-mór da rainha da Suecia, Christina Alexandra, e Daniel de Castro, que exerceu egual cargo junto do rei da Dinamarca. Escreveu e publicou em Hamburgo: *Tractatus brevis de natura et causis pestis quæ anno 1596 Hamburgensem Civitatem afflixit*, etc., 1596; *De Universa mulierum medicina novo, et ante hac a nemine tentato ordine*, etc., 1603; *Medicus Politicus sive de officiis medicis politicis tractatus*, etc., 1614.

Castro *(D. Rodrigo de)*. Era filho do conde de Monsanto, D. Alvaro de Castro, e conhecido no seu tempo pelo nome de *Monsanto*. Militou na Africa, dando provas de grande bravura e de heroismo. D. Affonso V sempre o distinguiu muito desde a sua primeira mocidade, vendo n'elle perfeitamente realisado o typo ideal do fidalgo cavalleiro. D. Rodrigo foi capitão e governador de Safim e de Arzilla, onde os moiros lhe mataram seu filho primogenito D. Francisco. Regressando ao reino, el-rei D. Manuel o escolheu para embaixador á côrte de Roma, sendo ali muito considerado pelo papa Alexandre VI. Pouco depois de voltar d'essa embaixada, falleceu. Era casado com D. Maria Coutinho. D. Rodrigo de Castro é o protogonista do romance historico *O Castello de Monsanto*, do fallecido escriptor Guilhermino de Barros.

Castro *(Sergio de)*. V. *Silva e Castro (Antonio Sergio da)*.

Castro *(Simão de)*. Autor genealogico citado por D. Antonio Caetano de Sousa, no fim do tomo VIII da *Historia genealogica*, pag. 12; pelo marquez de Collares, no tomo VI das *Familias*, e por Diogo Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, vol. III, pag. 712. Era senhor de Borja e de Reriz, e a obra que escreveu, que segundo parece não chegou a imprimir-se, denomina-se: *Apologia dos Castros que usam treze roellas*.

Castro *(Vicente Jorge de)*. Um dos proprietarios da antiga typographia *Castro Irmão*. N. em Lisboa a 16 de junho de 1821, fal. a 10 de dezembro de 1886. Era filho de João Maria Rodrigues de Castro, dono d'uma pequena imprensa, que em 1824 estabelecera na Rua dos Fanqueiros, de sociedade com fr. João da Cruz, traductor da primeira obra que se compoz e imprimiu n'esta casa, intitulada: *Obras da Serafica Madre Santa Thereza de Jesus, fundadora dos carmelitas descalços*, etc. Vicente de Castro tinha muita vocação para a cultura das artes, e resolveu-se a aprender musica no Conservatorio, e com tanta felicidade que obteve o premio d'uma medalha de oiro pelo seu brilhante exame de rudimentos a 25 de agosto de 1845. Uma pertinaz doença de olhos o impossibilitou, porém, de proseguir no estudo regular, limitando-se então a simples amador, tocando alguns instrumentos, e com especialidade trompa. Dedicou se á vida typographica, começando a sua aprendizagem na imprensa de seu pae. A imprensa mudou-se por differentes vezes, entre os annos de 1834 a 1852, estando então em 1852 na calçada de S. João Nepomuceno. N'esta epoca, tanto elle como seu irmão João Maria de Castro e mais duas senhoras suas irmãs, tambem typographas, executavam trabalhos typographicos que offereciam certa novidade. Estes trabalhos eram especialmente pequenos rotulos para expediente de pharmacias, vinhos, licores, etc., compostos com filetes e vinhetas de combinação, o que n'aquella epoca offerecia effectivamente novidade, porque a typographia ainda estava em grande atrazo em Portugal. Esta especialidade ficou sempre predominando na typographia Castro, alcançando com o tempo grande desenvolvimento e successivo aperfeiçoamento, o que lhe deu um logar distincto entre as typographias do paiz. Um amigo dedicado da familia Castro, Thomaz de Aquino Gomes, auxiliou-o muito com emprestimos de dinheiro, e a typographia assim foi progredindo e melhorando os seus productos, ao mesmo tempo que Vicente de Castro prestava toda a attenção artistica á arte typographica, que elle principiava a cultivar com o maior interesse. Deu novas fórmas ás caixas da composição, e em 1876 publicou

um folheto com o titulo de *Caixa, cavallete e divisorio da Typographia Castro & Irmão*. N'este folheto viam-se os desenhos da caixa Castro, da caixa antiga, e das caixas modificadas da Imprensa Nacional, franceza e hespanhola, para melhor se poderem confrontar, e reconhecer as vantagens da caixa Castro. Juntou mais n'este folheto desenhos do cavallete adoptado na sua typographia, e de um novo divisorio, tudo de sua invenção. Já em 1871 havia publicado um outro folheto no mesmo sentido, que distribuira pelas typographias e imprensas do paiz. Estes trabalhos fôram elogiados tanto em Portugal, como pelos jornaes estrangeiros, a que Vicente de Castro mandara tambem o referido folheto. O apreciavel artista compoz egualmente figuras geometricas ou de desenho linear, o que se póde ver no *Methodo graphico para se aprender com muita facilidade os elementos de geometria pratica, e o desenho linear*. Foi autor d'este compendio in-folio o professor da Academia das Bellas Artes, José Antonio de Sequeira. Este trabalho teve o premio d'uma medalha de cobre na exposição universal de Paris de 1855. Esta recompensa foi depois julgada insufficiente, e o governo portuguez resolveu distinguir por sua parte Vicente Jorge de Castro e mais dois expositores, José Maria da Fonseca e Polycarpo Lisboa, julgados nas mesmas condições. Quando se fez a distribuição dos premios conferidos aos expositores portuguezes n'aquelle certamen das artes e da industria, na Academia Real das Sciencias, em sessão especial presidida por D. Pedro V, foi o proprio monarcha que collocou o habito da Torre e Espada no peito dos tres mencionados expositores. Em 1857 concorreu á exposição do Porto com estes e outros trabalhos, que o jury premiou com uma medalha de prata, e premio egual teve tambem na exposição de 1865, realisada na mesma cidade. Em 1856 a typographia Castro Irmão estava estabelecida na Rua da Boa Vista, junto á Companhia do Gaz, e n'esta epoca já as suas officinas haviam attingido um certo desenvolvimento, achando-se munidas de todo o material typographico mais moderno, e realisando grandes progressos na impressão. Vicente de Castro tentou fazer uma publicação illustrada, desejando dar um impulso á gravura em madeira em Portugal. Organisou uma sociedade entre elle, seu irmão João Maria de Castro, e Thomaz de Aquino Gomes, sob a firma de Castro Irmão & C.ª Foi esta sociedade que publicou o *Archivo pittoresco*, semanario illustrado, que sempre se distinguiu pela sua collaboração, confiada aos escriptores mais reputados d'aquelle tempo. Foi o seu primeiro redactor José de Torres, o seu primeiro desenhador Manuel Maria Bordallo Pinheiro, e o seu primeiro gravador José Maria Baptista Coelho. O *Archivo*, tendo completado um anno de existencia, teve de interromper a publicação, em consequencia do grande incendio que devorou a typographia Castro em principios de novembro de 1858. A typographia teve de se mudar para o palacio de Ferreira Pinto, na Boa Vista, estabelecendo-se na sobreloja com novo material e o pouco que se pudera salvar. Não tardou a que se estabelecesse no palacio do conde de Sampaio, tambem á Boa Vista, continuando então a publicar-se o *Archivo pittoresco*, que Vicente de Castro desejava collocar á altura de outras publicações estrangeiras, especialmente do *Magazin Pittoresque*, de que o *Archivo* tinha tomado o modelo. Era incansavel, tratando de melhorar a impressão, promovendo o estimulo entre os artistas para se aperfeiçoarem no desenho e nas gravuras; com todo este trabalho conseguiu os mais lisongeiros resultados, como prova a collecção dos 11 volumes que se publicaram. Para obter quanto possivel o aperfeiçoamento que desejava, estabeleceu na sua typographia em 1862, um *atelier* escola de gravura, dirigido por Nogueira da Silva e João Pedroso. João Maria de Castro, menos enthusiasta por cousas d'arte de que seu irmão, desistiu da sociedade do *Archivo Pittoresco*, e este continuou só com Vicente de Castro e Thomaz Gomes. Um facto auspicioso veiu auxiliar muito esta empresa. Fundara-se no Rio de Janeiro uma sociedade portugueza, com o titulo de *Sociedade Madrépora*, e tendo conhecimento do *Archivo Pittoresco*, acolheu-o com enthusiasmo, e para auxiliar a publicação tomou á sua conta um numero avultado de exemplares, que mandou distribuir pelas escolas primarias de Portugal, com destino a servirem de premio annual aos discipulos que mais se distinguissem. A Sociedade Madrépora terminou, ficando com uma divida avultada á empresa do *Archivo*, que distribuira perto de 15:000 volumes pelas escolas de Portugal em nome da Sociedade, e não recebera o seu valor. Foi um desgosto enorme para Vicente de Castro, que se viu obrigado a terminar a publicação, depois de onze annos de existencia. Em 1861 a empreza do *Archivo Pittoresco* fez uma edição das obras de Nicolau Tolentino, magnificamente impressa e acompanhada de um estudo sobre o poeta, por José de Torres, illustrada com desenhos de Nogueira da Silva. Foi este o primeiro livro portuguez, d'uma serie que Vicente de Castro se propoz publicar, com o seu empenho de fomentar a litteratura e arte nacionaes. A este livro seguiu-se *O Hyssope*, illustrado por Manuel de Macedo, e acompanhado de um estudo do autor do poema, pelo escriptor sr. Ramos Coelho. Em 1868 a typographia mudou para a rua Marechal Saldanha, então chamada rua da *Cruz de Pau*, para casa propria, feita expressamente para officinas typographicas. Era um antigo palacio arruinado, onde por muitos annos esteve estabelecida a typographia do *Jornal do Commercio* e a do *Futuro*, em que Vicente de Castro mandou edificar a boa propriedade, que hoje ali se vê, destinando o pavimento terreo e o primeiro andar para officinas, e reservando o resto para a sua habitação. No *Occidente*, de 1887, n'uma serie de numeros, vem publicado um longo artigo biographico de Vicente Jorge de Castro, firmado por Caetano Alberto, em que se dão largas noticias da sua typographia e da importantissima publicação illustrada, *O Archivo Pittoresco*. D'este artigo extrahimos estes apontamentos, e transcrevemos alguns paragraphos.

Castro. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Abragão, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Senhorinha, de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Vicente, de Ponte, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Christina, de Serzedello, conc. de Guimarães, do mesmo districto. || S. Pedro, de Souto, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Thaide, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Monte na freg. de

S. Thiago, de Custoias, conc. de Bouças, distr. do Porto. ‖ Quinta na freg. de S. Martinho, de Carrazedo, conc. de Amares, distr. de Braga.

Castro de Avellãs. Pov. e freg. de S. Bento, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 345 hab. e 74 fog. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada proximo das nascentes do rio Fervença, a 1 k. da estrada que vae de Bragança a Vinhaes. A terra é fertil em trigo e centeio, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. Houve aqui um convento de frades benedictinos, que está hoje em ruinas, que dizem ter sido fundado por S. Fructuoso, no anno de 667. Neste mosteiro estão as cinzas do nobre conde de Ariães ou Arias Annes, guardadas n'um curioso tumulo de granito da era de 1300. Appareceram aqui bastantes vestigios da passagem do povo romano, marcos miliarios, etc.

Castro Constancio *(Diogo Augusto de)*. Commendador da ordem de Christo, do conselho d'el-rei D. Luiz, official maior e director da secretaria da camara dos pares, etc. Escreveu: *Estatistica methodica do pariato civil e ecclesiastico, desde a sua fundação até 26 de fevereiro de 1863*, Lisboa, 1863.

Castro Daire *(D. Antonio de Athaide, 5.º conde da Castanheira e 1.º conde de)*. Capitão das naus da India, embaixador de Hespanha na Allemanha, governador de Portugal, etc. Fal. em Lisboa, no anno de 1647. Era 3.º filho do 2.º conde da Castanheira, D. Antonio de Athaide, e de sua segunda mulher, D. Barbara de Lara. Militou na escola do marquez de Santa Cruz na occasião em que navegou n'uma poderosa armada em 1582, contra a ilha Terceira, e na de D. Martinho de Ribera, general das galés hespanholas, em que se distinguiu, praticando tão valiosas façanhas, que em breve tempo subiu aos postos de capitão de cavallos, fronteiro-mór dos coutos de Alcobaça, general de uma armada da costa, coronel de infantaria, capitão-mór das naus da India, e general das armadas de Portugal. Apezar de ter accentuado o seu elevado merecimento no exercicio de todos estes cargos, teve invejosos que o accusaram de que pelo seu descuido fôra abrazada pelos turcos a nau Conceição, que voltava da India com uma preciosa carga no anno de 1621, quando D. Antonio, como general da armada, a estava esperando para a trazer a Lisboa. Sendo chamado a Madrid, procedeu-se ao julgamento a 6 de setembro de 1621, em que ficou absolvido, provando-se á evidencia a falsidade da accusação. O monarcha castelhano, Filippe III de Portugal, quiz dignamente indemnisal-o do grande desgosto que tivera, e nomeou-o seu gentil-homem, mordomo-mór da rainha D. Izabel de Bourbon sua mulher, conselheiro de Estado do conselho de Portugal, e presidente do reino de Aragão. Tambem o nomeou embaixador extraordinario ao imperador da Allemanha Frederico II, e a outros principes d'aquelle imperio, em cujos cargos se mostrou tão liberal como politico, tratando dos negocios mais difficeis, como o testemunham as historias d'aquelle tempo. No anno de 1631 foi nomeado governador de Portugal, conjuntamente com o conde de Valle-de Reis, passando depois a presidente da Mesa da Consciencia. Apezar de tantas honras concedidas, associou-se á revolução de 1640, luctando pela independencia da patria. Casou com D. Anna de Lima, filha e herdeira de D. Antonio de Lima, senhor de Castro Daire, e de D. Maria de Vilhena, filha de Christovão de Mello, herdeiro da ilha de S. Thomé. Foi feito conde de Castro Daire, por alvará do rei Filippe, passado em Aranjuez, a 30 de abril de 1625. Por succeder na casa da Castanheira a seu sobrinho, o conde D. João de Athaide, foi o 5.º conde d'este titulo, e alcaide-mór de Collares, commendador de Longroiva, de S. Salvador de Valorco e de Santa Maria de Sattam na ordem de Christo, e pelo condado de Castro Daire, alcaide mór de Guimarães, e senhor dos logares de Paiva, Baltar e Cabril. Falleceu com mais de 80 annos de edade. Era muito considerado pela sua vasta erudição. Escreveu: *Cargos, que resultaram da devassa que os governadores de Portugal mandaram tirar a D. Antonio de Athaide capitão general da armada de Portugal ácerca da perda da nau da India Nossa Senhora da Concição, que os inimigos queimaram no anno de 1621, e resposta de D. Antonio aos Cargos*, Lisboa, 1622. Em manuscripto deixou: *Diario da jornada que fez á Allemanha no fim de dezembro de 1628; Varias poesias; Arte poetica;* e traduziu o *Tratado de Seneca*. Estão na Bibliotheca Nacional.

Castro Daire *(D. Jeronymo de Athaide, 6.º conde da Castanheira, e 2.º conde de)*. Senhor de Povos e Chelleiros, e de toda a casa e commendas de seu pae. N. em Lisboa, onde tambem fal. a 12 de dezembro de 1669. Era filho do 1.º conde de Castro Daire, e 5.º conde da Castanheira, D. Antonio de Athaide, e de sua mulher, D. Anna de Lima. Achava-se em Castella quando se deu em Portugal a revolução de 1640 e a acclamação de D. João IV. Foi mordomo-mór da rainha D. Izabel de Bourbon, mulher de Filippe IV de Hespanha. Este monarcha o fez marquez de Collares de juro, no tempo em que já não podia conceder esta mercê em Portugal, e a promessa de duque de Benavente, quando Hespanha recuperasse este reino, contra o qual o conde de Castro Daire nunca pegou em armas. Foi aio do principe castelhano D. Balthazar, e voltou a Portugal depois de concluida a paz em 1668, fallecendo pouco depois. Casou com D. Helena de Castro, filha de D. João de Castro, senhor de Reriz, Sul, Bemviver, Penella e Rezende, e de sua mulher D. Julianna de Sousa e Tavora. Escreveu: *Informacion sobre haver de preceder en el consejo de Portugal supplicando de la nueva forma de precedencias, e respondiendo a los errados informes que se dieron a Su Magestad*, publicou-se em Madrid. Fez outro memorial em assumpto de precedencias. Deixou em manuscripto: *Obras genealogicas e Nobiliario de D. Antonio de Lima, addicionado.*

Castro Daire *(Luiz Malheiro Peixoto de Lemos e Vasconcellos, 1.º barão de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão a seus maiores, alvará de 15 de abril de 1823, senhor do morgado de Velludo, do Collegio da Beata, e da Contada de Sanguinhedo; commendador da ordem de S. Bento de Aviz; official da antiga ordem da Torre e Espada; commendador da de Izabel a Catholica de Hespanha; condecorado com a medalha das campanhas da Liberdade, algarismo 2; com as medalhas militares de ouro por bons serviços, e de prata por valor militar e comportamento exemplar; deputado em duas legislaturas; general de brigada reformado. N. a 31 de maio

de 1811, fal. a 12 de novembro de 1878. Era filho de Luiz de Lemos Malheiro Mello e Vasconcellos, fidalgo cavalleiro da Casa Real por successão a seus maiores, senhor dos morgados já citados, major de infantaria, e de sua mulher, D. Anna Leocadia de Faria Peixoto, filha de Silverio Antonio de Faria Peixoto. O barão de Castro Daire casou em 1830 com D. Rosalina Perpetua d'Oliveira Gonzaga, filha de Manuel Joaquim d'Oliveira e de sua mulher, D. Maria Perpetua Gonzaga. O titulo foi concedido por decreto de 23 de maio de 1840. O brazão d'armas consta d'um escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Mellos, em campo vermelho seis bezantes de prata entre uma cruz dobre e bordadura de ouro; no segundo as armas dos Lemos, em campo vermelho cinco quadernas de crescentes de ouro em santor; no terceiro quartel as armas dos Vasconcellos, em campo negro tres faxas veiradas de prata e vermelho, sendo a prata de cima e o vermelho de baixo; e no quarto, as armas dos Malheiros, em campo vermelho uma ponte de tres arcos, que toma a largura do escudo, divisando-se a agua por baixo dos arcos da ponte, e em cima e no meio d'esta uma palmeira verde entre duas torres de prata; timbre, o dos Mellos, uma aguia estendida, armada e besantada de prata.

Castro Daire. Villa da prov. da Beira Alta, séde de conc. e de com., distr. de Vizeu, rel. do Porto, bisp. de Lamego. Tem uma só freg., cujo orago é S. Pedro. A villa dista 35 k. da capital do distr. e está situada sobre um monte pyramidal, correndo-lhe ao pé o rio Paiva, junto d'um castello ou castro como lhe chamavam os romanos, em sitio muito aprazivel de ares, e dizem que d'aqui lhe veiu o nome. Foi pov. importante no tempo dos romanos, e começou a sua decadencia no dominio dos arabes, sendo uma pov. insignificante quando se fundou a monarchia portugueza. Desde o meado do seculo XIX tem progredido no commercio e na industria, assim como em civilisação e costumes. Hoje tem bons edificios publicos e particulares, Misericordia e hospital com bom rendimento; esc. de instrucção primaria, das que instituiu o conde de Ferreira, um bom tribunal, edificio da camara municipal, etc. D. Manuel deu-lhe foral em Lisboa, a 14 de março de 1514. Entre os edificios particulares sobresae o do antigo barão de Castro Daire, com um bello palacio, quinta, jardim e matta. Esta propriedade pertence actualmente aos srs. Pintos Bastos. A egreja parochial é um magestoso templo, que se concluiu em 1864, tem sete altares. Foi do padroado real, passando depois para a Casa do Infantado. O abbade tinha de renda 1:300$000 réis. A terra é fertil em cereaes, fructas, azeite, mel, cera e bom vinho. Cria muito gado e tem muita caça. Em Castro Daire ha escolas para ambos os sexos, est. post. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. D.-R. A. B. A.-Vizeu e R. A. N.; advogados, hoteis, medicos, notario, pharmacias, agencias bancarias: *Portugal*, *Alliança*, *Commercial do Porto*, *J. M. Fernandes Guimarães*, *Crédit Franco-Portugais*, *Minho*, *Douro;* de seguros *Confiança Portuense*, *Tagus e Probidade;* sociedades de recreio: *Banda castrense* e *Club;* theatro *Castrense.* A 5 k. da villa, no logar do Carvalhal, freg. de Mamouros, ha um estabelecimento de aguas sulfurosas, que pertence á camara municipal. As nascentes ficam no centro d'uma planicie, cultivada e arborisada, envolvida ao longe por altas montanhas; a agua brota de rochas formadas de quartzo, feldspatho e mica. São seis nascentes espalhadas por uma pequena encosta, ao fundo da qual corre um regato em direcção norte-sul. Durante muitos annos existiu um antigo pardieiro, que abrigava uma especie de tina formada pelo deslocamento d'uma rocha junto da nascente mais quente. Junto d'outra nascente tambem houve uma tina de granito resguardada por uma guarita, mandada fazer pelo abbade d'uma das freguezias limitrophes; mas d'estas duas edificações nada resta. O actual estabelecimento hydrotherapico foi feito á custa da camara municipal de Castro Daire, ha cerca de 50 annos, e está aberto nos mezes de julho, setembro e outubro. São applicadas as aguas internamente em casos de dyspepsias e gastralgias. Em banhos dão bons resultados nas molestias de pelle e nas arthrites rheumatismaes sub-agudas e chronicas. Em Castro Daire ha feira nas segundas e ultimas segundas feiras de cada mez, e annual em 2 de fevereiro. São dignos de vêr-se o Poço dos Molgos, no rio Paiva, e a Queda d'agua da Pombeira. Pertence á 2.ª div. mil., 3.ª brig., grande circumscripção mil. do Centro, e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. O conc. comprehende 21 freguezias, n'uma superficie de 33:982 hect., com 4:737 fog. e 20:851 hab., sendo 9:643 do sexo masc. e 11:208 do fem. As freguezias são: Espirito Santo, de Almofalla, 499 hab.: 247 do sexo masc. e 252 do fem; S. Martinho, de Alva, 643 hab.: 307 do sexo masc. e 336 do fem; Santa Maria, de Cabril, 1:037 hab.: 506 do sexo masc. e 531 do fem.; S. Pedro, de Castro Daire, 3:642 hab.: 1:664 do sexo masc. e 1:978 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Ermidas, 632 hab.: 310 do sexo masc. e 322 do fem.; S. Pedro, de Esther, 644 hab.: 274 do sexo masc. e 370 do fem.; N. S.ª do Pranto, de Gafanhão, 372 hab.: 139 do sexo masc. e 233 do fem.; S. Pedro, de Gozende, 1:248 hab.: 586 do sexo masc. e 662 do fem; S. Miguel, de Mamouros, 533 hab.: 239 do sexo masc. e 294 do fem.; S. Miguel, de Mezio, 589 hab.: 285 do sexo masc. e 304 do fem.; S. Pedro, de Mões, 1:974 hab.: 884 do sexo masc. e 1:090 do fem.; Santa Maria, de Moledo, 1:926 hab.: 883 do sexo masc. e 1:043 do fem.; Espirito Santo, de Monteiras, 772 hab.: 370 do sexo masc. e 402 do fem; N. S.ª da Apresentação, de Moura Morta, 397 hab.: 182 do sexo masc. e 215 do fem.; S. João Baptista, de Parada de Esther, 1:342 hab.: 622 do sexo masc. e 720 do fem.; N. S.ª da Annunciação, de Pepim, 459 hab.: 204 do sexo masc. e 255 do fem.; S. Thiago, de Picão, 503 hab.: 261 do sexo masc. e 242 do fem.; S. João Baptista, de Pinheiro, 1:562 hab.: 727 do sexo masc. e 835 do fem.; S. Martinho, de Reriz, 1:120 hab.: 488 do sexo masc. e 632 do fem.; Santo André, de Ribolhos, 194 hab.: 87 do sexo masc. e 107 do fem.; S. João Baptista, de S. Joanninho, 763 hab.: 378 do sexo masc. e 385 do fem. O principal commercio do conc. é centeio, trigo, milho, batatas, vinho, azeite, gado vaccum e suino. Em Castro Daire publicou se em 1 de janeiro de 1889 o *Almanach de Castro Daire*, e os jornaes: *Castro Daire*

1892; *Paiva (O)*, 1890; *Voz do Paiva*, 21 de maio de 1899, em publicação.

Castro Freire *(Francisco de)*. V. *Freire (Francisco de Castro)*.

Castro Guedes *(Augusto Sebastião de Castro Guedes, visconde de)*. Vice-almirante reformado em 29 de dezembro de 1883, director da Escola Naval, etc. Fal. em Lisboa a 28 de abril de 1886. Cursou a Escola Polytechnica e a Universidade de Coimbra. Foi deputado, e durante muitos annos director da Escola Naval e commandante da companhia dos guardas-marinhas. A elle se deve a collocação na sala do risco do Arsenal da Marinha da estatua do infante D. Henrique, o grande navegador, e a memoria de Gil Eannes, o que lhe valeu uma portaria de louvor na ordem da armada de 15 de julho de 1871, não só por esse bom serviço, como pelo zelo e dedicação no desempenho do elevado cargo de director d'aquelle instituto. Era grã-cruz da ordem de Aviz, tinha a carta de conselho, e outras distincções de ordens nacionaes e extrangeiras. Exerceu diversas e importantes commissões altamente honrosas. Era casado com a sr.ª D. Maria José da Costa Vieira de Castro Guedes. Seu filho, o sr. tenente-coronel de cavallaria, Augusto Sebastião de Castro Guedes Vieira, nasceu em Lisboa, no dia 4 de maio de 1853; fez exame de habilitação á Escola Polytechnica em 26 de julho de 1870, e matriculou-se nas cadeiras de Mathematica, Physica e Desenho.

Castro Guedes *(Luiz Emygdio de)*. Foi empregado no ministerio da fazenda, na direcção geral dos Proprios Nacionaes. Estando em Beja em 1861, publicou em Evora: *Flôres do Pindo, poesias*. Escreveu mais: *Miscellanea recreativa*, 2 tomos; *Contos para as horas de ocio; Coordenação das leis reformando o ministerio da fazenda; Indice remissivo do regulamento de 25 de agosto de 1881; Contabilidade publica, repertorio alphabetico do regulamento de 31 de agosto de 1881, annotado com a legislação e ordens do governo de execução permanente posteriormente decretadas e publicadas*, Lisboa, 1889.

Castro Laboreiro. Villa e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello, e arceb. de Braga; 2:049 hab. e 610 fog. Tem est. post., permutando malas com Melgaço, feira a 15 e a ultimo do mez, esc. do sexo masc. Foi séde d'um conc. extincto em 24 de outubro de 1855. A pov. dista 20 k. da séde do conc. e está situada n'um alto, a 3 k. da fronteira da Galliza, nas abas da serra da Peneda. E' montuosa e de clima muito aspero. As casas são geralmente cobertas de colmo para resguardar os moradores da intensidade do frio, que na estação propria chega a fazer gelar o vinho. A terra é pouco fertil, abunda em gado vaccum e lanigero. A pov. já existia no tempo dos romanos, que lhe davam o nome de *Laporetum*, que por corrupção ficou sendo *Laboreiro*. D. Affonso Henriques a tomou aos moiros em 1136, e rodeou de muralhas o antigo castello. D. Affonso III elevou-a á categoria de villa, e deu-lhe foral em Lisboa, a 15 de janeiro de 1271; D. Manuel deu-lhe foral novo em Lisboa, a 20 de novembro de 1513. No principio do seculo XIV caiu um raio no paiol da polvora, que, incendiando-se, fez ir o castello pelos ares, e D. Diniz o mandou reedificar em 1290. Castro Laboreiro tinha o privilegio de se não recrutarem aqui soldados, concedido por alguns monarchas, que D. João V confirmou. E' da Casa de Bragança. Os muros são baixos, e tem duas portas, uma para o sul e outra para o norte. O castello fica ao sul da villa, a uma distancia de 400 m. pouco mais ou menos, sobre um pico elevadissimo, que se levanta sobre uma base de acanhada circumferencia, o que o torna extraordinamente aprumado. A tradição attribue este castello aos moiros, mas ha mais probabilidade que seja obra dos romanos. Hoje está tudo em ruinas. A egreja matriz foi primeiramente vigararia da matriz de Ponte do Lima, depois abbadia do bispo de Tuy, que D. João Fernandes Sotto Maior trocou com el-rei D. Diniz em 1308, e era commenda da ordem de Christo. O reitor era apresentado pela Casa de Bragança, e tinha de rendimento annual 650$000 réis. Castro Loboreiro pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Castro Marim *(D. Francisco de Mello da Cunha Mendonça e Menezes, 1.º conde de)*. Foi o 1.º marquez de Olhão. V. *este titulo*.

Castro Marim. Villa da prov. do Algarve, séde de conc., com. de Villa Real de Santo Antonio, distr. de Faro e bisp. do Algarve. Tem só a freguezia de S. Thiago. E' porto maritimo e uma das principaes praças de guerra. Está situada na margem direita do Guadiana, uma legoa distante da foz do rio, e quasi defronte de Ayamonte, cidade de Andaluzia, em volta do monte que supporta o castello, que foi mandado construir por D. Affonso III, ou por D Diniz, como outros pretendem, dentro do qual foi primitivamente a villa. O mesmo soberano a cercou de muralhas; mas estas obras de defeza fôram por vezes muito damnificadas pelos castelhanos, e D. João IV reconstruiu o castello, ampliando-o, dando-lhe nova fórma e guarnecendo-o com cinco torres ou baluartes, e cinco portas que communicam para a povoação e para os arrabaldes. Lá dentro, no meio de ruinas occasionadas pelo terremoto de 1755, pelo tempo e pelo vandalismo de alguns governadores, levanta-se ainda magestosamente uma cidadella flanqueada de quatro torres, onde houve um convento de cavalleiros do Templo, hoje transformado em quartel, substituidos depois pelos freires da ordem de Christo, ali instituida por D. Diniz, que alcançou do papa João XXII a bulla de 14 de março de 1319, ficando Castro Marim sendo séde da ordem até ser transferida para Thomar no reinado de D. Pedro I, em 1356. A povoação é antiquissima, mas não se sabe por quem foi fundada. O fronteiro-mór do Algarve, D. Paio Peres Correia, a tomou aos moiros em 1242; D. Affonso III a mandou povoar em 8 de julho de 1277, concedendo-lhe grandes privilegios. D. Diniz deu-lhe foral no dia 1 de maio de 1282, confirmando e augmentando os referidos privilegios. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 20 de agosto de 1504. Para augmentar a população permittiu D. João I por carta de 10 de abril de 1421, que se désse ali couto a 40 homiziados, que não fôssem criminosos de traição ou de aleivosia, o que D. João II confirmou em 22 de dezembro de 1485, não sendo outro sim moedeiros falsos, herejes, ou sodomitas, o que D. Manuel tambem confirmou em 18 de maio de 1497. D. Affonso V, em abril de 1453 es-

teve em Castro Marim fazendo um regimento sobre as pescarias. Em 7 de julho de 1580 os tres governadores do reino, nomeados pelo cardeal-rei D. Henrique, publicaram aqui a sentença que tinham assignado em Ayamonte, adjudicando a Corôa de Portugal a Filippe II de Hespanha. Dentro do castello existe ainda, quasi completamente demolida pelo terremoto de 1755, a egreja de S. Thiago, orago da freguezia, e que servia de matriz. Na falda do monte rebentou em tempos immemoriaes uma fonte, que a crença popular tornou milagrosa, e á qual se attribuem curas maravilhosas. Isto levou alguns fieis a mandarem erigir proximo da fonte uma ermida sob a invocação de N. S.ª dos Martyres. A fama espalhou-se, a concorrencia dos fieis augmentava, as esmolas iam avultando de anno para anno, e a ermida já era um recinto bastante estreito para conter os devotos. Por esta circumstancia, o bispo D. Francisco Gomes, que pastoreava a diocese do Algarve, n'uma occasião em que veiu de visita a Castro Marim, pediu aos gerentes da já então confraria de N. S.ª dos Martyres, para mandar construir um templo, não deixando de fazer a costumada festa nos dias 14 e 15 de agosto, recebendo os rendimentos da confraria até ser reembolsado das despezas que fizesse. Não annuiram os gerentes da confraria a essa proposta, e contrataram então com o architecto João Lopes do Rosario a actual egreja de N. S.ª dos Martyres, elegante na sua construcção, que é hoje a matriz, e á qual se teem abrigado differentes confrarias. A escriptura d'aquelle contrato estava archivada no escriptorio do tabellião José Antonio Quintino. A festa em honra de N. S.ª dos Martyres continua a fazer se nos dias 14 e 15 de agosto, em que ha feira e grande romaria, pois que a milagrosa imagem conserva sempre muitos devotos no paiz e fóra d'elle. Dentro do castello esteve aquartelado o batalhão de caçadores n.º 4, desde 1819 até 1834, que muito concorreu para a prosperidade da villa. Tinha uma companhia de veteranos, e capitão-mór com oito companhias de ordenanças. Ao sudoeste do castello, e no cume de outro monte, ergue-se o forte de S. Sebastião, que se ligavam por uma cinta de muralhas com duas portas, a de Santo Antonio e a da Villa, de que ainda restam vestigios. Este forte (tambem chamado do *Cabeço)* foi mandado construir por D. João IV, no local onde estava a egreja de S. Sebastião, e o mesmo soberano mandou construir outra egreja, em substituição, no extremo oeste da villa, a qual ainda existe. O concelho de Castro Marim comprehende tres freguezias com 1:899 fog. e 8:128 hab., sendo 4:070 do sexo masc. e 4:058 do fem. pelo censo de 1.º de dezembro de 1900. As freguezias são: Espirito Santo, de Azinhal, 1:670 hab.; 850 do sexo masc. e 820 do fem.: S. Thiago, de Castro Marim, 3:948 hab.; 1:956 do sexo masc. e 1:992 do fem.: N. S.ª da Visitação, de Odeleite, 2:510

Vista do Castello e Egreja de N. S.ª dos Martyres

Forte de S. Sebastião

hab; 1:264 do sexo masc. e 1:246 do fem. Fôram alcaides-móres os condes de Soure, sendo o seu palacio dentro do castello. A villa tinha voto em côrtes com assento no banco 13.º. A Meza da Consciencia e Ordens apresentava o prior, que recebia diversos generos, e 8$000 réis em dinheiro. O seu brazão d'armas é um escudo com uma povoação cercada de muralhas, e por cima as armas reaes portuguezas. Durante a guerra civil, os realistas apoderaram-se de Castro Marim em 1826, abandonando-a aos constitucionaes em 24 de fevereiro de 1834. Por decreto de 11 de agosto de 1895 foi supprimido este concelho, e annexadas as freguezias ao de Villa Real de Santo Antonio, mas o decreto de 13 de janeiro de 1898 o restaurou. A villa pertence á 4.ª div. mil, 8.ª brigada, grande circumscripção mil. sul, e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro. Tem Misericordia e hospital, escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas permutando malas com a R. A. L.—Faro; agencia de seguros *Probidade*, hospedaria, pharmacia, sociedade de recreio *Philarmonica Euterpe* e theatro *União*. Castro Marim é uma das mais bonitas villas do Algarve. O concelho produz todos os cereaes e legumes do continente, batatas, azeite, uva, etc. As industrias mais importantes são a agricultura, a pesca, fabricação de vinho e de sal, que produz em grande quantidade, telha e tijolo. Tambem ha fornos de cal. Constituem uma grande parte do seu commercio, além do sal, os figos, as amendoas e peixe salgado, que exporta para todo o reino, assim como exporta bellas rendas de linha, de pita e de palma, em cujas obras se empregam muitas mulheres. O clima é ameno e saudavel, o panorama que se desfructa das suas eminencias é surprehendente: ao norte e poente, os montes na sua irregularidade a sobrepôrem-se até orlarem o horisonte; ao sul, o oceano arrendando com sua espuma prateada a areia da praia e a vista a alongar-se lá ao longe até confundil-o com o firmamento; ao nascente, o Guadiana cortado constantemente por barcos de todas as lotações, sereno quasi sempre a banhar ali a cidade andaluza Ayamonte e Villa Real de Santo Antonio. Castro Marim foi condado, creado por D. João VI sendo ainda principe regente, por decreto de 14 de novembro de 1802, com que agraciou o monteiro-mór do reino D. Francisco de Mello da Cunha Mendonça e Menezes, que o mesmo principe regente elevou a marquez de Olhão, por decreto de 21 de dezembro de 1808.

Castro Mau. Pov. na freg. de S. Pedro, de Merelim, conc. e distr. de Braga.

Castro Minas *(Joaquim de Sousa Pereira Pimenta de Castro Cyrne de Morim, conde de).* Fallecido em outubro de 1899 em Paredes de Coura, provincia do Minho, sendo ainda muito novo. Era o representante por varonia da familia dos senhores do solar de Pias, de Entre Douro e Minho, solar antiquissimo de que já o conde D. Pedro fala no seu *Nobiliario*, dizendo ser muito nobre e antiquissimo. A casa de Pias era muito privilegiada, e possuia grande numero de isenções. O conde de Castro Minas era tambem representante da illustre familia dos Soares Tangis, descendente do conde D. Sueiro Mendes da Maia, e senhores do antigo solar e Torre de Tangis; e da familia dos Pimentas de Povoa (Barca), em que se encontram homens de letras distinctos, como Diogo Bernardes Pimenta, Fr. Agostinho da Cruz, etc. Por sua avó paterna, D. Joanna Clofa de Sousa Morim, era descendente d'um dos grandes capitães generaes do Brazil, marquezes das Minas, condes do Prado, senhores de Beringel, etc. Frequentou com distincção a faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, e terminando o curso partiu para o estrangeiro a visitar as principaes côrtes, demorando-se na Suissa, e principalmente na Austria, onde viveu alguns annos, entregando-se aos seus estudos, completando assim a sua educação. Regressando depois á patria, foi para o Minho, onde falleceu.

Castro do Pego. Castello em Areosa, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Castro Queimado *(Batalha do).* Nome que D. João II dava á batalha de Toro.

Castro do Rio Pov. na freg. de S. Pedro, de Ferreiros de Tendaes, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Castro Roupal. Freguezia de N. S.ª d'Assumpção, hoje annexa á de S. Vicente, de Vinhas, conc. de Macedo de Cavalleiros, distr. de Bragança. Fôram seus donatarios os marquezes de Tavora até 1759, ficando desde então pertencendo á Corôa. Cria-se aqui muito gado de toda a qualidade. Era da jurisdicção da Casa de Bragança. A terra é muito fertil, sobretudo em fructa.

Castro Silva *(Antonio José de Castro Silva, 1.º visconde de).* Commendador das ordens de Christo, de N. S.ª da Conceição, e da antiga ordem da Torre e Espada; deputado na legislatura de 1854-1856; capitão do extincto 1.º batalhão nacional de caçadores do Porto, proprietario e negociante de grosso trato da praça commercial da referida cidade, onde nasceu a 17 de janeiro de 1825. Fal. ha poucos annos. Era filho de Antonio José de Castro Silva, 1.º visconde de Santo Antonio do Valle da Piedade, e de sua mulher D. Rita Angelica de Cassia Pereira. Casou em 6 de janeiro de 1844 com D. Carolina Candida Leite Ferraz de Albergaria, filha de Thomaz Antonio Leite Soares de Albergaria, fidalgo da Casa Real, tenente-coronel do extincto regimento de milicias de Oliveira de Azemeis; coronel do tambem extincto batalhão nacional das Quatro Villas; cavalleiro da ordem de Christo, etc., casado com D. Maria José Candida Ferraz de Albergaria. O titulo foi-lhe concedido em sua vida, por decreto de 13 de maio de 1851. O brazão d'armas é um escudo esquartelado; no primeiro quartel, em campo vermelho, seis arruelas de prata significando Castros; e no segundo as armas dos Silvas, em campo de prata um leão de purpura armado de azul.

Castro e Solla *(Amadeu Telles da Silva de Affonseca Mesquita de Castro Pereira e Solla, conde de).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, em cujo curso foi um dos primeiros classificados, secretario director-geral da secretaria do Supremo Tribunal de Justiça, titulo de conselheiro inherente ao cargo por decreto de 9 de julho de 1904; deputado desde de 1902, sendo actualmente eleito pelo circulo de Braga, etc. Tem publicado alguns trabalhos historicos nas revistas scientificas mais conceituadas do paiz, onde revela a sua vasta erudição;

como parlamentar teve uma estreia brilhante.

Castro e Sousa *(Antonio Damaso de)*. Cavalleiro das ordens de Christo, de N. S.ª da Conceição, e da Torre e Espada, por mercê de el-rei D. João V, abbade titular de Santa Eulalia de Rio de Moinhos, no arcebispado de Braga, socio effectivo da Sociedade Archeologica Lusitana, da Academia das Bellas Artes, do Real Conservatorio de Lisboa, adjunto do provedor da Santa Casa da Misericordia. N. em Lisboa a 11 de dezembro de 1804, e fal. na mesma cidade ha mais de 30 annos. Era filho de Antonio Caetano de Castro, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher D. Ursula Thereza Rosa de Sousa. Dedicou-se de preferencia ao estado da archeologia, e n'esta especialidade publicou curiosissimos trabalhos. A sua erudição era tão apreciada de nacionaes e estrangeiros, que o conde de Raczynski aproveitou, para as duas obras que escreveu sobre Portugal, muitas indicações que o abbade de Castro lhe havia fornecido. Collaborou n'alguns importantes jornaes litterarios, taes como *Panorama*, *Revista Universal*, *Archivo popular*, *Pantologo*, etc. Escreveu: *Descripção do Real Mosteiro de Belem, com a noticia da sua fundação*, Lisboa, 1837; 2.ª edição em 1840, mais correcta e augmentada, trazendo o retrato d'el-rei D. Manuel; *Descripção do Palacio Real na villa de Cintra, que ali tem os Senhores Reis de Portugal*, Lisboa, 1838; *Carta dirigida a Sallustio, amador de antiguidades*, Lisboa, 1839; contém noticias ácerca da *Biblia* que pertenceu ao mosteiro de Belem; do *Missal*, que era do convento de Jesus, hoje existente na Academia Real das Sciencias; do quadro que se diz ser de Raphael, e existe na Academia das Bellas Artes; e da capella de S. João Baptista da egreja de S. Roque; *Memoria historica sobre a origem e fundação do Real Mosteiro de N. S.ª da Pena da Serra de Cintra*, Lisboa, 1841; *Memoria sobre o magestoso quadro que está na sacristia do Real Mosteiro de S. Lourenço do Escurial*, Lisboa, 1843; *Investigação ao Castello situado na serra de Cintra*, Lisboa, 1843; *Resumo historico da vida, acções e morte do Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, Regente do Reino de Portugal*, etc., Lisboa, 1843; *Vida de Francisco de Hollanda, illuminador e architecto, que floresceu no decimo sexto seculo*, Lisboa, 1844; *Noticia ácerca dos antigos coches da Casa Real*, Lisboa, 1845; reimpresso em 1858; *Itinerario que os Estrangeiros que vem a Portugal devem seguir na observação e exame dos edificios e monumentos mais notaveis d'este reino*, Lisboa, 1845; *Memoria historica sobre a fundação do hospicio da invocação de N. S.ª da Divina Providencia, actualmente Conservatorio Real de Lisboa*, Lisboa, 1846; *Facsimiles das assignaturas dos Senhores Reis, Rainha e Infantes que teem governado este reino até hoje; copiados de varios documentos originaes existentes no Archivo Real da Torre do Tombo*, Lisboa, 1848; *Additamento aos ditos*, Lisboa, 1851; *Origem da Guarda Real dos Alabardeiros, hoje Archeiros do Paço*, Lisboa, 1849; *Origem da procissão de Nossa Senhora com a invocação da Saude, que é costume celebrar-se todos os annos n'esta cidade*, Lisboa, 1857; *Catalogo dos objectos particulares collocados na Exposição philantropica*, Lisboa, 1851; sem o nome; *Memoria historica sobre a fundação e instituição do real Collegio de N. S.ª da Conceição do patriarchado de Lisboa, na villa de Santarem, desde o anno de 1780*, Lisboa, 1858; foi extrahido em parte de alguns apontamentos feitos em 1805 por Pedro José de Figueiredo, secretario que foi do mesmo collegio; *Catalogo dos objectos particulares collocados na Exposição philantropica de 1858;* Lisboa, 1858; *Os dois requerimentos*, Lisboa, 1858, opusculo em que pedia a collocação da estatua do infante D. Henrique na sala do risco do Arsenal da Marinha, e a trasladação dos ossos de Vasco da Gama para a egreja de Belem; *Noticia de alguns livros illuminados, que se guardam no Archivo Real, dos illuminadores portuguezes até ao seculo* XVIII, *e do estabelecimento em Portugal da Torre do Tombo*, Lisboa, 1863; *Breve resenha artistica*, Lisboa, 1863; *Elogio historico do architecto portuguez José da Costa e Silva*, saiu no 1.º n.º do *Archivo de Architectura*, jornal da Associação dos Architectos Portuguezes, perante a qual foi recitado pelo autor, Lisboa, 1865.

Castro Verde. Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc., com. de Almodovar, distr. e bisp. de Beja. Tem uma só freg., N. S.ª da Conceição. Dista 48 k. da capital do districto, e está situada em campina entre as ribeiras formadas pelo rio Terges. Até 1759 era da com. de Ourique, mas sujeita ás justiças de Azeitão, por ser terra dos duques de Aveiro, continuando depois ainda na referida com. até 1855. A freguezia foi commenda da ordem de S. Thiago; tinha tres beneficiados curados e um thesoureiro. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o prior, que tinha diversos generos e 20$000 réis em dinheiro. Os beneficiados e o thesoureiro tambem recebiam alguns generos, tendo os primeiros 10$000 réis cada um, e o segundo 4$000 réis, tudo pago pela commenda da villa. D. Manuel deu-lhe foral em Santarem, a 20 de setembro de 1510. Castro Verde tem a importancia historica de lhe pertencer o logar chamado S. Pedro das Cabeças, onde segundo dizem, se deu a celebre batalha d'Ourique, em que D. Affonso Henriques foi aclamado primeiro rei de Portugal. A egreja matriz é um monumento grandioso, coberto por uma tão vasta como arrojada abobada, e revestida interiormente por bem conservados e antiquissimos azulejos representando em quadros os factos mais notaveis da batalha d'Ourique. Tambem tem importancia historica a egreja das Chagas do Salvador, que é vulgarmente conhecida pela egreja de N. S.ª dos Remedios. Foi edificada por D. Affonso Henriques, em commemoração da referida batalha, e reedificada seculos depois por Filippe II de Hespanha, que muito a ampliou. Era toda de abobada, tinha quadros a oleo de valor, allusivos á batalha de Ourique, e um rico pulpito de talha doirada. No dia 16 de abril de 1867 abateu a abobada da egreja, arruinando-a completamente; parece, porém, que existem dez dos quadros a que nos referimos. Ficam proximas d'esta villa as aguas mineraes de S. João do Deserto, em Aljustrel (V. *este nome*). No conc. de Castro Verde ha minas de manganez e de chumbo. Só no mez de abril de 1867 fôram registadas, assim como no conc. de Ourique, 30 minas, e em dezembro de 1872, mais duas de sulphato de baryta e tres de manganez. Entre aquellas ha algumas de cobre. Castro Verde é a séde da 3.ª secção da fiscalisação da Companhia dos Tabacos de Por-

tugal, e aqui se effeitua a mais importante feira do distr. de Beja, que dura tres dias, no 3.º domingo de outubro. Pertence á 4.ª div. mil. 8.ª brigada, grande circumscripção mil. Sul, e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro. A villa tem Misericordia e hospital, escolas para ambos os sexos, est. teleg. post. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio, cobrança de recibos, letras eobrigações, e serviço de, encommendas permutando malas com a R. A. S. notario, hoteis, advogado, pharmacia, agencia do *Banco Economia Portugueza*, e das companhias de seguros *Equidade* e *Tagus*; fabricas de mantas, estamenhas e alforges, de moagens a vapor e de tijolo; sociedades de recreio: *Primeiro de Julho* e *Philarmonica Castrense*. Além da feira do 3.º domingo de outubro, ha tambem a de S. Miguel, no 1.º domingo de maio, que dura dois dias; a de S. Sebastião a 20 de janeiro, e o mercado do Natal a 20 de dezembro. O conc. compõe se de 5 freguezias com 1:938 fog. e 7:131 hab., sendo 3:441 do sexo masc. e 3:690 do fem., n'uma superficie de 74:989 hect. As freguezias são: N. S.ª da Conceição, de Castro Verde, 3:520 hab.: 1:760 do sexo masc. e 1:760 do fem.; S. João Baptista, de Cazevel, 716 hab.: 362 do sexo masc. e 354 do fem.; S. Thiago, de Entradas, 825 hab.: 417 do sexo masc. e 408 do fem.; Santa Barbara, dos Padrões, 1:143 hab.; 452 do sexo masc. e 691 do fem.; S. Marcos da Atabocira, 927 hab.: 450 do sexo masc. e 477 do fem. O principal commercio do concelho é gados, lãs, alguns cereaes e colmeias.

Castro Vicente. Villa extincta e freg. de S. Vicente, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança; 836 hab. e 220 fog. Tem Misericordia, escolas para ambos os sexos, est. post. permutando malas com Macedo de Cavalleiros e Mogadouro. A pov. dista 14 k. da séde do conc. e 45 k. da séde do districto. Está situada n'uma eminencia, a pequena distancia do rio Sabor. Fôram seus donatarios os marquezes de Tavora, passando em 1759 para a Corôa. O abbade era apresentado pelo real padroado, e tinha de renda 600$000 réis, dos quaes pagava 200$000 réis á capella real. A pov. é muito antiga, mas não se sabe quem fôssem os fundadores, parece porém, que fôssem os romanos. A primitiva villa era onde se chama hoje *Villa Velha*, 300 metros mais ao sul, para o lado do Sabor, e segundo dizem, ainda ali existem vestigios de antigas fortificações e outros edificios. A antiga parochia era a capella de Santo Christo da Fraga, situada na Villa Velha. D. Diniz deu-lhe foral novo, em Evora, a 3 de dezembro de 1305, e D. Manuel deu-lhe foral novo, em Santarem, no 1.º de julho de 1510. A freguezia compõe-se de 4 povoações: séde com 150 fogos, Purraes com 44; Villar Secco com 30 e Ponte com 4, total 228. Este ultimo logar, á entrada occidental da ponte do rio Sabor, por onde passa a estrada que conduz a Mogadouro, teve principio em 1878 por occasião da reconstrucção da mesma ponte, pois que antes não havia ali habitação alguma. Foi séde de concelho até 1836, que passou para a comarca de Chacim, e pela extincção d'esta, em 1855, para Mogadouro. O conc. constava de 9 freguezias: Agrobom, Gebelim, Lombo, Parada, Peredo, Saldonha, Socima, Valle Pereiro e Villar Chão. No archivo da junta de parochia existe ainda o Tombo dos bens do concelho. Tinha camara, juiz pela Ordenação, juiz de fóra e orphãos, que superintendia tambem no concelho de Alfandega da Fé, e os quaes eram apresentados pelos donatarios, a quem pagava cada fogo 36 réis. Não entrava na villa o corregedor, em correição, por privilegio antigo dos senhores. A casa da camara e cadeia, proximo á qual fica um pelourinho de cantaria, em bom estado, com as armas reaes, foi reedificada pela junta de parochia, em 1876, e accomodada para aulas dos dois sexos e habitação do professor. A Misericordia acha-se abandonada; o orago é S. Vicente, martyr. A egreja matriz, de architectura antiga e tosca, tem 3 naves e o tecto, sustentado por uns arcos de schisto, ameaçavam ruina, sendo substituidos por outros de cantaria, em 1878, concorrendo o sr. Visconde de Valle Pereiro, J. M. Cordeiro Manso, que tem casal na freguezia, com 200$000 réis e sendo custeadas as outras despezas pela parochia e pelo reverendo parocho João M. de Aragão, a cuja iniciativa se deve esta obra e a sua conclusão. A planta, orçamento e direcção fôram gratuitamente feitos pelo sr. engenheiro civil F. Antonio Lopes, abastado proprietario da freguezia. A tribuna da capella-mór é obra de talha de muito valor, e o tecto d'esta é coberto de quadros a oleo, representando os apostolos e outros varões illustres. Estes quadros pertenciam á primitiva egreja. O termo de Castro Vicente é abundante de boas aguas; fertil em azeite, cereaes, amendoa, e é proprio para gado lanigero. Antes do phylloxera, produzia nas encostas do Sabor, que rega o termo, excellentes vinhos; agora quasi não colhe para consumo. Abunda em pedra calcarea, que se não aproveita por falta de combustivel. Castro Vicente pertence á 6.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n. 10 com a séde em Mirandella.

Castrodocio. Pov. na freg. de S. Pedro, de Ferreiros dos Tendaes, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Castromil. Pov. na freg. de S. Pedro, de Sobreira, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Castrovães. Pov. na freg. do Salvador, de Trofa, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Casula. Vestimenta que o sacerdote colloca por cima da alva e da estola, para celebrar a missa. A casula era primitivamente um manto usado pelos leigos e clerigos; era redonda com uma abertura ao centro, por onde aquelle que a revestia passava a cabeça; levantava-se em pregas sobre os braços. No seculo VI tornou se o ornamento sagrado que os padres do Occidente revestiam para a celebração da missa. Actualmente está reduzida a dois pannos, caindo um sobre o peito, e o outro sobre as costas, tendo o de traz a imagem d'uma cruz. As casulas devem ser de seda ou de panno de ouro, e a seda só póde ser d'uma das cinco côres lithurgicas: preto, branco, vermelho violeta e verde.

Casullo. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cassungo. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. ‖ Pov. ao N do distr. de Tete, entre a serra Muchingue e o lago Nyassa, na prov. de Moçambique.

Casar. Pov. da prov. de Bally, 4.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa.

Cata Peixe. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Esther, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Magrellos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || N. S.ª d'Assumpção, de Sobrado, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Cata Redor ou **Catarredor.** Pov. na freg. de S. Silvestre e conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

Cata Sol. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Barreiros, e S. Faustino, de Guinfães, do conc. da Maia, distr. do Porto. || Santa Maria, de Leça do Balio, conc. de Bouças, distr. do Porto.

Cataba Ialla Pov do conc. de Duque de Bragança, distr. de Lunda, prov. de Angola.

Catacalla. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Catacanha. Pov. do conc. de Ambaca, no distr. de Loanda, prov. de Angola, na margem esquerda do rio Guezo a pequena distancia da costa. Tambem se chama *Cutacanha.*

Cataembe. Pov. do conc. de Duque de Bragança, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Catalão. Pov. na freg de S. João Baptista, de Barão de S. João, annexa á de Bensafrim, conc de Lagos, distr. de Faro. || Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Sagres, conc. de Villa do Bispo, do mesmo districto.

Catalla. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola || Pov. do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola.

Catalla-Caginga. Pov. na margem esquerda do Cuango, limite E do distr. e prov. de Angola, a 230 k E do presidio do Duque de Bragança, do conc. do mesmo nome.

Catalla-Casalle. Pov. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, na margem esquerda do Cuanza a O do lago Cunga.

Catalla Catalla. Pov. do conc de Muxima, distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, na parte S do conc. a 74 k. tambem ao S de Muxima, e na margem direita do rio Longa ou Longo. E' governada por um soba tributario de Portugal.

Catamba. Nome de duas povoações do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Nome de duas povoações do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Catambo. Pov. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Catanda. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do conc. de Massangano, do mesmo distr. e prov. || Pov. do conc. de Cambambe, do mesmo distr. e provincia.

Catando. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Catanga. Pov. do conc. de Cazengo, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. de Angola. || Pov. do conc. de Pungo-Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Territorio situado entre o rio Cuanza e as terras de Tamba, no Alto Libollo. ao S do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola.

Catangue. Pov. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Catania. Cidade antiquissima da Lusitania, tomada e arrasada pelos bracarenses, que d'ella só deixaram ficar a memoria. Não se sabe quando, nem por quem fôra fundada, e egualmente se ignora a data da sua destruição. No monte de S. Miguel e nos outeiros de Castilhão e de Brandião, entre Povoa de Lanhoso e Pedralva, ha vestigios das fortificações feitas pelos bracarenses para sitiarem Catania, que ficava a 1 k. de distancia.

Catão. Pov. do territorio de Bolor, no conc. de Cacheu, distr. da Guiné, prov. e bisp. de Cabo Verde, nas terras dos gentios felupes.

Catapata. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Catape. Pov. de conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. de Angola. || Rio do conc. de Caconda no distr. de Benguella. E' um dos muitos affluentes do Cunene.

Catara. Pequena ábra, com 412 m. de ponta a ponta, ao S do Cabo de Santa Maria, no distr. de Benguella, prov. de Angola. E' accessivel a todas as embarcações.

Catari. Pov. do conc. de Cazengo, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do conc. de Ambaca, do mesmo distr. e provincia.

Catarroeira *(Casal da).* Na freg. de S. Matheus, de Erra, conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Catarruchos. Pov. na freg. de N S.ª do Pranto, de Arazede, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Catate. Nome de 3 povoações do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov de Angola.

Catatem. Pov. na freg. de Santo André, de Tellões, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Catato. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cateco e **Cateco de Baixo.** Duas povoações do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Catefica. Pov. na freg. de Santa Maria do Castello e conc. de Torres Vedras, districto de Lisboa.

Catela *(Luiz Gonçalves).* Poeta, natural de Vimieiro, que viveu na segunda metade do seculo XVI e principio do XVII. Era filho de Luiz Gonçalves e de Brazia Esteves Catela. Frequentou a Universidade de Coimbra, foi collegial e secretario do collegio da Purificação em Evora, onde recebeu o grau de mestre d'artes e o de bacharel em Theologia. Foi prior da egreja de S. Gens de Montemór-o-Novo, d'onde passou para á egreja matriz de Arraiollos, e do hospital real de Evora. Era muito inclinado á poesia vulgar, e compoz muitos versos em portuguez e castelhano, mas publicou sómente: *Cancion à la gran victoria que tuvieron nuestras armas de el exercito de España sitiando nuestra plaza de Campo Maior en octobre del año de 1712*, Evora 1713.

Catellaria. Pov. na freg. de S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Catelle. Pov. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Catellinha. Pov. na freg. de Santa Maria, de Moreira, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Catem. Pov. na freg. de Santa Quiteria, de Méca, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Catemba. Pov. do conc. de Golungo Alto distr. de Loanda, prov. de Angola.

Catembe. Terras de cafres ao S do distr. de Lourenço Marques, prov. de Moçambique, Africa, Oriental, muito cultivadas. Produzem arroz, milho miudo e grosso, mendobi, feijão, hortaliças e

aboboras. || Rio do distr. de Lourenço Marques, prov. de Moçambique. Desagua no rio do Espirito Santo ou de Alagoa, ao S e na altura da ilha do Refugio. E' navegavel até á distancia de 75 k., mas os navios que demandam 5 m. d'agua, pódem subil-o apenas até á distancia de 31 k. da foz. Os inglezes chamam-lhe *Temby River*.

Catemo. Nome de duas povoações do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola

Catemua. Pov. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Catenda. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Nome de duas povoações do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do conc. de Malange, distr. de Luuda, prov. de Angola.

Catende. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pequena enseada a E do cabo Dande, no conc. da Barra do Dande, prov. de Angola. Só póde servir para lanchas.

Catendo. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Catenga Talla Andongo. Pov. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Catengo. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Catenha. Pov. do conc. de Golungo Alto no distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, no territorio de Illamba e na margem direita do rio Bengo, a 190 k. ao E de Loanda

Cateoza. Pov. na freg. de S. Pedro, de Rates, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto.

Catequero. Pov. do conc. de Humbe, distr. de Mossamedes, prov. de Angola.

Catete. Povoações no distr. de Loanda e prov. de Angola, conc. de Icolo e Bengo. || Conc. de Cambambe. || Nome de 5 povoações do conc. de Ambaca. Nome de duas povoações do conc. de Golungo Alto. || Conc. de Columbo. || Concelho de Pungo Andongo. || Pov. e freg. de Santo Antonio no conc. de Icolo e Bengo, com. de Loanda.

Catete de Baixo e **de Cima.** Duas povoações do conc. de Ambaca, distr. de Angola.

Catharina (*D.*). Infanta de Portugal, filha de el-rei D. Duarte e de sua mulher, a rainha D. Leonor, e irmã de D. Affonso V. N. em Lisboa a 26 de novembro de 1436, fal. a 17 de junho de 1463. Teve como aia a D. Violante Nogueira, irmã do arcebispo de Lisboa D. Affonso Nogueira, que depois foi commendadeira do real convento de Santos, e por mestre e confessor o cardeal d'Alpedrinha, D. Jorge da Costa. Tendo 15 annos, acompanhou, montada a cavallo, cujas redeas levava seu tio o infante D. Henrique, a sua irmã a imperatriz D. Leopoldina, quando em 20 de outubro de 1451 foi á sé de Lisboa com toda a côrte, d'onde partiu a embarcar-se n'uma soberba armada, que a conduziu a Leorne, e nas portas da cidade de Siena foi congratulada por seu esposo, o imperador Frederico II. Esteve para casar com seu primo, o principe de Navarra D. Carlos, filho de D. João II, rei de Aragão e de Navarra, e de sua mulher, a rainha D. Branca, filha de Carlos III, rei de Navarra, casamento que se não realisou por ter fallecido o principe. A infanta ficou tão apaixonada por este facto que se recolheu ao convento de Santa Clara, entregando-se só a praticas religiosas. Ainda se tratou de um segundo casamento com Duarte IV, rei de Inglaterra, mas ao tempo em que se tratavam as negociações, adoeceu gravemente a infanta, e falleceu. D. Catharina era senhora muito erudita em sciencias, tendo perfeito conhecimento das linguas latina e grega. Compoz diversas obras, de que se publicou apenas a seguinte: *Ho liuro que se escreue da regra e perfeyçam da conuersaçam dos monges: ho qual liuro foi copilado per ho reuerendo senhor Lourenço Justiniano primeyro patriarcha de Veneza, que foy dos primeyros fundadores da cõgregaçam de Sam Jorge em alga;* no fim do volume diz que esta obra foi impressa no mosteiro de Santa Cruz, de Coimbra em 1531. O titulo acha-se no alto da segunda folha do volume, e é em letras minusculas. A folha primeira contém dentro de uma portada gravada em madeira uma como advertencia preliminar, na qual entre muitas outras coisas, se diz: que esta edição, feita sessenta e oito annos depois da morte da traductora, fôra devida á diligencia do prior de Santa Cruz, de Coimbra, D. Dionysio de Moraes. Este livro foi impresso pela segunda vez em 1791, com o titulo: *Da perfeição da vida monastica, e da vida solitaria: dois tratados de S. Lourenço Justiniano, traduzidos do latim em portuguez pela serenissima senhora Infanta D. Catharina, filha do senhor Rei D. Duarte*, etc. Esta edição fez-se por diligencia do padre Thomaz José d'Aquino

Catharina (*D.*). Princeza hespanhola, filha de Filippe I de Castella, archiduque d'Austria, e da rainha D. Joanna, filha segunda e principal herdeira de Fernando, o Catholico, rei de Aragão, e de Izabel, rainha de Castella. D. Catharina era irmã do imperador Carlos V, e rainha de Portugal pelo seu casamento com el-rei D. João III. N. em Torquemada a 24 de janeiro de 1507, fal. no palacio de Enxobregas a 12 de fevereiro de 1578. Os seus desposorios realisaram-se com toda a solemnidade em Lisboa a 18 de agosto de 1524. Era dotada d'um animo varonil e energico, d'uma intelligencia pouco vulgar, e exerceu decidida influencia nos negocios do Estado, porque D. João III não recusou admittil-a em todos os conselhos de estado, sendo a unica, entre as antigas rainhas, que veiu a merecer tão grande honra. D. João falleceu em 1557, deixando por successor o seu neto D. Sebastião, creança ainda, filho do principe D. João, primeiro dos nove filhos de D. João III, todos fallecidos ainda em vida de seu pae. A rainha D. Catharina assumiu a regencia do reino durante a menoridade do neto, chamando para seu lado como conselheiro, seu cunhado, o cardeal D. Henrique, que tambem pretendia a regencia. Era muito cuidadosa na instrucção de D. Sebastião, procurando mestres de abalisado merecimento, capazes de formarem um principe digno do throno e das virtudes dos seus maiores; no entretanto, entre tantos debates não prevaleceu o voto e escolha da rainha, que se viu obrigada a condescender com a vontade do cardeal, affeiçoado a certa corporação religiosa. Lidando com acerto nas coisas do reino, estendeu os seus cuidados á conservação das conquistas do imperio oriental, onde os portuguezes haviam praticado tantos actos heroicos, e para não descahirem do credito que tinham merecido as suas grandes façanhas, a rainha regente enviou grossas armadas que humilharam aquelles mares tormentosos, e submetteram debaixo de suas leis a muitos po-

tentados. Porém, entre os apertos de que o seu governo se viu assaltado, foi sem duvida a conservação dos logares em Africa, tomando interesse na sua defeza, não lhe merecendo o animo murcharem-se em seu tempo os louros, que já D. João I, D. Affonso V e D. João II n'elles haviam colhido. Os africanos diligenciavam por todos os meios afugentar das suas terras gente portugueza, cuja posse elles olhavam como injuria do seu nome e affronta do seu valor, e por isso o rei de Marrocos debaixo de disfarçados interesses havia cinco annos se apresentava para cercar Mazagão, e um exercito, que os historiadores d'aquelle tempo fazem subir a mais de 100:000 combatentes munido de espantosa artilharia e munições, caiu sobre esta praça, de que era capitão-mór Ruy de Sousa. Este avisou logo a rainha regente de tão extraordinario acontecimento, e tal foi a sua actividade, tão promptos os soccorros que a praça ficou livre e o inimigo derrotado. Em todos os ramos da administração publica se houve a regente com discrição e prudencia, escolhendo ministros activos e desinteressados, contando se n'este numero Gil Eannes, que muito honrou o seu governo. Premiava os benemeritos, não por affeição, mas por merecimentos. Foi ella quem promoveu para a mitra primacial de Braga a D. Fr. Bartholomeu dos Martyres. Tomando á sua conta a sustentação e ensino dos orphãos, e a instrucção do clero, fundou em Lisboa, em 1549, o collegio dos Meninos Orphãos, dotando-o generosamente, onde sempre houvesse mestres, que os educassem e os instruissem para qualquer estado a que se dedicassem, e no convento de S. Domingos o Collegio Real de N. S.ª da Escada, em 21 de julho de 1572, para o ensino de theologia moral e casos de consciencia a clerigos seculares, estabelecendo rendas para os mestres, e para 30 collegiaes pobres a quem vestia e sustentava, e este beneficio não só abrangia a 12 do arcebispado de Lisboa, mas aos do reino e suas conquistas. Tambem construiu o mosteiro de Valle Bemfeito, da ordem de S. Jeronymo; o de Pedrogão, dos dominicanos; o de S. Francisco, de Faro, a que chamava o seu *relicario;* a parochial egreja de Santa Catharina, de Lisboa, situada no alto d'esse nome, onde hoje se vê uma propriedade importante. Arrebatada do seu zelo pela gloria nacional, mandou, por carta de 11 de agosto de 1560, que todos os estudantes portuguezes, que estudavam nas Universidades de Paris, de Lovaina e Salamanca, se recolhessem ao reino para seguirem os estudos na Universidade de Coimbra, honrando ainda de este modo a memoria de D. João III, a quem esta academia era devedora do seu estabelecimento e crescidas rendas. No seu governo alcançou do

D. Catharina

Santo Padre a creação da egreja de Santa Catharina de Gôa em arcebispado, e em bispados as de Santa Cruz, de Cochim, e da Assumpção, de Malaca. D. Catharina foi quem mais concorreu para que se estabelecesse em Gôa a Inquisição. No mosteiro de Belem instituiu tambem 20 mercearias, e 4 na capella do Santo Christo de Cintra. Opprimida com o peso do governo, quiz resignal-o nas mãos do cardeal D. Henrique, e n'esse intuito escreveu aos estados do reino allegando suas razões, e pedindo-lhes o houvessem por bem. Entendida a resolução da rainha, foi geral o sentimento, porque todos desejavam que ella se conservasse na regencia, até que D. Sebastião chegasse á edade de 20 annos. As pessoas mais autorisadas escreveram á rainha, mostrando-lhe o seu descontentamento, e entre ellas D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, em carta escripta em Braga a 7 de janeiro de 1561; D. Rodrigo Pinheiro, bispo do Porto; e D. Fr Gaspar do Casal, bispo de Leiria; etc. Algumas d'estas cartas estão publicadas. D. Catharina attendendo a tantos e poderosos pedidos e ao sentimento geral do reino, continuou com a regencia por mais dois annos, e quando estes finalisaram, renunciou o poder no cardeal D. Henrique. Em D. Sebastião iam-se animando os brios de soldado; desejava assignalar-se por feitos militares, inclinando-se mais á guerra, que ao thalamo; no entretanto, maus lisongeiros tinham torcido suas naturaes e boas inclinações, apoderando-se de tal sorte do seu espirito, que chegaram a desvial-o dos conselhos da rainha, sua avó, que o creara com tanto extremo, que esteve a ponto de ausentar-se do reino, ficando desde esse tempo abertos os precipicios em que este infeliz monarcha veiu a despenhar-se, e com elle toda a nação. Estes desgostos, a sua avançada edade, e o não poder impedir a empresa temeraria, que seu neto tentara de passar á Africa, a traziam envolta em amargos cuidados. Não podendo resistir, e antevendo as fataes consequencias, caiu doente, conservando até ao ultimo momento de vida tão justa preoccupação, e ainda nas ultimas agonias, dizem, que se lhe percebiam na voz quasi extincta, estas palavras: «Oh! não passe Sua Alteza em nenhum modo á Berberia, aconselhem-lhe que não vá, que eu fiz sempre o mesmo; oh! não passe, que não convém.» E na repetição de estas palavras exhalou o ultimo suspiro, mostrando sempre quanto velára pela conservação do rei e da monarchia. Foi sepultada no convento de Belem. Na *Arte de furtar*, livro attribuido ao padre Antonio Vieira, veem publicados uns curiosos documentos, que são as razões apresentadas por Filippe II de Castella, querendo legitimar os seus direitos ao throno de Portugal, contra D. Catharina, e as respostas da rainha, refutando essas razões com argumentos contra Filippe. Na *Historia Genealogica*, tomo IV, e na *Memoria das medalhas* de Lopes Fernandes, está reproduzida uma medalha dedicada a D. Catharina, com a seguinte descripção: CATHARINA REG. PORTU. JOANN. III UX. PHILIPPI, HISP. REG. FILIA — Figura da rainha empunhando o sceptro — PUR CHE MI ADOMBRE — O sol saindo das nuvens.

Catharina *(D)*. Duqueza de Bragança. N. em Lisboa a 18 de janeiro de 1540, fal. em Villa Viçosa a 15 de novembro de 1614. Era filha do infante D. Duarte, duque de Guimarães, e da in-

fanta D. Izabel, filha de D. Jayme, 4.º duque de Bragança, e de sua primeira mulher, D. Leonor de Mendonça. Casou a 8 de dezembro de 1563 com D. João I, 6.º duque de Bragança. D'este consorcio houve bastantes filhos, contando-se entre elles, D. Theodosio, que foi o 7.º duque de Bragança, e D. Alexandre, arcebispo de Evora e inquisidor geral. D. Catharina era muito instruida nas linguas latina e grega, e nas sciencias de Astronomia e Mathematica. Fundou o convento dos religiosos carmelitas descalços em Alter do Chão. Escreveu; *Diversos papeis em que defendia o direito que tinha á coroa de Portugal.* Ficou em manuscripto.

Catharina *(D.)*. Filha do duque de Bragança D. Theodosio, e irmã do duque D. João, que foi depois D. João IV, de Portugal. N. em Evora em 1606, fal. em 1610.

Catharina *(D.)*. Rainha de Inglaterra pelo seu casamento com o rei Carlos II; filha de D. João IV, e de sua mulher, D. Luiza de Gusmão, irmã dos monarchas D. Affonso VI e D. Pedro II. N. em Villa Viçosa a 25 de novembro de 1638, fal. a 31 de dezembro de 1705. Dois annos depois da sua acclamação, D. João IV, querendo fortificar e robustecer a soberania e a independencia da patria, procurava allianças nos paizes estrangeiros, sendo um dos meios de que se servia para as obter, os casamentos de seus filhos com principes e princezas das familias reinantes da Europa. D. Catharina, ainda não tinha 8 annos de edade, e já se tratava de a casar com D. João d'Austria, filho natural de Filippe IV de Hespanha; depois houve idéas de a casar com o duque de Beaufort, neto de Henrique IV, por bastardia, porém todas essas negociações ficaram sem resultado. Pensou se então no casamento com Luiz XIV de França, laço habilmente preparado pelo cardeal Mazarin para conseguir de Portugal o que desejava, que era obrigar a Hespanha a fazer a paz com França; ainda em vida de D. João IV se trataram d'estas negociações com actividade, chegando a vir a Lisboa o embaixador francez conde de Cominges O cardeal Mazarin, servindo-se do engodo da promessa d'este casamento, trouxe Portugal illudido, abandonando-o depois traiçoeiramente, assignando a paz com a Hespanha e o contrato do casamento do rei com a infanta hespanhola D. Maria Thereza. Em 1661, sendo regente a rainha D. Luiza de Gusmão na menoridade de D. Affonso VI, tratou-se novamente do casamento da infanta D. Catharina, sendo o esposo escolhido Carlos II, rei da Grã-Bretanha. No dia 18 de agosto do referido anno de 1661, a rainha declarou em côrtes o contrato nupcial, o qual foi approvado pelo conselho de Estado. Seguiu se um contrato de paz, contendo artigos muito curiosos, que vem publicado no *Gabinete historico*, de fr. Claudio da Conceição, tomo V, pag. 125. N'este contrato eram entregues á Inglaterra a cidade e a fortaleza de Tanger com tudo quanto lhe pertencesse, e a ilha de Bombaim, na India Oriental, com todas as suas pertenças e senhorios, para ficarem d'aquelle porto mais promptas as suas armadas para soccorro das praças de Portugal na India. O contrato foi assignado por el-rei com todas as cerimonias legaes da Inglaterra, a 23 de junho de 1661, e pelo embaixador conde da Ponte e marquez de Sande, Francisco de Mello e Torres, que regressou a Portugal, onde foi recebido com muita satisfação pela rainha regente, porém com muito desgosto da parte do povo, pela entrega de Tanger e Bombaim, No dia 23 de abril de 1662 recebeu-se em Lisboa a noticia da realisação do contrato, e pouco depois chegou a armada ingleza, que devia conduzir a seu bordo a nova rainha da Grã-Bretanha. O general commandante era Duarte de Montaigne, conde de Sandwich, revestido com o caracter de embaixador extraordinario. D. Catharina partiu acompanhada do marquez de Sande, do conde de Pontével, Nuno da Cunha, Francisco Correia da Silva, e mais pessoas da côrte. Antes de embarcar todos se dirigiram á Sé, onde se celebrou missa solemne e *Te-Deum.* Salvas da artilharia, repiques de sinos, pomposos ornatos nas ruas por onde passava o cortejo, o som das trombetas, charamella e outros instrumentos, tudo contribuia para abrilhantar a festa dos desposorios reaes. Finalmente, a nova rainha entrou no bergantim real, adornado com magnificencia, e navegou para bordo da nau capitanea *Grão-Carlos.* Entre as damas que acompanharam D. Catharina a Inglaterra, contavam-se D. Elvira de Vilhena, condessa de Pontével, e D. Maria de Portugal, condessa de Penalva. A armada ingleza chegou a Portsmouth a 24 de maio, onde a esperava o duque de york, irmão de Carlos II. A rainha, sentindo-se um pouco indisposta, conservou-se alguns dias n'aquella cidade, e ali veiu cumprimental-a o rei de Inglaterra com toda a côrte, no dia 30, realisando-se a cerimonia nupcial a 31 do referido mez. No *Gabinete historico*, já citado, a pag. 160, vem a descripção do real consorcio, mas parece ter havido engano nas datas, e que a cerimonia se realisou a 22, segundo o que se lê n'um artigo publicado no *Daily News* e que o *Diario de Noticias* transcreveu. N'esse artigo se diz, que na ultima viagem feita a Inglaterra, el-rei Senhor D. Carlos mostrou desejos de vêr os registos da egreja de S. Thomaz, de Portsmouth, onde está o assentamento do enlace de D. Catharina de Bragança com o rei Carlos II, que se effectuou na egreja de Domus Dei, no local onde actualmente está a Garrison Church. Houve alteração no programma da viagem, e el-rei teve de partir para Londres antes do dia destinado á sua visita na parochia de S. Thomaz. O vigario e os outros funccionarios da egreja resolveram então mandar photographar o assentamento e enviar-lh'o. Devido, porém, á antiguidade do pergaminho e ao desmaiado da escripta, não foi possivel obter-se uma photographia nitida do documento original, mas d'uma excellente copia da certidão feita em 1880, e pertencente ao museu de Portsmouth, foi tirada uma fiel reproducção. As duas photographias, do assentamento original e da copia, fôram encerradas em uma pasta de couro vermelho e enviadas para Londres a Sua Magestade el-rei Senhor D. Carlos, A certidão reza assim: «O nosso augusto Soberano Lord Carlos II, pela Graça de Deus, rei da Grã-Bretanha, França e Irlanda, Defensor da Fé e a Illustrissima Princeza D. Catharina, Infanta de Portugal, filha do fallecido D. João IV, e irmã de D. Affonso, presente rei de Portugal, fôram casados em Portsmouth na quinta feira, vigesimo segundo dia de maio, do anno de Nosso Senhor de 1662, decimo quarto do reinado de

Sua Magestade, pelo R. R. F. in G. Gilbert. Bispo Lord de Londres, Deão da Real Capella Sua Magestade na presença de grande parte da nobreza dos dominios de Sua Magestade e da de Portugal» A 30 de setembro do citado anno de 1662 entraram os regios esposos em Londres, e desembarcaram n'uma ponte que se organisara junto do paço, onde os esperavam a rainha mãe, e toda a côrte e nobreza da Grã-Bretanha. Houve esplendidas festas e vistosas illuminações. Em Londres, porém, estavam reservados grandes desgostos á nova rainha de Inglaterra, porque D. Catharina reconheceu em seu marido um caracter muito differente do que lhe haviam affirmado. Julgava-o um homem serio e virtuoso, e encontrou, pelo contrario, um homem altamente libidinoso. D. Carlos, que em solteiro se entregara sempre a uma vida de libertinagem, e dissoluta, continuou da mesma fórma, depois de casado, sem em nada se cohibir, dando pouca ou nenhuma importancia á mulher, chegando ao ponto de nomear para dama da rainha a sua amante, miss Palmer, que depois elevou a duqueza de Cleveland. Este procedimento deu origem a graves discordias entre os dois regios esposos, de que resultou o rei nunca mais procurar sua mulher, nem sequer a cumprimentar quando por acaso se encontravam. D. Catharina, fazendo um grande esforço, pretendeu ainda chamar a si o marido, tratando benevolamente a favorita, mas nem assim lhe mereceu a menor consideração. Na Bibliotheca d'Ajuda existem nas collecções dos manuscriptos, a da correspondencia da rainha D. Catharina com seu irmão D. Affonso VI, e sua mãe, a rainha viuva de D. João IV. Carlos II falleceu a 16 de fevereiro de 1685, e a rainha ainda se conservou em Londres alguns annos. A 29 de março de 1692 embarcou com destino a Lisboa, e n'esta viagem percorreu França e Hespanha, entrando em Portugal pela provincia da Beira, chegou a Lisboa sómente a 20 de janeiro de 1693, sendo recebida entre vivas e acclamações do povo, indo seu irmão, D. Pedro II, esperal-a ao Lumiar, e conduzil-a ao palacio d'Alcantara. Como, porém, a rainha se não désse bem n'aquelle sitio, mudou a residencia para o palacio dos condes de Redondo, a Santa Martha; mais tarde ainda foi morar para o palacio dos condes de Soure á Penha de França, e depois fixou definitiva residencia em Belem, no palacio dos condes de Aveiras, hoje paço real de Belem, pela compra que d'elle fez D. João V aos referidos fidalgos. D. Catharina, comtudo, desejava ter uma casa propriamente sua, e resolveu-se a construil-a. O *Campo da Bemposta*, sitio que ainda hoje conserva o nome, era pouco povoado, tinha terrenos espaçosos, ar saudavel e grandes pontos de vista. Foi aquelle local que a rainha escolheu para a projectada edificação. Os terrenos para o palacio e para a quinta fôram comprados a diversos proprietarios. N'aquelle paço recebeu a rainha viuva a visita de D. Carlos, duque d'Austria, em 1704. Ali tratava todos os negocios do Estado, nas duas vezes em que foi regente do reino; a primeira, quando em maio de 1704. D. Pedro II partiu para a Beira, á frente do exercito portuguez, em companhia do archiduque d'Austria e das tropas alliadas, para dar começo á guerra da successão de Hespanha; a segunda vez, em 1705, por motivo d'el-rei ter adoecido gravemente. Pelo seu fallecimento, legou todos os bens que possuia ao monarcha seu irmão. Na *Historia Genealogica*, tomo IV, encontram-se quatro medalhas dedicadas a D. Catharina. Estão reproduzidas na *Memoria* de Lopes Fernandes.

Catharina. Monte na freg. de Santa Catharina, de Quintos, conc. e distr. de Beja. || Ponta ou cabo na costa S da ilha do Pico, archipelago dos Açôres. || Pequeno rio ou esteiro do distr. da Guiné, alimentado pelas aguas dos rios Empernal e Jatta. Separa a ilha Bucis da de Jatta, e esta das ilhas Caio. Tambem é conhecida pelo nome de *Rio de Jatta*. || Uma das boccas do rio Zambeze, na costa da prov. de Moçambique. Tambem é chamada *Barra de Mugello*.

Catharinões. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Tocha, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Cathedra. A cadeira magistral: a cadeira doutrinal.

Cathedral. Egreja episcopal d'uma diocese. Grande egreja monumental da architectura christã da Edade Media. As cathedraes são, de ordinario, egrejas monumentaes, sumptuosas, enriquecidas com notaveis obras de arte, em cantaria, quadros, talhas, paramentos, etc. Na capellamór do lado do Evangelho, ergue-se sobre um estrado a cadeira episcopal, coberta por um docel, seguindo se depois as cadeiras dos conegos, beneficiados, cantores, etc. Nas cathedraes de Portugal ha quadros e objectos de muito valor. Em Lisboa, a Sé Patriarchal tem tres naves, e entre as preciosidades que encerra, é digno de citar-se o quadro *O Salvador do mundo*, de Pedro Alexandrino. A cathedral do Porto, semi-arabe semi-gothica, possue um formoso côro de pau preto com cadeiras e flôres de variado lavor, um rico altar de marmore e mosaico, um magnifico retabulo de madeira dourada, uma rica gradaria de bronze torneado, e um altar de prata lavrada na capella do Santissimo Sacramento. Na cathedral de Braga, além das preciosidades artisticas, que se lhe encontram, existem os tumulos do conde D. Henrique e sua mulher D. Thereza, de outras pessoas reaes e de muitos prelados. A de Vizeu tem abobada de granito, é de tres naves em fórma de cruz latina, e n'ella se admiram os quadros de Grão Vasco, *O Calvario*, *S. Pedro*, *Cenaculo*, *Baptismo de Christo*, etc. Na de Evora, destaca-se na capella-mór um bello quadro, *A Assumpção da Virgem*. A sé velha de Coimbra tambem possue muitas preciosidades; o altar-mór é de puro estylo gothico e d'um trabalho admiravel de madeira; na sacristia vê-se um antiquissimo retrato da rainha Santa Izabel. Especialmente em alfaias e objectos do culto, todas as cathedraes portuguezas possuem verdadeiras maravilhas.

Cathedrátego. Censo ou pensão annual, que as egrejas seculares pagavam ao seu bispo em reconhecimento de sujeição.

Cathedratico. Refere-se aos lentes d'uma escola superior, e particularmente da Universidade: *corpo cathedratico*. || Propinas que o bispo dava, quando tomava posse da sua diocese.

Cathedrilha. Cadeira na Universidade de Coimbra em que se explicavam brevemente as materias. || Estatutos antigos na Universidade.

Cathorinho. Pov. na freg. de Santo André, de Campeã, conc. e distr. de Villa Real.

Cathou. Pov. na margem esquerda do Cuango a E do conc. de Malange, no distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, no ponto da confluencia do Cassenga com aquelle rio, a 73 k. de Cassange, e a 115 de Talla Mogongo.

Catipo Pequeno. Praso do distr. de Tete, na prov. de Moçambique.

Cativellos. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Beira Baixa, conc. e com de Gouveia, distr. e bispado da Guarda; 1:462 hab. e 303 fog, Tem esc. do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Mondego, em sitio fragoso. Era da ordem de S. Bento d'Aviz. O prior de V. N. do Casal apresentava o cura, que tinha 60$000 de rendimento. D. Affonso III deu-lhe foral em Murça, no 1.º de maio de 1253. Pertence á 2.ª divisão mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12 com a séde em Trancoso.

Cato. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Catôa. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Catabongo. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Catoco. Nome de duas povoações do conc. de Cazengo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Catojal. Pov. da freg. de S. Silvestre, de Unhos, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Catole. Pov. do concelho de Cambambe, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. de Pungo Andongo, do mesmo distr. e provincia.

Catollo. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Catololo. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Catambe. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do conc. de Pungo Andongo, do mesmo distr. e prov. || Pov. do conc. de Golungo Alto, do mesmo distr. e prov. || Confluente da margem esquerda do rio Quije, no conc. de Malange, do mesmo distr. e provincia.

Catambella. Pov. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Catamo. Pov. do conc. de Cazengo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Catomta. Rio do sertão da prov de Angola. Foi atravessado pela expedição portugueza que emprehendeu a viagem de Angola para Tete em 1806.

Catondolla. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Catanga. Pov. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. de Angola.

Catoque. Ponta ou cabo da costa do conc. da Barra do Dande, no distr. de Loanda, prov. de Angola, entre os rios Dande ao N e o Bengo ao Sul.

Cator. Monte da prov. de Bardez, Velhas Conquistas, na India. Tem no cimo uma figura pyramidal de pedra preta, medindo 5 metros, que dá o nome ao monte.

Catoto. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Catotolla. Pov. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Catovo. Ilha no distr. de Sena, prov. de Moçambique, formada pelas evoluções do rio Mecêro.

Catraia. Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Torrozello, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Catraia Cimeira. Pov. na freg. de S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Catrampona (*Foros da*). Na freg. de N. S.ª da Annunciação, de Aldeia de Paio Pires, conc. do Seixal, distr. de Lisboa.

Catrià. Aldeia ao norte do rio Sandalcalo, da regedoria de N. S.ª do Mar, no conc. e distr. de Damão, na India.

Catrivana. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Catua. Pov. do territorio de Galaugue, no distr. e com. de Benguella, prov. e bisp. de Angola, a 266 k. a E de Quillengues

Catual. Funccionario publico em alguns povos do Oriente. Especie de alcaide-mór na India e que era o intendente dos negocios com os extrangeiros na cidade de Calecut, quando os portuguezes lá fôram a primeira vez.

Catuale. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Catualia. Jurisdicção do catual; especie de portagem onde se cobravam os direitos dos generos que entravam nas cidades indianas. Em Gôa, esta instituição já existia, quando a cidade foi conquistada pelos portuguezes, que a conservaram, havendo como empregados o catual e o seu escrivão, que repartiam entre si as *laglimas* (emolumentos) e o producto dos *chilos* (certificados dos despachos), e o tributo propriamente dito era arrecadado pelo rendeiro, que devia estar presente. Tendo se perdido o primeiro regimento da Casa da Catualia, que era escripto n'uma taboa, o vêdor da fazenda, Antonio dos Santos Gamboa, deu-lhe outro em 17 de julho de 1572, attendendo ás queixas de abusos que ali praticavam.

Catualle de Cima. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Catuca. Pov. do conc. de Cambambe, distr de Loanda, prov. de Angola. || Nome de 4 povoações do conc. de Duque de Bragança, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Catuco. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Catue. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Catumba. Nome de tres pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Catumbella. Pequena villa assente sobre a margem direita do rio Catumbella. Fórma um dos conc. em que se divide o distr. de Benguella. Dista 8 k. do mar e 15 da bahia do Lobito. Esta villa foi fundada em 1836 por Justiniano José dos Reis, que sendo governador de Benguella offereceu ao governo a quantia de dois contos de reis, que venceu como sub-prefeito. Esta importancia foi destinada á fundação da nova povoação, a que se deu o nome de Asseiceira, em memoria da batalha ferida n'esta villa de Portugal. As primeiras casas estabeleceram-se na margem esquerda do rio, onde ainda se vêem muitas ruinas, mas as difficuldades da passagem do rio, que augmentaram com a importancia das transacções commerciaes, determinaram as novas construcções na margem direita e o abandono das antigas. A actual villa tem aspecto muito

agradavel e ruas regularmente alinhadas. Uma grande parte do conc. é regado pelo rio Catumbella, que tem a sua origem um pouco ao norte do conc. de Caconda e cujos affluentes principaes são os rios Cubal e Quando. Tem de percurso mais de 400 k. As margens são muito ferteis. Os indigenas fazem ahi as suas plantações de milho e mandioca, e n'algumas ilhas maiores que estão dentro do leito do rio. O chefe do conc. de Catumbella é subordinado ao governo do districto, e exerce as funcções de commandante militar, de escrivão de fazenda, de juiz ordinario e ainda outras inherentes ao logar. Catumbella tem est. postal e telephonica, permutando vales com o reino.

Catumbella d'Agua Doce. V. *Catumbella.*

Catumbella das Ostras. V. *Lobito.*

Catumbo. Pov. do conc. de Cazengo, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do concelho de Barra do Dande, do mesmo distr. e provincia

Catumbo Caquilama. Pov. do conc. de Muxima, no distr. de Loanda, prov. e bisp. d'Angola, a E do conc. e a 46 k ao S de Muxima.

Catunda. Pov. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do conc. da Huila, dist. e com. de Mossamedes, prov. e bisp. de Angola, no t rritorio dos Gambos, a cerca de 40 k. ao NE de Uidilo.

Catusa Guibaxi. Pov do conc de Cambambe, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Catuta. Nome de duas povoações do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola || Pov. do conc. de Pungo Andongo, do mesmo distr. e provincia

Catuto. Nome de duas povoações do conc. de Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. de Angola. || Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cauca. Cidade antiquissima da Lusitania, na prov. do Minho, entre Braga e Valença, de que resta sómente a memoria, ignorando-se até o local onde era situada.

Cauchá. Pov. de territorio de Damão, na prov. de Gôa, na India.

Caudal. Pov. da freg. de S. Paio, de Olciros, conc. da Feira, distr. de Aveiro. Correio com serviço de posta rural.

Caudel. V. *Coudel.*

Caudilho. Capitão ou cabo de guerra; chefe de tropas.

Cauê. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cauere. Rio das terras do sertão da Miuza, Africa Oriental, ao NO da prov. de Moçambique.

Caula *(Carlos Frederico Bernardo de).* Marechal de campo. N. em Lisboa em 1766, fal. a 23 de setembro de 1835. Era filho de Bernardo de Caula, official de artilharia. Alistou-se no regimento de artilharia n.º 2, quando tinha apenas 8 annos de edade, no dia 1.º de fevereiro de 1774. Foi despachado 1.º tenente ajudante com exercicio de engenheiro em setembro de 1789, promovido a capitão em 1792, a major em maio de 1800 e a tenente-coronel em novembro de 1807. N'este anno foi encarregado do commando da brigada de engenheiros do exercito de operações incumbida do levantamento da carta topographica do terreno em que se levantaram as linhas de Torres Vedras, sendo-lhe depois confiado o governo militar de Villa Franca de Xira. De 1810 a 1813 esteve dirigindo a reparação da praça d'Almeida; teve a promoção do posto de coronel, e em 1814 foi encarregado da inspecção das fortificações de Valença. Passou ao Brazil com a graduação de brigadeiro, obtendo em 1818 a effectividade d'este posto. Quando chegaram ao Rio de Janeiro as noticias da revolução do Porto, e ali appareceram os primeiros symptomas do movimento, que mais tarde devia produzir a independencia do Brazil, o general Caula foi nomeado commandante das armas d'aquella côrte, e quando D. João VI regressou ao reino, deixando seu filho D. Pedro encarregado da administração do imperio, e organisou um ministerio, foi Carlos de Caula, tendo já a patente de marechal de campo, incumbido da secretaria dos negocios militares. Em fevereiro de 1822, depois dos successos politicos então occorridos, embarcou para a Europa juntamente com a divisão portugueza, que obedecia ao general Avilez. Em 1825 foi encarregado do governo da praça d'Elvas, em que mais uma vez manifestou os seus sentimentos liberaes, quando se deram as primeiras revoltas contra a Carta Constitucional, e de tal fórma se houve então, que a infanta D. Izabel Maria, sendo regente do reino, mandou em ordem do dia louvar a corajosa conducta, lealdade, e relevantes serviços prestados n'essas difficeis circumstancias pelo marechal de campo Carlos de Caula. Sendo elevado a conselheiro de Estado, ficou exonerado do governo da praça d'Elvas em dezembro de 1826; pouco depois foi posto á frente do corpo de engenheiros, e em agosto de 1827 nomeado governador das armas da côrte e provincia da Extremadura. Chegando a Lisboa o infante D. Miguel, o general Caula ficou dispensado da commissão que estava exercendo, sendo preso em março de 1829, e conduzido á Torre de S. Julião da Barra, onde esteve encerrado até ao dia memoravel 24 de julho de 1833, em que foi posto em liberdade e nomeado commandante do corpo de engenheiros. Tratando-se em 1834 de recompensar os militares do exercito liberal, Carlos de Caula foi promovido a tenente-general. Era encarregado da inspecção geral dos quarteis e obras militares, e deixou esta commissão em agosto de 1834, por causa do seu mau estado de saude, sendo então nomeado vogal do supremo conselho de justiça militar, exerceu este cargo até á data do fallecimento. O general Caula era casado com D. Maria Zeferina de Araujo Caula.

Caula *(Carlos Maria de).* General de divisão, ajudante de campo dos fallecidos monarchas, D. Fernando, D. Pedro V e D. Luiz I. N. em Belem a 26 de maio de 1809, fal. a 13 de fevereiro de 1886. Era filho do marechal de campo Carlos Frederico de Caula, e de sua mulher D. Maria Zeferina de Araujo Caula. Assentou praça de voluntario no 2.º batalhão de regimento de infantaria n.º 11 destacado no Brazil em 1821, e em dezembro d'esse anno foi nomeado alferes aggregado áquelle batalhão. Em 15 de fevereiro de 1822 teve licença por tempo indeterminado para ficar no Rio de Janeiro, e regressando a Portugal n'este mesmo anno foi-lhe permittido frequentar a Academia de Marinha, por portaria de 19 de junho. Alferes effectivo para o exercito, decreto de 1 de setembro de 1825, e unido ao estado maior do go-

vernador da praça de Elvas, por aviso de 17. Tenente por distincção, decreto de 29 de maio de 1827. A's ordens do general das armas da côrte, por aviso de 31 de agosto. Apresentou-se ao exercito libertador em Lisboa, a 26 de julho de 1833. A's ordens do major de engenharia encarregado dos trabalhos de fortificação da linha de defeza da capital, portaria de 30 de agosto, e depois no exercito de operações em frente de Santarem. Capitão, decreto de 24 de julho. Passou a servir na secretaria da guerra, portaria de 15 de outubro. Adjunto á repartição do quartel-mestre-general, decreto de 19 de maio de 1835. Chefe da 2.ª repartição da 2.ª direcção do ministerio da guerra, portaria de 9 de dezembro de 1835. Passou ao corpo do estado maior, continuando no dito exercicio, decreto de 17 Ajudante de campo d'el-rei D. Fernando, decreto de 9 de janeiro de 1836. Exonerado d'este exercicio em 24 de janeiro de 1837. Em 29 de março foi mandado apresentar ao coronel Pedro Paulo Ferreira de Sousa, para ser empregado nos trabalhos de reconhecimentos de estradas para a formação do itinerario militar. Major da 2.ª brigada da 2.ª divisão do exercito de 22 de dezembro de 1840, e major para o corpo do estado maior, 9 de março de 1842. Em 5 de maio de 1845 obteve licença para ir a França completar os seus estudos militares, regressando a 5 de novembro. Tenente-coronel para o corpo do estado maior, 19 de abril de 1847. Chefe de estado maior interino da 2.ª divisão militar, 27 de janeiro de 1848, e chefe de estado maior interino da 1.ª divisão militar, 28 de dezembro de 1849, exonerado em 5 de janeiro de 1850. Chefe da 1.ª secção do archivo militar, decreto de 20 de novembro. A's ordens d'el-rei D. Fernando commandante em chefe do exercito, 14 de abril de 1851. Coronel graduado para o corpo do estado maior em 22 de julho. Em 4 de agosto de 1853 foi nomeado para uma commissão de serviço em França, partindo a 14 de setembro, regressando em 14 de agosto de 1854. Coronel effectivo para o referido corpo em 31 de maio de 1857, e brigadeiro graduado, decreto de 20, contando a antiguidade, de 29 de setembro de 1857. Ajudante de campo de el-rei D. Pedro V, 16 de setembro de 1860, e por sua morte continuou no mesmo exercicio junto d'el-rei D. Luiz, por decreto de 14 de novembro de 1861. General de brigada, 14 de agosto de 1865. Commandante interino do corpo do estado maior, portaria de 19; exonerado em 12 de setembro. General de divisão, decreto de 12 de dezembro de 1875. 1.º ajudante de campo d'el-rei D. Luiz, 21 de janeiro de 1876. Nas luctas de 1846 e 1847 pertencia ao corpo de estado maior. Desempenhou as seguintes commissões: vogal da commissão de aperfeiçoamento da Escola do Exercito no anno lectivo de 1849 a 1851. Encarregado do levantamento de plantas de alguns terrenos ao sul do Tejo, desde 14 de março a 10 de outubro de 1851; da escolha do terreno proprio para o estabelecimento d'um polygono para os exercicios praticos de artilharia em Vendas Novas, e do alojamento no palacio existente na mesma localidade para a respectiva força, desde 28 de dezembro de 1856 até 23 de janeiro de 1857; de apresentar um projecto de aquartelamento no referido palacio para alojamento de sua magestade, da Escola do Exercito, do pessoal e material de artilharia; de vigiar e promover trabalhos de fortificação ao norte do Tejo, em 7 de abril de 1862; membro da commissão permanente do corpo de estado maior; vogal do conselho geral de instrucção militar; nomeado para commandar em exercicio das forças da 1.ª divisão, 19 de setembro de 1874. Teve as seguintes honras: conselheiro de Estado, grã-cruz da ordem de Aviz; commendador da de Christo, da de Torre e Espada, e habito de N. S.ª da Conceição. Era tambem grã-cruz das ordens estrangeiras de S. Mauricio e de S. Lazaro de Italia, da corôa da Prussia, cruz de ferro de Austria, Carlos III de Hespanha, da Rosa do Brazil; commendador da Legião de Honra de França e de Izabel a Catholica de Hespanha. Varias vezes foi convidado para ministro da guerra e para a dignidade de par do reino, a que sempre se recusou.

Caunchum. Aldeia pertencente á divisão de Uply-Palıw, ao sul do rio Saudalcalo, no conc. de Ñagar-Avely, distr. de Gôa, na India.

Caunge. Praso do distr. de Tete, prov. de Moçambique, na margem esquerda do rio Zambeze.

Caurem. Pov. da prov. de Bally, 4.ª div. das Novas Conquistas, distr. de Salsete.

Cauxum. Pov. da praganá ou pequena provincia de Nagar Avely, no territorio e distr. de Damão. V. *Cauchum.*

Cava. Pov. na freg. de N. S.ª do Carmo, de Madeirã, conc, de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Cavaca. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Cortiçada, conc. de Aguiar da Beira, distr. da Guarda.

Cavaca d'Ouro. Pov. na freg. de Santo André, de Moimenta, conc. de Terras de Bouro, districto de Braga.

Cavaco *(Manuel Martins).* Mestre de alveitaria, que viveu nos fins do seculo XVII e principios do XVIII. N. em Baleizão, termo de Beja. Escreveu: *Arte de curar os bois, em que se acham quarenta e sete enfermidades, a que está qualquer rez vaccum sujeita,* Evora, 1709; fez-se nova edição em Lisboa, em 1815.

Cavaco. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Expectação, de Fermedo, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Santa Marinha e conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Rio do conc. e distr. de Benguella, na prov. de Angola. Nasce no territorio do Dombe Pequeno, corre de SE para NE, e desagua depois de ter banhado a cidade de S. Filippe de Benguella, que fica na margem esquerda da bahia hoje denominada de Benguella, junto da ponta do Cavaco. As suas margens são ferteis. N'uma e n'outra encontra-se algodão, urzella, azeite de mendobi e de palma, gado vaccum e suino, gomma copal, cera, couros, marfim, legumes, fructas e ovos. tudo isto comprado na cidade pela gente dos navios europeus e americanos que vae ali negociar, e cujo trato mercantil é importante. Tambem é chamado *Rio Maribondo.* || Ponta ou cabo da costa do conc. e distr. de Benguella que fórma o extremo NE da bahia de Benguella, a qual termina a SO na ponta do Sombreiro. N'este sitio, e n'uma extensão de 3 k. o territorio é elevado e cheio de pedras, mas d'ali até á ponta do Cavaco é baixo e arenoso. Proximo d'esta ponta ha entre 19 e 24 metros de profundidade, perto

do parcel da costa que se estende até uns 500 metros da terra.

Cavada. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Lobelhe, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia e conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição, de Rossas, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Salreu, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Santa Leocadia, de Travanca, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Cavada Nova. Pov. na freg. de S. Christovão, de Rio Tinto, conc de Gondomar, distr. do Porto.

Cavada Velha. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sandim, conc de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Cavados. Povoações nas freguezias: O Salvador do Mundo, de Almoster, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || S. Cosme, de Besteiros, conc. de Paredes, distr. do Porto. || N. S.ª do O', de Cadima. conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || O Salvador, de Castellões de Cepeda, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Martinho, de Cocnjães, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santo Antonio, de Covões, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || S. Martinho, de Espiunca, conc. de Arouca, distr. de Aveiro, || S. Martinho, de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Martinho, de Gandara, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Louriçal, conc. Pombal, distr. de Leiria. || S. Christovão, de Macinhata do Vouga, conc. de Agueda, distr. de Aveiro || S. Thomé e conc. de Mira, distr. de Coimbra. || N. S. da Piedade, de Monte Redondo, conc. e distr. de Leiria. || S. Romão, de Mouriz, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Pedro, de Ossella, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Thiago de Piães, conc, de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Pigeiros, conc. da Feira. distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Pindello, conc. de Oliveira de Azemeis, do mesmo distr. || N. S.ª das Neves, de Pousa Flôres, conc. de Aneião, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Vallongo, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. | S. Thiago, de Valpedre, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Cavadas de Friães. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Moldes, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Cavadinha. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Arada, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Fajões, conc. de Oliveira de Azemeis, do mesmo distr. || S. Martinho, de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Macieira, conc. da Louzada, do mesmo distr. Tem caixa post. || N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Santa Maria, de Silva Escura, conc. da Maia, distr. do Porto. Tem caixa postal.

Cávado. Rio dos districtos de Villa Real e Braga. Nasce nas faldas da serra de Laroco, ao O das povoações de Meixêdo, Padornellos e Pedroso, dividindo Barroso da Galliza. As suas tres nascentes unem-se a pouca distancia ao NE do castello de Montalegre, formando então o rio, que atravessando parte das provincias de Traz-os-Montes e do Minho, réga e fertiliza varias freguezias, passa ao N de Braga, banha Barcellos, e vae formar a barra de Espozende, desaguando no Oceano, entre esta villa, a aldeia de Fão e Villa do Conde. Esta barra é de pouco fundo e cercada de rochedos, a que se dá o nome de *Cavallos de Fão*. Tem um curso de 135 k , 12 dos quaes são navegaveis, desde a sua foz até á Barca do Lago. Tem por affluentes na margem direita os rios Cabril, Caldo, Homem, Prado e o Rio Grande da Barca do Lago, e na margem esquerda o Rabagão. E' atravessado por 4 pontes, notaveis pela sua grandeza e construcção. A primeira, no Porto. na freg. de S. Thomé de Perozello, com 12 arcos, obra que parece ser do tempo dos romanos, porque passava ali uma das cinco vias militares, que de Braga seguiam para a estrada da Geira ou Geiria, feita ou ampliada pelo imperador Vespasiano 74 annos antes de Christo. Esta ponte divide a freguezia de Perozello da de Pousada. A segunda ponte é na freguezia de Bico, na sua confluencia com o rio Homem, e uma das mais extensas do paiz. A terceira é no Prado, e a quarta em Barcellos, tambem obra dos romanos. O rio Cávado é muito abundante de peixe; cria saveis, lampreias, salmões e outras qualidades. As margens são pittorescas e ferteis. Dizem que antigamente as suas areias traziam ouro, e que se encontravam amethistas e jacintos. Abaixo um pouco da ponte de Barcellos, ha no rio um grande penedo de granito, do qual brota um manancial sulfhydrico, cuja analyse se fez em 1867. O Cávado é denominado *Cavo* em Ptolomeu, *Celando* entre os romanos e *Celano* em alguns autores. A'cerca dos melhoramentos da sua navegação veja-se o alvará de 20 de fevereiro de 1795, o regulamento de 27 de abril de 1799, e o *Boletim das Obras Publicas*, de março de 1866.

Cavadonde. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc., com , distr. e bisp. da Guarda; 492 hab. e 132 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada na aba da serra da Estrella, proximo da margem direita do Mondego. A terra é fertil e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Cavadouro. Pov. na freg. de S. Miguel, de Christello, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Cavaduços. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Caldellas, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Thiago, de Villela, do mesmo conc. e districto.

Cavalcanti. Nobre familia italiana, que passou a Portugal em 1558. N'esse anno, Antonio Cavalcanti, pertencente a uma das familias consulares de Florença, tendo conspirado contra o grão-duque Cosme de Medicis, afim de restaurar as antigas liberdades republicanas de Florença, foi perseguido e teve de fugir. Passou então a Portugal com seu filho Filippe; este foi depois para o Brazil, onde casou com uma senhora da familia dos Albuquerques, donatarios de Pernambuco, dando assim origem á familia Cavalcanti de Albuquerque, uma das mais nobres do Brazil. As suas armas são: escudo vermelho e prata, divididos os esmaltes por uma asna de prata, sen-

do a parte de baixo de prata e a de cima de vermelho semeado de flôres de prata de quatro folhas; o timbre é um hippogrypho de castanho com azas e levantado sobre os pés em chammas de fogo.

Cavalcanti *(Antonio).* Era pertencente á familia Cavalcanti, de Pernambuco. Entrou no movimento insurreccional dirigido por João Fernandes Vieira contra os hollandezes. Mostrou-se, porém, depois opposicionista, e Fernandes Vieira attribuia-lhe todos os murmurios que se levantavam ás vezes no exercito contra elle. E' certo que Fernandes Vieira aproveitou o pedirem soccorro os habitantes de Guyana e de Garassu para mandar n'uma commissão Antonio Cavalcanti, que tambem a sollicitara, porque a sua posição no exercito, com a má vontade de Vieira, estava sendo insustentavel. Cavalcanti partiu com 150 homens, mas conservou-se inactivo, o que lhe foi muito censurado. Fal. em 1645.

Cavalcanti Albuquerque *(Francisco de Paula Hollanda).* N. em Pernambuco em 21 de agosto de 1797. Era filho d'um capitão-mór d'esta cidade. Seguindo a carreira das armas, entrou como cadete no regimento de artilharia da prov. de Pernambuco, e o seu nobre nascimento proporcionou-lhe rapido accesso, de fórma que, tendo apenas 22 annos já era major. Acompanhou como ajudante de campo a Moçambique um parente seu, que fôra nomeado capitão-general d'aquella provincia, e foi depois nomeado lente da escola de pilotos de Macau. Estava n'esta colonia quando rebentou a revolução que proclamou a independencia do Brazil. Regressando immediatamente á sua patria, juntou-se ás tropas leaes que encontrou em armas, contribuindo para que a insurreição fôsse suffocada. Exerceu depois importantes cargos, e fal. em 1863, tendo sido agraciado em 1855 com o titulo de visconde de Albuquerque.

Cavalcanti e Albuquerque *(Gonçalo Ravasco).* Secretario de Estado do Brazil, e poeta. N. na Bahia em 1639, fal. em 1725. Era filho de Bernardo Vieira Ravasco, e sobrinho do padre Antonio Vieira. Escreveu diversos autos sacramentaes, que os jesuitas faziam representar aos indios que convertiam, e em que, em fórma de suave diversão, os iam instruindo na fé.

Cavalcanti e Albuquerque *(José Francisco de Paula).* Official brazileiro, nomeado em 1816 capitão-general de Moçambique, cargo de que tomou posse a 2 de fevereiro de 1817. Era muito activo e zeloso administrador; restaurou a fortaleza de Mossuril, começou um novo quartel para a tropa fóra da fortaleza de S. Sebastião e outro em Mossuril para os cypaes, procurou restaurar as feiras de Manica e de Zumbo, liquidou as dividas á fazenda publica, que subiam no seu tempo a 270:000$000 réis, animou a pesca da baleia na bahia de Lourenço Marques, estabeleceu duas escolas de instrucção primaria em Quelimane e no Ibo, mandou collocar boias na barra de Quelimane para indicar a barra, e fez perseguir uma frota de cafres piratas. Foi finalmente, um governador energico e activo, no limitado tempo do seu governo, pois fal. a 18 de novembro de 1818.

Cavalhão. Pov. na freg. de S. Martinho dos Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Cavalheiro *(Adriano Emilio de Sousa).* V. *Sousa Cavalheiro.*

Cavalhões. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco do Canavezes, distr. do Porto.

Cavalhõesinhos. Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Cavallaria. Tropa de gente de guerra, que serve a cavallo. A cavallaria apparece na mais remota antiguidade, e teve a sua origem no Oriente. Dois mil annos antes de Christo, os chinezes possuiam grandes massas de guerreiros montados; e os indios, e depois os assyrios seguiram o exemplo dos chinezes. Em Portugal, no seculo XII, a cavallaria apresentava já uma certa organisação, sujeita a regras e preceitos tradicionaes. No tempo de D. Fernando, e depois no de D. Affonso V, no seu *Regimento de guerra*, appareceram os primeiros lineamentos da cavallaria, mas a primeira organisação da força publica, permanente, provém da constituição regular das ordenanças no tempo de D. Sebastião, que fôram mais tarde extinctas no tempo de Filippe II. Pela lei de 9 de setembro de 1569 ordena-se que no reino haja sempre gente armada, a pé e a cavallo; e aos que tinham foro de fidalgo, cavalleiros e escudeiros, com um rendimento determinado, impoz-se a obrigação de ter armas e cavallos. Para a cavallaria assim organisada mandou D. Sebastião vir de Flandres e da Italia officiaes destinados ao commando, dando-se o nome de general de cavallaria ao chefe superior d'essa arma. A companhia constituia geralmente um corpo independente, e era commandada por um capitão de cavallos, tendo além d'isso um tenente, um alferes ou porta-bandeira, um abandeirado, (militar de patente inferior que nas marchas conduzia a *signa)* e caporaes, cabos de esquadra e cabos de fileira. A reunião de companhias tomava o nome de *troço,* designação que se mudou para *regimento* no principio do seculo XVII. Os homens d'armas usavam armaduras inteiras d'aço, espada larga e de ponta, e duas pistolas nas fundas. Os cavallos de cavallaria ligeira usavam sella com arções d'aço. As armas defensivas consistiam em peito de espaldar, escarcella, celada, borgonhona, e por sobre tudo isto, um saio vaqueiro com mangas compridas e estreitas, pendentes. As armas offensivas consistiam em lança, espada, adaga e um estoque pendente do arção. Os arcabuzeiros sómente usavam armas offensivas: mosquete de pederneira ou roda, espada e adaga. Os arcabuzes vieram depois a ser substituidos por clavinas. Depois da morte de D. Sebastião até á restauração de 1640, as instituições militares afundam-se n'um premeditado esquecimento. D. João IV, subindo ao throno, organisou o exercito em bases seguras e acertadas, fazendo reviver os regulamentos do tempo de D. Sebastião. E' a este monarcha que se deve a organisação da cavallaria moderna. A força armada foi elevada a 26:000 homens com 4:000 cavallos, que as côrtes de janeiro de 1641 fixaram para acudir á defeza da fronteira. O decreto de 21 de setembro d'este anno manda formar regimentos e quatro companhias de cavallaria ligeira, de clavinas e dragões, commandadas por coroneis francezes. O decreto de fevereiro de 1643 ordena que se dê o commando das tropas a varios capitães portuguezes que o mesmo decreto nomeia, se por ventura não houvesse capitães estrangeiros. Em 1707

a cavallaria ligeira e os dragões passam a constituir regimentos de 12 companhias, sendo o estado maior composto de um coronel, um tenente-coronel, um sargento mór (major), ajudante, cirurgião e capellão. A organisação de 1707 aboliu os postos de tenentes-generaes de cavallaria e os de commissões geraes, passando aquelles a chamar-se coroneis e estes tenentes coroneis. Na cavallaria, considerada então como a primeira e a mais nobre de todas as armas, os soldados eram mais altos do que os das tropas a pé. Em 1715, dois annos depois da paz de Utrecht, o exercito foi reduzido ao estrictamente indispensavel para a guarnição das praças fronteiriças. A cavallaria reduziu-se a 10 regimentos, tendo cada um o effectivo de 300 cavallos. Estes regimentos ficaram aquartelados: 2 na côrte, 4 no Alemtejo, 2 na Beira e 2 em Traz-os-Montes. Os da côrte eram conhecidos pelos nomes dos seus coroneis: marquez de Marialva e seu filho, o conde dos Arcos. Em 1735 houve nova organisação, passando a cavallaria a ter 7:500 cavallos. Os regimentos de cavallaria ligeira e de dragões elevaram os seus effectivos a 600 cavallos, distribuidos por 12 companhias. O exercito caiu depois em completo abandono, mas no reinado de D. José I, o seu ministro marquez de Pombal procurou levantal o. Pelo que diz respeito á cavallaria, os decretos de 12 de janeiro de 1754, e principalmente o de 28 de outubro de 1757, e aviso de 10 de novembro de 1759, imprimem um grande incremento a esta arma. Restaura a direcção geral da cavallaria, manda levantar 5 companhias de dragões de 30 cavallos cada uma no Algarve, e organisa as ordenanças. A guerra de 1762, motivada pelo chamado *pacto de familia*, concorreu para se imprimir ao exercito um grande desenvolvimento. Augmentaram-se depois 4 regimentos a 10 companhias cada um; e no Algarve organisou-se mais um regimento de dragões. N'este mesmo anno de 1762 entrou para o serviço do exercito o conde Schaumbourg Lippe, que teve a nomeação de marechal general dos exercitos portuguezes. Com este fidalgo veiu tambem o duque reinante de Mecklemburg-Strelitz, irmão da rainha de Inglaterra, que foi nomeado tenente-general e coronel-general do regimento que, por largos annos conservou sempre o nome d'este principe (cavallaria n.º 4). As instituições militares attingiram n'essa epoca um notavel desenvolvimento. O regulamento de cavallaria de 25 de agosto de 1764, conhecido pelo regulamento do conde de Lippe, tornou-se muito notavel, e tanto que as suas disposições vigoraram por longos annos. Os celebres *artigos de guerra* (capitulo IX do regulamento) estavam ainda em vigor em 1875, quando foi publicado o codigo de justiça militar. A revolução franceza, em 1793, põe em sobresalto todas as nações da Europa, e o principe regente D. João, em 1800, organisa com certa actividade a força armada; a cavallaria, porém, em logar de augmentar, reduziu os seus effectivos; as 12 companhias de cada regimento passaram a 8, e os 72 cavallos de cada companhia fôram reduzidos a 53. Em 1802 fôram accrescentadas mais 6 praças a cada companhia. A organisação de 13 de maio de 1806 numera os regimentos de 1 a 12, enquadrando-os em divisões e brigadas. As divisões eram denominadas: divisão do Sul, do Centro e do Norte. Em 1809, por decreto de 20 de novembro, sob proposta do marechal Beresford, foi alterado o plano dos regimentos de cavallaria. Cada regimento era composto d'um estado maior e de 8 companhias para formar 4 esquadrões de 2 companhias cada um. Em 1812 fôram apeados os regimentos de cavallaria 7 e 10, passando os cavallos do 7 para o 1 e os do 10 para o 4. Em 1814, quando terminou a guerra da peninsula, reduziu-se o exercito, como sempre acontecia em casos identicos. A cavallaria ficou com os mesmos 12 regimentos, formando um total de 6:372 homens e 5:220 cavallos. Em 1816, sob a direcção de Beresford, organisa-se o exercito, ficando a cavallaria com os seus 12 regimentos, formando 6 brigadas com 7:140 homens e 6:372 cavallos. Em 1826 foi dissolvido o regimento de cavallaria n.º 2, por motivo de rebellião, creando-se um novo regimento com o n.º 13. Em janeiro de 1833, por conselho do marechal João Baptista Soliguac, foi creado um regimento estrangeiro, com o titulo de *Regimento de lanceiros da Rainha;* e em 1838 fôram reorganisados os regimentos n.º 10 e 11, entrando na composição d'estes corpos os officiaes e praças de pret do corpo de guias, dissolvido por decreto de 3 de abril de 1833. Até 1834 cada regimento de cavallaria ficou com 4 esquadrões, exceptuando lanceiros da rainha, que tinha 6. O esquadrão era a unidade tactica e administrativa: tinha-se acabado com a denominação de companhia. Em 1837 a cavallaria foi organisada, passando a ter 8 regimentos, sendo 4 de lanceiros e 4 de caçadores. Cada regimento tinha 6 companhias, voltando assim a companhia a constituir a unidade administrativa, e cada 2 companhias formavam um esquadrão, unidade tactica. O regimento contava 3 esquadrões em tempo de paz e 4 em tempo de guerra. A organisação de 1837 estabelecia innovações muito notaveis, reveladoras d'um certo progresso na instituição armada. Assim, decretava o recrutamento regional, ordenava grandes manobras, creava escolas de instrucção primaria dirigidas pelos capellães de cada regimento, ou por sargentos habilitados, estabelecia a diuturnidade de serviço para os capitães com 10 annos n'este posto, que assim ficavam considerados capitães de 1.ª classe. Em 1840 os regimentos n.ºs 7 e 8 passaram a ser de caçadores a cavallo; ficando assim como corpos de lanceiros sómente cavallaria n.ºs 1 e 2. Em 1848 fôram modificados os uniformes de cavallaria, e em 1849 esta arma soffreu modificações, sendo a mais notavel a creação d'um deposito geral de cavallaria destinado ao ensino dos candidatos ao posto de alferes, picadores, clarins, ferradores, ferreiros e recrutas destinados aos corpos. A reforma de 28 de dezembro de 1863 do marquez de Sá da Bandeira, que durou apenas 3 dias, fazia pequenas modificações na cavallaria. Sá da Bandeira foi substituido na pasta da guerra por José Gerardo Ferreira Passos, que em junho de 1864 apresentou um novo plano de reforma do exercito. A cavallaria contava 8 regimentos; os 2 primeiros de lanceiros e os outros de caçadores com a força de 2:556 cavallos em tempo de paz, e 4:696 em tempo de guerra. Esta organisação vigorou até 1884, com pequenas modificações. Em 1868 organisou-se um deposito de cavallaria em Torres Novas, e em 1878 creou-se uma escola de cavallaria, que sómente começou a funccionar em 1887 em Ma-

fra, com a designação de *Escola pratica de infantaria e cavallaria*. Actualmente em Torres Novas está a escola pratica de cavallaria e em Mafra a de infantaria. A reforma de 1884 creou a inspecção geral da arma de cavallaria, e elevou os regimentos a 10. A reforma do exercito de 7 de setembro de 1899, foi devida á iniciativa do coronel sr. Sebastião Telles, actual ministro da guerra. A cavallaria passou então a ter 8 regimentos, compondo-se cada um de 4 esquadrões activos e um deposito. *Bibliographia:* Na *Encyclopedia portugueza illustrada*, publicada no Porto, 2.º vol. pag. 688 e seguintes, vem um minucioso artigo ácerca da cavallaria, d'onde extrahimos estes apontamentos. São numerosas as obras impressas e manuscriptas sobre cavallaria, equitação, gineta, estardiota, etc., de autores portuguezes. Entre ellas se pódem mencionar a *Arte de bem cavalgar toda a sella* d'el-rei D. Duarte; *Tratado da cavallaria da gineta*, por Francisco Pinto Pacheco; *Instrucção da cavallaria de brida* por Antonio Pereira Rego; *Rudimentos da cavallaria da gineta* por D. João de Athaide e Azevedo; *Arte de cavallaria de gineta e estardiota*, por Antonio Galvão de Andrade; *Arte nova de cavallaria* por Manuel Carlos de Andrade; *Avisos para novatos da cavallaria* por Manuel Barradas Soria; *Espejo del Caballero* por Antonio Luiz Ribeiro de Barros; etc. Outros autores teem publicado obras sobre a cavallaria, taes como Eduardo Borges de Castro, Christovão Ayres, etc.

Cavallarias. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz e conc. de Lagôa, distr. de Faro.

Cavalleiro. Familia nobre, originaria de Montemór-o-Novo e que passou para Barcellos nos fins do seculo XV. Tem por armas, em campo vermelho um leopardo de ouro com um chefe de azul carregado de tres flôres de liz de azul na garra direita.

Cavalleiro *(D. Fr. Affonso)*. Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Evora. e fal. a 9 de maio de 1528. Era descendente da illustre familia d'este appellido de Montemór-o-Novo. Professou no convento dos franciscanos claustraes d'esta cidade, e foi doutorar-se em Theologia a Italia na Universidade de Padua. Voltou ao reino, partindo logo para Africa, como guardião do convento dos franciscanos de Safli. Tornando-se notavel pela sua vasta erudição e como prégador, o bispo de Evora, D. Affonso de Portugal, o nomeou em 1495 seu coadjutor com o titulo de bispo de Sardes *in partibus infidelium*. Foi tambem coadjutor do bispo que succedeu a este prelado, o infante cardeal D. Affonso. Deixou inédito um volume de sermões, e um tratado latino *De pœnitentis*. Estes manuscriptos conservavam-se na bibliotheca de Manuel de Severim de Faria.

Cavalleiro *(Estevão)*. Presbytero e apreciado professor de grammatica latina. Estudou na Universidade, no tempo em que estava estabelecida em Lisboa, passando depois a Italia para se aperfeiçoar na lingua latina. Regressou a Portugal e regeu a cadeira de latim na referida Universidade, tendo por discipulo o grande latinista André de Rezende. Foi o primeiro que escreveu arte da grammatica, a qual dedicou a N. Senhora, intitulando-a: *Ars Virginis Mariæ in quinque libros distributa*. Primeiramente publicara: *Prosodia grammaticæ cum summa diligencia correctæ*.

Cavalleiro. Era na idade média o nobre que vestia armas, obrigando-se por juramento a consagrar a sua espada á defeza do principe, da fé, e da honra das damas. Os que eram destinados a esta gloriosa milicia, depois de haverem sido pagens e escudeiros, recebiam a ordem da cavallaria ao completarem 21 annos; e isto, no tempo da paz fazia-se sempre precedendo grandes ceremonias. D'estas a mais notavel consistia em passarem uma noite despertos, dentro ou junto de algum templo, vigiando as armas, com que se haviam armar. Chamava-se a isto *velar as armas*. Em tempo de guerra estas cerimonias reduziam se a muito pouco, e muitas vezes centenares de mancebos eram armados cavalleiros deante dos muros d'uma fortaleza, ou no fim de uma batalha. Os filhos de D. João I fôram-n'o pela mão de seu pae no domingo immediato á tomada de Ceuta. Os cavalleiros podiam ser exautorados se vendiam, jogavam, ou perdiam as armas em tempo de guerra; se commerciavam, trabalhavam em mistéres vis, ou fugiam da batalha; ou se, em summa, praticavam acções que indicassem animo vil, covardia, ou maus costumes. Para esta exautoração era levado a um logar publico sem armas. Um escudeiro calçava-lhe as esporas e cingia-lhe a espada; depois com um cutello cortava-lhe pelo lado de traz a cinta e a correia das esporas. Feito isto ficava degradado da ordem, e coberto de infamia. Os cavalleiros fôram de grande utilidade no tempo em que a força era a lei, e a aviltação dos costumes tinha chegado ao seu auge. D. Affonso V, escolhendo de entre escudeiros e cavalleiros os que lhe pareceu para o serviço da Casa Real, mandou-os matricular em livro para elles destinado, dando assim principio aos filhamentos, e titulo de fidalgos nos livros de el-rei. Aos escriptos n'este livro chamavam moços fidalgos, cujo accrescentamento então era a escudeiros fidalgos, e cavalleiros fidalgos. D. Sebastião deu o regimento de filhamentos, no anno de 1572, e variando o estylo dos foros, que até ali se usava, ordenou que os accrescentados se nomeassem fidalgos cavalleiros e fidalgos escudeiros. Em Portugal houve tambem cavalleiros villões, que eram plebeus, que gozavam de certas isenções, e os cavalleiros de espora dourada, designação dada aos fieis que chegavam a entrar na cavallaria fidalga, gozando as respectivas honras e privilegios. Diz Villas Boas no *Nobiliarchia portugueza*, edição de 1676, a pag. 162, que em Thomar, em epocas muito remotas, havia um galante modo de fazer cavalleiros, como consta de um alvará dos registos de D. João I, pelo qual manda que aquelle costume se observe. Era elle, que o que queria casar n'aquella villa, hoje cidade, cavalgava em um cavallo, com uma lança na mão, levando um alqueire de pão cozido e um almude de vinho, e chegando ao castello dava com a lança na porta, e dizia: *cavalleiro quero eu ser*. Saia então o alcaide, cobrava a pitança, e o noivo voltava para sua casa habil para o casamento; e se o fazia sem satisfazer primeiro a esta cerimonia, levava-lhe o alcaide o oitavo. Havia os cavalleiros templarios, que passaram a ser da ordem de Christo, os de S. Thiago, de Aviz, da Aza e da Torre e Espada. Todos os cavalleiros das ordens militares gozavam da verdadeira nobreza, pela ordem que professavam, ainda que a não tivessem de seus avós, pela razão dos muitos e grandes privilegios que lhe concederam os reis

e os papas. Além da ordem da Aza, estabelecida por D. Affonso Henriques, e ha muitos annos extincta, existem ainda hoje as referidas ordens militares, e mais a de N. S.ª da Conceição. V. *os artigos respectivos.*

Cavalleiro. Pov. na freg. de S. Martinho da Cortiça, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || Monte na freg. de S, Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Quinta na freg. de S. Simão, de Mamarrosa, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

Cavalleiro d'Alvo. Pov. na freg. de S. Paio de Melgaço, conc de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Cavalleiros *(D. Gregorio José Antonio d'Eça e Menezes, 2.º conde de).* Moço fidalgo por alvará de 7 de outubro de 1785, accrescentado a fidalgo escudeiro por alvará de 8 de março de 1795; do conselho d'el-rei D. João VI, estribeiro-mór de D. Carlota Joaquina, a qual acompanhou ao Brazil em 1807; grã-cruz da ordem de S. Thiago da Espada; commendador da commenda das Pontes, em Alcacer do Sal, da mesma ordem; commendador da antiga ordem da Torre e Espada; tenente coronel do regimento do Caes, cavallaria n.º 7; 13.º senhor do morgado de Cavalleiros, em que succedeu a sua mãe a 25 de novembro de 1796. N. em Guimarães a 6 de junho de 1769, fal. a 28 de dezembro de 1825. Era filho do 1.º conde de Cavalleiros, D. Rodrigo José Antonio de Menezes, e de sua mulher, D. Maria José Ferreira de Eça e Bourbon. O titulo de 2.º conde de Cavalleiros foi em verificação de vida, concedido no de seu pae, por decreto de 4 de setembro e carta de 4 de dezembro de 1804 Casou a 13 de maio de 1800 com D. Francisca Correia de Lacerda Mello Pitta Pacheco, viuva do 3.º conde da Cunha, D. Pedro Vasques, dama de honor das rainhas D. Maria I e D. Carlota Joaquina; dama das ordens de Santa Izabel e das damas nobres de Maria Luiza, de Hespanha; 13.ª senhora da Honra de Farelães, filha e herdeira de Francisco Manuel Correia de Lacerda, 12.º senhor da referida honra, fidalgo de geração, mestre de campo dos auxiliares do Minho, vereador da Camara Municipal do Porto, e de sua mulher D. Marianna Pitta Pacheco de Mello Malheiro. O brazão d'armas é o da casa de Marialva; escudo esquartelado das armas de Portugal, e no outro em campo azul tres flôres de liz de ouro em roquete; no meio o escudo dos Menezes, em campo amarello um annel encoberto; timbre, uma donzella vestida de ouro com o escudo nas mãos. O 2.º conde de Cavalleiros falleceu sem successão.

Cavalleiros *(D. Rodrigo José Antonio de Menezes, 1.º conde de).* Moço fidalgo por alvará de 28 de fevereiro de 1794, conselheiro do conselho de Fazenda, e da Casa e Estado das Rainhas de Portugal, mordomo-mór de D. Carlota Joaquina e seu veador, do concelho de D. Maria I, commendador da ordem de Christo, deputado da Junta da administração do Tabaco, governador e capitão general das provincias de Minas Geraes, Bahia, e Estado do Gran-Pará, etc. N. em Santa Maria dos Olivaes a 12 de fevereiro de 1750, fal. na sua quinta do Furadouro, em Obidos, a 13 de maio de 1807. Era filho de D. Pedro de Alcantara de Menezes Coutinho de Noronha, 4.º marquez de Marialva, estribeiro-mór de D. José I, e gentilhomem da sua real camara, grã-cruz e claveiro da ordem de S. Thiago da Espada; do conselho de guerra; tenente-general do exercito; governador da Torre do Outão; deputado da Junta dos tres Estados, e de sua mulher D. Eugenia d'Assis Mascarenhas, filha dos 3.ºs condes de Obidos, D. Manuel d'Assis Mascarenhas e D. Helena de Lorena. Casou em 27 de setembro de 1766, com D. Maria José Ferreira d'Eça e Bourbon, senhora da casa de Cavalleiros, e morgados de Recezinhos e S. Thomé de Negrellos, filha unica e herdeira de Gregorio Ferreira d'Eça, moço fidalgo da Casa Real, com exercicio, 11.º senhor da referida casa de Cavalleiros e d'outros vinculos; capitão-mór da villa de Guimarães, familiar do Santo Officio, por carta de 13 de junho de 1720; e de sua segunda mulher, D. Izabel de Bourbon. Gregorio Ferreira d'Eça fôra viuvo em primeiras nupcias, de D. Luiza, condessa de Gerra, natural da cidade de Lins, archiducado d'Austria, filha dos condes de Gerra, de que não teve geração. D'este consorcio houve os seguintes filhos: D. Gregorio José Antonio d'Eça e Menezes, que foi o 2.º conde de Cavalleiros; D. Diogo de Menezes, 3.º conde da Louzã, pelo seu casamento com a filha unica do 2.º conde d'este titulo, D. Luiz de Lencastre (V. *Louzã*); D. Manuel, cavalleiro das ordens de S João de Jerusalem e de Christo; capitão de mar e guerra, commandante da nau *Martim de Freitas*, uma das da esquadra que em 1807 conduziu a familia real ao Brazil; D. Eugenia José de Menezes, dama das rainhas D. Maria I e D. Carlota Joaquina; D. Izabel de Menezes, condessa das Galveias, por ter casado com o 1.º conde d'este titulo, D. João d'Almeida de Mello e Castro (V. *Galveias*); D. José Thomaz, coronel de cavallaria, governador e capitão-general do Maranhão. O titulo de conde de Cavalleiros foi concedido em duas vidas, por decreto de 14 e carta de 29 de novembro de 1802.

Cavalleiros *(D. Rodrigo José de Menezes Ferreira d'Eça, 3.º conde de).* Fidalgo de geração, 15.º senhor do morgado de Cavalleiros, a que estão annexos os de S. Mamede de Recezinhos, Refoios de Lima e S. Thomé ne Negrellos; par do reino por carta regia de 5 de março de 1853, de que só prestou juramento e tomou posse na sessão da respectiva camara de 3 de fevereiro de 1866; grã-cruz da ordem de N. S.ª da Conceição e da de Izabel a Catholica, de Hespanha; governador civil de Lisboa e de Braga, deputado em varias legislaturas, etc. N. a 13 de maio de 1813, fal. em Lisboa a 23 de maio de 1881. Era filho de D. José Thomaz de Menezes, irmão do 2.º conde de Cavalleiros e do 3.º conde da Louzã; fidalgo de geração, do conselho de D. João VI, commendador da ordem de S. Bento de Aviz. cavalleiro de Devoção da ordem hospitalaria de S. João de Jerusalem, priorado de Portugal; coronel de cavallaria, governador e capitão-general da provincia do Maranhão em 1809, casado com D. Luiza Perpetua Carneiro Sotto-Maior, viuva de Luiz Carlos Pereira de Abreu Bacellar, cavalleiro da ordem de Christo, e coronel de milicias da provincia de Piauhy, filho de Ayres Carneiro Homem Sotto-Maior, cavalleiro da ordem de Christo, e coronel do regimento de milicias do Maranhão, e de sua mulher, D. Maria Joaquina Belford. Era neto paterno do 1.º conde de Cavalleiros. Dedicando-se á vida militar, asseutou praça de cadete no regimento de cavallaria n.º 10.

Abandonou depois a carreira das armas, e viveu por muitos annos entregue á vida particular, entrando então na vida publica para corresponder á confiança dos seus amigos; foi eleito deputado em diversas legislaturas, tornando-se bastante conhecido na camara pela violencia das suas interpellações, sendo elevado em 1853 á dignidade de par do reino Era governador civil de Lisboa, quando veiu a Portugal a rainha D. Izabel II, de Hespanha As precauções que tomou, e o edital que promulgou, deram assumpto a um folhetim humoristico publicado no *Diario Popular*, com o titulo de *As epopeias ineditas do sr. conde de Cavalleiros*, folhetim que foi de tal modo acolhido em Lisboa, que o *Diario Popular*, cuja edição se exgotou, teve de o repetir em outro numero. Succedeu na casa de Cavalleiros a seu tio, D. Diogo de Menezes, 3.º conde da Louzã, a 4 de fevereiro de 1862, e no titulo a outro seu tio, o 2.º conde de Cavalleiros, que falleceu sem geração. Casou a 24 de setembro de 1834, com D. Maria das Dores de Portugal e Castro, filha dos 5.os marquezes de Valença e 12.os condes de Vimioso, D. José Bernardino de Portugal e Castro e D. Maria José de Noronha, consorcio de que tambem não houve geração O titulo de conde de Cavalleiros, que ficára extincto pela morte do 2.º conde, foi renovado em D. Rodrigo por decreto de 17 e carta de 23 de novembro de 1865.

Cavalleiros. Povoações nas freguezias: N. S.ª do O', de Barcouço, conc. de Mealhada, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Lamoso. conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto || S. Martinho, de Outeiro Maior, conc. de Villa do Conde, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Rouças, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra. || Herdade na freg. de S. João Baptista, e conc. de Coruche, distr de Santarem. || Quinta na freg. de S. João Baptista, de Seixo de Gatões, conc. de Montemór o-Velho, distr. de Coimbra.

Cavalleiros de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Fajão, conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Cavallinho. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Gondar. conc. de Amarante, distr. do Porto. || N. S.ª da Victoria, de Mosteiro, conc de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Cavallinhos. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, de Maceira, conc. e distr. de Leiria.

Cavallo. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || Pov. do conc. de Cazengo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cavallo Branco. Restinga na costa NE da ilha de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, proximo da ponte da Ponta do Sol. Estende-se pelo mar dentro cerca de 440 m. Quando a vaga rebenta com força n'este ponto, é perigoso, senão impossivel, o desembarque.

Cavallo de Maio. Certo tributo em dinheiro, que antigamente pagavam no primeiro de maio todos aquelles cabeças de familia que n'este dia não apresentassem cavallo de marca (V. *Alardo*). No tempo de el-rei D. Diniz chamava-se tambem *cavallaria* a este tributo. Viterbo, no seu *Elucidario*, cita as clausulas dos foraes de Vizeu, Sabugosa, Fonte Arcada, e diversas isenções curiosas sobre o assumpto.

Cavallo-marinho. Ponta ou cabo ao S da bocca do Rio Quelimane, no distr. d'este nome, prov. de Moçambique.

Cavallões. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb de Braga. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 7 k. da séde do conc. O abbade era apresentado pelo arcebispo, feito a concurso, mesmo antes de 1834, e tinha de renda 400$000 réis. D. Affonso III deu-lhe foral em Guimarães, a 16 de maio de 1258. Foi abbadia da mitra, com S. Verissimo de Outiz, que antigamente era convento de freiras. Fôram estas religiosas que mandaram construir a ponte de Cavallões. Nas proximidades existe a torre de Pena Boa. A terra é muito fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8 com a séde em Braga.

Cavallos. Povoações nas freguezias: Santo Antonio, de Ameixial, conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Lourenço, de Cabril, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || Ilha deserta do archipelago de Bijagoz, na costa da Guiné, entre a ilha de João Vieira e a do Meio, circumdada de muitos recifes e baixios. Entre a ilha dos Cavallos e a ponta S da ilha de Canhabac a amplitude da maré é de 2 a 3 m. || Enseada da margem esquerda do rio Congo ou Zaire, da prov. de Angola, a E da bahia de Santo Antonio ou do Sonho. || Baixos proximos da ilha dos Cavallos. || Rio do distr. de Coimbra, que nasce junto da villa de Bobadella, passa por Midões, e depois de receber a ribeira de Candoza, entra no Mondego, com um curso de 12 kilometros.

Cavallos do Fão. Penhascos que correm de N a S, na distancia d'uns 1:500 m., em frente de Fão e Espozende, na prov. do Minho. Já eram conhecidos dos antigos. Os romanos chamavam-lhe *Promontorio Avaro*. Entre elles e a terra póde navegar qualquer navio. Ha n'elles grande abundancia de marisco. V. *Cávado*.

Cavallum. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Cavanca. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Cavaninhas. Pov. na freg. de S. Paio, de Carvalheira, conc. de Terras do Bouro, distr. de Braga.

Cavão da Mó. V. *Albergaria-a-Velha*.

Caveira. Pov. na ilha das Flôres, Açôres, freg. das Bemditas Almas, conc. de Santa Cruz, com. e distr. de Horta, bisp. de Angra do Heroismo; 174 hab. e 59 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e est. post., permutando malas com Horta. Pertence ao commando geral dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res, n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr de Lisboa. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Melides, do mesmo conc. e distr. || Casaes na freg. de Santa Maria e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, do Chouto, conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || Monte na freg. de Santo Antonio, de Couço, conc. de Coruche do mesmo districto.

Caveirós de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Julião, de Cambra, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Cavello. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cavelossim. Pov. da freg. de Carmonã, prov.

e distr. de Salsete, Velhas Conquistas, arceb. de Gôa, na India, a O da provincia.

Cavenca. Pov da freg. de S. João Baptista, de Longos Valles, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Cavencas. Pov. na freg. de S. Paio, de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Cavéqui. Pov. de gentios nallús na margem esquerda do rio Nuno, distr. da Guiné. Fica proximo da prov. de Contchucu, e cerca de 2 k. a E da feitoria americana Victoria. Reside n'esta povoação o chefe dos nallús

Caverna do Diabo. Praia de areia situada entre o cabo Ledo e o de S. Braz, na costa do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola. E' o unico ponto arborisado da costa entre aquelles dois cabos.

Cavernães. Pov. e freg. de Santo Izidró, da prov. da Beira Alta, conc., com., distr. e bisp. de Vizeu; 1:279 hab. e 311 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. permutando malas com Vizeu, e serviço de posta rural. A pov. dista 11 k. da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha de renda 350$000 réis. A terra é muito fertil e tem grande abundancia de castanha. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Cavernães de Baixo e **de Cima.** Duas povoações na freg. de Santo Izidro, de Cavernães, conc. e distr. de Vizeu.

Cavernelhe. V. *Cabernelhe.*

Cavez. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. e com. de Cabeceiras de Basto, distr. e arceb. de Braga; 1704 hab. e 386 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e est. postal. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada na estrada real de Fafe á ponte de Cavez. Esta ponte é muito antiga, e atravessa o rio Tamega. Nas margens do rio junto á ponte ha uma nascente de agua sulfurea, que é applicada interna e externamente para o tratamento de varias molestias. A ponte, dizem, ter sido mandada construir por fr. Lourenço Mendes, no seculo XIII, e que tinha a seguinte inscripção:

Esta é a ponte de Cavez,
Aqui jaz quem a fez.

O rio Tamega divide aqui a prov. do Minho da de Traz-os-Montes, e por isso se considera que a ponte pertence metade a uma, e metade a outra provincia, como declara um marco que está ao centro. Além do Tamega, passam aqui tambem os rios Moimenta e Cavez, que tornam a terra muito fertil. O abbade do convento de benedictinos de Pombeiro apresentava o abbade, que tinha de renda 150$000 réis. Junto á ponte existe a capella de S. Bartholomeu. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19 com a séde em Chaves.

Cavião de Baixo e **de Cima.** Duas povoações na freg. de S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Cavide *(Fr. Alvaro).* Religioso da ordem da Santissima Trindade. N. em Evora em 1533, fal. em janeiro de 1606. Tinha 10 annos quando recebeu o habito, e partindo para Hespanha com um guardião que ia ser provincial em Burgos, professou no convento da sua ordem n'esta cidade, onde estudou as primeiras letras, passando depois a Salamanca, em cuja Universidade se doutorou em Theologia no anno de 1560. Foi prégador em toda a Hespanha com geral acceitação. Ficou residindo em Ciudad Rodrigo, e quando voltava para sua casa, vindo d'uma jornada, morreu victima d'uma tempestade de neve, que o surprehendeu no caminho. Escreveu na lingua castelhana: *Arte para conocernos a nos otros mismos, y a Dios por señales exteriores.*

Cavide *(Antonio).* Escrivão da puridade de D. João IV, e homem muito da sua confiança. Já o servia antes da sua acclamação, e quando subiu ao throno, um dos primeiros cuidados de D. João IV foi nomeal-o, ainda em 1640, escrivão da camara para servir no Desembargo do Paço. Teve uma commenda da ordem de Christo, a de S. Pedro de Babe, e serviu tambem o cargo de monteiro d'el-rei. Foi casado com D. Maria de Castro, senhora de alta nobreza. Jazem ambos na sacristia da egreja de N. S.ª da Penha de França, em Lisboa. Foi Antonio Cavide quem contribuiu para a construcção da egreja, que até então não passava de uma pequena capellinha.

Cavilhães. Pov. na freg. de S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Cavilla. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cavinha. Pov. na freg. de N. S.ª do Carmo, de Madeirã, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Cavo. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Gatão, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Cavoceiras. Pov. da freg. de S. Matheus, de Sobreiró de Baixo, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

Cavorum. Pov. da freg. de Chandor, prov., distr. e com. de Salsete, Velhas Conquistas, arceb. de Gôa, na India.

Cavroé *(Pedro Alexandre).* Escriptor. N. em Lisboa em 1776, fal. a 20 de abril de 1844. Era filho do francez Agostinho Alexandre Cavroé, que teve por muitos annos uma officina de marcenaria no largo do Calhariz em Lisboa. Pedro Cavroé estava destinado a seguir a profissão de seu pae, porém, dando provas de bastante intelligencia, recebeu uma regular educação, e aprendeu noções elementares de mathematica e desenho, grammatica latina e franceza, alguns outros estudos secundarios, havendo quem affirme que chegara a concluir o curso dos preparatorios com intento de se matricular na Universidade de Coimbra. Muito habil nas artes mechanicas, era tambem muito apaixonado pela litteratura. Tendo-se mostrado desde 1820 fervoroso apologista das doutrinas liberaes, viu-se obrigado a emigrar em 1828, e passou de Lisboa ao Rio de Janeiro, onde foi bem acolhido pelo imperador D. Pedro, por quem professava uma verdadeira idolatria. Quando se estabeleceu definitivamente em 1834 o regimen constitucional, regressou do Brazil, e cinco annos depois foi nomeado, por decreto de 20 de junho de 1839, demonstrador do conservatorio de artes e officios com o ordenado annual de 300$000 réis. Havendo tido a infelicidade de partir a perna direita na região superior da coxa, os soccorros da sciencia não o puderam salvar, e d'esse desastre falleceu. No *Diario do Governo* de 3 de maio de 1844, vem publicado o seu necrologio. Escreveu muito, com especialidade para o theatro; foi redactor do *Jornal de Bellas Artes,*

ou Mnemosine Lusitana, relação patriotica, que se publicou em Lisboa, em 1816 e 1817, formando 2 tomos volumosos e com gravuras; contém muitos artigos e noticias interessantes, entre elles a descripção de edificios, monumentos e praças publicas de Lisboa; dos estabelecimentos de instrucção publica mais notaveis; do estado das artes e officios em Portugal; um catalogo dos pintores de maior nomeada entre nós; a descripção da baixella de prata, que a regencia do reino offereceu a lord Wellington; muitas poesias inéditas de autores contemporaneos, etc. Foi tambem redactor da *Mnemosine Constitucional*, jornal politico, publicado em Lisboa, em 1820 e 1821, 2 tomos. Em 1821 sustentou uma polemica em cartas contra o padre José Agostinho de Macedo, e depois de 1834 publicou varias poesias celebrando os acontecimentos funestos ou lutuosos que se passaram na familia real. Dizem que tambem redigiu por algum tempo no Brazil um jornal politico Escreveu mais: *Elementos de Geometria, applicaveis ao officio de marceneiro*, etc , Lisboa, 1814, 1 folheto; *Resposta ao papel intitulado «Exorcismos contra periodicos e outros maleficios» com o responso de Santo Antonio contra a descoberta da malignidade dos aleijões solapados*, Lisboa, 1821; *Resposta á Carta do reverendo sr. José Agostinho de Macedo, publicada na segunda feira da semana santa, 16 de abril de 1821*, Lisboa, 1821; *Elegia á sentidissima perda dos portuguezes... pela infausta morte do sr. D. Pedro, duque de Bragança, offerecida a S. M. a Senhora D. Maria II em 12 de outubro de 1834*, sem designação de logar nem de typographia; *Varios sonetos*, impressos em meias folhas e quartos de papel avulsos, por occasião de anniversarios de S. M. a Rainha, de seu augusto esposo, do principe real, etc.; *Epistolas de Cavroé a Falmeno* (Felisberto Ignacio Jannario Cordeiro), datadas do Rio de Janeiro a 27 de maio e 7 de junho de 1832; andam no tomo VII das *Obras de Falmeno*, a pag. 111 e 127; *Ao muito honrado juiz do povo Antonio Joaquim Mendes, na occasião em que dirigiu o seu eloquente discurso ás valorosas tropas portuguezas, etc., Ode;* sem logar nem anno, mas é da Impressão Regia, 1814; no fim tem as iniciaes P. A. C. O autor do discurso foi o padre José Agostinho de Macedo. Parece que Pedro Cavroé foi o autor de duas composições poeticas dedicadas a D. João VI e a D. Carlota Joaquina, para se recitarem n'um theatro em 1817. Para o theatro escreveu: *O Zeloso de mil oitocentos e dez, comedia original em dous actos; composta sobre um facto veridico*, etc., Lisboa, 1810; *Segunda parte da comedia «O Zeloso de mil e oitocentos e dez»*, Lisboa, 1810; estas duas partes sairam anonymas. Além d'estas peças, escreveu pelo mesmo tempo varias outras que se representaram nos theatros publicos, e que não se imprimiram, sendo umas originaes, e outras imitadas ou traduzidas do francez. Entre ellas contam-se: *O que fazem os herdeiros*, drama em 1 acto; *A batalha do Salado; A tomada da Figueira, Santa Catharina*, drama sacro; *Adela de Val de Faro; Sinval e Mathilde; A verdadeira mãe*, etc.

Cavua. Pov. da com. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cavul. Pov. da prov. de Canácona, 4.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa.

Cavulacango. Rio do sertão d'Africa, entre a prov. de Angola e o distr. de Tete, atravessado pela expedição portugueza que fez a viagem desde a prov. de Angola para a villa d'aquelle distr. em 1806.

Cavunga. Pov. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cavunge. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cavungi. Pov. do conc. de Cazengo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Caxamba. Pov. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Caxambo. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Caxarias. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Ceissa, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. Tem est. do caminho de ferro, na linha do Norte, entre as de Chão de Maçãs e d'Albergaria.

Caxarilla. Pov. do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola.

Caxenena. Pov. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Caxenga. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Prazo da Corôa no distr. de Tete, prov. de Moçambique. Está invadida pelos cafres.

Caxete. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Caxias. E' uma das povoações mais aprazíveis e pittorescas do conc. de Oeiras. Está situada na margem direita do Tejo, na extremidade d'um valle onde desagua a ribeira de Barcarena. E' muito saudavel, e uma das praias mais concorridas dos arredores de Lisboa, muito espaçosa e com um areal extensissimo. Tem estação do caminho de ferro na linha de Cascaes, entre as da Cruz Quebrada e Paço d'Arcos. Ha 30 annos, em 1874, viam-se ali raras casas, notando-e apenas como propriedade importante, a casa do campo e jardim dos viscondes de Porto Covo. Desde então tem-se procedido a muitas edificações, que muito concorrem para o desenvolvimento da povoação, tornando-a uma estação balnear de primeira ordem. Em frente da estação do caminho de ferro levanta-se ainda o arruinado forte de S. Bruno, construido á beira do Tejo por D. Affonso VI em 1660, e que fazia parte das fortificações de Lisboa. E' apenas um *fortim*, edificado sobre rochedos, cercado de areal, mas quando se construiu era cercado de agua, onde na maré cheia chegavam os barcos maiores até ás muralhas do forte, e na vasante as lanchas, e ficando na baixamar unido á terra apenas por um banco de areia. A designação de forte de S. Bruno provém da proximidade do convento de Laveiras, que era da ordem cartuxa, frades da ordem de S. Bruno. (V. *Laveiras*). A O de Caxias ha uma ponte de pedra, que foi construida em 1618 á custa da camara de Lisboa, assim como as da Cruz Quebrada e d'Algés, a instancias de fr. Rodrigo de Deus, religioso do convento de Santa Catharina de Ribamar. A ponte tem um só arco muito simples e sem belleza architectonica. Passa-lhe por cima a estrada de Cascaes. Ao lado do norte, vê-se um mirante que pertence a um particular o qual está situado no alto d'um comoro, d'onde se desfructa um lindo panorama de mar e terra. Este mirante, uns paredões muito elevados

semelhando escadas, que são conhecidas por *escadas de Job*, e dois monticulos chamados *mamas*, são tidos como signaes para os que demandam a barra de Lisboa. Ha annos construiu-se n'este levanta-se, a um metro, ou pouco mais, do pavimento, um tanque de marmore lavrado, tendo em cada uma das faces um espaço aberto no marmore e tapado com vidro, atravez do qual se vêem os

Cascata da Quinta de Caxias

ponto o farol de Caxias, que é de grande vantagem para os homens do mar. A' entrada da povoação ha um deposito de material de guerra, a que serve de guarda um destacamento de artilharia, ali permanente. O forte de Caxias faz parte do campo entrincheirado de Lisboa, e como tal é considerado de primeira classe. A povoação possue est. telegr. post., com serviço de encommendas, permutando malas com Oeiras. O que dá, porém, maior importancia a Caxias, é a quinta e o palacio real, cuja fachada olha para a estrada real, voltada ao Tejo. A quinta tem muito mais valor que o palacio; é em parte plana e em parte montanhosa. Na planicie vêem-se jardins, pomares e ruas de bosque; e nos montes cultivam-se cereaes, o que lhes dá, depois das ceifas, um aspecto arido e desagradavel. O jardim principal é cercado, em parte, por dois lados, de altas paredes de verdura, com varios nichos ornados de estatuas; no centro tem cinco lagos de marmore, e ao fundo, em toda a largura do jardim, uma soberba cascata com galerias lateraes. A cascata eleva-se a grande altura, rematando n'um pavilhão oitavado, com tres janellas e uma porta, todas de vidraças. No centro do pavilhão peixes nadando. Do meio do tanque eleva se um obelisco de marmore de côres, por onde sae agua para elle. E' de maravilhoso effeito vêr rebentar debaixo do pavilhão um grande volume de aguas, que em amplos lençoes e por entre repuxos que se cruzam, se precipita de degrau em degrau até ao lado onde está figurado o banho de Diana. O lago é grande e formado de pedras carcomidas e tostadas, do mesmo modo que a parte central da cascata por onde despenham as aguas, e as grutas que se estendem de um e outro lado. Adornam-o differentes grupos de estatuas collocadas sobre rochedos. No do meio vê-se Diana com duas nymphas, empunhando a lança, de que sae elevado repuxo de agua. Em frente d'este lago abre-se uma rua ladeada de arvores e coberta de sombra, que vae dar a outro lago mais pequeno, no meio do qual se erguem duas columnas reunidas por um capitel unico encimado por uma estatua de Hercules. No capitel lê se a inscripção latina: *Non plus ultra.* N'este ponto termina um dos lados da quinta. A vegetação, apezar da muita falta d'agua, é relativamente abundante, e torna convidativo um passeio nas tardes calmosas, debaixo das alamedas, bem assombreadas,

como são a das faias, a das alfarrobeiras e a da imperatriz. O palacio nada tem de notavel. Pela parte de traz fica a capella, onde, na epoca balnear, costuma haver missa, por uma subscripção que os banhistas costumam abrir entre si. Como o palacio era de dimensões muito acanhadas, a rainha D. Maria II, para dar outro aspecto e mais largueza aos aposentos, adquiriu por compra a casa de Massarellos, um palacio um pouco mais amplo que lhe fica sobranceiro, ao tempo separado da quinta por um muro, mas com a qual communica actualmente por meio d'uma espaçosa escadaria de pedra. O paço real de Caxias pertencia á Casa do Infantado, que foi extincta no anno de 1834, sendo desde então incluido nos bens da Corôa. Deu principio á edificação do palacio o infante D. Francisco, filho de D. Pedro II, que tambem mandou fazer a plantação e obras d'arte existentes na quinta. Fallecendo no anno de 1742, as obras ficaram incompletas, e só se concluiram alguns annos mais tarde, por ordem do infante D. Pedro, filho de D. João V, quando tomou posse por sentença judicial, da Casa do Infantado, que seu tio, o infante D. Antonio, lhe disputou encarniçadamente perante os tribunaes. D. Pedro casou com sua sobrinha D. Maria I, e sentia grande prazer em passar alguns dias n'aquella aprazivel quinta, chegando ás vezes a ir ali de proposito unicamente para jantar. D. João VI tambem visitava o paço de Caxias frequentemente, em companhia de suas filhas. Depois da morte d'este monarcha, succedida no paço da Bemposta a 10 de março de 1826, o palacio e quinta de Caxias ficaram em completo abandono; sómente em 1832 é que o infante D. Miguel ali foi residir alguns mezes. Depois de 1834 serviu de residencia temporaria á imperatriz D. Amelia, viuva de D. Pedro IV. A rainha D. Maria II e seu marido, el-rei D. Fernando, costumavam passar n'aquelle paço real a epoca balnear. Depois do fallecimento de D. Pedro V, el-rei D. Luiz habitou em Caxias por algum tempo, antes de estabelecer definitiva residencia no paço d'Ajuda. As ultimas pessoas reaes que passaram ali a estação calmosa, fôram el-rei D. Fernando e o infante D. Augusto.

Caxicuta. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Caxieira. Pov. na freg. de N. S.ª do Desterro, de Pousos, conc. e distr. de Leiria.

Caxilha. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Lago da Quinta de Caxias

Caxilla. Pov. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do concelho de Pungo Andongo, do mesmo districto e provincia.

Caxillo. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Caxima. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Caximba. Pov. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do conc. de Calumbo, do mesmo distr. e prov. || Pov. no conc. do Duque de Bragança, do mesmo distr. e prov. || Pov. do conc. da Barra do Bengo, distr. e com. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, na margem direita do Cuanza, a 70 k. ao SE da cidade de Loanda.

Caximbos. Pov. na freg. de V. N.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa.

Caxinga. Praso do distr. de Tete, na prov. de Moçambique. Tem 30 k. de comprimento por 20 de largura, e é banhado pelos pequenos rios Muarari e Burera, que o atravessam. E' muito fertil; produz milho, feijão, trigo, canna d'assucar e algodão. Estão n'elle edificadas algumas aldeias de colonos que só cultivam uma parte do solo, sendo a restante habitada por animaes ferozes. Arvores fructiferas e de madeira de construcção. Minas de carvão de pedra.

Caxinge. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Nome de 3 povoações do conc. do Golungo Alto, do mesmo distr. e prov. || Pov. do conc. de Massangano, do mesmo distr. e provincia.

Caxingi. Sanzala no conc. de Alto Dande, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov de Angola. || Nome de 6 povoações do mesmo distr. e prov. || Pov. do conc. de Pungo Andongo, do mesmo distr. e provincia.

Caxite. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Caxito. Pov., séde do conc. de Alto Dande, prov. e bisp. de Angola, distr. e com. de Loanda Foi durante muito tempo residencia do chefe do conc., transferida em 1872 para o porto de Quipic.

Caxixiquinha. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Caxonge. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Caxua Cacullo. Pov. a E do conc. de Muxima, no distr. e com. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, na margem esquerda do Cuanza, a 28 k. ao SE de Muxima, e a 26 ao SO de Massangano.

Caya. V. *Caia.*

Cayanolle. Confluente da margem esquerda do rio Cazamansa, no distr. da Guiné, prov. de Cabo Verde. Na margem direita do Cayanolle começa o banco de Samis.

Cayas. Ilhas dependentes do prazo Caya, no distr. de Sena, prov. de Moçambique. São aptas para toda a cultura, e pertenceram aos jesuitas, que muito as fizeram prosperar no seu tempo.

Cayenna. Capital da Guyanna franceza, na ponta noroeste da ilha de Cayenna, na embocadura do rio do mesmo nome, no Oceano Atlantico. Quando D. João, principe regente, declarou guerra ao imperio francez pelo seu manifesto, datado do Rio de Janeiro em 1 de maio de 1808, ordenou pouco depois que saisse do Pará uma expedição militar de 500 homens, commandada pelo tenente-coronel de artilharia Manuel Marques, intitulada Corpo da vanguarda de Voluntarios Paraenses, para ir contra a visinha colonia franceza de Cayenna, fazendo-se á véla no dia 6 de novembro de 1808. Victor Hugo, governador da colonia, julgando inutil qualquer resistencia, a entregou por capitulação, no dia 14 de janeiro de 1809, embarcando para França com toda a guarnição. Foi nomeada uma junta provisoria, composta de alguns habitantes d'aquella colonia, que durou 18 mezes, e depois nomearam para este governo o desembargador João Severino Maciel da Costa, depois marquez de Queluz no imperio, que organisou uma completa administração em todos os ramos de justiça, policia e fazenda, que dirigiu por 8 annos com geral contentamento dos respectivos moradores. Quando previu que esta conquista seria restituida aos francezes, fez transportar para o Brazil os generos preciosos que n'ella havia. Por suas diligencias se estabeleceram tres plantações de especiarias, uma no Pará, outra em Pernambuco, e outra no Rio de Janeiro, vulgarisando-se ali a canna de assucar de Cayenna muito superior á do Brazil; o que tudo se póde vêr na —*Apologia que dirige á nação portugueza João Severino Maciel da Costa, a fim de se justificar das imputações que lhe fazem homens obscuros, as quaes deram causa ao decreto de 3 de junho, e á providencia communicada no Aviso de 11 de julho de 1821*, impressa em Coimbra, 1821. Realisando-se a paz geral, teve Portugal de ceder esta sua conquista, não obstante os sacrificios que fizera e o muito sangue portuguez derramado em tantos combates contra o poder colossal de Napoleão I. No acto final do congresso de Vienna, de 9 de junho de 1815, no qual fômos representados pelo conde de Palmella, depois duque do mesmo titulo, por Antonio Saldanha da Gama, depois conde do Porto Santo, e por D. José Lobo da Silveira, depois conde de Oriolla, se estipulou a entrega d'esta colonia. Pelo artigo 107 d'aquelle acto, se obrigou o principe regente a restituir a Cayenna franceza até ao rio Oyapoc; e no artigo primeiro da Convenção de 28 de agosto de 1817, assignada em Paris, se designou o praso em que a restituição seria effectuada. No mez de novembro seguinte se apresentou em Cayenna o conde Carra Saint Cyr, nomeado por Luiz XVIII para o governo da colonia, a quem João Severino promptamente fez a entrega no dia 8, conforme as instrucções de que o mesmo conde foi portador. Em Londres cunhou-se uma medalha de prata para perpetuar esta nossa conquista, cuja descripção, segundo Lopes Fernandes, é a seguinte: D. JOAM P: G: D. PRINC.: REGEN: DE PORTUGAL —&c.— Busto do Principe Regente. No exergo=1809=e o nome do gravador—PIDGEON —F. Rev.—CAYENNA TOMADA AOS FRANCEZES. No campo — 14 JAN. 1809. — Dois ramos de louros atados.

Cayola. V. *Caiolla.*

Cayola *(Lourenço).* V. *Gama Lobo Cayola (Lourenço Caldeira).*

Cayra. Antiga medida de solidos. Viterbo diz que fazia tres quartas do alqueire. Tambem a havia para o vinho, sendo mais usada para o pão e sal.

Cayres. V. *Caires.*

Cayrui. Reino do segundo distr. da prov. ou região portugueza dos Bellos, da ilha de Timor, Oceania, no centro da ilha.

Cazamansa. Rio da prov. da Guiné, na Africa

Occidental. E' muito importante como limite septentrional d'esta possessão portugueza. Foi descoberto em 1445 por Diniz Dias, comquanto tambem se affirme tel-o sido em 1446 por Antonio de Nola e Luiz de Cadamosto quando, por ordem do infante D. Henrique, percorreram a costa da Guiné até ao rio Geba. V. *Guiné*.

Cazambe. Pov. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cazana. Pov. da prov. de Pernem, 1.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, na India.

Cazanem. Pov. da prov. de Pernem, 1.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Bardez, na India.

Cazanga. Nome de tres povoações do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cazanga *(Ilha)*. Denominação dada á parte mais alta da lingua de terra que corre da ponta das Palmeirinhas para o N e parallelamente á costa de Loanda, do conc. de Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola. Fica fronteira ao morro de S. João de Cazanga, e é muito arborisada. Na pretendida ilha de Cazanga ha uma pov. e uma freg., de S. João Baptista. Tambem se diz *Cazenga, Cazeange* e *Carenga*. ‖ Nome de 4 povoações do conc. de Duque de Bragança, distr. de Loanda, prov. de Angola. ‖ Pov. do conc. de Massangano, do mesmo distr. e prov. ‖ Pov. do conc. de Novo Redondo, distr. e com. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, na margem direita do rio Cuvo, a 15 k. ao NE pov. de Benguella-a-Velha.

Cazanho. Pov. da freg. de N. S.ª do O', de Paião, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Cazaolem. Pov. da ilha e arceb. de Gôa, prov. distr. e com. das Ilhas, Velhas Conquistas, na India, a O da ilha.

Cazaza. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cazegas. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Covilhã, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 1:190 hab. e 272 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa postal. A pov. dista 27 k. da séde do conc. e está situada proximo d'uma ribeira affluente do rio Paul. Os condes de S. Vicente eram os senhores d'esta freguezia. O vigario de N. S.ª da Silva do Castellejo apresentava o cura, que tinha diversos generos e 10$000 réis em dinheiro. A terra é fertil, e produz muito mel e cêra. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21 com a séde em Castello Branco.

Cazegut. Ilha do archipelago de Bijagoz, na costa do distr. da Guiné de Cabo Verde. E' das mais habitadas. Tambem lhe chamam *Ilha da Ponta*.

Cazelhos. Pov. na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Cazella. Nome de tres povoações do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola. ‖ Nome de duas povoações do conc. de Golungo Alto, do mesmo distr. e prov. ‖ Nome de duas povoações do conc. de Pungo Andongo, do mesmo distr. e provincia.

Cazella-Menha. Confluente da margem esquerda do rio Quige, no conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cazellas. Logar situado a meio e á beira da estrada real que principiando no alto da Ajuda, se encosta no lado norte do cemiterio da calçada do Galvão, passa entre as quatro casas do logarejo de Caramão, e segue de um só lanço, ensombreada por algumas oliveiras, até se cruzar com o novo caminho que vem dos Jeronymos, e que se formou sobre o leito rochoso, d'um riacho quasi sempre secco, e que acompanha d'um lado o muro da cerca da Casa Pia, e do outro as terras do Manuelsinho, de Arcolena. Este valle era outr'ora semeado de arruinadas minas d'agua, cujos respiradouros cylindricos ou ponteagudos e outros accidentes do terreno escalvado pela torrente das chuvas, lhe grangearam a denominação caracteristica do caminho dos Pocinhos. Seguindo pela estrada real das Oliveiras, chega-se a Cazellas, onde se goza um bonito aspecto de campo, de quintas e de hortas. A' entrada do logar, á esquerda, vê-se a extensa quinta de Santo Antonio de Cazellas; á direita encontra-se um pequeno predio urbano, e uma pequena quinta, que ha annos pertencia a um laborioso vaqueiro e hortelão, chamado Francisco da Obra. Com esta propriedade defronta uma alameda; segue-se-lhe outra pequena propriedade, á qual se encosta o chafariz da terra, cujos sobejos vão encher a Preza, sitio deveras lindo pelos seus gigantescos ulmeiros e bem amanhadas hortas, e pelo tanque onde lavam as mulheres de Cazellas e do Alto da Raposa, sitio que lhe fica sobranceiro. Este chafariz, que tem duas bicas, foi mandado fazer pela Resolução de 30 de dezembro de 1824 e acabado em 1826, importando em 1:150$444 réis, tendo a sua nascente quasi na distancia de 70 palmos. Por despacho da direcção das Aguas Livres, de 28 de julho de 1825, correm os sobejos, como dissémos, para os visinhos mais proximos, porque já se utilisavam dos de uma antiga bica, que existira n'este sitio. A construcção do chafariz foi dirigida pelo mestre geral das Aguas Livres, Felix José da Costa. De verão e de inverno a agua corre abundantemente pelas duas bicas, mas os visinhos da Preza são por occasião das seccas bem lezados, por causa das muitas carroças de lavradores distantes, que vão esvasiar o tanque com grandes pipas. Todos os annos, no ultimo domingo de agosto, costuma haver festa, arraial e procissão, que sae da ermida de Santo Antonio. Cazellas n'esse dia, reveste-se de gala, e recebe alegremente no seu recinto grande concorrencia, não só dos povos visinhos, mas de sitios mais distantes, como Bemfica, Belem, etc.

Cazellinha. Pov. na freg. de S. Paio, de Agua Longa, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Cazellinhas. Pov. na freg. de Santa Maria, de Torre, conc. de Amares, distr. de Braga.

Cazello. Nome de duas povoações de conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cazemba. Pov. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cazemba de Baixo. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cazengo. Conc. do distr. de Loanda, prov. de de Angola, Africa Occidental. A séde do conc. é na pov. de Caculo, logar de pequena importancia, e ultimamente determinou-se a sua transferencia para Andalatando. Cazengo é notavel pela fertilidade dos seus terrenos, onde existem as mais bellas plantações de café e canna sacharina de toda a prov. de Angola. Até 1843 pertenceu Ca-

zengo ao conc. de Massangano, mas tendo crescido a sua importancia agricola os habitantes pediram, n'aquelle anno, a creação do novo conc. com a séde em Caculo. Actualmente a séde é em Andalatando, como se disse acima. V. *Caculo* e *Andalatando*.

Cazével. Villa e freg. de S. João Baptista, da prov. do Alemtejo, conc. de Castro Verde, com. de Almodovar, distr. e bisp. de Beja; 716 hab. e 190 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. A villa dista 12 k. da séde do conc. e está situada entre duas ribeiras que fórmam um affluente do Sado. Pertenceu ao conc. de Messejana até 1855, já hoje extincto, e desde então pertence ao de Castro Verde. Era da Corôa. O rei, como administrador da ordem de S. Thiago, apresentava o prior, que tinha diversos generos e 20$000 réis pagos pela commenda da villa. D. Manuel deu-lhe foral, em Santarem, a 20 de setembro de 1510. Cazével tinha camara e juiz de fóra, que tambem governava as villas de Messejana e Aljustrel. Tem Misericordia pobre. A terra é fertil em cereaes. Pertence á 4.ª div. mil, e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro. Em Cazével ha est. do caminho do ferro da linha do sul e sueste, entre as de Carregueiro e de Ourique. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. da Estremadura, conc., com. e dist. de Santarem, patriarc de Lisboa; 1:252 hab. e 220 fog. A pov. dista 25 k. da séde do conc. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. A Mesa da Conciencia e Ordens apresentava o vigario, que era freire da Ordem de Christo, tinha de renda 40$000 réis, pagos, pela commenda, e o pé d'altar. A terra é muito fertil, cria gado, especialmente porcos, e tem muita caça. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa. || Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Ega, conc. de Condeixa a Nova, distr. de Coimbra.

Cazoa. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, a cerca de 58 k. do NE de Golungo Alto.

Cazondo. Nome de cinco povoações do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cazondo 2.º. Pov. do conc de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cazondo de Cima. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cazotri. Pov. da prov. de Astrogar, 4.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, na India.

Cazu. Pov. do conc. de Cabiuda, districto do Congo, prov. de Angola.

Cazuba. Pov. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cazuella. Pov. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cazulla. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola

Cazullo. Pov. do conc. de Icolo o Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cazumbe. Vasto sertão do distr. de Tete, na prov. de Moçambique. Minas de cobre exploradas pelos indigenas para adornos proprios.

Cazundo. Pov. do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. d'Angola.

Cazurvado. Pov. da prov. de Bally, 4.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, na India.

Cazuzo. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cêa. V. *Ceia*.

Ceada. Pov. na freg. do Salvador, de Carregoza, conc. de Oliveira de Azemeis, districto de Aveiro.

Cebido. Pov. na freg. de S. Martinho, de Christoval, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Cebo. Rio da prov. ou região dos Bellos, na ilha de Timor, Oceania. Atravessa a cidade de Dilly, capital da mesma provincia.

Cebola. Pov. e freg. de S. Jorge, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Covilhã, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 793 hab e 131 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 22 k da séde do conc. e está annexada civilmente á freg. de Cazegas. Pertence á 2.ª div. mil, e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Cebolaes de Baixo. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Sarnadas de Rodão, conc. de Villa Velha de Rodão, distr. de Castello Branco.

Cebolaes de Cima. Pov. e freg. de N. S.ª dos Prazeres, da pov. da Beira Baixa, conc., com. e distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 771 hab. e 344 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem direita do rio Ponsul. Pertence á 2.ª div. mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Cebolal *(Quinta do)*. Na freg. de N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa,

Cebolar. Pov na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

Ceboleira *(Quinta da)*. Na freg. dos Santos Reis, do Campo Grande, 3.º bairro de Lisboa.

Ceboleiro *(Monte do)*. Na freg. de Santo Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Cecilio *(Quinta do)*. Na freg. de Santo Antonio, de Covões, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Cedães. Pov. e freg. de Santo Ildefonso, da prov de Traz-os-Montes, conc e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança; 651 hab. e 141 fog. Tem correio e esc. do sexo masc. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada na margem direita d'uma ribeira. O reitor de N. S.ª da Encarnação, de Mirandella, apresentava o cura, que tinha 8$000 réis e o pé d'altar. A terra é muito fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10 com a séde em Mirandella.

Cedainhos. Pov. e freg. de S. Cypriano, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança; 115 hab. e 27 fog. Tem caixa post. A pov. dista 10 k. da séde do conc. E' pov. antiga e está situada, junto e na margem esquerda d'uma pequena ribeira. Foi villa, e hoje está annexa civilmente á freg. de Cedães. Pertenceu ao conc. dos Cortiços, que se extinguiu em 1855, passando desde então para o de Mirandella. O reitor de Bornes apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. Antigamente havia na casa da camara um freio de metal, para castigar as mulhe-

res bravas e maldizentes, e mesmo todas as pessoas que proferiam palavras obscenas ou calumnias Era applicado da mesma fórma do que ás cavalgaduras. Nas camaras de Mós e de Murça ainda em 1834 havia eguaes freios e com a mesma applicação.

Cedões. Pov. na freg de S Thiago, de Bougado, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto.

Cedofeita *(Henrique Coelho de Sousa, 1.º visconde e 1.º conde de).* Commendador da ordem de Christo e da ordem da Rosa, do Brazil, consul de Portugal, e agente consular de Portugal no posto de juiz de fóra, na provincia de Minas Geraes, abastado proprietario e capitalista. Parece ter nascido no Porto, ou nas visinhanças d'esta cidade. Foi-lhe concedido o titulo de visconde pelo fallecido rei D. Luiz I, por decreto de 15, e carta de 19 de julho de 1869, sendo elevado a conde pelo decreto de 2 e carta de 9 de dezembro de 1875.

Cedofeita. Antiga freg. no bairro occidental do Porto, cujo orago é S. Martinho de Tours, com 5:030 fogos e 27:046 hab. A'cerca da sua fundação, dizem alguns escriptores, que remonta ao seculo VI, e que foi Theodomiro, rei dos suevos, quem construiu o convento em 559, por um voto que fizera a S. Martinho de Tours, para que salvasse seu filho Ariamiro d'uma grave doença que o accommettera, e que ambos, depois de convertidos á fé catholica, ali fôram baptisados por Lucrecio, bispo de Braga. Esta opinião é contestada por outros escriptores, que pretendem que, na epoca a que se allude, o Porto não passava d'um pequeno logar fortificado, e que só em 585 é que principiou a ser séde d'um bispado, pouco antes da destruição do reino suevo na Galliza, pelo rei godo Leovegildo. Segundo a tradição, Theodomiro foi quem dedicou esta egreja a S. Martinho de Tours, dando-lhe muitos rendimentos e uma collegiada de conegos, que por muitos annos viveram em communidade e conventualmente, observando a regra de Santo Agostinho, mas pelo decurso do tempo, alcançaram bullas apostolicas para viverem separados e em casas proprias A collegiada compunha-se de um D. prior com 5:000 cruzados de renda, um chantre, um mestre-escola, um thesoureiro-mór, oito conegos prebendados, tres de meia prebenda, oito capellães, sacristão, coristas, serventes e um cura para administrar os sacramentos. Os conegos eram antigamente senhores absolutos dos direitos de todo o peixe que se pescava desde Aveiro até á Galliza. O D. prior era da apresentação *in solidum*, do papa. Hoje, na freguezia existe o D. prior que administra espiritualmente, e a quem vulgarmente chamam abbade, e dois curas. Durante o dominio agareno, sempre se celebraram n'esta egreja os officios divinos, mediante certo tributo. A construcção da egreja recommenda-se pela sua incontestavel antiguidade. E' de grosseira architectura gothica, baixa, e com toscas esculpturas. Pinho Leal, no vol. V do *Portugal antigo e moderno*, a pag. 103, diz que a egreja foi sagrada por Lucrecio, bispo de Braga, no pontificado do papa João III, que governou a egreja desde 561 até 575. Isto constava d'uma inscripção latina, que tinha a data de 1767, a qual existia sobre a porta principal, e que ficou illiminada quando a egreja se reconstruiu Os documentos mais antigos que se encontram no cartorio, são de 1316. A egreja tem o altar-mór, e ao lado dois altares, e a capella do Santissimo; gosava de grandes privilegios e isempções, e notaveis prerogativas, concedidas por Theodomiro, e pelos nossos antigos monarchas, D. Affonso I, II, III, IV e V, D. Diniz, D. Pedro I, e D. João I e II. No referido vol. do *Portugal antigo e moderno* veem publicadas estas doações, assim como uma *carta de salvo conducto a favor do mosteiro de Cedofeita no tempo da dominação dos moiros*, que tem a data de 755; a doação de Theodomiro é do anno de 560. A freguezia de Cedofeita tem prosperado e desenvolvido muito. Pertence-lhe a Boa Vista, uma das ruas de maior extensão que existem no Porto, e de grande importancia. N'esta rua estão situados os seguintes edificios: Hospital Militar D. Pedro V, Hospital de Creanças Maria Pia e o Asylo Escola D. Maria Amelia. A' collegiada da egreja de Cedofeita pertenceram muitos varões illustres, dos quaes mencionaremos: S. Paschasio, conego, discipulo do 1.º prior S. Martinho de Dume; D. Beltrão de Monfaves, D. prior commendatario, e depois cardeal; D Gonçalo Pereira, deão do Porto, arcebispo de Braga, e depois de Lisboa; D. Manuel de Sousa, bispo de Silves e arceb. de Braga; o infante D Henrique, irmão de D. João III, arceb. de Braga e de Evora, cardeal, e depois rei de Portugal; D. João Caetano Ursini, cardeal, D. prior commendatario; D. Nicolau Monteiro, mestre de D. Affonso VI e de D. Pedro II, e bispo do Porto; D. fr. José Maria de Affonseca Evora, D. prior commendatario, e bispo do Porto; o conselheiro Antonio Maria Correia de Bastos Pina, D. prior, irmão do actual bispo conde de Coimbra; D. Francisco Correia de Lacerda, D. prior, etc.

Cedofeita. Aldeia na prov. do Douro, na freg. de Santa Maria, do Valle, conc. da Feira, distr. de Aveiro. Está situada em planicie, cercada de montes pouco elevados, e muito fertil e aprazivel. Passa aqui o rio Inha, que rega e fertilisa os seus campos, e onde tem uma ponte. ‖ Povoações nas freguezias: Santa Cruz do Douro, conc. de Baião, distr. do Porto. ‖ Santa Maria, de Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. ‖ S Mamede, de Villa Maior, conc. da Feira, distr. de Aveiro. ‖ S. Paio, de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Cedovim. Villa e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de V. N. de Foscôa, distr. da Guarda, bisp. de Lamego; 1:102 hab. e 267 fog. Tem escolas para ambos os sexos e est. post., permutando malas com a R. A. D. A villa dista 20 k. da séde do conc. e está situada na ladeira d'um penhasco, proximo ao rio Tejo, cujas margens são ali ensombradas de frondosos soutos. Foi do conc. de Freixo de Numão até 1855, anno em que foi extincto, passando então para o de V. N. de Foscôa. Chamava-se antigamente Cedaviz, e é este o nome que se lê no foral que D. Affonso III lhe deu, em Lisboa, a 5 de fevereiro de 1271. O rei e o bispo de Lamego apresentavam alternativamente o abbade, que tinha de rendimento 40$000 réis. Cedovim pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Cedrim. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Douro, conc. de Sever do Vouga, com. de Agueda, distr. de Aveiro, bisp. de Vizeu; 667 hab. e 147 fog. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 5 k. da

séde do conc. e está situada proximo da margem esquerda do rio Vouga. E' pov. muito antiga. Em 1017 tinha um mosteiro de monges benedictinos. Por decreto de 21 de novembro de 1895 foi esta pov. annexada ao conc de Albergaria a Velha, por ter sido supprimido o de Sever de Vouga, mas voltou para este, que foi restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 24 com a séde em Aveiro.

Cedro. Pov. na freg. de S. Mamede, de Villa Verde, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Cedros. Ilha do Fayal; villa e freg de Santa Barbara, conc., com. e distr. de Horta, bisp. de Angra do Heroismo; 3:281 hab. e 834 fog. A villa dista 25 k. da capital do distr. e está situada a E da prov. de Capello e a NO da de Salão. E' a pov. mais populosa da ilha. Tem escolas para ambos os sexos e correio permutando malas com o Fayal. Tractos de terreno muito ferteis e cultivados; gados e pescarias. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25 com a séde em Angra do Heroismo. || Ilha das Flôres; pov. e freg. de N. S.ª do Pilar, conc de Santa Cruz, distr. de Horta, bisp. de Angra do Heroismo, 325 hab. e 111 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. permutando malas com Santa Cruz. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25 com a séde em Angra do Heroismo. || Ponta ou cabo na ilha de Santa Maria, Açôres, a cerca de 3 k. ao N da ponta do Castello. || Ponta ou cabo na costa N da ilha do Fayal, a 10 k. ao NO da ponta de Esplamaça. Entre estas duas pontas ha uma vasta bahia ou enseada abrigada dos ventos de SO a EN pelo Sul.

Cedula. Apolice; papel-moeda representativo de sub-divisão das notas de banco. *(V. Apolice)*. Por portaria de 14 de maio de 1830 mandou a regencia da ilha Terceira imprimir cedulas do valor de 500, 250 e 100 réis. Em 1892, em Portugal, fôram emittidas cedulas de 50 e 100 réis, que duraram até 1900, anno em que fôram substituidas pela actual moeda de nickel.

Cegôa. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Cegonhas *(Monte das)*. Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Rosmaninhal, conc. de Idanha-a-Nova, distr de Castello Branco.

Cegonheira. Pov. na freg. de N. S.ª da Alegria, de Antanhol, conc. e distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Romão, de Coronado, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto.

Cegonheira de Baixo e **de Cima**. Duas povoações na freg. de S. Miguel, de Silvares, conc. da Louzada, distr. do Porto.

Cegos. O ensino dos cegos em Portugal data já de muitos annos, foi, porém, a lei de 22 de dezembro de 1894 que estabeleceu o ensino official. D. João VI fundou no palacio do conde de Mesquitella, na Luz, o primeiro instituto de cegos e surdos mudos, o qual se inaugurou no anno de 1823, sob a protecção da infanta D. Izabel Maria. Para esse fim mandou aquelle soberano vir da Suecia a expensas suas, o director do instituto de Stockholmo, P. A. Borg, o qual, no fim de nove mezes de ensino, apresentou dois alumnos a D. João VI e á infanta protectora. Esta apresentação realisou-se no dia 22 de outubro de 1825 em Mafra, onde então estava a côrte. Um dos alumnos surdos-mudos tinha 12 annos de edade, e o outro 10. A *Gazeta de Lisboa*, publicada n'essa epoca, teceu grandes elogios ao zelo de Borg. e dos dois professores que o tinham auxiliado, seu irmão João Hermano Borg e José Chrispim da Cunha. Este estabelecimento deixou de existir em 1834, ficando encorporado na Casa Pia. A lei de 22 de dezembro, acima citada, nunca teve execução, e o ensino profissional dos cegos já se havia iniciado no Alemtejo, em Castello de Vide, por iniciativa particular, em 1863 *(V. Castello de Vide)*. A Misericordia do Porto começou tambem em 1897 a cuidar da installação d'um asylo de cegos. Avultados legados que recebera, permittiram-lhe iniciar a construcção do *Asylo de D. Manuel*, onde os cegos receberão instrucção geral e profissional. Será mais um instituto de caridade sustentado pela Santa Casa da Misericordia do Porto.

Cegos. Pov. na freg. de Santa Maria, de Landim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Ceia *(D. Antonio Manuel de Menezes, 1.º conde de)*. Gentil-homem da camara de D. João VI, par do reino em 30 de abril de 1826, de que prestou juramento em sessão da respectiva camara de 31 de outubro; grã-cruz da ordem de N. S.ª da Conceição; commendador das ordens militares de S. Bento de Aviz e antiga da Torre e Espada; capitão de fragata; major general da esquadra que trouxe a familia real do Brazil a Lisboa em 1821, onde chegou a 4 de julho. N. a 6 de setembro de 1788, fal, a 2 de dezembro de 1848. Era filho de D. Antonio Luiz de Menezes, 3.º marquez de Tancos, e de sua mulher D. Domingas Manuel de Noronha, filha da 2.ª marqueza de Tancos. O conde de Ceia casou a 24 de janeiro de 1816 com D. Marianna de Miranda Correia, dama de honor da rainha D. Carlota Joaquina, filha unica de Manuel de Miranda Correia, cavalleiro professo na ordem de Christo e de sua mulher, D. Brigida de Carvalho. D'este consorcio houve um unico filho, do mesmo nome de seu pae, que herdou a casa e o titulo; nasceu a 18 de julho de 1823, e fal. ha annos, muito pobre e quasi esquecido. O titulo de conde de Ceia foi concedido em duas vidas por D. João VI, por decreto de 13 de maio de 1820, e carta de 10 de maio de 1823, sendo renovado no 2.º conde, e em verificação de vida, por D. Maria II, decreto de 28 de janeiro de 1840 e carta de 5 de julho de 1845. O brazão d'armas é o dos marquezes de Marialva.

Ceia *(D. Henrique Manuel, conde de)*. Alcaide de Cintra e alferes-mór do reino, a quem el-rei D. Fernando I agraciou com o titulo de conde de Ceia. Era filho natural de D. João Manuel, senhor de Biscaya, e pae de D. Constança, primeira mulher de D. Pedro I. Veiu para Portugal com sua irmã. As suas armas são: escudo dividido em pala; na primeira, de prata, um leão vermelho; na segunda, uma asa de ouro saindo do coto uma mão de homem, da sua côr, com a espada levantada. Timbre a mesma asa e mão armada. Quando falleceu D. Fernando, era alcaide de Cintra, e percorreu as ruas de Lisboa com a bandeira real, proclamando a realeza da filha do monarcha e de seu marido, D. João I de Castella, correndo serios perigos, porque o povo alvorotado, já começava a insurgir-se, esperançado no

Mestre de Aviz. Manteve a bandeira castelhana no castello de Cintra, até que os castelhanos fôram expulsos do reino; e parece que os acompanhou, não voltando mais a Portugal, não havendo nunca mais noticias a seu respeito.

Ceia. Villa da prov. de Beira Baixa, séde de conc. e com. de 2.ª classe, distr. e bisp. da Guarda, relação do Porto, séde do circulo de sub-inspecção de instrucção primaria, composto dos concelhos de Ceia, Gouveia e Fornos d'Algodres. Tem uma só freguezia, cujo orago é N. S.ª d'Assumpção. Está situada em bonita posição, n'um alto. nas faldas da serra da Estrella, dominando um bonito valle que lhe fica inferior, na margem esquerda do Mondego, sobre o qual tem tres pontes, sendo uma d'ellas de pedra. E' lindissimo o horisonte que se descobre dos outeiros que circumdam a villa. Alguns escriptores pretendem, que é oriundo de Ceia o grande Veriato, destemido e heroico pastor, que por tantas vezes bateu as tropas romanas. A villa é muito antiga; dizem que foi fundada pelos turdulos 450 ou 300 annos antes de Christo, caindo mais tarde no poder dos romanos, que depois a conquistaram os alanos, sendo em 715 tomada pelos arabes, e em 910 resgatada por D. Ordonho II, rei de Portugal e Galliza. Almansor, rei de Cordova, a reconquistou em 985, e finalmente Fernando I, o *Magno*, de Castella, a tirou do poder dos arabes em 1037 ou 1038, sendo encarregado da construcção do castello o cavalleiro Pedro Ceia, da casa de Ceia na Galliza, motivo porque o padre Carvalho da Costa, na sua *Chorographia*, diz que o castello e a villa tomaram o nome d'este seu antigo governador. No tempo de D. Affonso Henriques estava quasi despovoada, devido ás continuas guerras entre christãos e moiros. Em 1133 o castello, que estava então bem fortificado, serviu de entrincheiramento a Ayres Mendes e Pedro Paes, que tinham perfilhado a causa de Castella. Eram naturaes de Vizeu, e já haviam tomado anteriormente armas contra D. Affonso Henriques, passando-se aos leonezes, quando aquelle monarcha em 1129, estivera a ponto de encorporar Galliza no dominio portuguez. D. Affonso fez-lhes guerra até que sendo vencidos, os despojou dos seus vastos bens e terras que possuiam nos arredores da villa, dos quaes fez doação ao seu valido João Viegas. Data desde então o seu primeiro foral, concedido por D. Affonso Henriques em maio de 1136, e n'elle se dá o titulo de cidade *Civitatem Senam.* D. Sancho I confirmou este foral, ampliando-o e concedendo grandes privilegios em 1188. D. Affonso II deu-lhe outro foral, em Coimbra, em dezembro de 1217, e D. Manuel deu-lhe foral novo em Santarem, no 1.º de junho de 1510. Durante o antigo regimen, Ceia teve juiz de fóra, vereadores, procurador do concelho, juiz dos orphãos com os respectivos escrivães, dois tabelliães, etc. Teve tambem antigamente alcaide-mór, e até 1834 capitão-mór com tres companhias de ordenanças, sendo o ultimo capitão-mór de Ceia o morgado de Girabolhos Ferreira da Cunha, ascendente da illustre familia Falcão

Brazão de Ceia

e Povoas, da cidade da Guarda, hoje representada pelo juiz de direito Alvaro de Mendonça Falcão e Povoas. Dizem que foi natural d'esta villa Santa Antonina, que segundo uns foi martyrisada pelos romanos, no anno 300 no tempo do imperador Diocleciano, e outros querem que o martyrio lhe fôsse dado pelos moiros em 716. A imagem d'esta santa venera-se na egreja matriz. Não existem hoje vestigios alguns das edificações dos primeiros tempos da monarchia, pois que as mais antigas que se conhecem, a capella de S. Pedro e casas do Palhão, hoje de Antonio Fragoso de Abrantes, a do dr. José Albano Tavares do Couto e outras, são todas do seculo XV. Em 1808 começou a construir-se a egreja matriz, que é um templo magestoso, edificado no cume do monte, onde n'outro tempo existiu o castello. E' um dos melhores templos da provincia da Beira. Não está ainda concluido, mas foi sagrado com grande pompa a 15 de agosto de 1859. Ha perto de 50 annos o padre Marcos, reitor de Ceia, e outras pessoas importantes tomaram influencia pela continuação das obras, e modernamente tambem teem trabalhado para que ellas se concluam o reitor Antonio Vieira de Figueiredo e outros cavalheiros. O templo tem sido construido á custa de esmolas e donativos, e é grandioso, com especialidade na parte interna. Além das obras de talha e douradura, tem umas bellas imagens de N. S.ª d'Assumpção, Coração de Jesus, Coração de Maria, e N. S.ª da Piedade, de tamanho natural e perfeitas, que fôram offerecidas pela Associação do Coração de Jesus. Em Ceia ha edificios particulares muitos importantes, pertencentes a familias nobres, e muitos chalets, como o palacio das Obras, principesca vivenda, estylo pombalino, construido no seculo XVIII pelo dr. Francisco José Pinto de Mendonça, sendo a sua actual proprietaria a sr.ª D. Maria Joanna de Mello Pinto de Mendonça Arraes Stokler; a propriedade do sr. dr. Agostinho d'Abranches Teixeira Fazenda Viegas; a casa do Castello, construida em 1873 pelo dr. Abel Eduardo da Motta Veiga; a casa d'Além do Ribeiro, que pertenceu aos viscondes de Molellos, e é hoje propriedade do sr. conselheiro José de Brito Freire de Vasconcellos; o chalet do sr. conselheiro Arundio da Motta Veiga, e o do abastado capitalista o sr. Domingos Mendes Martins, etc. Ceia tem Misericordia, um pequeno hospital, escolas para ambos os sexos, club, estação teleg e post. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. B. A-Nellas; advogados, hoteis, medicos, pharmacias, notarios, sociedade de recreio *Philarmonica Cenense*, agencias do *Banco de Portugal*, *Commercial do Porto*, *Credit Franco-Portugais*, banco *Economia Portugueza;* agencias das companhias de seguros *Fidelidade*, *Indemnisadora*, *Internacional*, *Tagus e Portugal;* feira ás 4.ªˢ feiras e no 2.º domingo de cada mez. Esta villa é um facil ponto de passagem para a serra da Estrella, sendo preferida pelos viajantes, que pretendem visitar as montanhas, os cantaros e as lagôas. Tem boas estradas para as freguezias de S. Thiago, Paranhos, Santa Comba, Santa Marinha, S. Martinho, S. Romão, Pinhanços, Folhadosa, Torrozello, Touraes e Vallezim. Em Ceia houve um convento muito antigo de frades cruzios, chamado *Convento de*

S. Romão de Ceia, que foi incendiado pelos moiros a 17 de fevereiro de 1196, morrendo queimados o prior D. Paio Godinho e todos os frades. O convento foi reedificado, mas não se sabe por

Palacio das Obras

quem; o que passa por ser verdadeiro, é que em 1226 já tinha outra vez religiosos, porque n'esse anno D. Sancho II quiz tirar-lhe a villa de Vallezim, e o prior de S. Romão, D. André Alvares, se oppoz, dizendo que estava dentro do seu couto, e não a cedeu. O convento foi novamente destruido, ignorando-se tambem o motivo, ficando o de Santa Cruz de Coimbra, até 1450, com a jurisdicção civel do couto de S. Romão de Ceia, e até 1834 com muitas propriedades que tinham sido do mosteiro. Em 1660 ainda existia junto da egreja, a torre que fôra do convento, e n'esse anno a mandou demolir o conde de Portalegre, D. João da Silva, senhor do couto de S. Romão. A terra é fertil em cereaes, azeite, vinho, fructas, gado e caça; pertence á 2.ª div. mil., 4.ª brigada, grande circumscripção mil. do Centro, e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. A casa da camara é um bom edificio sobre bonitas arcarias; n'esta casa está o tribunal, o quartel militar e varias repartições; existem tres fontes publicas, sendo a mais importante a do largo da Misericordia. E' um bom chafariz, todo de cantaria, em fórma de cruz dos antigos cruzados. Ao centro vê-se uma base quadrilatera, que mede 2 m de altura por 90 cent., de largura, encimada por 5 grandes bolas de pedra assentando uma pyramide conica de 4 m. de altura, com as armas da villa na face que olha ao norte. A agua que é abundantissima, pura e crystallina, entra no chafariz por 4 grandes bicas de bronze. E' o brazão de Ceia: em campo azul uma torre ameiada, da sua côr, circular, com uma porta e por cima d'ella uma fresta redonda; sobre a torre uma estrella de prata de cinco pontas, e de cada lado da mesma torre uma azinheira. Não se encontra no archivo da camara documento algum ácerca da data da concessão d'este brazão d'armas, o que não admira, porque os proprios do archivo municipal arderam no incendio do palacio das Obras em setembro de 1810, que tinha sido o quartel-general de Wellington, poucos dias antes da batalha do Bussaco, e que os francezes incendiaram, quando por ali passaram em perseguição d'aquelle general, tendo sido enormes os prejuizos. Tambem incendiaram a capella de N. S.ª do Rosario na quinta do mesmo nome. O conc. de Ceia comprehende 28 freguezias com 2:577 fog. e 31:605 hab., sendo 14:774 do sexo masc. e 16:831 do fem., n'uma superficie de 48:545 hect. A villa dista 72 k. da séde do distr. As freguezias são: N. S.ª do Rosario de Alvôco da Serra, 1:175 hab.: 556 do sexo masc. e 619 do fem.; S. Romão, de Cabeça, 375 hab.: 193 do sexo masc. e 182 do fem.; S. Sebastião, de Carragozella, 414 hab.: 202 do sexo masc. e 242 do fem.; N. S.ª da Assumpção, de Ceia, 2:661 hab.: 1:215 do sexo masc. e 1:446 do fem.; S. Pedro, de Folhadosa 510 hab.: 228 do sexo masc. e 282 do fem.; Santa Justa, de Girabolhos, 1:141 hab.: 544 do sexo masc. e 597 do fem.; S. Domingos, de Lages, 511

Misericordia

hab.: 220 do sexo masc. e 291 do fem.; Santa Maria Maior, de Loriga, 2:236 hab.: 965 do sexo masc. e 1:271 do fem.; S. Martinho, de Paranhos, 2:451 hab.: 1:080 do sexo masc. e 1:374 do fem.;

Santa Luzia, de Pinhanços, 871 hab: 105 do sexo masc. e 466 do fem.; S. João Baptista, de Sabugueiro, 414 hab.: 199 do sexo masc. e 215 do fem.; S. Martinho. de Sameice, 774 hab.: 332 do sexo masc. e 442 do fem; S. Pedro, de Sandomil, 2:255 hab.: 1:283 do sexo masc. e 972 do fem.; Santa Comba, 1:015 hab.: 463 do sexo masc. e 562 do fem; Santa Eulalia, 539 hab.: 223 do sexo masc. e 316 do fem.; Santa Marinha, 1:101 hab: 525 do sexo masc. e 576 do fem; S. Martinho, 786 hab.: 360 do sexo masc. e 427 do fem.; N. S.ª do Soccorro, de S Romão, 2063 hab: 943 do sexo, masc. e 1:060 do fem.; S. Thiago, 1:298 hab.: 623 do sexo masc. e 675 do fem.; N. S.ª do Rosario, de Sazes da Beira, 572 hab.: 277 do sexo masc. e 295 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Teixeira, 392 hab.: 170 do sexo masc. e 222 do fem.; N. S.ª do Rosario, de Torrozello, 757 hab.: 379 do sexo masc. e 378 do fem.; O Salvador, de Touraes, 2:129 hab.: 960 do sexo masc. e 1:169 do fem; N. S.ª do Rosario, de Travaucinha, 995 hab.: 453 do sexo masc. e 542 do fem.; N. S.ª do Rosario, de Vallezim, 773 hab.: 356 do sexo masc. e 417 do fem.; S. Thiago, de Varzea de Meruge, 452 hab: 220 do sexo masc. e 232 do fem.: N. S.ª d'Assumpção, de Vide, 2:408 hab: 1:165 do sexo masc. e 1:243 do fem.; S. Miguel, de Villa Cova á Coelheira, 563 hab.: 245 do sexo masc. e 318 do fem. O principal commercio do conc. é cereaes, queijo, vinho, azeite, milho, batatas, fructas, ovos, lãs e pelles, fazendo grande exportação de lãs para as provincias do norte de Portugal e Galliza. No conc. ha muitas e importantes fabricas de lanificios, sendo as principaes a dos herdeiros de Antonio Alves da Rocha, em S. Romão; a de Augusto Luiz Mendes, em Loriga; e a do barão de Alvôco da Serra, na pov. do mesmo nome. A villa de Ceia tem sido berço de muitos varões illustres, tanto nas armas como nas letras: Alvaro Gonçalves Coutinho, o *Magriço*, um dos doze de Inglaterra, que em 1390 partiram para aquelle reino, com licença de D. João I, a vingar 12 damas inglezas, motejadas de feias por alguns senhores do seu paiz. Foi em Ceia que todos se reuniram, vindo d'ali a Lisboa, onde embarcaram para a Grã-Bretanha; Fr. Gregorio de Carvalho, D. Abbade-geral da Congregação de S. Bernardo; Luiz Bernardo Pinto de Mendonça e Figueiredo, fidalgo, senhor de muitos morgados, desembargador da relação do Porto; D. José Pinto de Mendonça Arraes, bispo de Pinhel e da Guarda; Francisco Pinto de Mendonça Arraes, senhor de morgados, commendador da ordem de Aviz, coronel de milicias da Covilhã, etc.; João Pinto de Mendonça Arraes, conego da sé da Guarda, por muitas vezes governador d'este bispado, etc.; Luiz Pinto de Mendonça Arraes, barão de Vallongo, tenente-general que tomou parte na guerra peninsular, foi governador de Angra do Heroismo, Braga e Coimbra. etc.; Antonio Hortencio Mendes Cardoso, lente de Canones na Universidade de Coimbra, etc.; Manuel Eduardo da Motta Veiga, lente cathedratico da referida Universidade, parlamentar, orador sagrado e conego da sé de Coimbra; etc. Em Ceia teem-se publicado os jornaes seguintes: *Arte Nova*, novembro de 1903; *Correio de Ceia*, 2 de setembro, 1894; *Cenense (O)* 5 de outubro de 1895; *Estrella d'Alva*, em publicação; *Jornal de Ceia*, 29 de janeiro de 1899, em publicação.

Ceia. Ribeira no distr. da Guarda. Nasce na serra da Estrella, proximo da villa d'este nome, corre em curvas pelas immediações da mesma villa, e depois de receber o Cobral, lança-se no Mondego, defronte de Oliveira do Conde, com 35 k. de curso. As margens são muito apraziveis.

Ceiça. V. *Ceissa*.

Ceifão. Pov. na freg. de Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Ceife. Ribeira do distr. de Castello Branco. Nasce junto de Penamacôr, passa pela freg. de S. Miguel de Ache, e vae desaguar no Alpeadre, depois de 10 k. de curso.

Ceilão. Grande ilha do Oceano indico, situada a SE da extremidade meriodinal da India, de que está separada pelo estreito de Palk. Nos poemas mythologicos dos brahamanes da India apparece com a designação de *Langka*, outros chamam-lhe *Tamraparna*, d'onde os gregos fizeram *Taprobana*, nome que Luiz de Camões lhe dá nos *Lusiadas*. Ceilão vem de Simhala ou Sinhala, que quer dizer *asylo de leões*. Esta ilha é um ponto importante para o commercio. Hoje está sob o dominio da Inglaterra, formando com as ilhas proximas um governo colonial, sendo a capital Colombo, onde reside o chefe, e as cidades principaes Djafua, Ponta de Galles e Kandy, antiga capital dos principes cingalezes. Successivas invasões e roubos dos piratas arabes tinham arruinado Ceilão, quando D. Lourenço de Almeida, filho do vice-rei da India D. Francisco de Almeida, que se dirigia ás ilhas Maldivas, ali foi aportar em 1507 por engano do piloto, e o rei de Colombo promptamente se constituiu tributario do rei de Portugal, obrigando-se a pagar um tributo annual de 300 arrateis de canella e um certo numero de elefantes. Em 1518 chegou á ilha Lopo Vaz d'Albergaria, governador da India, com uma poderosa armada, indo encarregado de levantar uma fortaleza em Colombo. Começou então uma renhida lucta com os habitantes, de que resultou quasi todos os reinos da ilha se submetterem ao dominio portuguez. Em 1644 os hollandezes tentaram apoderar-se de Ceilão, e durante onze annos consecutivos a lucta foi constante, perdendo Portugal grande parte da ilha, podendo sómente conservar Colombo e a pequena fortaleza de Kulture, que era a chave da capital da ilha. Em 1655 os hollandezes resolveram tirarem-nos essa ultima fortaleza, e para isso empregaram todos os seus esforços, porém, n'esse anno fôra nomeado governador interino de Colombo Antonio de Sousa Coutinho, um dos ultimos heroes portuguezes no Oriente; em 23 de setembro do referido anno de 1655, os hollandezes desembarcaram em Kulture, e Antonio Mendes Aranha, que então governava aquella fortaleza, defendeu-a valorosamente. Sousa Coutinho mandou em seu soccorro Gaspar Figueira de Serpa, que se portou com a maior bravura. mas depois d'um mez de heroica resistencia, Kulture teve fatalmente de ser abandonada. Antonio de Sousa Coutinho, apezar da sua avançada edade, pois já contava 70 annos, conservava ainda indomavel energia, e determinou resistir até perder a ultima esperança de salvação, para que a fortaleza de Colombo, a ter de perder-se, fôsse com honra e perseverança. Além de Kulture, ainda cairam no poder do inimigo algumas fortalezas exteriores, que se andavam construindo, quando os hollandezes se

aproximaram para cercar Colombo, que afinal se rendeu em 1658, depois d'uma defeza heroica, que immortalisou o nome de Antonio de Sousa Coutinho e o dos seus companheiros d'armas. (V. *Colombo)* Assim terminou o nosso dominio em Ceilão. Os hollandezes tambem perderam a praça de Colombo em 1796, que ficou em poder dos inglezes. Quando a Hollanda foi transformada pelos francezes em republica batavica, a Inglaterra apoderou-se de Ceilão, que lhe foi cedida formalmente pela paz de Amiens, e que se submetteu completamente depois do captiveiro do rei cingalez em 1815. Em Ceilão ha uma missão portugueza, e em 1858 o governador geral da India foi autorisado a mandar edificar n'essa ilha uma egreja, e a contribuir para o pagamento das congruas aos missionarios.

Ceira. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. do Douro, conc., com., distr. e bisp. de Coimbra; 2:295 hab. e 514 fog. Tem correio, escolas para ambos os sexos, pharmacia. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, na confluencia do rio Ceira com o rio Corvo; tambem lhe corre proximo o rio Mondego. E' pov. muito antiga, já conhecida dos romanos que lhe chamavam *Celia*. D. Affonso Henriques mandou-a povoar em 1180, dando-lhe grandes privilegios. D. Manuel deu lhe foral novo em Lisboa, a 12 de março de 1514, com o nome de V. N. da Seira. A egreja está construida sobre um monte. Os condes de Athouguia apresentavam o prior, que tinha de renda 600$000 réis. Os rios Mondego e Ceira tornam esta terra fertil, a qual produz grande abundancia de fructa, sobretudo laranja e limão. Ceira pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra || Rio da prov. de Traz os-Montes, que nasce da grande fonte de *Roalde*, na freg. de S. Martinho d'Anta, e morre na margem direita do Douro, proximo de Galaúra. No sitio da Quéda, despenha-se d'uma altura de 44 m. por entre penhascos. As suas margens são em parte cultivadas. || Rio da prov. do Douro. N. ao S de Midões e da villa de Avô, e recebendo o Dueça pela margem esquerda, entra no Mondego, em frente de Coimbra.

Ceira dos Valles. Pov. na freg. de S. Silvestre e conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

Ceiroco e **Ceiroquinho.** Duas povoações na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Fajão, conc. de Pampilhosa distr. de Coimbra.

Ceissa. Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. da Extremadura, conc. e com. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 3:837 hab. e 617 fog. A pov. dista 6 k. da séde do conc., e está situada na margem esquerda da ribeira do mesmo nome. E' da Casa de Bragança. A pov. é muito antiga, já do tempo dos romanos, que lhe chamavam *Celium*. Houve aqui um convento da ordem de S. Bernardo, que foi fundado em 856 pelo abbade Jordão, de Lorvão. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. Em Ceissa ha caixa postal e esc. para o sexo masc. || Pequena pov. situada n'uma planicie cercada de montes, proximo das margens do Mondego, da Figueira da Foz e de Tentugal. E' um sitio muito pittoresco e ameno, onde se encontra a capella de Santa Maria de Ceissa e um convento arruinado. Pertence á freg. de N. S.ª da Conceição, de Lavos. A capella, segundo a tradição, é mais antiga que o convento; foi edificada em 850, reinando Ramiro II, rei de Leão. Esta capella depois de chegar a grande ruina, demoliu-se por ordem do abbade Manuel das Chagas, em consequencia da imagem da Virgem, que se venerava na capella, ter sido mudada por ordem do mesmo abbade para o mosteiro que já existia, e como a imagem tornasse a apparecer na sua antiga capella tantas vezes quantas a mudaram, o abbade mandou proceder á demolição, conforme dissémos, para assim contrariar tanta insistencia. Mas, segundo a lenda, a imagem appareceu então em cima d'um carrasqueiro, proximo da capella demolida, o que fez convencer o abbade Manuel das Chagas, que os seus esforços eram inuteis. Resolveu, portanto, edificar nova capella no mesmo local da antiga, e o novo edificio, em fórma octogona e maior que o primitivo, é o que actualmente existe. O mosteiro tornou-se em completas ruinas. D. Affonso Henriques em 1165 fundou um novo convento para recolher religiosos da ordem benedictina. Terminadas as obras vieram estabelecer-se no convento os monges de Lorvão, vindo com elles D. Fr. Paio Egas, que o rei nomeou abbade. Mais tarde D. Affonso Henriques, achando o edificio pequeno, mandou-o alargar, obra que não estava completa quando a morte o surprehendeu, mas que seu filho D. Sancho I concluiu. Este monarcha passou o convento para a ordem de S. Bernardo, por provisão passada em Leiria, no 1.º de março de 1195. O mosteiro durante o decurso do tempo soffreu varias modificações, até que ficou em ruinas. Quando se extinguiram as ordens religiosas em 1834, o convento estava já muito arruinado, e foi parte vendido, ficando em poder do Estado sómente a cerca, a egreja e a sacristia. || Ribeira do distr. de Santarem, que nasce proximo de V. N. d'Ourem, passa pela freg. de Ceissa, d'onde toma o nome, atravessa a linha ferrea do N, e entra no Nabão depois d'um curso de 25 kilometros.

Ceisseira. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Ceita *(Fr. João de)*. Religioso da ordem de S. Francisco da prov. do Algarve. N. em Lisboa em 1578, fal. no convento de Setubal em 1633. Foi bom poeta latino, apreciado prégador e theologo, guardião do convento de Coimbra e confessor do arcebispo de Evora D. José de Mello. Escreveu: *Quadragena de Sermões em louvor da Virgem Maria, e de Christo Senhor Nosso, conforme os evangelhos que a Egreja canta em suas festas*, Lisboa, 1619; *Quadragena segunda, em que se contém os dois santos tempos do anno, convém a saber, advento e quaresma, com oito sermões do Santissimo Sacramento*, Evora, 1625; *Sermões das festas da Virgem Santissima e de Christo Senhor Nosso*, etc., Lisboa, 1634; *Sermões para algumas festas de Santos da nossa ordem, apostolos, martyres*, etc., Lisboa, 1635; *Sermão da fé, prégado em o auto que o Santo Tribunal de Evora fez na mesma cidade no anno de 1624*, Evora, 1624. Os dois livros de sermões publicados em 1634 e 1635, já depois da morte do autor, imprimiram-se por ordem do provincial fr. Bento de Sousa.

Ceitil. Moeda de cobre mandada cunhar por D. João I, já no fim do seu reinado, para celebrar a tomada de Ceuta; valia a sexta parte d'um real; tinha no anverso as armas de Portugal e no

reverso uma cidade ao longo da agua. Os ceitis continuaram no tempo de D. Duarte, e depois no de seu filho D. Affonso V, tornando-se então muito abundantes; as legendas é que são variadissimas, encontrando-se algumas em portuguez; as marcas monetarias indicam L. P. e C. (Lisboa, Porto e Ceuta); esta ultima officina não se encontra em outra moeda da dynastia de Aviz; em vez das letras que teem os ceitis, do nome dos monarchas seu pae e seu avô, representam as muralhas de Ceuta com tres torres em cima, banhadas pelo mar. Estes ceitis de D. Affonso V, diz Teixeira Aragão a pag. 235 do 1.º volume da *Descripção geral e historica das moedas*, são vulgares, e encontram se facilmente nas excavações feitas nas ruas ou nos arrabaldes das povoações antigas de Portugal. Até ao reinado de D. Sebastião, o ceitil, assim como todas as moedas de cobre, teve diversos pesos e valores. Este monarcha mandou cunhar a moeda de 10 reaes, 3 reaes, real e meio e ceitil. A carta regia de 11 de julho de 1560 ordenou que se não lavrassem mais as moedas de 10 reaes e de real, fabricando-se o ceitil, mas do peso de 25 e meio grãos em vez de 18, como tinham os anteriores, conservando-se o mesmo cunho e valor. A lei de 22 de outubro de 1566 ordenou que se não lavrasse mais nas casas de moeda os 10 reaes, 5 reaes e 3 reaes, e que se continuasse com os ceitis no peso de 24 grãos cada um. N'este reinado começaram a apparecer na circulação, em grande escala, moedas de cobre falsas, tornando-se mesmo difficil distinguil-as das verdadeiras. Muitas d'estas moedas fôram fabricadas no estrangeiro com o cunho portuguez. Trataram se de providencias para se evitar este abuso, e julgou-se conveniente reduzir muito o valor das moedas, para impedir que continuasse a ser exportada do estrangeiro. O cardeal D. Henrique, então regente do reino na menoridade de D. Sebastião, escreveu a D. Margarida d'Austria, governadora de Flandres sobre este assumpto. Na extincta casa da moeda de Goreum ainda se conservam os anversos dos cunhos com as armas portuguezas e a legenda das moedas de D. Sebastião. A nova reducção do valor das moedas de cobre, deu em resultado ser supprimido o fabrico dos ceitis.

Ceivães. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Monsão, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 734 hab. e 161 fog. Tem medico, pharmacia, e feira a 27 de cada mez. A egreja parochial dista 10 k. da séde do conc. Foi commenda da ordem de Christo, dos marquezes de Villa Real até 1641, passando então para a Casa de Bragança. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Celada. Moeda. (*V. Barbuda*). ‖ Armadura de ferro, defensiva da cabeça. (*V. Armadura*).

Celadinha. Pov. na freg. de N. S.ª da Victoria de Mosteiro, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Celavisa. Villa e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. de Arganil, distr. e bisp. de Coimbra; 954 hab. e 209 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. permutando malas com Arganil. A villa dista 3 k. da séde do conc. e está situada n'um logar fundo e cercado d'altos montes. O bispo de Coimbra apresentava o parocho, que tinha 60$000 de rendimento e o pé d'altar. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23 com a séde em Coimbra. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Celerinos. Povos que habitavam ao norte do Douro nas margens do Ave, e cujo paiz confinava com o dos nemetatos. Estes dois povos, os *limicos* e outros da provincia do Minho, e de parte da Galliza, tinham o nome geral de *bracarenses*, por serem da prov. de Bracara. Estes celerinos, que segundo consta, ajudaram a construir a ponte de Chaves, descendiam dos *gravios* ou *graios*, ou eram uma tribu d'elles, descendentes dos gregos.

Celess. Pov. da prov. de Canácona, 4.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, na India.

Celestino *(Antonio Maria)*. Cantor. N. em Lisboa em 1824, fal. no Rio de Janeiro em 1871. Aprendeu musica na aula da Sé, com o professor Gomes Pincetti. Foi moço do coro emquanto conservou a voz de soprano, e tendo se-lhe depois desenvolvido rapidamente uma boa voz de barytono, passou ao quadro dos cantores. Entrou na irmandade de Santa Cecilia a 13 de março de 1843, e em 1844 foi escripturado para o theatro de S. Carlos pelo empresario Antonio Porto. Estreou-se a 15 de janeiro de 1845, na Lucrecia Borgia. No verão d'esse anno fez parte da companhia do theatro de S. João do Porto, como segundo baixo, conservando-se desde então, até 1862 com pequenas interrupções, em S. Carlos, e fazendo repetidas temporadas no Porto. Em março de 1853 adoeceu de repente o primeiro baixo, estando annunciada a representação do *Ernani*, e Celestino prestou se logo a substituil o n'aquella importantissima parte, despertando geral admiração e phreneticos applausos. Desde essa epoca ficou considerado indispensavel, dando-se-lhe a classificação de *baixo comprimario e supplemento*, o que o obrigava a supprir a falta dos primeiros cantores, fôssem baritonos ou baixos, porque a sua extensa voz a tudo se prestava, cargo que elle desempenhava com a maior facilidade. Em 1850, o theatro do Gymnasio resolveu explorar o genero de opera comica, e escripturou Celestino para entrar n'algumas peças. Cantou então com o melhor exito o *Chalet*, a *Giralda* e o *Andador das Almas*, que n'esse tempo se cantou pela primeira vez. Em 1853, circumstancias particulares o obrigaram a ausentar-se repentinamente do reino; foi para Sevilha, onde a companhia lyrica o recebeu com enthusiasmo e ali cantou, até abril de 1854, a *Somnambula*, *Rigoletto*, *Trovador*, etc., regressando depois a Lisboa, foi novamente para S. Carlos. Em 1861 associou-se no Porto com o maestro Sá de Noronha, para explorarem o theatro Baquet com uma companhia de opera comica. Esta empresa não foi feliz; chegou a representar o *Chalet*, o *Dominó preto* e o *Fra Diavolo;* tendo-se, porém, dado a primeira receita a 6 de julho, realisaram a ultima a 30 de agosto, dissolvendo-se a empresa logo no principio de setembro. Em abril de 1863 partiu para o Rio de Janeiro, escripturado para o theatro lyrico d'aquella cidade. Seguiu depois para Buenos Ayres, Montevideu e outros pontos da America do Sul, conseguindo sempre em toda a parte os mais enthusiasticos applausos. Em Buenos Ayres a colonia portugueza offereceu-lhe uma enorme corôa

de prata com as armas de Portugal, formada de rubis e diamantes, tendo na inscripção a data de 2 de setembro de 1864; na mesma occasião a loja maçonica italiana mandou cunhar uma medalha de ouro em sua honra, com esta legenda: *All' Ill.·. Trat.·. A. M. Celestino, in occasione del suo benefizio, 1864;* e no verso: *L.·. Cap ·. Unione Italiana al Or.·. di Buenos Ayres.* Viveu alguns annos em digressões artisticas pela America do Sul, vindo de quando em quando ao Rio de Janeiro, até que falleceu em 1871, victima d'uma desgraça que lhe cortou a sua brilhante carreira. Chegando a uma janella do hotel onde estava hospedado, um preto atirou-lhe da rua com uma garrafa ferindo-o mortalmente na testa. Constou que o preto havia sido assalariado por alguem para o assassinar.

Celestino *(Ignacio Antonio).* Mestre de capella e chantre da sé de Evora, durante a primeira metade do seculo XVIII. Foi discipulo do professor bem conceituado Diogo Dias Melgaço, que falleceu em 17 0. Um inventario feito em 1819 no antigo cartorio da sé de Evora, segundo dizem, dá noticia de muitas composições do padre Ignacio Celestino, sendo as mais importantes uns officios de defunctos e *Libera-me* a 8 vezes; *Memento* a 12 vozes, psalmos diversos, e uma sequencia a 8 vozes; *Miserere* a tres coros, além de responsorios, motetes, etc.

Celestino Emydio *(Manuel).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, juiz de Direito, desembargador da Relação Judicial de Lisboa, antigo deputado, etc. N. em Ilhavo em 1812, fal. na capital em 26 de julho de 1898. Era filho de Manuel Celestino Pereira Pinto e de D. Joanna de Jesus. Foi juiz do Tribunal Commercial do Porto, em que revelou os seus elevados dotes de juiz illustrado, equitativo e honesto, e por tal fórma se houve, que por mais de uma vez o corpo de jurados lhe deu provas publicas de consideração e de affecto, offerecendo-lhe delicadas lembranças, cujo maior valor estava no que significavam e nos nomes que as firmavam. Em novembro de 1888 foi promovido a desembargador da Relação dos Açôres. *O Commercio de Portugal* publicou n'esta epoca um artigo muito elogioso ácerca d'esta promoção. O dr. Celestino Emygdio foi eleito deputado pela ilha da Madeira em 19 de outubro de 1879, na legislatura que teve começo em janeiro de 1880. Serviu muito tempo no 3.º districto criminal de Lisboa, e depois na 4.ª vara do civel. Era juiz em Taboa quando se deu o julgamento do celebre João Brandão, de Midões, o terror da Beira, que por tanto tempo trouxe horrorisados os povos d'aquella provincia pelas suas barbaras proezas; homem que dispunha, como se sabe, de extraordinarias e poderosas influencias. Muitas pessoas da maior importancia politica, pretenderam salvar o accusado, chegando alguns amigos intimos do dr. Celestino Emydio a solicitar-lhe com o maximo interesse a sua liberdade, porém, o integerrimo juiz que não attendia a memoriaes nem a pedidos, administrando sempre a justiça que o seu caracter independente lhe ordenava, tornou-se impassivel, sem mostrar a menor sombra do terror que tinha assaltado outros funccionarios judiciaes, e João Brandão foi condemnado. Quando falleceu, era desembargador da Relação de Lisboa, e exercia em commissão, o cargo de auditor do Supremo Tribunal de Justiça Militar. O dr. Celestino Emygdio em todos os cargos que exerceu, manifestou sempre a maior rectidão, independencia, e profundo conhecimento do direito patrio. Era muito considerado e estimado pela firmeza do seu caracter e extrema bondade. Dando noticia da sua morte, todos os jornaes publicaram artigos elogiosos. Tinha como amigos intimos o fallecido visconde de S. Januario, e os srs. conselheiros José Luciano de Castro, Antonio Candido e João Franco Castello Branco.

Celestino Soares. V. *Soares (Francisco Pedro).*

Celestino Soares *(Joaquim Pedro).* V. *Soares (Joaquim Pedro Celestino).*

Celestino Soares *(José Pedro).* Visconde de Leceia. V. *este titulo.*

Celho, V. *Selho.*

Celinho. Rio do distr. de Braga, formado de dois pequenos ribeiros de S. Lazaro e do Herdeiro, e depois d'um pequeno curso entra no rio Selho ou Celho, junto do logar de Reboto. Era chamado *Celiorum* no tempo dos romanos.

Celiobriga ou **Zelobriga.** Cidade antiquissima da prov. de Traz-os Montes, fundada pelos zoelas mais de 300 annos antes de Christo, e de que ha ainda vestigios proximo do rio Sabor. *Zelobriga* quer dizer cidade dos zoelas, povos das Asturias, que viveram n'estes sitios, e que eram do paiz onde existiu a cidade de Zoela, que lhe deu o nome. D. Jeronymo Contador d'Argote, nas suas *Memorias para a historia ecclesiastica do arcebispado de Braga*, tomo I, pag 317, diz que Celiobriga era uma cidade, cabeça dos povos celerinos. Alguns escriptores querem que ella existisse no logar da actual villa de Barcellos e outros em Arnoia. *(V. esta palavra).* João de Barros, nas *Antiguidades de Entre Douro e Minho*, diz que Celiobriga era Celorico de Basto, e que por ali habitavam os povos celerinos. O dr. Francisco Xavier da Serra, que foi corregedor de Guimarães e um dos mais illustrados membros da Academia Real de Historia Portugueza, sustenta a mesma opinião, ou então que estaria situada nas proximidades, tendo o nome romano *Elia*, talvez por alguma mercê que recebesse do imperador Elio Adriano, o mesmo que fez ou reconstruiu a celebre via militar da Geira. Outros ainda dizem que Celiobriga foi na actual villa de Celorico da Beira. O que na verdade se deprehende em vista de tantas versões, todas de pessoas auctorisadas, é que existiu Celiobriga, capital dos povos celerinos, na que é hoje prov. do Minho, e Celiobriga, capital dos zoelas, proximo do rio Sabor, no territorio da actual freguezia de Castro Avellans.

Cella. Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 282 hab. e 76 fog. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está annexa á freg. de S. Julião de Montenegro, situada na aba da serra da Mariola. A terra é pouco fertil. O reitor de Nogueira da Montanha apresentava o vigario que recebia diversos generos, vinho, e 13$500 réis em dinheiro. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 19, com a séde em Chaves. ‖ Villa e freg. de Santo André, da prov. da Estremadura, conc. e com. d'Alcobaça, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa; 3:095 hab. e 579 fog. Tem escolas para ambos os sexos, est. post.

permutando malas com Lisboa; Misericordia e hospital. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada n'uma eminencia na serra de Alfeizirão. Era donatario o abbade geral de Alcobaça por ser um dos seus coutos, e que apresentava o vigario, que tinha 200$000 réis de rendimento. A Misericordia foi erecta em 1585 n'uma ermida do Espirito Santo por Antonio Rebello, com provisão regia, e bulla do papa Gregorio XIII. Teve uma albergaria independente da Misericordia. D. Manuel deu-lhe foral em Lisboa, no 1.º de outubro de 1514, em que se lhe dá o nome de *Cella Nova*. A pov. é muito antiga e muito fertil. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7 com a séde em Leiria. || Aldeia na freg. do Salvador, de Varzea, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. Foi antigamente villa com o nome de *Saélla*. D. Affonso Henriques a doou a D. Momio a 6 de abril de 1129. Esta aldeia está situada nas margens do Arda, e passa por ella a estrada de Arouca a Oliveira de Azemeis. || Aldeia da freg. de N. S.ª da Expectação, de Fermedo, do conc. de Arouca, distr. de Aveiro. E' pov. antiquissima, situada na lombada d'uma serra e cercada de serras ainda mais altas. E' terra pobre; produz algum azeite e vinho verde. Tem uma capella do Senhor Jesus dos Afflictos, construida em 1420, á custa do povo e do donatario de Fermedo, onde todos os annos se faz festa e romaria, que costuma ser muito concorrida. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Britello, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Thomé, de Cousso, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Couto, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || N. S.ª do Rosario, de Louredo, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Santa Maria, de Moledo, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || S. Thomé, de Parada do Outeiro, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || S. Sebastião, de Queiriga, conc. de V. N. de Paiva, distr. de Vizeu. || Santa Marinha, de Rouças, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Tropeço, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Valdreu, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Pov. situada no territorio de Huambo, no distr. de Benguella, prov. de Angola, a 90 k. ao S do Bihé e a 140 ao NE de Caconda.

Cella de Baixo, de Cima e do Meio. Tres povoações na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Cella Velha. Pov. na freg. de Santo André, de Cella, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria.

Cellada das Eiras. Pequena serra do distr. de Coimbra, na freg. de Ceppos.

Cellas *(Convento de Santa Maria de)*. Era de freiras da ordem de S. Bernardo, e foi fundado em 1210 pela infanta D. Sancha, filha de D. Sancho I. Para esta edificação aproveitou a infanta a sua quinta de *Uvimarães*, que possuia nas proximidades de Coimbra. O convento tinha capacidade para 30 religiosas. D. Sancha tambem ali professou, e falleceu com fama de santa. A infanta D. Thereza, sua irmã, tomou o convento sob a sua protecção, como D. Sancha lhe havia recommendado, e augmentou o em rendas e edificações e em freiras, tendo ali vivido muitas damas da alta nobreza, como a abbadessa D. Leonor de Vasconcellos, filha do conde de Penella, D. Affonso de Vasconcellos e Menezes, a qual mandou reformar a egreja, que é de excellente estructura. D. Leonor ainda procedeu a outras obras, contando-se entre ellas o bello portico da entrada. O mais precioso do convento é o claustro. Depois da extincção das ordens religiosas, os conventos de freiras conservaram-se ainda até á morte da ultima professa, sendo então profanados, e entregues a outro destino. No convento de Cellas a ultima freira falleceu em 1881, e desde essa epoca tratou-se de aproveitar o edificio. Em 1891 o ministerio da fazenda annunciou a venda em leilão do claustro para o dia 16 de julho. O annuncio da venda declarava ser uma parte do convento supprimido, que se compunha do seguinte: «A portaria com seu alpendre e duas pequenas casas de palratorio do convento junto ao mesmo alpendre; casa de entrada da portaria com seu andar superior e mirante correspondente, etc; e do corredor que da portaria conduz e dá entrada para o mesmo claustro etc. Os capiteis do seculo XII (aliás seculo XIII), que existem no claustro, são excluidos d'esta venda por haverem sido concedidos ao instituto de Coimbra, para serem guardados no seu museu archeologico, e o arrematante fica obrigado a consentir na sua extracção, feita no seu logar a reparação necessaria pelo mesmo instituto para segurança da varanda que tem por apoio esses capiteis das columnas do claustro.» Apezar d'esta clausula, que salvava em parte os capiteis, que são o que de mais importante se encontra no referido claustro, ella não satisfez aos que se interessam por estas questões de arte, porque o valor e belleza da obra está no seu conjuncto e não nos seus fragmentos. Contra esta venda se levantaram protestos, sendo um dos primeiros a sair a campo o em.º sr. bispo-conde em defeza do precioso monumento, e a elle se seguiram outros protestos, incluindo os de quasi toda a imprensa, que muito se interessou por este assumpto. Graças a esses justos clamores, que o governo de então tomou na devida conta, a venda ficou suspensa, na idéa de se dar qualquer destino ao claustro, resto do mosteiro já em parte profanado.

Cellas. Pov. e freg. de S. Genezio, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Vinhaes, com., distr. e bisp. de Bragança; 878 hab. e 178 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 17 k. da séde do conc. E' terra fertil e tem caça. O abbade de S. Bartholomeu de Negrêda apresentava o cura, que tinha de rendimento 300$000 réis. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. na freg. de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Miguel, da Carreira, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Cellavisa. V. *Celavisa*.

Celleiro. Povoações nas freguezias: S. Matheus, de Bunheiro, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Carquere, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Pardilhó, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Casal na freg. de S. Vicente do Paul, conc. e distr. de Santarem.

Celleirô. Pov. na freg. do Salvador, de Rossas, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Celleirô do Monte. Pov. na freg. de S. Nicolau e conc. de Cabeceiras de Basto, districto de Braga.

Celleiros communs. Estes estabelecimentos

tinham o fim de consagrar os seus fundos e vantagens em beneficio da agricultura, com especialidade a pequena cultura, e dos lavradores que na epoca propria precisassem de sementes. Alguns d'estes estabelecimentos datam da ultima metade do seculo XVI, e fôram-se conservando através de todas as mudanças que na politica e na administração occorreram successivamente. No periodo da legislação moderna encontra-se no anno de 1852, um decreto de 14 de outubro, que conservou e manteve os estabelecimentos existentes nos diversos districtos do reino com a denominação de *celleiros communs*, *montepios agricolas* ou *montes de piedade*, destinados a facilitar, por emprestimo, os cereaes necessarios para a sementeira das terras, ou para o sustento dos lavradores pobres, pelo custo effectivo dos generos, e mediante um premio rasoavel. O governo, porém, entendeu que os regulamentos particulares dos celleiros communs deviam ser revistos e reduzidos a uniformidade, quanto coubesse no possivel, e constituidos em harmonia, no tocante á sua gerencia, com as regras e providencias da nova administração publica e fiscal do reino. Foi esta a mira do governo ao promulgar o decreto de 14 de outubro de 1852, mantendo, comtudo, os fins primitivos dos celleiros communs. O regulamento de 20 de julho de 1854 teve por fim desenvolver as disposições do referido decreto, com força de lei, de 14 de outubro, de modo que os celleiros communs, por meio de adquadas regras de administracção, pudessem attingir os utilissimos fins da sua instituição. Este regulamento é o complexo de todas as disposições contidas nas provisões regias, estatutos e outros diplomas, pelos quaes se teem regido estes estabelecimentos desde a sua fundação, tudo harmonisado com o novo teor de administração. Dez annos depois da data do regulamento foi promulgada uma lei, a 25 de junho de 1864, que extinguiu as juntas creadas pelo decreto de 14 de outubro de 1852, e deu nova fórma á administração e arrecadação dos rendimentos dos celleiros communs.

Celleirós. Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 808 hab. e 157 fog. Tem escolas para ambos os sexos e est. post. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada na estrada real de Braga a V. N. de Famalicão. Antigamente era couto de Vimioso, com. do Porto. Um dos conegos de Braga apresentava o vigario. A terra é fertil e tem muita caça. Passa aqui o rio Déste. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. Em Celleirós ha fabricas de cotins, e de sedas e galões. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Sabrosa, com. e distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 734 hab. e 178 fog. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. permutando malas com a R. A. D. Dista a pov. 3 k. da séde do conc. e está situada n'um terreno alto, junto da margem direita do rio Pinhão. Esta freg. andou por muitos annos annexada á de Villarinho de S. Romão, e chamava-se antigamente **Celleirós de Panoyas**. A matriz é uma boa egreja com seis altares. Ha mais 4 ermidas na povoação: S. Roque, S. Bento, S. Francisco e Santa Barbara. D. Affonso I deu-lhe foral em 4 de dezembro de 1160, e n'elle se determina que as viuvas que quizerem passar a segundas nupcias, devem pagar tres arrateis e uma quarta de cera. A terra produz alguns cereaes, azeite e vinho branco, que passa por ser o melhor de Riba-Douro. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Friões, conc. de Valle Passos, distr. de Villa Real.

Cello. Pov. na freg. de S. Martinho, de Mancellos, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Cellorios. Pov. da freg. de Sant'Anna, de Vimieiro, conc. e distr. de Braga.

Celorica *(Casal da)*. Na freg. de Santo Antonio, de Areias, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Celorico *(Martinho de)*, Jurisconsulto do seculo XVII, nascido na villa de Celorico. Na qualidade de juiz dos confiscados pela inquisição de Toledo, escreveu a favor dos christãos novos portuguezes uma allegação em latim ou em hespanhol que se imprimiu em 1619.

Celorico de Basto. Denominação d'um conc. e d'uma com. no distr. e arceb. de Braga, rel. do Porto, cuja séde é em Freixieiro, na freg. de S. Pedro de Britello. A primeira séde do conc., chamada Villa de Basto, era na freg. de Arnoia, junto do antigo castello de Celorico de Basto. D. Manuel deu-lhe foral em Evora, a 29 de março de 1520. N'este foral trata-se de differentes terras, as quaes juntamente com Celorico e Cabeceiras de Basto constituiam antigamente um conc. intitulado Terras de Basto, tendo a séde em Cabeceiras. (V. *Cabeceiras de Basto*). Por provisão de D. João V com a data de 21 de abril de 1719, foi a villa mudada para o sitio actual tomando o nome de V. N. de Freixieiro, por ser fundada ao norte e em continuação do antigo logar d'este nome, pertencente a Britello, e junto do rio tambem denominado Freixieiro, sendo a razão da mudança da séde do conc. o estar a villa velha do castello em local agreste e frio. Estando a séde assim installada, principiaram as obras publicas da nova villa, taes como o pelourinho, os paços do conc., o tribunal, a cadeia, a residencia dos ministros, e uma capella; depois fizeram a ponte, e em seguida se fôram construindo algumas propriedades particulares, tomando a villa apenas algum incremento desde essa epoca, e até que foi desligada de Cabeceiras de Basto, e se erigiu em comarca. Hoje a villa pertence á 6.ª div. mil. 11.ª brig., grande circumscripção mil. Norte, e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. Tem hospital de S. Bento de Arnoia, medicos, pharmacias, hoteis, advogados, notarios, escolas para ambos os sexos, est. teleg.-post., com serviço de emissão e pagamento de vales e de encommendas, agencias do *Banco Commercial de Lisboa*, e da companhia de seguros *Confiança portuense*; sociedades de recreio: *Gremio Celoricense*, *Gremio de Freixieiro* e *Grupo Musical Celoricense*, viveiros de vinhos em S. Romão do Corgo; mercado todos os domingos, e feiras a 25 de cada mez. O terreno de todo o conc. é muito accidentado, comtudo é muito fertil, sendo abundantissima a producção de cereaes, designadamente milho branco e amarello, e em vinhos verdes. O conc. comprehende 22 freguezias, com 5:202 fog. e 20:151 hab., sendo 9:134 do sexo masc. e 11:017 do fem., n'uma superficie de 14:436 hect. As freguezias são: Santa Eufemia, de Agilde, 925 hab.: 403 do sexo masc. e 522 do fem.; S. João Baptista, de Arnoia, 1:740 hab.: 760 do sexo masc.

e 980 do fem.; Santa Tecla, de Basto, 601 hab.: 266 do sexo masc. e 335 do fem.; S. Clemente, de Basto, 1:958 hab : 931 do sexo masc. e 1:027 do fem.; Santa Maria, de Borba da Montanha, 1:324 hab.: 598 do sexo masc. e 726 do fem ; S. Pedro, de Britello, 1:899 hab.: 859 do sexo masc. e 1040 do fem.; S. Miguel, de Cassarilhe, 484 hab.: 224 do sexo masc. e 260 do fem ; Santa Maria de Canedo, 990 hab.: 440 do sexo masc. e 550 do fem ; S. Miguel, de Carvalho, 911 hab : 409 do sexo masc. e 502 do fem ; S. André, de Codeçoso, 519 hab.: 228 do sexo masc. e 291 do fem.; S. Romão, de Corgo, 512 hab : 222 do sexo masc. e 290 do fem.; O Salvador, de Fervença, 1:225 hab.: 579 do sexo masc. e 646 do fem ; S. Thiago, de Gagos, 557 hab.: 245 do sexo masc. e 312 do fem.; S. Miguel, de Gemeos, 730 hab.: 322 do sexo mas. e 408 do fem.; O Salvador, de Infesta, 554 hab.: 246 do sexo masc. e 308 do fem.: Santo André, de Mollares, 579 hab : 274 do sexo masc. e 290 do fem.; S. Thiago, de Ourilhe, 353 hab.: 163 do sexo masc. e 190 do fem.; S. Bartholomeu, de Rego, 1:001 hab.: 480 do sexo masc. e 521 do fem.; O Salvador, de Ribas, 1:064 hab.: 493 do sexo masc. e 571 do fem.; S Martinho, de Valle de Bouro, 923 hab : 428 do sexo masc. e 495 do fem.; Santa Maria, de Veade, 782 hab.: 334 do sexo masc. e 448 do fem. Em Celorico de Basto teem sido publicados os seguintes jornaes: *Celoricense (O)*, 24 de abril de 1890 a 30 de dezembro de 1893; *Commercio de Basto (O)*, 1 de maio de 1887; *Jornal de Basto*, 1 de março de 1886 a outubro de 1888; *Minho Democratico (O)*, 30 de abril a maio de 1884. Foi o primeiro jornal republicano publicado no Minho.

Celorico da Beira. Villa da prov. da Beira Baixa, séde de conc. e de com., distr. e bisp. da Guarda, rel. do Porto. Está situada n'um alto, nas vertentes da serra da Estrella, proximo do rio Mondego. Teve 4 freguezias: Santa Maria ou N. S.ª da Guia, e S. Pedro, que são as que existem actualmente, Santo André, que foi supprimida no tempo de D. João III, e S. Martinho, que se suppriniu na segunda metade do seculo XIX. Vilhena Barbosa, no 1.º vol. da sua obra *As cidades e villas da monarchia portugueza*, ainda menciona esta freguezia, e sendo o referido vol. publicado em 1860, vê-se que n'esse anno ainda existia. Não se conhece a data da fundação da villa de Celorico, mas sabe-se que é muito antiga. A esse respeito ha divergencia entre os nossos escriptores; uns querem que o fundador fôsse Brigo, 4.º rei de Hespanha, no anno do mundo 2070, 1890 antes da vinda de Christo, e que os turdulos a augmentaram, dando-lhe o nome de *Celiobriga*; outros dizem, que fôram os turdulos que a fundaram, 500 annos antes de Christo. Plinio menciona Celiobriga como uma das cidades sujeitas a Braga. O que não padece duvida é que a povoação já existia no tempo dos romanos. Nas invasões que a Lusitania soffreu, quando acabou o dominio romano, foi Celiobriga destruida e reedificada. N'estas diversas transformações, julga-se que fôsse corrompido o seu nome, vindo a chamar-se Corrorico ou Corro Rico. Na *Poblacion General de Hespaña*, de Rodrigo Mendes da Silva, lê-se, que a villa se chamava *Zelo Rico*, alludindo á fidelidade dos seus habitantes, manifestada em varias occasiões, pronunciando-se então em lingua castelhana *Celo-Rico* d'ahi se derivou o actual nome de *Celorico*. Ha tambem quem affirme, que se denominou *Sólo-Rico*, attendendo é fertilidade dos seus campos, e ainda outros pretendem, que *Celorico*, provém simplesmente da corrupção do primitivo nome de *Celiobriga*. A villa era defendida por um forte castello de duas torres e dois cubêllos, no tope do morro onde está edificada. O castello é obra dos romanos, que D. Diniz reconstruiu, e que está hoje em ruinas. D. Affonso I deu-lhe foral, sem data, com muitos privilegios, que D. Affonso II confirmou, ampliando esses privilegios, em Coimbra, no anno de 1217; D. Manuel elevou a povoação á categoria de villa concedendo-lhe foral novo, em Lisboa, no 1.º de julho de 1512. Em 1189, no reinado de D. Sancho I, veiu pôr cêrco a Celorico um grande exercito de castelhanos e leonezes. Era alcaide-mór do Castello D. Gonçalo Mendes, e do castello de Linhares, seu irmão D. Rodrigo Mendes, filhos do conde D. Mendo. Por uma noite de *lua nova*, D. Gonçalo e seu irmão, que tinha corrido a prestar-lhe auxilio, decidiram investir com energia com os inimigos, obrigando-os a fugir vergonhosamente, abandonando no campo todas as bagagens, deixando muitos mortos, feridos e prisioneiros. Esta victoria foi attribuida a milagre de N. S.ª dos Açôres, capella situada no logar d'este nome a 6 k. de Celorico, aonde se dera o combate, cujo auxilio os sitiados haviam invocado pouco antes de começar a lucta. Para commemorar o triumpho alcançado, e em homenagem á Virgem, fez a villa a promessa de todos os annos no dia 3 de maio, irem em romaria os seus principaes habitantes, com o senado á frente, á capella agradecer aquelle milagre. Parece que este voto ainda se cumpria ha poucos annos. Em 1245 era alcaide-mór de Celorico, D. Fernando Rodrigues Pacheco. Reinava então D. Sancho II, e quando seu irmão D. Affonso, conde de Bolonha, o guerreou, fazendo com que o papa Innocencio IV o depozesse do throno, ficando elle regente do reino, D. Fernando conservando-se fiel ao rei deposto, recusou-se a entregar o castello, o que obrigou D. Affonso a sitiar Celorico; este cerco durou muitos mezes, vendo-se os sitiados luctando com as maiores difficuldadds e com absoluta falta de mantimentos. Quando D. Fernando estava prestes a render-se pela fome, por já não ter forças para resistir, passou ao acaso por cima da fortaleza uma aguia com uma truta no bico, e deixou-a cair para dentro do castello. Este successo foi considerado como providencial, e o corajoso alcaide enviou immediatamente a truta a D. Affonso significando-lhe que na praça havia abundancia de viveres. Os sitiantes ignorando a proveniencia d'aquelle peixe, calculando que na verdade os sitiados não soffriam privações, entenderam que seria perder tempo proseguir o cerco, e resolveram levantal-o. Em memoria d'este facto e da victoria do campo dos Açôres, se formou o brazão d'armas da villa, o qual consta d'um escudo bipartido: á direita cinco estrellas com um crescente por cima, á esquerda uma torre, e sobre ella uma aguia voando, com um peixe no bico. D. Affonso procurou vingar-se, e vendo a impossibilidade de avassallar o castello, assolou toda a comarca. D. Sancho, que estava em Toledo, passou uma carta régia com a data de 2 de setembro de 1284, em que declarava todas as crueldades praticadas por seu irmão, e pedindo ao bispo de

Coimbra e ao arcebispo de Braga, que o excommungassem. N'esta carta régia tambem concedia grandes privilegios á villa de Celorico, sendo um d'elles, que seus peões fôssem em juizo havidos por cavalleiros, e estes por infanções. D. Fernando Rodrigues Pacheco, só depois de verificada a morte de D. Sancho, succedida em Toledo em janeiro de 1248, é que se prestou a entregar o castello, e a reconhecer D. Affonso III como rei. Celorico, como praça de grande importancia, serviu de refens, dado por D. Diuiz para as pazes que fez com seu filho D. Affonso; tornou a ser dado como refens pelo referido D. Affonso, já então rei, para penhor da paz com D. Affonso XII de Castella, vindo então para alcaide D. Fernando Affonso Cambraen. Em 1373, ainda esta praça serviu de refens, sendo dada por D. Fernando I a D. Henrique II de Castella. Em 1762, no reinado de D. José, n'uma curta guerra entre Portugal e Hespanha, os hespanhoes tomaram Celorico, pondo-lhe saque, e por fim ficaram derrotados. A villa teve differentes senhores. Antes do reinado de D. Fernando pertenceu a Martim Vasques de Sousa. D. Beatriz, mulher de D. Affonso III, fez alcaide-mór de Celorico Martim Vasques da Cunha. D. Affonso deu a villa em dote a sua filha bastarda D. Izabel, que casou em 1373, com o conde de Gijon, D. Affonso Henriques de Castella e Noronha, filho tambem bastardo de D. Henrique II de Castella. Em 21 de janeiro de 1385 era senhor de Celorico Martim Affonso de Mello, quinto senhor da villa de Mello e rico homem de Portugal. D. Manuel deu-a ao primeiro conde de Portalegre, seu aio D. Diogo, e pela extineção d'esta familia, tendo vagado para a corôa, D. Pedro II a doou a André Lopes de Lavre. Os seus donatarios eram tambem alcaides-móres. A egreja parochial de Santa Maria é collegiada do padroado real. E' um templo muito vasto. Tinha prior com o rendimento de 300$000 réis, seis beneficiados, cada um com 200$000 reis, e um arcediago, beneficio simples, que rendia 500$000 réis. A egreja de S. Martinho é templo muito antigo, e segundo alguns escriptores, foi fundado pelos templarios em 1302. Era do padroado real, e o prior tinha 300$000. Em 1770 reedificou-se, adulterando-se completamente a primitiva ordem architectonica. A de S. Pedro é tambem obra dos templarios, fundada em 1230, e tambem do padroado real. O prior tinha 300$000 réis. Estas egrejas, segundo consta, possuiam alfaias riquissimas, que desappareceram por occasião da guerra peninsular, principalmente quando esteve na villa a guarnição franceza do commando de Delabord e Loison. No local onde existiu a egreja parochial de S. André, construiu-se no tempo de D. João III a Misericordia e o hospital. No antigo regimen, Celorico tinha juiz de fóra, camara, escrivães, etc., capitão-mór, sargento-mór, e uma companhia de ordenanças. Sobre o rio Mondego ha uma magestosa ponte de cantaria chamada *Ponte Nova*, feita por D. Manuel, por onde passa a estrada de Trancoso, e outra tambem importante, a da *Lavandeira*, construida no tempo de D. João V. Sobre a Ponte Nova e logares proximos, é que em setembro de 1894 se effectuou a batalha simulada entre as forças da 2.ª div. mil. nas manobras a que assistiram Sua Magestade El-Rei Senhor D. Carlos e o ministro da guerra. O rio Mondego corre proximo da villa, fertilisando os seus campos, pomares e hortas, fornecendo-lhe tambem algum peixe. Nos arredores da villa ha sitios pittorescos e amenos, extensas vinhas que produzem bom vinho, e grandes oliveiras que tambem produzem bom azeite. A villa tem bons edificios, mas nenhum notavel, além da casa da camara, onde estão reunidos o tribunal judicial e a cadeia. Durante um largo periodo foi a villa de Celorico da Beira uma das terras de mais concorrencia e movimento da Beira Baixa, mas com a construcção do caminho de ferro da Beira Alta, que coincidiu com a morte das vinhas n'este concelho, pela invasão do phylloxera, decaiu bastante, decadencia de que não conseguiu ainda levantar-se. Na villa ha doze capellas e oito fontes, sendo a melhor a chamada *Fonte da Pipa*. A comarca é composta do julgado de Celorico e do de Fornos de Algodres. Celorico da Beira pertence á 2.ª div. mil. 4.ª brigada, grande circumscripção mil. Central, e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas postaes, permutando malas com a R. A. B. A. Estação de caminho de ferro, na linha da Beira Alta, entre as de Villa Franca das Naves e Fornos d'Algodres; advogados, medicos, pharmacias, notarios, hoteis, agencias dos bancos de *Portugal*, *Alemtejo*, *Minho*, *Alliança*, *Credit Franco*, *Portugais*, *Economia Portugueza*, *Commercial de Lisboa* e *do Porto;* das companhias de seguros *Phenix*, *Companhia Reformadora* e *Previdencia*; sociedades de recreio: *Club de Celorico da Beira*, *Orchestra de amadores de musica*, *Philarmonica Celoricense;* feiras de S. Lourenço a 10 de agosto, e de Santa Eufemia a 16 de setembro, que duram um dia; mercado nos 3.ᵒˢ domingos de cada mez; as principaes transacções são em gado bovino, suino, lanigero e cereaes; em todas as terças feiras mercado de cereaes, fructas e legumes; romarias: S. Antonio, no domingo seguinte ao dia 13 de junho; Senhor do Calvario, a 10 de agosto; Santa Eufemia, a 16 de setembro, durando todas um dia. A 1 k. da est. do caminho de ferro e á beira da estrada real de Celorico a Trancoso ha os banhos de aguas mineraes, conhecidos pelas *Thermas da Emilia*. São aguas alcalinas muito similhantes ás de Vidago, uteis no tratamento de doenças do estomago; banhos sulfurosos applicaveis a molestias de pelle. O conc. de Celorico da Beira comprehende 21 freguezias com 3:765 fogos e 15:742 hab., sendo 7:532 do sexo masc. e 8:210 do fem., n'uma superficie de 27:083 hect. As freguezias são: Santa Maria, de Açôres, 636 hab.: 299 do sexo masc. e 337 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Baraçal, 632 hab.: 295 do sexo masc. e 337 do fem.; S. Sebastião, de Cadafaz, 482 hab.: 243 do sexo masc. e 239 do fem.; S. Lourenço, de Carrapichana, 577 hab.: 259 do sexo masc. e 318 do fem.; Santa Maria, de Celorico da Beira, 1:484 hab.: 693 do sexo masc. e 791 do fem.; S. Pedro, de Celorico da Beira, 1:820 hab.: 838 do sexo masc. e 982 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Cortiçô da Serra, 563 hab.: 276 do sexo masc. e 287 do fem.; N. S.ª da Graça, de Forno Telheiro, 1:103 hab: 567 do sexo masc. e 536 do fem.; O Salvador, de Jejua, 430 hab.: 218 do sexo masc. e 212 do fem.; S. Martinho, de

Lageosa, 771 hab.: 338 do sexo masc. e 433 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Linhares, 1:186 hab.: 586 do sexo masc. e 600 do fem.; S. Estevão, de Maçal do Chão, 556 hab.: 266 do sexo masc. e 290 do fem.; N. S.ª do Rosario, de Mesquitella, 1:013 hab.: 498 do sexo masc. e 515 do fem; S. João Baptista, de Minhocal, 433 hab.: 203 do sexo mac. e 230 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Prados, 543 hab.: 246 do sexo masc. e 297 do fem.; S. André, de Rapa, 460 hab.: 214 do sexo masc. e 216 do fem; S. Sebastião, de Ratoeira, 497 hab.: 248 do sexo masc. e 249 do fem.; N. S.ª das Neves, de Salgueiraes, 506 hab.; 261 do sexo masc. e 245 do fem.; N. S.ª da Consolação, de Valle de Azares, 1:124 hab.: 526 do sexo masc. e 598 do fem.; N. S.ª dos Prazeres, de Velosa, 367 hab.: 177 do sexo masc. e 190 do fem.; N. S.ª da Annunciação, de Vide Entre Vinhas, 559 hab.: 281 do sexo masc. e 278 do fem. O principal commercio do concelho consta de fazendas brancas e de lã, quinquilherias, cereaes, legumes, gado suino, lanigero e vaccum, vinho e azeite. Em Celorico da Beira tem-se publicado os seguintes jornaes: *Cerro-Rico (O)*, 11 de fevereiro de 1904; *Gleba (A)*, 13 de fevereiro de 1897; *Gazeta da Beira*, 15 de setembro de 1867 a 23 de agosto de 1886; *Egytaniense (O)*, 1868 a agosto de 1869; *Eccos da Beira*, semanario independente, em publicação.

Celticos. Os antigos designavam particularmente por este nome dois terços dos celtas que tinham invadido a Hespanha e a Lusitania. O primeiro occupava a região entre o Oceano, o Tejo e o Guadiana (Portugal), o segundo habitava a Betica (Andaluzia).

Cem. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Folhada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. ‖ Santa Eulalia, de Rio de Moinhos, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Cem Soldos. Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. da Estremadura, conc. e com. de Thomar, distr. de Santarem, patriarch. de Lisboa; 1:789 hab. e 374 fog. A pov. dista 4 k. da séde do conc. Esta freg. tambem é conhecida só por *Magdalena*. O real padroado apresentava o vigario, por ser a freguezia da commenda de Christo, e tinha de rendimento 100$000 réis. ‖ Sitio na estrada de Payalvo para Thomar.

Cemiterios. Terreno onde se enterram os mortos. Esta palavra designava primitivamente o logar onde se dormia: quarto, dormitorio, portico para os peregrinos. Foi sob a influencia das idéas christãs, que nos primeiros seculos do Christianismo tomou o novo sentido de necropole, campo de descanço eterno. A palavra *cemiterio* applica-se propriamente a um logar, em que é dada a sepultura por enterramento directo no solo. Os enterramentos faziam-se nas egrejas. Nos annos 663, 845, 895 e 1117, nos concilios respectivamente de Braga, Meaux, Tibur e Reims, já haviam sido condemnados estes enterros, que a edade media transformara em dever de religião. Em 1776 iniciava se movimento contra os enterramento nas casas de culto que foi alastrando até que o decreto de Napoleão, de 12 de junho de 1804 prohibiu expressamente, sendo esta lei depois imitada por todos os povos cultos. Em Portugal, tambem os enterramentos se faziam dentro dos templos, em carneiros ali existentes, ou nos adros que lhes pertenciam. Em muitas povoações ainda se encontram á entrada das egrejas os cruzeiros que indicavam os logares das sepulturas. Os alvarás de 27 de março de 1805 e de 18 de outubro de 1806 ordenavam os cemiterios publicos, mas ficaram por assim dizer letra morta, e só em 1835, sendo ministro do reino Rodrigo da Fonseca Magalhães, é que pelo decreto de 21 de setembro se legalisou a creação dos cemiterios publicos, prohibindo terminantemente os enterramentos nas egrejas. Comtudo, nem esta prohibição, nem a hygiene, nem as prescripções legaes conseguiram impedil-os por completo, porque em junho de 1882 ainda existiam parochias no districto do Porto sem a sua necropole, o que obrigou o governador civil, então José Moreira da Fonseca, em 26 do referido mez, mandar a todos os concelhos a seu cargo instrucções para avivar os preceitos da lei e facilitar a sua execução. Os alvarás de 1805 e 1806, sanccionados pelo decreto de 1835, exigiam 200 passos, ou 143 metros de distancia ás mais proximas habitações. Decretou-se esta medida considerando-se o cemiterio *estabelecimento insalubre de primeira ordem.* Esta opinião está hoje modificada. As instrucções do conselho de saude publica, promulgadas em 1863, exigem que a superficie seja sufficiente para um numero de sepulturas egual a cinco vezes o numero annual de obitos da freguezia, além do espaço sufficiente para ruas, jazigos, accrescimos de população e superveniencia de alguma epidemia. Hoje existem cemiterios em todas as freguezias dos concelhos do paiz, sendo rara aquella que o não possue ainda. Os primeiros cemiterios de Lisboa, estabeleceram-se depois de 1835, e são o do Alto de S. João e o dos Prazeres, conhecidos pelo Oriental e Occidental. Com o alargamento da cidade, ficaram dentro dos seus limites os de Ajuda, Bemfica, Olivaes e Lumiar. As colonias allemã e e ingleza tambem teem cemiterios, e os israelitas possuem dois. No Porto estabeleceram-se os cemiterios do Repouso em 1839, e o de Agramonte em 1855. Os moiros e os judeus tinham antigamente as suas sepulturas proximo das *moirarias* e *judiarias*, a que davam o nome de *almocavar* ou *almocovar* V. *esta palavra.*

Cenaculo *(Fr. Manuel do).* V. *Villas Boas (Fr. Manuel do Cenaculo).*

Cendello. Pov. na freg. de Santa Maria, de Silvares, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Cendufe. Pov. na freg. de Santa Maria, de Miranda, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Cendufe e Rio Cabrão. Duas freguezias reunidas, S. Thiago e de S. Lourenço, que fórmam hoje uma só povoação. O Rio Cabrão, até ao fim do seculo XVIII esteve independente. Pertencem á prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 708 hab. e 171 fog. Cendufe dista 10 k. da séde do conc. e está situada perto do rio Lima, e tinha antigamente o nome de Arcozello; Rio Cabrão fica na margem direita do rio do mesmo nome, distante 9 k. da séde do conc. Cendufe chamou-se n'outro tempo *S. Thiago do Rodovalho*; foi abbadia do convento de S. Domingos, de Vianna do Castello. Pouco acima da pov. vêem-se vestigios de fortificações no sitio ainda por isso chamado Crasto, e onde se suppõe ter existido um castello ou *Castrum* romano, por terem ali apparecido moedas romanas de ouro e de prata, de di-

versos imperadores. Abaixo do logar descobriu-se um cemiterio, onde as sepulturas estavam divididas por paredes de pedra e cimento romano e cobertas de terra. A actual egreja parochial foi construida á custa d'um abbade d'esta freg. chamado Manuel Barbosa de Araujo. N'esta freg. ha bastantes propriedades de importancia, contando-se entre ellas o antigo solar de Villa Boa, que foi vinculo. A pov. é tambem conhecida só pelo nome de Cendufe, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Cenoi. Pov. na freg. de S. Pedro, de Parada, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Cenrellas. Pov. na freg de Santa Marinha, de Padornello, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Censo. Recenseamento geral da população estabelecido pela legislação romana, contendo a indicação dos bens, residencia, etc., com o fim de estabelecer a base do imposto, o serviço militar e a organisação da politica do estado. Pela legislação moderna, é o recenseamento collectavel dos cidadãos que a lei julga necessarios para elles exercerem certos direitos politicos: *censo eleitoral*, *censo de elegibilidade*. A palavra *almas* é tomada pelos antigos em accepções differentes, o que tornou os censos falhos de exactidão. Por aquella palavra ora significavam habitantes em geral, ora almas de confissão, o que excluia os menores de 7 annos, ora almas de communhão, onde se não incluem os menores de 10 ou 12 annos Em 1864 fez-se um censo geral da população, elaborado segundo o methodo numeral e simultaneo; apezar de não ser ainda perfeito, é o primeiro inquerito que se póde tomar para base da demographia. Foi feito a 1 de janeiro do referido anno, e publicado em 1868; o segundo executou-se em 1 de janeiro de 1878, publicado em 1881; o terceiro, em vez de se fazer em 1888, segundo a annuencia ao congresso de estatistica, que deliberara organisar os recenseamentos de 10 em 10 annos, foi transferido para 1890, em obediencia a outra resolução, que determinou a verificação dos censos nos annos que terminassem por zero, e escolheu-se o primeiro de dezembro em vez do 31 do mesmo mez em razão de n'este dia haver deslocação de muita gente do seu domicilio. O 4.º censo da população geral de todo o paiz realisou-se em 1 de dezembro de 1900, e publicou-se em 1901. População de facto, com distincção de sexos, por districtos, concelhos e freguezias.

Censor. Entre os romanos era o magistrado encarregado de verificar a fortuna e o estado civil dos cidadãos, e de vigiar sobre os seus costumes publicos. || Critico, pessoa que julga obras litterarias ou artisticas. || Membro da censura, fiscal da lei de imprensa para jornaes, obras dramaticas, etc.

Censura. Critica, correcção, excommunhão, condemnação. Em litteratura: exame de livros, jornaes e de peças de theatro; *Censura de jornaes*, *censura dramatica*. As tres principaes censuras da egreja são: a excommunhão maior e menor, a suspensão e o interdicto. A suspensão applica-se apenas aos clerigos que receberam ordens e exercem funcções ecclesiasticas; a excommunhão e o interdicto pódem decidir tanto sobre os seculares como sobre os clerigos. A censura infligida pelo papa tem o seu effeito na Egreja universal, e a do bispo só alcança os seus diocesanos.

Centas. Pov. na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Centazzi *(Guilherme)*. Cavalleiro da ordem de Christo, doutor em Medicina pela Universidade de Paris. N. em Faro a 20 de novembro de 1808, fal. em Lisboa a 28 de junho de 1875. Em 1828 era estudante da Universidade de Coimbra; sendo affeiçoado ao partido constitucional, emigrou para França, e continuando os seus estudos de medicina, formou-se n'esta faculdade na Universidade de Paris. Foi medico do Real Collegio Militar, quando o collegio estava em Mafra. Era muito dedicado á arte musical, que exerceu como amador, tocando violino e violeta Em Paris, durante a sua emigração, valeu-se d'esta arte para prover á propria existencia. Pertenceu á irmandade de Santa Cecilia, matriculando-se em 20 de novembro de 1838. O dr. Centazzi, além de amador executante, tambem se dedicou a compositor; escreveu a letra e a musica para duas comedias, intituladas: *Ninharias familiares*, em 1 acto, e *O latino quasi grego*, em 2 actos; um *Hymno de D. Pedro V* para piano e canto, que foi publicado; incluiu tambem algumas pequenas composições, no seu livro *Os desafogos da vida*, e outra no fim da collecção de poesias *Recreios poeticos*, umas para piano só, outras para piano e canto. Escreveu: *Traité sur la manière de placer les os pour faciliter l'étude de l'Anatomie aux commençants*, Paris, 1833; *Considerações sobre os exercicios gymnasticos, e as vantagens que d'elles resultam; ensaio lido e dedicado á Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, Lisboa, 1836; *Hygiene e Medicina popular*, Lisboa, 1844, data da 2.ª edição, desconhecemos a da 1.ª; *Soccorro aos envenenados, manual offerecido ao povo*, Lisboa, 1868; *Poesias diversas*, Coimbra, 1828; *Carlos e Julieta, ou um quadro moral da vida humana*, Lisboa, 1838; *O Estudante de Coimbra, ou relampago de historia portugueza desde 1826 até 1838*, 3 tomos, Lisboa, 1840 e 1841; *As sete pennadas*, collecção de poesias, quasi todas no estylo joco-serio, e entremeada de reflexões e satyras, em prosa, Lisboa, 1852. Os seguintes trabalhos fôram tambem publicados em Lisboa, no anno de 1861: *A Alma do justo, romance precedido de duas palavras sobre a vida do autor*, 2 tomos; *Beatriz e o aventureiro*, romance; *Ninharias familiares*, comedia em 1 acto; *O latino quasi grego*, comedia em 2 actos, em verso; *A partida do carrão*, comedia em 1 acto. Com o titulo de *As litterarias distracções do dr. Guilherme Centazzi*, reimprimiu em duas partes, as suas obras litterarias, accrescentando lhe a comedia: *Uma sessão de magnetismo animal*. Escreveu mais: *Recreios poeticos*, Lisboa 1864; *Duas palavras contemporaneas, romance historico*, Lisboa, 1867; *Os desafogos da vida*, publicação mensal, cujo 1.º numero saiu em 6 de janeiro de 1863, em que teve dois collaboradores, sendo um d'elles Tito Augusto de Carvalho, que assignava os seus artigos com o pseudonymo de *Fabio*.

Centeaes. Pov. na freg de S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Centieira ou **Sentieira**. Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Ferreira, conc. de Pare-

des de Coura, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Esperauça, de Paderne, conc. de Albufeira, distr. de Faro. || O Salvador, de Sabbadim, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Centieiras ou **Sentieiras.** Povoações nas freguezias: S. Vicente e conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Espirito Santo, de Pera, conc. de Silves, distr. de Faro. || S. Silvestre, de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || O Salvador e conc. de Torres Novas, do mesmo districto.

Cento e cincoenta réis. Moeda de prata que se cunhou em 1795, com destino ás ilhas dos Açôres. Tinha no anverso as armas reaes ao centro, tendo em torno a legenda D. Maria I D. G. Port. et Alg. Regina; á esquerda das armas, entre dois florões, 150, indicativo do valor, e á direita, tambem entre dois florões, o anno de 1795. No reverso, ao centro a cruz da ordem de Christo, cantonada por quatro florões, e em torno a legenda: In hoc signo vinces.

Centro. Logar d'onde parte a acção politica ou administrativa nos paizes em que predomina o systema da centralisação. || *Centro do commercio:* o sitio d'uma cidade onde elle se exerce mais activamente. || *Centro politico:* associação dos membros principaes d'um partido, como o *centro regenerador*, o *centro progressista*, o *centro republicano*, etc.

Centro Commercial do Porto. Está installado no palacete da Trindade. Depois da Associação Commercial é o mais importante gremio destinado a advogar os interesses do commercio da praça d'aquella cidade.

Centro militar do exercito e da armada. Foi creado por decreto de 30 de dezembro de 1886, que approvou e mandou pôr em execução os respectivos estatutos. Esta instituição era sob a presidencia honoraria de el-rei D. Luiz, e sob a direcção dos ministros e secretarios de estado dos negocios da guerra e da marinha e ultramar, seus vice-presidentes honorarios. Tinha por fim, nos limites da disciplina e respeito ás leis em vigor, estreitar os laços da boa camaradagem que deve existir entre os officiaes de todas as armas e serviços do exercito e da armada, desenvolver por todas as fórmas a sua instrucção militar e geral, e tambem proporcionar-lhes as distracções e commodidades compativeis com a sua posição official.

Centro promotor dos melhoramentos das classes laboriosas de Lisboa. Esta associação occupou um dos primeiros logares na historia das associações de Portugal. A ella se deve o grande desenvolvimento social que tomaram as classes laboriosas. A primeira reunião para a sua fundação realisou-se na *Associação dos alfaiates*, e a segunda na sala da *Sociedade dos Artistas Lisbonenses*, em 1852. Os estatutos approvaram-se por decreto de 16 de junho de 1853. Os fins do *Centro promotor* era crear associações, diffundir o ensino elementar e technico, aos que professam as artes e officios, e de promover o aperfeiçoamento moral e intellectual das pessoas que a ellas se dedicam; organisar asylos para os invalidos, estabelecer depositos e bazares, propagar por escriptos os conhecimentos de economia industrial e domestica, aperfeiçoar os methodos de trabalho, etc. Os estatutos fôram reformados por outros que se approvaram na sessão de 19 de outubro de 1870. No anno de 1853, teve a associação um jornal positivamente seu, com o titulo de *Jornal do Centro promotor dos melhoramentos das classes laboriosas*, que começou a publicar-se em fevereiro. O primeiro presidente foi Antonio Rodrigues Sampaio, e thesoureiro Casal Ribeiro, depois conde d'este titulo. Sampaio teve a presidencia até 1863, em que foi eleito Francisco Vieira da Silva, ficando Sampaio nomeado presidente honorario. A 14 de janeiro de 1871 inaugurou a sua bibliotheca, que recebera uma grande porção de livros, cedidos pelo governo, e outros offerecidos por differentes pessoas. As salas do Centro eram ornadas com os retratos de Antonio Rodrigues Sampaio e Rodrigo da Fonseca Magalhães. Os de Francisco Vieira da Silva e do conde de Ferreira fôram inaugurados solemnemente a 10 de março de 1870. Tambem ali se viam os retratos do rabequista Pereira da Costa, por serviços prestados por occasião da febre amarella em que elle generosamente deu um concerto n'um dos theatros do Porto, e cujo valioso resultado foi remettido ao Centro. O retrato do patrão, Joaquim Lopes, de José Estevão, Manuel da Silva Passos e de Joaquim Gonçalves Teixeira. Esta associação tão util e que tantos e valiosos serviços prestou, com especialidade em 1857, anno em que a febre amarella flagellou Lisboa, terminou, por causa da politica, depois d'uma vida gloriosa. No livro das *Associações* do sr. Costa Goodolphim, a pag. 113 e seguintes, e no vol. XI da *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos*, de José Silvestre Ribeiro, pag. 2 e seguintes, vem publicada a historia minuciosa da instituição do *Centro Promotor*.

Céo *(Soror Maria Benta do)*. Religiosa do convento da Conceição de Braga. N. n'esta cidade a 11 de julho de 1702, fal. de edade muito avançada nos fins do seculo XVIII. Era filha de Jeronymo Ferraz de Gouveia e de Custodia de Oliveira Tinha 18 annos quando entrou como noviça no convento da Conceição, a 10 de fevereiro de 1720, onde professou a 18 de fevereiro de 1721. Desempenhou por alguns annos o cargo de escrivã do convento, e foi provisora em 1744 e porteira em 1753. Escreveu: *Jardim do céo, plantado no convento de Nossa Senhora da Conceição da cidade de Braga; em que se trata das memorias da fundação d'este primeiro convento do reino dedicado á Conceição*, etc., Lisboa, 1766; *Constituições que devem observar as religiosas do convento de Nossa Senhora da Conceição da Penha de França, da cidade de Braga*, etc., Lisboa, 1789. Deixou em manuscripto: *Cerimonias do coro e tudo o que occorre em o decurso do anno, conforme o breviario e missal, ao uso das religiosas da sagrada ordem de nosso serafico padre S. Francisco*, etc.; *Livro do assento em que se faz memoria do dia, mez e anno que as religiosas tomaram o habito n'este convento*, etc.: *Um capitulo sobre a immaculada Conceição da Mãe de Deus; Algumas orações e devoções de grande utilidade, tiradas do livro intitulado «Thesouro descoberto pelos Summos Pontifices romanos»; Da instituição da festa do «Corpus Christi», e parte da vida da sua instituidora Santa Julianna, abbadessa do mosteiro de S. Cornelio, da ordem cisterciense.* E' versão do hespanhol.

Céo *(D. Maria do)*. Religiosa da ordem franciscana, abbadessa do convento da Esperança, de

Lisboa. N. n'esta cidade a 11 de setembro de 1658; ignora-se a data do fallecimento, mas sabe-se que ainda vivia em 1752. Professou no referido convento a 27 de junho de 1676. Diz Barbosa Machado que para evitar o applauso que mereciam as suas obras, as publicara com o nome de Soror Marina Clemencia, religiosa franciscana no convento da ilha de S. Miguel. Escreveu: *A Phenix apparecida na vida, morte, sepultura e milagres da gloriosa Santa Catharina, com sua novena e peregrinação ao Sinay*, Lisboa, 1715; *A Preciosa, allegoria moral*, parte I, Lisboa, 1731; Parte II, *A Preciosa, obras de misericordia em primorosos e mysticos dialogos expostos*, etc., Lisboa, 1733; *Obras varias e admiraveis*, etc., Lisboa, 1735; *Aves illustradas em avisos para as religiosas servirem os officios dos seus mosteiros*, Lisboa, 1738; *Triumpho do Rosario*, etc., Lisboa, 1740; *Enganos do bosque, desenganos do rio, em que a alma entra perdida e sae desenganada*, Lisboa, 1736; outra edição em 1741. Os dois seguintes escriptos não teem data: *Novena da gloriosa virgem e martyr Santa Catharina, rainha de Alexandria; Rosario dos attributos diarios conforme os nomes que se dão a Deus na Sagrada Escriptura*, etc.

Céo *(Soror Violante do)*. Religiosa dominicana do convento da Rosa, de Lisboa, e apreciada poetisa. N. em Lisboa em 1601, onde tambem fal. a 21 de janeiro de 1693. Era filha de Manuel da Silveira Montesino. Desde os primeiros annos que manifestou superior intelligencia, sendo dotada d'um genio felicissimo para todo o genero de composições metricas nas linguas portugueza e castelhana. Rejeitando alguns pretendentes que a requeriam para esposa, professou no convento da Rosa, da ordem de S. Domingos, em 1630. Ainda não tinha 18 annos compoz a comedia de Santa Eugenia, que intitulou: *La transformación por Dios*, que teve tanta acceitação que se representou na presença de Filippe III, em 1619, estando este monarcha em Lisboa. Depois da sua profissão continuou no convento a dedicar-se á poesia e á musica, porque tambem era uma harpista muito considerada. Nas academias e certamens poeticos do seu tempo, mereceu sempre os primeiros premios e os maiores applausos. D. João IV, a rainha D. Luiza de Gusmão, o principe D. Theodosio e todos os grandes senhores da côrte, lhe dedicavam muito respeito e consideração. Compoz tres comedias: a de Santa Eugenia, em que já falámos; *El hijo Esposo, y hermano*, e *La vitoria por la Cruz*. Escreveu um livro intitulado: *Rithmas varias de la Madre Soror Violante del Cielo, religiosa en el monasterio de la Rosa de Lisboa, dedicadas al ex.^{mo} Conde Almirante, y por su mandado sacadas a luz*, Rouen, 1646; muitas composições contidas n'este livro, fôram reproduzidas na 2.ª edição da *Phenix Renascida*, feita em 1746, com o nome da autora, mas sem declaração alguma de já terem sido impressas no livro das *Rithmas; Soliloquios para antes e depois da communhão*, Lisboa, 1668; 2.ª edição, 1674; *Oitavas a N. S.ª da Conceição, em applauso da victoria de Montes Claros, em 17 de Junho de 1665*, Lisboa, 1665; *Meditações da missa e preparações affectuosas de uma alma devota*, Lisboa, 1689; outra edição em 1728; *Parnaso Lusitano de divinos e humanos versos*, Lisboa, 1733, 2 tomos. As poesias publicadas n'estes volumes, que só se imprimiram 40 annos depois da morte da autora, são na maior parte escriptas em lingua castelhana.

Céo de Baixo. Ha duas povoações d'este nome no conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. de Angola.

Cepa. Povoações nas freguezias: O Salvador, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Gamil, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Cepães. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Minho, conc. e com. de Fafe, distr. e arceb. de Braga; 790 hab. e 158 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Vizella. Eram seus donatarios os condes de Unhão. Foi antigamente honra e depois conc. da com. de Guimarães, e comprehendia parte das freguezias de Santa Christina e Farêja. Os frades benedictinos do convento de Pombeiro, apresentavam o vigario, que tinha 60$000 réis. O infante D. Affonso Sanches e sua mulher D. Tareja deram o padroado d'esta egreja ao mosteiro de Pombeiro em 6 de outubro de 1313. A terra é fertil, tem gado e caça. D. Affonso III lhe deu foral em março de 1251. Cepães teve juiz ordinario e dos orphãos. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Adães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Marinhas, conc. de Espozende, distr. de Braga.

Cepeda. Povoações nas freguezias: Salvador de Castellões de Cepeda, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Sarraquinhos, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Cepellos. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Douro, conc. de Macieira de Cambra, com. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 1:231 hab. e 255 fog. Tem correio e esc. do sexo masc. A pov. dista 5 k da séde do conc. e é muito antiga. O seu primeiro donatario foi o convento dos monges benedictinos, de Castromire ou *Crestuma*. (V. *este nome)*, a quem foi doada esta egreja de Cepellos, por D. Ordonho II e os fidalgos da sua côrte em 922. Foi depois da casa dos condes da Feira e da Casa do Infantado, que apresentava o prior, que tinha de rendimento 400$000 réis. A terra é bastante fertil, e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro; cria muito e bom gado, produz boa manteiga, e tem muita caça || Pov. e freg. de Santa Maria, ou N. S.ª da Assumpção, da prov. do Douro, conc. e com. de Amarante, distr. e bisp. do Porto; 736 hab. e 144 fog. A povoação dista 3 k. da séde do concelho; é um arrabalde de Amarante, e está situada na margem esquerda do rio Tamega. Eram seus donatarios os condes de Redondo Houve aqui uma albergaria administrada pela Misericordia de Amarante, a qual instituiu e dotou D. Mafalda, mulher de D. Affonso I. (V. *Albergaria*). A terra é muito fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao dist. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Fregim, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Cepo. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Crestuma, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Casal na freg. de S. Simão, de Brogueira, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Cepões. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte de Lima, distr.

de Vianna do Castello, arceb. de Braga, 334 hab. e 98 fogos. A egreja parochial d'esta freg. dista 7 k. da séde do conc. e está n'um valle na falda da serra de Labruja. A terra é fertil, tem bom vinho, cria bastante gado, e tem muita caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 3 com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. da Beira Alta, conc., com., distr. e bisp. de Vizeu. 1:567 hab. e 395 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. permutando malas com Vizeu. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem esquerda do Vouga. Tem abundancia de milho grosso e castanha. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. || Pov. e freg. de N. S.ª do Rosario, da prov. da Beira Alta, conc., com. e bisp. de Lamego, distr. de Vizeu; 1:020 hab. e 196 fog. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada n'um baixo. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Cepos. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov do Douro, conc. e com. de Arganil, distr. e bisp. de Coimbra; 427 hab. e 92 fog. Tem escola do sexo masc. e correio. A pov. dista 12 k. da séde do conc e está situada n'um monte, proximo da margem direita do rio Ceira. E' terra pouco fertil, e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23 com a séde em Coimbra. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Bellazaima, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Conceição, de Olalhas, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Quinta na freg. de Santo Antonio, de Pinheiro, conc. de Aguiar da Beira, distr. da Guarda.

Cerafino *(Lucas Moniz)*. Este nome só é conhecido pela seguinte obra: *Manual chronologico, que contém as principaes epocas da historia de cada um dos povos; a successão dos patriarchas, juizes e reis dos hebreus, de todos os soberanos das grandes e pequenas monarchias da antiguidade; dos imperadores romanos do Oriente e do Occidente; dos papas e dos monarchas da historia moderna*, etc., *obra de geral utilidade e de um uso quotidiano*, Lisboa, 1788.

Ceramica. Arte da fabricação de louça de barro, porcelana e faiança (V. *Olaria* e *Porcelana*). A historia da industria ceramica attinge os tempos mais remotos, apparecendo os seus productos entre as mais antigas civilisações. Em Portugal os estudos archeologicos teem dado aos museus grande numero de peças interessantes da ceramica nacional em varios seculos. Algumas regiões ainda hoje manteem typos de louça muito differentes: a *ratinha* de Coimbra ou de Gaia, a *negra* de Chaves ou Mollelos; de Guimarães, de Niza, de Villa Real, de Extremoz, do Algarve, de Mirandella, de Miranda do Corvo, etc. Consoante a riqueza das argilas assim predominam as variedades. Sobre todos os aspectos da arte ceramica em Portugal é já vasta a bibliographia, que indicamos adeante. Os azulejos são um dos mais artisticos productos da ceramica e constituem uma particularidade da peninsula iberica. Admiram-se bellos exemplares nas egrejas e nas casas particulares de todo o reino de Portugal. A sua descripção póde vêr-se n'algumas das obras em que se trata do assumpto. A'cerca da ceramica, em geral, citam-se as *Noções historicas*, etc., de José Accursio das Neves, Lisboa, 1827, que fala largamente da celebre fabrica Lisbonense do Rato e das do Cavaquinho, no Porto, Panasqueira, junto a Sacavem, de *Vandelli*, em Coimbra, etc. *A fabrica de louça de Vianna*, por F. da Guerra, no *Archivo Viannense*, 1895: *Apontamentos para a historia da ceramica em Coimbra* por Neves e Mello; *Revista da Sociedade de Instrucção do Porto*, vol II e III; *A fabrica das Caldas da Rainha*, de Ramalho Ortigão, 1890; *A ceramica na exposição industrial de Coimbra*, por A. A. Gonçalves, 1884; *Estudo chimico sobre a ceramica portugueza moderna*, por Charles Lepierre, 1899; *Os barristas do seculo* XVIII, por João Barreira, 1898; *As olarias de Prado*, na revista *Portugalia*, de Rocha Peixoto, 1900; etc.

Ceras. Pov. na freg. de S. Pedro, de Alviobeira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Cerca. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Avellãs de Cima, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || S. Paio, de Casaes, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santos Cosme e Damião, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Fojo Lobal, conc de Ponte de Lima, do mesmo distr. || S Bartholomeu, de S. Gens, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Pedro Fins, de Gominhães, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Simão, de Novaes, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Pedro, da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Cerca do Esporão. Pov. na freg. de Santo Antonio e conc. de Reguengos de Monsaraz. distr. de Evora.

Cerca da Quinta. Pov. na freg. de S. Pedro, de Polvoreira, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Cerca Velha. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Paderne, conc. de Albufeira, distr. de Faro.

Cerca do Viso *(Herdade da)*. Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Azinheira dos Barros, conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Cercada. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Cercadas. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Cercado. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Alcoutim, distr. de Faro.

Cercal *(Alexandrino Antonio de Mello, 1.º barão e 1.º visconde do)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Christo; cavalleiro da do Santo Sepulchro de Jerusalem. Nasceu na cidade de Macau; falleceu em Marselha a 22 de maio do anno de 1877. Era filho de Antonio Maria Gotero de Mello e de D. Thomazia do Rosario Pereira de Mello. Casou com D. Carolina Josepha Botelho de Mello, filha de Braz Joaquim Portalis. O titulo de barão de Cercal foi concedido em duas vidas, por decreto de 11 de dezembro de 1851 e carta de 5 de janeiro de 1852; o de visconde por decreto de 13 de março e carta de 5 de abril de 1867. O brazão d'armas consta d'um escudo partido em pala; na primeira as armas dos Mellos, em campo vermelho seis besantes de prata entre uma dobre cruz e bordadura de ouro; na segunda, o dos Pereiras, em campo vermelho uma cruz de prata floretcada, vasia do campo; timbre, o dos Mellos, uma aguia preta besantada de prata.

Cercal *(Antonio Alexandre de Mello, 2.º barão do).* Moço fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de S. Mauricio de Italia, e do Santo Sepulchro de Jerusalem, consul do Brazil, de Italia e da Belgica, em Macau, cidade onde nasceu a 7 de junho de 1837 e fal. a 27 de maio de 1885. Era unico filho do 1.º barão e 1.º visconde do Cercal, Alexandrino Antonio de Mello, e de sua mulher, D. Carolina Josepha Botelho de Mello, ambos naturaes de Macau. Depois de ter completado a sua educação em Lisboa e em Paris, regressou á patria, tomando sempre muito a peito o engrandecimento d'aquella terra onde nascera, e que sempre soube honrar, a exemplo de seu pae. Empenhados ambos em melhorar a amesquinhada instrucção de seus jovens compatriotas, não duvidaram em sacrificar tempo e fortuna, até vêrem realisados os seus louvaveis projectos. Por iniciativa dos benemeritos titulares se creou em 1862 a *Nova Escola Macaense*, e a elles se deve o estado mais florescente e prospero, ainda que incompleto, da instrucção em Macau. Em 1866 foi escolhido para commandar, no posto de tenente-coronel, o batalhão nacional, em substituição do commendador José Bernardo Goularte, que fallecera. N'este anno reorganisou com grande trabalho e estudo o referido batalhão nacional, que se apresentava em publico sempre bem disciplinado e com todo o esmero. O titulo foi renovado, em verificação de vida no de seu pae, por decreto de 10 e carta de 16 de dezembro de 1863. E' hoje visconde do Cercal o sr. Alexandrino Antonio de Mello.

Cercal. Aldeia e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Estremadura, conc. e com. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa, bisp. da Beja; 2774 hab. e 666 fog. Está situada na aba da serra do Cercal, entre os ribeiros que fórmam a ribeira de Campilhas. E' salubre e muito pittoresca pela sua exuberante vegetação. Cultiva trigo, cevada, milho, feijão de optima qualidade, e vinho. Exporta cortiça, e fructas que são excellentes. Além da egreja matriz, de cuja fundação não ha memoria, tem a ermida de N. S.ª da Bica, á distancia de 1 k. Todos os annos no dia 29 de junho realisa-se uma feira, e a 21 de dezembro um mercado. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. com serviço de registo e encommendas; medico e pharmacia. Pertence á 4. div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. || Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. da Extremadura, conc. de Cadaval, com. de Torres Vedras, distr. e patriarc. de Lisboa; 504 hab. 112 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e est. post. e telegr. com serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N. e R. A. L. Dista a pov. 12 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Lisboa ás Caldas da Rainha. E' terra fertil. A egreja é pequena e com um só altar. Tinha juiz de vintena, sujeito ás justiças do Cadaval. Tem uma albergaria. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 5, com a séde em Lisboa. Foi annexada ao conc. de Azambuja pela extincção do de Cadaval por decreto de 26 de setembro de 1895, e voltou novamente a elle, por ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Aguda, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || S. João Baptista e conc. de Alcochete, distr. de Lisboa || S. Simão, de Arões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de Espite, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição, de Gesteira, conc. de Soure, distr. de Coimbra. | S. João Baptista, de S. João da Serra, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu || S. Lourenço, de Matto, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Catharina da Serra, conc. e distr. de Leiria. || S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Serra do districto de Lisboa, que se estende de S. Thiago do Cacem até á freguezia do Cercal, tendo 35 kilometros de comprimento.

Vista de Cercal

Cercal de Baixo e **de Cima.** Duas povoações na freg. de S. Miguel e conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

Cercas. Povoações nas freguezias: S. Barnabé, conc. de Almodovar, distr. de Beja. || N. S.ª da Luz e conc. de Lagôa, distr. de Faro. || N. S.ª da Graça, de Sagres, conc. de Villa do Bispo, Faro.

Cerciães Pov. na freg. do Salvador, de Ribas, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Cercio. Pov. na freg. de N. S.ª do Monte, de Duas Egrejas, conc. de Miranda do Douro, distr. de Bragança. Está situada sobre uma fraga. O seu orago é Santa Leocadia. A terra é fertil, e tem uma fonte de cantaria, feita em arco.

Cerco. Pov. na freg. de S. Mamede, de Ribeirão, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Cercosa. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Alta, conc. de Mortagua, com. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu, bisp. de Coimbra; 425 hab. e 110 fog. Tem correio. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada proximo d'uma ribeira. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14 com a séde em Santa Comba Dão. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Campia, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu

Cerdal. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho, conc. e com. de Valença, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga, 1:934 hab. e 545 fog. Tem esc. do sexo masc., correio, feira a 12 e 23 de cada mez, e de 1 a 3 de novembro. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada n'um terreno accidentado e fertil. Restos de antigos solares de casas nobres. N'esta pov. está o convento de religiosos franciscanos de N. S.ª de Mosteirô, da prov. da Conceição, fundado em 1392 por Diogo Arias, fr. Pedro e fr. Gonçalo. Até 1557 foi este convento um pobre e pequeno edificio, onde mal se abrigavam os frades. N'este anno reedificou se, e em 1729 teve nova reconstrucção, e emquanto duraram as obras, celebraram-se os officios divinos na casa do capitulo, que Gil Velho, alcaide-mór de Valença, e sua mulher, D. Constança de Abreu, haviam dado ao mosteiro. O convento tinha muitos privilegios concedidos por D. Affonso V, e confirmados por D. João II, em Evora, a 24 de julho de 1482, por D. Manuel, em Valença, a 16 de novembro da 1502, e por D. João IV, em Lisboa, a 8 de julho de 1647. O convento tinha muitas rendas e legados, que fôram dados por particulares e pelos marquezes de Villa Real, e depois pelo duque de Caminha, mas pela morte d'estes fidalgos passou então o padroado do mosteiro para a Casa do Infantado. Esta freg. teve tres fortes: o de Paços, o de Bacellar e o de Eima e Pou, ao norte do Mosteirô. Tem uns fossos profundissimos, por onde correm dois regatos, e é cercado d'um emmaranhado e escuro bosque. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Cerdeda. Pov. na freg. de Santa Maria, de Pinheiro, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Cerdêdo. Pov. e freg. de S. Thiago, do prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Boticas, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 295 hab e 47 fog. Tem correio. A pov. dista 23 k da séde do conc. e está situada na estrada de Dornellas, em terreno accidentado mas fertil. A Casa de Bragança apresentava o abbade, que tinha 160$000 réis de rendimento. Cerdêdo pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Montouto, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. || S. Lourenço, do Prado, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz-os-Montes, que está ha muitos annos annexa á de S. Pedro, de Montouto, juntamente com a de Casares. E' situada n'uma ladeira proximo da raia de Hespanha. Era dos condes de Athouguia.

Cerdeira. Pov. e freg. de N. S.ª da Visitação, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. do Sabugal, distr. e bisp. da Guarda; 524 hab. e 115 fog. Tem escolas para ambos os sexos, pharmacia, e estação postal permutando malas com a R. A. B. A.; estação do caminho de ferro, na linha da Beira Alta, entre a de Freineda e o apeadeiro do Villa Fernando. A pov. dista 27 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, na margem esquerda do rio Noéme. Pertenceu ao antigo conc. de Castello Mendo, que se supprimiu em 1855, passando as freguezias que o compunham, para o de Sabugal, mas em dezembro de 1870 fôram todas para o conc. de Almeida, menos esta, que se conservou no de Sabugal. O D. abbade dos frades da ordem de S. Bernardo de Santa Maria de Aguiar, apresentava o vigario, que tinha 24$000 réis em dinheiro e diversos generos, sendo tudo pago pela commenda, que era do conde meirinho mór, o conde de Sabugal e Obidos. A terra é fertil. Teve foral, dado por D. Affonso III, em Murça, no dia 1 de maio de 1253. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21 com a séde em Castello Branco. A ribeira de Noéme rega a freg., á qual se junta um ribeiro anonymo. Atravessa a ribeira uma ponte. || Povoações nas freguezias: S. Thiago de Cepões, conc de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Cunha, conc. de Paredes de Coura, do mesmo distr. || S. Sebastião, de Darque, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Freiriz conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria Maior, conc. de Goes, distr. de Coimbra. || S. Silvestre e conc. da Louzã, do mesmo distr. || O Salvador, de Ribas, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santo Adrião, de Soutello, conc. de Vieira, do mesmo distr. || S. Sebastião, do Touro, conc de V. N. de Paiva, distr. de Vizeu. || S. Thomé, de Trezoi, conc. de Mortagoa, do mesmo distr. || N. S.ª d'Assumpção, de Vrea de Jalles, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real. || S. Martinho, de Carvalho do Rei, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, de Varzea Cova, conc. de Fafe, distr. de Braga || Ribeira do distr. de Coimbra, que nasce nas immediações de Arganil, passa pela freg. de Cerdeira, e entra no Alva, logo abaixo de Coja, com 10 k. de curso. Tambem tem o nome de *Ribeira de Coja*.

Cerdeira de Coja. Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. do Douro, conc., com e arciprestado de Arganil, distr. e bisp. de Coimbra; 511 hab. e 140 fog. Tem correio com serviço de posta rural, e esc. do sexo masc A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada n'uma campina, correndo lhe proximo o rio Alva. A terra é fertil. Teve foral dado pelo bispo conde D. Jorge d'Almeida em 1505, e confirmado por el-rei D. Manuel no foral do bispado de Coimbra, dado em Lisboa em setembro de 1514. Esta freg. compõe-se actualmente de 10 povos: Baralha, Caudam, Cerdeira, Portella, Portellinha, Porto, Ribeira, Valle de Lucas, Vinhó e Candosa Com a data de 4 de janeiro de 1830, o bispo-conde mandou intimar a suspensão dos officios divinos e actos religiosos, emquanto a egreja não fôsse reedificada, ordenando que o Santissimo Sacramento se mudasse para a capella de Santo Amaro, situada

n'este logar e freg. da Cerdeira. No *Amigo da Religião*, n.os 267 a 276 e 299, vem publicada a monographia d'esta freg. pelo actual parocho, o sr. Albino Simões Dias Cardoso. Cerdeira pertence depois ao da Torre de Moncorvo, e é actualmente do da Alfandega da Fé. Foi dos marquezes de Tavora, e em 1759 passou para a Corôa. O reitor da freg. de S. Pedro de Alfandega da Fé apre-

Vista de Cerdeira de Coja

á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra.

Cerdeiral. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Panoias de Cima, conc. e distr. da Guarda. || Santa Maria, de Gavea, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Cerdeiras. Povoações nas freguezias: S. Thomé, de Cousso, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Espirito Santo, de Lamas, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Cerdeiredo. Pov. na freg. de Santa Maria, de Veade, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Cerdeirinha. Pov. na freg. de S. Thomé, de Trezoi, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu.

Cerdeirinhas. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Canedo, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santo André, de Codeçoso, do mesmo conc. e districto.

Cerdeiro. Pov. na freg. de Santa Christina, de Serzedello, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Cereja. Pov. na freg. de S. Miguel, de Passô, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Cerejaes. Pov. e freg. de S. Paulo, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. da Alfandega da Fé, distr. e bisp. de Bragança; 315 hab. e 77 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada n'um alto, d'onde se vêem varias povoações. Até 1855 pertenceu ao conc. de Chacim, que n'esse anno se extinguiu, passando

sentava o cura annualmente, dando-lhe 8$000 réis e alguns generos. A terra é pouco fertil. Cria muitas ovelhas. Corre proximo o rio Sabôr. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10 com a séde em Mirandella.

Cerejal. Povoações nas freguezias: S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. | N. S.ª da Conceição e conc. de Villa Velha de Rodam, distr. de Castello Branco.

Cereje. Pov. na freg. de S. Martinho, de Valbom, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Cerejeira. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Purificação, de Asseiceira, conc. de Thomar, distr. de Santarem || S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, do mesmo distr. || Santa Leocadia, de Fradellos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Cerejeiras. Pov. na freg. de Santa Eufemia e conc. de Penella, distr. de Coimbra. Tem caixa postal.

Cerejeirinhas. Sitio no limite da Povoa, freg. de Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Cerejeirita. Pov. na freg. de S. Miguel, e conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Cerejo ou **Serejo.** Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Pinhel, distr. da Guarda; 543 hab. e 144 fog. Tem escola do sexo masc. e correio. A pov. dista 19 k. da séde do conc. e está situada

junto da margem direita da ribeira de Massueime. O cabido da sé de Vizeu, e depois o de Pinhel apresentava o abbade, que tinha de rendimento 230$000 réis. Pertence á 2.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Cergaca. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Louzada, distr. do Porto.

Cerieiro. Operario que faz objectos de cera. Antigamente chamava se *candieiro* (V. *Candeia*). No reinado de D. Fernando havia em Lisboa uma rua denominada dos *Candieiros da cera*, ou cerieiros. Estava então bastante desenvolvida a industria, pois, já tinham arruamento proprio estes officiaes mechanicos. Do desenvolvimento que entre nós teve a industria dos cerieiros, sobretudo nos seculos XVI e XVII, em que tocou o apogeu da sua grandeza, convertendo-se a industria em muitos casos em verdadeira arte, encontram-se interessantes noticias no cap. XI do livro do sr. Sousa Viterbo *Artes e artistas em Portugal*, Lisboa, 1892.

Cerimonia. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação e conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Cerita. Pov. na freg. de S. Martinho, de Brufe, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Cerivalé. Pov. da prov. de Pernem, 1.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Bardez, na India.

Cerna. Familia de origem franceza, segundo se presume, que veiu para Portugal no reinado de D. Fernando, fixando a sua residencia na cidade do Porto. Tem por armas, em campo de prata um leão da sua côr, lampassado e armado de vermelho, orla vermelha com tres flôres de liz e tres castellos, tudo de ouro; o timbre é o leão do escudo, nascente.

Cernache (*Alvaro Annes*). Foi o primeiro membro conhecido d'esta famlia. No tempo de D. João I era anadel-mór dos bésteiros, e fez tremular na batalha d'Aljubarrota a bandeira da Ala dos Namorados. Nasceu no logar de Cernache, hoje *Sernache dos Alhos*, e ali mandou edificar um hospital. Esta familia tinha por armas, em campo vermelho cinco bastões de ouro em pala, orla azul com oito vieiras de prata, e por timbre um leão vermelho com uma vieira das armas na espadua.

Cernada. V. *Sernada*.

Cernadas. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Antonio, de Marmeleiro, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Cernadella. Pov. hoje annexa á freg. de S. Nicolau, de Cortiços, antigo concelho, supprimido pelo decreto de 24 de outubro de 1855. Fica na prov. de Traz-os-Montes, e é actualmente do conc. de Macedo de Cavalleiros, distr. de Bragança. O seu orago é a Apparição de S. Miguel. O reitor de Cortiços apresentava o cura, que tinha 50$000 réis. A terra é fertil. Tem foral, dado em Constantim, por D. Affonso II, em 23 de fevereiro de 1222. V. *Cortiços*.

Cernadello. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. de Louzada, distr. e bisp. do Porto; 443 hab. e 114 fog. Tem esc. do sexo masc. e pharmacia. A povoação dista 3 k. da séde do conc. E' atravessada pelo rio Sousa, e muito fertil. O reitor de Alvarenga apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis de rendimento Pertence á 6. div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. na freg. de S. Estevão, de Vinhós, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Cernadinha. V. *Sernadinha*.

Cernado. V. *Sernado*.

Cernige. As armas d'esta familia, cujo nome tambem se escreve *Sernige* ou *Sarnize*, são: em campo de prata tres rosas de vermelho com os pés na terra e chefe azul carregado de tres lizes atravessadas com uma cotica vermelha; timbre, um pescoço de serpe com um coração ensanguentado na bocca.

Ceromil. Pov. na freg. de Santo Adrião, de Oleiros, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Cerqueda. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || O Salvador, de Lordello, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Cerquedo. Pov. na freg de N. S.ª da Conceição, de Carvalho, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Cerqueira. Familia que procede de Gonçalo Peres de Cerqueira, e que ha mais de quatro seculos é conhecida como nobre. Teve o seu solar no couto de Camposa, termo da villa dos Arcos. As suas armas são: em campo vermelho um leão de ouro armado de azul com uma colleira vermelha guarnecida de ouro; timbre, o mesmo leão.

Cerqueira (*Fr. André*). Religioso carmelita. N. em Coimbra, mas ignora se a data do nascimento; fal. no convento do Carmo, de Lisboa, a 22 de fevereiro de 1718. Era filho de Francisco Lopes e de Anna Pereira. Estudou as primeiras letras em Coimbra, e frequentou depois as Universidades d'esta cidade e de Evora, cursando philosophia e theologia, formando se n'esta faculdade em Evora a 20 de janeiro de 1704. Ensinou nos collegios da sua ordem nas duas mencionadas cidades. Passou a Roma a votar no capitulo geral, que se realisou no referido anno de 1704, e ahi defendeu conclusões com muito agrado e admiração dos assistentes. Voltando a Portugal, foi confessor das freiras carmelitas do convento de Lagos, e em 14 de julho de 1714 teve a nomeação de deputado da junta das missões Não era só bom theologo, era tambem mathematico, medico, e um prégador muito considerado. Os seus sermões fôram impressos em 1727, já depois da sua morte.

Cerqueira (*Francisco de Paula Araujo*). Esculptor, professor na Academia das Bellas Artes de Lisboa. N. n'esta cidade a 20 de dezembro de 1808, onde tambem falleceu a 2 de dezembro de 1855. Passou a infancia entregue aos estudos proprios, prestando sempre notavel attenção junto dos artistas que praticavam trabalhos plasticos no estabelecimento de seu pae. Entrou depois nas antigas aulas de desenho de figura e architectura civil, matriculando se a 16 de outubro de 1822. Durante cinco annos de frequencia obteve quatro premios em desenho de figura, sendo tres de 1.ª classe. Saindo d'estas aulas, passou em 19 de abril de 1827 á antiga aula e laboratorio de esculptura, onde continuou a manifestar o seu elevado talento artistico. A 25 de outubro de 1836 entrou para a Academia das Bellas Artes, e no anno de 1838 foi nomeado para o logar de professor na substituição da aula de esculptura, que

então vagára. No exercicio do professorado, Cerqueira deu largos vôos ao seu genio de artista; nas exposições triennaes da Academia apresentava sempre trabalhos de valor. Em baixo-relevo, os ultimos instantes de D. João de Castro, o maior heroe da India; os derradeiros momentos do homem preclaro pela honra, admirado pelo desinteresse, louvado pelo seu firme caracter. Cerqueira representa o heroe no ultimo suspiro da existencia. O segundo baixo-relevo representa Viriato levantando a mão ao céo, e com a outra sobre o cadaver d'uma donzella, jura vingar-se da traição de Galba, pretor romano. No terceiro vê se Martim de Freitas defendendo Coimbra, que D. Sancho II lhe confiara; constante soffre tudo, só não tolera perder a honra. O heroe está em acção respeitosa entregando as chaves a D. Affonso III, após elle a familia, e em torno d'el-rei luzido sequito. D. Affonso recebe as chaves, e parece louvar a constancia do alcaide de Coimbra. O assumpto do quarto relevo é a batalha junto á cidade de Toro, em que Duarte d'Almeida com toda a coragem sustenta a bandeira portugueza; vendo-se já com as mãos decepadas, ainda a segura com os cotos, e por fim com os dentes, até que succumbe, e cae por terra, conseguindo salval-a o escudeiro Gonçalo Pires, que todo cheio de feridas se apresenta triumphante no arraial portuguez. Este baixo relevo mandou el-rei D. Fernando reproduzir em marmore. Em Paris, na exposição universal de 1855, apresentou Araujo Cerqueira um baixo relevo, o quinto na ordem d'elles, cujo assumpto foi buscar ao evangelho, a lição de moral e de justiça universal: dae a Deus o que é de Deus, e a Cesar o que é de Cesar. Tambem são trabalhos seus a estatua que symbolisa a Academia; o busto do duque de Palmella, em marmore de Carrara, que se vê na camara dos pares; no palacio d'este fidalgo, quatro bustos de familia, no referido marmore. No vertice da pyramide sepulchral, que serve de jazigo á familia dos srs. duques de Palmella, no cemiterio dos Prazeres, a estatua colossal representando a Religião. No interior da pyramide que fórma uma capella, o retabulo do altar, que é uma primorosa esculptura em marmore, Christo crucificado, circumdado de numerosa multidão de cherubins. No mesmo jazigo duas medalhas sobre os tumulos dos fallecidos duques, tendo uma o retrato do duque e a outra o da duqueza. Tambem são trabalhos de Araujo Cerqueira os modelos de esculptura que fazem parte da decoração da tribuna do theatro de S. Carlos, assim como os medalhões representando as estações e diversos trabalhos de campo, em casa do visconde de Pereira, Joaquim Pereira da Costa. Incansavel trabalhador, só a doença, á qual succumbiu, é que o obrigou a descançar.

Cerqueira *(José Ventura)*. E' autor dos seguintes escriptos: *Ecloga pastoril de Febo e Feniza*, Lisboa, 1764; *Ecloga pastoril de Fido e Umbrano*, Lisboa, 1765.

Cerqueira *(D. Luiz de)*. Jesuita, doutor em Theologia pela Universidade de Evora, e bispo do Japão. N. em Alvito em 1552, fal. em Nangazaki a 16 de fevereiro de 1614. Era filho de Pedro Cerqueira e de Antonio Souda, ambos descendentes de familias nobres. Entrou na Companhia de Jesus a 14 de julho de 1566, no collegio de Evora, onde estudou grammatica, passando depois á Universidade da mesma cidade. Filippe II o elegeu bispo do Japão, para substituir D. Pedro Martins, tambem jesuita, que fôra expulso juntamente com outros missionarios jesuitas, pelo imperador Traycosama. D. Luiz de Cerqueira acceitou esta dignidade, bastante constrangido, e só em obediencia á suprema autoridade do papa Clemente VIII. Foi sagrado em 1594 pelo arcebispo de Evora D. Theotonio de Bragança Apezar das violentas perseguições que se exerciam no Japão, D. Luiz, resolveu-se a embarcar na armada de Ayres de Miranda Henriques, e ali chegou a 5 de agosto de 1598. Encontrou um novo imperador, Daybusama, que mostrava sentimentos mais moderados que o seu antecessor, e fixou residencia em Nangazaki. Principiou a missionar, obtendo numerosas conversões, concorrendo muito para isso a pompa com que celebrava as festividades religiosas, e a energia com que tratava de proteger os japonezes contra os mercadores que os vendiam como escravos. Esteve 16 annos no Japão, onde morreu victima d'uma doença que soffreu durante tres mezes. Como fôra o primeiro bispo que fallecera no Japão, celebraram-se pomposas exequias. D. Luiz de Cerqueira escreveu: *Relação da morte que seis christãos japões padeceram pela fé de Christo, escripta e enviada a el-rei aos 25 de Janeiro de 1604*, impresso em Nangazaki. Foi traduzida em italiano, e publicada em Roma em 1607; *Relação da morte de Belchior Bugendono e Damião Cego, mortos no Japão pela fé*, etc., saiu com outras em italiano, Roma, 1608; *Carta escripta em Nangazaki a 6 de outubro de 1613 ao padre geral Claudio Aquaviva, na qual relata o martyrio de 28 christãos*, etc., tambem saiu com outras em italiano, Roma, 1625. Escreveu um *Manual* latino para o modo de administrar os sacramentos, para uso do seu clero, de cuja instrucção era muito zeloso. Escreveu e traduziu em japonez um *Manual dos casos de consciencia*. Deixou em manuscripto um livro theologico em latim, *Tratactus de Legibus, et Gratia*, o qual se conservava na livraria do collegio de Evora.

Cerqueira de Faria *(Alberto Carlos)*. V. *Faria (Alberto Carlos Cerqueira de)*.

Cerqueiral. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Forjães, conc. de Espozende, distr. de Braga.

Cerqueiras. Pov. na freg. do Salvador, de Christello, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Cerquido. Pov. na freg do Salvador, de Estorãos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Cerquidos. Pov. na freg. de Santa Maria, de Gemeos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Cerquito. Matta na freg. de N. S.ª do Pranto, de Dornes, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. Pertenceu á Casa do Infantado.

Cerradinho. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Roque, conc. e distr. do Funchal. ‖ Pov. na freg. de S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria ‖ Pov. na freg. de Santa Maria, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Cerradinho da Praia. Pov. na freg de S. João Baptista e conc. de Alcochete, distr. de Lisboa.

Cerrado. Ilha da Madeira, distr. do Funchal; povoações nas freguezias: Sant'Anna, conc. do mesmo nome; S. Braz, de Campanario, conc. de Camara de Lobos; S. Salvador e conc. de Santa

Cruz; Senhor Jesus, de Ponta Delgada, conc. de S. Vicente; N. S.ª da Guadalupe, de Porto da Cruz, conc. de Machico; Bairro na freg. de S. Pedro, de Ponta do Pargo, conc. da Calheta || Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Arada, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || N. S.ª do O', de Aregão, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Capella, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Loureiro, conc. de Oliveira de Azemeis distr. de Aveiro. || S. Christovão, de Nogueira do Cravo, do mesmo conc. e distr. || Santa Luzia, de Pégo, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Revinhade, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Monte na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja. || Sitio no limite dos Sequeiros, conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Cerrado da Adega. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

Cerrado das Ameixieiras. Ilha da Madeira; Pov. na freg. de Santo Antonio, da Serra, conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal.

Cerrado dos Babaus. Pov. na freg. de Santa Anna, de Bencatel, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Cerrado e Covas. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Canhas, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Cerrado da Cruz. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santo Amaro, de Paul do Mar, conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Cerrado das Feteiras. Ilha da Madeira; pov. na freg. e conc. de S. Vicente, distr. do Funchal.

Cerrado da Misericordia. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Machico, distr. do Funchal.

Cerrado Novo de Cima. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santo Amaro, de Paul do Mar, conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Cerrado da Véla. Ilha da Madeira; pov. na freg. do Salvador e conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal.

Cerrados. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Chelleiros, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Certã. Villa da prov. da Beira Baixa, séde de conc. e de com., distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre, rel. de Lisboa. Tem uma só freg. cujo orago é S. Pedro. Está situada n'uma planicie, em fórma de peninsula, formada por duas ribeiras, Grande e Amioso, que se juntam no fim da villa, indo desaguar no rio Zezere. Foi uma das 12 villas que constituiam o priorado do Crato. A pov. é muito antiga; fundou-a o general romano Quinto Sertorio, 74 annos antes de Christo, dando-lhe o nome de *Certago*, que se mudou depois em *Certagem* e mais tarde para *Certã*. Sertorio construiu o castello para defeza da povoação. O ultimo nome de *Certã* que ainda hoje conserva, diz a tradição que teve a seguinte origem: Nas guerras em que Sertorio se empenhou contra o poder de Roma, para sustentar a independencia da Lusitania, a cuja frente se collocara, veiu um exercito romano sitiar Certago. O castello ainda se andava construindo, e por isso não podia offerecer a precisa resistencia a tão poderoso inimigo; depois de renhido combate, estava prestes a ser tomado, quando uma corajosa mulher chamada Celina ou Celinda, cujo marido, um nobre cavalleiro lusitano, succumbira na lucta, saiu ao encontro dos romanos, correndo á porta do castello, e arremessando á cara dos primeiros soldados que pretendiam entrar, com azeite a ferver que trazia n'uma certã, lhes suspendeu os passos, obrigando-os a fugir espantados, dando tempo a que os lusitanos tornassem a fechar a porta do castello, e viesse o soccorro que esperavam, com que o inimigo foi repellido e salva a fortaleza. Em memoria d'este facto heroico, a povoação ficou chamando-se Certã, tomando por brazão d'armas um escudo com uma certã, tendo em volta a legenda: *Certago sternit certagine hostes* (com a certã destruiu Certago aos seus inimigos). Do castello apenas hoje existe a memoria. Nas invasões dos povos do norte, e depois nas dos arabes, Certã soffreu total ruina. O conde D. Henrique a reedificou juntamente com o castello em 1111, dando-lhe foral com grandes privilegios em 9 de maio d'esse anno. Outros dizem que foi D. Affonso Henriques, e não o conde seu pae, quem fez a reedificação, e deu o foral com muitos privilegios para attrahir habitantes, pelos annos de 1150. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 20 de outubro de 1513. A villa tem tres pontes de cantaria, que lhe dão entrada, a de Santo Amaro, a da Varzea e a da Madeira, assim chamada por ter sido de pau na sua primitiva. A entrada principal para a villa é muito boa, pelo largo da Carvalha, que é uma frondosa alameda. No local onde se juntam as duas ribeiras, está o convento de frades capuchos de Santo Antonio, o qual foi fundado em 1635 por fr. Christovão de S. José, lançando-se-lhe a primeira pedra em 2 de maio d'este anno. Hoje vê-se n'aquelle local o palacio e quinta das Aguias. A egreja matriz é um templo de tres naves. O vigario era apresentado pelo grão-prior do Crato; tinha 22$580 réis de rendimento, e differentes generos, tudo pago pelo grão-prior; tinha tambem seis beneficiados, que recebiam 4:000 réis em dinheiro, e bastantes generos; thesoureiro e organista, etc. A Misericordia foi fundada no reinado de D. João III; o hospital, que parece ser de muita mais antiga origem, foi-lhe annexado em 1565. Antes de 1834 havia na Certã juiz de fóra, 3 vereadores, escrivães e mais officiaes, feitos pelo grão-prior do Crato, que era tambem alcaide-mór da Certã; tinha voto em côrtes com assento no banco n.º 12. Certã tem bonitos passeios, sendo os mais concorridos o adro da egreja matriz e o grande largo da Carvalha; grande abundancia d'agua, distribuida por marcos fontenarios; escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales de correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N.—Thomar; advogados, pharmacias, notarios, hospedarias, agencias bancarias e de seguros; Associação de soccorros mutuos, Montepio Certaginense; sociedades de recreio: *Club Certaginense* e *Patriota Certaginense*, etc.; feiras de gado no 1.º sabbado de cada mez e a 27 de julho; 15 de janeiro, sabbado da 5.ª semana da quaresma, 29 de junho, 15 de outubro e sabbado gordo; mercado semanal aos sabbados; romaria a N. S.ª dos Remedios, ermida que fica a pouca distancia da villa, a 14 e 15 de agosto. Certã pertence á 5.ª div. mil 10.ª brigada, grande circumscripção mil. do Centro, e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde

em Thomar. O concelho comprehende 14 freguezias, com 3:877 fogos e 20:502 hab., sendo 9:812 do sexo masc. e 10:690 do fem., n'uma superficie de 40:621 hectares. A villa dista 70 k. da capital do distr. As freguezias são: Santissimo Sacramento, de Cabeçudo, 1:125 hab.: 541 do sexo masc. e 584 do fem.; N. S.ª do Amparo, do Carvalhal, 714 hab : 368 do sexo masc. e 346 do fem.; Espirito Santo, do Castello, 1:457 hab.: 705 do sexo masc. e 752 do fem.; S. Pedro, da Certã, 4:961 hab. : 2:352 do sexo masc. e 2:609 do fem.; Senhora Sant'Anna, de Cumeada, 641 hab.: 313 do sexo masc. e 328 do fem.; N. S.ª da Esperança, de Ermida, 581 hab.: 279 do sexo masc. e 302 do fem.; S. João Baptista, de Figueiredo, 555 hab.: 263 do sexo masc. e 292 do fem.; Santo Antonio, de Marmeleiro, 536 habitantes : 273 do sexo masculino e 263 do feminino. ; S. Simão, de Nesperal, 456 habitantes : 211 do sexo masculino e 245 do feminino; N. S.ª da Annunciação, de Palhaes, 722 hab.: 354 do sexo masc e 368 do fem.; S. João Baptista, de Pedrogão Pequeno, 1:790 hab.: 833 do sexo masc. e 957 do fem.; S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, 3:698 hab : 1:765 do sexo masc. e 1:933 do fem.; S. Vicente, do Troviscal, 1:614 hab.: 792 do sexo masc. e 822 do fem.; S. Pedro, de Varzea dos Cavalleiros, 1652 hab.: 763 do sexo masc. e 889 do fem. O principal commercio de todo o conc. é azeite, trigo, milho, castanha, vinho e fructas; tem muito gado e caça. Na Certã teem-se publicado os jornaes seguintes: *Campeão do Zezere*, 1 de fevereiro de 1891; *Certaginense (O)*, 10 de outubro de 1889 a 25 de dezembro de 1895; *Correio das Provincias*, 21 de fevereiro a 18 de julho de 1889; *Correio da Certã (O)*, 1 de novembro de 1884 a 29 de novembro de 1894; *Ecco da Beira*, 1896 a 6 de julho de 1900; *Gazeta das Provincias*, 10 de novembro de 1898; *Jornal da Certã*, 25 de dezembro de 1887 a 30 de dezembro de 1888; *Nympha do Zezere (A)*, 12 de março de 1897. || Serra do distr. de Castello Branco. E' uma ramificação da serra de Alvellos; tem uma altura de 299 metros ao chegar á Certã.

Brazão da Certã

Certima. Rio da prov. do Douro, distr. de Coimbra; nasce no sitio das Lameiras, no couto da Vaccariça, junto ao convento do Bussaco; passa junto da Mealhada, entra na lagôa de Requeixo, e depois de atravessal a, lança-se no rio d'Agueda, com um curso de 35 kilom. Tem uma ponte na linha ferrea do norte e nos Arcos de Anadia. Tambem se lhe dá o nome de *Cértoma*.

Cértoma. V. *Certima*.

Cerva. Villa e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Ribeira de Pena, com. de Villa Pouca de Aguiar. distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 3:060 hab. e 678 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e est. post. permutando malas com Ribeira de Pena. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada n'um valle proximo do rio Tamega. Foi séde e denominação de um antigo conc. que o decreto de 31 de dezembro de 1853 supprimiu. Eram seus donatarios os marquezes de Marialva. D. Manuel deu-lhe foral em 1517. As freiras do convento de Santa Clara, de Villa do Conde, apresentavam o abbade, que tinha 400$000 réis de renda. A terra é fertil, cria muito gado e tem muita caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Cerva Morta. Pov. na freg. de Santa Martha, de Bouro, conc. de Amares, distr. de Braga.

Cervães. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 1:301 hab. e 265 fog. Tem escolas para ambos os sexos. A egreja parochial, segundo uma inscripção que se lê na porta travessa, foi construida em 1200 da era de Cesar, correspondente a 1162 da de Christo; dista 11 k. da séde do conc. Metade da freguezia pertencia antigamente á com. de Vianna do Castello, conc. do Prado, e a outra metade era couto da cidade de Braga. O conc. do Prado ficou supprimido em 1855, e desde então Cervães passou ao conc. e com. de Villa Verde. A mitra de Braga apresentava o reitor por concurso synodal, e tinha de rendimento annual 70$000 réis. Na parte da freguezia que era couto, havia juiz ordinario, do civel, crime e orphãos, 2 vereadores, procurador, alcaide, escrivães, etc. Este couto conservava o privilegio de não serem punidos os seus criminosos com a pena de morte, qualquer que fôsse o crime. Consta que a egreja foi convento dos templarios. Fabrica-se em Cervães muita louça de barro ordinaria. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Cassurrães, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Cervainhos. Pov. na freg. do Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Cervas. Pov. na freg de S. Paio, de Eira Vedra, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Cerveira. A familia d'este appellido tinha o seu solar na quinta da Cerveira, em S. João de Pousada, junto a Braga. A primeira pessoa que apparece na historia com este appellido é João Nunes da Cerveira, no tempo de D. Sancho II. Tem por armas, em campo de prata duas cervas de purpura armadas de preto, passantes; e por timbre uma das cervas.

Cerveira *(Affonso)*. Um dos primeiros exploradores portuguezes da Africa. Saiu para Guiné n'uma das expedições enviadas pelo infante D. Henrique; fixou residencia em Benim, onde exerceu o cargo de feitor da fazenda real, no reinado de D. Affonso V. Escreveu uma *Historia das conquistas dos portuguezes pela Africa*, que nunca se imprimiu mas que foi largamente aproveitada por Gomes Eannes de Azurara, como valioso auxilio para a sua historia d'Africa, o que elle proprio confessa.

Cerveira *(Fr. Apollinario)*. Monge da ordem de S. Bernardo; doutorou-se em Theologia na Universidade de Coimbra, a 18 de janeiro de 1807. Era natural de Mesquitella, e filho de José da Fonseca Sardinha de Andrade. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento.

Cerveira *(Fernando)*. Jurisconsulto, natural de Beja. Foi collegial do Collegio de S. Bartholomeu da Universidade de Coimbra, e juiz dos feitos da Corôa de Portugal. Era muito versado na sciencia de direito publico. Escreveu em latim um tratado juridico, intitulado: *Tractatus in cap. Fin. Ne prælativices suas.*

Cerveira *(Mem).* Alféres-mór de Santarem. Nobre cavalleiro da creação dos reis D. Affonso V, D. João II e D. Manuel. Era filho de Estevão Martins Cerveira e de D. Guiomar Mantarroio de Siqueira. Vivia em Santarem, onde foi alferes-mór. Teve os cargos de juiz, e contador dos residuos, provedor dos orphãos, capellas, albergarias e gafarias; de contador das obras e terças dos concelhos na comarca da Estremadura; e de contador das aposentadorias na mesma villa, hoje cidade de Santarem. Foi senhor e administrador do morgado de S. João da Ribeira, que tinha instituido em Rio Maior Estevão Martins Cerveira, fidalgo seu ascendente, para que andasse na familia dos Cerveiras. Como Estevão Cerveira morresse sem filhos, o morgado ficou a seu primo Ruy Vasques Cerveira, que casou com D. Izabel Manuel Pessanha, filha de Misser Lançarote Pessanha, almirante, e por successão a seu filho Alvaro Rodrigues Cerveira, que foi casado com D. Margarida Canes, por quem veiu a D. Maria Rodrigues Cerveira, havida entre ambos, que casando com Alvaro Gonçalves de Mesquita, fôram os paes de Fernão Cerveira, avô de Mem Cerveira, por quem lhe pertenceu. Os monarchas concederam muitas mercês a este morgado e terras annexas D. Affonso V, em carta datada de Santarem a 16 de julho de 1474, deu-lhe o privilegio de coutada com prohibição aos lavradores e a todas as pessoas de qualquer condição de poderem fazer caneiros desde o moinho do Bom Nome até o Freixeal, com pena de pagarem 200 reaes brancos, metade para Mem da Cerveira, e a outra metade para os captivos; e com a obrigação de limparem o rio, e repararem suas testadas todos os annos, tambem com a pena de 300 reaes, 200 para se despenderem na dita obra, e 100 para Mem Cerveira, visto o damno que com isto recebia em suas terras, e havida informação da camara de Santarem com o seu juiz Diogo Alvares, que o tinha sido no anno anterior. O referido monarcha já havia dado este privilegio a seu avô, Fernão da Cerveira, por carta, passada em Extremoz a 10 de junho de 1447. Este privilegio foi confirmado por D. João II com todas as clausulas n'elle contidas, por carta dada em Santarem a 28 de maio de 1487. D. Manuel novamente o confirmou em carta passada tambem em Santarem, a 4 de novembro de 1496. Mem da Cerveira casou com D. Izabel de Moutarroio, de quem teve dois filhos: Ruy Mendes e D. Leonor de Montarroio Cerveira, que casou com Francisco de Faria, de quem nasceu Manuel de Faria Cerveira, ficando na familia dos Farias o referido morgado. Casou segunda vez com D. Leonor Alvares, neta de Alvaro Rodrigues. Não se conhecem as datas do nascimento e morte de Mem da Cerveira. Fez testamento em 10 de novembro de 1520, em que consta ter instituido no convento de S. Domingos de Santarem a capella de S. Bartholomeu, chamada dos Farias, com alguns encargos, e haver erigido n'ella um moimento em que se mandava enterrar. No mesmo testamento tambem consta ter sido senhor do casal das Cabanas, com todas as suas pertenças, que vinculara para rendimento da citada capella; do olival de Taré, e outros muitos bens.

Cervelhos. Pov. na freg. do Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Cervilheira. Armadura defensiva da cabeça, especie de capacete com aba. Data dos seculos XII ao XVI; então era chamada uma *secreta*, e os peões a usavam ordinariamente debaixo da copa do chapéo. A primitiva cervilheira compunha-se só d'uma peça; mas no seculo XIV era feita de placas imbricadas muito engenhosamente para resistirem a uma pancada violenta. No seculo XIII, e antes, juntava-se á cervilheira, a que ficava ligada, uma murça ou um mantelete de malhas cobrindo a cabeça e o pescoço. V. *Armadura.*

Cervos. Pov. e freg. de Santa Christina, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb de Braga; 709 hab. e 136 fog. Tem esc. para ambos os sexos. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada a O da serra do mesmo nome, ou de Leiranes. Passa-lhe proximo a estrada de Chaves a Braga. A terra é montanhosa, mas os valles são ferteis; abundante de centeio, batata e castanha, cria muito gado de toda a qualidade, principalmente bovino. Na serra ha lobos, rapozas e caça miuda. Era donataria d'esta freg. a Casa de Bragança, que apresentava o abbade, com 600$000 réis de rendimento. Atravessa a freg. o pequeno rio Beça, que corre na direcção de NE a SO, e recebe nos seus limites alguns ribeiros, todos abundantes de escallos, bogas, enguias e trutas. Nas proximidades vê-se a capella de N. S.ª da Natividade, situada no centro d'uma devesa de carvalhos, chamada *Devesa dos Gallegos*, e por isso tambem a capella é conhecida pela de *N. S.ª dos Gallegos.* No dia 8 de setembro costuma haver festa e romaria a que concorre muita gente. Proximo d'esta capella existem vestigios de povoação muito antiga, e sepulturas abertas em fórma de corpo humano, cavadas em penedos. Não se sabe que povoação foi, nem a causa da sua ruina, mas parece ter sido povoação arabe, porque aquellas sepulturas, feitas ao modo dos antigos musulmanos, dá idéa que fôsse ali algum cemiterio, a que elles chamavam *Almocavar.* No territorio da freguezia descobriu-se em 1770, junto da estrada de Chaves para Montalegre, a pequena distancia do logar do Antigo d'Arcos, pov. da freg. de Sarraquinhos, que fica immediata, um marco milliario de 1m,15 de circumferencia, e 1m,19 de altura; tem uma inscripção romana. Em 1840 appareceu ao S do mesmo logar, outro marco milliario, de 1m,90 de alto, e o mesmo de circumferencia: tambem com inscripção latina. O primeiro está collocado no patim da escada da casa d'um lavrador e o segundo foi empregado em columna d'uma varanda. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Serra do distr. de Villa Real. Corre entre as freguezias de Cervos e Bobadella, e tem 5 k. de comprimento e 1:138 metros de altura.

Cesar. Appellido muito antigo em Portugal; já se encontra no tempo do conde D. Henrique. O mais celebre dos membros d'esta familia foi Vasco Fernandes Cesar, que usava as armas dos Vieiras, que lhe pertenciam por sua mãe, D. Joanna Vieira. Essas armas são seis vieiras de ouro em duas palas. Em recompensa da victoria naval que Fernandes Cesar ganhou aos moiros, D. João III deu-lhe as seguintes armas: em campo de agua seis galeotas da sua côr, com remos de ouro e dois pendões vermelhos, em cada uma, um na popa e outro na proa, postos em duas faxas, ficando o escudo cortado em faxa, na parte supe-

rior as galeotas e na inferior as vieiras; timbre uma das galeotas.

Cesar *(Claudio).* Viveu no estado da India, e era muito versado na metrificação da poesia vulgar. Escreveu: *Elogio poetico, canto heroico ao Senhor Joseph de Vasconcellos Sarmento e Sá, Fidalgo da Casa de Sua Magestade, capitão da Guarda, e commissario geral da Cavallaria no Estado da India*, Lisboa, 1750.

Cesar *(Fr. Diogo).* Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Lisboa em 1604, fal. em Evora em 1661. Era filho de Vasco Fernandes Cesar, provedor do armazem e alcaide-mór de Alemquer, e de D. Maria de Menezes, filha de D. Manuel Pereira, senhor da Casa da Feira; e irmão do arcebispo de Lisboa Sebastião Cesar de Menezes. Professou ainda muito creança no convento de S. Francisco de Extremoz, da provincia dos Algarves, a 15 de dezembro de 1621; estudou no convento do Varatojo, foi secretario do provincial, guardião dos conventos de Montemór em 1637, e de Xabregas em 1641, sendo finalmente eleito provincial em 1645. Por esse tempo o geral da ordem escolhia para commissario em Portugal fr. Martinho de Lencastre, irmão do conde de Obidos, D. Vasco de Mascarenhas. Entre as familias, a que pertenciam os commissario e o provincial, havia desde seculo um odio implacavel, que os annos não conseguiram apagar, que se herdara de paes a filhos, e se perpetuara nas gerações. Encontramos sempre na historia do paiz, frente a frente, as duas familias poderosas, e a lucta, que o fallecido escriptor Camillo Castello Branco descreveu no seu livro intitulado *Lucta de gigantes.* Fr. Diogo Cesar recusou-se a reconhecer como commissario da ordem fr. Martinho de Lencastre, e não contente em o recusar terminantemente, declarando que era nulla a sua eleição para aquelle cargo, foi elle proprio a Roma trabalhar para que a eleição se annullasse, e tanto fez, desenvolveu tanta actividade, que pôde conseguir a nomeação de dois cardeaes para resolver o caso, em cujo animo influiu de tal fórma, que elles deram sentença a seu favor. Quando regressou de Roma, recolheu-se no convento de Xabregas, onde procedeu a importantes obras, e partindo depois para um convento em Evora, ali falleceu. Fr. Diogo Cesar escreveu e publicou bastantes sermões, e n'um livro impresso em hespanhol em 1653, que depois traduziu para latim, deu a noticia da victoria que alcançara sobre fr. Martinho de Lencastre.

Cesar. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 807 hab. e 171 fog. Tem escolas para ambos os sexos, correio; e feira a 18 de cada mez. A pov. dista 14 k. da séde do conc. e está quasi toda situada n'um bello e fertilissimo valle, cercado de pequenos montes e outeiros. Foi dos condes da Feira e depois da Casa do Infantado. A terra é muito fertil, cria bastante gado e tem alguma caça. O ribeiro da Pedra Má rega a freg. e varios arroios. Na serra do Pinheiro ha alicerces de construcções muito antigas, que segundo a tradição foi uma fortaleza romana. A antiga matriz era muito pequena, e estava no sitio da actual residencia do parocho, mas como estivesse arruinada, construiu-se a nova egreja nos fins do seculo XVII, a qual tem duas torres, é muito clara e elegante. Como a antiga se demoliu completamente, passou a matriz para a capella de N. S.ª da Graça, emquanto duraram as obras. Esta freg. é antiquissima, e julga-se que já fôsse do tempo dos romanos, que lhe déssem o nome que ainda conserva. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. || Quinta na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cadafaes, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Cesar da Silva *(Alfredo Augusto).* Professor da Casa Pia e escriptor publico. Nasceu em Lisboa, em 1859, e é filho de Benedicto Antonio da Silva. Fôram muito simples os seus começos. Em pequeno foi empregado do commercio, e dedicou-se depois a typographo. Mais tarde tornou se professor primario, exercendo o magisterio primeiramente n'uma aldeia dos arredores de Lisboa.

Alfredo Augusto Cesar da Silva

Entrou em 1882 para a Real Casa Pia, onde accumula, com a regencia d'uma cadeira, o cargo de bibliothecario. As suas producções litterarias datam de muito novo. Quando typographo já escrevia para os jornaes, tanto em prosa como em verso, começando logo a tornar-se conhecido. Depois dedicou-se ás investigações archeologicas e historicas, de que deu provas em algumas conferencias e publicações. Como director da Academia dos Estudos Livres, organisou um curioso estudo da Lisboa antiga, promovendo varias excursões dos socios da mesma aos logares historicos da cidade, taes como o castello de S. Jorge, Madre de Deus, Santa Engracia, egreja da Sé, etc. A sua reputação é como jornalista e principalmente como romancista, cultivando o genero historico. Tambem são longos os seus trabalhos associativos. Foi secretario por muitos annos da Real Associação de Horticultura de Lisboa; é socio muito assiduo da Sociedade de Geographia e secretario da secção de ensino geographico; secretario da assembléa geral da Associação da Imprensa Portugueza. As suas distincções são o grau de official da ordem do Merito Agricola, e cavalleiro da ordem de S. Thiago. Como merito litterario é socio correspondente do Instituto de Coimbra. E' longa já a lista das suas obras. Eil-a: *O marquez de Pombal*, folheto, 1882; *Arithmetica elementar*, 1885; *Noticia da Real Casa Pia*, memoria enviada ao congresso colombiano, em Madrid; *Breve Historia da Real Casa Pia*, 1890; *Viagem de Vasco da Gama á India*, folheto, por occasião do centenario do descobrimento do caminho maritimo para a India, 1898; *Mosteiro dos Jeronymos*, idem, já em segunda edição; *Descobrimento do Brazil*, folheto, 1900; *Recordações*, volume de versos, 1900; *O marquez de Pombal sob o ponto de vista democratico*, folheto, 1904; *Elogio historico de Pina Manique*, folheto, 1905; continuação da *Historia de França*, de Henri Martin, desde 1875, em que a deixou o celebrado escriptor francez, até ao presente. Os seus

romances são: *D. Pedro e D. Ignez de Castro*, publicado primitivamente em folhetins no *Diario*, de Lisboa, e na *União Portugueza*, do Rio de Janeiro; *Amores d'uma rainha*, actualmente em publicação pela empresa editora *O Recreio*, e saído primeiro em folhetins na *Vanguarda*, de Lisboa, com o titulo *Os Escandalos na corte; O agonisar d'um reino* e *O rei da Ericeira*, em folhetins, do *Diario de Noticias*.

Cesse. Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Cestaes. Pov. na freg. do Salvador, de Sabbadim, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Varziella, conc. de Felgueiras, districto do Porto.

Cestas. Pov. na freg. de S. Thiago, de Almelaguez, conc. e distr. de Coimbra.

Cestello. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Villar do Pinheiro, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Ceto. Ribeira do distr. de Portalegre. N. proximo de Villa Boim, passa junto d'Elvas, atravessa a linha ferrea de leste, e entra no Caiolla depois de 12 k. de curso. Tem pontes nas estradas de Elvas a Arronches e a Campo Maior.

Cetobriga ou **Troia.** Na margem esquerda do rio Sado, antigamente chamado *Calipo*, e desde a sua foz até á Comporta, corre uma faxa ou zona de terra, que tem 16 k. de comprido, e 5 a 6 de largo, banhada ao S pelas aguas da enseada de Sines, e ao N pelas do Sado. Na ourella boreal d'esta faxa, em frente de Setubal, que fica na margem direita do Sado, existem as ruinas da antiquissima cidade phenicia, chamada pelos seus fundadores *Cetobriga*, e vulgarmente *Troia*, mencionada por Claudio Ptolomeu Alexandrino, e por outros muitos autores. Caio Plinio, segundo, que percorreu as Hespanhas citerior e ulterior, e passou algum tempo na Bética, como intendente de Vespasiano, descreve a costa d'aquem do Estreito, do modo seguinte: «A que se estende desde o *Ana* (Guadiana) defrontando com o Atlantico, está povoada de bastulos e turdulos». Eram portanto estes dois povos que estanciavam ao norte do Guadiana. Plinio e Mela dizem que os turdulos occupavam a região maritima desde o Tejo até ao Douro, por conseguinte eram os bastulos os habitantes de Cetobriga, antes do dominio romano. Em Strabão vem uma nota topographica ainda mais positiva. Começa a descripção pelo *Promontorio Sacro* (Cabo de S. Vicente), e depois de ter feito menção geral dos bastulos que habitavam a costa, faz menção especial de uns que habitavam uma estreita faxa de terra junto ao mar. Ptolomeu dá a estes povos a denominação de *bastulos-penos*, Appiano lhes chama *bastulos-phenicios*. Pretende-se que Cetobriga fôsse fundada 804 annos antes de Christo. Demonstram-n'o as estatuas, sepulturas de pedra e de adobes (tijolos cozidos ao sol), umas com ossadas, outras com cinzas; columnas, cippos, medalhas, etc., encontradas em diversas escavações a que se tem ali procedido. André de Rezende, que foi o descobridor das ruinas da antiga cidade, dá sobre ellas curiosas informações no seu livro *Antiguidades*. Suppõe-se que a cidade foi subvertida, coberta com as areias que o mar sobre ella arrojou, pelos annos de 420 a 425, da era de Christo, governando o imperador Honorio, porque são d'elle as moedas mais modernas que se tem encontrado. Pelas camadas de despojos marinhos, de carvão meudo e outras materias, suppõe-se que não foi submergida d'uma só vez, mas por differentes invasões do mar. V. *Setubal*.

Cetta. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Villar de Pinheiro, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Cette. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Paredes, distr. e bisp. do Porto; 816 hab. e 160 fog. Tem escolas para ambos os sexos, medico, pharmacias, est. post. permutando malas com a R. A. D. Est. do caminho de ferro da linha do Douro, entre os apeadeiros da Parada e Irivo; hospedarias, sociedade de recreio: *Club Recreativo de Cette;* fabrica de tecidos de algodão. A egreja parochial dista 3 k. da séde do conc. A pov. está situada proximo do rio Sousa, n'um valle ameno e aprazivel. Foi antigamente da comarca do Porto, sendo então couto, do qual era donatario o reitor do collegio da Graça, de Coimbra, de eremitas de Santo Agostinho. O vigario era um eremita da ordem, apresentado pelo reitor do mesmo collegio; tinha 60$000 réis de rendimento. Havia tambem um cura secular com 8$000 réis e alguns generos. Quando a freg. era couto, tinha juiz ordinario, de civel e orphãos, procurador, 2 quadrilheiros, 2 jurados e 1 porteiro, tudo feito a votos pelo povo, e confirmados pelo D. abbade. Cette pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. N'um dos pontos mais pittorescos da pov. se ergue o antigo mosteiro de Cette, de eremitas de Santo Agostinho, que foi fundado por dois moiros convertidos á fé christã, um chamado *Muzára* e outro Zamóra, em 882. Era da invocação de S. Pedro. Foi um dos primeiros conventos que se erigiram em Portugal. Vieram povoal-o monges francezes, originarios de Cette, velha cidade maritima de Hérault, ainda hoje de grande importancia commercial. Do convento, que ali existia, é que vieram os monges, que decerto em memoria da sua patria, deram ao seu convento o nome de *Cette*, que mais tarde ficou tambem sendo o da povoação. Como todos os mosteiros da epoca, foi edificado á maneira de fortaleza com ameias e contrafortes, o que é ainda comprovado pela existencia d'uma elevada e espaçosa torre, encimada de ameias e aberta de frecheiras. N'esta torre, os religiosos eremitas mantinham-se em guerra aberta e continuada contra os moiros e outras hostes barbaras, que em amiudadas correrias os accommettiam, tentando disputar-lhes a posse d'aquelle fertil torrão, como faziam n'uma grande parte da peninsula. Esta lucta durou largos annos, até que em 963 os barbaros com numerosas forças conseguiram conquistar os terrenos e destruir o convento, vendo-se os monges obrigados a fugir. Em 967 um cavalleiro francez, por nome Gonçalo Veque ou Vasques, que veiu a Portugal procurar aventuras contra os moiros, e encontrando o convento em ruinas, o mandou reedificar, installando junto d'elle o seu solar, tomando o titulo de reformador e defensor do mosteiro de Cette. Corria então o reinado de D. Affonso VI, de Leão, sogro do conde D. Henrique, pae do primeiro rei de Portugal. Gonçalo Vasques affeiçoou-se muito áquella casa religiosa, e em seu testamento deixou-lhe todos os bens de que po-

dia dispôr sem prejudicar os seus herdeiros. Nos baixos da torre mandou construir uma riquissima capella, e um sumptuoso tumulo para ser n'elle depositado, juntamente com sua mulher, D. Brites. Esta capella era dedicada a S. Nicolau e elevava-se em quatro arcos fechados n'uma cupola, sustentando a abobada; nunca se terminou esse fecho. Na capella achava-se uma pia baptismal, e um altar com a imagem de S. Nicolau; o tumulo, que é uma obra de arte de entalhe em relevo, estava collocado a meia parede da torre, e ficava resguardado por um arco de pedra primorosamente trabalhado. Quando em 1882 se tratou de reparações no templo, encontrou-se sobre um tumulo ao fundo uma pedra coberta de lixo; era uma pedra d'armas, que se reconheceu ser o fecho dos arcos da capella. Depois de ser reedificado, o convento continuou sempre em lucta com as successivas invasões dos moiros, que só terminaram, quando appareceu em Portugal o conde D. Henrique, que foi tambem dedicado ao convento, fundando junto d'elle o seu primeiro solar, couto e honra de Cette. Quando falleceu D. Henrique, sua mulher D. Thereza continuou a dedicar-lhe todos os seus desvellos, doando-lhe todas as terras pertencentes ao solar, terras que abrangiam a vasta area de sete freguezias sitas nas ferteis ribas de Sousa, com o seu couto e honra de Cette. D. Affonso Henriques tambem protegeu muito o mosteiro, e a rainha D. Mafalda, sua mulher, ali residiu algumas vezes. D. Manuel fez-lhe grandes mercês, e doou-lhe uma reliquia do Santo Lenho da Cruz, fechada n'um relicario de prata, artisticamente lavrado ao gosto da epoca, e que ainda ali existe com grande veneração. D. Affonso tambem lhe concedeu muitos privilegios, que fôram conservados e ampliados pelos seus successores. E taes doações e mercês, donativos e privilegios se prolongaram ao historico mosteiro, até ao reinado de D. João III, que o escolheu para patrimonio do Real Collegio de Coimbra, um dos mais ricos de Portugal, unindo-o a este collegio em 1551, com todas as suas rendas, bens e foros, mesa abbacial e conventual, o que tudo já então constava além dos que já tinha á data da fundação da monarchia, do condado de Areinho, na freg. de S. João da Foz de Sousa, composto dos fóros de Areinho, que eram muitos, e da dizimaria da referida freguezia, e da de Santa Maria Magdalena, de Covello, e além d'esse condado tinha as dizimarias de Parada, Santa Maria Magdalena, S. Miguel de Urró, Santa Maria de Corcixos, e S. Miguel de Rans, assim como os innumeraveis fóros que se pagavam por toda a provincia. Apezar de ser annexo o mosteiro de Cette ao Real Collegio em 1551, este só em 1573 tomou definitivamente posse d'elle, por occasião da morte do ultimo monge benedictino do mosteiro; ao fazer-se a aunexação, o reitor de Coimbra tomou egualmente o titulo de D. abbade de Cette e conde de Areinho. Manteve-se assim de posse de tantas riquezas e privilegios, até 1834, em que fôram extinctas as ordens religiosas, ficando existindo desde então apenas um templo para recordação historica. A'cerca do mosteiro de Cette leia-se o opusculo de 24 pag., publicado no Porto em 1895, escripto por Luiz Barbosa Leão Coelho Ferraz: *Antiguidades, rendimentos, padroados, privilegios e prerogativas do tão antigo como nobre mosteiro de Cette.*

Cettos. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Assumpção, de Bouro, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. ‖ S. João Baptista, de Pinheiro, conc. de Castro Daire, do mesmo districto.

Ceuta. Cidade fortificada e porto de Marrocos, em Africa, no estreito de Gibraltar. Conquistada pelos portuguezes em 1415, pertence á Hespanha desde 1640, que a não restituiu. No seculo XIV era Ceuta a mais bella cidade da Mauritania; notavel pela belleza dos seus edificios e pelo seu desenvolvimento agricola e commercial. Attenta essa importancia pensaram um dia em conquistal-a os filhos de D. João I, os quaes communicaram a idéa a seu pae. Este encarregou Alvaro Gonçalves Camello e Affonso Furtado de irem disfarçadamente a Ceuta para examinarem a cidade e colherem esclarecimentos. Regressando os dois capitães, D. João I resolveu tentar a empresa. Em 10 de julho de 1415 começaram a sair o Tejo, as naus e galés da esquadra. A bordo iam o rei e os infantes D. Duarte, D. Henrique e D. Pedro, e a principal nobreza do reino. Em 21 de agosto, depois de varios contratempos, foi a praça atacada e investida. O rei e os infantes cobriram-se de gloria e adquiriram para a Corôa a primeira das praças africanas. D. João I armou ahi cavalleiros a seus tres filhos. O infante D. Henrique obrou prodigios de valor e parece ter delineado então os seus projectos de navegações e conquistas.

Ceuta *(Casa de).* Era como as outras casas, onde se cobravam rendimentos sobre as importações, etc., que se faziam de Ceuta.

Cevadeiro-mór. Cargo antiquissimo na Casa Real e que ainda existia nos fins do seculo XVIII. Era exercido por um fidalgo, que tinha a incumbencia de attender ao provimento de palha, etc. para as cavallariças reaes.

Cever. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 772 hab. e 201 fog. Tem esc. para ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da cabeça do conc. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. ‖ Pov. e freg, de Santo Adrião, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Santa Martha de Penaguião, com. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 1:374 hab. e 343 fog. Tem escolas para ambos os sexos e medico. A pov. dista 1 k. da séde do conc. Tendo sido annexado ao conc. de Peso da Regoa, por decreto de 26 de setembro de 1895, que aboliu o de Santa Martha de Penaguião, voltou a este, por ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. Cever pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Ceves. Pov. na freg. do Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Cevidaia ou **Cevidae.** Pov. na freg. de S. Pedro. de Athei, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real.

Cevivas. Pov. na freg. de S. Miguel, de Tres Minas. conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real.

Ceylão V. *Ceilão.*

Cezimbra *(D. Thomaz de Sousa Holstein, 1.º marquez de).* Official honorario da Casa Real; do conselho d'el-rei D. Luiz, vogal supranumerario do Supremo Tribunal Administrativo, bacharel formado

mado em Philosophia pela Universidade de Coimbra. N. a 31 de dezembro de 1839. Era filho do 1.º duque de Palmella, D. Pedro de Sousa Holstein, e de sua mulher, a duqueza D. Eugenia Francisca de Assis Xavier Telles da Gama Casou em 11 de abril de 1864 com D. Anna Maria Gonçalves Zarco da Camara, filha dos 1.ºs marquezes da Ribeira Grande, D. Francisco de Salles Gonçalves Zarco da Camara e D. Anna da Piedade de Bragança, filha dos 3.ºs duques de Lafões. O titulo foi concedido por sua vida, decreto de 3 e carta de 8 de fevereiro de 1864. O brazão é o dos srs. duques de Palmella; um escudo esquartelado com as armas dos Sousas de Arronches; no primeiro quartel as armas do reino com um filete preto em contrabanda, que não chega á orla, e passa por baixo do escudinho do meio; no segundo quartel em campo sanguinho quatro crescentes de lua de prata apontados, e assim os contrarios; timbre, um castello do escudo.

Cezimbra. Villa da prov. do Alemtejo, mas a que officialmente se chama da Estremadura; séde de conc., julgado municipal, com. do Seixal, distr., rel. e patriarc. de Lisboa. Tem duas freguezias, as unicas que compõem o concelho: a de S. Thiago com 5:162 hab., sendo 2:691 do sexo masc. e 2:471 do fem., e a de N. S.ª da Consolação, ou do Castello, assim chamada por ficar dentro da fortaleza, com 3:904 hab., sendo 2:054 do sexo masc. e 1:850 do fem. Cezimbra tem o total de 1:572 fog., n'uma superficie de 3:322 hect. A villa dista 35 k. da capital do distr. Pertence á 4.ª div. mil., 7.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 11 com a séde em Setubal. Está situada na costa do Oceano Atlantico, n'uma baixa á beira-mar, cercada de serras alcantiladas, tem um pequeno porto de mar. E' uma das terras mais importantes de pescadores da prov. da Estremadura. A sua principal industria é a pesca, em que se emprega a maior parte dos habitantes, e que constitue tambem o seu grande commercio, tanto no reino como em Hespanha, para onde exporta grande quantidade de peixe. Segundo Filippe Ferrari diz no seu *Lexicon Geographico*, e esta é a opinião mais geralmente seguida, a *Zambra* dos romanos é a actual Cezimbra, fundada, como se suppõe, pelos gallos-celtas e sarrios uns 300 annos antes de Christo. D. Affonso Henriques a tomou aos moiros em 1165, mas as guerras que se seguiram a arruinaram completamente. D. Sancho I a reconstruiu e povoou em 1200, dando-lhe foral em Coimbra, com todos os grandes privilegios, foros e regalias do foral de Evora, em agosto de 1201. D. Affonso II confirmou este foral, em Santarem, em janeiro de 1218, e D. Manuel lhe deu foral novo em Lisboa, a 28 de julho de 1514. D. Diniz foi quem creou o concelho em 1323, elevando a povoação á categoria de villa. Cezimbra era cabeça da commenda do mestrado da ordem de S. Thiago, e fôram seus commendadores até 1759 os duques de Aveiro, passando depois para a Corôa. A egreja parochial de S. Thiago é de 3 naves e tem sete altares; foi edificada ou reedificada em 1536; tinha prior e dois beneficiados, apresentados pela Mesa da Consciencia e Ordens, por ser do mestrado de S. Thiago; a egreja de N. S.ª da Consolação, ou do Castello, é d'uma só nave, com 7 altares, tendo prior e dois beneficiados apresentados tambem pelo referido tribunal, por ser egualmente da ordem de S. Thiago. Está situada no sitio onde foi o antigo castello dos moiros, hoje em ruinas, como o attestam as muralhas e os torreões que as cercam. E' construcção muito antiga que remonta ao anno 1166. Tem duas fortalezas, uma dentro da villa e outra fóra, chamada do Cavallo. Estas fortificações fôram restauradas no anno de 1648, por ordem de el-rei D. João IV, sendo superintendente das obras o padre Cosmander, da Companhia de Jesus. O governador governava antigamente em todas as fortalezas ao N até á Torre do Outão, e ao S até Albufeira. Antes de 1834 a villa tinha juiz de fóra, camara, procurador do conc., juiz dos orphãos, almoxarife, juizes dos direitos reaes, escrivães, etc.; capitão-mór, sargento-mór e duas companhias de ordenanças. Junto da villa ha um aqueducto de cantaria, por onde vem a agua para o chafariz principal. A agua das fontes da Telha e do Carvalho, dizem que são efficazes para o tratamento de muitas doenças. O Cabo de Espichel fica n'este

Vista geral de Cezimbra

concelho, onde existe a egreja de N. S.ª do Cabo, a que todos os annos se fazem devotas romarias (V. *Espichel*). Nos arredores encontram-se bellas quintas de recreio, destacando-se a de Calhariz, pertencente aos srs. duques de Palmella, que tem uma capella sumptuosa, e a dos srs. condes de Sampaio. Cezimbra tem Misericordia e hospital, montepio artistico, sociedades de recreio: *Gremio Litterario Artistico Cezimbricense*, *Recreativa Impressão Musical;* corporação maritima, delegação da alfandega de Lisboa e est. telegr. post. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas, permutando malas com Lisboa, medicos, pharmacias, advogado, hoteis, agencia do *Banco Economia Portugueza*; das companhias de seguros: *Companhia Portugueza*, *Equidade*, *Fidelidade*, *Internacional*, *Norwich*, *Previdencia*, *Tagus e Universal;* associações de classe e de soccorros mutuos, de bombeiros voluntarios, com o titulo de Real por despacho de 24 de dezembro de 1903; vice-consul da Republica Argentina, escolas para ambos os sexos, fabricas de conservas de peixe, de guano de peixe, e de tijolo. N'uma serra proximo ha pedras de amolar finissimas, muito brancas. No termo de Cezimbra existem minas de ferro e de trachites de côr verde. A terra é muito fertil; tem muitas colmeias, pinhaes, gado, caça e peixe. O principal commercio é pescarias, vinho, cereaes e legumes. Jornaes: *Cezimbrense (O)*, 1894, e *Jornal de Cezimbra*, 1899.

Chã. Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Montalegre, districto de Villa Real, arceb. de Braga; 1:695 hab. e 301 fog. Tem escolas para ambos os sexos. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada n'um terreno montuoso. E' muito fria, e cortada pelo rio Rabagão. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. ‖ Nome primitivo da ilha do Sal, da prov. de Cabo Verde, Africa Occidental, que parece terlhe sido dado por Antonio de Nola, que se affirma tel-a descoberto em 1460, em virtude das planicies que tem ao S. Mudou-se-lhe depois o nome para o de *Sal*, quando se descobriu uma salina natural na Pedra de Lume, proximo da enseada d'este nome. ‖ Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Cabaços, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. ‖ Santa Cruz, de Alvarenga, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. ‖ S. Mamede, de Deo Christi, conc. e distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Pedro, de Ferreiros de Tendaes, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. ‖ Santa Marinha, de Goutinhães, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Miguel, de Junqueira, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. ‖ S. Miguel, de Matto, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. ‖ S. Miguel, de Messegães, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. ‖ N. S.ª d'Assumpção e conc. de Penacova, distr. de Coimbra ‖ N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. ‖ S. Julião, de Serafão, conc. de Fafe, distr. de Braga. ‖ N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. da Louzã, distr. de Coimbra. ‖ Santa Eulalia, de Vandoma, conc. de Paredes, distr. do Porto. ‖ S. Thiago, de Villa Chã, conc. de Alijó, distr. de Villa Real. ‖ Casal na freg. de S. Martinho, de Tavarede, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Chã de Baixo e de Cima. Duas povoações nas freguezias: N. S.ª da Purificação, de Pernes, conc. e distr. de Santarem. ‖ N. S.ª da Conceição de Vermoil, concelho de Pombal, districto de Leiria.

Chã de Bouças. Pov. na freg. de Santa Eulalia e conc. de Fafe, distr. de Braga.

Chã do Boco. Pov. na freg. de Santa Maria, de Lamas, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Chã da Casinha. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Chã da Feira. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Chã Grande. Pov. na freg. de Santa Martha, de Bouro, conc. de Amares, distr. de Braga.

Chã de João Thomé. Ilha de Santa Maria; Pov. na freg. de S. Pedro, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada.

Chã de Lamas. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Lamas, conc. de Miranda do Corvo, districto de Coimbra.

Chã das Larangeiras. Pov. na freg. de Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e distr. de Leiria.

Chã do Monte. Pov. na freg. de Santa Maria, de Lamas, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Chã de Ourique. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Chã do Pico Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de N. S.ª das Candeias, de Candelaria, conc. e distr. de Ponta Delgada.

Chã de S. Silvestre. Pov. na freg. de S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria.

Chã da Serra. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Chã de Urmeiro. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Villa Cã, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Chabaza. Praso da Corôa no distr. de Tete, prov. de Moçambique.

Chabouco. Pov. na freg. de N. S.ª da Alva e conc. de Aljezur, distr. de Faro.

Chaby. V. *Pereira de Chaby.*

Chachani. Confluente da margem esquerda do rio Limpopo ou Bempe, Africa Oriental, a O do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique. N. na serra Madermumbela.

Chachi. Confluente da margem esquerda do rio Limpopo ou Bempe, Africa Oriental, a O do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique. N. na serra Dumanzele.

Chacim. Segundo diz o visconde Sanches de Baena no *Archivo Heraldico,* a familia de Chacim foi illustrissima como descendente por varonia de D. Mendo Alão, senhor de Bragança; tomou o appellido do logar de Chacim de que foi primeiro senhor Ruy Mendes de Bragança, o *Bravo*, que foi casado com D. Thereza Affonso, filha do primeiro rei d'este reino e n'elle fez solar para seus descendentes, que d'elle se appellidaram de Chacim. Tem por armas em campo de arminhos tres bandas de vermelho, que vem a ser o campo semeado de arminhos de negro; timbre, um javali da sua côr bandado de arminhos em tres palas. O nome de *Cham*, que apparece tambem na heraldica portugueza, parece ser uma corruptela de *Chacim.*

Chacim. Villa e freg. de Santa Comba, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 754

hab. e 179 fog. Tem escolas para ambos os sexos e est post. permutando malas com Macedo de Cavalleiros e feira a 19 de cada mez. A villa dista 10 k. da séde do conc. Corre-lhe proximo o rio Azibo. Foi com. e conc. que pelo decreto de 24 de outubro de 1855 passou a denominar-se Macedo de Cavalleiros, tirando-se-lhe algumas freguezias e augmentando-se-lhe outras. Chacim teve por donatarios os condes de Sampaio, segundo o *Portugal Sacro*, e os condes de Villa Flôr, na opinião de Cardoso, Carvalho e outros. O donatario apresentava o abbade, que tinha de renda réis 1:100$000, e o abbade apresentava o cura, a quem dava 6$000 réis e metade do pé d'altar. Antigamente a camara e as justiças de Chacim eram postas pelos senhores de Villa Flor. Tinha capitão-mór, sargento-mór, dois capitães e duas companhias de ordenanças. Consta que Fernão Mendes Cogominho lhe deu foral no reinado de D. João I, em 1400; D. Manuel deu-lhe foral novo, sem data, mas suppõe-se que foi em 1514. Chacim é pov. muito antiga; desconhece-se a data da fundação e o nome do fundador, mas julga-se que já existisse no dominio dos romanos, e que as muralhas, cujas ruinas se vêem no Monte Carrascal, hoje Balsemão, fôssem construcção d'esse tempo. N'este monte, que fica a 3 k. a E da villa, muito ermo e agreste, existia de muitos annos uma ermida dedicada a N. S.ª de Balsemão ou de Balsamão, que dizem ter sido mesquita de moiros. Junto d'ella foi fundado em 1750 o convento da Conceição, por um polaco chamado Casimiro de S. José Wizinski. O convento era de frades mariannos, e é hoje propriedade particular. Pela encosta do sul estão edificadas 8 capellinhas com os passos da paixão de Christo. E' conhecido pelo *convento de Balsemão*. A base d'este monte é regada a E pelo rio Azibo, e ao N corre um ribeiro, que depois de regar os ferteis campos da villa vae desaguar no Azibo. Chacim tem Misericordia. A capella de N. S.ª do Desterro foi a antiga matriz; a de N. S.ª do Amparo tem tido diversos nomes; era antigamente da invocação de N. S.ª da Torre, por haver junto uma torre, que depois de estar já muito arruinada, se demoliu completamente em 1740. Passou então a chamar se *capella de D. Caetano*, mais tarde denominou-se de *Santa Catharina* e por ultimo de *N. S.ª do Amparo*, nome que ainda hoje conserva. A terra é abundante d'aguas, fertil e tem bom gado. Possue muitas amoreiras e creação de bichos de seda em grande escala. A producção da seda foi tão abundante, que tornava n'outro tempo felizes os habitantes de Chacim, e todo o distr. de Bragança partilhava tambem d'essa felicidade. Na villa houve uma fabrica de fiação de seda em que se occupava a maior parte dos habitantes, e d'ali saía uma quantidade de seda bem fiada e fabricada, a ponto de fazer baratear o mercado, e do districto se transportava para outras terras de commercio, onde era bem reputada e acolhida. Hoje ainda o fabrico da seda é uma industria valiosa. Chacim pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. Por portaria de 18 de março de 1905, foi louvado Antonio Maria da Costa por ter construido, a expensas suas, casa para as escolas primarias, tendo o respectivo e conveniente mobiliario escolar. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Refojos de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Serra do distr. de Bragança. E' uma ramificação da serra de Sembade. Tem 648 metros de altura.

Chacota. V. *Auto.*

Chacuiacuti. Pov. situada nas terras dos Chevas, ao N do distr. de Tete, prov. de Moçambique.

Chacuto. Pov. do conc. de Humpata, distr. de Mossamedes, prov. de Angola.

Chada *(Monte da)*. Na freg. do Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja.

Chada da Bella. Terras incultas da freg. de S. João, conc. de Santa Catharina, na ilha de S. Thiago, archipelago e prov. de Cabo Verde. Tambem é chamada *Chada da Rainha.*

Chada Thomaz e Mourão. Terras incultas situadas na freg. de Santo Amaro, conc. de Ssnta Catharina, na ilha de S. Thiago, archipelago e prov. de Cabo Verde.

Chadeiro. Pov. na freg. de S. Estevão, de Grillo, conc. de Baião, distr. do Porto.

Chadeiros. Pov. na freg. de S. Thiago, de Carreira, conc. de Santo Thirso, distr do Porto.

Chafariz. Palavra africana *Xacarige*, fonte d'agua com bica ou sem ella. Foi adoptada em Portugal, mas só se dá este nome ás fontes que teem uma ou muitas bicas. Ha por todo o paiz chafarizes mais ou menos interessantes, e alguns constituem curiosos monumentos pela sua architectura. Vão indicados nas respectivas localidades. Tem logar citar aqui como uma especie da respectiva bibliographia, uma obra a que muitas vezes temos feito referencia: *Memoria sobre chafarizes, bicas, fontes e poços publicos de Lisboa, Belem, e muitos logares do termo*, etc., por José Sergio Velloso d'Andrade, Lisboa, 1851.

Chafariz. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Gandarella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Martinho do Bispo, conc. e distr. de Coimbra. || O Salvador, conc. e distr. de Santarem. || Quinta na freg de S. Pedro e conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda.

Chafariz do Pinheiro. Pov. na freg. de Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Chagas *(Fr. Antonio das)*. Religioso franciscano da prov. de Portugal. N. em Leiria em 1598, fal. a 24 de dezembro de 1655. Era filho de Manuel de Castro, familiar do Santo Officio, e de Antonia Antunes. Professou no anno de 1615. Ensinou no seu convento philosophia e theologia, grangeando grande reputação pelo seu talento, sendo chamado por antonomasia *O Escoto*. Sendo já mestre jubilado, governou varios conventos, e foi eleito provincial a 27 de agosto de 1641, cargo que exercia ainda quando falleceu. Foi prégador muito apreciado, examinador das tres ordens militares, e qualificador do Santo Officio. Escreveu: *Sermão nas solemnes festas e procissão de graças que fez a cidade de Coimbra pelo nascimento do Augustissimo Principe Nosso Senhor*, Coimbra, 1630: *Sermão da Dominga de Septuagesima 27 de janeiro de 1641, primeiro dia deputado para as Côrtes d'este reino*, Lisboa, 1641; *Sermão no Auto da Fé que se celebrou em Lisboa a 11 de outubro de 1654*, Lisboa, 1654. Em manuscripto deixou um livro em portuguez: *Desgraças de Saul e venturas de David*, e um tratado de direito canonico, em 2 tomos, escripto em latim.

Chagas *(D. Antonio)*. Conego em S. Vicente de Fóra, de Lisboa. N. em Athouguia, e fal. a 5

de maio de 1616. Era filho de Antonio Delgado e de Helena Delgado. Cursou a Universidade de Coimbra, e indo para Roma, o pontifice Paulo V o nomeou geral da sua ordem, em 1606. Escreveu uma *Historia Universal*, que ficou manuscripta.

Chagas *(Fr. Antonio das)*. Religioso franciscano, escriptor e poeta. N. na villa da Vidigueira, no Alemtejo, a 25 de junho de 1631; fal. no convento do Varatojo a 20 de outubro de 1682. Chamava-se no seculo Antonio da Fonseca Soares, e era filho do dr. Antonio Soares Figueirôa, um dos fidalgos mais distinctos da Vidigueira, e de D. Helena de Zuniga, senhora irlandeza, que fugindo á perseguição dos hereges, veiu buscar asylo em Portugal. Aprendeu os primeiros rudimentos na casa paterna, e passando a Evora, se instruiu na lingua latina e em philosophia. Fallecendo seu pae, preferiu seguir a carreira das armas, vendo a patria em continua lucta contra Castella, e assentou praça como soldado em Moura. Dando sempre provas de grande valor, chegou a alcançar o posto de capitão. Tinha um genio fogoso e ardente, e desenvolvendo-se-lhe o estro poetico, versejava facilmente em portuguez e em castelhano, escrevendo versos um pouco licenciosos; era galanteador com as damas, bastante audacioso, e dava-se muito a aventuras amorosas. N'essa epoca da sua vida, collaborou na *Phenix renascida* e no *Postilhão de Apollo*. Entre as obras poeticas que então escreveu, figuram madrigaes que representam cada um, um coração rendido. Ha tambem d'elle uma poesia em louvor da victoria das linhas d'Elvas, outra em louvor da defeza de Mourão, e um poema tragico-amoroso intitulado *Filis y Demofoonte*. Julga se que pelo seu caracter arrebatado, commetteu um homicidio, e que para evitar o castigo, fugiu para a Bahia, continuando na vida licenciosa que levara em Lisboa. Abrindo, porém, um dia, um livro de fr. Luiz de Granada, penetrou-se de tal fórma das suas doutrinas, que resolveu dedicar-se á ordem seraphica. Para dar cumprimento a este voto, veiu para Portugal e procurou fr. Francisco de S. Paulo, provincial da provincia dos Algarves, e pediu-lhe para trocar a sua patente de capitão pela milicia franciscana. Renunciando então o mundo, esquecendo tudo que n'elle encontrara de mais bello e attrahente, entrou no convento de S. Francisco de Evora a 18 de maio de 1662, professando a 19 do referido mez do anno seguinte. A sua profissão foi acompanhada d'um acontecimento devéras notavel. Tudo estava prompto no templo para a cerimonia, quando pela porta entrou uma bala de artilharia, disparada pelo exercito inimigo, que n'aquelle dia viera pôr cerco á cidade, indo cair na capella-mór ao pé do habito destinado ao novo religioso. O ex-capitão não se aterrou, mas o prelado ordenou que a profissão se fizesse em logar mais seguro, sendo escolhida a capella que se denomina dos *Ossos*. Fr. Antonio das Chagas tornou-se em pouco tempo um virtuosissimo religioso e prégador muito considerado. Percorreu Portugal e parte da Hespanha como missionario, apostolo da fé christã. Instituiu no convento do Varatojo, proximo de Torres Vedras, fundado por D. Affonso V, um seminario de missionarios, de que tomou posse com os seus companheiros a 6 de maio de 1680. O principe regente D. Pedro, que muito o respeitava, offereceu-lhe a mitra de Lamego, em 1679, que fr. Antonio das Chagas recusou. Falleceu no seminario com fama de santo. Depois da sua morte fôram publicados alguns dos seus escriptos, devido á iniciativa de pessoas que lhe consagravam muito respeito e veneração. O padre Manuel Godinho escreveu a vida de fr. Antonio das Chagas, de que se fizeram varias edições; Canaes tambem publicou a sua biographia nos *Estudos biographicos*, pag. 225. F. J. Freire, nas *Reflexões sobre a lingua portugueza*, tece-lhe os maiores elogios. Os criticos deram-lhe logar entre os classicos. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa existe um seu retrato de meio corpo. Escreveu: *Cartas espirituaes do Veneravel P. Fr. Antonio das Chagas, com suas notas observadas por um seu amigo*, etc., Lisboa, 1684; O autor das notas foi D. João da Silva, tenente general de cavallaria; *Segunda parte das cartas espirituaes*, Lisboa, 1687; estas duas partes saíram em segunda edição em 1736, 4 tomos; *Primeira parte das Obras espirituaes do espiritual e veneravel Padre*, etc., Lisboa, 1684; saíram novamente com o titulo de *Obras espirituaes*, etc., primeira e segunda parte, em 1701 e depois em 1762. Na segunda parte estão incluidos alguns opusculos que já corriam impressos em separado; *Escola de Penitencia, e flagello de viciosos costumes, que consta de Sermões apostolicos, etc., tirados á luz por Fr. Manuel da Conceição, Missionario do Varatojo*, Lisboa, 1687; houve outra edição em 1763; *Sermões genuinos e praticas espirituaes*, etc., Lisboa, 1690; saíram novamente em 1737, e mais tarde em 1762; *Ramalhete espiritual composto com as flôres de doze sermões doutrinaveis, que no reino de Portugal prégou o insigne orador*, etc., *tirou os á luz o M. R. P. Fr. José da Trindade, da provincia dos Algarves*, Lisboa, 1722, outra edição em 1764; *Desengano do Mundo, pelo mais enganado d'elle, obra que fez no tempo em que andava para entrar na religião*, Coimbra, 1743; *Contricção d'um peccador arrependido a Christo crucificado*, Lisboa, 1685; *Fugida para o deserto, e desengano do mundo*, Lisboa, 1756; foi reimpresso com a mesma data; *Carta do Veneravel P. Fr. Antonio das Chagas, escripta a um amigo seu, depois de ser religioso, na qual se manifesta a sua virtude, e se qualifica o seu entendimento*, Coimbra, 1738. Deixou em manuscripto outras obras asceticas, dedicadas á rainha D. Luiza de Gusmão. No anno de 1830 fez-se uma edição em Coimbra, impressa na imprensa da Universidade, do seguinte opusculo: *Suspiros e saudades de Deus, exhalados e expostos em breves canticos, reduzidos e imitados dos «Affectos Santos» (Pia Desideria) do P. Hermanno Hugo, da Companhia de Jesus, pelo veneravel P. Fr. Antonio das Chagas, missionario apostolico, etc., e por elle dirigidos ás religiosas do convento da Madre de Deus de Lisboa, cujo director espiritual fôra por muitos annos.* O sr. dr. Theophilo Braga escreveu uns artigos ácerca de fr. Antonio das Chagas considerado como poeta mistico, que se publicaram na *Revista Contemporanea*, vol. V, 1864-1865, com o titulo de *Poesia mistica portugueza*.

Chagas *(Fr. Antonio das)*. Religioso arrabido. N. em Almeirim a 14 de setembro de 1692, fal. na segunda metade do seculo XVIII. Era filho de Manuel Duarte de Aguiar, e de Maria Antonia. Entrou na religião no convento de Santa Maria Magdalena dos Coutos de Alcobaça em 1 de mar-

ço de 1711, e professou solemnemente a 2 do referido mez de 1712. Foi guardião de varios conventos, e escreveu um *Theatro judicial*, em que se encerram resumidamente todos os conhecimentos juridicos necessarios dos prelados das ordens e outros religiosos.

Chagas *(Fr. Antonio das)*. Religioso da ordem de S. Francisco da prov da Madre de Deus Era natural de Lisboa, e chamava-se no seculo Antonio de Moura do Amaral. Seguiu a carreira das armas, e passou á India onde foi almirante da armada de Diu, e acompanhou Antonio de Machado Brito na expedição de Mombaça, quando imaginava ser surprehendida pelos arabes. Depois de haver affirmado brilhantemente o seu valor, abandonou a vida militar, e fez-se religioso da ordem franciscana. Em 1716, antes de se recolher ao convento, dirigiu uma representação a el-rei D. João V, indicando-lhe a maneira de se restabelecer Mombaça. Esta representação ficou em manuscripto.

Chagas *(Fr. Antonio das)*. Religioso professo da ordem dos menores de S. Francisco da provincia da Immaculada Conceição do Rio de Janeiro, e n'elle procurador geral. Nada mais se sabe a seu respeito, além do seguinte trabalho, que foi publicado em Lisboa em 1717, com o titulo de *Estatutos municipaes da Provincia da Immaculada Conceição do Brazil*.

Chagas *(Fr. Bernardino das)*. Religioso franciscano da provincia de Portugal, que viveu no seculo XVIII. Escreveu *Compendio da admiravel vida da veneravel Maria do Lado*, Lisboa, 1765. Esta freira foi a fundadora do convento do Santissimo Sacramento do Louriçal.

Chagas *(Fr. Boaventura das)*. Religioso da ordem seraphica da provincia da Madre de Deus, lente de Theologia, e guardião do convento de N. S.ª do Pilar, eleito no primeiro capitulo provincial d'esta provincia, celebrado em 7 de fevereiro de 1623. N. em Cochim, na India Oriental. Escreveu: *Exposição da Regra de S. Francisco*, que ficou em manuscripto.

Chagas *(Fr. Boaventura das)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho. N. em Lisboa, e passou á India Oriental, professando no convento de Gôa em 1624, onde leu philosophia aos seus domesticos. Voltou a Portugal em 1634, foi eleito provincial em 1651, cujo governo exerceu durante seis annos. Sendo mandado a Roma a assistir ao capitulo geral celebrado em 1661, foi nomeado assistente do geral separado das provincias de Hespanha, onde falleceu em 1664. Deixou uns manuscriptos, que se conservavam no convento da Graça, de Lisboa; *Cursus Philosophicus* e *Compendium totius Theologiæ*.

Chagas *(Fr. Damião das)*. Religioso arrabido. N. no Funchal em 1530, fal. no convento de Torres Novas a 29 de março de 1600. Ainda muito novo aprendeu grammatica, em que se tornou muito perito. Não passou a estudos superiores, por seu pae querer que seguisse a vida do commercio, que elle exercia; porém, Damião desejava ardentemente vir para Lisboa, e dizem os seus biographos que era exclusivamente para entrar n'um convento. Duas vezes tentou embarcar contra a vontade paterna, mas não o conseguiu, porque o pae o vigiava de perto, e o obrigava a recolher-se em casa. A' terceira tentativa foi mais feliz, e chegando a Lisboa pensou em entrar no convento de S. Francisco; embrenhando-se, porém, em certas aventuras amorosas, ficou de nenhum effeito a sua entrada; só mais tarde é que professou no convento de S. José de Ribamar, da ordem dos arrabidos. Segundo dizem os chronistas, viveu no mais rigoroso ascetismo, alimentando-se apenas com hervas mal temperadas, e flagellando o corpo com disciplinas. Deixou em manuscripto um *Tratado espiritual* dividido em dois volumes.

Chagas *(Fr. Diogo das)*. Religioso menor da ordem de S. Francisco, onde foi mestre jubilado em Theologia, e vigario provincial. N na villa de Santa Cruz da ilha das Flôres, e era filho de Matheus Coelho de Fragoa e de Maria Coelho. Desconhecem-se as datas do nascimento e fallecimento, mas sabe-se que vivia pelos annos de 1661. Deixou manuscripto um livro sobre a *Fundação da provincia de S. João Evangelista dos Açôres*, e alguns outros, que veem mencionados na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. I, pag. 645, e que este escriptor declara que existiam na livraria do chantre da sé de Evora, Manuel Severim de Faria. No vol. XV do *Panorama*, de 1858, a pag. 140 e seguintes, publicou-se um seu escripto, que até então se conservara inedito: *Relação do que aconteceu na cidade de Angra, da Ilha Terceira, depois da feliz acclamação d'el-rei D. João IV, na restauração do castello de S João Batispta, etc.*

Chagas *(Fr. Filippe das)*. Religioso da ordem de S. Domingos. Natural de Villa Real, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de Belchior Martins e de Guiomar Nunes. Tinha grande dedicação pela poesia e pela pintura, e só depois de adulto é que professou, a 4 de novembro de 1591, trocando o seu nome de Francisco Nunes pelo de Fr. Filippe das Chagas. Escreveu: *Arte poetica, e da pintura e symetria, com principios de perspectiva*, Lisboa, 1615; a *Arte da pintura* foi reimpressa separadamente, com a indicação de *correcta, emendada e accrescentada com o seu index*, Lisboa, 1767; *Memorial da confissão. mui proveitoso para todas as pessoas, particularmente para as que frequentam os divinos sacramentos*, Lisboa, 1625; *Paraphrase do Psalmo 118, com um modo breve de ter oração mental*. Lisboa, 1633; *Rosario de Nossa Senhora*, Lisboa, 1654; *Exercicio da paixão de Christo, repartido por horas*, etc., Lisboa, 1626. Em manuscripto deixou: *Sexta parte dos Sermões dos Apostolos e Evangelistas, e da Cruz*, etc.

Chagas *(Fr. Francisco das)*. Conego da Congregação de S. João Evangelista N. em Coimbra, onde tambem falleceu, sendo provedor do hospital das Caldas da Rainha, a 9 de outubro de 1619. Professou a 17 de novembro de 1614. Foi reitor do convento de Villar de Frades, vice-reitor do de S. João de Xabregas, e prégador muito afamado. Escreveu umas *Laudes perennes de Nossa Senhora*, que se imprimiram em Lisboa em 1647.

Chagas *(Fr. Francisco das)*. Religioso da ordem de S Francisco. Natural de Lisboa, cidade onde fal. a 6 de abril de 1749. Era filho de José Antunes e de Maria da Conceição. Professou no convento de S. Francisco, de Evora na provincia dos Algarves, a 17 de setembro de 1704. Foi prégador jubilado e guardião do convento de Moura. Deixou uma curiosa narrativa da procissão

que, por sua iniciativa, se celebrou em 1726 em Moura, quando era guardião.

Chagas *(Fr. Gerardo das).* Monge da ordem de S. Bernardo, e geral da sua congregação em Portugal. N. na villa de Touro na provincia da Beira, e fal. no convento de Santa Maria de Salzedas em 1610, onde havia professado. Era doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. Administrou as abbadias dos conventos de Bouro e Salzedas, a reitoria do collegio de Coimbra, e o generalato de toda a congregação no anno de 1591. Escreveu : *Defensão do direito e justiça que tem a ordem de S. Bernardo do reino de Portugal no padroado dos mosteiros da mesma ordem, apresentadas á magestade d'el-rei cath lico D. Filippe II*, 1594.

Chagas *(Fr. Gregorio das).* Religioso da ordem de S. Bento. Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, lente de prima da mesma faculdade, de que tomou posse no 1.º de outubro de 1621. N. em Lisboa, e fal. no Porto a 31 de outubro de 1627. Exerceu por algum tempo o cargo de vice-reitor da Universidade, quando o reitor D. Francisco de Menezes foi eleito bispo de Leiria. Era abbade do collegio de Coimbra quando subiu a geral da sua congregação em 1626, e partindo depois para o convento benedictino do Porto, ali falleceu. Deixou em manuscripto varios livros sobre Theologia em latim, uns commentarios do cantico de Habacuc, da visão de Isaias e da visão de S. Paulo. Publicou um *Breviario monastico.*

Chagas *(Fr. Jacinto das).* Religioso menor da seraphica custodia de S. Thiago Menor da ilha da Madeira Passou ao reino, tornou-se um prégador apreciado, nos principios do seculo xviii. Em 1706 imprimiu-se um dos seus sermões, que prégou em Alemquer a respeito de S. Francisco de Assis no anno anterior, 1705.

Chagas *(João).* V. *Pinheiro Chagas (João).*

Chagas *(D. João das).* Conego regular de Santo Agostinho. N. em Vianna do Castello, e fal. a 25 de abril de 1650. Era filho de Belchior Pinto, e de Catharina Lobo. Professou no convento de S. Salvador de Grijó a 10 de dezembro de 1608. Aprendeu as sciencias escolasticas no collegio de Santo Agostinho de Coimbra, e passando á Universidade recebeu o grau de doutor em Theologia em 1663. Foi orador sagrado de muita fama. Deixou manuscripto um *Tratado da perfeição religiosa.*

Chagas *(Fr. João das).* Religioso franciscano. N. em Guimarães, e fal. no convento de S. Francisco, de Lisboa em 1727. Era filho de Manuel Vieira. Foi commissario da côrte, commissario geral da Terra Santa n'este reino e suas conquistas, por espaço de 9 annos, e ministro provincial, para que foi eleito em 1720. Escreveu e imprimiu um livro contendo a historia das negociações feitas em Constantinopla para se conseguir a reedificação da egreja do Santo Sepulchro em Jerusalem.

Chagas *(Fr. Luiz das).* Religioso da ordem de S. Francisco, e compositor de musica Nasceu em V. N. de Portimão, fal. no convento de Lisboa, a 22 de dezembro de 1640. Professou no convento de N. S.ª de Jesus, de Lisboa, a 14 de maio de 1606. Sendo dotado de suave voz e summa destreza da musica, teve a sua educação musical no referido convento. Exerceu os logares de vigario do côro e mestre de serviço; em 1636, foi eleito ministro do convento de S. Francisco junto de Silves. Foi bom cantor e compositor. Deixou uns *officios da semana santa*, que não se imprimiram, assim como o *Manual para todo lo que se canta fuera del coro conforme el uso de los Frailes y Monjas, del Sagrada Orden de Penitencia de N. P. S. Francisco del Reyno de Portugal e Castilla. Contiene las cerimonias del Altar y Coro en todos los actos solemnes, que occorren en el descurso del año conforme al Missal y Breviario Romano más correcto impresso en el tempo del Señor Papa Urbano VIII.* Esta obra não se imprimiu, como dissémos, e o manuscripto original serviu mais tarde de base a fr. Raymundo da Conversão para coordenar o seu *Manual*, como este mesmo autor confessa no respectivo prologo.

Chagas *(Fr. Manuel das).* Religioso arrabido. N. em Ponta Delgada em 1575, fal. no hospicio do hospital de Lisboa a 12 de fevereiro de 1637. No seculo chamava se Manuel Brum da Silveira, e era filho de Antonio Brum da Silveira e de D. Maria de Frias Pimentel. Veiu para Lisboa e levado pela irresistivel attracção que n'essa epoca exercia o claustro, renunciou ao morgado opulento da sua casa, e recolheu se no convento de S. José de Ribamar, da provincia d'Arrabida, professando a 18 de abril de 1604. Fr. Manuel das Chagas foi grande latinista, bom theologo, humanista e prégador; era muito versado na historia. Governou os conventos de Palhaes, Obidos e Arrabida, onde exerceu os cargos de secretario e definidor. Deixou manuscriptos alguns livros mysticos e uma *Vida de Santa Brigida da Suecia*, de que se fez uma copia primorosamente illuminada, que foi offerecida depois da morte do autor á rainha D. Luiza de Gusmão; uns volumes de sermões, uma *Summa da historia dos godos*, e um *Tractatus de potestate Pontificia* A relação das suas obras vem publicada minuciosamente na *Bibliotheca Lusitana* de Barbosa Machado, vol. iii, pag. 218 e 219.

Chagas *(Fr. Manuel das).* Religioso da ordem dos carmelitas calçados. N. em Lisboa, onde tambem fal. no convento do Carmo, a 28 de dezembro de 1666. Chamava se no seculo Manuel Rombo, e era filho de Adão Dias e de Antonia Rombo. Entrou na ordem carmelitana no convento de Lisboa, a 14 de setembro de 1606, professando solemnemente a 16 do referido mez de 1607. Estudou Philosophia em Evora e Theologia em Coimbra, sendo mestre d'estas faculdades na sua ordem; mas preferindo dedicar-se ao pulpito, para que sentia grande vocação, deixou o magisterio. Cultivava com a maior facilidade a poesia vulgar. Rejeitou sempre qualquer cargo, e o unico que exerceu foi o de prior do convento de Torres Novas. Alguns annos antes de fallecer, teve a infelicidade de cegar completamente, mas apezar d'essa desgraça, continuou no exercicio de orador sagrado. Escreveu: *Tractado da vida, excellencias e morte do bemaventurado Santo André Corsino, bispo de Fesula*, Lisboa, 1629; *Relação da enfermidade e morte do veneravel P. Fr. Domingos de Jesus Maria*, Lisboa, 1630; *Thereza militante*, Lisboa, 1630; é um poema em que se descreve a vida de Santa Thereza de Jesus; *Festas que o Real Convento do Carmo de Lisboa fez pela canonisação de Santo André Corsino*, Lisboa, 1632; *Sermão prégado no Carmo de Lisboa, sabbado* 29

de novembro, etc , Lisboa, 1637: *Sermão que prégou em o dia da acclamação de Sua Magestade por rei, e restauração do reino, 1.º de dezembro de 1646*, Lisboa, 1647; *Cantico gratulatorio pelo assassinio não effectuado*, Lisboa, 1647; *Canção lyrica ao nascimento do senhor infante D. Pedro*, Lisboa, 1648: saiu com o nome de seu sobrinho, Bartholomeu Rombo; *Oração lutuosa em as honras que fez o Real Convento do Carmo á ser.ma infanta de Portugal D. Joanna*, Lisboa, 1654; *Threnos funeraes á morte do ser.mo principe de Portugal D. Theodosio*, Lisboa, 1653; *Tratado da vida, virtudes e morte de Fr. João de S. Sansão, leigo da ordem do Carmo*, Lisboa, 1662; *Elegia á morte do serenissimo infante D. Duarte*. Deixou diversos manuscriptos, cujos titulos se pódem vêr no vol. III da *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, pag. 219 e 220.

Chagas *(Manuel Pinheiro)*. V. *Pinheiro Chagas (Manuel)*.

Chagas *(Fr. Pedro das)*. Chamado no seculo Pedro Lopes de Mattos. N. em Areozello a 4 de janeiro de 1670, fal. em Chaves a 25 de agosto, mas ignora-se o anno. Era filho de Fructuoso Francisco de Mattos e de Maria Nunes. Aprendeu os rudimentos de grammatica latina na escola do padre Manuel Pinto de Azevedo, frequentando depois a Universidade de Coimbra, onde recebeu o grau de mestre em Artes, e foi examinador de bachareis. Sendo já presbytero secular, seguia o curso de direito pontificio, quando sentiu fortes desejos de se recolher ao claustro. Fez uma romaria a S. Thiago da Galliza, e regressando ao reino professou no convento do Varatojo. Era um fervoroso missionario, grangeando tão grande fama de prégador que todos os prelados o desejavam para as suas dioceses. Indo a Chaves, fal no convento de S. Francisco d'aquella villa. Deixou um livro manuscripto, em que descreve a sua viagem a S. Thiago da Galliza.

Chagas *(Fr. Simão das)*. Religioso da ordem de S. Domingos, de que apenas se sabe que escreveu a *Vida de Fr. Gaspar do Espirito Santo*, que ficou em manuscripto.

Chagas *(D. Simão das)*. Conego regular de Santo Agostinho. N. no logar de Tamengos, proximo de Coimbra, fal. a 25 de agosto de 1600. Professou no convento de Santa Cruz d'aquella cidade a 23 de outubro de 1589. Foi grande letrado, bom prégador e muito versado nas antiguidades da sua canonica congregação. Sendo prior do convento de S. Jorge, a pouca distancia de Coimbra, escreveu um livro que ficou manuscripto, sobre a *Fundação antiquissima e seus principios, e dos prelados do convento de S. Jorge*.

Chagas. Ilha Terceira: Pov. na freg. de Santa Cruz e conc. de Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo.

Chagas Santos *(Francisco das)*. Tenente-coronel do real corpo de engenheiros. Em 1800 era capitão engenheiro na capitania do Rio Grande de S. Pedro, no serviço das demarcações da America portugueza e hespanhola; em janeiro d'esse anno foi promovido a sargento-mór, continuando na referida capitania. No dia 2 de agosto de 1804 subiu a tenente-coronel. No Archivo Militar do Rio de Janeiro existe o seguinte trabalho seu, original, feito a aguarella: *Carta Corographica que comprehende a Capitania de S. Pedro, parte do Governo de Monte Video, inclusa a cidade de este nome, e os importantes individuaes Reconhecimentos Geographicos, que se praticaram na Primeira Divisão da Demarcação de Limites d'America Meriodinal, pelos respectivos Engenheiros e Astronomos em todos os Territorios, que deviam ser examinados para intelligencia das Côrtes Portugueza e Hespanhola, conforme se ordena no Tratado Preliminar de Limites no 1.º de Outubro de 1777. Na qual se vê traçada a parte que se demarcou pelos Primeiros Commissarios da sobredita 1.ª Divisão, em consequencia do estipulado no mesmo Tratado, os Campos de que estavamos de posse antes da ultima Guerra de 1801, e os que avançamos inclusos os Sete Povos das Missões Orientaes ao Uruguay, Construida e Desenhada pelo Coronel Engenheiro Francisco das Chagas Santos*, 1m,481 × 1m, 43.

Chai-chai. Pov. no distr. de Gaza, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Chaifi. Pov. da prov. de Chandroaddy, 4.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, na India. | Regedoria do conc. de Quepém, distr. de Gôa, na India.

Chaim. Povoações nas freguezias: S. Martinho, da Varzea do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Vicente e conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Chaimgoma. Prazo do districto de Quelimane, provincia de Moçambique, sendo dividido em 14 aldeias governadas cada uma por um inhacuava ou chefe. Produz trigo, arroz, milho, algodão, muitos fructos da Europa e dos tropicos, bem como um fructo de que se extrae azeite. Tem muitos e extensos bosques de boa madeira para construcção, nos quaes ha elephantes, tigres e leões. Foi dado a Portugal por Brenha, rei de Quiteve. || Ilha do distr. de Quelimane, prov. de Moçambique, entre os rios Luabo e Quelimane.

Chainça. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Consolação, de Alvados, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || Santa Catharina da Serra, conc. e distr. de Leiria. || S. Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra. Tem caixa postal. || N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, distr. de Leiria. || S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, do mesmo distr. || Pov. no conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

Chainho. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Chairos. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Aguiciras, conc. de Mirandella, distr. de Bragança

Chalaça. Roça na Ilha do Principe, Africa Occidental, comprehendendo a *Papagaio* e *Praia de Santo Antonio*.

Chalo. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Villar de Mouros, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello.

Chama ou **Chamoa.** Termo antigo. Nome proprio de mulher, corrupção do latim *Flammula*. Em todos os foraes e documentos portuguezes escriptos em latim, em que figurava alguma mulher d'este nome, escrevia-se *Flammula*. Foi muito usado em Portugal até ao seculo XV, começando desde então a cair em desuso.

Chama. Cidade do Estado de Fanti, na costa da Mina, Africa, que pertence hoje aos hollandezes. Tem feitoria e forte denominado de S. Sebastião Foi ali onde João de Santarem e Pero Escobar fizeram o primeiro resgate de ouro em 1641.

A fortaleza actual foi tambem construida pelos portuguezes.

Chamadouro. Pov. na freg. de S. Martinho, de Ovôa, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu.

Chamas. Appellido que parece ter desapparecido. Tem por armas um escudo esquartelado; no primeiro quartel em campo vermelho um castello de ouro ardendo em fogo; no segundo em campo de ouro um leão vermelho, e assim os contrarios. O timbre é o leão com o castello ardendo em fogo nos braços.

Chambeze. Rio das terras do sertão de Muiza, Africa Oriental, a NO da prov. de Moçambique.

Chambo. Aringa no Barué, Africa Oriental. Era, por occasião da campanha de 1902, de fórma irregular, tendo para differença uns 4 baluartes, com dois pavimentos, que serviam além de pontos observatorios, para com o seu fogo cruzado defender as portas. Abandonada pelo inimigo foi ali construido um posto para as operações d'aquella campanha.

Chamboeira. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Bucellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Chamebique. Pov. ou banza do territorio dos Massorongos, no distr. do Sonho, reino do Congo, na margem esquerda do rio Zaire, a 46 k. da freguezia.

Chamena. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Chamiço *(Francisco de Oliveira)*. V. *Oliveira Chamiço (Francisco de).*

Chamiço. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Benedicta, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Chaminé. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Piedade, de Algoz, conc. de Silves, distr. de Faro. || Santa Maria Magdalena, de Bempesta, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || S. Martinho, de Escapães, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Herdade na freg. de S. Gregorio, conc. de Arraiollos, distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª da Graça e conc. de Móra, do mesmo districto.

Chaminés. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Chamissol. Pov. na freg. do Salvador, de Taboado, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Chamo. Pov. do distr. de Quelimane, prov. de Moçambique, na margem esquerda do rio Chire, confluente do Zambeze, ao N da serra Chamoara.

Chamoim. Pov. e freg. de S. Thiago da prov. do Minho, conc. de Terras de Bouro, com. de Amares, distr. e arceb. de Braga; 487 hab e 111 fogos. Está situada junto da margem esquerda do rio Homem, na estrada de Amares para a Galliza. Está n'esta freg. comprehendida a séde do conc. a que pertence (V. *Terras de Bouro*). A terra é muito abundante de boas aguas, muito fertil e saudavel. E' regada pelo rio Homem, que se reune aqui com o rio Pequeno, e vae juntar-se ao Cávado, na povoação do Bico. O arceb. de Braga e o papa apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 500$000 réis. Pela serra de Santa Izabel do Monte, pertencente a esta freg. passava a antiquissima via militar chamada da Geira, de Braga a Astorga. Em Chamoim ha vestigios de antiguidades romanas. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8 com a séde em Braga.

Chamoinha. Pov. na freg. de S. Thiago, de Alhariz, conc. de Valle Passos, distr. de Villa Real.

Chamorra. Ilha da Madeira, distr. do Funchal; povoações nas freguezias de Santo Antonio da Serra, conc. de Machico, e S. Braz, de Campanario, conc. de Camara de Lobos. || Povoações nas freguezias: O Salvador, de Valladares, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Pedro, de Villar do Paraizo, do mesmo conc. e districto.

Chamorra de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. João Baptista, de Villa Boim, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Chamosinhos. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Terroso, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || Santa Christina, de Serzedello, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Paio, de Villa Meã, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello

Champana. Pov na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Tavira, distr. de Faro.

Champolim. Pov. da prov. de Canácona, 4.ª div. das Novas Conquistas, distr. de Salsete, arcebispado do Gôa, na India.

Champuto. Nome de duas povoações do conc. de S. Salvador do Congo, distr. do Congo, prov. de Angola.

Chamusca. Villa da prov. da Estremadura, séde do conc., com. da Gollegã, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa. Tem uma só freg. cujo orago é S. Braz. Está situada n'uma campina, na margem esquerda do rio Tejo, d'onde se vê Gollegã, Azinhaga e outras povoações. A rainha D. Catharina, regente na menoridade do seu neto, el-rei D. Sebastião, deu-lhe foral, em Lisboa, a 13 de fevereiro de 1561. A terra é muito fertil em cereaes e legumes, trigo, vinho, azeite, mel, fructas, melancias e melões, que são classificados como os melhores do paiz; cria muito bom gado suino, lanigero e vaccum. Exporta carne de porco, lenha, fructa, cereaes, etc. Abunda tambem em caça e em peixe. Nos dias 17 e 18 de janeiro realisa-se uma feira de gado suino. Chamusca era da Casa das Rainhas, que apresentava o juiz de fóra, camara e mais justiças, sujeitas á ouvidoria de Alemquer, como cabeça da comarca das Terras das Rainhas. A matriz é uma boa egreja com 7 altares, mas a egreja actual da ordem terceira de S. Francisco, é o melhor edificio da villa. O prior, já antes de 1834, era eleito por concurso, e tinha a terça parte dos dizimos. Chamusca tem Misericordia e hospital, fundado em 1740 por um natural da villa, chamado Francisco Subtil; escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com R. A. L.-Gollegã; advogados, notario, medicos, pharmacias, Montepio de S Braz e Montepio Artistico Chamusquense (associação de soccorros mutuos), agencias de seguros, asylo para invalidos, hospedarias, theatro *Foito*, sociedades de recreio: *Gremio Agricola Chamusquense Club Chamusquense* e *Philarmonica 31 de janeiro de 1901;* fabricas de tijolo. Chamusca pertence á 1.ª div. mil., 1.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 2, com a

séde em Lisboa. O conc. compõe-se de 5 freguezias com 2:297 fog. e 10:443 hab., sendo 5:089 do sexo masc. e 5:354 do fem., n'uma superficie de 78:950 hect. As freguezias são: S. Braz, de Chamusca, 3:811 hab.: 1:746 do sexo masc. e 2:065 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Chouto, 715 hab. 392 do sexo masc. e 323 do fem.; Santa Maria, de Pinheiro Grande, 3:067 hab.: 1:525 do sexo masc e 1:542 do fem.; Santa Maria, de Ulme, 1:245 hab.: 650 do sexo masc. e 595 do fem.; Espirito Santo, de Valle de Cavallos, 1:605 hab.: 776 do sexo masc. e 829 do fem. O principal commercio do conc. é azeite, vinho, cereaes, cortiças e palha. Jornaes: *Chamusquense (O)*, 27 de maio de 1894 e *Echos do Ribatejo*, 15 de julho de 1900. || Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Argoncilhe, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Christina, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Salvador, de Grijó, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Lagos da Beira, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || S. João Evangelista, de Nespereira, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Quinta na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Senhorim, conc. de Nellas, distr. de Vizeu.

Chamuscada. Pov. na freg. de S. Felix, de Gondifellos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Chanal. Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Sobrado, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Chanca. Povoações nas freguezias: Santa Maria Magdalena, de Rabaçal, conc. de Penella, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Oliveira, de Sobral d'Abilheira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Chança. Pov. na freg. de S. Estevão, de Chancellaria, conc. de Alter do Chão, distr. de Portalegre. Tem est. do caminho de ferro na linha de leste, entre as de Torre das Vargens e do Crato, e feira no dia 13 de dezembro. || Rio na prov. do Alemtejo, do distr. de Beja. N. em Hespanha, passa proximo de Ficalho, e depois de dividir a fronteira entre Portugal e Hespanha na distancia de 65 k., vae desaguar no Guadiana, abaixo de Pomarão.

Chancella. Sello pendente em alguns documentos officiaes; letras abertas em metal, com as quaes se grava em qualquer documento a firma d'uma autoridade publica, ou d'um particular, que por qualquer motivo não a póde fazer do proprio punho. Diz-se que D. João II e D. Maria I assignaram com chancella, sendo posta á sua vista por mão alheia.

Chancella. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Dardavaz, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Chancellaria. Villa e freg. de S. Estevão, da prov. do Alemtejo, conc. d'Alter do Chão, com. de Fronteira, distr. e bisp. de Portalegre; 1:341 hab. e 235 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e est. post. com serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. L. Chancellaria dista 18 k. da séde do conc. e está situada no meio de uma charneca, a 5 k. da ribeira de Seda, e a 3 da est. de Chança, na linha ferrea do Leste. E' da Casa de Bragança, á qual são foreiras todas as terras d'este termo; era ella que apresentava o prior, e este apresentava dois coadjutores, um que servia de cura na matriz da villa, e o outro que apresentava na sua annexa de N. S.ª da Graça, da Margem. O prior tinha os dizimos, e d'elles pagava aos dois curas. Chancellaria foi conc. e teve 2 juizes ordinarios, 3 vereadores, 1 procurador do conc., escrivães, porteiros, etc; capitão-mór e uma companhia de ordenanças. No campo onde está actualmente a capella de Santa Luzia, existia n'outro tempo a povoação de Villa Facaia ou Villa Formosa, que depois se mudou para onde se vê agora Chancellaria, não ficando ali senão a capella, que era a antiga matriz. Proximo da capella atravessando o rio Seda, ha uma ponte de seis arcos, toda de cantaria, chamada *Ponte de Villa Formosa*. D. Manuel deu-lhe foral em Lisboa, no dia 1 de julho de 1518. A terra é muito fertil em cereaes, e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. || Pov. da freg. de Santa Eufemia, da prov. da Estremadura, conc. e com. de Torres Novas, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 2:315 hab. e 485 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada entre diversos regatos, que fórmam uma ribeira affluente do rio Almonda. E' terra fertil, produz muito vinho, e cria gado de toda a qualidade. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16 com a séde em Lisboa.

Chancelleiros (*Manuel Antonio de Carvalho, 1.º barão de*). Conselheiro de Estado effectivo, par do reino, ministro e secretario de Estado, presidente da camara dos pares, deputado, desembargador da Casa e Relação do Porto, deputado da Junta dos Reaes Emprestimos, bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, commendador da antiga ordem da Torre e Espada, condecorado com a medalha por quatro campanhas da guerra Peninsular, commendador da ordem de Leopoldo da Belgica, etc. N. em Carvalhaes a 31 de maio de 1785, fal. na sua casa, no Rocio de Alemquer a 18 de dezembro de 1858. Era filho de Sebastião José de Carvalho, proprietario e lavrador abastado, e de sua mulher D. Josepha Maria de Almeida Carvalho. Não correram socegados os primeiros annos da vida d'este illustre estadista, pois que, frequentando com subida distincção a Universidade de Coimbra, ahi o foi encontrar o movimento da insurreição popular contra a dominação franceza, e Manuel Antonio de Carvalho alistou-se logo no batalhão academico, e com as armas na mão cumpriu os deveres d'um verdadeiro patriota. O seu irmão primogenito, que tinha o mesmo nome de seu pae, era n'esse tempo o chefe do commissariado geral. Finda a campanha, dedicou-se á magistratura, para que fôra habilitado pelo Tribunal do Desembargo do Paço em 1813, e foi despachado juiz de fóra de Villa do Conde, cargo que desempenhou com tanto amor da justiça e tanto a contento dos povos, que ficou por assim dizer lendaria a memoria de Manuel Antonio de Carvalho no espirito d'aquella boa gente maritima, que ainda hoje mostra a casa onde residiu, como se fôsse um sanctuario ou um monumento. Poucos homens terão tido uma semelhante consagração. Quando alvoreceu a aurora da liberdade, o futuro barão de Chancelleiros saudou-a com enthusiasmo, e o seu talento, os seus serviços e popularidade, o seu amor á causa liberal, de que foi adepto inabalavel e fiel, o designaram naturalmente para occupar uma cadeira de deputado na

assembléa constituinte. N'este congresso grangeou a reputação que o indigitava para os mais altos cargos do Estado. Em 1823, sendo ministro seu irmão Sebastião José de Carvalho, deram-se no Brazil gravissimos acontecimentos, que eram como que as convulsões do movimento que devia affirmar a independencia brazileira. O principe D. Pedro tambem se insurgira, collocando-se á frente da sublevação e permanecendo no Rio de Janeiro, como regente do Brazil, e o governo de Lisboa tratou de o substituir por uma regencia que se constituira na Bahia, onde o general Madeira de Mello mantinha com rara energia erguida no tope das muralhas a bandeira portugueza. Manuel Antonio de Carvalho foi nomeado para fazer parte d'essa regencia, porém, não chegou a partir para o seu destino, porque no entretanto a Bahia capitulava, os acontecimentos precipitavam-se, intervinha officiosamente a Inglaterra, e tudo se preparava para o reconhecimento da independencia do Brazil; o general Madeira de Mello embarcou então com destino a Lisboa. Tendo fallecido D. João VI em março de 1826, D. Pedro IV outhorgou a Carta Constitucional, sendo conferida a regencia do reino á infanta D. Izabel Maria; tratou se de organisar em Lisboa um ministerio constitucional, e Manuel Antonio de Carvalho foi chamado em 1827 para se encarregar da pasta da fazenda, em cuja gerencia deu provas de firmeza e de integridade de caracter taes, que lhe conquistaram o respeito e veneração da regente, cujas vontades não hesitava em contrariar, quando as considerava incompativeis com os interesses da nação. Manuel Antonio de Carvalho arrancava assim os abusos do absolutismo, e servia lealmente a causa da monarchia alliando-a com a democracia. Foi este estadista que, primeiro do que ninguem, teve o encargo de apresentar ás camaras um orçamento geral do Estado, documento valioso para a nossa historia financeira, e que constitue um trabalho de elevado merecimento que muito honra o primeiro ministro da fazenda do regimen constitucional. Durante o tempo em que o despotismo reinou com severidade no paiz, nada pudémos averiguar ácerca de Manuel Antonio de Carvalho, que em 1834 vamos encontrar na arena politica, depois de restabelecido o systema constitucional, presidindo em 1835 á camara dos deputados, e entrando em 27 de maio d'esse anno no ministerio, tendo a seu cargo a pasta da justiça. Ainda em abril de 1838 acceitou das mãos dos chefes do movimento politico d'esse anno, a pasta da fazenda, sendo essa a ultima vez que subiu ao ministerio. Tomou parte successivamente na camara dos deputados, nas legislaturas de 1839-1840 e de 1840-1846; foi nomeado conselheiro de Estado; agraciado por D. Maria II com o titulo de barão de Chancelleiros por decreto de 23 de maio de 1840; eleito par do reino pela carta regia de 22 de outubro de 1847, de que prestou juramento e tomou posse na sessão da respectiva camara de 7 de janeiro de 1848. Em 1855 teve o encargo de supplente á presidencia da camara, e n'esta qualidade dirigiu e regulou muitos trabalhos das sessões parlamentares. A sua morte foi pranteada por todos os partidos liberaes do paiz, porque o seu nome era geralmente respeitado e venerado. Manuel Antonio de Carvalho casou a 22 de outubro de 1826 com D. Maria José de Carvalhosa Henriques, filha de João Anastacio de Carvalhosa Henriques, do conselho de D. Maria II, provedor do Algarve, bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, proprietario no logar da Cortegana, termo de Aldeia Gallega da Merciana, casado com D. Anna José de Carvalho e Silva. D'este consorcio houve os seguintes filhos: Sebastião, que foi o visconde de Chancelleiros, ha pouco fallecido; D. Maria do Rosario, casada com o dr. Carlos Zeferino Pinto Coelho; Lourenço Antonio de Carvalho, Pedro Augusto de Carvalho e Antonio Maria de Carvalho, João Anastacio de Carvalho. V *estes nomes*.

Chancelleiros *(Sebastião José de Carvalho, 1.º visconde de)*. Par do reino por successão a seu pae, prestando juramento e tomando posse na respectiva camara na sessão de 9 de agosto de 1861; ministro de Estado, ministro plenipotenciario na Belgica, governador civil de Lisboa, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; grã-cruz das ordens de Leopoldo da Belgica, e da Rosa do Brazil, etc. N. na quinta do Rocio, freguezia de N. S.ª das Virtudes, de Ventosa, concelho de Alemquer, a 11 de janeiro de 1833, fal. na mesma quinta a 13 de junho de 1905. Era filho do barão de Chancelleiros, Manuel Antonio de Carvalho, e de sua mulher, D. Maria José de Carvalhosa Henriques. Tinha o curso de engenharia e vastos conhecimentos agricolas, conhecimentos praticos por ser um dos primeiros lavradores do conc. de Alemquer, onde possuia importantes propriedades na Cortegana. Foi deputado pela primeira vez em 1857, eleito pelo circulo de Torres Vedras, e depois em duas legislaturas pelo circulo de Torres Novas e Alemquer, segundo a antiga circumscripção eleitoral. Em 1871 foi nomeado governador civil do distr. de Lisboa, e n'esse mesmo anno foi convidado para acceitar a pasta do ministerio das obras publicas, no gabinete presidido pelo fallecido duque d'Avila, mas o seu governo teve pouca duração, porque entrando em 1 de março saiu logo a 12 de julho. Em 1892 novamente fez parte do ministerio, encarregando-se da referida pasta, sendo presidente de ministros o sr. conselheiro Dias Ferreira. Em 8 de junho de 1873 foi nomeado ministro plenipotenciario para a celebração do tratado de commercio com a Belgica, tendo sido agraciado pelo rei dos belgas em 15 de maio de 1874 com a grã-cruz da ordem de Leopoldo, e em 1872 fôra tambem condecorado com a grã-cruz da ordem imperial do Brazil. O titulo de visconde de Chancelleiros tinha lhe sido concedido por el-rei D. Luiz, por decreto de 13 de setembro de 1865. Na nossa politica era uma individualidade verdadeiramente extraordinaria; um orador parlamentar dos mais distinctos, sendo os seus discursos sem-

1.º visconde de Chancelleiros

pre de fórma original, revelando profundos conhecimentos administrativos. A sua voz era sempre escutada com a maior attenção e interesse. Apezar da fórma energica e original com que falava e discutia, principalmente quando se tratava d'algum importante assumpto, ou na replica a algum adversario, nunca se lhe notava uma descortezia, nem uma phrase offensiva. A agricultura mereceu-lhe afeições especiaes, particularmente a viticultura, a que prestou relevantes serviços, introduzindo no paiz a cultura em larga escala da vinha americana, e contribuindo efficazmente para a restauração dos vinhedos devastados pelo phyloxera. No Congresso Vinicola Nacional, inaugurado em 4 de fevereiro de 1895, na sala da Bibliotheca da Academia Real das Sciencias, o qual fôra organisado pela Real Associação Central de Agricultura Portugueza, foi por acclamação nomeado presidente honorario d'essa respeitavel assembléa. A inauguração do congresso realisou-se com toda a solemnidade, presidindo el-rei Senhor D. Carlos, acompanhado de sua magestade a rainha Senhora D. Amelia. Os trabalhos prolongaram-se por oito dias, tornando-se notavel o visconde de Chancelleiros pelos seus eloquentes discursos. Residindo a maior parte do tempo na sua quinta da Cortegana, apenas se demorava em Lisboa durante o periodo legislativo, comparecendo pontualmente nas sessões da camara alta. Casou em 1868 com D. Albertina Emma da Cruz Guerreiro, filha dos 1.ºs viscondes do Valle da Gama, Ignacio da Cruz Guerreiro e D. Emma Sophia Rond. Tendo enviuvado, casou em segunda nupcias com miss Leloseltern, senhora de origem ingleza.

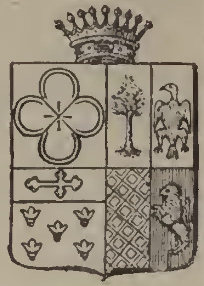

Brazão do 1.º visconde de Chancelleiros

Chancelleiros. Pov. na freg. de S. João Baptista de Covas do Douro, conc de Sabrosa, distr. de Villa Real. Tem um apeadeiro na linha do caminho de ferro do Douro, entre as estações de Ferrão e de Pinhão.

Chanceller. O que confere os graus nas Universidades e põe o sello nas cartas ou diplomas. || *Chanceller-mór do reino;* magistrado superior encarregado de vêr que as provisões expedidas pelo Desembargo do Paço não fôssem contrarias ás leis e á justiça, pertencendo-lhe egualmente pôr o sello nas cartas e alvarás que tinham de passar pela chancellaria e publicar as leis e ordenações feitas pelo soberano. Havia tambem os *chancelleres das Relações*, o *chanceller das correições,* que era o official que tinha o sello real, de que usava o corregedor, etc. Nos manuscriptos da Bibliotheca Nacional de Lisboa existe um *Catalogo dos chancelléres móres de Portugal*, conforme se vê descripto a pag. 411 do respectivo *Inventario* que corre impresso.

Chancequias. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Vagos, distr. de Aveiro.

Chanchri. Pov. na ilha de Diu, prov. e arceb de Gôa, na India.

Chancido. Pov. na freg. do Salvador, de Moreira, conc. da Maia, distr. do Porto.

Chancos. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa.

Chancrão. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, conc. e distr. de Portalegre.

Chancuda. Herdade na freg. de Santa Victoria, conc. e distr. de Beja.

Chandarnate. V. *Chandernate.*

Chandas. Pov. da margem direita do rio Chobe, no paiz dos batocas, a O da prov. de Moçambique.

Chandel. Pov. da prov. de Pernem, 1.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, na India; tem delegação da alfandega. Fórma uma regedoria, comprehendendo tambem a povoação de Moppa.

Chandernate. Elevada montanha da prov. e distr. de Salsete, India. No seu cimo ergue-se um pagode que serve de baliza aos navegantes.

Chandesil. Pov. na freg. de Santa Comba, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Chandor. Pov. e freg. de N. S.ª de Belem, da prov., distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, na India, no extremo E da prov. abrangendo as povoações de Cavorim, Chandor e Guirdolim. Com o consentimento do rei de Canará levantaram os portuguezes em 1678 no logar em que actualmente está edificada a pov., uma feitoria e uma egreja. Tem escolas.

Chandrovaddy. Prov. da 4.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, na India, limitada ao N pelas provincias de Pondá e Embarbacem, a E por esta ultima e Caccorá, ao S pelas de Astragar e Bally. Tem 19 pov., 6 das quaes constituem a camara geral, e uma parochia com europeus e asiaticos. Pertence ao circulo eleitoral da Nova Gôa. Tem minas de ferro, sendo a principal a de Malcornem || Pov. da prov. de Embarbacem, 3.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa.

Chan das Caldeiras. Terreno da ilha do Fogo, no archip. e prov. de Cabo Verde, onde se encontram muitas crateras de vulcões extinctos, e nas quaes se póde colher muito enxofre.

Changamira. Vasto territorio ou paiz situado entre as serras Fura, Chitavatanga e Madumumbela, ao NO do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique.

Chanoca. Antiga familia nobre de Beja. Tem por armas o escudo partido em pala; a primeira em campo de ouro com um braço de leão vermelho e uma estrella vermelha tambem junto das unhas; a segunda em campo azul com outro braço de leão de ouro, com uma estrella de ouro tambem sobre as unhas; o timbre é constituido pelos braços do leão de vermelho em aspa, atados com um torçal de ouro e uma estrella de ouro entre elles.

Chanoca. Quinta na freg. de N. S.ª do Monte de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa.

Chantada. Pov. na freg. de Simão, de Junqueira, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Chantadissos. Pov. na freg. de Santa Maria, de Rozem, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Chantete. Pov. do conc. de S. Salvador do Congo, distr. do Congo, prov. de Angola.

Chantre. Dignidade ecclesiastica, que n'uma sé ou collegiada tem a direcção do côro. Na egreja primitiva os chantres (cantores) faziam parte

do clero. A sua instituição remonta ao seculo IV. Confiada em principio a padres e a diaconos, a funcção de chantre foi exercida, depois de S. Gregorio, pelos sub-diaconos e outros clerigos.

Chão. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Campo, conc. de Vallongo, distr. do Porto. || S. Felix, de Candemil, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Pantaleão, de Cornes, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || S. Thiago, de Lobão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Venade, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Quinta na freg. de Santo Isidoro, de Santos Evos, conc. e distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Rubiães, conc de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. Tem correio com serviço de posta rural. || Ilhéo do grupo das ilhas Desertas, no archipelago da Madeira. E' pequeno e pouco elevado; notavel porque a pequena distancia d'elle se ergue um alto rochedo pyramidal que semelha um navio á véla.

Chão de Além. Pov. na freg. de S. João, de Loureiro, conc. de Oliveira de Azemeis, distr de Aveiro.

Chão do Barroso. Herdade na freguezia de S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Chão do Bezerro. Pov. na freg. de S. Mamede, de Parada do Monte, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Chão da Bica. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Amendoa, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Chão do Bispo. Pov. na freg. de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra.

Chão dos Cardos. Pov. na freg. de Santa Maria, de Pinheiro Grande, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Chão de Carrasqueiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Paderne, conc. de Albufeira, distr. de Faro.

Chão do Carvalho. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Aboadella, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Simão, de Arões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Chão da Casinha *(Quinta do).* Na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Seixo Amarello, conc. e distr. da Guarda.

Chão de Cevada. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, conc. e distr. de Faro.

Chão das Cervas. Pov. da freg de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa Velha de Rodam, distr. de Castello Branco.

Chão das Choças. Pov. na freg. de S. Miguel, de Loureda, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Chão de Cima. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Malhou, conc. e distr. de Santarem.

Chão de Codes. Pov. na freg. de S. Silvestre, de Abobreira, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Chão del Conde, ou d'Alconde. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sabacheira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Chão de Couce. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, da prov. da Estremadura, conc. e com. de Ancião, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 2:106 hab. e 413 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. com serviço de encommendas. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada junto da estrada de Coimbra a Thomar, n'uma planicie. Passa lhe perto a ribeira d'Alge. Era da Casa do Infantado. Antigamente davam lhe o nome de Palhaes. Perto da pov. fica a matta de castanheiros bravos, chamada de Santa Anna, ou do Pinheiro. A matriz é fóra da pov. e o vigario era apresentado pelo prior da freg. de S. Miguel, de Penella, que tinha 60$000 réis. A terra é fertil e produz muito e bom vinho. Tem gado e caça. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15 com a séde em Thomar. Esta antiga pov. foi séde de conc., extincto pelo decreto de 24 d'outubro de 1855, e pertencendo ao conc. de Figueiró dos Vinhos, foi annexada ao de Ancião por decreto de 7 de setembro de 1895. Em Chão de Couce encontram-se numerosas nascentes de aguas sulfureas, não só nos poços da villa, mas ainda nos seus suburbios, na quinta do Salgueiral. Em Coimbra publicou-se em 1860 um opusculo de 165 pag. escripto por A. A. da Costa Simões, com o seguinte titulo: *Topographia Medica das Cinco Villas e Arega ou dos concelhos de Chão de Couce e Maçãs de D. Maria*, em 1848.

Chão do Duro. Pov. na freg de N S.ª da Boa Viagem e conc da Moita, distr. de Lisboa.

Chão das Eiras. Pov. na freg. de S. Pedro, de Alviobeira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Chão de Espinho. Pov. na freg. de S. Estevão, de Moldes, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Chão dos Feitos. Pov. na freg. de Santa Maria, de Cabril, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Chão Ferreiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Mosteirinho, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Chão do Fojo ou Tojo. Pov. na freg. de Santa Christina, de Agrella, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Chão da Fonte. Ribeiro da prov. do Minho. Nasce nos alcantis do Gerez, no logar do seu nome, e morre na margem direita do rio Homem. Corre arrebatado por entre penhascos alterosos

Chão da Forca. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Monte da prov. do Douro, junto a Cabeçaes. Deu-lhe o nome uma forca de pedra que em 1841 ainda ali existia, posto que arruinada, sendo n'esse anno demolida por um particular, que lhe aproveitou os materiaes para uma obra sua. Diz a tradição que foi ali enforcado um preto, escravo da familia dos Peixotos, que eram donatarios de Fermedo, por ter assassinado uma creança, lançando-a n'um forno acceso.

Chão do Forno. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, de Gafanhão, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Chão de Gaia. Pov. na freg S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Chão do Gallego. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco. || N. S.ª da Conceição, de Turquel, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Chão de Gonte. Pov. na freg. de S. Pedro, de Castanheira, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Chão Grande. Pov. na freg. de Santo André, de Campeã, conc. e distr. de Villa Real.

Chão de Lamas. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Lamas, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Chão da Larangeira. Pov. na freg. do Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e distr. de Leiria.

Chão de Lopes Grande e de Lopes Pequeno. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Conceição, de Amendoa, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Chão de Maçãs Esta pov. tem uma parte na freg. de N. S.ª da Purificação, de Ceissa, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem; e outra parte na de N. S.ª da Conceição, de Sabacheira, conc. de Thomar, no mesmo distr. Está n'esta pov. a est. assim denominada, do caminho de ferro do Norte, entre as de Paialvo e de Caxarias.

Chão das Maias. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Chão da Mendiga *(Casaes do)*. Na freg. de S. Sebastião, de Serro Ventoso, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Chão de Mene. Pov. na freg. do S. Salvador de Souto, de Rebordões, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello.

Chão de Meninos. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Chão Miudo. Pov. na freg. de S. Miguel, de Sobral, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu.

Chão do Monte. Pov. na freg. de S. Matheus. de Bunheiro, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Lamas, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Chão de Ourique. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Chão de Paiva. Pov. na freguezia de N. S.ª d'Annunciação, de Pepim, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Chão da Parada. Pov. na freg. de N. S.ª da Tornada, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Chão Pardo. Pov. na freg. de S. Miguel, de Juncal, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Chão da Pedra. Pov. na freg. de S. Mamede, de Travanca, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Chão das Pias. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Serro Ventoso, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Chão Preto. Roça da Ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Chão Redondo *(Casal do)*. Na freg. de S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Chão do Rio. Pov. na freg. de Santa Maria, de Fiães, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Chão do Sapo. Pov. na freg. de S. Thomé, de Lamas, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa.

Chão da Serra. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Chão do Sobral. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Aldeia das Dez, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Chão da Telha. Pov. na freg. de Sant'Anna, de Cumeada, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Chão do Urmeiro. Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Bartholomeu, de Villa Cã, do mesmo conc. e districto.

Chão da Vã. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco.

Chão da Velha *(Monte do)*. Na freg. de S. Mathias, de Caixeiro, conc. de Niza, distr. de Portalegre.

Chão Verde. Pov. na freg. de S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Chão da Vinha. Povoações nas freguezias: Santa Maria da Vinha, de Areosa, conc. e distr. de Vianna do Castello. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Marcos, de Calhandriz, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Chãos. Pov. e freg. de S. Silvestre, da prov. da Estremadura, conc. de Ferreira do Zezere, com. de Thomar, distr. de Santarem, bisp. de Coimbra; 1:298 hab. e 267 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada proximo d'uma pequena ribeira confluente do rio Nabão, a O da estrada de Thomar a Coimbra. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario e um coadjutor, que eram ambos da ordem de Christo. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. || Povoações nas freguezias: S. Thomé, de Abbação, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria Magdalena, de Alcobertas, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || S. Vicente, de Aljubarrota, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. das Caldas da Rainha, do mesmo distr. || Santa Maria, de Azias, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Lourenço, de Cabril, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || S. Estevão, de Cantelães, conc. de Vieira, distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção, de Casteição, conc. de Mêda, distr. da Guarda. || O Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Cypriano, concelho e distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Donas, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco. || S. Pedro, de Figueiredo, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Lucas, de Freiria, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || S. André, de Friandes, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Maria, de Gavea, conc. de Melgaço, districto de Vianna do Castello. || S. Bartholomeu de S. Gens, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Grillo, conc. de Baião, distr. do Porto. || N. S.ª da Fumagueira, de Maçainhos de Baixo, conc. e distr. da Guarda. || N. S.ª da Conceição, de Varzea, conc. e distr. de Santarem.

Chãos de Baixo e de Cima. Duas povoações nas freguezias: S. João Baptista e conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || S. Martinho, de Milhundos, conc. de Penafiel, distr. de Porto.

Chão de Estira Corda. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa.

Chapa. Pov. e freg. de S. Cypriano, da prov. do Douro, conc. e com. de Amarante, distr. e bisp. do Porto; 217 hab. e 46 fog. Tem caixa postal. A pov. dista 6 k. da séde do conc. Corre-lhe proximo o rio Tamega. O prior do convento de S. Domingos, de Mancellos, apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. na freg.

do Salvador, de Thuias, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Chapa de Baixo e **de Cima.** Duas povoações na freg. de S. Cypriano, de Chapa, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Chapado. Pov. na freg. de Santa Eulalia e conc. d'Agueda, distr. de Aveiro.

Chapanga. Prazo do distr. de Tete, na prov. de Moçambique.

Chapéo. A primeira cobertura para a cabeça, de que a historia nos fala, é uma arma defensiva. Póde, pois, affirmar-se que o chapéo nasceu como attributo guerreiro. Tempos houve em que indicou a liberdade; assim o capello dos doutores é insignia de não estar já sujeito aos mestres. Os romanos, nas suas moedas, usaram o chapéo, symbolisando egualmente a liberdade. Na armadura são innumeras as designações que lhe deram: casco, capacete, bacinete de camal ou de baveira, celada, elmo, morrião, capellina, etc. (V. *estes nomes).* Na vida pacifica como na guerreira o chapéo tem diversos nomes e fórmas variadas. O chapéo civil deve provir do capuz, pois que, nas epocas mais antigas, era usado para abrigar a cabeça apertando-se por baixo do queixo. Nas *Ordenações filippinas,* liv. v, tit c. em que se legisla *das cousas que se não pódem trazer por dó,* obrigava-se, quaudo de lucto, a andar unicamente de capuz, o que nos indica o seu largo uso no seculo XVII. Os barretes, os sombreiros e as carapuças, são os chapéos que se encontram nas jubitarias do seculo XVI. Os gorros precederam na côrte os chapéos redondos, e estes, embora variando, persistem até ao seculo XVIII. O chapéo de molas ou de pasta, no seculo XIX, deriva do chapéo alto ou chapéo de pelluça de seda, ou fino, cujo antecessor deve ter sido o chapéo euscuzeiro, de copa alta e aguda, que se usou desde o seculo XVI até fins do seculo XVII e que, por differentes modificações, deu o nosso chapéo da fórma de côco, que hoje é tão vulgar. O chapéo desabado, ainda em uso, era no seculo XVII conhecido por chapéo de *regateira;* o erudito Blutau explica: que tinha a copa baixa e as abas largas. A materia de que, de ordinario, se faziam os chapéos, era a lã fina ou grossa. Todavia, de seda, de velludo e de outros tecidos, se fabricaram muitos, sendo alguns de extraordinaria riqueza, pois que os adornavam plumas de alto preço, e preciosas pedrarias. Para a historia da chapelaria em Portugal, duas são as especies de cobertura para a cabeça que merecem mais importancia; desde o seculo XV até ao XVIII rivalisam os *sombreiros* e as *carapuças.* O nome dos primeiros vem da sombra protectora que davam as suas largas abas; o dos segundos parece que deriva de ser encrespada a fazenda com que se faziam. Gil Vicente, nos seus *Autos,* fala muito do sombreiro. Garcia de Rezende allude repetidas vezes á carapuça. No seculo XVI era grande o desenvolvimento da industria dos sombreiros. O senado lisbonense, em 1572, mandou a Duarte Nunes de Leão reformar o regimento do officio de sombreireiro, que nos seculos seguintes se foi alterando. Esse regimento apresenta um alto interesse historico e contém preciosas indicações ácerca do regimen industrial Como se sabe, todos os officios estavam embandeirados, e estas bandeiras ou federações das classes operarias, tinham os seus representantes na Casa dos Vinte e Quatro. Os operarios sombreireiros pertenciam á bandeira de Santa Rufina e Santa Justa, a qual dava um delegado á mesma Casa. A outra especie de cobertura para a cabeça era a carapuça que, embora se usasse nos seculos XVI e XVII, só mais tarde teve regimento proprio para os officiaes carapuceiros. Fr. Nicolau de Oliveira, nas *Grandezas de Lisboa,* diz-nos existirem na sua epoca, estabelecidos n'esta cidade, doze mestres carapuceiros, cujo officio estava, então, annexo ao de alfaiate, sob a bandeira de N. S.ª das Candeias, a qual dava dois delegados á Casa dos Vinte e Quatro O officio de carapuceiro só nos fins do seculo XVII se tornou independente, e essa independencia foi mais completa, quando nos meados do seculo XVIII o senado lisbonense concedeu licença ao referido officio para que tivesse dois juizes examinadores e não um só como até então. Em 1704, a camara onthorgou um novo regimento ao officio de carapuceiro. O primitivo não seria anterior a 1600. Os dois regimentos, dos sombreireiros e dos carapuceiros, indicam um largo desenvolvimento da industria dos chapéos. Todavia, importaram-se nos seculos XV a XVIII muitos de varias qualidades, vindos de Castella, Hamburgo, Inglaterra, Hollanda e de Leorne, nomes estes de procedencias pelos quaes se designavam então no commercio os chapéos estraugeiros E' importante a este respeito, o alvará do 15 de novembro de 1690. Os de Castella eram quasi sempre aqui acabados ou modificados. Em Lisboa fabricavam-se os chapéos de lã forrados e por forrar. Nos fins do seculo XVI, Nicolau de Oliveira diz haver em Lisboa oitenta e nove lojas de sombreireiros. A manufactura de chapéos, parece ter, nos fins do seculo XVII, prosperado bastante, porque o decreto de 7 de março de 1690 mandou que se não pudessem comprar nem vender chapéos de *castor, bigunia* e *chamorro* (que eram as tres qualidades que vinham de fóra), não sendo fabricados no reino, e marcados com dois sellos em lacre com as armas reaes, por não serem bastantes as duplicadas ordens, que se tinham passado para a execução da Pragmatica de 25 de janeiro de 1677, que prohibia o uso de chapéos que não fôssem fabicados no reino, e se achar vulnerada esta lei em razão de *se não poderem conhecer os que eram de fóra e os fabricados no reino, pela semelhança que tinham uns com os outros.* Bluteau diz que havia, além dos chapéos estrangeiros citados, os de lã, de pello, de castor, de Bordá e de meio Bordá, de meio castor, de Biennnia, de palha, etc. Menciona tambem os chamados chapéos grossos e os de lã, de Braga, aos quaes Ratton limita a industria de chapelaria portugueza até ao terremoto de 1755. A Braga cabe a gloria de ter sido o berço da industria dos chapéos, a cuja fabricação ainda hoje se entrega, fornecendo todo o Minho dos seus chapéos caracteristicos, e de outros. Os chapéos de fabricação bracarense, assás baratos pelo emprego da lã, tiveram largo consumo nos seculos XVII e XVIII. A sua exportação fazia-se em grande escala para o Brazil e Hespanha, especialmente para a Galliza, onde se usavam muito. N'uma *Consulta* de 20 de março de 1759, propoz a Junta do Commercio a creação da real fabrica de chapéos na quinta da Garamella, perto da villa de Pombal, e encorporados na referida consulta subiram os respectivos estatutos, organisados em 18 artigos pela mesma Junta. A 24

de março de 1759 baixou a *Real Resolução* approvativa do projecto, nomeando para directores da nova fabrica a José Rodrigues Bandeira e José Rodrigues Esteves. Começou logo a laboração da fabrica, que foi a verdadeira escola d'onde em Portugal sairam todos os operarios chapeleiros de chapéos finos. Isto mesmo tinha sido o pensamento da Junta do Commercio quando propoz a sua fundação. A venda dos chapéos a miudo na capital era, então, privativa do officio de sirgueiro. Isso se vê do decreto de 22 de maio de 1773, que tambem lhes marcou o seu arruamento no Rocio. Da fabrica de Pombal resultou o estabelecimento de outras particulares e o aproveitamento das pelles de lebre e coelho. A breve tempo, foi tal o consumo que no proprio paiz se lhes deu, que se ratificou, por alvará de 7 de agosto de 1767, a prohibição da exportação que já estava estabelecida na condição XIII da fabrica dos chapéos, e que foi estendida até ás ilhas adjacentes. O beneficio da dessiminação d'esta manufactura por todo o reino, devido aos officiaes que tinham aprendido na fabrica da Garamella, foi ainda de maior importancia pelo grande estimulo que deu aos fundadores de diversas fabricas da mesma natureza, que as estabeleceram no Porto, Abrantes, Lisboa e Elvas. Hoje a chapelaria portugueza é das manufacturas que mais honram a industria nacional.

Chapéo. Na heraldica o chapéo é um movel da armaria e ornamento exterior do escudo, que faz as vezes de timbre nos brazões dos seculares e ecclesiasticos. Nos primeiros representa-se com uma aba levantada e todo de uma côr; nos segundos desabado e ás vezes forrado d'outra côr, a qual e o numero das borlas que d'elle pendem faz distinguir os graus das dignidades ecclesiasticas. O dos cardeaes é vermelho, ou de negro forrado de vermelho com dois cordões, e cada um d'elles com 15 borlas, n'esta disposição, 1, 2, 3, 4, 5 em que remata. O mesmo tem por privilegio particular o patriarcha de Lisboa. O dos patriarchas e arcebispos é verde ou negro forrado de vermelho com dez borlas em cada cordão, n'esta disposição, 1, 2, 3, 4. O dos bispos é preto forrado de verde e só com seis borlas na disposição: 1, 2, 3 O dos abbades e monsenhores é todo de negro e só com tres borlas em cada cordão: 1, 2.

Chapéo Armado. Bahia da costa de Mossamedes, prov. de Angola, entre os rios dos Ramos ao N, e o das Palmas ao S. Aberta a NO, é clara e rasa; mas a terra que a limita ao N é cheia de pedras escuras, e negra e baixa a ponta em que termina ao S. Feitorias de pesca e urzella e extensas plantações d'algodão. Bom ancoradouro a 50 metros fóra da enseada. ‖ Montanha da costa e distr. de Mossamedes, ao S da bahia do mesmo nome. E' elevada, escura e tem a fórma d'um chapéo armado, de que deriva o nome, bem como o da bahia. Avista-se de muito longe.

Chapéo de Sol. Ponta ou cabo na bahia do territorio de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola. Sae da margem esquerda do rio Lolondo é de fórma arredondada, e tem declive gradual. Fica a cerca de 5 k. ao S. da ponta do Palmar. Tambem lhe chamam *Umbrella.* ‖ Pov. do territorio de Cabinda, no distr. do Congo, prov. d'Angola, a 58 k. ao N do rio Zaire, á beira-mar.

Chapim. Calçado de que usavam as senhoras; chinella bordada. ‖ *Chapins da rainha;* autigo tributo applicado ao calçado da rainha. Viterbo, no seu *Elucidario*, refere que o nome de *Chapins da Rainha ou da Princeza* se deu á villa de Alemquer porque d'ella se pagava aquelle tributo, que começou com a monarchia. Em Alcobaça pagava se para o calçado do rei. (V. *Balegões).* Dos tributos da costa do Malabar se pagavam á rainha D. Catharina 160$000 réis para os seus chapins.

Chapim. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Braz, do Campanario, conc. de Camara de Lobos distr. do Funchal.

Chapinha. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Chapinheira. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Pombeiro, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. ‖ S. Pedro, de Varzea, conc. de Goes, do mesmo districto.

Chaporá. Rio ao N da prov. de Gôa, na India. N. fóra dos limites das possessões portuguezas da região, e no seu curso dentro da prov. que é aproximadamente de 30 k., separa a prov. de Pernem das de Bicholim e Bardez, indo desaguar no Oceano Indico. Banha, entre outras, as povoações de Alorna, Arabó e Chaporá. As margens d'este rio, que é navegavel na maior parte do seu curso por embarcações pequenas, são muito montanhosas, principalmente na margem direita. Tambem lhe chamam *Colvale.* ‖ Pov. fortificada no littoral da prov., distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, na India, na margem esquerda do rio Chaporá ou *Colvale*, ao S do porto de Chaporá. Tem delegação da alfandega. ‖ Porto da prov. de Bardez, India, na foz do rio Colvale. E' um dos principaes portos da prov. ‖ Praça de guerra da prov. de Bardez, na India, na foz e margem esquerda do rio Chaporá, u'uma ponta elevada a 1,30 k. ao SSE da fortaleza de Tiracol, da prov. de Pernem. Protege tanto a pov. de Chaporá como o porto do mesmo nome. Foi mandada levantar pelo conde da Ericeira, D. Luiz de Menezes, vice-rei da India, entre os annos de 1718 e 1720, correndo quasi todas as despezas da sua construcção por conta da camara geral.

Chapre. Pov. na freg. de S. Paio, de Midões, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Chapungo. Pov. do distr. de Sena, prov. de Moçambique.

Chapuzet *(João da Matta).* Commendador da ordem de Christo, cavalleiro das de Aviz e Torre e Espada; condecorado com a maior parte das medalhas de honra da guerra peninsular; brigadeiro do exercito, e depois governador da praça d'Elvas. N. em Lisboa em 1777, onde tambem fal. a 8 de agosto de 1842. Serviu com distincção na guerra peninsular, e adheriu com enthusiasmo á revolução de 1820. Em 1822 foi nomeado governador de Cabo Verde, sendo conservado no seu posto pelo ministerio que saiu da Villafrancada, porque estava fazendo um excellente governo, promovendo sobretudo grandes melhoramentos na cidade da Praia. Succedeu lhe em 1826 Caetano Procopio Godinho de Vasconcellos. Escreveu: *Lysia libertada, drama allegorico*, em verso, Lisboa, 1808; *Lyria Constitucional*, Lisboa, 1820; *Sentimentos de um verdadeiro patriota*, Lisboa, 1820. Publicou varias poesias nos jornaes *Telegrapho Portuguez*, n.os 65 e 102 do anno de 1812, e n.º 89, de 1811, *Observador Portuguez*, tomo I, n.º 6 etc. Escreveu tambem: *O coronel Chapuzet*

aos seus compatriotas, memoria justificativa e documentada, na qual se mostram os motivos por que o coronel não póde encontrar-se na expedição que restituiu o throno de Portugal á sua legitima soberana a senhora D. Maria II, Lisboa, 1834. Os documentos n.os 36 e 37, que fazem parte d'este opusculo, dão sufficiente idéa da carreira militar do seu autor, e dos serviços que prestára na profissão das armas. Alguns autores attribuem-lhe uma satyra em verso, em resposta a outra do padre José Agostinho de Macedo.

Chaque. Pov. na freg. de S. Vicente, de Branca, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro.

Chaqueda. Pov. na freg de N. S.ª dos Prazeres, de Aljubarrota, conc. de Alcobaça, Leiria.

Charcas. Pov. na freg. de S. Martinho, de Fradellos, annexa á de S. Bartholomeu, de Tadim, conc e distr. de Braga.

Charco da Cruz e **Charco Velho.** Duas povoações na ilha Graciosa, freg e conc. de Santa Cruz, distr. de Angra do Heroismo.

Charcões. Pov. na freg. de S. Romão, de Alferce, conc. de Monchique, distr. de Faro.

Chardinheiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alvorge, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Chardron *(Ernesto)*. Livreiro francez editor, que veiu para Portugal em 1858, empregando-se na antiga livraria Moré, do Porto. Em 1869 estabeleceu a *Livraria internacional*, começando com não vulgar arrojo a sua carreira de editor, mostrando sempre a maior dedicação pela litteratura portugueza. Foi durante muitos annos o editor das obras de Camillo Castello Branco, e uma grande parte dos nossos principaes escriptores ali tambem editaram as suas obras. Publicou o *Thesouro da lingua portugueza*, de fr. Domingos Vieira, o *Diccionario de conversação*, etc. Era um trabalhador incançavel; fal. com 45 annos a 29 de junho de 1885. A casa Chardron tem hoje por continuadores os acreditados livreiros portuenses srs. Lello & Irmão.

Charicó. Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freguezia de Santo André de Brancavará, do concelho de Diu, na India.

Charilhe. Pov. na freg. de S Thiago, de Villela, conc. de Amares, distr. de Braga.

Charneca *(Fr. Antonio da)*. Religioso franciscano da prov. da Piedade, natural da Charneca, que floresceu no seculo XVIII Deixou impressos alguns sermões.

Charneca. Pov. e freg. de S. Bartholomeu, pertencente ao 3.º bairro de Lisboa, com 1162 hab. e 255 fog. Tem escolas para ambos os sexos N'esta freg. ha uma casa nobre, que foi solar dos Mesquitas, e cabeça d'um vinculo que pertenceu ao senhor da Torre dos Coelheiros. Este morgado foi instituido por Fernão Gonçalves Cogominho, meirinho-mór de D. Affonso IV, que falleceu em 1461, e está sepultado no convento de S. Francisco de Evora. As terras d'este morgado tinham mais de 36 k. de circumferencia, com uma aldeia e uma torre. O prior do Lumiar apresentava o cura, que recebia 130$000 réis de rendimento. Tinha dois juizes, chamados do *julgado*, com um escrivão e um alcaide, sujeitos á camara de Lisboa e á correição de Alfama. A egreja foi construida em 1685. A terra é fertil e saudavel. Na Charneca ha boas quintas, notando-se a que pertenceu ao visconde de Pereira, que tem um bom palacio e bonitos jardins. Esta propriedade construiu-a no principio do seculo XIX o capitalista José Bento de Araujo, herdando-a por sua morte seu sobrinho Joaquim Pereira da Costa, pae do visconde de Pereira. Ha aqui um poço feito pelo povo em 1619 e rebaixado em 1838. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Alcantarilha, conc. de Silves, distr. de Faro. || N. S. d'Assumpção, d'Alte, conc. de Loulé, do mesmo distr. || S. Martinho, de Alvaredo, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Barbara de Nexe, conc. e distr. de Faro. || N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || S. Thomé, de Caldellas, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa. Ha n'esta povoação as quintas da *Regateira* que foi do fallecido medico João Rodrigues dos Santos, e a de *N. S.ª da Conceição de Monserrate*, do sr. Julio Antonio Ferreira. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Cascaes, do mesmo distr. || Santa Maria Magdalena, de Cem Soldos, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || N. S.ª da Consolação e conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa. || S. Julião e conc. de Constancia, distr. de Santarem. || S. Domingos, de Fanga da Fé, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. Thiago, de Figueiró do Campo, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Purificação, de Freixianda, conc. de V N. de Ourem, distr. de Santarem || Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa. || S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || S. Miguel, de Milharado, conc. de Mafra, distr. de Lisboa, || N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem. || N. S.ª da Esperança, de Paderne, conc. de Albufeira, distr. de Faro. || N. S.ª do O', de Paião, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || S. Bartholomeu, de Pechão, conc. de Olhão, distr. de Faro. || S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria. || N. S.ª d'Assumpção, de Querença, conc. de Loulé, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição, de Redinha, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, do mesmo distr. || Casaes na freg. de N. S.ª da Purificação, de Alcanede, conc. e distr. de Santarem. || Casaes na freg. de Santa Maria do Castello e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Casaes na freg. N. S.ª da Expectação, de Villar, conc. de Cadaval, do mesmo distr. || Casal na freg. de Santa Maria, de Almoster, conc. e distr. de Santarem. || Monte na freg. de S. Luiz, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Charneca d'Almeirim. Pov. na freguezia de S. João Baptista e conc. de Almeirim, distr. de Santarem.

Charneca dos Frades. Pov. na freg. de S. Eustaquio, de Alpiarça, conc. de Almeirim, distr. de Santarem.

Charneca do Pecegueiro. Pov. na freg. de N. S. das Neves, de Pousa Flôres, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Charneca da Peralva. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Paialvo, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Charneca de Villa de Rei. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Bucellas, conc. de Loures, distr de Lisboa.

Charnequinha. Pov. na freg. de N. S.ª do Monte Sião, de Amora, conc. do Seixal, distr. de

Lisboa. || Casal na freg. de S. Estevão e conc. de Alemquer, do mesmo districto.

Charnequinhas. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cercal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Charoeiros. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Moiriscas, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Charqueiro. Pov. na freg. de S. Victor, conc. e distr. de Braga.

Charrama ou **Xarrama.** Rio da prov. do Alemtejo N. ao S de Tourega, e morre na margem direita do Sado, abaixo de Domim, com um curso de 60 k. As margens são na maior parte cultivadas ou arborisadas, e muito ferteis

Charruada *(Francisco Jayme Quintella, visconde da).* Moço fidalgo com exercicio na Casa Real; addido honorario de legação, alferes de cavallaria nacional, proprietario. Nasceu a 28 de setembro de 1827, falleceu ha poucos annos. Era 7.º filho do 1.º conde do Farrobo e 2.º barão de Quintella, Joaquim Pedro Quintella do Farrobo, e de sua mulher, D. Marianna Carlota Lodi, dama da ordem de Santa Izabel, filha de Francisco Antonio Lodi, e de sua mulher, D. Joanna Barbara Casimira Machado. O visconde da Charruada casou em 17 d'abril de 1854 com D. Christina Teixeira de Sampaio, filha dos viscondes de Cartaxo, Luiz Teixeira Sampaio e D. Emilia Ferreira de Campos. O titulo foi concedido em sua vida, por decreto de 25 de janeiro de 1855. O brazão é o mesmo do conde do Farrobo: um escudo partido em pala; na primeira as armas dos Pereiras, em campo vermelho uma cruz de prata florida e vasia do campo; na segunda as armas dos Rebellos, em campo azul tres faxas de ouro, e sobre cada uma d'estas uma flôr de liz vermelha, que fórma uma banda.

Charruada. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Purificação, de Assentiz, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição, de Varzea, conc. e distr. de Santarem.

Chãs. Pov. e freg. de S. Caetano, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de V. N. de Foscôa, distr. da Guarda, bisp. de Lamego; 509 hab. e 128 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e caixa post. A pov. dista 14 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, proximo da margem esquerda do Côa. Antigamente a pov. ficava no monte de N. S.ª do Castello, onde hoje se vê a capella de N. S.ª do Bom Successo. N'este monte ha uma fonte de pedra lavrada, muito tosca, mas de grande antiguidade. Foi concelho e tinha juiz de fóra, camara, escrivães, etc., e até 1855 pertenceu ao conc. de Marialva, que n'esse anno se suppimiu. O padroado real apresentava o abbade, que tinha 1:000$000 réis. Esta pov. foi occupada pelos hespanhoes em 17 de maio de 1762. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Almagreira, conc. de Pombal, distr. de Leiria || S. Thiago, de Cambezes, conc. de Barcellos, distr. de Braga || Santa Suzana, de Carapinheira, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra || Santo Antonio, de Fatima, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem. || N. S.ª da Purificação, de Freiriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. André, de Friandes, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || S. Christovão, de Mau-cinhata do Vouga, conc. de Agueda, distr. de Aveiro || S. Sebastião, de Regueira de Pontes, conc. e distr. de Leiria. || N. S.ª d'Assumpção, de Semide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra || S. Miguel, de Villela, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Chãs d'Agua. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Piódão, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Chãs Grandes e **Pequenas.** Duas povoações na freg. do Salvador, de Pombeiro, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Chãs de Tavares. Villa e freg. de Santa Maria, da prov. da Beira Alta, conc. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu, 2:005 hab. e 482 fog. Tem escolas para ambos os sexos, caixa post. e feira nos 4.ºˢ domingos de cada mez. A villa dista 16 k. da séde do conc. e está situda na margem esquerda d'um affluente do rio Dão. E' pov. muito antiga, e foi por muito tempo séde d'um conc. do seu nome, hoje supprimido. A rainha D. Thereza deu-lhe foral, em Guimarães, a 27 de fevereiro de 1114; o rei D. Manuel lhe deu foral novo, em Lisboa, a 10 de fevereiro de 1514. Tem tambem uma sentença de foral, contra os moradores do logar de Abrunhosa, sobre os maninhos, dada em 30 de março de 1533. A villa é fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Chascada. Pov. na freg. de S. Martinho, de Barca, conc. da Maia, distr. do Porto.

Chasco. Pov. na freg. de Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga

Chãsinha. Pov. na freg. de S. Pedro, de Gondarem, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Chasqueira. Pov. na freg. de S. Miguel, de Alvarães, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Chassungo. Pov do territorio do Huambo, no distr. de Benguella, prov. de Angola, a 110 k. ao S do Bié e a 132 ao NE de Caconda.

Chate. Pov. na freg. de Santa Maria, de Villa Cova, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Chatuè. Prazo do distr. de Sena, prov. de Moçambique. Tem 12 k. de comprimento por 7 de largura. O seu solo é fertilissimo. Quando estava dividido em 40 povoações de colonos agricultores, produzia muito café, milho, arroz, palma-christi, algodão e legumes. Hoje a sua população está reduzidissima, mas ainda ali se encontram muitas mattas que dão boa madeira, e são o refugio de diversas especies d'animaes ferozes. Pagava de fôro e dizimo 4 meticaes e 1 tanga.

Chaucry-grande. Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freguezia de Santo André de Brancavará, do concelho de Diu, na India.

Chaucry-pequeno. Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freg. de Santo André de Brancavará, do concelho de Diu, na India.

Chaudedêm Pov. da prov. de Satary, 2.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, na India.

Chauddy. Séde do concelho de Cauácona, districto de Gôa, na India.

Chaurá. Aldeia pertencente á divisão de Uply Pahw ao sul do rio Sandalcalo, no conc. de Nagar-Avely, distr. de Damão, na India.

Chavães. Villa e freg. de S. Martinho, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Tabuaço, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 467 hab. e 130 fog. Tem escolas para ambos os sexos e correio com serviço de posta rural A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada na serra do mesmo nome, em terreno alto e fragoso. Corre-lhe proximo o rio Tavora. Era da Corôa. Tinha foral, dado pelos Azevedos, senhores de Baião, em 1265, confirmado por D. Affonso III, em Lisboa. a 27 de setembro de 1269. A terra é fertil em trigo, vinho e castanhas, e tem muita caça. E' regada pelo ribeiro do seu nome, que logo abaixo da freg. se mette no rio Tédo. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr de recrut e res. n.º 9 com a séde em Lamego. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Ovil, conc. de Baião. distr. do Porto.

Chavão. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr e arceb. de Braga; 201 hab. e 66 fog. A egreja parochial que é muito antiga, dista 12 k. da séde do conc. A pov. está situada n'um valle, junto ao monte Saia. Era seu donatario um commendador da ordem de Malta, e por isso a freg gozava de grandes privilegios d'esta ordem. No secular era sujeita ao juiz de fóra de Barcellos. A terra é muito fertil, tem muito gado, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3 com a séde em Vianna do Castello.

Chave. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Douro, conc. e com. de Arouca, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 986 hab. e 219 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 13 k da séde do conc. e está situada na estrada real de Arouca a Oliveira de Azemeis, em terreno muito accidentado e alto, mas em geral fertil e regado pelos ribeiros Sequeiros, Regada, Areeiro e outros arroios. O rio Arda passa na extremidade NE. N'esta freg. ha minas de chumbo, cobre e ferro, que não teem sido exploradas. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto.

Chaveca Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, conc. e distr. de Faro.

Chaveira e **Chaveirinha.** Duas povoações na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cardigos, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Chaveiral. Pov. na freg. de S Martinho, de Paranhos, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Chaveiro. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Chavelhas. Pov. na freg de Santa Maria Magdalena, de Peva, conc. d'Almeida, distr. da Guarda. Tem correio com serviço de posta rural.

Chavelho. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Chavem. Terras do distr. de Inhambane, prov. de Moçambique, habitadas por cafres, cujo chefe paga a Portugal um tributo em côcos, obra de palma e gente para o serviço. Produz arroz.

Chaves. Familia nobilissima, que provém de Ruy e Garcia Lopes, filhos de Affonso Lopes, 7.º senhor de Sover e 8.º senhor de Lemos, em Galliza, e de sua mulher D. Maria da Noboa, da antiquissima casa de Maceda, a quem el rei D. Affonso Henriques, por elles terem em 1160 tomado Chaves aos moiros, concedeu o appellido de Chaves e para todos os seus descendentes. As suas armas são: um escudo com cinco chaves de ouro em aspa com os aros para baixo, em campo vermelho; o timbre, são duas chaves do escudo atadas com um torçal de ouro em aspa. A circumstancia do escudo ter cinco chaves, diz ser devido aos mouros da villa terem n'essa epoca cinco portas, ou entradas, que os dois irmãos tomaram, e abriram, no meio das difficuldades d'uma guerra bastante renhida. Ruy Lopes de Chaves teve por filho a Estevão Rodrigues de Chaves, que foi casado com D. Maria Leite do Canto, irmã de Fernão Leite do Canto, fidalgo da casa d'el-rei D. Sancho I, e d'estes nasceu Pedro Esteves de Chaves, que viveu no tempo de el-rei D. Affonso II, e t ve a Lourenço Pires de Chaves, instituidor do morgado e capella de Santa Catharina, junto a Chaves, em 1249, reinando D. Affonso III, de que foi primeiro administrador Estevão Pires de Chaves, irmão do instituidor, que não casou, nem teve filhos. De Estevão Pires foi filho, entre outros, Rodrigo Esteves de Chaves, segundo administrador d'aquella capella e morgado, que teve por filho a Estevão Rodrigues de Chaves, que foi o sexto morgado de Santa Catharina por terem sido seus terceiro, quarto e quinto administradores uns tios d'este, irmãos de seu pae. Estevão Rodrigues de Chaves casou com D. Magdalena da Roda, de quem teve, entre outros filhos, a Pedro Esteves da Roda Chaves, vassallo de el rei D. Affonso IV, setimo administrador da capella e morgado ditos, que foi casado com D. Betaça Affonso Leite. sua parenta, e em segundas nupcias, de quem teve a Ayres Pires de Chaves, oitavo administrador d'esta capella e morgado, em cuja descendencia se seguiu o senhorio do morgado e capella de Santa Catharina a D. Izabel Pires Leite, que casou com Alvaro Annes Colmieiro Lousada, alcaide-mór de Monforte de Rio Livre, de quem procede muita familia illustre, e a Alvaro Pires Leite, que tambem foi alcaide-mór de Monforte de Rio Livre. D'este Alvaro Pires Leite foi filho João Alvares Leite, fidalgo da Casa de el-rei D. Fernando, que casou e teve de sua mulher a Alvaro Annes Leite, senhor da Casa do Barrosão, e fidalgo da Casa de el-rei D. João I, que foi casado com D. Filippa Borges (V. *este nome*). Um descendente d'esta familia, Alvaro Lopes de Chaves, que foi secretario de D. Affonso V, recebeu d'este monarcha o seguinte brazão: em campo vermelho cinco chaves de ouro, tendo uma a fórma de chefe na parte superior do escudo, partida em pala: na primeira, em campo azul, um castello de ouro; na segunda, em campo de prata, um leão vermelho; timbre, o leão com uma chave.

Chaves *(Balthazar Manuel de)*. Medico, formado pela Universidade de Coimbra; physico-mór do estado da India, para onde partiu a 28 de março de 1750, acompanhando o vice-rei marquez de Tavora. N. em Lisboa em 1707; ignora-se a data do fallecimento. Escreveu: *Annal Indico historico do governo do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Marquez de Tavora, Vice Rei e Capitão general da India*, Lisboa; 1754.

Chaves *(Convenção de)*. E' geralmente assim designada a convenção que poz termo á revolta cartista de 1837, conhecida vulgarmente pelo nome de *revolta dos marechaes*. Este tratado tem a data de 20 de setembro do referido anno, dois dias depois do combate de Ruivães, e foi ajustado por José Feliciano da Silva Costa, então coronel de engenheiros, secretario do visconde de Sá da

Bandeira, logar-tenente da rainha D. Maria II nas provincias do norte, e pelo brigadeiro Martinho José Dias Azedo, plenipotenciario dos marechaes duque da Terceira e marquez de Saldanha.

Chaves *(Guilherme Avellino de Azevedo)*. Escriptor, jornalista e poeta, mais vulgarmente conhecido por *Guilherme de Azevedo*, etc. N. em Santarem a 30 de novembro de 1839, fal. em Paris a 6 de abril de 1882. Era filho de Felix Chaves, escrivão da administração na referida cidade. Depois de estudar humanidades no lyceu de Santarem, serviu por algum tempo como supplente de seu pae. Dedicando-se desde muito novo ao jornalismo, começou a escrever n'um jornal por elle fundado mesmo em Santarem, intitulado o *Alfageme*, e de que saíram apenas alguns numeros. Em 1867 publicou o seu primeiro volume de versos lyricos, *Apparições*, com uma carta prologo de Ernesto Marecos. Em 1871 imprimiu o segundo volume de poesias, *Radiações da noite*, e em 1874 a *Alma nova*, livro tambem de versos que despertou muita curiosidade, e que lhe tornou o nome muito conhecido. N'uma serie de folhetins publicados no *Diario da Manhã*, vem uma critica ácerca d'este livro. Vindo residir para Lisboa, escreveu nos seguintes jornaes: *Lanterna Magica*, *Antonio Maria*, *Gazeta do Dia* e *Diario da Manhã*. Foi tambem director do *Occidente*, desde o principio da publicação em 1878, até á sua partida para França. Entre o grande numero de artigos que deixou n'esses jornaes, destacam-se especialmente os *zig zags* de critica humoristica na *Gazeta do Dia*, muitos dos *crís-crís* no *Diario da Manhã*, e as *Cartas de um Birman*, tambem publicadas n'este jornal, e que tiveram tanto exito, que a *Epoca*, jornal de Madrid, traduziu algumas. Foi tambem um dos redactores do *Pimpão*, onde escreveu durante alguns annos uma secção muito espirituosa *Lisboa á noite*. Além de fundar o *Antonio Maria* com Raphael Bordallo Pinheiro, de que teve a redacção total e effectiva até á sua saida de Lisboa, fundou com o mesmo artista o *Album das glorias*, no qual lhe pertencem as biographias assignadas com o pseudonymo de *João Rialto*. Por muito tempo foi correspondente em Lisboa do jornal do Porto, *A Lucta*, folhetinista semanal do *Primeiro de Janeiro*, da mesma cidade, e folhetinista quinzenal do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro. Todos esses escriptos em que se revelava uma *verve* riquissima e um humorismo muito delicado, deram a Guilherme de Azevedo um nome districto, e a *Gazeta de noticias*, do Rio Janeiro offereceu lhe o logar de correspondente em Paris. Acceitando este cargo, partiu para França em 1880, e nunca mais voltou á patria; adoecendo pouco depois, recolheu-se á casa de saude Dubois, no faubourg Saint-Denis, casa destinada a doentes estrangeiros. Guilherme de Azevedo escreveu uma peça original em 4 actos, chamada o *Rosalino*, comedia extraordinaria e drama pungentissimo, que se representou no theatro de D. Maria com muito infeliz successo. Mais tarde, o autor supprimiu-lhe o elemento dramatico, tornando-a exclusivamente uma comedia graciosa, que obteve um verdadeiro triumpho no Rio de Janeiro. Em 1881 representou-se assim modificada, no antigo theatro dos Recreios, e mereceu a Guilherme de Azevedo uma enthusiastica ovação. Tambem escreveu, juntamente com Guerra Junqueiro, e sob o pseudonymo de *Gil Vaz*, uma revista do anno, intitulada *Viagem á roda da Parvonia*, que se representou no Gymnasio a 17 de janeiro de 1879 com pouco exito, e se imprimiu no mesmo anno. Traduziu para o theatro da Trindade uma opereta em 4 actos: *Joanna, Joanninha, Joannica*. Guilherme de Azevedo era enthusiasta pelos escriptos do fallecido escriptor francez Alphonse Daudet.

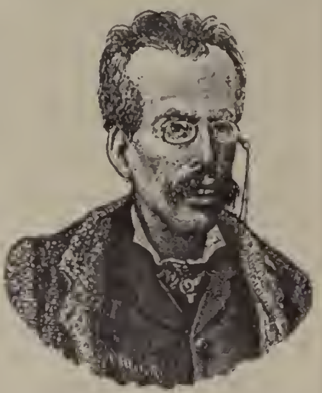
Guilherme Avellino de Azevedo

Chaves *(João Antonio de Carvalho)*. Medico honorario da real camara, estabelecido em Oeiras em 1833. Era filho de José Manuel Chaves, tambem medico. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. João Baptista da Silva Lopes fala n'elle no tomo III da sua *Historia dos presos da torre de S. Julião*. Escreveu: *Tratado theorico e pratico sobre a cicuta*, Lisboa, 1825.

Chaves *(José Manuel de)*. Medico formado pela Universidade de Coimbra, e escriptor. N. em Val de Telhas, na prov. de Traz-os-Montes, em 1746, fal. em Grandola em 1821 ou 1822. Matriculando-se na Universidade, formou-se em medicina em 1774, e exerceu clinica em Condeixa e outras terras, fallecendo em Grandola, onde era medico do partido municipal. Escreveu: *Febriologia accommodada tambem para as pessoas curiosas, onde se descrevem o caracter, as causas e as especies das febres intermittentes, malignas e inflammatorias, conforme a fiel e attenta observação, que na praxe de vinte annos tem feito*, Coimbra, 1790; *Elementos de medicina pratica de Cullen, traduzidos da quarta edição ingleza com notas de Bosquillon*, Lisboa, 1790 a 1794, 7 tomos. Ha d'elle tambem algumas *Contas medicas* no *Jornal de Coimbra*, etc. Alguns annos antes de morrer, publicou dois alcunhados poemas, dois disparates metrificados: *Europa roubada, gritos de seu povo;* poema dividido em seis partes: *1.ª Alexandre na França; 2.ª Lagrimas de Napoleão; 3.ª Lagrimas de Maria Luiza d'Austria; 4.ª Napoleão em Portugal, hoc est, a guerra do velhaco; 5.ª Napoleão em delirios, hoc est, a casa dos Orates; 6.ª Derrota final de Napoleão em jocoserio, que aos portuguezes expõe em oitavas*, etc., Lisboa, 1817; *Nova Esther em Portugal, poema, que á rainha Santa Izabel, mulher do senhor rei D. Diniz, fundadora do ducado de Bragança, protectora do reino portuguez, primeira fundadora e commendadeira da respeitavel ordem de Jesus Christo nosso senhor e salvador; defensora de Coimbra na funesta invasão dos francezes em 1808-1811; mãe dos pobres; madrinha dos afflictos; amparo dos desgraçados (cujo corpo certamente está inteiro no real convento de Santa Clara de Coimbra ha 171 annos)*, canta, etc. Lisboa, 1819.

Chaves *(Fr. Luiz de).* Religioso da ordem de S. Francisco da provincia reformada da Soledade. Era natural de Chaves, viveu no seculo XVIII e foi afamado prégador. Em 1743 publicou um dos seus sermões, em acção de graças pelo nascimento d'uma filha d'um fidalgo da sua terra.

Chaves *(Luiz Quirino).* Escriptor, antigo empregado no commissariado geral da policia. N. em Bemfica a 2 de setembro de 1846, fal. em Lisboa a 15 de outubro de 1886. Era filho de Vicente Antonio Quirino Chaves, pharmaceutico em Bemfica, e de D. Florinda Franco Chaves. Terminados os estudos primarios, começou o curso secundario no Real Collegio Militar, indo matricular-se depois na escola naval com o intento de seguir a carreira da marinha de guerra; porém circumstancias imprevistas de familia o obrigaram a interromper o novo curso. Algum tempo depois dedicou se á litteratura, escrevendo e traduzindo para o theatro e para alguns jornaes onde os seus escriptos eram bem acolhidos. Entrou nas redacções da *Gazeta de Portugal* e do *Jornal do Commercio*, em que desde 1864 teve a seu cargo as secções estrangeira e noticiosa. Publicou uma série de folhetins criticos e humoristicos, e revistas semanaes com o pseudonymo de *João Ninguem.* Foi tambem collaborador no *Diario de noticias*, e de varias folhas litterarias. Nos ultimos annos da sua vida é que alcançou o emprego na secretaria do commissariado geral de policia. Escreveu: *O sapatinho de baile*, comedia em 1 acto; *Os crimes do Brandão*, 1 acto; *Rato*, 22, *3.º esquerdo*, 1 acto; *Os dominós brancos*, 3 actos, traducção do hespanhol, representada no Gymnasio; *Bibliographia do actor Tasso*, de quem era muito amigo; *Amor de mãe*, conto, publicado no vol. 19.º da série dos *Brindes aos assignantes do Diario de noticias; Um crime horroroso!* no vol. 20.º da mesma série; *Nas cidades e nas veigas*, contos, Lisboa, 1886; tem uma dedicatoria ao sr. dr. Luiz Jardim, hoje conde de Valenças; *Historias alegres*, contos. Traduziu *O velhinho de Batignolles*, romance de E. Gaboriau, 1877; etc.

Chaves *(Manuel da Silva Pinto da Fonseca Teixeira 2.º conde Amarante e 1.º marquez de).* Senhor do morgado do Espirito Santo da villa de Canellas, 10.º senhor das honras de Nogueira e S. Cypriano; commendador das commendas de Santa Marinha de Rio Frio da Carregosa, no bispado de Miranda e de Santa Maria de Loures, ambas as commendas da ordem de Christo; grã-cruz da antiga ordem da Torre e Espada; commendador da de S. Bento de Aviz, condecorado com a medalha por 7 campanhas da guerra peninsular, e pelo rei de Hespanha com a medalha de commando na batalha de Vitoria a 21 de junho de 1813; grã-cruz da ordem de S. Luiz, rei de França, conselheiro de guerra, tenente general, etc. N. em Villa Real a 3 de janeiro de 1784, fal. em Lisboa a 7 de março de 1830. Era filho de Francisco da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira, 1.º conde Amarante, e de sua mulher, D. Maria Emilia Teixeira de Magalhães e Lacerda. Destinado á carreira das armas entrou no Collegio dos Nobres, e tendo apenas 8 annos de edade assentou praça em 1792 no regimento de cavallaria do Caes, de que era então chefe o marechal de campo marquez d'Angeja. Em março de 1797 foi despachado alferes d'uma companhia, organisada e commandada pelo visconde da Varzea, e que estava aggregada ao regimento de cavallaria de Almeida. Em junho de 1802 teve a promoção de tenente, em janeiro de 1803 a de capitão, e quando em junho de 1808 rebentou a revolução contra os francezes foi elevado a major do batalhão que se formou em Traz-os-Montes, e que mais tarde veiu a ser caçadores n.º 3. N'esse posto e no de tenente-coronel, a que foi promovido nos principios do anno de 1809, continuou á frente do referido corpo até que em junho do mesmo anno de 1809 passou a servir no estado maior como deputado do ajudante general, na divisão commandada por seu pae, o conde d'Amarante. Emquanto durou a guerra da peninsula, chegou ao posto de coronel, e depois d'ella terminada, foi em outubro de 1815 promovido a brigadeiro, sendo-lhe n'essa epoca tambem concedida uma vida no titulo de seu pae, e uma commenda na ordem de Christo. Em junho de 1819 foi nomeado governador da praça de Valença, e em março de 1820 elevado a marechal de campo. Por morte de seu pae, em maio de 1821, succedeu-lhe no vinculo e na sua importante casa, e assim como elle, mostrando-se sempre adverso á revolução que a 24 de agosto d'aquelle anno rebentou no Porto, e aproveitando-se da influencia que tinha na provincia de Traz-os-Montes, onde era grande proprietario, levantou em Villa Real, a 23 de fevereiro de 1823, o grito de revolta contra o systema constitucional. A revolta estendeu-se a outras terras da mesma provincia, e para a suffocar marcharam algumas tropas liberaes ás ordens do general Luiz do Rego, que mais tarde teve o titulo de visconde de Geraz do Lima. Depois de varios recontros, houve combate em Amarante no dia 25 de março, em que Luiz do Rego desbaratou os revoltosos, obrigando o conde de Amarante e os batalhões, que o acompanhavam, a internarem-se em Hespanha. A revolução dos fins de maio seguinte, que ficou conhecida pelo nome de Villafrancada, abriu dentro em pouco as portas da patria ao conde de Amarante, que no dia 24 de junho entrou em Lisboa entre as maiores acclamações, á frente dos corpos que o tinham seguido. D. João VI, ou antes a facção politica que n'essa epoca dominava, creou então a medalha que foi conhecida pela *medalha da poeira*, confirmou todas as promoções feitas pelo conde de Amarante, a quem concedeu muitas mercês e o titulo de marquez de Chaves em tres vidas, por decreto de 3 de julho e carta de 25 de outubro de 1823, promovendo-o a tenente-general e agraciando-o com a grã-cruz da Torre Espada, e o rendimento de 2:400$000 réis imposto em bens da Corôa, para o ter e gozar em tantas vidas como o titulo. Não achando ainda sufficientes honras, o monarcha, no primeiro anniversario da insurreição de Villa Real, o nomeou conselheiro de guerra, conferindo-lhe a pensão de 1:600$000 réis, paga pelo real erario. O marquez de Chaves pouco tempo se demorou em Lisboa, retirou-se para a sua casa da provincia, onde novamente começou a conspirar contra o regimen liberal, logo que a Carta Constitucional foi jurada em 31 de julho de 1826. Em 5 de outubro d'este anno proclamou a revolta em Villa Real, sendo, porém mal succedido teve de refugiar-se em Hespanha, e ali, auxiliado pelas autoridades, conseguiu

reunir grande numero de desertores dos corpos de Traz-os-Montes, e entrar novamente em Portugal no mez de novembro, tomando Bragança, e chegando até Vizeu, mas o conde de Villa Flôr, encontrando-o em Coruche em 9 de janeiro de 1827, o repelliu, obrigando-o a passar outra vez a fronteira. O governo de Madrid prestou-lhe toda a protecção, e o marquez de Chaves entrou ainda em Portugal por Traz-os-Montes, destroçou o coronel Zagallo em Ruivães e uma outra columna liberal no Minho, chegando a ameaçar o Porto, mas o marquez d'Angeja e o conde de Villa Flor, reunindo as suas fôrças, o derrotaram completamente no sitio do Prado em 4 de fevereiro seguinte. O marquez de Chaves fugiu de novo para Hespanha, e ali se conservou até á chegada do infante D. Miguel a Lisboa, em 22 de fevereiro de 1828. Regressando então á patria foi acolhido com as maiores distincções, mas os trabalhos e fadigas por que passára, lhe haviam deteriorado muito a saude, e pouco mais tempo viveu. O marquez de Chaves casou a 16 de julho de 1823 com D. Francisca Xavier Telles da Silva, dama de honor das rainhas D. Maria I e D. Carlota Joaquina, filha dos 5.os marquezes de Alegrete, Luiz Telles da Silva Caminha e Menezes e D. Francisca de Noronha. A marqueza sobreviveu a seu marido, e herdou pelo fallecimento de sua prima D. Maria do Carmo de Noronha, que foi a 7.ª marqueza d'Angeja, com tratamento de marqueza parente, a 15 de julho de 1833, todos os bens do morgado de Villa Verde e outros da casa d'Angeja, nos quaes veiu depois a succeder seu sobrinho, o 8.º marquez d'Angeja (V. *este titulo*). A marqueza de Chaves passou a segundas nupcias com D. João Manuel de Vilhena e Saldanha, veador da infanta D. Izabel Maria, moço fidalgo com exercicio no Paço, cavalleiro de devoção da ordem de S. João de Jerusalem, priorado de Portugal, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. A respeito d'esta senhora fala Alberto Pimentel no seu livro *Sangue Azul*, chamando-lhe a Joanna d'Arc dos miguelistas.

Chaves *(D. Margarida de)*. Benemerita michaelense, fallecida em Ponta Delgada a 13 de outubro de 1884. Por sua morte deixou parte da sua fortuna á camara municipal da referida cidade para edificar, instituir e manter um albergue nocturno. Em 16 de novembro seguinte a camara municipal, entre outras honras que prestou á memoria d'aquella senhora, substituiu o nome da rua de S. André pelo de Margarida de Chaves.

Chaves *(Fr. Thomaz)*. Religioso da ordem de S. Domingos. N. em Chaves, e consta que falleceu em 1750. Professou em Salamanca, na ordem dos prégadores, em 1524, em cuja Universidade estudou Canones com o abalisado professor de Theologia, fr. Francisco da Victoria, dominicano, que regia a cadeira de prima; foi depois presentado em Theologia. Fr. Thomaz Chaves compendiou as lições que ouvira ao professor Victoria, n'um livro que publicou em 1546, ao qual deu o titulo de *Summa sacramentorum Ecclesiæ*, etc., que dedicou a Francisco Peres, reitor da egreja de S. Ginés em Toledo. Como o livro não contivesse senão as lições do mestre, saiu novamente, accrescentado com varios decretos dos concilios, e principalmente do de Tridentino, em Coimbra, em 1573. Fizeram-se depois successivas edições, e em differentes terras, mesmo do estrangeiro, augmentado ainda com commentarios e codicillos de fr. Thomaz.

Chaves. Villa da prov. de Traz-os-Montes, séde de conc. e de com., rel. do Porto, distr. de Villa Real, arceb. de Braga. Tem uma só freg., a de Santa Maria Maior. Está situada no valle do Tamega, a 10 k. da fronteira hespanhola. A villa assenta nas duas margens do rio, no extremo O da fertilissima e afamada *veiga de Chaves*. Deve o seu nome e a sua origem a uma nascente de aguas sulphureas, que se descobriu aqui no tempo dos romanos. Para se aproveitarem estas aguas para banhos, fundou o imperador Flavio Vespasiano uma povoação junto á sua nascente, no anno 78 da era de Christo, á qual deu o nome de *Aquæ Flaviæ*, considerando-a logo colonia romana. Com o decurso do tempo, foi corrompido o nome primitivo, chamando-se-lhe então *Aquæ Calidæ* (aguas quentes). Soffreu ainda outra corrupção, ou talvez por abreviatura, ficando *Clavis*, até que em 1080, no tempo de D. Affonso VI, de Leão, se principiou a chamar *Chaves*. Estas afamadas nascentes brotam no campo denominado Tabolado, junto ao ribeiro de Rivellas, e a poucos metros da sua embocadura no rio Tamega. Emergem d'um terreno escuro e arcento, d'um poço coberto e de differentes nascentes que estão todas dispostas ao longo do ribeiro. Ao saírem do solo as aguas de Chaves desprendem innumeraveis bolhas de acido carbonico, e espalham pela atmosphera um cheiro especial, similhando o da lexivia de soda. Pelos sitios por onde correm, vêem-se de verão bastantes efflorescencias salinas de carbonato de soda. Estas aguas actuaes, que dizem ser as celebres *Aquæ Flaviæ* dos romanos, fôram muito concorridas n'outro tempo, como se deprehende d'algumas lapides ali encontradas do tempo de Trajano. No logar onde se encontraram, houve n'essas epocas muito remotas um estabelecimento balnear importante, que foi destruido em 1706 na guerra contra a Hespanha, para ficar desobstruida a esplanada da praça, e melhor se poder alvejar o inimigo com a artilharia. D. João VI pensou em reedifical-a, porém, a invasão franceza e as successivas guerras civis evitaram que se realisasse o seu desejo, e as aguas continuaram a ser usadas apenas em estabelecimentos pobrissimos particulares, ali existentes, ou tiradas dos poços em baldes, e transportadas para tinas expostas nas casas particulares da villa. Empregam-se no tratamento de dispepsias, rheumatismo, algumas doenças do figado, gotta e ulceras. A'cerca d'estas aguas tem-se escripto: *Caldas de Chaves*, por P. de M. L. Velho, na *Gazeta Medica do Porto*, tomo I, 1843, pag 287; *A analyse da agua mineral de Chaves, feita no Porto, pelo sr. Aguiar, lente da Academia Polytechnica em 1841*, por João Clemente Mendes, na referida *Gazeta Medica*, tomo II, 1844, pag. 157; *Sobre a applicação therapeutica das aguas sulfurosas de Chaves*, pelo dr. G. J. Guedes, no *Escoliaste Medico*, vol. XV, 1864, pag. 71; *Aguas*

Brazão da villa de Chaves

minero-medicinaes de Portugal, por Alfredo Luiz Lopes, 1880. Na *Encyclopedia Portugueza Illustrada*, actualmente em publicação no Porto, vem tambem uma curiosa descripção d'estas aguas thermaes. Pelos annos do 412 era Chaves ainda a florescente cidade romana de Flavio Vespasiano e de Trajano, mas os povos germanicos que então a invadiram, principiaram a sua decadencia. Em 456, havendo guerra entre os dois reis suevos Rumismundo e Frumario, que entre si disputavam o direito ao throno, Frumario ficou vencedor, e a cidade foi arrazada completamente. N'este lamentavel estado é que os moiros a encontraram em 716, tratando logo de a reedificar e povoar. D. Affonso, o Catholico, rei de Leão, a tomou em 8?8, e fez varios reparos na villa e nas fortificações. Em 923 tornou a ser conquistada pelos moiros, e em 955 D. Affonso III, de Leão, a resgatou, mandando-a então reconstruir, povoar e cercar de muralhas. Desde essa epoca permaneceu no poder dos reis de Castella e de Leão, até que em 1093 D. Affonso VI a deu em dote a sua filha D. Thereza, que casou com o conde D. Henrique, pae do primeiro rei de Portugal. Tornou a cair no poder dos moiros em 1129, e em 1160, no reinado de D. Affonso Henriques, a resgataram os dois irmãos Garcia Lopes e Ruy Lopes, que por essa victoria tomaram o appellido de Chaves. D. Affonso III deu-lhe foral, em Guimarães, a 15 de maio de 1258; D. Affonso IV lhe confirmou todos os seus antigos privilegios e foros por carta de foral, em 1350, e D. Manuel lhe deu foral novo em Lisboa, a 7 de dezembro de 1514. El-rei D. Diniz engrandeceu muito a villa; é obra sua o castello, com a sua torre de menagem, e as muralhas, de que existem ainda numerosos e importantes vestigios. Em volta do castello, cujo interior se encontra em perfeita ruina, está actualmente edificado o quartel de infantaria n.º 19. Dizem alguns escriptores que o brazão de Chaves tem no escudo cinco chaves; esse brazão, porém, conforme já dissémos, n'outro artigo anterior (V. *Chaves*), foi concedido aos dois irmãos Garcia e Ruy Lopes, que tomaram o appellido de Chaves ao reconquistarem a villa. O verdadeiro brazão, como se vê esculpido tanto no pelourinho como no tecto da muito antiga casa do senado, é conforme o descreveu Thomé de Tavora e Abreu, natural de Chaves, secretario do governo das armas da provincia de Traz-os-Montes, que enviou um desenho feito á penna, em 26 de abril de 1721, ao chronista D. Jeronymo Contador d'Argote, e que diz constar d'um manuscripto antigo, que encontrara n'aquella epoca. Este brazão é um escudo, tendo dentro as armas reaes com duas chaves de ouro sobre o campo azul, que lhe fazem ornato d'um e d'outro lado, as quaes assentam, sobre uma ponte por baixo da qual passa um rio. Depois d'esta descripção, diz: «Não ha noticia de quem lh'as désse, mas deve-se suppôr que as tomou do nome ou appellido, com a sua ponte, a que alludiram os seus moradores, para lhes mostrar a antiguidade, e as armas reaes dadas por Christo a D. Affonso Henriques, filho do conde D. Henrique, a quem el-rei de Castella a deu em dote, de cujo tempo ficou pertencendo a Portugal.» A ponte, que passa sobre o rio Tamega, é obra dos romanos; é forte e de cantaria lavrada, de 18 arcos, e liga os dois grandes bairros da villa. Ao centro estão erguidos dois padrões, um de cada lado, com inscripções romanas, uma das quaes é allusiva á sua construcção. Depois da restauração de 1640, levantaram-se as novas fortificações, de que existem ainda muitas muralhas; o forte de S. Francisco, (cidadella ou praça), e o revelim da Magdalena (testa da ponte); existe tambem em bom estado, o forte de S. Neutel, onde ha uma carreira de tiro de primeira ordem. Dentro do forte de S. Francisco houve um convento dedicado ao mesmo santo, que foi primeiro dos templarios, e estando muito arruinado se reconstruiu com esmolas do povo e dos duques de Bragança, em 1637. Na egreja d'este convento está sepultado o primeiro duque de Bragança, D. Affonso I, n'um sumptuoso tumulo, mandado fazer pela duqueza D. Catharina, filha d'el-rei D. Duarte. D. Affonso foi um decidido protector de Chaves, de que era donatario, e onde falleceu em dezembro de 1461. O palacio em que vivia, fôra por elle mandado construir em 1400. Dentro do forte da Magdalena havia o convento de S. João de Deus, que sempre foi hospital militar; a capella era toda de abobada de pedra, com telhas

Vista geral de Chaves

vidradas; o frontispicio é uma obra de esculptura de bastante valor. Este templo foi profanado depois de 1834, sendo transformado n'uma officina de carpinteiro, e a sacristia em armazem de madeira. No mesmo forte, hoje vulgarmente chamado bairro da Magdalena, todo povoado de casas, está a capella de Santa Maria Magdalena. A egreja matriz é um espaçoso templo; a da Misericordia destaca-se pela sua rica talha e apreciados azulejos; a de Santa Maria Magdalena, no bairro assim denominado, pela sua elegante e sumptuosa architectura. Chaves tinha voto em côrtes, com assento no 5.º banco. Até 1834 teve juiz de fóra, camara, etc., auditor geral para os militares, vigario geral, etc. Em 9 de março de 1809, estando esta praça apenas guarnecida por ordenanças, commandadas por Francisco Homem, de Bóbeda, foi atacada pelo general Soult, com uma divisão de 30:000 homens. A villa contava apenas de 4:000 habitantes; todos se armaram e com Francisco Homem á frente atreveram-se a ir ao encontro dos francezes fóra das muralhas. Apezar da sua coragem e arrojo ficaram vencidos em vista da desegualdade na lucta, e retiraram-se

Hospital da misericordia e egreja

para o castello onde capitularam. Os francezes, na sua entrada, saquearam muitas casas, e marcharam para Braga, deixando ali uma guarnição de 3:000 homens. O 1.º conde de Amarante, que estava então em Villa Pouca d'Aguiar com uma brigada, veiu logo sobre Chaves, e atacando os francezes, tomou a praça no fim de tres dias, ficando prisioneira toda a guarnição franceza. Na area do concelho tem-se dado varios acontecimentos militares importantes, sendo o mais notavel a grande batalha, que foi ferida a 13 de março de 1823, no monte de Santa Barbara e suas immediações entre a divisão realista e o general Silveira, 2.º conde de Amarante, que n'esse anno ainda recebeu o titulo de marquez de Chaves. Foi tambem n'esta villa, que se assignou em 20 de setembro de 1837 a convenção que poz termo á revolta dos marechaes. Em Chaves houve duas albergarias, uma fundada pela rainha D. Mafalda, mulher de D. Affonso I, e outra por Lourenço Pires de Chaves. O 1.º duque de Bragança, D. Affonso, erigiu uma grande confraria, da invocação de S. João, que pouco depois se denominou *Congregação da nobre cavallaria de S. João Baptista*. Foi o proprio duque quem lhe fez os estatutos, em que recommendava que no dia 24 de junho de cada anno, pela manhã, o capitão de cavalleiros e pessoas de qualidade, acompanhassem em duas alas a bandeira até ao mosteiro de S. Francisco, e depois de ouvirem missa no altar de S. João, fizessem de manhã e de tarde, em qualquer logar apropriado, dentro dos muros da villa, torneios, justas e corridas, jogassem cannas, forquilha, e os mais jogos que o capitão indicasse. Esta irmandade caiu em decadencia, mas em 1625 fôram renovados os seus estatutos por se haverem perdido os primeiros, e tornou a florescer até 1647, em que finalisou. Chaves tem grande movimento commercial; possue muitos estabelecimentos de commercio, um abundante mercado diario de generos alimenticios, feiras a 14 e ultimo dia de cada mez de gado vaccum, mercados de gado em 8 e 24; feira annual chamada dos Santos, de 30 de outubro a 1 de novembro, onde concorre muita gente, tanto do concelho como dos visinhos e tambem da Galliza. Pertence á 6.ª div. mil., 11.ª brigada, grande circumscripção mil. N e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, de que é séde, bem como do quartel general da brigada a que pertence, dos 1.º, 2.º e 3.º esquadrões do regimento de cavallaria n.º 6, do regimento de infantaria n.º 19, e da 3.ª companhia de reformados. Em Chaves ha escolas para ambos os sexos, além d'um bom collegio onde se ensinam as disciplinas do curso geral dos lyceus; um bom edificio da camara municipal; hospital militar no forte de S. Francisco installado no antigo convento de N. S.ª do Rosario; um hospital civil que é da Misericordia, dotado d'um bom edificio, situado no largo de Caetano Ferreira, que foi um grande benemerito de esta villa; est. teleg. post. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas, permutando malas com o R. A. D.; notarios, hoteis, alfandega, medicos, advogados, pharmacias; *Banco de Chaves*, e agencias dos seguintes: *Commercial*, *Ultramarino*, *Lisboa e Açôres*, *Alliança*, *Minho*, *Bragança*, *Commercial do Porto* e *Banco de Portugal;* agencias das companhias de seguros: *Indemnisadora*, *Tagus*, *Fidelidade*, *Urbana Portugueza*, *Portugal*, *Internacional*, *Sociedade Portugueza*, *Tranquillidade portuense*, *Confiança portuense*, *Probidade*, *Commercial*, *Previdencia*; associações: *Commercial*, *Bombeiros Voluntarios*, *Sociedade de Soccorros Mutuos Artistica e Commercial de Chaves;* asylo do infante D. Manuel; fabrica de moagens; sociedades de recreio: *Sociedade Flaviense de Bombeiros Voluntarios*, *Philarmonica dos Bombeiros Voluntarios*, de *Loivos*, de *Vidago*, de *Redondello;* um bom theatro, que se construiu em 1873, chamado *Flaviense*, e que pertence á sociedade dos bombeiros de Villa Verde; typographias, jardim publico, vice-consulado hespanhol. Algumas ruas da villa são espaçosas, e ali se vêem bastantes propriedades particulares de construcção moderna. No penultimo domingo de agosto ha romaria a N. S.ª da Graça, e em julho a N. S.ª do Carmo. N'este conc. estão as afamadas aguas de Vidago e as de Villarelho. Chaves tem estradas para Villa Real, Braga, Montalegre, Boticas, Vinhaes, Valle Passos, Outeiro Secco, Murça, e Verin (Hespanha). O concelho produz cereaes, legumes, fructas, linho; tem muita caça, etc. Tem 45 freguezias com 8:243 fog. e 36:786 hab., sendo 17:732 do sexo masc. e 19:054 do fem., n'uma superficie de 67:963 hect. As freguezias são: S. Pedro, de Aguas Frias, 1:627 hab.: 807 do sexo masc. e 820 do fem.; Santa Eulalia, de Aucêlhe, 696 hab: 327

do sexo masc. e 369 do fem.; S. Thomé, de Arcassó, 1:233 hab.: 590 do sexo masc. e 643 do fem.; S. Pedro, de Bobadella, 307 hab.: 152 do sexo masc. e 155 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Bustello, 529 hab.: 254 do sexo masc. e 275 do fem.; Santa Maria, de Galvão, 1:008 hab: 482 do sexo masc. e 526 do fem.; N. S.ª das Neves, de Cella, 282 hab: 142 do sexo masc. e 140 do fem.; Santa Maria Maior, de Chaves, 6:463 hab.: 3:153 do sexo masc. e 3:310 do fem; S. João Baptista, de Cimo de Villa da Castanheira, 707 hab.: 350 do sexo masc. e 357 do fem.; Santo André, de Curalha, 398 hab.: 185 do sexo masc. e 213 do fem.; N. S.ª da Expectação, de Eiras, 554 hab.: 276 do sexo masc. e 278 do fem.; S. Martinho, de Ervededo, 1:244 hab.: 602 do sexo masc. e 642 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Lama de Arcos, 622 hab.: 317 do sexo masc. e 302 do fem.; S. Geraldo, de Loivos, 946 hab.: 422 do sexo masc. e 524 do fem.; N. Senhora da Expectação, de Moiros, 652 hab.: 306 do sexo masc. e 346 do fem; Santa Maria, de Moreiras, 514 hab.: 274 do sexo masc. e 267 do fem.; S. Miguel, de Nogueira da Montanha, 907 hab.: 424 do sexo masc. e 483 do fem.; Santo André, de Oucidres, 486 hab.: 237 do sexo masc. e 249 do fem.; S. Thiago, de Oura, 712 hab.: 340 do sexo masc. e 372 do fem.; S. Miguel, de Outeiro Secco, 514 hab.: 250 do sexo masc. e 264 do fem.; N. S.ª das Neves, de Paradella, 365 hab.: 165 do sexo masc. e 200 do fem; S. Bartholomeu, de Povoa de Agrassões, 487 hab.: 231 do sexo masc. e 256 do fem; S. Vicente, de Redondello, 914 hab.: 442 do sexo masc. e 472 do fem.; N. S.ª da Expectação, de Roriz, 388 hab.: 190 do sexo masc. e 198 do fem,; N. S.ª da Expectação, de Samaiões, 651 hab.: 307 do sexo masc. e 344 do fem.; S. Pedro *ad vincula*, de Sanfins, 534 hab.: 255 do sexo masc. e 279 do fem.; Santa Clara, de Sanjurge, 309 hab.: 153 do sexo masc. e 156 do fem. Santa Leocadia, 811 hab.: 387 do sexo masc. e 424 do fem.; Santo Estevão de Faiões, 1:697 hab.: 855 do sexo masc, e 842 do fem.; S. Julião, de Montenegro, 433 hab: 210 do sexo masc. e 223 do fem.; S. Pedro de Agostem, 1:491 hab.: 686 do sexo masc. e 805 do fem.; N. S.ª da Natividade, de S. Vicente, 713 hab.: 358 do sexo masc. e 355 do fem.; S. Thiago, de Seara Velha, 354 hab.; 158 do sexo masc. e 196 do fem.; N. S.ª da Expectação, de Selhariz, 414 hab.: 190 do sexo masc. e 224 do fem.; S. Antonio, de Soutellinho da Raia, 478 hab: 227 do sexo masc. e 251 do fem.; Santa Maria, de Soutello, 518 hab.: 244 do sexo masc. e 274 do fem.; S. Bartholomeu, de Travancas, 680 hab.: 323 do sexo masc. e 357 do fem.; S. Thiago, de Tronco, 413 hab.: 185 do sexo masc. e 228 do fem.; S. Domingos, de Valle de Anta, 647 hab.: 300 do sexo masc. e 347 do fem.; O Salvador, de Villar de Nantes, 721 hab.: 334 do sexo masc. e 387 do fem.; S. Thiago, de Villarelho da Rava, 1:117 hab.: 548 do sexo masc. e 569 do fem,; S. Francisco, de Villarinho das Paranheiras, 403 hab.: 181 do sexo masc. e 222 do fem,; S. Gonçalo, de Villas Boas, 549 hab.: 283 do sexo masc. e 266 do fem.; N. S.ª da Assumpção, de Villela Sêcca, 640 hab.: 332 do sexo masc. e 308 do fem; N. S.ª d'Assumpção, de Villela de Tamega, 658 hab.: 325 do sexo masculino e 333 do feminino. Jornaes: Teem sido aqui publicados os seguintes: *Alvorada*, 1899; *Aquæ Flaviæ*, 9 de maio de 1901; em publicação; *Aurora (A) (1.º)* 1 de dezembro de 1899; *Aurora (A) (2.º)*, janeiro de 1901; *Aurora do Tamega (A)*, 20 de fevereiro de 1884; findou em 1891; *Azorrague (O)*, janeiro de 1899; *Censor (O)*, 1 de agosto de 1901; *Chicote (O)*, 31 de janeiro de 1889; *Commercio de Chaves*, 13 de novembro de 1886 até janeiro de 1891, anno em que foi seguido pela *Gazeta do Norte; Correio de Chaves*, 10 de dezembro de 1891 a 10 de julho de 1897; *Escalpello (O)*, 1 a 29 de março de 1899; *Fajardo (O)*, março de 1888; *Flaviense (O)* (1.º), 13 de julho de 1876 a principios de 1884, sendo o primeiro jornal publicado em Chaves; *Flaviense (O)* (2.º), 1883 a fevereiro de 1884; *Flaviense (O)* (3.º), 15 de julho de 1894; *Flaviense (O)* (4.º), junho de 1903, em publicação; *Folha de Chaves (A)*, 5 de março de 1884 a 16 de janeiro de 1886; *Gazeta do Norte*, 25 de fevereiro de 1891 em seguimento do *Commercio de Chaves*; *Imparcial (O)*, 4 de outubro de 1903, em publicação; *Intransigente (O)*, 1 de janeiro de 1899, em publicação; *Povo (O)*, 31 de março de 1889, continuação da *Vergasta* com o n.º 49; *Povo de Chaves (O)*, 5 de outubro de 1890; *Revista Flaviense*, em publicação; *Tres (Os)*, 1891, lithographado; *Vergasta (A)*, 1 de julho de 1888 a 31 de março de 1889, seguido pelo *Povo; Vespa (A)*, 29 de novembro a 20 de dezembro de 1899; *Voz de Chaves*, 14 de maio de 1893, em publicação. Tambem se publicou em Chaves o numero unico: *Aquæ Flavæ*, a favor da Associação dos bombeiros voluntarios de Chaves, 25 de setembro de 1888.

Ponte sobre o Tamega

Chaviães. Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov do Minho, conc. e com de Mel gaço, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 653 hab. e 186 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Minho. E' donataria a Casa de Bragança, que apresentava o abbade, que tinha de rendimento 400$000 réis. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Chavim. Pov. na freg. de S. Christovão de Nogueira, conc de Sinfães, distr. de Vizeu.

Chéché. Pov. do conc. de S. Salvador do Congo, distr. do Congo, prov. de Angola.

Chêda. Pov. na freg. de S. Pedro, de Queimadella, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Chêdas. Pov. na freg. de Santa Maria, de Gondar, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Chedima. Extenso territorio no distr. de Tete, prov. de Moçambique, habitado por cafres.

Chefe. Em heraldica, é uma peça honrosa, que occupa o terço mais alto do escudo. V. *Brazão.*

Chefina Grande. Ilha do distr. e com. de Lourenço Marques, prov. de Moçambique. Tem 15 k. de circumferencia e espessas matas de que se utilisam os habitantes de Lourenço Marques. Os inglezes escrevem *Schefeen.*

Chefina Pequena. Ilha do distr. de Lourenço Marques, prov. de Moçambique.

Cheira. Povoações nas freguezias: S. Christovão, de Caranguejeira, conc. e distr. de Leiria. || S. Martinho, de Ferreiró, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Santa Catharina, de Mentrestido, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. Tem correio com serviço de posta rural. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || S. João Baptista, de Pelmá, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || S. Cypriano, de Pinheiros, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Purificação, de Podentes, conc. de Penella, distr. de Coimbra. || S. Salvador, de Torre, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador, de Trofa, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Salvador, de Villar do Monte, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra.

Cheira Campos *(Casal de).* Na freg. de S. Mamede, de Ventosa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Cheira do Vidual. Pov. na freg. de S. Thiago, de Rio de Vide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Cheiras. Povoações nas freguezias: Espirito Santo e conc. de Aldeia Gallega do Ribatejo, distr. de Lisboa || Santo Antonio, de Pinzio, conc. de Pinhel, distr. da Guarda.

Cheiraventos. Pov. na freg. de N. S.ª de Monte Sião, de Amora, conc. do Seixal, distr. de Lisboa. V. *Amora.*

Cheires. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Sanfins do Douro, conc. de Alijó, distr. de Villa Real.

Chella. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Bico, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Serra do distr. de Mossamedes, prov. de Angola. Communica ao N com a serra da Neve, prolonga se a E pelos territorios de Humpata, Jau e Gambos, a O pelas de Capangombe e Cubaes, e ao S. pela de Quiabiena, n'uma extensão de cerca de 240 kilometros.

Chellas. Pov. na prov. da Estremadura, na freg. de S. Bartholomeu, do Beato Antonio, 1.º bairro de Lisboa. Está situada n'um valle muito fertil e aprazivel, o qual começa proximo do rio Tejo, entre os sitios da Madre Deus e de Xabregas. Tem abundancia d'agua, bonitas casas, e nas collinas que o cercam, boas e importantes quintas. No fim do valle existe o convento de freiras da ordem de Santo Agostinho, e que eram mais vulgarmente conhecidas pelas *Agostinhas.* Era da invocação de S. Felix e S. Adrião. Dizem ter havido n'este local, no tempo dos romanos, antes da vinda de Christo, um templo de vestaes. No anno 666, segundo a tradição, vieram ter a Chellas as reliquias d'aquelles dois santos e dos seus companheiros martyres, e logo os lusitanos construiram um convento no local do antigo templo das vestaes, sendo este o primeiro edificio pagão assim convertido ao Christianismo Ha diversas opiniões ácerca da ordem religiosa que primitivamente occupou este convento. Fr. Luiz de Sousa, e outros, sustentam que no seu principio foi de cavalleiros de S. João, outros querem que fôsse da ordem de S. Thiago, e outros, finalmente, que da ordem de S. Bernardo. Em 716, com a invasão dos arabes, a egreja foi aproveitada para mesquita, mas em 1147, logo depois da tomada de Lisboa, D. Affonso Henriques encarregou o arcebispo de Braga, D. João Peculiar, da reedificação do convento. O prelado foi a Coimbra buscar 5 freiras para povoarem o mosteiro, sendo uma d'ellas sua irmã, que ficou sendo a primeira prioreza. A egreja foi sagrada com toda a solemnidade, assistindo o rei a esta cerimonia e á da trasladação das reliquias, que estavam em duas caixas de marmore, collocando se ambas na capella-mór, ficando servindo de altares de S. Felix e de S Adrião. Vieram tambem 4 conegos de Santa Cruz de Coimbra para viverem no mesmo convento, que se tornou *duplex*, isto é, de ambos os sexos. O convento ficou, mais tarde, sendo só de freiras, parece que desde o reinado de D. Affonso II. As freiras eram conegas de Santo Agostinho. No anno de 1580 as tropas do duque d'Alba deram de noite assalto ao mosteiro, mas não puderam entrar. Em 1589 os inglezes que vieram com D. Antonio, prior do Crato, obrigaram as freiras a fugir para Lisboa. O terremoto de 1755 causou fortes estragos, que logo se repararam no anno seguinte. As reliquias dos 26 santos martyres (S. Felix e seus 12 companheiros, Santo Adrião e sua mulher Santa Nathalia, e seus 11 companheiros), fôram tiradas em 1604, das suas caixas de marmore, sendo mettidas em 26 meios corpos de santos, obra de esculptura, que mandou fazer a prioreza D. Luiza de Noronha, trasladando-se para dois altares collateraes da capella-mór, de Santo Adrião e de S. Felix, collocando-se junto dos altares umas lapides com inscripções referentes á vinda das reliquias ao valle de Chellas. Nas excavações a que se procedeu para as obras em 1604, appareceram no claustro diversas lapides do tempo dos romanos, umas columnas corinthias e as figuras de Juno e Minerva, e d'outras divindades mythologicas. Parece que estas pedras, como estavam partidas, se não conservaram, sendo aproveitadas para outras obras. Marinho de Azevedo, nas suas *Antiguida-*

des, fala d'estas pedras, que ha poucos annos fôram novamente achadas. Em Chellas ha actualmente tres fabricas de fiação importantes. No edificio do extincto convento de Chellas está desde 1898 estabelecida a fabrica de polvora sem fumo, pelo systema Barreto. N'aquella pov. ha uma est. do caminho de ferro, entre as do Arieiro e Marvilla. || Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança. Está annexada para effeitos civis á de N. S.ª da Encarnação, de Mirandella. E' situada n'um monte. || Pov. na freg. do Salvador, de Iufesta, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Chelleiros. Antiga villa e freg. de N.ª do Reclamador, prov. da Estremadura, conc. e com de Mafra, distr. e patriarc. de Lisboa; 974 hab. e 227 fog. O seu primeiro orago foi N. S.ª d'Assumpção. Tem escolas para ambos sexos, e est. post., permutando malas com Lisboa-Sabugo A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada entre montanhas, n'uma baixa por onde passa o rio do mesmo nome. A egreja matriz está no sitio chamado *Arrabalde*. Esta pov. é muito antiga. No seculo XII constava apenas d'uns casaes, que D. Affonso I deu a uma dama do paço, pelos annos de 1160, que fundou a povoação. Esta dama chamava-se D. Violante, e por sua morte passou esta freg. para a Corôa, e depois para a Casa do Infantado. Tinha foral antigo, que foi communicado em 15 de fevereiro de 1195 ao reguengo de Polvoares, por D. Rodrigo Rodrigues, o qual D. Diniz confirmou, em Santarem, a 4 de maio de 1305. D Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 25 de novembro de 1516. Chelleiros foi concelho por muitos annos, e tinha juiz ordinario e das sizas, camara com 2 vereadores, procurador do conc. etc. Teve uma albergaria. Na villa ha uma boa ponte de pedra, que passa por cima do rio *Chilleiros*. Pertenceá 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa.

Chellinho. Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Chello. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Cosme, de Besteiros, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Lourenço, de Cabril, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || S. Felix, de Candemil, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador, de Dornellas, conc. de Amares, distr. de Braga. || N. S.ª da Expectação, de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || S. Martinho e conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Paio e conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Chellos. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Jugueiros, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Thomé, de Vade, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Chelmicki *(José Carlos Conrado de)*. General de divisão reformado, oriundo d'uma notabilissima familia polaca. N. em Varsovia, em 1814, e fal. nos ultimos dias do mez de junho de 1890. A Polonia, depois de ficar no poder da Russia, ainda gozava d'um certo bem estar, porque o czar lhe outorgara uma constituição; organisara-se uma dieta composta de duas camaras, e Constantino, irmão do imperador, foi nomeado vice-rei; porém em 1830, os polacos, enthusiasmados com a revolução franceza, revoltaram-se, e combateram heroicamente, e sendo afinal vencidos, serviu essa guerra de pretexto á Russia para fazer desapparecer os ultimos vestigios da nacionalidade polaca. Em 1831 fôram deportadas milhares de familias e José Chelmick, para escapar ás violencias dos vencedores, emigrou para Paris, onde seguiu o curso de engenharia até 1833, e d'aquella cidade veiu a Portugal, alistando-se no Porto no exercito de D. Pedro IV, e obtendo o posto de alferes de engenharia, continuou a servir n'essa arma, chegando depois ao de general de divisão em 1885, sendo reformado em 1888. Durante esse periodo desempenhou variadas e importantes commissões, servindo na provincia de Cabo Verde, dirigindo diversas obras durante o tempo que esteve ao serviço das obras publicas, como director nos districtos de Portalegre e de Evora; no exercito foi inspector da engenharia na 3.ª divisão, dirigindo então a construcção do hospital militar D. Pedro V no Porto; commandante da sub-direcção de Faro, e commandante da 4.ª divisão de Evora. Na acção de Torres Vedras, em 1846, teve o posto de capitão por distincção. Chelmick era grã-cruz da ordem de S Bento d'Aviz, commendador das de Christo e d'Aviz, cavalleiro das de Torre e Espada, N. S.ª da Conceição, e de Izabel a Catholica, de Hespanha; condecorado com a medalha das campanhas da liberdade algarismo n.º 2. Escreveu varias memorias, e dos seus trabalhos impressos, mencionaremos uma *Chorographia de Cabo Verde*, em que teve por collaborador o escriptor brazileiro Varnhagen, e um *Ensaio sobre a defeza de Portugal*. Escreveu tambem o *Manual do sapador*, que ficou inédito; publicou muitos artigos na *Revista Militar*.

José Carlos Conrado de Chelmicki

Chemba. Antigo prazo do distr. de Sena, prov. de Moçambique, na margem direita do rio Zambeze. Tem 30 k. de comprimento por 15 de largura, e o seu solo é muito fertil. Produz arroz, trigo, palma-christi e algodão, e tem excellentes madeiras de construcção. Pertenceu aos jesuitas. Constitue actualmente uma sub-circumscripção dos territorios de Manica e Sofala, sob a administração da Companhia de Moçambique.

Chentadiços. Pov. na freg. de Santa Maria, de Rozem, conc de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Chentado. Pov. na freg. de Santa Eulalia, e conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Cheque. Pov. na freg. de S. Vicente, de Branca, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro.

Cherém *(Manuel José)*. N. no Rio de Janeiro a 16 de junho de 1729, ignora-se a data do fallecimento. Era filho de José Cherém e de D. Rosa Maria de Avellar. Estudou grammatica e philo-

sophia no Rio de Janeiro, e vindo para Portugal, estudou na Universidade de Coimbra o curso de Jurisprudencia Cesarea. Dedicando-se á poesia, escreveu: *Oblação metrica á preclarissima Senhora D. Michaella Venancia de Castro, sendo dignamente eleita abbadessa do Convento da Castanheira*, Coimbra, 1753; *Tributo Delfico aos felicissimos desposorios do Doutor Antonio Lopes da Costa meritissimo conselheiro ultramarino*, Coimbra, sem anno de impressão.

Cherima. Cordilheira no prazo Milange, na Zambezia, Africa Oriental.

Chevalier *(P. João)*. Presbytero da congregação do Oratorio. N. em Lisboa a 12 de março de 1722, fal. em Vienna d'Austria a 23 de agosto 1801. Fra filho de Pedro José Chevalier e de Luiza Thereza Verney. Professou a 8 de setembro de 1735. Escreveu: *Relação das magnificas festas, com que na cidade de Lisboa foi applaudida a canonisação de S. Camillo de Lellis*, Lisboa, 1747; saiu sem o seu nome; *Relação das solemnes exequias dedicadas... pelos PP. da Congregação do Oratorio... á defunta magestade d'el-rei D. João V*, Lisboa, 1751; saiu tambem sem o nome do autor; *Vida e milagres de Santo Emygdio, bispo e martyr, advogado contra os tremores de terra*, Lisboa, 1761; saiu com o nome de João Emygdio.

Cheringoma. Prazo do distr. de Sena, prov. de Moçambique, hoje na posse da Companhia de Moçambique.

Chermon. Familia originaria do fidalgo francez João Alexandre Chermon, que passou a Portugal no reinado de D. João V. Tem por armas, em campo de prata uma faxa negra entre tres traves no chefe-postas em faxa e tres merletes no contra-chefe postas em roquete tudo de negro; o timbre é um dos contra-chefes. Balthazar de Chermou, pertencente a esta familia, imprimiu em Lisboa, no anno de 1805 a seguinte obra: *Summario chronologico da Historia de Portugal, com os successos notaveis desde o conde D. Henrique de Borgonha, até o reinado da Augustissima Rainha D. Maria I.*

Cheronde. Prazo do distr. de Sofala, prov. de Moçambique, ao N do rio Bugio. Terreno muito productivo, principalmente de bananeiras.

Chetapeia Prazo do distr. de Tete, na prov. de Moçambique. Tem 5 k. de comprimento e 3 de largura; está dividido por 5 povoações de colonos livres. Os seus bosques abundam em gamos, javardos e gazellas. Produz trigo, feijão e milho.

Chevas. Extenso territorio ao N do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, habitado por cafres chevas e tumbucas, seus colonos. E' banhado pelo rio Amangoa do Norte e por outros de menor importancia.

Chiachia. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola.

Chiado *(Antonio Ribeiro)*. V. *Ribeiro Chiado.*

Chiala. Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola.

Chiamputo. Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola.

Chianja. Pov. do conc. de Humbe, distr. de Mossamedes, prov. de Angola.

Chiava. Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola.

Chiavala. Pov. do conc. de Cabinda distr. do Congo, prov. de Angola.

Chiaze. Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola.

Chibala. Serra do territorio Babimpes, na margem esquerda do rio Zambeze, a O do distr. de Tete, prov. de Moçambique.

Chibanga. Lago situado a O do distr. de Tete, na prov. do Moçambique, na margem direita do rio Zambeze, a E da prov. e presidio do Zumbo.

Chibanho. Terras de cafres ao N do distr. de Tete, na prov. de Moçambique. A expedição que em 1798 organisou o dr. Francisco José de Lacerda e Almeida, governador do distr. de Rios de Sena, atravez do continente africano, partindo do Oriente para o Occidente, atravessou estas terras.

Chibina. Pov. na freg. de S. Braz, de Alportel, conc. e distr. de Faro.

Chibia. Pov. no conc. da Huilla, distr. de Mossamedes, prov. de Angola.

Chibide. Confluente da margem direita do rio Zambeze, no distr. de Tete, prov. de Moçambique.

Chibinia. Pov. situada na margem direita do rio Chire, ao NO do distr. de Quelimane, na prov. de Moçambique.

Chiboba. Pov. do conc. de Humbe, distr. de Mossamedes, prov. de Angola.

Chibuque. Pov. do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, ao S. da lagôa Chimeja.

Chibuto. Pov. e conc. na prov. de Moçambique. Permuta vales com o reino.

Chicães. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Godinhaços, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Chicalim. Pov. e freg. de S. Francisco Xavier, da prov., distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, na India.

Chicaly. Pov. da praganá ou pequena prov. de Nagar-Avely, no territorio e distr. de Damão, na India.

Chicanga. Territorio e pov. no interior do districto de Sofala, prov. de Moçambique. Vasco Fernandes Homem, capitão de Sofala, atravessou este territorio em 1571 quando se dirigia ás minas de Manica, cuja exploração abandonou; e firmou pazes com os reis de Chicanga e Quiteve, conseguindo que os portuguezes pudessem negociar n'aquelles sertões.

Chicapa. Rio do interior da Africa Occidental, a E das terras de Songe Grande e do distr. de Loanda, prov. de Angola, a cerca de 190 k. a E dos limites portuguezes da região.

Chicaxelvon. Pov. da prov. de Chandrovaddy 4.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, na India.

Chichada. Pov. da praganá ou pequena prov. de Nagar-Avely, no territorio e distr. de Damão, arceb. de Gôa, na India.

Chicharo. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Olaia, conc de Torres Novas, distr. de Santarem.

Chicharos. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, do Fayal, conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal.

Chichi ou **Chiqui** *(Luiz)*. Lente de Medicina da Universidade de Coimbra, na reforma feita pelo marquez de Pombal em 1772.

Chichiaco Banto. Pov. do conc. de Cabinda, distr do Congo, prov. de Angola.

Chichianga. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola.

Chichorro *(José d'Abreu Bacellar)* Bacharel formado em leis, cavalleiro professo da ordem de Christo, do conselho da rainha D. Maria I e d'el-rei D. João VI, desembargador dos Aggravos da Casa da Supplicação. Era natural de Montemór-o-Velho, e falleceu a 23 de outubro do anno de 1822. Casou com D. Brites Luiza de Vasconcellos Mascarenhas Cardoso Moniz. Deixou os seguintes escriptos: *Relação breve e verdadeira da entrada do exercito francez, chamado da Gironda em Portugal*, Lisboa, 1809; saiu anonyma; *Correspondencia authentica e completa dos ministros de Sua Santidade com os agentes do governo francez, traduzida do italiano*, Lisboa, 1809, sem o nome do traductor.

Chichy. Pov. do territorio de Damão, na prov. de Gôa, na India.

Chiclá. Pov. do territorio de Damão, prov. de Gôa, na India.

Chicolná. Ilha pertencente á prov., distr. e com. de Salsete, arceb. de Goa, India. ‖ Pov. da referida ilha, que está situada á beira-mar, freg. de Velsão, conc. de Salsete.

Chicomo. Pov. do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique, ao S da lagoa Chimeja.

Chicongo. Pov. do distr. de Mossamedes, na prov. de Angola, na margem esquerda do rio Cobango, em territorio dos gentios mucuancollas, a E do mesmo districto.

Chicora. Prazo situado no distr. de Tete, prov. de Moçambique. Tem 8 k. de comprimento por 10 de largura. E' terra fertil. Produz trigo, milho, canna d'assucar e sal. Nos seus bosques ha elephantes, rhinocerontes, burros bravos, gamos, gazellas e javardos.

Chicoreque. Uma das divisões do prazo Mambone, do distr. de Sofala, prov. de Moçambique.

Chicoronga. Cataractas do rio Zambeze a 500 k. acima do salto do Lupata, e a 650 da villa de Quelimane, na prov. de Moçambique.

Chicorongue. Prazo do distr. de Tete, na prov. de Moçambique. Tem 80 k. de comprimento e 20 de largura, e está dividido em 4 grandes povoações de cafres, habitadas por muitas familias de colonos. O solo é fertil; produz tabaco em grande quantidade. Os bosques, habitados por animaes ferozes, dão excellentes madeiras. Minas de ouro e ferro, e jazigos de carvão de pedra. Este prazo dista cerca de 50 k. da villa e presidio de Tete.

Chicova. Territorio de cafres no sertão da prov. de Moçambique, atravessado pelo rio Zambeze, e onde os portuguezes tiveram uma fortaleza sob a invocação de S. Miguel. Fazia parte do antigo reino de Monomotapa. O solo é montanhoso. Por se julgar que n'elle havia importantes minas de prata, foi Chicova cognominada a *Argentina*. Affirmou Livingstone que n'este territorio ha veios de carvão de pedra. Quanto á prata, pouca foi a que se encontrou, e só em 1696 vieram para o reino as primeiras amostras d'este metal, 100 annos depois de Francisco Barreto, capitão-general de Moçambique, perder a vida quando andava procurando os afamados jazigos. D'essas amostras fez-se uma lua para a custodia da egreja matriz da villa de Sena. Diogo Simões Madeira, potentado do distr. de Rios de Sena, a quem o rei de Monomotapa doára muitas terras, foi quem falsamente annunciou para a côrte de Lisboa a existencia de ricos jazigos de prata nas serras de Chicova, levando o seu embuste, para alcançar a mercê d'um habito de Christo, até ao ponto de mandar para Portugal uma porção de prata como sendo de tal procedencia. Conhecida, porém, a burla, Diogo Simões foi processado. Tanto as pretendidas minas como o territorio de Chicova fôram cedidos a Portugal pelo rei de Monomotapa, em recompensa de D. Nuno Alvares Pereira, governador de Moçambique, o ter auxiliado contra o regulo Natuziane. ‖ Prazo da Corôa no distr. de Tete, prov. de Moçambique. Está occupado pelos cafres. O Zambeze é navegavel desde ali até á villa de Zumbo, e desde este ultimo ponto até á foz do Capué

Chicualla-Cualla. Vasto territorio de cafres no distr. de Inhambane, prov. de Moçambique, na margem esquerda do rio do Ouro.

Chicundo. Pov. situada a O da serra do mesmo nome, nas margens do rio Tavé, Africa Oriental. ‖ Prazo da Corôa no distr. de Tete, prov. de Moçambique, situado para além do rio Reongue. E' habitado por cafres.

Chicuva. Pov. do conc. de Humbe, distr. de Mossamedes, prov. de Angola.

Chidella. Pov. da freg. de S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Chidumuna. Pov. do conc. de Humbe, distr. de Mossamedes, prov. de Angola.

Chiellos. Pov. na freg. de S. Thiago, de Cardiellos, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Chigambo. Prazo da Corôa no distr. de Tete, prov. de Moçambique, para além do rio Reongue. E' habitado por cafres.

Chigougo. Pov. do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, na margem direita do rio Zambeze, ao S da serra Lupata e da villa de Tete.

Chigumuquire. Pequeno rio do sertão da Africa Oriental a NO do distr. de Tete, na prov. de Moçambique. Nas suas margens acampou o viajante dr. Francisco José de Lacerda de Almeida, no dia 26 de julho de 1798.

Chiloane. Ilha do distr. de Sofala, com. de Inhambane, prov. de Moçambique, a pequena distancia da foz do rio Borajo, ao S da villa de Sofala. Mede uns 20 k. de comprimento por cerca de outros tantos de largura. O solo é muito productivo. Tem duas bacias: uma ao N e outra ao S, a primeira das quaes é um grande e excellente ancoradouro, por estar obrigado de todos os ventos. Acha-se actualmente sob a administração da Companhia de Moçambique. Confinando com Sofala, participou antigamente da sua importancia e grandeza, mas, como a primeira, caiu no olvido. Tem residencia do official do distr. em Cgingune, a cerca de 14 horas da Beira, por bote, e um delegado ou agente do governador do districto em Machanga. O principal commercio é peixe, borracha e sal.

Chiloango. Rio d'Africa Occidental, que é partilhado por tres paizes e entre os indigenas tem tres nomes differentes. Este rio fica em territorio portuguez a parte comprehendida entre a sua foz e a do Lucalla; para montante a margem direita é portugueza, e a esquerda do estado independente do Congo. ‖ Territorio nas margens do rio do mesmo nome, banhado e servido por elle nos transportes, onde se tem feito o commercio dos productos da região. E' muito pittoresco. As populações indigenas abrigam-se no arvoredo, junto da orla das clareiras, aproveitando a

disposição natural das arvores para abrigo dos *chimbecos* (casitas), e segurança do povo; as feitorias são todas á beira do rio, em locaes que fôram previamente desbravados e arroteados. E assim estão distribuidos pelos differentes pontos das margens, onde os povos limitrophes vão fazer a permutação dos seus generos pelas mercadorias da Europa. Os generos que permutam, são quasi exclusivamente o oleo de palma e coconote, productos da *elais guineensis;* descem pelo rio até Landana, e são ahi embarcados para a Europa. ‖ Nome topographico do local das primeiras feitorias, junto da foz do rio Chiloango, e na sua margem esquerda, em frente de Landana.

Chilonda. Pov. do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, na margem esquerda do rio Zambeze, a E da prov. e presidio de Zumbo.

Chilova. Pov. do conc. de Humbe, distr. de Mossamedes, prov. de Angola.

Chilrão. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Chilreira. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr de Lisboa.

Chiluze. Pov. de negros situada na margem do rio Zambeze, no distr. de Tete, prov. de Moçambique.

Chim. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Portella, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Chimambe. Prazo do distr. de Tete, na prov. de Moçambique.

Chimba. Confluente do rio S. Nicolau, no districto de Mossamedes, prov. de Angola. N. na serra Chilla, e tem cerca de 30 k. de extensão.

Chimbache. Pov. do reino de Cabinda, no Congo, na margem esquerda do rio Zaire, a 52 k. da foz.

Chimbel. Pov. da regedoria de Ribandar, do conc. das Ilhas, distr. de Gôa, na India.

Chimblau. Pov de Cabinda, no Congo, na margem direita do rio Zaire, a 43 k. da foz.

Chimbongo. Confluente da margem esquerda do rio Zambeze, ao S do distr. de Tete, na prov. de Moçambique. N. na serra Chibala.

Chimboande. Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola.

Chimcacasa. Pov. do reino de Cabinda, no Congo, na margem direita do rio Zaire, a 120 k. da foz.

Chimeja. Lagôa do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique, ao S do rio Save.

Chimica. Sciencia que tem por objecto o estudo da composição dos corpos, dos phenomenos chimicos, das condições em que elles se dão, e das leis que os regulam. A cultura d'esta sciencia em Portugal data da reforma da Universidade de Coimbra em 1772, com a creação do laboratorio e cadeira de chimica, que fôram entregues ao sabio Domingos Vandelli, que ali formou alguns discipulos notaveis, entre os quaes o dr. Thomé Rodrigues Sobral, que lhe succedeu na cadeira. Pódem citar-se a seguir José Bonifacio de Andrade, Manuel José Barjona e José Antonio Monteiro. Vicente Coelho Seabra, discipulo de Sobral, como os antecedentes, publicou em 1788-1790 os seus *Elementos de Chimica.* Depois do laboratorio da Universidade, foi creado o da Casa Pia, em Lisboa, no anno de 1780, substituido mais tarde, em 1801, pelo da Casa da Moeda. N'este laboratorio realisou o dr. Bernardino Antonio Gomes os seus trabalhos sobre as quinas, e isolou um primeiro alcali organico, a cinchonina, descoberta precursora d'outros muitos compostos analogos, hoje conhecidos pelo nome de alcaloides. Foi tambem n'este laboratorio que fez as suas notaveis lições de chimica e physica Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, que deixou escripto um *Curso elementar de chimica e physica*, (1824) em 5 volumes. Em 1837 creou-se em Lisboa a Escola e no Porto a Academia Polytechnica, e foi Julio Maximo d'Oliveira Pimentel, depois visconde de Villa Maior, o encarregado da regencia da cadeira de chimica n'aquella Escola (1840-1860). Maximo Pimentel organisou o laboratorio da Escola Polytechnica, realisou trabalhos analyticos de importancia, escreveu notas e memorias sobre questões referentes á chimica e deixou umas *Lições de chimica geral* em 3 volumes. A Academia Polytechnica do Porto teve tambem n'essa epoca um professor de merecimento e apreciavel por alguns trabalhos chimicos que realisou: foi José Antonio de Aguiar (1830-1850). Em 1851 e 1852, com a creação dos institutos industriaes em Lisboa e no Porto e do Instituto de Agronomia em Lisboa, foi ampliado o ensino da chimica com as cadeiras de chimica de applicação ás artes e o ensino da chimica agricola. Em 1844 na Universidade, em 1859 na Escola Polytechnica e 1885 na Academia Polytechnica do Porto, foi desdobrada a unica cadeira de chimica em duas: uma de chimica mineral e outra de chimica organica e analyse chimica. As cadeiras de chimica da Escola Polytechnica fôram professadas, depois do visconde de Villa Maior e José Alexandre Rodrigues, por Agostinho Vicente Lourenço, Antonio Augusto d'Aguiar e José Julio Rodrigues. D'estes tres nomes eminentes, occupa o logar primacial o dr. Lourenço, pelos seus notaveis trabalhos de chimica organica, entre os quaes avultam o dos alcooes polyatomicos condensados, trabalhos que, pela sua importancia scientifica, são referidos na historia da sciencia por terem concorrido para o seu progresso. Um outro luminar de primeira grandeza na sciencia chimica, que professou a chimica applicada á agronomia, foi José Ignacio Ferreira Lapa, ao qual se devem as preciosas *Technologia rural, chimica agricola*, etc. Foi no laboratorio do Instituto de Agronomia que realisou os seus trabalhos. No Porto, Antonio Luiz Ferreira Gyrão ensinou com muita competencia a chimica na Academia Polytechnica e a mineralogia no Instituto Industrial, melhorando os laboratorios respectivos. Na Universidade, o dr. Simões de Carvalho publicou em 1851 umas notaveis lições de philosophia chimica. Outros illustres professores teem modernamente publicado valiosas obras e estudos sobre chimica, taes como o sr. dr. A J. Ferreira da Silva, sabio lente da Academia Polytechnica do Porto, drs. Virgilio Machado, do Instituto Industrial de Lisboa, e Eduardo Burnay, da Escola Polytechnica, etc., etc.

Chimoca. Territorio de gentios landins, no distr. de Sena, prov. de Moçambique.

Chimoio. Distr. dos territorios da Companhia de Moçambique. A 130 milhas da Beira, na linha do caminho de ferro, está Mandegos, cabeça do distr. de Chimoio.

Chimpanda. Pov. do conc. de Humbe, distr. de Mossamedes, prov. de Angola.

Chimpellos. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Aguda, conc. de Figueiró dos Vinhos, Leiria.

China. Grande territorio da Asia Oriental. Vasto imperio, ácerca do qual foram os missionarios e viajantes portuguezes os que primeiro fizeram descripções mais verdadeiras. Fernão Mendes Pinto, com as suas *Peregrinações*, é dos mais apreciados, embora em tempos se duvidasse da verdade da viagem e até da existencia do autor. São interessantes, entre outras, as seguintes obras ácerca da China: *Tratado em que se contam muito por extenso as cousas da China*, etc., por fr. Gaspar da Cruz, Evora, 1570; *Missões da China*, manuscripto da Bibliotheca Publica Municipal do Porto, 1707-1708; *Memoria sobre a destruição dos piratas da China*, etc., por José Ignacio de Andrade, Lisboa, 1835; *Cousas da China, costumes e crenças*, por J. H. Callado Crespo, Lisboa, 1898. Nas nossas bibliothecas ha muitas cartas de missionarios portuguezes, algumas d'ellas já publicadas e outras ainda inéditas, contendo informações relativas á historia da China. Fôram os portuguezes os primeiros europeus que conseguiram penetrar na China. Desde que elles alargaram o seu dominio na India, começaram tambem as suas navegações nos mares da China. O primeiro estabelecimento que fundaram em territorio chinez foi em Ning-Pó, mas pouco se mantiveram ali, porque os chinezes os expulsaram. Passaram depois para a ilha de Sanchoão. Afinal em 1557, tendo combatido e vencido os piratas que infestavam as costas da China, e havendo os expulsado da peninsula na foz do rio de Cantão, resolveram estabelecer-se ali com assentimento das autoridades chinezas que lhes estavam gratas pelo serviço prestado. Já antes, porém, se havia tentado estabelecer relações com o imperio e penetrar no interior da China. Descoberto o caminho para a India, foi um dos primeiros desejos de el-rei D. Manuel mandar uma embaixada á China. Em junho de 1517 partiu de Malaca com uma armada de 9 vélas, Fernão Peres de Andrade, e em agosto chegou a Cantão; não conseguiu, porém, obter audiencia do imperador e voltou a Malaca em outubro de 1518, levando as naus carregadas de muitas mercadorias e riquezas, e havendo recolhido valiosas informações das regiões visinhas e de grande parte da costa que mandara percorrer. Ficou em Cantão Thomé Pires, designado para ir em embaixada ao imperador. Effectivamente em 15 de janeiro de 1520 partia para Pekim, onde chegou um anno depois. Intrigas machinadas contra os portuguezes obstaram a que o embaixador fôsse recebido, e levaram Thomé Dias á prisão, sendo transferido para Cantão, onde morreu. Não sabendo do resultado da primeira embaixada mandou el-rei D. Manuel em 1521 uma outra, que commetteu a Martim Affonso de Mello, a quem deu ordem de estabelecer uma fortaleza e feitoria na China. Chegou a embaixada a 10 de julho de 1522, mas os chinezes acolheram-nos como inimigos, obrigando o embaixador a regressar a Malaca com os restos da armada. Mais tarde, em 1550, o grande Francisco Xavier tentou penetrar na China, a fim de libertar os portuguezes que lá estavam captivos, mas uma febre que o accommetteu na ilha de Sanchoão e que lhe causou a morte, impediu a realisação de mais esta tentativa. Foi a Companhia de Jesus que conseguiu levar a cabo a empresa de entabolar relações com o imperio chinez. Em 1555 penetrara na India o dominicano Gaspar da Cruz, autor do *Tratado* acima referido, mas não pôde ainda lançar fundamentos para a propagação do Christianismo. Foi o jesuita Rogerio, que pertencia á provincia de Portugal, mandado a esse fim, demorou-se alguns annos em Macau a aprender a lingua do paiz, e conseguiu depois travar relações com o governador de Cantão, de quem obteve licença para construir uma capella. A conversão de alguns chinezes que tinham influencia no paiz, produziu excellente effeito para a propagação do Christianismo. Compoz elle em chinez o cathecismo da doutrina chistã, que se espalhou por todo o imperio, mas as suas missões não fôram além de Hau-kim. Em 1601 o padre Matheus Ricci, que ensinara durante alguns annos humanidades em Gôa, Gaspar Ferreira e Diogo Pantoia, conseguiram chegar a Pekim, depois de ter o primeiro feito para isso varias tentativas e de residir na China desde alguns annos. Homem intelligente, instruido e perspicaz, Ricci obteve o grau de mandarim e a presidencia do tribunal de mathematicas, e com o favor de que gozava na côrte conseguiu lançar fundamentos solidos para a propagação do Christianismo na China. O imperador concedeu aos missionarios a fundação de uma egreja que ainda hoje existe, na capital do imperio, o que se realisou em 1650, dando-se-lhe a invocação de S. José. Foi elevada esta egreja a diocese no tempo d'el-rei D. Pedro II, por bulla de 10 de abril de 1690, desmembrando-se do bispado de Macau, que foi creado em 1575 e que abrangia até então toda a China e a Tartaria. Com o fim de conseguir protecção para os christãos, entendeu D. João V mandar uma embaixada em 1725 ao imperador, a qual foi organisada com o pretexto de agradecer um rico presente que este enviara áquelle rei por intermedio do padre Antonio de Magalhães, missionario em Pekim. Foi escolhido para embaixador o dr. Alexandre Metello de Sousa e Menezes, que partiu de Lisboa a 12 de abril d'aquelle anno na fragata Nossa Senhora da Oliveira, e chegou a Macau a 10 de junho de 1726. Houve difficuldades na recepção da embaixada por quererem os chinezes que ella fôsse como um reconhecimento de vassallagem, e só a 16 de novembro partiu o embaixador em direcção a Pekim, sendo acompanhado por grande comitiva. Chegou a esta cidade a 18 de maio seguinte, entrando ali com grande apparato e esplendor. Não obstante, porém, todas estas exterioridades, não melhorou muito a sorte dos christãos. Em 1747 a má vontade tornou-se em perseguição declarada, e a mortandade foi horrorosa. Não seria facil compendiar aqui, ainda que em breves traços, a historia da influencia exercida na propagação do Christianismo pelos portuguezes; não deve, porém, deixar de recordar-se que a opposição que a *Propaganda* e os seus agentes suscitaram sempre contra a nossa jurisdicção ecclesiastica, acabou por triumphar, e que a concordata com a Santa Sé, realisada em 1859, nos desapossou afinal da Sé de Pekim. O ultimo bispo eleito em 1841, João da França Castro e Moura, não conseguiu ser confirmado pela curia em 1817, e retirou-se para Macau. V. *este nome*.

China. Pov. na freg. de S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Chinanga. Pov. situada ao N do distr. de Tete e da serra Muchinge, a O do lago Nyassa, na provincia de Moçambique.

Chinbonde. Prazo do distr. de Moçambique.

Chinchinim. Freg. do conc. de Salsete, na India.

Chinchonche. Pov. do territorio de Molembo, na costa de Cabinda, ao S do rio Congo e na margem d'um pequeno rio distante d'aquelle cerca de 9 kilometros.

Chinde. Confluente da margem esquerda do rio Zambeze, no distr. de Sena, prov. de Moçambique. Corre no prazo Luabo || Pov. no mesmo rio, formando um porto importante. Constitue um concelho, e tem est. telegr. post., permutando vales do correio com o reino.

Chine. Territorio do conc. de Bissau, no distr. e prov. da Guiné, na margem esquerda do rio Geba, ao S do presidio de S. Belchior, do qual dista cerca de 3 k. Este territorio, cuja extensão é maior que e terreno onde está aquelle presidio, foi doado a Portugal em 1818. Tem poucos estabelecimentos agricolas, e o gentio é pobre. || Pequena pov. do conc. de Bissau, no distr. e prov. da Guiné, nas terras do mesmo nome, e distante da villa e presidio de S. José de Bissau, cerca de 200 k. || Nome que toma o rio Geba, quando passa pela pov. e territorio de Chine. E' navegavel até ás cachoeiras, e d'estas para cima.

Chinene. Pov. situada ao N do distr. de Tete e da serra Muchinge, a O do lago Nyassa, na prov. de Moçambique.

Chinfram. V. *Meio real.*

Chinga. Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola. || Prazo do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique, nos suburbios da villa de Sofala. Tem varias povoações de colonos. Palmeiras e outras arvores. Terreno proprio para toda a cultura.

Chinga-Marope. Prazo do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique, a O da villa de Sofala. E' fertil.

Chingamira. Vastissimo e poderoso reino de cafres do sertão do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique, além do rio Save. E' limitado ao N pelo distr. de Tete, a E por alguns rios e montanhas, ao S por extensas serras, e a O pelo Zambeze. De E a O é atravessado por uma alta cordilheira que dá origem a varios rios, como o Paniame, Zingeze, Mulinge, Luia, e outros menos importantes. Apezar do terreno ser muito accidentado, tem extensas planicies, que são fertilissimas por serem regadas de abundantes e excellentes aguas. Por toda a parte se encontram matas de vigoroso arvoredo que dão preciosas madeiras; o ouro extrahido das suas minas era n'outros tempos resgatado pelos negociantes portuguezes da villa e presidio de Sena Abunda em gados e generos alimenticios. O reino está dividido em varios districtos: ao N o de Arutua, o dos Munhaes e o de Lobola; no centro o dos Muzuroros; a E o de Manica e ao S os de Machona e Quissauga. Em Arutua, Sanhate e Muzuroros ha varias minas. Os chingamiras invadiram em 1696 o territorio portuguez do distr. de Sofala, causando estragos consideraveis. Saiu contra elles o capitão mór do districto, José da Fonseca, e derrotou-os. Em 1714 D. Francisco Mascarenhas, governador da prov. de Moçambique, emprehendeu guerra contra este poderoso povo; mas fallecendo no anno seguinte, D. Francisco Sottomaior fez as pazes em 1716. Em 1886 publicou em Lisboa o sr. Joaquim Carlos Paiva de Andrade o seu *Relatorio de uma viagem ás terras do Changamira.*

Chinganga. Pov. do conc. de Cabiuda, distr. do Congo, prov. de Angola.

Chinge. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Chingelê. Pov. do interior do territorio de Molembo, no distr. de Cabinda, a 67 k. ao N do rio Zaire.

Chingo. Pov. do conc. de Novo Redondo, com. e distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, na margem esquerda do rio Cuvo, e a cerca de 43 k. da foz do mesmo rio.

Chingoma. A maior das ilhas situadas no rio Zambeze, e que o divide em dois grandes braços ou rios, chamados Luabo e Quelimane. V. *Cheringoma.*

Chingosa. Prazo do distr. de Tete, na prov. de Moçambique.

Chingue. Pov. do conc. de S. Salvador do Congo, prov. de Angola.

Chinguengué. Pov. do territorio dos gentios chevas, ao N do distr. de Tete e a O do lago Nyassa, na prov. de Moçambique.

Chinguingle. Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola.

Chinidundo. Prazo distante cerca de 300 k. da villa e presidio de Tete, na prov. de Moçambique. Minas d'ouro.

Chinimba Campeze. Territorio de cafres muizas do sertão d'Africa Oriental, a NO do distr. de Tete, na prov. de Moçambique. || Grande pov do territorio de cafres muizas. Foi visitada pelo dr. Lacerda em setembro de 1798.

Chinsamba. Pov. de gentios do territorio de Chissaca, Africa Oriental, na margem do lago Nyassa, prov. de Moçambique.

Chinsparâ. Aldeia pertencente á divisão de Uply-Pahw, ao sul do rio Saudalcalo, no concelho de Nagar-Avely, distr. de Damão, na India.

Chinto Capenda. Pov. do territorio do sertão de Muembas, Africa Oriental, ao N da prov. de Moçambique.

Chinxa. Prazo da Corôa no distr. de Tete, prov. de Moçambique.

Chinzaze. Pov. do conc. de Cabinda, distr do Congo, prov. de Angola.

Chio. Pov. do conc. de Muxima, na com. e distr. de Loanda, prov de Angola, na margem esquerda do rio Cuanza, entre este rio e o lago Cunga, a cerca de 24 k. a O do presidio de Muxima. || Prazo do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, na margem esquerda do rio Zambeze.

Chiolo. Pov. na freg. de S. Martinho, de Barca, conc. da Maia, distr. do Porto.

Chioubo. Pov. do conc. de Cabiuda, distr. do Congo, prov. de Angola.

Chioza. Prazo da Corôa no distr. de Tete, prov. de Moçambique.

Chioze e Domba. Prazo do distr. de Tete, na prov. de Moçambique. Tem 10 k. de comprimento e 5 de largura, e está dividido em varias povoações de colonos. Solo muito fertil. Produz feijão, milho, arroz e algodão. Nos seus bosques ha diversas especies de animaes ferozes.

Chipaco. Pov. das terras dos cafres maraves, no sertão d'Africa Oriental, a NO do distr. de Tete, na prov. de Moçambique. Visitada pelo dr. Lacerda em setembro de 1798.

Chipangura. Pov. do paiz de Manica, um dos districtos do reino de Chingamira, ao N do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique. Em tempos houve n'esta pov. uma feira tão concorrida, que se estabeleceu ali um vicariato da ordem de S. Domingos.

Chipar de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Miguel, de Villarinho do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

Chipasse. Prazo do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, para além dos rios Zambeze e Reongue.

Chipeio. Pov. do conc. de Humbe, distr. de Mossamedes, prov. de Angola.

Chipiriviri. Antiga pov. do fertil territorio denominado Mocaranga, do reino de Monomotapa. Os portuguezes estabeleceram n'esta pov., no seculo xvii, uma feira, e levantaram uma egreja; hoje, porém, nem vestigios ha da povoação.

Chipita. Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola.

Chipola. Pov. do conc. de Humbe, distr. de Mossamedes, prov. de Angola.

Chipumbe. Uma das divisões do prazo Mambone, no distr de Sofala, prov. de Moçambique.

Chiqueira. Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Louredo, conc. de Vieira, districto de Braga.

Chiqueiro. Pov. na freg. de S. Silvestre e conc. da Louzã, distr. de Coimbra. || Sitio no limite da Povoa, freg. e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Chiqueta. Pov. do distr. e com. de Inhambane, bisp. e prov. de Moçambique, na margem esquerda do rio do Ouro ou Bembe.

Chiquica. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Chiradzulu. Monte no prazo Milange, na Zambezia.

Chiramba. Antigo prazo do distr. de Sena na prov. de Moçambique, na margem direita do rio Zambeze. || Pov. de negros no distr. de Tete, prov. de Moçambique, na margem direita do rio Zambeze. Está hoje sob a administração da Companhia de Moçambique.

Chirangua. Rio das terras do sertão de Muembas, ao N de Moçambique.

Chirconolly. Aldeia da prov. de Cacorá, no distr. de Gôa, na India.

Chire. Um dos principaes rios tributarios da margem esquerda do Zambeze. N. na extremidade sul do lago Nyassa, está orientado no sentido da linha NS, soffrendo uma pronunciada inflexão para O a meia distancia do seu percurso. Entra no Zambeze a 150 k. pouco mais ou menos da foz d'este rio, tornando-se muito caracteristico o ponto de confluencia, pela abundancia d'uma planta aquatica *(alfacinha pistiastratiotis)* que alhi se nota. O curso d'este rio atravessa territorios debaixo do dominio inglez e portuguez. As margens são muito ferteis, produzindo em abundancia milho, arroz, maçambala, feijão, planta de tabaco e ananazes. Livingstone, fundando-se naturalmente em falsas informações, atribue a si a descoberta d'este rio, porque nos diz que foi elle quem primeiro o subiu em 1859 e depois lhe determinou a origem. Antes, porém, d'esta epoca, já os portuguezes que habitavam os prazos Messangire, Marral e outros a leste do rio, e que se entregavam ao commercio do marfim, conheciam perfeitamente o *Chire*. Os principaes affluentes d'este rio são, partindo da origem, o Luvevi, o Muanza e o Ruo; este rio que tem a sua nascente nas montanhas de Milange ao S do lago Chirua, faz parte da linha que limita os territorios portuguezes dos inglezes ao norte do Zambeze.

Chirengone. Prazo do distr. de Quelimane, na prov. de Moçambique. Tem 20 k. de comprimento e 12 de largura, e está dividido por numerosas familias de colonos. Solo muito pantanoso mas fertil. Produz algodão, café, canna d'assucar e cera. N'este prazo encontra-se muito pau ferro.

Chiri. Confluente da margem direita do rio Lucalla. N. no conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, e torna-se tributario d'aquelle rio 2 k. abaixo da pov. de Oeiras.

Chiringona. Antigo prazo do distr. de Quelimane, na prov. de Moçambique Produz arroz, milho, michoeira, feijão, mandioca, sal e boas madeiras.

Chirini. Uma das ilhas de Bazaruto. Pertence ao distr. de Sofala, na prov. de Moçambique, e abunda em fructa e caça. E' a maior, e a que está situada mais ao N; fica fronteira á villa de Sofala e tem 15 k. de circumferencia. Nas suas costas abundam as perolas e o ambar.

Chirombe. Territorio do distr. de Sena, na prov. de Moçambique. Minas de ouro.

Chironda. Prazo do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique, entre os rios Inhabuco e Ravué. Tem 40 k. de comprimento e 30 de largura e entesta no mar. Uma parte do seu solo é fertilissima, a outra é esteril e paludosa. Produz trigo, arroz, milho, legumes, tabaco e anil, e tem muito gado vaccum. Nos seus bosques ha elephantes, e cavallos marinhos nos rios que o banham. O rei de Quiteve doou este prazo a Maria da Maia, casada com um negociante portuguez, que os soldados d'um principe negro roubaram e mataram para o indemnisarem dos gastos da guerra que elle emprehendera, e livrarem os seus estados das justas represalias da viuva. Fica n'este prazo a lagôa Inhaleué, em cujas margens ha boas pedreiras.

Chirora. Extenso prazo do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique. E' habitado por cafres, e atravessam-n'o dois rios muito caudalosos que o expõem a frequentes inundações. Alagados os campos e perdidas as sementeiras, se os cafres as não renovam depois de retiradas as aguas, ha fome não só na villa como no distr. de Sofala, cujos habitantes se sustentam exclusivamente do que produzem todos os terrenos d'aquelle prazo.

Chirua. Grande lago ao N do distr. de Quelimane, na prov. de Moçambique. Communica com a margem esquerda do rio Chire por meio de Sombane, indo desaguar entre Chibina e Mancoco.

Chisiribera. Confluente da margem esquerda do rio Zambeze, no distr. de Tete, prov. de Moçambique.

Chissaca. Terras situadas a SO do lago Nyassa ao Nhanja. Distam cerca de 500 k. do presidio de Tete, na prov. de Moçambique. Minas d'ouro.

Chiptaso. Prazo do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, ao N da villa de Tete e na margem esquerda do rio Zambeze.

Chissito. Monte no prazo Milange, na Zambezia.

Chitavatanga. Serra situada ao N do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique, nas terras de Quissanga. Tem origem n'ella o rio Save.

Chitete. Territorio do distr. de Sofala, prov. de Moçambique. E' habitado por cafres botangas.

Chiteze. Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola.

Chitibo. Prazo do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, para além dos rios Zambeze e Reongue.

Chitio. Pov. de conc. de Humbe, distr. de Mossamedes, prov. de Angola.

Chitondue. Territorio de gentios landins no distr. de Sena, prov. de Moçambique. Minas de ouro.

Chiusdã. Aldeia pertencente á divisão de Uply-Pahw, ao sul do rio Sandalcalo, no conc. de Nagar-Avely, distr. de Damão, na India.

Chiveva. Ponta de terreno á entrada do porto da Beira, no territorio da Companhia de Moçambique. Ha n'ella um farol que serve de mareação durante o dia e de guia durante a noite aos navegantes que demandam aquellas paragens.

Chiveve. Rio que atravessa a Beira, territorio da Companhia de Moçambique, Africa Oriental.

Chivonço Calla. Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola.

Chivure. Prazo do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, na margem direita do rio Zambeze.

Chixa. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Chixi. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Choare. Rio do distr. de Sena, na prov. de Moçambique. N. no territorio de Barué, e conflue na margem direita do rio Zunga, affluente da margem esquerda do rio Zambeze.

Chobe ou **Coando.** Affluente direito do Zambeze, descoberto por Livingstone em 1851. N. n'um pantano situado a 1:362 m. d'altitude, na colonia portugueza de Angola. Descreve uma curva atravez dos pantanos que teem egualmente o nome de *lago Chobe*, e vae lançar-se no Zambeze, a 100 k. aproximadamente acima das quedas de Victoria.

Chobo. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola.

Choca. Ponta ou cabo situado ao S da ponta dos Frades, na costa e distr. de Benguella, prov. de Angola. E' cortada a prumo, alta e minada de cavernas enormes. Tambem é chamada *Numba* e *Quilomba.*

Choca do Mar. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Vagos, distr. de Aveiro.

Choca da Serra. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Vagos, distr. de Aveiro.

Choça Queimada. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Odeleite, conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Choças. Povoações nas freguezias: S. Estevão, de Aboim das Choças, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Alvora, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª da Graça e conc. de Móra, distr. de Evora.

Chocha do Couto *(Manuel Nunes).* Bacharel, natural d'Ilhavo, filho de lavradores abastados. Foi juiz do crime no Porto, e em 25 de fevereiro de 1823, n'esta qualidade, assistiu a uma reunião politica nos paços do concelho d'essa cidade, sendo muito conhecido pela sua adhesão ao governo absoluto. Finda aquella commissão, pois que os logares eram de nomeação régia e triennaes, recolheu-se á sua casa da villa d'Ilhavo, não requerendo mais cargo algum. Estabelecido, porém, o governo de D. Miguel, foi logo nomeado corregedor para Trancoso. O mesmo governo expediu um decreto, mandando que os corregedores avocassem as devassas chamadas de rebellião processadas nos juizes ordinarios, a fim de emendarem os defeitos que n'ellas encontrassem, filhos da ignorancia dos ditos juizes, com o fim ostensivo de que nem fôsse culpado ou pronunciado quem o não devesse ser, nem ficasse livre quem tivesse prestado auxilio, ajuda ou favor á causa da rebellião. Chocha do Couto cumpriu á letra o decreto, despronunciando a todos, visto os factos de que eram accusados não serem os apontados no decreto. Entre os motivos da primeira pronuncia accusavam uns por serem notoriamente affectos ás idéas liberaes, por terem frequentado casas e mantido relações amigaveis com pessoas constitucionaes, outros por se mostrarem contentes e satisfeitos por occasião do juramento da Carta, cantando o hymno constitucional, outros por motivos similhantes. Poucos magistrados procederiam com a integridade do illustre ilhavense. Passados 15 dias era o digno magistrado demittido, recolhendo á sua casa, e nunca deixando de professar com afinco o seu credo absolutista, sendo, comtudo, tolerante, e em sua casa deu asylo a alguns homens pronunciados nas devassas. O prior d'Ilhavo tinha sido investido no commando das ordenanças, pois que todos os officiaes d'ellas estavam pronunciados. O dr. Chocha do Couto nunca lhe quiz ouvir a missa, posto que fôsse pontual em cumprir o preceito da egreja, e quando ali ia era para estigmatisar o prior, Joaquim Paes d'Almeida. Este fez repetidas queixas ao governador militar de Aveiro e a outras autoridades, mas debalde, tal era o conceito em que tinham o dr. Chocha do Couto. Está sepultado no adro da egreja d'Ilhavo, lado direito da porta principal. Falleceu entre os annos de 1836 a 1838.

Chocolo. Pov. e freg. de N. S.ª do Livramento, do conc. de Zenza de Golungo, na prov. e bisp. de Angola, com. e distr. de Loanda.

Choim. Pov. na freg. de S. Martinho, de Varzea do Douro, conc. de Marco de Canavezes, districto do Porto.

Cholda. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Azinhaga, conc. da Gollegã, distr. de Santarem.

Chomaro. Serra a O do distr. de Quelimane na prov. de Moçambique. E' uma ramificação da serra Morumballa. Tambem lhe chamam *Chamoara.*

Chombue. Nome que toma o rio Lintipe na sua origem. Nasce ao N do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, corre para E, atravessando as terras de Chissaca, e lança-se no lago Nyassa.

Chondo. Pov. do distr. e com. de Mossamedes, na prov. e bisp. de Angola, no territorio dos gambos e na margem direita do rio Cacolovar, confluente do Cunene, a 10 k. ao S de Uidilo.

Chongua. Confluente da margem esquerda do

Zambeze, a O do distr. de Tete, na prov. de Moçambique. N. no territorio dos Babimpes.

Chonzo. Pov. da margem direita do Zaire, onde em tempo existiu uma pequena feitoria portugueza. Passa-lhe proximo um pequeno affluente do Zaire, que vae desaguar perto do ponto chamado Caldeira do Inferno.

Chopodém. Povoação da regedoria de Agarvaddó, no conc. de Perném, na India.

Choqueiros. Pov. na freg do Salvador, de Medrões, conc. de Santa Martha de Penaguião, districto de Villa Real.

Chora. Monte situado a NO do distr. de Quelimane, na prov. de Moçambique. || Pov. do distr. e com. de Sofala, prov. de Moçambique, arceb. de Gôa.

Chorão. Pov. na freg. de S. Christovão, de Mafamude, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto, || Ilha e freg. de N. S.ª da Graça e S. Bartholomeu da prov. e arceb. de Gôa, distr. e com. das Ilhas de Gôa, na India. Tem 15 k. de comprimento e 5 de largura, e é formada pelos rios Mapuçá e Naroá. E' a segunda na ordem de grandeza das 17 do archipelago das Ilhas, sendo a ilha de Gôa a maior de todas. Tem seminario.

Choraundém. Aldeia da circumscripção militar de Quelandém, na prov. de Satary, distr. de Gôa, na India.

Chore. Territorio situado ao N do distr. de Quelimane, na prov. de Moçambique.

Chorense. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Minho, conc. de Terras de Bouro, com. de Amares, distr. e arceb. de Braga; 582 hab. e 133 fog. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, proximo do rio Homem. A matriz é um bom templo. O rei apresentava o abbade, que tinha de rendimento 400$000 réis. A terra é abundante de boas aguas o que a torna muito fertil. Tem gado e bastante caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. Passava n'esta freg a antiga via militar de Braga a Astorga, de que ainda restam alguns marcos milliarios.

Chorente. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 506 hab. e 122 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 11 k. da séde do conc. O rio. Este corre por esta freg. O papa e o arceb. de Braga apresentavam alternativamente o reitor, que tinha 100$000 réis de rendimento. A terra é muito fertil, e cria bastante gado de toda a qualidade. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de rec. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Chorosa. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Febres, conc. de Cantanhede, districto de Coimbra.

Choua. Confluente da margem direita do rio Zambeze, no distr. de Tete, prov. de Moçambique, a E da serra Camoenga. N. no mesmo distr. de Tete.

Chouchou. Ribeira do distr. de Beja. N. junto á villa de Serpa, e vae desaguar no rio Guadiana, depois d'um curso de 6 kilometros.

Choupello. Pov. na freg. de Santa Maria, de Magdalena, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Choupica. Pov. na freg. de Santa Marinha e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real.

Choupico. Pov. na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Chouriços. Pov. na freg. de S. Pedro, de Alhadas, conc. de Figueira da Foz, districto. de Coimbra.

Chousa. Pov. na freg. de S. Salvador, de Covão do Lobo, conc. de Vagos, distr. de Aveiro.

Chousa de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Maria, de Fiães, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Chousa Velha. Pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Ilhavo, distr. de Aveiro.

Chousal. Pov. na freg. de S. Pedro, de Ossella, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Chousos. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Brito, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Christovão, de Cabanas, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu. || Santa Eulalia, de Crespos, conc. e distr. de Braga. || S. André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Chousella. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Thomé, de Vade, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Chousellas. Povoações nas freguezias: Santa Leocadia, de Pedra Furada, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago, de Villela, conc. de Amares, do mesmo districto.

Chousenda. Pov. na freg. de S. Verissimo, de Luzio, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Chouso. Povoações nas freguezias: O Salvador de Lemenhe, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Ribeira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. | S. João Baptista, de Villa Chã, conc. de Esposende, distr. de Braga.

Choutaria. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Gallés, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Chouto. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Estremadura, conc. da Chamusca, com. da Gollegã, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 715 hab. e 183 fog. Tem caixa postal. A pov. dista 18 k. da séde do conc. Corre-lhe proximo a ribeira de Muge. Era dos condes da Castanheira, e passou depois á Casa do Infantado. Tinha juiz de vintena, sujeito ás justiças de Santarem. A terra é fertil, tem grande creação de gado, principalmente de porcos, cabras e ovelhas. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 2, com a séde em Lisboa.

Chozendo. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Alta, conc. de Sernancelhe, com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu e bisp. de Lamego; 520 hab. e 149 fogos. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada n'um valle. Pertenceu ao conc. de Fonte Arcada até 1855, em que foi supprimido, passando depois para o de Sernancelhe. A terra é fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9 com a séde em Lamego.

Chrestins. Pov. na freg. do Salvador, de Moreira, conc. da Maia, distr. do Porto.

Chrismina. Pequena povoação do termo da villa de Cascaes, distr. de Lisboa, onde existe o forte d'aquelle nome.

Christanapur. Pov. da prov. de Satary, 2.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, na India, no extremo E da provincia.

Christello. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Caminha, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 295 hab. e 65 fog. A pov. dista 1 k. da séde do conc. e está situada proximo do mar, n'uma planicie accidentada. Eram donatarios de Christello os marquezes de Villa Real, e em 1641, quando fôram sequestrados todos os bens d'estes fidalgos, foi incorporado na Casa do Infantado, que apresentava o abbade, o qual tinha 40$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, e assevera-se que foi habitada pelos celtas. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a sede em Vianna do Castello. Na serra d'esta freguezia ha alguns *carns*, a que o povo chama *cerrados dos moiros*, e ainda que em grande parte destruidos, conhece-se perfeitamente que o são. || Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello, arceb de Braga; 437 hab. e 108 fogos. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada em sitio muito ameno, na base d'uma montanha. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3 com a séde em Vianna do Castello. Os viscondes de Villa Nova da Cerveira apresentavam o abbade, que tinha 200$000 réis de rendimento. No logar do Outeiro havia uma torre muito autiga, que se demoliu, para com os seus materiaes se fazer uma casa. N'um alto proximo ha vestigios de fortificações dos romanos ou dos lusitanos. || Pov. e freg. do Salvador, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 876 hab. e 213 fog. Tem escolas d'ambos os sexos. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada perto do rio Cávado. A terra é fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: O Salvador, de Cabreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianua do Castello. || Santa Marinha, de Fornos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Moz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Thiago, de Pias, conc. de Monsão, distr. de Viauna do Castello. || Santa Marinha, de Portella, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Mamede, de Troviscoso, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Christello Covo. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Valença, distr. de Vianna do Castello e arceb. de Braga; 701 hab. e 155 fog. Tem uma fabrica de cal. A pov. dista 1 k. da séde do conc., e está situada na margem esquerda do rio Minho, nos arrabaldes de Valença. Era da casa dos marquezes de Villa Real e duques de Caminha, mas em 1641 passou para a Casa do Infantado, a qual apresentava o abbade, que tinha 200$000 réis de rendimento. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Christellos. Pov. e freg. de Santo André, da prov. do Douro, conc. e com. de Lousada, distr. e bisp. do Porto; 734 hab. e 167 fog. A pov. dista 7 k. da séde do conc. E' da Casa de Bragança. Os frades cruzios do convento de Villela apresentavam o abbade, que tinha 500$000 réis. A terra tem abundancia d'aguas e é muito fertil. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Freg. de S. Miguel, conc. de Paredes, distr. do Porto. Está annexa á de S. Cosme, de Bésteiros. (V. *este nome).* || Pov. na freg. do Salvador, de Pedregaes, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Christianborg. O forte d'este nome, proximo ao estado de Accra, na Costa da Mina, Guiné, foi fundado pelos portuguezes. Pertenceu depois por algum tempo á Dinamarca que em 1850 o vendeu á Inglaterra.

Christiano *(José Maria)*. Musico da Real Camara e da Sé. N. em 19 de maio de 1806, fal. a 26 de novembro de 1887. Era filho de José Christiano, musico da Casa Real. Filiou-se como soprano na irmandade de Santa Cecilia em 25 de fevereiro de 1818, sendo discipulo na aula da sé de Lisboa. Tocava violino. Foi chefe da orchestra do theatro da Rua dos Condes desde 1842, passando depois ao de D. Maria, exercendo o mesmo cargo, quando este theatro se inaugurou em 1846, onde se conservou até 1866, anno em que deixou de exercer a arte effectivamente. Foi tambem primeiro violino nas orchestras da Real Camara e da Sé. Compoz um *Hymno do lavrador*, que foi publicado, e uma abertura para orchestra, que foi reduzida a piano, e saiu no *Semanario harmonico*. Prestou grandes serviços á classe musical. Foi um dos fundadores do Montepio Philarmonico em 1834, da Associação Musica em 1842, da Academia Melpomenense em 1845; exerceu os cargos de secretario, vice-presidente e presidente da Associação, presidente da commissão que reformou os estatutos do Montepio em 1860, presidente da Academia, etc. No tempo do governo do infante D. Miguel, assentou praça no regimento de infantaria n.º 4, regimento que se revoltou a 21 d'agosto de 1831 proclamando a constituição, de que resultou serem fuzilados 39 soldados. José Maria Christiano conseguiu escapar se emigrando para Inglaterra, d'onde passou á ilha Terceira e se alistou no batalhão de voluntarios de D. Maria II. Veiu para o Porto com o exercito de D. Pedro IV, e entrou em Lisboa com o duque da Terceira. Em 1838 era capitão do 14.º batalhão nacional, e tomou parte activa nas agitações populares, seguindo com dedicação o partido setembrista, e incorporando se no celebrado batalhão da Ribeira que se apoderou do Arsenal da Marinha. Foi um dos tres signatarios que por parte dos revoltosos assignaram a convenção chamada de *Marcos Filippe*, por ter sido feita no botequim d'este nome, que existia no largo de Pelourinho. Pelos seus serviços na politica obteve um logar na alfandega, mas o marquez de Thomar, quando subiu ao poder, demittiu-o; mais tarde obteve outro emprego na camara dos pares, que conservou, e onde era muito estimado. Pertencia a muitas associações liberaes, patrioticas e de beneficencia. Nos ultimos annos da sua vida cegou. Tinha a medalha da Torre e Espada.

Christo *(Fr. André de)*. Chamava-se no seculo André Froes de Macedo. N. em Santarem em 1617, fal. no Maranhão em 1689. Era filho de Duarte Lopes e de Maria Froes de Macedo. Indo para Castella, professou no instituto da ordem militar e religiosa de N. S.ª das Mercês. Foi professor de Theologia Moral nos collegios de Ronda e Cadiz, sendo depois regente do collegio de Huelgas, de que eram padroeiros os duques de Medina Sidonia. Como em 1660 se accendesse furiosamente a guerra entre Portugal e Hespanha, fr. André de Christo, alcançando licença dos seus

prelados, regressou á patria, onde se tornou um afamado prégador, e apreciado orador nas academias dos *Generosos* e dos *Singulares*, em que foi socio. Na Academia dos Generosos, como lente, explicou a *Poetica*, de Aristoteles. Foi tambem professor de Philosophia do conde de Castello Melhor, ministro de D. Affonso VI. Desde tenra edade mostrou grande inclinação para a poesia, e contava apenas 14 annos de edade, quando escreveu um livro de versos, intitulado: *Amores divinos e humanos*, que se publicou em Lisboa em 1631. Deixou inéditos alguns poemetos e outras composições, que fôram insertas nas *Memorias da Academia dos Singulares*, 1.ª parte; nos *Applausos da Victoria do Ameixial*, no *Virginidos de Barbuda*, na *Fama posthuma de Lope da Vega*, no *Panegyrico do Marquez de Tavora*, etc.

Christo *(Fr. Antonio de)*. Conego de S João Evangelista. N. em Lisboa e fal. no convento de Xabregas, a 25 de setembro de 1733. Era filho de Manuel Nunes e de Luiza Ferreiro. Professou a 18 de julho de 1695 no convento de Villar de Frades. Deixou em latim, em manuscripto, no convento de Xabregas, uma *Vida dos consules romanos*, e uma *Chronologia* até ao seu tempo, tomando por base a edificação de Roma *ad urbe condita*.

Christo *(Fr. Bernardo de)*. Conego de S. João Evangelista, confessor de D. João III, da rainha D. Catharina e dos infantes D. Luiz e D. Henrique. N. na Guarda. em 1501 e fal. a 8 de setembro de 1570, com fama de santidade, no convento de S. João de Xabregas. El-rei D. Sebastião considerava-o muito, e foi visital-o quando estava doente, da enfermidade a que succumbiu. Deixou em manuscripto umas *Meditações sobre a vida, morte e paixão do Senhor*.

Christo *(Soror Catharina de)*. N. em Angra do Heroismo, e professou no convento de S. Gonçalo da ilha Terceira. Era filha de Vital Bettencourt, fidalgo da Casa Real e cavalleiro da ordem de Christo, e de sua terceira mulher, D. Izabel Pacheco. Viveu nos fins do seculo XVII. Escreveu varios poemas mysticos que ficaram ineditos, assim como as *Contemplações espirituaes*, e uma *Carta á infanta D. Izabel, gratificando-lhe o querer occupal-a no seu real serviço*.

Christo *(Fr. Estevão de)*. Freire da ordem militar de Christo no convento de Thomar. Era natural de Torres Novas, e fal. no convento de N. S.ª da Luz, junto a Carnide, da sua ordem militar, em 1613. Professou a 15 de janeiro de 1559. Foi professor na arte de contra-ponto, sendo chamado a Madrid pelo capellão-mór D. Jorge de Athaide para dirigir as festas da semana santa. Compoz dois livros de canto-chão, contendo um as paixões e mais cantos lithurgicos da semana santa, e o outro os hymnos, ladainhas e mais trechos que se cantam nas procissões. Os titulos dos livros são em latim, o 1.º publicou-se em Coimbra em 1593 e o 2.º em Lisboa em 1595. Tambem escreveu um *Manuale pro communicandis*, etc.

Christo *(Fr. Fabiano de)*. Frade capuchinho, que fal. no Rio de Janeiro em 17 de outubro de 1747, onde se tornara muito popular pela sua piedade e virtudes evangelicas. Professou no convento de Santo Antonio da mesma cidade em 1706. O bispo D. fr. Antonio do Desterro tentou canonisal-o, mas a Santa Sé nunca chegou a concluir o respectivo processo.

Christo *(Fr. Francisco de)* Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho. Era natural de Villa Viçosa, e fal. em 1587. Professou em 1518, e doutorou-se em Coimbra em 1562. Foi lente de Theologia, e o primeiro que introduziu na Universidade o systema das postillas, correspondente ao que se chama hoje *sebentas*. Nas exequias que a Universidade de Coimbra dedicou á rainha D. Catharina, mulher de D. João III, foi quem recitou a oração funebre. Os monarchas D. Sebastião e D. Henrique consagravam-lhe grande affeição e respeito. Deixou muitas obras theologicas em latim.

Christo *(Francisco Manuel Homem)*. V. *Homem Christo*.

Christo *(Soror Joanna de)*. A primeira freira carmelita que houve em Portugal, a qual, com mais tres irmãs, deu principio á ordem do Carmo em Portugal, fundando o convento de N. S.ª da Esperança em Beja. Consta ser perfeita organista, e toda a vida foi vigaria do coro. Fal. em 1603.

Christo *(Fr. João de)*. Religioso da ordem dos carmelitas descalços. N. em Villa Real em 1594, fal. em 1658. Chamava-se no seculo João Botelho; era filho de Antonio Ferreira e de D. Helena Botelho. Professou no convento de Nossa Senhora dos Remedios, de Lisboa, a 11 de março de 1612. Foi para a India como vigario geral, e duas vezes a Roma como procurador da sua ordem. Deixou algumas obras manuscriptas: *Carmelo lusitano descalço; Claustro de Santo Alberto; Vida de Leão de Noronha* e *Vida da madre Maria de S. José*.

Christo *(Fr. João de)*. Religioso da ordem de S. Bernardo. Fal. no convento d'Alcobaça a 30 de julho de 1654. Era natural de Lisboa. Entrou na ordem cistercіense no referido convento a 8 de janeiro de 1614, e professou solemnemente a 10 do mesmo mez do anno seguinte. Foi um afamado organista e dos mais considerados professores de musica do seu tempo. Deixou bastantes composições, sendo as principaes: *O Texto das Paixões que se cantam em a Semana Santa, a 4 vozes, do qual se usa no Real Convento de Alcobaça; Calendas do Natal e de S. Bernardo*.

Christo *(Fr. Luiz de)*. Religioso da ordem dos carmelitas calçados. N. em Lisboa em 1625 e fal. a 7 de setembro de 1693. Era filho de Thomaz Dias, e de Sebastiana Gomes. Entrou no convento do Carmo de Lisboa a 18 de maio de 1641, e professou a 19 do referido mez de 1642. Foi muito perito em musica e bom organista, logar que exerceu por muitos annos na sé da capital. Compoz: *Paixões dos quatro evangelistas; Lições de defunctos, Motetes e Vilhancicos*.

Christo *(Fr. Manuel de)*. Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Lisboa, e fal. em Evora em 12 de fevereiro de 1742, no convento da Quietação. Era filho de Silverio da Silva e de Anna Maria. Professou no convento de Santa Maria de Xabregas a 2 de julho de 1701, onde foi lente de Theologia, em que se jubilou. Foi tambem qualificador do Santo Officio, guardião dos conventos de Setubal e Portalegre, e confessor das religiosas do convento da Quietação, de Evora. Era afamado prégador, mas dos seus sermões sómente se imprimiu o que prégou na beatificação de João Francisco Regis.

Christo *(Fr. Matheus de)*. Missionario ardente

e devotado á propagação da Fé. Sendo alumno da seraphica prov. de S. Thomé, na India Oriental, missionou especialmente em Jafnapatão, e escreveu varios livros de propaganda.

Christo (*Ordem de*). V. *Nosso Senhor Jesus Christo (Ordem militar de)*.

Christo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Samodães, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Christoval. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 755 hab. e 217 fog. Tem escolas para ambos os sexos e caixa post. A egreja parochial dista 5 k. da séde do conc. O papa e o arcebispo de Braga apresentavam alternativamente o abbade, que tinha réis 500$000 de renda. A terra é fertil, e cria bastante gado. Passa aqui o ribeiro Trancoso. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Christovão. Pov. na freg. de S. Martinho, de Sande, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Christovãos. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Ceissa, conc. de V. N. d'Ourem, districto de Santarem. Tem caixa postal.

Chronica. Dá-se este nome ás narrativas de caracter historico, deixadas pelos contemporaneos, mas onde o narrador ou chronista tem por principal cuidado referir os factos taes quaes os póde observar, ou taes como testemunhas particulares, a tradição ou mesmo a lenda, os fez chegar até elle. As *chronicas* distinguem-se dos *annaes*, pelo facto do autor dos *annaes* attender mais rigorosamente á ordem chronologica. Na Edade Media foi que os chronistas mais floresceram. Todas as nações teem as suas chronicas nacionaes, e Portugal conta varios chronistas, dos quaes o de maior valor pela imparcialidade e rigor dos factos é, sem duvida, Fernão Lopes. Tambem se dá o nome de *chronica* á historia e genealogia d'uma familia nobre, e á narrativa de acontecimentos de ordem particular. Além das chronicas de Fernão Lopes, temos as de Duarte Nunes de Leão, Ruy de Pina, Garcia de Rezende, Duarte Galvão, Azurara, etc.

Chronica Litteraria *da Nova Academia Dramatica;* jornal que se publicou em Coimbra, sendo os principaes collaboradores Adrião Pereira Forjaz, José Freire de Serpa Pimentel, Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos, José Joaquim da Silva Pereira Caldas e José Maria d'Almeida Teixeira Queiroz. Publicaram-se 2 tomos; o 1.º numero do 1.º tem a data de 29 de fevereiro de 1840, e o ultimo a de 24 de outubro do mesmo anno; o tomo II publicou-se em 1841. Saía um numero de 15 em 15 dias.

Chronica dos Theatros, *jornal artistico, litterario e theatral;* era propriedade de Eusebio Simões, sendo ao principio dirigido pelo fallecido escriptor Eduardo Coelho, e depois por José Maria Pereira Rodrigues. Era quinzenal; começou a publicar-se em 1 de setembro de 1861. Tinha collaboração de escriptores de reconhecido merecimento, como Eduardo Vidal, Camillo Castello Branco, Ernesto Biester, Julio Cesar Machado, Manuel Roussado, etc. Este jornal durou bastantes annos.

Chronista (O) de Tyssuary, *periodico mensal*, de que era redactor Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara. Publicou-se em Nova Gôa, começando com o anno de 1866, e terminando em junho de 1869, quando Cunha Rivara deixou de ser secretario do governo geral da India. Eram 4 tomos com interessantissimos documentos a respeito da India portugueza e dos feitos dos portuguezes na Asia.

Chuças. Pov. na freguezia de S. Lourenço, de Maiorga, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria.

Chullo. Pov. do conc. de Humbe, distr. de Mossamedes, prov. de Angola.

Chumbaria. Pov. na freg. de S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria.

Chunde. Antigo prazo da Corôa, no distr. de Tete, prov. de Moçambique. Tem 5 k. de comprimento e cerca de 3 de largura, e está dividido em pequenas povoações de colonos que o cultivam. O terreno é fertil. Produz trigo, milho, feijão e canna saccharina. Nos seus bosques ha javardos e gazellas.

Chunga. Prazo do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, entre os rios Zambeze e Aroenha. Tem 5 h. de comprimento e 3 de largura, e é muito fertil. Produz trigo, milho e algodão, e tem uma mina de sal mineral. Nos seus bosques ha animaes ferozes.

Chupanga. Antigo prazo do distr. de Sena, na prov. de Moçambique, na margem do rio Zambeze. Tem 50 k. de comprimento e 15 de largura, e é banhado ao N pelo Zungua e pelo Zambeze, cujas aguas tornam o terreno muito fertil. Produz café, trigo, milho, algodão e palma christi. Tem muitas lagoas em que abundam os crocodilos e os cavallos marinhos, e copados bosques onde ha animaes ferozes. N'estes bosques encontra-se muito sandalo bravo, e ha boas madeiras de construcção. Está dividido por varias familias de colonos, que se occupam na cultura e amanho da terra. Faz parte dos territorios da Companhia de Moçambique.

Chupavo. Antigo prazo do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique, a NO da villa de Sofala. Tem 30 k de comprimento por outros de largura, e está dividido em varias povoações de colonos. O seu terreno é fertilissimo e muito apropriado a todo o genero de cultura, principalmente do arroz. Tem bosques frondosos, que produzem excellentes madeiras. Faz parte dos territorios da Companhia de Moçambique.

Churchorem. Pov. da prov. de Chandrovaddy, 4.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, na India.

Churi-Churi. Monte situado ao N do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, na margem esquerda do rio Zambeze.

Churo. Territorio e pov. de gentios buramos ou papeis, situado a pequena distancia da praça e villa de Cacheu, no distr. da Guiné.

Churri. Pov. do distr. e com. de Inhambane, arceb. de Gôa, prov. de Moçambique, na margem esquerda do rio do Ouro.

Chuza Velha. Pov. na freg. do Salvador e conc. d'Ilhavo, distr. de Aveiro.

Cibões. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Minho, conc. de Terras do Bouro, com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 714 hab. e 153 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada proximo do rio Homem. O padroado real apresentava o abbade, que tinha de rendimento 300$000 réis. A terra é fria mas fertil e saudavel. Pertence á 3.ª div. mil. e

ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Cibrão *(Ernesto Pego de Kruger)*. Escriptor e jornalista. N. em Valença a 22 de julho de 1836. Desejando seguir a vida militar, assentou praça tendo 16 annos de edade no regimento de artilharia n.º 3, cursando com o maior aproveitamento a Escola Polytechnica. No meio dos seus estudos, teve a fatalidade de o assaltar uma doença, tão pertinaz e tão longa, que se viu obrigado não só a interrompel-os, mas a dar baixa de serviço. Resolveu-se então a partir para o Brazil a tentar fortuna. Desde muito novo manifestara grande inclinação para as letras, e de 1853 a 1858 publicou varios artigos e folhetins nos seguintes jornaes da provincia, de que foi redactor ou collaborador: *Pharol do Minho*, de Braga; *Razão*, de Valença; *Aurora do Minho*, *Sillographo* e a *Brisa*, de Vianna do Castello, etc. D'estes artigos saíram alguns firmados com o seu nome, e outros com os pseudonymos de *José Liborio*, *Toneser*, *Padre-Mestre*, etc. Embarcando em 1858 para o Rio de Janeiro, entregou-se por algum tempo a trabalhos de escripturação commercial, que o não impediam, comtudo, de seguir a sua vocação litteraria, cultivando a poesia nos generos lyrico e dramatico, e escrevendo algumas peças que se representaram nos theatros do Rio de Janeiro, com boa acceitação. Foi n'esse tempo socio effectivo e vice-presidente do Gremio Litterario Portuguez, associação que se organisou no Rio de Janeiro entre alguns rapazes estudiosos, de cujos trabalhos se formou um *Album*, que se publicou em 1858. Voltou mais tarde á Europa em missão commercial, embarcando a 25 de junho de 1860; dirigindo-se a Bordéos, percorreu depois as principaes cidades e os logares mais importantes da França, Belgica, Inglaterra, Allemanha, Suissa e Italia, regressando depois ao Rio de Janeiro. Escreveu: *Poesias de Ernesto Cibrão* (1857 a 1860) Paris, 1861; *Luiz*, drama original em 3 actos, Rio de Janeiro, 1860. Ineditas consta haver as seguintes composições: *Os homens do campo*, drama em 3 actos; *As erratas do jornal*, comedia em 1 acto; *Por causa do «Mercantil»*, em 1 acto; *A Grinalda*, em 1 acto; *Os voluntarios*, drama em 3 actos; *Entre parentes*, comedia em 1 acto; *Dois amores*, em 4 actos; *Mais vale tarde*, proverbio em 1 acto. Publicou mais: *A casa de João Jacques Rousseau episodio d'uma viagem na Suissa*, Rio de Janeiro, 1868; *Luiz M. Gottschalk*, esboço biographico de este pianista, Rio de Janeiro, 1870. O sr. conselheiro Ernesto Cibrão é hoje um dos vultos mais importantes da colonia portugueza do Brazil. Tem prestado bons serviços ao *Gabinete Portuguez de Leitura do Rio de Janeiro* e ao *Hospital Portuguez de beneficencia* da mesma cidade.

Cibrão *(Luciano Pego de Almeida)*. General de divisão, ajudante de campo de Sua Magestade El-Rei Senhor D. Carlos, secretario e archivista do conselho da real ordem militar de S. Bento de Aviz; grã-cruz, commendador e grande official da referida ordem, por serviços distinctos; commendador da ordem de N. S. Jesus Christo, commandante da 3.ª divisão; condecorado com a medalha de prata da classe de comportamento exemplar, e com a medalha de merito militar de Hespanha. N. em 12 de junho de 1836. Assentou praça no antigo batalhão de caçadores n.º 5, em 10 de agosto de 1854, sendo promovido a alferes em 26 de julho de 1855, a tenente a 7 de julho de 1866, a capitão em 2 de outubro de 1873, a major em 31 de outubro de 1884, a tenente-coronel em 27 de julho de 1887, a coronel em 19 de setembro de 1889, a general de brigada em 10 de janeiro de 1895, a general de divisão em 25 de setembro de 1902. De 1864 a 1868 exerceu as funcções de ajudante de campo do commandante de uma das nossas antigas divisões militares, e em 1869 foi nomeado ajudante do commandante do deposito de cavallaria. Mais tarde fez parte da commissão que elaborou o actual regulamento de tiro para as armas portateis, um dos melhores e mais bem escriptos regulamentos que possue o nosso exercito. Sendo nomeado para caçadores n.º 1, organisou n'aquelle regimento a carreira de tiro, da qual foi director durante 10 annos, até que, sendo promovido a major, ficou de novo collocado em caçadores n.º 5. Em 1887, já com o posto de tenente coronel de infantaria n.º 1 cuja promoção recebeu em 27 de julho, foi nomeado para commandar os contingentes do seu regimento e de caçadores n.º 5, que marcharam para a ilha da Madeira, onde haviam rebentado alguns motins. N'esta commissão prestou relevantes serviços. Assim que regressou ao continente, foi nomeado commandante da guarda municipal do Porto. Então manifestou especialmente os mais energicos dotes de commando e o mais fino tacto politico. O Porto estava assoberbado pela importante questão vinicola; as paixões politicas exarcebadas, alliando-se aos grandes interesses offendidos, ameaçavam manifestar-se em sangrentos conflictos. A guarda municipal não descançava um momento, e os odios contra este corpo faziam recear uma forte explosão. O sr. general Cibrão, que então tinha o posto de coronel, conseguiu, no meio das maiores difficuldades conservar intemerato o principio da autoridade. Os seus serviços fôram tão valiosos n'aquella cidade, que, sendo já coronel de caçadores 5, o governo entendeu não dever dispensal-o d'aquella commissão emquanto o Porto não voltasse á sua primitiva tranquillidade. Mais tarde deixou então o commando da guarda municipal, e saiu do Porto. Quando rebentou n'aquella cidade a revolta de 31 de janeiro de 1891, em poucos minutos correu a noticia em todo o Portugal, e o governo não conhecendo bem o alcance de semelhante movimento, pensava em esmagal-o de prompto. Foi ainda o sr. general Cibrão quem commandou um regimento extranho áquella divisão, sendo mandado marchar contra os revoltosos. O regimento de caçadores n.º 5 conservou-se tres mezes no Porto, durante os quaes, por diversas vezes o pretenderam revoltar, incitando-o contra a guarda municipal, porém o sr. coronel Cibrão, pela sua energia e fino tacto conseguiu que em poucos

Luciano Pego de Almeida Cibrão

dias municipaes e caçadores frat rnisassem na mais perfeita camaradagem. O regimento de caçadores retirou-se para Lisboa, uo fim de tres mezes, sem que tivesse commettido a mais leve transgressão disciplinar. O sr. general Cibrão tem desempenhado muitas outras commissões de serviço. Em 1891 presidiu á commissão encarregada de modelar os eursos das escolas dos sargentos. Actualmente vive uo Porto commandando a 3.ª divisão. Nas manobras militares, realisadas no norte em setembro de 1903, foi sob a sua direcção e a do general Nogueira de Sá que se executaram todas as evoluções do thema eom inexeedivel precisão.

Cibrão. Pov. na freg. de S. Mamede, de Caniçada, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Genezio, de Cellas, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

Cicouro *(Manuel Jose Fernandes)*. V. *Fernandes Cicouro*.

Cicouro, Serra do distr. de Bragança, proximo do logar do mesmo nome. Tem 4 k. de extensão e 911 metros de altitude. No cimo ergue-se uma ermida da iuvocação de N. S.ª da Luz.

Cicouro e **Constantim.** Duas freguezias, S. João Baptista e N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz-os-Montes, que estão reunidas; conc. e com. de Miranda do Douro, distr. e bisp. de Bragança; 769 hab. e 182 fog. Tem esc. do sexo masc. e minas de estanho, registadas pelo cidadão francez conde de Ligondes. A pov. dista 22 k. da séde do eonc. e está situada n'um valle, na falda do monte de N. S.ª da Luz, a 7 k. da margem direita do rio Douro. Pertenee á 6.ª div. mil. e ao distr. de reerut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Cid. Familia nobre, cujas armas são: em campo azul cinco vieiras de ouro; timbre dois bordões de Santiago vermelhos, em aspa, faxados de ouro, e atados com torçal de prata, e entre elles uma vieira das armas.

Cid *(Francisco Moraes do)*. Viveu no tempo de el rei D. Sebastião, em Villa Flôr, onde foi capitão-mór (o primeiro que houve n'esta villa); foi senhor do morgado de S. Martinho e casou com D Catharina de Almendra. D'elles procedem os Tenreiros d'aquella villa.

Cidacos. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Cidadão. Nome que se dá aos moradores de alguma cidade ou paiz livre, cuja constituição politica lhes confere certos direitos, privilegios e segurança, tanto a respeito das suas pessoas como dos seus bens e propriedades. Individuo apto para os cargos municipaes. O fôro de cidadão das principaes eidades foi uma honra sempre muito apreciada. Por decreto de 21 de maio de 1656 recommendou muito el-rei D. João IV ao senado da camara de Lisboa que no provimento das serventias dos seus officios precedessem sempre os cidadãos. Por assento de vereação de 20 de julho de 1708, foi resolvido pela mesma camara «que se não dêem fóros de cidadão a pessoa alguma, de qualquer qualidade que fôsse, fóra das eleições ordinarias que no senado se costumam fazer de pessoas idoneas para servirem de almotacés das execuções, e evitarem-se alguns inconvenientes á direcção da fórma com que sempre se fizeram, foi accordado que, de hoje em deante, se não possa dar fôro de cidadão a pessoa alguma que o pedir, aiuda que allegue razões e documentos eorrentes para merecer este fôro», etc. Uma provisão do Dezembargo do Paço de 8 de junho de 1616 ordenou ao corregedor de Coimbra que na eleição dos officiaes da camara da mesma eidade se não votasse em pessoa que *não haja sido neto ou filho de cidadão.*

Cidade. Povoação superior em numero de habitantes e em graduação á de uma villa, e algumas vezes feehada eom muralhas. || Na armaria é o movel que representa uma povoação.

Cidade *(Fr. André da)* Foi pae de S. João de Deus. Angustiado eom a morte de sua mulher e com a ausencia de seu filho, vestiu o habito franciscano, e veiu a fallecer uo convento de Xabregas em 1520.

Cidade. Povoações nas freguezias: S. Pedro. de Formariz, conc. de Paredes de Coura, distr, de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Insalde, do mesmo conc. e distr. || Santa Maria, de Moreira, conc. de Monsão, do mesmo distr. || N. S.ª dos Martyres, de Serra do Bouro, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Cidade da Matança. Logar na Serra de Coura, na prov. do Minho, onde existem ruiuas d'uma praça ou fortaleza. Diz-se ter havido ali uma eidade romana, cujo nome se ignora, que os normandos arrazaram, matando todos os seus moradores, vindo-lhe o nome por esse facto.

Cidadelha. Povoações uas freguezias: O Espirito Santo, de Alfarella de Jalles, conc. de Villa Pouea de Aguiar, distr. de Villa Real. || S. Salvador e eonc. de Villa Pouca d'Aguiar, do mesmo distr. || S. Mamede, de Lindoso, conc. de Ponte da Barea, distr. de Vianna do Castello.

Cidadelhe. Freguezia do conc. e com. de Mesão-Frio, distr. de Villa Real, dioeese de Lamego, prov. de Traz os-Montes. Abbadia. Orago S. Vieente, martyr; 409 hab. e 130 fog. Está situada n'um valle fertil. Segundo se lê na *Descripção do Porto*, por Agostinho Rebello da Costa, esta freguezia em 1789 era abbadia da apresentação da Mitra ou dos bispos do Porto; contava 105 fogos e rendia 4:000$000 réis para o abbade! Esta freguezia pertenceu ao bispado do Porto até 1882, data da ultima circumseripção diocesaua. Comprehende as aldeias e logares seguintes: Cuterre, Sobre-Egreja, Egreja, Cabo, Terreiro, Jardim, Eira pedrinha de Cima, Eirapedrinha de Baixo, Côto da Mó, Ribeiro, Quelha, Bogalheira, Fonte Nova, Rosario, Loureiro, Lage, Malhada, Villa-Pouca, Outeiro, Paço, Côto, Sobreiro, Mattosa, Pégo d'Alto, e Derruidas. A séde da parochia dista de Mesão-Frio 5 k, 15 de Villa Real, e outros 15 de Lamego. Da estação de Rêde, na linha ferrea do Douro, dista 2 k.; e da estação das Caldas de Moledo, na mesma linha, 3. k. Cidadelhe tem escolas primarias para ambos os sexos, e est. post. de 2.ª elasse. Em 1754 tinha quatro confrarias e irmandades: a do Senhor Crucifieado, a de N. S.ª da Conceição, a do Santo Nome de Jesus, e a do Menino Jesus. Hoje ha simplesmente duas irmandades: a do Santissimo e a das Almas. A freguezia é abundante em vinhos, azeite e fructas. Tem boas quintas, como a do *Paço*, pertencente a Manuel Carvalhaes, que teve o privilegio de ser *couto;* a do *Cabo* e a do *Jaime*, de José d'Abranches Homem da Costa Brandão; a do *Côto*, dos herdeiros de Antonio Montes Champalimaud; a

de *Geguintes*, de Antonio Borges Barreto da Gama e Castro; a dos *Lamas*, de João José Gonçalves Pereira, illustrado cavalheiro, a quem devemos o obsequio dos apontamentos para o presente artigo. Tem esta freguezia bons edificios; casas brazonadas tem quatro que são: a do *Paço*, que foi de D. Diogo de Sousa Magalhães e Coutinho e hoje pertence a Manuel Carvalhaes; a do *Terreiro*, de Antonio Borges Barreto da Gama e Castro; a do *Côto*, dos herdeiros de Antonio Montes Champalimaud; e a do *Outeiro*, dos herdeiros de Gonçalo da Veiga Cabral. Homens illustres tambem muito se honrou de os ter esta freguezia: Fr. Antonio da Veiga, commendador de Moura Morta dos annos 1603 a 1630; D. Diogo de Mello Pereira, que tambem foi commendador de Moura Morta e fundador da illustre *Casa do Paço;* Francisco Baptista de Araujo Cabral Montes, que foi deputado da Companhia dos Vinhos e inspector das obras do Douro; João Baptista Montes, tambem deputado da Companhia dos Vinhos; Joaquim Montes Champalimaud, juiz da Relação do Porto; Francisco Montes Champalimaud, afamado engenheiro civil; Luiz Monteiro Correia Pinto, cavalleiro professo da ordem de Christo; D. Theotonio Monteiro Correia Pinto, geral dos cruzios; dr. Manuel Correia Pinto da Veiga Cabral, cavalleiro da ordem de Christo, corregedor de Moncorvo e deputado ás côrtes de 1820 e além d'isto um apreciado genealogista; dr. José Maria da Veiga Cabral, corregedor da ilha de S. Miguel e juiz da Relação da mesma ilha e cavalleiro da ordem de Christo; D. Antonio Xavier da Veiga Cabral, que foi bispo de Bragança. Cidadelhe é abundante em nascentes de agua, sendo a mais celebre a fonte publica chamada do *Côto*, á qual se attribue a virtude de curar dôr de pedra. Das poucas *Behetrias* que houve em Portugal, Cidadelhe foi uma d'ellas. Veja-se a carta da confirmação e approvação concedida por D. João II aos moradores da *Honra* e *Behetria* de Cidadelhe, que tomaram por seu senhor o principe D. Jorge, seu filho, nos livros d'Alem-Douro a folhas 63 e 2 e a folhas 93, na Torre do Tombo. A antiguidade d'esta freguezia deduz-se tambem do seguinte documento que extrahimos do *Portugal Renascido*, de Rocha: «No tempo do abbade Primo, derão os illustres Suario ou Soeiro Sandines, e seu filho Fernando Sandines, ao Mosteiro das suas villas de Reicardães, Antolim e Ventosa, junto de Agueda e a de Bellina, junto ao Vouga, nos annos de 966 a 972, o o illustre varão Christovão Professo lhe deu e seu mosteiro de Bagauste, junto ao rio Douro, e a egreja de Santa Eulalia, e umas terras, que demarcavam com *Civitadelhe* ou *Cidadelhe*, e com Lombadella em 970, a qual doação fez novamente a Senhora Munia no anno de 973». Segundo se lê tambem no *Portugaliæ Inscriptiones* do dr. Levy Maria Jordão, pag. 79: «Cidadelhe era cidade romana fortificada, e estava na via militar de Braga e Amarante para Lamego, Caria e Beira». Ha vestigios evidentes de um *castro romano* n'esta freguezia, ao norte da povoação, os quaes estão ainda em parte levantados, feitos de schisto a que o povo chama o *Castello dos Moiros*. Ali se tem achado algumas moedas romanas de cobre, prata e ouro. Uma de ouro de Cesar Augusto, encontrada depois do meado do seculo passado, era avaliada em 4$100 reis, pelo preço corrente do nosso ouro. Outra encontrada pela mesma epoca, tendo de cada face uma effigie de mulher, valia 800 reis. No archivo da Casa da Picota, de Mesão Frio, foi achado o fragmento de um escripto antigo, cuja letra e redacção revelam claramente pertencer ao seculo XVIII, o qual diz: «*Cidadelhe* é uma freg. do termo de Mesão-Frio; sem controversia se affirma ser a antiga Sinania, e ser esta totalmente destruida por Junius Brutus, sendo consul na Lusitania, como escreveu Val.º Maximo, cap. 4, livro 6º e isto no anno de 134, antes da vinda de Christo, e que das suas reliquias começaram a fundar a villa de Mesão-Frio, etc.» Cidadelhe pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Villa Real. || Pov. e freg. de Santo Amaro, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Pinhel, distr. e bisp. da Guarda; 319 hab. e 90 fog. A pov. dista 25 k. da séde do conc. e está situada junto da margem esquerda do rio Côa, na costa d'uma serra. O vigario da matriz de Azêvo apresentava o cura, que tinha 60$000 réis. Tinha juiz de vintena, sujeito ás justiças de Pinhel. No sitio do castello ha um cabêço cercado por um muro, com um metro de altura, que dizem ter sido um castello dos romanos ou dos arabes. A pov. é muito fertil em centeio. Cria gado e tem muita

Vista geral de Cidadelhe

caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12 com a séde em Trancoso. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Avioso, conc. da Maia, distr. do Porto. || S. João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Cidadella *(Ponta da)*. Ponta ou cabo da ilha de Diu, na prov. de Gôa, na India.

Cide. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Esporões, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria de Gemeos, conc. de Guimarães, do mesmo distr.

Cidello. Pov. da freg. de Santo Estevão, de Penso, conc. e distr. de Braga.

Cidões. Pov. na freg. de S. Salvador, de Villar de Peregrinos, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

Cidral. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S. Miguel, de Borba de Godim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Sé Nova, conc. e distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição e conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

Cidrão. Ponta ou cabo da ilha de S. Miguel, nos Açôres, a pouco mais de 3 h. ao NO da prov. e enseada de Porto Formoso.

Cidreira. Povoações nas freguezias: Santo Agostinho, de Antuzede, conc. e distr. de Coimbra. || Santa Maria, de Fregim, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Cidreiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Ciera *(Francisco Antonio)*. Doutor em Mathematica, e lente da cadeira de Astronomia e Navegação da antiga Academia Real de Marinha; socio da Academia Real das Sciencias, etc. Julga-se que fôsse filho de Miguel Antonio Ciera. Fal. a 6 de abril de 1814. Durante os annos de 1778 a 1786, na casa da regia officina typographica, fez varias observações astronomicas, cujos resultados fôram depois publicados nas Memorias da Academia Real das Sciencias. Em 1788 foi encarregado de formar a triangulação geral do reino, e n'estes trabalhos, completamente novos em Portugal, se empregou com assiduidade até 1803, em que as intrigas dos invejosos conseguiram que fôssem suspensas essas operações geodesicas. Em 1790 saiu de Lisboa, com os seus ajudantes Carlos de Caula e Pedro de Folque, para com elles fazer o reconhecimento geral do reino, fazendo-se as primeiras observações a 18 de outubro em N. S.ª do Castello, de Aljustrel, e continuando depois em diversas provincias á escolha dos pontos que deviam servir de vertices aos triangulos, em resultado do que o dr. Ciera construiu uma carta, cujo original existe na Bibliotheca do Porto, e foi mandada lithographar em 1837 por Manuel Passos. Depois fez uma nova escolha de pontos, e tratou da medição das bases empregando n'esta parte dos trabalhos os annos de 1791 e 1795, e continuando depois até 1803, publicou n'esse anno a *Carta dos principaes triangulos das operações geodesicas em Portugal*, em cujas margens lançou reflexões, que segundo a opinião do general Filippe Folque, são realmente documento sufficiente para se avaliar o merito do dr. Ciera, e para não restar duvida de que elle conhecia perfeitamente tudo quanto no seu tempo havia de delicado na sciencia geodesica. Collaborou com o coronel Villas Boas na publicação em portuguez do *Atlas celeste*, de Flamsteed, e imprimiu os seguintes trabalhos relativos á sua profissão: *Observações astronomicas feitas na casa da Regia Officina, junto ao Collegio Real dos Nobres;* nas *Memorias da Academia Real das Sciencias*, tomo I; *Eclipse da lua de 2 de novembro de 1789, observado em Lisboa na Academia Real de Marinha*, nas referidas *Memorias*, tomo III, parte II; *Taboas do nonagesimo para a latitude de Lisboa, reduzida ao centro da terra 38° 27' 22"*, etc.; nas ditas *Memorias*, tomo IV, parte I; *Plano da extracção de lotarias*, nas *Memorias*, nos referidos tomos IV e parte I.

Ciera *(Miguel Antonio)*. Engenheiro italiano natural do Piemonte, que no meado do seculo XVIII veiu para Portugal, quando o nosso governo pediu ao de Roma alguns homens de sciencia, para serem encarregados debaixo da direcção de Gomes Freire de Andrade, da demarcação dos limites entre as nossas possessões e as hespanholas na America do Sul. Regressando á Europa depois d'esses trabalhos, foi nomeado professor de Mathematica do Collegio dos Nobres, creado em 1761, e foi elle quem pronunciou o discurso na sessão d'abertura d'esse estabelecimento. Quando em 1772 se reformou a Universidade de Coimbra, o marquez de Pombal encarregou-o de reger a cadeira de Astronomia. Escreveu: *Os tres livros de Cicero sobre as obrigações civis, traduzidos em lingua portugueza, para uso do Real Collegio dos Nobres*, Lisboa, 1766. Esta obra foi reimpressa em 1852 no Rio de Janeiro.

Cigarral. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, da Villa da Egreja, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Cignes. Ponta ou cabo da ilha Inhamissengo, no distr. de Sena, prov. de Moçambique.

Ciladas. Freg. de N. S.ª das Ciladas, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Villa Viçosa, distr. e arcebisp. de Evora; 310 hab. e 58 fog. A terra é muito fertil em cereaes, e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22 com a séde em Abrantes.

Cilhão. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Cumieira, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

Cima. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Villa Chã, conc. de Espozende, distr. de Braga. || Ilhéo na costa E da ilha do Porto Santo, do archipelago da Madeira, fronteiro á ponta ou cabo denominado dos *Frades*.

Cima da Aldeia. Pov. na freg. de Santa Maria, de Faria, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Mezzio, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Cima de Bouça. Pov. na freg. de Santa Maria, de Verim, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Cima dos Cimeiros. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Cima do Douro. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Villa Juzã, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Santa Christina e conc. de Mesão Frio, do mesmo districto.

Cima Tontão. Pov. na freg. de S. Pedro, de Valle, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Cima dos Fundeiros. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Cima de Pelle. Pov. na freg. do Salvador, de Joanne, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Cima do Povo. Pov. na freg. de Santa Maria, de Oliveira, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real.

Cima de Rezende. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Cima de Rua. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr de Villa Real.

Cima da Serra. Pov na freg. de S. Pedro da Cova, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Cima Sousa *(Quinta de).* Na freg. de N. S.ª da Nazareth, de Landeira, conc de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Cima da Veiga. Pov. na freg. de S. Thiago, de Cruz, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Cima de Villa. Povoações nas freguezias: S. André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto. || Santa Tecla, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || N. S.ª das Neves, de Bella, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Boivão, conc. de Valença, do mesmo distr. || S. Martinho, de Caramos, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Martinho, de Carneiro, conc. de Amarante, do mesmo distr. || S. Romão, de Carvalhosa, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || O Salvador, de Ceivães, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Cernadello, conc. da Louzada, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Constance, conc. de Marco de Canavezes, do mesma distr. || S. Martinho, de Ferreiró, conc. de Villa do Conde, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Folhada, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || Santa Comba, de Fornellos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Frende, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Miguel, de Gemezes, conc. de Espozende, distr. de Braga || S. Lourenço, de Golães, conc. de Fafe, distr. de Braga || S. Simão, de Gouveia, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, de Insalde, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Joanne, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Miguel, de Lama, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Paio, de Oliveira, conc. de Amarante, do mesmo distr. || S. Sebastião, de Passos, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Jorge, de Paradança, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || S. Martinho, de Penacova, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santo André, de Portella, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Portella, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Martinho, de Pousada, de Saramagos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Thiago e conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Prozello, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Rebordões, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Cypriano, de Refontoura, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Remoães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Ribeiros, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Martinho, de Saude, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Thiago, de Sendim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Julião, de Serafão, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Sernande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Pedro, de Serzedello, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Thiago, de Soppo, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Expectação, de Souzella, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Christina, de Tendaes, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Thaide, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Miguel, de Trezouras, conc. de Baião, distr. do Porto. || Santa Maria, de Villa do Bispo, conc. de Marco de Canevezes, do mesmo distr. || S. Mamede, de Villa Chã, conc. de Villa do Conde, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição, de V. N. de Muhia, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Villar de Ferreiros, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Villar de Torno, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Cimadas Cimeiras e **Cimadas Fundeiras.** Duas povoações na freg. de N. S.ª d'Assumpção, conc. de Proença-a-Nova, districto de Castello Branco.

Cimalhas. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Cimas. Pov. na freg. de S. Thiago, de Gagos, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Cimba. Pov. do conc. de S. Salvador do Congo, prov. de Angola.

Cimbres. Pov. e freg. de S Martinho, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Armamar, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 733 hab. e 183 fog. Tem escolas para ambos os sexos. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Cimbres foi do conc. de Mondim da Beira, que se supprimiu pelo decreto de 26 de junho de 1896, passando então para o de Armamar.

Cimeira. V. *Armadura, elmo* e *timbre.*

Cimeiro. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Figueiró do Campo, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || S. Simão, de Pé da Serra, conc. de Niza, distr. de Portalegre.

Cimo d'Aldeia. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Arnas, conc de Sernancelhe, distr. de Vizeu. || Santa Marinha, de Crestuma, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Vicente, de Louredo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Mamede, de Villa Maior, do mesmo conc. e districto.

Cimo d'Alvém. Pov. na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Cimo da Capella. Pov. na freg. de Santa Maria, de Pindello, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Cimo da Egreja. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Espite, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem || Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Olival, do mesmo conc. e districto.

Cimo de Feira. Pov. na freg. de S. Pedro, de Rates, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto.

Cimo da Ladeira. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de Santa Catharina e conc. da Calheta, districto de Angra do Heroismo.

Cimo de Levides. Pov. na freg. de Julião, de Cambra, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Cimo do Logar. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia de Besteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Villa Cova de Peninho, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Cimo da Lomba. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pedrogão Pequeno, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Cimo do Monte. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Meiomães, conc. de Rezende, Vizeu.

Cimo do Povo *(Casaes do)*. Na freg. de Santa Justa, de Girabolhos, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Cimo da Ribeira Fundeira. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Cimo dos Ribeiros. Pov. na freg. de Santa Clara, de Alcaravella, conc. de Sardoal, distr. de Santarem.

Cimo de Sande. Pov. na freg. de S. Thiago, de Sande, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Cimo do Valle. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Amendoa, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Cimo do Valle Longo. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Peso, conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Cimo de Villa. Povoações nas freguezias: Santa Catharina, de Aguieiras, conc. de Mirandella, distr. de Bragança. || Santa Maria, de Alcofra, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. Tem est. post. || S. Miguel, de Anreade, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Cabeça Santa, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Thiago, de Caldellas, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Adrião, de Duas Egrejas, conc. de Penafiel, districto do Porto. || S. Martinho, de Dume, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago, de Fonte Arcada, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Comba, de Fornellos, conc. de Fafe, distr. de Braga. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Mamede, de Guizande, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Jorge, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. André, de Jou, conc. de Murça, distr. de Villa Real. || S. Thiago, de Lobão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto. || Santa Maria, de Melres, conc. de Gondomar, do mesmo distr. || Santa Comba, de Moura Morta, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Ossella, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Christovam e conc. de Ovar, distr. de Aveiro. Correio com serviço de posta rural. || O Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Mamede, de Recezinhos, do mesmo conc. e distr. || O Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Samodães, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Isidoro, de Sanche, conc. de Amarante, distr, do Porto. || N. S.ª d'Assumpção, de Semide, conc. do Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || S. João Baptista, de Tavora, conc. de Taboaço, distr. de Vizeu || S. Martinho, de Valdigem, conc. de Lamego, do mesmo distr. || S. Thiago, de Valpedre, conc de Penafiel, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Faustino, de Viariz, conc. de Baião, do mesmo distr. || Quinta na freg. de S. Pedro, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Cimo da Villa da Castanheira. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com de Chaves, distr. de Villa Real, bisp. de Bragança; 707 hab. e 169 fog. Tem esc. do sexo masc. e correio. A pov. dista 25 k. da séde do conc. e está situada n'uma campina muito elevada e fria. Corre-lhe perto o rio Mente. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Cinatti *(José)*. Scenographo dos theatros portuguezes. Era italiano, filho d'um distincto architecto, e estudou em Milão. Trabalhava como scenographo nos theatros de Lião, em França, quando Antonio Lodi, empresario do theatro de S. Carlos, em 1836, o encontrou, e apreciando os seus trabalhos logo o contratou. Chegando a Lisboa, encontrou-se José Cinatti com outro artista scenographo, que já trabalhava, havia seis annos, no theatro de S. Carlos, Achilles Rambois, com o qual se ligou, constituindo ambos a firma artistica de Rambois e Cinatti, que forneceu aos theatros portuguezes as suas melhores obras scenographicas. E' difficil distinguir na collaboração dos trabalhos de Rambois e Cinatti, o que pertence a um e o que pertence a outro; no entretanto, parece, segundo os contemporaneos, que Rambois era sempre o architecto nos scenarios, e Cinatti o paizagista. Durante 42 annos, não houve peça de espectaculo em S. Carlos e em D. Maria, que os dois artistas não illustrassem com as suas apreciaveis decorações, como no *Templo de Salomão* e *A prophecia ou a queda de Jerusalem*, em D. Maria, e as grandes operas de Meyerbeer: *O propheta*, *Roberto do diabo*, *Os huguenotes*, e a *Africana*, em S. Carlos, e muitas outras. Trabalharam tambem muito como architectos. São obras suas parte da mallograda reconstrucção da Casa Pia, os terraços da Casa de Bragança, na rua do Thesouro Velho, hoje de Antonio Maria Cardoso, muitas casas importantes e palacetes pertencentes a titulares e capitalistas, os tumulos dos duques de Palmella, conde das Antas, José Maria Eugenio d'Almeida, e outros. E' tambem a José Cinatti que se deve a restauração do templo de Diana e a architectura do Passeio Publico em Evora. A camara municipal d'aquella cidade não só lançou na sua acta de 19 de dezembro de 1867 um voto de louvor ao apreciado artista mas mandou cunhar em sua honra uma medalha que lhe offereceu. José Cinatti foi socio da bem conhecida cervejaria J. H. Jansen & C.ª e fal. em 23 de julho de 1879. Entre os discipulos d'este artista conta-se o pintor Pereira Junior, que com elle trabalhou durante muitos annos. Deixou alguns filhos: o sr. Demetrio Cinatti, official da armada, que tem sido nosso consul em diversos paizes; e uma senhora que está casada com o sr. Alfredo Keil, apreciado compositor de musica e pintor.

Cinco bazarucos. V. *Bazaruco*. No anno de 1800 cunhou-se em Diu, na India, esta moeda, denominada *cinco bazarucos* de Diu. Tem as armas do reino; á esquerda um D e á direita um O (Dio); no reverso, cruz da ordem de Christo cantonada pelas quatro letras numeraes do anno de 1800. Em 1827 tambem se cunhou esta moeda.

Cinco reaes. Moeda de cobre dos reinados de D. Sebastião e D. Henrique. No primeiro: + SEBASTIANVS ° I ° D ° G ° P ° ET ALGARBIORVM ° armas do reino; reverso: + REX SE TVS +

DECIMVS o, no centro entre duas cruzetas, um V. Do reinado de D. Henrique são de authenti-

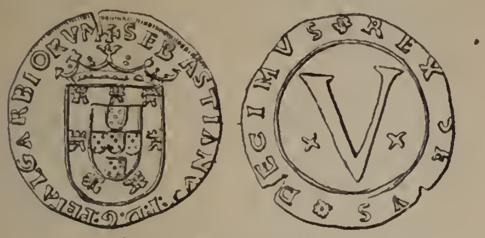

Cinco reaes de D. Sebastião

cidade muito suspeita os *cinco reaes*, que teem apparecido.

Cinco Ribeiras. Ilha Terceira; pov. na freg. de Santa Barbara, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Cinco réis. Moeda de cobre, cunhada desde o

Cinco réis de D. João IV

reinado de D. João IV até ao actual. D. Miguel tambem a fez cunhar. Das primeiras a descripção é a seguinte:

o o o JOANNES IIII D G REX PORTVGALI, armas do reino. Reverso: — REX — o X o VIII, no campo um V, indicando o valor com um ponto no centro.

Cinco tostões. Moeda de prata, tambem conhecida por *meia corôa de prata*, cunhada desde o reinado de D. Maria II até ao actual. Da pri-

Cinco tostões de D. Maria II

meira a descripção é a seguinte: MARIA o II o PORTUG o ET o ALGARB o REGINA, cabeça da rainha á esquerda com diadema, por baixo o anno de 1841. No reverso as armas do reino, com o escudo sob o pavilhão formado pelo manto real, por baixo a indicação do valor 500 REIS.

Cinco Villas. Villa e freg. de Santa Maria Maior, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Figueira de Castello Rodrigo, distr. e bisp. da Guarda; 567 hab. e 123 fogos. Tem escolas para ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. Está situada n'um valle fertil, n'uma baixa proximo da margem direita do rio Côa. Pertenceu ao conc. de Almeida, e foi transferida para o actual por decreto de 12 de julho de 1895. A matriz é muito antiga, e consta ter sido convento dos templarios. O vigario era freire da ordem de Christo, e da apresentação regia; tinha de renda 42$000 réis e o pé d'altar. Proximo d'esta egreja está a capella de S. Julião, que é antiquissima, e dizem ser cabeça da ordem de Calatrava, e que vinham ali enterrar-se muitos cavalleiros da ordem, em tumulos de que ha ainda vestigios, segundo consta. D'aqui se passou a ordem para a villa d'Alcantara em Castella. Foi conc. e tinha juiz ordinario, camara, escrivães, etc., todos sujeitos ao corregedor de Pinhel. No seu termo existiu a villa de Fontenares, que os castelhanos arrazaram completamente durante a guerra dos 27 annos. D'esta pov. restam apenas vestigios. D. Manuel deu foral, em Evora, a 15 de novembro de 1819, á villa de Foutnares, que depois passou a ser o de Cinco Villas, desde que aquella villa deixou de existir. A terra é muito fertil em azeite, centeio, vinho, etc. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. Tambem se designam por *Cinco Villas* as situadas na serra de Anciião: Aguda, Anciião, Alvaiazere, Maçãs de D. Maria e Chão de Couce.

Cincoenta réis. V. *Meio tostão.*

Cincos (*Casa dos*). V. *Casa dos Cincos.*

Cincos. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Durrães, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Cincos ou **cinquinho.** Moeda de prata dos reinados de D. João II, D. Manuel e D. João III, do valor de 20 réis. Parece tambem ter sido cunhada no reinado de el-rei D. João IV. Da primeira d'essas moedas a descripção é a seguinte: + IOHANES o II o R o P o ET., quinas. No reverso: IOHANES o II o R o .. I; no campo IŌNS, por cima a corôa real, e em baixo um L (Lisboa). Severim de Faria, nas suas *Noticias de Portugal*, diz que era moeda antiga de el-rei D. João III (Lei de 26 de novembro de 1538) e que valia 5 réis.

Cinta-Macanda Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola.

Cintados. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Tavira, distr. de Faro.

Cintra (*D. Francisca Eugenia de Saldanha de Oliveira e Daun, 2.ª condessa de*). N. a 27 de julho de 1857. Era filha do 2.º duque de Saldanha, João Carlos de Saldanha d'Oliveira e Daun, e de sua mulher, a duqueza D. Julia Pereira Alves de Sousa Guimarães, filha dos 1.ºˢ condes de Bolhão. O titulo foi concedido por decreto de 18 de abril de 1871, em sua vida, em attenção aos serviços de seu avô paterno, o 1.º duque de Saldanha. O brazão é o mesmo usado pelos duques de Saldanha e conde de Almoster (V. *estes titulos*). Na *Resenha das Familias Titulares e grandes de Portugal*, já por nós diversas vezes citada, vem a pag. 458 do vol. I, publicado em 1883, o seguinte, que transcrevemos: «O titulo de conde de Cintra andava na casa dos condes de Povolide, e foi 1.º conde, por decreto de 23 de julho de 1823, Antonio da Cunha Grãa Athayde e Mello, par do reino em 1826, de que nunca apresentou a sua carta regia, veador da rainha D. Carlota Joaquina, o qual falleceu a 4 de janeiro de 1861

sem deixar successão. As casas de Povolide, Cintra e Valladares, de que foi seu ultimo descendente o 9.º conde de Valladares, acham-se extinctas e representadas na casa de Vagos, pela descendencia de D. Francisco Antonio de Noronha Abranches Castello Branco, irmão do 4.º conde de Valladares e seu immediato successor». D. Francisco foi o 12.º senhor de Povolide, e fal. sem geração em 1837. E' actualmente conde de Cintra o sr. Francisco Eugenio de Saldanha de Oliveira e Sousa.

Cintra *(Gonçalo de).* Cavalleiro que muito se distinguiu na expedição de Ceuta, e foi em 1445 encarregado pelo infante D. Henrique de proseguir os descobrimentos e de procurar a Guiné. Gonçalo Cintra, talvez desvairado pela ambição, apezar das ordens expressas do infante e dos conselhos dos seus, quiz parar em Arzeim para fazer captivos. Os moiros, porém, que já estavam prevenidos pelo exemplo das expedições anteriores, fugiram e não se deixaram prender. Gonçalo de Cintra não desistiu de fazer alguma presa, e foi ao continente n'um batel com 12 homens, mas internou-se de fórma, que não pôde depois voltar facilmente. Desembarcara com os seus 12 homens, e os moiros, que o andavam espiando, assaltaram-nos em numero de duzentos, e, como apezar do valor dos nossos, a desproporção era immensa, morreram 7, entre os quaes se contou Gonçalo de Cintra, salvando-se os outros a nado. Era o primeiro desastre que succedia aos portuguezes. O sitio por elle assignalado, recebeu depois de Bartholomeu Dias o nome de *Angra de Gonçalo de Cintra.*

Cintra *(Pedro de).* Escudeiro de D. Affonso V, que em 1461 ou 1462 saiu de Lisboa, commandando duas caravélas. Depois de ter visitado as ilhas que ficam na embocadura do Geba e que encontrou desertas, avançou para o sul, e a um rio cuja embocadura ficava a 40 milhas da foz do Geba, deu o nome de *Bessegue*, por assim se chamar o senhor do paiz que o rio banhava. Seguiu depois demarcando o cabo da Verga, e em seguida o de Sagres, a que deu esse nome para recordar o promontorio illustrado pelo genio e pelas expedições do infante D. Henrique. Na costa da Serra Leoa encontrou um rio, a que chamou de *S. Vicente*, outro depois a que chamou *Rio Verde,* deu o nome de *Cabo Ledo* ao que é conhecido por *Cabo Sierra Leone*, denominou finalmente *Serra Leoa* a um monte, onde as trovoadas eram successivas, e depois chamou *Selvagens* a umas ilhas para o sul, e *Cabo Roxo, ilha Roxa* e *Rio Roxo*, a um cabo, uma ilha e um rio que ficavam mais ao sul. Pedro de Cintra, até então, só explorara uma costa, que já fôra descoberta por Alvaro Fernandes, depois é que deu começo ás suas descobertas, e fôram ellas as ilhas Turtle, a que deu o nome dos *Bancos*; o cabo de Sant'Anna, o rio das Palmas, o rio dos Fumos, o cabo do Monte, onde principia a costa da Siberia, o cabo Mesurado, e finalmente o Arvoredo de Santa Maria. Chegando áquelle ponto, voltou para traz, Pedro de Cintra foi o primeiro navegador que tentou fazer descobertas depois da morte do infante D. Henrique.

Cintra *(Fr. Rodrigo de).* Prégador de grande fama, e confessor de D. João I. Quando em 1384 o rei de Castella levantou o cerco de Lisboa, sendo D. João apenas Mestre d'Aviz, pronunciou fr. Rodrigo na egreja da Trindade um sermão allusivo ás desgraças do cerco e ao jubilo do livramento. Fernão Lopes dá um largo extracto d'este sermão n'um dos capitulos da sua *Chronica.*

Cintra. Villa da prov. da Estremadura, séde de conc. e de com., rel. e patriarc. de Lisboa. Tem tres freguezias: S. Martinho, Santa Maria e S. Miguel, e S Pedro de Penaferrim. Está situada nas faldas da serra do mesmo nome. E' uma das villas mais historicas, mais pittorescas e aprazíveis de Portugal, com especialidade na estação calmosa; é cercada de frondosos arvoredos, de numerosas fontes com abundantissimas e excellentes aguas, e tem encantadores pontos de vista. Nos arredores vêem-se importantes e grandiosas quintas, todas mais ou menos notaveis pelas bellezas que encerram. Cintra tem sido sempre muito apreciada por nacionaes e estrangeiros; lord Byron, poeta inglez que a visitou, engrandeceu-a nas admiraveis estrophes que lhe dedicou no 1.º canto do seu poema *Childe Harold*, chamando-lhe *Glorious Eden.* Tem-se escripto muito ácerca da villa e da serra de Cintra. Citaremos o seguinte: *Cintra*, manuscripto da Bibliotheca Nacional de Lisboa, descripto a pag. 208 do respectivo *Inventario* impresso; *Cintra pittoresca*, etc., pelo visconde de Juromenha; *Relação do castello e serra de Cintra*, etc., por Francisco d'Almeida Jordão; *Descripção do palacio real* e *Investigação ao castello situado na serra de Cintra,* pelo abbade Antonio Damaso de Castro; *Noticia de Cintra, seus edificios e arredores*, por Joaquim da Conceição Gomes; o *Archivo Pittoresco*, o *Panorama*, e *Occidente*, em diversos volumes, muitos jornaes e revistas, todos consagraram artigos descriptivos e elogiosos, acompanhados de gravuras, a respeito d'esta encantadora villa. Sobre a sua fundação não ha noticia certa. Está averiguado que foi habitada desde a mais remota antiguidade, e os celtas deixaram vestigios nos seus toscos monumentos. Depois d'elles, occuparam estes sitios os turdulos, povos pertencentes aos antigos lusitanos, e que se tinham pelos mais nobres e antigos da Lusitania. E' provavel que os phenicios e os carthaginezes tambem aqui fizessem a sua residencia, mas as primeiras noticias, que se encontram escriptas, são do tempo dos romanos, e os nomes mais antigos de que ha memoria, que tivessem estes sitios, fôram postos por elles. Desde então é que a povoação começou a chamar-se *Cynthia*, porque este nome só consta dos documentos romanos. Segundo a maior parte dos autores, a fundação da villa principiou por um templo edificado pelos gregos, gallos-celtas e turdulos 308 annos antes de Christo, consagrado a *Cynthia*, que era o nome com que adoravam a Lua. Tinham querido dedical-o a Octaviano Augusto II, mas não o consentindo este imperador, dedicaram-n'o então á Lua. Assim está confirmado por varios cippos e outras pedras com inscripções romanas, que teem apparecido em Cintra por differentes epocas. Os arabes a habitaram depois por mais

Brazão de Cintra

de quatro seculos, tornando-a a sua vivenda predilecta, e deixaram ainda muitos mais monumentos. Na invasão dos povos do norte, que destruiram o imperio dos cesares e o dos arabes, que derrubou a monarchia dos godos, a villa teve a mesma sorte da Lusitania, entrando no dominio dos vencedores. Durante o dominio dos arabes, algumas vezes esteve no poder dos christãos, mas os arabes sempre a recuperaram. Fernando o Magno, em 870, a conquistou, e pouco tempo depois a perdeu; Affonso VI, de Castella e Leão, a tomou em 1074, segundo uns, ou em 1080 segundo outros, mas não tardou que voltasse ao poder dos moiros. O conde D. Henrique se apoderou de Cintra em 1109, que novamente foi recuperada pelos infieis. D. Affonso Henriques a reconquistou em 1147, e desde então permaneceu christã e no dominio portuguez. Este monarcha a reedificou e povoou em 1149, dando-lhe foral em 9 de janeiro de 1154, que D. Sancho I confirmou em 1189.

Vista geral de Cintra

D. Manuel deu-lhe foral novo em Lisboa, conservando todos os seus antigos foros e privilegios, em 29 de outubro de 1514. Cintra tinha assento em côrtes no 6.° banco. Sendo organisado militarmente o paiz, teve sargento-mór com 8 companhias de ordenanças, debaixo das suas ordens. Esse sargento-mór passou depois a capitão-mór. A egreja parochial de S. Martinho, que fica no centro da villa, foi fundada por D. Affonso Henriques em 1150; o terremoto de 1755 a destruiu quasi completamente, porém, logo se reedificou; o ordinario apresentava o prior, que tinha réis 300$000. A de Santa Maria ou N. S.ª d'Assumpção, situada fóra da villa, proximo do castello, foi tambem fundada por D. Affonso I; soffreu muito com o mesmo terremoto, mas reconstruiu-se promptamente; a rainha apresentava o prior, que tinha 300$000 réis. A freguezia de S. Miguel, ha muitos annos annexa á de Santa Maria, é egualmente da fundação do referido monarcha, e está tambem fóra da villa na encosta da serra. A rainha apresentava o prior collado, que tinha 700$000 réis. O prior de S Pedro de Penaferrim era apresentado pela mitra, e tinha 500$000 réis. Foi edificada esta egreja por D. Diniz em 1301, a rogos da rainha Santa Izabel. A Misericordia e o hospital da fôram fundados por el-rei D Manuel. O conc. de Cintra é abundantissimo de aguas excellentes, conforme dissémos, que o tornam muito fertil em todos os generos agricolas. Exporta para Lisboa e para Inglaterra muita e saborosa fructa; cria muito gado, e os marmores da serra são apreciados em todo o reino. Tem pedreiras de feldspatho, e minas de magnete. Em Cintra ha uma grande feira annual em S. Pedro, no dia 29 de junho, e no 2.° domingo de cada mez um mercado de gados e productos agricolas. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas; advogados, notarios, medicos, pharmacias, bons hoteis, restaurantes, agencia dos seguros *Fidelidade, La Union y el Fenix Español*, e *Tagus;* associações: *Real Sociedade União 1.° de Dezembro;* de soccorros mutuos: *3 de outubro de 1884* e *Dr. Elysiario José Malheiros;* escola agricola colonial, fabrica de gazosas e de licores, praça de toiros, etc. Cintra pertence á 1.ª div. mil., 1.ª brig., grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.° 1, com a séde em Lisboa. Tem por armas, segundo alguns autores, um castello com tres torres; mas o brazão que se acha na Torre do Tombo é uma torre ou castello sobre uma serra, e em campo verde. Os meios de transporte entre Lisboa e Cintra, eram muito defficientes e dispendiosas; só se podia ir a pé, a cavallo, em carruagem, ou n'um omnibus incommodo do velho systema. Houve varias tentativas de se estabelecer communicação accelerada, e as principaes fôram duas: uma emprehendida pela companhia Debrousse, que projectou um caminho de ferro ordinario; ligou-se com essa idéa a construcção d'um bairro novo em Cintra, e compraram-se terrenos, onde se construiram casas, constituindo um grupo a que se deu o nome de Villa Estephania, em memoria da rainha D. Estephania, mulher de D. Pedro V. Todos estes planos se mallograram. Alguns annos mais tarde organisou-se uma empresa com o fim de construir um *tramway* a vapor pelo systema d'um engenheiro francez Larmanjat. Ainda chegou a funccionar, inaugurando-se a carreira em 1 de outubro de 1873, mas a empresa falliu, terminando a carreira dois ou tres annos depois da exploração. Tinha 9 estações; Sete Rios, Bemfica, Porcalhota, Ponte de Carenque, Queluz, Cacem, Rio de Mouro, Ranholas e Cintra. Hoje ha uma linha ferrea importante entre Lisboa e Cintra, começada ha perto de 20 annos, partindo ao principio da estação de Alcantara-Terra, e depois da estação do Rocio, contando diversas estações até á Villa Estephania, que se tornou uma povoação muito aprazivel formada de elegantes chalets e de diversas casas de campo. Cintra, especialmente no verão, é sempre muito concor-

rida pelas pessoas reaes, pela côrte, muitas pessoas de Lisboa e d'outras terras, e estrangeiros que visitam Lisboa, que na maior parte, lhe consagram, pelo menos, algumas horas. Alguns dos nossos antigos monarchas tinham grande predilecção por esta encantadora e historia villa; D. Maria II, el-rei D. Fernando, D. Pedro V e D. Luiz, ali passavam alguns mezes de verão; suas magestades el-rei senhor D. Carlos e as rainhas senhora D. Amelia e D. Maria Pia, todos os annos ali permanecem algum tempo, partindo depois para Cascaes. Ultimamente tambem a visitaram os regios visitantes estrangeiros: rei e rainha de Inglaterra, imperador da Allemanha, rei de Hespanha, os duques de Connaught e o presidente da republica franceza, Mr. Emile Loubet. Numerosas quintas se encontram na villa e nos seus arredores; taes como as da Penha Verde, fundada pelo vice-rei da India D. João de Castro; a de Monserrate, que pertenceu ao rico negociante inglez Francisco Cook, depois visconde de Monserrate (V. *Monserrate);* a do Ramalhão, que pertenceu á Corôa, e era a residencia predilecta da rainha D. Carlota Joaquina, e foi depois dos viscondes de Valmor; a dos duques de Palmella, do Cadaval e de Lafões; barões da Regaleira, do conde de Redondo, marquezes de Vianna, de Vallada, de Pombal; a Penha Longa, que foi dos viscondes de Bessone e depois dos condes de Penha Longa (V. *este titulo*); a dos Seteaes, dos duques de Loulé (V. *Seteaes);* a de Monte Christo, que pertenceu ao fallecido e abastado capitalista Antonio Pinto da Fonseca, a do Relogio, a dos condes de Valenças, a quinta do marechal Saldanha, na estrada da Sabuga, cujo portão da entrada fica ao pé da fonte d'este nome, cuja agua é tão afamada; muitos chalets, notando-se o da sr.ª condessa d'Edla; o immenso castanheiro dos Pisões, com a sua vasta sombra cobrindo a estrada, offerece aos passeantes um bom abrigo contra os raios do sol. A pouca distancia corre a fonte do mesmo nome. Era n'outro tempo um dos passeios predilectos da sociedade elegante. O conc. de Cintra compõe-se de 10 freguezias com 6:138 fog. e 26:394 hab., sendo 13:790 do sexo masc. e 12:604 do fem., n'uma superficie de 32:192 hect. As freguezias são: S. Pedro, de Almargem do Bispo, 3:402 hab.: 1:713 do sexo masc. e 1:689 do fem; N. S.ª da Misericordia, de Bellas, 3:612 hab.: 1:853 do sexo masc. e 1:759 do fem.; Santa Maria e S. Miguel, de Cintra, 1:403 hab.: 696 do sexo masc. e 707 do fem.: S. Martinho, de Cintra, 2:266 hab.: 1:165 do sexo masc. e 1:101 do fem.; S. Pedro, de Cintra, 2:249 hab.: 1:210 do sexo masc. e 1:039 do fem.; N. S.ª d'Assumpção de Collares, 3:813 hab.: 2:056 do sexo masc. e 1:757 do fem.; N. S.ª da Purificação, de Montelavar, 3:066 hab.: 1:613 do sexo masc. e 1:453 do fem.; N. S.ª de Belem, de Rio de Mouro, 1:644 hab.: 888 do sexo masc. e 756 do fem.; S. João Baptista, de S. João das Lampas, 3:297 hab.: 1:732 do sexo masc. e 1:565 do fem.; S. João Degolado, de Terrugem, 1:642 hab.: 864 do sexo masc. e 778 do fem. Cintra é fornecida de bom peixe pelas villas proximas de Cascaes e Ericeira. *Jornaes:* Teem-se publicado aqui os seguintes: *Atheneu (O)*, 15 de março de 1890 a 15 de março de 1891; *Aurora de Cintra*, 19 de fevereiro de 1893 a 29 de abril de 1894; *Chicote (O)*, 6 de maio de 1894; *Cintrense (O)*, 8 de dezembro de 1885 a 15 de abril de 1886; *Clamor de Cintra (O)*, 10 de julho a dezembro de 1887; *Correio Cintrense*, 20 de outubro a 17 de novembro de 1892; *Correio de Cintra*, 19 de março de 1896; *Folha de Cintra (A)*, 30 de junho de 1892 a 13 de fevereiro de 1893; *Gazeta de Cintra*, março de 1890, em publicação; *Jornal de Cintra*, 8 de novembro de 1885 a 3 de maio de 1887; *Jornal Saloio*, 7 de janeiro de 1899 a 19 de outubro de 1901; *Progresso de Cintra*, 22 de setembro de 1898 a 14 de maio de 1899; *Povo de Cintra*, 26 de março a 6 de abril de 1890; *Revista Municipal,* 15 de setembro de 1893 a 15 de janeiro de 1894; *Saloio (O)*, 29 de outubro de 1856 a 17 de setembro de 1857; o primeiro jornal publicado em Cintra. Além d'estes publicou-se tambem aqui o n.º carnavalesco: *Bisnaga (A)*, em 12 de fevereiro de 1888.

Cintra *(Castello dos Moiros em)*. Está situado n'um dos pontos mais elevados da serra de Cintra, sobre uns enormes penhascos, que o tornavam quasi inexpugnavel, e defendia os principaes locaes de Cintra. Referem alguns autores que foi edificado pelos turdulos, e reedificado pelos moiros no anno 713 da era christã, depois da batalha de Guadalete, na Andaluzia, em que ficou derrotado D. Rodrigo, o ultimo rei dos godos. Pelos annos de 1373, el-rei D. Fernando, por conselho de João Annes de Almada, vedor da Fazenda, o reconstruiu, sendo seu alcaide-mór Pedro Affonso. Em 1383 ainda o castello estava bem fortificado; era então governador D. Henrique Manuel de Vilhena, conde de Ceia, que o defendia por parte da rainha D. Leonor Telles. Desde então ficou o castello completamente abandonado. O abbade de Castro, no seu opusculo *Investigação feita ao castello da serra de Coimbra*, em 1838, dá uma descripção minuciosa e muito curiosa. O castello compunha-se de cinco torres, de que restam as ruinas; para se subir, é preciso rodear primeiro a cerca do convento da Trindade, e para elle se entra por uma pequena porta que se encontra á direita na primeira muralha, de que está circumdado o castello; a pouca distancia vê-se outra porta na segunda muralha, e é a principal, tendo ao pé um reducto com tres columnas de cada lado. Dentro do castello vê-se uma egrejinha, que denota ter sido mesquita dos moiros, e que D. Affonso Henriques, tomando Cintra, tratou de a santificar, dedicando-a a S. Pedro. No espaldar do altar-mór estava pintada a imagem d'este santo, que mal se conhece hoje. Havia tambem uma imagem de pedra de Ançã, que passou para a ermida de Santa Eufemia, que fica n'um monte visinho ao castello, da parte do sul. Perto da egrejinha acha-se uma fonte singular, que o vulgo conhece por *cisterna dos moiros*, para onde se entra por uma porta pequena, descendo dois degraus. E' esta nascente coberta de abobada com tres arcos, cheios de plantas musgosas que crescem nas fisgas do antigo cimento. A nascente, pela eminencia em que fica, logo se apresenta a quem vae vêr o castello; as aguas são tão copiosas, que no verão não se conhece falta alguma, e encaminham-se ás fontes do paço real na villa. Na primeira torre, que era a de *Menagem*, encontra-se uma tulha, onde segundo dizem, houve um caminho subterraneo que ia até Rio de Moiro. Esta torre está muito damnificada por causa d'um raio, que n'ella caiu

em 1636; sobe-se com muita difficuldade por uma escada bastante arruinada que fica da parte de dentro; a abobada pelo terremoto de 1755 ficou quasi toda demolida, assim como as muralhas do castello se destruiram em parte. A segunda e terceira torres ficam distantes da primeira, mas é muito perigoso subir a ellas pelo seu estado de damnificação. A' quarta sobe-se por uma escada grande, muito arruinada, em circumferencia da muralha. A quinta torre está antes de se chegar á porta chamada da *Traição*; é a mais alta e a mais admiravel, d'onde se desfructa uma vista surprehendente. Tinha o nome de *Torre Real*, e n'ella se arvorava o *sina* (bandeira real). Corre como certo que n'esta torre viveu no principio do seculo XVI, por algum tempo, o poeta Bernardino Ribeiro. Sobe-se para ella da mesma fórma que para a quarta torre, á roda da muralha, por mais de 500 degraus, apresentando em partes grande precipicio. A poucos passos de distancia vê-se a porta da Traição, no fim do castello, que é muito pequena, ficando para a parte do Occidente e virada á serra chamada dos Capuchos. Saindo d'esta porta por um caminho escabroso, depara-se com a primeira muralha do castello, que toda está rodeada de linhas de circumvallação. O povo de Cascaes ia duas vezes no anno velar o castello, onde pernoitava, accendendo fachos para se saber que estava ali, e por este motivo lhe era concedido, desde tempos remotos, a isempção de pagar só meia jugada. Diz o abbade de Castro, que possuia algumas moedas de D. Sancho, D. Affonso IV e D. João I, achadas neste castello, quando o visitou em 1738.

Cintra *(Convento dos Capuchos em)* E' na serra, proximo a Collares, que está situado este convento da ordem de S. Francisco, mais vulgarmente conhecido pelo convento da Cortiça. O que o tornava mais celebre era a sua extrema singeleza e a austeridade com que os religiosos ali viviam. Contam alguns chronistas que Filippe II, de Hespanha, quando visitou o convento dos Capuchos, dissera, que tinha no seu reino dois monumentos historicos da maior celebridade: um pela extrema grandeza, que era o Escurial em Madrid, e o outro pela sua extrema pobreza, que era o convento da cortiça em Cintra. O fundador foi D. Alvaro de Castro, filho de D. João de Castro. O grande vice-rei da India, desejando deixar aos vindouros um padrão commemorativo do respeito e acatamento que professava pelas cousas sagradas, indicou a seu filho, já no leito da morte, como derradeira benção paternal, que se algum dia, na graça ou na justiça de algum rei encontrasse remuneração digna aos serviços que prestára á patria, edificasse na serra de Cintra um convento para recoletos franciscanos, advertindo que tivesse a piedosa invocação de Santa Cruz, e que se observasse a mais rigorosa austeridade. D. João de Castro falleceu em 1548, e só 12 annos depois, em 1560, é que D. Alvaro pôde cumprir o seu derradeiro desejo. Foi portanto,

Vista do Palacio da Pena e do Castello dos Moiros

n'este anno que se procedeu á construcção do convento da Cortiça, que tão admirado tem sido por nacionaes e estrangeiros. D. Alvaro, indo a Roma como embaixador d'el rei D. Sebastião, conseguiu de Pio IV o privilegio para o altar da capella, em todas as missas, e indulgencia plenaria no dia da invenção de Santa Cruz, para todas as pessoas que rogassem pelas necessidades maiores da egreja, e por alma de D. João de Castra. N'uma lapide de marmore, collocada na capella, no alto da parede, á direita do altar, lê-se em breves palavras a historia da fundação do convento. A capella é muito pequena, e está mettida n'uma gruta natural, a que serve de tecto um formidavel rochedo. Tem só um altar, todo de mosaico, e um sacrario de fino marmore; é o que tem de mais notavel, e que se conserva ainda hoje. O convento tem as paredes forradas de cortiça, para assim se tornar mais confortavel, e livrar-se da humidade e do frio, a que está exposto pela sua situação. Da serra passa-se para um terreiro, por uma abertura feita debaixo d'um penedo. Este terreiro antecede o alpendre e a portaria do convento. A' esquerda ha uma fonte e arvores, junto das quaes se vêem alguns assentos. Defronte ainda existe a mesa de pedra, em que, segundo os nossos chronistas, el-rei D. Sebastião costumava tomar alguma refeição, quando visitava o convento. Debaixo do alpendre é a entrada para a capella, e muito proximo está a portaria, tendo ao pé, suspenso d'uma vide, um chocalho, que servia de sino, para chamar o porteiro. Na portaria vêem-se dois confessionarios, um de cada lado, com as suas competentes capellas. Entra-se então por um corredor muito escuro, quasi subterraneo, e que é aberto por entre toscos penedos. Este corredor vae ter a um pequeno terraço, no centro do qual está collocado um tanque e a que os frades chamavam *o jardim* N'um local mais elevado, vê-se a ermida dedicada ao Senhor dos Passos, e ao lado, tambem entre penedos, um vão que serve de sacristia. O cardeal D. Henrique celebrava missa n'esta ermida, e servia-se da sacristia como se fôsse uma cella, para descançar dia e noite, quando se retirava ao convento em profunda meditação. Na cerca ha tambem uma ermida, feita n'uma gruta formada por dois penedos, e onde se venera a imagem de Christo crucificado. N'uma das extremidades da cerca existe uma cova conhecida pela *gruta do monge*, que dizem ter servido de guarida a um monge chamado Honorio, que durante 30 annos ali viveu na mais austera penitencia, fallecendo em 1596 com 95 annos de edade, e onde foi sepultado. Sobre a cova está gravado o seguinte:

Hic Honorius vitam perivit;
Et ideo cum Deo in cœlis revivit.

No convento ha um só dormitorio muito estreito, a ponto de dois religiosos não poderem passar ao mesmo tempo. As cellas, de muito pequenas dimensões, teem as portas muito baixas, o que obrigava os frades a curvarem-se quando queriam entrar. O refeitorio tambem é de muito acanhadas dimensões; a mesa uma pedra tosca, superior ao chão apenas um palmo; dizem que foi o cardeal D. Henrique quem a mandou arrancar da serra, para aquelle effeito. Os frades tinham a rigorosa observancia de não comer carne, e nos dias do Advento e em toda a Quaresma nem mesmo podiam comer cousa que fôsse ao lume. Do dormitorio para o coro desce-se por 7 estreitos degraus, e do coro para a capella entra-se por uma abertura feita na rocha, do lado do Evangelho. A capella é muito pequena, conforme dissémos, e tem o tecto de abobada e as paredes cheias de pedras, que produziu ali a natureza. No altar vêem-se n'uns nichos as imagens do Menino Jesus e de alguns santos. Sobre o sacrario ha um Santo Christo de marfim, que foi offerecido pelo bispo do Porto D. Rodrigo da Cunha. No sacrario ha tambem uma cruz de prata dourada, com um Santo Lenho, que D. Alvaro de Castro trouxera de Roma. No lado da Epistola vê-se um quadro com o retrato do velho monge Honorio. Todas as familias descendentes do fundador concorriam com esmolas para o sustento do convento e dignidade do culto; el-rei D. João VI ordenou que o almoxarifado de Cascaes désse todos os annos ao convento seis duzias de pescadas, outros tantos cações seccos, e no dia da festa de S. Francisco o peixe que fôsse preciso, para que os religiosos tivessem um jantar mais lauto. A rainha D. Luiza de Gusmão mandava todos os annos um moio de trigo e uma arroba de cera lavrada; D. Pedro II outra tanta cera para o sepulchro da semana santa, e D. João V uma pipa de azeite. Depois da extincção das ordens religiosas em 1834, passou a ser propriedade dos condes de Penamacor, e em 1873 foi vendida ao visconde de Monserrate, estando tudo em ruinas. Este opulento capitalista inglez, já hoje fallecido, restaurou o convento de fórma que em nada perdeu a sua primitiva feição de tantas recordações historicas.

Cintra *(Palacio da Pena em)*. No local onde hoje admiramos esta principesca residencia, uma das glorias artisticas do nosso paiz, admirada por nacionaes e estrangeiros, existia uma gruta de rochedos, onde, segundo a tradição, appareceu uma imagem de Nossa Senhora, em honra da qual se construiu logo uma pequena capella, que se demoliu quando se fez a actual egreja. A esta capella iam dizer missa todos os sabbados os padres da egreja de S. Pedro, por indicação d'el-rei D. João I, que em paga lhes fez mercê d'um moio de trigo, annualmente, por decreto de 8 de agosto de 1387. Garcia de Rezende tambem, na sua *Chronica de D. João II*, diz que este monarcha, em 1493, fôra ali pagar um voto, demorando-se onze dias n'aquelle sitio em companhia da rainha D. Leonor e das pessoas da sua comitiva, tendo-se então armado junto da capella diversas barracas, que lhes serviram de abrigo. Foi D. Manuel quem posteriormente deu começo á edificação do convento. Mandou cortar a penha, o que se fez com muito custo, e organisou uma planicie de 80 pés de terra plena; levantou então em 1503 um convento construido de madeira, para frades jeronymos, com a designação de conventinho de N. S.ª da Pena ou da Penha, por ter ali apparecido a imagem da Virgem. Mais tarde, em 1511, este conventinho foi transformado n'uma sumptuosa casa religiosa. O architecto italiano João Potassi organisou a nova planta, fazendo-lhe a egreja, claustro, dormitorio, officinas, campanario, etc. Todas estas obras eram de laçaria de pedra, trabalhada com o primor da arte architectonica, muito usada n'essa epoca. A entrada

era pela parte do sul, por uma porta de grades de ferro, e logo se encontrava, na cêrca, uma fonte e tanque, com seus assentos, seguindo-se-lhes os apriscos de gado, horta, e praça onde se corriam touros. Perto havia um pateo, onde estavam as hospedarias, e da parte do norte uma escada que dava para a egreja, cujo tecto é ainda de laçaria de pedra, com as armas reaes nos fechos, cruz de Christo e florões, descançando toda a laçaria em quatro meias columnas que estão nas paredes. Azulejo branco e verde forra toda a egrejinha, que tem do lado do Evangelho um altar de S. Jeronymo, e do lado da Epistola um de S. João Baptista. No altar-mór está a Senhora da Penha, e no espaldar o celebre retabulo todo bresaindo, e duas meias columnas interiores, sobre que se fórmam tres arcos de renda de alabastro. A Virgem sustenta o Menino no braço esquerdo, e no direito um livro aberto. D'este nicho descem duas varandas até ao fim do arco em que está o sacrario. N'outros dois nichos collateraes estão a Annunciação e a Adoração dos Reis, tudo de figuras de alabastro. Debaixo d'estes ha mais dois de identicas figuras, um da Apresentação no Templo, e outro da Fugida para o Egypto, e no meio outro mais concavo, com um sepulchro de alabastro, com a imagem de Christo morto, e tres anjos a sustental-o. São as maiores figuras d'este retabulo. Todas as bases das columnas são de alabastro, com guarnições e frisos de jaspe

Palacio da Pena

de jaspe, formando na parte superior um arco de meia laranja, que descança em duas columnas pretas. O arco é do mesmo jaspe, com quadrados sobrepostos de alabastro, com suas divisões de preto e embutidos rasos, com um letreiro. No fim de cada ponta ou canto tem dois meninos de alabastro sustentando dois magotes, feitos d'armas, fructos e flôres, que d'estas pontas pendem até meio retabulo. Duas columnas pretas fórmam um nicho, em que se vê o nascimento de Christo, todo de figurinhas de vulto, de alabastro. Descendo, por este meio, entre duas columnas do mesmo jaspe, sobresáe o arco, debaixo do qual está o sacrario. Sobre o arco ha uma imagem de Nossa Senhora, sentada dentro d'outro pequeno nicho, com duas columnas tambem de jaspe sopreto, lavrado de meio relevo de folhagens. O sepulchro fica superior ao sacrario, que é em fórma rotunda, sobresaindo a toda a obra, com um anjo com armas reaes da parte direita, e da esquerda outro com as armas da rainha D. Catharina. O sacrario, todo de alabastro, tem exteriormente um resguardo com seu zimborio, da mesma materia; move-se em roda pela parte de dentro, e tem na circumferencia, em apainelados, os passos da Paixão, em figuras de meio relevo. N'um d'elles, que lhe serve de porta, tem a data de 1531. E' tão transparente, que mettendo-se-lhe dentro luz, ou pondo-se-lhe por detraz, transparece como se fôra crystal, e dá claridade para se ler. Foi offerecido por D. João III, e é uma das obras d'arte de maior merecimento, n'este genero, que

existe em Portugal, segundo affiança o abbade de Castro, na sua *Memoria Historica sobre a origem da fundação do real mosteiro de N. S.ª da Pena*, etc. E' um trabalho magnifico, delineado e esculpido pelo esculptor Nicolau Romano, discipulo de Balthazar Peruzzi. Este mesmo esculptor, reconhecendo a piedade de D. João III, mandou-lhe offerecer de Florença uma estatua de Nossa Senhora, feita de alabastro, do maior gosto e merecimento, a qual foi collocada no altar do Capitulo do convento, onde se conservou até 1834, em que se extinguiram as ordens religiosas. Foi aquelle artista que o mesmo soberano mandou vir depois para Portugal, para se encarregar da construcção do retabulo da capella-mór da egreja, obra maravilhosa em se empregaram 26 annos de trabalho. O retabulo sustenta-se em pilastras de alabastro, e tem da direita a Ceia e o Horto, e da esquerda a Resurreição e a Descida ao Limbo. Toda a pedra foi extrahida da serra. El-rei D. Manuel e a rainha D. Maria, sua mulher, offereceram á Senhora da Pena uma caixa, ornada com uma grande esmeralda, do primeiro ouro que veiu da India. O claustro do mosteiro ainda se conserva. Na cêrca havia differentes ermidas, umas levantadas pela arte, outras pela natureza, para onde os monges se retiravam a orar. O logar era muito exposto a raios, e ali perto se tem descoberto pedras de cevar. Em 1743, quando em 30 de setembro os religiosos celebravam a festa de S. Jeronymo, caiu um raio que arruinou parte da torre, e entrando na egreja e sacristia, em todas as partes fez estragos, mas não causou victima alguma, apezar de estarem ali reunidas mais de duzentas pessoas. Depois da extincção das ordens religiosas, el-rei D. Fernando comprou em 1838 por 70 $000 réis, preço por que fôram avaliadas, o convento da Pena e a cêrca. Estava tudo completamente destroçado. O vandalismo tinha praticado as maiores crueldades, tanto na guerra da Peninsula, como mais tarde, nas nossas guerras civis; tudo fôra roubado, até mesmo as portas e as janellas; nem as grandes arvores escaparam á mão destruidora e espoliadora, que as arrancaram desapiedadamente. D. Fernando, o rei artista, tudo reformou; grossas sommas despendeu com aquellas importantes obras, que se concluiram em 1840. Em 1841 resolveu aquelle monarcha transformar o convento n'um palacio acastellado no estylo manuelino. Procedeu-se logo aos precisos e arrojados trabalhos, e hoje o palacio da Pena é um conjuncto de bellezas de architectura, de gosto artistico e aprimorado e perfeita execução, sem comtudo se alterar do estylo primitivo, conservando-se a feição historica em memoria da epoca de D. Manuel. A mobilia que guarnece este esplendido solar é riquissima e no gosto da edade-media; são os objectos d'arte e as guarnições de requintado luxo. Um torreão de muralhas coroadas de ameias, dão-lhe o aspecto de um castello feudal. Um pateo descoberto cinge os dois corpos do palacio, e o largo caminho murado e por vezes aberto na rocha, vae ter, depois de muitas circumvalações, a uma ponte levadiça que dá para a porta principal. A capella ainda conserva muitas das suas antigas preciosidades, e especialmente o notavel sacrario d'alabastro, que já descrevemos. Affiança-se que D. Fernando dispendeu com a sua regia residencia para cima de 300:000$000 réis. O que se torna tambem digno de reparo é o bello portico allegorico da creação do mundo, o vestibulo coberto por um formoso tecto de estylo arabe, imitando stalactites naturaes, e o portal, que é copia exacta da famosa porta da Justiça, em Alhambra. No parque vê-se a celebre Cruz Alta, obra de D. João III em 1522, um dos pontos mais elevados da serra de Cintra, d'onde se descobre a villa e os arredores, Cascaes, o farol da Roca, o Tejo, o mar, povoações, valles e montanhas. N'um outro pincaro da serra, encontra-se a colossal estatua de Vasco da Gama. A quinta tem estufas, lagos, differentes fontes, notando-se a chamada *Fonte dos Passarinhos*, já muito deteriorada, e cuja agua se conserva sempre nevada mesmo na força do maior calor. Dizem que é a unica agua em Cintra que não tem particula alguma ferrea. D. Fernando passava uma grande parte do anno no palacio da Pena, principalmente desde a primavera até ao outono, com pequenos intervallos em que vinha a Lisboa, e mesmo no inverno algumas vezes ali ia passar dias, procurando sempre novos attrativos, embellezamentos, e objectos d'arte com que torna-se ainda mais admiravel e mais enriquecida aquella encantadora mansão, que era a sua residencia predilecta no campo. O palacio da Pena é, sem duvida, uma das principaes bellezas de Cintra, sob o ponto de vista da arte, que prende a attenção dos nacio-

Entrada para a capella e torre do relogio

naes e estrangeiros, que visitam a villa. O panorama vastissimo, que se descobre da sua maior elevação, é dos mais curiosos e interessantes que se possa imaginar. Quando D. Fernando falleceu, houve grandes discussões nas camaras e na

Entrada do Palacio da Pena

imprensa ácerca do futuro possuidor d'aquella grandiosa e regia residencia, que pertence actualmente á Casa Real. Suas magestades el-rei senhor D. Carlos e a rainha senhora D. Amelia costumam ali residir algum tempo durante a estação calmosa.

Cintra *(Palacio e quinta de Monserrate em).* V. *Monserrate.*

Cintra *(Palacio e quinta dos Seteaes em).* V. *Seteaes.*

Cintra *(Palacio real de).* Não se sabe o nome do seu primeiro fundador mas suppõe-se que fôsse algum dos regulos ou alcaides moiriscos para ali residirem no verão, antes de D. Affonso Henriques ter conquistado Lisboa em 1147. Quando se apoderou de Cintra, n'esse mesmo anno, é de crer que aquella principesca residencia soffresse bastante por ficar abandonada durante muito tempo, pois, segundo a tradição, foi D. Affonso III o primeiro monarcha portuguez que principiou a frequentar Cintra, indo ali caçar ás florestas que a cercam, sempre abundantes de muita caça. Mais tarde, D. João I a reedificou e augmentou, escolhendo-a para sua residencia na estação calmosa, em companhia da rainha D. Filippa, sua mulher. N'essa epoca realisaram-se grandes festas. O paço de Cintra é fertil em recordações historicas. D. Duarte ali permaneceu tres dias para chorar amargamente a perda de seu irmão, o infante D. Fernando, que morreu captivo dos moiros; n'uma das camaras do palacio nasceu D. Affonso V, em 15 de janeiro de 1432, e falleceu a 28 de agosto de 1481. D. João II, quando estava em Cintra, honrava a sua côrte, dando-lhe aos domingos e dias santificados brilhantes saraus, musicas e danças, em que elle proprio tomava parte; depois da morte desastrosa de seu filho D. Affonso em Almeirim, ali se recolheu com a rainha D. Leonor, sua mulher, para livremente desafogar a grande paixão que o acompanhou até á sepultura. D. Manuel abrilhantou aquella regia habitação, reformando-a tanto na parte interior como na exterior. Nas festas que então se realisaram, tambem se representaram alguns dos autos de Gil Vicente. Cintra perdeu muito no tempo de D. João III, pelo caracter taciturno e extremamente fanatico d'este monarcha. D. Sebastião sómente apparecia na villa, para se entregar aos prazeres da caça. Durante o dominio hespanhol os paços estiveram completamente solitarios, e D. João IV tambem raras vezes ali ia. Serviu depois de prisão a D. Affonso VI, que falleceu a 12 de setembro de 1683. D. Pedro II e seus successores poucas vezes visitavam Cintra. Só no tempo de D. Maria II é que reviveu o antigo esplendor d'aquelles paços reaes. Seu marido, el-rei D. Fernando, tinha a maior predilecção pela historica e encantadora villa. D. Maria II mandou alindar os pateos e terreiros, reparar o edificio, mobilar e adornar varias salas. O palacio é todo construido de boa cantaria; as fachadas, columnas, arcos, capiteis e bases, são guarnecidos de magnificos ornatos, esculpturas e baixos relevos. Muitas d'estas columnas são uma imitação das 12 columnas de jaspe dos paços de Calabencaila, senhor de Ceuta, que D. João I trouxe para Portugal, depois da conquista d'aquella praça de guerra, e offereceu ao mosteiro de Santa Catharina da Carnota, proximo de Alemquer. O palacio tem 40 janellas em frente, formando duas ordens, sem symetria alguma, segundo a belleza da architectura arabe. No centro do edificio, na parte externa, vê-se uma varanda cercada de balaustres de marmore branco, para a qual se sobe por uma escada de cantaria. No meio da varanda eleva-se uma fonte com quatro bicas, que deitam agua para uma concha circular dentro d'um tanque lavrado, e depois de o ter enchido, sóme-se como por encanto e vae ter ao lago do pateo. A entrada principal do palacio, que é vastissima, compõe-se de 4 arcos, com abobada muito elevada. Subindo-se depois por uma escada lateral, encontra-se a casa chamada dos archeiros, um grande vestibulo onde uma fonte derrama copiosamente as suas aguas n'uma concha de marmore. A' direita seguem-se alguns aposentos regulares, de cujas janellas se desfructam admiraveis panoramas, avistando-se as villas de Mafra e Ericeira, muitos casaes e povoações. No mesmo pavimento está situada a cozinha, que é da fórma d'um parallelogramo, dividido por um arco em dois quadrados, tendo cada um d'elles uma grande mesa de magnifico marmore. E' toda de abobada e tem 5 janellas rasgadas. Junto ao arco nota-se outro tanque tambem de marmore. O tecto é d'um genero sem egual, de difficil imitação. Fórma-se de duas chaminés de figura conica, ficando uma de cada lado do arco, abrangendo com as duas boccas toda a largura e comprimento da casa; teem elevadissima altura, e o interior d'ellas está cortado de setteiras abertas com tal artificio, que, illuminando o interior

do tecto, e dando inteira saída ao fumo em todas as direcções, nunca as chuvas ali penetram. Encontra-se á esquerda a *Sala dos Infantes*. E' vastissima e tem 5 grandes janellas bipartidas por columnas centraes, cada uma de diverso lavor. Na parede fronteira a estas janellas, vêem-se outras tres, uma porta e uma chaminé em perfeita symetria. As tres janellas deitam para um lago, e a porta para um terraço, em cujo centro se erguem tres columnas torcidas e abraçadas entre si, sustentando o escudo das armas portuguezas. D'este terraço entra-se n'uma sala quadrada, que é chamada de lavor, ou banho, a qual tem a celebridade de despedir, sem quasi se saber como, copiosa chuva em todas as direcções. Esta sala, tambem conhecida pela *Sala dos Cysnes*, é de grande altura; as paredes são forradas de azulejos brancos e verdes, similhando a mais fina porcelana da India. O tecto é dividido em 27 quadros octogonos de molduras douradas com varios remates e ornatos arabescos, vendo-se pintado em cada um d'elles um cysne com seu gorjal e campainhas ao pescoço. A tradição dá a seguinte origem á singularidade dos cysnes assim pintados: Em 1429 D. João I estava nos paços de Cintra, quando veiu a Portugal a embaixada mandada por Filippe II, duque de Borgonha e conde de Flandres, afim de pedir em casamento a infanta D. Izabel Segundo o costume d'aquella epoca, a embaixada trouxe da parte do seu soberano alguns presentes, entre os quaes sobresaía um casal de cysnes mais brancos que arminhos, e tão domesticos que a infanta logo lhes fez uns gorjaes de velludo carmezim com campainhas. D João, vendo o alto apreço que a infanta ligava áquelles formosos cysnes, mandou construir um pequeno tanque para elles se banharem, no pavimento da primeira janella da sala, que deita para o terraço onde está o lago. Resolvido o casamento, D. Izabel partiu para Flandres em 1430, e não querendo separar-se dos cysnes, levou-os comsigo. D. João, commemorando este facto, mandou imital-os, bem ao natural no tecto da sala, nos 27 quadros. O pintor do paço, Alvaro de Pedro, foi quem se encarregou d'aquelle trabalho. Da *Sala dos Cysnes*, por uma porta bipartida por tres columnas de marmore branco, com delicados capiteis, entra-se n'um gabinete de pouca claridade, repartido na terça parte por duas columnas egualmente de marmore branco, formando um recinto separado; no tecto vê-se uma esphera pintada. Ao longo da parede estende-se um banco revestido de azulejos, e no topo uma cadeira de espaldar. O chão é todo de ladrilhos e marmores embutidos. A este gabinete chamava-se do *Conselho de Estado*, sendo tambem conhecido pela *Sala de Audiencia*. Segundo a tradição, era n'este gabinete que os antigos monarchas reuniam o seu conselho para se discutirem os mais graves assumptos politicos, quando residiam em Cintra Foi ali que D. Sebastião reuniu o ultimo conselho, de bem triste memoria, antes da sua infausta partida para Africa. Da *Sala dos Cysnes* passa-se á *Sala das Pêgas*, que é vastissima e tem 5 janellas, deitando uma para o terraço, outra para a villa, descobrindo-se da terceira grande parte da serra, a quinta da Penha Verde e o palacio dos Seteaes. Na parede principal vê-se em cada angulo uma porta figurando um arco ponteagudo, e no centro um espaldar de fino azulejo, onde se collocava o docel. O tecto está dividido em 5 quadros, repartidos em 136 triangulos, tendo cada um d'elles uma pêga pintada, segurando uma rosa, tendo no bico uma tarja onde se lê *Por bem*. Esta pintura, segundo a tradição, teve a seguinte origem: A rainha D. Filippa surprehendera el-rei, seu marido, a beijar n'esta sala uma das suas mais formosas damas, offerecendo-lhe juntamente uma rosa, que era o symbolo da bondade e das graças, e D. João I desculpara-se, respondendo: *Por bem*, querendo assim provar não haver pensamento criminoso, porém só amizade sincera. Commemorando este facto, o monarcha mandou logo pintar no tecto da sala, no logar do retabulo, aquellas 136 pêgas, para que esta ave, sendo muito faladora, apregoasse a pureza das suas intenções, não maculando a reputação da dama de honor. Contigua a esta sala encontra-se outra, com as paredes forradas até ao meio de azulejos imitando folhas de parra em alto relevo. Tem tres janellas, e na frente uma porta que conduz a dois camarins. No primeiro encontra-se uma grandiosa chaminé de marmore finissimo, atirando a alabastro, com figuras em relevo; a chaminé tem a fórma de mausoléo, e remata com um vaso sobre uma urna sepulchral, onde está gravada uma cabeça infantil com duas azas. A urna descança em um baixo-relevo representando dois guerreiros em trajo romano, jogando as lanças a cavallo, tendo aos lados varios trophéos euramados com uma grinalda de flôres. O baixo-relevo assenta n'uma architrave riquissima, suspensa por dois bustos á maneira de arabescos. As pedras que servem de guarnição á chaminé fôram mandadas a D. Manuel em 1515, pelo papa Leão X, e o monarcha as mandou collocar nos paços de Almeirim. Só no tempo d'el-rei D. José, e que o marquez de Pombal, sabendo que essas pedras existiam nas ruinas d'aquelles paços, as mandou buscar para guarnecerem a notavel chaminé. O segundo camarim serve de passagem para a sala de jantar. E' uma casa quadrada, que só apresenta digno de menção uma concha de marmore, collocada ao centro, d'onde a agua sóbe a grande altura. N'este mesmo pavimento, do lado occidental, ha um terraço com duas escadas, que conduzem ao jardim, chamado de *Lindaraya*, distribuido em 4 tanques, com um lago no centro; do lado opposto fica uma sala, dividida em tres naves, formada por 8 arcos, differençando-se uns dos outros nos desenhos, sem comtudo se afastarem da mesma ordem de architectura. N'esta sala é que nasceu e falleceu D. Affonso V. Por uma escada em espiral collocada no fim da sala, encontra-se outra, intitulada das *Armas* ou dos *Cervos*, a qual occupa o mais alto do edificio, e foi mandada construir por D. Manuel. A sala é um perfeito quadrado; tem 7 janellas; o pavimento é de ladrilho tão liso e compacto, como se fôra marmore; as paredes são forradas de azulejos representando varios exercicios gymnasticos. O tecto é de figura octogona e muito elevado; os 4 angulos que assentam nas paredes, são cortados por meias abobadas onde reluzem delicados desenhos e faxas de ouro, campo azul. Os desenhos são dos artistas Duarte d'Armas, Francisco Dansilha e Jorge Affonso, mas retocados mais tarde por Bento Coelho da Silveira. O centro do tecto é fechado pelo escudo e quinas reaes, em relevo. Depois vêem-se 8 paineis com o mesmo escudo e timbre,

e nus bancos onde estão escriptos os nomes dos infantes, filhos d'el-rei D. Manuel, que existiam ao tempo em que a sala se construiu. A razão de estarem designados os nomes dos infantes é por ser costume antigamente, tanto nas côrtes como nos actos publicos, competir sómente ao rei o sentar-se em cadeiras, sentando-se em bancos os principes e os infantes; e ainda entre os principes e os infantes havia differença, porque os principes usavam simplesmente bancos de dois pés, sem mais divisa, e os bancos dos infantes eram de tres pés, encostados a quadros d'armas. Por baixo dos 8 paineis circulam outros de maior grandeza, e em cada um d'elles um veado com

Palacio Real de Cintra

uma faxa ondeando entre os esgalhos. Sob estes paineis vêem-se outros 74 distribuidos em duas ordens, com os escudos das casas nobres de Portugal. Todo o tecto remata com uma cimalha, que o circumda, e dentro d'ella, nos 4 lados das paredes da sala, em letras d'ouro, se vê escripto o seguinte:

Pois com esforços, leaes
Serviços fôram ganhados,
Com estes e outros taes,
Devem de ser conservados.

O brazão d'armas do marquez de Tavora foi eliminado d'aquella galeria, depois do attentado de 3 de setembro de 1758, por decreto d'el-rei D. José, ordenando que se apagasse o brazão de aquelle appellido para nunca mais se usar. Saindo d'esta sala pelo lado do norte, encontra-se uma pequena casa quadrada com jauella que deita para um terraço limitadissimo, e para a parte mais secca e mais escabrosa da serra. O pavimento é de mosaico, feito de ladrilhos de diversas côres e desenhos. Aqui passou prisioneiro D. Affonso VI os ultimos annos da sua vida. A casa, além da porta da entrada, tem mais duas, dando uma para um pequeno quarto, onde ficava Antonio Rebello da Fonseca, creado de muita confiança no paço, já do tempo de D. João IV, e que não abandonou nunca D. Affonso; a outra porta dá para a tribuna que deita para a capella que tem a invocação do Espirito Santo, e não corresponde á grandeza do edificio. Tem o tecto de madeira composto de molduras cruzadas em xadrez, recamado de estrellas douradas. A capella-mór do lado da Epistola tem uma tribuna, e sobre o arco, da parte exterior, estão em letras d'ouro, formando circulo, estas palavras:

O' vos ommes qui transitis per viam, attendite, et videte.

O cruzeiro da egreja tem dois altares, e ao fundo diversas tribunas. O pavimento é todo de ladrilho, e a porta da entrada principal deita para um grande terraço, a que dão o nome de *Meca*. Em frente do palacio, na praça principal de Cintra, vê-se uma bonita columna torcida, rematada por um agrupamento de folhas, tudo muito bem trabalhado na pedra, parecendo obra do rei D. Manuel. Diziam ser o pelourinho da villa, mas era um repuxo das aguas da serra. Deve haver mais de 20 annos que foi modificado na base, sendo substituidos os degraus por um tanque que se construiu em volta, dando-lhe assim o aspecto d'uma fonte elegante. No paço real de Cintra costuma passar algum tempo no verão sua magestade a rainha senhora D. Maria Pia. Em 1904 publicou-se um livro, o *Paço de Cintra*, devido á penna do sr. conde de Sabugosa, obra enriquecida com desenhos de sua magestade a rainha senhora D. Amelia. Este livro foi vendido em proveito da benemerita instituição Assistencia Nacional aos Tuberculosos. Tambem está publicada uma obra em 2 volumes: *A sala dos brazões*, escripta pelo sr. Braamcamp Freire.

Cintra *(Penha Longa em)*. V. *Penha Longa*.

Cintra *(Serra de)*. E' a serra mais pittoresca da Estremadura. Tem 30 k. de circumferencia e 600 m. acima do nivel do mar, na sua maior altura. E' de formação vulcanica. Corre de E a O no comprimento d'uns 18 k.; pelo N estende-se entre as villas de Cintra e Collares, e pelo S prolonga-se com o Oceano entre Cascaes e seu termo, formando o Cabo da Roca (V. *este nome*). Os romanos chamavam-lhe o *Promontorio da Lua*. E' formada de penedias enormes, que, parecendo despenhar-se, se entrelaçam caprichosamente, e coberta de bosques e cortada d'aguas, encerrando muitas bellezas naturaes, que a tornaram celebre em todos os tempos. Tem pedreiras graniticas de differentes especies, bellos marmores pretos, brancos e cinzentos, minas de feldspatho, e outras de ferro e manganesio

E' escalvada na parte que olha para o mar, mas d'uma vegetação riquissima na outra parte que segue parallela ás villas de Cintra e Collares. Nos seus cumes tem-se encontrado vestigios de fortificações moiriscas, e em differentes sitios da serra, ferro, zinco, prata, enxofre, pedra de cevar, etc. Ha aqui a capella de Nossa Senhora da Peninha, situada proximo do Cabo da Roca, n'um dos pincaros da serra. E' um pequeno ermiterio, de remota antiguidade, cuja origem se desconhece, e d'onde se desfructa um imponente panorama, que abrange o Oceano. Indo de Collares para a Peninha, pelo caminho do Penedo, vêem-se tres altos serros, dispostos em quasi um alinhamento, e a distancias uns dos outros quasi eguaes. O que fica ao centro é chamado *serro* ou *cabeço dos Picotos;* o da parte do leste *Monge*, e o do oeste, que se levanta a pouca distancia da pequena povoação da Atalaia, tem o nome de *Adrenunes;* na parte superior d'este serro avulta um monumento prehistorico, o maior dolmen ou anta que existe em Portugal. Tem a fórma de galeria coberta e serve actualmente de base a uma das pyramides da triangulação do reino.

Cintrão *(Casal do).* Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. ‖ Quinta na freg. de Santa Maria e conc. de Trancoso, distr. da Guarda.

Cinura. V. *Synagoga.*

Cira. Antiga fórma de *Xira (Villa Franca).*

Cioga do Campo. V. *S. João do Campo.*

Cioga do Monte. Pov. na freg. de S. Thiago, de Trouxemil, conc. e distr. de Coimbra.

Cirita *(Fr. João).* Viveu nos seculos XI e XII; militou nas hostes de Affonso VI, de Leão, e ficando perigosamente ferido n'uma batalha, abandonou a carreira das armas, e seguiu a vida eremitica, vivendo em alguns pontos como anachoreta. Conduziu a Guimarães os monges cistercienses, que S. Bernardo mandava a Portugal para fundar conventos, e foi o primeiro noviço que a ordem de Cister teve n'este reino, o primeiro abbade do convento de S. Christovão de Lafões, e o terceiro abbade do de S. João de Tarouca. Fal. em 1164. Escreveu uma *Regra e Estatutos da Ordem Militar de Aviz.*

Cirne. Familia nobre, já conhecida no tempo de D. Pedro I. Em 1357 apparece citado nas chronicas o alcaide-mór de Monforte, Ayres Affonso Cirne.

Cirurgia. Ramo da sciencia e arte medica que se propõe a tratar as doenças pela applicação methodica das mãos ou instrumentos apropriados, a que se dá o nome de operações. A cirurgia comprehende os principios puramente scientificos, em que se funda a pratica cirurgica e a technica ou conjuncto de methodos e processos applicados ao tratamento das doenças. V. o *artigo seguinte.*

Cirurgião. O que exerce a cirurgia. O cirurgião não deve apenas ser um mechanico, o executor de methodos e processos; tem de conhecer os principios scientificos em que aquelles se baseiam e que os determinaram. Para ser digno do nome, o cirurgião deve reunir em si a dupla qualidade de homem de sciencia e de artista, a primeira indispensavel para lhe dar a consciencia da execução, a segunda para lhe tornar possivel o brilhantismo da pratica. Tanto assim que logo em 26 de julho de 1559 el-rei D. Sebastião prohibiu curar de cirurgia a todos que não tivessem cursado durante dois annos o hospital de Todos os Santos de Lisboa, excepto os que apresentassem documentos provando terem cursado as Universidades de Coimbra, Salamanca ou no hospital de Guadalupe, aos quaes bastaria serem examinados pelo cirurgião-mór. Esta disposição, porém, não foi conservada, pois que o regimento de 12 de dezembro de 1631 a revogou, mandando que o cirurgião-mór do reino visitando o paiz inspeccionasse e recenseasse todos os cirurgiões a quem passaria as competentes provisões. O exame de habilitação era feito perante um jury composto do dito cirurgião-mór e dois outros cirurgiões, e a elle só eram admittidos os individuos que soubessem latim e tivessem praticado durante dois annos no hospital da localidade ou durante quatro annos com algum cirurgião, que não podia ser nenhum dos membros do jury. Os que exerciam illegalmente a cirurgia eram condemnados na multa de 10$000 réis, e nos casos de reincidencia eram desterrados para fóra da villa e termo. Os cirurgiões, assim como boticarios e pintores, fôram em varios tempos, por muitas sentenças dos senados, escusos de pagar jugadas e outros encargos, sendo considerados á parte dos officiaes mechanicos (V. *Phisico.*) ‖ *Medico-cirurgião:* titulo dos que fazem o seu curso de medicina e cirurgia nas escolas medico-cirurgicas.

Cisneiros. Esta nobre familia procede do conde D. Pedro Gonçalves, senhor de Cisneiros, em Barcelona, pagem de lança de Affonso VI, de Leão. Passou a Portugal em 1271. O primeiro que se estabeleceu no nosso paiz foi D. Rodrigo Gonzales, fidalgo de Sevilha. As suas armas são um escudo partido em pala; a primeira cortada em faxa, na superior em campo vermelho tres cisnes de prata com colleiras de ouro, e armados do mesmo em roquete; na inferior, em campo vermelho cinco flôres de liz de prata em santor; na segunda pala em campo de prata tres bastões sanguineos em pala; timbre um dos cisnes.

Cister *(Ordem de).* Em 1098, Roberto, abbade de Molesme, França, desejou restabelecer a regra de S. Bento na austeridade primitiva, e retirou-se para o deserto de Cister, perto de Dijon. Fundou um mosteiro com o auxilio de Eudes, duque de Borgonha, que só teve desenvolvimento quando S. Bernardo tomou o habito em 1113. Dentro em pouco fôram tantos os frades que foi preciso construir quatro novos conventos, que se chamaram os *quatro filhos de Cister.* No seculo XVI a ordem contava mais de 1:800 mosteiros. Em Portugal o primeiro mosteiro que se fundou da ordem de Cister, ou do S. Bernardo, foi o de Alcobaça. O erudito cisterciense fr. Antonio Brandão (V. *este nome*) deixou manuscripta uma historia dos mosteiros da sua ordem. Na Torre do Tombo existem as *Definições* e o *Ceremonial* manuscriptos do convento de Lorvão. No *Occidente*, de 1895, está publicado este ultimo.

Cisterna. Pov. da freg. de S. Pedro, de Quiraz, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

Citania. Cidade antiquissima da Lusitania na prov. do Minho, na qual dizem ter sido bispo S. Torquato. Ficava situada na chapada do monte de S. Romão, a pequena distancia das Caldas das Taipas, e quasi a meio caminho de entre Braga e Guimarães. Das ruinas d'esta povoação

falaram D. Jeronymo Contador d'Argote e um ou outro antiquario do seculo XVIII, mas foi sobretudo ao archeologo vimaranense dr. Francisco Martins Sarmento que se deveram as informações posteriormente colhidas, pelas intelligentes excavações a que procedeu. Encontrou debaixo da terra os vestigios de antigos muros; notou que por tres lados era a cidade defendida apenas por um muro, e cercada de grossas muralhas pelo quarto, explicando-se isto pelo facto de ser este ultimo o unico lado expugnavel da cidade, bastando alguns poucos homens a impedir o accesso pelos outros. No cimo do monte e pelas encostas fôram encontradas as ruinas de muitas habitações, de construcção tosca, rudes no seu todo, umas de fórma circular, sem vestigios de porta, suppondo-se que os citanenses, para melhor se poderem defender das feras ou dos inimigos, entravam nas suas habitações por uma janella bastante elevada para lhes servir de resguardo, e outras de fórma quadrangular. As excavações pozeram a descoberto os mais variados objectos de barro fragmentados, e d'outra natureza, e diversas esculpturas. D'estas a mais notavel é sem duvida a chamada *pedra formosa*, já antecedentemente descoberta pelo abbade da freguezia de Santo Estevão de Briteiros, e por elle mandada conduzir para o adro da sua egreja, e depois reenviada para o seu primitivo logar pelo dr. Martins Sarmento (V. *Briteiros*). Esta pedra tem o cunho pronunciadamente celtico, e da mesma origem são tambem alguns fragmentos de inscripções, como n'uma pedra e em diversos fragmentos de barro a palavra *Camal* precedida por vezes da palavra *arz*, que na opinião do archeologo citado quer dizer *principe, chefe*. Teem apparecido ainda outras inscripções, mas traçadas em caracteres ainda não decifrados, e bem assim vestigios de origem claramente romana, e de tal modo mesclados com os primeiros, que forçoso é julgal-os da mesma epoca. Taes são, em resumo, a fórma e a materia dos fragmentos de barro que denunciam que por ali passou a civilisação do grande povo que dominava o mundo nos primeiros tempos da era christã, e o uso de calçar as ruas e as praças, por certo desconhecido dos moradores da Citania, antes de entrarem em relações com os romanos. O facto de não ter sido encontrado inteiro nenhum dos objectos descobertos, á excepção de duas ou tres esculpturas, fez presumir que Citania fôsse voluntariamente abandonada pelos seus habitantes, que levaram comsigo tudo o que era de valor, deixando apenas o que, por muito pesado ou por insignificante, não podiam ou não quizeram transportar.

Citraria. Arte da caça de *altanaria* ou de *alta volataria*. (V. *Caça*). O *citreiro* era o caçador experimentado n'este genero de volataria.

Civel (*Casa do*). V. *Casa do Civel*.

Cividade. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Anhões, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Exaltação de Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria. || S. Pantaleão, de Cornes, conc. de Villa Nova da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Joanne, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Monte bastante alto na prov. do Minho, conc. de Barcellos. E' tradição muito antiga ter ali existido uma cidade ou uma grande fortaleza romana, cujo nome se ignora, e de que apenas restam vestigios. Parece, segundo alguns autores, que a Cividade era a antiquissima cidade dos povos amphilocos que por ali habitaram, denominando-se a povoação Amphiloquia. Não se sabe até quando durou, mas pelas pedras que teem apparecido deviam os seus fundadores estar adeantados na arte de trabalhar a pedra. Encontram-se ainda restos das antigas muralhas, primeira e segunda. As casas, soterradas e cobertas por pinheiros e mattagaes, são todas pequenas, mas de fórma quadrada, outras circulares.

Claco. Reino do 7.º distr. da prov. ou região dos Bellos, na ilha de Timor, Oceania. || Pov. da prov. e distr. do mesmo nome na costa SE da ilha de Timor.

Clala. Pov. situada ao N. do territorio de Galangue, no distr. e com. de Benguella, prov. e bispado de Angola, a 266 k. ao E de Caconda.

Clamores. Procissões de preces e rogações publicas. V. *Anha* ou *Darque*, *Arga* e *Carmões*.

Clara (*Casal da*) Na freg. de S. Mamede, de Matta Moirisca, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Clara Dias. Ribeira da ilha de S. Thomé. Desagua na praia do Almoxarife.

Clariomes. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Clariones. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Giões, conc. de Alcoutim, distr. de Faro.

Clariosa. Pov. na freg. de Santa Eulalia e conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Claro (*Fr. João*). Monge da ordem de S. Bernardo. N. em Lisboa ou em Thomar, como dizem alguns; fal. em 1525. Doutorou-se em Theologia na Universidade de Paris. Sendo abbade do convento d'Alcobaça em 1504, foi nomeado lente da cadeira de vespera de Theologia, que el-rei D. Manuel creara na Universidade de Coimbra. Deixou manuscriptos alguns opusculos em prosa e em verso, que só vieram a publicar-se no anno de 1829, em Coimbra, no 1.º tomo da *Collecção de ineditos portuguezes dos seculos* XVI *e* XV, etc., coordenados por fr. Fortunato de S. Boaventura, com o titulo *Opusculos do doutor fr. João Claro monge d'Alcobaça*.

Claro. Pov. na freg. de S. Mathias, de Caixeiro, conc. de Niza, distr. de Portalegre.

Claros (*Gustavo d'Almeida Sousa e Sá, 1.º barão de*). Do conselho d'el-rei D. Luiz I, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, cavalleiro da de S. Bento de Aviz; condecorado com a medalha das campanhas da liberdade, algarismo 5, e com as medalhas militares de ouro, por bons serviços, e pela de comportamento exemplar; proprietario no distr. de Leiria e conc. de Pombal; general de brigada, governador da praça d'Elvas, etc. N. a 1 de abril de 1804, e fal. em Pombal a 21 de setembro de 1875. Era filho de Gil d'Almeida Sousa e Sá, proprietario, e de sua mulher, D. Maria Ezequelina de Cacia. Tinha o curso do Collegio Militar, e assentou praça em 20 de setembro de 1821, sendo depois promovido a alferes, e seguindo todos os postos militares até ao de general de brigada, em que falleceu. Casou em 1820 com D. Anna Guiomar de Sousa e Silva, filha de Raymundo José de Sousa, antigo magistrado, e de sua mulher, D. Anna Dorothéa de Sousa e Silva. O titulo de barão foi concedido por decreto de 15 e carta de 28 de dezembro

de 1870. O brazão d'armas consta d'um escudo com as armas dos Almeidas, em campo vermelho seis besantes de ouro entre uma cruz dobre, e bordadura do mesmo metal.

Claros. Pov. na freg. de S. Paulo, de Amor, conc. e distr. de Leiria.

Claros Montes. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Vimieiro, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Claustro. Pateo interior descoberto d'um convento, com lanços de arcaria ao redor, sustidos em columnas ou pilares. Os claustros eram estabelecidos ao lado das egrejas cathedraes, collegiaes e monasticas. Os mais notaveis de Portugal são o do convento dos Jeronymos em Belem, o do mosteiro da Batalha, o da sé do Porto, etc. Na Universidade de Coimbra, antes da reforma de 1772, era conselho em que entravam conselheiros e deputados. Hoje chama-se *claustro pleno* á congregação de todos os doutores de todas as faculdades que se querem reunir, para tratar d'algum negocio transcendente.

Claveiro. Chamava-se assim antigamente em Portugal o mordomo, dispenseiro ou porteiro-mór das communidades religiosas. Na ordem de Christo o claveiro era a quarta dignidade.

Clemente *(Padre José).* Presbytero da congregação do Oratorio de Lisboa, para onde entrou a 26 de julho de 1736. Foi por muitos annos professor de theologia na sua congregação. N. em 1720, fal. a 19 de fevereiro de 1798. Escreveu : *Vida da veneravel madre Thereza da Annunciada, religiosa do convento da Esperança da cidade de Ponta Delgada*, etc., Lisboa, 1763; esta obra foi reimpressa successivamente em Lisboa, em 1797, 1824, 1840, 1845, e em Ponta Delgada em 1856; *Carta de um amigo a outro, em que se forma juizo da edição novissima do poema da «Luziada de Luiz de Camões», que saiu em 1779*, Lisboa, 1783; *Juizo do juizo imparcial do moderno anonymo, o qual em vão pretendeu defender os erros da novissima edição do poema da «Luziada do grande Luiz de Camões,»* Lisboa, 1784.

Clerigo. Homem chamado para a Egreja e para os ministerios da religião; sacerdote, secular ou regular. Entravam no numero dos clerigos os psalmistas e cantores, que tinham por officio cantar, os fossarios, laborantes e pallintores, que enterravam os mortos, os custodios que guardavam as egrejas em que estavam as reliquias dos martyres, os catechistas que ensinavam doutrina, os parabolanos que curavam os enfermos, os defensores das egrejas pobres e viuvas que as livravam dos seus oppressores, os economos que cuidavam das rendas das egrejas, os porysiarios que tratavam das causas ecclesiasticas, os hermeneutas ou interpretes que traduziam os livros da Escriptura, e os sermões ou praticas dos bispos. Todos eram clerigos, mas os bispos, sacerdotes e diaconos chamavam-se *primi-clerici.* Os conegos, e principalmente os que viviam regularmente e em commum, fôram até ao meado do seculo XII chamados simplesmente clerigos. No seculo XIII tambem se dava o nome de clerigos aos frades. Depois chamaram-se sómente aos frades que os bispos chamavam para fóra dos seus mosteiros pela sua capacidade para exercerem os officios divinos; finalmente, tinham este nome os parochos das egrejas, incluindo-se debaixo d'essa denominação a de reitor, abbade, vigario, cura, etc. Chamavam-se tambem clerigos os sacristães das egrejas, que andavam aprendendo primeiras letras e ajudavam á missa. *Clerigos d'el-rei* ou *clerigos da rainha* eram os sacerdotes empregados no serviço do paço, não só como confessores, capellães ou esmoleres, mas com outro qualquer encargo.

Clerigo. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Aguas Bellas, conc. de Sabugal, districto da Guarda.

Clero. O corpo dos clerigos ou dos ecclesiasticos d'uma egreja, d'um paiz, ou de toda a christandade.

Clivia. Serra no distr. de Vianna do Castello. E' uma ramificação da serra de Labruja.

Cô. Pov. na freg. do Salvador, de Penamaior, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Pov. na freg. de S. Emilião, de Mariz, conc. de Barcellos, distr de Braga.

Côa. Rio da prov. da Beira Baixa; nasce no districto de Castello Branco, perto de Sortelha, passa ao S do Sabugal e a O d'Almeida, e depois de 65 k. de curso, em que recebe da direita quatro regatos, e da esquerda os rios Tamegal e Pinhel, vae desaguar no Douro, pela margem esquerda, acima de V. N. de Foscôa. E' atravessado pelas pontes de pedra do Sabugal, Villar Maior, Castello Bom, Cinco Villas e Pinhel, além de outras de madeira. E' abundante em saveis e lampreias.

Coada. Ilha das Flôres; pov. na freg. de S. José, de Fajã Grande, conc. das Lagens das Flôres, distr. da Horta.

Coalhadas. Pov. na freg. de S. Martinho do Bispo, conc. e distr. de Coimbra.

Coalva. Pov. na freg. de Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, districto do Porto.

Cobalat. Confluente na margem direita do rio Cobango, a E do distr. de Benguella, na prov. de Angola. Nasce no territorio dos Ganguellas, ao S da serra Mozamba, e corre na direcção geral de OE.

Cobango. Rio da prov. de Angola. Nasce no territorio dos Ganguellas, a E da serra Mozamba, e fórma E do distr. de Benguella.

Cobeira. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Rosmaninhal, conc. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Cobeiro. Ponta ou cabo na costa E da ilha das Flôres, uma das do grupo occidental dos Açôres.

Cobello. Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves, de Padroso, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Agrella, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Cobellos *(Miguel Innocencio Baptista da Cruz e).* Escriptor, mais conhecido pelo nome de Miguel Cobellos. N. em Lisboa em 1828, fal. em 1870. Era filho do antigo actor do theatro da Rua dos Condes Theodorico Baptista da Cruz, padrinho do actor do mesmo nome, da companhia do theatro de D. Maria, ha annos fallecido. Teve uma vida bastante aventurosa. Foi alguns annos typographo, depois, casando com a filha do antigo livreiro editor Marques, estabelecido na rua Augusta, esquina da rua dos Capellistas, tornou-se tambem livreiro editor, em que não foi feliz, porque em poucos annos viu-se obrigado a fechar o estabelecimento. Collaborou em prosa e em verso n'alguns jornaes, como o *Ecco dos Operarios*,

Jornal do Centro promotor dos melhoramentos das classes laboriosas, *Tribuna dos operarios* e *Defensor do trabalho*. Escreveu: *Como acabam os pobres*, que contém os seguintes contos: *A costureira*, *O raciocinador e a bretoa*, *A loteria social*, *A alma da casa*, *lenda traduzida do francez*, *Rouget de L'Isle e a Marselheza*, traducção, com a letra e a musica d'este hymno francez; *Um morto a contar a sua historia*; *Romance d'uma hora*, comedia em 1 acto, que pertence á collecção denominada *Theatro de sala*, que Miguel Cobellos fundou; *Graças a Deus! está a mesa posta!* comedia em 1 acto, na referida collecção. Foi tambem o fundador, juntamente com Francisco Palha, do *Theatro moderno*, collecção de obras dramaticas, de que se chegaram a publicar 9 series.

Cobertinha. Pov. da freg. de N. S.ª da Purificação, de Villa Maior, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Cobertas. Pov. na freg. de Santa Clara, de Torrão, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Cobiça. Pov. na freg. de S. Vicente, de Passos, conc. de Fafe, distr. de Braga || Herdade na freg. de S. João Baptista, de Palma, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Cobrada. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Rossas, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Sendim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || O Salvador, de Villa Garcia, conc. de Amarante, do mesmo districto.

Cobradas. Pov. na freg. de S. Pedro, de Escudeiros, conc. e distr. de Braga.

Cobral. Rio do distr. da Guarda. N. na serra da Estrella, junto a S. Romão, e entra na ribeira de Ceia, depois d'um curso de 15 k.

Cobre. Metal malleavel de côr vermelho-escura. Existem em Portugal jazigos de cobre nos districtos de Aveiro (minas do Palhal, Talhadella, Pindello e Moinho do Pintor), Bragança e Evora; e com caracteres diversos dos precedentes, nos districtos de Beja (minas de S. Domingos e de Aljustrel), e de Lisboa (mina da Serra da Caveira). Mas as mais importantes são as do Palhal, no conc. de Albergaria-a-Velha, freg. de Ribeira de Fragoas; e as de S. Domingos, no conc. de Mertola. O minerio é o cobre pyritoso.

Cobre. Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Cascaes, distr. de Lisboa.

Cobres. Rio do distr. de Beja. N. proximo d'Almodovar, recebe a ribeira Maria Delgada e o rio Terges, e vae desaguar no Guadiana, depois de 70 k. de curso. Tem ponte na estrada de Beja para Mertola.

Cobro. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança; 249 hab. e 79 fog. A pov. dista 14 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, correndo-lhe proximo o rio Tua. Era da Casa do Infantado. A terra é muito fertil em trigo, centeio e cevada. Tem gado e caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Cobrosa. Pov. na freg. do Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Coca. Parte da capa ou manto que cobre a cabeça e se conchega ao rosto; bioco; capuz.

Côca. Pov. do conc. de S. Salvador do Congo, distr. do Congo, prov. de Angola.

Cocanha. Pov. na freg. de S. Pedro, de Croca, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Cocar. Pennacho, plumas do capacete; laço, roseta, distinctivo. || Laço nos chapéos dos lacaios com as côres distinctivas dos amos. O da Casa Real até 1833 foi azul e vermelho, e de ahi em deante azul e prata.

Cocha. Pov. na freg. de Santo André, de Ribolhos, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Cochadas. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Tocha, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Cocharrinho e Cocharro. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Conceição, de Muge, conc. de Salvaterra de Magos, distr. de Santarem.

Coche. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Pedreira, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Cocheca. Pov. na freg. de S. Thiago, de Mesquinhata, conc. de Baião, distr. do Porto.

Coches reaes. Parece terem sido os povos da Hungria que inventaram os coches, assim como a invenção das liteiras é devida aos reis da Bithynia. O primeiro que appareceu em França causou a maior admiração e assombro. A moda desenvolveu se extraordinariamente, tanto em França como em Inglaterra e em Hespanha. Em Portugal os primeiros que appareceram fôram trazidos por Filippe II de Hespanha, quando em 1581 veiu assistir ás côrtes de Thomar. Nenhuma nação possue como Portugal uma collecção tão numerosa e variada de coches reaes dos seculos XVII e XVIII. O nome que os hespanhoes davam aos coches de então era *estufa*, e este mesmo nome se ficou dando entre nós aos coches que fôram fabricados pelo modelo d'aquelles, denominando-se *berlindas* os outros mais modernos. Quando D. João IV chegou a Lisboa a 6 de dezembro de 1640, logo depois da restauração do reino, um dos senhores da casa do conde de Redondo lhe offereceu um pequeno e riquissimo coche, com o persevão marchetado de tartaruga e marfim, sendo d'elle toda a copa de prata. D. João IV saía sempre n'este coche no dia da procissão do Corpo de Deus. No casamento da princeza D. Catharina, filha d'este monarcha, com o rei Carlos II de Inglaterra, já no reinado de D. Affonso VI, a princeza, antes de embarcar, foi com toda a familia real em coches desde os paços da Ribeira até á Sé, e, depois de celebrado um solemne *Te Deum*, voltou ao Terreiro do Paço, onde passou á galeota, que a conduziu a bordo da nau, que a devia transportar a Inglaterra. Em presente de nupcias offereceu Luiz XIV á princeza D. Maria Francisca Izabel de Saboya, quando casou com D. Affonso VI, um coche, que fôra construido em Paris em 1665. D. Pedro II, em 1687, mandou fazer um coche para servir no seu casamento com a princeza D. Maria Sophia de Neubourg. A rainha de Inglaterra D. Catharina, depois do fallecimento de Carlos II, quando voltou á patria no anno de 1693, trouxe tambem um coche. Mas o maior brilhantismo e grandeza estavam reservados ao reinado de D. João V. Quando, por ordem d'este monarcha, D. Fernando Telles da Silva, 3.º conde de Villar Maior, se dirigiu em 1708 á côrte de Vienna d'Austria, como embaixador extraordinario, afim de pedir em casamento a archiduqueza D. Maria Anna, irmã do imperador D. José, mandou o distincto diplomata vir da Hollanda alguns

coches e cavallos, para a sua entrada publica, que se effeituou a 7 de junho do referido anno; um d'estes coches, com todos os arreios e cavallos, que valia pelo menos 12:000 cruzados, foi offerecido ao cardeal de Saxonia, por ter sido o celebrante da cerimonia nupcial por procuração, na capella do palacio de Closterneybourg. Quando André de Mello e Castro, depois conde das Galveias, governador de Minas Geraes e vice-rei do estado do Brazil, foi enviado a Roma por ordem de D. João V, com uma embaixada a Clemente XI, o monarcha mandou construir, para a brilhante entrada do embaixador na cidade pontificia, grandes e sumptuosos coches, todos com cortinados e guarnições de primorosa talha, com figuras allegoricas nos jogos, representando o Tempo, as quatro estações do anno, a Asia, a Africa, Marte, Apollo, genios, as artes, rios, animaes, peixes, etc., tudo em vulto grande e dourado; as rodas eram d'um elegante e bem elaborado que tivera o rei Guilherme. Quando em 1715 mandou a *Faxa Benta* ao principe D. José, offereceu o papa Clemente XI a D. João V um coche riquissimo, que tinha no logar das portinholas meios pannos de velludo carmezim bordados de ouro, e escabellos em vez de estribos. Dizem que este coche serviu em 17 de fevereiro de 1717, para conduzir o primeiro patriarcha de Lisboa, D. Thomaz d'Almeida, na sua pomposa entrada na capital. Em 1729, para o casamento de seu filho D. José, com a princeza hespanhola D. Marianna Victoria, mandou D. João V construir tambem um soberbo coche. Por ordem d'este monarcha ainda se fizeram diversos, todos riquissimos, com pinturas nos paineis, executadas pelo artista francez Pedro Antonio Quillard e pelos pintores portuguezes Gaspar José Raposo, Joaquim da Costa, Cyrillo Wolkmar Machado, e ornados com obra de talha magnificamente feita pelos nossos artistas: José d'Almeida, Felix Vi-

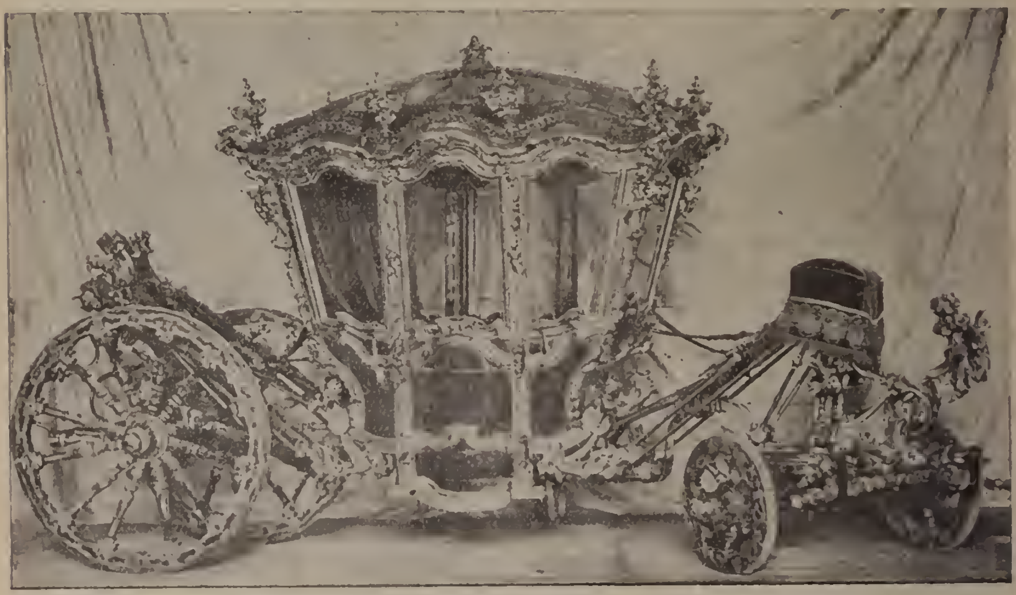

Coche de D. João V (1705)

rado trabalho tambem de talha, egualmente douradas; dois d'estes coches tinham as caixas guarnecidas por fóra e por dentro de velludo carmezim bordado de ouro e ricas télas; e a caixa d'um d'elles era toda de tissú de ouro. Estes coches vieram depois para Portugal, e figuraram nas cavalhadas ou torneio real que se fez em Lisboa a 2 e 11 de novembro de 1795, no Terreiro do Paço, por occasião do nascimento do principe D. Antonio. No novo museu dos coches, no palacio de Belem, vêem se tres sumptuosissimos carros triumphaes com a designação de terem figurado na embaixada do Marquez de Fontes (D. Rodrigo de Menezes) ao ser officialmente recebido por Clemente XI. Em 1713, tendo o rei da Prussia e o conde de Sinzendorf uns coches para vender, comprou D. João V um d'elles, por intermedio do seu embaixador em Utrecht, o conde de Tarouca, D. João Gomes da Silva. N'esse coche a maior parte da talha fôra tirada do primeicente e Silvestre de Faria. Estes coches são de 1705, 1706, 1727, etc. D. João V edificou umas vastas cocheiras ao Calvario, onde por muitos annos estiveram guardados todos os coches reaes. Os infantes D. Antonio, D. Gaspar e D. José, filhos naturaes de D. João V, conhecidos pelos *meninos de Palhavã*, tinham coches propriamente seus, entre os quaes se via um com pinturas nos paineis, trabalho do pintor portuguez José da Costa Negreiros. Em 1773, o principe Moley Abselen, de Marrocos, presenteou D. João VI, então principe da Beira, com um carrinho de quatro rodas todo forrado de tissú e guarnecido de franjas de ouro. A rainha D. Maria I mandou construir alguns coches e carrinhos com boas pinturas nos paineis, representando genios, deuses e deusas da fabula, trabalho confiado a Pedro Alexandrino de Carvalho. Um d'estes coches serviu pela primeira vez para conduzir do convento de Carnide as cinco religiosas escolhidas

para fundadoras da ordem de carmelitas descalças no mosteiro do Coração de Jesus, á Estrella. Foi em 6 de junho de 1781 que as cinco religio-

Coche de D. Maria Anna de Austria, mulher de el-rei D. João V (170?)

sas, acompanhadas do arcebispo de Lacedemonia, fr. Paulo de Jesus Maria, e principal Bello deram entrada solemne no referido mosteiro, cuja abertura á adoração dos fieis se realisara no primeiro dia de junho. Para o casamento do principe do Brazil D. João, depois rei D. João VI,

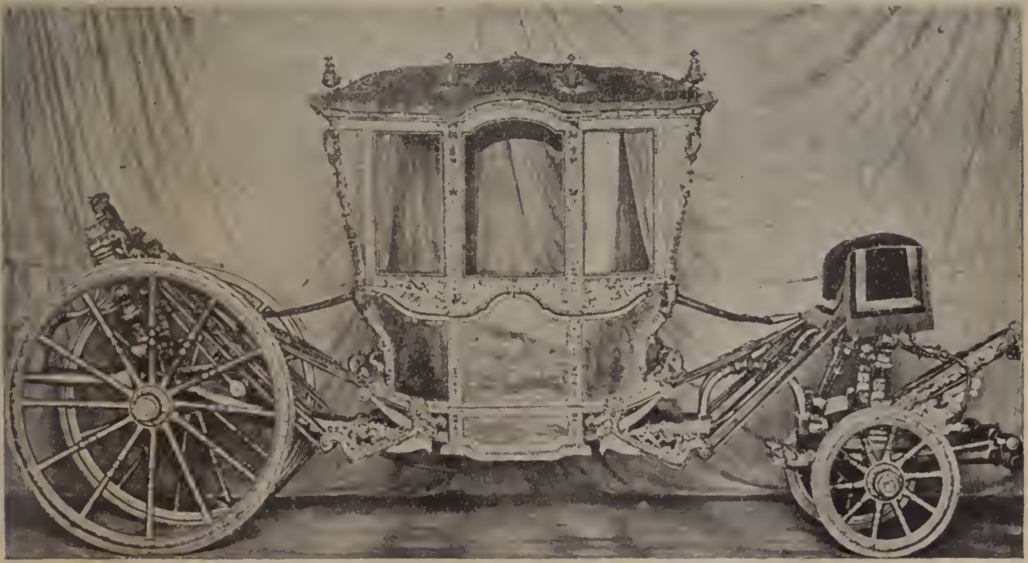

Coche do infante D. Francisco, irmão d'el-rei D. João V

com a princeza hespanhola D. Carlota Joaquina, tambem se construiu um valioso coche. Sendo ainda regente, D. João presenteou o rei de Marrocos, em 21 de agosto de 1801, com uma liteira adornada de magnificas pinturas, trabalho tambem de Pedro Alexandrino. No Rio de Janeiro, o mesmo soberano mandou construir um pequeno coche, que offereceu á infanta D. Maria Anna. Este coche veiu para Lisboa em 1821, quando a familia real regressou do Brazil. Antigamente, uns coches tinham os arreios guarnecidos de velludo carmezim, outros de velludo verde, todos agaloados de ouro e prata, com fivélas e ornatos tambem de prata. Quando em novembro de 1807 as pessoas reaes partiram para o Brazil, fôram

transportados tambem 40 coches para aquelle imperio. Por fallecimento de D. Pedro IV remetteram-se para o Rio de Janeiro mais alguns, que couberam em partilha á familia imperial. Este facto fez com que diminuisse muito o numero de coches reaes, porque desde D. João VI não se construiu mais nenhum; além d'isso, ainda se venderam alguns, e outros chegaram a grande ruina. Em 1858, para o casamento de D. Pedro V com a princeza D. Estephania, filha do principe de Hohenzollern Sigmaringen, fôram restaurados alguns coches para servirem nas brilhantes festas que então se realisaram. O cortejo que conduziu os regios noivos á egreja de S. Domingos, no dia 18 de maio d'aquelle anno, era composto de 10 coches dos mais ricos, que se haviam restaurado. Para o casamento de el-rei D. Luiz I em 1862, e para o de sua magestade el-rei senhor D. Carlos em 1886, fôram novamente reformados alguns. Nas visitas a Lisboa de pessoas reaes estrangeiras, são tambem aproveitados para as receberem á sua chegada. Nos prestitos funebres dos nossos monarchas, de pessoas da familia real, e da alta nobreza, grandes funccionarios, ministros de estado e pares do reino, tambem figuram os coches reaes. Das vastas cocheiras construidas ao Calvario, em Alcantara, onde estiveram desde o tempo de D. João V, se transferiram os coches reaes para um barracão na calçada da Ajuda. Em 1905, por iniciativa de sua magestade a rainha senhora D. Amelia, se organisou no picadeiro do palacio de Belem, transformado apropriadamente, um museu, que é um dos mais ricos de Portugal, onde agora se manteem, zelosamente archivadas, interessantissimas preciosidades artisticas. Para ali se transportaram os coches, estufas, berlindas e carrinhos que estavam na calçada da Ajuda, e alguns que se tinham guardado no museu das Janellas Verdes, ficando em publica exposição, assim como arreios, sellas, sellins, fardamentos, etc. A exposição inaugurou-se a 23 de maio do referido anno, e abriu-se ao publico dois dias depois, quinta feira 25, e desde então tem-se conservado aberta todos os dias, do meio dia ás 6 horas da tarde, excepto ás sextas-feiras, e em qualquer occasião que haja cortejos regios. Assistiram á inauguração sua magestade a rainha senhora D. Amelia, o ministro das obras publicas, e membros da comitiva, que assignaram o auto respectivo. As installações do museu fôram dirigidas pelo sr. tenente-coronel Alfredo d'Albuquerque, estribeiro-menor, e o fiscal rev. Pereira Botto. A restauração do tecto do salão dos coches é obra de José Malhôa. Logo no vestibulo se vê o *Estafermo*, que pertencia ao antigo picadeiro do paço de Belem, servindo de ornamento central e de poste para exercicios de equitação. Seguem-se as differentes secções: 1.ª *Vehiculos*, em que se vêem coches, berlindas, carros, cadeirinhas de serviço de mão, etc.; 2.ª *Arreios de tiro (serviço de gala)*, constando de diversos arreios, sellins, sellas á portugueza, mantinhas de velludo carmezim e ouro, suspensorios, etc.; 3.ª *Arreios de cavallaria*, em que se encontram sellins, sellas turcas, á portugueza, sellas do estado de S. Jorge, etc. A escadaria, por onde se sobe ao andar nobre, tem tambem em exposição muitos objectos curiosos. Nas antigas salas denominadas dos *Ajudantes*, compartimentos cujas varandas deitam para a praça de D. Fernando, estão installadas as secções de fardamentos, em que se notam os de differentes epocas: fardas á portugueza e á ingleza para moços de estribeira, trintanarios, cocheiros, charamelleiros, moços de

Coche offerecido pelo papa Clemente XI a el-rei D. João V (1715)

cavallariça, sotas, etc. Ha tambem a secção de instrumentos, onde ha uma collecção de trompas, dois clarins e um jogo de timbales, que serviam á charamella das reaes cavallariças, etc. Nas galerias, divididas em duas secções, ainda se admiram muitos objectos de grande valor historico.

Coche da «Corôa» de D. João V (1727)

No vestibulo vende-se o catalogo descrevendo resumidamente tudo quanto está exposto. *Bibliographia: Coches da Casa Real*, memoria pelo abbade A. D. de Castro e Sousa, Lisboa, 1845; reimpressa em 1868; *O Coche da Corôa*, artigo no *Panorama*, vol. 15, pag. 219; *Os coches reaes*, idem, pag. 217; *Archivo Pittoresco*, vol. 10, artigo de Vilhena Barbosa ; *Os coches reaes*, artigo no *Recreio*. n.º 13 da 14 serie, Lisboa, 1893; *Os coches da Casa Real*, nos *Serões*, setembro de 1905 ; *Promptuario analytico dos Carros da Casa Real e das Carruagens de gala*, escripto por monsenhor Pereira Botto; etc.

Cochim. Cidade do Indostão, na costa do Malabar. Era capital d'um pequeno estado, cujo rajá foi sempre até ao fim do nosso poderio um dos mais fieis alliados. A primeira frota portugueza, que entrou no porto de Cochim, foi a de Pedro Alvares Cabral, a segunda que foi á India, a que D. Manuel expediu logo depois da volta de Vasco da Gama, e que teve a felicidade de descobrir o Brazil. O rajá de Cochim, menos poderoso do que o de Calicut e seu natural inimigo como visinho, acceitou da melhor vontade a alliança portugueza, e consentiu que Alvares Cabral fundasse ali uma feitoria, de que ficou chefe Gil Barbosa. Logo se travou guerra com o rajá de Calicut, e o de Cochim mostrou-se fidelissimo aos portuguezes, apezar de vêr a sua perdição n'essa fidelidade, porque não podia imaginar que os 50 homens que tinham ficado para defender a feitoria commandados por Duarte Pacheco, lhe pudessem servir de alguma cousa. Pois a intrepidez sobrehumana d'aquelles valentes bastou para destruir as forças immensas do inimigo, e a amizade do rajá de Cochim duplicou-se com a admiração que elles lhe inspiraram. Desde então era ao porto de Cochim que vinham tocar todas as armadas portuguezas, como o centro do nosso dominio. O vice-rei D. Francisco de Almeida conseguiu construir uma fortaleza, depois de luctar com difficuldades da parte de rajá, que considerava um signal de vassallagem que lhe impunham, e elle queria ser fiel alliado, mas não vassallo. Depois da conquista de Gôa por Affonso d'Albuquerque, Cochim deixou de ser o centro do dominio portuguez, mas continuou a ser o ponto onde primeiro tocavam as naus que vinham do reino. Em 1665 passou ao poder dos hollandezes, a quem os inglezes a tomaram em 1793. O bispado de Cochim foi a primeira diocese catholica erigida em terras indianas.

Cochim *(Casaes do)*. Na freg. de S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Cocinte. Territorio de gentios no distr. da Guiné, limitado pelo rio Curubal, e distante do estabelecimento d'este nome perto de 66 kilometros.

Coco. Ilhéo situado entre a ponta Furada, ao N, e o ilhéo Joanna de Sousa, ao S, na costa O da ilha de S. Thomé, da qual fica a pequena distancia.

Cockburn. Farol na bahia de Lourenço Marques, Africa Oriental.

Coco 1.º e **Coco 2.º**. Duas povoações do conc. de Calumbo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Coçoaria. Pov. na freg. de Santa Quiteria, de Méca, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Cocões. Pov. na freg. de S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria.

Coculim *(D. Francisco Mascarenhas, 1.º conde de).* Do conselho de D. Pedro II, senhor de Coculim e Verodá no estado da India, commendador de S. João de Castellãos, no bispado de Lamego e de S. Martinho de Cambres, do mesmo bispado, de S. Martinho de Pina, no de Vizeu, na ordem de Christo. N. em Lisboa a 22 de novembro de 1662, fal. a 20 de maio de 1685. Era filho segundo de D. João Mascarenhas, 1.º marquez de Fronteira, e de sua mulher, D. Magdalena de Castro, filha de Francisco de Sá de Menezes, 3.º conde de Penaguião. Embarcou em 1682 na armada de Saboya, que devia conduzir a Lisboa o duque d'aquelle titulo, futuro esposo da infanta D. Izabel, e foi capitão de cavallos da côrte, e muito erudito; falava com facilidade a lingua latina, em que compoz em verso heroico um panegyrico a Luiz XIV, que se imprimiu em Paris, em 1684. Casou com sua prima D. Maria de Noronha, filha de D. Luiz Francisco Balthazar da Gama, 2.º marquez de Niza, e de sua primeira mulher, D. Helena de Noronha. O titulo foi concedido por D. Pedro II, em carta de 3 de junho de 1676.

Coculim. Pov. e freg. do Santo Crucifixo, do conc. da Ribeira Grande, com. de Barlavento, bisp. suffraganeo de Cabo Verde, na ilha de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde. || Reino de gentios que vivem no sertão do distr. da Guiné, entre as margens dos rios Nalú e Nuno, a E do territorio dos negros nalús e bagas.

Cocutim. Pov. do conc. da Ribeira Grande, com. de Barlavento, prov. e bisp. de Cabo Verde, na ilha de Santo Antão, archipelago de Cabo Verde.

Codal. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. de Macieira de Cambra, com. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 350 hab. e 111 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada no valle de Cambra, na falda do monte Darigo, proximo do rio Canna. Era da Casa do Infantado. Tem abundancia de boas aguas, e é muito saudavel e fertilissima em todos os generos agricolas. Cria muito gado; nos montes apparece muita caça. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

Codarli. Pov. da prov. de Bally, 4.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, na India.

Coddal. Aldeia, séde da quinta circumscripção do commando militar e provincia de Satary, distr. de Gôa, na India, comprehendendo onze aldeias.

Coddar. Pov. da regedoria de Candeapar, conc. de Pondá, distr. de Gôa, na India.

Coddoly. Bairro ou torofo na prov. de Embarbacem, 3.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa.

Codeçaes. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Ermida, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Mões, do mesmo conc. e distr. || S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santo Amaro, de Pereiros, conc. de Carrazêda de Anciães, distr. de Bragança. Tem est. do caminho de ferro, na linha de Foz Tua a Mirandella, entre as de Brunhêda e de Abreiro. || S. Thiago, de Sendim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || N. S.ª do Soccorro, de Serpins, do mesmo conc. e districto.

Codeçal. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Candoso, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Martinho, de Caramos, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Miguel, de Creixomil, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Dossãos, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Duas Egrejas, do mesmo conc. e distr. || S. Pedro, de Gozende, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || S. Christovão, de Labruja, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Lordello, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria e conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Rio Frio, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || S. Sebastião, de Serro Ventoso, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || S. Mamede, de Sezures, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || N. S.ª da Oliveira, de Sobral da Abelheira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Santo Estevão, de Villela, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Codeceda. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 267 hab. e 65 fog. A pov. dista 11 k. da séde do conc. E' terra fertil. Foi couto do mosteiro de Santo André, de Rendufe, que apresentava o vigario, o qual tinha 9$000 réis de congrua e o pé d'altar. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. na freg. do Salvador, de Rezende, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Codeceira. Povoações nas freguezias: S. Paio, de Agua Longa, concelho de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Vicente, de Alfena, conc. de Vallongo, distr. do Porto. || Santa Catharina, de Azoia, conc. e distr. de Leiria. || Santa Maria de Carquere, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || S. Miguel, de Lavradas, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Lourenço, de Rio Cabrão, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Codeceirinha. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Codeceiro. Pov. e freg. de N. S.ª da Annunciação, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda; 479 hab. e 125 fog. Tem correio. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada n'uma campina, na margem esquerda da ribeira de Massueime. Pertenceu ao antigo conc. de Jermello, supprimido em 1855. O rei apresentava o prior, que tinha 200$000 réis. Foi conc., tendo juiz ordinario, camara com dois vereadores, almotacé, etc. D. Manuel deu lhe foral, em Evora, a 12 de novembro de 1519. A pov. é muito antiga, e a terra fertil. Codeceiro pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Silva, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Codecido. Pov. na freg. de S. Miguel, de Cabaços; outra na de S. João Baptista, de Ribeira, ambas do conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Codeços. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Douro, conc. e com. de Paços de Ferreira, distr. e bisp. do Porto; 198 hab. e 62 fog. Tem correio com serviço de posta rural. Esta freguezia está annexada civilmente á de Santa Maria Lamoso e dista 6 k. da séde do concelho. Fica situada em planicie, d'onde se vêem varias povoações. O arcebispo de Braga apresentava o abbade, que tinha 230$000 réis de renda. A terra é fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto.

Codeçosa. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Arcozello, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || O Salvador, de Pedralva, conc. e distr. de Braga.

Codeçoso. Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Boticas, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 457 hab. e 89 fog. Tem esc. para o sexo masc. e correio. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada n'uma campina, na estrada de Boticas a Ribeira de Pena. Passa-lhe proximo o rio Bessa. A terra é fertil. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Pov. e freg. de Santo André, na prov. do Minho, conc. e com. de Celorico de Basto, distr. e arceb. de Braga; 519 hab. e 136 fog. Tem esc. de ambos os sexos e fabrica de cêra. A egreja parochial fica distante 7 k. da séde do conc. A pov. está situada proximo da margem do rio Tamega. O cabido da collegiada de Guimarães apresentava o cura, que tinha 8$000 réis em dinheiro, e diversos generos. A terra é fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Fonte Arcada, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Maria, de Meixedo, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || Serra do distr. de Braga, situada na freg. do mesmo nome; tem 8 k. de comprimento e 695 m. de altura.

Códes. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Rio de Moinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Thiago e S. Matheus e conc. de Sardoal, distr. de Santarem.

Codiém. Aldeia da circumscripção militar de Onda, provincia de Satary, distr. de Gôa, na India.

Codigo. Compilação de leis, de constituições; collecção methodica das disposições legaes, relativas a um assumpto especial, taes como o *codigo civil*, *penal*, *commercial*, etc. Os modernos codigos substituiram a codificação feita nas *Ordenações*. V. *este nome*.

Codigo administrativo. O primeiro codigo administrativo foi decretado em virtude do art.º 45 da lei de 29 de outubro de 1840 e em conformidade da de 27 outubro de 1841 e da de 16 de novembro do referido anno. E' assignado pela rainha e referendado por Antonio Bernardo da Costa Cabral. As fontes d'este codigo fôram os decretos de 16 de maio de 1832, 18 de julho de 1835, 31 de dezembro de 1836 e a carta de lei de 19 de julho de 1839. A este seguiram-se os codigos de 6 de maio de 1878 e de 17 julho de 1886; a reforma administrativa de 6 de agosto de 1892; o codigo de 2 de março de 1895, e o actual approvado por carta de lei de 4 de maio 1896. Por decreto de 21 de junho de 1900 foi approvado um novo codigo, cuja execução se mandou suspender por decreto de 5 de julho seguinte. São numerosas as edições officiaes e particulares do codigo de 1842. Entre as annotadas ha as dos annos de 1843, 1849, 1854, 1863 e 1865, sendo esta ultima extremamente apreciada. A de 1849 é devida ao juiz da relação de Lisboa José Maximo de Castro Leite e Vasconcellos. Teem repertorio alphabetico as edições de Lisboa, 1878 e 1888, e do Porto, 1887. Dos outros codigos promulgados são tambem numerosas as edições.

Codigo Civil. A Carta Constitucional de 1826 no artigo 145 § 17 dispoz que se organisasse um codigo civil e criminal. O decreto de 25 de abril de 1835 offereceu, como o decreto de 3 de setembro de 1822, um premio de 16 contos de réis a quem até 10 de janeiro de 1837 apresentasse um codigo civil ás Côrtes; mas não se chegou a discutir nenhum dos apresentados. Por decreto de 8 de agosto de 1850 foi encarregado o então juiz Antonio Luiz Seabra, e depois visconde de Seabra, da apresentação d'um projecto, nomeando-se uma commissão revisora composta de abalisados jurisconsultos e distinctos homens de letras: drs. Vicente Ferrer, Coelho da Rocha, Paes da Silva e Sousa de Magalhães. Em 12 de julho de 1858 foi a commissão accrescentada com Alexandre Herculano, Antonio de Azevedo Mello e Carvalho, Antonio Gil, Oliveira Marreca, Silva Ferrão, Jeronymo da Silva, Marteus Ferrão, Filippe de Sousa, Costa Simas e Levy Maria Jordão. Em 9 de novembro de 1865 apresentou o governo ás Côrtes a proposta de lei acompanhada do projecto do codigo civil. A 17 de junho de 1867 deu a commissão de legislação da camara dos deputados o seu parecer sobre o projecto. Compunham essa commissão os drs. Ayres de Gouveia, que assignou vencido sobre casamento, Antonio Gonçalves de Freitas, Pedro Augusto Monteiro Castello Branco, Luiz Frederico Bivar Gomes da Costa, Thomaz Ribeiro, Luiz de Freitas Branco, Carlos Pinto Coelho e José Luciano de Castro, que foi o relator geral. Depois de uma notavel discussão na camara electiva e de ser approvado tambem pela camara alta, foi em 1 de julho de 1867 promulgado o codigo civil. Começou a vigorar no continente e ilhas adjacentes a 21 de março de 1868, em virtude do decreto de 13 de fevereiro de 1868, que tambem nomeou uma commissão de jurisconsultos para propôr ao governo as providencias que durante cinco annos de execução parecessem necessarias e convenientes. Por decreto de 18 de novembro de 1869 tornou-se o codigo civil extensivo ás provincias ultramarinas a partir de 1 de julho de 1870. A discussão do codigo civil deu logar a polemicas entre o autor do projecto e os seus impugnadores, entre os quaes se salientaram com seus escriptos: Alberto Antonio de Moraes Carvalho, Antonio da Cunha Pereira Bandeira de Neiva, Antonio Gil, Augusto Teixeira de Freitas, Joaquim José Paes da Silva, Vicente Ferrer Netto Paiva, etc. Da contenda ácerca do casamento civil pódem vêr-se os escriptos do duque de Saldanha, Herculano, João Felix Rodrigues, Amorim Barbosa, J. Bonança, Jayme C. H. Leça da Veiga, José de Sousa Amado, A. A Ferreira de Mello, D. Antonio da Costa, L. M. Prado de Azevedo, M. da Cruz Pereira Coutinho, J. J. de Almeida Braga, Marquez do Lavradio, Manuel Cardoso de Girão, V. da C. Alves Ribeiro, A. L. Alcoforado, A. N. S. Carneiro,

Padre Patricio Mouiz; etc. Entre as edições com repertorio pódem citar-se: *Codigo civil portuguez ordenado alphabeticamente*, pelo conselheiro Camillo Aureliano da Silva e Sousa, Porto, 1870; por Cardoso Paúl, Porto, 1879; *Codigo civil portuguez, repertorio alphabetico e remissivo*, coordenado por A. F. F. A. Castello Branco, Lisboa, 1868.

Codigo Commercial. O dr. José Ferreira Borges fez este codigo na epoca do seu segundo exilio em Londres e offereceu-o ao imperador D. Pedro, duque de Bragança. Por decreto de 18 de setembro de 1833 foi approvado e o autor nomeado supremo magistrado do commercio e juiz presidente do Tribunal Commercial da segunda instancia, sem prejuizo d'outra recompensa que as Côrtes decretassem, e em 25 de novembro de 1833 foi ordenado que a venda durante quatorze annos lhe pertencesse. Desde cedo começaram a ser apresentadas ao parlamento propostas para a reforma do codigo, sendo as mais importantes as do visconde de Seabra e do conselheiro Gaspar Pereira da Silva, que em 1843 publicou a sua obra *Fontes proximas do Codigo Commercial Portuguez*. Fôram successivamente nomeadas e dissolvidas varias commissões para reformar o codigo, e o membro d'uma d'ellas, o conselheiro Diogo de Forjaz, publicou um projecto. Em sessão de 17 maio de 1887 o sr. conselheiro Francisco Antonio da Veiga Beirão apresentou ao parlamento o projecto do codigo actual, que finalmente foi approvado por carta de lei de 28 de junho de 1888. O decreto de 20 de fevereiro de 1894 declarou-o extensivo ás provincias ultramarinas. Além das edições officiaes, pódem citar-se: *Codigo Commercial* (projecto), por F. A. da Veiga Beirão, Lisboa, 1887. *Codigo Commercial Portuguez, approvado por carta de lei de 28 de junho de 1888*, com o respectivo relatorio, repertorio geral, indice alphabetico e um appendice, por Joaquim Lisbanio de Almeida Didier, Porto.

Codigo de Fallencias. A carta de lei de 13 de maio de 1896 autorisou o governo a organisar um codigo de fallencias, e em virtude d'essa autorisação decretou o codigo em 26 de julho de 1899. *Codigo de Fallencias, annotado*, por J. M. Barbosa de Magalhães, Lisboa, 1901. Ha uma edição com repertorio, Lisboa, 1904.

Codigo Florestal. A portaria de 25 de novembro de 1878 creou uma commissão para propôr o respectivo projecto.

Codigo de Justiça Militar. Antes da portaria de 23 de julho de 1855, que mandou proceder á redacção d'um codigo penal militar, andava a respectiva legislação dispersa por diversos diplomas, sendo os mais importantes a Resolução de 17 de julho de 1642, o regimento dos Governadores das Armas de 1 de junho de 1678, o Aviso de 31 de maio de 1777 e Artigos de Guerra. A referida portaria encarregou o então auditor da 1.ª div. Antonio José de Barros e Sá, de redigir o novo codigo e uma commissão presidida pelo ministro da guerra e composta do conselheiro Manuel Duarte Leitão, marechal de campo José Jorge Loureiro, brigadeiro visconde de Ourem, deputado Augusto Xavier Palmeirim e Martens Ferrão. Esta portaria é assignada pelo duque de Saldanha. A lei de 9 de abril de 1875 approvou o Codigo de Justiça Militar. Por decreto de 21 de junho de 1875 nomeia-se uma commissão presidida pelo ministro da marinha e composta dos conselheiros Martens Ferrão, Sá Vargas, Barros e Sá, contra-almirante Visconde da Praia Grande, Mattos Correia, e do capitão-tenente Antonio Maria de Sande Vasconcellos e Carvalho para redigir um codigo de justiça militar para a armada. O decreto de 14 de agosto de 1892 mandou applicar á armada o codigo approvado pela lei de 9 de abril de 1875. O decreto de 25 de abril de 1895 approvou o regulamento para a execução do codigo de justiça militar. Por carta de lei de 13 de maio de 1896 approvou-se um novo codigo de justiça militar, e por carta de lei de 1 de setembro de 1899 approvou-se o codigo de justiça da armada para o continente, ilhas adjacentes e ultramar. Por decreto de 11 de agosto de 1900 regulou-se a execução d'este ultimo.

Codigo Penal. Das antigas *Ordenações Filippinas* era o livro 5.º o que servia de codigo penal e conjunctamente varias leis e clausulas dos foraes respectivos ás terras que os tinham. Varias tentativas se fizeram para a redacção d'um codigo criminal antes do novo regimen. Tratam do assumpto os decretos de 31 de março de 1778 e 3 de fevereiro de 1789. A ordem das Côrtes de 23 de novembro de 1821 creou em Coimbra uma commissão para redigir o codigo criminal e do processo respectivo. A lei de 14 de fevereiro de 1823 abre concurso para um projecto, offerecendo o premio de trinta mil cruzados e uma medalha d'ouro. O decreto de 18 de agosto de 1832 creou uma commissão de cinco membros para redigir um codigo. Em 1833 o dr. José Manuel da Veiga offereceu o seu codigo penal, sendo adoptado por decreto de 4 de janeiro de 1837, mas não se chegou a executar. O decreto de 8 agosto de 1850 incumbiu o encargo de redigir o codigo penal a uma commissão composta dos drs. Manuel Duarte Leitão, José Maximo de Castro Netto Leite de Vasconcellos e José Maria da Costa Silveira da Motta, a qual apresentou o projecto em 30 de setembro de 1852. Por decreto de 10 de dezembro de 1852 foi o projecto promulgado em dictadura. A carta de lei de 14 de junho de 1884 approvou a nova reforma penal e autorisou o governo a fazer uma nova publicação official do codigo penal. O decreto de 16 de setembro de 1886 approvou o actual codigo. D'entre as edições e escriptos especiaes podem citar-se: *Codigo penal por decreto de 10 de dezembro de 1852, seguido de um indice das materias contidas no mesmo codigo e decreto*, Coimbra, 1853; *Codigo criminal intentado pela rainha D. Maria I*, por Paschoal José de Mello Freire, Lisboa, 1823, 2.ª edição; *Codigo penal portuguez approvado por decreto de 10 de dezembro de 1874*, por Augusto Frederico Martius da Costa, Lisboa, 1886; *Codigo Penal Portuguez, relatorio da commissão*, Lisboa, 1861.

Codigo do Processo Civil e Criminal. Em 21 de maio de 1841 decretou-se a chamada Novissima Reforma Judiciaria, compilação que comprehende organisação judiciaria, processo civil, processo criminal, muitas provisões sobre direito civil e criminal, fiscal e commercial. O processo civil desde 1841 até 1865 teve varias reformas avulsas. Em 1869 o dr. Alexandre de Seabra offereceu ao então ministro da justiça, conselheiro José Luciano de Castro, o projecto do codigo do processo civil, que veiu finalmente a ser publicado e mandado pôr em execução por lei de 8 de novembro de 1876. Começou a vigorar no reino e

ilhas em 17 de maio de 1877 e no ultramar em 1 de janeiro de 1882, conforme o decreto de 4 de agosto de 1881. E' trabalho de grande valor o *Codigo do processo civil annotado*, pelo sr. conselheiro José Dias Ferreira, Lisboa, 1887. *Codigo do processo civil*, etc., *com um supplemento* por Francisco Antonio da Veiga, Porto, 1877. *Projecto do codigo do processo civil portuguez* por Alexandre de Seabra, Lisboa, 1869.

Codigo do Processo Commercial. A carta de lei de 28 de junho de 1888 nomeou uma commissão de jurisconsultos e commerciantes, reorganisada por decreto de 13 de outubro do mesmo anno, para elaborar o projecto d'este codigo, que foi adoptado por decreto de 24 de janeiro de 1895.

Codigo de Signaes. Por decreto de 29 de dezembro de 1868 foi redigido segundo Larkins Traduzido do inglez por Joaquim Pedro Parente.

Codly. Povoação do torofo d'este nome, no concelho e commando militar de Sanguém, distr. de Gôa, na India.

Codoqui. Pov. da prov. de Satary, 2.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com de Bardez, arceb de Gôa, na India.

Codorneiro. Pov. na freg. do Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Codornellos. Pov. na freg. de S. Pedro, de Castello de Penalva, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu.

Codracheira. Pov. na freg. de S. Romão, de Ucha, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Codqui. Aldeia da circumscripção militar de Valpoy, na provincia de Satary, distr. de Gôa, na India.

Codti. Pov. da prov. de Pondá, 3.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. das Ilhas, arceb de Gôa, no centro da provincia.

Codval. Aldeia da circumscripção militar de Caranzol, na prov. de Satary, distr. de Gôa, na India.

Coelhal. Pov. na freg. de S. Simão, de Pecegueiro, conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra

Coelheira. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Aguda, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || N. S.ª da Natividade, de Candal, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Christovão, de Nogueira do Cravo, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Cypriano, de Senharei, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Coelheiras. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cercal, conc. de S Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Coelheiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto.

Coelheiros *(Herdade dos)*. Na freg. de S. Domingos, de Maranhão, conc. de Aviz, distr. de Portalegre.

Coelho. Familia muito antiga de Portugal, que procede de D. Egas Moniz, aio d'el rei D. Affonso Henriques, cuja varonia, derivada do conde D. Gonçalo Moniz, governador de Coimbra, Feira, Porto, e quasi todo Entre-Douro e Minho, em tempo d'el-rei D. Ramiro III, o faz 6.º e 5.º neto do mesmo rei, e de D. Ramiro II, de Leão. Seu bisneto Soeiro Viegas foi o primeiro que teve a alcunha de Coelho, que se derivou por appellido a seus descendentes. Tem por armas em campo de ouro um leão de purpura faxado de tres faxas xadrezadas de ouro e azul, orla azul com sete coelhos de prata manchados de prata; o timbre é um leão do escudo, a que alguns accrescentam um coelho nas garras. O leão era as armas antigas de Egas Moniz, que tomou dos reis de Leão seus ascendentes; os coelhos accrescentaram os seus descendentes alludindo ao appellido. Conserva-se sua descendencia na casa dos senhores de Felgueiras e Vieira, na provincia de Entre-Douro e Minho, e em outros ramos. Em Castella tem a casa de Montalvo, a que deu principio Egas Coelho, que se passou áquelle reino no tempo de D. João I, e trazem por armas os d'este appellido, em campo de prata um leopardo faxado de azul, vermelho e amarello, orla de cruzes de ouro como as de Alcantara, em campo branco. A um dos fidalgos mais notaveis d'esta familia, Duarte Coelho, doou-lhe D. João III a capitania de Pernambuco para recompensar os seus serviços no Oriente. Foi tronco da familia dos Coelhos Albuquerques de Pernambuco. D. João III concedeu-lhe o seguinte brazão: em campo de ouro uma cruz ordinaria firmada em um calvario, tudo de côr de pau preto, assentando tudo sobre um monte verde, e junto da cruz um leão vermelho, chefe de prata com cinco estrellas sanguinhas, orla azul carregada de cinco castellos de prata cobertos; timbre o leão das armas. Nicolau Coelho, outro fidalgo notavel na historia das nossas descobertas, companheiro da Vasco da Gama na navegação da India, recebeu d'el-rei D. Manuel novas armas, que são: em campo vermelho um pé de terra verde junto ao mar, e n'elle assentam duas columnas de prata, e sobre cada uma d'estas um escudete das quinas de Portugal, ficando entre ellas o leão d'ouro dos Coelhos sem as faxas; o timbre é o leão com uma columna das armas nas garras.

Coelho *(Adriano Gaspar)*. Jornalista e autor dramatico. Nasceu em 16 de junho de 1832, em Coimbra, falleceu em Lisboa a 27 de dezembro de 1872. Era filho de João Gaspar Coelho. Viveu no Brazil muitos annos, tendo fundado na cidade de Campos um jornal denominado o *Cysne*, e collaborado em diversas folhas da mesma cidade. Em 1867 regressou a Portugal, e seu irmão, o fallecido escriptor e um dos proprietarios do *Diario de Noticias*, José Eduardo Coelho, o chamou para o seu lado, e ali se conservou desde então, como secretario da redacção, até que falleceu. Escreveu algumas comedias e um drama sacro, intitulado *Santa Cecilia*. Foi correspondente do *Diario Mercantil*, do Porto, e do *Jornal do Recife*, de Pernambuco.

Coelho *(Alexandre de Castro)*. Nasceu em Ilhavo em 1840. Muito novo ainda foi para Tondella, onde hoje é secretario da camara aposentado; Jornalista e autor de varios dramas e comedias. Era muito da estima do fallecido poeta Thomaz Ribeiro. Entre outros dramas seus recorda-nos; *Victimas do sr. Estevão*.

Coelho *(Agostinho)*. Coronel de infantaria, governador geral da provincia da Guiné e de Moçambique, etc. N. em Aveiro a 9 de junho de 1828, fal. em Lisboa a 13 de fevereiro de 1888. Era filho de Miguel Coelho, militar que esteve no cerco do Porto onde Agostinho Coelho ainda muito creança partilhou com seu pae grandes privações. Terminada a campanha da liberdade veiu para Lisboa, e a 4 de outubro de 1838 en-

trou no Collegio Militar, cujo curso completou em 1845. A 19 de outubro d'este anno assentou praça de voluntario no batalhão de caçadores n.º 6. As luctas politicas de 1846 o obrigaram a emigrar para Hespanha, d'onde voltou no fim do mesmo anno, e sendo mandado apresentar em caçadores n.º 1, fez a campanha, assistindo á acção de 22 de dezembro do mesmo anno de 1846. Em 5 de agosto de 1847 voltou para caçadores n.º 6, que estava de guarnição no Funchal, onde se demorou até 1852, e regressando a Lisboa, foi novamente collocado em caçadores n.º 1. No periodo de 1852 a 1855 voltou á Madeira em caçadores 2, e no anno immediato, a 7 de agosto de 1856, sendo nomeado para exercer uma commissão de obras publicas no Algarve, teve de pedir a sua exoneração, por causa do fallecimento de seu pae, que residia no Funchal. Ainda n'este anno foi professor de esgrima no Collegio Militar, e em 1860, sendo já tenente, passou ao estado maior do referido collegio, como ajudante, accumulando as obrigações da commissão que exercia. Desde setembro de 1866 até fevereiro de 1869 tambem exerceu o cargo de instructor de infantaria na Escola do Exercito. Em 21 de abril de 1868 foi promovido a capitão. Em dezembro d'este anno mandou o governo organisar em Angola um batalhão auxiliar com destino á campanha contra o Bonga de Massangano, na Zambezia, de que Agostinho Coelho foi nomeado commandante, com o posto de major, em 1869, de cujo commando tomou posse a 8 de maio. N'esta commissão de grande importancia, prestou assignalados serviços, disciplinando e organisando o batalhão que encontrou em lastimoso estado. Tanto trabalho e tantos esforços, porém, ficaram inuteis, porque o governo o mandou dissolver, pela portaria de 4 de dezembro do mesmo anno, regressando Agostinho Coelho á metropole, onde retomou a sua antiga posição de capitão de infantaria. Quando em junho de 1870 o marechal duque de Saldanha quiz reorganisar o Collegio Militar, tornando-o uma escola completa de cavallaria e infantaria, promulgando o decreto de 14 do referido mez, Agostinho Coelho foi requisitado pelo director da nova escola, então o major Antonio José da Cunha Salgado, para seu immediato. Em 4 de outubro foi nomeado commandante do asylo dos soldados, e sendo extincto este asylo em 1874, passou a caçadores n.º 6; em novembro de 1875 voltou de novo á Escola do Exercito a exercer o cargo de instructor de infantaria. Em 1877 foi nomeado chefe da repartição militar do ministerio da marinha e em 1878, tendo-se creado a nova provincia da Guiné, que então passava por uma crise de guerra terrivel, teve a nomeação de governador geral, o primeiro que teve a provincia, tendo então já o posto de tenente-coronel. Apenas chegou, visitou os logares do seu districto, grangeando desde logo grande reputação pelo seu caracter energico, conseguindo restabelecer a ordem, disciplinando a sua revolta guarnição, desenvolvendo as riquezas da provincia, e reanimando o commercio, que estava paralisado Em 18 de janeiro de 1882 foi promovido a coronel, e n'esse anno passou a governar Moçambique, onde continuou dando provas da sua energia, principalmente no modo como subjugou a revolta de Massingine e como iniciou as relações com o Gungunhana. Em 1885, sendo exonerado d'este governo, voltou a exercer o seu logar de chefe da repartição militar do ministerio da marinha. Tinha o habito da ordem de Aviz e o da Torre e Espada, de que tambem era commendador.

Coelho *(André)*. Capitão que serviu na India pelos annos de 1618 e 1619, e que escreveu umas *Advertencias ao governador da India sobre o damno que faziam ao Estado os estrangeiros, e sobre o modo de se remediar,* obra que ficou manuscripta.

Coelho *(Antonio)*. Official de cerieiro, rei de armas de Portugal. N. em Lisboa a 9 de dezembro de 1664. Foi muito instruido na lição de historia e na sciencia dos brazões. Escreveu o seguinte, que ficou manuscripto: *Livro d'armas de muitos reinos e cidades, e de muitos reis e senhores do mundo, e dos Brazões de todos os nobres e fidalgos de Portugal, da origem de muitas familias; Livro dos Brazões de todos os fidalgos de Portugal*, etc. *Livro de muitas curiosidades que conteem prophecias de Santo Isidoro, S. Fr. Gil, e do Bandarra*, etc.; *Titulos de varias familias de Portugal, tirados dos livros de D. Luiz Lobo da Silveira, senhor de Sarzedas; Livro que trata das chronicas de todos os reis de Portugal tiradas das antigas da Torre do Tombo até D. João IV; Chronica d'el-rei D. João IV*, etc. Estes manuscriptos estavam na livraria do marquez de Louriçal.

Coelho *(Antonio João)*. Esculptor em madeira, natural de Evora, onde falleceu no principio do seculo XIX. E' obra sua uma banqueta que existe na sé d'aquella cidade, feita para substituir a de prata que existia na Cartuxa, e foi roubada pelos francezes em 1807.

Coelho *(Antonio José)*. Bacharel em Canones, que viveu no seculo XVIII. Foi homem muito instruido, poeta, socio de todas as academias litterarias do seu tempo e alumno da Academia dos Applicados. Apenas deixou um romance endecasyllabo e panegyrico.

Coelho *(Carlos Zeferino Pinto)*. V. *Pinto Coelho (Carlos Zeferino)*.

Coelho *(Duarte)*. Fidalgo que militou valorosamente na India, recebendo em recompensa a capitania de Pernambuco, quando D. João III em 1534 dividiu o Brazil em capitanias. Os limimites da sua capitania eram o rio de S. Francisco e o Iguarassú. Partiu para ali, e diz-se que ao chegar ao sitio onde hoje existe a cidade de Olinda, exclamara: «O' linda situação para se fundar uma villa», e d'aqui proveiu o nome de *Olinda* á terra que elle fundou. Duarte Coelho casou com D. Brites de Albuquerque, d'onde procede a illustre familia brazileira dos Coelhos de Albuquerque. Falleceu em 1554.

Coelho *(Duarte d'Albuquerque)*. Fidalgo que exerceu o cargo da capitania de Pernambuco, em 1554, e vindo a Portugal, acompanhou el-rei D. Sebastião a Africa, ficando prisioneiro em Alcacer-Kibir, fallecendo nos carceres de Fez.

Coelho *(Eduardo)*. Jornalista contemporaneo. N. em Lisboa a 4 de março de 1863. E' filho do fallecido jornalista e um dos fundadores do *Diario de Noticias*, José Eduardo Coelho, e de sua mulher, D. Maria da Conceição Coelho. Fez os seus primeiros estudos na Escola Academica, cursando depois o Instituto Agricola, o Instituto Industrial e o Curso Superior de Letras. Mais tarde foi estudar a Paris, seguindo o curso da

Ecole Libre des sciences morales et politiques, *Arts et métiers* e *Sorbonne*, tendo tido entre outros mestres, Paul Leroy Beaulieu, Locroy, Gaidoz, Butmy, etc. O seu primeiro ensaio litterario foi feito em Lisboa, em 1876, contando apenas 13 annos, com o folhetim intitulado *O homem do realejo*, que saiu no *Diario de Noticias*; pouco tempo depois traduziu o romance de Jules Lermina *A virgem de Belem*, que está na collecção do mesmo jornal. Em Paris escreveu em 1882 as *Novas de longe*, longa serie de cartas, que se publicaram no referido *Diario de Noticias*, com o pseudonymo de João Pequenito. Collaborou n'algumas revistas e jornaes de Paris, e em 1884 fez uma conferencia no *Instituto Polyglotta*, a que a imprensa franceza se referiu elogiosamente. Esta conferencia foi editada em Paris, pela casa E Dentu, do Palais-Royal. Em 1886 regressou a Lisboa, e entrou na redacção do *Diario de Noticias* como redactor effectivo, sendo actualmente um dos proprietarios e o secretario da redacção. N'este jornal tem publicado a maior parte dos seus trabalhos litterarios, contando-se entre elles o romance original de costumes parisienses *Lêa*, uma serie de contos, novellas, apreciações litterarias e dramaticas, etc. No anno de 1886 publicou um livro de contos, intitulado *Retalhinhos*, prefaciado por Julio Cesar Machado, e com illustrações de Roque Gameiro. Ha pouco tempo inseriu no seu jornal uma serie de folhetins, *Lisboa subterranea*, narrando uns passeios por baixo da cidade, que despertaram bastante interesse. Os *Passeios em Lisboa*, em fórma de dialogo, tambem fôram recebidos com agrado. Em 1898, por occasião do 5.º congresso da imprensa que se realisou em Lisboa, fez em francez as seguintes brochuras, que offereceu aos congressistas: *A travers Lisbonne* (Cintra e Cascaes) com um resumo de tudo quanto ha de notavel na nossa capital, e *Thomar* (monographia) sobre o convento de Christo, editadas pela Imprensa Nacional; *Batalha*, pequena monographia sobre o monumental edificio, e ainda *Le Portugal et Guttenberg; quelques indications abregées sur le dévéloppement de la Presse portugaise*. No vol. 23.º dos *Brindes* que o *Diario de Noticias* offerecia annualmente aos seus assignantes, tambem está publicado um conto seu, com o titulo de *Está cá minha mulher?* Nas horas que os trabalhos jornalisticos lhe deixam livres, tem-se dedicado ao theatro, estreando se em 1886 com a comedia em 2 actos *A gallinha e os pintos*, que se representou no Gymnasio, traducção da comedia de Emile de Najac *La poule et ses poussains*. Animado pelo exito que obteve, continuou escrevendo, apresentando desde então sómente originaes, que se tem representado em quasi todos os theatros de Lisboa. No Gymnasio, as comedias em 1 acto: *Uma lição*, *Idéas do Braz*, *Pobreza*, *Miseria e Companhia*; no mesmo theatro a comedia em 3 actos, *O ministro d'agua furtada*. No *Principe Real*, o drama em 6 actos *O coxo do bairro alto;* no D. Amelia, a comedia em 1 acto e em verso, *Noticia d'ultima hora;* na Trindade, *A preta do mexilhão*, parodia em 3 actos e 5 quadros, de collaboração. No antigo theatro d'Alegria representou-se a comedia em 2 actos, tambem de collaboração, *Os remorsos de Aniceto*. Tem mais os seguintes trabalhos dramaticos: *Ares da serra*, comedia em 3 actos, que destina ao theatro de D. Maria; *Quarto independente*, em 1 acto, ao Gymnasio; a opereta burlesca em 3 actos *O Cabo Ruivo; Ratoeira matrimonial*, em 3 actos; *O heroe de Cacilhas*, etc. Monologos e cançonetas, na maior parte representados, contam-se: *Siga sempre a direito*, *Um amador de S. Carlos*, *O pinguinhas*, *Um monologo*, *Damnado*, *Boas noites, meus senhores; Uma fabula... á moderna*, *O cão e o gato*, *Meio kilo de manteiga*, *O gato pingado*, *Uma prelecção*, *Audaz conquistador*, *Fiquei espantado*, *A minha commandanta*, *Isso sim e isso não*, etc. Para theatro de amadores escreveu o drama em 3 actos, *Os dois irmãos*, e as comedias em 1 acto, *Um dia na Outra Banda* e *Por causa d'um annuncio*. Eduardo Coelho foi presidente da direcção do Gremio Popular, durante tres annos, e egual cargo tambem exerceu no Real Gymnasio Club; fundou a actual Associação dos Trabalhadores da Imprensa; é socio da Sociedade de Geographia de Lisboa, e da moderna Associação dos Jornalistas e Escriptores, assim como fôra da antiga associação fundada por seu pae em 1880, por occasião das festas commemorativas do tricentenario de Camões. Pertenceu aos Bombeiros Voluntarios de Lisboa e da Ajuda, é socio da Société Néo-Latine, da Academie Royal de Toulouse, presidente honorario da Associação de Soccorros Mutuos Eduardo Coelho, socio do Instituto Hypnotherapico de Madrid, e de muitas outras sociedades tanto nacionaes como estrangeiras; é official da Academia de Paris, e tem a *Estrella de merito* de *Mohum Tagore* (Constantinopla).

Eduardo Coelho

Coelho *(Eduardo)*. V. *Coelho (José Eduardo)*.

Coelho *(Eduardo José)*. Actual ministro do reino E' natural de Chaves, onde nasceu em 1836. Matriculando-se na Universidade de Coimbra, formou-se em Direito em 1861, tendo feito um curso distincto, em que obteve os primeiros premios. Entrando na vida publica, foi advogado em Chaves, procurador á Junta Geral em Villa Real, delegado, juiz de primeira classe a que foi promovido no anno de 1883, e governador civil de Bragança. Dedicando-se á politica, filiou-se no partido progressista, e foi eleito deputado em diversas legislaturas. Fez parte da commissão parlamentar que deu parecer sobre o Codigo Commercial promulgado no anno de 1888. Anteriormente, em 1886, passou a juiz da 1.ª vara civel da comarca de Lisboa. Em 1889 dan-

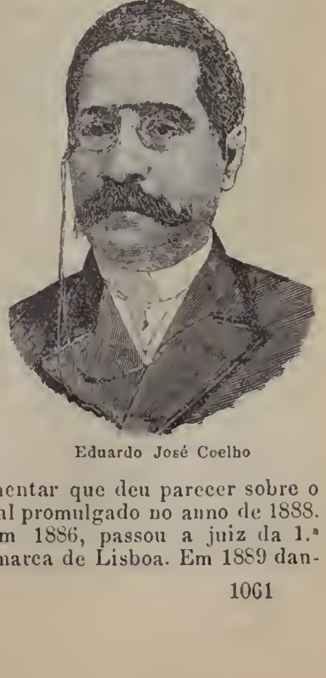
Eduardo José Coelho

do-se uma recomposição do ministerio pela saída do ministro da fazenda, Marianno de Carvalho, e do das obras publicas, Emygdio Navarro, o sr. conselheiro Eduardo José Coelho foi convidado para se encarregar da pasta das obras publicas. Os decretos que se referem a esta recomposição, teem a data de 23 de fevereiro, e fôram publicados a 26 do referido mez Em março de 1898 foi eleito par do reino, de que tomou posse na respectiva camara a 17 de março. No actual ministerio progressista, organisado em outubro de 1904 pelo sr. José Luciano de Castro, novamente tornou a ser convidado para dirigir a pasta das obras publicas, mas na recomposição effectuada em maio de 1905 passou á do reino, que vagara pela saída do sr. conselheiro Pereira de Miranda, indo substituil o nas obras publicas o sr. D. João de Alarcão. Por occasião da recente visita do presidente da republica franceza, foi agraciado com a grã-cruz da Legião de Honra.

Coelho *(Padre Estevão)*. Jesuita do seculo XVII. N. em Abrantes em 1586, fal. no Malabar em 1622 Era filho de Pedro Fernandes Rebotim e de Brites Coelho. Professou em Evora a 30 de maio de 1604, e passou á China, como missionario, em 1609, depois de obter licença dos superiores; em 1620 estava no Japão. Deixou manuscripta uma *Relação das cousas da China*.

Coelho *(Fr. Feliciano)*. Monge da ordem de S. Bernardo, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, etc. N. em S. Martinho, termo da villa de Ceia, fal. em 1642. Era filho de Antonio Coelho d'Albuquerque de Carvalho, commendador de Santa Maria de Ceia na ordem de Christo, e de D. Ignez Maria Coelho, sua segunda mulher. Professou no convento de Salzedas. Foi reitor do collegio de Coimbra, em 1618, abbade do convento de N. S.ª do Desterro, de Lisboa, em 1624, d'onde se elevou a geral da sua congregação, em 1627, com residencia em Alcobaça. Deixou em manuscripto um *Tractatus orandi*, etc.

Coelho *(Francisco)*. Rei d'armas da India, de quem D. Antonio Caetano de Sousa cita umas *Advertencias feitas ao livro da nobiliarchia portugueza*, affirmando que o mesmo Francisco Coelho dizia, que escrevera um livro intitulado *Thesouro da nobreza em Portugal*.

Coelho *(Francisco)*. Magistrado, natural de Vizeu, fallecido em 1558. Era filho de João Coelho e de Catharina Lourenço d'Andrade. Formou-se em Direito canonico, e sendo desembargador dos aggravos, foi mandado por D. João III reger a cadeira de Canones, emquanto não chegava de Hespanha o padre Martim Azpicelta Navarro, cuja leitura começou a 2 de maio de 1537; foi depois vice-reitor da Universidade, em 29 de maio de 1538, desembargador do paço, e promotor do Santo Officio, de que tomou posse a 18 de agosto de 1540. Em 1558 a rainha D. Catharina o nomeou chanceller-mór do reino, cargo que não chegou a exercer, por ter fallecido. Era commendador da ordem de S. Thiago, e tinha casado com D. Anna do Olival, d'onde procedem os Napoles e os Loureiros de Vizeu. Escreveu por ordem de D. João III: *Annotações ás ordenações do reino contrarias á jurisdicção e liberdade ecclesiastica*.

Coelho *(Francisco Adolpho)*. Philologo; erudito professor do Curso Superior de Letras, da cadeira de Philologia romanica em geral, e philologia portugueza em especial, director e professor da Escola Preparatoria «*Rodrigues Sampaio*»; etc. N. em Coimbra a 15 de janeiro de 1847. Fôram seus paes: João Gaspar Coelho (V. *este nome)* e sua mulher D. Francisca do Carmo Coelho. Cursou a Universidade com distincção. E' grande o numero das suas producções, sobretudo sobre assumptos philologicos. Entre outras citaremos: *A lingua portugueza, phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe,* Coimbra, 1868; *Origem da lingua portugueza*, serie de artigos publicados em 1870 no *Diario de Noticias; A sciencia allemã e a ignoroncia portugueza; Cantos populares portuguezes, Os elementos tradicionaes da educação, estudo pedagogico, (Bibliotheca d'Educação Nacional*, III*)*, Porto, 1883; *Diccionario manual etymologico da lingua portugueza, contendo a significação e a prosodia,* Lisboa, 1890, um volume; *O ensino da lingua portugueza nos lyceus*, Porto, 1895; *Origem das linguas romanicas; Os ciganos de Portugal; com estudo sobre o calão, Exposição ethnographica portugueza*; *Portugal e ilhas adjacentes*, por Francisco Adolpho Coelho, presidente da secção de sciencias ethnicas da Sociedade de Geographia, Lisboa, 1896. Nos ultimos dias de dezembro de 1880 inaugurou na Associação dos Jornalistas, que se instituiu em 10 de junho d'esse anno, umas interessantes conferencias, que proseguiu no mez seguinte, *lições sobre as epopeias homericas*. Foi um dos secretarios adjuntos do congresso anthropologico de Lisboa, ao qual apresentou: *Note sur les cultes peninsulaires à la domination romaine: Sur les relations pretendues des macrocephales d'Hippocrate avec les Cimbres*, etc. Para a sua biographia veja-se *A Semana Illustrada* n.º 4, Lisboa, 1888, artigo de Luciano Cordeiro.

Francisco Adolpho Coelho

Coelho *(Francisco Duarte)* Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, desembargador da Casa da Supplicação, e ministro da Fazenda em 1821. Natural de Lisboa onde falleceu em 5 de julho de 1833. Foi accusado de jacobinismo, e por isso a regencia do reino o mandou sair da capital em 1808, como deportado, para uma quinta que possuia nos seus arredores, e ali escreveu uma *Memoria justificativa*, que não publicou, mas que, segundo parece, conseguiu convencer a regencia de que nunca fôra jacobino. Em 1810, estando comprehendido na revolta chamada *setembrisada*, foi deportado para a ilha Terceira, onde se conservou até 1815. Quando rebentou a revolução de 1820, adheriu a esse movimento, sendo nomeado ministro da fazenda em 1821. Com a queda do regimen liberal, afastou se completamente da vida publica. Escreveu: *Exposição das operações do Thesouro Nacional no*

primeiro semestre de 1821; Lisboa, 1821. Publicou tambem o seguinte trabalho que parece ser continuação de outro ou de outros: *Quinto anno da fundação do Banco de Lisboa; conta que em nome da direcção geral apresentou o seu presidente Francisco Duarte Coelho, do conselho de Sua Magestade, etc., á assembléa geral dos accionistas, em 10 de janeiro de 1827*, Lisboa, 1827.

Coelho *(Gaspar)*. Jesuita. N. no Porto em 1531, e fal. a 7 de janeiro de 1590. Passou á India com a idéa de augmentar a fortuna que herdara de seus paes, mas depois resolveu entrar na Companhia de Jesus, e professou em Gôa em 1556. Tornou-se missionario no Malabar, onde esteve 18 annos, prégando especialmente no reino de Omura, onde fez muitas conversões. Foi eleito provincial no Japão. A 7 de julho de 1587 recebeu ordem para deixar o Malabar, e retirou-se para Conzuça, no reino de Armia, onde falleceu. Escreveu algumas cartas, de differentes pontos da India, sendo umas publicadas, ficando outras em manuscripto. Escreveu tambem: *Annual do Japão do anno de 1588 para o reverendo padre geral da Companhia de Jesus*, etc., saiu impresso nas *Cartas escriptas do Japão e China*, Evora, 1598, tomo II.

Coelho *(Gaspar Cerqueira)*. Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, desembargador da curia primacial de Braga, abbade de Molares, etc. Era natural de Amarante, e filho de Francisco Cerqueira, cavalleiro professo da ordem de S. Thiago. Viveu no seculo XVI, e fal. em Guimarães. Deixou em manuscripto um livro em que tratava as questões juridicas relativas aos filhos dos padres, livro que se intitulava: *De filiis presbyterorum.*

Coelho *(Gonçalo)*. Muito perito em Cosmographia, o qual partindo por ordem de D. Manuel a explorar a situação das terras, e portos da America, novamente descoberta por Americo Vespucio, como tambem os costumes e ritos dos seus habitantes, saiu de Lisboa com o posto de capitão-mór n'uma armada composta de 6 navios, e chegando felizmente, investigou tudo quanto era digno de saber-se, não sómente tomando posse d'aquella região em nome do soberano, como escrevendo em estylo claro e sincero a *Descripção do Brazil*, que ficou inédita, a qual no seu regresso a Portugal offereceu a D. João III, por já ter fallecido D. Manuel.

Coelho *(Gonçalo Luiz)*. Doutor em Direito Civil pela Universidade de Coimbra, cidade d'onde era natural. Foi lente de Instituta, nomeado em maio de 1571, passando á cadeira de Codigo em novembro de 1576, e á dos Tres livros em novembro de 1581. Sendo desembargador dos aggravos regeu novamente esta cadeira a 20 de outubro de 1617. Escreveu: *Allegação juridica a favor da Serenissima Senhora D. Catharina sobre a successão do reino; Varias postillas sobre diversos titulos de Direito.* Estes dois trabalhos ficaram manuscriptos.

Coelho *(Padre Jeronymo)*. Presbytero secular e reitor da egreja de S. Torquato, junto a Guimarães. N. em Barcellos em 1590 e fal. em 1653. Estudou na Universidade d'Evora, foi afamado prégador por muitos annos na provincia de Entre Douro e Minho. Escreveu: *Discursos predicaveis sobre a vida, virtudes e milagres do gigante dos menores, Hercules portuguez, divino Atlante, Santo Antonio*, primeira parte, Lisboa, 1663, e segunda parte em 1669.

Coelho *(João)*. Prégador afamado, natural de Barcellos; era formado em Canones pela Universidade de Coimbra. Só publicou um dos seus sermões, de N. S.ª do Rosario, em 1677.

Coelho *(João Francisco)*. Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra. N. em Laguna, comarca do Rio de Janeiro, e era filho de Jeronymo Francisco Coelho. Doutorou-se em 25 de julho de 1801. Ignora-se a data do fallecimento.

Coelho *(João Gaspar)*. Constructor civil. Apenas acabou os seus estudos primarios, empregou a sua actividade no trabalho operario, e era tão habil e tão activo, economico e regular nas suas cousas, que aos 24 annos já possuia uma casa de trabalho sua, e trazia officiaes por sua conta. Tornou-se muito conhecido e acreditado na sua profissão. Em Coimbra notam-se varios predios de seu risco e edificação, sendo n'aquella epoca muito apreciadas as casas que construia, porque apresentavam innovações, que João Gaspar Coelho estudava nas viagens successivas que fazia á capital, onde vinha tratar com os seus correspondentes d'um pequeno ramo de commercio que estabelecera. As sympathias que soubera grangear, lhe crearam muito boas relações Ouvindo contar e lendo tambem as duras oppressões do povo no systema monarchico absoluto, contemplando a degradação a que o reino chegara com o despotismo dos estranhos, foi com o maior enthusiasmo dos 24 para 25 annos que se associou, assim como toda a mocidade conimbricense, á revolução de 1820, e quando chegaram a Coimbra os eccos da restauração absolutista de 1823, que abolia a constituição livre, apoderou-se d'um grande desespero e pezar, vendo o retrocesso a que o reino ia ser compellido. Tornando-se um liberal convicto, apezar de ter casado havia pouco tempo, antepoz aos commodos da familia o serviço desinteressado pela patria, tomando parte mais ou menos activa em todas as tentativas e esforços que se fizeram a favor da liberdade; sendo perseguido como *malhado*, homisiado em Lisboa e em Setubal, soffrendo todos os riscos a que o expunham as suas avançadas idéas, conseguiu penetrar no Porto, por occasião do cerco, e obter 44 dias depois da entrada do duque da Terceira em Lisboa, um documento official, que lhe reconhecia os bons serviços prestados á causa da patria, o acerto, honradez, zelo e actividade com que desempenhara laboriosas diligencias de que fôra incumbido, e principalmente a intrepidez e bravura com que se portara no dia 5 de setembro de 1833, fazendo em todo aquelle dia um fogo vivo ao inimigo, que mereceu o elogio de muitos militares que o presencearam. A 8 de maio de 1834 entrou a divisão do duque da Terceira em Coimbra, d'onde haviam retirado para o sul as tropas realistas. Aquelle dia ficou sendo festejado por muitos annos. João Gaspar Coelho voltou tambem para Coimbra, trazendo unicamente como riqueza a gloria de ter combatido desinteressadamente a favor da liberdade politica do seu paiz, e dos progressos da civilisação social. No esboço biographico escripto por seu filho Eduardo Coelho, publicado no *Brinde aos assignantes do Diario de Noticias*, de 1875, d'onde extrahimos estes apontamentos, veem minuciosamente descriptos os trabalhos e os soffrimentos de Gaspar Coelho para

fugir ás incessantes perseguições miguelistas. Vendo-se novamente em Coimbra, tratou de reorganisar o seu negocio, dando todo o possivel desenvolvimento aos trabalhos da sua industria. Mais tarde, nas fileiras da guarda nacional, entrou nos movimentos da revolução de setembro de 1836, e foi partidario da constituição de 1838. Acompanhou o partido setembrista em todas as suas aspirações e esforços. Em junho de 1844, depois de vencida pelo governo de Costa Cabral a revolta militar de que se pozera á frente o conde de Bomfim, organisou uma imprensa para a publicação d'uma folha revolucionaria, *A Opposição Nacional*, cujo principal redactor foi Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos. Este jornal, de que os artigos eram esmagadores, foi mandado suspender, depois de 77 dias, com ordem do poder judicial e d'um modo arbitrario. A pequena fortuna que, á custa de muito trabalho, alcançara no intervallo d'estas luctas, levaram-lh'a os fornecimentos ás guerrilhas e forças populares reunidas em Coimbra em 1846, fornecimentos que ficaram por pagar. Fôra o duque de Loulé, então governador civil de Coimbra, que por alvará de 15 d'outubro d'aquelle anno, e «attendendo á sua probidade», o nomeara «fornecedor das forças populares.» Pelas vicissitudes do partido em que se filiara, a que davam o nome de *patuléa*, João Gaspar Coelho, depois da entrada de Saldanha em Coimbra, veiu a ser preso a 19 de fevereiro de 1847, no assalto feito ás habitações dos patuléas mais salientes. Eram 29 os presos liberaes, que fôram para a cadeia da Portagem, passando tres horas depois para a Figueira da Foz, sendo trazidos d'ali para Lisboa a bordo do vapor *Terceira*. João Gaspar Coelho foi mettido no segredo do Limoeiro, onde se conservou até 29 d'abril do mesmo anno, em que um movimento revolucionario abriu as portas do Limoeiro, soltando os presos. Voltando para Coimbra, fal. a 17 d'agosto de 1848.

Coelho *(Jorge).* Latinista afamado, que falleceu a 28 d'agosto de 1563. Era filho de Nicolau Coelho, navegador, companheiro de Vasco da Gama na sua viagem do descobrimento do caminho da India. Foi discipulo do grande latinista, Nicolau Clonardo, e tornou-se tão distincto na lingua latina, que foi mestre de principes e de grandes fidalgos. Completou os seus estudos na Universidade de Salamanca, onde recebeu o grau de doutor em direito pontificio, e quando regressou ao reino, o cardeal infante D. Henrique, que então occupava a cadeira primacial de Braga, o nomeu seu secretario particular, tratando-o sempre com a maior consideração, confiando-lhe missões da maior importancia, e concedendo-lhe valiosas mercês. Jorge Coelho acompanhou depois a Evora o infante, que foi transferido para aquelle arcebispado; em 1546 o cardeal o constituiu seu procurador para a approvação, pelo nuncio apostolico, dos estatutos que reformara e accrescentara para o seu cabido eborense. D. Henrique deu-lhe mais tarde o priorado do convento de S. Jorge de conegos regrantes, situado junto da cidade de Coimbra, do qual era commendatario. Deixou varias obras em latim, entre as quaes se conta uma elegia *ad virginem Deiparam de Christo moriente*, um tratado de *patientia Christiana*, que se imprimiu em 1540, uma *Lamentação da Paixão de Christo*, canto heroico em portuguez, impresso em 1557. Em manuscripto deixou um poema latino em louvor de S. Jorge, epigrammas e epistolas dirigidas a Damião de Goes, a Fernando Soares, a Ayres Barbosa; e em portuguez a *Vida de D. Duarte, filho natural de D. João III.*

Coelho *(Jorge d'Albuquerque).* N. em Olinda, capital de Pernambuco, a 23 d'abril de 1539. Era filho de Duarte Coelho Pereira e de D. Brites d'Albuquerque. Distinguiu-se muito na guerra contra os gentios e na exploração dos bosques e rios de Pernambuco. Vindo a Portugal em 1565, teve uma viagem tão tormentosa, que a sua descripção figura na *Historia tragico-maritima*, e deu origem, segundo se julga, á canção popular da *Nau Cathrineta*; conseguiu chegar ao reino, vencendo com extraordinario heroismo todos os horrores do naufragio. Partiu depois com D. Sebastião para Africa, sendo nomeado enfermeiro-mór do exercito, e assistiu á batalha d'Alcacer-Kibir em 1578, onde fez prodigios de valor, e ficou prisioneiro, podendo mais tarde conseguir o seu resgate, quando Portugal já estava sob o dominio castelhano. Casou duas vezes: a primeira em 18 de dezembro de 1583, com D. Maria de Menezes, filha de D. Pedro da Cunha, e a segunda, a 25 de novembro de 1587, com D. Anna de Menezes, filha de D. Francisco Coutinho, conde de Redondo e vice-rei da India. Deixou alguns manuscriptos.

Coelho *(José Augusto).* Actualmente director da Escola Normal, sexo feminino, de Lisboa. N. a 2 de janeiro do anno de 1850, em Sendim, no concelho de Taboaço, onde estudou os primeiros preparatorios, e as linguas latina e franceza; aos 15 annos passou a cursar o seminario de Lamego, com o intuito de se dedicar á vida ecclesiastica, profissão a que o impelliam preoccupações de familia. Em outubro de 1867 matriculou-se no primeiro anno do curso de Theologia, seguindo o segundo anno, que terminou em 1869. Decidido então a abandonar o estudo d'aquella faculdade, e devido aos bons officios d'um seu amigo, conseguiu entrar n'um collegio do Porto como professor. Ambicionando seguir um curso na Universidade de Coimbra, e vendo n'ella a *alma mater* do seu futuro, passou a dividir o tempo, atravez de muitas difficuldades, entre o ensino das creanças, e o estudo das disciplinas preparatorias, porque de nada lhe podiam servir os exames feitos em Lamego, por não terem valimento para a entrada na Universidade. Agitado pelos embates da lucta intima entre as tendencias da sua personalidade, e a velha preoccupação que o habituara a vêr o estado ecclesiastico como a unica base possivel da sua existencia, resolveu matricular-se na faculdade de Theologia em 1875, mas no fim de tres mezes de frequencia, n'um accesso de desespero, deixou Coimbra, e foi para o Porto dedicar-se novamente ao magisterio, entrando ao mesmo tempo como redactor politico no jornal a *Actualidade*, de que era proprietario Anselmo de Moraes. Ali passou cinco annos em grande actividade, leccionando todas as sciencias professadas nos lyceus, escrevendo artigos politicos, fundando com Oliveira Martins e Emygdio de Oliveira a Sociedade de Geographia Commercial, e continuando sempre a estudar. Este excesso de trabalho causou-lhe uma grave doença, que o obrigou a procurar uma situação menos activa e trabalhosa, e quando em

1882 se estabeleceu a Escola Normal do Porto conseguiu ser nomeado professor d'este instituto. Tendo a vida socegada, pôde então dedicar-se com mais assiduidade ao estudo e lançando, pela sua posição official, as vistas para a situação lamentavel em que se encontrava a sciencia pedagogica na Europa, e lendo ao acaso o livro do philosopho inglez Herbert Spencer, *Educação physica, intellectual e moral*, pensou em organisar esta sciencia em bases positivas. Para isso tratou de adquirir a preparação encyclopedica, de que precisava. Dedicando-se ao estudo, nos seus ramos superiores, da mathematica, mechanica, astronomia, physica, chimica, anthropologia, e sciencias sociaes, organisou assim, só por si, um verdadeiro curso polytechnico. De todos estes estudos, apenas pelo esforço proprio, resultaram os seus *Principios de Pedagogia*, tratado em 4 volumes, em que se opéra a synthese de todo o nosso saber encyclopedico, considerado como objecto de ensino nos centros escolares, primarios e medios, de caracter geral. Concluido este trabalho, em que o autor dá ao publico a concepção d'uma verdadeira pedagogia positiva, e tendo vagado em 1894, em Lisboa, um logar de professor, obteve transferencia para a Escola Normal, sexo masculino, de Lisboa, onde se conservou até ser nomeado em dezembro de 1903 professor e director da Escola Normal, sexo feminino, da referida cidade. E durante este periodo, reconhecendo a necessidade de vulgarisar as suas idéas pedagogicas pela penna e pela palavra, além de varias conferencias publicas e artigos na imprensa periodica, tem publicado as seguintes obras: *Elementos de Pedagogia para uso dos alumnos das escolas normaes primarias; Organisação geral do ensino, applicavel ao estado actual da nação portugueza; O ensino inicial de leitura* (conferencias na Academia dos Estudos Livres); *Manual pratico de Pedogogia para uso dos professores em geral e, em especial, dos de ensino medio; Noções de Pedagogia elementar em harmonia com o programma official*. Ultimamente tem-se dedicado ao estudo da vida iberica, estando prestes a publicar uma nova obra, em 2 volumes, sobre as sociedades peninsulares.

Coelho *(José Eduardo)*. Jornalista, fundador do *Diario de Noticias* de Lisboa. N. em Coimbra a 23 d'abril de 1835, fal. em Lisboa a 14 de maio de 1889. Era filho de João Gaspar Coelho, constructor civil, valente defensor das liberdades populares, e de sua mulher, D. Francisca do Carmo Coelho. Pelo fallecimento de seu pae, succedido em 1848, vendo-se na impossibilidade de continuar os estudos, resolveu vir para Lisboa empregar-se na vida commercial, e entrou como caixeiro n'uma loja de ferragens da rua dos Capellistas, pertencente a Francisco José de Araujo Barros, onde esteve quatro annos, passando então para outro estabelecimento do mesmo genero, na rua dos Fanqueiros, proximo á referida rua dos Capellistas, de José Anastacio Verde. Eduardo Coelho tinha decidida negação para a vida commercial, e já era enthusiasta pela litteratura, unico futuro que lhe sorria; entregava-se, sempre que podia, á leitura, não só dos jornaes, mas de quantos livros podia alcançar, tentando tambem escrever algumas pequenas poesias, e em 1852 conseguiu publicar um pequeno volume, com o titulo *Livrinho dos caixeiros*, o qual constava d'uma collecção de quadras em que se proclamava contra certas oppressões e vexames desnecessarios, que esta classe soffria. Sendo contrariado pelo patrão, que lhe censurava o seu amor á litteratura, aconselhando-o a que prestasse mais attenção ao commercio, que era a unica vida que lhe poderia ser mais rendosa, resolveu em 1854 definitivamente abandonar a loja, para se entregar de coração á vida litteraria. Passou então uma epoca calamitosa, luctando com as maiores difficuldades para adquirir meios de subsistencia. Foi mestre de meninos e professor de francez, escrevia artigos para jornaes, redigia cartas e requerimentos para os que não sabiam fazel-o, dedicando-se a tudo que pudesse render-lhe algum dinheiro e se prendesse com a sua vocação de escriptor. N'essa epoca conviveu muito com alguns rapazes, com quem travara relações, e que depois tambem se distinguiram nas letras, morando todos juntos n'uma pobre casa do beco do Jordão, em verdadeira bohemia, devida sómente aos escassos meios de que podiam dispôr.

José Eduardo Coelho

Eduardo Coelho, em alguns dos seus escriptos, allude sem vaidade aos seus primeiros annos, ás vicissitudes que soffrera, e quanto a lucta pela vida lhe fôra angustiosa. Começou a escrever no *Jardim Litterario*, semanario que n'essa epoca se publicava e em que se estrearam muitos poetas, e onde inseriu um romancesinho, intitulado *O pastor da floresta*; tornou-se então seu collaborador assiduo. Pensou tambem em ser typographo, e n'essa aprendizagem percorreu algumas typographias, principiando pela do *Jardim Litterario*, e na que estava estabelecida na rua dos Douradores, onde se imprimia o jornal politico *O parlamento*, que advogava a politica conservadora do conde de Thomar, de que era redactor principal Luiz de Vasconcellos Azevedo e Silva, Eduardo Coelho começou a prestar alguns serviços na redacção, Em 1857 foi admittido na Imprensa Nacional como official compositor. Desde 1858 viveu exclusivamente do trabalho litterario, soffrendo durante 7 ou 8 annos a pouca fortuna e as privações que são geralmente companheiras inseparaveis de quem se dedica á carreira litteraria. Auxiliado por alguns escriptores, que lhe conheciam a vocação, e tornando-se sempre sympathico pelo seu tracto amavel e benevolo, os jornaes principiaram a admittil-o como redactor noticioso, e Silva Tullio, que muito se lhe affeiçoara, o animou em 1859 a publicar um pequeno romance, que elle proprio prefaciou, intitulado *A vida d'um principe*, romance que revelava, principalmente o grande estudo que o autor fizera dos classicos. Este escripto e a protecção de Silva Tullio lhe abri-

ram com mais franqueza as portas do jornalismo; não tardou a ser correspondente do *Nacional*, do Porto, redactor principal da *Chronica dos Theatros*, de que foi fundador com Eusebio Simões, noticiarista do *Conservador* e da *Revolução de setembro*. O visconde de Castilho o fez seu secretario, logar que occupou tambem junto de José Estevão Coelho de Magalhães. Eduardo Coelho escrevia com facilidade, tinha um tacto especial para o noticiario, e foi esta qualidade que lhe deu entrada na *Revolução de setembro*, onde tinha a seu cargo a chronica, assim como a secção noticiosa do *Conservador*. Além d'estes encargos, ainda tinha varias correspondencias para jornaes da provincia. Escrevia tambem muito para o theatro, tanto originaes, como traducções. Era infatigavel trabalhador. Durante a sua vida, em quasi todas as publicações de indole litteraria ou scientifica se vêem escriptos firmados pelo seu nome: *A Federação*, folha industrial, dedicada ás classes operarias; o *Jornal para todos*, pequena revista illustrada; o *Archivo Universal*, o *Monitor portuguez*, o *Nacional* e a *Carta*, do Porto, o *Douro*, da Regoa, a *Gazeta do Meio Dia*, de Evora, o *Conimbricense*, a *Razão*, de Valença, etc. José Estevão e Antonio Rodrigues Sampaio muito o apreciavam, dedicando-lhe grande affeição, e Eduardo Coelho era um dos seus mais dedicados amigos e discipulo enthusiastico; no convivio d'estes homens adquiriu o seu amor pela associação, que tanto desenvolveu entre nós. Foi um dos fundadores principaes da Associação dos Jornalistas e Escriptores Portuguezes, por occasião das festas do tri-centenario de Camões, em Lisboa, cujos estatutos fôram approvados em 14 de outubro de 1880. D'esta associação teve o cargo de secretario, e depois o de presidente honorario; foi o seu mais constante e devotado socio, prestando serviços relevantissimos, até sacrificios pecuniarios, para que a associação se pudesse manter e prosperar. Durante muitos annos foi tambem presidente da Associação Typographica, a que sempre votou a maior estima. Dos serviços que prestou, deu publico testemunho a mesma associação, na sessão solemne de 12 de janeiro de 1890, consagrada á memoria do finado jornalista. Fez parte da commissão executiva das festas do tri-centenario de Camões em 10 de junho de 1880, sendo um dos que mais concorreram para o seu brilhantismo. A industria portugueza deveu-lhe egualmente muito bons serviços; no *inquerito industrial* feito em 1881 pelo sr. conselheiro Hintze Ribeiro, então ministro das obras publicas, foi nomeado membro da commissão encarregada d'esse inquerito, em que mostrou o maior zelo, desenvolvendo extraordinaria energia, acompanhando a visita ás fabricas com artigos favoraveis ás industrias; deve-lhe se uma propaganda tenacissima a favor da industria portugueza, em que sempre acompanhou Antonio Augusto d'Aguiar, de quem foi por assim dizer o amigo e o principal vulgarisador dos seus principios e da sua obra. Visitou muitos pontos do paiz, observando industrias e evangelisando no seu jornal a favor d'ellas. A exposição agricola de 1884 mereceu-lhe todo o zelo e dedicação. Convidado pela Associação Central de Agricultura para membro da grande commissão organisadora da exposição, Eduardo Coelho, na reunião da commissão executiva de 4 de janeiro de 1883, era proposto pelo presidente Antonio Augusto de Aguiar, e logo eleito, para vogal da mesma commissão, e mais tarde escolhido para um dos seus vice-presidentes Para actuar directamente nos productores das zonas menos convenientemente representadas, foi, como outros membros da commissão fizeram em relação a diversos districtos, percorrer á sua custa os districtos de Coimbra e Aveiro. A Associação Central de Agricultura conferiu-lhe uma medalha de honra. Mas a obra colossal de Eduardo Coelho foi a fundação do *Diario de Noticias*, conjuntamente com Thomaz Quintino Antunes, mais tarde visconde e conde de S. Marçal, proprietario da typographia Universal. Foi em 1864 que emprehenderam a publicação d'um jornal que se vendesse pelas ruas a 10 réis, completa novidade em Lisboa. Já em 1863 havia apparecido annunciado um jornal d'este genero, chamado *Correio de hoje*, que não fôra a effeito. Esta idéa foi aproveitada, como dissémos, e a 29 de dezembro do referido anno de 1864 saía um numero programma do *Diario de Noticias*, começando a regular publicação em 1 de janeiro de 1865. Eduardo Coelho encarregou-se da direcção litteraria, e Thomaz Quintino Antunes da impressão e de todos os trabalhos typographicos precisos. Com estes elementos e boa vontade dos seus proprietarios, o novo jornal alcançou um exito extraordinario, de que não havia precedentes. Eduardo Coelho tinha o proposito firme de o afastar da politica e da polemica, tornal-o o mais imparcial possivel, muito interessante e noticioso, angariando bons e affeiçoados informadores. A venda diaria progredia successivamente, os annuncios affluiram a ponto de em breve se ter de augmentar o formato, o que mais d'uma vez aconteceu, tornando-se o *Diario de Noticias* uma das mais importantes e consideradas folhas de Lisboa. No começo da publicação luctou com muitas invejas e tentativas de concorrencia, que pouco ou nenhum prejuizo causaram, devido á perseverança e aos esforços dos dedicados proprietarios e da boa camaradagem que sempre conservaram. Eduardo Coelho foi tambem vogal da commissão inspectora das escolas normaes, socio honorario, e mais tarde benemerito, da Associação dos Artistas de Coimbra, socio benemerito da Academia Civilisação; socio honorario do Gremio Popular e do Gremio Litterario de Angra do Heroismo; socio correspondente do Instituto Vasco da Gama, fundado por Thomaz Ribeiro em Nova Gôa, do Atheneu Commercial de Braga; socio effectivo da Associação Commercial de Lisboa, e da dos Architectos civis e archeologos portuguezes, socio e um dos fundadores da Sociedade de Geographia de Lisboa, e da de Bordéos, membro do congresso litterario internacional de Paris, da Associação dos Homens de Lettras e Artistas, de Madrid, do Instituto de Ensino Livre, de Valladolid, socio honorario da Associação dos Escriptores e Artistas Hespanhoes; da Academia Mont-Réal de Toulouse, da sociedade poetica meridional, etc. Foi agraciado com a commenda da ordem de S. Thiago; pelo governo francez com o grau de official da Academia (instrucção publica), e pelo governo hespanhol com a commenda de Izabel a Catholica, mercê que recusou. Pelos serviços prestados por occasião da epidemia da febre amarella, em 1857, tambem foi condecorado com a me-

dalha de prata, que a Camara Municipal instituira para recompensar serviços d'aquella natureza, conforme o decreto de 25 d'agosto de 1859. A morte de Eduardo Coelho foi muito sentida. Toda a imprensa lhe consagrou os mais elegiosos e saudosos artigos. No vol. 27.º dos *Brindes do Diario de Noticias*, 1891, vem a sua biographia escripta por seu genro, o sr. dr. Alfredo da Cunha. No *Diccionario bibliographico*, vol. XII, a pag. 304, e *Occidente*, vol. XII, de 1889, n.º 375 a 378, tambem se encontram artigos biographicos. Na alameda de S. Pedro d'Alcantara foi-lhe eregido um monumento, que se inaugurou a 29 de dezembro de 1904, quando completava 40 annos de se ter publicado o numero programma do *Diario de Noticias*. V. *Lisboa*.

Coelho *(Bibliographia de José Eduardo)*. Todos os seus livros, que estão impressos, o fôram em Lisboa. *Theatro:* dramas: *O prestigiador*, 5 actos, traduzida de collaboração com José Maria Pereira Rodrigues, 1862; *Oppressão e liberdade*, 2 actos e 3 quadros, 1871; *Diogenes*, 5 actos e 1 prologo, traducção, que não chegou a representar-se, nem se publicou. Comedias representadas em differentes theatros: *O sapateiro de Paris*, 4 actos e 1 prologo, traduzida juntamente com o dr. João Cesario de Lacerda; em 1 acto: *A sombra de 1859*, 1860; *Amor e amizade*, 1860; *Um namorado exemplar*, 1860; *A vingança d'um beijo*, imitação, 1861; *A castellã*, 1862; *Tribulações d'um poeta*, 1862; *Um segredo de cortezã*, imitação, 1862; *Uma comedia na rua*, 1863; *Amor conjugal*, 1863; *Visconde por meia hora*, imitação, 1864; *Amor aos bofetões*, 1871; *A sentinella; Uma mulher positiva; Consequencias d'um segredo; Luisinha ou um anjo endiabrado; Verdades sociaes; Quinze mil cruzados; Receita para emmagrecer*, imitação; *O que fazem ciumes; Amor e rheumatismo*, poesia comica; *A trapeira*, scena comica. *Versos: O livrinho dos caixeiros*, folheto, 1852; *O filho das artes*, 1858, reproduzido em 1861 no vol. dos *Primeiros versos*, e em 1863 em folhetins no *Conservador; Primeiros versos*, 1861. *Escriptos diversos: A separação dos recem-casados*, romance historico, 1854; *A vida d'um principe*, estudo romantico historico, 1860; *Leituras ao serão*, collecção de contos, 1863; *Bem pagas cutiladas*, romance tirado da *Chronica de João II* por Garcia de Rezende, 1865; *Historias de hoje*, Lisboa, 1877. Nos *Brindes* annuaes do *Diario de Noticias: Pero Esteves*, tradição da Casa de Bragança, no 1.º volume, 1865; *As columnas da rua nova*, narrativa historica, no 3.º, 1867; *Episodio da emigração polaca*, no 7.º, 1872; *A condessa do Carregal*, no 9.º, 1873: *A lenda das ruinas*, narrativa extrahida das chronicas do condestavel, no 10.º, 1874; *Meu pae*, no 11.º, 1875; *Estella*, no 13.º, 1877; *O casamento do reino de Inglaterra com o reino de Portugal*, no 15.º, 1879; *Scenas de drama moderno, Uma tourada no seculo* XVII, *Os cinco irmãos* (de Andersen), no 16.º, 1880; *Noticias velhas: o maior dos Carvalhos da rua Formosa, Energica represalia, O duque de Coimbra*, no 17.º, 1881; *Realidades funestas*, chronica da aldeia e da cidade, no 18.º, 1882; *Como saiste visconde?*, no 19.º, 1883; *Portugal captivo, quadro romantico-historico 1580-1640*, no 26.º, 1884; fôra publicado em folhetins no *Diario de Noticias*, no 1:169 e seguintes, e saiu em edição separada em 1885. N'este jornal publicou tambem muitas poesias, contos, narrativas historicas, narrativas de viagens, cartas, etc. *Viagens, biographias, relatorios*, etc.: *Passeios na provincia*, 1873; *Passeios no estrangeiro*, 1879; *Le monastère de Notre-Dame de la Victoire, A Batalha, Portugal (excursion)*, 1885; *A união iberica e a candidatura d'el-rei D. Fernando, resposta ao livro do sr. Fernandez de los Rios* (de collaboração com Antonio Rodrigues Sampaio, Luciano Cordeiro e Pinheiro Chagas), 1877; *Antonio Rodrigues Sampaio*, biographia, no *Occidente*, de 1, 11 e 21 d'outubro, e 1 e 11 de novembro de 1882; *Relatorio* da delegação de Lisboa, eleita pela commissão central directora do inquerito industrial de 1881; *Inquerito directo, segunda parte, visita ás fabricas, livro primeiro*, 1881; *Relatorio da exposição agricola de Lisboa, realisada na Real Tapada da Ajuda em 1884*, de collaboração com o visconde de Coruche, Antonio Augusto dos Santos e Antonio Batalha Reis, 1885; *As escolas normaes primarias*, relatorio da inspecção do anno de 1884; *Fac-simile de la première gazette publiée en Portugal, offert au congrès litteraire international de Lisbonne*, com uma breve noticia ácerca do jornalismo em Portugal, folheto, 1881.

Coelho *(José da Encarnação)*. Religioso carmelita calçado, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. Era natural da Castanheira, distr. de Leiria, e filho de Domingos Coelho. Doutorou-se a 30 de novembro de 1845, e já é fallecido.

Coelho *(José Maria Baptista)*. Gravador a quem se deve, de collaboração com Manuel Bordallo Pinheiro, a introducção em Portugal da gravura em madeira. Nas publicações illustradas do tempo apparecem algumas gravuras assignadas. Um seu filho, de egual nome, foi tambem gravador, assignando-se por differença *Coelho Junior* n'alguns dos seus trabalhos. Este ultimo falleceu em 1900. Era casado com uma filha do poeta Costa e Silva.

Coelho *(Padre José Maria)*. Presbytero. N. no Lumiar em 1803 ou 1804, fal. a 18 de dezembro de 1882. A sua vida foi um composto de boas e edificativas acções e de excentricidades. Era tocador de orgão e dava lições de musica. Fundou o collegio de N. S.ª das Dôres, que esteve alguns annos no districto da freguezia de S. José, sendo depois mudado para a rua da Rosa, freguezia das Mercês. Ensinava gratuitamente os pobres, e aos que o não eram, quasi nada pedia. O seu desejo era derramar o ensino pelas creanças e pelos desvalidos, com os quaes tambem repartia o pouco que possuia. Desde que effeituou a mudança para a rua da Rosa, ensinava gratuitamente os expostos da Misericordia, onde dava lições de doutrina uma vez por semana, e nunca recebeu por esse trabalho estipendio algum. Escreveu: *Tratado do genero de nomes, segundo os melhores autores latinos*, Lisboa, 1843; *Diccionario dos verbos neutros* (latinos), Lisboa, 1843; *Tratado da syntaxe, segundo os melhores autores latinos*, Lisboa, 1843.

Coelho *(José Maria Latino)*. V. *Latino Coelho*.

Coelho *(José Ramos)*. V. *Ramos-Coelho (José)*.

Coelho *(Fr. Luiz)*. Religioso da ordem dos prégadores. N. na Covilhã a 7 de maio de 1863; ignora-se a data do fallecimento Era filho de Francisco Antonio Geraldes e de D. Luiza Coelho. Entrou na ordem dominicana no convento de Azeitão a 3 de janeiro de 1700, e professou

solemnemente a 16 do referido mez do anno seguinte. Estudou no convento de S. Domingos de Lisboa, d'onde passou ao collegio de Santo Thomaz de Coimbra, e em 1712 foi dictar Theologia Moral no convento de Abrantes, cujo magisterio exerceu até 1722, indo depois para a Guarda ser professor da mesma faculdade no seminario episcopal, sendo juntamente examinador synodal, vigario geral e provisor do mesmo bispado. Em 17ɔ7 foi eleito prior em Elvas, logar que desempenhou durante seis annos; teve tambem os cargos de qualificador do Santo Officio e consultor da Bulla da Cruzada. Imprimiu alguns dos seus sermões e um livro intitulado: *Tribunal de Ordinandos*.

Coelho *(Fr. Manuel)*. Religioso da ordem dos prégadores, natural de Montemór-o-Novo. Fal. em 1622. Era filho de Estevão Gomes e de Maria Simões. Professou no convento de S. Domingos de Bemfica a 27 d'abril de 1568. Era profundo theologo e afamado prégador. Foi consultor do Santo Officio e deputado do conselho geral. Imprimiu um sermão, que prégou nas exequias de Filippe II de Hespanha, e deixou manuscriptos dois livros em latim, sobre os logares difficeis da Escriptura, e sobre o poder do papa.

Coelho *(Fr. Manuel)*. Religioso da ordem de S. Domingos. N. em Santarem a 24 de setembro de 1679, fal. no convento de S. Domingos de Lisboa a 16 de setembro de 1754. Era filho de Domingos Coelho da Silva e de Maria da Encarnação. Foi jubilado em Theologia, reitor do collegio de Coimbra, prior do convento de Lisboa, provincial, sendo eleito a 25 d'abril de 1744, d'onde subiu a deputado do Santo Officio na capital a 23 de junho do mesmo anno, e vigario do convento do Sacramento de religiosas dominicanas. Era um dos prégadores mais afamados do seu tempo. Alguns dos seus sermões fôram impressos.

Coelho *(Manuel Filippe)*. Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, cidade de que é natural. E' filho de Filippe Joaquim Coelho. Foi doutorado a 21 de julho de 1861.

Coelho *(Manuel de Jesus)*. V. *Jesus Coelho*.

Coelho *(Manuel Maria)*. N. em Chaves em 1857. Era tenente de infantaria n.º 10, quando se deu no Porto a revolta militar republicana de 31 de janeiro de 1891. Desde então ficou sendo mais conhecido pelo *tenente Coelho*. O seu regimento entrou no movimento revolucionario, e elle acompanhou-o até ao momento em que, na rua de Santo Antonio, a guarda municipal provocou o combate, e d'elle saiu victoriosa, fazendo mallograr a revolução. Vendo o movimento perdido, o tenente Coelho recolheu-se a uma casa da mesma rua de Santo Antonio, e no dia seguinte foi apresentar-se ao quartel general, onde recebeu ordem de prisão. Julgado no 2.º conselho dos tribunaes marciaes de Leixões em 6 de março seguinte, foi-lhe dado como provado o crime de revolta militar e de rebellião, e condemnado em 5 annos de degredo em possessão de primeira classe. Tendo embarcado para Loanda a cumprir a sentença, não a expiou integralmente, em virtude de amnistia promulgada em 1893. Voltando ao reino empregou-se n'uma importante casa commercial do Porto, e em 1899 fundou com José Pereira Sampaio a *Folha do Norte*, diario republicano da tarde, que não chegou a ter tres mezes de existencia. Embarcou outra vez para Africa Occidental a tentar fortuna, e voltou pouco depois á metropole, publicando de collaboração com João Chagas a *Historia da revolta do Porto*, em 1901, que alcançou um grande successo. O tenente Coelho foi uma das pessoas que mais se evidenciaram na revolta militar de janeiro.

Coelho *(Nicolau)*. Um dos companheiros de Vasco da Gama na sua viagem do descobrimento da India. Era fidalgo, e ia commandando o *Berrio*, um dos quatro navios da esquadra, tendo por piloto Pero Escobar e por escrivão Alvaro de Braga. Na vespera da partida, 7 de julho de 1497, foi Nicolau Coelho com Vasco da Gama e Paulo da Gama, velar a noite na capella de Santa Maria de Belem, no Restello. No dia 15 do referido mez perdeu-se Nicolau Coelho do seu capitão-mór, mas não tardaram de novo a encontrar-se. No dia 7 de novembro, contam os historiadores, que foi encarregado por Vasco da Gama de ir sondar a enseada de Santa Helena. Em 1498, depois de dobrado o cabo da Boa Esperança, sendo avisado por um moço pagem de que os marinheiros conspiravam para obrigar o commandante da frota a retroceder, avisou Vasco da Gama, e este, com toda a sua conhecida coragem e energia, mandou pôr a ferros os chefes da conspiração, e a flotilha proseguiu na sua viagem. Nicolau Coelho foi quem Vasco da Gama encarregou de entrar primeiro no canal de Moçambique, e foi elle que, achando pouco fundo, virou de bordo para avisar os companheiros. A' volta, a esquadra soffreu uma tempestade nas alturas de Cabo Verde, que separou os navios, e Nicolau Coelho, tendo, segundo parece, no *Berrio* um bom navio, e em Pero Escolar um piloto seguro, singrou direito para Lisboa, onde chegou a 29 de julho de 1499. Foi tambem este navegador um dos descobridores do Brazil. Na esquadra de Pedro Alvares Cabral, que partiu para a India logo depois de voltar a de Vasco da Gama, lá ia Nicolau Coelho commandando um navio, e entre os officiaes que rodearam Pedro Alvares Cabral, quando os primeiros indios do Brazil entraram na camara do navio almirante, é citado o nome do antigo commandante do *Berrio*. Regressando ao reino com Pedro Alvares Cabral, depois de ter affrontado com elle os tormentos do cabo da Boa Esperança, que tão fataes fôram a essa esquadra, não descançou por muito tempo, porque em 1503 o encontramos commandando um dos tres navios, que saíram de Portugal no dia 13 d'abril d'esse anno debaixo da direcção de Francisco d'Albuquerque. Um d'esses tres navios, do commando de Pero Vaz da Veiga, perdeu-se á ida, mas Nicolau Coelho ainda pôde vêr pela terceira vez a India que descobrira. Nos fins de janeiro de 1504 voltava a Portugal em companhia de Francisco d'Albuquerque. A volta foi-lhes fatal, e novos naufragios a assignalaram. A tempestade dispersou-os, e nunca mais houve noticias de nenhum d'elles. (V. *Albuquerque, Francisco de)*. El-rei D. Manuel concedeu a Nicolau Coelho, no regresso da sua primeira viagem á India, o brazão que já descrevemos. V. *Coelho*.

Coelho *(Paulo de S. Mauro Seara)*. Monge benedictino, que viveu no seculo XVIII. Doutorou-se em Theologia na Universidade de Coimbra, onde foi lente da mesma faculdade. Era so-

cio da Academia Liturgica, em cujas *Memorias* publicou o seguinte, nos tomos IV e V: *Dissertação sobre o ponto: «Se possa ou convenha interromper se a Liturgia»; Dissertação sobre o ingresso do imperador Constantino Magno nas Hespanhas.*

Coelho *(Pero).* Fidalgo da côrte de D. Affonso IV, e um dos assassinos de D. Ignez de Castro. Quando a familia hespanhola dos Castros começou a ter grande valimento em Portugal, devido ás relações que existiam entre D. Ignez e o principe D. Pedro, herdeiro do throno, valimento que a maior parte dos fidalgos não podia supportar, Pero Coelho foi um dos que mais aconselharam D. Affonso IV a quebrar, fôsse por que preço fôsse, aquellas relações que eram perigosas ao reino, pela influencia d'aquella mulher no animo de D. Pedro. Foi elle e os seus cumplices Alvaro Gonçalves e Diogo Lopes Pacheco, que o acompanharam a Montemór-o-Velho, e de lá a Coimbra, e que observando a fraqueza do monarcha, que se enternecera ao vêr na sua presença Ignez de Castro supplicante, o incitaram a ponto de alcançarem o seu consentimento para a morte d'aquella infeliz dama, que apunhalaram cobardemente. Os tres assassinos fugiram para Hespanha, apenas D. Affonso IV falleceu, receando a colera do novo monarcha, apezar de D. Pedro se ter comprommettido com seu pae a perdoar aos criminosos. Em Castella reinava então D. Pedro I, vingativo e duro, que perseguia tambem tres fidalgos criminosos, Rodrigo Tenorio, Fernando Gudiel de Toledo e Fortunato Sanches de Calderon, que se haviam refugiado em Portugal. A troca dos criminosos lembrou logo aos dois vingativos monarchas; ajustaram um tratado de alliança, e um dos artigos consistia na troca de tres cabeças castelhanas por tres cabeças portuguezas. D. Pedro de Portugal entregou ao seu alliado os tres criminosos, porém D. Pedro de Castella só pôde entregar Alvaro Gonçalves e Pero Coelho, porque Diogo Lopes Pacheco não pôde nunca ser encontrado. Os tres fidalgos hespanhoes fôram remettidos para Sevilha, sendo immediatamente encarcerados. Os dois portuguezes ficaram presos em Santarem, onde os esperava um barbaro castigo. O supplicio foi horroroso, sendo arrancado o coração pelo peito a Pero Coelho, e pelas costas a Alvaro Gonçalves, depois de lhes ter sido applicada a tortura. A execução realisou-se defronte do palacio real, n'uma das jauellas do qual D. Pedro assistiu alegremente.

Coelho *(Sabino).* V. *Teixeira Coelho (Sabino Maria).*

Coelho *(Fr. Simão).* Religioso carmelita calçado, bacharel em Theologia pela Universidade de Salamanca, e depois doutor pela de Sena. N. em Lisboa em 1514, fal. no convento do Carmo da mesma cidade a 13 de maio de 1606. Era filho de Gaspar Coelho, adail de Safim em Africa, e de Joanna Sobrinha. Voltando de Salamanca, onde estudava, recebeu o habito carmelitano em Lisboa a 15 de agosto de 1543, e professou com toda a solemnidade a 17 do referido mez do anno seguinte. Por ordem dos superiores partiu para a cidade de Sena, onde se doutorou. Foi prior do convento de Moura em 1556, e do de Lisboa, por tres vezes: a primeira em 1558, a segunda em 1576 e a terceira em 1595; definidor, e por fim provincial eleito a 18 de outubro de 1584, em que se conservou até 7 de maio de 1588. Escreveu: *Primeira parte do Compendio de chronicas da ordem da muito bemauenturada sempre virgem Maria do monte do Carmo, agora nouamente copillado per Frei Simão Coelho, Mestre em Theologia*, etc., Lisboa, 1572. Deixou em manuscripto: *Apologia pela antiguidade da ordem carmelitana contra o que d'ella tinha escripto fr. Jeronymo Roman*, etc.; *Dialogo da vida activa e contemplativa; Tratado da Arte Gnomica e de Geographia.*

Coelho *(Padre Victorino José).* Organista e professor de piano e canto, dando lições principalmente nos conventos de freiras. Viveu nos fins do seculo XVIII e principios do XIX. Compoz alguma musica religiosa, trechos para piano e para canto. Deixou em manuscripto um *Novo methodo para apprender a musica e tocar piano forte*; *Canzonette con acompanhamento di piano forte*; são 11 cançonetas com letra italiana. *Nel cor piu non mi sento, air variée pour le piano forte.*

Coelho. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Cette, conc. de Paredes, distr. do Porto; Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, districto de Vizeu.

Coelho Albernaz *(Padre Luiz Miguel).* Presbytero secular e prior da freguezia de S. Bartholomeu de Lisboa. Viveu no seculo XVIII. Escreveu: *Memorial de ritos, para mais facil e perfeita execução dos officios divinos*, Lisboa, 1777.

Coelho de Amarante *(João Hermeto).* Professor do lyceu de Ponta Delgada. N. na ilha Graciosa a 25 de agosto de 1820. Depois de ter exercido a vida commercial em varias terras do Brazil, regressou á terra da sua naturalidade, e em 1853 foi nomeado professor no lyceu nacional de Ponta Delgada. Em 1854 casou com uma filha dos barões de Ramalho. Escreveu: *Roma perante o seculo* XIX, Ponta Delgada, 1865; *Paginas de prosa e verso, contendo variada leitura, dedicada aos verdadeiros progressistas de Portugal e do Brazil*, Ponta Delgada, 1878. Pertence á Sociedade de Geographia de Lisboa, e a varias associações litterarias nacionaes e estrangeiras.

Coelho Borges *(Miguel).* Escriptor. N. em Angra do Heroismo a 29 de setembro de 1778, onde tambem falleceu a 20 de agosto de 1846. Era poeta de talento; deixou numerosos manuscriptos, mas ignoram-se o fim que levaram. Das suas obra impressas, consta o seguinte: *Biographia de Luiz Diogo Pereira Forjaz, seguida da oração funebre de F. C. Vanzeller na morte do mesmo*; *Elogio a sua magestade el-rei D. João VI*, impresso na *Relação da maneira por que foi celebrado na cidade de Angra no dia 13 de maio de 1824, anniversario de sua magestade fidelissima o sr. rei D. João VI*, Lisboa 1824; *Elegia á morte de Manuel Maria Barbosa du Bocage*, Lisboa, 1806.

Coelho de Carvalho *(Francisco).* Era natural de Vizeu; nada mais se sabe a seu respeito. Escreveu: *Relação breve das festas que se celebraram na cidade de Vizeu, feitas em louvor da Virgem Nossa Senhora do Pranto, n'este anno de 1746*, Lisboa, 1747.

Coelho de Carvalho *(Joaquim José de).* Um dos vultos mais notaveis da politica do Algarve, deputado, par do reino, tomando posse na respectiva camara na sessão de 17 de março de 1898, governador civil, etc. Fal. em Lisboa a 21 de julho de 1903. Cursou a faculdade de Mathema-

tica na Universidade de Coimbra, sendo premiado em todos os annos, e, assentando praça, veiu completar os estudos na Escola do Exercito. Contava 25 annos de edade, quando foi eleito deputado pela primeira vez pelo Algarve. Abandonou então o serviço activo da vida militar, para se dedicar inteiramente á politica. Era orador fluente, e em assumptos commerciaes e industriaes, embora não tivesse sido negociante, a sua opinião era sempre muito considerada. Foi presidente da camara municipal de Lagos, e exerceu differentes commissões de serviço publico, como a de governador civil, etc.

Coelho de Carvalho *(Joaquim José)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em Faro a 14 de junho de 1852. E' filho do antigo deputado, do mesmo nome, já fallecido. Por meio de concurso, foi nomeado consul de Portugal no Rio Grande do Sul, logar de que não chegou a tomar posse, sendo depois nomeado para Shangae em 3 de janeiro de 1884. Exerce a advocacia em Lisboa; vive, porém, grande parte do anno na sua magnifica propriedade, castello de Arade, no Algarve. E' muito profundo na lingua latina. Tem escripto e publicado o seguinte: *Generalisação da historia do direito romano*, Coimbra, 1875; *Psalmos de David*, traduzidos em verso; *As eclogas de Virgilio*, Lisboa, 1901; *Um Casamento de conveniencia*, peça em 4 actos, Lisboa, 1903; *Dolores*, em 3 actos, etc.; e publicou ultimamente *O vitalismo da arte*.

Coelho de Magalhães *(José Estevão)*. V. *Magalhães (José Estevão Coelho de)*.

Coelhos. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Gavea, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Paulo e conc. de Salvaterra de Magos, distr. de Santarem.

Coelhosa. Pov. na freg. de S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. Este logar, tambem chamado *Pinheiro Manso*, é muito importante; situado no declive d'uma extensa collina, mostra, visto de longe, o aspecto d'uma villa em via de formação. A estrada de Oliveira a Arouca, ladeando-o pelo norte, separa-o do antigo largo da feira dos Dois; porém do ponto em que os antigos povoados fôram scindidos, parte um trecho de estrada municipal que vae passar por sobre as aguas do rio Vigues, um pouco acima de sua confluencia com o rio Caima. Mesmo no centro do povoado, e ladeando a estrada pela esquerda, veem-se dois elegantes chalets, mandados construir pelo sr. Abilio Pina; um pouco mais abaixo o palacete do sr. José Antonio Martins, e do lado direito da estrada, conta-se o templo e muitos edificios, todos de construcção moderna. O sr. José Antonio Martins é natural do logar de Coelhosa, tendo ido para o Brazil em 1866 dedicou-se ao commercio, e sendo ajudado pela fortuna e pelo seu activo trabalho conseguiu tornar-se um importante negociante e capitalista. Em 1898 voltou á sua terra natal, de que tem sido um verdadeiro benemerito, e ali estabeleceu definitiva residencia. Encontrou Coelhosa já sensivelmente melhorada. A sua chegada foi muito festejada, e todos os habitantes de Castellões lhe prepararam uma enthusiastica recepção. Por sua influencia, foi reparada a ponte, que estava em completa ruina,

Vista geral de Coelhosa

a qual passa sobre o rio Vigues, ligando a povoação de Coelhosa com o logar de Arêas, formando uma das principaes vias de communicação entre os habitantes do norte do rio Caima e o restante da grande freguezia de Castellões. A expensas d'aquelle benemerito cavalheiro, foi tambem arborisado o largo da capella de N. S.ª da Saude, e vae ser construida uma capella e um chafariz publico. O novo templo, dedicado a S. Gonçalo, foi edificado por sua iniciativa. A 3 de setembro de 1896 lançou-se a pedra fundamental, com toda a solemnidade, a que assistiram quasi todas as pessoas principaes do concelho de Macieira de Cambra, autoridades administrativas e municipaes. A capella tem apparencia elegante; foi planeada pelo engenheiro Evaristo, do Porto, e construida pelo architecto Abel Tavares de Almeida. O granito empregado no edificio foi sempre escolhido cuidadosamente nas pedreiras dos montes circumvisinhos, com especialidade nas serranias de Aljares e monte do Crasto. O local onde está collocado, apresenta a fórma d'um longo rectangulo, que se estende á beira da estrada. O estylo architectonico é todo moderno; a porta principal, bastante solida e ampla, está voltada para o sul; um pouco acima dos humbraes vêem-se dois nichos com duas imagens de tamanho regular, sendo a da direita S. Sebastião, e a da esquerda Sant'Anna. Acima d'estes nichos, entre a arcada da janella do côro e o friso inferior do frontão triangular, está uma lápide rectangular de granito, onde se lê:

— Gloria Tibi, Domine —
Mandada construir
pelo benemerito
José Antonio Martins
MDCCCC

No cume do frontão ergue-se uma magestosa cruz. Os sinos fôram feitos na fundição de Rocha & C.ª, do Porto. Entrando na capella, encontram-se logo duas columnas de granito encimadas por capiteis da ordem corinthia, que sustentam o côro. O tecto é todo pintado de azul celeste, sobre o qual realçam diversos ornatos em branco, destacando-se, em cada um dos seus quatro angulos, as armas de Portugal, do Brazil, da Santa Sé e do bispado do Porto. Além do altar-mór, que é de magnifica construcção, tem mais dois altares lateraes. E' um templo grandioso com que foi dotada povoação de Coelhosa. Foi sagrado pelo bispo do Porto D. Antonio Barroso em 24 d'agosto de 1902, realisando-se uma pomposa festividade, em que foi celebrante o conego Bernardo Gomes d'Almeida, e orador o padre Francisco Patricio. Assistiram á cerimonia os prelados do Porto e de Coimbra, tendo o primeiro ao seu lado os priores de Roge e de Castellões, e o segundo o prior de Macieira e o monsenhor Adelino d'Aguiar. Assistiram tambem o governador civil d'Aveiro, dr. Carlos Braga, o commendador Leite e Bento Carqueja. A's 6 horas da tarde houve procissão, onde se viam cinco andores d'uma simplicidade bella e artistica. Os festejos duraram tres dias, concorrendo muita gente dos logares visinhos. No livro do sr. Ayres Martins, intitulado: *Coelhosa de Macieira de Cambra*, publicado em 1903, vem minuciosamente descripto o templo de S. Gonçalo, a povoação de Coelhosa, o conc. de Macieira de Cambra, e a biographia do benemerito José Antonio Martius. ‖ Pov. na freg. de S. Matheus, de Alváres, conc. de Goes, distr. de Coimbra. ‖ Pov. na freg. de S. Domingos, de Lagarteira, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Coelhoso. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 578 hab. e 115 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 20 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, proximo do rio Sabor. Foi do conc. de Isêda até 1855, em que ficou extincto, passando depois ao de Bragança. A terra é fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10 com a séde em Mirandella. ‖ O Salvador, de Castellões, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Coelim. Povoação da freg. de S. Thomé, conc. de Salsete, distr. de Gôa, na India,

Coello. Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola.

Coenços. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Ceira, conc. e distr. de Coimbra.

Coenços Cimeiros. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Semide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Coentral. Pov. e freg. de N. S.ª da Nazareth, da prov. da Estremadura, conc. e com. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 672 hab. e 169 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa postal. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada entre dois montes, na aba da serra da Louzã. Era dos condes de Redondo. O cabido da sé de Coimbra apresentava o cura, que tinha 6$000 réis e o pé d'altar. Passa aqui o rio Pera. A terra é muito fertil, sobretudo em castanha, e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. Tendo sido annexada ao conc. de Figueiró dos Vinhos, por decreto de 7 de setembro de 1895, que suppriniu o de Pedrogão Grande, voltou a este, por ter sido restaurado, por decreto de 13 de janeiro de 1898. N'esta freguezia ha quatro povoações chamadas: *Coentral das Barreiras*, *Coentral da Cruz*, *Coentral do Fojo* e *Coentral Grande*.

Coentros. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Ferreira-a-Nova, conc. da Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Coes. Rio do distr. de S. Salvador do reino do Congo. N. a E do presidio e cidade de S. Salvador, capital do mesmo reino, e vae desaguar na margem esquerda do Lilundo.

Cofo. Reino de gentios beafares na margem esquerda do rio Geba, distr. da Guiné. O reino é separado por este rio do territorio dos negros balantas.

Cófode. Confluente da margem esquerda do rio Geba, no distr. da Guiné. Os gentios que vivem nas suas margens, são muito trataveis, e cumprem com lealdade todos os contratos commerciaes. ‖ Porto do reino de Guinalá, no distr. da Guiné.

Cogominho. Familia que procede de Pedro Alvares Cogominho, que esteve em Evora, quando esta cidade foi tomada por Geraldo *sem pavor*, sendo o primeiro que levou a noticia a D. Affonso Henriques, e lhe entregou as chaves das portas da cidade, que eram cinco. Tomou por brazão cinco chaves moiriscas de prata, em campo vermelho, assentadas em aspa; timbre duas cha-

ves do escudo em aspa, atadas com um torçal vermelho. V. *Evora.*

Cogominho *(Christovão).* Um dos implicados na conspiração do marquez de Villa Real contra D. João IV. Foi enforcado em frente da cadeia do Limoeiro a 9 de setembro de 1641.

Cogominho. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Ceissa, conc. de V. N. de Ourem, districto de Santarem.

Cogril. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Revelles, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Cogula. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Trancoso, distr. e bisp. da Guarda; 497 hab. e 117 fog. Tem escolas para ambos os sexos, caixa post. e mercado no primeiro domingo de cada mez. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada proximo de uma ribeira affluente da ribeira de Massucime. O rei apresentava o reitor, que tinha 40$000 réis em dinheiro e diversos generos. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12 com a séde em Trancoso.

Cogulo. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Silva Escura, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Cohio. Pov. do conc. de Ambaca, districto de Loanda, prov. d'Angola.

Cohollo. Pov. do distr. e com. de Mossamedes, na prov. e bisp. de Angola, na serra Chella, a 58 k. ao NO de Huilla.

Coifa. V. *Armadura.*

Coileque. Rio da prov. de Gôa, India. Corre no territorio de Damão, separando-o das possessões britannicas na costa de Decan, 15 k. ao N do rio Collem, que é o limite S da nossa colonia, como o Coileque é o limite N da mesma colonia.

Coima. Multa, pena pecuniaria que se impunha aos que deixavam entrar gado nas searas e lavoura alheias; e a outros delinquentes por transgressões de leis ou posturas das camaras. No termo de Lamego, conta Viterbo, havia o pessimo costume, que D. Affonso II extinguiu nas suas primeiras côrtes, que quando se achava algum homem ou mulher mortos sem saber o aggressor: a terra ou logar mais visinho era obrigado a pagar ao mordomo trinta maravedis ou a provar quem o matou. A esta pena se chamava *coima.* Em virtude do decreto de 11 de setembro de 1852 que extinguiu o termo de Lisboa, deixou a camara d'esta cidade de receber o rendimento das coimas do termo. N'outros concelhos do reino as coimas estendiam-se tambem a roubos de fructos, etc. Um alvará de 12 de dezembro de 1571 mandou que em todas as camaras houvesse um escrivão das coimas.

Coima. Rio do distr. de Aveiro, que nasce na freg. de Cabreiros e entra no Vouga, depois de 40 k. de curso.

Coimada. Ponta ou cabo situado ao S da bahia Maculo, entre a foz do rio Ambriche e a do Loge ou Bomba, no conc. de Ambriz, distr. de Loanda, prov. d'Angola. Mette-se pouco pelo Oceano, e a pequena distancia d'elle está apinhado de outeiros. Tambem é conhecido pelos nomes de *Ponta Monserra* ou *Falso Ambriz.* Os inglezes chamam-lhe *Double Headed Cliff* e os francezes *Falaise-á-double tête.*

Coimbra *(Fr. Affonso de).* Religioso da ordem de S. Jeronymo, natural de Coimbra. Escreveu: *Constituições dos Religiosos da ordem militar de Christo do convento de Thomar.* Ficou em manuscripto.

Coimbra *(Fr. Bernardo de).* Monge cisterciense no convento d'Alcobaça. N. em Coimbra. Foi profundo theologo. Deixou muitas obras em latim, quasi todas sobre historia sagrada, cujos manuscriptos se conservavam na livraria do seu convento.

Coimbra *(Duques de).* D. João I deu este ducado a seu terceiro filho, D. Pedro, em attenção ao valor que mostrara na tomada de Ceuta, em agosto de 1415. Foi este o 1.º duque d'aquelle titulo (V. *Pedro, (D.) duque de Coimbra).* O 2.º foi D. Jorge, filho natural de João II, que em seu testamento lhe concedeu o ducado, visto não ter podido conseguir legar-lhe o throno de Portugal (V. *Jorge (D.).* O 3.º e ultimo duque foi o infante D. Augusto, filho de D. Maria II e d'el-rei D. Fernando, a quem seu irmão, el-rei D. Luiz I, concedeu este titulo em 21 de fevereiro de 1867. V. *Augusto (D).*

Coimbra *(Fr. Estevão).* Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Coimbra. Foi provincial no convento de Santo Antonio do Valle da Piedade, junto ao Porto, sendo eleito a 11 de outubro de 1721. Escreveu: *Sermão do grande doutor da Egreja Santo Agostinho, prégado no Mosteiro da Serra dos Conegos Regulares de Santo Agostinho, da cidade do Porto,* Lisboa, 1718.

Coimbra *(Fr. João de).* Religioso franciscano; prégador afamado do seculo XVIII. N. em Coimbra. Era filho de Manuel Jorge e de Anna Pimenta. Escreveu: *Sermão em acção de graças pelos augustissimos e reaes desposorios dos Serenissimos senhor D. José Principe do Brazil e a senhora D. Marianna Victoria Infanta de Castella, e dos catholicos senhores D. Fernando Principe das Asturias, e a Senhora D. Maria Barbara Infanta de Portugal, prégado na insigne Collegiada da Villa de Barcellos no domingo da Sexagesima do anno de 1728,* Lisboa, 1734. Deixou alguns manuscriptos.

Coimbra *(Joaquim).* Poeta, natural do Porto, onde nasceu a 9 de maio de 1858. Foi dos collaboradores do jornal *A Folha Nova.* Ha annos dedicou-se ao commercio, empregando-se n'uma casa commercial de Paris. Escreveu para o theatro Baquet duas comedias em verso: *Arrufos* e *Eterno feminino*; publicou um livro de monologos *No palco,* e um dialogo em verso *Uma borga.*

Coimbra *(José da Costa).* Natural de Coimbra, Foi o autor d'uma obra que se publicou em Lisboa em 1736 com o titulo seguinte: *Manifesto singular em que a felicidade de Portugal se admira, e pelo qual a todos consta a prodigiosa apparição de Christo Crucificado ao infante D. Affonso Henriques em o sempre celebre e fecundissimo campo d'Ourique.*

Coimbra *(Manuel de).* Presbytero secular, que viveu na segunda metade do seculo XVII, e na primeira do seculo XVIII. Era natural de Obidos. Fal. em Lisboa com 80 annos. Foi beneficiado da egreja da Magdalena da capital. Passou uma grande parte da sua vida a traduzir para portuguez diversas obras latinas, de assumptos mysticos para instrucção espiritual. No vol. III da *Bibliotheca Lusitana,* de Barbosa Machado, a pag. 223 e 224, vem a relação de todas estas obras.

Coimbra *(Fr. Manuel de)*. Religioso franciscano da prov. de Portugal. N. em Coimbra; fal. em 1727. Era filho de Cosme Fernandes e de Maria de Santo Antonio. Foi guardião do convento de S. Francisco da Covilhã em 1695, e do de S. Francisco de Coimbra em 1706; definidor no capitulo celebrado em 1709. Escreveu: *Epitome historial da vida, e virtudes e portentos do invicto e glorioso Padre S. João Capistrano, da sagrada ordem dos Menores Observantes*, etc., Lisboa, 1692; *Discursos prédicaveis sobre todos os Evangelhos que se cantam na Egreja em todo o circulo do anno*, etc. Ficou em manuscripto.

Coimbra *(Districto administrativo de)*. Um dos 17 districtos de Portugal. E' situado na provincia do Douro e confina ao O com o Oceano Atlantico; ao N com os distr. de Aveiro e Vizeu; a E com os districtos da Guarda e Castello Branco; e ao S com o distr. de Leiria. A sua area é de 388:310 hectares, sendo d'estes apenas cultivados 232:986 hectares. Constitue um bisp. suffraganeo da archi-diocese de Braga; pertence á 2.ª div. mil. e á relação do Porto. A fertilidade do solo e a amenidade do clima em quasi todos os concelhos de que se compõe este districto tornam-n'o rico e um dos mais importantes districtos do paiz. E' muito industrial, e a barra da Figueira concorre bastante para o seu desenvolvimento commercial, abundando em milho, vinho, azeite, pinheiros, arroz, gado, fructas verdes e seccas, sal, carvão, etc. Compõe-se de 12 comarcas e de 17 concelhos, com a população total, pelo censo de 1 de dezembro de 1900, de 333:505 hab., sendo 153:545 do sexo masc. e 179:960 do sexo feminino. As comarcas são as seguintes: Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa, Figueira da Foz, Louzã, Montemór-o-Velho, Oliveira do Hospital, Penacova, Penella, Soure e Taboa. Os concelhos: Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa, Figueira da Foz, Goes, Louzã, Mira, Miranda do Corvo, Montemór-o-Velho, Oliveira do Hospital, Pampilhosa, Penacova, Penella, Poiares, Soure e Taboa. Correm n'este distr. os rios: Mondego, Zezerê, Alva, Ceira, Unhaes, Carnide, Dueça, Arunca, Botão, Rio dos Moiros, Ceia e Anços, além de grande numero de ribeiras. As principaes serras são: Serra da Cebola, no conc. da Pampilhosa, cuja altitude é de 1:409 m.: Açôr, no conc. de Arganil, com a altitude de 1:340 m.; Colcorinho, no conc. de Oliveira do Hospital, com a de 1:242 metros; Louzã, no conc. do mesmo nome, com 1:202 metros. Nos concelhos de Penacova, Taboa, Poiares, Penella e Figueira da Foz, a propriedade acha-se muito dividida. Ainda assim ha bastantes baldios, sendo certo que os terrenos em virtude das suas circumstancias peculiares, exposição e accidentação, se tornam aptos para variados generos de culturas. A industria do distr. de Coimbra é conhecida em todo o paiz, especialmente os palitos, que attingem um valor de 200 contos de réis; a loiça uns 400 contos de réis; o papel, poleame, massas, bolachas, etc. O conc. de Coimbra conta 30 freguezias, sendo 4 na cidade, e todas com 55.213 hab.: 26:407 do sexo masc. e 28:806 do feminino. As freguezias são: Almelaguez, S. Thiago, com 2:383 hab.: 1:112 do sexo masc. e 1:271 do fem.; Ameal, S. Justo, com 967 hab.: 456 do sexo masc. e 511 do fem.; Antanhol, N. S.ª da Alegria, com 711 hab.: 330 do sexo masc. e 381 do fem.; Autuzêde, Santo Agostinho, com 733 hab.: 347 do sexo masc. e 386 do fem.; Arzilla, N. S.ª da Conceição, com 476 hab.: 214 do sexo masc. e 262 do fem.; Assafarge, N. S.ª da Conceição, com 1:045 hab.: 519 do sexo masc. e 526 do fem.; Botão, S. Matheus, com 1238 hab.: 557 do sexo masc. e 681 do fem.; Brasfemes, S. João Baptista, com 815 hab.: 407 do sexo masc. e 408 do fem.; Castello Viegas, Santo Estevão, com 545 hab.: 237 do sexo masc. e 308 do fem.; Ceira, N. S.ª da Assumpção, com 2:295 hab.: 1:071 do sexo masc. e 1:224 do fem.; Eiras, S. Thiago, com 1:208 hab.: 647 do sexo masc. e 561 do fem.; Lamarosa, Santo Varão, com 1:312 hab.: 574 do sexo masc. e 738 do fem.; Ribeira de Frades, S. Miguel, com 666 hab.: 300 do sexo masc. e 366 do fem.; Santa Clara, com 1:916 hab.: 869 do sexo masc. e 1047 do fem.; Santo Antonio dos Olivaes, com 5:187 hab.: 2:507 do sexo masc. e 2:680 do fem.; S. João do Campo, N. S.ª da Conceição, com 1:065 hab.: 486 do sexo masc. e 579 do fem.; S. Martinho de Arvore, S. Martinho, com 505 hab.: 230 do sexo masc. e 275 do fem.; S. Martinho do Bispo, S. Martinho com 4:362 hab.: 2:108 do sexo masc. e 2:254 do fem.; S. Paulo de Frades, S. Paulo com 1:218 hab.: 580 do sexo masc. e 638 do fem.; S. Silvestre (S. Silvestre) com 1:205 hab.: 564 do sexo masc. e 641 do fem.; Sernache dos Alhos, N. S.ª da Assumpção, com 2:884 hab.: 1:385 do sexo masc. e 1:499 do fem.; Souzellas, S. Thiago, com 1:195 hab.: 566 do sexo masc. e 629 do fem.; Taveiro, S. Lourenço, com 1:012 hab.: 447 do sexo masc. e 565 do fem.; Torre de Villela, S. Martinho, com 250 hab.: 102 do sexo masc. e 148 do fem.; Trouxemil, S. Thiago Maior, com 1:095 hab.; 530 do sexo masc. e 565 do fem. e Vil de Mattos, S. João Evangelista, com 501 hab.: 221 do sexo masc. e 280 do fem. ‖ *Bibliographia* ácerca d'este districto: *Exposição districtal de Coimbra em 1884, revista, conferencias, premios*, Coimbra, 1884; *Chorographia historico-estatistica do districto de Coimbra*, por Agostinho Rodrigues de Andrade, Coimbra, 1896; *Memoria historico-chorographica dos diversos concelhos do districto de Coimbra*, pelo dr. Antonio Luiz de Sousa Henriques Secco.

Coimbra. Cidade episcopal, capital de distr. na prov. do Douro, cabeça de conc. e de com., pertencente á relação do Porto. E' séde do primeiro estabelecimento scientifico, a Universidade, do primeiro seminario diocesano e do terceiro lyceu nacional central do paiz; da repartição dos serviços de Mondego e barra da Figueira; da Escola Nacional de Agricultura, da Escola Industrial «Brotero»; da 5.ª div. mil.; do regimento de infantaria n.º 23; do distr. de res. e recrut. mil. n.º 23; da primeira sociedade scientifica e litteraria. *O Instituto*, que tem annexo um museu de archeologia; etc.

Brazão de Coimbra

Edificada no coração do paiz, n'uma vasta região exuberante de producção agricola, que se desenvolve por campos, montes e valles, tem as melhores condições economicas. Situada sobre a margem direita do Mondego, n'uma encosta, em amphitheatro, a casaria apinha-se em volta dos edificios da Universida-

de, com a sua torre. E' verdadeiramente surprehendente o panorama da cidade, visto da outra margem do rio. *Cidade que se está rindo*, assim a denominou o italiano fr. Lourenço Justiniano. A perspectiva da celebrada cidade é muito alegre, parecendo que a natureza e a arte se empenharam á porfia para a embellezar. Muitos dos nossos mais illustres poetas teem cantado as suas bellezas. Coimbra apresenta arredores encantadores pela amenidade dos arvoredos, em que predomina o choupo, frescura das aguas e salubridade dos ares. Entre os passeios deleitosos, que a circumdam, figuram os penedos da *Saudade* e da *Meditação*, a *Lapa dos Esteios* (V. *estes nomes)*, as fontes do *Cidral* e do *Castanheiro*, o *Choupal*, e a estrada da Beira. Os logares de Cellas e de Santo Antonio dos Olivaes são tambem de deliciosa paizagem. Das suas quintas destaca-se pela tradição a das *Lagrimas* (V. *Amores, fonte dos)*. Quanto á origem do nome de Coimbra são variadas e engenhosas as conjecturas, não se podendo affirmar nada de seguro a tal respeito. Querem uns autores que fosse a *Munda* ou a *Aeminium* dos romanos, e que só posteriormente á invasão dos barbaros se lhe désse o nome de *Conimbrica*, até então applicado a uma cidade que existira no sitio de Condeixa-a-Velha. Outros dizem que Coimbra deriva de *Collis imbrium*, outeiro das chuvas, ou de seus fundadores, os colimbrios, povos de procedencia gallo-celta, que vieram á peninsula hispanica 300 annos antes de Christo. Seguindo sempre a lenda, parece que foi Ataces, rei dos alanos, quem deu a Coimbra importancia de cidade, defendendo-a contra Ermenerico rei dos suevos, o qual, vencido em batalha, offereceu a Ataces a mão de sua filha Cindazunda, a fim de melhor sellar a paz entre os dois campos. Allude a este facto o proprio brazão d'armas de Coimbra, que é um escudo coroado, tendo ao centro a imagem da princeza Cindazunda, saindo de um calix de ouro como rainha, tendo de um lado o marido symbolisado na figura de um leão rompente de ouro, e do outro o pae na figura de um dragão verde, tudo em campo vermelho. Esta e outras explicações do brazão de Coimbra teem dado logar a varias interpretações, constando muitas d'ellas do folheto *O Brazão de Coimbra*, por A. M. Simões de Castro, Coimbra, 1872. A descripção heraldica do brazão deve ser, segundo o que escreveu Seabra de Albuquerque em 1866 nas suas *Considerações sobre o brazão da cidade de Coimbra:* «Em campo de vermelho calix de ouro; dentro em meio corpo donzella de mãos postas de vestes de prata, coroada de corôa ducal; á direita serpe de verde, á esquerda leão de ouro, batalhantes. Timbre, corôa ducal.» Caindo do dominio godo no dominio dos arabes, Coimbra foi tomada a estes em 26 de junho de 1064 por D. Fernando Magno de Leão, atravessando posteriormente diversas phases até entrar na Corôa portugueza, pelo casamento do conde D. Henrique com D. Thereza, pois fazia parte do condado de Portugal. D. Henrique que teve aqui, alternadamente com Braga e Guimarães, a sua côrte, confirmou-lhe o foral, accrescentando-lh'o com novas regalias. D. Affonso Henriques estabeleceu aqui a sua residencia habitual. O padre Carvalho affirma que se celebraram côrtes em Coimbra em 1180, onde foi jurado successor do reino D. Sancho, mas Coelho da Rocha opina que as côrtes mais antigas de que ha noticia certa fôram as de 1211, no reinado de D. Affonso II, nas quaes se publicaram leis geraes. As outras reuniões de côrtes, em que a cidade tinha logar no primeiro banco, fôram: no reinado de D. Affonso IV, em 1335; no de D. Fernando em 1372; no de D. João I em 1385, para a sua acclamação; em 1387, 1390, 1394-1395, 1398 e 1400, convocadas pelo mesmo soberano. As ultimas fôram em 1472, reunidas por D. Affonso V, que as transferiu para Evora, onde terminaram em 18 de março de 1473. Era Coimbra cercada de muralhas, guarnecidas de altas torres, tendo aquellas seis portas: *Portagem*, *Estrella*, *Castello*, *Collegio-Novo*, *Sophia* e *Almedina*. Parece que estas fortificações já existiam no tempo dos suévos, e que os arabes as conservaram e reedificaram; sendo certo que D. Fernando Magno e o governador D. Sisnando, por elle nomeado, as ampliaram e reconstruiram no seculo XI. O facto historico da inquebrantavel fidelidade de Martim de Freitas, não querendo reconhecer como rei a D. Affonso III, emquanto não verificasse que era morto D. Sancho II, é acceito como verosimil, attento o ter sido o castello de Coimbra o unico que ficou fiel ao infeliz rei. Os historiadores respeitam a tradição como digna de acreditar-se. O velho castello foi demolido no tempo do marquez de Pombal. A unica porta da cidade, que ainda existe, é a d'Almedina, de que resta apenas o arco, que é elegantissimo. Coimbra tem sido theatro de varios outros acontecimentos historicos, além dos já indicados, e berço de grandes notabilidades. Os reis da primeira dynastia, á excepção de D. Affonso Henriques, nasceram aqui. São tambem illustres filhos de Coimbra os seguintes: Francisco Sá de Miranda, Diogo Paiva de Andrade, Francisco Paiva de Andrade, Thomé Paiva de Andrade, Pedro de Mariz, Ruy Lopes da Veiga, Joaquim Machado de Castro, José Mauricio, Augusto Cesar Barjona de Freitas, José da Gama Castro de Mendonça, etc., cujas biographias se encontram em devido logar d'este diccionario. Foi em Coimbra que se deu o assassinato de D. Ignez de Castro. Na rua de Sub-Ripas existe uma casa de portal rendilhado, de estylo caracteristicamente manuelino, janellas ogivaes e ornamentações d'aquella epocha, casa que por muito tempo passou por ter sido n'ella assassinada, por seu marido, em 28 de novembro de 1377, D. Maria Telles de Menezes, infeliz irmã da rainha D. Leonar Telles. Foi tambem em Coimbra que se refugiou o seu primeiro duque, o infante D. Pedro, filho de D. João I, para se escapar ás intrigas que lhe déram a morte em Alfarrobeira (V. *este nome)*. O ducado fôra-lhe dado por seu pae, quando regressou victorioso de Ceuta em 1415. O segundo duque de Coimbra foi D. Jorge de Lencastre, filho bastardo de D. João II. D. Manuel confirmou este legado, mas o ducado extinguiu-se. Foi resuscitado na pessoa de D. Augusto, irmão de el-rei D. Luiz I, vagando a honraria com a morte de aquelle infante. O primeiro bispo de Coimbra consta que foi Anastacio, a quem se seguiram Elipando, Lucio, Ermulfo, Recnato, Siziberto, Celebrando, Cantaber, Miro, Emilla e Anastargio, em cujo tempo (716) se perdeu Coimbra, a primeira vez que cahiu em poder dos arabes. Parece que mesmo durante a dominação

agarena teve Coimbra bispos (talvez *in partibus*), pois se encontram nomeados antes do resgate da cidade: Servando, Theodomiro, Nausto, Frualengo, Lucencio e Gonçalo-Osorio. Tornada Coimbra povoação christã (1064) foi feito bispo D. Paterno, que morreu em 1090. Seguiu-se-lhe D. Cresconio, no tempo do conde D. Henrique, D. Mauricio, D. Gonçalo, D. Bernardo, D. João Anaya (fal. em 1158), D. Miguel (fal. em 1180), D. Vermundo, D. Pedro (fal em 1184), D. Martinho (fal. em 1199), D. Pedro Soares (fal. em 1233), D. Tiburcio (fal. em 1242), D. Egas Fafes, D. Raymundo (fal. em 1276), D. Estevão, D. Pedro, D. Aymerico (fal. em 1295), D. Pedro (eleito em 1300), D. Fernando, D. Estevão II, D. Raymundo, D. João, D. Pedro, D. Jorge, D. Lourenço, D. Pedro Gomes, Barroso, D. Vasco de Toledo, D. Fernando, D. Pedro Tenorio, D. João Cabeça de Vacca, D. Fernando, D. Martinho, D. Gil, D. Fernando Coutinho, D. Alvaro Ferreira, D. Luiz Coutinho, D. Affonso Nogueira e D. João Galvão, que foi o primeiro conde de Arganil, feito por D. Affonso V em 25 de setembro de 1472. Desde então até hoje, todos os bispos de Coimbra se intitulam condes de Arganil (V. *este titulo)*. A cidade de Coimbra tem presentemente quatro freguezias, com 18:424 hab.: Santa Cruz (S. João de Santa Cruz), com 5:493 hab.: 2:642 do sexo masc. e 2:850 do fem. (V. *Coimbra, Santa Cruz de);* S. Bartholomeu, com 4:021 hab.: 1:840 do sexo masc. e 2:181 do fem. (V. *Coimbra, S. Bartholomeu de);* Sé Nova (N. S.ª da Assumpção) com 5:428 habitantes: 2:795 do sexo masculino e 2:633 do feminino (V. *Coimbra, Sé Nova de);* Sé Velha (S Christovão) com 3:482 habitantes: 1:763 do sexo masc. e 1719 do feminino (V. *Coimbra, Sé Velha de).* Anteriormente tinha cinco freguezias, que eram: S. João Baptista Santa Justa e Santa Cruz; Santo Antonio dos Olivaes, S. Bartholomeu e S. Thiago, S. Christovão e Nossa Senhora da Assumpção. No principio do seculo XIX tinha nove: N S.ª da Assumpção, S. Pedro, S. João d'Almedina, O Salvador, S. Christovão, S. Bartholomeu, S. Thiago, Santa Justa e S. João da Cruz A historia das quatro freguezias actuaes encontra-se adeante nos artigos respectivos. Das antigas restantes deixaremos aqui algumas notas: A de *Santa Justa* tinha collegiada e priorado; o prior recebia 200$000 réis, e os beneficiados, que eram doze, 40$000 réis cada um. Foi depois annexa á de S. João de Almedina. A egreja, de construcção moderna. é simples mas de elegante architectura, de uma só nave, com sete altares. Está edificada n'uma collina que olha para o rio, gozando-se do adro uma bonita vista. A egreja antiga erguia-se no sitio denominado Adro de Santa Justa, mas no principio do seculo XVIII houve que abandonal-a por causa do rio. Na frontaria do novo templo estão duas lapides, cada uma com sua extensa inscripção, e das quaes consta a fundação da antiga e moderna egreja. O antigo edificio foi primeiramente dos monges da Caridade, mas depois veiu a ser collegiada, com 12 clerigos e um prior, vivendo sob a regra de Santo Agostinho e sujeitos ao mosteiro de Santa Cruz. A d'*O Salvador* tinha collegiada e priorado. Os beneficiados, em numero de cinco, recebiam cada um 60$000 réis e o prior 200$000 réis. A egreja é de simples e modesta apparencia e ergue-se na rua denominada do Salvador. Segundo uma inscripção, que se vê ao lado das columnas da porta principal, á direita, teve logar a sua fundação pelo anno de 1169. No *Antiquario Conimbricense* está publicada seguinte traducção da referida lapide: *Estevão Martins, de sua livre vontade, fez esta porta e frontispicio. Era de 1207. Era millesima.* O templo é de tres naves, divididas por columnas muito delgadas em relação á sua altura. N'uma capella do lado direito, está um tumulo grande com brazão e uma inscripção de caracteres gothicos, em que se lê os nomes de Guiomar de Sá e seu marido, A. de Barros, fallecidos no seculo XVI. Na capella de S. Marcos está uma pequena lapide que marcava a sepultura de Vermudo Vermudes, da era de 1224. A freg. de *S Pedro*, com collegiada e priorado, recebendo os quatro beneficiados 60$000 réis cada um, e o prior 250$000 réis. Tinha mais um chantre com 120$000 réis. Ignora-se por quem foi fundada, mas sabe-se que é antiquissima, pois em 1064 já existia a egreja. com a mesma invocação. Estando o templo a ameaçar ruina, o bispo D. Francisco de Lemos o mandou demolir, sendo reedificado com simplicidade, em 1745. Ergue-se na rua de S. Pedro. A de *S. João de Almedina*, ou de *S. João do Bispo*,

Vista geral de Coimbra

tinha egualmente collegiada e priorado. Os beneficiados, em numero de cinco, recebiam 80$000 réis cada um, e o prior 200$000 réis. Está no largo de S. João. O orago é S. João Baptista. Foi fundada pelo bispo D. João de Mello, que governou a diocese de Coimbra desde 1684 a 1704. A freg. de *S. Thiago*, com collegiada e priorado, tinha dez beneficiados, cada um com 60$000, recebendo o prior 250$000 réis. E' um dos mais antigos monumentos religiosos de Coimbra, pois foi reedificado em 1064, quando Fernando Magno resgatou a cidade do poder dos moiros, sendo provavel que fosse edificado pelos godos. No seculo XIV ainda esta parochia estava sujeita ao arcebispo de S. Thiago de Compostella, a que pertencia a visitação. Foi sagrada a egreja com o titulo de basilica no principio do seculo XIII. A 17 de agosto da era de 1204 foi dedicada a S. Thiago, apostolo conimbricense, á custa de Dona Daniella, nobre senhora. O templo é de tres naves, revelando grande antiguidade. Tem quatro capellas, uma dedicada a Santo Eloy e outra a Santo Ildefonso. A freg. de *S. João da Cruz* era curato, com cinco capellães, sendo todos os seis apresentados pelo geral de Santa Cruz. Até 1834 foi isenta da jurisdicção episcopal. O cabido tinha 15 contos de réis de renda, 33 prebendas para 8 dignidades e 25 conegos, 6 meios conegos, 3 tercenarios 14 capellães, 8 moços de coro, etc. Teve Coimbra muitos conventos de ambos sexos (V. *Coimbra, conventos de)*, que attingiram o elevado numero de 53. A Universidade e as suas dependencias dão á cidade uma notavel importancia. São ellas: o Jardim Botanico, o Museu, o Hospital e

Filippe II foi reedificada, ou reparada, o que com frequencia succedeu até que por lei de 10 de setembro de 1861 foi ordenada a sua reforma, mas sómente em 16 de junho de 1872 o engenheiro Mathias Cypriano Heitor de Macedo, depois de muitas instancias feitas aos governos, obtida a autorisação, concluiu o projecto d'esta, metallica, em substituição da de pedra. A actual ponte tinha de comprimento 217^{m},40 e custou 101:730$695 réis; porém, em virtude das magnificas obras da avenida e caes, ficou com menos um pegão dos oito com que foi concluida. A demolição da ponte velha começou a 14 de junho de 1873 e a obra concluiu-se em 15 de agosto de 1875, tendo sido aberta ao transito geral em 8 de maio do mesmo anno. A caridade e a philanthropia são aqui exercidas em larga escala. Para o demonstrar bastará dizer-se que a Ordem Terceira de S. Francisco tem hospital que é um modelo de asseio e que a essa ordem pertencem as pessoas mais gradas da cidade. A Misericordia, fundada por D. Manuel, que lhe deu 5:000 cruzados de renda annual, é desveladamente administrada, tendo quasi sempre por provedores a lentes da Universidade O annexo mais notavel que a Misericordia sustenta e ampara é o Collegio Novo, mandado erigir pelos frades de Santa Cruz em 1590 e denominado da *Sapiencia*. Foi cedido á Misericordia pela carta de lei de 15 de setembro de 1841; é uma das instituições mais uteis do paiz. Entram para aquella casa as creanças orphãs, desvalidas, e saem educadas. O Asylo da Infancia Desvalida está estabelecido no convento de Santo Antonio da Pedreira. O Asylo de Mendicidade foi creado

Seminario de Coimbra

o Observatorio. A Sé Velha, a egreja de Santa Cruz, a Sé Nova, o convento de Santa Clara, são edificios notaveis por si e pelas tradições que lhe respeitam (V. *estes nomes)*. No cemiterio da Conchada admiram-se varias capellas de bom gosto. D'entre as pontes que atravessam o Mondego a mais celebrada é a que liga a cidade com o bairro de Santa Clara Não se sabe por quem fosse edificada a primeira ponte, parecendo que successivamente se fôram construindo umas em logar d'outras que as cheias e as areias do rio iam inutilisando. Anteriormente a 1132, reinando D. Affonso Henriques, parece ter havido uma ponte, que não se sabe quando foi concluida. E' certo que ainda depois de D. Sancho I o não estava. Em tempos de D. Manuel, D. Sebastião e

por iniciativa de José Maria da Silva Leal, concorrendo para a sua dotação muito poderosamente Antonio José Duarte Nazareth, com uma grande subscripção que promoveu no Rio de Janeiro, quando ali foi consul de Portugal. N'um terreno da antiga cerca de Santa Cruz mandou construir o sr. bispo-conde um bairro operario, composto de 15 casas com 2 pavimentos e 7 divisões cada uma, para arrendar a operarios casados ou viuvas com filhos. A capella, muito elegante, construida por Francisco Simões, tem no tecto um panorama de Luiz Serra; foi feita a expensas de S. M. a Rainha D. Amelia. O bairro inaugurou se em 1898, e em 1910 passa para a camara. Perto d'este bairro está a Penitenciaria, um bom edificio no seu genero. A cadeia está no edificio do

antigo convento da Estrella (V. *Cadeia*). Quando em agosto de 1875 se procedia á construcção da estrada da Beira, descobriu-se uma abundante nascente, que logo tomou o nome de *Aguas Ferreas da Estrada da Beira*. Emergem 4 ou 5 metros abaixo do leito do Mondego, na margem direita junto á escada do caes do Cerieiro, e são aspiradas por uma bomba. São claras, transparentes, inodoras e de sabor pronunciadamente ferreo; expostas ao ar tornam-se lacteas, formando depois um deposito ocroso. O primeiro ensaio chimico d'esta agua foi feito em 1875 pelo sr. Xavier Cordeiro, e a analyse mais perfeita e detalhada no laboratorio da Universidade pelo sr. Joaquim dos Santos e Silva. Desde a sua descoberta fôram estas aguas preconisadas para uso interno, como excellente meio curativo dos padecimentos chronicos do estomago, bexiga, anemias, chloroses, etc. A'cerca d'estas aguas tem se escripto: *Ensaio sobre as aguas ferreas da estrada da Beira*, por C. Xavier Cordeiro no *Jornal de Coimbra* n.º 259, 1875; *As aguas ferreas da estrada da Beira, perto de Coimbra*, no *Jornal de Pharmacia e Sciencias Accessorias*, de José Tedeschi, Lisboa, 1786; *Aguas ferreas na estrada da Beira*, por Joaquim dos Santos e Silva, Coimbra, 1876; *Aguas minero-medicinaes de Portugal*, por Alfredo Luiz Lopes, pag. 205, Lisboa, 1892. As feiras e mercados annuaes em Coimbra são: mercado de generos alimenticios, na terça feira depois do dia da festa da Rainha Santa Izabel, no pateo do extincto mosteiro; feira de gados no rocio de Santa Clara, no sabbado anterior ao dia da procissão da Rainha Santa (nos annos em que não haja festejos, realisa-se esta feira no sabbado, vespera da festa da Senhora da Boa Morte); feira de S. Bartholomeu, na Avenida Emygdio Navarro, ao Caes, de artigos de vestuario, etc., a qual principia a 15 e termina a 31 de agosto. Os mercados mensaes são: de cereaes na primeira terça-feira do mez e de gados a 23 de cada mez, ambos no rocio de Santa Clara. O mercado semanal é ás terças-feiras no mesmo rocio para venda exclusiva de gado suino. Na praça D. Pedro V ha um mercado permanente. Associações: Ha em Coimbra a *Associação dos Artistas*, de soccorros mutuos, cujos estatutos foram approvados em 14 de outubro de 1863; *Associação Commercial de Coimbra*, estatutos approvados em 5 de novembro de 1863; dos *Artistas da Arte Ceramica; Conimbricense «Martins de Carvalho»*; dos *Constructores civis e mestres d'obras*; dos *Distribuidores telegrapho-postaes*; dos *Empregados no Commercio e Industria; Fraternal dos officiaes de construcção civil*; dos *Funileiros; Montepio da Imprensa da Universidade; dos Officiaes de alfayate; do Sexo feminino; Sociedade Philantropica Academica; União Artistica Conimbricense*; etc. ‖ *Bibliographia* especial ácerca d'esta cidade: Além das obras indicadas no decorrer d'este artigo, podem mencionar-se: *Historia breve de Coimbra*, por Bernardo de Brito Botelho, segunda edição annotada por Antonio Francisco Barata; Lisboa, 1874. *Coimbra antiga e moderna*, por A. C. Borges de Figueiredo. *Descripção physica e economica de Coimbra e seus arredores*, por Manuel Dias Baptista. *Bellezas de Coimbra*, por Antonio Moniz Barreto Corte-Real; Coimbra, 1831. *Noticias sobre a comarca de Coimbrá*, por Bartholomeu de Macedo Malheiro, manuscripto da Bibliotheca Nacional de Lisboa. *Guia historico do viajante em Coimbra e arredores*, por Augusto Mendes Simões de Castro. *Conquista, antiguidade e nobreza de Coimbra*, por Antonio Coelho Gasco; Lisboa, 1805. *Historia da cidade de Coimbra*, por D. Jeronymo de Mascarenhas, codice da Bibliotheca Publica de Evora. *Apontamentos historicos de Coimbra*, por João Correia Ayres de Campos, no *Instituto*, vol. X a XII. *Antiquario Conimbricense*, por Manuel da Cruz Pereira Coutinho; Coimbra, 1841. *Indices e summarios dos livros e documentos mais antigos e importantes da Camara Municipal de Coimbra*; Coimbra, 1867 a 1872.

Largo da Feira e edificio do Governo Civil

Coimbra (*Bibliographia jornalistica de*). E' crescido o numero de jornaes e outras publicações periodicas que teem sido impressas n'esta cidade. Eis a sua nota minuciosa: *Academia*, 1 de dezembro de 1866 a 28 de fevereiro de 1867; *Academia (A)*, 1 de dezembro de 1878 a 22 de maio de 1879; *Academia de Coimbra (A)*, 3 de

março a 8 de agosto de 1886; *Academia (A)*, 1897; *Academico (O)*, 11 de janeiro a 28 de junho de 1836; *Academico (O)*, 1 de março a maio de 1860; *Alarme (O)*, 4 de junho de 1891, e substituido pelo jornal *A Officina; Album Litterario*, 5 de janeiro a 25 de março de 1886; *Alvorada (A)*, 1896; *Amigo do Estudo*, 1867; *Amigo da Ordem*, 1821; *Amigo do Povo*, 3 a 24 de maio de 1823; *Annunciador (O)*, setembro de 1843; *Antiquario Conimbricense*, julho de 1841 a março de 1842; *Archivo Bibliographico*, 1 de julho de 1877 a 1878; *Archivo Bibliographico da Universidade*, janeiro de 1901, em publicação; *Archivo da Religião Christã*, 25 de junho de 1823 a 1824; *Argus*, 1896; *Aristarcho Portuguez (O)*, 1868, um unico numero; *Arte*, 1895 (?); *Arte e Vida*, novembro de 1894, em publicação; *Artista (O)*, 4 de fevereiro a 2 de março de 1879; *Associação Fraternal*, 1894; *Astro (O)*, 2 de dezembro de 1883; *Astro da Juventude (O)*, 23 de janeiro a 7 de fevereiro de 1879, continuado em março seguinte pelo *Recreio; Atheneu (O)*, outubro de 1859 a 28 de fevereiro de 1860; *Attila (O)*, 5 de dezembro de 1863 a 26 de março de 1864; *Aurora (A)*, 1.º, 25 de janeiro a maio de 1905; *Aurora*, 2.º, novembro de 1901; *Aurora Commercial*, 20 de agosto de 1903 a maio de 1905; *Auxiliar de Escriptorio (O)*, junho de 1869 a dezembro de 1882; *Azagaia*, 26 de dezembro de 1891; *Barbaros (Os)*, 1894; *Barcarola (A)*, 24 de fevereiro de 1900; *Besouro (O)*, 12 de novembro de 1882; *Bespa (A)*, 5 de outubro a 5 de novembro de 1882; *Béto*, 5 de fevereiro a maio de 1905; *Bibliographia*, janeiro de 1901; *Bohemia*, maio de 1874; *Bohemia Nova*, cujo primeiro numero tem a data de 1 de fevereiro de 1889; *Bohemia Velha*, 25 de março de 1889; *Boletim de Bibliographia Portugueza*, janeiro de 1879 a outubro de 1882; *Boletim do Burocrata*, 12 de setembro de 1882 a 8 de abril de 1883; *Boletim Cartista de Coimbra*, 4 de janeiro a 8 de julho de 1847; *Boletim do Clero*, 1905; *Boletim de Coimbra*, 19 de julho a 16 de agosto de 1855; *Boletim do Exercito*, 15 de agosto de 1833 a 15 de maio de 1834; *Boletim Litterario*, 1880 a 1881; *Boletim da Livraria Academica*, 1879; *Boletim Mensal do Governo Ecclesiastico da Diocese de Coimbra*, março de 1903, em publicação; *Boletim Official de Coimbra*, 15 de outubro de 1846 a 2 de janeiro de 1847, seguido pelo *Grito Nacional; Boletim da Sociedade Broteriana*, 1883, em publicação; *Boletim do Syndicato Agricola de Coimbra*, 1900, em publicação; *Bofetadas*, 1896; *Borboleta*, 5 de novembro de 1882 a 15 de outubro de 1883; *Brazileiro em Coimbra*, 3 de abril de 1823; *Brazões Portuguezes*, janeiro de 1879 a 10 de junho de 1880; *Cabula (O)*, 18 de maio de 1903; *Cacholetas*, 10 de setembro de 1882; *Caloiro (O)*, 30 de abril a 12 de maio de 1882; *Caminho (O)*, 21 de março de 1897; *Cartas de Visita*, 15 de agosto a 2 de setembro de 1885; *Cauterio (O)*, 12 de novembro de 1899; *Cenaculo (O)*, 1894; *Censor Provinciano (O)*, 7 de dezembro de 1822 a 22 de fevereiro de 1823; *Christianismo (O)*, abril a novembro de 1843; *Chronica Juridica*, janeiro a junho de 1840; *Chronica Litteraria da Nova Academia Dramatica* (V. este nome), 29 fevereiro 1840 a 8 de maio de 1841; *Chronica Theatral da Nova Academia Dramatica*, 1839; *Cidadão Litterato (O)*, janeiro a abril de 1821, seguido pelo *Patriota; Cidade de Coimbra*, 1903; *Civilisação (A)*, 5 de dezembro de 1869 a abril de 1872; *Clarim (O)*, 6 de fevereiro a 24 de abril de 1902; *Clarim das Ruas*, 24 de novembro de 1897, continuado pelo *Portugal* com o n.º 4; *Coimbra Academica*, 1886; *Coimbra em Fralda*, 1 de junho de 1883; *Coimbra Medica*, 1 de janeiro de 1881 a 1888; *Coimbra Pittoresca*, 1865; *Cometa (O)*, abril de 1840; *Commercio de Coimbra*, 1 de novembro de 1860 a 21 de julho de 1863; *Commercio de Coimbra (O)*, 13 de setembro de 1891 a setembro de 1900; *Conimbricense (O)*, 24 de janeiro de 1854, em publicação, seguiu se ao *Observador*, e é um dos actuaes decanos do jornalismo portuguez; *Conimbricense Harmonico (O)*, 15 de novembro de 1848 a 26 de dezembro de 1849; *Conquista do Bem*, 1894; *Constitucional (O)*, 27 de outubro de 1857 a 2 de julho de 1858, em sequencia da *Ordem Publica; Commercio de Coimbra, (O)*, 1889; *Correio de Coimbra*, 19 de setembro de 1870; *Correio das Provincias (O)*, 13 de abril de 1881; *Correio e Telegraphos*, 19 novembro de 1884 a julho de 1885, saindo primeiramente em Lisboa, e seguindo-se-lhe o jornal *Os Funccionarios Publicos; Correio da Universidade*, 16 de outubro de 1886 a 1887; *Correspondencia (A)*, 1 de julho a 2 de setembro de 1891; *Correspondencia de Coimbra*, 1 de janeiro de 1872, em publicação; *Crepusculo (O)*, abril de 1846; *Critica (A)*, janeiro de 1888; *Cutello (O)*, abril a 25 de maio de 1881; *Cysne do Mondego (O)*, 30 de abril de 1857 a 18 de dezembro de 1860; *Defensor (O)*, 10 de novembro de 1903; *Defensor do Povo (O)*, 21 de julho de 1892; *Defensor do Povo*, 1 de maio de 1895; *Desengano (O)*, 9 de março a abril de 1884, vindo da *Gazeta da Beira; Despertador Nacional (O)*, janeiro a junho de 1821; *Districto de Coimbra*, 2 de janeiro de 1894 a 9 de abril de 1896; *Ecco Juvenil (O)*, 23 de janeiro a outubro de 1879; *Ensaios Litterarios*, novembro de 1861 a fevereiro de 1862, continuado pelo jornal *Hymnos e Flores; Ensino (O)*, 12 de fevereiro de 1903 a março de 1905; *Epoca (A)*, 26 de agosto a 24 de dezembro de 1856; *Escola*, (A), 20 de fevereiro de 1903 a maio de 1905; *Escola Academica*, 1903; *Espectro do Prior (O)*, agosto a outubro de 1883; *Estreia Litteraria*, 1 de março de 1858 a março de 1861; *Estrella Academica*, 15 de outubro de 1902; *Estudo (O)*, 12 de março a abril de 1882; *Estudo (O)*, 1903; *Estudos Cosmologicos*, 20 de maio de 1870 a 1871; *Estudos Juridicos*, janeiro de 1903; *Estudos Medicos*, 1 de março de 1878 a maio de 1881; *Estudos Sociaes*, 1905; *Evolução (A)*, novembro de 1876 a dezembro de 1877; *Evolução (A)*, 27 de novembro de 1881 a fevereiro de 1882; *Federação (A)*, 16 de fevereiro a 25 de maio de 1871; *Flanando...* 1896; *Flor (A)*, 21 de dezembro de 1902; *Flor de Coimbra*, 1 de julho de 1902; *Flor do Mondego*, (1.º) 12 de janeiro a 6 de abril de 1862; *Flor do Mondego (A)*, (2.º) 15 de abril a 30 de junho de 1879, tendo o primeiro numero duas edições, uma a 15 de abril e outra a 18 de maio; *Flor do Mondego (A)*, (3.º) 10 de novembro de 1896; *Flor do Mondego (A)*, (4.º) 1 de maio de 1903; *Folha (A)*, 25 de novembro de 1868 a fevereiro de 1873; *Folha Academica*, 6 de fevereiro a 3 de março de 1886; *Folha de Coimbra*, 4 de julho de 1901, em publicação; *Folha Litteraria*, 8 de maio de 1882; *Funccionarios Publicos (Os)*, agosto de 1885 a junho de 1886, successor do *Correio e Telegraphos*, constituindo a 2.ª serie do

jornal dos *Funccionarios Publicos*, de Lisboa e depois de Coimbra; *Gaiato (O)*, 9 de fevereiro de 1897; *Gazeta Academica*, 1903; *Gazeta de Coimbra*, 27 de janeiro a março de 1878; *Gazeta de Coimbra*, 1 de janeiro de 1887; *Gazeta Illustrada* 29 de maio a 23 de novembro de 1901; *Gazeta Nacional*, 16 de dezembro de 1891; *Gondola*, janeiro de 1897; *Gremio Alemtejano*, 10 de outubro de 1861 a dezembro de 1862; *Grito Nacional (O)* 19 de maio a 17 de junho de 1846, succedendo ao jornal a *Opposição Nacional* e ao *Boletim Official de Coimbra;* a elle se seguiu o jornal *O Povo; Harpa (A)*, 7 de novembro de 1861 a 10 de abril de 1862; *Harpa do Mondego (A)*, 1855; *Hoje*, 20 de janeiro de 1898; *Hymnos e Flores*, 20 de novembro de 1862 a 1 de novembro de 1863, em seguimento dos *Ensaios Litterarios; Iak.·. e Bo.·.* 1870 a 1871; *Ideal (O)*, maio de 1905; *Imparcial de Coimbra (O)*, 10 de maio de 1883; *Imprensa (A)*, 18 de outubro a dezembro de 1885; *Independencia (A)*, 18 de janeiro a 26 de abril de 1870; *Infancia (A)*, 1903; *Insolencias*, 2 de junho de 1894; *Instituições Christãs*, 5 de janeiro de 1883 a março de 1893; *Instituto (O)*, 15 de abril de 1852, em publicação, sendo o decano das revistas litterarias em Portugal; *Instrucção (A)*, 2 de dezembro de 1882 a março de 1883; *Instrucção e o Povo (A)*, 1855; *Insubmissos*, fevereiro a abril de 1889; *Insultos*, novembro de 1894; *Iris (O)*, 20 de março de 1852; *Jornal de Administração*, fevereiro a julho de 1879; *Jornal dos Artistas*, 5 de novembro de 1878 a 1 de janeiro de 1879; *Jornal Auxiliar de Escriptorio e Repartições*, 1879-1882; *Jornal de Coimbra*, (1.º), 29 de fevereiro de 1868 a 30 de janeiro de 1869; *Jornal de Coimbra*, (2.º) 22 de março de 1873 a 23 de março de 1876; *Jornal de Coimbra*, (3.º) 14 de outubro de 1900; *Jornal dos Estudantes*, 1896; *Jornal do Iniciado*, 31 de março a 21 de abril de 1873; *Jornal de Jurisprudencia;* 16 de março de 1866 a 10 de fevereiro de 1870, tendo duas edições do primeiro numero, e mais tarde fundiu-se com a *Revista de Legislação e Jurisprudencia*; *Jornal de Legislação*, janeiro de 1868, seguido pelo *Thesouro de Legislação: Jornal Litterario*, 15 de janeiro de 1869 a setembro de 1871; *Jornal Militar*, 5 de maio de 1889 a 26 de janeiro de 1890; *Jornal para todos*, 6 de julho a 28 de setembro de 1889; *Jornal de Sciencias Mathematicas e Astronomicas* janeiro de 1877; *Justiça (A)*, 1 de fevereiro a 27 de julho de 1878; *Justiça*, 15 de dezembro de 1902; *Justiça*, janeiro de 1903; *Justiça*, 5 de fevereiro de 1903; *Jurisprudencia dos Tribunaes*, 1903; *Lealdade*, 1903; *Liberal do Mondego*, 3 junho de 1851 a 16 dezembro de 1852; *Liberal (O)*, 13 de janeiro de 1902; *Liberdade (A)*, 22 de fevereiro de 1863 a 4 de fevereiro de 1856, succedendo-lhe o *Paiz; Liberdade (A)*, 24 de março a 5 de junho de 1858; *Liberdade (A)*, 11 de outubro de 1903; *Lirio (O)*, 1903; *Lisboa-Coimbra*, 1903, em continuação do *No icias de Coimbra; Litteratura Illustrada*, (sic), janeiro a 25 de março de 1860; *Litteratura Occidental*, março de 1877 a começos de 1878; *Livre Pensamento*, abril de 1905; *Lucerna (A)*, 15 de janeiro a 1 de abril de 1878; *Lusa Athenas*, 1903; *Luz (A)*, 1 de janeiro de 1905; *Lyceu (O)*, 9 de fevereiro a 4 de maio de 1867; *Lyra (A)*, 1874; *Lyra do Mondego (A)*, 1867; *Lyra do Mondego*, 1869 a 1870; *Má Lingua (A)*, 10 de dezembro de 1898; *Manhã (A)*, maio de 1905; *Manifesto da Razão*, 1820; *Marchante (O)*, 14 de abril de 1904; *Memorias do Instituto da Academia Dramatica de Coimbra*, abril de 1849 a abril de 1852; succedendo á *Chronica Litteraria da Nova Academia Dramatica; Minerva Constitucional*, 22 de fevereiro a 10 de maio de 1823, seguido do *Publicola; Minerva Lusitana*, 11 de julho de 1808 a 6 de julho de 1811; teve duas edições do primeiro numero, sendo um sem data, e foi o primeiro jornal publicado em Coimbra; *Miniatura*, outubro de 1890; *Miniaturas*, 30 de setembro de 1903; *Minho (O)*, 11 de março a 27 de maio de 1862; *Moca (A)*, 1902; *Mocidade (A)*, maio de 1903 a maio de 1905; *Mondego (O)*, 11 de dezembro de 1893; *Mondego (O)*, 1898; *Mosaico (O)*, dezembro de 1874 a abril de 1875; *Mosca (A)*, 10 de setembro de 1882 a 1883; *Movimento Commercial*, 10 de janeiro de 1870; *Na Berlinda*, 1883; *Nem cá nem lá*, fevereiro a 18 de março de 1889; *Noticiador*, 22 de maio a 19 de junho de 1828; *Noticiador Conciso (O)*, 15 de maio a 25 de junho de 1823; *Noticias de Coimbra*, 10 de agosto a 22 de novembro de 1889; seguido pelo jornal *Lisboa-Coimbra; Noticiador Conimbricense*, 2 de janeiro a 6 de maio de 1827; *Noticias do Minho e Traz-os-Montes*, 24 de fevereiro a abril de 1823; *Novo Trovador (O)*, 1851 a 1856; *Novos (Os)*, 1.º novembro de 1893; *Novos (Os)*, 2.º, 25 de junho de 1903; *Numismatica Portugueza*, 1872; *Observador (O)*, 1826; *Observador (O)*, 16 de novembro de 1847 a 20 de dezembro de 1853, succedendo-lhe o *Conimbricense; Officina (A)*, 1 de janeiro de 1883 a fevereiro de 1891, substituido pelo *Alarme; Opposição*, 1888; *Opposição Nacional (A)*, 9 de junho a 21 de setembro de 1844, seguindo se-lhe *Grito Nacional (O); Operario de Coimbra (O)*, 1895; *Ordem (A)*, 26 de outubro de 1878 a maio de 1905; *Ordem Publica (A)* 2 de outubro de 1856 a 23 de outubro de 1857 mudou o titulo para *Constitucional; Pagode (O)*, 17 de novembro de 1902; *Panorama Contemporaneo (O)*, 1 de novembro de 1883 a 15 de julho de 1884; *Panorama Photographico de Portugal*, 1 de novembro de 1869 a dezembro de 1874; *Partido Liberal (O)*, 8 de maio a novembro de 1875; *Partido Nacional*, 18 de outubro de 1900; succedeu ao *Commercio de Coimbra; Paiz (O)*, 8 de fevereiro de 1866 a 25 de janeiro de 1869; succedeu ao jornal *A Liberdade; Partido do Povo (O)*, 15 de fevereiro de 1878 a julho de 1880, a que succedeu a *Republica Portugueza; Patria (A)*, 1897; *Patria (A)*, novembro de 1901; *Parnaso Coimbrão*, 1888; *Pavões (Os)*, maio de 1904; *Pedante (O)*, 10 de março de 1901; *Pensamento (O)*, 12 de maio a julho de 1880; *Pensamento (O)*, maio de 1905; *Pequena Revista* 1893; *Peregrino (O)*, 1871 a 1872; *Petiz (O)*, 1904; *Phosphoro (O)*, 1860, seguido do *Tira-Teimas; Photographias*, 1875; *Piloto (O)*, 5 de julho de 1836 a a 26 de abril de 1840; *Plebe (A)*, 1901; *Popular (O)*, 30 de março de 1854 a 3 de janeiro de 1856; *Porta-Ferrea*, (1.º), 13 de novembro de 1881 a 1 de maio de 1882; *Porta Ferrea*, (2.º), 15 de fevereiro de 1902; *Portugal*, 14 de abril de 1896; *Portugal*, 1897, continuado pelo *Clarim das Ruas; Portugal Chauffeur*, maio de 1903, em publicação; *Portugal Independente*, 5 de outubro de 1861 a 14 de março de 1862; *Portugal Pittoresco*, janeiro a dezembro de 1879; *Porvir*, maio de 1905; *Postal (O)*, 5 de junho de 1905, em publicação; *Povo (O)*, 27 de junho de 1846 a 31 de dezembro

de 1851, vindo do *Grito Nacional; Povo (O)* 1 de julho a 31 de outubro de 1865; *Povo e o Exercito (O)*, 7 de junho de 1891; *Praça Publica (A)* abril de 1897; *Pregoeiro (O)*, 1856; *Preludios Litterarios*, 24 de dezembro de 1858 a janeiro de 1861; *Prisma (O)*, 1 de setembro de 1842 a fevereiro de 1843; *Primavera*, 1896; *Primeiro de Maio (O)*, 1890; *Progressista (O)*, 30 de novembro de 1871 a 25 de fevereiro de 1883; *Publicola (O)*, 15 a 29 de maio de 1823 veiu da *Minerva Constitucional; Pyrilampo (O)*, 8 de março de 1888; *Raio (O)*, 1894; *Reacção (A)*, novembro de 1893; *Reclamo (O)*, 22 de fevereiro de 1885; *Reclamo da Livraria Portugueza*, 1 de janeiro de 190.; *Recreio (O)* 19 de fevereiro a março de 1879, em seguimento d'*O Astro da Juventude; Recreio (O)*, 1903; *Recreio Juvenil*, 1 de julho de 1858; *Recreio Litterario*, abril a agosto de 1870; *Reformador (O)*, 31 de janeiro a maio de 1875; *Regenerador (O)*, 19 de janeiro de 1883; *Repositorio Litterario*, 15 de janeiro a 30 de março de 1868; *Republica Portugueza*, 1 de maio a 28 de julho de 1873; nascido do *Partido do Povo; Resistencia*, 21 de fevereiro de 1895, em publicação; *Restauração da Carta*, 4 a 18 de fevereiro de 1812, succedeu ao *Correio Portuguez*, de Lisboa; *Revista Academica*, (1.º), 15 de março de 1845 a 1848; *Revista Academica*, (2.º), dezembro de 1853 a janeiro de 1855; *Revista Azul*, 1903; *Revista Bibliographica*, (1.º), agosto de 1895; *Revista Bibliographica*, (2.º), janeiro de 1896; *Revista Coimbrã*, 16 de novembro de 1899 a março de 1900; *Revista de Coimbra*, (1.º), 6 de dezembro de 1865 a 15 de abril de 1866; *Revista de Coimbra*, 1879 a 1880; *Revista de Coimbra*, 15 de janeiro a 1 de julho de 1891; *Revista do Civil*, 1899, 1903, tres numeros diversos; *Revista Contemporanea*, outubro de 1894; *Revista Escolar*, 1899; *Revista Estrangeira*, abril 1837 a 6 de junho de 1838; a primeira revista publicada em Portugal; *Revista Illustrada da Exposição districtal de Coimbra, em 1884*, janeiro a abril de 1884; *Revista Juridica*, 8 de fevereiro de 1856 a dezembro de 1859; *Revista de Legislação e Jurisprudencia*, 1 de maio de 1868, em publicação com esta revista se fundiu o *Jornal de Jurisprudencia: Revista Litteraria (A)*, 1859; *Revista Livre*, dezembro de 1893; *Revista Loura*, 2 de março de 1899; *Revista Negra*, 24 de janeiro de 1899; *Revista Nova*, abril de 1893; *Revista das Sciencias Ecclesiasticas de Portugal*, 17 de outubro de 1870 a setembro de 1875; *Revista Scientifica e Litteraria*, dezembro de 1880 a fevereiro de 1881; *Revista de Theologia*, 1877 a 1878; *Ridiculo (O)*, 25 de novembro de 1903; *Risos lisos*, 17 de maio de 1897; *Sargento (O)*, 29 de julho de 1888; *Saudade (A)*, 1889; *Sciencia Catholica (A)* 1884 a 1888, veiu da *Civilisação Catholica: Sebenta (A)*, 1896; *Seculo (O)*, dezembro de 1876 a maio de 1878; *Semanario de Annuncios*, 7 de julho de 1889; *Sentinella Conimbricense*, 25 de outubro de 1831 a 15 de janeiro de 1835; *Sentinella Politica*, 1 de julho de 1821 a 17 de abril de 1823; *Social (A)*, 9 de janeiro de 1897; *Sul de Portugal*, 5 de abril a 8 de julho de 1871; *Sylphide (A)*, 1857 a 1858; *Tejo (O)*, 1898; *Thesouro de Legislação*, 1869 em seguimento do *Jornal de Legislação; Tira Teimas (O)*, (1.º), 4 de abril a maio de 1840; *Tira Teimas (O)*, 1 de novembro de 1861 a 11 de abril de 1862 em continuação do *Phosphoro; Trabalho (O)*, 17 de março a 20 de junho de 1870; *Tribuno (O)*, 30 de janeiro a agosto de 1856, em publicação; *Troça (A)*, novembro de 1903; *Trovador (O)*, 1844 a 1848; *Trovão da Beira (O)*, 1 de maio de 1871 a 2 de agosto de 1871 *Ultimatum (O)*, 23 de março de 1880; *Vespa*, 1877; *Verdade (A)*, 1889; *Verdade (A)*, 17 de outubro de 1903; *Verdade em Triumpho (A)*, 7 a 28 de maio de 1823; *Verdadeiro Ecco de Portugal (O)*, 1 de janeiro a 10 de fevereiro de 1834; *Voz do Alumno*, 1903; *Voz do Artista (A)*, 29 de agosto de 1884 a 1890, em que passou a ter o titulo de *O Primeiro de Maio; Voz do Porvir*, 7 de março de 1897; *Via Latina*, 1889; *Vida Academica*, 12 de março de 1902; *Violeta (A)*, 6 de janeiro de 1883; *Voz do Artista (A)*, 15 de setembro a outubro de 1878; *Voz do Mondego (A)*, maio a agosto de 1870; *Zé Preira*, 12 de março a abril de 1881; *Zephyro (O)*, 15 de fevereiro a 31 de julho de 1872; *Zumbidos (Os)*, 1 de março a abril de 1880; || Além d'estes jornaes tambem ali foram publidos os numeros unicos seguintes: *Adelina Abranches*, 19 de maio de 1904; *Anathema*, maio de 1890; *Atheneu Popular*, 25 de março de 1887; *Careta (A)*, janeiro de 1902; *Centenario do Marquez de Pombal*, 8 de maio de 1882; *Centenario da Sebenta*, 29 de abril de 1902; *Coimbra Comica*, 22 de dezembro de 1901; *Dominó* (carnavalesco), 1904; *Eduardo Coelho*, 29 de dezembro de 1904; *Folia (A)*, 1902; *Fraternidade Militar*, fevereiro de 1902; *Malcreado* (carnavalesco), 1903 e 1904; *Memorando*, 31 de março de 1889; *A' memoria de Joaquim Falcão de Magalhães*, 1902; *Preito Academico*, 19 de novembro de 1888; *Recepção aos Novatos*, novembro de 1905; *Rua (A)*, 1902; *21 de março*, 1885.

Coimbra *(Convento de Santa Clara de)*. As ruinas d'este antigo mosteiro conimbricense encontram-se do outro lado do rio, na margem esquerda do Mondego, a poucos passos da ponte que a liga com a cidade. São os restos d'um edificio memoravel, theatro das heroicas virtudes da illustre rainha Santa Izabel *(V. este nome)*. Foi fundado por D. Maior Dias, riquissima senhora, natural de Coimbra, em 1286, dando a fundadora para elle as casas e herdades que ali tinha, com vinhas e olivaes, etc. Ainda hoje são notaveis as ruinas d'este convento, onde por varias vezes habitou a santa esposa de D. Diniz. Lançou-se a primeira pedra na egreja a 12 de agosto, dia de Santa Clara, de 1298; procedendo á cerimonia o bispo de Coimbra D. Pedro. A primeira pedra do convento fôra lançada a 28 de abril do referido anno de 1286. Em 1311, morreu D. Maior Dias, e os cruzios de Coimbra, allegando que D. Maior tinha primeiro professado a regra de Santo Agostinho no mosteiro de S. João das Donas, apossaram-se do convento e de tudo que lhe pertencia, mandando as freiras para diversos conventos de franciscanas, ficando-lhes com todos os bens e rendas, que eram de muito valor. A egreja e o convento, como tinham humilde fabrica e lhes não rendiam nada, entregaram-os aos frades franciscanos. Tres annos depois, a rainha Santa Izabel reivindicava o convento para as freiras franciscanas, e mandando então alargar o convento, fez nova e mais sumptuosa egreja. Deu-lhe para cêrca extensos campos na margem esquerda do Mondego, os quaes mandou rodear de altos muros, doando tambem ás freiras muitas rendas. Contiguo ao convento fez erigir um hospital para po-

bres, o qual tambem dotou liberalmente. Depois de viuva, passava a santa rainha a maior parte do tempo n'este convento, com o habito franciscano e sujeitando-se a todas as austeridades da ordem. Varios outros factos deram celebridade a este mosteiro. Aqui morreu a infanta D. Izabel, filha de Affonso IV e da rainha D. Beatriz e neta da rainha D. Izabel. Tambem aqui expirou a infanta D. Izabel, filha de D. Pedro III, de Aragão, irmã da Rainha Santa. Fallecendo esta em Extremoz, a 4 de julho de 1336, veiu a ser aqui sepultada, em rico mausoléo de marmore. No mesmo templo casou o infante D. Duarte, mais tarde rei, com a infanta de Aragão, D. Leonor, em 22 de setembro de 1428. Aqui veiu professar, contra sua vontade, e morrer, com o titulo de *Excellente Senhora*, a infeliz princeza D. Joanna, filha de D. Henrique IV, de Castella, e da rainha D. Joanna de Portugal, filha de D. Duarte. Foi casada com D. Affonso V, de Portugal e era legitima herdeira da corôa de Castella; mas o papa annullou este casamento por D. Affonso V ser tio da rainha, sendo esta encerrada, em 1479, no convento de Santa Clara, de Santarem. Pouco depois foi mudada para o de Coimbra e obrigada a professar. Este convento foi passado por D. João IV, em 1649, para o sitio actual, por estar quasi soterrado nas areias do rio. Já no tempo de D. Manuel o Mondego causava damnos tão consideraveis ao edificio, que este monarcha impetrou licença, em 1505, do papa Julio II para levantar novo mosteiro, afim de tirar as religiosas do antigo, onde se lhes tornava perigoso e incommodo continuar a residir. Não proseguiu o monarcha no seu proposito, porque as religiosas antes quizeram sujeitar-se aos damnos do rio do que abandonar o berço em que a Rainha Santa as creara. Porém, com o tempo, viram se obrigadas a pedir a el-rei D. João IV que as livrasse das invasões do Mondego. Attendeu o monarcha e ordenou a construcção do novo convento, cujo edificio se assentou na crista do monte da Esperança. Do antigo mosteiro só resta actualmente parte da egreja, a que as alluviões do rio teem tomado talvez mais de metade da sua altura. E' de grandes dimensões, dividida em tres naves e elegantemente construida no typo gothico. A abobada de cantaria ainda se conserva e nella se vêem alguns escudos, uns com as quinas de Portugal, outros com as barras do Aragão. Ainda se notam tambem alguns capiteis com lavores, mas já rasos com o chão. O novo mosteiro de Santa Clara está situado ao sul da cidade, além da ponte, no cimo do referido monte da Esperança. Foi fundado, como se disse, por D. João IV. Lançou-se-lhe a primeira pedra a 3 de julho de 1649, sendo reitor da Universidade o bispo de Vizeu, D. Manuel de Saldanha. Este edificio ficou apenas na quarta parte. Foi architecto e deu o risco o lente de mathematica fr. João Turriano, frade benedictino, e director da obra D. Antonio Luiz de Menezes, conde de Cantanhede e primeiro marquez de Marialva, celebre e valoroso general durante a guerra da Independencia. Vieram para aqui as freiras a 29 de outubro de 1677, com grande magnificencia. Na capella-mór da egreja, em rico tumulo de prata, jaz a rainha Santa Izabel. No côro de baixo ainda se vê o magnifico e antigo tumulo de pedra, em que primeiramente estava depositada a santa rainha. E' todo ornado de esculpturas em alto relevo, tendo sobre a tampa a estatua de Santa Izabel. Este mausoléo veio para aqui mudado do antigo convento de Santa Clara. Em 1612, quando se tratava da canonisação d'esta santa, por ordem do papa Paulo V, abriu-se a sepultura da rainha e achou-se o cadaver em tão bom estado e tão flexivel, como se tivesse sido enterrado n'aquelle mesmo instante, apezar de haverem passado quasi tres seculos depois da sua morte. As obras do convento só se concluiram decorridos muitos annos. E' um edificio vasto, magestoso e de aspecto regular, assentando vistosamente no cimo do monte, que fica fronteiro á cidade. A egreja é d'uma só nave, toda de cantaria, no estylo romano. Falando d'este mosteiro não se póde deixar de mencionar a festividade que se faz em honra de Santa Izabel, a mais pomposa das que se celebram em Coimbra e a de maior regosijo popular. No dia 3 de julho, vespera da festa, é costume irem os doutores da Universidade em prestito com os seus capellos e borlas á egreja de Santa Clara, onde se cantam ves-

Ruinas do antigo mosteiro de Santa Clara

peras solemnas. No dia seguinte é a mesma corporação que se encarrega de celebrar a festa. A confraria de Santa Izabel reserva a sua festividade para o domingo proximo, quando não cae em dia santificado o dia 4 de julho. E' então conduzida para a egreja de Santa Cruz a imagem, e ahi se celebra pomposa solemnidade. De tarde sae

Tumulo da Rainha Santa

a grande procissão, gravemente acompanhada de altos funccionarios publicos e de numerosas irmandades, e muitos anjinhos. As noites da vespera e do dia da festa da Rainha Santa são as mais folgadas e alegres de Coimbra, sendo animadisimas as *fogueiras*, danças e cantares, dos rapazes e das donzellas.

Coimbra (*Conventos de*) Como ficou dito no artigo relativo a esta cidade, eram em grande numero os conventos existentes em Coimbra e seu termo. Os mais importantes são descriptos nos artigos especiaes subsequentes. Dos outros encontram-se aqui algumas noticias mais interessantes. || *Da Graça*, V. *Santo Agostinho*. || *Dos Grillos*, V. *Santa Rita*. || *Do Espirito Santo*, V. *S. Bernardo*. || *Dos Jesuitas*, V. *Coimbra (Sé Nova de)*. || *Dos Loyos*, V. *Santo Eloy*. || *Dos Militares;* na rua do mesmo nome. Foi fundado pela Mesa da Consciencia e Ordens, lançando-se-lhe a primeira pedra no dia 25 de julho de 1615, e destinando-se para a instrucção litteraria dos cavalleiros das ordens militares de S. Thiago e S. Bento. D'elle sairam muitos varões illustradissimos. Foi depois hospital dos lazaros. A sua administração está a cargo da faculdade de Medicina. O primitivo hospital d'esta qualidade de doentes (*gafaria*) era fóra das portas de Santa Margarida, á beira do Mondego. Tinha sido instituido por D. Sancho I, pelos annos de 1200. Em 1774, por decreto de 15 de abril, foi unida á Universidade a administração d'este hospital, e depois da suppressão das ordens religiosas, mudou se para este edificio. || *De Nossa Senhora do Carmo*, de carmelitas calçados; fundado pelo arcebispo de Braga D. frei Balthazar Limpo, com ajuda de D. João III, em 1560, e depois augmentado pelo celebre bispo de Portalegre D. frei Amador Arraes, que reconstruiu a egreja e sacristia. Foi em uma das cellas d'este collegio que elle escreveu os seus excellentes *Dialogos*. Jaz este illustre varão enterrado no centro da capella mór da egreja. Esta é de uma só nave, de abobada apainelada, e tem sete altares. E' de architectura singela. Em um dos altares lateraes, está uma pintura, em madeira, de muito merecimento, representando a morte de Santa Maria Magdalena. No frontispicio da egreja estão duas lapides, rematadas pelas armas episcopaes. Por carta regia de 15 de setembro de 1841 foi concedida á Ordem Terceira da Penitencia esta egreja. A ordem terceira, que aqui se estabeleceu, é das mais devotas, ricas, florescentes e bem administradas de Coimbra. D'aqui sae a imponente procissão de *Cinza*, com grande quantidade de ricos andores e bellissimas imagens. A direcção da ordem instituiu n'este edificio um hospital, onde são recebidos os irmãos pobres. || *De Sant'Anna*, freiras eremitas descalças de Santo Agostinho, fundado por D. Miguel Paes, bispo de Coimbra, em 1174, dando-lhe para isto sua irmã, D. Joanna Paes, umas casas, vinhas e olivaes que aqui tinha. O sitio em que se fundou este convento era muito aprazivel e fresco, e estava junto á ponte velha, tão eminente ao rio que entre elle e o convento havia uma ladeira plantada de oliveiras. Foi lançada a primeira pedra no dia de Santa Anna, a 26 de julho de 1174 e foi concluida a obra em 1184, em cujo anno o foram habitar tres freiras, que eram a fundadora D. Joanna Paes, que foi a primeira prioreza, e mais duas, que todas vieram do convento de S. João das Donas. As rainhas D. Sancha e D. Thereza, filhas de D. Sancho I e irmãs da rainha Santa Mafalda, deram-lhe algumas rendas. Chamavam se, pela grande penitencia que faziam, as *reclusas*, ou *emcelladas* ou *emparedadas*, de Sant'Anna. Eram muito pobres e as freiras de Cellas tinham obrigação de lhes darem certas esmolas, por legado da dita rainha D. Sancha. Como esta esmola não fosse paga pontualmente, por demanda e sentença foi reduzida a certos moios de trigo. Muitos particulares lhes fizeram doações. Em 1284, já o rio chegava ao convento, inundando-o, pelo que se mudaram para o sitio da *Vinha da Varzea*, em 1285. Foi o bispo de Coimbra D. Aymerico, que fez mudar as freiras para este segundo sitio, que era uma quinta do *mestre Estevão*, deão da Sé, que a deixou para se mudarem para aqui, visto os estragos do rio, as freiras do antigo convento. Mas sendo este sitio doentio, mudaram-se para o logar de S. Martinho do Bispo, pouco distante do rio, para uma quinta que era dos bispos de Coimbra, chamada por isto *Quinta dos Bispos* O bispo de Coimbra D. Affonso de Castello Branco, fundou o sumptuoso convento de Sant'Anna, fóra das portas do castello da cidade, e para elle vieram as freiras de S. Martinho do Bispo, em 1612, e então trocaram o habito de conegas pelo de eremitas, mas sempre de Santo Agostinho. Do primeiro convento apenas restam uns leves vestigios, pelos quaes mal se divisa onde foi. || *De Santa Clara*; *De Santa Cruz*, V. *os artigos especiaes respectivos*. || *De Santa Rita*, tambem conhecido por Collegio dos Grillos, era da ordem dos eremitas descalços de Santo Agostinho. Attribue se a sua fundação a D. João III. Tinha uma boa livraria, a qual veiu para a Bibliotheca da Universidade. || *De Santa Thereza*, a poucos passos do Penedo da Saudade. Era de religiosas carmelitas descalças e foi fundado por provisão de 20 de janeiro de 1739. Lançou se a primeira

pedra no dia 9 de abril de 1740, entrando as religiosas para o mosteiro em 23 de junho de 1744. O edificio não é sumptuoso, mas de boa fabrica. A egreja é pequena, tem uma só nave com zimborio, e além do altar-mór mais tres lateraes, todos decorados com riqueza e bom gosto. O quadro do altar-mór, de bello effeito, é obra do afamado artista Paschoal Parente, cujos restos estão sepultados nesta egreja. ‖ *De Santo Agostinho*, de eremitas descalços, gracianos, mais vulgarmente conhecido por Collegio da Graça. Foi fundado por D. João III em 1543 Era situado na rua da Sophia. A irmandade do Senhor dos Passos ficou de posse da egreja O resto do edificio pertence á Camara Municipal e foi occupado pela escola regia de instrucção primaria, quartel militar e theatro da Boa União. ‖ *De Santo Antonio da Estrella;* – de capuchos franciscanos da provincia da Immaculada Conceição da Beira e Minho; era situado na rua das Fangas. ‖ *De Santo Antonio dos Olivaes*, V. *o artigo respectivo a esta localidade.* ‖ *De Santo Antonio da Pedreira*, de frades capuchos da provincia de Portugal, era situado na rua da Trindade e proximo das *Escadas de Minerva.* Foi fundado em 1602. Aqui se estabeleceu o *Asylo da primeira infancia desvalida* ‖ *De Santo Eloy*, de conegos seculares de S. João Evangelista, loyos. Foi edificado no melhor sitio da cidade, ao cimo da Rua Larga. Lançou-se-lhe a primeira pedra em 6 de maio de 1631. Ficou depois para edificio do governo civil, repartição de fazenda e estação telegraphica ‖ *De S. Bento*, fundado primitivamente no proprio edificio da Universidade, pelo reitor d'ella, D. Diogo de Murça, em 1555. Depois mudou-se para casa propria, que se concluiu em 1689 Está junto do aqueducto de S. Sebastião. A egreja é magnifica e o edificio um dos mais vastos e bellos de Coimbra. A egreja foi sagrada em 19 de março de 1634, por fr. Leão de S. Thomaz, insigne escriptor. No cruzeiro do templo, em frente da capella-mór, está sepultado este illustre filho de Coimbra. Este edificio soffreu grandes estragos quando serviu de quartel militar, em 1849. ‖ *De S. Bernardo* ou do Espirito Santo; fundado pelo cardeal-rei, em 1570, na rua da Sophia. ‖ *De S. Boaventura*, de franciscanos da provincia do Alemtejo, vulgo «*Pimentas*» na mesma rua. ‖ *De S. Domingos*, de frades, fundado pelas infantas D. Branca e D. Thereza, filhas de D. Sancho I, pelos annos de 1226, no sitio da Figueira Velha. Foi coberto pelas areias do Mondego, e só d'elle existia parte do campanario, no tempo de fr. Luiz de Sousa. Em 1547 foram os frades mandados para o convento de S. Thomaz na Sophia ‖ *De S. Francisco*, — terceiros; fundado pelo segundo bispo de Miranda, D. Rodrigo de Carvalho, natural de Lamego. Tambem se dava a este collegio a denominação de *S. Boaventura*, e vulgarmente «dos Venturas». Era da ordem de S. Francisco, da provincia de Portugal. E' na rua Larga. Serviu de casa de retenção dos academicos e de escola de instrucção primaria. ‖ *De S. Francisco*, de frades da provincia do Algarve, fundado pelo infante D. Pedro, filho de D. Sancho I, em 1220. ‖ *De S. Jeronymo*, de frades, fundado pelo 1.º bispo de Leiria. D. Fr. Braz de Barros, frade jeronymo, em 1550, na rua de S. Jeronymo. Faz hoje parte dos hospitaes da Universidade. ‖ *De S. João das Donas.* Vendo S. Theotonio que, logo depois da fundação do mosteiro de Santa Cruz, algumas senhoras se inclausuraram junto do convento, intentando imitar os fundadores, alcançou supplemento do papa Innocencio II e fundou lhes mosteiro proprio, que se chamou— *Mosteiro de S. João das Donas enclaustradas, ou canonicas reclusas de Santa Cruz.* Estas inclaustradas eram sujeitas ao prior-mór de Santa Cruz, faziam profissão solemne, e guardavam os tres votos essenciaes da religião. A prelada que lhes presidia tinha o titulo de prioreza perpetua, e de tres em tres annos elegiam suas discretas para o commum governo. No numero das *Donas* que professaram n'este convento contam-se com distincção D. Constança Sanches e D. Maior Sanches, filhas naturaes de el-rei D. Sancho I, e a infanta D. Maria Affonso, filha de D. Affonso III e da rainha D. Beatriz de Gusmão. Além d'estas mencionaremos tambem D. Maior Dias, que tendo vivido muitos annos n'este mosteiro, sahiu depois para fundar o de Santa Clara junto da ponte; a madre Justa Rebaldes, que, depois foi a primeira prioreza do mosteiro de S. Felix do logar de Chellas junto de Lisboa; e D. Joanna Paes, sobrinha do bispo de Coimbra D. Miguel, a qual com coadjuvação de seu tio fundou o mosteiro antigo de Santa Anna. O mosteiro de S. João das Donas foi mandado extinguir por occasião da reforma do de Santa Cruz, passando as religiosas no anno de 1534 para o de Santa Anna. ‖ *De S. João Evangelista*, V. *Santo Eloy.* ‖ *De S. Jorge*, duplex, da ordem de Santo Agostinho. Era situado á beira do Mondego, para cima um pouco da Lapa dos Esteios. Remonta a sua fundação ao tempo do conde D. Sisnando, por um seu voto. Edificou primeiro uma ermida e no dia 23 de abril de 1084 lançou D. Paterno, bispo de Coimbra a primeira pedra de um novo templo, que em breve se concluiu. A egreja foi duas ou mais vezes reedificada. O mosteiro foi vendido no tempo do marquez de Pombal, readquirido por compra pelos conegos regrantes no reinado de D. Maria I, e tornado a vender depois da extincção das ordens religiosas a José da Silva Carvalho. ‖ *De S. José dos Mariannos*, depois Collegio das Ursulinas, era da ordem dos carmelitas descalços. Foi fundado primeiro em umas casas do conde de Portalegre, ás portas de *Belcouce*, no principio da rua das Fangas, no dia 18 de julho 1603; mas, passados tempos, principiou-se casa propria para elle; sendo lançada a primeira pedra pelo bispo D. Affonso de Castello Branco, a 11 de outubro de 1606. ‖ *De S. Paulo*, fundado por D. João III, principiado em 1549, e concluido em 1563, vindo para aqui os alumnos no dia 22 de maio d'esse mesmo anno. Foi destinado para frades paulistas, e para doutores e oppositores, ecclesiasticos e seculares. Foi concedido em 1838 para theatro academico. Está aqui tambem estabelecido o *Instituto de Coimbra*, importante associação litteraria e scientifica. V. *Coimbra.* ‖ *De S. Pedro*, fundado pelo padre Fernando Manga Ancha, com a ajuda de D. João III, em 1545. Era na Sophia. Quando os nossos reis habitavam nos paços onde hoje é a Universidade, já existia este edificio, sendo morada das damas do paço. Depois é que Manga Ancha ageitou esta casa para convento, dando-lhe a invocação de S. Pedro. ‖ *De S. Thomaz*, de frades dominicos, tambem na rua da Sophia. V. *S. Domingos.* A obra das infantas D. Branca e D. The-

reza tinha sido soterrada com as areias do Mondego. Em 1540, não podendo ali viver os religiosos, abandonaram o seu convento, por consentimento de D. João III, e vieram estabelecer-se em umas casas na rua da Sophia; e com ajuda de esmolas do rei, dos duques de Aveiro, que eram padroeiros do mosteiro, e dos particulares de Coimbra, e com algumas terras que lhes déram os cruzios, principiaram essa immensa fabrica, depois chamada *Collegio de S. Thomaz*, destinada a convento e collegio. Este chegou a concluir-se, mas do convento apenas se concluiu a sumptuosissima capella-mór. Foi em 1547 que estas vastissimas obras principiaram. Na parede exterior do edificio, que faz frente para a Sophia, ainda existiam segundo affirma Pinho Leal as armas intactas dos duques de Aveiro, apesar da sentença de 12 de janeiro de 1759, que as mandou picar todas. || *De Thomar*, assim se dominava vulgarmente o *Collegio dos Cavalleiros da Ordem de Christo*, fundado por D. João III, em 1550. Era um vasto e bello edificio. A egreja, que era uma das melhores de Coimbra, tinha a invocação de N. S.ª da Conceição. Por alvará de 19 de janeiro de 1852 foi determinada a venda do edificio e extensa cêrca. || *Da Trindade*, fundado pela ordem dos trinos, em 1562. O nome que lhe deram os religiosos era — *Collegio da Santissima Trindade da Ordem da Redempção dos Captivos*. Era situado na rua denominada na Trindade, proximo da Sé Velha. Teve principio em 1552, em umas casas que tinham sido de D. Vetaça ou Bataça. O seu principal fundador foi o virtuoso fr. Roque do Espirito Santo, que só á sua parte resgatou mais de 3:000 christãos, captivos dos moiros. A rainha D. Catharina, viuva de D. João III, e seu neto, o rei D. Sebastião, déram grandes esmolas para esta construcção. Depois de 1834, a egreja foi transformada em tribunal de justiça, sendo o resto vendido. || *Das Ursulinas*, V. *S. José e Ursulinas*. || A maior parte dos edificios d'estes conventos pertencem hoje, mais ou menos modificados, a particulares.

Coimbra *(Santa Cruz de)*. Uma das quatro freguezias em que está dividida a cidade (V. *Coimbra*). Tem esta parochia a sua séde no magnifico templo de Santa Cruz, que foi do grande convento dos conegos regrantes de Santo Agostinho. E' um dos monumentos mais valiosos de Coimbra e a elle se prendem as maiores tradições. As duas epochas de maior gloria na historia patria estão unidas a esta veneranda reliquia. A historia religiosa nacional grava em letras d'oiro dois nomes que se podem contrapôr aos mais celebres santos do catholicismo. — S. Theotonio, cujo tumulo existe ali, e Santo Antonio que neste mosteiro permaneceu alguns annos. A historia profana relembra ali dois gloriosos feitos: o da fundação da monarchia e o dos descobrimentos maritimos. Primitivamente achava-se o mosteiro de Santa Cruz na extremidade oeste da cidade, da parte de fôra dos muros, mas com o decurso do tempo, e crescimento da povoação, está quasi no centro d'esta. A frontaria do templo é mais original que elegante e bella. Os coruchéos em que terminam os dois torreões meio quadrangulares meio octogonos, que flanqueiam o portal, dão alguma graça e sobretudo originalidade ao frontispicio. O que, porém, lhe dá verdadeiro realce e belleza é o portal e a grande janella, que sobre elle se abre. O portico de cantaria, mandado erigir em tempos mais modernos e que se acha inteiramente desligado do edificio, não se sabe o que significa, se arco triumphal se «guarda vento», como lhe chamavam os conegos. E' uma deploravel enxertia. Ao transpor os humbraes do templo sente o viajante curvarem-se-lhe os joelhos e a alma enlevar-se na comtemplação da extensa e alta nave, que mede 33m,32 de comprimento, 10m,66 de largura e 22m,23 de altura com a abobada toda artezoada. E' cheio de respeito que se defronta com as sepulturas de D. Affonso Henriques e D. Sancho I mandadas lavrar por D. Manuel. O tumulo do fundador da monarchia está do lado do Evangelho e o do seu filho do lado da Epistola. Os tumulos são eguaes no feitio e singelos, mas os arcos que os cobrem estão guarnecidos de muita variedade de lavores e

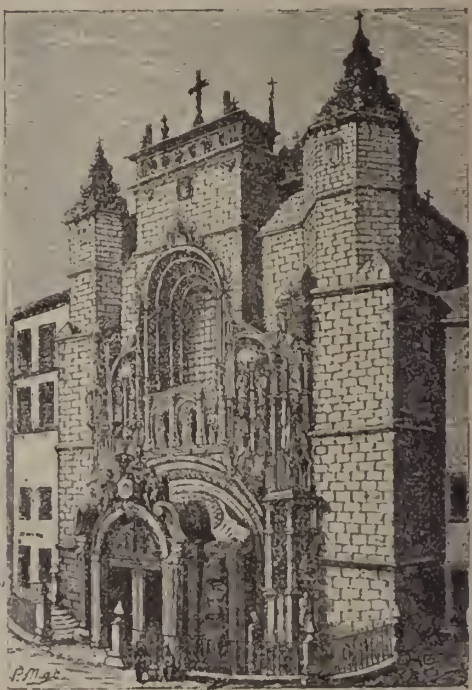

Egreja de Santa Cruz

recortes, estatuas em nichos e formosos baldaquinos. Sobre a tampa dos tumulos estão as estatuas em tamanho natural dos respectivos monarchas, com a cabeça descançando em cima de almofadas, e aos pés encostado um leão dourado. O tumulo de D. Affonso Henriques tem um extenso epitaphio em latim. E' admiravel o formosissimo pulpito. São dignos de apreço o cadeirado do côro, feito de madeira e mandado vir de Allemanha por D. Manuel, a capella do fundador, e o claustro, a que estão ligados os nomes de mestres Nicolau, de João de Ruão, de Jacques Loguim e Fillippe Uduarte, Thomé Velho, Filippe Tercio, Diogo de Castilho. O mosteiro de Santa Cruz soffreu grandes alterações: transformou-se o edificio em cadeia, em roda d'expostos, em tribunal e casa de camara, em escola industrial, em correio e telegrapho, em mercado, em aveni-

das e habitações particulares. Do antigo sómente resta parte do claustro da *manga*, assim chamado porque D. João III desenhou o risco na manga do roupão, e o notavel jogo da bola, parte hoje desligada, em cuja magnificencia ainda se repara, sendo agradavel em dia calmo procurar as sombras dos cedros no lago por elles completamente circumdado. A idéa inicial da fundação d'este mosteiro partiu de D. Tello, conego arcediago da sé de Coimbra, de D. João Peculiar, mestre-escola, e de D. Miguel, prior da sé, quando, em 1128, o bispo D. Bernardo concedeu permissão aos conegos para deixarem a vida claustral. Proximo ás antigas muralhas da cidade havia uma capella de Santa Cruz no sitio chamado *Banhos da Rainha*, *Banhos Reaes* ou *Valle de Ribella*. Alcançou D. Tello o terreno por compra que fez ao cabido da sé, pelo preço de trinta morabitinos de ouro, e o padroado por doação de D. Affonso Henriques. Celebrou-se a fundação em 28 de junho de 1131, solemnisando-a o proprio monarcha que tambem cavou nos fundamentos da capella-mór e acarretou ás costas um cesto de terra, no que foi imitado por toda a côrte. Era humilde a traça do mosteiro, apenas um claustro com doze cellas, n'uma das quaes viveu o velho conquistador d'Arronches, o virtuoso prior de Vizeu e depois o primeiro prior de Santa Cruz, S. Theotonio, modelo de virtudes e de saber, conselheiro do fundador da monarchia, seu amigo, e a quem a Egreja collocou entre os bemaventurados. Pouco tempo durou a humildade do mosteiro, pois consta que anteriormente á actual magnificencia era tambem um edificio cercado, torreado como um castello, com seu templo de tres naves, e 84 cellas. A sua construcção era tal que resistiu aos embates do imperador de Marrocos, quando em 1190 o sitiou e accommetteu. Com o andar dos tempos cresceram sempre as considerações e privilegios concedidos, já pelos papas, já pelos monarchas, a este mosteiro, cabeça da ordem agostinha. Por breve de Innocencio II era isento de toda a jurisdicção episcopal e immediato á sé apostolica. Nas egrejas do seu padroado a jurisdicção era metropolitana. As rendas d'este mosteiro eram eguaes ás dos maiores bispados do reino. Os seus priores-móres tinham Dom *de jure*, trajavam vestes episcopaes e eram quem conferiam, como chancellario perpetuo da Universidade, os graus de doutor. D. Manuel ordenou que todos os conegos d'este mosteiro se denominassem capellães d'el-rei e gozassem as honras inherentes a tal cargo. Sairam d'aqui muitos sabios, bispos, cardeaes, etc. A reforma por que passou o mosteiro de Santa Cruz em tempo de D. Manuel é a actual, á excepção do desengraçado portico que encobre a attractiva frontaria. D. João III tambem de alguma forma ampliou a obra do seu antecessór. O pulpito é das obras de esculptura mais primorosas que existem em Portugal e no estrangeiro. Formado todo de uma só pedra, resalta da parede, junto ao cruzeiro, do lado do Evangelho. E' todo lavrado em silvados, arabescos, moldurагens, medalhas com bustos, anjos, cherubins, estatuas, baldaquinos rendilhados, e outros ornatos. O desenho das figuras é correcto e gracioso, sendo da mais extrema delicadeza e perfeição o trabalho de esculptura, como é engenhosa e de bello effeito toda a obra em si. E' positivamente uma maravilha no seu genero. Tem o pulpito a forma octogonal, mostrando só quatro faces. As principaes estatuas que o decoram, sentadas e mettidas em nichos, representam os quatro doutores da Egreja: S. Jeronymo, S. Gregorio Magno, Santo Agostinho e Santo Ambrosio. Nas peanhas vêem-se uns lindos quadros em baixo-relevo, esculpidos com summa delicadeza. Por cima dos nichos, avultam as divisas de D. Manuel, a esphera armillar e a cruz de Christo. Fazem divisão áquelles nichos duas ordens de estatuas, muito mais pequenas que as dos doutores da Egreja, e resaltando dos angulos do octogono, que são cavados em nichos, com peanhas e baldaquinos rendilhados. As estatuas da ordem su

Pulpito de Santa Cruz

perior representam a Religião e as tres virtudes cardeaes, e as da ordem inferior os prophetas. Esta é a principal obra de ornamentação, mas ha além d'ella o restante. Esta parte do pulpito é toda lavrada em delicadissimos e variados relevos, sobresaindo oito medalhas com bustos. A parte inferior do pulpito é á feição d'uma misula, a que dá principio um dragão com a cauda enroscada, e remata por um friso guarnecido com seis seraphins. Suppõe-se que o autor d'esta obra prima fosse o esculptor francez João de Ruão, pois se vêem as suas iniciaes por cima de um dos nichos. São tres os claustros do antigo mosteiro, assim chamados: da *Portaria*, do *Silencio* e da

Manga. O primeiro é o mais moderno de todos; o segundo é o principal em architectura e belleza. O terceiro é um specimen da architectura pesada e desengraçada que succedeu ao gothico-florido. Nas varias capellas do claustro do *Silencio* faz-se notar a de Santo Christo, pelos mausoléos de D. Pedro, bispo da Guarda e de D. João de Noronha e Menezes. O centro d'este claustro é adornado por uma fonte muito elegante com duas taças e uma pequena estatua por corôa. No lanço norte do claustro da *Manga* existe uma celebre capella dos *Ossos*, hoje fechada, mas que outr'ora se franqueava ao publico. Está toda revestida de caveiras e ossos, que se diz serem dos christãos que morreram pelejando pela fé no Campo de Ourique, onde D. Affonso Henriques os mandou buscar para fazer esta construcção. O sanctuario de Santa Cruz era uma das coisas mais dignas de vêr que havia no reino, sendo uma das maravilhas mais dignas de veneração tensão e bem assombreado das ruas que a cortam e pelas obras d'arte que a adornavam. Com a extincção das ordens religiosas a propriedade foi vendida e arroteada, destruindo-se o que fôra obra de tantos esforços. As duas peças que mais nomeada deram á quinta de Santa Cruz são o *jogo da bola* e o *lago grande*. O primeiro occupa um vasto quadrilongo, para o qual se sobe por uma ampla escadaria. E' uma soberba praça, cuja entrada é formada por um bello portico, composto de tres arcos, coroados de estatuas de marmore. Em frente, ao fundo da praça, ergue-se uma cascata, por cujos lados sobem duas altas escadarias. A da direita termina em uma alameda de loureiros, que conduz ao grande lago. A quinta de Santa Cruz, posta em praça ha uns trinta annos, foi arrematada pela Camara Municipal de Coimbra, com o intento de alargar a cidade e aproveitar aquellas bellezas para um passeio publico. *Bibliographia* especial ácerca d'este monumento:

Claustro do «Silencio» em Santa Cruz

e uma peça riquissima pelos seus valiosos adornos e preciosidades que encerrava. Esta casa, ou capella, acha se situada logo ao principio do grande corredor, que era antigamente o dormitorio principal do mosteiro. E' uma grandiosa capella elliptica, toda guarnecida de talha dourada, d'uma perspectiva encantadora e deslumbrante. São innumeraveis as reliquias que se veneram n'esta casa, entre ellas as dos cinco martyres de Marrocos, que se expõem na egreja por occasião da festa d'estes santos, em 16 de janeiro. E' costume haver procissão, a que antigamente concorriam muitos homens, nús da cintura para cima, a qual tira origem de um voto que por occasião da peste, em 1423, fez Vicente Martins do logar de Falla, de vir assim com seus filhos visitar todos os annos as santas reliquias, se não fossem atacados da peste. Chegou a ser extraordinario o numero dos nús que concorriam á procissão, dando logar a muitas chufas. Parecendo isto mal ao bispo-conde D. Francisco de Lemos, prohibiu esta costumeira. Nenhum outro mosteiro de Portugal tinha junto a si uma cerca tão grandiosa como esta, pela ex- *Memoria sobre a existencia do Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, por D. J. M. D. A. C. R; Lisboa, 1839. *Monumentos de Portugal — O Mosteiro de Santa Cruz*, por Ignacio Vilhena Barbosa, Lisboa, 1886. *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, annotações e documentos* por F. M. de Sousa Viterbo.

Coimbra *(S. Bartholomeu de)*. Uma das quatro freguezias em que está dividida a cidade (V. *Coimbra*). Tem esta parochia a sua séde na egreja da mesma invocação, onde esteve tambem a de S. Thiago, que lhe foi annexada nos meados do seculo passado. Tinha collegiada e priorado, recebendo annualmente 50$000 réis cada um dos dez beneficiados e 250$000 réis o prior. O primitivo templo era mais antigo do que a monarchia portugueza. Fr. Bernardo de Brito, na sua *Monarchia Lusitana*, parte 2.ª, livro 7.º, cap. 18.º, faz menção da doação d'esta egreja aos monges de Lorvão, por Samuel, sacerdote, na era de Cesar 965, que corresponde ao anno de 927 de Jesus Christo; e fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, no seu *Elucidario*, verbo *Nodum*, dá noticia de outro do-

cumento relativo á greja de S. Bartholomeu, no *arravalde* de Coimbra, da era 1109 correspondente ao anno de 1071 de Jesus Christo. Foi o templo reedificado no seculo XVIII, para o que, no dia 5 de junho de 1755, se fez a trasladação do Santissimo e das imagens de Jesus Christo e de Nossa

Jogo da Bola e Cascata na Quinta de Santa Cruz

Senhora, para o antigo hospital real, d'onde se passaram para a Misericordia. Demoliu-se depois o antigo edificio, e a 16 de julho de 1756, Manuel Rodrigues Teixeira, provisor do bispado, lançou a primeira pedra no novo templo. E' de singela architectura, não contendo cousa notavel, a não ser tres bellas pinturas de Paschoal Parente, que representam — *O supplicio de S. Bartholomeu, Jesus Christo crucificado* e a *Annunciação de Nossa Senhora*.

Coimbra (*Sé Nova de*). Uma das quatro freguezias em que está dividida a cidade Orago, N. S.ª da Assumpção (V. *Coimbra*). Tem esta parochia a sua séde na chamada *Sé Nova*, edificio fundado por D. João III, em 1554, para egreja do collegio dos jesuitas, denominado das *Onze Mil Virgens*, ou mais vulgarmente *Collegio das Artes*, que teve por primeiro reitor o grande sabio dr. André de Gouveia. E' templo vastissimo e grandioso. Em junho de 1542, vieram para Coimbra o padre Simão Rodrigues e 11 companheiros, que, por ordem do rei, se foram hospedar no convento de Santa Cruz, onde estiveram tres annos. O rei deu a estes padres as casas e terrenos precisos para a projectada edificação e avultadas esmolas em dinheiro e outros generos. Foi lançada a primeira pedra em 14 de abril de 1547. E' dos mais vastos edificios de Coimbra. Tinha ordinariamente 200 religiosos, que formavam um verdadeiro seminario apostolico, com sabios professores. Uns destinavam-se ás arriscadissimas missões da Asia, Africa e America, o que concorreu poderosamente para a propagação do catholicismo no Ultramar, e para a extensão e consolidação da soberania portugueza n'aquellas remotas regiões. Outros dedicavam-se á instrucção da mocidade, saindo das suas escolas varões sapientissimos nos diversos ramos das sciencias. Supprimida a ordem, foram dados á Universidade de Coimbra a maior parte dos seus bens e rendas, por carta regia de 4 de julho de 1774. O collegio das *Onze Mil Virgens* teve então diversas applicações. Para parte d'elle foi removido o antigo Hospital de S. Bartholomeu, ou da Praça, que tomou o titulo de Hospital de N. S.ª da Conceição, sendo depois transferido para outro edificio. O Hospital de S. Bartholomeu tinha sido fundado por D. Manuel, que lhe deu 2:000$000 réis de renda annual. Era da invocação de S. Cosme e S. Damião. D. João III entregou a sua administração aos loyos. Em outra parte do edificio se fundou o excellente museu de historia natural, tambem dependencia da Universidade (*V. Coimbra, Universidade de*). A egreja, com algumas pertenças, foi dada ao cabido por carta regia de D. José, de 11 de outubro de 1772. Entregou-lh'a o corregedor José Gil Tojo Borja em 19 d'esse mesmo mez e no dia 21 se trasladou para aqui a Sé antiga, em solemne procissão, acompanhada pela camara, clerigos e povo, e desde então é a egreja cathedral de Coimbra sob a denominação de *Sé Nova*. A egreja é um monumento respeitavel, pela sua extraordinaria vastidão e solidez. A fachada, toda de cantaria, é de proporções magestosas e ornada com boas estatuas. A parte superior d'esta imponente frontaria soffreu grande damno, causado por uma faisca electrica que ali cahiu em 1833, derrubando a cruz do remate e varios ornatos. E' de uma só nave, mas da maior magnificencia. O zimborio que a corôa é de assombrosas proporções. O throno é chapeado de prata e ha aqui um frontal do mesmo metal. A pia baptismal, que é elegante e

Sé Nova

de curiosa esculptura, foi mandada construir pelo bispo de Coimbra D. Jorge de Almeida, e veiu para aqui da Sé Velha. *(V. a pag. 70 d'este vol. a respectiva estampa)*. Todas as officinas e dependencias condizem com a sumptuosidade do templo. O seu archivo contem grande numero de do-

cumentos valiosissimos pela sua antiguidade. Está aqui uma copia do famoso *Livro Preto da Sé de Coimbra*, cujo original está na Torre do Tombo, codice precioso contendo curiosissimos esclarecimentos relativos aos primeiros tempos da monarchia, e até mesmo a anteriores. O thesouro annexo, ou *Museu da Sé Nova*, foi constituido pelo actual sr. bispo-conde, que carinhosamente tem ali reunido, entre outros objectos valiosos de arte christã, algumas peças formosissimas da antiga ourivesaria portugueza. Este museu é sem duvida um dos mais notaveis no seu genero.

Coimbra *(Sé Velha de)*. Uma das quatro freguezias em que está dividida a cidade *(V. Coimbra)*. Orago, S. Christovão, que foi a invocação que teve a Sé Cathedral de Coimbra, erecta na antiquissima egreja de S. Christovão, primoroso monumento de architectura christã, arrazado em 1861 para no seu logar se construir o theatro D Luiz. Foi nessa egreja que D. João I recebeu a corôa, em 6 de abril de 1385, depois de acclamado rei, no palacio real, hoje Universidade. A antiga parochia de S. Christovão tinha collegiada e priorado, recebendo annualmente 60$000 réis cada um dos oito beneficiados e 260$000 réis o prior. Actualmente tem esta parochia a sua séde na Sé Velha, um dos mais antigos e curiosos monumentos religiosos de todo o Portugal. A maior parte dos nossos escriptores dizem que este templo foi fundado pelos godos, no seculo VI ou VII, e effectivamente a sua architectura é gothica, e em fórma de castello com ameias exteriormente. Todavia alguns autores modernos sustentam que é obra de D. Affonso Henriques. E' provavel que o nosso primeiro rei o reedificasse e ampliasse, e seus successores, até D. João I, que tinham em Coimbra a sua côrte, tambem lhe fizessem varias obras; o que tudo se prova, tanto interna como externamente, pela sua architectura de varias

Sè Velha

epocas. Todos os historiadores e escriptores antigos referem que este venerando edificio já existia como templo christão em 716. Uns dizem que foi edificado por Ataces, ou no seu tempo. Outros affirmam que o foi depois, pelos godos, que os arabes fizeram d'este templo mesquita, e que D. Fernando Magno quando tomou Coimbra, em 1064, o maudou purificar e benzer, armando ahi cavalleiros os novecentos bravos que mais se distinguiram durante os sete mezes de cêrco, sendo o principal d'elles o Cid, Ruy Dias de Bivar, e pondo ahi por bispo a D. Paterno. Conforme hoje se vê a Sé Velha é um templo romanico-medieval, coevo da monarchia. Tem soffrido violações, mas felizmente e graças aos esforços do sr. Antonio Augusto Gonçalves, illustrado professor e artista,

Tumulo de D. Bataça

secundado pelo sr. bispo-conde e por S. M. a Rainha Senhora D. Amelia, teem sido concedidos meios para a reconstituição d'este monumento. Assim, dentro em breve tempo, ficará expungido dos remendos que successivamente lhe tinham deitado. A tribuna do altar-mór é obra de talha de primeira ordem: a capella do Santissimo Sacramento, em forma circular com o apostolado em boa esculptura, é digna de reparo. O retabulo de S. Pedro merece tambem elogio. Além do tumulo de D. Sisnaudo, o celebre governador de Coimbra, existe nesta egreja o de Dona Bataça, illustre senhora, a qual acompanhou a Rainha Santa, quando veiu casar com D. Diniz. (V. *Bataça, Dona)*. Tambem jazem aqui sepultados os bispos D. Tiburcio, D. Egas Fafes, D. Estevão Annes Brochado, D. Martinho Gonçalves, e D. Jorge de Almeida, a quem se deve os porticos lateraes, a tribuna de talha, o retabulo de S. Pedro, o revestimento de bons azulejos luso-arabes que cobriam parte das columnas das naves, e outras obras. A porta lateral pequena tinha o nome de *porta de Santa Clara*, e a maior o de *porta especiosa*, sendo obra do architecto João de Castilho. Os azulejos, por serem anachronicos, foram retirados em 1894, pondo-se a descoberto as columnas, e restituindo-as á sua antiga pureza e elegancia. || *Bibliographia* especial ácerca d'este monumento: *Noticia historica e descriptiva da Sé Velha de Coimbra* por Augusto Mendes de Castro. *A Sé Velha de Coimbra* por A. M. Seabra de Albuquerque; Coimbra, 1889. *Os mosteiros de Lorvão e de Santa Clara e o templo da Sé Velha* pelo rev. bispo de Coimbra (com o fac-simile de uma carta a S. M. a Rainha D. Amelia; Coimbra, 1893.

Coimbra *(Universidade de)*. A fundação dos *Estudos Geraes*, ou *Universidade*, deve-se a el-rei D. Diniz, que em 12 de novembro de 1288 reuniu em Montemór-o-Novo varios prelados, os quaes, attento ao estado das relações entre o monarcha e a Santa Sé, solicitaram por si o indulto apostolico para se fundar a Universidade. Sómente

em 9 de agosto de 1290 chegou a bulla da confirmação *De statu regni Portugaliæ*. O sitio escolhido foi em Lisboa a Pedreira no bairro de Alfama, junto á porta da Cruz, ou da Moeda Velha. Ali se ensinavam Leis, Canones, Grammatica, Logica e Medicina. Sómente em 1309 é que se começou a ensinar a Musica. Em 1308 transferiu-se a Universidade para a cidade de Coimbra por bulla de Clemente V, de 26 de fevereiro de 1308, sob a protecção de S. Vicente Martyr. As aulas estiveram primeiramente em casas particulares proximas do paço da Alcaçova até que se construiu no mesmo local o collegio de S. Paulo, e onde actualmente se vê o envasamento do projectado theatro academico. As aulas e habitações de estudantes eram da porta de Almedina para cima. O mestre de Leis ganhava seiscentas libras; quinhentas, o de Decretaes; duzentas, o de Medicina e o de Grammatica; cem o de Logica; noventa e cinco, o de Musica; quarenta cada um dos conservadores. Transferida por Affonso IV para Lisboa, em 1338, foi a Universidade mudada no mesmo reinado para Coimbra em 6 de dezembro de 1354. D. Fernando, em 3 de junho de 1377, mudou-a para Lisboa, tambem para o sitio de Alfama, ainda hoje chamado *Escolas Geraes*, e impetrou do papa Gregorio II a bulla para que se déssem graus de bacharel, licenciado e doutor e se usassem as insignias. D. João I, em 1384, confirmou á Universidade todos os seus privilegios e prometteu que ella havia de estar perpetuamente em Lisboa, sem que em nenhum tempo se mudasse para Coimbra nem para outra parte. Em 1385, depois de acclamado rei, corroborou tudo quanto promettera. O infante D. Henrique foi seu primeiro protector, doando-lhe umas casas que comprara á sua custa na freguezia de S. Thomé, abaixo de Santa Marinha, com a condição de se estabelecerem aulas de Geometria e Astronomia. Nas referidas casas foram accommodadas as aulas das sete artes liberaes, ficando as sciencias maiores no antigo edificio. D. Manuel, em 1496, ampliou a velha Casa da Moeda, augmentando o ordenado aos lentes, e o numero

Via Latina e Torre

Porta Ferrea

de cadeiras; mandou que o ensino da Theologia, que até ali se dava nos conventos de S. Domingos e S. Francisco, se fizesse na Universidade juntamente com a Philosophia moral e astronomica. D. João III, em 1537, chamando sabios estrangeiros, mudou definitivamente a Universidade para Coimbra, onde se tem conservado. Começou então o periodo mais brilhante da historia universitaria. O mesmo monarcha mandou alumnos portuguezes para as universidades tão celebradas de: Paris, Bolonha, Oxford e Salamanca. No convento de Santa Cruz estavam as duas faculdades de Theologia e Artes. As de Medicina, Jurisprudencia e Decretaes eram ensinadas na casa que D. Garcia de Almeida, primeiro reitor da Universidade, offereceu junto á porta de Belcouce, onde mais tarde se levantou o convento de Santo Antonio da Estrella, em 1715. Houve ali uma torre, obra de D. Sancho, e um arco triumphal romano, demolido em 1778. Por alvará de 26 de outubro de 1559 creou-se uma cadeia especial para os estudantes, etc. (V. *Cadeia*). D. João III concedera á Universidade os paços reaes, reedificados por D. Manuel para ahi se installarem as aulas. Filippe II regateou esta doação; e a Universidade viu-se na dura necessidade de comprar-lhe o seu supposto direito por trinta mil cruzados ou sejam doze contos de reis. Annos depois, em 1634, foi collocada a estatua de Filippe II na Porta Ferrea. Das varias reformas que teve a Universidade e dos respectivos *Estatutos*, a que mais assombra

e admira é a de 28 de agosto de 1772, ou *Estatutos Novos*, publicados em 1773, cujas disposições ainda se acham em vigor. E' a notavel reforma pombalina, tão radical e profunda que logo assentou solidamente. Foi posta em vigor pelo proprio ministro de D. José, que, com poderes especiaes de reformador e logar-tenente de el-rei, visitou a Universidade. O marquez de Pombal veiu a Coimbra com uma vistosa comitiva e cercado de grande apparato, fazendo-se-lhe uma recepção com todas as honras devidas á realeza que elle representava. Entrou a 22 de setembro de 1772, e demorou-se um mez, no qual fez a reforma coadjuvado pelo reitor D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, então bispo de Zenopole, coadjutor e futuro successor do de Coimbra. Para as novas faculdades, então creadas, vieram habeis professores estrangeiros, e para satisfazer ás exigencias do ensino foram construidos e adaptados varios edificios, hoje dependentes da Universidade. Apoz a morte do marquez de Pombal houve serias tentativas para inutilizar a reforma, mas valeu-lhe o grande talento e dedicação do reitor D. Francisco de Lemos, com a sua longa dissertação: *Relação geral do estado da Universidade de Coimbra desde o principio da nova reformação até ao mez de setembro de 1777, para ser presente á Rainha Nossa Senhora, etc.* O actual edificio da Universidade é um conjuncto de construcções de diversas epochas e estylos. Transpondo a *Porta-Ferrea*, vêem-se essas construcções em redor do extenso pateo. A fachada, considerada principal, do lado norte, é ladeada por duas galerias de columnatas, a que dão o nome de *Via-Latina*, ostentadas por elegantes columnas jonicas e servidas por largas escadarias de accesso. O frontispicio é uma apotheose grandiosa a el rei D. José, cuja effigie está ladeada de figuras e ornamentações allegoricas admiravelmente executadas. E' aqui a entrada da *Sala grande dos actos*, ou dos *Capellos*, concluida por D. João IV. Dentro da sala respira-se um ar pesado e sombrio, de religioso respeito, para o que contribuem extraordinariamente os damascos vermelhos, o apainelado do tecto, a serie dos retratos dos reis e a moderada luz, provinda das tribunas. Ao fundo está o pulpito para o decano da faculdade e aos lados as bancadas para os doutores. A cerimonia da imposição do capello é solemnissima e imponente, sendo a mais grave espectaculosa de todas as festas academicas. Pelo nascente corre a frontaria do antigo collegio de S. Pedro, realçada por um portico e por um frontão, sustentado por duas cariátides colossaes. Na face fronteira está a capella manuelina, com o seu formoso portal, e esbeltas janellas. O interior é alegre e gracioso; foi concluida em tempo de D. João III, sendo architecto Pero Annes. Esta capella é isenta de jurisdicção episcopal; é n'ella que se celebram todas as cerimonias religiosas a que estão adscriptas as solemnidades da Universidade, que é ainda uma instituição canonica. O juramento dos lentes no primeiro dia de outubro, a missa do Espirito Santo, a que tem de assistir os doutorandos antes da imposição das insignias, etc., são actos celebrados na capella da Universidade. O orgão que aqui existe começou se em março de 1728 e concluiu-se em junho de 1733. E' sobretudo poderoso em som e de elegante porte. Pertence a esta capella uma lindissima lampada de prata,

Capella da Univer idade

Sala dos Capellos

obra do seculo XVI; tem de altura 1,m365, é de fino lavrado e de graciosa composição. N'um recanto proximo ergue-se a grande torre de fórma quadrangular, mais engraçada vista de longe do

Fachada da Bibliotheca

que de perto. Domina todos os edificios da universidade; mede 33 metros e meio de altura. Foi começada em 1728 e acabada em 1733, importando em 14:543$522 réis. Do terraço superior desfructa-se um vastissimo panorama, devéras curioso pelos meandros do Mondego, que serpeia por entre a vegetação. Contigua á capella fica a bibliotheca, que D. João V mandou edificar e que custou 66:622$129 réis. E' magnifico o seu portico com as quatro gigantescas columnas monolithicas que o ladeiam. Toda a fachada apresenta um profundo cunho de nobreza e distincção. Ninguem, porém, adivinhará antes de transpôr este portico a maravilha que vae encontrar. As estantes são delicadissimas e ricamente pintadas e douradas. Nuno da Silva Telles, reitor da Universidade, pediu ao monarcha Magnanimo licença para a sua construcção, que lhe foi concedida por provisão de 31 de outubro de 1716. A 17 de julho de 1718, foi solemnemente inaugurada, mas sómente em 1725 se concluiu. As pinturas a fresco dos tectos accusam o gosto da epoca, em que ha exuberancia de figuras, excesso de ornatos, victoria de difficuldades de perspectiva. Na terceira sala ao fundo está n'um caixilho faustoso, bem entalhado, o retrato a oleo de D. João V que não destoa da magnificencia do restante. As mezas são apreciaveis como obra de marcenaria, mais ricas do que confortaveis. São em numero de seis, todas com embutidos. O que ainda torna mais notavel esta bibliotheca é a collecção de bellissimos livros sobre todos os conhecimentos humanos e as raridades bibliographicas: a *Biblia de 62*, assim chamada por ter sido impressa em 1462; a Biblia em hebraico, manuscripto em pergaminho; o *Officio de Nossa Senhora*, com primorosas illuminuras; a primeira edição do *Cancioneiro de Rezende;* os *Luziadas do Morgado Matheus;* a *Lenda de Santa Ursula; Chronica de D. Affonso Henriques* por Duarte Galvão, manuscripto illuminado; *O Baptismo*, ritual, manuscripto illuminado; *Lenda da Rainha Santa*, manuscripto illuminado em 1592; etc. Calcula-se em mais de quarenta mil volumes os contidos nas estantes, mas nos subterraneos sóbe talvez a cem mil a collecção de livros, a maior parte provindos dos conventos. Ha tambem na bibliotheca um pequeno museu numismatico, que contem mais de 3:380 moedas e medalhas. Só por herança do sabio João Pedro Ribeiro lhe ficaram pertencendo 884 medalhas. Perto da elegante bibliotheca, fechando o circuito dos edificios universitarios está o Observatorio Astronomico, construido no reinado de D. Maria I, de 1790 a 1799, sendo o risco de Manuel Alves Macombo, architecto da Universidade. Dirigiu as obras o lente de mathematica José Monteiro da Rocha. As dependencias da Universidade, que se não contam entre estes edificios, são: o Jardim Botanico, o Museu de Historia Natural, o Hospital e o Observatorio Meteorologico. O Jardim Botanico é o melhor do paiz. Fica n'um dos mais aprazíveis logares da cidade. Foi começado em 1773. N'elle se vê a estatua de Brotero (V. *este nome*), que se inaugurou em 30 de março de 1887 E' em marmore de Carrara e obra do notavel esculptor portuense Soares dos Reis. O grande botanico está sentado, vestido com o trajo universitario, apoiando se nos braços da cadeira e segurando na mão esquerda a borla doutoral. A attitude é naturalissima; a physionomia tem a expressão profunda e suave do pensador. Deve-se a iniciativa d'este monumento ao sr. dr. Julio Henriques, dedicado e prestante director do jardim. O *Museu da Universidade* está no edificio onde se achava estabelecido o Collegio das Artes e Humanidades sob a direcção dos jesuitas, cuja egreja é a da Sé Nova (V. *Coimbra, Sé Nova de*). Expulsa a Companhia de Jesus, em 1759, continuou o

Estatua a Brotero

ensino mas dirigido por seculares e por mestres das outras ordens religiosas. Creadas pelos estatutos pombalinos as faculdades de mathematica e philosophia, surgiu a necessidade de se estabe-

lecerem os respectivos gabinetes. Na tarde de 13 de maio de 1773 teve logar a imponente cerimonia do lançamento da primeira pedra do museu, presidida pelo reitor D. Francisco de Lemos, que fez coincidir a festa com o anniversario natalicio do Marquez de Pombal. Em 19 d'outubro de 1775 estava concluida a obra, cujo desenho pertence ao engenheiro Guilherme Elsden. O Observatorio Meteorologico está situado a um kilometro da cidade, a léste, na Cumiada. E' vasto e pittoresco o panorama que d'elle se descortina. A casa magnetica e o observatorio estão orientados E — O magnetico e teem as frentes para o Oeste. Tambem annexo á Universidade se póde considerar o Instituto, onde ha a admirar o Museu de Archeologia, de creação recente, dotado de uma bella collecção de faianças, talvez a primeira de Portugal e de ricos exemplares da epoca romana.

Coimbra. Pov. na freg. de Salvador, de Parada e Barbudo, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Coimbrã. Pov. na freg. de S. Leonardo, de Athouguia da Baleia, conc. de Peniche, distr. de Leiria.

Coimbrão. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Estremadura, conc., com. e distr. de Lisboa, bisp. de Coimbra ; 1:718 hab. e 442 fog. Tem escolas para os sexos, e est. post, permutando malas com Monte Redondo e Leiria. A pov. dista 22 k. da séde do conc. e está situada n'uma campina, perto da margem direita do rio Liz. A terra é fertil em milho e feijão. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria.

Coimbrãos. Sitio, na prov. do Douro, perto da Serra do Pilar, na freg. de S. Christovão, de Mafamude, e proximo á margem esquerda do rio Douro. E' logar muito agradavel onde se vêem boas quintas e bonitas casas de campo.

Jardim Botanico

|| *Bibliographia* especial ácerca destes estabelecimento e seus annexos: *Memorias do collegio real de S. Paulo da Universidade de Coimbra e dos seus collegios e porcionistas* por D. José Barbosa, 1727. *A Universidade de Coimbra*, em novembro de 1843, pelo dr. João Alberto Pereira de Azevedo. *Memoria historica e descriptiva ácerca da Bibliotheca da Universidade de Coimbra e mais estabelecimentos annexos* pelo dr. Florencio Mago Barreto Feio, 1857. *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrucção publica portugueza*, por Theophilo Braga ; vol. I a IV, Lisboa, 1892 a 1902, em publicação. *D. Francisco de Lemos e a reforma da Universidade de Coimbra*, por Theophilo Braga ; Lisboa, 1894. *Annuario da Universidade de Coimbra*, vasta collecção em que se salienta o relativo ao anno lectivo de 1901 — 1902, contendo os mais interessantes artigos ácerca da historia do estabelecimento.

Coimbró. Pov. na freg de S. Thiago, de Cerdedo, conc. de Boticas, distr. de Villa Real.

Coimbrões. Povoações nas freguezias : Santa Marinha e conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || S. João Baptista, de Lourosa, concelho e districto de Vizeu.

Coina. Pov. na freg. de N. S.ª da Gloria, de Palhaes, conc. do Barreiro, distr. de Lisboa. O seu orago é o Salvador. Está situada n'um valle. E' pov. muito antiga, pois já existia no tempo dos romanos, que lhe chamavam *Equa-Bona*, palavra que os arabes converteram em *Coina*. || Ribeira do distr. de Lisboa ; nasce na serra d'Arrabida, e perde-se na enseada, que o rio Tejo fórma a O de Coina, depois de 20 k. de curso.

Coinha. Pov. na freg. de S. Thiago, de Lobão, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Coira. V. *Coura.*

Coitena. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Bobadella, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Coixinho. Pov. na freg. de S. Martinho, de Villa Mou, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Coja. Villa e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. de Arganil, distr. e bisp. de Coimbra; 1:976 hab. e 434 fog. Tem escola para ambos os sexos, medico, e est. post. com serviço de encommendas, permutando malas com Arganil. A pov. dista 10 k da séde do conc. e está situada a meia encosta d'um monte. e sobre um valle. A pov. é muito antiga. O seu primeiro foral foi-lhe dado por D. Egas Fafes, bispo de Coimbra, a 12 de setembro de 1260; D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 12 de setembro de 1514. Tinha antigamente 2 juizes ordinarios, 4 vereadores, procurador do conc., escrivães e meirinhos. Eram donatarios os bispos de Coimbra, que possuiam ali um palacio e quinta, onde costumavam passsar a estação calmosa. O bispo apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis em dinheiro, e alguns generos. Passam aqui as ribeiras da Matta e de Coja, e o rio Alva. A terra é fertil; tem minas de chumbo. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. Coja foi denominação d'um antigo conc. que se supprimiu pelo decreto de 31 de dezembro de 1853. || Pov. na freg. de S. Eusebio e conc. de Aguiar da Beira, distr. da Guarda. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa ha um manuscripto que se refere a esta povoação. Está descripto a pag. 596 do *Inventario.*

Coja (*Cerdeira de*). V. *Coja.*

Col (*P. João*). Presbytero da Congregação do Oratorio de Lisboa. N. n'esta cidade em 1685, onde tambem fal. em 21 de novembro de 1767. Era filho de Francisco Antunes e de Maria Bernardes. Professou a 8 de setembro de 1700. Foi consultor do Santo Officio. Era profundamente versado na historia ecclesiastica e profana. Quando D. João V estabeleceu a Academia Real da Historia Portugueza, em 1720, com o numero de 50 academicos, escolhidos pela sua elevada competencia, o padre João Col foi um d'esses academicos preferidos. A 11 de fevereiro de 1739, o referido monarcha o elegeu bispo d'Elvas, dignidade que persistentemente recusou, mesmo depois de ter sido confirmada a eleição pelo papa Clemente XII. Para a sua biographia póde vêr-se os *Estudos biographicos*, de Canaes, pag. 250. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa existe um seu retrato de meio corpo. Escreveu: *Catalogo dos prelados da egreja de Vizeu*; saiu no tomo II da *Collecção dos Documentos e Memorias da Academia*; quatro *Contas dos seus estudos academicos, recitadas no Paço*, todas sobre assumptos pertencentes á historia ecclesiastica do bispado de Vizeu, de cuja composição fôra encarregado, como academico da Academia Real da Historia, trabalho que não chegou a concluir; acham-se nos tomos IV, IX, X e XII da referida *Collecção*. Deixou manuscripto: *Elogio funebre do senhor Lourenço Botelho Sotto Maior, fidalgo da Casa de Sua Magestade, e Academico da Academia Real, recitado em a mesma Academia.*

Col. Pequeno porto da prov. de Gôa, na India. Só póde ser frequentado por embarcações miudas, como patamarins e outras de egual lotação.

Cola. Pov. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Colá. Pov. e freg. de N. S.ª das Mercês, da prov. distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, na India. Tem uma pequena fortaleza.

Colaço ou **Collaço.** Familia que tem por armas, em campo de prata uma banda azul com um leão d'ouro entre dois pinheiros de verde; o timbre é o leão nascente, saindo-lhe da bocca um ramo de pinheiro. V. *Collaço.*

Colam e Colaname. Duas povoações do territorio de Damão, da prov. de Gôa, na India.

Colarinha. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Argella, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello.

Colaundem. Pov. da prov. de Satary, 2.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, na India.

Colchoeiro. Officio que tinha regimento na collecção dada pelo senado de Lisboa em 1572. V. *Tapeçaria.*

Colchões. Pov. na freg. de S. Pedro, de Beberriqueira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Coleirinbas e **Coleirinhas d'Além.** Duas povoações na freg. de S. Sebastião, de Dornellas, conc. de Aguiar da Beira, distr. da Guarda.

Colejo. Pov. do conc. da Beira do Dande, distr. e conc. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, na margem esquerda do rio Dande, a 15 k. da foz.

Colem. Pov. da prov. de Embarbacem, 3.ª div. das Novas conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, na India. Tem alfandega, uma fabrica de assucar, propriedade da sociedade dos baldios das Novas Conquistas, e minas de ferro. Tambem se escreve *Collem.*

Colhedor, Colleitor ou sacador de jugadas, oitavos ou foros semelhantes; assim se encontra nas *Ordenações Affonsinas.*

Colheita. Fôro e pensão que os vassallos pagavam ao rei e os emphyteutas ao senhorio, quando elles iam á terra, mas só uma vez cada anno e não indo, não deviam pagar. Passados tempos, fôram, por abuso, obrigados a pagar, ainda que o rei ou senhor se não apresentasse pessoalmente. Dizia-se *colheita, comedura, procuração, visitação, jantar, comedoria e parada.* El-rei D. Diniz acceitou do conc. de Lamego 100 libras cada anno, por toda a *colheita* que o mesmo era obrigado a pagar, até então, de: 500 reaes pretos, 6 moios de vinho, 6 moios de grão, 1 vacca, 3 porcos, 6 carneiros, 4 cabritos, 60 gallinhas, 300 ovos, 1 almude de manteiga, 1 almude de mel, uma teiga de sal, uma quarta de vinagre, 2 résteas de cebolas, 2 résteas d'alhos e 7 estrigas de linho. Esta *avença*, ou commutação, foi feita em 1310, e consta do *Tombo do Aro*, de Lamego, de 1346.

Coligão. Pov. da prov. de Canacona, 4.ª div. das Nossas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, na India.

Collação. Acto de conferir um beneficio vago em propriedade e para a vida do beneficiado.

Collaço (*Alexandre Rey*). V. *Rey Collaço.*

Collaço (*Padre Antonio*). Jesuita. N. na Vidigueira em 1568, e fal. em Madrid em 29 de outubro de 1647. Professou no anno de 1586 no collegio de Evora, indo residir para Madrid como pro-

curador da provincia de Portugal e das provincias ultramarinas, logar que exerceu até á sua morte. No cumprimento dos deveres inherentes ao seu cargo, escreveu umas relações annuaes, em hespanhol, do que os padres jesuitas praticavam no Oriente. Deixou tambem alguns manuscriptos.

Collaço (*Jorge*). Pintor e caricaturista contemporaneo. N. em Tanger, na legação portugueza, a 26 de fevereiro de 1867. E' filho do sr. barão de Collaço e Macuamara, José Daniel Collaço, ministro de Portugal em Marrocos, hoje aposentado, e de D. Virginia Rey Collaço. Desde creança revelou uma grande vocação para a pintura, preferindo a todos os entretenimentos infantis o estar a desenhar ou a recortar figurinhas com um thesoura, ou a esboçar caricaturas muito originaes. Fez os seus primeiros estudos em Lisboa, na Escola Academica, cursando com distincção os preparatorios do lyceu. No anno de 1881, ancioso de estudar pintura, passou a Madrid, onde fez grandes progressos, debaixo da direcção dos considerados pintores hespanhoes Eduardo Larrocha e Alexandre Ferrant, e visitando o celebre museu. Em 1886, depois de novas estadas em Tanger e em Lisboa, foi para Paris, pensionado pelo conde de Daupias, grande protector de artistas, e n'aquella cidade estudou pintura durante 7 annos no atelier do celebre pintor Cormon, expondo no Salon em 1893. N'esta epoca fundou Jorge Collaço em Paris uma publicação artistica portugueza intitulada *A Revista*, publicação que não foi ávante pela má fé dos societarios que n'ella entraram, e pela absoluta inexperiencia do joven iniciador. Desgostoso com este insuccesso e instigado por seu pae, Jorge Collaço voltou a Tanger, onde muito o coadjuvou no desempenho do seu alto cargo, sendo nomeado vice-consul de Portugal em Tanger em 1894, mas em 1896, vendo que os trabalhos burocraticos eram incompativeis com seu temperamento irrequieto, e maguado pelo facto de vêr seu pae collocado na disponibilidade, demittiu se do logar de vice-consul, e veiu para Lisboa com idéas de ir tentar fortuna ao Brazil. Desistiu, porém, do seu intento, por ter sido convidado a dirigir a parte artistica do *Supplemento do Seculo*, publicação humoristica semanal, que já conta 8 annos de existencia. Comtudo, a pintura foi sempre o ideal de Jorge Collaço, e durante estes 8 annos não abandonou nunca os pinceis, apresentando os seus quadros na exposição annual da Sociedade Nacional de Bellas Artes, onde em 1902 obteve a segunda medalha, e da qual, em 1905, foi nomeado presidente. Entre os seus quadros a oleo salientam-se: *Partida interrompida*, o que obteve o mencionado premio, *Affonso de Albuquerque*, que está no Museu de Artilharia, e *A volta da batalha*, encommenda da sr.ª duqueza de Palmella, a quem Jorge Collaço mereceu especial amabilidade e protecção; e ainda muitos outros, que seria longo enumerar. O maior successo da sua vida, obteve-o Jorge Collaço com o renascimento da pintura em azulejos, a que se dedicou desde 1903, com o maior exito. Apezar do curto espaço de tempo decorrido desde as primeiras tentativas, já tem feito em azulejos trabalhos muito importantes, como a decoração dos vestibulos, galeria e escadarias do Grande Hotel do Bussaco, a decoração da sala dos passos perdidos da Nova Escola Medica de Lisboa, e um tryptico representando tres aspectos da chegada da rainha Alexandra de Inglaterra a Lisboa em março de 1905, trabalho que foi mandado executar pelo sr. marquez de Soveral, nosso ministro em Londres, para offerecer á mesma augusta soberana no dia dos seus annos. Tem ainda muitos trabalhos e quadros de somenos importancia, devidos á sua grande actividade. Jorge Collaço casou em novembro de 1898 com D. Branca de Gouta, filha mais velha do fallecido estadista e poeta Thomaz Ribeiro, e tem tres filhos. Suas Magestades já por varias vezes lhe teem concedido provas do seu real agrado e consideração.

Jorge Collaço

Collaço e Macuamara *(José Daniel Collaço, barão de)*. Diplomata, ministro em Marrocos, etc. N. em Tanger a 25 de junho de 1831. E' filho de Jorge José Collaço, consul geral e agente diplomatico junto á côrte de Marrocos, e de D. Maria das Dôres Macuamara, natural de Cadiz e oriunda d'uma familia irlandeza. De ha seculos que os nossos representantes n'aquelle imperio são da familia Collaço, e este appellido tem adquirido tal prestigio, que os moiros, querendo commemorar os feitos d'um christão illustre, apontavam o vulto do representante de Portugal. Quando falleceu Jorge José Collaço, em 1858, já retirado da vida activa, a familia, de que elle era chefe, recebeu as mais altas demonstrações de apreço, sendo o cadaver acompanhado á sepultura por todos os habitantes de Tanger, sem distincção de classes nem de religiões. José Daniel Collaço deu principio á sua educação litteraria em Cadiz, no anno de 1843, regressando a Tanger em 1844 por occasião da guerra entre França e Marrocos, arriscando-se a ser victima do fanatismo dos moiros, assim como outros christãos, que queriam conservar como refens ás hostilidades da esquadra franceza, commandada pelo principe de Joinville, o qual ameaçava bombardear Tanger. Com as maiores dificuldades conseguiram todos embarcar a bordo de navios estrangeiros que os conduziram para diversos pontos, indo José Daniel Collaço e sua familia para Algeciras. Terminada a guerra, voltaram para Tanger, começando então Daniel Collaço a prestar serviços no consulado geral, que estava a cargo de seu irmão Jorge Raymundo Collaço. Em 1845, tendo manifestado decidida vontade para a pintura, veiu para Lisboa, e matriculou-se na Academia das Bellas Artes, onde foi um dos alumnos mais notaveis, sendo premiado em todos os annos que frequentou a aula de pintura historica. A necessidade de seguir outro curso, o afastou do seu estudo favorito, a que tão auspiciosamente se entregara. Matriculou-se na Escola Polytechnica, cursando as

diversas disciplinas com a mesma dedicação já reconhecida, applicando-se ao mesmo tempo, fóra da Escola, ao estudo de varias linguas, que ficou falando correctamente. O amor pela pintura era sempre a sua constante preoccupação; por isso, em 1853, matriculou-se novamente na Academia das Bellas Artes, e com tal distincção se houve, que em 1855 o jury conferiu o premio da medalha de ouro a um quadro historico, de notavel trabalho, que apresentou em exposição. Em 1856, voltando a Tanger na occasião em que visitou aquelle porto el-rei D. Fernando, teve a honra de o receber em sua casa, e por impedimento de seu irmão, o consul geral, que estava doente, foi encarregado de acompanhar el rei na digressão que fez a Tetuan, Ceuta e Gibraltar, a bordo do vapor *Mindello*. A descripção d'esta viagem foi escripta por José Daniel Collaço, e saiu no tomo I do *Archivo popular*, jornal que então se publicava em Lisboa. Regressando depois a Tanger, ficou servindo no consulado para auxiliar seu irmão, que continuava doente, sendo nomeado vice-consul em 24 de novembro e confirmado em 13 de dezembro, ficando encarregado completamente do consulado. Em 1859 foi-lhe concedido o habito de Christo pelos serviços que prestara. Fallecendo n'este anno o imperador de Marrocos, receavam-se grandes commoções em que os christãos pudessem ser victimas, e o governo portuguez, para proteger a vida e os interesses dos portuguezes, resolveu mandar uma expedição áquelle imperio, expedição que el-rei D. Luiz commandou, sendo então simplesmente infante e capitão de mar e guerra. Collaço achava-se em Lisboa, e acompanhou D. Luiz a bordo da corveta *Bartholomeu Dias*. Só a presença da expedição foi sufficiente para apaziguar os animos e afastar todos os receios. Quando se deu a guerra Hespanha e Marrocos, fôram grandes os serviços prestados por José Daniel Collaço, com a protecção que dispensou aos subditos portuguezes e ao commercio de Portugal, de que dava as mais importantes informações ao nosso governo, cujo presidente era n'essa epoca o duque da Terceira, que muito o louvou por tantos serviços prestados ao paiz. Prolongando-se a doença de Jorge Raymundo Collaço, doença de que falleceu, foi a pedido d'este nomeado consul geral de Marrocos por decreto de 16 de julho de 1861. Em 1863 o ministerio das obras publicas o incumbiu de obter licença para a importação de gado cavallar e bovino, que elle alcançou, vencendo grandes difficuldades. Achando-se em Lisboa depois de cumprida tão importante commissão, e tendo o novo imperador offerecido ao governo portuguez alguns cavallos, saiu a 17 d'outubro a bordo da corveta *Sagres*, encarregado de agradecer o brinde, e de entregar o presente que o governo offerecia áquelle soberano. Por serviços prestados ao governo portuguez no desempenho de varias e difficeis commissões, foi elevado á categoria de encarregado de negocios por diploma de 15 de fevereiro de 1870, conservando o desempenho das funcções consulares; e em 27 de julho de 1883 nomeado enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto do imperador de Marrocos. Com assentimento do governo portuguez acceitou, em 1860, as funcções de vice-consul do Brazil em Tanger, sendo em 1878 elevado a consul da mesma nação n'aquelle imperio. Além da commenda da ordem de Christo, em que já falámos, tem mais as seguintes: Izabel a Catholica, de Hespanha; grande official da de Nichad El-Iftikar, de Tunis; cavalleiro hospitalario, do numero, de Hespanha; da ordem da Rosa, do Brazil; esta ultima mercê foi concedida pela solicitude com que acudiu aos naufragos da corveta brazileira *Izabel*, despedaçada nas costas de Marrocos, 6 milhas ao S. do Cabo Spartel, na noite de 11 de novembro de 1860. E' socio da Sociedade de Geographia, socio honorario do Circulo Consular da Belgica; etc. A *Descripção da viagem* d'el-rei D. Fernando, que já citámos, foi reproduzida em livro, com o titulo: *Viagem de sua magestade el-rei o Senhor D. Fernando a Marrocos, seguida da descripção da entrega da grã-cruz da Torre e Espada ao sultão Sid-Mohammed; dedicada á Sociedade de Geographia de Lisboa*, Tanger, 1882. Na introducção escreve o autor que este livro, além da commemoração d'um facto grato a Portugal, recommendava-o a circumstancia de ser o primeiro livro em portuguez publicado em Tanger. Além de artigos e diversas poesias, tem mais: *Relação das dynastias marroquinas até o actual sultão Muley El-Hassan, seguida de uma noticia ácerca do interessante farol do cabo Spartel*, etc.; saiu no *Diario do Governo*, de 8 de junho de 1874.

Collaço (*José Maria Delorme*). V. *Delorme Collaço*.

Collaço e Souto. Pov. na freg. de Santa Maria, de Quintiães, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Collaços. Pov. na freg. de Santa Maria Maior, de Carvoeiro, conc. e distr. de Vianna de Castello.

Colladas. Pov. na freg. de S. Simão, de Mamarrosa, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

Collares (*José Pedro*). Fundou com seu irmão uma ampla officina de serralharia e fundição no largo do Conde Barão, em Lisboa, a qual passou depois a uma empresa ou companhia, denominada *Perseverança*, ficando com o cargo de principal gerente. Além de artigos e correspondencias, publicadas em varios jornaes, e especialmente no *Jornal do Commercio* em defeza dos interesses da sua industria e da companhia de que era representante, publicou: *Descripção dos apparelhos de distillação continua... construidos na sua fabrica em Lisboa*, etc., Lisboa, 1854. José Pedro Collares era condecorado com a ordem de N. S.ª da Conceição; e os productos da sua fabrica mereceram em diversas exposições nacionaes e estrangeiras, medalhas e menções honrosas.

Collares. Villa e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Estremadura, conc. e com. de Cintra, distr. e patriarc. de Lisboa; 3:813 habitantes e 970 fog. Tem por limites as freguezias de S. Martinho de Cintra e de S. João das Lampas, e o Oceano Atlantico. Está situada nas faldas da serra de Cintra, á sombra de frondosos arvoredos, sobre duas collinas, sobranceira a um ameno e delicioso valle, denominado *Varzea de Collares*, todo coberto de pomares, sendo cortado pelo rio das Maçãs, que nasce no logar de Soure, freg. de Santa Maria de Cintra, e recebendo as aguas que se despenham da serra é engrossado ao chegar a Collares pelos dois riachos, um no sitio de Breja e outro na Varzea, indo desaguar na Praia das Maçãs. Collares foi séde d'um concelho, que se

supprimiu por decreto de 24 d'outubro de 1855. E' pov. muito antiga, mas ignora-se a sua origem, sabendo-se apenas que já existia no tempo dos romanos, por terem ali apparecido muitas medalhas e inscripções romanas. Tambem se não sabe o que passou sob as diversas dominações a que esteve sujeita a Lusitania depois da queda do imperio romano, e parece que foi conquistada por D. Affonso Henriques, juntamente com a villa de Cintra em 1147. Teve n'outro tempo dois juizes ordinarios, camara, procurador do concelho, escrivão, etc., sujeitos ás justiças de Torres Vedras. D. Affonso III deu-lhe foral em 16 de maio de 1255. D. João I doou a villa de Collares ao condestavel D. Nuno Alvares Pereira, por carta passada em Santarem, a 20 d'agosto de 1385. Quando D. Nuno repartiu as suas terras, deu-a a seu neto

Pelourinho e antiga Casa da Camara

D. Affonso, conde d'Ourem, o qual a doou a D. Izabel, filha de D. Affonso, conde Barcellos. Tudo consta d'uma carta de confirmação d'el-rei D. Duarte, datada de Santarem a 29 de março de 1433. A villa veiu a pertencer mais tarde a D. Beatriz, mãe d'el-rei D. Manuel, e por morte d'esta senhora entrou novamente no dominio da Corôa. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 10 de novembre de 1516, augmentando-lhe os antigos privilegios, sendo um d'elles o de não pagar portagem, reduzindo tambem a um estipendio annual mais suave a pensão do quarto que pagava de todos os seus fructos. O castello de Collares é muito antigo, desconhecendo-se quem fôsse o fundador. No reinado de D. Sebastião, e já anteriormente, o senado da camara estabelera ali as suas diversas repartições, porém, no tempo do dominio castelhano, querendo D. Diniz de Mello e Castro, que foi bispo de Vizeu, Leiria e Guarda, fixar a sua residencia n'esta villa, pediu e alcançou a posse do castello, que logo transformou n'um bom palacio, a que juntou uma quinta magnifica, que ficou pertencendo depois aos seus herdeiros. Hoje só existem as ruinas, que são propriedade do visconde de Monserrate. E' provavelmente d'esta fortaleza que procedem as armas da villa, que são um castello entre arvores. O referido bispo auxiliou muito a edificação da Misericordia, fundada pelo povo no seculo XVII. A Casa da Camara e tribunal do tempo em que a villa foi séde de concelho, tambem se vêem hoje arruinadas. Na pequena praça, defronte do antigo palacio d'um governador moirisco, levanta-se um elegante pelourinho, feito no estylo manuelino. Nos arredores de Collares encontram-se sitios verdadeiramente pittorescos, e varias e formosas quintas de recreio. As aguas do rio das Maçãs, represadas na Varzea por uma ponte de pedra, faz com que elle seja navegavel por pequenos botes, que passam entre pomares e debaixo de copado arvoredo, tornando um passatempo deveras agradavel ás pessoas que visitam a villa. A 6 k. encontra-se a Praia das Maçãs, muito concorrida durante a estação balnear, e que está agora melhorada sensivelmente, dando-lhe ainda maior importancia a carreira ha pouco estabelecida de carros electricos, entre Cintra, Collares e aquella praia, partindo os carros da Villa Estephania. A estrada que liga a Varzea á Praia das Maçãs foi um grande melhoramento, para que muito concorreu o sr. conselheiro Cabral Couceiro, quando era director das obras publicas do districto de Lisboa. A villa de Collares tem hoteis, restaurants, escolas para ambos os sexos, Misericordia, est. telegr. post. permutando malas com Cintra, fontes de magnificas e abundantes aguas, medico, pharmacias, notario; *Associação de Bombeiros voluntarios de Collares; Sociedade Philarmonica de Almoçageme; Associação de Soccorros Mutuos de Collares*. Pertence á 1.ª divisão mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa. A seguir á ribeira de Collares, e a pequena distancia existe a antiga e historica capellinha de N. S.ª de Milides, cuja origem data do principio da monarchia, e de que restam hoje apenas uns vestigios já muito apagados; dizem alguns historiadores que foi ali a primitiva parochia da villa. Sobranceiro á antiga capella fica o convento de Sant'Anna, que pertenceu aos frades carmelitas, e que é actualmente propriedade do sr. conselheiro José Dias Ferreira. O convento foi fundado por fr. Constantino Pereira sobrinho do condestavel D. Nuno Alvares Pereira, a quem el-rei D. Duarte concedeu autorisação, por carta regia passada em Lisboa a 14 de novembro de 1436. A pouca distancia tambem collocada sobre um alto rochedo, vê-se a capella da *Peninha* (V. *Cintra, serra de*). No logar de Almoçageme, nas proximidades da villa, ha duas curiosidades naturaes, dignas de attenção: a *Pedra de Alvidrar*, sobre o Oceano, e o *Fojo*, mais no interior (V. *Almoçageme*). O termo de Collares é d'uma luxuriante e encantadora vegetação; produz grande abundancia de excellentes fructos, e os seus vinhos são muito apreciados e conhecidos nos paizes estrangeiros. A exportação das fructas e dos vinhos constitue um ramo do commercio de certa importancia, tanto em Portugal

como em Inglaterra. Em Collares ha as aguas mineraes de Monte Banzão, que se tem ultimamente vulgarisado; é boa agua de mesa, gazosa natural com propriedades tonicas, digestivas e diureticas.

Collaria. Pov. na freg. de S. Lucas, de Freiria, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Collarinha. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Argella, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello.

Colle. Povoação do concelho de Pungo Andongo, districto, de Loanda, provincia de Angola. || Povoação do concelho de S. Salvador do Congo, distr. do Congo, prov. de Angola. || Povoação da regedoria de Siroly, concelho de Canácona, districto de Gôa, na India. Camara agraria. || Pov. da prov. ou jurisdicção de Cabo de Rama. 4.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa.

Collecção. Reunião de objectos da mesma natureza; da mesma especie. São muitas as collecções de obras, de leis, regulamentos, etc., que existem em Portugal, citaremos as seguintes: *Collecção de côrtes;* a Academia Real das Sciencias mandou publicar a collecção das actas das côrtes portuguezas, mas quando a impressão estava já na pagina 82 foi mandada suspender. Em 1824 publicou se em separado com o titulo: *O congresso do braço da nobreza nas côrtes de 1697 e 1698; Collecção de noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas que vivem nos dominios portuguezes ou lhes são visinhas*, em 7 volumes, publicados pela Academia Real das Sciencias, obra muito curiosa e instructiva; o 1.º vol. em 1812, o 2.º em 1821, o 3.º em 1825, o 4.º em 1826, o 5.º e o 6.º em 1836, e o 7.º em 1841; *Collecção de opusculos reimpressos relativos á historia das navegações, viagens e conquistas dos portuguezes*, em 3 volumes, publicados pela Academia, de 1844 a 1858; *Collecção dos documentos e memorias da Academia real e historia portugueza nos annos de 1721 a 1736 e se compozeram e se imprimiram por ordem dos seus censores*, obra importantissima impressa de 1721 a 1736; *Collectio institutionem academiæ pontificiæ exhibens atque lembrationes*, em 5 volumes impressos em Coimbra, de 1760 a 1762.

Collecta. Oração que se diz na missa por muitas pessoas em commum, ou em que se pedem remedios para muitas necessidades. Nos coros dos conventos abundavam os *Livros de collectas*, para o canto-chão.

Collegiada. Corporação de ecclesiasticos com honras de conegos, que não pertencem á séde episcopal, tendo por chefe um abbade ou um prior, e as egrejas administradas por essas collegiadas. Assim diz-se: *A collegiada de Cedofeita, a collegiada de Guimarães, a collegiada de Barcellos*, etc. As collegiadas do reino fôram reformadas pela lei de 16 de junho de 1848, com o decreto regulamentar de 27 de dezembro de 1849, e pela carta regia de 14 de fevereiro de 1850. A lei de 1 de dezembro de 1869 supprimiu as collegiadas. E' muito interessante o respectivo relatorio, do sr. conselheiro José Luciano de Castro; n'elle se fazem bem as differenças de *cabido, collegiadas insignes*. etc.

Collegio. Corporação de pessoas que teem todas a mesma dignidade, como o *Collegio dos cardeaes*, tambem chamado *Sacro collegio; Collegio eleitoral*, a totalidade dos eleitores pertencentes a um circulo eleitoral; o convento dos jesuitas com obrigação do ensino; estabelecimento publico ou particular de instrucção secundaria, principalmente com internato.

Collegio. Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu, de Bensafrim, conc. de Lagos, distr. de Faro. || Santa Marinha, de Crestuma, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Ilha do Pico; Santa Maria Magdalena, conc. de Magdalena, distr. da Horta.

Collegio Formiga. Pov. da freg. de S. Lourenço de Asmes, conc. de Vallongo, distr. do Porto. Tem correio para o serviço de posta rural.

Collegio Militar. V. *Real Collegio Militar.*

Collegio dos Nobres. V. *Real Collegio dos Nobres.*

Colleja. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Seixo de Anciães, conc. de Carrazeda de Anciães, distr. de Bragança.

Collem. Rio da prov. de Gôa, na costa de Decan. Fórma o limite S das nossas possessões no territorio de Damão, separando-as das possesões inglezas.

Collém. Pov. da circumscripção de Calém, no commando militar e conc. de Sanguém, distr. de Gôa, na India. || Pov. do torofo d'este nome, no conc. de Sanguém, distr. de Gôa, na India.

Collen *(José Augusto Barbosa)*. Jornalista, escriptor, redactor da camara dos deputados, etc. E' natural da provincia, onde encetou a sua carreira jornalistica. Veiu depois para Lisboa ser redactor do *Correio da Noite*, jornal de que fazia parte o fallecido estadista Emygdio Navarro. Os seus artigos de reportagem tinham grande fama. Quando Navarro saiu do *Correio da Noite* e do *Progresso*, e foi fundar o novo jornal *As Novidades*, o sr. Barbosa Collen acompanhou-o. Distinguiu-se então como chronista parlamentar, e pelos seus artigos, que sempre são lidos com interesse. Emygdio Navarro, partindo para Paris, delegou-lhe a direcção das *Novidades*, e quando subiu ao ministerio, encarregando-se da pasta das Obras Publicas, nomeou-o seu secretario particular. Por desintelligencias particulares, deixou as *Novidades*, e começou a escrever umas curiosas chronicas no *Brazil-Portugal*. Fallecendo Emygdio Navarro, a familia d'este estadista o convidou para dirigir novamente o jornal, a que está hoje tambem associado. Dos seus trabalhos litterarios destaca-se a obra em 2 volumes, publicada em 1903, com o titulo *Entre Duas Revoluções*, que tem merecido as mais lisongeiras apreciações de toda a imprensa. O sr. Barbosa Collen encarregou-se da continuação da *Historia de Portugal*, de Pinheiro Chagas em publicação pela empreza da *Livraria Moderna*, da qual já escreveu 2 volumes, que fórmam o 9.º e o 10.º d'aquella importante obra. Tem tido dois duellos

José Augusto Barbosa Collen

por questões jornalisticas, o 1.º com o fallecido Urbano de Castro, e o 2.º com o sr. Lourenço Cayolla, director do *Jornal da Manhã*.

Colles. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Samuel, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Colletinba. Pov na freg. de S. Martinho, de Campo, conc. de Vallongo, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Collo. Pov. na freg. de S. Lourenço do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Collo de Pito. Pov. na freg de Espirito Santo, de Monteiras, conc. de Castro Daire, distr de Vizeu. Tem caixa postal.

Collos. Villa e freg. de N. S.ª d'assumpção, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Odemira, distr. e bisp. de Beja; 1:395 hab. e 283 fog. Tem esc do sexo masc. e correio, Misericordia e hospital. A villa dista 28 k. da séde do conc. e está situada entre as ribeiras affluentes do Sado e do Mira, na raiz d'um pequeno monte. Foi do conc. do Cercal, que se supprimiu em 1855 Era da ordem de S. Thiago. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o prior e um beneficiado, ambos freires d'aquella ordem Foi conc. com juiz ordinario, camara, procurador, escrivães, etc., tudo sujeito ao ouvidor da comarca, que assistia em Messejana. D. Manuel deu-lhe foral, em Santarem, a 20 de setembro de 1512. Esta villa, com a de Sines, que fica a 40 k. a O, tinham ambas o privilegio de não pagarem direitos reaes, dos contratos que uma villa fizesse com a outra. A terra é fertil, e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7 com a séde em Lagos. || Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Alcanede, conc. e distr. de Santarem. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção de Cardigos, conc. de Mação do mesmo districto.

Collualle. V. *Colual.*

Colly. Pov. do territorio de Damão, na prov. de Gôa.

Colmeaes. Povoações nas freguezias: S. Miguel de Sôsa, conc. de Vagos, distr. de Aveiro || Santa Catharina, de Villares da Villariça, conc. d'Alfandega da Fé, distr. de Bragança

Colmeal. Pov. na freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Figueira do Castello Rodrigo, distr. e bisp. da Guarda; 410 hab. e 146 fog. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada na aba da serra de Marofa, proximo da margem esquerda do Gôa. Eram donatarios os condes de Belmonte. D. Affonso V, por sua carta de Torres Vedras, de 19 de agosto de 1476, manteve na jurisdicção do Colmeal a Fernão Cabral que a herdara de seu pae Vasco Fernandes de Gouvêa, e isto porque, dando-se a villa de Castello Rodrigo ao conde de Marialva, receava aquelle que lhe fôsse feito algum impedimento. O soberano mandou que se fizesse justiça, não se consentindo nenhuma novação. O Colmeal tinha antigamente juiz da vara, sujeito ao juiz de fóra de Pinhel. A terra é pouco fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. Colmeal foi do conc. de Pinhel, e passou ao actual pelo decreto de 12 de julho de 1895 || Pov. da freg. da prov. do Douro, conc. de Goes, com. de Arganil, distr. e bisp de Coimbra; 1:447 hab. e 317 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e est. post, permutando malas com a villa de Goes A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Ceira O vigario de Goes apresentava annualmente o cura, que tinha 43$000 réis e o pé d'altar. A terra é pouco fertil, mas cria bastante gado. Tem muitas colmeias que deu origem ao seu nome. Pertence á 5.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. || Povoações nas freguezias: Santo Antonio, de Arcos, conc. de Extremoz, distr. de Evora || Santa Barbara de Nexe, conc. e distr. de Faro. || Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª do Livramento, do Curral das Freiras, conc. de Camara de Lobos, distr. de Funchal. || S. Thomé e conc. de Mira, distr. de Coimbra. || S. Thiago e S. Matheus e conc. de Sardoal, distr. de Santarem. || Quinta na freg. de S. Thiago e conc. de Belmonte, distr. de Castello Branco.

Colmeiras. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Estremadura, conc., com. e distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 3:363 hab. e 690 fog. Tem esc. do sexo masc., est. post., feira de gados no dia 17 de cada mez, e de porcos e cevados, nos dias 30 e 31 de dezembro, a chamada *feira de S. Silvestre.* A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada na aba da serra da Caranguejeira, nas proximidades da estrada de Leiria a Coimbra, n'uma ribeira, regada por um pequeno riacho que, junto a outro, proximo das Meirinhas, freguezia de Vermoil, fórmam o *Carbunculo*, que perde o nome no *Arunca* um pouco abaixo da egreja matriz d'esta freguezia. Por duas razões se chama a este logar *Egreja Velha:* pela antiguidade da sua capella, e por ser n'este logar a matriz da actual freguezia de Colmeias, antes de se construir a egreja nova. A capella d'este logar, dedicada á N. S.ª da Piedade, é de remota antiguidade, uma das mais antigas do bispado de Leiria; foi dos templarios, assim como a quinta a que o logar dá o nome, sendo tambem da mesma ordem a villa de Alcovin, e quasi todas as propriedades desde a villa até á quinta. Não póde haver duvida que a quinta foi habitação dos templarios, porque assim o provam nas ruinas do edificio, o arco ogival da porta principal, as pinturas que ainda ha perto de trinta annos se viam nas paredes, e muitos marcos que se descobriram com a cruz da ordem. A capella tinha quatro altares lateraes antiqnissimos, que lhe tiraram em 1849, e em 1851 lhe puzeram dois, que tem no cruzeiro. A capella da Egreja Velha serviu de matriz da antiga villa de Colmeias, a antiquissima Alcovin, até 1759, pouco mais ou menos. A pov. gozou d'uma certa prosperidade, mas tem caído n'uma certa decadencia. O bispo de Leiria apresentava o cura, que tinha de rendimento 150$000 réis. A terra é muito fertil, e vêem-se ali muitas colmeias, de que lhe provém o nome. Tem gado e caça. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria.

Colmeosa. Pov. na freg. de Santa Columba, de Couto do Mosteiro, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu.

Colmlar. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Arcos, conc. de Extremoz, distr. de Evora

Colmleira. Pov. na freg de S. Verissimo, de Valbom, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Colmielro. Familia illustre e antiga. Veio da Galliza na pessoa de Paio Colmieiro, senhor da casa da Moimentinha e do Gargalo junto a Monte-Rey, filho de D. Benito Colmieiro, senhor das referidas casas, cavalleiro professo da Ordem de

S. Thiago e capitão de cavallos, e de sua mulher D. Izabel Salgado da casa de Razella, o qual veio casar a Chaves com D. Branca Alvares Velloso. D'elles descendem os Colmieiros portuguezes.

Colmieiro. Pov. na freg. de S. Paulo e conc. de Salvaterra do Magos, distr. de Santarem.

Colomba. Pov. da prov., distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, na India. Pov. da prov. de Canácona, 4.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa. ‖ Pov. da prov. de Astragar, 4.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa. Está situada á beira mar. Camara agraria. ‖ Pov. do conc. e commando mil. de Sanguém, distr. de Gôa.

Colombo. Cidade ingleza, e porto da ilha de Ceilão. Foi possessão portugueza no seculo XVI. Quando os portuguezes ali aportaram em 1507, era um reino, cujo soberano, depois do nosso dominio, ficára tendo apenas um poder nominal. Em 1644 começaram os hollandezes as suas successivas tentativas para se apoderarem de Ceilão e de Colombo. No fim de 11 annos de renhidas luctas, ficaram em poder dos portuguezes sómente Colombo e a pequena fortaleza de Kultura. Em 1655, foi nomeado governador Antonio de Sousa Coutinho, que fez uma brilhante defeza, auxiliando tambem a fortaleza de Kultura, que estava guardada por Antonio Mendes Aranha, a quem mandou soccorros (V. *Ceilão*). Em fevereiro de 1656 já a fome se fazia sentir cruelmente. Em Gôa nem se pensava em Colombo; as discordias e a indolencia dos governadores deixaram em completo desamparo a heroica cidade; diz-se que os tormentos da fome obrigaram a commetterem-se os maiores horrores. N'este estado de supremo desespero, entraram na barra 13 navios hollandezes com reforços. Era impossivel prolongar-se uma resistencia que seria inutil, apezar dos actos de heroismo que se praticavam, e a capitulação ficou decidida. A praça entregou-se, sendo concedida á guarnição as honras de guerra, a segurança para os habitantes e a tolerancia religiosa. A 12 de maio de 1658 sairam de Colombo os que tão briosamente a haviam deffendido, e os hollandezes ficaram deveras espantados, vendo então, que a guarnição, que tão valentemente resistira por tanto tempo, apenas constava de 94 homens, entre soldados e officiaes, e de 100 casados, que constituiam uma especie de milicia urbana. Hoje ainda vivem em Colombo, segundo consta, muitos descendentes dos antigos dominadores de Ceilão, que conservam a nossa linguagem, ainda que adulterada, a religião catholica, e sobretudo a tradição gloriosa dos nossos feitos.

Colombossem. Torofo da prov. de Embarbacem, 3.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, na India.

Colongo. Pequeno territorio e pov. do sertão do Longo Grande, no districto de Loanda, prov. de Angola, na margem direita do rio Cuanza.

Colonia. Povoação nova feita por gente enviada de outra parte; pessoas da mesma nação que vivem em qualquer logar de paiz estrangeiro; paiz mais ou menos vasto afastado da metropole, mas sujeito ás suas leis, ao seu governo.

Colonia. Pov. do conc. de Cazengo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Colonia açoriana. Roça da Ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Colonias. V. *Possessões ultramarinas.*

Colonia do Sacramento. Cidade da republica do Uruguay, na margem do Rio da Prata, em frente de Buenos Ayres. Praça forte e porto de mar importante. Fundada em 1679 pelo governador portuguez do Rio de Janeiro, destruida no anno seguinte pelo governador hespanhol de Buenos Ayres, reedificada pouco depois, esta cidade foi durante muito tempo motivo de contestação entre os hespanhoes e os portuguezes, que a conquistaram alternadamente varias vezes durante o seculo XVIII.

Colonia de S. Luiz. Territorio do distr. e com. de Lourenço Marques, na prov. de Moçambique. Foi comprada ao regulo Makazulle por João Albazini, vice-consul de Portugal no Transvaal e doado por elle á Corôa em 8 de abril de 1868, com o pedido de que fôsse ali estabelecida uma colonia do nome de S. Luiz, em homenagem a el-rei D. Luiz I. A colonia foi effectivamente fundada em maio do anno seguinte, tendo o doador sido nomeado juiz ordinario e chefe interino da mesma colonia.

Coloria. Pov. na freg. de S. Lucas, de Freiria, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Colsões *(casal de)*. Na freg. de S. Pedro, de Beberriqueira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Coluá. Pov. e freg de N. S.ª das Mercês, da prov., districto e comarca de Salsete, arceb. de Gôa, na India. Está situada á beira-mar, e tem escola.

Colual. Villa e freg. de S. Francisco das Chagas, da prov. distr. e comarca de Bardez, arceb. de Gôa, na India. Ha aqui o forte de S. Sebastião ou do Meio, que foi construido como outros á custa da camara geral ou agraria de Bardez. Sobre a porta principal lê-se a inscripção seguinte:

REINANDO O CATHOLICO REI D. FILIPPE✕3✕ GOVERNANDO ESTE ESTADO O VIGILÃTISSIMO DÕ MIGUEL DE NORONHA CONDE DE LINHARES SE FEZ ESTA OBRA 1635.

Proximo d'este forte está a egreja do Colual, que foi fundada pelos franciscanos em 1591, reconstruida em 1678, incendiada pelo Sambagy em 1683 e finalmente reedificada em 1713.

Columbeira. Familia portugueza, que parece ter tomado o seu appellido do logar de Columbeira, proximo a Obidos; as armas d'esta familia fôram dadas em recompensa d'alguma acção de bravura praticada por um Antonio Fernandes Columbeira, e são em campo de ouro nove lisonjas de azul.

Columbeira. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Roliça, conc. d'Obidos, distr. de Leiria.

Columbina *(Nuno José)*. Formado em Medicina, e que exerceu a clinica em Lisboa nos fins do seculo XVIII. Dedicava-se muito á poesia, e escreveu: *Novo drama heroico, ou nova comedia heroica de Ulysses na Lusitania*, Lisboa, 1772; *Annuncios faustos dados pelo Tejo á fidelissima rainha D. Maria I no dia da sua acclamação*, Lisboa, 1777; *Jubilo fausto e vozes metricas á feliz acclamação da fidelissima rainha D. Maria I*, Lisboa, 1777; *Vozes metricas e sentidas á morte do augustissimo senhor rei D. Pedro III*, Lisboa, 1786; *Vozes tristes e lastimosas em que Hespanha*

lamenta a morte do ex.mo sr. D. José Thomaz de Menezes, Lisboa, 1790; *Vozes metricas do maior contentamento de Portugal pelo nascimento da augusta Princeza da Beira*, Lisboa, 1793.

Columbo. Pov. do conc. da Barra do Bengo, distr. e com. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, na margem direita do rio Cuanza, a E. do lago Cassaco, a 40 k. da foz. Esta pov. foi fundada em 1578 por Paulo Dias de Novaes.

Coluquemba. Montanha a E de Mossamedes, na prov. d'Angola, no territorio de Caluquembe. Nascem n'ella varios affluentes do rio Cunene.

Colvá. Pov. da prov., distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa.

Colvado. Pov. da prov. de Canácona, 4.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, na India.

Colvale. Pov. e freg. de S. Francisco de Assis, da prov., distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, na India. Tem escola. Regedoria do conc. de Bardez, districto de Gôa, na India. Comprehende tambem a povoação de Camorlim.

Coma. Pov. do conc. de S. Salvador do Congo, distr. do Congo, prov. d'Angola.

Comarca. Divisão civil de uma prov. composta de certo numero de villas e seus termos, cuja justiça era administrada pelo corregedor e mais ministros que residiam na cabeça da comarca, que era a cidade ou villa mais notavel. Tambem havia comarcas ecclesiasticas, em que os bispados se dividiam á imitação das provincias em comarcas civis. Por extensão se entendem as terras circumvisinhas d'outra. Mais antigamente comarca era a fronteira ou raia, provindo a palavra do italiano *marca* ou terra fronteiriça, governada pelo *marchione* ou *marquez*. V. *este titulo*.

Comarconda. Pov da prov. de Satary, 2.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, na India.

Comareira. Pov. na freg. de Santa Maria Maior e concelh de Goes, districto de Coimbra.

Comaros. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. de Aneião, distr. de Leiria. || S. Silvestre e conc. da Louzã, districto de Coimbra.

Combada. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Aguas Bellas, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Combargira. Ilha da prov., distr. e com. das Ilhas de Gôa, India, na qual houve teares por conta da fazenda publica, e que deixaram de funccionar em consequencia do prejuizo que causavam á mesma fazenda.

Combarjúa. (*Ludovico Xavier Mourão Garcez Palha, 1.º barão de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real por successão a seus maiores; senhor da ilha de Combarjúa, nos Estados da India, commendador da ordem militar de S. Bento de Aviz, major d'artilharia do exercito portuguez na India. N. a 21 de janeiro de 1814, e fal. a 8 de junho de 1871. Era filho de Joaquim Mourão Garcez Palha, fidalgo cavalleiro da Casa Real, do conselho de D. Maria II, etc., e de sua mulher, D. Lizarda Joaquina de Mendonça Corte Real; irmão do 1.º visconde de Bucellas. Casou em 1 de março de 1851 com D. Maria Augusta Jacinta Diniz da Costa Alarcão e Ayalla, filha de Bernardo José Freire Diniz da Costa Alarcão e Ayalla, fidalgo da Casa Real, proprietario e administrador de vinculos instituidos em Collares e outros pontos do reino de Portugal, e de sua mulher, D. Maria Antonia de Lemos. D'este consorcio houve uma unica filha, D. Anna Joaquina Mourão de Garcez Palha, que nasceu a 2 de janeiro de 1852, senhora da Ilha de Combarjúa, e casou com o seu primo, que foi o 2.º barão de Combarjica. O titulo foi concedido por decreto de 21 de novembro de 1865.

Combarjua. (*Thomaz d'Aquino Mourão Garcez Palha, 2.º barão de*). Fidalgo da Casa Real por successão a seus maiores, commendador da ordem de Christo, deputado na legislatura de 1880 a 1884, pelo circulo de Salsete na India, antigo director da feitoria de Surrate, India; antigo presidente da camara municipal das Ilhas de Gôa, etc. N. em Ribandar, na India, a 5 de março de 1842, fal. em maio de 1904. Era filho do 1.º visconde de Bucellas, Candido José Mourão Garcez Palha, e de sua mulher, D. Emilia Costa Campos Aguia Pereira de Lacerda; sobrinho do 1.º barão de Combarjúa. Aos 21 annos, tendo já cursado o lyceu de Gôa, foi nomeado director da feitoria de Surrate, logar que exerceu durante dois annos, e voltando depois a Gôa, casou em 27 de fevereiro de 1867 com sua prima, D. Anna Joaquina Mourão Garcez Palha, filha unica e herdeira de seu tio, o 1.º barão de Combarjúa, e de sua mulher, D. Maria Augusta Freire Diniz da Costa Alarcão Ayalla. Por morte de seu tio e sogro, que era o chefe do partido progressista na India, e militando tambem n'este partido, tomou sobre si o mesmo logar, mantendo e dirigindo os jornaes *Imprensa* e *Civilisação*, d'este partido, até que foi eleito deputado, vindo então para o reino em 1879, com a sua familia. Foi depois nomeado para uma commissão, tendo a seu cargo a refórma do ensino primario nas linguas concani e marata, escrevendo dois methodos n'esses idiomas, e collaborando tambem n'esta occasião na confecção do *Diccionario contemporaneo*. Interrompidas estas commissões por falta de verba no orçamento, acceitou o logar de inspector da instrucção primaria na India, para o qual foi nomeado pelo partido regenerador, e partiu em julho de 1896, logar, que exerceu até ao seu fallecimento, distinguindo-se pela sua alta capacidade, e contribuindo para a suffocação da revolta dos ranes, sendo n'essa occasião condecorado, e louvado em portaria. Era homem de vasta erudição. O titulo de barão foi renovado por decreto de 8 de fevereiro de 1877.

Combarjúa. Ilha pequena no archipelago de Gôa, na India. A pov. pertence á regedoria de S. Braz, conc. das Ilhas, distr. de Gôa.

Combe. Pov. na freg. de Santo André, de Tellões, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Pov. e freg. de N. S.ª do Desterro, do conc. de Zenza do Golungo, com. e distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola.

Combedo. Pov. na freg. de Santa Maria, de Adoufe, conc. e distr. de Villa Real.

Combella. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Combellos. Pov. na freg. de Santa Maria, de Tavora, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Combi. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Combo. Confluente da margem direita do rio Zambeze, do distr. de Tete, prov. de Moçambique,

Africa Oriental, a E da serra Camoenga Nasce na serra Vunga.

Comboio. Reunião de carros que caminham juntos e com o mesmo destino. || Soccorro de mantimentos, tropas, dinheiro e petrechos em cafila, para o exercito, ou de navios de provisão, ou commercio em tempo de guerra. *Cafila de navios*, disseram os classicos. || *Tropa ou náus de comboio*, os que lhe dão guarda. || Reunião de carregadores livres ou escravos, que em Africa ou na America transportam mercadorias entre o sertão e as povoações. || No caminho de ferro chama-se comboio á reunião de carruagens engatadas e movidas por uma locomotiva ou por duas machinas conjugadas.

Comboní. Pov. do conc. de Bissau, distr. da Guiné, prov. do Cabo Verde, na margem direita do rio Curubal.

Combro. Povoações nas freguezias: S. André, de Molares, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || O Salvador, de Gandarella, conc. de Guimarães, do mesmo districto.

Combros. Pov. na freg. de Santa Maria, de Moreira do Castello, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Monte na freg. de S. Thiago, de Castellões, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || Monte na freg. de Santa Maria, de Vermoim, do mesmo conc. e districto.

Comedia. Peça theatral, em que se põe em acção os caracteres, os costumes ou os factos, da vida social, que se prestam á critica, ao gracejo ou ao ridiculo. A creação da comedia e do theatro portuguez cabe a Gil Vicente, que foi um dos mais insignes representantes da ourivesaria da Renascença; poeta lyrico, conhecedor profundo da ingenuidade popular. Fez os seus *Autos*, e representou-os, escrevendo a musica para os seus villancicos, tendo por fim um grande papel na politica nacional. (V. *Gil Vicente*). Depois da sua morte, appareceu o mulato Affonso Alvares, creado do bispo de Evora, protegido pelo partido clerical com o fim de lhe oppôrem a reputação d'um outro genio dramatico, que escrevera autos sobre assumptos tirados da *Legenda Aurea* de Voragine. No seculo XVI apparecera Antonio Ribeiro Chiado e seu irmão Jeronymo Ribeiro, Antonio Prestes, Luiz de Camões, Balthazar Dias, e outros, escrevendo todos engraçados autos. O theatro do seculo XVII foi riquissimo, mas os *Indices expurgatorios* e os ataques dos jesuitas aos Pateos das Comedias, reduziram-nos a menos de que uma quinta parte, que é o que resta hoje. No seculo XVIII tivémos as comedias de Antonio José, vulgo *operas do judeu*, as comedias de Nicolau Luiz, o creador da *comedia de cordel*. *A hora de recreio*, do padre João Baptista de Castro, que é uma serie de anecdotas e de extractos poeticos, e a *Constante Florinda*, estão totalmente esquecidos. No seculo XIX a comedia decahiu por completo. Por occasião da restauração do theatro nacional, algumas comedias appareceram sem conseguirem impôr o seu valor e genero. Nos fins do seculo, a comedia portugueza esteve sob a influencia directa dos theatros estrangeiros, sobretudo do francez, que tem enchido os nossos palcos com traducções. A comedia de caracteres e de costumes só tem encontrado pallidas tentativas. V. *Theatro*.

Comediante. Actor ou actriz que representa a comedia. V. *Comico*.

Comedías. Pensão vitalicia que os soberanos davam aos militares benemeritos. Comedorias.

Comeira. Povoações nas freguezias: S. Lourenço, de Arneiro das Milhariças, conc. e distr. de Santarem. || O Salvador, de Barreira, conc. e distr. de Leiria. || Santa Catharina, conc. das Caldas da Rainha, do mesmo distr. || N. S.ª do Rosario, de Marinha Grande, conc. e distr. de Leiria. || N. S.ª da Purificação, de Pontével, conc. do Cartaxo, distr. de Santarem.

Comeira de Baixo. Pov. na freg. de S. Vicente, de Aljubarrota, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Comeira de Cima. Pov. no freg. de S. Miguel, de Juncal, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Comeira da Cruz e **Comeira de S. Clemente.** Duas povoações na freg. de N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Comeiras (*Casaes nas*). Na freg. de N. S.ª da Purificação, de Aveiras de Cima, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa.

Comeiras de Baixo e **de Cima.** Povoações nas freguezias: Santa Maria de Achete, conc. e distr. de Santarem. || S. Vicente, do Paúl, do mesmo conc. e districto.

Comico. Que respeita á comedia || *Actor comico*, gracioso, que excita o riso, ou idéas de ridiculo.

Commissario. O encarregado da missão, principalmente temporaria. Juiz delegado por um tribunal para desempenhar certa missão, ou juiz nomeado extraordinariamente para conhecer d'uma causa. || *Commissario geral:* o 3.º official geral de todos os regimentos de cavallaria ligeira, que devia examinar o estado do regimento, passar mostra e fazer que os officiaes cumprissem o seu dever. || *Commissario volante:* o que ia e voltava na mesma embarcação com seu negocio, e não era negociante assentado, ou estabelecido em terra alguma, o que era prohibido. || *Commissario de guerra:* official da policia militar, que decidia as controversias occasionadas nas marchas, regulava os vivandeiros, distribuia boletos, etc. || *Commissario de mostras:* o empregado que conferia o effectivo e examinava as contas dos corpos do exercito. || Antigo official do exercito encarregado de subministrar os viveres necessarios para o fornecimento das tropas, o alojamento dos soldados, a inspecção dos regimentos, etc.. Era incumbido da administração militar e tambem os havia na administração naval, com o nome de official de fazenda. || A administração dos rendimentos da Bulla da Santa Cruzada é tambem feita por um commissario || *Commissario geral da Terra Santa*, religioso de S. Francisco, que recebia e transmittia as esmolas destinadas para os Santos Logares de Jerusalem. || *Commissario geral*, frade franciscano que, por commissão do geral, governava uma provincia. || *Commissario do Santo Officio*, o que exercia e executava commissões da Inquisição. || *Commissario de policia*, funccionario civil da policia de segurança.

Comma. Pov. do territorio de Bamba, conc. de D. Pedro V, distr. de Loanda, prov. de Angola, na estrada que se dirige ao presidio de S. Salvador.

Commenda. Beneficio rendoso concedido a ecclesiasticos ou a cavalleiros das ordens militares; terra que se concedia como recompensa de

serviços, com obrigação de defeza e protecção contra os inimigos e malfeitores. Actualmente é simplesmente uma distincção honorifica; o terceiro grau em alguma das ordens militares.

Commenda. Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov do Alemtejo, conc. de Gavião, com. de Niza, distr. e bisp. de Portalegre; 992 hab. e 239 fog. Tem esc. do sexo masc., caixa post., fabricas de caldeiras para preparo de cortiça em prancha e lagares de azeite, feira de gado no 1.º domingo de setembro. A pov. dista 16 k. da séde do conc. E' da Casa do Infantado, e pertenceu antigamente ao grão priorado do Crato; o grão-prior apresentava o reitor, que tinha diversos generos e 2$000 réis em dinheiro. Tambem teve juiz da vintena. O nome da freguezia era n'outro tempo *N. S.ª da Graça;* quando passou a ser commenda do grão-priorado do Crato, ficou com a denominação de *N. S.ª da Graça da Commenda*, e por fim se chamou *Commenda.* A terra é fertil, tem muito gado. Pertence á 4.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. Por decreto de 26 de setembro de 1896 foi annexada ao conc. do Crato, por ter sido supprimido o de Gavião, para onde novamente voltou, depois de ser restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. || Povoações nas freguezias: S. Domingos, de Fontello, conc. de Armamar, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Conceição, de Sabacheira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Casal na freg. do Espirito Santo, de Valle de Cavallos, conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || Quinta na freg. de Santa Maria de Cazevel, conc. e distr. de Santarem.

Commendador. Chamavam-se assim, em Portugal, antigamente, os provedores, directores ou curadores dos hospitaes, que existiam junto d'algumas communidades religiosas, com bens particulares e rendimentos separados; com este mesmo titulo eram designados os possuidores de commendas, isto é, os fidalgos que os mosteiros ou os prelados encarregavam de defender ou governar algumas das terras ou villas que possuiam, e a que, n'este caso, se chamavam *Commendas.* Eram tambem commendadores, os feitores e procuradores d'algumas corporações religiosas, e os dignitarios aos quaes se conferiam os beneficios chamados *commendas,* e eram, como dissémos, as terras ou villas pertencentes aos bispos e ás ordens religiosas. Quando a corôa absorveu em si o mestrado de todas as ordens militares, ficou senhora das commendas que distribuia, ou como recompensas ou como dadivas, a quem julgava merecedores de taes mercês. Hoje, os commendadores são puramente honorificos, porque as commendas rendosas fôram extinctas em 1834. Na ordem de Malta, o commendador era a primeira dignidade depois do grão mestre.

Commendinha *(Herdade da).* Na freg. de Santa Justa, conc. de Arraiollos, distr. de Evora,

Commercio *(Aula de).* V. *Aula de Commercio* e *Instituto Industrial de Lisboa.*

Communaes. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Communidade. Corporação cujos membros vivem em commum, debaixo das mesmas leis e regras. Tambem nas Ordenações Affonsinas se entendia por communidade o conselho municipal ou camara.

Communidade agricola. Camara agraria da India. V. *Gão-caria.*

Comona. Ponta ou cabo situado na extremidade meridional do Egito, no distr. de Benguella, prov. de Angola. E' elevada e escura, e conhece se por ter uma grande malha branca de fórma triangular.

Companheira. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

Companhia. Reunião de pessoas, acto de acompanhar; os associados d'uma firma commercial, o pessoal artistico d'um theatro, etc. Na arte militar indica a reunião, sob o commando d'um mesmo chefe, de homens d'armas e peões do mesmo feudo ou da mesma provincia. Em Portugal só no tempo de D. Sebastião é que se formularam as primeiras regras sobre o que, modernamente, se chama constituição da força publica. A lei de 12 de dezembro de 1569 era uma especie de lei de recrutamento, e pelo alvará de 10 de dezembro de 1570 se organisaram as *ordenanças* a pé e a cavallo, constituindo assim a força militar em todo o reino, repartida em companhias compostas de 250 homens, com 1 capitão, 1 alferes, 1 sargento, 1 meirinho, 1 escrivão e 10 cabos correspondentes a egual numero de esquadras de 25 homens, em que se dividia a companhia. V. *Exercito.*

Companhia de Baixo e **de Cima.** Duas povoações na ilha do Pico, freg. de S. João, conc. de Lagens do Pico, distr. de Horta.

Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. V. *Alto Douro.*

Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portuguezes. V. *Caminhos de Ferro Portuguezes.*

Companhia de Jesus. V. *Jesuitas.*

Companhia de Seguros. V. *Seguros.*

Complentes. Pov. na freg. do Salvador, de Magrellos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Compordem. Pov. da prov. de Satary, 2.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, na India. Pertence á circumscripção militar de Valpoy, na prov. de Satary, distr. de Gôa

Composta. Pov. na freg. de S. Pedro, de Monte Vil, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Compostella. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Foz de Sousa, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Silvestre, de Requião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Thomé, de Travassos, conc. de Fafe, do mesmo districto.

Compra. Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Lufrei, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Martinho, de Milhundos, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. André, de Padronello, conc. de Amarante, do mesmo districto.

Compradoras. Pov. na freg. de S. Lourenço, conc. e distr. de Portalegre.

Comprido. Ponta ou cabo da costa O da Ilha do Faial, nos Açôres, a 2 k. ao S da ponta da Figueira

Compromisso. Estatutos de confraria, irmandade ou outras corporações, principalmente religiosas. Escriptura do morgado ou capella, em que consta do seu estabelecimento e condições. Nos nossos archivos guardam-se alguns exemplares de *Compromissos*, ms. em pergaminho, illuminados,

que são muito interessantes e apreciaveis. No Algarve e nas ilhas adjacentes teem a denominação de *Compromisso* utilissimos monte-pios e associações de soccorros-mutuos.

Comunhas. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Ferreira, conc. de Macedo de Cavalleiros, distr. de Bragança.

Conaxem. Pov. da prov. de Satary, 2.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, na India.

Conca. Pov. na freg. de Santa Clara, de Torrão, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Concão. Povoações nas freguezias: S. André, de Fermentellos, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Concavada. Pov. na freg. de S. Vicente e conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Porto no Alvega, no Tejo.

Concavada de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Pedro, de Alvega, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Concedeira. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Vide, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Conceição *(Fr. Affonso da).* Religioso da ordem de S. Francisco da provincia d'Arrabida. N. em Lisboa, fal. a 4 de junho de 1741. Era filho de Antonio Affonso e de Francisca Dias. Professou no convento do Espirito Santo, de Loures, a 8 de dezembro de 1698. Foi guardião dos conventos de S. Cornelio e de S. Pedro d'Alcantara, de Lisboa; pro-ministro no capitulo geral celebrado em Roma no convento Ara Cœli a 31 de maio de 1728, em que presidiu o papa Innocencio XIII. Depois da sua morte publicou-se: *Sermão panegyrico e gratulatorio, prégado no dia oitavo do solemnissimo oitavario da Dedicação do Real Templo de Mafra na presença de D. João V*, etc., Lisboa, 1751.

Conceição *(Fr. Agostinho da).* Religioso da ordem de S. Francisco. Era natural de Lamego, e passando ao Brazil, como soldado, naufragou a nau em que ia, morrendo a maior parte dos seus companheiros de viagem. Tendo escapado da morte milagrosamente, determinou vestir o habito franciscano e professou no convento da Conceição do Rio de Janeiro, onde chegou a exercer o cargo de provincial. Teve grande fama como prégador. Fal. em 1693, deixando impressos bastantes sermões. Fundou o convento de N. S.ª dos Anjos na cidade de Cabo Frio.

Conceição *(Alexandre da).* Engenheiro civil, director das obras publicas do districto de Vizeu, e apreciado poeta. N. em Ilhavo a 16 de outubro de 1842, fal. em Vizeu a 11 do referido mez do anno de 1889. Seus paes eram de Pinhel. Depois de ter cursado os estudos primarios e secundarios, matriculou-se na Academia Polytechnica do Porto, onde concluiu com distincção o curso de engenharia civil. Principiou militando nas fileiras do romantismo, que era a corrente dominante da epoca, escrevendo n'um jornal de poesias, que então se publicava, intitulado *A Grinalda*, jornal em que debutaram alguns poetas novos. Já de poucos annos manifestava um verdadeiro talento litterario. Em 1865 reuniu n'um volume as suas poesias, sob o titulo de *Alvoradas*, que publicou em 1860, e dez annos depois, fez segunda edição augmentada com novas producções. Em 1867 publicou o poemeto *Abençoada esmola*. Acerca d'este poemeto saíram umas cartas de critica no *Jornal do Porto*, desde dezembro de 1871 até março de 1872. Dedicando-se ao partido republicano, prestou-lhe bastantes serviços, com especialidade, como jornalista. Muitas vezes veiu á imprensa com a maior independencia affirmar e defender as suas convicções. Em 1877 fundou a revista litteraria *A revolução*, e em 1881 publicou o livro intitulado *Ensaios de critica e de litteratura*. N'este mesmo anno travou uma aspera peleja litteraria com Camillo Castello Branco, a proposito do seu livro *Eusebio Macario, historia natural e social d'uma familia no tempo dos Cabraes*. Alexandre da Conceição julgou vêr n'este trabalho, escripto no estylo realista, a pretenção de lançar um ridiculo sobre a nova escola. Arrebatado de indignação, arremetteu contra aquelle escriptor, e d'aqui nasceu a polemica, que a breve trecho se transviou em aggressões pessoaes. As demasias de Camillo Castello Branco tinham uma natural explicação no facto de ser atacado violentamente, e as de Alexandre da Conceição provinham do enthusiasmo com que abraçara os processos litterarios da escola realista. A polemica tornou-se longa, e sustentada sempre com tanto denodo, que depois de terminada a lucta, Camillo Castello Branco, o grande polemista, seu temivel antagonista, foi o primeiro a prestar-lhe a devida homenagem. Esta questão está descripta no livro de Camillo, *A bohemia do espirito*, publicado em 1886, onde se vêem os seus artigos, e apontados os numeros e os nomes dos jornaes em que vinham insertos os do seu adversario. Alexandre da Conceição, n'uns artigos publicados no *Seculo*, accentuou bem as suas idéias republicanas. Collaborou em varias revistas scientificas e litterarias, contando-se n'este numero o 1.º volume do *Occidente*, em 1878. Os encargos officiaes, a que era preciso attender, porque sempre conservara a carreira de engenheiro civil, o afastaram mais dos trabalhos litterarios. Durante muito tempo fez parte do pessoal technico das obras da barra e porto da Figueira da Foz, passando depois para as obras publicas da Guarda, e por ultimo, exercia o cargo de director das obras publicas de Vizeu, quando a morte o arrebatou. Alexandre da Conceição foi um dos conferentes na Exposição Industrial de Coimbra em 1884, tomando para assumpto os caminhos de ferro. Um grupo de amigos, tendo á frente o dr. Theophilo Braga, publicou o livro posthumo *Outonaes*.

Conceição *(D. Fr. Alvaro da).* Conego regrante de Santo Agostinho. N. em Montemór-o-Novo, e fal. em Coimbra, em 1728. Professou no convento de Santa Cruz d'aquella cidade, a 22 de janeiro de 1666. Foi prégador muito apreciado, definidor, visitador e reitor do collegio de Santo Agostinho na Universidade, onde falleceu. Publicou um *Sermão de N. S.ª da Pureza*, em 1686.

Conceição *(Fr. Amador da).* Religioso da ordem dos menores de S. Francisco da provincia de Portugal. N. no Porto e fal. em Thomar em 1709. Foi prégador, lente jubilado de theologia, guardião dos conventos de Santa Clara, de S. Francisco da Covilhã, de Leiria, e confessor nos mosteiros de Santa Clara de Figueiró, da Esperança, de Abrantes, de N. S.ª dos Poderes de Via Longa, e de Santa Iria de Thomar, onde falleceu.

Conceição *(Fr. Ambrosio da).* Religioso franciscano da provincia de Santo Antonio. N. em Villarinho, e foi prégador muito conhecido. Era fi-

lho de João Rodrigues Garção e de Paschoa Luiz Pacheco. Entrou no convento da Castanheira, e professou a 8 de dezembro de 1712, onde por diversas vezes foi guardião. Publicou o *Sermão em acção de graças a Nossa Senhora dos Poderes pela exaltação do Senhor D. José ao throno*, etc , Lisboa, 1739.

Conceição *(Fr. Antonio da)*. V. *Beato Antonio*.

Conceição *(Fr. Antonio da)*. Religioso da ordem da Trindade. N. em Santarem em 1549, fal a 20 de março, de 1589. Era filho de Sebastião Rodrigues e de Maria Paes. Professou no convento de Santarem a 31 de dezembro de 1567. Aprendeu no collegio de Coimbra as sciencias escolasticas. Foi um dos primeiros religiosos que o cardeal-rei D. Henrique mandou a Marrocos para tratar do resgate dos prisioneiros de Alcacer-Kibir. Como se demorasse o resgate que elle promettera, es moiros o lançaram n'um carcere, onde falleceu. Deixou manuscripta uma relação do martyrio que soffreram em Marrocos sete creanças em 1585, e outra dos tormentos atrozes que soffrem os christãos que estão no poder dos moiros, e da paciencia com que os soffrem.

Conceição *(Fr. Antonio da)*. Eremita de S Agostinho, missionario na India, e administrador da christandade de Moçambique e Rios, etc Escreveu: *Tratado dos rios de Cuama;* esta obra divide-se em 3 capitulos e tem no fim a data de 15 de dezembro de 1596. Foi publicada em 1867, pelo conselheiro Rivara, no seu *Chronista de Tissuory*, n.os 14 a 17, de fevereiro a maio. No n.º 18 do mesmo jornal ainda saíram varios documentos, relativos ao mesmo assumpto, copiado tudo dos respectivos autographos, que existem na secretaria do governo geral da India

Conceição *(Fr. Antonio da)*. Religioso da ordem de S. Francisco da provincia de Portugal Era muito erudito. Defendeu umas conclusões que comprehendiam as sete artes liberaes: Philosophia, Medicina, Theologia polemica, Escolastica, e Moral, Jurisprudencia canonica e civil, dedicadas ao vigario geral, fr. Antonio de Trejo, presidente do capitulo provincial celebrado no convento de Lisboa em 1614. Como prégador, era venerado como um oraculo da oratoria ecclesiastica. A muita estima, que lhe consagraram os reis Filippe II e III de Portugal, attrahiram-lhe bastantes invejosos. Foi qualificador do Santo Officio, examinador das tres ordens militares e consultor da Bulla da Cruzada. As conclusões que defendeu em 1614 fôram impressas.

Conceição *(Fr. Antonio da)*. Religioso da ordem da Trindade. N. em Lisboa a 8 de dezembro de 1579, fal. a 22 de junho de 1655. Era filho de Antonio Dias de Carvalho e de Catharina Dias. Nos primeiros annos começou a aprender latim e canto, e como tinha muito boa voz e grande vocação para a musica, foi acceite na capella real por moço de estante. A 27 de julho de 1594 entrou como noviço na ordem da Trindade, e quando completou 16 annos de edade, fez a profissão solemne, sendo recebido com extremo agrado dos correligionarios, porque os seus dotes musicaes o tornavam muito apreciado para abrilhantar as festas do convento. Fr. Antonio da Conceição creara fama de grande cantor, principalmente, quando em 1640 subiu ao throno D. João IV, que era muito conhecedor e amador de musica. N'aquella epoca succedia que muitas communidades disputavam entre si a posse dos melhores artistas, afim de attrahirem ás suas egrejas o maior numero de ouvintes. Fr. Antonio da Conceição teve, porém, o grande desgosto de perder a voz, e tão completamente, que mesmo falando, custava a perceber o que dizia. Esta desventura obrigou-o a abandonar a musica, e retirou-se para o convento da Louzã, onde fez as mais austeras penitencias. Sendo chamado á côrte para se dedicar ao exercicio de confessor, a fama que adquirira como um religioso exemplar de virtudes, lhe alcançou muitas confessadas entre a nobreza, e quando falleceu, a condessa de Serem mandou celebrar umas pomposas exequias, a que assistiu toda a côrte.

Conceição *(Fr. Antonio da)*. Religioso da ordem benedictina. Professou no convento de Tibães a 26 de setembro de 1658. Foi mestre jubilado em Theologia, prégador geral, abbade dos conventos de Santarem e de Lisboa, sendo eleito em 1698 e reitor do collegio da Estrella, onde falleceu em 1 de janeiro de 1710. Foi dos prégadores mais considerados do seu tempo. Deixou prompto para a impressão um livro de sermões.

Conceição *(Fr. Antonio da)*. Religioso da ordem de S. Francisco. N. no Porto a 7 de junho de 1657, fal. a 20 d'abril de 1713. Era filho do capitão Antonio João da Costa e de D. Izabel Barbosa Sodré. Entrou na ordem deixando o nome de Antonio Barbosa da Costa, que tinha no seculo, e professou no convento de Santo Antonio da Figueira da provincia de Portugal a 23 de abril de 1673. Era considerado grande theologo ; foi lente no collegio de Coimbra, e prégador no Porto e Lisboa, sendo tambem guardião no collegio de S. Boaventura, onde falleceu. Publicou um dos seus sermões, em 1696, e *Clamores evangelicos*, em 1698.

Conceição *(Fr. Apollinario da)*. Religioso da ordem de S. Francisco, da provincia da Conceição do Rio de Janeiro. N. em Lisboa a 23 de julho de 1692, e fal. na mesma cidade em 1 de novembro de 1755. Era filho de Domingos Alvares da Rocha e de Maria Leitão. Ainda não tinha 13 annos quando passou ao Brazil, e professou no convento da cidade de S. Paulo a 3 de setembro de 1711. Quiz sempre conservar-se no estado de leigo, recusando a ordem de presbytero, mas, apezar d'isso, foi procurador geral e chronista da sua provincia, cargo para que foi nomeado em 1 de junho de 1740. Falleceu victima do terremoto de 1755. Escreveu muito, revelando poucas faculdades de escriptor, mas compilando nas suas obras um grande numero de curiosidades historicas. As que fôram publicadas são as seguintes: *Pequenos na terra, grandes no céo, Memorias historicas dos Religiosos da Ordem Seraphica, que do humilde estado de leigos subiram ao mais alto grau de perfeição*, Parte I, Lisboa, 1732 II e III, 1735; IV, 1744 e V, 1751 ; *Primasia Seraphica na região da America, Novo descobrimento de santos e veneraveis religiosas que enobrecem o novo mundo com suas virtudes e acções*, Lisboa, 1733 ; *Seculos da Religião Seraphica, brilhante em todos com seus religiosos leigos*, etc., Lisboa, 1736; *Viagem devota e feliz em que os navegantes exercendo algumas devoções e discorrendo em cousas espirituaes*, etc., Lisboa, 1737; *Claustro Franciscano erecto no dominio da Corôa Portugueza*, etc., Lisboa, 1740; *Instrucções para os que deixando o mundo procu-*

ram o céo pelo caminho dos frades menores, etc., Lisboa, 1740; saiu sem o seu nome; *Flôr peregrina preta, ou nova maravilha da graça*, etc., Lisboa, 1744; *Ecco sonoro da clamorosa voz que deu a cidade do Rio de Janeiro na saudosa despedida do irmão Fabião de Christo, enfermeiro do convento de Santo Antonio da mesma cidade*, etc., 1748; *Novena de S. Benedicto*, Lisboa, 1752; *Demonstração historica da primeira e real parochia de Lisboa, de que é singular patrona Nossa Senhora dos Martyres*, 1.º tomo, 1750. O 2.º tomo não chegou a publicar se. Deixou muitos manuscriptos, cujos titulos se pódem vêr na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. I, pag. 430, e vol. IV, pag. 63.

Conceição *(Fr. Belchior da)*. Religioso da ordem dos carmelitas descalços N. em Mondim, do arcebispado de Braga. Era filho de João Gonçalves e de Maria Francisca. Estudou grammatica em Lamego, vivendo em casa d'um seu tio, que era conego da cathedral d'aquella cidade. Passou a Lisboa, assentou praça de soldado, e foi militar no Alemtejo, porém desgostoso d'essa vida, retirou-se outra vez para Lamego, e resolvendo entrar na ordem carmelitana, voltou á capital e professou no convento de N. S.ª dos Remedios a 15 de dezembro de 1667. Passados dez annos foi viver para o Bussaco, que era então um deserto, tencionando ali ficar o resto da vida, attrahido, porém, pelas predicas do bispo de Angola que chamava missionarios para Africa, partiu para Angola a 5 de abril de 1676, na companhia do governador e capitão general d'aquelle reino Ayres de Saldanha. Chegou a Loanda a 20 de agosto do mesmo anno, passando em fevereiro de 1677 ás terras do soba Bango-Aquitamba, que muito o attendeu. Exercendo intrepidamente o seu novo ministerio, tornou-se incançavel, conseguindo muitas conversões por differentes pontos de Africa que percorreu. Uma revolta de pretos lhe despertou, porém, os seus antigos habitos guerreiros, e poz-se á frente, como capitão-mór, d'uma força militar, e castigou severamente os revoltosos. Regressando a Portugal em 1694 com muitos louvores do governador d'Angola, foi muito festejado por D. Pedro II, e tornando a Angola, continuou activamente nas suas missões até fallecer. Deixou manuscriptos as relações das missões, e uma vida de fr. Francisco da Natividade.

Conceição *(Fr. Bernardo da)*. Monge benedictino. Publicou uma arte de canto-chão muito desenvolvida, que dizem ser a melhor que existe em portuguez. O titulo completo é: *O Ecclesiastico instruido scientificamente na Arte do Canto-chão composta pelo P. P. Fr. Bernardo da Conceição, Monge da Ordem de B. Bento, e dada á luz por Jeronymo da Cunha Bandeira, irmão do autor*, Lisboa, 1788.

Conceição *(Fr. Claudio da)*. Religioso da ordem de S. Francisco da provincia d'Arrabida, prégador regio, examinador synodal do patriarchado e chronista-mór do reino, para que foi nomeado por D. João VI, no decreto de 3 de julho de 1823. N. em Bemfica a 17 d'abril de 1772, e fal. alguns annos depois da abolição das ordens religiosas em Portugal. Em 1833, com o restabelecimento de systema constitucional, foi demittido do seu titulo de chronista-mór, ficando tambem reduzido ao estado de egresso, por terem acabado os conventos. Escreveu: *Gabinete historico*, 17 volumes publicados desde 1818 até 1831; n'esta compilação encontram-se divididos pelos respectivos volumes os principaes factos e noticias historicas, politicas, etc., da monarchia, começando desde a origem dos lusitanos, e terminando em 1775, quasi no fim do reinado de D. José; *Oração consolatoria na morte do sr. D. Antonio, principe da Beira, fallecido a 11 de junho de 1801*, Lisboa, 1801; *Memoria do que aconteceu ao Santo Milagre de Santarem pela invasão dos francezes em 1810, com o sermão prégado na capella de Marvilla*, Lisboa, 1811; *Memoria da prodigiosa imagem da Senhora do Cabo, descripção do triumpho com que os festeiros e mais povo de Bemfica a conduziram á sua parochia em 1816, para a festejarem em 1817*, partes I e II, Lisboa, 1817; a 3.ª parte que o autor prometteu, não chegou a sair; *Oração funebre nas exequias do Ill.mo e Ex.mo Visconde de Santarem João Diogo de Barros Leitão e Carvalhosa, no convento de S. Pedro de Alcantara*, Lisboa, 1818; *O Braz Corcunda*, jornal de que sairam só 12 numeros, sem o seu nome, Lisboa, 1821 a 1823; *Memoria de uma Lapa, descoberta a 28 de maio de 1822, na ribeira de Jamor, freguezia de Carnaxide, e mais acontecimentos que depois se lhe seguiram*, Lisboa, 1822, saiu sem o seu nome; *Memoria historica da enfermidade, procissões de preces, com devotissimas imagens, morte e funeral do sr. D. João V*, etc., Lisboa, 1826; *Memoria do Jubileu do Anno Santo, em que se dá noticia de todos os jubileus que tem havido, etc.*, Lisboa, 1826; *Memorias dos Escravos do Santissimo Sacramento do convento da Mealhada, e o sermão que prégou no dia 22 de novembro de 1826*, Lisboa, 1827; *Memoria do que aconteceu na cadeia do Limoeiro com os nove réos Estudantes de Coimbra, que no dia 20 de junho de 1828 padeceram o supplicio, em que um d'elles, Manuel Innocencio de Araujo Mansilha foi baptisado*, Lisboa, 1828; por esta occasião, e como refutação da mesma *Memoria*, se publicou outra anonyma, em 1828, que se reimprimiu em 1830, tendo o titulo seguinte: *Contra Memoria sobre o chamado baptismo do réo Manuel Innocencio de Araujo Mansilha, executado a 20 de junho de 1828; revista e accrescentada por seu autor n'esta segunda impressão*, Coimbra, 1830; aqui se transcreve a certidão do assento existente na parochia de S. Pedro de Villa Real, que mostra ter sido baptisado o referido réo a 9 de maio de 1802; consta que o autor anonymo fôra fr. Fortunato de S. Boaventura. *Os jesuitas julgados no tribunal da Razão*, Lisboa, 1830; saiu periodicamente, e parece que chegaram a publicarse 9 folhetos, sem o nome do autor. Em 1824 abriu subscripção para um trabalho que intentava publicar o titulo de *Chronica da Casa dos Vinte e Quatro*, apparecendo com uma especie de prospecto ou annuncio em termos que provocaram a mordacidade do padre José Agostinho de Macedo, que lhe fez uma longa censura ou analyse critica, chistosa, mas que muito o fustigava. A obra não chegou a publicar-se.

Conceição *(Fr. Domingos da)*. Religioso da ordem de S. Francisco. N. no Cadaval a 16 de março de 1669. Era filho de Domingos Dias e Izabel Carvalha. Professou no convento de S. Francisco de Mogadouro, a 30 de setembro de 1687. Foi capellão d'um dos terços do marquez das Minas na guerra de Hespanha. Escreveu, com o ti-

tulo de *Diario bellico*, uma noticia do que vira, noticia que nunca se publicou.

Conceição *(Fr. Domingos da)*. Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Lisboa em 1586, fal. no convento d'esta cidade a 12 de dezembro de 1647. Recebeu a educação no collegio dos Meninos orphãos, onde aprendeu latim e musica, arte em que saiu muito perito, principalmente no canto liturgico. Foi mestre de noviços, vigario do côro do convento de S. Francisco de Alemquer. Deixou em manuscripto as vidas de fr. Gaspar do Espirito Santo, fr. Antonio de Christo e de fr Christovão da Conceição. Tambem deixou um tratado da fundação do convento de Alemquer.

Conceição *(Fr. Duarte da)*. Religioso da ordem terceira de S. Francisco. N. em Villa Viçosa a 13 d'outubro de 1595, fal. no convento de N. S.ª de Jesus, de Lisboa, a 26 de setembro de 1662. Era filho de João Rodrigues, e de sua mulher Leonor de Saial. Entrou na religião a 29 de abril de 1614, e fez solemne profissão a 30 do referido mez de 1615. Aprendeu artes e theologia com tal applicação que em pouco tempo se tornou mestre d'estas faculdades no collegio de S. Pedro de Coimbra, até jubilar em 1641. Foi reitor dos collegios de Santa Catharina e de S. Pedro, definidor, commissario provincial, na ausencia que fez a Roma para assistir ao capitulo geral, o provincial fr. Fernando da Camara, qualificador do Santo Officio e examinador das tres ordens militares. No capitulo celebrado a 28 de outubro de 1645 foi nomeado provincial. Escreveu, ou antes compilou, ampliando, os estatutos que já andavam impressos no tempo dos seus antecessores, com o titulo: *Collecção de Estatutos estabelecidos em diversos capitulos antecedentes, e decretos no tempo do seu Provincialato, approvados pelo Definitorio, e Vice-Collector do Reino;* Lisboa, 1645.

Conceição *(Fr. Filippe da)*. Prégador e compositor musical, que viveu no seculo XVII. N. em Lisboa, e passando a Hespanha no tempo do dominio castelhano, professou na ordem militar hespanhola de N. S.ª da Mercé. Escreveu alguns villancicos do Sacramento e do Natal, que se conservaram na bibliotheca musical de D. João IV.

Conceição *(Fr. Filippe da)*. Religioso carmelita descalço. N. em Aveiro em 1631, fal. a 3 de julho de 1708. Era filho de Luiz Ribeiro Mariz, escrivão da camara de Ilhavo, e de sua mulher, Catharina Ransay. Entrou no convento de N. S.ª dos Remedios, de Lisboa, a 26 de novembro de 1651, e professou a 30 do referido mez, do anno seguinte. Foi lente da Sagrada Escriptura no collegio de Coimbra, prégador afamado, prior dos conventos d'Aveiro, Evora e Lisboa; definidor geral. Dos seus sermões sómente imprimiu, o que prégou em S. Domingos, quando se celebrou a festa da commissão do pontifice Pio V.

Conceição *(Fortunato Joaquim Figueira, 1.º barão da)*. Moço fidalgo com exercicio na Casa Real por alvará de 13 d'outubro de 1850; commendador da ordem de Christo, proprietario e capitalista. N. na ilha da Madeira a 25 d'outubro de 1809. Era filho de Paulo Joaquim Figueira e de sua mulher, D. Anna Joaquina Figueira. Casou a 30 de setembro de 1847 com Miss Elisabeth Lehman Langstroth, natural de Philadelphia, filha de Mrs. Piscator Langstroth. O titulo de barão foi concedido por decreto de 5, e carta de 11 de setembro de 1855. E' actual barão um seu descendente, do mesmo nome.

Conceição *(Fr. Francisco da)*. Religioso da ordem de S. Francisco da provincia dos Algarves. N. em Serpa, e fal. em Braga. Professou em 1540, e foi eleito provincial em 1594, depois bispo de Manilla *in partibus* e coadjutor do arcebispo de Braga, D. Fr. Balthazar Limpo, que acompanhou ao concilio de Trento, onde prégou em latim com muito applauso. Escreveu: *Homilias extrahidas do sermão, que prégou no concilio*, que deixou manuscriptos, mas parece que fôram mais tarde impressas, juntamente com outros livros.

Conceição *(Fr. Francisco da)*. Religioso da ordem de S. Francisco. N. na freguezia de Santa Maria dos Pardaes, de Villa Viçosa, em maio de 1627, fal. em Lisboa, a 11 d'outubro de 1683. Era filho de Francisco Gomes Freixo e de Ignez do Saial. Professou a 6 de janeiro de 1644 no convento de Vianna do Alemtejo. Foi lente de Theologia, e visitador da provincia da terceira ordem dos reinos de Leão e de Castella. Deixou impresso só um sermão.

Conceição *(Fr. Francisco da)* Religioso da ordem de S. Francisco, capucho reformado da provincia da Conceição, e n'ella professor de Theologia. Escreveu: *Director instruido, ou breve resumo da mystica theologica para instrucção dos directores*, etc., Coimbra, 1779.

Conceição *(Francisco Rodrigues da)*. V. *Rodrigues da Conceição.*

Conceição *(Fr. Gaspar da)*. Religioso da ordem de S. Francisco, natural de Lisboa. Partiu para a India em 1584 com seu tio fr. Gaspar de Lisboa, e professou em Gôa. Regressou ao reino, onde adquiriu grande reputação de erudito, e voltou ao Oriente com fr. Luiz da Cruz, commissario geral da ordem seraphica no Oriente, que fôra seu mestre, indo como seu secretario. Foi depois nomeado provincial da nova provincia de S. Thomé, em 1623, missionou com zelo e efficacia em Ceilão, fallecendo em 1631. Publicou um livro latino, em que compilou varios opusculos de S. Boaventura e de outros doutores da Egreja.

Conceição *(Fr. Ignacio da)*. Religioso da ordem carmelitana, natural do Pará; ignora-se a data do nascimento, assim como a do fallecimento, que parece ter sido posterior ao anno de 1759. Era filho de Manuel Rodrigues Chaves. Professou em 1706 n'um convento do Maranhão. Passou a Lisboa, e estudadas as letras severas no collegio de Coimbra, onde foi lente de Theologia. Exerceu o cargo de examinador synodal, e de vigario geral no estado do Maranhão. Publicou em 1745 o seguinte sermão que, segundo se lê no *Diccionario Bibliographico*, vol. III, pag. 206, é considerado como documento historico: *Sermão em acção de graças na tarde de 13 de junho de 1713, em que se abriu e se dedicou a Santo Antonio a egreja do seu novo convento de Belem no Pará*, etc; *Resposta que deu a uma consulta feita pelo cabido Séde Vacante na cidade do Pará*, Lisboa, 1741.

Conceição *(Fr. Jacinto)*. Religioso franciscano, que falleceu em 1711. Era filho de Manuel Freire de Andrade, governador de Elvas, e de D. Joanna de Brito, sobrinho do escriptor Jacinto Freire de Andrade. Professou no convento de Santarem em 1680. Foi lente de Philosophia, sendo um dos seus discipulos o conde da Ericeira,

D. Francisco Xavier de Menezes, e lente de Theologia em Lisboa e Coimbra. Foi prégador muito apreciado e poeta. Deixou em manuscripto os seus sermões.

Conceição *(Fr. Jacome da)*. Religioso franciscano. N. em Lisboa em 1663, e fal. em 1743. Era filho de Antonio Rodrigues e de Angela Soares da Veiga. Professou no convento da Madre de Deus, de Gôa, onde depois foi provincial, lente de Theologia e por duas vezes visitador geral. Publicou em Gôa, em 1743: *Methodo facilissimo de aprender Grammatica.*

Conceição *(Fr. João da)* Religioso franciscano da provincia dos Algarves, natural de Lisboa e fallecido no convento de Xabregas em 1643. Foi professor de Theologia no collegio de Coimbra em 1632, e prégador afamado. Publicou dois dos seus sermões, em 1641; um de N. S.ª da Expectação, prégado na capella real, e outro, na trasladação de S. Vicente, na sé de Lisboa. Em manuscripto deixou um *Tratado da provincia dos Algarves.*

Conceição (*Fr. Joaquim da*). Religioso franciscano da provincia de Santo Antonio, natural de Torres Vedras. Professou no convento de Vizeu a 25 de novembro de 1691. Passando ao estado do Maranhão, exerceu com grande zelo o ministerio de missionario por espaço de 20 annos, soffrendo bastantes martyrios. Foi presidente das missões, guardião e commissario provincial. Como era muito versado nas linguas dos Mazaunús, Aroas e Aracujús, compoz o seguinte em cada uma d'ellas: *Tres confessionarios*, e na lingua dos Aroas: *Explicação breve dos Mysterios mais essenciaes da nossa Santa Fé.*

Conceição *(Fr. Jorge da)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho. N. em Damão, e fal. em Gôa a 29 de junho de 1726. Era filho de João Rodrigues da Costa, fidalgo da Casa Real védor geral da Fazenda dos Contos, e de Francisca Antonia Marinho de Moura. Foi professor de Artes e de Theologia no collegio de Gôa, reitor do collegio de Populo; deputado da inquisição de Gôa, logar de que não chegou a tomar posse, por ter fallecido. Tinha fama de grande theologo e de bom prégador. Deixou impressos alguns sermões, e em manuscripto um livro de Theologia em latim.

Conceição *(Fr. José da)* Religioso franciscano. N. em Santarem em 1667, fal. a 1 de maio de 1741. Era filho de Antonio de Mattos e de Catharina da Costa. Professou no convento de N. S.ª de Jesus, de Lisboa, a 10 de abril de 1684. Aprendeu as sciencias escolasticas no collegio de Santa Catharina, de Santarem, e de S. Pedro de Coimbra, onde foi reitor em 1706. Foi provincial da ordem em 1718, e durante o seu governo mandou edificar o corpo da egreja do convento de Santarem com oito capellas ornadas de bons retabulos e d'um frontispicio com duas torres de pedra. Tambem fez melhoramentos importantes nos conventos de Silves e de Villares, e continuou o de Arraiollos que estava começado. Foi theologo tão considerado, que defendendo conclusões magnas em Hespanha, a 30 de maio de 1694, na cidade de Vitoria, um celebre theologo que estava presente, exclamou: *Miror in juvene Scotum redivivum*, e d'ahi lhe ficou a lisongeira alcunha de *Scotinho.* Retirado ao convento de Santarem, ali falleceu. Deixou manuscriptas todas as suas obras, compostas de tratados theologicos e philosophicos em latim e portuguez, e uns *Fastos* da sua ordem.

Conceição *(Fr. José da)*. Religioso da ordem de S. Jeronymo. N. em Lisboa em 1654, fal. no convento de Belem com 100 annos de edade a 26 de novembro de 1754. Era filho de João Vieira Mattoso e de D. Magdalena de Almeida. Professou no convento de Belem a 12 de outubro de 1672, onde se educou. Foi qualificador do Santo Officio, e geral da ordem em 1710. Deixou manuscriptos varios tratados theologicos, e impresso apenas uma resposta a um quesito tambem de Theologia.

Conceição *(Fr. José da)*. Religioso da ordem de S. Jeronymo. N. em Lisboa a 8 de janeiro de 1690; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Bartholomeu da Fonseca e de Francisca de Sousa. Professou no convento de Belem a 14 de dezembro de 1706, onde foi visitador geral. Foi tambem prior do convento da Penha Longa, e prégador do infante D. Francisco, irmão de D. João V. Deixou impressos muitos sermões.

Conceição *(Padre José da)*. Conego secular da Congregação de S. João Evangelista, doutor em theologia, etc. N. em Extremoz a 1 de julho de 1711, fal. depois de 1761. Era filho de Manuel de Olanda Soares e de Maria Magdalena da Ponte. Professou no convento de S. Bento de Xabregas a 13 de junho de 1729, onde foi missionario. Escreveu *Novena e noticia da milagrosa imagem de Nossa Senhora das Barracas, sita na lameda do Beato Antonio*, Lisboa, 1761.

Conceição (*Fr. José Manuel da*). Religioso da ordem Terceira de S. Francisco, lente de Theologia no convento de Santarem, etc. N. em Lagos a 10 de janeiro de 1714, fal. em Lisboa a 9 de janeiro de 1767. Era filho de Paschoal Dias e de Maria de Jesus. Entrou no convento de N. S.ª de Jesus, de Lisboa, a 8 de fevereiro de 1731, e professou a 9 do referido mez de 1732. Foi professor de sciencias escolaticas no convento de S. Francisco de Vianna e no collegio de S. Pedro de Coimbra; lente da cadeira de vespera de Theologia no convento de Santarem, consultor da Bulla da Cruzada, e afamado prégador. Escreveu: *Sermão gratulatorio panegyrico, prégado em acção de graças pela acclamação do senhor D. João IV rei de Portugal, na cathedral de Coimbra em 1 de dezembro de 1745*, Coimbra, 1746; *Oração consolatoria recitada na conferencia que a Academia Scalabitana consagrou á saudade da serenissima rainha D. Maria Anna d'Austria pela morte de seu fidelissimo esposo o senhor D. João V, em 30 de dezembro de 1750*, Lisboa, 1751.

Conceição *(Leonardo da)*. Professou na ordem militar de Christo, no convento de Thomar, a 7 de dezembro de 1636. N'esse convento foi mestre da lingua latina, e falleceu a 15 de janeiro de 1687. Deixou manuscripta uma *Arte de Grammatica.*

Conceição *(Fr. Luiz da)*. Religioso da ordem da Trindade. N. em Aviz, fal. no convento d'Alcalá a 30 de outubro de 1661. Formou-se em Direito Pontificio, e passando á Hespanha, ali professou. Foi prior de varios conventos, e entre elles do de Cadiz, mestre de Theologia em Salamanca e Alcalá, definidor geral na provincia da Conceição de Andaluzia. Deixou impressos uns *Exames veritatis theologicæ* n'uns poucos de volu-

mes, e um *Tratado de exorcismos.* Em manuscripto um *Tractatus de Legibus*, uma defeza da Conceição Immaculada, tambem em latim, e um livro mystico intitulado: *Primavera Espiritual.*

Conceição *(Fr. Manuel da).* Eremita da ordem de Santo Agostinho. N. em Lisboa em 1517, fal. no convento da Penha de França em 1624. Era filho de Alvaro Peres de Andrade, commendador de S. Pedro de Torres Vedras, e de sua mulher, D. Guiomar Henriques de Castro, filha de D. Manuel Pereira, 3.º conde da Feira; sobrinho do grande theologo Diogo Paiva de Andrada, e do escriptor mystico fr. Thomé de Jesus. Professou no convento da Graça, a 6 de março de 1563. Passou á Italia, regeu Theologia em Roma, e voltando ao reino foi nomeado procurador regio, e provincial da sua congregação em 1592. Escreveu: *Sermão funeral nas exequias do Illmo e rev.^{mo} sr. D. Fr. Aleixo de Menezes, primeiro arcebispo de Gôa, e depois de Braga, primaz de Hespanha*, etc., Lisboa, 1617; *Tratado de sermões da paixão de Christo*, etc., Lisboa, 1620. Deixou manuscriptos uns estudos sobre a fundação da ordem de Santo Agostinho em Portugal e do convento da Penha, de França. Foi quem publicou os *Sermões* de seu tio Diogo Paiva de Andrada, e os *Trabalhos de Jesus*, do outro seu tio, fr. Thomé de Jesus.

Conceição *(Fr. Manuel da).* Religioso da ordem de S. Bernardo. Professou no convento de S. João de Tarouca em 1676. Era muito dedicado á poesia, e escreveu um poema em 7 cantos, que ficou manuscripto: *Fundação do Real Mosteiro d'Alcobaça.*

Conceição *(Fr. Manuel da).* Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Villa Viçosa, e fal. a 26 de novembro de 1682. Era filho natural de D. Pedro Pueros, sacerdote irlandez de nação, que fugira da sua patria por causa das perseguições religiosas, e viera estabelecer-se em Portugal. Professou no convento de N. S.ª da Graça a 4 de janeiro de 1651. Foi mestre do principe D. Theodosio, filho de D. João IV, quando o principe contava apenas 5 annos de edade, e confessor da rainha D. Luiza de Gusmão, e como tal exerceu grande influencia nos negocios do Estado. Foi o primeiro instituidor da reforma da sua ordem, chamada dos *Agostinhos descalços*, ou *Grillos*, sendo vigario geral em 1675. Falleceu no convento de N. S.ª da Conceição do Monte Olivete, cabeça da reforma augustiniana. Na *Bibliotheca Nacional* de Lisboa existem dois retratos seus, um de corpo inteiro, e outro de meio corpo. Publicou alguns sermões, e em 1666, uma narrativa das ultimas acções da rainha D. Luiza de Gusmão. Tambem deixou manuscriptos alguns livros mysticos, um livro genealogico sobre a familia irlandeza de que descendia, o *Modelo perfeito do noviço*, e uns estatutos dos descalços do convento de Santo Agostinho de Lisboa.

Conceição *(Fr. Manuel da).* Religioso da ordem de S. Francisco. N. em 1640 em Villa Cova, na provincia do Minho; fal. no convento de Placencia em Hespanha, a 14 de dezembro de 1693. Era filho de Manuel Teixeira de Seixas, nome que elle tambem tinha no seculo, e de D. Catharina de Freitas e Sampaio. Formou-se no anno de 1669 em Canones na Universidade de Coimbra; em 1672 foi nomeado desembargador da relação ecclesiastica de Braga. D. Luiz de Sousa, subindo á cadeira episcopal de Lamego, o nomeou em 1674 seu vigario geral com beneplacito do arcebispo primaz, e partindo aquelle prelado com o caracter de embaixador extraordinario á côrte de Roma, o deixou por governador do bispado com provisão passada a 20 de maio de 1675. Sendo D. Luiz de Sousa promovido á cadeira primacial de Braga, quando estava em Roma, o elegeu a 2 de abril de 1676 vigario geral e governador do arcebispado. Aos 39 annos é que professou no convento do Varatojo, a 20 de outubro de 1679. Rejeitou os bispados de Macau e de Miranda, que D. Pedro II lhe offereceu, e sendo escolhido para tratar da reforma da ordem, foi a Madrid, onde por ordem do geral apresentou o projecto d'essa reforma. Regressando a Portugal, adoeceu gravemente em Placencia, onde falleceu, como dissémos. Fr. Manuel da Conceição foi tambem prégador muito conceituado. Escreveu e publicou a *Cartilha franciscana*, que elle proprio traduziu em latim, fazendo-lhe muitos additamentos. Publicou posthumos os *Sermões* de fr. Antonio das Chagas, trabalhando com desvello para que saissem completos.

Conceição *(Fr. Manuel da).* Religioso franciscano, nascido em Portugal, que foi professor na Catalunha, onde falleceu. Viveu no seculo XVII. Era muito estudioso em genealogia; D. Antonio Caetano de Sousa fala d'elle como um grande genealogista. Escreveu: *Discurso genealogico do parentesco que a Serenissima Casa Farnese tem com todos os principes da Europa*, etc. Não tem logar nem data da impressão.

Conceição *(Fr. Manuel da).* Religioso da ordem da Trindade, natural de Lisboa, onde tambem falleceu a 2 de fevereiro de 1715. Era filho de Manuel Rodrigues e de Izabel Francisca. Foi lente jubilado em Theologia, definidor, prégador geral, qualificador do Santo Officio, e examinador synodal do bispado de Vizeu. Andou pela Africa remindo os captivos. Escreveu um *Aviso aos Redemptores*, que ficou inédito, apezar de ser, segundo consta, um bom guia para os que tomavam a seu cargo o resgate dos captivos.

Conceição *(Fr. Manuel da).* Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Angra do Heroismo, onde tambem falleceu a 17 d'agosto de 1728. Era filho de Pedro Borges da Silva e de D. Francisca da Fonseca. Professou no convento de S. Francisco da villa da Praia a 26 d'agosto de 1687. Aprendeu Philosophia no convento da cidade de Horta, e Theologia em Coimbra, sendo professor durante 15 annos. Foi prégador apreciado e guardião do convento da villa da Praia. Só imprimiu em 1708 um dos seus sermões.

Conceição *(Fr. Manuel da).* Religioso franciscano da provincia dos Algarves, organista, escriptor liturgico, etc. Nasceu em Lisboa, e falleceu a 14 de março de 1745. Era filho de Gaspar Dias e de Maria Gonçalves. Professou no convento de S. Francisco, de Evora, a 17 de março de 1703, onde entrou para o logar de organista. Passou depois ao de Xabregas, exercendo durante muitos annos o cargo de vigario do côro, sendo eleito guardião em 25 d'abril de 1735. Applicou-se com particular dedicação ao estudo das cerimonias ecclesiasticas, para cujo effeito renunciou a guardiania do convento do Torrão e o confessionario das religiosas de N. S.ª da Quictação de Lisboa. Escreveu: *Cerimonial seraphico e romano para*

toda a ordem franciscana, e em especial para a observancia da provincia dos Algarves, etc.. 1.ª e 2.ª partes, Lisboa, 1730; *Supplemento ao Cerimonial seraphico e romano da provincia dos Algarves*, etc., Lisboa, 1744.

Conceição *(Fr. Manuel da)*. Leigo franciscano e procurador do convento de Xabregas. Era natural de Eixo, e filho de Sebastião Gonçalves e de Magdalena Marques. Professou no convento de N. S.ª da Visitação de Villa Verde, da provincia dos Algarves, a 22 de dezembro de 1718. Escreveu uma obra intitulada *O descuidado combatido*, que publicou em Lisboa, em 1740.

Conceição *(Fr. Manuel da)*. Conego secular de Santo Agostinho. N. em Braga em 1707, ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Pedro Francisco Teixeira e de Marianna Ferreira. Professou no convento de Santa Cruz, de Coimbra, a 8 de outubro de 1727. Exerceu por muitos annos o logar de mestre de cerimonias no convento de S. Vicente de Fóra, em Lisboa. Compoz umas obras em latim, que ficaram manuscriptas, cujos titulos se pódem lêr no vol. IV da *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, pag. 239 e 240.

Conceição *(Fr. Mathias da)*. N. em Pombal a 29 de fevereiro de 1629, fal. em Alcobaça em abril de 1687. Professou no convento de Tarouca, a 9 de dezembro de 1647. Estudou no collegio de Coimbra Philosophia e Theologia, faculdades em que se formou. Foi abbade do convento de Aguiar em 1681, e confessor das religiosas do mosteiro de N. S.ª da Piedade, de Tavira, em 1684. Conhecia muitas linguas e era poeta, mas nenhuma das suas producções se imprimiu, as quaes constavam das vidas de *Santa Izabel, infanta D. Joanna, infante D. Fernando, cardeal D. Henrique; uma Historia das imagens de Christo e Nossa Senhora*, que em Portugal se veneram; uma *Vida de fr. Antonio da Conceição*.

Conceição *(Fr. Mathias da)*. Religioso arrabido, natural de Palmella; ignora-se a data do nascimento, assim como a do fallecimento, mas sabe-se que ainda vivia em 1759. Era filho de Manuel Nogueira de Carvalho e de Joanna Carvalho. Professou no convento de Loures, da provincia da Arrabida, a 9 de outubro de 1704; exerceu quatro guardianias, e os logares de mestre de noviços, commissario dos terceiros da ordem da penitencia do convento de Mafra, onde foi bibliothecario. Deixou impressos alguns sermões.

Conceição *(Fr. Nicolau da)*. Era filho do escriptor Bartholomeu de Faria e de D. Antonia Sequeira. N. em Lisboa a 4 de janeiro de 1667, fal. no Porto a 7 de maio de 1732. Formou-se em Direito Civil na Universidade de Coimbra, foi despachado juiz de fôra para Caminha a 23 de maio de 1690, e de repente deliberou fazer-se frade, e entrou na ordem dos capuchos de Santo Antonio, no convento de Ponte do Lima a 23 de setembro do mesmo anno de 1690. Foi guardião do convento de Lisboa. Deixou impresso um sermão de N. S.ª dos Anjos.

Conceição *(Fr. Nuno da)*. Religioso da ordem Terceira de S. Francisco. N. em Torres Vedras em fevereiro de 1590, fal. no convento da villa de Erra a 12 de novembro de 1635. Era filho de Bernardim Freire e de Maria da Cunha. Professou em 9 de dezembro de 1607. Foi por varias vezes capellão das naus da India, e succedendo partir para a India Oriental a 3 d'abril de 1626 a bordo da nau *N. S.ª do Bom Despacho*, de que era capitão Francisco de Mello de Castro, soffreu alguns perigos, principalmente quando voltou de Gôa a 4 de março de 1630, até entrar em Lisboa a 4 de julho de 1631. Escreveu, como testemunha presencial: *Relação da viagem e successos que teve a nau capitania Nossa Senhora do Bom Despacho, de que era capitão Francisco de Mello, vindo da India em 1630*, Lisboa, 1631.

Conceição *(Fr. Nuno da)*. Religioso da ordem da Trindade. N. em Lisboa, e fal. em Coimbra a 8 de fevereiro de 1737. Professou em 1672. Tornou-se muito apreciado pelo seu talento musical, mostrando, pelas musicas que compoz, largos conhecimentos theoricos da sua arte. D. Pedro II o nomeou lente de musica na Universidade de Coimbra em 1691, cadeira que regeu até á data do seu fallecimento. Deixou alguns villancicos, psalmos, hymnos e motetes.

Conceição *(Ordem da)*. V. *Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa (Ordem de)*

Conceição *(Fr. Pedro da)*. Religioso da ordem dos carmelitas. N. em Lisboa, e fal. em 1 de janeiro de 1628, no collegio de Salamanca. Chamava-se no seculo Pedro Duarte, e era filho de Alvaro Rodrigues e de Maria Jeronyma. Instruido na lingua latina e nas sciencias da Philosophia e Theologia, professou no convento de S. Filippe a 10 de julho de 1585. Passando a Sevilha, regeu uma cadeira de Theologia, indo depois para o Mexico, onde foi prior do convento da capital. Voltando á Europa, regeu tambem Theologia em Alcalá e Salamanca, onde falleceu. Tinha fama de grande theologo e reunira os elementos para um curso theologico, que veiu a escrever um dos seus discipulos.

Conceição *(Fr. Pedro da)*. Religioso da ordem da Trindade. N. em Lisboa em 1691, e fal. a 4 de janeiro de 1712, contando apenas 21 annos de edade. Professou a 15 d'outubro de 1706. Compositor de musica e poeta. Diz um chronista, que, se a morte o não arrebatasse tão cêdo, seria o primeiro maestro portuguez. Barbosa Machado teceu-lhe os maiores elogios, e Fétis, critico francez, chamou-lhe *compositor distincto*. Não escreveu sómente musica sacra, tambem a escreveu profana. Deixou o seguinte: *Musica a 4 coros* para uma comedia que se representou no paço na presença da rainha D. Maria Anna d'Austria, mulher de D. João V; *Loa com musica a 4 vozes*, representada no convento de Santa Clara, de Lisboa; *A letra e a solfa de um Villancico para cada dia da trezena de Santo Antonio; Villancicos a 3, a 4 e a 8 vozes*, para o convento de Odivellas; *In exitu Israel de Egypto a 4 vozes*, motete sobre o cantochão do mesmo psalmo.

Conceição *(Fr. Sebastião da)*. Religioso da ordem carmelitana, natural de Lisboa. Era filho de Salvador Furtado e de Sebastiana da Costa. Professou no convento de N. S.ª dos Remedios, de Lisboa, a 19 d'outubro de 1605, onde foi prior. Exerceu tambem o cargo de provincial, sendo nomeado bispo de Meliapor em 1656. Deixou em manuscripto um estudo, intitulado: *Como se devem tratar os nuncios apostolicos*, que dedicou a D. João IV.

Conceição *(Fr. Sebastião da)*. Religioso da ordem dos carmelitas descalços. N. na Certã a 2 de novembro de 1663, fal. em Evora a 8 de setembro

de 1733. Chamava-se no seculo Sebastião Caldeira de Brito, e era filho de Antonio Caldeira de Brito e de Catharina da Costa Mança. Entrou no convento de N. S.ª dos Remedios, de Lisboa, e professou a 3 de novembro de 1680. Foi procurador geral, prior do convento de Figueiró, e reitor do collegio de Coimbra, sendo eleito provincial a 17 d'abril de 1712. Assistindo ao capitulo geral celebrado em Alcalá de Henares a 30 d'abril de 1718, concorreram unanimes os votos para ser nomeado geral da congregação de toda a peninsula hispanica, sendo o primeiro portuguez que obteve essa elevada dignidade. Voltando a Portugal, recolheu-se ao collegio de Evora, onde falleceu. Escreveu e publicou em Madrid, em 1720, uma especie de pastoral, com o titulo: *Estimulos del Amor Divino*. Fundou um convento em Ontiveros, nas casas em que habitara S. João da Cruz.

Conceição (*Fr. Sebastião da*). Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Alcaçovas e vivia ainda em 1759, mas ignora-se a data da sua morte. Era filho de Manuel Magalhães e de Helena Freire. Professou no convento de N. S.ª d'Alferrara da provincia d'Arrabida, a 12 de fevereiro de 1698. Sendo muito rigoroso na sua vida ascetica, foi habitar no convento d'Arrabida. Escreveu uns *Exercicios espirituaes*, que publicou em 1749.

Conceição (*Fr. Seraphim da*) Religioso da ordem dos carmelitas descalços. N. na Villa Marim, na provincia de Traz-os-Montes, a 6 de janeiro de 1734, e fal. a 6 de fevereiro de 1814. Passou a maior parte da sua vida em Braga, junto dos arcebispos D. Gaspar e D. Fr. Caetano Brandão, que muito o estimavam, sendo por fim confessor do arcebispo D. José da Costa Torres. Escreveu: *Opusculo da Bulla da Cruzada*, etc., Lisboa, 1812, 2 tomos; deu origem a esta composição uma controversia, debatida no tempo do arcebispo D. Fr. Caetano Brandão; *Novo director instruido na pratica do confessionario*, Lisboa, 1814; *Novo parocho instruido em o necessario para o exame synodal*, 2 tomos, saiu posthumo, parece que em 1816; fez-se nova edição em 1850.

Conceição (*Fr. Silvestre da*). Religioso da ordem de S. Francisco. N. na Villa de Paredes, no bispado de Lamego a 15 d'agosto de 1645, onde tambem falleceu a 28 de fevereiro de 1708. Era filho de Thomé d'Azevedo da Veiga, fidalgo da Casa Real, sargento-mór de Paredes, e de D. Maria d'Almeida. Professou no convento de Mogadouro a 16 de fevereiro de 1664. Foi prégador apreciado em diversas cidades, como Lisboa, Porto, etc.; secretario do provincial fr. Francisco de S. João Baptista, reitor do collegio de Coimbra, e nomeado chronista da ordem, em 1682. Era tambem poeta, mas só imprimiu um poema em hespanhol, defendendo o direito do archiduque Carlos á corôa de Hespanha, e deixou preparado para a impressão um volume de versos hespanhoes, *Escuela de las flores*. Ficaram manuscriptos muitos dos seus versos e sermões.

Conceição (*Fr. Thomé da*). Religioso da ordem carmelitana. N. em Lisboa, onde tambem falleceu a 2 de julho de 1701. Era filho de João da Costa e de Maria de Guala. Professou no convento do Carmo, de Lisboa, a 14 de junho de 1650. Sendo admittido no collegio de Coimbra, aprendeu as sciencias escolasticas, com que instruiu os seus domesticos. Foi secretario da provincia, primeiro definidor, prior do convento de Lisboa, e provincial sendo eleito a 8 de maio de 1677, presidente do capitulo celebrado a 11 de abril de 1693, e commissario geral por nomeação do geral da ordem fr. João Feixo de Villa Lobos; examinador das tres ordens militares, e deputado do Santo Officio, de que tomou posse a 26 de maio de 1695. Escreveu: *Sermão da Canonisação de S. Maria Magdalena de Pazzi na solemnidade, que lhe dedicaram as religiosas carmelitas calçadas do convento de N. S.ª da Conceição de Lagos*, Lisboa, 1672.

Conceição (*Fr. Thimotheo da*). Religioso franciscano. N. na Granja, termo da villa de Anciã, em 1703; ignora-se a data do fallecimento, mas sabe-se que vivia ainda em 1759. Era filho do licenceado Mathias Alvares Pinheiro e de Marianna da Cruz Velloso. Professou no convento de Penella a 8 de dezembro de 1719. Dictou theologia no collegio de Coimbra; foi qualificador do Santo Officio e examinador das tres ordens militares.

Conceição. Moeda de ouro do tempo de D. João IV, que valia 12$000 réis. ‖ Moeda de prata do mesmo reinado, que valia 450 réis.

Conceição. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Ourique, distr. e bisp. de Beja; 675 hab. e 166 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada proximo do rio Sado. Até 1855 foi do conc. de Messejana, que então se suppriniu. A terra é fertil em cereaes, e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4 com a séde em Faro. ‖ Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. do Algarve; conc., com. e distr. de Faro, bisp. do Algarve, 1:598 hab. e 318 fog. Tem correio e escolas para ambos os sexos. Esta freg. está espalhada por casaes, e é quasi toda em terreno plano e fertil. A egreja é mediana, situada junto ao ribeiro que vem á ponte do Rio Secco, na estrada de Faro. Em 1835 foi supprimida esta freg., indo os seus casaes para as duas freguezias da cidade de Faro, para Santa Barbara e para Estoy, mas esta suppressão não teve effeito, continuando a ser freg. independente. A terra é muito fertil em cereaes e abundantissima em figos, que exporta em grande quantidade. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4 com a séde em Faro. ‖ Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. do Algarve, conc. e com. de Tavira, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 2:396 hab. e 527 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa postal. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada proximo do mar, na estrada real de Tavira a Villa Real de Santo Antonio. A freg. é espalhada por montes, a egreja fica no largo d'uma estrada que vae para o mar; é muito antiga e de tres naves; era da ordem de S. Thiago. Perto do Canal, proximo á fortaleza do mesmo nome, na margem esquerda do rio Asseca, está a pov. de pescadores, chamada Cabanas da Armação. Proximo do Canal ha boas marinhas de sal, e perto d'ellas uma mina de gêsso, hoje abandonada. O terreno é muito fertil em cereaes e fructas. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro. ‖ Povoações nas freguezias: S. Isidoro, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. ‖ N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. ‖ N. S.ª da Conceição, conc. e ilha do Fo-

go, ou S. Filippe, com. de Sotavento, archipelago e prov. de Cabo Verde. || Nome d'um dos fortes que completam a defeza maritima da villa das Vélas, capital da ilha de S. Jorge, nos Açôres. || Fortim situado n'uma ponta da bahia do Bengo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola. || Pov. na freg. de S. Roque, conc. e distr. do Funchal, na ilha da Madeira. || Monte na freg. de S. Martinho, de Alpedrinha, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco. || Com o nome de Conceição, ha bastantes quintas: estrada de Chellas, Bemfica, Alcobaça, Calhandriz, Camarate, Caparica, Dois Portos, Evora, Gradil, Lumiar, S. Martinho do Bispo, Olivaes, Unhos, Villa Flôr, etc.

Conceição da Abobada. Pov. na freg. de S. Domingos de Rana, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa.

Conceição de Baixo e **de Cima.** Duas povoações na freg. de Santa Eulalia, de Fermentões, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Conceição dos Mattos. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Alcochete, distr. de Lisboa.

Conceição Nova. Egreja parochial pertencente ao 2.º bairro de Lisboa. Foi o cardeal D. Henrique quem erigiu esta freguezia a 16 de janeiro de 1568, incorporando-a na egreja da Real Collegiada da Conceição dos freires da ordem de Christo, formando-a d'uma parte da freguezia de S. Julião, e d'uma parte da da Magdalena. Ali se conservou até 16 de abril de 1682, em que, por causa de continuas discordias havidas entre o prior e os beneficiados da collegiada, resolveu o arcebispo de Lisboa, D. Luiz de Sousa, capellão mór de D. Pedro II, separar a freguezia, e para esse effeito, obtendo um decreto do monarcha, escreveu uma pastoral para que os freguezes se desobrigassem e conhecessem por sua verdadeira parochia a ermida de N. S.ª da Victoria, situada na freguezia de S. Nicolau, onde esteve o Sacramento até 1699. Na rua Nova dos Ferros havia-se dado principio a uma magestosa egreja com o titulo de N. S.ª da Conceição, tendo sido lançada a primeira pedra a 15 de junho de 1698 pelo bispo de Bona, D. Fr. Pedro de Foyos, por commissão do cardeal D. Luiz de Sousa. A edificação foi feita á custa de esmolas dos parochianos e de alguns devotos; trabalhou-se com tanto fervor e diligencia, que a 23 de agosto do anno seguinte se celebrou a primeira missa com autorisação do referido cardeal, e no dia 23 de setembro se transferiu o Sacramento em pomposa procissão, da ermida da Victoria para uma capella que se concluira dentro da nova egreja cujas obras estavam muito atrazadas. O cardeal Luiz de Sousa com o seu cabido, e toda a cleresia que existia na cidade, acompanhou a procissão. O templo só ficou concluido em 1730, sendo conhecido por *Conceição Nova*, para differençar da antiga egreja dos freires de Christo, que desde então se começou a chamar *Conceição Velha*. O templo é d'uma só nave, todo de pedra, tendo a porta para o sul e um bom frontispicio, duas torres, tudo em egual correspondencia. O parocho até ao anno de 1754 teve o predicamento de cura amovivel; porém, o patriarcha D. Thomaz de Almeida, conferindo a egreja como prelado donatario no seu gentil-homem ecclesiastico Braz José Rebello Leite, o collou com o titulo de reitor. Tinha thesoureiro, 12 capellães com obrigação de coro, e as irmandades do Santissimo, das Almas, de Sant'Anna, N. S.ª do Rosario e N. S.ª Mãe dos Homens. N'este estado se conservava a freguezia, quando succedeu a catastrophe do terremoto de 1 de novembro de 1755. Abateu o coro, e a frontaria da egreja se abriu entre as duas torres, ficando tudo o mais em pé; morreram, porém, 76 pessoas. O incendio que se seguiu, tornou em completas ruinas toda aquella localidade; conseguiu-se, comtudo, salvar os livros dos assentos pertencentes á freguezia, excepto o dos baptisados que corriam desde março de 1754 até ao dia do terremoto. Passados dez dias, ordenou o arcebispo vigario geral, que visto ter ficado livre de ruina a ermida de Santa Rosa de Lima, contigua ao palacio do senhor de Murça, Luiz Guedes de Miranda, situada ás Fontainhas, para ali se transferisse a freguezia, onde esteve até 4 de abril de 1756, em cujo dia passou a estabelecer-se no Terreiro do Paço n'uma barraca, que se levantou com tres altares, tendo a porta para o lado do nascente. A egreja foi reedificada, pouco tempo depois, sendo o plano feito pelo architecto Remigio Francisco de Abreu, considerando-se obra de merecimento o alçado, a torre, a porta e a janella do coro. Em 1836 foi collocado no côro o orgão que estava na egreja da Graça, e como a egreja ficasse mais escura, pela falta de luz da janella, tapada pelo orgão, mandaram abrir os dois oculos que estão aos lados da mesma janella. A reedificação das capellas foi acabada a 18 de fevereiro de 1792, e as obras todas a 30 de agosto de 1794. O tecto da egreja foi pintado por Francisco Leste, e é tido como obra conscienciosa. São ricos os paramentos brancos e encarnados que este templo possue, e que eram da real egreja de Mafra. A freguezia confina com as da Magdalena e S. Julião.

Conceição Velha. V. *Lisboa*.

Concelho. Circumscripção administrativa, subdivisão de districto, e cujo chefe se chama administrador. V. *Municipio*.

Concelho. Povoações nas freguezias: S. Vicente e conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || S. Miguel, de Anreade, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Santa Eulalia e conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Martinho de Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || O Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || Nome por que é designado o 4.º bairro da cidade de S. Sebastião de Moçambique, na prov. do mesmo nome, Africa Oriental. Este bairro comprehende varias ruas e travessas.

Conchada. Povoações nas freguezias: S. Nicolau, de Macarcfes, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Leocadia, de Travanca, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Conchas. Grande enseada ou praia toda de areia na costa N da ilha de S. Thomé, limitadas pelas pontas ou cabos denominados Morro Grande a O, e Morro Peixe a E. N'esta praia desagua uma pequena ribeira.

Conchedo. Pov. na freg. de Santa Maria, de Adoufe, conc. e distr. de Villa Real.

Conchelim. Pov. da prov., distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, na India.

Conchoso. Pov. na freg. de S. Martinho, de Receozinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Concieiro *(S. João Baptista de)*. Freg. da prov. do Minho, do antigo conc. e com. do Pico de Regalados e hoje de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga. A sua séde dista d'esta cidade 12 k. Tem esta freg. uma formosissima egreja, que foi construida pelos romanos, como o attesta uma inscripção que se encontra n'uma pedra da parede que corre ao longo da mesma egreja, do lado do Evangelho, e que consiste no seguinte:

ƎNYI
⊢

Denota a inscripção a era em que esta egreja foi concluida e que é a de Cesar, como passamos a demonstrar: A primeira letra é um—E—virado, ás avessas; a segunda um monogramma que exprime duas letras, a saber—um N e um I—, lê-se ás avessas e quer dizer em linguagem latina —*In era*. Uma das pernas do N, que na inscripção é mais levantada, designa o primeiro numero da era, isto é, um millesimo; as duas figuras seguintes, que se acham ligadas, duas centenas; a terceira uma unidade, e a quarta figura, ou seja a que está atravessada por baixo, designa outra unidade, que junto áquella faz dois : e tudo junto quer dizer : *Na era de Cesar, 1202*. Reduzida aquella era aos annos de Christo, foi a dita egreja concluida em 1164. Em 1888 foi esta egreja reedificada completamente á custa dos moradores da freg., bem como do governo e arcebispo de Braga, que concederam importantes subsidios. Aproveitou-se na reconstrucção toda a architectura gothica que tinha, com excepção, porém, do arco cruzeiro, que, por estar muito deteriorado, teve de inutilisar-se. Foi esta egreja sagrada pelo arcebispo de Braga, D. Payo Mendes, no reinado de D. Affonso Henriques. Em agosto de 1895 foi visitada pelo bispo d'Angra, D. Francisco José Ribeiro Vieira e Brito, que ali foi expressamente para assistir á posse e investidura do actual parocho, seu primo, o rev. Antonio Francisco de Freitas Ribeiro de Vieira e Brito ; e em fins de setembro de 1903, por occasião da sua visita pastoral ao arcyprestado de Villa Verde, foi a mesma egreja visitada pelo arcebispo de Braga, D. Manuel Baptista da Cunha. E' n'esta freguezia que fica o monte de S. Julião, ou S. Gião, assim chamado por ter no seu cimo uma pequena capella com o nome do respectivo santo. No mesmo monte existe uma pequena povoação, com o nome de *Crasto*, onde tem apparecido fragmentos de telha de rebôrdo, escumalha de ferro e outros objectos, o que tudo denota terem sido estes sitios occupados pelos romanos ; assim como as lendas ligadas a um penedo que, em fórma de gruta, existe no mesmo monte, e onde se encontrava uma cova denominada : *da moira*, denotam terem sido estes mesmos sitios occupados tambem pelos moiros. Estão n'esta freguezia as casas solares de Carcavellos, Linhares, Paço e Varges. Da primeira já nos occupámos (V. *Carcavellos Casa solar de*). E' banhada esta freg. ao nascente pelo rio Homem, que separa a freguezia de S. Thiago de Caldellas, com que communica pela ponte denominada de Caldellas, a qual é de construcção romana e formada por um grande arco central, da largura do leito do rio, e por dois outros lateraes, de pequenas dimensões.

Concieiro. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Crasto, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Prozello, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || S. Adrião, de Cever, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Martinho, de Soajo, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Concilio. Junta ou congresso de prelados catholicos para examinar e resolver as questões que dizem respeito á fé ou aos costumes, e regular o que pertence á disciplina da egreja. A'cerca dos concilios da egreja lusitana veja-se *Bem (D. Thomaz Caetano do)*.

Concinhola. Pov. na freg. de S. Salvador, de Feitosa, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Concolim. Villa e freg. de N. S.ª da Saude, da prov., distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, na India. Fórma uma freguezia com a pov. de Verodá, que lhe fica contigua.

Concordata. Designa-se assim o contrato feito entre o papa e um governo catholico para fixar os direitos respectivos da Egreja e do Estado. A concordata para o exercicio do Real Padroado Portuguez no Oriente foi assignada, após longas negociações, pelo cardeal D. Pietro, nuncio apostolico em Lisboa, e Rodrigo da Fonseca Magalhães, ministro plenipotenciario para esse effeito nomeado pelo governo portuguez. Por esta concordata se estipulava que o padroado portuguez se exercia no arcebispado de Gôa, no arcebispado *ad honorem* de Cranganor, e nos bispados de Cochim, Meliapor, Malaca e Macau, devendo estas dioceses ser delimitadas por delegados especiaes nomeados pelo governo e pela Santa Sé. A concordata com os seus dois annexos, *A* e *B*, foi assignada pelos respectivos plenipotenciarios a 21 de fevereiro de 1857, e depois de approvada pelo parlamento, decretada como lei do reino por D. Pedro V. Com respeito a varias explicações que se tornaram necessarias, trocaram-se umas notas reversaes entre o duque da Terceira, então ministro dos negocios estrangeiros, e o nuncio apostolico, arcebispo de Sida, as quaes fôram discutidas no parlamento e approvadas por uma lei interpretativa que o soberano firmou a 9 de abril de 1859. A ratificação da concordata de 21 de fevereiro de 1857 e das notas reversaes, foi assignada por D. Pedro V a 6 de fevereiro de 1860. Por não se ter executado esta concordata, em vista das difficuldades que surgiram para a circumscripção das dioceses, encetaram-se novas negociações em Roma em 1884 ; as negociações principiaram em virtude de uma carta do cardeal Jacobini, secretario de Estado ; fôram encetadas pelo marquez de Thomar, e concluidas pelo conselheiro Martens Ferrão.

Concordia. Cidade muito antiga da Lusitania, na actual provincia da Estremadura, proxima ás cidades, tambem antiquissimas, de *Bezelga* e *Caldellas*, formando todas tres um triangulo, ficando a 3 k. de distancia umas das outras. De todas estas cidades ainda ha vestigios. Ignora-se a data da sua fundação e da sua destruição.

Conculim. V. *Concolim*.

Conda. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Conda Bavelei. Pov. do distr. de Cabinda, Africa Occidental, na margem direita do rio Zaire, a 160 k. da foz.

Condado. A dignidade de conde ; a terra solar

do conde. Chamava-se assim antigamente a certo tributo ou *reconhecença*, que o vassallo pagava ao rei e o emphyteuta a senhorio *jure domini*. Ordinariamente ou era em peixe do rio, ou em caça do monte, á escolha do que recebia. Era frequente este tributo nos foraes antigos. O condado territorial mais antigo de Portugal foi o de Barcellos, creado por el-rei D. Diniz, na pessoa de D. João Affonso Telle de Menezes, seu mordomo-mór. (V. *Barcellos*). Até então não juntavam ao titulo nome particular de terra; por exemplo: conde D. Mendo, conde D. Sisnando, conde D. Julião, etc.

Condado. Pov. no freg. de Santa Marinha, de Mogege, conc. de V. N. de Famalicão, Braga.

Condados. Pov. na freg. de S. Martinho, de Tavarede, conc. de Figueira da Foz, Coimbra.

Conde. Esta palavra deriva-se da latina *comes* que significa companheiro, e remonta ao primeiro imperador romano; no reinado de Augusto, os senadores escolhidos para o seu conselho privado, chamavam-se *comites Augusti*; no seculo IV os condes eram officiaes civis e militares, sendo este titulo principalmente conferido aos governadores das cidades e das dioceses; os primeiros reis barbaros deram indistinctamente o nome de condes a todos os officiaes da sua casa; havia o conde palatino (*comes palatii*), que era o encarregado de administrar a justiça no palacio, e julgar os negocios em que o principe tinha interesse. Os condes em Portugal fôram sempre creados pelos soberanos, e nunca tiveram privilegios superiores aos dos outros fidalgos. Actualmente é um titulo honorifico, entre o de visconde que lhe é inferior, e o de marquez que lhe é superior. A insignia d'esta dignidade é a chamada corôa de conde, constituida por um circulo de ouro que sustenta desoito pérolas, das quaes só nove são apparentes. O circulo é guarnecido de pedraria. O conde mais antigo que existe hoje em Portugal é o de Arganil, titulo que anda annexo á diocese de Coimbra, desde o tempo de D. Affonso V. Vide *Arganil*.

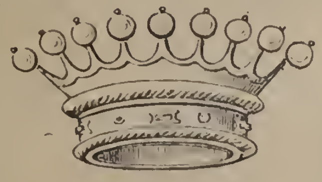

Corôa de conde

Conde (*Affonso Martins*). Morador em Leiria. Foi veterano das guerras de D. João I. D. Duarte o aposentara em 24 de maio de 1437, sendo a respectiva carta confirmada por D. Affonso V em 30 de novembro de 1451. Foi um dos seis bésteiros que acompanharam a infanta D. Izabel, filha de D. João I, na sua partida para Flandres.

Conde. Pov. e freg. de S. Martinho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 208 hab. e 48 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada nas abas da serra de N. S.ª do Monte; corre-lhe proximo o rio Vizella. Os conegos da collegiada de N. S.ª de Oliveira, de Guimarães, apresentavam o cura, que tinha 200$000 réis. A terra é fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. ‖ Com este nome ha diversas quintas, em Almada, Amora, Cambezes, Caparica, Cezimbra, Cintra, Moita, Palhacana, Trancoso, S. Thiago do Cacem, Sacavem, Olivaes, etc..

Conde-Barão. V. os titulos de *Alvito* e *Oriola*.

Conde Velho. Pov. na freg. de S. Jorge, de Sarilhos Grandes, conc. de Aldeia Gallega do Ribatejo, distr. de Lisboa.

Condecorações. Signal de distincção honrosa; symbolo ou insignia d'essa distincção; medalha de uma ordem militar. As condecorações portuguezas são numerosas, e serão descriptas n'este diccionario, nos respectivos logares. Ha tambem as medalhas instituidas para recompensar serviços nas campanhas e de comportamento militar; medalhas para serviços humanitarios, de merito e de instrucção.

Condeixa (*Ernesto Ferreira*). Pintor historico contemporaneo; academico de merito da Academia Real de Bellas Artes de Lisboa. Nasceu n'esta cidade em 20 de fevereiro de 1858. Frequentou a Escola de Bellas Artes desde 1873 a 1880, obtendo durante o curso quatro premios pecuniarios. Foi pensionista do Estado em Paris, desde 1880 até 1885. Discipulo distincto de Cabanel, obteve nos dois primeiros annos cinco medalhas de prata, sendo quatro de terceira classe e uma de segunda. Em 1883 expoz dois retratos no *Salon* e em 1886 o retrato do dr. Lasgoutte e o seu primeiro quadro historico, que tem por assumpto *D. João II ante o corpo inanimado de seu filho D. Affonso*, notavel trabalho que constituiu a prova do seu ultimo anno de estudo no estrangeiro, que juntamente com o referido retrato mereceu honrosas referencias da parte do distincto pintor historico Jean Paul Laurens. Tomou parte nas exposições do grupo do Leão até 1889. Na ultima exposição da Sociedade Promotora de Bellas Artes, em 1887, obteve uma medalha de segunda classe, recebendo em 1888 egual recompensa na Exposição Industrial Portugueza. Em 1898 foi nomeado academico de merito artistico. Na exposição universal de S. Luiz, em 1904, foi premiado com uma segunda medalha. Entre os trabalhos d'este artista citam-se: os retratos de S. M. El-Rei D. Carlos, que estão no Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Administrativo. No Museu Nacional de Bellas Artes está o seu quadro *A volta da fonte*.

Condeixa (*João de Magalhães Collaço Moniz Vellasques Sarmento, 2.º visconde de*). Subdito brazileiro rehabilitado cidadão portuguez por decreto de 18 e carta de 30 de abril de 1872; fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão a seus maiores; par do reino, como successor de seu pae de que tomou posse e prestou juramento na sessão de 11 de fevereiro de 1873; bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; official da ordem da Rosa e cavalleiro da ordem de Christo, do imperio do Brazil. N. no Rio de Janeiro em 1 de dezembro de 1839, fal. em Paris, em setembro de 1896. Era filho do 1.º visconde de Condeixa, e de sua mulher D. Maria Rita Ferreira dos Santos Magalhães. Emquanto subdito brazileiro serviu como addido á legação do Brazil junto á côrte de Londres. O 2.º visconde de Condeixa foi um *sportman* distincto, e fez epoca em Lisboa nos tempos aureos da sua mocidade. Attrahido para o cultivo das letras, escreveu alguns trabalhos de valor, dos quaes se destaca a monographia do *Mosteiro da Batalha em Portugal*, publicada em edição de luxo. Mili-

tou sempre no partido regenerador, a que prestou bons e dedicados serviços. Era tambem de caracter excentrico, como seu irmão Jeronymo Collaço. O titulo foi-lhe concedido em verificação de vida no de seu pae, por decreto de 25 de outubro e carta de 6 de novembro de 1871.

Condeixa *(João Maria Collaço de Magalhães Vellasques Sarmento, 1.º visconde de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão a seus maiores, alvará de 29 de abril de 1844; par do reino por carta regia de 30 de dezembro de 1862, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara na sessão de 9 de janeiro de 1863; commendador da ordem de N. S.ª da Conceição; cavalleiro da antiga e muito nobre ordem da Torre e Espada; commendador da imperial ordem da Rosa do Brazil, e administrador do vinculo de Collaço, no Campo de Coimbra; negociante de grosso trato na praça commercial do Rio de Janeiro, capitalista e abastado proprietario em Portugal. N. em Louzã a 15 de janeiro de 1806, fal. em Lisboa a 28 de maio de 1871. Foi seu pae João de Magalhães Gomes Collaço Vellasques Sarmento, fidalgo da Casa Real por successão a seus maiores, proprietario em Lousã, e bem assim do officio de almoxarife da mesma villa, de que seu pae era proprietario; sua mãe era D. Maria Eugenia de Figueiredo Moniz. Casou a 12 de janeiro de 1839 com D. Maria Rita Ferreira dos Santos Magalhães, filha de José Ferreira dos Santos commendador da ordem de Christo, proprietario no Rio de Janeiro, e de sua mulher, D. Marianna Ferreira dos Santos. D'este consorcio houve tres filhos: João de Magalhães, que foi o 2.º visconde de Condeixa; Jeronymo Collaço, formado em Direito pela Universidade de Coimbra, addido de legação, uma das figuras mais caracteristicas da nossa sociedade elegante, e d'um caracter essencialmente excentrico; D. Eugenia de Magalhães, que casou com o 2.º visconde de Borralha, Gonçalo Caldeira Cid Leitão Pinto de Albuquerque. O titulo foi concedido em duas vidas, por decreto de 30 de setembro e carta de 22 de novembro de 1851. A viscondessa sobreviveu a seu marido, e foi elevada a condessa por decreto de 25 do outubro e carta de 27 de novembro de 1871.

Condeixa *(Lopo de).* Taugedor de alaude do reinado de D. Affonso V. Segundo os documentos publicados no n.º 144 do anno VI da *Arte musical* de dezembro de 1904, pelo sr. Sousa Viterbo, exerceu este artista por algum tempo o cargo de inquiridor das jugadas de Coimbra e seus termos, cargo que renunciou em Pero Anes, creado da infanta D. Izabel, duqueza de Borgonha, a quem D. Affonso V o concedeu e confirmou em carta de 27 de novembro de 1464. Por outra carta de egual data foi dado ao mesmo Pero Anes, por tres annos o officio de escrivão da coudelaria de Coimbra, que o dito Lopo de Condeixa acabara de servir. Lopo de Condeixa, cujo appellido parece indicar a naturalidade, era tangedor de D. Affonso V, que o tinha por certo em grande estima, attentas as importantes mercês que lhe fez, concedendo-lhe por carta de 14 de junho de 1459, completamente isentas, as azenhas de Alpiarça, etc.

Condeixa *(Visconde de)* V. *Araujo Carneiro.*

Condeixa-a-Nova. Villa da prov. do Douro, séde de conc. e de com., distr. e bisp. de Coimbra, rel. do Porto. Tem uma só freg., Santa Christina. Está situada na encosta d'um monte na estrada real de Coimbra a Leiria. A data da sua fundação não está determinada. Parece, que apenas constava d'um casal chamado do Outeiro, no meio de terrenos pertencentes a diversos morgados e proprietarios, quando el-rei D. Manuel por ali passou em 1500, indo em romaria para S. Thiago de Compostella, e lhe deu o fôro de villa mudando-lhe o nome para Condeixa-a-Nova, e vendo que a egreja era muito velha e pequena, mandou construir um novo e espaçoso templo com 10 altares, dedicado a Santa Christina. Concedeu-lhe tambem foral, passado em Lisboa a 3 de junho de 1514. O geral do convento de Santa Cruz de Coimbra apresentava o cura, que tinha diversos generos, 11$000 réis em dinheiro e o pé d'altar. Condeixa-a-Nova foi uma das terras que mais soffreram por occasião da guerra peninsular. Em 1811 as tropas de Massena a saquearam e destruiram em grande parte, sendo incendiados mais de quarenta edificios, incluindo a egreja matriz. Entre as casas que escaparam á devastação, conta-se o palacio do desembargador Manuel Pereira Ramos, exclusão que deu muito que falar ao povo. Este palacio pertenceu depois a Francisco de Lemos Ramalho. A terra é muito fertil e bonita, e tem hoje bons edificios. Os arredores são muito aprazíveis pela opulencia da vegetação, e bem cultivados, onde se vêem bellas quintas. Passa pela villa uma ribeira affluente do rio de Moiros. Tem escola para ambos os sexos, est. postal e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegr., cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas permutando malas com a R. A. N. Coimbra; advogados, medicos, pharmacias, notarios, agencia dos seguros *Internacional, Popular* e *Tagus;* hospedaria, sociedades de recreio: *Club de Condeixa* e *Philarmonica Lealdade Condeixense;* mercado importante de fructas e hortaliças ás terças e sextas-feiras. A villa pertence á 5.ª div. mil., 9.ª brigada, grande circumscripção mil. do Centro, e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. O fallecido estadista Rodrigo da Fonseca Magalhães era natural de Condeixa, e por sua influencia foi a povoação novamente elevada á categoria de villa em 1838, pelo que a camara, em testemunho de gratidão, depois da sua morte collocou o seu retrato na sala das sessões em 2 de janeiro de 1861. Entre as curiosidades geologicas que se notam em Condeixa-a-Nova, são notaveis as tres grutas chamadas *Lapinha, Gruta Nova,* e *Eira Pedrinha.* A *Lapinha* é muito espaçosa e apresenta o aspecto singular do proscenio de um theatro, do alto do qual como d'uma cornija, se precipita uma copiosa corrente d'agua. E' aberta n'uma rocha que se eleva a muitos metros, guarnecida de verdes musgos e outras plantas, que a tornam pittoresca. Na *Gruta Nova* só se póde entrar por uma escada de mão; é de fórma hemispherica, e n'ella se admiram bellas stalactites e stalagmites, de fórmas bizarras e de aspecto deslumbrante. A *Eira Pedrinha* foi descoberta n'uma pedreira, que se andava explorando; é notavel por se terem encontrado ali ossos humanos petrificados e inteiramente adherentes á rocha. Todas estas grutas são consideradas de grande interesse scientifico para o estudo da geologia e paleontologia. No

Santuario Marianno, de fr. Agostinho de Santa Maria, tomo IV, tit. 76, veem mencionadas estas grutas, e outras menos notaveis. No volume II do *Instituto*, pag. 43, tambem vem a este respeito um curioso artigo, escripto pelo dr. Antonio Augusto da Costa Simões. Condeixa é muito abundante de boas aguas, sendo as principaes fontes a de *N. S.ª da Lapa*, das *Bicas*, dos *Amores* e a do *Outeiro*. O conc. foi creado depois de 1834. Antigamente tinha juiz pedaneo, sujeito ás justiças de Coimbra. Comprehende 10 freguezias com 2:965 fog. e 11:597 hab., sendo 5:340 do sexo masc. e 6:257 do fem., n'uma superficie de 15:074 hect. As freguezias são: Santa Catharina, de Anóbra, 881 hab.: 426 do sexo masc. e 455 do fem; N. S.ª da Saude, de Bellide, 202 hab.: 83 do sexo masc. e 119 do fem.; N. S.ª d'Ajuda, de Bemdafé, 242 hab.: 115 do sexo masc. e 127 do fem.; Santa Christina, de Condeixa-a-Nova, 1:692 hab.: 767 do sexo masc. e 925 do fem.; S. Pedro, de Condeixa-a-Velha 1:937 hab.: 882 do sexo masc. e 1:055 do fem.; N. S.ª da Graça, de Ega, 2:410 hab.: 1:135 do sexo masc. e 1:275 do fem.; Espirito Santo, de Furadouro, 500 hab.: 234 do sexo masc. e 266 do fem.; S. Pedro, de Sébal Grande, 1:543 hab.: 729 do sexo masc. e 814 do fem; S. Pedro, de Villa Sêcca, 1:345 hab.: 590 do sexo masc. e 755 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Zambujal, 845 hab.: 379 do sexo masc. e 466 do fem. O principal commercio do conc. é a exploração de pedreiras que fornecem cantarias e mós para moinhos, para alguns pontos do paiz e Hespanha, muitos fornos com cal, telha e tijolo, e exportação, em grande quantidade, de madeiras, cereaes, vinhos e azeites. Publicou-se aqui em 18 de julho de 1896 o *Jornal de Condeixa*.

Condeixa-a-Velha. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Condeixa-a-Nova, distr. e bisp. de Coimbrr; 1:937 hab. e 456 fog. Tem correio com serviço de posta rural, e escolas para ambos os sexos. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada proximo do rio de Aboiros e da estrada real de Coimbra a Leiria. A historia da origem d'esta povoação é muito confusa, e tem dado logar a affirmações e a conclusões mais ou menos discutidas e combatidas entre os archeologos. Não resta duvida, que Condeixa-a-Velha já existia com outro nome, muito antes da era christã, mas não se está d'accordo quanto á verdadeira data da fundação, porque uns a attribuem a Hercules Libio, 1788 annos antes de Christo, outros a querem fundada apenas 308 annos antes da era christã, dando-lhe por fundador o 4.º rei de Hespanha, Brigo, e outros ainda pretendem que fôssem os cartaginezes os fundadores, 404 annos antes de Christo. A obscuridade da questão deu origem a lendas e hypotheses mais ou menos extravagantes. Nas sessões da commissão archeologica do *Instituto de Coimbra*, em 1873, tratou-se largamente sobre este assumpto. O que está assente, sendo esta a opinião mais geralmente admittida, é que a actual Condeixa a-Velha foi a antiga e importante cidade de Conimbriga, occupada pelos romanos, que n'ella deixaram numerosos vestigios. Não se sabe, porém, ao certo, quando trocou o seu primitivo nome pelo que tem hoje, o que se sabe, é que n'ella estiveram estabelecidos diversos povos. A velha Conimbriga foi uma das praças mais fortes da Lusitania. Levantou-se n'ella um castello formidavel edificado sobre um rochedo, e chegava-lhe agua de Alcabideque por grandioso e extenso aqueducto feito em parte sobre arcaria. Era defendida por duas ordens de muralhas de cousideravel espessura, das quaes ainda restam vestigios, e por ella passava a via militar romana, que de Lisboa ia a Calle (Gaia). Attestam a sua antiga civilisação e importancia as descobertas que n'ella se tem feito de inscripções sepulchraes, vasos etruscos, grande variedade de moedas romanas, mosaicos, tijolos, casas com pinturas a fresco, os vestigios d'umas thermas, o toro d'uma base de columna egual na fórma e nas dimensões aos toros das columnas corinthias do templo romano de Evora, etc. Nos *pannos* das muralhas ainda se divisam inscripções romanas em bellos caracteres. De toda esta grandeza, Condeixa-a-Velha conserva hoje apenas a recordação e vestigios d'alguns dos seus importantes edificios, de poderosa cidade está reduzida a uma povoação. A egreja matriz é muito antiga, já existia em 1227. Esta freg. tinha antigamente os privilegios de caseiros de Santa Cruz de Coimbra, que eram muitos e importantes. A terra é muito fertil, e pertence á 5.ª div. mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra.

Condeixinha. Pov. na freg de Santa Christina e conc. de Condeixa a-Nova, distr. de Coimbra.

Condel. V. *Condol.*

Condes. Pov. na freg. de S. Salvador, de Covão de Lobo, conc. de Vagos, distr. de Aveiro.

Condessa. Senhora que tem o titulo honorifico correspondente ao de conde. Titulo honorifico entre o de viscondessa e o de marqueza.

Condessa. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Luzim, conc. de Penafiel, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Condestabre. O mesmo que condestavel. V. *este titulo.*

Condestavel. Da *Nobiliarchia Portugueza*, de Villas Boas, edição de 1676, extrahimos estes apontamentos. Os officios titulares da guerra entram na classe dos titulos, e gozam da mesma nobreza politica os que os exercitam. O mais preeminente é o de condestavel, ou *condestabre*, como antigamente se dizia, que equivale ao de conde que tem de assistir sempre ao lado do rei, e nas cousas da guerra era primeira pessoa depois do principe, se este estivesse em campanha, e na sua ausencia, a primeira. No livro dos regimentos d'el-rei D. Diniz para os officiaes da guerra e da casa, encontra-se o seguinte: «O condestabre he o mayor officio, de mayor honra, estado, que ha na Oste, tirando aquelle, que he senhor della, porque segundo he geral, autigua usança, de guerra, a elle pertence ir na vanguarda, ter o regimento della, se outro senhor de mayor estado hi nam fôr, ainda a elle pertence a governação nas mayores, as mais assinadas causas, que na Oste aiano de ser feitas.» O condestavel póde trazer na guerra guião, maças, reis d'armas, e estoque embainhado com a ponta para baixo, a differençar d'el-rei, que o traz desembainhado, e com a ponta para cima. Tem todas as preeminencias dos duques, o coronel alto, o elmo direito e dourado. Leva o estoque real nas entradas, e assiste com elle nas côrtes. Pertence-lhe eleger capitães, exploradores, guias, escutas e atalaias. Tem jurisdicção civil e

criminal sobre todas as pessoas do exercito, que lhe toca ordenar, e prover tudo o que fôr necessario, e sem sua licença nada se poderá fazer. Que ha de prover todos os ministros e officiaes de guerra, e executores de justiça, vingar as injurias que se fizerem aos cavalleiros do seu exercito, prover os logares e fortalezas de gente, para se defenderem; presidir aos desafios, quando eram permittidos, ainda que o rei estivesse presente, e nomear os ministros necessarios, como juiz superior n'aquelle acto. Alojar os exercitos, mandar que marchem e façam alto. Ha de ter as chaves da cidade ou villa onde o rei estiver, etc. Elrei D. Fernando creou esta dignidade em 1382, e o primeiro condestavel foi D. Alvaro Pires de Castro, conde de Arraiollos, senhor do Cadaval e outras terras, alcaide-mór de Lisboa, irmão de D. Ignez de Castro. Foi depois D. Nuno Alvares Pereira fundador da Casa de Bragança, e continuou a dignidade de condestavel nos seus descentes até á acclamação de D. João IV, a cuja acclamação assistiu com o estoque o marquez de Ferreira, D. Francisco de Mello, e quando juraram os Tres Estados por principe e regente do reino o infante D. Pedro, depois D. Pedro II, esteve presente á solemne cerimonia, com o estoque, o duque de Cadaval D. Nuno Alvares Pereira. A dignidade de condestavel, desde o tempo de D. Manuel, é um titulo puramente honorifico da côrte, sempre desempenhado por um dos infantes, que nas grandes solemnidades acompanha o rei de estoque desembainhado, e se colloca á sua direita no throno.

Condo. Prazo da Corôa situado ao N. do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Foi visitado pelo dr. Francisco José de Lacerda e Almeida, quando em 1798, sendo governador do distr. militar de Rios de Sena, tentou atravessar o continente africano de oriente para occidente. || Tres povoações do conc. de S. Salvador do Congo, distr. do Congo, prov. de Angola.

Condoé. Praso do distr. de Tete, na prov. de Moçambique. Tem 8 k. de comprimento e 5 de largura. São dependencias ou incumbes d'este praso os prazos de Temta e Minhonho, com 5 k. cada um. O terreno do prazo Condoé e o das incumbes é muito fertil. Produz trigo, milho, feijão, canna saccharina e algodão.

Condol. Ramificação dos montes Gates, a E. da prov. de Astragar, na India.

Condominhas. Pov. na freg. de S. Martinho, de Lordello do Ouro, bairro occidental do Porto.

Condo-Yongo. Grande pov. do reino de Cabinda, no Congo, na margem direita do Zaire, proximo das pequenas cachoeiras do mesmo rio.

Conducia. Rio do distr. de Cabo Delgado, na prov. de Moçambique. Nasce no mesmo distr. e vae desaguar na bahia de Conducia. || Pov. do distr. de Cabo Delgado, na prov. de Moçambique, na margem da bahia do mesmo nome.

Condulla. Terras do distr. de Inhambane, na prov de Moçambique, habitadas por cafres bitongas governados por um regulo que reconhece a soberania de Portugal. Produzem arroz, cera e mel.

Conega. Mulher que fazia parte d'um cabido de religiosas seculares ou regulares. Primitivamente designava mulheres que, desempenhando nas egrejas certos officios piedosos ou caritativos, estavam submettidas a regras especiaes. Muitos concilios do seculo VII dão este nome a mulheres que viviam em communidade, para que estabelecessem uma regulamentação particular. Vem d'ahi a origem das conegas. Fôram adstrictas a regras monasticas. Entre as conegas seculares, quasi sempre nobres, a abbadessa e a decana eram as unicas que faziam votos perpetuos; as outras, passado um certo tempo de profissão, podiam casar. No côro punham a murça e um habito religioso, assistiam aos officios e ao canto das horas. Na sociedade tinham por insignias uma cruz suspensa ao pescoço por uma fita negra, larga e um véo preto. As conegas, ao entrar na ordem, deviam apresentar attestados de nobreza.

Conega. Pov. na freg. de S. Cosme, de Gondomar, distr. do Porto.

Conego. Clerigo secular, que possue um canonicato na egreja cathedral, ou n'uma collegiada. Desde o seculo IV, Santo Ambrosio, Santo Agostinho, e mais tarde S. Martinho e outros bispos submetteram o clero da sua cathedral a uma regra quasi monastica. Os clerigos adstrictos a esta regra tiveram o nome de conegos, e as communidades por elles formadas fôram chamadas *capitulos.* Com o andar dos tempos, o uso foi suavisando a regra primitiva. Os conegos acabaram por se fazerem substituir por capellães e mesmo por cantores assalariados. Introduziu-se o uso de se dar o titulo e a prebenda de conego a simples tonsurados. No antigo regimen os conegos *honorarios* podiam ser leigos, e o titulo era algumas vezes hereditario. O titulo e as funcções do conego eram vitalicios. O modo de nomeação dos conegos variava segundo os logares, dependendo do rei do bispo ou do patrono do capitulo. || *Conegos regrantes*, os que viviam em communidade, sujeitos a regra monastica. || *Conego ad effectum*, o nomeado sem prebenda para que possa possuir uma dignidade no capitulo. || *Conego ad soccurrendum*, aquelle que era nomeado em *articulo mortis*, para que participasse das orações do capitulo. || *Conego capitulante*; o que tinha voto no capitulo. || *Conego expectante*, o que tinha só o titulo e a dignidade de conego. || *Conego residente*, o que serve a sua parochia. || *Conego honorario*, sacerdote que tem o titulo e insignias de conego, mas que nem desempenha as funcções, nem recebe os rendimentos. || *Conego leigo* ou *secular*, o leigo admittido n'um capitulo, a titulo honorifico. || *Conego mitrado*, o que, por privilegio especial, podia trazer mitra, insignia ordinaria dos bispos. || *Conegos regulares*, os que faziam votos religiosos de viverem em communidade.

Conezia. Canonicato, o rendimento do canonicato.

Confeiteira. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª do Monte, conc. e distr. do Funchal.

Confeiteiro. Fabricante e vendedor de confeitos e outros doces. Este officio tinha regimento na collecção do senado de Lisboa, reformada em 1572 e era cabeça da bandeira de N. S.ª da Oliveira.

Confeiteiro. Pov. na freg. de S. Nicolau, conc. e distr. de Santarem.

Conferencia. Reunião de pessoas para discutirem um assumpto importante, e particularmente de delegados de differentes paizes com o fim de tratarem questões de interesse internacional. ||

Reunião do procurador geral da Corôa e Fazenda com os seus ajudantes para decidirem e responderem sobre qualquer consulta. || Discurso, prelecção em publico, ou perante um certo numero de pessoas, sobre assumpto litterario ou scientifico. || *Conferencia de medicos;* consulta entre dois ou mais facultativos sobre o diagnostico e o tratamento d'uma doença grave. As conferencias, pódem ser feitas com um fim educativo, e quer pedagogicas, quer publicas, e ainda mesmo religiosas, tomam grande importancia Em Portugal, desde bastantes annos que tem sido introduzido este genero de educação, havendo mesmo na cidade do Porto uma aggremiação para esse fim instituida, intitulada *Instituto de Estudos e Conferencias.* As conferencias democraticas, porém, do *Casino lisbonense,* de Lisboa, fôram as mais celebres. Depois da phase critica e litteraria de Coimbra em 1865, manifestou-se esse mesmo espirito dissidente em Lisboa em 1871, sob o aspecto politico e social. Então em volta de Anthero de Quental reuniam se alguns rapazes de talento, os quaes censuravam a attitude apathica do governo portuguez perante a revolução hespanhola de 1868, e da eventualidade dos acontecimentos que envolviam a nossa nacionalidade. Anthero de Quental planeou então uma serie de conferencias publicas no salão do Casino, situado no largo d'Abegoaria, onde hoje vêmos o importante estabelecimento dos estofadores decoradores srs. Barbosa & Costa. As conferencias realisavam-se todas as segundas feiras, ás 9 horas da noite. Distribuiu-se um pequeno programma d'essas conferencias democraticas, redigido por Anthero de Quental, e datado de 16 de maio de 1871. Este programma era assignado por A. Coelho, Anthero de Quental, Augusto Soromenho, Augusto Fuschini, Eça de Queiroz, Germano Vieira de Meirelles, Guilherme de Azevedo, Jayme Batalha Reis, J. P. Oliveira Martins, Manuel d'Arriaga, Salomão Saragga e Theophilo Braga. As conferencias inauguraram-se a 22 de maio do referido anno, por Anthero de Quental, mas quando se havia de realisar a conferencia annunciada para 26 de junho, appareceu uma portaria do ministerio do reino, prohibiudo por motivos de ordem publica as conferencias democraticas. Depois d'um protesto dos conferentes, fôram publicados tres folhetos discutindo o acto ministerial. Contra este attentado á liberdade do pensamento fez o deputado Luiz de Campos uma interpellação no parlamento, que foi abafada por uma moção de confiança ao governo, apresentada por Pinheiro Chagas. Alexandre Herculano escreveu uma longa carta sobre a *Suppressão das conferencias democraticas do Casino Lisbonense,* que publicou depois no seu 1.º vol. dos *Opusculos.* Sobre este assumpto vem na *Encyclopedia Portugueza Illustrada,* em publicação no Porto, um extenso artigo, vol. III, pag. 233, escripto pelo sr. dr. Theophilo Braga.

Confim. Pov. da margem direita do pequeno rio ou esteiro Camichade, affluente do rio Nuno, no distr. da Guiné.

Confraria. Dá-se este nome ás sociedades de pessoas devotas, que se estabelecem em algumas egrejas, para se dedicarem a exercicios de piedade, em honra, particularmente, d'algum santo ou santa, ou do Sacramento. Assim como as irmandades, tambem estabelecidas nas egrejas, teem os seus estatutos, a que ordinariamente chamam *compromissos.* A mais celebre confraria de Portugal foi a *Confraria dos Escravos do Santissimo Sacramento,* instituida em 1630 para desaggravo do desacato de Santa Engracia e composta de cem fidalgos, tendo por presidente a el-rei. Os irmãos usavam umas medalhas ou insignias que se acham descriptas e reproduzidas no opusculo do sr. Arthur Lamas *O Desacato na egreja de Santa Ingracia,* Lisboa, 1905. Muitas confrarias estão estabelecidas por bullas pontificias, que lhes concedem indulgencias.

Confraria. Pov. na freg. de S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria.

Confulcos. Pov. na freg. de S. Julião, de Cambra, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Conga. Pov. do conc. de S. Salvador do Congo, distr. do Congo, prov. de Angola.

Conge. Pov. do conc. de Malange, distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, a E do conc. e na margem esquerda do rio Cuanza, no ponto da confluencia do Onzuella com este rio.

Congeitaria. Pov. da freg. de N. S.ª da Graça, de Aguas Bellas, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Conginga. Pov. do distr. e com de Mossamedes, na prov. de Angola, em territorios de gentios caluquembes, a 34 k. ao N do presidio de Quillengues.

Congo. Antigo reino da Africa, descoberto por Diogo Cão em 1482. Era n'este tempo um imperio vasto, estendendo-se largamente no interior por ENE e SE, sem que seja possivel assignalar-lhe limites precisos e definidos. No littoral estendia-se desde o Loaugo até ao Cabo Negro. Dizem os nossos chronistas que o governo directo e suzerania de Mani-Congo abrangia os territorios modernos do Macoco, Uniamezi, Ambundus, Matamba, Quissama, Angola, Lula e Zenza, a que se pódem accrescentar os ducados e condados, assim designados pelos mesmos escriptores, de Lunda, Banta, Bamba, Ambuila, Sonho ou Sioh, Congo e Loaugo e outros. O antigo reino do Congo entrava pelo sertão umas 350 leguas. O primeiro rei que os portuguezes conheceram no Congo foi N'ganga-a-Cuúm, o qual se converteu ao catholicismo, tomando o nome de João, prestando vassallagem ao rei de Portugal em 1493, para o que lhe enviou um embaixador. Era então o reino indigena do Congo o mais poderoso da Africa Occidental. Varios filhos dos reis do Congo fôram educados em Lisboa. como por exemplo o filho primogenito do rei Mani Sundi, e que em 1521 subiu ao throno com o nome de D. Pedro Affonso I. O filho primogenito d'este, de nome D. Henrique, tambem foi educado em Lisboa e mais tarde elevado ás dignidades de bispo de Utica e bispo de S. Thomé. Por vezes os reis do Congo auxiliaram os portuguezes nas guerras contra os rebeldes de Angola, assim D. Alvaro I mandou em 1578 cerca de 50:000 indigenas em soccorro do governador de Angola, Paulo Dias de Novaes, na batalha de Aumelle. Em 1597 erigia-se em S. Salvador do Congo um bispado que ahi se conservou até 1626, em que a Sé foi transferida para a cidade de S. Paulo de Loauda. De todos os reis do Congo, foi notavelmente adverso aos portuguezes D. Antonio I, que em 1665 dirigiu contra nós uma proclamação de guerra e avançou com cêrca de 100:000 indigenas contra Angola onde

governava André Vidal de Negreiros. Uma columna commandada por Luiz Lopes de Sequeira, indo ao encontro d'aquelles indigenas, derrotou-os, sendo morto D. Antonio I. A actual dynastia de Agua Rosada, principiou em 1701 tendo sido eleita n'uma reunião que se effectuou por ordem do rei de Portugal entre o conde de Sonho, o marquez de Penha e o duque de Bamba, regulos importantes do Congo. O reino indigena do Congo está actualmente sob a regencia de D. Henrique Teié-N'Guenga, antigo carregador de tipoia, que tomou as redeas do governo por morte de D. Alvaro da Agua Rosada, o ultimo rei do Congo. O herdeiro do throno tem 12 annos de edade, e é neto do marquez de Catende, elevado a rei com o nome de D. Pedro V, e filho d'uma filha d'este e de um sobrinho, D. Nuno Agua Rosada, estando actualmente a educar na missão da Huilla, por conta do governo portuguez. Ao derimir-se a questão chamada do Congo, depois da conferencia de Berlim, pediu o rei D. Pedro V, por dedicação e por gratidão para com Portugal, a occupação do territorio sobre que tinha direitos, o que se realisou de 1885 a 1888. A lei de 18 de julho de 1885 autorisou o governo a crear na provincia de Angola um districto denominado do Congo, comprehendendo os territorios que ficam entre o extremo septentrional do distr. de Loanda e a margem esquerda do Zaire até Ango-Ango, seguindo para leste o parallelo de Noqui até ao Cuango e os terrenos ao norte do Zaire, situados entre Cabo-Lombo e a fronteira das possessões francezas. Por decreto de 31 de maio de 1887 foi organisado o novo districto com séde em Cabinda (*V. este nome*). Pelo convenio de 25 de maio de 1891 fôram fixados os limites com o Estado Independente do Congo. Todos estes limites envolvem completamente os territorios de Cabinda, Molembo e Massabi, unicos que a conferencia de Berlim nos reconheceu ao N do Zaire. O antigo reino africano era tão grande que deu para tres: o Congo Belga, Francez e Portuguez. Neste houve a cidade de S. Salvador, de que apenas restam as ruinas da Sé e os vestigios de antigas fortificações. As missões no Congo teem tido notavel importancia. A de Landana, situada proximo da beira-mar é digna dos maiores elogios. A jurisdicção ecclesiastica do encravamento áquem Zaire do distr do Congo não pertence á diocese de Angola e Congo, mas sim á prefeitura apostolica do Congo, creada ha 40 annos pela Santa Sé e entregue á *Propaganda*. Esta situação de duas obediencias ecclesiasticas — Diocese de Angola, limitada a leste pelo Cuango e pelo Cunene — e Prefeitura Apostolica do Congo, entre o Cuango e o Cassai, entre o Cuneue e o Zambeze, além do encravamento, fórmam uma situação embaraçosa aos missionarios que todavia teem prestado bons serviços a Portugal e á civilisação. Falando-se em Cabinda, Cacongo, Nefoio, etc., a lingua fiate, lingua que poucas variantes tem até acima de Stanley-Pool, deve-se aos missionarios da Congregação do Espirito Santo a publicação de diversas obras com relação a esta lingua, entre as quaes citaremos: *Vocabulario da lingua d'Angoy* recolhido em Cabinda por Barbot; *Vocabulario Congo*, por Degrandpré; *Vocabulario congo*, pelo padre Capucin Jeronymo Merolla; *Ensaio d'uma grammatica congolense segundo a pronuncia cacongo ou malemba*; *Diccionario congo-francez*. Estas duas importantes obras fazem parte dos archivos da antiga missão do Luango (1765-1786), descobertos em 1887 pelo notavel padre Duparquet. *Grammatica da lingua fiate, relativa ao dialecto de Cacongo*, (1888) pelo reverendo padre Carrié, antigo superior da missão da Landana e actual vigario apostolico no Congo francez. *Grammatica da lingua fiate*, relativa ao dialecto do Luango, (1888) pelo reverendo padre Ussel. *Diccionario francez-fiate*, (1889) pelo reverendo padre Le Souet, missionario de Landana. *Grammatica fiate* (1889). *Diccionario francez-fiate* (1890) pelo reverendo padre Alexandre Visseg, antigo e muito illustrado missionario da Congregação do Espirito Santo. A'cerca do Congo pódem ler-se: *Um anno no Congo* por Jayme Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa Pimentel, Lisboa, 1899; *Colonias portuguezas*, por Ernesto de Vasconcellos, Lisboa, 1896. *Angola e Congo* por F. A. Pinto, Lisboa, 1888; *O Congo, seu passado, presente e futuro*, por Antonio José de Sousa Barroso, Lisboa, 1889

Congo. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do conc. de Ambaca, do mesmo distr. e prov. || Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, da mesma provincia

Congo (*Rio*). Assim se denomina modernamente o grande rio a que os portuguezes deram o nome de Zaire, corrupção de N'zadi (reunião de aguas ou aguas profundas) dos indigenas. V. *Zaire*

Congo de Ansulo. Pov. do conc. de S. Salvador do Congo, distr. do Congo, prov. de Angola.

Congo Camana. Pov. do conc. do Duque de Bragança, no distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, na margem esquerda do rio Lucalla, a 42 k. ao S. do presidio do Duque de Bragança.

Congo de Lemba. Pov. do conc. de S. Salvador do Congo, distr. do Congo, prov. de Angola.

Congo-Dia-Antino. Pov. do conc. de S. Salvador do Congo, distr. do Congo, prov. de Angola.

Congo Diacachi. Pov. do conc. de S. Salvador do Congo, distr. do Congo, prov. de Angola

Congo Dia-Acachi. Nove povoações do conc. de S. Salvador do Congo, distr. do Congo, prov. de Angola.

Congo-Di Acati. Duas povoações do conc. de S. Salvador do Congo, distr. do Congo, prov. de Angola

Congo-Di-Peveleca. Pov. do conc. de S. Salvador do Congo, distr. do Congo, prov. de Angola.

Congo Ialla. Tres povoações do conc. de S. Salvador do Congo, distr. do Congo, prov. d'Angola, || Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola.

Congosta. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro, || Santa Maria, de Fiães, conc de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Lamaçães, conc. e distr de Braga. || S. Pedro, de Valle, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Congostas. Povoações nas freguezias: S Matheus, de Brunheiro, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Lijó, conc de Barcellos, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Queijada, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Congregação. Reunião, assembléa; conselho dos lentes d'uma faculdade na Universidade. | *Congregação dos fieis;* a egreja catholica. | Companhia de religiosos submettidas á mesma regra. | *Congregação da Inquisição romana e universal do Santo Officio;* instituida por Paulo III. V. *Inquisição.* | *Congregação da Missão;* fundada em França, em 1625, por S. Vicente de Paula, foi introduzida em Portugal pelo padre José Gomes da Costa, que fundou uma casa em Lisboa em 1717 com a invocação de S. João e S. Paulo, no sitio de Rilhafolles. | *Congregação da Oliveira;* instituição fundada em 1679 pelo padre Antonio Leite d'Albuquerque; recebeu os seus estatutos da mão de fr. Antonio das Chagas; era uma ordem de terceiros sacerdotes, e foi estabelecida na freg. de Santa Eulalia de Oliveira, a meia legua do Porto. O seu fim era soccorrer os clerigos pobres, cegos e entrevados. | *Congregação das Covas de Monfurado;* fôram seus fundadores em 1725, os padres Balthazar da Encarnação e fr. Francisco da Cruz. Em 1713 tinham esses eremitas ido viver para as Covas de Monfurado, ao pé de Montemór-o-Novo. | *Congregação de Mariannos Conceicionistas;* era de terceiros franciscanos fundada na Polonia por fr. Estanislau de Jesus Maria, e foi introduzida em Portugal em 1725, por um polaco chamado Casimiro de S. José, que fundou a casa, unica que existiu n'este reino pertencente a esta regra, de N. S.ª de Balsemão, proximo á villa de Chaim, aggregando a si uns eremitas que viviam ali ha 20 annos. | *Congregação do Oratorio de S. Filippe Nery;* foi fundada em Roma em 1550 pelo florentino S. Filippe Nery, e introduzida em Portugal por Bartholomeu do Quental e pelo padre Francisco Gomes, que a estabeleceram na casa que os dominicos irlandezes possuiam nas Fangas das Farinhas, e que deixaram quando fôram para o Corpo Santo; mais tarde foi mudado para a egreja do Espirito Santo. A pouco e pouco foram fundando novas casas ou oratorios, como então se dizia, sendo a mais notavel a das Necessidades de Lisboa. Os congregados do Oratorio eram sacerdotes seculares muito eruditos, que disputavam aos jesuitas a educação da mocidade. | *Congregação do Senhor Jesus da Boa Morte;* fundada por fr. Balthazar da Encarnação em 1736. A unica casa que possuiu foi em Lisboa, no sitio Buenos Ayres.

Congressos. Reuniões diplomaticas formadas ou por soberanos ou pelos seus plenipotenciarios, e em que se trata de conciliar as differenças que se levantaram entre duas ou mais nações, ou de impedir um rompimento. Hoje tambem se chamam congressos a quaesquer reuniões, principalmente internacionaes, em que se debatem questões de interesse universal, como os congressos litterarios, agricolas, postaes, estatisticos, sanitarios, de imprensa, etc.

Congrogaxe. Pov. do distr. de D. Pedro V, no reino do Congo, a 22 k ao O do presidio de Bembe.

Conguedo. Pov. na freg. do Salvador, de Gandra, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Congune. Um dos dois braços do rio Inhaminingo, no distr. de Quelimane, prov. de Moçambique. A cerca de 33k. da foz une-se com o Messere ou Mecero, e fórma uma das boccas do Zambeze. O Congune é estreito, mas fundo. Termo medio, a sua profundidade regula por 3 m. | Pov. de negros do distr. de Sena, na prov. de Moçambique, entre os rios Mecero e Zambeze.

Conimbriga. V. *Condeixa-a-Velha.*

Conlella. Pov. de S. João Baptista, de S. João da Serra, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Conlellas. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Castrellos, conc. e distr. de Bragança.

Conopuyte. Confluente da margem direita do rio Zaire, no distr. de Cabinda, reino do Congo, a pequena distancia das feitorias de Porto da Lenha.

Conoquirém. Aldeia da circumscripção militar de Cotorém, prov. de Satary, dtstr. de Gôa, na India.

Conoscem. Pov. da prov. de Pondá, 3.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. das Ilhas de Gôa, arceb. de Gôa, na India.

Conqueiros. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro. | S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, do mesmo distr. | S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja. | S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco. | O Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e distr. de Leiria.

Conquelo. Pov. do conc. de S. Salvador do Congo, distr. do Congo, prov. de Angola.

Conquirem. Pov. da prov. de Satary, 2.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, na India.

Conraria. Pov. na freg. de S. Estevão, de Castello de Viegas, conc. e distr. de Coimbra.

Conrsalem. Torofo da prov. de Satary, 2.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, na India.

Consciencia (*Padre Manuel da*). Natural de Lisboa. Depois de cursar com distincção os estudos menores, frequentou a Universidade de Coimbra, onde obteve o grau de licenceado em Direito Civil. Abraçou o estado ecclesiastico, ordenando-se de presbytero, e entrando na congregação do Oratorio de Lisboa a 2 de fevereiro de 1698. Fal. a 26 de março de 1739. Consagrou toda a sua vida ao estudo, escrevendo grande numero d'obras todas moraes e asceticas, muito apreciadas pelos seus contemporaneos, e cuja descripção se póde vêr no *Diccionario bibliographico*, vol. v e xvi, e na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. iii, pag. 229. Para a sua biographia póde vêr-se os *Estudos biographicos*, de Canaes, pag. 241.

Conselheiro. Membro ou vogal de certos corpos collectivos superiores ou tribunaes, como *conselheiro de Estado, conselheiro do tribunal de contas,* do *conselho de guerra,* do *conselho de fazenda,* do *conselho ultramarino,* etc. | O que tem carta de conselho, diploma honorifico, pelo qual o rei confere o titulo de conselheiro. Por decreto de 12 de julho de 1801 foi conferido o titulo de conselheiro aos vereadores da camara municipal de Lisboa.

Conselho. Corpo collectivo superior, tribunal. Designação de varios corpos consultivos, juntos ás differentes repartições da administração publica para consultarem sobre negocios da sua competencia: *Conselho de saude, conselho de beneficencia, conselho geral das alfandegas.* | *Conselho de Estado:* corpo de nomeação regia, formado de

pessoas eminentes do paiz, tanto na administração publica, como nas differentes posições sociaes, e que tem de ser consultado em todos os actos do poder moderador, menos na escolha dos ministros. Foi el-rei D. Sebastião quem instituiu o conselho de Estado em Portugal, pelo alvará, datado de Leiria a 7 de setembro de 1569. Depois do estabelecimento do regimen constitucional, teve uma secção administrativa, destinada a resolver as questões do contencioso. Essa secção foi depois separada do conselho de Estado em 1876, e constituida em tribunal independente com o nome de Supremo Tribunal Administrativo. || *Conselho de ministros*: reunião dos ministros de Estado das diversas repartições para resolverem sobre assumptos de governação. || *Conselho de districto:* corpo consultivo, electivo, que se reunia na séde de cada districto, para superintender nos assumptos municipaes, orçamentos, etc. || *Conselho de Guerra:* tribunal militar de primeira instancia em cada uma das divisões militares. Foi instituido por D. João IV por decreto de 11 de dezembro de 1640. Não tinha attribuições judiciaes, como teem os actuaes conselhos de guerra, mas tinha um encargo de fiscalisação e de direcção. || *Conselho ultramarino*: foi creado por D. João IV, pelo alvará de regimento de 14 de julho de 1642, e decreto de 14 de janeiro de 1643. Occupava-se de todos os negocios relativos ás colonias. Era um tribunul onde só tomavam assento os homens mais altamente collocados do paiz. Este tribunal foi extincto por decreto de 30 de agosto de 1832. O actual conselho ultramarino creou-se por decreto de 23 de setembro de 1851, e se lhe deu o regimento pelo decreto de 29 de dezembro de 1852. Foi instituido para coadjuvar o governo com as luzes e pratica, necessarias em todos os negocios da importante repartição do ultramar, e ficou extincto por decreto de 23 de setembro de 1868, sendo substituido pela junta consultiva do ultramar, passando o julgamento das contas do ultramar para o tribunal de contas. || *Conselho superior de instrucção publica:* a Junta directoria Geral dos Estudos e Escolas d'estes reinos, que tinha a sua séde em Coimbra junto da Universidade, foi por decreto de 7 de setembro de 1835 substituida pelo Conselho Superior de Instrucção Publica, o qual devia funccionar em Lisboa, junto do governo. Succedeu, porém, que logo nos fins d'esse anno ficou suspensa a execução do decreto que o creara. Por decreto de 15 de dezembro de 1836 foi a Junta directoria Geral dos Estudos transformada em Conselho Geral Director do ensino primario e secundario, com a sua séde em Coimbra. Em maio de 1843 foi proposta ua camara electiva a creação de um Conselho de Instrucção Publica em Lisboa, mas pelo decreto de 20 de setembro de 1844 foi substituido o Conselho Director de 1836 pelo Conselho Superior de Instrucção Publica, que ficou permanecendo em Coimbra. Na sessão de 16 de abril de 1859 apresentou o ministro do reino, uma proposta de lei, pela qual era extincto o Conselho Superior de Instrucção Publica, e creada a Direcção Geral de Instrucção Publica, junto ao ministerio da reino, e por consequencia, com assento em Lisboa. Esta proposta foi convertida em lei de 7 de junho do mesmo anno de 1859, pela qual foi extincto o Conselho Superior de Instrucção Publica, e creado um Conselho Geral de Instrucção Publica, presidido pelo ministro do reino, com a sua séde em Lisboa, e funccionando junto ao ministerio respectivo. Este conselho foi extincto por decreto de 14 d'outubro de 1863, e substituido por uma Conferencia Escolar, composta de delegados escolhidos no principio de cada anno, parte pelas corporações litterarias e scientificas, parte pelo governo. Pelo decreto de 14 de dezembro de 1869 ficou revogado o de 14 de outubro de 1868, e creada uma Junta Cousultiva de Instrucção Publica, composta de 6 vogaes nomeados pelo governo, e presidida pelo ministro do reino. Pelo decreto de 22 de junho de 1870 passou a direcção geral da instrucção publica, estabelecida no ministerio do reino, a constituir uma secretaria de estado especial, com a designação de Ministerio dos Negocios de Instrucção Publica, o qual foi supprimido pelo decreto de 27 de dezembro do referido anno de 1870. A carta de lei de 25 de maio de 1854 creou junto ao ministerio do reino um Conselho Superior de Instrucção Publica, dividido em duas secções, uma de nomeação regia, outra de eleição. A secção de nomeação regia ou secção permanente, compõe-se de 12 vogaes habilitados para entenderem nos negocios geraes do ensino e escolhidos de entre professores, effectivos ou jubilados, ou de individuos que hajam exercido com distincção funcções de administração de instrucção publica no ministerio do reino, ou sejam notaveis por merito relevante scientifico ou litterario. A secção de eleição compõe-se de delegados da Universidade, das escolas medico-cirurgicas de Lisboa e Porto, e d'outras repartições scientificas. || *Conselho de familia:* reunião de parentes ou amigos presidida pelo juiz de direito ou dos orphãos, para regular os interesses dos menores ou dos interdictos e julgar as causas de separação de conjuges.

Conservador. Pessoa que guarda, conserva, defende e protege pessoas ou cousas. || *Juiz conservador* era o magistrado que conservava e fazia guardar os privilegios d'alguma corporação ou dos estrangeiros. || *Conservador* dos archivos e bibliothecas, official encarregado da conservação das medalhas, manuscriptos, livros, etc.

Conservatorio Real de Lisboa. Em 1835, o governo, pretendendo promover a arte da musica, e fazer aproveitar os talentos que para ella appareciam, *maiormente no grande numero de orphãos que recebem educação na Casa Pia*, decretou em 5 de maio que o *seminario da extincta Egreja Patriarchal* fôsse substituido por um *conservatorio de musica*, que houvesse de ser estabelecido na Casa Pia. As aulas seriam publicas e francas para alumnos externos, de um e outro sexo. Não sómente se ensinaria a musica propria dos officios divinos, como a profana, incluindo o estudo das peças do theatro italiano. Dentro do conservatorio haveria um collegio de 12 até 20 estudantes pobres, sustentados pelo estabelecimento, tendo preferencia os que estivessem mais adeantados no seminario. Afóra estes, seriam admittidos os orphãos e orphãs da Casa Pia, que maior talento e propensão mostrassem para a musica. O cartorio de musica, que provisoriamente havia passado do Seminario para a Bibliotheca Publica, devia formar parte do cartorio d'este estabelecimento, que aliás seria augmentado pelo director geral com todas as peças notaveis dos autores modernos, assim nacionaes como estrangeiros. A

direcção scientifica ou artistica do estabelecimento era confiada ao professor João Domingos Bomtempo, e a direcção economica ficava a cargo do administrador da Casa Pia, Antonio Maria Couceiro. Em 28 de setembro de 1836 foi Almeida Garrett, depois visconde do mesmo titulo, encarregado pelo ministro do reino, Manuel da Silva Passos, de elaborar e propôr ao governo um *plano para a fundação e organisação do theatro Nacional de Lisboa*, devendo ao mesmo tempo informar ácerca das providencias para effectuar os melhoramentos possiveis dos theatros existentes. Do plano elaborado por Almeida Garrett, resultou o decreto de 15 de novembro de 1836, pelo qual foi creada a *inspecção geral dos theatros*, e simultaneamente estabelecido um *Conservatorio Geral da Arte Dramatica*. A inspecção geral era sujeita ao secretario de Estado dos negocios do reino, e confiada a pessoa de reconhecido prestimo, e de conhecimentos especiaes n'este ramo. Nas disposições do decreto dizia-se que o conservatorio da arte dramatica era dividido em tres escolas. 1.ª a escola dramatica propriamente dita, ou de declamação; 2.ª escola de musica; 3.ª a escola de dança, mimica e gymnastica especial. N'este estabelecimento ficaria incorporado o *Conservatorio de musica*, erecto na Casa Pia em 1835. O decreto de 12 de janeiro de 1837 ordenou que os *Conservatorios de Musica e de Arte Dramatica fôssem estabelecidos no extincto convento dos Caetanos*. O respectivo regulamento foi tambem redigido por Garrett, e apresentado ao governo em 24 de novembro de 1838, sendo approvado e mandado observar por decreto de 27 de março de 1839. Por decreto de 4 de julho de 1840 foi conferida ao Conservatorio Geral da Arte Dramatica a denominação de *Conservatorio Real de Lisboa*, com as honras e preeminencias que n'este reino pertencem ás academias reaes. O decreto commemora o facto de ter el-rei D. Fernando acceitado a presidencia do conservatorio, que lhe fôra offerecida por unanime acclamação; commemorando tambem a satisfação da rainha D. Maria II pelos illustrados e zelosos serviços de Almeida Garrett, e os dos litteratos e artistas que compunham este instituto. No entretanto a escola de musica desenvolvia-se notavelmente; numerosos e bons alumnos, dirigidos com zelo e boa vontade, faziam rapidos progressos. Em 29 de maio de 1840 deu o Conservatorio uma festa publica no theatro do Salitre, para celebrar o nome d'el-rei D. Fernando. Imprimiu-se o programma, que constava de 3 partes, todas muito importantes, compostas de declamação e de diversos trechos da musica e de dança. Esta festa produziu grande impressão no publico, sendo principalmente elogiada a escola de musica pelo adeantamento dos seus alumnos. Depois da apresentação publica dos alumnos do Conservatorio, trabalhou-se na publicação dos novos estatutos, feitos por Garrett, que fôram approvados pelo decreto de 24 de maio de 1841. A politica, porém, fizera com que Almeida Garrett se encontrasse a braços com inimigos, que propozeram a suppressão do Conservatorio como medida economica. Esta proposta occasionou grandes polemicas no parlamento, em que Garrett proferiu o celebre discurso *da discussão da lei da decima*. Comtudo, o Conservatorio seria totalmente extincto, se não acudisse toda a Academia em defeza d'aquelle instituto com uma extensa representação, que tem a data de 27 de julho de 1841, assignada por grande numero de pessoas do maior conceito, pelo que o governo se viu obrigado a ceder. Para destruir o pretexto da economia, acompanhava a representação um projecto de orçamento que reduzia muito a despeza total do estabelecimento, o qual serviu como base para futuras determinações governamentaes. Ainda assim, Garrett, por decreto de 16 de julho do referido anno, foi exonerado dos logares que exercia na inspecção geral dos theatros e espectaculos nacionaes, e no Conservatorio Real de Lisboa, e bem assim de chronista mór do reino, para os quaes tinha sido nomeado na conformidade dos decretos de 22 de novembro de 1836 e 20 de dezembro de 1838. Garrett ainda trabalhou alguns mezes a favor da sua obra, mas desprestigiado e vencido pelas contrariedades, abandonou-a por fim. Havia proposto á academia do Conservatorio, na sessão de 9 de maio, que se realizasse uma sessão plena extraordinaria, consagrada a honrar a memoria dos socios fallecidos; já depois de exonerado recommendou vivamente a sua proposta, de que resultou nomear-se uma commissão de que fez parte Bomtempo, juntamente com Garrett, Castilho, Varnhagen, Oliveira Marreca e outros. A grande sessão realizou-se na sala dos actos da Escola Polytechnica, em 21 de dezembro de 1841. Foi a ultima solemnidade do Conservatorio em que Garrett tomou parte. Uma das disposições de Garrett, começada a executar-se mas que não teve seguimento, foi a publicação das *Memorias do Conservatorio*, e do jornal *Revista do Conservatorio Real de Lisboa*. Aquelle instituto importantissimo caiu desde então em decadencia; a sociedade dissolveu-se, subsistindo apenas as aulas de musica, que se conservaram funccionando regularmente com bom resultado. O governo, além da reducção que fizera na dotação em novembro de 1841, ainda lhe deu maior córte, por decreto de 27 de novembro de 1842 fixando a em 4:834$000 réis. O quadro dos professores da escola de musica ficou reduzido a um director, professor de piano e composição, professor de canto para ambos os sexos, professor de rudimentos e 4 professores de instrumentos diversos. No entretanto, como escola de musica, o Conservatorio continuou prestando bons serviços. Todos os annos havia exercicios publicos, em que os alumnos davam as suas provas de aproveitamento. Aos exercicios realisados em 10 e 13 de setembro de 1845 concorreram 50 alumnos, formando uma orchestra e coro. Durante este periodo fôram directores do Conservatorio successivamente Joaquim Larcher, Antonio Pereira dos Reis e o marquez de Fronteira, que nenhuma influencia conhecida exerceram. Foi então nomeado o conde Farrobo, por decreto de 3 de outubro de 1848, que apezar de seu grande empenho em dar ao Conservatorio o maior brilhantismo, luctou com difficuldades, e nada conseguiu; vendo infructiferas todas as diligencias, com quanto continuasse a ser nominalmente director, nunca se importou com o desempenho do seu cargo. A sua administração foi uma constante delegação no secretario da inspecção geral dos theatros, D. Carlos da Cunha Menezes. O Conservatorio tem tido varias refórmas, realisando-se a ultima em 1901.

Conservatorio Real de Lisboa *(Medalha*

do). Em 1840 foi cunhada uma medalha para premiar os alumnos do Conservatorio: CONSERVATORIO REAL DE LISBOA, escudo das armas portuguezas. No reverso uma lyra com ramos de louro, e em volta: PREMIO DA ESCOLA DE MUSICA.

Conside. Montanhas na prov. de Gôa, na India.

Consistorio concellado. No reinado de D. Affonso III se praticou este consistorio, que constava do mesmo soberano presidente, e de um grão chanceller, referendario dos sellos da puridade. Assim consta de muitas doações, graças e sentenças, passadas em *consistorio concellado* definitivamente, com accôrdo e voto do grão chanceller Estevão Eanes, que fazia as vezes de primeiro, e de D. fr. Affonso Pires Farinha, que fazia o officio de conde palatino e secundicerio. Ambos estes assistiam ao rei no despacho da justiça; porém ao da graça, e mercê assistia só com o principe o grão chanceller por ser este o maior ministro e referendario dos sellos da puridade e escrivão d'ella. Ainda foi grão chanceller D. João da Silveira, 1.º barão d'Alvito, em tempo de D. João II, em que se acham alguns vestigios do antigo consistorio concellado, mas com as formalidades com que se praticava no reinado do conde de Bolonha.

Conso. Pov. do conc. de S. Salvador do Congo, distr. do Congo, prov. de Angola.

Consolação. Povoações nas freguezias: S. Leonardo, de Athouguia da Baleia, conc. de Peniche, distr. de Leiria. ‖ O Salvador, de Nogueiró, conc. e distr. de Braga. ‖ Quinta na freg. de S. Bartholomeu, da Castanheira, conc. de V. Franca de Xira, distr. de Lisboa. ‖ Pequeno promontorio, da prov. da Estremadura, conc., freg. e 3 k. do S da praça de Peniche. Fica a 6 k. ao S de Baleal, e é formado da mesma rocha calcarea d'este ilhote.

Constança *(D.).* Infanta de Portugal, filha de D. Sancho I e da rainha D. Dulce. N. em Coimbra em maio de 1182, e fal. solteira na mesma cidade em 1202. Nada mais se sabe a seu respeito.

Constança *(D.)* Infanta de Portugal, filha d'el-rei D. Diniz, e rainha de Castella, por ter casado com Fernando IV, soberano d'aquelle reino. Foi mãe de Affonso XI, rei de Castella. Por morte de seu marido em 1312, ficou regente em nome de seu filho, mas pouco tempo sobreviveu, fallecendo em 1313.

Constança *(D.).* Rainha de Portugal, casada com D. Pedro I. Era filha do principe castelhano D. João Manuel, escriptor notavel, politico habil, e valente general. D. Constança teve uma existencia curta, mas aventurosa. Seu pae, depois de ter tido longas discordias com o rei de Castella Affonso XI, fez emfim as pazes com elle, e uma das condições era que o rei de Castella casaria com sua filha. Na verdade, D. Constança, foi para Valladolid, e a cerimonia realisou-se, mas o casamento não se consummou, por ser a noiva ainda muito creança. Affonso XI, apenas se viu livre do seu irrequieto vassallo, repudiou D. Constança, e prendeu-a em Toro para a ter como refens contra a colera de seu pae, e casou com a infanta de Portugal D. Maria, ao mesmo tempo que D. Pedro, filho e herdeiro de D. Affonso IV, de Portugal, casou com a infanta de Castella D. Branca, mas tornando-se este consorcio infecundo, resolveu divorciar-se de sua mulher, e escolher para noiva a propria D. Constança, filha de D. João Manuel, repudiada por Affonso XI de Castella (V. *Affonso IV*). D'este facto resultou uma renhida guerra entre Portugal e Hespanha; D. Constança achava-se presa, porque Affonso XI não a deixara partir para Portugal, quando, já depois de ajustado o casamento e dos necessarios preparativos, se devia realisar a cerimonia nupcial. A guerra foi devastadora, que terminou finalmente em 1340, podendo então D. Constança partir para Portugal. O infortunio continuava a perseguil-a, porque uma das suas damas que a acompanhava, era D Ignez de Castro, por quem seu marido se apaixonou (V. *Ignez de Castro, D.*). Os desgostos que lhe causaram estes amores abreviaram-lhe a existencia. Uma estrella fatal lhe acarretara uma vida de infortunios; fôra repudiada vilmente pelo seu primeiro marido, causa innocente d'uma guerra implacavel soffrera a prisão, e por ultimo, julgando que poderia viver socegada como rainha de Portugal, ella propria trouxera no seu sequito a formosa dama, que se apoderara do coração de seu marido. A desditosa princeza falleceu em Santarem, depois de cinco annos de casada. Do seu casamento com D. Pedro, nasceu o principe, que f i D. Fernando I.

Constança Sanches *(D).* Filha bastarda de D. Sancho I. N. em Coimbra em 1204. Entrou como religiosa no mosteiro das Donas de Coimbra, foi muito devota de Santo Antonio, seu contemporaneo, a quem erigiu uma capella na egreja de Santa Cruz, logo depois da sua canonisação. Falleceu em 1269 a 8 de agosto, e foi enterrada em Santa Cruz. El rei D. Manuel mandou trasladar os seus ossos para o tumulo de D. Sancho I, seu pae.

Constance. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Douro, conc. e com. de Marco de Canavezes, distr. e bisp. do Porto; 848 hab. e 216 fog Tem correio com serviço de posta rural. Até 1855 oi do conc. de Santa Cruz, que n'esse anno ficou extincto, passando depois para o de Marco de Canavezes. O bispo do Porto apresentava o abbade d'esta freguezia, por concurso synodal. E' aqui a quinta do Paço de Soutêllo, que foi da rainha D. Mafalda, mulher d'el-rei D. Affonso Henriques, e fundadora das Caldas de Canavezes. A terra é fertil em azeite, vinho e centeio. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Constancia. Villa da prov. da Estremadura, séde de conc., julgado municipal, com. de Abrantes, distr. de Santarem, bisp. de Portalegre. Tem uma só freg., S. Julião e está situada na encosta d'um monte, estendendo-se por uma collina verdejante, na confluencia do rio Zezere com o Tejo. Foi fundada pelos romanos, 100 annos antes de Christo, com o nome de *Pugna-Taje* (Combate do Tejo), segundo alguns autores, em memoria d'uma grande batalha que os lusitanos ali tiveram, e segundo outros, por ser frequentes vezes invadida pelas arrebatadas ondas do Tejo. Gonçalves Mendes da Maia, o *Lidador*, a conquistou aos moiros em 1150, degenerando então o seu primitivo nome em *Pugnete* ou *Punhete:* esta denominação se conservou até que, por ser mal soante, foi substituida pelo nome de *Constancia* ou *V. N. de Constancia*, como tambem é conhecida, por decreto de 7 de dezembro de 1836, que lhe dá o ti-

tulo de *notavel*. Foi el-rei D. Sebastião que em 1578 a elevou á categoria de villa, mas parece que nunca teve foral. Suppõe-se que esteve aqui desterrado o poeta Luiz de Camões pelos annos de 1548 a 1550, por causa dos seus amores com D. Catharina de Athaide. Perto de Constancia se construiu uma ponte magnifica sobre o Tejo, no caminho de ferro de Léste, ficando-lhe quasi contigua a est. da Praia. Esta ponte foi começada em junho de 1861, e já a 19 de agosto de 1862 por ali passou a primeira locomotiva; está assente sobre 5 e solidos pilares de cantaria, com 20 m. de altura, e 550 de extensão. Depois das costumadas experiencias ficou aberta á viação publica a 7 de novembro do referido anno. Sobre o rio Zezere tambem se construiu em 1890 por conta das obras publicas outra ponte, que assenta sobre dois pilares de cantaria, e faz parte da estrada real. Tem de comprimento 182 m. e de altura 19. Em janeiro e fevereiro de 1872 houve em Constancia tão grandes cheias, que a agua, segundo dizem, chegou aos segundos andares dos predios, causando graves prejuizos; um estaleiro, situado

Vista geral de Constancia

na margem do rio Zezere, ficou todo coberto de agua. A villa tem egreja da Misericordia e hospital, sendo este reconstruido em virtude d'um legado importante que D. Maria Balbina Franco deixou em seu testamento, para o sustento dos doentes e pessoas necessitadas do concelho. E' um bom e amplo edificio com excellentes condições hygienicas. A egreja matriz é espaçosa, de construcção antiga, talvez de tres seculos, mu to elegante, tendo magnificos trabalhos em marmore; tem seis altares lateraes, alguns guarnecidos de marmore preto, havendo tambem a capella do Santissimo, e o baptisterio ao lado do Evangelho. Na capella-mór, muito espaçosa, encontram-se egualmente valiosos trabalhos em marmore branco e preto. A torre, de solida construcção em cantaria, é o ponto mais elevado da villa, d'onde se desfructa um lindo panorama. Esta egreja soffreu muito com a invasão dos francezes, no principio do seculo passado, porque os francezes ali estabeleceram estalagem, levando o vandalismo a ponto de não respeitarem sequer as imagens, com que faziam fogueiras em varios pontos. A egreja foi depois reparada. O magnifico orgão, que ainda se conserva, foi construido em 1828 por Xavier Machado e Cerveira; a expensas da junta de parochia e de alguns benemeritos, fôram restaurados o tecto e o telhado nos annos de 1897 a 1899 No tecto collocou-se um grande quadro a oleo, trabalho do conhecido pintor José Malhôa. Constancia pertence á 4.ª div. mil., 7.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. L.; feira chamada de N. S.ª dos *Martyres*, a 3 e a 5 de agosto, que se realisa na praça publica; hospedarias, medico, pharmacia, notario, agencias bancarias e do *Banco Economia Portugueza*, agencia das companhias de seguros: *Internacional*, *La Unión y El Phenis Español*, *Previdencia* e *Tagus*; theatro, sociedades de recreio: *Club Constanciense*, *Sociedade Philarmonica 1.º de Dezembro*, *Sociedade Dramatica União Recreativa*, e *Troupe Antonio Maria Chéu*. N'esta villa existem abundantissimas e boas aguas; não muito longe do rio Zezere ha uma fonte de agua ferrea, fria, que n'outro tempo foi muito recommendada; são duas nascentes situadas nas propriedades dos importantes lavradores José Eugenio Nunes Godinho e dr. Zeferino Falcão, que cedem as aguas gratuitamente. A respeito d'estas nascentes ha escripto o seguinte: *Noticia analytica das aguas ferreas da villa de Punhete*, por Candido Antônio de Oliveira e Silva, Lisboa, 1799; *Topographia Medica de Constancia*, por Francisco Ignacio dos Santos Cruz, publicado nos *Annaes do conselho de saude publica do reino*, Lisboa, tom. IV, pag. 270. Na quinta da Caparcira d'esta villa, tambem existe uma fonte de agua sulfurosa, que dizem ser applicada com proveito nas doenças de olhos e de pelle. Muito proximo da villa está a Escola Pratica de Engenharia, e quando ali se conservam os contingentes de Lisboa que vão a exercicios, a villa é muito frequentada pelos officiaes, sargentos e soldados. Constancia é uma das mais pittorescas povoações do Ribatejo, extensa e arida, composta de lezirias, onde pastam constantemente as grandes manadas de gado bravo. A um lado fica-lhe o castello de Almourol. O conc. compõe-se de tres freguezias, com 787 fog. e 2:963 hab., sendo 1:305 do sexo masc. e 1:658 do fem., n'uma superficie de 8:304 hect. A villa dista 45 k. da capital do districto. As freguezias são: S. Julião, de Constancia, 1:014 hab.: 444 do sexo masc. e 570 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Mont'Alto, 765 hab.: 367 do sexo masc. e 398 do fem.; Santa Margarida da Coutada, 1:184 hab.: 491 do sexo

masc. e 690 do fem. Este conc. foi supprimido e annexado ao de Abrantes, por decreto de 21 de novembro de 1895, mas foi restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. O seu principal commercio é azeite, vinho, cereaes, legumes, laranjas, azeitonas e marmellos.

Constancio (*Francisco Solano*). Doutor em medicina, escriptor, deputado, etc. N. em Lisboa em 1772, fal. em Paris a 21 de dezembro de 1846. Era filho de Manuel Constancio, professor de anatomia muito considerado; irmão mais velho de Pedro José Constancio (V. *estes nomes em seguida*). Tendo sido mandado em 1791 com outros pensionistas pelo governo de D. Maria I estudar medicina no estrangeiro, frequentou as escolas de Paris, Londres e Edimburgo, tomando n'esta ultima o grau de doutor. Em 1800 veiu para Lisboa, onde viveu até 1808, anno em que se viu obrigado a emigrar, por se ter declarado abertamente partidario dos francezes. Estabeleceu então residencia em Paris, depois de percorrer a Hespanha, França, Inglaterra, Escossia, Paizes Baixos, Allemanha, Italia e America do Norte. Em 1820 foi eleito deputado ás côrtes constituintes, e durante e regimen liberal exerceu o cargo de encarregado de negocios nos Estados Unidos do Brazil. Casou em Paris com Maria Julia Basillie. Emquanto esteve em Edimburgo, escreveu uma obra com o titulo de *Ghost*, que teve grande acceitação em Inglaterra. Na *Gazeta Medica de Lisboa*, tomo VI, 1858, n.º 126, vem publicada a sua biographia, escripta pelo dr. Rodrigues de Gusmão. Escreveu: *Observador Lusitano em Paris, ou collecção litteraria, politica e commercial*, Paris, 1815; começou em janeiro d'este anno o terminou em abril, saindo só 4 numeros, que fórmam um volume com 658 pag.; *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras, por uma Sociedade de Portuguezes, residente em Paris*, Paris, 1818 a 1821, 16 tomos; *Novo Diccionario portatil das linguas portugueza e franceza recopilado dos melhores lexicographos das duas nações*, etc., Paris, 2 tomos; não sabemos a data da 1.ª edição, mas a da 2.ª foi em 1818, e a 3.ª em 1828; ainda teve depois algumas reimpressões; *Des principes de l'Economie politique, et de l'impôt, par Mr. David Ricard, traduit de l'anglais, avec des notes explicatives et critiques par Mr. J. B. Say*, Paris, 1819, 2 tomos; *Principes l'Economie politique, considerées sous le rapport de leur application pratique, par Malthus, traduit de l'anglais*, Paris, 1820, 2 tomos; *Nova Grammatica da lingua franceza, offerecida aos portuguezes e brazileiros*, Paris, 1831; *Grammatica analytica da lingua portugueza, offerecida á mocidade estudiosa de Portugal e do Brazil*, Paris, 1831; *Grammaire portugaise, á l'usage des français, qui veulent apprendre le portugais*, Paris, 1830; *Novo Mestre inglez, ou grammatica da lingua ingleza, ensinada em 25 lições*, Paris, não sabemos a data da edição; fez-se outra em Lisboa, em 1851, e em Macau em 1841; *Novo Diccionario critico e etymologico da lingua portugueza, precedido d'uma introducção grammatical*, Paris, 1836; 2.ª edição em 1844; houve ainda 3.ª e 4.ª sendo esta ultima em 1852; *Curso completo de cirurgia theorica e pratica, por Benjamim Bell, traduzido em vulgar, e adornado de estampas*, Lisboa, 1804, 6 tomos; *Remontrances des négotions du Brésil contre les insultes faits au pavillon portugais par les officiers de la marine anglaise, traduites du portugais*, Paris, 1814; *Armazem de conhecimentos uteis nas artes e officios, ou collecção de tratados, receitas, e invenções de utilidade publica*, Paris, 1838; *Historia do Brazil desde o seu descobrimento por Pedro Alvares Cabral, até á abdicação do imperador D. Pedro I*, Paris, 1839, 2 tomos, com um mappa do Brazil. Traduziu em francez e publicou em Paris, em 1831, sem o seu nome, o *Ensaio historico politico sobre a constituição e governo do reino de Portugal*, por José Liberato Freire de Carvalho. Dirigiu e reviu a edição das obras de Filinto Elysio, em 2 volumes, para a qual escreveu um discurso preliminar.

Constancio (*Manuel*). Lente de Anatomia no Real Hospital de Todos os Santos, cirurgião da Casa Real, das tropas do marquez de Marialva na guerra de 1762, etc. N. em Sentieiros, junto a Sardoal, em 1725, onde tambem falleceu em julho de 1817. Era filho de lavradores pouco abastados. Tendo estudado em Abrantes as primeiras letras e latim, e desejando dedicar-se á cirurgia, principiou a praticar no hospital d'essa villa. A cirurgia, porém, era então exercida por pessoas de limitados conhecimentos cirurgicos, o que originava enganos e erros devidos á ignorancia e não aos abusos de quem os praticava, de que resultavam ás vezes graves consequencias. O marquez de Pombal quiz terminar com esta irregularidade, e convidou o cirurgião-mór do exercito francez Pedro Dufan a reger uma cadeira de anatomia, que se inaugurara no hospital de Todos os Santos. A nomeação de Dufan tem a data de 2 de março de 1750. Apenas se installou o curso, Manuel Constancio correu a matricular-se; manifestando grande vocação, dedicou-se ao estudo com toda a dedicação, que se tornou o discipulo dilecto de Dufan, e foi tal o seu aproveitamento, que tendo este de se ausentar de Lisboa, o recommendou ao governo para o substituir na regencia da cadeira. Pedro Dufan foi jubilado por decreto de 25 de junho de 1764, e Manuel Constancio teve a nomeação de lente effectivo de anatomia, por decreto de 24 de novembro do referido anno. Nos seus discipulos contam-se muitos que mais tarde se distinguiram como cirurgiões. Manuel Constancio regeu a sua cadeira por muitos annos, até ser jubilado, em 1805, quando contava 80 annos de edade; foi sempre muito considerado pelo seu talento, illustração e methodo claro do ensino da cirurgia, pela qual era enthusiasta. Affirma-se que foi elle quem, por seu amor á sciencia e á profissão, n'esses tempos em que se não ligava importancia aos medicos, que eram tratados como simples mestres da arte de curar, conseguiu nobilitar a classe, e que pela sua influencia junto á rainha D. Maria I, solicitou e obteve que alguns dos seus discipulos fossem estudar e aperfeiçoar-se em França e em Inglaterra. Em 1791 mandou aquella soberana ao estrangeiro nove dos discipulos, indo tres estudar nos hospitaes de Londres, e os outros seis com egual fim para Edimburgo. Estas viagens scientificas tiveram em mira crear professores competentes para a Escola de Lisboa que, por iniciativa de Constancio, D. Maria I pretendia reformar e ampliar. O curso regido por Manuel Constancio, que no dizer dos historiadores deve ser considerado como o restaurador dos estudos anatomicos em Portugal, foi o mais perfeito. Todos os cirurgiões que entre nós floresceram no principio do seculo passado, foram disci-

pulos do grande professcr, cujo ardente desejo era collocar a sua escola á altura das melhores do estrangeiro. Escreveu uma *Postilla de anatomia*, pela qual ensinou. Segundo seu filho Francisco Solano Constancio, era talvez o *mais disposto compendio*, que então se conhecia, mas não foi impresso. Do seu manuscripto consta que se fizeram muitas copias. Depois de ser jubilado, retirou se muito mais da vida activa, e recolhendo se á sua quinta de Sentieiros, proximo do Sardoal, ali falleceu.

Constancio *(Pedro José)*. Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra N. em Lisboa em 1778, fal. em Elvas em 1818. Era filho de Manuel Constancio, lente de anatomia no Hospital Real de Todos os Santos, irmão do medico Francisco Solano Constancio. Recebeu ordens menores, e teve um beneficio n'uma egreja de Cintra. Escreveu algumas poesias, que se imprimiram e andam incorporadas em diversos opusculos: *Epistola a M. M. de B. du Bocage;* vem a pag. 53 do folheto publicado por este em 1805, sob o titulo de *A virtude laureada ; Dois sonetos ao mesmo*, a pag. 52 e 53 da *Collecção dos novos improvisos de Bocage*, em 1805; *Canção á morte do mesmo*, n'uma *Collecção de poesias*, que a este assumpto se imprimiu em 1806. No *Romancista*, jornal publicado em 1839, tambem se encontra um dos seus sonetos, a pag. 179, etc. Balbi, no *Essai Statistique*, tomo II, pag. 168, classifica-o de *poeta muito distincto*, e diz, que deixara traduzidas muitas odes de Horacio, e uma versão da tragedia *Catilina*, de Voltaire.

Constantim. Freguezia annexa á de Cicouro. V. *Cicouro e Constantim.*

Constantim. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com. e distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 609 hab. e 144 fog. Tem escola para ambos os sexos e est. post. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie um pouco elevada, junto d'uma pequena ribeira. Era do Infantado. O conde D. Henrique a povoou, dando-lhe foral em 1096, com todos os privilegios de Guimarães. Os frades cruzios do convento de Caramôs apresentavam o abbade, que tinha de rendimento 93$000 réis. A terra é pouco fertil, mas cria bastante gado, e ha aqui muita caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. || Serra do distr. de Bragança, proximo da pov. do mesmo nome. Tem 3 k. de extensão e 899 m. de altura.

Constantina. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. d'Ancião, distr. de Leiria.

Constantino. *Rei dos floristas*. Assim era conhecido José Marques de Sampaio e Mello. V. *Sampaio e Mello*.

Constantino (*Manuel*). Bacharel formado em Philosophia pela Universidade de Coimbra, e em theologia pela de Salamanca. N. no Funchal, e fal. a 28 de novembro de 1614. Foi professor de Philosophia no Collegio da Sapiencia de Roma, desde 1588. Obteve muitos beneficios rendosos, e uma pensão no mestre-escolado da cathedral de Evora. Falleceu em Roma. Escreveu e publicou em latim uma *Historia da ilha da Madeira*, uma *Historia dos reis de Portugal*, e mais umas orações funebres, discursos congratulatorios, etc.

Constituição. Chama-se assim a lei fundamental do paiz, que determina a natureza e as funcções do governo, o conjuncto dos direitos e deveres do povo. Conjuncto das leis e regulamentos antigos n'uma ordem de cousas politicas, civis ou religiosas. Uma constituição é geralmente uma carta escripta, um pacto entre a nação e o governo, representado, por exemplo, por um reino. Nos estados republicanos não é mais do que o conjuncto das disposições essenciaes, que regulam a organisação e as relações dos grandes poderes publicos. Em Portugal tem havido tres constituições: a de 1820, promulgada definitivamente em Côrtes em 1822, e quasi copiada da constituição hespanhola de 1812; a de 1826, ou Carta Constitucional, outhorgada por D. Pedro IV, e a de 1838, mais proxima da de 1820, mais democratica do que a Carta, e estabelecida em consequencia da revolução de setembro de 1836, que deu origem da reunião das Côrtes Constituintes. Esta constituição vigorou apenas quatro annos. A Carta Constitucional foi restabelecida, e em 1852 novas côrtes constituintes elaboraram um Acto Addicional, que substituiu, entre outras cousas, as eleições indirectas por eleições directas. || *Constituição politica da monarchia portugueza*, Lisboa, 1822; edição nacional e official, de que se tiraram exemplares em papel de grande formato. Foi decretada pelas Côrtes Geraes, Extraordinarias e Constituintes em 23 de setembro de 1822, e acceita e jurada por D. João VI em 1 de outubro seguinte. || *Constituição politica da monarchia portugueza*, Lisboa, 1838.

Constituições. Entre as que existem impressas em Portugal ha algumas muito curiosas. || *Constituições de Thomar* (V. *Moniz da Silva. fr. Antonio*). || *Constituições do arcebispo de Braga*, impressas em 1538, depois reformadas em 1639, pelo arcebispo D. Sebastião de Mattos e Noronha, e impressas em 1697 pelo arcebispo D. João de Sousa. || *Constituição do arcebispado de Gôa promulgadas pelo primeiro arcebispo de Gôa, D. Gaspar de Leão, e approvadas pelo primeiro concilio provincial*, impressas em 1568, reimpressas em 1643 e 1810. || *Constituições do arcebispado de Lisboa, promulgadas pelo cardeal infante D. Affonso, arcebispo de Lisboa, em 1536* e impressas em 1537. Existem tambem outras denominadas *Constituições extravagantes do arcebispado de Lisboa, revistos pelo padre mestre fr. Manuel da Veiga*, impressas em 1565 e reimpressas em 1569 Publicaram-se as duas reunidas em 1588 || *Constituições synodaes do arcebispado de Lisboa, novamente feitas no Synodo Diocesano que celebrou o arcebispo D. Rodrigo da Cunha aos 30 de maio de 1640*, Lisboa, 1646, reimpressas em 1656 e em 1737. || *Constituições do bispado de Coimbra, promulgadas pelo bispo D. Jorge d'Almeida*, impressas em 1521, reimpressas em 1538, depois reformadas pelo bispo D. Affonso de Castello Branco e impressas em 1591. || *Constituições do bispado de Evora*, impressas em 1534 pelo cardeal infante D. Affonso; fôram reimpressas em 1858 pelo cardeal infante D. Henrique, reformadas por D. João de Mello em 1565, e reimpressas em 1622 e em 1753. || *Constituições do bispado do Algarve, promulgadas pelo bispo D. João de Mello*, impressas em 1554. || *Constituições que fez o sr. D. Diogo de Sousa, bispo do Porto, promulgadas em 1496;* o bispo D. Balthazar Limpo publicou depois outras em 1541; os bispos D. Marcos de Lisboa e D. João de Sousa publicaram ainda outras em

1585 e 1687. || *Constituições feitas por mandado do mui reverendo senhor D. Miguel da Silva, bispo de Vizeo*, etc., publicadas no synodo de 1527; imprimiram-se mais as seguintes: pelo bispo D. João Manuel em 1647, pelo bispo D. João de Mello em 1684, e pelo bispo D. Julio Francisco de Oliveira em 1749. || *Constituições e estatutos feitos e ordenados por o mui reverendo senhor D. Pedro, bispo da Guarda*, impressas em 1500; ha outras edições em 1621, 1686 e 1759. || *Constituições synodaes do bispado de Angra, promulgadas pelo bispo D. Jorge de S. Thiago*, publicadas em 1560. || *Constituições (primeiras) synodaes do bispado de Elvas, promulgadas pelo bispo D. Sebastião de Mattos Noronha, em 1635.* || *Constituições synodaes do bispado de Lamego, promulgadas pelo bispo D. Manuel de Noronha em synodo celebrado em Lamego em 1561*, e impressas em Coimbra, 1563 || *Constituições synodaes do bispado de Leiria, feitas e ordenadas em synodo pelo senhor D. Pedro de Castilho, bispo de Leiria*, etc., impressas em 1601. || *Constituições synodaes do bispado de Miranda, promulgadas pelo bispo D. João d'Alva*, impressas em 1562. || *Constituições synodaes do bispado de Portalegre, ordenadas e feitas pelo Ill.mo e Rev.mo senhor D. Fr. Lopo de Sequeira Pereira, bispo de Portalegre*, etc., publicadas em 1632. || *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*, promulgadas e publicadas pelo arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide, em 1707. || *Constituições synodaes do bispado do Funchal, feitas e ordenadas por D. Jeronymo Barreto* em 1585, e impressas em 1601. || *Constituições synodaes dos bispados*. Todas as *Constituições* existentes, fôram, no tempo do marquez de Pombal, por carta regia de 16 de maio de 1774, dirigida aos arcebispos e bispos dos reinos de Portugal e Algarves, mandadas reformar, determinando-se o estabelecimento de outras, conformes aos verdadeiros canones e á disciplina ecclesiastica em harmonia com as leis civis e costumes do reino, etc. Esta carta regia vem transcripta no *Jornal de Coimbra* n.º 58, a pag. 259. Ahi se diz que todos os prelados fizeram em observancia d'ella as suas *Constituições*, e as remetteram ao Dezembargo do Paço, para serem confirmadas, depois de ouvido o Procurador da Corôa; e que n'esse tribunal se conservavam até áquelle tempo (anno de 1818), sem que se cuidasse de as imprimir, por se haverem mettido de permeio outros negocios de maior ponderação. || As ordens religiosas em Portugal tinham tambem as suas constituições, que seria longo descrever, como as de S. Bento, dos eremitas de S. Paulo, dos carmelitas, da congregação de S. Jorge, dos eremitas de Santo Agostinho; etc.

Consuá. Pov. da prov., distr. e com de Salsete, arceb. de Gôa, na India.

Consul. Entre os romanos deu-se este nome aos dois magistrados, eleitos por um anno, na republica de Roma, depois da queda da realeza, sendo investido de todas as antigas attribuições da monarchia. Em França, a constituição de 13 de dezembro de 1799 confiou o governo a tres consules. Na Edade Media deu-se este nome, em certas cidades, aos magistrados municipaes. Eram tambem os juizes escolhidos entre os mercadores e negociantes para julgarem summariamente certos negocios commerciaes. Os *tribunaes de commercio* vieram substituir os juizes consules || Funccionario com residencia no estrangeiro e revestido de attribuições que lhe permittem proteger os seus compatriotas, salvaguardar os seus interesses e regular as suas discordias. || *Consul geral;* o consul mais graduado, e estabelecido na capital d'uma nação.

Consul. Pequeno monte na ilha do Porto Santo, archipelago da Madeira.

Consulado. Titulo, dignidade de consul, governo consular. Residencia do consul, ou a casa onde exerce as suas funcções. Em Portugal houve um *prior do consulado, e consules*, com attribuições analogas ás que teve depois a Junta do Commercio. || *Tributo do consulado;* chamava-se ao de 3 por cento na alfandega, para despezas da marinha de guarda-costas; este tributo foi imposto em 1592, por Filippe II, de Hespanha e I de Portugal.

Consulagem. Emolumento que o capitão da embarcação paga ao consul em remuneração do trabalho da sua intervenção geral na expedição dos navios. Estabelecido pela portaria de 27 de julho de 1886.

Conta *dirigida ao ministerio do reino pela segunda classe da Academia Real das Sciencias sobre o estado dos trabalhos relativos á publicação dos Monumentos Historicos de Portugal, e sobre a suspensão d'elles*, Lisboa, 1856. Os documentos que acompanham esta *conta* envolvem particularidades interessantes e curiosas, tanto para a historia da Academia, como a respeito de outras especies litterarias, e até biographicas. De pag. 9 a 15 vem uma extensa carta de Alexandre Herculano, então vice-presidente da Academia, datada de 30 de abril de 1856, explicando as causas que o impelliram a dar a demissão d'aquelle cargo.

Conta *publicada pela commissão encarregada de dirigir a distribuição do donativo votado pelo Parlamento do Reino-Unido da Gran-Bretanha e Irlanda para soccorro das terras de Portugal devastadas pelo inimigo em 1810;* Lisboa, 1813 E' um curioso documento escripto nas linguas portugueza e ingleza em 4.º, acompanhado de 14 mappas.

Contador. Pov. na freg. do Salvador, de Medrões, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Herdade na freg. de N. S.ª da Oliveira de Canha, conc. de Aldeia Gallega do Ribatejo, distr. de Lisboa.

Contchoucou. Pov. de gentios nallús, situada na margem direita do rio Nuno, distr. da Guiné, cerca de 2 k. ao E. da feitoria americana denominada *Victoria*.

Conteiro. Operario que fazia contas de rezar. Este officio tinha regimento na collecção reformada pelo Senado de Lisboa em 1572.

Contença. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Contenças. Pov. na freg. de Santo André, de Lages de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Contenças de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Thiago de Cassurrães, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Contenda. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Luz, de Gaula, conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal.

Contendas. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || Pico ou monte crate-

riforme muito elevado, existente na ilha Terceira, Açôres. || Ponto ou cabo situado na costa S. E. da reforida ilha.

Contia ou **Acontia.** Pensão que os reis pagavam aos cavalleiros que os serviam no paço ou em campanha, maior ou menor, segundo a nobreza do vassallo, que recebia este titulo, quando era *acontiado*. Ao principio dava-se-lhe o nome de *maravedis*. Apenas nascia um filho a algum fidalgo, logo o rei lhe mandava a sua *carta de contia;* d'esta fórma, as contas multiplicavam-se tanto, que D. Fernando I teve de ordenar que só se désse contia ao filho mais velho de cada fidalgo, e D. João I determinou que cada fidalgo recebesse de contia 1:000 libras para a lança de sua pessoa, e 700 por cada uma dos que o seguiam, e que os filhos recebessem contias sómente quando chegassem á edade de poderem servir na guerra. No tempo de D. João I deram se terras em logar de contias, ficando os doados desobrigados de servir com gente, e o referido monarcha mandou dar soldos, para igualar os que não tinham em terras *contias* proporcionaes a seu serviço ou fidalguia. || *Cavalleiros de contia ;* os que eram obrigados a ter cavallo para o serviço na guerra, por possuirem bens proprios para os sustentarem. || *Homens de contia de cavallo ;* os que tinham fazendas, rendas proporcionadas para o manterem. V. *Acontiado* e *Acontiador*.

Contige. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Villa da Egreja, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Contim. Povoações nas freguezias : S. Cosme e S. Damião, de S. Cosmado, conc. de Armamar, distr. de Vizeu. || Santa Eulalia, de Santalha, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

Contim ou **Cantim.** Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 375 hab. e 77 fog. Está situada n'um alto, muito saudavel, proximo do rio Cavado O reitor dos Valles apresentava o cura, que tinha 30$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil. Está hoje reunida á freg. de Santa Maria, de Veade de Baixo.

Contim Affonso. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Contins. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Carvalhaes, conc. de Mirandella, distr. de Bragança. || Pov. da freg. de S. João Baptista, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. Fica situada n'um logar elevado e penhascoso. A terra é fertil. Esta freg. ha muitos annos que está annexa á de Santa Eulalia, de Santalha.

Conto *(Bésteiros do)*. V. *Bésta*.

Contomil. Povoações nas freguezias : Santa Maria, de Campanhã, bairro oriental do Porto. || S. João, de Loureiro, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Bougado, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Contos. V. *Casa dos Contos*.

Contos. Peças de cobre ou latão, de outros metaes, de marfim, de madeira, de sola, etc., fundidas ou cunhadas. Em França chamaram-lhes *jetons* e *mereau*, e em Portugal *contos*. Nestes as suas legendas, comquanto variadas, dizem, a maior parte das vezes *contos*, *contos pera contar*, ou *dinheiros de contos*. O mais antigo que se conhece pertence ao reinado de D. Fernando, com typo semelhante á *barbuda*. Os contos usavam-se uns n'uma especie de arithmetica pratica; outros serviam ás corporações religiosas, tendo então quasi sempre inscripção especial como *Ave Maria gratia plena*, etc. Tambem havia d'estes calculadores para as repartições publicas, e n'esses achava-se geralmente o nome do monarcha reinante. Em fins do seculo XVIII, na Academia Real das Sciencias, o seu primeiro presidente D. João de Bragança, duque de Lafões, mandou fundir uma porção de peças de prata com emblemas scientificos, para se distribuirem aos socios que assistiam ás sessões, recebendo depois por cada um d'estes *jetons* uma certa quantia, pratica que acabou pelos estatutos de 1852. Na mesma epoca se fabricaram outros em cobre para servirem como senhas aos moradores do pateo da Casa da Moeda. A Camara Municipal de Lisboa tambem os mandou cunhar para a inspecção geral dos incendios. As variantes de typo e applicações dos contos fôram muitas e constituem um estudo muito curioso.

Contra-rapantes. Termo heraldico; diz-se dos animaes rapantes voltados um para o outro.

Contra-banda. Termo heraldico; peça lavrada no escudo ao contrario da banda, ou da direita para a esquerda.

Contra-chefe. Termo heraldico; a nova peça honrosa ordinaria provada pelo espaço do campo do escudo de differente esmalte, que fica entre o lado inferior e a linha recta parallela a esse lado.

Contra-quarteado. Termo heraldico; diz-se do escudo cujos quarteis são divididos em quatro partes, ficando com 16 contra-quarteis, e de cada quartel que é dividido em quatro partes.

Contra-quartel. Termo heraldico; cada uma das quatro divisões de um quartel n'um escudo contra-quarteado.

Contraste. Official autorisado pela lei para ensaiar as ligas dos metaes preciosos, examinar o toque das peças dos ourives, avaliar e pôr preço ás pedras preciosas, etc. Em 1688, a 6 de setembro, propoz o senado da camara de Lisboa para que os contrastes fôssem de nomeação vitalicia, pelos inconvenientes que apresentava achar-se o exame do ouro e da prata a cargo dos juizes dos officios de ourives, que eram de eleição annual e por isso dependentes dos proprios individuos que tinham de fiscalizar.

Contrasto. Pov. na freg. de S. Silvestre, de Souto, conc. de Abrautes, distr. de Santarem.

Contreiras. Familia portugueza, originaria de Andaluzia. Tem por armas, em campo de prata tres bastões de azul em pala, orla vermelha com 8 aspas de ouro; o timbre é uma aspa azul.

Contreiras *(Diogo de)*. Medico N. em Evora em 1520, fal. em Montemór-o-Novo em 1580. Estudou medicina na Universidade de Paris, e voltando a Portugal, regeu uma cadeira de sciencias naturaes na Universidade de Coimbra, e adquiriu grande reputação. Em 1569 foi nomeado medico da real camara, por el-rei D. Sebastião, mercê que não acceitou, preferindo o descanço da sua casa. Deixou impressas em latim umas annotações á *Dialectica*, de Jorge de Trebizonda.

Contreiras *(Fr. Miguel)*. Religioso da ordem da Trindade, instituidor das Misericordias, confessor da rainha D. Leonor, mulher de D. João II, etc. N. em Valencia ou em Segovia, a 29 de setembro de 1431; fal. em Lisboa, no convento da

Trindade, a 29 de janeiro de 1505. Foi da nobilissima casa dos Contreiras, de que era progenitor o conde Fernan Gonzales, o que desbaratou os mahometanos no anno de 923, e d'onde procedem muitos reis de Hespanha. Apezar de estrangeiro, não póde deixar de ser incluido n'este diccionario, pelos grandes serviços que prestou a Portugal, onde residiu durante 24 annos, identificando-se de tal fórma com o povo de todo o reino, pelas suas qualidades de prégador, de bondoso e caritativo. Passados os primeiros annos e os primeiros estudos, professou na ordem da Trindade, no convento da sua patria, com sinceros desejos de largar o mundo, e seguir o verdadeiro caminho da mortificação e penitencia Contando já 50 annos de edade, e tendo creado fama de grande e zeloso prégador, pediu para ser transferido para o convento da Trindade de Lisboa, onde permaneceu até á morte, com os maiores creditos de perfeito religioso e verdadeiro apostolo, como se tornou conhecido e venerado. A rainha D. Leonor o nomeou seu confessor e prégador; el-rei D. Manuel e a infanta D. Beatriz, sua mãe, tambem lhe consagravam o maior respeito e veneração. O chronista da sua ordem diz que fr. Miguel Contreiras andava de porta em porta esmolando para os seus pobres, visitando os enfermos, amparando e agasalhando os orphãos, protegendo as viuvas, acudindo a todas as miserias e desventuras. A rainha D. Leonor auxiliava-o muito n'esta santa empresa. Pelos adros dos conventos e pelos arcos do Rocio apinhava-se uma multidão rota e faminta, que por ali morria de doença e de fome. O bondoso frade, que não podia albergar nem dar agasalho a todos, pediu á camara a concessão d'umas casas a Santo Antonio da Sé, onde n'outro tempo se effeituavam as audiencias do civel, e sendo bem succedido no seu pedido congregou um grupo de homens bons, e com elles ajustou formar uma confraria de caridade, que foi a primeira das que, em grande numero, logo se começaram a estabelecer por todo o reino, ilhas e colonias no Extremo Oriente e na America. Organisou-se uma enfermaria, sustentada com as esmolas que recebia. Animou-se então a proseguir na sua obra humanitaria, e conseguiu, com a protecção da rainha D. Leonor, fundar a irmandade da Misericordia, que teve principio a 15 de agosto de 1498 n'uma capella do claustro da sé de Lisboa. Foi fr. Miguel Contreiras quem ordenou o compromisso da irmandade, modelando a sua regra pela Misericordia que já existia em Florença desde 1350. O original d'este compromisso, escripto pelo seu punho, ficou guardado no archivo d'aquella Santa Casa, e foi assignado em primeiro logar por fr. Miguel Contreiras, ainda antes d'el-rei D. Manuel e da rainha sua mulher, da rainha D. Leonor, da infanta D. Beatriz, e do arcebispo de Lisboa, D. Martinho da Costa. (V. *Misericordia*). Por influencia do piedoso trinitario, fundou D. Leonor o mosteiro das religiosas da Madre de Deus de Lisboa e o hospital das Caldas da Rainha; D. Manuel completou o hospital de Todos os Santos, que fôra começado por D. João II em 1492, e construiu o templo da Misericordia no sitio da Ribeira Velha que foi concluido em 1534, já no tempo de D. João III. Tambem por seu conselho, D. Manuel, á imitação do que tinham praticado em Hespanha os reis catholicos Fernando e Izabel, mandou sair do reino os judeus, fazendo purificar a sinagoga, que elles tinham em Lisboa, conserval-a e dedicar um templo a N. S.ª da Conceição, que deu aos freires de ordem de Christo, em troca da ermida do Restello, em Belem, onde se construiu o convento dos Jeronymos. A instituição das Misericordias alargou-se por todas as terras do paiz e de Hespanha. O cadaver de fr. Miguel Contreiras foi sepultado na capella-mór da egreja do convento da Trindade, de Lisboa. O seu retrato, logo depois da sua morte, se mandou pintar nas bandeiras da Misericordia; porém, havendo n'isto mudança com o tempo, e retratando cada um o que mais desejava, conforme a sua devoção, no anno de 1575, por accordão de irmandade de 12 de setembro, sendo provedor D Diniz de Lencastre, foi renovado o costume esquecido, e mandado retratar em todas as bandeiras, como instituidor da Misericordia, e no anno seguinte, por outro accordão de 15 de setembro de 1575, sendo provedor Ruy Lourenço de Tavora, que n'esse anno foi vice-rei da India, se ordenou que se pintasse com o retrato da sua ordem, tendo as letras *F. M. I.*, que querem dizer *Fr. Miguel Instituidor.* Isso mesmo se mandou praticar no anno de 1627, por um alvará de Filippe II, em todo o reino e conquistas, passado em Lisboa a 26 d'abril, para se conservar a memoria de tão illustrado fundador. O chronista aponta diversos conventos da ordem da Trindade, onde se via o seu retrato. A Misericordia fluminense levantou-lhe uma bella estatua, que está collocada na sala do banco do seu hospital; na Misericordia de Lisboa, por lembrança do fallecido provedor Thomaz de Carvalho, mandou-se pintar em 1896, o seu retrato, e collocal-o na sala das sessões; a do Porto, por occasião do centenario do descobrimento do caminho da India, em 1898, tambem collocou o seu retrato com toda a solemnidade na galeria dos bemfeitores. Por iniciativa dos seus provedores, commemorou em 1905 o 4.º centenario da sua morte, pela convocação do primeiro congresso portuguez de beneficencia, para que fôram convidadas todas as instituições pias do paiz, instando a circular para que cada uma d'ellas enviasse ao congresso uma noticia ou memoria historica e descriptiva do seu instituto. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa tambem existe um retrato de fr. Miguel Contreiras. A'cerca da instituição da Santa Casa da Misericordia, tem-se publicado os seguintes livros: *As Misericordias*, por Costa Gooldophim, Lisboa, 1897; *A Santa Casa da Misericordia Fluminense*, por Felix Ferreira, escriptor brazileiro; *A Santa Casa da Misericordia de Lisboa*, por Victor Ribeiro; etc.

Contriz. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Estella, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || S. Miguel, de Roriz, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Contumil. V. *Contomil.*

Convalescença. No caminho de Bemfica, no sitio chamado da Cruz da Pedra, hoje da freg. de S. Sebastião da Pedreira, vê se a egreja de Santo Antonio da Convalescença, que pertenceu ao convento de religiosos capuchos, que fôra fundade em 1640, passando a guardiania em 1720, sendo depois reedificado em 1746. Pela abolição das ordens religiosas em 1834, o convento de Santo Antonio da Convalescença foi vendido, construindo-se em seu logar um palacete. A egreja

tem-se conservado, mas esteve prestes a ser fechada e profanada, porém os povos d'aquelle sitio capricharam em que se conservasse aberta á devoção dos fieis, e conseguiram que o culto divino continuasse, chamando-se um capellão, e provendo a egreja de todos os objectos precisos. N'uma das capellas está um quadro representando o Senhor Jesus da Paciencia, amarrado á columna, imagem de muita devoção. Em frente da egreja, estando hoje dentro da quinta das Larangeiras, vê-se uma cruz com um Santo Christo, imagem que era muito venerada pela sua antiguidade, assim como a de Santo Antonio. (V. *Larangeiras*). Ha aqui um bom chafariz, que foi mandado fazer por provisão de 12 de dezembro de 1791 e acabado em 1817.

Convenção. Accôrdo de vontades feito verbalmente ou por escripto entre duas ou mais pessoas. Reunião nacional para modificar as instituições politicas; pacto entre os partidos politicos belligerantes. Em Portugal temos as seguintes: de *Chaves*, assignada em 20 de setembro de 1837, que poz termo á revolta dos marechaes (V. *Chaves*); de *Cintra*, assignada em 30 de agosto de 1808 no palacio de Seteaes, pela qual Junot, saiu de Portugal (V. *Seteaes*); a de *Evora-Monte* assignada em maio de 1834, que terminou a guerra entre constitucionaes e miguelistas. (V. *Evora-Monte*); a de *Gramido*, assignada em 28 de junho de 1847, com que findou a guerra chamada da *Maria da Fonte* (V. *Gramido*); a de *Marcos Filippe*, V. *Christiano (José Maria)*, e muitas outras, como a *convenção consular* assignada em Berne, em 27 de agosto de 1883; a de 21 de julho de 1887, *entre o rei de Portugal e o conselho federal da confederação Suissa;* a de 10 de novembro de 1880, com a Belgica; com os Estados Unidos; as Republicas Argentina, do Chili, do Paraguay, e do Perú, etc. Na *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artisticos de Portugal*, de José Silvestre Ribeiro, veem descriptas muitas convenções, apontadas no vol. XVIII, que fórma um indice geral de toda a obra.

Conveniencia. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Convento. Edificio, onde habita uma communidade de religiosos ou religiosas. Os conventos começaram no Oriente; já no seculo II alguns christãos se retiraram para as solidões da Thebaida e do Monte Cassino, proximo de Antiochia, para se entregarem á vida ascetica. Tendo augmentado o numero d'estes solitarios, a necessidade d'uma direcção commum deu origem ás lauras e aos cenobios. As lauras, especie de cabanas separadas, formavam como que colonias, sob a direcção d'um abbade. Os cenobios eram grandes casas em que os ascetas levavam vida em commum. Desenvolvendo-se o monachismo, a laura e o cenobio uniram-se. Do Oriente passou ao Occidente. Vulgarisado por S. Athanasio, S. Eusebio, S. Ambrosio, e principalmente por S. Agostinho, foi definitivamente constituido no seculo VI por S. Bento de Nurcia. A regra de S. Bento espalhou-se com uma rapidez prodigiosa, e foi a unica praticada durante muitos seculos. Nos fins dos seculos XII e XIII, novas necessidades suscitaram a creação das ordens mendicantes, dominicanas, franciscanas, agostinianas e carmelitas. As ordens de mulheres desenvolveram-se parallelamente ás dos homens. A mais importante da lei dos conventos é a *clausura*, que os separa do mundo pela prohibição ou restricção de relações com o exterior. Os conventos generalisaram-se muito em Portugal. Em todas as terras do paiz, mais ou menos se fundaram conventos das differentes ordens, principalmente da de S. Francisco, tanto de frades como de freiras, que serão descriptos nas respectivas localidades.

Conversão *(Fr. Raymundo da)*. Religioso da ordem Terceira de S. Francisco. N. em Lisboa a 6 de setembro de 1601, fal. no convento do Vimieiro a 29 de setembro de 1661. Professou no convento de Vianna do Alemtejo a 20 de março de 1625. Foi vigario do côro no convento de N. S.ª de Jesus, de Lisboa, e commissario dos terceiros seculares. Traduziu e corrigiu o *Manual*, de fr. Luiz das Chagas (V. *este nome)*, que ficara completo e manuscripto. Esta obra foi publicada já depois da sua morte, com o titulo de *Manual de tudo o que se canta fóra do côro, conforme o uso dos religiosos da Sagrada Ordem da Penitencia do reino de Portugal*, Coimbra, 1675. Contém as cerimonias do altar e côro, em todos os actos solemnes que occorrem no decurso do anno.

Convite. Pov. na freg. de S. Christovão, de Muro, conc. de Santo Thirso.

Conxém. Povoação da regedoria do concelho de Pondá, districto de Gôa, na India.

Conze. Duas povoações do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Conze de Baixo e de Cima. Duas povoações do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Coolella. Celebre batalha da campanha d'Africa contra o Gungunhana.

Copeira. Pov. na freg. de Santa Clara, conc. e distr. de Coimbra.

Copeiro. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Paião, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Copeiro-mór. Antigo official da Casa Real, que cuidava da copa e dos doces, etc.

Copellinhos. Pov. na freg. de S. Lourenço de Malporcão, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Copete. Pov. na freg. de S. Paio, de Segude, concelho de Mousão, districto de Vianna do Castello.

Copororo. Rio do distr. de Benguella, na prov. de Angola. N. nas terras do Bambo, proximo da prov. do Bengo ou Caconda Velha, corre na direcção N S até á confluencia do Calunga, atravessa o territorio do Dombe Grande e vae lançar-se no Oceano Atlantico, ao N da pov. do Loacho e a S E da ponta das Salinas, na bahia de Loacho, a 60 k. ao S da cidade de Benguella. Tem 220 k. de curso, e entre muitos outros rios são seus principaes tributarios o Caringo, o Cari e o Calunga. Nas suas margens ha grandes plantações de algodão e mangues. Tambem é chamado *Rio de S. Francisco*.

Coproí. Pov. da prov. de Embarbacem, 3.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, na India.

Coproy. Povoação do torofo de Codly, no concelho de Sanguém, districto de Gôa, na India.

Coqueda. Pov. na freg. de Santa Eulalia e conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Coqueira. Pov. na freg. de S. Pedro, de Castanheira, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Corã ou **Corão.** Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Coração de Jesus *(Fr. José do).* Missionario apostolico do seminario de Brancannes, em Setubal. Era natural de Lisboa, onde tambem falleceu a 16 de fevereiro de 1795, sendo sepultado no convento de Santa Maria de Xabregas. Era conhecido entre os poetas da Arcadia pelo nome de Almeno. Pouco se sabe da sua vida, mas os seus contemporaneos Ribeiro dos Santos e Pato Moniz tecem grandes elogios ao seu talento. Por diligencias de Ribeiro dos Santos se publicaram posthumas as suas obras poeticas em 2 volumes, as quaes saíram com o seguinte titulo: *Poesias de Almeno, publicadas por Elpino Duriense, tomo* I, Lisboa, 1805; comprehende: *os quatros primeiros livros da Metamorphose de P. Ovidio Nasão, poeta romano, em verso solto portuguez, por Almeno; Poesias de Almeno, publicadas por Elpino Duriense, tomo* II, Lisboa, 1815; contém 8 odes horacianos, e mais 7 sobre assumptos sagrados, 23 sonetos, 1 epitaphio, 1 fabula, quadras, cantigas, etc., terminando por 1 ode do dr. José da Silva Xavier, poeta setubalense, dirigida a Ribeiro dos Santos, sobre a morte de Almeno.

Coração de Jesus. Freguezia do 3.º bairro de Lisboa, cujo orago é o Santissimo Coração de Jesus. Foi erecta no convento das religiosas dominicas de Santa Joanna, com a invocação da mesma santa, em fevereiro de 1770, d'onde foi transferida para a ermida de N. S.ª do Carmo, sita na rua de Santa Martha, já com a invocação que actualmente conserva, no dia 23 de janeiro de 1780. Com os donativos religiosos das nobres familias dos senhores de Borba, de Redondo, d'Alte Esparregosa, auxiliados com esmolas de muitos devotos, se construiu a egreja que se vê hoje, fronteira ao convento de Santa Martha e ao antigo palacio dos condes de Redondo, para a qual passou a freguezia com toda a solemnidade em 30 de maio de 1790. A egreja é d'uma só nave, elegante, muito espaçosa e alegre; tem a capella-mór, em cujo altar está collocado o Santissimo Sacramento, e quatro altares lateraes. A freguezia confina com as da Pena, S. José, S. Mamede e S. Sebastião da Pedreira.

Coração de Jesus *(Basilica do).* V. *Estrella (convento da)*, onde está actualmente estabelecida a freguezia da Lapa.

Coração de Maria *(D. João do).* Conego regrante de Santo Agostinho, cuja murça tomou em 3 de junho de 1791. Foi dom prior geral da sua congregação, e exerceu outros cargos Falleceu em Mafra no anno de 1852. No *Liberal do Mondego* se publicou então a seu respeito um artigo necrologico muito honroso. Escreveu: *Dissertação apologetica sobre a capacidade dos conegos regrantes de Portugal para todo o genero de beneficios, ainda seculares, assim curados como não curados*, Coimbra, 1826.

Coraes *(Ponta dos).* Ponta ou cabo da ilha da Boa Vista no archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental. Fórma o extremo N do porto denominado *Inglez*.

Coral. Confluente da margem direita do rio Catumbella, no distr. de Bengella, prov. de Angola. N. na parte N. do paiz do Nano e fórma na sua origem um dos muitos braços d'aquelle rio.

Coralinho *(Porto do).* Porto pouco frequentado da costa SO da ilha da Boa Vista, no archipelago e prov. de Cabo Verde.

Corara. Reino situado no interior da região da prov. dos Bellos, na ilha de Timor, na Oceania,

Coraxigão. Pov. do territorio de Damão, na prov. de Gôa, India.

Corazzi *(David).* Um dos editores mais arrojados e conhecidos de Lisboa. N. n'esta cidade a 4 de julho de 1843, onde tambem falleceu a 28 de novembro de 1896. Era filho do medico David Antonio Caetano Corazzi, e de sua mulher, D. Maria da Piedade da Costa Martins Corazzi. Aos 15 annos de edade ficou orphão de pae, que lhe deixou um pequeno patrimonio. Estudou o curso regular dos lyceus, frequentou as aulas do commercio, de diplomatica portugueza, de tachygraphia, e do Conservatorio, fazendo exames com distincção em varias disciplinas. Em novembro de 1863 foi despachado praticante na administração central do correio de Lisboa, sendo promovido em dezembro de 1872 a terceiro official, e em janeiro de 1878 a segundo official da mesma administração. Tendo 27 annos de edade, iniciou em março de 1870 uma pequena bibliotheca com a traducção do romance *Os cavalleiros da noite*, saindo em cadernetas semanaes; sendo feliz n'esta sua tentativa, continuou editando novos romances, indo assim desenvolvendo-se a bibliotheca, que em 1875 se tornou na empresa das *Horas romanticas.* Tomando outras proporções mais vantajosas, seguiram-se repetidas edições de romances dos mais afamados autores estrangeiros d'aquella epoca. Editou as obras de Julio Verne, que fórmam numerosos volumes illustrados; as de Mayne-Reid, a *Bibliotheca do povo e das escolas*, encyclopedia dividida em pequenos volumes muito interessantes que apenas custavam 50 réis, dirigida pelo dr. Xavier da Cunha; a *Bibliotheca Universal antiga e moderna*, que fórma 20 series de 4 tomos cada uma; os *Diccionarios do povo*, por Ferreira Lobo; o *Diccionario de Geographia Universal*, por Tito de Carvalho; a *Bibliotheca infantil;* a *Europa pittoresca*; as *Fabulas de Lafontaine*, o *Gil Braz de Santilhana;* o *Inferno de Dante; A vida das flôres; A gravura de madeira em Portugal*, de João Pedroso, com artigos descriptivos de Brito Aranha; *A Moda illustrada*, jornal de familias; *Os Luziadas*, edição de luxo commemorativa do 3.º centenario de Camões, em 1880, etc. David Corazzi era um trabalhador incançavel, e auxiliado por alguns amigos conseguiu que a sua bibliotheca, começando tão humildemente, attingisse a maior prosperidade e consideração. A empresa das *Horas romanticas* veiu dar um grande impulso ao movimento litterario portuguez. Não se limitou a explorar o mercado de livros no paiz, teve aspirações mais vastas; foi ao Brazil, e fundou no Rio de Janeiro uma succursal das *Horas romanticas*, cuja direcção confiou ao seu amigo José de Mello. Os resultados obtidos, durante certo tempo, fôram os mais animadores, e permittiram ainda maior desenvolvimento á empresa. Na exposição portugueza no Rio de Janeiro em 1879 foi premiada com o diploma da medalha de ouro, pelo esmero e nitidez das suas edições. No anno de 1884 David Corazzi passou a empresa a um syndicato por 200 contos de réis, juntamente com as officinas typographicas de Justino Guedes, formando-se então a Companhia Nacional Editora, que actualmente tem o nome

de «A Editora», e que está estabelecida no largo do Conde Barão. David Corazzi, tendo estado em Paris, alguns annos antes, fôra assaltado por uma pneumonia, de que esteve gravemente perigoso. Desde então ficara soffrendo mais ou menos, e esses soffrimentos aggravaram-se. Procurando melhores climas percorreu a Italia, onde se demorou alguns tempos, conseguindo melhorar; regressando porém a Lisboa, sentiu-se peor e falleceu contando 51 annos de edade.

Corazzi *(David Antonio Caetano)*. Cirurgião approvado pela antiga Escola Cirurgica de Lisboa. N. n'esta cidade em 1799, onde fal. repentinamente em julho de 1858. Era oriundo de familia italiana. Exerceu por muitos annos a clinica, tanto militar como civil. Em 1831 era cirurgião ajudante do regimento de infantaria n.º 4, e acompanhou o seu regimento na tentativa da noite de 21 de agosto para revolucionarem Lisboa e proclamarem a Carta Constitucional. D'esta revolta escapou milagrosamente á desastrosa sorte que tiveram os seus camaradas, fuzilados no Campo de Ourique por sentença do conselho de guerra. Era casado com D. Maria da Piedade da Costa Martins Corazzi. Escreveu: *Novo consultador cirurgico-medico, e pharmaceutico, contendo artigos especiaes sobre o tratamento preservativo e curativo da cholera morbus, febre amarella, typho, e das molestias da costa d'Africa e syphiliticas*, Lisboa, 1857. Esta obra composta e destinada principalmente para supprir a bordo das embarcações a falta de facultativos, teve prompta extracção, e o autor em breve emprehendeu a 2.ª edição, que concluiu poucos mezes antes de seu fallecimento.

Corbes. Rio na prov. do Alemtejo, que nasce proximo de Ourique, e entra na direita do Guadiana, com 60 k. de curso, depois de ter regado os campos por onde passa. Traz peixe miudo.

Corboli. Pov. da prov. de Satary, 2.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, na India.

Corçães. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Roussas, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Corçãos. Pov. na freg. de S. Pedro de Athei, conc. de Moudim de Basto, distr. de Villa Real.

Corças ou **Corços**. Pov. na freg. de Santa Margarida, de Sebadelhe da Serra, conc. de Trancoso, distr. da Guarda.

Corcha. Povoações nas freguezias: S. Miguel de Pinheiro, conc. de Mertola, distr. de Beja. || S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro.

Chorchandam. Pov. do territorio de Damão, na prov. de Gôa, India.

Corchicas. Pov. na freg. de Santa Suzana, de Carapinheira, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra

Corcial de S. Bento. Pov. na freg. de S. Domingos, de Lagarteira, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Corcialinho. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Torre de Val de Todos, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Corçoaria. Pov. na freg. de Santa Quiteria, de Méca, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Corcovada *(Herdade da)*. Na freg. de N. S.ª da Luz, de Albernôa, conc. e distr. de Beja.

Corcovido. Pov. na freg. de S. Romão, de Villa Cova de Vez de Aviz, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Corda. Pico ou monte da ilha de Santo Antão, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Eleva-se a cerca de 1:650 m. acima do nivel do Oceano. No começo do seculo passado estabeleceu-se no cimo d'este monte uma colonia de hespanhoes idos das Canarias, que se entregou á cultura do trigo, do centeio e da cevada.

Cordeira. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Rio Frio, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Lourenço, de Galveias, conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre.

Cordeiro. Familia que tem por armas em campo verde quatro cordeiros de prata acantonados; o timbre é um dos cordeiros.

Cordeiro *(André)*. Missionario em Africa. Foi conego da cathedral do Congo, vigario geral e governador d'esse bispado. Escreveu e mandou para o reino uma *Relação* das dissenções que no Congo houve entre os principes pretos em 1627. Esta relação ficou manuscripta.

Cordeiro *(Padre Antonio)*. Presbytero secular que viveu no seculo XVII. Foi sub-chantre da sé episcopal de Coimbra. Ampliou a arte de canto-chão escripta por João Martins.

Cordeiro *(Padre Antonio)*. Jesuita. N. em Angra do Heroismo em 1641; fal. no collegio de Santo Antão de Lisboa a 2 de fevereiro de 1722. Era filho de Manuel Cordeiro Montoso e de Maria de Espinosa. Foi mandado por seus paes estudar na Universidade de Coimbra em 1656, mas o navio que o conduzia foi tomado pelos hespanhoes, e Antonio Cordeiro, ficando captivo, assistiu a um renhido combate entre a esquadra hespanhola e uma esquadra ingleza, combate de que só escapou a capitania hespanhola em que elle ia, e que entrou em Cadiz muito avariada. Ahi, tendo ido a terra sem licença, tentou fugir; foi preso e condemnado á morte. Perdoou-lhe o general das costas na Andaluzia, o duque de Medina Celi, encantado pela facilidade com que o moço estudante portuguez recitava de cór a *Eneida* de Virgilio, e ainda lhe deu passaporte para Portugal. Entrando pelo Algarve, que estava então infeccionado de peste, passou depois a Setubal, onde foi preso e obrigado a fazer quarentena, pelo receio do contagio. Depois de tantos trabalhos conseguiu matricular-se finalmente na Universidade de Coimbra, cursando com muita distincção a faculdade de Canones. Professou na Companhia de Jesus em 12 de junho de 1658, leccionou desde 1676 rhetorica e philosophia, missionou pelo reino, occupou a sua vida em grande parte estudando e escrevendo entre outras cousas a *Historia insulana das ilhas a Portugal sujeitas no Oceano Occidental*, que publicou em Lisboa, em 1717; boa parte das noticias com que compoz a sua obra fôram extrahidas das *Saudades da terra*, livro inedito do dr. Gaspar Fructuoso; da *Historia insulana* saiu uma nova edição em 1866, em 2 tomos, a expensas do editor Antonio José Fernandes Lopes. O tomo II traz accrescentado no fim: *Algumas notas e addições na parte relativa á Ilha da Madeira, por A. J. G. d'A.* (Antonio Joaquim Gonçalves de Andrade, deão da sé episcopal do Funchal). Escreveu mais: *Resoluções Theo-juristicas; tomo I, que contém as partes e materias principaes*, 1.ª *da emphyteuse*,

2.ª *de censos*, 3.ª *de testamentos*, 4.ª *de doações*, 5.ª *de morgados*, 6.ª *de varios contratos*, Lisboa, 1718; *Loreto Lusitano, Virgem Senhora da Lapa, residencia milagrosa do Real Collegio de Coimbra da Companhia de Jesus*, Lisboa, 1719. Imprimiu ainda algumas obras em latim.

Cordeiro *(D. Antonio José)*. Bispo d'Aveiro, doutor e lente da faculdade de Canones na Universidade de Coimbra. N. n'esta cidade a 14 de maio de 1750, fal. na sua diocese a 17 de julho de 1813. A 25 de novembro de 1800 foi eleito bispo de Aveiro, mas apezar d'esta eleição, ainda figura nas folhas da Universidade como estando em exercicio durante o anno de 1801. Com a data de 24 de maio de 1802 publicou uma longa pastoral, que foi muito elogiada, não só pela sua erudição, mas pela eloquencia do estylo. O *Jornal de Coimbra*, vol. v, pag., 179 e seguintes, publicou o seu *Elogio historico*.

Cordeiro *(Antonio Xavier Rodrigues)*. V. *Rodrigues Cordeiro.*

Cordeiro *(Arsenio Julio)*. Medico-cirurgião pela Escola de Lisboa, socio da Associação dos Medicos Portuguezes, etc. N. em Elvas a 27 de dezembro de 1868, filho de Izidro Cordeiro e de D. Maria d'Assumpção Cordeiro. Os seus paes fôram muito humildes, não lhe podendo dar maior cultura do que ler e escrever. Por morte de seu pae viu-se na necessidade d'assentar praça, embora menor, para assim auxiliar sua mãe e uma irmã, que ficaram em desamparo. Alcançou o posto de sargento do exercito, munindo-se com todas as habilitações que n'esse tempo eram facultadas ás praças de pret, obtendo sempre a classificação de «distincto» e a estima dos seus superiores. Não o seduzia, porém, a carreira das armas, e por isso, nas horas que lhe restavam do serviço, procurava augmentar os seus conhecimentos frequentando um collegio de ensino secundario que n'aquella localidade era dirigido por officiaes do exercito. Foi assim que, em 20 d'abril de 1892, iniciou os seus estudos pelo exame de instrucção primaria e dois annos depois, em 1894, matriculou-se na Escola Polytechnica nos preparatorios para medicina, trazendo comsigo um curso do Lyceu, em que a maioria dos exames tinham sido classificados com distincção. Egual foi o successo que o esperava na Escola Polytechnica. D'aqui passou á Escola Medica em 1895, continuando n'esta escola a sustentar as tradições que adquirira em todos os preparatorios, alcançando sempre notas elevadas em todos os seus exames, especialisando as clinicas em que bastante se evidenciou. Com este trabalho harmonisava o de leccionista, fonte de receita com que sustentou sua familia até á sua formatura. A sua these, defendida a 11 de julho de 1901, é intitulada modestamente: «*Apontamentos sobre a cura radical do hydrocele*»; é um trabalho consciencioso e util sobre o que havia de mais moderno a respeito de tal enfermidade, cabendo-lhe a honra de ser o introductor em Portugal de tal operação. Quanto ás qualidades moraes, a sua modestia, honestidade, dedicação á familia, bom senso, imparcialidade e espirito de classe, grangearam-lhe por tal fórma a amizade dos seus condiscipulos, que ainda hoje o seu nome é pronunciado por elles como trazendo-lhes as mais gratas recordações dos tempos escolares. Quanto á sua vida de medico é o sr. Arsenio Cordeiro um dos mais estimados da capital, adquirindo rapidamente uma numerosa clinica.

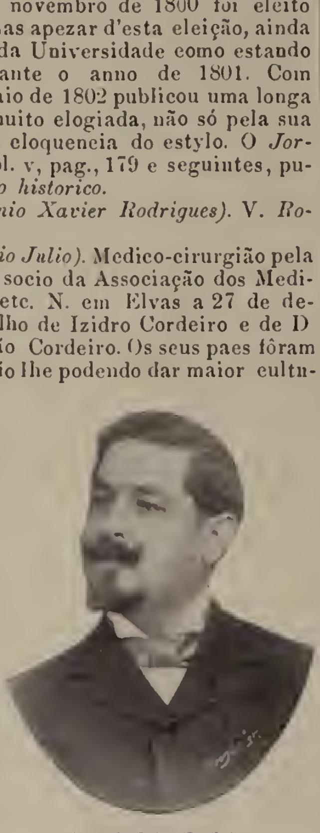
Arsenio Julio Cordeiro

Cordeiro *(Augusta)*. Actriz contemporanea, actualmente no theatro de D. Maria. Natural de Santarem. Em 1884 era corista no antigo theatro dos Recreios, de Lisboa. Depois fez parte d'uma companhia, que percorreu as provincias, organisada pelo antigo empresario Pinto Bastos. Esteve mais tarde no Algarve representando com amadores. Vindo para Lisboa, estreou-se em 12 de março de 1892 no theatro da Trindade, na opereta *Menina do telephone*, fazendo carreira pela sua voz agradavel, e pelas suas boas disposições para a scena. N'aquelle theatro entrou nas operetas: *Tio Celestino, Côrte do rei Pimpão, Ponte do diabo, Viagem do rei Carrapato, D. Artagnan. Tres dias na berlinda, 28 dias de Clarinha, O Burro do sr. alcaide*, etc. Dedicando-se depois á comedia, passou ao theatro de D. Maria, onde se tem encarregado d'alguns papeis de importancia dramatica, como na *Morgadinha de Valflôr, Madame de Caverley*, etc. Foi duas vezes ao Brazil, onde o publico a recebeu com agrado e sympathia.

Cordeiro *(Felisberto Ignacio Januario)*. Funccionario publico e escriptor. N. em Lisboa em março de 1774, fal. n'esta cidade, nos fins do anno de 1855 ou principios de 1856. Entrando no serviço publico, era em 1807 official da secretaria da Junta de Fazenda da Marinha. Como por occasião da restauração do reino em 1808 com a saída de Junot, tivesse publicado varios folhetos em prosa e em verso contra Napoleão e os invasores francezes, receou, ao vêr aproximar-se de Lisboa o exercito de Massena em 1810, alguma perseguição no caso d'este conseguir apoderar-se da capital, e tomou o partido de embarcar para o Brazil, obtendo para melhor o conseguir, a nomeação de escrivão de navio de guerra, por intervenção do seu amigo e protector o chefe de esquadra José Maria Dantas Pereira. Saiu com effeito a bordo do brigue *Balão*, a 21 de março de 1811. No Rio de Janeiro serviu diversos cargos publicos, e em 1822, proclamando-se a independencia do Brazil, optou pela nacionalidade brazileira, e permaneceu no Rio de Janeiro como empregado do governo, sendo aposentado em 1827. Veiu a Portugal em 1836, e desejando empregar-se, serviu por algum tempo em Lisboa como escripturario ou guarda-livros n'uma casa de commercio ingleza, mas dois annos mais tarde resolveu voltar ao Rio de Janeiro, onde chegou em principio de 1839. Comtudo, as saudades da patria não o abandonavam, e voltou para Lisboa, chegando em abril de 1842. Escreveu e publicou: *Poesias de um lisbonense F. S. J. C.* (aliás F. I. J. C. como se declara nas erratas que vem no fim), Lisboa, 1805; *Furores, remorsos e transpor-*

tes do tyranno e falsario Napoleão, 1808; *Bonaparte arguido pela fortuna*, 1808; *Inventario dos roubos feitos pelos francezes em os paizes invadidos pelos seus exercitos; traduzido de um papel inglez intitulado «Cartas de Alfredo,»* 1808; *Manifestação politica sobre as actuaes circumstancias, traduzida do hespanhol, por F. I. J. C.*, Lisboa, 1808; *Bonaparte sem mascara, traduzido do hespanhol*, Lisboa, 1808; *Como se pensa em França de Bonaparte, ou noticia particular da vida d'este homem, traduzido do hespanhol*, Lisboa, 1808; *O tyrano da Europa Napoleão I; manifesto que a todos os povos do mundo, e particularmente aos hespanhoes, apresenta o licenceado D. J. A. C., traduzido do hespanhol*, sem indicação do logar nem anno; *Obras poeticas*, Rio de Janeiro, 1827, tomos I e II; 1828, tomos III e IV; o III comprehende além de outras poesias uma tragedia original *Nuno Gonçalves de Faria*, e o IV comprehende uma comedia *Frederico segundo em Habelchewert; Epistola sobre o poder da formosura*, e *cinco soliloquios*, seguido de outras producções, que fórma o V volume das *Obras poeticas*, Rio de Janeiro, 1835; os VI e VII volumes publicaram-se em 1840, trazendo no frontispicio o seu nome arcadico, *Falmeno*.

Cordeiro *(Jacinto)*. Alferes d'uma companhia de ordenanças da Côrte, para que foi nomeado em 1640, quando se deu a guerra da Restauração. Era tido no seu tempo por muito distincto poeta, especialmente na poesia comica. N. em Lisboa em 1606, fal. a 28 de fevereiro de 1646. Os seus escriptos são na maior parte em hespanhol; citaremos os seguintes: *Triumpho francez, recebimento que mandou fazer el-rei D. João IV ao Marquez de Bresse, embaixador d'el-rei de França*, Lisboa, 1641; *Silva a el-rei Nosso Senhor D. João IV*, Lisboa, 1641; *De la entrada d'el-rei en Portugal, comedia dedicada a D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor geral*, Lisboa, 1621; *Elogio de poetas lusitanos al fenix de España, Fr. Lope Felix de Vega Carpio en su «Laurel de Apollo»*, Lisboa, 1631; *Primeira e segunda parte de Duarte Pacheco, comedia*, Lisboa, 1630; *Segunda parte de las comedias del Alferes Jacinto Cordero, dirigidas al señor D. Duarte, hijo segundo del excellentissimo señor D. Theodosio, duque de Bragança*. Lisboa. 1634; contém 6 comedias: *El secretario confuso, Con parte nunca ay ventura, El mal inclinado, Los doce de Inglaterra, Victoria por el amor, De lo que es privar*. Além d'estas, ainda ha as seguintes, que fôram impressas em Hespanha: *Historia del amor, Amor por fuerça, El juramento ante Dios, El hijo de las batallas, El mayor trance de amor, El soldado reboltoso, El valiente negro em Flandres*.

Cordeiro *(Jayme Frederico)*. Coronel reformado da arma de infantaria. N. em 1829, fal. a 11 de dezembro de 1902. Desempenhou diversas commissões do serviço militar, e por muitos annos foi bibliothecario da Escola do Exercito. Era condecorado com as ordens da Torre e Espada e S. Bento d'Aviz, e com a medalha de prata de comportamento exemplar. Reformou-se em 1886. Escreveu e publicou alguns trabalhos, entre os quaes se conta um *Diccionario de equitação*, Lisboa, 1886. Este livro era destinado aos officiaes de infantaria, que pela maior parte encontram grandes embaraços, quando chegam ao posto de major, não possuindo preparação alguma theorica ou pratica de equitação. Escreveu tambem: *Diccionario militar, etymologico, historico, technologico; Machinas de guerra da antiguidade e da edade media; Armas de todas as nações; Balistica; Pyrobalistica; Estrategia; Castrametação; Administração militar, especialmente portugueza; Tactica; Annaes, cercos, batalhas, combates e feitos de guerra, tanto sobre o mar como sobre a terra, entre todos os povos e em todos os tempos; Ligas e tratados; Equitação; Esgrima; Bibliographia militar portugueza*, etc., vol. I, Lisboa, 1880; II, 1882.

Cordeiro *(João)*. Organista muito considerado, natural de Lisboa, que viveu no seculo XVIII e principio do XIX. Foi mestre da familia real no tempo de D. José e de D. Maria I. Dizem que deixou algumas composições sacras e profanas, que revelam merecimento.

Cordeiro *(João Manuel)*. General de divisão reformado, grã-cruz e commendador da ordem de S. Bento de Aviz, commendador das de Christo e de N. S.ª da Conceição, etc. N. a 6 de agosto de 1811, fal. em Campolide a 4 de janeiro de 1901. Fez a sua carreira em artilharia, chegando a exercer o cargo de director geral d'esta arma por muitos annos. Foi director da Fundição de Canhões e desempenhou bastantes commissões de serviço publico, sendo na maior parte relativas a assumptos do arsenal do exercito. Tinha vastos e profundos conhecimentos dos trabalhos fabris do arsenal onde prestou bastantes serviços. Em 1896, sendo ministro da guerra o fallecido estadista Antonio de Serpa Pimentel, foi considerado incapaz do serviço activo pela junta de saude, e reformado. Possuia uma valiosa bibliotheca, e até quasi aos ultimos dias de existencia tomava grande interesse pelos assumptos militares. Collaborou na *Revista Militar*, e escreveu: *Da exploração do salitre em Portugal, e com particularidade na villa de Moura*, Lisboa, 1854. Publicou tambem uma serie de artigos, intitulados *o Arsenal do Exercito*, no *Jornal do Commercio* de 5, 6 e 11 de fevereiro de 1868. Escreveu mais: *Breves annotações ácerca do que do exercito, e particularmente da arma de artilharia, disse na camara dos senhores deputados em sessão de 17 de dezembro de 1865, o sr. deputado José Paulino de Sá Carneiro, coronel do 7.º regimento de infantaria*, Lisboa, 1886; *Questões militares, tratadas na camara dos senhores deputados nas sessões de 5, 7 e 9 de junho de 1888 pelo ex.mo sr. deputado Sebastião de Sousa Dantas Baracho, major do estado maior de cavallaria, na parte que diz respeito ao polygono das Vendas Novas e estabelecimentos fabris*, Lisboa, 1889. O general Cordeiro elaborou em outubro de 1880 um *Quadro historico ou Relação geral dos officiaes que tem gerido a acquisição, conservação* e distribuição do material de guerra, depois da epoca da Restauração, isto é, *desde dezembro de 1640 até á actualidade*, que foi publicada no *Diario Illustrado*.

Cordeiro *(João Paulo)*. Industrial importante. N. em Lisboa a 6 de fevereiro de 1821, onde tambem fal. a 10 de março de 1882. Era filho de João Paulo Cordeiro, um dos mais opulentos contratadores do tabaco, fanatico partidario do governo absoluto do infante D. Miguel, e que se tornou celebre nas luctas da liberdade, pela colossal peça d'artilharia conhecida pelo seu nome, que offereceu a D. Miguel, no cêrco do Porto. Era uma peça de calibre gigantesco, cujo transporte

de Lisboa para o Porto custou um trabalho enorme, arrazaudo um sem numero de juntas de bois que a transportaram pelas pessimas estradas que então existiam entre Lisboa e aquella cidade. N'essa peça tinham os miguelistas toda a esperança de alcançar victoria, imaginando que apenas chegasse á frente do Porto, a cidade seria arrazada se acaso se não rendesse logo pelo terror. João Paulo Cordeiro Junior, sendo ainda muito novo n'essa epoca, em que seu pae gastava a sua immensa fortuna na compra d'essa machina de guerra, que foi completamente inutil á causa que defendia, foi para Londres d'onde partiu em 1840 e sem recursos para o Rio de Janeiro, porque seu pae fallecera deixando o reduzido á pobreza, obrigando-o a ganhar laboriosamente pelo seu trabalho os meios de subsistencia. Chegando ao Brazil, apezar de ter recebido n'um bom collegio de Londres uma boa educação, sujeitou-se a ser operario n'uma fabrica de tabacos. Teve, porém, a fortuna de encontrar um homem rico, de caracter bastante excentrico, que se tornou depois o seu mais intimo amigo; era o dr. Candido José Ferreira de Moraes, que conhecendo as suas laboriosas aptidões para o trabalho, lhe confiou a quantia de 20 contos de réis, para elle trabalhar por sua conta. Estabeleceu então uma fabrica de rapé, cujos lucros lhe permittiram pagar em pouco tempo a sua divida, e entregar ainda mais 50 contos de ganho. O dr. Moraes não os acceitou, e João Paulo Cordeiro ficou sendo o unico proprietario da fabrica, que continuou a prosperar, dando-lhe lucros consideraveis. Em 1855, já possuidor d'uma graude fortuna, regressou á patria, e sem nunca deixar de trabalhar, fundou de sociedade com o capitalista José Maria Eugenio d'Almeida, a fabrica de tabacos na rua da Cruz de Santa Apolonia, com o titulo de *Companhia Lisbonense de Tabacos*. Esta fabrica, com a sua direcção, tambem se tornou muito prospera. A companhia, já de si muito importante, fundiu-se em janeiro de 1881 com a de Xabregas, tornando se d'esta maneira, no seu genero, o estabelecimento mais consideravel do paiz. O capital das duas fabricas emittido desde aquella data, montava a 1:380 contos de réis. João Paulo Cordeiro não abandonara a fabrica de rapé que fundara no Brazil, que estava situada em Andarahi, arrabalde do Rio de Janeiro, e que mantinha a sua antiga prosperidade. Era um homem instruido, muito laborioso e caritativo, dando occultamente consideraveis esmolas; subscreveu com 500$000 réis para os Albergues Nocturnos, como anonymo, que sómente se descobriu depois da sua morte. Deixou testamento, em que revelou o seu bello caracter, que passava quasi desconhecido pelo seu genio reservado e pouco expansivo; este testamento causou a maior sensação, e foi publicado em toda a imprensa; era obra d'um caracter serio, honrado, benemerito, distribuindo a sua enorme fortuna pelos seus parentes, amigos, em avultadas esmolas aos pobres, pelos seus operarios, associando os com o capital importante de 120 contos de réis nos interesses da fabrica, e pelos surdos-mudos, hospitaes, e por todos ou quasi todos os estabelecimentos de beneficencia. Apezar da sua alta posição monetaria, viveu sempre modestamente, apartado da politica, desprezando os ouropeis e honrarias.

Cordeiro *(João Ricardo)*. Primeiro official do ministerio do reino, escriptor, jornalista, etc. N. em Lisboa a 5 de março de 1836, fal. n'esta mesma cidade a 12 de fevereiro de 1882. Era filho de João Ricardo Cordeiro, e de sua mulher, D. Maria Margarida Balate Cordeiro. Frequentou a Escola Polytechnica e a Escola do Exercito, e fez o curso de estado maior. Em 1858, em virtude de concurso, foi nomeado pelo ministerio das obras publicas para estudar em Paris o curso especial de engenheiro de minas. Desistiu, porém, d'esses estudos, por não querer saír de Lisboa em consequencia do fallecimento da unica irmã que tinha, e da terrivel e prolongada enfermidade da loucura que sua mãe soffria, e que muito o impressionava. Este doloroso motivo tambem o obrigou a exonerar-se do cargo de secretario geral do governo civil de Villa Real, para que fôra nomeado em 13 de novembro de 1862. De novembro de 1861 a janeiro de 1862 exerceu Ricardo Cordeiro o cargo de professor do Real Collegio Militar, que teve de abandonar tambem, porque repetidas hemoptyses o impossibilitaram da regencia regular da sua cadeira. Em 1863 foi nomeado secretario do conselho de beneficencia, e ahi escreveu valiosos relatorios e interessantes consultas, entre ellas a que se refere á extincção das rodas e á sua substituição pelos hospicios, trabalho muito considerado. Foi d'elle o relatorio da commissão encarregada de estudar este assumpto, e mereceu honrosa menção no relatorio do ministro do reino Martens Ferrão, que, precede o decreto de 21 de novembro de 1867. Tambem dizem ser de grande valor o relatorio que apresentou da syndicancia da Casa Pia de Evora Quando se supprimiu o logar de secretario geral do conselho de beneficencia, Ricardo Cordeiro foi nomeado segundo official do miuisterio do reino, e em 1877, depois d'um brilhaute concurso, foi promovido a primeiro official, logar em que prestou grandes serviços, sendo sempre um funccionario zeloso e de elevada competencia; entre outros trabalhos importantes, deve-se-lhe o projecto de organisação da beneficencia, cuja redacção lhe fôra confiada pelo sr. conselheiro Luciano de Castro, quando estava no ministerio. Em 12 de setembro do referido anno de 1877 casou com D. Maria Rosa Cró Paganino, irmã do fallecido escriptor Rodrigo Paganino. João Ricardo Cordeiro collaborou no jornal *O Futuro*, no *Diario de Noticias*, onde escreveu em 1866 uns interessantes folhetins, intitulados *Os serões da fabrica*; na *Chronica dos theatros*, *Boudoir*, *Gazeta do Povo*, *Illustração Luzo-Brazileira*, e em muitos outros jornaes. Tinha o grau de cavalleiro da ordem norueguesa de Santo Olavo, concedida pela rainha da Suecia e Noruega, em attenção a um serviço que prestára á legação norueguesa em Lisboa Dedicando-se á litteratura dramatica, escreveu as seguintes peças, representadas na maior parte no theatro de D. Maria, estaudo algumas impressas: *Fernando*, comedia-drama em 4 actos; *O arrependimento salva*, drama em 1 acto; *Amor e arte*, drama em 3 actos; *A sociedade elegante*, comedia em 3 actos, que foi premiada no concurso dramatico; *Um cura d'almas*, drama em 3 actos; *A chave de ouro*, drama em 5 actos; *Entre o jantar e o baile*, comedia em 1 acto; *A familia*, drama em 5 actos; *Os paraizos conjugaes*, comedia em 2 actos. Traduziu as seguintes peças: *O elogio mutuo*, em 5 actos, tra-

ducção da *Camaraderie*, de Eugenio Scribe; *Marion Delorme*, em 5 actos, traducção do drama d'este nome, de Victor Hugo; *O capricho*, em 1 acto. de Musset; *A redempção*, drama em 5 actos, de Octavio Feuillet; *Beatriz*, drama em 5 actos, de Legouvé; *Uma dupla lição; Rosa Miguel*. Depois da sua morte, encontrou-se entre os seus papeis o 1.º acto d'um drama original, em que trabalhava, e que foi depois impresso juntamente com a comedia *Os paraizos conjugaes*, alguns romances incompletos, e a projectada organisação de beneficencia publica em Portugal.

Cordeiro *(João Rodrigues)*. V. *Rodrigues Cordeiro*.

Cordeiro *(José)*. Cirurgião e lente. Fal. a 15 de janeiro de 1850. Estudou em Lisboa, examinando-se depois em medicina na escola de Bolonha. Foi enfermeiro e fiscal do banco do Hospital de S. José, sendo nomeado em 1811 cirurgião; lente de operações na escola de Lisboa, e parece ter sido elle quem fez em Portugal a primeira operação de trépano, em 1826. Por uma portaria do governo de 23 de maio de 1827 foi-lhe concedida licença para visitar as aulas de cirurgia e os hospitaes de França e Inglaterra.

Cordeiro *(José Joaquim do Rego)*. Diplomado pelo Instituto Industrial e Commercial de Lisboa com o Curso Superior do Commercio; poeta contemporaneo. N. em Lisboa a 2 de setembro de 1874. E' filho de Francisco Antonio Cordeiro da Silva Torres e de D. Maria da Conceição da Silva Rego Cordeiro, já fallecida. Tem collaborado em diversos jornaes, principalmente no *Diario Illustrado* e no semanario *Chiado*, de que foi fundador. Publicou os seguintes livros de versos: *Vibrações, com prefacio do dr. Luiz Antonio Gonçalves de Freitas*, Lisboa, 1897; *Coração meu*, Lisboa, 1900; *Namorados, ante-acto em verso*, Lisboa, 1903. No n.º 26 da 22.ª série da revista *O Recreio*, agosto de 1897, está publicado o retrato d'este escriptor.

Cordeiro *(José Lucas)*. Brigadeiro reformado, secretario da Escola do Exercito, cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, condecorado com as medalhas da guerra peninsular, etc Fal. em abril de 1859. Escreveu: *Relação dos festejos que tiveram lugar em Lisboa, nos memoraveis dias 31 de julho, 1, 2, etc., de agosto de 1826, por occasião do juramento da Carta Constitucional, decretada e dada á nação portugueza pelo seu legitimo rei o sr. D. Pedro IV, imperador do Brazil, por um cidadão constitucional*, Lisboa, 1826.

Cordeiro *(Luciano)*. V. *Sousa (Luciano Baptista Cordeiro de)*.

Cordeiro *(Padre Manuel)*. Jesuita. N. em Abrantes em 1586, fal. em Lisboa a 9 de março de 1649. Depois de professar na Companhia de Jesus, formou-se em Coimbra, regeu a aula de theologia, passou a Roma, onde foi penitenciario da Basilica de S. Pedro. Voltando a Portugal exerceu o cargo de qualificador do Santo Officio. partindo afinal como missionario para Mazagão, Escreveu: *De obligationibus clericorum sæcularium et regularium*, Lisboa, 1646.

Cordeiro *(Manuel Caldas)*. Empregado na Direcção Geral das Contribuições Directas; escriptor e bibliophilo. N. em Lisboa a 25 de setembro de 1869. E' filho de Ayres Gualter Cordeiro e D. Catharina Augusta Pereira Caldas. Depois de frequentar o lyceu passou ao Curso Superior de Lettras, que concluiu em 1896. Tem publicado em Lisboa: *Sonetos*, 1885; *A vigilia, factos da actualidade*, etc., 1886; *Envelhecer*, contos, 1892; *Corações inquietos*, romance, 1893; *Marquez de Pombal (O)*, 1890; *Alexandre Herculano*, 1894; *Anciosos*, romance, 1895; *Summario da philosophia de Spencer*, 1898; *Rainha Santa*, romance, 1903; *As civilisações commerciaes desde a antiguidade até ao fim da hegemonia maritima e commercial dos portuguezes*, dissertação de concurso para os logares de professores das escolas industriaes, 1904. Collaborou em tempo em varias publicações periodicas com o pseudonymo de *Camillo Queiroz*.

Cordeiro *(Sebastião)*. N. em Loulé, foi mestre de humanidades n'esta terra e em Lagos, e deixou manuscriptas em latim e em portuguez varias obras: *Poemata varia*, *Syntaxe nova* e *Comedias*.

Cordeiro. Pov. na freg. de Santo André, de Tellões, conc. de Amarante. distr. do Porto.

Cordeiros. Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro. || S. Pedro, de Riba de Moiro, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Sebastião, de Moiriscas, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Cordém. Aldeia da regedoria do torofo de Bally, no concelho de Quepém, districto de Gôa, na India.

Cordes. Familia nobre originaria de Flandres, que passou a Portugal no tempo de Filippe III, na pessoa de João Baptista Cordes, onde creou familia e deixou descendentes. Tem por armas em campo de ouro dois leões de vermelho rompentes dando as costas um ao outro; orla azul ondada de prata: o timbre é uma cabeça de veado da sua côr com uma campainha de ouro ao pescoço.

Cordes de Avellar *(Antonio)*. Tenente-coronel da administração militar, sub-chefe da 5.ª repartição da Direcção Geral da Secretaria da Guerra, ect. N. a 9 de junho de 1851, assentou praça a 12 de agosto de 1868, sendo promovido a alferes a 12 de outubro de 1875, a capitão a 2 de julho de 1884, a major a 14 de junho de 1895, e a tenente-coronel a 28 de dezembro de 1899. E' official da ordem de S. Bento de Aviz, por serviços distinctos, tem a medalha militar de prata, da classe de comportamento exemplar. Foi ultimamente secretario da direcção do Montepio Geral.

Cordinhã. Pov. e freg. de Santo André, da prov. do Douro, conc. e com. de Cantanhede, distr. e bisp. de Coimbra; 813 hab. e 242 fog. Tem esc. do sexo masc., correio com serviço de posta rural, e uma fabrica de telha. A pov. dista 6 k. da séde do conc. Tinha juiz pedaneo, confirmado pelo juiz de fóra de Coimbra. Os condes de Pombeiro, depois marquezes de Bellas, apresentavam o prior, que tinha 300$000 réis. Pertence á 5.ª div. mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria.

Cordoaria Nacional. V. *Junqueira*.

Cordoeiro. Operario que faz cordas. No antigo regimen das corporações dos officios tinham regimento especial os cordoeiros de obra grossa, de obra delgada, e os de violas.

Cordon *(Francisco Maria Victor)*. Explorador africano, capitão de infantaria da guarnição de

Angola, etc. N. em Extremoz a 15 de março de 1851, fal. em Mafra a 15 de agosto de 1901. Era filho de Jacome da Silva Cordon e de D. Emilia Eugenia das Dores Cordon. Em 1863 veiu residir para Lisboa com sua familia, para se matricular nos estudos. Em 1871, tendo 19 annos de edade, assentou praça como voluntario, a 20 d'agosto, no batalhão de caçadores n.º 5, sendo promovido a alferes em 23 de junho de 1881, a tenente em 21 de janeiro de 1886, e a capitão em 24 de janeiro de 1891. Em 1876 foi nomeado telegraphista das obras publicas para a provincia de Angola, e em 1877, partiu com o posto de alferes a bordo do *India*, para Africa, na expedição mandada pelo governo, com o destino de estudar e construir o caminho de ferro de Ambaca. Cordon foi especialmente commissionado para a construcção da linha telegraphica de Cuanza a Loanda pelo Dondo. A maneira como desempenhou esta importante commissão foi tão distincta que em 1879 recebeu a nomeação de chefe do serviço telegraphico de toda a provincia de Angola, exercendo este cargo até 1882, epoca em que foi nomeado governador do Ambriz, dirigindo conjunctamente as obras publicas, passando em seguida a governar Novo Redondo, e a dirigir as obras publicas das suas dependencias. Foi-lhe tambem confiada a direcção da construcção da ponte sobre o rio Lucalla, um dos trabalhos mais importantes das nossas colonias, e de que elle se houve brilhantemente, apezar das difficuldades com que luctou. Tres annos durou a construcção da ponte, que lhe rendeu os maiores elogios do governo da provincia e do povo da localidade; o governo da metropole o distinguiu com uma portaria de louvor e o habito da ordem de Christo. Voltando a Lisboa, Victor Cordon tornou a partir pouco depois para nova viagem, para Moçambique, encarregado de dirigir uma das expedições que então se estavam organisando para os sertões d'aquella provincia. Foi em 9 de julho de 1888 que saiu de Lisboa a bordo do vapor *Grantuly-Castle*, sendo acompanhado até Quelimane por Antonio Maria Cardoso e Paiva de Andrada. Chegou a Quelimane em 12 de agosto, seguiu na expedição para o Inhamissengo, em setembro seguinte, seguindo depois em pequenas embarcações, Zambeze acima, até perto de Massangane e Grande, onde encontrou o governador, então o sr. conselheiro Augusto de Castilho, que estava ali por causa da guerra do Bonga. Por este motivo se demorou tres mezes em Grande. Terminada a guerra, seguiu a viagem, e a 25 de dezembro chegou a Tete, tomou o Massangane, affluente do Zambeze, e chegando á cachoeira Caulabana, teve de mudar de carregadores, porque n'este ponto se retiraram os que trazia. Esteve depois em Chicoa, Zumbo, cuja viagem foi cheia de contratempos produzidos pela chuva e pela fome; seguiu até Panhame, onde chegou a 8 de junho de 1889, sendo bem recebido pelo regulo Chipuzil, que lhe pediu a bandeira portugueza para o seu povo, declarando que era a unica que reconhecia. Victor Cordon satisfez aquelle pedido, deu-lhe bandeiras, que fôram logo içadas, e recebeu o termo de vassallagem para o rei de Portugal, assignado pelo regulo e os seus grandes. Em Maconde repetiram se as mesmas demonstrações de obediencia por parte do regulo Inhamaconde; depois de grandes festas, o regulo quiz acompanhal-o até á confluencia do Sanhati com o Muffnl, onde residia o regulo Choto. Em 19 de julho do referido anno de 1889 foi que Victor Cordon inaugurou na foz do Sanhati a aringa *Luciano Cordeiro*, e á *Villa Amelia*, inauguração que se celebrou com muitas festas dos regulos e povos da margem esquerda do Zambeze até proximo de Sinamane. Durante quatro mezes que se demorou na Villa Amelia, recebeu a vassallagem de todos estes regulos para o rei de Portugal. Chegando ao termo da sua missão, regressou a Quelimane em dezembro, soffrendo bastantes difficuldades, trazendo concluidos todos os trabalhos em rigorosa conformidade com as instrucções que recebera, e ali teve novas ordens para seguir para a Beira na companhia de Paiva de Andrada, afim de continuar novas expedições na região de Manica. Um telegramma, porém, mandado pelo ministro da marinha, em 21 de janeiro de 1890, lhe ordenava que finalisasse todos os seus trabalhos n'aquella provincia, em consequencia do *ultimatum* inglez, de 11 d'aquelle mez. Partindo então para o continente a bordo do vapor *Loanda*, desembarcou em Lisboa a 20 de abril, em companhia de Serpa Pinto. A direcção e socios da Sociedade de Geographia e os representantes da imprensa fôram cumprimental-os a bordo; no caes da superintendencia do Arsenal da Marinha os esperavam o ministro da marinha, então o sr. conselheiro Julio de Vilhena, muitos officiaes e outros funccionarios publicos. Victor Cordon casou em 7 de janeiro de 1897 com D. Almira de Almeida. Tinha as seguintes honras: gran de cavalleiro da ordem da Torre e Espada em 2 de junho de 1890; benemerito da patria, proclamado na sessão da camara dos deputados de 15 de setembro do mesmo anno; cavalleiro da ordem de Christo, em 10 de novembro de 1887, e de Aviz em 2 de maio de 1894. Tinha tambem a medalha de prata de comportamento exemplar, conferida a 3 de dezembro de 1890. Andava fazendo tirocinio para major na escola pratica de infantaria em Mafra, quando falleceu. Em S. Thomé administrou as propriedades do visconde de Valflôr, e na Guiné fez algumas explorações por conta d'uma companhia suissa.

Francisco Maria Victor Cordon

Cordova *(S. Alvaro de)*. Religioso dominicano. N em Lisboa em 1368, e foi missionario em Hespanha. Sendo chamado para confessor de D. Catharina de Lencastre e de seu filho D. João II de Castella, pouco tempo se demorou na côrte, indo depois viver n'umas montanhas perto de Cordova, onde fundou um convento, no qual falleceu em 1420.

Cordova. Pov. na freg. de S. Pedro, de Paus, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Cordovil. As armas d'esta familia são em campo vermelho uma oliveira cordovil com azeitonas de ouro; perfis tambem de ouro e raizes de prata; a oliveira de sua côr, e junto d'ella um lebreu de prata com uma colleira azul, preso á oliveira por uma cadeia de ouro.

Cordovil (*Padre Antonio da Costa*). Freire da ordem de S. Thiago, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, e prior da freg. de N. S.ª d'Ajuda, de Setubal, onde nasceu, e falleceu em 1679. Nos ultimos annos de vida recolheu-se ao convento d'Arrabida, da ordem de S. Francisco, e ali professou. Publicou em Lisboa, 1673: *Tres Sermões da Conceição da Virgem Nossa Senhora;* e em 1672: *Sermão da Santissima Trindade, prégado em Setubal na egreja de S. Julião á Irmandade dos Clerigos.*

Cordy. Pov. do territorio de Damão, na prov. de Gôa, na India.

Coreitos. Pov. da freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Querença, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Coreixas. Freg. de N. S.ª d'Assumpção, ha muito tempo reunida á de S. Vicente, de Irivo, formando uma só freg. Em Coreixas está a torre e casa nobre dos Brandões, de origem britannica. Foi aqui o seu solar. A terra é fertil e regada pelo rio Cavallum. V. *Irivo e Coreixas.*

Coreixas de Baixo e **de Cima.** Duas povoações na freg. de S. Vicente, de Irivo, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Côres heraldicas. V. *Brazão.*

Côres nacionaes. V. *Bandeira nacional.*

Corete. Ilha do archipelago de Bijagós, na costa da Guiné. Com os ilhéos Xoga, Babug, Rinban e outros, fórma um pequeno archipelago conhecido pelo nome de *Ilhéos dos Porcos.* Tambem lhe chamam *Esteiro.*

Corga. V. *Cabana.*

Corga. Povoações nas freguezias: N. S.ª do O, de Aguas Santas, conc. da Maia, distr. do Porto. || Santa Maria, de Arga de Baixo, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro. || N. do O, de Cadima, conc. de Cantanhede, distr de Coimbra. || N. S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || Santa Leocadia, de Fradellos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Thiago, de Lobão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Clemente e conc. de Loulé; distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição e conc. de Mação, distr. de Santarem. || Santa Maria de Paços, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Pindo, conc. de Penalva do Castello, distr de Vizeu. || Santa Maria, de Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Sebastião, de Queiriga, conc. de V. N. de Paiva, distr. de Vizeu. || Santa Maria Maior e conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Corga da Louça. Pov. na freg. de S. Domingos, de Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Corga do Norte e **do Sul.** Duas povoações na freg. de N. S.ª do Amparo, de Vallega, conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

Corgão. Pov. da regedoria e prov. de Pernéın, Novas Conquistas, na India. V. *Curgão.*

Corgas. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Arada, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Cabreiros, conc. e distr. de Braga. || S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Fornos, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de S. João da Madeira, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. André, de Palme, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Luzia, de Pomares, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco. || S. Pedro, de Sandomil, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Corgas Bravas e **Menta.** Dois logares reunidos na freg. de S. Braz d'Alportel, districto de Faro.

Corge. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || Quintas na freg. de N. S.ª da Conceição, do mesmo conc. e districto.

Corges (*Casal do*). Na freg. de Santo André, de Boidobra, conc. de Covilhã, distr. de Castello Branco.

Corgo. Pov. e freg. de S. Romão, da prov. do Minho, conc. e com. de Celorico de Basto, distr. e arceb. de Braga; 512 hab. e 146 fog. A egreja matriz dista 8 k. da séde do conc. e está situada proximo da estrada real de Fafe á ponte de Cavez. A terra é fertil em centeio, boas fructas e excellente vinho verde. O rio Bouro rega esta freguezia. Pertence á 6.ª div. mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Adaufe, conc. e distr. de Braga. || Santa Marinha, de Alquerubim, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro. || S. André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || S. Thiago, de Areias, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Maria, de Lamoso, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Longos Valles, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Nogueira e S. Claudio, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Cypriano, de Paços de Brandão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Pedome, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. na ilha da Madeira, na freg. de Bom Jesus, de Ponta Delgada, conc. de S. Vicente, distr. do Funchal. || S. Adrião, de Santão, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Vicente de Pereira Jusan, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Encarnação, de Villarelho, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Rio na prov. de Traz-os-Montes. N. junto de Villa Pouca de Aguiar, passa por Villa Real, onde tem uma boa ponte de cantaria, e entra no rio Douro, com 40 k. de curso, quasi sempre arrebatado. || Serra do distr. de Villa Real. Fica proximo de Villa Pouca d'Aguiar, e tem 12 k. de comprimento e 1:303 m. de altura.

Corgo d'Agua (*Herdade do*). Na freg. de N. S.ª das Reliquias, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Corgo Commum. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Ilhavo, distr. de Aveiro.

Corgo Covo. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Corgo do Enxeiro. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Corgo do Pito. V. *Cabana.*

Corgo do Seixo de Baixo e **de Cima.** Duas

povoações na freg. de S. Thiago e conc. de Vagos, distr. de Aveiro.

Corgos. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Febres, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Corgos de Santa Luzia e **Corgos de Monte Sêcco.** Duas povoações na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Corigos. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Corim. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Aguas Santas, conc. da Maia, distr. do Porto.

Corimbra *(Barra de).* Uma abertura entre o extremo sul da ilha de Loanda e a peninsula que se estende desde a ponta das Palmeirinhas. Antes de 1850 esta barra dava entrada a embarcações d'alto bordo que se destinavam ao porto de Loanda, mas d'ahi para cá tem diminuido o seu fundo de modo que actualmente só pódem aproveitar-se d'esta barra pequenas lanchas que fazem a navegação de cabotagem entre Loanda e o rio Cuanza. Na baixa-mar d'aguas vivas a barra tem apenas um e meio metro d'agua.

Coriombua. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Coriscada *(Francisco Joaquim da Silva Campos e Mello, 1.º visconde da).* Importante industrial. N. a 5 de janeiro de 1824, fal. a 13 de maio de 1876. Era filho de Francisco Antonio da Silva, proprietario e negociante, e de sua mulher, D. Anna Joaquina de Campos. Foi proprietario d'uma das mais importantes fabricas de lanificios da Covilhã, e contribuiu poderosamente para o progresso da industria, introduzindo na sua fabrica os mais notaveis aperfeiçoamentos. Fundou tambem differentes estabelecimentos de caridade. Casou, em 1845, com D. Maria da Luz da Silva Campos e Mello, sua sobrinha, filha de seu irmão Daniel José da Silva Campos e Mello, bacharel formado em Medicina, e de sua mulher, D. Josepha Guilhermina Mendes Caldas. Enviuvou em julho de 1857, e passou a segundas nupcias, em 1859, com outra sua sobrinha, D. Carolina Eugenia da Silva Campos e Mello, filha d'outro seu irmão, José Maria da Silva Campos e Mello, commendador da ordem de Christo, e proprietario, e de sua mulher, D. Carolina Amalia de Carvalho Veiga. O visconde da Coriscada teve 2 filhos do 1.º matrimonio e 4 do 2.º. O actual visconde tem o nome de seu pae, foi o 2.º filho do 2.º matrimonio e nasceu a 9 de março de 1872. Foi agraciado com o titulo de visconde por el-rei D. Luiz, por decreto de 14 e carta de 31 de setembro de 1870. O seu brazão, concedido por alvará de 1 de julho de 1871, é o seguinte: Escudo esquartelado; no primeiro quartel, em campo de prata, um leão de purpura rompente, armado de azul, e assim o seu alterno; no segundo quartel, em campo de prata, cinco arminhos negros; no terceiro quartel, em campo vermelho, uma dobre cruz de ouro firmada em orla do mesmo metal; timbre, um leão de purpura rompente armado de azul.

Coriscada. Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Mêda, distr. da Guarda, bispo de Lamego; 562 hab. e 147 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 14 k. da séde do conc. e está situada em planicie, na estrada de Marialva a Pinhel, proximo da margem esquerda da ribeira de Massueime. Foi do conc. de Marialva, que se supprimiu em 24 de outubro de 1855, passando para o de V. N. de Foscôa, e em 18 de dezembro de 1872 ficou pertencendo ao de Mêda. O abbade de S. Thiago, de Marialva apresentava o cura, que tinha 30$000 réis. A terra é fertil em trigo, centeio e cevada. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Corisco. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || Bahia do golfo dos Mafras, Africa Occidental. Está situada entre as ilhas de S. Thomé e Principe, e tem 50 k. de N a S, e 20 de E a O. Se não estivesse semeada de ilhéos, baucos e pedras, que a tornam difficilmente navegavel, seria a melhor bahia da costa occidental africana. Desaguam n'ella 2 rios, um a N E, o Angra ou de Mooney, e outro a S O, o Moondah.

Coritello. Pov. nas freg. de S. Pedro Fins, conc. da Maia, distr. do Porto.

Corjuem. Ilha da prov., distr. e com. das Ilhas de Gôa, arceb. de Gôa, India, formada pelas circumvoluções do rio Mapuçá, ao N da ilha Chorão. Foi submettida em 1706 pelo vice-rei do Estado da India Caetano de Mello, que a mandou fortificar.

Corlá. Pov. da prov. de Bally, 4.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India.

Corlim. Pov. e freg. de S. João de Sahagu, na ilha de Gôa, prov., distr. e com. das ilhas, arceb. de Gôa, India, a E da cidade de Gôa. Tem escola. || Pov. da regedoria de Mapuçá no conc. de Bardez, distr. de Gôa, na India.

Cormoli. Pov. da freg. de Satary, 2.ª das Novas Conquistas, distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, na India.

Cormonem. Torofo da prov. de Embarbacem, 3.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, na India.

Cornaga. Pov. na freg. de S. Silvestre e conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

Cornalheira. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Fonte Longa, conc. de Mêda, distr. da Guarda.

Cornejo. Familia, que tem por armas um escudo terciado em pala; na primeira de vermelho uma torre de prata lavrada de negro, e sobre ella uma aguia negra voante; na segunda de azul um pilar de prata, e sobre elle uma cruz de ouro floreada; a terceira dividida em faxa, na primeira cinco cornejas negras em aspa olhando umas para as outras, com pés e bicos vermelhos, na segunda de vermelho duas bandas de ouro; o timbre é a aguia.

Cornejo *(Belchior).* Grande latinista, que viveu no tempo de D. João III e de D. Sebastião. Era uma das illustrações da Universidade de Coimbra, onde foi lente de Canones. Esteve no concilio de Trento, como secretario da embaixada de Portugal, e proferiu um notavel discurso em latim. Em 1558 foi despachado prior da freg. de S. Pedro de Souto, no termo da Covilhã.

Cornes. Pov. e freg. de S. Pantaleão, da prov. do Minho, conc. e com de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 732 hab. e 164 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada n'um valle. Foi primitivamente abbadia, metade dos duques de Caminha e metade dos jesuitas, dada por D. João III. Sendo extincto o ducado

de Caminha em 1641, passou, assim como todos os seus bens, para a Casa do Infantado, e acabando a Companhia de Jesus, em 1759, ficou tudo incorporado na referida casa. A terra é fertil, e tem grande abundancia de ginjas e cerejas. Foi annexada ao conc. de Valença, por decreto de 12 de julho de 1895, que supprimiu o de V. N. da Cerveira, mas voltou a este por ter sido restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. Cornes pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. ‖ Pov. na freg. de S. Martinho, de Espiunca, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. E' pov. muito antiga, foi villa, tendo antigamente o nome de *Cornias*. Em maio de 1139, D. Affonso Henriques doou o *reguengo da sua villa de Cornias, aguas vertentes ao rio Paiva, no territorio de Coimbra*, a Affonso Paes e sua mulher, Maria Affonso. A doação diz no *territorio de Coimbra*, porque então o bispo d'esta diocese administrava tambem os bispados de Vizeu e Lamego; mas Cornes foi sempre d'este ultimo bispado. Ha aqui uma capella antiquissima, de S. Pelagio, ou S. Paio.

Cornide. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Navarra, conc. e distr. de Braga.

Cornidos. Pov. na freg. de S. Estevão, de Villela, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Corno *(Ponta do)*. Ponta ou cabo situado na costa N da ilha do Sal, no archipelago e prov. de Cabo Verde.

Corno do Bico. Serra do distr. de Vianna do Castello, situada a O da serra de Miranda. Tem 3 k. de extensão.

Côro. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Corôa. Ornamento em fórma circular, para cingir a cabeça, como enfeite ou como signal de distincção. As corôas são de soberania e de nobreza. Entre as de soberania, a corôa papal é a pri-

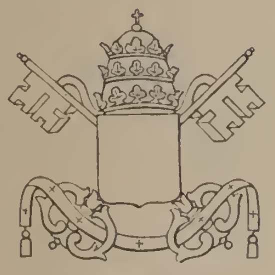

Corôa e brazão pontifical

meira, pelo seu duplo symbolismo espiritual e temporal. A corôa papal é tripla e toma o nome de *tiara*; é um barrete alto, pyramidal ovado, redondo, cingido por uma corôa ducal triplicada, a segunda das quaes foi accrescentada por Boni-

Corôa de duque

Corôa de marquez

facio VIII, e a terceira por Bento XII, terminando no cimo por um globo no qual se firma uma cruz. As corôas da nobreza são: de duque, de marquez, de conde, de visconde e de barão. A corôa de duque é um circulo de ouro enriquecido de pedras preciosas e sustentando oito grandes florões de folhas de aipo Os duques, principes ou de casa principesca, collocam esta

Corôa de conde

Corôa de visconde

corôa sobre um barrete ou coifa de velludo vermelho, terminado por uma perola, uma borla, ou uma cruz. A corôa de marquez é um circulo de ouro de quatro florões, alternados cada um de tres pérolas em fórma de trevo. A corôa de con-

Corôa de barão

Corôa mural antiga

de é um circulo de ouro que sustenta dezoito perolas, das quaes só nove são apparentes. O circulo é guarnecido de pedraria. A corôa de visconde é um circulo sustentando só quatro pérolas das quaes tres só são visiveis. A corôa de

Corôa mural moderna

Corôa naval

barão é um circulo de ouro entretecido de pérolas enfiadas, postas em banda, em seis espaços eguaes, tres a tres. Entre as corôas antigas encontra-se uma corôa mural, concedida áquelle que era o primeiro a subir á muralha de uma cidade

Corôa civica

Corôa vallar

sitiada; é de ouro, com o circulo carregado de dez leões pequenos de verde e sobrepujado de torres com ameias. Uma corôa civica, feita de ramos de carvalho verde, era concedida a todo aquelle que salvava a vida a um cidadão. Uma corôa naval, feita de um circulo de ouro rematado por prôas e pôpas de navios, que pertencia ao que n'uma abordagem era o primeiro a pôr pé no navio inimigo. Uma corôa vallar, de ouro, cingida de estacas era a recompensa d'aquelle que primeiro investia a paliçada do acampamento inimigo. As corôas muraes actualmente usadas, com destino aos escudos e brazões de armas das cidades, são formadas de pannos de muro rematada por ameias.

Corôa. Moeda de ouro, mandada cunhar por el-rei D. Duarte. Havia *corôas velhas* e *corôas de França*, que valeram 216 réis até ao reinado de

D. Manuel, passando a valer sómente 120 réis, e desapparecendo no tempo de D. Sebastião. O rendimento da casa do condestavel D. Nuno Alvares Pereira, uma das mais ricas, se não a mais rica de Portugal, era de 300 corôas de ouro, ou 64$800 réis. Hoje chama-se vulgarmente *corôa* ás moedas de 500 réis, mas a antiga *corôa de prata* é a moeda de dez tostões, chamando-se *meia corôa* á de cinco tostões. A *corôa de ouro* é a moeda de dez mil réis, chamando-se *meia corôa* de ouro á de cinco mil réis.

Corôa. Pov. na freg. de S. Martinho, de Bougado, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Serra do distr. de Bragança. Fica proximo á fronteira da Galliza, e tem 1:277 m. de altitude.

Corôa de Bette. Baixo situado na margem esquerda do rio de S. Domingos, no distr. da Guiné, prov. de Cabo Verde. Está fronteiro ao rio de Jatta, cuja foz obstrúe.

Corôa do Logar. Pov. na freg. de Santa Maria, de Fregim, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Corôa de ouro. V. *Dez mil réis.*

Corôa de prata. V. *Dez tostões.*

Corôa real. E' constituida por um circulo de ouro, enriquecido de pedras preciosas com oito florões semelhando folhas de aipo, realçados de uma pérola, levantados e cobertos de outros tantos diademas, carregados de pérolas e fechados em cima, e sobre ellas unido á parte em que se juntam um globo de ouro, cruzado com uma cruz plana do mesmo metal. Como as corôas se põem nos escudos de frente, não apparece senão metade dos seus adornos e assim dos oito diademas só se vêem tres e dois meios. Vê-se ainda dentro da corôa real o *barrete* do pavilhão, que é um armamento exterior das armas que inclue e cobre o escudo dos reis e soberanos que não dependem senão de Deus e da sua espada. O cimo do pavilhão fórma o *barrete* e as cortinas fórmam o manto. Foi D. Sebastião que em Portugal fechou a corôa real, que até então se representa sempre aberta.

Corôa real

Corôa de Rei. Ilha que faz parte do distr. e com. de Inhambane, na prov. de Moçambique, arceb. de Gôa, Africa Oriental, ao N da Ilha Mafarrume.

Coroado. Pov na freg. de S. Bartholomeu, de S. Gens, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Coroado. V. *Pilarte.*

Coroados. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Ceissa, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Corôas de Guiagé. Rochas ou saltos, que atravessam de lado a lado o leito do rio Geba, no distr. da Guiné.

Coroinha. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Barrô, conc. de Rezende. distr. de Vizeu. || Santa Marinha de Zezere. conc. de Baião, distr. do Porto.

Corombely Chandgem. Pov. da freg., e conc. de Bardez, arceb. de Gôa, na India.

Corona. Ribeira do distr. de Lisboa, N. no monte de Atalaia, proximo de Grandola, e depois d'um curso de 30 k., junta-se com a ribeira de Alvalade, formando ambas a ribeira da Rocha.

Coronado. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Douro, conc. e com. de Santo Thirso, distr. e bisp. do Porto; 1:184 hab. e 296 fog. Tem esc. do sexo masc. A egreja parochial distr. 13 k. da séde do conc., e está situada n'uma collina, que se levanta no valle de Coronado. Era dos monges benedictinos de Santo Thirso. O papa, o bispo do Porto e o abbade de S. Romão de Vermoim, apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 600$000 réis de renda. O abbade de Vermoim era obrigado a ir, acompanhado *de todos os seus creados, cavalgaduras, cães e gados*, assistir á missa que se celebrava n'esta freguezia no dia de S. Mamede. O abbade de Coronado dava de jantar a todos, e offerecia ao de Vermoim, que estava de sobrepeliz e estola, sete varas de *bragal*, que elle media e acceitava, tornando depois para a sua freg. A terra é fertil e tem muito gado. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8. com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Romão, da prov. do Douro, conc. e com. de Santo Thirso, distr. e bisp. do Porto; 667 hab. e 137 fog. Tem est. post. A pov. dista 14 k. da séde do conc. e está situada junto das nascentes do rio Leça. A terra é fertil, e tem muito gado. Passa aqui o rio de S. Romão. A egreja é no logar da Mamôa. O ordinario e o collegio dos jesuitas de Evora, apresentavam o abbade, que tinha 320$000 réis Desde 1759 até 1834, ficou sendo só a apresentação do ordinario. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 8, com a séde em Braga. Tem est. do caminho de ferro, na linha do Minho, só com o nome de S. Romão, entre os apeadeiros de S. Fructuoso e da Portella.

Corlim. Regedoria do conc. das Ilhas, distr. de Gôa, na India, comprehendendo as parochias de Corlim e Carambolim.

Coronel. Appellido que, segundo alguns autores, veiu de Hespanha trazido nos principios da monarchia, na pessoa de Pedro Coronel, genro de D. Paio Guterres. As suas armas são, em campo azul cinco aguias de ouro em aspa, a do meio coroada com corôa de ouro. Outros autores dizem que este appellido vem d'uma familia aragoneza, que veiu para Portugal no tempo de D. Sancho I, e que as suas armas são em campo de ouro cinco gralhas de prata em sautor; o timbre uma das gralhas. Da cidade de Segovia, na Castella-a-Velha, passou a Portugal D. Tristão Reimão Coronel na qualidade de embaixador. Casou aqui e d'elle descende por linha recta Antonio Gomes da Matta, que fundou o solar do Correio-Mór junto a Loures. Tinha brazão d'armas incompleto, que é o primeiro acima indicado. A Nicolau Coronel, que tambem veiu de Hespanha, mandou D. Manuel registar as suas armas nos livros da nobreza, em brazão incompleto: em campo de prata cinco aguias de negro em aspa. Timbre uma das aguias das armas. Ainda outros fidalgos d'este appellido traziam escudo esquartelado; no primeiro e quarto as armas dos Leitões, e no se-

gundo e terceiro as primeiras armas acima referidas dos Coroneis.

Coronel ou colonel. Dá-se na armaria este nome á corôa, ou ornato, que os titulares costumam pôr nos brazões sobre o escudo para melhor mostrar o grau da sua gerarchia. Alguns autores heraldicos entendem que se lhe deve chamar *colonel*, porque *coronel* é cousa muito differente. V. *Corôa* e *Timbre*.

Coronel. Official que commanda um regimento de infantaria, cavallaria ou artilharia.

Coronel do mar. Posto na marinha de guerra do reino no seculo XVIII, equivalente ao de brigadeiro no exercito.

Coronheiro. Operario que faz as coronhas das espingardas. No antigo regimen dos officios tinha regimento especial.

Coroque. Rio da Africa Occidental. Nas suas margens encontram se uns arcos naturaes que são muito curiosos. São talhados na extremidade d'um rochedo, que é ao mesmo tempo o limite d'uma extensa collina d'alguns milhares de metros, a qual faz parte das margens da lagôa Prande e rio Coroque. O arco maior tem cêrca de 12 m. de altura e o outro uns 8 metros.

Corotello. Pov. na freg. de S. Julião, de Freixo, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Corpo de Deus. Foi o papa Urbano IV quem instituiu em toda a egreja christã a solemnidade do *Corpus Christi* pela bulla de 11 de agosto de 1264. Nos ultimos annos do reinado de D. Affonso III é que parece ter começado em Portugal esta festividade. D. João I ordenou que a imagem de S. Jorge, como padroeiro do reino, acompanhasse a procissão, vestido de ferro, ao uso do seu tempo, e montado n'um cavallo bem ajaezado, seguido d'um pagem, d'um alferes com a bandeira real, e de todo o estado de sua casa. Foi em 1387 que a procissão saiu pela primeira vez com todo este apparato. Depois da tomada de Ceuta, tambem o referido monarcha ordenou, para commemorar este facto, que se incorporassem na procissão alguns pretos tocando charamellas e tambores. Além do cabido da Sé e numerosas communidades de frades, figuravam n'aquelle alegre cortejo muitas allegorias, algumas das quaes bem profanas. No 2.º vol. do *Monge de Cistér*, de Alexandre Herculano, vem uma descripção curiosa da procissão n'esta epoca. Data do tempo de D. Manuel o seu maior luzimento e apparato, que no reinado de D. João V attingiu o maior esplendor e magnificencia com a reforma que lhe fez, prohibindo todas as figuras, que lhe faziam perder o caracter religioso, conservando, comtudo, o estado de S. Jorge e os pretos com as suas charamellas. Este estado era imponente, pelo numero, qualidade e luxo dos cavalleiros e cavallos. A escolta de S. Jorge era tambem formada de cavalleiros e peões vestidos de ferro. Ficou celebre pelo extraordinario brilho com que se realisou a procissão em 1719. D'ella existe curiosa e interessante descripção no tomo XI do *Gabinete historico* de fr. Claudio da Conceição, que a copiou da *Historia Critico-chronologica da Instituiçam da Festa, Procissam e officio do Corpo Santissimo de Christo no Veneravel Sacramento da Eucharistia* pelo dr. Ignacio Barbosa Machado, impressa em Lisboa no anno de 1759. Da leitura d'este trabalho se infere a incerteza da epoca em que começou a procissão, pretendendo alguns autores que só depois da instituição papal se começasse fazendo o cortejo religioso. Com a procissão que se fazia em Lisboa dispendia o senado da camara enormes quantias, e os moradores da cidade eram obrigados a ornamentar as ruas por onde ella passava. São muito interessantes os documentos agrupados pelo sr. Freire de Oliveira no tomo I, pag. 432, e seguintes, dos seus *Elementos para a historia do Municipio de Lisboa*. O que sobretudo tornava esta procissão muito curiosa e pittoresca, eram as corporações dos officios mechanicos com as suas *invenções*, bandeiras, carros, allegorias e danças. Ainda hoje o estado de S. Jorge é uma das notas salientes do cortejo, que está muito reduzido e decahido da antiga magnificencia. Todavia a assistencia dos soberanos e da côrte dá um notavel brilho e luzimento á pequena procissão, que se effectua em redor da velha sé de Lisboa. A festa do Corpo de Deus era uma das mais populares. Ainda no começo do seculo XIX a concorrencia na vespera, á noite, se tornava notavel pelas ruas por onde costumava passar a procissão. As janellas, ornadas de sanefas e illuminações, realçavam pelas damas que passavam ali a noite dando motes aos poetas, que da rua improvisavam versos, dirigindo-lhes amabilidades. No 2.º acto da comedia *Os primeiros amores de Bocage*, de José da Silva Mendes Leal, vem descripta uma d'estas noites. A procissão saía de manhã; toda a guarnição militar de Lisboa se reunia no antigo Passeio Publico, desfilando depois pela rua Aurea, formando alas pelas ruas por onde ella passava. Sendo transferida para de tarde, ha bastantes annos, perdeu muito da influencia, e ainda mais, quando ficou reduzida a percorrer apenas o largo da Sé, como dissémos. E' um documento notabilissimo, e como tal reproduzido por Pedro Ribeiro nas suas *Dissertações chronologicas*, o *Regimento* feito para a procissão do Corpo de Deus na cidade do Porto em 15 de julho de 1621. No archivo municipal de Coimbra existe outro de 1517, cujo titulo é o seguinte: *Regimento da festa do Corpo de Deus e de como hão de ir os officios cada um em seu logar*, egualmente publicado nas *Dissertações*. Tambem se conhecem os extractos dos regimentos d'esta procissão em Braga e outras cidades, cujas camaras tinham obrigação de a celebrar. De todos se tiram curiosas informações historicas.

Corpo Santo. Pov. na ilha da Graciosa, da freg. e conc. de Santa Cruz, distr. de Angra do Heroismo.

Corporações operarias. V. *Casa dos Vinte e Quatro*.

Corpus Christi. V. *Corpo de Deus*.

Corqui. Pov. da prov. de Satary, 2.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Bardez, arcebisp. de Gôa, na India, situada no centro da provincia.

Corralões. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Corrêa. V. *Correia*.

Corrêas. Pov. na freg. de N. S.ª da Ribeira, de Outeiro da Cortiçada, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

Corredoura. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. ‖ Santa Maria, de Canedo, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga ‖ S. Pedro, da

Castanheira, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Santo Isidoro, de Cavernães, conc. e distr. de Vizeu || N. S.ª da Consolação, de Cezimbra-Castello, conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa. | S. Thiago, de Cossourado, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro e conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || Santa Maria do Castello, de Evora-Monte, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Ferreiros, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Thiago, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Comba, de Fornellos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || O Salvador, de Freixo de Baixo, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Vicente, de Giella, conc. de Arcos de Val-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Goães, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Christovão, de Gondomil, conc. de Valença, distr de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de S. João de Rei, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Lanhezes, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Christina, de Meutrestido, conc. de V. N. da Cerveira, do mesmo distr. || S. Miguel do Pinheiro, conc. de Mertola, distr. de Beja. || Santa Eulalia, de Oliveira do Douro, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Thirso, de Paramos, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. João Baptista e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || S. Pedro, do mesmo conc. e distr. || S. Lourenço, do Prado, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Recezinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Clemente, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Martha, de Serdedello, conc. de Ponte do Lima. distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria Maior, de Tarouquella, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Tebosa, conc. e distr. de Braga. || S. Miguel, de Thaide, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Torquato, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Vicente de Lafões, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. | S. Vicente do Paul, conc. e distr. de Santarem. || S. André, de Victorino dos Piães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Purificação, de Villa Chã, conc. de Maceira de Cambra, distr. de Aveiro. || S. Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Corredoura de Baixo e **de Cima.** Duas povoações na freg. do Salvador, de Ruivães, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Corredoura de Dentro. Pov. na freg. de S. Cosme e S. Damião, de Lobeira, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Corredouras. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Nogueira e S. Claudio, conc. e distr de Vianna do Castello.

Correeira. Pov. na freg. de S. Thomé, de Lamas, conc. do Cadaval, distr. de Lisboa.

Corregacho. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Corregainho. Pov. na freg. de Santa Maria, do Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Corregato. Pov. na freg. de N. S.ª de Rossas, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Corregedor. Magistrado cujas attribuições eram em parte correspondentes ás do actual juiz de direito. Foi no seculo XIV que principiou a apparecer em Portugal este termo designando os magistrados superiores que governavam as camaras, e tinham superintendencia sobre as justiças ordinarias dos concelhos, fiscalisavam, defendiam os direitos da Corôa, devendo fazer visitas periodicas ás terras sujeitas á sua jurisdicção, para vêr o modo como se administrava a justiça. Nos *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, vol. II, pag. 29, está publicado o extenso e curiosissimo regimento que D. João I deu aos corregedores. || *Corregedor do crime*, juiz com funcções civeis e criminaes nos bairros de Lisboa e Porto. || *Corregedor do crime da Côrte e Casa*, o primeiro magistrado da Casa da Supplicação.

Correia. Esta familia provém de Paio Ramiro, que veiu para Portugal com o conde D. Henrique, e de quem foi terceiro neto D. Paio Peres Correia, mestre de Santiago. Tem por armas um escudo, em campo de ouro fretado de correias sanguinhas repassadas umas por outras de seis peças, tres em banda e outras tres em contrabanda; tem por timbre dois braços armados de prata com as mãos abertas e as palmas para a frente, atadas pelos pulsos com uma correia sanguinha. Os Correias de Bellas teem por armas em campo vermelho uma cruz de ouro firmada no escudo, e nos quatro vãos cada um com a sua flôr de liz do mesmo metal; o timbre é o dos Correias.

Correia *(Affonso)*. Conego da Sé da Guarda, formado, não se sabe bem, se na faculdade de Theologia, ou direito Canonico ou Civil, pela Universidade de Coimbra. Publicou em 1553 uma *Prosodia*.

Correia *(Amador)*. Jesuita, que viveu no collegio de S. Paulo, de Gôa, e escreveu tres cartas, em 1561, 1565 e 1566, para os seus padres na Europa, dando noticia dos progressos das missões.

Correia *(Padre André Antonio)*. Presbytero secular, professor de Rhetorica e Poetica na cidade do Porto, onde fal. a 25 d'outubro de 1822. Deixou impressa uma *Dissertação chronologico-critica sobre os annos de Christo*, Porto, 1822; saiu com o nome de Phitotheoro Duriacola.

Correia *(Antonio)*. Official-mór da secretaria de estado em Lisboa, no tempo do dominio hespanhol, e durante o governo da duqueza de Mantua; exercia este cargo debaixo das ordens de Miguel de Vasconcellos em 1 de dezembro de 1640, e quando rebentou a revolução, correu ao estrondo dos tiros, sendo encontrado por D. Antonio Tello, um dos fidalgos conjurados, que lhe vibrou umas poucas de punhaladas deixando-o por morto; porém Antonio Correia pôde arrastar-se por uma escada, cujos degraus encheu de sangue, até um quarto do pavimento inferior, onde conseguiu ser soccorrido, vivendo ainda alguns annos.

Correia *(Fr. Antonio)*. Religioso da ordem da Trindade, doutor e lente de Theologia na Universidade de Coimbra, sendo jubilado em 1685. N. em Lisboa, e fal. em Coimbra, de edade muito avançada, a 11 de janeiro de 1693. Era filho de Alexandre Correia e de Maria Ferreira. Professou no convento de Lisboa a 10 de junho de 1638. Foi provincial da sua ordem por duas vezes, em 1667 e em 1683; ministro no convento de Lisboa, qualificador do Santo Officio, examinador das ordens militares, synodal no bispado de Coimbra, e vice-reitor da Universidade. Escreveu: *Fama posthu-*

ma do veneravel Fr. Antonio da Conceição, Trinitario, Lisboa, 1658; *Trilogio catholico, exposto em tres sermões:* 1.º, do *Auto da Fé que se celebrou em Coimbra a 15 de janeiro de 1682;* 2.º, do *Desaggravo do Santissimo Sacramento no caso de Odivellas em maio de 1671;* 3.º, pelo *Desaggravo do Santissimo Sacramento na freguezia de Santa Engracia a 17 de janeiro de 1664*, Lisboa, 1682. Publicou mais alguns sermões em Lisboa e em Coimbra, e deixou tambem uns manuscriptos em latim.

Correia *(Fr. Antonio)*. Eremita calçado de Santo Agostinho, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, reitor do collegio da mesma cidade, e no de Braga; arcebispo primaz da Bahia, etc. N. no Porto em 11 de outubro de 1721, fal. na Bahia em 1802. Professou a 14 de setembro de 1738; foi nomeado arcebispo a 16 de agosto de 1779, sendo sagrado a 9 de abril de 1780. Era considerado como um dos maiores theologos do seu tempo. Deixou impressos tres sermões e uma pastoral.

Correia *(Antonio Januario)*. Pintor contemporaneo muito considerado, que falleceu a 13 de maio de 1901, em edade avançada. No tempo das nossas luctas civis, largou os seus pinceis para empunhar a espingarda, como voluntario, no batalhão nacional em defeza da liberdade. Como paizagista, são d'elle as decorações de algumas salas do palacio Saldanha, em Cintra, as pinturas da chamada carruagem da Corôa (coche da Casa Real), que lhe mereceu ser agraciado por el-rei D. Luiz com a ordem de S. Thiago, e dois quadros, representando um a partida de Vasco da Gama para a India, e o outro a sua chegada ali, quando o Samorim o recebeu. Era intimo de Gomes de Amorim e de Carlos Relvas. Foi um dos nossos derradeiros pintores *frescantes*, conhecendo a fundo o segredo da pintura a fresco. Conhecia tambem muito a arte heraldica e a elle se devem os desenhos dos brazões que illustram a obra *Resenha das familias titulares e grandes de Portugal*, Lisboa, 1883 e 1890.

Correia *(Ayres)*. Feitor de Calicut. Foi para a India na armada de Pedro Alvares Cabral, tendo já sido nomeado para exercer aquelle cargo n'uma feitoria, de que Alvares Cabral ia encarregado de fundar, a qual era a primeira que os portuguezes estabeleciam na India. Os moiros não tardaram a assaltar a feitoria, que Ayres Correia defendeu corajosamente. Reconhecendo, porém, ser impossivel a victoria, em vista de serem numerosas as forças do inimigo, propoz aos seus companheiros o abrir-se um caminho até á praia. Esta heroica resolução cumpriu-se, mas os valentes que a praticaram, morreram quasi todos no caminho, ficando entre os mortos o bravo feitor Ayres Correia. Salvou-se um seu filho, creança de 12 annos, que foi depois um dos heroes das nossas guerras indianas, Antonio Correia Baharem. V. *Baharem*.

Correia *(Fr. Ayres)*. Religioso dominicano da ordem dos prégadores, que viveu nos seculos XVI e XVII. Era filho de Balthazar Correia e de Izabel Sequeira. Foi prior no convento d'Aveiro em 1581, e depois no de Lisboa, e qualificador do Santo Officio. Tinha fama de grande theologo. e deixou manuscriptos varios commentarios da *Biblia* em latim.

Correia *(D. Diogo)*. Bispo de Ceuta e de Portalegre. Era natural de Braga, e sobrinho do arcebispo D. Fr. Bartholomeu dos Martyres. Sendo bispo de Ceuta, foi transferido para a dioeese de Portalegre pelo papa Clemente VIII, a instancias de Filippe II de Hespanha. Tomou posse a 19 de julho de 1598, e governou o bispado perto de 16 annos, tornando se notavel pela sua muita caridade com os pobres, com os quaes repartia tudo, até o proprio fato. N. em 1534, e fal. a 9 de outubro de 1614, na edade de 80 annos. Ficou sepultado na capella mór da sé de Portalegre.

Correia *(Domingos José)*. Coronel do estado maior de cavallaria. N. em Chaves a 15 de janeiro de 1847. Assentou praça aos 16 annos de edade, a 9 de março de 1863, cursando a Escola do Exercito, sendo despachado alferes para cavallaria n.º 6, aquartelada em Chaves, a 4 de janeiro de 1871; promovido a tenente em 23 de agosto de 1876, a capitão em 31 de outubro de 1884, a major em 30 de dezembro de 1893, a tenente-coronel em 1 de agosto de 1895, e a coronel para o estado maior da arma, a 19 de julho de 1901, sendo, passado algum tempo, nomeado commandante do regimento de cavallaria n.º 9, com a séde no Porto. Pertenceu á commissão encarregada da revisão do codigo de justiça militar e regulamento disciplinar do exercito, e collaborou no opusculo intitulado *Trabalhos preliminares* da referida commissão, sendo o autor das duas primeiras partes que comprehendem a exposição feita ao ministro da guerra, e o relatorio ácerca da penitenciaria de Coimbra. O sr. coronel Domingos Correia é um militar disciplinador, de profunda erudição, gozando das maiores sympathias; quer como chefe da repartição de justiça no quartel general, quer como ajudante de ordens, quer ainda como promotor de justiça e defensor officioso no conselho de guerra da 3.ª divisão militar, impoz-se sempre pelo seu caracter bondoso e recto, e amor ao trabalho. Tem as seguintes honras: commendador de S. Bento de Aviz, e official da mesma ordem, por serviços distinctos; official de S. Thiago; é condecorado com as medalhas de prata de bons serviços e de comportamento exemplar, e com as cruzes de 1.ª e de 2.ª classe do Merito Militar de Hespanha, que lhe fôram concedidas como homenagem ás suas obras de jurisprudencia militar pelo ministro da guerra de Hespanha. Escreveu: *Elementos de processo criminal militar, com uma carta prefacio do ex.^{mo} sr. dr. Antonio Ferreira Augusto, secretario da Procuradoria Regia junto da Relação do Porto*, etc., Porto, 1884; *Revista de jurisprudencia militar*, Porto, 1886; *Novo regulamento disciplinar do exercito*, etc. Tem publicado tambem muitos artigos sobre assumptos militares em diversos jornaes.

Correia *(Duarte)*. Era natural d'Alemquer. Entrando no imperio do Japão, levado pelo espirito de curiosidade scientifica, os indigenas, apezar d'elle não ser missionario, só pelo facto de ser christão, o prenderam em Nagazaki, e martyrisaram, queimando-o a fogo lento em agosto de 1639. Deixou o seguinte livro, que se publicou posthumo em 1643: *Relação do alevantamento de Ximabára, e de seu notavel cerco, e de varias mortes de nossos portuguezes pela fé; com outra relação da jornada que Francisco de Sousa da Costa fez ao Achem, em que tambem se apontam varias mortes de portuguezes naturaes d'esta cidade*, etc.

Correia *(Felix Thomaz)*. Viveu em Lisboa no

seculo xvii, e traduziu em 1635 a *Declaração da doutrina christã*, do cardeal Bellarmino.

Correia (*Francisco*) Mestre do patacho chamado *N. S.ª da Candelaria* da ilha da Madeira. Com o seu nome publicou-se posthuma a seguinte: *Relação do successo, que teve o patacho chamado N. S.ª da Candelaria da ilha da Madeira, o qual vindo da costa de Guiné no anno de 1693, uma rigorosa tempestade o fez varar na ilha incognita. Que deixou escripto Francisco Correia, mestre do mesmo patacho, e se achou no anno de 1699, depois da sua morte*, Lisboa, 1734. Não ha, porém, certeza, de que esta *Relação* fôsse escripta por Francisco Correia. Barbosa Machado ih'a attribue no vol. ii, *da Bibliotheca Lusitana*, mas no vol. iii diz ser do padre Victorino José da Costa.

Correia *(Gaspar)*. D'este escriptor apenas se sabe que partiu para a India, sendo muito novo, em 1512; que militou durante alguns annos e foi secretario de Affonso d'Albuquerque, voltando depois para o reino, onde com certeza já estava em 1529. Voltou ao Oriente em segunda viagem, e ali, entre os perigos da guerra e os encargos do serviço publico, achou vagar e meios de traçar e compôr uma circumstanciada e interessantissima historia da India e da sua conquista, que comprehende o periodo de 53 annos a contar do descobrimento. Emprehendeu trabalhosas e successivas excursões nos diversos pontos sujeitos então ao dominio portuguez, para colher de primeira mão as informações e noticias de que carecia, e verificar por si a exactidão dos factos, as situações locaes, e tudo o que lhe era indispensavel para que a sua narrativa tivesse o cunho de fiel, imparcial e verdadeira. Gaspar Correia fal. em Gôa, pouco mais de 1561, deixando a sua obra manuscripta, e assim se conservou até que a Academia Real das Sciencias resolveu publical-a, encarregando o socio Rodrigo Felner, auxiliado pelo paleographo José de Gomes Goes. Esta obra é um poderoso auxilio para a nossa historia na India; tem o seguinte titulo: *Lendas da India, por Gaspar Correia, publicadas de ordem da Classe de sciencias moraes, politicas e bellas letras da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e sob a direcção de Rodrigo José de Lima Felner, socio effectivo da mesma Academia*, etc. *Tomo I, parte I*, 1858; *parte II*, 1859; *tomo II, parte I*, 1860; *parte II*, 1861; *tomo III, parte I*, 1862; *parte II*, 1863; *tomo IV, parte I*, 1864; *parte II*, 1866. A 2.ª parte do 2.º tomo é adornada com 10 estampas lithographadas, com retratos dos vice-reis e governadores e vistas de algumas cidades e fortalezas, etc.; a 2.ª parte do 3.º tomo tem 7 estampas, e a 2.ª parte do 4.º tomo tem seis. Alguns notaveis commentadores consideram Gaspar Correia o primeiro historiador portuguez do seculo xvi, reputando a sua obra superior ás *Decadas* de João de Barros, e a todos os outros livros historicos que se publicaram ácerca da India. Gaspar Correia foi cavalleiro da ordem de Christo.

Correia (*Padre Gaspar*). Jesuita. N. em Olivença em 1583, e fal. em Evora a 30 de maio de 1654. Era filho de João Correia da Silva e de D. Izabel Lobo. Professou no collegio de Evora a 2 de maio de 1598. Tornando-se suspeito ao governo de Filippe III de Portugal, pelo seu amor á independencia da patria, foi mandado a Madrid para se justificar, e regressando ao reino depois da restauração de 1640, recolheu se ao convento de Evora. Deixou manuscripto um *Tratado das penas que padecem as almas no Purgatorio*.

Correia *(Guilherme Antonio)*. Professor na Academia Polytechnica e no Instituto Industrial do Porto. N. n'esta cidade a 23 de maio de 1829, fal. 10 de junho de 1891. Desde muito novo mostrou disposições pouco vulgares para o desenho, e a par dos estudos litterarios, dedicou todo o tempo de que podia dispôr ao estudo d'aquella arte, sob a direcção de seu irmão João Antonio Correia. Nos annos de 1841 a 1844 estudou perspectiva linear, anatomia artistica e pintura na Academia das Bellas Artes. Auxiliado por uma subscripção promovida pelo lente da Academia Joaquim T. Alvares Ribeiro e alguns amigos, foi a Paris completar os seus estudos sendo logo admittido no atelier de M. Ivon. Continuou depois a estudar na Escola Nacional de Bellas Artes sob a direcção dos mais insigues professores. De 1855 a 1856 estudou architectura civil no atelier do celebre Labroust Distinguiu-se tambem na lithographia. A 20 de agosto de 1863 foi nomeado lente substituto da cadeira de desenho na Academia Polytechnica do Porto. A 16 de maio de 1867 academico de merito da Academia das Bellas Artes. A 14 d'este mez e anno fôra nomeado para reger, em commissão, a 2.ª e 8.ª cadeiras do Instituto Industrial do Porto; a 12 de setembro de 1871 ficou sendo professor proprietario da 8.ª cadeira, e a 15 de fevereiro de 1887 professor proprietario da 17.ª cadeira da referido Instituto.

Correia (*Henrique*). V. *Moreira* (*Henrique Correia*).

Correia *(Henrique Carlos)*. Compositor de musica. N. em Lisboa a 10 de fevereiro de 1680. Ignora-se a data do fallecimento, mas parece que vivia ainda em 1747. Era filho de Felix Thomaz Correia e de Marianna de Brito e Oliveira. Aprendeu a arte musical com o padre Domingos Nunes Pereira, mestre da sé de Lisboa, e foi mestre de capella da cathedral de Coimbra, no tempo do bispo D. Antonio de Sousa e Vasconcellos. Recebeu o habito da ordem militar de S. Thiago no convento de Palmella a 24 de julho de 1716. O catalogo das suas obras é muito extenso, e vem descripto no 2.º vol. da *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, a pag. 445.

Correia *(Jeronymo)*. Ourives de ouro em Lisboa, que viveu no seculo xvii. Esteve alguns annos em Angola, e regressando a Lisboa enlouqueceu, fallecendo no hospital de Todos os Santos a 20 de maio de 1660. Escreveu: *Daphne e Apollo*, Lisboa, 1624; *Canção á morte do serenissimo infante D. Duarte*, Lisboa, 1649; *Memorial de peccados e breve modo para examinar a consciencia*, Lisboa, 1662; *Devoto Manual para assistir ao sacrosanto sacrificio da missa*, etc., Lisboa, 1667; outra edição em 1676. Deixou manuscripto: *Relação da vida e morte de D. Francisco do Soveral, bispo de Angola*.

Correia *(Fr. Jeronymo)*. Religioso da ordem de S. Domingos, fal. em 1600. Foi provincial em 1585. Fr. Luiz de Sousa tece-lhe grandes elogios. Deixou manuscriptos em latim, um tratado sobre a concordancia das sciencias, e outro sobre os privilegios da ordem dos prégadores.

Correia *(João Antonio)*. Autor comico do seculo xvii. Era natural de Lisboa. Escreveu em hespanhol, como quasi todos os escriptores dramaticos portuguezes d'aquella epoca, mas das

suas comedias, que se representaram nos theatros de Madrid, apenas se imprimiu a *Restauração da Bahia*, em 1670.

Correia *(João Antonio)*. Professor de pintura historica e director da Academia de Bellas Artes do Porto. N. n'esta cidade em 1822, onde tambem falleceu em 1896. Depois dos competentes preparatorios frequentou na referida Academia Polytechnica a aula de desenho e o primeiro curso mathematico, e na Academia Portuense de Bellas Artes a perspectiva linear, anatomia artistica e pintura historica, de 1839 a 1843. Dois ou tres annos depois, sendo reconhecida a sua grande vocação para as artes do desenho, algumas pessoas abriram uma subscripção, e mandaram-n'o a Paris, para que pudesse desenvolver a sua vocação sob a direcção dos mais afamados artistas d'aquella epoca. Durante seis annos tornou-se um dos mais distinctos discipulos dos professores Horacio Vernet, Ingres, Delacroix, e Chasseriau. Voltou ao Porto; e tendo fallecido em 1856 o professor de pintura historica, entrou no respectivo concurso, sendo despachado em 1857 para aquelle logar que exerceu até fallecer. Era um habil desenhador á penna, e lithographo. Alguns dos seus mais notaveis quadros fôram: *S. Pedro em casa de Maria*, executado por occasião do concurso acima mencionado, e que existe na Academia, assim como o retrato de corpo inteiro de Manuel José Carneiro; uma lebre de tamanho natural; um Auto da Fé; *Adoração dos pastores*, esboço. Deixou varias copias de elevado merito, como a parte inferior do quadro de Rubens, a *Virgem dos Anjos;* joven desconhecido, de Raphael; retrato de Rembrandt; busto de mulher; pintura antiga, etc. Como lithographo, existem na Academia dois bellos specimens; *Santa Izabel rainha de Portugal* e o *Retrato do Duque de Loulé.*

Correia *(João Luiz)*. N. no Porto a 18 de janeiro de 1804, ignora-se a data do fallecimento. Era filho de João Luiz Correia Guimarães, professor de musica na mesma cidade. Começou os estudos na Academia do Porto, e matriculou-se depois na Universidade de Coimbra, porém, por contrariedades da fortuna, não pôde continuar a estudar, e entregou-se á vida commercial, que mais tarde trocou pelo professorado particular de ensino primario. Os seus principios politicos o levaram a alistar-se no batalhão de voluntarios realistas do Porto em 1828, seguindo o partido do infante D. Miguel, sendo o tempo da convenção de Evora-Monte empregado na repartição de contabilidade do Commissariado do Exercito. Terminada a campanha civil, fixou a sua residencia em Barcellos, d'onde passou a exercer as funcções de professor de ensino primario no collegio de D. Fernando em Landim, no conc. de V. N. de Famalicão, leccionando egualmente alumnos de algumas disciplinas de ensino secundario. Em 1859 era professor, provido em concurso, na freguezia de Cabeçudos, a pouca distancia de Braga. Escreveu: *Pequeno resumo da historia de Portugal, dividido em duas partes;* a 1, Braga, 1854; a 2.ª parte parece que não chegou a publicar-se; *Pequeno resumo da historia sagrada, para uso da infancia na aula de ensino primario do R. Collegio de D. Fernando em Burgães*, Braga, 1858; *Breve resumo da sciencia do commercio, para uso dos alumnos do R. Collegio de D. Fernando em Landim*, Porto, 1856; é versão do francez, com observações e additamentos do traductor; *Annaes do Collegio de Landim*, etc. Imprimiu varias poesias em diversos jornaes, e consta ter deixado em manuscripto os seguintes dramas: *Branca e Faliéro*, *O orphão e o tyranno*, *O doido ou as tres victimas d'um erro*, *A gruta do monte Pausilippo*, etc. Dizem que na maior parte são traducções do francez, e que se representaram no Porto.

Correia *(Joaquim Antonio)*. Cirurgião que residia na freg. de S. Paio da Carvalheira, conc. de Terras do Bouro, onde nasceu. Começou em 1826 o estudo da cirurgia na escola do hospital de S. Marcos de Braga, fundado por D. Fr. Caetano Brandão. Exerceu depois a sua profissão por muitos annos, mais por caridade que por interesse, alcançando grande fama pelas curas felizes que realisou em casos desesperados. Escreveu: *Novo tratado de hygiene, ou tratado completo dos meios de conservar a saude, prolongar a vida, precaver as enfermidades por via do regimen e meios preservativos, e curar algumas já existentes, por via do regimen e remedios racionaes*, etc. Braga, 1857.

Correia *(Joaquim José Porphyrio)*. General de divisão reformado. N. a 17 de maio de 1816, fal. em Lisboa a 14 de fevereiro de 1902. Estava reformado desde 19 de março de 1890. Era capitão do corpo de estado maior, quando foi agraciado com o habito da ordem da N. S.ª da Conceição, notificado na ordem do exercito; e como não fôsse declarada a razão da distincção, requereu a el rei D. Luiz, pedindo que em ordem do exercito fôsse declarado o motivo da mercê, pedido que foi satisfeito, vindo a saber-se que lhe fôra conferida em razão de serviços prestados em reconhecimentos militares, commissão em que serviu por largos annos. Em seguida renunciou a honrosa mercê. Tinha a commenda da ordem de S. Bento de Aviz, e a medalha militar de prata, da classe dos bons serviços.

Correia *(José)*. N. em Lisboa a 12 de abril de 1703. Era filho de Manuel Correia e de Maria Magdalena do Valle. Publicou, anonymos, uns livros denominados: *Diario dos novos treze dias de Santo Antonio*, etc., Lisboa, 1736; *Dez horas do relogio da Paixão*, etc., sem logar nem data da impressão.

Correia *(Fr. José)*. Presbytero da Congregação do Oratorio de Braga. N. n'esta cidade a 15 de outubro de 1762, onde tambem fal. a 3 de março de 1834. Era filho de Francisco Correia e de sua mulher Antonia Maria da Costa. Professou em Braga no anno de 1779. Estudou com grande aproveitamento as sciencias proprias do seu estado. Foi depois professor na sua congregação de Theologia, Philosophia e Geometria, não só dos alumnos da casa, mas de alguns discipulos externos que desejavam ouvir as suas lições. Exerceu tambem por algum tempo o cargo de professor regio de Rhetorica, recusando o de reitor do seminario diocesano do arcebispado, para que foi convidado, fundando a sua recusa em não querer deixar o instituto a que se ligára. Tambem foi examinador synodal. Segundo consta, deixou varios opusculos manuscriptos, imprimindo sómente a obra seguinte, que saíu sem o seu nome: *Serie chronologica dos Prelados conhecidos da egreja de Braga, desde a fundação da mesma egreja até ao presente tempo, precedida de uma noticia de Braga antiga, e seguida de um catalogo*

dos bispos titulares coadjutores do arcebispado, Coimbra, 1830.

Correia *(José Dionysio)*. Pharmaceutico, fundador e presidente honorario da Sociedade Pharmaceutica de Lisboa, etc. N. n'esta cidade a 22 de setembro de 1808, onde tambem falleceu a 3 de setembro de 1884. Começou muito novo a sua carreira scientifica. Concluindo o estudo das humanidades, dedicou-se ao estudo e á pratica da pharmacia, n'uma botica da rua Augusta em Lisboa. Feito o exame de pharmacia, e desejando alargar a esphera dos conhecimentos scientificos, matriculou-se no curso de physica e chimica, de que era professor Mousinho d'Albuquerque, na Casa da Moeda. José Dionysio Correia conseguiu distinguir-se de tal fórma, que o seu protessor o convidou para o auxiliar nas demonstrações, dando lhe as maiores provas de estima e consideração. Depois dedicou-se á pratica da chimica industrial no laboratorio da Margueira com Francisco Mendes Cardoso Leal Junior, que alguns annos mais tarde teve um laboratorio na velha egreja do Carmo, onde hoje está estabelecido o Museu de Archeologia. Em janeiro de 1831, depois d'um brilhante concurso, foi provido no logar de administrador da pharmacia do hospital de S. José, sendo o primeiro que exerceu este cargo em que prestou os mais valiosos serviços. A reforma do material da officina pharmaceutica, a creação do laboratorio chimico, a regularisação dos serviços, o aperfeiçoamento dos preparados, tudo lhe mereceu incessantes cuidados, e muito conseguiu em beneficio da sciencia, e da saude dos numerosos enfermos que aquelle vasto e piedoso instituto recebe e trata annualmente. Além do penoso serviço da botica hospitalar, foi tambem encarregado em 1838, de desempenhar o logar de pharmaceutico da Escola Medico Cirurgica de Lisboa, coadjuvando nas experiencias e demonstrações chimico pharmaceuticas o professor, o fallecido medico Bernardino Antonio Gomes, servindo n'essa occasião de vogal nos exames de pharmacia. José Dionysio Correia ainda foi encarregado de varias e importantes commissões, como a de inquerito á botica da Casa Pia; a que o governo nomeou para organisar um plano de hospital de alienados, e proceder á analyse das aguas existentes no edificio da Luz; duas commissões com o encargo de analysar uma porção de chá, e a agua sulphurea do Arsenal da Marinha, outra commissão para a analyse da agua do poço e quinta do hospital de Rilhafolles e outra para fazer um formulario de medicamentos para o serviço de soccorros domiciliarios nos termos da portaria do ministerio do reino de 1862. Quando Lisboa foi assolada pelas epidemias da cholera morbus, em 1856, e febre amarella, em 1857, José Dionysio Correia conservou-se sempre no seu posto, attendendo não só ao serviço interno da pharmacia do hospital de S. José, mas fazendo a inspecção diaria dos medicamentos fornecidos pelas boticas particulares para os hospitaes do Bairro Alto, Santa Apolonia e Rua Formosa, serviços que lhe valeram rasgados elogios do enfermeiro-mór e dos medicos mais distinctos. Foi nomeado vogal pharmaceutico do Conselho de Saude Publica do reino, logar para que o recommendavam, além da sua muita probidade e sciencia, trabalhos especiaes de chimica e pharmacia, entre os quaes avultam, além dos já citados, os que fez na commissão de que foi director creada em 1833 para analysar varias aguas potaveis de Lisboa, e posteriormente em 1835 para a analyse da agua dos banhos do Estoril e de outras, e da reforma pharmaceutica, que lhe foi commettida em 4 de julho de 1834. Foi José Dionysio Correia o primeiro iniciador e fundador da Sociedade Pharmaceutica Lusitana em 1834, e por tal fórma se dedicou a este instituto, a que se devotara com singular abuegação e com muitos sacrificios pessoaes, que depois de exercer varios cargos, primeiro secretario, vice-presidente e presidente, vogal, presidente e relator de varias de suas secções, foi por voto unanime e em sessão solemne, realisada em 1878, condecorado com o diploma de presidente honorario da referida sociedade, titulo que até então não fôra ainda conferido a socio algum. José Dionysio Correia era socio da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, da Associação Industrial Portuense, das academias Cirurgica-Matritense e de medicina e de cirurgia de Cadiz; das sociedades medico-botanica de Londres, das pharmaceuticas do norte da Allemanha e Baviera Rhenana, do Instituto Palatino de Sciencias Medicas, e do Collegio Pharmaceutico de Madrid. Prestou grandes serviços a muitas outras sociedades portuguezas, e especialmente ao mealheiro das viuvas e orphãos dos operarios, e á Associação dos Melhoramentos das Classes Laboriosas. A sua morte foi muito sentida; toda a imprensa lhe consagrou elogiosos artigos, distinguindo-se o que saiu no *Commercio de Portugal* de 5 de setembro de 1884, por ser muito extenso e minucioso. A seu respeito póde vêr-se: *Galeria dos autores mais celebres da medicina, cirurgia e pharmacia; Historia de la farmacia por los lectores D. Quintino Chiarilena y D. Carlos Mallaoina;* o discurso de João José de Sousa Telles publicado no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, 7.ª serie, tomo IV, 1878; José Tedeschi, redactor principal e proprietario do *Jornal de pharmacia*, dedicou-lhe um supplemento especial, com retrato, que se publicou em 5 de dezembro de 1884; *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, 8.ª serie, dezembro de 1884. Escreveu: *Discurso recitado na sessão solemne anniversaria da sociedade pharmaceutica lusitana em 24 de julho de 1868;* foi publicado no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas*, em 1868, tomo XXXII, a pagina 261, e no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, volume IV, da 5.ª serie, 1868, a pagina 167.

Correia *(José Guilherme)*. Capitão de infantaria. N. em Lisboa a 30 d'abril de 1858. Assentou praça a 29 de maio de 1876, foi promovido a alferes em 9 de novembro de 1887, a tenente em 25 de maio de 1894, a capitão em 15 de novembro de 1900. Actualmente está no regimento de infantaria n.º 15. Tem o curso da Escola do Exercito. E' condecorado com a medalha militar de cobre, de comportamento exemplar. Escreveu: *Manual do cabo ou guia para os exames dos candidatos a este posto, contendo instrucções para os commandantes de destacamentos e diligencias, com uma collecção de modelos de partes, mappas, livranças, vales, etc.*, por um official do exercito, Porto, 1888.

Correia *(Lourença)*. Celebre cantora, que foi muito elogiada por Fétis, critico francez. N. em

Lisboa em 1771. Passou a Hespanha, e estudou com o professor Marinelli; em 1790 estreou-se no real theatro de Madrid. Percorreu depois a Italia, conservando-se tres annos em Napoles, onde foi sempre muito applaudida. Em 1810 debutou em Paris, na Opera Buffa, mas a sua voz já cançada não lhe deixou obter o exito que esperava Retirou-se então do theatro, e não houve mais noticias a seu respeito.

Correia *(Lourenço Antonio)*. Cirurgião pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. N. em Lisboa no anno de 1800, e fal. a 9 de abril de 1883. Foi nomeado cirurgião do hospital de S. José, por provisão de 24 de novembro de 1842; passou a cirurgião do banco em 29 de maio de 1860, e a director do banco em 27 de janeiro de 1865. Ficou director de enfermaria em 5 de maio do referido anno. Foi o primeiro cirurgião portuguez que usou do ether para anesthesiar os seus operandos (1847), fazendo-o applicar a um doente a quem ia extrahir um dente.

Correia *(Luiz)*. Jurisconsulto, doutor em direito pontificio pela Universidade de Coimbra, e lente de Direito, sendo jubilado em 1591. Era natural de Lisboa, e fal. a 12 de maio de 1597. Foi desembargador da Casa da Supplicação, nomeado a 17 de fevereiro de 1592, sendo desembargador dos aggravos e procurador da Corôa. Era tido e respeitado como homem muito erudito. O arcebispo de Evora, D. Theotonio de Bragança, querendo nobilitar o seu cabido com tão grande letrado, lhe deu um canonicato, de que tomou posse a 10 de março de 1584. Escreveu muitos commentarios juridicos e allegações em portuguez, ficando tudo em manuscripto.

Correia *(Padre Luiz)*. Jesuita, natural de Villa Real. Era filho de Francisco Fernandes e de Luiza Jorge. Professou a 5 de junho de 1605. Esteve no Oriente missionando, e escreveu o seguinte, cujo manuscripto se conservava na livraria dos condes de Vimioso : *Relação da perda de Malaca em 14 de janeiro de 1641.*

Correia *(Luiz Alvares)*. Abbade de S. Salvador de Campo, dezembargador da Relação ecclesiastica de Lisboa, e secretario do arcebispo D. Affonso Furtado de Mendonça. Era formado em Theologia e Canones pelas universidades de Coimbra e de Salamanca. Em 1629 imprimiu uma obra denominada *Excurción de politicas e brevedad de despachos*, e deixou outra manuscripta, em latim.

Correia *(Luiz da Costa)*. Era poeta, natural de Lisboa. Pertenceu á Academia dos Singulares, estabelecida n'esta cidade em outubro de 1663. Na 1.ª parte da Collecção da referida Academia, publicada em 1665, encontram-se muitas das suas poesias.

Correia *(Manuel)*. Licenceado em Canones, examinador synodal do arcebispado de Lisboa, prior da egreja de S. Sebastião da Mouraria, etc. Conhecia profundamente o grego e o latim. Era natural de Elvas, e intimo amigo de Camões. Escreveu uns *Commentarios dos Luziadas*, contendo muitas informações ácerca da vida do grande poeta, que muito de perto conhecera. A edição enriquecida com esses commentarios é a de 1613, e foi emprehendida por Pedro Mariz ; reimprimiu-se mais tarde, em 1720, seguida de outras obras do poeta. Tambem foi amigo particular de Justo Lipsio, celebre philologo belga, com quem se correspondia. Deixou manuscriptos uns *Principios de grammatica*, e uma traducção de *Cornelio Tacito.*

Correia *(Fr. Manuel)*. Religioso carmelita descalço, e compositor de musica. Nasceu em Lisboa, e foi discipulo do professor Filippe de Magalhães. Indo para Hespanha continuar os seus estudos, exerceu o cargo de mestre da capella de Siguenza, e depois da cathedral de Saragoça, para onde entrou a 13 de setembro de 1650. Fal. em agosto de 1653. Compoz muita musica religiosa, sendo considerado *el primero en gracia para los villancicos*. No catalogo da bibliotheca musical de D. João IV figuram alguns villancicos e o motete *Ad juva nos Deus*, a 5 vozes. Em junho de 1899, quando se celebrou o centenario do pintor Velazquez, realisou-se na Academia de Bellas Artes de Madrid um concerto historico, em que se executou um *Bailete* de fr. Manuel Correia.

Correia *(Padre Manuel)*. Jesuita, natural de Lisboa, fal. na mesma cidade, na casa professa de S. Roque, a 31 de dezembro de 1618. Professou no collegio de Coimbra a 4 de agosto de 1555. Era filho de João Lourenço e de Margarida Dias. Prestou grandes serviços pela sua muita caridade, na peste de 1596; conseguiu que um fidalgo deixasse por sua morte o importantissimo legado de 50:000 cruzados á Misericordia para tratamento dos pobres e miseraveis. Foi confessor do arcebispo de Lisboa, D. Jorge d'Almeida. Ha d'elle impressas duas cartas contando a peste de 1596.

Correia *(Padre Manuel)*. Viveu no seculo XVII, e era natural de Lisboa; foi capellão da cathedral de Sevilha. Era muito perito em musica. Na real bibliotheca de musica de D. João IV se conservavam algumas das suas composições religiosas, como consta do respectivo catalogo.

Correia *(Padre Manuel)*. Jesuita. N. em Loanda em 1636, fal. em Roma a 5 de agosto de 1708. Era filho de Martim Correia e de D. Catharina de Naves. Vindo para Lisboa, professou na Companhia de Jesus em 31 de maio de 1651. Aprendeu com applicação as letras humanas e divinas, que depois ensinou na Universidade de Evora até se doutorar a 15 de julho de 1685. Foi reitor do collegio de Coimbra, provincial, assistente em Roma do geral da ordem, Tirso Gonzalez, e depois revisor dos livros, em cujo serviço falleceu. Teve grande reputação de erudito no estrangeiro. Deixou um livro com o titulo de *Idéa consiliarii*, etc., que se imprimiu depois da sua morte, em Roma, 1712.

Correia *(Manuel Antonio)*. Mestre de musica militar e compositor. N. em Lisboa em 1808, fal. em 7 de janeiro de 1887. Assentou praça de clarim na cavallaria, chegando pelo seu merecimento e estudo, a ser mestre da fanfarra do regimento de lanceiros n.º 2. Entrou para a irmandade de Santa Cecilia em 20 de maio de 1843, incorporando-se em seguida na orchestra de S. Carlos, como segundo clarim. Recebeu lições de harmonia do professor Santos Pinto. Manuel Antonio Correia foi um dos nossos primeiros musicos que aprenderam a tocar cornetim, e o primeiro que se apresentou a tocar a solo n'esse instrumento, executando uma composição expressamente escripta por Santos Pinto, n'um concerto realisado em 25 de novembro de 1848 na Assembléa Philarmonica. Era muito habil em escrever musica para fanfarra, assim como em ensaiar e dirigir. No verão de 1869 organisou uma grande fanfarra, da

qual faziam parte artistas de primeira ordem, que deu alguns concertos no antigo Passeio Publico, produzindo verdadeira admiração pela notavel correcção com que executou peças difficeis de orchestra, como as aberturas da *Dinorah* e do *Guilherme Tell*. Manuel Correia escreveu grande quantidade de musica para banda e para fanfarra, em que se contam muitas composições originaes, e numerosas transcripções de orchestra. Publicou dois hymnos para canto e piano, um dedicado ao exercito, e o outro ao marechal duque de Saldanha. Compoz tambem alguma musica religiosa, contando-se n'esse numero uma missa a 3 vozes e diversos instrumentos dedicada ao actual sr. marquez de Borba, D. Fernando de Sousa Coutinho, a qual escreveu na sua quinta do Bomjardim.

Correia (*Paulino Antonio*). Coronel de artilharia. N. a 18 de outubro de 1844; assentou praça em 20 de julho de 1861, sendo promovido a alferes em 15 de janeiro de 1868, a tenente em 18 de novembro de 1869, a capitão a 14 de outubro de 1874, a major a 11 de agosto de 1886, a tenente-coronel a 12 de março de 1890, e a coronel a 26 de fevereiro de 1896. E' commendador de S. Bento d'Aviz, e official da mesma ordem por bons serviços; condecorado com a medalha militar de prata de comportamento exemplar. Escreveu: *A perequação no accesso dos officiaes do exercito*, projecto elaborado, etc., Lisboa, 1898.

Correia (*Paulo*). Medico. Nasceu na villa de Marialva e falleceu em Roma em 1675. Era filho de Jorge Pereira. Estudou em Alcalá, onde depois foi professor, e acompanhou a Roma o embaixador hespanhol duque do Infantado, grangeando n'aquella cidade grande reputação de medico, principalmente na peste que ali se desenvolveu em 1656, causando o maior terror.

Correia (*Pedro*). Lente de musica na Universidade de Coimbra, tendo sido nomeado em 3 de outubro de 1594. Fal. em 1610.

Correia (*Pedro*). V. *Silva* (*Pedro Correia da*).

Correia (*Fr. Pedro*). Religioso franciscano da prov. dos Algarves, deputado da inquisição de Evora, cargo de que tomou posse a 5 de fevereiro de 1622, e guardião do convento do Varatojo, muitos annos antes da reforma de fr. Antonio das Chagas. N. na villa de Moura, e fal. em Evora em 1634. Era filho de Diogo Nunes. Escreveu: *Conspiração universal; combatem os sete vicios matadores com as sete virtudes contrarias, sobre a posse da alma*, etc., Lisboa, 1615; *Triumphos ecclesiasticos*, etc., 1.ª parte, Lisboa, 1617; 2.ª parte, Evora 1233; *Triumphos seraphicos, nas festas dos Santos de S. Francisco*, Evora, 1623; *Graça hebrêa, annunciada em favor dos que a hão mister, na Sé de Evora, em 19 de setembro de 1627*, Evora, 1627; *Espelho da vida*, Lisboa, 1639.

Correia (*Padre Pedro*). Jesuita, descendente de familia nobre. N. em Portugal, mas passou ao Brazil, quando se descobriu a capitania de S. Vicente, tentando converter muitos indios. Resolvendo entrar na Companhia de Jesus, professou em 1549. Missionou no Brazil, soffrendo grandes privações, e n'uma campina foi assaltado, juntamente com um seu companheiro, por uma multidão de barbaros, que os mataram, atirando-lhes repetidas settas, em dezembro de 1554. Escreveu: *Summa da Doutrina christã vertida em lingua brazilica; Carta escripta aos irmãos de Portugal em 1551; Carta aos irmãos que assistiam em Africa em 1551, onde trata dos costumes dos barbaros do Brazil; Carta escripta da Capitania de S. Vicente ao Padre Belchior Nunes a 8 de junho de 1554, por ordem superior, em que relata o fructo das suas missões.* Estas cartas fôram vertidas em italiano, e publicadas com outras em Veneza, 1659.

Correia (*Padre Pedro*). Religioso da Congregação do Oratorio de S. Filippe Nery. N. em Lisboa a 17 de julho de 1689; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Manuel Correia e de Josepha Maria da Encarnação Professou em Lisboa a 2 de fevereiro de 1705. Escreveu: *Vida e vinda dos santos reis magos, advogados dos caminhantes, com uma novena para fazerem em seu obsequio*, etc, Lisboa, 1745. Deixou em manuscripto: *Conjecturas da predestinação*, etc.

Correia (*Fr. Simão*). Religioso da ordem de S. Domingos, natural de Villa Real, Professou no convento de Azeitão a 28 de janeiro de 1598. Escreveu e publicou: *Sermão na procissão de graças, que a muito nobre villa de Villa Real, fez pela restauração da cidade da Bahia, prégado em 15 de agosto de 1625*, Lisboa, 1625.

Correia (*Thomé*). Humanista muito afamado. N. em Coimbra em 1536, e fal. em 1595. Passou ao estrangeiro, foi professor nas Universidades de Palermo, Roma e Bolonha. Escrevia em latim com a maior facilidade, e deixou impressos uns estudos sobre a elegia e sobre todos os generos de poemas, sobre epygrammas, rhetorica, prosodia, e sobre a antiguidade e dignidade da poesia, tudo em latim, e tambem umas orações latinas que proferiu em diversas occasiões.

Correia (*Valentim José*). Architecto. N. em Lisboa a 14 de fevereiro de 1822, onde tambem fal. em 14 de julho de 1900. Era filho do architecto Feliciano de Sousa Correia, que dirigiu a construcção do theatro de D. Maria, das propriedades da Casa de Bragança no antigo Thesouro Velho, e muitas outras importantes. Cursou a Academia de Bellas Artes, onde, além de architectura, estudou pintura com aproveitamento, deixando alguns retratos de familia e cabeças de estudo, devidos ao seu pincel. Tendo pouco mais de 20 annos de edade, entrou para o quadro das obras publicas, onde chegou a ser architecto de primeira classe. A sua carreira artistica póde dizer-se que se estreou na elaboração d'um projecto para a conclusão do edificio dos Jeronymos, em Belem, mas que ficou em esquecimento. Entre as obras importantes que planeou e dirigiu, conta-se a restauração da egreja dos Paulistas, onde está a freguezia de Santa Catharina. Este templo entra no numero dos monumentos nacionaes, e Valentim Correia empregou todos os seus cuidados em o restaurar na parte interna. Foi um dos fundadores da Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes, a que prestou bastantes serviços, que lhe valeram o titulo de socio benemerito, conferido na sessão magna de 13 de dezembro de 1899, homenagem espontanea prestada ao seu honrado caracter, e aos seus altos merecimentos artisticos. Valentim Correia era tambem desde muito tempo vice-presidente d'aquella associação, e concorreu muito com a sua intelligencia e zelo para enriquecer o museu de archeologia, existente nas ruinas do convento do Carmo.

Correia. Povoações nas freguezias : S. Paio, de Arcos, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago, de Esporões, do mesmo conc. e distr. || S. Thiago e S. Matheus, e conc. de Sardoal, distr. de Santarem. || Pov. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Correia Aguiar. Esta familia tem por armas em campo de ouro uma aguia preta estendida com uma só cabeça, e no peito carregado o escudo dos Correias; o timbre é a aguia nascente armada de ouro e uma correia de escudo no bico.

Correia de Barros *(Alfredo Vasconcellos).* Engenheiro agronomo, inspector de agricultura, etc. Foi um dos membros da commissão executiva da secção agricola na exposição industrial portugueza, realisada na Avenida da Liberdade em 1888.

Correia de Barros *(João de Villa Nova Vasconcellos).* Cavalleiro da ordem de Aviz, official de engenheiros, lente da Escola do Exercito, etc. N. na Vidigueira, onde tambem falleceu, sendo general de brigada, a 18 de abril de 1870. Escreveu : *Lições de Topographia para a Escola do Exercito, coordenadas na conformidade do respectivo programma*, folhas lithographadas no formato de 4.° com 384 pag. e 11 estampas. Parece que fôram publicadas depois de 1845, por ter sido n'este anno que o autor entrou na regencia da respectiva cadeira, como lente proprietario.

Correia de Barros *(José Augusto).* Bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra, engenheiro, deputado, conselheiro, par do reino, administrador delegado do conselho administrativo das docas e caminhos de ferro peninsulares, inspector dos incendios, escriptor, jornalista, etc. N. no Porto em outubro de 1835. E' filho de Manuel Correia de Barros. Tem o curso de engenharia pela Escola do Exercito de Lisboa. Quando terminou o estudos, foi nomeado engenheiro para a linha ferrea do Sueste, e depois para o serviço da do Norte. Mais tarde passou a chefe de secção, sendo transferido para a linha de Leste, na qual construiu a 4.ª secção; foi promovido a chefe da repartição technica, na direcção em Lisboa. Pertenceu ao corpo de engenharia civil, estando ao serviço do governo ; sendo requisitado pela camara municipal d'esta cidade, desempenhou as funcções de engenheiro da referida camara e de inspector dos incendios até 1863. N'esta data foi mandado para a direcção das obras publicas de Villa Real. Ainda em fins d'este anno teve a nomeação de primeiro engenheiro do districto do Porto, cargo de que pediu a exoneração em 1871. Foi procurador á junta geral do districto do Porto, vereador da camara municipal, encarregado do pelouro dos incendios, sendo mais tarde inspector, prestando sempre bons serviços, sendo, em repetidas eleições da mesma camara, eleito vice-presidente e presidente. N'uma das visitas da familia real ao Porto, ainda no tempo do fallecido monarcha D. Luiz, teve a offerta d'um titulo nobiliario, que pediu licença para não acceitar ; em troca d'esta graça recebeu d'el rei, pessoalmente, os retratos de toda a familia real com honrosas dedicatorias. Foi eleito par do reino em 1898, e tomou posse na respectiva camara a 17 de março. O sr. conselheiro Correia de Barros é socio honorario da Associação Commercial do Porto e de outras corporações. Tem sido redactor de varios jornaes de Lisboa e do Porto. Escreveu: *Plano de melhoramentos na cidade do Porto, apresentado á camara pelo seu presidente*, etc., Porto, 1881 ; em virtude d'este plano, a cidade foi desde então importantemente melhorada ; *Relatorio apresentado á camara municipal do Porto em 31 de dezembro de 1881*, Porto, 1881 ; *Regulamento para o serviço de incendios*, etc. Este relatorio foi redigido pelo sr. Correia de Barros, quando organisou o serviço dos incendios no Porto. Dedicando-se tambem á litteratura dramatica, escreveu um drama em 3 actos e um 1 prologo, intitulado *Nobreza*, que se representou no theatro de D. Maria, e se publicou em 1864. Tem mais as seguintes peças : *Expiração*, drama, escripto sendo ainda estudante ; *A cruz do matrimonio*, em 3 actos, traduzido do hespanhol ; *O supplicio d'uma mulher*, 3 actos, *Os intimos*, 4 actos, e *Valeria*, 3 actos, traduzidas do francez, etc.

Correia Botelho *(Camillo Castello Branco, visconde de).* Escriptor e romancista, mais conhecido pelo nome que nobilitou na litteratura. N. em Lisboa a 16 de março de 1825, fal., em 1 de junho de 1890, na sua casa de S. Miguel de Seide. Era filho natural de Manuel Joaquim Botelho Castello Branco, d'uma familia afidalgada de Villa Real, e de D. Jacinta Rosa de Almeida do Espirito Santo. Ficou orphão de mãe nos primeiros mezes de nascido, sendo entregue a uma pobre mulher de Coimbra para o amamentar. Não contava ainda 9 annos, quando morreu seu pae, em 1834, levado *pela demencia* a uma congestão cerebral. Ficando assim desherdado, em completa orphandade, os parentes paternos tomaram conta da pobre creança, que foi entregue aos cuidados d'uma tia, D. Rita Emilia da Veiga Castello Branco. Parece que se não deu bem com a sua protectora, porque duas vezes tentou fugir-lhe, uma vez para o Porto e outra para Lisboa, sendo d'ambas as vezes obrigado a voltar a casa, indo então viver na aldeia de Samardam, para casa d'um seu tio, o padre Antonio de Azevedo, que lhe deu as primeiras lições de latim e de cantochão, com o qual rezava os officios divinos do breviario, e a quem ajudava á missa de madrugada. Em 1841 veiu para Lisboa para espairecer paixões precoces que o assoberbavam, d'onde os parentes o fizeram sair por falta de recursos, e em 1843 appareceu no Porto a matricular-se em 16 de outubro na Escola Medico-Cirurgica. A vida de estudante pobre n'esta cidade burgueza e dinheirosa, pelo isolamento a que era forçado, fortificava-lhe o temperamento sarcastico e observador, que viria a fazer de Camillo Castello Branco um romancista, dando por fundo dos seus quadros esse velho Porto, que hoje vive archeologicamente na sua obra litteraria. A frequencia em 1844 na Academia Polytechnica, da cadeira de chimica e botanica, deu-lhe a tintura scientifica, que entre as locuções populares das suas pittorescas descripções realça pela incomparavel variedade do seu vocabulario. Camillo frequentava as festas dos abbadessados, e pela intimidade com Faustino Xavier de Novaes, tornou-se-lhe preponderante a tendencia satyrica, publicando em 1845 o folheto em verso *O Juizo Universal, o sonho do inferno, poema em 3 cantos.* Indo para Coimbra completar os preparatorios do Lyceu foi preso na Relação do Porto, onde entrou a 16 de outubro de 1846, a requisição da familia, por

motivo d'uma aventura amorosa com D. Patricia Emilia do Carmo, de Villa Real, de cujas relações nascera uma filha. O paiz estava em luctas tormentosas de cartistas contra setembristas, e na cadeia conheceu muitos presos politicos; durante o pouco tempo de detenção adquiriu essa desdenhosa indifferença que o afastou de todas as facções politicas que se succederam até á sua morte Sendo solto, foi para Coimbra, seguindo depois para Villa Real, quando as aulas se fecharam por causa da revolução popular, que ficou conhecida por «Maria da Fonte». Em Villa Real escreveu o seu primeiro drama, *Agostinho de Ceuta*, que se representou com o maior agrado no theatro d'aquella villa por curiosos. Em 1848 fixou a sua residencia no Porto, e n'esse anno publicou a *Murraça, poema epico em 3 cantos*, celebrando uma scena de pugilato que se déra na sé do Porto entre um padre e o arcediago. Escreveu tambem um folheto narrando o crime que se déra, então em Lisboa, d'uma filha matar a sua propria mãe; o folheto tinha por titulo: *Matricidio sem exemplo, uma filha que matou e esquartejou sua propria mãe*, etc.; causou um exito enorme, chegando a fazer-se tres edições. A fórma insinuante em que estava escripto fazia vibrar o sentimento popular, vindo revelar-lhe que a sua penna era um poder e que, a ella pediria a sua independencia. Começou então a collaborar nos jornaes politicos e litterarios, como o *Nacional*, a *Revista do Porto*, etc.

Visconde de Correia Botelho

Em 1850 tomou parte na polemica que se travara entre Alexandre Herculano e alguns padres ácerca do milagre do Campo de Ourique narrado pela historia patria, publicando em Lisboa o seguinte opusculo: *O Clero e o sr. Alexandre Herculano.* O grande historiador julgava-o pouco instruido e não lhe agradou a defeza; Camillo Castello Branco escreveu então o seu primeiro romance o *Anathema*, que começou a sair na *Semana*, jornal litterario que se publicava n'essa epoca, redigido por João de Lemos, Silva Bruschy, Pinto de Sousa e Aguiar Loureiro. O romance appareceu depois em livro, em 1851, edição feita no Porto, e de que a critica muito se occupou. Em 1858 fez-se segunda edição, e em 1875 terceira. Nos annos de 1850 a 1852 cultivou os estudos religiosos chegando a frequentar o seminario episcopal do Porto. Julgava-se que o motivo d'esta subita resolução fôra a impressão que lhe causara o exemplo do dr. Camara Sinval, lente da escola medica d'aquella cidade, que, já encanecido, tomára ordens e estreara a sua carreira de orador sagrado prégando em honra de S. Filippe Nery. Passada a crise que o attrahiu para os estudos religiosos, voltou com ardor ao trabalho puramente litterario, e durante 1853 escreveu os 3 volumes dos *Mysterios de Lisboa*. Começou então a sua numerosa serie de livros, que o consagrou como primeiro romancista do seculo XIX. Alexandre Herculano, no prologo das *Lendas e Narrativas*, saudou o novo talento iniciador do romance moderno na litteratura portugueza. O novo escriptor elevava-se á naturalidade das situações, ao realismo dos typos caricatos, dando largas a descripções pittorescas e considerandos sarcasticos. Poeta e romancista, sentiu as grandes sensações que descrevia nos seus livros. Teve uma mocidade aventurosa e apaixonada. Casou em Ribeira de Pena a 18 de agosto de 1841 com uma menina de S. Cosme de Gondomar, mais velha do que elle, chamada Maria Joaquina. Pouco tempo depois enviuvou. No meio dos seus labores litterarios, vieram assaltal-o novos amores, porém d'esta vez foi uma paixão mais vehemente. Em 1857 começára a intriga de galanteio com D. Anna Augusta Placido, d'uma familia distincta do Porto, de que resultou um processo de adulterio, a prisão dos dois amantes, uma separação conjugal judiciaria, e a união dos dois através d'uma vida tormentosa até á morte. Desde 1858 até á prisão, em 1860, Camillo Castello Branco apenas escreveu *Quatro horas innocentes*, e os dramas *Abençoadas lagrimas* e *Purgatorio e Paraiso*. Quando lhe instauraram o processo criminal, assaltou-o uma exacerbação nervosa, e vendo-se perseguido pela justiça, saiu do Porto em maio do referido anno de 1860 pelo arrabalde de Bomfim, pensando na tranquilla aldeia de Samardam, onde vivera em creança; dirigiu-se a Guimarães, passou á quinta de Briteiros, depois á do Ermo, em Fafe, do seu amigo Vieira de Castro, seguiu a Villa Real, passou a serra do Marão a 2 de julho de 1860, esteve em Amarante e ainda em outras partes, voltando finalmente ao Porto em setembro para se entregar á prisão, onde entrou em 1 d'outubro seguinte. Na cadeia buscava distracção e os recursos de subsistencia nos trabalhos litterarios, traduzindo romances, escrevendo folhetins e os pequenos contos *Doze casamentos felizes*, com os romances originaes *Annos de prosa*, *Romance d'um homem rico* e *Amor de perdição*. No carcere recebeu a visita d'el-rei D. Pedro V, em 1861, e n'esse anno foi julgado a 17 d'outubro em audiencia de jury, ficando absolvido. Camillo Castello Branco achou-se novamente ligado á mulher que o seu talento litterario deslumbrara, e vendo-se com familia a sustentar, entregou-se a um activo trabalho, escrevendo successivos livros, que os editores compravam, vendendo-se promptamente as edições. Foi então que escreveu as *Memorias do carcere*, em que narra a sua vida na cadeia e a honra que recebera da visita de D. Pedro V. Pensou depois em ser empregado publico, e em 1862 veiu a Lisboa, mas os ares da capital eram prejudiciaes á sua saude, e poucos annos se demorou, retirando-se para a quinta de S. Miguel de Seide, que pertencia a D. Anna Placido. A natureza campestre não o pacificou; o isolamento despertava-lhe uma sensibilidade morbida, que se converteu em nevralgias, que o não deixavam demorar se n'um sitio, ora em Braga, no Bom Jesus do Monte, ora na Povoa de Varzim, no Porto, na Foz, tendo apenas um unico allivio, o trabalho mental. Circumstancias imprevistas aggravaram subitamente o seu constante mau estado de saude; n'uma viagem de S. Miguel de Seide para o Porto

soffreu um medonho descarrilamento de comboio, de que escapou milagrosamente, e foi d'esse desastre que resultou a doença que veiu a terminar pela cegueira. Desgostos de familia augmentaram-lhe ainda os soffrimentos; a morte d'uma netinha de 3 annos, que muito estimava, a loucura irremediavel de seu filho Jorge, e os desvarios perdularios de seu filho mais velho, o levaram ao desespero que lhe suggeriu a idéa do suicidio. Os amigos tratavam-n'o com o maior desvello, procuravam lisongear lhe as suas antigas aspirações, prepararam-lhe uma glorificação litteraria; foi-lhe dado o titulo de visconde de Correia Botelho em 1885, votando o parlamento a dispensa dos direitos de mercê. Nada, porém, o socegava; concederam-lhe tambem em 23 de maio de 1889 a pensão annual de 1:000$000 réis pelo reconhecimento de escriptor, sendo-lhe n'esse mesmo anno concedida a sobrevivencia da pensão ao seu filho Jorge. A preoccupação do suicidio não o abandonava, comtudo, e na occasião em que soube, pela opinião surprehendida d'um medico, que a sua cegueira era incuravel, desfechou um revolver na cabeça, e assim terminou a existencia accidentada do escriptor portuguez que nos seus numerosos romances mais emoções descreveu. Camillo Castello Branco casou em 9 de março de 1888 com D. Anna Augusta Placido, que tinha enviuvado do seu primeiro marido. A morte de Camillo Castello Branco causou a maior consternação, e toda a imprensa foi unanime na publicação de saudosos artigos, lastimando a sua falta na litteratura portugueza. O sr. Alberto Pimentel, que foi um dos seus intimos amigos, escreveu um livro, *O romance do romancista*, publicado em 1890, em que descreve minuciosamente a sua vida, e transcreve os artigos insertos nos jornaes por occasião do fallecimento. *Camillo Castello Branco, noticia da sua vida e obras*, por J. C. Vieira de Castro, Porto, 1862. Na *Encyclopedia portugueza illustrada*, do Porto, que já por vezes temos citado, tambem se encontra um longo artigo biographico acompanhado do seu retrato, devido á penna do dr. Theophilo Braga, do qual extrahimos na maior parte estes apontamentos, transcrevendo alguns periodos. Tambem se póde vêr ácerca do notavel romancista *A Revista contemporanea de Portugal e Brazil*, 1864, vol. 4.º pag. 485; *O Occidente*, vol. 8.º 10.º e 13.º, *Diccionario bibliographico*, vol. 2.º e 9.º, etc.

Correia Botelho *(Bibliographia de Camillo Castello Branco, visconde de)*. E' longa a relação das suas obras, que na maior parte, tem tido repetidas edições em Lisboa e Porto. Apontaremos as edições de que temos conhecimento. *Romances: Agulha em palheiro;* foi escripto para ser publicado no *Futuro*, jornal do Rio de Janeiro, sendo depois mandado imprimir em livro, em 1863, por Faustino Xavier de Novaes; 2.ª ed. no Porto, 1865; *Amor de perdição*, 1864; 2.ª ed. 1870; edição monumental, 1890; d'este romance extrahiu D. João da Camara um drama, representado no theatro de D. Maria; *Amor de salvação*, 1864; *Amores do diabo*, 1872; *Amores d'um valido; Abaixo os bigodes; Anathema*, 1851; 2.ª ed. 1858; *Annos de prosa*, 1863; *Ao anoitecer da vida; Aventuras de Brito Fernandes Enxertado*, 1863; *Bem e o mal (O)*, 1863; *Bico de gaz (O)*, 1864; *Brazileira de Prazins*, 1882; *Brilhantes do brazileiro (Os)*, 1869; *Bruxa do Monte Cordova (A)*, 1867; *Carlota Angela*, 1861, outra ed. 1871; *Carrasco de Victor Hugo José Alves (O)*, 1872; *Caveira da martyr (A)*, 1876, e 1902; *Cego de Landim (O)*, (3.º *Novellas*) 1876; *Coisas espantosas*, 1862; 2.ª ed. 1864; *Commendador (O)*, (2.º — *Novellas*); 1876; *Coração, cabeça e estomago*, 1862; 2.ª ed., 1864; *Degredado (O)*, (6.º — *Novellas*); *Demonio do ouro; Doida do Candal (A)*, 1867; outra ed. 1888; *Doze casamentos felizes*, 1861; 2.ª ed., 1863; *Duas horas de leitura*, 1857; 2.ª ed. 1858; *Engeitada (A)*, 1866; *Espada de Alexandre (A)*, 1872; *Esqueleto (O)*, 1865; *Estrellas funestas*, 1862; 2.ª ed. 1869; *Estrellas propicias*, 1863; *Eusebio Macario*, 1880; *Fanny, estudo por Ernesto Feydeau, romance trasladado para portuguez*, 1861; 2.ª ed. 1862; *Filha do arcediago (A)*, a 1.ª ed. estava incluida nas *Scenas contemporaneas*, 1855; 2.ª ed. 1861, 3.ª ed. 1868; *Filha do dr. Negro (A)*, 1864; *Filho natural (O)*, (5.º — *Novellas*); *Filha do regicida (A)*, 1875; *Formosa lusitana (A)*, 1877; *Freira no subterraneo, (A)*, 1884; *Gracejos que matam* (1.º — *Novellas*), 1875; *Homem de brios (Um)*, 1857; 2.ª ed., 1862; *Inferno (O)*, 1871; *Judeu (O)*, 1866, 2 tomos; *Lagrimas abençoadas*, 1857; 2.ª ed., 1863; outra ed. em 1878; *Lenda de Machim*, 1880; *Livro de consolação*, 1872; *Livro negro do padre Diniz*, 1855, 2.ª ed., 1863; *Lucta de gigantes*, 1865; *Maria da Fonte*, 1885; *Maria Moisés*, (7.º — *Novellas*); *Memorias do carcere*, 1862; 2.ª ed. 1864; *Memorias de Guilherme de Amaral*, 1863; *Morgada de Romariz*, (4.º — *Novellas*); *Mulher fatal (A)*, 1870; *Mysterios de Fafe*, 1868; outra ed. 1877; *Mysterios de Lisboa*, 2 tomos, 1853; 2.ª ed. 1858; outra em 1861 e 1865; *Neta do arcediago (A)*, formava parte das *Scenas contemporaneas*, 1855; 2.ª ed., 1861; *No Bom Jesus do Monte*, 1864; *Natal na residencia (O)*, 1871; *Narcoticos*, 1882; *Noites de insomnia*, 1874; *Nostalgias*, 1888; *Novellas do Minho*, (8—*romance*), 1875 e 1876; *Noites de insomnia*, 1874; *Olho de vidro (O)*, 1866; *Onde está a felicidade?* 1856; outra ed. em 1864; *O que fazem mulheres*, 1858; 2.ª ed., 1863; *Otelo, o mouro de Veneza*, 1886; *Parente de 53 monarchas (O)*, 1867; *Quatro horas innocentes*, 1872; *Queda d'um anjo (A)*, 1866; *Regicida (O)*, 1874; *Retrato de Ricardina (O)*, 1868, outra ed. em 1888; *Romance d'um homem rico*, 1861; *Romance d'um rapaz pobre*, de Octave Feuillet, traducção, 1865; *Sangue (O)*, 1868; *Santo da Montanha (O)*, 1866; *Scenas contemporaneas*, 3 vol. 1855 e 1856; *Scenas da Foz*, 1857; 2.ª ed., 1860; *Scenas da hora final*, 1878; *Senhor do Paço de Ninães*, 1886; *Sereia (A)*, 1865; *Serões de S. Miguel de Seide*, 1882; *Solemnia verba (scenas da Foz)*, 1857; *Tres irmãs (As)*, 1862; 2.ª ed. 1866; *Vingança*, 1858; 2.ª ed. 1863; *Vinte horas de liteira*, 1864; *Viuva do enforcado (A)*, *Vulcões de lama*, 1886. — *Theatro: Agostinho de Ceuta*, drama em 4 actos, 1847; 2.ª ed. em 1851; outra em 1858, e depois em 1887; *Abençoadas lagrimas*, drama em 3 actos, 1861; *Assassino de Macario (O)*, comedia em 3 actos, 1886; *Como os anjos se vingam*, drama em 1 acto, 1870; *Condemnado (O)*, drama em 3 actos, 1870; *Espinhos e flôres*, drama em 3 actos, 1857; outra ed. em 1864; *Entre a flauta e a viola*, comedia em 1 acto, 1882; *Justiça*, drama em 2 actos, 1874; *Marquez de Torres Novas (O)*, drama em 5 actos e 1 epilogo, 1849, 2.ª ed., 1858; *Morgadinha de valle de amores (A)*, comedia em 3 actos, 1882; *Mor-*

gado de Fafe em Lisboa (O), comedia em 2 actos, 1861; 2.ª ed., 1865; *Morgado de Fafe amoroso (O)*, comedia em 3 actos, 1865; *Poesia ou dinheiro?*, drama em 2 actos; fez parte das *Scenas contemporaneas*, 1855; 2.ª ed. em 1862; *Purgatorio e Paraizo*, drama em 3 actos, 1857; outra ed. em 1871; *Ultimo acto (O)*, drama em 1 acto, 1862. Depois do fallecimento de Camillo Castello Branco, foi encontrada entre os seus manuscriptos, a comedia em 3 actos, *O Lubis-homem*, que o sr. Alberto Pimentel fez imprimir em 1900. — *Poesias: Bardo (O)*, jornal de poesias, 1854; *Cancioneiro alegre*, 1887; *Duas epocas da vida*, 1854; 2.ª ed. (incluindo poesias religiosas), 1865; *Folhas caídas apanhadas na lama*, 1854 e 1855; *Inspirações*, 1851: *Juizo final, sonho do Inferno*, poema, 1845; *Livro (Um), poesias*, 1852; houve mais duas edições, sendo a 3.ª novamente correcta e accrescentada com um prefacio por Thomaz Ribeiro; *Murraça*, poema, 1848; *Vespa do Parnaso (A)*, 1854. — *Escriptos diversos; Biographia de Vieira de Castro; Bohemia do espirito (A)*, 1886; *Carta de guia de casados*, 1873; *Catalogo de livros pertencentes a Camillo*, 1870; *Cavallaria da Sebenta; Cavar em ruinas*, 1866; *Clero e o sr. Alexandre Herculano (O)*, 1850; *Corja (A)*, 1880; *Correspondencia epistolar*, 1874; *Cousas leves e pezadas*, 1867; *Criticas do cancioneiro alegre*, 1887; *Curso de litteratura; Diccionario de educação e ensino*, 1873: *Diffamação dos livreiros*, 1886; *Discurso sobre os desvarios do espirito humano*, 1869; *Divindade de Jesus e tradição apostolica*, 1865; *D. Antonio Alves Martins, bispo de Vizeu, esboço biographico*, 1870; *D. Luiz de Portugal*, 1883; *Eccos humoristicos do Minho*, 1880; *Esboços de apreciações litterarias*, 1865; o autor colligiu n'este volume as que haviam sido anteriormente publicadas em diversos tempos, na *Revista contemporanea, Jornal do Commercio*, etc.; *Garantias, sciencias e estudos de cavallaria*, 1874; *Gazeta Litteraria do Porto*, 1868, começou em janeiro, e saíram sómente 16 numeros, formato de 4.° maximo, com 154 pag. acompanhadas de 3 figurinos de modas coloridos; uma parte dos artigos n'ella incluidos, foi reunida pelo mesmo tempo em volume separado, com o titulo de *Mosaico; General Carlos Ribeiro (O)*, 1884; *Genio do Christianismo (O), por Mr. de Chateaubriand, traducção revista por Augusto Soromenho, e ornada de 10 gravuras*, 2 tomos, 1860; 2.ª ed. 1864; *Historia e sentimentalismo*, 1880; *Historia de Gabriel Malagrida*, 1875; *Horas de paz, escriptos religiosos*, 1865; *Immortalidade, a morte, e a vida (A), estudo ácerca do destino do homem, por Bagnault de Puchesse, traduzido, e com um prefacio*, 1865; *Jesus Christo perante o seculo, de Reselly de Lorgues, 3.ª versão em portuguez, feita sobre a 15.ª de Paris annotada*, 1867; *José Balsamo*, 1874; *Luiz de Camões*, 1880; *Martyres (Os) por Chateaubriand, traducção* (em prosa), 2 vol., 1865; *Mata-a, ou ella te matará*, 1872; *Memorias de Fr. João de S. José Queiroz, bispo do Grão-Pará, com uma introducção e muitas notas illustrativas*, 1868; *Mundo Elegante (O), jornal de modas*, 1858 a 1860; *Mosaico e sylva de curiosidades historicas, litterarias e biographicas*, 1868; *Noites de Lamego*, 1863; *Papa e a liberdade (O): Pensamentos sobre o Christianismo; Perfil do marquez de Pombal*, 1882; *Preceitos da consciencia; Preceitos do coração; Uma praga rogada nas escadas da fôrca*, 1868; *Pundonores desaggravados*, 1845; *Revelações*, 1852; *Riquezas de pobre e miserias de rico*, 1858; *Scenas innocentes da comedia humana*, 1863; *Senhora Rattazzi*, 1886; *Vaidades irritadas e irritantes*, 1866; *Vida de D. Affonso VI*, 1873; *Vida futura (A)*, 1877; *Vinho do Porto*, 1884; *Visconde de Ouguella*, 1873; *Voltareis, ó Christo?*, narrativa, 1871; *As virtudes antigas*, etc., 1868; *Poesias e prosas ineditas de Fernão Rodrigues Lobo Soropita, com uma prefacção e notas*, 1867; o manuscripto que serviu de texto a esta publicação, pertencera ao mosteiro de Tibães. A casa editora Parceria Antonio Maria Pereira está actualmente publicando uma nova edição das obras de Camillo Castello Branco.

Correia de Brito *(José)*. Era natural de Lisboa, e viveu no seculo XVII; nada mais se sabe a seu respeito senão que escreveu o seguinte: *Tumulo Apollineo, erigido ás saudosas memorias do sr. D. Francisco de Mascarenhas, conde de Coculim*, Lisboa, 1685; apezar do titulo ser em portuguez, a obra é toda escripta em versos castelhanos; *Epithalamio em os desposorios do sr. conde da Ribeira D. José Rodrigo da Camara, com a ex.ma sr.ª D. Constança Emilia de Ruão*, Lisboa, 1683; tambem é escripto em castelhano, apezar do titulo ser portuguez; *Epithalamio em os desposorios do ex.mo sr. conde da Ericeira D. Francisco Xavier de Menezes com a ex.ma sr.ª D. Joanna de Noronha*, Lisboa, 1688; *A' sagrada imagem de N. Senhora do Valle, dos religiosos de Santo Eloy d'esta cidade de Lisboa*, Lisboa, 1677; *Epitome historico de todos os progressos que tiveram as armas cesareas contra a soberba das luas ottomanas, desde o cerco de Vienna, com todos os successos das armadas de Veneza, e mais auxilios*, Lisboa, 1686; *Segunda parte até á memoravel tomada de Buda*, Lisboa, 1686; *Tragi-comedia: El capitan Lusitano*, Lisboa, 1677. Servem de assumpto a esta composição as façanhas e morte de Viriato. Foi collaborador n'este trabalho Manuel da Costa e Silva.

Correia Godinho *(José Correia Godinho da Costa, 1.° visconde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 23 de setembro de 1840, em attenção aos serviços prestados por mais de 24 annos na carreira da magistratura; do conselho da rainha D. Maria II, commendador da ordem de Christo, cavalleiro professo da mesma ordem em 1823; juiz da relação de Lisboa aposentado com as honras de juiz do Supremo Tribunal de Justiça, havendo exercido os logares de letras de ajudante do juiz relator do Supremo Conselho de Justiça Militar; corregedor do crime do Bairro dos Romulares; provedor da comarca de Coimbra; superintendente dos tabacos das alfandegas da provincia da Beira; juiz de fóra do civel de Coimbra e juiz de fóra em Montemór-o-Velho; bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra. N. na freg. de S. João da Boa Vista, logar d'Oliveira de Fazemão, bispado de Coimbra, a 25 de novembro de 1787, e fal. em Lisboa a 17 de março de 1869. Era filho de José Correia Godinho da Costa, proprietario abastado em Santa Comba Dão, e de sua mulher D. Antonia Joaquina Pires Vaz. Casou em 1826 com sua prima em 4.° grau, D. Marianna Francisca Ferreira, filha de José Gomes Ferreira, negociante de grosso trato da praça do commercio de Lisboa, e de sua mulher, D. Francisca Rosa Baptista Be-

nedicta de Borja Prégo. O titulo foi concedido por decreto de 17 de agosto de 1865. O brazão é o seguinte: escudo esquartelado: no primeiro quartel as armas dos Ferreiras, em campo vermelho quatro faxas de ouro; no segundo, as armas dos Ferrazes, em campo vermelho seis bezantes de prata fretados de preto em duas palas; no terceiro quartel as armas dos Gomes, em campo azul um pelicano de ouro ferindo o peito d'onde sae sangue, em que tres filhos, do mesmo metal, bebem; no quarto quartel as armas dos Pereiras, em campo vermelho uma cruz de prata florida e vasia do campo; timbre, o dos Ferreiras, uma ema da sua côr com uma ferradura de ouro no bico, e por differença uma brica de prata com um *L* de preto.

Correia Godinho *(José da Costa Godinho, 2.° visconde de).* Fidalgo da Casa Real, juiz de 1.ª classe. N. em Castello Branco a 22 de maio de 1827, e fal. ha bastantes annos. Era filho do 1.° visconde de Correia Godinho, José Correia Godinho da Costa, e de sua mulher, D. Marianna Francisca Ferreira. Casou em 5 de novembro de 1857, com sua prima em 1.° grau, D. Adelaide Prégo Ferreira, filha de Joaquim Pedro Ferreira, fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo, negociante de grosso trato da praça de commercio de Lisboa, abastado lavrador, casado com D. Anna Rufina Rosa Prégo, filha de João Ferreira Prégo, 1.° barão de Samora Correia. O titulo de visconde foi renovado por decreto de 31 de maio, e carta de 8 de junho de 1869.

Correia de Campos *(João Pedro).* Doutor em Philosophia pela Univer idade de Coimbra, já hoje fallecido. Era natural do Ameal, comarca de Coimbra, e filho de Francisco Correia de Campos. Doutorou-se a 12 de julho de 1812.

Correia Martha *(Manuel José).* Professor de instrucção primaria, exercendo a sua profissão em Portunhos, proximo á villa de Ançã, onde estabelecera typographia. Além d'outras obras de estudo, publicou: *Problemas para uso das escolas de instrucção primaria*, Ançã, 1873; *Solução dos problemas para uso das escolas de instrucção primaria*, Ançã, 1874.

Correia da Natividade *(Joaquim Antonio).* Presbytero, bacharel formado em Theologia pela Universidade de Coimbra. Foi professor de oratoria, poetica e litteratura classica no Lyceu Nacional de Lisboa. Escreveu: *Fundamentos de analyse grammatical e de estylo, e de composição de themas, extrahidos dos melhores classicos portuguezes, para uso dos que cursam os tres annos de portuguez nos lyceus do reino e colonias*, Parte I, Lisboa, 18 2; depois do autor ter saido do Lyceu, não tornou a ser adoptada esta obra; *Resposta de um doutorando a tres doutores da faculdade de theologia da Universidade de Coimbra, ou refutação da censura que os mesmos lhe fizeram ás suas theses, que estavam para ser defendidas na mesma Universidade*, Lisboa, 1863.

Correia da Serra *(José Francisco).* V. *Serra.*

Correia Tanganho *(José).* Cirurgião-medico pela Escola do Porto. N. em Manteigas, distr. da Guarda, em 1852. E' filho de Antonio Correia Tanganho. Defendeu these a 23 de julho de 1878, a qual foi publicada no mesmo anno, com o titulo: *Albuminaria: etiologia e pathogenia.*

Correeiro. Operario que faz correias, lóros, freios e outras obras de couro, excepto as que são proprias dos sapateiros. Tinha antigamente regimento especial do officio dado pelo senado de Lisboa. Pertencia á bandeira da Senhora da Conceição, de que era cabeça.

Correias. Povoações nas freguezias: S Pedro, de Evora-Monte, conc de Extremoz, distr. de Evora. || N. S.ª da Ribeira, do Outeiro da Cortiçada, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || N. S.ª da Consolação, de Alvados, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Correio. V. *Correios.*

Correio-Mór. Officio creado por D. Manuel em 1520. V. *Correios.*

Correio-Mór *(Quinta).* Importante propriedade na freg de Santa Maria, conc. de Loures, districto de Lisboa. Compõe-se de um grande palacio com jardins e extensos pomares Acha se situada á esquerda da estrada que de Loures vae

Fachada do palacio da quinta «Correio-Mór»

para o logar do Pinheiro, tendo accesso por uma avenida ladeada de oliveiras e ulmeiros. Esta quinta denominava-se antigamente *Matta das Flores* e foi solar dos Mattas, que se chamaram *Mattas do Correio-Mór* depois que Filippe II, por seu alvará de 19 de julho de 1606, fez correio-mór do reino a Luiz Gomes da Matta. A este individuo, que anteriormente se chamava Luiz Gomes d'Elvas, já o mesmo soberano concedera por sua carta, passada em Valladolid a 18 de fevereiro de 1600, o fôro de fidalgo e o uso do appellido de *Matta*, tomando por solar esta propriedade e por armas, segundo a referida carta de brazão: em campo de ouro tres mattas floridas em roquete; elmo de aço aberto e por timbre uma das mattas. Todavia, não parece que fosse esse fidalgo quem mandasse construir o grande palacio, embora constituisse a quinta em vinculo ou morgado. Antonio Gomes da Matta, seu filho e successor no officio de correio-mór, fez um minucioso testamento, que foi impresso em 1652, e mencionando nelle varias propriedades diz simplesmente: «Quinta da Matta com suas terras e azenha e mais pertenças, propriedade que Luiz Go-

mes da Matta, meu pae, deixou vinculada.» Não falando do palacio suppõe-se que a sua construcção é posterior. Ao ultimo correio-mór foi concedido o titulo de conde de Penafiel, sendo o segundo conde elevado a marquez. A quinta e o palacio pertenceram a estes titulares até 1875, anno em que a propriedade foi comprada por Quirino Luiz Antonio Louza, passando por sua morte a sua filha sr.ª D. Filippa Maria Louza Canha, casada com o sr. José Baptista Canha, abastado proprietario. O novo possuidor deu provas do seu bom gosto adquirindo, por elevado preço e áparte da compra do palacio, as formosas estatuas da escadaria e dos jardins, bem como as alfaias da capella e alguns outros adornos do palacio, que ali se podem admirar graças á gentileza dos proprietarios. Quirino Louza tratou logo das reparações mais urgentes do vasto edificio, principalmente dos telhados. Anteriormente houvera abandono e chovia nas salas, perdendo-se ou estragando-se alguns trabalhos preciosos. O sr. José Baptista Canha tem egualmente feito reparações tanto na parte rustica como na urbana, habitando n'esta só uma pequena parte durante o verão. Está o palacio edificado no fundo d'um valle, entre montes com arvoredos e vinhas até certa altura e nos terrenos mais baixos vêem-se os laranjaes e a horta. Corre por aqui, e em parte por baixo do palacio, o ribeiro que outr'ora moveu a azenha. Diz o sr. Gabriel Pereira, no seu recente opusculo *De Bemfica á quinta do Correio-Mór*, que provavelmente se construiu o palacio neste covão por causa das aguas, sendo facto que ha agua corrente em muitos pontos da grande residencia. Passando o elegante portico monumental, encimado com o alludido brazão dos Mattas, entra-se no enorme pateo formado pela frontaria e pelas duas alas do edificio. Em vista das razões já apontadas e da architectura do palacio, julga-se que foi erigido no tempo de D. João V, soffrendo varias modificações em epocas mais recentes. Alguns dos pintores, que nelle trabalharam, viveram por esse tempo. Na torre da capella lê-se a data de 1741. Os importantes trabalhos de estuque indicam os fins do seculo XVIII. Todo o edificio é de excellente e elegante construcção, tendo vastos salões, salas e gabinetes, em que se notam ornamentações de grande variedade e bom gosto. A fachada do palacio é magestosa, para o que contribuem as duas largas portas ou arcos, as tres grandes janellas e varanda do andar nobre e o alto frontão que corôa o corpo central. Ao meio do frontão ha um nicho grande com a imagem de Nossa Senhora da Oliveira. Transpondo os arcos, ou portas, está o amplissimo vestibulo. Nelle começa a larga escadaria de degraus monolithicos, muito suave e de magnifica construcção. No primeiro patamar, onde a escadaria se divide para os dois lados, ergue-se uma artistica fonte, chamada da Samaritana, sendo a grande taça de um só bloco de marmore e a estatua de primorosa esculptura. Sobre a fonte vê-se, tambem em marmore, um genio segurando um lindo medalhão com o busto, talvez, do fundador do palacio. Subindo toda a escadaria encontra-se a antiga sala de espera, de enorme altura, a que chamam da *Ave Maria*, por se lêr esta divisa no grande brazão que está pintado no tecto. Por uma das portas d'esta grandiosa sala passa-se á de jantar, que corresponde ás janellas da varanda. E' especialmente interessante esta vasta sala pelo alto rodapé de azulejos, azues sobre fundo branco, constituindo uma serie de quadros que representam, parallelamente, as phases da vida humana e a historia de um navio. São umas composições bem executadas, grandes e pequenas conforme o espaço dos vãos das paredes, o que demonstra terem sido feitas de proposito para este salão. A partir d'um dos extremos se vê a creança ao collo da mãe ou da ama, o berço e as roupinhas. Ao lado ergue-se no estaleiro o cavername do navio. Depois as brincadeiras infantis, os exercicios da caça, os meninos na aula ouvindo a lição. Continúa a construcção do navio; assenta-se o forro e trabalham os calafates, levantam-se os mastros; o vento enfuna as vélas e o navio parte para a primeira viagem. N'outro quadro vê-se um casamento e no seguinte uma profissão em casa religiosa. Sobre o navio desencadeia-se a tempestade e eil-o prestes a naufragar. Chega-se ao outro extremo da composição, mas em toda ella, a par d'estas scenas principaes, se vêem muitas outras dos prazeres campestres e da vida domestica, com pormenores devéras curiosos. O *crochet* das paredes é um bom trabalho em estuque. Nas sobreportas ha umas marinhas pintadas a fresco. As hombreiras e alizares são de marmore côr de rosa. A sala da Musica, egualmente vasta, tem um magnifico tecto de estuque, em que avultam os varios instrumentos. As paredes são de *sgrafito* branco sobre verde, de muito bom effeito. O rodapé é de azulejos a quatro côres. A sala do fogão, tambem muito espaçosa, tem o tecto com excellente trabalho de estuque. No grande oval do centro vê-se pintada a oleo uma formosa allegoria da Fama. Nos medalhões dos quatro angulos as partes do mundo: Europa, Asia, Africa e America. Estas bellas pinturas serão, talvez, de Bruno José do Valle ou de Simão Baptista. As paredes imitam damasco amarello. Nos azulejos do rodapé ha algumas vistas da antiga Lisboa. A camara principal é esplendida; tem o tecto pintado no estylo rafaelesco, obra talvez de José da Costa Negreiros, conforme indica Wolkmar Machado. As sobreportas são uns bellos quadros em téla, emmoldurados em magnifica talha dourada; representam alterosos galeões. As paredes são pintadas imitando damasco vermelho e teem um alto rodapé de bons azulejos. Entre outras salas ha um gabinete cujo tecto é dividido em lindos quadrinhos pintados a oleo sobre madeira. A sala chamada dos Apostolos tem um riquissimo tecto de madeira, em caixotões formados por grandes molduras douradas de boa talha. Os frisos são ornados de flôres e nos centros estão pintadas em téla varias scenas mythologicas. No rodapé representam-se grandes caçadas de altanaria e montaria. As hombreiras e alizares são de marmore côr de rosa. Em todas as salas e ante-salas d'este sumptuoso palacio os rodapés são de azulejo, lembrando muito os da escola italiana. A capella, apezar de pequena, tem a sua tribuna, com entrada pela sacristia, que é ampla. No altar está a imagem de N. S.ª da Assumpção. Os azulejos das paredes, a meia altura, representam scenas de devoção, eremitas e frades que oram e meditam. Na sacristia guardam-se os ricos paramentos das cinco côres, sendo de notar uma casula de seda branca ornada com delicadissimas pinturas. Sobre o arcaz está

uma téla grande, especie de quadro votivo, representando a coroação da Virgem. A parte inferior da torre da capella foi construida em 1741 mas só muito depois se concluiu, como se vê dos quatro sinos, que teem a data de 1788. Da capella sae-se para o jardim, onde se admiram com outras arvores uns grandes pinheiros d'Austria e varias obras d'arte, taes como vasos de bronze, bustos e estatuas. Entre estas distingue-se a de um anão, excellente esculptura italiana, como se deprehende das varias inscripções que nella se lêem, em que predomina o nome de *Il Mateoli* As cascatas, comquanto arruinadas, apresentam ainda restos interessantes. Uma está adornada de contas de missanga, louças da India e China, vendo-se um prato com o seguinte brazão, um tanto contrario á regra heraldica que não consente metal sobre metal: Em campo de prata tres contra-bandas de ouro; timbre a corôa de marquez saindo d'ella uma cabeça de touro. Na parede a que fica junto o enorme tanque da horta vêem-se grandes quadros em azulejo representando assumptos aquaticos: Diana surprehendida no banho, Neptuno e as Sereias; etc. A vasta cozinha do palacio é logo á entrada do vestibulo, do lado esquerdo, e constitue um magnifico exemplar, muito completo, no seu genero. E' verdadeiramente monumental com a sua grande chaminé, mesa de pedra, pias de lavagem e agua corrente em abundancia. Os azulejos decorativos são devéras interessantes. Sobre o panno da chaminé formam um quadro representando os preparativos culinarios. Aos lados e nas outras paredes vêem-se em azulejos recortados diversas peças de carne, presuntos, chouriços, coelhos, perdizes, peixes e hortaliças. A grandeza d'esta cozinha condiz bem com a magnificencia de todo o edificio.

Correios. Foi no tempo de D. Manuel que se introduziu o serviço postal no reino, creando aquelle monarcha o officio de *Correio-Mór*, dado por privilegio a um fidalgo da sua casa. O primeiro que teve esse privilegio foi Luiz Homem, por mercê de 6 de novembro de 1520, privilegio que depois lhe foi renovado por D. João III. Os principaes deveres do correio-mór eram: 1.º residir em Lisboa; 2.º estabelecer tantos *mestres da posta* quantos fossem necessarios para a entrega das cartas e satisfazer ás requisições dos particulares; 3.º ajustar com os interessados os preços dos portes de correspondencia; 4.º prestar o devido juramento na chancellaria regia; 5.º os seus empregados usariam de armas reaes nos vestidos, trariam espada e punhal. Entre os privilegios que gozariam esses homens, avultavam os de serem isentos dos cargos e serviços do concelho, de fintas e dizimos; os seus haveres não podiam ser penhorados nem elles podiam ser presos por dividas, e em viagem todas as autoridades lhes facilitariam mantimentos, bestas, guias, e tudo o mais de que carecessem. Estas viagens teriam caracter official, não impedindo todavia, que qualquer particular pudesse enviar, por sua conta, um ou outro emissario, mas só com a sua correspondencia. O correio-mór tiraria de todos os proventos postaes a decima parte para si, como salario do seu officio. Foi no tempo de D. João III que os serviços postaes se iniciaram praticamente, da maneira indicada, pois que geralmente parece que até ali os regulamentos e avisos não haviam passado do papel. O serviço do correio limitava-se, então, apenas a uma pequena area de cinco leguas em torno da Côrte. Fallecendo Luiz Homem, o rei deu o logar de correio-mór a Luiz Affonso por diploma de 22 de dezembro de 1532 com quinze mil reaes de ordenado annual. Pelo alvará de 13 de janeiro de 1533, os *correios-mestres* deviam exercer o seu officio fielmente, prestar juramento, guardar segredo e pagar ao *Correio-Mór* os direitos de apresentação. O monopolio seria por conta do Estado, devendo o correio-mór regularisar as viagens e colher os proventos estabelecidos na lei. Quando el-rei corresse a posta serviria elle de postilhão. A Luiz Affonso succedeu Francisco Coelho, seu genro, moço da real camara, e a este tambem um genro, Manuel de Gouvêa, casado com Ignez Guerra Coelho. Como de costume o cargo de correio-mór andava ligado á familia onde fôra instituido, mas, dando-se a usurpação de Castella, Filippe II ordenou que aquelle officio passasse a ser dado por meio de contrato de venda, o que se fez, ficando senhor d'essa grossa prebenda por 70:000 cruzados Luiz Gomes da Matta, que tratou logo de validar o seu contracto por ordenança regia de 19 de julho de 1606. Alguns annos antes chamava-se aquelle individuo Luiz Gomes d'Elvas, mas tendo-lhe concedido o mesmo soberano o fôro de fidalgo com carta de brazão d'armas, passada em Valladolid a 18 de fevereiro de 1600. pediu licença para usar do appellido de Matta, tomando por solar a quinta da Matta, em Loures, que depois se chamou Matta das Flôres e por ultimo do Correio-Mór (V. *este nome*). Quarenta annos depois, pela subida ao throno d'el-rei D. João IV, o serviço postal, que então muito se havia desenvolvido, teve completa organisação (17 de fevereiro de 1641) tomando o governo parte activa n'essa reforma, se bem que D. João IV confirmasse o direito de propriedade do officio ao correio-mór. Essa organisação foi por muitos annos conhecida pelo nome de — *Regimento do Correio-Mór*. A Luiz Gomes da Matta succedeu seu filho Antonio Gomes da Matta Coronel. Morrendo este sem geração fôram, successivamente, 3.º e 4.º correios-móres seus irmãos João Gomes da Matta e Luiz Gomes da Matta. Fallecendo este em 1674, succedeu-lhe o filho Duarte de Sousa Coutinho da Matta. A este seguiu-se Luiz Victorio de Sousa Coutinho da Matta, 6.º correio-mór do reino, ao qual muito se deve o estreitamento das nossas relações postaes com os paizes estrangeiros. O primeiro convenio entre Portugal e o estrangeiro foi feito em Londres em 20 de fevereiro de 1705. Assignam esse convenio Luiz Victorio de Sousa Coutinho da Matta, Roberto Cotton e Thomaz Franklin. Em 1753 o correio-mór pediu para que lhe fosse concedido um por cento de todo o dinheiro que remettesse de umas para outras terras do reino, o que lhe foi deferido. E a esse facto que se remonta a origem dos chamados *vales do correio* e sua percentagem. Em 1797 resolveu o governo administrar directamente os correios. Propoz-se ao correio-mór a cedencia do officio mediante uma indemnisação, que pela sua importancia bem mostra o desenvolvimento d'esses serviços. Desempenhava então aquelle cargo Manuel José da Maternidade Matta de Sousa Coutinho, depois 1.º conde de Penafiel. A indemnisação estipulada

foi o titulo de conde em tres vidas, a conservação das honras de creado de Sua Magestade, uma renda de 40:000 cruzados, pensões vitalicias de 400$000 réis a diversas pessoas e um ou dois postos no exercito. Extinguindo-se o logar de *Correio Mór* foi encarregado pelo governo da administração superior dos correios um *superintendente* geral, sendo o primeiro a desempenhar o novo cargo José Diogo de Mascarenhas Netto, distincto jurisconsulto. Por alvarás de 20 de janeiro, 6 de setembro e 6 de novembro de 1798 estabeleceram-se os primeiros correios maritimos. Na mesma epocha inaugurou se o serviço do correio, em diligencia, entre Lisboa e Coimbra. O *correio geral* foi installado no palacio do monteiro mór, aos Paulistas, e dividia-se em tres administrações: *Seguro, cartas do reino e cartas do ultramar e estrangeiro.* A 7 de maio de 1800 regulou-se o estabelecimento da pequena posta da capital, cidades e villas mais importantes. Apparece n'esse anno pela primeira vez a entidade dos *portadores*, depois chamados *carteiros* e actualmente *distribuidores.* O serviço d'esses *portadores* era pago por quem recebia a carta. Em 16 de março de 1805 foi nomeado o primeiro inspector dos correios, Antonio Araujo de Azevedo, ministro dos negocios estrangeiros e da guerra. N'esta epoca os serviços postaes receberam uma grande reorganisação. Substituiram-se as taxas de peso para todas as distancias pelos portes graduadas conforme o percurso. A lei de 8 de abril de 1805 considerou Portugal dividido em 5 distancias de 10 leguas cada uma e definiu *carta singela* a que não excedia dois oitavos. A carta singela na primeira distancia pagava 20 réis, na segunda 25 réis, na terceira 30 réis, na quarta 35 réis e na quinta 40 réis. Os jornaes, impressos, autos, processos, etc. pagavam metade, não sendo em capa fechada. Pelo regulamento de 31 de janeiro de 1810 crearam-se as postas do reino, cujo pessoal se compunha de *mestres de postas, correios, expressos, postilhões* e *moços.* Por uma convenção feita com a Inglaterra a 26 de fevereiro de 1810, no Rio de Janeiro, entre D. João VI e Jorge III, o serviço entre aquelle paiz e Portugal melhorou bastante. Em 1818 havia correio em 123 terras do reino. No dia 1 de agosto de 1821 principiou uma carreira regular de paquetes entre Portugal, Madeira e Açôres. Em 1833 Agostinho José Freire estabeleceu a entrega das cartas nos domicilios e em 1838 o porte dos jornaes foi reduzido a um terço. Em 1850 fez-se uma convenção

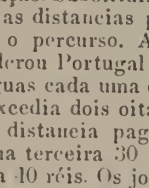

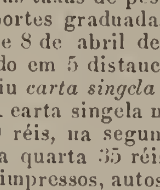

postal com a Hespanha. Em 1852 publicou-se uma importante reorganisação dos serviços postaes. Além de muitas providencias, foi augmentado o pessoal, estabelecido o correio diario para as capitaes dos districtos e Badajoz, abolidas as distancias para o porte, creada a unidade postal do reino e provincias ultramarinas, regulados os portes para as cartas, periodicos, impressos, manuscriptos e amostras, e estabelecido o registo. Datam de 1853 os primeiros sellos de correio. São das taxas de 5, 25, 50 e 100 réis, com a effigie em relevo de D. Maria II. As côres d'estes sellos são, respectivamente, castanho, azul, verde e lilaz. Ainda no mesmo anno passou a sub-ins-

pecção dos correios do ministerio dos estrangeiros para o das obras publicas. Em 1863 fôram creadas as ambulancias postaes nos caminhos de ferro de Lisboa ao Porto e Badajoz. Em 1864 foi substituida a sub-inspecção pela Direcção Geral dos Correios. Com a convenção de Berne, em 1874, constituiram vinte paizes a *União postal universal*, sendo Portugal um dos primeiros que a ella adheriram. Esta instituição tem prestado os maiores serviços ao desenvolvimento dos correios. Os caminhos de ferro em Portugal alargaram consideravelmente o serviço postal nas respectivas zonas. Em 7 de julho de 1880, sendo ministro das obras publicas Saraiva de Carvalho, foi publicada uma ampla e larga reorganisação dos serviços telegrafo-postaes, ficando juntos os correios, os telegrafos e os faroes. Estabeleceram-se ambulancias postaes em todas as linhas ferreas d'extensão superior a 100 k.; organisou-se em Lisboa um curso pratico para os funccionarios encarregados da execução dos varios serviços, etc. Em 1886, sendo ministro das obras publicas Emygdio Navarro, foi decretada a 9 de julho outra reorganisação, que mandava estabelecer na séde de cada concelho uma estação com serviço postal e telegrafico ou telefonico e em cada freguezia a recepção e expedição diaria da correspondencia postal. Outras reformas se tem seguido, como as de 1892, 30 de junho de 1898 e 28 de dezembro de 1899, mas as mais notaveis são as que ficam indicadas. A bibliographia official dos correios é vasta, mas devem notar-se os primeiros trabalhos publicados sobre o assumpto: *Annuario postal para 1878* publicado pelo director geral dos correios Guilhermino Augusto de Barros, e o seu *Relatorio*, de 31 de dezembro do mesmo anno, dirigido ao ministro das obras publicas; *Origens e progressos das instituições postaes em Portugal* pelo conselheiro Ernesto Madeira Pinto; *Estatistica geral dos correios*, 1898, etc., etc.

Correlhã. Pov. e freg. de S. Thomé, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 1:599 hab. e 375 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. está situada na margem esquerda do rio Lima e d'um seu affluente. E' antiquissima, pois já existia no tempo dos romanos com o nome de *Carmeliana*, cuja palavra se corrompeu em *Cornelhã*, e finalmente em *Correlhã*. A egreja matriz é espaçosa, e fica na extremidade da freguezia a 2 k. da séde do conc. D. Ordonho II, de Leão, a to-

mou aos moiros em 911, cedendo a depois á mitra de S. Thiago de Compostella no anno de 915. D. Affonso, conde de Barcellos, comprou-a ao bispo d'aquella diocese em 1126, por 2:000 corôas de ouro do cunho de França. Teve muitos privilegios e regalias. O bispo de S. Thiago, em 1120, deu-lhe foral, que D. Thereza, mãe de D. Affonso Henriques, confirmou no mesmo anno. No reinado de D. Manuel chegou a fazer-se processo para o foral novo, mas não se concluiu. Correlhã é uma terra fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Ainda conserva vestigios de fortificações romanas, e teem apparecido aqui cippos com inscripções latinas.

Correlhos. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Touvedo, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Corrello. Pov. na freg. de S. Miguel, de Gandra, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Corrente. Pov. na freg. de Santa Maria, de Ferreiros, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de S. Paulo de Frades, conc. e distr. de Coimbra.

Correntes *(Cabo das)*. Cabo da costa do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, a cerca de 340 k. da ponta ou cabo da bahia de Lourenço Marques. No territorio adjacente ao Cabo das Correntes está situada a lagôa da Abundancia e o reino de Manhiça. Na lagôa, que é de agua doce e tem 5 k. de comprimento, entra a maré por um pequeno canal. As terras circumvisinhas, habitadas por cafres, abundam em gado, legumes e arroz. Estes cafres usam d'uns paus tostados nas duas pontas, aos quaes dão o nome de *fimbos*, e com elles atacam os brancos e dão caça aos animaes. Nas proximidades do cabo ha muito peixe. Em 1781, na altura d'este cabo, a fragata portugueza *Sant'Anna* tomou duas palas austriacas.

Correntinhas de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Corrica. Pov. na freg. de S. José e S. Lazaro, conc. e distr. de Braga.

Corriça. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Aguieiras, conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Corridas de touros. V. *Touradas.*

Corrieira. Pov. na freg. de S. Thomé, de Lamas, conc. do Cadaval, distr. de Lisboa.

Corroios. Pov. na freg. de N. S.ª do Monte Sião, de Amora, conc. do Seixal, distr. de Lisboa. O orago é N. S.ª da Graça. A terra é muito fertil, e está bem situada. || Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Cezimbra-Castello, conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa.

Corruto. Pov. do conc. de Muxima, no distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, na margem esquerda do rio Cuanza, a 10 k. ao E do lago Quilonga.

Corsario. Capitão d'um navio armado por particulares, com autorisação do governo para dar caça aos navios mercantes d'uma nação inimiga. Differe do pirata, porque este é um verdadeiro ladrão e opera tambem em tempo de paz. Até ao congresso de Paris de 1856, que aboliu os corsarios, as nações belligerantes durante a lucta protegiam o corso. Logo que se rompiam as hostilidades entre duas potencias maritimas, estas conferiam *patentes* ou *cartas de corso* aos mais arrojados marinheiros, que tinham direito de capturar os navios mercantes da nação inimiga e pôr á venda as mercadorias aprezadas. Entre os corsarios que mais de perto nos interessam, pódem indicar-se: no tempo de D. João III, João Ango, cuja carta de marca foi publicada por Fernando Palha; Duguay-Trouin, que no seculo XVIII saqueou o Rio de Janeiro; Antonio Valladares, portuguez, ao serviço da França nos principios do seculo XIX.

Corselete ou corsolete. Peça da armadura, peito d'armas, corpo da couraça, composto de peitilho e de costas com colleira adherente, apertado na cinta e sem escarcellas e guarda-rins. Tambem os havia com braços, sendo as mangas de malha.

Corsino. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro.

Corso. V. *Corsario.*

Corsolete. V. *Corselete* e *Armadura.*

Corta Porcas. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Cortador. Operario que corta carne no talho, ou açougue. Este officio tinha no antigo regimen o respectivo regimento na collecção do senado de Lisboa. V. *Carniceiro.*

Cortá. Aldeia da regedoria do torofo de Maina, conc. de Quepém, distr. de Gôa, na India.

Cortalim. Ilha no rio Rachol, freg. do conc. de Salsete, arceb. de Gôa, na India. Tambem se escreve *Quortalim.*

Cortalim e Sancoale. Freg. do conc. de Salsete, arceb. de Gôa, na India. Está situada na margem esquerda do rio Rachol, ao S da praça ou fortaleza d'este nome. Junto da egreja parochial ergue-se uma cruz com a seguinte inscripção, feita em 1 de maio de 1553: «N'este logar se disse a primeira missa e se poz a primeira cruz em Salsete.» Tambem é chamada esta pov. *Corturim.*

Côrte. Paço, residencia de um soberano; o soberano e os seus ministros; a nobreza que o acompanha. Os antigos reis portuguezes chamavam a *nossa côrte* á Casa da Supplicação, que era composta de dezembargadores do paço. Por extensão se designava por côrte a cidade ou villa onde permaneciam os soberanos. Fôram côrte: Guimarães, Coimbra, Lisboa, etc. O decreto de 20 de dezembro de 1833 designa as pessoas de que se compõe a Côrte.

Côrte Real. Esta familia procede de Vasco Annes da Costa Côrte Real, que viveu no tempo de D. João I, nome que este monarcha lhe deu pela facilidade com que se offereceu ao desafio dos cavalleiros de Inglaterra. Na tomada de Ceuta, foi o primeiro que subiu aos muros d'esta cidade, arvorando sobre elles o primeiro pendão. Foi tambem Vasco Côrte Real que em Inglaterra venceu um cavalleiro em desafio, que trazia por armas uma cruz simples vermelha, que elle, para memoria d'este successo, ajuntou ás armas antigas dos Costas, pondo-a em chefe em campo de prata, sobre as seis costas do escudo, assentadas em pala, em campo vermelho; timbre um braço armado com uma lança de ouro e ferro da sua côr, com bandeira de prata de duas pontas, com torçaes de ouro.

Côrte Real *(Diogo Mendonça)*. V. *Mendonça Corte Real (Diogo).*

Côrte Real *(Francisco de Castro Mattoso)*. V. *Mattoso Corte Real (Francisco de Castro)*.

Côrte Real *(Gaspar)*. Era filho de João Vaz Côrte Real, donatario da capitania d'Angra (V. *Vaz Côrte Real*). Em 1500 emprehendeu uma viagem, e encontrou uma terra que se chama hoje Canadá, a que elle deu o nome de Terra Verde, por ser muito verdejante. Em 1501 voltou ao reino trazendo esta alegre noticia, e partindo outra vez para a Terra Verde, parece que tanto se aventurou para o norte, que se perdeu entre os gêlos, porque nunca mais houve noticias a seu respeito, nem dos navios que acompanhou a sua armada. No anno seguinte, seu irmão Miguel Côrte Real, porteiro-mór d'el-rei D. Manuel, foi procural-o em duas naus que sairam de Lisboa a 10 de março de 1502, e tambem não voltou. Em 1503 o referido monarcha mandou duas naus a demandarem os Côrtes Reaes, que tiveram o mesmo destino. O outro irmão, que era o unico existente da familia, Vasco Côrte Real, védor da Casa Real, donatario de Angra e da ilha de S. Jorge, e alcaide-mór de Tavira, pretendeu organisar uma nova expedição, desejoso de descobrir seus irmãos, mas D. Manuel oppoz-se a essa temeraria empresa. Nos mappas geographicos do seculo XVI figura esse paiz o com o nome de *Corterealis*. O nome portuguez de *Terra do Labrador*, esse ainda hoje o conserva uma parte da costa setentrional da America, e os geographos estrangeiros reconhecem, unanimemente, que foi Gaspar Côrte Real o descobridor do Canadá, gloria que a França pretende para si, attribuindo o descobrimento ao seu navegador Jacques Cartier.

Côrte Real *(Jeronymo)*. Um dos nossos mais celebres poetas. Era filho de Manuel Côrte Real, donatario da ilha Terceira e de D. Beatriz de Mendonça, dama da rainha D. Catharina. Segundo Baptista de Castro, no *Mappa de Portugal*, vol. IV, pag. 84, era natural de Lisboa. Falleceu em Evora a 15 de novembro de 1588. Era senhor do morgado de Palma, e militou na Africa e na India. Em 1571 foi capitão-mór d'uma armada, mostrando sempre altas qualidades de soldado. Recolhendo ao reino, foi residir para a quinta do morgadio de Palma, junto de Evora, casou com D. Luiza de Vasconcellos, e n'esse retiro se entregou á cultura da poesia da pintura e da musica, artes em que se tornou afamado, até que falleceu, tendo pouco mais de 50 annos de edade. A vida de Jeronymo Côrte Real é um pouco mysteriosa, a ponto de se não saber ao certo se elle tomou parte na desastrosa batalha de Alcacer-Kibir. N'um romance historico, escripto pelo escriptor brazileiro Pereira da Silva em 1839, figura Jeronymo Côrte Real como tendo assistido áquella batalha. Esta versão, effectivamente, anda em varias chronicas, mas parece não ser verdadeira. Côrte Real é um dos vultos notaveis que acompanham Luiz de Camões no monumento onde se ostenta a sua estatua, na praça que tem o nome do grande poeta em Lisboa. Deixou os tres seguintes poemas, sendo dois em portuguez e um em hespanhol: *Successo do segundo cerco de Diu, estando Dom Joham Mazcarenhas por capitão da fortaleza; Anno 1546;* no fim tem: *Impresso em Lisboa, por Antonio Gonçalves, anno de 1574;* d'este poema ha uma *Segunda edição conforme a primeira*, publicada em 1784; foi traduzido em verso castelhano por fr. Pedro de Rodillas, e impresso em Alcalá em 1597; *Naufragio e lastimoso successo da perdição de Manuel de Sousa de Sepulveda, D. Leonor de Sá sua mulher, filhos, vindo da India para este Reyno na nao chamada o galião grande S. João que se perdeo no cabo da boa Esperança, na terra do Natal; e a perigrinação que tiverão rodeando terras de cafres mais de 300 legoas té sua morte; composto em verso heroico, oitava rima*: 1594; saiu posthumo por diligencia de Antonio de Sousa, genro do autor; *Segunda edição*, Lisboa, 1783; 3.ª ed., Lisboa, 1842; 2 tomos; tambem foi traduzido em oitavas castelhanas por Francisco de Coutreras, que o publicou em Madrid, no anno de 1624; em 1844 appareceu em Paris uma traducção d'este poema, feita por Ortaire Fournier; *Felicissima victoria concedida del cielo al señor Don Iuan d'Austria, en el golfo de Lepanto, de la poderosa armada othomana; en el año de nuestra saluacion de 1572, compuesta por Hieronymo Corte Real, Cauallero Portuguez; impressa con licencia y approbacion, 1578, con Privilegio Real;* e no fim: *Fue impresso en Lisboa por Antonio Ribero, año M.D.LXXVIII;* com estampas no principio de cada um dos 15 cantos de que se compõe. Attribue-se-lhe tambem o poemeto intitulado: *Auto dos quatro novissimos do homem, no qual entra tambem uma meditação das penas do Purgatorio*, que o livreiro editor Francisco Luiz Ameno encontrou n'um manuscripto antigo, que comprehendia obras de varios autores, o qual mandou imprimir em 1768. Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, vol. II, pag. 495, dá nota de algumas obras de Côrte Real que ficaram ineditas, cujo destino se ignora. A data da morte da Côrte Real foi averiguada pelo sr. Henrique Freire, em Evora, que n'esta cidade, em 1900, publicou o opusculo seguinte: *Jeronymo Côrte Real (Novos subsidios para a sua biographia) — data do enterramento.*

Côrte Real *(José Alberto Homem da Cunha)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, consul de Portugal em Marselha, etc. N. em Coimbra a 25 de junho de 1832, fal. em Marselha em 1 de agosto de 1885. Era filho do dr. José Bernardo de Vasconcellos Côrte Real, lente da Universidade, e de D. Anna Augusta de Mello Côrte Real. Matriculou-se na faculdade de Direito, recebendo as cartas de bacharel a 11 de julho de 1853. Residiu por muito tempo em Coimbra, militando no partido progressista, e collaborando no *Tribuno Popular*; no *Diario Mercantil* do Porto, e nos jornaes de Lisboa *Progressista* e *Portuguez*. Em 1862 foi nomeado amanuense no ministerio do reino, sendo escolhido pelo ministro, então o fallecido estadista Anselmo José Braamcamp, para seu secretario particular, e n'essa qualidade acompanhou a familia real em 1863 ás provincias do norte. Em junho de 1869 foi nomeado secretario geral do governo civil do districto de Vizeu, cargo que conservou durante o ministerio formado pelo marechal duque de Saldanha depois da revolta de 19 de maio d'esse anno, sendo exonerado quando se deu a queda d'esse ministerio, voltando de novo a occupar o seu logar no ministerio do reino. A 6 de dezembro de 1877 foi nomeado secretario geral do governo de Macau e Timor, cargo que exerceu superiormente, e em que se conservou até 22 de abril de 1883, servindo successivamente com os governadores Carlos Eugenio Correia da Silva,

depois visconde de Paço d'Arcos, e Joaquim José Graça. Sendo encarregado de proceder em 1878 ao recenseamento da população de Macau, fêl-o segundo todas as indicações da sciencia estatistica. O *Relatorio* das operações d'esse recenseamento foi publicado em supplemento ao Boletim *Official de Macau* de 31 de dezembro de 1880, e n'um folheto separado em 1881. Empenhou-se muito em mandar para os museus do reino boas collecções de productos nacionaes e artefactos da provincia de Macau e Timor, e tendo promovido uma exposição d'esses objectos nas salas da camara de Macau, pronunciou, ao inaugural-a, em 5 de fevereiro de 1882, um discurso que foi publicado no *Boletim Official*, no *Macaense* e no *Instituto* de Coimbra. Os seus relatorios sobre as duas remessas d'esses objectos para os museus do reino, fôram publicados nos *Boletins* de 28 de junho de 1880 e de 8 de março de 1882. No dia 1 de maio de 1882 saiu o governador de Macau, e na sua ausencia ficou governando interinamente a provincia, assim como durante o interregno de dois governadores, desde de 10 fevereiro de 1883 até 12 de abril do mesmo anno, tendo ficado a dirigir a provincia o conselho do governo, foi José Alberto Côrte Real nomeado encarregado de negocios junto das côrtes da China, Japão e Sião. Voltando depois a Portugal, entregou-se de novo aos trabalhos jornalisticos. No fim de 1884 foi nomeado consul em Marselha, e falleceu pouco tempo depois de ter tomado posse d'este logar. Escreveu: *Viagem dos imperadores do Brazil em Portugal*, em que teve por collaboradores Manuel Antonio da Silva Rocha, bacharel formado em Theologia, e Augusto Mendes Simões de Castro, bacharel em Direito, Coimbra, 1872; *Commercio e industria do chá em Macau e a lei* (decreto) *de 27 de dezembro de 1870*, Macau, 1879; foi offerecido este folheto ao deputado por Macau. N'este seu trabalho dá noticia das fabricas de chá existentes em Macau, da quantidade por ellas preparada e exportada para Inglaterra, e propõe uma reforma na legislação aduaneira, para facilitar o commercio directo do chá com a metropole e desenvolver a industria da sua fabricação em Macau. Publicou tambem, além dos *Relatorios* em que já falámos, uma *Resposta á sociedade anti-esclavista de Londres*, Lisboa, 1884, artigos e correspondencias em varios jornaes litterarios e politicos, de que mencionaremos o seguinte: *Cartas da China*, no *Commercio de Portugal* de 1881 e 1882; *Portugal no Extremo Oriente*, serie de artigos no referido periodico, em 1884; *Macau e a Metropole*, serie no mesmo jornal, nos n.os 1379 a 1400; *Exposição Agricola de Lisboa*, idem, saindo o ultimo artigo d'esta serie no n.º 1437.

Côrte Real *(Thomé Joaquim da Costa)*. Filho do dezembargador do paço João Alvares da Costa, substituiu Diogo de Mendonça Côrte Real no cargo de secretario de estado da marinha, sendo assignado o decreto que o chamou ao governo no dia 2 de outubro de 1756. Não teve melhor sorte que o seu antecessor; apezar de sempre se mostrar submisso ao marquez de Pombal, as medidas por elle decretadas, faziam-n'o hesitar e estremecer. O marquez mandou-o depois encerrar no castello de Leiria, onde falleceu.

Côrte *(Manuel Eleutherio de Castro Ribeiro, visconde da)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real; commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, governador civil substituto do districto de Beja, capitão do extincto batalhão nacional de caçadores d'esta cidade, cujas honras ficou sempre gosando, abastado proprietario no referido districto, etc. N. em Beja a 10 de agosto de 1828, onde tambem falleceu a 13 de março de 1903. Era filho natural de Manuel Gerardo de Castro Ribeiro, proprietario, legitimado pelo alvará de 2 de outubro de 1844. Desempenhou em Beja os cargos de governador civil substituto, presidente da camara, procurador da junta geral, membro do conselho do districto, substituto do juiz de direito, etc. Foi tambem por muitos annos provedor do hospital civil, por que tinha particular predilecção, e era um dos principaes lavradores do districto. Pertenceu ao partido regenerador, a que sempre prestou bons serviços. O visconde da Côrte casou em 1845 com D. Maria Henriqueta de Castro e Sousa, filha de José Francisco de Sousa, proprietario, e de sua mulher, D. Marianna Rita de Castro e Sousa, e estava viuvo desde 30 de abril de 1879. O titulo foi concedido por decreto de 28 de novembro e carta de 23 de dezembro de 1872. O brazão d'armas consta d'um escudo partido em pala; na primeira as armas dos Castros, descendentes da casa de Monsanto, em campo de prata seis arruellas de azul em duas palas; e na segunda as armas dos Ribeiros, campo esquartelado: no primeiro quartel em ouro quatro bastões sanguinhos firmes; no segundo em preto tres faxas veiradas de prata e sanguinho e assim os contrarios.

Côrte. Povoações nas freguezias: Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro. ‖ N. S.ª da Natividade, de Mosteirinho, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. ‖ Herdade na freg. de S. João Baptista, de Palma, conc. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Côrte de Antonio Martins. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Cacella, conc. de Villa Real de Santo Antonio, distr. de Faro. ‖ N. S.ª da Conceição, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Côrte de Aragações. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Côrte de Azinheira e **do Azinho.** Duas povoações na freg. de S. Sebastião, de Gomes Ayres, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Côrte dos Bésteiros. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Tavira, distr. de Faro.

Côrte do Buxo. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Côrte do Cabo. Pov. na freg. de S. Barnabé, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Côrte Cabreira. Pov. na freg. de N. S.ª da Alva e conc. de Aljezur, distr. de Faro.

Côrte Cega. Pov. na freg de Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Côrte Cibrão. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro.

Côrte de Cobres. Pov na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alcaria Ruiva, conc. de Mertola, distr. de Beja.

Côrte Condessa. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Quintos, conc. e distr. de Beja.

Côrte das Donas. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Alcoutim, distr. de Faro.

Côrte d'Elvas. Pov. na freg. de Santa Clara a Nova, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Córte Fidalgo. Duas povoações nas freguezias: S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Barnabé, conc. de Almodovar. distr. de Beja.

Córte Figueira. Pov. na freg. de N. S.ª do Pé da Cruz, de Santa Cruz, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Córte Formosa e Formosinha. Duas povoações na freg. de S. Sebastião, de Gomes Ayres, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Córte do Gafo de Baixo e **de Cima.** Duas povoações na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Mertola, distr. de Beja.

Córte do Gago. Povoações nas freguezias: Espirito Santo, de Azinhal, conc. de Castro Marim, distr. de Faro. || S. Sebastião, de Gomes Ayres, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Córte Garcia. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Querença, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Córte Grande e **Pequena.** Duas povoações na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Córte Inxaria. Pov. na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Córte de João Marques *(Casal do).* Na freg. de Santo Antonio, de Ameixial, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Córte de João d'Ourique *(Casal do).* Na freg. de Sant'Anna, da Serra, conc. de Ourique, distr. de Beja.

Córte Juncaes. Pov. na freg. de S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro.

Córte Malhão *(Casal do)* Na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Córte Mourão. Pov. na freg. de S. Marcos da Serra, conc. de Silves, distr. de Faro.

Córte do Netto. Duas povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Querença, conc. de Loulé, distr. de Faro. || S Sebastião, de Salir, do mesmo conc. e districto.

Córte das Noivas. Pov. na freg. de Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Córte do Norte. Nome pelo qual era conhecida na India portugueza a cidade de Baçaim.

Córte Nova. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Visitação, de Odeleite, conc. de Castro Marim, distr. de Faro. || Santa Maria, de Sendim, conc. de Taboaço, distr. de Vizeu.

Córte da Ordem. Pov. na freg. de S. Pedro, de Rego da Murta, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Córte do Ouro. Pov. na freg. de Santo Antonio, do Ameixial, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Córte Pão e **Agua.** Pov. na freg. de S. João Baptista, de Caldeireiros, conc. de Mertola, distr. de Beja.

Córte do Pego. Pov. na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Córte Pequena. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Alcaria Ruina, conc. de Mertola, distr. de Beja. || N. S.ª d'Assumpção, do mesmo conc. e districto.

Córte Perdida. Pov. na freg. de Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, distr. de Faro.

Córte Pereira *(Herdade da).* Na freg. de Santa Suzanna, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Córte Pereiro. Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro. || N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Córte do Peso. Pov. na freg. de Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Córte da Pinheira. Pov. na freg. de S. Luiz, conc de Odemira, distr. de Beja.

Córte Pinheiro. Pov. na freg. de N. S.ª do Pé da Cruz, de SantaC ruz, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Córte do Pinto. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Mertola, distr. e bisp. de Beja; 3:293 hab. e 846 fog. Tem escolas para ambos os sexos. A pov. dista 18 k. da séde do conc. e está situada proximo da serra de Mertola, passando por ella o rio Chança. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 4, com a séde em Faro.

Córte da Pomba. Pov. na freg. de S. Romão, de Alferce, conc. de Monchique, distr. de Faro.

Córte Rabos. Matta Real no tempo de D. João II. Pertencia á montaria de Montemór-o-Novo..

Córte Redor. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Cadafaz, conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Córte Seda. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Alcoutim, distr. de Faro.

Córte Serranos. Pov, na freg. de N. S.ª da Conceição, de Martim Longo, conc. de Alcoutim, distr. de Faro.

Córte Sines. Pov. na freg. de N. S.ª da Annunciação e conc. de Mertola, distr. de Beja.

Córte Tabellião. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Alcoutim, distr. de Faro.

Córte Velha. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Odeleite, conc. de Castro Marim, distr. de Faro. || Casal na freg. de S. Silvestre e conc. da Louzã, distr. de Coimbra.

Córte da Velha. Pov. na freg. de N. S.ª d'Annunciação e conc. de Mertola, distr. de Beja.

Córte de Vicente Annes. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Aljustrel, distr. de Beja.

Córte dos Vidreiros. Pov. na freg. de Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr de Faro.

Córte Zorrinho *(Monte do).* Na freg. do Santo Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Cortegaça. Pov. na freg. de Santa Marinha, da prov. do Douro, conc. e com. do Ovar, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 1:731 hab. e 416 fog. Tem medico, pharmacia, *Associação de soccorros mutuos para ambos os sexos Esmoriz e Maceda.* A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada n'um terreno levemente accidentado, mas com muitos valles cultivados e ferteis, proximo do Oceano. Era da Casa do Infantado. O papa, o bispo e os frades cruzios de Grijó, apresentavam o abbade, que tinha 600$000 réis. Era couto com juiz ordinario, escrivão e mais officiaes. A pov. é muito antiga, pois segundo consta, já em 922 foi a egreja da Cortegaça, cujo primitivo orago era S. Miguel, doada ao mosteiro benedictino de Castromire. O orago passou depois a ser S. Martinho, e depois Santa Marinha, que ainda conserva. Passa aqui o rio Cortegaça, que nasce em S. João de Vêr, a 5 k. de distancia, e vae desaguar na

lagôa de Esmoriz, com 6 k. de curso. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. Cortegaça tem apeadeiro na linha do caminho de ferro do norte, entre as estações de Esmoriz e de Carvalheira, servida por *tramways*, que circulam entre Porto e Aveiro. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. da Beira Alta, conc. de Mortagoa, com. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu, bisp. de Coimbra; 324 hab. e 91 fogo. A pov. dista 3 k. da séde do conc. Parte d'esta freg. era dos cavalleiros de Malta, e gozava dos grandes privilegios dos caseiros d'esta ordem. O prior de S. Miguel, de Marmelleira, apresentava o cura, que tinha 30$000 réis. A terra é fertil em centeio e azeite, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. | Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Fornellos, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Barnabé, de Janarde, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Purificação, de Montelavar, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Logar meeiro com a freg. de Mosteiro de Vieira, na freg. de Santa Maria, de Pinheiro, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Revelhe, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Pedro de Sub Portella, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Cortegacinhas. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Cortegaça, conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

Cortegaço. Pov. na freg. de S. Pedro, de Athei, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real.

Cortegada. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Baraçal, conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda. || S. Mamede, de Parada do Monte, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Rebordosa, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santissimo Nome de Jesus, de Salzedas, conc. de Tarouca, distr. de Vizeu.

Cortegana. Pov. na freg.. de N. S.ª das Virtudes, de Ventosa, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. Tem est. telegr. post. com serviço de encommendas.

Cortegosa. Pov. na freg. do Salvador, de Monte Cordova, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Cortelha. Povoações nas freguezias: Espirito Santo, de Azinhal, conc. de Castro Marim, distr. de Faro. || S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, do mesmo districto.

Cortelhal. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Navarra, conc. e distr. de Braga.

Cortelhas. Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Cubalhão, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Cortelho. Pov. na freg. de S. Thiago, de Fraião, conc. e distr. de Braga.

Cortello. Pov. na freg. de S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro.

Cortém. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Vidaes, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Côrtes. Assembléa legislativa. Antigamente eram as assembléas onde se reuniam os procuradores das cidades e villas com a nobreza e o clero para propôrem aos reis as leis que julgavam uteis á nação, votarem impostos e deliberarem sobre questões de interesse publico. Os representantes das cidades e villas tomavam assento em bancos, em gradual precedencia, conforme os privilegios das respectivas terras (V. *Banco*). As côrtes compõem-se actualmente de duas camaras: a dos *pares do reino*, e a *dos deputados*. Os primeiros são de nomeação regia e vitalicia, e alguns por direito de successão; os segundos são eleitos temporariamente. Até ao regimen constitucional fôram as côrtes convocadas em prazos incertos e em localidades differentes. Entre estas apontam-se: Lamego, Coimbra, Leiria, Santarem, Guarda, Lisboa, Guimarães, Evora, Elvas, Porto, Athouguia, Braga, Vizeu, Extremoz, Torres Novas, Torres Vedras, Arronches, Montemór-o-Novo, Vianna *d'a par de Alvito*, Almeirim e Thomar, em cujas descripções vão indicados os annos em que ahi se celebraram côrtes. Por portaria de 9 de agosto de 1834 foi denominado palacio das Côrtes o edificio do extincto convento de S. Bento, em Lisboa. || Bibliographia: *Documentos para a historia das côrtes geraes da Nação Portugueza, coordenação autorisada pela camara dos senhores deputados*, 8 volumes.

Côrtes. Pov. na freg. de N. S.ª da Gaiola, da prov. da Estremadura, conc., com. e distr. de Leiria; 1:524 hab. e 370 fog. Tem correio, escolas para ambos os sexos, e fabricas de aguardente. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada n'uma encosta sobre a margem direita do rio Liz. A matriz é um bom templo. O bispo apresentava o cura, que tinha 60$000 réis. A terra produz algum milho e algum vinho, do mais muito pouco. Tem gado e caça. Passa pela freg. o rio Lena, que aqui se chama das *Côrtes*.. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria. || Pov. da prov. do Minho, freg. e arrabalde contiguo a V. N. da Cerveira. O orago é S. Cypriano. E' antiquissima, e suppõe-se ter sido fundada pelos romanos antes da era vulgar. Provém-lhe o nome da cohorte romana que tinha aqui o seu quartel, de que era tribuno Lucio Venancio. E' tradição que foi ali a primitiva V. N. da Cerveira com o nome de *Cohorte*. Attesta a veracidade d'esta tradição, não só a antiguidade manifesta da maior parte das casas das Côrtes, como as ruinas de varios edificios muito antigos, e os alicerces de muros que se vêem nas suas immediações, sobretudo em Vallinhas. Tambem se vê ainda uma pedra com um espigão de ferro, que segundo a tradição, foi a *picóta* ou pelourinho da antiga villa. N'outro tempo, nas terras onde não havia fôrcas, eram enforcados os criminosos nas picótas. | Povoações nas freguezias: S. Matheus, de Alváres, conc. de Goes, distr. de Coimbra. || S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro. || S. Thiago, de Carralcova, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello || S. João Baptista, de Espite, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem. || Santa Eulalia de Bésteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Christovão, de Lordello, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Antonio, de Marmelleiro, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || Santa Christina, de Pousa, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção, de Semide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || S. Martinho, de Silvares, conc. de Fafe, distr. de

Braga. || S. Thiago, de Rio de Vide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de N. S.ª da Graça, de Figueiró da Granja, conc. de Fornos de Algôdres, distr. da Guarda. || Ribeira do distr. de Leiria. N. na serra do Alqueidão, e depois d'um curso de 15 k. junta-se com a ribeira de Sirol, formando ambas o rio Liz.

Córtes de Baixo. Pov. na freg. de S. Roque, do Córtes do Meio, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Córtes do Meio. Pov. e freg. de S. Roque, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Covilhã, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 1:017 hab. e 248 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e est. post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. está situada sobre o rio Paul. E' muito antiga e muito fertil. Cria muito gado, e tem caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Cortez. Pov. na freg. de S. Mamede, de Talhadas, conc. de Sever de Vouga, distr. de Aveiro.

Cortezãos. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição e conc. de Albufeira, distr. de Faro. || N. S.ª da Piedade, de Algoz, conc. de Silves, distr. de Faro.

Cortezes *(Casal dos).* Na freg. de N. S.ª da Graça, de Ega. conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra.

Cortezia. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João das Lampas. conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Cortiça. Casca espessa e leve do sobreiro e de algumas arvores lenhosas. E' uma das grandes riquezas agricolas do sul de Portugal. Na exportação figura por uma verba importante. A exploração da cortiça data dos primeiros tempos da monarchia, mas desenvolveu-se muito no seculo XV. Segundo os documentos publicados no *Archivo Historico Portuguez* de março de 1904, houve em 1456 um verdadeiro monopolio ou açambarcamento. A 7 de junho do referido anno confirmou D. Affonso V um contrato celebrado com Martim Leme, negociante portuguez residente em Bruges, para que pudesse, durante dez annos, exportar exclusivamente para o estrangeiro toda a cortiça produzida no paiz e por elle adquirida. Era seu parceiro no negocio outro negociante portuguez, residente na mesma cidade, Pero Diniz. O preço total d'este exclusivo era de duas mil dobras de ouro, pagas á Corôa, na occasião de firmar o contrato, que enchia de regalias e immunidades o concessionario, que parecia não ter da sua parte senão direitos, ao passo que o Estado só tinha deveres a cumprir. A's justiças incumbia dar-lhes todo o auxilio, procedendo rigorosamente contra todos aquelles que, por qualquer modo, tentassem prejudicar o contratador na sua empresa. Os delinquentes pagariam da primeira vez uma forte multa pecuniaria; da segunda perderiam os bens, e da terceira, além de tudo, seriam mettidos na cadeia. O producto das multas e da venda dos bens seria dividido em tres lotes, sendo um para o Estado e os dois restantes para o concessionario, que tinha sempre a sua parte de leão. Dos lucros da empresa, depois de liquidados todos os gastos, caberia um terço ao Estado, ficando as despezas da exploração a cargo do interessado. O rei daria pelas contas que elle lhe apresentasse, exaradas em seus livros commerciaes. A Corôa, se por qualquer modo rescindisse ou alterasse o contrato contra vontade e em prejuizo do concessionario, ficaria sujeita a pagar uma forte indemnisação, isto é, mil dobras de ouro por cada anno, em que o contrato fôsse infringido. Quinze dias depois, o mesmo privilegio era concedido a uma parceria de negociantes italianos, residentes em Lisboa, á testa da qual estava Marco Lomelim, genovez, sendo os outros, Domenego Ezcoto, da mesma procedencia, e João Gidete, florentino. O contrato é feito exactamente nos mesmos termos e com as mesmas clausulas que o anterior. Não se sabe explicar este facto, a não ser que Martim Leme fizesse desistencia ou trespasse da concessão com autorisação d'el-rei, ou que este lhe désse qualquer coisa em troca. O que admira é no novo contrato não existir a menor referencia a esta circumstancia ou a qualquer outro motivo que lhe désse origem. A industria corticeira é uma das mais florescentes e productivas do nosso paiz e uma das mais valiosas fontes de receita para os proprietarios da provincia do Alemtejo. Ha entre nós empresas, companhias e parcerias, organisadas expressamente para a exploração e exportação d'este valioso genero, que navios de todas as nacionalidades veem receber diariamente ao Tejo.

Cortiça. Povoações nas freguezias: S. Martinho da Cortiça, conc. d'Arganil, distr. de Coimbra. || S. Sebastião, de Paradella, conc. de Penacova, do mesmo distr. || S. Pedro, de Rego da Murta, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || O Salvador, de Barreira, conc. e distr. de Leiria.

Cortiçada. Pov. na freg. do Espirito Santo, da prov. da Beira Baixa, conc. de Aguiar da Beira, com. de Trancoso, distr. da Guarda, bisp. de Vizeu; 666 hab. e 171 fog. Tem correio e escolas d'ambos os sexos. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada n'uma campina, junto á margem direita do rio Dão. Era da Casa do Infantado. Tinha foral, dado por D. Sancho II em 26 de setembro de 1212; D. Manuel Deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 1 de julho de 1512. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Povoações nas freguezias: O Salvador, de Castellões, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Evora de Alcobaça, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || S. Bartholomeu, de Valle de Prazeres, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco. || N. S.ª da Ribeira, do Outeiro da Cortiçada, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

Cortiçadas. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Apresentação, de Lavre, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || S. Sebastião, de Giesteira, conc. e distr. de Evora.

Cortical. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Monsanto, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Corticeiro. Pov. na freg. de S. Thomé e conc. de Mira, distr. de Coimbra.

Corticeiro de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Conceição, de Febres, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Cortiço. V. *S. Bento do Cortiço.* | Povoações nas freguezias: Santa Christina, de Cervos, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || N. S.ª da Conceição, de Cabrella, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Cortiçô. Pov. e freg. de S. Pelagio, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Fornos

d'Algodres, distr. da Guarda, bisp. de Vizeu; 411 hab. e 101 fog. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada n'um valle. Era da Casa do Infantado. O reitor de Algodres apresentava o cura, que tinha 20$000 réis em dinheiro, pagos pela commenda de Algodres, e o que rendia o pé d'altar. A terra é fertil; tem muito gado, principalmente cabras e ovelhas. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. Esta freg é tambem conhecida por Cortiçô d'Algodres.

Cortiçô da Serra. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Celorico da Beira, distr. e bisp. da Guarda; 563 hab. e 140 fog. Tem escolas para ambos os sexos e caixa post. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Celorico a Oliveira do Hospital. Era commenda da ordem de Malta, tendo os grandes privilegios dos caseiros da ordem. Teve foral dado por D. Martim Pires e sua mulher, D. Thereza Martins, que eram senhores da freg., em 1254. A terra é fertil e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12 com a séde em Trancoso.

Cortiços. Villa e freg de S. Nicolau, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 736 hab. e 141 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e est. post., permutando malas com a R. A. D. Mirandella. A villa dista 6 k. da séde do conc. e está situada na margem direita da ribeira de Carvalhaes. El-rei D. Diniz deu foral á villa de Cortiços e ao logar de Cernadella, que lhe fica annexo, em 1287. (V. *Cernadella*). Este foral foi confirmado por outro concedido por D. Affonso IV, em Santarem, a 10 de janeiro de 1331. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 4 de agosto de 1517, que é tambem para Cernadella. E' das poucas povoações do reino que tem foral novissimo dado por D. Affonso VI, em Lisboa, a 21 de julho de 1682. Entre esta villa e o logar de Cernadella corre a ribeira dos Cortiços. Foi denominação d'um antigo conc., que se suppriminu por decreto de 24 de outubro de 1855, passando então ao de Macedo de Cavalleiros. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut, e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Cortinas. Pov. na freg. de S. Martinho de Alliviada, conc. de Marco de Canavezes distr. do Porto.

Cortinha. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Barbeita, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Carreira, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Gondoriz, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Cortinha e Figueiró. Dois logares reunidos, na freg. do Salvador, de Joanne, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Cortinhadama. Pov. na freg. de S. Martinho, de Fajões, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Cortinhaes. Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Santa Ovaia, conc. de Oliveira do Hotpital, distr. de Coimbra.

Cortinhães. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Queiriga, conc. de V. N. de Paiva, distr. de Vizeu.

Cortinhal. Povoações nas freguezias: Santa Maria Magdalena, de Chaviães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Faria, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Navarra, conc. e distr. de Braga.

Cortinhas *(Quinta das)*. Antiga e importante quinta sita na freg. de Cavez, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. E' solar da familia Tavares Machado, que tem dado ao paiz alguns homens illustres nas armas e nas letras. Entre elles destacam-se Custodio Bento Tavares Machado de Barbosa, official de tropa de linha que serviu, com muita distineção, no continente e na India, segundo consta de varios diplomas officiaes guardados no archivo da familia, e o dr. João Tavares de Azevedo e Lemos Machado que, em meados do seculo passado, foi eleito deputado da nação em varias legislaturas. Foi tal a elevação e desprendimento, com que o dr. João Tavares se houve no exercicio d'este cargo, que a rainha D. Maria II houve por bem agracial-o, por alvará de 13 de setembro de 1855, com a mercê de fidalgo cavalleiro da Casa Real com exercicio no Paço, de juro e herdade para elle e seus descendentes. Os vinhos d'esta quinta são afamados entre os conhecidos vinhos verdes de Basto, e Canto, que fôram premiados em todas as exposições a que concorreram, as de Berlim e industrial de Lisboa realisadas em 1888, e a internacional de Paris de 1889. Existem n'esta quinta uns restos archeologicos, que a tornam notavel. O seu actual proprietario, o sr. dr. Antonio Teixeira Coelho de Vasconcellos, casado com a unica representante da familia, a senhora D. Sophia Adelaide Machado Tavares de Vasconcellos, procedendo em julho de 1901, á exploração de uma pedreira, afim de construir um jardim adjacente á casa de habitação que reedificou, convertendo-a em uma espleudida vivenda, como mostra a nossa photogravura, encontrou umas urnas funerarias abertas em rocha firme. Surprehendido com o achado consultou o distincto e mallogrado archeologo dr. Martins Sarmento, de Guimarães, por intermedio do conhecido jurisconsulto, o sr. dr. Eduardo José da Silva Carvalho, a esse tempo delegado do procurador regio n'esta cidade, e aquelle sabio, pela descripção que lhe era feita, logo opinou que = eram urnas funerarias romanas. = Achava-se então doente de cama o dr. Martins Sarmento, mas tanto valor ligou á descoberta, que, por intervenção do sr. Joaquim Vieira, mandou pedir para as urnas funerarias serem extrahidas, com a maior cautella, da rocha, onde se encontravam, e remettidas para o museu a que deu o seu nome, existente n'aquella cidade, promptificando-se a fazer todas as despezas que, para tal fim, se fizessem. A opinião do venerando archeologo veio, dias depois, a confirmar-se plenamente, porque, procedendo o proprietario da quinta a pesquisas no local, com o maior cuidado, dentro de uma d'essas urnas, que, pelo modo como foi construida — cavada reintrautemente nas paredes lateraes — mostra ter sido destinada a sepultura de homem, e assim feita para dar logar ás armaduras com que os romanos eram sepultados, appareceu uma moeda. Submettida ao exame do dr. Martins Sarmento verificou elle que era = uma moeda familiar romana, = anterior ao tempo do imperio, e declarou que era costume dos romanos lançarem uma moeda juntamente com o cadaver á sepultura, para pagamento da passagem do stygio, segundo

a crença d'aquelle tempo. Não resta, pois, a menor duvida de que, no local onde hoje está a quinta das Cortinhas, existiu outr'ora, no tempo da republica romana, ha mais de vinte seculos, uma importante povoação latina, porque as urnas funerarias que appareceram serviram de sepultura a patricios romanos. O dono da quinta foi tão feliz que pôde realisar a exploração da referida pedreira, de modo a deixar uma parte d'ella intacta, e, n'esta parte, acham-se tres urnas funerarias em perfeito estado de conservação, uma de homem, outra de mulher, outra de creança. Estão situadas, actualmente, no meio de um lago, elevadas um metro, pouco mais ou menos, acima do nivel da agua, e para ellas dá accesso uma pequena ponte lançada do jardim para a pedreira, que ficou formando como que uma grande ilha no meio d'este lago. A imprensa periodica occupou se do assumpto em 1901, por occasião da descoberta, e, como o proprietario da quinta não cedeu as urnas para o museu Martins Sarmento e ellas estão no local primitivo e taes como fôram encontradas, muitas pessoas, com gosto por estudos archeologicos, as teem ido ali examinar.

Palacio da quinta das Cortinhas

Cortinhas. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Airães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Espirito Santo, de Brufe, conc. de Terras do Bouro, distr. de Braga. || S. Sebastião, de Corva, conc. de Murça, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Castanheira, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Crespos, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago, de Espargo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Fontoura, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Santa Leocadia, de Fradellos, conc de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Pedro, de Fragoso, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || Santa Maria, de Insalde, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Maceda, conc de Ovar, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Mei, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Merelim, conc. e distr. de Braga. || O Salvador, de Monte Cordova, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto || Santa Maria, de Moreira, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Oriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Thiago, de Penso, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Paio, de Pico de Regalados, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || N. S.ª das Dôres, de Rebordello, conc de Amarante, distr. do Porto. || S. Estevão, de Regadas, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Clemente, de Silvares, do mesmo conc. e distr. || S. Thiago, de Soppo, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Torquato, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Cortinheirinhos. Pov. na freg. de S. Miguel, de Sapardos, conc. de Villa Nova da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Cortinho. Pov. na freg. de S. Paio, de Agua Longa, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Cortinhola. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Cortizellas. Pov. na freg. de S. Nicolau e conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Corty. Povoação do torofo de Collém, no concelho de Sanguém, districto de Gôa, na India.

Coruche (*Caetano da Silva Luz, 1.º visconde de*). Moço fidalgo com exercicio na Casa Real; agronomo pelo Instituto Geral de Agronomia de Lisboa, abastado proprietario, etc. N. em Lisboa a 23 de fevereiro de 1842, fal. na mesma cidade a 29 de dezembro de 1904. Eram seus paes o conselheiro José Lourenço da Luz, par do reino, do conselho da rainha D. Maria II e dos monarchas D. Pedro V e D. Luiz I; commendador das ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição, lente jubilado e director da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa; medico cirurgião honorario da Real Camara; director presidente da direcção do Banco de Portugal, etc. e D. Carlota Joaquina da Silva, filha de Antonio Francisco da Silva, proprietario, negociante e capitalista. Foi sempre muito dedicado aos trabalhos agricolas, e na quinta que possuia em Coruche, denominada a *Quinta Grande*, e em outras propriedades suas, encontrou meio de reduzir a pratica o estudo theorico adquirido no seu curso de agronomia. Entrou para a Real Associação Central de Agricultura, como socio effectivo a 22 de março de 1866, sendo considerado protector vitalicio em 20 de abril de 1869; n'esta associação exerceu os

cargos de director-secretario de 1866 a 1871, e em 1874, 1876 e 1885; de vogal da direcção em 1872, 1875, 1877 e 1878, e de thesoureiro em 1879, e desde 1886 a 1891. São de alto valor os serviços que sempre prestou, assim como á causa agricola. Realisou diversas conferencias, escolhendo theses do mais palpitante interesse para a agricultura, tratando de identicos assumptos na Sociedade das Sciencias Agronomicas de Portugal e na Sociedade de Geographia. Orador fluente, a sua palavra era sempre ouvida com interesse, sendo a sua opinião sempre considerada muito valiosa pelos vastos conhecimentos que todos lhe reconheciam em assumptos agricolas, e pela illustração de que era dotado. Na Companhia das Lezirias prestou tambem bons serviços, e fez parte da commissão de visita ás propriedades. Em 1876, pela sua iniciativa e esforços, juntamente com os srs. Jayme Batalha Reis e Manuel José Ribeiro, organisou a Real Associação Central de Agricultura a exposição portugueza em Philadelphia, e n'esses trabalhos tanto se evidenciou a sua reconhecida capacidade e dedicação, prestando os mais relevantes serviços, que por deliberação exclusiva do governo, com annuencia do fiuado monarcha D. Luiz I, foi-lhe concedido o titulo de visconde de Coruche, por decreto de 16 de novembro e carta de 21 de dezembro de 1876, como distincção aos valiosos serviços prestados ao paiz. No anno de 1886, por occasião da crise agricola, defendeu, elle só, a protecção cerealifera em successivos artigos publicados no *Commercio de Portugal*, tendo-se de se haver como antagonista de valor. Os seus argumentos fôram tão importantes e convincentes, que muito contribuiram para a promulgação da lei dos cereaes, reputada como a lei salvadora da ultima crise cerealifera do paiz. Deveu-se á iniciativa do visconde de Coruche a organisação dos primeiros congressos agricolas, que se realisaram em 1889, um no theatro da Trindade, em Lisboa, e outro em Extremoz. N'esses congressos tornou-se um dos mais estrenuos defensores da agricultura, que estava agonisante por falta de protecção a uma das suas principaes culturas, resultando d'esses congressos a lei cerealifera, que hoje gozam os seareiros, que os põe ao abrigo das constantes importações que anniquilavam os maiores esforços empregados na salvação da primeira industria de Portugal. Tambem nos congressos vinicolas na Academia Real das Sciencias e na Sociedade de Geographia expoz claramente as suas idéas com referencia a tão transcendente questão, tendo ainda ensejo de vêr que todos os seus argumentos se transformaram em verdadeiras prophecias, principalmente no que diziam respeito á questão do alcool e á cultura da vinha. O visconde de Coruche foi um intransigente proteccionista e advogou sempre a idéa da quebra da moeda, unico meio que elle considerava viavel para salvar as finanças do paiz. Desempenhou algumas commissões, para que foi nomeado pelo governo, das quaes não quiz nunca remuneração. Nos ultimos annos da sua vida pertenceu ao Conselho Superior de Agricultura, onde sempre esteve ao lado dos interesses dos lavradores contra as pretensões dos moageiros. O visconde de Coruche, além dos cargos já citados, foi membro da Academia Real das Sciencias e de muitas corporações agricolas. Em junho de 1866 fundou a *Revista Agricola*, juntamente com José Maria Dantas Pimenta, Jayme Batalha Reis e Luiz Augusto Martins de Carvalho. Na imprensa agricola do paiz collaborou com a maior assiduidade, escrevendo artigos notaveis ácerca da questão dos trigos, quando se tratou do estabelecimento da moagem, e da dos vinhos, sempre que a viticultura estava ameaçada de qualquer crise. Foi redactor e um dos fundadores do jornal *A Epoca*, que se publicou desde 1888 ate 1902, ao qual se succedeu o *Correio de Lisboa*, e depois o *Correio Agricola de Lisboa*. N'estes jornaes sustentou bastantes polemicas com abalizados jornalistas e homens publicos, de que as mais das vezes saía victorioso pelo grande numero de argumentos convincentes de que usava para os seus adversarios. Era muito dedicado ás Bellas Artes, sendo um bom photographo amador, e n'esta qualidade tomou parte na Exposição Nacional dos Trabalhos Photographicos, realisada em 1900 nas salas da Sociedade de Geographia, onde obteve a medalha de prata. Era tambem especialista em esmaltes de porcelana. Na exposição citada, a vitrine onde expoz os seus trabalhos prendeu a attenção dos visitantes. Tornou-se egualmente muito apreciado como caricaturista, porque o seu lapis firmava com delicadeza e vigor os typos escolhidos. Casou em 29 de dezembro de 1860 com D. Maria da Conceição Pereira da Costa, filha do abastado proprietario e capitalista Joaquim Pereira da Costa, e de sua mulher, D. Emilia Pereira Castro Leite de Barros. Joaquim Pereira da Costa era tambem fidalgo da Casa Real, commendador da Ordem de Christo, director e presidente da direcção do Banco de Portugal. Falleceu em outubro de 1857; foi pae do 1.º visconde de Pereira. V. *este titulo*. O brazão dos viscondes de Coruche, concedido a José Lourenço da Luz por alvará de 5 de abril de 1877, consta d'um escudo esquartelado : no primeiro quartel, sobre campo azul, sete estrellas de prata de oito raios cada uma, collocadas em tres palas, tendo tres estrellas a do centro, e duas cada uma das lateraes, e assim o seu alterno ; no segundo quartel, em campo de prata, tres cabeças de mulheres donzellas negras com argolas e collar de ouro, postas em roquete, e assim o seu alterno. Os seus trabalhos litterarios e scientificos publicados em Lisboa, são os seguintes: *O Estrume e os adubos mineraes*, 1871; *Guide pratique de Comptabilitée Agricole*, 1884; *A Agricultura Portugueza e o Paiz*, 1884 e 1885; *A Agricultura e o Paiz*, 1886; *A Agricultura e o Paiz; A Independencia e a Liberdade*, 1886; *A Civilisação das Colonias Portuguezas pela Agricultura*, 1887; *Revisão das pautas, relatorio apresentado á Real Associação Central de Agricultura em 1891; Solidarismo*, 1884.

Visconde de Coruche

1892; *A Questão monetaria da quebra da moeda e a subida dos preços*, 1892; *Propriedade Emphyteuse e Agricultura. considerações apresentadas ao Conselho Superior de Agricultura a respeito do decreto de 30 de setembro de 1892, sobre a remissão de fóros*, 1893; *Projecto de lei permanente de cereaes e farinhas, e Problema financeiro*, 1894; *Estudos Agronomicos; importancia agrologica da analyse mechanica das terras e o modo facil de as fazer*; 1896; *A questão do alcool dos vinhos*, 1896; *O Rendimento Collectavel dos Predios Rusticos*, 1898; *Vinhos, Aguardentes Alcooes e Espiritos*, 1900; *Pão e Ouro*, 1901; *Registo Cadastral de Propriedade, e Avaliação Cadastral da Propriedade*, 1902; *Avaliação dos trigos por novo processo*, 1903; *O Pão Nosso de cada dia*, 1903; *O que é o vinho*, 1904; *Parecer apresentado á commissão internacional de agricultura, reunida em Paris em 1901, de collaboração com C. A. Borges de Sousa e Sertorio Pereira; Memoria apresentada ao Congresso internacional do commercio de vinhos espirituosos e licores, reunido em Paris; Fixação de um typo padrão de trigo normal; A falsa crise agricola; Exposição sobre a Companhia das Lezirias do Tejo e Sado; Proposta para auxiliar a discussão sobre projectos de modificação a fazer na pauta dos direitos de consumo em Lisboa; Algumas considerações apresentadas ao Congresso Vinicola Nacional de 1900; Os montados em Portugal*; etc. Em 12 de abril de 1905 a Real Associação de Agricultura celebrou uma sessão solemne, em que foi lido o *Elogio do visconde de Coruche*, escripto pelo sr. Arthur Lobo d'Avila e publicado depois no *Boletim* da Associação.

Coruche *(Luiz Caetano Pereira da Costa, 2.º visconde de)*. Filho do antecedente. Agronomo, nomeado vogal do Conselho Superior de Agricultura, em substituição de seu pae. Foi agraciado com o titulo de visconde, em uma vida, por decreto de 14 de janeiro de 1905.

Coruche. Villa da prov. da Estremadura, séde de conc. e de com., julgamento municipal, relação de Lisboa, distr. de Santarem, arceb. de Evora. Tem só uma freg., S. João Baptista. E' uma das mais importantes villas do districto, e está situada em planicie ao fundo d'uma encosta, sobre as margens do rio Sorraia, e proximo ao rio Erra, a 40 k. da capital do districto. Fica na fronteira da prov. do Alemtejo, e junto á da Estremadura. A fundação de Coruche é muito antiga, e attribuida aos gallo-celtas 308 annos antes da vinda de Christo. D. Affonso I a conquistou aos moiros em 1166, dando a á ordem de Aviz em 1176. Tornou a caír em poder dos moiros em 1180, que a arrazaram completamente, sendo novamente conquistada por D. Affonso I, no anno de 1182. Este monarcha a mandou então povoar, dando lhe foral com grandes privilegios, em 26 de maio do referido anno. D. Sancho I confirmou este foral em 1189, e D. Affonso II lhe deu outro, confirmando e ampliando os privilegios antigos, em Santarem, a 29 de janeiro, de 1218. D. Manuel concedeu-lhe novo foral, em Lisboa, confirmando todos os antigos privilegios, em 28 de março de 1513. A villa é abrigada ao N por uma montanha onde houve antigamente um grande castello, fundado pelos romanos, e arrazado pelos moiros em 1180; nunca se reconstruiu, e ainda restam vestigios. Este local está actualmente transformado n'um elegante passeio, d'onde se avista um curioso panorama. No cume d'esta montanha ergue-se uma ermida dedicada a N. S.ª do Castello, que em agosto é muito festejada. Dentro da ermida existe um retrato de D. Affonso Henriques, a quem se attribue a sua fundação. Os arredores da villa são muito ferteis e aprazíveis, e a veiga ou varzea que o Sorraia e o Erra cortam e regam, é ampla e bem cultivada. Produz abundancia de cereaes e d'outros fructos; ali se cria muito gado. As margens das duas ribeiras são arborisadas e pittorescas. Coruche era da Corôa. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o reitor, que tinha alguns generos e outros rendimentos, o que perfazia annualmente uns 500$000 réis. O reitor tinha dois coadjutores, chamados *companheiros*, sendo todos tres freires da ordem de Aviz, e da mesma apresentação. Havia ainda 16 beneficiados simples, com obrigação do coro, cada um com 400$000 réis de renda. Era uma das boas collegiadas do reino, que foi ha pouco tempo extincta pela morte do ultimo beneficiado, sendo os seus bens encorporados na Fazenda Nacional. A Misericordia é um templo sumptuoso e de boa architectura; tem um bom hospital, que pela sua boa administração e por donativos de caridosos bemfeitores, está provido de recursos para acompanhar os progressos das sciencias medica e cirurgica, e prestar relevantes serviços aos indigentes da villa e concelho. Eram alcaides-móres e commendadores d'esta villa os descendentes de D. Affonso de Noronha. Coruche tem bons edificios particulares, notando-se tambem o da camara municipal; tem uma estrada para Almeirim e outra para Salvaterra de Magos. Pertence á 1.ª div. mil., 1.ª brigada grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 2, com a séde em Lisboa. O brazão d'armas da villa é um escudo tendo ao centro uma coruja. Coruche teve juiz de fóra, e ha pouco tempo obteve um grande melhoramento, que é o ramal do caminho de ferro do sul de Setil a Vendas Novas, onde se construiu uma estação entre o apeadeiro de Agolada e a estação da Quinta Grande. A villa tem escola para ambos os sexos, est. post e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas permutando malas com a R. A. L.; advogado, medicos, pharmacias, agente do *Banco Economia portugueza;* companhia de seguros, Associação de soccorros mutuos *Montepio União Coruchense*; duas sociedades de recreio: *Club Coruchense*, e *Club Instrucção Coruchense*; feira do gado bovino e suino a 10 de janeiro, e a feira de S. Miguel, de 29 de setembro a 1 de outubro. O mercado diario é feito na melhor praça da villa, onde se encontram os primeiros estabelecimentos commerciaes. O conc. compõe-se de 7 freguezias, com 1:895 fog. e 9:660 hab.; sendo 4806 do genero masc. e 4854 do fem., n'uma superficie de 118:297 hect. As 4 freguezias, de S. João Baptista de Coruche, de Sant'Anna do

Brazão da villa de Coruche

Matto, S. Matheus de Erra, e S. José de Lamarosa, teem, reunidas, 7:258 hab., sendo 3:601 do genero masc. e 3:657 do fem.; as 3, de Santo Antonio de Couço, N. S.ª do Peso, e Santa Justa, teem, reunidas, 2:402 hab., sendo 1:205 do genero masc. e 1:197 do fem. O principal commercio de todo o conc. é em cereaes, cortiças, vinho e pinhal. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Baixa, conc. d'Aguiar da Beira, com. de Trancoso, distr. da Guarda, bisp. de Vizeu; 484 hab. e 103 fog. Tem escolas para ambos os sexos e correio. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Aguiar e Celorico. O cura era da apresentação do vigario de Villa Verde, e tinha 25$000 réis. A terra é fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. N'esta freg. houve em 9 de janeiro de 1827 um combate entre as tropas do conde de Villa Flôr e as do general miguelista Magessy, ficando estas derrotadas. Publicou-se aqui o jornal *O Coruchense*, 1899.

Corucho. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Venade, conc. de Caminha, distr. de Faro.

Coruchos. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Estoy, conc. e distr. de Faro. || O Salvador, de Rezende, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Corufe. Pov. na freg. de S. Martinho, de Avidos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Coruja. Povoações nas freguezias: S. Sebastião de Salir, conc. de Loulé, distr.. de Faro. || Santo Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Corujaes. Pov. da freg. do Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Corujães. Pov. na freg. de S. Bento, da Varzea, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Corujas. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 264 hab. e 61 fog. Está annexada civilmente á freg. de Santa Marinha, de Edroso, e dista 8 k. da séde do conc. Fica situada n'um valle ao N das nascentes da ribeira de Lobos. E' da Casa de Bragança. Até 1834 teve juiz da vintena, dois *homens de accordam*, dois jurados e dois quadrilheiros; gozava do privilegio de não pagar finta que pela camara de Bragança lhe fôsse lançada. O reitor da freg. de Lamas de Orelhão apresentava o cura, que tinha diversos generos e 12$000 réis em dinheiro. No cume do monte Caunha ha vestigios d'uma fortaleza romana ou moirisca. A terra é fertil; tem muito gado e importante creação de bichos de seda. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 10, com a séde em Mirandella. || Povoações nas freguezias: S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || S. Paio, de Favões, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Clemente, de Paços de Gaiollo, do mesmo conc. e districto.

Corujeira. Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. da Beira Baixa, conc., com, distr. e bisp. da Guarda; 408 hab. e 117 fog. Tem correio com serviço de posta rural, e uma importante industria de cobertores de lã. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada no fundo d'um valle, na margem d'uma ribeira affluente do rio Mondego. O cabido da sé da Guarda apresentava o prior, que tinha 120$000 réis. A terra é fertil; tem uma fonte muito abundante d'agua no verão, e sêcca no inverno. Pertence á 2.ª div. mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Povoações nas freguezias: S. Martinho, d'Aguas Santas, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || N. S.ª dos Prazeres, de Aldeia Gallega da Merceana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Purificação, de Alguber, conc. do Cadaval, do mesmo distr. || S. Braz, de Arco da Calheta, conc. da Calheta, distr. do Funchal, ilha da Madeira. || S. Aleixo do Becco, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S. Julião, de Cambra, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || S. Braz, de Campanario, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal, ilha da Madeira. || N. S.ª d'Assumpção, de Cardigos, conc. de Mação, distr. de Santarem. || S. Domingos de Carmões, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || S. Miguel, de Christello, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. André, de Ferreira d'Aves, conc. de Sattam, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Freixo de Baixo, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Martinho, de Gandra, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Infesta, conc. de Bouças, distr. do Porto. || O Salvador, de Lordello, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Martinho do Bispo, conc. e distr. de Coimbra. || S. Martinho, de Medello, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Pedro, de Milheirós de Poiares, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Thomé e conc. de Mira, distr. de Coimbra. || O Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Paredes, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença o Nova, distr. de Castello Branco. || Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Paio, de Seramil, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra. || Santa Maria Maior e conc. de Taboa, do mesmo distr. || N. S.ª da Purificação, de Ventosa, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || S. João Evangelista, de Villa Cova de Carros, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Pedro, de Villar do Paraizo, conc. de V. N. de Gaia, do mesmo districto.

Corujeira de Baixo e **de Cima.** Duas povoações na freg. de Santa Maria, de Campanhã, 1.º bairro do Porto. || Duas povoações na freg. de N. S.ª da Natividade, de Faial, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal, ilha da Madeira.

Corujeira de Dentro e **de Fóra.** Duas povoações na freg. de N. S.ª do Monte, conc. e distr. do Funchal, ilha da Madeira || Duas povoações na freg. de S. Pedro, de Ponta do Pargo, conc. da Calheta, do mesmo districto.

Corujeiras. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Constance, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Cruz do Douro, conc. de Baião, do mesmo distr. || Santa Maria, de Gondar, conc. de Amarante, do mesmo distr. || Santa Maria, de Ovelha de Marão, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª das Neves, conc. e distr. de Beja.

Corujeiro. Pov. na freg. de S. Miguel, de Lageosa, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Corujo. Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Arcozello, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria Magdalena, de Cem Soldos, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || S. João,

de Villa Boa, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. João Baptista, de S. João da Ribeira, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

Corujos. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Azinhal, conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Corutello. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Varzea, conc. e distr. de Santarem.

Corva. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, de Salto, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Corvaceira. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Chãs de Tavares, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. | S. Miguel de Christello, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Thomé, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. André, de Varzea da Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Corvaceira Grande e Pequena. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Conceição, de Paialvo, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Corvaceiras. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Airão, conc. de Guimarães, Braga.

Corvacho. Pov. na freg. de S. André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto.

Corvadello. Pov. na freg. de S. Mamede, de Serzedo, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Corval. Pov. na freg. de S. Pedro, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Reguengos de Monsaraz, distr. e arceb. de Evora; 1:865 hab. e 448 fog. Tem escolas para o sexo masc. A pov. dista 6 k. da séde do conc. E' da Casa de Bragança. O arcebispo de Evora apresentava o cura. Teve juiz da vintena, sujeito ás justiças de Monsaraz. Foi couto antigamente. E' terra fertil. Pertence á 4.ª div. mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Pardilhó, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Paio, de Pinheiro da Bemposta, conc. de Oliveira de Azemeis, do mesmo districto.

Corvas. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Margaride, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Corvatos. Pov. na freg. de S. Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Corveã *(Serra da).* No distr. de Braga, nas proximidades de Guimarães. Tem 8 k. de comprimento e 415 m. de altura.

Corveira. Familia originaria de Aragão; tem por armas, em campo de ouro, cinco corvos da sua côr, postos em santor: timbre, um dos corvos.

Corveira. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Natividade, do Barreiro, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria Magdalena, de Chaviães, do mesmo conc. e distr. || Paio, de Portella, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Sant'Anna, de Serapicos, conc. de Valle Passos, distr. de Villa Real. || S. Martinho, de Villa Mou, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Corveira e Nozedo. Freg. da prov. de Traz-os-Montes. Corveira tem annexa a pov. de Nozedo. Orago S. João Baptista, conc. de Valle Passos, distr. de Villa Real.

Corveiras. Povoações nas freguezias: Salvador, de Grijó, conc. de V. N de Gaia, distr. do Porto. || S. Pedro, de Sermonde, do mesmo conc. e distr. Tem correio com serviço de posta rural.

Corvel. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, de Carvoeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Corvella. Pov. na freg. de S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Corvello. Ilha das Flôres; pov. na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Fajãsinha, conc. de Lagens das Flôres, distr. de Horta.

Corvete. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Jugueiros, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Thiago, de Seudim, do mesmo conc. e districto.

Corvina *(Quinta da).* Na freg. de N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa.

Corvinel. Esta familia tem por armas, em campo de prata um castello vermelho, orla do mesmo metal dividida por uma cotica preta, com sete arminhos tambem pretos; timbre um corvo da sua côr.

Corvite. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 262 hab. e 64 fog. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada proximo do rio Ave. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Sobrado, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Monte da prov. do Douro, na freg. de Sobrado de Paiva. Ha n'elle varios penedos esphericos e oblongos do tamanho de grandes toneis, tendo cinco d'elles sepulturas muito bem abertas, o que denota ter havido ali um *almocadar*, ou cemiterio moirisco.

Corvo. Familia que procede de Mendo Corvo, que foi alcaide de Lanhoso no tempo de D. Sancho II e de D. Affonso III. Tem por armas, em campo de ouro tres corvos negros em roquete; o timbre é um dos corvos.

Corvo. V. *Andrade Corvo.*

Corvo *(Manuel Alvares de Souto Guedes da Silva, 1. barão do).* Fidalgo da Casa Real; commendador da ordem de Christo, proprietario abastado em V. N. de Gaia. N. a 20 de maio de 1768, fal. a 2 de abril de 1859. Era filho de Thomaz Alvares de Souto, proprietario na referida villa, antigo commandante do batalhão de ordenanças, e depois voluntarios de V. N. de Gaia, em 1807, antigo capitão de milicias da villa da Feira, casado com D. Anna Angelica Rosa, filha de Manuel Guedes Vicente, proprietario. O barão do Corvo casou em 28 de fevereiro de 1838 com sua prima, D. Francisca Carmina de Almeida Souto, filha de Francisco José d'Almeida, e de sua mulher, D Francisca Margarida Souto. O titulo foi concedido por decreto de 27 de julho de 1852, e o brazão d'armas por alvará de janeiro de 1857, e consta do seguinte: escudo partido em pala; na primeira as armas dos Soutos, em campo azul uma aguia de ouro estendida, com um escudete no peito vermelho com tres palas do mesmo ouro, orla de ouro com oito cadeados negros abertos; na segunda, as armas dos Guedes, em campo azul cinco flôres de liz de ouro postas em santor.

Corvo *(Manuel Alves de Souto Guedes da Silva, 2.º barão do).* Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, por alvará de 29 de outubro de 1859; proprietario abastado. N. a 31 de janeiro de 1841,

fal. a 15 de agosto de 1872. Era filho do 1.º barão do Corvo, Manuel Alvares do Souto Guedes da Silva, e de sua mulher, D. Francisca Carmina d'Almeida Souto. Casou a 13 de agosto de 1860 com D. Elisa Isaura Pereira da Silva, filha de Antonio Pereira da Silva, e de sua mulher, D. Clara Carlota Alves da Silva. O titulo de barão foi renovado por decreto de 28 de dezembro de 1871, e carta de 16 de maio de 1872.

Corvo. Uma das nove ilhas do grupo occidental do archipelago dos Açôres, no Oceano Atlantico, cabeça de conc., distr. da Horta, bisp. de Angra do Heroismo. Só tem uma freguezia com 824 hab. E' a ilha mais occidental e mais pequena do archipelago, tendo 13 k. de superficie; o seu comprimento é de $5^1/_2$ k. e a largura media de 3 k. A ilha que lhe fica mais proxima é a das Flôres, a 15 k. NNE. Da do Faial dista 180 k. A primeira donataria da ilha foi D. Maria de Vilhena. Recebia annualmente pela lã de um rebanho d'ovelhas, cuja creação era prohibida para não serem desfalcadas as rendas da donataria, metade da producção, 40 moios de trigo e 80$000 em dinheiro. A moderna villa do Corvo foi edificada em 1832 no local onde havia a pov. de N. S.ª dos Milagres. Tem um bom porto com razoavel ancoradouro; o melhor, porém, é o denominado Porto da Casa. A' excepção da enseada do Rosario, toda a costa é alta e escarpada. As pontas ou cabos que se encontram no littoral, são as dos Torraes ao N, ponta Oeste e ponta Léste, nos mesmos rumos. Ao S fica a ponta do Pesqueiro. A ilha é muito accidentada pelos contrafortes de uma montanha que se eleva ao centro d'ella, resto de um antigo vulcão extincto, cuja cratera ainda hoje se observa. Desde que a ilha do Corvo foi descoberta nunca soffreu tremores de terra ou erupções vulcanicas. Produz milho, trigo, centeio, batatas, ervilhas, feijão, laranjas e outros generos, e tem mais gado que qualquer das outras ilhas do archipelago. Em 1832 os habitantes da ilha eram os mais pobres de todo o archipelago, sendo considerados mais como servos adscriptos á gleba do que cidadãos. Libertou-os Mousinho da Silveira a 14 de maio de 1832, e ordenou no seu testamento que o enterrassem n'essa ilha. Esta clausula não foi cumprida. Corvo tem escola do sexo masc., est. post de 2.ª classe com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras, obrigações e vales. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. com séde na Horta.

Corvo. Porto na costa occidental da ilha das Flôres, archip. dos Açôres. || Pequena enseada na ilha do Fogo, archip. e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Rio no distr. de Coimbra. Nasce junto de Penella e entra no Ceira depois de um curso de 30 k. E' tambem chamado Dueça. || Pov. na freg. de Freitas, conc. de Fafe, distr. do Porto. Tem posta rural. || Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Arcozello, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. N'esta pov. passa a estrada de Ovar ao Porto. || Santa Maria, de Carquere, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || O Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || Santa Eulalia, de Negreiros, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Barbara, dos Padrões, conc. de Castro Verde, distr. de Beja.

Corvo de Camões *(Francisco de Andrade).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, official do nosso exercito. N. em 1793, fal. em Lisboa a 13 de agosto de 1852. Era pae do fallecido estadista João de Andrade Corvo (V. *Andrade Corvo).* Assentou praça em fevereiro de 1810 no regimento de cavallaria n.º 8, com cavallo e armas á sua custa, marchou depois para Hespanha, e em junho do anno seguinte foi promovido a alferes. Durante a guerra peninsular obteve o posto de tenente, e havendo posteriormente sido por algum tempo major da brigada de cavallaria commandada pelo general Campbell, foi em 1821 elevado a capitão, passando de novo a servir nos corpos da arma em que se alistára. Seguindo as bandeiras do partido absolutista, foi nomeado em 1831 ajudante general da 1.ª divisão do exercito, e sendo depois promovido a major para um dos regimentos, foi ferido na acção de 1.º de outubro de 1833. Subindo a tenente coronel e a coronel recebeu o commando dos celebres dragões de Chaves. A' frente d'esse corpo se bateu denodadamente em Torres Novas, e vindo em seguida reunir-se ao grosso das forças realistas em Santarem, ali se conservou algum tempo até que, convencido de que era totalmente impossivel triumphar a causa do infante D. Miguel, e que proseguir na lucta nada mais faria do que augmentar o já bem crescido numero de victimas, apresentou-se a D. Pedro IV. Não lhe sendo garantido o posto que tinha, foi comprehendido na convenção de Evora-Monte, e posteriormente major reformado.

Corvo de Camões *(José de Andrade).* Official do nosso exercito, e irmão de Francisco de Andrade Corvo de Camões (V. *artigo antecedente*). N. em Lisboa em 1790, ignora se a data do fallecimento. Assentou praça de cadete no regimento de infantaria n.º 10 em maio de 1807, sendo despachado alferes tres annos depois, passando em 1812 a servir de ajudante de ordens do conde de Rezende; exerceu diversas commissões do estado-maior, e foi promovido a tenente em 1817 e a capitão em abril de 1820. Na descoberta da conspiração chamada de Gomes Freire, teve este official uma parte importante, porque tendo-lhe sido revelado por um seu amigo intimo, o capitão Pedro Pinto de Moraes Sarmento, o que se tramava, avisou Beresford, que em seguida tomou as medidas energicas, que deram em resultado a prisão e a morte de Gomes Freire e dos outros conspiradores. Entre os revolucionarios de 1820 tornou-se odioso; chamavam lhe denunciante, accusando-o de ter atraiçoado os conspiradores de 1817, assim como accusavam todos que directa ou indirectamente haviam concorrido para as execuções d'aquelle anno. Esta accusação de denunciante foi no fim de muito tempo provada ser falsa, porque José de Andrade Corvo nunca fez parte da conspiração, nunca recebeu as confidencias dos conspiradores, e apenas cumpriu o seu dever, sendo ajudante do marechal Beresford, general em chefe do exercito portuguez, de procurar mallograr as tentativas que surprehendera, d'aquelles que, embora obedecessem a sentimentos patrioticos, não deixavam, comtudo, de attentar contra a disciplina. Na guerra civil entre constitucionaes e absolutistas, seguiu o partido do infante D. Miguel, a quem serviu dedicadamente até á convenção de Evora-Monte. Em 1828 foi ajudante d'ordens do general governador das armas do Porto, e depois ajudante general da 1.ª divisão do exercito de operações, sendo no an-

no seguinte promovido de capitão a coronel para o regimento de milicias de voluntarios de Lisboa occidental. Esteve no sitio da praça de Marvão, sendo commandante do regimento n.º 21, e tambem na batalha d'Asseiceira. Dos ultimos annos da vida d'este official nada mais se pôde averiguar.

Corvos. Povoações nas freguezias : Santa Maria, de Bagunte, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. ‖ N. S.ª do Pé da Cruz, de Santa Cruz, conc. de Almodovar, distr. de Beja. ‖ S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, do mesmo distr. ‖ N. S.ª da Annunciação e conc. de Mertola, do mesmo districto.

Corvos á Nogueira. Pov. na freg. de Santo Isidoro, de Santos Evos, conc. e distr. de Vizeu.

Cós. V. *Coz.*

Coscos. Povoações nas freguezias : Santa Leocadia, de Geraz do Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello. ‖ O Salvador, de Villa Garcia, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Cosmographia. Descripção do mundo physico; astronomia descriptiva. Exposição das idéas fundamentaes e das noções elementares da astronomia mathematica, da astronomia physica e da mechanica celeste.

Cosmographo. Aquelle que conhece a cosmographia, que d'ella se occupa, praticando, ensinando ou escrevendo sobre este assumpto. Entre os antigos navegadores portuguezes houve illustres cosmographos. ‖ *Cosmographo-mór do reino;* antigo officio, abolido por alvará de 5 de agosto de 1779. As suas attribuições passaram para a Academia Real de Marinha, creada então, e depois para o presidente do Conselho do Almirantado.

Cosneira. Pov. na freg. de S. Thomé, de Penalva d'Alva, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Cossoaria. Pov. da freg. de Santa Quiteria, de Méca, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Cossoul *(Guilherme Antonio).* Musico distincto. N. em Lisboa a 22 de abril de 1828, onde tambem falleceu a 26 de novembro de 1880. Era filho de João Luiz Oliver Cossoul, apreciado rabequista, e de sua mulher D. Maria Genoveva Virginia Tomassu Cossoul, sobrinha do celebre areonauta Guilherme Eugenio Robertson. Seu pae nasceu em Paris, estudou no conservatorio d'aquella cidade rabeca e violoncello, e vindo fixar a sua residencia em Portugal, estabeleceu em Lisboa os cursos gratuitos de musica pelos methodos Chevé e Wilhelm, entrou na orchestra de S. Carlos, e foi nomeado musico da real camara. Era muito estimado pelo infante D. Miguel, a quem serviu como official de milicias. Sua mãe, D. Virginia Cossoul, tambem natural de Paris, era grande artista como tocadora de harpa e de piano, bordava em relevo, dedicando se tambem á pintura, com especialidade aos retratos. Guilherme Cossoul, filho de tão estimaveis artistas, começou auspiciosamente a sua carreira, aprendeu musica logo desde a primeira infancia com sua mãe, que lhe ensinou piano e harpa, tendo seu pae por mestre de violoncello. Mais tarde estudou harmonia com Santos Pinto. Apresentou-se pela primeira vez tocando em publico, contando apenas 12 annos de edade, n'uma recita dada por seu pae no antigo theatro da Rua dos Condes, em 25 de fevereiro de 1840, executando um trecho de musica no piano, e outro na harpa. Em 25 de março, um mez depois, repetiu os mesmos trechos no theatro de S. Carlos. Aos 14 annos, em outubro de 1842, já dirigia a orchestra de amadores da Assembléa Philarmonica. No dia 30 de agosto de 1843 entrou para a irmandade de Santa Cecilia, começando então a sua verdadeira carreira profissional. Foi chamado para a orchestra de S. Carlos, como segundo violoncello, logar que conservou até 1858 em que foi nomeado maestro, para substituir Vicente Schira, que tinha fallecido. Durante este tempo, realisou alguns concertos na Assembléa Philarmonica e na Academia Melpomenense, onde dirigiu em 2 de novembro de 1848 uma abertura da sua composição, e executou com o maestro Daddi um duetto de Franchome para violoncello e piano. Vindo a Lisboa em 1849 o pianista Antonio Kontschy, Cossoul dedicou lhe outra abertura, que se executou no theatro de D. Maria em 30 d'outubro do mesmo anno. N'esse tempo foi nomeado musico da real camara. Em março de 1850 tocou a solo em S. Carlos, no beneficio do Montepio Philarmonico, rendendo-lhe um artigo elogioso na *Revista dos espectaculos.* O theatro do Gymnasio explorava então a opera comica, e Cossoul quiz experimentar fortuna n'este campo, compondo uma opera em 1 acto, intitulada *A cisterna do diabo*, cujo libreto escreveu José Romano, a qual se cantou a 17 de agosto de 1850, obtendo grande successo. Escreveu mais duas operas comicas em 1 acto para o theatro do conde de Farrobo nas Laranjeiras, chamadas o *Arrieiro*, que se cantou em 1852; e *O visionario do Alemtejo*, que, segundo parece, não chegou a cantar-se. A Academia Melpomenense realisou um grande concerto a 19 de abril de 1853 em beneficio dos Asylos da infancia, a que assistiu toda a familia real. N'esse concerto dirigiu a orchestra, que executou uma symphonia de Mozart. Em maio seguinte, n'uma recita dada em S. Carlos por Carrara, apresentou uma abertura de Beethoven e outra de Mozart, executando tambem no violoncello uma composição sua *Caprice sur la Sicilienne.* Desejoso de ir estudar a Paris, partiu para aquella cidade em julho de 1853, onde se demorou até agosto de 1854, estudando e frequentando os grandes centros artisticos. Tomou parte na orchestra da Grande Opera, apresentando-se tambem algumas vezes tocando a solo. Deu um concerto no salão Pleyel, em que foi muito festejado pela imprensa, com especialidade pela *France musical* e *Le théatre.* Voltando a Lisboa, na epoca em que a familia real estava em Cintra, deu ali um concerto, a que a *Revista dos espectaculos*, de setembro de 1854, se refere muito lisongeiramente. Quando D. Pedro V regressou da sua viagem ao estrangeiro em 1855, escreveu Guilherme Cossoul um grande *Te-Deum*, que lhe dedicou, a 4 vozes e grande orchestra, o qual se cantou na Sé em 14 d'agosto do referido anno. A partitura foi executada em diversas occasiões solemnes, e o autographo existe na Real Bibliotheca d'Ajuda. Na acclamação de D. Pedro V, em 1856, tambem se executou uma missa da sua composição a 4 vozes e orchestra. N'um concerto realisado em 11 de fevereiro d'este anno no Paço das Necessidades, em que se fez ouvir o celebre pianista Talberg, tambem tomou parte Guilherme Cossoul, tocando uma *Rêverie* de Franco Mendes, e a 5 de janeiro

antecedente, n'um concerto da Academia Philarmonica, a que assistiu a familia real, cantou uma *Cantata* dedicada a el-rei D. Fernando. Na festa de Santa Cecilia em 1858, executou-se uma solemne missa de Cossoul a 4 vozes e grande orchestra, dedicada á rainha D. Estephania, cujo autographo tambem se guarda na Bibliotheca de Ajuda. No Casino Lisbonense, construido no largo d'Abegoaria, organisou uma sociedade de concertos populares, em que tomavam parte importantes artistas, como Augusto Neuparth, José Maria de Freitas, Canongia, Filippe Real, etc. O 1.º concerto realisou-se a 17 d'agosto de 1860, seguindo-se uma serie que terminou com o 14.º concerto, a 26 de setembro seguinte; em abril de 1861 começou nova serie, que se prolongou até setembro; os concertos effectuavam-se regularmente ás terças e sextas feiras. Em 12 de setembro de 1860 realisou-se um concerto extraordinario em beneficio do monumento a Camões, sendo n'essa occasião executada pela primeira vez a conhecida marcha consagrada ao grande poeta. Por decreto de 19 de abril de 1861 foi nomeado professor do violoncello no Conservatorio, depois do concurso de 14 do referido mez e anno a que se havia apresentado. Em outubro de 1861 a colonia italiana mandou celebrar solemnes exequias pelo conde Cavour; a parte musical foi desempenhada por todos os cantores e a orchestra de S. Carlos, dirigidos por Cossoul, que para essa solemnidade escreveu alguns trechos. Em 1863 esteve em Londres, fazendo-se ouvir tocando a solo no Palacio de Crystal. Regressando a Lisboa foi nomeado director da escola de musica no Conservatorio, logar em que prestou os melhores serviços. Em 1864 associou-se com Guilherme Lima e Campos Valdez para tomarem a empreza do theatro de S. Carlos. A gerencia d'esta empresa tornou-se notavel, sob o ponto de vista artistico, principalmente pela influencia de Guilherme Cossoul, que empregava todos os esforços, para que as obras de maior valor se apresentassem cuidadosamente ensaiadas. A doença começou a minal-o pelo anno de 1869, fazendo o pouco a pouco perder a actividade nos trabalhos artisticos, até que o inutilisou completamente, soffrendo prolongados dias de martyrio com a maior resignação. Cossoul tinha-se tambem dedicado apaixonadamente aos serviços dos incendios como bombeiro voluntario; estava sempre prompto a acudir aos fogos, estivesse onde estivesse; foi o iniciador e o fundador da associação dos bombeiros voluntarios. Esta dedicação concorreu muito para a doença que lhe terminou a existencia. Em 1872 dissolveu-se a empresa de S. Carlos, continuando Cossoul ainda a figurar nos elencos como maestro até 1878, mas pouco serviço já podia prestar, e no ultimo anno apenas se sentou quatro vezes na cadeira da regencia. O seu funeral foi imponentissimo. Grande quantidade de pessoas de todas as classes da sociedade acompanharam a pé o feretro, que era conduzido sobre uma carreta de bombeiros; no cortejo encorporaram-se todos os musicos de Lisboa, todos os artistas e empregados do theatro de S. Carlos, artistas de todos os theatros, deputações de diversas sociedades, alumnos e professores do Conservatorio, corporações de bombeiros voluntarios e municipaes de Lisboa, Belem, Olivaes e do Porto; as bandas regimentaes da guarnição de Lisboa e da armada; a camara municipal, jornalistas, etc. Um mez depois mandou a Associação Musical 24 de julho celebrar na egreja dos Martyres solemnes exequias, em que tomaram parte os principaes artistas. A obra de Guilherme Cossoul, como compositor, é consideravel. No *Diccionario biographico de musicos portuguezes*, de Ernesto Vieira, 1.º vol. pag. 309 e seguintes, vem publicado um minucioso catalogo das suas composições.

Cossourado. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 823 hab. e 202 fog. A egreja parochial d'esta freg. dista 13 k. da séde do conc. e está situada muito proximo do rio Neiva. Chamava-se antigamente a esta freguezia, *Courado*. Era commenda da ordem de Christo, sendo seus commendadores e donatarios os condes de Villa Flôr, que apresentavam o reitor, o qual tinha 100$000 réis. A terra é fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 455 hab e 123 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada em terreno montuoso e pouco fertil, proximo do rio Coura. No alto d'um monte, acima da egreja matriz, ha vestigios d'um vasto edificio, que parece ter sido castello. A este sitio dão o nome de *Cidade* Segundo a tradição, existiu effectivamente aqui a cidade *Arnoia*, que outros dizem chamar-se *Cauca*. Cossourado pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Costa. Familia antiga e nobre, do tempo de D. Affonso Henriques, que tem o seu solar em Guimarães. Villas Boas, na *Nobiliarchia Portugueza*, pag. 266 da edição de 1676, já tantas vezes citada, diz que lhe parece ser o solar na villa da Costa, na comarca de Esgueira; tem as casas do conde de Soure, do senhor de Paneas, e d'outros morgados. As armas são, em campo vermelho seis costas de prata, postas em 3 faxas; o timbre, duas costas em aspa, atadas com uma fita vermelha. O cardeal d'Alpedrinha, D. Jorge da Costa, para memoria da infanta D. Catharina, irmã de D. Affonso V, a quem devia o principio de suas grandes fortunas, trazia o escudo partido em pala, tendo a primeira, em campo azul uma roda de navalhas de ouro de Santa Catharina martyr, com as navalhas de prata, e na segunda as referidas armas dos Costas.

Costa (*Adolpho Manuel Victorio da*). Formado na faculdade de Philosophia pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Soure a 5 de junho de 1808, fal. no Rio de Janeiro, a 17 de maio de 1878. Era filho do dr. Emygdio Manuel Victorio da Costa, e de sua mulher, D. Joanna Guilhermina de Azevedo Feio. Havia-lhe sido conferido o grau de licenceado, e estava para receber o capello de doutor, em 1831, quando o governo do infante D. Miguel mandou fechar a Universidade. Pouco depois de terminada a guerra, em que combateu em defeza do partido absolutista, partiu para Paris, onde viveu até 1839, dando lições de humanidades, e seguindo conjuntamente o curso de medicina, de que já estudara alguns annos em Coimbra, chegou a ser graduado em doutor pela faculdade de Paris. Assim habilitado, passou ao Rio de Janeiro no referido anno de

1839, onde estabeleceu em janeiro de 1840 o collegio Victorio, que se tornou muito conhecido e acreditado, e do qual foi director. N'este collegio receberam educação gratuitamente um grande numero de alumnos, em que se contaram os filhos de viuvas de officiaes mortos na guerra do Paraguay. Adolpho Victorio da Costa não voltou mais a Portugal; o imperador do Brazil agraciou-o com a commenda da ordem da Rosa e com o titulo de conselho. A sua morte foi muito sentida, e todas as associações litterarias do Brazil lhe prestaram saudosas homenagens. Publicou em 1855 no Rio de Janeiro: *Apontamentos sobre a cholera-morbus epidemica na sua invasão em Portugal, pelo fallecido dr. Emygdio Manuel Victorio da Costa, coordenados por seu filho... com um proemio em que se trata amplamente o genero d'esta palavra.* No referido proemio expõe o seu autor, e sustenta com razões de congruencia apoiadas em boas autoridades, que o vocabulo *cholera-morbus* é do genero feminino, reprovando a opinião do que, á imitação dos francezes, teem pretendido fazel-o masculino.

Costa *(Affonso da)*. Jesuita. N. em Faro nos fins do seculo XVII, e entrando na Companhia de Jesus passou á India como missionario. Escreveu um *Methodo de bem viver*, itinerario christão, que se publicou em 1716.

Costa *(Affonso Augusto da)*. Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado, professor, etc. N. em Ceia a 6 de março de 1871. E' filho de Sebastião Fernandes da Costa. Matriculou-se na Universidade no anno lectivo de 1888-1889, e concluiu a sua formatura em 1894. Foi premiado nos 4.º e 5.º annos de Direito, tomou grau de licenceado em 17 de janeiro de 1895, fez acto de conclusões magnas em 24 e 25 de maio do mesmo anno, e doutorou-se em 9 de junho ainda em 1895. O seu primeiro despacho para o magisterio foi em abril de 1896, e em agosto de 1900 foi nomeado cathedratico. O dr. Affonso Costa, nome por que é mais vulgarmente conhecido, era considerado como um dos academicos mais notaveis do seu curso, e, quando nomeado lente, era o mais novo de todo o corpo cathedratico. No exercicio da advocacia revelou-se sempre como um dos mais brilhantes ornamentos do fôro portuguez moderno. Tambem se tem distinguido pelas suas idéas politicas avançadas; em 1897, no Porto, foi um dos homens que saíram a campo a protestar contra o plano do governo progressista da alienação das linhas ferreas do Estado. No comicio que então se realisou em 13 de junho na rua do Bomjardim, foi o dr. Affonso Costa um dos oradores mais fluentes, apresentando-se pela primeira vez publicamente ao povo do Porto; e fôram tão convincentes as suas palavras, que desde logo ficou considerado um dos mais valiosos vultos do partido republicano. N'outros comicios que se realisaram seguidamente na mesma cidade, tambem o dr. Affonso Costa tomou parte, sendo os seus discursos sempre ouvidos com o maior interesse e attenção. Quando a peste bubonica se declarou no Porto, no verão de 1899, o regimen excepcional das medidas preventivas a que a cidade foi submettida por ordem do governo progressista, determinou contra elle o descontentamento geral da população. Aproximavam se as eleições de deputados, e o partido republicano do Porto apresentou as candidaturas do dr. Affonso Costa, de Xavier Esteves e de Paulo Falcão. As eleições realisaram-se a 16 de novembro, e depois de grandes luctas entre monarchicos e republicanos, ficaram eleitos os tres candidatos apresentados, mas o governo conseguiu que esta eleição fôsse annulada arbitrariamente, no tribunal de verificação de poderes. Este facto ainda exaltou mais os animos, incitando-os a novas luctas. Em 21 de janeiro de 1900 saiu o primeiro numero do jornal republicano *O Norte*, e os tres candidatos eram novamente apresentados ao suffragio dos eleitores independentes, como o haviam sido anteriormente na *Voz Publica*. O acto eleitoral realisou-se a 18 de fevereiro seguinte, e a despeito de todas as pressões, o Porto tornou a eleger os tres depatados republicanos, facto que em todo o paiz causou a maior impressão. O dr. Affonso Costa apresentou-se na camara respectiva como distincto parlamentar, e como um dos mais temiveis inimigos das instituições monarchicas. Orador fluente, os seus discursos eram calorosamente escutados. Caindo o ministerio progressista, e subindo ao poder o partido regenerador, procedeu-se á eleição de deputados em 25 de novembro do referido anno de 1900, e o partido republicano apresentou novamente os tres candidatos, mas d'esta vez não fôram reeleitos. O dr. Affonso Costa tem vastos trabalhos encetados na regencia das tres cadeiras da faculdade de Direito, e alguns d'elles já concluidos, como o *Direito civil*, 1896; *Economia Politica*, 1896-1898; *Organisação judiciaria*, 1897-1901; dissertação para licenceado: *Do serviço de peritos no processo criminal: legislação portugueza, critica e reforma;* e a dissertação para these, conclusões magnas, *A Egreja e a questão social.*

Costa *(Agostinho da)*. Eremita de Santo Agostinho. N. na villa de Mello, da provincia da Beira em 1642, e fal. em 25 de abril de 1691. Foi lente de Theologia, e apreciado moralista. Deixou impressos uns *Discursos moraes*, e varios sermões.

Costa *(D. Alvaro da)*. Camareiro e armador-mór d'el-rei D. Manuel. Vivendo em intimidade com este monarcha, foi por elle nomeado embaixador encarregado de negociar o seu casamento com a infanta de Hespanha, D. Leonor, filha de Filippe I, de Castella.

Costa *(D. Alvaro da)*. Fidalgo que viveu no principio do seculo XVII, serviu na India, e veiu á Europa atravessando a Persia e a Turquia da Asia, e escreveu a relação da sua viagem, com o seguinte titulo: *Tratado da viagem que fez da India Oriental á Europa nos annos de 1610 e 1611, por via da Persia e Turquia, com particular relação de toda a Terra Santa, e da cidade de Jerusalem*, etc. Na Bibliotheca de Evora existe um codice manuscripto, que se julga ser o proprio original d'esta obra; em 1850, segundo consta, pensou-se no Porto em a publicar, servindo para isso uma copia do original, existente na Bibliotheca do Porto, mas, parece, que não foi a effeito.

Costa *(D. Alvaro da)*. Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra; foi collegial do Collegio de S. Paulo, deputado do Santo Officio, reitor da Universidade, logar para que foi nomeado a 28 de maio de 1633, e que exerceu até 2 de outubro de 1637; capellão-mór de Filippe III, de Portugal, e de D. João IV. Este monarcha o nomeou bispo de Vizeu, não chegando, porém, a ser confirmada a eleição.

Costa (*Padre Amador da*). Jesuita. Missionou no Japão, e em 1557 mandou uma carta aos padres da sua ordem, que foi impressa em Evora em 1597.

Costa (*André da*). Compositor de musica. O seu nome figura n'um documento existente no cartorio da irmandade de Santa Cecilia, com a data de 11 de outubro de 1701. Na Bibliotheca Nacional, collecção pombalina codice 82, existe um pequeno livro manuscripto de musica para canto a uma voz só e acompanhamento de baixo cifrado, contendo, entre outras, duas cantatas de André da Costa, sendo a primeira em honra de D. Maria Anna de Austria, noiva de D. João V, cujo casamento se realisou em 27 de outubro de 1708. Compoz tambem um villancico para as matinas da festa de Santa Cecilia, realisada em 1721, e outro para as matinas de S. Vicente, em 1722. Ignoram-se as datas do nascimento e do fallecimento.

Costa (*Fr. André da*). Religioso da ordem da Trindade. Era natural de Lisboa, e fal. repentinamente em 6 de julho de 1685. Foi admittido no convento da Trindade pelo seu merito de harpista e de compositor de musica, recebendo o habito em 3 de agosto de 1650. Pertenceu depois á capella real nos reinados de D. Affonso VI e de D. Pedro II, que muito o estimavam. Na Bibliotheca real de musica, dizem existir umas 10 composições suas, de musica sacra e villancicos.

Costa (*Antonio da*). Mais conhecido pelo *Abbade Costa*. Segundo se julga, nasceu no Porto em 1714, e parece que vivia ainda em 1790. Apezar de ter feito estudos theologicos preparando-se para seguir a carreira ecclesiastica, pronunciou-se pelas doutrinas dos encyclopedistas, que estavam então abalando muitos espiritos, e viu-se por isso obrigado a emigrar. Depois d'uma viagem aventureira a pé e sem recursos, atravez a Hespanha e a França, chegou a Roma em 1750, onde viveu alguns annos; mais tarde passou a Veneza, estabelecendo-se por fim em Vienna d'Austria, onde teve grande protecção do duque de Lafões, D. João de Bragança. Tinha um caracter muito excentrico e altivo, e viveu sempre pobremente. Cultivava muito a musica, sendo compositor, violinista e guitarrista. O seu merecimento como musico foi attestado pelo escriptor inglez Charles Burney, que lhe teceu grandes elogios na sua obra sobre o estado da musica na Allemanha. O abbade Costa foi apresentado a Burney pelo duque de Lafões, n'um sarau em casa do embaixador inglez, lord Stormont, onde se reunira a maior parte da alta nobreza vienense, e onde tambem se encontrava o grande compositor Gluck. Ali se fez ouvir na viola n'uns trechos de sua composição, e n'um duetto de violino com o violinista allemão Startzel, tambem composto por elle. Passados dias o abbade pediu a Burney para o ouvir com mais socego em sua casa, ao que este accedeu. D'ahi por diante tornaram-se amigos e companheiros. Burney comparava o abbade Costa a Jacques Rousseau, pelo seu caracter independente e philosophico, achando-lhe, porém, mais originalidade. Em Roma e em Vienna escreveu umas cartas muito curiosas, que se publicaram no Porto em 1878, annotadas e precedidas d'um ensaio biographico por Joaquim de Vasconcellos.

Costa (*Padre Antonio da*). Jesuita, mestre de cerimonias na capella real. Partiu para o Oriente a 15 de março de 1556 com o patriarcha da Ethiopia João Nunes Barreto, e n'essas regiões se empregou 22 annos em missões. Foi reitor dos collegios de S. Paulo de Gôa, Baçaim e Margão. Deixou inéditas algumas obras, e falleceu em Gôa em 1578.

Costa (*Padre Antonio da*). Jesuita no collegio da cidade da Bahia, lente de Theologia Moral. Escreveu : *Sermão nas sumptuosas exequias do serenissimo senhor D. João V, celebradas na egreja da Misericordia da cidade da Bahia a 22 de dezembro de 1750*, Lisboa, 1753.

Costa (*D. Antonio da*). V. *Sousa de Macedo (D. Antonio da Costa de)*.

Costa (*Antonio Candido da*). General de divisão. N. a 12 de outubro de 1835. Pertencia á arma de artilharia, na qual assentara praça a 8 d'agosto de 1854 tendo 19 annos de edade, e concluiu o curso respectivo com grande aproveitamento, saindo alferes em 7 de dezembro de 1858, tenente em 29 de dezembro de 1860, capitão em 1 de agosto de 1864, major em 1 de dezembro de 1875, tenente-coronel em 4 de agosto de 1880, coronel em 9 d'abril de 1886, general de brigada em 30 de dezembro de 1893 e general de divisão em 7 de janeiro de 1898, tendo n'este posto sido attingido pelo limite de edade a 12 de outubro de 1905 e fallecendo a 10 de novembro. Durante mais de 50 annos de serviço activo foi em artilharia que passou quasi toda a sua carreira até general de divisão. Desde alferes até tenente-coronel serviu no regimento 1; em tenente-coronel esteve no 3 e na inspecção do material de guerra da divisão de Vizeu; como coronel commandou os regimentos 3 e 5 e interinamente o 1; e em general de brigada, depois de ter exercido o logar de 2.º commandante da 3.ª divisão no Porto, foi nomeado director geral de artilharia, logar que desempenhou até á sua promoção a general de divisão. Nesse posto o general Costa foi commandar a 4.ª divisão em Evora e mais tarde a 2.ª em Vizeu, d'onde regressou por ter passado á reserva. Dirigiu a primeira manobra de quadros que houve entre nós, e tomou parte como commandante de uma das brigadas nas manobras, que ha annos se realisaram no Minho. Em todas essas commissões deixou assignalado o seu nome. Na direcção geral da arma prestou ao general Castelbranco todo o auxilio e valimento para a ampliação e transformação do Museu de Artilharia, onde o seu retrato figura, entre os mais benemeritos dos seus organisadores. Quando commandou artilharia 3, el-rei agraciou-o com as honras de seu ajudante de campo e mais tarde conferiu-lhe a grã-cruz da ordem de Aviz, ordem de que já era commendador e official, unicas condecorações que possuia, pois nunca requereu as outras a que tinha direito. Foi deputado ás côrtes pelo circulo de Ponta Delgada, a instancias do sr. conselheiro João Franco, então ministro do reino.

Costa (*Antonio Carvalho da*). Presbytero secular. N. em Lisboa a 20 d'abril de 1650, e fal. a 27 de novembro de 1715. Foi homem dotado de muito talento, de grande amor ao estudo, empregando boa parte da vida e da fortuna, que possuia, em se instruir nas sciencias mathematicas, e principalmente na historia e topographia do paiz. Escreveu : *Chorographia Portugueza e des-*

cripção topographica do famoso reino de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas e logares que contém; varões illustres; genealogias das familias nobres; fundações de conventos, catalogos dos bispos; antiguidades; maravilhas da natureza, e outras curiosas observações; tomo I, *offerecido a El Rei D. Pedro II*, Lisboa, 1706; *tomo* II, *offerecido a El-Rei D. João V*, Lisboa, 1708; *tomo* III, *offerecido á Senhora D. Maria Anna de Austria, Rainha de Portugal*, Lisboa, 1712; *Compendio geographico, dividido em tres tratados, 1.º da projecção das espheras em plano, construcção de mappas, e fabrica das cartas hydrographicas; 2.º da hydrographia dos mares; 3.º da descripção geographica das terras, Lisboa, 1686; Via astronomica*, etc., Lisboa, 1677; *Astronomia Methodica distribuida em tres tratados: o 1.º tratado, do Sol; o 2.º da Lua; o 3.º dos mais Planetas*, Lisboa, 1683; *Tratado compendioso da fabrica e uso dos relogios do sol, dividido em quatro secções*, etc., Lisboa, 1678. Barbosa Machado attribue ao padre Carvalho da Costa a composição de *Prognosticos*, que diz ter-se publicado com outro nome desde 1684 até 1701.

Costa *(Antonio Correia da)*. Mathematico e musico, natural de Villa Viçosa, que viajou pela Italia e Flandres, voltando para Portugal em 1617. Nada mais se sabe a seu respeito.

Costa *(Antonio Felix da)*. Pintor d'arte. Entrou para a Academia das Bellas Artes em outubro de 1860, sendo premiado em todos os concursos annuaes. Cultiva differentes generos de pintura, mas o genero a que mais se tem dedicado é os retratos. São numerosos os seus trabalhos, entre os quaes se contam o retrato de Sua Magestade El-Rei Senhor D. Carlos na sala da camara dos pares, o de D. Luiz I e o de el-rei D. Carlos nas provincias ultramarinas; retratos dos nossos principaes estadistas, como o de Fontes Pereira de Mello, duque d'Avila e Bolama na sala das sessões do Banco Hypothecario; o de Antonio Augusto d'Aguiar na Escola Marquez de Pombal, offerta feita pelo artista, e que lhe valeu a mercê do habito de N. S.ª da Conceição. Na exposição industrial da Avenida da Liberdade em 1888, figurou com os retratos de sua filha Alice, então ainda creança, e o de José Maria Pereira Senior, dois bellos trabalhos. No *Salon* de Paris, em 1889, tambem expoz um retrato, de tamanho natural e de corpo inteiro, do filho de Ricardo Loureiro, trabalho que mereceu a critica dos escriptores distinctos, e que foi muito apreciado, e considerado como digno de figurar ao lado dos trabalhos mais notaveis de artistas estrangeiros. São seus os retratos de el-rei D. Luiz I, que se vê na sala da direcção do Albergue Nocturno, e o do commendador Vieira da Silva na da Beneficencia Brazileira. No consulado geral do Brazil existe outro trabalho, que é o retrato do antigo presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil Deodoro da Fonseca. Para o Brazil tambem tem ido alguns retratos devidos aos seus pinceis. O sr. Antonio Felix da Costa é socio benemerito da Beneficencia Brazileira, pela fórma generosa e bizarra com que executou os retratos dos fundadores barão de Santo Angelo e barão de Japurá, e dos benemeritos Antonio Godinho e marquez de Franco e Almodovar, offerecendo-os áquella instituição de caridade. Egualmente é socio da Real Associação dos Architectos e Archeologos em homenagem ao seu magnifico retrato de Possidonio da Silva. Nas differentes exposições a que tem concorrido, tem obtido honrosos diplomas, que muito attestam o seu merito artistico. O sr. Antonio Felix da Costa é irmão do sr. José Felix da Costa, bemquisto commerciante e antigo director da Companhia de Seguros *Fidelidade* e do Banco de Portugal.

Costa *(Antonio Francisco da)*. Cirurgião da Casa Real. Era natural do Couto de Tibães, fal. em 1793. Foi familiar do Santo Officio, e muito versado na lingua franceza. Escreveu: *Tratado das mais frequentes enfermidades e dos remedios mais proprios para as curar, traduzido de Mr. Adriano Helvecio*, Lisboa, 1747; *Algebrista perfeito, ou modo de praticar exactamente as operações de Algebra tocantes á cura das deslocações e fracturas do corpo humano*, Lisboa, 1764; *Verdadeira exposição historica, cirurgica e anatomica do moderno successo de um doente offendido d'uma ferida de peito*, Lisboa, 1749; *Diario christão santificado pela oração*, etc., Lisboa, 1748.

Costa *(Antonio Francisco da)*. Coronel de cavallaria, ajudante de campo de Sua Magestade El-Rei, preceptor militar de Suas Altezas Reaes. N. em Lisboa a 25 de maio de 1870; assentou praça no regimento de cavallaria n.º 2, lanceiros da rainha, em 3 de setembro de 1867; estudou o curso da arma a que pertence, sendo promovido a alferes em 21 de janeiro de 1873, a tenente em 8 d'agosto de 1877, a capitão a 31 de outubro de 1884, a major em 4 de agosto de 1894, a tenente-coronel a 29 de setembro de 1897, e a coronel a 30 de setembro de 1902. Está actualmente servindo no Estado Maior. Foi governador de Timor em 1887. Tem desempenhado as seguintes commissões: ajudante de campo do general commandante da 1.ª divisão militar, visconde de Sagres; ajudante da brigada de cavallaria commandada pelo infante D. Augusto; official ás ordens d'El-Rei D. Luiz I; destacado para o serviço do conde de Paris, por occasião do casamento de El-Rei Senhor D. Carlos com a rainha Senhora D. Amelia, em 1886; destacado para o serviço do senhor infante D. Affonso, etc. E' commendador da ordem d'Aviz, official da mesma ordem e da de N. S.ª da Conceição, official de 1.ª classe da ordem de Ernesto Pio de Saxonia, official de S. Mauricio e de S. Lazaro; cavalleiro da ordem de Izabel a Catholica; cruz de 2.ª classe da ordem do Merito Militar, de Hespanha. Em 1891 foi um dos representantes de Portugal no funeral do presidente da republica franceza Sadí Carnot, realisado em Paris no mez de julho.

Costa *(Antonio Joaquim Farto da)*. Cirurgião pela escola de Lisboa. N. em Arraiollos em 1809, fal. em Lisboa, victima da febre amarella em 21 de outubro de 1857. Foi admittido no hospital de S. José como ajudante supra das enfermarias, em 14 de fevereiro de 1832, e nomeado cirurgião supra do banco em 1833, extraordinario em 21 de outubro de 1834, director do banco em 1 de junho de 1847 e cirurgião effectivo em 27 de novembro de 1849. Publicou a sua these inaugural sobre *lithotricia* defendida em 1822, e uma memoria sobre a *prostituição* no jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, em 1836.

Costa *(Antonio José da)*. Pintor muito apreciado. N. no Porto em 1810. Matriculou-se na Academia Portuense de Bellas Artes, e comple-

tou com distincção o curso de desenho historico em 1858, e o de pintura historica em 1862. No anno seguinte concorreu ao premio de pintura historica, e obteve o primeiro premio por unanimidade em sessão de conferencia geral. Frequentou os dois primeiros annos de esculptura e o primeiro de architectura civil. Fez exame de perspectiva e de anatomia artistica, e foi plenamente approvado em sessão de 31 de agosto de 1854. Depois d'estes estudos tornou-se muito conhecido por varios retratos de merito comprovado, dedicando se mais tarde ao genero de paizagem, flôres e fructas, em que muito se tem evidenciado.

Costa *(Antonio Julião da)*. D'este diplomata apenas se sabe que foi nosso consul em Liverpool em 1819, onde publicou o seguinte, traduzido do inglez: *Allen Park, Systema de Lei sobre seguros maritimos, traduzido da 7.ª edição*, 1821, 2 tomos; *Charles Abbot, Tratado das Leis relativas a navios mercantes e marinheiros*, 1819; *Stevens, Ensaio sobre avarias*, 1824; *O Subalterno*, 1830; trata das operações e successos militares na guerra peninsular; *Narrativa da passagem do Pacifico ao Atlantico atravez dos Andes, nas provincias do norte do Perú, e descendo pelo rio Amazonas até ao Pará*, 1831. Estas traducções fôram quasi todas publicadas anonymas, assim como a seguinte obra: *Observações sobre o augmento do commercio e industria em Portugal, offerecidas aos Ill.mos membros das Associações mercantis de Lisboa e Porto, por um portuguez*, Liverpool, 1838.

Costa *(Padre Antonio Venancio da)*. Professor de grammatica latina no collegio do Real Patriarchado em Santarem. Fal. depois do anno de 1817. Escreveu: *Novo methodo da Grammatica Latina para uso do Real Collegio de N. S.ª da Conceição*, Lisboa, 1799.

Costa *(Augusto Cesar Cau da)*. Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, secretario geral, governador civil do districto de Lisboa, deputado em varias legislaturas, par do reino, tomando posse na respectiva camara em 15 de janeiro de 1875, juiz do Supremo Tribunal Administrativo, etc. Filiado no partido regenerador, tem prestado bastantes serviços; foi intimo amigo de Fontes Pereira de Mello, de Joaquim Antonio d'Aguiar, Antonio Serpa, e de Antonio Rodrigues Sampaio.

Costa *(Ayres da)*. Arcipreste de Barcellos, conego da sé de Braga e abbade de Santa Lucrecia, em que foi provido no anno de 1525. Em 1530 se lhe annexou a abbadia de S. Pedro Fins de Tamel e a vigararia de S. João de Ligrete. Fal. em 1551. Era homem muito erudito, muito versado no direito pontificio e nos ritos ecclesiasticos. Escreveu: *Cerimonial da missa, canones penitenciaes*, etc., impresso em Lisboa em 1548. Esta obra foi dedicada a D. Manuel de Sousa, arcebispo de Braga.

Costa *(Balthazar da)*. Jesuita. N. em Gôa, e n'essa cidade professou na Companhia de Jesus em 1555.

Costa *(Bartholomeu da)*. General do nosso exercito, especialmente conhecido por ter dirigido os trabalhos da fundição da estatua equestre de el-rei D. José. N. em 1 de novembro de 1731, fal. a 7 de junho de 1801. Assentou praça em artilharia, contando apenas 13 annos; embarcou algumas vezes na armada de guarda costa, e fez algumas viagens ao Brazil e a Angola até que, sendo em 1758 despachado condestavel-mór de artilharia da guarnição da costa e marinha, foi mandado servir ás ordens do tenente-general de artilharia Manuel Gomes de Carvalho e Silva, para ser empregado no arsenal do exercito. A direcção de Carvalho e Silva, coadjuvada com Bartholomeu da Costa e mais officiaes, fez dar grande incremento ao arsenal. Em 1762 foi promovido a ajudante de artilharia, e por occasião da guerra, que n'esse anno houve com a Hespanha, deu a conhecer o seu genio não vulgar, fundindo peças de bronze e construindo reparos mais perfeitos do que aquelles que o nosso exercito usava, vindos de Inglaterra. O conde de Lippe, reconhecendo o prestimo do joven official, promoveu-o a capitão da companhia de bombeiros do regimento de artilharia de S. Julião, mas como no arsenal logo se sentisse a sua falta, foi mandado regressar a esse estabelecimento, onde prestou grandes serviços. Promoveu o augmento do numero das officinas e dos operarios, que elle proprio ensinava, innovou a maneira de fundir as boccas de fogo e alterou a liga do metal até então usado, mandou construir fórnos para fundições que até essa epoca não havia, inventou machinas para tornear peças e munhões, e adoptou a machina de brocal verticalmente, procedendo a muitos outros melhoramentos. Em maio de 1764 foi despachado sargento-mór, equivalente hoje ao posto de major, aggregado ao regimento de artilharia da guarnição da fortaleza de S. Julião da Barra, e tres annos depois promovido a tenente-coronel de infantaria com exercicio no corpo de engenheiros. Havendo o marquez de Pombal resolvido levantar um monumento a el-rei D. José, encarregou o esculptor Joaquim Machado de Castro de fazer o modelo da estatua, e Bartholomeu da Costa da fundição, trabalho que o estimado engenheiro acceitou alegremente com a condição de que a estatua seria fundida d'um só jacto. Era uma empresa difficil e arriscada, porém Bartholomeu da Costa de tal fórma dirigiu os trabalhos, calculou os elementos d'estes, dispoz todos os preparativos e inventou todas as machinas, que afinal a estatua saiu perfeita e bem acabada, ostentando-se orgulhosamente no Terreiro do Paço, causando ainda hoje a maior admiração de nacionaes e estrangeiros. Bartholomeu foi então em 1774 nomeado intendente geral da fundição de artilharia, do laboratorio da construcção dos instrumentos bellicos, com a patente de brigadeiro de infantaria e exercicio na artilharia, vencendo o soldo dobrado. Em 1776 foi encarregado pelo marquez de Pombal de estabelecer sobre as ruinas do convento de Santa Clara

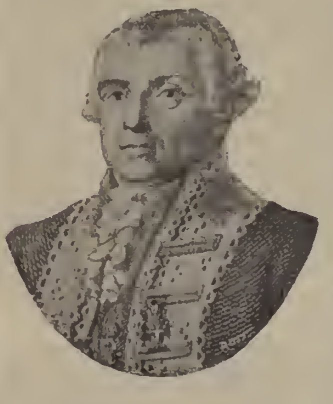

Bartholomeu da Costa

de Lisboa um trem ou deposito para a artilharia que se destinava á guerra que se julgava imminente, mas que ficou frustrada em consequencia da demissão do marquez de Pombal. Posteriormente foi incumbido dos melhoramentos na administração da fabrica da polvora, e nomeado intendente das ferrarias de Thomar e de Figueiró, e do engenho da Foz de Alge, assim como de todas as minas de carvão de pedra do reino, e prestando em todas estas commissões os maiores serviços, o governo de D. Maria I lhe concedeu a pensão de 600$000 réis. Ainda depois foi nomeado administrador dos pinhaes de Leiria, sendo-lhe entregue a construcção do dique e carreiras de construcção das embarcações de guerra no arsenal da marinha Por decreto de 9 de maio de 1789 foi promovido com outros officiaes, a marechal de campo, e por decreto de 20 de novembro de 1796, graduado no posto de tenente-general, juntamente com outros marechaes de campo. A 31 de maio de 1788 fôra agraciado com o habito da ordem de Christo, em attenção aos seus longos e importantes serviços. Bartholomeu da Costa, em 1794, foi maudado examinar as minas de ferro de Figueiró dos Vinhos, continuando a ser empregado em diversos ramos de serviço publico.

Costa *(Bernardino Camillo Cincinato da)* Lente da 10.ª cadeira do Instituto de Agronomia e Veterinaria. Antigo deputado da nação. Filho de Bernardo Francisco da Costa. (V. *este nome*). D'uma grande competencia, tem-se assignalado em todos os congressos agricolas, e nos vinicola nacional, que se realisaram em fevereiro de 1895 na sala da bibliotheca da Academia Real das Sciencias, e na Sociedade de Geographia em 1900. Tem publicado muitos escriptos relativos aos progressos da agricultura no nosso paiz. Fez uma viagem á America em propaganda dos nossos vinhos. Fez parte da commissão portugueza na exposição de Paris em 1900, sendo condecorado com a Legião de Honra, juntamente com os outros membros da commissão. Foi nosso representante agricola na exposição de S. Luiz, realisada em abril de 1904. Ao sr. Cincinato da Costa pertence uma grande parte da obra monumental *Le Portugal au point de vue agricole*, destinada áquella exposição de Paris.

Costa *(Fr. Bernardo da)*. Freire conventual da ordem de Christo no convento de Thomar, e chronista da mesma ordem. N. em Coimbra em 1701, e morreu na segunda metade do seculo XVIII. Escreveu: *Oração funebre nas exequias da Serenissima Infanta a Senhora D. Francisca, celebradas no real convento de Thomar*, imprimiu se sem data; *Historia da militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo*, tomo I, Coimbra, 1771 Este volume, unico publicado, contém o catalogo dos 24 mestres que teve a ordem do Templo em Portugal, cujas noticias estão authenticadas com documentos e provas.

Costa *(Bernardo Francisco da)*. Advogado, deputado, jornalista, etc. N. em Gôa a 12 de fevereiro de 1821 Era filho de Constancio Roque da Costa. Foi advogado em Gôa ou na villa de Margão, e deputado, sendo eleito por Damão e Diu. Vindo a Lisboa apresentar-se na respectiva camara, dedicou-se tambem ao estudo das sciencias naturaes e positivas, e das artes uteis. Voltando á India em 1858, estabeleceu em Margão uma typographia particular, onde começou a publicar em abril de 1859 o jornal *O Ultramar*. Exerceu na India importantes cargos tanto electivos como scientificos. Além da typographia mencionada, fundou o monte-pio geral, a caixa de seguros mutuos de vidas, a caixa economica, e outros estabelecimentos de utilidade publica, dos quaes elle proprio organisou os estatutos e regulamentos. Foi membro da Sociedade Luso-Indiana de Bombaim. No *Ultramar*, além dos artigos de polemica sobre questões politicas, escreveu muitos doutrinaes, sobre industria e trabalho, economia politica, e litteratura, etc. Publicou os seguintes opusculos: *Manual do juiz da paz, ou o decreto n.º 26 de 18 de maio de 1832 annotado*, Gôa, 1859; *Livros para meninos*, Gôa, 1846; houve, pelo menos, mais duas edições, porque temos nota da 3.ª publicada em 1856; *Memoria sobre a teca (tectona grandis L) para a exposição universal de 1867 em Paris*, Margão, 1866, em portuguez com traducção em francez. Ahi demonstra que da teca se póde extrahir materia corante para a tinturaria. Em 1896 publicou-se em Margão o *Esboço biographico de Bernardo Francisco da Costa* por Antonio Vicente da Silva Albuquerque.

Costa *(Candido Maria Cau da)*. Governador civil de Portalegre, professor no Lyceu Nacional de Leiria, etc. Em 1840 frequentava a Universidade de Coimbra, quando abandonou os estudos para se alistar no batalhão academico. Mais tarde foi professor de sciencias naturaes no Lyceu de Leiria, e exerceu varios cargos administrativos, sempre distinctamente, e sempre conquistando sympathias e respeitos. Foi thesoureiro pagador dos districtos de Evora e de Portalegre, sendo d'este ultimo governador civil por duas vezes. O partido regenerador, a que pertence, deve-lhe muitos serviços.

Costa *(Carlos Francisco da)*. Monsenhor, prior da freg. da Graça (Santo André e Santa Marinha) de Lisboa. N. a 9 de junho de 1866 Ordenou-se em julho de 1895, tendo frequentado com grande aproveitamento o seminario de Santarem, onde fez todos os seus preparatorios, e fez o curso theologico, saindo distincto em alguns exames. Cantou a sua primeira missa na freguezia da Graça em 21 de julho de 1895, dia em que se festejava a Senhora da Divina Providencia, sendo nomeado parocho d'esta freguezia em 6 de agosto do mesmo anno. Em fevereiro de 1899 foi nomeado ajudante do secretario da camara ecclesiastica, logar que desempenhou até á nomeação de monsenhor Carlos Rego para o logar de conego da Sé patriarchal de Lisboa. Em 22 de maio de 1902 foi por Sua Santidade Leão XIII nomeado seu prelado domestico, sendo-lhe concedido o titulo de monsenhor. Actualmente é director espiritual do Asylo do Bom Pastor. Tem exercido por diversas vezes o cargo de secretario de sua eminencia o sr. cardeal patriarcha nas suas visitas pastoraes ao patriarchado. Em maio de 1900 e 1903 foi a Roma como secretario do sr. patriarcha, acompanhando o prelado n'este ultimo anno, ao «conclave» para a eleição do summo pontifice. Foi um dos directores e organisadores da peregrinação ao Sameiro. E' condecorado com a cruz da Benemerencia, mercê que lhe foi concedida por Sua Santidade Pio X. O sr. cardeal patriarcha, attendendo aos seus relevantes serviços, nomeou-o parocho da egreja da Graça, passando-lhe carta «illimitada», distincção que

poucos ecclesiasticos conseguem obter. A este sacerdote se deve o poder reabrir-se ao culto, em 18 de julho de 1905, o magestoso templo da Graça, pois que foi devido aos seus esforços que tal se obteve.

Costa *(Christovão da)*. Medico e botanico, que viveu no seculo XVI. Era natural de Ceuta, segundo uns, e de Tanger, segundo outros, cidades que então pertenciam ao dominio portuguez. Desde a mocidade applicou-se muito á botanica, e passando á Asia com o vice-rei D. Luiz de Athaide, percorreu diversos paizes e regiões com o intuito de augmentar os seus conhecimentos medicos e botanicos. Regressando a Portugal passou a Castella, e enviuvando recolheu-se á serra de Thirses. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento, mas parece que vivia ainda em 1592. Foi muito apreciado no seu tempo como medico. Os escriptos que compoz e imprimiu, fôram na lingua hespanhola, e ainda hoje são estimados. Mencionaremos os seguintes: *Tratado de las drogas y medicinas de las Indias Orientales*, Burgos, 1578; esta obra, confessa o proprio autor, ter sido tirada em parte da, que sobre o mesmo assumpto, escreveu Garcia d'Orta. Foi traduzida em latim, francez e italiano; *Tratado em loor de las mugeres, y de la castidad, onestidad, constancia, silencio y justicia, com otras muchas particularidades, y varias historias*, Veneza, 1592. Escreveu tambem um tratado sobre as felicidades do estado da solidão

Costa *(Cincinato da)*. V. *Costa (Bernardino Camillo Cincinato da)*.

Costa *(Claudio Adriano da)*. Negociante e escriptor. N. em 11 de novembro de 1795, fal. a 3 de setembro de 1866. Era filho do antigo ministro da fazenda em 1821, José Ignacio da Costa, e de sua mulher, D. Jacinta Claudina Lima da Costa. Seguiu a carreira commercial, mas dedicou-se sempre muito ás letras, e collaborou nos jornaes a *Liga*, *Revista universal*, *Gazeta dos tribunaes*, onde inseriu artigos e correspondencias sobre assumptos de industria, associações, commercio, etc. Em 1836 foi proprietario e redactor do *Diario do Povo*. Escreveu e publicou em Lisboa: *Carta a sua ex.ª o ministro da fazenda sobre a extincção do papel-moeda*, 1826; *Considerações sobre os effeitos da nova pauta*, 1837; *Revisão do recenseamento da população de Portugal em 1838, publicada no «Diario do Governo» de 24 de abril de 1840*, 1840; *Estatistica da producção dos vinhos em Portugal em 1840*, 1842; *Considerações sobre os caminhos de ferro, e sua influencia sobre a agricultura*, 1846; *Providencia, companhia de seguros de vidas, annuidades, sobrevivencias, reversões*, etc., 1846; *Projecto de Banco provincial de Portugal*, 1846; *Principios da Sciencia, applicados á creação da Companhia Confiança Nacional e do Banco de Portugal*, 1847; *Supplemento ao exame da Companhia Confiança Nacional e Banco de Portugal*, 1847; *A questão das notas*, 1848; *Estatistica coordenada sobre os arrolamentos da decima lançada em diversos concelhos do districto de Lisboa*, 1851; *Conversão das classes inactivas*, 1851; *Do contrabando dos cereaes em Portugal*, 1855; *Memoria sobre Portugal e Hespanha*, 1856; *Consulta e voto em separado da commissão da reforma das alfandegas sobre a adopção das pautas*, 1836; *Do Banco de Portugal, nosso Banco Nacional, e do commercio do Banco em Portugal*, 1864.

Costa *(Claudio Manuel da)*. Poeta brazileiro. N. na cidade de Marianna, na provincia de Minas Geraes, a 6 de junho de 1729; fal. em 3 de junho de 1789. Estudou humanidades no collegio dos jesuitas do Rio de Janeiro, e passando a Portugal em 1746, matriculou-se na Universidade de Coimbra, onde se formou em 1753 na faculdade de Direito ou de Canones. Já durante a sua vida de estudante mostrou grande vocação poetica, e quando completou o curso publicou em Coimbra algumas das suas poesias. Viajou depois, percorreu a Italia, esteve em Roma, foi admittido na Academia dos Arcades d'essa cidade, tomando, como era costume, um nome pastoril, que foi o de *Glauceste Saturnio*. Regressando a Portugal, entrou, como era de esperar, na Arcadia de Lisboa. Parece, porém, que se prendeu com uma paixão infeliz, e desgostoso voltou para o Rio de Janeiro em 1765, partindo d'ahi, apenas chegou, para a sua provincia natal, estabelecendo-se em Villa Rica com escriptorio de advogado, adquirindo grande fama e muita clientela. O governador da capitania de Minas, D. Rodrigo José de Menezes, o nomeou 2.º secretario de Estado em 1780, logar que resignou em 1788, voltando á vida particular, na occasião em que o visconde de Barbacena entrou na administração d'aquella provincia. Implicado pouco depois como um dos chefes na conspiração tramada em Minas Geraes para a independencia do Brazil, foi preso, quando se descobriu a conspiração em 1789, juntamente com os seus amigos, os poetas Alvarenga Peixoto e Thomaz Antonio Gonzaga. Vendo-se privado da liberdade, achou meio de se suicidar na prisão, enforcando-se segundo consta, com uma liga de meia. Foi uma das primeiras victimas da independencia do Brazil, que se havia de realisar annos mais tarde. Apezar dos seus trabalhos, Claudio Manuel da Costa não deixava nunca de se occupar dos seus estudos predilectos, e escreveu uns commentarios sobre o *Tratado da riqueza das Nações*, de Adão Smith, sendo o primeiro escriptor que em portuguez tratou de assumptos economicos. As suas composições publicadas em Portugal e no Brazil, são as seguintes: *Munusculo metrico, consagrado ao Ill.mo e Rev.mo Sr. D. Francisco d Annunciação, segunda vez Reitor da Universidade de Coimbra, romance-heroico*, Coimbra, 1751; *Epicedio consagrado á memoria do Rev.mo Sr. Fr. Gaspar da Encarnação, Reformador dos Conegos Regrantes de Santo Agostinho*, Coimbra, 1753; *Numeros harmonicos, temperados em heroica e lyrica consonancia*, Coimbra, 1753; *Labyrintho de Amor, poema*, Coimbra, 1753; *Obras poeticas*, Coimbra, 1768, a mais conhecida entre as composições do autor, e o seu maior titulo de gloria, como poeta; *Villa Ricca, poema;* depois de se conservar por muitos annos inédito, veiu a imprimir-se na cidade d'aquelle nome, cuja fundação é o assumpto do poema, no anno de 1839, com a seguinte indicação: *foi dado á luz em obsequio ao Instituto Historico e Geographico brazileiro por um dos seus socios correspondentes*. Na *Collecção de Poesias dos melhores poetas portuguezes*, Lisboa, 1809 a 1811, vem attribuidas a Claudio da Costa uma *Ode*, no tomo I, pag. 90. e duas no tomo II, pag. 3 e 74. Estas ultimas fôram depois reproduzidas no *Parnaso brazileiro*, caderno IV, paginas 11 e 12. No *Patriota*, jornal do Rio de Janeiro publicado em 1813 e 1814,

vem tambem umas *Memorias* d'elle, escriptas em prosa.

Costa *(Constancio Roque da)*. Actualmente encarregado de negocios em Buenos Ayres, na Republica Argentina; antigo jornalista, deputado, etc. Filho de Bernardo Francisco da Costa (V. *este nome*). Foi advogado na India, carreira que abandonou, vindo então para a Europa. Cursou em Lisboa o Curso Superior de Letras. Partiu depois para Paris, onde se matriculou na Escola das Sciencias Diplomaticas e Politicas, adquirindo as maiores distincções. Entrou na carreira consular, mediante concurso, sendo classificado em primeiro logar, carreira em que não proseguiu, depois de haver sido successivamente nomeado para os consulados de Pretoria e de Banana, logares que não chegou a exercer. Como jornalista tem escripto apreciaveis artigos, primeiro no *Ultramar*, mais tarde no *Commercio de Portugal*, no *Universal*, de que foi o director, etc. Escreveu tambem uns livros e uns folhetos que o acreditaram na litteratura e nas sciencias sociaes e politicas. Tem sido eleito deputado por um dos circulos da India, apresentando-se na respectiva camara como orador, tratando quasi exclusivamente das questões da India.

Costa *(Cypriano Justino da)*. Commendador da ordem de Christo, bacharel pela Universidade de Coimbra, presidente da camara de Montemór-o-Novo, deputado, etc. N. em Lisboa a 27 de setembro de 1784, fal. em Montemór-o-Novo em julho de 1870. Era filho de Angelo da Costa e de D. Josepha Candida da Costa. Dedicando se muito ao estudo da Mathematica, tomou o grau de bacharel a 9 de julho de 1806, tendo apenas 22 annos de edade, d'um modo louvavel e honroso. Frequentando o direito canonico, saiu provido em 1 premio pecuniario em 15 de dezembro de 1808. A 14 de novembro de 1812 concluiu a sua educação litteraria com a leitura da Mesa do Desembargo do Paço, habilitando-se para a carreira da magistratura, contando 28 annos. Cypriano da Costa perteneeu, como academico, ao destacamento encarregado de acompanhar a Lisboa as preciosidades da Universidade de Coimbra, e até á sua entrega, por ordem do governo, a bordo da nau *Maria Primeira*. O seu procedimento foi exemplar, como lh'o attestou Matheus de Sousa Coutinho que, na qualidade de tenente da terceira companhia do corpo militar dos academicos, commandava o mesmo destacamento. Este corpo militar fôra armado por carta regia de 2 de janeiro de 1807. Em 16 de maio de 1811 foi nomeado juiz de fóra de Montemór-o-Novo, cargo que exerceu por diversas vezes. Mais tarde teve a nomeação de corregedor de Beja, onde serviu desde 29 de janeiro de 1823 até 25 de abril de 1829. Estando em Montemór-o-Novo casára com D. Maria Eugenia da Rocha Sousa e Costa. Depois de restabelecido o systema constitucional, foi vereador substituto da camara municipal da referida villa de Montemór-o-Novo em 1835, vereador em 1838, e presidente de 1854 a 1855, prestando sempre relevantes serviços. Foi procurador á junta geral do districto de 1850 a 1851, e eleito deputado na legislatura de 1860 a 1861. Em paga dos seus bons serviços teve a carta de conselho em 1851, e foi agraciado com a commenda da ordem de Christo em 25 de janeiro de 1853. Mais tarde, estando em Montemór o-Novo, foi atacado da dolorosa enfermidade a que succumbiu, tendo 86 annos de edade.

Costa *(D. Duarte da)*. Fidalgo que viveu no seculo XVI. Foi armeiro-mór, e o 2.º governador do Brazil, succedendo a Thomé de Sousa em 1554, e entregando o cargo em 1558 ao seu successor Mem de Sá.

Costa *(Emygdio da)*. Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra no anno de 1821, advogado em Lisboa, membro da Sociedade Juridica, etc. N. em Castellões, com. de Vizeu, a 8 de fevereiro de 1794, fal. no Lumiar a 19 ou 28 de julho de 1842. Era filho de paes incognitos. Distinguiu-se muito pelo seu enthusiasmo liberal, e foi um dos estudantes que saudaram em verso a revolução de 1820, e cujas poesias se publicaram. Em 1840 publicou uma dissertação sobre um assumpto muito extraordinaria em epoca liberal: «se o cidadão que adquire uma fortuna enorme pelo commercio, e não tem condecoração honorifica, conserva ou não a qualidade de peão? Se seus filhos naturaes pódem herdar?» Em 1842 pronunciou o *Elogio historico de Manuel Borges Carneiro*, o qual foi publicado na *Gazeta dos Tribunaes*, n.º 50, de 24 do janeiro do referido anno. Na *Gazeta dos Tribunaes* n.º 163, de 19 de outubro de 1842 vem publicado o seu *Elogio historico*, escripto por Abel Maria Jordão Paiva Manso. Vem algumas das suas composições na *Collecção das poesias recitadas na sala dos actos da Universidade*.

Costa *(Emygdio Manuel Victorio da)*. Doutor e lente de Medicina na Universidade de Coimbra. N. n'esta cidade a 22 de março de 1769, fal. em Soure a 30 de novembro de 1848. Era filho de José Joaquim Victorio da Costa, e de sua mulher, D. Antonia Luiza Victorio da Costa. Concluidos os preparatorios, entrou nos estudos maiores da Universidade, cursando primeiro as aulas de Philosophia e Mathematica, até formar-se na primeira d'estas faculdades. Seguiu depois com egual aproveitamento a de Medicina, em que se doutorou em 1795. Foi logo nomeado oppositor, e pouco depois substituto extraordinario da cadeira de Clinica medica. Tendo-se exigido arbitrariamente, em 1803 ou 1804, que os lentes fôssem sujeitos a um concurso, o dr. Emygdio Victorio não quiz obedecer, e desistindo do magisterio, demittiu-se, indo viver para Soure, onde residia a sua familia, começando então a exercer a sua profissão de medico, em que se tornou muito afamado, até que falleceu na avançada edade de 80 annos. D. Rodrigo de Sousa Coutinho o despachou physico-mór do Pará, logar que não acceitou, por não querer abandonar sua mãe, que, sendo já muito edosa, não podia acompanhal-o ao Brazil. Em 1829 tambem rejeitou o logar de lente cathedratico em Medicina, para que o nomeara o bispo de Vizeu, reformador e reitor da Universidade. Escreveu: *Apontamentos sobre a colera-morbus*, que fôram publicados por seu filho Adolpho Manuel Victorio da Costa. V. *este nome*.

Costa *(Estevão da)*. Jurisconsulto em direito canonico e civil, muito considerado. Escreveu algumas obras em latim, a que varios autores juridicos se referem com elogio.

Costa *(Estevão José da)*. Governador de Moçambique, de cujo governo tomou posse em 1694. Em 1695 começou a construcção da fortaleza de S. Lourenço na ilhota que fórma a parte sudoeste

da ilha de Moçambique, e foi mandado render em 1696 pelo governador da India, por queixas que contra elle formularam os povos. Succedeu-lhe D. Francisco da Costa, que falleceu pouco tempo depois de ter tomado posse.

Costa *(Eusebio da)*. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa guarda-se, entre os manuscriptos illuminados, um rolo de magnifico pergaminho, bem colorido, tendo um metro e cincoenta e dois centimetros de comprimento. Intitula-se: *Carta geral das quatro partes do globo feita em Lisboa por Eusebio da Costa, no anno de 1720.*

Costa *(Felix José da)*. Doutor em Direito civil pela Universidade de Coimbra, onde se formou em 1727. N. em Lisboa em 20 de novembro de 1701; não se conhece a data do fallecimento, mas sabe-se que vivia ainda em 1760. Exerceu alguns cargos da magistratura, começando pelo de juiz de fóra, da villa de Algoso. Cultivou as bellas letras, deixando algumas obras impressas em portuguez e latim, e outras inéditas em prosa e em verso. Citaremos as seguintes: *Crise á carta critica que fez certo anonymo castelhano sobre o soneto «Ramos cortou reaes, etc.», com a solução aos reparos criticos, e com a exposição do soneto*, Lisboa, 1737; *O Imeneu dos Menezes e Castros; Novo poema na vôda do* VI *Conde da Ericeira*, etc., Lisboa, 1740; *Ostentação pelo grande talento das damas contra seus emulos*, Lisboa, 1741; *Oiteiro de Apolo e das Musas em applauso do Rev.*^mo^ *P. M. Dr. Fr. Salvador Correia de Sá*, etc., Lisboa, 1742; *Discurso em que se persuade que deve permittir-se ás molheres cantar a coros o terço nas igrejas*, etc., Salamanca, 1750; *Poema sobre as sécas do anno de 1753*, etc., Lisboa, 1753; *O ano augusto de corenta, ó quinto imperio, poema em applauso dos anos do M. A. E. P. Rei de Portugal D. José I*, etc., Lisboa, 1754; *O bom gosto refinado na reeriaçam e na utilidade*, etc., Lisboa, 1754. Felix José da Costa era tambem amador de musica, e parece que compositor, porque Barbosa Machado refere-se a um livro que elle deixou manuscripto, intitulado: *Musica revelada de Contraponto e composição que comprehende varias Sonatas de Cravo, Rabeca e varios Minuetes e Cantatas.*

Costa *(Felix José da)*. Cavalleiro das ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição, official da secretaria do governo civil de Angra do Heroismo, onde tambem exerceu a profissão de advogado provisionista, sendo por diversas vezes nomeado procurador á Junta Geral do Districto; socio correspondente da Academia Philomatica do Rio de Janeiro, etc. N. em Angra do Heroismo a 27 de fevereiro de 1819. Era filho de Felix José da Costa, antigo inspector de revistas, e depois official da secretaria do referido governo civil, e de D. Joaquina Maxima de Faria. Em 1870 era official maior da mesma secretaria, e em junho d'este anno foi agraciado com o grau de cavalleiro da ordem de S. Thiago. Escreveu: *Memoria historica do horrivel terremoto que destruio a villa da Praia da ilha Terceira em 15 de Junho de 1841*; Angra, 1841; saiu com o nome de Felix José da Costa Junior; *Memoria biographica de Francisco de Ornellas da Camara Paim, fidalgo da Casa Real, do conselho d'el-rei D. Affonso VI*, etc., Angra, 1842; *Memoria biographica do terceirense João de Avila, capitão que foi no castello de S. Filippe em 1641*, Angra, 1844; *Memoria estatistica e historica da ilha Graciosa*, Angra 1845; *Memoria sobre a antiga Academia Militar da ilha Terceira*, Angra, 1847; *Viagem d'el-rei de Portugal o sr. D. Pedro V ás principaes côrtes da Europa no anno de 1854*, Ponta Delgada, 1856; *Noticiario da honrosa visita de Sua Alteza Serenissima o sr. infante D. Luiz á ilha Terceira em 31 de Outubro de 1858*, Angra, 1858; *Commemorações dos dias e homens mais notaveis da ilha Terceira*, saíram no jornal o *Angrense*, por todo o anno de 1845; *Sobre a verdadeira sepultura de Paulo da Gama na cidade de Angra*, no referido jornal, n.º 624, de 15 de março de 1849. Além d'estes trabalhos que dizem ser muito uteis para a historia das ilhas dos Açôres, coordenou e publicou de 1843 a 1844 a *Collecção dos escriptos administrativos e litterarios do conselheiro José Silvestre Ribeiro,* quando governador civil de Angra, em 2 volumes. Foi collaborador do *Angrense*, de 1842 a 1845, e seu redactor principal de 1847 até 1849. Redigiu o *Boletim Official do Governo Civil de Angra* em 1854 e 1855, sendo depois redactor e proprietario do jornal noticioso e litterario, o *Insulano.*

Costa *(D. Filippe da)*. Fidalgo do seculo XVI, que serviu nas armadas, e sendo capitão de mar e guerra na armada de D. João Faxardo, morreu em combate com os hollandezes, depois de haver pelejado valentemente.

Costa *(Firmino José da)*. Coronel de engenheiros, chefe do estado maior da sua arma, governador de Macau, etc. N. em Lisboa a 3 de agosto de 1843, onde tambem fal. a 29 de maio de 1898. Era irmão mais velho do coronel de cavallaria, ajudante de sua magestade el rei D. Carlos, Antonio Francisco Costa (V. *este nome*). Foi alumno distincto do Collegio Militar, e a 14 de agosto de 1859 assentou praça, sendo promovido a alferes em 1861, seguindo os demais postos até ao de coronel em 1891. Desempenhou varias commissões officiaes sempre com a maior competencia, como a das fortificações de Lisboa, o que dá testemunho o forte de Caxias, construido debaixo da sua direcção, o qual foi considerado por todos os homens competentes como uma obra prima de engenharia militar. Em julho de 1886 foi nomeado governador de Macau, e mais tarde, da provincia de S. Thomé.

Costa *(Francisco da)*. Fidalgo do seculo XVI, que serviu com distincção na India, sendo capitão de Malaca. Era governador e capitão general do Algarve, quando el-rei D. Sebastião passou á Africa, e d'esse posto o chamou á côrte o cardeal-rei D. Henrique para o mandar a Marrocos como embaixador, afim de tratar a liberdade do duque de Barcellos e do resgate de 80 fidalgos, que tinham ficado captivos, depois da batalha de Alcacer-Kibir. D. Francisco da Costa tratou com o xerife o negocio de que fôra encarregado, mas faltando-lhe o dinheiro para completar a somma porque fôra ajustado o resgate, ficou em caução em Marrocos, e os fidalgos, vendo-se livres, não pensaram mais n'elle. Quando Filippe II de Hespanha tomou posse de Portugal, mandou a D. Francisco da Costa o dinheiro preciso, mas o xerife exigiu que o pagamento fôsse feito em perolas, e assim se prolongou o captiveiro do embaixador, que por fim veiu a fallecer em Marrocos.

Costa *(Padre Francisco da)*. Jesuita. Doutor

e lente de Theologia em Evora e em Roma. N. em Lisboa, de familia muito nobre, e fal em Coimbra a 15 de janeiro de 1624, com pouco mais de 46 annos de edade. Professou a 15 de maio de 1596. Deixou impresso um *Sermão no Auto da Fé que se celebrou na praça de Evora a 28 de novembro de 1621*, Lisboa, 1622.

Costa *(Francisco Caetano de Sant'Anna da)*. Conego da cathedral de Gôa. N. em Salsete em agosto de 1811, fal. em Macau a 12 de novembro de 1862. Cursou os estudos secundarios no seminario Rachol, e os de theologia dogmatica em Madrasta. Foi ordenado presbytero em 1813 na diocese de Manilla, ilhas Filippinas. Serviu successivamente como secretario particular do bispo de Meliapor D. Antonio Tristão Vaz Teixeira, do arcebispo de Gôa D. Antonio Feliciano de Santa Rita Carvalho, e dos bispos de Macau D. Nicolau Rodrigues de Borja e D. Jeronymo José da Matta. Desde 1845 exerceu os cargos de director e vigario do convento das religiosas de Santa Clara de Macau. Por decreto de 14 de janeiro de 1853 foi nomeado conego da sé de Gôa, continuando, porém, a residir em Macau servindo diversos logares e commissões. Era condecorado com o habito da ordem de Christo. Escreveu: *A Escola elementar de geographia, chronologia e historia universal, para uso da mocidade portugueza na Asia*, Macau, 1842.

Costa *(Francisco Eduardo da)*. Cavalleiro da ordem de Christo, mestre de capella da sé do Porto, membro do Conservatorio de Lisboa, compositor de musica, etc. N. em Lamego a 25 de março de 1819, fal. no Porto a 27 de agosto de 1855. Era filho de José Luiz da Costa, que no decurso de muitos annos servira em Lamego varios empregos de justiça e de fazenda, e que em 1823 estava servindo o officio de distribuidor, inqueridor e contador da correição, sendo obrigado então a retirar-se para o Porto, em consequencia das dissenções politicas, porque o paiz passou n'aquella epoca. Revelando grande vocação para a musica, seu pae lembrou-se de o applicar ao estudo de piano, e os seus progressos fôram tão rapidos que aos 10 annos de edade executou com muita perfeição na real capella da Lapa, no Porto, o sexto concerto de Cramer, acompanhado d'uma numerosa orchestra. Este e outros factos similhantes, e a promptidão com que desempenhava á primeira vista qualquer peça de musica, despertaram a attenção publica, e grangearam lhe valiosas sympathias, sendo por esse motivo brindado com um excellente piano, que lhe offereceram os chefes d'algumas das principaes casas de commercio do Porto, e pouco depois nomeado membro do Conservatorio Real de Lisboa, e agraciado com o grau de cavalleiro da ordem de Christo. Tocando na presença de D. Pedro IV, este monarcha tanto se enthusiasmou com o joven pianista, que pensou em o mandar a Paris completar a sua educação artistica, porém as luctas civis e depois a morte do imperador, fizeram com que Francisco Eduardo, nome por que era mais conhecido, continuasse no Porto entregue aos seus trabalhos musicaes, como executante e como compositor. Instituiu depois a Sociedade Philarmonica Portuense, cujo archivo enriqueceu com as suas composições, tornando-se dignos de especial menção uma symphonia e dois entreactos para grande orchestra; mas em que se fez mais admirar e o que lhe adquiriu maior reputação fôram o *Tantum ergo* e outros trechos religiosos, que generosamente offereceu á referida sociedade para a festividade de Santa Cecilia. Os directores da sociedade julgaram-se tão penhorados com esta offerta que lhe offereceram uma prenda de valor, e mandaram collocar o seu retrato na sala principal da casa das suas reuniões. Em 1840 acceitou o logar de director da companhia italiana do theatro de S. João, do Porto, que exerceu até pouco tempo antes de fallecer. Francisco Eduardo da Costa, n'uma academia de musica, realisada pelo flautista João Parado em 22 de fevereiro de 1834, tambem executou com orchestra o 4.º concerto de Bomtempo, composição de grande difficuldade. O bispo do Porto, D. Jeronymo Rebello, o convidou para ser organista e mestre de capella da Sé. Foi então que compoz algumas missas e outras musicas sacras, que se cantam ainda hoje em grandes solemnidades, no Porto e em Braga, sendo a mais notavel a *Missa de Santa Izabel*, por elle offerecida á ordem de S. Francisco. Contava pouco mais de 36 annos quando falleceu, deixando profundas saudades. Alguns dos seus amigos lhe erigiram um pequeno mausoléo no cemiterio do Reponso. E' numeroso o catalogo das suas composições para egreja, orchestra e banda militar. No Instituto Dramatico de Coimbra, de que tambem foi socio, existem muitas; as religiosas benedictinas do Porto, as de Jesus, em Aveiro, as do convento das Chagas de Lamego, e as Ursulinas de Vianna, tambem possuem algumas A'cerca d'este notavel compositor póde vêr-se o *Diccionario biographico dos musicos portuguezes*, de Ernesto Vieira, o *Commercio do Porto*, de 5 de agosto de 1855, e o *Nacional*, de 30 do referido mez e anno.

Costa *(Francisco Guedes de Carvalho e Menezes da Costa, 1.º visconde da)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 20 de junho de 1781; do conselho de D. João VI; commendador da ordem de Christo; cavalleiro professo da mesma ordem; cavalleiro da de S Bento d'Aviz, bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra; coronel de cavallaria, reformado, governador e capitão general de Moçambique, Rios de Sena e Sofala, etc. N. a 2 de janeiro de 1757, fal. a 4 de novembro de 1833. Era filho de Rodrigo Guedes de Menezes da Costa, fidalgo cavalleiro da Casa Real, senhor da casa de Costa, no antigo couto do Mancellos, das quintas denominadas Portas Frônhas e Rio de Gallinhas, no antigo concelho de Tuias, e da quinta das Sobreiras no concelho de Celorico de Basto, etc., casado com D. Anna Joaquina de Paiva Leite de Sousa Pereira, da casa de Sistêllo. Guedes de Carvalho assentou praça de cadete em cavallaria de Miranda, sendo promovido a alferes em 9 de julho de 1787, seguiu os postos militares, e foi tenente coronel aggregado á 1.ª Plana da Côrte em 29 de agosto de 1796, posto em que recebeu a nomeação de governador de Moçambique, tomando posse a 27 de agosto do anno seguinte, cargo que desempenhou até 10 de setembro de 1802. Por morte de seu pae, ficou sendo proprietario, por successão na sua casa, do officio de escrivão das sizas do concelho de Celorico de Basto, e succedeu a seu pae na importante casa da Costa e mais bens d'ella. Matriculou-se na Universidade de Coimbra, recebendo o grau de ba-

charel em Mathematica, no anno de 1789. Durante o seu governo em Moçambique fôram retomadas algumas presas aos francezes, pelo mestre da armada nacional José Domingues, depois tenente; guarneceu-se de novo e fortificou-se a bahia de Lourenço Marques em 1799, e fundou-se a primeira escola de instrucção primaria em Moçambique. Prestou tambem bons serviços durante a guerra peninsular. Casou em 2 de setembro de 1807 com D. Anna José de Portugal e Menezes Brandão, filha de Luiz Brandão de Mello Pereira de Lacerda, fidalgo da Casa Real, senhor da casa da Torre da Marca, no Porto, e d'outros morgados, e de sua mulher, D. Antonia de Portugal e Menezes. O titulo de visconde foi concedido por decreto de 6 de fevereiro de 1826, e carta de 11 de março de 1828. O brazão consta do seguinte: escudo esquartelado; no 1.º quartel as armas dos Guedes, em campo azul cinco flôres de liz de ouro em santor; no segundo, as armas dos Costas, em campo vermelho seis costas de prata firmadas, e postas em duas palas; no terceiro as armas dos Carvalhos, em campo azul uma estrella do ouro de oito raios dentro d'uma quaderna de crescentes de prata; e no quarto quartel as armas dos Menezes, em campo de ouro um annel do mesmo metal perfilado de vermelho com um rubim n'elle.

Costa *(Francisco José da)*. Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra, e professor de Philosophia em Santarem, para que foi nomeado em 10 de setembro de 1771. Fal. em maio de 1813 com mais de 70 annos de edade. Consta que escrevera, além do pouco que imprimiu, um bom numero de sermões, que outros prégaram como seus, alcançando com elles grande fama. Publicou sómente: *Elogio funebre consagrado á memoria do ill.mo e ex.mo sr. D. Rodrigo Xavier Telles de Castro da Gama*, etc., *marquez de Niza*, Lisboa, 1784; *Odes na gloriosa restauração da Liberdade portugueza*, Lisboa, 1813. Parece que saíram com o nome poetico de Alciudo Filomeno, que o autor usava.

Costa *(Francisco José da)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em Portalegre em 1798, fal. em Lisboa em 1862. Exerceu alguns cargos judiciaes, sendo depois nomeado ouvidor para Macau. Em 1838 foi eleito senador pela provincia de Gôa, e em 1851 nomeado membro do Conselho Ultramarino. Publicou uma interessante memoria historica sobre Macau, na *Revista Litteraria*, do Porto.

Costa *(Francisco José da)*. Pharmaceutico homeopatha, estabelecido em Lisboa. Tem publicado, entre outras, as seguintes obras: *Medico Homeopatha da Familia*, de Bruckner, traducção, 2.ª edição; *23 annos de pratica homeopathica e a Homeopathia*, XVIII, XIX e XX vol. da *Bibliotheca de Propaganda Homeopathica*.

Costa *(Francisco Manuel da)*. Foi o 1.º visconde de Montariol. V. *este titulo*.

Costa *(Gabriel da)*. Doutor em Theologia, e lente na Universidade de Coimbra. N. em Torres Vedras em 1556, fal. em Lisboa a 6 de abril de 1616. Entrou no collegio de S. Pedro em 1582, e foi lente durante 20 annos, tendo tomado posse em 1591, e jubilando em 1615. Foi chantre e conego magistral na Sé de Coimbra, sendo depois transferido para a de Lisboa. Deixou muitas obras theologicas em latim; em portuguez apenas deixou duas: *Relação das exequias de Filippe II*; *Applausos da Universidade ao nascimento de Filippe IV*.

Costa *(Padre Gaspar da)* Grande latinista, abbade de Esturiães, que viveu no seculo XVII. Compoz um *Diccionario latino-portuguez*, que ficou manuscripto.

Costa *(Gil Eannes da)*. Fidalgo que serviu em Africa, e ficou captivo na batalha de Alcacer-Kibir. Sendo depois resgatado, foi presidente do senado da camara de Lisboa no anno de 1599, logar em que prestou os maiores serviços, quando a cidade foi assaltada n'aquelle anno por uma terrivel peste. Tambem exerceu o cargo de presidente do Desembargo do Paço e do Conselho de Estado de Filippe II.

Costa *(Gil Eannes da)*. Commendador e alcaide-mór de Castro Marim. Era o pae de D. João da Costa, que tanto se distinguiu na guerra da Restauração, e que pelos seus serviços militares foi feito conde de Soure. V. *este titulo*.

Costa *(Henrique Pedro da)*. Official maior graduado da secretaria de fazenda e escrivão do real erario, fallecido durante o governo do infante D. Miguel. Era grande admirador de Bocage, e escreveu um soneto que foi publicado na *Collecção dos novos improvisos* do grande poeta. Em 1828, quando D. Miguel foi acclamado, publicou tres sonetos n'um folheto, intitulado *Ultimos suspiros de um velho doente*.

Costa *(Jacinto da)*. Cavalleiro da ordem de Christo; cirurgião em chefe e clinico do hospital militar da Marinha, examinador dos cirurgiões militares, depois cirurgião-mór d'armada, etc. N. em Thomar, e fal. em Lisboa com mais de 80 annos de edade, cerca de 1850. Escreveu: *Novo tratado das feridas feitas com armas de fogo, e methodo de as curar*, Lisboa, 1811; *Elementos geraes de cirurgia medica, clinica e legal*, Lisboa, 1813, 4 tomos; *Tratado completo de cirurgia obstetricia, ou sciencia e arte de partos*, Lisboa, 1815, 2 tomos; *Pharmacopéa naval e castrense*, Lisboa, 1819, 2 tomos; *Projecto de estatutos de cirurgia, ou formula pela qual devem ser educados os alumnos da sciencia e arte de curar, offerecido ao Soberano Congresso*, Lisboa, 1821.

Costa *(Padre Jacinto Luiz da)*. Religioso da ordem Terceira de S. Francisco. N. em Lisboa em 1754, mas ignora-se a data do fallecimento. Professou a 3 de fevereiro de 1773, e saiu da sua congregação, passando ao estado de presbytero secular. Obteve o priorado da egreja matriz da villa de Abrantes, e depois o da egreja parochial de Santos-o-Velho em Lisboa. Escreveu: *Oração gratulatoria pela conservação da vida do ill.mo e ex.mo sr. Marquez de Abrantes*, Lisboa, 1791; *Discurso academico em louvor do Principe Regente nosso senhor*, Lisboa, 1803; *Oração panegyrica que o nobre impulso de um puro affecto consagrou ás virtudes do magnifico sr. D. Pedro de Lencastre, ex.mo conde de Villa Nova*, etc., Lisboa, 1788.

Costa *(João)*. Jornalista contemporaneo, segundo conservador da Bibliotheca Nacional de Lisboa, etc. N. n'esta cidade em 5 de julho de 1861. Filho de José Joaquim da Costa, guarda-mór da Camara Municipal de Lisboa desde 1857 até 1900, já hoje fallecido, e de D. Anna Alves Costa. Antes de se entregar ao jornalismo, dedicou-se á vida commercial. Em 1892, quando o fallecido conselheiro Pedro Victor da Costa Se-

queira rescindiu o contrato Hersent nas obras do porto de Lisboa, e as fez continuar por conta do governo, foi João Costa nomeado sub-chefe da contabilidade d'essas obras. Entrou na vida jornalistica como collaborador da *Discussão*, primeiro jornal fundado por Pinheiro Chagas, o qual passou depois a chamar-se *Diario da Manhã*. Ali se conservou até 1881, em que se deu uma questão entre os redactores e os proprietarios do jornal, quando Pinheiro Chagas estava no ministerio, de que resultou a saida de Urbano de Castro, que era o director politico, acompanhado de todos os seus collegas na redacção. No primeiro de dezembro do referido anno fundaram o *Correio da Manhã*, sendo societarios e proprietarios Pinheiro Chagas, Urbano de Castro, Gervasio Lobato, Pedro Vidoeira, Jayme Victor, Eduardo Schwalbach, Seabra de Castro, Augusto de Mello e João Costa, ficando este ultimo com a gerencia do jornal. Da sociedade fôram-se desligando pouco a pouco os socios, e quando mais tarde foi passada a uma sociedade anonyma, sómente se conservavam Pinheiro Chagas, João Costa, Gervasio Lobato, Jayme Victor e Augusto de Mello. O *Correio da Manhã* terminou em 1897, por ter incorrido, com outros jornaes, nas penas da lei de 13 de setembro, publicando uns telegrammas a respeito d'um attentado anarchista. João Costa acompanhou em 1883 Pinheiro Chagas a Madrid, quando elle foi a convite de Fontes Pereira de Mello, presidir á commissão de jornalistas representantes de todos os jornaes de Lisboa, que d'aqui fôram fazer a reportagem da visita d'el-rei D. Luiz a Affonso XII. E' hoje segundo conservador da Bibliotheca Nacional, secretario da redacção das *Noticias de Lisboa*, orgão do partido regenerador, e dirige a revista artistica e litteraria *Brazil-Portugal*. Foi secretario do sr. conselheiro Wenceslau de Lima, quando ministro dos estrangeiros, desde março de 1903 até outubro de 1904. João Costa é casado com a sr.ª D. Maria Luiza d'Almeida Palmeirim, filha do fallecido poeta e director do Conservatorio Real de Lisboa, Luiz Augusto Palmeirim. Para o theatro tem traduzido as seguintes comedias em 3 actos: *Mulheres nervosas*, que se representou em D. Maria; *O perfume* e *Amantes legitimos*, representadas na rua dos Condes, e *Pouca sorte*, no theatro de D. Amelia.

Costa *(João da)*. N. em V. N. de Portimão, e foi estudar a Paris, recebendo as insignias doutoraes na Universidade d'aquella cidade. D. João III o chamou ao reino para o nomear mestre de humanidades na Universidade de Coimbra, e muitas vezes o consultava sobre negocios importantes e delicados. Fal. pouco antes da batalha d'Alcacer-Kibir. Compoz algumas poesias, que ficaram quasi todas inéditas.

Costa *(D. João da)*. D'este escriptor, apenas se sabe que escreveu uma *Relação dos reinos e senhorios da India*, que foi traduzida em hespanhol em 1624.

Costa *(D. João da)*. Mathematico e astronomo. Publicou: *Cordas vibrantes*, Lisboa, 1899; *A parallaxe do sol e as passagens de Venus sobre o disco solar, sobre o ponto de vista da determinação da distancia do Sol á Terra*, Lisboa, 1895.

Costa *(João Alberto Rodrigues da)*. V. *Rodrigues da Costa*.

Costa *(João Alvares da)*. N. em Lisboa em 1672, ignora-se a data do fallecimento. Cursou com distincção os estudos de jurisprudencia na Universidade de Coimbra, e depois foi juiz e corregedor do Civel, desembargador da relação do Porto, da Casa da Supplicação e dos aggravos. Nomeado posteriormente procurador da Corôa, juiz do fisco real, deputado da junta da administração do tabaco e desembargador do paço, foi escolhido em 1721 para acompanhar a Roma como conclavista o cardeal Pereira, quando este prelado foi tomar parte na eleição do pontifice. Foi eleito entre os primeiros cincoenta academicos, de que se formou a Academia Real de Historia Portugueza, para decidir os pontos juridicos que se altercassem na historia. Na collecção dos documentos da Academia se encontram varias cartas dos seus estudos, e além d'essas, ainda deixou impressos em separado outros trabalhos.

Costa *(João Augusto da)*, Major de cavallaria, reformado, desde 25 de janeiro de 1902. N. em 16 de junho de 1845. Tem as seguintes honras: Torre e Espada, as medalhas militares de prata da classe dos bons serviços, de comportamento exemplar, de serviços no Ultramar, para commemorar a expedição á India em 1895, e para commemorar a campanha de Humbe em 1898. Escreveu: *Lista geral de antiguidades d s sargentos ajudantes e primeiros sargentos das differentes armas do exercito, referida a 1 de dezembro de 1887*, Lisboa, 1888.

Costa *(João Ignacio do Patrocinio da)*. V. *Silva Ferreira*.

Costa *(João José da)*. Bacharel formado em Medicina e em Philosophia pela Universidade de Coimbra. N. em Braga a 22 de janeiro de 1774, onde tambem fal. em fevereiro de 1851. Fez o curso de Medicina com muita distincção, sendo premiado em todos os annos. Foi delegado do Conselho de Saude Publica do districto de Braga, etc. Escreveu: *Topographia medica do districto de Braga*. Este trabalho scientifico foi organisado, quando o seu autor era delegado de saude, e em vista do preceito do decreto e regulamento de 3 de janeiro de 1837, artigo 17.º; saiu nos *Annaes do Conselho de Saude Publica do Reino*, tomo v, parte II, 1840, de pag. 176 a 236.

Costa *(João José da)*. Major reformado, cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, condecorado com a medalha de prata de comportamento exemplar, com a de cobre concedida pela real sociedade humanitaria do Porto, com a de ouro da sociedade *dos Sauveteurs de l'Aude*, de França, e tres vezes condecorado com a medalha de prata portugueza concedida ao merito, philantrophia e generosidade. N. em Lisboa a 21 de setembro de 1838, e está reformado no posto de major desde 3 de novembro de 1893. Escreveu: *Instrucções auxiliares para os commandantes de destacamentos, diligencias e escoltas*, Lisboa, 1889.

Costa *(João Valente da)*. Cirurgião-medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto. N. em Avanca, districto de Aveiro, a 21 de outubro de 1841. E' filho de José Valente da Costa. Defendeu these a 25 de julho de 1870, cuja dissertação publicou n'esse anno com o seguinte titulo: *Considerações geraes sobre o tratamento da pustula e œdema malignos, dissertação inaugural apresentada á escola medico cirurgica do Porto*, etc.

Costa *(Joaquim)*. Actor contemporaneo muito apreciado, actualmente no theatro de D. Maria,

onde tambem é societario de 1.ª classe e gerente. N. em Lisboa a 29 de abril de 1853. Estreou se no referido theatro a 12 de dezembro de 1870, na comedia em 1 acto *Juiz e parte*, e fez toda a sua aprendizagem sob a direcção de José Carlos dos Santos, mestre da arte. Tem sido contratado por diversas epocas, em todos os theatros de Lisboa, e já tem feito diversas digressões ao Brazil, percorrendo-o com differentes companhias do Norte ao Sul. E' artista que o publico sempre recebe com muito agrado, e sempre applaude. Representa tanto no drama, como na operetta e comedia. No theatro da Trindade foi ensaiador na epoca de 1896-1897. N'este mesmo theatro já foi socio d'uma empresa, e no theatro d'Avenida, exerceu o mesmo cargo de ensaiador, fazendo tambem parte da empresa, na epoca 1898-1899, E' longo o seu reportorio.

Costa *(Joaquim Guilherme da)*. Tenente general reformado N. em 1785, fal. a 23 de fevereiro de 1859. Tendo cursado as academias de marinha e fortificação, foi em 1807 despachado segundo tenente aggregado ao regimento de artilharia n.º 1, com destino para servir no corpo de engenheiros. Durante a guerra peninsular fez parte do exercito entre o Tejo e Mondego, e depois da guarnição da praça de Abrantes. Promovido a capitão em 1820 destacou com uma companhia do regimento de artilharia n.º 2 para a Madeira, d'onde emigrou para Inglaterra em agosto de 1828. Sendo mandado para o Rio de Janeiro no anno seguinte, passou em 1831 á ilha Terceira, e sendo encarregado em 1832 do commando de artilharia e deposito da ilha de S. Miguel, foi-lhe depois confiado o commando militar d'essa ilha, que exerceu até 1835. Regressando a Portugal com o posto de tenente-coronel, foi empregado no arsenal do exercito, e ao passo que subiu os diversos postos da hierarchia militar, foi em 1840 nomeado sub-inspector, e em 1857 inspector d'esse estabelecimento. Fal. poucos dias depois de ter sido reformado em tenente general.

Costa *(Joaquim Raphael da)*. Pintor, lente de desenho historico da Academia de Lisboa. N. no Porto em 1783, onde tambem fal. em 1852. Foi discipulo de Domingos Francisco Vieira, e de seu filho, Vieira Portuense. Em 1825 recebeu a nomeação de pintor da Côrte, e em 1836 foi nomeado lente de desenho historico da Academia de Lisboa. O conde Raczynski, falando d'este pintor, diz que os seus quadros denotam talento e facilidade na composição, mas que são mal acabados, e refere-se com elogio a uns desenhos que viu d'elle na exposição de bellas artes realisada em Lisboa em 1848, representando a *Transfiguração*, a *Morte de Santa Thereza*, e a *Conceição*, citando tambem com louvor o Christo crucificado, que existe na egreja da Misericordia do Porto. D'este artista tambem existem no Porto tres télas magnificas: *S. Sebastião* na egreja da Lapa, a *Assumpção da Virgem* na egreja dos Clerigos, e o panno da tribuna, na egreja do convento de Santa Clara. No museu portuense tambem ha um pequeno quadro, a grisalho, representando o desembarque de D. Fuas Roupinho, recebido em triumpho pelo clero, nobreza e povo, depois de uma victoria naval sobre os moiros.

Costa *(Joaquim Rauvino da)*. Tabellião portuense. Imprimiu em 1618 uma *Elegia á morte de D. Maria I* Parece ter sido tambem o autor do poema a *Revolução*, que por muito tempo se attribuiu a José de Sousa Bandeira. Fal. no Porto, mas ignora se em que data.

Costa *(D. Jorge da)*. Mais vulgarmente conhecido pelo *cardeal de Alpedrinha*. N. n'esta villa em 1406, fal. em Roma a 19 de setembro de 1508. Era filho de Martim Vaz e de Catharina Gonçalves. Seguindo a carreira ecclesiastica, tornou-se muito acceite na Côrte; foi mestre da infanta D. Catharina, filha d'el-rei D. Duarte, que se tornou uma princeza muito erudita, e que traduziu em portuguez o tratado da perfeição da vida monastica, escripto em latim pelo patriarcha de Veneza, S. Lourenço Justiniano. D. Affonso V affeiçoou se muito ao illustre sacerdote, que era seu confessor, nomeou-o bispo de Elvas, e depois arcebispo de Lisboa. D. João II, pelo contrario, não lhe consagrava a mesma affeição, e D. Jorge da Costa, que vivia intimamente relacionado com todos os fidalgos que formavam opposição ao governo d'este monarcha, logo em seguida á morte de D. Affonso V, partiu para Roma, não como proscripto, porém sim como agente da politica portugueza. Foi D. Jorge da Costa quem mais concorreu, segundo consta, para a eleição do papa Alexandre VI. A Universidade de Coimbra elegera-o seu protector, e fóra d'isso, D. Jorge da Costa tinha uma quantidade de beneficios ecclesiasticos, verdadeiramente espantosa D. Manuel quiz fazel-o seu ministro, mas o velho cardeal não quiz deixar Roma, e recusou-se. Foi homem de elevado talento e muito instruido. Quando falleceu, vagaram muitas prebendas ecclesiasticas. O cardeal d'Alpedrinha, illustre pelo seu saber, pelos altos cargos que desempenhou, e influencia que teve na politica européa, tambem se tornou celebre pela sua longevidade, porque falleceu com 102 annos.

Costa *(Fr. Jorge da)*. Jesuita, doutor em Theologia pela Universidade de Evora, reitor do collegio de Setubal e de varios outros; procurador geral da sua ordem em Roma, afamado prégador, etc. N. em Azeitão, em 1611, e fal. em Lisboa a 25 de abril de 1688. Escreveu; *Sermão da Circumcisão do Senhor; mysteriosa allegoria a Portugal resgatado*, etc., Lisboa, 1675; *Sermão do Jubileu geral, concedido pelo Santo padre Innocencio X*, etc., Lisboa, 1645.

Costa *(José Antonio dos Prazeres)*. Proprietario. N. em Moçambique a 28 de setembro de 1843, fal. em Orlim, India, em 21 de março de 1895. Passou a maior parte da sua vida em Gôa, Salsete e Orlim. Descendente d'uma familia opulenta, cedo teve de entrar na administração dos seus bens, por morte de seu pae, e desde então revelou a sua capacidade administrativa, introduzindo na cultura das suas vastas propriedades agricolas todos os melhoramentos, que o progresso tem trazido á agricultura. Exerceu elevados cargos administrativos, como o de presidente da camara municipal de Salsete, presidente da commissão de recenseamento, juiz ordinario do julgado de Orlim, commissario do delegado do procurador da Corôa e Fazenda, membro da commissão de estudos das estradas vicinaes de Gôa, e muitas outras commissões. O seu conselho era sempre procurado com interesse, como advogado na comarca de Salsete, provando em todas as questões os seus elevados dotes intellectuaes, o que lhe alcançou grande popularidade. Era casado com D.

Maria Filomena Gualdina Monteiro dos Prazeres e Costa.

Costa *(José Cecilio da)*. Coronel de engenheiros ao serviço do Estado Maior, no ministerio das Obras Publicas. N. em 9 de março de 1844, assentou praça em 20 de janeiro de 1869, sendo promovido a alferes em 12 de janeiro de 1870, a tenente em 5 de fevereiro de 1872, a capitão a 15 de abril de 1874, a major a 16 de fevereiro de 1887, a tenente coronel a 30 de junho de 1893, e a coronel em 9 de junho de 1894. Tem o curso da Escola Polytechnica, e o de engenheiro civil, que completou na do Exercito. Sendo extincta em 1868 a corporação dos engenheiros civis, alistou-se no exercito, seguindo o curso de Estado Maior que concluiu em 1869, passando a fazer triocinio em diversas armas. Em 1875 foi escolhido para fazer os importantes estudos da 3.ª secção da linha ferrea do Algarve, entre Portellas das Silveiras e Santa Clara de Saboia, commissão que terminou da fórma mais honrosa, retomando no anno seguinte o logar que estava exercendo de engenheiro das obras do Mondego e barra da Figueira da Foz, em que realisou trabalhos probatorios de competencia e perspicaz aptidão. Muitas vezes substituiu o engenheiro Adolpho Loureiro na direcção da repartição. Chamado para dirigir as obras da penitenciaria de Coimbra, distinguiu-se tanto que a camara municipal d'aquella cidade lhe encarregou a superintendencia das obras municipaes, em que se incluíam trabalhos de consideração. Quando se planearam as obras do porto de Lisboa, foi chamado para auxiliar o engenheiro Mendes Guerreire, e quando este saiu da direcção, ficou a substituil-o, sendo em 1892 nomeado definitivamente director d'aquellas consideraveis obras. São importantes os seus estudos já realisados, e os projectos por elle firmados, dos rios Fogo e Pranto, os de Soure e do Mondego, os das penitenciarias de Santarem e de Evora, a ponte sobre o Mondego, na Figueira da Foz, a canalisação da ribeira de Cascaes, a ponte do Caes, no Seixal, e muitas outras, d'algumas das quaes dirigiu a construcção. São tambem dignos de especialmente se mencionarem, o projecto d'um posto de salva-vidas para soccorro a naufragos, que produziu em Cascaes, e o de obras de esgoto e saneamento de Coimbra, com que foi ao concurso, realisado em 1890. O sr. coronel José Cecilio da Costa tem a commenda da ordem de S. Bento de Aviz.

Costa *(José Custodio da)*. Cirurgião. N. em Vianna do Castello em 20 de dezembro de 1695. Ignora-se a data do fallecimento. Escreveu : *Epilogo de varias observações aureas*, Lisboa, 1730, em que o autor recommenda muito o emprego do oleo de ouro como especifico maravilhoso para um grande numero de doenças.

Costa *(José Daniel Rodrigues da)*. V. *Rodrigues da Costa.*

Costa *(José Felix da)*. Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Santarem a 4 de março de 1720, fal. a 16 de agosto de 1745. Era filho de Antonio Teixeira da Costa, e de Catharina Thereza. Applicou-se ao estudo das mathematicas, em que fez grandes progressos. Possuindo um beneficio na egreja parochial de S. Julião, de Santarem, onde celebrou a sua primeira missa a 31 de julho de 1743, resolveu entrar no seminario do Varatojo a 21 de novembro do mesmo anno. Não podendo, porém, supportar a austeridade do noviciado, saiu a 6 de setembro de 1744, e recolheu-se á sua patria, onde falleceu contando apenas 25 annos de edade. Escreveu : *Prognostico e curioso Sumario para o anno de 1738*, Lisboa, 1737; *Elegia latina em louvor do dr. João Antonio da Costa, autor do «Crysol Seraphico»*, Lisboa, 1739.

Costa *(José Guedes de Carvalho e Menezes da Costa, 1.º conde da)* Moço fidalgo com exercicio da Casa Real, pelo alvará de 3 de fevereiro de 1824; do conselho d'el-rei D. Luiz I; commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de S. Bento de Aviz, e da da Torre e Espada; commendador da ordem de Izabel a Catholica, de Hespanha ; bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra; general de brigada, governador da provincia de Cabo Verde e da de Moçambique, etc. N. no solar da sua familia, na quinta da Costa, freg. de S. Martinho de Mancellos, nas visinhanças de Amarante, a 19 de maio de 1814; fal. em Lisboa a 10 de dezembro de 1879. Era filho do 1.º visconde da Costa, Francisco Guedes de Carvalho e Menezes da Costa, e de sua mulher, D. Anna José de Portugal e Menezes Brandão. Assentou praça em 18 de abril de 1834, em cavallaria n.º 6 do exercito libertador, contra vontade de sua familia, que pertencia ao partido do antigo regimen. Seguindo no seu regimento até Coimbra, entrou em todos os combates em que elle tomou parte, distinguindo-se sempre, com especialidade na batalha d'Asseiceira, em que foi condecorado com o habito da Torre e Espada. Terminada a campanha, pediu e obteve licença para estudar na Universidade de Coimbra os estudos especiaes da sua profissão, onde recebeu o grau de bacharel na faculdade de Mathematica. Em 1846, sendo tenente de cavallaria, foi collocado na terceira secção, como então se dizia, por se manifestar sympathico á causa da revolução do Minho. Não tardou, porém, a ser collocado por alguns insurgentes á frente d'umas forças populares que se organisaram, e com as quaes se apresentou á junta do Porto em 1847. O general marquez de Sá da Bandeira o escolheu para seu ajudante de ordens. Na acção infeliz de Valle Passos, tanto elle como seu irmão Vasco Guedes, conseguiram, affrontando imminentes perigos, salvar a vida e a liberdade do seu general. Passou depois a servir ás ordens do general Povoas, situação que conservou até ao fim da lucta, merecendo sempre as maiores provas de confiança e estima. Em 1851 foi provido a capitão para lanceiros n.º 2. Em 1864 foi eleito deputado pelo circulo de Amarante, e n'esse mesmo anno recebeu a nomeação de governador de Cabo Verde, quando esta provincia luctava com o terrivel flagello da fome, que acarretava perturbações na ordem social e administrativa. José Guedes não recusou acceitar este espinhoso encargo, de que soube desempenhar-se, attenuando de prompto com bem pensadas providencias os horrores de flagello que fazia milhares de victimas. Tendo conseguido estabelecer a ordem social e administrativa no archipelago, rebentou a guerra na Guiné, territorio então dependente do governo geral da provincia de Cabo Verde. José Guedes foi em pessoa á frente d'um punhado de soldados europeus ao territorio dos insurgentes e conseguiu apaziguar a revolta. A estas calamidades seguiu se a

peste em parte das ilhas de Cabo Verde. O procedimento do governador tornou-se então heroico, dando exemplo da maior energia e abnegação, apparecendo sempre nos pontos mais arriscados, procurando prestar soccorros, promptificando auxilios pecuniarios, animando os doentes á cabeceira dos leitos nos hospitaes, sem se importar com o contagio da epidemia, chegando tambem a adoecer gravemente, e a perigar muito a sua vida. N'esta occasião o governo de Hespanha agraciou-o com a commenda da ordem de Izabel a Catholica. Em 1869 terminando o seu governo regressou á metropole e veiu commandar, primeiro como tenente-coronel e depois como coronel, o regimento de cavallaria n.º 4. Em 1874 foi convidado a acceitar o governo vago da provincia de Moçambique, e nos tres annos que esteve ali, conseguiu pacificar, pelo menos relativamente á Zambezia, e fazer com que o celebre Bonga viesse pedir-lhe paz honrosa para o governo portuguez, absolutamente necessaria á vida commercial da provincia. Assim terminou, sem novos sacrificios, sem mais derramamento de sangue, a guerra que por tantos annos assolara alguns dos districtos mais cultos da provincia de Moçambique, mantendo-os em estado de permanente revolta. José Guedes regressou a Lisboa, e casou em 5 de fevereiro de 1877 com sua prima, D. Maria Emilia da Silveira Pinto da Fonseca Taveira, filha do 2.º visconde da Varzea, João da Silveira Pinto da Fonseca, e de sua mulher, a 2.ª viscondessa de Guiães, D. Maria Antonia Taveira de Sousa Alvim Lira e Menezes. O titulo de conde da Costa foi concedido por el-rei D. Luiz I por decreto de 9 e carta de 21 de maio de 1878. A condessa, tendo enviuvado em dezembro de 1879, contrahiu segundas nupcias em 27 de dezembro de 1882 com Sebastião Lopes de Calheiros e Menezes, par do reino, e ministro de estado honorario. Não havendo descendencia do conde da Costa, foi concedido este titulo por decreto de 13 de junho e carta de 9 de julho de 1881 a seu irmão, Francisco Guedes de Carvalho e Menezes da Costa, 1.º visconde de Guedes, que foi o 2.º conde da Costa. V. *Guedes*, *Guiães* e *Varzea*.

Costa *(José Ignacio da)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado da Casa da Supplicação, socio correspondente da Academia Real das Sciencias, etc. Foi um dos vultos illustres de 1820. Tendo abraçado as idéas liberaes, e sendo notavel pelos seus conhecimentos financeiros, foi em 1822 chamado a exercer o cargo de ministro da fazenda. Falleceu logo no anno seguinte. Era pae de Claudio Adriano da Costa. (V. *este nome*). Escreveu: *Memoria agronomica relativa ao concelho de Chaves*, saiu nas *Memorias economicas da Academia Real das Sciencias*, tomo I.

Costa *(José Julio Forbes da)*. Bacharel formado em Mathematica, em 1884, e formado em Philosophia em 1885, pela Universidade de Coimbra. Nasceu no Porto a 8 de novembro de 1861, e é filho de José Julio da Costa e de D. Eugenia Augusta Rodrigues Forbes da Costa. Tem collaborado em diversos jornaes, entre os quaes se contam a *Correspondencia de Coimbra*, *Tribuno Popular*, e *Imparcial de Coimbra*. Escreveu: *A reforma do exercito e os alumnos militares*, Coimbra, 1885.

Costa *(José Lucio da)*. Gravador do seculo XVIII. Era conhecido pela alcunha de *Coxinho*. Os seus trabalhos consistiam principalmente em miniaturas para caixas, medalhas e anneis.

Costa *(José Maria Couceiro da)*. Tenente coronel de engenharia, commendador da ordem de Christo, desde 1870, cavalleiro das de Aviz e da Torre e Espada, etc. N. na aldeia de Fataunços, distr. de Vizeu, a 6 de setembro de 1830. Era filho de João Couceiro da Costa, official de cavallaria, e de sua mulher, D. Maria de Menezes de Sousa Vasconcellos Vilhena Figueiredo e Castro. Depois dos estudos primarios, veiu para Lisboa, e em 1839 matriculou-se no Collegio Militar, então estabelecido no edificio de Rilhafoles, onde completou o curso em 1847, indo seguidamente matricular-se na Escola Polytechnica e na Escola do Exercito, ficando habilitado em 1856 a entrar no corpo de engenharia, para o qual, comtudo, só entrou 8 annos depois. Em 1857 foi mandado em commissão ao Collegio Militar para reger a cadeira de geographia e historia, na vaga occorrida pelo fallecimento de Antonio Eduardo Pacheco, lente effectivo, e em 1858 nomeado, por meio de concurso, lente de Mathematica, no mesmo collegio, na vaga de Luiz Porphyrio da Motta Pegado, que fôra então despachado para a cadeira de Geometria descriptiva da Escola Polytechnica. Escreveu: *Tratado de arithmetica; Arte de contar e rudimentos de arithmetica usual; Noções geraes dos solidos geometricos; complemento do primeiro curso de geometria dos lyceus nacionaes, segundo o decreto de 4 de fevereiro do anno corrente*, Lisboa, 1868; *Tratado de geometria elementar; primeira parte: geometria pura*, Lisboa, 1868; *Applicações de geometria elementar; obra approvada pelo conselho superior de instrucção militar e impressa por ordem do ministro da guerra para servir aos alumnos do real collegio militar; parte complementar do «Tratado de Geometria elementar» com os principios necessarios para servir separadamente*, Lisboa, 1870; *Tratado de trigonometria rectilinea, approvado*, etc.: *Parte segunda: geometria applicada*, Lisboa, 1870.

Costa *(José Raphael da)*. Official de engenharia ao serviço nas ilhas dos Açôres. Terminada a guerra civil, em 1833, fundou e redigiu um jornal, que se publicou em Angra do Heroismo, denominado *Sentinella Constitucional dos Açôres*, cujo primeiro numero saiu em 16 de março de 1835.

Costa *(Julio)*. Pintor d'arte. Concluiu o seu curso em agosto de 1884 e desde logo se tornou conhecido por illustrações primorosas de algumas publicações, e nomeadamente do *Plutarcho portuguez*. D'uma grande fecundidade, tem-se notabilisado no retrato e nos quadros de genero. Entre as suas numerosas obras citaremos: *Levada da bréca* e *Oh! que chapéo!*, (exposição do Atheneu em 1887); *Mimalha* e um magnifico retrato (idem, 1888); *Ti Anna* (idem, 1890); retrato de Oliveira Alvarenga (idem, 1891); *A romeira*, *Compromettida* e *Um vencido* (idem, 1893); *No vágo*, *Cabeça de estudo*, (idem, 1894); Retratos de Quinzinho, Sotto Maior e de Oliveira Martins (idem, 1895); etc.

Costa *(Julio Mario da)*. Cirurgião medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. Defendeu these em julho de 1878, e exerce actualmente a clinica na Covilhã. Publicou em Lisboa, no refe-

rido anno de 1878, a these, que tem por titulo: *Breve estudo sobre a intoxicação urinosa.*

Costa *(Julio Pereira de Carvalho).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Escreveu: *O principio do direito, breve resposta ao folheto «Conteúdo e o criterio do direito»,* Aveiro, 1871; *Perfilhação dos filhos sacrilegos, reflexões juridicas apresentadas como exercicio pratico na aula de pratica do processo da faculdade de direito,* Porto, 1875.

Costa *(Leandro José da).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. na cidade de S. Sebastião da ilha de S. Thomé, a 2 de janeiro de 1829, fal em 1885. Era filho do brigadeiro Leandro José da Costa, governador geral d'aquella provincia, e de D. Theodora Maria da Gloria. Veiu a Lisboa fazer os seus estudos preparatorios, indo depois em 1852 matricular se na Universidade de Coimbra no primeiro anno do curso juridico, que seguiu sem interrupção, e com algumas distincções, recebendo o grau de bacharel em 1857. Serviu na classe de aspirante no Thesouro Publico, chegando a exercer o logar de primeiro official e chefe de repartição na direcção geral dos Proprios Nacionaes. Estava filiado no partido progressista, a que era dedicado. Publicou uma serie de artigos intitulados *O celibato clerical,* no tomo II do *Archivo Universal,* 1859, pag. 69, 101, 134, 163 e 402. Escreveu mais: *Diario de um viajante em França, cartas,* Lisboa, 1880. Este livro era dedicado ao sr. conselheiro José Luciano de Castro, e segundo o autor declara foi coordenado com as cartas familiares que lhe escrevera durante a sua permanencia em França. Tambem escreveu um trabalho ácerca do *Socialismo,* que saiu na *Revista Academica* de Coimbra, em 1854.

Costa *(Leonel da).* Poeta muito acreditado; foi militar, mas entregando se sempre ao culto das letras. N. em Santarem em 1570, onde tambem falleceu a 28 de janeiro de 1647. Era filho de Domingos da Costa e de Catharina Vaz. Em 1591 casou com uma sua parenta, Francisca Rodrigues da Serra. Tinha grande conhecimento das linguas grega e latina. No *Jornal do Conservatorio,* n.º 19, de 12 de abril de 1839, a pag 147, vem a seu respeito um breve esboço biographico-romantico, e no tomo VI do *Ensaio biographico-critico* de José Maria da Costa e Silva, trata-se largamente das suas composições. Escreveu: *As Eclogas de Virgilio; primeira parte das suas obras, traduzidas do latim em verso solto portuguez, com a explicação de todos os logares escuros, historias, fabulas que o poeta tocou, e outras curiosidades muito dignas de se saberem,* Lisboa, 1626; 2.ª edição, 1761; *A conversão miraculosa da felice egypcia penitente Santa Maria, sua vida e morte, composta em redondilhas,* Lisboa, 1627; 2.ª edição em 1674, 3.ª em 1771, com uma gravura; *As primeiras quatro comedias de Publio Terencio Africano, traduzidas do latim em verso solto portuguez, dados á luz com o texto latino em frente por Jorge Bertrand, mercador de livros em Lisboa, Parte I,* Lisboa, 1788; *Parte* II, 1789; fez-se outra edição para uso dos estudantes de latinidade, com o titulo de: *Ordem, ou construição literal, palavra por palavra, das primeiras quotro comedias de Terencio,* etc, Lisboa, 1790, 2 tomos. Leonel da Costa deixou manuscripta uma versão da *Eneida,* de Virgilio, em 6 tomos, que parece existir na Bibliotheca Nacional de Lisboa entre os manuscriptos doados áquelle estabelecimento por A. Ribeiro dos Santos. Traduziu tambem as obras de Jeronymo Savonarola, mas essa traducção, como se póde imaginar, ficou manuscripta, nem havia censor que deixasse correr livremente a traducção das obras do famoso hereje. Traduziu livremente do italiano uma obra intitulada: *Ordem de cavallaria.*

Costa *(Luiz da).* Pintor que floresceu no seculo XVII. N. em Lisboa. a 16 de maio de 1595, segundo José da Cunha Taborda, no seu livro *Regras da arte de pintura,* publicado em 1815, e em 1599, segundo Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana,* tomo 3.º pag. 87. Era filho de Luiz da Costa e de Maria de Almeida. Aprendeu pintura com o professor Sebastião Ribeiro, e seguiu as lições com tanto aproveitamento que se tornou um pintor distincto. Modelava as figuras, e as fundia com egual perfeição em cera e em estanho. Tambem se entregava á leitura, e traduziu do italiano a obra em 4 volumes de Alberto Durer, *Sobre a Symetria do corpo humano,* ajuntando-lhe o 5.º livro de Paulo Galario Saludiano, cujo manuscripto estava repleto de estampas perfeitamente desenhades pelo traductor. Luiz da Costa teve uma filha chamada Ignacia d'Almeida, senhora virtuosa, como diz fr. Agostinho de Santa Maria, no *Santuario Marianno,* tom. 1.º, pag 351, a qual modelava com talento em cera e em barro. Attribue-se-lhe a imagem de Nossa Senhora agonisante, que está collocada ao canto do altar dos Agonisantes, na egreja de S. Roque, de Lisboa.

Costa *(D. Luiz da).* Fidalgo que serviu na guerra da Acclamação até ao fim da lucta, distinguindo-se em varias occasiões. Foi vereador do senado da camara de Lisboa em 1681, e fal. a 5 de dezembro d'esse anno.

Costa *(Luiz Gonzaga da).* Foi official da Casa da Moeda de Lisboa, e ensaiador da cidade. Escreveu: *Tratado singular composto de regras certas e infalliveis pelas quaes se descobrem os principios por onde se purifica, afina e legalmente se póde fabricar a prata com pureza,* 2 tomos, Lisboa, 1759.

Costa *(Manuel da).* Pintor e architecto. N em Abrantes em 1755, e fal. no Rio de Janeiro em 1811. Era artista de merecimento, cuja biographia escreveu Wolkmar Machado nas suas *Memorias,* a pag. 205. Associado com Verissimo Antonio de Sousa, dirigiu a pintura dos coches da Casa Real. Foi pintor dos theatros da Rua dos Condes e Salitre. Junot encarregou o, durante o dominio dos francezes, de executar certas pinturas no palacio de Queluz, o que lhe valeu, depois de expulsos os invasores, a accusação de menos patriota. Manuel da Costa defendeu se, publicando o seguinte opusculo, que dizem ser digno de lêr-se, quer sob o ponto de vista artistico, quer sob o ponto de vista politico: *Descripção das allegorias pintadas nos tectos do real paço de Queluz, novamente reformado á ordem do general em chefe do exercito francez, na occasião em que esperava em Portugal o seu imperador,* Lisboa, 1808. Anteriormente já tinha exercido a sua actividade no referido palacio. Beckford diz que as suas pinturas eram cheias de fogo e de imaginação.

Costa *(Padre Manuel da).* Jesuita N. em 1511, e fal. em Lisboa na casa professa de S. Roque,

a 15 de fevereiro de 1604. Professou em 1559. Estudou Theologia Moral, que por muitos annos ensinou aos seus domesticos. Foi reitor do collegio de S. Paulo de Braga, e visitador da ilha Terceira. Escreveu: *Historia das Missões do Oriente até o anno de 1568*, a qual foi traduzida em latim pelo padre João Pedro Maffeo, e publicada em 1574, tendo depois outras edições.

Costa (*Padre Manuel da*). Presbytero secular, autor d'um livro intitulado: *Relação do prodigioso apparecimento da milagrosa imagem de Christo senhor nosso crucificado na entrada de Orão, que hoje se venera na egreja maior, com o titulo de Santo Christo de las Ondas*. Lisboa, sem anno de impressão.

Costa (*Manuel Cypriano da*). Commendador da ordem de Christo, official maior da secretaria do senado de Lisboa, logar que tinha tambem exercido seu pae, Jeronymo Martins da Costa, Interinamente serviu por alguns annos como escrivão do referido senado, por ausencia do respectivo proprietario. Era muito dedicado á causa do infante D. Miguel, e em 24 de julho de 1833 foi para Santarem, acompanhando o exercito realista, e ali falleceu em 23 de fevereiro de 1834, d'uma molestia epidemica que se desenvolveu antes d'ali chegarem as tropas constitucionaes. Foi agraciado por D. João VI com a commenda da ordem de Christo, sendo o diploma inserto na folha official em 1826, por occasião do anniversario natalicio d'uma das infantas. Escreveu: *Acto da eleição para procuradores de Côrtes (Extrahido do livro 5.º original dos Assentos do Senado a fl 831)*, Lisboa, 1828; *Vida de Santa Genoveva, princeza de Brabante, resumida em verso lyrico pelo autor dos Serões de um enfermo, e do resumo de Atalá*, Lisboa, 1832; *Na memoravel inauguração da régia effigie de S. M. na sala da camara a 13 de maio de 1823* (oração de abertura), Lisboa, 1823; *Atalá ou os amores de dois selvagens no deserto, brevissimo resumo da insigne historia escripta por Mr. Chateaubriand*, Lisboa, 1827; *Serões de um enfermo;* contém varios passos da Sagrada Escriptura resumidos em quadras lyricas com segura moralidade, e applicação ao incomparavel monarcha D. Miguel I, Lisboa, 1829; *Manuel Cypriano da Costa na despedida de seu filho Caetano Eduardo da Costa Freire, tenente da primeira linha para Moçambique, para onde partiu a 22 de outubro de 1830, lhe escreveu o seguinte soneto* (seguido de outros versos e de uma carta ao filho, em prosa), Lisboa, 1830.

Costa (*Manuel Eusebio da*). Só se conhece o nome d'este escriptor, que viveu no seculo passado, pelos seguintes escriptos: *Meditação sobre as revoluções dos imperios, traduzida do francez*, Lisboa, 1822; sem o nome do traductor; mas suppõe-se ser Manuel Eusebio da Costa; é versão dos primeiros 17 capitulos da bem conhecida obra *Les Ruines* de Volney; *Bug-Jargal, novella historica de Victor Hugo*, traduzida do francez, Lisboa 1843; saiu com as iniciaes M. E. C.; *Locuções viciosas, ou diccionario das palavras e phrases improprias da lingua franceza*, etc., Lisboa, 1840.

Costa (*Manuel Vicente Alfredo da*). Cirurgião medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. N. em Salsete, na India, a 28 de fevereiro de 1859. Era filho de Bernardo Francisco da Costa e de D. Luiza Mazzoni. Seu pae foi advogado na India e em Almada, e deputado pelos circulos de Damão e Diu. (V. *Costa, Bernardo Francisco da*). Alfredo da Costa terminou o curso com distincção em 1884, e foi nomeado cirurgião interino para o banco do hospital de S. José em 2 de dezembro do referido anno, e definitivo em 16 de julho de 1885. Passou a extraordinario em 17 de dezembro de 1889. Foi lente substituto de cirurgia na Escola Medica de Lisboa, secretario e bibliothecario da mesma escola, sub delegado de saude; é um habil operador, e foi o primeiro cirurgião, que em Portugal praticou a operação de Estlander (1887) e a resecção da vaginal para a cura do hydrocelle pelo processo de Volkmann (março de 1886) e a cholecystotomia (1889). Actualmente é lente da 6.ª cadeira (Obstetricia) da Escola Medica. Tem publicado muitos artigos em diversos jornaes de medicina e de cirurgia, principalmente na *Medicina contemporanea*, de que foi redactor, assim como da *Revista de Medicina e Cirurgia*, publicação quinzenal, etc. Escreveu: *Breve estudo sobre a elephancia*, these inaugural, Lisboa, 1884; *Febre puerperal*, memoria para o concurso do logar de lente de cirurgia, Lisboa, 1887; *Annuario da escola medico-cirurgica de Lisboa. . anno lectivo de 1890-1892, primeiro anno*, Lisboa, 1891; traz o retrato do sr. conselheiro Antonio Candido Ribeiro da Costa, por ser o ministro do reino que, por sua iniciativa, mandou começar em 1891, o novo edificio para aquella escola. Esta obra publicou-se sob o nome de Alfredo Costa, lente, secretario, etc. Em 1892 saiu o segundo anno do *Annuario*, que traz o retrato do fallecido lente Antonio Maria Barbosa. Os annuarios seguintes fôram dirigidos por J. A Serrano.

Costa (*Marçal de Avellar da*). Natural de Beja, onde fal. a 31 de dezembro de 1677. Era filho do capitão Filippe da Costa Ribeiro, cavalleiro fidalgo da Casa Real, e de D. Anna Cerqueira de Avellar. Foi muito versado na lição da historia profana Escreveu: *Historia da cidade de Beja*, etc., que ficou em manuscripto, assim como o livro: *Varias noticias historicas*.

Costa (*Maria Barbara Judice da*). Cantora d'opera lyrica. N. no Algarve em 12 de junho de 1870. E' filha de A. M. Judice da Costa, que foi 2.º official do ministerio da fazenda, descendente d'uma das principaes familias d'aquella provincia. Desde creança mostrou a mais decidida vocação para a musica, tendo uma excellente voz de meio soprano, e em todos os estudos, tanto musicaes como litterarios, deu provas de talento não vulgar, sendo no estudo de canto no Conservatorio Real de Lisboa premiada em todos os annos do curso. Foi discipula do professor Antonio Melchior Olivier. A primeira vez que cantou em publico foi n'um concerto promovido pela imprensa a favor das victimas do incendio do theatro Baquet, em 1888. Tinha então 18 annos incompletos. Quando o rei da Suecia visitou Lisboa, foi convidada a tomar parte no concerto que o governo progressista realisou em homenagem d'aquelle monarcha, e cantou a cavatina da *Semiramis* de tal fórma, que o rei da Suecia desejou felicitar pessoalmente a joven cantora portugueza, a qual foi chamada ao camarote por sua magestade a rainha senhora D. Maria Pia, sendo apresentada ao monarcha, este lhe dirigiu palavras muito amaveis, elogiando a sua aptidão ar-

tistica. Continuou depois a cantar em outros concertos de caridade, nos da Real Academia Musical de Lisboa, e em outros saraus musicaes, sendo sempre muito festejada. A Academia conferiu-lhe o diploma de socia honoraria. Quando completou o curso do Conservatorio, cantou o difficil rondó da *Cenerentola*, em que enthusiasmou toda a selecta sociedade que assistira ao exame. Estreou-se em S. Carlos em 31 de janeiro de 1890, na *Gioconda*, desempenhando a parte da cega. Foi recebida com o maior agrado. Cantou ainda o *Rei de Lahore*, recebendo tambem grandes applausos. Partiu depois para Milão e concluiu os seus estudos com a celebre professora Gallatti. Começou a sua carreira artistica, e tem cantado um longo reportorio nos theatros de Italia, Austria, Russia, Inglaterra, Hespanha, Brazil e Mexico, etc., conquistando sempre as maiores manifestações de sympathia e phreneticos applausos. Em 1896 esteve alguns mezes em Lisboa, descançando, voltando depois ao estrangeiro, onde tem continuado a sua gloriosa carreira artistica

Costa *(Matheus José da)*. Beneficiado e mestre de cerimonias na egreja patriarchal de Lisboa. N. em Carnide, e fal. em 1828. Escreveu: *Instrucções de Phocion a Aristias sobre a relação da moral com a politica*, traduzidas do francez, Lisboa, 1791; *Instrucções elementares de agricultura, ou guia necessaria aos cultivadores, escripta em italiano por Adão Febroni, e vertida em portuguez da traducção franceza*, Lisboa, 1812; *Dissertação canonica, servindo de terceira resposta a um quesito sobre o uso do amicto debaixo do pluvial, por parte dos conegos quartanarios da santa Sé de Evora*, Lisboa, 1817; *Thesouro de meninos, obra classica, dividida em tres partes, moral, virtude, civilidade, por Pedro Blanchard, vertida em portuguez*, etc., 1 volume, 3.ª edição, Lisboa, 1817, e 4.ª em 1827; não sabemos as datas das 1.ª e 2.ª Este livro foi por muitos annos adoptado como compendio na maior parte dos collegios e aulas de instrucção primaria. Escreveu mais: *Thesouro de meninos; resumo da historia natural para uso da mocidade d'ambos os sexos, e instrucção das pessoas que desejam ter noções da historia dos tres reinos da natureza, compilado e ordenado por Pedro Blanchard, e traduzido em portuguez com muitas correcções e artigos novos*, Lisboa, 6 tomos com estampas: o 1.º em 1814, contém a Cosmographia e Mineralogia; 2.º em 1815, a Botanica; o 3.º, 1817, Zoologia, mammiferos; o 4.º, idem, continuação dos mammiferos, aves; o 5.º, 1819, continuação das aves, peixes: o 6.º 1830, continuação dos peixes, etc.

Costa *(Mauricio da)*. Cirurgião anatomico e pharmaceutico, em Braga, academico da Academia Protopolitana, de que era protector o arcebispo D. José de Bragança. Imprimiu em 1751, na *Pharmacopeia* de Manuel Rodrigues Coelho, um *Appendix selecto em que se propõem as mais selectas fórmas de que usam os londinenses medicos*.

Costa *(Nuno da)*. Insigne professor de medicina, segundo declaram Zacuto e outros autores da especialidade. Era natural da villa da Chamusca. Escreveu em latim *De quadruplici hominis ortu et de remedica*, que foi impresso em 1594.

Costa *(Nuno Caetano da)*. Poeta mistyco, fal. em 1829. Foi contador do Erario Regio, denominação depois substituida pela de Thesouro Publico. Era cavalleiro da ordem de Christo. Escreveu: *Ode á Conceição de Nossa Senhora*, Lisboa, 1818; tem as iniciaes N. C. C.; *Ode ao ex.*mo *sr. Conde de Amarante, Marquez de Chaves*, Lisboa, 1823; saiu tambem com as referidas iniciaes; *Poema á paixão de Jesus Christo*, Lisboa, 1829.

Costa *(D. Pedro da)*. Bispo do Porto, de Leão e de Osma em Castella. Era filho de Lopo Alvares Feio, senhor dos morgados de Paneas e da Atalaia, junto a Alpedrinha, e de Margarida Vaz da Costa. D. Pedro da Costa foi promovido ao bispado do Porto, quando tinha 22 annos de edade, por deferencia do papa, attendendo á fama de talento e de santidade que elle grangeára. Passou a Castella acompanhando a imperatriz D. Izabel, como seu capellão-mór, e por muitos annos residiu em Madrid, e em outros logares, onde a côrte permanecia. Depois acompanhou a princeza hespanhola D. Joanna, quando veiu a Portugal para casar com o principe D. João, filho de D. João III, que foi o pae d'el-rei D. Sebastião, acompanhando-a tambem para Hespanha, quando esta princeza enviuvou. Foi grande esmoler, gastando todos os seus rendimentos com os pobres, e no ornato das egrejas que governou durante 58 annos. Na cidade de Osma edificou o collegio de Santa Catharina com um bom numero de collegiaes e de capellães. Reedificou quasi desde os alicerces, um convento de religiosas, que ardera completamente, victima d'um pavoroso incendio. Falleceu com mais de 80 annos de edade, em 20 de fevereiro de 1563, com fama de santo, e foi sepultado na villa de Aranda, na capella-mór do convento do Espirito Santo, que elle fundára e dotára com muitas rendas, a qual pertencia á orde S. Domingos.

Costa *(D. Pedro da)*. Formado em Theologia pela Universidade de Coimbra. Era natural do Porto, e fal. na ilha de S. Miguel em 9 de setembro de 1625. Foi collegial do collegio de S. Pedro, no anno de 1610, chantre da sé de Coimbra, passando a conego magistral da Sé de Evora em 6 de agosto de 1612; inquisidor da inquisição de Lisboa, de que tomou posse a 2 de outubro de 1621. Sendo eleito bispo de Angra, entrou na sua diocese a 24 de agosto de 1623, e falleceu n'uma das suas visitas pastoraes. Deixou apenas uns commentarios latinos a S. Thomaz.

Costa *(Raphael Zacharias da)*. Cinzelador notavel. N. em Lisboa em 1816, e fal. n'esta mesma cidade em 22 de novembro de 1895. Seu pae era ourives, e encaminhou-o na arte que professava. Frequentou a Academia das Bellas Artes, dedicando-se aos trabalhos de cinzel, para que mostrava uma extraordinaria vocação, tornando-se notavel n'esta especialidade. São muitas as suas obras espalhadas por todo o paiz e pelo estrangeiro, podendo apontar-se como as mais notaveis, as seguintes: um saleiro de ouro, composição delicadissima, figurando mariscos e peixes, o qual foi comprado pela rainha D. Maria II; um par de castiçaes em estylo gothico, encommendado por el-rei D. Fernando; a ornamentação no mesmo estylo de um sacrario com diversos emblemas e allegorias, encommendado do Brazil, e que hoje existe n'uma egreja da Bahia; dois copos, medindo 18 cent. de altura, comprados por el-rei D. Fernando, são duas peças eguaes; um calix de prata dourada, em que teve a melhor parte do trabalho, senão toda, o qual foi executado nas officinas dos srs. Leitão & Irmão, para

el-rei D. Luiz offerecer ao papa Leão XIII por occasião do seu jubileu; para este trabalho serviu de modelo um outro calix egual existente no museu d'Ajuda. O trabalho de Zacharias da Costa foi muito apreciado no Vaticano como um verdadeiro primor d'arte, e figurou na exposição que se fez das prendas offerecidas a Sua Santidade, em que se notavam obras d'arte de subido valor. O notavel artista ainda executou muitos trabalhos, que demonstram a sua particular aptidão. Entre as obras da ourivesaria portugueza, como prodigio de cinzel, é uma peça notabilissima a faca de matto, a sua grande obra que se tornou mais popular, e d'um valor incalculavel em todos os centros artisticos. Fôra feita com destino a el-rei D. Fernando, por conta do ourives Estevão de Sousa, para quem Zacharias da Costa trabalhava, mas não foi acceite pelo rei artista, que desistiu, pelas exigencias do preço marcado por Estevão de Sousa. Procurando-se então comprador no estrangeiro, resolveu-se mandal-a para Londres, e fazer ali a venda; porém a sorte não quiz que aquelle primor d'arte chegasse inteiro ao seu destino, porque naufragou o navio que o conduzia. A celebre faca de matto foi salva de completa perda, por uns mergulhadores, que finalmente a levaram para Londres. Este salvamento foi feito por conta da companhia de seguros Fidelidade, onde Estevão de Sousa havia segurado aquella preciosidade em 30:000$000 réis, e que a companhia immediatamente liquidou quando se deu o naufragio. Em Londres foi a faca de matto limpa por artistas menos escrupulosos que damnificaram bastante o primoroso cinzelado de mais de 100 cabeças e corpos de animaes, que se agrupam apinhoadamente por toda a bainha e cabo da faca. Não encontrando comprador, voltou para o poder do artista, que muito se lamentou pelo estado a que via reduzido um trabalho em que consumira 11 annos da sua vida. A sr.ª duqueza de Palmella, e os drs. Barahona e Ayres de Campos, possuem obras d'arte d'este artista, que tambem cinzelou uma cabeça de leão, que o sr. marquez de Franco e Almodovar offereceu á cantora Darclée.

Costa *(Raymundo Joaquim da)*. Gravador e professor de desenho no Porto. Foi discipulo de Joaquim Carneiro da Silva. Entre os seus trabalhos destacam-se o retrato da infanta D Izabel Maria, e o do general Silveira, conde de Amarante, a cavallo. Foi nomeado professor em 1830, e por questões politicas perdeu o seu logar, empregando-se depois em varias casas commerciaes, deixando afinal de trabalhar pela sua avançada edade e falta de vista, vindo a fallecer completamente cego.

Costa *(D. Rodrigo da)*. Fidalgo que serviu nas armadas do reino. Era filho de D. Antonio da Costa Pimentel e de D. Anna Maria de Menezes. Passando á India, mostrou em diversas occasiões decidido valor e intrepidez. Occupou differentes postos, e entre elles o de general da armada de alto bordo e o de governador do Estado em que entrou por via de successão no anno de 1686, quando embarcou para Portugal o vice-rei conde de Alvor. Posteriormente foi provido n'esse elevado cargo, despertando as maiores esperanças pelos seus dotes e qualidades superiores, mas a morte veiu arrebatal-o a 23 de junho de 1690.

Costa *(D. Rodrigo da)*. Era o quinto filho do 1.º conde de Soure. Nasceu em 1657, e fal. em 1722. Foi governador da ilha da Madeira, desde 1690 até 1697; em 1702 passou á Bahia como governador e capitão general, e regressando ao reino foi nomeado em 1707 vice-rei da India.

Costa *(Rodrigo Guedes de Carvalho e Menezes, 2.º visconde da)*. Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, por alvará de 5 de fevereiro de 1824; senhor da casa da Costa, na freguezia de S. Martinho de Mancellos, concelho de Amarante, e de todos os bens que herdou de seus paes; tenente de cavallaria reformado. N. a 19 de março de 1814, e fal. a 13 de fevereiro de 1877. Era filho do 1.º visconde da Costa, Francisco Guedes de Carvalho e Menezes da Costa, e de sua mulher, D. Anna José de Portugal e Menezes Brandão. O titulo de visconde foi renovado por decreto de 24 de agosto de 1836.

Costa *(Ruy d'Albergaria da)*. Poeta afamado natural de Santarem, e fallecido em 1517. Foi escrivão da camara da referida villa, hoje cidade. Entre as suas producções notam-se um poema heroico com o titulo de *Evora tomada por Geraldo*, e outro *Poema em applauso de D. João I.*

Costa *(Sebastião da)*. Mestre da capella real desde os ultimos annos de D. João IV, e nos reinados de D. Affonso VI e D. Pedro II. Era natural de Azeitão, foi cavalleiro professo da ordem de Christo, e falleceu em Lisboa a 6 de agosto de 1696. Não só era apreciado como compositor, mas pela sua voz de contralto. Deixou algumas composições, que se guardavam na bibliotheca de musica; entre estas contam-se: psalmos de completas a 8 vozes; missa a 8 vozes e outra a 4; duas lições de defuntos a 4 e 8 vozes; diversos motetes a 4 vozes; Miserere a 8 vozes; villancicos do Natal, da Conceição e Sacramento.

Costa *(Sueiro da)*, Fidalgo, moço da camara de el-rei D. Duarte, alcaide-mór de Lagos, etc. Foi um dos 12 fidalgos, que fôram a Inglaterra capitaneados por Alvaro Gonçalves, o Magriço, no anno de 1390, em defeza das damas inglezas, que tinham sido gravemente offendidas por 12 cavalleiros d'aquella nação, e pelejaram valentemente ficando vencedores. Em Castella e em França distinguiu-se notavelmente em muitos feitos d'armas. Achou-se na batalha de Monviedro em 1412 pelejando no exercito de Fernando I de Aragão, e no cêrco de Balaguer com o mesmo monarcha em 1413, em que ficou prisioneiro o conde de Urgel. Acompanhou o conde Luiz de Provença em toda a sua guerra, e assim assistiu á batalha de Azincourt, que se deu entre os reis de França e de Inglaterra e á de Vallemont, á de Monsegur, e a tomada de Soissons. Na conquista de Ceuta foi um dos heroes que muito auxiliaram D. João I. Tantas acções de cavallaria já o fizeram celebre na Europa, e estando bem firmados os creditos do infante D. Henrique pelos successos dos seus descobrimentos, a cidade de Lagos, contra as murmurações dos criticos, quiz fazer novo armamento no anno de 1445, para destruir a ilha de Arguim, que muitos prejuizos causava, e entregou juntas 14 velas ao capitão Lançarote, que fôra creado do infante D. Henrique, no fôro de seu moço da camara, e era almoxarife de Lagos, por mercê do mesmo infante. Sueiro da Costa, apezar de já ter avançada edade mas que não affrouxara como militar aguerrido, offereceu-se generosamente, e lhe foi dada a capitania do

uma d'ellas, as quaes, todas reunidas a mais 12, com que os de Lisboa e da ilha da Madeira, n'esta facção mais de honra que de interesse, nada quizeram ceder aos de Lagos, saíram d'aquelle porto a 10 de agosto do referido anno de 1445. Separadas as caravélas por um forte temporal que sobreveiu, cada uma com incerto rumo buscava sitio diverso ao longo da costa; mas como prudentemente, Lançarote havia determinado, no caso de tempestade, demandarem a ilha das Graças para se reunirem, ali se fôram juntando umas ás outras, e chegadas depois a Arguim, entraram na ilha, afugentando todos os habitantes, podendo apenas lançar mão a 12 homens, que destemidos se arriscaram com as armas na mão a defender-se, combatendo com os nossos, dispostos a morrerem e não a renderem-se. N'esta acção mostrou Sueiro da Costa, qual seria o seu esforço em lances mais arriscados, e não contente com a victoria, com a espada tinta em sangue infiel, como quem presava mais a religião que o valor militar, pediu que o armassem cavalleiro, para de novo se alistar n'aquella conquista do Evangelho, e havendo recusado outras vezes esta honra na Europa e de mãos reaes, agora a requeria em memoria d'aquelle triumpho, acceitando-a da mão de Alvaro de Freitas, commendador de Aljezur, tendo a gloria de o acompanhar o capitão Diniz Eannes de Gram, escudeiro do infante D. Pedro e sobrinho de Gonçalo Pacheco, que fôra anteriormente creado do infante D. Henrique, e então já apozentado no officio de thesoureiro-mór da Casa de Ceuta, que recebeu conjuntamente a mesma dignidade de cavalleiro. Lançarote seguiu viagem, ambicioso de maior gloria, e Sueiro da Costa retirou-se para o reino, acommettendo de passagem Cabo Branco e a ilha de Tider, recolhendo-se a Lagos victorioso, e com muitas prezas que trazia. Sueiro da Costa foi casado com D. Mecia Simões, filha de Gil Simões, alcaide-mór de Estoi, de quem teve uma filha, que casou com o capitão Lançarote.

Costa *(Thomaz da)*. Religioso dominicano da ordem dos prégadores, cujo instituto professou no convento da serra de Almeirim. Foi prégador dos reis D. João III e D. Sebastião, e confessor da rainha D Catharina. Da vida d'este religioso pouco se conhece, sabe-se que falleceu a 2 de julho de 1570. Dos seus sermões, ha publicado o seguinte : *Sermão de Cinza, prégado em Almeirim, estando ahi a côrte ;* saiu impresso pela primeira vez nas *Homilias* de fr. Pedro Calvo, parte I, a fol. 96, d'onde o transcreveu o Padre José Caetano de Mesquita nas suas *Instrucções de Rhetorica e Eloquencia*. Foi reimpresso no *Jornal da Sociedade Catholica*, em 15 de outubro, de 1847, a pag. 263 a 268.

Costa *(Thomaz de Figueiredo de Araujo)*. Esculptor contemporaneo. N. em S Thiago de Riba d'Ul, concelho de Oliveira de Azemeis, em 1861. Foi alumno da Academia Portuense de Bellas Artes, cujo curso seguiu até 1885. Em seguida foi para Paris, como pensionista, completando a sua educação artistica com Falguiére. Parece que a pintura tambem o interessou; pelo menos em 1888 expunha algumas pequenas paizagens. A sua notoriedade começou com o *Tamborileiro* (*Danseur au tambourin)*, que esteve exposto no *Salon* de Paris em 1887, e mais tarde obteve uma 3.ª medalha na exposição de Paris de 1889. Esta estatua foi adquirida pelo nosso governo, e está no Museu das Bellas Artes de Lisboa. Nos *Salons* seguintes expunha Thomaz Costa o *busto do dr. Mello Vianna e David ainda creança*, (1890); *Eva* (1891); etc. Em 1891 apresentou dois projectos de estatuas do duque de Palmella e do marechal Saldanha, que fôram muito apreciados pela critica. E' d'elle a estatua do infante D. Henrique, no Porto, que foi inaugurada a 19 de outubro de 1900, e cuja primeira pedra do monumento fôra lançada solemnemente por occasião das festas do centenario do grande navegador, em 4 de março de 1894; a estas solemnidades presidiram el-rei Senhor D. Carlos e a rainha Senhora D. Amelia. Todo o monumento é obra de Thomaz Costa, a quem então foi concedida a commenda da ordem de S. Thiago O monumento projectado para commemorar a memoria do duque de Saldanha, na Avenida da Liberdade, na praça que tem o nome do valente marechal, tambem está confiado ao referido esculptor. A cerimonia do lançamento da pedra fundamental, que se realisou em 5 de julho de 1904, foi uma festa solemne a que assistiu el-rei Senhor D. Carlos e todo o ministerio.

Costa *(Uriel da)*. Christão novo, nascido no Porto, pouco mais ou menos em 1580; fal. em 1640, segundo uns, ou em 1645, segundo outros. Chamou-se primeiro Gabriel da Costa. Educado, como se affirma, por seus maiores na religião christã, abandonou-a trocando-a pela lei de Moysés, e para professar em plena liberdade a religião hebraica, deixou a patria, e foi estabelecer se em Amsterdam, com sua mãe e irmãs, tomando o nome de Uriel. Ali se ligou particularmente á seita dos saduceus, e afinal tornando-se déista, depois de soffrer graves perseguições dos seus antigos correligionarios, e de ser expulso da Sinagoga, suicidou-se. Diz-se que Uriel da Costa fôra um habil picador, formara-se em Coimbra em jurisprudencia civil, e exercera o cargo de thesoureiro-mór n'uma collegiada quando tinha 25 annos. Para a sua biographia consulte-se Antonio Ribeiro dos Santos, nas *Memorias de Litteratura portugueza*, da Academia, tomo III, pag. 365 a 368, e mais extensamente as *Memorias para ajuntar á vida de Uriel da Costa*, na *Miscellanea curiosa e proveitosa*, tomo III, pg. 153 a 161. Escreveu: *Exame das tradições farisaicas conferidas com a lei escripta, contra a immortalidade da alma*, Amsterdam, 1623.

Costa *(Victorino José da)*. Presbytero secular, e egresso da ordem dos monges benedictinos, na qual professara com o nome de fr. Victorino de Santa Gertrudes. N. em Lisboa, mas ignora-se a data do nascimento assim como a do fallecimento, que parece ter sido anterior a 1752. Sendo já sacerdote abandonou o claustro, e entregou-se aos trabalhos litterarios e scientificos, porque era um verdadeiro encyclopedista. Adoptou, porém, em algumas das suas obras variados pseudonymos. A relação completa de todas as obras, tanto impressas como manuscriptos, vem publicada na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. III, pag. 789, mas por ser muito longa, não a transcrevemos.

Costa Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 617 hab. e 107 fog. Tem correio. A pov. dista 1 k. da séde do conc. E' fertil em cereaes, vinho e azeite. Ha aqui bastante

gado e caça. N'esta freg. houve um convento de cruzios fundado pela rainha D. Mafalda, mulher de D. Affonso I, em 1145. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Aboim da Nobrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Eufemia, de Agilde, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || Santa Maria, de Airães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Arcozello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Areutim, conc. e distr. de Braga. || S. Lourenço, de Asmes, conc. de Vallougo, distr. do Porto. || S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Miguel de Boviães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santa Martha, de Bouro, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Matheus, de Bunheiro, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Burgães, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || O Salvador, de Cabreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Campo, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Felix, de Candemil, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Carquere, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Castellões, conc. de Tondella, do mesmo distr. || O Salvador, de Ceivães, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Cendufe, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || S. Miguel, de Chorente, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. André, de Christellos, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Constance, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || S. Thomé, de Correlhã, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Coura, conc. de Paredes de Coura, do mesmo distr. || S. João, de Covas, conc. de Louzada, distr. do Porto. || O Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Cucujães, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Cunha, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Cunha, conc. e distr. de Braga. || S. Mamede, de Deo Christe, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Lourenço, de Durrães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. João Evangelista, de Eiriz, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Martinho, de Escariz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Pedro, de Escudeiros, conc. e distr. de Braga. || S. Martinho, de Espinho, do mesmo conc. e distr. || S. João Baptista, de Espite, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || O Salvador, de Estorãos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thomé, de Estorãos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Martinho, de Fajões, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Fanzeres, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Pedro, de Ferreira, conc. de Paços de Ferreira, do mesmo distr. || O Salvador, de Fonte Arcada, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. André, de Frades, do mesmo conc. e distr. || S. Pedro, de Fragoso, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Faustino, de Fridão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || O Salvador, de Ganfei, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Santos Cosme e Damião, de Garfe, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Maria, de Gavea, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Goães, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Miguel, de Gonça, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Mamede, de Gondiães, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Gondoriz, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Grade, do mesmo conc. e distr. || O Salvador, de Joanne, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Ilha das Flôres; N. S.ª dos Milagres, de Lagedo, conc. de Lagens das Flôres, distr. de Horta. || O Salvador, de Lama, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, de Lomar, conc. e distr. de Braga. || S. João Baptista, de Longos Valles, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Miguel, de Loureda, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Margarida e conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Maria Magdalena, de Magdalena, concelho de Villa Nova de Gaia, do mesmo distr. || Santa Christina, de Malta, conc. de Villa do Coude, do mesmo distr. || S. Mamede, de Marrancos, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Christina, de Meadella, conc. e distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Medrões, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Paio de Melgaço, conc. de Melgaço distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Melres, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Paio, de Midões, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || O Salvador, de Monte Cordova, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Bartholomeu, de Monte Redondo, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Mouquim, conc. de V. N. de Famalicão, distr de Braga. || Santa Maria, de Moure, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || Santa Maria Maior, de Mujães, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Nevogilde, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Verissimo, de Nevogilde, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Thiago, de Nogueira, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Outeiro, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Christina, de Padreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, da mesmo distr. || O Salvador, de Parada e Barbudo, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Parada Thodéa, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, do mesmo distr. || O Salvador, de Perosinho, do mesmo conc. e distr. || S. Miguel, de Perre, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Cypriano, de Pinheiros, conc. de Monsão, do mesmo distr. || S. Paio, de Portella, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Miguel, do Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Prozello, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Queijada, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || N. S.ª do Bom Despacho. de Recarei, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Remoães, conc. de Melgaço distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Riba de Mouro, conc. de Monsão, do mesmo distr. || S. Thiago de Riba d'Ul, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Roriz, conc. de Santo Thirso. distr. do Porto. || S. Pedro, de

Rubiães, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Sandim, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Mamede, de Serôa, conc. de Paços de Ferreira, do mesmo distr. || S. Julião, de Silva, concelho de Valença, districto de Vianna do Castello. || Santo André, de Sobrado, concelho de Vallongo, districto do Porto. || Santa Maria Maior, de Tarouquella, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. André. de Tellões, conc. de Amarante, distr. do Porto. || O Salvador, de Valdreu, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Thiago, de Valladares, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. André, de Victorino dos Piães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Villa Cova de Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Villar de Besteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Villar do Monte, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Villela, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural.

Costa Aça (*Francisco Zacharias de Araujo*). Funccionario civil, empregado na Direcção Geral da Instrucção Publica; escriptor contemporaneo. Nasceu em Lisboa a 16 de janeiro de 1839, filho de Francisco Zacharias Ferreira de Araujo, cuja biographia se póde lêr no vol. I d'este diccionario, a pag. 646. Zacharias d'Aça tem collaborado em muitas publicações periodicas, taes como a *Revista Contemporanea*, *Revista do Seculo*, *Panorama*, *Gazeta do Povo*, *Occidente*, *A Caça*, etc. A critica artistica, as descripções cynegeticas e os estudos historicos teem sido os generos litterarios mais cultivados por este escriptor. E' academico de merito da Academia Real de Bellas Artes, de Lisboa, por decreto de 11 de fevereiro de 1901, socio de merito do antigo Gremio Artistico, de Lisboa; antigo vogal do Conselho dos Monumentos Nacionaes, por portaria de 27 de janeiro de 1897. Tem publicado: *Caçadas portuguezas, paizagens, figuras do campo*, Lisboa, 1898; *Um D. João de Castro de capa e espada*, Lisboa, 1897; *A nova Babylonia*, introducção á traducção dos *Escandalos de Londres; D. Luiz da Cunha*, estudo biographico em francez no catalogo dos manuscriptos d'aquelle diplomata, e ultimamente em portuguez no *Occidente; Almanach manual dos caçadores*, 1883; *As intendencias*, capitulo até pag. 67 do vol. I da *Historia da policia civil e militar em Portugal*, Lisboa, 1904; *A côrte da rainha D. Maria I*, correspondencia de W. Beckford, Lisboa, 1901, pertencendo-lhe a traducção até pag. 176, a qual fez da edição ingleza de 1834. Zacharias d'Aça tem organisada methodicamente a sua *Bibliographia*, indice de todos os seus artigos de quarenta annos de vida litteraria. Em manuscripto conserva muitas obras, algumas das quaes já promptas a imprimir. Temos nota das seguintes: *Introducção á correspondencia de Beckford*, que destinava ao livro citado acima; *Estudos sobre os artistas estrangeiros; Vida portugueza, Lisboa moderna, (letras, bellas-artes, sport); Diario de bordo* (viagem atravez da vida) 4 vol.; *Historias portuguezas* (contos); *Portuguezes, hespanhoes, francezes, inglezes— 1784-1840 — Memorias de meu pae; Inglaterra e a vida ingleza; Poetas e prosadores modernos*, 2 vol.; *Arte portugueza, antiga e moderna, pintores e esculptores, exposições e ateliers*, 6 vol.; *Livro negro da archeologia portugueza*, etc., etc.

Francisco Zacharias de Araujo Costa Aça

Costa Alegre. Poeta, nascido na ilha de S. Thomé Africa Occidental. Era estudante da Escola Medica de Lisboa. Falleceu com 23 annos de edade, em 18 de abril de 1890. Viera de S. Thomé com 10 annos, e entrara na Escola Academica, frequentando as aulas com distincção, sendo muito intelligente e muito bom estudante. N'um dos annos do curso, em que mais louvores alcançou, o director da Escola mandou-o photographar, e o moço estudante mandou immediatamente o retrato para S. Thomé para ser entregue ao pae, que infelizmente já o não recebeu, por ter fallecido. Este facto deixou-o por algum tempo entregue a profunda tristeza. Já n'esta escola de preparatorios começou a revelar o seu fino estro poetico. Em todo o curso da Escola Medica, pois ia no terceiro anno, deu provas d'um grande amor pelo trabalho e d'uma lucida intelligencia. Tinha distincções e louvores em muitas disciplinas. O que mais o distinguia, porém, era o seu talento poetico. Costa Alegre, apezar de ser muito estimado, tinha um grande desgosto, que era a sua côr de africano. Algumas das suas mimosas poesias estão publicadas em diversos jornaes.

Costa de Além. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição, de Rossas, conc de Arouca, distr. de Aveiro.

Costa Allemão (*Manuel da*). Lente cathedratico de Medicina na Universidade de Coimbra, e vogal do conselho dos decanos, do conselho de S. M., administrador dos hospitaes da Universidade, etc. N. em Coimbra a 27 de novembro de 1833. E' filho de Francisco da Costa Allemão. Depois de se haver formado na faculdade de philosophia em 1859, resolveu-se a seguir o curso de Medicina, matriculando-se em 1861. Fez acto de formatura em 1866, e havendo obtido informações distinctas, matriculou-se no sexto anno em outubro do referido 1866, doutorando-se a 29 de junho de 1868. Actualmente é lente cathedratico da 5.ª cadeira da faculdade de Medicina na Universidade, clinico ordinario dos hospitaes da Universidade, e seu director. Foi presidente ha annos da direcção do asylo da infancia desvalida de Coimbra, tem a carta de conselho e serviu por vezes de governador civil na qualidade de procurador á junta geral por aquella cidade. E' socio do Instituto de Coimbra e foi administrador da imprensa da Universidade. Escreveu: *Pyre-*

tologia theorica e philosophica, ou influencia dos systemas medicos na explicação dos phenomenos febris, Coimbra, 1868; foi a sua dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas em medicina; *Arithmetica elementar*, Coimbra, 1865; 2.ª edição, 1866; *Do methodo hypodermico, dissertação de concurso*, Coimbra, 1871; *A imprensa da Universidade; exposição verdadeira ao paiz;* I, Coimbra, 1882; *Idem, idem*, II, Coimbra, 1882. O dr. Costa Allemão, quando era estudante, escreveu varios artigos nos jornaes de Coimbra: *Instituto, Conimbricense* e *Litteratura illustrada*.

Costa e Almeida *(Francisco Bernardo da)*. Coronel e tenente-rei da praça d'Almeida. N. em Vizeu em 1764. Era filho de D. Maria Victoria e do capitão Bernardo José da Costa, que fôra nomeado por distincção sargento-mór dos terços auxiliares da Guarda no reinado de D. José I, em attenção aos seus relevantes serviços. Assentou praça no regimento de infantaria n.º 11 em 1 de julho de 1779, sendo em 10 de janeiro de 1781 despachado tenente; dedicando-se muito ao estudo das linguas latina e franceza, e ao de rhetorica, philosophia e principios de mathematica, frequentou em outubro esta sciencia na Universidade de Coimbra, em que fez os respectivos exames, obtendo premios e distincção, formando-se afinal em julho de 1785, tendo 23 annos da edade. N'esse anno passou a ajudante do corpo a que pertencia, que era então o mais indisciplinado de todo o exercito. Em 1790 foi nomeado para a inspecção do recrutamento das comarcas de Vizeu e da Guarda, cargo que discretamente desempenhou, a contento do general da provincia e de todos os capitães-móres. Sendo meritoria a fórma como se houve na campanha de 1796, commandando as tropas destacadas em Villa Velha de Rodam, o duque de Lafões por tal fórma o elogiou perante o principe regente, que em dezembro de 1797 teve a promoção a major, não obstante ser o capitão mais moderno do regimento. Em 1801 foi ajudante do tenente-general João d'Ordaz e Queiroz, commandante na Beira, e o mesmo general concorreu depois para que elle fôsse nomeado ajudante d'ordens da provincia, com o posto de tenente-coronel. Quando a familia real partiu para o Brazil em novembro de 1807, recebeu ordem superior para se apresentar á regencia que ficara estabelecida no reino, e em seguida marchou para Elvas com o regimento; encontrando ali o decreto de Napoleão que dissolvia a nacionalidade portugueza, recusou-se a fazer parte dos corpos que fôram em serviço da França, e recolheu-se á sua casa, pobre, mas disposto a trabalhar. Vendo, porém, a nação revoltar-se contra os invasores, deixou logo o seu retiro, a familia com quem vivia em completo socego, e apezar de soffrer muito da vista, porque se achava quasi cego, apresentou-se em Vizeu ao tenente-general Bacellar, que o mandou para o Porto, mesmo n'aquelle afflictivo estado, e o governo que dirigia ali a revolução, lhe entregou o commando do regimento n.º 11, sendo em seguida destacado com o general Anstruther para Almeida, afim de ali inventariar e receber todo o material da praça. Esta diligencia terminou em 18 de dezembro de 1808, e logo partiu para Vizeu a tomar o commando do seu regimento. Em 14 de janeiro de 1809 foi occupar Celorico, onde mandou levantar baterias, abrir trincheiras e fazer cavallos de frisa; como n'uma noite se levantasse o rebate que o inimigo estava a meia legoa de distancia, logo dispoz as tropas para a defeza, animando com a propria presença as forças populares que o acompanhavam n'aquella descoberta. No fim de fevereiro foi tomar o commando em Piuhel, da infantaria, cavallaria e artilharia que fazia a defeza entre o Mondego e o Douro, ás ordens do general Florencio José Correia de Mello, levantando ali a respectiva carta militar. Depois marchou para Lamego ás ordens do tenente-general Manuel Pinto Bacellar, marchando d'ali por Amarante e Chaves para o Ginso, e parando na povoação das Moreiras, recebeu ordem para avançar no dia seguinte, durante o qual o proprio Beresford o veiu encontrar á frente de toda a força, e ali lhe ordenou a outra marcha. Regressando a Chaves, ficou ás ordens do marechal de campo Silveira, e no fim de julho partiu com o regimento para Torre de Moncorvo, indo d'ali para o Campo de Villar de la Egoa. Reunido depois o regimento n.º 11 ao n.º 23, commandados pelo brigadeiro inglez Marbrot, seguiram para a villa da Gata, em seguida para Vendas del Caballo, e voltando á villa da Gata, foi o tenente-rei Costa e Almeida encarregado de dispôr as guardas avançadas e vedettas, rondando-a toda a noite. Mais tarde foi nomeado tenente-rei da praça d'Almeida, em que a guarnição era toda portugueza; faltavam ali todos os auxiliares indispensaveis para a defeza e resistencia. A guarnição constava apenas de 1 regimento de linha e de 3 corpos de milicias, em que não podia contar com a firmeza e disciplina sufficientes para resistir ao cerco que o general Massena poz áquella praça em 10 de agosto de 1810, que dispunha d'um numeroso exercito. Ainda assim a guarnição resistiu heroicamente, porém, 17 dias depois, em 27 do referido mez d'agosto, deu-se uma terrivel explosão, que destruiu o castello e paiol da polvora, causando ainda muitos mais destroços, escapando o tenente-rei e o governador Guilherme Cox. Esta catastrophe obrigou os sitiados a renderem-se no dia seguinte. O tenente-rei Costa e Almeida foi accusado de ter entregado a praça, preso como traidor, e trazido para a Torre de S. Julião da Barra, onde ficou encarcerado. Formou-se processo que foi muito demorado, e respondendo afinal a conselho de guerra, teve a sentença de ser arcabusado, proferida pelo marechal Beresford, a qual veiu a executar-se no Campo de Ourique a 12 d'agosto de 1812. A'cerca da capitulação d'Almeida publicaram-se alguns livros, em defeza da memoria do tenente-rei Costa e Almeida e do governador da praça Guilherme Cox. V. *Almeida*.

Costa Alvares *(José Maria da)*. Cirurgião medico pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa. Natural de Gôa. Fez o curso com distincção, e defendeu these em 23 de dezembro de 1880, sendo approvado com louvor. Publicou a sua dissertação, no referido anno de 1880, a qual tem por titulo: *Traços geraes de acclimalogia; ensaio de systematisação*. E' actualmente professor do lyceu nacional de Gôa e lente da escola medica da mesma cidade, tendo tambem exercido o cargo de chefe do serviço de saude. No diario goense *Heraldo* tem publicado varios artigos.

Costa Azevedo *(Fr. José da)*. Naturalista brazileiro. N. no Rio de Janeiro a 16 de setembro de

1763, fal. a 7 de novembro de 1822. Depois de estudar na sua patria, veiu a Portugal, e matriculou-se na Universidade de Coimbra, onde se doutorou em Theologia. Tomou o habito da ordem de S. Francisco, e foi lente no seu convento. O bispo de Pernambuco, Azeredo Coutinho, que tinha toda a confiança no seu talento e saber, o mandou chamar ao Brazil, para lhe confiar a direcção do seminario d'aquella diocese. Como, porém, José da Costa Azevedo estudara, juntamente com a theologia, sciencias naturaes e mathematicas, o governo do principe regente, ao fundar no Rio de Janeiro a Academia Militar, o convidou a acceitar a regencia da cadeira de mineralogia, exercendo tambem as funcções de director do gabinete mineralogico e physico, e o cargo de director do museu nacional, creado por D. João VI, pelo decreto de 6 de junho de 1818. Escreveu: *Reflexões sobre os systemas de fortificação abaluartada e tenalhal*, Rio de Janeiro, 1822; *Refutação á analyse das instrucções para a nomeação dos deputados da assembléa geral constituinte e legislativa do reino do Brazil*,-extrahida de um folheto inédito, intitulado: «*Reflexões de um cabocolo em côrtes*», Rio de Janeiro, 1822. Dizem que deixou em manuscripto muitos sermões e outros trabalhos, entre os quaes se contava uma memoria ácerca da *Salubridade dos ares de Olinda*.

Costa de Bagamto. Prazo do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique. Antes de ser prazo da Corôa tinha o nome de *Hirunto*, e actualmente chama se *Vinhoca*.

Costa de Baixo e **Costa de Cima.** Duas povoações nas freguezias: Exaltação de Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria. || N. S.ª da Luz, de Maceira, conc. e distr. de Leiria.

Costa dos Banhos. Pov. na freg. de S. Lourenço do Bairro, conc. d'Anadia, distr. de Aveiro.

Costa Barrenta. Pov. na freg. de S. Miguel, de Juncal, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Costa de Bouça. Pov. na freg. de S. Pedro, de Valle, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Costa Cabral. V. *Thomar (Marquez de)*.

Costa Caceres *(João da)*. Poeta, nascido em Lisboa em 1628. Exerceu a profissão de corretor de cambios, e era muito versado em litteratura Foi um dos alumnos da Academia dos Singulares, instituida em 1663. Imprimiu duas orações recitadas n'essa Academia, e deixou differentes composições poeticas.

Costa Campos *(José da)*. Membro do governo do Estado da India, desde 19 de abril a 24 de setembro de 1840. Nasceu em Gôa no anno de 1796, filho do marechal de campo Hermenegildo da Costa Campos. Assentou praça no regimento de artilharia a 3 de maio de 1808; foi alumno da Academia de Marinha, e antes de concluir o curso foi nomeado, em 16 de junho de 1820, lente da 6.ª cadeira. Pertenceu ao conselho do governo do Estado da India como vogal de eleição popular.

Costa Campos *(Luiz da Costa)*. Membro do governo do Estado da India, desde 6 de maio até 2 de novembro, de 1855. Nasceu em Gôa no anno de 1802; assentou praça em 3 de julho de 1817, sendo reconhecido cadete e seguindo os postos, chegou a brigadeiro do exercito da India e a presidente do Supremo Conselho de Justiça Militar. Fal. na sua patria a 12 de março de 1858.

Costa de Caparica. Pov. na freg. de N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa.

Costa Carregal *(Joaquim da)*. Typographo e impressor portuense, nascido em 6 de janeiro de 1850 e fal. em 23 de março de 1897. Adquirindo a typographia de Bartholomeu H. de Moraes, notabilisou-se na impressão de gravuras, podendo dizer-se que ao tempo no estrangeiro se não tiravam melhor. Serviam de exemplo a *Atalá* de Chateaubriand e o *D. Quixote*, que devem considerar-se como trabalho de merito superior. Deve-se-lhe tambem a invenção d'um processo de impressão a côres, de que enviou provas á exposição de Paris de 1889, onde fôram considerados como trabalhos lithographicos, e como tal premiados. Era um dos mais dedicados amigos do fallecido artista Raphael Bordallo Pinheiro.

Costa Carvalho *(Carlos da)* Proprietario em Lisboa, conego honorario da sé de Loanda, monsenhor da Santa Egreja de Roma, etc. N. a 12 de março de 1816, e fal. em Lisboa em 25 de março de 1904. Era filho de José da Costa Carvalho, proprietario na cidade do Porto, e de sua mulher D. Anna Maxima Vieira de Castro, irmão do visconde da Bella Vista, Rodrigo da Costa Carvalho. Foi religioso da ordem do Carmo, e era o ultimo egresso do convento de Carnide. Residiu alguns annos em Roma, e estava relacionado com as principaes familias de Portugal. Prestou muitos e bons serviços á Santa Sé, á Associação Auxiliar das Missões Ultramarinas, na qual exerceu o cargo de thesoureiro por muitos annos, e á commissão do dinheiro de S. Pedro, no patriarchado. Foi amigo dedicado de quasi todos os nuncios, que estiveram em Lisboa, depois de 1846. Possuindo consideravel fortuna, viu-se nos ultimos annos luctando com difficuldades, devidas a diversas circumstancias particulares. Foi subsidiado pela irmandade dos clerigos pobres de Lisboa, da qual era irmão effectivo havia muitos annos.

Costa Cascaes *(Joaquim da)* V. *Cascaes*.

Costa Couraça *(João da)*. Engenheiro civil, chefe da 1.ª repartição da Direcção Geral das Obras Publicas e Minas. Começou a sua vida publica na direcção das obras publicas de Coimbra, donde passou para os serviços do Mondego e barra da Figueira, vindo depois para a direcção de Lisboa. Em todas ellas foi encarregado de varios projectos e construcções de estradas. Mais tarde foi encarregado dos estudos do caminho de ferro de Chaves a Mirandella. Esteve tambem servindo como chefe de secção nos caminhos de ferro do Minho e Douro. Voltando novamente para a direcção de Lisboa, foi n'esta encarregado de uma secção, pedindo por essa occasião licença illimitada afim de dirigir a importante construcção do annexo da estação central do Rocio onde está estabelecido o Hotel Internacional. Pondo-se a concurso o estudo dos esgotos da cidade de Coimbra, a elle concorreu, sendo o seu projecto premiado. Pela morte de José Victor da Costa Sequeira foi nomeado interinamente chefe da repartição, e mais tarde devido á sua dedicação e relevantes serviços nomeado definitivamente para o cargo que hoje occupa. Por decreto de 5 de março de 1903 foi agraciado com a carta de conselho, e por decreto de 26 de agosto de 1904 com a commenda da ordem militar de N. S. Jesus Christo. O sr. conselheiro Costa Couraça tambem é actualmen-

te vogal da commissão de verificação da Resistencia das Pontes e Construcções metallicas; vogal aggregado do Conselho Superior de Obras Publicas e Minas, e vogal da commissão de Faroes e balisas.

Costa Duarte *(Ignacio Rodrigues da)* Doutor em medicina pela Universidade de Bruxellas, etc. N. em Coimbra a 26 de abril de 1824, onde tambem fal. a 19 de abril de 1886. Era filho de Elyseu Rodrigues Duarte e de D. Theodora Felicissima Duarte. Principiou o curso de cirurgia na Universidade de Coimbra, o qual concluiu em abril de 1848. Em 1844, porém, já havia sido nomeado ajudante preparador do theatro anatomico da Universidade, logar que exerceu até 1865. Por portarias de setembro de 1864 e de julho de 1865 acompanhou ao estrangeiro o dr. Costa Simões em commissão scientifica, e teve occasião de estudar os cursos de microscopia de Robin, Ordonez, de physiologia geral de Claude Bernard, de clinica cirurgica com Velpeau e Casado Geraldes. N'essa viagem esteve em Berlim, onde seguiu os cursos de Virchow e Langenbeck. Em Bruxellas tomou o grau de doutor em medicina, cirurgia e partos. Esta grande copia de estudos e conhecimentos praticos deu ao dr. Costa Duarte a reputação d'um dos primeiros operadores portuguezes, e o primeiro em todo o norte de Portugal. Quando regressou da sua viagem, foi nomeado preparador de histologia e physiologia geral da Universidade, e em junho de 1871 nomeado clinico ordinario dos hospitaes da referida Universidade. Foi um dos mais prestantes companheiros e ajudantes do dr. Costa Simões nos seus importantes trabalhos scientificos, na organisação do gabinete de histologia e physiologia geral. Exercia tambem o cargo de cirurgião da Misericordia de Coimbra e da Companhia dos Caminhos de Ferro do Norte. Foi socio effectivo do Instituto de Coimbra, e correspondente da Sociedade Real de Sciencias Medicas de Bruxellas. Em 1883 aposentou-se do cargo de preparador do gabinete de histologia e physiologia geral. O dr. Ignacio da Costa Duarte não era só homem de sciencia, tinha um verdadeiro culto pelas bellas artes, e principalmente pela musica, que cultivou com o maior esmero e dedicação. Possuia uma importante bibliotheca musical, e tinha conhecimentos vastissimos de contraponto e harmonia. A musica sacra merecia-lhe ainda a preferencia, a ponto de compôr uns responsorios completos para quarta, quinta e sexta-feira santas, que fôram executados em diversas egrejas; compôz tambem uma missa para domingo de Paschoa, e ainda outras de menos folego. Eram-lhe familiares quasi todos os instrumentos, chegando a ser muito apreciado na flauta e no contrabaixo. Depois das suas vastas e laboriosas occupações clinicas, era sempre a musica que lhe proporcionava o descanço, sendo o seu mais agradavel passatempo os concertos intimos que organisava. O dr. Costa Duarte era geralmente estimado, e tornou-se muito popular; a sua morte foi muito sentida. Escreveu: *Ferimento por arma de fogo com perda de dois terços do osso maxilar inferior*, publicado no *Instituto*. de Coimbra, 1856, tomo IV, pag. 284; *Extracção de uma moeda de quarenta réis (pataco) retida por tres dias no esophago; processo de applicação da pinça esophogiana, promovendo ao mesmo tempo o vomito*; idem, 1857, tomo VI, pag. 101; *Eclampsia epileptiforme durante e depois do trabalho do parto*, idem, 1859, tomo VIII, pag. 289; *Anesthesia hypnotica*, idem, 1860, tomo IX, pag. 39, de collaboração com o professor Quental, citado por Bernardino Antonio Gomes nos *Elementos de pharmacologia geral*, 3.ª edição, pag. 289, e transcripto na *Gazeta Medica do Porto*, junho de 1860; *Ischurea, tratada por meio da punctura da bexiga urinaria*, idem, 1861, tomo X, pag. 185; *Fistula resino-vaginal: obliteração da uretra e sua separação da bexiga; processo indirecto para combater estas lesões*, idem, 1862, tomo X, pag. 234; *Pathologia cirurgica; fistula resino-uterina*, idem, 1863, tomo XII, 1874, pag. 39; *Des fistules genito-urinaires chez la femme*, Paris, 1865, com estampas, em que propõe modificações vantajosas nas operações correspondentes; *Historia do ovulo nos mamiferos*, Coimbra, 1868, em que dá um processo seu para demonstrar a existencia de uma membrana propria do vitello, como aliás pensavam alguns histologistas; *Guia do enfermeiro* (lithographada), Coimbra, 1882; *Casos notaveis de alopecia geral*, nos *Estudos Medicos n.º 4*; *Contribuições para o estudo da producção dos calculos vesicaes na infancia*, de collaboração com José Pereira de Lemos, *Coimbra Medica* 2.º anno, 1882; *Resposta ao questionario proposto pela commissão nomeada pelo ministerio das obras publicas de 16 de setembro de 1882, sobre a influencia perniciosa dos arrozaes na saude publica*, idem, 3.º anno, 1883; *Procédé pour la conservation, en sec, du cœur, et de l'origine des gros vaisseaux pour l'étude de l'anatomie normale, anormale, pathologique et comparée*, idem, 4.º anno. No *Correio Medico* de 1875 ha tambem algumas cartas em polemica com o professor da Escola Medico-Cirurgica Joaquim Theodoro da Silva, sobre as resecções osseas.

Costa da Egreja. Pov. na freg. de S. Vicente, de Sangalhos. conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

Costa do Eiró. Pov. na freg. de S. Paio, de Guimarei, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Costa da Ervilha. Pov. na freg. de N. S.ª dos Anjos e conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Costa Figueira. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Villela, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Costa da Galé. Pov. na freg. de S. Pedro, de Melídes, conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Costa Goodolphim *(José Cypriano da)*. V. *Goodolphim (José Cypriano da Costa)*.

Costa de Linda á Pastora. Pov. na freg. de S. Romão, de Carnaxide, conc. de Oeiras, distr. de Lisboa.

Costa Má. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Valle, conc. da Feira, distr. de Aveiro. ‖ S. Pedro, de Villa Chã, conc. de Oliveira de Azemeis, do mesmo districto.

Costa da Mina. Vasto territorio á beira do Oceano Atlantico, no golfo da Guiné, Africa Occidental, comprehendido entre os cabos das Tres Pontas e de S. Paulo. Está occupado por varias feitorias inglezas defendidas por fortalezas que pertenceram a Portugal e que fôram perdidas durante o dominio castelhano. Os nomes d'essas feitorias e fortes inglezes são: Adique ou Dixcove, Sucondy, Cabo Corso, fundados pelos portuguezes, tomados pelos hollandezes, e a que os inglezes chamam Cape Coast Castle, Annamabo e

Accra. As feitorias e fortalezas que a Hollanda cedeu á Inglaterra são Axem, Butry, S. Jorge da Mina, Nassau, Amsterdam e Beriqui. N'esta costa ha ainda varias outras feitorias de pequena importancia.

Costa Nova do Prado. Praia de banhos muito aprazivel, situada a 4 k. de Aveiro, na freguezia e concelho de Ilhavo. A sua magnifica posição topographica a destaca das outras estações balneares E' formada pittorescamente em amphitheatro, na margem direita do braço de ria que segue da Barra até Mira, e os seus *chalets* de madeira, a que dão o nome de *palheiros*, reflectem-se na superficie serena e limpida da ria, que é, sem duvida, o seu principal e valioso attractivo. A Costa Nova do Prado não é praia da moda com assembléas, casinos, cafés, bazares e muitas outras distracções; a sua população é modesta, commodista e economica. Os pescadores de Ilhavo tem ali as suas companhas para a pescaria e d'esse modo de vida fazem a sua exclusiva profissão. O mar fica afastado das habitações, mas o trajecto faz-se sem custo por uma estrada de madeira que conduz até á praia de banhos. Uma das distracções é o trabalho da pesca, que differe do de algumas costas, porque as rêdes são de arrasto. São espectaculos curiosos a partida dos barcos para o mar e a sua arribada, bem como o sair das rêdes. Esta praia é preferida por muitas familias, principalmente pelas classes menos abastadas dos concelhos proximos, porque os banhistas ali vivem com toda a commodidade, sem exigencias de modas nem de vestuarios. No ultimo domingo de setembro realisa-se a romaria de N. S.ª da Saude, com arraial e procissão, em que a concorrencia de romeiros é enorme; n'essa occasião a Costa Nova do Prado reveste se de galas, offerecendo um curioso e interessante ponto de vista. Ao correr do rio, vem chegando do norte e sul dezenas de barcos embandeirados, de todos os feitios, predominando no emtanto os chamados *moliceiros*, que conduzem os ranchos dos alegres romeiros, que apenas se vêem em terra, se preparam para as suas danças caracteristicas. A' noite ha illuminações vistosas e fogo de vista, junto á capellinha de N. S.ª da Saude. Na praia costumam realisar-se tambem animadas regatas. Houve ali um theatro particular, construido por João Maria Garcia, que se inaugurou em 21 de setembro de 1873.

Costa da Pereira. Pov. na freg. de Santo Isidoro, de Sanche, conc. de Amarante distr. do Porto.

Costa Pinto *(Jayme Arthur da).* V. *Pinto (Jayme Arthur da Costa).*

Costa do Pinto. Pov. na freg. de S. Paio, de Guimarei, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Costa Ricci *(Anselmo José da Costa Ricci, barão da).* Do conselho d'el-rei D. Luiz I, official do ministerio da Fazenda, e depois chefe da Agencia Financial de Portugal, em Londres. O titulo foi-lhe concedido por decreto de 19 de maio de 1881.

Costa de Rio Frio. Pov. na freg. de S. João Evangelista, de Vil de Mattos, conc. e distr. de Coimbra.

Costa Sequeira *(Pedro Victor da).* V. *Sequeira (Pedro Victor da Costa).*

Costa Simões *(Antonio Augusto da).* V. *Simões (Antonio Augusto da Costa).*

Costa da Torreira. Pov. na freg. de S. Matheus, de Bunheiro, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro.

Costa do Vallado. Pov. na freg. de S. Antonio, de Oliveirinha, conc. e distr. de Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural.

Costa do Valle. Pov. na freg. de S. José, de Godim, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real.

Costa Veiga *(Antonio Xavier da Costa Veiga, 1.º barão da).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; juiz de direito aposentado, abastado proprietario no concelho d'Alcobaça e districto de Leiria. N. em Midões a 4 de maio de 1803, fal. na sua quinta do Lumiar, em Lisboa, a 20 de julho de 1876. Era filho de José Maria da Costa Veiga, proprietario em Midões, e de sua mulher, D. Thereza Mauricia Pires Ferreira. Casou em 1838 com D. Emilia Ignacia da Conceição, filha de João José Dias Costa, e de D. Bernardina Dias da Costa. O titulo foi concedido por decreto de 30 de abril, e carta de 5 de maio de 1865.

Costa Veiga *(Antonio Xavier da Costa Veiga, visconde de).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, abastado proprietario, etc. N. a 20 d'outubro de 1839. Era filho dos barões do mesmo titulo, e sendo filho unico, ficou herdeiro de toda a grande casa de seus paes. O titulo de visconde foi concedido por decreto de 17, e carta de 31 de março de 1881.

Costa Ventura *(José Gonçalves da).* V. *Ventura (José Gonçalves da Costa).*

Costa Velha. Pov. na freg. do S. Thiago, de Lustosa, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Costa do Zebreiro. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Aboim da Nobrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Costada. Pov. na freg. de Santa Maria, de Lamoso, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Costado. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Villar de Moiros, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello.

Costaes. Pov. na freg. de S. Pedro, de Athei, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real.

Costariça. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Gondoriz, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Costas de Cão. Pov. na freg. de N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa.

Costeado *(Antonio de Napoles Vaz Vieira de Mello Alvim, barão do).* Fidalgo da Casa Real; cavalleiro das ordens de Christo e de S. Bento de Aviz; condecorado com a medalha por 5 campanhas da guerra peninsular, senhor de varios vinculos, e pelo seu casamento, da casa de Costeado e S. Miguel, de Creixomil, e da casa de Torrados em Guimarães; coronel aggregado ao extincto regimento de milicias e coronel honorario do extincto batalhão nacional de Guimarães. Nasceu a 2 de setembro de 1782, falleceu a 26 de julho de 1857. Era filho de João Antonio Vaz Vieira de Mello Alvim da Silva Freitas, fidalgo da Casa Real, alcaide-mór de Villa do Conde, senhor das casas de Tresmonde e do Toural em Guimarães, mestre de campo dos auxiliares da mesma villa, hoje cidade; familiar do Santo Officio, casado com D. Maria Julia Victoria de

Napoles Telles de Menezes. O barão de Costeado casou em 8 de maio de 1819, com D. Anna Peregrina de Faria Freire d'Andrade de Brito Palhares Coelho, senhora das casas e morgado de Torrados, padroeira do convento de Santa Clara, de Guimarães; herdeira da casa de Infias, em Braga, filha de João de Faria Freire d'Andrade Ribeiro Golias Dosguimarães, fidalgo da Casa Real, etc., e de sua mulher, D. Maria Ignez Magdalena Palhares Coelho de Brito, filha de Alexandre Palhares Tavora, e de sua mulher, D. Sebastiana de Palhares Brito Coelho, senhores das casas de Costeados e Torre de Trute e seu padroado. O titulo de barão foi concedido pela rainha D. Maria II, por decreto de 7 de maio de 1848, e carta de 18 de junho de 1851.

Costeado. Pov. na freg. de S. Miguel, de Creixomil, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Costeira. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Alvarães, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Annaes, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || S. Paio e conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || Santa Senhorinha, de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Estevão, de Boalhosa, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Campo, conc. de Vallongo, distr. do Porto. || O Salvador, de Carregosa, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Eulalia de Besteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Thiago, de Figueiró, conc. de Paços de Ferreira, do mesmo distr. || O Salvador, de Fojo Lobal, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Guardizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Ronfe, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Thomé, de Travassos, conc. de Fafe, do mesmo districto.

Costeiras. Pov. na freg. de S. Miguel, de Serzedo, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Costeirinha. Pov. na freg. de S. Martinho, de Aguas Santas, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Costella. Pov. na freg. de S. Faustino, de Guinfães, conc. da Maia, distr. do Porto.

Costi. Torofo, ou bairro, da prov. de Embarbacem, Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa.

Costilhão. Povoações nas freguezias: Santa Lucrecia, de Aguiar, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro e conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Costinha. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Arga de Baixo, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Santa Christina, de Mentrestido, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Bartholomeu, de Rego, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Costivella. Pov. na freg. de S. Martinho, de Aldoar, 2.º bairro do Porto.

Costoias. V. *Custoias.*

Costumagem. Tributos que antigamente se pagavam por costume e não por lei escripta. Parece que recahiam exclusivamente nos artigos de consumo. Viterbo, no seu *Elucidario*, diz que *custumagem* eram direitos, fóros e pensões que não tinham outra origem mais do que o costume de se pagarem, e mui frequentemente contra toda a razão e justiça. Nas côrtes de 1482 desembargou el-rei D. João II alguns capitulos especiaes aos moradores de Freixo de Espada á Cinta. Em um d'elles lhes confirma o privilegio d'el-rei D. Affonso Henriques, e de outros reis, seus successores, para que em nenhuma parte paguem *portagem*, *usagem* ou *custumagem*. Em 1633 lhes confirmou Filippe III o mesmo privilegio. Aos povoadores de Lisboa, e aos que vinham á cidade para a defender, concedeu o Mestre d'Aviz, por carta regia de 6 de outubro da era de 1422 (anno de 1384), que fôssem privilegiados do pagamento de portagem, usagem, costumagem, etc., como o eram n'estes reinos os moradores de Guimarães. No foral de Lisboa, reformado em 7 de agosto de 1500, tambem eram isentos d'aquelles tributos os commendadores de Christo e os de S. João de Jerusalem, que tivessem antigo domicilio na cidade, e bem assim todos os visinhos d'esta e seu termo.

Costumeiro. Pov. na freg. de S. Miguel, de Rebordosa, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Costura. Arte de coser; conjuncto dos pontos por que são cosidos os estofos. Comprehende a costura quasi todos os trabalhos que se fazem á agulha. Estes trabalhos são quasi todos destinados ás mulheres. Todavia o fato de homem é feito em grande parte pelos alfaiates. Os trabalhos de costura teem principalmente por fim fazer e compôr ou enfeitar objectos de vestuario e de uso domestico. Na arte da costura distinguem-se duas especies de pontos, os *usuaes* e os de *bordado*. Em alguns tecidos manuaes tambem se distiguem varios pontos, como nas rendas de bilros, etc. (V. *Rendas*). Entre os primeiros pontos, pódem indicar-se: o *ponto adeante*, empregado para trabalhos de pouca importancia, podendo enfiar-se a agulha em todo o seu comprimento por muitos pontos ao mesmo tempo; *ponto de lado*, que differe do ponto adeante em ser enviezado, servindo principalmente para fazer bainhas e applicar remendos; *ponto atraz*, é proprio para as costuras, mettendo-se a cada novo ponto a agulha no tecido sempre um pouco para traz do logar em que saiu o fio do ponto anterior; *ponto picado* ou *posponto* differe do ponto atraz por ser este espaçado e aquelle junto, mettendo-se sempre a agulha na extremidade do ponto antecedente. O posponto emprega-se geralmente para trabalhos delicados; foi este ponto manual aquelle que mais vantajosamente vieram substituir as machinas de costura. O *ponto de luva*, ou *pontinho*, usa-se para unir as ourélas dos pannos estreitos em peças grandes ou para outras costuras em que se aproveitem as ourélas, que se unem bem uma á outra, prendendo-as a agulha e passando o fio por cima. O *ponto de casa* emprega-se, quasi exclusivamente para casear; depois de se ter cortado o tecido a fio direito, mette-se a agulha um pouco acima do córte, em seguida passa-se o fio pelo bico da agulha, que depois se tira puxando bem verticalmente o fio com o córte, de maneira a fazer uma especie de nó na extremidade d'este. O *ponto de rede*, ou de *passagens*, em-

prega-se para substituir os fios que faltam n'um tecido rôto Entre os pontos chamados de *bordado*, ha o *ponto de marca* que serve para fazer letras e signaes na roupa branca, desenhos em tecidos grosseiros, etc. Este ponto que figura as duas diagonaes d'um quadrado, faz-se a fios contados Pertencem a este ponto os antigos *mappas de marcar*, usados nos collegios, tão interessantes e pittorescos nos seus desenhos e ornatos. E' grande a variedade dos pontos de bordado podendo indicar-se : *ponto de cadeia*, *de espinha*, *de recorte*, etc. Foi o ponto de cadeia o primeiro que as machinas de costura executaram, e constantemente aperfeiçoadas, desde 1825, fazem hoje de ordinario o posponto, que é o vulgarmente mais usado. Bibliographia : *Costura elementar* por D. Maria Amalia Henriques, 1881. *Arte de cortar e fazer vestidos*, idem, idem ; *Arte de bordar a lã*, idem, idem ; *Programma do curso de costureiras nas escolas industriaes ;* etc.

Costureira. Mulher cuja profissão é a costura. (V. *Costura)*. Conforme a especialidade a que se dedicam, assim se designam, havendo entre outras as seguintes : *costureira de modista*, (de *corpos*, de *saias* e de *mangas*); *costureira de alfaiate* (de *calças*, de *colletes*, de *obra de mangas* e de *obra de cinta*); *costureira de sapateiro (ajuntadeira e machinista) ; costureira de livros ; costureira de luvas ;* etc. Ha tambem a *meia-costureira* e a *aprendiza*. Chama-se *machinista* á costureira que trabalha á machina. No cap. v do opusculo n.º 200 da «Bibliotheca do Povo e das Escolas» *O feminismo na industria portugueza*, encontram-se curiosas indicações ácerca do trabalho das costureiras na capital.

Cota. Signal alphabetico ou numeral que serve para classificar as peças de processos forenses. Nota, apontamento ; citação que se escreve á margem de um escripto. Muitas obras são impressas, tendo as respectivas *cotas* á margem. Abundam estas nas obras dogmaticas e didacticas commentadas.

Cota. Antiga moeda da India.

Cota ou **Cotta**. Familia das mais illustres da antiga Roma, que estendeu a sua descendencia até Milão, d'onde passou a Portugal, encontrando-se já no tempo de D. Diniz em João Annes Cota, vereador de Santarem. As suas armas são : em campo de prata uma cota d'armas vermelha com a legenda : *Sine sanguine non est victoria*. Timbre, a cota do escudo.

Cota d'armas e **cota de malha**. V. *Armadura*.

Cota Falcão. Appellidos nobres. O primeiro que com elles se encontra é Gaspar Cota Falcão, fidalgo da Casa Real, com as mesmas armas dos Cotas.

Cotá. Pov. da ilha de Diu, prov. e arceb. de Gôa, na India.

Cotação. Termo financeiro, dado ao curso dos valores mobiliares nas bolsas. || Boletim que torna publicas as valorisações dos papeis de credito e das diversas mercadorias, segundo as offertas e transacções effectuadas na bolsa. Os boletins das bolsas do paiz (Lisboa e Porto) são publicados diariamente no *Diario do Governo*, e em separado.

Cotães. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Cotaleira. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Cotama. Pov. na freg. de S. Thiago, de Cardiellos, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Cotão. Pov. na freg. de Santa Maria, de Miranda, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de de Vianna do Castello.

Cotar. Aldeia pertencente á divisão de Uply-Pahw, ao sul do rio Sandalcalo, no concelho de Nagar-Avely, districto de Damão, na India.

Cotarli. Torofo, ou bairro, da prov. de Embarbacem, Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, na India.

Cotarly. Torofo, ou bairro, da prov. de Bally, Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, na India.

Cotaros. Pov. na freg. de S. Pedro, de Riba de Moiro, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Coteiro. Pov. na freg. de S. Martinho, de Mozellos, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Cotelã *(Quinta da)*. Na freg. de N S.ª d'Assumpção, de Gonçalo, conc. e distr. da Guarda

Cotelhe. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Villa Cova, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Cotello. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Abbedim, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Cibões, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || Santa Maria de Ferreiros de Avões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Gozende, conc. de Castro Daire, do mesmo distr. || O Salvador e conc. de Rezende, do mesmo distr. || Santissimo Sacramento, de Cabeçudo, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Cotem. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Vidaes, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Cotembi. Pov. da prov. de Bicholim, Novas Conquistas distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, na India. Fica situada na margem direita do Mandovi.

Coteres. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Beiriz, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto.

Coterro. Pov. na freg. de S. Vicente, de Cidadelhe, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real.

Cotia. Rio do distr. de Benguella, na prov. de Angola. N. a O da serra Mozamba, e vae desaguar na margem esquerda do Cmiba, confluente do Cuanza.

Cotica. Termo heraldico. Banda estreita que só tem dois terços das ordinarias, atravessa o escudo, e toma o nome da posição em que se acha, sendo necessario que toque, como ellas, ambos os lados do escudo. Toma diversos nomes, conforme o logar que occupa. *Coticado*, diz-se do brazão cheio de coticas de varias côres.

Cotifo. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Bensafrim, conc de Lagos, distr. de Faro.

Cotigão. Torofo, ou bairro, regedoria do conc. de Canácona, distr. de Gôa, na India.

Cotilhão. Dança franceza em que tomam parte muitas pessoas. Compõe-se de dansas variadas e scenas mimicas, terminando geralmente por um grande baile. Compunha-se, primitivamente, de certo numero de figuras, quasi classicas, a varios respeitos. Essas figuras tendem a desapparecer pouco a pouco, sendo substituidas por jogos com accessorios quasi sempre seguidos d'uma dis-

tribuição de lembranças, bijoutarias, e objectos de phantasia a que chamam *marcas*. *O cotilhão* é dirigido pelo *par marcante*, cavalheiro e dama. O sr. Affonso de Pinho publicou um *Tratado do Cotilhão*, Lisboa, 1905.

Cotimos. Pov. e freg. de Santo André, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Trancoso, distr. e bisp. da Guarda; 495 hab. e 112 fog. Tem correio. A pov. dista 14 k. da séde do conc. e está situada proximo da ribeira de Massueime. O vigario de Santa Marinha, da villa de Moreira, apresentava o cura, que tinha differentes generos, 6$500 réis em dinheiro, e o pé d'altar. A terra é fertil, e pertence á 2.ª div. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Coto. V. *Cotto*.

Cotoca. Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola.

Cotolia. Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Cotoluda. Pov. na freg. de S. Martinho, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Cotombi. Pov. da prov. de Bicholim, Novas Conquistas, distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, na India. Camara agraria. || Pov. da prov. de Chandrovaddy, Novas Conquistas, distr. e com de Salsete, arceb. de Gôa. Camara agraria.

Cotondo. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Rio do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola Nasce no territorio dos malungos e fórma um dos muitos braços do Lefúa, confluente do Dande.

Cotonia. Panno antigo de algodão. Fustão, lençaria, panno, fazenda d'algodão.

Cotorella. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Alvito, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Claudio, de Curvos, conc. de Espozende, do mesmo districto.

Cotorém. Aldeia, séde da 3.ª circumscripção do commando mil. da prov. de Satary, distr. de Gôa, na India. A circumscripção comprehende dez aldeias ou povoações.

Cotorinho. Pov. na freg. de S. André, de Campeã, conc. e distr. de Villa Real.

Cotorra. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação e conc. de Cezímbra, distr. de Lisboa.

Cotovello das Ostras. Bahia da costa do distr. de Benguella, na prov. de Angola, a cerca de 6 k. ao S do rio Egito. E' uma praia de areia com pouco mais de 5 k. de comprimento. Tem diversas feitorias e é frequentada por embarcações costeiras, que vão ali buscar gomma e urzella.

Cotovia. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação e conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa.

Cotovial. Pov. na freg. do Salvador, de Real, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Cotovias. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Cotovio. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Paderne, conc. de Albufeira, distr. de Faro. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Tavira, do mesmo distr. || O Salvador, de Thuias, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Cotrim. Antiga moeda de bilhão, do reinado de D. Affonso V. Valia cinco ceitis, segundo o *Elucidario*. Teixeira de Aragão reproduz na sua *Descripção das Moedas* tres exemplares de cotrins, dando as legendas, que são muito variadas, tendo mesmo falta de letras, outras trocadas e algumas indecifraveis. Do mais antigo que se conhece a descripção é a seguinte: + ALFO : QVINTI : RE.: PORTV : No centro um A coroado; por baixo P (Porto). Reverso: + AIVTO : DOMI : QVI FECI : CELI. Quinas dentro de quatro arcos, cantonados por quatro pontos.

Cotrim. Appellido nobre. E' de Inglaterra, e começou em Martim Cotrim, que em 1383 assistiu á acclamação d'el-rei D. João I. Seu escudo é escaquetado de ouro e azul de seis peças em faxa e seis em pala. Elmo de aço aberto. Timbre, tres pennachos azues em roquete com chaparia de ouro. Outros do mesmo appellido usam de escudo xadrezado de ouro e prata de seis peças em faxa e sete em pala.

Cotrim *(André)*. Poeta que viveu no tempo de el-rei D. Manuel e de D. João III. As suas obras, que dizem ser numerosas, perderam-se todas.

Cotrim *(Fr. Jorge)*. Religioso da ordem do Carmo, na qual foi prior de alguns conventos, terceiro definidor e provincial. Fal. em 1678, deixando manuscriptos na livraria do convento de Lisboa algumas obras ácerca da historia ecclesiastica de Portugal, principalmente na parte relativa á ordem do Carmo.

Cotrim *(Manuel Felix Valente de Azevedo)*. Capitão de mar e guerra, que fez parte da expedição que saiu da India em 21 de dezembro de 1727 para a restauração de Mombaça. Escreveu, com o pseudonymo de Sileno Tabane Felmu, a relação historica *Restauração de Mombaça*, que mais tarde foi publicada por Cunha Rivara no *Chronista do Tissuary*, vol. II, pag. 217.

Cotrim *(Salvador Soares)*. Sargento-mór na villa de Pias. N. em Thomar em 1654, e fal. em 1734. Deixou manuscriptos uma noticia topographia d'esta villa, e varios trabalhos genealogicos sobre a familia dos Cotrins.

Crotofe. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Cotta. V. *Cota*.

Cotta *(Luiz Gonçalves)*. Clerigo do habito de S. Pedro, secretario do Estado da India desde 31 de março de 1677. Achou-se nomeado na via de successão para governar o mesmo Estado desde 9 de janeiro de 1691 até 4 de junho seguinte, dia em que falleceu. Foi sepultado na egreja de Santo Aleixo, de Gôa. O seu retrato acha-se no palacio de Pangim.

Côtta. Pov. e freg. do S. Pedro, da prov. da Beira Alta, conc., com., distr. e bisp. de Vizeu; 1:592 hab. e 540 fog. Tem escolas para ambos os sexos e caixa postal. A pov. dista 21 k. da séde do conc. e está situada na serra do Salvador. O abbade era da apresentação do real padroado, e tinha 350$000 réis de renda, não contando os passaes. A terra é fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. O rio Vouga passa pela freguezia. Encontra-se aqui uma nascente de agua ferrea, que tem fama de ser muito boa para a cura de varias molestias. || Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cottadem ou **Cottodem.** Pov. da prov. de Satary, Novas Conquistas, distr. e com. de Bardez, arcebisp. de Gôa, na India.

Côttas. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. de Traz-os-Montes, conc e com. de Alijó, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 849 hab. e 196 fog. Tem escola do sexo masc., caixa postal, e

est. do caminho de ferro, na linha do Douro, entre a de Pinhão e o apeadeiro de Castedo. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada n'um valle. O reitor de S. Domingos de Favaios apresentava o vigario, que tinha 30$000 réis. A terra é fertil, possue muito bom vinho, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª d'Annunciação, de Pombalinho, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Côtto. Pov. e freg. de N. S.ª dos Anjos, da prov. da Estremadura, conc. e com. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa; 574 hab. e 130 fog. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada perto da estrada real de Leiria ás Caldas. O cabido de Santa Maria, de Obidos, apresentava o cura, que tinha diversos generos pagos pelos parochianos. A terra é fertil, produz boas fructas, e cria muito gado. O rio Real passa pela freg. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa.

Cottomba. Regedoria do concelho de Sanquelim, districto de Gôa, na India, comprehendendo a povoação de Surla.

Cottomby. Regedoria do concelho de Quepem, districto de Gôa, na India.

Cottorly. Povoação na circumscripção militar de Sanguém, no concelho e commando do mesmo nome, districto de Gôa, na India

Cotubaba. Reino na parte portugueza da ilha de Timor, na Oceania

Coução. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, da Villa da Egreja, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Couceiro. Familia que tem o seu solar no paço de Couceiro, julgado da villa de Regalados, que com o andar dos tempos se converteu em Couceiro; d'ahi se alongou por Tentugal, Montemór-o-Velho e outras terras, chegando alguns dos seus membros a occupar elevados cargos. Tem por armas em campo vermelho tres couceiros de prata em tres palas, e dois leões de ouro entre elles; timbre, um leão nascente

Couceiro *(Antonio Rogerio Gromicho)*. V. *Gromicho Couceiro (Antonio Rogerio)*.

Couceiro *(José Joaquim de Paiva Cabral)*. General de divisão reformado N. em Leiria a 9 de outubro de 1830. Depois de habilitado com os cursos preparatorios, matriculou-se na Escola Polytechnica de Lisboa, cujo curso terminou em 1850, assentando praça em engenheiros, a 5 de maio d'este mesmo anno. Seguiu os estudos da sua arma na Escola do Exercito, concluindo o curso em julho de 1853. No mez d'abril de 1855 entrou para o serviço das obras publicas, sendo em seguida empregado nos estudos do caminho de ferro de Santarem á fronteira de Hespanha. Acabado este trabalho, foi empregado em 1857 successivamente no projecto do caminho de ferro do Porto e Vigo, depois na direcção dos tres districtos do Porto, Braga e Vianna, e obras da barra do Porto, e na construcção do caminho de ferro de léste até 1859. Deixando então o serviço das obras publicas foi empregado como repetidor de mathematica na Escola Polytechnica no anno lectivo de 1859 a 1860. Em junho d'este anno ainda voltou ás obras publicas, e collaborou no projecto da 5.ª secção do caminho de ferro de leste, passando depois a servir de adjunto do fiscal da construcção dos caminhos de ferro. Em 1864 passou a servir na direcção das obras publicas para o abastecimento das aguas, tendo sido encarregado da distribuição das aguas de Lisboa e fiscalisação da ponte sobre o Tejo em Abrantes. Quando a Companhia das Aguas se organisou em 1868, entrou para o seu serviço. Collaborou em 1864, com o engenheiro Aguiar, no projecto d'uma ponte caes para a alfandega, e em 1876, com o engenheiro Gotto, no projecto de canalisação de esgoto da capital. Como engenheiro da Companhia das Aguas, devem-se-lhe importantes melhoramentos. Tambem fez parte d'uma commissão nomeada pela camara municipal, para dar parecer sobre o melhor systema de esgoto da capital. O sr. Cabral Couceiro foi reformado no posto de general de divisão em 7 de janeiro de 1898. Tem as seguintes honras: gran-cruz, grande official, commendador e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz; commendador da de S. Thiago; e é condecorado com a medalha de ouro de comportamento exemplar. Actualmente é director interino da exploração dos caminhos de ferro, e vogal do conselho de tarifas.

Couceiro *(Luiz Filippe de Almeida)*. Conductor de minas de 1.ª classe. E' natural de Campo Maior. Veiu ainda creança para Lisboa para casa de seu tio D. Luiz d'Almeida, que muito o estimava, e onde fez a sua educação. Entrou mais tarde para as obras publicas, indo servir ás ordens do engenheiro Ribeiro, como conductor auxiliar encarregado de estudos e construcções das obras da captação das aguas de Bellas, onde, durante os annos que ali se conservou, prestou bons serviços, pelo que foi louvado. Pela reforma de 1886 foi promovido a conductor de 1.ª classe, e collocado como secretario nos serviços geologicos, logar que ainda occupa. Tem sido encarregado de importantes trabalhos, como mappas, etc., demonstrando em todos elles muita intelligencia e vastos conhecimentos. Esteve na repartição de cartographia do ministerio da marinha, merecendo sempre grandes elogios pelos seus serviços. Fez parte da commissão que elaborou a representação apresentada ás côrtes em 1896 pela associação dos conductores de obras publicas, sendo o seu relator. Por essa occasião foi apresentado á assembléa geral uma proposta considerando-o benemerito da classe, sendo approvada unanimemente. Foi tambem o iniciador das conferencias associativas. Sendo um trabalhador infatigavel, concorreu muito para a publicação do *Boletim da Associação dos Conductores de Obras Publicas e Minas*, que já tem 8 annos de existencia. Desde 1897 tem sido quasi sempre presidente da sua associação, que lhe é devedora dos mais relevantes serviços. O sr. Luiz Couceiro foi agraciado em janeiro de 1905 com o grau de official da ordem de S. Thiago.

Couceiro *(Henrique Mitchell de Paiva)*. V. *Paiva Couceiro*.

Couceiro da Costa *(José Maria)*. V. *Costa*.

Couceiros. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Coucellas. Pov. na freg. de Santa Maria, de Melres, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Couces. Pov. na freg. do Salvador, de Parada de Gatim, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Couchão. Pov. na freg. de S. Paio, de Mozel-

los, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Couchel. Pov. na freg. de Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra.

Coucieiro. V. *Concieiro.*

Coucinheira. Pov. na freg. de S. Paulo, de Amor, conc. e distr. de Leiria.

Coucinheiro. Povoações nas freguezias : Santa Marinha, de Barreiros, conc. e distr. de Vizeu. || Santos Cosme e Damião, de Germil, conc. de Penalva do Castello, do mesmo distr. || Santa Maria, de Palmeira, conc. e distr. de Braga.

Coucinhos. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Rocas do Vouga, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Couço ou **Cousso.** Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. da Estremadura, conc. e com. de Coruche, distr. de Santarem, arceb. de Evora; tem correio, medico, pharmacia, escola para ambos os sexos ; fabrica de cortiça. A pov. dista 25 k. da séde do conc. e está situada nas margens do rio Sorraia. O capellão era freire da ordem de Aviz, e apresentado pela Mesa de Consciencia. Tinha differentes generos e 15$000 réis em dinheiro; com mais umas capellas que administrava, prefazia o rendimento total aproximadamente de 240$000 réis. A terra é muito fertil. Está annexa esta freguezia para effeitos civis, á de N. S.ª do Peso, do msmo conc., e pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 2, com a séde em Lisboa. || Pov. e freg. de S. Thomé, da prov. do Minho, conc. e com. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga ; 551 hab. e 181 fog. Tem correio. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada n'um valle na estrada de Valladares a Castro Laboreiro. Pertenceu ao conc. de Valladares, que foi extincto em 1855. A terra é pouco fertil e fria. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello || Povoações nas freguezias : Santa Eulalia, de Crespos, conc. e distr. de Braga. || O Salvador, de Louredo, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || O Salvador, de Moreira, conc. da Maia, distr. do Porto. || S. Pedro, de Mouraz, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Santa Marinha, de Oliveira de Cunhedo, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || Santa Marinha, de Paradella, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro da Cova, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Santa Maria, de Pinheiro, conc. de Oliveira de Frades. distr. de Vizeu. || S. Silvestre, de Requião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria, da Sequeira, conc. e distr. de Braga. || Bairro na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. || Ribeiro na prov. do Douro, que divide a freguezia de Canellas da de Entre os Rios, desaguando na margem direita do rio Douro, entre as quintas da Abeturceira e da Cortiça.

Couço Cimeiro. Povoações nas freguezias : Espirito Santo, de Egreja Nova do Sobral, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Couço Fundeiro, do Meio, dos Pinheiros. Tres povoações na freg. do Espirito Santo, de Egreja Nova de Sobral, conc. de Ferreira de Zezere, distr. de Santarem.

Couço Velho. Pov. na freg. de Santa Justa, conc. de Coruche, disir. de Santarem.

Coucões. Pov. na freg. de S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria.

Couços. Povoações nas freguezias : Santa Leocadia, de Geraz do Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Murias, conc. de Mirandella, distr. de Bragança. || O Salvador, de Pombeiro, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Coudel. Antigo capitão de cavallaria. *Coudel-mór*, official da Casa Real que superintendia a criação de cavallos e governava as coudelarias. Nos primeiros seculos da monarchia gozava das attribuições de decidir as duvidas sobre lançamentos de cavallos aos que tinham contia e eram obrigados a manter cavallos para servirem na guerra. Aos filhos-familias da cidade de Lisboa não podia obrigal os a terem armas e cavallos, embora recebessem contia. Assim consta de uma carta regia de 27 de junho de 1396. As Ordenações Affonsinas, liv. I, cap. 14, tratam das attribuições dos coudeis. O cargo de coudel-mór anda na familia dos condes de Lumiares.

Coudelaria. Era antigamente o officio de coudel ou o censo e rol dos acontiados, que tinham de apresentar cavallos para servirem na guerra. Logar da criação de cavallos para o exercito, etc. A noticia mais antiga que conhecemos das antigas coudelarias geraes do reino é o *Regulamento ácerca da reforma das coudelarias*, escripto em 1526 por Thomé Pinheiro da Veiga, transcripto por Pedro Ribeiro nas suas *Dissertações chronologicas*, vol. IV, pag. 203. Com a usurpação filippina fôram supprimidas as coudelarias. Com D. João IV apparece o decreto de 4 de abril de 1645 sobre o assumpto e são creados, os superintendentes das coudelarias. Em 1692 houve um novo regimento, no qual se obrigava cada coudelaria a ter 35 egoas. Em 13 de outubro de 1736 saíram umas *Novas instrucções sobre o regimen das coudelarias*. Nesta epoca estava a sua administração superior a cargo da Junta dos Tres Estados por ser assumpto referente á defeza nacional. A Casa Real em 1748 creou a coudelaria de Alter, na coutada do Arneiro. Por decreto de 12 de março de 1821 fôram extinctas as coudelarias. Em 1857 fundou-se uma coudelaria nacional no Crato, que pouco durou. Os animaes que ali estavam fôram distribuidos pelas duas coudelarias da quinta da Nogueira, em Traz-os-Montes, e Tancos, no Ribatejo, as quaes se extinguiram em 1866. Para a quinta Regional de Cintra passaram algumas egoas do fundo da coudelaria nacional. Por decreto de 22 de setembro de 1887 fôram novamente creadas duas coudelarias, uma em S. Martinho do Bispo, Coimbra, com a denominação de *Coudelaria Nacional do Norte*, e a outra na quinta da Fonte-Boa, Santarem, intitulada *Coudelaria Nacional do Sul*. Por ultimo o decreto de 8 de outubro de 1891 fundiu as duas coudelarias, passando esse estabelecimento a chamar-se *Coudelaria Nacional*, situado a 1 k. do Valle de Santarem, occupando a area da quinta da Fonte-Boa.

Coulão. Cidade maritima situada na parte da costa de Malabar pertencente ao Travancore, na India ingleza, a 65 k. ao N O da cidade de Trivandrum; 20:000 hab. Tem importante commercio de pimenta, algodão e gengibre. Affonso d'Albuquerque, na sua primeira viagem ao Oriente em 1503, levantou uma feitoria portugueza em Coulão; Duarte Pacheco prestou valiosos auxilios

a esta feitoria, e tendo sido os seus moradores barbaramente assassinados pelos gentios em 1505, D. Francisco de Almeida, que estava então em Cochim, mandou seu filho D. Lourenço a castigar tão grave ultrage. Todas as naus que estavam no porto fôram incendiadas, e mortos quasi todos os seus tripulantes. Vasco da Gama foi encarregado em 1518 de demolir a fortaleza mandada construir por Affonso d'Albuquerque, mas a morte impediu-o de levar a effeito essa incumbencia. A bandeira da Dinamarca appareceu pela primeira vez em 1631 em Coulão e mesmo nos mares da India, hasteada no tope dos mastros d'um navio de guerra que, logo atacado pelos portuguezes, caiu em poder d'elles. Mas, em 1658, a cidade, exhausta de recursos, foi obrigada a render-se ao inimigo. Hoje está sob o dominio da Inglaterra, e faz parte da presidencia de Madrasta.

Coules. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Longos Valles, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Coupé. Especie de carro fechado, de quatro rodas, e ordinariamente de dois logares, de que existe um grande numero de modelos. E' uma bella carruagem o *coupé de D. Pedro V*, que pertence á Casa Real.

Coura. Antigo gibão de couro com abas para resguardar o corpo na guerra. Especie de couraça.

Coura. Appellido nobre, tendo brazão d'armas incompleto: em campo de prata gotado de sangue, duas pernas armadas em aspa cortadas em sangue, e uma serpe verde com sangue na boca e enroscada n'ellas.

Coura (*Innocencio Fernandes*). Autor do *Almanach Lusitano*, que se publicou em Lisboa para 1719, 1732 e 1739. Tambem publicou: *Sarrabal Milaner, para o anno de 1745, primeiro depois do bissexto.*

Coura. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Armamar, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 163 hab. e 47 fog. A pov. dista 3 k. da séde do conc. Parte d'esta freg. está situada na serra do mesmo nome, que cria muito gado e caça. O reitor d'Armamar apresentava o cura, que tinha bastantes generos e 4$600 réis em dinheiro. A terra é fertil em cereaes, vinho e castanha. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Esta freg. é tambem conhecida officialmente por *S. João de Coura.* || Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 591 hab. e 179 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Coura, n'um terreno accidentado e pouco fertil, mas saudavel. Tem aguas muito boas. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 2 de junho de 1515. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa guarda-se esse foral original da *Terra de Coyra*, tendo servido até 1833, conforme os *vistos* dos magistrados. Junto está uma copia em letra moderna. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Covellas, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santo Isidoro, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || Santa Maria, de Moledo, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Ninc, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Pedro, de Seixas, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Villa Cahiz, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Serra na prov. do Minho, agreste, fria e pedregosa. Produz matto, tem arvores silvestres e muita caça. || Rio na prov. do Minho, que nasce na serra do Coruo do Bico, em um logar chamado *Regueiro das cebolas*. Depois de regar e fertilisar varias freguezias, e fazer mover moinhos, azenhas e lagares de azeite, estende-se por entre as freguezias de Caminha e de Seixas, onde conflue com o Mondego, na margem esquerda d'este rio. N'este sitio tem uma ponte de madeira sobre grossos pilares de pedra. || Pequeno rio na prov. de Traz-os-Montes; nasce acima de Galafúra e morre no rio Douro, na freg. de Covellinhas. Tem pesqueiras onde se apanham boas lampreias.

Couraça. Coura grande, especie de peitilho a principio de couro, d'onde lhe veiu o nome, de ferro, ou outro qualquer metal, que serve para proteger o peito e as costas do cavalleiro ou do soldado. O emprego das armas de arremeço foi que creou o uso das couraças. Na arte militar moderna, a couraça compõe-se de frente e costas com chanfraduras para a passagem do pescoço e dos braços, reunidas por meio de lóros ou correias de couro com guarnições de cobre. Ajustam-se ao corpo por meio d'um cinto, e são interiormente acolchoadas. Usaram de couraças de couro os officiaes da nossa cavallaria. As couraças de couro eram antigamente cobertas de laminas ou malhas de ferro.

Couraçado. Os *couraçados* vieram substituir os antigos navios de linha; são navios de combate por excellencia. Segundo o systema de construcção d'estes navios, a couraça fórma uma cintura continua em volta da fluctuação, ou pára a uma certa distancia da prôa e da pôpa. Os couraçados dividem-se em couraçados de esquadra, couraçados de cruzeiro, guarda-costas couraçados e cruzadores couraçados.

Couraceiro. Soldado de cavallaria armado de couraça. Official que faz couraças. No antigo regimen das corporações dos officios tinha regimento especial.

Couraceiro. Pov. na freg. do Santa Maria, de Cepellos, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Couraem. Pov. da freg. de Astragar, 4.ª divisão das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arcebisp. de Gôa (India).

Courara. Pov. e jurisdicção do reino de Luca, na ilha de Timor, Oceania.

Courel. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 280 hab. e 59 fog. A egreja d'esta freguezia dista 10 k. da séde do conc. Passa pela povoação o rio Este. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Courella. Povoações nas freguezias: S. Brissos, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || S. Paio, de Casaes, conc. da Louzada, distr. do Porto.

Courella do Arco. Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Safira, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Courella da Cascalheira (*Monte da*). Na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Abella, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Courella do Contador *(Herdade da).* Na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Canha, conc. de Aldeia Gallega do Ribatejo, distr. de Lisboa.

Courella do Zambujeiro *(Monte da).* Na freg. de Santo Antonio, de Couço, conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Courellas. Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira; Santo Antonio, conc. e distr. do Funchal. || S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem. || S. Vicente, de Paio Mendes, conc. de Ferreira do Zezere, do mesmo distr. || S. Pedro e conc. de Trancoso, distr. da Guarda. Esta aldeia tem por orago Santo Antão; foi freguezia que ha bastantes annos se supprimiu. Era da ordem de Malta, e gozava dos grandes privilegios d'esta ordem. Fica situada n'uma campina.

Courellinha *(Monte da).* Na freg. de Santo Antonio, de Couço, conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Courinha. Pov. na freg. de S. Pedro, de Mões, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Couró. Pov. na freg. de S. Thiago, de Intesta, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Couros. Familia oriunda da provincia do Minho. O primeiro que com elle se acha é Manuel de Couro, e suas armas são: em campo de prata, gotado de sangue, duas grevas (botas de ferro) com seus copetes ou palas, com que se cobrem os sapatos em pala, e entre ellas uma serpe verde enroscada e ferida no peito, mordendo uma das grevas. Elmo de aço aberto. Timbre, um braço vestido de azul com luva de ferro pegando no pescoço de uma serpe cortada em sangue.

Couros *(Padre Matheus de).* Jesuita, missionario no Japão, e que falleceu em Fuzimi, em 1633, com 66 annos de edade. Foi provincial do Japão por duas vezes e governador do bispado. Escreveu uns *Annaes do Japão*, que fôram traduzidos em italiano.

Cousa. Rio do conc. do Ambriz, no distr. de Loanda, prov. de Angola (Africa Occidental, ao S e a pequena distancia do rio Lilundo. Desagua no Oceano Atlantico. A margem direita termina pela ponta das Palmas. || Montanha do conc. de Ambriz, no distr. de Loanda, prov. de Angola (Africa occidental), a E da foz do rio Cousa.

Cousa Bella. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Cousso. V. *Couço.*

Couta ou **Coita** *(Casal da).* Na freg. de Santa Catharina, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Coutada. V. *Santa Margarida da Coutada.*

Coutada. Povoações nas freguezias: S. Simão, de Barco, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || N. S.ª da Conceição, de Cacella, conc. de Villa Real de Santo Antonio, distr. de Faro. || N. S. do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || S. Thiago, de Carapeços, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª da Natividade de Extremo, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador e conc. de Ilhavo, distr de Aveiro. || Santo Emilião, de Mariz, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Sebastião, de Meãs do Campo, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || N. S.ª das Candeias e conc. de Monsão, distr. de Evora. || S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Santa Comba, de Regilde, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || O Salvador, de Rossas, conc. de Vieira, distr. de Braga. || O Salvador, de Torre, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Coutado. Pov. na freg. de S. Martinho, de Freixieiro de Soutello, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Coutinho. Familia nobre, que provém de Garcia Rodrigues, rico homem do tempo d'el-rei D. Affonso Henriques, que era descendente d'um ramo de Fonsecas, que tomou o appellido de Coutinho, por serem senhores do couto de Leomil, ficando com as mesmas armas dos Fonsecas, que são: em campo de ouro cinco estrellas sanguinhas, de cinco raios cada uma, postas em santor; timbre, um leopardo vermelho passante armado de ouro com uma estrella do mesmo metal na espadoa, e uma capella de flôres na garra direita. Esta familia teve os officios de marischal e de meirinho-mór, e os condados de Redondo e de Marialva.

Coutinho *(D. Alvaro).* Fidalgo, filho de D. Fernando Coutinho, alcaide-mór de Pinhel, governador de Ceuta, e filho do 1.º conde de Marialva. Fal. ainda em vida de seu pae, em 1475, na tomada do castello de Baltanas, por occasião da guerra intentada por D. Affonso V a favor dos direitos da rainha D. Joanna á corôa de Castella.

Coutinho *(Alvaro Gonçalves).* Conhecido pelo *Magriço.* V. *Gonçalves Coutinho (Alvaro).*

Coutinho *(Albano).* Jornalista democratico. N. em Lisboa a 5 de dezembro de 1848, e fôram seus paes Albano Affonso d'Almeida Coutinho, (cuja biographia se lê a pag. 292 do vol. I d'este diccionario), e Anna Luiza d'Oliveira Gadanho. Fez os preparatorios no Lyceu de Lisboa, e foi alumno do *Curso superior de lettras* e do *Instituto Geral d'Agricultura.* Começou no jornalismo aos 18 annos, escrevendo folhetins na *Gazeta de Portugal,* do fallecido Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos, e nas *Economias* do fallecido Eduardo Tavares (1867-1868). — Em 1871 publicou o opusculo *Cinco dias em Madrid.* Em 1872 fez a sua profissão de *fé politica* na *Republica Portugueza,* que se publicava em Coimbra, redigida por Alves da Veiga, Alves de Moraes e Magalhães Lima, então academicos. Em 1873 foi nomeado chanceller do consulado da Republica Argentina em Lisboa. N'essa epoca (1873-1874) escreveu muitos artigos na imprensa diaria de Lisboa e Porto, especialmente no *Diario da Tarde,* de que era correspondente, tornando conhecida a Republica Argentina, e fazendo uma valiosa propaganda para o commercio de vinhos procurar aquelle vasto mercado, que, como Brazil, podia ser um largo consumidor dos nossos vinhos. Em 1875, fez parte d'uma commissão de escriptores, que se formou em Lisboa para promover uma subscripção em favor da filha d'um photographo francez, Arsène Hayes, um pobre emigrado, residente em Coimbra, livre pensador, a quem o clero d'aquella cidade negou sepultura. D'essa commissão fizeram parte Luciano Cordeiro, Rodrigo Affonso Pequito e Luiz d'Andrade. A commissão deu conta de tudo isto n'um folheto que se publicou e que foi largamente distribuido em 1875, com este titulo: *Subscripção liberal — Arsène Hayes: — Contas da commissão central de iniciativa de Lisboa: Luciano Cordeiro, presidente — Luiz d'Andrade, secretario — Alfredo de Mello, thesoureiro — Rodrigo Affonso Pequito, Albano*

Coutinho, vogaes — Lisboa, Tgpographia do jornal O Paiz, 1875. Alistado no partido republicano, Albano Coutinho escreveu alguns annos na *Democracia*, e fez parte dos primeiros trabalhos de propaganda iniciados em Lisboa em 1873, sendo um dos signatarios do primeiro manifesto que precedeu a fundação do *Centro* de Lisboa (1876). N'este anno, pela morte de seu pae, foi residir para Mogofores, dedicando-se á viticultura. Albano Coutinho é um dos mais strenuos defensores dos interesses agricolas da religião da Bairrada, e foi nomeado vogal da antiga commissão anti-phylloxerica do norte, presidida pelo visconde de Villar Alleu e com séde no Porto (1883). Apezar de entregue á viticultura, nunca abandonou os seus trabalhos litterarios e politicos. Assim escreveu em 1879 a comedia em 3 actos *A filha do commendador* para a inauguração do theatro de Anadia. Publicou em folhetins no *Partido do Povo*, de Feio Terenas, o *Divorcio*, romance original, e reuniu em volume sob o titulo *Ocios* os seus escriptos dos 20 annos. Collaborou com mais ou menos assiduidade no *Seculo* até ao anno de 1889, escrevendo muitos artigos doutrinarios e de propaganda democratica, e escreve ha muitos annos sobre assumptos agricolas no *Commercio do Porto*. Tem collaborado em quasi todos os jornaes republicanos do paiz. Foi eleito membro do corpo consultivo no congresso celebrado em Lisboa em 1888, e fez parte da mesa do congresso de 1891. Como viticultor, os seus vinhos teem obtido os primeiros premios nas exposições a que tem concorrido. Albano Coutinho é vice-presidente do *Syndicato Agricola do Districto d'Aveiro* e vogal ao conselho d'agricultura do mesmo districto. E' presidente da *Sociedade das Aguas da Curia* que se fundou em 1900 para explorar as nascentes minero-medicinaes que se encontram n'aquelle local (*V. Curia*). Assistiu ao congresso de viticultura realisado em Lyon em 1894, e tem feito varias viagens de estudo ao estrangeiro visitando a Hespanha, França, Italia e a Suissa.

Coutinho *(Fr. Antonio)*. Religioso da ordem de S. Domingos, a qual professou em 28 de agosto de 1602. Foi mestre na sua ordem, e prior do convento de Evora. N. em Coimbra em 15·5, e não se sabe a data do fallecimento. Escreveu: *Sermão prégado em S. Doming·s de Lisboa, por occasião do furto do Santissimo Sacramento que se fez em Santa Engracia*, Lisboa, 1630; *Sermão do Auto da Fé que se celebrou na cidade de Evora, domingo 14 de junho de 1637*, Lisboa, 1638.

Coutinho *(Bento do Amaral)*. Em 1708, na provincia de Minas Geraes no Brazil, havia uma lucta cruel e incessante entre os paulistanos e os forasteiros, nome que davam aos mineiros que iam do reino. O governo não pensava em cohibil-os, nem tinha mesmo força para isso. Os forasteiros em 1708 estavam debaixo, e escolheram para seu chefe um tal Manuel Nunes Vianna, que enviou contra os paulistanos do Rio das Mortes um corpo de 1:000 homens, commandado por Bento do Amaral Coutinho, que revelou então a indole mais violenta e mais cruel, praticando atrocidades inauditas. Effectivamente, constrangeu os paulistanos a refugiarem-se n'um matto, onde se fortificaram, sem que os forasteiros lhes pudessem fazer grande mal, por causa da espessura do arvoredo em que se abrigaram. Bloqueados porém no bosque, tiveram os paulistanos de se entregar, e Bento do Amaral Coutinho concedeu-lhes a capitulação recebendo-os como prisioneiros, mas apenas os viu desarmados, deu largas aos seus instinctos crueis, ordenando que não déssem quartel a nenhum d'elles e os matassem a todos. Deu-se então uma espantosa carnificina, a que Amaral Coutinho assistiu, e em que fôram victimas aquelles desgraçados, que se viam sem armas para se defenderem.

Coutinho *(D. Bernardo)*. Filho segundo dos condes de Borba. Foi alcaide-mór de Santarem e de Almeirim. Serviu em Arzilla, onde mostrou sempre grande intrepidez, perdendo um dos olhos n'um recontro com os moiros Esteve na tomada de Azamor com o duque de Bragança D. Jayme. Foi casado duas vezes, com duas filhas de D. Pedro de Menezes 1.° conde de Cantanhede.

Coutinho *(Christovão Freire de Andrade)*. Capitão de Safim, neto dos 1.°s condes de Penella. Nas guerras d'Africa combateu com valor e bravura. Caindo em poder do rei de Marrocos, foi resgatado por 3:000 cruzados.

Coutinho *(Fernando)*. Fidalgo, neto do 2.° conde de Marialva. Esteve na tomada de Azamor, e falleceu n'um combate com os moiros.

Coutinho *(D Fernando)*. D. Prior de Guimarães, bispo de Lamego e de Silves, etc. Ignora-se a data do nascimento, mas sabe-se que falleceu em Silves em 1536. Era filho de D. João da Silva, camareiro de D. João II, e de sua mulher, D. Branca Coutinho. Foi a Italia doutorar-se em Florença em Direito Civil e Canonico, e voltando á patria, D. João II o elegeu D. Prior de Guimarães. Em 1492 teve a nomeação de bispo de Lamego, e n'essa qualidade acompanhou á Roma a embaixada que o referido monarcha mandou ao papa Alexandre VI, perante o qual pronunciou uma oração latina de obediencia, que se imprimiu em 1493. Foi depois nomeado regedor da Casa da Supplicação, e em 1502 foi transferido para o bispado de Silves, por troca com o bispo D. João Camello Madureira. D. Fernando Coutinho foi um dos poucos prelados que se oppozeram ao estabelecimento da Inquisição, aconselhando D. João III a que não permittisse no reino aquelle tenebroso tribunal. O bispo de Silves recebeu na sua diocese a nova provincia da Piedade da ordem de S. Francisco, e occupou-se com muito empenho do convento do Cabo de S. Vicente, que foi primeiro de frades jeronymos e depois dos franciscanos da referida ordem da Piedade.

Coutinho *(D. Fernando)*. Alcaide-mór de Pinhel, marechal de Portugal, governador e capitão em Ceuta, etc. Era filho do conde de Marialva. Serviu com distincção nas guerras de Africa, e esteve em Tanger com os infantes D. Henrique e D. Fernando. Succedeu em 1451 ao conde de Arraiollos, no cargo de governador e capitão de Ceuta. Casou duas vezes; a primeira com uma filha do 1.° conde de Athouguia, e a segunda com a filha de Luiz Alvares Paes, mestre sala de D. Affonso V.

Coutinho *(D. Fernando)*. Marechal do reino no tempo d'el-rei D. Manuel. Em 1509 foi para a India commandando uma esquadra de 15 navios. Encontrou graves discordias entre D. Francisco de Almeida e Affonso d'Albuquerque, a quem o primeiro não queria entregar o governo. D. Fer-

nando Coutinho não se importou com o que se passava; as ordens que recebera em Lisboa indicavam-lhe simplesmente que obedecesse a Affonso de Albuquerque, e poz ás ordens d'elle a sua frota. Quando Antonio de Cintra, um dos cortezãos do vice-rei, vindo a bordo da esquadra cumprimentar o commandante em nome de D. Francisco d'Almeida, deparou com Affonso de Albuquerque, que suppunha preso em Cananor, ficou verdadeiramente fulminado. O vice-rei, sem fazer a mais leve observação, sem provocar disputas, entregou logo o governo ao seu successor. D. Fernando Coutinho, tendo ido para a India, como elle proprio declarou, não para buscar pimenta, mas para destruir Calicut, e desejando regressar breve a Portugal, instava com Affonso d'Albuquerque para que emprehendesse aquella expedição. O grande conquistador da India, depois de tomar as informações mais completas ácerca dos meios de defeza da cidade, e preparar uma esquadra de 20 navios, acompanhados de bastantes paraus que o rajá de Cochim puzera á sua disposição, partiu para Calicut no fim do anno de 1509, chegando ao seu destino a 3 de janeiro de 1510. D. Fernando Coutinho delineou e executou o assalto com os homens que commandava; o calor era, porém, horroroso, os combatentes, uns iam caindo pelo caminho, ao mesmo tempo que outros abrazados e cheios de fome, tratavam mais de roubar, que de combater. O inimigo, observando estes factos, assaltava desapiedadamente os portuguezes, fazendo n'elles grande mortandade. Affonso d'Albuquerque, com a sua autoridade de vice-rei, tendo por duas vezes advertido o imprudente marechal de que em tal situação era loucura combater, foi obrigado a ordenar-lhe imperiosamente que se retirasse. O marechal obedeceu finalmente. Como a retirada não era pouco perigosa por entre os habitantes hostis, Affonso d'Albuquerque foi na frente e abriu caminho; D. Fernando seguiu-o, mas ainda por um resto de obstinação voltou atraz, na idéa de deitar fogo ao palacio do Samori, e foi essa a sua perda. Depois de atear o incendio, quando marchava para de novo se reunir a Affonso d'Albuquerque, os naires o rodearam, travando-se então um combate desegual em que elle caiu morto, juntamente com mais dez ou doze fidalgos. Foi no dia 4 de janeiro de 1510 que se deu este combate infeliz, em que o marechal D. Fernando Coutinho falleceu pela sua imprudencia. Affonso d'Albuquerque, tendo conhecimento d'este facto, voltou atraz, mas já não pôde salval-o, e elle proprio ia tambem sendo victima, chegando ainda a ser ferido.

Coutinho *(D. Francisco)*. Era o filho mais novo de D. Filippa de Vilhena, que por ella foi armado cavalleiro no dia 1 de dezembro de 1640. Nada mais se conhece a seu respeito.

Coutinho *(D. Francisco José)*. Grande amador de musica, como affirma Barbosa Machado, no 4.º vol. da *Bibliotheca Lusitana*, a pag. 131, dizendo que foi tão insigne na arte de cavallaria como na da musica, tocando com destreza e suavidade os instrumentos de cravo e viola. N. em Lisboa em 1680 e fal. a 13 de fevereiro de 1724. Era filho de D. Manuel Pereira Coutinho, que foi governador de Angola de 1630 a 1635. Deixou diversas composições musicaes, como hymnos, psalmos, villancicos, responsorios, etc. Distinguindo-se entre ellas um *Te-Deum*, a 3 córos que se celebrou na egreja de S. Roque no dia 31 de dezembro de 1722. Na *Gazeta de Lisboa* de 7 de janeiro de 1723 vem uma noticia ácerca d'esta solemnidade e da composição da musica do *Te-Deum*, a que assistiu toda a nobreza e grande concurso de povo. D. Francisco tambem deixou uma missa a 4 córos com clarins, timbales e violinos, intitulada: *Scala Aretina*.

Coutinho *(Francisco de Lemos Ramalho de Azeredo)*. N. em Lisboa a 16 de novembro de 1812, fal. em Condeixa, onde tinha o solar de sua familia, em 1895. Era filho do desembargador Manuel Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, e neto e sobrinho neto de dois dos mais intimos amigos do marquez de Pombal, o dr. João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho e seu irmão o bispo de Coimbra, D. Francisco Lemos, reitor da Universidade de Coimbra, em seguida á reforma de 1772. Ficando orphão de pae e mãe, sendo ainda creança, ficou tutelado do tio, que, ao fallecer, o entregou aos cuidados do vice-reitor do seminario de Coimbra, onde foi recolhido para receber educação. Já então, nas suas turbulencias indomaveis, nas suas brincadeiras audaciosas, se esboçava o caracter e o genio d'este, que mais tarde, sob o nome quasi popular de *Lemos de Condeixa*, creou em torno de si toda uma lenda de valor e intrepidez. Tinha apenas 14 annos quando, levado pela paixão da vida militar e pelos rumores de guerra que corriam pelo paiz, formou o projecto de fugir do seminario e vir a Lisboa assentar praça. Conseguiu effectivamente evadir-se uma noite trazendo comsigo alguns valores; seguiu a estrada de Lisboa, e no dia seguinte chegou a Santarem, onde uma falúa o trouxe até Belem, e ali desembarcou, indo ao quartel de cavallaria n.º 4 offerecer-se para corneteiro. Encontrando-se-lhe os objectos de valor que trazia, entre os quaes se viam condecorações da ordem de Christo, houve desconfianças de que elle era mais do que pretendia inculcar, pois se apresentara como de nascimento muito humilde e pobre. Apertado com perguntas, confessou afinal a verdade, e foi remettido á familia do lado materno (Juromenhas), que residia em Lisboa; só mais tarde é que pôde realisar a sua grande ambição de ser soldado, assentando praça como cadete, em cavallaria n.º 4. N'esta situação o vieram encontrar os ultimos acontecimentos do governo do infante D. Miguel. Achava-se em Almada quando em julho de 1833 as tropas liberaes ali chegaram; Telles Jordão foi acutilado á sua vista. Ainda correu a galope ao castello, procurando resolver o governador a oppôr-se ao inimigo, caíndo sobre elle com toda a guarnição. Quando estava n'esta conferencia perto dos muros, viu avançar alguns officiaes do estado maior do duque da Terceira; quiz occultar-se, mas foi visto, e um official francez se lhe dirigiu. Travou-se então uma lucta entre os dois, de que resultou o official ficar morto, e Francisco de Lemos ser feito prisioneiro, vindo para Lisboa com as tropas vencedoras. Sendo a capital occupada pelos constitucionaes, o regimento de cavallaria n.º 4 foi incorporado no exercito de D. Pedro. Francisco de Lemos e outros cadetes realistas viam-se vigiados de perto não podendo fugir ás imposições do serviço, e lastimavam-se por se encontrarem em tão falsa posição, arregimentados sob uma bandeira, que não era a

sua. A todos se afigurava uma imperiosa necessidade de pôr termo a este estado de cousas, por meio d'uma manifestação qualquer, d'um acto audacioso e energico. Sabia-se que D. Pedro tencionava muito brevemente passar revista ao regimento no seu quartel de Belem. Foi para esse dia que se preparou o pequeno movimento revolucionario. O regimento estava formado na parada e o imperador appareceu a cavallo, seguido do seu estado maior. Ouviu-se a voz de desembainhar espadas, e esta ordem foi cumprida sem um movimento de hesitação, porém, o commandante do esquadrão a que pertencia o cadete Lemos, observou que este, em acto continuo á apresentação das armas, mettera de novo a espada na bainha, d'uma fórma violenta, e que denotava um proposito de insubordinação. Immediatamente outros camaradas o imitaram. O imperador, sendo informado do succedido, chamou o cadete rebelde, e ás perguntas que lhe dirigiu, obteve respostas energicas, mas respeitosas, em que o saudava sómente como irmão do seu rei, a quem sempre seria fiel. O imperador ficou impressionado com a attitude do joven cadete, e ordenou-lhe que o procurasse mais tarde. D'esta entrevista resultou Francisco de Lemos pedir a sua baixa do serviço, e liberdade para ir viver em paz para as suas terras, o que lhe foi concedido. Em 1816 e 1847, as esperanças da restauração do partido absolutista, alimentados pelos tempos revoltosos da Maria da Fonte, levaram-n'o, com muitos dos seus correligionarios a envolver-se de novo em politica. N'essa epoca deram-se então factos curiosos, em que elle deu provas do seu valor pessoal e do seu amor á causa realista. Uma vez prenderam n'o em Coimbra. Trazia comsigo documentos importantes, de que as autoridades tinham toda a certeza. Levaram-n'o á presença do conde das Antas. Fizeram-n'o esperar n'uma sala, em quanto o general o não recebia, e quando este appareceu, foi cuidadosamente apalpado, mas não foi possivel encontrarem-se-lhe os taes documentos. Francisco de Lemos, depois de observar todas aquellas diligencias, disse socegadamente, que os papeis estavam em logar seguro, e apontou para o estomago. Havia-os engulido em quanto esperara. Por esta occasião armou á sua custa um batalhão de 600 homens, com que entrou na Beira Baixa, e atravessando o Douro, veiu entrar no Porto, em cuja guarnição ainda fez serviço, quando já o movimento agonisava, e a intervenção estrangeira o ia terminar. Mallogradas de novo as suas esperanças politicas, Francisco de Lemos recomeçou a sua existencia de homem do mundo. Na Lisboa alegre da regeneração foi um dos primeiros na ala turbulenta e ruidosa dos elegantes d'aquella epoca. Em 1852 hospedou-se em sua casa em Condeixa D. Maria II, D. Fernando e o principe D. Pedro, depois D. Pedro V. A soberana offereceu lhe então o titulo de marquez de Pereira, que Francisco de Lemos rejeitou, declarando á propria rainha, que não reconhecendo a sua legitimidade no throno de Portugal, não podia acceitar mercês das suas mãos, porque só a reconhecia como sobrinha do senhor D. Miguel I, e como tal lhe tributava muito respeito. No dia 19 de setembro de 1853, por occasião do nascimento do filho do infante D. Miguel, foi agraciado pelo real proscripto com o titulo de conde de Condeixa, o que só pelo alvará que se lhe encontrou nos seus papeis, com a carta de D. Miguel, é que mesmo a sua familia soube d'esta prova de estima e amizade, que até então ignorava. Os ultimos annos da sua vida passou-os no seu solar de Condeixa, entregue aos cuidados da sua familia, sendo estimado e muito considerado pela população d'aquella villa.

Coutinho *(Gabriel)*. Religioso da ordem de S. Bernardo, que viveu no seculo XVIII, no convento d'Alcobaça. Era doutor em Theologia e prégador muito estimado. D'elle existem impressos alguns sermões

Coutinho *(D. Garcia)*. Foi o segundo capitão da fortaleza de Ormuz, depois da sua conquista por Affonso d'Albuquerque. No seu tempo houve uma revolta dos naturaes da ilha, e a fortaleza foi cercada, achando-se D. Garcia tão desprevenido que nem sequer tinha agua sufficiente, mas a sua bravura e a dos seus soldados tudo suppriram, e quando D. Luiz de Menezes, irmão do governador da India D. Duarte de Menezes, chegou em soccorro da praça, já encontrou dominada a revolta. Como D. Garcia Coutinho acabara o tempo de serviço, D. Luiz de Menezes deu posse ao novo governador que trazia comsigo, porém tendo mais confiança em D. Garcia, ordenou-lhe que ficasse tambem para resolver umas questões que se tinham levantado com o rei de Ormuz, ou antes com o ministro do rei d'Ormuz. D. Garcia Coutinho resolveu essa questão, á moda do seu tempo, mandando assassinar o ministro, mas como o assassino matou primeiro o irmão do ministro, este fugiu, vindo a cair no poder de D. Garcia, que o prendeu, e deixando o entregue ao seu substituto, partiu para a India no principio do anno de 1522, porém na viagem naufragou, e falleceu.

Coutinho (*Gaspar da Costa Pereira de Vilhena*). Escrivão de direito na comarca de Villa Verde. N. a 10 de agosto do 1779, na quinta de Alvarenga, nos suburbios de Braga, e fal. com mais de 80 annos de edade Era filho de Gaspar da Costa Pereira de Vilhena, e de sua terceira mulher, D. Maria José da Costa Pereira Carvalho Favart, pessoas muito distinctas da provincia do Minho. Cursou os estudos de humanidades nas aulas do Seminario e da Congregação do Oratorio, de Braga, e alguns annos na faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, onde alcançou distincções, sem que todavia chegasse a formar-se por circumstancias que sobrevieram. Escreveu: *Exame critico das poesias do conselheiro Antonio José Maria Campello;* saiu no *Moderado*, jornal politico e litterario de Braga, 1853, n.ºs 6 e 14, e 1854, n.º 39; *Exposição das exequias solemnes que fez a Camara Municipal de Braga pelo eterno descanço de S. M. a senhora D. Maria II, em 24 de dezembro de 1853;* saiu anonymo no mesmo jornal, 1853, n.º 32. Publicou em diversos jornaes outros artigos de litteratura, assignados com as iniciaes G. C., outros só com a letra G., e outros anonymos. Foi tambem redactor do *Pharol do Minho*, jornal de Braga, 1854. Vilhena Coutinho fez tambem estampar na lithographia da mesma cidade um notavel mappa da Criméa, no formato grande folio, que pela sua execução mereceu os louvores da imprensa. Foi gravado na pedra, sendo talvez a primeira obra que por semelhante processo se executou em Portugal.

Coutinho (*D. Gastão*). Filho do 2.º conde de Marialva; militou na Africa, e serviu na guerra

contra Castella no tempo de D. Affonso V. Passando a Hespanha, serviu no exercito de D. Fernando e de D. Izabel na guerra de Granada, e sendo muito estimado d' stes monarchas, casou com D. Toda Centelhas, dama da rainha. Compoz uma genealogia da sua familia, que ficou manuscripta.

Coutinho *(D. Gastão)*. Um dos fidalgos da acclamação de D. João IV, fallecido em janeiro de 1655. Foi governador das armas do Minho, onde alcançou varias victorias contra os hespanhoes.

Coutinho *(D. Gonçalo)*. Fidalgo que serviu na India no tempo de Nuno da Cunha. Era irmão do conde de Marialva, D. Francisco Coutinho. Sendo ferido gravemente no ataque de Salsete, morreu pouco tempo depois em Gôa. No *Cancioneiro* de Garcia de Rezende andam publicadas algumas das suas poesias.

Coutinho *(D. Gonçalo)*. Fidalgo que viveu na India, para onde embarcou em 1591. Esteve na tomada das naus de Méca, na derrota de Catamuca, na empresa de Janafapatão e na do Morro de Chaul, onde foi ferido. Fal. n'um combate com a armada de Malabar.

Coutinho *(D. Gonçalo)*. Conselheiro de Estado de Filippe III, de Portugal, commendador das commendas de Vaqueiros e de Santa Luzia de Trancoso da ordem de Christo; serviu em Arzilla e Mazagão, e foi governador d'esta ultima praça, e depois do reino do Algarve, etc. Era natural de Lisboa, e fal. em edade muito avançada no anno de 1634. Tinha por paes D. Gastão Coutinho e D. Filippa de Sousa. Foi um dos grandes amigos de Camões, e quem lhe mandou trasladar o cadaver, dezeseis annos depois da morte do grande poeta, para uma sepultura mais decente, gravando sob a campa um epitaphio, como testemunho da amizade que lhe consagrava, grangeando para si com esse acto honrosa memoria na posteridade. D. Gonçalo Coutinho deixou manuscripta uma continuação da *Historia do Palmeirim de Inglaterra*, e impresso o seguinte: *Discurso da jornada de D. Gonçalo Coutinho á villa de Mazagão, e seu governo n'ella offerecido a el-rei nosso senhor Filippe III de Portugal*, Lisboa, 1629; *Vida do doutor Francisco de Sá de Miranda, colligida de pessoas fidedignas que o conheceram e trataram, e dos livros das gerações d'este reino;* anda sem nome do autor incorporada nas *Obras* de Sá Miranda das edições de 1614 e 1784.

Coutinho *(A infanta D. Guiomar)*. Era filha de D. Francisco Coutinho, 4.º conde de Marialva, e de D. Brites de Menezes, condessa de Loulé, e por isso herdeira dos condados de Marialva e de Loulé; foi esposa do infante D. Fernando, filho d'el-rei D. Manuel. Referem as chronicas que o monarcha havia ajustado este casamento com o conde de Marialva, o qual se não effeituara desde logo, por ser o infante ainda muito creança, deixando porém este contrato muito recommendado, em testamento, a seu filho e successor D. João III. Quando o infante D. Fernando chegou á edade de poder casar, o monarcha, cumprindo as determinações de seu pae, tratou dos preliminares do casamento, mas appareceu o marquez de Torres Novas, D. João de Lencastre, reclamando D. Guiomar Coutinho por sua legitima mulher, fazendo publica declaração de que ha muito tempo estavam casados, sendo o casamento celebrado clandestinamente. Este caso imprevisto e extraordinario causou o maior espanto na côrte e collocou o monarcha em gravissimas difficuldades. Mandou logo chamar os mais autorisados letrados do reino, canonistas e theologos, a quem encarregou de resolverem esta melindrosa causa. Da consulta do sabio congresso resultou ser preso o marquez de Torres Novas, e encarcerado no castello de S. Jorge de Lisboa, sendo tambem intimado a sair da côrte, seu pae, o mestre de S. Thiago e de Aviz, o infante D. Jorge de Lencastre, duque de Coimbra. A questão durou nove annos, até que o soberano a submetteu novamente a outros theologos e canonistas, e persistindo D. Guiomar sempre contra o marquez, a causa foi condemnada em 1529, realisando-se o casamento com o infante D. Fernando em 1530. O marquez de Torres Novas, que durante o longo processo se conservara preso, retirou-se então para Setubal, e foi mais tarde agraciado com o titulo de 1.º duque de Aveiro (V. *este titulo*). Os dois esposos pouco tempo viveram, porque D. Fernando falleceu em Abrantes a 7 de novembro de 1534, e D. Guiomar, na mesma villa, a 9 do seguinte mez de dezembro. A historia d'este casamento foi aproveitada pelo fallecido escriptor Camillo Castello Branco, escrevendo o drama intitulado *O Marquez de Torres Novas*, em 5 actos e 1 epilogo. Bernardino Pinheiro tambem aproveitou este episodio para um romancesinho chamado *D. Guiomar Coutinho*.

Coutinho *(D. Guterres)*. Era neto do 1.º marquez de Marialva, e foi um dos fidalgos que entraram na conspiração do duque de Vizeu. Sendo esta descoberta, foi preso no castello de Aviz, onde morreu em 1484. O chronista Ruy de Pina dá a entender, que, por ordem regia, houve alguem que se encarregou de lhe abreviar a existencia para evitar os tormentos do carcere.

Coutinho *(D. Henrique)*. Era filho de D. Fernando, alcaide mór de Pinhel, governador de Ceuta, etc. Foi desembargador do Paço, D. Prior de Guimarães, e tendo sido mandado a Roma para acompanhar o embaixador D. Rodrigo de Castro, falleceu n'esta cidade.

Coutinho *(Fr. Henrique)*. Religioso da ordem da Trindade, e por alguns annos procurador geral da ordem. Foi muito dado ao estudo da chimica, e traduziu do latim as obras de João Baptista Helmonsio. Fal. em 1707.

Coutinho *(Fr. Ignacio)*. Religioso da ordem de S. Domingos, e um des oradores sagrados de mais fama no seu tempo, e egualmente estimado tanto em Portugal como em Hespanha. N. em Coimbra entre os annos de 1588 a 1592, fal. no convento de Sevilha em 1647. Escreveu: *Promptuario espiritual sobre os evangelhos das festas dos Santos, que a Egreja Catholica celebra pelo discurso do anno, primeira parte*, etc., Lisboa, 1636; foi traduzido em lingua castelhana por fr. Francisco Palau, e publicada em Madrid, em 1647; a 2.ª e 3.ª partes tambem se publicaram em hespanhol, em Madrid, pelo proprio autor, em 1646 e 1647; os tres volumes fôram traduzidos em latim, e se imprimiram em Bruxellas. Fr. Ignacio Coutinho publicou em Lisboa em 1623 um *Sermão prégado na egreja de S. Mamede de Lisboa, na commemoração geral que se fez pelas necessidades do reino;* e outro, no Porto, em 1630, prégado na egreja de S. Domingos d'esta cidade, no ultimo dia do triduo que se realisou pela Paschoa da Resurreição.

Coutinho *(D. Jeronymo)*. Fidalgo do seculo XVII. Foi conselheiro de Estado, presidente do Desembargo do Paço, e eleito vice-rei da India, cargo que não acceitou. Fal. em 1630, contando 70 annos de edade.

Coutinho *(João)*. Engenheiro, que viveu no seculo XVII. Em 1649 embarcou para o Brazil na armada da companhia geral a cargo do general Manuel de Miranda Henriques; em 1663 foi servir, como ajudante engenheiro, na provincia do Alemtejo; em 1667 passou á provincia de Traz-os-Montes. Assistiu á batalha do Ameixial e á reconquista de Evora. Trabalhou ainda em outras fortificações do Alemtejo, como Villa Viçosa e Montemór-o-Novo. Embarcou tambem para Angola com o governador Francisco de Tavora, onde se conservou sete mezes, regressando então ao reino por se sentir doente. Foi mais tarde nomeado engenheiro de Pernambuco por carta regia de 15 de agosto de 1676, com o posto de capitão de infanteria *ad honorem* e o soldo de réis 25$000 por mez. Depois de ter servido por muitos annos em Pernambuco, Mazagão, praças do Alemtejo e do Algarve, foi nomeado capitão engenheiro das ilhas de Cabo Verde e mais praças subordinadas, com o soldo de 25$000 réis, pago pela Companhia de Cacheu e Cabo Verde. A carta regia d'esta nomeação tem a data de 12 de janeiro de 1696.

Coutinho *(D. João)*. Bacharel em Canones pela Universidade de Coimbra, bispo do Algarve e de Lamego, arcebispo de Evora, etc. Era filho do 1.º conde de Villa Franca, e morreu em Elvas a 12 de setembro de 1643. Foi deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, e a 16 de abril de 1611 teve a nomeação de reitor da Universidade, logar de que tomou posse a 31 de maio seguinte. Em 1618 foi eleito bispo do Algarve, sendo transferido em 1627 para a sé de Lamego, passando depois ao arcebispado de Evora em 1636. Tendo sido insultado pelo povo d'esta cidade nos tumultos que precederam a revolução de 1640, partiu para Madrid, foi nomeado presidente do conselho de Portugal, continuando a viver ali depois da acclamação de D. João IV. Achando se muito doente, pôde alcançar licença para regressar á sua egreja de Evora, mas ao chegar a Elvas peorou bastante, e ali falleceu.

Coutinho *(João de Azevedo)*. Capitão-tenente da armada, governador geral de Moçambique. O seu nome completo é João Antonio de Azevedo Coutinho Fragoso Sequeira. N. em 3 de fevereiro de 1865. Tem-se distinguido muito nas campanhas d'Africa, onde conseguiu conquistar um nome glorioso, sendo ainda muito novo. E' um dos poucos officiaes a quem foi conferido o nobre titulo de benemerito da patria, na memoravel sessão parlamentar de agosto de 1890. Um dos seus primeiros trabalhos, sendo ainda guarda marinha, foi a sondagem e levantamento do rio Muite, defronte da ilha de Moçambique, que mais tarde foi impresso pelo almirante inglez, pela Sociedade de Geographia ingleza, pela de Lisboa, de Manchester, e pelo nosso ministerio da marinha. E' longa a relação dos seus serviços em Africa em que sempre combateu pelo prestigio do nome portuguez, mesmo á custa do seu proprio sangue, pois que já por vezes tem sido ferido. Em agosto de 1885 avassallou o regulo de Sangoge; no anno de 1886, sendo commandante do hiate *Lurio*, dirigiu a defeza da aringa do Infusse, em março, repellindo o ataque no fim de tres dias de lucta; fez parte da expedição dirigida contra o regulo do Mogingol, no mez de agosto; tomou, depois de 14 horas de fogo, os territorios de Chilomo, em 17 de novembro; a capital dos Makololos em 6 de dezembro, commandando as forças portuguezas, aprisionando o chefe dos indigenas e um filho do regulo; foi o mais ousado official que Serpa Pinto encontrou ao seu lado, e como premio da sua coragem e dedicação, deu o nome do *Azevedo Coutinho* a uma estação ou villa que fundou na região do Chire. Tomou a serra de Mechiolo em 11 do referido mez, em 15 fez a occupação militar das terras de Massea, no dia 19 tomou Katunga. A 10 de junho do anno de 1890 realizou a occupação completa do curso do Ruo; realisou a tomada de 7 povoações na serra do Mulolo, nos dias 16, 17 e 18 do referido mez e anno; tomou 5 povoações do regulo Gumbi, reduzindo-o á obediencia nos dias 22 e 23; e fez a occupação das terras do regulo Magassan, já nos ultimos dias ainda do mez de junho. Nenhum d'estes regulos conhecia a autoridade portugueza desde a guerra do Massingire em 1881. No mesmo anno de 1890, mandando o governo portuguez recolher Serpa Pinto ao reino, em vista da suspensão de operações no Chire, que exigiu o *ultimatum* de Inglaterra, de 11 de janeiro, ficou Azevedo Coutinho commandando as forças militares que ali estavam para manter a neutralidade durante as negociações com o governo inglez. O destemido official, em 17 de dezembro de 1891, tomou e arrazou a aringa de Moutondo, e no dia immediato tomou Mafundo, após um sangrento combate de 10 horas, em que ficou gravemente ferido. Ainda entrou em outras campanhas africanas, ficando sempre victorioso. Na expedição que saiu de Lisboa, em 17 de dezembro de 1896, foi commandar voluntariamente a companhia de guerra de marinha que combateu contra os namarraes. Da fórma como se houve n'esta expedição mereceu a medalha de prata de bons serviços, por proposta de Mousinho d'Albuquerque, *«pela maneira como commandou as forças engajadas na Naguema, Ibrahimo e Mucuto-Muno, e pela boa ordem e disciplina que manteve na sua companhia.* Mousinho, que tinha n'elle a maior confiança, o propoz para governador da Zambezia. Em 1897, os primeiros assassinios nas proximidades de Sena, davam-se a 20 de maio, e a ousadia dos revoltosos era tanta, que a 25 assaltaram uma lancha que descia de Téte com material de guerra, apoderando-se, proximo da ilha de Chinguingue, de duas peças Hotchkiss e municiamento respectivo; mas a 29 de junho já João Coutinho saia de Sena com uma columna de operações com 150 praças indigenas das companhias de guerra e 2:000 cipaes, irregulares da Maganja além-Chire, de Sena e de Guengue. A 4 de julho, no ataque da aringa da Mavuca, a columna avançava sob o fogo das peças citadas, facto sem exemplo nas nossas guerras coloniaes. O proprio Cambuemba e um seu genro, antigo moleque do coronel Paiva de Andrada, serviam a bôcca de fogo, e a nossa victoria teve, portanto, um effeito moral extraordinario. A 28 de julho a columna era dissolvida, tendo arrazado e tomado 12 aringas, entrando em fogo perto de 20 vezes. O governo da Zambezia melhorou muito com a administração de Azevedo

Coutinho, e Mousinho, n'um telegramma dirigido directamente a el-rei senhor D. Carlos, pedia-lhe para o governador da Zambezia a commenda da ordem da Torre e Espada. Doze dos seus amigos da Zambezia, entre os quaes se contavam quatro officiaes de marinha, ali de serviço, lhe offereceram as insignias do officialato da Torre e Espada, mercê com que fôra agraciado, offerta acompanhada d'uma mensagem impressa em pergaminho, e encerrada n'uma pasta magnifica de couro da Russia, tendo em letras de ouro a seguinte dedicatoria : *A Azevedo Coutinho, 15 de março de 1902.* A medalha era de ouro, toda cravejada de brilhantes e saphiras. No dia 19 de abril de 1902 partiu para a Africa Oriental uma expedição, afim de fazer respeitar a nossa bandeira, submettendo o regulo do Barué, que até então zombara impunemente da soberania portugueza. Para commandar esta expedição foi escolhido Azevedo Coutinho. A fórma como este distincto official se houve, foi mais uma brilhante prova do seu reconhecido valor militar. N'essa expedição recebeu a medalha de ouro *Rainha D. Amelia.* No seu regresso, a Sociedade de Geographia lhe conferiu na sessão de 5 de janeiro de 1903, a medalha de honra da Sociedade, a mais elevada distincção que os seus estatutos concedem *por assignalados serviços á sciencia, á nação portugueza, quando prestados em defeza dos direitos e das glorias nacionaes ou no engrandecimento material da mesma Sociedade.* A 23 de maio do referido anno, em sessão solemne em sua homenagem, lhe foi entregue a medalha, proferindo n'essa occasião um brilhante discurso o capitão de estado maior sr. Ayres de Ornellas, pondo em relevo os gloriosos serviços prestados nas guerras africanas pelo valoroso official de marinha. O seu relatorio sobre a campanha de Barué é um trabalho muito interessante e completo, e n'elle se descreve geographicamente a região, contendo além d'isso uma noticia historica dos povos que a habitam e noções sobre a sua raça, usos e situação politica A segunda parte do relatorio refere-se exclusivamente ao plano da campanha. Azevedo Coutinho tem commandado os hiates *Lurio* e *Tungue*, a lancha canhoneira *Chorim*, o vapor *Auxiliar*, esquadrilha do Zambeze, transporte *Salvador Corrêa*, e a canhoneira *Liberal;* commandou tambem a columna de operações na Maganja da Costa Tem sido louvado por muitos serviços prestados em campanha. E' cavalleiro das ordens de Aviz e de Christo; official e commendador da Torre e Espada ; official honorario de el-rei senhor D. Carlos; tem a medalha de ouro de serviços no ultramar (legenda expedição guerra Chire, Mololo, Barué), 1889, 1890 e 1891 ; medalha de ouro do valor militar; a de ouro de valor militar pelos serviços que prestou na campanha contra Gabuemba em 1897 ; as medalhas de prata de comportamento exemplar, da classe de bons serviços, e commemorativa da expedição aos namarraes em 1896. Sendo nomeado governador geral de Moçambique, partiu para o seu governo em 16 de janeiro de 1905, onde actualmente se conserva. Ultimamente foi agraciado com o grau de official da Legião de Honra, depois da visita do presidente da Republica Franceza Mr. Loubet a Lisboa.

João de Azevedo Coutinho

Coutinho *(D. João de Azevedo Sá).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, escriptor muito considerado, etc. Era mais conhecido geralmente por D. João de Azevedo. N. em Viauna do Castello em 15 de outubro de 1811, fal. em Lisboa a 18 de dezembro de 1854. Pertencia á nobre familia da casa da Tapada ou de S. João Rei, á qual tambem pertenceu D. Briolanja de Azevedo, casada com o poeta Sá de Miranda. Tendo cursado a faculdade de Direito formou-se em 1831, e logo em seguida foi nomeado pelo governo de D. Miguel juiz de fóra de Freixo de Numão; mas como as suas idéas não eram muito de accordo com os principios do absolutismo, quando em 1834 passaram junto d'aquella villa as tropas constitucionaes, D. João de Azevedo proclamou o governo de D. Maria II, e em seguida retirou-se para a sua casa de Braga, demonstrando assim que obedecera ás suas convicções e não aos conselhos do interesse. Permaneceu em Braga afastado da vida publica até 1836, anno em que fundou o *Cidadão philantropo*, que foi o primeiro jornal politico e litterario impresso em Braga. Em 1837 tomou parte na reacção tentada contra a revolução de setembro, e serviu como auditor nas forças que compunham a divisão commandada pelo barão de Leiria, por occasião da revolta dos marechaes, emigrando para Hespanha em seguida á acção de Ruivães. Voltando á patria em 1838, foi em 1840 nomeado secretario geral do districto de Aveiro, e depois da restauração da Carta, foi eleito deputado em 1842, tomando assento na respectiva camara, no partido da opposição. Tornou para Braga, quando terminou a legislatura, e sobrevindo a revolução do Minho de 1846, juntou-se aos insurgentes, seguindo fielmente a Junta do Porto, até que terminada a lucta, se recolheu novamente a sua casa. Em 1852, depois da queda de Costa Cabral, veiu a Lisboa solicitar um emprego, que se lhe tornava muito preciso, por ter malbaratado a pequena fortuna que lhe coubera como filho segundo, e falleceu sem conseguir o que desejava. Como escriptor, D. João do Azevedo revelou um verdadeiro talento, apresentando comtudo pouca originalidade. Escreveu dois romances, que saíram em folhetins no *Nacional*, e depois em separado, intitulados *O Sceptico* e o *Misantropo.* Collaborou na *Chronica Litteraria da Nova Academia Dramatica*, de Coimbra, no *Ramalhete,* na *Miscellanea poetica*, no *Pirata*, e quando esteve em Lisboa em 1853, foi o redactor principal do jornal politico *Esperança*, substituindo n'esse encargo o dr. Alves Martins, depois bispo de Vizeu, e continuando até que esse jornal appareceu com o titulo de *Arauto.* No *Moderado,* folha de Braga, veiu publicado em 1854, n.º 132, um arti-

go necrologico a seu respeito. Além do que fica citado, escreveu: *O conde D. João, ou a côrte de Versailles em 1774*, drama historico em seis quadros, Lisboa, 1844; *Costa Cabral em relevo, ou Memoria biographica d'este ministro, para servir de auxiliar á historia do dia*, Lisboa, 1844; foi publicado anonymo; *Quadro politico, historico e biographico do parlamento de 1842, por um Eremita da Serra d'Arga*, Lisboa, 1845; sem declaração do seu nome; *Os dois dias de Outubro, ou historia da «Prerogativa»*, Porto, 1848; *Estatutos e regulamento da associação philographica*, Porto, 1851. Esta associação, que devia ser formada dos escriptores portuguezes, congregados com o fim de mais commoda e economicamente poderem imprimir as suas obras sem dependencia de editores, ficou sem effeito em razão dos successos politicos de maio de 1857.

Coutinho *(João Pereira Ramos de Azeredo)*. Do conselho da rainha D. Maria I, doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, desembargador do Paço, procurador da Corôa, guarda-mór do Real Archivo, deputado da Real Mesa Censoria, etc. N. no Rio de Janeiro em 2 de julho de 1722, fal. em Lisboa a 6 de fevereiro de 1799. Era filho primogenito de Manuel Pereira Ramos de Lemos de Faria, e de D. Helena de Andrade Souto Maior Coutinho. Depois de estudar os preparatorios na sua patria, veiu para Portugal, e graduando-se em Canones em julho de 1744, começou desde logo a empregar-se no serviço do estado, primeiramente nos exercicios de oppositor ás cadeiras da Universidade, sendo almotacel pelo corpo academico, vice-conservador, e ouvidor das contas em 1748, e por fim conselheiro. Em 1749 fez opposição á ultima cathedrilha de canones, foi creado deputado em 1754, e substituiu a cadeira de Sexto e outras, quando os proprietarios estavam ausentes. Vindo a Lisboa, depois do terremoto de 1755, foi convidado para uma béca do collegio de S. Paulo, mas conservando-se na côrte, o marquez de Pombal o encarregou de assistir ás conferencias, que se faziam em casa do reitor da Universidade, Gaspar de Saldanha, e que tinham por fim tratar da reforma d'esse estabelecimento scientifico. Em 1763 foi despachado desembargador da relação da Bahia, mas continuou a permanecer em Lisboa, d'onde tambem não saiu, quando em 1768 foi transferido para a relação do Porto, porque logo em seguida recebeu a nomeação de ajudante do procurador da Corôa com a faculdade de servir assim nos despachos dos feitos e tambem para os papeis dos tribunaes. Creando-se ainda n'esse anno de 1768 a Real Mesa Censoria, foi João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho nomeado deputado, sendo despachado pouco depois desembargador da Casa da Supplicação, e em 1769 procurador geral da Santa Egreja de Lisboa para vigiar a execução do novo regimento então dado pelo cardeal Saldanha para a administração e arrecadação da fazenda d'ella. Ausentando-se n'esse anno para a sua quinta do Canal o procurador da Corôa, ficou Azeredo Coutinho servindo o logar até passar em junho de 1771 a proprietario. Tratando-se novamente da reforma da Universidade, foi n'ella creado reitor o irmão de Azeredo Coutinho, o dr. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho; quando se nomeou a junta chamada da *Providencia Litteraria*, foi Azeredo Coutinho incluido no numero dos seus conselheiros. Esta junta realizou a primeira sessão a 29 de janeiro de 1771, e em agosto do anno seguinte se concluiu o trabalho, em que os dois irmãos Coutinhos tiveram a melhor parte. Durante o tempo do marquez de Pombal ainda Azeredo Coutinho foi encarregado de varias commissões especiaes de importancia, e quando depois da morte de D. José, o grande ministro foi demittido e exilado para Pombal, não lhe voltou as costas e até o visitou no seu retiro, oppondo-se energicamente ao processo em que se pensou intentar contra elle, processo que não proseguiu. No entretanto, o arrojado procurador geral foi dispensado pelos novos ministros do exercicio das commissões, e caiu no desagrado da côrte assim como seu irmão. Depois ainda se oppoz á revisão do processo dos Tavoras, ou antes á publicação e execução da sentença revisora, que pretendendo condemnar o marquez de Pombal, condemnava verdadeiramente el rei D. José. Por isso, quando passou mais o movimento da reacção, a rainha chamou-o novamente ao exercicio activo do seu cargo, por decreto de 3 de fevereiro de 1789, dando-lhe outra vez entrada no conselho de ministros. Azeredo Coutinho casou em 1772 com D. Maria do Cardal Ramalho da Fonseca Arnaut do Rivo. Na *Revista trimensal do Instituto* do Brazil, tomo II, pag. 118 a 122 da 2.ª edição, vem a biographia de João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, escripta pelo conego Januario da Cunha Barbosa; na mesma *Revista*, vol. XXII, pag. 451 a 485 tambem se encontram documentos interessantes a seu respeito. Apezar de não ter publicado nunca obra alguma em seu nome, consta que fôra elle um dos principaes collaboradores do *Compendio historico da Universidade de Coimbra*, e dos *Novos Estatutos* da mesma Universidade, auxiliado principalmente por seu irmão D. Francisco de Lemos, que depois foi reitor da Universidade e bispo de Coimbra.

Coutinho *(D. José Joaquim da Cunha de Azeredo)*. Bispo de Pernambuco, etc. N. no distr. da comarca dos Campos de Goitacases, na prov. do Rio de Janeiro, a 8 de setembro de 1742, fal. a 12 de setembro de 1821. Era filho de Sebastião da Cunha Rangel Coutinho, senhor de grandes engenhos de assucar na provincia do Rio de Janeiro, e de D. Izabel Sebastiana Rosa de Moraes. Seus paes, em 1748, em consequencia de alguns tumultos populares, vieram viver para a cidade do Rio de Janeiro, e foi ali que seu filho frequentou até aos 20 annos os estudos primarios e secundarios. Concluindo com aproveitamento o curso de humanidades, percorreu durante alguns annos as terras da sua provincia e da de Minas Geraes. Contava já 30 annos quando se resolveu a trocar o estado civil pelo ecclesiastico, renunciando os direitos da progenitura em seu irmão segundo, e veiu para Portugal, onde se matriculou na Universidade de Coimbra no curso de direito canonico, o qual terminou em 1775, tomando o grau de bacharel. Em 1784 foi despachado arcediago da sé do Rio de Janeiro, mas recebendo em 1785, quando estava para embarcar, a nomeação de deputado do Santo Officio de Lisboa, voltou á Universidade, e tomou o grau de doutor no fim d'um novo anno de estudos e applicando se então ás sciencias moraes, economicas e politicas, escreveu algumas memorias, que offereceu á Academia Real das Sciencias. Em 1794 foi eleito

bispo de Pernambuco, partindo para o seu destino em 1798, sendo logo em seguida nomeado director geral de estudos, governador interino d'aquella capitania e presidente da junta de fazenda, cargos em que muito se distinguiu, não só como prelado de saber e de virtudes, mas como um habil e zeloso governador. Deu começo a muitas obras publicas de grande utilidade para o desenvolvimento da capitania e para a segurança das costas, instituiu um seminario de estudos secundarios e ecclesiasticos no antigo collegio dos jesuitas de Olinda, creou varias aulas das linguas franceza, latina e grega, de philosophia, rhetorica, poetica, geographia, historia, mathematica e theologia, reorganisou a instrucção primaria na capitania, sujeitando-a uma direcção superior, formou um regimento de artilharia para defeza da praça, melhorou as finanças, e fundou um recolhimento de meninas pobres. A imparcialidade e rectidão com que se havia nos negocios de administração, levantaram contra elle a opposição de algumas das autoridades, que representaram na côrte de Lisboa contra o bispo, como governador interino de Pernambuco. Mandando para a metropole a sua defeza documentada, foi o seu procedimento approvado e até elogiado pelo governo, mas D. José, impressionado e muito desgostoso, pediu para trocar a mitra por outra qualquer do reino, pedido a que o principe regente D. João accedeu, transferindo-o em 1802 para a diocese de Bragança e Miranda. Não podendo tomar posse d'esse cargo, por haver o bispo respectivo reclamado contra a desistencia que fizera por um acto involuntario, conservou se em Lisboa até que em 1806 teve transferencia para o bispado de Elvas, onde estava residindo quando se deram as tres invasões dos francezes, durante as quaes prestou serviços importantes, animando a reacção dos portuguezes contra os estrangeiros. Tendo, porém, publicado um opusculo ácerca do direito do padroado, que competia aos soberanos de Portugal, as suas idéas não agradaram á côrte do Rio de Janeiro, que expediu uma carta regia em 2 de março de 1810, ordenando aos governadores do reino que recolhessem todos os exemplares d'essa obra como offensiva á autoridade da Mesa da Consciencia e Ordens, e ás prerogativas do grão mestrado das ordens militares. Mais tarde foi feita justiça ao illustre prelado, e vagando a mitra de Braga, que era uma das mais rendosas de Portugal, foi para ella despachado. Não desejando, porém, deixar a sua diocese de Elvas, onde era muito estimado, não acceitou a transferencia, e ali se conservou até 1818, anno em que teve a nomeação de inquisidor geral do reino e presidente da junta do exame do estado e melhoramento temporal das ordens religiosas. Proclamada a revolução de 24 de agosto de 1820, e procedendo-se ás eleições no Brazil, foi D. José o primeiro deputado escolhido pela provincia do Rio de Janeiro para as côrtes, mas não chegou a entrar nas luctas do congresso, porque tomando assento a 10 de setembro de 1821, falleceu repentinamente dois dias depois. Desde 1791 que era socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Escreveu: *Memoria sobre o preço do assucar*, saiu no tomo III, das Memorias economicas da Academia Real das Sciencias, sendo reimpressa, mais correcta e augmentada, no fim do *Ensaio economico sobre o commercio de Portugal e suas colonias, publicado de ordem da Academia Real das Sciencias*, Lisboa; esta obra, em que o autor patenteava á Europa em 1794 a opulencia das possessões portuguezas, e muitas particularidades ainda então ignoradas com respeito ao vasto e rico continente do Brazil, não só foi bem acceita dos nacionaes, mas obteve os louvores dos eruditos estrangeiros, transcrevendo-a Link na sua *Viagem;* saiu 2.ª edição *corrigida e accrescentada pelo autor*, Lisboa, 1816; 3.ª edição em 1828; *Estatutos do seminario episcopal de N. S.ª da Graça da cidade de Olinda*, Lisboa, 1798; *Estatutos do Recolhimento de N. S.ª da Gloria do logar da Boavista de Pernambuco*, Lisboa, 1798; *Analyse sobre a justiça do commercio do resgate dos escravos da costa d'Africa;* esta obra, segundo consta, foi escripta em 1796, mas não se sabe se n'esse anno ou no seguinte se publicou em Portugal; o que é certo, é que foi traduzida em francez, e impressa em Londres em 1798; do original existe uma edição feita em Lisboa em 1808; a esta edição que se diz *novamente revista e accrescentada por seu autor*, anda annexo um pequeno folheto com o titulo de *Concordancia das leis de Portugal e das bullas pontificias; Discurso sobre o estado actual das minas do Brazil*, etc., Lisboa, 1804; *Allegação juridica sobre o padroado das egrejas e beneficios do Cabo Bojador para o sul*, etc., Lisboa, 1804; os exemplares d'esta obra fôram mandados recolher por uma provisão do principe regente D. João, de 20 de junho de 1804; *Commentario para a intelligencia das bullas que o doutor Dionysio Miguel Leitão Coutinho juntou á sua «Refutação contra a Allegação juridica sobre o padroado das egrejas e beneficios do Cabo Bojador para o sul», sobre a jurisdicção dos bispos ultramarinos*, etc., Lisboa, 1808; tambem fôram mandados supprimir os exemplares, em 1810; *Defeza de D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho. sendo governador interino da capitania de Pernambuco*, Lisboa, 1808; *Informação dada ao ministro de estado dos negocios de fazenda, D. Rodrigo de Sousa Coutinho*, (ácerca da queixa que contra o bispo fizeram alguns professores de instrucção publica de Pernambuco), Lisboa, 1808; *Respostas dadas ás propostas feitas por alguns parochos da diocese de Pernambuco*, Lisboa, 1808; *Exhortações pastoraes do ex.mo bispo d'Elvas aos seus diocesanos*, Lisboa, 1811; *Copia da carta que a Sua Magestade el rei o senhor D. João VI (sendo principe regente de Portugal) escreveu o bispo d'Elvas em 1816*, Londres, 1817; *Copia da analyse da bulla do Santissimo Padre Julio III, que constitue o padrão dos reis de Portugal, a respeito da união, consolidação e incorporação dos mestrados das ordens militares com os reinos de Portugal, escripta em 1816*, Londres, 1818; *Memoria lida na Academia Real das Sciencias, em que se refutam as asserções de Mr. Thomaz no seu elogio ao almirante Du Guay-Trouin, e de outros escriptores francezes que louvam a prudencia do mesmo almirante na tomada da praça do Rio de Janeiro*, etc., saiu na *Mnemosine Lusitana*, tomo I, n.os 13 a 18; *Collecção de alguns manuscriptos curiosos do ex.mo Bispo d'Elvas, depois inquisidor geral, dos quaes posto que se tenham publicado alguns no periodico «Investigador portuguez» nos numeros de Fevereiro de 1812, e Setembro de 1815; outro no periodico «Mnemosine Lusitana» nos numeros 13, 14, 15, 16, 17 e 18, comtudo fôram sem nome do autor; outros*

que ainda se conservam manuscriptos, se vão agora fazer publicos por meio da imprensa, Londres, 1819; *Copia da carta que um amigo escreveu de Lisboa com algumas notas, em resposta a outra que lhe remetteu o seu amigo da côrte do Rio de Janeiro, copiada do «Correio Braziliense» numero de maio de 1817*, Londres, 1819; versa sobre a questão e pleito entre o bispo e parte do clero da sé de Elvas, que não queria sujeitar se a *certas obrigações que lhes impunham os estatutos; Copia da proposta feita ao bispo de Pernambuco*, etc., *e da resposta que elle deu á carta do redactor do «Investigador por uguez», sobre os limites do Brazil pela parte do Sul*, Lisboa, 1819.

Coutinho *(José Lino)*. Cavalleiro da ordem de Christo, bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. na Bahia nos fins do seculo XVIII Veiu para Portugal estudar na Universidade de Coimbra, onde se formou em Medicina, e voltando á sua patria, a politica não tardou a arrancal-o ás suas preoccupações scientificas, e quando rebentou em Portugal a revolução de 1820, a Bahia o elegeu deputado. José Lino Coutinho veiu para Lisboa, e tomou a mesma attitude que tinham adoptado os outros deputados seus patricios, e foi elle um dos deputados brazileiros que sairam secretamente para Falmouth, fugindo ás ameaças do motim popular, e que em Inglaterra redigiram o celebre manifesto, que foi a primeira explosão da independencia do Brazil. Depois d'esta se realisar, continuou na politica, militando sempre em opposição ao governo do imperador D Pedro I, de que se tornou um temivel adversario Falleceu em 1834 ou 1835. Escreveu, quando ainda se entregava á medicina, antes das suas influencias politicas: *Observações sobre as affecções catarrosas, por Cabanis, traduzidas do francez*, Bahia, 1816; *Topographia medica da Bahia*, offerecida á Academia Real das Sciencias de Lisboa, e parece que veiu a imprimir-se em 1832.

Coutinho *(José Luiz)*. Doutor em Direito pela Universidade de Paris, e incorporado depois na de Coimbra. Era natural de Lisboa. Foi despachado desembargador da relação de Gôa, para onde partiu em 1728; ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento, mas parece que vivia ainda em 1759. Escreveu: *Poema heroico em applauso dos felizes successos e victorias que alcançou contra o inimigo Bounsoló em Alorna o ill.mo e ex.mo sr. D. Pedro Miguel d'Almeida, marquez de Castello Novo, capitão-general da India*, etc., Lisboa, 1747; *Proseguem se os applausos do ill.mo e ex.mo sr. D. Pedro Miguel de Almeida e Portugal, etc., nas gloriosas empresas e victorias que pessoalmente conseguiu nos mezes de Novembro e Dezembro de 1746 contra o inimigo Bounsoló*, etc, Lisboa, 1747; *Continuam-se os applausos do ill.mo e ex.mo sr. D. Pedro Miguel de Almeida, etc, marquez de Alorna, com a narração da tomada de Neutim, praça maritima de Bounsoló*, Lisboa, 1750.

Coutinho *(Lopo Affonso)*. Escrivão da puridade de D. Duarte e de Affonso V. Foi homem de grande autoridade e valimento com este monarcha.

Coutinho *(Luiz)*. Eremita de Santo Agostinho, cujo instituto professou em Gôa em 1606. Vindo a Portugal foi nomeado vigario provincial da missão que partiu para o Oriente em 1628, e regressando depois á Europa foi eleito provincial em 1649. Escreveu uma *Relação das occupações dos eremitas de Santo Agostinho da congregação da India*, que ficou manuscripta.

Coutinho *(Manuel de Azevedo)*. General de brigada. N. em 8 de agosto de 1838, fal. a 26 de maio de 1903. Foi alumno do Collegio Militar, e depois da Escola do Exercito, onde seguiu o curso de infantaria. Assentou praça a 11 de agosto de 1857, sendo promovido a alferes em 30 de julho de 1858, a tenente em 25 de junho de 1867, a capitão em 1 de abril de 1874, a major em 31 de outubro de 1884, a tenente-coronel em 4 de janeiro de 1888, a coronel em 30 de dezembro de 1890, e a general de brigada em 23 de dezembro de 1893. Serviu em infantaria n.º 5 como tenente coronel, onde commandou o districto de recrutamento e reserva n.º 3, sendo-lhe conferido o commando de infantaria n.º 6, quando teve a sua promoção a coronel. Uma das suas primeiras commissões mais importantes, foi em Macau, onde o governador José Horta o nomeou commandante da artilharia d'aquella possessão e material de guerra. Cooperou intelligentemente com o conde de S. Januario, quando governador de Macau, na escolha do armamento e artilharia para defeza da mesma possessão, dirigindo a montagem d'uma bateria d'artilharia, o que apresentava bastante difficuldade por ser pouco conhecido ainda o systema das peças e não ser elle official d'aquella arma. Estes trabalhos mereceram-lhe o louvor dos officiaes da especialidade. Voltando á Europa já no posto de coronel, foi para infantaria n.º 6, como já dissémos, sendo depois transferido para infantaria n.º 1. Depois de 1890, e das difficuldades que surgiram entre Portugal e a Inglaterra por causa da derrota dos Makololos, Azevedo Coutinho foi escolhido para commandar a primeira expedição do exercito da metropole, destinada a Lourenço Marques, a qual, depois de se demorar ali algum tempo, se conservou na Beira mais de 8 mezes. A expedição partiu a 15 de janeiro de 1891 para Moçambique, a bordo do vapor *Malange*, e era composta do regimento de infantaria n.º 1, d'uma bateria de montanha, da 1.ª companhia de artilharia n.º 4, da 1.ª companhia do regimento de engenharia, e de alguns contingentes d'outras armas. Sendo nomeado governador interino do districto de Lourenço Marques, desempenhou-se d'essa commissão com a maior actividade e energia. Azevedo Coutinho, elevado ao posto de general de brigada, commandou a 3.ª brigada de infantaria. Era condecorado com o grande officialato da ordem de Aviz e commendador da mesma ordem; tinha a medalha de prata da classe de bons serviços, medalha de prata de comportamento exemplar, e o officialato da ordem de Cambodge.

Coutinho *(Manuel Ignacio)*. Religioso carmelita. Doutor pela Universidade de Coimbra que viveu no seculo XVIII. Dictou philosophia e theologia nos collegios de Coimbra e de Evora. Foi prior do convento do Carmo, em Evora. Deixou impressas varias obras em latim, sobre assumptos theologicos e philosophicos.

Coutinho *(Marco Antonio de Azevedo)*. Alcaide-mór de Vimioso, senhor donatario de Monsaraz, commendador das ordens de Christo e de S. Thiago, secretario de Estado de D. João V, secretario do estado dos negocios da guerra, acade-

mico da Sociedade Real de Londres, etc. N. em 1688, e fal. a 19 de maio de 1750. Assistiu como ministro plenipotenciario ao congresso de Cambray, e foi ministro de Portugal em Londres e em Paris. Succedeu tambem ao cardeal Motta, como secretario de estado dos negocios estrangeiros. A sua morte causou a maior sensação em D. João V, porque a considerou como presagio do seu proprio fallecimento, e não se enganou, porque o monarcha morreu logo tres mezes depois, em 31 de julho.

Coutinho *(Paulo)*. Religioso da ordem de Santo Agostinho, que viveu nos fins do seculo XVI e principios do XVII. Foi doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, e era tido como bom poeta e muito versado nas letras. Escreveu uma *Arte poetica com quatro comedias*, que ficou inedita, e se guardava na livraria do convento de Lisboa.

Coutinho *(Pedro de Azevedo)*. Capitão-tenente da armada. N. em 1863 ou em 1864. Era aspirante de marinha em 1882, guarda-marinha em 1884, 2.º tenente em 1888, 1.º tenente em 1891 e capitão-tenente em 1902. Tem commandado o vapor *Lidador*, as canhoneiras *Bengo*, *Mandovy*, *Limpopo*, o navio escola *Pedro Nunes*, e, como encarregado, a corveta *Affonso de Albuquerque*. Tão novo ainda, a sua carreira militar já se tem assignalado por uma grande actividade e provada competencia para as differentes commissões que tem desempenhado. Foi commandante das forças de desembarque de marinha, compostas de uma companhia de guerra e d'uma divisão de metralhadoras, força que fez parte da columna de operações na Guiné, em maio de 1894, com o fim de bater os papeis de Bissau. N'esta difficil commissão ganhou o grau de official da ordem da Torre e Espada, porque ao seu commando é que se deve o bom exito da campanha, o acerto nas medidas tomadas para vencer os revoltosos, ficando memoravel a bravura com que a companhia se houve em tão decisiva operação de guerra. Por egual feito mereceu os louvores especiaes do governo da Guiné, e principalmente pela fórma brilhante como occupou as povoações de Antim e Bandim. Quando commandava em Macau a canhoneira *Bengo*, o governador d'esta colonia agradeceu-lhe a cooperação prestada a esse governo durante a epidemia da peste bubonica, a sua vontade em o auxiliar na administração, fornecendo o pessoal preciso para guarnecer a lancha *Taipa*, apezar de haver falta de praças na canhoneira do seu commando; egual e honroso agradecimento recebeu do governador do districto de Timor no anno seguinte, 1895, pelo auxilio que lhe prestou no desembarque de Batugadé, no dia 8 de novembro d'esse anno, bem como em todas as commissões de serviço que desempenhou. O governo da metropole, em portaria de março de 1896, louvou o distincto official por esse auxilio na revolta occorrida em Timor. Azevedo Coutinho foi tambem governador do Congo em 1891, e apezar de pouco tempo exercer esse cargo, a sua energia fez-se sentir pelas promptas providencias e acertadas determinações que tomou para subjugar os povos da circumscripção de Santo Antonio do Zaire, que se haviam revoltado. Azevedo Coutinho organisou uma columna de operações que pessoalmente dirigiu, applicando severo castigo aos revoltosos, arrazando as povoações de Quifuma, fazendo bastantes prisioneiros, conseguindo assim restabelecer a ordem, e firmar o nosso dominio n'aquellas paragens. Em anteriores commissões tambem deu sufficientes provas da sua comprovada dedicação pelo serviço publico, não hesitando no cumprimento das mais arriscadas ordens, de que por vezes foi louvado. Na bahia de Tungue, pertencendo á guarnição da corveta *Affonso d'Albuquerque*, tomou parte nas operações effeituadas com bom exito n'aquella bahia, contribuindo para a tomada d'aquellas povoações; sendo official da guarnição da canhoneira *Vouga*, em 1884, prestou valioso auxilio nos acontecimentos da provincia de Matibane; desalojou tambem os zauzibares, indo á frente d'uma força de marinheiros, arreando a bandeira do sultão, que fôra içada na ilha de Tekomji, e obrigando os zanzibares a abandonar aquella ilha, com prévia intimação, acompanhado de armas apontadas. A' sua energia, valor, e disciplina da força do seu commando se deveu tão feliz resultado sem derramamento de sangue.

Coutinho. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Crasto, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Romão, de Nogueira, do mesmo conc e distr. || S. Matheus, de Alvares, conc. de Goes, distr. de Coimbra. || Santa Maria, de Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Coutinho Affonso. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Coutinho da Costa *(D. Vasco Luiz)*. Fidalgo que foi capitão-mór de Portalegre, e serviu na India desde 1666. Era filho de D. Antonio da Costa Pimentel. Fal. em 1702. Foi mestre de campo do terço da India, recebeu as capitanias de Baçaim, Damão, Paço de S. Thiago e Gôa, para as governar na vaga dos providos. Nomeado juntamente com o arcebispo D. Fr. Agostinho da Annunciação para ficar governando o Estado da India, logo que embarcasse para o reino D. Antonio Luiz da Camara Coutinho, que era mandado embarcar sem demora, assumiu o governo em 17 de setembro de 1701, e elle e o seu collega tiveram graves desavenças com o governador demittido, por este se querer ainda conservar na India. Trataram logo de preparar uma armada que fôsse reconquistar Mombaça, tendo-se, porém, levantado um grande temporal que destruiu tres naus, viram-se obrigados a desistir da empresa. A 1 de outubro de 1702 entregaram o governo a Caetano de Mello e Castro. D. Vasco falleceu ainda n'esse anno. Era irmão do vice-rei D. Rodrigo da Costa.

Couto. Familia que tem por armas em campo vermelho um castello de ouro fundado sobre ondas, a primeira de prata, a segunda de azul e assim as mais, e por timbre o castello; são estas as armas que Alvaro do Couto ganhou. Outros usam em campo de prata uma serpe verde picando em uma perna e d'ella correndo sangue.

Couto *(Alexandre do)*. Capellão-mór do exercito de Pernambuco quando se deu a guerra com os hollandezes. Era muito versado em mathematica, theologia e poesia. Escreveu varias obras, que ficaram manuscriptas.

Couto *(Antonio do)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, e professo na ordem de Christo; senhor da capella instituida por Vasco Martins da Agua, na egreja de Santa Justa de Coimbra. N. em Villa

Viçosa em 1593, fal. em Lisboa em 1679. Era filho de Jorge Gonçalves do Couto da Costa e de D. Izabel Franca. Estudou a lingua latina, em que se tornou muito apreciavel, aprendeu mathematica, tendo por mestre de fortificação e cosmographia a D. Manuel de Menezes, general da armada real. Em diversas armadas se embarcou sempre á sua custa, principalmente em 1625, quando o mesmo D. Manuel de Menezes foi soccorrer a Bahia sitiada pelos hollandezes, o qual o armou cavalleiro com todas as ceremonias militares pelo heroico valor com que pelejou contra tres naus hollandezas, na altura da ilha de S. Miguel. D. João IV, attendendo aos seus merecimentos, o nomeou secretario da Casa de Bragança. Antonio do Couto era muito dedicado á pintura, tornando-se notavel o primor dos seus desenhos, sendo tambem digno de menção a fórma como abria letras em papel com a tesoura, como fez a um soneto que compozera. Casou com D. Izabel de Carvalhaes Barbosa e Pitta. Escreveu um *Tratado da Fortificação e da Esfera*, que ficou em manuscripto.

Couto *(Antonio do)*. Architecto. Nasceu em Barcarena em 1874; era filho de José Antonio do Couto Abreu e de Luzia d'Abreu. Tinha 8 annos quando seu pae lhe morreu, tratando sua mãe de promover o seu internato na Casa Pia de Lisboa, onde entrou em 1883 Passado algum tempo principiou Antonio do Couto a tornar-se notado pela sua intelligencia e pelo bom senso, muito para admirar na sua edade. Simões Margiochi, então provedor, aconselhou-o a matricular-se na Academia de Bellas Artes, onde foi sempre um dos alumnos mais laureados, recebendo no ultimo anno do curso, em 1900, a recompensa mais elevada que se costuma dar ali, uma medalha e um premio pecuniario. A sua prova no concurso foi o projecto de um pantheon, que foi admirado pelo jury e todos os que viram esse soberbo trabalho. Ventura Terra convidou então Antonio Couto a collaborar na obra que se iniciara sob a sua direcção, a reconstrucção das Côrtes. Uma outra modalidade do seu talento é o *sport*, de que é um apaixonado e em que se tem evidenciado d'uma maneira notavel como o provam as victorias e os premios que tem alcançado nas regatas, no *Law tennis* e *Foot-bal*. Em 1901 foi premiado com a medalha de 2.ª classe na exposição da Sociedade Nacional de Bellas Artes.

Antonio do Couto

Couto (*Padre Antonio do)*. Jesuita. N. em S. Salvador, capital do reino de Angola, e fal em Loanda a 10 de julho de 1666. Entrou na Companhia de Jesus a 31 de outubro de 1631. Cursou na Universidade de Coimbra os estudos de Theologia. Voltou á patria em 1648, levando cartas de D. João IV para o rei do Congo, que o recebeu com a maior benevolencia. Durante muitos annos se empregou em prégar ali a religião christã, e veiu fallecer em Loanda. Escreveu: *Gentio de Angola sufficientemente instruido nos Mysterios da nossa Santa Fé*, Lisboa, 1642.

Couto *(Antonio Maria do)*. Professor regio de lingua grega. N. em Lisboa em 1778, onde tambem falleceu a 16 de agosto de 1843. Era filho de Verissimo José do Couto, commissario de trigos. Estudou humanidades nas escolas de S. Vicente de Fóra, e aos 23 annos, em 1801, foi nomeado professor substituto de lingua grega para os Geraes de Ajuda, estabelecimento de ensino no bairro de Belem. Em 1811 teve transferencia com o mesmo exercicio, para o bairro do Rocio, e ainda n'esse anno ficou sendo proprietario da cadeira. Por causa das suas opiniões politicas esteve demittido desde de 1828 até ao 1833, em que foi reintegrado, depois do restabelecimento do partido constitucional. Em 1840 foi nomeado reitor do Lyceu Nacional de Lisboa, logar que exerceu até fallecer. Era dotado de prodigiosa memoria, e a sua conversação era muito agradavel e instructiva, sendo considerado o melhor professor de grego do seu tempo. Escreveu bastantes livros e opusculos, cujo catalogo vem publicado no *Diccionario bibliographico*, de Innocencio da Silva, vol. I, pag. 197 a 200, e vol. VIII, pag. 243 e 244.

Couto *(Diogo do)*. Um dos primeiros historiadores portuguezes, chronista da India, successor de João de Barros. E' considerado o mais notavel dos orientalistas. N. em Lisboa em 1542, fal. em Gôa a 10 de dezembro de 1616. Era filho de Gaspar do Couto, do serviço do infante D. Luiz, e de Izabel Serrão de Calvos, filha de Vasco Serrão de Calvos. Aos 10 annos de edade entrou na casa e serviço do referido infante, que o mandou educar. Applicou-se ao estudo das humanidades e philosophia, com os melhores mestres do seu tempo, tendo por mestre no convento de Bemfica fr. Bartholomeu dos Martyres, que mais tarde foi arcebispo primaz de Braga. N'esse convento teve por companheiro em philosophia, o filho do infante D. Luiz, D. Antonio, depois prior do Crato. Em 1555 falleceu o infante seu protector, e não tardou que tambem sentisse a morte de seu pae, e estes factos o obrigaram a mudar de vida e de profissão. Resolveu ir para a India dedicar-se á carreira das armas, e embarcou em março de 1559, tendo 17 annos de edade, na armada de que era commandante Pedro Vaz de Sequeira, em que tambem seguiam viagem D. Fr. Jorge Themudo, bispo de Cochim, e D. Fr. Jorge de Santa Luzia, bispo de Malaca. Era então vice-rei D. Constantino de Bragança. Diogo de Couto estivera empregado no serviço de D. João III, no logar de moço da camara. Serviu durante dez annos no Oriente como militar, dando sempre provas de valor, sendo capitão em Trapor, servindo na armada com que o vice-rei D. Antonio de Noronha foi em 1567 sobre a cidade de Mangalor para humilhar a soberba rainha de Olala, e na que o seu successor D. Luiz de Athaíde enviou logo no principio do seu governo em dezembro de 1568, para guardar as costas do Malabar, commandada por Martim Affonso de Miranda. Veiu depois a Portugal a bordo da nau *Santa Fé*, tendo por companheiros o vice-rei D. Antonio de Noronha e Luiz de Camões. Chegou a Cascaes em abril de 1570. Depois de curta demora, voltou á

Asia, e em Gôa entregou-se ardentemente ao estudo. Quando Filippe II de Hespanha se apoderou de Portugal, Diogo de Couto, desejando agradar-lhe, lembrou-se de escrever todos os successos a que assistira na India, desde o dia em que aquelle monarcha tomara posse d'aquelles estados até ao tempo do governador Manuel de Sousa Coutinho. Pondo em execução o seu pensamento, compoz um volume dividido em decadas á imitação das de João de Barros, que tinha fallecido em 1570, e assim que o concluiu, mandou dizer ao rei Filippe, por uma carta datada de Gôa a 15 de novembro de 1593. O monarcha considerando, por aquelle trabalho, que Diogo de Couto era bem competente para se lhe confiar a continuação das chronicas da India, lhe ordenou por carta de 28 de fevereiro de 1595, que tomasse de mais longe o começo do seu trabalho, e proseguisse com o titulo de chronista da India as decadas desde a terceira de João de Barros, que era a ultima que o fallecido historiador havia escripto, porque até então não era conhecida a quarta decada, que deixara manuscripta, e que termina com o governo de Nuno da Cunha, a qual veiu a publicar-se muitos annos depois (V. *Barros, João de*). Diogo de Couto deu começo ao seu trabalho, e logo no anno de 1597 mandou para o reino a 4.ª e a 5.ª decada: deu ao livro que primeiro escrevera, o titulo de 10.ª e foi successivamente remettendo as mais, a 6.ª já a Filippe II de Portugal, por ter fallecido o 1.º em 1599, e a 7.ª no anno de 1601. Este monarcha tambem ficou muito satisfeito, mandando-lhe agradecer por carta que lhe dirigiu a 10 de fevereiro de 1602, recommendando-lhe a continuação d'aquella obra, e dando-lhe privilegio para a impressão por alvará de 22 de março do referido anno. Em 18 de fevereiro de 1604 concedeu-lhe a mercê de 100 pardaus de tangas além de 300 que já tinha de ordenado pelo cargo de guarda-mór da Torre do Tombo de Gôa, os quaes começaria a receber desde 3 de janeiro ainda de 1604, vindo a ter ao todo 400 pardaus de ordenado cada anno em razão do trabalho que tivera em escrever as cousas da India e continuava a fazer por sua ordem. Diogo do Couto, no anno de 1614, já tinha acabado a 8.ª e a 9.ª decada, mas aconteceu um notavel infortunio a algumas d'estas, porque a 7.ª se perdeu, quando vinha para o reino, sendo tomada pelos inglezes na nau *S. Thiago*, e elle teve de a reformar; e a 8.ª e a 9.ª, por occasião em que esteve gravemente doente, lhe fôram roubadas de casa, estando já de todo acabadas, tendo tambem de as escrever de novo, recopilando em um só volume as cousas de mais importancia que n'ellas tratava largamente. A 10.ª tinha-a remettido para o reino em 1600, como diz na carta que escreveu de Gôa a Filippe II a 6 de novembro de 1603. Com a 11.ª e a 12.ª pôz termo áquelle trabalho. Estas decadas tambem soffreram grandes contratempos; a 4.ª foi publicada em 1602; a 5.ª em 1612; a 6.ª em 1614; a esta decada succedeu o grande desastre na publicação, porque pegando fogo na casa do impressor, arderam os exemplares, escapando muito poucos, que já tinham saído da casa. A 7.ª imprimiu-se em 1616; a 8.ª em 1673, porém com muitas incorrecções e toda transtornada, que os criticos acreditam, e com bons fundamentos, não ser a de Diogo do Couto, mas um extracto, e muito imperfeito da que lhe fôra roubada. Em 1736 e 1786 fôram reimpressas, com notaveis alterações, muito prejudiciaes, e com estas publicaram-se tambem a 9.ª e a 10.ª. O manuscripto da 11.ª perdeu-se completamente. A'cerca dos curiosos contratempos dados com as decadas de Diogo do Couto, póde vêr-se os *Retratos e Elogios de Varões e Donas;* Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, vol. 1.º e 4.º; *Diccionario bibliographico* de Innocencio da Silva, vol. 2.º e 9.º, etc. Além das *Decadas*, ainda se contam impressos os seguintes escriptos: *Fala, que fez em nome da Camara de Gôa... a André Furtado de Mendonça, em dia do Espirito Santo de 1609*, Lisboa, 1610; *Vida de D. Paulo de Lima Pereira, capitão-mór das armadas do Estado da India*, Lisboa, 1765; *Observações sobre as principaes causas da decadencia dos portuguezes na Asia, escriptas em fórma de dialogo, com o titulo de Soldado pratico*, Lisboa, 1790; *Obras ineditas de Diogo do Couto*, etc., Lisboa, 1808. Esta collecção foi feita por Antonio Lourenço Caminha, affirmando que as copiára dos *seus originaes autographos*. Consta que ficaram ainda muitos manuscriptos que se perderam.

Couto *(Egydio Patricio do)*. Bacharel formado em medicina pela Universidade de Coimbra, socio da Academia Real das Sciencias. Falleceu em Lisboa, victima d'um incendio na casa onde residia, a 26 de janeiro de 1824. Escreveu: *Publicação successiva de alguns discursos philosophicos sobre as sciencias naturaes, traduzidos de differentes linguas para a portugueza*, Lisboa, 1804.

Couto *(Padre Estevão do)*. Jesuita; doutor em Theologia e cancellario da Universidade de Evora, doutorando-se a 24 de junho de 1596. N. em Olivença em 1555, e fal. no collegio de Evora a 17 de setembro de 1638. Era filho de Sebastião Gallego e de Izabel Rodrigues do Couto. Professou a 6 de junho de 1569. Foi considerado um dos melhores letrados do seu tempo. Escreveu em latim varias obras theologicas e philosophicas, que ficaram ineditas.

Couto *(Innocencio Severo do)*. Poeta do seculo XVIII, que escreveu um livro intitulado: *Narração metrica da musa mais empenhada em relatar os jubilos de Portugal nos felicissimos dias do nascimento e baptismo do serenissimo principe da Beira D. José*, Lisboa, 1761.

Couto *(Jacinto José Maria do)*. General de divisão. N. Em Lisboa a 27 de agosto de 1835, fal. em 13 de março de 1903. Assentou praça em engenharia a 2 de agosto de 1854, foi promovido a alferes em 30 de julho de 1858, a tenente em 30 de julho de 1860, a capitão em 10 de janeiro de 1873, a major em 8 de julho de 1880, a tenente-coronel em 20 de dezembro de 1883, a coronel em 12 de dezembro de 1888, a general de brigada em 3 de janeiro de 1895, sendo reformado em general de divisão em 25 de setembro de 1902, por ser julgado incapaz de serviço activo. Durante muitos annos foi lente da Escola do Exercito, até 1888, quando foi promovido a coronel. N'este posto desempenhou os logares de inspector de engenharia na quarta e primeira divisão militar, commandante geral e director geral de engenharia. Quando exercia esta importante commissão de serviço, pediu a reforma porque o seu mau estado de saude a isso o obrigava. Foi deputado n'uma legislatura, quando só aos officiaes generaes era permittido ter assento na camara electiva. Tinha as honras de gran-cruz de S. Bento de Aviz, e

era commendador e grande official da mesma ordem por serviços distinctos. Escreveu : *Curso de telegraphia militar*, Lisboa, 1884. N'este trabalho apresentam-se os differentes systemas de telegraphia militar, e um estudo sobre cryptographia, que dizem ser de grande utilidade para os officiaes, e no qual se ensina a transmissão dos despachos em cifra e os processos, regras e methodos de decifral-os.

Couto *(Joaquim Manuel do)*. Capitão de mar e guerra, chefe de divisão naval, cavalleiro da ordem de Christo, etc. Escreveu : *O manobreiro, ou ensaio sobre a theoria e a pratica dos movimentos do navio e das evoluções navaes, composta por Mr. Bourdé de Villeluhet, traduzido e augmentado de notas, commentos*, etc., Lisboa, 1818. Traduziu uma *Encyclopedia de Marinha*, cujo ms. cita Dantas Pereira, na sua *Legislação naval*, Lisboa, 1824.

Couto (*Manuel do*). Architecto, filho adoptivo de Matheus do Couto, a quem substituiu em diversos cargos. Em 8 de junho de 1686 foi nomeado ajudante engenheiro para assistir á fortificação de Peniche, por impossibilidade do sargento-mór Matheus do Couto, occupado em outros serviços. Em 1689 teve a nomeação de mestre dos paços de Almeirim, Salvaterra de Magos e do mosteiro da Batalha, em impedimento de seu pae adoptivo que exercia aquelles cargos havia mais de 20 annos, e que os seus soffrimentos não permittiam continuar. Em 1696 tambem foi encarregado de assistir ás obras das fortalezas da barra de Lisboa e do castello de S. Jorge. Manuel do Couto falleceu pelo anno de 1733.

Couto (*Manuel José da Costa e*). Tenente de infantaria. N. em 9 de maio de 1867; assentou praça em 29 de junho de 1884, sendo promovido a alferes em 4 de janeiro de 1896, e a tenente em 11 de agosto de 1900. Foi um dos heroes de Chaimite, e um dos que acompanhou Mousinho de Albuquerque no arrojado commettimento de prender o Gungunhana, em 1895. E' condecorado com o grau de official da ordem da Torre e Espada, medalha de ouro de serviços militares no ultramar (legenda : feito heroico de Chaimite—prisão do Gungunhana - 28 de dezembro de 1895), e com a medalha de prata para commemorar a expedição de Moçambique em 1894-1895.

Couto *(Matheus do)*. Architecto. Não se conhece a data do nascimento, mas sabe-se que falleceu em 1664, aproximadamente. Era filho de Custodio do Couto, natural da villa de Salir do Matto, coutos d'Alcobaça, de profissão ferreiro, e de sua mulher Domingas Vaz. Matheus do Couto foi nomeado aprendiz ou pensionista de architectura, pelo alvará de 20 de setembro de 1616, na vaga deixada por Diogo Marques, nomeado mestre d'obras de Thomar. Em 27 de fevereiro de 1617 foi nomeado olheiro e apontador da obra e fabrice do novo mosteiro de Santos e no anno seguinte, por carta de 17 de julho, em attenção aos serviços que prestava n'estas obras, teve a nomeação de medidor das obras e das egrejas das tres ordens militares de Christo, S. Thiago e d'Aviz. Em fevereiro de 1623 foi novamente confirmado na occupação de olheiro e apontador do mosteiro de Santos. Em 10 de fevereiro de 1629 foi nomeado architecto das ordens militares de S. Thiago e de Aviz, pela vaga que deixara por seu fallecimento Balthazar Alvares. O alvará de 1 de junho de 1631 o nomeou mestre das obras dos paços de Almeirim e de Salvaterra, mosteiro da Batalha e comarca do Alemtejo, na vaga tambem deixada pelo fallecimento do referido Balthazar Alvares. Em 1634 se lavrou o processo para que Matheus do Couto fôsse familiar do Santo Officio. Era elle então architecto d'este tribunal. Na Torre do Tombo existe uma prova dos trabalhos que executou, no exercicio d'este cargo, que é um bello manuscripto, em cuja portada, formada por um elegante portico da ordem composita, se lê o seguinte titulo : *Livro das Plantas e Mõteas de todas as fabricas das inquisições d'este Reino e India, ordenado por mandado do Ill.*^{mo} *e R.*^{mo} *Sr. Dom Francisco de Castro Bispo Inquisidor Geral e do Conselho d'Estado de Sua Magestade. Anno Domini 1634.* Na base tem escripto: *Por Matheus do Couto Architecto das Inquisições d'este Reino.* O manuscripto comprehende as plantas das inquisições de Lisboa, Coimbra, Evora e Gôa. Em alvará de 7 de agosto de 1643 foi nomeado assistente das obras do forte de S. Lourenço de Cabeça Secca e mais fortalezas da barra de Lisboa, logar que vagara pelo fallecimento de Antonio Simões. Em 1651 teve ordem de ir vêr a obra da egreja da villa de Pernes, por carta de 31 de agosto. A egreja do Loreto ficava unida á antiga muralha da cidade, e por este motivo, mais d'uma vez esteve exposta ás contingencias da fortificação. Em 1657, depois do grande incendio que a reduziu a cinzas e consumiu a maior parte das suas preciosidades, effeituou-se uma vistoria para se verificar o espaço que poderiam occupar diversas officinas do templo ao longo da muralha, e foi Matheus do Couto quem assistiu a esta vistoria. Em 1650, sendo architecto de Lisboa, fez uma vistoria ás portas e muralhas da cidade. O relatorio está publicado nos *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, vol. v. pag. 200 e seguintes. Ao senado da camara recommendava-se muito, n'um decreto de 29 de agosto de 1663, que mandasse construir o alojamento e quartel para a cavallaria da côrte pela planta que fizera Matheus do Couto. O apreciado architecto era casado com Anna Pinheiro da Silva, filha de Jeronymo Gomes e de Maria dos Santos, de cujo matrimonio não houve geração.

Couto *(Matheus do)*. Architecto, sobrinho do antecedente. Pelo alvará de 16 de fevereiro de 1647 foi nomeado para um dos tres logares de aprender architectura, na vaga de João Nunes Tinoco, que n'esse tempo era mestre do mosteiro de S. Vicente de Fóra. Pelo alvará de 5 de abril de 1669 foi nomeado para succeder a seu tio, que já tinha fallecido, na propriedade do officio de architecto das obras das ordens militares. N'uma carta padrão de D. Pedro II encontram-se summariados os importantes serviços prestados por Matheus do Couto, já como engenheiro e architecto, já como militar, no longo periodo de 1647 a 1678. Esta carta, assim como outros documentos relativos tambem a seu tio, vem publicada no vol. I do *Diccionario historico e documental dos Architectos, engenheiros e constructores portuguezes*, coordenado por Sousa Viterbo. Matheus do Couto foi o architecto do real convento do Crucifixo, de Lisboa, vulgo Francezinhas, fundado pela rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboia. Em 1681 tambem Matheus do Couto desejou ser familiar do Santo Officio, assim como seu tio. N'essa epoca era cavalleiro da ordem de Christo, viuvo, sem

ter filhos, e muito rico. A carta, em que ficou incluido na lista dos familiares da Inquisição, tem a data de 16 de março de 1682. Parece que Matheus do Couto falleceu em 1696.

Couto. Porção de terra demarcada antigamente por autoridade do rei, com certas isenções e privilegios, com determinados fóros e pensões para o directo senhorio, e com justiças proprias. Estas jurisdicções fôram abolidas pela lei de 1790. Havia *coutos* dos mosteiros e dos fidalgos, e *coutos do reino*, ou homisiados. Estes eram usados para refugio de malfeitores, que n'elles não podiam ser presos nem perseguidos ou incommodados. Os coutos do reino ficavam quasi todos na raia; taes eram Caminha, Freixo de Espada á Cinta, Marvão, Miranda, Noudar, Pena Garcia e Sabugal; e Castro Marim e outros no Algarve. Mas nem todos os crimes tinham protecção e impunidade nos coutos. Segundo o empenho de povoar a terra, assim era a extensão que os reis davam aos crimes. Em todos os foraes eram exceptuados os crimes de heresia, regicidio e traição; em muitos, o de moeda falsa, adulterio e homicidio voluntario; em alguns o crime de incesto. Os criminosos não podiam acoutar-se a menos de dez leguas do logar do crime. Tambem havia as *cartas de seguro*, que eram ainda peores que os coutos, e serviam para todo o reino. Os coutos e seus termos acabaram, e as *cartas de seguro* só fôram prohibidas em 1820.

Couto. Pov. e freg. de Santa Christina, da prov. do Douro, conc. e com. de Santo Thirso, distr. e bisp. do Porto; 698 hab. e 140 fog. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. A pov. dista 2 k. de Santo Thirso. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 179 hab. e 46 fog. A egreja parochial dista 10 k. da séde do conc. A terra é fria e pouco fertil; produz grande abundancia de lenha. Em antigos documentos dá-se-lhe o nome de *Couto de Cambezes.* O parocho era vigario perpetuo, apresentado por um conego da sé de Braga, e tinha 80$000 réis de rendimento e o pé d'altar. Teve conc. proprio, com juiz ordinario, vereadores, procurador do conc., escrivães, etc., feitos pelo povo e confirmados pelo commendador de Chavão, da ordem de Malta, por ser a terra do seu couto. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. de Santo Thirso, distr. e bisp. do Porto; 159 hab. e 49 fog. A egreja parochial dista 3 k. da séde do conc. e está situada na raiz d'um monte. Pertenceu ao conc. de Negrellos, e depois d'elle ser supprimido, passou ao de Santo Thirso. O reitor de Cordova apresentava o cura annualmente, o qual tinha 30$000 réis e o pé d'altar. N'esta freg., n'um sitio chamado *Sá*, existiu em epocas remotas a cidade de *Salla* ou *Sallae*, de que ha ainda vestigios. Não se sabe quem foi o fundador, nem a data da sua fundação, mas suppõe-se que os moiros a arrasaram no seculo VIII. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Pedro, do conc. e com. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 784 hab. e 222 fog. Tem esc. do sexo fem. A pov. dista 3 k. da séde do conc. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Adoufe, conc. e distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Alcofra, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || Santa Maria Magdalena e conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || S. Miguel, de Anreade, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. João Evangelista, de Athães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Pedro, de Beberriqueira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || S. João Baptista, de Bico, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Santissimo Sacramento, de Burgo, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Cabreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Graça, de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || S. João Baptista, de Campos, conc. de V. N. da Cerveira, districto de Vianna do Castello. || O Salvador, de Ceivães, concelho de Monsão, do mesmo districto. || S. Thiago, de Ceudufe, concelho de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo districto. || Nossa Senhora do Rosario, de Cepões, concelho de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Cepões, conc. e distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Christoval, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Vicente, de Cidadelhe, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || S. Martinho, de Crasto, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Dossãos, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Miguel, de Fiscal, conc. de Amares, do mesmo distr. || S. Pedro, de Gondarem, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Gondoriz, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || S. Thiago, de Infesta, conc. de Paredes de Coura, do mesmo distr. || S. Braz, de S. João de Tarouca, conc. de Tarouca, distr. de Vizeu. || Santa Maria Maior, de Almacave, conc. de Lamego, do mesmo distr. || S. Martinho, de Lanhellas, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª das Neves, de Midões, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || S. Paio, de Midões, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Julião, de Moreira do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Moure, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Christovão, de Nogueira do Cravo, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Maria, de Paços, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª do O' de Paião, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || S. João Baptista, de Parada, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Verissimo, de Paranhos, bairro oriental do Porto. || S. Romão, de Paredes de Viadores, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || O Espirito Santo, de Pereiro, conc. de Alcoutim, distr. de Faro. || S. Lourenço, de Prado, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Soutello, conc. de Villa Verde, distr. de Braga || Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr de Vizeu. || S. Thomé, de Vade, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Valadares, conc. de Baião, distr. do Porto || S. Pedro, de Valle, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello || N. S.ª da Conceição, de V. N. de Muhia, conc. de Ponte da Barca, do mesmo districto.

Couto de Baixo. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. da Beira Alta, conc., com., distr e bisp. de Vizeu; 970 hab. e 250 fog. Tem esc. do sexo fem. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada n'uma campina, na falda do monte Crasto ou Castro. Era da Corôa. O papa, as freiras de Lorvão e o bispo de Vizeu, apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 330$000 réis. A terra é muito fertil e produz muito boa fructa. Tem muita caça. A pov. é muito antiga, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. || Pov. na freg. de S Estevão, de Couto de Esteves, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Couto Barbosa *(Cosme do)*. Almirante, que o governo de Filippe IV despachara para a India, quando rebentou a revolução de 1640. Apenas teve noticia da revolução, fugiu de Madrid, e acompanhado pelo capitão Antonio Soares da Cunha, appareceu em Lisboa, e apresentou-se a D. João IV. Em 1646 foi nomeado commandante da esquadrilha portugueza, que tomou parte na expedição franceza contra a ilha d'Elba, então pertencente aos hespanhoes. A nossa esquadra auxiliar compunha-se de 6 navios, que levavam a seu bordo 1:500 homens commandados por D. João de Menezes, e que muito se distinguiram na tomada do Porto-Longone, merecendo grandes elogios dos commmandantes da expedição, os marechaes Du Plessis e Mislleraci.

Couto de Cima. Pov. na freg. de S. Martinho, da prov. da Beira Alta, conc., com., distr. e bisp. de Vizeu; 918 hab. e 229 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada n'um valle. O papa, as freiras de Lorvão e o ordinario apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 430$000 réis. A terra é fertil, e a pov. muito antiga, pois segundo consta, já era freguezia no tempo dos godos. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. || Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Bico, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Estevão, de Couto de Esteves, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Couto do Ervededo. V. *Ervededo.*

Couto de Esteves. Pov. e freg. de Santo Estevão, da prov. do Douro, conc. de Sever do Vouga, com. de Agueda, distr. de Aveiro, bisp. de Vizeu; 1:090 hab. e 259 fog. Tem est. post. permutando malas com o Pecegueiro, e esc. do sexo masc. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada junto da margem direita do rio Vouga, em terreno accidentado, mas fertil e saudavel. Cria muito gado, e nos seus montes apparece muita caça. A pov. é muito antiga; teve foral dado por D. Thereza e seu filho D. Affonso Henriques, em 1128, fazendo a então couto de Lorvão e dando-lhe muitos privilegios. Quando era couto, tinha juiz ordinario, dois vereadores, escrivão e meirinho. Depois foi concelho, com juiz ordinario, escrivães, etc., administrador (provedor) do concelho, camara com cinco vereadores, escrivão, etc. Este conc. foi supprimido em 1836, indo formar parte do de Sever do Vouga, a que pertence actualmente. Esta freg., tendo sido annexada ao conc. de Albergaria-a-Velha, por decreto de 21 de novembro de 1895, que supprimiu o de Sever do Vouga, voltou a este, por ter sido restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

Couto do Forno. Pov. na freg. de S. Miguel, de Boivães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Couto do Moinho. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Gondoriz, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Couto do Mosteiro. Pov. e freg. de Santa Columba, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Santa Comba Dão, distr. e bisp. de Vizeu; 1:281 hab. e 313 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do Dão, e na esquerda d'um seu affluente. O bispo de Coimbra apresentava o prior, que tinha de rendimento 400$000 réis. D. Affonso III a instituiu em couto, e deu aos bispos de Coimbra em 1255. D. Manuel a fez villa, dando-lhe foral, em Lisboa, a 12 de setembro de 1514. A egreja parochial foi construida em 1150 no local onde existiu um convento da ordem dos Templarios. A terra é fertil, cria muito gado de todas as qualidades, e nos seus montes ha muita caça. Hoje está reduzida a uma aldeia. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. a res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Couto do Paço. Pov. na freg. de S. Mamede, de Parada do Monte, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Couto de Santa Comba. Pov. na freg. de S. Thiago, de Penso, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Couto Santo. Pov. na freg. de S. Mamede, de Parada do Monte, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Couto Zombel. Pov. na freg. do Salvador, de Tangil, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Coutos. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Crasto, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Oliveira do Douro, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Coutos da Villa. Pov. na freg. de Santo Ildefonso, de Montargil, conc. de Ponte do Sôr, distr. de Portalegre.

Couvelha. Pov. na freg. de S. Lourenço do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

Cova. Pov. na freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. e com. de Vieira, distr. e arceb. de Braga; 335 hab. e 94 fog. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada na aba da serra da Oliveira. O arcebispo de Braga apresentava o abbade por concurso synodal, que tinha 350$000 réis de rendimento. O foral dado a Ribeira de Soaz por D. Manuel, em Lisboa, a 16 de junho de 1515, serve tambem para esta freg. que n'elle vem comprehendida. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Gallegos, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Christovão, de Mancinhata do Vouga, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Messegães, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. André, de Rendufe, conc. de Amares, distr. de Braga. || Ilha da Madeira; S. Bento, de Ribeira Brava, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

|| S. João Baptista, de Rio Caldo, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || Ilha da Madeira; S. Roque, conc. e distr. do Funchal. || O Salvador, de Ruivães, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Ilha da Madeira; Santo Antão, de Seixal, conc. de Porto Moniz, distr. do Funchal.

Cova Alta. Pov. na freg. de Santa Catharina da Serra, conc. e distr. de Leiria.

Cova do Alvito. Pov. na freg. de S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Cova do Arco. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Braz, do Arco da Calheta, conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Cova do Barro. Pov. na freg. de N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. da Louzã, distr. de Coimbra.

Cova da Bouça. Pov. na freg. de Santa Maria, de Pindello, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Cova de Cima. Pov. na freg. de Santa Christina, de Serzedello, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Cova e Lacueva. Familia oriunda da Andaluzia, que passou a Portugal no tempo dos Filippes, na pessoa de D. Fernando de Lacueva, que foi governador da Torre de S. Julião. Tem por armas em campo de ouro dois bastões sanguinhos com uma lapa ou cova no contra-chefe da sua côr, de que sae uma serpe de verde; orla vermelha carregada de oito aspas de ouro; timbre a serpe do escudo nascente oruada de vermelho.

Cova do Lobo. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Purificação, de Freixianda, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || S. Silvestre e conc de Louzã, distr. de Coimbra.

Cova de Lobos. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Bravães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª d'Assumpção, de Sanfins do Douro, conc. de Alijó, distr. de Villa Real.

Cova da Lua. Pov. na freg. de S. Estevão, de Espinhosella, conc. e distr. de Bragança.

Cova Má. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Oliveira do Conde, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu. || S. Verissimo, de Valbom, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Cova da Moira. Pov. na freg. de S. Mamede, de Ventosa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Cova da Onça. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Cova do Ouro. Povoações nas freguezias: S. Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra. || N. S.ª do Rosario, de S. Paulo de Frades, do mesmo conc. e distr. || Santa Marinha, de Prozello, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Cova da Piedade. Povoação muito aprazivel, proximo de Cacilhas e d'Almada. Foi ali que em julho de 1833 se deu o combate entre realistas e constitucionaes, em que Telles Jordão foi morto. (V. *Almada* e *Cacilhas*). No anno de 1873 ajardinou-se o terreiro que está no meio da povoação. No centro foi construido um pavilhão para a philarmonica. Na face O d'este pavilhão puzeram o seguinte letreiro:

Em memoria do feito heroico de julho de 1833, alguns cavalheiros residentes n'este sitio, e cercanias, mandaram aformosear este largo e avenidas, a expensas suas, auxiliados pela vedoria da Casa Real. Dedicado pela amizade, a tão prestantes cidadãos, em 23 de julho de 1873.

Uma das melhores propriedades que se erguem n'este largo é o palacio do sr. Antonio José Gomes, proprietario da fabrica de moagem no Caramujo. (V. *Caramujo*). Ha aqui uma ermida edificada em 1672; na capella tem azulejos com varios quadros. No cartorio existe o *Compromisso da Irmandade da Virgem de N. S.ª da Piedade*, ordenado e approvado por alvará de 5 de setembro de 1606. Esta irmandade tinha n'essa epoca a sua séde na ermida de S. Simão de Mutella, no termo da mesma villa de Almada. A actual irmandade tem uma boa carreta para os funeraes dos irmãos.

Cova da Raposa. Pov. na freg. de S. Miguel, de Passô, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Casal na freg. de S. Pedro de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Cova da Serpe. Pov. na freg. de S. Mamede, de Quiaios, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de S. Theotonio, de Brenha, do mesmo conc. e districto.

Cova do Valle. Pov. na freg. de S. Thiago, de Tabaçô, conc. de Arcos-de-Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello.

Cova da Velha. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Braz, de Campanario, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

Cová. Reino na parte portugueza da ilha de Timor, na Oceania; 5:500 almas, sendo 50 christãos.

Covaes. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || S. Paio, de Pinheiro da Bemposta, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Travanca, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Coval. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Carapeços, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. || S. Estevão, de Couto de Esteves, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Crasto, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Segadães, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Coval da Mó. Pov. na freg. de S. Thiago, de Ribeira de Fragoas, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro. V. *Braçal*.

Covalhão. Pov. na freg. de S. Martinho dos Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Covalquente. Pov. na freg. de S. André, de Escariz, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Covanca. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Fajão, conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra. || S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Covão. Povoações nas freguezias: S. Matheus, de Alváres, conc. de Goes, distr. de Coimbra. || S. Miguel e conc. de Penella, do mesmo distr. || S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro. || N. S.ª da Purificação, de Alcanede, conc. e distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Julião, de S. Gião, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Covão da Carvalha. Pov. na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Covão do Carvalho. Pov. na freg. de N. S.ª do Amparo, de Mira, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Covão do Coelho. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Minde, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Covão do Feto. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Monsanto, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Covão do Lobo. Povoação e freguezia do Salvador, da provincia do Douro, concelho de Vagos, comarca e districto de Aveiro, bispado de Coimbra; 2:299 habitantes e 575 fog. Tem est. post. permutando malas com Vagos, e esc. para o sexo fem. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie, d'onde se avista a serra do Bussaco. O vigario de S. Thomé, de Mira, apresentava annualmente o cura, que tinha obrigação de paramentar a capella-mór do convento de Santa Cruz de Coimbra. A terra é fertil, e pertence á 5.ª div. mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 24 com a séde em Aveiro.

Covão da Maceira. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Covão da Mula. Ilha de Santa Maria; pov. na freg. de Santa Barbara, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada.

Covão e Panasqueira. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Estreito de Camara de Lobos, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

Covão do Salgueiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Alvados, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Covão da Silva. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Covas. Povoação na freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. do Douro, conc. e com. de Taboa, distr. e bisp. de Coimbra; 1:808 hab. e 455 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Pertence ao arcyprestado de Travanca de Lagos, do conc. de Oliveira do Hospital. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do Mondego. A Casa do Infantado apresentava o prior, que tinha 430$000 réis de rendimento annual. A terra é muito fertil, e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 619 hab. e 140 fog. A povoação dista 15 k. da séde do conc. e está proximo da estrada de Ponte da Barca a Villa Verde. Passa aqui o rio Vade. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. João Evangelista, da prov. do Douro, conc. e com. da Louzada, distr. e bisp. do Porto; 373 hab. e 78 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e medico. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada n'um monte. A terra é fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N da Cerveira, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 1:227 hab. e 380 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa postal. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada junto da margem direita do rio Coura. As rendas d'esta freg. formavam duas commendas ou prestimonios, da ordem de Christo, que até 1641 eram dadas pelos duques de Caminha, passando depois esse direito para a Casa do Infantado. A terra é muito abundante de aguas, e muito fertil. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Esta pov. foi annexada ao conc. de Caminha, por decreto de 12 de janeiro de 1895, que supprimiu o de V. N. da Cerveira, e voltou para este por ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. || Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira; Sant'Anna, conc de Sant'Anna, distr. do Funchal. || S. Pedro, de Braga (Maximinos), conc. e distr. de Braga. || S. Victor, do mesmo conc. e distr. || S. Paio, de Brunhaes, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || S. Miguel, de Carvalho. conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || Ilha da Graciosa; Santa Cruz, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo. || Ilha da Madeira; N. S.ª da Natividade, de Faial, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal. || S. Estevão, de Fornello do Monte, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || S. José, de Godim, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Goios, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Ilha da Madeira; S. Jorge, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal. || S. Miguel e conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Paio, de Meixedo, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Moimenta, conc. de Terras do Bouro, distr. de Braga. Tem est. post. com serviço de encommendas. || S. Lourenço, de Paranhos, conc. de Amares, distr. de Braga. || N. S.ª de Belem, de Rio de Mouro, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || S. Martinho, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Silvares, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Miguel, de Tresminas, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Villar de Ferreiros, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || Casal na freg. de S. Saturnino, de Vallongo, conc. de Aviz, distr. de Portalegre. || Herdade na freg. de S. Bento do Zambujal, conc. de Redondo, distr. de Evora. || Rio, na prov. de Traz-os-Montes. Nasce nas faldas meridionaes da serra das Alturas, e atravessando o couto de Dornellas, e recebendo, pela margem direita, os ribeiros d'Agréllos e Couto, depois d'um curso de 12 k. vae desaguar no rio Bessa, tomando ambos o nome de Rio das Mestras.

Covas Altas. Pov. na freg. de S. José, de Alqueidão da Serra, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Covas de Baixo e de Cima. Duas povoações nas freguezias: S. Lourenço, de Celleirós, conc. e districto de Braga. || Santa Maria, de Freixo, concelho de Marco de Canavezes, districto do Porto.

Covas de Barroso. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Boticas, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 1:453 hab. e 297 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 16 k. da séde do conc. e está situada na falda da serra de Dornellas. A Casa de Bragança apresentava o abbade, que tinha 200$000 réis de renda. Esta pov. tambem é conhecida sómente pelo nome de *Covas*. Pertence

á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Covas de Belem. Pov. na freg. da Sé, conc. e distr. de Portalegre.

Covas do Douro. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Sabrosa, com. e distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 1:437 hab. e 269 fog. Tem escolas para ambos os sexos e est. post. permutando malas com a R. A. D. Dista a pov. 12 k. da séde do conc. e está situada n'um valle fertil, proximo dos rios Douro e Pinhão. Era da Casa do Infantado, que apresentava o reitor, o qual tinha 200$000 réis de renda. Ha aqui duas minas de chumbo, uma no valle da Macieira e outra no sitio d'Agua Alta. Ambas pertenciam a Ladislau Zarzechi, que obteve os direitos de descobridor em novembro de 1871. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Covas de Ferro. Pov. na freg. de S. Pedro, de Almargem do Bispo, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Covas do Monte. Pov. na freg. de S. Facundo, de Covas do Rio, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Covas do Rio. Pov. e freg. de S. Facundo, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. Pedro do Sul, distr. e bisp. de Vizeu; 531 hab. e 99 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. permutando malas com S. Pedro do Sul. A pov. dista 22 k. da séde do conc. e está situada junto da margem esquerda do rio Paiva, n'um valle pouco fertil. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. da recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Covas das Zorras. Pov. na freg. de S. Luiz, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Coveiro. O que abre covas ou sepulturas nos cemiterios. Este officio tinha regimento na collecção dada pelo senado de Lisboa em 1572.

Covelhas. Pov. na freg. do Salvador, de Trofa, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Covelinhas. V. *Covellinhas*.

Covella. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Navarra, conc. e distr. de Braga.

Covella de Baixo e **de Cima.** Duas povoações na freg. de S. Thiago, de Valladares, conc. de Baião, distr. do Porto.

Covellães. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 451 hab. e 100 fog. Tem correio e posto fiscal. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada entre o rio Mau e a margem direita do Cávado. O reitor de Santa Maria, de Veade, apresentava o vigario, que tinha diversos generos e 14$500 réis em dinheiro. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Covellas. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Santo Thirso, distr. e bisp. do Porto; 475 hab. e 88 fog. A pov. dista 9 k. da séde do conc. O papa e os frades bentos de Santo Thirso apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 400$000 réis. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. A terra é fertil, e corre-lhe proximo o rio Ave. || Pov. e freg. de S. Thomé, da prov. do Douro, conc. e com. de Baião, distr. e bisp. do Porto; 852 hab. e 230 fog. Tem esc. do sexo fem. A egreja parochial d'esta freg. dista 12 k. da séde do conc. e está situada em terreno montuoso, sobre a margem direita do rio Douro. A terra é fertil e produz muito bom vinho. A esta freg. está annexa para effeitos administrativos a de Santa Cruz do Douro, por alvará de 24 de março de 1902. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. || Pov. e freg. de S. Julião, da prov. do Minho, conc. e com. de Povoa de Lanhoso, distr. e arceb. de Braga; 251 hab. e 57 fog. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada n'um monte proximo da estrada real de Braga a Chaves. Foi do conc. de S. João do Rei, que se extinguiu em 1855. A terra é fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8 com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Ferreiros de Tendaes, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Foz de Arouce, conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || S. Miguel do Matto, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || S. Salvador do Monte, conc. de Amarante, distr. do Porto. || N. S.ª das Neves, de Ribafeita, conc. e distr. de Vizeu. || N. S.ª da Assumpção, de Sambade, conc. de Alfandega da Fé, distr. de Bragança. || S. Matheus, de Sobreiró de Baixo, conc. de Vinhaes, do mesmo distr. || S. André, de Tellões, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Mamede, de Travanca, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Covellas de Baixo e de Cima. Duas povoações nas freguezias: S. João Baptista, de S. João da Fontoura, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Serrazes, conc. de S. Pedro do Sul, do mesmo districto.

Covellinhas. Pov. e freg. de Santa Comba, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 449 hab. e 96 fog. Tem est. post. permutando malas com Peso da Regoa, e est. do caminho de ferro, na linha do Douro, entre os apeadeiros de Bagauste e Gouvinhas. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Douro, em terreno montanhoso. A pov. é muito antiga; dizem que já existia no tempo dos arabes. D. Sancho I a povoou em 1191. Passa aqui o rio Coura, e tanto n'este como no Douro ha pesqueiras, onde se pescam boas lampreias. A terra produz muito vinho, azeite e fructa. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. || Povoações nas freguezias: S. Cypriano, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Martinho das Mutas, conc. de S. Pedro do Sul, do mesmo districto.

Covellinho. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João da Serra, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Covello. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. de Gondomar, com., distr. e bisp. do Porto; 830 hab. e 255 fog. Tem esc. do sexo masc., correio e feira a 12 de cada mez. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Sousa, em terreno muito accidentado. A terra é fertil e tem muitos pinhaes. O reitor do collegio da Graça, de Coimbra, apresentava o cura, que tinha diversos generos, e 8$000 em dinheiro. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Abbade do Neiva, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, de Agrella, conc. de Santo

Thirso, distr. do Porto. || Espirito Santo, de Arca, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Baltar, conc. de Paredes, distr. do Porto. || O Salvador, de Bilhó, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Castanheira, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, do mesmo distr. || S. Lourenço, de Celleirós, conc. e distr. de Braga || Santa Maria, de Cepellos, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Pedro e conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Santa Marinha, de Cortegaça, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S. Pedro e conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || Santa Eulalia, de Cumieira, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Pedro de France, conc. e distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Lanhellas, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. André, de Lever, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. João Evangelista, de Mindello, conc. de Villa do Conde, do mesmo distr. || O Salvador, de Modivas, do mesmo conc e distr. || S. Julião, de Moreira do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello || O Salvador, de Moure, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || O Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. Martinho, de Paços de Gaiolo, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Rocas do Vouga, concelho de Sever do Vouga, districto de Aveiro. || S. Thiago, de Roufe, concelho de Guimarães. districto de Braga. || S. Thiago, de Sampriz, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. André, de Sazes de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || S. André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Tangil, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello || O Salvador, de Tonda, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Expectação, de Valladares, conc. de S. Pedro do Sul, do mesmo distr. || S. Pedro, de Vascões, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Purificação, de Ventosa, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Villarinho de Samardã, conc. e distr, de Villa Real.

Covello de Baixo e de Cima. Duas povoações nas freguezias : N. S.ª da Apresentação, de Covellos, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || S. André, de Ferreira de Aves, conc. de Sattam, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Rossas, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Covello de Gerez. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 327 hab. e 83 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e correio. A pov. dista 27 k. da séde do conc. e está situada na encosta da serra do Gerez. Passa-lhe proximo o rio Cávado. A Casa de Bragança era donataria d'esta freg. e apresentava o abbade, que tinha 350$000 réis. A terra é fertil e cria muito gado. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19 com a séde em Chaves.

Covello do Monte. Pov. na freg. de Santa Maria, de Ovelha de Marão, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Covello e Outeiro Velho. Pov. na freg. de Santa Maria, de Meinedo, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Covello de Paiva. Pov. na freg de Santa Maria, de Moledo, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Covello de Paivô. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. Pedro do Sul, distr. e bisp. de Vizeu; 298 hab. e 51 fog. Tem correio; a pov. dista 17 k. da séde do conc. e está situada nas abas da serra da Gardunha. A terra é fertil, e tem muito gado. O vigario de S. Martinho das Mutas apresentava o cura, que tinha 20$000 réis e o pé d'altar. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Covello e Verdelho. Pov. na freg. do Salvador, de Paderne, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Covellos. Pov. e freg. de N. S.ª da Apresentação, da prov. do Douro, conc. e com. de Taboa, distr. e bisp. de Coimbra; 435 hab. e 114 fog. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Pertence ao arcyprestado de Mouronho. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem esquerda do rio Mondego, n'uma planicie pouco fertil. Foi do conc. de Farinha Pôdre, que se supprimiu em 1855. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. || Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Foz de Arouce, conc. da Louzã, distr. de Coimbra. || S. Mamede, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Thiago, de Silvalde, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Covide. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Minho, conc. de Terras de Bouro, com. de Amares, distr. e arceb. de Braga; 441 hab. e 102 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 17 k. da séde do conc. e está situada entre serras, proximo do rio Zezere. Tinha antigamente o privilegio de se não fazerem aqui soldados, com a obrigação de guardarem á sua custa a Portella do Homem, das invasões dos gallegos. Sobre um cabeço a E do logar onde está situada a povoação, existem as ruinas d'uma atalaia dos antigos lusitanos, ou de um *castro* romano. E' tradição que foi aqui a antiga cidade de Calcedonia, mas alguns autores pretendem, que ella ficava na distancia de 12 k. já em terrenos da Galliza. N'estes sitios ainda se encontram vestigios da via militar romana chamada Geira, e restos de marcos milliares. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Sandim, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Covilhã *(Candido Augusto d'Albuquerque Calheiros, 1.º conde da).* Foi o 1.º conde do Refugio, em duas vidas, por decreto de 6 de outubro de 1891, cujo titulo foi substituido por decreto de 16 de fevereiro de 1898 pelo de conde da Covilhã. Nasceu em Vallezim, concelho de Ceia, a 5 de abril de 1840. Era filho de José Maria d'Albuquerque Calheiros e de D. Marcellina Henriques, neto paterno de José Maria d'Albuquerque Calheiros, correio-mór de Thomar, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, commendador da ordem militar de Nosso Senhor Jesus Christo, proprietario, e de sua mulher D. Maria Thereza Simões, naturaes de Vallezim. Foi deputado ás Côrtes pelo circulo da Covilhã na legislatura de 1885-1886, tendo sido tambem muitas vezes presidente da camara municipal do mesmo concelho,

onde deixou o seu nome vinculado á maior parte dos melhoramentos mais importantes, que ali se fizeram n'estes ultimos 25 annos, pois que tantos fôram os que dirigiu a politica do mesmo concelho. Tinha a commenda de Carlos III, de Hespanha, que nunca usou, a commenda e gran-cruz da ordem civil do Merito Industrial. Foi mais de vinte annos director do Banco da Covilhã, e foi tambem presidente da direcção e da assembléa geral da Associação Industrial e Commercial da Covilhã e presidente do conselho fiscal da Asciação dos Bombeiros Voluntarios da mesma cidade. Foi um chefe de familia exemplar, pae carinhoso e um desvelado protector dos desgraçados; um industrial sempre com o espirito aberto aos grandes melhoramentos modernos, sendo um dos primeiros industriaes de Portugal, interessando-se muitissimo pela industria de lanificios, e encontrando sempre nos covilhanenses um dedicado apoio e boa vontade na sua alta influencia e prestigio, que o conde da Covilhã já mais regateou, e dispondo dos destinos politicos da Covilhã por mais de 25 annos, foi sempre um chefe politico integralmente honesto e de larga preponderancia. A Covilhã devia-lhe muitissimos serviços. Teve a honra de receber no Paço do Refugio nos dias 6 e 7 de setembro de 1891, por occasião da inauguração do caminho de ferro da Beira Baixa, Suas Magestades El-Rei Senhor D. Carlos e a Rainha Senhora D. Amelia, recebendo os seus reaes hospedes com estremados requintes de fidalguia. Era o maior industrial da Covilhã por ser o proprietario das fabricas «Mendes Veiga», «Rogeiro», «Pero Mouro», e de Unhaes da Serra devendo-lhe esta linda aldeia todos os seus actuaes melhoramentos e os das suas aguas thermaes. Falleceu no Paço do Refugio em 11 de outubro de 1904, com 64 annos completos. Foi-lhe ministrado o sacramento da extrema-uncção, pelo bispo da Guarda, que rodeado de 65 padres acompanhou o funeral, que foi imponentissimo, tendo-se feito representar o governo, presidido pelo sr. conselheiro Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro pelo governador civil de Castello Branco dr. Mendonça David. A' beira da sepultura falaram, enaltecendo as virtudes do extincto, o conselheiro Abel de Andrade e dr. Oliveira Monteiro ex-governador civil de Castello Branco. Fecharam quasi todas as fabricas d'este grande centro industrial, e muitos estabelecimentos commerciaes, tendo as suas bandeiras a meia haste, em signal de lucto, o Banco da Covilhã, a Camara municipal, a séde da corporação dos Bombeiros voluntarios e a Associação dos empregados commerciaes e industriaes. Casou na egreja dos Martyres em Lisboa a 15 d'agosto de 1873 com sua prima D. Anna Candida de Quental da Camara Carvalhal Esmeraldo Freire Calheiros, filha do conselheiro Alexandre Augusto Freire Calheiros (V. *este nome*) e de D. Maria Vicencia de Quental da Camara Carvalhal Esmeraldo d'Athouguia Sá Machado. Deixou d'este matrimonio 7 filhos, entre os quaes o 2.º conde da Covilhã. Usou o seguinte brazão d'armas: escudo partido em pala, na primeira as armas dos Albuquerques e na segunda as dos Calheiros, o qual foi tambem já usado por seu avô acima indicado. (V. *Calheiros, José Maria d'Albuquerque*).

1.º Conde da Covilhã

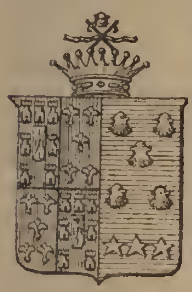

Brazão do Conde da Covilhã

Covilhã *(José Mendes Veiga de Albuquerque Calheiros, 2.º conde da).* Filho primogenito do primeiro conde do mesmo titulo Por decreto de 7 de novembro de 1904 foi-lhe concedida a verificação do titulo em segunda vida.

Covilhã *(D. Margarida Candida Pereira Navarro Pessoa de Amorim, viscondessa da).* N. a 30 de maio de 1812, e fal. na Covilhã a 18 de novembro de 1878. Era filha de Antonio de Almeida Navarro de Andrade, proprietario, e de sua mulher, D. Francisca Benedicta Pereira da Silva. Em 1837 casou com o abastado proprietario e fabricante na Covilhã, Antonio Pessoa de Amorim, que nasceu a 12 de janeiro de 1806 e fal. a 12 de agosto de 1868, filho de Manuel Pessoa de Amorim, proprietario e fabricante, iniciador do grande desenvolvimento da industria de lanificios na Covilhã, e de D. Leonor Luiza Pereira da Silva, filha de Simão Pereira da Silva, proprietario e capitão de ordenanças. D'este consorcio houve um unico filho, que teve o nome de seu pae, o qual nasceu a 12 de fevereiro de 1838, fidalgo da Casa Real, commendador da Ordem de Christo, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, deputado na legislatura de 1880 a 1884 O titulo de viscondessa da Covilhã foi concedido por decreto de 14 de dezembro de 1872 a D. Margarida Candida Pereira Navarro Pessoa de Amorim, já depois de ter enviuvado.

Covilhã *(Pedro ou Pero da).* Celebre navegador, nascido na Covilhã, d'onde lhe proveiu o appellido. Passando muito moço para o serviço de D. Affonso, duque de Sevilha, as dissensões que sobrevieram entre Portugal e Hespanha o obrigaram a voltar á patria, onde encontrou emprego muito honroso na côrte de D. Affonso V, e tomou parte activa nas guerras contra a Hespanha. Foi, porém, D. João II quem verdadeiramente lhe conheceu a aptidão; intelligente e conhecedor do idioma castelhano, desempenhou Covilhã á satisfação do soberano as diversas missões secretas de que elle o incumbira. Enviado aos estados barbarescos, concluiu habilmente diversas negociações com o rei de Tiemcene o imperador de Marrocos, aproveitando-se da estada na Africa para aprender o arabe. De regresso para Portugal, foi encarregado, juntamente com Affonso de Paiva, de visitar as regiões desconhecidas da Africa e do Oriente, em que toda a Europa scientifica d'aquelle tempo tinha os olhos fitos. O nome phantastico de Prestes João, dado ao poderoso principe,

que diziam ter o seu reino por detraz da Africa e da Persia em dominios onde ninguem sonhava penetrar, andava então muito em voga, e não podia deixar de ser especialmente considerado em Portugal, no periodo fecundo e audacioso das suas conquistas e descobertas. Pouco tempo depois de Bartholomeu Dias ter partido para a viagem, que lhe permittiu encontrar o Cabo da Boa Esperança, D. João II despachava por terra fr. Antonio de Lisboa e Pedro de Montarroio com o encargo especial de descobrirem o imperio do Prestes João. Estes homens, porém, fôram mal escolhidos; desconhecendo o arabe, e encontrando-se por isso em graves embaraços, regressaram ao reino, depois de terem ido, como romeiros, visitar os logares santos. Para os substituir é que D. João II nomeou, como dissémos, Pero da Covilhã e Affonso de Paiva. Esta expedição partiu para o seu destino a 7 de maio de 1487, levando Pero da Covilhã instrucções especiaes e uma carta d'elrei para o grande potentado, cuja amizade se ia conquistar. Os dois emissarios dirigiram-se a Napoles, d'onde passaram a Rhodes, e d'ahi a Alexandria, Cairo e margens do Mar Vermelho; detidos em Alexandria por uma violenta molestia endemica que lhes roubou todas as pessoas da comitiva, juntaram se a uma caravana numerosa que ia em marcha para Adem. Chegados ahi, deliberaram separarem-se; Paiva iria procurar elementos para saber o que havia a respeito do commercio com a India, e Covilhã seguiria opposta derrota, devendo encontrar-se mais tarde no Cairo. Pero da Covilhã, que desembarcara em Cananor d'onde passou a Calicut e a Gôa, depois de ter colhido algumas informações que julgou uteis, voltou ao Cairo, onde soube que o seu companheiro havia morrido pouco antes. Encontrando-se, porém, com os judeus portuguezes Rabbi-Abraham, de Beja, e mestre João, de Lamego, que tinha estado em Bagdá, onde ouvira falar nas caravanas que de Aleppe e Damasco iam a Ormuz buscar as magnificas riquezas do Oriente, deu-lhes noticias suas e o encargo de as transmittirem a D. João II, por ordem do qual estes judeus andavam em viagem de observação. Chegados ao reino, logo deram conta ao monarcha de que se passou D. João II, cada vez mais esperançado, ordenou a Abraham que de novo partisse, e dissésse a Pero da Covilhã que seguisse sem desanimar na sua viagem, e não voltasse sem dar cumprimento ás ordens do seu soberano. Pero da Covilhã embarcou então com Rabbi-Abraham para Ormuz, e deixando ali o judeu, seguiu para Adem, d'onde passou á Abyssinia, e ali o *negus*, que segundo consta, se chamava Alexandre, o recebeu em sua côrte com a maior benevolencia, mostrando-se muito satisfeito porque aos seus estados aportasse o embaixador d'um principe christão. Passado algum tempo morreu o *negus*, e o novo soberano, sabendo que Pero da Covilhã se preparava para partir, lhe ordenou que ficasse. Em vão o viajante o procurou convencer de que o seu rei o esperava, e que era indispensavel regressar a Portugal, o *negus* a nada attendeu, e Pero da Covilhã teve de ficar na Abyssinia. Ali passou o resto da vida, casou com uma senhora muito rica, e falleceu depois de 1515, porque n'esse anno foi ali o embaixador D. Rodrigo de Lima, mandado por el-rei D. Manuel, e ainda o encontrou. A pedido de Pero da Covilhã, D. Rodrigo solicitou do *negus* licença para voltar a Portugal o antigo embaixador de D. João II, mas não a pôde conseguir, não se conhecendo a causa da recusa d'aquelle soberano. D. Rodrigo de Lima, cumprida a sua missão, regressou ao reino. Consta que o *negus* tratava Covilhã com a maior estima e consideração.

Covilhã. Cidade da prov. da Beira-Baixa, cabeça de concelho, da comarca e districto de Castello Branco, relação de Lisboa, bispado da Guarda. Dista 70 k. da capital do districto, ficando a 285 k. a E de Lisboa. Está situada em amphitheatro na encosta da Serra da Estrella, proximo da margem direita do rio Zezere. Fica entre as ribeiras da Carpinteira e da Degoldra, n'um monte, offerecendo um panorama lindissimo. A cidade divide-se actualmente em quatro freguezias: N. S.ª da Conceição, com 3:883 hab.: 1:897 do sexo masc. e 1:986 do sexo fem.; Santa Maria Maior, com 4:221 hab: 2:006 do sexo masc. e 2:215 do fem.; S. Martinho, com 3:967 hab: 2062 do sexo masc. e 1:905 do fem; S. Pedro, com 3:456 hab.: 1:600 do sexo masc. e 1:856 do feminino. Em 1870 tinha cinco freguezias: S. Francisco, Santa Maria, S. Martinho, S. Pedro e S Silvestre. Antigamente eram em muito maior numero; Pinho Leal aponta as treze seguintes: *Degolação de S João Baptista*, cuja matriz era situada no bairro chamado das Tres freguezias. Os frades cruzios do convento de Folques apresentavam, *in solidum*, o prior, que recebia 300$000 réis. Tinha duas egrejas filiaes. Alcaria e S. Dominguizo, onde o prior apresentava os curas *S. Martinho, bispo*, situada no mesmo bairro. O ordinario apresentava o prior. que tinha 140$000 réis. *S. Vicente Martyr*, ainda no mesmo bairro, e completando o numero das tres freguezias que lhe davam o nome, tinha prior de apresentação regia com 60$000 réis. *Santa Maria* (intra-muros) ou *N. S.ª do Roque Amador* (vulgo *Reclamador*), cujo vigario era tambem de apresentação regia, tendo 42$000 réis, 40 alqueires de centeio, 20 de trigo e duas arrobas de cêra, tudo pago pela commenda O parocho apresentava o cura, ao qual a mesma commenda dava 8$000 réis, e tinha mais a terça parte do pé de altar. A commenda apresentava o sacristão e dava-lhe 4$000, 8 alqueires de trigo, 12 de centeio, 16 almudes de vinho e 4 cantaros de azeite. A freguezia tinha 4 raçoeiros com 3$000 réis cada um *S. Silvestre* (intra-muros), cujo prior era apresentado pelo ordinario, com 230$000 réis. O prior apresentava o cura da egreja do Barco, que era filial d'esta. O templo é antiquissimo e de um só altar. Foi reedificado em 1728 por estar muito arruinado. *S. Thiago* (intra-muros), cujo prior era apresentado egualmente pelo ordinario com 240$000 réis. O prior apresentava o cura da freguezia de Ferro que lhe ficava annexa. *S Pedro, apostolo*, cujo prior era apresentado pelo cabido da sé da Guarda e tinha 130$000 réis. *Santa Maria Magdalena*, situada ao fundo da cidade, templo de um só altar; o prior era de apresentação do

Brazão da Covilhã

ordinario e tinha 240$000 réis. O prior apresentava o cura de Peso, cuja egreja era filial d'esta. *S. João da Matta* ou *S. João Baptista*, templo de um só altar; era cabeça da commenda de S. João do Hospital; tinha duas egrejas filiaes, *Escarrigo* e *Sameiro*. O commendador apresentava o cura, que tinha 10$000 réis, 16 arrateis de cêra, 2 almudes de vinho, 2 alqueires de trigo e um arratel de incenso, tudo pago pela commenda. *S Paulo*, cujo prior era de apresentação regia e tinha 80$000 réis. *S. Bartholomeu*, tambem de apresentação regia, o vigario tinha 40$000 réis, e mais 2$000 réis por ensinar doutrina, 30 alqueires de trigo, 30 de centeio, 1 de azeite, 2 almudes de vinho e 4 alqueires de trigo para hostias. O parocho apresentava o cura de Salgueiro, cuja egreja era filial d'esta. *O Salvador do Mundo*, cujo prior era apresentado pelo ordinario e tinha 120$000 réis. *Santa Marinha*, cujo prior era de apresentação regia, tinha 150$000 réis, e apresentava o cura da egreja de Carvalho, que era filial d'esta. A pov. da Covilhã foi fundada pelo conde D. Julião em 690, recebendo segundo uns visão de 21 de fevereiro de 1498, diz que esta villa é a principal no centro das outras do reino, e deu-lhe foral novo em 1 de junho de 1510, conservando-lhe todas as prerogativas. D. Sebastião, por provisão de 6 de julho de 1570, concedeu-lhe o titulo de *Notavel* pelos serviços que sempre prestara ao reino. El-Rei D. Luiz I elevou a villa da Covilhã á categoria de cidade em 20 de outubro de 1870. Antigamente tinha voto em Côrtes, com assento no quarto banco. O seu brazão d'armas é uma estrella de prata em campo azul, no meio do escudo, allusão a estar edificada na Serra da Estrella. O concelho compõe-se de 26 freguezias, comprehendendo as 4 da cidade e as seguintes: Aldeia do Carvalho (N. S.ª da Conceição) com 2077 hab.: 1032 do sexo masc. e 1045 do fem.; Aldeia do Matto (Sant'Anna) com 1370 hab.: 661 do sexo masc. e 709 do fem.; Aldeia do Souto (S. João Baptista) com 622 hab.: 315 do sexo masc. e 307 do fem.; Barco (S. Simão) com 1025 hab.: 501 do sexo masc. e 524 do fem.; Boidobra (Santo André) com 1029 hab.: 513 do sexo masc. e 516 do fem; Caségas (S. Pedro) com

Vista geral da Covilhã

autores, o nome de *Cova* ou *Cava Juliana*, em memoria do fundador, e segundo outros o de *Cova-lhana*, em attenção ás primitivas habitações se terem levantado na baixa da encosta, chamada actualmente *Ladeira* de Martim Collo. Com o decorrer dos tempos *Cova-lhana* ter-se-hia corrompido e degenerado para *Covilhã*. Os primeiros monarchas portuguezes consideraram muito a povoação pelos relevantes serviços que prestou á Corôa. Em 1186, D. Sancho I mandou a reedificar, dando-lhe carta de foral n'aquella data, e concedendo-lhe varios privilegios e isenções. Em 1209 foi tomada e saqueada pelos moiros, sendo reedificada logo no anno immediato pelo mesmo monarcha. D. Affonso II renovou-lhe o foral que ampliava os privilegios que já tinha. D. Affonso III, na sua provisão de 2 de dezembro de 1253, declara que esta povoação é uma das principaes da Beira, e como tal reconhecida pelos seus antecessores. Cerca do anno de 1300 D. Diniz fortificou-a e levantou-lhe as muralhas, com as portas do Valle de Carvalho, Sol e S. Vicente. O senhorio da Covilhã pertenceu ao infante D. Henrique, por ser terra realenga. D. Manuel, em pro-

1190 hab.: 590 do sexo masc. e 600 do fem.; Ceboia (S. Jorge) com 793 hab.: 382 do sexo masc. e 411 do fem; Córtes do Meio (S. Roque) com 1017 hab.: 500 do sexo masc. e 517 do fem.; Dominguizo (Espirito Santo) com 678 hab.: 347 do sexo masc. e 331 do fem.; Erada (S. Pedro) com 886 hab.: 431 do sexo masc. e 455 do fem.; Ferro (S. Sebastião) com 1798 hab.: 881 do sexo masc. e 917 do fem.; Orjães (S. Pedro) com 1150 hab.: 566 do sexo masc. e 584 do fem.; Ourondo e Bodelhão (N. S.ª d'Assumpção e S. Francisco) com 1043 hab.: 510 do sexo masc. e 533 do fem.; Paul (N. S.ª d'Assumpção) com 1485 hab.: 731 do sexo masc. e 754 do fem.; Pera Boa (N. S.ª da Conceição) com 1072 hab.: 521 do sexo masc. e 551 do fem.; Peso (Santa Maria Magdalena) com 1253 hab.: 622 do sexo masc. e 631 do fem.; Sarzedo (N. S.ª da Conceição) com 656 hab.: 323 do sexo masc. e 333 do fem.; Sobral de Casegas (S. Miguel) com 801 hab,: 396 do sexo masc. e 405 do fem.; Teixoso (N. S.ª dos Coros) com 3169 hab.: 1566 do sexo masc. e 1603 do fem.; Tortozendo (N. S.ª da Oliveira) com 3256 hab.: 1609 do sexo masc. e 1647 do fem.: Unhaes da Serra

(Santo Aleixo) com 1508 hab. : 776 do sexo masc. e 732 do fem. ; Verdelhos (S. Pedro) com 1017 hab. : 532 do sexo masc e 515 do feminino. O total da população do concelho é de 44:452 hab. : 21:870 do sexo masc. e 22:582 do fem. ; a da cidade é de 15:527 hab. : 7:565 do sexo masc. e 7 962 do fem. Os arredores da cidade são muito ferteis, abundando os cereaes, as fructas, o vinho, a caça, as castanhas, plantas farinaceas, magnifico azeite e boas pastagens. Cria gado lanigero e vaccum. As ribeiras da Carpinteira e da Degoldra, que correm ao N e S da cidade, pódem considerar-se desde a origem até entrarem no valle do Zezere como duas importantissimas povoações industriaes onde se empregam milhares de operarios de ambos os sexos. Graças ás suas fabricas de pannos, que pelo menos remontam a 1681, é considerada a cidade da Covilhã uma das mais prosperas, industriaes e commerciaes do reino, tendendo as suas condições de progresso a melhorar consideravelmente com o caminho de ferro da Beira Afóra o grande numero de teares que possue, conta mais de quarenta fabricas de cheviotes, picotilhos, chales, cobertores finos, estambres, casimiras, mesclas, castorinas, meias e chales-mantas de excellente qualidade. A quantidade de lã consumida annualmente n'essas fabricas ascende a 3:500:000 kilos. Em 1897 possuia a Covilhã 92 estabelecimentos fabris, representando um capital fixo de 1:600 contos de réis e um capital circulante de 2:000 contos. Tem boas estradas para a Guarda, Castello Branco, Sabugal, Penamacor, Arganil, Ceia, Gouveia, etc. Tem hospital e Misericordia, aquelle instituido em 1213 e esta em 1577 ; varias associações : *Dos artistas e classes laboriosas covilhanenses*, de soccorros mutuos, cujos estatutos fôram approvados a 23 de novembro de 1861 ; *Associação protectora da infancia desvalida (Real) ; Commercial e Industrial; Dos bombeiros voluntarios ;* e outras. Tem theatro, agencias dos bancos do Minho, de Guimarães, de Portugal, de Villa Real, Banco da Covilhã, etc. ; escola industrial «Campos Mello»; escolas para ambos os sexos; hoteis e typographias; estação teleg. post. de 1.ª classe com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobranças de titulos, letras, obrigações e vales. Mercado no terceiro domingo de cada mez ; feiras annuaes no domingo da Paixão, e a 25 de julho. || Jornaes : *Amigo do Povo* — 28 de fevereiro de 1897 a 26 de fevereiro de 1898 ; *Commercio da Covilhã* — 27 de agosto de 1864 a 13 de maio de 1865, o primeiro jornal aqui publicado ; *Correio da Covilhã* — 13 de maio de 1888 a 29 de maio de 1890 ; *Correspondencia da Covilhã* — 21 de maio de 1899, em publicação ; *Covilhã (A)* — 1 de novembro de 1891 ; *Covilhanense (O) 1.º* — 9 de julho a 8 de outubro de 1870 ; *Covilhanense 2.º* — 24 de outubro de 1886 a 23 de outubro de 1892, foi o successor do *Enthusiasta ; Covilhanense (O) 3.º* — 1 de janeiro de 1894 ; *Echo Operario* — 11 de abril de 1869 a 13 de maio de 1870 ; *Enthusiasta (O)* — 24 de abril a 2 de dezembro de 1886, succedendo-lhe *Covilhanense ; Folha da Covilhã* — 2 de abril de 1904, em publicação ; *Heitor Pinto* — 18 de março a 16 de abril de 1887 ; *Liberdade ; Lidador (O)* — 13 de novembro de 1903 ; *Nacional* — 12 de janeiro de 1896 ; *Religião e o Operario (A)* — 29 de junho de 1893 ; *Sentinella da Liberdade (A)* — 23 de julho de 1865 a 26 de abril de 1868. Além d'estes jornaes fôram publicados na Covilhã os seguintes *numeros unicos : Artista (O)* — julho de 1886; *Barato (O)* — março de 1897; *6 de setembro* — 6 de setembro de 1891; *Rebate (O)* — 21 de janeiro de 1897. || *Bibliographia: Annuario do concelho da Covilhã*, por J. Camillo Ribeiro, 1895 ; *As fabricas da Covilhã*, por Fradesso da Silveira ; *A Covilhã no centenario*, por Manuel Nunes Giraldes ; *Subsidios para a monographia da Covilhã*, por Arthur de Moura Quintella ; etc.

Covilhã. Povoações nas freguezias : S. Thiago, de Carreiras, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Pedro da Cova, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. André, de Tellões, conc. de Amarante, do mesmo distr. || O Salvador, de Vairão, conc. de Villa do Conde, do mesmo districto.

Covinda. Pov. no distr. do Congo, Africa Occidental, na margem do Zaire, a 360 k. da foz.

Covinha. Pov. na freg. de S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Covinhas. Pov. na freg. de S. Pedro, de Villar do Paraiso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Covinho. Pov. na freg. de Santa Christina, de Longos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Côvo *(Gaspar Maria de Castro Lemos Magalhães e Menezes Pamplona, conde do).* Fidalgo de geração, senhor do morgado do Côvo em Oliveira de Azemeis. E' casado com D. Sophia Adelaide Ferreira Alves. Reside actualmente no Porto. O titulo foi concedido por decreto de 9 de março e carta de 4 de maio de 1882.

Côvo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Villa Chã, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. Tem uma fabrica de vidros, que é a mais antiga da peninsula hispanica. O fabrico de vidros no Côvo tem uma tradição secular, remontando pelo menos, segundo documentos publicados pelo sr. Sousa Viterbo, ao meado do seculo XVI. E' natural que tivesse soffrido largas intermittencias, mas o que se sabe documentalmente é que D. João III privilegiara um Pero Moreno, que tinha um forno para fabricar vidros n'aquella localidade. Pero Moreno era fallecido em 1574, pois n'esse anno passava D. Sebastião uma carta de privilegio a Fernão de Magalhães Teixeira, casado com sua filha Antonia de Almeida. Por morte do sogro ficou-lhe o sobredito forno com matto seu proprio, com que poderia sustentar dois ou tres fornos. São curiosas as clausulas com que lhe foi concedido o privilegio. A lenha de que se servisse seria sempre sua e faria funccionar o forno de modo que tivesse sempre vidros para satisfazer os pedidos e necessidades do povo. Poderia por qualquer motivo ter o forno apagado um ou dois annos, mas n'esse caso devia ter productos em abastança, fabricados por elle, de modo que não prejudicasse ou interrompesse a venda. Ninguem poderia assentar e fazer lavrar outro forno, desde a villa de Coruche até aos extremos da Galliza, e quem tal fizesse sem expresso consentimento d'el-rei, incorreria na pena de 200 cruzados para o sobredito Fernão de Magalhães e ser-lhe-ia derrubado o forno. Antonia d'Almeida era já viuva em 1593, pois n'esse anno, a 23 de janeiro, lhe confirmava D. Filippe o privilegio que usufruira o marido. Do inquerito industrial de 1890 consta que o capital fixo da fabrica era n'esse anno de

10 contos, e que o numero dos operarios era de 28 officiaes e 22 aprendizes. Junto á fabrica ha boas casas construidas em 1580, e uma capella, feita em 1862, com um bom carneiro de cantaria. A quinta antigamente era toda murada; tem grande extensão, e é atravessada pelo rio do seu nome, e pela estrada que vae de Oliveira de Azemeis a Arouca. Esta quinta está em terreno de 4 freguezias: S. Pedro de Villa Chã, Pindello, Ossella e Oliveira de Azemeis. || Povoações nas freguezias: S. Simão, de Arões, conc. da Macieira de Cambra, districto de Aveiro. || S. Julião, de Freixo, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Gallegos, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Leocadia, de Geraz do Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Moreira de Geraz do Lima, do mesmo conc. e distr. || Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || O Salvador, do Souto, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Quinta na freguezia de S. Pedro, de Villa Chã, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Pov. do conc. de Humbe, distr. de Mossamedes, prov. de Angola.

Covões. Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. do Douro, conc. e com. de Cantanhede, distr. e bisp. de Coimbra; 3:114 hab. e 737 fog. Tem escolas para ambos os sexos. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada n'uma campina muito fertil. O cabido de Coimbra apresentava annualmente o cura, que tinha 200$000 réis de rendimento. || Povoações nas freguezias: N. S. dos Prazeres, de Aljubarrota, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || N. S. da Purificação, de Montelavar, conc. de Cintra, distr de Lisboa. || Ilha de S. Maria; S. Pedro, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada || S Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Vicente, de Troviscal, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Covões Largos. Pov. na freg. de N. S. da Consolação, de Alvados, conc. do Porto de Moz, distr. de Leiria.

Covunge. Pov. do conc. de Ambaca, districto de Loanda, prov. de Angola.

Coxerre. Pov. na freg. de Santa Maria, de Almoster, conc. e distr. de Santarem. || Casal na freg. de N. S. da Conceição e conc. de Villa Velha de Rodam, distr. de Castello Branco.

Coxigão. Pov. do territorio de Damão, prov. de Gôa, na India.

Coxo. Pov. na freg. de S. João, de Loureiro, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Coxoigo. Pov. na freg. de S. Eulalia, de Trute, conc de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Coxos. Logar a 2 k. a E da villa de Torres Vedras, distr. de Lisboa, onde ha uma nascente de agua mineral, em sitio muito sujeito a inundações fluviaes, junto á margem esquerda do rio Sisandro, fronteiro e muito perto da nascente da agua dos Cucos. Parece ter constituição e propriedades identicas a esta, e durante o verão é tambem bastante usada em banhos, e no tratamento do escrofulismo, rheumatismo e doenças da pelle.

Coxote. Parte da armadura que defendia a coxa, vestindo-se de couro ou ferro. Os mais antigos coxotes eram de couro fervido em charneiras; guardavam as coxas e ligavam-se ás joelheiras. Só nos fins do seculo XIV é que appareceram os coxotes de aço forjado; a principio eram apenas em fórma de telha, defendendo só a frente da coxa; depois fizeram-se completos, articulados, presos ás joelheiras.

Coyra. V. Coura.

Coz. Villa e freg. de S. Eufemia, da prov. da Estremadura, conc. e com. d'Alcobaça, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa; 1:334 hab. e 296 fog. Tem escola do sexo masc. e caixa post. A villa dista 9 k. da séde do conc. e está situada n'um valle ameno e muito productivo, composto de campos, vinhas, olivaes, pomares e outros arvoredos. A villa é muito antiga. Fôram seus donatarios os abbades do convento d'Alcobaça, da ordem de S. Bernardo. A villa tem Misericordia e hospital. Sendo couto d'Alcobaça, tinha camara, juiz ordinario e escrivães; estes feitos pelos frades e aquelles pelo povo, mas confirmados pelo D. abbade, e uma companhia de ordenanças. Teve um convento de freiras da ordem de S. Bernardo, fundado em 1300 por D. Fernando, abbade do mosteiro d'Alcobaça, em cumprimento do legado de 10:000 maravedis deixado em testamento por D. Sancho I. Foi reformadora d'este convento D. Benta de Aguiar, que morreu com fama de santidade. A villa tem foral, dado por D. Manuel, em Lisboa, a 28 de março de 1513. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recr. e res. n.º 7, com a séde em Leiria

Cozelhas. Povoações nas freguezias: Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra. || N. S. do Rosario, de S. Paulo de Frades, do mesmo conc. e districto.

Cozinha. Logar onde se faz a comida; as iguarias, a arte culinaria. || *Livros da cozinha d'el rei*, onde tinham assentamento as pessoas que recebiam, além da moradia, rações, etc. || A maioria dos livros de cozinha publicados em portuguez são editados no Brazil. Em Portugal teem-se feito numerosas traducções de tratados culinarios estrangeiros. Entre os originaes, temos nota: *Arte de cozinha*, etc., por Domingos Rodrigues, Lisboa, 1719; *Arte do cozinheiro e do copeiro*, etc., por Antonio Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira Girão, visconde de Villarinho de S. Romão, Lisboa, 1841.

Cozinha economica do Porto. Estabelecimento fundado em 1892 pela Companhia Utilidade Domestica e subvencionada pela Camara Municipal do Porto. Acha-se installado em terreno da antiga cêrca das carmelitas descalças. Fornece a preços economicos alimentação sadia ás classes populares, que muito o frequentam.

Cozinhas economicas *(Sociedade protectora das)*. A iniciativa d'esta prestimosa associação de beneficencia pertence á senhora duqueza de Palmella, que dotou a cidade de Lisboa com uma singular instituição, que engenhosamente esmola a pobreza e auxilia as classes menos favorecidas da fortuna, fornecendo-lhes commodamente uma alimentação sadia e barata. Foi em 9 de dezembro de 1893 que se inaugurou a primeira cozinha economica de Lisboa, na travesssa do Forno, aos Prazeres, e com tal sympathia o publico a acolheu, que desde logo começou a fornecer proximamente 400 jantares diarios, o que para a iniciadora havia de ter sido um consolador estimulo, em vista da incerteza com que esta cozinha havia sido creada e do improprio local onde, á falta de outro, fôra estabelecida como experiencia. Tão lisongeiro resultado animou a fundadora a cons-

tituir uma associação que, angariando donativos, promovesse a creação de outras cozinhas em bairros onde se tornassem mais necessarias. Fundada assim a *Sociedade Protectora das Cozinhas Economicas*, começaram a affluir propostas para inscripção de socios e offertas de donativos valiosos em genero e em dinheiro. A camara municipal de Lisboa, reconhecendo o grande serviço que a sociedade deveria prestar á população pobre da capital, não só votou um subsidio mensal de 300$000 réis, como offereceu, dos terrenos pertencentes ao municipio, aquelles que pudessem aproveitar-se para edificação de futuras cozinhas, e o proprio governo auxiliou essas ligeiras construcções. A nova sociedade, apenas se constituiu, nomeou presidente perpetua a senhora duqueza de Palmella, vice-presidente a senhora marqueza do Rio Maior e thesoureira a senhora D. Julia M. de Brito e Cunha. A' desvelada iniciativa e solicitude d'estas tres benemeritas senhoras se deve, principalmente, o extraordinario desenvolvimento das cozinhas economicas de Lisboa. Um anno depois da fundação da cozinha dos Prazeres, em 21 de novembro de 1894, inaugurava-se a segunda cozinha, a dos Anjos, que pelo seu grande movimento logo demonstrou a boa escolha do local. Em 15 de abril de 1895 abria a n.º 3 em Alcantara; em 20 de fevereiro de 1896 a quarta cozinha em Xabregas, mesmo em frente da grande fabrica dos tabacos, satisfazendo assim a sociedade a um pedido, assignado por mais de 800 operarios da localidade, e em 16 de julho de 1897 foi inaugurada a quinta cozinha á Ribeira Velha, que veiu prestar um grande beneficio ao centro da cidade e sobretudo ao bairro de Alfama, que lhe fica proximo. Em breve deve ser tambem inaugurada a 6.ª cozinha, sita na rua de S. Bento, em um elegante edificio construido em frente da muralha do largo das Côrtes. Todas as cozinhas existentes dispõem de material do mesmo typo e cozinham os alimentos por meio do vapor e em quantidade relativa ás necessidades locaes. Em cada uma ha uma caldeira geradora de vapor e os seus pertences, um deposito de agua que assegura o abastecimento de um dia, caldeiras de ferro fundido de duplo fundo, assim como tanques de grande superficie de aquecimento, onde são lavadas as louças e talheres engordurados antes de passarem ás pias de pedra. Ao todo possuem as cinco cozinhas 48 caldeiras, que teem a capacidade de 4:800 litros, pódem fazer a comida em 15 minutos e produzir 6:000 rações de sopa e 6:000 de prato no decurso medio de tres horas. Triplicando o serviço diario, para o que bastaria augmentar o pessoal, poderiam cozinhar-se 18:000 jantares diarios. As cinco cozinhas dispõem de 180 mesas com cobertura de zinco e de 360 compridos bancos, a dois por mesa, de modo que ao mesmo tempo pódem ser servidas 1:800 pessoas, tendo as sufficientes louças e talheres para esse fim. Junto á porta de entrada de cada um d'estes estabelecimentos ha a casa de venda de senhas, tendo um *guichet* para a rua e outro para a casa de espera; seguem-se os refeitorios e a casa das caldeiras, separadas por um extenso balcão forrado de pedra e defendido superiormente por uma rede de metal com seis intervallos formando *guichets* onde se serve a comida. Ao fundo existe a casa dos tanques e pias de lavagem, casa da caldeira e deposito do carvão, a grande dispensa, o pateo para lavagem de hortaliça e amanho de peixe, o quarto do criado, de guarda da cozinha, e no andar superior uma casa de habitação. Com mais ou menos amplitude e desenvolvimento assim funccionam as cinco cozinhas existentes. Cada cozinha tem dois directores, um effectivo e outro substituto, que gratuita e generosamente vélam pela boa administração e economia da cozinha a seu cargo. Senhoras da primeira sociedade cooperam n'esta obra benemerente, auxiliando a illustre presidente e os directores. Os relatorios em que a sociedade tem prestado publicamente as suas contas todos os annos fornecem elementos para se avaliar a solicitude da administração e os importantes progressos de anno para anno realisados. Uns estatutos simples e claros e um minucioso regulamento orientam e preceituam o regular e harmonioso funccionamento d'aquelles estabelecimentos, diariamente frequentados, durante quatro horas apenas, por milhares de pessoas de ambos os sexos e indoles e procedencias diversas, sem que nunca tivesse sido necessaria a intervenção do policia de serviço em cada cozinha. Tão grande frequencia n'uma cidade onde ha tanta gente na dura necessidade de comprar fiado, só a pôde conseguir a direcção, obtendo, como obteve, a mediação dos directores de fabricas e de outros industriaes que se promptificaram a receber as senhas das refeições para os seus operarios, descontando-lhes nas férias as respectivas importancias. São seis os typos de senhas adoptados, todos de côres differentes, designando de um lado a ração a que dão direito e do outro lado o preço: assim ha a senha do prato do dia por 40 réis, a de sopa por 20 réis, a de pão por 10 réis, a de vinho por 20 réis e a de jantar completo por 100 réis, que representa aquelles pratos e rações e ainda uma outra de sobremesa por 10 réis. As tabellas de refeição apresentam uma lista de 22 differentes pratos e 9 sopas, não podendo ser repetido por semana mais de um prato. O consumidor entra na cozinha munido da senha, que apresenta nos *guichets* de distribuição de comida, recebendo em troca o alimento que n'ella se indica e que poderá ser utilisado ali, fornecendo-se-lhe louça e talheres, ou conduzido para fóra nas vasilhas que apresentar. As senhas pódem ser utilisadas em qualquer dia e indistinctamente em qualquer cozinha e vendem-se tambem em diversos estabelecimentos, facilitando assim á beneficencia publica os meios de soccorrer com ellas os desvalidos e famintos, que, infelizmente, tanto abundam nas grandes cidades. As sobras que ha quotidianamente por effeito da irregularidade da frequencia, que não é possivel prevêr, teem sido cedidas a diversos estabelecimentos de caridade. A installação das cozinhas tem sido feita sob a direcção e por conta da senhora duqueza de Palmella, que tem dispendido quantiosas importancias com esta instituição. Além d'estes valiosos donativos e das muitas offertas de generos, tem a sociedade recebido subsidios da camara municipal de Lisboa e de muitos outros bemfeitores, de festas de caridade que tem promovido e de quotas dos seus associados, receita esta com que se faz face ao grande desequilibrio economico, resultante da differença entre o preço por que produz e aquelle por que vende as rações.

Cozinheiro *(Casal do)*. Na freg. de Sauto An-

tonio, de Salir de Mattos, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Cozinheiros. Pov. na freg. de N. S.ª do O' de Paião, conc. da Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Cozonsol. Pov. da freg. de Satary, 2.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, na India, a E da provincia.

Cozulqui. Pov. da freg. de Canácona, 4.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb de Gôa, na India.

Craesbeeck. Familia oriunda da cidade de Lovaina no estado de Brabante e condado de Flandres. O imperador Carlos V deu armas em 1530 a Guilherme de Craesbeeck, e um neto d'este, chamado Pedro Craesbeeck, passou a Portugal. As armas são, em campo azul, uma estrella de ouro de seis raios, e acima d'ella um crescente de prata, e por timbre a estrella do escudo. Tinha aprendido a arte typographica na sua patria, na celebre officina de Christovão Plantino. Veiu estabelecer-se em Lisboa em 1592, e mais tarde, Filippe II de Portugal lhe concedeu a mercê de cavalleiro da Casa Real, por decreto de 25 de outubro de 1617, e o privilegio de impressor regio por alvará de 28 de maio de 1628. As obras, que imprimiu, eram muito estimadas pela belleza do trabalho typographico, e teem as datas comprehendidas entre 1567 e 1632. Pedro Craesbeeck casou com Susanna Domingues de Beja, e teve dois filhos: Lourenço e Paulo. Lourenço nasceu em Lisboa em 1599, e foi estudar a Antuerpia, onde tambem aprendeu diversas linguas. Annos depois voltou a Lisboa, continuou, por morte de seu pae, na direcção da officina e casa editora que elle creara. Fal. a 8 de março de 1679. Recopilou a *Sylvia de Lisardo*, em 1668. O outro filho, Paulo, teve um filho chamado Pedro Craesbeeck, como seu avô, que militou na guerra da restauração de Portugal e na de Pernambuco. Antonio Craesbeeck, que parece ter sido filho de Lourenço, succedeu na officina, onde trabalhou até aos fins do seculo XVII. Foi grande o numero de obras que esta casa editou, assim como tambem livros de musica e de cantochão, principalmente os grandes livros *in folio* para uso do coro, que segundo consta, são uns bellos exemplares da typographia musical.

Cramarinhos. Pov. na freg. do Salvador, de Moure, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Cranganor. Cidade maritima, na margem septentrional de uma pequena bahia na costa do Malabar, hoje sob o dominio britanico e subordinada á presidencia de Madrasta, na India. Pertenceu aos portuguezes. Foi aqui que Lopo Soares pelejou com as esquadras do Samorim. O franciscano Vicente de Lagos ordenou, em 1540, a creação do collegio de S. Thiago de Cranganor para educação dos filhos de gentios convertidos ao christianismo. A fortaleza de Cranganor soffreu rigoroso cerco em 1615, que D. Bernardo de Noronha fez levantar; em 1662 foi, porém, obrigada a render-se. E' séde de um vicariato geral do arcebispado de Gôa.

Crasto. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte de Barca, dist. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 593 hab. 169 fog. Tem esc. do sexo masc. A egreja dista 4 k. da séde do conc. A povoação está situada na encosta d'um monte. O geral de Santa Cruz, de Coimbra, apresentava o vigario, que tinha réis 100$000. A terra é fertil e cria muito gado. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de N. S.ª da Expectação, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Valle Passos, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 161 hab. e 46 fog. Tem correio. A prov. dista 5 k. da séde do conc. Pertenceu ao conc. de Carrazêdo de Monte Negro, que se supprimiu em 1855. Passa aqui o rio das Pias. A terra é fertil, cria gado e tem bastante caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 19 com a séde em Chaves. || Povoações nas freguezias: Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || O Salvador, de Arentim, concelho e districto de Braga. || S. Bartholomeu e concelho de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Atheães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Barca, conc. da Maia, distr. do Porto || N. S.ª das Neves, de Bella, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Britello, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Maria, de Cabril, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Caires, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Miguel, de Campia, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Cavallões, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Jorge, de Selho, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Thiago, de Cendufe, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Cepões, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || S. André, de Christellos, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria. || S. André, de Santa Comba, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Dume, conc. e distr. de Braga. || Santa Eulalia e conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, districto de Aveiro. || S. Martinho, de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Martinho da Gandara, conc. de Oliveira de Azemeis, distr de Aveiro. || S. Cosme e conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Christovão, de Gondomil, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Gondoriz, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || S. Thiago, de Guilhofrei, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. João Baptista, de S. João do Rei, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || Santa Martha, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Romão, de Neiva, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Pedreira, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Thiago, de Penso, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Perosinho, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto || S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. | N. S.ª da Annunciação, de Pombalinho, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de Rio Caldo, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Thiago, de Romarigães, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Roussas, conc. de Melgaço, do mesmo distr. || S. Pedro, de Rubiães, conc. de Paredes de Coura, do mesmo distr. || Santa Maria, de Sandim, conc. de V. N. do Gaia, distr. do Porto. || S. Matheus de

Sobreiró de Baixo, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. || Santa Maria, de Ul, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Vairão, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || O Salvador, de Valladares, conc. de V. N. de Gaia, do mesmo distr. || S. Romão de Vermoim, conc. da Maia do mesmo distr. || S. André, de Victorino dos Piães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Estevão, de Villela, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Quinta na freg. de N. S.ª da Graça, de Figueiró da Granja, conc. de Fornos d'Algodres, distr. da Guarda.

Crasto d'Além. Pov. na freg. de S. Miguel, de Recarddães, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Crasto do Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Crasto de S. Jorge. Pov. na freg. de S. Miguel, de Recardães, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Crastos. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Paderne, conc. de Melgaço, dist. de Vianna do Castello. || S. Pedro da Torre, conc. de Valença, do mesmo distr. || N. S.ª da Encarnação, de Porches, conc. de Lagôa, distr. de Faro. || N. S.ª do Piedade, de Vidães, conc. de Caldas da Rainho, distr. de Leiria.

Crato. Villa da prov. do Alemtejo, séde do conc., com., distr. e bisp. de Portalegre. Tem uma só freg., N. S.ª da Conceição. Fica situada entre Niza e Portalegre, n'uma collina perto da margem esquerda da ribeira de Sêda. E' povoação muito antiga, e dizem que foi fundada pelos carthaginezes 504 annos antes da vinda de Christo, fazendo-a colonia, com o nome de *Castraleuca* ou *Castraleucos*, derivado dos seus fundadores. Nos primeiros seculos do Christianismo era cidade episcopal, porque no concilio illiberitano celebrado em Andaluzia, na cidade de *Elvira*, assistiram tres bispos lusitanos, sendo um d'elles Secundino, bispo castraleneense. Os moiros a devastaram em 716, deixando então de ser cidade, e não tornando mais a ter bispos, fugindo os seus habitantes a buscar abrigo pelas serranias. Não se póde, comtudo, affirmar que fôsse aqui a cidade de Castraleuca, mas o que não padece duvida é que a villa do Crato foi fundada sobre as ruinas d'uma antiquissima e importante cidade. Suppõe-se terem sido os arabes que lhe mudaram o nome em *Crato*, porque já no tempo de Affonso VI, de Leão, assim era chamada. No anno de 1100, Godofredo de Buillon creou em Jerusalem a ordem hospitalar de S. João de Jerusalem, tomando o chefe o titulo de grão mestre. Esta ordem veiu depois a chamar-se de S. João de Rhodes, e por ultimo ordem militar de S. João de Malta. Foi introduzida em Portugal no tempo de D. Affonso Henriques. Este monarcha tomou aos moiros a villa do Crato, pelos annos de 1160, e mandou reedificar parte d'ella, povoando a de christãos a quem concedeu muitos privilegios. No tempo de D. Sancho II, em 1211, era prior da ordem de S. João de Jerusalem em Portugal, Mem Gonçalves, que deu então foral á villa do Crato, a 8 de dezembro de 1232. Muito posteriormente, el rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 15 de novembro de 1512, confirmando e ampliando os seus antigos foros e privilegios, e concedendo outros de novo. A este tempo já a villa tinha o titulo de *Notavel*. D. Affonso IV é que, segundo consta, elevou a villa do Crato a cabeça d'esta ordem, mas parece que o primeiro que usou do titulo de prior do Crato, foi o valido de D. Affonso III, D. Fernando Farinha ou D. Affonso Pires Farinha, como outros pretendem que se chamava. Desde o anno de 1350 é que o Crato começou a adquirir grande importancia por ser a séde dos cavalleiros de Malta, os mais privilegiados de todos em Portugal. O primeiro prior do Crato, de que ha noticia, é D. Alvaro Gonçalves Pereira, pae do celebre D. Nuno Alvares Pereira, que vivia no tempo de D. Affonso IV. Seguiram-se depois: 2.º Affonso Gonçalves Pereira; 3.º Alvaro Gonçalves Camello; 4.º D. Pedro Alvares; 5.º D. Nuno de Goes; 6.º D Diogo Fernandes d'Almeida; 7.º D. João de Menezes, conde de Tarouca; 8.º D. Luiz, infante de Portugal; 9.º D. Antonio, seu filho, bem conhecido na historia do paiz, pelo nome de D. Antonio, prior do Crato; os 10.º 11.º e 12.º fôram o principe Victorio Amadeu, D. Fernando, infante de Castella, e o cardeal archiduque Alberto, unicos estrangeiros que tiveram este titulo, sendo nomeados pelos reis castelhanos, durante o seu dominio em Portugal. Depois da restauração de 1640, foi o 13.º grão prior do Crato, D. João de Souza; 14.º D. Manuel de Mello; 15.º o infante D. Francisco, irmão de D. João V; 16.º O infante D. Pedro, depois rei D. Pedro III, por ter casado com sua sobrinha, a rainha D. Maria I; 17.º O principe D. João, depois rei D. João VI; o 18.º e ultimo, o infante D. Miguel. Ao 5.º prior do Crato, D. Nuno de Goes, pelos annos de 1450, deve a villa grandes melhoramentos, porque reedificou o seu antigo castello, fazendo-lhe uma grande torre, ccingindo a villa de com diversas portas muralhas e de outras obras de defeza, construindo tambem varios edificios. Os rendimentos do grão priorado do Crato eram no seu principio de 600$000 réis annuaes, e em 1800 já subiam a 24:000$000 réis Por breve do pontifice Pio VI, de 24 de novembro de 1789, ficou o grão-priorado reunido á Casa do Infantado, que foi extincta em 1834, sendo então tambem extinctos os dizimos, que constituiram o melhor d'aquelles rendimentos. Estes dizimos depois de se deduzirem todas as despezas com parochos, justiças, empregados, etc., rendiam liquido para a ordem mais de 32:000 cruzados. O grão prior tinha dominio espiritual e temporal, com jurisdicção episcopal, sem sujeição a bispo algum, por isso se denominava *isento* ou *nullius diœcesis*. Eram do grão-priorado as villas: Gafete, Tolosa, Amieiro e Gavião, que lhe ficavam da parte d'áquem do Tejo, e da outra parte (Beira Baixa), Belver, Envendos, Carvoeiro, Proença, Cardigos, Certã, Oleiros e Pedrogão Pequeno; eram 12 villas, além de outras freguezias, sendo ou todo 29 freguezias que constituiam o grão-priorado. Hoje está ecclesiasticamente encorporado no patriarchado. A villa do Crato é circumdada por uma muralha com

Brazão do Crato

5 portas, a de Santarem, S. Pedro, Beringel, Nova e de Sêda. Teve mais duas portas, a d'Alter do Chão e a do Conveuto, de que já não ha vestigios. Um exercito castelhano em 1662, commandado por D. João d'Austria, pôz cêrco a esta villa, que apezar da sua pequena guarnição, se defendeu valorosamente, confessando-se afinal vencida pela desproporção das forças, não podendo salvar mais do que as vidas da guarnição e dos habitantes. A villa foi saqueada e queimada, não ficando uma unica casa sem ser mais ou menos prejudicada, e sendo o castello arrasado. N'esta occasião arderam cartorios, que continham documentos muito importantes para a historia de Portugal e para a da ordem de Malta. A villa foi depois repovoando-se pouco a pouco, mas não tornou nunca a recuperar o seu antigo esplendor. O castello estava edificado sobre rochedos, n'uma eminencia sobranceira á villa, e ainda resta a cêrca dos seus muros exteriores, com os seus baluartes. A torre de menagem e mais edificios, que existiam dentro da cerca, fôram todos destruidos. A este sitio dá se hoje o nome de *Ervedal*. No centro da villa ha uma torre muito alta e em fórma de pyramide, toda de cantaria, a qual tem um relogio. O terreno da villa é bastante accidentado, pelos muitos e grandes rochedos que a cercam por todos os lados, menos pelo sul. A egreja parochial é de tres naves. O grão-prior apresentava o vigario, que tinha bastantes e diversos generos, e 13$000 réis em dinheiro. A egreja da Misericordia foi fundada no começo do seculo XVI; era pequena e estava bastante arruinada assim como o hospital. Fez-se nova egreja em 1750, sendo demolida a antiga, reedificando-se tambem o hospital. A egreja actual é d'uma só nave e nada tem de notavel; o que tem melhor é a obra de talha com dourados e a côres, no altar mór. No edificio que foi do antigo hospital, acha-se installada em um dos pavimentos a sala das sessões da Misericordia, cujo tecto é adornado de quadros biblicos, tendo ao centro as armas reaes. N'uma fita pintada tambem no tecto, lê-se que as obras se concluiram em 1794. No local d'uma das enfermarias está organisado um modesto theatro, onde representam alguns amadores da localidade, o qual se construiu anteriormente ao anno de 1876. Dentro e fóra da villa ha algumas capellas, sendo a mais notavel, pela sua antiguidade, a de S. Pedro, que foi matriz em tempos remotos. Proximo estava o convento de Santo Antonio, de frades franciscanos, fundado no alto d'um monte povoado de frondoso arvoredo, tendo uma bôa cêrca. Este convento foi cedido pelo governo em 15 de setembro de 1841 á Misericordia para n'elle estabelecer o seu hospital. Na praça onde está situada a casa da camara municipal, que nada apresenta digno de menção, existe um edificio, que é um verdadeiro monumento historico por ter sido ali, segundo consta, o paço real onde se celebraram os consorcios de el-rei D. Manuel com a sua terceira mulher, a rainha D. Leonor, irmã do imperador Carlos V, em 24 de novembro de 1518, e de D. João III com a rainha D. Catharina, tambem irmã de Carlos V, em 5 de fevereiro de 1525, realisando-se festas esplendidas. O edificio tem á frente uma grande arcada, cuja architectura revela, pelo estylo, a sua grande antiguidade. Hoje está ali estabelecida uma estalagem ou hospedaria, conhecida pelo nome de *Anna Guerra Velha*. A villa tinha voto em Côrtes, com assento no banco 12.º O seu brazão d'armas é uma cruz de Malta, de prata, em campo vermelho. Tem est. de caminho de ferro na linha de léste, entre as de Chança e de Portalegre; escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas permutando malas com a R. A. L.; agencia da companhia de seguros *Tagus;* medicos, pharmacias, gremio recreativo e sociedade philarmonica. A villa, assim como todo o concelho, é fertil em cereaes, vinho e azeite. O conc. é regado por varias ribeiras, sendo a principal a que tem o nome de Sêda, que rega e moe. Cria bastante gado e apparece muita caça. Tambem passa aqui a ribeira do Xocanal, onde se descobriram em 1724 alguns cippos e outras pedras com inscripções latinas. Crato pertence á 4.ª div. mil., 7.ª brigada, grande circumscripção mil. Sul, e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. O conc. compõe-se de 7 freguezias com 1:276 fog. e 5:210 hab., sendo 2:711 do sexo masc. e 3:099 do fem., n'uma superficie de 32:065 hect. As freguezias são: S. Martinho, de Aldeia da Matta, N. S.ª da Conceição, de Monte da Pedra, tendo ambas reunidas: 1:205 hab.: 551 do sexo masc. e 654 do fem; N. S.ª da Conceição, do Crato, e N. S.ª dos Martyres, tendo ambas reunidas: 2:257 hab.: 1:081 do sexo masc. e 1:176 do fem.; N. S.ª das Neves, de Flôr da Rosa, 656 hab: 311 do sexo masc. e 345 do fem.; S. João Baptista, de Gafete, 1.091 hab.: 488 do sex. masc. e 603 do fem; N. S.ª da Luz, de Valle do Peso, 601 hab.: 280 do sexo masc. e 321 do fem. O principal commercio do conc. é cereaes, cortiça, azeite, gado vaccum, suino, lanigero e caprino. O conc. é pouco commercial, porém muito agricola

Crava. Pov. na freg. de S. Martinho, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Cravão *(Ventura)*. Prior d'uma freg. da cidade de Aveiro, sua terra natal. Escreveu uma obra denominada *Grandezas da villa de Aveiro*, á qual o padre Carvalho da Costa se refere na sua *Chorographia*, tomo II. pag. 122.

Cravas. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Tarouca, distr. de Vizeu.

Craveiro *(Eduardo Augusto)*. General de divisão. N. em 3 de novembro de 1825, fal. a 25 de março de 1895. Assentou praça a 17 de novembro de 1884. Seguiu o curso de engenharia, em que sempre se tornou distincto, e obteve alguns premios. Foi promovido a alferes em 31 de dezembro de 1849, e seguindo os respectivos postos, chegou a general de divisão em 1894. Commandou a 2.ª div. mil., que tem a séde em Vizeu. Por muitos annos foi commandante de engenharia, e inspector da mesma arma na 1.ª div., cargos que exerceu com toda a competencia. Era official muito distincto e illustrado. Entre outras condecorações, tinha a grã-cruz da ordem de S. Bento de Aviz.

Craveiro *(Fr. Lourenço)*. Jesuita, natural do logar das Lapas, do conc. de Torres Novas; fal. na Bahia a 27 de março de 1687. Era filho de Estevão Martins e de Maria Craveiro. Instruido nas sciencias severas, e sendo presbytero secular, foi vigario da egreja de N. S.ª da Conceição da Ribeira Branca, do patriarchado de Lisboa; foi tambem prégador muito afamado. Passou depois ao

Brazil, entrou na Companhia de Jesus a 17 de abril de 1663, e professou no collegio do Rio de Janeiro a 15 d'agosto de 1675. Exerceu o cargo de reitor dos collegios do Recife, S. Paulo e de Santos. Escreveu: *Merenda eucharistica, e sermão que prégou no terceiro dia das quarenta horas no collegio da Bahia, em 16 de fevereiro de 1665*, Lisboa 1677; *Academia Marial, sermão da festa que fizeram os estudantes á Virgem da Encarnação em 1665*, Lisboa 1677; *Summa do apostolado, sermão do apostolo S. Bartholomeu, prégado na Bahia a 24 de agosto de 1664*, Lisboa 1677.

Craveiro (*Marcellino*). V. *Silva (Marcellino Augusto Craveiro da)*.

Craveiro (*Tiburcio Antonio*). Professor de Rhetorica, e poeta apreciado. N. em Angra do Heroismo a 4 de maio de 1800, fal. em julho de 1844. Quando rebentou a revolução de 1820, mostrou grande enthusiasmo pelas doutrinas liberaes, e quando veiu a reacção em junho de 1823, viu-se constrangido pela restauração do antigo regimen, e partiu para Inglaterra n'esse anno, d'onde se transferiu em 1826 ao Rio de Janeiro. Estabeleceu-se então n'aquella capital, consagrando ao ensino da mocidade brazileira os fructos da sciencia adquirida em muitos annos de estudo. Quando se creou o Imperial Collegio de D. Pedro II, foi nomeado professor de Rhetorica, logar em que se tornou muito considerado e estimado. Os seus trabalhos mereceram-lhe a nomeação de membro do Instituto de França e do Instituto Historico e Geographico do Brazil. Sentindo, porém, muito arruinada a saude, pediu e obteve licença para vir á Europa, esperando que no descanço, e mais ainda, que nos ares da patria acharia a melhor medicina para o curativo dos seus soffrimentos. Demorou-se em Lisboa algum tempo, sendo então nomeado membro do Conservatorio Real. Uma paixão amorosa, que vivamente o assaltou, foi para elle uma desgraça. A desegualdade das categorias na escala social contrariava a sua inclinação, e não lhe permittia aspirar á posse legitima da senhora por quem se apaixonara, e não tinha forças para reagir contra a violencia do seu amor. Sentindo-se peorar progressivamente, resolveu embarcar com destino aos Açôres, mas não pôde chegar ao termo da viagem, porque falleceu, ou se suicidou como alguns affirmam, a bordo do navio que o conduzia. O seu cadaver foi desembarcado na ilha de S. Jorge, onde ficou sepultado. Consta que deixou valiosas obras manuscriptas, em que bem se patenteava o seu talento e estudos, as quaes se perderam. O que existe impresso é o seguinte: *Merope, tragedia de Mr. de Voltaire, vertida em verso portuguez*, Londres, 1826; *Mithridates, tragedia em cinco actos de João Racine, vertida em verso portuguez*, Rio de Janeiro, 1828; *Ermenouville ou tumulo de João Jacques Rousseau*, Rio de Janeiro, 1831, sem o nome do autor; *Compendio de Historia portugueza*, dividido em 6 livros, Rio de Janeiro, 1833; *Appendice ao Compendio da Historia portugueza*, Rio de Janeiro, 1834; é uma resenha muito succinta dos successos politicos occorridos desde 1826 até á convenção de Evora Monte; *Lara, romance de Lord Byron, vertido e offerecido á Sociedade Litteraria do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1837; contém tambem a biopgraphia de lord Byron; *discurso ácerca da Rhetorica*, Rio de Janeiro, 1842; *Ensaio ácerca da tragedia;* consta que foi impresso no Rio de Janeiro, mas que a edição se esgotou completamente, sendo depois reimpresso em Lisboa, em 1843.

Craveiro Lopes (*Francisco Hygino*). V. *Lopes (Francisco Hygino Craveiro)*.

Craveiros. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Alvados, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Cravella. Pov. na freg. de S. Miguel, de Nogueira da Montanha, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Cravello. Pov. na freg. de S. Martinho de Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Cravo. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Crè (*Monte de*). Na freg. da Conversão de S. Paulo, de Pavia, conc. de Móra, distr. de Evora.

Creação. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Creação Velha. Ilha do Pico; pov. e freg. de N. S.ª das Dôres, conc. de Magdalena, com. da ilha do Pico, distr. de Horta, bisp. de Angra do Heroismo; 961 hab. e 241 fog. Tem est. post. permutando malas com Magdalena, escolas para ambos os sexos, e fabricas de distillação. A pov. está assente em terreno pedregoso e alto. E' fertil em vinho, gado e pescaria. A sédê da freg. é na villa de S. Roque. Tendo sido annexada ao conc. de S. Roque do Pico por decreto de 18 de novembro de 1895, que supprimiu o de Magdalena, voltou a este, que foi restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. Pertence ao commando mil. dos Açôres e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo.

Creações dos Fenaes. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. dos Santos Reis Magos, de Fenaes da Ajuda, conc. da Ribeira Grande, distr. de Ponta Delgada.

Creado. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Casal de Cinza, conc. e distr. da Guarda.

Créche. Nome que se dá aos estabelecimentos de beneficencia, em que se recebem durante o dia as creanças das familias pobres. As créches permittem ás mulheres ausentarem se do domicilio, indo procurar trabalho que as sustentará, a ellas e aos filhos. Funccionam do modo seguinte: as mães trazem os seus filhos de manhã a uma hora determinada, vindo procural-os á tarde, tambem a hora fixa. E'-lhes concedido o direito de irem durante o dia amamentar os filhos ou levar-lhes o biberon. Se a mãe não póde ir, nutre-se a creança com o biberon, e se estiver desmamada, com os alimentos que a mãe trouxer ou os que a créche lhe dá. Em Lisboa instituiu-se a Associação das Créches, e sendo eleita a primeira direcção a 21 de novembro de 1875, logo a 2 de fevereiro de 1876 se abriu a primeira créche, no Campo Grande, sob a designação de *S. João Baptista*. Esta créche fechou em 1877, porque a frequencia de creanças não justificava a sua existencia, falta attribuida á pequena população na area onde fôra estabelecida. A segunda créche estabeleceu-se na travessa de Pé de Ferro, ás Trinas, sob a invocação de *Santa Maria*, tendo capacidade para receber 28 creanças diariamente. Tambem fechou em 1884, por falta de recursos, porque as despezas eram enormes, e a associação não lhes podia fazer face, apezar de toda a sua boa vontade. Em ambas as créches estiveram as irmãs hospit leiras, que prestavam bons serviços,

consignados pelas respectivas direcções. A terceira foi fundada pela rainha Senhora D. Maria Pia, na calçada da Tapada; tem o nome de *Créche Victor Manuel*. Foi inaugurada em 1 de dezembro de 1878. O edificio construiu-se expressamente para aquelle fim, e a real fundadora o dotou com todas as roupas e mobilias precisas para o serviço das creanças. Está situada em terreno que pertenceu á quinta da Tapada. Tem capacidade para receber diariamente 50 creanças. Em torno do edificio vê-se um terreno espaçoso, onde as creanças mais crescidas vão brincar. A quarta créche foi instituida pela senhora D. Capitolina da Silveira Vianna. Tem a invocação de *Nossa Senhora da Conceição*, e está situada ao principio da rua de S. Bento. A caridosa fundadora entregou em 1883 o edificio á Associação das Créches, com tudo quanto elle encerrava e 318$000 réis annuaes em juros de papeis de credito. Inaugurou-se em 18 de maio de 1885. O edificio tem capacidade para 100 creanças, está bem situado, e tem, como o da Tapada, a fórma elegante d'um chalet. Esta e a de *Victor Manuel*, ainda existem, e pertencem á associação. Actualmente ha ainda o *Asylo-créche*, estabelecido na rua do Conde de Redondo. Houve tambem a *Créche de Santa Eulalia*, em edificio proprio, no largo da Graça, que fechou em junho de 1892, por falta de recursos, depois de ter prestado bons serviços á população d'aquelle bairro. No Porto ha a *créche de S. Vicente de Paula*, creada em 1852 na rua de Gonçalo Christovão por João Vicente Martins; a *Créche de Cedofeita*, na rua da Egreja, fundada em 1891.

Credencial. Carta de crença, procuração de um soberano em que autorisa o que dissér o seu enviado, e lhe dá poderes para tratar dos negocios politicos. Os nossos classicos dizem, n'esse sentido, *procuração d'el rei*, e tambem *carta de crença* ou *carta de credito*. Actualmente usa-se no plural: as *credenciaes* de um embaixador, ministro plenipotenciario, etc., que o acreditam junto da côrte para que foi nomeado.

Credito *(Estabelecimentos de)*. V. *Banco*, *Caixa economica*, *Monte-pio*, etc.

Credito *(Papeis de)*. Assim se designam genericamente os titulos de divida publica, as acções e obrigações de companhias, sociedades, etc. V. *Bolsa*.

Credito agricola. E' digna de citar-se a lei de 22 de junho de 1866 referendada por Andrade Corvo. Em 1835, sendo presidente da camara de Belem, Alexandre Herculano, elaborou em nome da mesma camara um projecto de caixa de soccorros agricolas.

Credito predial portuguez *(Companhia geral do)*. Fundada em 1863, sendo os seus estatutos approvados por lei de 13 de julho d'este anno, e decreto de 25 de outubro de 1864. O fim da Companhia é promover emprestimos por meio de hypothecas particulares a longo ou a curto praso, com ou sem amortisação, e emprestimos em conta corrente; emprestimos sobre as obrigações da mesma companhia e a camaras municipaes sobre consignação de impostos ou de quaesquer rendimentos proprios. A séde é em Lisboa, e tem delegação no Porto, e agencias em Braga, Figueira da Foz, Leiria, Portalegre, Santarem, etc., todas com os seus respectivos regulamentos. A companhia tem numerosos accionistas, e pelos relatorios publicados se vê que está em grande prosperidade, pelas muitas transacções que traz sempre em movimento, sendo na maior parte sobre hypothecas de propriedades, e as que se liquidam annualmente.

Creixomil. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 396 hab. e 23 fog. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada n'um bonito valle. E' da Casa de Bragança, a qual apresentava o abbade, que tinha 400$000 réis. A terra é abundantissima de aguas, e muito fertil. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 2:213 hab. e 515 fog. Tem escolas para ambos os sexos; a egreja parochial dista 1 k. da séde do conc. Esta pov. é considerada como um arrabalde da cidade de Guimarães, e está situada n'uma campina. O chantro da sé de Guimarães apresentava o vigario, que tinha 60$000 réis. A terra cria muito bom gado de toda a qualidade, especialmente bovino. Pertence á 6.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Crescidos. Pov. da freg. de S. Carlos Borromeu, de Fataunços, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Crespa. Pov. na freg. de S. Miguel, de Gualtar, conc. e distr. de Braga.

Crespellos d'Além e d'Aquém. Duas povoações na freg. de Santa Maria, de Goudar, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Crespo *(Antonio Candido Gonçalves)*. V. *Gonçalves Crespo*.

Crespo *(Joaquim Heliodoro Callado)*. Official de infantaria; consul geral de primeira classe, actualmente em Barcelona; cavalleiro de S. Thiago; commendador da Estrella Brilhante de Zanzibar; socio da Sociedade de Geographia de Lisboa. Escreveu: *Cousas da China — Costumes e crenças*, 1 vol. das Contribuições da Sociedade de Geographia para o quarto centenario do descobrimento da India, Imprensa Nacional, 1898.

Crespo. Pov. e freg. de N. S.ª do O', de Aguas Santas, conc. de Maia, distr. do Porto.

Crespos. Pov. e freg. de Santa Eulalia, na prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 783 hab. e 189 fog. Tem esc. do sexo masc. A egreja parochial dista 6 k. da séde do conc. A pov. está situada n'um formoso valle, nas margens do rio Cávado, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. A terra é muito abundante em aguas, e muito fertil em fructas, e cria muito gado. Tem uma nascente de agua mineral, que dizem ser *sulfurea e thermal*, mas é pouco abundante, e a sua utilidade em medicina é muito diminuta. A este respeito escreveu Schiappa de Azevedo no seu *Relatorio ácerca dos estabelecimentos balneotherapicos do Minho, Traz-os-Montes e norte da Beira*, publicado nos *Trabalhos preparatorios ácerca das aguas mineraes do reino*, etc., que saiu em 1867. A egreja matriz é um bom templo moderno. A capella-mór foi pintada em 1869, e o corpo da egreja em 1874, á custa das confrarias. Tem boas armações e ricos paramentos, bastante antigos, duas custodias, sendo uma de prata lavrada e ornada a brilhantes; tambem tem um bom orgão. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Britello,

conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria. || N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, do mesmo distr. || S. Martinho, de Varzea do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || N. S.ª da Piedade e conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Crestello. Povoações nas freguezias: S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Povolide, conc. e distr. de Vizeu. || S. Mamede, de Troviscoso, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Crestim de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Leocadia, de Macieira da Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Crestins. Pov. na freg. do Salvador, de Moreira, conc. de Maia, distr. do Porto. E' apeadeiro na linha do Porto á Povoa de Varzim e V. N. de Famalicão, entre o apeadeiro de Custoias e a est. de Pedras Rubras.

Crestuma. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Douro, conc. de V. N. de Gaia, com, distr. e bisp. do Porto; 1:032 hab. e 236 fog. Tem caixa post., escolas para ambos os sexos, fabrica de tecidos de algodão e pharmacia. A pov. dista 15 k. da séde do conc., e está situada proximo da margem esquerda do rio Douro, na encosta setentrional da serra do seu nome. A pov. é muito antiga, mas ignora-se por quem foi fundada. Parece que teve antigamente fortificações, porque ha ainda vestigios d'uma torre ou castello. Crestuma foi cabeça do couto do seu nome, que era dos bispos do Porto, por doação feita pela rainha D. Thereza, mãe de D. Affonso Henriques, ao bispo D. Hugo, pelos annos de 1110. Atravessa a freguezia o rio Uima, que aqui mesmo entra no Douro, tendo proximo da sua foz uma ponte de cantaria, de um só arco, que se construiu em 1870, e da qual, segundo dizem, logo em 1872 caiu metade. O abbade de Santa Maria, do Olival, apresentava annualmente o cura, que tinha 12$000 réis e o pé d'altar. Crestuma, em tempos muito remotos, era uma aldeia pertencente a esta freguezia. Quando se tornou independente e foi coutada pela rainha D. Thereza, tinha juiz ordinario, que tambem era dos orphãos, almotacel, coudel-mór, meirinhos, escrivão, etc. A terra é muito fertil e tem muito commercio com o Porto, com o qual, está em continua communicação fluvial. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto.

Criado. Familia procedente de Castella, d'onde passou a Portugal. As suas armas são, em campo azul, duas bandas de ouro, orla vermelha com oito aspas tambem de ouro.

Crianvé. Ilha do arceb. e distr. de Cabo Delgado, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tambem se lhe chama *Ilha das Rolas.*

Criaz. Pov. na freg. de S. Miguel, de Apulia, conc. de Espozende, distr. de Braga.

Crispellos. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Varzea, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Crista. V. *Armadura.*

Cristaleira. V. *Cristaleiro.*

Cristaleiro. Empregado que figura no pessoal do regulamento dado por el-rei D. Manuel ao hospital de Todos os Santos, hospital que D. João III veiu a concluir. O serviço era deveras curioso. O cristaleiro tinha 3$000 réis por anno, casas e a cristaleira 1$200 réis por mez, dois sacos de carvão, e 5 réis por cada clister que deitasse. D'estes logares, que existiam ainda em 1838 no hospital de S. José, o de cristaleira foi durante muito tempo exercido cumulativamente com o de parteira. No seculo XVIII, a cristaleira, segundo consta dos respectivos livros, fazia por mez mais de 400 clisteres. Este officio tinha regimento na collecção dada pelo senado de Lisboa aos officios mechanicos.

Cristas. Pov. na freg. de S. Martinho, de Manhente, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Cristello. Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Branca, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Pecegueiro, conc. de Sever do Vouga, do mesmo distr. || O Salvador, de Rossas, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Criz. Rio do distr. de Vizeu. N. na serra de Caramullo, proximo de Tondella, e depois de passar sob uma ponte na estrada real de Santa Comba Dão a Mortagoa, lança-se no Dão com 35 k. de curso.

Cró. V. *Sardoal.*

Croca. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. do Porto; 584 hab. e 155 fog. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada n'uma serra. Era couto do convento de religiosos benedictinos, de S. Miguel, de Bostello, proximo a Penafiel. A egreja está no couto de Bostello (*V. este nome*), e o abbade do convento apresentava o cura, que tinha 100$000 réis de rendimento. N'esta freg. nasce o rio Cavallum. A terra é fertil, e pertence á 6. div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Crocodilo. Confluente na margem esquerda do rio Zaire ou Congo, na Africa Occidental. Desemboca a E da ponta de Santo Antonio a cerca de 18 k., e parece que communica a cidade de S. Salvador com o rio Zaire.

Croner (*Antonio José*). Um dos nossos mais distinctos flautistas, professor do Conservatorio. N. em Lisboa a 11 de março de 1826, onde tambem fal. a 28 de setembro de 1888. Era filho de José Croner, mestre da banda de infantaria n.º 4, e irmão de Raphael Croner, distincto clarinetista. (*V. o artigo seguinte*). Seu pae tomou parte na revolta do seu regimento em 1831 contra o governo absoluto, e foi condemnado á morte, sendo-lhe commutada a pena em prisão perpetua, readquirindo a liberdade, em 1833, quando venceu a causa constitucional, mas pouco tempo sobreviveu. Ambos os irmãos ficaram orphãos de tenra edade, e sentaram praça, incorporando-se na banda do batalhão naval, revelando desde logo grande propensão para a musica. Aos 17 annos já Antonio Croner era um artista de reconhecido merito, e entrou para a irmandade de Santa Cecilia em 29 de abril de 1843. Para o seu desenvolvimento concorreram muito as academias que então existiam, onde se realisavam frequentes concertos, com especialidade a Academia Melpomenense, concertos em que tomava parte, tocando muitas vezes a solo. Nos Concertos Populares, de 1860 a 1862, recebeu sempre calorosos applausos, e foi n'esses concertos, que firmou ainda mais a sua reputação de brilhante concertista. Em 1851, juntamente com seu irmão, fez uma digressão artistica ás provincias e a Hespanha, em que ambos receberam sempre as maiores manifestações de enthusiasmo. Em 1860 Antonio Croner entrou como

primeiro flauta na orchestra do theatro de S. Carlos, em substituição de José Gazul, que se demittira por já estar cançado. Em 11 de março de 1869 foi nomeado professor do Conservatorio Real de Lisboa. Em 1872 e 1876 acompanhou seu irmão nas duas ultimas digressões que este fez ao Brazil, sendo tambem muito festejado. Antonio Crouer nunca se serviu d'outro instrumento, senão da velha flauta de cinco chaves, que lhe dera o seu mestre Manuel Joaquim Botelho, e que lhe foi inseparavel companheira durante perto de 50 annos, não obstante ter sido presenteado, tanto em Portugal como no Brazil, com instrumentos de subido preço e dos mais aperfeiçoados systemas. Chamava elle á flauta, a sua *vélhinha*. Esta flauta guarda-se no Conservatorio, como curiosa reliquia.

Croner (*Raphael José*). Clarinetista distincto, e professor do Conservatorio. N. Em Lisboa a 26 de março de 1828, fal. em Cascaes a 22 de setembro de 1884. Assentou praça em 1 de julho de 1845 no batalhão naval, e com o batalhão tomou parte activa na guerra civil de 1846 Quando se reorganisaram as forças da armada, passou a incorporar-se na banda dos marinheiros, para a qual entrou em 1851. Em 1 de janeiro de 1855 foi promovido a mestre de musica, indo exercer esse posto no batalhão de caçadores n.º 5, logar que conservou até fallecer. Aprendeu clarinete com Manuel Ignacio de Carvalho, musico de reconhecido merito, e aos 19 annos de edade, tendo já reputação artistica, entrou para a irmandade de Santa Cecilia em 22 de outubro da 1847. Assim como seu irmão, tomou parte nos concertos da Academia Melpomenense e d'outras, em que muito desenvolveu a sua vocação artistica e habilidade de concertista, tocando tambem frequentes vezes a solo. N'um grande concerto realisado n'aquella academia, em 19 de abril de 1853, em beneficio dos Asylos da Infancia, e a que assistiu toda a familia real, Raphael Corner tocou umas difficeis variações de Cavallini, sobre a *Somnambula*, que causaram a maior admiração e enthusiasmo. Esta apresentação serviu-lhe de prova decisiva para ser admittido na Associação Musica 24 de Julho. Um mez depois, em 31 de maio, executou a mesma peça no theatro de S. Carlos, sendo esta a primeira vez que se apresentou em publico. Durante os annos seguintes tocou em diversos concertos realisados no referido theatro. Em 1861 fez uma digressão artistica com o irmão, fazendo-se ouvir no Porto, Coimbra e em outras terras das provincias. Em 27 de junho do mesmo anno partiu para Londres, e em 16 de julho tomou parte n'um concerto realisado no Palacio de Crystal, a que assistiu um numeroso e selecto auditorio. Recebeu phreneticos applausos, ficando considerado como um clarinetista de primeira ordem. O jornal *The Musical World*, fez-lhe uma apreciação muito elogiosa. O compositor italiano Francisco Schira, que a esse tempo estava em Londres, escreveu n'uma carta que mandou para Lisboa: «Ouvi o srr Croner tocar no grande concerto do Palacio de Crystal em 26 de julho, e reconheci que executa as maiores difficuldades com precisão de *puro canto*, como se costuma dizer, concluindo as phrases com summo gosto. Obteve um grande exito, e applausos geraes, e até da orchestra inteira, e eu «sigo a opinião geral.» Esta carta e a noticia do jornal inglez fôram publicadas no *Jornal do Commercio*, de 18 de agosto, quando Raphael Croner regressou a Lisboa. Pouco depois deu um concerto no Gymnasio em 11 de fevereiro de 1862. No anno seguinte foi ao Brazil, fazendo-se ouvir pela primeira vez no Rio de Janeiro, em 3 de junho de 1863. A recepção que teve foi das mais brilhantes; todos os jornaes d'aquella cidade lhe teceram os maiores elogios. Voltando a Lisboa, apresentou-se pela primeira vez a tocar saxophone n'um concerto que deu em 7 de maio de 1864. Este instrumento era então uma novidade entre nós, tendo sido Augusto Neuparth quem primeiro apparecera com elle nos Concertos Populares, dois annos antes. Em 1866 voltou ao Brazil, depois de ter dado um concerto de despedida em 9 de maio. N'esta digressão percorreu grande parte do Brazil, Montevideu e Buenos Ayres. Por toda a parte obteve as maiores manifestações de enthusiasmo e sympathia, sendo lhe offerecidas diversas medalhas, e presenteado por um amador enthusiasta com um saxophone de prata. Em 1872 e 1876 realisou as suas ultimas viagens ao Brazil levando comsigo seu irmão. Conservando-se depois em Lisboa, dedicou-se a tocar oboé, occupando o primeiro logar d'este instrumento na orchestra do theatro de S. Carlos. Durante a dissensão entre a empresa de S. Carlos e a Associação Musica 24 de Junho, em 1878, conservou-se fiel sustentaculo d'esta associação, tomando parte como primeiro oboé nos concertos de Barbier e Colonne; em 1879 voltou para S. Carlos, onde esteve até ao anno em que falleceu, estando em Cascaes com a banda de que era mestre.

Crós. Ha noticia de ter havido em Portugal um rei d'armas chamado Jean de Cros, contemporaneo de bacharel Antonio Rodrigues, que foi mandado a França por el-rei D. Manuel, a estudar a arte do brazão. As suas armas eram um escudo azul com tres faxas de ouro e chefe vermelho com uma aguia de prata estendida.

Crucifixo. Pov. e freg. do Santo Cruxifixo, do conc. da Ribeira Grande. com. de Barlavento, bisp. suffraganeo da prov. metropolitana de Lisboa, na ilha de Santo Antão, archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental. Tem escola. || Pov. na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Tramagal, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Crueis. Pov. na freg. de S. André, de Varzea da Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Crugeira *V. Corugeira.*

Cruto ou Curuto. Morro ou cabeço conico, composto de rochedos graniticos, a mais de 400 m. acima do nivel do mar, na serra do seu nome. Está situado na provincia do Douro, freguezia de Fermedo. Do seu cume se goza um extenso e formoso panorama. E' tradição, que em tempos remotos se chamava *Crasto Alvarinho*, e parece que os celtas ali habitaram.

Cruz *(Fr. Affonso da)*. Religioso da ordem de S. Bernardo, do convento d'Alcobaça; nasceu no Fundão; fal. em Alcobaça em 1626, em edade muito avançada. Professou em 1574. Foi mestre de noviços em diversos conventos da sua ordem, e eleito geral em 1600. Escreveu: *Espelho de perfeição colligido da doutrina de alguns Santos Padres antigos e outros varões contemplativos, com o qual se contém quatro tratados. etc.* Lisboa 1615; *Espelho de Religiosos em o qual vendo-se, e compondo-se as pessoas religiosas poderão com o favor*

divino chegar com facilidade á perfeição, Lisboa 1622.

Cruz *(D. Agostinho da)*. Conego regular de Santa Cruz de Coimbra. Era natural de Braga, e floresceu no seculo XVII. Professou a 12 de setembro de 1609. Foi muito perito em musica e tocava rabeca e orgão. Exerceu o cargo de mestre do côro do convento de S. Vicente de Fóra. Compoz diversas obras musicaes; que no seu tempo fôram muito apreciadas. As principaes são : *Prado musical para orgão*, dedicado a D. João VI ; *Duas Artes, uma de Cantochão por estylo novo, outra de Orgão com figuras muito curiosas, compostas no anno de 1632*; dedicadas ao mesmo soberano; *Lira de Arco ou arte de tanger Rabeca*, dedicada ao conde de Santa Cruz, D. João Mascarenhas.

Cruz *(Fr. Agostinho da)*. Religioso da ordem reformada de S. Francisco da provincia d'Arrabida. Chamava-se no seculo Agostinho Bernardes. Era irmão do poeta Diogo Bernardes, sendo filho de Diogo Bernardes Pimenta. N. em Ponte da Barca em 1542, e fal. em Setubal a 14 de março de 1619. Foi educado nos primeiros annos na casa do infante D. Duarte, e resolvendo deixar o mundo e recolher-se ao claustro, professou no convento de Santa Cruz, na serra de Cintra, a 3 de maio de 1561. Retirado na sua cella, sempre entregue a austeras penitencias, causando espanto aos outros religiosos, alcançou licença dos respectivos prelados para habitar o resto da vida no deserto da Arrabida, para onde se retirou a 19 de março de 1505. Ali esteve 14 annos comendo só hervas, servindo-lhe a terra de cama, e um tronco d'arvore aspero e nodoso como travesseiro. Por fim, sendo accommettido d'uma febre violenta, foi levado para Setubal onde falleceu. No pouco tempo que o deixavam livre os seus exercicios espirituaes, compoz varias poesias sobre varios assumptos religiosos, ficando quasi todas manuscriptas. Na *Chronica da provincia d'Arrabida*, de fr. Antonio da Piedade, encontram-se algumas d'essas composições, entre as quaes se distingue uma *elegia á Serra d'Arrabida*. Em 1771 fez-se uma edição, que se publicou com o seguinte titulo : *Varias Poesias do veneravel P. Fr. Agostinho da Cruz, religioso da provincia d'Arrabida*, etc. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa, dizem que existe uma avultada collecção das suas poesias em manuscripto.

Cruz *(Fr. Alexandre da)*. Religioso carmelita, natural de Braga, onde nasceu em 1617. Professou no convento de N. S.ª dos Remedios a 25 de março de 1634. Foi grande theologo e apreciado prégador, mas dos seus sermões apenas se imprimiu um, que prégou por occasião da canonisação de Santa Maria Magdalena de Pazzi.

Cruz *(D. André da)*. Conego de Santa Cruz, de Coimbra. N. em Alegrete e fal. a 20 de julho de 1632. Era filho de Pedro de Caceres e de Anna Ribeira. Foi lente de Theologia por muitos annos no collegio de Coimbra, e de Moral no convento de S. Vicente de Fóra. Era muito versado nas sciencias sagradas. O arcebispo de Lisboa D. Miguel de Castro tinha-o na conta do maior theologo moralista de Portugal. Este prelado o escolheu para seu penitenciario e esmoler, e para examinador synodal, logares que tambem exerceu no tempo do successor d'aquelle prelado D. Affonso Furtado de Mendonça. Foi prior no convento de Grijó, onde falleceu. Na *Chronica dos conegos regrantes*, diz-se que este religioso escreveu *Commentos dos logares mais escuros de Tertuliano*.

Cruz *(Antonio da)*. Um dos cirurgiões mais afamados do seu tempo. Era natural de Lisboa, e fal. a 6 de dezembro de 1626. Estudou em Lisboa e em Guadelupe com Guivarra, distinguindo-se não só no exercicio da chimica do real hospital de Todos os Santos, mas nas lições que dava aos seus discipulos. Foi nomeado cirurgião e mestre do real hospital por provisão da mesa em 12 de fevereiro de 1579, succedendo ao mestre João Dias. Em 19 de março foi-lhe concedida, além do ordenado, uma gratificação annual, e em 13 de janeiro de 1625 facultou-se-lhe um ajudante. Escreveu para instrucção dos seus discipulos : *Recopilação de cirurgia, dividida em 5 tratados*, etc. Lisboa, 1601; *Segunda edição novamente accrescentada e emendada*, Lisboa, 1605; 3.ª ed. 1630; 4.ª *Novamente accrescentada por Francisco Soares Feio e Amaro da Fonseca*, 1649 ; 5.ª *Novamente accrescentada pelo doutor Francisco Soares Feio e pelo licenceado Antonio Gonçalves, cirurgião d'El-Rei e do hospital real de Todos os Santos*, 1669; 6.ª 1688; 7.ª 1711. Esta obra foi considerada classica, no seu tempo. Escreveu tambem: *Ordem de resar o Rosario de Nossa Senhora com a corôa de Christo no fim*, que veiu a publicar-se em 1647, tendo mais duas edições em 1668 e em 1688.

Cruz *(Antonio da)*. Conego secular de S. João Evangelista. N. em Lamego a 10 de julho de 1671, e fal. a 10 de dezembro de 1738. Era filho de Thomé Gouvêa e de Francisca Dias. Professou no convento de S. Bento de Xabregas a 14 de maio de 1688. Depois de jubilar em theologia, e, de ter sido reitor do convento da sua ordem em Lamego e definidor, foi eleito geral em 1730 Era considerado bom prégador, mas só imprimiu um dos seus sermões, em 1722, o qual fôra prégado nas exequias do bispo de Angra, D. João de Brito e Vasconcellos.

Cruz *(Antonio)*. Jornalista contemporaneo, natural do Porto, onde falleceu em 14 de outubro de 1905. Estreou-se nas letras, escrevendo trechos de humorismo em semanarios portuenses. Collaborou assiduamente no *Sorvete* e na *Mosca*, assignando os seus graciosos artigos com o pseudonymo de *Braz de Paiva*. Escreveu depois nos periodicos diarios *Voz do Porto* e o *Jornal da Manhã*, sendo mais tarde redactor do *Jornal de Noticias*, logar que conservou até á data do seu fallecimento. Antonio Cruz, além de jornalista, era empregado superior dos caminhos de ferro do Minho e Douro. Escreveu tambem para o theatro, com Sá de Albergaria, a revista do anno, intitulada: *O Porto por um canudo;* e com Gualdino de Campos a opereta: *A Princeza das Canarias*. Traduziu, que nos lembre, as seguintes operetas: *Toutinegra do templo*, *Amor molhado*, *Cem Virgens*, *Juramento d'amor*, *Chapéo de tres bicos*, *Caçador negro*, *Estrella do norte*, *Filha do regimento*, *Marina*, *D. Cezar de Bazan*, etc. Ultimamente dirigia o semanario humoristico *Os Pontos*.

Cruz *(Fr. Antonio da)*. Religioso da ordem da Trindade. N em Lisboa, e fal. a 1 de janeiro de 1635. Era filho de Luiz Fernandes Barbas e de Catharina Henriques. Professou no convento de Lisboa a 26 de janeiro de 1 93. Foi vigario do real convento de Ceuta, reitor do collegio de Coimbra, secretario da provincia, prégador ge-

ral, ministro do convento de Lisboa, e provincial, eleito em 1629. Foi duas vezes a Argel para resgatar captivos, em 1618, em que resgatou 152; e em 1620, em que libertou 149. N'este ultimo resgate, como se demorasse dois annos, os barbaros o consideraram como espia de Castella, e o condemnaram a uma prisão rigorosa, e por fim á morte; sendo, porém, reconhecida a sua innocencia, foi restituido á liberdade e ao reino. No segundo resgate livrou D. Fr. Antonio de Gouveia, bisbo de Cirene, eremita de Santo Agostinho, que fôra captivo quando vinha da India por embaixador do imperador da Persia ao rei de Portugal, e a D. Jorge de Mascarenhas, que fôra aprisionado com sua mulher e filhos, recolhendo-se a Portugal do governo de Mazagão. Escreveu: *Historia dos resgates que fez e dos muitos trabalhos que padeceu por amor dos captivos não só em Argel entre os moiros mas ainda em Lisboa pelos seus emulos*, obra que ficou manuscripta.

Cruz *(Antonio José Candido)*. Professor de primeiras letras em Lisboa, e depois official maior, graduado, da secretaria de estado dos negocios do reino; commendador da Ordem de Christo, cavalleiro da de N. S.ª da Conceição, etc. N. em 1804 e fal. a 18 de março de 1857. Em 1826 começou a publicação d'um jornal intitulado *Periodico dos pobres*, que se vendia a 10 réis, saindo o 1.º numero a 30 de setembro, e proseguindo sem interrupção até 22 de agosto de 1828, em que foi mandado suspender pelo governo miguelista, apezar de não ter publicado nunca uma só palavra sobre politica. Este jornal deu-lhe grandes proventos, e em 1833, estando já vigorando o partido constitucional, recomeçou a publicação do *Periodico dos Pobres*, que manteve ainda alguns annos, fundando tambem outro em 1837, o *Archivo Popular*, jornal de instrucção e recreio que durou até 1843, formando 7 volumes. Como estas publicações lhe haviam adquirido meios sufficientes para viver, juntamente com o ordenado que recebia pelo seu emprego no ministerio do reino, largou os jornaes e passou socegadamente o ultimo tempo da sua vida. Durante os annos de 1829 a 1832, traduziu e publicou alguns romances francezes porque as suas precarias circumstancias o obrigavam a lançar mão d'estes e d'outros trabalhos para supprir os meios de subsistencia.

Cruz *(Antonio Theodorico Baptista da)*. Antigo actor de grande merecimento, mais conhecido só pelo nome de *Theodorico*. N. a 26 de julho de 1818, e fal. a 18 de janeiro de 1885. Nascido de uma familia pobrissima, ganhava a vida, sendo ainda muito creança, na modesta industria, então muito usada, de vendedor ambulante de sapatos de ourello. O velho actor Theodorico, de grande fama nos velhos theatros do Salitre e da Rua dos Condes, e que chegou a fazer parte da companhia, que em 1836 era dirigida pelo afamado ensaiador Emilio Doux, o chamou a si, tornou-se seu padrinho, a quem transmittiu o seu nome completo de Theodorico Baptista da Cruz, nome que o futuro actor sempre conservou. Por intervenção do velho Theodorico, entrou aos 15 annos de edade para o Salitre, depois de se ter estreado n'alguns theatros particulares. Do Salitre passou para a Rua dos Condes, debutando em 30 de maio de 1837, na comedia *Armario das modas*. Pertenceu á pleiade dos discipulos de Emilio Doux, que na maior parte, se tornaram notaveis. A Rua dos Condes era então o templo da arte dramatica, e Theodorico começou a encarregar-se de papeis de responsabilidade nos dramalhões usados n'aquella epoca, e nas comedias, representando papeis de centro, tanto dramaticos como comicos. O talento de Theodorico tinha estas duas feições diametralmente oppostas. Nos papeis de *vegête*, nas comedias e farças, conservava a platéa em constante hilariedade, nos centros dramaticos e nos papeis de tyranno. Não houve homem mais perverso em scena, um homem que mais lagrimas fizesse derramar no publico. Era o prototypo dos tyrannos do dramalhão, segundo a velha escola. Theodorico foi para o theatro de D. Maria, quando este se construiu em 1846, juntamente com os outros actores da companhia da Rua dos Condes, e ali se conservou até que se reformou depois de perto de 50 annos de trabalho. Garrett deveu-lhe algumas das creações mais felizes das suas peças, debaixo do ponto de vista comico. Foi elle o Manuel Simões da *Sobrinha do marquez*, o Mendo Paes do *Alfageme de Santarem*, e o boticario das *Prophecias do Bandarra*. Sendo particular amigo de Joaquim da Costa Cascaes, fôram para elle que este autor dramatico escreveu as suas principaes peças, como *O Alcaide de Faro*, *A Pedra das Carapuças*, *Geraldo sem sabor ou a Noite de Santo Antonio na praça da Figueira*, *Lei dos morgados* e *A caridade*. Quando Francisco Palha deixou de ter a seu cargo o theatro de D. Maria e foi fundar o da Trindade em 1867, levou comsigo um grande numero de actores para formar a nova companhia, Theodorico não o quiz acompanhar. Mais tarde, passou o theatro de D. Maria para a direcção do grande actor e mestre da arte José Carlos dos Santos, que começou a introduzir novos processos de representar. Theodorico, apezar de pouco affecto ás innovações, foi-se sujeitando disciplinadamente ás exigencias da arte moderna. E' longo o seu reportorio, de que mencionaremos as seguintes peças, além das que já apontámos: *A Torre de Nesle*, *O trapeiro de Paris*, *O Louco d'Evora*, *Drama do Povo*, *A Prophecia ou a queda de Jerusalem*, *Marquez de la Seiglière*, *Porteiro da Casa n.º 15*, *Córa ou Escravatura*, *A Pobreza envergonhada*, *Egas Moniz*, *Judith*, *Camões do Rocio*, *Doença do medo*, *Amigos intimos*, *Brazileiro*, *Pobreza dourada*, *O Jogo*, *Os homens serios*, *A Caridade na sombra*, *O Duende*, *Espertezas de Simplicio*, *O verão do S. Martinho*, *Morgadinha de Valflor*, *A Penitencia*, *Fortuna e trabalho*, etc. Theodorico teve sempre a mais decidida repugnancia em consentir que o retratassem, porque detestava a celebridade, e tinha a mania de que tirar o retrato era prenuncio de morte proxima. Raphael Bordallo Pinheiro

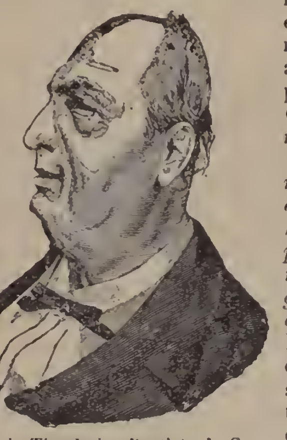

Antonio Theodorico Baptista da Cruz

foi que uma vez conseguiu agarral-o em caricatura, e sobre esse trabalho é que se teem feito os retratos que ha publicados, e que nós hoje reproduzimos. Theodorico era divertido, estava sempre prompto para contar historietas e anecdotas, mas a sua alegria só se notava no salão dos artistas, porque fóra do theatro tinha um genio concentrado, até um pouco misantropo. Com a doença, que o obrigou a reformar-se, entristeceu a tal ponto que raras vezes apparecia nos theatros, Dez annos gozou essa reforma, e o seu nome só era lembrado quando fallecia algum dos antigos actores discipulos de Emilio Doux, de que elle foi um dos ultimos sobreviventes. Ainda em dezembro de 1884 foi ao enterro do actor João Anastacio Rosa, seu velho amigo e companheiro, que acompanhou muito commovido, mas falleceu logo no mez seguinte.

Cruz *(Fr. Bento da)*. Religioso da ordem de S. Bento. N. em Braga, e fal. no mosteiro de Rendufe a 5 de agosto de 1639. Era filho de Domingos Gonçalves e de Maria Fernandes. Professou no mosteiro de S. Bento, de Lisboa, a 3 de maio de 1592. Foi doutor em theologia pela Universidade de Coimbra, abbade do collegio d'esta cidade em 1626, e do convento de Lisboa em 1632. Era muito versado na lingua latina. Recitou na presença de toda a academia conimbricense uma oração em applauso da canonisação da rainha Santa Izabel, que foi publicada em Coimbra em 1626.

Cruz *(Fr. Bento da)*. Religioso da ordem de S. Bento. Era natural de Arrifana de Sousa, e passando ao Brazil professou no convento de Pernambuco. Foi abbade dos conventos do Rio de Janeiro e de Pernambuco, em 1647 e 1656, definidor em 1659, e concorreu para que os hollandezes fôssem expulsos das praças do Brazil, onde injustamente dominavam. Prégou com grande fama no Brazil, Porto e Lisboa, mas só publicou em 1646 um sermão de S. Sebastião, prégado no convento da Bahia.

Cruz *(Fr. Bernardo da)*. Religioso da ordem de S. Francisco, e capitão-mór da armada que levou a Africa el rei D. Sebastião. Esteve em Alcacer Kibir, e voltando a Portugal escreveu a *Chronica d'El-Rei D. Sebastião*, que ficou manuscripta, a qual foi publicada em 1837 por Alexandre Herculano e o dr. A. C. Paiva. Tem um prologo dos editores, em que se dá razão da obra e do seu autor, com interessantes particularidades, que lhes dizem respeito. Suppõe-se que fr. Bernardo da Cruz nasceu pelos annos de 1530, mas que vivia ainda em 1586.

Cruz *(Fr. Bernardo da)*. Bispo de S Thomé no tempo de D. João III, reitor da Universidade de Coimbra, para que foi nomeado em 28 de abril de 1541, tomando posse a 18 de maio seguinte, e exercendo este cargo até ao fim do anno lectivo de 1542-1543. Pertencia á ordem de S. Domingos. Foi inquisidor em Coimbra, e deixou um nome celebre pela crueldade com que desempenhou este cargo. Alexandre Herculano, na sua *Historia da Inquisição*, narra factos verdadeiramente revoltantes d'este inquisidor.

Cruz *(Fr. Clemente da)*. Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Lisboa a 23 de novembro de 1685, fal. no convento de Xabregas a 12 de fevereiro de 1743. Era filho de Balthazar Borges da Silva e de Maria dos Reis. Professou no convento de Xabregas a 23 de fevereiro de 1703. Depois de ter sido secretario de diversos geraes, foi guardião dos conventos de Sines, Crato, Torrão, e por fim no de S. Francisco, de Beja, d'onde passou a vigario, e confessor das religiosas capuchas de Santa Clara do convento de N. S.ª dos Martyres, de Sacavem. Foi prégador jubilado. Era muito conhecedor de musica, e tocava orgão com destreza. Traduziu do castelhano: *Novena espiritual do glorioso padre São Diogo de Alcalá, Mestre de sabios*, etc., Lisboa, 1725; *Vida de Benedicto XIII*, etc., Lisboa, 1739; *Promptuario de cerimonias e officios diversos de toda a semana santa, com a solfa de tudo quanto se canta n'estes dias*. O autographo d'este livro, segundo dizem, existe na Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Cruz *(Delphina)*. Actriz contemporanea, actualmente no theatro de D. Maria. N. em Sines a 19 de janeiro de 1872. Começou a sua carreira artistica no theatro da Rua dos Condes na revista de Sousa Bastos, intitulada *Tam Tam.* Foi depois escripturada para o theatro de D. Maria, empresa de Rozas & Brazão, sendo admittida como societaria e considerada actriz de segunda classe. Passou mais tarde para o D. Amelia, com a referida empresa, que tomou aquelle theatro, e ali se conservou duas epocas, revelando bastante merecimento nos papeis de ingenua. Voltou depois para D. Maria, onde tem permanecido. No seu reportorio figuram as seguintes peças: *Magda*, *O Avô*, *O heroe do dia*, *A cruz da esmola*, *Resurreição*, a peça carnavalesca *O Genero gordo*, etc. Ultimamente tem-se distinguido muito no drama *Fr. Luiz de Sousa.*

Cruz *(Fr. Filippe da)*. Natural de Lisboa e freire professo da ordem de S. Thiago no convento de Palmella. Foi um dos mais celebres professores de musica do seculo XVII. Esteve, como mestre de musica, na Misericordia de Lisboa, e passou depois para Madrid a occupar o logar de capellão na capella real de Filippe IV. Depois da acclamação de D. João IV, este monarcha o mandou chamar, e nomeou-o mestre da sua capella, cujas funcções exerceu até ao reinado de D. Affonso VI. Compoz as seguintes musicas, que se conservavam na Bibliotheca Real de D. João IV: *Missa a 10 vozes*; outra missa, que offereceu, estando em Castella, a Filippe IV; um *motete* a 5 vozes, para a quaresma; um *villancico* do Natal, a 4 e a 8 vozes; 4 *villancicos* do Sacramento, a diversos numeros de vozes. Ainda escreveu diversos psalmos de vesperas e completas.

Cruz *(D. Fernando da)*. Conego regrante de Santo Agostinho. N em Lisboa em 1629, e fal. em Coimbra a 29 d'outubro de 1710. Era filho de paes de reconhecida nobreza. Professou no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra a 3 de maio de 1647. Escreveu umas obras mysticas, cujos titulos se pódem lêr na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, 2.º vol. pag 25.

Cruz *(Fr. Francisco da)*. Religioso da ordem de S. Francisco, da provincia d'Arrabida. N. em Lisboa em 1596, fal. no convento de Alferrara a 11 de janeiro de 1681. Foi muito erudito em theologia e direito pontificio. Depois de ter exercido varias guardianias, foi eleito visitador da provincia dos Algarves, onde presidiu ao capitulo; durante oito annos foi confessor do convento das Flamengas em Alcantara, voltando então para a provincia d'Arrabida. Deixou algumas obras manuscriptas.

Cruz *(Padre Francisco da)*. Jesuita. N. no Louriçal em 1629, e fal. a 29 de janeiro de 1703. Era filho de Antonio do Rego e de Maria Soares Professou no collegio de Coimbra a 9 de dezembro de 1643. Foi mestre de rhetorica e humanidades no collegio de Braga. Embarcou depois para as ilhas, onde exerceu egual ministerio, e regressando ao reino dictou philosophia em Coimbra, e theologia no collegio de Santo Antão, de Lisboa. Sendo reconhecido o seu elevado talento, o geral da Companhia o chamou a Roma, nomeando-o revisor dos livros da referida Companhia. Depois de permanecer durante sete annos em Roma, voltou a Portugal, e D. Pedro II o escolheu para mestre, e depois confessor do principe D João, mais tarde D. João V. Foi reitor do collegio de Santo Antão, de Lisboa. Concorreu muito para que D. João fundasse o convento do Louriçal, que começou a ser habitado em maio de 1709, já depois da sua morte. Era muito dado a trabalhos bibliographicos, e ás memorias que tinham escripto Jorge Cardoso, João Franco Barreto e João Soares de Brito, accrescentou muitas noticias alcançadas no tempo em que viveu em Roma, e sobre esses assumptos deixou varios volumes escriptos de sua mão em que os autores estavam dispostos sem ordem, e apenas com apontamentos para a obra que meditava. Só n'um d'esses volumes que não chegava a comprehender completamente a letra A, havia elogios compostos na lingua latina de 500 autores. Parte d'esses livros que o conde da Ericeira D Francisco Xavier de Menezes obteve para a sua livraria, fôram por este fidalgo facultados a Barbosa Machado, que n'elles achou valiosos subsidios para a sua Bibliotheca Lusitana. Deixou tambem em manuscripto: *Constituições dos religiosos do convento de Louriçal; Dissertação em que se prova ser a antiga Numancia Freixo de Numão*; *Diario portuguez*; *Monologio lusitano.*

Cruz *(D. Gaspar da)*. Conego regular de Santo Agostinho, professor de musica no convento de Santa Cruz de Coimbra. Deixou manuscriptas: *Arte do Cantochão recopilada de varios autores; Arte de Canto e orgão.*

Cruz *(Fr. Gaspar da)*. Religioso dominicano da ordem dos prégadores. Era natural de Evora, e fal. em Setubal a 5 de fevereiro de 1570. Professou no convento de Azeitão. Embarcou para a India Oriental em 1548 com doze companheiros de que era vigario geral Diogo Bermudes. Depois de edificar um convento em Gôa e outro em Malaca, passou ao reino de Cambaya, e d'ahi á China em 1556, sendo o primeiro missionario que appareceu n'aquelle imperio a prégar a religião christã. Passados alguns annos percorreu o reino de Ormuz, voltando a Portugal em 1569, depois de 21 annos de missionario. Foi então nomeado bispo de Malaca por el-rei D. Sebastião, dignidade que recusou. N'essa epoca estava Lisboa luctando com uma epidemia de peste, e o padre Cruz foi extremamente zelozo e caritativo em acudir aos enfermos. Tendo diminuido mais na capital a terrivel doença, desenvolvendo-se com maior intensidade em Setubal, para ali se dirigiu, continuando com a mesma caridade a tratar dos enfermos. Foi victima da sua dedicação, porque falleceu d'aquelle mal. Escreveu: *Tratado em que se contam muito por extenso as cousas da China, com suas particularidades, e assim do reino de Ormuz*, etc., Evora, 1570. Fez se uma reimpressão d'este livro em Lisboa, 1829.

Cruz *(Fr. Hilario da)*. Chamado no seculo Domingos Vieira. N. em Lisboa, e fal. em 19 de setembro de 1655. Era filho de Matheus Fernandes e de Maria Fernandes Professou o instituto de S. Paulo no convento da serra d'Ossa em 10 de setembro de 1619. Foi muito versado em theologia, cantava com suavidade, compunha musica e tocava orgão. Deixou em manuscripto um volume de epigrammas em latim e dois de sermões.

Cruz *(D. Jeronymo da)*. Conego da ordem de Santo Agostinho. Era natural de Linhares e filho de Alvaro de Siqueira e de Leonor Rodrigues Botelho. Estudava na Universidade de Coimbra, quando professou no convento de Santa Cruz a 31 de janeiro de 1586. Foi secretario geral de D. Miguel de Santo Agostinho, visitador e reformador da congregação dos conegos seculares de S. João Evangelista; foi tambem prior do convento da Serra e visitador geral, sendo depois eleito a 10 de maio de 1615 prior geral da sua congregação. Obteve outra vez o generalato a 22 de abril de 1630. Foi elle quem instituiu o jubileu das 40 horas no convento de Santa Cruz de Coimbra. Deixou manuscripto em latim: *Commentarios ao psalmo quinquagesimo.*

Cruz *(Fr. Jeronymo da)*. Religioso da ordem de S. Domingos, natural de Lisboa. Pertencia a familia nobre. Passou ao Oriente como missionario, e foi morto ás lançadas em Sião pelos gentios, no dia 25 de janeiro de 1566. A Egreja beatificou-o.

Cruz *(Fr. João da)* Religioso da ordem da Trindade. N. em Montemór-o-Novo em 1680, fal. em Lisboa a 5 de abril de 1745. Era filho de José Lopes Baptista e de Angela Baptista. Professou no convento de Lisboa a 2 de julho de 1703, onde aprendeu as sciencias escolasticas, que tambem ensinou. Foi examinador das tres ordens militares, e do patriarchado de Lisboa, reitor do collegio de Coimbra, definidor da provincia, e duas vezes provincial: a primeira em 7 de maio de 1733, e a segunda em 2 de setembro de 1741, cujo governo não acabou por a morte o surprehender no anno seguinte. Escreveu: *Sermão prégado na canonisação dos admiraveis Santos Luiz Gonzaga e Stanislau Kostha em o dia 27 de setembro de 1727, primeiro do solemnissimo Triduo que celebrou o Collegio da Companhia de Jesus da Villa de Santarem*, Lisboa, 1727. Deixou em manuscripto: *Tractatus de potestate, et jurisdictione Conservatorum.*

Cruz *(Fr. João da)*. Religioso da ordem dos carmelitas descalços, que vivia ainda em 1834, quando se extinguiram as ordens religiosas. Escreveu: *Obras de Santa Thereza de Jesus (comprehendendo tambem a sua vida), traduzidas em portuguez*, Lisboa, 1826 a 1832, 2 tomos. O censor da traducção foi José Agostinho de Macedo, e a sua censura escripta n'um estylo conceiso, foi publicada como um especimen curioso de divertido estylo, em 1836, na *Minerva, jornal de instrucção amena e proveitosa*, n.º 1, pag. 14 a 19.

Cruz *(Padre João Chrysostomo da)*. Presbytero secular do habito de S. Pedro. N. em Villa Franca de Xira a 27 de janeiro de 1707, onde tambem fal. a 6 de setembro de 1748. Era filho de Manuel Francisco da Cruz e de Maria da Conceição. Aprendidas na terra da sua naturalidade os primeiros rudimentos, se applicou á arte de

musica, em que se tornou muito perito. Foi ordenado presbytero em 1731. Falleceu victima d'um desastre, ficando esmagado debaixo das ruinas d'uma casa. Escreveu : *Methodo breve e claro em que sem prolixidade nem confusão se exprimem os necessarios principios para a intelligencia da Arte da Musica. Com um appendice dialogico que servirá de index da obra, e lição dos Principiantes*, Lisboa, 1745. Apezar d'esta data da impressão, parece que a obra foi escripta muito antes, porque as licenças e os pareceres teem diversas datas todas referentes a 1742 Entre os pareceres figura o do padre mestre João da Silva Moraes, o mais conceituado e erudito musico que existia n'aquella epoca.

Cruz *(Padre João Filippe da)*. Presbytero secular, que escreveu : *Dissertação sobre os deveres dos juizes, com um compendioso tratado das violencias publicas e particulares, traduzida do francez*, Lisboa, 1798 ; com uma prefacção do traductor.

Cruz *(D. José Valerio da)*. Presbytero da congregação do oratorio de S Filippe Nery, bispo de Portalegre, deputado, etc. N. na Covilhã a 19 de novembro de 1749 e fal. a 17 de junho de de 1826. Em 1783 dirigiu cuidadosamente, e preparou a segunda edição, feita n'esse anno, do *Cathecismo Romano*, e 34 annos depois, em 1817, mandou fazer uma terceira edição, á sua custa, a qual saiu com o titulo seguinte : *Cathecismo para uso dos parochos, feito por autoridade e decreto do Concilio Tridentino, publicado por mandado do SS. P. Pio V, traduzido em portuguez ; Nova edição revista, mais bem ordenada, augmentada com os summarios dos capitulos, e um indice geral das materias*, etc. Em 1781 publicou um folheto, intitulado : *Camões defendido, o editor da edição de 1779, e o censor d'esta, julgados sem paixão, em uma carta dada á luz por Patricio Aletophilo Misalazão*. N'este folheto julgava com boa critica e imparcialidade, que lhe grangearam fóros de excellente philologo, a questão em que tomaram parte o padre José Clemente e o padre Thomaz de Aquino. D. José Valerio da Cruz foi escolhido para bispo de Portalegre pelo principe regente D. João a 13 de junho de 1798, sendo confirmado pelo papa Pio VI em 13 de novembro do mesmo anno, e sagrado a 24 de fevereiro de 1799 ; havia tomado posse do bispado cinco dias ant s, por procuração que dera ao chantre da mesma sé, João Gonçalves Franco. No anno de 1822 foi eleito deputado substituto juntamente com o padre José Agostinho de Macedo pelo circulo eleitoral de Portalegre, e não chegaram a tomar assento nas camaras, porque os proprietarios das cadeiras não as deixaram vagas. D. José, porém, fôra ao mesmo tempo eleito deputado proprietario pela Guarda, e como tal é que então entrou nas camaras. Consta que concorreu com auxilios e conselho para a edição das *Poesias de Antonio Diniz da Cruz e Silva*, pelo que declara o editor Trigoso no tomo v, a pag. 20.

Cruz *(Laura)*. Actriz contemporanea. N. em Lisboa a 10 de março de 1877. Começou a sua carreira representando em companhia de sua irmã, a actriz Delfina Cruz, n'uma *tournée* feita ao Porto e a outras terras, n'uma epoca de verão, por alguns artistas do theatro de D. Maria. Conseguindo agradar e ser applaudida, foi na epoca seguinte escripturada para o referido theatro, pela empresa Rosas & Brazão, fazendo tambem parte da sociedade artistica. Acompanhou mais tarde sua irmã para o theatro de D. Amelia, sendo escripturada pela referida empresa, que tomara conta d'aquelle theatro, onde fez grandes progressos, representando nas seguintes peças : *A Castellã*, *Gilberta*, *o Heroe do dia*, *Cruz da esmola*, *Resurreição*, na peça carnavalesca *O genero gordo*, etc. Na sessão solemne promovida pela Associação dos jornalistas de Lisboa, para commemorar o centenario de Victor Hugo, realisada na sala *Portugal* da Sociedade de Geographia a 26 de fevereiro de 1902, tambem tomou parte juntamente com o actor Ferreira da Silva, e as actrizes Lucinda e Lucilia Simões, e Georgina Pinto, recitando uma poesia de D. João da Camara. Actualmente está retirada do theatro.

Cruz *(Fr. Lourenço da)*. Religioso do convento de S. Paulo, da serra d'Ossa. N. na villa de Redondo, e fal. no convento de Lisboa a 2 de abril de 1683 Depois de ter dictado philosophia e theologia aos seus domesticos, applicou-se ao ministerio do pulpito, em que se tornou afamado, principalmente como prégador da capella real. Foi reitor nos conventos de Evora e de Lisboa, duas vezes definidor, e por fim geral da sua congregação. Deixou prompto para se imprimir um volume de sermões, e publicou : *Sermão da solemnissima festa e desaggravo que se fez ao sacrilego desacato na egreja de Odivellas*, etc., *dedicado a D. João Mascarenhas, marquez de Fronteira*, Lisboa, 1661.

Cruz *(Fr. Luiz da)*. Religioso da ordem de S. Francisco, natural de Bragança. Fal. em Saragoça a 9 de maio de 1633. Deixando a patria, foi professar n'um convento em Castella, onde ensinou as faculdades escolasticas. Acompanhou a Roma, como secretario, o commissario geral fr. João Baptista Molles, e incorporando-se na provincia de Italia, foi provincial da Terra de Lavor em Campania, penitenciario na basilica de S. João de Latrão, e vigario geral dos observantes de Italia. Fal. quando ia para Toledo assistir ao capitulo geral. Deixou algumas obras em latim, sendo duas manuscriptas.

Cruz *(Fr. Luiz da)*. Religioso da ordem de S. Francisco, chamado no seculo Luiz Teixeira. N. em Loulé a 21 de junho de 1698. Era filho de Antonio Teixeira de Magalhães e de Margarida Antonia Pereira. Em 1717, contando 19 annos, foi por ordem de seus paes para casa d'um tio que vivia no Mexico, porém, sendo este já fallecido, resolveu abraçar a vida religiosa, e professou a 17 de setembro de 1721 no collegio de missionarios apostolicos da cidade de S. Thiago de Queretaro. Os seus superiores o empregaram então em missionar os gentios do interior, e depois em 1739, o enviaram com uma embaixada á côrte de Filippe V. Fundou o convento de S. Fernando de Mexico e o hospicio de N. S.ª da Puebla dos Anjos para missionarios Escreveu em hespanhol diversas obras religiosas.

Cruz *(Padre Luiz da)*. Jesuita, que falleceu no collegio de Coimbra em 18 de julho de 1604 Era filho de Leonardo da Cruz e de Leonor Lopes. Professou em Coimbra em 1 de janeiro de 1558. Foi grande humanista, bom poeta e muito perito nas linguas latina e grega. Como prégador grangeou grande fama. Por espaço de 12 annos dictou rhetorica e escriptura sagrada. Deixou im-

pressa a versão dos *Psalmos* de David em diversos metros latinos, e 4 tragedias, uma das quaes chamada *Sedecias*, foi representada em 1570, quando el rei D. Sebastião visitou a Universidade de Coimbra. Tambem escreveu a *Vida do irmão Domingos João*, que ficou manuscripta.

Cruz *(Luiz Felix da).* Secretario do governo de Angola. Escreveu: *Manifesto das hostilidades que a gente que serve a companhia occidental da Hollanda obrou contra os vassallos d'el-rei de Portugal no reino d'Angola, debaixo das tregoas celebradas entre os principes; e dos motivos que obrigaram o general Salvador Correia de Sá e Benevides a desalojar estes soldados hollandezes d'elle, sendo mandado a esta costa por Sua Magestade a differentes fins*, Lisboa, 1651.

Cruz *(Fr. Mancio da).* Religioso da Ordem de S Bento. N. em Braga, e fal. no mosteiro de Tibães a 31 de maio de 1621. Era muito conhecedor da theologia escolastica e positiva. Foi reitor do collegio de Coimbra em 1614, definidor em 1617, e geral da sua congregação n'este reino em 1620, a qual só governou um anno, por a morte o surprehender. Escreveu: *Espelho espiritual de noviços*, publicado em 1621, já depois da morte do autor. Deixou mais duas obras manuscriptas em latim. A seu respeito póde vêr-se os *Elogios dos DD. Abbades geraes da Congregação Benedictina*, por Fr. Thomaz de Aquino, a pag. 140.

Cruz *(Manuel da).* Presbytero secular, natural de Lisboa, e assistente na India. Vendo que um seu irmão, que militava n'aquelles estados, se recolhera ao claustro dos carmelitas descalços, escreveu o seguinte, que dedicou ao arcebispo de Lisboa D. Rodrigo da Cunha: *De quão proveitosos são os Carmelitas descalços na India Oriental, ao serviço de Deus e d'el-rei*, Lisboa, 1639.

Cruz *(Manuel da).* Conego de Santa Cruz de Coimbra. N. em Montemór-o-Velho, e fal. em 1622. Professou no referido convento em 1610. Occupou diversos cargos na sua ordem, e sendo muito estudioso na historia portugueza, compoz uma obra, que ficou inédita, intitulada: *Recordação heroica historica.*

Cruz *(Fr. Manuel da).* Religioso dominicano da ordem dos prégadores. Era natural de Coimbra, mas ignoram se as datas do seu nascimento e fallecimento. Era filho de Pedro Godinho da Nobrega e de Maria Jorge da Silva. Professou a 7 de março de 1568, no convento de Azeitão. Foi vigario da sua ordem na India, e deputado da inquisição de Gôa, logar em que foi provido a 7 de março de 1635, sendo tambem deputado das ordens militares na segunda instancia. Escreveu: *Discurso ou fala que fez... no acto solemne em que o conde João da Silva Tello e Menezes, visorei da India, jurou o principe D. Theodosio, aos 20 de outubro de 1641*, Gôa, 1641; saiu reimpresso em Lisboa, 1642. Deixou manuscripto um livro intitulado *Christandades do Oriente.* Na Bibliotheca de Evora (codice CXV-2-8) existe outra obra curiosa de Fr. Manuel da Cruz: *Portentos, prognosticos milagrosos e divinos, obrados e vistos na cidade de Gôa, e na peninsula fronteira e visinha de Salsete*, etc.

Cruz *(Fr. Manuel da).* N. em Tavira em 1674, e fal. a 5 de junho de 1730. Era filho natural de Henrique Correia da Silva, alcaide mór d'esta cidade e commendador de Penamacor na ordem de Christo. Foi militar para a India com outros fidalgos no anno de 1694, tendo 20 annos de edade. Chegado a Gôa, embarcou logo na armada que navegava para a Persia, e ao voltar foi promovido a capitão de infantaria. Deixou depois a carreira das armas para se dedicar á vida religiosa, e entrou como leigo no convento de N. S.ª da Madre de Deus, de Gôa. Regressou a Lisboa para se incorporar na ordem franciscana da provincia d'Arrabida, onde entrou no dia 2 de janeiro de 1701. Viveu em austera penitencia durante 28 annos, até que falleceu. Saiu posthuma a seguinte obra: *Collecção regular da explicação e preceitos e cousas mais essenciaes da regra dos frades menores do nosso padre S. Francisco*, etc., Lisboa, 1717. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa existe o seguinte manuscripto (S.-1-146) que dizem pertencer ao mesmo autor: *Floresta espiritual em que o christão póle colher flôres de devoções e graças*, etc.

Cruz *(Fr. Manuel da).* Carmelita calçado da vigararia do Maranhão, primeiro bispo de Marianna, Minas Geraes, para onde fôra transferido da diocese do Maranhão, em outubro de 1748. Fal. a 3 de janeiro de 1764. Escreveu: *Sermão em acção de graças a N. S.ª da Nazareth*, prégado em 1746, Lisboa, 1748.

Cruz *(Fr. Marcos da).* Conego regrante de Santo Agostinho. N. em Mattosinhos, e fal. a 25 de setembro de 1628. Professou no convento de S. Salvador de Moreira a 3 de novembro de 1590, onde, depois de estudar as sciencias severas, se applicou a examinar as antiguidades e privilegios da sua congregação. Deixou em manuscripto: *Catalogo dos priores do mosteiro de S. Vicente; Memorias da congregação de Santa Cruz de Coimbra*, e *Livro das capellas, missas e anniversarios que se dizem n'este mosteiro de S. Vicente*, etc. Este ultimo manuscripto, feito em 1619, em magnifico pergaminho e illuminado, existe na Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Cruz *(Fr. Mauricio da).* Leigo franciscano da provincia da Arrabida, que escreveu o seguinte: *Elogio do irmão Fr. Sebastião da Conceição, religioso leigo da provincia de Santa Maria d'Arrabida, natural da villa de Alcaçovas*, Lisboa, 1758; *Elogio do irmão Fr. Manuel da Madre de Deus, confessor, natural da villa do Rabaçal, bispado de Coimbra, que no convento da serra d'Arrabida floresceu em admiraveis virtudes*, Lisboa, 1759; *Elogio do irmão de Fr. Manuel Convertido, sacerdote, natural da Granja Nova, bispado de Lamego, benemerito filho do real convento de Mafra*, Lisboa, 1759; *Elogio do irmão fr. Antonio de Santa Maria d'Arrabida, religioso leigo da provincia do mesmo nome, natural de Fayão, termo de Valença do Minho*, Lisboa, 1758.

Cruz *(Miguel da).* Conego secular de S. João Evangelista. N. no Porto em 1545, fal. no convento de S. João, de Xabregas a 9 de maio de 1641, com 96 annos de edade. Foi reitor do convento de Lamego, e provedor do hospital de Coimbra. Todo o tempo que lhe restava dos deveres dos seus cargos, applicava á investigação das antiguidades da sua congregação. Escreveu o seguinte, que ficou inédito: *Tratado dos varões illustres da congregação dos conegos seculares.*

Cruz *(Fr. Miguel da).* Religioso professo na ordem de Christo, que publicou a *Historia da India* do tempo do vice rei D. Luiz de Athaide, composta por Antonio Pinto Pereira, em 1617.

Cruz (*Fr. Nicolau da*). Religioso da ordem de

S. Jeronymo. N. em Coimbra. Era filho de Sebastião de Oliveira e de Izabel do Desterro. Professou no convento de S. Marcos, da mesma cidade, a 26 de dezembro de 1666. Saindo do reino, passou ao collegio de Salamanca, e ali falleceu. Era muito versado em noticias da sua religião e em genealogia das casas de Portugal. Deixou em manuscripto: *Descripção historica da fundação do mosteiro de S. Marcos de Coimbra e da antiguidade e nobre descendencia dos Silvas seus padroeiros; Vidas dos varões insignes em virtude que floresceram no convento de S. Marcos.*

Cruz *(Fr. Pacifico da).* Religioso da congregação dos conegos seculares de S. João Evangelista, e depois da ordem de S. Francisco. N. em Montemór-o-Velho, e morreu a 15 de setembro de 1630, no convento de Mattosinhos, deixando manuscripto: *Explicação das rubricas do missal e do breviario.*

Cruz *(Fr. Paulo da).* Chamava-se no seculo Jorge Fernandes. Mostrando desde muito creança grande intelligencia, a rainha D. Catharina, mulher de D. João III, o mandou vestir de religioso franciscano estudar humanidades, e por esse facto ficou sendo conhecido pela alcunha do *fradinho da rainha.* N. em Lisboa, onde tambem fal. no convento de S. Francisco, a 13 de setembro de 1631. Depois da morte de D. Catharina e da perda de D. Sebastião em Alcacer-Kibir, passou a Castella, e ahi entrou como religioso menor na provincia da Conceição, tomando nome de fr. Paulo da Cruz. Aprendeu as sciencias severas, até jubilar em 1613. No fim de alguns annos voltou á patria, e compondo diversas poesias por occasião da festa que o senado de Lisboa fez para celebrar a trasladação de S. Vicente em 13 de setembro de 1614, foi fr. Paulo da Cruz quem alcançou o primeiro premio no verso latino. Escreveu: *Tardes de quaresma de fray Pablo de la Cruz frayle menor lector de Theologia jubilado em la provincia de la Concepcion,* Lisboa, 1614. Ainda escreveu mais algumas obras que ficaram manuscriptas.

Cruz *(Fr. Pedro da).* Religioso do convento da Serra d'Ossa, e pregador de grande fama no seu tempo, exercendo este ministerio por mais de 50 annos em todo o reino. N. em Evora em 1556, onde tambem falleceu a 14 de julho de 1640. Era filho de Manuel Pires e de Maria Alvares. Professou a 3 de maio de 1581. Deixou em manuscripto: *Noticias da ordem de S. Paulo.*

Cruz *(Pedro Belchior da).* Professor na Figueira da Foz. N. em Lisboa a 10 de agosto de 1871. E' filho de Filippe Belchior da Cruz e de D. Maria Justina de Jesus. Tem o curso complementar da escola normal da referida cidade, de que é actualmente professor. Tem collaborado na *Gazeta da Figueira* e no *Diario de Noticias* de Lisboa. Collaborou tambem no livro *Collecção de elementos para a historia do concelho da Figueira.* Na *Civilisação popular,* de Rio Maior, n.º 196 do 4.º anno, vem publicado o seu retrato, acompanhado d'um artigo elogioso pelos seus serviços prestados á instrucção primaria. N'esse mesmo jornal publicou o sr. Pedro Belchior da Cruz um artigo dedicado aos trabalhos do congresso nacional do professorado primario. Foi tambem um dos collaboradores activos para a realisação d'esse congresso reunido de 12 a 15 de abril de 1897, em Lisboa, sob a presidencia do professor Manuel José Martins Contreiras.

Cruz. Movel da armaria em fórma de +. Tem no brazão (V. *Brazão, arte do*) varias designações, *aguçada, alta, cantonada, carregada, chã, potenciada, floreteada,* etc. Em regra, a cruz é no escudo a reunião da pala e da banda. A cruz tornou-se a insignia distinctiva de quasi todas as ordens de cavallaria. Assim temos a de Aviz, Christo e S. Thiago, que são muito caracteristicas. *Cruz alçada,* crucifixo que se leva processionalmente em certas solemnidades da egreja. D'estas cruzes processionaes, havia-as preciosissimas em Portugal. A cruz de D. Sancho I, existente no Gabinete d'Ajuda, (V. *Ajuda*) e outras dos differentes thesouros das sés, são alfaias das mais valiosas e admiraveis. D'entre as cruzes mais conhecidas, pódem citar se: *Cruz doble,* a que tem uma dupla travessa, tambem dita *episcopal* ou *patriarchal; Cruz grega,* cujos quatro ramos teem egual comprimento; *Cruz latina,* que tem o ramo inferior mais comprido que os outros; *Cruz de Malta,* ou de *Jerusalem,* cujos quatro ramos eguaes se alargam para as extremidades; *Cruz de Santo André,* a que tem a fórma de um X; *Cruz triplice,* com trez travessas; é usada pelo pontifice.

Cruz. Pov. da freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 646 hab. e 149 fog. Tem caixa do correio. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada n'um valle. E' da Casa de Bragança. Pertence á 8.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8. com séde em Braga. || Povoações nas freguezias: S. Julião, de Agua Longa, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Annaes, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Antime, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Ilha do Pico, Santo Antonio, conc. de S. Roque do Pico, distr. de Horta. || Santa Eulalia, de Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Ayão, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Barrosas, conc. da Lousada, do mesmo distr. || S. Pedro, de Britello, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Brito, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || Santa Maria, de Caires, conc. de Amares, do mesmo distr. || S. Nicolau, de Fornos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Ilha do Pico; N. S.ª das Candeias, de Candelaria, conc. de Magdalena, distr. de Horta. || Ilha da Madeira, N. S.ª da Piedade, de Canha, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal || S. Jorge, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Celleiros, conc. e distr. de Braga. || S. Martinho, de Christoval, concelho de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Codeços, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Cortegaça, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Fajões, conc. de Oliveira de Azemeis, do mesmo distr. || Ilha do Faial; Espirito Santo, de Feteira, conc. e distr. de Horta. || O Salvador, de Fonte Boa, conc. de Espozende, distr. de Braga. || S. Miguel, de Fontellas, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Martinho, de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Santa Maria, de Freinde, conc. de Baião, do mesmo distr. || S. Mamede, de Friestas, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Gatão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Mamede, de Infesta, conc. de Bouças, do mesmo distr. || S.

Thiago, de Infesta, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Jugueiros, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Ilha Terceira; S Miguel, de Lagens, conc. de Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo. || Santa Maria, de Lamas, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. André de Lever, do mesmo conc. e distr. || S. Thiago, de Lobão, do mesmo conc. e distr. || S. Lourenço, de Matto, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Medrões, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Santa Maria de Meinedo, conc. da Lonzada, distr. do Porto. || Santa Christina, de Meutrestido, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Romão, de Mouriz, conc de Paredes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Moz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || N. S.ª da Visitação, de Odeleite, conc. de Castro Marim, distr. de Faro. || S. Sebastião, de Passos, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. André, de Padronello, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. André de Palme, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || O Salvador, de Penamacor, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Paio, de Pousada, conc. e distr. de Braga. || S. Pedro, de Quiraz, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. || Ilha Tercera; S. Bartholomeu, de Regatos, conc. e distr. de Angra do Heroismo. || S. Silvestre, de Requião conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Ribeira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || S. Gens, de Salamonde conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. Adrião, de Cever, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Maria e conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Soutello, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || O Salvador, de Souto, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Miguel, de Thaide, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || O Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, de Verim, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga || S. João Evangelista, de Villa Cova de Carros, conc. de Paredes, distr. do Porto. || N. S.ª da Graça, de Villa da Egreja, conc. de Sattam, distr. de Vizeu || S. Adrião, de Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || S. Miguel e conc. de Torres Vedras, do mesmo distr. || Casal na freg. de N. S.ª da Graça, de Ega, conc. de Condeixa-a-Nova, distr de Coimbra. || Casal na freg. de S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Vicente, de Paio Mendes, do mesmo conc. e distr. || Quinta na freg. de N. S.ª da Purificação, de Alcoentre, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa. || Quinta da freg. de S. Bartholomeu, de Beato Antonio, 1.º bairro de Lisboa. || Ponta ou cabo na costa do S. da ilha da Madeira. E' a ponta mais meridional da ilha, e estende-se pelo mar n'uma rocha muito alta e fragosa, chamada Penha de Aguia. As faldas d'esta rocha são negras e aprumadas e constantemente batidas pelas ondas. || Ponta ou cabo da ilha de Santa Luzia, archipelago e prov. de Cabo Verde. || Duas povoações do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola || Serra no territorio de Damão, na prov. de Gôa, India. Corre na direcção geral de N S, mas ao N estende-se em dois braços, um para E e outro para O, dando-lhe assim a fórma de Cruz, do que deriva o nome. No alto da serra ha um padrão pyramidal.

Cruz d'Almagre. Ilha de Santa Maria; pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, do Espirito Santo, concelho de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada.

Cruz das Almas. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição e conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || S. Pedro, de Torrados, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Cruz da Argola. Pov. na freg. de S. Romão, de Mesão Frio, conc. de Guimarães, distr. de Braga

Cruz da Assomada. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Cruz do Bairro. Pov. na freg. de Santa Cruz e conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo.

Cruz de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basso, distr. de Braga.

Cruz da Banda d'Além e Cruz da Banda da Cova. Duas povoações na ilha da Madeira, na freg. de S. Bento, de Ribeira Brava, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Cruz dos Bouças. Pov. na freg. do O Salvador, de Villa Garcia, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Cruz dos Canastreiros. Pov. na freg. de S. Aleixo, do Beco, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Cruz do Carvalho. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Pedro, conc. e distr. do Funchal.

Cruz Coutinho *(Antonio Rodrigues da)*. N. na Cumieira, da prov. do Douro, em 1819. fal. no Porto a 15 de maio de 1885. Fundou com o dr. José Barbosa Leão o *Jornal do Porto*, que teve grande importancia politica. Foi tambem livreiro editor, publicando, n'essa qualidade, muitos romances de Camillo Castello Branco e de Arnaldo Gama, e todas as obras de Julio Diniz.

Cruz Dourada. Ilha da Terceira; pov. na freg. de S. Bartholomeu dos Regatos, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Cruz da Era. Pov. na freg. de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa.

Cruz de Ferro. Pov. na freg. de S. Silvestre, e conc. da Louzã, distr. de Coimbra.

Cruz Gorda *(Casal da)*. Na freg. de S. Pedro de Souto da Casa, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco.

Cruz da Guarda. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Guadalupe, de Porto da Cruz, conc. de Machico, distr. do Funchal.

Cruz da Legoa. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Cruz do Marco. Ilha Terceira; pov. na freg. de Santa Cruz e conc. da Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo.

Cruz do Martello. Pov. na freg. N. S.ª da Conceição e conc. de Alandroal, distr. de Evora.

Cruz de Merelhe. Pov na freg. de Santa Maria, de Paços, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Cruz dos Marouços. Pov. na freg. de Santa Clara conc. e distr. de Coimbra. Em 24 de junho de 1828 houve n'esta pov. um combate entre as tropas realistas e constitucionaes, em que estos

ficaram vencidas, retirando-se em seguida para o Porto.

Cruz do Mouro. Pov. na freg. de S. Miguel, de Refojos de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Cruz Nova. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de Santa Catharina e conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Cruz das Oliveiras. Pov. na freg. de N. S.ª d'Ajuda, 4.° bairro de Lisboa.

Cruz da Pedra. Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu, de Beato Antonio, 1.° bairro de Lisboa. || N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.° bairro de Lisboa (V. *Larangeiras*.) Tem apeadeiro na linha do Caminho de Ferro de Cintra, entre a estação de Campolide e o apeadeiro de S. Domingos de Bemfica. || S. João Baptista, de Ribeira, e Santa Maria, de Sá, no conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Cruz Pinto *(Antonio Duarte da)*. V. *Pinto (Antonio Duarte da Cruz)*.

Cruz Quebrada. Aldeia na provincia da Estremadura, freguezia de S. Romão de Carnaxide, nas proximidades de Lisboa, conc. de Oeiras. Está situada n'um valle onde corre a ribeira de Jamor, que entra aqui no Tejo, por baixo d'uma ponte de pedra. N'este local ha uma ponte, que foi construida em 1618 á custa da camara de Lisboa, a instancias de fr. Rodrigo de Deus, religioso do convento de Santa Catharina de Ribamar, assim como as de Algés e de Caxias (V. *estes nomes*). Ha aqui uma importante fabrica de curtumes pertencente ao rico proprietario e industrial Francisco Ferreira Godinho. Tem um forte actualmente desclassificado; est. do caminho de ferro na linha de Cascaes, entre as do Dáfundo e Caxias; est. post. permutando malas com Lisboa. Na estrada real que vae de Lisboa, existe n'um recanto junto da ponte, uma singela cruz de pedra, que se recommenda pelas inscripções que tem. Na frente do pedestal lê-se a seguinte, composta de versiculos latinos, que fazem parte d'um hymno religioso:

Esse crucem Domini. Fugite partes adversæ Vicit Leo de tribu Juda et radix David. Alleluia. Alleluia.

Aos lados lê-se:

Pater noster. Ave Maria.

No parapeito da ponte sobre a ribeira de Jamor, ha outra cruz, na estrada que vae para Linda-a-Pastora, a qual apresenta um letreiro em latim exactamente egual ao que fica transcripto. Tem mais aos lados o seguinte: *Pater noster. Ave Maria. Pelas almas do purgatorio. A cidade — anno de 1606.* A segunda cruz está partida, e é talvez esta circumstancia que dá o titulo á povoação.

Cruz de Santo Antonio. Pov. na freg. de Santa Suzana, de Carapinheira, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Cruz de São Mór. Ilha de Santa Maria; pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Espirito Santo, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada.

Cruz e Silva *(Antonio Diniz)* V. *Silva (Antonio Diniz da Cruz e)*.

Cruz do Souto. Povoações nas freguezias: S. Paio de Farinha Pôdre, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || O Salvador, de Real, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Cruz da Touta. Pov. da freg. de Santa Eulalia, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. Tem caixa para o serviço de posta rural.

Cruz do Valle. Pov. no freg. de Santo André, de Villa Boa de Quires, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Cruz das Veigas. Pov. na freg de Santa Maria dos Olivaes, 1.° bairro de Lisboa.

Cruz da Velha. Pov. na freg. de S. Adrião e conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Cruz Vermelha *(Sociedade Portugueza da)*. No decreto de 4 de maio de 1887, que creou esta benemerita sociedade e approvou os respectivos estatutos, encontram-se os topicos mais interessantes para a sua historia. Tendo deixado de existir a *Commissão portugueza de soccorros a feridos e doentes militares em tempo de guerra*, creada por decreto de 26 de maio de 1868, em consequencia do fallecimento da maior parte dos membros que a compunham, e sendo presente no referido anno de 1887, ao ministro da guerra, visconde S. Januario, a solicitação feita pelo general de divisão Antonio Florencio de Sousa Pinto, na qualidade de presidente da commissão organisadora da Sociedade Portugueza da Cruz Vermelha, foi a esta reconhecida a existencia legal, sendo declarados fundadores os individuos mencionados n'uma lista appensa ao decreto. Do mesmo diploma consta que os fins da Sociedade Portugueza da Cruz Vermelha estão de accordo com os do *Comité internacional de secours pour les militaires blessés*, com séde em Genebra, e bem assim com os de grande numero de sociedades de egual denominação, que pessoas philanthropicas e caritativas sustentam com esplendor e utilidade em todas as nações civilisadas, prestando homenagem ás formaes intenções da conferencia internacional, que reuniu n'aquella cidade em 1863, e da qual resultou a convenção assignada em 22 de agosto de 1864. Os soccorros aos militares feridos e doentes em tempo de guerra são prestados sem distincção de culto, nacionalidade ou idéas politicas. A bandeira da sociedade é quadrangular e similhante á da Confederação Helvetica, com a inversão das côres, isto é, cruz vermelha em campo branco. A bandeira das delegações da sociedade é farpada. Os membros e agentes da Cruz Vermelha, no desempenho de serviços humanitarios, usam d'um braçal branco com a cruz vermelha. Em 1889 foi autorisada a sociedade a usar de um sello especial, de porte franco, para a sua correspondencia. Por decreto de 31 de janeiro de 1893 foi creada uma medalha da Cruz Vermelha para commemorar os serviços prestados aos militares feridos e doentes nas ambulancias da sociedade. A medalha é de bronze pendente de uma fita de seda branca com cruz vermelha. Nas nossas campanhas de Africa tem, effectivamente, prestado bons serviços esta sociedade.

Cruz Viva *(Padre José Gonçalves da)*. Presbytero secular. N. no Porto a 20 de junho de 1804. Era filho de Manuel Gonçalves da Cruz e de D. Antonia Maria. Indo em creança com sua familia para Sanfins do Douro, proximo de Villa Real, teve ali e na villa de Favaios os primeiros estudos que completou em Sabroso e Braga, onde se ordenou, e onde começou a dedicar-se ao ensino do latim e francez. No tempo das luctas ci-

vis entre os partidos absolutista e constitucional, foi perseguido, por serem conhecidas as suas idéas liberaes; conseguiu fugir para Villar, ou Terras de Bouro, e ali ainda o tentaram assassinar traiçoeiramente, na mesma occasião em que mataram um seu irmão, Antonio Gonçalves da Cruz, no logar de Cabedo, entre Sabroso e Villar de Maçada. Depois de ser restabelecido o governo constitucional em 1833, voltou para a sua casa de Sanfins, onde residiu até 1844, dedicando-se principalmente ao magisterio. Foi coadjutor na egreja de Santo Ildefonso, no Porto, até 1850, anno em que foi provido, por concurso, nas cadeiras de francez e inglez no lyceu de Faro, onde não só regeu essas cadeiras, mas a de philosophia racional e moral, no impedimento do respectivo professor, de 1862 a 1864; exerceu as funcções de bibliothecario no lyceu, e coadjuvou na egreja matriz de S. Pedro, auxiliando o prelado em exames de presbyteros, antes da reorganisação do seminario. Prestou muitos serviços em Faro, por occasião da epidemia da cholera-morbus em 1855. Recebeu as honras de conego da sé do Algarve por diploma de 17 de novembro de 1863. Tambem tinha diploma de menção honrosa da exposição de Londres em 1862, por objectos que para lá enviou e offereceu. Escreveu: *Oração funebre de Luiz XVIII, rei de França e de Navarra, pronunciada na real egreja de S. Diniz, em, presença do Delphim, do dia 25 de outubro de 1824, traduzida* por..., Porto, 1849; *Cartas escolhidas traduzidas do original inglez para vulgar* (1849 ou 1850); *Primeira serie. Segunda edição*, Lisboa, 1860; *A mais imparcial e mais exacta biographia de Voltaire, com oitenta e quatro notas*, Porto, 1863. Collaborou alguns annos no *Campeão das provincias*, de Aveiro, com o pseudonymo de *Abdiel o Algarvio;* e no *Jornal do Porto*, com o de *Alfaqueque.* Parte d'estes escriptos colligiu depois, e mandou imprimir com o titulo de: *Folhetins, variedades e devaneios, de Abdiel o Algarvio*, Lisboa, 1876. Escreveu mais: *Considerações sobre a manifestação do pensamesto por meio da palavra e da escripta*, Lisboa, 1876.

Cruzadinho. Moeda de ouro de D. João V.

Cruzado. Esta moeda foi mandada cunhar por D. Affonso V. Era de ouro, de 24 quilates, com o peso de 71 grãos e um quarto; referindo as chronicas que o monarcha adoptara tal moeda por oc-

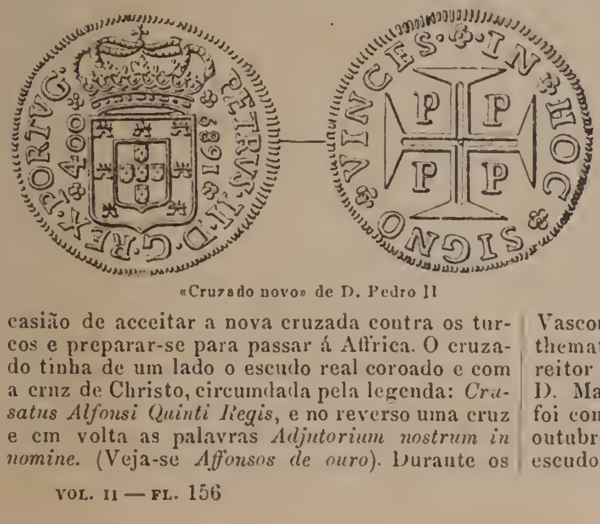

«Cruzado novo» de D. Pedro II

casião de acceitar a nova cruzada contra os turcos e preparar-se para passar á Africa. O cruzado tinha de um lado o escudo real coroado e com a cruz de Christo, circumdada pela legenda: *Crusatus Alfonsi Quinti Regis*, e no reverso uma cruz e em volta as palavras *Adjutorium nostrum in nomine.* (Veja-se *Affonsos de ouro*). Durante os reinados seguintes continuaram a cunhar-se cruzados quasi similhantes áquelle e que valiam 390 réis, subindo a 400 réis em 1517, segundo refere Garcia de Rezende. No reverso dos cruzados de D. Manuel já apparece a legenda *In hoc signo vinces;* mandando este monarcha cunhar quartos de cruzado de ouro de 24 quilates e com o peso de 17 grãos e treze deseseis avos do grão, e entre os presentes que enviou ao papa Leão X contavam se muitas moedas de ouro de 500 cruzados. Na legislação monetaria de D. Sebastião estabe-

«Cruzado» de D. Manuel

lece-se para o cruzado ouro de 24 quilates, tendo o peso de 17 grãos e um quarto, valendo cada grão 7 réis e um terço de ceitil. A lei de 1584 ordenava que se cunhassem moedas de cruzado, dois cruzados e quatro cruzados, valendo cada um 400 réis. Depois da acclamação de D. João IV continuaram a cunhar-se umas tres especies de moeda, fixando-se em 1644 para a moeda de 4 cruzados o valor de tres mil réis. Foi no tempo deste monarcha que se fizeram os primeiros cruzados de prata com o valor de 400 réis, que em 1663 subiu a 500 réis. Segundo a lei de 1688 cunharam se *cruzados novos* com o valor de 480 réis; chamavam-se tambem *pintos* e o seu fabrico desappareceu em 1837.

Cruzado calvario. V. *Calvario.*

Cruzado novo. V. *Cruzado.*

Cruzal. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Topo, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Cruzeiro. Grande cruz de pedra que se arvora nos adros de algumas egrejas de conventos, em praças, estradas, cemiterios, etc. Em Portugal ainda se vêem muitos d'estes cruzeiros, principalmente em povoações de mais ou menos importancia, e aldeias. || A parte da egreja entre a nave central e a capella-mór, e que de ordinario é coberta com uma cupola ou claraboia.

Cruzeiro *(Francisco Luiz Ferreira Tavares, 1.º barão do).* Abastado proprietario da Anadia, onde reside. N. a 29 de fevereiro de 1852. E' seu pae Manuel Luiz Ferreira Tavares Pereira da Silva Rodrigues, proprietario e negociante, fundador e proprietario da importante fabrica de papel nas margens do rio Caima; antigo alferes de ordenanças da companhia do Espirito Santo da cidade de Aveiro. Sua mãe, D. Jacinta Clara Ferreira, filha de João Marques Pires, proprietario. O barão do Cruzeiro casou a 1 de maio de 1875 com D. Rosa Joaquina Lebre de Sousa e Vasconcellos, filha de Joaquim Lebre de Sousa e Vasconcellos, doutor e lente na faculdade de mathematica da Universidade de Coimbra, e vicereitor da mesma Universidade; e de sua mulher, D. Maria da Piedade Cerveira Lebre. O titulo foi concedido por decreto de 21, e carta de 28 de outubro de 1875. O brazão d'armas consta d'um escudo partido em pala; na primeira as armas

dos Ferreiras, em campo vermelho quatro faxas de ouro; na segunda, as armas dos Silvas, em campo de prata um leão de purpura rompente, armado de azul; timbre, o dos Ferreiras; uma ema de sua côr com uma ferradura no bico. E por differença, uma brica de prata com uma arruella azul.

Cruzeiro. Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Alemtem, conc. da Louzada, distr. do Porto. || S. Martinho, de Alliviada, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || S. Thiago, de Anha, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Christina, de Affife, do mesmo conc. e distr. Tem correio para serviço de posta rural. || O Salvador, de Cabeça Santa, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Paio, de Casaes, conc. da Louzada, distr. do Porto || O Salvador, de Ceivães, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Christello, conc. de Coimbra, do mesmo distr. || S Thiago, de Creixomil, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Lourenço do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Adrião, de Duas Egrejas, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. Martinho, de Dume, conc. e distr. de Braga. || S. André, de Escariz, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. André, de Fermentellos, conc. de Agueda, do mesmo distr. || S. Martinho, de Ferreiros, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || O Salvador, de Fojo Lobal, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Fonte Arcada, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S Miguel, de Gonça, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Gontinhães, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Ilha Terceira; S. Miguel, de Lagens, conc. de Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo || Santa Eulalia, de Macieira de Sarnes, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Loureira, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Macieira, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Maria, de Mourelles, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || O Salvador, de Mazedo, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Paio de Melgaço, conc de Melgaço, do mesmo distr. || S. Miguel, de Messegães, conc de Monsão, do mesmo distr. || S. André, de Molares, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Paio, de Moledo, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. João Evangelista, de Nespereira, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Nogueira, conc. e distr. de Braga. || S. Christovão, de Nogueira do Cravo, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Paio, de Oliveira, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. André, de Parada, conc de Villa do Conde, do mesmo dist. || S. Cypriano, de Pinheiros, e S. Cosme, de Podame, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista e conc. de Ponte da Barca, do mesmo distr. || S. Martinho, de Quinchães, conc. de Fafe, distr de Braga. || S. Miguel, de Rans, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Sá, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Sapardos, conc. de V. N. da Cerveira, do mesmo distr. || S. Miguel, de Seide, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Pedro, de Seixas, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello || S. Julião, de Silva, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Silva, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Christina, de Toutosa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || O Salvador, de Trofa, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Trute, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Unhão, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Bento, de Varzea, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Venade, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. Vicente de Pereira Jusã, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S. Jorge, de Vizella, conc. de Felgueiras, distr do Porto. || Ilha de S. Jorge; pov. da freg. de S. Jorge e conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo. Tem creação de gado e cultura de cereaes e vinhos. || Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cruzeiro do Freixo. Pov. da freg. do Salvador, de Serrazes, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Cruzeiro do Sul. Roça da ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Cruzeiro do Telhado. Pov. na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Cruzes. Povoações nas freguezias : Santa Eulalia, de Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Ilha da Madeira ; N. S.ª da Piedade, de Canhas, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || N. S.ª das Mercês, de Carvalhal Bemfeito, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || S. André, de Frades, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Martinho, de Lago, conc. de Amares, do mesmo distr. || S. Thomé, de Lanhas, conc de Villa Verde, do mesmo distr. || O Salvador, de Maiorca, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || N. S.ª do Rosario, de Marinha Grande, conc. e distr. de Leiria. || S. Paio, de Pico de Regalados, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Antonio, de Salir de Mattos, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || S. Romão, de Villa Cova de Vez de Aviz, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Monte na freg. de S. Thiago, de Milheirós, conc. da Maia, do mesmo districto.

Cruzes d'Aguas Boas. Pov. na freg. de S. Simão, de Oian, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

Cruzinha. Povoações nas freguezias : S. Martinho, de Arada, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Codal, conc. de Macieira de Cambra, do mesmo distr. || Ilha das Flôres ; N. S.ª dos Remedios, de Fajãsinha, conc. de Lagens das Flôres, distr. de Horta. || S. Pedro, de Merelim, conc. e distr. de Braga. || S. Adrião, de Padim da Graça, do mesmo conc. e distr. || Santa Christina, de Pousa, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Venade, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello.

Cruzinhas. Pov. na freg. do Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Cruzio. Nome dado ás ordens religiosas estabelecidas no seculo XIII, e que seguiam a observancia da regra de Santo Agostinho e o uso da insignia, que era uma cruz, d'onde tomaram o nome. Em Portugal um dos principaes conventos de frades cruzios era o de Santa Cruz de Coimbra.

Cuama. Rio do distr. de Quelimane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Póde ser considerado como um braço ou derivação do Zam-

beze. Banha a villa de Quelimane e vae desaguar no Oceano Indico, a S E d'aquella villa, com um curso de 125 k. Não obstante ser muito largo, é navegavel só até Quelimane, e só na epoca das chuvas se communica com o Zambeze. Antigamente era por este rio que se fazia toda a navegação para o Zambeze. Vasco da Gama chamou-lhe *Rio dos bons signaes*. Tambem lhe chamam *Rio de Quelimane*. O padre Manuel Barreto (V. *este nome*) fez uma descripção dos rios de Cuama.

Cuama Velho. Rio do distr. de Quelimane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' um confluente ou braço do Luabo, e está situado a 150 k. acima da villa de Quelimane

Cuango. Rio africano, affluente do Congo, que serve de limite á possessão portugueza, no seu curso de norte a sul, até ao sul de Kiban em terras de Mossamba.

Cuanza. Rio da prov. de Angola. No artigo respectivo a esta provincia (vol. I, pag. 548, col. 2.ª) encontra-se uma descripção muito completa do curso d'este rio.

Cuba (*Fr. Domingos*). Religioso dominicano, nascido na villa de Cuba, d'onde tomou o appellido. Foi discipulo de S. Domingos de Gusmão, fundador da ordem dominica, das mãos do qual recebeu o habito. Fundou á custa de esmolas o convento de S. Domingos de Santarem, e ali falleceu. A Egreja beatificou o.

Cuba. Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc. e de com., relação de Lisboa, distr. e bisp. de Beja. Tem uma só freg., orago S. Vicente. Está situada n'uma extensa e fertil planicie, a 18 k. de distancia da capital do districto, e muito abundante d'agua. A sua fundação é antiquissima, pois já existia no tempo dos romanos, mas ignora-se o seu nome primitivo. Era da Casa do Infantado. Diz-se, que o celebre antiquario André de Rezende encontrou aqui em 3 de janeiro de 1573 grande quantidade de cippos romanos e medalhas. Os conegos regulares de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, apresentavam *in solidum* o prior, que tinha 250$000 réis Houve em Cuba um convento de freiras da ordem de Santa Thereza, que fôra fundado por Pedro Fialho e sua mulher Maria Lopes, em 1657; houve tambem um convento de frades capuchos da provincia da Piedade. No centro da praça d'esta villa via-se antigamente um poço quadrado, de 8 m. de profundidade, coberto com uma abobada de 4,m50 de altura sobre columnas. Chamava-se a *Fonte do diabo*. O tecto interior da abobada tinha pintado S. Miguel e o diabo. A camara mandou, em 1854, demolir a abobada e entupir o poço. Cuba pertence á 4.ª div. mil., 8.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut e res. n.º 17, com a séde em Lagos. Tem escolas para ambos os sexos, club, theatro, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com R.A.S.; Misericordia e hospital, celleiro commum, que foi feito por provisão regia; est. do caminho de ferro, na linha do Sul e Sueste, entre as de Alvito e S. Mathias, agencias bancarias e de seguros; fabricas de cal, de louça e de moagens; hoteis, medicos, pharmacias, sociedades de recreio: *Grupo dramatico Cubense*; e *Recreativa Cubense*; minas de ferro na herdade Louseira e na do Peixoto (companhia allemã). De Cuba ha diligencias todos os dias para Villa de Frades, Vidigueira e Portel. Teve capitão-mór, duas companhias de ordenanças e uma de milicias. O concelho tem 5 freguezias com 1:538 fog. e 6:168 hab., sendo 3:015 do sexo masc. e 3:153 do fem., n'uma superficie de 24:911 hect. As freguezias são as seguintes: N. S.ª do Outeiro, de Albergaria dos Fusos, que está annexa á de N. S.ª da Encarnação, de Villa Ruiva, tendo ambas 809 hab: 419 do sexo masc. e 390 do fem.; S. Luiz, de Faro do Alemtejo, annexa á de S. Vicente de Cuba, tendo ambas 4:196 hab.: 2:065 do sexo masc. e 2:131 do fem.; N. S.ª da Visitação, de Villa Alva, 1:163 hab: 531 do sexo masc. e 632 do fem. O principal commercio do conc. é trigo, vinho e azeite. Publicaram-se aqui os jornaes *Correio Cubense*, 5 de fevereiro de 1899; *Cubense (O)*, 3 de novembro de 1888. || Pov. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cubes. Fertil e dilatado territorio de gentios no distr. de Mossamedes, prov. de Angola, Africa Occidental, a O da serra de Chella, entre as terras dos mundembes ao N e as dos muximbas ao S. Os povos que vivem n'estes territorios são essencialmente pastores. Abunda em urzella de qualidade superior e em gado vaccum.

Cubal. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Espite, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem. || S. Leocadia, de Geraz do Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Cubalhão. Pov. e freg de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga, 345 hab. e 95 fog Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 7 k. da séde do conc. Era couto dos conegos regrantes do mosteiro de Paderne, que apresentavam o cura annualmente. A terra só é fertil em centeio, e produz algum milho. Ha aqui um monte chamado Crasto, onde se vêem vestigios d'uma fortaleza romana ou dos antigos lusitanos. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Cubango. Um dos rios mais consideraveis em extensão e importancia da nossa Africa Occidental. Ha no curso d'este rio o phenomeno, devéras curioso, de que depois da sua origem desapparece, passando o leito a ser subterraneo. Parece que uma parte da sua grande massa de agua vae ao lago N'gami e affirma-se que as aguas d'este rio vão ao Oceano Atlantico por intermedio do rio Cunene e ao Oceano Indico pelos Cuando e Zambeze. Tambem uma parte se perde por infiltração nas extensas planicies arenosas de Mucusso, onde o rio se divide em numerosos e complicados canaletes. As origens do Cubango são na serra do *Sambo*, entre o Bailundo e Monia, n'uma altura acima do nivel do mar de 1:800 m. As povoações gentilicas que se encontram nas suas margens, além das que se acham junto ao forte *Princeza Amelia*, séde da capitania-mór dos Ganguellas, são Massaca, Cabanga, Chiobe, Camanha, Bunja, Sambio, e as pov. do Mucusso. Todo o rio é bastante povoado. Encontram-se interessantes indicações ácerca d'este rio, e um mappa do seu curso, no *Relatorio da viagem entre Bailundo e as terrrs de Mucusso* por Paiva Couceiro, Lisboa, 1892.

Cubas (*Braz*). Fidalgo a quem D. Antonia Pi-

mentel, mulher de Martim Affonso de Sousa, e procuradora de seu marido em Lisboa, ausente nos mares da India, concedeu em 1536 as terras de Girybatipa da capitania de S. Vicente no Brazil, de que Martim Affonso era donatario. Partindo logo para o Brazil, Braz Cubas escolheu um sitio proximo da sua fazenda, onde fundou uma povoação, conhecida pelo nome de *Porto*, por ter um porto excellente, e ali fundou tambem, em 1543, o primeiro hospital e misericordia que teve o Brazil, e a que deu o nome de *Todos os Santos*, a exemplo do hospital que existia em Lisboa com aquelle titulo. O porto tomou então a denominação de *Santos*, e foi origem da actual cidade brazileira assim chamada. Braz Cubas foi depois nomeado pela mesma D. Antonia Pimentel, capitão da capitania de S. Vicente, ou S. Paulo, como representante e logar-tenente de seu marido. Depois foi provedor da fazenda real, sendo sempre um dos homens mais importantes da nova colonia. Fal em 1592 com perto de 100 annos. O nome de Braz Cubas é ainda muito venerado no Brazil como fundador d'uma das suas mais florescentes cidades, do seu primeiro hospital e da sua primeira Misericordia.

Cubas. Pov. na freg. de Santa Iria, de Valloura, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real.

Cube. Prazo do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, Africa Occidental. Está situada ao N do districto.

Cubeiras. Pov. na freg. de S. Pedro, de Serreleis, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Cubello. Torreão das fortificações antigas, e que foi substituido pelo baluarte. || Na arte hiraldica, é uma figura de torre quadrada sem ameias.

Cubellos. Familia originaria de Aragão, que passou a Portugal, por ter vindo estabelecer-se no Alemtejo um dos seus membros. As armas são, em campo vermelho, tres cubellos de prata com portas e pintas de preto em roquete; timbre um dos cubellos.

Cubi. Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola.

Cubiculo. Pov. na freg. de S. Martinho, de Campo, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Cubo. Povoações nas freguezias: S. Nicolau, de Carrazedo de Monte Negro, conc. de Valle Passos, distr. de Villa Real. || S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S. Thiago de Litem, conc de Pombal, distr. de Leiria. || N. S.ª da Fumagueira, de Maçainhas de Baixo, conc. e distr. da Guarda. || S. João Baptista e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Cubodeira. Pov. na freg de Santa Marinha, de Portella, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Cubongo. Pov. do conc. de Caconda, distr. de Benguella. prov. de Angola.

Cubos. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Constance, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Julião e conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || Santa Iria, de Valloura, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real.

Cuby. Pov. da freg. de Canácona, 4.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, na India.

Cucana. Pov. na freg de S Miguel, de Refojos de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Cuce. Pov. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. de Angola.

Cucece. Rio do distr. de Mossamedes, na prov. ne Angola, nas terras Caluquembe. Reune-se com o Catapa acima da prov. de Quiapillo, e fórma um dos muitos braços da margem direita do Cunene.

Cucos (*Thermas dos*). Estabelecimento balnear assim conhecido, no districto de Lisboa, a 2 k. de Torres Vedras e a 3 de Runa, na falda da serra Mancheia, sendo o local banhado pelo rio Sizandro. O estabelecimento está situado 33 m. acima do nivel do mar, e goza d'um clima excellente. As nascentes d'esta agua, destinada a occupar um dos primeiros logares no inventario da riqueza hydro-mineral do nosso paiz, emergem em terreno cretaceo inferior, n'um formoso valle, circumdado de montanhas que o abrigam da violencia dos ventos. Conhecidas e usadas pelo menos desde o principio do seculo passado, talvez já o tenham sido tambem em epocas muito remotas, como o fazem suppôr as ruinas d'um poço e de antiquisssimas canalisações que se descobriram ha talvez uns 20 annos. Os pontos da sua emergencia, situados na margem do rio Sizandro, eram, porém, pelas aguas fluviaes completamente cobertas durante a estação invernosa, e o modestissimo estabelecimento thermal limitava-se apenas a algumas tinas de madeira enterradas na lama ou lodo que estas aguas depositam, e simplesmente resguardadas por pequenas e defeituosas barracas. No entretanto, estas thermas eram frequentadas por muitas pessoas que padeciam de gotta, vindas de toda a parte do paiz, e com especialidade das provincias do norte, onde curas milagrosas as tornavam de ha muito estimadas. Tão justificada fama obrigou o proprietario, o sr. Dias Neiva, a estudar as causas que alteravam o curso regular das aguas e o meio das evitar. Depois de muitos trabalhos, dirigidos pelo engenheiro, sr. Antonio Jorge Freire, descobriu-se em 1890, a alguns metros da antiga nascente, tres outras completamente desconhecidas, fornecendo agua em abundancia e em melhores condições que a anterior. Attendendo-se cuidadosamente ás condições de hygiene, conforto e scientifica perfeição, procedeu-se a deixar-se um amplo e livre espaço, nas proximidades das novas nascentes, para se adquirir a area indispensavel ás edificações que se projectaram. O actual estabelecimento balnear foi aberto ao publico em 1892, e é um dos mais perfeitos e completos de Portugal e do estrangeiro. O edificio consta de todas as installações necessarias para o uso medicinal das aguas e das afamadas lamas, existentes no mesmo local. O primeiro pavimento, das piscinas, situado a 3m,4 abaixo do nivel do solo, consta de 3 salas: duas para os banhos de lamas, tendo uma 4 piscinas e outra 3, ambas com as competentes tinas de lavagens, e a terceira com duas divisões, das quaes uma tem 5 tinas e outra 4, destinada aos banhos de terceira classe. N'este pavimento, e n'um plano superior, estão installadas ainda outras duas tinas, sala de inhalações, machinismo, e a casa do engarrafamento das aguas mineraes. No rez-do chão estão estabelecidas, em gabinetes grandes e confortaveis, tinas para banhos de immersão, em numero

de 12, os duches vaginaes, perineaes, e rectaes. e as salas de hydrotherapia, com todos os apparelhos aperfeiçoados, até hoje conhecidos. O deposito das aguas póde fornecer mais de mil banhos diarios de agua corrente e renovada. E' abbobadado e cercado por uma galeria, contendo ar quente para assim evitar as irradiações do calor natural da agua e as infiltrações exteriores. Junto ao edificio ha um grande hotel, casas de habitação, mercados, parque, etc. A estação propria para o uso d'estas aguas é de junho a outubro, e a concorrencia é sempre numerosa. As aguas são claras, trausparentes, inodoras, e de sabor salobro. São acompanhadas de abundantes lodos vegetaes e arenosos, contendo em maior proporção os elementos que se encontram n'estas aguas, hoje colhidos e accumulados no pavimento inferior do edificio thermal. A analyse d'estas aguas foi feita pelo dr. Agostinho Lourenço em 1867. São muito recommendadas, em uso interno e externo, no tratamento do escrofulismo, do lymphatismo, dos engorgitamentos das visceras abdominaes ou hemorrhoidaes, do rheumatismo, gotta, etc. ‖ *Bibliographia especial: Aguas Minero-Medicinaes em Portugal*, pelo dr. Alfredo Luiz Lopes, 1892; *Aguas mineraes do concelho de Torres Vedras*, por José Maria de Oliveira e Silva, no *Jornal dos Facultativos militares*, 1845, pag. 57; tambem publicado no *Diario do Governo* de 30 de abril de 1845, e na *Gazeta Medica do Porto*, tomo III, 1845, pag. 169; *Aguas Mineraes dos Cucos, junto a Torres Vedras*, por Antonio de Mello da Silva Lobo, no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, 2.ª serie, tomo V, pag. 197; *Ensaio qualificativo da agua mineral dos Cucos*, no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, tomo II, 2.ª serie, 1851, pag. 38; *Breve noticia das aguas thermaes dos Cucos*, por J. V. Pereira da Costa, cirurgião em Torres Vedras, no jornal referido, tomo e serie, pag. 40 a 57; *Banhos e casas proprias para habitação dos enfermos que vão fazer uso das aguas dos Cucos*, na *Gazeta Medica de Lisboa*, tomo III, pag. 180; *Breve memoria das aguas thermaes dos Cucos*, por João Victorino Pereira da Costa, no jornal a *Semana*, de Torres Vedras, anno de 1891, n.os 226 a 235 e 238.

Cucos. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Freiriz, conc. de Villa Verde, districto de Braga. ‖ O Salvador, de Lagôa, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo districto.

Cucujães. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 3:837 hab. e 855 fog. Tem medicos, pharmacias, escolas para ambos os sexos, e est. post. permutando malas com Oliveira de Azemeis. A pov. dista 7 k. da séde do conc., e está situada em terreno muito accidentado, no vasto territorio denominado, desde o tempo dos godos, *Terra de Santa Maria* ou *Terra da Feira*, mas muito fertil nos valles, tendo seus outeiros cobertos de frondosos arvoredos, e outros povoados de vastos pinhaes. A pov. é muito antiga, e tinha o nome de *Cucujães de Cacavellos*, que lhe dá o foral da Feira, em que el-rei D. Manuel a incluiu, foral concedido, em Lisboa, a 10 de fevereiro de 1514. D. Affonso VI, de Leão, lhe deu o fôro de villa, e a fez couto em 1058. Em 7 de julho de 1139 D. Affonso Henriques doou ao mosteiro de Cucujães o couto do mesmo nome, o qual existiu durante 776 annos com esta categoria. Este couto tinha grandes privilegios, dados pelo referido D. Affonso, de Leão, nos quaes se contava o terem os cavalleiros, para todos os effeitos, fôro de infanções, e os peões fôro de cavalleiros. Estes privilegios fôram confirmados pelos primeiros reis de Portugal. Desde que se demoliu a antiga egreja parochial, ficou servindo de matriz a egreja do convento de Cucujães, que é um bom edificio, com um vasto terreiro á entrada, e grande cêrca, guardada por um elevado muro. Este convento era muito rico, e um dos mais antigos de Portugal, como se vê pela data da sua fundação. No tempo da guerra civil de 1832 a 1834, serviu de hospital de sangue do exercito realista de operações ao sul do Douro. Foi depois propriedade particular pertencente a Manuel Joaquim da Fonseca. A freguezia teve até 1834 juiz ordinario com seu escrivão, procurador do couto e meirinho, feitos a votos do povo, na presença do D. abbade do convento, como donatario d'este couto, que era isento de toda a jurisdicção civil, com appellação para o D. abbade, como ouvidor que tambem era do couto, e d'este para a relação do Porto. No crime era sujeita á villa da Feira. Passa aqui o rio Antuan, sendo atravessado por quatro pontes de cantaria, duas muito antigas, outra feita em 1866 e outra em 1870, sobre a estrada de Ovar para Oliveira de Azemeis. Estas quatro pontes estão muito proximas umas das outras. N'esta freg. ha as capellas de S. Sebastião, Santa Luzia, N. S.ª da Conceição e Santo-Amaro, e existem os estabelecimentos de caridade hospital e asylo Gandarinha, da condessa de Penha Longa. Teve um convento de frades benedictinos, fundado ou reedificado em 1060 por D. Paio Guterres da Silva, governador de Portugal por D. Affonso VI de Leão e Castella. A freg. tem duas minas de chumbo, uma denominada de Monte-Meão e outra do Feirral. São contiguas e propriedade d'uma companhia ingleza. Foi commendador d'esta freg. D. Antonio de Lima, camareiro-mór do duque de Guimarães, filho do infante D. Duarte, e neto d'el-rei D. Manuel. Cucujães é uma das mais populosas e ricas freguezias do distr. de Aveiro, pela sua fertilidade, e pelos seus muitos negociantes e industriaes. Pertence á 5.ª div. mil. e ao districto de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

Cucumbi. Confluente da margem direita do rio Cuango, a E de Talla Mogongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cucuto. Ponta ou cabo situado na foz e margem esquerda do rio Zaire ou Congo. E' tambem chamada *Ponta de Santo Antonio*. E' muito ingreme do lado N e O, e mede 13 m. d'altura desde o sopé, que é praia de areia, mas para E eleva-se entre 3 e 9 m.

Cudcêm. Aldeia da circumscripção militar de Valpoy, na provincia de Satary, districto de Gôa, na India.

Cudchirem ou **Cudchorem.** Pov. da prov. de Satary, 2.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, na India. Está situada ao N. da provincia.

Cudném. Regedoria do concelho de Sanquelim, distr. de Gôa, na India.

Cudxem. Pov. da prov. de Satary, 2.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa.

Cuellar (*Henrique*). Medico do seculo XVI, que estudou na Universidade de Paris, e veiu para Portugal a convite de D. João III, sendo um dos primeiros mestres da Universidade de Coimbra depois da reforma realisada no tempo d'aquelle monarcha. Tomou posse da cadeira de Prima a 2 de maio de 1543. Escreveu uma obra intitulada: *Commentaria in Prognostica Hypocratis cum Commentariis Galeni*, Coimbra, 1543.

Cuento. Pov. do conc. de S. Salvador do Congo, prov. d'Angola.

Cuessem. Ramificação dos montes Gattes, no limite E da prov. de Embarbacem, na India.

Cuhula. Pov. do conc. do Egito, distr. de Benguella, prov. de Angola.

Cuiamai. Pov. de negros situada no prazo Luabo, na margem esquerda do rio Zambeze, distr. de Sena, prov. de Moçambique.

Cuiba. Confluente da margem direita do rio Cuanza, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, a E do distr. de Benguella. Nasce na serra da Mozamba, a Oeste.

Cuibo. Pov. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. de Angola.

Cuide de Villa Verde. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 347 hab. e 94 fog. A egreja parochial d'esta freg. dista 5 k. da séde do conc. A pov. fica situada nas ribeiras do rio Vade. Proximo corre o rio Lima. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Cuimba. Duas povoações do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Cuimbo. Pov. do conc. de S. Salvador, distr. do Congo, prov. de Angola.

Cuinzamba. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov de Angola.

Cuio. Pov. do distr. de Benguella, prov. e bisp. de Angola. Está situada ao fundo da bahia de Loacho, na pequena enseada ou porto chamado *Arco do Cuio*. Exporta minerio e mantimentos em abundancia.

Cuito. Rio d'Africa, affluente do Cubango, com 800 k de comprimento.

Cujó. Pov. da freg. de S. João Baptista, de S Joaninho, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Cujurá. Pov. da ilha de Gôa, prov. distr. e com. das Ilhas, arceb. de Gôa, na India, no interior da ilha.

Cukeima. Rio d'Africa, affluente do Cuanza. Tambem se escreve *Coquêma* e *Coqueima*.

Cula. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Culamagia. Duas povoações do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cular. Pov. do territorio de Damão, na prov. de Gôa, India.

Culem. Bairro ou torofo da prov. de Embarbacem, 3.ª div. das Novas Conquistas, e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India. Compõe-se de 4 pequenas povoações pouco povoadas. Na de Sonal ha a celebre cascata chamada Dudsagar, que se despenha d'uma altura de 165 m. no ribeiro Negro.

Culo. Pov. do territorio de Benda, no reino do Congo, Africa Occidental, na margem direita do rio Zaire.

Culo Var. Rio do distr. de Mossamedes, na prov. de Angola. Nasce no territorio de Caluquembe, corre a O e S d'aquelle paiz, e a E do presidio de Quillengues, e fórma um dos muitos braços da margem direita do rio Cunene.

Culonguella. Pov. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Culquia. Pov. da prov. de Canácona, 4.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, na India.

Culuilio. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cumarconda. Aldeia da circumscripção militar de Onda, prov. de Satary, distr. de Gôa, na India.

Cumarcondem. Pov. da prov. de Embarbacem, 3.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India.

Cumari. Pov. da prov. de Embarbacem, 3.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India.

Cumba. Quatro povoações do conc. de S. Salvador do Congo, prov. de Angola.

Cumbada. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Aguas Bellas, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Cumbana. Terras do distr. de Inhambane, prov. de Moçambique, habitadas por cafres bitongas, cujo regulo é o mais poderoso de todos os da sua raça. Estas terras produzem arroz e mandioca; tambem teem algum marfim, cêra e mel.

Cumbar de Silly. Pov. do territorio de Damão, na prov. de Gôa, India.

Cumbary. Povoação na circumscripção de Batti, do commando e concelho de Sanguém, distr de Gôa, na India.

Cumbarjua. V. *Combarjua*.

Cumbarpará. Pov do territorio de Damão, na prov. de Gôa, India.

Cumbi. Pov. do conc. de Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Cumbicalembe. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cumbo. Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola.

Cume. Povoações nas freguezias: S. Silvestre e conc da Louzã, distr. de Coimbra. || S. Thiago, de Villa Garcia, conc. e distr. da Guarda.

Cume do Souto. Pov. na freg. de Santa Maria, de Arrifana, conc. de Poiares, distr. de Coimbra.

Cumeada ou **Cumiada.** Pov. da freg. de Santa Anna, da provincia da Beira Baixa, conc. e com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 611 hab. e 118 fog. Tem esc. para o sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 5 k da séde do conc. e está situada proximo da margem esquerda da ribeira Grande. E' fertil em cereaes, azeite e vinho. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. || Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc de Loulé, distr. de Faro. S. Barnabé e Santa Suzana, conc. de Almodovar, distr. de Beja. || S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro || Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra. || N. S.ª d'Assumpção, de Freixianda, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc de Alvaiazere, distr. de Leiria. || S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição e conc. de Silves,

do mesmo distr. || S. Marcos, do Campo, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora. || N. S.ª da Graça, de Euvendos, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Cumeira V. *Comeira*.

Cumerá. Pov. do territorio de Damão, na prov. de Gôa, India.

Cumes. Pov. na freg. de S. Silvestre, de Chãos, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Cumieira. Pov. e freg. de Sebastião, da prov. do Douro, conc. e com. de Penella, distr. e bisp. de Coimbra; 1:800 hab. e 495 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada no cume d'um monte, na estrada de Thomar a Miranda do Corvo e Louzã. A terra é saudavel e muito fertil em cereaes, fructas e legumes. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. || Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Santa Martha de Penaguião, com. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 1:394 hab. e 355 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e est. post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada no cume da serra do seu nome, na estrada de Villa Real a S. Martha, e muito proximo do rio Corgo A terra não é fertil, mas é muito saudavel. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. Foi annexada ao conc. de Villa Real por decreto de 26 de setembro de 1895, que supprimiu o de Santa Martha de Penaguião, e voltou para este por ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. || Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Espite, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem. || S. Christina, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santos Cosme e Damião, de Garfe, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga || S. João Batista, de Talha, conc. de Loures, distr. de Lisboa. || S. João Baptista, de Lourosa, conc. e distr. de Vizeu. || S. Adrião, de Macieira de Bates, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Sanfins de Ferreira, conc. de Paços, de Ferreira, distr. do Porto. || Serra no distr. de Vianna do Castello, proximo da villa de Valladares. Tem 5 k. de comprimento e 645 m. de altura.

Cumieiras. Pov. na freg. de S. Thiago, de Atheães, conc. de Villa Real, distr. de Braga.

Cumistorgis ou **Cunistergio.** V. *Cacella*.

Cumurá. Um dos reinos de gentios em que está dividida a ilha de Bissau, no distr. da Guiné, Africa Occidental.

Cunaga. Pov. da prov., distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, na India.

Cunanga. Pov. da prov. de Astragar, 4.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, na India.

Cunchelim. Pov. da prov., districto e com. de Bardez, arceb. de Gôa, India. Está situada na margem direita do rio Mapuçá.

Cunchorém. Pov. da prov. de Chandrovaddy, 4.ª divisão das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India.

Cunco. Pov. do conc. de S Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Cuncoliém. Povoação da regedoria de Querim, conc. de Tondá, distr. de Gôa, na India.

Cuncolim. V. *Concolim*.

Cunda. Pov. na margem direita do rio Cuvo, a 120 k. ao SE do presidio do Novo Redondo, no distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cundachá. Aldeia pertencente á divisão Etly-Pahw, ao norte do rio Sandalcalo, no concelho de Nagar-Avely, districto de Damão, na India.

Cundaim. Regedoria do concelho de Tondá, districto de Gôa, na India, comprehendendo a povoação de Boma. Ha aqui uma fonte d'agua magnesica.

Cundas. Serras situadas ao N das possessões portuguezas e no interior da Africa Oriental. São limitadas pelos rios Pamazi e Arnangoa do Norte e habitadas por cafres.

Cundelungo. Serra do territorio do Cazembe, Africa Oriental, a NNO da prov. de Moçambique.

Cundodiangombe. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cundone. Pov. da prov., distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, India.

Cunene. O curso d'este rio serviu até 1889 de limite á nossa occupação effectiva nos districtos de Benguella e Mossamedes, na prov. de Angola. Nasce a uma altitude de 1:784 metros por 12.º 44' de latitude S. Tem por affluente da sua margem direita o rio Caculuvar, que nasce na serra de Chella, ao noroéste da Huilla. Junta-se ao Cunene proximo da séde do concelho do Humbe. Outros rios são tributarios do Cunene, mas tem secundaria importancia.

Cunecos. Antigos povos da Lusitania que habitavam a parte meridional do Algarve. V. *Cacella*.

Cunga. Ponto commercial de pouca importancia situado na margem N do rio Cuanza a 75 k. da sua foz. Pertence ao conc. de Muxima. As transacções que se fazem, são de azeite de palma, coconote e poucas mais. O caminho de ferro que vae de Loanda a Ambaca tem ali uma estação, onde veem embarcar os viajantes que se destinam ao Dondo e outros pontos para Loanda. || Pov. do conc de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola. || Pov. do conc. de S Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola || Duas povoações do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cunge. Pequeno rio do territorio dos Dembos, prov. de Angola, affluente da margem direita do Lena, que vae confluir na margem esquerda do rio Dande defronte da pov. de Mabenda.

Cunge Grande. Confluente da margem esquerda do Cuanza. N. a E do territorio de Bailundo, no districto de Benguella, prov. de Angola.

Cungi. Duas povoações do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Cungo. Povoações da prov. de Angola; conc. de S. Antonio do Zaire, dist. do Congo. || Conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda || Conc. de Cabinda, distr. do Congo. || Nome de duas povoações do conc. de Ambaca, distr. de Angola || Ilha do archipelago de Cabo Delgado, que faz parte do distr. d'este nome na prov. de Moçambique.

Cungo da Quintua. Pov. de conc. de Ambaca distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cungo-riamgombe. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cungorriaôje. Pov. da margem esquerda do Cuanza, nas terras do soba de Cungorriaôje, nos Malumbas, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Cunha. Familia das mais illustres de Hespanha, e uma das primeiras de Portugal. Procede de D. Guterre, companheiro do conde D. Henri-

que, a quem este fez mercê da Povoa de Varzim e d'outras terras, no termo de Guimarães, Braga e Barcellos. Entende-se ser seu solar a terra de Cunha a Velha, nos termos de Guimarães, por ser antiga nos fidalgos d'este appellido. As suas armas são em campo de ouro, nove cunhas de azul em tres palas; timbre um gripho, nascente de ouro com cunhas de azul e azas de azul com cunhas de ouro.

Cunha *(Alexandre da)*. Cirurgião, natural de Mondim de Basto. Viveu muitos annos no Porto. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Escreveu: *Ramalhete de duvidas colhidas no Jardim Aulico de Pedro da Fonseca Ferreira, cirurgião que foi do Hospital d'esta cidade*, Porto, 1759; *Tratado Physiologico-medico-physico-cirurgico da circulação do sangue... reduzido á fórma de dialogos*, Porto, 1761.

Cunha *(Alfredo Carneiro da)*. Poeta e prosador contemporaneo; jornalista; bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra; socio do Instituto de Coimbra, da Sociedade de Geographia de Lisboa, da Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, etc.; commendador da ordem de S. Thiago; official da Legião de Honra, etc. Nasceu no Fundão a 21 de dezembro de 1863, filho de José Germano da Silva Pereira e Cunha (V. *este nome*) e de D. Maria Augusta de Paiva Carneiro e Cunha. Nos jornaes das duas provincias da Beira appareceram pelos annos de 1885-1886 algumas das primeiras poesias do sr. dr. Alfredo da Cunha, as quaes, successivamente transcriptas, mostraram claramente o apreço em que desde logo foi tido o joven poeta. Em 1891, publicando o seu livro de versos *Endeixas e madrigaes* o successo não foi menor. Terminado o curso de Direito na Universidade, alcançou o logar de sub-delegado do Procurador Regio, passando depois a Auditor da Administração Geral dos Tabacos por escolha de Oliveira Martins. No anno de 1890 casou em Lisboa com a sr.ª D. Maria Adelaide Coelho, filha primogenita do fallecido jornalista Eduardo Coelho. Em 1894 entrou para o *Diario de Noticias*, como secretario da empresa, mostrando-se desde logo o homem pratico, ponderado, methodico e activo, a quem mais tarde foi confiada a direcção do importante periodico lisbonense. Poeta primoroso, escriptor apreciado e jornalista conscio da honra da sua profissão, tem dado provas da mais rasgada e intelligente iniciativa. Sem esquecer as tradições do popularissimo jornal, o sr. dr. Alfredo da Cunha tem sabido imprimir-lhe uma superior orientação, provando possuir a nitida comprehensão do que é um periodico moderno, que principalmente vive de uma informação larga e pormenorisada. Sob a sua esclarecida direcção o *Diario de Noticias* tem-se desenvolvido e acha-se collocado á altura das folhas congeneres no estrangeiro (V. *Diario de Noticias*). O sr. dr. Alfredo da Cunha, dignissimo continuador da obra de Eduardo Coelho, possue como este possuia a paixão do jornalismo e o espirito da sua classe. A elle se deve a reorganisação da *Associação dos jornalistas e escriptores portuguezes*, que tantos sacrificios custara ao fundador do *Diario de Noticias*. Honrando tão brilhantemente a memoria de Eduardo Coelho, ergueu-lhe tambem um perduravel monumento na interessante biographia que publicou em 1891 sob o titulo de *Eduardo Coelho, a sua vida e a sua obra*. Tem collaborado em diversos periodicos de Lisboa, Porto e Coimbra, e foi redactor d'alguns d'elles. Com as suas innatas disposições litterarias, o sr. dr. Alfredo da Cunha tambem se abalançou ao difficil genero theatral, produzindo uma encantadora *bluette* scenica, *O Livro de Mesmer*, que com justos applausos foi representada no theatro de D. Amelia e da Trindade, em Lisboa, e de D. Amelia, em Setubal, por occasião da sua inauguração. Publicou: *Da formação da nacionalidade portugueza e do estabelecimento da forma monarchica em Portugal*, 1881; *Discurso em honra de Luiz de Camões*, 1881; *Eduardo Coelho, a sua vida e a sua obra, alguns factos para a historia do jornalismo portuguez contemporaneo*, Lisboa, 1891. Este volume constituiu o 27.º brinde distribuido pelo *Diario de Noticias* aos seus assignantes. Versos: *Endeixas e madrigaes*, 1.ª edição, 1891; *Elogio historico do imperador do Brazil D. Pedro II*, 1893; *Magdalena de Vilhena (poemeto)*, 1.ª edição, 1896, no 31.º brinde do *Diario de Noticias;* 2.ª edição, 1899; *O livro de Mesmer (comedia)*, 1897; *Quem canta... (quadras sobre motivos populares)*, 1898. *La presse périodique en Portugal (mémoire présenté au 5.me congrés international de la presse, à Lisbonne)* 1898. *Versos: I Endeixas; II Madrigaes; III Rimas soltas*, 1900.

Alfredo da Cunha

Cunha *(Antonio da)* Doutor em Direito Cesareo, e lente durante muitos annos na Universidade de Coimbra. Era natural de Lamego, e filho de Fernando Sanches e de Leonor Rodrigues Rebello. Foi admittido no collegio de S. Pedro da Universidade de Coimbra a 22 de abril de 1581, desembargador da Casa da Supplicação e do dezembargo no paço.

Cunha *(Antonio Alvares da)*. Governador de Evora, guarda-mór da Torre do Tombo, senhor de Taboa e das villas e logares de Alvarellos, Fundo de Villa, S. Simão, Barroso, S. João da Boa Vista, Quintella, Oliveira, Babão, Serragudo e Lameiras, trinchante-mór de D. João IV, D. Affonso VI e D. Pedro II, cavalleiro professo da ordem de Christo, commendador de Santa Maria do Carreço e de S. Miguel de Nogueira da mesma ordem, deputado da Junta dos Tres Estados, coronel d'um dos regimentos das ordenanças da côrte, etc. N. em Gôa a 1 de maio de 1626, fal. a 2 de maio de 1690. Era filho de D. Lourenço da Cunha, capitão-mór do mar do norte da India, exercendo o mesmo posto em Gôa e Malaca, e sobrinho do bispo de Lisboa D. Rodrigo da Cunha. Tinha 11 annos, quando veiu para Portugal, como herdeiro da casa dos seus avós, em que succedeu a seu tio D. Manuel da Cunha, que fallecera sem ter filhos. Residiu em Lisboa na casa do outro seu

tio, o bispo D. Rodrigo da Cunha, que tratou da sua educação. D. Antonio foi um dos fidalgos mais considerados no seu tempo, e um dos que acclamaram D. João IV em 1640, servindo depois na guerra como capitão de cavallos couraças na provincia do Alemtejo e como governador de Evora. Exerceu o cargo de guarda-mór da Torre do Tombo com o titulo de reformador d'este real archivo. Casou com D. Maria Manuel de Vilhena, filha de D. Christovão Manuel de Vilhena, senhor do morgado de Alcarapinha e commendador de Maçãs na ordem do Christo, irmã de D. Sancho Manuel, conde de Villa Flôr. Era homem muito instruido. Escreveu um supplemento ao tomo 2.º da *Historia Ecclesiastica de Lisboa*, que seu tio Rodrigo começara. Foi um dos fundadores da Academia dos Generosos, em 1649, da qual tambem foi secretario. Deixou as seguintes obras: *Campanha de Portugal pela provincia do Alemtejo na primavera do anno de 1663, governando as armas d'aquella provincia D. Sancho Manuel, conde de Villa Flôr, offerecida á magestade d'el rei D. Affonso VI*, Lisboa, 1663; *Applausos academicos e relação do felice successo da celebre victoria do Ameixial, offerecidos ao ex.mo sr. D. Sancho Manuel conde de Villa Flôr pelo secretario da Academia dos Generosos*, 1673; *Certamen epithalamico publicado na Academia dos Generosos ao felicisssimo casamento de D. Affonso VI*, Lisboa 1666; *Obelisco portuguez chronologico, genealogico e Panegyrico ao mais fausto dia que em muitos alegres viu Lisboa no baptismo da infanta D. Izabel Luiza Josepha*, Lisboa, 1669; *Carta a João Nunes da Cunha, conde de S. Vicente da Beira e do Conselho do Estado d'el-rei de Portugal, quando foi eleito vice rei da India*, Lisboa, sem data da publicação; *Rebellião de Ceilão*, Lisboa, 1689; *Escola de verdades aberta aos Principes na lingua italiana pelo Padre Luiz Inglaris, da Companhia de Jesus, e patente a todos na lingua portugueza pelo traductor*, Lisboa, 1671; *Dois Sonetos, um em portuguez, outro em castelhano, e um madrigal italiano, ao nascimento do infante D. Pedro Manuel*, Lisboa, 1648; *Pira funebre que construe o Academico Ambicioso e secretario da Academia dos Generosos de Lisboa, ás saudosas memorias do ex.mo sr. Luiz Alvares de Tavora, conde S. João da Pesqueira, e marquez de Tavora*, Lisboa, 1674. Deixou tambem alguns manuscriptos que se guardavam na livraria do convento de S. Domingos de Lisboa, entre os quaes figurava o *Atlas lusitano, em que se descreve historica e geographicamente o nosso Reino e a descendencia de seus monarchas*.

Cunha *(D. Antonio Alvares da Cunha, 1.º conde da)*. Trinchante da Casa Real, commendador de Almendra e de Idanha-a-Nova, com suas alcaidarias móres, na ordem de Christo; deputado ordinario da Junta dos Tres Estados, capitão de mar e guerra da armada nacional, e tenente general no exercito de terra; governador e capitão general da praça de Mazagão e do reino de Angola, embaixador extraordinario á côrte de França, vice-rei do Estado do Brazil, etc. Ignora-se a data do nascimento, mas fal. a 9 de julho de 1791. Era filho de D. Pedro Alvares da Cunha, official-mór da Casa Real, senhor da Cunha, e de Taboa, Ouguella, commendador de S. Miguel de Nogueira, na ordem de Christo; coronel d'um dos terços da ordenança da Côrte, mestre de campo da guarnição do Algarve e praça de Campo Maior; governador da ilha da Madeira, etc., casado em primeiras nupcias, com D. Ignez Maria de Mello e Athaíde. D. Antonio Alvares da Cunha succedeu na casa de seu pae, e pertenceu á armada nacional e ao exercito de terra. O marquez de Pombal o nomeou governador de Angola, e n'esse governo revelou grande actividade e competencia. Fez estudar as minas de Lambige, e em 1751 remetteu para Lisboa amostras de ouro e crystaes. A exploração d'estas minas foi depois prohibida em 1761 pelo marquez de Pombal, obedecendo ao seu systema de regulamentação e que prohibia a exploração do ouro de Angola para não a prejudicar no Brazil, pelo mesmo motivo por que prohibia a cultura das vinhas no Riba Tejo, para não a prejudicar no Douro. Em 1754, 1755 e 1756 tratou de construir quarteis e fortalezas, e em 1757 quiz construir uma fortaleza no meio da barra, mas não pôde realisar a construcção, e os alicerces ficaram formando um baixo. Em 1758 quiz tratar da questão das aguas de Loanda, e pretendeu canalisar as aguas do Bengo, mas faltaram-lhe os recursos indispensaveis, e n'esse mesmo anno regressou a Lisboa. Em 1759 foi nomeado ministro de Portugal em França. Por carta de 15 de março de 1760 recebeu a mercê do titulo de conde da Cunha, de juro e herdade, em virtude dos seus serviços, e especialmente dos de seu tio D. Luiz da Cunha, prestados durante 62 annos successivos, tanto na magistratura como na carreira diplomatica. Em 1763 foi o conde da Cunha nomeado vice-rei do Brazil, sendo o primeiro vice-rei que estabeleceu no Rio de Janeiro a séde do governo, segundo a determinação do marquez de Pombal. N'este cargo tambem deu as maiores provas de zelo e capacidade. Tratou em primeiro logar da fortificação da cidade, construiu muralhas de pedra de cantaria, edificou o arsenal da marinha e do exercito, mandou arrazar o outeiro da ilha de Villegagnon para que a artilharia pudesse jogar livremente em todas as direcções, fez uma nova casa para polvora na ilha das Pombas, reformou e augmentou as officinas dos armeiros, e procedeu a muitos outros melhoramentos. A 21 de novembro de 1767 foi substituido n'aquelle governo pelo conde de Azambuja, e regressando ao reino teve a nomeação de conselheiro de guerra e de presidente do tribunal ultramarino. Casou com D. Leonor Josefa Caetana da Camara, filha de Luiz Gonçalves da Camara Coutinho, senhor das ilhas Desertas, alcaide-mór da villa de Torres Vedras; e de sua mulher D. Izabel Maria de Mendonça e Moura, filha do 4.º conde de Valle de Reis. Não havendo filhos d'este matrimonio, passou o titulo a seu irmão, D. José Vasques Alvaro da Cunha, filho da segunda mulher de seu pae. O brazão d'armas consta: em campo de ouro nove cunhas de azul (de ferro), firmadas em tres palas, com cinco escudinhos de armas reaes.

Cunha *(Antonio Augusto Rodrigues da)*. Jornalista e escriptor contemporaneo, natural de Cintra, onde nasceu a 25 de maio de 1862, filho de Augusto Maria da Cunha, tabellião já fallecido, e de D. Maria Joaquina Rodrigues da Cunha. Fundou e dirigiu em Cintra o *Jornal de Cintra*, *O Atheneu*, *O Chicote*, a *Revista Municipal*, e o *Jornal Saloio*. Annotou e desenvolveu com novos capitulos a 2.ª edição da apreciada obra do visconde de Juromenha, *Cintra Pinturesca*, então rara, e escre-

veu os *Apontamentos para a historia do jornalismo em Cintra*. E' autor de varias obras theatraes, em verso, representadas em Cintra, todas ainda ineditas, sendo as ultimas, e mais notaveis: *Em familia* e *No paiz do sonho*. E' secretario da camara municipal de Cintra, desde 13 d'abril de 1897, correspondente dos jornaes *Diario de Noticias* e *Diario;* socio effectivo da Sociedade Litteraria «Almeida Garrett», etc.

Cunha *(Antonio de Azevedo e)*. General de brigada. N. em 8 de maio de 1810, fal. em 26 de maio de 1883. Era filho do coronel de infantaria Azevedo e Cunha, estrenuo partidario da politica inaugurada pelos revolucionarios de 1820, e que por estas idéas arriscou mais d'uma vez a vida, fazendo parte da divisão que em 1823 operou em Traz-os-Montes contra as tropas do 2.º conde de Amarante. Tendo sido aprisionado durante um combate, foi levado é presença do caudilho absolutista, que lhe offereceu a liberdade e um commando no seu corpo de tropas, o que o coronel liberal não acceitou. Passados 5 annos, sendo governador de Valença, adheriu com enthusiasmo ao movimento realisado no Porto a 16 de maio de 1828, e defendeu aquella praça contra numerosas guerrilhas miguelistas, tendo apenas ás suas ordens um pequeno numero de soldados de linha, e alguns voluntarios completamente ignorantes no uso das armas. N'estas circumstancias viu-se forçado a render se; este facto, porém, causou-lhe tão grande impressão, que pouco a pouco foi enlouquecendo. Vindo para Cascaes, ficou encerrado n'uma masmorra, e então é que ficou completamente perdido da cabeça, chegando a ter accessos furiosos. Durante um d'esses accessos, foi victima cobardemente d'uma sentinella que lhe varou o peito com uma baioneta. Antonio de Azevedo e Cunha era o filho mais velho do desditoso coronel, e contava então 19 annos de edade, e tambem já era victima do despotismo. Entrara para o Collegio Militar em 1821, concluindo o curso em 1827, e sendo já cadete e estando a frequentar o curso de engenharia, com as vantagens a que tinha direito, foi lhe dada baixa em maio de 1828, por motivos politicos, o que o reduziu a um estado extremamente precario. Desejava vingar a morte horrivel de seu pae, mas as circumstancias em que se via, o obrigavam a calar-se. Continuou então os estudos como paisano, mas não pôde fazer exame do 4.º anno do curso, porque foi preso antes d'isso, em 1832, e encarcerado no Limoeiro, d'onde conseguiu fugir em 1833, indo então para o Porto apresentou-se a D. Pedro IV; foi então promovido a 2.º tenente de engenheiros a 28 de junho do referido anno, obtendo emprego nas linhas d'aquella cidade, que estava sitiada pelo exercito miguelista. Antonio d'Azevedo e Cunha tomou parte nas operações da divisão constitucional que, sob o commando do duque da Terceira, reduziu á obediencia a região que vae do Tamega ao Mondego. No ataque da ponte de Amarante, em 11 de abril de 1834, distinguiu-se d'um modo notavel. Na batalha d'Asseiceira, em 16 de maio seguinte, tambem se portou como valente soldado. Não só prestou bons serviços com a força de sapadores da divisão do duque da Terceira, mas salvou a vida d'um official de artilharia das tropas do brigadeiro Guedes. Fez parte da divisão, que sob o commando do conde das Antas, foi auxiliar em 1835 o exercito constitucional de Hespanha. N'estas operações alcançou a medalha de S. Fernando de 1.ª classe. Regressando a Portugal em consequencia da revolta dos marechaes, a divisão foi mandada em perseguição d'uma columna de revoltosos que se encontrava perto de Braga. Azevedo e Cunha foi promovido a 1.º tenente de engenharia em 24 de julho de 1834, sendo-lhe dispensados os exames do ultimo anno do curso, em razão de ter estado com o exercito liberal. Saiu capitão em 18 de agosto de 1838, major em 19 de novembro de 1849, não por lhe competir na escala da promoção, mas por ter sido nomeado director das obras militares de Macau, depois dos successos que n'aquella colonia custaram a vida ao governador Amaral. Foi promovido a tenente-coronel a 24 de maio de 1859, a coronel a 8 de junho de 1864, e a general de brigada a 26 de dezembro de 1872. Desempenhou importantes commissões no corpo de engenheiros. Sendo encarregado dos trabalhos da restauração da Torre de Belem, tornou se digno de elogio, por saber conservar áquelle edificio monumental toda a pureza de estylo architectonico. Em Macau tambem prestou relevantes serviços. Esteve empregado na construcção da estrada de Cintra, n'uma das commissões de defeza de Lisboa, na secretaria do corpo de engenheiros, etc. Era director d'esta repartição, quando foi despachado para o generalato. Como general de brigada fez parte do tribunal superior de guerra e marinha, sendo nomeado nos principios do anno de 1882 director geral de engenharia, logar que occupou até ao seu fallecimento. Azevedo e Cunha foi deputado por Damão durante uma legislatura, combatendo o governo, que estava então no poder. Era inimigo das condecorações, e por isso recusou as medalhas de ouro a que tinha direito, correspondentes ao valor militar, bons serviços e comportamento exemplar. Apenas acceitara a commenda d'Aviz e a medalha hespanhola acima referida.

Cunha *(Antonio Luiz da)*. Coronel de infantaria N. em Lisboa a 27 de setembro de 1830, e fal. no Barreiro a 17 de outubro de 1885. Era filho de Antonio Pedro da Cunha, tenente d'artilharia. Ficando orphão ainda muito creança, cuidou d'elle um seu tio, o general José Ventura da Cunha, que não tendo filhos o tratou sempre com verdadeiro amor paternal, occorrendo a todas as despezas da sua educação. Matriculou se no Collegio Militar, cujo curso concluiu em 1846, e em 12 de outubro d'este anno alistou-se como voluntario no regimento de infantaria n.º 16, sendo declarado aspirante a official em abril de 1847; foi promovido a alferes em outubro de 1849, a tenente graduado em abril de 1851, a effectivo em abril de 1860, e a capitão em 16 de fevereiro de 1869. No anno de 1856, durante a epidemia da cholera-morbus que assolou a ilha da Madeira, prestou ali muitos serviços como administrador do concelho de S. Vicente, e como director d'um hospital de cholericos, cargo a que todos se recusaram, sendo por differentes vezes elogiado pelo governador civil d'aquelle districto, o seu valor e bons serviços, e recebendo em recompensa a 12 de novembro de 1857 o grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada. Voltando ao continente em 1857, foi como addido para o ministerio das obras publicas, onde se conservou até á sua pro-

moção de capitão, desempenhando muitas e importantes commissões em differentes pontos do paiz, especialmente nos districtos de Lisboa, Beja, Coimbra e Aveiro. Em fevereiro de 1865 foi nomeado official de primeira classe do corpo auxiliar telegraphico, e seguidamente director telegraphico, chefe de repartição do pessoal e chefe da segunda divisão telegraphica da direcção dos telegraphos do reino. Em todas estas commissões foi sempre muito elogiado com palavras de muito louvor. Em fevereiro de 1869 recebeu a mercê do grau de cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, e por decreto de 18 de dezembro do mesmo anno, foi condecorado com a medalha de prata de bom comportamento militar, e com a de bons serviços e valor militar. Fez parte da expedição á India em 1871, sendo ali escolhido pelo governador geral para seguir ao ponto mais arriscado d'aquelles estados, Cassabé de Bicholim, séde da revolta do exercito de Gôa, sendo durante a viagem tratado com especial attenção pelo infante D. Augusto, que muito o estimava, e fôra nomeado para ir ao Oriente, em consequencia da referida revolta. (*V. D. Augusto*) Em 1873, estando destacado na Torre de S Julião, foi elogiado officialmente a pedido do consul de Inglaterra, pelos serviços prestados a subditos inglezes. Foi promovido a major para caçadores em 4 de setembro de 1879, onde esteve bastante tempo encarregado do commando interino d'este corpo, e a tenente coronel em agosto de 1882 para infantaria n.º 3. Em setembro de 1883 foi chamado a Lisboa por telegramma do ministro da guerra, que lhe pediu para acceitar uma commissão no Algarve, encarregando-se de ensaiar differentes contingentes de forças militares no serviço da fiscalisação externa das alfandegas. Por ordem do exercito de 31 de dezembro de 1884 foi promovido a coronel commandante do regimento de infantaria n.º 13, indo pouco tempo depois presidir aos conselhos de guerra no Porto. Foi este o ultimo serviço que prestou. Sentindo-se gravemente doente, retirou-se para a sua casa do Barreiro, onde falleceu.

Cunha (*Antonio Ricardo da*). Botanico, nascido em Belem em 1830 e fal. a 9 de dezembro de 1893. Praticante do jardineiro do jardim botanico de Ajuda em 1852, jardineiro do jardim botanico da Escola Polytechnica em 1873, foi mais tarde conservador do herbario d'aquelle estabelecimento, engrandecendo-o com as suas explorações. O professor Julio Henriques diz que poucas pessoas terão feito em Portugal explorações botanicas mais vastas e proveitosas.

Cunha (*Augusto José da*). Director da Casa da Moeda, lente da 2.ª cadeira da Escola Polytechnica, para que foi nomeado em dezembro de 1856, e de mechanica e topographia no Instituto Agricola, de que é actualmente director; deputado, par do reino, ministro de Estado, vice-governador e director do Banco de Portugal, etc. N. em Lisboa em 1 de abril de 1834, e é filho de Gregorio José da Cunha e de D. Libania da Encarnação da Cunha, já fallecidos. Tem os cursos da Escola Polytechnica e da do Exercito. Foi um dos professores d'el rei senhor D. Carlos. A sua nomeação de director da Casa da Moeda data de 1880, e sob a sua direcção tem este estabelecimento progredido notavelmente, desenvolvendo muito as suas officinas de cunhagem e de impressão, reformando o edificio, e procedendo a muitos outros melhoramentos. O sr. conselheiro Augusto José da Cunha, tendo entrado na politica filiado no partido progressista, foi chamado ao ministerio pela primeira vez, em 1889, no gabinete presidido pelo sr. conselheiro José Luciano de Castro, para se encarregar da pasta da fazenda, que vagara com a saida de Marianno de Carvalho, sendo nomeado a 12 de novembro. Este ministerio demittiu-se a 12 de janeiro de 1890, em consequencia do *ultimatum* de Inglaterra. Tornou a ser ministro da fazenda, no gabinete organisado pelo general João Chrysostomo de Abreu e Sousa, em novembro d'este anno, conservando-se até maio de 1891. Pela terceira vez subiu ao poder, em fevereiro de 1897, no ministerio presidido pelo sr. conselheiro José Luciano de Castro, até agosto de 1898, em que saiu n'uma recomposição ministerial, sendo substituido por Elvino de Brito. Tem sido deputado em varias legislaturas, par electivo em 1887 pelos collegios scientificos, e vitalicio, eleito em 1905, sendo actualmente presidente da respectiva camara. E' vice-governador do Banco de Portugal, e tambem um dos seus directores. E' casado com a sr.ª D. Angelica da Natividade da Cunha, filha do fallecido professor do Conservatorio Real de Lisboa, e muito apreciado compositor de musica religiosa e theatral, Francisco Norberto dos Santos Pinto, e de sua mulher, D. Maria Casimira da Nazareth. O sr. conselheiro Augusto José da Cunha tem escripto e publicado os seguintes trabalhos: *Elementos de arithmetica; Arithmetica pratica; Elementos d'algebra*, que teem varias edições; *Casa da Moeda, resposta a um livro do sr. Simões d'Almeida a respeito d'este estabelecimento.*

Augusto José da Cunha

Cunha (*D. Carlos da*). Conhecido mais pelo nome de cardeal da Cunha. N. em Belem a 9 d'abril de 1759, e fal. a 1825. Seguindo a carreira ecclesiastica, foi elevado a principal da egreja patriarchal de Lisboa, e chegou a ser principal decano. Usufruia esta prebenda, quando o principe regente D. João, partindo para o Brazil em 1807, o nomeou membro da regencia que durante a sua ausencia ficava governando o reino. Em 1818 foi eleito patriarcha, recebendo em 1819 o chapéo cardinalicio, inherente a esse elevado cargo ecclesiastico. Em 1820 recusou se a jurar as bases da constituição liberal, e por este motivo, sendo mandado sair do reino pelo governo provisorio, retirou-se para Bayona, regressando ao reino em 1823, logo que teve noticia da queda do governo constitucional. Tomando novamente o governo do seu patriarchado, pouco tempo sobreviveu. N'estes diversos incidentes da sua vida, publicou diversas cartas pastoraes e doutrinaes, cuja redacção parece, comtudo, que pertenceu

sempre ao seu secretario, o dr. Joaquim José Pacheco e Sousa. O cardeal da Cunha foi sempre um grande defensor dos principios reaccionarios.

Cunha *(Casimiro Simão da)*. Doutor em Medicina pela Universidade de Bruxellas, em 1855, medico cirurgião pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa em 1845, sub-delegado de saude reformado e medico da Santa Casa da Misericordia, do recolhimento do Calvario e da Escola Normal de Lisboa. Nasceu em Lisboa a 28 de outubro de 1823. Fez serviço no hospital militar da Estrella em 1846, no instituto vaccinico da junta de saude publica em 1850, e nos hospitaes da cholera morbus de Santos em 1856. Defendeu these em Lisboa no anno de 1845, que publicou, e tem por titulo: *Reacções do maxillar inferior; seus accidentes considerados principalmente nas suas relações com as funcções da pharinge e laringe*. O sr. dr. Casimiro Simão da Cunha foi nomeado medico extraordinario do hospital de S. José em 8 de novembro de 1856, e para o hospital da febre amarella de Santa Clara em 1857. Em 1872 foi nomeado director de enfermaria. E' cavalleiro da ordem de Torre e Espada, e em 1859 recebeu a medalha da febre amarella. Publicou varios relatorios de commissões de serviço publico para que foi nomeado, e entre elles um sobre a epidemia de meningites cerebro-espinaes de Castello Branco, em 1861; outro sobre as sementeiras de arroz, em 1865; da prostituição, em 1871, etc.

Cunha *(Daniel da Silva Pereira e)*. Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra. Nasceu no Fundão a 15 de abril de 1804 e falleceu em Lisboa a 18 de dezembro de 1880. Formou se em 1825 e exerceu por muitos annos a advocacia n'aquella villa. Foi juiz de fóra, delegado do procurador regio em Castello Branco, em 1835; por vezes vereador e procurador á Junta Geral do districto, e provedor da Misericordia do Fundão. Sendo presidente da camara em 1858, tomou energicas providencias para que se não sentisse no concelho a crise da fome n'esse anno. Escreveu e publicou, em 1825, a *Arte physionomica;* collaborou nos *Annaes do municipio do Fundão* e em diversos jornaes litterarios. Improvisava versos com muita facilidade, dos quaes deixou alguns ineditos. Em 1853 alcançou um premio pecuniario e uma medalha de prata pela obra *Ensaio sobre Portugal*, que escreveu para o concurso seguinte aberto em Londres: «O premio de 50 guinéos para um ensaio sobre Portugal, em relação aos objectos da Grande Exposição, é offerecido pelo sr. Benjamim de Oliveira, Esq. F. R S. — Este ensaio tratará dos seguintes pontos: Da capacidade que tem Portugal para consumir as manufacturas da Grã-Bretanha. — Obstaculos que a isso oppõem as leis restrictivas de policia do governo portuguez. — Tratados e obrigações — Falta de estradas, e communicações internas. Mingua que ali ha de noticias sobre assumptos commerciaes, e fabris, e outros objectos. — Effeito que produzem no consumo os excessivos direitos nos vinhos de Portugal importados pela Grã Bretanha; e o favoravel effeito, que póde resultar, da reducção de direitos. — Observações geraes sobre os productos da agricultura em Portugal. — Variedades dos seus vinhos, fructos, géneros, cereaes, cultura, custo e qualidades. — Vantagens, que pódem alcançar-se, no sentido commercial, da reciproca diminuição nos direitos de importação. — Dos caminhos de ferro em Portugal, como meio de desenvolver os recursos do paiz, e augmentar a procura dos seus productos. — Da relação, que teem estas investigações com o principio da liberdade de commercio, e com as amigaveis relações que existem entre a Grã-Bretanha e o seu muito antigo Alliado. — O objecto, que se propõe Mr. Oliveira, é promover um tratado de commercio. — Os manuscriptos que fôrem classificados, quanto ao merito, em segundo e terceiro logar, obterão uma medalha de prata» Daniel da Silva Pereira e Cunha escreveu então o *Ensaio sobre Portugal, obra julgada em Londres, em relação ao programma que lhe abriu concurso.* Este ensaio foi impresso em Londres, e depois reimpresso em Lisboa, em 1854, com a estampa da medalha de prata que lhe foi mandada por Benjamim de Oliveira, conforme a opinião dos juizes que em Londres julgaram o mesmo ensaio. Lopes Fernandes, na sua *Memoria das medalhas*, etc., Lisboa, 1861, reproduz a estampa da medalha e faz d'ella a descripção: FLOREAT LUSITANIA — 50 GUINEAS GIVEN BY B. OLIVEIRA M. P. — Escudos das armas unidas inglezas e portuguezas, e por baixo — 16 APRIL 1853. No verso:

Prize essay on
Portugal
Daniel da Silva Pereira e Cunha.
Judges
R.t Hon. C. Tennyson d'Eyncourt. P. C.
John M.r Gregor M. P.
John P. Gassiot F. R. S.
Admiral Sir George Sartorius
J. O. Halliwell. F. R. S.
Gordon W. Gyll.
Col. Sykes
2.nd Prize

Daniel da Cunha foi casado com D. Leonor Candida da Silva de quem houve a José Germano da Silva Pereira e Cunha, pae do sr. dr. Alfredo da Cunha, director do *Diario de Noticias*, de Lisboa, em poder de quem se conserva a referida medalha.

Cunha *(Domingos da)*. Pintor e jesuita N. em Lisboa em 1598, e fal. a 11 de maio de 1644. Era filho de Gregorio Antunes e de Margarida Pereira. Estudou humanidades, mas como seus paes lhe conhecessem grande vocação para a pintura, o mandaram estudar a Madrid com o professor Eugenio Caxas, pintor de Filippe II. Regressou a Lisboa, tendo adquirido fama de excellente na sua arte, primando nos retratos. Tornou-se moda ser retratado por Domingos da Cunha, e o artista fazia-se pagar bem dos seus trabalhos, o que lhe facilitava viver com bastante largueza. Tinha sempre encommendas de pessoas principaes de Hespanha e de Portugal como o inquisidor Francisco de Castro, D. Manuel da Cunha, capellão-mór, o conde camareiro mór João Rodrigues de Sá, etc. Depois da morte de sua mãe entregou se á libertinagem, até que se arrependeu, e abandonou o mundo, entrando aos 34 annos para a Companhia de Jesus a 30 de março de 1632. Residiu bastantes annos no noviciado da Cotovia, e ahi pintou muitos quadros, até que falleceu em cheiro de santidade. Os quadros existentes no collegio da Cotovia puderam salvar-se do terremoto de novembro de 1755, porque aquelle edificio escapou á horrivel catastrophe, mas o incendio que se lhe seguiu, destruiu a egreja, e perderam-se então ainda bas-

tantes. Nos quadros que se salvaram, existe ainda o que estava no altar-mór, representando Nossa Senhora d'Assumpção entre córos de anjos, e os apostolos adorando-a. Os quadros fôram arrecadados no Collegio dos Nobres, que se estabeleceu depois no edificio do collegio dos jesuitas, e onde actualmente está a Escola Polytechnica O padre Bernardino de Sampaio escreveu a biographia de Domingos da Cunha.

Cunha *(Felix de Azevedo)*. Capitão do terço da armada real. Escreveu: *Patrocinio empenhado pelos clamores de um preso dirigido ao sr. Luiz Cesar de Menezes, governador e capitão-general do estado do Brazil*, Lisboa, 1706.

Cunha *(Francisco da)*. N. em Lisboa, e viveu no tempo de D. João III. Era filho de Antonio Figueira, desembargador da Casa do Civel, e de Izabel da Cunha. Foi muito estudioso dos preceitos da arte militar, e escreveu uma obra assim intitulada, que ficou inedita, dedicada a D João III, cujo manuscripto se guardava na Bibliotheca Real.

Cunha *(Fr. Francisco da)*. Religioso da ordem dos eremitas calçados de Santo Agostinho, leitor de Theologia, prior dos conventos de Leiria e da Penha de França em Lisboa, examinador synodal do bispado do Algarve, presidente do capitulo geral da sua ordem celebrado na cidade de Perugia, procurador da sua provincia na curia romana, vigario provincial no Algarve, etc. N em Lisboa, ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento, mas sabe se que vivia em 1759. Era filho de Domingos de Araujo, escrivão dos feitos da Corôa, e de Barbara da Cunha. Professou no convento da Graça, de Lisboa, a 6 de março de 1714. Foi tambem prégador. Escreveu: *Oração academica panegyrica historica encomiastica profano sacra, pelos felicissimos successos e victoriosas armas da Serenissima Rainha de Bohemia, com a descripção do mesmo reino, e côrte de Praga, etc.*, Lisboa, 1743; este livro é adornado com duas estampas: o retrato da imperatriz e o brazão d'armas da casa d'Austria. Por occasião da publicação d'este livro, appareceu d'um anonymo, o seguinte opusculo de critica: *Breve resposta ao insolente prologo da ridicula Oração academica, recitada na Academia do sapateiro Antonio Ferreira de Mesquita ao Arco da Graça, por um imparcial;* sem designação de typographia nem do anno da impressão. Fr. Francisco da Cunha ainda publicou em 1730 e 1731 mais dois sermões, um prégado pelas exequias do papa Benedicto XIII, na sé de Faro, e outro a S. José, prégado na sé de Braga, e o opusculo: *Relação da prodigiosa navegação da nau S. Pedro e S. João*, com o pseudonymo de *Ricardo Fineca Fascunh*, anagrama do seu nome.

Cunha *(Francisco Maria da)*. General de divisão, ministro de Estado, commandante d'artilharia, governador geral da India, director do Collegio Militar, deputado, par do reino, etc. N. em Angra do Heroismo a 22 de dezembro de 1832. E' filho do general de divisão Francisco Jacques da Cunha Matriculou se no Collegio Militar, cujo curso seguiu com distincção, frequentando depois as escolas Polytechnica e do Exercito. Assentou praça no extincto regimento de infantaria n.º 10, em 24 de julho de 1848, e em 11 de outubro de 1853 foi promovido a alferes, em 26 de outubro de 1854 a tenente, em 23 de maio de 1860 a capitão, em 18 de dezembro de 1872 a major, em 15 de setembro de 1875 a tenente coronel, em 4 de agosto de 1880 a coronel, em 5 de fevereiro de 1890 a general de brigada, a 10 de janeiro de 1895 a general de divisão. Dedicando se á politica, filiou-se no partido progressista, e foi eleito deputado pela primeira vez em 1863, pelo circulo de Elvas, e depois nas legislaturas de 1865, pelos Olivaes; em 1870 por Macau e Timor; em 1871 e 1872 por Macau. Passou á arma de artilharia, que seu pae tambem seguira. Tem desempenhado as seguintes commissões; sub chefe da 4.ª repartição da secretaria da guerra, ajudante de campo de Fontes Pereira de Mello, chefe da 3.ª repartição da secretaria da guerra, chefe da 2.ª repartição da direcção geral de artilharia, e presidente da commissão encarregada de codificar a legislação militar. Em 1882 foi membro da commissão de defeza do reino, e tomou parte em trabalhos de varias commissões dependentes do ministerio de marinha e ultramar. Foi commandante do batalhão de Macau, para onde partiu em 1869, logar que accumulava com o de director das obras publicas, e o de governador geral da provincia de Moçambique, para que foi nomeado em 1878. No desempenho d'este ultimo cargo mereceu differentes portarias de louvor do governo da metropole, sendo tambem louvado pelo governo britannico pela diligencia que manifestou na perseguição do trafico da escravatura. Graças á sua energia, conseguiu debellar promptamente uma revolta que rebentara na Zambezia. Foi durante o seu governo que se tomou posse definitiva de Inhaca, e que se fundou a *Escola dos officios*, que era pouco depois frequentada por mais de 100 alumnos. No seu regresso á metropole, foi eleito par do reino, tomando posse na respectiva camara a 9 de fevereiro de 1881. Em 1882 assumiu a direcção do Collegio Militar, cargo em que se houve com a maior competencia, e concorrendo largamente para os importantes melhoramentos que então se realisaram n'aquelle estabelecimento de ensino. Deixou o logar de director nos fins do anno de 1890, por ter sido nomeado governador geral da India, pelo ministro da marinha, então o conselheiro Antonio Ennes, commissão de que se desempenhou superiormente. Em 1894 foi commandante da 1.ª divisão militar, ainda antes de ser promovido a general de divisão. O sr. general Francisco Maria da Cunha, sendo muito dedicado ao seu partido, havia muito que estava indigitado para ministro, e por mais d'uma vez lhe fôra offerecida a pasta da guerra, que sempre recusara; afinal em 1897 acceitou o convite

Francisco Maria da Cunha

do sr. conselheiro José Luciano de Castro para ministro da guerra, cargo que exerceu até 1898. Quando em 1900 se realisaram as festas do descobrimento do Brazil, na actual Republica dos Estados Unidos do Brazil, foi o sr. general Francisco Maria da Cunha nomeado enviado extraordinario do governo portuguez para representar Portugal n'aquellas festas, indo a bordo do cruzador *D. Carlos I*, que saiu de Lisboa a 9 de abril do referido anno. A sua permanencia n'aquelles estados ficou gratamente assignalada para os portuguezes. Em 22 de março de 1902 foi nomeado chefe da casa militar de sua magestade el-rei senhor D. Carlos. Tambem exerceu os cargos de director da Escola do Exercito, vice-presidente da camara dos pares; pertence ao conselho de sua magestade, é primeiro ajudante de campo d'el-rei, e está collocado na reserva desde 24 de dezembro de 1902, por ter attingido o limite da edade. Tem mais as seguintes honras: grã-cruz e commendador da ordem de S. Bento de Aviz, commendador das da Torre e Espada e de Christo; medalha de prata de bons serviços; as de ouro de comportamento exemplar e de serviços no ultramar; medalha de cobre para galardoar os serviços prestados pelos socios da associação de soccorros a naufragos; grã-cruz da ordem de Izabel a Catholica, e da de merito militar de Hespanha, e cavalleiro da de Carlos III, tambem de Hespanha. O sultão de Zanzibar conferiu lhe a grã-cruz da ordem da Estrella Brilhante, por ter sido o representante do governo portuguez nas negociações do tratado de commercio, que se ultimou em condições vantajosas para a provincia de Moçambique.

Cunha *(D. Guterre Napoleão José Maria Vasques Alvares da Cunha, 5.º conde da).* Official-mór da Casa Real (16.º trinchante-mór). N. na cidade de Bruges, no reino de Hollanda, durante a emigração de seu pae a 7 de fevereiro de 1830. Era filho do 4.º conde da Cunha, D. José Maria Vasques Alvares da Cunha, e de sua segunda mulher, D. Joanna Luiza Bush. Foi baptisado no dia 8 de fevereiro na camara da cidade, e no rito catholico a 23 de maio na egreja de S. Donat, da referida cidade. Succedeu no titulo e na casa de seu pae a 16 de Março de 1867, e foi o 22.º senhor d'ella. Casou a 29 de julho de 1854, com D. Maria Carlota de Gambôa e Liz, filha dos 1.ºs barões d'Arruda, Bartholomeu de Gambôa e Liz. e D. Maria Joaquina de Gambôa e Liz. Fallecendo esta senhora em agosto de 1873, sem deixar filhos, passou a segundas nupcias a 27 de fevereiro de 1876, com D. Cecilia Amalia de Carvalho e Sá, filha de Rodrigo Vaz de Carvalho da Silveira Preto, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher, D. Maria Amalia de Azevedo Sá Coutinho. A condessa da Cunha, que sobreviveu a seu marido, falleceu em Lisboa a 25 de agosto de 1905.

Cunha *(Henrique Augusto David e).* Escrivão de fazenda, jornalista e escriptor, mais conhecido por Henrique da Cunha. N. em Vizeu a 24 de fevereiro de 1840. E' filho de José Antonio da Cunha e de D. Maria Maximina de Jesus David. Depois de ter cursado o lyceu viziense, conseguiu em 1858 a nomeação de escrivão de fazenda, cujo exercicio depois interrompeu para continuar os estudos. Em 1871 teve novamente a nomeação para egual cargo, que exerceu até 1879. Logo ao entrar na vida publica se dedicou ao jornalismo, collaborando com mais ou menos assiduidade no *Oriente*, folha do Porto; no *Commercio de Coimbra*, *Tribuno Popular*, *Districto de Aveiro*, *Justiça*, do Porto, *Eco dos funccionarios*, de Braga, e outros jornaes politicos e litterarios. Escreveu e publicou em Lisboa: *A situação, os impostos e o deficit*, 1866; *Carolina*, romance, 1871; *O martyr, considerações philosophicas ao julgamento de José Cardoso Vieira de Castro*, 1871; *Manual dos escrivães de fazenda*, 1871; *Guia dos escrivães de fazenda na contribuição industrial*, 1881; *Os devassos, opusculo anti-republicano*, 1881; *Collecção ou indice remissivo de leis de fazenda desde 1850 a 1880*, 1882. Tem mais: *Manual dos escripturarios; O insulto ao rei* (opusculo a proposito de D. Affonso XII, de Hespanha, ao entrar em Paris, de regresso da sua viagem á Allemanha); alguns contos e romances em differentes jornaes, como *Laura de Albuquerque*, *Uma paixão aos vinte annos*, *A medalha*, e muitos folhetins sobre critica e politica.

Cunha *(Fr. Ignacio da).* Religioso da ordem de S. Agostinho, natural de Provezende, filho de Amaro Fernandes Godinho, capitão de cavallos na provincia de Traz-os-Montes, e de D. Bernarda da Cunha. Deixou a casa paterna, e veiu professar no convento da Graça, de Lisboa, a 30 de abril de 1696. Foi lente jubilado de theologia, examinador synodal na curia bracarense, prior no convento do Porto, e definidor. Publicou sómente um dos seus sermões, ácerca da canonisação dos santos Luiz Gonzaga e Estanislau Kostha, prégado em Braga a 23 de julho de 1727.

Cunha *(D. Jeronymo José Ladislau).* Era mais conhecido por D. Jeronymo da Cunha. Conego e mestre escola na sé de Evora. N. em Lisboa a 27 de junho de 1737 e fal. a 29 de novembro de 1793. Era filho do conde de S. Vicente Miguel Carlos da Cunha e Silveira. Seguindo a carreira ecclesiastica foi nomeado conego da sé de Evora, canonicato de que tomou posse a 25 de junho de 1764, e recebeu a prebenda de mestre escola a 19 de outubro de 1771. Escreveu: *Livro* (ou catalogo) *em que se nomeiam os sujeitos da congregação vindos para esta casa, ou que d'ella sairam, com o dia, mez e anno da entrada ou saida, n'este collegio de S. José de Macau no anno de 1701.* O titulo d'este catalogo dá a entender que D. Jeronymo da Cunha esteve algum tempo em Macau. O manuscripto contém só sete paginas, e é d'algum interesse por que contém como que um abreviado resumo da historia do ultimo periodo das nossas missões na China. Foi publicado por Marques Pereira no jornal *Ta-ssi yang-Kuo*, n.º 19, de 9 de fevereiro de 1865.

Cunha *(João da).* Mestre d'artes e vigario da freguezia de N. S.ª da Piedade, de Matuim, seis legoas distante da cidade da Bahia. Foi prégador, e dos muitos sermões que prégou só publicou em 1675 um ácerca de S. Theotonio, prégado na sé do Salvador, da Bahia, quando se deu principio á reedificação d'este templo.

Cunha *(João Cosme da).* Cardeal. N. em 27 de setembro de 1715, fal. a 31 de janeiro de 1783. Era filho do 4.º conde de S. Vicente. Foi porcionista do collegio de S. Pedro, doutor em leis e deputado da Inquisição, mas deixando esta vida pela do claustro, recebeu em 1738 o habito de conego regular de Santa Cruz de Coimbra, professando com o nome de João de Nossa Senhora

da Porta. Foi um dos nomeados para introduzir a reforma d'aquelle mosteiro em S. Vicente de Fóra, de Lisboa, onde esteve de 1742 a 1745, e sendo em novembro d'este anno nomeado coadjutor e futuro successor do bispo de Leiria, foi confirmado em 1746 com o titulo de bispo de Olympo. Por fallecimento do prelado tomou posse da diocese, e em 1760 foi transferido para arcebispo de Evora. Quando se dirigia a tomar posse do seu arcebispado, passou em Lisboa, e aqui se deixou ficar por ser nomeado conselheiro de Estado e regedor das justiças. Em 1768 foi escolhido para presidente da Mesa Censoria, e em 1770 nomeado inquisidor geral. Em agosto d'este anno foi elevado a cardeal, e no seguinte nomeado commissario da Bulla, tomando por estes novos titulos o antigo nome de João Cosme da Cunha. Devendo este prelado ao marquez de Pombal a alta posição a que se elevara, deu uma prova de maior ingratidão, quando el-rei D. José estava agonisante, a 24 de fevereiro de 1777, vendo o marquez entrar no regio aposento, disse-lhe com a maior sequidão: «V. Ex.ª já nada aqui tem a fazer.» Este procedimento foi seriamente censurado até pelos proprios inimigos do marquez.

Cunha *(João Lourenço da)*. Marido de D. Leonor Telles. Vivia na provincia com sua mulher, permittindo lhe que viesse a Lisboa algumas vezes visitar sua irmã, D. Maria Telles, que residia no paço como dama. Foi n'uma d'essas visitas que el-rei D. Fernando se namorou da formosura de D. Leonor. Esta, astuta e ambiciosa, pensou vir um dia a ser rainha de Portugal, e deixou-se ficar em Lisboa acceitando os galanteios do monarcha, que a este tempo já tratava de annullar o seu casamento. Estranhando tão extraordinaria demora no paço, Lourenço da Cunha mandou-lhe recado para que regressasse a casa. D. Leonor não obedeceu, e era já muito tarde, porque D. Fernando, deveras enfeitiçado pelos attractivos d'aquella astuciosa dama, não se descuidava em proseguir na annulação do casamento, a que servia de pretexto ser Lourenço da Cunha ainda parente de sua mulher em grau afastado. Comtudo, apresentavam se muitas difficuldades, porque, segundo Fernão Lopes, a questão do parentesco fôra sanada por uma dispensa do papa, quando se contraíra o matrimonio. João Lourenço da Cunha, sendo sabedor do que se passava, pouco desejoso de conservar em casa uma esposa com tão descarados pensamentos de adulterio, e receando além d'isso a colera de el-rei, se elle contrariasse os seus amores, que poderia custar-lhe a vida, o que n'aquella epoca não seria difficil, deixou que o casamento se annullasse á vontade de sua mulher, e refugiou-se em Castella. Quando falleceu D. Fernando e sobrevieram as discordias ácerca da successão do throno, veiu a Portugal offerecer se ao serviço do Mestre de Aviz, que os acceitou, e acompanhou-o no cerco de Lisboa em 1384. O seu caracter, porém, era mau, porque vindo a Lisboa uns emissarios do rei de Castella procurar quem atraiçoasse o Mestre d'Aviz, encontraram João Lourenço da Cunha disposto a favorecer os seus planos. Não chegou, comtudo, a desempenhar o papel de traidor, porque estando tudo preparado para a entrega d'uma parte de Lisboa aos castelhanos, adoeceu gravemente, reconhecendo-se que era doença mortal. Vendo-se então João Lourenço da Cunha á beira do tumulo, teve remorsos da traição que premeditara, e a confiou ao seu confessor; o padre muito aterrado com aquella confissão, não quiz absolvel-o, sem que elle proprio declarasse tudo ao Mestre de Aviz. Então, já quasi moribundo, João Lourenço da Cunha assim fez, fallecendo logo depois.

Cunha *(D. João Lourenço da)*. N. a 18 de março de 1652. Era filho de D. Antonio Alvares da Cunha, um dos fidalgos da acclamação de D. João IV. Passou tres vezes á India, sendo capitão de mar e guerra d'uma das naus da armada, e voltando ao reino embarcou de novo com o vice-rei conde de Alvôr em 1681, sendo capitão-mór. Chegando a Gôa foi nomeado almirante do estreito de Ormuz, e falleceu n'um combate com os barbaros d'essa costa.

Cunha *(João Pereira Agostin da)*. V. *Agostin da Cunha*.

Cunha *(Joaquim d'Almeida da)*. Secretario geral do governo de Moçambique e de Angola. Começou a sua carreira publica em 1858 como amanuense do governo civil de Coimbra, sendo promovido a official em janeiro de 1879. Em agosto de 1880 foi nomeado secretario do governo geral de Moçambique, onde prestou importantes serviços, sendo depois transferido no mesmo cargo para o governo de Angola, e ali se conservou desde dezembro de 1884 até 23 de abril de 1891. Sendo exonerado a seu pedido, voltou, a convite do sr. conselheiro Ramada Curto, para esta provincia em abril de 1897. Pelos seus bons serviços foi agraciado com a medalha de ouro de serviços distinctos. Tem escripto: *Antes honra que louvor*, traducção do hespanhol; *Intermezzo*, de H. Heine, traduzido do allemão; *O proscripto*, de A. Caccianiga, traduzido do italiano; *Repertorio da legislação administrativa de 1865 a 1875; Guia das camaras na organisação dos orçamentos; Guia das juntas de parochia na organisação dos orçamentos; Jornal de administração*, 1878; *Codigo do processo eleitoral; Estudo ácerca dos usos e costumes indigenas da provincia de Moçambique; Vocabulario das linguas de Moçambique* (lingua Mavia). *A Estatistica de Angola*, publicada em 1898, é um dos seus interessantes trabalhos, sendo consideravelmente melhorada do *Annuario estatistico* que publicara em 1897. O dr. Almeida da Cunha foi agraciado em 1884 com a commenda da ordem de Christo. Tem recebido louvores pelas seguintes portarias: 30 de abril do mesmo anno de 1884, pela *Memoria sobre a medicina dos cafres da provincia de Moçambique*, escripta para a exposição colonial de Amsterdam; 4 de abril de 1885, pelos seus trabalhos na organisação da bibliotheca e do museu; 14 de março de 1887, como membro da commissão encarregada de elaborar os regulamentos para execução do decreto de 24 de dezembro de 1885; 9 de junho de 1894, pelo modo como desempenhou as funcções de delegado interino; o decreto de 23 de abril de 1891 frisou a maneira como serviu com zelo e intelligencia o logar de secretario geral de Angola; a portaria de 4 de janeiro de 1895 tambem frisou a fórma como serviu com zelo e intelligencia o cargo de director da escola de officios, em Moçambique, e em portaria do anno de 1899 foi egualmente louvado pelos seus trabalhos estatisticos da provincia de Angola.

Cunha *(José Anastasio da)*. Mathematico muito

notavel e poeta. N. em Lisboa a 11 de maio de 1744, onde tambem fal. em 1 de janeiro de 1787. Era filho de Lourenço da Cunha, pintor, (V. *este nome*) e de D. Jacinta Ignez. Sentou praça de voluntario em 1762 no regimento de artilharia do Porto, por occasião da guerra com Castella, e rapidamente chegou ao posto de tenente, mostrando-se logo um mathematico distincto. Em 1773 pertencia á guarnição de Valença, quando o marquez de Pombal reformou a Universidade de Coimbra, e reconhecendo o seu talento superior, o escolheu para lente cathedratico da cadeira de geometria, nomeando-o por provisão de 5 de outubro do referido anno. José Anastasio pediu, e obteve, permissão regia para usar do seu uniforme militar durante o exercicio do magisterio; parece, porém, que esta innovação desagradou logo aos seus collegas, que consideravam esta condescendencia uma falta de dignidade escolastica. O seu caracter brusco e severo tambem concorreu para lhe grangear antipathias de uns, ao passo que outros olhavam com emulação o seu talento extraordinario, receando vêrem-se offuscados pela sua sciencia. Entre os que mais adversos se lhe mostravam, figurava principalmente o dr. José Monteiro da Rocha, lente da cadeira de astronomia, o qual, tirando partido da propria antiguidade e graduação para molestal-o sempre que podia, aproveitava todas as occasiões de o contrariar, suscitando-lhe difficuldades e embaraços na regencia da cadeira. Com isto se desenvolveu entre ambos tal espirito de odiosa rivalidade, que ficaram sendo inimigos perpetuos, e irreconciliaveis. Levantaram-se contra elle muitas intrigas e calumnias, pretendendo que fosse expulso da Universidade. Emquanto viveu o marquez de Pombal, como era seu amigo e tinha José Anastasio da Cunha na maior consideração, ainda os inimigos se contiveram um pouco, mas apenas o marquez saiu do poder, e que veiu a reacção com o governo de D. Maria I, os intrigantes chamaram a attenção da inquisição de Coimbra, que já não exercia os seus grandes rigores, graças ao notavel ministro de D. José, para a liberdade de pensamento de José Anastasio da Cunha, e a 26 de junho de 1778 foi expedida ordem de prisão contra elle, a qual se cumpriu no dia 1 de julho seguinte, sendo presos ao mesmo tempo varios camaradas e amigos de José Anastasio da Cunha, principalmente officiaes do seu regimento, entre os quaes figurava o seu dedicado amigo e discipulo João Manuel d'Abreu (V. *Abreu*). Julga-se terem sido os denunciantes José Jacinto de Sousa e o doutor José Joaquim Vaz Preto, oppositor em Leis. Os presos fôram encerrados nos carceres da inquisição de Coimbra, procedendo-se aos respectivos processos. A 15 de setembro do mesmo anno publicou-se a sentença contra José Anastasio da Cunha, em que o condemnava pelos crimes de heresia e apostasia, á excommunhão maior, á confiscação dos seus bens, e nas mais penas de direito, mas attendendo a ter feito a sua confissão logo que foi preso, com mostras e signaes de arrependimento, estava nos termos de ser recebido ao gremio da união da santa madre egreja, e no fim de muitos considerandos, o sentenciavam em pena e penitencia das suas culpas, a ir ao auto publico da fé, na fórma costumada, n'elle ouvisse a sua sentença com habito penitencial, e fizesse abjuração em fórma dos seus hereticos erros, fôsse absolvido da excommunhão em que incorrera, mas os bens confiscados para o fisco da camara real. Que ficasse recluso na casa da congregação de Nossa Senhora das Necessidades, de Lisboa, onde o réo mostrara desejos de ser recolhido. As culpas principaes especificadas que se attribuiam a José Anastasio da Cunha, consistiam pricipalmente na leitura de livros prohibidos. Até 1786 esteve encerrado na casa religiosa das Necessidades, d'onde saiu por influencia do intendente geral da policia Pina Manique, que procurava aproveitar o seu talento nomeando-o professor de mathematica e director do collegio de S. Lucas, instituido na Casa Pia. O notavel professor, porém, pouco tempo sobreviveu. Das suas obras poucas se imprimiram durante a sua vida, mas deixou muitas que se imprimira posthumas, devido especialmente aos cuidados de João Manuel d'Abreu. A respeito de José Anastasio da Cunha, vem publicado um largo artigo no *Diccionario bibliographico*, tomo IV, paginas 221 a 231, e volume XII, paginas 210 a 215; no *Ramalhete*, paginas 290, 297 e 305, vol. VI, 1843, artigo de José Maria da Costa e Silva. *Bibliographia*: *Principios mathematicos para instrucção dos alumnos do collegio de S. Lucas da Real Casa Pia do Castello de S. Jorge, offerecidos ao ser.*[mo] *sr. D. João, principe do Brazil, compostos pelo dr. José Anastasio da Cunha, de ordem do desembargador do paço Diogo Ignacio de Pina Manique, intendente geral da policia da côrte e reino, etc.*, Lisboa, 1790; *Ensaio sobre os principios de Mechanica, obra posthuma, dada á luz por D. D. A. de S. C. possuidor do manuscripto autographo*, Londres 1807; *A Voz da Razão*, Paris, 1822; foi a primeira vez que appareceram impressas estas celebres epistolas, de que até então giravam apenas algumas copias manuscriptas, mas com o referido titulo, outras com o de *Verdades singelas ou cartas a Anelio;* o local da impressão parece que é ficticio, porque a edição consta ter sido feita clandestinamente em Coimbra; imprimiram-se por segunda vez em Lisboa, tambem com a indicação de Paris, em 1826; tambem se publicou em 1834, com indicação de Paris, juntamente com a epistola *Pavorosa illusão*, etc., de Bocage, e as *Heloisa e Abeilard*, formando um pequeno volume com o titulo: *Collecção de Epistolas eroticas e philosophicas; Cartas de Heloisa e Abailardo e de Abailardo a Heloisa*, Lisboa, 1822, publicadas em nome de José Anastasio da Cunha, mas suppõe-se que não é d'elle a traducção; *Carta physico-mathematica sobre a theoria da polvora em geral, e a determinação do melhor comprimento das peças em particular, escripta por José Anastasio da Cunha em 1769*, Porto, 1838; foi publicada por José Victorino Damasio e Diogo Kopke; *Composições poeticas do doutor José Anastasio da Cunha, etc, agora colligidas pela primeira vez*, Lisboa, 1839. Deixou bastantes manuscriptos, cujos titulos veem publicados no vol. IV do *Diccionario bibliographico*, a que já nos referimos.

Cunha *(José Chrispim da)*. Ajudante, e depois director do Instituto dos surdos-mudos e cégos, até á incorporação d'este estabelecimento na Casa Pia por portaria de 25 de fevereiro de 1834, mais tarde sub-chefe na secretaria do governo civil de Lisboa. Nasceu nas Caldas da Rainha 23 a de outubro de 1802, fal. a 17 de novembro de 1875. Dedicando se ao estudo do methodo de ensinar os surdos-mudos e os cégos, foi nomeado ajudante

do Instituto que se havia organisado em 1824, passando depois a director. Escreveu: *Historia do Instituto dos surdos-mudos e cégos de Lisboa desde a sua fundação até á sua incorporação na Casa Pia*, Lisboa, 1835; foi depois reproduzida pelo dr. Brilhante, na *Agulha metrica; Informações ácerca do Instituto dos surdos mudos*, etc. *prestadas ao doutor Ramangé, e impressas no Diario do Governo de 16 de dezembro de 1847. Sonetos á entrada do exercito libertador em Santarem em 1834*, Lisboa, 1834; *Carta a um professor de aldeia sobre o methodo de leitura repentina*, Lisboa, 1853; saiu anonyma. Castilho havia publicado o seu *Methodo de leitura repentina*, e respondeu a esta carta, escrevendo o bem conhecido opusculo intitulado: *Tosquia de um camello*.

Cunha *(José Germano da Silva Pereira e)*. Prosador e poeta. Nasceu em Castello Branco a 22 de novembro de 1839; falleceu no Fundão a 3 de agosto de 1903. Era filho do dr. Daniel da Silva Pereira e Cunha (V. *este nome*) e de D. Leonor Candida da Silva. Foi casado duas vezes, a primeira com D. Maria Augusta de Paiva Carneiro e Cunha, a segunda com D. Maria Manoela dos Santos e Cunha. Depois dos seus primeiros estudos, a falta de vista, que desde cedo se tinha começado a manifestar, accentuou-se por tal fórma que, no anno de 1855, os abandonou por não poder seguir uma carreira litteraria. Não deixou, porém, de cultivar sempre as letras, até ao ultimo momento de vida. Ainda bem novo collaborou no *Almanach de Lembranças* com diversos artigos e poesias e depois em varios jornaes, cujos titulos se pódem lêr no numero homenagem que a *Folha do Fundão* publicou em 9 de agosto de 1903. Foi redactor e fundador do jornal *O Apostolo da Verdade*, que em 26 de maio de 1870 começou a publicar-se no Fundão e que durou até 28 de julho de 1871. Collaborou no jornal *A Beira Baixa*, do Fundão, cujo primeiro numero saiu em 4 de outubro de 1891. Foi redactor e fundador do *Jornal do Fundão*, que saiu a publico em 6 de fevereiro de 1898, e do *Unhaes da Serra*, que teve principio em 1 de fevereiro de 1900 e cujos primeiros numeros fôram impressos em Lisboa. Escreveu: *A torre dos namorados*, 1866; *Noticia historica da Santa Casa da Misericordia do Fundão*, 1870; *A proposito da Monographia de Castello Branco*; *Photographias (sonetos)*: *Photographias (versos humoristicos)*, 2.ª edição correcta e muito augmentada, Lisboa, 1893; *Apontamentos para a historia do concelho do Fundão*, Lisboa, 1892; *O conselheiro de Estado José Silvestre Ribeiro; Jornalismo do districto de Castello Branco (resenha historica); O Fundão (breve noticia com gravuras)*, Lisboa, 1898; *Entre sombras (versos)*, *1903*. José Germano da Cunha, que tinha pelo Fundão um entranhado amor, prestou-lhe relevantissimos serviços. O seu nome ficou ligado á Santa Casa da Misericordia d'aquella villa, á construcção do Casino Fundanense, um bom edificio moderno, que se deve á sua iniciativa e grande tenacidade; ao mercado publico; etc. José Germano da Cunha soffreu a perda total da vista poucos annos antes de fallecer, mas supportou resignadamente essa infelicidade.

Cunha *(José Gerson da)*. Medico, numismata e orientalista hindu. N. em Gôa a 2 de fevereiro de 1844. E' filho de Francisco Caetano da Cunha e de D. Leopoldina Maria Gonçalves, descendente d'uma antiga familia de brahamanes estabelecida n'aquella cidade nos primeiros tempos do dominio portuguez. Seguiu em Gôa os primeiros estudos, e passou depois a Bombaim, onde concluiu o curso de mathematica e sciencias naturaes. Indo para Inglaterra doutorou se em medicina. Regressando a Bombaim dedicou-se ao estudo das linguas européas e orientaes, e exerceu clinica em alta escala. Tem vivido sempre em Bombaim e em Inglaterra, é licenceado em obstetricia pela escola medico-cirurgica de Edimburgo, membro de muitas sociedades scientificas de diversas nações, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. Tem publicado em Bombaim bastantes trabalhos, escriptos em inglez, entre os quaes se contam: *Catalogue of the coins in the numismatic cabinet*, 4 fascicles, Bombay, 1880-1889; *Contributions to the study of Indo portuguese numismaticos*, Bombay, 1880; etc.

Cunha *(D. José Maria Vasques Alvares da Cunha, 4.º conde da)*. Official-mór da Casa Real (15.º trinchante-mór); senhor das villas da Cunha, Taboa e Ouguella; alcaide-mór, commendador de Santa Maria de Almendra, e de Idanha a-Nova na Ordem de Christo, commendador da villa d'Arruda dos Vinhos, na ordem de S. Thiago da Espada; 21.º administrador dos vinculos situados nas villas de Cunha e de Taboa; cavalleiro da ordem de S. João de Jerusalem priorado de Portugal; coronel do regimento das extinctas milicias de Lisboa, do termo oriental. N. a 23 de dezembro de 1793 e fal. a 16 de março de 1867. Era filho do 2.º conde da Cunha, D. José Vasques Alvares da Cunha, e de sua segunda mulher, D. Maria do Carmo de Menezes e Silva. Succedeu na casa e titulo de conde da Cunha a seu pae, a 2 dezembro de 1812, e foi o 21.º senhor da mesma casa. Casou em primeiras nupcias a 16 de janeiro de 1814 com D. Maria Gertrudes Quintella, filha dos 1.ºs barões de Quintella. Esta senhora falleceu a 8 de setembro de 1824, deixando uma filha unica, D. Maria do Carmo Cunha Quintella, que casou com o 2.º marquez de Vianna, D. João Manuel de Menezes. Casou em segundas nupcias na cidade de Bruges, a 4 de maio de 1829, com D. Joanna Luiza Bush, filha de Mr. Thomas Bush, official do exercito britannico, e de sua mulher Miss Joanna Luiza Uhrite. D'este matrimonio nasceu D. Guterre Napoleão, que foi o 5.º e ultimo conde da Cunha.

Cunha *(D. José Vasques Alvares da Cunha, 2.º conde da)*. Official na Casa Real (14.º trinchante-mór); 20.º senhor da villa da Cunha e Taboa, administrador dos vinculos já referidos, alcaide-mór e commendador de Santa Maria d'Almendra e d'outras commendas, capitão tenente da armada nacional, etc. N. a 19 de março de 1734, e fal. a 1 de dezembro de 1812. Era filho de D. Pedro Alvares da Cunha, official-mór da Casa Real (trinchante), senhor da villa da Cunha; senhor de Taboa e de Ouguella, etc., e de sua mulher D. Maria Thereza de Mezezes, filha de D. Antonio de Menezes Souto Maior e Silva, fidalgo da Casa Real. Succedeu na casa e no titulo a seu irmão, filho do primeiro matrimonio de seu pae, D. Antonio Alvares da Cunha, 1.º conde da Cunha, a 9 de julho de 1791. Andou algum tempo embarcado, servindo 7 annos na esquadra de Malta, passando depois a praticar a diplomacia com seu tio, o notavel diplomata e estadista D. Luiz da Cunha. Vi-

veu 6 annos em Paris como embaixador de Portugal n'aquella côrte; sendo depois chamado a Lisboa, foi nomeado enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, junto ás côrtes de Vienna d'Austria e da Haya, em que serviu durante 11 annos. Casou em 1760 com D. Maria de Menezes, sua sobrinha, senhora d'Aguas Bellas e do morgado de Tibau, filha e herdeira de Antonio de Sodré Pereira, moço fidalgo com exercicio no Paço, marechal de campo, governador do castello e praça de S. Filippe, de Setubal. Tendo enviuvado, casou em segundas nupcias com D. Maria do Carmo de Menezes e Silva, tambem sua sobrinha, filha de D. Antonio Maria de Menezes e Silva, moço fidalgo com exercicio no Paço e senhor de differentes morgados, e de sua mulher, D. Anna Joaquina Policena de Menezes.

Cunha *(Leovigildo Antonio da)*. N. em Coimbra a 26 de abril de 1812, onde tambem fal. em 1880. Seguiu a carreira do commercio, depois dos estudos elementares, e sem deixar a sua profissão, dedicou se ao estudo dos classicos, mostrando sempre grande paixão pela litteratura, sendo enthusiasta por Luiz de Camões e pelo seu poema. Parece que ficou profundamente desgostoso com a *Analyse dos Luziadas*, por Jeronymo Soares Barbosa, edição de Olympio Nicolau Ruy Fernandes, então director da imprensa da Universidade, e em seguida annotou e corrigiu de innumeros erros a essa edição. Instado, consentiu em dar uma longa tabella dos principaes erros, que anda no fim do volume. Tinha tambem annotada uma edição dos *Luziadas*. Escreveu: *Viagem ao Japão*, artigo traduzido da *Revue des deux mondes* para o Instituto, de Coimbra, vol. XII, n.os 7 a 12; *Idéas do acaso, de Victor Hugo*, no *Repositorio litterario*, n.º 3, 4 e 5.

Cunha *(Lopo da)*. Senhor de Assentar e commendador da Azinhaga na ordem de Christo. Era filho de D. Pedro da Cunha e de D. Elvira Coutinho. Estava em Castella quando D. João IV foi acclamado em Portugal, e Filippe IV o creou conde de Assentar e conselheiro de guerra. Casou com D. Violante de Menezes, filha de D. Luiz de Menezes, 2.º conde de Tarouca, e de sua segunda mulher, D. Lourença Henriques. D. Lopo foi muito applicado ao estudo da genealogia, e escreveu a seguinte obra, em 2 tomos, que ficou inédita: *Arvores de todas as familias nobres portuguezas e castelhanas*

Cunha *(Lourenço da)*. Considerado no seu tempo como o melhor dos pintores portuguezes, no genero de architectura e perspectiva, e de que Cyrillo Wolkmar Machado faz honrosa menção nas suas *Memorias*, a pag. 196 a 198. N. em Lisboa, onde tambem falleceu em 1760. Esteve em Roma, onde estudou scenographia, e regressando a Portugal em 1744, pintou para o theatro da Rua dos Condes muitas scenas, que fôram calorosamente applaudidas pelos entendedores. Wolkmar Machado, nas *Memorias* a que nos referimos, diz tambem, que relativamente ao seu merecimento como pratico, talvez egualasse Baccarelli, mas que o excedia em theoria, e como pintor de decoração era o emulo de Bibiena. Ornou de muitas pinturas as egrejas de Lisboa. Lourenço da Cunha foi casado com D. Jacinta Ignez, e pae do notavel mathematico José Anastasio da Cunha V. *este nome*.

Cunha *(D. Lourenço da)*. Capitão de Gôa e de Malaca. Ignora-se a data do nascimento, mas sabe-se que falleceu em 1633. Era filho de Pedro da Cunha e irmão do arcebispo de Lisboa D. Rodrigo da Cunha. Seguiu a vida militar, e passou a servir na India em 1594, e durante 39 annos muito se distinguiu, mostrando decidida bravura e intrepidez na peleja, especialmente nos combates contra o Cunhale e contra os hollandezes, e decidido desinteresse, o que era raro na India, chegando muitas vezes a não receber o soldo e a manter soldados á sua custa D. Lourenço da Cunha pertenceu ao conselho de estado da India, e foi tambem governador desde a morte do bispo D. Fr. Luiz de Brito, em julho de 1629, até á chegada do novo vice-rei, o conde de Linhares, D. Miguel de Noronha. N'esse governo teve por collegas o capitão Nuno Alvares Botelho e Gonçalo Pinto da Fonseca.

Cunha *(D. Luiz da)*. Celebre diplomata no tempo de D. João V, commendador da ordem de Christo, arcediago da sé de Evora, desembargador do Paço, enviado extraordinario ás côrtes de Londres, Madrid e Paris, e ministro plenipotenciario de Portugal no congresso de Utrecht; academico da Academia Real de Historia, etc. N. em Lisboa a 25 de janeiro de 1662, e fal. em Paris a 9 de outubro de 1740. Era filho de D. Antonio Alvares da Cunha, guarda-mór da Torre do Tombo, e sobrinho de D. Sancho Manuel, conde de Villa Flôr. *(V. Cunha, D. Antonio Alvares da)*. Seguiu muito moço os estudos da Universidade de Coimbra, onde se graduou na faculdade de direito canonico, e tendo desde logo mostrado extraordinario talento, foi nomeado em 1686, quando terminou o curso, desembargador da relação do Porto, contando apenas 20 annos de edade, passando depois para a de Lisboa. Em 1696 foi nomeado embaixador na côrte de Londres, em que revelou exuberantemente a sua grande vocação para a diplomacia. No anno de 1712 recebeu a nomeação de ministro plenipotenciario no congresso de Utrecht, para auxiliar o conde de Tarouca, que já estava encarregado das negociações da paz. Assignou n'esse anno a suspensão das armas, a que se seguiu o tratado, celebrado entre Portugal, França e Hespanha, que veiu a assignar-se em 1715, o qual poz termo á guerra da successão de Hespanha. Depois voltou a Londres como embaixador extraordinario, a felicitar o rei Jorge I, de Inglaterra, pela sua elevação ao throno, acompanhou este monarcha a Hanover, d'onde novamente partiu para Londres. Em seguida foi enviado a Madrid, que estava sendo governada pelo cardeal Alberoni. Teve graves contendas com este fogoso ministro, que n'uma occasião, por causa d'uma reclamação de 600:000 patacas que Portugal apresentava, o tratou injuriosamente, chegando a voltar-lhe as costas. D. Luiz da Cunha procedeu então com toda a energia. Dotado d'um fino tacto diplomatico, percebeu que n'essa occasião não convinha á Hespanha ter guerra com Portugal; era no tempo em que o embaixador hespanhol em Paris, o principe de Cellamare, conspirára contra o regente, sendo a conspiração descoberta. A França declarara guerra á Hespanha, o marechal de Berwick invadira as provincias septentrionaes da peninsula, e Alberoni não podia desejar que um exercito portuguez o obrigasse a chamar para as suas fronteiras occidentaes uma parte das forças, que lhe eram tão pre-

cisas nos Pyrenéos. Por isso, D. Luiz da Cunha mostrou-se resoluto e exigente, e conseguiu da Hespanha plenissimas satisfações. Depois foi nomeado ministro plenipotenciario ao congresso de Cambray, que não se realisou, e permaneceu em Paris, até que se viu obrigado a sair, em resultado d'uma desavença que o procedimento do abbade de Livry, ministro de França em Portugal, suscitou: o abbade de Livry pediu os seus passaportes, e D. Luiz da Cunha pediu logo tambem os seus, e foi para Bruxellas, e d'ali mesmo esteve negociando com o governo francez para pôr termo a este estado de cousas, o que effectivamente conseguiu, chegando a um accordo com o marquez de Fénelon, ministro francez em Haya. Voltou então a Paris, onde se conservou até fallecer, como ministro de Portugal n'aquella côrte, sendo encarregado de muitas e importantes missões, em que sempre se houve com reconhecido zelo e subida intelligencia, pelo que, segundo diz um escriptor, os ministros das outras nações o tinham por oraculo. Paris era a terra da sua maior predilecção; apreciavam muito o seu elevado talento, e consultavam-n'o nos casos difficeis. Mr. Beauchamp dizia que D. Luiz da Cunha era entre os portuguezes *um quinto evangelista.* O marquez d'Argenson propoz lhe uma vez, que alcançasse que Portugal se apresentasse como mediador para pôr termo á guerra entre a França e a Prussia D. Luiz mostrou-se muito partidario d'esta idéa, e assim o escreveu para Portugal. São muito curiosas as cartas que se trocaram em 1746 e 1747 entre D. Luiz da Cunha e Alexandre de Gusmão, a este respeito. No meio d'uma vida agitada e cheia de cuidados, D. Luiz não deixou de cultivar as letras, merecendo entre os seus escriptos o primeiro logar, as suas *Memorias,* que o celebre diplomata offereceu á Bibliotheca Real, as quaes são a historia politica da Europa durante meio seculo, que se conservam inéditas, e das quaes dizem existir um exemplar na Torre do Tombo, além d'outras copias que ainda ficaram. E' curioso, porém, que de tres copias que se conhecem, uma é em 3 volumes, outra em 4, outra em 6, significando não o diverso tamanho do volume, mas o serem versões diversas, muitas mais resumidas que outras. Entre varias cartas de D. Luiz da Cunha, entre as quaes algumas pódem ser taxadas de apocriphas, tornase celebre uma que dirigiu a D. José I, sendo ainda principe, em que lhe dá conselhos muito proveitosos para o governo do paiz, e indicando-lhe para ministro Sebastião José de Carvalho e Mello. Esta carta judiciosa recommenda a reforma do exercito, da marinha e da magistratura, a creação da policia da côrte, o fomento da industria, a abertura de rios e canaes e a tolerancia religiosa. Foi impressa em 1820, com o titulo de: *Testamento politico ou carta escripta pelo grande D. Luiz da Cunha ao senhor rei D. José I antes do seu governo.* Este documento havia sido publicado no *Investigador portuguez*, e foi depois publicado por Antonio Lourenço Caminha, em 1821, no seu livro: *Obras ineditas do grande exemplar da sciencia do Estado, D. Luiz da Cunha, a quem o marquez de Pombal Sebastião José de Carvalho e Mello chamava seu mestre*, etc., *commentadas e consagradas ao muito alto e poderoso senhor D. João VI, rei do reino unido*, etc., tomo I. O 2.º tomo não chegou a publicar-se.

Cunha *(Luiz Antonio Rosado da).* Juiz de fóra na cidade do Rio de Janeiro em 1747. Nada mais se conhece ácerca da sua vida, senão o seguinte opusculo, que n'esse anno imprimiu no Rio de Janeiro: *Relação da entrada que fez o ex.mo e rev.mo sr. D. Fr. Antonio do Desterro Malheiro, bispo do Rio de Janeiro, em o 1.º dia do anno de 1747, havendo sido bispo de Angola*, etc. Este opusculo torna-se curioso, por ser a unica publicação litteraria, que segundo consta se imprimiu na typographia de Antonio Isidoro da Fonseca, que pouco antes se havia estabelecido no Rio de Janeiro, tentando introduzir a imprensa no Brazil. A typographia, porém, teve curta duração, porque uma ordem da metropole a mandou supprimir. Parece que as conveniencias politicas, ou razões de estado obstavam a que se permittisse nas colonias o uso da imprensa, por que então se julgasse nociva aos interesses da metrople e perigosa para o seu dominio. No entretanto, apezar da prohibição, dizem que aquella typographia ainda trabalhou algum tempo clandestinamente, julgando-se ter sido ali publicado sob a indicação de Madrid, em 1748, o *Exame de Bombeiros*, etc.

Cunha *(Luiz José da).* Cirurgião-mór do exercito. N. em 1833. Foi nomeado em 1859 para o regimento de infantaria n.º 9, onde serviu até 1887, sendo no anno seguinte promovido a cirurgião de brigada para a terceira divisão militar. E' cavalleiro das ordens de Christo e de Aviz, e condecorado com as medalhas de prata, de bons serviços e de comportamento exemplar. A sua *Dissertação sobre o strabismo e myotomia ocular* foi publicada no tomo II do *Archivo Universal,* a pag. 199, 217, 231, 296, 411, 325, 311 e 357.

Cunha *(Luiz Maria do Couto Albuquerque e).* Fidalgo da Casa Real, associado provincial da Academia Real das Sciencias, director da alfandega da ilha de S. Thomé, presidente da commissão permanente das pautas das alfandegas da provincia de S. Thomé e Principe, presidente da commissão administrativa da Santa Casa da Misericordia da cidade de S. Thomé, vogal da junta protectora dos escravos libertos, procurador á junta geral do districto, etc. N. em Lisboa a 25 de outubro de 1828, fal. na ilha de S. Thomé a 3 de maio de 1880. Escreveu: *Memorias para a historia da praça de Mazagão, revistas por Levy Maria Jordão, e publicadas pela Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1864. Estas *Memorias* conteem noticias importantes d'esta praça, ultima que os portuguezes possuiram n'aquella parte d'Africa, e onde tanto se distinguiram e illustraram.

Cunha *(Manuel da).* Cirurgião-mór do regimento de infantaria de Penamacôr, de guarnição na praça d'Almeida, etc. Traduziu e publicou: *Elementos de cirurgia, compostos em francez com suas notas pelo dr. Sue o Moço, presidente do collegio de cirurgia, adjuncto ao tribunal perpetuo da academia real de cirurgia*, etc , Lisboa, 1790.

Cunha *(Manuel da).* N. a 22 de dezembro de 1722, em Lamego, e era filho de Antonio Cardoso e de Ursula da Cunha. Depois de frequentar os estudos de philosophia e theologia moral foi mestre de rhetorica no seminario episcopal de Vizeu. Escreveu: *Relação das exequias que pela alma do Fidelissimo Senhor Rey D. João V celebrou na Santa Egreja Cathedral de Vizeu o ex.mo e rev.mo sr. D. Julio Francisco de Oliveira, bispo de Vizeu do Conselho de Sua Magestade*, Lisboa, 1751.

Cunha (*Manuel da*). Pintor brazileiro, que nasceu escravo, por ser filho d'uma escrava e do seu senhor, mas que, pela affeição que seu pae lhe votou, recebeu uma certa educação, sendo mandado a Lisboa aprender pintura, para que revelava grande vocação. Voltou para o Rio de Janeiro já artista muito conceituado, e como seu pae morrera sem o deixar liberto, com a sua paleta e o auxilio que deveu á caridade do negociante João Dias da Cruz, que muito o protegeu, conseguiu conquistar a sua alforria. Então entregou-se ao trabalho com mais ardor, e tornou-se tão conhecido e acreditado, que a camara do Rio de Janeiro o encarregou de pintar o retrato em corpo inteiro do conde de Bobadella, Gomes Freire de Andrade, que foi inaugurado por ordem régia, na sala das sessões da mesma camara. Pintou muitos quadros religiosos nos tectos e nas paredes de varias egrejas do Rio de Janeiro, e além d'isso, muitos retratos, sendo essa, ao que parece, a sua verdadeira especialidade. Estabeleceu uma escola de pintura em que teve alguns discipulos, e falleceu a 27 de abril de 1809.

Cunha (*D. Manuel da*). Clerigo secular, licenceado em Canones pela Universidade de Coimbra, bispo d'Elvas, do conselho geral do Santo Officio, commissario da Bulla da Cruzada, capellão mór de D. João IV e de D. Affonso VI, arcebispo de Evora e de Lisboa, inquisidor geral, etc. N. em Lisboa a 15 de setembro de 1594, onde tambem falleceu a 30 de novembro de 1658 Era filho de Simão da Cunha, trinchante-mór de Filippe III e IV, sargento-mór de batalha, e de D. Luiza d'Almeida. Depois de estudar em Lisboa letras humanas, frequentou a Universidade de Coimbra, applicando se á jurisprudencia pontificia, em que recebeu o grau de licenceado, sendo admittido como collegial no collegio de S. Pedro em 20 de outubro de 1616 Foi deputado das inquisições de Coimbra e de Lisboa, e inquisidor n'esta cidade, deputado do conselho geral, de que tomou posse a 12 de novembro de 1632, e commissario apostolico da Bulla da Cruzada. Tendo o bispo d'Elvas D. Sebastião de Mattos de Noronha passado á mitra primacial de Braga, D. Manuel da Cunha succedeu-lhe n'aquelle bispado a 18 de maio de 1634. D. João IV, sendo acclamado rei de Portugal em 1640, o nomeou seu capellão mór. Orou elegantemente nas côrtes celebradas em Lisboa a 28 e 29 de janeiro de 1641, em que este D. João foi jurado rei, e seu filho D. Theodosio, principe herdeiro, como tambem nas côrtes de 12 de outubro de 1653, em que o reino celebrou a mesma cerimonia politica ao principe D. Affonso. A 2 de outubro de 1656 foi eleito arcebispo de Lisboa, mas não chegou a ser confirmada a eleição, em consequencia da ruptura que então houve entre a côrte portugueza e a curia romana. Fundou o mosteiro de N. S.ª da Encarnação, de Olhalvo, onde foi sepultado. Escreveu: *Lusitaniæ Vindicatæ* sem ter data nem logar da impressão; é um manifesto escripto em versos latinos, da justiça com que Portugal acclamou D. João IV por seu soberano; *Pratica no juramento que os tres Estados d'estes reinos fizeram a el-rei D. João IV, e do juramento, preito e homenagem que os mesmos tres Estados fizeram ao serenissimo principe D. Theodosio, na cidade de Lisboa, a 28 de janeiro de 1641*, Lisboa, 1641; *Pratica no auto das Côrtes que fez aos tres Estados do reino el-rei D. João IV na cidade de Lisboa a 29 de janeiro de 1641*, Lisboa, 1641; *Proposta que fez nas Côrtes que se celebraram em 18 de setembro de 1642 na cidade de Lisboa*, Lisboa, 1642; *Proposição das Côrtes que se celebraram em Lisboa em 28 de dezembro de 1645, deante da magestade d'el-rei D. João o IV, nosso senhor, estando presentes os tres Estados*, Lisboa, 1645; *Pratica que fez no juramento do serenissimo principe D. Affonso, que Deus guarde, nas Côrtes que se celebraram em Lisboa a 22 de outubro de 1653, deante da magestade d'el-rei D. João IV, etc.* Lisboa, 1653. A esta *Pratica* segue-se a *Proposição nas mesmas Côrtes, celebradas em 23 de outubro de 1653*, etc ; saíram ambas n'um só opusculo, seguidas das duas *Respostas* do dr. Jorge de Araujo Estaço. Da *Proposição*, existe uma copia na Bibliotheca Nacional de Lisboa com o seguinte titulo: *Proposição que D. Manuel da Cunha, bispo de Elvas, capellão-mór de S. M., do seu conselho de Estado, nomeado arcebispo de Lisboa, fez nas Côrtes que se celebraram em 23 de outubro de 1653, deante de sua magestade o sr Rei D. João IV estando presentes os tres Estados do reino.* Vol. de ms. da Bibliotheca Nacional de Lisboa, A-6-20. Fol. de 3 folhas. Na mesma Bibliotheca existe outra copia d'esta *Proposição*, F-2-30. 4.° de 13 folhas. Em outro livro manuscripto, E-4-32, encontra-se: *Resposta a duvidas: a qual se deve em rigor de justiça preferir pera os logares do conselho geral do Santo Officio se o mais nobre, se o mais antigo no serviço.* Fol. de 3 folhas O prelado deixou ainda manuscriptas duas obras, que escreveu em latim, quando exercia as funcções de commissario geral da Bulla da Cruzada.

Cunha (*Padre Manuel de Azevedo da*). Beneficiado da egreja matriz da Calheta, ilha de S. Jorge, Açôres. Tem publicado varios estudos historicos no *Insulano*, periodico da villa do Topo, sob o titulo de *Papeis Velhos*.

Cunha (*D. Manuel Baptista da*). Actual arcebispo de Braga, primaz das Hespanhas. N. em Paradella, concelho de Agueda, a 16 de abril de 1843. Formou-se em Direito e Theologia na Universidade de Coimbra em 1870. Em 20 de julho de 1871 foi convidado pelo vigario geral de Aveiro, o sr. Pires de Lima, para professor do curso ecclesiastico do seminario d'essa cidade, sendo proposto pouco depois para vigario geral substituto. Em 1880 foi nomeado effectivo, tendo logo transferencia para Pinhel, cargo que não acceitou, continuando a exercer o magisterio no seminario de Aveiro. Quando o bispado de Aveiro foi extincto, passou para o seminario da diocese de Coimbra, a convite do sr. bispo conde. Em 30 de janeiro de 1888 foi nomeado e acceite vigario geral do patriarchado de Lisboa, sendo preconisado em consistorio de 1 de junho de 1888 pela Santa Sé principe da egreja com o titulo de arcebispo de Mitylene, e sagrado em 15 de julho do referido anno. Em agosto de 1899, pelo fallecimento do arcebispo D. Antonio José de Freitas Honorato, foi eleito arcebispo de Braga e primaz das Hespanhas, e tomou posse a 8 de agosto d'este anno. A recepção, que teve á sua entrada em Braga, foi imponente e das mais sympathicas Desde a estação do caminho de ferro até á egreja do Populo, em que o novo arcebispo se paramentou, e d'esta egreja á sé, onde se celebrou um solemne *Te Deum*, foi o venerando prelado acompanhado por um magestoso cortejo, em que se

incorporaram todas as autoridades e pessoas mais importantes da cidade. O sr. D. Manuel Baptista da Cunha, desde o começo da sua carreira ecclesiastica, tornou-se sempre erédor das mais respeitosas sympathias, tanto pelo seu robusto talento, como pelo seu caracter bondoso e caritativo.

Cunha *(Manuel Ferreira da)*. Pharmaceutico em Ilhavo; membro da Sociedade Pharmaceutica Lusitana. Naseeu na mesma villa a 30 de abril de 1864. Fez os seus primeiros estudos no lyceu de Aveiro, e seguiu o curso de pharmacia em Coimbra. Muito dedicado á sua terra natal, logo que a ella regressou fez parte de todas as commissões creadas pela lei de instrucção primaria de Rodrigues Sampaio. Ultimamente tem exercido o cargo de administrador substituto do concelho, merecendo a consideração dos respectivos governadores civis. E' presidente da Associação dos bombeiros voluntarios, correspondente dos principaes jornaes de Lisboa, etc. Tem publicado muitos artigos, que se encontram dispersos em varios periodicos noticiosos e litterarios. Além d'alguns, insertos no *Diario de Noticias* e *Seculo*, tem collaborado no *Branco e Negro* e na revista *Le Portugal à l'exposition* (de Paris em 1900) com a descripção da fabrica da Vista Alegre. Tambem muito dedicado ás glorias da sua patria, tem escripto varios artigos commemorativos e biographicos de D. José Bilhano, arcebispo de Evora, José Maria Ançã, Filippe de Oliveira, Gabriel Ançã, bem como de Sousa Martins, Sousa Telles, etc. Quando, em outubro de 1895, foi supprimido o concelho de Ilhavo, fez parte da commissão de resistencia até que foi restaurado, em janeiro de 1898. Escreveu então varios artigos, advogando a autonomia de Ilhavo, no *Primeiro de Janeiro*, *Voz Publica*, *Os Successos*, etc.

Cunha *(Mathias da)* Neto do 1.º marquez de Tavora, Luiz Alvares de Tavora. Serviu na guerra contra Castella, perdendo a perna esquerda no sitio de Badajoz, em 1705; concluida a paz, passou á Allemanha, servindo na guerra ao serviço do imperador; esteve nas batalhas de Temesvar e Belgrado e em outras, assim como na guerra de Italia, chegando ao posto de general de batalha dos exercitos do imperador.

Cunha *(Miguel da Silva Pereira e)*. Nasceu no Fundão a 7 de janeiro de 1800. Formou-se em Canones, na Universidade de Coimbra. Em 1834 estava juiz de fóra em Aldeia Gallega, onde foi assassinado pelos realistas por ser do partido liberal. Em 1832, pela mesma razão tinha estado preso no Limoeiro. Deixou alguns escriptos, conforme refere José Germano da Cunha na sua monographia do Fundão, especialisando uma descripção da inquisição de Coimbra.

Cunha *(Nuno da)*. Védor da fazenda de D. João III e 10.º governador da India. Era filho de Tristão da Cunha, embaixador enviado por el-rei D. Manuel ao papa Leão X, e de D. Antonia d'Albuquerque. N. em 1487. Acompanhou seu pae n'esta embaixada, assim como o acompanhou ao Oriente, e combatendo com bravura na expugnação das cidades de Ojá e Brava, mereceu ser armado cavalleiro por Affonso d'Albuquerque. Acompanhou tambem o vice-rei D. Francisco d'Almeida na empresa de Panane, concorrendo e competindo com D. Lourenço d'Almeida, filho do mesmo vice-rei. Regressando ao reino foi nomeado védor da fazenda real. D. João III o nomeou depois governador da India, para onde partiu em abril de 1528. De passagem para Gôa destruiu a cidade de Mombaça, cujo principe vexava outros da costa de Moçambique, alliados dos portuguezes, e chegando ao Estado cujo governo lhe fôra entregue, alcançou gloriosos successos, assolando a ilha de Beth, dando a morte a Bahdur, rei de Cambaya, e fundando as fortalezas de Diu, Chale e Baçaim O assassinio do rei Bahdur foi uma nodoa na vida gloriosa d'este governador, que durante todo o seu prolongado governo impoz a toda a India o terror do nome portuguez. O seu governo durou 10 annos, e nenhum durou tanto tempo, nem antes nem depois, nem governador nem vice-rei. Intrigas forjadas pelos seus inimigos de que foi victima, concorreram muito para que D. João III o quizesse castigar, mandando aos Açôres uma armada onde ia um corregedor com ordem de esperar ali Nuno da Cunha, e de o trazer preso ao reino. O destino, porém, livrou o illustre governador d'esta humilhação, porque falleceu ao dobrar o Cabo da Boa Esperança a 5 de março de 1539 o navio que o conduzia, sendo o cadaver lançado ao mar conforme determinara D. Nuno da Cunha era cego do olho direito, que perdera n'um combate de cannas.

Cunha *(Nuno da)*. Jesuita; irmão de D. Manuel da Cunha, que foi bispo d'Elvas. N. em Lisboa em 1593, fal. a 14 d'outubro de 1674. Entrou na Companhia de Jesus, e foi reitor do seminario dos irlandezes, dos collegios de Lisboa e Coimbra; preposito da casa professa de S. Roque, e assistente na côrte de Roma pela provincia de Portugal. Deixou impresso um sermão.

Cunha *(Nuno da)*. Governador de Moçambique entre os annos de 1595 e 1598. Adeantou muito as obras da fortaleza, e no seu tempo começaram a apparecer os hollandezes nas costas d'aquella possessão.

Cunha *(D. Nuno, cardeal da)*. Ministro de D. João V, que pouco se salientou como politico. Em 1712 foi creado cardeal com o titulo de Santa Anastacia. Fal. em 1750.

Cunha *(Pedro da)*. Trinchante de João IV, e irmão do bispo de Elvas, D. Manuel da Cunha. Era muito perito nas linguas latina, franceza e italiana, e não menos versado em historia. Deixou diversas obras manuscriptas, cujos titulos veem mencionados no 3.º vol. da *Bibliotheca Lusitana*, a pag. 574, contando-se entre estas a que tem por nome: *Exemplos tragicos*, de que ha uma copia em 2 tomos de folio na livraria da Academia Real das Sciencias. D. Francisco Manuel de Mello refere-se a esta obra n'uma das suas cartas dirigidas ao dr. Temudo.

Cunha *(D. Pedro da)*. Foi um d'esses soldados valentes, que tanto illustraram o nome portuguez, militando na Africa e na Asia. Era filho de Ayres da Cunha. Com seu primo D. Alvaro de Abranches, esteve na praça de Tanger, onde fez a sua estreia na milicia, passando depois a Azamor e a Mazagão. Em 1536 partiu para a India com o vice-rei D. Garcia de Noronha, e durante o tempo d'esse governador e do de Estevão da Gama, assistiu ás mais celebres empresas e acções. Regressando a Portugal foi logo acudir a Alcacer do Sal, e sendo em 1550 nomeado capitão-mór das galés e armada da costa do Algarve, ganhou então muitas victorias sobre os turcos, e aprisionou-lhes va-

rias e importantes embarcações. Em 1557 foi escolhido para capitão-mór d'uma armada enviada a Flandres, sendo depois nomeado por el-rei D. Sebastião capitão de Ceuta. Regressando á patria serviu de capitão-mór da gente da governança de Lisboa, e de senador do senado da mesma cidade, sendo depois, em 1570, mandado como presidente da alçada ás comarcas da Beira e de Entre Douro e Minho. No desempenho de todos estes cargos revelou sempre grande zelo e patriotismo, como nas empresas militares manifestára. Recusou-se a acompanhar D. Sebastião á Africa, por não confiar n'aquella audaciosa tentativa, e depois da infausta batalha d'Alcacer Kibir e da perda do joven monarcha, tomou o partido de D. Antonio, prior do Crato, que lhe custou ser encerrado na Torre de Belem, onde falleceu.

Cunha *(Pedro Alexandrino da)*. Official de marinha, governador de Angola, etc. N. em Lisboa em outubro de 1801, fal. em Macau a 6 de julho de 1850. Era filho de Jacinto Pires da Cunha, tenente da armada, que fallecera em Argel, poucos mezes depois do nascimento de seu filho, resultado dos graves ferimentos que recebera dos moiros, quando estes tomaram a fragata *Cysne*, onde estava embarcado. Pedro Alexandrino da Cunha entrou aos 14 annos para o Collegio Militar, cujo curso completou com distincção, e assentando praça na brigada real da marinha, passou em março de 1821 para o exercito, com o posto de alferes, annexo ao estado maior, e com exercicio no archivo militar. N'este posto foi cursar as aulas na Academia de Marinha. As suas idéas liberaes o envolveram na perseguição do dia 30 de abril de 1824, em que foi preso juntamente com outros officiaes, sendo encerrados nos carceres da praça de Peniche. Recobrando pouco depois a liberdade, pôde concluir o curso, e passando á Academia de Fortificação, foi em julho de 1827 promovido a tenente para o regimento de infantaria n.º 13. Decidido sectario das doutrinas liberaes, logo que se malogrou no Porto a revolta de 16 de maio de 1828, emigrou para Inglaterra, d'onde saiu em fins de setembro a bordo da fragata *Izabel*, navio que levou á ilha Terceira os primeiros officiaes emigrados. Chegando ali, foi incumbido da reparação das baterias e fortificações do castello de S. João Baptista do Monte Brazil, e depois nomeado director da imprensa que o marquez de Palmella mandára para a publicação dos documentos officiaes, imprensa que elle montou e poz em movimento. Quando a regencia se decidiu a mandar uma expedição ás ilhas de oeste, Pedro Alexandrino da Cunha foi muito instado para trocar o serviço do exercito pelo da armada, e accedendo, embora contrariado, teve a nomeação de 2.º tenente de marinha em fevereiro de 1831, e tomou parte na referida expedição a bordo do brigue-escuna *Liberal*. Commandou mais tarde as escunas *Prudencia* e *Terceira*, e quando D. Pedro IV se dirigiu a Portugal, tambem o acompanhou na esquadra libertadora do commando do vice-almirante Sartorius. Em julho de 1832 serviu no brigue *Conde de Villa Flôr*, passando em setembro a commandar interinamente a corveta *Villa da Praia* fundeada no rio Douro, achando-se já então no posto de 1.º tenente a que fôra promovido em 28 de agosto. Em outubro foi mandado servir ás ordens do ministro da marinha, sendo depois escolhido para commandante geral das praças de marinhagem destacadas nas diversas baterias do Porto, e em 28 de fevereiro de 1833 voltou a servir ás ordens do ministro. Em 13 de julho foi commandar a charrua *Maria Cardoso*, que D. Miguel armara em fragata, e que fôra apresada na batalha do Cabo de S. Vicente, o tendo com ella cruzado nas costas do Algarve, veiu entrar em Lisboa. Embarcou em outubro seguinte na fragata *D. Pedro*, que saiu para Inglaterra de observação ao capitão Eliot, e na sua volta conservou-se sobre a costa de Portugal para cooperar na tomada de Coimbra, Viauna, Valença e Figueira. A bordo da mesma fragata saiu de novo para o bloqueio da Madeira, onde fôra encarregado do governo da fortaleza do Pico, e regressando a Lisboa em 1834, foi em outubro promovido a capitão-tenente. Em janeiro de 1835 foi a Inglaterra unir-se ás forças que se mandaram pôr ás ordens do principe D. Augusto de Leuchtemberg, primeiro marido da rainha D. Maria II, e depois de o ter acompanhado a Portugal, foi nomeado immediato da fragata *Duqueza de Bragança*, que cruzou no Mediterraneo com o fim de prevenir e vigiar quaesquer intentos hostis que pudesse ter o infante D. Miguel. Em dezembro de 1836 saiu de Lisboa commandando a corveta *Izabel Maria*, que estacionou algum tempo na Bahia, seguindo depois para a Africa Occidental, onde prestou valiosos serviços na repressão do trafico da escravatura, no minucioso exame que fez da costa sul de Benguella, e nas estatisticas que fez de Mossamedes, então quasi completamente desconhecida. Esta commissão durou perto de 5 annos, e em 1841 Pedro Alexandrino da Cunha regressou ao reino, onde novamente foi encarregado de outras commissões. Em janeiro de 1843 saiu eleito deputado por S. Thomé e Principe, mas não tardou a ser requisitado para uma commissão de serviço, e a 27 de abril partiu para Angola, como commandante da corveta *Urania*. Em Loanda assumiu o commando da estação naval, e na ilha chamada de Loanda fundou um pequeno arsenal, que se tornava indispensavel para se manter aquella estação. Em fevereiro de 1844 foi promovido a capitão de fragata, e sendo nomeado em maio seguinte governador geral de Angola, foi-lhe então dado o posto de capitão de mar e guerra. D'aquelle governo só veiu a tomar posse a 6 de setembro. O seu governo foi um dos mais notaveis que tem havido em Angola, porque applicando a sua actividade a todos os ramos do serviço publico, a todos attendeu e em todos introduziu reformas e melhoramentos importantes. Em dezembro de 1848 voltou para Lisboa, e em 1849 saiu eleito deputado por Angola, sendo ainda n'este anno nomeado commandante da nau *Vasco da Gama*, que saiu para o Rio de Janeiro. Já defronte da barra d'aquella cidade um temporal causou enormes estragos á nau, o que profundamente impressionou Pedro Alexandrino da Cunha, e este desgosto ainda mais se lhe aggravou ao receber a noticia do tragico fim do governador de Macau, João Maria Ferreira do Amaral (V. *este nome)*, e ao saber da sua nomeação, para o substituir n'aquelle governo, para onde partiu a bordo da corveta *D. João*. Chegando a Macau a 26 de maio de 1850, tomou posse do seu novo cargo, que teve curta duração, pelo seu fallecimento pouco tempo depois.

Cunha *(D. Pedro Alvares da)*. Era irmão de D.

João Lourenço da Cunha (V. *este nome*). N. em 1658 e fal. em 1728. Serviu na guerra, sendo coronel d'um regimento do Algarve, e depois foi governador e capitão general da ilha da Madeira.

Cunha *(D. Pedro Vasques Alvares da Cunha, 3.º conde da)*. Cavalleiro da ordem de S. João de Jerusalem, priorado do Portugal. N. a 9 de julho de 1762, fal. no Porto a 2 de maio de 1798. Casou em 1795, com D. Francisca Correia de Lacerda Mello Pita Pacheco, dama de honor das rainhas D. Maria I e D. Carlota Joaquina, dama das ordens de Santa Izabel, e das damas nobres de Maria Luiza de Hespanha, 13.ª senhora da honra de Farelães; senhora dos morgados da casa de Anadia, em que succedeu ao 1.º conde de Anadia a 30 de dezembro de 1809; filha e herdeira de Francisco Manuel Correia de Lacerda, fidalgo da Casa Real, 12.º senhor da referida honra, mestre de campo dos auxiliares do Minho, e de sua mulher, D. Marianna Pita Pacheco de Mello Malheiro. D'este consorcio não houve geração. A condessa da Cunha falleceu a 8 de dezembro de 1829, e tendo enviuvado em 1798, passára a segundas nupcias a 13 de maio de 1800, com D. Gregorio José Antonio d'Eça e Menezes, que em 1804 succedeu no titulo de conde de Cavalleiros V. *este titulo*.

Cunha *(D. Rodrigo da)*. Clerigo secular, doutor em direito Canonico pela Universidade de Coimbra, bispo de Portalegre e do Porto, arcebispo primaz de Braga, arcebispo de Lisboa, etc N. n'esta cidade em setembro de 1577, onde tambem falleceu em 3 de janeiro de 1643, sendo sepultado na sé cathedral, proximo da porta travessa, antigamente chamada *porta de ferro*. Era filho de D. Pedro da Cunha, senhor de Taboa, general das galés do reino, conselheiro de Estado, capitão-mór de Lisboa, etc. (V. *este nome*). D. Rodrigo da Cunha, mostrando grande disposição para as letras, trataram seus paes de lhe darem uma educação esmera a. Aprendeu humanidades no collegio dos jesuitas em Lisboa, passando depois a pensionista no real collegio de S. Paulo em Coimbra, a 11 de abril de 1600. Estudou na Universidade de Coimbra jurisprudencia canonica, faculdade em que se doutorou. Ainda estudante no collegio de S. Paulo, sentia opprimir-se-lhe a alma ao vêr a patria despojada da sua antiga grandeza, e entregue a dominio extranho; comtudo, ia abafando no peito taes brios, entregando-se á pratica de acções virtuosas e á leitura e estudo dos seus livros. Foi eleito deputado do Santo Officio de Lisboa em 1608, e em 1615 passou a inquisidor, sendo ainda n'esse anno eleito bispo de Portalegre, por Filippe II, eleição confirmada pelo pontifice Paulo V, tomando posse a 24 de novembro. Em 1619 foi transferido para o bispado do Porto. Chamado depois a Lisboa, serviu como secretario da junta ecclesiastica nas côrtes que então se celebraram, e nas quaes foi jurado o principe D. Filippe, mais tarde rei de Portugal e de Hespanha. Vagando em 1626 a mitra de Braga, D. Rodrigo da Cunha foi eleito arcebispo primaz, tomando posse em 1627, passando em 1635 para o arcebispado de Lisboa, sendo ao mesmo tempo nomeado conselheiro de Estado, e adjunto á duqueza de Mantua, governadora do reino, para assistir ao despacho ordinario. Intentando o governo de Castella cortar todas as forças a Portugal, prevendo que o seu dominio não poderia durar muito, ou porque já lhe constasse as tentativas de independencia, concorrendo para tal circumstancia os tumultos de Evora, resolveu nos seus conselhos constituir este reino em simples provincia dependente de Hespanha, para o bem commum da monarchia castelhana, e para esse fim convocou a Madrid muitos prelados e pessoas das mais principaes de Portugal, para separadamente lhes ouvir o seu voto, promettendo honras e mercês em troca de respostas favoraveis. D. Rodrigo da Cunha foi nomeado em primeiro logar por ser de maior autoridade e reputação. Apenas chegado á côrte de Madrid, começou energicamente a defender os foros e privilegios dos portuguezes, censurando a oppressão de Hespanha para com Portugal. O rei D. Filippe, vendo-lhe aquella attitude digna e patriotica, tentou attrahil-o á sua causa, offerecendo-lhe o chapéu de cardeal, que o digno prelado regeitou, dizendo que a liberdade da sua patria não a vendia por mercê alguma do mundo. Na occasião em que lhe quizeram fazer prestar um juramento de segredo, indignou-se seriamente, respondendo que só prestava juramento ao papa, de quem era immediato successor, e ao seu rei. Mortificado com tantos desgostos, pediu que o deixassem regressar á sua egreja, e sendo-lhe concedida, voltou para Lisboa a 21 de maio de 1639. O seu regresso foi um verdadeiro triumpho; nobreza, clero e povo fôram esperar ás portas de Santo Antão o estrenuo defensor das liberdades patrioticas O governo de Castella, reconhecendo que nada conseguia pelos meios suaves, tratou de se prevenir com armada e exercito. O exercito que veiu sobre o Alemtejo, e a armada que pouco depois se perdeu no canal de Inglaterra, tendo sido mandada invernar em Lisboa. O arcebispo, estimulado por similhante resolução tão insolente e provocadora, celebrou um concilio diocesano em que se estabeleceram as constituições que depois ficaram vigorando. As suas praticas concorreram muito, por assim dizer, para a gloriosa independencia do paiz, porque o seu exemplo animara ainda mais os que procuravam libertar Portugal do dominio castelhano. No dia primeiro de dezembro de 1640, querendo testemunhar publicamente a sua adhesão á enthusiastica acclamação do duque de Bragança, saiu da sé cathedral processionalmente, percorrendo de cruz alçada e com o seu cabido as ruas principaes da cidade, com o intento de socegar algum tumulto que pudesse occorrer. Os fidalgos logo o nomearam governador do reino, emquanto D. João IV não chegasse de Villa Viçosa; D. Rodrigo fez nomear tambem governador o arcebispo de Braga, e ambos expediram logo correios a todo o reino com a noticia da independencia, ordenando que o duque de Bragança fôsse acclamado como rei legitimo de Portugal. Todas as cidades e villas promptamente renderam vassallagem ao novo soberano. Os dois arcebispos mandaram soltar os presos politicos, que estavam encarcerados por ordem de Castella, e fizeram com que a duqueza de Mantua saísse dos paços da Ribeira, mas que fôsse tratada com todas as honras que lhe eram devidas, como prova da generosidade portugueza. D. Rodrigo da Cunha foi um varão notavel em letras e em virtudes; morreu pobre; porque excessivamente esmoler, dispendia com a maior largueza pelos pobres tudo quanto possuia, gastando comsigo muito pouco;

a sua mesa era parca, e a louça de que se servia muito grosseira. Defendeu as immunidades da egreja e do povo portuguez. Foi muito versado em theologia e jurisprudencia canonica, assim como na historia ecclesiastica e secular do reino. Era ouvido como oraculo, e reconhecido mais geralmente pelo benemerito filho da patria, e muitos lhe chamavam o pae d'ella. Na casa do cabido da sé de Lisboa existe o seu retrato, e dizem que tambem existia um na quinta de Marvilla que pertenceu á mitra patriarchal. Escreveu: *Catalogo e historia dos bispos do Porto, offerecida a Diogo Lopes de Sousa, conde de Miranda, e governador da Relação e Casa do Porto*, Porto 1623; fez-se segunda edição tambem no Porto em 1742, sendo illustrada pelo academico Antonio Cerqueira Pinto, com o titulo seguinte: *Catalogo dos bispos do Porto, composto pelo Ill.mo D. Rodrigo da Cunha, n'esta segunda edição addicionado, e com supplemento de varias memorias ecclesiasticas d'esta diocese no discurso de onze seculos; Primeira parte da historia ecclesiastica dos Arcebispos de Braga, e dos Santos e varões illustres que floreceram n'este arcebispado* etc. Braga, 1634; *Segunda parte da Historia*, etc. Braga, 1635; *Historia ecclesiastica da egreja de Lisboa, vida e acções de seus prelados, e varões eminentes em santidade que n'ella floreceram*, etc., 1.º volume, Lisboa, 1642, o 2.º volume não chegou a publicar-se, por causa do fallecimento do prelado; *Explicação dos Jubileos*, Coimbra, 1620; este tratado foi escripto, quando D. Rodrigo era bispo de Portalegre, e foi depois reformado e augmentado, sendo já bispo do Porto, saindo de novo com este titulo: *Explicação dos Jubileos do anno de 1619 e de 1621*, etc., Porto, 1621. Escreveu ainda algumas obras em latim, cujos titulos se pódem vêr no 3.º vol. da *Bibliotheca Luzitana*, de Barbosa Machado, pag. 641.

Cunha *(Sebastião da)*. Commandante das forças portuguezas da Guiné, que bateram os gentios, e fundaram a fortaleza de Bissau, onde tambem fundou o estabelecimento que ainda hoje ali existe. O marquez de Pombal tinha demasiadas complacencias com as companhias privilegiadas a que entregava o commercio, e Sebastião da Cunha, segundo consta, foi victima do odio dos agentes d'uma d'essas companhias, a que o marquez de Pombal pedia a regeneração do commercio, a resurreição economica das nossas colonias.

Cunha *(Sebastião Pereira)*. V. *Pereira da Cunha (Sebastião)*.

Cunha *(Simão da)*. Era filho de Tristão da Cunha e irmão do governador da India Nuno da Cunha. Acompanhou seu pae a Roma na embaixada ao papa Leão X, e seu irmão á India. Ao chegar a Ormuz foi encarregado por seu irmão de subjugar o soberano revoltado das ilhas de Bahrein, mas uma terrivel enfermidade assaltou os soldados da expedição, não poupando o chefe, e Simão da Cunha morreu ás portas da India sem ter podido conquistar o nome glorioso, como era de esperar do seu merito.

Cunha *(Simão da)*. Jesuita. N. em Coimbra, fal. em Macau em 1660. Foi missionario no oriente, visitador provincial, etc. Deixou impresso: *Sermão em acção de graças da felice acclamação d'el-rei D. João IV, na cidade de Macau, emporio dos portuguezes no reino da China*, Lisboa, 1644.

Cunha *(Simão Felix da)*. Medico em Lisboa. Foi dos primeiros que estudaram a febre amarella, publicando em 1726 o livro intitulado: *Discurso e observações apollineas sobre as doenças que houve na cidade de Lisboa occidental e oriental no outono de 1723*. Simão Felix da Cunha foi medico do hospital de Todos os Santos, sendo nomeado a 6 de junho de 1733. A 20 de janeiro de 1741 deixou o hospital, e foi readmittido a 30 de junho de 1742. Fal. em 1756. O seu livro jazia como ignorado, quando a epidemia da febre amarella assolou Lisboa em 1857; vulgarisou-se então entre os nossos medicos, e um d'elles, o dr. José Pereira Mendes, o classificou de *trabalho precioso*, no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, tomo I, pag. 123. Tambem saiu publicado na *Gazeta Medica*, de setembro do referido anno.

Cunha *(Fr. Theodosio da)*. Religioso da ordem de Santo Agostinho. N. em Lisboa a 17 d'abril de 1662, fal. a 26 do referido mez do anno de 1742. Foi doutor e lente da Universidade de Coimbra. Deixou impressas umas *Constituições dos religiosos da ordem dos eremitas de Santo Agostinho*, e manuscriptas as postillas que dictou na Universidade.

Cunha *(Tristão da)*. Fidalgo dos mais considerados nas côrtes de D. João II e de D. Manuel. Quando este monarcha pensou em nomear um vice-rei para a India, foi d'elle quem primeiro se lembrou, mas ao começarem os preparativos da armada, Tristão da Cunha cegou repentinamente, e os medicos chegaram a receiar muito que não tornasse a recuperar a vista. Devido a esta circumstancia, que impossilitava Tristão da Cunha, foi escolhido pelo monarcha para aquelle elevado e honroso cargo D. Francisco de Almeida, em 1505. No anno seguinte Tristão da Cunha achava-se completamente restabelecido da grave enfermidade que o atacara, e D. Manuel confiou-lhe o commando d'uma esquadra de 16 navios, que devia dirigir-se á India, deixando no caminho 5 navios debaixo das ordens de Affonso d'Albuquerque, que até ao momento da separação ia como seu subalterno. Affonso d'Albuquerque não era homem para receber ordens, e por isso logo á saída de Moçambique teve discordias com o commandante. A esquadra descobriu as ilhas que se ficaram chamando de *Tristão da Cunha*, reconheceu a ilha de Madagascar, incendiou Oja, e tomou Brava por investida, vencendo essa cidade só depois de intrepida resistencia. Desde a saida de Lisboa até Brava tinham vindo sempre Tristão da Cunha e Affonso d'Albuquerque em constante discordia, mas na tomada d'esta cidade, o futuro conquistador da India revelara tão altas qualidades militares, que Tristão da Cunha lhe pediu que o armasse cavalleiro, assim como a seu filho Nuno, ainda creança, e que devia mais tarde ser tambem notavel na historia do paiz. Ambos juntos tomaram a ilha de Socotorá, e depois Tristão da Cunha partiu para a India em 1 de agosto de 1507, separando-se então de Affonso d'Albuquerque, e manifestando ainda n'essa occasião a sua má vontade ao seu companheiro de viagem, porque só lhe deixou provisões para 15 dias. Chegou a Cananor a 27 de agosto, e encontrando a fortaleza cercada, pôde logo acudir aos seus defensores. Appareceu pouco depois D. Francisco d'Almeida, que a invernеira impedira de vir mais cedo, e sendo libertada a fortaleza, voltou para Co-

chim levando em sua companhia, como seu subalterno, o homem que a fatal cegueira impossibilitara de ser vice-rei da India. Tristão da Cunha assistiu á destruição da frota do Samori em Panane, e depois regressou a Portugal. Quando D. Manuel resolveu enviar ao papa Leão X uma deslumbrante embaixada, que fôsse offerecer-lhe em homenagem as primicias das nossas conquistas no Oriente, foi Tristão da Cunha nomeado embaixador e chefe do esplendido sequito que causou a maior surpreza e admiração em Roma. Tristão da Cunha tinha tambem o encargo de tratar de negocios importantes com o papa; solicitar-lhe que proseguissem as sessões do concilio de Latrão, onde havia de ser julgada a heresia de Luthero, promover a formação d'uma liga offensiva e defensiva das potencias christãs contra os turcos, e alcançar licença do papa para se lançar uma collecta temporaria n'alguns rendimentos do clero. Por isso a escolha de Tristão da Cunha, para aquella embaixada, representava mais que o valimento do monarcha, representava tambem muita confiança na sua intelligencia e grande capacidade. Esta embaixada ficou assignalada na historia como uma das mais ricas exhibições da grandeza de Portugal nos dourados tempos da sua opulencia. Tristão da Cunha saiu de Lisboa em janeiro de 1514 para Italia, acompanhado de seus filhos, Nuno, Simão e Pedro, e por muitos parentes, indo tambem como collegas o latinista Diogo Pacheco, o jurisconsulto João de Faria, e como secretario Garcia de Rezende. No dia 12 de março do mesmo anno de 1514 realisou a embaixada a sua entrada solemne em Roma. A descripção minuciosa póde vêr-se na *Chronica* de Garcia de Rezende, e na *Historia de Portugal*, de Pinheiro Chagas. O papa recebeu os embaixadores em audiencia no dia 20; em 21 fôram-lhe entregues os presentes; representou-se depois uma comedia de Bartholomeu de Torres Nabarro, estando presentes os embaixadores portuguezes, e sendo a comedia um panegyrico do rei de Portugal e dos portuguezes. Trataram se finalmente os negocios, regressando depois ao reino Tristão da Cunha, onde falleceu passado pouco tempo.

Cunha (*Tristão da*). Governador d'Angola. N. em 1631. Serviu na guerra contra Castella, e foi capitão de cavallos e mestre de campo d'um terço. Sendo nomeado governador de Angola em 1666, chegou a Loanda n'esse mesmo anno, mas apenas desembarcou, o povo d'esta cidade o acolheu de tal fórma que teve logo de embarcar a toda a pressa para o Brazil, d'onde viera, e onde estivera servindo antes da sua nomeação para o governo de Angola. Consta que voltou mais tarde a Portugal e governou as armas da provincia de Traz-os-Montes.

Cunha (*Vicente Pedro Nolasco da*). Bacharel formado em Medicina e Philosophia pela Universidade de Coimbra, membro do Conservatorio Real de Lisboa, etc. N. nas Caldas da Rainha em 1773, fal. em Lisboa a 18 de junho de 1844. Era filho de Antonio José Ferreira da Cunha e de sua mulher, D. Anna Xavier de Carvalho; homem de aspecto agradavel, de estatura agigantada, provocando com isso os sarcasmos do padre José Agostinho de Macedo, que em algumas das suas satyras manuscriptas lhe chamava *gigante de breu*. Estava estabelecido em Lisboa, e era veneravel d'uma loja maçonica em 1808 por occasião da invasão franceza, sendo já n'esse tempo conhecido como poeta pela traducção em verso que fizera do *Jardim Botanico*, poema inglez de Darwin, traducção que publicara em 1803, e que fôra muito apreciada, chegando a ser elogiada por Filinto Elysio, que não era prodigo em elogios. Sendo veneravel d'uma ordem maçonica e homem muito illustrado, tornou-se inevitavelmente suspeito ao governo do principe regente D. João; mas como era dedicado patriota, vendo a patria invadida pelos francezes, manifestou-se contra os invasores. No banquete da ordem, realisado com toda a solemnidade em 24 de junho de 1808, brindou-se á saude do principe regente e da Casa de Bragança, esbulhada a esse tempo do throno e de todos os direitos de soberania pelo decreto de Napoleão, que Junot communicara pouco antes aos portuguezes na sua proclamação de 1 de fevereiro. Esta manifestação patriotica, apezar do segredo que devia acompanhal-a, chegou ao conhecimento de Junot, e Vicente Nolasco da Cunha, receando a colera do general francez, tratou de emigrar para Inglaterra. Associando-se então em Londres ao seu collega dr. Bernardo José de Abrantes, foi collaborador na empresa do *Investigador Portuguez*, jornal politico e litterario, cujo primeiro numero appareceu em junho de 1811, sob a protecção do conde do Funchal, embaixador n'aquella côrte. Em 1814 acompanhou a Vienna d'Austria o conde, depois duque de Palmella, que ia ser representante de Portugal no congresso d'essa cidade. Fez algumas excursões pela Allemanha, e foi a Paris levar a Filinto Elysio o producto d'uma subscripção, que os negociantes portuguezes de Londres tinham feito em seu favor. O duque de Palmella obteve-lhe uma pensão vitalicia de 400$000 réis, que só lhe foi conferida em 1823, quando o mesmo duque entrou no ministerio depois da queda da Constituição. Esta pensão conservou-se até á data do seu fallecimento, embora paga com muito atrazo, soffrendo o illustre medico e poeta nos ultimos annos da sua vida bastantes privações e graves incommodos de saude, de que resultou atravessar crises dolorosas. Escrevia com facilidade prosa e verso em latim. Deixou os seguintes trabalhos: *O Jardim Botanico de Darwin, ou a economia da vegetação, poema, com notas philosophicas, traduzido do inglez*, Lisboa, 1803; *O triumpho da Natureza, tragedia escripta originalmente em portuguez*, etc., Londres, 1809; saiu reimpressa com o titulo de *Córa, ou o triumpho da Natureza*, Lisboa, 1839; *O incendio de Moskow, ou a queda de Napoleão, poema hexametrico, composto e dedicado a Sua Magestade Imperial, Alexandre Pawlowitz, autocrata de todas as Russias*, Londres, 1812; *Lagrimas patrioticas pela infausta morte do sr. D. João VI, rei de Portugal*, etc., *elegia*, Lisboa, 1826; *Sonetos congratulatorios pelas ultimas gloriosas victorias da liberdade portugueza, compostos e offerecidos ao publico*, etc., Lisboa, 1833; *Exequias nacionaes, pela muito sentida, e assás não chorada morte do heroico libertador, e magnanimo pae da patria, D. Pedro IV, duque de Bragança*, etc., *Epicedio, ou canto funebre*, Lisboa, 1834; *Jeremiadas, ou prantos pelos revezes de Lysia, poema elegiaco em cantos IV, composto e offerecido a Sua Magestade Fidelissima, a Rainha D. Maria II*, Lisboa, 1834; *O templo de Hygia, ou a saude publica influida pelos governos, poema composto e*

offerecido a seus concidadãos, Lisboa, 1837; *Teleologia, ou finalidade (vulgo novissimos) do homem, poema physico-moral em quatro cantos*, Lisboa, 1838; esta edição foi mandada fazer pelo governo, mediante a intercessão do duque de Palmella, que se empenhou n'este negocio; *Visita ao tumulo d'uma joven noiva, monumento erigido por seu esposo no cemiterio dos Prazeres, canto lugubre, dedicado ao preclaro e benemerito patriota o sr. J. M. Ferreira, por seu amigo o autor*, Lisboa, 1839; *Santuario do Christianismo, ou as virtudes theologaes*, etc., Lisboa, 1843; *A' fausta chegada da rainha constitucional D. Maria II a Lisboa, a 22 de setembro de 1833, hoje anniversario d'aquelle dia*, não tem o anno da impressão nem o nome do autor; *Ao anniversario do anno terceiro da morte de D. Pedro, libertador de Portugal*, tambem sem data nem nome do autor; *Soneto ao fausto natalicio do principe D. Pedro, aos 16 de setembro de 1841*, tambem sem data nem nome do autor. Publicou ainda muitos artigos em prosa e em verso sobre asssumptos scientificos e litterarios no *Investigador Portuguez*, sendo um dos principaes a traducção do romance de Augusto Lafontaine *O homem singular*, publicada n'um dos ultimos numeros d'aquelle jornal. Nos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, tomo VII, parte 2.ª acha-se a versão feita por elle da *Ode de Raynouard a Camões*, a qual, com outras traducções da mesma ode, se imprimiu depois em Lisboa em 1825. Augmentou copiosamente de novos vocabulos, com os synonymos, a terminologia botanica, e nomenclatura chimica, o *Diccionario francez e portuguez*, do capitão Manuel de Sousa, na nova edição que d'elle fez a casa Borel & C.ª, em Lisboa, anno de 1811. Manuscriptos deixou bastantes poemas e versos, cujos nomes se lêem no vol. VII do *Diccionario bibliographico*, de Innocencio da Silva, a pag. 438, entre os quaes se contam um vol. de theatro, contendo: *Rainha de Corintho*, tragedia original em 5 actos; *Tomada de Lisboa por D. Affonso Henriques*, melodrama em 2 actos; *Morte de Cesar*, drama imitado de Shakspeare, em 5 actos; *Andromacha*, e *Phedra*, tragedias de Racine, em 5 actos; *Electra*, de Crébillon; *Os Bandidos*, e *Intriga e Amor*, de Schiller, vertidas do allemão.

Cunha *(Xavier da)*. Director da Bibliotheca Nacional de Lisboa, bibliographo, escriptor contemporaneo, medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, etc. N. em Evora a 14 de fevereiro de 1840. Foi nomeado em 1886 segundo conservador da Bibliotheca Nacional, precedendo concurso, onde actualmente é director, logar para que foi nomeado em dezembro de 1902. E' socio correspondente da Academia R. das Sc., de Lisboa. Tem collaborado em diversas publicações litterarias, em prosa e verso. Foi o autor do prefacio á edição de Bernardim Ribeiro, Lisboa, 1886; collector e revisor litterario da mesma edição. E' longo o catalogo das suas obras, publicadas em Lisboa, destacando se a *Pretidão de amor*, endeixas de Camões á Barbara escrava, com a versão em todas as linguas cultas conhecidas, e uma extensa introducção camoneana. *Estudos bibliographicos (Francisco Henrique Ahlers, subsidios para a sua biographia)*, Coimbra, 1889; *Estudos bibliographicos, noticia bibliographica d'um precioso livro da Bibliotheca Nacional de Lisboa (Repertorio dos tempos por Valentim Fernandes alemam, Coimbra, 1552)*; Coimbra, 1888; *Retrato de Sá de Miranda*, nota apresentada na Academia Real das Sciencias em sessão de 10 de fevereiro de 1898, Lisboa 1898; *A Hespanha*, publicação illustrada, dedicada pelo editor David Corazzi á Asssociação dos Escriptores e Artistas Hespanhoes, de Madrid; o producto da venda foi em favor das victimas do terremoto na Andaluzia; *Revoadas de peste bubonica em Lisboa nos seculos XVI e XVII, velharias recopiladas*, Lisboa, 1898; *Impressões Deslandesianas*. Sob a sua direcção se iniciou a publicação da *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, de David Corazzi. *A epopéa das navegações portuguezas*, estrophes com traducções em italiano, hespanhol e francez, por Prospero Peragallo, D. José Lamarque Novoa e José Benoliel, 1898. Mencionaremos mais: *Catalogo da exposição Petrarchiana; Uma carta inédita de Castilho*, 1900; *Religião .. e religião* (versos do Natal), 1903; *A primeira saudade (Le prémier regret)*, versos de Lamartine paraphrasticamente traduzidos em portuguez (Extrait de Annales de l'Academie de Macon, 3.ª serie, tome VI), 1902; *Uma carta em verso ao conde de Ficalho*, 1903; *Uma aventura em caminho de ferro*, 1903; etc.

Cunha. Pov. e freg. de S. Facundo, da prov. da Beira Alta, conc. de Sernancelhe, com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego. Tem annexa a freg. de S. Antonio, de Tabosa das Arnas; 603 hab. e 171 fog. Está situada n'uma baixa, junto da margem direita do rio Tavora, a 11 k. da séde do conc. A terra é fria, mas saudavel e fertil. Tem escolas para ambos os sexos, e correio. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 500 hab. e 121 fog. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada n'um valle fertil, junto da margem direita do rio Este. Tem correio. Era da Corôa. O rei apresentava o abbade, que tinha 300$000 réis. Os primeiros donatarios d'esta freg. fôram os Cunhas, passando depois a ser do real padroado. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 630 hab. e 237 fog dista 5 k. da séde do conc. e está situada proximo do rio Coura. A pov. é antiquissima. Em 560 já era freguezia, porque Theodomiro, rei dos suevos, deu n'esse anno metade das rendas d'esta egreja ao bispo de Tuy, dando-lhe outras egrejas na mesma doação. A rainha D. Thereza, mãe de D. Affonso Henriques, confirmou-a pelos annos de 1125. Passou depois a egreja, no tempo de D. Affonso V, a ser do bispado de Ceuta, por bulla do papa Eugenio IV. Em 1512 o arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, deu ao bispo de Ceuta, D. Henrique, a comarca de Olivença, onde se incluia esta freguezia; o papa Leão X, em 1513. approvou esta troca, e de desde então ficou a freg. de Santa Maria, da Cunha, pertencendo áquelle arcebispado. A terra é fertil em cereaes, legumes e lenha. Nos papeis antigos dá-se a esta freguezia o nome de *Collina*, ou de *Santa Maria da Collina*. No monte Travanca, que fica da parte de cima da pov. junto a Lizouros e a Penim, deu-se um combate nos dias 9 e 10 de agosto de 1662, em que o conde do Prado, D. Francisco de Sousa, governador das armas

da prov. do Minho derrotou com pouca gente o exercito gallego, commandado por D. Balthazar de Roxas e Pantoja. Cunha pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Cepões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Fornellos, conc. de Sinfães distr. de Vizeu. || S. André, de Parada, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto, || O Salvador, de Tonda, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Pedro de Vade, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Estevão, de Villela, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Cunha e Abreu *(Placido Antonio da)*. General de divisão reformado. N. em Arcos de Valle-de-Vez em 1809, fal. em Lisboa a 28 de novembro de 1895. Aos 19 annos, em 1828, frequentava o Collegio das Artes em Coimbra, e estando prompto para entrar na Universidade, as suas idéas liberaes o arrebataram aos estudos, para se entregar ás luctas civis, que n'esse anno começaram a tomar grande incremento. Salientando-se bastante, viu-se obrigado, para se livrar das perseguições do partido absolutista, a homiziar-se; comtudo, pouco tempo depois, ainda os adversarios o prenderam, jazendo na prisão durante dois annos em que muito soffreu, sendo depois degredado para Monsanto, agravando-se lhe ainda mais com o desterro a sua perigosa situação. Era muito generoso para com os seus correligionarios politicos, obsequiava-os quanto podia, distribuia por elles todos os seus haveres, e este seu caracter bondoso e caritativo lhe valeu, porque ao chegar a sitio do degredo, os proprios adversarios lhe concederam umas certas regalias, que Placido d'Abreu aproveitou para pôr em pratica um plano de fuga, que lhe permittiu internar-se em Hespanha Pouco tempo durou o exilio, porque já em 1830 se alistava como voluntario da liberdade transtagana. Desde então, o seu nome tornou se bem conhecido pelos actos de bravura praticados n'aquellas epocas de heroismo, alcançando as mais honrosas referencias. Ganhou assim Placido da Cunha Abreu uns titulos irrefutaveis de direito a entrar no exercito regular, assentando praça no posto de alferes em 1834. Depois do restabelecimento do partido constitucional, solicitou como voluntario academico, a permissão de concluir os estudos universitarios, o que lhe foi concedido, e matriculou-se então em 1835, fazendo a sua formatura de bacharel em Mathematica e Philosophia em 1840, e n'esse mesmo anno assumiu o commando do batalhão nacional organisado em Coimbra. Foi depois nomeado em 1842, director das obras publicas do districto de Castello Branco; tambem teve o encargo de adjunto ao quartel-mestre general do exercito de operações em 1846; sendo exonerado d'essa commissão, foi nomeado director das obras publicas do Porto, Braga e Vianna; em 1851, membro do conselho militar da mesma cidade. Pouco depois saiu eleito deputado pelo circulo de Arcos de Valle-de-Vez, terra da sua naturalidade; no anno de 1858 era nomeado vogal do conselho superior das obras publicas, pelo fallecimento do conselheiro Albino de Figueiredo. Em 1861 foi nomeado inspector das obras publicas, em 1864 inspector dos portos e bairros, em 1866 inspector da 1.ª divisão das obras publicas, em 1869 engenheiro chefe da 6.ª divisão das mesmas obras. Em 1863 havia tomado parte da commissão encarregada de formular o projecto da reorganisação dos tribunaes judiciaes militares, e em setembro do referido anno pertenceu á commissão incumbida de preparar uma proposta de lei para organisação e serviço da reserva do exercito. Adoecendo gravemente, em 1881, requereu a sua reforma de general, e quando se restabeleceu, desejou tornar á vida activa, mas a lei não lh'o permittiu. O general Placido da Cunha Abreu tinha as seguintes condecorações: grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada e da de S. Bento de Aviz; commendador da de N. S.ª da Conceição; cavalleiro de Izabel a Catholica, de Hespanha, e de S. Mauricio e S. Lazaro de Italia. Tambem tinha a medalha de D. Pedro e de D. Maria II, algarismo 2.

Cunha Alta. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu; 285 hab. e 60 fog. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada n'um valle na estrada de Mangualde a Gouveia. O abbade de Cassurrães apresentava o cura, que tinha 5$000 réis e o pé d'altar. A terra é muito fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Cunha Baixa. Pov. e freg. de S. Thomé, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu; 1:588 hab. e 382 fog. Tem escolas para ambos os sexos, caixa post, e uma fabrica de polvora. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada n'um valle. O abbade de S. Pedro de Espinho e o vigario de S. Julião, apresentavam alternativamente o cura, cada um seu anno, tendo o cura 60$000 réis de rendimento. A terra é fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. Passa por esta freg. o rio Mondego.

Cunha Bellem *(Antonio Manuel da)*. Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, general de brigada do corpo de medicos militares, presidente da antiga Associação dos Atiradores Civis Portuguezes, depois União dos Atiradores Civis Portuguezes, cirurgião em chefe do exercito, chefe da 6.ª repartição da secretaria da guerra. N. em Lisboa a 17 de dezembro de 1834, fal. n'esta mesma cidade a 12 de março de 1905. Ficando orphão de pae ainda muito novo em, 1847, conseguiu matricular-se na Universidade de Coimbra em 1850, na faculdade de Mathematica, devido aos cuidados de sua mãe, que para isso o acompanhou a Coimbra, e que fallecendo dois annos depois, o deixou exhausto de todos os recursos pecuniarios. Cunha Bellem, comtudo, tirou da sua actividade e talento os meios de que precisava para concluir o curso de Medicina, em que foi um dos estudantes mais laureados, fazendo acto de formatura em 1858. Dedicando-se então a exercer clinica, foi n'este mesmo anno nomeado medico civil do partido de Mangualde, onde grangeou as maiores sympathias. Em 19 de setembro de 1859, alistou-se em infantaria n.º 11 com a graduação de tenente, ficando como cirurgião ajudante d'este regimento, que estava então em Abrantes. Em 1862 foi transferido para infantaria n.º 16, e em 1871, na data da sua promoção a cirurgião-mór, em 28 de março, com a graduação de capitão, foi collocado em caçadores n.º 4, tendo ficado em Lis-

boa fazendo parte da commissão do regulamento do serviço de saude. Serviu tambem no forte da Graça e hospital militar reunido em Chaves, e nos corpos de artilharia n.º 3, cavallaria n.ºs 4 e 8, caçadores n.º 12 e infantaria 17. Em 1 de fevereiro de 1888 foi elevado a cirurgião de brigada, com a graduação de major; a tenente-coronel em 30 de junho de 1892, e a coronel em 23 de junho de 1897. O dr. Cunha Bellem fez parte das commissões nomeadas para organisar um novo formulario dos medicamentos para os hospitaes militares; para o estudo dos equivalentes do pão; dos uniformes do exercito; da escolha de typos de hospitaes e quarteis, em 1889, da revisão de tabellas; da inspecção dos recrutas; dos serviços de saude em campanha; dos regulamentos das formações sanitarias da primeira linha; da que foi incumbida de organisar as tabellas alimenticias do Real Collegio Militar; da que foi encarregada de organisar um projecto de novas tabellas de lesões para regular o serviço das juntas militares de saude; etc. Tomou parte no congresso internacional de hygiene e sciencia medico-militar, de Paris, em 1878; assistiu ao congresso periodico internacional das sciencias medicas de Amsterdam, em 1879; foi nomeado representante especial do ministerio da guerra, junto do congresso medico que se realisou em Londres em 1881; representante do ministerio da guerra no congresso medico de Genebra em 1882; representante especial do referido ministerio no congresso internacional de hygiene, celebrado em Vienna d'Austria em 1887, e tambem assistiu á conferencia das sociedades da Cruz Vermelha em Karlsruhe, grão-ducado de Baden. No anno de 1896 foi presidente da commissão encarregada de revêr as tabellas de lesões, e de elaborar uma nova tabella de doenças e lesões que permittisse a utilisação nos serviços auxiliares do exercito de todos os rapazes, que pelo seu estado de saude ou constituição fôssem improprios do serviço activo. Pertencia ao partido regenerador, e acompanhou Barjona de Freitas no partido que este estadista organisara, com o titulo de *Esquerda Dynastica*, sendo um dos redactores do jornal publicado por este partido. Foi deputado em tres legislaturas seguidas; a primeira, eleito pelo circulo de Lagos em 1876; a segunda em 1879, por Valle Passos, e a terceira por Evora em 1886. Era director da Escola Maria Pia, vogal effectivo da Junta Consultiva de Saude Publica, antigo inspector dos lazaretos terrestres das fronteiras, antigo presidente da Junta Escolar do concelho de Lisboa, sendo em 1897 quem dirigia e presidia a commissão nomeada para estudar a transformação do material sanitario de campanha. Como jornalista, conservou sempre um logar dos mais distinctos. Foi redactor da *Revolução de Setembro*, desde 1871, e depois da morte de Antonio Rodrigues Sampaio assumiu a direcção d'este jornal, que por muitos annos ainda sustentou. Foi director do *Correio da Europa*, redactor do *Economista* e do *Escoliaste Medico*, de 1864 a 1869; da *Gazeta dos Hospitaes Militares*, de 1877 a 1884, e collaborador da *Medicina Militar*, da *Gazeta Commercial*, *Diario Illustrado*, *Occidente*, *Correio da Manhã*, etc. Já no seu tempo de estudante, em Coimbra revelara grande propensão para o jornalismo e para a litteratura; n'essa epoca fundou e redigiu o jornal *A Estrella Litteraria*, e publicou em 1852, no *Liberal do Mondego*, uma poesia, que foi a sua estreia na imprensa. Publicou tambem em Coimbra um livro, *Poesias;* em 1856, outro, *Novas poesias*, em 1857, e uma poesia jocosa, intitulada *O Estudante*. Collaborou ainda, estando em Coimbra, nos *Preludios litterarios* e no jornal politico *O Constitucional*. Escreveu no *Conimbricense* alguns communicados scientificos; e no *Viriato*, *Liberal* de Vizeu, e *Tribuno Popular* de Coimbra, publicou em 1858 e 1859 varios artigos de interesse profissional. Foi correspondente da *Voz do Alemtejo*, e mandou para o *Portuguez* de Lisboa alguns folhetins anonymos. Em 2 de fevereiro de 1902 effectuou-se no hospital militar da Boa Hora, em Belem, uma cerimonia de homenagem ao dr. Cunha Bellem, onde se inaugurou solemnemente uma lapide que indicava o nome d'uma nova enfermaria, que ficou sendo denominada, com a respectiva autorisação do ministerio da guerra, *Enfermaria Cunha Bellem*. Assistiram a esta cerimonia todos os medicos da guarnição de Lisboa e do hospital da Boa Hora. No dia 19 de setembro de 1904, a classe dos medicos militares prestou tambem uma sincera e significativa homenagem ao distincto homem da sciencia, seu chefe, offerecendo-lhe um banquete no hotel Bragança. No hospital da Estrella existe o seu busto, modelado em bronze, trabalho do esculptor Moreira Rato, ali collocado tambem com a devida autorisação do ministerio da guerra. O dr. Cunha Bellem foi reformado no posto de general de brigada em 24 de dezembro de 1901, por ter chegado ao limite da edade. Tinha as seguintes honras: official da ordem de S. Bento de Aviz, por serviços distinctos; cavalleiro em 1880 e commendador em 1892, da referida ordem; official da de S. Thiago em 1878; cavalleiro da Torre e Espada em 1886. Foi condecorado com as medalhas de ouro de bons serviços em 1896; de prata, tambem de bons serviços em 1894; a de prata do valor militar; de prata, de comportamento exemplar em 1875. Tinha tambem as seguintes ordens estrangeiras: commenda de Leopoldo da Belgica; de Izabel a Catholica de Hespanha; da Rosa, do Brazil, em 1877; cavalleiro da ordem da Corôa da Prussia, e a cruz da sociedade franceza de soccorros aos feridos e doentes do exercito de terra e mar. Era socio da Academia Real das Sciencias, da Sociedade Pharmaceutica Lusitana, da Sociedade da Cruz Vermelha, e da Commissão Central 1.º de Dezembro. Deixou publicadas em Lisboa, em volumes, bastantes obras scientificas, das quaes mencionaremos: *Vida medica no campo de batalha*, 1879; *L'emploi de la pâte de camphre dans les panse-*

Antonio Manuel da Cunha Bellem

ments chirurgicaux, 1879; *Clarões e reflexos do progresso medico*, 1880, é relatorio ácêrca dos trabalhos do congresso internacional de Amsterdam realisado em 1879; *Os lazaretos terrestres da fronteira nos annos de 1884 e 1885*, 3 tomos, relatorio apresentado pelos drs. Cunha Bellem e Guilherme Ennes, em virtude da commissão do ministerio do reino; *La prophylaxie internationale du cholera en Portugal; memoire presenté au congrés d'hygiene de Vienne et suivi de l'apreciation des doctrines et des faits exposés dans le même congrés*, 1888; tem collaboração do dr. Guilherme Ennes; *Affirmações e duvidas sobre os ultimos progressos da hygiene: eccos do congresso de Vienna*, 1885; com a collaboração do dr. Guilherme Ennes; *Questões medico-militares; estudo sobre os serviços sanitarios de campanha no exercicio de brigada mixta de manobra em setembro de 1883*, 1889; *Questões medico militares sobre os quarteis da guarnição de Lisboa*, 1890; *A quarta conferencia das Sociedades da Cruz Vermelha (*Carlsruhe, 1887, setembro), *relatorio apresentado á Sociedade Portugueza da Cruz Vermelha*, pelos seus delegados na mesma conferencia, A. M. da Cunha Bellem e Guilherme José Ennes, 1878; *Material sanitario e os respectivos serviços nos exercicios do outono de 1893*, relatorio, etc. Além da sua collaboração litteraria em diversos jornaes, tambem publicou: *Scenas contemporaneas da vida academica*, Lisboa, 1863; *Luiza engeitada*, romance, Coimbra, 1862; *Onde está a infelicidade?*, romance publicado na collecção *da Bibliotheca dos Dois Mundos*, 1865; *O mau senso e o mau gosto, carta mui respeitosa ao ex.mo sr. Antonio Feliciano de Castilho, em que se fala de todos, e de muitas pessoas mais, por Amaro Mendes Gaveta*, Lisboa, 1866; era um dos pseudonymos de que usava; *Horacios e Curiacios, ou mais um ponto e virgula na questão litteraria*, Lisboa, 1866; *Os contemporaneos, collecção de biographias adornadas de retratos*, Lisboa, 1867; *Historia do corpo humano*, 1874; *Chuva e bom tempo*, em 1876, insertos ambos na *Educação Popular*, encyclopedia que então se publicava; *O filho do padre cura*, em folhetins na *Revolução de Setembro*. Para o theatro tambem escreveu: *Amores da primavera*, comedia em 1 acto, em verso; *O pedreiro livre*, 4 actos; *Rapaziadas*, comedia em 2 actos; *A flôr da larangeira*, 3 actos; e as comedias em 1 acto*: José Exposto, As nupcias de Elesbão, As cataractas, Casca grossa* e *Marido, mulher e primo.* Escreveu na *Revolução de Setembro* muitos artigos de critica litteraria e theatral, assignando-se com o pseudonymo de *Christovão de Sá*.

Cunha Costa *(Nuno da)*. N. em Mazagão a 1 de outubro de 1672, fal. em Lagos a 15 de março de 1748. Era filho de João da Silva Cunha, cavalleiro professo da ordem de Christo e fidalgo da Casa Real, e de D. Martha de Azevedo Coutinho. Serviu durante 42 annos com valor e distincção, occupando os postos de capitão de infantaria e de sargento-mór. Exerceu com desinteresse os cargos de thesoureiro da Casa de Ceuta, e védor da fazenda de Mazagão. Foi cavalleiro professo na ordem de Christo, e fidalgo da Casa Real, como seu pae. Casou com D. Izabel Domingues Banha, filha do primeiro almocadem Nuno Alvares Lobato, e de sua mulher D. Maria Lisboa. Deixou alguns manuscriptos, em que se encontram: *Noticia da praça de Mazagão e seus governadores, com algumas advertencias para o uso d'elles pertencentes ao governo militar e politico; Genealogia das familias nobres de Mazagão*, etc.

Cunha Manuel *(D. Luiz da)*. Ministro d'el-rei D. José, collega e creatura do marquez de Pombal, que fal. em 1775, por occasião das festas da inauguração da estatua equestre. Foi nomeado secretario de Estado dos negocios da guerra e dos estrangeiros, quando, por morte do velho Pedro da Motta, o marquez passou para a secretaria do reino. D. Luiz da Cunha Manuel era fiel submisso e habil executor das vontades do seu poderoso collega. Foi elle quem prendeu o ministro Diogo de Mendonça Corte Real, substituindo-o interinamente na sua secretaria de estado; foi tambem o encarregado de communicar ao corpo diplomatico estrangeiro o attentado commettido contra a pessoa d'el-rei D. José, e quem, juntamente com o conde de Soure, prendeu o marquez de Tavora; foi um dos presidentes da Junta da Inconfidencia, tribunal creado para julgar os Tavoras e os seus cumplices. Obedeceu sempre religiosamente a quanto o marquez lhe ordenou, nas negociações com a côrte de Roma para a expulsão dos jesuitas; na questão diplomatica de que resultou o ser expulso de Lisboa o nuncio Acciaioli; e nas negociações que precederam a guerra de 1762.

Cunha Pessoa *(José Martins da)*. Medico da Real Camara no reinado de Maria I, e regencia do Principe D. João, socio da Academia Real das Sciencias. N. em Alcanena, conc. de Torres Novas, em abril de 1745; fal. em Lisboa a 20 de agosto de 1822. Era filho de Antonio Martins da Cunha, natural Moimenta de Gouvêa, e sua mulher D. Joanna Maria, (ignora-se o appellido) de Alcanena, onde casou. D'este Antonio Martins da Cunha era irmão mais velho Caetano Pessoa Homem, que ficou em Santa Marinha, de Cêa, quando aquelle se expatriou para Alcanena e ao que parece possuidor então de toda a casa. Foram seus avós paternos Francisco Rodrigues Martins, tambem de Moimenta de Gouvêa, e sua mulher D. Perpetua Pessoa da Cunha, de Santa Marinha, senhora pertencente á familia dos Cunhas d'esta villa, d'onde procedeu tambem Manuel da Cunha e Abreu Castello Branco, capitão-mór de Cêa e senhor das casas de Girabolhos e Pinhanços, ambas no conc. de Cêa. Foi bisavô de Cunha Pessoa, João Pessoa Homem, natural de Cêa, morador na referida villa de Santa Marinha, a quem foi dado por D. João IV, em 1655, o fôro de escudeiro fidalgo e juntamente o accrescentamento de cavalleiro fidalgo com 750 réis mensaes de moradia e um alqueire de cevada por dia, em virtude de ter servido alguns annos na provincia da Beira e ter em 1641 prestado relevantes serviços á patria na praça de Almeida e na entrada da villa de Fonte Areada e castello de Guardão. Descendia pois José Martins da Cunha Pessoa de nobre e illustre estirpe, sendo aparentado com muitas das principaes familias da Beira. Não desdizia dos seus ascendentes, nem pela intelligencia, nem pela coragem, dispondo de forças physicas pouco vulgares. Alto, enxuto de corpo, mas espadaúdo, com physionomia viva e varonil, José Martins da Cunha Pessoa seria capaz de tomar Almeida, como seu bisavô João Pessoa Homem fizera em 1641; mas os tempos eram mais de feitos scientificos, que de proezas militares; e Cu-

nha Pessoa, depois de cursar com muita distincção as faculdades de Philosophia e Medicina, na Universidade de Coimbra, tornou-se abalizado n'essas sciencias. A's suas brilhantes habilitações deveu a nomeação para medico da Real Camara e para socio da Academia Real das Sciencias. N'esta qualidade apresentou á mesma Academia dois trabalhos notaveis: um sobre *As minas de ferro de Figueiró dos Vinhos*, e o outro sobre *o Nitro e utilidades que d'elle se podem tirar*, os quaes foram publicados nas *Memorias Economicas* d'aquella benemerita Sociedade. Escreveu tambem: *Analyse das Aguas ferreas de Torres Novas*, mencionada no *Jornal de Coimbra*, n.º xxxvi, pag. 259; *Resposta ao que se publicou no «Investigador portuguez» n.º xlv em abano das «Cartas de Francisco de Borja Garção Stockler ao autor da Historia geral da Invasão dos Francezes»*, etc., publicada no proprio *Investigador*, n.º lii, pag. 477. No n.º lxi, a pag. 3, saiu uma refutação a esta *Resposta*, por *Philodiceos*. O apreço e a consideração que os seus trabalhos e intelligencia mereciam aos sabios extrangeiros a quem o marquez de Pombal encarregou de applicar a reforma dos estudos do nosso primeiro estabelecimento scientifico constam do documento seguinte: «Eu «Dr. Domingos Vandelli, Lente de Prima Jubilado «na faculdade filosofica, Director do Real Jardim «Botanico, e Deputado da Real Junta do Commer«cio, attesto que o Dr. José Martins da Cunha «Pessoa, Medico da Camara de S. Magestade fre«quentou e se distinguio em todas as Aulas da fa«culdade filosofica, da qual tomou o grau de Ba«charel, e juntamente foi um dos primeiros que re«cebeu o premio da mesma pela sua grande ap«plicação, e aproveitamento. Foi proposto pelo «Dr. João Antonio Dalla Bella, Lente de fisica ex«perimental para ser Demonstrador da mesma, «e se lhe exhibio um dos Capellos gratuitos, que «S. Magestade mandou dar aos melhores Alum«nos da faculdade, que não acceitou, querendo «elle seguir a Medicina. Foi incumbido pela fa «culdade de examinar as antigas minas de ferro «de Figueiró dos Vinhos, o que exactamente exe«cutou, entregando á Secretaria de Estado dos «Negocios do Reino o resultado das suas obser«vações e experiencias; e tambem foi incumbido «de analysar as Aguas das Caldas da Raynha, «que publicou, e que naquelle tempo (1778) não «podia haver mais completa...; e alem d'isso me «consta, por ser eu da Congregação de Medici«na, que se destinguio entre todos os seus Condis«cipulos na dita faculdade; e pelo que me disse «varias vezes o Dr. Miguel Franzini, elle foi um «dos milhores Discipulos que houve naquelle «tempo nas Aulas de Mathematica; e por ser tudo «isso verdade lhe passei esta por mim assignada, «que se for necessario juro debaixo do meu Grao. «Lisboa 5 de Mayo de 1793. (Assignado). *Dr. Domingos Vandelli*». Foi tambem grande lavrador no Ribatejo, tendo sofrido prejuizos importantissimos em consequencia da invasão do exercito de Massena. Casara em 1779, em Torres Novas, com D. Antonia Maria Rosa Barroso, de quem teve uma unica filha D. Maria Eugenia da Cunha Pessoa, que casou com José Maria Dantas Pereira. (*V. este nome*). Em 8 de outubro de 1812, tendo Martins da Cunha sahido de Lisboa com a familia em um barco para o Ribatejo, defronte de Villa Nova da Rainha virou-se o barco com um tufão, recusando-se os barqueiros a empenharem lucta com o Tejo para salvar a familia embarcada. Empenhou-a dr. Martius, e porfiada. Salvou a vida a uma criada, tirou sua mulher já moribunda e luctou loucamente durante horas para tirar dois de seus netos, que o acompanhavam o que não pôde conseguir. No dia immediato, serenada a tempestade e posto o barco a nado, foram as duas pequenas victimas encontradas dentro das cavernas do barco. Cunha Pessoa viveu ainda dez annos depois d'este desastre, mas a vida foi sempre depois para elle uma angustia, vindo a fallecer a 20 de agosto de 1822, na sua casa do Largo do Caldas, em Lisboa.

Cunha Porto *(Joaquim Augusto da)*. V. *Porto (Joaquim Augusto da Cunha)*.

Cunha Rivara *(Joaquim Heliodoro da)*. V. *Rivara (Joaquim Heliodoro da Cunha)*.

Cunha de Vasconcellos *(Antonio Amado da)*. Fidalgo de linhagem, desembargador da Casa e Relação do Porto, e juiz executor do tombo do real hospital das Caldas da Rainha. Tinha sido juiz de fóra nas villas de Obidos e Caldas da Rainha por carta regia de D. Maria I, de 17 de março de 1794, sendo reconduzido por mais tres annos no mesmo logar com predicamento de cabeça de comarca por carta do Principe Regente de 24 de abril de 1800, e reconduzido ainda por tres annos por carta do mesmo principe, de 17 de novembro de 1802 com predicamento de correição ordinaria. N. na quinta da Arrocha, tendo-se formado em Theologia na Universidade de Coimbra em 4 de junho de 1783. Era segundo filho varão de Pedro Amado da Cunha de Vasconcellos (V. *este nome*) e de sua mulher D. Marianna Josepha Pimentel de Almeida. Foi 6.º senhor e administrador do morgado da Sarinha em Soure e 7.º senhor e administrador do vinculo de Condeixa, tendo succedido a seu irmão mais velho Luiz Amado da Cunha de Vasconcellos, corregedor em Alcobaça, (fallecido sem descendencia) nos mesmos vinculos. Herdou por morte de seus primos Antonio Salema de Carvalho Aragão Matamoiros e D. Luiza Maxima Salema de Carvalho Matamoiros, a casa denominada de Matamoiros, succedendo na administração do morgado da Magdalena instituido em Bucellas por Fernão da Serra; na do vinculo de Santo Antonio dos Lameiros sito na Luz, freguezia do Lumiar, instituido por D. Anna Maria Furtado e seu marido Antonio da Cunha de Almada; e na do vinculo instituido por D. Maria de Carvalho no palacio da rua da Fé a Santo Antonio dos Capuchos; bem como na quinta do Nobrega em Alemquer e em differentes prazos e outras propriedades da mesma casa, de que lhe foi passada carta geral de posse em 6 de abril de 1813. Succedeu tambem na quinta de Matamoiros e outros bens de raiz na villa de Pereira e seu termo, tudo pertencente á mesma herança, accrescentando então ao seu nome os appellidos de Carvalho e Matamoiros de que usou d'ahi por deante. Casou nas Caldas da Rainha com D. Quiteria Roberts de Seixas Brandão, filha de Joaquim Ignacio de Seixas Brandão (V. *este nome*) e de sua mulher D. Maria Roberts. Fal. em 1824. A Antonio Amado succedeu sua filha unica D. Marianna Antonia Amado da Cunha de Vasconcellos, senhora de toda a casa de Pereira e dos vinculos a ella unidos, e da casa de Matamoiros, casada com seu

primo João Maria de Mello Ramalho Pimentel de Almeida (V. *este nome*) capitão-mór das ordenanças da referida villa de Pereira e senhor da casa dos Pimenteis de Almeida, de Formoselha no actual concelho de Montemór o-Velho, em cuja descendencia anda a representação d'estas antigas casas V. *Amado*.

Cunha de Vasconcellos *(Pedro Amado da)*. Fidalgo da nobre geração e linhagem dos Amados, Vasconcellos e Cunhas, familiar do Santo Officio, senhor da quinta da Arrocha (ou Rocha) no Sebal Grande e de muitas outras propriedades na antiga comarca de Coimbra. Foi 4.º senhor e administrador do morgado da Sarinha no termo da villa de Soure e campo de Villa Nova d'Anços, instituido em 1677 por D. Marianna Sáro e 5.º senhor e administrador do vinculo instituido em Condeixa em 1616 por Francisco Matheus, rico proprietario d'esta villa, em favor de seu sobrinho materno Pedro Sáro, 1.º senhor e administrador do mesmo vinculo. Pedro Amado nasceu na referida quinta da Arrocha, tendo-se formado na faculdade de Canones pela Universidade de Coimbra em 1734. Casou com D. Marianna Josepha Pimentel de Almeida, irmã do desembargador João Pimentel de Almeida, ao tempo senhor da casa d'estes appellidos em Formoselha. Fôram seus paes Luiz Amado de Vasconcellos, senhor e administrador dos vinculos mencionados, e D. Maria Cardoso, filha legitimada, (por carta regia de 22 de abril de 1700), e successora de Pedro Rodrigues Cardoso, senhor da quinta da Arrocha, que ella trouxe em dóte, para a casa de seu marido; e seus avós paternos Francisco Amado de Vasconcellos e D. Maria da Silva de Carvalho, filha de Francisco de Carvalho Henriques, fidalgo da Casa Real e neta do chanceller-mór do reino Francisco de Carvalho (V. *este nome*). Os citados vinculos advieram á casa dos Amados pela familia Sáro, enlaçada com os Cunhas de Béra junto a Coimbra, a que Pedro Amado pertencia como representante de Pedro Sáro da Cunha, primeiro marido de sua bisavó D. Magdalena de Vasconcellos Amado, senhora então da casa de Pereira, a qual depois passou a segundas nupcias com Martim Affonso Coelho, fidalgo de linhagem, de quem houve Egas Coelho da Cunha, senhor donatario da ilha de Maio. A Pedro Amado conferiu el-rei D. João V em 4 de maio de 1748 carta de brazão d'armas, que é o seguinte: Um escudo esquartelado, no primeiro quartel as armas dos Amados, que são esquarteladas: No primeiro em campo de ouro uma aguia azul rompente armada de preto; no segundo em campo verde uma banda de prata arminhada de preto, e assim os contrarios. No segundo quartel as armas dos Vasconcellos, que são em campo negro tres faxas veiradas de prata e contraveiradas de sangue. No terceiro quartel as armas dos Cunhas, que são em campo de ouro nove cunhas de azul em tres palas. No quarto multiplicadas as do primeiro. Elmo de prata aberto, guarnecido de ouro. Paquife dos metaes e côres das armas. Timbre o dos Amados, que é uma das aguias das armas; e por differença uma brica vermelha com um farpão de prata. Da referida carta de brazão e sentença de justificação de nobreza proferida em março de 1748 pelo doutor Pedro Velho de Laguar, desembargador do Civel da Côrte e Casa da Supplicação, consta a sua ascendencia cujo extracto é o seguinte: Por parte de seu 5.º avô Joanne Annes Amado (V. *este nome*) tronco dos Amados da casa de Pereira, descendia de Gonçalo Mendes Amado, grande vassallo de el-rei D. Affonso IV com quem se achou na batalha do Salado, senhor do paço e quinta de Alvoraçōes em Lamego, primitivo solar d'esta familia, e d'outras muitas terras e herdamentos na provincia da Beira e a quem el-rei D. Fernando I deu as armas de que usam os Amados conforme refere Villas Bôas na *Nobliarchia Portugueza* quando trata d'este appellido. Pedro Amado provinha por allianças dos Mesquitas, de Sellores e Carrazeda d'Anciães, a que pertencia D. Maria Annes de Almeida, segunda mulher de seu 7.º avô Pedro Gonçalves Amado, cognominado o rico cavalleiro da Casa Real e fundador da egreja parochial de Freixinho, ou da sua capella-mór, onde se acha sepultado, tendo fallecido em 1547. Era tambem descendente dos Santarem, senhores da quinta e couto de Valle de Esteio em terra e termo de Aljubarrota, solar d'esta illustre familia; dos Vasconcellos Britos da casa e morgado da Fonte Bôa junto a Evora e dos Britos Varellas e Raposos de S. Thiago de Cacem e Beja e de muitas outras casas de principal nobreza. De Pedro Amado da Cunha de Vasconcellos além da linha principal que vem por seu filho Antonio Amado da Cunha de Vasconcellos (V. *este nome*) e em que se conserva a representação da casa dos Amados de Pereira e da quinta da Arrocha (V. *Amado*), descendem tambem d'elle, por duas da suas filhas, a familia dos Azevedos Amados de quinta do Espirito Santo em Soure; a do 1.º visconde de Degracias; a dos Tavares de Carvalho da quinta do Travāz, em Condeixa; e os Tavares Gavicho, de Tentugal.

Brazão de Pedro Amado da Cunha de Vasconcellos

Cunha Vianna *(Bento José da)*. General de brigada reformado. N. em Vianna do Castello a 11 de julho de 1817, fal. em Lisboa a 22 de dezembro de 1902. Era filho de Carlos José da Cunha, que falleceu em 1844 sendo governador da praça de Caminha, e de D. Thereza Bernarda Pereira Caldas. Em 1820, tendo seu pae, então tenente-ajudante de infantaria n.º 3, de embarcar para o Brazil, onde estava a côrte, por fazer parte da expedição de tropas que para ali fôra enviada, ficou entregue aos cuidados de seu tio, Bento da Cunha Vianna, contando apenas tres annos de edade. Matriculou-se no Real Collegio Militar em 4 de outubro de 1827, como alumno pensionista do estado, e completou o curso a 27 de agosto de 1833. Tinha então 16 annos, mas já se lhe evidenciava a sua energia de caracter e tenacidade em conseguir o fim a que se propunha;

queria ser militar, e não obstante a opposição de seu pae e de seu tio, que pretendiam que seguisse o curso de medicina e se formasse em Paris n'esta faculdade, persistiu tenazmente no seu proposito, e foi assentar praça em 1 de setembro do referido anno de 1833, na primeira companhia de infantaria n.º 9 regimento commandado por seu pae, que regressara do Brazil com as pessoas reaes, e logo no dia 20 foi despachado alferes. Infantaria n.º 9, achava-se na defeza das linhas de Lisboa. O general Bourmont commandava as tropas realistas e não cessava de investir as liberaes, que defendiam a capital, atacando com todo o rigor as fortificações improvisadas. O marechal Saldanha ordenou então uma sortida geral ás forças do seu commando, de que infantaria n.º 9 fazia parte, e com tal bravura conduziram o ataque, que o exercito sitiante teve de levantar o cerco em 10 de outubro, e a retirar-se precipitadamente para Santarem. N'este ataque, Cunha Vianna, apezar dos seus poucos annos, houve-se superiormente, merecendo ser elogiado pela sua conducta. Com o regimento a que pertencia, esteve depois nas acções de Leiria e Pernes, e sendo já alferes porta-bandeira, tomou parte na batalha de Almoster em fevereiro de 1834, onde as tropas miguelistas, commandadas pelo general Lemos, ficaram derrotadas. Cunha Vianna encetara a sua carreira militar pugnando com valor nas campanhas da liberdade, que terminaram com a convenção de Evora Monte. Partiu então com o seu regimento para o Porto e d'ali para Bragança, a encorporar-se no exercito de observação, que se organisou em consequencia dos successos de Hespanha. Em 1835 o seu regimento fez parte da divisão auxiliar que foi mandada áquelle paiz em defeza de Fernando VII contra os carlistas, tendo Cunha Vianna já o posto de alferes. A campanha durou até 1837, e durante este periodo as nossas tropas soffreram as maiores privações e trabalhos; as marchas eram penosas, porque a cada passo surgiam difficuldades e obstaculos, e o joven official, que não contava ainda 20 annos, fez energicamente toda a campanha, resistindo sempre ás vicissitudes porque passou. Regressando a Portugal com o seu regimento, e tendo-se levantado a favor da Carta Constitucional o grito da revolução capitaneada por Saldanha e pelo duque da Terceira, revolta chamada dos marechaes, bateu-se na acção de Ruivães, mas teve sorte adversa, o que o obrigou a acceitar a convenção de Chaves. Para se salvarem, tanto Cunha Vianna como José Paulino de Sá Carneiro, então no posto de tenente, tiveram de atravessar um rio, em que a agua lhes chegava ao pescoço. Ficando desligado do serviço militar, conservou-se n'esta situação até maio de 1839, em que foi collocado em infantaria n.º 10. O decreto de 26 de novembro de 1840 o promoveu a tenente para o batalhão n.º 24, onde não chegou a apresentar-se, por ter sido proposto para ajudante do batalhão n.º 23, que se organisara em Abrantes. Em 1843 passou no mesmo posto para infantaria n.º 14, que estava em Vizeu. Em 1844 deu-se em Torres Novas a revolta contra o governo de Costa Cabral. Os revoltosos, sendo perseguidos pelas tropas da rainha D. Maria II, refugiaram-se em Almeida onde fôram cercados. O regimento de infantaria n.º 14 era um dos corpos que formavam o cerco; gastou 11 dias de marcha de Vizeu a Almeida, tendo primeiro seguido para o sul até Mortagoa, mudando depois de direcção para o norte, porque á hora da partida não se sabia ainda em Lisboa, que os revoltosos perseguidos se haviam refugiado em Almeida. Cunha Vianna, muito dedicado ao partido cartista, promoveu na qualidade de major da brigada, a marcha para Lisboa dos regimentos n.ºs 9 e 14, a favor do golpe de estado de 1846. Quando foi promovido a capitão em 1847, passou a servir no Porto em infantaria n.º 8, contando 14 annos de serviço activo passados nas fileiras, soffrendo os trabalhos de successivas guerras. Pelos serviços prestados em 1846 foi condecorado com o grau de cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição, que elle recusou. Em seguida á revolta do Porto em 1851, deixou o serviço e foi residir para Vianna do Castello, mas o marchal Saldanha, que muito o considerava, apezar de elle estar fóra do serviço, o incluiu na promoção de major graduado em 29 de abril d'aquelle anno. No anno de 1852 foi collocado em infantaria n.º 17, em Extremoz, sendo transferido em 1853 para infantaria n.º 7, seguindo com o regimento para Mafra. Como ensaio do emprego da força militar nas obras publicas, marchou em 1854 com 150 praças para o sitio das Silveiras, entre Vendas Novas e Monte-mór-Novo, onde se construiram 3 k. de estrada. N'esse anno foi nomeado procurador da commissão promotora dos trabalhos tendentes a inaugurar na praça de S. Julião da Barra um monumento a D. Maria II. Em agosto de 1855 entrou para redacção da *Revista militar*, que dirigiu até 1856 como socio da empresa, desempenhando por eleição em annos seguidos, os cargos de gerente e de redactor. Em julho do mesmo anno foi nomeado secretario da commissão encarregada de liquidar a preterição dos officiaes do exercito. Por proposta do conde de Casal e do barão da Batalha, foi admittido em dezembro de 1856 no centro politico denominado *Rei e Ordem*, e redigiu o jornal que o referido centro publicou com o mesmo titulo. O decreto de 19 d'outubro de 1859 o promoveu á effectividade do posto de major para o regimento de infantaria n.º 17, sendo na mesma ordem do exercito transferido para caçadores n.º 5, e seguidamente nomeado secretario da commissão encarregada de dar parecer sobre a reforma d'este estabelecimento e sobre o systema de exames. Em 1860 voltou a Mafra commandando o batalhão de caçadores n.º 5, e ao regressar a Lisboa foi nomeado para tomar parte na commissão encarregada de elaborar uma ordenança para infantaria e caçadores. Acompanhou em 1863 o barão da Batalha na inspecção ao asylo dos Invalidos Militares, sendo nomeado para a commissão incumbida de formular um novo regulamento para aquelle estabelecimento, tomando por base o relatorio que elaborara. Já tenente-coronel, acompanhou o general Horta na inspecção do corpo de veteranos, e concluindo este serviço, que mereceu o elogio do ministro da guerra, foi mandado com o general barão da Batalha inspeccionar o deposito disciplinar na Torre de S. Julião. Em 17 de julho de 1865 foi outra vez encarregado de acompanhar o mesmo general á inspecção de serviço ao 1.º batalhão de veteranos, e depois de escolher nas proximidades de Cascaes um terreno proprio para carreira de tiro, sendo louvado pelo bom desempenho d'esse encargo. Pela intelligencia e dedicação com que

elaborara a ordenança de infantaria, em vigor nos corpos da arma, foi agraciado com a commenda de Aviz, que tambem renunciou. Juntamente com Pinto Carneiro, foi incumbido de apresentar um projecto de regulamento do serviço interno dos corpos, do codigo disciplinar, e bem assim de examinar o modelo d'uma espingarda para infantaria. Fez parte d'uma commissão que por tres vezes deu o seu voto sobre a adopção de armas portateis de carregar pela culatra, commissão que foi louvada. E' obra quasi exclusiva do general Cunha Vianna o regulamento do serviço interno dos corpos de 1867, que esteve em vigor até 1897 e que serviu de base ao actual. Em 1868 foi eleito deputado por Torres Novas, e em 18 de agosto de 1869 mandado inspeccionar o Asylo dos Filhos dos Soldados em Mafra, sendo em seguida nomeado chefe da 2.ª repartição da secretaria da guerra e promovido a coronel. Na legislatura do anno de 1870 saiu eleito deputado por Valença, e depois da revolta de 19 de maio d'esse anno, foi exonerado do cargo que exercia no ministerio da guerra, deportado para Cascaes, e mais tarde, por decreto de 14 de junho, nomeado commandante da sub-divisão de Ponta Delgada, de que foi exonerado a 12 de julho seguinte.

Bento José da Cunha Vianna

Transferido para o commando de infantaria 17, por decr. de 23 de setembro de 1870, pediu a sua exoneração, ficando sem commissão até que em 1871 acompanhou o general visconde de Sagres n'uma syndicancia ao Collegio Militar. Pertencia ao partido progressista historico de que era chefe o duque de Loulé. Os adversarios temiam-no pelo seu caracter independente, severo, e vigoroso tanto na disciplina militar como nas discussões politicas; em volta do seu nome teceu-se uma rede de intrigas de caracter politico, de que resultou ser reformado em general de brigada contra sua vontade, por decreto de 10 de setembro de 1873, depois de ter sido chamado á junta militar de saude, que o julgou incapaz do serviço activo. Não se conformando com a reforma por a considerar injusta, reclamou por diversas vezes ao poder executivo e ás Côrtes, mas os seus requerimentos fôram sempre indeferidos, e assim terminou a sua carreira militar, quando menos o esperava, depois de 40 annos de bons serviços. Em 1886 ainda requereu para que a reforma lhe fôsse melhorada na de general de divisão, allegando muitas circumstancias, que não fôram attendidas. Mesmo depois de reformado se occupava dos negocios publicos, fazendo parte da grande commissão nomeada em 1879 pelo governo Braamcamp-Luciano para proceder ao inquerito das secretarias do Estado, tendo-lhe competido o exame á da guerra. O general Cunha Vianna foi um dos socios fundadores da Sociedade de Geographia de Lisboa, e vogal da commissão central organisadora da exposição universal de Vienna d'Austria em 1873 (arte militar e marinha). Era cavalleiro da ordem de Aviz, por decreto de 1 de junho de 1854, mercê concedida na regencia de el rei D. Fernando, na menoridade de D. Pedro V. Tinha tambem a commenda da ordem da Rosa do Brazil. Deixou os seguintes trabalhos: *Folheto das manobras contidas na 3.ª parte do Regulamento de tactica elementar para o ensino da infantaria*, Lisboa, 1845; *Guia do orador militar, ou arte de fallar aos soldados, contendo a pratica da eloquencia militar*, Porto, 1848; *Curso elementar de estudos para habilitação dos officiaes inferiores do exercito accommodado para uso das escolas regimentaes*, Lisboa, 1859; *Memoria sobre a reforma do collegio militar, com o fim de o transformar n'uma escola de infantaria e cavallaria*, Lisboa, 1864; *O futuro ou a democracia em acção*, sob as iniciaes J. C. V., Lisboa, 1871; *Meditações militares*, 2 vol., Lisboa, 1871. Esta obra foi muito elogiada por differentes escriptores militares; a imprensa estrangeira tambem lhe teceu elogios n'um artigo publicado na *Belgique militaire* de 28 de julho de 1872, e no *Bulletin de la réunion des officiers*, de 30 de outubro de 1885. Na *Revista Militar* publicou artigos notaveis, em que se conta uma série com o titulo de *Estacada*, e os referentes á questão do Oriente. Na sua collecção da *Revista*, tinha marcados os artigos que D. Pedro V escreveu sobre caminhos de ferro, e que lhe eram remettidos com a condição de não revelar o nome do autor. O general Cunha Vianna casara em Vianna do Castello com D. Aurelia Amalia da Cunha Vianna, sua prima, de quem teve tres filhos: Candido Augusto da Cunha Vianna, major de infantaria e chefe da 2.ª secção da 2.ª repartição da direcção geral da secretaria do ministerio da guerra; Julio Cesar da Cunha Vianna, tenente coronel da guarda municipal; e D. Maria Amelia Vianna Rodrigues, casada com Joaquim Eugenio Rodrigues, empregado no commercio. Na *Revista do exercito e da armada*, n.º 121, de maio de 1903, vol. xx, vem publicada minuciosamente a sua biographia, escripta pelo major de infantaria sr. Feliciano de Castro e Solla, da qual extrahimos uma parte d'estes apontamentos.

Cunha Vianna *(Francisco José da)* V. *Vianna.*

Cunhaes. Pov. na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Cunhal. Pov. na freg. de S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, Leiria.

Cunhas. Povoações nas freguezias : S. Pedro, de Alhadas, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra || S. Martinho, de Soajo, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. | S. Lourenço, de Villar de Cunha, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Cunhedo. Povoações nas freguezias : Santa Marinha, de Oliveira do Cunhedo, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. | S. Miguel, de Rebordosa, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Cunhos. Ilha da Madeira ; pov. na freg. do Bom Jesus, de Ponta Delgada, conc. de S. Vicente, distr. do Funchal.

Cuqueira. Pov. na prov. de S. Pedro, de Castanheira, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Cura. Parocho, prior, coadjutor. Primitivamente não havia em cada cidade episcopal mais do que uma egreja, em que o bispo desempenhava, em pessoa, as funcções sacerdotaes, com assistencia d'um collegio de padres. Quando o numero dos fieis augmentou, construiram-se nas cidades outras egrejas principaes ou cathedraes, e nas aldeias e villas outras denominadas parochias, confiadas, primeiro a titulo temporario, depois permanentemente, a padres delegados do bispo. Estes tornaram-se assim pastores de segunda ordem, chamados nos actos officiaes *parochi*, e na linguagem do povo *curati* (encarregade d'um curado, da palavra latina *cura*, desvello, cuidado, etc.). D'ahi o nome de *cura*. A creação de parochias governadas por curas remonta provavelmente ao seculo III.

Curadeiras. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Fermentões, conc. de Guimarães, Braga.

Curado *(Diogo)*. Religioso da Congregação do Oratorio, que adquiriu grande fama como prégador. Sendo qualificador do Santo Officio e examinador das ordens militares foi a Roma, e regressando á patria, falleceu em 21 de abril de 1736. Deixou impressos 3 volumes de sermões, e em manuscripto o itinerario da sua ida a Roma.

Curalha. Pov. e freg. de S. André, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 398 hab. e 84 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada em terreno plano, muito perto do rio Tamega. Pertence á 6.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 19 com a séde em Chaves.

Curcomellos. Pov. na freg. de S. Martinho, de Rio de Moinhos, conc. de Penafiel, Porto.

Curía. Sitio na freg. de Tamengos, concelho de Anadia, distr. de Aveiro, principalmente conhecido pelas suas aguas minero-medicinaes, descobertas em 1863, por um empreiteiro da construcção do caminho de ferro do Norte. O estabelecimento balnear está situado a 2 k. de Mogofores, pertencendo á Sociedade das Aguas de Curía, fundada em 1900, para explorar estas aguas minero medicinaes, da qual é presidente da direcção o sr. Albano Coutinho (V. *este nome*). Ha as nascentes Ferrea e dos Olhos. A analyse das aguas da nascente principal foi feita em 1897, e publicada na *Coimbra Medica*, d'esse anno, pag. 377, e nos relatorios da mesma sociedade. Em 1902 publicou-se a analyse microbiologica da mesma nascente, no *Movimento Medico*, 2.º anno, pag. 75, e no Relatorio da Sociedade. Proximo da nascente principal correm duas aguas, bastante usadas pelo povo, cujas analyses chimicas e bacteriologicas fôram feitas em 1904 pelo dr. Charles Lepierre, sendo o resultado publicado pela referida sociedade no relatorio clinico da epoca thermal de 1904, Coimbra, 1905. As aguas são applicadas em bastantes doenças. A agua da Curía tambem se recommenda como excellente agua de mesa. A sua exploração foi concedida definitivamente por tempo illimitado por alvará de 31 de dezembro de 1902.

Curopos. Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Vinhaes, distr. e bisp. de Bragança; 582 hab. e 145 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 7 k. da séde do conc., e está situada na estrada de Vinhaes a Chaves Passa-lhe junto o rio Tuella. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Curpém. Pov. da prov., distr. e com de Salsete, arceb. de Gôa. Pertence ao conc e commando mil. de Sanguém.

Curraes. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Avessadas, conc. de Marco de Canavezes, distr do Porto || S. Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro. || S. Bartholomeu, de Campello, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Salvador, de Carregosa, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Antonio, de Fatima, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || O Salvador, de Gallegos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. João Baptista, de S. João de Areias, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Junqueira, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || S. Paulo de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria || S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Pena, conc. e distr. de Villa Real. S. Martinho, de Reigoso, conc. de Montalegre, do mesmo distr. || S. Vicente, de Troviscal, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || S. Romão, de Vermoim, conc. de Maia, distr. do Porto. || S. Martinho, de Villa Fria, conc. de Vianna do Castello.

Curraes de Martinho. Pov. na freg. S. Antonio, de Areias, conc. de Marvão, Portalegre.

Curral. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Grijó, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || N. S.ª do Rosario, de Mesquitella, conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda. || S. Martinho, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Parada, conc. de Arcos do Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Paio de Pico de Regalados, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Reriz, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Curral das Freiras. Ilha da Madeira; pov. e freg. de N. S.ª do Livramento, conc. de Camara de Lobos, com., distr. e bisp. do Funchal; 1:215 hab. e 251 fog. Tem correio e esc. para o sexo masc. Está situada na parte sertaneja da ilha. N'esta freg. ha uma curiosidade natural muito notavel, que é um abysmo entre montanhas, d'uma profundidade enorme. Pertence ao commando militar da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.º 27 com a séde no Funchal.

Curral da Pedra. Pov. na freg. de Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira.

Curral dos Romeiros. Ilha da Madeira; pov na freg. de N. S.ª do Monte, conc. Funchal.

Curral das Vaccas. Pov. na freg. de S. Pedro, de Aguas Frias, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Curral Velho. Ilha da Madeira, distr. do Funchal; povoações nas freguezias: Sant'Anna, S. Antonio e S. Antonio da Serra.

Curral Velho e Sobreiro. Pov. na freg. de Santa Maria, de Labrujó, conc. de Ponte do Lima, distr de Vianna do Castello.

Curralinho. Pov. na freg. de S. Thiago, de Cepões, conc. e distr. de Vizeu

Currello. Povoações nas freguezias: S. Paio, de Agua Longa, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Ventosa, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Currellos. Pov e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. da Beira Alta, conc do Carregal do Sal, com de Santa Comba Dão, distr. e bisp. de

Vizeu. Está n'esta freg. a séde do conc. (V. *Carregal do Sal).* Em Currellos ha um antigo castello quadrangular com janellas ogivaes. ‖ Pov. na freg. do S. Lourenço, de Sande, conc. de Guimarães.

Curro. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Canellas, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. ‖ Santa Maria, de Insalde, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Curros. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Valle Passos, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 418 hab. e 103 fog. Tem escolas para ambos os sexos. A pov. dista 18 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Tinhella. Passa aqui o rio Roboredo. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 19, com a séde em Chaves. Foi annexada ao conc. de Murça, pelo decreto de 26 de setembro de 1895, que supprimiu o de Valle Passos, e voltou para este, quando foi restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. ‖ Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Boticas, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 234 hab. e 40 fog. Tem correio. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e corre-lhe proximo o rio Tamega. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e res. n.º 19, com a séde em Chaves. ‖ Pov. na freg. de S. Thiago, de Soppo, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Curros Antigos. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Curros, conc. de Boticas, distr. de Villa Real.

Curso superior de Letras V. *Letras.*

Cursum. Pov. da prov. de Satary, 2.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, India.

Curti ou **Curty.** Pov. da prov. de Pondá, 3.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. das Ilhas, arceb. de Gôa, India.

Curtorium e **S. José do Areal.** Pov. freg. de Santo Aleixo e S. José, da prov. distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India. Tem escola de instrucção primaria. E' pov. muito pittoresca.

Curubal. Extenso territorio do conc. de Bissau, no distr. e prov. da Guiné, Africa occidental, nas margens do rio Bissau ou Geba.

Curujeira (V. *Corujeira).* Serra do dist. de Braga. Fica proximo da margem esquerda do Neiva, e tem 8 k. de comprimento e 440 m. de altura.

Curvem. Pov. da prov. de Canácona, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, na India.

Curvo Semmedo *(Belchior).* V. *Torres de Sequeira (Belchior Manuel Curvo Semmedo).*

Curvos. Pov. e freg. de S. Claudio, da prov. do Minho, conc. e com. de Espozende, distr. e arceb. de Braga; 443 hab. e 100 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 7 k. da séde do conc., e está situada n'um valle proximo da costa. Passam-lhe proximo os rios Neiva e Cavado. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. D. Fernando I, por sua carta de 28 de julho de 1367, mandou dar a Gonçalo Velho, em pagamento, a terra de Curvos, no almoxarifado de Ponte do Lima.

Custió. Pov. na freg. de Santa Maria, de Leça de Bailio, conc. de Bouças, distr. do Porto.

Custodia. Circulo de ouro ou de prata, guarnecido raios com um crystal de cada lado e collocado sobre uma haste com peanha; dentro d'elle se expõe a hostia consagrada ‖ As custodias constituem algumas das alfaias mais valiosas dos thesouros das egrejas. Entre nós é sobre todas notavel a celebre custodia dos Jeronymos, que se guarda no Gabinete da Ajuda, feita por Gil Vicente com o primeiro ouro do tributo do rei de Quiloa *(V. Ajuda, collecção archeologica de).* D'entre outras custodias conhecidas é tambem digna de nota especial uma custodia de prata dourada, offerecida a N. S.ª da Oliveira, de Guimarães, pelo conego Gonçalo Annes *(V. Guimarães).* No *Catalogo da Exposição de Arte Ornamental* celebrada em 1882, estão descriptas e reproduzidas as principaes custodias das mais preciosas que existem em Portugal.

Custodio. Religioso franciscano que fazia as vezes de provincial na ausencia d'este, e que era o superior de casa religiosa chamada *custodia.*

Custoias. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. de Bouças, distr. e bisp. do Porto; 1:532 hab. e 283 fog. Tem apeadeiro do caminho de ferro, na linha do Porto a Famalicão, entre a estação da Senhora da Hora e o apeadeiro de Crestins. A pov. dista 4 k. da séde do conc., e está situada n'uma campina muito fertil. Tinha antigamente grandes privilegios, por ser isento de Malta, do bailiado de Leça do Bailio. Na freg. passa o rio Leça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto. ‖ Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de V. N. de Foscôa, distr. da Guarda, bisp. de Lamego; 376 hab. e 99 fog. Tem esc. do sexo fem. A pov. dista 32 k. da séde do conc. e está situada ao cimo de uma elevadissima costa, sobre uma planicie, na falda do monte de N. S.ª do Viso. Esta freg. esteve annexada á de Numão. O chantre da sé de Lamego apresentava o cura, que tinha 40$000 réis. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Custunau. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Cutacanha. V. *Catacanha.*

Cutello. Na jurisprudencia antiga era frequente o termo de *cutello* para designar a jurisdicção criminal e o direito de punir dos *senhores de cutello (V. Baraço e cutello).* Segundo Viterbo, no seu *Elucidario,* os senhores de baraço e cutello correspondem no antigo hespanhol aos senhores de *soga* e *cuchilo.* Os abbades de alguns conventos, como os de Aguiar, tambem tiveram egual jurisdicção nas granjas dos seus mosteiros. Encontram-se n'aquelle tres sepulturas com uma espada esculpida, pelo que Viterbo crê que esses abbades fôssem senhores temporaes. D. João, I, reconhecendo que se não devia alienar da Corôa o direito de vida e de morte, principiou a reservar para si nas doações a *correição* e *alçada.*

Cutello. Pov. na freg. de S. Matheus, de Grimancellos, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Cutembo. Pov. do conc. de Malange, no distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola. Está situada a 9. k. ao NE de Talla-Mogongo.

Cutri. Pov. na prov. de Pondá, 3.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. das Ilhas, arceb. de Gôa, India.

Cutuçaba. Reino do 10.º distr. da prov. ou região dos Bellos, na ilha de Timor, archipelago da Sonda, Oceania.

Cuvo. Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Louredo, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Rio do conc. do Novo Redondo, no distr. de Loanda.

Cydae. Pov. na freg. de S. Thiago, de Bougado, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Cypreste. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Evora d'Alcobaça, conc. d'Acobaça, dist. de Leiria. || N. S.ª do , de Paião, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Encarnação, de Olhalvo, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa

Cyrne. V. *Cirne.*

CORRECÇÕES

Baraçal. Esta pov., que pertencia á freg. de N. S.ª da Assumpção, de Touro, no conc. de Sabugal, diocese da Guarda, foi elevada a freguezia em junho de 1904, ficando a nova parochia composta d'aquella pov. e dos logares de Quinta dos Vinhos, Roque Amador e Moinhos.

Barahona e Costa. Fal. a 18 de agosto, 1875.

Barahona Fragoso. Falleceu em Evora a 25 de janeiro de 1905.

Barbosa *(Luiz Antonio Costa Rego de)*. O penultimo appellido é *Pego.*

Barcellos. Um illustrado cavalheiro d'esta villa obsequiosamente nos forneceu algumas rectificações ao respectivo artigo e varios esclarecimentos e additamentos relativos a Barcellos e Barcellinhos, os quaes serão insertos no volume de supplemento, que se publicar a esta obra. Quanto a correcções, propriamente, ha a fazer as seguintes: Barcellos tem 2 freg., pois que a de Barcellinhos tambem lhe pertence. Faz parte do 3.º distr. de recrut. mil., com séde em Vianna do Castello. O conc. comprehende portanto 95 freg.ª Dos nomes d'estas ha a corrigir Queiraz para Quiraz. A'cerca d'alguns factos historicos controvertidos, do verdadeiro brazão, etc., veja-se o referido supplemento.

Beatriz *(D.)*. Infanta de Portugal, mãe d'elrei D. Manuel. Onde se lê: *duque de Bragança D. Fernando, decapitado em em 1493*, deve lêr-se: *D. Diogo, duque de Vizeu, assassinado em 1484.*

Belem *(Palacio Real de)*. O salão de entrada do lado de Oeste é denominado *Sala das bicas* e não *dos bichos.*

Bemfeita. Onde se lê: *rio Are*, deve lêr-se rio *Alva*; onde se diz *Levadas*, leia-se *Luadas;* e onde está: amigo da religião, é o jornal de Braga intitulado *Amigo da Religião.*

Bordallo Pinheiro *(Raphael)*. A data do nascimento é 21 de março de 1846. Falleceu na madrugada de 23 de janeiro de 1905.

Camara *(D. João G nçalves Zarco da)*. A primeira de todas as peças d'este dramaturgo intitulava-se *Nobrezas* e representou-se no Collegio de Campolide em 1873. Em 1874 representaram-se no mesmo collegio as peças: *Um apuro faz um medico* e *Bernarda no Olympo.*

Camarido *(1.º conde de)*. A 2.ª condessa d'este titulo, D. Maria Izabel Freire de Andrade e Castro, falleceu em Lisboa a 24 de agosto de 1905. Nascera a 9 de novembro de 1836.

Campo Maior. O pelourinho ainda existe, intacto, guardado desde 1880 no museu de Elvas.

Canto *(Ernesto do)*. No numero do *Heralda* de Ponta Delgada, publicado em 26 de agosto de 1900, em homenagem a este illustre michaelense, vem uma noticia autobiographica, pela qual se pode ampliar e corrigir o respectivo artigo.

Carvalho *(Carlos Nandin de)*. O appellido Chelmicki não é allemão, mas sim de origem polaca O socio de Nandin era filho do general Chelmicki. V. *este nome.*

Carvalho *(Francisco de)*. Fôram seus avós paternos *Diogo*, e não Thiago, Affonso de Castro e sua primeira mulher. D. Affonso VI concedeu-lhe a *tença*, e não terça, de 80$000 réis.

Carvalho *(Marianno Cyrillo de)*. Fal no Estoril a 19 de outubro de 1905.

Coelho *(Francisco Adolpho)*. O diploma de doutor em Philosophia pela Universidade de Gottingæ é datado de 8 de agosto de 1887.

Coimbra *(Bibliographia jornalistica de)*. Não estão incluidos n'esta rezenha os jornaes que, embora impressos em Coimbra, fôram publicados em outras terras, onde se encontra a devida referencia. Alguns dos jornaes indicados sairam com ligeiras alterações de titulo, sendo as mais importantes: *Cartas de Visita* por *Cartão de Visita; Commercio de Coimbra*, 1889, por *Commercio Conimbricense; Memorando*, por *Memoranda*, etc. Por investigações posteriores ficaram averiguadas as datas de publicação dos seguintes jornaes: *Album Litterario*, 1866; *Arte e Vida (A)*, 1904; *Boletim Litterario*, 1880-1882; *Boletim da Livraria Academica*, 1866 1867; *Boletim Mensal do Governo Ecclesiastico da diocese de Coimbra (O)*, 1893; *Commercio de Coimbra*, 1860, findou em 1865; *Ensaios Litterarios*, 1861, começados em dezembro; *Estudos Cosmologicos (Os)*, que são de 1870; *Lisboa-Coimbra*, 1889; *Minerva Constitucional*, 1822; *Povo (O)* 2.º, 1866; *Porvir (O)*, fevereiro a março de 1905; *Republica Portugueza*, 1874; *Revista Coimbrã*, terminou em 1889; *Revista Negra*, 1898; *Saudade (A)*, 1859; *Sciencia Catholica*, começou em 1883; *Ultimatum*, 1890; O numero unico *Fraternidade Militar*, 1887.

Collaço e Macuamara. O titulo de barão é de *Colaço e Macnamara.*

PORTUGAL

DICCIONARIO HISTORICO, CHOROGRAPHICO, BIOGRAPHICO, BIBLIOGRAPHICO HERALDICO, NUMISMATICO E ARTISTICO

ABRANGENDO

A minuciosa descripção historica e chorographica
de todas as cidades, villas e outras povoações do continente do reino, ilhas e ultramar,
monumentos e edificios mais notaveis, tanto antigos como modernos;
biographias dos portuguezes illustres antigos e contemporaneos, celebres por qualquer titulo, notaveis
pelas suas acções ou pelos seus escriptos,
pelas suas invenções ou descobertas; bibliographia antiga e moderna; indicação
de todos os factos notaveis da historia portugueza, etc., etc.

OBRA ILLUSTRADA

COM CENTENARES DE PHOTOGRAVURAS

E REDIGIDA

SEGUNDO OS TRABALHOS DOS MAIS NOTAVEIS ESCRIPTORES

POR

ESTEVES PEREIRA e GUILHERME RODRIGUES

VOL. III — D-K

LISBOA

JOÃO ROMANO TORRES & C.ª — EDITORES

Composição e impressão: Rua Alexandre Herculano, 120 a 120 D.

1907

PORTUGAL

D

Daar. Terreno aurifero do distr. de Sena, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Daba Acanda. Pov. do territorio de Ganguellas, no distr. e com. de Benguella, prov. e bisp. de Angola, na margem direita do rio Hicoabera, confluente do Cuanza.

Dabeja. Pov. na freg. de N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa

Dabel. Pov. ao norte do rio Sandalealo, da regedoria de Nossa Senhora do Mar, no conc. e distr. de Damão, na India.

Dabem. Pov. de Bally, 4.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India Está situada no centro da provincia. Pertence á regedoria de Araulby no conc. de Quepem. distr. de Gôa. || Pov. da prov. de Satary, 2.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, India. Pertence á circumscripção militar de Valpoy, distr. de Gôa.

Dabolim. Pov. da freg. de Sancoale, prov., distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India, na costa N da ilha do Secretario, que está situada na barra de Mormugão ou rio de Rachol.

Dacca Duas povoações do mesmo nome concelho de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Dadará. Pov. pertencente á divisão Ety-Pahw, ao norte do rio Sandalealo, no concelho de Nagar Avely, distr. de Damão, na India.

Daddi *(João Guilherme Bell).* Um dos nossos mais notaveis pianistas e bom compositor. N. no Porto a 12 de novembro de 1813; fal. em Lisboa a 16 de maio de 1887. Desde muito creança revelou extraordinaria vocação para a musica, e aos 7 annos começou a aprender os primeiros rudimentos e piano com o professor italiano residente no Porto, Caetano Marinelli. Fez rapidos progressos, e ao mesmo tempo que se desenvolvia no piano, continuava exercitando-se no solfejo entoado, e na pratica do canto. Seus paes resolveram trazel-o a Lisboa, e quando apenas contava 9 annos apresentou-se a tocar no theatro de S. Carlos. Em 26 de janeiro de 1824 cantou-se a opera *Camilla*, de Fioravanti, em que havia um papel de creança, e foi o joven artista quem desempenhou este papel cantando com tal correcção, que causou o maior assombro no publico o seu talento tão precocemente desenvolvido. Logo no anno seguinte se estreou como compositor e chefe d'orchestra, compondo e regendo no dia 13 de maio de 1825, anniversario de D. João VI, uma *Cantata* a duas vozes e coros. N'essa occasião foi levado á presença do monarcha, que muito o felicitou, promettendo lhe a sua protecção. Como pianista ia tambem firmando os melhores creditos, tocando em diversos concertos N'um concerto realisado n'uma academia em 1826, pela cantora italiana Borghesi, tomou parte tocando n'um *Concerto de piano forte*, de composição de Antonio Girovetz. Durante a lucta civil de 1828 a 1833 não se ouviu falar de João Daddi, mas reappareceu o seu nome depois de constituido o governo constitucional, como autor d'um *Te-Deum*, para festejar o desembarque em Lisboa de D. Maria II, o qual se cantou na egreja da Sé a 23 de setembro de 1833. Quando chegou o principe Augusto de Leuchtemberg, primeiro marido da referida rainha, escreveu uma cantata, intitulada *Gloria dos Lusos*, que se ouviu em S. Carlos a 25 de janeiro de 1835. Em 1839 fez uma viagem artistica ás principaes cidades de Hespanha, França e Inglaterra, sendo sempre muito applaudido como distincto pianista. Em 2 de junho de 1841 apresentou-se em S. Carlos, n'uma recita em seu beneficio, tocando o *Concertstuck* de Weber. Pelos fins do mesmo anno, o conde de Farrobo, tomando conta do theatro da Rua dos Condes, com a idéa de estabelecer a opera comica portugueza, chamou Daddi para dirigir a parte musical, e em 8 de dezembro deu-se a primeira recita com o *Dominó Preto*, de Auber, que alcançou grande successo; seguiu se-lhe a *Barcarola, O Fra-Diavolo, O Barbeiro de Sevilha*, e varias outras peças, todas ensaiadas e dirigidas por Daddi, as quaes se repre-

sentaram durante o anno de 1842. O alto merecimento do distincto pianista tambem se revelou então como um musico consummado, em 24 de dezembro de 1843. N'um concerto, tocou, além do concerto de Weber, a phantasia de Dohler sobre o *Guilherme Tell*, e um duetto com Olivier, apreciado tocador de oboé. Litz veiu a Lisboa nos principios de 1845, e relacionou-se com João Daddi, e reconhecendo o seu merecimento, propoz-lhe apresentarem-se ambos em S. Carlos, tocando a phantasia para dois pianos, de Talberg, sobre a *Norma*. Foi no dia 15 de fevereiro que se realisou esta apresentação tão honrosa para o nosso pianista. Em 11 de maio do mesmo anno de 1845 cantou-se no theatro do conde do Farrobo, na sua quinta das Laranjeiras, *O Salteador*, pequena peça n'um acto, que Daddi escrevera expressamente, como ensaio da sua aptidão para a opera comica. Esta peça foi desempenhada pelo conde do Farrobo, D. Carlos da Cunha Menezes, Duarte de Sá, D. Carlota Quintella e Fortunato Lodi. Daddi, assim como Casimiro, Santos Pinto e Cossoul, exercitou-se como compositor e director d'orchestra nas academias de amadores, então numerosas, e especialmente na Academia Melpomenense, dos artistas. De 1848 a 1853 dirigiu varios concertos n'esta academia, e em 4 de novembro de 1848 fez cantar por amadores na Academia Philarmonica o coro d'uma opera que elle compozera, *A Feiticeira de Gissoi*, que ficou inédita. Vindo a Lisboa o pianista polaco Antonio Kontsky, tambem tocou juntamente com João Daddi a referida phantasia de Talberg para dois pianos, sobre a *Norma*, realisando se este concerto a 19 de novembro de 1849. No theatro das Laranjeiras cantou-se em 20 de maio de 1851 mais uma outra tentativa, a opera comica em 5 quadros, intitulada *Um passeio pela Europa*. Ainda compoz outra opera em 1 acto, *O organista*, que se representou em 1861, no referido theatro do conde do Farrobo. Para esta opereta escreveu uma abertura, que frequentes vezes se executava em diversos concertos, sendo o ultimo na Academia dos Amadores de Musica em dezembro de 1884. Daddi foi quem teve a gloria de ser o primeiro que realisou sessões publicas de musica de camara; em 10 de maio de 1863 deu no theatro de D. Maria um concerto, em que se executou o quinteto, em sol menor de Mozart, um quarteto de Haydn, o quinteto para piano e instrumentos de vento, de Beethoven, e o dueto para piano e clarinete de Weber. Annos depois, em 1874, organisou uma sociedade, que se intitulou Sociedade de Concertos Classicos, tendo logar a primeira sessão a 25 de março e a ultima em 31 de maio. Em 1875 houve outra sociedade de musica de camara, de que Daddi tambem fez parte. A sua longa vida artistica foi quasi toda dedicada ao ensino, e teve grande numero de discipulos. Além das composições já apontadas, deixou as seguintes operas ineditas: *O triumpho de Esaldo*, *O triumpho de Quinto Fabio*, e *A orphã Egypciaca*. A relação minuciosa das suas composições vem publicada no 1.º e 2.º volumes do *Diccionario bibliographico dos musicos portuguezes*, de Ernesto Vieira.

Dade. Appellido nobre d'uma familia, que occupou altos cargos durante a primeira parte da dynastia chamada affonsina. Parece que se nobilitou no seculo XIII. O primeiro Dade que apparece nos nobiliarios é D. Martim Dade, *o velho*, pae do alcaide-mór de Santarem com o mesmo nome.

Dade. Pov. na freg. de Santa Eulalia, do Couto de Baixo, conc. e distr. de Vizeu.

Dadim. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Cimo de Villa da Castanheira, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Nogueiró, conc. e distr. de Braga.

Dáfundo. Pov. na prov. da Estremadura, nos arrabaldes de Lisboa, sobre a margem direita do Tejo, proximo a Santa Catharina de Ribamar. E' um sitio muito aprazivel e muito concorrido, especialmente desde que existe ali o Aquario Vasco da Gama, edificio mandado construir por occasião

Aquario do Dáfundo

do 4.º centenario do descobrimento da India, em 1898, sendo inaugurado pela Sociedade de Geographia, e que está publico todos os dias. Dáfundo pertence á freg. de S. Romão de Carnaxide, conc. de Oeiras. Tem est. telegr., e est. do caminho de ferro na linha de Cascaes, entre as de Algés e Cruz Quebrada. Ha no Dáfundo diversos restaurantes e casas de pasto, que se tornaram muito faladas ha mais de 30 annos, por se reunir ali a mocidade dourada de então, em passeios nocturnos e alegres ceias que duravam até á madrugada. Tambem foi moda, em tempo, os noivos irem ali jantar no dia do casamento.

Dagachi. Pov. da propriedade rustica do mesmo nome, na freg. de Santo André de Brancavará, do conc. de Diu, na India.

Dages. Pov. na freg. de Santa Maria, de Penha Longa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Dailor. Reino do 1.º distr. da região portugueza dos Bellos, na prov. e ilha de Timôr, Oceania. Está situada no interior, a cerca de 20 k. ao S da cidade de Dilly. Sendo feudatario da Corôa, era obrigado em 1733 a contribuir com 5:320 k. ou 80 picos de mautimentos para a praça de Lifau, e 15 homens de guerra; depois passou a um tributo annual de 12$000 réis.

Daivões. Pov. na freg. do Salvador, e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real.

Dalgado *(Sebastião Rodolpho)*. Antigo vigario geral da ilha de Ceilão e superior da missão portugueza na cidade de Colombo, abolida pela Concordata de 1886. Escreveu varios sermões e homilias no dialecto indo-portuguez d'aquella ilha Publicou, em 1900, nas *Contribuições da Sociedade de Geographia de Lisboa* para a commemoração do centenario do descobrimento do caminho maritimo para a India, o seu trabalho *Dialecto indo portuguez de Ceilão*. N'este vol. veem os alludidos sermões e homilias. Monsenhor Dalgado é um erudito orientalista.

Dalhães. Pov. na freg. de S. Martinho, de Avessadas, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Dalla. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola || Pov. do conc. do Duque de Bragança, do mesmo distr. e provincia.

Dalla Bella *(João Antonio)*. Foi um dos professores estrangeiros que o marquez de Pombal nomeou para a Universidade de Coimbra, quando a reformou em 1772. Era natural de Padua, e ali falleceu tambem em 1818 ou 1820. Em 1766 já era professor de physica esperimental no Collegio dos Nobres, em Lisboa. O marquez de Pombal, dando-se a reforma da Universidade, o nomeou lente para a nova faculdade de philosophia; sendo-lhe conferido o grau de doutor por indicação, ou proposta, do marquez visitador em março de 1773. Foi socio da Academia Real das Sciencias do Lisboa, e de outras corporações scientificas. Escreveu : *Noticias historicas e praticas ácerca do modo de defender os edificios dos estragos dos raios*, Lisboa, 1783 ; *Memorias sobre o modo de aperfeiçoar a manufactura do azeite em Portugal, remettidas á Academia Real das Sciencias*, etc., Lisboa, 1784 ; *Memoria sobre a cultura das oliveiras em Portugal, segunda edição accrescentada com um appendice por Sebastião Francisco Mendo Trigoso*, Lisboa, 1818 ; *Tratado de agricultura theorica e pratica*, Lisboa, 1805, 4 tomos.

Dalla Bumba Pov. do conc. do Duque de Bragança, distr. de Loanda, prov. e bisp. d'Angola. Está situada no centro do concelho.

Dalla Labanga. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Dalla Xilla. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Dalmatica. Veste de egreja, especie de casula com mangas, usada pelos bispos, diaconos, sub-diaconos, quando officiam no altar.

Dalrymple. Bahia da ilha de Bolama, no conc. d'este nome, distr. da Guiné, mais conhecida pelo nome de *Porto das Prainhas*.

Dalvará. Pov. da praganã de Nagar, no distr. e com. do Damão, prov. e arceb. de Gôa, India.

Dalvares. Pov. e freg. do Espirito Santo, da prov. da Beira Alta, conc. de Tarouca, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego ; 481 hab. e 97 fog. Tem correio. A pov. dista 2 k. da séde do conc e está situada n'um valle na margem esquerda da Ribeira Barrosa, na estrada real de Lamego a Trancoso. O reitor de Tarouca apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua, e o pé d'altar. Pertence á 2.ª div. mil. e distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Esta freg. foi annexada ao conc. de Lamego por decreto de 6 de junho de 1896, que supprimiu o de Tarouca, e voltou a este, por ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898.

Damaia. Pov. da freg. de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa. N'este sitio ha um apeadeiro no caminho de ferro da linha de Cintra, que fica entre o apeadeiro da Buraca e a est. da Porcalhota. Perto passa o aqueducto das Aguas Livres por cima de dezenove arcos, e a estrada, que vae de Bemfica para o mesmo logar, passa por baixo do terceiro arco da parte do noroéste. No pegão d'este arco, do lado direito, está um chafariz que foi mandado fazer em 1 de março de 1826.

Damão *(Caetano Diogenes Mascarenhas, visconde de)*. Abastado proprietario em Damão, na India, onde tinha tantas e tão extensas propriedades, que quasi se podia dizer que, fóra a praça de guerra, quasi todo o Damão lhe pertencia. Era individuo muito trabalhador, modesto e bemquisto. Fal. em Damão, no anno de 1902.

Damão. Cidade, capital do districto do mesmo nome na India, comprehendendo os concelhos de Damão, com a séde na Praça, e de Nagar-Avely, com séde na villa de Paço d'Areos. O primeiro dos concelhos divide-se em duas regedorias e tres parochias, e o segundo constitue duas divisões distinctas denominadas de Etly-Pahw ou do Norte, e de Uply Pahw, ou do Sul, separadas pelo rio Sandalcalo. O territorio do distr. de Damão abrange uma pequena parte da costa do golfo de Cambaya, n'uns 15 k. de extensão. Antigamente a jurisdicção da praça de Damão abrangia toda a costa do rio Parnel ao N, onde confrontava com as terras de Surrate, até ao rio Agaçaim ao S. Junto á foz do rio Sandalcalo ou Damongangá, que desagua a meio da costa portugueza do golfo, fica o porto de Damão, onde pódem entrar navios de alto bordo. A barra é defendida por duas obras de fortificação, sendo uma o forte de S. Jeronymo, na margem direita do rio, e a outra a praça de Damão com o balnarte de

S. Filippe. O forte de S. Jeronymo foi mandado construir pelo vice-rei D. Jeronymo de Azevedo em 1614 e concluido em 1527, no tempo do segundo vice reinado do conde da Vidigueira D. Francisco da Gama, para defeza dos portuguezes e dos christãos de Damão — Pequeno, quando fôssem atacados pelos moiros. Tem tres baluartes, revelim e uma unica porta que dá para o rio. A egreja e confraria denominada de N. S.ª do Mar está dentro d'este forte. A praça de Damão é decagono irregular de systema abaluartado. Tem duas portas, a da Terra e a do Mar. A primitiva praça e a povoação hindú fôram conquistadas em 1534 por Martim Affonso de Sousa, sendo Nuno da Cunha governador da India. Passando depois para o rei de Cambaya, foi por elle concedida em 1558 ao governo portuguez, mas só em 2 de fevereiro de 1559 é que D. Constantino de Bragança, sendo vice-rei, se apossou d'ella á força d'armas A praça actual foi elevada á categoria de cidade com os privilegios da de Evora, por carta regia de 14 de março de 1616. A cidadella está caída em grande ruina, bem como outras construcções e edificios. O convento de S. Francisco, antiga succursal da inquisição de Gôa, o de S. Domingos e o de S. Paulo estão tambem em ruinas. O convento de Santo Agostinho, actual seminario diocesano, está demolido na sua maior parte; a velha Misericordia acha-se actualmente arrazada. Alguns edificios ainda se conservam em bom estado, taes são: a matriz, que foi mesquita, mandada sagrar em 2 de fevereiro de 1559 pelo vice-rei D. Constantino de Bragança, sob a invocação das onze mil virgens, e em que n'esse dia celebrou missa o jesuita Gonçalo da Silveira; o palacio do governo; o quartel; o hospital militar e a casa da camara; a casa das audiencias do juizo e a conservatoria; a escola de instrucção primaria; a cadeia civil do concelho e o paiol da polvora e respectivo armazem. A's ruinas dos edificios corresponde a ruina economica do districto, devida, entre outras causas, á absurda delimitação das fronteiras do territorio portuguez no Guzerate, cuja maior parte está cortada e separada da séde do distr. por terrenos inglezes, convertida n'uma especie de ilha secca, cercada pelas terras inglezas de Tanná e Surrate e pelo Estado nativo de Dharampur. A circulação dos productos faz-se com difficuldade. A industria, que outr'ora era muito importante, reduz se ao fabrico de tecidos de seda, linho e algodão, cobertas, colchas, etc.; pannos canequins; fabrico de cal; preparação de peixe; e exportação d'arroz, opio, vinho de palmeira, fructa, trigo, etc. || Bibliographia: *Noticias e documentos para a historia de Damão, antiga provincia do norte* por Antonio Francisco Moniz Junior, Typ. Raugel; Bastorá, 1900.

Damão de Cima. Pov. ao sul do rio Sandalcalo, da regedoria de N. S.ª dos Remedios, no conc. e distr. de Damão, na India.

Damão Pequeno. Pov. ao norte do rio Sandalcalo, da regedoria de N. S.ª do Mar, no conc. e distr. de Damão, na India.

Damasceno (*Rosa*). Actriz contemporanea. N. no Porto a 23 de fevereiro de 1849, fal. no Gradil a 5 de outubro de 1904. Seu pae era militar; quando falleceu, veiu Rosa com sua mãe para o Alemtejo, e entrou como actriz n'uma companhia ambulante, dirigida por um antigo actor e empresario, chamado Lopes. Percorreu com a companhia diversos theatros da provincia, agradando sempre muito, até que Marcolino Pinto Ribeiro, antigo actor do theatro de D. Maria II, vendo-a representar, tão enthusiasmado ficou que lhe aconselhou e á mãe, viessem para Lisboa porque a novel actriz tinha bastante merito para fazer uma carreira artistica distincta Marcolino apresentou-a então ao commissario regio, o dr. Luiz da Costa Pereira, que a admittiu, e lhe deu um pequeno papel, escripturando-a ás noites, como se usava muitas vezes n'essa epoca. Construia-se o theatro da Trindade, e o seu director, o fallecido Francisco Palha, tendo conhecimento das disposições para a scena e os dotes de formosura de que era dotada Rosa Damasceno, propoz-lhe escriptura, que ella acceitou, realisando-se o seu debute no dia da inauguração do referido theatro a 30 de novembro de 1867, entrando nas duas peças que se representaram,

Rosa Damasceno

A mãe dos pobres, drama em 5 actos, de Ernesto Biester, e *O Xerez da viscondessa*, comedia em 1 acto, traducção de Francisco Palha. O exito, que obteve, foi dos mais satisfatorios. Representou então em grande parte do reportorio, cultivando tambem a opereta, em que muito sobresaia a sua voz malleavel e d'um timbre agradavel. Mencionaremos as seguintes peças: *A familia Benoiton*, *Conspiração na aldeia*, *O senhor Procopio Baeta*, *Pupillas do sr. reitor*, *Boa desforra*, *Ultima moda*, *Casamento singular*, *As amazonas de Tormes*, *Ouros, copas, espadas e paus*, *Campainhas*, *Avarento*, *Baile da condessa*, *Novella em acção*, *Casa de Orates*, *Peor inimiga*, *Quem desdenha*, *Um murro e um lenço*, *Quatro mulheres n'uma casa*, *Mãos de fidalgo*, *Amores de primavera*, *O Barba Azul*, *A gata borralheira*, *O rouxinol das salas*, *As tres rocas de crystal*, etc. Rosa Damasceno passou depois para o theatro de D. Maria II, que então era explorado por uma empresa particular. Foi ali que a sua carreira se tornou mais

gloriosa, tomando tambem parte em muitas peças do reportorio, recebendo phreneticos applausos que o publico sempre lhe dispensava como uma das suas actrizes mais predilectas. Entrou então na *Mantilha de renda*, *Amigo Fritz*, *Fourchambault*, *Tio Milhões*, *Madrugada*, *O alfageme de Santarem*, *Os Velhos*, *João de Thommaray*, *Marquez de Villemer*, *Sociedade onde a gente se aborrece*, *Os fidalgos da Casa Mourisca*, *Duque de Vizeu*, *Varina*, *Cigarra*, *Arlesiana*, *Abbade Constantino*, *D. Affonso VI*, *Alcacer-Kibir*, *O intimo*, *Guerra em tempo de paz*, *Amigo das mulheres*, *O bibliothecario*, *D. Leonor Telles*, *Hamlet*, *Triste viuvinha*, *Metter-se a redemptor*, etc. Esteve depois no theatro de D. Amelia, desde 1898 até á data do fallecimento. N'este theatro ainda augmentou consideravelmente o seu enorme reportorio, apresentando-se nas peças: *O que morreu d'amôr*, *Maridos de Leontina*, *Amôr de mãe*, *Meia noite*, *Côrte na aldeia*, *Degeneradas*, *Corrida do facho*, *Fromont & C.ª*, *Castello historico*, *Outro eu*, *Pouca sorte*, *Torrente*, *Auto pastoril*, *Segredo do Polichinello*, *Paço de Veiros*, *Resurreição*, *Cruz da esmola*, *Segredo da confissão*, etc. A ultima peça que representou foi *O Adversario*. Rosa Damasceno fez um digressão ao Brazil em 1892, percorrendo o Rio de Janeiro, S Paulo, etc. Era casada com o actor Eduardo Brazão.

Damasio *(José Victorino)*. Bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra, professor da Academia Polytechnica do Porto, engenheiro, director do Instituto Industrial de Lisboa, etc. N. na villa da Feira a 2 de novembro de 1807, fal. em Lisboa a 19 de outubro de 1875. Era filho de José Antonio Damasio e de D. Maria Magdalena Damasio. Passou os primeiros annos de adolescencia em Aveiro, estudando depois em Coimbra humanidades. Mais tarde matriculou-se na Universidade, em Mathematica e Philosophia. Estava no 2.º anno do curso, quando, em 1828, rebentou no Porto o movimento revolucionario contra o partido miguelista. Animado pelas suas idéas liberaes muito exaltadas, alistou-se no batalhão academico, com o posto de cabo da segunda companhia, e assistiu á acção da Cruz de Moroiços, acompanhando depois o exercito liberal na sua retirada para o Porto, guardando uma leva de presos politicos. Ainda entrou em varios combates, havendo se sempre com valentia e bravura. Emigrou depois para Inglaterra, pela Galliza, embarcou para a ilha Terceira, e tomou parte nas expedições das ilhas do Pico, de S. Jorge e de S. Miguel. Acompanhou o exercito liberal, que veiu desembarcar nas praias do Mindello, e esteve no cerco do Porto, já com o posto de tenente d'artilharia, para que fôra despachado em novembro de 1831. N'este cerco continuou dando provas de grande valor, distinguindo-se principalmente nos dias 24 de janeiro, 4 e 24 de março, 5 e 25 de julho de 1831, alcançando pelos serviços que prestou os graus de cavalleiro e official da ordem da Torre e Espada. N'um d'estes combates ficou gravemente ferido. Terminada a campanha, voltou á Universidade de Coimbra, para concluir os cursos que interrompera, e recebendo o grau de bacharel em junho de 1837, foi em novembro do referido anno despachado lente da Academia Polytechnica do Porto, logar de que só tomou posse em fevereiro de 1838, porque até então se conservou no serviço militar por causa das occorrencias politicas da epoca, ligando-se sempre ao partido das idéas mais avançadas. Até 1841 empregou-se quasi exclusivamente no exercicio do magisterio, chegando ás vezes a reger simultaneamente tres cadeiras, adquirindo durante esse periodo muitos conhecimentos theoricos e praticos, que então e depois soube aproveitar. Em 1842 tomou parte nos trabalhos de construcção da ponte pensil do Porto, auxiliando o engenheiro Bigot; em 1845 foi chamado ao serviço das obras publicas que então se organisou, e encarregado da construcção da estrada do Alto da Bandeira aos Carvalhos, revelando n'esses trabalhos os seus elevados dotes de engenheiro, e empregando ali o systema de cylindragem de Polonceau, que era desconhecido entre nós, cuja adopção foi mal acceite por alguns dos engenheiros que occupavam aquelles cargos. No fim do referido anno de 1845 partiu para França, encarregado da compra de diligencias e carruagens mais accommodadas ás estradas do nosso paiz, e da inspecção dos estabelecimentos mais notaveis da Inglaterra, França e Belgica, com o fim de estabelecer em Portugal um *arsenal de obras publicas*. Tão importante commissão não chegou a ser completamente desempenhada, por causa dos successos politicos de 1846, e da liquidação da companhia de obras publicas. Regressando a Portugal em agosto d'este anno, entregou se de novo á politica, e foi offerecer os seus serviços á Junta do Porto, que o incumbiu de importantes commissões, como a de artilhar as linhas, commandar a guarnição do castello da Foz quando para ali foi o duque da Terceira como prisioneiro, etc. Nomeado posteriormente chefe do estado maior general, foi escolhido para dirigir as obras do cêrco de Vianna, e em seguida para commandar a columna de operações do Alto Minho que fez o assedio de Valença. Espirito profundameste liberal, bateu se sempre com todo o valor, resistindo heroicamente ás tropas de Concha. Mais tarde, quando se assignou a convenção de Gramido, em 1847, demittiu-se do exercito, e voltou ás suas antigas funcções de professor, empregando todo o tempo, de que podia dispôr, em aperfeiçoar varios ramos da nossa industria fabril. Em 1848, associando-se a Joaquim Ribeiro de Faria Guimarães e a Silva Guimarães, fundou no Porto a fundição do Bolhão, que ainda existe, assumindo a direcção technica, e introduzindo a industria do fabrico da louça de ferro fundido esmaltada e estanhada a banho. Foi n'aquelle estabelecimento que se fez a primeira draga no nosso paiz, sendo a ferragem obrada toda a forja; foi sob a sua direcção que se construiu a machina da primeira fabrica de cordoaria mechanica no Porto, e que se assentou a primeira machina de vapor que teve essa cidade, a qual foi a da fundição da rua do Rosario. Ensinou a um fabricante de sedas o modo de as ondear, e mandou construir uma machina simples e apropriada ao intento; a outro industrial explicou o processo metallurgico para o tratamento do estanho, dirigindo a construcção do forno, etc. Em 1851, quando se iniciou o movimento contra o ministerio do conde de Thomar, voltou de novo ao seu posto de combatente, concorrendo mais que ninguem para a revolta de 24 de abril, e prestando grandes serviços ao duque de Saldanha. O marechal, reconhecido a tão va-

lioso auxilio, quiz recompensal-o por diversos modos, porém, recusando-se sempre José Victorino Damasio a acceitar qualquer recompensa, Saldanha teve de se contentar apenas em lavrar um decreto em que lhe restituia a effectividade do posto de capitão de artilharia, encarregando-o ao mesmo tempo da inspecção e direcção do arsenal e trem da cidade do Porto. Esta commissão, porém, ficou sem effeito, porque Damasio continuou com os seus antigos trabalhos, até que, adoecendo gravemente, foi tratar-se á ilha da Madeira, d'onde voltou restabelecido em julho de 1852. Logo em seguida fundou a Associação Industrial Portuense, da qual nasceram mais tarde tantas outras, e que estabelecendo aulas que fôram frequentadas por grande numero de alumnos, serviu de nucleo para a creação do Instituto Industrial do Porto. Impressionado pelo naufragio que succedera na barra do rio Douro em 29 de março do mesmo anno de 1852, Damasio fez varias experiencias com o fim de descobrir o meio de lançar um cabo de salvação para um navio em perigo, e d'essas diligencias resultou que o illustre engenheiro descobrisse que o melhor ferro fibroso passa a granular por effeito d'uma explosão instantanea. Damasio, que era de grande modestia, occultou por algum tempo a sua descoberta, porem, estando em Rouen em 1855 falou casualmente sobre o assumpto a proposito d'um notavel processo originado pela explosão d'uma caldeira de vapor, o que motivou ser convidado pelo governo francez para dirigir experiencias, que provassem a exactidão da opinião que sustentara. Essas experiencias não chegaram a realisar-se mas o fabricante da caldeira foi absolvido, concorrendo para isso a descoberta de Damasio. Nomeado em outubro de 1852 membro do conselho geral das obras publicas e minas, prestou relevantes serviços ao paiz no desempenho d'esse cargo, e no de vogal da junta consultiva, os quaes exerceu perto de 23 annos. Fôram de muito valor e numerosas as consultas que redigiu ácerca dos nossos caminhos de ferro, das obras hydraulicas nas barras de Aveiro e Figueira, sobre os portos de abrigo de Ponta Delgada e Horta, e sobre muitas das pontes e estradas ordinarias de diversas provincias do reino. Em agosto de 1853 foi nomeado director e lente do Instituto Industrial de Lisboa, cargo em que prestou bons serviço, podendo bem dizer-se que creou este estabelecimento desde os fundamentos; em outubro de 1859 largou, a seu pedido, a direcção, mas não deixou de trabalhar para o melhorar e desenvolver. Damasio foi a Paris em 1855, como vogal da commissão de estudo das artes e officios da exposição universal, sendo incumbido especialmente de estudar os diversos systemas de locomotivas, e ao mesmo tempo encarregado da compra de machinas e de material circulante para o caminho de ferro de Léste e de machinas, modelos e ferramentas para os institutos industriaes de Lisboa e Porto. Alguns annos depois, arrostando com enormes contrariedades de todas as especies que se oppunham ao começo do Aterro, que tomou o nome de Aterro da Boa Vista, de tal fórma se houve na direcção das obras, de que fôra encarregado, que principiando os trabalhos no dia primeiro de maio de 1858, e fazendo se d'elles entrega á camara em 5 de maio de 1859, já havia construido 700^{m} de paredão com 11 linguetas servindo de desembarcadouro, além de grande porção mais de alvenaria e do aterro correspondente. Foi em signal de reconhecimento a este serviço, que foi dado o nome de José Victorino Damasio a uma das ruas abertas n'esse novo aterro. No fim do anno de 1864 foi nomeado director geral dos telegraphos, e encarregado de assistir como delegado do governo á conferencia telegraphica internacional reunida em Paris. Ao regressar ao reino, empregou-se sempre com o maior zelo no desempenho do importante cargo que lhe fôra confiado, e havendo no principio de 1865 sómente 72 estações abertas ao serviço publico, dois annos depois, esse numero fóra elevado a 108, e mais de 900 k. de linha se construiram n'esse periodo. José Victorino Damasio ainda se encarregou d'outras commissões distinguindo-se tambem em varios serviços particulares, como os de engenheiro director da Companhia das Aguas em 1858, e os que prestou á fabrica de Arrentella de 1855 a 1860. Fundou no Porto o *Industrial portuense*, 1845 e 1846, que foi o primeiro jornal d'essa indole que se publicou em Portugal; na *Revista de obras publicas e minas* encontram-se alguns artigos muito interessantes e curiosos. Quando falleceu, a Associação dos Engenheiros Portuguezes, de que fôra um dos fundadores mais enthusiastas, prestou em sessão solemne a devida homenagem ao finado, sendo inaugurado n'uma das salas da Associação o seu retrato, e lido pelo socio Joaquim Filippe Nery da Encarnação Delgado, o elogio historico, que depois se imprimiu. José Victorino Damasio tinha carta de conselho, era commendador da ordem de Aviz, official da de Torre e Espada, e socio de muitas associações scientificas. Na *Revista de obras publicas* citada, entre muitos artigos, publicou: *Do calculo da resistencia das pontes metallicas*, serie em dezembro de 1870 e em janeiro de 1871; o autor não chegou a concluil-o; *Caminhos de ferro economicos*, outra serie de artigos de setembro de 1871 a janeiro de 1872. Escreveu, além dos relatorios officiaes, uma nota: *Industria dos metaes e pedras entre os antigos e modernos*, inserta nos *Fastos*, de Castilho; tomo II, pag. 367 a 381.

Damasio *(P. Manuel de Caetano)*. Eremita de S. Paulo, da congregação dos monges da Serra d'Ossa, de que foi eleito geral em 13 d'outubro de 1800. Ignoram-se as datas do seu nascimento e fallecimento. Escreveu: *Thebaida portugueza, compendio historico da Congregação dos monges pobres de Jesus Christo da Serra d'Ossa, chamada depois de S. Paulo primeiro eremita em Portugal*, 2 volumes, Lisboa, 1793; termina o 2.º volume com os successos do seculo XIV, e os seguintes, que se não chegaram a publicar, deveriam conter a continuação da chronica até o tempo do autor; *Elogio funebre do muito alto e poderoso rei D. Pedro III, recitado no convento do Carmo de villa do Conde*, Lisboa, 1787; *Oração academica do ex.^{mo} sr. principe do Brazil*, etc., Lisboa, 1789. Esta oração foi recitada quando terminou a academia funebre que o bispo de Beja D. Fr. Manuel do Cenaculo, mandou celebrar na tarde de 16 de dezembro de 1788, havendo feito celebrar de manhã solemnes exequias á memoria do mesmo principe.

Damaso *(S)*. Papa, 1.º do nome, e 39.º na serie dos pontifices. N. pelos annos de 304, na antiga Lusitania, em Guimarães, villa antiquissima de entre Douro e Minho, tres leguas ao nascente

da cidade de Braga, e primeira côrte d'este reino em tempo do conde D. Henrique. Ha divergencias em alguns autores, que pretendem que S. Damaso fôsse natural da Guarda, da Idanha, de Tarragona ou de Madrid, mas prevalece a favôr de Guimarães ter sido a sua patria, os dois antiquissimos breviarios de Braga e de Evora; o codice antigo da egreja da mesma cidade de Evora, o martyrologio tambem antiquissimo da egreja de Palencia, além de muitos escriptores castelhanos o affirmarem. Sobre este assumpto veja se o que se lê nos *Retratos dos varões e donas que illustraram a nação portugueza*, etc. Ainda muito novo, seus paes o levaram a Roma, onde o talento extraordinario que já se lhe notava, o profundo estudo, e excellentes virtudes de que era dotado, lhe grangearam as sympathias das pessoas mais importantes, com especialidade do papa Liberio, que successivamente o investiu nas ordens de diacono e de presbytero, nomeando-o mais tarde vigario da egreja de Roma na sua ausencia, durante uma boa parte dos annos 359 e 360. Por morte d'este pontifice, succedida a 24 de setembro de 366, contando Damaso mais de 60 annos, foi eleito seu successor no 1.º de outubro pelo maior e mais nobre partido do clero, e povo romano, sendo sagrado na primeira ou segunda semana do referido mez, na basilica de Lucina, depois chamada de S. Lourenço. Ao mesmo tempo Urcino ou Ursicino, diacono, favorecido por uma multidão de sediciosos, pretendeu usurpar-lhe o logar, fazendo-se chamar pontifice, havendo induzido o bispo de Tivolib, a que o ordenasse bispo de Roma, o que elle fez sacrilegamente na Basilica de Liberio, hoje Santa Maria Maior, contra a regra da tradição geral, que requer tres bispos para esta ordenação, e contra o antigo costume da Egreja de Roma, cujo bispo deve ser sagrado pelo de Ostia. Aggravando-se muito os tumultos e as dissidencias, determinaram Juvencio, perfeito de Roma, e Julianno, commissario geral dos mantimentos, que o anti-papa Uricino fôsse preso e desterrado com os seus principaes sequazes, os diaconos Amancio e Loupo. Ao saír das portas da cidade, o povo do partido do anti papa o tirou do poder dos guardas, refugiando o na basilica de Liberio; os do partido de S. Damaso vieram com armas contra elles, travando-se então um renhido combate em 25 de outubro de 367, em que morreram de parte a parte muitas pessoas d'ambos os sexos. A eleição de S. Damaso foi confirmada Ursicino, com os dois diaconos seus companheiros, ainda tentou intrigal-o, levantando-lhe aleives e calumnias, sendo preciso, para se justificar, que se convocasse em Roma um concilio de 44 bispos, ficando reconhecida a sua innocencia, e condemnados os accusadores S. Damaso dedicou-se desde então ao bom governo da Egreja. Convocou diversos concilios em que se combateram energicamente os sectarios do arianismo. Muitas obras fez este pontifice proveitosas á Egreja, dignas de louvor e memoria. Edificou duas basilicas, uma em Roma junto do theatro de Pompéo á honra de S. Lourenço martyr, com uns paços sumptuosos que tomou o nome de S. Lourenço *in Damaso*, e enriqueceu com muitas doações; outra na estrada Ardeatina, fóra de Roma, no mesmo logar em que estavam sepultados os corpos de S. Pedro e S. Paulo, chamada agora *S Sebastião*. Na basilica Vaticana construiu uma fonte baptismal de maravilhosa fabrica e grandeza, renovando os aqueductos arruinados pelo tempo. Instituiu a festa d'Assumpção de Nossa Senhora, que muitos annos depois se mandou celebrar. Ordenou que na missa se cantasse o credo, e fizesse o sacerdote a confissão geral antes de a começar, que n'ella se cantasse a Alleluia pelo decurso do anno, de que só havia costume na Paschoa, etc. Durante o seu pontificado floresceram muitos varões eminentes em virtudes e em letras, como S. Jeronymo, que foi seu secretario, e a quem elle mandou fazer nova versão da Biblia, pelos originaes gregos, que ficou conhecida com o nome de *Vulgata*; S. Ambrosio, arcebispo de Milão, e S. Agostinho de Hipponia, na Africa; e na Egreja grega S. Basilio Magno, S. Cyrillo, bispo de Jerusalem, S. Gregorio Nazianzeno, e muitos outros. Escreveu alguns opusculos de muita erudição, mas attribuem se-lhe muitos mais. Muito devotado ao culto dos martyres, emprehendeu incessantes trabalhos nas catacumbas, e descobriu um grande numero de tumulos para os quaes compoz muitos epitaphios em versos latinos. Falleceu em Roma com 80 annos de edade, a 11 de dezembro de 384. A Egreja canonisou o mais tarde, determinando que se fizesse a sua festa n'este dia, commemorando a sua morte. Guimarães o tomou para seu padroeiro. S. Damaso foi sepultado na basilica que edificara na via Ardeatina, entre sua mãe e sua irmã, santa Iria, sendo depois trasladado para a de S. Lourenço *in Damaso*; em 30 de setembro de 1645 o cardeal Barberino lhe fez construir um outro sepulchro mais grandioso na referida basilica.

Damaso *(Padre Joaquim)* N. em Lisboa a 11 de dezembro de 1777, onde tambem falleceu a 14 de junho de 1833. Entrou como presbytero na congregação do Oratorio a 9 de fevereiro de 1793, e em 1807 embarcou para o Brazil com a familia real. Foi depois nomeado bibliothecario do paço do Rio de Janeiro pelo principe regente D. João. Quando a familia real regressou a Lisboa, tambem a acompanhou, trazendo comsigo todos os manuscriptos da bibliotheca, devendo-se-lhe o ficarem na posse da Casa Real muitas preciosidades. O padre Joaquim Damaso lamentava não ter podido trazer tambem os livros impressos. Foi socio correspondente da Academia Real das Sciencias em 1832, e falleceu victima da cholera-morbus.

Damaso *(José Antonio dos Reis)*. Jornalista e bibliothecario, na bibliotheca municipal da Lapa. N. em Lagoa, no Algarve, a 11 de dezembro de 1850, fal. em Lisboa a 17 d'abril de 1895. Aprendeu com seu pae as primeiras letras e o latim, indo continuar os estudos em Faro e em Lisboa, onde assentou praça em artilharia; mas inclinando se pouco á vida militar, alcançou licença para estudar, e foi matricular-se no Curso Superior de Letras, o qual concluiu em 1887. Já então se tornara conhecido como jornalista, escrevendo na parte litteraria da *Revolução de Setembro*, *Gazeta de Setubal*, *Liberdade*, *Districto de Faro*, *Jornal dos artistas e Correio do Meio Dia*. Em 1883 foi nomeado conservador de 1.ª classe das bibliothecas da camara municipal de Lisboa, grangeando grandes sympathias. Tomou parte no congresso pedagogico hispano-portuguez, que se reuniu em Madrid por occasião das festas colombinas, serviu de secretario, e apresentou uma memoria sobre João de Deus, que depois refundiu e ampliou

com a biographia respectiva, estando prompta para a impressão, com o titulo de *João de Deus e a sua obra*, quando falleceu. Reis Damaso foi director dos jornaes: *Archivo litterario*, *Aurora academica*, *Encyclopedia republicana*, de Lisboa; *A Razão*, de Belem. Além dos jornaes já citados, foi redactor da *Vanguarda*, de Lisboa, semanario que se publicou em 1880; *Povo portuguez*, da Guarda; collaborador da *Crença liberal*, *Democracia*, *Era nova*, *Commercio de Portugal*, *Jornal do Commercio*, *Commercio de Lisboa*, *Novidades*, jornaes publicados em Lisboa; *Partido do povo*, *Penafidelense*, *Commercio da Figueira*, *Emancipação*, de Thomar; *Defeza do povo*, de Silves; *Serpense*, *Galeria republicana*, *Revista de estudos livres*, onde publicou uma serie de artigos muito importantes ácerca dos romancistas modernos e do naturalismo, em que analysava os trabalhos de Julio Diniz, que considerou como o precursor da escola naturalista. Collaborou tambem no *Pantheon*, *Cancioneiro portuguez*, *Museu illustrado*, *Folha nova*, *Discussão*, *Camões*, *A Semana*, *Revista do norte* (estes dois ultimos do Porto); nos jornaes hespanhoes *Figaro* e *Las mujeres españolas, portuguezas y americanas*, de Madrid; *Ecos de la prensa estranjera*, e *Ilustracion iberica*, de Barcelona; e nos jornaes italianos: *Revue internationale*, de Florença, *Cronaca sibarita*, de Napoles, etc. Na *Revolução de setembro*, em que se estreou como escriptor, publicou em folhetins, em 1875, o romance *Anjo da Caridade*, que appareceu depois em volume, no anno de 1877. Em 1882 publicou o livro de contos, intitulado *Scenographias* (quadros naturalistas), e em 1887 escreveu dois estudos sobre João de Deus e o dr. Theophilo Braga. Colligiu as tradições e contos algarvios, fornecendo-os ao dr. Theophilo Braga, para este escriptor completar a sua obra *Contos tradicionaes do povo portuguez*. No *Diccionario da vida pratica* escreveu Reis Damaso a parte dos jogos infantis, juntando-lhe preciosos elementos da tradição portugueza. Tem algumas publicações commemorativas dos centenarios de Camões, Calderon e Pombal, no *Album litterario*, do Porto; *Album calderoniano*, de Madrid; *Homenagem a Pombal*, do Rio de Janeiro, etc. Foi correspondente de alguns jornaes estrangeiros, como *La Justicia* e *El Liberal*, e da revista *Le Monde Poétique*, etc.

Damba. Pov. do conc. de S. Salvador e distr do Congo, prov. de Angola.

Damba-Sôle. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Dambarare. Pov. do distr. de Sena, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Levantada no territorio de Mocaranga, paiz que fazia parte do imperio de Monomotapa, tiveram n'ella os portuguezes até 1693 um templo da ordem de S. Domingos e uma feira para o resgate do ouro e do marfim, fonte de immensa riqueza commercial. Povoação e templo fôram destruidos pelos cafres n'um assalto inesperado que deram, morrendo quasi todos os moradores, que eram canarins, na defeza das suas propriedades, e fugindo outros para Tete. A pov. foi reedificada em 1769 pelo governador de Moçambique, o capitão-general Balthazar Manuel Pereira do Lago, a instancias do governador do presidio de Sena, mas depois foi abandonada, não obstante a sua importancia commercial.

Dambe. Pov. do conc. de Muxima, distr. e com. de Loanda, prov. e bisp. de Angola.

Dambe Capaz. Pov. do conc. de Muxima, distr. e com. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, situada na margem esquerda do rio Cuanza, entre este rio e a lagoa Quilonga. Fica a 52 k. a E da foz do Cuanza

Dambi. Pov. do conc. de S Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola || Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, da mesma prov || Pov. do conc de Muxima, distr. e com. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, a 48 k. ao S de Muxima Sobado tributario de Portugal.

Dambi Anquiosa. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Dambij. Pov. do conc. de Encoge, no distr. de Loanda, prov. e bisp de Angola, com. de Ambaca, ao S do conc. e a cerca de 55 k. de Encoge.

Dambila. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Dambuca. Pov. do territorio de Huambo, no distr. e com. de Benguella, prov. e bisp. de Angola. Está situada em terreno montanhoso e a 23 k. ao S do Bié.

Damião. Boticario e grande jogador de xadrez, natural de Odemira, cujo appellido se ignora. Foi o autor d'uma obra publicada em Roma, em 1518, com o titulo de *Libro de imparare giocare a cachi e de partiti, per Damiano Portoghese*. Esta obra parece ser traducção italiana d'um original portuguez perdido. Dizem haver 2.ª edição tambem em Roma, 1524, uma traducção franceza e duas inglezas.

Damião *(Fr. José dos Santos Cosme e)*. Religioso franciscano da provincia de Santo Antonio do Brazil. N. na Bahia em 1694; ignora-se a data do fallecimento, mas sabe-se que vivia ainda em 1761. Foi mestre na sua ordem, theologo e prégador. Publicou em Lisboa alguns sermões que prégou em differentes egrejas da Bahia

Damocém. Pov. da circumscripção militar de Cotorém, provincia de Satary, districto de Gôa, na India.

Damonde de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg de S. Martinho, de Travanca, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Dampierre. Ponta da margem esquerda do rio Nuno, na costa do distr. da Guiné, Africa Occidental. Está coroada de arvores elevadas, e tem ao S um pego de lodo, estreito e muito tortuoso, e ao N um recife que, com esta mesma ponta, fórma um pequeno canal.

Danadar. Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freguezia de Santo André de Brancavará, do concelho de Diu, na India.

Danaia. Pov. na freg. de S. Mamede, de Cuide de Villa Verde, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Dança. Em todos os tempos da antiguidade existiu a dança, que apparentava duas fórmas, a sagrada ou hieratica, para as cerimonias religiosas, e a profana para os divertimentos publicos e populares. Na edade media as procissões compunham-se tambem de danças. No seculo XVI os autos ao divino egualmente tinham as suas danças ou *chacotas*. Nos regimentos das procissões do Corpo de Deus (V. *este nome*), encontram-se curiosas disposições ácerca das diversas danças que deviam acompanhar a procissão. Nos primeiros tempos da monarchia a dança popular era

tambem querida dos monarchas, mas nenhum se tornou tão apaixonado como D. Pedro I. (V. *Bailado*). Ao regressar dos seus passeios fluviaes á Outra Banda os burguezes de Lisboa iam recebel-o á praia com as suas danças, e o rei mettia se familiarmente na choreia, e dançando recolhia ao paço. Quando este monarcha fez conde de Barcellos e armou cavalleiro a D. João Affonso Tello de Menezes, saiu á noite do paço para a egreja de S. Domingos folgando e dançando com a sua côrte, por entre cinco mil homens do termo de Lisboa que estavam em alas, de cirios accesos. A dança sempre se considerou uma prenda da mocidade dourada e da côrte. Os theologos e moralistas a recommendavam como um dos passatempos mais proprios e honestos dos principes. O doutor Francisco de Monçon, lente da Universidade e capellão de D. João III, assim o aconselha no seu curioso tratado educativo *Libro primero del espejo del Principe christiano.* El rei D. Sebastião foi um dançador primoroso, e ficou celebre o ter sido par gentilissimo da princeza D. Maria, quando noiva de Alexandre Farnese. Seu avô tambem dançou muitas vezes em festas de casamentos principescos. Assim o refere Garcia de Rezende na *Ida de D. Beatriz para Saboya.* O consorcio de D. Leonor, filha de D. Duarte, com o imperador de Allemanha, deu logar a que os embaixadores allemães vissem as danças populares de Lisboa, que então se dividiam em grupos de christãos, sarracenos, judeus, ethiopes, moiros e insulares das Canarias. Cada um d'estes grupos tinha as suas danças particulares, singularisando-se sem duvida os descendentes dos arabes, de quem herdámos a tradicional *moirisca.* A esta dança fazem referencia muitos documentos, taes como os *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, de Freire de Oliveira, tomo II, pag. 149. As camaras de Coimbra e de Lisboa, nas suas festas, pagavam ás *folias* e *foliões*, que repetidamente eram chamados para as solemnidades. Que as danças nacionaes mereciam apreço é fóra de duvida, pois que em 1605 mandou a camara de Lisboa uma *folia* a Madrid, a pedido do rei. Beckford, na sua excursão a Alcobaça e Batalha, refere-se ás danças populares que viu na Carnota. Outro illustrado inglez, mr. Oswald Crawford, tambem apreciou muito as danças portuguezas. Além das danças que nos ficaram dos arabes e das conquistas, muitas nos vieram das elegantes côrtes estrangeiras, como a *pavana* a *gavota*, o *minuete*, a *corrente*; etc. No genero mais alegre e mais popular tambem recebemos d'esses paizes o *passa-pé*, o *canario*, o *rigodão*, o *tamboril*, etc. Veiu depois a *contra-dança*, que se transformou em *quadrilha*, *lanceiros e americana;* o *galope* e o *cotilhão;* etc. A *valsa*, a *polka* e a *mazurka*, etc., permanecem na arte da choreographia universal. Da propria Hespanha as danças nos teem favorecido com os seus caracteristicos *bolero*, *sapateado*, *tango*, etc. Das danças populares mencionaremos ainda o *baile de roda*, o *vira*, a *canninha verde*, o *fandango*, etc., não esquecendo a *dança dos paulitos*, dos mirandezes, d'um sabor quasi selvagem, como que um *batuque* de pretos. || *Bibliographia:* No *Jornal do Commercio*, Lisboa, janeiro a março de 1892, publicou o erudito investigador sr. Sousa Viterbo uma serie de interessantissimos artigos sobre as *Danças em Portugal.*

Dande. V *Alto Dande.*

Dande *(Barra do).* Concelho do distr. de Loanda, Africa Occidental, cuja séde é na pov. Barra do Dande, junto á foz do rio Actualmente está incorporado n'este concelho o antigo conc. do Libongo creado em 1870, ao norte do rio. Este nasce na região montanhosa dos Dembos e corre na direcção do mar, a E — O. Tem de extensão 150 k, sendo curta a parte navegavel; o seu leito é pouco fundo, podendo navegar embarcações de pequeno calado. Nas margens ha algumas fazendas de canna para fabrico de aguardente. Os terrenos são em geral ferteis.

Dandira. Pov. do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique, com. de Inhambane, Africa Occidental. Está situada no prazo do mesmo nome. | Prazo do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique; tem 15 k. de comprimento e 7 de largura; termina no litoral. E' bastante accidentado, porém muito productivo. Os seus campos, que são extensos, produzem arroz e milho em abundancia; nos seus bosques ha excellentes madeiras, proprias para marcenaria e construcção. Pedreiras de cantaria.

Danga. Prazo do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique. Solo muito fertil e apropriado á cultura do arroz. Está proximo do prazo de Dandira, mas não se estende, como elle, até á costa. || Territorio do distr. de Duma, no sertão da Africa Oriental, a 1620 k da villa de Sena, da prov. de Moçambique. Mina de cobre. || Confluente da margem esquerda do rio Zambeze, no distr. de Tete, prov. de Moçambique.

Dangi-Anguende e **Dangi a Quizella.** Duas povoações do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Dangona. Territorio de cafres no conc. e distr. de Mossamedes, prov. de Angola, na margem direita do rio Cunene.

Dangorli. Pov. da prov. de Embarbacem, 3.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, na India.

Dangravari. Pov. do conc., com. e ilha de Diu, na prov. de Gôa, India.

Daniel *(Padre João).* Jesuita e missionario no Brazil. Viveu por muitos annos no Maranhão, d'onde veiu para Lisboa em 1757. Sendo mandado recolher na Torre de S. Julião da Barra como preso de Estado por ordem do marquez de Pombal, ali terminou a existencia, ignorando-se as datas do nascimento e fallecimento. Escreveu: *Thesouro descoberto no maximo rio Amazonas;* é um tratado completo, dividido em 6 partes, contendo a 1.ª a descripção geographica-historica do rio Amazonas, seu descobrimento, navegação, cousas notaveis, etc ; 2.ª a noticia geral dos indios seus naturaes, e d'algumas nações em particular; 3.ª dá noticia da muita riqueza das suas minas, da fertilidade das suas margens, etc. ; 4.ª da sua agricultura, commercio interno, industria, etc ; 5.ª mostra um novo e mais facil methodo de agricultura, e os meios mais uteis e breves para extrahir suas riquezas, e engrossar a sua povoação e commercio; 6.ª trata de varios inventos para melhorar a navegação, e de outros relativos á construcção de engenhos, bombas, aqueductos, etc. Na Bibliotheca Publica do Rio de Janeiro, segundo consta, existem, autographas, as partes 1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª d'esta obra; e na Bibliotheca Publica de Evora existem tambem autographas as partes 5.ª

e 6.ª. Estas ultimas, affirma-se, que fôram doadas pelo autor a um seu irmão, pae de fr. Gregorio José Viegas, religioso da ordem de S. Francisco, e parece que este frade as entregou ao arcebispo Cenaculo, e assim passaram á Bibliotheca de Evora, que este arcebispo fundou e dotou com os seus proprios livros A 5.ª parte foi publicada no Rio de Janeiro, em 1820, por diligencia do bispo d'Elvas D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, com o titulo seguinte: *Quinta parte do thesouro descoberto no maximo rio Amazonas.*

Dantas ou **d'Antas.** Appellido nobre que procede de Mem Affonso d'Antas, posto que se encontra, anterior a este, Alvaro Soares Dantas, a quem el-rei D. Affonso IV contou, como seu vassallo, duas herdades perto de Evora. O seu solar era o logar de Antas, na prov. do Minho, e tem brazão d'armas completo: em campo vermelho sete lisonjas azues em cruz, perfiladas de ouro; elmo de aço aberto. Timbre, uma anta da mesma côr. A Vasco Barbosa d'Antas foi dado brazão em 20 de outubro de 1561 : em campo vermelho seis lisonjas de prata em cruz, ficando no meio quatro em pala; elmo de aço aberto. Timbre uma anta da mesma côr.

Dantas *(Antonio Eleuterio).* Capitão de fragata, governador geral da provincia de Angola, chefe da primeira repartição da secretaria de marinha, etc. N. em 1835, fal. em Loanda a 7 de junho de 1882. Assentou praça como aspirante de 3.ª classe em 2 de outubro de 1851, passando á 2.ª classe em 5 de abril de 1852, e á 1.ª em 3 de junho do mesmo anno. Cursou os estudos da sua arma com o maior aproveitamento, e quando terminou o curso, foi despachado guarda-marinha a 6 de dezembro de 1853 ; sendo promovido a 2.º tenente em 3 de fevereiro de 1858, a 1.º tenente em 3 de fevereiro de 1869, a capitão-tenente em 10 de dezembro de 1877, e a capitão de fragata, sem prejuizo dos officiaes mais antigos, em 20 de maio de 1880. Quando completou a estação naval em Africa, recebeu a nomeação de sub-chefe da 2.ª brigada, em 18 de fevereiro de 1857. Andou embarcado durante muitos annos, fazendo parte da guarnição dos seguintes navios: fragata *D. Fernando*, corvetas *Nova Gôa*, *Bartholomeu Dias* e *Estephania ;* brigue *Moçambique*, escuna *Cabo Verde*, vapor *Mindello*, e patacho *S. Pedro*. Esteve nas costas occidental e oriental d'Africa, estacionando nos portos de Loanda, Mossamedes, Benguella, Ambriz, Lourenço Marques e Moçambique. Visitou em diversas commissões e em varios navios o archipelago de Cabo Verde e as ilhas de S. Thomé e Principe ; por vezes foi aos estabelecimentos portuguezes de Bissau e de Cacheu. Servindo na estação naval na America do Sul, esteve no Rio de Janeiro, na Bahia e no Rio da Prata ; por esta commissão foi elogiado na ordem da armada. Andou algum tempo cruzando as aguas do Algarve, e quando era official da guarnição da corveta *Bartholomeu Dias*, fez diversas viagens aos portos europeus, tendo tambem a honrosa commissão de conduzir de Genova para Lisboa, em 1862, sua magestade a rainha Senhora D. Maria Pia, sendo então tambem louvado em ordem da armada. Em 1868, achando se de guarnição na corveta *Estephania*, ancorada no porto de Lisboa, foi nomeado ajudante de ordens do ministro da marinha, n'essa epoca Latino Coelho. Sendo decretada uma nova organisação da secretaria de Estado, e dando-se officiaes da armada por chefes e adjuntos ás repartições na direcção geral de marinha, foi Antonio Eleuterio Dantas nomeado adjunto da primeira repartição, passando mais tarde a chefe. No exercicio d'este cargo prestou relevantes serviços, diligenciando sempre promover o melhoramento das nossas instituições navaes. A' sua influencia se deveu a creação da escola de aprendizes marinheiros, instituida por decreto de 22 de fevereiro de 1876, em que se obtiveram os melhores resultados. Os ministros com quem serviu, o encarregaram de diversas e importantes commissões, nas quaes se contam as que tiveram o encargo de redigir um projecto de regulamento para o corpo de marinheiros, um plano de reorganisação da escola naval e companhia dos guarda-marinhas, etc. Em junho de 1880, deixou o logar de chefe da 1.ª repartição, por ser nomeado governador geral da provincia de Angola. Partiu em seguida para o seu destino, mas o seu governo foi de curta duração, porque a morte o arrebatou, quando menos se esperava. Antonio Eleuterio Dantas tinha a carta de conselho, inherente ao seu cargo de governador d'Angola, e foi promotor de justiça nos conselhos de guerra. Era commendador e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, e cavalleiro das ordens de Christo, de N. S.ª da Conceição, S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia.

Dantas *(P.e Antonio Rodrigues).* Presbytero secular, professor regio de latim na cidade de Marianna, da provincia de Minas Geraes no Brazil, d'onde era natural. Escreveu : *Explicação da Syntaxe Latina, terceira edição*, Lisboa, 1781 ; das duas primeiras edições não ha noticia, fez-se outra ainda em 1844, tambem em Lisboa ; *Arte Latina, ou nova Collecção dos melhores preceitos para se aprender breve e solidamente a lingua latina*, Lisboa, 1773 ; houve mais duas edições, parece, porque se publicou a 4.ª em 1794.

Dantas *(Casimiro Augusto Vannez).* General de brigada reformado, jornalista e poeta. N. a 19 de julho de 1850, fal. em Lisboa a 15 de fevereiro de 1904. Assentou praça na arma de infantaria em 1 de agosto de 1869, foi promovido a alferes em 21 de janeiro de 1873, a tenente em 10 de novembro de 1877, a capitão em 31 de outubro de 1884, a major em 27 de julho de 1895, a tenente coronel em 2 de novembro de 1899, pertencendo ao estado maior. N'este posto exerceu por alguns annos o cargo de defensor do 2.º conselho de guerra da 1.ª divisão militar. Foi promovido a coronel em 1903, e pouco tempo depois reformado em general de brigada. Como escriptor, poeta e jornalista, tornou-se muito conhecido e apreciado. Pertencia ao partido regenerador, em que sempre se conservou com toda a dedicação. Affirmou os seus creditos, como jornalista politico de grande valor, no *Diario da Manhã*, jornal do fallecido Pinheiro Chagas, dirigindo por vezes o *Diario Illustrado*, de cuja redacção fez parte durante muitos annos. Tambem foi redactor do *Correio da Europa* e da *Illustração Portugueza*. Traduziu e publicou alguns romances francezes. Casimiro Dantas era official da ordem de S. Bento d'Aviz, cavalleiro da de S. Thiago, tinha a medalha de prata de comportamento exemplar, e a cruz de segunda classe da ordem de Merito Militar de Hespanha. Era pae do bem conhecido poeta e dramaturgo Julio Dantas.

Dantas *(Julio)*. Tenente do corpo dos medicos militares, escriptor, poeta e prosador contemporaneo, vogal do Conselho de Arte Dramatica. N. em Lagos a 19 de maio de 1876. E' filho do fallecido escriptor e jornalista Casimiro Augusto Vannez Dantas. Cursou a Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, defendendo these em 1900, a qual tem por titulo: *Poetas e pintores de Rilhafoles.* Assentou praça como medico militar, sendo despachado alferes a 28 de junho de 1902, e promo-

Julio Dantas

vido a tenente a 15 de julho de 1903. Está actualmente fóra do quadro, no ministerio do reino. Evidenciou-se como distincto poeta no primeiro livro de versos, que imprimiu, intitulado *Nada*, que publicou em 1896 com um prefacio de Lopes de Mendonça, e na satyra em resposta a Fernandes Costa, *Auto da rainha Claudia*, publicada em 1897. N'este mesmo anno ainda appareceu um volume de contos, intitulado *Doentes*, de collaboração com Manuel Penteado. Tem collaborado nos jornaes: *Diario Illustrado*, *Novidades*, *Correio da Manhã* e *Renascença*. Dedicando-se tambem ao theatro, traduziu, juntamente com Manuel Penteado, a peça em 5 actos, de Rostand, *Cyrano de Bergerac*. Tem mais os seguintes originaes, representados nos theatros de D. Maria II e D. Amelia: *O que morreu d'amor*, drama em 4 actos, em 1899; *Viriato tragico*, em 5 actos, 1900; *Severa*, comedia de costumes em 4 actos, 1901, de que depois formou um romance; *A ceia dos cardeaes*, 1 acto; *Os crucificados*, 4 actos; *D. Beltrão de Figueirôa*, 1 acto; *O Paço de Veiros*, 3 actos; *Um serão nas Laranjeiras*, 3 actos. Traduziu em versos alexandrinos a peça de Richepin, em 5 actos, *O Caminheiro*. Consta que está escrevendo actualmente um drama, cujo protagonista é el-rei D. Duarte.

Dantas *(Miguel Martins)*. Decano dos diplomatas portuguezes, ministro de Estado, par do reino, actualmente em Roma, como embaixador junto á Santa Sé, etc. Começou a sua vida diplomatica em 24 de fevereiro de 1842, sendo addido de legação junto ás côrtes de Turim, Haya, e Vienna d'Austria, de 1842 a 1847. Promovido a secretario de legação em 1848, passou á côrte de Madrid, indo tambem interinamente como encarregado de negocios; serviu depois em Paris, de 1848 a 1866, sendo varias vezes encarregado de negocios. Em 1866 foi nomeado chefe do gabinete do ministerio dos estrangeiros, indo n'esse cargo, em missão a Paris. Em 1867 foi promovido a ministro plenipotenciario em Washington, onde pouco se demorou, por ser nomeado director geral interino do referido ministerio. Voltando aos Estados Unidos, serviu até 1869, tendo transferencia n'esse anno para Bruxellas, e ali se conservou até 1871, sendo novamente transferido para o Rio de Janeiro, onde não chegou a ir por ter sido collocado na disponibilidade. Em 1872 foi nomeado ministro em Bruxellas e em Haya. Representou o paiz no congresso internacional de Bruxellas, de 1874, e n'este anno teve transferencia para Madrid, onde esteve até 1877, indo então para Londres, em cuja legação serviu de 1877 a 1881, anno em que foi convidado por Antonio Rodrigues Sampaio a entrar no ministerio por elle presidido, tomando a seu cargo a gerencia da pasta dos negocios estrangeiros por nomeação de 25 de março, do referido anno de 1881, de que tomou posse a 5 de abril seguinte. Pouco tempo se conservou no ministerio, e regressou a Londres, servindo até 1890, tendo então nova transferencia para Paris, indo depois, em 1891 para Bruxellas, e d'aqui para Londres em 1895. Foi a Paris em julho de 1894 representar el-rei senhor D. Carlos nos funeraes de Sadi-Carnot, presidente da Republica Franceza, e cumprimentar o novo presidente Casimir Perier. Em 17 de dezembro de 1895 foi nomeado embaixador extraordinario de Portugal junto do papa Leão XIII. Em 14 de março de 1896, tomou conta d'uma embaixada junto do Vaticano, onde ainda hoje se conserva, sendo o decano do corpo diplomatico junto da Santa Sé, e gozando d'uma elevada e excepcional situação não só no Vaticano, mas ainda na sociedade romana. O sr. conselheiro Martins Dantas é grã-cruz e commendador da ordem de Christo, commendador da de S. Thiago, grande official da Legião de Honra, de França, grã-cruz de Leopoldo da Belgica, de

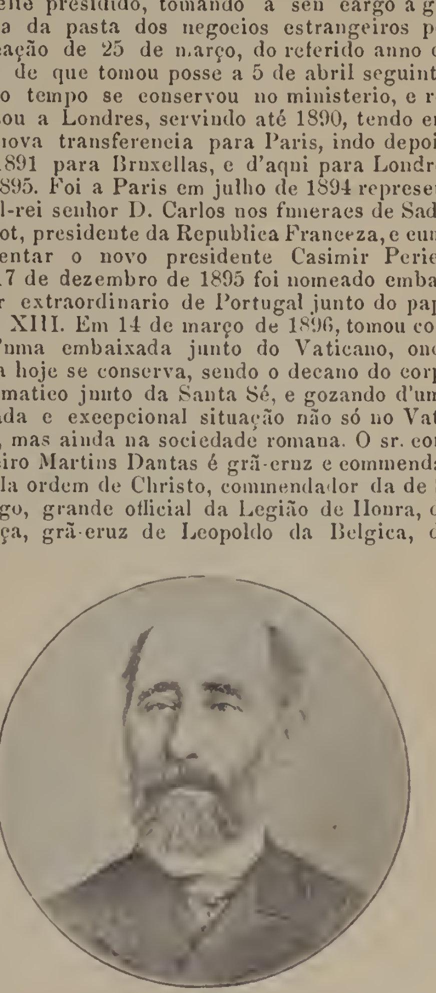

Miguel Martins Dantas

Carlos III de Hespanha, do Leão Neerlandez, commendador das ordens de S. Mauricio e de S. Lazaro de Italia. Foi eleito par do reino em 1901, e é socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Completou em 24 de fevereiro de 1906, 64 annos de vida diplomatica. Escreveu e publicou em Paris, em 1858, um *Diccionario portatil da lingua portugueza*, e em 1866, na mesma cidade, *Les faux D. Sebastien; études sur l'histoire du Portugal*. A respeito d'esta obra

escreveram, entre outros, Rebello da Silva, na *Gazeta de Portugal*, de 17 de maio de 1866; Mendes Leal, na mesma *Gazeta*, de 14 de julho do referido anno; Veggezzi Ruscala, no mesmo jornal, de 4 de agosto seguinte, e Pinheiro Chagas, no seu livro *Novos ensaios criticos*, de pag. 56 a 67. Na collecção dos *Livros brancos* encontram-se muitos documentos diplomaticos de sua penna, no correr de negociações em que tem intervindo no desempenho das suas elevadas funcções.

Dantas *(Pedro)*. V. *Dantas Pereira (Pedro Maria)*.

Dantas Barbosa *(D. José)*. V. *Barbosa*.

Dantas Pereira *(José Maria)*. Conselheiro do Almirantado, commandante dos guardas-marinhas, professor de mathematica, etc. N. em Alemquer, em 1 de outubro de 1772; fal. em Montpellier a 23 de outubro de 1836. Era filho de Victorino Antonio Dantas Pereira, porta-bandeira graduado do corpo de engenheiros, e de D. Quiteria Margarida de Andrade, pelo que no principio da sua vida tambem usou o appellido de Andrade. Não obstante ser familia pobre, seus paes procuraram dar-lhe uma educação superior. Começou a sua carreira militar scientifica assentando praça na armada nacional a 10 de setembro de 1788, seguindo o curso dos respectivos estudos com toda a distincção, alcançando a estima pessoal dos arguentes e um premio extraordinario de 96$000 réis. Em 18 de janeiro de 1789 foi promovido a guarda-marinha e em 17 de dezembro do mesmo anno despachado primeiro tenente, saltando o posto de 2.º tenente, por ter feito exame vago de todo o curso mathematico perante os soberanos. Em 1790 já era professor de mathematicas na Academia da companhia dos guarda-marinhas, da qual foi nomeado commandante em 1800. Em 1798 era membro da ephemera Sociedade Real Maritima, e desde 1792 foi socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, sendo depois promovido a socio effectivo Para a Academia desempenhou frequentes commissões, trabalhando muito nas *Ephemerides*. Antes dos 25 annos foi nomeado professor do infante D. Pedro Carlos, pois que o Principe Regente o conhecia pelas suas memorias sobre mathematica que lhe ouvira na Academia. O ser ainda muito novo e outras circumstancias lhe originaram muitas intrigas. No anno de 1807, ou pouco depois, partiu para o Brazil, onde obteve successivamente os postos superiores até chegar ao de chefe de esquadra em 1817, exercendo varias commissões importantes. Dois annos depois, em 1819, voltou da côrte do Rio de Janeiro a Lisboa, na qualidade de conselheiro do Almirantado, a cuja nomeação andava annexo o titulo do conselho do rei, e condecorado com o grau de commendador da ordem de Christo, da qual era cavalleiro desde 1803. Durante o regimen constitucional de 1820 a 1823, foi nomeado conselheiro d'Estado, apezar dos seus principios politicos não estarem em harmonia com as instituições d'aquella epoca. Em 1823 foi eleito secretario da Academia Real das Sciencias, cargo que exerceu até 1833. Em 24 de junho de 1823 casou com D. Maria Eugenia da Cunha, filha unica do medico da real camara e notavel chimico José Martins da Cunha Pessoa. Em 1827 tambem teve a nomeação de membro da Sociedade Philosophica de Philadelphia. Em 1828 tomou assento na assembléa chamada dos Tres Estados, fazendo parte do braço da nobreza; exerceu, por nomeação do governo absolutista, varias commissões especiaes, encarregadas do processo de presos politicos, etc. Quando em 1834 os constitucionaes attingiram o poder, Dantas Pereira teve de emigrar para Inglaterra e d'ali para França, onde viveu attribuladamente e veiu a fallecer em Montpellier, a 23 de outubro de 1836, tendo comsigo seu filho primogenito Victorino João Carlos Dantas Pereira *(V. este nome)*. Pouco tempo antes da morte, publicou em francez uns brevissimos apontamentos da sua vida, com o titulo: *Notice sur la vie et les œuvres de Joseph Marie Dantas Pereira*, etc., Paris, sem data. N'essa noticia encontra-se o catalogo resumido dos seus escriptos, divididos em tres secções: *Mathematicas*, *Marinha* e *Litteratura*. Primeira secção: *Meios de aprender a contar seguramente, e com facilidade, obra posthuma de Condorcet, traduzida e accrescentada com algumas reflexões e notas*, por ***, Lisboa 1801; são 2 partes com rostos identicos; *Calculo das pensões vitalicias por St. Cyran, traduzido e augmentado com um appendice sobre a theoria e pratica das rendas, descontos e annuidades*, Lisboa, 1797; mandada imprimir á custa do governo; *Curso d'estudos para uso do commercio e fazenda; primeiro compendio, que tracta da Arithmetica universal; parte primeira, ou theoria da mesma arithmetica*, Lisboa, 1798; uma parte consideravel d'este trabalho pertence a Francisco da Borja Garção Stockler, como se declara no prologo respectivo, e de quem Dantas Pereira era muito intimo; a segunda parte não chegou a publicar-se, e parece que devia conter algumas praticas mais longas de escripturação e de commercio, cambios, etc.; *Taboas logarithmicas calculadas até á septima casa decimal, publicadas de ordem da Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1804; *Reflexões sobre certas sommações successivas dos termos das series arithmeticas, applicadas ás soluções de diversas questões algebricas*; saiu no tomo II das *Memorias da Academia Real das Sciencias*; *Memoria sobre a nomenclatura ou linguagem mathematica, menos bem tractada pelo habilissimo auctor do Ensaio de Psychologia* (Silvestre Pinheiro Ferreira), *impresso em Paris em 1826*; saiu no tomo X, parte 2.ª das *Memorias da Academia Real das Sciencias*, 1830; ha tambem exemplares em separado, com rosto especial e a data de 1828; *Memoria sobre os principios do calculo superior, e sobre algumas de suas applicações*, Lisboa, 1827; tambem saiu no *Jornal de Coimbra*, n.º 51, parte I; *Memoria que trata de umas novas taboas mathematicas, e dos usos que ellas pódem ter, tanto nas applicações da sciencia em geral, como na navegação alta em particular*, Lisboa, 1807, com um mappa, ou typo em *novas taboas*; *Memoria sobre o problema das longitudes*, Lisboa, 1826; sahiu com as iniciaes J. M. D. P. — segunda secção; *Reducção das distancias lunares para a determinação das longitudes de bordo*, Lisboa, 1807; *Memoria sobre os instrumentos de reflecção*; inserta no tomo II das *Memorias da Academia Real das Sciencias*; *Memoria com quatro appensos em dous volumes: tendo por objecto principal a hydrographia do Brazil, e o conceito que corresponde aos trabalhos respectivos de Mr. Roussin*, Lisboa, 1830; vem tambem no tomo X, parte 2.ª das *Memorias da Academia Real das Sciencias*;

Memoria sobre a precisão de reformar o Roteiro de Pimentel, Lisboa, 1830; publicada egualmente no tomo X, parte 2.ª das referidas *Memorias; Escriptos de José Maria Dantas Pereira, Parte I, Escriptos maritimos: volume I, que contém a secção primeira da parte primeira, ou Memorias sobre a tactica, e um systema de signaes*, Rio de Janeiro, 1816; *Bosquejo analytico, relativo ao decreto da extincção do conselho do Almirantado*, Lisboa, 1823; esta obra e as duas seguintes fôram publicadas sob o pseudonymo de *Justicola*, e todas distribuidas gratuitamente pelo autor; *Esboço de organisação e regimen da marinha, conforme convém aos dictames da razão, e ás nossas actuaes circumstancias*, Lisboa, 1821; *Reflexões sobre a marinha, ou discurso demonstrativo do Esboço de organisação e regimen da Repartição naval portugueza*, Lisboa. 1821; *Noções de legislação naval portugueza até o anno de 1820, dispostas chronologico-systematicamente, e addicionadas*, etc; tem folha de rosto, e no fim, Lisboa, 1824; *Emendas, retoques e novos additamentos ás Noções de legislação naval portugueza*; no fim, Lisboa, 1826; *Continuação dos additamentos ás Noções de legislação naval portugueza*; no fim, Lisboa, 1832; estes tres opusculos trazem as iniciaes J. M. D. P.; *Memoria sobre a defeza do Tejo...; Demonstração de quanto deve convir a composição da ordenança naval portugueza, incumbida cumulativamente ao conselho do Almirantado, a uma commissão especial, e ao conselho da Marinha*, Lisboa, 1826; sahiu sem o nome do autor, e foi por elle distribuida gratuitamente; *Memoria sobre a precisão de se concluir a composição da nova ordenança nav l com a maior brevidade possivel*, Lisboa, 1826; tambem sem o nome do autor e distribuida gratuitamente; *Reflexões sobre o parecer da commissão da Camara dos srs. Deputados, ácerca de competir ao Real Conselho de Marinha a ultima instancia dos negocios, cuja decisão depende de conhecimentos navaes*, Lisboa, 1827; tem no fim a assignatura de *Justicola*; *Quadro comparativo da despeza da marinha portugueza em 1826, conforme o que existe impresso*, Lisboa, 1827; uma pagina em folio, sem o nome do autor; *Ensaio de uma comparação da nossa marinha com a sueca*, Lisboa, meia folha; *Primeira memoria a bem da restauração da marinha portugueza*, Lisboa; *Appendice á dita memoria*, Lisboa, meia folha; *Escriptos maritimos e academicos, a bem do progresso dos conhecimentos uteis, e mormente da nossa marinha, industria e agricultura*, Lisboa, 1828; os opusculos que entram n'esta collecção tem cada um a sua paginação especial, a saber: *Oração lida em 22 de dezembro de 1798, dia da abertura da Sociedade Real Maritima — Oração lida á Companhia dos Guarda-marinhas em 30 de setembro de 1800 — Oração recitada na abertura da Real Academia dos Guardas marinhas em 1.º de outubro de 1801 — Discurso lido no dia da abertura da mesma Real Academia em 1802 — Discurso recitado na abertura da mesma Academia em 1803 — Oração recitada no Rio de Janeiro em 1810, na instituição de uma sociedade naval — Memoria lida em continuação á oração precedente — Esboço de um mappa commercial do Rio de Janeiro — Defeza do porto do Rio de Janeiro — Proposição feita na commissão da ordenança naval — Cartas a bem do progresso da nossa marinha — Ensaio de um panegyrico do senhor D. João VI — Reflexões sobre o progresso da agricultura portugueza — Discurso para ser recitado na sessão publica, que devia celebrar-se em outubro de 1827; Elogio historico do sr. D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, infante de Hespanha e Portugal, almirante da marinha portugueza*, o qual foi publicado no Rio de Janeiro, em 1813; *Memoria para a historia do grande marquez de Pombal, no concernente á marinha, sendo a de guerra o principal objecto considerado*, Lisboa, 1832; *Escriptos maritimos, Parte II, que contém: Memorias sobre a navegação e polygraphia nautica*, fôram publicados no *Jornal de Coimbra*, n.º 73 a 77; *Memoria sobre bloqueio e presas*; sem rosto, e no fim: Lisboa, 1831. *Terceira secção: Discursos historicos, recitados nas sessões publicas da Academia Real das Sciencias de 27 de junho de 1823 e 1.º de julho de 1824*, Lisboa, 1825; tambem saíram no tomo IV das *Memorias* do referida Academia; *Discurso recitado na Academia Real das Sciencias na sessão publica de 7 de julho de 1825*, Lisboa, 1827; tambem no tomo X, parte 1.ª das referidas *Memorias; Discurso pronunciado na sessão publica da Academia Real das Sciencias em 19 de dezembro de 1831*,

José Maria Dantas Pereira

Lisboa, 1831; publicadas no tomo XI, parte 1.ª das referidas *Memorias; Memoria sobre um projecto de Pasigraphia* (ou linguagem universal escripta), Lisboa, 1800; ácerca d'esta obra, appareceu uma censura, por Silvestre Pinheiro Ferreira, nas suas *Prelecções philosophicas*, a que Dantas Pereira respondeu no *Jornal de Coimbra*, n.º 74, parte 2.ª: *Carta a Silvestre Pinheiro Ferreira sobre os defeitos que este notou na sua* «Memoria sobre pasigraphia»; *Memoria sobre o Resumo de Geographia politica de Portugal, escripta por Mr. Bory de S. Vincent*, Lisboa, 1827; sahiu tambem no tomo X, parte 1.ª das referidas *Memorias; Elogio do P. Theodoro de Almeida*, Lisboa, 1831; tambem saiu no tomo XI, parte 1.ª das referidas *Memorias; Bosquejo de um quadro synoptico civil, mediante o qual poderemos conhecer e avaliar os homens, e as nações com acerto e facilidade*, por ***, Rio de Janeiro, 1814; uma folha de papel em formato maior; *Fantasias constitucionaes, seguidas por algumas reflexões da razão e da experiencia*, Lisboa, 1821; *Carta demonstrativa de que bastava ainda a receita para a despeza em 1828...; Memorias para a historia da regeneração portugueza em 1820*,

Lisboa, 1823; tem no fim a assignatura *Lusitano Philantropo*; são cinco memorias, a saber: 1.ª *Reflexões sobre a constituição de 1822* — 2.ª *Dialogo entre um liberal, um corcunda e um empenado* — 3.ª *Traços para o quadro comparativo das revoluções franceza e portugueza* — 4.ª *Os vivas, e o Manifesto comparados com o estado presente de Portugal* — 5.ª *O conselho d'estado; Diversões metricas e dramaticas de J. M. D. P.* Tomo I e II, Lisboa, 1824; estes tomos conteem 48 sonetos, 2 epistolas, 14 odes, 3 elegias, 5 apologos, varias peças traduzidas de Horacio, Marcial, Fénelon, Panard, etc.; *A morte de Cesar*, tragedia, *O fim dos Lagides*, *Espelho de uma parte do mundo*, *O Tribunal da verdade*, e o *Duque de Borgonha*, comedias todas em 5 actos e em prosa; *Appendice ás Diversões metricas e dramaticas, ou o Beneficio anonymo*, comedia em 3 actos e em prosa, Lisboa, 1824; as *Diversões metricas* não fôram postas á venda; o autor distribuiu os exemplares gratuitamente aos seus amigos; os tres psalterios, a saber: *Hymnos e psalmos do officio de Nossa Senhora: Psalterio de quinta, sexta e sabbado da semana santa; e Psalmos penitenciaes:* traduzidos por varios portuguezes e coordenados por J. M. D. P., Lisboa, 1830; n'esta collecção entram os psalmos traduzidos por Antonio Pereira de Sousa Caldas, José Jacinto Nunes de Mello, Fr. Francisco de Jesus Maria Sarmento, Francisco de Borja Garção Stockler, Domingos Maximiano Torres; no principio traz uma dedicatoria lithographada á mulher de Dantas Pereira, D. Maria Eugenia da Cunha; *Additamento aos tres psalterios, ou psalterio do officio de defuntos*, Lisboa, 1831; *Modelo de um Diccionario de algibeira polyglotto e passigraphico*, Paris, 1835; é um caderno de formato de 8.º gr. lithographado, em duas columnas, sendo uma em lingua portugueza e outra na franceza; traz tambem o retrato do autor. Deixou ainda em manuscripto, segundo consta, o seguinte: *Geometria elementar*; o seu *Testamento politico*, escripto em 1824; um *Quadro systematico da Legislação criminal portugueza; Memoria historica ácerca do P. João Chevalier, da congregação do Oratorio;* etc. Nos manuscriptos, dizem que tambem figura um, intitulado: *Observações sobre o resumo da historia de Portugal, escripto por Mr. Rabb.*

Dantas Pereira *(Pedro Maria)*. Jornalista, escriptor e agricultor. Nasceu em Lisboa a 11 de novembro de 1826, e falleceu em Torres Novas, com 79 annos, incompletos, a 5 de outubro de 1905. Foi o 9.º filho do conselheiro José Maria Dantas Pereira, a quem se refere o artigo antecedente, e de D. Maria Eugenia da Cunha Pessoa, filha unica do dr. José Martins da Cunha Pessoa. (V. *Cunha Pessoa*). Foi agricultor muito illustrado e escriptor facil e convicto, tanto nos assumptos da sua profissão como na defeza do seu credo religioso e politico. Entre os seus escriptos agricolas, fôram bastante apreciados os *Serões do Lavrador*, que publicou em fórma dialogal na *Revista Agricola*. Tambem collaborou com frequencia no jornal *A Epoca*, ora assignando os artigos com o seu nome, ora subscrevendo-os com o cryptonimo *Justino de Campos*. N'este jornal tornou-se notavel a sua cooperação na celebre e bem succedida campanha de protecção á cultura cerealifera. Foi valioso auxiliar de Antonio Augusto de Aguiar, que muito apreciou a sua coadjuvação, quando foi a Torres Novas estudar os processos de vinificação ali usados; e tambem foi prestavel ao distincto engenheiro florestal sr. Bernardino Barros Gomes, na sua ida ali com o proposito de conhecer as condições de arborisação da serra d'Aire. Como escriptor catholico traduziu acuradamente o *Cours de Philosophie* de Mgr. D. Mercier, professor e director do Instituto de Philosophia na Universidade de Lovaina, e collaborou activamente, nos ultimos annos da sua vida, nos jornaes *A Nação*, *Correio Nacional*, *Eco*, de Lisboa, *Rebate*, da Covilhã, *Realista*, de Torres Novas, e nas revistas *A Voz de Santo Antonio* e *Revista Catholica*. Deixou alguns ineditos, entre elles uma biographia de seu pae, escripta a pedido d'um dos redactores d'este diccionario, e pela qual se corrigiu o respectivo artigo; varios artigos philosophicos e de propaganda legitimista e uma serie de apologos originaes em verso, que demonstram uma notavel observação da vida dos diversos animaes. Desempenhou cabalmente, em varias épocas, differentes cargos publicos: commissario de policia em Santarem, administrador do concelho de Torres Novas, vereador e presidente da camara do mes-

Pedro Maria Dantas Pereira

mo concelho e substituto do juiz de direito n'essa comarca. Na villa de Torres Novas residiu durante quasi toda a vida, vivendo despretenciosamente e exercendo a caridade evangelica até onde lhe chegavam os recursos, e, quando estes lhe escasseavam, intercedendo efficazmente com os seus amigos mais abastados para que valessem aos necessitados de soccorro. São dignos de commemoração os seus serviços humanitarios durante o flagello da *cholera morbus*, quando em 1855 assolou aquella povoação. Se as suas crenças arraigadas, de catholico e realista indefectivel, o faziam considerar como reliquia do passado, é justo confessar que, do passado, recordava tambem as feições mais sympaticas, pela esmerada educação, pela variada erudição, pelo fidalgo cavalheirismo e pela rasgada hospitalidade da sua casa. A elle se podia bem applicar, na lingua que tanto presava, o proloquio: *Amicus certus in re incerta cernitur*. Pedro Maria Dantas Pereira casou na freguezia de S. Pedro a villa de Torres Novas, em 14 de agosto de 1859, com a senhora D. Eulalia Guedes de Azevedo Vellez, filha do dr. Emygdio Candido de Azevedo Vellez e de D. Francisca Juge Guedes de Figueiredo. Deixou duas filhas,

as senhoras D. Maria Anna de Figueiredo Vellez Dantas Pereira e D. Izabel Maria de Figueiredo Azevedo Vellez Dantas Pereira, casada com o sr. João Maria Amado de Mello Ramalho Pimentel d'Almeida da Cunha de Vasconcellos, distincto representante da illustre familia dos Pimenteis d'Almeida.

Dantas Pereira *(Victorino João Carlos)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador de Christo, cavalleiro de S. Thiago, cavalleiro de Aviz e cavalleiro de 1.ª classe da real ordem militar de San Fernando, de Hespanha. Nasceu em Lisboa a 2 de agosto de 1804, sendo o filho primogenito de José Maria Dantas Pereira (V. *este nome)*, e de D. Maria Eugenia da Cunha Pessoa. Foi seu padrinho de baptismo o Principe Regente, e madrinha a princeza D. Carlota Joaquina. Com tres annos, apenas, acompanhou seus paes para o Brazil na comitiva real, em 1807. Ahi lhe foi por elles ministrada a primeira instrucção e, depois, continuou os estudos na cidade do Rio de Janeiro, até que foi obrigado a interromper o 1.º anno da Academia Real Militar, para voltar com a familia para Portugal, em 1820. Ainda no Brazil, lhe havia sido feita mercê, por D. João VI, do fôro de fidalgo cavalleiro da sua real Casa, que por seu pae lhe pertencia. Em Lisboa, seguiu os estudos superiores da Real Academia de Marinha, da Real Academia de Fortificação e do Real Laboratorio de Chimica e Physica, com que completou o curso de artilharia em 1826. Foi promovido, de cadete de artilharia n.º 1 a 2.º tenente do mesmo regimento em 1825; a 1.º tenente, em 1826. Em 1828, D. Miguel fez-lhe mercê da commenda de Christo. Em 1830 foi promovido a capitão. Entrou nos combates que as forças miguelistas sustentaram nos Açôres contra os constitucionaes, e, quando estes conseguiram apoderar-se de todo o archipelago, foi feito prisioneiro e, depois, deportado para a ilha de Santa Maria, onde esteve por quatro annos, cumprindo sentença, tendo sido tambem demittido Logo que obteve a liberdade, seguiu para Paris, a fim de acompanhar seu pae, que para ali tinha emigrado, e se encontrava já velho, gravemente doente e só, carecendo muito, por isso, da companhia e dos carinhos do filho. Para aproveitar com a sua estada n'aquella capital, estudou as disciplinas que o habilitaram a alcançar o diploma de bacharel em letras. Aggravando-se ainda mais a doença de seu pae, acompanhou-o a Montpellier e assistiu-lhe ahi aos ultimos momentos. Depois, vendo cortada a sua carreira militar em Portugal, resolveu offerecer os seus serviços a D. Carlos, em Hespanha, onde lhe foi desde logo reconhecido o posto de capitão de artilharia, no exercito hespanhol, empenhado então n'uma renhida guerra civil. N'essa campanha bateu-se valentemente, e em attenção ao seu brilhante procedimento na defeza de Irun, nos dias 16 e 17 de maio 1837, foi graduado em tenente-coronel e agraciado por D. Carlos com a cruz de 1.ª classe da real ordem militar de San Fernando, por alvará *(Real Cedula)* de 5 de julho de 1837. Ferido, e depois feito prisioneiro, passou as maiores privações, sendo transportado de cadeia em cadeia e em risco continuo de soffrer execução capital, pois frequentes vezes eram quintados os prisioneiros carlistas para serem fuzilados, em represalia dos prisioneiros christinos que os carlistas mandavam tambem fuzilar. Mas, longe de succumbir a esta funebre perspectiva, era elle quem na prisão se mostrava mais despreoccupado, animando sempre os companheiros. Em seguida á convenção de Vergara, de 31 de agosto de 1839, havendo n'ella sido comprehendido como official do exercito commandado por Don Rafael Maroto e pertencendo á guarnição de Estella, veiu para Portugal, aonde chegou em novembro d'esse anno. Vendo-se impossibilitado de exercer a sua honrosa profissão em consequencia da mudança das instituições politicas, teve de soccorrer-se aos parcos proventos que lhe pudesse proporcionar o exercicio do ensino particular. Entrou, pois, como professor e chefe de estudos em um dos collegios de Lisboa, conseguindo que, em paga do seu improbo trabalho, tambem fôsse n'elle admittido, como alumno, seu irmão mais novo, Pedro Dantas (V. *este nome)*. Em 22 de março de 1842 foi reintegrado no exercito, como 1.º tenente; e em 3 de novembro de 1847, collocado na 3.ª secção. Por decreto de 19 de outubro de 1847 e por carta regia de 15 de novembro do mesmo anno, foi nomeado professor da escola principal de instrucção primaria da

Victorino João Carlos Dantas Pereira

provincia de Cabo Verde «tendo em consideração «as exuberantes provas com que o supplicante se «mostrou habilitado para superiormente desem-«penhar as obrigações d'aquelle emprego». Ali foi fundar essa escola principal, que havia sido creada por decreto de 14 de agosto de 1845, e a regeu com muito zelo e bons resultados para a instrucção n'aquella provincia ultramarina, servindo cumulativamente outros cargos publicos para que foi nomeado pelos governadores geraes. Ultrapassado o tempo da sua commissão, que era de seis annos, voltou para Portugal. Em 29 de abril de 1851, havia sido promovido pela segunda vez a capitão. Pouco depois de haver voltado de Cabo Verde, foi escolhido, em 1855, por D. Pedro V, para installador e director da escola de ensino primario que aquelle rei benemerito instituiu no palacio real de Mafra. A excepcional competencia com que Victorino Dantas Pereira correspondeu á confiança que n'elle depositaram D. Pedro V e D. Luiz, consta dos interessantes relatorios que publicou sobre os trabalhos da Escola Real de Mafra e sessões solemnes da distribuição dos premios. Logo na primeira, que se realisou a 1

de novembro de 1856, disse D. Pedro V que: «A «Escola tinha excedido a sua espectativa». Na de 1865, el-rei D. Luiz, agradecendo ao professor Dantas Pereira o zelo com que havia desempenhado as funcções do seu honroso ministerio, e tomando uma venera da ordem de S. Thiago com ella o condecorou, sendo esta condecoração motivada, no respectivo decreto de 15 de julho de 1865, com as seguintes palavras:» Em testemu«nho de satisfação pela pericia e louvavel zelo «com que tem servido a causa da educação e ins«trucção popular». No relatorio sobre a inspecção extraordinaria ás escolas do districto de Lisboa em 1863 a 1864, escreveu o commissario dos estudos, Marianno Ghira, a pag. 156: «Esta aula (a «Escola Real de Mafra) é tão importante pelos «bons resultados que tem produzido e pelo bom «methodo e dedicação do seu intelligente profes«sor, que deve ser considerada como uma escola «modelo». A' força de repetidas instancias, promoveu e conseguiu a vinda para a Escola Real de Mafra, de alumnos africanos, que se habilitaram para professores das escolas nas colonias. Este importante serviço prestado á instrucção ultramarina representava para Victorino Dantas Pereira um grande onus, por que tinha de os educar e instruir, hospedando-os tambem por insufficientissima retribuição official. Em 22 de agosto de 1862 saiu capitão de 1.ª classe, e a 28 de março de 1863 obteve o habito de Aviz, sendo promovido a major em 1867, e, n'este mesmo anno alcançou a reforma em tenente-coronel. Ainda n'esse anno foi nomeado para inspeccionar as escolas de instrucção primaria dos concelhos de Mafra e Torres Vedras, a que procedeu com a maior solicitude, mas compromettendo sua saude já arruinada. Falleceu este prestantissimo apostolo da instrucção, a quem tantos deveram os primeiros progressos intellectuaes, em 5 de setembro de 1867. Publicou, além dos relatorios da Escola Real, uma traducção da *Algebra*, de Bourdon, e uma *Selecta de leitura corrente*. Como epistolographo, foi muito notavel; as suas cartas liam-se com o maior agrado, pela naturalidade, concisão e elegancia do estylo. Casou com sua prima D. Maria da Penha Osorio Corrêa, de quem enviuvou pouco depois. D'este casamento procede a senhora D. Maria das Dôres Osorio Dantas Pimenta, casada com seu primo José Maria Dantas Pimenta, residentes na villa de Torres Novas. A este cavalheiro devemos o presente artigo.

Dão. Rio do distr. de Vizeu. N. a E do conc. de Penalva do Castello e entra na margem direita do Mondego, 50 k. acima de Coimbra, no local denominado Foz Dão, depois d'um curso de 100 k. As margens são em grande parte cultivadas, e produzem muito e bom vinho verde. O seu verdadeiro nome, diz Pinho Leal, que é *Om*, e de se dizer *rio d'Om*, se corrompeu em *rio Dom*, e por fim em *rio Dão*.

Dapará. Aldeia pertencente á divisão de Uply-Pahw, ao sul do rio Sandalcalo, no concelho de Nagar-Avely, districto de Damão, na India.

Dapifer. Antigo emprego no paço dos nossos reis. Não se sabe ao certo se o logar de dapifer, que se encontra citado nos codices e documentos escriptos em latim barbaro dos primeiros tempos da monarchia, era o trinchante, védor da Casa Real, o mordomo ou o copeiro-mór. A maior duvida, que se apresenta, está entre os officios de trinchante e de védor. Os primeiros fidalgos portuguezes que vêmos com o titulo de dapifer são Ermigio, ou Hermigio Moniz, e Egas Moniz, desde 1135 até 1137. Em 1140 era dapifer o conde D. Rodrigo, ao qual se seguiu Egas Moniz, nomeado pela segunda vez, e a este seguiram-se Fernão Pires e outros. No reinado de D. Sancho I se vê Vasco Martins, n'uma doação feita em abril de 1209, com o titulo de dapifer. Julga-se com algum fundamento, que os officios de védor e de trinchante estavam reunidos, n'aquelles tempos remotos, sendo ambos designados pela palavra *dapifer*, e as funcções divididas depois por mais que uma pessoa Na Casa das Rainhas, o védor usou por muitos seculos fazer o officio de trinchante, e é este facto que fundamenta aquella supposição. Depois do reinado de D. Sancho II, não ha documento coevo em que se encontre o titulo de dapifer.

Daplomb. Pov. da costa do distr. da Guiné, em territorio de gentios nallús, nas margens d'um esteiro confluente do rio Nuno.

Dapodem. Pov. da prov. de Embarbacem, 3.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India. Está situada ao S da provincia.

Dapsá. Aldeia pertencente á divisão de Uply-Pahw, ao sul do rio Sandalcalo, no concelho de Nagar-Avely, districto de Damão, na India.

Darbandorá. Séde da terceira circumscripção do concelho e commando militar de Sanguém, districto de Gôa, na India.

Darbandorá. Séde da terceira circumscripção do concelho e commando militar de Sanguém, districto de Gôa, na India.

Dardavaz. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. da Beira Alta com. de Tondella, distr. e bispado de Vizeu; 927 hab. e 247 fog tem escolas para ambos os sexos e est. post. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada n'um valle ameno e abundante d'aguas, na falda da serra do Caramullo Foi do arcyprestado de Bésteiros, e é da Corôa. A terra é muito fertil, e corre aqui o rio Cris. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Dardo. Arma offensiva de arremesso, especie de lança curta e delgada. Atirava-se com o braço e talvez com o arco; lança curta com ponta de ferro que se arremessava.

Darei. Pov. na freg. de S. Julião e conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Dargale, Dargali e **Dargalim.** Regedoria do conc. de Perném, distr. de Gôa, na India.

Dargol. Pov. da prov. de Pernem, 1.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, India. Está situada ao S da provincia.

Dari. Pov. da prov. de Embarbacem, 3.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India. Está situada ao N da provincia.

Darico. Pov. da margem direita do rio Cubango, no limite E da prov. de Angola. Dista cerca de 420 k. da fortaleza do Humbe, no distr. de Mossamedes.

Daroal. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Paderne, conc. de Albufeira, distr. de Faro.

Daroeira. Pov. na freg. de S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro.

Darque. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov.

do Minho, conc., com. e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 1:733 hab. e 426 fog. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. permutando malas com Vianna do Castello; e est. no caminho de ferro, na linha do Minho, entre o apeadeiro de Alvarães e a est. de Vianna do Castello. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Lima, em frente de Vianna do Castello, constituindo um agradavel passeio fluvial para os moradores d'aquella cidade. A basilica patriarchal apresentava o vigario, que tinha 20$000 réis de congrua, e o pé de altar. Esta freg. era um curato do abbade d'Anha, ou N. S.ª das Areias. A causa do decrescimento da população é ter sido submergida pelo Oceano a maior parte da freguezia, e juntamente a egreja matriz. (V. *Anha)*. Darque é uma pov. aprazivel, muito fertil em cereaes, vinho, hortaliças e mostarda. Tem tanta abundancia de cebolas e alhos, que abastece Vianna do Castello e outras povoações, exportando ainda grande quantidade para o estrangeiro. N'esta freg., junto ao rio Lima, estão as ruinas d'uns antiquissimos paços dos duques de Bragança. Darque pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Dasbaparà. Pov. da praganã de Nagar-Avely, no distr. de Damão, prov. e arceb. de Gôa, India.

Dasiga. Terras do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique, Africa Oriental, limitrophes das terras Pongue e muito aptas para toda a qualidade de cultura. Tem muitas palmeiras e matto. N'estas terras estão edificadas varias povoações.

Daugim. Baluarte da antiga cidade de Gôa, India, edificado em 1565 pelo 9.º vice-rei, D. Antão de Noronha, e abandonado em principios do seculo XVIII pelo 48.ª vice-rei e capitão-general Bernardo José de Lorena, conde de Sarzedas. Fazia parte do systema de fortificações comprehendidas na grande muralha da margem oriental da ilha de Gôa para defeza d'esta e da cidade de Gôa.

Daugravary-grande. Pov. da propriedade rustica do mesmo nome, na freg. de Santo André de Brancavará, do conc. de Diu, na India.

Daugravary-pequeno. Pov. da propriedade rustica do mesmo nome, na freg. de Santo André de Brancavará, no conc. de Diu, na India.

Daun e Lorena *(Manuel Joaquim Saldanha d'Oliveira)*. Capitão do corpo d'officiaes da administração militar, ao serviço do ministerio da marinha, e actualmente secretario do governo do districto de Mossamedes. N. em 29 de novembro de 1859, assentou praça em 16 de maio de 1881, foi promovido a alferes em 2 de janeiro de 1885, a tenente em 7 de fevereiro de 1895, e a capitão em 14 de junho do mesmo anno. E' descendente do fallecido marechal duque de Saldanha. Tomou parte nas operações de guerra em Moçambique, realisadas em 1894 e 1895, como chefe da delegação da administração militar em Lourenço Marques. Embarcou para a provincia de Angola em 6 de junho de 1899, exercendo até 24 de agosto de 1903 os cargos de delegado da administração militar e director do deposito do material de guerra no districto de Mossamedes. E' cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, e tem as medalhas de prata de comportamento exemplar, e a da rainha D. Amelia, para commemorar a expedição a Moçambique de 1894-1895.

Daupias *(Pedro Eugenio Daupias, 1.º visconde e 1.º conde de)*. Fidalgo da Casa Real, abastado proprietario, negociante de grosso trato da praça do commercio de Lisboa, grande industrial, dono da importante fabrica de lanificios no sitio do Calvario, em Alcantara, etc. N. em França a 28 de maio de 1818, fal. a 25 de janeiro de 1900. Era filho do 1.º visconde d'Alcochete, Bernardo Daupias, e de sua mulher D. Maria Victoria Laurent. Descendente, por sua avó materna, do grande industrial francez Jacome Ratton, que no tempo do marquez de Pombal se estabeleceu em Lisboa, fundador das 1.as fabricas portuguezas, de papel, de fiação d'algodão e seda em Thomar, de chapéos em Elvas, de louça e vidros ao Calvario, etc. (V. *Alcochete*, e *Ratton, Jacome*). Pedro Daupias, depois de concluir os seus estudos em Paris, no lyceu Louis-le-Grand, veiu para Lisboa, naturalisando-se cidadão portuguez, apenas che-

1.º Conde de Daupias

gou á maioridade. Tornando-se, por herança de seus paes, proprietario da fabrica de lanificios ao Calvario, em Alcantara, conseguiu pela sua actividade e elevada competencia na direcção administrativa, que aquella industria se desenvolvesse e se engrandecesse, tornando-se a fabrica a primeira do seu genero que existiu em Portugal. Os avultados lucros, que auferia, fôram uma fonte de riqueza para o seu proprietario. Além dos contramestres e empregados dos escriptorios, aquellas officinas sustentavam centenares de operarios, que eram largamente compensados, e que o conde Daupias tratava com estima e consideração. Caracter bemfazejo, amparava generosamente a invalidade e a velhice dos seus operarios, chegando a sustentar bastantes annos mais de cem invalidos. Comtudo, apezar da actividade que empregava na direcção da fabrica, o conde Daupias pertencia á mocidade dourada do seu tempo, a que presidia o conde do Farrobo e os

marquezes de Niza e de Vianna. Ao passo que aguarellava debuxos de casimiras, que percorria as officinas, conversando com os contramestres, informando-se de qualquer eventualidade, procurando sempre aperfeiçoar a sua industria, governava cavallos nas ruas de Lisboa, e tocava ao florete na sala d'armas os melhores esgrimistas da escola de Petit, professor de esgrima da Casa Real. O conde Daupias tambem se evidenciou pelo seu genio verdadeiramente artistico, pelo profundo amor que consagrou a cousas d'arte. Foi um desvelado protector de muitos dos nossos artistas. As suas repetidas viagens a Paris, onde frequentava assiduamente as casas de venda d'objectos d'arte, lhe despertaram ainda mais o seu apurado gosto, e em pouco tempo adquiriu por intermedio de Goupil, a maior parte dos valiosos quadros que constituiam as admiraveis galerias, que organisou no seu palacio. Estas galerias tinham os tectos envidraçados, e eram illuminadas á noite por uma distribuição de luz de que se não viam os focos illuminantes, caindo em cheio do velamento do tecto em penumbra, sobre a superficie das télas. Ali se viam quadros da escola antiga, de Salvador Rosa, Velasquez, Rembrandt, Van Dick, Laurence, etc., e da pintura contemporanea de toda a pleiade do seculo passado: Millet, Courbet, Troyon, Goupil, Detaille, Breton, Villegas, e muitos outros. A collecção compunha-se de mais de 400 numeros. Ao fundo da galeria principal havia um estrado, por cima do qual se alinhavam os canudos d'um orgão. N'este estrado se collocava a musica nos grandes concertos, em que se ouviam os professores Rey Collaço, Vianna da Motta, e muitos outros, chegando o illustre titular a escripturar em Hespanha e a ter permanentemente ao seu serviço um magnifico quarteto de instrumentos de arco, algumas vezes augmentado de piano e harpa, além do orgão. Ali se executaram as obras primas da musica de camara, as sonatas de Beethoven, as cantatas de Weber, as oratorias ou as paixões de Bach, as symphonias, as aberturas ou as marchas de Mendelsohn, de Haydn, de Mozart, de Wagner, etc. Os saraus no palacio Daupias ao Calvario, eram esplendidos, e tornaram-se verdadeiramente celebres, sendo concorridos pela mais distincta sociedade de Lisboa. O conde Daupias casara com uma sua parenta, D. Joanna Daupias; fôra agraciado por el-rei D. Luiz com o titulo de visconde por decreto de 2 e carta de 16 de novembro de 1876, sendo mais tarde, pelo referido monarcha, elevado ao titulo de conde. No anno de 1888 teve o cargo de vice-presidente da commissão executiva da exposição industrial portugueza, com uma secção agricola, que então se realisou na Avenida da Liberdade. As festas graudiosas terminaram com a morte da condessa Daupias, succedida a 18 de julho de 1892. Sobrevieram então grandes amarguras para o opulento titular, seguindo-se um processo de partilhas, e com elle o arresto por sentença provisoria de todos os bens do conde Daupias, que o levaram ao desespero do suicidio. Em 25 de janeiro de 1900 encerrou-se serenamente no seu quarto, depois de percorrer pela ultima vez as officinas da sua fabrica e os arruamentos do seu jardim, e desfechou um tiro de revolver na cabeça, que mortalmente o prostrou. A sua morte causou a maior sensação.

Dautordi. Pov. na freg. de Bally, 4.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India.

Davel. Pov. da praganã de Colounu-Pa-Cary, no distr. e com de Damão, prov. e arceb. de Gôa, India.

Davém. Aldeia da circumscripção militar de Valpoy, na provincia de Satary, distr. de Gôa, na India.

Davorlim. Povoação da freguezia de Navelim, concelho de Salsete, na India.

Dáze. Territorio do sertão do distr. de Sena, a 750 k. da villa, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem minas de ferro.

Deão. Dignidade ecclesiastica, que, depois do bispo ou arcebispo, preside e governa os cabidos.

Deão. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc., com. e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 572 hab. e 124 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. permutando malas com Vianna de Castello. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada perto do rio Lima. O padroado apresentava o abbade, que tinha 400$000 réis de rendimento. Esta freg., segundo a tradição, foi fundada no tempo de S. Pedro de Rates, tendo principio n'um pequeno convento de religiosos da ordem benedictina, que depois se reedificou e ampliou. Julga-se que os arabes o destruiram no seculo VIII. Ainda em 1676 appareceram aqui varias pedras com esculpturas e rendilhados, que mostravam grande antiguidade. Houve em Deão uma torre que foi solar dos Coutos. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. N'esta freg. houve um combate em 4 de julho de 1846, durante a guerra civil.

Debenture. Pelo estado financeiro muito precario em que se encontrava o paiz, depois de 1834, em que os governos se viram obrigados a atrazar os pagamentos dos ordenados e depois a deduzil-os, creou se em 14 de outubro de 1837 umas notas provisorias ou *debentures*, com o juro de $3^1/_2$ pence diarios por cem libras, a prazo de um anno, para se entregarem em vez de dinheiro, como pagamento dos juros do 2.º semestre de 1839 á divida publica externa, e no 1.º semestre do anno seguinte procedeu-se do mesmo modo, até que as Côrtes providenciassem sobre *tão importante assumpto*, como dizia o decreto de 7 de maio de 1838; em 3 de novembro do mesmo anno saiu outro decreto que confessava a impossibilidade de pagar os juros da divida e as *debentures* que se venciam no 1.º de janeiro de 1839; ás *debentures* pagou-se o juro em dinheiro; á divida consolidada pagaram-se os juros em novas *debentures*. Não havendo com que pagar taes encargos, o thesouro não podia amortizar a divida como a lei ordenava. Para sair de tão desagradavel situação, Portugal tentou um accordo com os crédores estrangeiros, o qual foi decretado em 2 de novembro de 1840. Permittiu se a conversão: 1.º, de toda a divida externa, desde 1831 áté 1837 inclusivé, juntamente com a importancia nominal dos coupons em divida até 31 de dezembro de 1841; 2.º das *debentures*, emittidas para pagamento dos coupons vencidos. Os novos titulos seriam de 5 por cento, e o total da emissão circumscripta á importancia da divida que se offerecesse á conversão. Seguiram-se outras alterações, e quando em

abril de 1851 rebentou a revolução, a situação da fazenda publica era das peores, e sendo Fontes Pereira de Mello encarregado de a gerir, ordenou a capitalisação dos juros em divida desde julho de 1850 até julho de 1852, e em 18 de dezembro d'este mesmo anno foi assignado outro decreto que ordenou a conversão, em inscripções ou *bonds* de 3 p. c. de todos os titulos de divida consolidada interna e externa, e capitalisaram-se tambem em inscripções de 3 p. c. os juros em divida, os vencimentos dos funccionarios, as contas dos fornecedores e outros debitos, que não tinham podido ser pontualmente pagos. Por um accôrdo feito entre Fontes Pereira de Mello e o ministro inglez Richard Thorntou, o qual foi approvado pela lei de 26 de julho de 1856, os possuidores de *bonds* receberiam 6 p. c. do nominal d'estes titulos, com juro de 3 p. c. a partir de 1863; e os possuidores de *debentures* teriam um titulo de 100 por 100 com juro desde o 1.º de janeiro de 1856.

Deboquê. Uma das maiores povoações das margens do rio Nuno, na costa do distr da Guiné, Africa Occidental, nas proximidades do logar onde desagua o esteiro Battafon. Esta pov. é o ponto central da juncção das caravanas dos gentios mandingas, fulahs, sarracoletes e bondunques, que atravessam os territorios do rei de Fouta Dyalu para irem negociar no principal mercado d'aquellas paragens, que se estabelece em Deboquê.

Debucko. V. *Deboquê.*

Decabellos. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto e conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Decadas. Titulos que varios historiadores deram á collecção das suas narrativas, imitando o exemplo de Tito Livio. Em portuguez temos as *Decadas* de João de Barros, as de Diogo do Couto e as de Antonio Bocarro.

Décádi. Pov. do conc. de S. Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola.

Decano. O lente mais antigo de uma faculdade na Universidade, o qual fórma parte do conselho dos decanos. Antigamente era o chefe de fileira de 10 soldados de fundo. Decurião de sacerdotes. Presidente de dez clerigos; hoje deão de collegiada. O mais antigo de alguma junta, collegio, corporação, communidade, etc. Nas camaras dos deputados e pares do reino presidem ás vezes os respectivos decanos.

Decaral. Pov. na freg. de S. Miguel, de Celavisa, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Decartes. Pov. na freg. de Santa Christina, de Pousa, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Decepado. Alcunha por que é conhecido na Historia D. Duarte de Almeida, o famigerado alferes-mór de D. Affonso V. (V. o que a seu respeito escrevemos a pag. 245 do 1.º vol.) Ampliando a noticia que ali démos sobre este famoso guerreiro, relataremos aqui uma resumida noticia sobre a sua ascendencia e descendencia. D. João Fernandes de Almeida, fidalgo do tempo de el-rei D. Affonso III, senhor da Casa da Cavallaria e castello de Vilharigues (Vouzella), casou e teve filho a D. Fernão Pires de Almeida, alcaide-mór de Aveiro, mui valido dos reis D. Diniz e D. Affonso IV e senhor da casa e castello de seus maiores. Tambem casou, e foi seu filho D. Lourenço Annes de Almeida, herdeiro da casa e castello de seus paes, pae do celebre *Decepado*, que casou com D. Maria de Azevedo, filha do senhor da Louzã, de quem teve varios filhos, e de entre estes, a: (a) Affonso Lopes de Almeida (V. *este nome*), o primogenito, senhor da casa e castello de seus antepassados, o qual casou com D. Leonor Vaz de Castello Branco, filha de João Vaz Cardoso, aio do conde de Barcellos. D'este filho do *Decepado*, procedem os marquezes de Penalva e outras familias d'este reino. (b) Ruy Lopes de Almeida (V. *este nome*), veador da princeza D. Joanna, filha de el-rei D. Duarte e mais tarde rainha de Castella. Tambem casou e teve muita descendencia. A um seu neto e a um seu bisneto (V. *Archivo Heraldico-Genealogico do sr. Visconde de Sanches de Baena*, *pag* 17 *e* 26, *n.ºs* 68 *e* 95), mandou el-rei D. João III passar carta de brazão de armas, com todas as honras de nobres e de fidalgos por descenderem de geração e linhagem dos Almeidas. (c) Diogo Lopes de Almeida. Este filho do *Decepado* foi casar a Pinhel com uma senhora da nobre familia dos Mesquitas, de quem teve, entre outros filhos, D. Izabel de Almeida da Mesquita, que casou com Antonio da Costa Montalvão, cavalleiro professo da ordem de Christo, natural d'aquella cidade (então villa). Deste matrimonio nasceu D. Maria de Almeida da Mesquita, natural de Moncorvo, a qual foi casada com Salvador da Costa Montalvão, seu primo, de Pinhel, de quem teve entre outros, a Antonio d'Almeida da Mesquita, que casou com D. Antonia da Mesquita, sua prima, de quem teve a D. Antonia de Almeida da Mesquita, que casou com seu primo Antonio d'Almeida da Mesquita, dos Mesquitas de Villarinho da Castanheira. D'este matrimonio nasceu, além de outros, Diogo d'Almeida da Mesquita, que foi casar a Villa-Flôr, com D. Maria Cepêda Machado, sobrinha de Lopo Machado, capitão-mór (1652) d'aquella villa, dos Machados d'ali—uma das familias nobres e antigas da provincia. D'este matrimonio nasceu Manuel de Almeida, de Villa-Flôr e ali senhor de casa, o qual casou, em segundas nupcias, com D. Anna Pinto de Meirelles, que era, pelos Pintos, da casa de S. Thiago de Mirandella, e de sua mulher teve a Francisco Xavier de Almeida Machado, herdeiro da casa de seus paes, capitão de auxiliares e senhor da propriedade do officio de escrivão das sizas de Villas-Bôas, Sampaio e Villa-Flôr, e tambem por sua mulher, D. Thereza de Madureira e Lemos, de um vinculo, em Villa-Flôr. Francisco Xavier e sua mulher D. Thereza de Madureira e Lemos, filha de João de Seixas Cabral Montez de Lemos, senhor de varios vinculos e morgados e da Casa dos Lemos, em Villa-Flôr, tiveram entre outros filhos, a D. Rosa Rita de Almeida Machado e Lemos, senhor da casa e vinculos de seus paes, que casou com Francisco Leite Pereira, de Favaios, tenente de infantaria de Bragança filho de Miguel Ferraz de Magalhães Leite Pereira, senhor da casa, em Favaios, e ali sargento-mór, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher D. Monica Teixeira de Barros Beça da Mesquita, filha de Gonçalo Teixeira de Barros Beça, capitão-mór, fidalgo da Casa Real e senhor da antiquissima Casa dos Barros d'aquella villa. Francisco Leite e sua mulher D. Rosa Rita, tiveram: (a) D. Luiza Rita, que casou com Francisco Antonio Teixeira de Moraes Castro Sotto Mayor, tenente coronel de milicias e morgado da Praça, em Villa-Flôr, com geração. (b) Francisco Leite Pereira de Almeida, senhor da casa e vinculo de seus maiores e capitão de cavallaria de Chaves, nascido em

Villa-Flôr a 9 de maio de 1800, onde falleceu e jaz sepultado, em 1880, tendo sido casado com D. Felicidade Perpetua de Seabra, actualmente fallecida, irmã do ministro e secretario de Estado Visconde de Seabra, e filha de Antonio de Seabra da Motta e Silva, corregedor e cavalleiro professo na ordem de Christo, e de sua mulher D. Derothea Bernardina de Sousa Lobo Barreto, de quem teve: (a) D. Guilhermina, já fallecida, mulher de Francisco de Moraes Leite Sotto Mayor e Castro, seu primo, tambem fallecido, morgado da Praça, em Villa-Flôr, com geração. (b) Jorge Leite Pereira d'Almeida e Seabra, antigo deputado da nação, de Villa-Flôr, advogado e recebedor na camara de Vinhaes, que casou com D. Candida Falcão da familia do dr. José Falcão, que foi lente da Universidade de Coimbra e chefe do partido republicano, de quem é filho o dr. Anthero Falcão Leite Pereira de Seabra, delegado do procurador regio.

Decermillo. Povoação e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Alta, conc. e com, de Sattam, distr. e bisp. de Vizeu; 760 hab. e 185 fogos. Tem cor. e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Esta freg. está annexada civilmente á de N. S.ª do Valle, de Bouças, e dista de 6 k. da séde do concelho.

Decide. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Campia, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Decimo de corôa. Moeda de ouro do reinado de D. Pedro V. V. *Mil reis*

Dedim. Pov. na freg. do Salvador, de Nogueiró, conc. e distr. de Braga.

Defeza da Pedra Alçada. Pov. na freg. de S. Thiago Maior, conc. de Alandroal, distr. de Evora.

Definidor. Religioso que era assessor ou conselheiro do geral da ordem ou do superior de algum mosteiro. Mais antigamente era o membro escolhido pelos vogaes das Côrtes do reino, para formarem commissões encarregadas de negocios especiaes. Nas irmandades e outras corporações religiosas é o mesario que explica o sentido dos artigos do compromisso, regra, estatuto, etc.

Definitorio. A sala em que se reuniam os definidores de uma communidade, para conferencia. Junta dos definidores com o superior e o provincial.

Degeza. Pov. no conc de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola.

Degh. Pov. da prov. de Canácona, 4.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India. Está situada no litoral, e é abrigada por uma calheta.

Degoiva. Pov. na freg. de S. Julião, de Passos, conc. e distr. de Braga.

Degolados. Pov e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. do Alemtejo, conc. de Arronches, com., distr. e bisp. de Portalegre. Tem correio com serviço de posta rural, e escolas para ambos os sexos. A egreja parochial dista 15 k. da séde do conc. A pov. fica situada na estrada de Arronches a Campo Maior. Passa aqui o rio Caia. A freg. está annexada para os effeitos administrativos, ás da Esperança e Mosteiros. A terra é fertil, sobretudo em cereaes. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. Degolados passou ao conc. de Campo Maior. em virtude do decreto de 26 de setembro de 1895, que supprimiu o de Arronches, mas voltou a este conc. por ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. No sitio denominado *Tinóca* d'esta freg. existem umas minas de cobre e outros metaes, sendo a companhia ingleza concessionaria *The Tinoca Mining Company.* || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Carvoeiro, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Degracias *(Antonio Augusto Cardoso Amado d'Albergaria Valle, 1.º visconde de).* Proprietario em Soure, e administrador do conc. da mesma villa. N. no logar e freg. de Degracias a 14 de julho de 1827. E' filho de Manuel Cardoso d'Albergaria Valle, proprietario, sargento-mór d'ordenanças da villa do Rabaçal, onde exerceu os cargos de almotacé e de vereador do concelho, e de sua mulher, D. Thomazia Augusta Amado da Cunha e Vasconcellos. O visconde de Degracias casou na capella da quinta de Orão, freguezia da Redinha, a 12 de junho de 1850, com D. Maria da Gloria d'Abreu Amorim Pessoa, filha de Francisco Antonio d'Abreu de Amorim Pessoa, proprietario e capitão d'ordenanças, e de sua mulher, D. Mauricia da Camara Monteiro Lobo Côrte Real. O titulo foi concedido por decreto de 23 de julho de 1879, e o brazão d'armas por alvará de 2 de fevereiro de 1769, a seu avô Leonardo Cardoso d'Azevedo e Valle, capitão-mór d'ordenanças, e bacharel formado na Universidade de Coimbra, nas faculdades de Canones e de philosophia. Consta do seguinte: escudo partido em pala; á direita as armas dos Cardosos, em campo vermelho dois cardos verdes com alcachofras floridas de prata, com raizes e perfis de ouro, entre dois leões de ouro batalhantes; á esquerda as armas dos Soares d'Albergaria, em campo de prata uma cruz vermelha vasia e florida, orlada de prata, perfilada de negro, carregada com oito escudetes das armas do reino, e por differença uma brica de prata com um L de negro.

Degracias. Pov. da freg. de S. Sebastião, da prov. do Douro, conc. e com. de Soure, distr. e bisp. de Coimbra; 718 hab. e 178 fog. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada na falda da serra de Ancião. O prior do Pombalinho apresentava o cura, que tinha 30$000 réis e o pé d'altar. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar.

Degracias Cimeira e **Degracias Fundeira.** Duas povoações na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Gavião, distr. de Portalegre.

Degui Gate. Serra situada a E da prov. de Embarbacem, India Principia n'esta serra o candi ou estrada que vae para Saguem.

Deguilhas. Pov. na freg. de Santa Maria, de Villa Bôa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto..

Degus. Pov. da prov. de Canácona, 4.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India. Está situada a O da provincia.

Deilão. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov de Traz os-Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 410 hab. e 93 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e correio A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada na serra do mesmo nome. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Miran-

della || Pov. na freg. de S. Facundo, de Covas do Rio, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Serra do distr. de Bragança, proximo da freg. do mesmo nome. Tem 10 k. de comprimento e 161 m. d'altura.

Deimãos. Pov. na freg. de S. Pedro, de Veiga de Lila, conc. de Valle Passos, distr. de Villa Real.

Dejébe. Ribeira do distr. de Evora, proximo ao Ameixial. Nasce na freg. de S. Bento do Matto, e depois de receber a ribeira de Pardiella, vae desaguar no rio Guadiana, com um curso de 75 k. Em junho de 1663, antes da batalha do Ameixial, querendo os portuguezes e castelhanos passar ao mesmo tempo este rio, houve aqui uma pequena escaramuça, em que os portuguezes ficaram victoriosos, pondo-se em fuga os castelhanos deixando muitos mortos e feridos.

Del Negro *(Joaquim Thomaz).* Professor de instrumentos de metal no Conservatorio Real de Lisboa, compositor de musica, etc. N. em Lisboa a 5 de junho de 1850. E' filho de Miguel Angelo Del Negro, e descendente d'uma familia de negociantes italianos, estabelecida em Lisboa desde o principio do seculo passado. Toda esta familia cultivava a musica por prazer ; seus tios Joaquim Del-Negro era muito estimado pela melhor sociedade de 1823, e José Del-Negro um excellente violinista, membro da Sociedade Philarmonica, dirigida por Bomtempo, amigo intimo do conde do Farrobo, e que foi primeiro violinista do theatro das Laranjeiras, pertencente áquelle fidalgo. Miguel Angelo Del-Negro, tendo-se-lhe tornado adversa a sorte, buscou meios de subsistencia na arte, que exercia como simples amador, dando lições de flauta e de violão, instrumentos em que era muito habil. Joaquim Thomaz Del-Negro, desde creança, mostrou grande vocação para a musica ; ensinado por seu pae, já aos 7 annos tocava violão com facilidade, tomando parte em concertos intimos que se realisavam em familia, e onde concorriam alguns dos principaes artistas d'aquelle tempo. Recebeu a sua educação litteraria no collegio de N. S.ª da Conceição, que fôra fundado por Joaquim Lopes Carreira de Mello, e em 1861 matriculou-se no Conservatorio Real de Lisboa, nas aulas de rudimentos e de trompa, fazendo um curso sempre distincto, o qual concluiu em 1868, tendo obtido o primeiro premio em todos os exames de trompa. Tambem frequentou a aula de violoncello, a que pouco se dedicava, e por fim deixou. Em 1867 entrou para a orchestra do theatro de S. Carlos como primeiro trompa, logar que tambem occupava em todas as orchestras importantes que se organisavam fóra da estação theatral. Todos os annos dava um concerto, e tomava parte como solista em muitos outros, grangeando os maiores creditos, tornando-se um trompista de primeira ordem. Tomou parte activa na divergencia que em 1878 houve entre a Associação Musica 24 de Junho e a empresa do theatro de S. Carlos, prestando muitos serviços áquella associação no desempenho do cargo de secretario. Foi elle quem teve a idéa de mandar vir o maestro Barbieri para dirigir os concertos que então se organisaram, e que tão bom exito tiveram. Em maio de 1879 lembrou-se de ir a Madrid, e ali tocou a solo em dois concertos da sociedade *Union*, dirigida por Thomaz Breton. Em Madrid foi a um concurso para o logar de primeiro trompa no Theatro Real e na capella real, em que havia mais concorrentes, ficando elle nomeado. Porém, como se não désse bem com o clima madrileno, resignou os logares, e regressou a Lisboa, e como a orchestra de S Carlos voltasse a ser organisada pela Associação Musica 24 de Junho, ficou outra vez com o seu antigo cargo de primeiro trompa em outubro de 1880. Vagando depois o logar de contramestre na banda da guarda municipal de Lisboa, a elle concorreu, o que facilmente conseguiu, mas não tardou a que se aborreceesse e pedisse a demissão. Resolveu dedicar-se a compositor, empresario e ensaiador, começando a exercer este ultimo cargo na companhia Taveira, passando depois á de José Ricardo, mais tarde ao theatro da Trindade, onde esteve em 1898, e actualmente se conserva. Foi empresario na epoca de 1895-1896, no theatro de D. Affonso, no Porto, e em 5 de junho de 1900 era director musical no theatro de Carlos Alberto da mesma cidade. Joaquim Thomaz Del-Negro foi um dos fundadares da Companhia Propagadora de Instrumentos Musicos, que depois ficou sendo propriedade do actual empresario do theatro de S. Carlos, o commendador José Pacini. Ultimamente tem-se evidenciado como compositor. Entre as suas operetas, citaremos: *Kinfá na China*, *Tentação*, *Capitão Lobishomem*, *Aventura Regia*, *Mestre d'armas*, *Filhos do capitão-mór*, *Retalhos*, *Kiki*, *A musa dos estudantes*, *Ovarinos*, *Mola Real*, etc.

Delães ou **Dellães.** Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga. Tem esc. do sexo masc. e est. post. permutando malas com V. N. de Famalicão. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie entre dois montes, a 2 k. da margem direita do rio Ave. O arcebispo apresentava o abbade por concurso synodal, e tinha 300$000 réis de rendimento. A terra é muito fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. No alto do monte ha vestigios de edificios muito antigos, e é tambem tradição que existiu aqui uma cidade, cujo nome se ignora, a qual foi arrasada com as guerras da Edade Media.

Delegada. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Riba Pinhão, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real.

Delgada. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, da Roliça, conc. d'Obidos, distr. de Leiria. Tem caixa postal. | Ponte ou cabo na costa N da ilha das Flôres, archipelago dos Açôres. || Ponta ou cabo na costa S da ilha de S. Miguel, a pouco mais de 21 k. ao SE da ponta de Ferraria. Este cabo dá o nome á cidade de Ponta Delgada, cap. da ilha, e do distr. oriental do mesmo archipelago. || Ponta ou cabo da costa N da ilha da Madeira. | Ponta da costa N do estreito de Magalhães, America do Sul. Fórma a entrada do canal de N. S.ª da Esperança.

Delgado. Appellido de que ha noticia em Portugal desde o tempo de D. Affonso Henriques. As armas d'esta familia são: em campo vermelho um limoeiro verde com raizes e limões de ouro, e um galgo de prata com colleira azul, preso ao pé do limoeiro; timbre, meio galgo de prata, que sae do elmo tendo um ramo de limoeiro na bocca, com limões de ouro.

Delgado *(Cosme).* Cantor e mestre de capella

na cathedral de Evora. Era natural do Cartaxo, e viveu durante o ultimo quartel do seculo XVI Dedicando-se á musica, adquiriu fama de excellente cantor e de professor insigne. Deixou em testamento, ao convento do Espinheiro proximo de Evora, as suas composições, as quaes constavam de missas, motetes, lamentações, e a seguinte obra theorica: *Manual de musica dividido em tres partes, dirigido ao muito alto e esclarecido principe cardeal Alberto, archiduque d'Austria, regente d'estes reinos de Portugal*. Todas estas obras fôram extraviadas, porque se não sabe onde existem, depois de 1834, em que acabaram os conventos.

Delgado *(Gonçalo)*. Escrivão dos orphãos em Tavira, sua terra natal. Era muito inclinado á poesia, e entre os seus trabalhos, que ficaram inéditos, citava-se como o mais importante um poema em oitava rima, cujo argumento era a corrupção do inglezes em 1596, e o saque de Faro.

Delgado *(Padre João)*. Jesuita, professor de Mathematica no collegio de Santo Antão de Lisboa. Era natural de Lagos, e fal. no collegio de Coimbra, a 30 de setembro de 1612. Estudou em Thomar com o professor Christovam Clavio. Foi elle que dirigiu, no seu começo, o collegio de jesuitas do Monte Olivete ou da Cotovia, onde actualmente se vê a Escola Polytechica, cuja primeira pedra se lançou a 23 d'abril de 1603, proseguindo depois as obras sob a direcção do architecto Balthazar Alvares. Deixou manuscripta a seguinte obra: *Astrologia pratica ou judiciaria*.

Delgado *(João Ferreira)*. Presbytero, natural de Lisboa, que fal. em 27 de julho de 1736. Foi confessor das religiosas de Santa Brigida, do convento da Conceição, de Marvilla. Era muito perito em theologia. Publicou em 1729 uma obra intitulada: *Solitario ou retiro da alma á solidão*, etc.

Delgado *(João Francisco)*. Ajudante do batalhão de artilheiros nacionaes de Lisboa Oriental, em cujo exercicio estava ainda em 1823. Escreveu: *Versos de Jonio Lisbonense, dedicados a seus amigos*, Lisboa 1820; *Canção á memoria de Gomes Freire de Andrade*, Lisboa, 1821; *Amendoas dadas aos corcundas*, Lisboa, 1821. Em 1820 foi redactor da *Minerva Constitucional*, jornal de que sómente sairam alguns numeros. Imprimiu depois alguns outros folhetos avulsos.

Delgado *(João d'Oliveira)*. Autor d'um livro publicado em 1727, com o titulo de *Meditações da vida, paixão, morte e resurreição e mandamentos divinos do unigenito filho de Deus vivo*. N. em Alcanede em 1652, fal. em Santarem a 5 de julho de 1728. Era filho de Bernardo d'Oliveira Pinto e de Luiza de Caceres Henriques. Casou em Lisboa, com D. Guilhermina de Noronha e Brito.

Delgado *(João Pinto)*. Era natural de Tavira, e fal. em 1590. Foi provedor da pedra que se mandava para a praça de Mazagão. Dizem, ter sido dotado de tão prodigiosa memoria, que ouvindo qualquer sermão, o recitava e escrevia sem lhe faltar a menor palavra. Viveu alguns annos em Roma e em Flandres, onde a sua memoria e o seu talento causaram assombro. Tinha grande vocação para a poesia sacra e profana. Escreveu em hespanhol: *Poema de la Reyna Esther, Lamentaciones del Profecta Jeremias, Historia de Ruth e varias poesias*, Roma, 1627. Em manuscripto deixou: *Petrarcha traduzido em oitava em rima portugueza*.

Delgado *(Joaquim Filippe Nery da Encarnação)*. General de divisão reformado, engenheiro inspector da commissão do serviço geologico, etc. N. em Elvas a 26 de maio de 183). E' filho de José Miguel Delgado, que foi tenente-coronel de artilharia, governador do forte de N. S.ª da Graça, d'aquella cidade. Matriculou-se no Collegio Militar, então estabelecido em Rilhafoles, em outubro de 1844, e completou o curso em 9 de agosto de 1850, estando o collegio em Mafra, tendo tido approvação plena no exame de preparatorios no 4.º anno, e distincções nas cadeiras dos dois ultimos annos. No referido anno de 1850 matriculou-se na Escola Polytechina, cujo curso concluiu em 1853, obtendo os primeiros premios pecuniarios na 4.ª e 7.ª cadeiras (astronomia, mineralogia e geologia). Em 1855 completou o curso de engenharia militar na Escola do Exercito, obtendo distincção na 6.ª cadeira (topographia e desenho), e na segunda parte da 4.ª cadeira (hydraulica). Frequentou em 1855 e 1856 a cadeira de montanistica e docimasia, então creada na Escola Polytechnica, obtendo distincção no exame final. Assentou praça em engenharia a 10 de agosto de 1850, sendo despachado alferes em 1851, com a antiguidade de 29 d'abril d'esse anno, e promovido a tenente em 1858, a capitão em 1871, a major em 1880, a tenente-coronel em 1883, seguindo depois os postos de coronel e de general de brigada, sendo promovido em 1898 a general de divisão, reformando-se a 2 de junho do anno seguinte. Tem exercido muitas e importantes commissões de serviço publico e particular. Em novembro de 1856, nomeado para servir na commissão de trabalhos preparatorios para melhoramento dos campos inundados pelas cheias do rio Mondego, cabendo-lhe os estudos relativos ao concelho da Figueira da Foz; foi membro adjunto da commissão geologica desde a sua organisação em 8 de agosto de 1857, e extincta esta commissão no anno seguinte, ficou encarregado, com o fallecido engenheiro Carlos Ribeiro, de continuar os trabalhos para a formação da carta geologica do reino, sendo por essa occasião que se occupou com o mesmo engenheiro, da redacção do relatorio ácerca da arborisação geral do paiz e da carta que o acompanha. Quando se organisou a actual direcção geral dos trabalhos geodesicos, em que se encorporaram os estudos geologicos, foi nomeado em 1869, adjunto da secção geologica, e em 1882, pelo fallecimento de Carlos Ribeiro, ficou exercendo o logar de chefe da referida secção. O sr. engenheiro Delgado pertenceu ao antigo corpo de engenharia civil, tendo a classificação de engenheiro chefe de 2.ª classe, em 1864; em 1869 foi nomeado engenheiro de 4.ª classe no corpo de engenheiros de obras publicas. N'esse mesmo anno serviu temporariamente como fiscal junto á Companhia das Aguas de Lisboa, na ausencia do fiscal effectivo, Jayme Larcher; em 1870, tambem serviu interinamente, como secretario da junta consultiva de obras publicas e minas, por ter adoecido Carlos Ribeiro, e foi nomeado para a commissão, presidida por José Victorino Damasio, encarregada de proceder á medição das aguas do Alviella. Em 1872 foi commissionado para ir a Madrid comprar collecções para a secção geologica e estabelecer relações scienticas com os geologos hespanhoes, nomeadamente com os membros da commissão do mappa geologico. Em 1873 to-

mou parte na commissão encarregada de examinar os desmoronamentos da escarpa maritima junto á villa da Ericeira, e propor o meio de os remediar e evitar que de futuro se reproduzam. Em 1875 foi nomeado para coadjuvar o engenheiro Carlos Ribeiro, na direcção da exploração das aguas feita por ordem do governo na visinhança de Bellas, exploração que contribuiu efficazmente para o abastecimento da capital nas estiagens de 1875 a 1880, antes de terminar a construcção do canal do Alviella. Em 1878 foi novamente mandado a Hespanha em missão scientifica, para estabelecer com os geologos hespanhoes o accôrdo na classificação dos terrenos da zona limitrophe dos dois reinos da peninsula no sul do Alemtejo, e de colher diversos dados para o estudo dos terrenos sedimentares mais antigos de Portugal. Em 1880, foi nomeado membro das duas sub-commissões luso-hespanholas para a unificação da nomenclatura geologica e das cartas geologicas. N'esse mesmo anno o congresso anthropologico, que realisou a sua nona sessão em Lisboa, lhe conferiu as honras de vice-presidente. Foi mandado tambem pelo governo a Bolonha em 1881, como commissario, na segunda sessão do congresso geologico, e ali recebeu egualmente a honra de ser nomeado vice-presidente, e de membro da commissão internacional de nomenclatura geologica. Em 1882 foi nomeado pelo governador civil de Lisboa, para a commissão encarregada de estudar as causas do apparecimento das febres typhoides n'esta capital. Entre as commissões particulares de que tem sido incumbido, contam-se: em 1875, o relatorio do estado dos trabalhos de lavra na mina de phosphorite da Cavallinha, no concelho de Marvão, a pedido dos concessionarios; redigir, no indicado anno, o parecer ácerca das condições da exploração da mina de carvão de pedra New-Castle, na provincia de Cordova, a pedido da direcção do Banco do Porto; concluiu em 1880 o projecto de exploração e canalisação das aguas para o abastecimento da cidade da Figueira da Foz, sob proposta da respectiva camara municipal; e medir, por incumbencia da Companhia das Aguas Medicinaes da Felgueira, as nascentes d'essas aguas, e expor n'um relatorio o methodo de exploração a seguir para o seu melhor aproveitamento. O sr. engenheiro Delgado foi premiado com a medalha de prata pelos seus trabalhos scientificos, na exposição universal de Paris de 1867, e pelo mesmo motivo na exposição universal de Philadelphia de 1876. Tem as seguintes honras: grande official e commendador da ordem de S. Bento de Aviz, official da Legião de Honra de França e da ordem da Corôa de Italia; socio effectivo da Academia Real das Sciencias, da Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes, desde a sua fundação em 1867, da Sociedade de Geographia de Lisboa, do Instituto Geologico de Vienna d'Austria, da Sociedade anthropologica de Berlim, das sociedades geologicas de Italia e de França, etc. Escreveu: *Estudos geologicos; da existencia do homem no nosso solo em tempos mui remotos, provada pelo estudo das cavernas; primeiro opusculo, noticia ácerca das grutas de Cesareda*, Lisboa, 1867; esta obra é acompanhada pela traducção em francez, feita por Dalhunty; *Relatorio ácerca da arborisação geral do paiz*, em collaboração com Carlos Ribeiro, Lisboa, 1868; *Breves apontamentos sobre os terrenos paleozoicos de Portugal*, Lisboa, 1870; fôram tambem publicados na *Revista de obras publicas e minas*, anno I, tomo I; *Terrenos paleozoicos de Portugal; sobre a existencia do terreno siluriano no baixo Alemtejo*, Lisboa, 1876; *Carta geologica de Portugal*, em collaboração com Carlos Ribeiro, Lisboa, 1876; *Elogio historico de José Victorino Damasio; discurso lido perante a associação dos engenheiros civis portuguezes, por occasião da inauguração do retrato do illustre general na sala das suas sessões em 30 de dezembro de 1876*, Lisboa, 1877; foi tambem publicado na *Revista das obras publicas e minas*, tomo VIII, pag. 1 a 44; *Relatorio da commissão desempenhada em Hespanha em 1878*, Lisboa, 1879; *La grotte de Furninha á Peniche*, Lisboa, 1880; *Relatorio e outros documentos relativos á commissão scientifica desempenhada em differentes cidades da Italia, Allemanha e França, em observancia do despacho do ex.^mo ministro das obras publicas de 10 de setembro de 1881*, Lisboa, 1882; *Considerações sobre os estudos geologicos em Portugal*, Lisboa, 1883; fôram tambem publicadas no *Jornal de sciencias mathematicas, physicas e naturaes*, n.º XXXV; *Carlos Ribeiro*, noticia necrologica publicada nas *Neues Jahrbuch für Mineralogie, Geologie und Paleontologie*, Stuttgart, 1883; *Note sur les echantillons de Bilobites envoyés à l'exposition geographique de Toulouse*, Toulouse, 1884; *Estudo sobre os bilobites e outros fosseis dos quartzites da base do systema silurico de Portugal*, Lisboa, 1886; *Reconhecimento scientifico dos jazigos de marmore e de alabastro de Santo Adrião*, Lisboa, 1887; *Carta geologica de Portugal*, com P. Choffat, 1899. Foi sob a direcção do sr. engenheiro Delgado, que se publicou em Lisboa, no anno de 1884, o importante livro: *Congrés internacional d'anthropologie et d'archéologie préhistorique, compte rendu de la neuvième session à Lisbonne, 1880*. No anno de 1870 publicou o sr. engenheiro Delgado em varios jornaes politicos de Lisboa, mas anonymos, alguns artigos de polemica relativos á organisação dos serviços geologicos. Publicou ultimamente *Elogio historico de Carlos Ribeiro*, lido perante a Associação dos Engenheiros Civis.

Delgado *(Manuel da Costa de Vasconcellos)*. Presbytero, prior d'Arganil, deputado, prégador, compositor de musica, etc. N. em Arganil em outubro de 1790, fal. em 22 de maio de 1856. Estudou na terra da sua naturalidade o latim, a philosophia racional e moral, e a rhetorica, indo depois cursar theologia no seminario de Coimbra. A invasão franceza o obrigou a interromper os estudos, vendo-se na necessidade de andar fugido com sua familia por algumas povoações da freguezia de Fajão, nas escabrosas montanhas da serra da Estrella. Terminada a guerra peninsular, foi acabar o curso de theologia no seminario, e com tanta distincção o fez que, em seguida ao acto do segundo anno, foi escolhido e proposto ao então bispo de Coimbra, D. Francisco de Lemos, para frequentar a theologia na Universidade, sendo todas as despezas feitas por conta do seminario. Ordenou-se de presbytero, celebrou a sua primeira missa e estreou-se como prégador em 1 de janeiro de 1815, na capella de N. S.ª do Monte do Carmo. Em 14 de junho de 1825 foi apresentado como prior da egreja parochial de Arganil por D. João VI, por ser esta egreja do padroado real. O padre Delgado foi organista afamado, sendo um dos melhores discipulos de Joaquim Gaspar das Neves, apreciado organista

do seminario de Coimbra. Era muito dedicado ás ideas liberaes, e por isso soffreu em 1828 grande perseguição do povo e auctoridade de Arganil, tendo de homiziar-se, andando pela Bairrada, abrigando-se nas casas d'alguns amigos. Não pôde, porém, escapar á furia dos seus perseguidores, sendo preso proximo do Luso por um batalhão de caçadores, e conduzido á cadeia de Aveiro, d'onde passou pouco depois para a Relação do Porto. Durante o tempo da prisão compoz a musica d'um *Te Deum*, que destinava para ser executado pela primeira vez na sé do Porto, por occasião da entrada de D. Pedro IV, mas alguns dias antes do desembarque das tropas liberaes no Mindello, fôram transferidos para as prisões d'Almeida muitos dos presos politicos, em que o padre Delgado foi incluido. Recuperando a liberdade em 1833, voltou para o seu antigo priorado, sendo em 19 de junho de 1834 nomeado arcipreste do districto de Arganil, por Antonio Bernardo da Fonseca Moniz, governador e vigario capitular do bispado de Coimbra. Em 1835 foi mandado como procurador á junta geral do districto, para tratar da suppressão de alguns concelhos e creação d'outros, sendo afinal eleito deputado em 1837, por Arganil, e trabalhou zelosamente na formulação da chamada Constituição de 1838. O governo convidou-o para na qualidade de vigario capitular, ir governar os bispados de Leiria e Castello Branco, mas não acceitou nenhum d'estes cargos, por não querer deixar os seus parochianos. Prestou grandes serviços á sua egreja. Foi um afamado orador sagrado, bom theologo, compositor de musica sacra e apreciado organista. Escrevia e desenhava perfeitamente. Do seu apurado gosto artistico e natural vocação para as artes, deixou muitos testemunhos. O compromisso da irmandade do Santissimo Sacramento da freguezia d'Arganil, foi por elle escripto e embellezado com vinhetas; deixou um mappa topographico das freguezias do seu arciprestado, e circumvizinhas, principiou e chegou a concluir a capella do Santissimo da sua egreja, tornando-a a mais rica de toda a Beira, consumiu por fim uma boa parte dos dias da sua existencia na execução do magnifico orgão, que existe no referido templo, sobre um longo coreto do lado da Epistola, e que é o melhor de todo o bispado, abaixo do de Santa Cruz de Coimbra. Tambem é obra sua o pequeno e elegante orgão da capella de N. S.ª do Monte Alto, onde disséra a primeira missa. Emquanto esteve preso em Almeida, coordenou uma obra de homilias sagradas em 7 volumes, que ficou inédita. Escreveu mais outras obras que deixou manuscriptas, entre as quaes se conta a que tem por titulo: *Tragicos successos de Portugal ou a Historia das prisões d'Almeida.*

Delgado *(Simão)*. Cirurgião, que pertenceu ao hospital de Todos os Santos, sendo nomeado em 3 de janeiro de 1596. Fal. em dezembro de 1624.

Delgado *(Cabo)*. V. *Cabo Delgado.*

Delgado Canedo *(Antonio Estanislau)*. Professor e compositor de musica. N. no Porto em 8 de dezembro de 1838, fal. na mesma cidade em 11 d'abril em 1899. Era filho de Manuel Estanislau Delgado, natural de Evora, tambem musico, professor de varios collegios, cantor e mestre de capella; sua mãe chamava-se D. Maria Albina Canedo, e era filha do mestre de capella portuense João Alves Pereira Canedo, um dos fundadores do Montepio Musical Portuense, em 1848. Estudou os principios de musica com seu pae, violino com João Medina de Paiva, harmonia com Fraschini. Começou muito novo a vida de musico profissional, occupando durante muitos annos a logar de primeiro violino no theatro de S. João. Escreveu bastantes obras, em que figuram algumas symphonias, tendo a mais antiga a data de 1854, que parece ter sido a sua primeira composição. Uma peça dramatica, *A Italia*, que se cantou no theatro Baquet, por occasião do casamento d'el-rei D. Luiz, em 31 de outubro de 1862; uma opereta em 3 actos, *Pastor soldado*, que se cantou pela primeira vez no mesmo theatro em 25 de fevereiro de 1877; escreveu depois a musica para a peça phantastica, *O espelho da verdade*, que se cantou tambem no Baquet. Em diversas epocas cantaram-se as seguintes peças, para que escreveu a musica: *O relogio de Claudio*, *O senhor e a senhora Diniz*, *O primo Luiz*, *João o carteiro*, *Amor e patria*, *A bandeira do regimento*, *Trinta botões*, *Cabana do Pae Thomaz*, *O diabo louro*. Deixou inedita a musica d'uma opereta em 2 actos, que não concluiu, *A ramilheteira*. Canedo foi por muitos annos professor de violino e de piano no Instituto Escolar da Ordem Terceira da Trindade. Em 1894 nas festas celebradas no Porto, por occasião do centenario do infante D. Henrique, ensaiou e dirigiu o hymno, que Alfredo Keil escrevera expressamente, e que foi cantado ao ar livre por um enorme coro, de que faziam parte as creanças das escolas primarias do Porto. O hymno e a sua execução constituiram uma das partes mais notaveis e de maior exito nas festas do centenario henriquino. Escreveu tambem uma *Missa*, que offereceu á ordem da Trindade, e uma *Elegia* á memoria de Antonio Rodrigues Sampaio. Antonio Canedo era muito estimado, e a sua morte foi muito sentida no Porto.

Delgado Coelho *(Sebastião)*. Presbytero. N. em Elvas a 26 de maio de 1580; ignora se a data do fallecimento. Era filho de João Vaz Coelho e de Magdalena Fernandes. Recebeu ordens de presbytero a 12 de junho de 1604. Instituiu um morgado em 1653, fazendo cabeça d'elle a sua capella do Santissimo da parochial egreja de S. Pedro, de Elvas, deixando unido o padroado d'ella ao morgado, de que nomeou primeira administradora sua sobrinha, D. Constança Coelho Delgado, filha de seu irmão, o licenceado Braz Coelho. Sendo já muito edoso, recolheu-se ao convento de Val de Infantes, de religiosos paulistas, onde, segundo parece, falleceu. Deixou manuscriptas umas *Memorias para a historia Ecclesiastica e secular da muito nobre cidade d'Elvas.*

Delgado de Mattos *(Manuel)*. Jurisconsulto. N. na Guarda, e fal. em Lisboa, a 24 de fevereiro de 1668. Era filho do dr. Alvaro Delgado, juiz de fóra da cidade da Guarda e depois conservador da Universidade de Coimbra, e de Izabel Carrilho. Estudou direito cesario na referida Universidade, onde foi lente de Instituta, de que tomou posse em 1641, e do Codigo, de que tomou posse em 1645. Em 9 de março de 1642 foi admittido no Real Collegio de S. Paulo; Exerceu os cargos de deputado do Fisco em Coimbra, desembargador do Porto, da Casa da Supplicação e dos Aggravos, juiz dos feitos da Corôa e da Fazenda, chanceller da Casa da Supplicação, do conselho

d'el-rei, e assessor do conselho de guerra. Dedicou-se muito á genealogia, e deixou manuscriptos differentes volumes de familias não só de Portugal mas dos paizes estrangeiros. Este *Nobiliario* conservava-se no poder do prior de S. João da Praça, de Lisboa, Antonio Monsinho d'Albuquerque, seu parente. No tempo do seu magisterio publicou algumas postillas.

Delgado da Silva *(Antonio)*. Desembargador da Casa da Supplicação, commendador da ordem de Christo. N. em Thomar, e fal. em Lisboa a 29 de agosto de 1850. Escreveu: *Collecção da Legislação Portugueza desde a ultima compilação das ordenações*, Lisboa, de 1825 a 1830, 6 tomos; comprehende a legislação promulgada entre os annos de 1750 a 1820; *Supplemento á Collecção da Legislação Portugueza*, Lisboa, de 1842 a 1847, 3 tomos, que se referem ao mesmo periodo dos 6 antecedentes.

Delgaste *(D. Fr. José)*. Religioso da ordem da Trindade, e bispo de Mazagão. N. em Coimbra, e fal. no seu bispado a 14 de dezembro de 1724. Era filho do dr. João Delgaste da Costa e de D. Anna Moreira. Ainda muito novo professou no convento da Trindade, de Santarem, a 19 de agosto de 1681, onde depois de instruido nas sciencias severas, dictou Theologia Moral, e foi prégador do numero da sua provincia, e reitor do collegio de Coimbra. Os monarchas D. Pedro II e D. João V consagravam-lhe muita amizade; a 29 de fevereiro de 1716 foi eleito bispo do Maranhão, sendo sagrado a 27 dezembro do mesmo anno, dando entrada solemne na sua diocese em 1717. Escreveu: *Sermão na occasião que se queimou o convento da Trindade de Lisboa, prégado na egreja do mesmo convento a 30 de setembro de 1708*, Coimbra, 1709; *Sermão prégado ao recolher da procissão na trasladação da milagrosa imagem do Santo Christo de Santa Justa para a egreja de S. Thiago, por causa da grande cheia com que o rio Mondego alagou a egreja em que estava collocada a dita imagem*, Coimbra, 1709; *Sermão prégado no Triduo, que na Cathedral da Côrte de Lisboa celebrou o Illustrissimo e Reverendissimo Cabido da Sé Vacante a 6 de maio na occasião, que na villa de Setubal succedeu um roubo sacrilegio, anno 1715*, Lisboa, 1715; *Novena considerada em alguns prodigios da milagrosa vida de Santo Onofre*, Lisboa, 1713, e Coimbra, 1727. Deixou promptos para a impressão 3 tomos de *Sermões varios*, que não se chegaram a publicar, por ter de partir para o seu bispado do Maranhão.

Delicado *(P. Antonio)*. Presbytero secular e prior da egreja de Santa Maria da Caridade, situada nos arredores de Evora. N. em Alvito pelos annos de 1610; ignora-se a data da sua morte. Foi educado em casa de Manuel Severim de Faria, chantre da sé de Evora, e por indicação d'este publicou *Adagios portuguezes reduzidos a logares communs*, Lisboa, 1651.

Delorme Collaço *(José Maria)*. Major de infantaria reformado. N. em 1815, fal. a 25 de maio de 1863. Frequentou o Collegio Militar, e tendo apenas 23 annos de edade, em 1838, partiu para a India como ajudante d'ordens do governador geral e ali se demorou até 1841. Regressando a Portugal começou a publicar uma serie de retratos dos vice-reis e governadores da India, copias lithographicas dos retratos que existem em Gôa no palacio dos vice-reis. Estes retratos eram acompanhados por uma breve resenha biographica; tinham dedicatoria aos *illustres descendentes de taes heroes*. Publicaram-se sómente 18 retratos, porque Delorme Collaço teve de voltar á India, tambem como ajudante d'ordens do novo governador. Tomou parte muito activa nas luctas civis de 1846 e 1847, servindo sob as bandeiras da Junta do Porto, o que lhe causou muito prejuizo no accesso da sua carreira militar, assim como á sua saude, porque mais tarde o accommetteu uma molestia mental, de que veiu a fallecer, sendo reformado no posto de major. Era cavalleiro das ordens hespanholas, de S. Fernando, Izabel a Catholica e Carlos III. No Museu Municipal do Porto existe um album com 52 aguarellas representativas de trajos e costumes da India, que pertenceu a Delorme Collaço.

Dem. Duas povoações no conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello, uma na freg. do Salvador, de Gondar, e outra na de Santa Eulalia, de Orbacem.

Dembo. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Tres povoações do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, da mesma provincia.

Dembó. Pov. do conc. de S. Salvador do Congo, prov. de Angola.

Dembulo. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov de Angola.

Demmus. Pov. pertencente á divisão Etly-Pahw, ao norte do rio Saudalcalo, no concelho de Nagar Avely, districto de Damão, na India.

Demó. Pov. na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Dendira. Terras do distr. de Sofala, prov. de Moçambique, Africa Oriental, a O da villa de Sofala. Solo muito fertil, arvores fructiferas de differentes qualidades. Tem varias povoações, e pagava de foro 6 libras de marfim grosso e 4 de dizimo.

Dentuzes. Pov. na freg. de S. Miguel, de Milheirós de Poiares, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Deobac. Pov. da prov. de Canácona, 4.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India. E' banhada pelo rio Talponá.

Deoabag. V. *Deoabac*.

Deo Christe. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Minho, conc., com. e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 469 hab. e 106 fog. Tem correio com serviço de posta rural. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. N'esta freg. houve um combate em 4 de julho de 1846.

Deputados *(Camara dos)*. Camara legislativa eleita pela nação. Logar onde os deputados teem as suas sessões. Esta camara, com a dos pares e com o rei, fórma o poder legislativo. Foi constituida pela primeira vez em 1820, sendo consequencia da revolução liberal que se deu no Porto n'esse anno, e que saiu victoriosa. Deixou de existir desde 1828 até 1833, durante o governo do infante D. Miguel. No reinado de D. Maria II funccionou novamente a camara dos deputados. Segundo a Carta Constitucional, a camara é electiva e temporaria. Compete-lhe principiar a discussão das propostas apresentadas pelo poder executivo, e votar todas as leis, que depois devem ser apreciadas e julgadas pela camara dos

pares. O codigo fundamental da monarchia determinava que cada legislatura durasse quatro annos, e esta disposição conservou-se em vigor até ser alterada pelo segundo acto addicional de 1885, que reduziu aquelle periodo a tres annos. A Carta estabeleceu que a sessão real de abertura se realisasse todos os annos no dia 2 de janeiro, e assim se fez, até que a lei de 16 de julho de 1857 transferiu para o dia 4 de novembro a abertura das sessões legislativas ordinarias; esta alteração, porém, não durou, porque uma nova lei de 26 de março de 1863 restabeleceu a determinação da Carta. V. *Côrtes*.

Derêa. Pov. na freg. de Santa Cecilia, de Bemfeita, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Deribate. Pov. do segundo suco do reino de Montael, na parte portugueza da ilha de Timor, na Oceania. V. *Diribate*.

Derizes. Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Varzea, conc. do S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Derondém. Aldeia da circumscripção militar de Coddal, na provincia de Satary districto de Gôa, na India.

Derodim. Pov. na freg. de Satary, 2.ª div. das Novas Conquistas, distr e com. de Bardez, arceb. de Gôa, India. Está situada a E da provincia.

Derreada Cimeira e **Derreada Fundeira.** Duas povoações na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Derruida. Pov. na freg. de Santa Maria, de Oliveira, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real.

Desbarate. Povoações nas freguezias: S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro. || Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, do mesmo districto.

Descarça. Familia originaria da Biscaia, que passou a Portugal na pessoa de Martim Descarça, que viveu n'uma quinta que possuia em Laveiras, nos arrabaldes de Lisboa. As armas d'esta familia são: em campo de prata tres faxas vermelhas, entre a superior e a do meio tres calices da mesma côr, entre a segunda e a terceira dois, e um só pé do escudo, com um chefe partido em pala, na primeira uma aguia negra estendida em campo de ouro, na segunda em campo de prata um leão de purpura.

Descoberto. Pov. na freg. de S. Jeronymo, de Bogas de Cima, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco.

Desejosa. Pov. e freg. de S. Antão, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Tabuaço, distr. de Vizeu e bispado de Lamego; 276 hab. e 77 fog. Tem correio e escolas para ambos os sexos. A pov. dista 41 k. da séde do conc. e está situada n'um valle junto á margem direita do rio Tavora. Esta freguezia está unida á de S. Sebastião, de Balsa, tendo um só parocho. O abbade de Barcos apresentava o cura, que tinha de congrua 25$000 reis, e o pé d'altar. Fôram seus donatarios os marquezes de Tavora até 1759, passando então para a Corôa. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Foi do conc. de Tabuaço até 1895, passando então para o de S. João da Pesqueira, mas tornou para o de Tabuaço por decreto de 7 de setembro de 1895, em que actualmente se conserva.

Desembargador. Magistrado superior que despachava as causas e litigios nas Relações e Desembargo do Paço.

Desembargador *(Quinta do)*. Na freg. de S. João Baptista, do Lumiar, 3.º bairro de Lisboa.

Desembargo do Paço. Tribunal superior do reino, que reconhecia em casos de revista, consultava os individuos que tinham de servir cargos de justiça, e outros officios, fazia graça em alguns casos crimes, etc. Este tribunal, a que se chamava *Mesa do Desembargo do Paço*, começou no tempo de D. João II, porém o seu primeiro regimento é de 1590, dado por Filippe II de Castella e I de Portugal. O logar de presidente foi instituido por el-rei D. Sebastião. O tribunal do desembargo do paço tirou a sua origem dos desembargadores de *petições*, depois chamados da *casinha*, por terem no paço um gabinete, onde despachavam em companhia d'el-rei. Acabou este tribunal em 1833, tendo durado mais de tres seculos.

Desertas. Ilhas do archipelago da Madeira, no Oceano Atlantico. São tres as principaes: Grande Deserta, ou do Norte, Bugio ou do Sul, e Ilhéo Chão. A 1.ª tem cerca de 5 k. de comprimento por 700 m. de largura. E' a maior, e está situada no centro das outras, sendo de 660 m a sua altitude. A do Bugio tem 1:650 m. de comprimento por 430 de largura; está situada ao S da Grande Deserta, e é a segunda em grandeza. O Ilhéo Chão tem poucos metros de altura acima do nivel do mar. Este ilhéo e a Grande Deserta fôram dados em senhorio aos condes da Taipa; a Bugio ao marquez de Castello Melhor. Estas duas familias descendem de João Gonçalves Zarco, descobrir do archipelago da Madeira. As ilhas Desertas são, em geral estereis, escabrosas e alcantiladas; apenas ali vivem temporariamente alguns pescadores. Encontram-se cabras bravas, e coelhos em abundancia, cigarras ou gaivotas, que os madeirenses caçam nas suas frequentes excursões venatorias. As pennas das gaivotas servem para enfeites. As ilhas Desertas produzem tambem urzella e barrilha em abundancia.

Deserto *(D. Guiomar do)*. Religiosa no convento da Esperança, de Lisboa. Era filha do 3.º conde de S. Lourenço, D. Luiz de Mello da Silva, e da condessa, sua mulher, D. Filippa de Faro. D. Guiomar professou em 24 de fevereiro de 1682, e fal. em 1 de agosto de 1710. Era muito apreciada na musica e na poesia. Deixou varios versos manuscriptos, um *Panegyrico de Santo Aleixo* e um discurso denominado *Desengano do mundo*.

Deserto. Povoações na freguezias: O Salvador e conc. de Alcoutim, distr. de Faro || N. Sr.ª das Neves, de Pousa Flôres, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Desfeita. Pov. Na freg de S João Baptista, de Pinheiro, conc de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Deslandes *(Manuel Venancio)*. Bacharel formado em Direito; numismata distincto. Fal a 5 de janeiro de 1876.

Deslandes *(Miguel)*. Celebre impressor, nat. da cidade de Thouars, provincia de Poitou, em França, que veiu para Portugal no anno de 1669, estabelecendo domicilio na cidade de Lisboa, onde residia em casa propria, na rua da Figueira, freg. de N. S.ª dos Martyres. Por despacho real de 14 de novembro do anno de 1684, precedendo consulta do Desembargo do Paço, foi havido por natural do reino para gozar n'elle de todos os privi-

legios de que gozavam os seus naturaes. Era então *impressor de livros com varias imprensas* Casou com Luiza Maria da Costa, filha do impressor João da Costa, nat. de Paris, havendo d'este matrimonio dois filhos, Manuel Pedro da Costa Deslandes e Valentim da Costa Deslandes, ambos graduados na Universidade de Coimbra e cavalleiros professos na ordem de Christo, habito que lhes fôra mandado lançar em attenção não sómente a serviços proprios como aos que seu pae fizera ás letras. O primogenito seguiu a carreira da magistratura e serviu na Côrte o logar de corregedor do civel no bairro de Alfama; o 2.º tomou a direcção das officinas de seu pae no anno de 1703, em que elle fallecera, succedendo-lhe tambem no cargo de impressor regio, para que foi nomeado por alvará de 26 de junho d'aquelle mesmo anno. Miguel Deslandes houve a mercê do officio de impressor regio por alvará de 6 de outubro de 1687, indo servir no logar que vagara pelo fallecimento do impressor Antonio Craesbeck. E' hoje representante do illustre impressor do seculo XVII seu quarto neto, sr. conselheiro Venancio Deslandes, administrador geral da Imprensa Nacional, de Lisboa, autor da obra : *Documentos para a historia da typographia portugueza nos seculos* XVI *e* XVII, da qual reproduzimos esta noticia biographica. Tambem sobre os *Deslandes*, veja-se a obra *Impressões Deslandesianas*, de Xavier da Cunha.

Deslandes *(Valentim da Costa)*. Impressor regio, provido n'este officio pelo fallecimento de Miguel Deslandes, seu pae. O respectivo alvará de nomeação é datado de Lisboa a 26 de junho de 1703, mas só passou pela chancellaria a 29 de julho de 1704. Valentim era formado em Leis na Universidade de Coimbra e cavalleiro professo na ordem de Christo e, administrando a Officina Regia de impressão por empregados seus, serviu na Côrte os logares de secretario do Tribunal da Cruzada, de executor dos contos da Meza da Consciencia e Ordens, e o de thesoureiro dos Armazens da Guiné e da India.

Deslandes *(Venancio Augusto)*. Administrador geral da Imprensa Nacional, conselheiro, antigo deputado, membro do jury das artes graphicas em diversas exposições, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, medico, etc. N. em 1829, e descende dos Deslandes, afamados impressores dos seculos XVII e XVIII. Estudou medecina em Coimbra, e foi nomeado medico extraordinario para o hospital de S. José em 8 de novembro de 1856, medico da tarde em 10 de outubro de 1876, e director de enfermaria em 3 de dezembro de 1877. Em 1890 tinha a seu cargo uma enfermaria no hospital Estephania e em 1893 foi nomeado, pelo duque d'Avila e Bolama, administrador geral da Imprensa Nacional O governo encarregou o, em 1857, d'uma excursão scientifica a França e á Allemanha, para estudar os institutos mais notaveis d'estes paizes, com respeito ao ensino florestal, de cuja excursão publicou, em 1858, o seguinte e importante trabalho: *Ensino e Administração Florestal; relatorio apresentado a S. Ex.ª o ministro das obras publicas, commercio e industria em setembro de 1858*. Publicou, sem o seu nome, *Documentos para a historia da typographia portugueza nos seculos* XVI e XVII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881; segunda parte, id., 1882.

Deso. Pov. do conc, de S. Salvador e distr. do Congo prov. de Angola.

Dessae. Titulo de nobreza na India dado aos descendentes dos que occuparam elevados cargos civis, conhecidos por *dessaes* e *sar-dessaes*, conforme a extensão dos seus dominios. Constituiam uma especie de federação, sendo obrigados a acudir ao chamado do imperante com a sua gente de guerra, exercendo além d'isso a autoridade administrativa nas provincias da sua jurisdicção. Os *dessaes* da India portugueza conservam, com pequenas modificações, as suas antigas prerogativas, mas sem os encargos. Nas occasiões de gala ainda se fazem acompanhar de um sequito, cujo numero e pompa está de ordinario em relação com o seu rendimento. Os dessaes e sar-dessaes desfructam tambem as *accas*, especie de soldo. V. *este nome*.

Desterro *(Fr Joaquim do)*. Monge benedictino Doutor e lente de Theologia na Universidade de Coimbra N. em Barcellos, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de Domingos Alvares Ribeiro. Chamava-se no seculo Joaquim Pedro Ferraz. Doutorou-se em 14 de junho de 1818.

Desterro *(Fr. José do)*. Religioso da ordem de S. Bento N. em Braga a 7 de junho de 1682; ignora se a data do fallecimento. Era filho de Manuel Marques e de Maria da Motta. Professou no convento de Tibães a 15 de fevereiro de 1699 Foi prégador geral e D. abbade do convento da sua ordem de Lisboa, em 1734. Escreveu : *Officios da ordem Benedictina com a benção das Veronicas de S. Bento*, Lisboa, 1734; 2.ª edição, 1736; *Ceremonial de todas as funcções dos Abbades Benedictinas, quando celebram de Pontifical, e usam de Mitra, e Bago, tirado dos mais doutos doutores*, ficou em manuscripto, assim como a traducção em portuguez da *Regra Benedictina*.

Desterro *(Fr. Manuel do)*. Religioso franciscano da provincia da Conceição do Rio de Janeiro. Foi prégador. Era natural da Bahia, e falleceu no convento de S. Boaventura da villa de Antonio de Sá, vulgarmente chamado do Macaçu, em 1700, deixando manuscriptos varios sermões e 2 volumes de *Philosophia Escolastica*.

Desterro. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª do Monte, conc e distr. do Funchal. || Pov-na freg de S. Pedro e conc. do Porto de Moz, distr. de Leiria. || Baluarte que protege o isthmo que une a peninsula de Mormugão, onde está situada a praça de guerra do mesmo nome á prov. de Salsete, India. Faz parte do systema de fortificações que defende a praça.

Desterro Malheiros *(D. Fr. Antonio de)*. Religioso da ordem de S. Bento, bispo de Angola e do Rio de Janeiro, etc. N. em Vianna do Castello a 13 de junho de 1694, fal. a 5 de dezembro de 1773. Era filho de Ventura Malheiro Reimão, fidalgo da Casa Real. Professou aos 15 annos, formou se em Theologia, e tornou-se um afamado professor e pregador. Foi bispo de Angola durante 6 annos, sendo depois transferido em 1745, para a diocese de Rio de Janeiro, onde entrou solemnemente em 1747. Espirito muito culto, reprimiu os abusos do clero, baniu as crendices e superstições absurdas, protegeu os escravos, desenvolveu a instrucção religiosa, fundou recolhimentos e capellas, e prestou muitos serviços á religião. Em 1763, por morte do 1.º conde de Bobadella, governador do Rio de Janeiro, ficou governando interinamente aquella capitania.

Destriz. Pov. e freg. de Santa Maria, da Beira Alta, conc. de Oliveira de Frades, com. de Vouzella, distr. e bisp. de Vizeu; 458 hab. e 107 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada n'um valle. O vigario de S. Miguel de Campia apresentava o cura, que tinha 30$000 réis e o pé d'altar. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Destriz da Egreja e **Destriz da Ribança.** Duas povoações na freg. de Santa Maria, de Destriz, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Destro. Pov na freg. Santa Maria, de Silvares, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Detolim. Pov. da prov., distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India. Está situada ao N. da prov. cerca de 17 k. de distancia da villa de Margão, e 15 da prov. e fortaleza de Rachol.

Detraz do Couto. Pov. da freg. de S. Lourenço, do Prado, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Detraz da Ladeira. Ilha do Faial; pov. na freg. de N. S.ª d'Ajuda, de Pedro Miguel, conc. e distr. de Horta.

Detraz do Outeiro. Pov. na freg. do Salvador do Monte, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Deucá. Aldeia ao norte do rio Sandalcalo, da regedoria de Nossa Senhora do Mar, no concelho e distr. de Damão, na India.

Deulvadó. Duas povoações da prov. de Astragar, 4.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India; uma situada no centro da prov., e outra a O da prov. || Pov. na prov. de Pernem, 1.ª div. das Novas Conquistas, distr. e conc de Bardez, arceb de Gôa. Está situada ao N da prov. || Pov. da prov. de Pondá, 3.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. das Ilhas, arceb. de Gôa. Está situada a E da prov., na margem esquerda do rio Mandovi.

Deus *(Fr. Dionysio de).* Religioso da ordem de S. Paulo 1.º eremita, doutor e lente de Theologia na Universidade de Evora, e depois na de Coimbra, onde jubilou. N. em Alhandra em fevereiro de 1716, e fal. em Lisboa a 2 de agosto de 1797 Professou no convento da Serra d'Ossa a 6 de janeiro de 1733. Recebeu o grau de doutor em 1747 na Universidade de Evora, e a borla doutoral na de Coimbra. Foi pregador muito afamado. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa existe o seu retrato. Escreveu: *Sermão d'Assumpção de Nossa Senhora, e collocação da sua imagem na capella-mór da Sé de Elvas, novamente fabricada,* etc. *no dia 15 de agosto de 1749*, Lisboa, 1750.

Deus *(Fr. Jacintho de).* Religioso franciscano da provincia da Madre de Deus de Gôa. N. em Macau em 1612, fal. em Gôa a 8 de maio de 1681. Era filho de Pedro Soares e de Cecilia da Cunha. Professou em 14 de julho de 1631 Aprendeu com applicação as sciencias escolasticas, que depois leccionou até jubilar na cadeira de prima de Theologia. Exerceu os cargos: custodio da provincia, no concilio celebrado a 14 de fevereiro de 1646; provincial em 6 de julho de 1858, guardião do convento da Madre de Deus de Gôa a 14 de janeiro de 1661, e por fim commissario geral por patente de geral Fr. Alonso de Galizanes; foi deputado da inquisição de Gôa, de que tomou posse a 30 de agosto de 1671. Escreveu: *Escudo dos Cavalleiros dos Ordens Militares*, Lisboa, 1670; trata das ordens de cavallaria, tanto portuguezas como estrangeiras, com a noticia das suas fundações, etc.; *Tribunal da provincia da Madre de Deus dos Capuchos da India Oriental*, Lisboa, 1670; *Brachiologia de Principes, dedicada ao principe D. Pedro nosso senhor*, Lisboa, 1671; *O caminho dos frades menores para a vida eterna*, Lisboa, 1689; outra edição em Coimbra, 1721; *Vergel de plantas e flôres da provincia da Madre de Deus dos Capuchos reformados da India Oriental*, Lisboa, 1690; esta edição foi feita depois da morte do autor, por diligencia do provincial fr. Amaro de Santo Antonio. Deixou tambem alguns manuscriptos.

Deus *(João de).* V. *Deus Ramos.*

Deus *(João de).* Conego da sé de Lisboa, e professor de direito pontificio na Universidade de Bolonha pelos annos de 1240. Escreveu varias obras, mas publicou apenas uma, denominada: *Cavillationes, sive doctrina advocatorum, partium et assessorum*, Veneza em 1560, e em Lyão om 1577.

Deus *(João de).* Pintor de ornatos e de tectos. Foi discipulo de José Antonio Narcisse, tambem pintor d'ornatos, fallecido em 1811. São trabalhos seus um grande numero de tectos e de interiores de egrejas e de casas. João de Deus escreveu: *Descripção analytica da estatua equestre de el rei D. José I, por Joaquim Machado de Castro; Descripção funebre das exequias de el rei D. João V*, obra encommendada em Roma por el-rei D. José I, em 1751; *Discurso sobre a utilidade do Desenho*, 1788; *Dialogo da vida solitaria.*

Deus *(Fr. João de).* Religioso franciscano da provincia de Portugal. N. em Amarante a 23 de fevereiro de 1618, fal. no convento de S. Francisco, de Lisboa, a 15 de julho de 1684. Era filho de Ruy Cabral Barbosa e de D. Paula Barbosa, descendentes da principal nobreza da provincia de Entre Douro e Minho. Professou no convento de Alemquer em 1639. Aprendeu os primeiros rudimentos e as letras humanas no collegio de S. Paulo de Braga, dos padres jesuitas. Foi lente de philosophia no convento de S Francisco da cidade, em Lisboa, sendo depois eleito procurador em Roma, para pacificar os tumultos, que o commissario geral fr. Martinho do Rosario tinha causado em todas as provincias seraficas d'este reino. A 2 de maio 1649 chegou a Roma, e pelo seu talento conseguiu conciliar todos os animos, grangeando as sympathias das pessoas principaes; restituindo o socego á sua provincia, adquiriu tambem para ella singulares indultos. Voltando a Portugal em 19 de maio de 1650, foi eleito guardião do convento de Santo Antonio de Ferreirim, e depois do convento da Ponte de Coimbra em 1662; definidor em 1669, e ministro provincial eleito em 31 de março do mesmo anno. Foi presidente de dois capitulos intermedios: o primeiro da provincia dos Algarves a 21 de julho de 1674; e o segundo, da provincia da Terceira Ordem da Penitencia a 7 de setembro do referido anno; qualificador do Santo Officio, examinador das tres ordens militares, e prégador de el-rei D. Affonso VI Escreveu: *Sermão na solemne procissão, que fez o reverendo Cabido e Camara de Coimbra á Rainha Santa, em acção de graças pela gloriosa restauração de Evora*, Coimbra, 1664; outra edição em 1672. Deixou varias obras manuscriptas, em que se contam uma *Topographia das terras de Portugal*, e *Memorias das provincias franciscanas de Portugal e suas conquistas.*

Deus *(Fr. João de).* Religioso da ordem dos eremitas calçados de Santo Agostinho. N. em Lisboa em 23 de outubro de 1732, e fal. no fim do seculo XVIII. Professou em 15 de dezembro de 1748. Foi prégador geral, prior no convento de Tavira, e no da Penha de França, em Lisboa. Escreveu: *Panegyrico do Beato Lourenço de Brindisi, prégado no 1.º dia do triduo em que se celebrou a sua beatificação*, Lisboa, 1789; *Panegyrico de Santo Agostinho, bispo de Hyponia, prégado na egreja de N. S.ª da Graça, de Lisboa*, Lisboa, 1791; *Instrucção para os novos confessores, em que se trata miudamente de toda a pratica do Sacramento da Penitencia*, Lisbòa, 1796.

Deus *(Fr. João de).* Religioso franciscano da provincia da Conceição. Exerceu alguns cargos na sua ordem, e foi autor da seguinte obra em 2 volumes, publicada no Porto em 1808: *Diccionario historico, juridico e theologico, que contém as peças mais interessantes pertencentes á historia ecclesiastica, á jurisprudencia e á theologia.*

Deus *(S. João de).* N. em Montemór-o-Novo em 8 de março de 1495, e fal. a 8 de março de 1550. Aos 8 annos deixou a casa paterna, e dirigiu-se á cidade de Oropesa em Hespanha, e depois de passar algum tempo no humilde exercicio de pastor de gado, alistou-se nas tropas que partiram para Fuenterrabia, então occupada pelas armas francezas. Deixando depois a vida militar, voltou ao seu mister de pastor em Oropesa e Sevilha, d'onde passou a Ceuta, e d'ahi a Granada. Ouvindo os sermões do padre José Avila, que andava prégando nos suburbios d'esta ultima cidade, ficou tão impressionado, que exaltando-se-lhe o espirito religioso, confessou publicamente todos os erros da sua vida passada, e para mais clara demonstração do seu arrependimento, andou percorrendo a cidade ferindo o peito com pedras, e manchando o rosto com o lodo das ruas. Este estado lastimoso foi julgado loucura, e João de Deus foi recolhido n'um hospital, onde permaneceu por muitos annos. Serenando mais aquella exaltação, para o que muito contribuiu o padre Avila, saiu do hospital, e foi visitar o santuario de Guadalupe, voltando depois a Granada, e ali fundou em 1537 um hospital para o tratamento das molestias incuraveis e contagiosas. D'ahi por deante, entregou-se unicamente ao exercicio da caridade, servindo de enfermeiro, e conduzindo elle proprio aos hombros os doentes, mesmo os mais perigosos. Estabeleceu a religião dos hospitaleiros, que se dilatou em muitos conventos; em Lisboa o convento de S. João de Deus, é onde hoje está estabelecido o quartel de infantaria n.º 2. Este instituto foi confirmado debaixo da regra de Santo Agostinho em 1 de janeiro de 1571 pelo pontifice Pio V. Urbano VIII o beatificou em 28 de outubro de 1630, e 60 annos depois, a 16 de outubro de 1690, foi collocado entre o numero dos santos confessores; tendo, porém, já morrido este papa, a bulla da canonisação foi expedida pelo seu successor Innocencio XII, a 15 de julho de 1691.

Deus *(Soror Luiza de).* Chamada no seculo D. Luiza de Gusmão. N. em Evora, e fal. em 1 d'abril de 1641. Era filha dos 4.ºs condes de Vimioso, D. Luiz de Portugal e D. Joanna de Castro e Mendoça. Seus paes, em 1607, trocaram a côrte pelo claustro dominicano, e D. Luiza, vendo esta resolução, recolheu-se ao convento de Santa Catharina de Sena, de Evora, onde viveu com a maior austeridade. Deixou manuscripta a sua biographia, com o titulo de: *Vida de Soror Luiza de Deus.*

Deus *(Fr. Manuel de).* Religioso franciscano. N. a 25 de fevereiro de 1686, em Amieira, no arcebispado de Evora, e fal. a 6 de outubro de 1730, não tendo ainda completado 35 annos de edade. Era filho de Antonio Pires Ribeiro e de Maria de Moura. Estudou letras humanas e divinas na Universidade de Evora, e sentindo grande vocação para o claustro, recolheu-se ao seminario do Varatojo, onde professou em 1715. Quando andava exercendo as suas missões pelo Campo Grande, falleceu repentinamente. Escreveu: *Catholico no templo, exemplar e devoto*, etc., Lisboa, 1730; outra edição, Porto, 1801; *Luz e methodo facil para todos os que quizerem ter o importante exercicio da oração mental, accrescentado com a via-sacra, ladainha de N. S.ª, e responso de Santo Antonio*, Lisboa, 1729; *Peccador convertido ao caminho da verdade, instruido com os documentos mais importantes para a observancia da lei de Deus*, Lisboa, 1728; outra edição, 1731; outra edição accrescentada com outras devoções, Lisboa, 1781. Fr. Manuel de Deus addicionou o *Caminho do Céo*, de fr. Antonio de S. Bernardino, na impressão feita em 1730, com uma *Semana espiritual de Meditações*. Deixou manuscripta uma obra com o titulo: *Modestia no exterior ornato*, etc.

Deus *(Fr. Rodrigo de).* Religioso franciscano da provincia d'Arrabida. N. em Britiande, bispado de Lamego, em 1547, e fal. em Lisboa em 1 de fevereiro de 1622. A's suas instancias e esforços se deveu a construcção de varias pontes no caminho de Cascaes a Lisboa, que então era muito difficil e arriscado por causa das ribeiras que o atravessam. Foi eleito provincial em 1601. Escreveu: *Tratado dos passos que se andam na quaresma, para resarem ou cantarem os que os correm*, Lisboa, 1618, 2.ª edição em 1656, 3.ª em 1664, a obra consta de prosa e verso; *Motivos espirituaes, compostos de novo e accrescentados*, etc. 2.ª edição, Lisboa, 1620; ignora-se a data da 1.ª; 3.ª edição, em 1633; 4.ª, 1656; 5.ª, 1674; 6.ª, 1723.

Deus de Mont'Alverne *(Fr. João de).* Religioso da ordem de S. Francisco. N. no Porto a 8 de março de 1699; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Simão Henriques Cardoso e de Maria do Céo. Foi admittido como religioso observante de S. Francisco no recoleto convento da Conceição de Mattosinhos, a 5 de agosto de 1716, e professou solemnemente a 12 do dito mez do anno seguinte. Estudou artes no convento de Leiria, e theologia no de Santarem. Depois de concluir os estudos em que muito se distinguiu, dedicou-se ao pulpito, tornando-se um afamado prégador. Escreveu: *Sermão da prodigiosa e admiravel imagem do Santo Christo de Mattosinhos, prégado em 5 de maio de 1733*, Lisboa, 1737.

Deus Ramos *(João de).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, um dos poetas lyricos mais considerados no seu tempo, pela espontaneidade, pelo sentimento e vigor, harmonia e correcção das suas composições. N. em S. Bartholomeu de Messines a 8 de março de 1830, fal. em Lisboa a 11 de janeiro de 1896. Era filho de José Pedro Ramos, commerciante, e de

D. Izabel Gertrudes Martins. Começou a estudar latim em Messines, e em 1849 foi para o seminario episcopal de Coimbra, onde acabou os preparatorios para cursar a faculdade de Direito na Universidade, de que veiu a formar-se em 1859, tendo alguns annos perdidos, e outros interrompidos por diversas circumstancias. No anno de 1850-1851, deixou-se ficar em S. Bartholomeu de Messines, e só regressou á Universidade, como *adventicio do segundo anno*, em 1851-1852. Durante o tempo que se conservara em casa, em 1851, é que se póde datar a primeira manifestação do seu talento poetico, escrevendo a *Pomba*, poesia que está publicada no seu livro *Campo de flôres*, e que appareceu pela primeira vez no *Ecco do Lima*. «No segundo e terceiro anno da Universidade, 1852-1853, João de Deus não se fez notar entre as gerações academicas, diz um dos seus biographos, mas passava-se no seu espirito essa crise de elaboração idealista que o ia revelar como um grande poeta.» Matriculou-se no 4.º anno juridico de 1853-1854, que perdeu por faltas. De 1854-1855 matriculou-se segunda vez no quarto anno juridico, e no primeiro do curso administrativo. N'esta epoca falleceu uma senhora, que elle muito estimava, e foi então que ficou consagrado como poeta lyrico, entre a geração academica de 1856; escreveu a elegia *Oração*, e depois ainda outra elegia, com o titulo de *Rachel*. A *Oração* foi publicada na *Revista Academica* de 1855. Tendo tomado o grau de bacharel, não voltou á Universidade nos annos de 1856 a 1858, pensando mesmo em não terminar a formatura. Em 1858, porém, resolveu matricular-se no quinto anno, e assim completou a formatura em 1859. Diz um dos seus biographos o seguinte: «Em Coimbra gastou 10 annos da sua vida, rindo, desenhando, dando longos passeios, tocando guitarra, e deixando á generosidade do secretario da Universidade o matriculal-o, ou não. Despreoccupado da vida, nunca pensou em concluir a formatura, e quando se encontrou bacharel, sem saber como nem porque, ficou em Coimbra como um guerreiro que descança depois das fadigas d'um combate. Cá fóra, entretanto, circulavam velozes, cheias de prestigio, as narrações d'aquella vida aventureira; João de Deus saiu de Coimbra com uma lenda e com uma carta de bacharel, a pé, sem destino, e acompanhado por um amigo, que levava como unica bagagem duas botijas de genebra e o dinheiro sufficiente para mandar cantar um cego». João de Deus permaneceu em Coimbra até 1862. Esteve depois em Beja, como redactor do jornal *O Bejense*, até 1864, onde deixou colligidas muitas composições lyricas e valiosos artigos em prosa, que estão hoje incorporados na edição das suas obras *Prosas* e *Campo de flôres*. Em 1868 é que appareceram colligidas em volume, com o titulo de *Flôres do campo*, os seus versos que andavam reproduzidos por quasi todos os jornaes. Os amigos de Coimbra, em quanto João de Deus ali se demorou depois da sua formatura, apanhavam-lhe os versos, que elle dictava, e mandavam publical-os nos jornaes litterarios d'aquella cidade: *Estréa litteraria*, *Atheneu*, *Instituto*; etc. Tambem appareceram muitas das suas poesias nos *Preludios litterarios*, *Phosphoro*, *Academia*, *Renascença*, *Tira Teimas*, *Herculano*, etc. Em 1860 pensou-se em colligir os versos de João de Deus, e a Anthero do Quental cabe a gloria de n'um artigo publicado n'esse anno, com o titulo de *A proposito de um poeta*, ter proclamado a supremacia do genio incomparavel. A collecção formada para essa edição não chegou a realisar-se, e guarda-se hoje na Bibliotheca de Evora (Cod. C-2-16) com o titulo de *Poesias ineditas de João de Deus*. Em 1869 foi eleito deputado por Silves, por influencia de José Antonio Garcia Blanco e Domingos Vieira. Foi então que o poeta fixou a sua residencia em Lisboa. A politica não o seduziu; acceitando a eleição mais por condescendencia ao pedido dos amigos, sómente se conservou n'uma legislatura, indo raras vezes á camara. Durante esse tempo soffreu as maiores amarguras e privações; quem o quizesse encontrar era procural-o no café Martinho, porque passava ali grande parte do dia e da noite, discutindo ou cavaqueando. Um dia, porém, desappareceu. João de Deus havia casado, e desde então entregava-se inteiramente á vida familiar, sendo muito dedicado a sua esposa. N'essa época é que meditou e compoz a *Cartilha maternal*, que Alexandre Herculano saudou chamando lhe *um livro utilissimo*, e Francisco

João de Deus Ramos

Adolpho Coelho, uma das nossas notabilidades scientificas, escreveu a João de Deus, felicitando o com enthusiasmo pela sua creação racional, humana, eminentemente critica. O methodo de João de Deus foi declarado nacional, por uma proposta apresentada nos côrtes em 1888, pelo deputado sr. Augusto Ribeiro, ficando o governo autorisado a crear um logar de commissario geral do novo methodo, cuja nomeação, de caracter vitalicio, recairia na pessoa de seu autor, attribuindo se-lhe a pensão annual de 900$000 réis. Desde então, João de Deus só pensava nas creanças. Multiplicavam-se os apostolos do novo methodo, em todos os pontos do reino se abriam escolas, as camaras municipaes mandavam a Lisboa os seus professores para serem iniciados n'aquelle estudo, as juntas geraes applaudiam o desenvolvimento rapido, profundo da instrucção popular, as Côrtes chamavam a attenção do governo para todos estes factos. Em 8 de março de 1895 a mocidade das escolas portuguezas preparou ao grande poeta uma manifestação magestosa; foi uma apotheose solemne, uma homenagem imponente como nunca se vira. As academias scientificas, a Academia Real das Sciencias e o Instituto de Coim-

bra o nomearam seu socio. A imprensa e os poetas dedicaram-lhe graciosas composições, e algumas camaras do paiz puzeram lhe o nome na melhor das suas ruas. No dia 8, anniversario do nascimento do poeta, organisaram os estudantes o cortejo que o foi saudar, incorporando-se, além dos estudantes de todas as escolas superiores e inferiores de Lisboa, os da Universidade, do Porto, Santarem, Braga, Lamego, Portalegre, e d'outras capitaes de districto, com os respectivos estandartes, imprensa e varias commissões. No dia 9 fizeram novo cortejo. Em frente da casa de João de Deus o enthusiasmo subiu de ponto; os discursos succederam-se, e a musica das tunas de Coimbra e do Porto abrilhantaram a festa, tocando alegres trechos. A' noite houve um deslumbrante sarau no theatro de D. Maria II, a que assistiram el-rei Senhor D. Carlos, os ministros e as primeiras familias da nossa sociedade. A' saída do theatro, os estudantes com o maior enthusiasmo, estenderam as capas para que João de Deus lhes passasse por cima, desatrellaram os cavallos da sua carruagem e puxando com uma comprida corda, assim o conduziram até casa. Mas ao passo que João de Deus era tão calorosamente glorificado, um officio do ministerio do reino, da repartição da instrucção publica, mandava retirar das escolas primarias os quadros do seu methodo de leitura. Já Oliveira Martins, na sua passagem pelo governo, extinguira a direcção do methodo. A eliminação dos quadros foi um desgosto enorme, e João de Deus pouco tempo lhe sobreviveu. O seu funeral tornou-se uma das mais expantosas manifestações de sentimento; o cadaver ficou depositado no pantheon dos Jeronymos em Belem. Escreveu: *Flôres do Campo, publicadas polo seu amigo José Antonio Garcia Blanco*, Lisboa, 1868; 2.ª *edição correcta*, Porto, 1878; *Ramos de flôres*, Porto, 1869; *Horacio e Lidia*, (uma ode de Horacio), *comedia n'um acto em verso por F. Ponsard*, etc. *traduzida tambem em verso, e acompanhada do original*, Lisboa, 1872; *Pires de marmelada, improviso academico*, Lisboa, 1869; *Despedidas do verão, poesias; Folhas soltas*, Porto, 1876; *Cartilha maternal de leitura*, que tem muitas edições. A'cerca do methodo de João de Deus suscitou-se grande polemica, a que o poeta respondeu, defendendo-o no *Districto de Aveiro*, publicando-se tambem alguns opusculos de varios escriptores, contra e a favor do methodo. Citaremos os seguintes: *A cartilha maternal e a imprensa*, Lisboa, 1877; *Exame da Cartilha maternal, relatorio apresentado ao ex.*mo *sr. commissario dos estudos do districto do Porto, por F. A. do Amaral Cirne*, Porto, 1879; *A cartilha maternal e o apostolado*, n'este volume estão colligidos pelo autor todos os artigos e cartas que em 1877 e 1878 appareceram no *Progresso, Jornal das Senhoras, Jornal do Commercio, Democracia, Diario Popular*, etc., em defeza do methodo, ou em resposta ás arguições feitas á *Cartilha maternal*. Pertencem ao methodo para auxiliar o ensino nas escolas primarias, os seguintes *Quadro parietaes*, ou reproducção em ponto grande das lições da *Cartilha maternal*. Escreveu mais: *Deveres dos filhos para com seus paes; obra approvada em França pelo conselho de instrucção publica e premiada pela sociedade promotora de instrucção elementar para uso das escolas, original de Th. H Barrau*, traducção, Lisboa, 1875, 2.ª ed. em 1876 e 3.ª em 1877; *Deveres dos filhos, traducção por João de Deus, edição graduada*, Lisboa, 1878; *Diccionario prosodico de Portugal e Brazil*, Lisboa 1877, collaborado tambem por Antonio José de Carvalho; 2.ª ed., 1878; *Amemos o nosso proximo, parabola em 1 acto*, Porto, 1870; *Ser apresentado*, comedia em 1 acto, trad., Porto, 1870; *A viuva inconsolavel*, comedia em 4 partes, trad, Porto 1870; as 4 peças indicadas, traduzidas de Méry, constituiram os 4 primeiros numeros do *Theatro de Sala*; *Vida da Virgem Maria, por monsenhor Darboy, arcebispo de Paris*, Lisboa, 1873; em 1875, publicou-se uma *nova edição correcta e accrescentada*, com a nota de *traducção de João de Deus*, que não trazia a primeira; *Grinalda de Maria; prosa do padre Antonio Vieira, versos de João de Deus*, Lisboa, 1877, *Os Lusiadas e e conversão preambular; carta a Avelino de Sousa*, Lisboa, 1880; *A lata, poemeto*, sem data nem indicação de typographia. João de Deus, com o intuito de reunir toda a sua obra, encarregou o erudito dr. Theophilo Braga, de colligir pelo jornalismo portuguez tudo quanto tinha disperso. Foi sob as vistas do citado escriptor que se organisou o *Campo de Flôres*, revendo o poeta as provas e modificando o texto conforme entendia. Esta edição foi feita em 1893, e exgotou-se brevemente. João de Deus deixou em meio a nova edição do *Campo de Flôres*, de 1896, na qual fôram incorporadas mais 120 poesias colligidas por differentes jornaes; em 1897 reimprimiu-se em edição economica, compacta, contendo ainda 15 poesias authenticadas, descobertas em differentes mãos. Ultimamente foi agraciado com o titulo de visconde de S. Bartholomeu de Messines, seu filho primogenito, o sr. José do Espirito Santo de Battaglia Ramos, chefe da secção do expediente da secretaria geral das Bibliothecas e Archivos publicos. Em 1905 a antiga Casa Bertrand editou o livro intitulado o *Festival de João de Deus*, apotheose ao saudoso poeta, escripto pelo dr. Theophilo Braga.

Deus-Dará. Esta familia procede de Manuel Alvares de la Penha Deus-Dará, no tempo em que os hollandezes fôram expulsos de Pernambuco, costumava dizer repetidas vezes, *Deus Dará*, para animar os soldados portuguezes e consolal-os das grandes privações que estavam soffrendo. Em attenção a este e a outros serviços, D. João IV concedeu ao filho d'aquelle militar, Simão Alvares de la Pednha Deus Dará, as seguintes armas: em campo de prata dois braços vestidos de verde saindo dos cantos do chefe, inclinados para baixo, largando dinheiro de ouro e prata, orla verde com esta letra de ouro: *Deus-Dará*, e por timbre um braço do escudo com moedas de ouro na mão.

Deus da Silva *(João de)*. Medico. N. em Setubal a 8 de março de 1691; ignora-se a data do fallecimento. Era filho do dr. Simão da Silva, professor de Medicina, e de D. Thereza de Miranda. Aos 13 annos de edade já sabia perfeitamente a lingua latina e letras humanas, e aos 16 recebeu o grau de mestre em artes na Universidade de Evora, d'onde passando á de Coimbra, estudou Medicina em que se formou no anno de 1718. Na Academia Problematica, instituida em Setubal em 1721, mereceu os elogios dos seus collegas, tanto pelos seus discursos como pelos seus versos. Deixou manuscripto: *Centuria epigrammatum*, a qual consta das acções prodigiosas da vida de S. João de Deus. Celebrando a Academia dos Esco-

lhidos as melhoras da saude de D. João V, no collegio de Santo Antão de Lisboa, nos dias 18 a 21 de outubro de 1742, foi premiado um seu epigramma, escripto em latim, o qual vem publicado no 2.º vol. da *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado.

Deussua. Povoação da freguezia de Chinchinim, na India.

Deutraddó. Pov. da prov. de Pernem, 1.ª div. das Novas Conquistas, distr. e conc. de Bardez, arceb de Gôa, India. Está situada ao N. da provincia.

Deva Paidy. Aldeia ao sul do rio Sandalcalo, da regedoria de Nossa Senhora dos Remedios, no concelho e districto de Damão, na India.

Deveza. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Ayrães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Lourenço, de Alvellos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. André, de Ancede, concelho de Baião, districto do Porto. || S. Pedro, de Athaide, conc. de Amarante, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Banho, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || S. Salvador, de Banho, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || Santa Senhorinha, de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, do mesmo distr || S. Thiago, de Beduido, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || N. S.ª das Neves, de Bella, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. José, de S. Lazaro, conc. e distr. de Braga. || Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Campo, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Salvador, de Campo, do mesmo conc. e distr. || S. Martinho, de Candoso, conc. de Guimarães, distr. de Braga || S. Thiago, de Carreira, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Thiago, de Cendufe, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Crestuma, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Romão, de Fonte Coberta, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho, de Gandra, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santos Cosme e Damião, de Garfe, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Bartholomeu, de S. Gens, conc. de Fafe, distr. de Braga || S. Mamede, de Gomide, conc de Villa Verde, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Gondar, conc. de Guimarães, do mesmo districto. || S. Mamede, de Goudiães, concelho de Villa Verde, do mesmo districto. || Santa Maria, de Guardizella, concelho de Guimarães, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Guidões, conc. de Santo Thirso, distr do Porto. || Santa Maria, de Infantas, conc. de Guimarães, distr. de Braga || S. Thiago, de Infesta, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Jarmello, conc. e distr. da Guarda. || Santa Eulalia, de Lanhezes, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Margarida e conc. de Louzada, distr. do Porto || S. Thiago, de Lustosa, do mesmo conc. e distr. || S. Pedro, de Maceda, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Mei, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Paio e conc de Melgaço, do mesmo distr. || S. Paio, de Merelim, conc. e distr. de Braga. || S. Lourenço, de Montaria, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Bartholomeu, de Monte Redondo, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. Santa Maria, de Moreira do Castello, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Romão, de Mouriz, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Salvador, de Navio, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thomé, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Verissimo, de Nevogilde, conc. de Louzada, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Oliveira do Douro, conc. de V. N. de Gaia, do mesmo distr. || S. André, de Padronello, conc. de Amarante, do mesmo distr. Santa Maria, de Perozello, conc. de Penafiel, do mesmo distr || Santa Maria, de Pindello, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Christina, de Pousa, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Estevão, de Regadas, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Ribeira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Ruivães, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Ruivos, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Seixas, conc. de Caminha, do mesmo distr. || S. Julião, de Serafão, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Silva Escura, conc. da Maia, distr. do Porto. || S. Martinho, de Soalhães, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || S. André, de Sobrado, conc. de Vallongo, do mesmo distr. || S. Pedro, do Souto, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Tebosa, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Tregosa, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || Santa Maria, de Ul, conc de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || O Salvador, de Varzea, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Verim, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga || S. Vicente, de Pereira Jusã, conc, de Ovar, distr. de Aveiro || Santa Maria, de Villa Fria, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Maria, de Villar do Torno, conc. de Louzada, do mesmo distr || S. Miguel, de Villela, conc de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Adrião, de Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Paio, de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Deveza Alta. Pov. na freg. de S. Martinho, de Caramos, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Defeza Grande. Pov. na freg. de S. Pedro, de Torrados, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Deveza de Marialva. Pov. na freg. de S. Thiago, de Marialva, conc. de Meda, distr. da Guarda.

Deveza do Monte. Pov. na freg. de S. Pedro, de Figueiredo, conc. de Amares, distr. de Braga.

Deveza do Valle. Pov. na freg. de S. Thiago, de Fontão, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello

Deveza de Villa Nova. Antiga pov. romana, hoje em ruinas, que se encontram a 4 k. a noroéste de Bragança, e a 1 ao sul da pequena pov. de Villa Nova de S. Jorge, em um dos taboleiros de uma das alturas que dominam os valles formados pela ribeira d'este nome e pelas linhas de agua confluentes. No seu estudo *Bragança e Bemquerença*, escreveu o sr. Pereira Lopo que n'estas ruinas se notam distinctamente alicerces de muros, fragmentos de telha, tijolo, argamassa e de ceramica romana; fragmentos de lousa furada, de mós de granito e pezos de pedra. Appa-

recem tambem algumas moedas, e uma de bronze, que o autor achou e deu ao museu de Bragança, é de Tiberio, de quem traz a effigie, e foi cunhada em *Turiaso* (na Hespanha, sendo duumviros *Manlio Sulpicio Lucano* e *Marco Simpronio Frontão*.

Devezas *(Antonio Joaquim Borges de Castro, 1.º visconde das)*. Abastado proprietario da villa das Devezas e em V. N. de Gaia, deputado na legislatura de 1880 a 1884. N. em Milheirós de Poiares, na villa da Feira, a 3 de março de 1814, hoje já fallecido. Era filho de Chrispim José Borges de Castro, proprietario e negociante no conc. da Feira, e de sua mulher, D. Joaquina Maria de Moura. O visconde das Devezas casou em 1 de março de 1840 com D. Marianna Victoria Pinto, filha de Joaquim Pinto de Almeida e de D. Rita de Cassia Pinto d'Almeida. O titulo foi concedido por decreto de 23 de julho, e carta de 14 de agosto de 1879, e o brazão d'armas pelo alvará de 8 de julho de 1881. O brazão consta do seguinte: um escudo cortado em faxa, tendo na primeira, em campo de ouro, uma deveza ou matta d'arvores da sua côr; e a segunda faxa partida em pala, tendo na primeira, em campo de prata, um leão vermelho rompente, e na segunda, em campo vermelho, cinco arruelas d'ouro postas em santôr; e por timbre o leão do escudo.

Devezas. Pov. do conc. e freg. de Santa Marinha, de V. N. de Gaia, distr. e bisp. do Porto. Está situada n'uma linda posição, e começou a ser povoada desde 1862, data em que se principiou ali a construir a estação principal provisoria do caminho de ferro do norte no Porto. Antes era um pinhal chamado de *D. Leonor*. Tem est. post. com serviço de encommendas postaes, e elevador. || Povoações nas freguezias: O Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Lagares, conc de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Maria, de Silva, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Valpedre, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Devezeira. Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Refoios do Lima, do mesmo conc. e districto.

Devezinha. Povoações nas freguezias: Santa Leocadia, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Mamede, de Cepães, conc de Fafe, do mesmo distr. || Santa Eulalia, do mesmo conc. e distr. || Santa Christina, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, de Miranda, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Nespereira, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª da Expectação, de Valladares, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Devezinhas. Pov. na freg. do Salvador, de Penamaior, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Deville *(José Fernando Pereira)*. Conselheiro, professor, vice-presidente da camara municipal de Evora, presidente do conselho director do Asylo de Infancia Desvalida, etc. Era natural da provincia do Minho; nasceu a 23 de abril de 1832, e fal. a 3 de setembro de 1905. A sua vida foi dedicada sempre ao estudo e ao ensino. Depois de se habilitar n'um collegio de Vianna do Castello a fazer exame de instrucção primaria, seus paes, reconhecendo-lhe grande tendencia para as letras, o mandaram educar no lyceu de Braga, onde cursou francez e latim, em cujas disciplinas fez um brilhante exame. Estudou n'este lyceu os restantes preparatorios, cursando em seguida theologia moral e dogmatica. Vagando por este tempo uma cadeira de latinidade e francez em Caminha, a ella concorreu, e foi provido por decreto de 7 de dezembro de 1852. Em 1859 foi transferido para egual cadeira em Alcobaça, onde fundou a Bibliotheca Municipal. Em 1866 teve nova transferencia, a seu pedido, para a villa de Estremoz. Apezar de se conservar sempre alheio á politica, entregando-se sómente aos deveres do magisterio, cedeu a pedidos, acceitando o cargo de presidente da camara, e ali fundou tambem a Bibliotheca Municipal e o museu que lhe fica annexo, salvando de completa ruina o convento de S. Francisco, tudo por subscripções, umas por elle solicitadas, outras por simples espontaneidade da parte dos habitantes da villa. Foi depois chamado a Evora para professor do Lyceu Nacional, onde regeu as cadeiras de latinidade, litteratura e portuguez. Por decreto de 12 de setembro de 1878 foi agraciado com o augmento do terço do vencimento, e a convite do arcebispo regeu tambem a cadeira de philosophia e litteratura no seminario, cargo de que pediu dispensa em 1902. Aposentado como professor do Lyceu em 1897, ficou com o cargo de reitor d'este estabelecimento, sendo nomeado tambem governador civil substituto do districto de Evora. Era reitor quando o lyceu alcançou a categoria de central, devido aos esforços do dr. Barahona e do conego Alfredo, ficando então aquelle estabelecimento de ensino intitulando-se *Lyceu Central de Evora*. Pereira Deville foi agraciado com a carta de conselho, em recompensa dos seus relevantes serviços prestados á instrucção. Além d'estes cargos, exerceu os de vice-presidente da camara municipal de Evora, e depois da commissão districtal, presidente do conselho director do Asylo d'Infancia Desvalida, vogal da commissão fiscal do Banco do Alemtejo, etc. Era socio da Sociedade de Geographia. Deville deixou de ser reitor do Lyceu Central de Evora em 1900, quando subiu ao poder o partido regenerador, e em 1905 foi reintregado n'aquelle logar, pelo governo progressista. Os estudantes festejaram com enthusiasmo o seu regresso, porque todos o estimavam, e a todos Deville era muito dedicado. A sua morte, que pouco depois succedeu, causou a maior sensação, principalmente em Evora.

Dez bazarutos. V. *Bazaruco*.

Dez ás onze *(Logar das)*. Ilha Terceira; pov. na freg. de S. Jorge, de Doze Ribeiras, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Dez mil réis. Moeda de ouro, tambem chamada *corôa*, que se ensaiou no reinado de D. Pedro V, mas que só se cunhou no reinado de D. Luiz. O nome de *corôa de ouro* tinha-se até então usado para a moeda de *cinco mil réis*, que passou depois a chamar-se *meia corôa de ouro*. (V. *este nome*). Tanto o ensaio como a moeda cunhada depois fôram ambos gravados por Frederico Augusto de Campos. Do primeiro, Aragão faz a descripção seguinte: PETRUS ∘ V ∘ PORTUG ⸰ ET ∘ ALGARB ⸰ REX; cabeça do joven monarcha á direita, por baixo as iniciaes do gravador, F. A. C., e o anno de 1861. Reverso: Armas do reino, com o manto real formando pavilhão; no exergo a in-

dicação do valor 10:000 RÉIS. D'estas moedas se cunharam em 1862 nove exemplares, dos quaes se escolheram dois para a exposição universal de Londres. As restantes fôram quebradas. Foi pela carta de lei de 29 de junho de 1854, regulando a

amoedação em nome d'el-rei D. Pedro V, que se ordenou a cunhagem da *corôa*, ouro de 916^2 $_3$ por mil, com o pezo de 17 gr., 735, no valor de dez mil réis; da *meia corôa*, com 8 gr., 868 no valor de cinco mil réis; do *quinto de corôa*, com 3 gr. 547 no valor de dois mil réis; do *decimo de corôa*, com 1 gr. 774 no valor de mil réis. V. *estes valores*.

Dez reaes. Moeda de cobre dos reinados de D. João III, D. Sebastião, D. Henrique e Filippe I. Aos primeiros se chama tambem *patacão*, pelo seu grande tamanho, que chegou o ser do dia-

metro de 4 centimetros. Do exemplar que reproduzimos, a descripção é a seguinte: ✢ JOANNES ⁞ III ⁞ D ⁞ G ⁞ PORT ⁞ ET ALGARBIORVM, armas do reino, tendo de cada lado cinco pontos. Reverso: ∘ REX ∘ QVINTVS ∘ DECIMVS, no campo, dentro de circulo ornamentado, e entre dois florões, X.

Dez reaes. Moeda de prata de D. João II e III, D. Manuel e D. Sebastião. V. *Meio real* e *Meio vintem*.

Dez tostões. Moeda de prata, denominada *corôa*, creada pela lei de 24 de abril de 1835. Quando

em 1854 se cunhou a *corôa de ouro*, passou aquella a denominar-se *corôa de prata*. Tres vezes tem sido cunhada esta moeda, uma no reinado de D. Maria II, outra em 1898, na cunhagem commemorativa da celebração do quarto centenario do descobrimento do caminho maritimo para a India, e a ultima em 1899, aproveitando-se para o reverso o cunho da primeira. Da mais antiga reproduzimos a gravura: a sua descripção é a seguinte: MARIA ∘ II ∘ PORTUG ∘ ET ∘ ALGARB ∘ REGINA, cabeça da rainha á esquerda com diadema, por baixo *W. Wyon* e o anno *1838*. No reverso, as armas do reino, com o escudo sob o manto real disposto em pavilhão; por baixo o valor 1000 RÉIS. Na segunda: CARLOS I REI E AMELIA RAINHA DE PORTUGAL, bustos, do rei e da rainha á esquerda, por baixo *V. Alves*. No reverso, entre dois circulos de pontos ∘⁘∘ 4° CENTENARIO DA DESCOBERTA DA INDIA ∘⁘∘ 1:000 RÉIS. No centro a cruz de Christo, cantonada por quatro florões e em volta: —∘⁘∘— IN HOC SIGNO VINCES —∘⁘∘— 1498 – 1898 —∘⁘∘—. Na terceira cunhagem: CARLOS I REI DE PORTUGAL, cabeça do rei á direita, por baixo *V. Alves* e o anno de 1899. No reverso aproveitou-se o cunho da primeira, as armas do reino, com o escudo sob o manto real; por baixo o valor 1000 RÉIS.

Dez tostões. Moeda de ouro denominada *decimo de corôa*. V. *Mil réis*.

Dez réis. Moeda de cobre dos reinados de D. João IV e seguintes até ao actual. Do mais antigo exemplar que se conhece, a descripção é a seguinte: IOANNES IIII ∘ D G ∘ RE ∘ P., quinas. Reverso: IN HOC SIGNO VINC ∘, cruz de Aviz cantonada por quatro pontos.

Dez réis. Moeda de prata de D. João IV, D. Affonso VI e D. Pedro II, tambem denominada *meio vintem*. V. *este nome*.

D'Guze. Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola.

Dia Fungi. Pov. do concelho de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Diabo. Ilha do rio Nuno, na costa do distr. da Guiné, Africa Occidental, a meio rio e a cerca de 4 k. a NNE da ponta Zébre. Está coroada de mangues e o seu aspecto é selvagem. Tem 1 k de comprimento e perto de 800 m. de largura. E' cercada por um baixio que se alonga para o N até á ponta Tébé, e para o S até á ponta Zébre. ‖ Ponta ou cabo da costa de Cabinda, no distr. de Loanda, prov. de Angola, a 19 k. ao S. da ponta de Palmas ou das Palmeirinha, e como que formando o extremo N da margem direita do rio Congo ou Zaire. D'esta ponta até á ponta da Banana corre uma serra tão proximo da costa, que parece banhada pelo Oceano.

Diabroria. Lagôa feita pelas aguas do Borbolegão, no conc. de Grandola, que se despenha ao sair d'ella, d'uma alta penedia com grande fragôr. V. *Borbolegão*.

Diacono. Clerigo que não tem mais que a segunda das ordens sacras, e cujo officio é ajudar no altar o celebrante. Os diaconos são d'uma ordem immediatamente inferior aos presbyteros. Teem por funcções cantar o Evangelho nas missas solemnes, e assistirem ao presbytero no altar. Pódem conduzir a Eucharistia no ciborio, e mes-

mo, em caso de necessidade, ministrar a communhão. Teem direito de prégar e conferir o baptismo, mas com licença especial do bispo. Desde o concilio de Trento, os diaconos são regularmente ordenados aos 23 annos, e recebem ordens de presbytero aos 25. Assim, o diacono é, nos seminarios, a ultima ordem de preparação para o sacerdocio.

Dialemba. Pov. do conc. de Humbe, distr. de Mossamedes, prov. de Angola.

Diamante. Bahia da costa e distr. da Guiné, Africa Ocidental.

Dianda. Pov. do conc. de Pungo Andongo, districto de Loanda, prov. de Angola.

Diango e Diango de Baixo. Duas povoações do conc. de Ambaca, no distr. de Loanda, prov. de Angola.

Dianteiro. Povoações nas freguezias: Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra. || N. S.ª do Rosario, de S. Paulo de Frades, do mesmo conc. e distr. || S. Mamede, de Santa Cruz da Trapa, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Diario. Titulo com que se teem publicado em Portugal differentes jornaes, como o *Diario do Governo*, de que adeante falamos, *Diario de Noticias*, que teve por fundadores Eduardo Coelho e conde de S. Marçal *(V. Diario de Noticias)*, *Diario da Manhã*, fundado por Pinheiro Chagas, *Diario Popular*, *Diario da Tarde*, publicado no Porto, *Diario Illustrado*, fundado por Pedro Correia da Silva, *Diario das camaras dos pares e dos deputados*; etc.

Diario. Titulo com que se publicaram antigamente muitos almanachs, repertorios, prognosticos, folhinhas, calendarios, etc. (V. *estes nomes*). Entre outros pódem citar-se: *Diario do Agricultor*, perfeito prognostico, ou curioso lunario para os annos de 1804, 1805, 1806, 1809, 1810... Declara o tempo em que se devem fazer as sementeiras e enxertos, e com as horas do nascimento, e occaso do sol. Por Damião Francez. Lisboa, Typ. varias, 1803-1810, in 8.º *Diario Ecclesiastico para o Arcebispado de Braga*, primaz das Hespanhas, para os annos de 1804-1808, 1811-1815, 1816, 1818, 1819, 1820, 1826, 1827, 1829, 1830 ... Ordenado pela Congregação do Oratorio de Braga; Porto na offic. de Antonio Alvares Ribeiro; Lisboa, Nova Impr. da Viuva Neves e Filhos, (1803-1829,) in 4.º; Dito para os annos de 1844-1853... por mandado de S. Ex.ª o sr. D. Pedro Paulo de Figueiredo da Cunha e Mello, arcebispo de Braga .. Pelo P. A. P. de S. A. e S. Presb. Bracharense e Calendarista da diocese, Lisboa, typ. de G. M. Martins, r. dos Capellistas, 62; Porto, typ. de F. P. d'Azevedo, 1843-52, in 16.º. *Diario prognostico com as luas calculadas para o meridiano de Lisboa, para o anno de 1804*. Por ***. Lisboa, na offic. de Joaquim Thomaz Aquino Bulhoens, in 8.º. *Diario ecclesiastico para o reino de Portugal, principalmente para a cidade de Lisboa*. Ordenado pela congregação de Oratorio, para o anno de 1834. S. C. n. d. In fol. obl 2 folha. vol. impr. no receto; *Diario Lusitano, Ecclesiastico, Historico, e Civil*, contendo os santos portuguezes, os factos principaes da Historia portugueza e os nomes dos individuos nacionaes dignos de memoria; ordenado para o anno de 1837, 1.º depois do bissexto por F. A. M. B. e F. F. S., Lisboa imp. Nacional, 1836, in 24.º continuou com o tit. «*Folhinha Historica ou Diario Lusitano.*»

Diario do Governo. Folha official, que até 1820 se intitulou *Gazeta de Lisboa* (V. *este nome*) epoca em que se publicou em sua substituição o *Diario da Regencia*, que tomou depois o nome de *Diario do Governo*. Com a queda do regimen constitucional em 1823, deixou de existir, renascendo a antiga *Gazeta de Lisboa*, continuando com este titulo a ser orgão official durante o governo da Carta Constitucional de 1826 a 1828, e depois no de D. Miguel até 24 de julho de 1833, terminando com a entrada das tropas do duque da Terceira. No decurso, porém, da lucta civil, a regencia estabelecida na ilha Terceira em nome de D. Maria II determinou ter á sua parte uma folha official, onde fôssem publicados os actos e disposições governativas, com o mais que fôsse a bem da sua causa. Saiu, portanto, sob os auspicios da mesma regencia, a *Chronica da Terceira*, impressa em Angra do Heroismo, que começou a ser regularmente publicada uma vez por semana desde 17 de abril de 1830. Em junho de 1832 terminou esta *Chronica*, com a saída do exercito libertador da ilha Terceira para Portugal, que veiu desembarcar na praia da Arnosa de Pampelido, perto de Mindello em 9 de julho do referido anno. Dois dias depois principiou a publicação diaria da folha official do governo, com o titulo de *Chronica Constitucional do Porto*, continuando assim, mesmo depois da vinda de D. Pedro IV para Lisboa e de já estar restabelecido o poder constitucional. O ultimo numero, que saiu, tem a data de 31 de dezembro de 1833. No dia 27 de julho ainda de 1833 começou a sair diariamente a *Chronica Constitucional de Lisboa*, que augmentando depois o formato e passando a chamar-se simplesmente *Chronica de Lisboa*, tomou no 1.º de julho de 1834 a nova denominação de *Gazeta official do Governo*, que durou até ao fim d'esse anno, mudando no principio de 1835 para o titulo de *Diario do Governo*. Durante estas vicissitudes e pelo tempo que ainda se lhe seguiu, sempre a folha official foi tida como propriedade dos officiaes das secretarias do Estado, tal como fôra regulada pela carta de lei de 12 de junho de 1822, em que se determinava que o rendimento da dita folha, deduzidas as despezas do seu custeamento, entrasse como receita no cofre geral dos emolumentos das secretarias do Estado. Aos referidos officiaes competia tudo o que dizia respeito á gerencia e administração da folha, com exclusão unicamente da escolha pessoal dos redactores, que era da nomeação do governo. Pelo decreto de 31 de outubro de 1859, referendado pelo ministro do reino Fontes Pereira de Mello, e em virtude da autorisação dada pela carta de lei de 6 de junho do mesmo anno, foi creado o *Diario de Lisboa, folha official do Governo Portuguez*, tirando-se aos empregados a propriedade do antigo *Diario*. O novo jornal passou a ser redigido e administrado por uma direcção especial, e directamente subordinada ao ministerio do reino. O decreto de 1 de dezembro de 1868 deu uma nova organisação á folha official, e n'essa reforma retomou o titulo de *Diario do Governo*, que se tem conservado até hoje. Por muito tempo o jornal do governo teve artigos doutrinaes, e secções não officiaes, sendo os redactores nomeados pelo governo, conforme dissémos. Esse cargo exerceram successivamente Antonio José Maria Campello, Diogo Goes Lara de Andrade, Joaquim

José Pedro Lopes, José Liberato Freire de Carvalho; no tempo de D. Miguel: Joaquim José Pedro Lopes, Antonio Vicente Dellanave, e José Luiz Pinto de Queiroz. Da *Chronica Constitucional de Lisboa* fôram redactores David da Fonseca Pinto, José Maria da Costa e Silva, José Frederico Pereira Marécos, Bartholomeu dos Martyres Dias e Sousa, João Carlos Lara de Carvalho, Antonio Pereira de Aragão, Alexandre Herculano, José Feliciano de Castilho, Carlos Bento da Silva, Luiz Augusto Rebello da Silva, Eleutherio Francisco de Castello Branco e Ignacio de Vilhena Barbosa.

Diario de Noticias. Jornal fundado em Lisboa por Thomaz Quintino Antunes (conde de S. Marçal) e Eduardo Coelho (V. *estes nomes*), e cujo primeiro numero se publicou em 1 de janeiro de 1865. Precederam-no, porém, dois *numeros-programmas* de 29 e 30 de dezembro de 1864, em que a empresa explicava a indole e a missão da nova folha pela seguinte fórma: «O *Diario de*

CADA NUMERO 10 REIS
DIARIO DE NOTICIAS
NOTICIARIO UNIVERSAL
PUBLICADO TODAS AS MANHÃS
N. 1. PROGRAMMA | QUINTA FEIRA 29 DE DEZEMBRO | 1864
EXPEDIENTE
Ao Publico

Reducção da primeira pagina do n.º 1, programma

Noticias — o seu titulo o está dizendo será uma compilação cuidadosa de todas as noticias do dia, de todos os paizes e de todas as especialidades, um noticiario universal. Em estylo facil e com a maior concisão, informará o leitor de todas as occorrencias interessantes, assim de Portugal como das demais nações, reproduzindo á ultima hora todas as novidades politicas, scientificas, artisticas, litterarias, commerciaes, industriaes, agricolas, criminaes e estatisticas, etc. Eliminando o artigo de fundo, não discute politica, nem sustenta polemica. Registra com a possivel verdade todos os acontecimentos, deixando ao leitor, quaesquer que sejam os seus principios e opiniões, o commental-os a seu sabor. Escripto em linguagem decente e urbana, as suas columnas são absolutamente vedadas á exposição dos actos da vida particular dos cidadãos, ás injurias, ás allusões deshonestas e reconvenções insidiosas. É pois um jornal de todos e para todos — para pobres e ricos de ambos os sexos e de todas as condições, classes e partidos.» Este programma por si só, simples como parece, implicava todavia uma completa innovação nos principios seguidos pela imprensa portugueza até então, toda de combate e polemicas politicas. O *Diario de Noticias*, com o seu preço de dez réis e a sua imparcialidade, tornou-se um jornal popular e verdadeiro modelo no genero. Desenvolveu immensamente a publicação de annuncios, creou uma classe, a dos vendedores de jornaes, e originou numerosas empresas similares, com que muito aproveitou a arte typographica. Redigido, nos termos do seu programma, logrou tornar-se uma publicação civilisadora e estimada. Durante vinte e quatro annos Eduardo Coelho foi inseparavel da sua obra. No *Diario de Noticias* teem collaborado os nossos mais illustres homens de letras. Nos seus *Brindes*, em numero de 25, distribuidos annualmente até 1899, estão archivados muitos trabalhos litterarios assignados pelos mais illustres escriptores. Alguns annos depois da morte de Eduardo Coelho foi confiada a direcção do *Diario de Noticias* ao sr. dr. Alfredo da Cunha (V. *este nome*), seu genro, que tem sabido manter e augmentar a justa consideração em que é tido o popular periodico. A' sua iniciativa se deve o primeiro jornal de doze paginas que se publicou em Portugal. Quanto a processos technicos teem-se posto a par dos melhores do estrangeiro, empregando machinas de compôr que, tambem pela primeira vez em Portugal, se adoptaram no *Diario de Noticias*, e machinas de impressão, rotativas, de grande velocidade de tiragem, que dão exemplares de 4, 6, 8 e 12 paginas. A iniciativa e influencia do *Diario de Noticias* teem-se feito sentir em todos os emprehendimentos uteis e patrioticos. Deve-se-lhe, segundo o testemunho dos proprios membros da commissão executiva das festas do tricentenario de Camões, Pinheiro Chagas e dr. Magalhães Lima, o exito completo d'essa commemoração em 1880; os seus serviços á agricultura mereceram-lhe um especial diploma honorifico conferido em julho de 1885 pela Real Associação Central da Agricultura Portugueza; a sua cooperação decisiva na realisação dos melhoramentos do porto de Lisboa justificou os louvores especiaes que por tal motivo em agosto d'aquelle anno lhe votou a Associação Commercial de Lisboa; a Associação dos Jornalistas e Escriptores Portuguezes deve-lhe um efficaz apoio e escolheu-o para seu orgão official. O inquerito industrial em 1881, o congresso das associações portuguezas em 1882, a exposição de Arte Ornamental

em 1882, a exposição Agricola em 1884, as commemorações dos centenarios do marquez de Pombal em 1882 e da India em 1898, o congresso internacional da imprensa em 1898, e tantas outras iniciativas honrosas para Portugal tiveram no *Diario de Noticias* o principal ou um dos principaes elementos de triumpho. Quanto á sua acção beneficente, que fez dizer a Vieira da Silva que o *Diario de Noticias* era «o ecco de toda a obra boa que por esta terra se faz», desde a creação da sua *caixa de esmolas*, em janeiro de 1868, até hoje, tem elle distribuido alguns centenares de contos de réis em dinheiro e outros auxilios á pobreza, devendo-se-lhe, em grande parte, a creação do Albergue das Creanças Abandonadas, em 1897. Quanto á sua acção educativa, principalmente nas classes populares, reconheceram-na, em termos honrosissimos, autoridades como Herculano, D. Antonio da Costa e A. F. de Castilho, que lhe chamou «estimulo perpetuo de leitura, desejado e bemvindo em todas as familias» e Antonio Augusto de Aguiar que considerava o *Diario de Noticias* como «valendo á sua parte por muitas escolas». Foi no cumprimento d'esta missão que elle diffundiu em Portugal, em 1880, o conhecimento dos *Lusiadas* de Camões, distribuindo gratuitamente por todo o paiz a maior edição que se tem feito do immortal poema (30:000 exemplares), commemorativa do tri centenario do poeta. Pelo que respeita ao desenvol

Reducção do titulo na disposição com que se publica actualmente

vimento e serviços que lhe deve a industria typographica, a *Representação* enviada em outubro de 1881, pela Associação Typographica Lisbonense á commissão do Inquerito Industrial, frisa eloquentemente, ácerca do districto de Lisboa, o atrazo em que aquella industria estava antes da creação do *Diario de Noticias* e quanto depois d'elle se desenvolveu em virtude do appareci mento das folhas periodicas baratas que, á imitação d'aquelle jornal, em grande numero se fôram creando para illustração do povo. Pelo Natal e outras occasiões tem publicado uns luxuosos numeros especiaes, artisticamente illustrados. Com o mesmo titulo tem havido em Portugal varios periodicos. Entre outros, pódem apontar-se: de Ponta Delgada, fundado em 1869 por A. Climaco dos Reis; outro, illustrado, fundado na mesma cidade em 1880 e propriedade da firma Rangel Lopes & C.ª; do Funchal, em publicação e fundado em 1876; do Porto, cuja publicação se annunciava em fins de 1873. Com titulo semelhante, ou ligeiramente alterado, teem-se publicado em todo o paiz e na propria capital numerosos jornaes, que com fortuna varia procuraram imitar o popular *Diario de Noticias*. Tambem no Brazil se fundaram varios *Diarios de Noticias*, no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

Dias *(Alvaro)*. Bacharel em Medicina, cirurgião no hospital de Todos os Santos, nomeado em 1550, e aposentado em 1 de abril de 1574, com o ordenado annual de 10$000 réis, em attenção aos seus bons serviços e á sua avançada edade.

Dias *(Alvaro)*. Vigario geral da diocese de Cabo Verde. Depois de se dedicar ao estudo de Theologia ou dos sagrados canones, recebeu o grau de licenceado n'uma d'estas faculdades. Foi o autor das *Vidas* do bispo D. fr. Sebastião da Ascenção e de fr. João da Esperança, ficando ambas manuscriptas.

Dias *(D. Fr. André)* Religioso dominicano da ordem dos prégadores, bispo titular de Megara, etc. Era natural de Lisboa. Foi a Roma, e o papa o nomeou penitenciario da Egreja Romana, bispo titular de Megara, antiga cidade da Grecia, sendo sagrado no anno de 1432. Voltando á patria, renunciou a dignidade episcopal, e D. João I o nomeou commendatario do mosteiro de S. João d'Alpendurada. Desconhecem se as datas do nascimento e fallecimento. Escreveu: *Methodo breve e util para fazer bem a confissão*, Lisboa, 1529; *Livro de orações em prosa e verso*, etc.

Dias *(Antonio Maximo Pereira)*. Doutor e lente de Mathematica na Universidade de Coimbra, já hoje fallecido. Era natural de S. Miguel de Oliveira do Douro, e filho de José Pereira Dias. Doutorou-se em 23 de julho de 1837.

Dias *(Ayres Augusto Pereira)*. Coronel de infantaria. N. no Porto em 25 de janeiro de 1849. Assentou praça, contando 16 annos de edade, a 3 de maio de 1865, sendo despachado alferes em 4 de janeiro de 1871, promovido a tenente em 25 de abril de 1876, a capitão em 31 de outubro de 1884, sendo então collocado em infantaria n.º 18, passando depois á guarda municipal do Porto; foi promovido a major em 30 de dezembro de 1893, a tenente-coronel em 18 de agosto de 1897, e a coronel em 14 de novembro de 1900. Em outubro de 1902 era commandante de infantaria n.º 18. Actualmente está no districto de recrutamento e reserva n.º 21. E' commendador, cavalleiro e official da ordem de Aviz, e cavalleiro da de Torre e Espada, e tem a medalha de prata de comportamento exemplar. Seu filho, do mesmo nome, é tenente ajudante de infantaria n.º 23, e tem a medalha de cobre de comportamento exemplar. Nasceu em 16 de abril de 1874, assentou praça em 16 de julho de 1892, sendo promovido a alferes em 20 de janeiro de 1898, e a tenente em 1 de dezembro de 1901.

Dias *(Balthazar)*. Poeta, que segundo diz Barbosa Machado, era natural da ilha da Madeira, e *foi um dos mais celebres que floresceram no reinado d'el-rei D. Sebastião, principalmente na composição de autos*. Dizem ter sido cego de nascença. Comtudo, na opinião de Innocencio, no vol. 8.º do *Diccionario bibliographico*, ha duvidas ácerca da epoca em que viveu, e do tempo em que pela primeira vez se imprimiram as suas obras, pois as que se conhecem teem data muito posterior á do reinado de D. Sebastião. São ellas: *Auto d'el-rei Salomão*, Evora, 1612; outra edição, 1613; *Auto da paixão de Christo metrificado*, Lisboa, 1613; outra edição, 1617; e ainda outra em 1633; *Auto de Santo Aleixo, filho de Eufemiano,*

senhor de Roma, Lisboa, 1613; Evora, 1616; Lisboa, 1638: Evora, 1749: Lisboa, 1791; *Auto de Santa Catharina, Virgem e Martyr*, Evora, 1616; Lisboa, 1633; outras edições em 1659, 1727 e 1786; *Auto da Feira da Ladra*, Lisboa, 1613; *O Conselho para casar*, Lisboa, 1633, outras edições em 1659 e 1680; *Auto da malicia das mulheres*, Lisboa, 1640; outra edição, 1793; tem tido mais reimpressões; *Historia da Imperatriz Porcina, mulher do Imperador Lodonio de Roma, em a qual se trata como o dito Imperador mandou matar a esta senhora*, etc., Lisboa, 1660; outra edição, 1790; tem tido ainda outras edições; *Auto do nascimento de Christo*, Lisboa, 1665: *Trovas de arte maior sobre a morte de D. João de Castro, Vice-Rei da India, dirigida a sua mulher D. Anna de Athaide*, sem anno nem logar de impressão

Dias *(P. Balthazar)*. Jesuita, missionario no Oriente. Em 24 de março de 1553 embarcou para Gôa, tornando-se ali notavel pelo zelo com que prègava a religião christã. Passou a Malaca em 1556, sendo recebido com demonstrações de alegria, onde residiu quatro annos, no fim dos quaes voltou a Gôa, e foi eleito vigario provincial, fallecendo a 21 d'agosto de 1571. Algumas das suas cartas fôram impressas, e duas d'ellas traduzidas em italiano, e incluidas no livro *Avisi dell' Indie di Portugallo havuti l'anno 1553.*

Dias *(P. Balthazar)*. Jesuita. N. em Braga em 1545, e fal. em 14 de 1618. Era filho de Alvaro Dias e de Margarida Affonso. Entrou para a Companhia de Jesus, tendo 17 annos de edade, em 4 de outubro de 1562, como coadjutor temporal no collegio de Evora Por ser afamado boticario acompanhou D. Sebastião na expedição a Africa, e ficou captivo depois da batalha de Alcacer Kibir. Sendo resgatado, foi em 1581 com o padre Jeronymo Rodrigues em peregrinação á Terra Santa. Escreveu um *Diario da viagem*, que não chegou a ser publicado

Dias *(Bartholomeu)*. Navegador, que descobriu o Cabo da Boa Esperança Era descendente de Diniz Dias, o descobridor de Cabo Verde. No dia 2 de agosto de 1486 foi-lhe confiado por D. João II o commando de dois navios de 50 toneladas cada um, com ordem de procurar colher noticias exactas a respeito do Prestes João. Acompanhava-o como piloto Pero de Alemquer, e como subalterno João Infante, commandante da segunda caravéla. Um terceiro navio carregado de provisões era commandado por Pedro Dias, irmão de Bartholomeu Dias. A primeira descoberta, que fez o arrojado navegador, foi a de Angra dos Ilhéos, hoje chamada bahia de Spenser, onde ergueu o primeiro padrão. Descobriu depois o Cabo das Voltas. Em seguida, as tempestades desmantelaram as caravélas, e navegando sem destino, quando quiz procurar terra para o Oriente, não encontrou senão mar. Tinha passado para deante do Cabo da Boa Esperança, sem o vêr, achando-se ao sul do continente africano. Voltando ao norte, aportou á Angra a que chamou dos Vaqueiros. Percebendo então que a costa mudara de direcção, e esperando fazer alguma descoberta importante, seguiu para léste, mas as tripulações fatigadas instaram com elle para que voltasse a Portugal. Bartholomeu Dias teimou em proseguir no seu caminho, e ainda descobriu o rio a que deu o nome de *Infante*, mas as equipagens revoltaram-se positivamente, e Bartholomeu Dias teve de ceder. Foi então que viu o Cabo da Boa Esperança. (V. *Boa Esperança, cabo da; Alemquer, Pero de*). Depois de tão importante descoberta, seria facil de acreditar que lhe fôsse confiado algum papel importante na expedição que ia demandar a India, mas D. Manuel não o entendeu assim, e encarregou Vasco da Gama da expedição, dando lhe como piloto Pero de Alemquer, devendo Bartholomeu Dias sómente acompanhar até certo ponto a frota de Vasco da Gama, seguindo depois para a costa da Mina. Descoberto o caminho da India, e preparando-se segunda expedição, D. Manuel lembrou-se de Bartholomeu Dias, mas ainda para lhe dar um logar secundario, nomeando-o apenas commandante de um dos navios da esquadra, sendo o commando supremo entregue a Alvares Cabral Foi n'essa qualidade que Bartholomeu Dias tomou parte na descoberta do Brazil, e naufragando depois o seu navio no Cabo da Boa Esperança, que descobrira, quando a frota seguia para a India, ali falleceu em 1500. Bartholomeu Dias é um dos grandes vultos da historia do paiz. Coube-lhe a gloria de firmar o segundo marco grandioso das nossas navegações, o segundo marco levantado por portuguezes no caminho da India. A primeira balisa foi Gil Eannes que a plantou dobrando o cabo Bojador, em 1434, a segunda foi Bartholomeu Dias, descobrindo o cabo da Boa Esperança, em setembro de 1487.

Dias *(Diniz)*. Celebre descobridor portuguez, a quem João de Barros, e com elle todos os escriptores portuguezes que o seguiram, chama Diniz Fernandes, mas Azurara, que tem muito mais autoridade em tudo quanto diz respeito aos descobrimentos, Azurara que o conheceu pessoalmente, chama-lhe Diniz Dias. Era escudeiro, e fôra creado de D. João I, quando em 1445 saiu de Lagos em demanda da Terra dos Negros. Descobriu o cabo a que chamou *Vade*, e voltou a Portugal. Marcou o extremo limite das descobertas portuguezas n'umas palmeiras, que por muito tempo figuraram nos mappas Fez parte depois da grande expedição, organisada por mercadores de Lagos, em que tomaram parte Soeiro da Costa e Alvaro Fernandes. N'essa viagem foi Diniz para diante do Cabo Verde que descobrira na viagem anterior, mas querendo tentar alguns desembarques, e encontrando muito hostis os habitantes da costa, regressou a Portugal.

Dias *(Diogo)*. Natural do Crato, estudou musica na sé de Evora, onde era moço, e onde veiu a ser mestre de capella, grangeando fama de bom compositor. Deixou manuscriptas *Varias obras de musica.*

Dias *(Diogo)*. Irmão do navegador Bartholomeu Dias, e escrivão da nau em que Vasco da Gama foi descobrir a India. Era um dos doze portuguezes que o acompanharam á terra de Calicut, um dos dois que entraram com Vasco da Gama no aposento onde o Samori o recebeu, e tambem um dos dois que ficaram em terra com as mercadorias que tinham de ser postas á venda, os quaes ficariam presos em Calicut, sendo provavelmente mortos se não fôsse a energia de Vasco da Gama.

Dias *(Domingos)*. Architecto. Foi o constructor da ponte de pedra sobre o rio Mondego, no sitio da Talhada, limite da villa de Oliveira do Conde, para a qual D. Filippe I de Portugal mandou lau-

çar finta, pelo alvará datado de 28 de julho de 1595.

Dias *(Duarte)*. Natural da cidade do Porto, mas foi militar em Castella, onde provavelmente falleceu. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Escreveu: *Varias obras em verso castelhano e portuguez*, Madrid, 1592; Saragoça, 1596; *La Conquista que hizieron los poderosos y catholicos reyes Don Fernando y Doña Ysabel, en el reino de Granada, compuesta em octava rima por Duarte Dias Lusitano, dirigida a Don Christoual de Moura, commendador mayor de Alcantara*, etc. Madrid, 1590 Este livro tambem traz em louvor do autor alguns sonetos portuguezes, escriptos por Pedro Ayres Victoria, Manuel Francisco e Francisco Mendes Medeiros.

Dias *(Emilio)*. N. em Lisboa a 13 de abril de 1851. Entrou aos 11 annos como alumno no internado do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa, e em pouco tempo começou a dar provas da sua applicação, estudo e talento, distinguindo-se particularmente na construcção de instrumentos de precisão e de analyse chimica. As provas que deu na primeira, abriram-lhe entrada em 1872 na Companhia do Gaz, emprego que exercia ainda em 1887, e as da segunda fizeram com que fôsse escolhido para preparador de chimica organica na Escola Polytechnica, onde se demorou tres annos. Escreveu então os seguintes trabalhos: *Analyse das tres qualidades de gelo á venda em Lisboa; Memoria sobre a fabricação do asphalto por meio de um calcareo betuminoso analysado pelo ex.mo sr. conselheiro Antonio Augusto de Aguiar; Parecer sobre a probabilidade de se produzir cal hydraulica com um calcareo analysado no consultorio de engenharia civil; Considerações sobre a applicação como estrume da agua ammoniacal proveniente da distillação da hulha nas fabricas do gaz; Analyse da agua da Serra do Gerez;* Inventou a *Manometro eletrico* e o *Indicador do exgoto em pressão*, que cedeu gratuitamente á Companhia do Gaz, sem ao menos requerer privilegio da invenção. Tambem é seu invento o *regulador de pressão automanometro*, experimentado e ensaiado com o melhor resultado pela companhia de carris de ferro de Lisboa em 1881, mas que não passou do ensaio e experiencia, talvez por ter sido privilegiado. A descripção d'estas invenções acha-se n'um folheto impresso em 1885, cujos exemplares fôram todos distribuidos pelos accionistas da companhia. Emilio Dias recebeu a primeira recompensa honorifica pelos seus trabalhos, não em Portugal, mas em paiz estrangeiro; foi em 1879, em que a Academia Chimica de Berlim o nomeou seu socio activo. Depois, em 1881, foi nomeado socio honorario da Sociedade Pharmaceutica de Lisboa; em dezembro de 1882 era chamado para fazer parte d'algumas commissões importantes na Sociedade de Geographia, e mais tarde da commissão de illuminação e balisagem maritima da mesma Sociedade; em 1887 foi socio correspondente da primeira classe da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

Dias *(Fr. Filippe)* Religioso franciscano, natural de Bragança. Passando a estudar na Universidade de Salamanca, tornou se depois muito apreciado como orador sagrado. Fôram impressos bastantes dos seus sermões, bem como algumas obras asceticas. Fal. em Salamanca a 9 de abril de 1601.

Dias *(Gaspar)*. Pintor que viveu no seculo XVI, no tempo de D. João III, e que existia ainda em 1534. Fez os seus estudos em Roma, é pelo menos a opinião mais acreditada em Portugal e muitas vezes repetida nas cartas do conde Raczynski, sob o testemunho de outros autores. Felix da Costa Meesen *(Collecção de Memorias de Cyrillo Volkmar Machado, pag. 58)*, lhe attribue o notavel quadro, pintado em madeira, que se vê na capella de S. Roque, da sua egreja em Lisboa, representando este santo, a quem em anjo apparece. Guariente *(Cartas, pag. 324)*, lhe attribue o quadro da *Vinda do Espirito Santo*, da mesma egreja, pintado em madeira e assignado pelo autor, que elle diz ter restaurado em 1754. Sobre este assumpto, diz o referido conde Raczynski o seguinte no seu *Dictionaire historico artistique du Portugal* a pagina 70: «Ora este quadro, que se encontra agora em S. Roque, por cima do altar-mór, e que representa a *Vinda do Espirito Santo*, é pintado sobre téla, não está assignado, e é um trabalho bem fraco. Será talvez uma copia, e o original póde ter desapparecido» Volkmar Machado, a pag. 59 das referidas *Memorias*, diz que «se existe d'elle uma obra em Belem, deve ser o *Christo no Jardim das Oliveiras*, porque o anjo que se vê n'este quadro, tem analogia com o da capella de S. Roque». Trancrevemos ainda o que se lê no *Diccionario* do conde Raczynski: «O célebre philologo e critico Francisco Dias Gomes, na sua elegia primeira das *Musas*, not. 11, diz que Gaspar Dias era contemporaneo de *Grão-Vasco*, discipulo de Raphael e de Miguel Angelo; que o seu desenho é correcto, que era distincto na arte de exprimir as paixões, e que o seu pincel era suave, o que o faz considerar como o Raphael de Portugal. E' autor de dois grandes quadros do claustro de Belem, e da *Vinda do Espirito Santo*, na egreja de S. Roque, que se diz ter sido pintado em 1534, e depois restaurado por Guarienti em 1734, e que é um dos seus mais bellos trabalhos Acabamos de vêr, continúa Raczynski, que esta ultima asserção, relativamente á *Vinda do Espirito Santo*, se destróe por si propria» O conego Villela da Silva diz tambem: «O quadro de Gaspar Dias, que se vê sobre o altar do *Menino Jesus* da egreja parochial da villa de Celorico da Beira, é um milagre da arte pela suavidade do pincel e a vivacidade das expressões. O colorido é admiravel, e Gaspar Dias prova, pelas perfeições que se notam n'este trabalho, que possuia a poesia da arte n'um grau sublime; são estas qualidades que lhe valeram o nome de Raphael portuguez. e que o tem collocado superior a Vasco, Pedro Perugino, Reinoso, Avellar, e d'outros grandes artistas que, nos reinados de D. Manuel e de D. João III, tanto honraram a nação portugueza.» Raczynski admira-se que Francisco de Olanda, estando em Italia nos annos de 1538 a 1548, não diga uma só palavra ácerca de Gaspar Dias, que o teria precedido em Roma pelo menos 20 annos, e que já teria executado importantes trabalhos em Lisboa antes de Francisco de Olanda emprehender a sua viagem a Italia. Diz que não duvida da existencia de Gaspar Dias, mas que lhe parece muito sujeito a duvidas tudo quanto se tem dito a respeito d'este pintor.

Dias *(P. Gaspar)*. Jesuita, missionario. N. em Montemór-o-Velho. Era filho de Francisco Frade e de Izabel Dias. Professou a 16 de janeiro de

1564. Embarcou para a India em 1567 como missionario. Escreveu uma *Relação da sua jornada*, que ficou inédita.

Dias *(Gomes)*. Freire professo da ordem de S. Thiago, no convento de Palmella. N. em Evora em 1536, fal. em Setubal no dia 1 de novembro de 1596. Professou no convento de Palmella em 13 de maio de 1571. Aprendeu Philosophia na Universidade de Evora, onde foi mestre d'artes e dictou theologia moral no seu convento. Escreveu: *Illustração da regra, privilegios e obrigações das 4 ordens militares que ha n'este reino*, que não chegou a ser impressa.

Dias *(Gonçalves)*. Escriptor contemporaneo, nascido em 1879. Fal. no Porto a 28 de janeiro de 1903, victimado pela tuberculose, quando o seu talento lhe promettia um risonho futuro. Publicou as *Télas rusticas*, e foi redactor da *Estrella do Minho*, de Villa Nova de Famalicão, onde publicou varios contos e artigos. As *Télas rusticas* fôram a sua estreia e alcançaram dos jornaes do norte lisongeiras apreciações.

Dias *(Henrique)*. Creado de D. Antonio, prior do Crato. Tendo naufragado em 2 de janeiro de 1561 na ilha de Sumatra, escreveu como testemunha occular a seguinte *Relação da viagem e naufragio da nau S. Paulo, que foi para a India no anno de 1560, de que era capitão Ruy de Mello da Camara, mestre João Luiz, e piloto Antonio Dias*. Seguida d'uma *Descripção do sitio e maneira da ilha de Sumatra*, etc. Saiu publicada no tomo I da *Historia Tragico Maritima*, nas pag. 351 a 479.

Dias *(Henrique)*. Chamava-se assim um preto que se tornou celebre pelo seu valor, na guerra que arrancou aos hollandezes Pernambuco e as capitanias visinhas. N. em Pernambuco, era filho de paes africanos e aprendeu a lêr. Em 1633 apresentou-se, como preto livre, a Mathias d'Albuquerque com alguns homens da sua côr, offerecendo-se para combater pela patria. Aquelle general acceitou os seus serviços, e Henrique Dias logo se distinguiu, acompanhado de 35 pretos, no combate de Iguarassú, onde foi ferido duas vezes. Em 1635 caiu prisioneiro dos hollandezes, quando o Arraial do Bom Jesus se rendeu, mas os hollandezes, vendo um preto, não lhe deram importancia, e deixaram n'o ir em paz. Henrique Dias, que já não contava com a liberdade, foi immediatamente apresentar-se em Porto-Calvo ao general portuguez, e não tardou a distinguir-se no combate de 9 de junho de 1636. Foi elle quem á frente de 80 pretos, decidiu a batalha que ali se deu nos dias 17 e 18 de fevereiro de 1637, e sendo ferido n'uma das mãos, quando a lucta se tornara mais renhida, houve necessidade de lh'a amputar, mas assim mesmo voltou ao combate. Filippe IV de Hespanha, e III de Portugal, agraciou-o com o habito de Christo, o fôro de fidalgo, a patente de cabo e governador dos homens pardos e creou-los com o ordenado de 40 cruzados mensaes, e o titulo de mestre de campo. Desde 1637 até 1645, Henrique Dias, como infatigavel guerrilheiro, não deixou de combater os hollandezes, e quando Mauricio de Nassau veiu cercar a Bahia, ainda se distinguiu na brilhante defeza da cidade. Em 1645 juntou-se a Fernandes Vieira, que estava á frente da insurreição pernambucana, e de passagem animava o pronunciamento da provincia das Alagoas. Nas duas batalhas dos Guararapes distinguiu-se muito, e quando os outros chefes quizeram ir tomar a ilha de Itamaracá, foi por algum tempo o commandante das forças que cercavam o Recife. Comtudo, sendo expulsos os hollandezes, D. João IV não se lembrou do corajoso preto nas recompensas que os outros chefes tiveram, e Henrique Dias morreu quasi esquecido no Recife em 31 de agosto de 1661.

Dias *(Jeronymo)* Presbytero secular, natural de Espozende, que viveu no seculo XVII. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Foi capellão do convento de N. S.ª das Candeias de religiosas benedictinas, de Moimenta da Beira. Escreveu: *Officio do glorioso S. João Baptista, com hymnos muito eloquentes*, Lisboa, 1634.

Dias *(João)*. Cirurgião no hospital de Todos os Santos, nomeado em 9 de julho de 1528, pela primeira reforma do regulamento geral do referido hospital. Falleceu em 20 de janeiro de 1579.

Dias *(João)*. Sub-chantre da sé de Coimbra, na segunda metade do seculo XVI. Era natural de Ceia. Foi muito perito em musica, principalmente no cantochão. Foi autor d'uma obra, de que hoje se conhece apenas um exemplar, que existe na Bibliotheca Nacional de Lisboa, e que é um dos documentos mais antigos da imprensa musical que actualmente existem em Portugal. A obra tem por titulo: *Enchiridion missarem solemnium, com vesp. et complet. totivos anni secundem morem Santa Romanæ Ecclesiæ, Conimbriæ*, 1585. E' impresso a duas côres, com caracteres goticos e romanos, contendo 4 folhas sem numeração, e 162 numeradas, vinhetas e iniciaes ornamentadas. Escreveu: *Livro de resar em linguagem portugueza;* foi varias vezes impresso, sendo a ultima, ou uma das ultimas, em 1684.

Dias *(João Alfredo)*. Antigo industrial, presidente da assembléa geral da Companhia de Fiação e Tecidos lisbonenses. N. em 1833 Começou a sua carreira commercial contando 12 annos incompletos, entrando no 1.º de agosto de 1845 para o estabelecimento de fazendas de José Antonio Machado na rua dos Fanqueiros. Em 1846, os acontecimentos politicos fizeram com que o caixeiro da casa se homiziasse, e por esse motivo ficou o novel empregado com o encargo de todo o expediente, conservando-se assim durante oito mezes, até á morte do seu patrão. Este tempo da gerencia era autorisado por uma procuração com tão amplos poderes, que causou espanto ao tabellião que a passou, não podendo deixar de observar, que attendendo á pouca edade do procurador, seria demasiada responsabilidade a que lhe confiavam; esta observação teve em resposta, que, apezar de muito novo, era bem conhecida a sua competencia para a missão de que o encarregavam. Depois do fallecimento de José Antonio Machado, João Alfredo Dias continuou, como socio, a estar á testa dos seus estabelecimentos, tanto commercial, como fabril, tendo n'este empregado cento e tantas pessoas, o qual girava com a firma de Viuva Machado & C.ª. Em 9 de outubro de 1857 falleceu a senhora, sua associada, e João Alfredo Dias, succedendo-lhe na casa, proseguiu na sua industria do fabrico d'algodão, pelo systema manual, que difficilmente podia competir com o systema mechanico. A crise algodoeira, por causa da guerra da America em 1863, veiu affectar a sua industria. João Alfredo Dias foi um dos mais devotados fundadores da

Associação dos Empregados do Commercio e Industria, uma das primeiras de soccorros mutuos que existem no paiz, começando em 1852 a evangelisar esse principio, vindo a associação a constituir-se definitivamente em 5 de novembro de 1854, sendo os seus estatutos approvados por decreto de 1862, os quaes fôram reformados em 1872. (V. *Associação dos Empregados do Commercio e Industria*). Esta associação foi a que mais soffreu durante a epidemia da febre amarella em 1857. João Alfredo Dias pertencia á direcção n'essa epoca, e como os socios que não tinham familia, que os pudessem tratar, eram conduzidos ao hospital, propoz que a associação tomasse uma casa especial no hospital do Desterro, para os associados serem ali tratados. Sendo logo acceita esta proposta, elle pessoalmente ajudava a remover para a nova casa os doentes que se tinham abrigado n'outros hospitaes. Adoecendo tambem com a febre amarella, o dr. Alvarenga offereceu-lhe um quarto separado, que rejeitou, preferindo estar entre os seus collegas e consocios, porque, na qualidade de director, podia assim fiscalisar melhor a fórma por que eram tratados. A Associação dos Empregados do Commercio e Industria festejou em 1904 o 50.º anniversario da sua fundação. Esta solemnidade fôra deliberada em sessão de assembléa geral, realisada em 28 de fevereiro de 1903, nomeando-se então uma commissão para se encarregar dos respectivos trabalhos. N'um folheto que n'esta occasião se distribuiu aos associados, vem os retratos dos socios fundadores existentes, acompanhados d'um esboço biographico.

Dias *(João Antonio)*. Empregado da secretaria do governo civil da Guarda, professor das linguas portugueza, franceza e ingleza, etc. N. na Covilhã a 8 de setembro de 1818. Era filho de Luiz Antonio Dias e de D. Joanna Rita Telles Pinto. Por causa dos seus principios politicos foi demittido em 1842 do logar que occupava no governo civil de Braga; em 1859 era director do collegio de educação denominado *Primeiro de Julho*, estabelecido em Lisboa, no qual tambem leccionava portuguez, francez e latim. Escreveu: *Tartufo*, comedia, Porto, 1839; *Ernesto e Elisa*, drama em 5 actos, Lisboa, 1845; *Codigo de civilidade*, Lisboa, 1850; *Systema metrico*, Lisboa, 1850; *Noções geraes de orthographia portugueza*, Lisboa, 1850; 2.ª edição, 1853; *Grammatica franceza*, Lisboa, 1851; escripta em lingua franceza, e no mesmo anno se publicou outra edição da mesma *Grammatica*, sendo escripta em portuguez, a qual se imprimiu em 1858, com notaveis addicionamentos; *O joven portuguez, methodo para aprender a ler em todos os caracteres*, Lisboa, 1851; reimpresso em 1855; *Grammatica portugueza*, Lisboa, 1854; os preceitos e as regras são exemplificados pelo autor com os factos mais notaveis da historia do paiz, guardando n'estes a ordem chronologica; *Grammatica ingleza*, Lisboa, 1853; é escripta em portuguez; *Synopse das religiões e seitas actualmente seguidas por diversas partes do globo, e uma breve noticia de outras seitas religiosas extinctas*, Lisboa, 1864; esta obra foi prohibida pela congregação do index romano em 1864; *Compendio de operações fundamentaes de arithmetica, dividido em quatro partes*. João Antonio Dias foi redactor do *Tribuno*, jornal politico que se publicou em Lisboa nos annos de 1843 e 1844.

Dias *(José Antonio)*. Cavalleiro da ordem da Torre e Espada, compositor na Imprensa Nacional, escriptor etc. N. em Lisboa a 7 de dezembro de 1821. Destinando-se á arte typographica, recebeu os primeiros rudimentos na officina de Antonio Lino d'Oliveira, onde foi admittido a 3 de fevereiro de 1835, e se conservou até 7 de dezembro de 1840, entrando logo no dia 11 como compositor na Imprensa Nacional, exercendo a sua profissão até 10 de junho de 1850. Pelo seu procedimento exemplar e applicação nos estudos dos processos da typographia, que então já tomavam em Portugal certo desenvolvimento, e pelo seu reconhecido merito, recebeu a nomeação de fiel do armazem dos typos da mesma imprensa. Com as funcções d'este cargo accumulava as de revisor do *Diario do Governo*. Na Imprensa Nacional foi membro das seguintes e importantes commissões: do conselho artistico de fundição de typos, fundado em 22 de julho de 1855; a do specimen, creada em 25 de setembro de 1856; e a de melhoramentos, instituida em 26 de abril de 1858, que foi tambem encarregada de emittir o seu parecer ácerca das propostas contidas no relatorio dos artistas commissionados a Paris, José Mauricio Velloso e Francisco de Paula Nogueira. Este relatorio publicou-se no *Diario do Governo* de 26 de abril de 1858. Por estes serviços feitos á industria typographica, e particularmente á Imprensa Nacional, obteve a honra de ser considerado na proposta dirigida a D. Pedro V em setembro de 1861, pelo administrador geral, para ter a condecoração com que aquelle monarcha, por iniciativa propria, destinara distinguir, não só o indicado funccionario, como os demais empregados e artistas que elle julgasse dignos da sua regia consideração por o haverem auxiliado no *adiantamento e boa gerencia em que se encontrava a Imprensa Nacional*. José Antonio Dias, desde 1845 se dedicou á causa social, cooperando desde essa epoca em diversos cargos, na Sociedade dos Artistas Lisbonenses, no Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, na Associação Typographica Lisbonense, na Associação Civilisação Popular e outras associações a que pertencia, para se promover o aperfeiçoamento moral e intellectual das classes industriaes; para se acudir aos seus infortunios nas epocas da adversidade, para amparar os que pela invalidez não pódem trabalhar e precisam de auxilios, para se diffundir a educação e instrucção da infancia, principalmente orphãos; para se estabelecer uma pensão ás suas familias, etc. N'este intuito, e no de engrandecer e consolidar a existencia das associações de classe e de soccorros mutuos, foi um dos que iniciaram a idéa de ser creado um jornal, que não só demonstrasse a grande conveniencia e necessidade da confederação das associações, como defendesse os legitimos e variados interesses das classes operarias. Creou-se então a *Federação, folha industrial dedicada ás classes operarias*, que saía semanalmente, publicando-se o 1.º numero em 29 de outubro de 1856, e o ultimo a 13 de janeiro de 1866, completando a publicação do 10.º volume. Este jornal era subsidiado pelo governo com 50$000 réis annuaes, por portaria do ministerio do reino de 12 de agosto de 1859. José Antonio Dias foi um dos redactores mais activos da *Federação*, escrevendo grande numero da artigos, uns com o seu nome,

outros sob a inicial D. e outros anonymos. Por decreto de 14 de agosto de 1862 foi agraciado por el-rei D. Luiz I, com o grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada. Aquelle monarcha, querendo dar um publico testemunho do grande apreço em que tinha os relevantes serviços que diversas corporações e diversos individuos prestaram por occasião da febre amarella em 1857, houve por bem fazer-lhe esta mercê, como vogal que era da Associação Typographica. Por despacho de 27 de julho de 1869, a camara municipal de Lisboa tambem lhe concedeu o uso da medalha commemorativa dos serviços prestados por occasião da referida epidemia. Em 27 de março de 1874 recebeu, sob proposta e por intermedio do conselheiro Fradesso da Silveira, commissario regio de Vienna em 1873, a medalha de prata que lhe conferiu a sociedade industrial d'Austria, em attenção aos seus serviços como chefe ou cooperador de trabalhos. Em 1880, na solemnidade do centenario de Camões foi eleito delegado ao congresso das associações Escreveu : *Biographia de João Guttemberg, por Lamartine*, traducção, Lisboa, 1863 ; foi uma tiragem limitada, unicamente para brindar os socios da Sociedade Guttemberg, no seu primeiro anniversario, juntamente com a poesia *As tres epocas*, apropriada á festividade, por Caetano Dias, irmão do traductor ; e uma bella gravura em nogueira, tirada a côres e ouro, com o retrato de Guttemberg, de corpo inteiro ; *A federação das associações*, serie de muitos artigos publicados, sob este titulo, em differentes numeros da *Federação*, desde o 1.º ao seu 10.º volume ; *Biographia de Jacques Charles Derriey*, adjunta ao relatorio e contas da Associação Typographica Lisbonense e Artes Correlativas, correspondente ao anno de 1879 ; *Biographia de Pedro João de Béranger*, traducção publicada no jornal *O Nivel*, n.ºs 9 a 18, de 1884. Em diversos relatorios, tanto da Associação Typographica, como da Sociedade dos Artistas Lisbonenses, de que foi presidente da assembléa geral, e de outras associações, andam conjuntamente impressos os seus discursos analogos aos anniversarios das referidas associações, etc.

Dias *(José Guilherme Baptista)*. Cirurgião medico pela Escola Medico-Cirurgica, actualmente major do corpo dos medicos militares e sub-inspector de saude na 3.ª div. mil. N. no Porto a 22 de fevereiro de 1855 E' filho de Francisco Gonçalves Dias Lopes. Defendeu these em 24 de julho de 1877, foi promovido a tenente em 11 de outubro de 1882, a capitão em 21 de fevereiro de 1888, a major em 10 de abril de 1902. E' official e cavalleiro da ordem de S. Bento d'Aviz. Escreveu : *Um ensaio sobre a loucura*, these, Porto, 1877 ; *Os mónadas e a cirurgia, dissertação de concurso á escola medico-cirurgica do Porto*, Porto, 1880.

Dias *(José Martins)*. Cirurgião d'armada. Publicou em Lisboa, no anno de 1836, o seguinte : *Memorias dirigidas ao ministro e secretario de estado dos negocios da marinha, visconde de Sá da Bandeira, accusando de varios crimes e abusos o official maior da secretaria de marinha, Antonio Pedro de Carvalho ;* outra *Memoria* ao referido ministro.

Dias *(José Pedro)*. Medico do hospital de S. José, nomeado da visita da tarde e inspector da botica em 1822, passando a medico das enfermarias em 11 de abril de 1824. Fez parte da administração do hospital desde 1834 até 1837. Falleceu em 26 de dezembro de 1838.

Dias *(José dos Santos)*. Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra. N. na aldeia do Cortiço, termo de Montalegre, em 26 de dezembro de 1778, e fal. a 19 de setembro de 1846. Foi medico do partido da camara do concelho de Montalegre, de 1810 a 1846, e das Caldas do Gerez, de 1811 a 1819 ; correspondente da Instituição Vaccinica, da qual recebeu a medalha de prata, que ella usava conferir em premio aos seus membros mais benemeritos. Balbi, no *Essai Statistique*, tomo II, faz d'elle honrosa menção. Escreveu : *Ensaio topographico statistico do julgado de Montalegre, pelo bacharel José dos Santos Dias em 1834 e 1835; actualmente administrador substituto, e medico do partido do mesmo em 1836*, Porto, 1836 ; com uma carta topographica e um mappa estatistico. A parte publicada é resumo de outra mais extensa, que se intitula *Memoria ou descripção physica e economica da villa e termo de Montalegre, ou terras de Barroso*, manuscripto. José dos Santos Dias publicou varios artigos no *Jornal de Coimbra*, e deixou tambem inedita outra *Memoria sobre as Caldas do Gerez.*

Dias *(José Simões)* Bacharel formado em Theologia pela Universidade de Coimbra, professor de linguas, de administração publica e economia rural, commendador da ordem de Izabel a Catholica, socio correspondente da Sociedade Economica de Barcelona, socio honorario do Fomento de las Artes de Madrid, secretario e professor proprietario da cadeira de litteratura do Lyceu Nacional de Vizeu, deputado em varias legislaturas, jornalista, poeta, etc. N. no logar de Bemfeita, do concelho de Arganil a 5 de fevereiro de 1841, fal em 3 de março de 1899 Era filho de Antonio Simões Dias Cardoso, proprietario, e de sua mulher, D. Maria Gonçalves do Rosario. Dos 6 aos 10 annos aprendeu os estudos primarios com o seu parente padre Antonio Pedro Nunes Teixeira, professor regio da escola de Bemfeita. Em 1851, tendo concluido estes estudos, foi mandado para Pedrogão Grande, para a companhia de seu tio, o padre Albino Simões Dias Cardoso, vigario d'aquella freguezia, e estudou latim com o mestre regio João Cabral de Figueiredo Pedroso e Brito. No fim de tres annos, em 1857, foi para Coimbra, recolhendo-se em casa de seu tio, o padre Manuel Simões Dias Cardoso, arcediago da sé d'aquella cidade, e professor de latim no seminario De todos os preparatorios necessarios á matricula posterior, fez exames em 1857 e 1858; faltando-lhe, porém, a edade, e cedendo á vontade dos seus parentes, que o desejavam clerigo, foi matricular-se no seminario no curso de Theologia, que terminou distinctamente em 1861, quando já completara 17 annos de edade. Destinando-se á vida ecclesiastica, que depois não seguiu, frequentou o curso de Theologia na Universidade, onde tomou o grau de bacharel em 1868, tendo sido classificado com accessit em todos os annos. Os professores instaram para que se doutorasse e consentisse em fazer parte do corpo docente da Universidade, porém Simões Dias preferiu concorrer a uma cadeira de portuguez, francez, latim, economia rural e administração publica, que se creara para a cidade de Elvas, por lei de 27 de junho de 1866. Apezar de ser grande o numero dos concorrentes,

foi elle nomeado professor vitalicio, por decreto de 30 de novembro de 1868. Simões Dias já era muito conhecido como primoroso poeta; collaborara nos jornaes litterarios de Coimbra: *Ensaios litterarios*, *Tira-Teimas*, *Preludios litterarios*, *Phosphoros*, *Hymnos e Flôres*, *Harpa*, *Atila*, *Academia*, que fundou com Emilio Navarro e Lopes Praça, *Chrisalida*, que fundou tambem com Theophilo Braga e Duarte de Vasconcellos, e na *Folha*, de João Penha. Em 1863 publicou em Coimbra a collecção lyrica do *Mundo interior;* em 1864 o poemeto *Sol á sombra*, e em 1868 o livro de contos *Corôa de Amores*. A imprensa da epoca registava com applauso o moço poeta, augurando-lhe um brilhante futuro. Mendes Leal, ao ler os primeiros versos, mandou-lhe o seu retrato com esta dedicatoria: «A uma primavera que se inflóra com o nome de Simões Dias; um estio que declina, com o nome de Mendes Leal». Em Elvas publicou o seu poema heroi-comico *Hostia de ouro*, e em 1870 a 1.ª edição das *Peninsulares*. N'este anno foi despachado amanuense da secretaria do ministerio da justiça, logar que obteve por concurso, e em agosto transferia a residencia para Lisboa. Durante a sua permanencia em Elvas escreveu o volume *Hespanha Moderna*. Simões Dias, pelo conhecimento que tinha dos escriptores hespanhoes, compozera esse livro, revista critica e biographica dos poetas, oradores, eruditos, historiadores e artistas contemporaneos de Hespanha. Esta obra pôl-o em communicação com os principaes escriptores d'aquelle paiz, valeu-lhe um elogioso artigo publicado no jornal *A Iberia*, e deu-lhe a honra de receber na sua casa em Elvas, no anno de 1870, das mãos do ministro Montero Rios, a commenda da ordem de Izabel a Catholica, com que a regencia de Serrano quiz galardoar os serviços que prestára á litteratura hespanhola. Simões Dias esteve em Lisboa sòmente até abril de 1871, data em que o governo o encarregou de ir reger no lyceu de Vizeu a cadeira de oratoria, poetica e litteratura, sendo provido na propriedade d'esta ultima disciplina em 1880, e desempenhando já o cargo de secretario do mesmo lyceu, para que fôra escolhido, dois annos antes, por decreto de 21 de fevereiro de 1878. Fundou a 2 de novembro de 1869 o *Districto de Vizeu*, que dirigiu durante oito annos. Sendo amigo particular do bispo de Vizeu, D. Antonio Alves Martins, seguiu dedicadamente o seu partido, conquistando logo um dos primeiros logares na politica districtal. Foi eleito deputado por Mangualde em 1879, estreou-se como orador parlamentar de bons recursos ao propôr que fôsse considerado de gala nacional o dia do tri-centenario de Camões. Ainda figurou em mais tres legislaturas: por accumulação de votos, de 15 de dezembro de 1884 a 7 de janeiro de 1887: por Pombal, de 2 de abril d'este anno a 10 de junho de 1889; e por Mertola, de 19 de abril de 1890 a 2 de abril de 1892. Nos celebres comicios de 1882 contra o contrato Salamanca, Simões Dias houve-se energicamente, e foi elle quem, á frente d'uma numerosa commissão districtal, se dirigiu a el-rei D. Luiz I, então de visita á Beira, pedindo a demissão do governo. Apezar da vida agitada que atravessava, não descuidava nunca os assumptos escolares e as bellas letras. Em 1886 foi transferido para Lisboa, como professor do lyceu, nomeado por decreto de 16 de setembro, e como chefe da respectiva secretaria, por despacho de 14 de outubro do mesmo anno. Em 1887 e 1888 teve a direcção do *Correio da Noite*. Fundou o jornal *O Globo*, juntamente com os srs. Candido de Figueiredo, Sanches de Frias e Oliveira Simões. *O Globo*, durou de 1888 a 1891; redigiu depois *O Tempo*, com Oliveira Martins e Lobo d'Avila. Além dos jornaes já apontados, escreveu: no *Povo*, *Estrella da Beira*, *Commercio de Coimbra*, *Alciaserense*, *Democracia*, *Liberdade*, *Educação Nacional*, etc. Fôram publicados os seguintes discursos: *Sobre os professores de instrucção primaria e escrivães de fazenda e telegraphistas* (sessão da camara dos deputados de 6 de fevereiro de 1870); *Sobre a construcção do Caminho de ferro da Beira Alta e professores de latim e sobre o dia 10 de junho* (sessão da referida camara, de 16 de fevereiro de 1880) *Sobre as aguas thermaes de Felgueira*, (sessão da referida camara de 4 de maio de 1880); *Sobre cursos complementares de instrucção secundaria* (sessão da referida camara de 9 de março de 1881); *Sobre a dictadura de 1884, organisação do exercito e bill de indemnidade* sessão da camara de 16 e 17 de março de 1889);

José Simões Dias

Vantagens para o alferes de infantaria 14 Francisco Augusto Ramos, o caso do recruta de Tondella, instrucção primaria, secundaria e superior sessão da camara de 31 de março de 1889; *Sobre os factos acontecidos no concelho de Cintra e Escola Macedo Pinto* (sessão da camara de 1 de março de 1889); *Questão de fazenda* (sessão da camara de 18 de maio de 1885). A 5.ª edição das *Peninsulares*, publicada em 1899, traz no começo a biographia do dr. Simões Dias, escripta pelo visconde de Sanches de Frias. Para a sua biographia tambem se póde vêr o livro *Noticias da vida e escriptos de José Simões Dias*, por Henrique José de Andrade, impresso em Elvas, em 1870. Escreveu: *Relicario ou o mundo interior*, poesias, Coimbra, 1863; saiu 2.ª *edição melhorada* com o titulo: *Mundo interior*, *O bandolim de D. Juan*, *A lyra da angustia*, *Harpa eolea*, *poemas lyricos*, Coimbra, 1867; *Sol á sombra*, Coimbra, 1864; *D. Emilio Castelar*, *estudo biographico-critico*, na *Folha* n.º 11 a 15; *D. Antonio de Trueba*, *estudo biographico critico*, na referida *Folha*, n.ºs 9 e 10; estes e outros estudos fôram reunidos em 1877 n'um livro com o titulo de *Traços de critica e historia;*

Corôa de Amores, Coimbra, 1868; *Compendio de historia patria*, 1872; *Compendio de poetica e estylo*, mais tarde refundido na *Theoria da composição litteraria*, 1872; *Historia da Litteratura portugueza;* a 1.ª edição saiu em 1875, com o titulo de *Lições de litteratura portugueza*, e em 1899 já chegara a 9.ª edição; *As mães*, romance, Porto, 1877; *O Peccado*, romance, Porto, 1878; *Curso de philosophia elementar*, de Balmes, traducção, Porto, 1878; *A flôr do pantano*, romance de Carlos Rubio, traducção, Vizeu, 1879; *Elementos de oratoria e versificação portugueza*, refundida depois na *Historia da composição*, Vizeu, 1881; *Historia da philosophia*, de Balmes, Porto 1881; *A instrucção secundaria*, 1.ª edição, Porto, 1880; 2.ª em Coimbra, 1883; *Manual da historia e analyse*, de collaboração com Joaquim Paes da Cunha, inspector da 6.ª circumscripção escolar, Porto 1883; as *Peninsulares, canções meridionaes*, Elvas, 1870; o autor fez nova edição, em que incluiu o *Mundo interior*, *Poemas lyricos*, *Hostia de ouro*, *Canções meridionaes*, e *Ruidos;* houve mais duas edições, sendo a 5.ª publicada em 1899, conforme dissémos.

Dias *(Luiz)*. Architecto. Por alvará de 14 de janeiro de 1549 foi enviado por D. João III a S. Salvador da Bahia, como mestre d'obras da fortaleza que este monarcha mandou ali construir, concedendo-lhe o ordenado annual de 72$000 rs. que lhe seriam pagos dos rendimentos das terras do Brazil. No *Diccionario dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes*, de Sousa Viterbo, a pag. 552, vem transcripta uma carta de Luiz Dias, de 15 de agosto de 1551, dando conta das obras da fortificação, e de outras que já tinha executado na Bahia. N'ella se refere a um seu sobrinho que o acompanhara ao Brazil e por quem mandara as plantas para el-rei vêr, mas o sobrinho duas vezes naufragara. D. João III, quando Luiz Dias partiu para o Brazil, concedeu a sua mulher Catharina Pires, moradora na Batalha, por alvará de 16 de janeiro de 1549, a mercê de 2 moios de trigo annuaes, emquanto seu marido estivesse ausente, e pelo alvará de 30 do referido mez e anno, lhe conferiu a mesma pensão, se acaso elle fallecesse durante o tempo que se demorasse no Brazil. Luiz Dias regressou ao reino em 1554, e foi então collocada uma nota na margem do primeiro d'estes alvarás, retirando a pensão a Catharina Pires, por ser concedida a Luiz Dias a de dois moios de trigo nas rendas da ordem de Thomar em sua vida, em 14 de junho de 1554. Em 13 de novembro de 1524 foi nomeado um Luiz Dias, pedreiro, para mestre d'obras da cidade de Safim, que se julga ser este mesmo.

Dias *(Luiz Antonio Ribeiro)*. Cirurgião medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto. N. em Oliveira do Bairro a 1 de novembro de 1838, sendo filho de José da Fonseca Dias. Defendeu these a 26 de julho de 1864. Escreveu: *Do emprego da cravagem do centeio na pratica dos partos; dissertação inaugural seguida de seis proposições*, Porto, 1864.

Dias *(Manuel)*. Esculptor. Na *Chronica do Carmo*, de Fr. José Pereira de Sant'Anna, tomo I, pag. 671, lê-se o seguinte: «A imagem de N. S.ª do Soccorro que, em 1745, existia n'uma capella da egreja do Carmo, era trabalho do famoso Manuel Dias, executada n'um dos primeiros annos em que exerceu a sua arte. Fazemos menção d'ella, porque o seu autor, na opinião de toda a gente, é o mais insigne esculptor que possue o reino». Parece ter sido a este esculptor que vulgarmente se chamava *Pae dos Christos*, por ter feito muitas imagens do Redemptor.

Dias *(Padre Manuel)*. Jesuita. N. em Alpalhão em 1560, fal. em 20 de julho de 1639. Entrou para a Companhia de Jesus aos 16 annos de edade, a 30 de dezembro de 1576. Partiu para o Oriente em 1585 como missionario, em que soffreu um terrivel naufragio entre a ilha de S. Lourenço e as costas de Sofala; vindo a terra com o padre Pedro Martins, bispo do Japão, ficou sendo captivo dos barbaros. Chegando depois a Gôa, ordenou-se sacerdote, e foi superior das residencias de Taná e Chaul, e companheiro do visitador Valignani. Passando á provincia do Japão, governou duas vezes o collegio de Macau. Existem impressas duas das suas cartas.

Dias *(Padre Manuel)*. Jesuita, sobrinho do antecedente, tambem natural de Alpalhão, onde nasceu em 1585. Fal. com 35 annos de edade, a 13 de novembro de 1620, na aldeia de Cocho, do reino de Maranga. Entrou no noviciado de Evora a 19 de janeiro de 1608. Partiu para o Oriente em 1614 com destino ás missões do Malabar. Intentou o descobrimento do reino de Thibet, e acompanhado do padre João Cabral, partiu para o reino de Maranga, fallecendo depois de soffrer muitos trabalhos e privações. Foi muito dedicado á mathematica, e escreveu um *Tratado contra os que julgam que os cometas são sublunares e elementares*, que ficou inédito.

Dias *(Padre Manuel)*. Jesuita. N. em Castello Branco em 1574, fal. na China a 4 de março de 1659. Era filho de Domingos Fernandes e de Maria Fernandes. Entrou no noviciado de Coimbra a 2 de fevereiro de 1592. Passou á India em 1601, e professou em Macau em 1616. Dictou theologia n'esta cidade durante 6 annos, e foi visitador da missão da China, e duas vezes provincial. Compoz na lingua sinica varias obras, chegando a serem impressos alguns volumes da que o autor intitulara: *Sobre os evangelhos de todo o anno*, e que devia ter 12 volumes, se ficasse completa. Em manuscripto tambem deixou: *Ladainha dos Santos Anjos para uso dos christãos; Modo de cathequisar os Gentios; Tratado da Esféra*.

Dias *(Padre Manuel)*. Jesuita. N. em Formoselha em 1666; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Manuel Francisco e de Maria Luiz. Foi para a Bahia, sendo ainda muito novo, e entrou no collegio dos jesuitas a 5 de abril de 1681. Dictou philosophia no collegio do Rio de Janeiro, e theologia no da Bahia. Foi secretario de tres provinciaes, reitor do collegio do Rio de Janeiro, visitador duas vezes, e por fim provincial. Sendo muito perito em jurisprudencia, compoz um *Promptuarium juris* em 2 tomos, que não chegou a imprimir-se.

Dias *(Manuel Pereira)*. Doutor e lente cathedratico da Universidade de Coimbra na faculdade de Medicina, hoje jubilado. N. em Rezende em 4 de novembro de 1833. E' filho de Manuel Pereira Dias e de D. Anna Lucinda. Doutorou-se a 22 de julho de 1860. Foi deputado em varias legislaturas, governador civil, e par do reino, tomando posse na respectiva camara a 8 de feve-

reiro de 1881. Escreveu : *Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas*, Coimbra, 1860, que trata do seguinte assumpto: *Existirão medicamentos, cuja acção primitiva se dirija sobre o sangue? E poderá esta estender-se só pelo ensaio physiologico?*

Dias (*D. Mendo*). Conego de Santa Cruz de Coimbra, sobrinho de D. Gonçalo Dias, prior do mesmo convento. Começou a aprender theologia, e partiu depois para Paris. D. Mendo Dias foi um dos conegos regrantes que no tempo de D. Sancho I fôram estudar n'aquella cidade. Dedicou-se á medicina, sciencia em que chegou a ser muito perito, e regressando a Portugal a ensinou a S. Fr. Gil.

Dias (*Padre Miguel*). Jesuita. N. em Lisboa em 1636, onde tambem falleceu, a 8 de abril de 1724, com 88 annos de edade. Era filho de Jeronymo Dias e de Antonia Barrosa. Professou em 1 de novembro de 1650. Foi mestre de noviços nos collegios de Evora e de Coimbra, e reitor no de Portalegre, a cuja egreja deu principio. Esteve em Roma assistindo ao capitulo geral em que saiu eleito geral Miguel Angelo Tamborino. Exerceu por algum tempo o cargo de penitenciario em S. Pedro, e regressando ao reino foi mestre de noviços no collegio de Lisboa, provincial e preposito da Casa Professa de S. Roque. A rainha D. Maria Sophia Izabel de Neubourg o escolheu para seu confessor. Escreveu : *Sermão nas exequias d'El-Rey Nosso Senhor D. Pedro II na egreja de Santo Antonio dos portuguezes em Roma, no anno de 1707*, Roma, 1707, e em Lisboa, no mesmo anno; *Ultimo instante entre a vida e a morte, considerado á luz dos desenganos*, etc., Lisboa, 1716; outras edições em 1720 e 1740, e em Coimbra em 1720; *Apparelho Eucharistico ou Methodo de preparar a alma para a sagrada Communhão*, Lisboa, 1717; outra edição em 1743

Dias (*Miguel Antonio*). Doutor em Medicina. N. na Covilhã a 4 de fevereiro de 1805, ignora-se a data do fallecimento. Era estudante no curso d'esta faculdade na Universidade de Coimbra, em 1828, quando, por causa dos successos politicos d'aquelle anno, se viu obrigado a emigrar, acompanhando o exercito liberal á Galliza, de onde seguiu para Inglaterra e França. Continuou a estudar medicina nas universidades de Paris e de Lovaina, tomando n'esta ultima o grau de doutor, em 24 de agosto de 1833, voltando em seguida para Portugal onde exerceu a sua profissão. Foi medico de partido em varios concelhos, e em 1846 secretario geral do governo civil de Santarem. Era condecorado com a medalha de D. Pedro e D. Maria. Escreveu: *As letras do barracão, ou o desafogo de um academico sobre as injustiças do sr. Candido José Xavier, offerecido ao deposito de Plymouth*, Paris, 1829; saiu com as iniciaes M. A. D.; *Synopse do pronunciamento nacional em Santarem*, Lisboa, 1846.

Dias (*Fr. Nicolau*). Religioso dominicano da ordem dos prégadores. N. em Lisboa, onde tambem fal. a 6 da fevereiro de 1596. Professou no convento de S. Domingos de Lisboa a 2 de junho de 1541. Foi prior n'este convento, professor de Theologia, e definidor na sua provincia. Fez a peregrinação á Terra Santa, e assistiu em Roma, ao capitulo geral da sua ordem, celebrado em 1571, onde grangeou a affeição do pontifice Pio V, que lhe concedeu grandes privilegios para a provincia de Portugal e congregação da India. Regressando a Lisboa, seguiu o partido de D. Antonio, prior do Crato, falando desassombradamente contra o dominio hespanhol, que então começara em Portugal. Por este motivo foi preso. e mandado para Salamanca, em cujos carceres ficou encerrado. Suspeita-se que morresse na prisão, porém, segundo affirma o autor do *Agiologio Lusitano*, tomo I, pag. 362, falleceu em Lisboa no convento de S. Domingos, já depois de ter vindo «*do desterro de Salamanca, onde estivera de mandado de Filippe II, por haver prégado livremente pela liberdade da patria, no tempo das alterações*». Escreveu : *Livro do Rosario de Nossa Senhora*, etc, Lisboa, 1573; 2.ª edição em 1574; 3.ª em Evora em 1576, e 4.ª em Lisboa em 1577; *Tratado da paixão de Nosso Senhor Jesus Christo*, etc., Lisboa, 1580; *Vida da Serenissima Princeza D. Joanna, filha d'el-rei D. Affonso o quinto de Portugal*, etc., Lisboa, 1586; outra edição em 1594; outra, que saiu correcta, Lisboa, 1674; *Tratado del Juicio final*, etc., Salamanca, 1588; teve outras edições ; Madrid, 1595 ; Valladolid, 1599. E' dedicado ao arcebispo de Evora, D. Theotonio de Bragança. Esta obra foi traduzida em italiano por Julio Cesar Valentino Carpenati, Veneza, 1597. Em manuscripto deixou : *Jornada da Terra Santa* e *Excellencias de S. João Baptista*.

Dias (*Padre Pedro*). Jesuita que viveu no seculo XVI. Embarcou para o Brazil com o capitão-general Luiz de Vasconcellos, mas, em consequencia d'um temporal, aportou á ilha de Cuba, d'onde passou a Havana, sendo transferido em 1571 para a ilha Terceira. Ao saír da cidade de Angra, o navio que o conduzia foi atacado na altura das Canarias por uma frota de 5 naus calvinistas. Depois de renhido combate, a nau que levava a seu bordo Pedro Dias rendeu-se, e este religioso foi morto com mais 14 companheiros.

Dias (*Padre Pedro*). Jesuita. Era natural de Gouveia, onde nasceu em 1621; fal. na Bahia a 25 de janeiro de 1700. Foi reitor do collegio da sua ordem em Olinda, na capitania de Pernambuco. Escreveu : *Arte da lingua de Angola*, Lisboa, 1697.

Dias (*Pedro Augusto*). Bacharel formado nas faculdades de Philosophia e Medicina, lente jubilado da Escola Medico-Cirurgica do Porto, medico do hospital da ordem de S. Francisco da mesma cidade, etc. N. em Valença em abril de 1835. E' filho de José Caetano Dias e de D. Anna das Dôres Dias. Foi um dos estudantes mais distinctos do seu curso na Universidade. Em 1864 foi nomeado lente da Escola Medico-Cirurgica do Porto, jubilando em 1895. No exercicio d'este cargo deu provas da maior competencia e zelo, adquirindo ao mesmo tempo grande nome como clinico. E' muito versado em assumptos de historia e numismatica ; um dos floricultores mais distinctos, que actualmente existem no Porto. Escreveu : *Catalogo da collecção de moedas e medalhas portuguezas e outras*, pertencente a Eduardo Luiz Ferreira Carmo, Porto, 1877 ; *O ensino actual da medicina operatoria na escola medico-cirurgica do Porto*, Porto, 1885 ; *Rodrigo de Castro, apontamentos para a biographia do creador da Gynecologia:* fôram publicados nos *Archivos da Historia da Medicina Portugueza*, periodico bi-mensal do Porto, saindo no vol. I (1886) n.os 4 e 5 ; vol II

(1887), n.ºs 1 a 4, e 6; vol. III (1888), n.ºs 3 a 6; este estudo não ficou concluido, por se ter interrompido a publicação dos *Archivos; Archeologia politico litteraria (1828 1834)*, Porto, 1888; *A Universidade de Coimbra, os primeiros mestres da faculdade medica (1537 1556)*, publicado nos referidos *Archivos*, vol. V (1895), n.ºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6; *Subsidios para a historia politica do Porto*, Porto, 1896; já tinham sido publicados em folhetins no *Commercio do Porto*. Além das obras mencionadas, saíram no *Commercio do Porto* e nos *Archivos da historia da medicina* outros trabalhos historicos do autor.

Dias *(Prospero)*. Licenceado, physico de D. João III, e da relação da Casa do Civel.

Dias *(Roberto)*. Proprietario da Bahia, riquissimo, que vivia no principio do seculo XVII. Corria fama entre o povo que elle tinha descoberto ricas minas de ouro e prata. Não se sabe se na realidade as descobriu, mas o que passa por certo é que partiu para a côrte de Filippe III de Hespanha, e II de Portugal, offerecendo-lhe metaes preciosos em abundancia, solicitando em troca alguns privilegios e o titulo de marquez das Minas. El rei nomeou o administrador das minas que descobrisse mas não lhe concedeu o titulo, com o qual agraciou o governador, então D. Francisco de Sousa. Roberto Dias voltou para o Brazil, e nunca mais se ouviu falar em similhantes minas, de que apenas se conservou o titulo, segundo parece, não ficou reconhecido depois da restauração de 1640, porque o 1.º marquez das Minas foi D. Francisco de Sousa, neto do governador do mesmo nome, titulo concedido em 1670. As taes celebradas minas vieram a descobrir-se no seculo XVIII, e não se póde dizer se na verdade Roberto Dias teria tido noticias d'ellas.

Dias *(Simão)*. Mestre de carpintaria em Santarem, para que foi nomeado por el rei D. Manuel em 4 de maio de 1512, cujo cargo vagara pelo fallecimento de João Gomes. Este Simão Dias era o mesmo que trabalhava em 1518 no convento de Christo, de Thomar, sob a direcção de João Castilho, o que está provado por uma carta, com a data de 19 de agosto de 1551, em que lhe é concedido o privilegio de cidadão da cidade do Porto, e por outra, de 7 de maio de 1554, em que se lhe fez mercê da tença de 3 moios de trigo. Parece que morreu em 1556, porque em 24 de agosto d'este anno foi transferida para sua mulher, Beatriz Fernandes, a tença de 3 moios de trigo, a que acima nos referimos, a qual lhe seria entregue, no caso d'elle fallecer primeiro. Estes documentos veem publicados no 1.º vol. do *Diccionario dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes*, a que por vezes já nos temos referido, a pag. 285, 286, 553 e 554.

Dias *(Vicente)*. Navegador contemporaneo de Diniz Dias. Fez muitas viagens á costa d'Africa em companhia dos descobridores, e adquiriu tanta experiencia que o infante D. Henrique o deu como guia a Luiz de Cadamosto, quando este emprehendeu a sua primeira viagem.

Dias d'Almeida *(José)*. Medico pela Escola Medico Cirurgica do Porto, e exerce actualmente clinica n'essa cidade, onde nasceu em 1 de novembro de 1851. E' filho de José Dias d'Almeida. Defendeu these a 13 de julho de 1877, a qual foi publicada no mesmo anno, e tem por titulo: *Hospitaes; necessidade de um hospital barraca para a pratica de operações*.

Dias Azedo *(Martinho José)*. Official de artilharia. N. em Lisboa a 11 de novembro de 1779, fal. a 2 de julho de 1840. Era filho do tenente-general Mathias José Dias Azedo, de quem se trata no artigo seguinte. Assentou praça de cadete no regimento de artilharia n.º 1 em 4 de dezembro de 1796. Foi despachado segundo tenente do real corpo de engenheiros em 1800, assistindo no anno seguinte á defeza de Campo Maior, e pelos serviços, que então prestou, teve a promoção ao posto immediato, por decreto de 3 de julho de 1801. Em 1803 subiu a capitão, e tomou parte com seu pae nos trabalhos de reconhecimento e defeza da provincia do Minho em 1809 e 1810, servindo depois ás ordens do general Caula e do general inglez Cokbrun nos trabalhos do defeza da capital, passando em junho de 1811 a ajudante de campo de seu pae, que então commandava e corpo de engenheiros. Em 1814 foi empregado no reconhecimento das linhas de defeza de Lisboa e da praça de Peniche. Por portaria de 4 de janeiro de 1817 entrou como assistente para a repartição do quartel-mestre general, com a patente de capitão, sendo nomeado chefe da 1.ª direcção do ministerio da guerra, quando esta secretaria de Estado teve nova organisação depois da revolução de 1820; em 1826 teve transferencia para a 2.ª direcção, e havendo alcançado os postos de official superior, e seguindo a causa liberal, foi em abril de 1833 graduado em brigadeiro, recebendo em julho de 1834 a effectividade d'este posto. Exerceu o commando da divisão militar dos Açôres durante a guerra civil, e ainda depois d'ella ter acabado; foi em abril de 1836 director geral da secretaria da guerra, e não acceitando os principios proclamados na revolução de setembro, quando os marechaes levantaram a bandeira da revolta, tomou parte n'esse movimento, e foi o commissario encarregado de ajustar, depois da batalha de Ruivães, a convenção de Chaves. Separado do quadro do exercito em seguida a estes acontecimentos politicos, voltou mais tarde ao serviço, e ainda em 1840 foi nomeado vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar, mas pouco tempo desempenhou essas funcções, porque falleceu.

Dias Azedo *(Mathias José)*. Tenente-general, lente da Academia Real de Fortificação, etc. N. em Lisboa a 24 de fevereiro da 1758, onde tambem fal. a 11 de fevereiro de 1821. Era filho do dr. Caetano Dias Azedo, natural do Brazil, e de D. Iria, natural de Beja. Assentou praça em 11 de março de 1780, sendo promovido a 1.º tenente de infantaria com exercicio de engenheiro, por decreto de 2 de junho de 1783, e a capitão, com o mesmo exercicio, em 10 de dezembro de 1789. Foi nomeado lente da 1.ª cadeira da Academia Real de Fortificação, e escreveu um compendio militar, com o seguinte titulo: *Compendio militar, escripto segundo a doutrina dos melhores autores, para instrucção dos discipulos da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho; offerecido ao serenissimo senhor D. João, principe do Brazil; Terceira parte, que trata dos elementos da Tactica*, Lisboa, 1796. As partes primeira e segunda d'esta obra, promettidas para depois, não chegaram a apparecer. Em 1 de abril de 1795 foi promovido a major, com o mesmo exercicio de

engenheiro, e em 4 de maio de 1800 a tenente-coronel. Estava n'este anno governando Campo Maior, quando pelo rompimento das relações diplomaticas entre Portugal e Hespanha, o exercito hespanhol atravessou a fronteira do Alemtejo Um dos primeiros pontos, a que se dirigiu, foi Campo Maior; no dia 20 de maio de 1801 se apresentou em frente d'esta praça a 2.ª divisão hespanhola, e o seu commandante mandou intimar Azedo para que se rendesse. Não accedendo o governador, começaram os movimentos do exercito, e alguns tiros fôram dados contra as muralhas n'esse mesmo dia, e no seguinte, vindo então a 4.ª divisão commandada por D. Francisco Xavier de Negrete, começaram a estabelecer se os trabalhos e obras necessarias para um cerco regular. A 23 fôram feitas novas propostas para a entrega da praça, que tornaram a ser repellidas energicamente, e os hespanhoes, desesperados pela resistencia com que não contavam, dispozeram se a atacar Campo Maior com todo o vigor. Azedo pediu com instancia ao general Forbes que lhe enviasse alguns soccorros, mas só muito tarde, e com instrucções de se não comprometterem, marcharam alguns homens em direcção á praça sitiada, que ao chegarem perto d'ella, conheceram que já não podiam entrar, e retrocederam. Depois de enormes estragos causados na villa pelos numerosos projecteis lançados pelas baterias hespanholas, voltou um parlamentario do general Negrete. O governador ainda tentou recusar as propostas do inimigo, porém a disposição do povo e o desalento dos soldados o obrigaram a assignar a capitulação, em que se ajustou que a guarnição saisse com todas as honras da guerra, entrando os hespanhoes na praça a 7 de junho. Emquanto a maior parte das nossas praças de guerra se rendiam apenas avistavam o inimigo, e o exercito fugia em debandada atravez do Alemtejo sem offerecer batalha ás tropas inimigas, Mathias Azedo resistiu quanto pôde, distinguindo-se brilhantemente, por isso o governo o promoveu a coronel em 23 de maio do referido anno de 1801, *pelo merecimento, intelligencia e valor com que se houve no governo e defeza da praça de Campo Maior.* A 3 de julho ainda de 1801 teve a promoção de brigadeiro Por occasião da guerra da peninsula foi em 1809 encarregado das reparações da praça de Almeida, e de dirigir os trabalhos das fortificações de Valença e defeza da provincia do Minho. Em 7 de julho de 1810 foi promovido a marechal de campo, e a tenente-general em 10 de julho de 1813. Exerceu então varias e importantes commissões: commandante geral do corpo de engenheiros desde 16 de dezembro de 1810 até ao seu fallecimento; inspector do Archivo Militar em 21 de fevereiro de 1812; encarregado da inspecção das linhas de defeza da capital e da praça de Peniche em 3 de junho de 1814, e novamente em 27 de dezembro de 1816; membro da Junta do Codigo Penal Militar, por decreto de 17 de maio de 1816, servindo até 20 de fevereiro de 1820, dia em que foi concluido o projecto do mesmo codigo, mandado pôr em execução pelo alvará de 17 d'agosto de 1820; conselheiro de guerra por decreto de 17 de dezembro de 1817; membro do governo provisorio, que foi acclamado a 15 de setembro de 1820, quando se deu em Lisboa a revolução liberal, e depois secretario da Junta provisional do Governo Supremo, desde 1 de outubro d'esse anno até 26 de janeiro de 1821, em que a junta se dissolveu, por occasião da abertura das Côrtes; inspector das fortificações do reino pela portaria da mesma junta de 1 de janeiro de 1821. Mathias Azedo prestou ainda muitos e importantes serviços. E' obra sua o regulamento de 1812; foi elle quem procedeu á organisação do batalhão de artifices engenheiros, e dirigiu tambem a organisação d'uma companhia d'essa especialidade, que marchou em agosto de 1817 para o Rio de Janeiro. Mathias Azedo foi sepultado no convento de S. Pedro d'Alcantara. Deixou um nome respeitavel, não só como militar, mas como poeta. José Maria da Costa e Silva, no tomo III das suas *Poesias*, a pag. 213, cita com expressões de louvor 2 volumes de versos ineditos, compostos pelo illustre general. Impressos, ha noticia do seguinte: *Na gloriosa e faustissima acclamação da Rainha Nossa Senhora, Ode*, Lisboa, 1777; *Hymineo; pequeno drama para se cantar no dia dos desposorios do ill.mo e ex.mo sr. José de Vasconcellos e Sousa com a ill.ma e ex.ma sr.ª D. Maria Rita de Castello Branco; composto improvisamente por Mathias José Dias Azedo e Anacleto da Silva Moraes, e posto em musica por Jeronymo Francisco Lima*, Lisboa, 1783. Parece terem sido traduzidos por Mathias Azedo dos tomos da *Architectura Militar* de Antoni, impressa em 1790 para servir de compendio aos alumnos da Academia Real de Fortificação.

Dias de Azevedo *(Innocencio Elisio)*. Tenente da 2.ª divisão militar. N. em 1809, e fal. em dezembro de 1841. Era filho de João Pedro Dias de Azevedo Vasques d'Almeida, e de sua mulher, D. Theodora Joaquina Henriques de Azevedo; irmão do 1.º conde de Podentes, Jeronymo Dias de Azevedo Vasques d'Almeida e Vasconcellos. Innocencio Dias de Azevedo foi preso em 1828, por ser affecto ás idéas liberaes, juntamente com seu irmão, sendo ambos condemnados a pena ultima pela alçada do Porto. Em setembro de 1830 foi-lhe commutada a pena em degredo para Rios de Sena, com confisco de bens e a dar tres voltas em roda da fôrca. Em outubro seguinte deu effectivamente as tres voltas, veiu para Lisboa no hiate *Anjo da Paz*, entrou na Torre de S. Julião em 4 de novembro, e em abril de 1831 partiu para o degredo, regressando a Lisboa depois de restabelecido o poder constitucional, onde se conservou até ao seu fallecimento.

Dias Cabral *(Estevão)*. Mais conhecido por padre *Estevão Cabral.* Foi jesuita, em cujo noviciado entrou em 24 de fevereiro de 1730, e pela extincção da ordem, passou ao estado de presbytero secular. N. em Tinalhas, aldeia a tres legoas de distancia de Castello Branco, em 23 de fevereiro de 1734, fal. de repente na villa de S. Vicente da Beira em 1 de fevereiro de 1811. Era filho de Theodoro Faustino Dias e de D. Maria Cabral de Pina. Aprendeu as primeiras letras e estudou os elementos da grammatica latina na sua aldeia, e aos 14 annos de edade, em 1748, seu pae o mandou a Coimbra cursar humanidades no Collegio das Artes, dirigido pelos jesuitas. A convivencia n'aquelle instituto lhe despertou a idéa de professar, o que na verdade realisou, contra a vontade de seu pae, que lhe planeava um futuro de glorias e riquezas na vida secular, planos em parte baseados nos seus direitos de

primogenitura. O joven Estevão Cabral, que pela ordem de presbytero se ligara indissoluvelmente á egreja, prosegnia no desempenho dos seus deveres religiosos, e nos estudos de philosophia, que tinham então maior voga. Dedicou-se tambem ás mathematicas. Em 1759 deu-se a expulsão dos jesuitas que viviam em Portugal, permittindo-se, porém, que permanecessem os que não tivessem ainda sido admittidos á profissão solemne, e n'este caso estava o padre Cabral. A familia instou para que se recolhesse á sua aldeia, mas o novel jesuita resistiu a todos os pedidos, e acompanhou os companheiros proscriptos, indo assentar residencia em Roma. Sendo extincta a Companhia de Jesus em 1773, muitos dos padres voltaram a Portugal, mas Estevão Cabral, apezar de ter saudades da patria, não pôde facilmente desprender se do Collegio Romano, onde, a instancias do papa Clemente XIV, era dos mais abalisados professores, e n'esta qualidade publicára excellentes compendios de arithmetica, algebra e geometria Sempre entregue ao estudo, mereceu-lhe toda a dedicação a hydraulica, e desde logo tanto se avantajou no conhecimento d'esta sciencia que, tratando-se de procurar remedio, em 1781, para os estragos e perigos que as inundações do rio Velino produziam, e sendo ouvidos tres hydraulicos italianos, foi comtudo preferido o plano elaborado pelo professor portuguez. A este respeito publicou em Roma uma obra em 1786; é um volume em 4.º de 82 paginas com duas estampas gravadas, na primeira das quaes se representam as machinas da sua invenção, e na segunda a *Delineazione Ottica della Caduta del Velino*. Este facto alcançou-lhe grande fama em Italia, mas o padre Cabral, sentindo-se deveras com saudades da patria, de que havia perto de 30 annos estava ausente, resolveu abandonar a Italia, e partiu para Lisboa, onde chegou em 1788. Dirigiu-se á sua aldeia natal a procurar os parentes e amigos, mas a fatalidade não lhe permittiu que abraçasse seu pae, que tinha fallecido quatro mezes antes, o que lhe causou o mais profundo desgosto. Resolveu então retirar-se completamente á vida particular, mas o governo de D. Maria I o chamou em março de 1789 para o encarregar de estudar o modo de prevenir as inundações do Tejo, propondo os planos dos melhoramentos necessarios nas suas margens, para que as inundações não inutilisassem os trabalhos agricolas e não ficasse prejudicada a navegação. Os resultados d'estes estudos fôram as *Memorias* sobre os damnos causados pelo Tejo nas suas ribanceiras, e sobre o Paul da Otta, suas causas e remedio, *Memorias* que leu perante a Academia Real das Sciencias de Lisboa, que fôra recentemente creada, e de que já era socio. O governo não tardou a encarregal o d'outra nova commissão, e de propôr os meios de remediar os damnos causados pelo Mondego nos campos de Coimbra, commissão de que já haviam sido encarregados, anteriormente, homens de grande competencia. O padre Cabral escreveu a este respeito uma *Memoria*, resultado d'um largo estudo, que leu á Academia na sessão de 14 de dezembro de 1790, sendo o seu plano approvado por alvará regio de 22 de março de 1791. Por muitos annos dirigiu as importantes obras do encanamento do Mondego, occupando-se simultaneamente de outras commissões scientificas, como a de escrever, por ordem da Academia, um *Tratado de Agrimensura*. Tambem elaborou as seguintes *Memorias* que fôram publicadas nas *Memorias economicas* da Academia Real das Sciencias: *Memoria sobre o Paul da Otta, suas causas e seu remedio*, no tomo II; *Memoria sobre os damnos causados pelo Tejo nas suas ribanceiras*, no mesmo tomo; *Memoria sobre os damnos do Mondego nos campos de Coimbra*, no tomo III; *Memoria sobre o tanque e torre, no sitio chamado em Lisboa «Amoreiras» pertencentes ás Aguas Livres*, no mesmo tomo; *Memoria sobre o modo de obter e conservar agua da chuva de optima qualidade*, no tomo IV; *Memoria sobre o papel*, no mesmo tomo. Escreveu mais: *Tratado de Agrimensura, na qual se propõe o preciso para um medidor de campos*, publicada em 1795; *Extracto da memoria de Mr. Parmentier sobre os trigos e outros grãos farinaceos*, Lisboa, 1800; *Informação sobre os alagamentos dos terrenos adjacentes ao rio das Enguias*; é o documento n.º 11, que Jacome Ratton ajuntou na collecção das provas com que autorisa as suas *Recordaçoens*, e occupa ahi as paginas 410 a 423. Escreveu tambem em latim um tratado sobre a Geometria de Euclides.

Dias Camargo *(Antonio)*. Explorador brazileiro do seculo XVIII. N. na provincia de S. Vicente. Foi o primeiro que penetrou na provincia de Minas (1665) onde descobriu n'um ribeiro, denominado *Ribeirão do Carmo*, uma enorme quantidade de ouro, no ponto onde depois se ergueu a opulenta Villa Rica, depois chamada cidade de Ouro Preto. Desde esta epoca, não houve mais noticias de Dias Camargo.

Dias do Canto *(Jacinto)*. N. na ilha de S Miguel a 13 de dezembro de 1797, fal. em Lisboa a 25 de dezembro de 1852. Era tio de Ernesto, Eugenio e José do Canto (V. *estes nomes*). Estando de guarnição no castello de S. Braz, occupado por miguelistas, em 2 de agosto de 1831, no momento em que se travava na Ladeira da Velha um rijo combate entre constitucionaes e realistas, arrebatado pelo seu enthusiasmo liberal, não lhe soffreu o animo não participar da lucta, e de subito tomou a arrojada resolução de arvorar no forte a bandeira constitucional. O seu enthusiasmo terlhe-hia sido funesto se o partido miguelista ficasse victorioso.

Dias do Canto *(José Caetano)*. Mais vulgarmente morgado José Caetano. Usava tambem do appellido Medeiros. N. na ilha de S. Miguel (Açôres) em outubro de 1786 e falleceu na sûa patria a 23 de outubro de 1858. Era pae de Ernesto, Eugenio e José do Canto (V. *estes nomes*). Das noticias que os jornaes michaelenses publicaram por occasião da sua morte, as quaes em junho de 1903 archivou nas suas *Excavações* o redactor d'*A Persuasão*, sr. F. M. Supico, se pódem tirar algumas notas biographicas interessantes. Desempenhou cargos publicos de muita importancia com o maior zelo e probidade; e quando em 1832, a 22 de fevereiro, desembarcou em Ponta Delgada D. Pedro IV, installou-se este com a sua comitiva, na residencia do morgado José Caetano, que foi paço real até 27 de junho. Fôram referendados n'esta casa os celebres decretos de 16 de maio de 1832. Em demonstração do seu reconhecimento, concedeu D. Pedro V ao morgado a mercê de commendador da ordem de Christo. Muitos e valiosos serviços prestou José Caetano á sua patria.

Em 1835 lançou a idéa, por artigos publicados no *Açoriano Oriental* e *Constitucional Michaelense* (de 15 e 17 de outubro) da fundação d'uma bibliotheca publica em Ponta Delgada. Mais tarde foi nomeado para dirigir os trabalhos de installação d'aquelle estabelecimento. Perteneeu ás Juntas Geraes, foi vogal do conselho do districto, e exerceu o cargo de governador civil. O primeiro serviço de incendios tambem deveu muito á sua iniciativa. Foi na sua residencia que em 1834 se reuniu um grupo de individuos notaveis, que fundaram a Sociedade Promotora de Agricultura Michaelense, que precedeu muitos annos a instituição de sociedades eguaes no continente. O morgado José Caetano foi um dos seus mais distinctos membros, sendo a alma d'ella seus filhos André e José; aquelle, intellectual do mais alto valor no seu tempo, falleceu no vigor da vida, em 1848; este, veiu a fallecer em 1898, deixando uma obra litteraria importante Para a construcção do actual porto de Ponta Delgada tambem contribuiu bastante, subscrevendo generosamente para que á ilha viesse o engenheiro inglez Tucker fazer os estudos preliminares. Pertenceu tambem á Santa Casa da Misericordia, fazendo parte da commissão que dirigiu as obras de transformação do antigo convento no actual e grandioso hospital. A morte do commendador Dias do Canto foi muito sentida, como se vê das noticias acima referidas.

Dias Cardoso *(P. Albino Simões)*. Parocho e antigo professor na freg. de Cerdeira de Coja, concelho de Arganil. Nasceu em Bemfeita, do mesmo concelho. E' irmão do fallecido poeta José Simões Dias. Foram seus paes Antonio Simões Dias Cardoso, proprietario, e sua mulher D. Maria Gonçalves do Rosario. Tem collaborado em algumas publicações litterarias. O seu retrato e biographia encontram-se publicados no periodico de Rio Maior, *A Civilisação Popular*, n.º 414, de 1903.

Dias Cardoso *(Antonio)*. Valente capitão portuguez do seculo XVII, que o governador do Brazil Antonio Telles da Silva enviou com 60 homens escolhidos para auxiliar João Fernandes Vieira, o heroico defensor de Pernambuco, contra a invasão dos hollandezes. A' energia e perseverança com que Antonio Dias Cardoso se obstinou a permanecer em Pernambuco, apezar do desanimo de muitos conjurados que o aconselhavam a regressar á Bahia, deveu João Fernandes Vieira em grande parte o exito do seu movimento. Escondido nos bosques, Dias Cardoso esperou com os seus soldados a occasião propicia, e, quando chegou o momento proprio, quando João Fernannandes Vieira se poz em campo, Dias Cardoso, exercendo o posto de sargento-mór de batalha do seu pequeno exercito, auxiliou-o muito com a sua experiencia, e preparou-lhe a victoria das Tabocas, em que tomou parte activa, sendo elle quem organisou as celebres embuscadas que destruiram o exercito hollandez. Quando Martim Soares e André Vidal vieram pôr-se ao lado de Fernandes Vieira, Dias Cardoso passou para o segundo plano, mas a victoria das Tabocas, a mais importante de todas por ter sido a primeira, a elle se deve incontestavelmente.

Dias Cardoso *(Antonio)*. Formado em Canones pela Universidade de Coimbra, conego doutoral da sé de Evora, inquisidor, etc. N. em Santarem, e fal. em Lisboa a 26 de janeiro de 1624. Era filho do dr. Pedro Fernandes e de Barbosa Fernandes. Foi eleito inquisidor da inquisição de Coimbra, em 20 de maio de 1589, sendo transferido para a de Evora, em 12 de outubro de 1602; deputado do conselho geral do Santo Officio em 14 de maio de 1610, e 27 de junho de 1620 tomou posse do logar de conego doutoral da sé de Evora. Escreveu: *Regimento do Santo Officio de Portugal*, que se imprimiu em 1613 por ordem do inquisidor geral D. Pedro de Castilho.

Dias Cardoso *(Gaspar)*. Poeta do seculo XVII, de que nada resta impresso, mas que teve grande fama no seu tempo. Era familiar da casa do arcebispo de Lisboa D. Affonso Furtado de Mendonça. A poesia d'elle mais citada é um cantico do *Benedicite* em tercetos portuguezes. Existia manuscripto na livraria do duque de Lafões.

Dias Cardoso *(Manuel José)*. Tenente-coronel graduado do corpo de engenheiros em 1842, cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz; em 1851 era empregado no Archivo militar, e falleceu em Lisboa a 24 de janeiro de 1854. Escreveu: *Apontamentos e reflexões sobre as linhas do Norte de Lisboa, ou linhas de Torres Vedras, pelo capitão engenheiro M. J. D. C.* Lisboa, 1823.

Dias Cardoso *(Manuel Simões)* Presbytero, arcediago da villa de Ceia, no bispado de Coimbra, e professor de grammatica portugueza e latina no lyceu da referida cidade. N. no logar das Luadas, concelho de Arganil, a 7 de janeiro de 1807. Escreveu: *Logares selectos dos escriptores latinos, com a traducção interlinear, para uso das escolas*, Coimbra, 1857. Contéem escriptos de Sulpicio Severo, Eutropio, Phedro e Justino (este ultimo só em latim, pelas razões que o autor explica no prologo).

Dias Carmona *(Vicente)*. Natural de V. N. de Portimão, que era muito versado nas cousas geographicas, e escreveu um livro, que ficou manuscripto, intitulado *Geographia do reino do Algarve*.

Dias de Carvalho *(Gonçalo)*. Doutor em Direito Civil, desembargador da Casa da Supplicação, deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, etc. Era natural de Guimarães, e fal. em Lisboa a 25 de outubro de 1598. Escreveu: *Carta dirigida a el-rei D. Sebastião*, Lisboa, 1557. Deixou mais duas obras manuscriptas.

Dias de Carvalho *(Henrique Augusto)*. General de brigada reformado, explorador africano, governador do districto de Lunda, etc. N. em Lisboa a 9 de junho de 1843. E' filho de João Augusto Dias de Carvalho e de D. Emilia de Macedo. Seus paes o destinavam á marinha, mas preferiu o exercito, e assentou praça de voluntario em infantaria n.º 7 a 16 de agosto de 1859. Frequentou o curso da sua arma, e tendo terminado o segundo anno da Escola Polytechnica, apresentou-se ensejo de ir para o ultramar, para onde partiu em fevereiro de 1867. Era então alferes; estava-se organisando o contingente que n'aquelle anno devia seguir para Macau, S. Thomé e Principe. Chegou a Macau em junho do referido anno, e foi encarregado de dirigir duas escolas regimentaes, que pouco antes haviam sido inauguradas, uma de cabos e soldados, outra de grammatica, geographia e mathematica. Foi esta a primeira colonia que serviu, deixando o seu nome vinculado a muitos melhoramentos. Em 1868 esteve ao serviço das obras publicas da colonia.

Diversas vezes foi elogiado e louvado pelo governador de Macau: em 1869 por serviços prestados quando se deu o incendio no *Hotel Oriente*; em 1870 por serviços militares notaveis; em 1871 pela maneira habil e corajosa como conseguiu capturar 22 praças que tinham desertado, e por haver suffocado uma revolta. Foi nomeado em 1872 conductor, chefe de trabalhos das obras publicas. A sua primeira commissão do ultramar durou mais de seis annos, findando em 1873, grangeando durante este tempo a estima dos superiores e a dedicação dos subordinados. Ainda no anno de 1873 foi nomeado para administrador do concelho da ilha de S. Thomé, e pouco depois encarregado do commando e organisação da companhia de policia. No exercicio d'este cargo escreveu nos annos de 1874 e 1875 estatisticas em todos os ramos de administração. Sendo depois atacado por uma grande febre, teve de retirar-se para a metropole em 1876. Em 13 de junho do anno seguinte partiu novamente em serviço das nossas colonias, dirigindo-se a Moçambique como administrador do concelho. Passado pouco mais d'um mez foi Henrique de Carvalho transferido para Lourenço

Henrique Augusto Dias de Carvalho

Marques, em seguida para Ibo, e por fim para Quelimane. No primeiro de setembro de 1878 passou a Angola, entrando para o serviço das obras publicas de Loanda. Aqui, entre muitos outros trabalhos technicos, elaborou o projecto e foi encarregado da construcção da Escola Profissional, e fez concluir o edificio do hospital Maria Pia. Conservou-se n'esta commissão até abril de 1882, regressando então á metropole. Em 1884, já no posto de major de estado maior de infantaria, organisou por conta do governo, uma expedição scientifica ás terras de Lunda ou paiz de Muatiânvua, de que fôra nomeado commandante. Em 20 de março expediu officios para as associações commerciaes de Lisboa e Porto, para o governador do Banco Nacional Ultramarino, e Sociedade de Geographia Commercial do Porto, participando-lhe a sua nomeação, e que esta expedição a Lunda ou terras de Muatiânvua, além d'outros fins, tinha o de procurar novos mercados ao nosso commercio e industria, e estudar tudo que pudesse interessar e garantir, a propaganda e desenvolvimento do que reciprocamente pudesse convir, n'aquelle intuito, a Portugal e aos paizes que a expedição tinha de atravessar. A expedição saiu de Lisboa no dia 6 de maio. Henrique de Carvalho voltou a Lisboa em 1888, e desde essa epoca instou pela creação do novo districto da Lunda, como um bom passo politico para a melhor garantia dos direitos da soberania de Portugal n'aquelle paiz, e derivação do seu commercio para a provincia de Angola, por meio dos varios affluentes do Zaire. Em 1895 creou-se, por decreto de 13 de julho, o novo districto de Lunda na Africa Occidental, sendo Henrique de Carvalho, que já fôra promovido a coronel, nomeado seu governador. Em setembro do referido anno de 1895 partiu para o seu governo, tendo anteriormente recebido com toda a solemnidade a bandeira portugueza que ia acompanhal-o. Esta bandeira era bordada em seda por um grupo de senhoras, cujos nomes ficaram occultos em rigoroso anonymo. No dia 1 de setembro foi benzida na egreja de S. Domingos; cerimonia commovente a que assistiram muitos officiaes do exercito e da marinha, fazendo se representar o ministro da marinha pelo seu ajudante, comparecendo tambem uma força de marinheiros da armada com a respectiva charanga. A'cerca da sua expedição scientifica, tem publicado o sr. general Henrique Augusto Dias de Carvalho alguns grossos volumes, como a *Ethnographia e historia tradicional dos povos da Lunda; Methodo pratico para falar a lingua da Lunda, contendo narrações historicas dos diversos povos; Descripção de viagem á Mussumba do Muatiânvua; A Lunda ou Estados de Muatiânvua, dominios da soberania de Portugal*, etc. Esta importante obra consta ao todo de 7 volumes. Tambem escreveu: *A provincia de Angola e o estado independente do Congo*, que foi publicado na *Revista portugueza colonial e maritima*, vol. VII; *Meteorologia, Climalogia e Colonisação nas terras de Angola*, 1892; edição illustrada, que traz os retratos do conselheiro Julio de Vilhena e do dr. Manuel Ferreira Ribeiro. O sr. general Henrique de Carvalho foi reformado em 2 de agosto de 1898. Tem as seguintes honras: commendador das ordens de S. Thiago, da Torre e Espada, de Christo e d'Aviz; official e cavalleiro d'esta ordem; cavalleiro da de N. S.ª da Conceição; tem a medalha de prata de comportamento exemplar, a de ouro por serviços no ultramar; é commendador da ordem da Estrella Africana do Estado do Congo, e da Corôa de Italia.

Dias de Carvalho *(Jacinto José)*. Negociante da praça de Lisboa. N. em Braga em 1776, fal. em 1 de agosto de 1858, com 82 annos de edade. Foi um dos primitivos fundadores do Banco de Lisboa, e interessou-se muito pela organisação e desenvolvimento do Asylo da Mendicidade, o qual foi creado em 1836. Quando falleceu, andava trabalhando com o padre Francisco Raphael da Silveira Malhão, bem conhecido prégador, na construcção d'uma egreja dedicada ao Santissimo Coração de Maria no logar de Olho Marinho, do conc. d'Obidos. Para esse fim concordara o padre Malhão que se imprimissem os seus sermões, e que o producto da venda se applicasse a essas obras. Jacinto Dias de Carvalho escreveu: *Plano de defeza para um navio mercante artilhado*, Lisboa, 1820; é um opusculo de 8 folhas de impressão, sem o seu nome; não se sabe se foi o autor ou o traductor, ou se apenas o publicou: *Dire-*

ctorio christão, ou instrucção pratica nos caminhos da vida devota, extrahido dos melhores e mais illustrados autores asceticos, por ***, Lisboa, 1825; *Microcosmo, ou mundo pequeno, offerecido aos illustres bemfeitores do Asylo da Mendicidade, erecto no real convento de Santo Antonio dos Capuchos*, Lisboa, 1844; é a historia dos seus trabalhos e esforços a favor d'aquella casa; *Espirito de Ganganelli, ou collecção de pensamentos religiosos, moraes e politicos*, Lisboa, 1845; teve dois *additamentos*, publicados em 1846 e 1847; *Novena do Senhor Santo Christo dos Milagres, com a invocação de «Ecce Homo», cuja prodigiosa imagem se venera no convento das religiosas da Esperança de Ponta Delgada, na ilha de S. Miguel, e outros pensamentos religiosos, moraes e politicos*, Lisboa, 1851; saiu sem o nome do autor; *A Virgem Portugueza; facto historico provado com testemunhas fieis, e maiores de toda a excepção, addicionado de lições moraes e politicas, extremadas dos mais abalisados autores, e recopilados por ****, Lisboa, 1853; contém um epitome da vida de Santa Iria, seguido da sua novena, de varias devoções, e outras miscellaneas devotas; *Mosaico religioso, moral e politico.*

Dias da Conceição (*Paulo Antonio*). Prelado goense. Nasceu em Cavelossim de Carmouã, conc. de de Salsete, na India, a 21 de junho de 1769 e falleceu a 17 de abril de 1853. Desde cedo se distinguiu nos estudos feitos no seminario de Rachol; ainda estudante regeu as cadeiras de latim e philosophia, no impedimento dos respectivos professores. Em 1790, com 21 annos apenas, foi nomeado professor de latim e director do seminario de Chorão, leccionando ali tambem philosophia e cantochão. Considerado jurisconsulto e canonista profundo, alcançou a estima e confiança do arcebispo D. Fr. Manuel de S. Galdino, que successivamente o nomeou: Advogado do juizo ecclesiastico; desembargador da Relação ecclesiastica; promotor de justiça e procurador da mitra primacial, em 1812. Occupou depois os logares: Vigario geral do arcebispado desde 1815; conego da sé de Gôa em 1820; mestre-escola em 1825; arcediago em 1826; thesoureiro-mór em 1827; chantre em 1840; vigario capitular, no impedimento do proprietario, desde 1834-1835; vigario capitular, por eleição, desde 18 de janeiro de 1835 até 19 de novembro de 1837; deão nos principios de 1853; presidente da assembléa provincial para a eleição de deputados em 1821. Como vigario capitular deu as mais rasgadas providencias sobre o enterramento de cadaveres, prohibindo-o dentro dos templos; sobre a administração dos cofres da sé; sobre o trajo e comportamento dos egressos; etc etc. Chegando, porém, á India o arcebispo eleito D. Antonio Feliciano de Santa Rita Carvalho, trazendo a carta regia de 20 de setembro de 1836 ao cabido de Gôa para lhe conferir jurisdicção sem reserva, publicou uma notavel pastoral de 25 de novembro de 1837, em que sustentava brilhantemente os seus direitos de vigario capitular. Escreveu mais: *Resposta de um amigo a outro, refutando a escandalosa pastoral do cabido da sé primacial de Gôa, datada de 28 de fevereiro passado* por *Tallio;* Nova Gôa, 1839. Em varios jornaes de Gôa e Bombaim deixou dispersos muitos artigos de critica e polemica.

Dias Correia (*Padre João*). Cantor muito estimado em Braga, onde nasceu em 1829, e fal. em maio de 1877. Foi cantor-mór de varios córos d'aquella cidade, professor de cantochão no seminario, e primeiro baixo na capella da cathedral.

Dias Costa (*Antonio Maria*) Capitão de infantaria reformado. N. na ilha de S Nicolau de Cabo Verde em 20 de março de 1860, reformou-se em 19 de outubro de 1900. Tem o curso da Escola do Exercito, e é condecorado com a medalha de prata de comportamento exemplar: Escreveu: *Arte militar*, Lisboa, 1881. E' uma traducção da *Arte militar* de Perizonius, feita com o fim de facilitar aos seus condiscipulos o estudo da *tactica elementar*, resumindo materias muito desenvolvidas no original Este trabalho não se completou. Escreveu tambem. *O canto coral, introducção do seu ensino nos quarteis do exercito;* é um estudo sobre a vantagem da introducção do ensino do canto coral (orpheons) nas casernas, como meio moralisador e incentivo de camaradagem. Parece que não chegou a publicar-se.

Dias Costa (*Francisco Felisberto*). Do conselho de sua magestade, ministro de Estado, lente da Escola do Exercito e do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa, director geral do ultramar, secretario geral do ministerio da marinha, tenente-coronel de engenharia, etc. N. em 9 de de fevereiro de 1853. Assentou praça em cavallaria a 11 de outubro de 1869, sendo promovido a alferes em 27 de dezembro de 1871, a tenente em 1 de dezembro de 1876. Seguiu o curso de infantaria nas Escolas Polytechnica e do Exercito, sempre com muita distincção, recebendo os primeiros premios pecuniarios nas cadeiras 1.ª, 2.ª, 5.ª, 6.ª, 7.ª, 8.ª. e 9.ª, e na de geometria descriptiva. Concluindo o curso geral da Escola do Exercito, e ficando classificado para a arma de engenharia, foi acabar na referida escola o respectivo curso. Passou á arma de engenharia como tenente, e em 1882 foi nomeado lente provisorio de 2.ª classe para a Escola do Exercito, passando pouco depois a fazer parte da commissão encarregada de organisar o ensino do Collegio Militar em harmonia com o dos lyceus centraes. Em 1886 foi requisitado para fazer serviço no ministerio das obras publicas, accumulando este serviço com o do professorado. Em 15 de abril de 1887 foi promovido a capitão, e em julho de 1888 foi nomeado, precedendo concurso, lente de primeira classe, tendo regido varias cadeiras com a maior competencia profissional, cargo que ainda hoje exerce, assim como o de lente do Instituto Industrial e Commercial, para que foi nomeado, tambem precedido de concurso. Em 19 de junho de 1902 foi promovido a major, e em 14 de julho de 1904 a tenente-coronel. Foi deputado pela primeira vez, sendo eleito por Arouca, em 20 de outubro de 1889, sendo até 2 de maio de 1897 sempre reeleito em todas as legislaturas, menos na de 1895, em que os progressistas, a cujo partido pertence, se abstiveram. Em novembro de 1897 tomou a seu cargo a pasta da marinha, para substituir o conselheiro Barros Gomes, que passou para a dos estrangeiros. O sr. conselheiro Dias Costa tem sido varias vezes louvado pelo zelo e proficiencia com que tem desempenhado numerosas commissões de serviço publico. E' cavalleiro e official da ordem de S. Thiago, e em 28 de setembro de 1895 teve a mercê de grau de official da ordem de Aviz por serviços

distinctos. Tem a medalha de prata de comportamento exemplar, e ultimamente foi condecorado com a grã-cruz do Merito Naval, pelo governo hespanhol. Escreveu : *Escola do Exercito 1888-1889, 1.ª cadeira, 1.ª parte, secção I-II Legislação militar portugueza ; apontamentos*. Abandonando o uso anteriormente seguido n'esta escola, de sobrecarregar-se os alumnos com o estudo de legislação revogada ou obsoleta, deu o autor uma nova orientação ao seu trabalho, coordenando com todo o criterio e o mais methodicamente possivel os pontos essenciaes da nossa legislação militar, com o que facilitou sobremaneira o ensino que tem de ministrar aos alumnos da primeira cadeira da escola do exercito. Publicou tambem : *Discurso proferido na camara dos senhore deputados na sessão de 18 de janeiro de 1890*,s Lisboa, 1890.

Dias Costa *(José Maria)*. Official de ordenanças e empregado no governo das armas na provincia do Minho, no tempo do governo do infante D. Miguel; jornalista, etc. Fundou em Braga o *Commercio do Minho* em 1873, e a *Semana religiosa bracarense*, em 1875. N'estes jornaes defendia as suas idéas politicas, e essencialmente as religiosas. Fal. a 3 de setembro de 1878, sendo então o decano da imprensa de Braga.

Dias Ferreira *(José)*. Jurisconsulto, ministro de Estado, doutor e lente cathedratico de Direito pela Universidade de Coimbra, ha annos jubilado; deputado, par do reino, etc. N. na Aldeia Nova de Pombeiro, districto de Coimbra, a 30 de novembro de 1837. E' filho de Antonio Ferreira Dias. Depois do curso do Lyceu de Coimbra, em que revelou não vulgar intelligencia e natural applicação, matriculou-se no primeiro anno de Theologia na Universidade, por tencionar seguir a vida ecclesiastica, porém no fim do segundo anno passou para a faculdade de Direito, cujo curso terminou com distincção, sendo premiado em todos os annos. Formou-se em 1859, e doutorou-se a 29 de julho de 1860, sendo despachado lente substituto extraordinario na referida faculdade em 1861, a ordinario em 1862, e a lente cathedratico em 1865. Entrando na politica, foi eleito deputado pela primeira vez em 1861, e reeleito em diversas legislaturas, representando os circulos de Arganil, Anadia, Beja e Aveiro. Em 1868, no movimento conhecido pela *Janeirinha*, fez parte do ministerio, pela primeira vez, no gabinete presidido pelo bispo de Vizeu, D. Antonio Alves Martins, encarregando se da pasta da fazenda; o ministerio demittiu se em julho do mesmo anno. Em 1870, no gabinete organisado pelo marechal Saldanha depois da revolta de 19 de maio, tomou novamente a seu cargo a referida pasta, e foi interinamente ministro da justiça; interino do reino de 3 de junho a 31 de julho, e effectivo até 29 de agosto. Em 1892 tornou a ser chamado ao poder, quando o ministerio transacto se demittira por causa d'uma grande questão sobre os Caminhos de Ferro. Encarregado de formar gabinete, ficou sendo presidente do conselho e ministro do reino. Fizeram parte d'este ministerio : Joaquim Pedro de Oliveira Martins (fazenda), visconde de Chancelleiros (obras publicas), D. Antonio Ayres de Gouveia, bispo de Bethsaida, (negocios ecclesiasticos e justiça), Francisco Joaquim Ferreira do Amaral (marinha), Dr. Antonio de Sousa da Silva Costa Lobo (estrangeiros), e o general Jorge Candido Pinheiro Furtado (guerra). Durante o tempo em que foi deputado e ministro apresentou differentes propostas e projectos de lei, alguns dos quaes motivaram grandes e renhidas discussões, tanto no parlamento como na imprensa. Especialmente em 1892, os seus actos politicos provocaram agitadas controversias, creando-lhe serias difficuldades que o obrigaram a pedir a demissão. O illustre parlamentar assumiu, na politica portugueza, um papel de absoluta independencia, combatendo todos os partidos, e constituindo-se chefe d'um pequeno grupo denominado *constituinte*. Por ser na verdade muito reduzido, chamaram-lhe *patrulha*, sendo esta a designação por que ficou sendo geralmente conhecido este grupo politico. O sr. conselheiro José Dias Ferreira, um dos mais illustres jurisconsultos do fôro portuguez, foi advogado da Companhia Credito Predial, e teve muitos annos escriptorio de advogado em Lisboa. Em 1883, estando em Madrid por occasião da visita da familia real portugueza áquella côrte, a academia hespanhola de jurisprudencia convocou uma sessão em homenagem ao abalisado estadista jurisconsulto, e o sr. conselheiro Dias

José Dias Ferreira

Ferreira proferiu um notavel discurso, que está reproduzido ou extractado nas actas da mencionada academia. O sr. conselheiro Dias Ferreira tem a grã-cruz da ordem de Carlos III, de Hespanha, é socio effectivo da Academia Real das Sciencias e da Sociedade de Geographia, de Lisboa, correspondente do Instituto de Coimbra. Escreveu : *Ensaio sobre os primeiros elementos da theoria da estadistica do ex.mo sr. Adrião Pereira Forjaz de Sampaio*, Coimbra, 1857 ; *Annotações aos elementos de direito natural do ex.mo sr Vicente Ferrer Neto Paiva*, Coimbra, 1858 ; *Noções fundamentaes da philosophia do direito*, Coimbra, 1861 ; saiu nova edição com o titulo de *Noções elementares da philosophia do direito*, Coimbra, 1864 ; *Minuta da appellação na causa de investigação de paternidade illegitima intentada por José Delphino Mendes Veiga, e D. Guilhermina Amalia Mendes Veiga, contra José Mendes Veiga*, Lisboa, 1871 ; *Discurso proferido na sessão nocturna de 10 de dezembro de 1870 pelo sr. José Dias Ferreira... publicado por alguns amigos do paiz, admiradores do talentoso orador*, Porto, 1871 ; é a defeza do governo de 19 de maio, a que pertencera o ora-

dor; *Reflexões juridicas a favor do visconde e viscondessa de Trancoso na causa que elles intentaram contra D. Maria do O Osorio Cabral para annullar o testamento com que falleceu Bartholomeu da Costa Macedo*, etc., Lisboa, 1872; *Codigo civil portuguez annotado*, Lisboa; tomo I, 1870; tomos II e III, 1872; tomo IV, 1874; tomo V, Coimbra, 1877; estas annotações ao *Codigo civil* constituem um trabalho de muito valor, consultado por todos os jurisconsultos, sendo as suas indicações seguidas como se fôssem leis em vigor; *Minuta de revista crime a favor do recorrido Manuel dos Santos Castro no processo n.º 8:700*, Lisboa, 1872; *Questão de inventario, autos de appellação entre partes: appellante, D. Maria do Carmo; appellado, Pedro da Silva Cerveira Montenegro de Bourbon*, Lisboa, 1874; *Questão de aresto por motivo de abalroação entre o vapor inglez «City of Meca,» e o vapor portuguez «Insulano»*, Lisboa, 1875; *Discurso pronunciado na camara dos senhores deputados na sessão de 30 de abril de 1879*, etc., Lisboa, 1879; *Questão vincular*, Lisboa; *Aggravo n.º 19:531, relator o ex.mo visconde de Midões, aggravante o dr. Alberto Carlos Cerqueira de Faria, aggravados a condessa de Geraz do Lima e marido; objecto da questão: o dr. Alberto Carlos Cerqueira de Faria na qualidade de cabeça do casal na herança de sua mulher a baroneza de Folgosa*, Lisboa 1882; *Discursos contra a proposta syndicato Salamanca*, etc., Lisboa, 1882; *Questão judicial entre a ex.ma sr.ª D. Maria das Dores Silva e Almeida, appellante, e seu filho o ex.mo sr. Carlos Maria Eugenio de Almeida, appellado*, Lisboa 1882; *Uma decisão iniqua; embargantes condessa de Geraz do Lima e marido, embargado dr. Alberto Carlos Cerqueira de Faria*, Lisboa, 1883; *Questão de doações; relator o ex.mo conselheiro Mexia Salema; embargantes, Carlos Maria Eugenio d'Almeida e mulher; embargados, D. Maria das Dores Silva e Almeida e outros*, Lisboa, 1883; *Causa celebre; questão de investigação de paternidade illegitima; autores, D. Guilhermina Eugenia de Carvalho e filha, réos os herdeiros do barão da Gloria; relator o ex.mo sr. J. J. da Cunha Rivara*. Lisboa 1883; *Discursos sobre a reforma da lei eleitoral, proferidos nas sessões de 8 e 10 de março de 1884*, etc., Lisboa, 1884; *Discurso sobre a reforma da constituição proferido em sessão de 29 de janeiro de 1884*, etc., Lisboa, 1884; *Discurso sobre a reforma penal proferido na sessão de 18 de abril de 1884*, etc., Lisboa, 1884. Publicou ainda muitos folhetos respectivos a questões juridicas, *aggravos, recursos appellações*, etc.

Dias Freitas *(Manuel)*. Sargento-mór engenheiro, logar a que foi promovido por decreto de 7 de julho de 1707, em attenção ao bom procedimento e valor, com que se houve na defesa da praça de Moura.

Dias Freitas *(Paulo Marcellino)*. Medico, provedor da Misericordia do Porto, professor e diretor do Instituto Industrial da mesma cidade, etc. N. na Carvalheira, conc. de Terras do Bouro, a 24 de outubro de 1850. E' filho de Antonio Manuel Dias de Freitas, magistrado do ministerio publico do julgado local. Fez distinctamente o curso preparatorio no lyceu de Braga; em 1870 entrou para a Academia Polytechnica do Porto, e em 1871 para a Escola Medico-Cirurgica da mesma cidade. Fez rapidamente o curso, tirando em 1876 o diploma de medico com as mais honrosas referencias. Começou então a exercer clinica, tornando-se muito afamado, dando consultas no consultorio do dr. Arnaldo Braga, e no do dr. Côrte Real. Mais tarde dedicou-se á politica, e saiu deputado pelo circulo de Povoa de Lanhoso em 1879, sendo depois nomeado vogal da Junta Geral do districto do Porto, e eleito pelos collegas presidente do mesmo corpo administrativo. Aborrecendo-se da politica, abandonou-a completamente. Em 1887, sendo provido no logar de lente da 6.ª cadeira do Instituto Industrial do Porto, renunciou á clinica. Foi depois nomeado provedor da Misericordia, cargo que exerceu até 1901, e que sempre desempenhou com o maior zelo. Actualmente é director do Instituto Industrial, conservando o seu logar de professor da 6.ª cadeira, cuja disciplina é technologia geral, historia do progresso das industrias, hygiene geral e colonial.

Dias Gomes *(Francisco)*. Escriptor, poeta e commerciante. N. em Lisboa em março de 1745, onde tambem fal. a 30 de setembro de 1795. Era filho de Fructuoso Dias, merceeiro. Reconhecendo-lhe talento e aptidão para o estudo, seu pae quiz que elle seguisse em Coimbra o curso de jurisprudencia, e achando-se já preparado com os estudos de humanidades que aprendeu, parte nas aulas da Congregação do Oratorio e parte com o professor e afamado escriptor Pedro José da Fonseca, chegou a matricular-se na Universidade no primeiro anno de leis, porém, pouco depois, sua familia o mandou abandonar os estudos, em virtude das suggestões d'um tio, que se propoz a estabelecer-lhe uma loja de mercearia, dizendo que esta vida lhe renderia muito mais, que a de advogado ou de juiz. Francisco Dias Gomes veiu tomar conta da sua loja, porém, habituado aos estudos regulares, que tão contra vontade interrompera, não pôde deixar de entregar-se ao cultivo das letras. Continuou, portanto, a ler e a meditar assiduamente todos os bons modelos da antiguidade, as melhores obras modernas, e os autores vernaculos, que mais se distinguiram pelo seu estylo e linguagem. Assim conseguiu tornar-se um perfeito erudito. Não podendo elevar-se a grandes alturas como poeta, por lhe faltar o genio da invenção, conseguiu todavia deixar á posteridade algumas composições de valor, que denunciam no autor um profundo conhecimento das regras da arte e da lingua portugueza. A obscuridade da sua vida e a sua indole naturalmente modesta o conservaram afastado do convivio dos escriptores do seu tempo. Entregue sempre ao estudo, sujeitou-se tambem a dar lições de primeiras letras e de grammatica latina na casa dos poucos discipulos que podia arranjar, para occorrer aos meios de subsistencia para si e sua familia, porque o commercio lhe dava diminutos interesses. Mas no meio dos trabalhos e afflicções domesticas manteve sempre toda a independencia propria do seu caracter, concentrando em si todos os desgostos, e supportando-os com a maior resignação. O professor de mathematica e abalisado escriptor Garção Stockler foi com quem elle se relacionou mais intimamente. Stockler o animava a supportar a sua triste posição e os revezes da fortuna. Como verdadeiro amigo, e mostrando-se admirador do seu talento, foi ainda Stockler quem pôde conseguir, que apezar da sua modestia, Dias Gomes apresentasse em 1782 á Academia Real

das Sciencias uma memoria intitulada *Analyse e combinações philosophicas sobre a elocução e o estylo de Sá de Miranda, Ferreira, Bernardes, Caminha e Camões, segundo o espirito do programma da Academia Real das Sciencias publicado em 17 de janeiro de 1790.* Esta obra foi coroada pela Academia em sessão publica de maio de 1792, e inserta no tomo IV das *Memorias da Litteratura da Academia*, de pag. 26 a 305. Francisco Dias Gomes falleceu aos 50 annos d'uma doença de caracter epidemico que o atacou e a toda a sua familia; não querendo tomar conselhos dos medicos, aggravou-se-lhe a doença até que succumbiu, deixando mulher e filhos na miseria. Stockler, seu intimo amigo, promoveu a publicação das suas obras, a expensas da Academia Real das Sciencias, revertendo o producto da venda em proveito da viuva e dos orphãos. Stockler, na verdade, prestou um bom serviço á patria, tornando conhecidas as obras do grande philologo, as quaes trazem á frente a *Breve noticia da sua vida e escriptos*, por Stockler. A edição foi feita em 1799; a *Elegia á morte do bom Luiz*, que vem ali incluida, saiu tambem em separado, no mesmo anno; e a *Elegia á morte de Jacinto Ignacio Rebello Saldanha*, fôra publicado em 1778, ainda em vida do autor. Acerca de Dias Gomes notam-se opiniões as mais honrosas de escriptores autorisados Alexandre Herculano, no *Panorama* de 1839, pag. 197, chama-lhe celebre critico, e o homem talvez de mais apurado ingenho que Portugal tem tido, para avaliar os meritos de escriptores. José Silvestre Ribeiro, nos seus *Primeiros traços de uma resenha litteraria*, etc., diz que «as annotações de Francisco Dias são um primôr de philologia, uma rica e preciosa mina de doutrina litteraria, que este grande humanista legou á sua nação, e que devem ter presentes todos os que pretenderem obter cabal conhecimento da lingua e litteratura portugueza.» Tambem falam d'elle Ferdinand Denis, no seu *Résumé de l'Histoire Litteraire de Portugal*, pag. 428; Solano Constancio, no tomo VII dos *Annaes das Sciencias e das Artes*, pag. 21 e 22; Villela, nas *Observações criticas a Balbi*. pag. 103, etc. Publicaram se tambem de Francisco Dias Gomes duas tragedias: *Ifigenia, tirada da historia grega*, 1798; *Electra*, idem, 1799. Estas tragedias fôram pelo autor apresentadas em diversos tempos á Academia Real das Sciencias, para entrarem no concurso ao premio destinado annualmente para esta especie de composições, mas fôram restituidas ao seu autor, na conformidade dos estatutos, por não serem considerados com o merito sufficiente.

Dias Guilhermino *(Antonio)*. Actor muito applaudido nos nossos theatros, especialmente no Porto, onde fez a maior parte da sua carreira artistica Era mais conhecido pelo *actor Dias*. N. em Maiorca a 28 de março de 1840, fal. repentinamente no Porto, em 25 de novembro de 1893. Era filho de Manuel Dias Guilhermino, honrado cidadão liberal, que tomou parte muito activa nas luctas civis de 1834, 1846 e 1847. Ainda muito novo foi para Coimbra dedicar-se ao commercio. Resolvendo depois seguir a vida de pharmaceutico, passou á Figueira da Foz como praticante de pharmacia no hospital da Misericordia. Dois annos mais tarde veiu para Lisboa continuar a sua carreira na pharmacia Carvalho, da rua dos Fanqueiros. Aborrecendo-se da capital, voltou a Coimbra, disposto a seguir os preparatorios para o respectivo curso, que não chegou o concluir. Sentindo verdadeira vocação para o theatro, representou em diversas sociedades de amadores, agradando sempre muito pelas raras aptidões que mostrava para a scena. Animado pelos applausos que grangeava, decidiu-se definitivamente a dedicar-se á carreira de artista dramatico, e deixar por completo os estudos pharmaceuticos. Representou no theatro da Chamusca e no da Figueira da Foz, debutando na comedia em 1 acto *Feio de corpo e bonito d'alma*, no papel do sargento Cutilada. Foi n'este theatro que o actor Apolinario d'Azevedo, indo á Figueira da Foz com uma companhia, o viu representar, e tanto lhe agradou o seu trabalho artistico, que diligenciou leval-o comsigo. Desde então começou o actor Dias a receber as mais brilhantes demonstrações de sympathia nos theatros de Coimbra, Porto, Braga e outros. Teve depois escriptura no theatro de D. Luiz, de Coimbra, estreando-se na comedia em 3 actos, *O doutor Paz*, seguindo-se-lhe muitas peças, em que se ia accentuando mais o seu grande merecimento Annos depois saiu d'aquelle theatro, e percorreu por algum tempo as provincias, representando o seu reportorio, e alcançando por toda a parte o maior agrado. Em seguida foi escripturado para o theatro Baquet do Porto, pelo empresario Antonio de Sousa, debutando no drama em 5 actos, *Os filhos*, traducção de Borges de Avellar, representando em seguida *O lago de Killaney*, drama em 3 actos e 1 prologo; entrando depois nas peças: *Cavalleiro de Malta*, *Nossas alliadas*, *Quatro mulheres n'uma casa*, *Tio Torquato*, *Os medicos*, *Heroe á força*, *Porteiro da casa n.º 15*, *Gata borralheira*, etc. Do Baquet passou para a Trindade, tambem do Porto, onde debutou na *Pastora d'Ivry*, representando depois na *Lucrecia Borgia*, *Musico infeliz*, *Schah em pancas*, *Filha do ar*, *Narciso com dois pés*, etc. Voltando ao Baquet, representou nos *Vagabundos*, *Rouxinol das salas*, *Filha da senhora Angot*, *Marselheza*, etc. Durante 8 annos se conservou no Porto, que o applaudia como um dos seus artistas mais predilectos. Em 1878 foi contratado por Sousa Bastos para o theatro do Principe Real, de Lisboa, onde appareceu na *Revista de 1877*, d'aquelle empresario e escriptor, obtendo logo um enorme successo no papel do sacristão. Seguiram-se as peças: *As ruas de Lisboa*, *Verde Gaio*, *O capitão Satanaz*, uma parodia aos *Sinos de Corneville*, *Roca de Vidro*, *Princeza Azulina*, *Processo da Luz electrica*, *Revista de 1878*, em que representou diversos papeis, salientando se n'um *asylado*, e n'um *inglez*. Voltou depois para o Porto n'uma empresa de Alves Rente. Camillo Castello Branco, que lhe consagrava sincera affeição, adaptou do francez uma comedia, a que deu o titulo de *Assassinio de Macario*, para ser representada n'uma das suas festas artisticas. Em 1880 foi ao Rio de Janeiro; agradou muito, mas não parava em theatro algum. Em 1881 voltou para o Porto. Em 1890 esteve outra vez em Lisboa, no theatro da Rua dos Condes, escripturado por Sousa Bastos, sendo muito feliz no papel de Benjamim, no *Reino das mulheres*. Esteve depois duas epocas no theatro d'Avenida, e voltou novamente para o Porto, e ali, no theatro do Principe Real, estando a representar n'uma matinée *O Solar dos Barrigas*, logo no primeiro acto caiu fulminado, para não mais se le-

vautar. Além das peças que temos citado, contam-se ainda as seguintes, no seu vastissimo reportorio: *A bilha quebrada*, *Barbeiro de Sevilha*, *Mascote*, *Dragões d'el-rei*, *Madgyares*, *Carmen*, *Fra Diavolo*, *Linda de Chamounix*, *Cabra cega*, *Guerra d'amor*, *Val d'Andorra*, *Garra d'Açor*, *As cem virgens*, *Princeza das Cajueiras*, *Uma viagem á China*, *Sina do papá*, *Prima Francisca*, *Burro do senhor Alcaide*, *Solar dos Barrigas*, etc.

Dias Guimarães *(Antonio José)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, e emigrado em 1828, por pertencer ao partido constitucional. N. Porto entre os annos de 1802 a 1804, e falleceu na mesma cidade em 9 de agosto de 1857. Escreveu: *Memoria sobre as ruinas e antiguidades de Pompeia;* é o n.º 3 dos *Annaes da Sociedade Litteraria Portuense*, impressos no Porto em 1837. O autor viajou muito, e n'uma das suas viagens visitou aquellas ruinas.

Dias Inchado *(Antonio)*. Doutor e lente substituto de Medicina na Universidade de Coimbra. N. em Castello de Vide a 12 de julho de 1672, e ignora-se a data da sua morte, mas parece que falleceu antes de 1759. Era filho de Antonio Dias Inchado e de Margarida Nogueira. Estudou Medicina na Universidade, e foi substituto na cadeira de prima n'esta faculdade, desde 12 de fevereiro até 15 de maio de 1702. Foi medico do hospital de Castello de Vide, das villas de Aldeia Gallega e Benavente, e depois do bispo de Portalegre, Alvares Pires de Castro e Noronha. Escreveu: *Apologia medico-racional dos remedios do syncope estomatico das febres do estio e dos abusos da quina-quina em ordem a evitar-lhe recahidas*, Lisboa, 1735. Em manuscripto deixou: *Arte de pulsos febris, ou Pinacotheca Galenica despertadora dos abusos, que o mundo viu das incurias que tem havido depois de Galeno.*

Dias Jordão *(Abel Maria)*. Bacharel formado em Medicina e Cirurgia pela Universidade; doutor pela faculdade de Paris, socio effectivo da Academia Real das Sciencias, da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, do Instituto de Coimbra, da Sociedade das Sciencias Medicas de Metz, da Sociedade Medica do Pantheon de Paris, do Circulo pharmaceutico de Montpellier, e de outras corporações scientificas estrangeiras, etc. N. em Lisboa a 4 de outubro de 1833, onde tambem falleceu em julho de 1874. Era filho do dr. Abel Maria Jordão de Paiva Manso, e de D. Catharina Angelica Dias Jordão, filha de Francisco Dias Gomes, escriptor de merecimento (V. *Dias Gomes, Francisco*); irmão do visconde de Paiva Manso, o dr. Levy Maria Jordão. Destinando-se á medicina, matriculou-se em 1848 n'esta faculdade na Universidade de Coimbra, terminando o curso em 1855, anno em que se formou. Foi depois completar os estudos em Paris, tomando o grau de doutor na faculdade d'aquella cidade em 1857. Regressando a Lisboa, requereu ao governo que o admittisse na faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, ao exame de habilitação necessaria para o exercicio da sua profissão n'estes reinos. Esta permissão foi lhe concedida pela portaria de 20 de agosto de 1858. Teve a nomeação de demonstrador da secção medica, da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, sendo provido em concurso, por carta de 9 de janeiro de 1861, e por carta de 25 de abril do mesmo anno, foi nomeado 1.º lente substituto na referida secção. Em 1863 a Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa o elegeu para seu presidente, da qual já era socio. Em 1877 foi agraciado com a commenda da ordem de Christo. Exerceu clinica, tornando-se um dos medicos mais afamados de Lisboa, e falleceu com pouco mais de 40 annos. Foi collaborador muito assiduo do *Jornal das Sciencias Medicas*. Casou com D. Maria Virginia Ida. Escreveu: *Considérations sur un cas de diabète*, Paris, 1857. Esta dissertação tem sido muitas vezes citada e commemorada pela imprensa portugueza e estrangeira, de fórma muito honrosa para o seu autor. V. *Recherches sur les accidents diabétiques*, por Mr. Marechal de Calvi, Paris, 1864, a pag. 47, 51, 110 e 279; *Guide du diabétique*, por Mr. Fauconneau Dufresne, Paris, 1861; pag. 80 e 83, etc., e tambem nos jornaes *Union médicale*, Paris, 1857, n.º 114; *Gazette hebdomadaire de médecine*, Paris, 1861, pag. 714; *American Journal of the medical Sciences*, Philadelphia, n.º de outubro de 1866, *Instrucção publica*, Lisboa, 1857, n.º 17, etc. Escreveu mais: *Discurso recitado na Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa em sessão solemne annual, no dia 29 de janeiro de 1863, pelo presidente da mesma Sociedade*, Lisboa, 1863; *Estudos sobre a diabete*, Lisboa 1865; tambem saíram nas *Memorias* da Academia Real das Sciencias, nova serie, classe 1.ª, tomo III, parte 2.ª; *As epidemias do Asylo d'Ajuda, discurso recitado em sessão de 27 de Maio de 1865 na Sociedade das Siencias Medicas de Lisboa*, Lisboa, 1865; *Sobre alguns symptomas da diabéte; lição clinica feita na Escola de Medicina de Lisboa*, Lisboa, 1866; *As febres intermitentes não paludosas, tratamento da anemia*, Lisboa, 1866; *Ainda as paralysias de Ajuda*, Lisboa. 1866; *Da congestão e hemorrhagia cerebral*. Lisboa, 1861. Publicou ainda numerosos artigos ácerca da diabéte e de outras especialidades, no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, nos tomos XXIV e seguintes, referidos aos annos de 1860 a 1866, de que mencionaremos os seguintes: *Sobre os preparados de cobre, como reactivos da glycose*, no vol. XXV (1861), pag. 113; *A propros de la gangréne diabetique, deux mots à Mr. Marechal de Calvi*, no dito vol., pag. 283; *Assucar na saliva dos diabeticos*, no vol. XXIV (1860), pag. 161; *Sobre a memoria das febres intermitentes em Portugal por A. J. Barjona*, vol. XXVI, pag 343; *A tintura da caferana ou jáckré-uru no tratamento das febres intermitentes* (em collaboração com E. Motta), vol. XXVII, pag. 249; *Lições de clinica, feitas na Escola Medica de Lisboa*, vol. XXX (1866); *Do aborto entre os romanos*, nota appensa á traducção dos *Fastos* de Ovidio, por Antonio Feliciano de Castilho, no tomo I da mesma versão, a pag. 504 e seguintes; *Noticia dos trabalhos scientificos do dr. Abel Jordão, em apoio á sua candidatura a membro effectivo da Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1867.

Dias Lebre *(João Pereira)*. Cirurgião-medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto, professor de anatomia na mesma escola, presidente da delegação do Monte-pio Geral, na referida cidade. N. em Vizeu a 10 de fevereiro de 1829, fal. no Porto em 18 de julho de 1900. Era filho de José Pereira Correia. Defendeu these a 24 de julho de 1855, a qual tem por titulo: *Breves considerações sobre o parto prematuro artificial e suas indicações*, e foi publicada no mesmo anno de 1855. O

dr. Dias Lebre pertenceu ao batalhão academico, por occasião da revolta chamada da *patuléa*, e era condecorado com a Torre e Espada, por serviços prestados ha annos n'uma epidemia em Valbom. Nos ultimos annos da sua vida não regia a cadeira da Escola Medica, por causa da surdez que profundamente o atacara Por occasião da sua morte o *Diario da Tarde*, do Porto, publicou um saudoso artigo a respeito do velho professor, acompanhado do seu retrato.

Dias Leite (*Jeronymo*). Conego na sé do Funchal, cidade onde nasceu. Foi domestico da casa dos condes da Calheta, donatarios da ilha da Madeira, pelos annos de 1590. Teve natural inclinação para a poesia e estudo da historia profana. Escreveu: *Insulana, ou descobrimento e louvores da ilha da Madeira*, poema que se conservava manuscripto na livraria do duque de Lafões.

Dias de Lima (*P. Antonio José Victor*). Conego da sé cathedral de Macau, onde nasceu em 26 de fevereiro de 1793, e fal. em 1 de março de 1856. No impedimento do provisor e vigario geral proprietario, serviu durante algum tempo este logar, por despacho de 15 de setembro de 1827. Em 4 de outubro de 1843 foi nomeado para a effectividade dos mesmos officios, pelo bispo D. Jeronymo José da Matta, de que, porém, o exonerou a portaria do bispado, de 18 de janeiro de 1849. O que deu causa a esta exoneração, foi o seguinte facto: o padre Antonio José Victor fôra, desde 1843, administrador da ermida de N. S.ª da Guia, e como tal, não tendo a ermida dinheiro proprio, se obrigara a repetidas despezas para n'ella conservar o antigo culto. Por necessidade superveniente julgou, em 1848, poder empenhar durante breve tempo, em uma das casas de penhores chinezas, o calix e patena da mesma capella, e assim fez, profanando antes os mesmos objectos com a exigida formalidade. Como este facto constou, o padre Antonio foi denunciado por um sacerdote ao governador da colonia; promoveu-se um escandalo, e a autoridade ecclesiastica viu-se obrigada a passar a citada portaria. O padre Antonio escreveu então uma *justificação*, em que demonstrou que este seu procedimento estava em completa harmonia com os preceitos de Lucio Ferraris e mais canonistas classicos, que autorisam a vender e empenhar os vasos sagrados; e quanto a dizer se que elle entregara esses vasos nas mãos dos gentios. ponderou que não eram gentios inimigos da nossa fé. e que o mesmo caso se dava, n'esta cidade, quando se mandavam dourar ou concertar objectos similhantes. Finalmente, com a arguição da falta de prévia licença, argumentava que, sendo provisor e vigario geral, podia usar para si das faculdades que tinha para os ecclesiasticos seus inferiores. Esta *justificação* appareceu, depois da sua morte, entre outros trabalhos manuscriptos, muitos sermões e panegyricos. Por carta de 6 de novembro do referido anno de 1849, o mesmo bispo que o exonerara dos cargos de provisor e vigario geral, o nomeou examinador synodal. Escreveu: *Oração funebre do muito reverendo padre Joaquim José Leite, sacerdote da C. M., superior do R. Collegio de S. José desde 1808 até o anno de 1353 a 25 de junho em que falleceu: composta e recitada por um seu discipulo na egreja do mesmo collegio a 26 de julho do dito anno;* não tem o nome do autor, e foi impressa em Cantão, em 1853.

Dias de Lima (*Manuel*). Escriptor e magistrado. N. em Faro a 24 de novembro de 1669, fal. no Porto a 6 de setembro de 1745. Era filho de Diogo Alvares e de Izabel Rodrigues. Estudou philosophia na Universidade de Evora, onde recebeu o grau de mestre em artes, e depois na de Coimbra, jurisprudencia canonica, faculdade em que se formou. Foi juiz de fóra de Castello de Vide e de Santarem, provedor da camara de Setubal, corregedor do Porto e desembargador dos aggravos na relação d'esta cidade. Em 1722 foi eleito academico da Academia Real de Historia, sendo encarregado de escrever as *Memorias historicas d'el-rei D. Manuel*, trabalho que não chegou a realisar, por ter fallecido repentinamente. Na collecção de documentos da referida Academia encontram-se alguns dos seus trabalhos litterarios.

Dias Melgaço (*Diogo*). Um dos mais notaveis contrapontistas que floresceram no seculo XVII; mestre de capella na sé de Evora. N. em Cuba a 11 de abril de 1638, fal. em 13 de março de 1700. Era filho de Affonso Lourenço Melgaz e de Maria Ferro. Entrou para moço do côro da referida cathedral, e era alumno do seminario da mesma cidade de Evora a 20 de maio de 1647. Fez taes progressos nos estudos, que, ainda muito novo, tendo recebido as ordens ecclesiasticas e sendo cantor da capella, passou a dirigil-a e a ensinar musica na aula, vindo mais tarde a exercer o logar de reitor do mesmo seminario. Como seu pae tinha o appellido de *Melgaz*, era tambem conhecido por *Diogo Dias Melgaz*. Deixou as seguintes composições: *Motetes da quaresma; Missa ferial*, a 4 vozes; *Motete de defuntos*, a 4 vozes: *Gloria laus et honor*, da procissão da dominga de Ramos, a 8 vozes. Estas obras estão escriptas em 2 livros de papel imperial, tendo o frontispicio illuminado, e são dedicadas ao arcebispo de Evora D. Fr. Luiz da Silva em 1694; segundo dizem, conservam se no cartorio da sé de Evora. Compoz mais: *Paixões dos quatro Evangelistas; Adoração da Cruz*, em sexta feira santa; e o motete *In Monte Olivete*, tudo a 4 vozes; conservam-se tambem n'um livro dedicado ao referido prelado em 1694; *Missa* chamada da *Batalha*, a 2 córos; *Sequencia da Resurreição, Pentecostes*, do *Corpo de Deus*, e *de defuntos*, a 2 córos; *Lamentações da Semana Santa*, a 2 córos e a 6 vozes; *Miserere*, a 8 e a 12 vozes; *Psalmos de Vesperas de Christo e da Senhora*, a 12, 8, 6 e 5 vozes; *Psalmos de Completas*, que se cantavam na sé de Evora nas domingos da quaresma, e o cantico *Nunc dimitis*, a 2 córos; *Responsorios do Natal*, a 2 córos; *Lições de Defuntos*, a 8, 4 e 3 vozes; *Ladainha de Nossa Senhora do Rosario*, que se cantava no convento de S. Domingos, com motetes a 8, 6 e 4 vozes; *Hymnos* e *Antifonas* para varias festas, a 8 vozes; *Rex tremendæ majestatis*, motete a 4 vozes; *Salve Regina*, a 4 vozes; *Villancicos* para as festas de Christo, de Nossa Senhora e de santos.

Dias Novaes (*Paulo*). Navegador, neto de Bartholomeu Dias, capitão e conquistador de Angola. Em 1559, o rei preto d'aquelle reino enviou embaixadores á rainha D. Catharina, regente de Portugal na menoridade d'el-rei D. Sebastião, a pedir-lhe que o protegesse. A Africa merecera pouca attenção aos nossos soberanos, desde que os tinham começado a captivar os es-

plendores do Oriente, mas D. Catharina sempre enviou Paulo Dias de Novaes com tres caravélas para entrar em relações com o principe negro, e examinar se seria vantajoso para os portuguezes o commercio d'essa região. Paulo Dias de Novaes voltou por tal fórma enthusiasmado que D. Sebastião, quando tomou posse do reino, o nomeou capitão e conquistador de Angola. Paulo Dias de Novaes chegou em 1576 á barra do Cuanza, e ali se estabeleceu, sendo amigavelmente recebido pelos regulos indigenas; porém as tentativas dominadoras dos nossos começaram a revelar-se pelo que não tardaram a excitar a desconfiança do rei de Angola, que nos roubou 10 navios, matando varios portuguezes. Paulo de Novaes, com um punhado de homens, tirou a mais cruel vingança d'este facto. Estava se então em 1578, no malfadado anno em que se deu a batalha d'Alcacer-Kibir Era preciso reforço, e o cardeal D. Henrique, pouco depois de subir ao throno, enviou a Africa duas barcas e 150 soldados, mas este pequeno soccorro bastou para que Paulo Dias de Novaes tomasse a offensiva e praticando actos de inaudito valor, derrotasse em successivas pelejas nuvens de pretos, e em 1583 tinha reduzido á nossa obediencia quasi todos os vassallos do rei de Angola. Entretanto, o prior do Crato perdia a batalha d'Alcantara, fugia de Portugal, perdia depois nos Açôres a batalha de Villa Franca, e via a ilha Terceira caír no poder dos hespanhoes. Emquanto Filippe II conquistava o reino de Portugal, conquistavam os portuguezes o reino de Angola. Paulo Dias de Novaes fundou a cidade de S Paulo da Assumpção de Loanda, e uma outra povoação em Massangano, para onde teve de se retirar, quando, privado de soccorros do reino, se viu obrigado a ceder o campo aos inimigos; mas apenas recebeu um leve auxilio, retomou a offensiva, estendeu o dominio portuguez até ás minas do Cambambe, e em 1589 preparava-se para invadir o Dengo para aprisionar o rei de Angola na sua capital, quando a morte o surprehendeu.

Dias Pegado *(Guilherme José Antonio)*. Doutor e lente de Mathematica na Universidade de Coimbra, lente da cadeira de Physica na Escola Polytechnica, deputado, etc. N. em Macau em 1804, e fal. em Lisboa a 22 de outubro de 1885. Era filho de Manuel Dias Simões. Passando á Europa, em 1820, matriculou-se na Universidade, fazendo com distincção o curso de Mathematica, em que se doutorou a 20 de julho de 1826. Manifestando idéas liberaes, teve de emigrar para fugir ás perseguições do partido miguelista, e refugiou-se em Brest, onde esteve por algum tempo com outros emigrados. Voltou a Portugal depois de terminada a guerra civil, e dedicou-se á politica. Logo em 1835 foi nomeado lente de Mathematica na Universidade, porém pouco tempo se demorou no exercicio d'este cargo, porque, organisando-se a Escola Polytechnica n'esse mesmo anno, o dr. Dias Pegado foi chamado para reger a cadeira de Physica n'este novo estabelecimento scientifico Quando se pensou em crear um observatorio meteorologico em Lisboa, e o sabio americano, o tenente Maury, da marinha de guerra dos Estados Unidos e director do Observatorio Astronomico de Whashington, solicitou a cooperação de Portugal para o seu plano de observações meteorologicas, quiz a nossa boa estrella que houvesse em Lisboa um homem de intelligencia, de boa vontade, de ardente paixão pela sciencia, e desde logo encontrou Mr. Maury entre os portuguezes um habil e zeloso interprete dos seus designios. Era o dr. Guilherme José Antonio Dias Pegado. Foi elle quem dirigiu o serviço nautico-meteorologico, e quem concorreu para a fundação do *Observatorio meteorologico* da Escola Polytechnica, que se tornou muito florescente, e que tem a denominação do *Infante D. Luiz*, que D. Pedro V lhe deu, por decreto de 1 de julho de 1856, accedendo ao desejo de seu irmão, depois rei D. Luiz I. O dr. Dias Pegado foi nomeado director, e pela portaria de 1 de abril de 1857 ficou autorisado a estabelecer postos meteorologicos nas capitaes das provincias ultramarinas. Em outubro de 1858 encontrou nas suas relações com o governo grandes desgostos que o obrigaram a demittir se da direcção do Observatorio. Foi deputado em successivas legislaturas, sendo sempre eleito por Macau, a começar no anno de 1834. Na camara mostrou grande interesse pelos assumptos de instrucção e de colonias. N'uma das sessões apresentou um projecto de lei de organisação geral da Universidade de Portugal. Era muito respeitado como professor, apezar dos alumnos o considerarem um tanto severo. Jubilou em 1860, e desde então entregou-se a uma vida muito retirada e solitaria Com o decorrer dos annos enfraqueceram-lhe as faculdades intellectuaes, dando provas de loucura pouco antes de morrer. Escreveu: *Essai de Trigonométrie sphérique, traitée d'après un nouveau plan, par Joaquim Maria d'Andrade, Professeur de la faculté de Mathematiques à l'Université de Coimbra*, etc, *traduit du portugais*, Brest, 1833; *Plano para a organisação d'uma escola naval em Portugal*, Lisboa, 1834; *Projecto de lei de organisação geral da Universidade de Portugal, offerecido ao Corpo Legislativo*, Coimbra, 1835; *Lições de Physica experimental e mathematica, para uso dos alumnos da Escola Polytechnica*, Lisboa, 1857; *Esboço de Physica geral e suas applicações*, Lisboa, 1849; *Observatorio meteorologico do Infante D. Luiz na Escola Polytechnica*, artigo descriptivo, publicado no *Almanach illustrado e encyclopedico*, pag. 92 a 102, Lisboa, 1856; *Primeiras noções de Physica, para a geral instrucção do publico*, Lisboa, 1852.

Dias Pereira *(P. José)*. Presbytero secular; socio da Arcadia Ulyssiponense com o nome de Silvano Ericimo Falleceu em abril de 1802. Foi durante muitos annos vice-reitor do Real Collegio dos Nobres, e promovido a reitor em 1798. Escreveu: *Arte magica aniquilada do marquez Francisco Scipião Maffei*, Lisboa, 1783; *Defeza de Cecilia de Faragó, accusada do crime de feiticeira*, Lisboa, 1775; outra edição, 1783; ambas estas traducções sairam sem o nome do traductor; *Traducção da Ode XVII do livro 2.º de Horacio;* saiu o livro da traducção do dialogo *Catão*, de Cicero, por Thomaz José de Aquino, a pag. 109, e depois no *Jornal Poetico*, em 1812. Ha mais d'elle impressas algumas poesias, que recitou na Arcadia, e é tambem sua parte da ecloga terceira de Quita, que ambos juntamente compozeram; vem no tomo I das obras do mesmo Quita, a pag. 52.

Dias Possas *(Luiz)*. Antigo empregado da Casa da Moeda, aposentado em 2 de junho de

1887. N. em Lisboa a 29 de janeiro de 1817, fal. na mesma cidade a 22 de julho de 1902. Era filho de Francisco Dias Possas e de Vicencia Maria das Dôres Possas. Frequentou algumas aulas de desenho da Academia Real das Bellas Artes. Assentou praça no 4.º batalhão nacional movel de Lisboa em 4 d'agosto de 1833, passou depois ao batalhão de caçadores n.º 10 e ao regimento de infantaria n.º 9. Em 27 de dezembro de 1840 apresentou-se no 2.º batalhão de voluntarios nacionaes do commercio. Foi condecorado com as medalhas de D. Pedro e D. Maria, algarismo n.º 2, e commemorativa da divisão auxiliar a Hespanha, commandada pelo conde das Antas, sob cujas ordens tomou parte na campanha de 1836-1837, em Vitoria e nas margens do Ebro. Deixando depois a vida militar, entrou ao serviço da officina de papel sellado a cargo da Junta do Credito Publico, por portaria de 2 de junho de 1841, até que pela portaria de 28 de junho de 1843, aquella officina passou a cargo do Thesouro Publico Foi mais tarde nomeado apontador da administração geral da Casa da Moeda e papel sellado em 30 de dezembro de 1853; porteiro da mesma repartição em 3 de novembro de 1857; chefe da officina do sello em 5 de janeiro de 1865; fiel dos armazens de papel sellado e para sellar em 11 de junho de 1853, em que depois se reformou. Foi um funccionario muito considerado e muito zeloso nos deveres do seu cargo. Na sua qualidade de chefe dos armazens de papel sellado e para sellar, teve durante muitos annos, debaixo da sua responsabilidade milhares de contos de réis em papel sellado, estampilhas do imposto do sello e de correio, letras, etc.

Dias do Quintal *(João)*. Escriptor, que viveu no seculo XIX, de quem apenas se sabe que falleceu em Lisboa pouco mais ou menos em 1855. Escreveu: *O Americano em Londres*, conto original, Lisboa, 1849; *Coincidencias admiraveis da historia das nações, mórmente da portugueza*, Lisboa, 1849; *Alpha e Omega*, especie de encyclopedia portugueza, de que se chegaram a imprimir apenas algumas folhas, ficando a publicação interrompida pelo seu fallecimento.

Dias Ramos *(Alexandre)*. N. Zambujal em novembro de 1687; ignora se a data em que falleceu. Era filho de Braz Dias e de Maria Gonçalves Assentou praça de soldado em cavallaria no regimento d'Elvas, de que era coronel João de Quintal Lobo. Deu baixa em 1705, applicanse desde então á cultura dos campos e ao tratamento dos animaes. Escreveu: *Thesouro de lavradores, e nova alveitaria do gado vaccum illustrada com varias autoridades, dividida em quatro livros*, etc, Lisboa, 1737; houve outras edições, em 1762, 1801 e 1848.

Dias de Santo Antonio *(P. André)*. Presbytero secular, bacharel em canones e protonotario apostolico. Traduziu do italiano, de Antonio Masini, um livro intitulado: *Compendio da paixão de Christo Senhor nosso, dividida em sete jornadas e passos tormentosos que o Senhor deu antes de morrer*, etc., Lisboa, 1752.

Dias Seixas *(P. Domingos)*. Escriptor do seculo XVIII, prior da egreja de N. S.ª d'Assumpção, de Vinhó. Era natural da villa de Santa Marinha, na serra da Estrella, bispado de Coimbra. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Escreveu: *Memoria da vida e virtudes da Madre Soror Anna de S. Joaquim, religiosa professa da ordem da SS. Trindade, elucidadas com reflexões mysticas*, Coimbra, 1740. Esta freira falleceu no convento de N. S.ª dos Remedios, do Rato, em Lisboa, com 26 annos de edade, em 1737. No fim da obra está outra do mesmo autor intitulada: *Breve direcção de Espirito, ou tratado brevissimo da oração mental*, etc.

Dias da Silva *(Manuel)*. Lente cathedratico na faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, 16.ª cadeira, etc. N. em Santa Christina, de Longos, concelho e districto de Braga, em 1 de agosto de 1856. E' filho de João Dias da Silva Já depois de ser ordenado presbytero, matriculou-se na Universidade, na faculdade de Direito. em 1879. Fez acto de formatura em 1884, e doutorou-se a 19 de junho de 1887. No anno seguinte alcançou por concurso o logar de lente substituto da faculdade de Direito, sendo o seu primeiro despacho para o magisterio a 5 de janeiro de 1888. Foi presidente da camara municipal durante seis annos, em que prestou bons serviços, procedendo a muitos melhoramentos, que assignalaram a sua gerencia, da qual mandou publicar desenvolvidos relatorios annuaes, que são valiosos subsidios para a historia da camara do referido concelho. Em janeiro de 1905 foi agraciado com a gran-cruz e commenda da ordem de N. S.ª da Conceição. E' tambem socio effectivo do Instituto de Coimbra. Escreveu: *Theses de Direito*; Coimbra, 1886, em portuguez e latim; *Estudo sobre a responsabilidade civil connexa com a criminal*, I, Coimbra, 1886; foi a sua dissertação inaugural, para o acto de conclusões magnas na faculdade de Direito; *Estudo sobre a responsabilidade civil connexa com a criminal*, II, Coimbra, 1887; esta segunda parte foi a sua dissertação para o concurso a uma substituição da faculdade de Direito.

Dias da Silva *(Virginia)*. Actriz contemporanea, de primeira classe, societaria no theatro de D. Maria II. N. em Torres Novas a 19 de março de 1850, A sua carreira artistica tem sido brilhantissima Estreou-se em 15 de abril de 1866 no theatro do Principe Real, na comedia *Mocidade e honra*, e desde logo revelou grande disposição para o palco. Era empresario e ensaiador d'aquelle theatro o antigo actor Cesar de Lima. Com tão esperançosos auspicios, encarregou-se de differentes papeis de maior ou menor importancia, conseguindo as sympathias do publico, accentuando se de dia para dia o seu elevado merecimento artistico, que no futuro havia de ser uma gloria da scena portugueza. Tomando conta do theatro do Principe Real, como emprezario, o mestre da arte José Carlos dos Santos, juntamente com Pinto Bastos, Virginia, sob a direcção de tão distincto ensaiador, fez grandes progressos, tornando-se deveras notavel em papeis de ingenua, falta que desde a morte de Manuela Rey se fazia sentir muito no theatro. Entrou nos dramas *João o carteiro*, *Os solteirões*, *O abysmo*, *A vida d'um rapaz pobre*, *Os dois anjos*, *O que fazem as rosas*, *A lampada maravilhosa*, *Por causa d'uma carta*, etc, representando tambem nas operetas *Grã-duqueza de Gerolstein* e *Flôr de Chá*, *A ponte dos suspiros*. Santos passou para emprezario do theatro de D Maria II, e na companhia que organisou, figurava Virginia como primeira ingenua. Entrou n'uma grande parte do repor-

torio d'essa epoca, na *Maria Antonieta*, *Princeza de Bagdad*, *Fr. Luiz de Sousa*, *Dionysia*, *Fedora*, *Acrobata*, *Patria*, *Drama do povo*, *A estrangeira*, etc. Conservou se muitos annos no theatro normal, indo depois para a Trindade, onde em 1898 foi societaria. Proseguindo na sua gloriosa car-

Virginia Dias da Silva

reira artistica, como primeira dama dramatica, entrou na *Martyr*, *Musotte*, e em muitas outras peças. Fez duas viagens ao Brazil, sendo tambem muito applaudida. Voltou novamente para o theatro de D. Maria II, e ali, ao lado de seu marido, o bem conhecido actor Ferreira da Silva, um dos artistas mais estimados do publico, continuou recebendo sempre phreneticos applausos, como nos dramas *Dôr suprema*, *Ao telephone*, *Os velhos*, *Peraltas e sécias*, e muitos outros, cujos titulos nos não recordam. Ultimamente, por causa dos seus pertinazes soffrimentos, tem-se afastado um pouco da scena, por conselho dos medicos. Parece que em breve (abril de 1906) reapparecerá na peça *Os velhos*, para em seguida se retirar definitivamente da scena. A actriz Virginia Dias da Silva foi agraciada em junho de 1902 com o habito da ordem de S. Thiago, de merito scientifico, litterario e artistico, sendo a primeira actriz portugueza que recebeu esta mercê. Na noite que se seguiu ao dia em que appareceu no *Diario do Governo* o respectivo decreto, a illustre artista obteve no theatro de D. Maria uma calorosa manifestação, tanto do publico, como dos seus collegas e escriptores Foi uma verdadeira homenagem prestada ao seu talento e á mercê com que fôra agraciada. No n.º 5 da *Illustração Portugueza*, recentemente publicada, vem uma biographia da distincta artista, e uma serie de retratos seus representando a em differentes edades.

Dias e Sousa (*Bartholomeu dos Martyres*). Bacharel formado em Canones, fidalgo da Casa Real, conselheiro, commendador das ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição, cavalleiro da Torre e Espada, gran cruz das ordens de S. Mauricio e de S. Lazaro da Sardenha, da de S. Gregorio Magno, de Roma, e de Carlos III, de Hespanha; director geral do ministerio da justiça, commissario da Junta da Cruzada, deputado, etc. N. em V. N. de Constancia a 27 de julho de 1806, fal. em Lisboa a 7 de janeiro de 1882. Era filho de paes pouco abastados, mas revelando desde creança grande intelligencia, foi levado por um parente para Coimbra, matriculando se em Canones na Universidade, concluindo a formatura em 1828, exactamente quando o infante D. Miguel dava o seu golpe de Estado, e quando os estudantes de Coimbra, formados em batalhão academico, abandonavam as aulas, indo combater pela liberdade. Bartholomeu dos Martyres alistou se tambem no batalhão, e com o posto de furriel fez a marcha para a Galliza e a retirada para Inglaterra. Partiu para a ilha Terceira em 1829 a bordo da galera ingleza *James Cropper*, e quando ali chegou, tomou parte no destacamento encarregado da defeza da aldeia dos Biscoutos. Em 10 de julho de 1831, estando já na Terceira a regencia, o ministro Braklami, querendo aproveitar os estudos canonicos e as habilitações de Bartholomeu dos Martyres, o encarregou do expediente da secretaria dos negocios ecclesiasticos e da justiça. Fez parte da expedição que veiu desembarcar em julho de 1832 nas praias do Mindello, esteve no cerco do Porto, collaborou na *Chronica Constitucional*, com Mousinho da Silveira nas suas reformas; e veiu para Lisboa, onde tomou parte na defeza das linhas, occupando-se conjuntamente do serviço da secretaria do ministerio da justiça, ahi seguiu a sua carreira burocratica até ser nomeado director geral. Em 1834 e 1835 dirigiu com Rodrigo da Fonseca Magalhães e Antonio Pereira dos Reis o jornal politico *A Revista;* tambem redigiu por algum tempo o *Diario do Governo*, succedendo n'este cargo a José Frederico Pereira Marécos, que o deixara em 31 de dezembro de 1834. Como não adherisse á revolução de setembro em 1836, por ser devotado partidario da Carta, assim que se

Bartholomeu dos Martyres Dias e Sousa

viu triumphante, abandonou logo a redacção do *Diario do Governo*. Foi deputado n'algumas legislaturas, e por vezes presidente da respectiva camara. Militou activamente na politica, e alguns dos seus discursos estão publicados no *Diario da Camara dos Deputados*. Tendo estudado muito a questão do padroado portuguez no Oriente, escreveu e imprimiu em 1851 uma *Memoria sobre a allocução do Santissimo Padre Pio IX, no Consistorio Secreto de 17 de fevereiro de 1851*. Esta *Memoria* foi publicada anonyma, mas é attribuida a Bartholomeu dos Martyres, e logo n'esse mes-

mo anno se reimprimiu em Gôa. Conhecem-se duas traducções em inglez, ambas publicadas na India, uma em Madrasta em 1852, e outra em Colombo, na ilha de Ceilão, em 1853. Durante o tempo da emigração publicou um pequeno volume de *Poesias*, na ilha Terceira. O conselheiro Bartholomeu dos Martyres Dias e Sousa casou em 19 de fevereiro de 1840 com D. Maria Fortunata de Oliveira e Sousa, que falleceu em 25 de dezembro de 1861. D'este consorcio houve dois filhos: D. Sophia Adelaide Dias de Sousa, que nasceu a 16 de outubro de 1841, e casou a 3 d'outubro de 1866 com o 2.º conde de Thomar, Antonio Bernardo da Costa Cabral; e Bartholomeu d'Oliveira Dias e Sousa, que cursou na Universidade de Coimbra a faculdade de Direito, e falleceu com 37 annos de edade em 29 de dezembro de 1880. Era muito intelligente, muito estudioso; foi autor d'um drama em 5 actos, chamado *Salvador Roza*, que se publicou em 1872.

Dias de Sousa *(P. Manuel)*. Presbytero secular, bacharel em Canones pela Universidade de Coimbra, e prior da egreja de V. N. de Monsarros, sita na mesma diocese, deputado, etc. N. na freguezia de Santa Maria do Souto de Sobradello, no arcebispado de Braga, entre os annos de 1755 e 1760, fal. em Coimbra a 21 de fevereiro de 1827. Foi collocado como prior da referida freguezia de Monsarros em 1794. Em 13 de agosto de 1821 foi eleito juiz de facto por Coimbra, então cabeça do conselho de jurados, em 1822 eleito deputado em eleição directa, para as côrtes ordinarias d'esse anno pela divisão de Aveiro, sendo ao mesmo tempo eleito substituto pela divisão de Coimbra. Tomou assento nas Côrtes, como deputado por Aveiro, prestando juramento a 20 de novembro de 1822. O padre Manuel Dias de Sousa foi um dos 61 deputados liberaes que em 2 de junho de 1823 protestaram honrosamente, por occasião da reacção absolutista de Villa Franca, contra *qualquer alteração ou modificação* que se fizesse na constituição do anno de 1822. Foi sempre um estrenuo defensor do povo da sua freguezia de Monsarros, contra as exigencias de fóros por parte do cabido da sé de Coimbra, não só nos tribunaes, mas em varias e energicas publicações que fez a esse respeito. Escreveu: *Nova escola de meninos, na qual se propõe um methodo facil para ensinar a ler, escrever e contar, com uma breve direcção para a educação dos meninos, ordenada para descanço dos mestres e utilidade dos discipulos*, Coimbra, 1784; *Grammatica portugueza, ordenada segundo a doutrina dos mais celebres grammaticos conhecidos, assim nacionaes como estrangeiros*, Coimbra, 1804; *Historia da creação do mundo, na qual pela ordem dos seis dias da creação se dá uma breve noticia dos elementos, da terra e seus mineraes, das plantas e animaes, e ultimamente do homem nos seus diversos estados; tudo adornado com as estampas possiveis*, Coimbra, 1804; foi reimpressa em Lisboa em 1825, e depois em 1827; *Extractos do foral de Villa-Nova de Monsarros*, Lisboa, 1815; faz parte d'uma collecção de documentos publicados, e em parte escriptos por Dias de Sousa, da seguinte fórma: *Manifesto das contendas do cabido da sé de Coimbra com o prior e moradores do couto de Villa Nova de Monsarros, dado á luz publica pelo procurador do concelho do mesmo couto para se juntar á sentença que sobre ellas se proferiu no juizo da corôa do Porto, e se imprimiu no anno antecedente de 1814*, Lisboa, 1815; *Sentença proferida no juizo da corôa do Porto*, etc, Lisboa, 1814; *Sentença civel proferida no juizo dos feitos da corôa da casa da supplicação sobre as contendas da camara de Monsarros com o cabido de Coimbra*, Lisboa, 1815; *Extracto do foral que o sr. rei D. Manuel deu ao couto de Villa Nova de Monsarros*, etc.; não tem logar nem anno de impressão; *Monsarraida theologico-juridica, dada á luz por um amigo da verdade e da justiça*, Lisboa, 1823. Deixou ainda muitos manuscriptos destinados á educação do povo, e trabalhos posteriores aos escriptos publicados em 1804. O titulo d'elles vem no *Diccionario bibliographico*, vol. XVI, pag. 172.

Dias de Vilhena *(Diogo)*. Musico, mestre de capella da cathedral de Evora, fallecido em 1617. Foi discipulo na escola de mestre Antonio Pinheiro. Compoz uma *Arte de Cantochão para principiantes*, que vem mencionada no catalogo da livraria de D. João IV.

Diatulla. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Diazia. Pov. do Ambriz, distr. de Loanda, bisp. de Angola. Está situada na estrada que do Ambriz segue para o Bembe.

Dicarpate. Povoação da freguezia de Navelim, concelho de Salsete, na India.

Diccionario. Collecção de todos os vocabulos de uma lingua por ordem alphabetica, com a sua significação na mesma lingua ou com a traducção em outra ‖ Collecção dos vocabulos relativos a uma arte, a uma sciencia, etc. ‖ Diccionarios ha que encerram os nomes relativos a mais de um dos ramos do saber humano. O presente diccionario restringe-se a Portugal e suas colonias, antigas e modernas, mas abrange a nossa historia, a chorographia, a heraldica, a biographia, a bibliographia, a numismatica e as bellas-artes. N'este artigo citaremos, portanto, alguns dos mais importantes diccionarios encyclopedicos e os d'aquellas especialidades. ‖ *Diccionarios historicos: Diccionario historico, juridico e theologico*, por Fr. João de Deus; Porto 1804. *Portugal antigo e moderno, diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico* por Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho Leal; Lisboa, 1872. *Diccionario de invenções, origens e descobertas antigas e modernas, compilado e accrescentado com diversas noticias a Portugal*, por Alberto Pimentel; Lisboa 1874. *Diccionario popular historico, biographico, artistico, bibliographico e litterario* dirigido por Manuel Pinheiro Chagas, Lisboa; 1876-1886. *Diccionario universal portuguez, linguistico, scientifico, historico, geographico, biographico, poetico, bibliographico, artistico, industrial*, etc. sob a direcção de Fernandes Costa, editado por Henrique Zeferino d'Albuquerque; Lisboa, 1882. *Encyclopedia portugueza illustrada, diccionario universal, publicado sob a direcção de* Maximiliano de Lemos; Porto, em publicação. ‖ *Diccionarios chorographicos: Diccionario estatistico geographico do reino de Portugal e Algarves*, etc, por José Joaquim Leal; Lisboa, 1822. *Diccionario geographico das provincias e possessões portuguezas no Ultramar*, por José Maria de Sousa Monteiro; Lisboa, 1850. *Diccionario geographico das colonias portuguezas, no qual se descrevem todas as ilhas e porções de continentes que Portugal possue*

no Ultramar, etc., por um flaviense; Porto, 1842. Nova edição; Porto, 1852. *Diccionario geographico abreviado das oito provincias dos reinos de Portugal e Algarves*, por Pedro José Marques; Porto, 1853 *Diccionario geographico abreviado de Portugal e suas possessões ultramarinas, por Fr. Francisco dos Prazeres Maranhão;* Porto, 1851; nova edição, Porto, 1862. *Diccionario geographico de Portugal continental e seus dominios d'além-mar*, por José Zacharias dos Anjos; Lisboa, 1871. *Diccionario chorographico de Portugal*, etc., por F. A. de Bettencourt; Lisboa, 1874 *Diccionario chorographico do reino de Portugal, seguido de dois pequenos diccionarios hydrographico e orographico do nosso paiz*, por Agostinho Rodrigues de Andrade; Coimbra, 1878. *Diccionario de geographia universal*, por Tito Augusto de Carvalho; Lisboa, 1878-1887. *Diccionario chorographico de Portugal (parte continental e insular)*, por F. A. de Mattos; Lisboa, 1889. || *Diccionarios heraldicos: Diccionario aristocratico, contendo os alvarás dos foros de fidalgos da Casa Real, que se acham registados nos livros das mercês*; Lisboa, 1838 e 1840. *Diccionario aristocratico, que contém todos os alvarás de foros de fidalgos da Casa Real*, etc., etc., por A. R. Sanches de Baena Farinha; Lisboa, 1867. || *Diccionarios biographicos: Diccionario biographico politico, ou galeria dos contemporaneos;* Lisboa, 1843. *Diccionario historico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes ou a serviço de Portugal* coordenado por Sousa Viterbo, Lisboa, 1899. *Diccionnario biographico dos musicos portuguezes*, por Ernesto Vieira, Lisboa, 1900. || *Diccionarios bibliographicos: Diccionario bibliographico portuguez* por Innocencio Francisco da Silva e continuado por Brito Aranha; Lisboa, 1858, em publicação. *Diccionario de pseudonymos, iniciaes e obras anonymas de escriptores portuguezes*, por Martinho Augusto da Fonseca; Lisboa, 1896. || *Diccionarios numismaticos: Diccionario universal das moedas, assim metalicas como ficticias e imaginarias*, etc., Lisboa, 1793. *Diccionario numismographico lusitano, em que se descrevem as moedas antigas de Portugal*, Lisboa, 1835. || *Diccionarios artisticos:* Embora escripto em francez, não se póde deixar de citar o *Dictionnaire historico artistique du Portugal* pelo conde A. Raczynski, Paris, 1847. *Diccionario technico e historico de pintura, esculptura, architectura e gravura*, por Francisco de Assis Rodrigues; Lisboa, 1876. *Diccionario dos termos d'architectura, suas definições e noções historicas*, por Lino d'Assumpção; Lisboa, 1895; etc.

Diccionarios diversos. Como obra bibliographica o *Portugal* não póde deixar de enumerar alguns dos nossos diccionarios mais notaveis em outras especialidades, além das que estão no seu programma e que se encontram no artigo anterior. Succede assim com os diccionarios das linguas portugueza e estrangeiras, direito, agricultura, theologia e outras sciencias, cujos titulos se podem lêr nos artigos relativos aos seus auctores. Vejam-se, entre outros, os nomes: Antonio Candido de Figueiredo, Antonio Gonçalves Dias, Antonio Maria do Couto, Antonio de Moraes e Silva, Antonio Prefumo, Antonio Vieira Bernardo de Lima e Mello Bacellar, Fr. Bernardo Maria Cannecatim, Domingos Borges de Barros, Domingos Vandelli, Fr. Domingos Vieira, Eduardo de Faria, Eugenio de Castilho, Fernando Mendes, Francisco Adolpho Coelho, Francisco d'Almeida, Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão, Francisco Julio Caldas Aulete, Francisco Soares Franco, Francisco Solano Constancio, Joaquim Affonso Gonçalves, Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, Joaquim José da Costa e Sá, Fr. José do Espirito Santo Monte, José Ferreira Borges, José da Fonseca, José Ignacio Roquete, José Maria d'Almeida e Araujo Correia de Lacerda, José Marques, Fr. Manuel de Pina Cabral, Manuel de Sousa, Miguel Martins Dantas, Pedro Cyriaco da Silva, Pedro José da Fonseca, Manuel Tiberio Pedegache, D. Raphael Bluteau, etc., etc.

Differença. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Faial, conc. de Saut'Anna, distr. do Funchal.

Digueifel. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Lourosa, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Villa Pouca da Beira, do mesmo conc. e districto.

Dihie. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Dihue Diasselle. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Dila. Pov. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Dilla. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Dillequio. Nome de 3 povoações do conc. de Duque de Bragança, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Dilly. Cidade, capital do distr. autonomo de Timor (V. *este nome)*, na Oceania. Está situada na costa norte da ilha, canal de Ombay, em terreno do reino do Montael, da provincia dos Bellos, cuja capital lhe está proxima. Segundo Rafael das Dôres, no seu *Diccionario chorographico de Timor*, ainda em 1871 era defendida por uma fortaleza denominada de Nossa Senhora da Conceição, a qual foi mandada destruir, para no seu logar ser feito o actual quartel. A igreja matriz é construida de pedra e cal, e de boa apparencia, mas em consequencia dos frequentes abalos de terra já ameaça ruina. Existe um palacio do Governo construido muito proximo do pantano, razão pela qual os successores do governador que o mandou construir mandaram fazer outra residencia na montanha, em Labane, proximo da excellente vivenda onde está alojada a missão, e o celebre palacio apenas serve para os actos officiaes e para funccionarem as repartições publicas. Toda a cidade é rodeada por vastos terrenos pantanosos, o que a torna muito insalubre, tendo sido feitas varias tentativas de esgoto do pantano, mas todas infructiferas, em vista da falta de orientação no commettimento, pois que cada governador que o tem tentado começa trabalhos de sua iniciativa, abandonando os já feitos por iniciativa alheia. O fundeadouro é bom, mas a entrada da barra é um pouco apertada, e por vezes perigosa, e é defendida pelo pequeno forte denominado Casqueto, o qual tem ao lado um farol collocado ultimamente, que é talvez o mais importante melhoramento que alli se tem feito, como se vê pela descripção. Tem a cidade uma rua central de Sica a Bidau, bairros extremos, a qual é arborizada e longa, a perder de vista, apezar de recta; outras ruas a cortam perpendicularmen-

te, mas as construcções são, pela maior parte, muito primitivas, havendo ainda mui limitado numero de casas de regular apparencia. Vulgarmente chama-se praça á parte central da cidade, e ás partes extremas bairros, sendo o do nascente denominado Bidau e o do poente Sica. Existe uma cadeia de pedra e cal, na parte central da cidade, mas já ameaça ruina, emquanto que a que existia em 1871, proxima da jambata, ponte que separa a praça do bairro de Bidau, era feita com tal solidez, que custou muito a deitar a terra, bem como a chamada casa forte que havia em frente da fortaleza. Os edificios publicos que tem Dilly são: o palacio do governo, a egreja matriz, o quartel, a cadeia, o hospital, a alfandega, o arsenal, o material de guerra e um chalet-escola de bonita apparencia, mas de mui ligeira construcção. Aos domingos ha um mercado a que concorrem os indigenas chamados calades, a vender animaes meudos, generos e fructas. Dilly é tambem capital de districto, o qual é composto dos seguintes reinos: Montael, Hera, Dilor, Failacor, Manumera, Láeló e Caimau. Fala-se o portuguez regularmente, a lingua teto e a malaia, bem como a maioria dos dialectos indigenas, senão todos. A população deve ser actualmente de 1:200 fogos, com 5:000 almas, em numeros redondos.

Dilly (*Companhia de*). Em 1851 o governador de Timor, Lopes de Lima, entendeu levantar o commercio d'aquella possessão, que encontrara na maior decadencia. Partidario da creação de companhias privilegiadas, por sua portaria de 30 de junho de 1851 approvou os estudos d'uma companhia de navegação e commercio com o capital de 40.000 rupias, dividido em 800 acções. Dava-se lhe o exclusivo da importação de todos os generos que só podiam pelas leis em vigor ser importados em navios portuguezes, isto é, polvora, armas de fogo e brancas, sal, sabão, tabaco, vinho e bebidas espirituosas, azeite, zuartes e chitas azues, alfaias agricolas, chapéos, pannos de linho, carnes, moveis, fato e alguns outros. A companhia não teve, porém, influencia importante no desenvolvimento commercial da colonia. Como não era facil obter dos particulares a subscripção dos fundos necessarios para organisar a companhia, subscreveu Lopes de Lima, por parte do Governo, com a quantia de 6:000 rupias e obrigou os funccionarios a subscreverem, pagando lhes em acções os ordenados em atrazo. Apenas um terço do capital foi subscripto por alguns negociantes. A companhia iniciou-se com o capital de 18:000 rupias. Graças aos seus privilegios conseguiu distribuir alguns lucros. Os do anno de 1866-67 fôram computa os no orçamento da provincia em 10 %, relativos ás acções que o Governo possuia.

Dilor. Reino da prov. dos Bellos, situado na parte central da ilha de Timor, na Oceania. Faz parte do distr de Dilly e acha se reunido ao reino de Lacluta. Em 1903 fôram delimitados este reino e o de Luca por uma commissão especial. Sendo ouvidos pela commissão, os maiores e chefes dos referidos reinos, e como houvesse grandes divirgencias no que uns e outros diziam com relação á balisa verdadeira que os divide, não chegando entre elles a um accordo, foi a commissão juntamente com os mesmos maiores e chefes dos alludidos reinos, ao local do terreno em litigio, e, depois de ter examinado a area do citado terreno, e, por falta de indicios verdadeiros que indicassem a verdadeira balisa, foi a commissão por unanimidade de parecer que a area do terreno em litigio fôsse dividida ao meio, com o que concordaram os maiores e chefes dos ditos reinos, obrigando-se a respeitar e fazer respeitar pelos seus povos, a balisa que, para o futuro divide os dois reinos e que é definida pela seguinte fórma: Parte do meio da planicie situada na margem direita da ribeira de Luca entre Vé-Lele-Acal e Tóho-Daue na direcção S. O. até á planicie Aitara, situada na margem esquerda da ribeira de Dilor, sendo por isso collocados tres marcos na referida direcção, constituidos cada um de um monticulo de pedras soltas com um poste de madeira ao centro, enterrado solidamente no chão. O primeiro marco está collocado ao meio da planicie entre Vé-Lele-Acal o Tóho-Daue a E. do outeiro Caralaco, o segundo na ravina de Carau-Na-Fére ao S. do outeiro Fatu-Quida e o terceiro na planicie Aitara ao N. O. da nascente de Agua Aitara.

Dilolo. Lago da Africa equatorial, na colonia portugueza d'Angola na margem fronteira que separa esta ultima possessão do Estado independente do Congo, depois do accordo de 1891. E' situado a 1:415 m. d'altitude, no planalto que serve de linha de divisão entre a bacia do Congo e a bacia do Zambeze. Foi descoberto por Livingstone, em 1853.

Dima. Nome de duas povoações do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Dimba. Pov. do conc. de Humbe, distr. de Mossamedes, prov. de Angola.

Dina. Territorio do distr. de Sena, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Dindira. Prazo do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. O seu terreno é muito fertil e proprio para a cultura do arroz.

Dine. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Fresulfe, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança

Dinga. Nome de cinco povoações do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Dinheiro. Designação dada vulgarmente a toda e qualquer moeda corrente ou antiga (V. *Moeda*). Desde o principio da monarchia que em Portugal houve uma moeda de cobre, chamada *dinheiro*, que successivamente se designou, para differença d'outra anterior, *dinheiros novos*, *alfonsis*, *velhos*, etc. Antes de D. João I 12 dinheiros faziam um soldo, e 20 soldos faziam a libra mais antiga. Em tempo de D. Duarte um dinheiro valia a decima parte de um real; no de D. Affonso V tres dinheiros faziam um ceitil e o dinheiro dividia-se em duas mealhas. Para acabar com tantas confusões, D. Manuel fez acabar os dinheiros, mandando que d'ahi em deante se chamassem ceitis, pois que então se não differençavam muito no valor, e que uma mealha se contasse por meio dinheiro e duas por um ceitil O conde Raczynski, a pag. 67 do seu *Diccionario*, diz que entre as pequenas moedas de cobre, chamadas *dinheiros*, que circulavam nos reinados dos reis da primeira dynastia, e que fôram attribuidas a D. Affonso IV, encontrou e até possuia algumas que certamente pertenciam ao tempo d'el-rei D. Diniz, porque tinham no anverso, em torno da cruz, a legenda *D. Rex Portrgal*, etc. Aragão, na sua *Descripção das moedas*, indica a moeda *dinheiro* já no reinado de D. Affonso I.

De D. Sancho I reproduz dois exemplares cuja descripção é a seguinte: SANCIO REX, uma cruz equilateral dentro de um circulo. No reverso PORTVGALIE, escudo, com cinco pontos em cruz,

entre duas espadas ou cruzes longas. Do outro exemplar: REX SANCIVS, escudo com quatro pontos. No reverso, cruz floreada, cortando a legenda, cantonada por duas estrellas e dois pontos; na orla *grenétis*.

Dinheiro *(Ilha do)*. Nome por que era conhecida antigamente a ilha de Loanda, na prov. de Angola.

Diniz I *O Lavrador e pae das musas portuguezas;* 6.º rei de Portugal. N. em Lisboa a 9 de outubro de 1261, fal. em Santarem a 7 de janeiro de 1325. Era filho d'el-rei D. Affonso III, e de sua segunda mulher, D. Beatriz, filha de D. Affonso X, de Castella. Nascera, sendo ainda viva a primeira mulher de seu pae, D. Mathilde, condessa de Bolonha, de quem se divorciara. Este facto deu causa, depois da morte de D. Affonso III, a grandes discordias entre D. Diniz e seu irmão D. Affonso, que, apezar de ser filho segundo, se julgava com direito ao throno, considerando D. Diniz como filho adulterino. O papa, porém, tendo absolvido o finado rei, ficara D. Diniz reconhecido e legitimado para todos os effeitos, como filho primogenito e herdeiro do throno. D. Diniz foi um dos monarchas portuguezes mais instruidos. Seu pae esmerou-se em lhe dar uma educação superior, dando-lhe bons preceptores e abalisados mestres, como o padre francez Aymeric d'Ebrard, seu educador scientifico, e o padre D. Domingos Jardo, que estudara em Paris, e foi bispo de Lisboa e capellão de Affonso III. Eram dois espiritos altamente esclarecidos, e que muito contribuiram para as reformas e melhoramentos que D. Diniz introduziu no reino, e para o amor que consagrou aos estudos litterarios. Teve como aios Nuno Martim de Chacim, e Lourenço Gonçalves Magro, descendente de Egas Moniz, o celebre aio de D. Affonso Henriques. D. Diniz contava apenas 6 annos de edade, quando foi como embaixador a Castella. No fim de longa pendencia, ficara o Algarve pertencendo á Corôa portugueza, tendo, porém, o encargo feudal de enviar a Castella em caso de guerra, 50 lanças como preito de vassallagem. D. Affonso III desejava ardentemente livrar o reino d'este feudo, e offereceu-se lhe um bello ensejo na celebre cruzada que D. Affonso X pensou em mandar contra Africa. O rei de Portugal mostrou se muito zeloso em lhe prestar auxilio, armou tropas, dando o commando nominal da expedição ao filho ainda creança. A cruzada não chegou a partir, porém D. Diniz foi enviado a Sevilha, onde residia o avô, que o recebeu com muita affabilidade, e em attenção á visita do neto dispensou Portugal para sempre do tributo das 50 lanças. D. Diniz foi o primeiro principe portuguez que teve casa propria, que seu pae lhe deu, apenas chegou á puberdade. Fallecendo D. Affonso III em 1279, subiu ao throno, tendo 18 annos de edade. Se o espirito do joven monarcha não estivesse tão fortalecido pelo profundo estudo a que se entregara, e pela energia do seu caracter, teria decerto succumbido ás dissidencias, e intrigas que logo se desenvolveram. Estava, porém, preparado para resistir á lucta. A sua mãe, a rainha D. Beatriz que pretendia ter parte e influencia no governo do reino, falou-lhe em termos respeitosos mas energicos, fazendo-lhe sentir que só elle era o rei. A rainha julgou-se offendida e retirou-se para Castella. D. Affonso, que se poz em campo conspirando contra o irmão, disputando-lhe o throno, allegando os direitos conforme dissémos, obrigou-o a fugir tambem para Castella, logo que descobriu que se preparava para a revolta. Os prelados que tinham partido para Roma por conflictos com D. Affonso III, intrigavam e procuravam levantar no reino a agitação religiosa, n'esse tempo bem terrivel. Sobre Portugal pezava então um interdicto, o que n'aquella epoca era uma arma terrivel. O povo, privado dos sacramentos e dos officios divinos, não podia consolar-se. A curia romana para o fazer cessar, exigiu que D. Diniz respeitasse as immunidades do clero ainda as mais absurdas, e D. Diniz que lhe convinha a paz religiosa, discutiu quanto pôde as condições da concordata, que finalmente concluiu com o papa Nicolau IV em

D. Diniz I

1289. Na concordata promettia muito, mas não cumpriu nada. Os prelados quizeram revoltar-se de novo, mas encontraram mão firme a domal-os. Comtudo, D. Diniz era essencialmente justo. Se, pondo em vigor as leis da desamortisação ou não amortisação, que os seus antecessores tinham promulgado e que ficaram sendo letra morta, obrigou o clero a não conglobar na sua propriedade a maior parte das terras do paiz, por outro lado protegia a Egreja contra os vexames e as exigencias injustificaveis da nobreza. Com essa foi D. Diniz tambem energico, e póde dizer-se que lançou os cimentos do poder real, firmando-se no povo que protegia contra as violencias e avidez da fidalguia. Restringindo os privilegios que abusivamente os nobres iam conquistando, obrigando-os a restituir á Corôa muitas terras de que se haviam apoderado, percorrendo amiudadas vezes o reino d'um extremo ao outro, vendo tudo com os proprios olhos, inquirindo tudo directamente, re-

cebendo as queixas de todos e a todos attendendo, robusteceu no animo do povo a idéa da força e do valimento do braço regio, e costumou todos a considerarem o rei collocado n'umo esfera superior, e que aos outros não era dado attingir. D. Diniz casou em Trancoso a 24 de junho de 1282 com a princeza D. Izabel, filha de D. Pedro, rei de Aragão, virtuosissima senhora, que a Egreja mais tarde canonisou, em 25 de maio de 1625, e que tanto illustrou o throno portuguez. Depois da morte de D. Affonso X, declarou se a guerra civil em Castella, que tantos estragos causou. D. Affonso, irmão de D. Diniz, juntamente com sua mãe, declarou guerra ao novo rei castelhano D. Sancho IV, e este queixou-se ao rei de Portugal, o qual deveras irritado, foi pôr cerco a Arronches, onde estava o irmão, acompanhando o no cerco o rei D Sancho IV; a resolução d'esta lucta seria funesta para D. Affonso, se não interviesse a santa rainha D. Izabel, que conseguiu abrandar a colera de seu marido, e movel-o a favor do irmão D. Diniz grangeou, principalmente, grande prestigio pelo seu alto sentimento de justiça e probidade. Quando o papa aboliu a ordem do Templo e lhe confiscou os bens, D. Diniz protegeu energicamente os templarios portuguezes, e obteve a creação da ordem militar de Christo para onde transferiu todos os freires da ordem abolida, cedendo-lhe todos os bens que pertenciam aos templarios. Procurou desenvolver os recursos do paiz, que até então quasi se occupava sómente de guerras; a agricultura mereceu-lhe a mais seria attenção, e a isso deveu o cognome de *rei lavrador*, que a historia lhe conferiu. As terras que a Corôa possuia no Alemtejo eram cultivadas com esmero, e essas possessões tratava de as augmentar o mais possivel, já confiscando villas e cidades a seu irmão rebelde, já trocando terras do norte com o arcebispo de Braga, por terras que este possuia ao sul. Absteve-se o mais possivel de fazer doações de terras aos fidalgos, que a maior parte das vezes julgavam indigno da sua gerarchia cuidar do amanho das terras. Aos municipios doava terras com facilidade, impondo-lhes quasi sempre a obrigação de as melhorarem. Ao mesmo tempo cuidava de repovoar o reino devastado pelas successivas guerras. Fortalecia cidades e villas com castellos e muralhas como Braga, Porto, Miranda, Guimarães, Obidos, e muitas outras, edificou, ou reformou como se edificasse, 44 villas; concedia foraes com os maiores privilegios, desenvolvendo verdadeiramente uma actividade espantosa. Promoveu a exploração de minas, mandando trabalhar em algumas, dando minas de ferro a um empresario com obrigação de dar á Corôa a quarta parte do minerio. Para desenvolver o commercio ratificou antigos tratados, e contraiu outros com a Inglaterra; creou a marinha portugueza, mandando vir de Genova marinheiros e officiaes para ensinarem os nossos marinheiros; mandou plantar o pinhal de Leiria, como prevendo a necessidade que, no futuro teriam os reis seus successores para as armadas, com que conquistaram tão largas possessões da Africa, da Asia e da America. Occupou-se com o maior desvello da instrucção publica, em que até ali ninguem pensára, e fundou em Lisboa a Universidade, no anno de 1290 (V. *Coimbra, Universidade de*), que em 1307 transferiu para Coimbra. O mosteiro de Odivellas tambem foi obra d'este monarcha, e ali ficou sepultado em tumulo, collocado n'uma das capellas, que é uma das preciosidades que existem no convento (V. *Odivellas*). Instituiu em 1299 no palacio da Alcaçova, no castello de S. Jorge de Lisboa, a capella real dedicada a S. Thomé, com capellões e musicos para serviço do côro (V. *Capella Real*). Fez muitas doações a todas as ordens militares de Portugal, e a muitas das egrejas cathedraes, a particulares e conventos. Dizem que D. Diniz dispensou grossas quantias com a sua jornada a Castella, e antes d'ella, nas guerras civis, que el-rei D. Fernando IV, casado com sua filha D Constança, teve no seu reinado, a quem deu um milhão de cruzados, que n'aquelle tempo era uma somma consideravel. Na guerra que o referido monarcha sustentou contra Granada, o auxiliou com 700 cavallos, á ordem de D. Martim Gil de Sousa, seu alferes-mór, e com 17 mil marcos de prata. Conservava sempre nas costas do Algarve um bom numero de galés, para impedir os assaltos dos moiros, que então eram frequentes. Todas estas despezas extraordinarias não causaram o menor vexame aos povos. Tal era a abundancia que se notava no reino, e tanta a riqueza que lhe tributavam as minas e as areias. Das do rio Tejo se colhia n'aquelles tempos grande quantidade de ouro, do qual mandou D. Diniz lavrar uma corôa e sceptro de grande valor. Nos ultimos annos da sua vida soffreu grandes desgostos com o principe D. Affonso, seu filho e herdeiro do throno. D. Diniz era muito affeiçoado a emprezas amorosas, que lhe haviam dado bastantes filhos bastardos, o que D. Affonso não podia tolerar receando que repartisse com elles os bens da Corôa, com que conseguira augmentar as suas possessões patrimoniaes. O que mais o irritava era o affecto que D. Diniz consagrava a seu filho D. Affonso Sanches, filho de D. Aldonça Rodrigues Telha (V. *Affonso Sanches*). A irritação subiu de ponto, que se transformou em revolta. D. Affonso pegou em armas contra seu pae, accendendo em Portugal a guerra civil. Os tumultos começaram em 1314, mas fôram serenados por intervenção do papa Em 1319 rebentaram novos tumultos, dando-se então um triste espectaculo. O filho e o pae percorriam o reino devastando-o, em guerra aberta e feroz. D. Diniz, preoccupado com tantos desgostos, zangou-se com sua mulher, que julgou cumplice do filho, e exilou-a para Alemquer. A santa rainha tudo soffreu resignada, mas apenas teve ensejo, correu a Coimbra, onde se ia travar uma sangrenta batalha entre os exercitos belligerantes, e tanto insistiu com as suas palavras bondosas e persuasivas, que pôde conseguir conciliar o pae e o filho, terminando assim a guerra civil. Pela terceira vez se accenderam as discordias, em 1323, e já os exercitos inimigos se dispunham a começar o combate, proximo de Lisboa, junto ao campo de Alvalade, hoje Campo Grande, quando a santa rainha de novo appareceu, a pacifical-os (V. *Campo Pequeno*). Inda houve em Santarem umas pequenas discordias, que não tiveram seguimento, por ter D. Affonso Sanches, causa de todas estas revoltas, partido para Castella, a pedido de seu pae. Tantas e tão repetidas commoções abalaram muito a saude de D Diniz, que adoeceu gravemente em Lisboa. Procurando dar-lhe alguns allivios, transportaram-n'o para Santarem, onde falleceu. A sua morte causou geral consternação; povo, nobreza e cle-

ro, durante a doença, enchiam as ante-camaras anciosos de noticias. Foi um verdadeiro luto nacional; succumbia o *pae da patria*, como todos lhe chamavam. D. Diniz não foi sómente o protector da instrucção publica, o fundador da Universidade, o creador da marinha, foi tambem o primeiro poeta portuguez, na phrase d'um douto historiador, que modulou na nossa lingua ainda balbuciante os eccos das canções provençaes. *O Cancioneiro*, que encerra as suas poesias, é o primeimeiro monumento da nossa litteratura. Ha uma edição publicada em Paris, em 1847, na casa de J. P. Aillaud, com o seguinte titulo: *Cancioneiro d'El-rei D. Diniz, pela primeira vez impresso sobre o manuscripto da Vaticana, com algumas notas illustrativas, e uma prefacção litteraria*, pelo dr Caetano Lopes de Moura. No *Dictionnaire historico artistique du Portugal*, do conde Raczynski, a pag. 66, lê-se o seguinte: «O archivo da Torre do Tombo possue dois sellos do rei D. Diniz. Um encontra-se preso a um contrato de troca de bens com o mosteiro de S. João de Tarouca *(Casa da Corôa, gaveta 14 maço 1);* o outro, ás cartas de doação em favor do infante D. Affonso *(Casa da Corôa, gaveta 14, maço 3)*». Raczynski fala tambem em differentes moedas cunhadas no tempo de D. Diniz, como a *dobra cruzada*, o *forte*, o *meio forte*, e a *libra* em prata. Faz notar, principalmente, uma que diz ser do tamanho aproximado d'uma moeda de 1 franco, que tem no anverso as quinas e a legenda: *Dionisi, regis Portugaliæ et Algarbi;* no reverso, a cruz e a legenda: *Adjutorium nostrum in nomine Domini qui fecit celum et terram.*

Diniz *(D)* Infante, filho de D. Affonso IV, antes de ser rei. N. em Santarem em 1317, e fal. com 1 anno, em 1318. Foi sepultado no mosteiro de Alcobaça.

Diniz *(D.).* Infante, filho de D. Pedro I e de D. Ignez de Castro. Quando seu irmão, el-rei D. Fernando, casou com D. Leonor Telles, recusou-se obstinadamente a beijar a mão de sua cunhada como rainha de Portugal, e por isso teve de sair do reino. Este facto está descripto na narrativa historica de Alexandre Herculano *Arrhas por foro de Hespanha*, que foi publicada no *Panorama*, e depois no 1.º vol. das *Lendas e Narrativas*; no drama de Marcellino Mesquita, *D. Leonor Telles*, tambem fórma uma das mais interessantes scenas. D. Diniz voltou a Portugal, depois da batalha de Aljubarrota, reconhecendo a realeza de D. João I. Este monarcha, porém, receando o seu animo irrequieto, não descançou emquanto o não mandou para Inglaterra. D. Diniz pôde escapar-se mas caiu nas mãos d'uns piratas flamengos, que exigiram por elle um avultado resgate, que D. João I não quiz pagar. Depois de longo captiveiro os flamengos deram-lhe a liberdade, vendo que não aproveitavam nada em têl-o preso, e D. Diniz passou a Hespanha, onde militou contra Portugal nas fileiras castelhanas, e morreu obscuramente. Fundou a casa de Villar, que muito se honra por descender de D. Ignez de Castro.

Diniz *(D).* Infante de Portugal, filho de D. Fernando, irmão de D Affonso V. Falleceu creança, e foi sepultado em Beja.

Diniz *(D.).* Infante, filho de D. João III e da rainha D. Catharina. N. em Evora a 6 de abril de 1535, e fal. em 1 de janeiro de 1537.

Diniz *(André de Sousa).* Jurisconsulto e poeta. N. em Santarem em 1566; ignora-se a data do fallecimento. Escreveu duas obras que ficaram manuscriptas, tendo os titulos: *Rimas varias com quatro discursos da sua vida* e *Compendio geral da historia do mundo tanto divina como humana desde a sua origem até aos tempos presentes.*

Diniz *(Angelo Ferreira).* Lente de prima e decano da faculdade de Medicina, na Universidade de Coimbra, bacharel formado em Philosophia, cavalleiro professo da ordem de Christo, membro da Instituição Vaccinica, etc N. no Rio de Janeiro a 2 de outubro de 1768, fal. em Coimbra a 20 de abril de 1848 Era filho de Sebastião Ferreira da Rosa e de D. Thereza d'Assumpção Vieira. Destinando-se á carreira das letras, estudou humanidades no seminario episcopal de S. José do Rio de Janeiro, aspirando, porém, a instrucção mais elevada, veiu para a Europa, chegando a Lisboa a 22 de junho de 1790. Logo em julho seguinte fez exames no Real Collegio das Artes de Coimbra das disciplinas que habilitavam para a entrada na Universidade, e matriculou-se em Mathematica e Philosophia, preparatorio para Medicina. Recebeu o grau de doutor em 13 de julho de 1799. Quando Coimbra se viu ameaçada com a invasão dos francezes, o terror foi geral, a cidade quasi se despovoou, porque todos trataram de fugir ao barbarismo dos invasores, o dr Angelo Ferreira Diniz permaneceu no hospital dos doentes, que pelo seu estado não tinham podido fugir. N'esta grave conjunctura se assignalou a fervorosa caridade do benemerito medico, prestando soccorros gratuitos a um avultado numero de enfermos Associado com o dr. José Feliciano de Castilho, fundou em 1812 o *Jornal de Coimbra*, de que fôram ambos os principaes redactores nos 8 annos consecutivos que durou a publicação. O dr. Angelo Ferreira Diniz foi um dos 45 professores da Universidade demittidos em 1834 por serem de politica adversa ao governo constitucional. A carta regia de 15 de julho do referido anno, dirigida ao vice-reitor José Alexandre de Campos, e publicada na *Gazeta Official do Governo*, n.º 19, de 22 do dito mez, declara que fica demittido do magisterio com mais 44 collegas seus das diversas faculdades *por não convir ao serviço de Sua Magestade Fidelissima e da Patria, que continuassem a ser empregados no ensino publico, pelos principios politicos que professavam, ou pela sua incapacidade.* A este tempo contava o dr. Angelo Ferreira Diniz mais de 30 annos de magisterio na Universidade. Depois de ser expulso, retirou se muito magoado para Rios Frios, a cultivar a unica propriedade rural que possuia. Alli se conservou até 1843 em que regressou a Coimbra, continuando no estudo a consumir a maior parte do seu tempo, lendo as obras mais insignes de medicina, que se iam publicando no estrangeiro. No anno de 1844 organisou-se de novo a repartição de saude publica do reino; a lei recommendava que se conferissem os importantes cargos de provedores aos medicos mais distinctos do paiz. Os amigos do dr. Angelo Diniz o aconselharam a que solicitasse este emprego no districto de Coimbra, que promettia avultados proventos, mas o conselho foi rejeitado. Insistindo os amigos, que attendesse ao futuro de seu filho, resolveu-se a fazer um requerimento, mas a sua pretensão foi indeferida. O dr. Rodrigues de Gusmão escreveu a biographia do dr.

Angelo Ferreira Diniz, a qual está publicada nas suas *Memorias biographicas dos medicos e cirurgiões portuguezes*, a paginas 117 e seguintes.

Diniz *(Eduardo Baptista)*. Escriptor dramatico popular. N. em Lisboa a 19 de novembro de 1859. Tem sido actor, ensaiador e empresario, e ainda na epoca de 1902 1903 teve a empresa do theatro da Rua dos Condes, juntamente com Castello Branco. As suas peças, na maior parte, teem feito carreira nos theatros populares das feiras de Belem, Alcantara e Campo Grande, nos do Rato, Rua dos Condes e Principe Real. No que mais se tem salientado é em revistas, como *De portas a dentro*, *Caetano Gregorio & C.ª*, *De pernas para o ar*, *O livro prohibido*, *Da Parreirinha ao Limoeiro*, *Zás trás*, *Seculo* XIX, *A' procura do badalo*, *O Homem das meias*, parodia ao *Homem das mangas*. *Os Martyres do matrimonio*, *Mercurio*, parodia á *Venus* actualmente em scena no theatro de D. Amelia, etc.

Diniz *(Ezequiel Antonio)*. Doutor em Medicina pela faculdade de Paris, medico do hospital Real de S. José, fallecido em 4 de fevereiro de 1884. Foi admittido no hospital em 31 de março de 1837, passando a effectivo em 1845. Em 20 de junho de 1870 foi aposentado com 100$000 réis de vencimento. Publicou em Paris, no anno de 1836, a sua dissertação, com o titulo: *Dissertation sur la pleurésie aiguë*.

Diniz *(Francisco Antonio)*. Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, professor no Lyceu Central da mesma cidade, presidente da direcção da Sociedade dos Banhos do Luso, etc. N. em Coimbra a 5 de abril de 1821. E' filho de Joaquim Antonio Diniz. Aos 10 annos de edade, em 1831, tendo feito exame de instrucção primaria, matriculou-se na primeira aula de latim do Collegio das Artes, de Coimbra, e quando por causa dos successos politicos d'essa epoca, o collegio fechou, matriculou-se no seminario. Sendo os padres da Companhia de Jesus novamente admittidos em Portugal, a quem confiaram o ensino secundario, Francisco Diniz frequentou as aulas de latim, sob a sua direcção. Completou o curso do lyceu com o maior aproveitamento, onde fôra sempre considerado como o melhor estudante. Em 1837 matriculou-se na Universidade no primeiro anno de Direito, concluindo a formatura em 1841, sendo sempre approvado plenamente, e obtendo as honras de *accessit*, e informações distinctas de bacharel formado. Egual classificação alcançou nas theses e exame de licenceado para o seu doutoramento, que se realisou a 26 de junho de 1842 Como a sua entrada na faculdade se tornava demorada, dedicou-se ao ensino particular das linguas latina, franceza e ingleza, obtendo assim importantes lucros pela concorrencia extraordinaria de alumnos que tinha. Desejando, porém, habilitar se muito mais nas linguas franceza e ingleza, fez uma viagem de estudo e instrucção a França e Inglaterra, demorando-se em Paris todo o anno de 1853, e em Londres o anno de 1801. Achando-se superiormente habilitado para professor d'estas duas linguas, abriu novamente em Coimbra as suas aulas, que continuaram a ser muito frequentadas. Em 1851 foi nomeado professor d'estas linguas nas aulas do Lyceu Central de Coimbra, então annexas á Universidade Pelo bispo vice-reitor d'este estabelecimento scientifico, D. José Manuel de Lemos, presidente do conselho superior de instrucção publica, que tinha a sua séde em Coimbra, foi nomeado commissario de estudos, cargo que exerceu com todo a competencia durante mais de 30 annos, merecendo varias portarias de louvor, e sendo agraciado com a commenda da ordem de N. S.ª da Conceição. Diversas vezes foi chamado a reger cadeira na faculdade de Direito, na qualidade de doutor addido á faculdade, bem como argumentou em theses e exames de licenceado, recitando tambem a oração de *sapientia* pela abertura da Universidade. Sendo atacado d'uma doença nos olhos, que não o deixava applicar de noite ao estudo, teve que renunciar o logar de lente effectivo da faculdade. Em 1854 fundou a Sociedade dos Banhos do Luso com o dr. Antonio Augusto da Costa Simões, exercendo durante muitos annos o logar de presidente da assembléa geral, e depois o de presidente da direcção, que ainda hoje conserva Foi um dos fundadores da Sociedade Edificadora Figueirense, a que se deve a construcção do bairro novo, hoje o mais elegante, e talvez o mais concorrido da Figueira da Foz. O dr. Francisco Antonio Diniz é o professor existente que tem maior numero de annos de serviço, o mais antigo doutor de capello, e conta hoje 85 annos de edade.

Diniz *(João)*. Com este nome conhecem-se os seguintes livros: *Thesouro do trovador; selecção de canções e recitativos colligidos por João Diniz e prefaciados pelo dr. José Simões Dias*, Porto, 1878; contém trechos de poetas modernos; *Novo resumo da historia moderna de Portugal*, etc, illustrado, Porto, 1879; *Novo livro de leitura para as escolas primarias de Portugal e Brazil*, illustrado; contém excerptos dos principaes escriptores portuguezes, compilados por João Dias, e precedido d'uma carta do dr. José Simões Dias; Porto, 1881; em 1884 publicou-se 3.ª edição, mas não sabemos a data da segunda.

Diniz *(P. José Paulo)*. Presbytero, graduado em letras pelo Curso Superior de Letras, professor substituto de philosophia e historia do lyceu e Gôa. N. em Navelim, concelho de Salsete, a 6 de fevereiro de 1833. E' filho de Sebastião Diniz. Escreveu: *Compendio da grammatica portugueza*; tem muitas notas ácerca da lingua concani; esta obra foi adoptada nas escolas primarias do Estado da India; *Savitri e Alcestis; Damayanty e Penelope; estudo comparativo de litteratura*; these para ser defendida no Curso Superior de Letras; Lisboa, 1869. No *Jornal do Commercio* appareceu um folhetim, escripto por Vasconcellos Abreu, analysando esta these, a que o autor respondeu no *Paiz* de 13 e 31 de dezembro de 1873.

Diniz *(Julio)*. V. *Gomes Coelho (Joaquim Guilherme)*.

Diniz *(Matheus Valente do Couto)*. Commendador da ordem de Christo, cavalleiro da Torre e Espada e de S. Bento de Aviz; tenente coronel de artilharia, ajudante do Observatorio Astronomico de Marinha; socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, administrador da typographia da mesma academia, etc. N. em Lisboa a 23 de janeiro de 1806, fal. na mesma cidade, victima d'um desastre, a 28 de abril de 1863. Era filho de Matheus Valente do Couto, cavalleiro fidalgo da Casa Real, coronel do corpo de engenheiros, bacharel formado em Mathematica, na

Universidade de Coimbra, etc. (V. *Valente do Couto, Matheus).* Desde 1836 que estava encarregado do calculo e coordenação das *Ephemerides nauticas*, que todos os annos se publicam de ordem e sob o antigo privilegio da Academia das Sciencias, comprehendido hoje nas leis geraes de propriedade litteraria. Seu irmão Antonio Diniz Couto Valente teve a seu cargo as *Ephemerides* desde 1820 até 1835, e nos annos de 1827 a 1835 coadjuvado nos calculos por Matheus do Couto Diniz, que tambem redigiu á sua parte as de 1826, accrescentando-lhe um breve resumo dos instrumentos necessarios, e a resolução de varios problemas concernentes a determinar pelo calculo a posição do raio.

Diniz *(Pedro).* Administrador, guarda-livros e bibliothecario da opulenta casa do visconde de Valmor, cargos que exerceu durante muitos annos até as seu fallecimento em junho de 1896. Desde o principio do anno de 1862 foi encarregado do *Boletim e Annaes do conselho ultramarino*, em substituição do conselheiro Tavares de Macedo, cargo que desempenhou por algum tempo Collaborou nos seguintes jornaes: *O Jornal mercantil, A Patria, A Civilisação, Justiça, Futuro, Opinião, Archivo Universal*, etc. redigiu o *Judeu errante*, jornal de modas e de litteratura, dedicado ás senhoras, que se publicou em Lisboa em 1860, e de que saíram poucos numeros. Por decreto de 7 de abril de 1870 foi agraciado com o grau de official da ordem de S. Thiago, que não acceitou. Escreveu: *Das ordens relijiosas em Portugal*, Lisboa, 1853; houve 2.ª edição feita no mesmo anno, segundo se julga; *Florilegio classico*, Lisboa, 1854, 5 tomos; *O livro de ouro para uso das casas de educação*, Lisboa, 1855; *A imprensa na gaiola*, Lisboa, 1866; *O conselho ultramarino e as colonias*, Lisboa, 1868; é em defeza da conservação d'esse conselho e demonstrando a sua utilidade; *Carta ao ill.mo e ex.mo sr. duque de Loulé, ministro e secretario de estado dos negocios do reino, ácerca d'um relatorio do sr. A. E. de C. e Mello, na qualidade de provedor interino do asylo da mendicidade*, Lisboa, 1870. Esta carta tambem appareceu no *Jornal do Commercio*, de 17 de março do referido anno.

Diobí. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Dinsá. Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freguezia de Santo André de Brancavará, do concelho de Diu, na India.

Diogal. Pov. onde está um apeadeiro, na linha do caminho de ferro, de Faro a Portimão, entre os de S. João da Venda e Marchil.

Diogo *(D.)* Filho de Filippe II de Hespanha e I de Portugal. N. em 1575, e fal. em 1582. Chegou a ser jurado principe herdeiro de Portugal.

Diogo *(Mestre).* Physico-mór de D. João III, cargo para que foi nomeado em 9 de julho de 1528, pelo fallecimento de Diogo Lopes. Parece que exerceu simultaneamente, além do logar de physico, em substituição de Rodrigo Rebello, o de cirurgião em substituição do Mestre Vasco. Era hebreu, e chamava-se mestre Diogo Alfaro, e converteu-se á fé christã. Era conhecido só pelo nome de Mestre Diogo. V. *Alfaro*.

Diogo Alves. V. *Alves (Diogo).*

Diogo Alves. Pov. na freg. de Sant'Anna d'Azinha, conc. e distr. da Guarda.

Diogo Dias. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Martim Longo, conc. de Alcoutim, districto de Faro.

Diogo Martins. Pov. na freg. de S. Miguel do Pinheiro, conc. de Mertola, distr. de Beja.

Diogo Nunes. Ponta ou cabo da costa NE da ilha de S. Thomé. || Rio da costa NE da ilha de S. Thomé, situado entre os rios do ouro ao N e do Mello ao S. E' seu afluente o Agua Casada, assim chamado pelo povo por ser formado por duas ribeiras que n'uma grande extensão correm a par, limitando as duas freguezias de Santo Amaro e de Guadelupe, até se confundirem. || Porto da costa NE da ilha de S. Thomé.

Diogo Simão. Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Diogo Vaz. Ponta ou cabo da costa O da ilha de S. Thomé. E' a NNO d'esta ponta que se diz terminar o lendario canal subterraneo, que se tem affirmado atravessar a ilha de N a Sul. || Roça na mesma ilha.

Dionbé. Nome por que tambem é conhecida a ponta de Bium, na ilha de Bissau, distr. da Guiné.

Diongo Maxinde. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Dionysio *(Dr.).* Physico-mór d'el-rei D. Manuel, muito estimado na côrte d'este monarcha. Foi physico do cardeal D. Affonso, filho de D. Manuel, e exerceu egual cargo de physico e cirurgião junto de D. João III e da rainha D. Catharina, sua mulher. Recebeu diversas mercês, entre as quaes se mencionam as seguintes: em 1530, a 14 de fevereiro, este monarcha lhe passou um alvará de tença de 10:000 réis por anno, *attendendo aos serviços do dr. Dionysio meu physico;* a 23 de agosto de 1533 foi-lhe passada carta para que elle e seus creados e escravos pudessem trazer de noite as armas que lhe fôssem precisas para sua guarda e segurança de sua pessoa. N'esta carta é designado como physico e cirurgião do infante cardeal D. Henrique.

Diploma. Documento antigo de procedimento official, pelo qual se concedia ou confirmava alguma mercê, direito ou privilegio. Applica-se mais particularmente aos documentos dados pelas chancellarias dos soberanos. O diploma é authenticado por um sello; sello affixado, até ao fim do seculo XII; sendo pendente de fios ou laços de seda, os diplomas tornam-se mais raros e são substituidos por cartas patentes. Os diplomas mais recentes datam do seculo XIV. Nos nossos dias a palavra *diploma* é só empregada para os documentos que certificam officialmente a posse d'uma distincção honorifica, d'um titulo ou d'um grau.

Dirão da Rua. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Sortelha, conc. de Sabugal, distr. da Guarda.

Direcção. Cargo ou assembléa dos directores do mesmo estabelecimento. || Circumscripção territorial em que exerce autoridade um director. Das obras publicas comprehende cada uma um districto administrativo.

Direcção geral. Repartição ou secretaria de Estado, a que preside um director geral. Os ministerios dividem-se em direcções geraes. Assim, existem actualmente as seguintes: *Ministerio dos estrangeiros:* Direcção geral dos negocios politicos e diplomaticos, e direcção geral dos negocios commerciaes e consulares. *Ministerio da fazenda:*

Direcção geral da contabilidade publica; direcção geral das contribuições directas; direcção geral da estatistica e dos proprios nacionaes e direcção geral da thesouraria. *Ministerio da guerra:* Direcção geral da secretaria da guerra e direcções geraes dos serviços do estado-maior, engenharia, artilharia, cavallaria e infantaria *Ministerio da justiça:* Direcção geral dos negocios ecclesiasticos e direcção geral dos negocios da justiça. *Ministerio da marinha e ultramar:* Direcção geral da marinha e direcção geral do ultramar. *Ministerio das obras publicas:* Direcção geral das obras publicas e minas; direcção geral dos correios e telegraphos; direcção geral da agricultura, direcção geral do commercio e industria e direcção geral dos trabalhos geodesicos e topographicos. *Ministerio do reino:* Direcção geral de administração politica e civil; direcção geral de instrucção publica; direcção geral de saude e beneficencia publica Algumas direcções geraes teem sido creadas e extinctas, como a da divida publica, etc. A secretaria das Côrtes tambem se divide em duas direcções geraes respectivas a cada camara.

Direito. Canal que corre pelo lado S dos bancos da margem direita do rio de S. Domingos, na costa do distr. da Guiné, Africa Occidental Estes bancos são os de João de Coimbra, de Falulo, de Varella e de Jafunco. Servem de balisa para a entrada do canal directo á grande e solitaria matta de Bolor, a O do presidio de Bolor, e a matta de Jafunco, egualmente solitaria, situada a E da ponta de Jafunco. O canal é limitado ao N pelos bancos referidos, e ao S pelo parcel de Cacheu, cachopos de Cacheu, e baixos de S. Domingos. E' difficil a sua navegação. Tambem é chamado *Principal de Cacheu.*

Direito. Tratado dos deveres geraes do cidadão e das sociedades. Conjuncto das leis que regulam as relações dos homens entre si, e cujo estudo constitue uma das faculdades da Universidade de Coimbra. Os principios do direito estão consignados nos codigos. || Parte que a lei dá ao autor ou ao vencedor de um pleito. Nas *Ordenações Affonsinas:* «haja a parte o seu direito, e o mais seja pera nós;» isto é, o que por lei lhe competia, a simples restituição do valor da cousa tomada, ou do damno recebido, ou o dobro d'elle, ficando para o rei a metade do importe da condemnação. V. *Codigo.*

Direitos. Quaesquer taxas, impostos, etc. sobre as fazendas e mercadorias á entrada ou saída pelas alfandegas. || *Direitos reaes,* os que teem por objectos os bens de raiz, como as servidões, o usufructo, o direito de uso e de habitação, e as hypothecas. || *Direitos de mercê,* imposto que se paga pelo despacho, alvará ou carta, para um beneficio, emprego publico, titulo, grau honorifico de qualquer ordem civil ou militar, etc.

Diribate. Reino do 8.º distr. da região dos Bellos, na prov. e ilha de Timor, Oceania. Está situada no centro da ilha, a 50 k. ao S da cidade de Dilly, capital da prov. Em 1733 era obrigado a dar 140 picos ou 17:620 kilogrammas de mantimentos para os gastos da praça de Lifau e 30 homens para a guarnição. | Pov. do reino de Diribate, na ilha de Timor, Oceania.

Dispensarios. Estabelecimentos medicos, onde se fornecem gratuitamente soccorros e medicamentos. Ha em Lisboa duas d'estas instituições, sendo uma da *Assistencia Nacional aos Tuberculosos* (V. *este nome*), sita na rua do Alecrim, e outra intitulada *Dispensario de S. M. a Rainha,* na rua Tenente Valladim, ao fundo da calçada da Pampulha, destinado ao tratamento das creanças doentes Foi fundado em 1894 por S. M. a Rainha, que encontrou uns dedicados collaboradores nos medicos Silva Carvalho e Teixeira Diniz. A organisação dos serviços do Dispensario é simplicissima: a creança entra ali sem se pedir ás mães o attestado de pobreza, por a experiencia ter julgado inutil esta formalidade. Effectivamente, até hoje, nunca se deu por nenhum abuso que obrigasse a lançar mão d'essa prova official de pobreza. Na primeira consulta determina-se qual a dieta que convém á criança e o tratamento externo ou interno a seguir. Terminada a consulta, passam para o terraço as que teem de esperar vez para o tratamento externo. Duas a duas, tres a tres, são admittidas na sala dos curativos, onde ha um apparelho de suspensão para as creanças rachiticas, uma estufa de esterilisação de instrumentos, um apparelho para distillar e esterilisar a agua e um autoclave. As que teem de soffer duches ou massagem vão para outra casa; as que teem simplesmente de tomar remedio no Dispensario descem ao primeiro pavimento e esperam ali que lh'o dêem; as que tomam o remedio mais d'uma vez por dia, levam-o para casa. A's 10 e meia, as mães, que querem ficar para dar de comer aos filhos, entram com elles para o refeitorio, onde ha duas mezas compridas e ali assistem á refeição dos pequeninos: para os que ainda não comem, leite e caldo de farinha; para os que comem, uma sopa, carne e pão, e para alguns, vinho. Muitas mulheres, as que pódem dispôr de algum tempo, utilisam este beneficio; as outras vão-se embora, A's quintas-feiras e domingos ha vaccinação de crianças. Em 1895 as admissões no Dispensario fôram de 1514, mais 25 do que em 94. Na frequencia media mensal, ainda a differença foi maior, visto que de 285, no primeiro anno, passou a ser de 389. N'esse anno saíram 1363 creanças e falleceram 76; das que saíram, 1224 fôram curadas, 98 melhores e 8 no mesmo estado; abandonaram o tratamento 21, e 27 fôram transferidas para os hospitaes. A mortalidade foi apenas de 4 % e mais insignificante teria sido se se tivesse usado de mais rigor recusando o auxilio do Dispensario ás desgraçadas creanças no inicio da tuberculose. As consultas fôram mais 1:463 do que em 1894, as refeições mais 13:346, os curativos mais 5:156, as applicações electricas mais 756, as sessões de massagem e gymnastica mais 786, os banhos de immersão mais 567, os banhos de duche mais 137, as certidões mais 172, as formulas pharmaceuticas fornecidas mais 18:471, as vaccinações mais 65. Em 1896, 1897, 1898 e 1899 a frequencia cresceu successivamente n'uma proporção consideravel. Em 1896, trataram-se no Dispensario 2:197 creanças, em 1897, 3:362; em 1898, 4:198 e em 1899, 4:469, isto é, quasi o triplo do primeiro anno. A mortalidade diminuiu visto que nos quatro annos nunca attingiu 4 %, sendo apenas de 3,6, 3,8, e 3 % e, nos quatro annos reunidos, 3,7. O serviço da vaccina continuou muito concorrido (707, 710, 801 e 999). Todos os serviços cresceram muito, na proporção da frequencia, como era natural. Nos relatorios annuaes do sr. dr. Silva Carvalho encontram se

muitos outros esclarecimentos deveras interessantes.

Dissolução. Acto pelo qual o poder executivo termina a existencia das assembléas legislativas, districtaes ou municipaes. O direito de dissolução da camara de deputados é conferido ao rei pela Carta Constitucional.

Diu. Capital do districto do mesmo nome na India. Tem um só concelho, o de Diu, com séde na Praça e comprehende duas freguezias ou regedorias: Nossa Senhora da Conceição e Santo André de Brancavará. A antiga fortaleza de Diu foi elevada por el-rei D. Sebastião á categoria de cidade com os privilegios da de Evora, como consta d'uma carta regia de 15 de fevereiro de 1603, mas essa mercê foi declarada sem effeito por alvará regio de 7 de março de 1615. Desde então até hoje passou a chamar se *Praça*. O districto de Diu compõe-se da ilha do mesmo nome, da peninsula de Gogolá e do terreno e forte de Simbor. A ilha está situada ao sul da peninsula de Guzerate (districto administrativo de Katiawar), a 20° 42' de lat. N. e 70° 25' de long E. Greenwich, e tem por limites ao S. e E. o Oceano Indico, e ao N. O. o territorio do nababo de Junagá, de que está separado por um esteiro. Tem 15 kilom de comprimento por 5 de largo, e occupa a superficie de 52,5 kilom. quad. A sua fórma regular, rectificada é a de um parallelogrammo. A sua orientação media, referida ao centro é de NO. SE. O centro é occupado por extensas dunas movediças. A sua constituição geologica é vulcanica. O solo está disposto em plano inclinado, sendo mais elevado ao sul, do lado do mar, abaixando gradualmente até á orla lodosa, que confina ao N. com o esteiro. Este, impropriamante chamado rio, tem duas barras: a de E, formando o porto de Diu, e a de O, tormando o de Brancavará. Ao sul da ilha, o mar fórma uma enseada em Nagoá; ao norte, em frente da cidade, a meio do esteiro, ha uma restinga de areia, que, se estende até ao continente fronteiro. A ilha, com o resto do territorio do districto, fórma um concelho, com séde na Praça, capital; fóra d'esta tem 49 aldeias ou povoações, sendo as principaes Podamo, Malala, Bunlivará e Brancavará; em Malala e Brancavará ficam as chamadas *hortas*, constituindo outros tantos pomares e varzeas, que em 1899 passaram do dominio da fazenda publica para o de particulares, quasi todos brahamanes. A peninsula de Gogolá (aldeia e campo) é separada pelo esteiro, que contorna a ilha e estende-se na direcção NS, tendo uns 2 kilometros de comprimento por meio de largo. O antigo e historico forte baluarte da villa de Rumes, ficava perto de uma muralha, que delimitava a aldeia, cujos vestigios ainda se conservam. O terreno é parte arenoso e parte lodoso. Pertence á circumscripção da freguezia de N. S. da Conceição, com séde na Praça. Simbor pertence egualmente á mesma freguezia, e está situada a NE, de Diu, a 25 kilometros da cidade. Tem por coordenadas 20°53', de latitude N e 71° 17' de long. E de Greenwich, e occupa a área de 1 kilometro quadrado aproximadamente. Compõe-se d'uma ilhota, onde está o forte de Simbor, e de duas linguas d'areia, denominadas impropriamente varzeas, separadas por um esteiro, a que tambem chamam *rio* Vançoso. Não ha montanhas em Diu; o *Dare*, na horta Drangavary, e uma collina, nas visinhanças de Passo-Covo, são as unicas eminencias que se vêem. Não possue a ilha rios, lagôas ou lagos. Ha alguns poços, mas todos de agua salgada em maior ou menor percentagem. O abastecimento potavel é feito por meio de cisternas, que servem de deposito ás aguas pluviaes, pois que Diu não possue uma fonte ou veio algum de agua corrente. Na Praça, as principaes cisternas são: a do *Rei* (de 25:000 pipas de capacidade) e a da *Rainha* (de 5:000), duas primorosas obras situadas na fortaleza, e as dos antigos conventos de S. Paulo e de S. Francisco. Reinam em Diu tres estações: inverno, terral e verão; a primeira vae de julho a outubro, a segunda de novembro a janeiro, a terceira que se prolonga de fevereiro a junho ,ou mais. O solo é arido e a vegetação escassa. As condições de hygiene publica são boas, mas as da particular deixam muito a desejar, especialmente entre os gentios. As febres palustres, nas suas variadas manifestações, são endemicas em Diu; são, porém, raras as desynterias e as biliosas hematuricas; ha tambem, como endemica, o mal denominado *bicho d'Ormuz*, proveniente da má qualidade da agua. A população do districto, segundo o censo de 1 de dezembro de 1900, é 15.613 habitantes, 7.259 do sexo feminino e 8 354 do masculino. As castas são aqui tantas como as profissões; entre os christão não ha, porém, distincções de casta, como em Gôa; os christãos são em numero de 300, aproximadamente, sendo o resto da população constituido por baneanes, brahamanes, soalis, parses, mouros e deres. Os não catholicos admittem a polygamia e a dissolução do matrimonio; falam guzerate, trajam á oriental e teem usos e costumes singulares. Os christãos falam portuguez, trajam á europea e teem os seus direitos civis regulados pelas leis do reino. A fauna de Diu é escassa. A flora é menor ainda; os seus principaes especimens são: o coqueiro, a macombeira, o bajiry e o pau rosa. As principaes producções de Diu são pedras, sal, cal e alguns artefactos de tecelagem. A industria limita-se á pesca e salga do peixe, tinturaria e tecelagem. O porto de Diu é o unico em toda a extensa costa do Katiawar, podendo por isso, ter grandissima importancia. Os outros portos do districto são Brancavará, a enseada de Nagoá e o porto de Simbor. Os edificios publicos mais notaveis de Diu são: o palacio do governo, o edificio da camara, a sé matriz, antigo convento de S. Paulo, edificio de bellissima architectura, onde se admira o magestoso altar-mór, todo de *sissó* com primorosa obra de talha; o recolhimento de Sant'Anna, o convento de S. Francisco (hoje hospital civil e militar) e a egreja de S. Thomé (hoje cadeia). Em todos elles, bem como no castello, muros, muralhas e monumentos do districto, se lêem variadissimas inscripções, colligidas por Cunha Rivara nos *Boletins do Governo*, n.os 73 a 86, de 1865. Tem dois cemiterios para christãos, um cada uma das freguezias. Vê-se tambem na Praça um lindissimo mercado, denominado *bazar do peixe*. Os principaes monumentos de Diu são: os de Coge Çofar, D. Fernando de Castro, Rumecão, e Nuno da Cunha. Entre as fortalezas de Diu, são dignas de especial menção: o Castello e o Forte do Mar, duas obras primas de construcção. O Castello está no extremo E da ilha; tem a figura de um hexagono irregular e conta 11 baluartes: S. Domingos, S.

Nicolau, S. Filippe, Menagem : — Cavalleiro, S. Thiago, Chato, Santa Luzia, Couraça, Santa Thereza e S. Jorge. O Forte do Mar, erguido sobre um rochedo, a meia entrada da barra, fica em frente da parte N do Castello. Tem um baluarte, pateo, cisterna, capella e paiol. Diu constitue um districto subordinado ao governo geral do Estado da India. E' representado por uma camara municipal. Pertence á dioecse de Damão e é julgado municipal dependente da comarca d'aquelle districto. E' praça de guerra de 1.ª classe com 127 praças de pret e 4 officiaes de guarnição. Tem um asylo para christãos indigentes, e uma confraria que tem a seu cargo os interesses religiosos. A instrucção resume-se no ensino das linguas portugueza e guzerate, que se ministra em cinco escolas — tres régias e duas municipaes — sendo uma para o sexo feminino. Tem est. post. permutando vales do correio com o reino. ‖ Bibliographia : *Diu, apontamentos para a sua historia e chorographia*, por Jeronymo Quadros ; Nova Gôa, 1899; *Relatorio do governo do districto de Diu*, anno de 1899-1900 por João Herculano de Moura ; e outros relatorios publicados anteriormente. V. *India (Estado da)*.

Diu *(Cercos de)*. A conquista de Diu e a sua defeza nos dois celebres cercos são das paginas mais gloriosas da nossa historia no Oriente. Desde cedo foi Diu theatro das façanhas heroicas dos portuguezes. Em 3 de fevereiro de 1509, o primeiro vice-rei da India. D. Francisco de Almeida, vingando o desastre de Chaul, desbaratou nas aguas de Diu a esquadra turco-moirisca. Em 1521, o governador da India, Diogo Lopes de Sequeira, intentou conquistar Diu, mas foi mal succedido. Este porto militar, estrategicamente superior, representava no mappa da Asia um ponto de capital importancia politica e commercial. Affonso de Albuquerque foi quem primeiro pensou erigir ali uma fortaleza. A' mallograda expedição de Lopes de Sequeira, seguiu-se a tentativa do governador Henrique de Menezes, a quem a morte surprehendeu no meio dos seus projectos. Coube a gloria do emprehendimento ao governador Nuno da Cunha que em 1531 atacou Diu, cujo bloqueio Antonio da Silveira levantou, por ordem superior, em 1532. O capitão-mór do mar da India, Martim Affonso de Sousa, chega a Diu, em 21 de setembro de 1535, a convite do sultão Bahadur, toma posse do *Baluarte do mar* e manda içar a bandeira portugueza no sitio onde hoje existe a fortaleza. Bahadur escreve a D. Nuno da Cunha, convidando-o a vir escolher logar para a feitoria. Em 26 de outubro seguinte o governador toma posse do baluarte, e apoz a celebração d'uma missa solemne, lança a primeira pedra dos alicerces da invicta fortaleza. Ficou celebre a espantosa viagem feita por Diogo Botelho para trazer a Lisboa a noticia d'aquella fundação, a planta da fortaleza e uma copia do tratado feito com o sultão Bahadur. A fusta em que o temerario navegador se metteu para a travessia do Indico até á costa oriental da Africa, e para dobrar o Cabo da Boa Esperança seguindo para Lisboa, tinha 1m,84 de comprimento, 2m,54 de largura e 1m,32 de pontal, e apenas era tripulada por um mestre, tres creados portuguezes de Diogo Botelho e seis escravos. Quando já em pleno mar Indico os escravos souberam da louca aventura de Diogo Botelho, revoltaram se contra elle, investiram furiosamente durante o lance angustioso de um temporal. Houve uma lucta sangrenta a bordo d'aquella casca de noz. Os portuguezes defenderam-se intrepidamente, apezar de enfermos e extenuados de fadigas, mataram dois dos revoltosos e obrigaram os outros a atirar-se ao mar, espavoridos. Diogo Botelho foi gravemente ferido e perdeu a fala ; dos seus companheiros morreu um, e outro ficou levemente ferido. Assim continuaram a viagem para o Cabo. Diogo Botelho dava as ordens por meio de gestos, e os tres restantes portuguezes executavam a manobra, e vigiavam os quatro escravos que iam aos remos, pois haviam voltado a bordo com a promessa de perdão e com medo de morrerem afogados. N'estas condições, famintos, conseguiram chegar aos Açôres e d'ali vieram para Lisboa a bordo da pequenina fusta, com sete mezes quasi de tormentosa viagem A famosa fusta foi recolhida em um telheiro de Sacavem e por muito tempo ali esteve exposta á admiração de nacionaes e estrangeiros. Foi depois mandada queimar por ordem régia para que se não soubesse que se podia viajar da India a Portugal, em tão fragil embarcação. Dando ao soberano a grande noticia, Diogo Botelho fez-lhe entrega de uma *Descripção da Fortaleza de Diu, fundada pelo governador D. Nuno da Cunha*, e de uma *Relação das pazes celebradas com o rei de Cambaya, sultão Bahadur-Xá*. D. João III ordenou solemnes procissões em acção de graças. Em Roma, o pontifice Paulo III festejou a noticia, na basilica de S. Pedro, com a assistencia do sacro collegio. Em 14 de fevereiro de 1537 foi assassinado o sultão Bahadur. Levantou-se então o grito de guerra contra os portuguezes. Os inimigos apontavam ou a rendição ou a morte. Mas, á sombra da bandeira das Quinas, o heroismo venceu o numero. São notabilissimos e de inexcedivel gloria os dois cercos de Diu em 1538 e em 1546. O primeiro começado a 4 de outubro de 1538 durou vinte e sete dias. Foi sustentado por Antonio da Silveira com seiscentos portuguezes contra os vinte e tres mil mamelucos, janizaros e guzerates de Soleimão Baxá e de Coge-Çofar, apoiados por uma poderosa artilharia e por uma esquadra de setenta e sete galés turcas. O segundo cerco começou a 1 de abril de 1546. Foi sustentado por D. João de Mascarenhas contra um exercito ainda mais poderoso, commandado pelo turco Rumecão, e terminou por uma batalha em que os sitiantes fôram derrotados pelas tropas de soccorro, sob as ordens de D. João de Castro. As façanhas do primeiro cerco chegaram a parecer lendarias ! Batalhavam e morriam os nossos n'uma espantosa heroicidade. Até as mulheres, como Izabel Fernandes, e outras, pelejavam e animavam os sitiados Quando, depois d'uma longa e espantosa resistencia, os turcos e os guzerates retiraram, na fortaleza em escombros havia apenas quarenta homens validos, dos seiscentos portuguezes com que a sublime defeza começára. Os outros tinham morrido ou estavam feridos e enfermos ! A fama d'estes prodigios tal ecco teve na Europa que o Pontifice solemnemente celebrou o feito em Roma, e Francisco I, de França, pediu o retrato de Antonio da Silveira, o glorioso governador de Diu, para o collocar na galeria de retratos do seu palacio de Fontainebleau, entre os mais illustres. No segundo cerco o heroismo e a valen-

tia dos portuguezes não foi menos celebrada. Diu tem nos seus edificios preciosas reliquias e inscripções. A praça foi restaurada depois do primeiro e segundo cerco, sendo mais tarde ampliada. Para as obras, que se fizeram depois do segundo assedio, mandou D. João de Castro á camara de Gôa alguns cabellos das suas barbas como penhor de um emprestimo de 20:000 pardáos. A camara fez-lhe o emprestimo e restituiu-lhe o nobilissimo penhor. V. *Castro (D. João de).* Nos fins do seculo XVI, e durante o seculo immediato, foi a praça ainda augmentada, como hoje existe em duas fortalezas destacadas, a de Simbôr, e a de Gogolá, nos antigos territorios do nababo de Junagá. Ha em Diu um castello, trinta baluartes, alguns dos quaes arruinados, quarteis, hospital, grandes cisternas e alguns exemplares valiosos da antiga artilharia. Dentro da praça encontram se templos christãos, alguns em deploravel ruina, uma mesquita dos moiros, um pagode dos parses e outro dos baneanes. || Bibliographia: *Livro primeyro do cerco de Dio*, etc, etc., por Lopo de Sousa Coutinho, um dos capitães que n'elle tomaram parte: Coimbra, 1556. *Successo do segundo cerco de Dio*, etc. (poema) por Jeronymo Côrte-Real; Lisboa, 1574. *Vida de D. João de Castro*, por Jacinto Freire de Andrade; Lisboa, 1651. *Os portuguezes na Asia*, por Pinheiro Chagas; etc. Em muitas outras obras se encontram largas referencias a Diu e á sua historia, como nos *Annaes de D. João III*, de Fr. Luiz de Sousa; *Os portuguezes no Oriente* por E. Balsemão; *Asia Portugueza* de Faria e Sousa; *Decadas*, de Couto; *Chronica de D. João III; Subsidios para a historia da India* por Lima Felner; *Lendas da India*, por Gaspar Correia; etc., etc.

Diu *(Companhia dos baneanes de).* Foi creada em 1686 pelos baneanes de Diu, que desde muito commerciavam em outros pontos da India, antes que obtivessem permissão de se estabelecer em Damão e Diu. Tinham estas duas praças o principal commercio de Moçambique, e os baneanes conseguiram obter do conde de Alvôr, então vice-rei da India, que lhes confirmasse uma companhia que elles formaram, e cujo fim era monopolisar aquelle commercio. As condições com que a companhia se fundou e os privilegios que lhe fôram concedidos eram de molde a assegurar-lhe lucros importantes. Permittia-se lhe o ter na ilha de Moçambique um bazar, em que assistissem os baneanes que a ella pertencessem. Tinha liberdade de despacho, tanto na importação como na exportação nas alfandegas de Diu e Moçambique, nos mesmos termos que ella havia sido dada aos capitães da fortaleza de Diu. Transferiam-se pois para a companhia todos os direitos e faculdades que d'antes tinham os capitães. Ninguem poderia embarcar nos seus navios manteiga, azeite, trigo ou avelorio, sob pena de perder a fazenda em proveito da companhia. Ao capitão e mais empregados e tripulantes dos navios, eram concedidos tambem eguaes favores e faculdades ás que gozavam os do barco da fortaleza. O castellão e feitor de Diu eram obrigados a prestar os navios e todo o auxilio para que se transportassem as fazendas de Cambaya, o arroz e o assucar de Baçaim com que se havia de carregar o barco da companhia. Além d'isso, prestariam os navios que pudessem para comboiar aquelle barco, de forma que navegasse com toda a segurança. Só a companhia poderia expedir navios para Moçambique. Para juizes escolheram-se o reitor do collegio dos jesuitas do Espirito Santo na praça de Diu e o prelado do collegio da mesma congregação em Moçambique. A duração da companhia foi primitivamente fixada em tres annos. Não era obrigada a empregar christãos como capitães do barco. Aos mercadores que tivessem parte na companhia foi permittido o poderem andar em andores e trazer sombreiros, como era concedido aos portuguezes. Torna-se importante para a historia de Moçambique a fundação d'esta companhia, porque foi em virtude d'ella que os baneanes entraram na ilha. Em 1687 poucos fôram ali estabelecer-se, mas successivamente o seu numero augmentou e fôram-se assenhoreando do commercio da ilha. Mais tarde, com a permissão de passagem ao continente africano, alargaram a sua influencia por grande parte da provincia de Moçambique. A duração da companhia foi sendo prorogada, até que se extinguiu em 1777, mas os privilegios primitivos tiveram successivas modificações. || Bibliographia: *Considerações politicas e commerciaes*, por José Accursio das Neves; *Ensaios sobre a estatistica das possessões portuguezas no ultramar* (provincia de Moçambique) por Francisco Maria Bordallo; *As companhias portuguezas de colonisação* por Tito Augusto de Carvalho

Divida publica. Assim se designa a totalidade das quantias tomadas de emprestimo pelo Estado, para occorrer em geral ao desequilibrio entre as receitas e as despezas ordinarias e em especial a grandes obras e melhoramentos publicos. Desde os primeiros tempos da monarchia, áparte uma ou outra epoca como a de D. Diniz e os ultimos tempos da administração pombalina, que o desequilibrio nas finanças da nação se tem feito sentir. Para o corrigir variaram os expedientes. Nos primeiros tempos, quando ainda não havia um systema regular de impostos, eram as sizas e as fintas, isto é, as derramas que se lançavam temporariamente sobre differentes generos do commercio e consumo, que suppriam as grandes despezas de guerra e de expedições militares ou a diminuição nos rendimentos da Corôa. Durante seculos se usou e abusou de uma operação financeira — a de *quebrar a moeda*, que consistia em retirar da circulação a moeda corrente, para a recunhar com menor valor intrinseco e maior valor nominal. Em algumas epocas essa alteração fez-se sem recunhar a moeda mas apenas carimbando-a especialmente. As doações e consignações dos rendimentos da Corôa, feitas pelos primeiros reis, tinham depauperado tanto o thesouro real que quando D. João I teve de galardoar os serviços dos nobres que o auxiliaram na sustentação da independencia do reino, as circumstancias financeiras do Estado tornaram se verdadeiramente criticas. Embora o rei annullasse muitas das doações que fizera, ainda se viu obrigado a estabelecer permanentemente as sizas. Assim, data de 1425 a cobrança regular dos nossos impostos. A prodigalidade e a má administração de D. Affonso V e as enormes despezas das expedições ultramarinas no reinado de D. Manuel, tornaram insufficiente o imposto permanente das sizas. Teve então de se recorrer ao emprestimo publico. Tanto D. Manuel como os seus an-

tecessores tinham adoptado já o systema das tenças ou doações *de juro e herdade*, que eram titulos de rendas vitalicias ou permanentes, concedidas a certas familias ou corporações, e que muitas vezes representavam uma pura liberalidade do monarcha e a paga dos serviços publicos; outras vezes a subrogação de bens que passavam para o Estado; e outras vezes a amortização de dividas cujo pagamento se não podia realisar por outro modo. Fôram essas tenças que serviram de expediente a D. Manuel, transformando-a no systema de emprestimos, para occorrer ás deficiencias do thesouro; e para isso, afim de substituir as existentes e obter o levantamento de mais dinheiro, creou os *Padrões de juros reaes*, que representavam um verdadeiro titulo de divida publica, com o juro de 8 por cento. Achado esse recurso, abusou-se logo d'elle, e os emprestimos sob a fórma de emissão de *Padrões de juros reaes* tornaram-se expediente ordinario tanto no reinado de D. Manuel como de D. João III e D. Sebastião. No tempo d'este ultimo monarcha, as circumstancias do thesouro real fôram tão afflictivas, que houve a reducção do juro de 8 por cento para 6 por cento. Nos reinados dos Filippes esteve o thesouro publico n'um verdadeiro estado de fallencia permanente. Venderam-se juros por todo o preço; reduziram-se por mais de uma vez; suspendeu-se o pagamento d'elles; sujeitaram-se a rateio e cabimento; tomou-se a titulo de emprestimo um quartel de juros, tenças, ordinarias e ordenados, assentamentos, etc. E quando já não havia rendas em que se pudessem assentar juros, porque todas estavam presas ou empenhadas por contratos anteriores, e por isso ninguem se prestava a arriscar o seu dinheiro em tal operação, imaginou-se uma outra fórma de contrato, a que deram o nome de *juros por venda nova*, com muitos privilegios e preferencias que prejudicaram os direitos dos crédores mais antigos. As despezas publicas com a defeza da independencia do reino exigiram novos sacrificios. Em 1641, as Côrtes estabeleceram a decima permanente. Em 1660, por alvará de 24 de dezembro, foi creado o papel sellado. D. Pedro II viu-se forçado a adoptar o papel-moeda. Apezar d'isso, o expediente dos emprestimos continuou em larga escala nas epocas seguintes até que o marquez de Pombal conseguiu recompôr a ruina do thesouro. A influencia das suas medidas economicas preponderou ainda nos primeiros tempos do reinado de D. Maria I. Alguns annos mais tarde o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, para acudir ao estado critico da fazenda, propoz o novo estabelecimento do papel sellado por alvará de 10 de março de 1797, e abriu outro grande emprestimo, que foi ordenado pelo decreto de 29 de outubro de 1796, ampliado e regulado depois por alvará de 13 de março de 1797, e afinal mandado fechar por alvará de 21 de janeiro de 1803. Os titulos emittidos por occasião d'este emprestimo receberam o nome de Apolices (V. *este nome)*, venciam o juro de 5 por cento, e marcaram outra epoca na nossa divida publica. Além da garantia do juro de 5 por cento, o alvará de 13 de julho de 1797 deu a algumas d'essas apolices o valor de papel moeda, e creou tres milhões de apolices pequenas para se receberem em metade em quaesquer pagamentos. O abuso que se fez d'esta emissão e a imposição de papel moeda produziram taes desordens no credito publico e na situação economica do paiz que o alvará de 31 de maio de 1800 poz termo a essa emissão prohibindo-a para o futuro e mandando amortizar as apolices que tinham o privilegio de papel moeda. Pelo referido alvará fôram estabelecidos novos impostos para a amortização das apolices pequenas. Nas luctas liberaes, o governo de D. Maria II teve tambem de contrahir um emprestimo por apolices, ao juro de 5 por cento. Mas, o decreto de 23 de abril de 1835, ampliado pela lei de 29 de setembro de 1835, converteu aquellas apolices e as de 6 por cento em inscripções de 4 por cento. Provém d'ahi o nome de *inscripções* que teem os actuaes titulos da nossa divida interna consolidada. Estas mesmas inscripções e os demais titulos existentes e os padrões de juros reaes fôram, afinal, convertidos em inscripções de 3 por cento pelas leis de 18 de dezembro de 1852 e 15 de julho de 1856, devidas a Fontes Pereira de Mello, que regularisou a divida publica, marcando uma nova era para a nossa situação financeira. Mas não tardaram a apparecer os emprestimos e com elles a emissão de titulos de divida interna, como expediente ordinario para saldar os *deficits* orçamentaes e acudir ás necessidades extraordinarias. Successivamente se tornou cada vez mais perigoso o desequilibrio financeiro; teve de se fazer em 1892, pela lei de 26 de fevereiro, nova reducção nos juros da divida interna e nos da externa que fôssem pagos no paiz, pelo imposto de rendimento de 30 por cento. O decreto de 13 de junho de 1892 reduziu os juros da divida externa pagos no estrangeiro a 1 por cento em ouro. Porém, a lei de 20 de maio de 1893 teve de conceder para supplemento d'esses juros metade do excesso dos rendimentos das alfandegas (importação de tabacos e cereaes exceptuada) sobre 11:400 contos. A lei de 25 de junho de 1898 autorisou uma nova conversão, ou convenio com os crédores externos, que só veiu a effectuar-se pela lei de 14 de maio de 1902, sendo esta nova conversão regulada pelo decreto de 9 de agosto do mesmo anno. Toda a divida externa passou a amortizavel em 99 annos. As origens da nossa divida externa remontam ao seculo XVI, pois já em 1534 ella apparece na historia. N'esse anno subiram a 169 contos de réis os *cambios*, isto é, os emprestimos tomados pelo rei em Flandres, por intervenção da feitoria que lá tinhamos para especiarias da India, e a qual exercia ao mesmo tempo as funcções de uma agencia commercial e financeira de Portugal no estrangeiro. Avolumando-se muito os emprestimos de cambios, que em 1543 attingiam cerca de 779 contos de réis, D. João III por carta de 1548 mandou desfazer a feitoria. Nos tempos modernos, o primeiro emprestimo externo foi contraido em 1809 com o governo inglez, no valor de 600 mil libras. O segundo emprestimo, autorisado por decreto de 25 de setembro de 1823, foi contratado na importancia de 1.500:000 libras, em 9 de outubro d'esse anno, com Goldsmith & C.ª, de Londres. Em 23 de setembro de 1831 ajustou a Regencia com os banqueiros Ardoin, de Paris, e Ricardo, de Londres, um novo emprestimo de 2 milhões de libras. Com o mesmo Ardoin fez-se ainda, em 23 de outubro de 1832, outro emprestimo de 600 mil libras; em 11 de setembro de 1833 outro de 2 milhões de libras; em 7 de julho de 1834 ainda outro de 1 milhão de li-

bras. Com N. M. Rothschild se contratou ulteriormente, em 1 e 3 de abril de 1835, uma operação externa de 4 milhões de libras, e em 29 d'este mez outra de 2 milhões. Em 23 de junho de 1836 contraiu se outro emprestimo de 900 mil libras com a casa Goldsmith, de Londres. Em 9 de agosto de 1837 outro de 613:500 libras com a mesma casa; e, em 14 de outubro do mesmo anno, mais outro de 33:350 libras em promissorias. As difficuldades financeiras da nação levaram o governo dos Passos a ordenar em portaria de 7 de maio de 1838 a suspensão do pagamento dos juros da divida externa, ou pagando os com *debentures* (V. *este nome*). Providencias posteriores levaram então os crédores externos á alludida conversão de 1852, como a crise financeira de 1891 conduziu ao convenio de 1902. || Bibliographia: *Divida publica portugueza, sua historia, progresso, e estado actual por* A. A. da Silveira Pinto, Lisboa, 1839, *A Divida Portugueza*, por M. E. Lobo de Bulhões, Lisboa, 1867; *Collecção de leis da divida publica portugueza, coordenada e publicada pela Junta do Credito Publico*, com um prologo de J. da Costa Gomes, Lisboa, 1883; *Divida publica portugueza, repertorio de legislação*, por Thomaz Mascarenhas, Lisboa, 1901; *Relatorios e contas da Junta do Credito Publico*, publicados até 1906; etc. V. *Finanças*.

Divisa. Assim se denomina no brazão a faxa que só tem metade da sua largura ordinaria. || Em geral, na arte heraldica, denomina se *divisa* a insignia, o signal distinctivo de dignidade, ou figura que trazem nas suas bandeiras os soberanos para differença da sua autoridade, como os vassallos nos escudos, para differença de suas familias, trazem a figura de certos animaes, elementos, plantas, e outras cousas que symbolicamente tomaram os chefes de antigas familias para sua distincção. Para o mesmo fim se principiaram a usar em heraldica umas letras gravadas na orla da cota, nas bandeiras, e nos adornos dos cavalleiros. As *divisas* passaram depois a ser gravadas nos brazões. Como ornato, a divisa é uma distincção, que se accrescenta ao brazão d'armas. Ha tres especies de divisas: de *dignidade*, *devoção* e *empresa*. As de dignidade são certas peças que se põem por cima ou em volta do escudo, e até por detraz nos brazões das pessoas tanto ecclesiasticas como seculares, e que inculcam a sua dignidade, como as chaves nas armas do pontifice, a ancora por detraz das dos almirantes; etc. Divisas de devoção são as peças que os antigos cavalleiros gravaram nos seus escudos nas expedições contra os infieis, como as cruzes dos cruzados, a cruz de escudinhos com os trinta dinheiros nas armas de Portugal, e outras. As divisas de empresa são as figuras acompanhadas de palavras que exprimem de um modo allegorico e breve algum conceito, ou simplesmente os emblemas ou sentenças que alguem tomou por norma. Entre as divisas dos monarchas portuguezes occorrem-nos as seguintes: D. Affonso IV adoptou uma aguia voando sobre uma penha com a letra *Altiora peto*. D. Pedro I tomou por empresa ou divisa uma estrella com a legenda: *Monstrat iter*. D. Fernando I escolheu uma espada atravessando dois corações, com a legenda *Cur non utrumque?* D. João I usou de duas empresas: a primeira um silvado com fructo e a legenda *Il me plait pour bien*; a outra, escolhida provavelmente depois da conquista de Ceuta, uma espada em punho saindo de uma nuvem, e tocando a ponta de um rochedo cercado pelo mar, e a legenda *Acuit ut penetret*. D. Duarte adoptou para empresa uma lança com uma serpente enroscada como no caduceu, e a letra *Loco et tempore*. D. Affonso V usou como divisa do rodizio de um moinho, com o distico *Já mais* e por cima em uma faxa *E VII*. O *E* e o rodizio teem sido assim interpretados: *Erro dize-o;* mas o VII não se explica satisfactoriamento. D. João II adoptou um pelicano, ferindo-se no peito para alimentar os filhos, e a letra *Pola ley e pola grey*. A rainha D. Leonor, sua mulher, usava de uma rede de pesca, em memoria da desastrosa morte de seu filho o principe D. Affonso, cujo cadaver foi recolhido na cabana d'um pescador. D. Manuel tinha a empresa, que lhe déra D. João II, de uma esphera armillar com varios instrumentos nauticos e a legenda *Primus circumdedisti me*. D. João III adoptou a cruz sobre o calvario, com a legenda *In hoc signo vinces*. D. Sebastião usou u'um campo seto ou oito estrellas com a letra *Celsá serena favent*. O cardeal D. Henrique teve um delphim en volto n'uma ancora com a legenda *Festina lente*. Além dos monarchas, tambem alguns infantes e fidalgos adoptaram empresas ou divisas proprias. O infante D. Henrique, o impulsionador das navegações, tinha a de *Talent de bien faire*. D. Christovão de Portugal, filho de D. Antonio, prior do Crato, a de uma palmeira copada com os ramos caídos, por cima o sol radiante e a letra *Et radiante virebo*. Em muitos dos brazões dos fidalgos portuguezes apparecem divisas interessantes.

Divisão. Na arte de brazão é o espaço de campo do escudo, separado por linhas que acabam nas extremidades do mesmo escudo. Ha *divisões por alliança*, que são as uniões de dois ou mais escudos das familias que se ligam por casamentos. Em Portugal não se pódem gravar mais de quatro na esquarteladura de um mesmo escudo, como se encontra determinado na *Ordenação* liv. v, tit. 92 § 4º. Nesta união usa-se do escudo dividido em pala, e esquartelado para duas allianças; e do escudo terceado em pala, e de esquartelado para tres allianças; pois que já n'esse caso ha quatro armas a gravar em um só escudo.

Divisão. Parte de um exercito commandada por um general. || Pequeno numero de navios de guerra que faz parte de uma esquadra. || Limite territorial para os effeitos administrativos, fiscaes, de defeza militar, judiciaes, etc.

Divisão administrativa. (V. *Portugal*). Os districtos do reino estão divididos em concelhos, de 1.ª e 2.ª ordem. 1.ª ordem: Aveiro, Barcellos, Beja, Braga, Bragança, Castello Branco, Chaves, Coimbra, Covilhã, Evora, Faro, Figueira da Foz, Guarda, Guimarães, Lamego, Leiria, Lisboa, Porto, Santarem, Setubal, Vianna do Castello, Villa Nova de Gaia, Villa Real, Vizeu, Angra do Heroismo, Funchal, Ponta Delgada e Horta. 2.ª ordem: Todos os demais concelhos do reino e ilhas.

Divisão auxiliar á Hespanha. Em 1835 Portugal enviou a Hespanha uma divisão do seu exercito para auxiliar a defeza de Fernando VII contra os carlistas. A campanha durou até 1837, e durante esse periodo as tropas portuguezas soffreram as maiores privações e trabalhos, dando

todavia provas de disciplina, coragem e dedicação. Pelo decreto de 4 de novembro de 1863 foi «instituida uma distincção destinada a commemorar os serviços prestados á causa das instituições liberaes e da dynastia reinante em Hespanha, pelos militares que constituiram a divisão auxiliar portugueza que nos annos de 1835 a 1837 serviu n'aquelle reino». Essa distincção consistiu em uma medalha circular, de 3 centimetros de diametro, tendo de um lado a legenda HESPANHA e por baixo as datas — 1835 a 1837 — e no reverso outra legenda DIVISÃO AUXILIAR, tudo disposto symetricamente, e conforme o modelo junto ao referido decreto. Esta medalha era de prata para os officiaes, e de cobre para as praças de pret; devia ser collocada do lado esquerdo do peito, pendente de uma fita de côr encarnada e branca bipartida. Tinham direito a usar da medalha de prata todos os individuos que, tendo servido sem nota alguma na mesma divisão auxiliar, eram officiaes ou tinham honras de official quando a divisão regressou a Portugal. Egualmente tinham direito a usar da medalha de cobre todos os individuos que eram praças de pret na epocha do regresso da divisão. Lopes Fernandes, na sua *Memoria das Medalhas*, reproduz o desenho d'esta.

Divisão comarcã. O continente do reino e ilhas divide-se para os effeitos judiciaes em comarcas de 1.ª, 2.ª e 3.ª classe. Pertencem á *1.ª classe* as seguintes comarcas: Abrantes, Amarante, Anadia, Angra do Heroismo, Arcos de Valle de Vez, Arganil, Aveiro, Barcellos, Beja, Bragança, Caldas da Rainha, Castello Branco, Certã, Chaves, Coimbra, Covilhã, Elvas, Estarreja, Evora, Fafe, Faro, Feira, Figueira da Foz, Funchal, Fundão, Guarda, Guimarães, Horta, Lamego, Leiria, Lisboa (1.ª vara), Lisboa (2.ª vara), Lisboa (3.ª vara), Lisboa (4.ª vara), Lisboa (5.ª vara), Lisboa (6.ª vara), Loulé, Marco de Canavezes, Oliveira d'Azemeis, Ovar, Penafiel, Peso da Regoa, Ponta Delgada, Ponte do Lima, Portalegre, Porto (1.ª vara), Porto (2.ª vara), Porto (3.ª vara), Porto, 4.ª vara), Santarem, Santo Thirso, Setubal, Silves, Thomar, Tondella, Torres Novas, Torres Vedras, Valle Passos, Vianna do Castello, Villa do Conde, Villa Nova de Famalicão, Villa Real, Villa Verde e Vizeu. Pertencem á *2.ª classe* as comarcas de: Açores, Agueda, Alcobaça, Aldeia Gallega do Ribatejo, Alemquer, Arouca, Cantanhede, Cartaxo, Ceia, Celorico de Basto, Cintra, Estremoz, Felgueiras, Gouveia, Idanha-a-Nova, Lagos, Lousada, Mafra, Mangualde, Mirandella, Monsão, Moncorvo, Montalegre, Montemór-o-Velho, Moura, Odemira, Oliveira do Hospital, Paredes, Penacova, Pinhel, Pombal, Povoa de Varzim, Ribeira Grande, Sabugal, S. Thiago de Cacem, Santa Comba Dão, Sinfães, Soure, Tavira, Trancoso, Valença, Villa Real de Santo Antonio, e Vouzella. Pertencem á *3.ª classe* as comarcas de: Albergaria-a-Velha, Albufeira, Alcacer do Sal, Alfandega da Fé, Alijó, Almeida, Almodovar, Alvaiazere, Amares, Anciães, Armamar, Aviz, Baião, Boticas, Cabeceiras de Basto, Caminha, Carrazeda d'Anciães, Castello de Paiva, Castello de Vide, Castro Daire, Celorico da Beira, Condeixa-a-Nova, Coruche, Cuba, Espozende, Ferreira do Alemtejo, Figueiró dos Vinhos, Fornos de Algodres, Fronteira, Gollegã, Ilha do Pico, Lourinhã, Louzã, Mação, Macedo de Cavalleiros, Melgaço, Mertola, Mesão Frio, Miranda do Douro, Mogadouro, Moimenta da Beira, Mondim de Basto, Montemór-o-Novo, Murça, Niza, Olhão, Paços de Ferreira, Paredes de Coura, Penella, Ponta de Sol, Ponte da Barca, Ponte do Sôr, Portel, Porto de Moz, Povoação, Povoa de Lanhoso, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Resende, Rio Maior, Sattam, S. João da Pesqueira, S. Pedro do Sul, S. Vicente, Seixal, Serpa, Tabuaço, Vagos, Vieira, Villa Flôr, Villa Franca do Campo, Villa Franca de Xira, Villa Nova de Cerveira, Villa Nova de Ourem, Villa Pouca d'Aguiar, Villa Viçosa, Vimioso e Vinhaes.

Divisão eleitoral. Segundo a carta de lei de 8 de agosto de 1901 a divisão eleitoral, do reino, ilhas e ultramar, comprehende o numero de 33 circulos, sendo: 22 no continente do reino, 4 nas ilhas adjacentes e 7 nas possessões ultramarinas. O numero de deputados dos circulos eleva-se a 155, devendo 120 ser o numero de nomes que devem ter as listas eleitoraes e 35 da representação das minorias. D'estes 155, 134 são elegiveis pelo continente, 14 pelas ilhas adjacentes e 7 pelas possessões ultramarinas.

Divisão fiscal. A força da guarda fiscal está dividida em duas *circumscripções fiscaes*, com commandos independentes, uma no *Norte* outra no *Sul*.

Divisão militar. Foi el-rei D. João IV quem primeiro nomeou os governadores militares das provincias do reino, que no tempo de D. João V, em 1707, se denominaram mestre de campo generaes das provincias, e em 1710 governadores das armas das mesmas. Em 1807, foi o reino dividido em sete governos militares, e em 1835 a divisão passou a ser de dez, com a denominação de *Divisões Militares*. Por decreto de 13 de dezembro de 1869, foi dividido o reino e ilhas adjacentes em cinco divisões, sendo a 5.ª commandada por um general de brigada, e havendo na 1.ª uma subdivisão no Funchal, na 3.ª uma em Bragança denominada de Chaves; na 4.ª, uma em Tavira, denominada de Faro, e na 5.ª duas: uma em Ponta Delgada e outra em Horta, sendo estas duas commandadas por coroneis; e as do continentes por coroneis ou generaes de brigada. Actualmente o territorio do continente do reino é dividido em *trez grandes circumscripções militares* — a do *Norte*, a do *Centro* e a do *Sul*, e as ilhas adjacentes em dois commandos militares, o dos Açôres e o da Madeira. Cada uma das grandes circumscripções comprehende duas divisões, cada divisão comprehende brigadas de infantaria, perfazendo assim doze brigadas de infantaria e 4 de cavallaria.

Divivini. Terras do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique. Estão situadas ao N. do districto.

Divôr. Pov. e freg. da prov. do Alemtejo. V. *Graça de Divôr*.

Divôr. Rio do distr. de Evora e Santarem. N. perto de Arraiollos, e depois d'um curso de 85 k., lança-se no Sorraia, acima de Coruche.

Divôr da Estrada *(Herdade de)*. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça de Divôr, conc. e distr. de Evora.

Dizima. Era antigamente a *decima*, imposto que equivale á decima parte. Todavia o imposto era muitas vezes consideravelmente menor que a *dizima*. Assim, as Ordenações Affonsinas manda-

vam que a *dizima* do pão exportado para fóra do reino fosse de cincoenta um.

Dizimeiro. Antigo cobrador dos dizimos ou dizima.

Dizimo. Tributo, hoje extincto, que se pagava de cada dez um; decima parte dos fructos paga aos parochos, bispos, cabidos, etc. || *Dizimos maiores* : os que consistiam em vinho, trigo, etc. || *Dizimos menores* : os de legumes e hortaliças.

Djogué. Terras de negros jabundos, situadas do lado N e ao fundo d'uma extensa bahia que fórma a bocca do rio Casamansa, no distr. da Guiné, Africa Occidental. || Ilha do territorio do distr. da Guiné, banhada pelas aguas do rio Djogué, e habitada por negros jabundos. E' baixa e coberta de matto. || Ribeiro ou braço do rio das Ostras, confluente do Casamansa, no distr. da Guiné. || Baixo que orla a ilha Djogué. || Ponta da margem direita do rio Casamansa, no distr. da Guiné

Djougoute. Ponta da margem direita do rio Casamansa, no distr. da Guiné. Fórma a extremidade occidental do rio Djougoute, confluente do Casamansa. || Confluente do rio Casamansa no distr. da Guiné, Africa Occidental.

Doa. Pov. do distr. de Sena, na prov. de Moçambique, com. de Quelimane, arceb. de Gôa, India. Está situada na margem esquerda do Zambeze, ao N. da villa e presidio de Sena.

Dobadora. Pov. na freg. de S. Pedro, de Reimonda, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Dobalim. Pov. da prov. de Pondá, 3.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. das Ilhas, arceb. de Gôa, India. Está situada ao S da provincia.

Dobra. Uma das moedas mais importantes do antigo systema monetario de Portugal; havia *dobras* portuguezas, castelhanas, barbarescas e moiriscas; as portuguezas, mandadas cunhar por el-rei D. Diniz, eram de ouro, e valiam 270 reis; outras chamadas d'el-rei D. Pedro valiam 146 réis. A dobra *castelhana*, chamada de *banda*, por ter n'uma das faces uma banda, insignia d'uma ordem militar instituida por D. Affonso XI, valia 216 reis, e tinham curso em Portugal, com o nome de *valedias* Chamava-se castelhana por ser lavrada em Castella. D. Pedro tambem creou *meias dobras*, com o valor de 73 reis. || *Dobra cruzada*, tambem denominada de *D. Branca*, foi mandada lavrar por D. Pedro I na razão de cincoenta por marco de ouro fino. No tempo do Mestre de Aviz tinha esta dobra o valor de 5 *libras*, segundo affirma Fernão Lopes. Em 1438 a mesma dobra 150 *reaes brancos*, na razão de 700 por marco de prata. Em 1472 passou esta dobra a valer 327 reaes brancos, na razão 1.896 reaes brancos por marco. Para o pagamento de fóros foi determinado pelas côrtes de Evora, em 1473, que a dobra cruzada ficasse em 270 reaes brancos. || *Dobra de dezeseis escudos,* foi apenas um ensaio monetario no reinado de D. João V. Tinha o cunho egual ao ensaio da dobra de 24 escudos do mesmo soberano. || *Dobra de dois escudos*, moeda de ouro, cunhada nos reinados de D. João V, D. José, D. Maria I e D. João VI. (V. *Meia peça*). || *Dobra gentil*, mandada cunhar por D. Fernando, uma com o valor de quatro *livras* e meia, outras com o de quatro, tres e meia, e tres e cinco soldos. A estas ultimas se chamaram *gentis segundos, terceiros* e *quartos.* D'uma *dobra gentil* faz Aragão a descripção seguinte : ✕ FERNANDUS ✕✕ D ✕ — G ✕ REX PORTVGA, o rei em pé, de face, coroado, vestido com a armadura, a espada levantada na mão direita, e a esquerda apoiada no escudo das quinas; no campo, aos lados, a orna-

mentação do throno, encimada por duas cruzes; no exergo L (Lisboa). No reverso ✕ FERNANDUS ✕✕ D ✕✕ G ✕✕ REX PORTVGALI E ALGARBI, as quinas dentro de um circulo de perolas, tendo em volta oito castellos. || *Dobra de Marrocos*, dobra *moirisca* ou *quadratus*, moeda arabe de ouro ou prata com a fórma quadrada ou esta representada no centro. Fôram cunhadas na peninsula (Granada) desde o seculo XI até ao XV. No reinado de D. Pedro I esta dobra valia 3 *livras*, e 15 *soldos.* No tempo do Mestre de Aviz a dobra moirisca reputava-se em $4^1/_2$ *libras.* || *Dobra de oito escudos*, cunhada no reinado de D.

João V, com o valor de 12$800 réis. Estas moedas, como outras dobras do mesmo soberano, teem no anverso o retrato de D. João V, desenho de Vieira Lusitano, na orla o nome e titulos, e no reverso as armas do reino com a legenda IN HOC

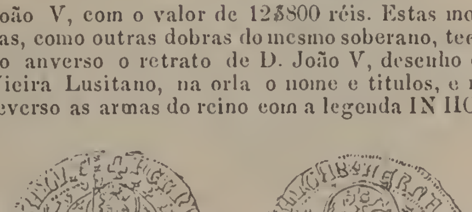

SIGNO VINCES. Aragão reproduz um exemplar, cuja descripção é a seguinte: JOANNES oVo D o Go PORT o ET o ALG o REX, cabeça do rei á direita com cabelleira e corôa de louro, por baixo o M o, indicação de ser cunhada em Minas

Geraes, 1732. No reverso, as armas do reino entre duas palmas, tomando todo o campo da moeda. N'estas moedas de D. João V, além das marcas monetarias, nota-se variedade de feitio e ornamentação das armas do reino, tendo os abridores ordem de assim as alterarem todos os annos em que se faziam cunhos novos. || *Dobra pé de-terra*, de peso egual á dobra cruzada (92 $^{8}/_{50}$ grãos), mandada cunhar por D. Fernando com o valor de seis *livras*. Aragão faz a descripção seguinte do exemplar acima d'esta moeda: ╳ FERNANDUS ╳ R — EX = PORTUGALI ╳ F╳o rei em pé, de face, coroado, vestido com a armadura, e a espada levantada na mão direita, e a esquerda apoiada sobre o escudo das quinas; no campo vê se a ornamentação do throno, e á esquerda L (Lisboa). No reverso: ✠ FERNANDUS DEI. GRA. REX PORTVGALI : ALGAR., cruz floreada no centro de quatro arcos, com rosetas nos pontos de juncção; no meio da cruz um pequeno escudo com cinco arruellas. O nome de *pé de-terra* provém de representar o rei em pé, ao passo que as anteriores o representavam sentado no throno. || *Dobra de quatro escudos*, moeda de ouro cunhada nos reinados de D. João V, D. José, D. Maria I e D. João VI. (*V. Peça*). || *Dobra sevilhana*, assim chamada por ser cunhada em Sevilha, era a *dobra cruzada*, tendo curso no reino. || *Dobra de vinte e quatro escudos*, que não passou de ensaio monetaria no reinado de D. João V. Correspondia a seis *peças* ou a 38$400 réis. No anverso: IOANNES Vo Do Go PORTo ETo ALGo REX, busto do rei á direita com cabelleira e corôa de louro, por baixo o anno de 1731. Orla muito ornamentada. No reverso, armas do reino tomando todo o campo da moeda com a orla egual á do anverso.

Dobra e Pombeiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Silves, distr. de Faro.

Dobrão. Moeda de ouro do reinado de D. João V. Houve-os de cinco moedas e de duas e meia. Os de quatro e de duas moedas não passaram de

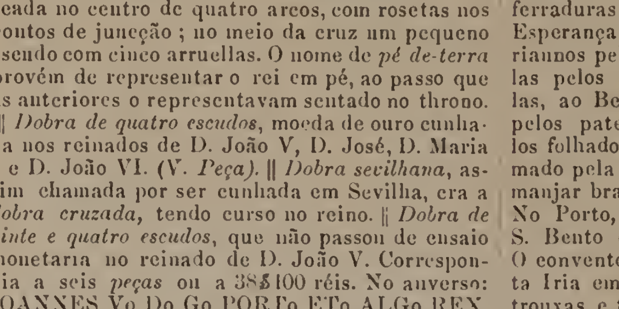

ensaios monetarios. O *dobrão* valia primitivamente 24$000 réis, e o *meio dobrão* 12$000 réis, passaram depois a valer, respectivamente, réis, 32$000 e 16$000. Do exemplar que reproduzimos a descripção é a seguinte: IOANNES o V o D o G o P RT o ALG o REX, armas do reino, á esquerda 20000, e á direita sete florões. No reverso, IN HOC SIGN o VINCES o°o 172 o°o, cruz da ordem de Christo cantonada por quatro MM, indicação de ter sido cunhada em Minas Geraes. Ha meios dobrões de cunho, similhante, apenas com a indicação do valor 10000.

Dobreira. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Cativellos, conc. de Gouveia, distr. da Guarda.

Dobrigo. Pov da freg. de Santa Christina, de Pousa, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Doçãos. V. *Dossãos*.

Doçaria. Desde os tempos mais antigos que a legislação portugueza restringiu ás mulheres o fabrico de doces. D. Manuel em 1496 prohibiu os *alfeloeiros*, homens que vendiam e fabricavam alféloas. No secúlo XVI Nicolau de Oliveira refere que havia em Lisboa 70 mulheres que faziam doce para venda em suas casas e na rua, além dos confeiteiros cujo arruamento era na Confeitaria. Por todo o paiz se fabricavam, especialmente nos conventos de freiras, afamados doces. Fôram celebres, entre outros, os seguintes conventos: em Lisboa, o de Santa Martha pelas brôas; o das Monicas pelo caramelo; o das Flamengas pelos rebuçados d'ovos; o de Sant'Anna pelas raivas e ferraduras; o das Albertas pelo arroz doce; o da Esperança pelos queijinhos de especie e o dos Mariannos pelo arroz dôce. Nos arredores, o de Chellas pelos pasteis de manjar branco; o das Grillas, ao Beato, pelos bolos seccos; o de Marvilla pelos pateis de nata; o de Carnide pelos bolos folhados; e o de Odivellas especialmente afamado pela marmelada em quadrados, manjar real, manjar branco, suspiros, esquecidos e bolo pôdre. No Porto, o de Santa Clara pelos pasteis; o de S. Bento da Ave Maria pelo toucinho do céo. O convento de Arouca pelas murcellas; o de Santa Iria em Thomar, pelos doces de ovos, reaes, trouxas e fios. O convento de Chaves, pelos dôces de pecego e melão, azeitonas dôces, tortas de amendoa, e tambem pastelões diversos. O convento das Bernardas, de Tavira, fazia caramelo, e o de Lagôa, beijinhos esquecidos. Com a extincção dos conventos a tradição do fabrico d'estes dôces prevaleceu em algumas terras, e o forasteiro não deixa de apreciar taes especialidades. Assim, pódem ainda indicar-se por todo o paiz as seguintes: pão de ló de Margaride e Rezende, pasteis de Tentugal e Villa Real, regueifa e biscoitos de Vallongo, falachas da Regoa, ovos molles de Aveiro, queijadas de Cintra, cavacas e trouxas d'ovos das Caldas, laranjas de Setubal, palitos e biscoitos de Oeiras e Paço d'Arcos, frigideiras de Braga, celestes e queijinhos do céo de Santarem, brôas e bolos de noivo de Almeirim, arrufadas de Guimarães, arrufadas, manjar branco e pasteis de Santa Clara de Coimbra, pinhoada de Alcacer do Sal, bolo pôdre de Evora, morgados, toucinho do céo e esquecidos de Beja, amendoada do Algarve, fructas crystalisadas de Elvas.

Doce. Rio do conc. do Ambriz, no distr. de Loanda, prov. de Angola.

Docel. Construcção e armação de madeira e damasco ou outra fazenda, com mais ou menos enfeites, e ordinariamente cercada de franja, que se colloca sobre os altares, throno real, para ornato, pompa ou ostentação.

Docem. Appellido d'uma antiga familia em Portugal, e d'ella se encontra memoria n'uma torre chamada de Pedro Docem, que existe entre a cidade do Porto e a villa de Mattosinhos. As armas d'esta familia são, em campo vermelho um

leão de ouro armado de prata, e uma bordadura de azul cheia de vieiras de prata; timbre o leão das armas com uma vieira vermelha na espadoa.

Docim. Pov. na freg. de S. Martinho, de Quinchães, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Docins. Pov. na freg de Santa Maria, de Lamas, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Docotri. Antiga moeda de cobre de Diu.

Docuta. Ilha pertencente ao prazo de Magagade, da margem direita do Zambeze, Africa Oriental. Pertence á Companhia de Moçambique.

Dogado. Antigo peso da Africa Oriental, equivalente a seis oitavas.

Doganda. Pov. na freg. de Santa Maria, de Abbedim, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Dois bazarucos. V. *Bazaruco.*

Dois cruzados. Moeda de prata para Moçambique. V. *Oitocentos réis.*

Dois e meio cruzados. Moeda de D. José I para a Africa Occidental. V. *Mil réis.*

Dois e meio réis. Moeda de cobre na India. Foi cunhada no vice-reinado de Manuel Saldanha de Albuquerque (1758 a 1765).

Dois mil e quinhentos réis. Moeda de ouro de D. Maria II, denominada *meia-corôa.* V. *este nome.*

Dois mil réis. Moeda de ouro de D. José I cunhada para a Africa Oriental com o nome de *cinco cruzados.* A sua descripção é a seguinte: IOSEPHUS ₀ I ₀ D ₀ G ₀ PORT ₀ REX ₀ as armas do reino e á esquerda 2.000, entre dois pontos, e á direita tres florões tambem entre dois pontos. No reverso, ET DOMINUS ₀ AF ₀ OB ₀ ANNO ₀ 1755, cruz de S. Jorge no centro de quatro arcos ligados por florões.

Dois mil réis. Moeda de ouro de D. Pedro V cunhada com o nome de *quinto de corôa.* Tambem se cunhou no reinado de D. Luiz I. Esta moeda era conforme a carta de lei de 29 de junho de

1851, do peso de 3 gr., 547. A descripção da mais antiga é: PETRUS ₀ V ₀ PORTUG ⁰₀ ET ₀ ALGARB ⁰₀ REX, cabeça do joven monarcha á direita, por baixo as iniciaes do nome do gravador F. B. F. (Francisco de Borja Freire) e o anno de 1856. No reverso as armas do reino tendo o escudo ornado com o manto real em pavilhão; no exergo a indicação do valor 2:000 RÉIS.

Dois Montes. Montes da costa de Cabinda, no distr. de Loanda, prov. de Angola. Fazem parte d'uma cordilheira d'altas montanhas que da costa se dirigem para o sertão, e sobresáem a umas collinas avermelhadas argillosas, rasgadas de ribeiros e muito ingremes da banda do mar, pouco distantes do litoral. Os Dois Montes estão muito proximos um do outro, e distam cerca de 10 k. para o S da ponta do Pomar.

Dois Portos. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Estremadura, conc. e com. de Torres Vedras, distr. e patriarc. de Lisboa; 3:495 hab. e 896 fog. Tem escolas para ambos os sexos, est. do caminho de ferro na linha da Figueira da Foz, entre as Pero Negro e Runa; medico, pharmacia, est. post. permutando malas com Lisboa e com serviço de encommendas postaes. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada na margem direita da ribeira do Sizandro, ficando a pov. da Ribaldeira na margem esquerda. Dois Portos tambem é conhecido pelo nome de Ribaldeira. N'esta area houve um combate contra os francezes, junto ás linhas de Lisboa, em 13 d'outubro de 1810. Pertence a pov. á div. mil. e ao distr. de recrutamento e res. n.º 1 com a séde em Lisboa. Ha aqui a capella de N. S.ª dos Prazeres, situada na aldeia de Caxaria, e junto d'ella uma antiga albergaria. As 4 freguezias de Torres Vedras, Santa Maria do Castello, S. Pedro, S. Thiago e S. Miguel, apresentavam o cura e seu coadjutor, alternativamente. O cura tinha de renda 31$000 reis e o coadjutor 4$000 reis de congrua. O pé d'altar era dividido em 3 partes, duas para o cura e uma para o coadjuctor. Tinha antigamente juiz, escrivão e mordomo, sujeitos ao provedor de Torres Vedras. A terra é muito festil, e tem muito e bom vinho.

Dois reaes. Moeda de cobre de D. Antonio, prior do Crato. Aragão, na sua *Descripção das moedas*, dá uma estampa d'esta moeda.

Dois réis. Moeda de cobre para Moçambique. Foi cunhada no reinado de D. Maria II. A sua descripção é a seguinte: MARIA ₀ II ₀ DEI ₀ GRATIA, armas do reino ornamentadas. Reverso, PORTUGALLÆ ET ₀ ALGARBIORUM ₀ REGINA; no campo II, dentro de uma corôa de louro e carvalho, designando as duas unidades o valor em réis; por baixo, 1853.

Dois tostões. V. *Meio cruzado.*

Dois tostões. Moeda que se tem cunhado desde o reinado de D. Maria II até ao actual. Reproduzimos na gravura abaixo a primeira d'estas moedas: MARIA ₀ II ₀ PORTUG ₀ ET ₀ ALGARB ₀ REGINA,

cabeça da rainha á esquerda com diadema, por baixo o anno de 1843. O reverso: dentro de uma corôa de louro e carvalho, escripto em duas linhas 200 RÉIS, indicando o valor.

Dois vintens. V. *Pataco* e *Quarenta réis.*

Dois xerafins. Moeda de prata na India, que parece seria o *xerafim dobrado*, que depois se chamou *rupia.*

Dojas. Pov. da freg. de Santa Maria, de Penha Longa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Dolangulo. Pov. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, na margem esquerda do rio Cuanza, a 12 k. ao O de Cambambe.

Dolavari. Pov. do distr., com. e ilha de Diu, na prov. e bisp. de Gôa, na India.

Dolechimpe. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola.

Doler. Aldeia ao sul do rio Sandalcalo, da re-

gedoria de Nossa Senhora dos Remedios no concelho e districto de Damão, na India.

Dolmen. Monumento megalithico constituido por uma grande pedra plana collocada horisontalmente sobre outras. As pedras que fórmam os dolmens não revelam indicio algum de trabalho humano, parece que fôram arrancadas dos seus leitos, ás vezes a grandes distancias, e sem mais arte collocadas nos sitios onde se encontram. Os antiquarios por muito tempo julgaram que os dolmens eram destinados ao culto, templos ou aras para sacrificios, mas hoje acredita-se, com mais fundamento, que eram apenas sepulturas, pois que em quasi todos os dolmens inviolados onde se tem praticado excavações, teem sido encontrados esqueletos ou fragmentos de esqueletos, formando ordinariamente uma camara, dentro da qual existe o esqueleto. Junto dos restos humanos é vulgar encontrar n'estas camaras fragmentos de barro muito grosseiro e instrumentos de pedra. Raras vezes se encontram de bronze, e nunca de ferro, excepto quando o dolmen foi novamente aproveitado em outra epoca para sepultura. Nos 44 dolmens portuguezes de que seu dá noticia o dr. Pereira da Costa no seu livro *Monumentos prehistoricos*, e que fôram explorados por elle ou por outros archeologos, em todas as provincias portuguezas, não foi encontrado instrumento algum de metal. V. *Anta*.

Dolorá. Aldeia pertencente á divisão de Uply-Pahw, ao sul do rio Sandalcalo, no concelho de Nagar-Avely, districto de Damão, na India.

Dolavary. Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freguezia de Santo André de Brancavará, do concelho de Diu, na India.

Dom. Titulo honorifico em Portugal, que precede os nomes dos reis, principes, infantes, os do alto clero e da nobreza. Escreve-se ordinariamente só com a abreviatura *D.* Vem do vocabulo latino *Dominus*, que significa *Senhor*. No principio do Christianismo deu-se sómente a Deus; depois passou aos papas, mas com uma pequena variante, em vez de *Dominus* dizia-se *Domnus*. Muitos annos depois foi-se estendendo este titulo aos bispos, mais tarde aos abbades, e por fim até aos monges de certas ordens. Dos padres e frades passou o *Dom* para os seculares, e o primeiro d'estes, que o usou, foi D. Pelayo, no principio do seculo VIII, quando no valle de Covadonga foi acclamado rei das Asturias pelas suas tropas. Quando se instituiu o reino de Portugal, os monarchas, vendo a consideração que se dava ao titulo de *Dom*, quizeram tornar exclusivamente sua a autoridade de o conferirem, e só o concediam em recompensa de grandes serviços, não permittindo sequer que os seus proprios filhos illegitimos usassem d'aquella distincção. D. Sancho I, no seu testamento, nomeia quasi todos os seus filhos bastardos sem *Dom*. D. Diniz, que deixou muitos filhos illegitimos, tambem os designa sem *Dom* no seu testamento, e da mesma fórma sua filha bastarda Maria Affonso, e suas noras Tareja Martins e Froila Annes. «Em alguns livros portuguezes, diz Vilhena Barbosa no *Archivo Pittoresco*, vol. XI, encontra-se precedido de *Dom* o nome de Affonso Sanches, filho bastardo, muito dilecto d'el-rei D. Diniz, e autores ha que até o tratam por infante. Esses escriptores cairam, porém, em erro por menos sabedores das nossas praticas antigas, pois nunca em o nosso paiz se concedeu o titulo de infante a filho algum bastardo do rei.» O primeiro bastardo dos nossos reis a quem se concedeu o titulo de *Dom* foi D. João, mestre de Aviz, filho bastardo de D. Pedro I, mais tarde acclamado rei de Portugal, com o nome de D. João I. D. Affonso V é que tornou mais vulgar este titulo, dando logar a que algumas pessoas o usassem, sem a permissão régia. Os reis pagavam com este titulo serviços grandes, como D. João II o concedeu a Gonçalo Vaz de Castel Branco, védor da sua fazenda, pelos muitos serviços que lhe tinha feito, estendendo-se esta graça a seu filho D. Martinho de Castelbranco, primeiro conde de Villa Nova, e sua descendencia. D. Manuel fez mercê do titulo de *Dom* a Vasco da Gama, com mil cruzados de renda, pela descoberta do caminho da India, quando chegou da primeira navegação em 1498, parecendo-lhe n'aquelle tempo que era sufficiente recompensa para quem lhe dava um novo imperio, rompendo as ondas, e vencendo mares nunca d'antes navegados. Filippe III de Hespanha, reinando em Portugal, publicou com a data de 3 de janeiro de 1611, uma lei em que, entre outras disposições, ácerca das pessoas a quem era permittido o titulo de *Dom*, determinava que pudessem usar tambem d'essa distincção os filhos bastardos dos titulares, que o tivessem. D. José I, ou antes o marquez de Pombal, concedeu-o ás mulheres dos negociantes matriculados na praça de Lisboa, querendo por este meio nobilitar e exaltar o commercio, a que dera grande desenvolvimento. As ordens religiosas que conservavam o titulo de *Dom*, existentes em Portugal na occasião em que fôram supprimidas, eram a dos conegos regrantes de Santo Agostinho, dos monges de S. Bruno ou cartuxos, e a dos clerigos regulares da Divina Providencia, chamados theatinos, ou de S. Caetano. Hoje é muito vulgar o tratamento de *Dom*, especialmente nas senhoras, seja qual fôr a classe a que pertencem. Nos livros de cavallaria vem *Dom* precedendo as expressões injuriosas de *Dom traidor* e *Dom falso.* Na fórma feminina diz-se *Dona*, usando-se por abbreviatura, sómente a letra D. antes do nome.

Dom Affonso. Enseada da costa do conc. de Dombe Grande, no distr. de Benguella, prov. de Angola. Está situada ao S do cabo de Santa Maria e da enseada de Quirimane.

Dom Durão. Pov. na freg. de S. Thomé, de Lamas, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa.

Dom Miguel. Feitoria da bahia de Fernão Velloso, na prov. de Moçambique, onde pelo governador Paulo José Miguel de Brito foi mandada construir em 1830 uma fortaleza do mesmo nome, sendo os trabalhos d'esta suspensos em 1831, por o sitio ser muito doentio, motivo porque tambem mais tarde a feitoria foi abandonada.

Dom Pedro Quinto. Antigo conc. do distr. de Loanda, na prov. e bisp. de Angola, limitado pelo territorio de S. Salvador ao N do Sonho e conc. do Ambriz a O, pelo sertão a E e pelo Loge ao S. E' banhado pelo rio Ambriche e pelos seus confluentes, e por alguns braços do Loge, e atravessado pela estrada que do presidio de Encoge sobe para o N até S. Salvador do Congo, passando pelo Bembe, pela que partindo d'este presidio termina no Ambriz, e pela que de S. Salvador desce até ás margens do Dande, cor-

tando os rios Ambriche, Loge, Lifune e outros que fórmam a rêde de arterias que tão insalubre tornam o clima e tanto fecundam o solo. Foi creado em 1856. A sua importancia proveiu lhe da exploração das minas de cobre do Bembe, desde ha muitos annos posta de parte pela companhia concessionaria, e depois continuada pelo gentio. Tendo decahido, o conc. foi em 1873 annexado ao Ambriz. Foi n'elle levantada uma fortaleza. || Antiga feitoria e presidio da costa S do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique, cuja inauguração foi feita a 27 de junho de 1855 em logar saudavel, entre os rios Guvuro ao N e Piau ao S, e fronteiro á ilha de Santa Catharina, do archipelago de Bazaruto. Estava situada nas terras do potentado Maurere, e hoje já não ha vestigios d'ella. Na costa ha peixe de diversas qualidades, muito saboroso, e abundancia de perolas e aljofares; o solo fertil e apto para todo o genero de cultura, produz fructos silvestres, urzella, amendoim, gergelim, jugo, milho, feijão, michoeira, aboboras e tabaco. A população principal compõe-se de cafres burrungas e landins, e tambem d'alguns matáos, que são os ladrões do sertão.

Dom Rodrigo. Pov. na ilha de S. Vicente, no archipelago de Cabo Verde. Foi creada quando ainda em 1795, depois de muitas tentativas infructiferas, se procurava povoar a ilha, que só tinha um pequeno numero de moradores. Mas não obstante os sacrificios de João Carlos da Fonseca, da ilha do Fogo, a despeito das concessões que o governo lhe fez, enviando viveres e utensilios, barracas e munições, e de todo o empenho do proprio governador da provincia, que então era José da Silva Maldonado de Eça, tudo foi inutil. A pov. de Dom Rodrigo não teve nunca senão algumas choupanas, que já em 1819 estavam quasi totalmente destruidas.

Doma. Pov. na freg. de S. Martinho, de Christoval, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello

Domba. Prazo do distr. de Téte, na prov. de Moçambique, Africa Oriental, situado para além do rio Zambeze. E' habitado por cafres.

Dombddy. Moeda de conta na India, usada pelos nativos. Valia 1 real e meio de Gôa, em 1742.

Dombe Grande. Concelho do distr. de Benguella, na prov. de Angola. E' limitado a N pelo conc. de Benguella, ao S pelo distr. de Mossamedes, a E pelo conc. de Quillengues e ao O pelo Oceano Atlantico. A séde do conc. é no valle do Dombe, e conhecida por este nome e dista 70 k. aproximadamente da cidade de Benguella. As restantes povoações são no Luacho e nas praias: Tenda Grande e Pequena, Cuio e Equimina. Os terrenos d'este conc. são de grande fertilidade. Ha n'elle algumas fazendas agricolas e grandes plantações de canna sacharina. Tem est. postal permutando vales com o reino.

Dombe Pequeno. Logar proximo da cidade de Benguella, situado na margem direita do rio Cavaco a 20 k. para o interior.

Dombo. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Dometa. Incumbe ou dependencia do prazo Auqueze, no distr. de Quelimane, prov. de Moçambique, entre os rios Dometa e Marrogão. Tem mattas de excellente madeira de varias qualidades, e terreno apropriado para a cultura do algodão, café e arroz. Produz milho, feijão, e tem algum marfim. || Rio do prazo Auqueze, no distr. de Quelimane, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Dominga Chã. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Granja, conc. de Trancoso, distr. da Guarda. || S. João Baptista, de Povoa d'El-Rei, conc. de Pinhel, do mesmo districto.

Dominga Feia. Pov. na freg. de S. Pedro, de Rameila, conc. e distr. da Guarda.

Domingão. Pov. na freg. de S. Francisco de Assis e conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre.

Domingo. Dia da semana dedicado especialmente a Deus e ao seu culto, como o indica a propria etymologia. E' dia de guarda e de descanço, o dia do Senhor. Todas as religiões teem inscripto nos seus codigos, embora variando no dia escolhido, um d'elles completo e inteiro, em cada semana, para descanço dos que trabalham. A historia do descanço dominical no nosso paiz não deixa de ser interessante e elucidativa, quando ainda tanto se lucta por elle, principalmente no commercio. Em 26 de março de 1904 foi apresentado ás Côrtes pelos dignos pares do reino srs. conde de Bertiandos e conselheiro Jacinto Candido um projecto de lei regulando o descanço ao domingo, o qual não logrou ser discutido nem approvado. Em tempos mais antigos conseguia-se melhor observancia d'esse preceito sagrado. Assim, em 1401, accordou a camara do Porto «em que os mesteiraes da mesma cidade não fizessem obra alguma desde sabbado ao sol posto, até segunda feira sol sahido.» Mais escrupulosa ainda a camara de Lisboa, em 1406, consultou os mestres em theologia, e segundo o seu accordo determinou que os pescadores se pudessem fazer ao mar aos domingos depois do tanger das *ave-marias*, por quanto aquelle dia devia ser guardado desde a vespera á mesma hora; isto sem incorrerem nas penas ou coimas da alcaidaria, que só os deixava partir na segunda feira *depois do sol levado*. Em consequencia d'isto, nota a carta regia de 12 de maio do referido anno, os pescadores «perdem já um dia em que não pescam, o que não é do nosso serviço em razão da dizima do pescado, que nós d'elle perdemos». Assim conciliavam os soberanos os seus interesses com o respeito devido ao preceito religioso.

Domingos Fernandes. Monte crateriforme do conc. e ilha do Fogo, na prov. e archipelago de Cabo Verde.

Domingos João *(Casal do)*. Na freg. de N. S.ª da Natividade, de Rio de Couros, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Domingos Lopes Soares. Pov. da freg. de S. Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Domingos da Vinha. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Belver, conc. de Gavião, distr. de Portalegre.

Domingues *(Affonso)*. O primeiro architecto do mosteiro da Batalha, segundo um documento de 1402. Não se sabe com certeza onde nasceu, mas ha boas razões para acreditar que era natural de Lisboa, que foi baptisado na freguezia da Magdalena, e morava, ou pelo menos possuia umas casas junto á Porta de Ferro, que lhe haviam sido doadas por D. João I. Foi elle quem traçou a planta do mosteiro, e dirigiu o anda

mento dos trabalhos desde o seu começo, em 1386 ou 1387, até 1402. A tradição e a lenda apoderaram-se d'esta personagem, da qual nada se sabe com certeza. Alexandre Herculano, no seu romance historico *A abobada*, publicado no *Panorama*, e no 1.º vol. das *Lendas e Narrativas*, occupa se muito de Affonso Domingues. Diz-se ali que D. João I, em recompensa de elle ter feito a *traça* do convento e dirigido as obras, o fizera cavalleiro de sua casa e lhe dera uma avultada tença. Depois de ter cegado, e de já muito avançado em edade foram as obras entregues á direcção do architecto irlandez mestre David Ouguet, o que se tornara um grande desgosto para Affonso Domingues, porque o mosteiro da Batalha, cujo plano concebera, era o seu enlevo, a sua paixão, e a cegueira não o deixara proseguir o trabalho, sendo esse entregue a um estrangeiro. O fecho da formidavel abobada da sala do capitulo foi julgado impossivel, por mestre Ouguet, de levar a effeito conforme o plano de Affonso Domingues, de quem o architecto irlandez desdenhava, e por isso seguiu outro desenho que elle havia traçado. O fecho e remate da abobada havia sido posto, e D. João I quiz admirar aquelle trabalho. Acompanhado d'uma luzida comitiva de cavalleiros, dirigiu-se á egreja do mosteiro, onde se celebrou um auto, sobre um estrado que se levantara junto d'uma das columnas. Ainda bem não terminara o auto, quando mestre Ouguet entrou na sala do capitulo e saiu horrorisado, e pouco depois se ouviu um terrivel estrondo; era a abobada que, terminada havia vinte e quatro horas, desabara por terra. Mestre Ouguet ficou como doido, D. João I, mandou chamar Affonso Domingues, muito pesaroso por não se ter seguido completamente o desenho do architecto portuguez. Sendo interrogado pelo monarcha, Affonso Domingues respondeu, que, se a sua cegueira o não tivesse afastado, a pedra do fecho da abobada não teria vindo despedaçar-se no pavimento, sem que sobre ella pesassem muitos seculos. El-rei ordenou-lhe que tomasse novamente a direcção das obras, e que o mestre Ouguet lhe obedecesse. O cego ainda hesitou, dizendo que não seria elle quem novamente erguesse a derrocada abobada, e que a levantassem aquelles o haviam julgado incapaz d'isso. D. João mostrou se muito commovido, e depois d'algumas reflexões, em que ambos se recordavam dos tempos guerreiros, em que tinham pelejado juntos, Affonso Domingues acceitou o encargo; os outros officiaes que tinham trabalhado debaixo das suas ordens, e que sendo despedidos por mestre Ouguet, estavam em Guimarães, fôram chamados novamente, e as obras proseguiram com a direcção do cego artista. Quatro mezes depois, 7 de maio de 1401, da era de Christo, prazo que Affonso Domingues marcára para o acabamento da obra, D. João I dirigiu-se á Batalha, sabendo que estava concluida a abobada, mas que o architecto não quizera tirar os simples senão na presença d'el-rei. As portas da sala do capitulo estavam abertas; via-se dentro d'ella tal machina de prumos, travezes, andaimes, cabrestantes, escadas, que bem se pudera comparar a composição d'aquelles simples á fabrica do mais delicado relogio. O cego apresentou ao rei Martim Vasques, dizendo-lhe que era o melhor official de pedraria, que, com mais alguns annos de experiencia, seria capaz de continuar dignamente a serie dos architectos portuguezes. Entraram, entre duas alas de bésteiros, muitos criminosos que D. João I mandara vir das prisões, para tirarem os simples, promettendo-lhes que ficariam livres se a abobada não desabasse. Sobre uma padiola veiu uma grande pedra quadrada que Affonso Domingues mandou collocar debaixo do fecho da abobada, dizendo a el-rei, que jurara, que estaria sentado n'aquella pedra, debaixo do fecho da abobada, durante tres dias sem comer nem beber, desde o instante em que se tirassem os simples, e que ninguem o poderia impedir de cumprir o seu voto. Se a abobada desabasse ficaria sepultado nas suas ruinas. El-rei quiz oppôr-se, mas não pôde vencer a firme revolução do honrado velho. Uma hora depois a abobada estava desembaraçada completamente, os prisioneiros tinham alcançado a liberdade, e apenas no centro da ampla quadra se via o cego Affonso Domingues sentado na pedra, sem proferir palavra e com a cabeça pendida para o peito. Tres dias depois, a abobada estava firme como se fôra bronze; o velho cumprira o seu voto, mas quando fôram vêl o, acharam-n'o morto. Não pudera resistir ao jejum absoluto a que se condemnara. Mestre Ouguet tornou a ser nomeado para a continuação de tão importante construcção. Extrahimos estes apontamentos da narrativa da *Abobada* de Alexandre Herculano, que acima citámos.

Domingues *(Domingos)* Foi o architecto que por ordem d'el-rei D. Diniz fez o plano para o claustro do *Silencio* no mosteiro d'Alcobaça, e que tambem dirigiu as obras. Era então abbade D. Pedro Nunes. A primeira pedra foi lançada em abril de 1308, da era de Christo. O claustro ficou concluido no fim de tres annos.

Domingues *(João Baptista)*. Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa a 24 de junho de 1716; não se sabe a data da sua morte, mas parece já ter fallecido em 1759. Era filho de Domingos Domingues e de Maria dos Santos. Frequentou a Universidade de Coimbra estudando jurisprudencia pontificia, em que recebeu o grau de licenceado. Escreveu: *Vida do principe D. Theodosio, offerecida a Santa Joanna, princeza de Portugal*, Lisboa, 1747. Meditava escrever uma *Instituta*, composta de palavras formaes de outros textos, juntamente com a ordenação do nosso reino para beneficio dos professores de jurisprudencia, de cujo trabalho já tinha concluido 26 titulos.

Domingues Gouvela (*Manuel*). Presbytero secular, bacharel formado em Canones, promotor do Juizo Ecclesiastico em Coimbra, e desembargador da Relação da mesma diocese. O bispo-conde D. Francisco de Lemos era-lhe muito affeiçoado, e foi por sua influencia que Domingues Gouveia entrou no exercicio d'aquelles cargos, vindo da Guarda onde residia. Nada se sabe ácerca do seu nascimento e fallecimento. Escreveu: *Exposição dos requerimentos, officios e despachos contra Joaquim Ignacio de Freitas, administrador da Imprensa da Universidade sobre a observancia da lei de 19 de outubro de 1822, pelo promotor dos jurados do segundo conselho da Beira*, Coimbra, 1823; *Exhortação pastoral dos deputados da Junta do governo ecclesiastico do bispado de Coimbra*, Coimbra, 1824; *Exhortação pastoral etc., na ausencia do ex.mo Bispo-conde, par do reino*, Coimbra, 1827.

Domingues de Mendonça *(José Lourenço).* Empregado na contadoria do hospital de S. José. Escreveu: *Historia de Portugal desde o começo da monarchia em 1095 até á epoca actual; escripta em allemão pelo doutor Henrique Schæffer, professor de historia na Universidade de Gieszen; traduzida para o francez por Mr. Henrique Soulange Bodin, e vertida d'este idioma para o portuguez por* etc, *tome* I, Lisboa, 1842; contém a introducção historica, os governos do conde D. Henrique e de sua mulher, e os reinados de D. Affonso I, D. Sancho I, D. Affonso II, D. Sancho II, D. Affonso III, com os respectivos retratos; traz muitas notas do traductor, extrahidas na maior parte das obras de Brito, Brandão, Faria e Sousa, e outros historiadores portuguezes, e no fim uma *Memoria numismatographica, ou breve noticia das moedas portuguezas desde o começo da monarchia até á epoca actual,* pelo traductor; *Tomo* II, Lisboa, 1842: contém os reinados de D. Diniz, D. Affonso IV, D. Pedro I e D. Fernando; notas do traductor, e *Memoria ácerca do direito de correição, e comprehendendo o regimento dos corregedores das comarcas* compilada pelo traductor; traz os retratos dos referidos monarchas e da rainha D. Leonor Telles; *Tomo* III, Lisboa, 1842; reinado de D. João I; notas do traductor, e *Memoria historica ácerca do convento da Batalha,* compilada pelo traductor; tem os retratos de D. João I, dos infantes D. Pedro e D. Fernando, e de D. Nuno Alvares Pereira; *Tomo* IV, Lisboa, 184?; reinados de D. Duarte e de D. Affonso V, e *Noticia historica dos duques de Bragança,* e notas pelo traductor; traz os retratos de D. Duarte, de D. Affonso V e da rainha D. Leonor; *Tomo* V, em que se lê no frontispicio: *Historia de Portugal desde o começo do reinado d'el-rei D. João II até á actualidade, para servir de continuação á traducção do dr. Henrique Schæffer, organisada por José Lourenço Domingues de Mendonça,* Lisboa, 1843; reinado de D. João II, com o respectivo retrato; notas; *Tomo VI,* Lisboa, 1844; principio do reinado de D. Manuel e documentos respectivos; com os retratos de D. Manuel, Vasco da Gama e Pedro Alvares Cabral; *Tomo VII;* Lisboa, 1844; continuação do reinado de D. Manuel. successos da India, etc.; retratos de Affonso de Albuquerque e de D. Francisco d'Almeida; *Tomo VIII,* Lisboa, 1845; reinado de D. João III e documentos relativos ao tomo VII, *Noticia historica ácerca do mosteiro de Belem;* retrato de D. João III; *Tomo IX,* Lisboa, 1845; continuação do reinado de D. João III; *Historia dos principaes actos e procedimentos da Inquisição em Portugal, organisada á vista de autorisados documentos, com a relação dos autos da fé celebrados n'este reino, e precedido de uma ligeira noticia sobre a primitiva origem e incremento do alludido tribunal;* tem 9 estampas allusivas á Inquisição e aos seus penitenciados; *Tomo X,* Lisboa, 1846; reinado de D. Sebastião com o respectivo retrato; *Tomo XI,* Lisboa, 1846; continuação do reinado de D. Sebastião, sua morte; cardeal D. Henrique, D. Antonio, etc, com o retrato de D. Henrique; *Tomo XII,* Lisboa, 1846; usurpação de Castella, reinado de D. João IV, regencia da rainha D. Luiza de Gusmão; retratos dos tres Filippes e de D. João IV; *Tomo XIII,* Lisboa, 1847; reinados de D. Affonso VI e de D. Pedro II; traz o retrato de D Affonso. N'este volume ficou interrompida a publicação, em virtude da crise politica por que passou o reino durante aquella epoca.

Dominguiso *(D. Thereza Alexandrina d'Almeida Paes Castello Branco, viscondessa de).* O titulo de viscondessa foi concedido a esta senhora por decreto de 2 de agosto e carta de 7 de setembro de 1871, para perpetuar a memoria dos valiosos serviços que seu fallecido marido José Augusto Castello Branco prestára a favor da causa da liberdade, e em attenção a ter esta caridosa senhora offerecido um valioso donativo ao Asylo Districtal da Infancia Desvalida de Castello Branco, e contribuido para alguns melhoramentos de reconhecida utilidade publica, que se realisaram na referida cidade.

Dominguiso. Pov. e freg. do Espirito Santo, conc. e com. da Covilhã, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 678 hab. e 160 fog. Está annexada civilmente á freg. de Tortuzendo. Tem escolas para ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural, permutando malas com Covilhã. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada na falda da serra da Estrella, junto á margem direita do rio Zezere. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Dominicano. Religioso da ordem de S. Domingos. Esta ordem foi fundada em 1215 por S. Domingos de Gusmão, e approvada pelo papa Innocencio III, que deu aos religiosos o nome de *irmãos prégadores,* e confirmada por Honorio III em 22 de dezembro de 1216. A sua regra foi estabelecida pelo fundador e completada por Jordão de Saxonia, que lhe succedeu como mestre geral. Os dominicanos occupam um grande logar na historia da Egreja como prégadores, doutores e missionarios A Inquisição, fundada em 1185 no concilio de Verona, no pontificado de Lucio III, e confiada ao principio aos monges de Cister, contou depois grande numero de dominicanos entre os seus chefes. Em Portugal houve 43 conventos d'esta ordem, sendo um dos mais importantes, o de S. Domingos, de Lisboa, fundado em 1242. N'este convento estabeleceu-se em 1534 a séde do terrivel tribunal da Inquisição, que teve tambem succursaes em Coimbra, Evora, etc. O chronista d'esta ordem em Portugal foi Fr. Luiz de Sousa.

Dominico. Religioso da ordem de S. Domingos, dominicano.

Dompel. Pov. na freg de S. Thiago e conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Domuê. Prazo da Corôa do distr de Tete, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está situado na margem esquerda do rio Zambeze, e é habitado pelos cafres munhaes. Tem bosques que produzem excellentes madeiras para travejamentos e taboado, e nos quaes ha animaes ferozes. Produz milho, trigo e algodão. ‖ Prazo do fisco no distr. de Tete, prov. de Moçambique. Está situado para além dos rios Zambeze e Reongue. ‖ Terras fateotas do distr. de Tete, na prov. de Moçambique.

Dona. Pov. na freg. de S. Thiago de Lobão, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Dona Alda. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

Dona Belida. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Achete, conc. e distr. de Santarem.

Dona Maria. Pov. na freg. de S. Pedro, de Almargem do Bispo, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. Tem correio com serviço de posta rural. Velloso d'Andrade, na sua *Memoria sobre os chafarizes*, historia uma bica existente neste logar.

Donai. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 594 hab. e 126 fog. Antigamente o orago d'esta freg. era N. S.ª do Rosario. Tem escolas para ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 16 k. da séde do conc. e está situada na falda d'um monte, correndo-lhe proximo o rio Sabor. E' da Casa de Bragança, que apresentava o reitor, o qual tinha réis 50:000. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Donairia. Pov. na freg. de Santa Catharina da Serra, conc. e distr. de Leiria.

Donas. V. *Aldeia das Donas.*

Donatario. V. *Padroeiro.*

Donativo de 4 por cento. Quando se deu o terremoto de 1755, offereceu logo a Junta do Commercio a D. José I, em nome da sua corporação, 4 % percebidos nos direitos de entrada nas alfandegas, com o nome de *Donativo*, para com este producto, cobrado e despendido pela mesma Junta, construir as alfandegas e a praça do Commercio, o que com effeito se cumpriu; e do cofre do donativo egualmente se soccorreu a Junta para o estabelecimento de algumas fabricas. Tem a data de 2 de janeiro de 1756 o decreto pelo qual o monarcha acceitou «este voluntario donativo da lealdade e zelo dos supplicantes, para ser estabelecido, arrecadado e regulado na mesma fórma, em que se achava por elles offerecido.» A Junta do Commercio instaurou uma administração regular do *Donativo*, dando-se aos respectivos recebedores e escrivães as primeiras instrucções organisadas pela Junta em 10 de abril de 1756 e confirmadas pelo decreto de 14 do mesmo mez e anno. Pouco depois expediram-se as segundas instrucções em fórma de regimento, que fôram confirmadas pelo decreto de 2 de junho de 1756. Tendo alguns juizes das alfandegas das provincias suscitado muitas duvidas aos recebedores, fôram todas ellas atalhadas pelo alvará de 10 de junho de 1757, que está incorporado na collecção das leis da epoca. As instrucções anteriores acham-se incluidas no *Novo Systema dos Regimentos Reaes.* Do cofre do *Donativo* saíram verbas importantissimas, para a reconstrucção da capital, emprestimos a fabricas, defeza do reino em 1762; etc., etc.

Donato. Homem que, entrando por servente em alguma ordem religiosa, vivia nella vestido de habito, mas sem fazer profissão.

Doncar. Ponta da margem direita do rio Casamansa, no distr. da Guiné. E' rasa. A O desagua um esteiro chamado Manou, que vae dar a uma pov. situada a poucos k. no interior.

Doncolim. Pov. da prov., distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, na India, a N O de Margão, e nas proximidades do litoral da provincia.

Doncorpem. Candi ou estrada entre Hudvem e Neturlim, nas Novas Conquistas, prov. de Gôa, India.

Donde. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola.

Dondo. Villa, séde do concelho de Cambambe, distr. e com. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental. Está situada na margem direita do rio Cuanza a cerca de 235 k. da foz e de 15 k. a juzante do presidio de Cambambe. Embora de fundação mais recente que a pov. de Cambambe, não tardou o Dondo a absorver-lhe toda a importancia, tornando-se capital do concelho a que aquella dava o nome. E' hoje o principal entreposto do commercio de Loanda com o sertão. Como villa e cap. de concelho, é séde de julgado municipal, tem matriz parochial, com todas as repartições respectivas, est. postal permutando vales com o reino, etc.

Dondo-Anzelle. Pov. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Dondori. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Dondurtá. Pov. da praganã de Nagar, no distr. e com. de Damão, prov. e arceb. de Gôa, India.

Donello. Pov na freg. de S. João Baptista, de Covas do Douro, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real.

Donge. Pov. no limite E da prov. de Angola, que está situada na margem direita do rio Cuango.

Dongo. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Dongor. Povoação na circumscripção de Batti, do commando e concelho de Sanguêm, districto de Gôa, na India.

Dongorim. Ilha e pov. do distr. prov. e com. das Ilhas, arceb. de Gôa, na India.

Dongorvado. Pov. da prov. de Embarbacem, 3.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India. Está situada ao N da provincia.

Dongue Amuxito. Rio do conc. de Dombe Grande, no distr. de Benguella, prov. de Angola. Atravessa o territorio dos Mucoandos e desagua no Oceano Atlantico, entre o cabo de Santa Maria e a bahia Vermelha, hoje chamada Lucira Grande. A 125 k. da foz junta-se ao rio Equinina.

Dongurli. Pov. da prov. de Satary, 2.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, India. || Pov. da prov. de Embarbacem, 3.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa; está situada a E da provincia. || Povoação da circumscripção de Calém, no commando militar e concelho de Sanguêm, districto de Gôa, na India.

Donim. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 345 hab. e 94 fogos. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada n'um valle deserto, perto da margem direita do rio Ave. A mitra primacial de Braga apresentava, por concurso synodal, o abbade, que tinha de rendimento 300$000 réis. N'esta freg. está o poço de Ola, que, segundo diz a tradição vae dar á estrada coberta, que correspondia á antiga cidade de Citania. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. na freg. de Santa Cruz, de Alvarenga, conc. d'Arouca, distr. de Aveiro.

Doninhas. Pov. na freg. de S Mamede, de Talhadas, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Donões. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Montalegre,

distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 216 hab. e 43 fogos. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Cavado. O reitor de Montalegre apresentava o vigario, que tinha 75$000 réis. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Donsumil. Pov. na freg. de S Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real.

Donzel. Joven nobre que aspirava a ser armado cavalleiro; o que se criava e servia no paço; pagem.

Donzella. Mulher nobre solteira que servia a uma senhora tambem de distincção. E' n'este sentido que Camões chama *donzella* a D. Ignez de Castro sendo já mãe. || *Donzella da rainha*, creada

Dope. Prazo do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique, Africa Oriental, cujas terras, muito extensas, são fertilissimas quando na estação propria não faltam as chuvas. Desde 1840 que está invadido pelos cafres landins. Tem marfim.

Dôres *(Fr. José Joaquim das)*. Religioso franciscano da provincia de Portugal, que escreveu: *Oração funebre nas exequias do Ill.mo sr. Diogo Ignacio de Pina Manique, do conselho do principe regente Nosso Senhor, desembargador do Paço, intendente geral da policia da côrte e reino*, etc, *recitada na egreja de S. Francisco da cidade*, Lisboa, 1805; tem o retrato do intendente gravado a buril.

Dôres *(Fr. Manuel Ignacio das)*. D. abbade geral dos congregados de S. Bento, etc. Escreveu: *Carta pastoral dirigida aos seus subditos, exhortando-os no cumprimento da regra e obrigações monasticas* (datada de Tibães a 28 de agosto de 1810), Lisboa, 1811.

Dôres *(Maria das)*. Actriz contemporanea, actualmente no theatro do Principe Real. N. em Lisboa a 11 de junho de 1844. Era filha d'uma costureira do theatro de D. Maria II, e ali se creou, entrando em scena quando as peças exigiam papeis de creança. Tinha 4 annos entrou no drama a *A Condessa de Sennecey*. Mais tarde debutou no mesmo theatro na comedia-drama *O Anjo da reconciliação;* depois n'um beneficio que o fallecido actor Sargedas realisou em S. Carlos, fez a ingenua no *Gaiato de Lisboa*, e desde então ficou consagrada actriz. O publico applaudiu-a, a imprensa elogiou-a, e a novel artista continuou estudando com boa vontade, diligenciando desempenhar o melhor possivel os papeis que lhe confiavam. Pelo fallecimento de Manuela Rey, foi substituir esta saudosa actriz na *Mulher que deita cartas*, e, apezar do difficil confronto, conseguiu agradar. Seguiram-se outras peças em que se distinguiu, como na *Pena de talião*, *Bertha a flamenga*, *A cysterna d'Albi*, e muitas outras. Quando em 1869 a empresa Lacerda, Machado & C.ª tomou o theatro do Gymnasio, Maria das Dores figurou na companhia como primeira actriz, e durante toda a epoca entrou na maior parte do reportorio. Afastou-se depois da scena, por não concordar com a escriptura que lhe offereciam, mas em 1872 voltou para o Gymnasio, sendo empresarios Alfredo de Mello, Xavier d'Almeida e Couto d'Almeida Foi escripturada para desempenhar os papeis de ingenua, figurando na companhia Emilia dos Anjos, Maria Adelaide, João e Augusto Rosa, Cesar Polla, Pinto de Campos, etc. Foi essa a phase mais brilhante da vida artistica de Maria das Dôres. Debutou na comedia em 4 actos, *A filha unica*, que no papel de protagonista recebeu calorosos applausos. Entrou depois nas seguintes peças: *Valentina*, *Condessa do Freixial*, *Orphã de Alduar*, *Como se enganam mulheres*, *Côrte na aldeia*, *Familia Benoiton*, *Tres mulheres*, *Mulato*, *Filho do Giboyer*, *Recordações da mocidade*, *Mosqueteiro do rei*, *O afilhado de Pompignac*, *Familia Mongrol*, *Os lazaristas*, *A avó*, etc. Maria das Dôres foi casada com o fallecido actor Cesar Polla. Ha muitos annos que se conserva no theatro do Principe Real, entrando na maior parte do reportorio. Além das peças já citadas, lembra-nos das seguintes: *Duas orphãs*, *Mãe e filha*, *A feiticeira*, *Causa celebre*, *Jack o estripador*, *Perdidos no mar*, *Santos de casa*, *Os jesuitas*, *Os paes*, *A explosão da nau Chagas*, etc.

Dôres. Ilha Graciosa; pov. na freg. de Santa Cruz, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo. || Pov. e freg. do conc. da ilha do Sal, com. de Barlavento, prov. e archipelago de Cabo Verde. O orago é N. S.ª das Dôres. || Pov. na freg. de Rabil, conc. e ilha da Boa Vista, com. de Barlavento, bisp., archipelago e prov. de Cabo Verde.

Dorgim Pov. da prov. de Embarbacem, 3.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India. Está situada ao N da provincia.

Doria *(João Antonio de Sousa)*. Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra, cavalleiro da ordem de Christo, professor de Geographia, Chronologia e Historia no Lyceu Nacional da referida cidade, socio do Instituto, professor no seminario episcopal, director do hospicio dos abandonados, clinico da Misericordia, etc. N. na ilha de Avô a 4 de agosto de 1814, fal. em Coimbra a 20 de março de 1877. Era filho de Antonio Joaquim dos Santos, que foi professor do antigo Collegio das Artes da Universidade. Doutorou-se em 25 de julho de 1843. Além da Misericordia, exerceu tambem clinica em diversos estabelecimentos de piedade e educação, e em numerosas casas particulares. Quando falleceu, o *Conimbricense* e outras folhas de Coimbra publicaram artigos elogiosos, exaltando o seu nobre caracter, dizendo que a sua morte fôra perda muito sensivel. (V. *Conimbricense* de 24 de março de 1877). Escreveu: *Compendio de Historia para uso das escolas*, Coimbra, 1844; reimprimiu-se tres vezes successivamente, sendo a 4.ª edição em 1856; *Lições de Philosophia racional*, Coimbra, 1853; tambem houve mais tres edições, tendo a 4.ª a data de 1857; *Principios e applicação da Mnemotechnia*, Coimbra, 1850. E' do dr. Sousa Doria o esboço biographico do imperador do Brazil D. Pedro II, que está assignado *S. D.*, o qual vem á frente do livro de José Alberto Homem da Cunha Côrte Real, intitulado: *Viagem dos imperadores do Brazil em Portugal*, publicado em Coimbra em 1872. Os livros de ensino do dr. Sousa Doria fôram adoptados por muitos annos.

Doria *(José)*. Medico, muito amador de musica, e grande tocador de viola. N em Coimbra a 9 de novembro de 1824, fal. na mesma cidade a 25 de maio de 1869. Escreveu diversas composições para viola, que ficaram inéditas. Era especialmente apreciado pela maneira como tocava o

fado, variando infinitivamente nos mais caprichosos improvisos.

Dormer. Banco perigoso da costa do conc. de Mossamedes, no distr. do mesmo nome, prov. de Angola. Está situado entre a ponta de Pinda e a parte meridional da barreira Branca, e coberta de 5 a 9 m. d'agua.

Dormidouro. Pov. na freg. de Santa Martha, de Serzedello, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello.

Dorna. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Christoval, do mesmo conc. e distr. || S. Bartholomeu, de Povoa de Agrações, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Dornas. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Bouro, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. João Baptista, de S. João do Monte, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Nicolau, de Pertarouca, conc. de Lamego, do mesmo distr. || S. Miguel, de Villar de Murteda, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Dornellas. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Boticas, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 656 hab. e 148 fog. Tem escolas para ambos os sexos. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada entre montanhas. A mitra primacial de Braga apresentava o vigario, que tinha 70$000 réis. Dornellas foi couto, e teve juiz ordinario, camara, escrivães, etc. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. Correm pela povoação duas pequenas ribeiras, que depois de se juntarem, vão lançar-se no rio Beça. || Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. do Douro, conc. da Pampilhosa, com. d'Arganil, distr. e bisp. de Coimbra; 837 hab. e 205 fog. Tem est. post. e esc. para o sexo masc. A pov. dista 19 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Zezere. O papa e o bispo de Coimbra apresentavam alternadamente o prior, que tinha 200$000 réis. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recr. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. || Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Beira Baixa, conc. d'Aguiar da Beira, com. de Trancoso, distr. da Guarda, bisp. de Vizeu; 888 hab. e 212 fog. Tem escolas para ambos os sexos, correio, e uma feira na 3.ª quinta feira de cada mez. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada na aba da serra do mesmo nome, perto da margem direita do rio Dão. O vigario de Pena Verde apresentava o cura, que tinha 9$000 réis de congrua e o pé d'altar. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Amares, distr. e arceb. de Braga; 479 hab. e 126 fog. Tem caixa post. A pov. dista 2 k da séde do conc. e está situada junto da margem direita do rio Cávado. E' fertil em cereaes, vinho verde, azeite e fructas. E' abundante de lenha, e está abrigada da parte do norte, pelo monte de S. Thiago, que é um braço que para o Sul lança o monte de S. Pedro Fins. O monte de S. Thiago tem nas suas faldas, oliveiras, castanheiros, carvalhos e outras arvores silvestres, tendo vastos pinheiraes. A mitra primacial de Braga apresentava, por concurso synodal, o abbade, que tinha 500$000 réis de rendimento. Passava aqui a via militar romana, chamada *Geira*, de que ainda se notam vestigios. A egreja matriz é de construcção moderna. Ha mais 5 capellas n'esta povoação todas edificadas no principio do seculo XVIII, as quaes são: N. S.ª do Resgate, S. Pedro, S. Francisco, N. S.ª do Fastio e S. Thiago. Dornellas era a freguezia mais oriental do antigo conc. de Entre Homem e Cávado, a que pertenceu até 1834, depois passou ao de Santa Martha de Bouro, o qual foi supprimido por decreto de 24 de outubro de 1855, e desde então é do conc. de Amares, em que actualmente se conserva. Na extremidade E da freguezia, na estrada que segue para Bouro, vê-se um grande e bom cruzeiro de pedra, em cujo pedestal se lê a inscripção:

AQUI COMEÇA O COUTO
DO MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE BOURO
O QUAL DOOU D. AFFONSO HENRIQUES
PRIMEIRO REI DE PORTUGAL.

Na freg. nascem dois ribeiros, Pogido e Cascalhaes, que regam e móem, e vão morrer na margem direita do rio Cávado, só com 2 k de curso. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: S. Isidro, de Santos Evos, conc. e distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Silva Escura, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || Santa Comba, de Villa Fonche, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Serra no distr. de Braga, junto da freg. do mesmo nome; corre ao longo da margem direita do rio Bessa, e tem 12 k de comprimento e 1:057 m de altura.

Dornellas da Tulha Nova e Dornellas da Tulha Velha. Duas povoações na freg. de Santa Maria, de Cabril, conc de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Dornes. Villa e freg. de N. S.ª do Pranto, da prov. da Estremadura, conc. de Ferreira de Zezere, com. de Thomar, distr. de Santarem, bisp. de Coimbra; 1:140 hab. e 244 fog. Tem caixa post., escolas para ambos os sexos; medico, fabricas de cal e de telha. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada na ladeira de um penhasco, entre altas serras e arvoredo silvestre. E' banhada pelo rio Zezere, e passa-lhe a E uma ribeira do mesmo nome El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 10 de novembro de 1513. A matriz está edificada sobre um rochedo em fórma de peninsula, cercada ao E pelo rio Zezere e ao O por uma profunda ribeira do mesmo nome da freguezia. A Meza da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha 150$000 réis. O vigario era freire da ordem de Christo, da qual a freguezia era commenda, tendo sido primeiramente commenda da ordem do Templo até 1311, e passando para a de Christo em 1319. Sobre um alto penhasco, chamado *Serra Vermelha*, vêem-se as ruinas d'uma torre, que, segundo uns, foi mandada construir por Sertorio, 74 annos antes da vinda de Christo; outros querem que fôsse obra dos moiros. Ao pé d'estas ruinas está a egreja de N. S.ª das Dôres, construida em 1285 por ordem da rainha Santa Izabel. Conta a tradição, que a origem d'esta egreja foi ter apparecido n'aquelle sitio a Virgem com Jesus Christo morto nos braços, a um cavalleiro de nome Guilherme de Pavia, o qual foi contar á santa rainha, que estava então em Coimbra. A villa por este facto, ficou chamau-

se, por indicação de Santa Izabel, *Villa das Dôres*, que depois se degenerou em *Dornes*. A egreja foi reedicada e ampliada em 1453 por D Gonçalves de Sousa, descendente d'um filho de D. Affonso III, D. Martim Affonso Chichorro. A referida rainha fôra senhora d'esta villa, passando depois a ser senhorio da Casa de Bragança. A' egreja ainda hoje, na primavera e no verão, concorrem muitos cirios de diversas localidades, em solemnes procissões. As armas de Dornes são: escudo esquartelado; nos 1.º e 4.º quarteis as quinas portuguezas, nos 2.º e 3.º um leão em cada um (as armas de Santa Izabel). As armas actuaes são: um escudo bipartido, tendo da direita as quinas e da esquerda uma cruz floreada. O termo de Dornes comprehendia tres freguezias; tinha tres companhias d'ordenanças, cada uma com os seus respectivos officiaes, e todas commandadas por um capitão-mór. Ha tambem aqui a serra de S. Paulo, da qual, segundo a tradição, diziam os moiros: *Entre a serra de S. Paulo e o monte Minhôto, me ficou o meu bem todo.* Esta phrase era allusiva ás grandes riquezas, que diziam terem ali deixado enterradas. Na verdade, consta terem se encontrado n'este local objectos de grande valor. O monte esta minado pelos moiros, tendo bastante semelhança com a praça de Gibraltar. A villa pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n 15, com a séde em Thomar.

Doromarogo. Pov. situada nos confins da prov. de Satary, no termo da estrada que vae de Mapuçá a Sincreval, distr. e com de Bardez, India. Foi conquistada em 1781 por D. Frederico Guilherme de Sousa, governador e capitão general da India. Protege-a uma casa forte.

Doroso. Pov. na freg. de S. Estevão, de Regadas, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Dosguimarães. Familia nobilissima, cujas armas são as que usam os Guimarães. Teve principio em Martinho Dosguimarães, que foi o primeiro que usou d'este appellido, commendador de Garfe (1484), tronco de uma grande parte da nobreza do Minho e de Traz-os-Montes.

Dosguimarães *(D. Izabel Martins)*. Filha de Martinho Dosguimarães *(V. o artigo seguinte)*, e de sua mulher D. Leonor Fernandes Chamissa Casou com Marçal Vaz Pimenta, governador de Braga (1520), descendente de Affonso Pimenta, alcaide-mór que foi d'aquella cidade, e d'elle teve: a Paulo, que ficou em Braga; Leonor, que foi mulher de João Aranha, escudeiro da Casa de el-rei, e Francisco Vaz Pimenta, que foi casar a Basto com D. Izabel Leite Pereira de Moraes, senhora das casas de Villar, Paço, etc, filha de João Leite Pereira, senhor d'aquellas casas e da do Barrozão, em Basto, fidalgo da Casa Real, descendente de uma irmã do santo condestavel. D'estes procedem Leites Pereiras, do Minho, de Villa-Flôr e Favaios.

Dosguimarães *(Martinho)*. Commendador de Garfe, filho de D. Fernando de Castro da Guerra, arcebispo de Braga e regedor das justiças do reino, e de D. Joanna da Cunha, mulher solteira, filha de Manuel da Cunha e de sua mulher D. Helena Pereira do Lago, pessoas nobres. Este arcebispo teve por irmão a D. Luiz da Guerra, bispo da Guarda, ambos filhos de D. Pedro de Castro da Guerra e de sua mulher D. Thereza Audeiro, filha do tristemente celebre conde Andeiro, morto pelo Mestre de Aviz, e netos do não menos celebre D. João de Castro, infante, filho de D. Pedro I e de D. Ignez de Castro. Martinho Dosguimarães casou com D. Leonor Fernandes Chamissa, senhora dos Chãos, em Braga, filha de Fernão Lourenço da Maia, e d'ella teve muitos filhos, de quem ha bastante descendencia.

Dossa. Prazo do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está desde ha muito tempo invadido pelos cafres munhaes.

Dossãos Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 377 hab. e 88 fog. Tem correio. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada na encosta d'um monte. Pertenceu ao conc. de Villa Chã até 1855, anno em que este conc. foi abolido, passando então ao de Villa Verde, onde se conserva. A mitra primacial de Braga apresentava o abbade, que tinha 400$000 réis de rendimento. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8 com a séde em Braga.

Dote ou **Dotic.** Reino do 5.º distr. da região dos Bellos, na prov. e ilha de Timor, Oceania, na costa S, a 75 k. de Dilly, capital da prov. Confina ao N com o reino de Manufai, a E com o de Babissuço, a O com o de Allás e ao S é banhado pelo Oceano Indico. Em 1733 era obrigado a dar para consumo da praça Lifáo 80 picos ou 10:640 kilogrammas de mantimentos e 15 homens para a guarnição da mesma praça.

Doto. Ilha do distr. de Sena, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' formada pelo rio Zambeze, pelo Mecero, braço do Zambeze, e pelo canal Madrandane, que une estes dois rios.

Dotte. V. *Dote.*

Dottolina. Pov. do reino de Allás, na região dos Bellos, prov. e ilha de Timor, Oceania. Em 1733 era obrigada a fornecer a praça de Lifáo de 100 picos ou 6:650 kilogrammas de mantimentos e 30 homens para a guarnição.

Doude. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Villa Maior, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Dourado *(Fernando Vaz)*. Fronteiro nas terras de Gôa e mais partes da India, no seculo XVI. Era muito versado em geographia, e escreveu um *Mappa do mundo, que trata de todos os reinos, terras, ilhas que ha na redondeza da terra, com suas derrotas, e alturas por esquadria*, Gôa, 1571. Diz Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, que o original, constando de regras e principios de hydrographia, e de mappas de todo o mundo, primorosamente illuminados a côres e a ouro, existia no mosteiro dos monges da Cartuxa de Scala Cœli, junto a Evora, que lhes fôra doado pelo arcebispo D. Theotonio de Bragança. Este *Mappa* segundo se lê no *Diccionario bibliographico*, de Innocencio, vol. IX, pag. 221, existe no archivo nacional da Torre do Tombo, e está mutilado, e falto de rosto. No referido diccionario se diz tambem, que no *Tratado de Geographia*, de D. José Urcullu, Porto, 1839, tomo III, pag. 490 a 500, vem uma noticia circumstanciada d'este atlas, dada por Varnhagen, e trazendo a exacta descripção da folha do rosto, que desappareceu. O formato é de dois palmos de alto sobre dois e meio de largo (50 cent. + 38); continha vinte folhas de pergaminho illuminadas; dezeseis d'estas eram cartas, uma de frontispicio, ou rosto; e as tres ultimas comprehendem

varias regras cosmographicas, taboas nauticas etc. Os ornatos, adornos e tarjas que guarneciam cada uma das folhas, são admiraveis pelo primor e esmero do desenho, e pela finura e belleza das tintas.

Dourado *(Manuel Pires)*. Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. Era natural de Lisboa e pregador apreciado. Escreveu: *Sermão de N. S.ª das Candeias prégado em a Santa Casa da Misericordia de Lisboa, a 2 de fevereiro de 1697;* outra edição em 1698; *Sermão do glorioso e insigne martyr S. Jorge, prégado no hospital real de Lisboa em 22 de maio de 1697*, Lisboa, 1698; *Sermão do principe dos Apostolos o glorioso S. Pedro, prégado na Santa Sé de Lisboa a 29 de junho de 1698*, Lisboa, 1699.

Dourado *(Pedro Ramires)*. Era natural de Lisboa, e muito versado na historia, principalmente do nosso reino, chegando a fazer collecção de mais de 2:000 epitaphios dos romanos, godos, castelhanos e portuguezes. Escreveu: *Relação curiosa, na qual se relata uma paragonação de Principes, e varões illustres*, etc., Lisboa, 1611; saiu no fim do *Prognostico de 1611* por João de Faria; *Fundações de todos os conventos do reino, e suas rendas, sagrações dos bispos do seu tempo; diario do succedido em Lisboa nos seus dias; exequias feitas ao grande Affonso Furtado de Mendoça, Vice-Rei da India*, 2 tomos, que ficaram manuscriptos.

Dourador. Operario que doura metaes, madeira, etc. Antigamente tinha este officio em Lisboa regimento especial dado pelo senado da camara, e o respectivo arruamento, que ainda hoje conserva o nome. Sobre questões do arruamento dos douradores em 1729 são interessantes os documentos publicados no vol. XII dos *Elementos para a historia do municipio*, pag. 301.

Douro. Este rio nasce n'um pequeno lago na serra de Urbion, na provincia hespanhola de Soria, corre a SE, passa junto de Soria perto de Almagau, volta a O, banha Aranda, recebe varias ribeiras perto de Valladolid, engrossa com as aguas do Pisuerga, atravessa os campos de Toro, banha Zamora, recebe o Esla, chegando á fronteira de Portugal entre Pino e Miranda; inclina-se para SE, seguindo a fronteira dos dois paizes até chegar á Veja de Tarron, junto a Barca d'Alva, correndo entre margens alcantiladas, nas proximidades das quaes se encontram na raia hespanhola Fermozella, Aldea de Avila, Villarinho de Aires e Fregeneda; e na raia portugueza Miranda, Bemposta, Lagoaça e Freixo de Espada á Cinta. Recebe depois as aguas do rio Agueda, separa as provincias de Traz os-Montes e Beira Alta, e corre na direcção de O até á sua foz, abaixo do Porto, indo lançar-se no Oceano Atlantico. A configuração do terreno banhado pelo Douro até perto da fronteira ou depois d'elle entrar em territorio portuguez, é muito differente. Em Hespanha atravessa muitas vezes extensos campos cultivados, pomares e vinhas, mas ao aproximar-se da fronteira de Portugal, corre quasi sempre comprimido entre asperos penedos, que por vezes se estreitam tanto, que os contrabandistas passam o contrabando d'um reino para o outro por meio de cestos que deixam escorregar por estrados suspensos aos rochedos das duas margens. De todos os rios de Portugal, o Douro é o mais estreito e o mais profundo, e em geral o seu trajecto é tortuoso. O seu curso é de 610 k., sendo 265 em Portugal, e n'estes só 165 navegaveis, a partir de Barca d'Alva. Tem bastantes afluentes em Hespanha, e em Portugal recebe, além d'outros, o rio Sabor, Tua, Corgo, Pinhão, Tamega e Sonsa pela margem direita; pela margem esquerda o Agueda, Coa, Teja, Torto, Tavora, Thedo, Verosa, Paiva e Arda. Entrando em Portugal, banha a povoação de Barca d'Alva, e seguindo para NO dobra a parte do monte de S. Cibrão, fazendo uma curva consideravel, recebe pela margem esquerda o rio Coa, segue na direcção N, faz uma curva contornando o monte em que está edificada V. N. de Foscôa, corre então entre margens menos apertadas, volta a NE por encontrar as serras do Monte Meão que contorna, e depois de receber as aguas do Sabor, e de passar no fertil valle de Villariça, volta sobre si mesmo, e dirige-se para SO até ao Salgueiral. Depois volta outra vez para O, banha Arcozello, e continuando na direcção NO, passa na estreita garganta, que constitue o Cachão da Valleira. O rio entra então na região chamada do Alto Douro *(V. este nome)*, segue na mesma direcção NO, banha a povoação de Foz Tua, situada na confluencia do Tua com o Douro, começa a inclinar-se mais para O, e fazendo varias curvas fórma um anglo agudo no sitio da Roeda, e continúa caminhando na direcção NO até á foz do Pinhão. Pouco depois encontra o rio Torto, recebe as aguas do Tavora, de Thedo e de Mil Lobos, banha Folgosa e Covellinhas, recolhe as aguas do Corgo, e chega á Regoa. Banha depois as Caldas de Moledo, e entra logo na região do Baixo Douro, onde as suas margens estão cobertas de vegetação e de vinhedos, banha as Caldas de Aregos, Vimieiro, Castello de Paiva, Covas, Entre Rios, Midões, Rio Mau, Pedorido, Arege, Melres, acabando n'esta paragem a forte corrente do rio, que d'ahi em deante passa a correr suavemente, já influenciado pela acção das marés. Ainda passa por Pombal, Crestuma, e atravez d'um formoso panorama que as suas margens apresentam, distanciando-se por vezes, chega até ao Porto, e acaba por banhar S. João da Foz. A barra é de difficil accesso, posto que muito se tenha trabalhado para se lhe melhorar as condições. As estreitesas dos valles do Douro e dos seus afluentes facilitam as innundações O rio crescendo com as chuvas abundantes, eleva-se de repente a grande altura, e alaga e arrasa tudo quanto encontra no seu caminho. A navegação do rio Douro é difficil por causa das cachoeiras, ou quedas d'agua, saltos, chamados pontos, que se encontram no seu curso, e muitos dos quaes são extremamente perigosos. Acima de Barca d'Alva ha um ponto notavel, a que dão o nome de *Salto da Sardinha*, que impossibilita os barcos de passarem d'elle. Abaixo de Barca d'Alva encontra-se o ponto da Atalaia, antes da foz do Coa e do Saraiva; abaixo d este rio o ponto das Azenhas da Povoa e depois o do Predo. Passando Villariça ha o de Salgueiral. Depois transpõem se os pequenos pontos das Azenhas do rio e de Labazim, e o da Teja. O Cachão da Valleira era n'outro tempo quasi inaccessivel á navegação, porque a meio se erguiam rochedos enormes que em 1780 começaram a ser destruidos, ficando a obra terminada em 1792. Depois da confluencia do rio Torto, encontram se dois pontos ou rapidos perigosos para a navegação, chamados Cachucha e

Olho de Cabra. Na ultima parte do rio encontram-se mais frequentemente passagens difficeis, sendo entre ellas as mais notaveis as do Cadão e Figueira Velha, e mais abaixo o Frade. Abaixo de Castello de Paiva encontram se as terriveis Pedras de Linhares A navegação do rio Douro até á Barca d'Alva data sómente de 1811, e mesmo depois de demolido o rochedo, que tornara impossivel passar além do Cachão da Valleira, ainda por muitos annos se deixou de aproveitar o rio na parte superior do seu curso em Portugal, pelo receio de se emprehender tal navegação. Só em 1809 se organisou a navegação até á foz do Sabor, e d'ahi a dois annos, até á Barca d'Alva No *Mappa do Rio Douro*, publicado pelo barão de Forrester, vem a relação de todos os saltos ou pontos difficeis, que se encontram no Douro, que são ao todo 210. Este rio abunda em peixe, sendo muito afamadas as suas trutas, saveis e lampreias. Diz a tradição que as suas areias rolavam ouro. Era conhecido dos gregos com o nome de *Douros*, e os romanos chamavam-lhe *Durius*. Este rio era a divisão meridional da antiga provincia bracarense e da Galliza no tempo do imperio romano, e ainda no tempo dos godos. E' hoje atravessado por varias pontes, duas das quaes estão assentes no Porto, as de *D. Maria Pia* e de *D. Luiz;* outra na Regoa, e houve a antiga ponte pensil, do Porto a V. N. de Gaia, que desappareceu, quando se construiu a de D. Luiz I.

Douro. Provincia de Portugal, creada em 1831, que se formou n'uma parte da prov. de Entre Douro e Minho e n'outra parte na da Beira Alta. E' limitada ao N pela prov. do Minho, a E pela Beira Alta e Beira Baixa, ao S pela Estremadura, e a O pelo Oceano Atlantico. Compõe-se de tres districtos: Porto, Aveiro e Coimbra, tendo cada um 17 concelhos. A sua divisão ecclesiastica comprehende os bispados do Porto e Coimbra. Tem administrações do correio e lyceus de 1.ª classe no Porto e Coimbra, de 2.ª classe em Aveiro, academias Polytechnica e de Bellas artes, Escolas Medico cirurgicas, Escola industrial do Infante D. Henrique, Escola Elementar do Commercio, etc., no Porto, e uma Universidade em Coimbra. Caminhos de ferro do Minho e Douro e do Norte, diversas communicações por estradas de 1.ª e 2.ª ordem, e vias fluviaes, o que tudo concorre para o grande desenvolvimento que se nota na provincia. Esta região foi habitada primitivamente por diversas tribus lusitanas, e fez parte da provincia Tarraconense, quando os romanos dominavam nas Hespanhas. Com a invasão dos barbaros passou primeiro para o poder dos suevos, e depois para o dos visigodos. Succederam-se a estes no seculo VIII os arabes, que tambem chegaram a estabelecer-se na actual provincia, até serem expulsos no seculo XI pelos reis de Leão Pouco depois todas as terras ao S do Douro, que n'aquelle tempo constituiram o condado de Coimbra, fôram cedidas com outros feudos ao conde D. Henrique de Borgonha que casara com a infanta D. Thereza, filha de Affonso VI de Leão. A provincia do Douro occupa vastas planicies nos campos de Coimbra, e sobre as costas entre os rios Douro e Mondego; tem as serras da Louzã, Bussaco, Santa Catharina, e Buarcos; os seus rios principaes são o Douro, o Mondego e o Vouga. Na linha da costa ficam o cabo Mondego e os portos maritimos do Porto Aveiro, Figueira da Foz, Villa do Conde e Povoa de Varzim. O clima é temperado e saudavel, exceptuando algumas terras do districto de Aveiro, onde se cultiva o arroz. Além do Porto, que é a capital, tem as cidades de Coimbra, Aveiro, Penafiel e Figueira da Foz. Produz muito trigo, milho, de que é abundantissima toda a zona da Bairrada no districto de Aveiro. Cria gado lanigero, suino, cavallar e bovino. Nas costas e nos rios ha peixe em grande quantidade. Tem minas, todas em exploração, de hulha em Buarcos, de chumbo no Braçal, e de cobre no Palhal. Encontra-se mercurio proximo de Aveiro, basalto no Bussaco, e loisa em Vallongo. Tambem pertencem a esta provincia as aguas mineraes com estação de banhos no Luso. Tem o fabrico de numerosos artigos de industria, sendo o seu mais importante commercio no Porto. Praças de guerra, contam-se os castellos de Villa de Conde, S. João da Foz e Serra do Pilar. Tem no Porto a séde da 3.ª div. mil. e alfandega de 1.ª classe; na Figueira da Foz é de 2.ª classe; e delegações em Aveiro, Villa do Conde e Povoa de Varzim.

Douro. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || Pequeno rio da prov. do Minho, que dá o nome á freg. de Santo André de Rio Douro, do conc. de Cabeceiras de Basto.

Douroanna. Pov. na freg. de S. Vicente, de Alcabideche, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa.

Doutel *(Fr. José)*. Monge da ordem de S. Bernardo; doutor em theologia pela Universidade de Coimbra. N. em Rio Bom, comarca de Lamego, mas não se conhecem as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de Antonio Wenceslau Doutel. Doutorou se em 15 de janeiro de 1807.

Doutor. O que recebeu solemnemente n'uma universidade o maior grão academico, pelo qual se lhe concede o direito de trazer a borla e o capello, e de enviar ou exercer aquella sciencia ou faculdade em que foi graduado.

Doze bazarucos. V. *Bazaruco.*

Doze réis. Moeda de cobre da India, cunhada no vice-reinado de Manuel de Saldanha e Albuquerque *(1758-1765)*. Tinha no anverso as armas do reino e no reverso, entre duas estrellas, G (Gôa), por cima 12 R, indicativo do valor em réis, e por baixo os algarismos de 1762, tudo dentro de uma corôa de louro.

Doze Ribeiras. Ilha Terceira; freg. de S. Jorge, conc., com., distr. e bisp. de Angra do Heroismo. Está situada á beira-mar. Tem est. post. e esc. d'ambos os sexos. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut e res. n.º 25 com a séde em Angra do Heroismo. N'esta freg. ha o logar chamado *Doze á Ribeira Grande.*

Doze vintens. Moeda de prata que se cunhou

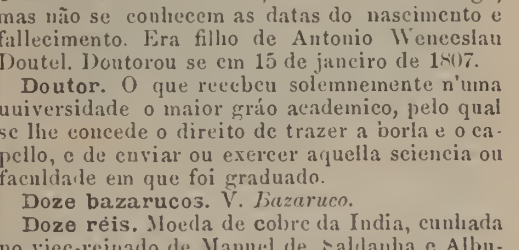

durante os reinados de D. Pedro II, D. João V, D. José, D. Maria I, D. João VI e D. Miguel. Da

primeira a descripção é a seguinte: ₒ PETRVS ₒ II ₒ D ₒ G ₒ REX ° PORTVG ₒ, armas do reino, á esquerda entre dois florões, 200, e á direita tambem entre dois florões, 1688. No reverso ₒ IN ° ₒ HOC ° ₒ SIGNO ° ₒ VINCES ₒ, cruz da ordem de Christo cantonada por quatro PP (Porto). Valia 240 réis.

Dradá. Pov. da praganã de Calounu-Pa-Cary, no distr. e com. de Damão, prov. e arceb. de Gôa, India.

Drack *(José Ribeiro Guimarães).* Pharmaceutico, chimico analysta, ensaiador da Casa da Moeda e perito toxicologico, etc. N. em Abrantes a 8 de maio de 1843. Foi director do *Jornal da sociedade pharmaceutica lusitana*, vice-presidente da mesma sociedade, e vogal da sua commissão chimica; membro da commissão da reforma do regimento dos preços dos medicamentos, approvada por decreto de 23 de julho de 1879 e da commissão que se seguiu para o mesmo fim. Escreveu: *Uma opinião ácerca da synonymia «ferro tartarisado, tartrato ferrico-potassico»*; *discurso pronunciado em sessão de 22 de outubro de 1869 na sociedade pharmaceutica lusitana, durante a discussão da referida synonymia*, etc. Lisboa, 1870.

Dragona. Peça de uniforme, que os militares trazem sobre os hombros, como distinctivo: é uma especie de pala de lã, pano ou metal, orlada de franja de lã, seda, prata ou ouro, segundo as graduações. Differe da charlateira, que não tem franja.

Drake *(Fr. Luiz Ribeiro Guimarães).* Religioso da ordem terceira de S. Francisco; doutor em theologia pela Universidade de Coimbra. N. em Sardoal, mas não se sabe as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de João Ribeiro Guimarães. Foi doutorado em 27 de julho de 1830.

Drama. Peça theatral, composição litteraria destinada a ser representada, e que occupa, quanto á sua indole e fórma, o meio termo entre a tragedia e a comedia, quando não participa de ambas. Narrativa que representa com vivacidade acontecimentos commoventes. Primitivamente applicava-se a palavra *drama* a todas as fórmas empregadas pela arte dramatica. A antiguidade classica só conheceu o drama satyrico, obra em algumas das suas partes pathetica, e em outras jocosa, comica pelo seu desenlace, genero mixto, cuja invenção se attribue a Pratinas de Phliunte. As personagens eram convencionaes: Sileno, Pan, satyros bacchantes, oppondo-se aos semideuses e aos heroes, e excitando a alegria do publico pelo contraste. E' á escola moderna que o drama deve a sua posição na litteratura theatral; esta escola não se contentou em o fazer representar, creou a theoria do drama, e divulgou-a em tratados. No nosso theatro, depois da obra reformadora de Garrett e da organização do Conservatorio, principiaram a affluir os dramas historicos, baseados em assumptos nacionaes ou apropriados do theatro francez e hespanhol. Muitos d'estes eram pesados, longos, rhetoricos, e tiveram vida ephemera. O drama actual procura assumptos na vida social, pôr em scena as paixões e os sentimentos, evitando exaggeros e tornando os interessantes; nos dramas historicos apresentar factos da historia do paiz, relembrar as nossas passadas glorias, pôr em evidencia os vultos que tanto honraram e engrandeceram a patria. ‖ *Drama lyrico:* opera ou composição dramatica entremeada de musica.

Dramapor. Pov. da prov., distr. e conc. de Salsete, arceb. de Gôa, India. Está situada na margem direita do rio do Sal.

Dramapur. Povoação da freguezia de Chinchinim, na India.

Dramos. Moeda de conta indiana. Nas Novas Conquistas o dramo sub-divide-se em *pagós*.

Drave. Pov. na freg. de S. Pedro, de Covello de Paivô, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Drogoeiro. Antigo droguista. No seculo XVI eram os drogoeiros considerados officiaes mechanicos, e por isso tinham regimento especial dado pelo senado da camara, e estavam como os boticarios, sangradores, parteiras e cristaleiras, sujeitos ao physico da cidade. Na collecção dos regimentos dos officiaes mechanicos reformados em 1572 por Duarte Nunes do Lião por mandado do senado da camara de Lisboa, figura o respectivo regimento, que por ser tão breve quanto interessante, e inedito, o reproduzimos. «Nenhuma pessôa poderá usar do officio de drogoeiro sem primeiro ser examinado no conhecimento das drogas pelo physico da cidade, e achando o dito physico que tem perfeito conhecimento da drogaria se lhe dará sua certidão por elle assignada, para em camara lhe darem juramento em que lhe porá o que é obrigado a guardar. E pagará pela certidão do dito exame cem réis ao dito physico, e o que fôr achado sem ella pagará dois mil réis, a metade para a cidade e a outra para quem o accusar. Item. Todo o drogoeiro será obrigado a ter em sua tenda boas drogas, e verdadeiras, as quaes serão conservadas com aquellas cousas que os doutores mandam, e apartadas umas das outras para se não corromperem. E sabendo alguma pessoa as tem falsas ou velhas que não são para aproveitar, o farão saber ao dito physico da cidade sob pena de quem o contrario fizer pagar mil réis.»

Droguete. Estofo ordinario, geralmente de lã. Diminuitivo de *droga*, tecido ligeiro de seda ou lã. Sendo de tecido encorpado se diziam *droguetes pannos* ou *droguete-rei*, quando de melhor qualidade.

Droguista. Commerciante estabelecido com drogaria. Antigamente era considerado um officio mechanico e como tal tinha regimento proprio. V. *Drogoeiro.*

Drummond *(Antonio de Menezes Vasconcellos de).* Diplomata. N. no Rio de Janeiro a 21 de maio de 1794, fal. em Paris a 15 de janeiro de 1865. Era filho do capitão Antonio Luiz Ferreira de Menezes Vasconcellos de Drummond e de D. Josepha Januaria de Sá e Almeida. O ministro do reino Thomaz Antonio Portugal logo em 1808, quando a côrte portugueza chegou ao Brazil, o chamou para o seu gabinete, e em 1809 deu lhe um officio de propriedade na chancellaria. Em 1821 seguiu com ardor a revolução brazileira, no partido dos Andrades que acompanhava a opposição, e foi como elles exilado para a Europa. Em 1829 voltou para o Brazil, e entrou na carreira diplomatica, vindo a Lisboa em 1837 como enviado extraordinario e ministro plenipotenciario; no fim de 16 annos, foi exonerado d'este cargo a 6 de abril de 1853, e regressou ao Rio de Janeiro. Em 1864 cegou, e foi fazer uma operação a Paris, onde falleceu.

Drummond *(Francisco Ferreira).* Escriptor açoriano. N. na villa de S. Sebastião, da Ilha Terceira, a 21 de janeiro de 1796, fal. na referida villa a 11 de setembro de 1858. Escreveu: *Annaes da Ilha Terceira, tomo* I, Angra, 1850; *tomo* II, 1856; *tomo* III, 1858; este tomo saiu já depois do fallecimento do autor, assim como o IV e ultimo da obra que deixara manuscripto, que se publicou em 1864. Drummond escreveu mais: *Memoria historica da capitania da muito notavel villa da Praia da Victoria, mandada imprimir pela Camara Municipal*, etc., Angra, 1816.

Drummond (*João Pedro de Freitas Ferreira*) Escriptor, natural da Ilha da Madeira, nascido em Camara de Lobos em 1760, e fal. em 1826. Formou-se em Leis na Universidade de Coimbra, e voltando á Madeira foi presidente da Associação Patriotica Funchalense. Escreveu varias obras em verso e em prosa, e a seguinte memoria: *Noticias mineralogicas da Ilha da Madeira*, que saiu no *Investigador Portuguez* n.º LXXXIII, *de maio de 1818, de pag. 273 a 290.*

Duarte I *O Eloquente.* 11.º rei de Portugal N. em Vizeu a 30 de outubro de 1391, fal. em Thomar a 9 de setembro de 1438. Era o segundo filho d'el-rei D. João I, e da rainha, sua mulher, D. Filippa de Lencastre. Foi jurado successor da corôa a 22 de março de 1401, quando tinha 10 annos, nas côrtes celebradas em Leiria, por ter fallecido seu irmão mais velho, o infante D. Affonso, em 1400, contando só 10 annos de edade, depois de já ter sido jurado herdeiro do throno n'esse mesmo anno (V. *Affonso, vol.* I, *pag. 69).* D. Duarte foi um monarcha muito dado ás sciencias e ás letras, vocação que sempre se lhe notou desde os mais verdes annos. Succedeu a seu pae em 14 de agosto de 1433, e subindo ao throno um dos seus primeiros cuidados foi o de reduzir as despezas da Casa Real, porque o erario estava muito debilitado em consequencia das continuas guerras com Hespanha. N'esta reducção de despezas não se poupou a si proprio, gastando com o seu vestuario apenas 500 dobras. Com o seu caracter geralmente austero e energico pôde manter na côrte a pureza de costumes que seu pae conseguira ali introduzir depois d'um reinado tão immoral como o d'el-rei D. Fernando. Em Lisboa desenvolvera-se a peste, e D. Duarte retirou-se para Cintra, passando depois a Santarem, onde reuniu côrtes, em que se tratou de reduzir a legislação portugueza a um codigo uniforme, obra iniciada já pelo jurisconsulto João das Regras em vida de D. João I; essa codificação só se completou no reinado de D. Affonso V, e por isso se deu o nome de *Ordenações affonsinas* a esse codigo de leis. Os accidentes do seu reinado e a sua curta duração, não permittiu a D. Duarte concluir este seu desejo. Na tomada de Ceuta, por D. João I, realisada a 14 d'agosto de 1415, esteve com seus irmãos, os infantes D. Henrique e D. Fernando. Para argumento da obediencia aos vigarios de Christo, mandou uma solemne embaixada ao concilio de Basiléa, de que nomeou embaixador a seu sobrinho D. Affonso, 1.º marquez de Valença, o qual foi recebido a 24 de junho de 1435 pelo papa Eugenio IV com paternal benevolencia, e querendo o pontifice mostrar-se agradecido ao nosso paiz, concedeu a D. Duarte o privilegio de ser coroado e ungido conforme o antigo cerimonial dos reis de França. Tentando a conquista de Tanger, em 1437, apresentou um exercito de 14 a 15:000 homens sob o commando de seus irmãos D. Henrique e D. Fernando; a precipitação, porém, com que saiu a expedição, fez com que se reunissem apenas 7 a 8:000 homens, que fôram derrotados pelos exercitos do rei de Fez, ficando prisioneiro o infante D. Fernando, que falleceu no captiveiro depois de ter soffrido os maiores ultrages. Os moiros exigiam pelo seu resgate a praça de Ceuta, e era este um dilemma terrivel que se impunha ao espirito de todos os portuguezes, salvar a vida do infante ou perder uma das mais bellas conquistas da corôa de Portugal. D. Duarte adoptou, entre outras medidas, a de reprimir o luxo, realisando importantes economias na sua propria casa, com o intuito de occorrer ás despezas d'uma armada que fôsse libertar o infante seu irmão, pensa-

D. Duarte I

mento que sempre o preoccupou, chegando até a pedir no seu testamento que o resgatassem, ainda mesmo que fôsse preciso entregar Ceuta. D. Duarte pediu conselho ao infante D. Henrique, que foi contrario á idéa de entregar aquella praça, e que D. Fernando podia ser libertado por meio de resgate, ou por uma cruzada contra os moiros. D. Duarte falleceu sem esta importante questão ficar resolvida, e o infante continuou captivo. (V. *Fernando, D.*). Uma das medidas que assignalou o reinado de D. Duarte, foi a publicação da *Lei Mental*, que elle dizia ter lhe sido recommendada por seu pae, e na qual se estabelecia que as terras da Corôa doadas em paga de serviços, se devolveriam á Corôa na falta de herdeiro varão. A' infeliz expedição de Tanger succederam grandes calamidades, como uma terrivel peste, que fez milhares de victimas em todo o paiz, e a fome que se lhe seguiu. As familias atterradas e a propria Côrte procuravam evitar aquelle mal devastador, fugindo ora para um ora para outro ponto, que lhes parecia menos atacado. D. Duarte foi tambem victima da peste, em Thomar, para onde havia partido, depois do curto e attribulado reinado de cinco annos, e foi sepultado no convento da Batalha. Era casado com D. Leonor, filha de Fernando I, de Aragão, que falleceu em Toledo em 1445, e de D. Leonor,

condessa d'Albuquerque, cognominada *la Rica Hembra*, filha de D. Sancho d'Albuquerque e de D. Brites, infanta de Portugal, filha de D. Pedro I. O casamento realisou se em 22 de setembro de 1428, e em sua homenagem, se cunharam na Allemanha tres medalhas, que se acham desenhadas e descriptas no tomo IV da *Historia Genealogica*. Depois da morte do monarcha levantaram-se grandes discordias por causa d'uma clausula do testamento, que confiava a regencia do reino á rainha sua mulher, visto o principe herdeiro D. Affonso ser ainda creança. O paiz via com maus olhos esta nomeação que dava o governo a uma senhora, e demais a mais estrangeira, e começou então uma renhida lucta, de que resultou ser a regencia entregue ao infante D. Pedro. (V. *Affonso V* e *Pedro, D.*). D. Duarte era notavel nas justas e no exercicio das armas, sendo na arte de equitação superior a todos os seus contemporaneos. Como homem de letras é digno de menção assignalada, pela epoca em que viveu. Espirito culto, sempre desejoso de estudar e de saber, produziu livros bem notaveis, e teve a gloria de ser o primeiro rei portuguez que reuniu livraria nos reaes paços. Observa o visconde de Santarem, que D. Duarte foi o mais sabio soberano do seu tempo, e talvez o unico autor entre os monarchas seus contemporaneos. O catalogo dos livros de que se compunha a sua livraria, é importantissimo; o conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes, o fez copiar do livro antigo da livraria do convento da Cartuxa de Evora, e D. Antonio Caetano de Sousa o imprimiu nas *Provas da Historia Genealogica da Casa Real*, considerando o um documento valioso. N'esse catalogo se encontram mencionados alguns livross, que altamente provam a grande curiosidade litteraria de D. Duarte, taes como os de Aristoteles, de Valerio Maximo, de Seneca, de Cicero, de Julio Cesar, etc. D. Duarte confirmou á Universidade, por uma carta datada de 3 de dezembro de 1133, todas as mercês, graças e privilegios que lhe haviam concedido os seus antecessores. Eis a relação das suas obras mais importantes: *Leal conselheiro, seguido da Arte de bem cavalgar; dado pela primeira vez á luz sobre o manuscripto original da Bibliotheca Real de Paris, com notas philologicas e um glossario das palavras antigas, por José Ignacio Roquete*, Paris, 1842. Ao tempo em que se tratava de publicar em Paris o *Leal Conselheiro*, o livreiro-impressor Rolland cuidava, por sua parte de egual publicação, que só veiu a realisar-se no anno seguinte, servindo-se d'uma copia, que generosamente lhe facilitou o barão de Villa Nova de Foscôa, por elle proprio extrahida em 1830 do intitulado *manuscripto original*. Esta edição saiu com o titulo seguinte: *Leal Conselheiro, e livro da ensinança de bem cavalgar toda a sella, escripto pelo senhor Dom Duarte, Rei de Portugal e do Algarve, e senhor de Ceuta, fielmente copiados do manuscripto da Bibliotheca Real de Paris*, Lisboa. 1843. Ha mais as seguintes obras: *Summario que, sendo infante, deu a Francisco, para prégar do condestavel D. Nuno Alvares Pereira; Regimento para aprender a jogar as armas; Resposta, sendo principe, ao infante D. Fernando, sobre certas queixas que elle tinha de seu pae; Padre Nosso glosado; De como se tira o demonio; Ordenações sobre as cousas domesticas e a ordem que tinha no governo e despacho*, etc. As obras de D. Duarte acham-se enumeradas no catalogo formulado pelo visconde de Santarem, na edição do *Leal Conselheiro*, feita pelo padre Roquete em Paris.

Duarte *(D.)*. Infante de Portugal, filho de el-rei D. Duarte, nascido em Alemquer em julho de 1435, e fallecido pouco depois.

Duarte *(D.)*. Infante, filho de el-rei D. Manuel e de sua segunda mulher, a rainha D. Maria. N. em Lisboa a 7 de outubro de 1515, e fal. em 20 de setembro de 1540. A sua educação foi confiada a André de Rezende, que lhe escreveu a biographia com muitos elogios. Parece que o infante tinha muita vocação para a musica, e era um infatigavel caçador. Recebeu o titulo de duque de Guimarães, e casou com D. Izabel, filha do duque de Bragança, D. Jayme, e de sua mulher, D. Leonor de Mendoça, filha dos duques de Medina Sidonia. A'cerca d'este casamento escreveu Fernando Palha um opusculo, que se publicou em 1881, o qual tem por titulo *O casamento do infante D. Duarte com D. Izabel de Bragança.*

Duarte *(D.)*. Filho natural de D. João III, e d'uma senhora chamada D. Izabel Moniz, moça da camara da rainha D. Leonor, 3.ª mulher de D. Manuel e filha d'um alcaide de Lisboa, por alcunha o *Carranca*. N. em 1521, e fal. a 11 de novembro de 1543. Aprendeu os primeiros rudimentos no mosteiro de Santa Marinha da Costa, junto a Guimarães, sendo seu educador fr. Diogo de Murça, religioso da ordem de S. Jeronymo. Como mostrava ter superior intelligencia, el-rei seu pae o mandou chamar, e o encheu de beneficios, dando-lhe muitas provas de affecto. Apezar de ser muito novo, o escolheu para arcebispo de Braga, e o juvenil prelado, para mostrar a sua erudição, quiz escrever em latim a historia dos reis de Portugal, mas sómente escreveu a de D. Affonso Henriques, porque a morte o surprehendeu na edade de 22 annos. D. Duarte soube com perfeição os preceitos da musica, e foi muito perito na arte de cavallaria. Escreveu: *Oração em louvor da Philosophia recitada no collegio da Costa, dia de S. Jeronymo*; saiu no 2.º tomo das *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, por D. Antonio Caetano de Sousa, Lisboa 1741.

Duarte *(Agostinho)*. Medico do antigo hospital real de Todos os Santos, nomeado em 14 de agosto de 1713, para o logar de que desistira José R. Froes. Despediu se em 1723.

Duarte *(P. Anastacio)*. Religioso da congregação do Oratorio de S. Filippe Nery, que viveu no seculo XVIII. N. em Lisboa, e fal. no convento da sua ordem, da mesma cidade, a 10 de abril de 1750. Era filho de Luiz Duarte e de Francisca do Espirito Santo. Entrou na congregação a 1 de novembro de 1716. Publicou com o nome supposto de Alvaro Sabino do Espirito Santo, uma *Novena de N. S.ª da Oliveira*, 1721, e deixou em manuscripto a *Vida de S. Francisco de Salles*.

Duarte *(Antonio)*. Coadjutor temporal da Companhia de Jesus, onde entrou em 1693. Era natural de Evora, e filho de Simão Duarte e de Izabel Luiz. Deixou em manuscripto: *Commentarios aos exercicios de Santo Ignacio; Fundação do convento do Salvador de Evora, com a vida das religiosas que n'elle floresceram.*

Duarte *(Antonio)*. V. *Pinto (Antonio Duarte da Cruz)*.

Duarte *(Antonio Vaz)*. Natural de Lisboa; seguiu a vida ecclesiastica, e traduziu do italiano o *Confissionario geral* do padre Lucas Piudello, da Companhia de Jesus.

Duarte *(Custodio José)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica o Porto, poeta e escriptor. N. em Villa Real a 16 de junho de 1841, e fal. em S. Vicente a 19 de setembro de 1893. Defendeu these em 1865, a qual foi publicada no mesmo anno, e tem por titulo *Responsabilidade medico-cirurgica*. Collaborou em differentes jornaes litterarios, durante o seu curso, entre os quaes se contava *A grinalda*, onde tambem escreviam os poetas Guilherme Braga, Alexandre da Conceição, Pedro de Lima, etc. Sendo despachado para Africa, exerceu os cargos de chefe de saude, e secretario geral do governo de Angola. Foi tambem presidente da camara municipal de S. Vicente, e prestou relevantes serviços durante as epidemias da variola, febre amarella e cholera, sendo n'essa occasião condecorado. Escreveu uma *Historia de Cabo Verde* e uma *Noticia historica dos creoulos em Cabo Verde*, que ficaram inéditas Durante o tempo que esteve em Africa escreveu muitas poesias que se não publicaram. A' hora da morte pediu que todos os seus escriptos, que se encerravam n'um cofre, fôssem lançados ao mar, em sitio por elle designado, e esta sua ultima vontade foi satisfeita.

Duarte *(Filippe)*. Professor e compositor de musica contemporaneo, vogal do conselho da arte musical no Conservatorio Real de Lisboa, etc. E' considerado um dos melhores violinistas portuguezes, tanto a solo como em orchestra. Foi professor e regente da orchestra da Academia Real dos Amadores de Musica, cargo em que muito se tem evidenciado. Filippe Duarte como compositor é artista de vocação e sentimento. A primeira opereta que escreveu, *A Lancha favorita*, letra de Arthur Marinho, que se cantou no antigo club do Calvario, foi muito applaudida e apreciada Lembra-nos das seguintes operetas, que se teem cantado nos nossos theatros, sempre com agrado do publico: *Oito*, *O poeta de Xabregas;* as revistas *Agulhas e alfinetes*, *Nicles*, etc.

Duarte *(P. Francisco)*. Jesuita, que viveu no seculo XVIII. Quando o marquez de Pombal expulsou os jesuitas, vivia em Lisboa, e foi preso com outros, e encerrado no forte da Junqueira, onde se calcula que morresse, por ser muito doente. Diz-se que na prisão se dedicava ao estudo da medicina. Era muito perito nas linguas franceza e ingleza. O padre Francisco Duarte foi o autor do *Anti-prologo critico e apologetico*, publicado com o nome de Manuel Mendes Moniz, em defeza da grammatica do padre Manuel Alvares.

Duarte *(Ignacio Rodrigues da Costa)*. V. *Costa Duarte.*

Duarte *(Innocencio de Sousa)*. Escriptor. N. no Porto de Moz a 28 de julho de 1819, fal. em Lisboa a 21 de agosto de 1884. Era filho de Januario Duarte, secretario da camara municipal de Estremoz, e de D. Violante Rosa da Porciuncula. Destinando-se á vida ecclesiastica, frequentou as aulas do seminario de Leiria, mas afinal resolveu seguir outra carreira, e saiu do seminario sem ter ainda tomado ordens sacras, sendo pouco depois nomeado sub-delegado do procurador regio, logar que desempenhou com tanta distincção, que da presidencia da relação de Lisboa, e pelas boas informações do juiz da comarca, lhe foi mandado o diploma de advogado provisional, que por muitos annos exerceu na terra da sua naturalidade, e depois no concelho de Mafra, onde veiu a estabelecer-se definitivamente. Foi vereador e presidente da camara municipal de Porto de Moz e de Mafra, procurador á junta geral do districto e administrador do concelho. Vindo a Lisboa, falleceu com uma congestão cerebral. Escreveu: *Relatorio da gerencia da camara municipal de Mafra no anno de 1864, apresentado na sessão de 3 de janeiro de 1865 pelo presidente*, etc., Lisboa, 1865; *Formulario geral dos tabelliães*, Lisboa, 1861; *Formulario geral dos escrivães de primeira instancia*, Lisboa, 1861; *Novissima pratica judicial, ou regimento dos escrivães de primeira instancia*, Porto, 1863; *Manual dos procuradores*, Porto, 1864; *O jury portuguez, manual dos cidadãos jurados*, Porto, 1865; *O homem de Porto de Moz; brevissima resposta a anonymos*, Mafra, 1867; é uma collecção de 37 documentos comprovativos da probidade, intelligencia e bons serviços do autor, prestados na terra da sua naturalidade, para responder com elles a impugnações de adversarios que o haviam doestado em artigos anonymos insertos nos jornaes; *O codigo dos tabelliães, ou manual theorico do notariado portuguez*, Lisboa, 1869; *Synopse dos actos principaes da gerencia da camara municipal de Mafra no biennio de 1868 e 1869, apresentado na sessão de 2 de janeiro de 1870*, Lisboa, 1870; *A mulher na sociedade civil*; *compendio dos seus direitos, obrigações e privilegios, segundo as leis em Portugal, offerecido ás escolas do sexo feminino*, Lisboa, 1870; *Arestos; primeira parte das nullidades do processo, manual dos juizes, delegados e empregados judiciaes, contendo a doutrina e decisões do supremo tribunal de justiça e legislação patria, ácerca das nullidades do processo até o fim de 1870*, Lisboa, 1871; *Manual pratico dos novos juizes ordinarios e seus escrivães, segundo a lei de 16 de abril de 1874, com o formulario e tabellas*, Lisboa, 1875; *O tributo de sangue; manual do processo de recrutamento, segundo a legislação em vigor, dedicado aos reverendos parochos, srs. regedores e chefes das familias das freguezias ruraes*, Lisboa, 1876; *Formulario geral dos novos juizes ordinarios e seus escrivães*, Lisboa, 1875; *Novo manual do processo civil nos tribunaes de primeira instancia*, Lisboa, 1877; *Relatoria do fôro portuguez*, primeiro anno, Lisboa, 1878; *As leis do casamento*, Lisboa, 1878; *Manual novissimo dos regedores e juntas de parochia*, Lisboa, 1878; *O peticionario rural*, Lisboa, 1879; *Manual dos proprietarios*, Lisboa, 1879; *Tratado pratico dos testamentos*, Lisboa, 1880; *Diccionario de direito commercial*, obra dividida em 2 tomos, tratando o primeiro do *commercio terrestre*, e o segundo do *commercio maritimo*.

Duarte *(João)*. Presbytero, natural de Lisboa. Era muito erudito nas noticias historicas e nas disciplinas mathematicas. Pertenceu á Academia dos Singulares, instituida em 1663, onde foi presidente. N'esta academia explicou a estéra terrestre. Escreveu: *Oração que recitou a 20 de janeiro de 1664*, publicada no 1.º tomo das *Memorias* da mesma academia, Lisboa, 1665; *Oração recitada a 22 de janeiro de 1665*, no tomo 2.º das referidas *Memorias*, Lisboa, 1668.

Duarte *(Manuel Ferreira)*. Cirurgião no hospital de S. José. Foi ajudante das enfermarias desde 12 de fevereiro de 1781 até 1789, em que foi nomeado cirurgião do banco. Em 14 de janeiro de 1794 embarcou por ordem da rainha D. Maria I, na fragata *Meduza*, afim de passar ao exercito auxiliar de Hespanha.

Duarte *(Paulo)* Prior da parochial egreja de N. S.ª da Caridade, de Evora; era natural d'esta cidade. Para celebrar a exaltação de el-rei D. João IV ao throno, compoz em 1641, 1 volume de *Poesias diversas*.

Duarte. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Vide Monte, conc. e distr. da Guarda.

Duarte de Bragança *(D.)*. V. *Bragança*.

Duarte Ferrão *(Pedro)*. Inquiridor das causas da Corôa, e membro da Academia dos Singulares, instituida em Lisboa em 1663. Era natural d'esta cidade, onde nasceu em 1637. Foi muito considerado como poeta na referida academia, em cujas *Memorias* se publicaram muitos sonetos sobre diffentes assumptos, outras diversas poesias, e duas *Orações*, uma recitada a 16 de dezembro de 1663 e outra em 19 de outubro de 1664.

Duarte de Montarroyo *(Fernando)*. N. em Proença-a-Nova, e era filho de Christovão Lopes de Montarroyo e de Maria Lopes Themuda. Foi muito applicado á lição de historia profana, e grande investigador dos successos mais memoraveis que aconteceram n'este reino. Escreveu umas *Memorias historicas do tempo d'el-rei D. João III até el-rei D. Sebastião*, que ficaram manuscriptas.

Duarte Pacheco. Ribeira da ilha de S. Miguel. Fica no valle de Furnas, entre Ribeira Grande e Villa Franca do Campo.

Duarte Pedroso. Pequeno porto ao sul da bahia de Memba, na Africa Oriental e a oeste do porto Bocage, offerecendo excellente abrigo. Reconhecido e assim denominado em homenagem ao nosso almirante d'aquelle nome em 1903 pelo commandante da canhoneira *Mandovy*, 1.º tenente Leotte do Rego.

Duarte dos Santos *(João)*. N. no Campo Grande, hoje pertencente á cidade de Lisboa, onde foi prior da egreja dos Santos Reis, e fal. em Braga a 16 de fevereiro de 1737. Em 1694 partiu para o Brazil com o bispo de Pernambuco, D. Fr. Francisco de Lima, da ordem dos carmelitas, e recolheu se á congregação do Oratorio na cidade de Olinda. Regressando depois a Lisboa, parochiou a freguezia dos Anjos. Como fôsse muito perito nos ritos e cerimoniaes ecclesiasticos, o arcebispo de Braga, D. Rodrigo de Moura Telles, o mandou chamar para seu mestre de cerimonias, e em recompensa do zelo e grande competencia com que exerceu este cargo, o mesmo arcebispo o nomeou conego da sé primacial. Escreveu: *Thesouro de cerimonias que contem as missas resadas, e solemnes, assim de festas, como de defuntos, e tambem as da Semana Santa, Natal, com o que toca á sagração dos bispos*, etc. Lisboa, 1697. Esta obra sahiu com o nome de *João Duarte*, e na segunda impressão com o segundo appellido de *Santos*, na qual accrescenta *algumas resoluções modernas*, etc., Braga, 1734.

Duarte de Vasconcellos *(Antonio)*. Poeta, que nasceu em Lisboa em 1670, e fal. em Santarem a 30 d'agosto de 1703. Era filho de André Duarte de Vasconcellos, cavalleiro da ordem de S. Thiago, e de D. Antonia de Andrade Gouveia e Miranda. Escreveu um livro de poesias, que ficou inedito, com o titulo de *Poesias varias*.

Duas Egrejas. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 1:307 hab. e 356 fog. Tem esc. do sexo masc. e está situada n'um valle junto da margem esquerda do rio Neiva. Pertenceu até 1855 ao conc. de Penella, e desde então se conserva no de Villa Verde. Houve aqui um convento da ordem dos Templarios até 1311, e em 1319 passou a ser commenda da ordem de Christo. O poeta Francisco Sá de Miranda foi commendador d'esta freguezia. O ordinario apresentava o reitor por concurso synodal, e tinha réis 200$000 de rendimento. A pov. pertence á 3.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Paredes, distr. e bisp. do Porto; 487 hab. e 127 fog. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada na falda de um monte. O papa, o bispo e o prior dos cruzios do convento da Serra do Pilar, apresentavam alternadamente o abbade, que tinha 500$000 réis de rendimento. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Pov. e freg. do Senhor do Monte, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Miranda do Douro, distr. e bisp. de Bragança; 1:009 hab. e 232 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dist. 8 k. da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 600$000 réis de rendimento. E' terra feia e bastante accidentada, mas fertil e saudavel. Cria muito gado. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de Santo Adrião, da prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr. e bispado. do Porto; 1:017 hab. e 239 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e est. post. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada n'um valle. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. Silvestre, que está reunida desde 1835 á de S. Isidro, de Romariz. Duas Egrejas era uma aldeia da freg. de S. Jorge de Caldelias, hoje Caldas de S. Jorge, depois passou a ser curato, e o abbade de S. Jorge apresentava o cura que tinha 20$000 réis e o pé d'altar. A terra está situada n'um alto e é fertil. || Pov. na freg. de S. André, de Ferreira de Aves, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Duas peças. V. *Dobra de oito escudos*.

Duas Irmãs. Roça na Ilha do Principe, Africa Occidental. || Roça na ilha de S. Thomé.

Duas Ribeiras. Ilha Terceira. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Regatos, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Duas tangas. Moeda de cobre cunhada na India no vice-reinado de Saldanha e Albuquerque (1758 a 1765). Parece que tambem a houve de prata no vice-reinado de D. Jeronymo de Azevedo (1612 a 1617).

Dubata. Pov. da prov. de Pondá, 3.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. das Ilhas, arceb. de Gôa, India. Está situada na margem direita do rio Rachol.

Dubraz *(João Francisco)*. Professor de latim e de francez. N. em Campo Maior a 20 de janeiro de 1818. Dedicou se ao commercio, e alguns annos esteve estabelecido na terra da sua naturalidade. Deixou depois essa vida, para se dedicar ao

estudo e ao professorado. Foi a um concurso para as cadeiras de latim e francez, de Campo Maior, e sendo approvado foi n'ellas provido. Foi tambem advogado provisional. Escreveu: *Achmet*, conto de fadas, fundado em letras patrias, Lisboa, 1852; *Recordações dos ultimos quarenta annos; esboços humoristicos descripções, narrativas historicas, e memorias contemporaneas*, Lisboa, 1868; 2.ª edição correcta e augmentada, 1869; *A republica e a iberia* (palavras francas), Lisboa, 1869; *Cinco finados illustres (autopsias e commemorações)*, Lisboa, 1869; *O aventureiro francez*, Lisboa, 1869. Collaborou nos seguintes jornaes: *Farol, Transtagano, Voz do Alemtejo, Democracia pacifica*, etc.

Ducado. Terras que fórmam o dominio de um duque; estado cujo soberano tem o titulo de duque. Em 1759 havia em Portugal quatro ducados, que eram os de Bragança, Cadaval, Lafões (ou Alafões), e Aveiro. Depois de 1834 fôram creados os duques da Terceira, de Saldanha, de Loulé, e de Palmella, mas não tiveram ducados.

Ducado. Assim se designavam algumas moedas de ouro, cunhadas em diversos estados christãos, e cujo peso se aproximava muito de uma oitava. Tambem havia ducados de prata, com valor muito differente. O de Hollanda era de ouro e valia 1880 réis, o de Napoles era de prata e valia 700 réis, o de Genova, de ouro, valia 1815 réis, o de Veneza, tambem de prata, valia 640 réis. O *ducado* hespanhol era uma moeda imaginaria, que servia para todo o genero de contratos, e valia 11 reaes e um maravedi ou réis 441 $^3/_{20}$.

Ducado. Dignidade de duque (V. *este titulo*). Territorio ou Estado que dá ao senhorio o titulo de duque.

Ducatão. Antiga moeda de ouro, mandada lavrar por D. Sebastião. O seu valor era de reaes, 30:000 e 40:000. E' ao padre fr. Manuel dos Santos, na sua *Historia Sebastica*, pag. 488, que se deve a primeira noticia d'esta moeda, que Aragão diz ser confusão com uma medalha, que se póde vêr reproduzida por Lopes Fernandes na sua *Memoria*, pag. 10, mas tambem este julgou ter existido tal moeda. Sousa, na *Historia Genealogica*, e Viterbo, no *Elucidario*, egualmente se louvaram na noticia de fr. Manuel dos Santos. A boa razão nega-se a acreditar na cunhagem de uma moeda de ouro, em tal epoca, tendo dez vezes o peso e o valor da mais valiosa das moedas dos dois reinados anteriores — os *portuguezes*.

Ducco. Pov. do conc. de Fungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Dudadda. Pov. da prov. de Embarbacem, 3.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India.

Dudol. Povoação da circumscripção de Calém, no commando militar e concelho de Sanguém, districto de Gôa, na India.

Dudoni. Pov. da praganã de Calounu-Pa-Cary, no distr. e com. de Damão, prov. e arceb. de Gôa, India. ‖ Pov. da praganã de Nagar-Avely, no distr. e com. de Damão, prov. e arceb. de Gôa, India. Actualmente esta aldeia pertence á divisão de Uply-Pahw, ao sul do rio Sandalcalo, no conc. de Nagar-Avely, do referido distr. de Damão, na India.

Dudsagor. Celebre catadupa situada na pov. de Sonal, no bairro ou torofo de Calém, distr. de Embarbacem, Novas Conquistas, prov. de Gôa, India. Precipita-se no ribeiro Negro d'uma altura de 165^m e a sua agua é tão fria no inverno como no verão.

Dudu. Moeda de conta na India, usada pelos nativos; 2 $^1/_2$ *dudu* ou *durú* equivaliam a um *donolody* que valia 1 real e meio do Gôa.

Dueça. Rio da prov. da Beira Alta, que nasce a N E do Espinhal, rega Miranda e Corvo, e entra na margem esquerda do Ceira, entrando ambos no Mondego em frente de Coimbra, com um curso de 80 kilometros.

Duegi. Pov. do conc. do Duque de Bragança, distr. de Lunda, prov. de Angola.

Dufau *(Pedro)*. Cirurgião francez, que foi chamado em 1750 para reger a cadeira de anatomia, que fôra novamente creada no hospital real de Todos os Santos, cuja regencia começou em 2 de março do referido anno. Tinha o ordenado de 200$000 réis e casas, e em 29 de abril de 1758 teve augmento de mais 40$000 réis. Foi jubilado por decreto de 25 de junho de 1764 com o ordenado por inteiro. Fal. em 1806. Durante 16 annos fôra cirurgião militar na Hungria, e depois em Vienna d'Austria, onde travou conhecimento com o marquez de Pombal, que mais tarde o chamou ao reino, para substituir o medico italiano, lente de anatomia, Bernardo Santucci, que tinha fallecido. Escreveu: *Tratado de osteologia*, Lisboa, 1750; os exemplares impressos d'esta obra, segundo se diz, fôram quasi todos consumidos no incendio que se seguiu ao terremoto de 1 de novembro de 1755; *Exposição de anatomia, pelo que respeita aos ossos e musculos*, Lisboa, 1761; *Breve e compendiosa dissertação anatomica pelo que respeita aos ossos do corpo humano*, Lisboa, 1750.

Dugny. Moeda da India, quarto de *atiá* de Diu. V. *Atiá*.

Dulac *(Antonio Maximino)*. Official da secretaria do reino. N. em França a 24 de junho de 1768, fal. em Lisboa a 5 de janeiro de 1850. Veiu para Portugal, e foi nomeado official da secretaria do reino em 1794, e só cinco annos depois, em 1799, é que se naturalisou portuguez. Conservou-se n'aquelle emprego atravez de todas as peripecias politicas da primeira parte do seculo passado, até que falleceu de repente. Escreveu: *Vozes dos leaes portuguezes, ou fiel ecco de suas acclamações á Religião, a El-Rei e ás Côrtes d'estes reinos*, Lisboa, 1820, 2 tomos; esta obra contém grande copia de factos estatisticos importantes; *Aviso para se juntar á obra «Vozes dos leaes portuguezes»*, Lisboa, 1826; *Exame comparativo do estado actual de Portugal*, etc., Lisboa, 1827; *Genuina exposição do tremendo marasmo politico em que caiu Portugal, com desenganada indicação dos unicos remedios apropriados á sua cura radical*, Lisboa, 1834, 2 tomos.

Dulce *(D.)*. Rainha de Portugal pelo seu casamento com D. Sancho I. Nasceu depois do anno de 1152, e fal. em Coimbra em 1198, e foi enterrada na egreja do convento de Santa Cruz. Era filha do conde de Barcelona D. Raymundo de Berenger ou Berenguer, depois rei de Aragão, por ter casado com a princeza D. Petronilha, filha do rei D. Ramiro II. D. Sancho casou em 1175, dez annos antes da morte de seu pae, D. Affonso Henriques, realisada em 6 de dezembro de 1185, e n'esta data foi acclamado rei de Portugal. D. Dulce, segundo asseveram os mais autorisados chronistas, não quiz nunca intervir nos

negocios do Estado. Dedicando-se exclusivamente aos assumptos domesticos, foi mãe carinhosa e esposa exemplar. Teve 11 filhos: D. Affonso, que foi depois rei D. Affonso II; D. Pedro, D. Fernando, D. Henrique e D. Raymundo; e as infantas D. Thereza, que casou com o rei D. Affonso IX, de Leão, a qual foi separada de seu marido por intimação do papa Celestino III; D. Sancha que foi religiosa do convento de Lorvão, e fundadora do primeiro convento da ordem franciscana que teve Portugal; D. Constança, D. Mafalda, que casou com o rei D. Henrique I, de Castella, e sendo separada do marido, voltou a Portugal e se recolheu no convento de Arouca; D. Branca e D. Berengaria, que foi rainha de Dinamarca, por ter casado com o rei Waldemar II. D. Thereza e D. Sancha fôram beatificadas.

Dumacém. Regedoria do concelho de Sanquelim, districto de Gôa, na India, comprehendendo a povoação de Mencurém.

Dumba. Pov. da prov. e bisp. de Angola. Está situada entre o rio Loando, confluente da margem direita do Cuanza, e o Cuanza, no territorio do Songo Grande. ‖ Pov. do territorio do Huambo, no distr. e com. de Benguella, prov. e bisp. de Angola. Está situada em terreno baixo, 70 k. ao S do presidio do Bié.

Dumba Caleanda. Pov. do territorio do Bailundo, no distr e com. de Benguella, prov. e bisp. de Angola. Está situada a E do presidio do Bailundo, a cerca de 70 k., e assente em terreno montanhoso.

Dumbi. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. ‖ Pov. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Dumbi-hialla. Pov. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Dumbo. Pov. situada ao N do territorio de Galangue, no distr. e com. de Benguella, prov. e bisp. de Angola. Fica a 115 k. ao SE do presidio do Bié, e a 240 ao NE do de Caconda. Corre-lhe proximo um pequeno confluente na margem esquerda do Cuanza. ‖ Pov. do conc. de Cambambe, no distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola. Está situada na margem direita do rio Cuanza, entre os presidios de Cambambe a O e Pungo Andongo a E, distando 46 k. do primeiro e cerca de 32 do segundo.

Dumbuije. Confluente da margem esquerda do rio Cuanza, no conc. de Pungo-Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola. Nasce no sertão de Catanga, e vae desaguar no Cuanza pouco abaixo da prov. de Malengue. Parece ter cerca de 80 k. de curso.

Dumdortá. Pov. da praganã de Calounu-Pa-Cary, no distr. e com de Damão, prov. e arceb. de Gôa, India.

Dume. Pov. e freg de S. Martinho, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 1:766 hab e 406 fog Tem escolas para ambos os sexos. A pov. dista 3 k da séde do conc. e está situada a distancia aproximadamente egual da margem direita do rio Cávado. Teve antigamente um convento de religiosas da ordem de S. Bento, mandado fundar por Theodomiro rei dos suevos, em 566, a instancias de S. Martinho, bispo de Tours, que era monge de S. Bento. Prégou a fé christã na côrte sueva de Braga, convertendo o rei Theodomiro e seu filho, o principe Ariamiro, e foi o seu primeiro capellão-mór. Fal. em 580, sobre cinza e coberto de cilicios. Foi sepultado no seu convento de Dume, e trasladado para a sé de Braga em 1606. Era o mais sabio e virtuoso prelado da sua epoca. Esta pov. é celebre pelas suas tradições historicas. Varias tradições romanas, de que fala Hübner, attestam a florescencia de Dume no tempo do imperio romano, e não faltam vestigios e documentos que confirmem a sua importancia no tempo do dominio dos suevos, que, ao que se diz, ali tiveram côrte por largos annos Alguns autores pretendem que Dume foi cidade episcopal, e outros não se conformam. No *Portugal antigo e moderno*, vol. II pag. 490 e seguintes, Pinho Leal discute as razões a favor e contra, e concluindo por sua parte contra a existencia da cidade episcopal de Dume, explica a tradição pelos privilegios que ao prelado do mosteiro houvesse conferido o rei suevo Theodomiro. Considera facil e de boa fé o engano dos escriptores que querem que Dume tivesse sido outr'ora bispado, porque n'aquelle tempo, em que pouco se escrevia e que quasi todos os factos passavam por tradição d'umas a outras gerações, adulterando se progressivamente, nada mais facil do que os chronistas cairem em taes enganos, e por tres motivos: 1.º porque os abbades benedictinos eram mitrados e conferiam ordens; como o abbade de Dume tinha mitra, logo era bispo; 2.º S. Martinho era abbade de Dume, e portanto podia designar se (como de facto se designava), por S. Martinho de Dume ou Dumiense; podia ser feito bispo de qualquer parte e nomear-se *o bispo de Martinho Dumiense;* 3.º porque a palavra *prelado* tanto designa o bispo como o abbade ou superior d'uma ordem religiosa. O padre Jeronymo Contador Argote, no tomo II das suas *Memorias*, tambem trata desenvolvidamente d'este assumpto. D. João II, D. Manuel e seu filho, o infante D. Luiz, fôram a Dume de proposito visitar o tumulo do santo varão. Dume, segundo está averiguado, é de remota antiguidade, teve grande importancia no tempo dos romanos e dos suevos, e ali existiu um convento de religiosos benedictinos onde esteve S. Martinho. Pinho Leal ainda accrescenta, que se a egreja foi cathedral ou teve essa categoria, gozou de tal honra apenas provisoriamente, sendo S. Martinho o seu unico bispo. Onde se edificou o mosteiro de Dume, já havia uma povoação romana, da qual tem apparecido vestigios. Em 1737, quando se procedeu á reedificação da egreja de S. Martinho de Dume, situada proximo d'onde antigamente estava a torre capitolina, acharam-se ruinas d'um sumptuoso edificio romano, varias lapides com inscripções, apparecendo tambem um tumulo de marmore branco, tendo na tampa uma rosa ou uma corôa. Continha ossos humanos com a cabeça incorrupta. Parecia ser já o tumulo d'algum christão Em 1862, fazendo se excavações n'uma quinta, appareceram columnas, dinheiro e varias armas e utensilios de guerra, usados pelos romanos. bastantes sepulturas, e algumas d'ellas ainda com ossadas humanas. A camara ecclesiastica de Braga apresentava o prior de Dume, que tinha 250$000 réis de rendimento. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8 com a séde em Braga.

Dumenggodó. Nome do candi ou estrada que na prov. de Pondá, Novas Conquistas, India, vae da capital da prov. a Cuessim, onde se reune á de Supem.

Duna. Collina de areia movediça accumulada pela acção dynamica da atmosphera, junto das praias. Nos valles dos rios Tejo e Sado encontram-se areias soltas a 50 kilom. de distancia do mar. Não se póde fazer uma idéa aproximada do prejuizo causado pela invasão constante das dunas, principalmente em certas regiões do paiz. Ha pontos em que a sua marcha annual está calculada em sete metros. Multiplicando este numero por uma grande extensão da costa ter-se-ha, pouco mais ou menos, o producto do terreno continuamente perdido. Os maiores e mais vastos medões do paiz principiam na foz do rio Liz e estendem-se para o norte até Espinho. O rio Mondego e a serra de Buarcos interrompem este immenso areal em uma extensão de oito kilom. e dividem-se em dois grandes tratos; um ao sul e outro ao norte do Mondego. O primeiro trato, entre o Liz e o Mondego, mede 30 kilom. de comprimento e cerca de 7:620 hectares de superficie. Ha sitios em que a sua maior largura é de 4:000 metros. O segundo trato é muito mais vasto do que o primeiro, pois o seu comprimento desde os palheiros de Quiaios até Esmoriz, mede 66 kilom. A sua largura é muito variavel, medindo ás vezes, como nos Morros e Zorrão, 6 kilom., ao passo que em outros sitios tem apenas dezenas de metros. A sua superficie, que é muito irregular, é de 29:480 hectares aproximadamente. Acha-se cortado em diversa secções por alguns regatos e ramificações da ria de Aveiro, formando assim divisorias naturaes. A superficie que as dunas occupam entre o Mondego e o Liz é de 7:620 hectares; entre Quiaios e Espinho a superficie é de 29:480, sendo o total de 37:000 hectares. A arborisação das dunas é o unico meio de as deter e fixar. Até 1891 fez o Estado importantes sementeiras de pinheiros maritimos e mansos, mas os mais empregados fôram os primeiros nas dunas entre os rios Tejo e Douro. Os pinheiros mansos conveem só no Alemtejo e Algarve, pelos excessos de calor e seccura d'estas regiões. Entre os rios Douro e Minho as dunas perdem de importancia e são de pequena largura. Nota-se uma circumstancia curiosa n'esta região, é que os pinheiros situados a pouca distancia do mar, a 100 metros por exemplo, desenvolvem-se e medram excellentemente, ao passo que em Leiria e Pedrogam, os pinheiros ainda a 300 metros, apresentam um desenvolvimento rachitico. Este phenomeno é devido, sem duvida, á acção dos ventos: as nortadas dominam no litoral sul e medio do reino. No litoral do Algarve entre o rio Guadiana e o cabo de S. Vicente, ha algumas dunas de pouca importancia; a unica que póde merecer alguma importancia é a que está junta á foz d'este rio. Occupa o logar d'um pinhal que foi mandado semear pelo marquez de Pombal. O pinhal foi arrazado e as areias acham-se em liberdade prejudicando a foz do rio. A 20 kilom. para o norte do cabo de S. Vicente encontram se dunas n'um logar chamado Carrapateira, as quas pertencem a antigas praias que se elevaram. D'aqui até á foz do Sado existem dunas em differentes pontos, sendo as mais consideraveis as do Cabo Sines, á foz do mesmo rio. Outra tambem importante está junto á foz do rio Mira, proximo de Villa Nova de Milfontes. Esta duna, que deve ter 15 metros d'altura, está na margem direita com a sua escarpa de grande inclinação sobre o rio e portanto as areias impellidas pelo vento chegam ao maximo da altura e escorregam pela escarpa para dentro do rio, que as arrasta para um banco, que, quando está a descoberto, fornece o elemento para a renovação da duna. Entre o cabo Espichel e a foz do Tejo ha dunas junto da Lagôa de Albufeira, da Fonte da Pipa e na costa de Caparica. Proximo do cabo Carvoeiro, nos terrenos ao norte de Peniche, ha uma lingueta de terra formada de dunas que attingem a altura de 129 metros acima do nivel do mar. N'este logar fizeram-se trabalhos importantes de sementeiras para evitar a invasão das areias. || *Bibliographia:* Relatorios ácerca da arborisação geral do paiz de 1868, 1886 e 1887, no *Boletim da Direcção da Agricultura*, 1889.

Duncolim. Povoação da freguezia de Seraulim, no concelho de Salsete, na India.

Dundas River. Nome por que os inglezes designam o rio Lourenço Marques, no distr. d'este nome, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Dundo ou Cacongo. Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola.

Dundortà. Aldeia ao norte do rio Sandalcalo, da regedoria de Nossa Senhora do Mar, no concelho e districto de Damão, arceb. de Gôa, na India.

Dundulle. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Duprat *(Alfredo Duprat, 1.º visconde de).* Diplomata illustre, 1.º tenente de artilharia nacional de Lisboa, consul geral de primeira classe, de Portugal em Londres, tendo anteriormente servido de vogal e commissario, por parte de Portugal, na commissão mixta portugueza e britannica, estabelecida na cidade do Cabo da Boa Esperança, para julgar dos aprisionamentos effectuados para reprimir o trafico da escravatura, em cumprimento do tratado celebrado com a Grã-Bretanha em 1842; consul de Portugal na cidade do Cabo da Boa Esperança, exercendo provisoriamente na mesma cidade com autorisação do governo portuguez, os consulados de França, Italia, e Belgica; encarregado dos negocios de Portugal perante os presidentes das republicas da Africa Austral, e Estado Livre do Rio Orange, com os quaes negociara tratados de commercio e amizade, assignando-os em seguida, na qualidade de ministro plenipotenciario por parte de Portugal; addido honorario de legação, junto á Legação de Sua Magestade Fidelissima em Londres, official da Instrucção Publica em França, cujo diploma tem a data de 27 de julho de 1879; membro da Real Sociedade Geographica de Londres, etc. N. em Lisboa a 21 de julho de 1810, fal. em Kensington, nos suburbios de Londres, em 24 de agosto de 1881 Era filho de Sebastião Duprat, negociante de grosso trato da praça commercial de Lisboa, e de sua mulher, D. Anna Octavia Duprat. Alfredo Duprat tornou-se muito estimado nos salões de Londres, tanto pela sua illustração, como pelos dotes musicaes, porque era um pianista e um cantor distincto. Antes de começar a sua carreira diplomatica tomava parte nas reuniões do conde de Farrobo; cantou no theatro das Larangeiras, pertencente áquelle fidalgo, diversas operas. como *O duque de Olona*, de Auber, a 26 de fevereiro de 1843, e desempenhou a parte de tenor comico do *Olivo e Pascoal*, de Donizetti, que se cantou no referido

theatro no carnaval de 1836. Foi agraciado com o titulo de visconde de Duprat por decreto de 12 de junho de 1870. Casou em 1831 com D. Maria Borges da Silva, que falleceu em 1835, filha de Francisco Antonio Borges da Silva, proprietario, negociante de grosso trato, e capitalista na praça commercial de Lisboa. Passou a segundas nupcias, na cidade do Cabo da Esperança, em 14 de abril de 1849, com Miss Anna Luiza Ebden, filha do *honorable* Mr. Ebden, proprietario, membro do conselho legislativo da cidade do Cabo da Boa Esperança. Do primeiro matrimonio nasceu D. Palmira Duprat, tambem pianista distincta, que casou com o notavel amador de musica, Manuel Antonio Borges da Silva. Do segundo matrimonio nasceu D. Antonieta Ebden Duprat, que casou com Mr. Jorge Davis Fosseville, proprietario na Nova Zelandia, subdito inglez. O visconde de Duprat era commendador das ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição, e condecorado com as medalhas das campanhas da Liberdade, algarismo 1. Tinha mais as seguintes honras: official da ordem de S. Mauricio e S. Lazaro, da Sardenha; cavalleiro das ordens da Legião de Honra, de França, e de Leopoldo da Belgica; habilitado *Bachelier ès lettres* pela Universidade de Paris. O seu brazão d'armas é um escudo partido em pala; na primeira, o campo de ouro cortado por uma faxa de negro, tendo na parte superior duas folhas de trêvo de côr verde escura, e na parte inferior do campo uma folha egual formando roquete; na segunda pala, o campo de arminho cortado por cinco lisonjas de purpura apontadas.

Duprat *(Armando)*. Proprietario, irmão do visconde de Duprat, e filho de Sebastião Duprat e de D. Anna Octavia Duprat. Tambem era cantor distincto, e tomou parte nas recitas realisadas no theatro das Larangeiras, do conde do Farrobo, e em muitos concertos, de diversas academias. Casou D. Emilia Pires, filha de Henrique José Pires, negociante de grosso trato da praça commercial de Lisboa, capitalista e abastado proprietario, e de sua mulher, D. Sebastiana Xavier Pires. Armando Duprat falleceu sem deixar descendencia, e sua viuva passou a segundas nupcias com seu primo Alfredo d'Oliveira Pires, sendo ambos já hoje fallecidos.

Duprat *(Pedro)*. Fidalgo escudeiro da Casa Real; reposteiro da Camara de Numero, por alvará de 16 de março de 1785; negociante matriculado perante a Junta do Commercio, Fabricas e Navegação, como exercendo a profissão mercantil na praça commercial de Lisboa. N. em Greuade, França, mas naturalisou-se como cidadão portuguez. Era filho de Luiz Duprat, e casado com D. Joanna Thereza Nobre. D'este matrimonio houve dois filhos: Sebastião Duprat, (V. *o artigo seguinte*), e Luiz Duprat, nascido em Lisboa, a 17 de fevereiro de 1801, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, e que exerceu a advocacia nos auditorios de Lisboa. No anno de 1837 foi um dos fundadores da Sociedade de Conhecimentos Uteis, que creou o *Panorama*, exercendo n'esta sociedade o cargo de presidente. Falleceu em 28 de janeiro de 1843. Luiz Duprat regressou a Lisboa em 1822, vindo do Rio de Janeiro, onde se havia salientado como tribuno fervoroso, tomando parte nos tumultos d'aquella cidade em 1821.

Duprat *(Sebastião)*. Negociante de grosso trato da praça commercial de Lisboa, matriculado perante a Junta do Commercio, Fabricas e Navegação, proprietario no districto de Lisboa. Nasceu n'esta cidade a 19 de abril de 1782, onde tambem falleceu com 87 annos de edade, em 30 de junho do anno de 1869. Era filho de Pedro Duprat, e de sua mulher, D. Joanna Thereza Nobre. Sebastião Duprat foi um apreciado violinista amador, e o seu nome figura no *Essai statistique* de Balbi, entre os dos instrumentistas notaveis de 1822. Tambem se encontra na relação dos amadores que, dirigidos por Bomtempo, tomaram parte nas exequias de D. Maria I em 1822, assim como na relação da orchestra que abrilhantou a festa com que as Côrtes inauguraram o retrato de D. João VI na sessão de 13 de maio de 1823, festa que foi descripta n'um folheto, que se publicou, o qual tem o titulo de: *Descripção da Pomposa Inauguração da Regia Efigie de Sua Magestade, na Sala da Camara Constitucional de Lisboa, em o faustissimo dia 13 de maio de 1823.* N'esta descripção menciona os preparativos, ornamentações, etc., e os nomes de todos os amadores de musica que tomaram parte, accrescentando que «pelas cinco e meia da tarde, estando preenchidos os logares da respeitavel Assembléa, rompeu uma symphonia, optimamente executada pelos cidadãos curiosos.» O brilho que os amadores de musica prestaram ás Côrtes de 1823, não deixaria de ficar apontado pela reacção, por isso quando esta triumphou, Sebastião Duprat naturalisou-se francez para se livrar d'algum compromettimento. No entretanto continuou por muitos annos a ser um dos principaes violinistas em todas as orchestras de amadores e frequentemente brilhou nas academias como solista. Casou com D. Anna Octavia Martin, filha do negociante francez Mr. Martin, e foi o successor da casa commercial do seu sogro, situada ao Rocio, hoje praça de D. Pedro. Do seu casamento houve dois filhos e uma filha: O visconde de Duprat e Armando Duprat (V. *estes nomes)*, e D. Josephina Clarisse Duprat, nascida em 1808, que foi uma distincta harpista, brilhando em numerosos concertos das academias, e nas reuniões do conde do Farrobo, no celebre theatro das Larangeiras. Era tambem cantora, tomando parte nos coros das operas que se executavam no referido theatro. Falleceu em 26 de abril 1895. Fôra casada com Antonio Joaquim de Oliveira, negociante de grosso trato da praça commercial de Lisboa, abastado proprietario, capitalista e armador de navios exclusivamente seus; director do Banco de Lisboa, vogal do conselho do Commercio no ministerio das Obras Publicas, consul das republicas do Chili e do Equador, vice-consul de Oldemburgo em Lisboa. D'este consorcio nasceu a s.ª D. Josephina Clarisse d'Oliveira, que casou em primeiras nupcias a 27 de fevereiro de 1861 com o 2.º visconde de Loures, Angelo Francisco Carneiro, que falleceu em 10 de novembro de 1870, e passou a segundas nupcias em 18 de novembro de 1871 com o 2.º visconde de Valmôr, Fausto de Queiroz Guedes, tambem já fallecido.

Duque. E' o titulo de nobreza mais elevado de todos os que existem em Portugal. No tempo dos romanos eram os capitães generaes dos exercitos, derivando-se este nome da palavra *Dux*, que quer dizer *guia do exercito*. Os primeiros que inventa-

ram esta dignidade em Italia, fôram os lombardos, quando a investiram com um poderoso exercito. Os imperadores de Roma a continuaram, fazendo duques com jurisdicção, que para defeza de suas terras assistiam nas fronteiras dos inimigos, aos quaes, para que melhor os servissem, honravam tanto, e davam privilegios tão grandes que batiam moeda, e d'elles se derivou o nome aos *ducados*, como aos *reaes* dos reis. Não tinham, porém, n'estes principios mais senhorio, nem vassallagem, que o cargo, titulo e governo da guerra. Os reis godos de Hespanha, que, em tudo o que puderam, fôram emulos da grandeza de Roma, tambem crearam os *duces*, e os tiveram em Cartagena, Cantabria, Merida e Narbona; em tempo de Eduardo, rei godo, governava Claudio a Lusitania com o titulo de duque. Os *duces* eram os governadores das fronteiras, encarregando se do governo civil, do commando das tropas, da arrecadação dos impostos e da administração da justiça. Este titulo já se havia generalisa o, além da Italia, em Allemanha, França e Inglaterra, sendo, porém, concedido pelos soberanos d'esses paizes sómente aos membros de suas familias, e em suas vidas, ou aos mais ricos e illustres vassallos da Corôa. Fernão Mexia, no seu *Nobiliario*, conta da seguinte fórma as cerimonias a que se procedia, na eleição de algum duque: «vinha o eleito onde estava o rei, trazendo deante de si os reis de armas com uma maça, a qual elle tomava, e a dava ao novo duque, que a levava deante vestido de roupas ricas; chegando assim á capella ouviam missa, e n'ella, recebida a benção do Evangelho, levantava-se, e vinha dar a paz a el-rei e á rainha com a sua maça deante. Dita a missa, o sacerdote que lhe dava a benção, dizendo: «*Deus te dê sizo e entendimento, que sejas guia de teu Rei, senhor natural. Amen.* E apoz isto lhe dizia el-rei: *E a guiai duque de* (nomeando o nome do Estado) E acabada esta cerimonia ficava duque» Em Portugal foi o titulo de duque introduzido por D. João I. Ao regressar da tomada de Ceuta, este monarcha o concedeu a seus filhos, os infantes D. Pedro e D. Henrique, fazendo-o primeiro duque de Coimbra e o segundo duque de Vizeu. A D. Pedro succedeu seu filho D João, que foi o segundo e ultimo duque de Coimbra. Mais tarde, D. João II renovou este titulo na pessoa de seu filho natural, D. Jorge, só em sua vida. O ducado de Vizeu tambem ficou extincto pela morte do infante D Henrique, sem deixar successão. Este titulo foi depois concedido ao infante D. Fernando, sobrinho e filho adoptivo e herdeiro de D. Henrique; seu filho primogenito, chamado D. João, foi o 3.º duque, herdando o titulo seu irmão D. Diogo, que D. João II matou em Setubal no anno 1484. O titulo ficou para sempre extincto. O terceiro duque foi o de Bragança, titulo dado em 1442 a D. Affonso, conde de Barcellos e d'Ourem, filho natural de D. João I. E' a Casa de Bragança reinante desde 1640, em que foi acclamado o 8.º duque, D. João II no ducado, e D. João IV, de Portugal (V. *Bragança*). D. Affonso V creou duque de Beja, em 1452, seu irmão, o infante D Fernando, e D. João II concedeu depois este titulo a D. Manuel, irmão do duque de Vizeu, sendo mais tarde acclamado rei de Portugal. (V. *Beja, duques de*). D. Affonso V fez duque de Guimarães a D. Fernando, que já era conde d'este titulo, que foi depois o duque de Bragança D. Fernando II. D. Manuel confirmava n'este titulo a D. Jayme, 4.º duque de Bragança, que, com autorisação regia, fez doação do ducado a sua filha D. Izabel, quando casou com o infante D. Duarte, filho d'el-rei D. Manuel. Foi este infante o 3.º duque de Guimarães, sendo o 4.º um seu filho, chamado D. Duarte, que morreu sem tomar estado. D. Filippe III, em 1638, deu o titulo e senhorios do ducado de Guimarães ao duque de Bragança D. João, e quando este subiu ao throno, ficou o ducado incorporado na Corôa. D. João III fez duque de Trancoso seu irmão, o infante D. Fernando, quando casou com D. Guiomar Coutinho, filha e herdeira do 4.º conde de Marialva, D Francisco Coutinho. Como não houve geração, ficou o titulo extincto. O mesmo soberano, em 15 0 concedeu tambem a seu irmão D. Fernando o ducado da Guarda, que foi o unico duque d'este titulo. Em 1547 deu o titulo de duque d'Aveiro a D. João de Lencastre, marquez de Torres Novas, e filho do duque de Coimbra D. Jorge de Lencastre. O ducado d'Aveiro terminou com o 8.º duque, D. José de Mascarenhas, suppliciado em Belem, em janeiro de 1759, pelo attentado contra el-rei D José (V. *Aveiro*). El-rei D Sebastião fez duque de Barcellos, em 1562, a D. João, filho primogenito do duque de Bragança D. Theodosio I, ficando este titulo privativo dos primogenitos dos referidos fidalgos. A Casa Real ainda conserva este titulo (V. *Barcellos*). D Filippe I, de Portugal, creou o ducado de Villa Real, em 1585, na pessoa de D. Manuel de Menezes, filho de D. Pedro de Menezes, marquez do mesmo titulo. D. Filippe III, em 1619, fez duques de Torres Novas os primogenitos dos duques de Aveiro, sendo o 1.º D. Jorge de Lencastre, filho do 3.º duque, e o 2.º e ultimo D. Raymundo de Lencastre, filho do antecedente, e que não querendo reconhecer D. João IV, se retirou a Madrid, onde falleceu. O referido monarcha, em 1620, elevou a duque de Caminha, D. Miguel de Menezes, filho do 1.º duque de Villa Real, e D. João IV, em 1641, concedeu o mesmo titulo a D. Miguel Luiz de Menezes, sobrinho do antecedente. Foi o 2.º e ultimo duque de Caminha, cujo titulo ficou extincto, por aquelle fidalgo ser morto no cadafalso, cumplice d'uma conspiração contra D. João IV (V *Caminha*). Em 26 de abril de 1649, D. João IV, deu o titulo de duque de Cadaval a D. Nuno Alvares Pereira, 4.º marquez de Ferreira e 6.º conde de Tentugal (V. *Cadaval*). D. João V creou em 6 de novembro de 1718, o ducado de Lafões, sendo o 1.º duque, D. Pedro Henrique de Bragança Sousa e Ligne. (V. *este titulo*). D. Anna Catharina Henriqueta de Lorena, filha do 1.º marquez d'Abrantes, D. Rodrigo de Sá Menezes e Almeida, casou com seu tio, D. Rodrigo de Mello, e quando enviuvou, foi nomeada camareira-mór da rainha D. Marianna Victoria, mu-

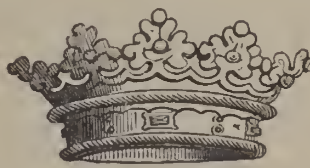

Corôa de duque

lher de D. José I, e agraciada com o titulo de duqueza de Abrantes, por carta regia de 4 de dezembro de 1753. A 2.ª duqueza foi sua filha, D. Maria Margarida de Lorena, que depois de enviuvar, do 2.º marquez d'Abrantes, D. Joaquim de Sá Menezes e Almeida, com quem casara, tambem recebeu o referido titulo. D. Maria I fez duqueza de Tancos a sua camareira-mór D. Constança Manuel, que era 2.ª marqueza do mesmo titulo. Pelo fallecimento d'esta senhora, ficou extincto o titulo. A mesma soberana agraciou em 1796 com o titulo de duque de Miranda do Corvo a D. José de Bragança, filho do 2.º duque de Lafões, terminando tambem o ducado com a sua morte. Em 1812 o principe regente D. João, estando a côrte no Brazil deu o titulo de duque da Victoria ao general inglez Arthur Wellesley, duque de Wellington. Em 1832, D. Pedro IV, para recompensar os serviços prestados á causa da liberdade, elevou a duque da Terceira o conde de Villa Flôr. Em 4 de abril de 1833 foi decretado que ao segundo filho da rainha D. Maria II fôsse dado o titulo de duque do Porto; o 1.º foi o fallecido monarcha D. Luiz I. Em 4 de abril de 1833 teve o titulo de duque do Faial o estadista marquez de Palmella, e a 3 de junho seguinte, a pedido do agraciado, foi mudado o titulo no de duque de Palmella. Em 1836, D. Maria II elevou a duqueza de Ficalho a sua camareira-mór, D. Eugenia d'Almeida, que era marqueza do mesmo titulo. Em novembro 1846 foi elevado a duque o general marquez de Saldanha. Em 1862, por occasião do casamento d'el rei D. Luiz, foi elevado a duque o marquez de Loulé, pae do actual duque d'este titulo. Em 14 de março de 1878 foi feito duque d'Avila e Bolama o marquez do mesmo titulo. A 19 de maio de 1886, por occasião do casamento do principe real, o actual rei Senhor D. Carlos, foi elevado a duque d'Albuquerque o conde de Mesquitella, tio do actual sr. conde d'este titulo. Hoje existem os seguintes ducados: sua alteza o principe senhor D. Luiz Filippe duque de Bragança; sua alteza o infante Senhor D. Affonso, duque do Porto; a sr.ª duqueza de Palmella, D. Maria Luiza Domingues de Salles de Borja de Assis de Paula de Sousa Holstein; o sr. duque de Palmella, Antonio de Sampaio e Pina de Brederode; e o sr. duque de Loulé, Pedro, Agostinho de Mendoça Rolim de Moura Barreto. A insignia do titulo de duque é a chamada corôa ducal, constituida por um circulo de ouro enriquecido de pedras preciosas e sustentando oito grandes florões de folha de aipo. Os duques que são principes, ou de casa principesca, collocam esta corôa sobre um barrete ou coifa de velludo vermelho, terminado por uma pérola, uma borla ou uma cruz. Em 1883 publicou-se uma obra intitulada: *Memorias historico-genealogicas dos duques portuguezes do seculo* XIX, por João Carlos Feo Cardoso de Castello Branco e Torres, e visconde de Sanches de Baena. No vol. x do *Archivo pittoresco*, sob a epigraphe de *Titulos de Nobreza em Portugal*, vem um curioso artigo sobre os ducados do reino, por Ignacio de Vilhena Barbosa, a pag 119, 120, 150, 198 a 250 e 320.

Duque. Pov. na freg. de S. Simão, de Pé da Serra, conc. de Niza, distr. de Portalegre.

Duque de Bragança. Fortaleza situada n'um ilhéo sem nome, que está no meio da bahia de Sal Rei, na ilha da Boa Vista, do archipelago e prov. de Cabo Verde. A fortaleza fica em frente da praia chamada da Chave. || Concelho do distr. da Lunda, prov. de Angola; tem est. postal permutando vales de correio com o reino. Este conc. divide-se nas pov. de Aldeia de Santa Maria, Amaral, Luxillo Mucnga-Cuanza, Samba- Congo-Hari e Sangue Alombe.

Duque de Quina. Pov. do reino do Congo, Africa Occidental, ao N do conc. de Encoge, no distr. de Loanda, prov. de Angola, a E das serras de Bamba.

Duqueza. Mulher do duque, ou fidalga com esse titulo, por nomeação real ou hereditariedade d'elle.

Duquezas. Pov. na freguezia de Santa Maria, de Sobradello da Gama, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Durães *(Raphael Lourenço).* Conego na sé de Gôa, bacharel formado em Direito pontificio pela Universidade de Coimbra, etc. Era natural de Paderne, e falleceu em Gôa. Ordenou-se de presbytero, e foi capellão do arcebispo de Gôa, D. Ignacio de Santa Thereza, que acompanhou para aquelle arcebispado a 19 de abril de 1721. Chegando a Gôa, o arcebispo o nomeou escrivão da camara ecclesiastica, vigario geral, juiz dos residuos, justificações, e depois provisor, exercendo todos estes cargos com a maior competencia, conservando os ainda já depois de ser conego prebendado da cathedral de Gôa. Publicou: *Espelho da confissão traduzido na lingua portugueza, por Manuel de Sousa da italiana, do padre Emerico de Bonis, jesuita*, Lisboa, 1719.

Durando *(D.)* Bispo de Evora, no tempo de D. Affonso III. Na grande lucta que este soberano travou com o alto clero, foi o unico prelado que se conservou fiel ao seu rei. D. Affonso III, quando adoeceu gravemente, chamou o para o seu lado, e prestou nas suas mãos o juramento de obedecer aos mandados da Santa Sé, juramento que sempre se obstinara a recusar. Ministro de D Affonso III confidente da sua politica, D. Durando continuou a ser ministro de seu filho, el-rei D. Diniz, nos primeiros annos do seu reinado, até que falleceu. Morreu em 2 de abril de 1283. Na sé de Evora existe o seu epitaphio, dizendo que a este bispo se deve a edificação, por esmolas, da mesma sé.

Durão. Familia oriunda do reino de Leão. Desde os primeiros tempos da monarchia existem em Portugal pessoas com este appellido. As suas armas são: em campo vermelho com pé de ondas de azul e prata um bastão d'este metal, orla do ouro com tres castellos de negro, tendo alguns ramos na orla em logar dos castellos cabeças de leão de sua côr, orla azul carregada de oito rodas de carretos de ouro.

Durão *(Antonio).* Militar que viveu no seculo XVII, e fazia parte da guarnição da fortaleza de Moçambique, quando D. Estevão de Athaide a defendeu em 1607 contra os hollandezes. Escreveu em hespanhol a seguinte obra: *Cercos de Moçambique defendidos por D Estevam de Ataide, Capitan general y Gobernador de aquella plaça*, Madrid, 1633.

Durão *(Antonio Figueira).* Estudou philosophia e jurisprudencia na Universidade de Coimbra, onde recebeu o logar de licenceado em Direito civil. Era natural de Lisboa e fal. em 1642. Chamavam-lhe *Orpheu do seculo*, por ser poeta consummado na poesia latina. Foi eleito juiz de fóra de

Mourão, partindo depois como ouvidor para o Maranhão, onde falleceu poucos mezes depois d'ali chegar. Na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vem a relação das suas obras em latim exceptuando a seguinte, cujo titulo se encontra no *Diccionario bibliographico*, de Innocencio da Silva, vol. VIII, pag. 150: *Antonii Figueira Duram, lisbonensis, opera omnia*, Lisboa, 1635.

Durão *(José Joaquim)*. Tenor muito afamado, um dos principaes cantores da Patriarchal no principio do seculo XIX. Entrou para a irmandade de Santa Cecilia em 15 de outubro de 1806, e foi d'ella eliminado em 1831. Era filho de outro cantor do mesmo nome.

Durão *(Fr. José de Santa Rita)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, um dos primeiros epicos que honram a nossa litteratura e de que o Brazil tem grande orgulho, autor do poema *Caramurú*, etc. N. em Cata Preta, arraial de N. S.ª da Nazareth do Infeccionado, quatro legoas ao norte da cidade episcopal de Marianna, capital da provincia de Minas Geraes, pelos annos de 1718 a 1720; fal. no collegio de Santo Agostinho, de Coimbra, em 24 de janeiro de 1784. Era filho do capitão-mór Paulo Rodrigues Durão e de D. Anna Garcez de Moraes. Foi estudar instrucção primaria e secundaria nas aulas dos jesuitas do Rio de Janeiro, e quando concluiu esses estudos preparatorios, veiu para Portugal, matriculou-se na faculdade de Theologia, em que se de doutorou em 1758. Professou depois no convento da Graça, de Lisboa, a 12 de outubro de 1738. Em Leiria adquiriu fama de excellente prégador, merecendo grandes elogios o sermão que prégou em acção de graças por ter el-rei D. José escapado á tentativa de regicidio que contra elle se fizera. Ou fôsse porque a fama grangeada pelo orador brazileiro fizesse sombra ao bispo de Leiria, D. João Gomes da Cunha, ou por qualquer outro motivo, o facto é que fr. José de Santa Rita Durão, receoso de perseguições do prelado, saiu de Portugal e passou a Ciudad-Rodrigo, Hespanha, a 6 de janeiro de 1762. Rebentando depois a guerra entre os dois povos da peninsula, fr. José de Santa Rita Durão foi preso por suspeitas de espião, e encerrado no castello de Segovia, onde permaneceu até se celebrar a paz em 1763. Retirou-se então para Italia, em 1764, e estando em Roma, o papa Clemente XIV o nomeou bibliothecario na Livraria Publica Lancisiana, onde se conservou 9 annos. Foi associado dos principaes congressos e academias tanto de historia ecclesiastica como de canones Tendo sido jubilado na referida livraria, e regressando a Portugal em 1771, quando a Universidade de Coimbra acabava de ser reformada, lembrou se de entrar no professorado, sendo animado n'essas idéas pelo bispo D. Francisco de Lemos, reitor e reformador da Universidade. Effectivamente foi a um concurso para uma cadeira de Theologia, e ficou preferido. Em 1778 foi fr. José de Santa Rita Durão quem pronunciou a oração latina de «sapientia», uma das mais notaveis que se recitaram na Universidade, e dizem ser ainda hoje citada com elogio. Parece que foi n'esse tempo que escreveu o seu grande poema *Caramurú*, que veiu imprimir em Lisboa no anno de 1781. O poema foi recebido com indifferença; estava fóra do gosto da epoca; então dominava a Arcadia, inscrevendo na sua bandeira, como divisa, o culto da tradição greco-romana. A imitação dos antigos era a gloria suprema d'esses poetas da Arcadia. Ora o *Caramurú* era uma tentativa n'um genero completamente original; seguia novas sendas, procurava novas fontes de inspiração; os seus heroes tinham um potente cunho nacional. A Arcadia influiu muito para a indifferença com que o poema foi acolhido. Fr José, profundamente desgostoso, rasgou e queimou as poesias que conservava ineditas, o que foi uma irreparavel perda para a litteratura patria. A reacção não tardou, mas o poeta já havia fallecido, e não teve a consolação de assistir ao phrenetico acolhimento que teve depois o seu poema, sendo lido e applaudido com enthusiasmo. A primeira edição, que fôra de 2:000 exemplares, ainda se não esgotara em 1836, mas depois d'essa data teem-se feito numerosas edições. A fama do *Caramurú* atravessou as fronteiras, e o escriptor francez Eugenio de Monglave traduziu o na sua lingua. Almeida Garrett escreveu palavras muito elogiosas a seu respeito, no *Bosquejo da historia da Poesia portugueza*, que vem no tomo I do *Parnaso Lusitano*. Muitos outros escriptores se occupam do poema *Caramurú*, tecendo lhe elogios, como José Maria da Costa e Silva, José Agostinho de Macedo, etc. Como fr. José de Santa Rita Durão inutilisou todos os versos que tinha em manuscripto, só d'elle se conserva impresso o *Caramurú, poema epico do descobrimento do Brazil*; a oração de «sapientia» que tambem já citámos, cujo titulo é o seguinte: *Josephi Duram Theologi Conimbricensis O. E S. A. pro annua studiorum instauratione oratio*, Coimbra, 1774; e uma *Novena de S Gonçalo de Lagos, advogado dos mareantes*, Lisboa, 1781, que saiu sem o nome do autor.

Durão *(Fr. Thomaz)*. Religioso dominicano da ordem dos prégadores, em que muito se distinguiu. Foi prégador de D João III e mestre de seu irmão, o cardeal D Henrique. Escreveu: *Manipulus Curatorum*, traduzido da lingua castelhana, Lisboa, 1523.

Durão. Pov. Na freg. de Santa Maria, de Ribeiros, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Villa fundada muito perto do antigo caminho das caravanas, chamado do Tacuane, no prazo Milange, na Zambezia, Africa Oriental. Tirou o nome do tenente da Armada sr. Portugal Durão, que procedeu ao reconhecimento e occupação d'esses territorios na posse da companhia da Zambezia.

Durbala. Pov. da prov. de Pondá, 3.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com das Ilhas, arceb. de Gôa, na India. Está situada na margem esquerda do rio Rachol.

Durgavarim. Pov. da prov. de Embarbacém, 3.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India.

Duro. Pov. na freg. de S José, de Alqucidão da Serra, conc de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Durrães. Pov. e freg de S. Lourenço, da prov. do Minho, conc. e com de Barcellos, distr. e arcebispado de Braga; 441 hab. e 98 fog. A pov. dista 5 k da séde do conc. e está situada na falda do monte do mesmo nome. Esta freguezia e a de Carvoeiro, que lhe fica contigua, formavam o couto dos frades benedictinos do convento de Carvoeiro, que recebiam os dizimos e eram senhores dos 11 aninhos. O abbade de S. Pedro Fins, de Tamel, apresentava o vigario, que tinha 50$000

réis. Passa aqui o rio Neiva. A terra é fertil e pertence á 3.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. E' apeadeiro no caminho de ferro da linha do Minho, entre as estações de Tamel e Barrozellas.

Durzim. Pov. da prov. de Embarbacém. 3.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India. Está situada ao N da provincia.

Dutorvado. Pov. da prov. de Bally, 4.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India. Está situada ao S. da provincia.

Dutovaddo. Pov. da prov. de Canácona, 4.ª div. das Novas Conquistas, distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India. E' banhada pelo rio Talponá.

Duval Telles *(Antonio Augusto)*. Coronel de engenharia, ajudante de campo d'el-rei senhor D. Carlos, inspector do serviço de engenharia no campo entrincheirado de Lisboa, etc. N. em 26 de março de 1852; fal. em 2 de abril de 1906. Matriculou-se na Escola Polytechnica em 1865, sendo premiado em todas as cadeiras, fazendo o curso de engenharia que completou em 1873 com distincção e premios em todos os annos, sendo classificado em primeiro logar, tanto n'aquella escola como na do Exercito. Assentou praça em 18 de

Antonio Augusto Duval Telles

abril de 1868, foi despachado alferes em 9 de dezembro de 1873, promovido a tenente em 28 de dezembro de 1875, a capitão em 1 de março de 1876, a major em 27 de outubro de 1885, a tenente-coronel em 14 de maio de 1891, e a coronel em 27 de dezembro de 1894. Pertencia ao estado maior da sua arma, e quando falleceu era o n.º 1 para general, em engenharia, e n.º 4, por antiguidade, na escala dos coroneis. Fez serviço em commissão na Escola Pratica de Engenharia, creada em 1880, onde foi adjunto e mais tarde commandante; n'este cargo assignalou-se pelo impulso extraordinario que deu a toda a instrucção das tropas da arma, e no seu tempo de commando attingiu a escola o seu periodo aureo. Desempenhou tambem com a maior distincção os logares de inspector das fortificações de Lisboa para que foi nomeado em 1901, e o de engenheiro do campo entrincheirado, dirigindo as suas importantes obras de fortificação no periodo de maior desenvolvimento Durante muitos annos fez parte da commissão de defeza de Lisboa e da sub-commissão que, presidida por el-rei D. Carlos, sendo ainda principe real, elaborou o projecto para a defeza do porto de Lisboa. Quando em 1890 subiu ao poder o ministerio presidido por Antonio de Serpa, foi convidado para dirigir a pasta da guerra, apezar de se conservar sempre afastado da politica, mas não acceitou aquelle cargo, consentindo sómente em ser nomeado chefe do gabinete d'aquelle estadista, que se viu obrigado a tomar a gerencia d'aquella pasta, encontrando em Duval Telles um leal conselheiro e amigo, devendo-se á sua cooperação a maioria das carreiras de tiro, que hoje existem, e a creação do tiro civil. Desde 1884 que fazia parte da casa militar d'el-rei, como seu ajudante de campo, tendo sido ainda nomeado por el-rei D. Luiz, quando se constituiu a casa militar do principe real. No estrangeiro tambem era muito apreciado, tendo recebido em Londres e em Berlim grandes demonstrações de apreço e amaveis referencias, quando ali esteve; em Londres, acompanhando el-rei, quando principe real, e em Berlim, fazendo parte da missão de que era chefe o coronel Sanches de Castro. Duval Telles fez parte de todas as commissões da Assistencia Nacional aos Tuberculosos, por cujo desenvolvimento muito se interessou, contribuindo para a apropriação do sanatorio de Outão. Era presidente das associações dos Atiradores Civis Portuguezes e do Centro Nacional de Esgrima, de que fôra tambem um dos socios fundadores. Além das commissões que citámos, ainda exerceu as seguintes: da organisação das brigadas de officiaes para procederem ao reconhecimento militar do litoral do continente do reino e das ilhas adjacentes, da creação do fundo permanente da defeza nacional; a transformação da Escola Pratica de Infantaria e Cavallaria em duas escolas independentes para as respectivas armas; o estudo dos typos de espingarda e carabina a adoptar para completar e substituir o armamento dos corpos de infantaria e caçadores a cavallo; a constituição e regulamentação da brigada de instrucção para n'ella prestarem as provas para o posto immediato os coroneis e capitães; a convocação e instrucção para o serviço das praças da primeira reserva de todas as armas do exercito; as instrucções para regular a instrucção dos corpos de infantaria; a reorganisação das guardas municipaes de Lisboa e Porto; a abertura do concurso para o estudo e publicação da historia organica e politica do exercito portuguez desde a sua fundação; a regulamentação dos exercicios de tiro dos individuos da classe civil nas carreiras militares; o estabelecimento e instrucções para o serviço do cordão sanitario; a reorganisação da Escola do Exercito, e muitas outras de menor importancia. El-rei senhor D. Carlos, de quem era intimo e dedicado amigo, e suas magestades as rainhas Senhora D. Amelia e Senhora D. Maria Pia, dedicaram-lhe sempre grande estima e consideração. Exercia o cargo de chefe do estado maior da direcção geral de engenharia, quando falleceu Era escriptor erudito e elegante; dirigiu a *Revista de Engenharia Militar e Civil*, sendo um dos seus mais assiduos collaboradores. Tinha as seguintes honras: Grande official da ordem de S. Bento de Aviz, por serviços distinctos; commendador da mesma ordem, da

de S. Thiago e da de N. S.ª da Conceição; cavalleiro das referidas ordens; as medalhas de ouro de bons serviços, e de prata de comportamento exemplar, e era official de Instrucção Publica de França.

Duzentos réis. V. *Dois tostões.*

Duzentos réis. Moeda de prata para a Africa Oriental, cunhada pelo governador Francisco de Mello de Castro (1750-1757). V. *Meio cruzado.*

Dyoque. Ilhota da costa da Guiné de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situada á entrada do rio Casamansa.

E

Eannes *(Gil).* Celebre navegador portuguez, natural de Lagos, e o primeiro que se atreveu a affrontar os terrores do cabo Bojador. Em 1433 partiu de Sagres com esse intuito, mas voltou para traz, desanimado. O infante D. Henrique, porém, conseguiu que elle se resolvesse a intentar de novo aquella empresa, lembrando-lhe o serviço que faria á patria e á religião se alcançasse dobrar o cabo. O infante tanto o enthusiasmou que Gil Eannes jurou que voltaria tendo dobrado o cabo, ou perderia a vida. Em 1434 partiu novamente, e cumpriu a promessa, regressando admirado do pouco que lhe custara dobrar o cabo. D. Henrique o recebeu com alvoroço e jubilo, logo o armou cavalleiro, e deu-lhe todas as recompensas, com que o seu animo generoso sabia premiar os que bem o serviam. N'esse mesmo anno, Gil Eannes tentou nova viagem ao cabo Bojador, indo acompanhado por Affonso Gonçalves Baldaya, e seguindo para deante, chegaram a um sitio a que déram o nome de Angra dos Ruivos. Mais tarde ainda commandou uma das caravélas da grande expedição emprehendida pelos habitantes de Lagos, mas depois o seu nome desappareceu das chronicas maritimas, ficando até desconhecido o anno em que morreu.

Eannes *(Fr. Gil).* Monge da ordem de S. Bernardo, natural de Coimbra, que viveu no seculo XVI. Professou no collegio de S. Paulo d'esta cidade. Foi muito dedicado ao estudo da theologia moral, e escreveu, pelos annos de 1577, um livro com o titulo de *Summa de vitiis et pecatis*, que ficou inedito, cujo manuscripto se guardava no convento de Alcobaça.

Eannes d'Azurara *(Gomes).* V. *Azurara.*

Eannes Lobato *(Pedro).* Guarda roupa d'el-rei D. Pedro I, desde o tempo d'elle ser infante. Era natural de Santarem. O seu nome acha se assignado no instrumento de testemunhas, que para prova da verdade do casamento de D. Ignez de Castro, D. Pedro mandou publicar em Coimbra no anno de 1360, terceiro do seu reinado. No tempo de D. Fernando, foi Pedro Eannes Lobato nomeado, entre outros fidalgos, para vassallo do conde de Barcellos, D. João Affonso Tello de Menezes, irmão da rainha D. Leonor Telles. Teve por irmãos Estevão e João Eannes Lobato, e com elles veiu ao cerco de Lisboa em 1384, rendendo depois homenagem a D. João, sendo ainda Mestre de Aviz, onde se declara pertencerem a Santarem. Foi armado cavalleiro pelo proprio D. João I antes de começar a batalha d'Aljubarrota, onde se distinguiu pelo seu valor e intrepidez, conservando-se sempre ao lado do condestavel D. Nuno Alvares Pereira, de quem foi companheiro dedicado. Eannes Lobato não só provou o seu merecimento nas armas, como se distinguiu nas letras, offerecendo a el-rei D. Duarte um livro da arte de guerra. Foi provedor da fazenda, por mercê da D. João I, que pelos seus bons serviços lhe deu o rendimento dos banhos da cidade de Lisboa, junto ao chafariz do Rei, nomeando-o seu vassallo, e dando lhe os direitos da Mouraria na mesma cidade. Fal. já muito velho em Lisboa, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento.

Ebros. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, conc de Tavira, distr. de Faro.

Ebuco e E'bulo. Duas povoações do conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola.

Eburobriga. Antiga cidade da Lusitania, na actual provincia da Estremadura. Era a Eburobritium dos romanos Querem alguns que seja hoje a villa d'Evora d'Alcobaça, e outros que seja uma aldeia chamada Ramalheira, proximo da villa d'Alfeizerão. Eburobriga foi fundada pelos gallos-celtas, uns 300 annos antes de Christo. Foi n'esta cidade que Viriato alcançou uma grande victoria dos romanos, 146 annos antes de Christo. Mais duas batalhas se déram n'este local e proximidades, sendo sustentadas pelos habitantes e pelos montanhezes das immediações que os vinham soccorrer, em que os lusitanos ficaram vencidos, tomando então os romanos posse da cidade, e julgaram tão importantes estas batalhas, que no sitio onde se realisou a segunda, mandou o pretor erigir um templo dedicado a Neptuno, em memoria d'este facto. D'ahi por deante Eburobriga foi governada por tribunaes, até ao anno 622 da era de Christo, em que Flavio Swintila, rei godo, expulsou os romanos da Lusitania, tornando-se senhor de toda a peninsula. Eburobriga tinha então um bom porto, defendido por uma fortaleza edificada n'um ilhéo. A torre d'esta fortaleza ainda existiu muitos annos, e serviu de pharol aos navegantes. Os arabes, occupando estes sitios em 716 e 717, fundaram a O das ruinas de Eburobriga a actual Alfeizerão. V. *este nome.*

Eça. O infante D. João, filho d'el-rei D. Pedro I e de D. Ignez de Castro, foi casado com D. Maria Telles de Menezes, irmã da rainha D. Leonor Telles, nascendo d'este consorcio D. Fernando d'Eça, que se chamou assim por ser senhor da villa d'Eça, em Galliza d'onde se derivou o appellido a seus descendentes. D. Fernando teve

amplissima geração, foi casado com muitas mulheres, recebendo umas, sendo vivas as outras, das quaes, dizem, houve 42 filhos e filhas, entre legitimos e bastardos. As suas armas são as quinas de Portugal, cercado o escudo com um cordão de S. Francisco; timbre uma aguia azul aberta, estendidas as azas, armada de ouro, com cinco bezantes de prata nos peitos. Os de Galliza trazem por armas o escudo partido: no primeiro em campo de prata quatro flôres de liz, e no segundo em campo vermelho um castello de ouro.

Eça *(Antonio Julio da Costa Pereira de).* Tenente-coronel d'artilharia. N. em 31 de março de 1852. Assentou praça em 27 de julho de 1869, matriculou se no Real Collegio Militar, e concluindo o curso d'artilharia com excellentes classificações, foi despachado alferes em 27 d'agosto de 1876 para um dos corpos d'aquella arma. Teve a promoção de tenente em 13 de janeiro de 1879; a de capitão em 31 de outubro de 1884, sendo collocado em cavallaria n.º 4; a de major em 8 de junho de 1898, e a de tenente-coronel em 11 de fevereiro de 1904. Em 15 de abril de 1891, sendo capitão, fez parte da expedição que partiu para Moçambique, commandando a artilharia de guarnição, a qual saiu de Lisboa a bordo do vapor *Malange*, no dia acima citado. Actualmente está ao serviço do ministerio da marinha. O sr. tenente-coronel Pereira de Eça é cavalleiro e official da ordem de Aviz, e tem as medalhas de prata de comportamento exemplar e para commemorar as operações em Gaza em 1897.

Eça *(Bento Fortunato de Moura Coutinho d'Almeida de).* General de divisão. N. em 17 de outubro de 1827, fal. em 4 de fevereiro de 1906. Era vogal do conselho superior de obras publicas e minas, engenheiro muito distincto, vogal permanente da commissão internacional do congresso do Caminho de Ferro, vogal da commissão superior de guerra destinada a dar parecer, em ultima instancia, sobre os assumptos que dizem respeito á defeza e ás instituições militares do paiz e que pela elevada importancia, o ministro da guerra julgue conveniente submetter á sua apreciação. O general Almeida de Eça tinha a carta de conselho, a gran cruz da ordem de Aviz; era grande official, commendador e cavalleiro da mesma ordem, e commendador da Legião de Honra, de França. Tambem tinha a medalha de ouro de comportamento exemplar. Fazia parte da engenharia militar, mas achava se ha muitos annos ao serviço do ministerio das obras publicas. Fôra reformado em 4 de janeiro de 1897.

Eça *(D. Catharina de).* Abbadessa do mosteiro de Lorvão, em 1514. Na Exposição Arte Ornamental celebrada em Lisboa em 1882, admirava-se uma excellente pedra de ara de serpentina verde, guarnecida de folha de prata dourada, que pertenceu áquelle convento, e fôra mandada fazer por esta abbadessa, conforme constava da respectiva inscripção, com um brazão formado de cinco escudos em cruz, com as quinas, e de quatro castellos.

Eça *(D. Fernando de).* Alcaide-mór de Villa Viçosa. Serviu na Africa, e foi fronteiro de Arzilla no tempo de Diogo Lopes de Sequeira. Em 1501 passou á India com D. Francisco d'Almeida, como capitão de um galeão. Com este vice rei esteve em Quiloa e em Mombaça, onde falleceu n'um combate a 15 de agosto do referido anno.

Eça *(D. Fernando de).* Filho de D. Pedro de Eça, capitão do condestavel D. Pedro. Serviu na India em 1528, como capitão d'uma nau da armada, e soffrendo grande tormenta na viagem, arribou a Moçambique. Em 1531 acompanhou o governador D. Nuno da Cunha a Diu, e esteve na tomada da ilha dos Mortos e no ataque de Baçaim.

Eça *(Fernão de Moura Coutinho d'Almeida de).* Alferes de infantaria, tendo o curso da Escola do Exercito. N. em Coimbra a 30 de março de 1851, fal. em Vizeu a 28 de janeiro de 1878, Escreveu: *Os exercitos permanentes, duas palavras sobre o exercito portuguez*, Vizeu, 1877.

Eça *(D. Garcia de).* Um dos nossos valentes guerreiros nas guerras d'Africa. Serviu como fronteiro de Nuno Fernandes de Athaide no cerco de Çafim em 1510, distinguindo-se muito pelo seu valor. No anno seguinte acompanhou D. Nuno na entrada que fez ás terras de Almedina, e em 1515 na facção intentada sobre Marrocos. Tornou-se ainda notavel em muitos outros combates, e recebeu a alcunha de *Colemia*, nome porque é designado pelo chronista Damião de Goes.

Eça *(Jeronymo da Silva Maldonado de).* General de divisão. N. em 8 de dezembro de 1803, fal. em Lisboa a 5 de maio de 1886. Era filho do general de cavallaria Antonio da Silva Maldonado de Eça e de D. Marianna Justina da Cunha e Brito. Foi admittido como alumno pensionista do Real Collegio Militar, e cursou os tres primeiros annos com distincção. O fallecimento de seu pae e a falta de recursos não permittiram que se matriculasse no quarto anno. Dedicando-se á carreira das armas, assentou praça como voluntario em 14 de outubro de 1817, no regimento de cavallaria n.º 3, sendo declarado cadete em 15 de dezembro do referido anno. No mez seguinte foi promovido a porta-estandarte, e a alferes em 20 de março de 1820, sendo transferido em 15 de outubro do mesmo anno para cavallaria n.º 10. Por causa das suas idéas liberaes, viu-se obrigado a emigrar para França em 1830, soffrendo grandes privações como todos os emigrados. Apresentou-se em Belle-Isle, em 4 de fevereiro de 1832, adherindo ao movimento liberal; depois embarcou para a ilha de S. Jorge, onde chegou em março; em abril fazia parte das forças constitucionaes que desembarcaram na ilha Terceira, sendo então ajudante de campo do commandante da segunda brigada, acompanhando depois o exercito libertador que veiu desembarcar nas praias do Mindello. No Porto foi promovido a capitão graduado, contando a antiguidade de 6 de agosto, e promovido á effectividade d'este posto em 25 de julho de 1833, indo para cavallaria n.º 10 em março de 1834. Em 24 de julho d'este anno foi transferido para cavallaria n.º 3, e n'este regimento fez parte da divisão auxiliar á Hespanha, desde 14 de outubro de 1835 até 30 de novembro de 1836. Em outubro do anno seguinte ficou separado do quadro do exercito, em virtude da convenção de 20 de setembro; jurando a constituição em maio de 1838, foi collocado em cavallaria n.º 4, em janeiro de 1840. No regimento de cavallaria n.º 4 fez as operações militares da serra do Algarve desde abril até julho, como commandante d'um esquadrão, sendo elogiado pelo commandante da 8.ª divisão, e em 1843 foi promovido a major, contando a antiguidade de 5 de

setembro de 1837, e a tenente coronel graduado com a de 25 de fevereiro de 1842. Em julho de 1844 foi promovido á effectividade do posto para cavallaria n.º 8, regressando para o regimento n.º 4 pouco depois, onde se conservou até 1846, d'onde teve transferencia para o n.º 5. Não desejando tomar a responsabilidade d'umas transferencias de officiaes d'este regimento, requereu passar á 1.ª secção do exercito. Pouco se demorou n'esta situação, porque em 16 de outubro foi novamente collocado em cavallaria n.º 4, sendo promovido a coronel, para este regimento, em 15 de abril de 1847. No commando do regimento de cavallaria n.º 4 deu as maiores provas do respeito á disciplina, porque sendo convidado a adherir á revolução de 1851, repelliu o convite e offertas, dizendo ao marechal duque de Saldanha: «Acima da amizade que me prende a V. Ex.ª, em mais alto valor tenho o cumprimento dos meus deveres de militar.» Este nobre procedimento foi recompensado com um elogio na Ordem do Exercito e com a commenda da Torre e Espada. Depois de haver vingado a revolta, o marechal mandou-o chamar, dizendo-lhe que louvava muito o seu nobre procedimento, mas que esperava que elle continuasse o commando do seu regimento. Maldonado de Eça, porém, não transigiu do proposito que já manifestara de passar á disponibilidade. Recusou diversas commissões que lhe fôram propostas, sendo collocado na inactividade em 26 de maio do referido anno de 1851. Em 4 de outubro foi promovido a brigadeiro graduado, e n'este posto exerceu o commando militar de Coimbra desde março de 1854 até junho em que foi nomeado governador civil do mesmo districto, logar que exerceu até julho de 1861, sendo então nomeado para egual cargo para o districto de Lisboa. N'esta epoca foi promovido á effectividade do posto de brigadeiro. Em março de 1862 deixou de ser governador civil de Lisboa, e por serviços prestados aqui e em Coimbra, foi agraciado com a carta de conselho e com a commenda da ordem de N. S.ª da Conceição. Em agosto de 1863 teve a nomeação de vogal do supremo conselho de justiça militar, e commandante da 8.ª divisão, sendo elogiado na ordem do exercito de 12 de julho de 1864, pela dedicação e zelo com que se houvera no commando. Em seguida foi nomeado commandante da brigada de instrucção e manobra, inspector dos corpos de cavallaria e presidente da commissão para formular um regulamento interno do serviço para os corpos de cavallaria, o qual foi publicado pela *Revista Militar* em 1871, mas parece que não chegou a executar-se; tinha por titulo: *Regulamento de serviço interno para os regimentos de cavallaria, coordenado pelo coronel Maldonado de Eça e approvado pela commissão nomeada em portaria de 30 de setembro de 1864.* Em 1866 foi nomeado commandante da brigada de cavallaria reunida em Tancos. Exerceu tambem diversas commissões de aperfeiçoamento da arma de cavallaria e outras. Em 13 de agosto de 1867 tomou o commando interino da 4.ª divisão, em que pouco tempo se conservou; sendo em abril de 1871 novamente nomeado, na mesma qualidade, até que tomou o commando effectivo em 1873, por ter sido promovido a general de divisão. Mais tarde teve transferencia para vogal do conselho superior de guerra e marinha, cargo que exercia quando falleceu. O general Maldonado de Eça fôra condecorado com o grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada em 1833, por serviços prestados á causa liberal, e tinha as respectivas medalhas de prata, por seus bons serviços; em agosto de 1839 foi condecorado com o grau de cavalleiro da ordem de Aviz; em portaria de 2 de novembro de 1842 foi elogiado, e condecorado com a commenda da referida ordem. Em 1847 recebeu a commenda da ordem de Izabel a Catholica.

Eça *(D. João de).* Filho illegitimo de D. Pedro de Eça, capitão do condestavel D. Pedro. Em 1512 passou á India, onde serviu com distincção acompanhando Affonso d'Albuquerque na tomada do castello de Benestrim e assalto da cidade de Adem. Em 1515 foi capitão de Gôa, e voltando ao reino, tornou á India em 1535 com o vice-rei D. Garcia de Noronha, e ahi serviu até 1541.

Eça *(João de Moura Coutinho de Almeida de).* Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra. Natural de Esgueira, districto de Aveiro, e já hoje fallecido. Era filho de Dionysio de Moura Coutinho de Almeida de Eça, e doutorou-se em 12 de fevereiro de 1843.

Eça *(D. Jorge de).* Alcaide-mór de Muge, passou a servir na India em 1531. No anno de 1547 acompanhou D. João de Castro quando este illustre capitão foi em soccorro de Diu. Estava em Coromandel, como capitão, quando falleceu.

Eça *(José Antonio Pereira de).* General. N. em Valença, e fal. em 25 de julho de 1894. Era filho de José Antonio Pereira de Eça, coronel commandante de infantaria n.º 13, e de D. Angelica Clementina d'Abreu e Castro. Assentou praça em caçadores n.º 5, em que fez toda a campanha contra o partido miguelista até á convenção de Evora Monte. Em 1835 foi á India, como ajudante d'ordens do barão de Sabroso, e ali casou com uma irmã d'este titular, D. Maria da Conceição Infante de Lacerda, que falleceu em 1863. Regressando a Portugal em 1842, serviu na revolução da Maria da Fonte em 1846, como ajudante no estado maior do conde das Antas, de quem era primo e dedicado amigo. Foi sempre um militar valente e intrepido, não recuando nunca deante dos perigos, sendo por vezes temerario no cumprimento dos seus deveres, como aconteceu, quando por ordem do conde das Antas foi a Vianna do Castello procurar o visconde da Carreira, Diogo Gomes de Abreu e Lima, com quem o conde tinha intimas relações e que servia os seus interesses politicos n'essa occasião. Pereira de Eça foi debaixo d'um chuveiro de balas, que do castello lhe atiravam, que passou a antiga ponte de Vianna, ficando apenas ligeiramente ferido na testa. Além dos numerosos serviços militares, de que se encarregou, o general Pereira de Eça exerceu varios cargos civis. Em 1885 assumiu o commando do Real Asylo de Runa, á historia do qual deixou vinculado o seu nome, pelos muitos melhoramentos a que procedeu, especialmente o parque, a que elle dava muito apreço.

Eça *(Lourenço Homem da Cunha de).* Capitão do real corpo de engenheiros e lente substituto effectivo da Real Academia de Fortificação. Artilharia e Desenho, logar que exerceu durante muitos annos. Foi um dos mais prestimosos engenheiros da epoca da invasão dos francezes, e traba-

lhou na construcção das linhas de Torres Vedras. Na collecção de cartas portuguezas que ficaram no Archivo Militar do Rio de Janeiro, conta-se uma collecção de planos de quarteis feitos por Cunha de Eça. Foi casado com D. Marianna Rita da Lapa Callado, e falleceu em Lisboa a 22 de agosto de 1833. Em remuneração de seus serviços foi agraciado pelo principe regente D João, em 28 de julho de 1803, com o habito de Christo e tença de 12$000 réis; com a commenda da mesma ordem em 30 de março de 1822, e grau de cavalleiro da Torre e Espada em 4 d'agosto de 1825, conferidos tambem por D. João, sendo já rei. Em 1804, a 22 de agosto, foi-lhe concedida a administração d'uma capella na villa de Alcacer do Sal, e na das Alcaçovas, instituida por D. Maria Dalmes.

Eça *(Luiz Antonio da Cunha de)*. Autor d'um livro com o titulo de *Triumpho bellico offerecido ao ex.mo sr. conde reinante de Schaumburgo, conde e senhor de Lippe*, etc.; sem logar nem anno de impressão.

Eça *(Luiz da Silva Maldonado de)*. General de brigada, deputado, ministro de Estado, etc. N. em Elvas a 4 d'abril de 1808, fal. a 7 de agosto de 1879. Era filho do general de cavallaria Antonio da Silva Maldonado de Eça e de D. Marianna Justina da Cruz e Brito; irmão do general de divisão Jeronymo da Silva Maldonado de Eça (V. *este nome*). Assentou praça na arma de cavallaria em agosto de 1823, e foi despachado alferes em dezembro de 1826, promovido a tenente em abril de 1833 e a capitão em julho d'esse mesmo anno. Tomou parte muito activa e distincta nas campanhas da Liberdade. Terminada a guerra civil, partiu para Hespanha na divisão auxiliar portugueza que foi sustentar os direitos de D. Izabel II contra D. Carlos, e regressando depois á patria, foi seguindo os respectivos postos, sendo promovido a major em 1845, a tenente-coronel em 1851, a coronel em 1858 e a general de brigada em 1869. Desempenhou varias commissões, commandou os regimentos de lanceiros n.º 2 e de cavallaria n.os 3 e 4, e a 5.ª divisão militar, sendo por muitos annos presidente da commissão de remonta. No anno de 1860 foi escolhido para ir a França juntamente com o general visconde da Luz e o então coronel de infantaria José Maria de Magalhães, estudar as manobras do exercito francez no campo de Chalons Entrando na politica filiou-se no partido historico, saiu eleito deputado em diversas legislaturas, teve a carta de conselho, e foi chamado ao ministerio, no gabinete que se formou em 11 de agosto de 1869, presidido pelo duque de Loulé, encarregando-se da pasta da guerra. Estava então commandando a divisão militar dos Açôres, e por isso só foi nomeado em 6 de setembro, conservando se no ministerio até 18 de dezembro do referido anno de 1869. Durante o tempo da sua gerencia realisaram-se varias reformas nos serviços militares, especialmente na parte administrativa, e foi tambem então que se deu a manifestação militar a favor do duque de Saldanha, que foi como o prenuncio da revolta de 19 de maio de 1870. Ainda exerceu varias commissões depois da sua saida do ministerio, até que falleceu victima d'um padecimento canceroso na lingua. Era commendador das ordens da Torre e Espada, de S. Bento de Aviz, e de Izabel a Catholica, de Hespanha; condecorado com as medalhas das campanhas da Liberdade e da Cruz de S. Fernando, ganha em campanha, etc. Traduziu e publicou em 1871 os *Postos avançados de cavallaria ligeira; recordações pelo general Brack, traducção feita em 1863*, 2 tomos

Eça *(Manuel Ferreira de)*. Senhor do antigo morgado de Cavalleiros. N. em Guimarães a 29 de julho de 1661, onde tambem fal. a 20 de janeiro de 1724. Era filho de Gregorio Ferreira de Eça, senhor do referido morgado, e de D. Margarida Luiza de Alarcão. Foi muito inclinado ao estudo da genealogia, e deixou manuscriptos 4 volumes em folio, de *Varias familias do reino de Portugal*.

Eça *(Mathias Ayres Ramos da Silva de)*. Cavalleiro da ordem de Christo, provedor da Casa da Moeda de Lisboa, mestre em Artes e bacharel em Philosophia pela Universidade de Coimbra, formado em França nos direitos civil e canonico, etc. N. na cidade de S. Paulo, no Brazil, a 27 do março de 1705, e fal. em Lisboa, mas ignora se a data da sua morte, parecendo já ter fallecido em 1770. Era filho de José Ramos da Silva, provedor da Casa da Moeda, cujo emprego obteve por morte de seu pae. Sentindo grande vocação para as letras veiu para Portugal, e formou-se em philosophia na Universidade de Coimbra. Estudando muito sciencias physicas, e com especial predilecção os reinos da natureza, tornou-se celebre naturalista. Passou por notavel litterato; era amigo de Antonio José da Silva, o chamado *Judeu*, e empenhou todos os possiveis esforços para o livrar da Inquisição e da fogueira, mas infelizmente nada pôde conseguir. Escreveu: *Reflexões sobre a vaidade dos homens, ou discursos moraes sobre os effeitos da vaidade*, Lisboa, 1752; 2.ª edição, 1761; 3.ª 1778; 4.ª, em 1786, sendo *correcta, emendada e augmentada com uma carta do mesmo autor sobre a fortuna; Problema de Architectura Civil; a saber: Porque os edificios antigos teem mais duração, e resistem mais ao tremor de terra que os modernos?* etc., Lisboa, 1770.

Eça *(Nuno da Cunha de)* Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, e conego doutoral da sé de Lisboa. D. Pedro II o nomeou bispo de Portalegre, dignidade que não acceitou. Fal. em 1 de janeiro de 1695.

Eça *(D. Pedro de)*. Alcaide-mór de Moura e um dos mais illustres guerreiros d'Africa do seu tempo. Serviu muitos annos como fronteiro do conde de Tarouca, D. Duarte de Menezes; esteve no cêrco de Alcacer em 1458, e na entrada que o conde fez pelas terras dos moiros até Canheta, merecendo pela fórma como se por ou, ser armado cavalleiro. Tambem se distinguiu em Tanger, quando D. Affonso V foi pela segunda vez a Africa. Em 1464, o condestavel D Pedro, filho do infante D Pedro, duque de Coimbra, foi chamado pelos catalães para succeder na corôa do reino de Aragão, e D. Pedro de Eça acompanhou-o, como seu principal capitão. O condestavel D. Pedro confiou-lhe a defeza de Lerida, que depois de Barcelona era a praça mais importante do principado, e n'essa empreza mostrou D. Pedro de Eça o mais subido valor e intrepidez.

Eça *(Sebastião Pereira de)*. Filho de Antonio Queiroz, que foi enviado a Roma em 1658. Era muito erudito em genealogia, e escreveu duas obras que ficaram ineditas: *Varias familias illus-*

tres de Portugal e *Ascendentes da casa de Medina Sidonia.*

Eça. Rio no sitio do Soutinho, na freg. de Podentes, conc. de Penella, distr. de Coimbra

Eça de Queiroz *(José Maria).* Diplomata, e escriptor muito apreciado. N. na Povoa de Varzim em 1846, fal. em Paris a 17 de agosto de 1900. Era filho do dr. José Maria Teixeira de Queiroz, juiz do Supremo Tribunal de Justiça, e de sua mulher, D. Carolina de Eça. Depois de ter estudado n'alguns collegios do Porto, matriculou-se na faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, completando a sua formatura em 1866. Foi depois para Leiria redigir um jornal politico, mas não tardou em que viesse para Lisboa, onde residia seu pae, e em 1867 estabeleceu-se como advogado, profissão que exerceu algum tempo mas que abandonou pouco depois, por não lhe parecer que pudesse alcançar um futuro lisongeiro. Era amigo intimo de Anthero do Quental, com quem viveu fraternalmente, e com elle e outros formou uma ligação selecta e verdadeira agremiação litteraria para controversias humoristicas e instructivas. N'essas assembléas entraram Ra-

José Maria Eça de Queiroz

malho Ortigão, Oliveira Martins, Salomão Saraga e Lobo de Moura. Estabeleceram-se então em 1871 as notaveis conferencias democraticas no Casino Lisbonense *(V. Conferencia)*, e Eça de Queiroz, na que lhe competiu, discursou ácerca do *Realismo na arte*, em que obteve ruidoso triumpho. Decidindo se a seguir a carreira diplomatica, foi a um concurso em 21 de julho de 1870, ficando o primeiro classificado, e em 1872 teve a nomeação de consul geral de Havana, para onde partiu. Permaneceu poucos annos em Cuba, no meio das terriveis repressões do governo hespanhol. Em 1874 foi transferido para New-Castle; em 1876 para Bristol, e finalmente para Paris em 1888, onde veiu a fallecer. Eça de Queiroz era casado com a sr.ª D. Emilia de Castro Pamplona, irmã do conde de Rezende. Collaborou na *Gazeta de Portugal*, *Revolução de Setembro*, *Renascença*, *Diario Illustrado*, *Diario de Noticias*, *Occidente*, *Correspondencia de Portugal*, e em outras publicações. Para o *Diario de Noticias* escreveu especialmente o conto *Singularidades d'uma rapariga loura*, que saiu no livro brinde de 1873, e a descripção das festas da abertura do canal de Suez, a que elle assistiu em 1870, e que sairam com o titulo de *Port-Said a Suez*, no referido jornal, folhetins de 18 a 21 de janeiro do mesmo anno de 1870. Na *Gazeta de Portugal*, de 13 de outubro de 1867, publicou um folhetim com o titulo *Lisboa*, seguindo-se as *Memorias d'uma freira* e *O Milhafre;* em 20 de outubro, tambem de 1867, o conto phantastico *O sr. Diabo*. Fundou a *Revista de Portugal* com a collaboração dos principaes e mais celebrados homens de letras do seu tempo. Saíram d'esta revista 24 numeros, que fórmam 4 tomos de 6 numeros cada um. Para este jornal é que escreveu as *Cartas de Fradique Mendes*. Na *Revista Moderna* publicou o romance *A illustre casa de Ramires.* § *Bibliographia: A morte de Jesus*, na *Revolução de Setembro*, de 13, 14, 27 e 28 de abril, e 11 de maio de 1870; *O Mysterio da Estrada de Cintra*, cartas ao *Diario de Noticias*, de collaboração com Ramalho Ortigão, publicadas em 1871, e depois na collecção da Parceria Pereira, de que se tem feito varias edições; *As Farpas*, chronica mensal da politica, das letras e dos costumes, fundada por Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão em julho de 1871; *O Mandarim; O crime do padre Amado*, que saíra primeiro no *Occidente;* o *primo Basilio*, *A Reliquia*, que escreveu depois da sua viagem á Palestiña; *Os Maias, episodios da vida romantica*, em 2 tomos; *Eusebio Macario*; *Cidades e Serras*; *As Minas de Salomão*, de Ridder Haggard, traducção, etc. As obras de Eça de Queiroz, na maior parte, teem tido diversas edições tanto em Lisboa como no Porto. Collaborou no livro *In Memoriam*, em homenagem a Anthero do Quental. São de Eça de Queiroz os interessantes prologos dos *Almanachs Encyclopedicos* de 1896 e 1897 por elle dirigidos e publicados pelo fallecido editor Antonio Maria Pereira. Eça de Queiroz, quando falleceu, estava trabalhando em romances inspirados nas lendas de S. Christovam, e de S. Fr. Gil, o celebrado bruxo portuguez. Devido á iniciativa de amigos dedicados do fallecido escriptor, elevou se uma estatua em marmore para perpetuar a sua memoria, a qual está situada no largo do Quintella. E' uma verdadeira obra artistica do esculptor Teixeira Lopes Figura Eça de Queiroz curvado sobre a Verdade, lendo-se no pedaço de marmore tosco, que serve de pedestal á estatua da Verdade, estas palavras, que fôram ali esculpidas. «Sobre a nudez forte da Verdade, o manto diaphano da phantasia» A inauguração realisou-se no dia 9 de novembro de 1903, discursando os srs. condes de Arnoso e de Avila, Ramalho Ortigão, Dr. Luiz de Magalhães, Annibal Soares e Antonio Candido; o actor Ferreira da Silva recitou uma poesia do sr. Alberto d'Oliveira, falando por ultimo o sr. conde de Rezende, cunhado de Eça de Queiroz, agradecendo muito commovido em nome da familia do fallecido escriptor aquella homenagem prestada á sua memoria.

E'câme. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola.

Ecaquila. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Echate. V. *Chate.*

Echoé. Ribeira do distr. de Beja. N. proximo da freg de Ficalho, atravessa a estrada de Moura a Serpa, onde tem duas pontes, e vae desaguar no Guadiana depois de 30 k. de curso.

Ecomo. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Econde. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola.

Econgo Ialla. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola.

Economia politica. Sciencia da producção, da divisão e consumo das riquezas. A economia politica abrange a economia domestica, industrial, commercial e rural. Os progressos d'esta sciencia pouco devem a Portugal, mas entre nós tem havido alguns escriptores que a cultivaram e publicaram varios estudos interessantes. Os lentes das cadeiras de Economia politica na Universidade, na Academia Polytechnica, do Porto, Escola Polytechnica e Instituto Industrial de Lisboa, etc., organisaram os respectivos compendios. Para outras escolas populares tambem se publicaram alguns compendios que ainda hoje se pódem consultar, uns por simples curiosidade, outros com merecido apreço. O decreto de 5 dezembro de 1836 creou a cadeira de Economia Politica na Universidade de Coimbra e o seu primeiro lente foi o dr. Adrião Pereira Forjaz de Sampaio, que successivamante fez varias edições dos seus *Novos elementos de economia politica e estadistica*. Para a Escola Polytechnica e Instituto de Lisboa, escreveu o lente Luiz d'Almeida e Albuquerque os seus *Principios elementares de economia politica*, Lisboa, 1885. Para as escolas populares, creadas pela lei de 27 de junho de 1866, redigiu J. A. Rebello da Silva o seu bem elaborado *Compendio de economia industrial e commercial*, Lisboa, 1868. Os estudos economicos mais antigos remontam entre nós a 1814, anno em que José Accursio das Neves publicou as suas *Variedades sobre objectos relativos ás artes, commercio e manufacturas, consideradas segundo os principios da Economia Politica*. Sob outros nomes, varios autores teem tratado d'esta sciencia. Ferreira Borges publicou uns *Principios de synthetologia*, que, segundo elle, queria dizer: sciencia de finanças. Oliveira Martins escreveu um volume *Chrematistica*, que definiu: sciencia das riquezas. Entre outros autores economistas portuguezes pódem ainda citar-se: Marreca, M. Ventura, C. Morato, Araujo Juzarte, Raymundo Valladas, Rodrigues de Freitas, etc.

Écuga. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola.

Edemeios. Pov. na freg. de N. S.ª de Entre as Vinhas, de Arcozello, conc. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu.

Edital. Publicação official; copia authentica de editos, leis, decretos, posturas ou avisos da policia, e que se affixa nos logares publicos, ou se publica nos jornaes. ‖ *Edital do Em.ª e Rev.mo Sr. Cardeal Patriarcha de Lisboa, em que declarou que n'este patriarchado não tinha logar a prohibição de ovos e lacticinios no tempo da Quaresma*, etc. *Publicado por ordem do Senado da Camara de Lisboa*, Lisboa, 1768. Segundo diz Innocencio da Silva, no seu *Diccionario bibliographico*, a pag. 220 do 2.º vol, este *Edital* tem interesse pela *Demonstração* que d'elle faz parte, da pag. 9 até 14, ácerca do *poder e obrigação que todos os prelados diocesanos teem de dispensar na abstinencia de ovos e lacticinios, quando concorram justas causas; e das muitas causas de indispensavel necessidade publica, que fariam a referida dispensa innegavel no Patriarchado de Lisboa, se necessario fôsse*. Das *Memorias do marquez de Pombal*, tomo III, pag. 104 e 105, consta ter sido autor d'esta *Dissertação* o desembargador José Ricalde Pereira de Castro, que foi chancellermór do reino.

Edito. Na legislação portugueza é uma especie de edital, emanado das autoridades administrativas ou judiciaes para tornar conhecidos de todos um assumpto particular, mas que póde ser impugnado por qualquer pessoa; heranças, habilitações, pagamentos, empreitadas, etc. Os éditos pódem ser de 20, 30, 60 e 90 dias, em harmonia com a legislação que os manda publicar e affixar.

Edolo. Appellido d'uma familia de musicos que existiu no Porto pelos fins do seculo XVIII e principios do XIX O mais notavel foi José Francisco Edolo, primeiro violino regente da orchestra do theatro de S. João em 1820, a quem Balbi, no *Essai statistique* faz rasgados elogios; era compositor, e tambem se occupou em gravar musica, porque uma edição da abertura do *Othelo*, de Rossini, edição feita no Porto, tem esta marca: *J. F. Edolo, esculpiu, anno de 1819*. O *Jornal de modinhas*, publicado em 1820, traz algumas das suas composições. Este e seu irmão João Gaspar Edolo vieram a Lisboa em 1802, sendo ainda muito novos, porque um tinha apenas 10 annos e o outro 12, tocando o primeiro violino e o segundo violeta. Tocaram na presença das pessoas reaes, e no dia 5 de julho realisaram em seu favor um concerto no theatro de S. Carlos, recebendo phreneticos applausos, apresentando se ainda no mesmo theatro, pela segunda e ultima vez, no dia 14 do referido mez de julho. Outro irmão, Henrique Edolo, foi chefe dos segundos violinos na orchestra do theatro de S. João. O *Essai statistique*, já citado, tomo 2.º, pag. 91, fazendo a resenha das principaes bibliothecas existentes no paiz em 1820, menciona um João Baptista Edolo residente no Porto e professor de violoncello, que possuia uma bibliotheca pequena, mas digna de ser citada pela escolha das obras. Tambem ha noticia d'um regente d'orchestra chamado Edolo, que vivia no Porto em 1789

Edorém. Aldeia da circumscripção militar de Valpoy, na prov. de Satary, distr. e arceb. de Gôa, na India.

Edral. Pov. e freg. de S. Romão, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Vinhaes, distr. e bisp. de Bragança; 792 hab. e 201 fogos. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada junto da serra de Villar Secco da Lomba. Esta freg. está reunida á de S. Thiago de Frades ha muitos annos, formando uma só. O bispo de Bragança apresentava o reitor de Edral, que tinha 120$000 réis de rendimento, e este apresentava o cura de Frades, que tinha 40$000 réis. Correm proximos os rios Monte e Rabaçal Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Edro. Pov. na freg. de S. Pedro, de Maximinos, conc. e distr. de Braga.

Edrosa. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Vinhaes, distr. e bisp. de Bragança; 496 hab e 98 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 11 k da séde do conc. e está situada na estrada de Vinhaes a Macedo de Cavalleiros. O reitor da freg. de Ouzelhão apresentava o cura, que tinha 9$000 réis de congrua e o pé d'altar. Ha muitos annos que tem annexa a freg. de S. Martinho, de Melhe, formando uma só freg. Pertence á 6.ª divisão mililitar e ao districto

de recrutamento e reserva n.º 10, com a séde em Mirandella.

Edroso. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 250 hab. e 64 fog. Tem escolas para ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada na falda da serra do Espadanedo. O papa e o bispo apresentavam alternativamente o abbade, que tinha réis 200$000. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Quiraz, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

Eduarda *(Emilia)*. Actriz contemporanea, escriptora e poetisa. N. em Lisboa a 1 de janeiro de 1845. Era filha d'um militar muito distincto, e desde muito nova mostrou grande vocação para o theatro. Casou com 12 annos e meio de edade, mas passados poucos annos enviuvou, e decidiu-se então a seguir a carreira dramatica. A primeira vez que representou, foi como amadora, no theatro Therpsychore, da rua da Conceição á Praça das Flôres, nas comedias *O homem de ouro*, em 3 actos, *A Util e agradavel* e *moleira de Marly*, ambas em 1 acto. O actor Taborda apresentou a no Gymnasio, onde debutou em outubro de 1861 na comedia, em 1 acto, *A esposa deve acompanhar seu marido*, traduzida pelo fallecido escriptor Julio Cesar Machado. O publico recebeu-a com applausos sinceros, e desde então ficou consagrada actriz. Conservou-se algum tempo n'este theatro, entrando em grande parte do reportorio, passando depois aos theatros das Variedades, Rua dos Condes e Principe Real. Foi n'uma *tournée* artistica ás ilhas dos Açôres, e quando regressou, o empresario do theatro Baquet, do Porto, Antonio Moutinho de Sousa, a escripturou na qualidade de dama central e caracteristica. D'essa companhia fazia parte o actor Simões e suas filhas, Lucinda e Amelia Simões, Paulo Martins, Julio Soller, Gama, Apolinario de Azevedo, e outros, cujos nomes nos não recordam. Sempre estudando e dedicando-se com boa vontade á arte a que se destinara, tornou-se uma actriz muito apreciada e muito sympathica, especialmente no Porto, onde tem feito a maior parte da sua carreira artistica. Tanto no theatro Baquet como no do Principe Real, tem representado em papeis de generos differentes, no drama, na comedia, na operetta e na farça, sendo sempre applaudida, como na *Thereza Raquin*, de Zola, *Medico á força*, *Boccacio*, *A boneca*, *O testamento da velha*, *O solar dos Barrigas*, etc. Já foi duas vezes ao Brazil, n'umas *tournées* da companhia do empresario Taveira, sendo tambem muito festejada. Na epoca de 1898 e 1899 esteve contratada no theatro de Carlos Alberto, do Porto. Emilia Eduarda, além do seu merecimento artistico, é escriptora e poetisa. Dos seus trabalhos litterarios citaremos os seguintes: *Sobrinho da America*, comedia em 3 actos; *Senhor e senhora Diniz*, operetta em 1 acto; *Cartas na meza* e *Diabo a quatro*, revistas do anno de 1886 e 1889; *Tripas á revolução* e *O sentinella*, comedias em 1 acto; *O processo d'el rei Dinheiro*, satyra em 3 actos; etc. Traduziu tambem o drama em 3 actos, *Mulher de jogo*, a comedia em 1 acto, *Historia d'um crime*, etc. Em 1895 publicou um volume, intitulado *Contos simples*, com um prefacio de D. João da Camara. Foi quem escreveu a primeira poesia, que o actor Antonio Pedro recitou em publico. Emilia Eduarda tem collaborado em diversos jornaes litterarios, tanto em prosa como em verso.

Efuni. Pov. do conc. do Ambriz, distr. e com. de Loanda, prov. de Angola. Está situada nas margens do rio Loge ou dos Amberes.

Ega *(Antão José Joaquim de Saldanha Albuquerque Coutinho Mattos e Noronha, 4.º conde da)*. Par do reino por carta regia de 30 de abril de 1826, de que tomou posse em sessão da respectiva camara de 31 de outubro do mesmo anno; veador da rainha D. Carlota Joaquina, alcaide-mór de Guimarães e de Soure, commendador de S. Martinho de Lagares, no bispado do Porto, de Santa Maria da Sabacheira, na prelazia de Thomar, de Santa Maria de Castro Laboreiro, no arcebispado de Braga, de S. Thomé d'Alencarce na villa de Soure, todas estas commendas da ordem de Christo; capitão de cavallaria, etc. N. em 24 de abril de 1794, e fal. em Lisboa a 29 d'abril de 1855. Era filho do 2.º conde da Ega, Ayres José Maria de Saldanha Albuquerque Coutinho Mattos e Noronha, e da condessa sua segunda mulher, D. Juliana Maria Luiza Carolina Sophia de Oyenhausen e Almeida. Succedeu na casa de seu pae a 12 de janeiro de 1827. Foi o 4.º conde da Ega em sua vida, e por não se haver verificado completamente as mercês concedidas, com o mesmo titulo, em seu irmão mais velho, que falleceu em 1802, sendo o 3.º conde. Casou em 22 de junho de 1819 com D. Maria Magdalena de Azevedo, terceira filha dos primeiros viscondes do Rio Secco, Joaquim José de Azevedo e D. Maria Carlota Miliard, que falleceu a 2 de março de 1851. D'este consorcio não houve geração.

Ega *(Ayres José Maria de Saldanha Albuquerque Coutinho Mattos e Noronha, 2.º conde da)*. Gentil-homem da camara da rainha D. Maria I e d'el-rei D. João VI, alcaide-mór de Guimarães e de Soure, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, por alvará de 2 de maio de 1770; commendador de S. Salvador d'Elvas, e das outras referidas commendas (V. *o artigo anterior)*, successor nos bens da capella da Corôa, sita em Vallada, e instituida por D. Izabel Lobata, no convento de S. Francisco, de Santarem, deputado da Junta dos Tres Estados, inspector geral dos provimentos do exercito, embaixador de Portugal junto á côrte de Madrid em 1806, etc. N. no Funchal a 29 de março de 1755, fal. em Lisboa a 12 de janeiro de 1827. Era filho do 1.º conde da Ega, Manuel de Saldanha d'Albuquerque, e da condessa, D. Anna Ludovina de Almada. Succedeu na casa a seu pae em 6 de abril de 1771. Casou em 5 de março de 1786 com D. Maria José do Carmo Xavier d'Almada, filha de D. Antão d'Almada, mestre-sala d'el-rei D. José e da rainha D. Maria I, officio em que succedera pelo seu casamento; senhor dos Lagares d'El Rei, deputado da Junta dos Tres Estados, governador e capitão general das ilhas dos Açôres, e de sua mulher e sobrinha, D. Violante Josepha Henriques d'Almada, herdeira da casa de seu pae, e do officio de mestre-sala da Casa Real pertencente a seu pae, D. Lourenço d'Almada, senhor de Pombalinho. Enviuvando em novembro de 1795, passou a segundas nupcias em 9 de fevereiro com D. Juliana Maria Luiza Carolina Sophia de Oyenhausen e Almeida, condessa de de Oyenhau-

seu Gravemburgo, na Austria, 3.ª filha do conde do mesmo titulo, Carlos Augusto, e de sua mulher, D. Leonor d'Almeida Portugal, marqueza d'Alorna (V. *este titulo*). A formosura da condessa da Ega captivou o general Junot, que em 1807 invadiu o nosso paiz, e os seus amores tornaram-se tão publicos que ficou sendo conhecida como amante do primeiro ajudante de Napoleão. Quando os francezes saíram de Portugal em 1808, toda a familia do conde da Ega foi para França, onde o conde recebeu do imperador uma pensão de 60:000 francos annuaes, a qual gozou até á queda de Napoleão. Procedendo-se em 1811 contra os portuguezes que estavam em França, o conde da Ega foi condemnado á morte de garrote, mas esta sentença nunca se executou, e por uma outra de 18 de janeiro de 1823 ficou absolvido. Voltando á patria conservou-se afastado da politica. A condessa D. Juliana, ficando viuva em 1827, passou a segundas nupcias com o conde de Strognoff, da Russia, Gregorio Alexandre Ironwisch, e fal. em S. Petersburgo em 14 de novembro de 1864. O titulo de conde da Ega fôra renovado por D. Maria I em 8 de janeiro de 1786.

Ega *(Manuel de Saldanha e Albuquerque 1.º conde da).* Do conselho d'el-rei D. João VI; vice-rei, capitão general do estado da India, capitão general da ilha da Madeira, alcaide-mór de Soure, e de Guimarães pela vaga do conde d'Alva, commendador das commendas na ordem de Christo, já descriptas, etc. N. em Lisboa nos primeiros annos do seculo XVIII, fal. na Junqueira em 6 de dezembro de 1771. Era filho de Ayres de Saldanha de Albuquerque Coutinho Mattos e Noronha, gentil-homem da camara do infante D. Antonio, filho de D. Pedro II, e de sua segunda mulher, a rainha D. Maria Sophia Isabel de Neuburgo, governador e capitão general do Rio de Janeiro; sargento-mór de batalha com exercicio na torre de Belem, e antes mestre de campo, coronel e brigadeiro com exercicio em occasião de guerra; commendador de Santa Maria de Castro Laboreiro, na ordem de Christo, no arcebispado de Braga, casado com D. Maria Leonor de Lencastre e Moscoso, dama do paço, filha do 5.º conde de Santa Cruz. Esta familia Saldanha foi uma das que o marquez de Pombal nos primeiros tempos do seu governo favoreceu e elevou muito. Foi nomeado em 1754 governador da ilha da Madeira para onde partiu com sua familia e em 1758 recebeu ordem de vir a Lisboa para ser empregado n'uma commissão de serviço, e partiu para o Oriente com a nomeação de vice-rei da India, e agraciado com o titulo de conde da Ega, por decreto de 25 de março do referido anno de 1758. Chegando ao Oriente, continuou a guerra em que andavamos então empenhados, e concluiu vantajosamente a paz com o Marata; tomou e mandou demolir a fortaleza de Pondá, e conquistou os terrenos que fórmam a provincia de Canácona. No tempo do seu governo fôram restituidas, por ordem da Côrte, as praças de Bicholim e Alorna ao Bounsoló, e as de Perá e Ximpem ao rajá da Junda. Na expulsão dos jesuitas em 1759 cumpriu fielmente as ordens do marquez de Pombal, prendendo e enviando para o reino 221 padres que então existiam na India. N'esse mesmo anno foi residir em Pangim. As despezas causadas por esta mudança, o fausto em que sempre vivia, alguns actos dispoticos e pouco regulares, que praticou, tudo occasionou graves accusações de ter delapidado a fazenda publica, por occasião do sequestro dos bens dos jesuitas. O facto de seu irmão, o cardeal Saldanha, ter votado no conselho de Estado contra a morte dos meninos de Palhavã, tambem concorreu muito para desmerecer do agrado do marquez de Pombal, e o conde de Ega foi exonerado do seu elevado cargo, sendo substituido pelo conde da Louzã. Entregando então o governo, saiu de Gôa em 25 de dezembro de 1765 a bordo do navio *Nossa Senhora de Brotas*, que o trouxe para Lisboa, e apenas entrou o Tejo foi preso, juntamente com o seu secretario Belchior José Vaz de Carvalho, e encarcerado na Torre do Outão em Setubal. O libello accusatorio formulado pelo juiz procurador fiscal da fazenda do Ultramar, constava de 138 artigos. Belchior José Vaz de Carvalho foi declarado innocente e restituido á liberdade, mas o conde da Ega conservou-se preso 2 annos e 17 dias, sendo 20 mezes do mais rigoroso segredo. No fim d'este tempo foi atacado por uma ophtalmia intensissima, e allegando esse motivo, pediu para que o soltassem, conseguindo então sair do carcere a 27 de dezembro de 1768. Recolheu-se quasi completamente cego na casa de sua familia, á Junqueira, onde falleceu, sendo sepultado na egreja do convento dos Marianos. O conde da Ega havia casado com D. Anna Ludovina de Almada, já viuva do secretario de estado Marco Antonio de Azevedo Coutinho, que falleceu em 19 de maio de 1750, filha de D. Luiz d'Almada mestre-sala da Casa Real, senhor de Pombalinho e dos Lagares d'El-Rei. A condessa sua viuva continuou a promover o andamento do processo e a rehabilitação da memoria de seu marido, alcançando, pelo decreto de 27 de maio de 1777, a nomeação de novo juiz relator do processo accusatorio, podendo provar a improcedencia de todos os seus 138 artigos, e por sentença da Relação de Lisboa, de 26 de janeiro de 1779, foi julgado improcedente o mencionado libello, e illibada a conducta de conde da Ega, pela sua gerencia como vice-rei da India. Foi só então que seu filho Ayres herdou o titulo paterno. A condessa falleceu a 4 de fevereiro de 1790.

Ega *(Manuel de Saldanha e Albuquerque, 3.º conde da).* N. a 10 de outubro de 1799, e falleceu ainda muito creança, tendo recebido a mercê do titulo de conde da Ega, que por sua morte passou a seu irmão Antão José de Saldanha, que foi o 4.º conde da Ega.

Ega. Villa e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. do Douro, conc. e com. de Condeixa-a-Nova, distr. e bisp. de Coimbra; 2:410 hab. e 665 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural; duas feiras annuaes, nos dias 3 de fevereiro e 11 de novembro, denominadas de S. Braz e S. Martinho. A villa dista 5 k. da séde do conc. e está situada n'uma baixa, junto do rio dos Moiros. A prov. é muito antiga pois já existia antes da monarchia; foi conquistada aos moiros por D. Affonso Henriques em 1135, que a doou aos templarios em 1145. D. Fr. Estevão de Belmonte, mestre d'esta ordem, lhe deu foral em 1 de setembro de 1231, e D. Manuel deu lhe foral novo, em Lisboa, a 25 de fevereiro de 1514. O tribunal da Mesa da Consciencia apresentava o vigario, que tinha 200$000 reis de rendimento. Depois de abolida a ordem de Templo, passou a

freguezia para a de Christo, e ficando sendo parocho um treire d'esta ordem. No seu antigo termo tinha outra vigararia, no logar do Furadouro, chamada do Espirito Santo. No monte, em sitio alcantilado, está a capella de N. S.ª do Circulo, e ao sair para Condeixa, a capella de S Braz. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n. 23, com a séde em Coimbra.

Egas *(Alvaro)*. Abridor de cunhos na Casa 'a Moeda do Porto. Era filho, e provavelmente discipulo, de Egas Gonçalves, abridor de cunhos na mesma casa e que viveu nos reinados de D. Duarte e D. Affonso V, e ao qual substituiu pela sua avançada edade em 7 de março de 1488. (Archivo Nacional, livro XIX de D. João II, fol. 67).

Egas *(D. João)*. Arcebispo de Braga no tempo de D. Sancho II e de D. Affonso III. Elle e o bispo de Coimbra, D. Tiburcio, fôram os dois delegados do clero portuguez encarregados de celebrar em Paris, com D. Affonso, conde de Bolonha, depois rei D. Affonso III, o contrato, em virtude do qual subiu ao trono.

Egitania V. *Idanha-a-Velha*,

Egito. Povoação, séde do concelho do mesmo nome, no distr. de Benguella, prov. de Angola, Africa Occidental. A pov. está situada junto ao mar na foz do rio Balombo Sobre uma collina na margem esquerda levanta-se uma antiga fortaleza. Estão perto de aqui estabelecidas duas importantes fazendas de canna sacharina para o fabrico de aguardente. A pov. tem correio, permutando vales com o reino.

Egreja. Edificio onde se reunem os fieis para o exercicio do culto; templo, basilica, cathedral, sé, capella, ermida. (V. *estes nomes*). Nenhuma egreja póde ser aberta aos fieis sem licença do bispo diocesano, e nenhum officio póde n'ella ser celebrado sem estar benzida. Nenhuma regra de lithurgia determina d'uma maneira absoluta a orientação das egrejas. Todavia um grande numero d'ellas, construidas na Edade Media, são dispostas de maneira que o padre, ao celebrar missa no altar-mór, fixa o sol que nasce. As egrejas differem em dignidade, existindo entre ellas uma especie de hierarchia. A egreja per excellencia é a que tem throno ou cadeira prelaticia e que por uso se chama *sé* (de *sedes*) ou *cathedral* (de *cathedra*). Não ha cathedral sem bispo, arcebispo ou patriarcha: Sé patriarchal de Lisboa, sé archiepiscopal de Braga, sé episcopal do Porto. Seguem-se as egrejas *collegiaes* ou *collegiadas*, nas quaes funcciona um grupo de conegos além do da cathedral: as collegiadas de Barcellos, Cedofeita e Guimarães. Veem depois as egrejas *parochiaes*, *matrizes* ou *parochias*, dirigidas pelos parochos, abbades e curas; n'ellas se ministram os sacramentos do baptismo, extrema-uncção e matrimonio. Emfim as egrejas das communidades religiosas chamadas *conventuaes*. Ha ainda as egrejas abertas ao culto e ás devoções, que não teem nenhuma d'estas categorias e que pertencem a ordens secularisadas, irmandades, confrarias, etc.

Egreja. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Annaes, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Paio, de Antas, conc. de Espozende, distr. de Braga. || Santa Maria, de Anjos, conc. de Vieira, distr. de Braga. || N. S.ª do Ó, de Ardegão, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Azias, conc. de Ponte da Barca, do mesmo distr. || S. Miguel, de Alvarães, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Arcozello, conc. de Barcellos, distr. de Braga || Santa Maria de Abbade de Neiva, do mesmo conc e distr. || Santa Lucrecia, de Aguiar, idem, idem. || Santa Marinha, de Alheira, idem, idem. || S. Lourenço, de Alvellos, idem, idem. || S. Pedro, de Alvito, idem, idem || S Miguel, de Arcos, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto; tem correio. || Santa Maria, de Avelleda, conc. e distr. de Braga. || S. Jorge, de Abbadim, conc. de Cabeceiras de Basto, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Arrozella, conc. de Fafe, do mesmo distr. || Santa Eulalia e Santa Maria, de Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Miguel, de Aves, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Martinho, d'Argoncilhe, conc. da Feira, distr. de Aveiro; tem correio. || N S.ª d'Assumpção, de Aboim da Nobrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Thiago, de Arcozello, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª da Corredoura, de Alhaes, conc. de V. N. de Paiva, distr. de Vizeu. || S. Mamede, de Alemtem, conc. da Louzada, distr. do Porto. || Santa Eulalia de Avelleda, conc. de Villa do Conde, do mesmo distr. || S. Martinho, de Avessadas, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || S. Pedro, de Abragão, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. Miguel, de Argivai, conc. de Povoa de Varzim, do mesmo distr. || S. Thiago, de Areias, conc de Santo Thirso, do mesmo distr. || S. Lourenço, de Asmes, conc. de Vallongo, do mesmo distr. || S. Miguel, de Arcozello, conc. de V. N. de Gaia, do mesmo distr. || S. Pedro, de Avintes, do mesmo conc. e distr. || Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Julião, de Badim, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Barbeita, do mesmo conc. e distr. || S. Martinho, de Britêlo, conc. de Ponte da Barca, do mesmo distr. || Santa Maria, de Beiral do Lima, conc de Ponte do Lima, do mesmo distr. || S. Pedro, de Barreiros, conc de Amares, distr. de Braga || S. Vicente, de Bico, do mesmo conc. e distr. || S. Martinho, de Balugães, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Barqueiros, do mesmo conc. e distr. || S. Pedro Fins, de Belinho, conc. de Espozende, do mesmo distr. || S. Estevão, de Briteiros, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || Santa Leocadia, de Briteiros, idem, idem. || O Salvador, de Briteiros, idem, idem || S. Claudio, de Barco, idem, idem. || O Salvador, de Bente, conc. de V. N. de Famalicão, idem. || S. Miguel, de Bustello, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Leocadia e conc. de Baião, do mesmo distr. || Santo Estevão de Barrozas, conc. de Louzada, do mesmo distr. || S. Vicente, de Boim, do mesmo conc. e distr. || S. Miguel, de Beire, conc. de Paredes, do mesmo distr. || S. Cosme, de Briteiros, do mesmo conc. e distr. || S. Miguel, de Boelhe, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Balazar, conc. de Povoa de Varzim, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Beiriz, do mesmo conc. e distr. || Santa Maria, de Bagunte, conc de Villa do Conde, do mesmo distr. || S. Matheus, de Bunheiro, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Baiões, conc de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Bordonhos, do mesmo conc. e

distr. || S. Martinho, de Cabana Maior, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello || S. Thiago de Carralcova, do mesmo conc. e distr. || S. Thiago, de Cendufe, do mesmo conc. e distr. || S. Pedro, de Castanheira, conc. de Paredes de Coura, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Cunha, do mesmo conc. e distr. || Santa Maria Magdalena, de Chaviães, conc. de Melgaço, do mesmo distr. || N. S.ª d'Assumpção, de Cabração, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || Santa Eufemia, de Calheiros, do mesmo conc. e distr. || S. Pedro, de Calvello, do mesmo conc. e distr. || Santa Eulalia, de Cerdal, conc. de Valença, do mesmo distr. || S. Thiago, de Cardiellos, conc e distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Caires, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Thiago, de Caldellas, do mesmo conc. e distr. || S. Thiago, de Cambezes, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Salvador, de Campo, do mesmo conc. e distr. || S. Paio, de Carvalhal, idem, idem. || S. Thiago, de Cossourado, idem, idem. || S Miguel, de Cunha, conc. do mesmo distr. || Santa Maria, de Canedo, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || S. Miguel, de Carvalho, idem, idem. || S Romão, de Corgo, idem, idem. || S. Claudio, de Curvos, conc. de Espozende, do mesmo distr. || S. Mamede, de Cepães, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Gens, de Calvos, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || S. Julião, de Covellas, do mesmo conc e distr. || Santa Marinha, de Covide, conc. de Terras de Bouro, do mesmo distr. || S. Christovão, de Cabeçudos, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Julião, de Calendario, do mesmo conc. e distr. || Santa Eulalia, de Cabanellas, conc. de Villa Verde, do mesmo distr || S. Thiago, de Carreiras, do mesmo conc. e distr. || S. Pedro, de Codeceda, idem, idem. || S. João Baptista, de Conceiciro, idem, idem. || Santa Maria, de Covas, idem, idem. || N. S.ª da Graça, de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || S. Paio, de Casaes, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Thiago, de Cernadello, do mesmo conc. e distr. || S. João Evangelista, de Covas, idem, idem. || S. Mamede, de Canellas, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. Thiago, de Capella, do mesmo conc. e distr. || S. Thiago, de Carreira, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || S. Romão, de Coronado, do mesmo conc. e distr. || Santa Christina, de Couto, idem, idem. || S. Martinho, de Covellas, idem, idem. || S. Salvador, de Campo, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. João, de Canellas, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || N. S.ª da Purificação, de Cachoeiras, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Santa Marinha, de Crestuma, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Pedro, de Cesar, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Cucujães, idem, idem || S. Miguel, de Cambra, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Cepões, conc. e distr. de Vizeu. || S. Lourenço, de Durrães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho, de Dume, conc. e distr. de Braga. || O Salvador, de Donim. conc. de Guimarães, do mesmo distr. || Santa Maria, de Dossãos, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || Santa Maria, de Duas Egrejas conc de Paredes, distr. do Porto || S. Miguel, de Entre Ambos os Rios, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Esporões, conc. e distr. de Braga. || S. Mamede, e S. Pedro, de Éste, do mesmo conc. e distr. || S. Bartholomeu, de Povoa de Lanhoso, do mesmo districto || Santa Maria, de Esmoriz, conc. de Ovar, distr. d'Aveiro || S. Martinho, e S. Mamede, de Esmoriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Pedro, de Esqueiros, do mesmo conc. e distr. || Santa Maria, de Estrella, concelho de Povoa do Varzím, distr. do Porto. || Santo André, de Escariz, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Domingos de Foutello, conc. de Armamar, distr. de Vizeu || S. Pedro, de Formariz, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || S. Salvador, de Feitosa, do mesmo conc. e distr. || S. Pedro, de Figueiredo, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Miguel, de Fiscal, do mesmo conc. e distr. || Santa Maria, de Faria, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Pedro, de Fragoso, do mesmo conc. e distr. || S. Salvador, de Figueiredo, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago, de Freião, do mesmo conc. e distr. || S. Salvador, de Fonte Boa, conc. de Espozende, do mesmo distr. || S. Pedro, de Freitas, conc. de Fafe, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Farjães, conc. de Espozende, do mesmo distr. || S. Martinho, de Ferreiros, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || S. André, de Friande, do mesmo conc. e distr. || Santa Maria, de Frende, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Salvador, de Figueiras, conc. de Louzada, do mesmo distr. || Santa Maria, de Fregim conc. de Amarante, do mesmo distr. || S. João, de Folhada, conc. de Marco do Canavezes, do mesmo distr. || S. Thiago, de Figueiró, conc. de Paços de Ferreira, do mesmo distr. || S. Pedro de Fajoses, conc. de Villa do Conde, do mesmo distr. || S. Martinho, de Ferreirô, do mesmo conc. e distr || S. Martinho, de Foruello, idem, idem. || Santa Maria de Fiães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Formariz, conc. de Paredes de Coura, do mesmo distr. || S. Salvador de Figueiredo d'Alva, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu || S. Pedro, de France, conc. e distr. de Vizeu. || S. Salvador, de Folgosa, conc. da Maia, distr. do Porto. Tem correio. || S. Thiago, de Fonte Arcada, conc. de Penafiel, do mesmo distr. Tem correio. || S. André, de Guilhadezes, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. João Evangelista, de Grovellas, conc. de Ponte da Barca, do mesmo distr. || S. Miguel, de Gondufe, conc. de Ponte de Lima, do mesmo distr. || S. Christovão de Gondomil, conc. de Valença, do mesmo distr. || Santa Maria e S. Martinho, de Gallegos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Gilmonde, do mesmo conc. e distr. || Santa Marinha, de Gondifellos, conc de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Braz de Gualtar, conc. e distr. de Braga. || S. Miguel, de Gemezes, conc. de Espozende, do mesmo distr. || S. Pedro Fins, de Gominhães, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || Santos Cosme e Damião, de Garfe, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Godinhaços, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Mamede, de Gomide, do mesmo conc. e distr. || S. Mamede, de Gondiães, idem, idem. || S. Thiago, de Gavião, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Gestaçô, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Miguel de Gandra, conc. de Paredes, do mesmo distr. || S. Pedro, de Gondalães, do mesmo

conc. e distr. || S. Salvador, de Gallegos, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. Lourenço, de Golães, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Estevão, de Guetim, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Estevão, de Gião, conc. de Villa do Conde, do mesmo distr. Tem correio. || S. Faustino, de Guinfães, conc. da Maia, do mesmo distr. Tem correio. || Santa Maria, de Infantas, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Insalde, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. Tem correio. || S. Thiago, de Infesta, do mesmo conc. e distr. Tem correio. || S. Miguel, de Jesufrei, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria, de Jazente, conc. de Amarante, distr. do Porto. || N. S.ª da Expectação, de Lordello, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Verissimo, de Luzio, do mesmo conc e distr. || S. Miguel, de Lavradas, conc. de Ponte da Barca, do mesmo districto. || S. Christovão, de Labruja, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || S. Martinho, de Lago, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, de Lijó, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Lamaçães, conc. e distr. de Braga. || S, Thomé, de Lanhas, conc. de Villa verde, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Louredo, conc de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria Magdalena, de Loivos da Ribeira, conc. de Baião, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Lodares, conc. da Louzada, do mesmo distr. || Santa Margarida da Louzada, idem, idem. || S. Thiago, de Lustosa, idem, idem. || S. Salvador, de Lordello, conc. de, Paredes, do mesmo distr. || S. Miguel de Lama, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Lamellas, do mesmo conc. e distr. || Santa Maria, de Lamas, concelho da Feira, distr. de Aveiro, || Santa Eulalia, de Lanhezes, conc. e distr. de Vianna do Castello || S. André, de Lever, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. || O Salvador, de Lemenhe, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Louzado, do mesmo conc. e distr. || S Domingos, de Lagarteira, conc. de Ancião, districto de Leiria || S. Thiago. de Labruge, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto Tem correio. || S. Martinho de Lagares, conc. de Penafiel, do mesmo distr. Tem correio. || O Salvador, de Mauzedo, conc. Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Messegães, do mesmo conc. e distr. || Santa Maria, de Moreira, idem, idem. || S. Lourenço, do Mato, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || S. Martinho, de Manhente, conc. de Barcellos, distr. de Braga || S. Paio, de Midões, do mesmo conc. e distr. || S. Salvador, de Minhotães, idem, idem || S. Miguel, de Moreira, conc. e distr. de Braga. || S. André, de Molares, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || Santa Maria, de Moreira do Castello, do mesmo conc. e distr. || S. Paio, de Moreira de Conegos, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Martinho, de Monsul, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || S. Maria, de Moure, do mesmo conc. e distr. || S. André de Moimenta, conc. de Terras de Bouro, do mesmo distr. || S. Thiago, de Mouquim, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || Santa Maria, de Moz, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Salvador, de Moure, conc. de Felgueiras, distr. do Porto || S. Salvador, de Magrellos, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || S. Romão, de Mouriz, conc. de Paredes, do mesmo distr. || S André, de Marécos, conc. de Penafiel, do mesmo distr Tem correio. || S. Christovão, de Muro, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || Santa Christina, de Malta, conc. de. Villa do Conde, do mesmo distr. || S Salvador de Modivas, do mesmo conc. e distr. || S. João Evangelista, de Mindello, idem, idem. Tem correio. || S Christovão, de Mafamude, conc. de V. N. de Gaia, do mesmo distr. || S. Felix, de Marinha, do mesmo conc. e distr. || S. Miguel, de Marinhas, conc. de Espozende, distr. de Braga. || S. Thiago, de Milheirós, conc. da Maia, distr. do Porto. || S. Martinho, de Mozellos, conc. da Feira. distr. d'Aveiro. || S. Mamede, de Madail, conc. de Oliveira de Azemeis, do mesmo distr. || S. João da Madeira, do mesmo conc. e distr. || O Salvador, de Medrões, conc. de Santa Martha de Penagião, distr. de Villa Real. || S. Miguel de Lobrigos, do mesmo conc. e distr. || S. Romão, de Nogueira, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador, de Navió, conc. de Ponte de Lima, do mesmo distr. || S. João, de Nogueira, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Negreiros, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || O Salvador, de Nogueiró, conc. e distr. de Braga. || S. João Evangelista, de Nespereira, conc. de Louzada, distr. do Porto. || O Divino Salvador, de Navaes, conc. de Povoa de Varzim, do mesmo distr. || S. Adrião, de Oleiros, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Ourilhe, conc de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Thiago, de Oliveira, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || S. Thiago, de Ontiz, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || Santa Maria, de Oleiros, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Martinho, de Outeiro Maior, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Miguel, de Oriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Paio, de Oliveira, conc. de Amarante, distr. do Porto. S. Estevão, de Oldrões, conc, de Penafiel, do mesmo distr. || S. Paio, de Oleiros, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. || S. Miguel e conc. de Oliveira de Azemeis, do mesmo distr. || S. Martinho, de Parada, conc de Monsão, distr. de Vianna do Castello. S. || João, do Portella, do mesmo conc. e distr. || S. Martinho, de Paço Vedro de Magalhães, conc. de Ponte da Barca, do mesmo distr. || S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || S. Martinho, de Paranhos, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Verissimo, de Paranhos, bairro, Oriental do Porto || S. Pedro, de Portella, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. André, de Palme, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Parada, do mesmo conc. e distr. || Santa Marinha, de Paradella, idem, idem. || S. Julião, de Passos, conc. e distr. de Braga || S. Paio, de Pousada, idem, idem. || S. Adrião, de Padim da Graça, idem, idem. || Santa Maria, de Panoias, idem, idem. || Santa Eulalia, de Palmeira de Faro, conc. de Espozende, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Pentieiros, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Pedro, de Pedome, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || O Salvador, de Parada de Gatim, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Penascaes, idem, idem. || S. Christovão e S. Paio, de Pico de Regalados, idem, idem || O Salvador, de Portella das Cabras, idem, idem. || Santa Maria, e S. Miguel, do Prado, idem, idem. || S. Lourenço, de Pias, conc. de Louzada distr. do Porto. || S. Romão,

de Paredes de Viadores, concelho de Marco de Canavezes, do mesmo districto. || Santa Eulalia, concelho de Paços de Ferreira, do mesmo districto. || S. Miguel de Parede, concelho de Penafiel, do mesmo districto. || Santa Maria, de Perozello, idem, idem. || S. Paio, de Portella, idem, idem. || O Salvador, de Perosinho, conc. de V. N da Gaia, do mesmo distr. || S. Cypriano, de Paços de Brandão, conc. da Feira, distr. d'Aveiro || Santo Thirso, de Paramos, idem, idem. || Santa Maria, de Pindello, conc. de Oliveira de Azemeis, do mesmo distr. || O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Santa Catharina, de Pardaes, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora. || S. Salvador, de Paderne, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador, de Pereira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Christina, de Pousa, idem, idem. || S. Pedro, de Pardilhó, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Pecegueiro, conc. de Sever do Vouga, do mesmo distr. Tem correio. || S. Miguel, de Parreiras, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello Tem correio. || S. Miguel, de Queirã, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || S. Sebastião, de Queiriga, conc. de V. N. de Paiva, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Rio Covo, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Remoães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Rouças, idem, idem. || S. Salvador, de Rendufe, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || S. João, de Roboreda, conc. de V. N. da Cerveira, do mesmo distr. || S. André, de Rendufe, conc. de Amares, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Remelhe, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Paio, de Ruilhe, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Rendufinho, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || O Salvador, de Rossas, conc. de Vieira, do mesmo distr. || S. Pedro, de Riba de Ave, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || O Salvador, de Ruivães, idem, idem. || Santa Comba, de Regilde, conc de Felgueiras distr. do Porto. || Santa Maria, de Revinhade, idem, idem. || Santa Maria, de Rozem, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || S. Miguel, de Rebordosa, conc. de Paredes, do mesmo distr. || S. Christovão, de Refojos de Riba d'Ave, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || Santa Maria, de Reguenga, idem, idem || S. Thiago, de Rio Meão, conc da Feira, distr. de Aveiro || S. Miguel, de Ribeiradio, conc de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Raimonda, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. Tem correio. || S. Antão, de Romariz, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. Tem correio. || S André, de Sanhoane, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Santar, conc. de Nellas, distr. de Vizeu. || S Cypriano, de Senharei, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Sistello, idem, idem. || S. Thiago, de Sampriz, conc de Ponte da Barca, do mesmo distr. || S. Miguel, de Sapardos, conc. de V. N. da Cerveira, do mesmo distr. || S. Thiago, de Soppo, idem, idem. || S Paio, de Seramil, conc. de Amares, distr de Braga. || S. João Baptista, de Silveiros, conc. de Barcellos, do mesmo distr || Santa Lucrecia d'Algeriz, conc e distr. de Braga. || S. Lourenço, de Saude, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || Santa Maria, de Souto, idem, idem. || S Adrião, de Soutello, conc de Vieira, do mesmo distr. || O Salvador, de Souto, conc. de Terras de Bouro, do mesmo distr. || S. Miguel, de Soutello, conc. de Villa Verde, do mesmo distr || S. Thiago, de Sendim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto || S. João, de Sernande, idem, idem. || Santa Maria de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || O Salvador e conc. de Sabroza, distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Sandim, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santa Maria, de Seixezello, idem, idem || S. Pedro, de Sermonde, idem, idem. || S. Mamede, de Serzedo, idem, idem. || Santa Eulalia, de Sanguedo, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. || S. Miguel de Villa Boa, conc. de Sattam, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Lejães, conc. de Oliveira de Frades, do mesmo distr. || N. S.ª d'Assumpção, de Senhorim, conc. de Nellas, do mesmo distr || Santa Cruz do Bispo, conc. de Bouças, distr do Porto || S. Salvador, de Serrazes, conc. de S Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Pedro Fins, conc. da Maia, distr do Porto. || S. Christovão, conc. de Montemór-o Novo, distr. de Evora. || S. Jorge, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello || S. Martinho, de Outeiro Maior, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. Tem correio. || S. André, de Sobrado, conc. de Vallongo, do mesmo distr. Tem correio. || S. Cosme e conc. de Gondomar, do mesmo distr. Tem correio. || S. Thiago, de Tabaçó, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Tavora, idem, idem. || O Salvador, de Tangil, conc. de Monsão, do mesmo distr. || S Mamede, de Troviscoso, idem, idem. || Santa Maria, de Torporiz, idem, idem. || S Pedro da Torre, conc. de Valença, do mesmo distr. || Santa Maria, de Torre, conc. de Amares, distr de Braga. || S. Leocadia, S. Fins, S. Verissimo, de Tamel, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Bartholomeu, de Tadim e Fradellos, conc. e distr. de Braga. || S. Salvador de Tebosa, idem, idem. || Santa Eulalia, de Tenões, idem, idem. || S. Miguel, de Thaide, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || S. Thomé, de Travassós, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Miguel, de Trezouras, conc. de Baião, distr. do Porto. || Divino Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, do mesmo distr || S. Pedro Fins, de Torno, conc. da Louzada, do mesmo distr || S. Salvador, de Tabuado, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || Santa Maria, de Toutosa, idem, idem || O Salvador, de Touguinhó, conc. de Villa do Conde, do mesmo distr. || S. Miguel, de Travassô, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Mamede, de Travanca, conc. da Feira, do mesmo distr. || S. Martinho, de Travanca, conc. de Oliveira de Azemeis, do mesmo distr. || S. Estevão, de Urgezes, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Comba, de Villa Fonche, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr de Vianna do Castello || S. Sebastião, de Ville, conc. de Caminha, do mesmo distr. Tem correio. || N. S.ª da Conceição, de Villela, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr || S. Thomé e S. Pedro, de Vade, conc de Ponte da Barca, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Villa Chã, idem, idem || S. João Baptista, de Villa Chã, conc. de Espozende, distr. de Braga. || S. Estevão, de Villar das Almas, conc de Ponte do Lima, distr de Vianna do Castello || S. João Baptista, de Villar do Monte, idem, idem. || S. André, de Victorino dos

Piães, idem, idem. || S. Miguel, de Villa Franca, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Verdoejo, conc. de Valença, do mesmo distr. || S. Martinho e S. Pedro, de Villa Frescainha, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Paio, de Villar de Figos, idem, idem. || Santa Cecilia, de Villaça, conc. e distr. de Braga. || S. Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Varzea de Abrunhaes, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Viade, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Maria, de Verim, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || S. Miguel, de Villela, idem, idem. || S. Cosme, e S. Martinho, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || O Salvador, de Villarinho das Cambas, idem, idem. || S. Pedro, de Valle Bom, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Vallões, idem, idem. || S. Thomé. de Villarinho, idem, idem. || S. Miguel, de Varziella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto || Santa Marinha, de Villar do Pinheiro, conc. de Villa do Conde, do mesmo distr. || S. Martinho, de Varzea do Douro, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || S. André, de Villa Boa de Quires, idem, idem || S João Evangelista, de Villa Cova de Carros, conc. de Paredes, do mesmo distr. || Santa Maria, de Villar, conc. de Villa do Conde, do mesmo distr. || S. Pedro, de Villar do Paraizo, conc. de V. N. de Gaia, do mesmo distr. || O Salvador, de Valladares, idem, idem. || S. Pedro, de Villa Chã, conc. de Oliveira de Azemeis, distr d'Aveiro. || N. S.ª da Purificação, de Villa Maior, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Ventosa, conc. de Vouzella, do mesmo distr. || N. S.ª d'Assumpção, idem, idem. || S. Mamede, de Ventosa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Rio do distr. de Bragança. N. na Galliza, entra em Portugal pelo logar de Sacoias, e vae desaguar no Sabor, depois de um curso de 17 k. em territorio portuguez.

Egreja de Baixo. Pov. na freg. de Santa Maria, de Borba da Montanha, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Egreja Bella. Pov. na freg. de Santa Maria, de Athães, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Egreja Boa. Pov. na freg. de Santa Maria, de Medas, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Egreja Nova. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 386 hab. e 83 fogos. A pov. dista 11 k. da séde do conc. E' terra muito fertil. A mitra apresentava o abbade, por concurso synodal, que tinha 250$000 réis de rendimento. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Estremadura, conc. e com. de Mafra, distr. e patriarc. de Lisboa; 1:690 hab. e 413 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 2 k. da séde do conc. A terra é muito fertil. A freg. foi da Casa das Rainhas, e eram ellas quem apresentavam o prior, que tinha 300$000 réis de rendimento. Pertence á 1.º div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1 com a séde em Lisboa. || Pov. na freg. de S. José, de Lavegadas, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. Tem caixa postal.

Egreja Nova do Sobral. Pov. e freg. do Espirito Santo, da prov. da Estremadura, conc. de Ferreira do Zezere, com. de Thomar, distr. de Santarem e bisp. de Coimbra; 1:483 hab. e 307 fog. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. fabricas de telha e minas de ferro. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Ferreira do Zezere a Thomar. O seu antigo nome era Sobral, e desde que se construiu a actual egreja matriz, ficou chamando se *Egreja Nova do Sobral*. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha diversos generos, e 12$000 réis de rendimento. A terra é fertil e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar.

Egreja de Refontoura. Pov. na freg. de S. Cypriano, de Refontoura, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Egreja de S. Julião. Pov. na freg. de S. Julião, conc. e distr. de Portalegre.

Egreja de Valle Judeu. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Egreja Velha. Povoações nas freguezias: S. Paio e conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador, de Covão do Lobo, conc. de Vagos, distr. de Aveiro. || S. Estevão, de Guetim, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Paio, de Villar de Figos, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Egrejinha. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Arraiollos, distr. e arceb. de Evora; 747 hab. e 255 fog. Tem escolas para ambos os sexos, caixa post. e fabrica de telha e tijolo. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Arraiollos a Redondo. A mitra apresentava o capellão curado. A terra é muito fertil em cereaes, e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal.

Egrejò. Pov. na freg. de S. Julião, de Silva, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Egualdade. Roça na ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Eguaria. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Collares, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Eguas. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Eguel. Territorio do conc. de Cacheu, distr. da Guiné. Foi cedido á Corôa por varios regulos, por convenção celebrada a 18 de fevereiro de 1853.

Egypto *(Fr. José do)*. Religioso da ordem de S. Francisco, que falleceu em 1722. Deixou impressas as seguintes obras: *Ramalhete seraphico composto de varias flôres espirituaes para salvação e aproveitamento dos irmãos terceiros*, etc.; *Infante peregrino, escravo principe, filho de Jacob em estylo politico, moral e historico*; *Thesouro espiritual seraphico, guia de catholicos para o rumo da bemaventurança pelo caminho da seraphica, santa e sagrada ordem Terceira da Penitencia*. Tinha mais duas obras promptas para a impressão, mas os manuscriptos fôram devorados por um grande incendio que em uma madrugada de 1741 destruiu o convento.

Egypto. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de Santa Catharina e conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Eidim. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Rossas, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Eidinhos. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Loivos da Ribeira, conc. de Baião, distr. do Porto.

Eido. Povoações nas freguezias: S. Paio, de Anciães, conc. de Amarante, distr. do Porto. ‖ S. André, de Barrocas e Taias, conc. de Monsão. distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Estevão, de Bastuço, conc. de Barcellos, distr. de Braga. ‖ S. Silvestre, de Bravães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello ‖ S. Romão, de Fonte Coberta, conc. de Barcellos, distr. de Braga. ‖ S. Martinho, de Fradellos, conc. e distr. de Braga. ‖ Santa Maria, de Freigil, conc. de Rezende, distr. de Vizeu ‖ S. Verissimo, de Lagares, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. ‖ S. Miguel, de Mezio, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. ‖ O Salvador, de Pedregaes, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. ‖ S. Salvador, de Ribas, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. ‖ Santa Eugenia, de Rio Covo, conc. de Barcellos, do mesmo distr. ‖ S. Salvador, de Tabuado, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. ‖ S. Verissimo, conc. de Amarante, do mesmo distr. ‖ S. Sebastião, de V. N. de Souto d'El-Rei, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. ‖ S. Estevão, de Villar das Almas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Eido d'Além. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Pendilhe, conc. de V. N. de Paiva, distr. de Vizeu.

Eido de Baixo. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Ayão, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. ‖ O Salvador, de Lama, conc. de Barcellos, distr. de Braga

Eido de Baixo e **de Cima.** Duas povoações nas freguezias: S. Pedro, de Castanheira, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. ‖ Santa Maria, de Egreja Nova, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Eido de Cima. Povoações nas freguèzias: S. Salvador, de Arão, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Paio, de Oliveira, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Eido do Monte. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Verdoejo, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Eido das Monteiras. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Monteiras, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Eido Novo. Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Friestas, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. ‖ Santa Marinha, de Verdoejo, do mesmo conc. e distr.

Eido Velho. Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Tavora, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Estevão, de Villar das Almas, conc de Ponte do Lima, do mesmo districto.

Eido de Villar. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Barrô, conc de Rezende, Vizeu.

Eidos. Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Aldão, conc. de Guimarães, distr. de Braga ‖ S. Vicente, de Areias, conc. de Barcellos, do mesmo distr. ‖ S. Pedro, de Canadello, conc. de Amarante, distr. do Porto. ‖ Santa Maria, de Lovelhe, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Romão, de Nogueira, conc. de Ponte da Barca, do mesmo distr. ‖ S. Adrião, de Padim da Graça, conc. e distr. de Braga. ‖ Santa Marinha, de Padornêllo, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. ‖ O Salvador, de Parada e Barbudo, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Eimede. V. *Buarcos.*

Eina. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Elonga. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Eira. Povoações nas freguezias: Ilha do Pico; N. S.ª das Caudeias, de Candelaria, conc de Magdalena, distr. de Horta. ‖ S. João Baptista, de Carvoeiro. conc. de Mação, distr. de Santarem ‖ Santa Eulalia de Bésteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. ‖ S. Miguel, de Freixo de Cima, conc de Amarante, distr. do Porto. ‖ Santa Maria, de Oliveira, conc. de Mesão Frio, distr de Villa Real. ‖ Santa Maria, de Aboadella Ovelha do Marão, conc. de Amarante, distr. do Porto. ‖ O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. ‖ Santa Marinha, de Roussas, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Julião, de Serafão, conc. de Fafe, distr. de Braga. ‖ Santa Eulalia, de Tenões, conc. e distr. de Braga. ‖ Santa Comba, de Villa Fouche, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Cosme, de Aldeias, conc. de Gouveia, distr. da Guarda. ‖ S. João Baptista, de Villa Chã de Sá, conc. e distr. de Vizeu. ‖ Casal na freg. de S. João Baptista, de Carvoeiro, conc. de Mação, distr. de Santarem. ‖ Casal na freg. de S. Miguel, de Juncal, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. ‖ Casal na freg. de S Julião, de Mourouho, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. ‖ Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sinde, do mesmo conc. e districto.

Eira da Achada. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Ribeira da Janella, conc. de Porto Moniz, distr. de Funchal.

Eira de Baixo e **de Cima.** Duas povoações na freguezia de S. Miguel, de Barrio, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Eira Barbeiro Pov. na freg de Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, distr. de Faro.

Eira Barrenta. Pov. na freg. de N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

Eira do Cabeço. Ilha do Pico; pov. na freg. de Santo Antonio, conc. de S. Roque do Pico, distr. de Horta.

Eira do Cabo. Pov. na freg. de S. Paio, de Mozellos, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Eira do Calvo. Pov. na freg. de S. Silvestre, conc. da Louzã, distr. de Coimbra.

Eira do Chão. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, da Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Eira Cova. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Eira Grande. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Bouro, conc. de Amares, distr. de Braga ‖ S Martinho, de Courel, conc. de Barcellos, do mesmo districto.

Eira de Lapella. Pov. na freg. de Santa Maria, de Fiães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Eira do Lombo. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª do Monte, conc. e distr do Funchal.

Eira do Meio. Pov. na freg. de Santa Maria, de Labrujó, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello

Eira do Mello. Pov. na freg. de Santa Maria, de Melres, conc. de Goudomar, distr. do Porto.

Eira de Miguel. Pov. na freg. de S. Francisco de Assis, de Amieira, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Eira de Miguel Alvares. Ilha das Flôres; pov. na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Fajãsinha, conc. das Lagens das Flôres, distr. de Horta.

Eira do Moura. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª d'Ajuda, da Serra d'Agua, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Eira do Mourão. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Bento, de Ribeira Brava, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Eira da Nega. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Palmeira de Faro, conc. de Espozende, distr. de Braga.

Eira do Niza. Pov. na freg. de S. Martinho, de Moreira do Rei, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Eira do Norte. Nome generico dos dois baixos de Jefunco e de Varella, na margem direita e á entrada do rio de S. Domingos ou de Cacheu, prov. da Guiné, Africa Occidental. Limitam pelo lado septentrional o canal direito.

Eira Nova. Pov. na freg de Santa Maria, de Fregim, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Eira da Palma. Pov. na freg. de Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, distr. de Faro.

Eira de Pedra. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Maçãs de Caminho, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria || Santo Antonio, de Fatima, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Eira Pedrinha. Povoações nas freguezias: S. Pedro de Condeixa-a-Velha, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Natividade, de Luso, conc. da Mealhada, distr. de Aveiro || S. Thiago, de Monquim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga

Eira Pedrinha de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Vicente, de Cidadelhe, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real.

Eira Queimada. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Gouveães, conc. de Tarouca, distr. de Vizeu.

Eira da Rocha *(Monte da)*. Na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Eira do Sul. Baixo situado na margem esquerda ou do sul e na embocadura do rio de S. Domingos, do conc. de Cacheu, prov. da Guiné. O banco de Jatta e a Corôa de Batte, unem se pelo lado do N. á Eira do Sul. Os inglezes chamam a este baixo, que fica ao S de Cabo Roxo, *Gavamas Spit*, e os francezes chamam lhe *Plateau de Gavamas*.

Eira Vade. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Rio Frio, conc de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Eira Vedra. Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Minho, conc. e com. de Vieira, distr. e arceb. de Braga; 585 hab. e 137 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 2 k. da séde do conc. E' terra fertil, cria muito gado, e tem caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias: S. Lourenço, de Golães, conc de Fafe, distr. de Braga. || S. Pedro, de Gondalães, conc. de Paredes, distr. do Porto. || O Salvador, de Parada de Gatim, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || O Salvador, de Villa Cova da Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Eira Velha. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Abragão, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Maria, de Adaufe, conc. e distr. de Braga. || Santa Leocadia, de Briteiros, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria || S. Pedro, de Maceda, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Paços da Serra, conc. de Gouveia, distr. da Guarda || Santa Eufemia, de Prazins, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel, de Soutello, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco. || Santa Clara-a-Nova, conc. de Almodovar, distr. de Beja || Santa Margarida da Serra, conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Eira Verde. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Odeleite, conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Eira da Villa. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Rio Frio, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr de Vianna do Castello

Eiradella. Pov. na freg. de S Martinho, de Mancellos, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Eiradiga. Tambem *Eiradéga* ou *Heiradêga*. Certo direito ou foragem, que, além dos oitavos, sextas e jugadas, os emphytentas e caseiros pagavam antigamente aos senhorios, e que variava segundo as clausulas dos aforamentos e contratos.

Eirado. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc. de Aguiar da Beira, com. de Trancoso, distr. da Guarda e bisp. de Vizeu; 549 hab. e 137 fog. Tem escolas d'ambos os sexos e caixa post. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada na margem d'uma pequena ribeira affluente do rio Dão. O abbade de Coruche, da Beira, apresentava o cura, que tinha 9$000 réis de congrua e o pé d'altar. || Povoações nas freguezias: S. Salvador e conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Salvador, de Arão, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Arcozello, conc. de V. N de Gaia, distr. do Porto. || O Salvador, de Balazar, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Vicente, de Bico, conc. de Amares, do mesmo distr. || O Salvador, de Cabreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Canidello, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Miguel, de Carreiras, conc. de Villa Verde, distr. de Braga || Santa Comba, de Eiras, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Escariz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Estella, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || S. Martinho, de Ferreiró, conc. de Villa do Conde, do mesmo distr. || S. Pedro, de Sanfins, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Mamede, de Friestas, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello || S. Mamede, de Infesta, conc de Bouças, distr. do Porto || S. Paio, de Oleiros, conc. da Feira, distr de Aveiro. || S. Pedro Fins, conc. da Maia, distr. do Porto. || S. Cosme e Damião de Polame, conc de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Rebordões, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Maria, de Rendufinho, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Miguel, de Var-

ziella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Verdoejo, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Eirado de Cortes. Pov. na freg. do Salvador, de Mazedo, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Eirados. Povoações nas freguezias : S. Felix, de Gondifellos, conc. de de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || O Salvador, de Mazedo, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Eiral. Pov. na freg. de S. Martinho, de Brute, conc de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Eiras. Pov. e freg de N. S.ª da Expectação, da prov. de Traz-os Montes, conc e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga ; 551 hab. e 147 fog. Tem correio com serviço de posta rural, e esc. do sexo masc. A pov. dista 8 k. da séde do conc. O reitor de Santo Estevão apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. Pertence á 6ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Pov. e freg. de Santa Comba, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga : 355 hab. e 130 fog. A pov. dista 11 k. da séde do conc O visconde de V. N. da Cerveira apresentava o abbade, que tinha 250$000 réis de rendimento. Esta parochia e antiga, e no monte de Villar houve um castro luso-romano, de que ha ainda bastantes vestigios. Eiras foi primitivamente uma *branda* dos povos de Sabbadim, d'onde lhe veiu o nome, porque nas suas eiras seccavam os cereaes. Tem uma egreja pequena, onde se vêem dois altares de talha antiga d'algum valor. A terra é muito fertil, cria muito gado, e tem bastante caça. Pertence á 3ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc , com , distr. e bisp. de Coimbra ; 1:208 hab e 256 fog. Tem correio com serviço de posta rural ; escolas d'ambos os sexos ; medico e pharmacia. A pov. dista 5 k. da séde do conc. O mosteiro de freiras da ordem de S. Bernardo, de Cellas, junto a Coimbra, apresentava o vigario, que tinha 100$000 réis de rendimento. Teve conc. proprio, que foi supprimido ha muitos annos, com camara, vereadores, juiz, escrivães, meirinhos, etc. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. || Povoações nas freguezias : S. João Baptista, de Bico, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Santissimo Sacramento, de Burgo, conc. de Arouca, distr. d'Aveiro. || Santa Eulalia, de Cabanellas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || N. Sª da Graça, de Campello, conc de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria || N. S.ª das Mercês, de Carvalhal Bemfeito, conc. das Caldas da Rainha, do mesmo distr || O Salvador, de Castellões, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S Pedro, de Cette, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S Miguel, de Christellos, idem, idem. || Ilha da Madeira ; S. Salvador e conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal. || Santa Cruz do Douro, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Mamede, de Santa Cruz da Trapa, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu || Santa Eulalia, de Cumieira, conc de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Miguel, de Cunha, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago, de Feitos, conc. de Barcellos, do mesmo distr || N. Sª da Expectação, de Fermedo, conc. de Arouca, distr. de Aveiro || Santa Christina, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || O Salvador, de Fonte Boa, conc. de Espozende, distr. de Braga || Santos Cosme e Damião, de Garfe, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Gondoriz, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Meinedo, conc. da Louzada, distr. do Porto. || S. Romão, de Neiva, conc. e distr de Vianna do Castello. || Ilha de S. Jorge ; N. Sª das Neves, de Norte Grande, conc de Vélas, distr. de Angra do Heroismo || S. Miguel, de Passô, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || O Salvador, de Pedralva, conc e distr. de Braga. || S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria || N. Sª d'Assumpção e conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco. || S. Martinho, de Recczinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto, || Santa Eulalia, de Rio de Moinhos, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Felix, de Sanfins, conc. de Valença, do mesmo distr. || Santa Maria Magdalena, de Seixo de Côa, conc. de Sabugal, distr. da Guarda. || S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra. || S. Martinho, de Villa Mou, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Casaes na freg. de S. Leonardo, de Athouguia da Baleia, conc. de Peniche, distr. de Leiria. || Casal na freg. de Sant'Anna, da Carnota, conc de Alemquer, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Christovão, de Ferreirós, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Turquel, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Casal na freg. de S. Sebastião, de Vimeiro, idem, idem || Fortaleza na ilha de S. Jorge, archipelago dos Açôres. Faz parte do systema de fortificação da villa das Vélas.

Eiras d'Além. Pov. da freg. de S. Nicolau e conc da Feira, distr. de Aveiro.

Eiras Altas. Pov. na freg. de Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Eiras Cimeira e **Eiras Fundeira.** Duas aldeias na freg de N. Sª da Conceição, de Amendoa, conc. de Mação, distr. de Santarem

Eiras da Lagôa. Pov. na freg de S. João Baptista e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Eiras Maiores. Pov. na freg. de S. Pedro, de Penhas Juntas, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

Eiras dos Pussos. Pov na freg. de S. Estevão, de Pussos, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Eiras Velhas. Ilha da Madeira ; pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal.

Eireira. V. *Ereira.*

Eirigo. Povoações nas freguezias : N. S.ª da Conceição e conc de Oleiros, distr. de Castello Branco. || S. Gens, de Palla, conc. de Mortagoa, distr de Vizeu.

Eirigos. Pov. na freg. de S. Pedro, do Souto, conc de Arcos de Valle-de-Vez, distr de Vianna do Castello.

Eirinha. Povoações nas freguezias : N S.ª d'Assumpção, de Barrô, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Cypriano, de Senharei, conc. de Arcos de Valle-de Vez, distr. de Vianna do Castello. || Ilha da Madeira; N. S.ª d'Ajuda, de Serra

d'Agua, conc. de Ponta do Sol, distr. de Funchal. || Quinta na freg. de Sant'Anna, de Pouzada, conc. e distr. da Guarda.

Eirinhaes. Pov. na freg. de Santa Christina, de Serzedello, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Eirinhas. Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira; S. João Baptista, de Fajã da Ovelha, conc. da Calheta, distr. do Funchal. || S. Pedro, de Goães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Eiriz. Pov. e freg. de S. João Evangelista, da prov. do Douro, conc. e com de Paços de Ferreira, distr. e bisp. do Porto; 478 hab. e 125 fog. A pov. dista 3 k. da séde do conc. A terra é fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Povoações nas freguezias: S. André, de Ancêde, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Martinho, de Crasto, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Gavea, conc. de Melgaço, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Parada de Esther, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu || N. S.ª da Natividade, de Vrêa de Bornes, conc. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real.

Eiro *(Casal do).* Na freg de Santa Cruz do Douro, conc. de Baião, distr. do Porto.

Eiró. Pov.ª e freg. do Salvador, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Boticas, distr. de Villa Real e arceb. de Braga; 919 hab. e 216 fog. Está n'esta freg. a séde do conc. de Boticas (*V. este nome*). || S. João Baptista, de Avões, conc de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Beire, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Canedo, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Estevão, de Cantelães, conc. de Vieira, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Cumieira, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Adrião, de Duas Egrejas, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Felix, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Santa Leocadia, de Fradellos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Paio de Guimarei, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Lamellas, idem, idem. || Santa Marinha, de Linhares, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Thiago, de Santa Lucrecia de Algeriz, conc. e distr. de Braga. || Santa Marinha, conc. de Ceia, distr. da Guarda. || O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu || S Vicente, de Pinheiro, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Paiva, distr. d'Aveiro. || S. André, de Rio d'Ouro, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Pedro, de Samodães, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. André, de Sanhoane, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Jeronymo, de Silvã de Baixo, conc. de Sattam, distr. de Vizeu || S. Martinho, de Soajo, conc. de Arcos e Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello || S. Martinho, de Soalhães, conc de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Miguel, de Trezouras, conc. de Baião, do mesmo distr. || S. Pedro, de Varzea de Abrunhaes, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Villarinho, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || Bairro na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

Eiró d'Anciães. Pov. na freg de N. S.ª da Expectação, de Varzea, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Eiró de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. da Sé e conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Eiró de Molmentinha. Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Cepões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Eirol. Pov e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Douro, conc, com., e distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 428 hab. e 132 fog. Tem escolas d'ambos os sexos, feira no dia 3 de cada mez, e correio. A pov. dista 9 k. da séde do conc. A terra é muito fertil em todos os generos da agricultura. Cria-se muito gado, que se exporta Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

Eirós. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Prozello, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello || S. Martinho, de Quinchães, conc. de Fafe, distr de Braga || O Salvador, de Valladares, conc. de V. N. de Gaia distr. do Porto. || O S. Martinho, de Ventosa conc. de Vieira, distr. de Braga.

Eita. Rio do distr. de Vizeu, que nasce na Torre de Eita, passa junto da villa de Sabugosa, e lança-se no rio Dão, acima de S. João de Areias, com 30 k. de curso.

Eivados. Pov. na freg de N. S.ª d'Assumpção, de Sucções, conc. de Miraudella, distr. de Bragança.

Eixes. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Sucções, conc. de Mirandella, distr. de Bragança. Tem capella de S. Fructuoso, antiga freguezia, e que está ha muitos annos annexa á de N S.ª da Graça, de Passos.

Eixo. Pov. e freg de Santo Isidoro, da prov. do Douro, conc., com. e distr de Aveiro, bisp. de Coimbra; 1:616 hab. e 432 fog. Tem escolas d'ambos os sexos, caixa post., permutando malas com Aveiro, medico, pharmacias, fabricas de telha e tijolo, feira no dia 3 de cada mez. A pov. dista 8 k. da séde do conc e está situada junto á margem esquerda do rio Vouga. E' da Casa de Bragança, que apresentava o reitor, que tinha réis 200$000 de rendimento. A pov. é muito antiga; não se sabe em que anno se fundou, nem o nome do fundador, mas é certo ser anterior á monarchia D. Manuel deu-lhe foral em Lisboa, a 2 de junho de 1516. Este foral tambem pertence a Requeixo. Depois de Aveiro, é a villa de Eixo a terra maior do conc., passando pela sua principal rua, chamada *Rua Direita*, que tem 2 k. de comprimento, a estrada de Aveiro a Agueda, melhoramento devido ao fallecido parlamentar José Estevão Coelho de Magalhães. Antes de 1834, Eixo era cabeça d'um juizo de fóra, a que pertenciam as villas annexas de Páus, O'is da Ribeira e Villarinho do Bairro, todas da Casa de Bragança, sendo cada uma d'estas villas cabeça d'um termo com sua camara municipal, composto de muitas povoações Depois de 1834, ficou constituido em concelho e juizo de fóra, e depois juizo ordinario, o qual foi extincto por decreto de 31 de dezembro de 1853, passando então a villa de Eixo para o conc. d'Aveiro. A antiga freg. de S. Isidoro comprehendia uma area de terreno de 12

k. aproximadamente em comprimento, e compunha se das seguintes terras: Horta, ao nascente; Granja, Povoa, Costa de Vallade e S. Bento, ao sul; e da Oliveirinha, Quintans, parte de Salgueiro, Moita e Azenha de Baixo, ao poente. Por decreto de 2 de maio de 1849, ercou se a nova freguezia de S. Antonio da Oliveirinha, ficando a freg. de Eixo reduzida á villa d'este nome e ás pequenas aldeias da Horta e Azenha de Baixo A egreja é boa e d'uma só nave. Foi sua padroeira a princeza Santa Joanna, duqueza de Bragança, por doação de 19 de agosto de 1485, feita por seu irmão, D João II. Este padroado perteneeu depois aos duques de Cadaval até 1834, que recebiam os dizimos, da commenda de S. Isidoro, d'esta villa, com obrigação de fazerem certas despezas da egreja. Não se sabe o anno quando foi edificada, mas é certo que em 1705 estava a obra arrematada, de 1711 até 1715 estava em construcção, e em 1729 já ali se celebravam os officios divinos. Ao pé existiam os dois celleiros da Casa de Bragança: um maior e bom edificio, que até 1832 era destinado para cereaes; e outro mais pequeno, de que só restam ruinas. Foi aqui antigamente a casa de residencia do almoxarife. E' tradição que os nossos soberanos tiveram n'esta villa o seu paço, e que el-rei D Fernando aqui esteve quando assignou a *carta d'arrhas*, a D. Leonor Telles, a 5 de janeiro de 1372 Houve tambem em Eixo um edificio soffrivel de cadeia, com salas para as repartições publicas da camara, audiencias dos juizes de fóra, e açougue e prisões no andar inferior. Pelos annos de 1829 foi demolido este edificio, para se fazer outro melhor, que parece ter ficado por concluir. Eixo é abundante de peixe do Vouga e do mar. Cultiva legumes, vinhos e chicoria. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. Em frente da egreja existia uma fonte, que era um monumento muito antigo. Chamavam lhe a *Fonte Velha*. Quando em 1867 se demoliu, encontraram-se vestigios de já ali se terem feito tres edificações de fontes. A Fonte Velha era uma especie de cisterna, formada de quatro paredes, que teriam metro e meio a baixo da superficie da terra, e dois e meio acima d'esta, com uma grande bica d'agua, do lado do norte, cujo volume não ha memoria de ter diminuido, ainda nos annos de maior estiagem. Em 1868 construiu-se uma nova fonte, que inutilisou aquella grande nascente

Eja. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. do Porto. Tem annexa a freg. de S. Miguel de Entre os rios: 898 hab. e 215 fog. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res n.º 20 com a séde em Amarante. A 2 k de Entre os Rios e a 15 de Penafiel, no logar das Quebradas, ha uma nascente de aguas medicinaes. Nas duas freguezias reunidas existem hospedarias e restaurantes, o grande Hotel da Torre, que só abre durante a estação balnear; est. telegr. post. e com serviço de encommendas, permutando malas com R. A. D. Tem medico, pharmacia, e escolas d'ambos os sexos. Em Entre os Rios ha uma feira no dia 4 de cada mez, e nos primeiros domingos tambem de de cada mez. A pov. dista 10 k da séde do conc. e está situada na foz do rio Tamega, em frente de Santa Clara do Torrão, e sobre a margem direita do Douro, em sitio agradavel O cabido da sé do Porto apresentava o cura de Eja, que tinha réis 30$000, e o pé d'altar. O papa o bispo do Porto e os monges benedictinos de Paço de Sousa, apresentavam o abbade de Entre os Rios, que tinha 150$000 réis. Primitivamente foi abbadia da diocese de Coimbra, mas o bispo D. Bernardo a cedeu em 1129 ao bispo do Porto, D. Hugo. El rei D. Manuel deu-lhe foral, em Evora, a 20 de outubro de 1519.

Elamba e Elambo. Duas povoações do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Elau. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Elegi. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Elegia. Composição poetica, que da litteratura grega e latina passou para a portugueza. Pequena composição poetica consagrada a luto ou maguas. Fazer a historia da elegia é abraçar todo o desenvolvimento do lyrismo; João de Deus, Anthero do Quental, Manuel Duarte d'Almeida, etc., teem composições que se pódem considerar verdadeiras elegias. N'outras epocas, em que os escriptores se subordinavam mais ás regras classicas, encontram se em Diogo Bernardes, em Camões e em Bocage formosos modelos do genero elegiaco.

Eleição. Escolha que o povo em geral, ou qualquer circumscripção politica ou administrativa, qualquer corpo ou corporação, faz dos seus deputados ou representantes. A eleição póde ser: por *acclamação* ou por *lista*, *directa* ou *indirecta*, por *accumulação*, por *circulos plurinominaes*, por *classes*, etc, que de todos estes systemas se tem usado entre nós. A eleição é por *acclamação* quando os votos são manifestados vocalmente no proprio acto. E' por *lista*, quando os votos são manifestados por escripto e apurados pela ordem respectiva. E' *directa*, quando os eleitores escolhem immediatamente os seus candidatos, deputados ou representantes; *indirecta*, quando escolhem primeiramente como seus mandatarios outros eleitores, e estes vão depois votar ou escolher esses representantes. O decreto de 12 de junho de 1834 estabeleceu a eleição de deputados pelo systema indirecto. O decreto de 4 de junho de 1836 manteve egual systema. O decreto de 8 de outubro do mesmo anno, devido a Passos Manuel, estabeleceu a eleição directa. Com o decreto de 5 de março de 1842, devido a Costa Cabral, passaram as eleições de deputados a ser novamente indirectas. Depois, pelo decreto de 30 de setembro de 1852, devido ao primeiro ministerio regenerador, presidido pelo duque de Saldanha, a eleição passou de novo a ser directa; e assim tem ficado até aos nossos dias A eleição designada por *accumulação* é a que dá por eleito o candidato que accumular a quantidade minima de votos estabelecida na lei. A lei de 21 de maio de 1884 fixava o numero de 5:000 votos para os deputados por acclamação. A eleição de deputados por *circulos plurinominaes* é o systema seguido para a representação das minorias e adoptada na referida lei de 21 de maio de 1884, já revogada. Cada circulo elege mais de um representante. E' assim a actual lei eleitoral de 8 de agosto de 1901. (V. *Divisão eleitoral*). A lei anterior, de 26 de julho de 1899, tinha circulos *uninominaes* (circulo com um só candidato) e *plurinominaes*. A eleição por *classe* é

quando uma ou mais de uma classe social tem de eleger os seus representantes dentro d'essa classe. Havia entre nós exemplo d'isso, na lei de 20 de fevereiro de 1890, emquanto aos pares do reino eleitos pelos estabelecimentos scientificos. No antigo regimen, em logar do parlamento composto de duas camaras, havia as côrtes geraes, que constavam dos tres estados, ordens ou bancos (V. *Banco*), a saber: dos prelados, da nobreza e dos procuradores das cidades e villas, que, por foral ou privilegio, tinham assento nas côrtes convocadas por circulares do governo, em que se designava o assumpto, o logar, o tempo e muitas vezes até os poderes de que deviam ir munidos (V. *Côrtes*). Os procuradores das cidades eram eleitos em camara pelos votos das pessoas que costumavam andar no governo da cidade; e ordinariamente levavam das mesmas camaras para apresentarem nas côrtes, já discutidas e assignadas, as respectivas propostas e representações, que nos tempos antigos se chamavam *aggravamentos*, depois *artigos* e por ultimo *capitulos das côrtes*. V. *Capitulos geraes*. || Bibliographia: *Das eleições em Inglaterra segundo o novo acto da reforma comparadas com as eleições feitas em Portugal segundo a lei em 1826 e acompanhadas de algumas observações sobre o poder eleitoral e modo de o exercer nos dous paizes*, por Custodio Rebello de Carvalho, Londres, 1833.

Elemba. Duas povoações do conc. de S. Salvador e distr. do Congo. prov. de Angola.

Elementos. Titulo geral de grande numero de obras didacticas, significando rudimentos de uma arte ou noções fundamentaes d'uma sciencia. Em obras historicas e de outros generos litterarios, este titulo significa collecção de documentos, apontamentos, etc. Entre outras são vulgarmente citadas as seguintes: *Elementos de agricultura, por H. Tanner*, trad. por Julio A. Henriques; Porto, 1881. *Elementos de agricultura em que se contem os principios theoreticos e praticos d'esta util, agradavel e honestissima disciplina*, por Diogo de Carvalho e Sampaio, Madrid, 1790; *Elementos de analyse chimica qualitativa*, por Joaquim dos Santos e Silva; Coimbra, 1891. *Elementos de analyse chimica applicada ao estudo dos terrenos, aguas e plantas*, por Luiz Rebello da Silva, Lisboa; 1888. *Elementos de arithmetica*, por Agostinho de Moraes Pinto de Almeida, Coimbra, 1850. *Elementos da arte militar coordenados por Dom Luiz do Camara Leme, precedidos de um juizo critico pelo sr. José Maria Latino Coelho*, Lisboa, 1862. *Elementos da arte oratoria ou principios da rhetorica portugueza*, por Fr. Bento de Nossa Senhora, Lisboa, 1792. *Elementos de balistica*, por Francisco da Fonseca Benevides, Lisboa, 1872. *Elementos de balistica, theoria elementar do tiro e suas applicações*, por José Nunes Gonçalves, 1.° tenente de artilharia, Lisboa, 1891. *Elementos de botanica, pelo dr. J. D. Hooker*, trad por Julio A. Henriques, Porto, 1877. *Elementos de chimica*, pelo dr. Francisco José de Sousa Gomes; Braga s/d *Elementos de chimica moderna, contendo as suas principaes applicações*, por Antonio Xavier Corrêa Barreto, Lisboa, 1874. *Elementos de cirurgia ocular*, por Joaquim José de Santa Anna, Lisboa, 1793. *Elementos da civilidade e da decencia*, trad. do francez, Lisboa, 1824. *Elementos de direito ecclesiastico portuguez e seu respectivo processo*, pelo dr Bernardino Joaquim da Silva Carneiro, Coimbra, 1888. *Elementos de direito internacional publico*, por José Augusto Moreira d'Almeida, Lisboa, 1892. *Elementos de direito natural, ou de philosophia de direito*, por Vicente Ferrer Neto Paiva, Coimbra, 1844. *Elementos de economia politica e estadistica* por Adrião Forjaz de Sampaio, Coimbra, 1841. *Elementos de escripturação mercantil*, por J. J. Rodrigues de Freitas; Porto, 1882. *Elementos de grammatica latina pelo methodo historico e comparativo*, por A. J. Gonçalves Guimarães, Braga, s/d. *Elementos de grammatica portugueza desenvolvidos com a maior clareza possivel*, por E. A. M, Lisboa, 1867. *Elementos de histologia geral e histophysiologia*, por Eduardo Augusto da Motta, Lisboa, 1880. *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, por Eduardo Freire de Oliveira. *Elementos da historia natural dos animaes, seguidos de um vocabulario franco lusitano*, Coimbra, 1840. *Elementos de hygiene militar, ou collecção dos assumptos e preceitos de hygiene*, por J. A. Marques, Lisboa, 1854. *Elementos de hygiene ou dictames theoreticos, e praticos para conservar a saude, prolongar a vida*, publicados pela Academia Real das Sciencias, por Francisco de Mello Franco, Lisboa, 1814. *Elementos de mineralogia e de geologia*. por Francisco Xavier d'Almeida, Lisboa, 1893. *Elementos de moral e principios de direito natural*, por Bernardino J da S. Carneiro, Coimbra, 1855. *Elementos de oratoria*, por José Gonçalves Lage, Coimbra, 1883 *Elementos de pedagogia*, por José M. da Graça Affreixo e Henrique Freire, Lisboa, 1880. *Elementos de perspectiva theorica e pratica, para instrucção preliminar dos architectos, pintores, esculptores e de toda a classe de pessoas que se dedicam ás artes do desenho*, Lisboa, 1839. *Elementos de pharmacia, chimica e botanica para uso dos principiantes*, por Antonio José de Sousa Pinto, Lisboa, 1805. *Elementos do processo criminal*, por Francisco J. Duarte Nazareth, Coimbra, 1886. *Elementos da riqueza publica*, por João Lineu Jordão, Lisboa, 1833. *Elementos de trigonometria rectilinea e da sua applicação á topographia*, pelo dr. Joaquim Manso Preto, Coimbra, 1869.; etc.

Elemlulua. Pov. do conc. de S. Salvador, e distr. do Congo, prov. de Angola.

Elemvo. Prov. de conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Elephante. Baixo da costa do distr. de Quelimane, prov. de Moçambique, a O da barra de Inhamissenga || Tres ilhas pequenas junto á costa do distr. da Guiné, a E da, ponta das Ancoras da ilha de Bucis. A mais meridional das tres, fica situada a 11°44' lat N e 6°54' long. O, e todas proximas da margem O da embocadura do esteiro do Pico ou rio das Ancoras. São constituidas de areia e detritos reunidos sobre rochas vulcanicas ferruginosas.

Elephantes. Bahia no costa do distr. e conc. de Benguella, prov. de Angola. Abre ao N. terminando em 2 pontas, uma a E, outra a O e distantes entre si uns 5 k. Este porto, chamado tambem *Bahia da Torre*, é um dos melhores da Africa, medindo, em profundidade, 43 m. e acha se bem resguardado dos ventos dos quadrantes de S e SO. || Ilha do distr. e com de Lourenço Marques, prov. de Moçambique, na bahia de Lourenço Marque, ao N da ilha da Unhaca ou Inhaca. Lourenço Marques descobriu a em 1544, tendo ali estabelecido, volvidos dois annos, uma feitoria. Como

a Inglaterra litigasse sobre os direitos de Portugal á posse d'esta ilha, o presidente da republica franceza, Mac-Mahon, declarou em 1875, por sentença arbitral, que a ilha pertencia aos portuguezes. || Rio do conc. e distr. de Mossamedes. || Rio do distr. de Lourenço Marques, prov. de Moçambique. D'elle deriva o Manhiça.

Eleutherio *(Fr. Antonio)* Monge de S. Bernardo, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. Era natural do Porto, e filho de José Eleutherio Barbosa de Lima. Doutorou se em 7 de fevereiro de 1830, e já é hoje fallecido.

Elevador. Systema de locomoção destinado a transportes de passageiros ou mercadorias em planos que accusam grande differença do nivel. O primeiro elevador que houve em Portugal, parece, que foi o da Praia da Nazareth para o Sitio. Em Lisboa, ha os do Lavra, do Carmo, do Carmo, da Gloria, da Estrella, da Bibliotheca, do Chiado, da Bica, da estação do caminho de ferro, na Avenida, e n'algumas casas particulares e estabelecimentos Em Braga temos o do Bom Jesus do Monte, etc. No Porto houve o elevador dos Guindaes, entre a beira do rio e o largo da Policia, proximo do largo do Batalha, que ha annos ficou inutilisado. Em V. N. de Gaia existe um elevador, que sóbe a calçada das Freiras, e termina na estação das Devezas.

Elga. Rio do distr. de Castello Branco. Nasce em Hespanha, desaguando no Tejo, proximo do Rosmaninhal. Curso em territorio portuguez 60 k. Tambem se chama *Ribeira de Erges.* Entrando em Portugal divide a fronteira ao cimo de Penha Garcia.

Ellá. Pov. da regedoria de S. Pedro, do conc. das Ilhas, distr. e arceb. de Gôa, na India. Exigua aldeia, resto da opulenta, antiga e primitiva cidade de Gôa. Ainda lhe chamam *Gôa Velha.*

Elmo. Capacete, peça de armadura antiga que protegia a cabeça. Desde o seculo XV, antes do qual o elmo, posto de perfil sobre a ponta esquerda

Elmo aberto de imperador ou rei

Elmo aberto de principe ou duque

do escudo inclinado, era um simples ornamento, os armidouctos convencionaram dar signaes distinctos aos elmos dos brazões conforme a gerar-

Elmo de marquez

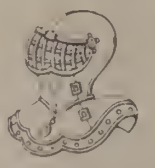

Elmo de conde ou visconde

chia das pessoas. O elmo dos imperadores e dos reis é de ouro, posto de frente, inteiramente aberto e sem grade. O dos principes e dos duques é da mesma maneira, mas menos aberto. O elmo de marquez é de prata, posto de frente, com onze varetas de ouro, a bordadura e os desenhos do mesmo metal. O dos condes e dos viscondes é de prata, perfilado a um terço, com rede de nove varetas de ouro, e os rebordos do mesmo metal. O dos barões é de prata, a meio perfil, com sete va-

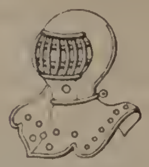

Elmo de barão

Elmo de bastardo

retas de ouro e os rebordos do mesmo metal. O dos gentis-homens não titulares é de aço polido, posto de perfil, com rede de cinco ou de tres varetas, conforme a antiguidade. O elmo das pes-

Elmo de fidalgo titular ou ennobrecido

soas ennobrecidas é de aço polido, de perfil e sem grade, viseira quasi sempre descida. O elmo dos bastardos é analogo ao dos fidalgos não titulares, mas voltado para a esquerda e de viseira descida

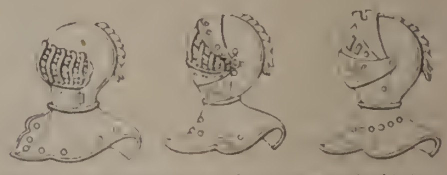

Elmo de gentis-homens conforme a sua antiguidade

O elmo que no brazão se pinta, ou se representa, aberto, denota nobreza de quatro gerações nas familias não titulares, porque *elmo aberto* indica linhagem antiga, e o contrario cerrado. V. *Timbre.*

Elogio. Narração ou discurso em louvor de alguem. Panegyrico, elogio funebre. Oração academica mais geralmente denominada *Elogio Historico.* Antigamente dizia se *elogio* o distico, inscripção ou sentença n'uma sepultura ou n'uma estatua. *Elogios dos dd. abbades geraes da Congregação Benedictina do reino de Portugal e principado do Brazil,* pelo padre Thomaz de Aquino, Porto, 1767. *Elogios academicos, — D. Fr. Francisco de S. Luiz, Rodrigo da Fonseca Magalhães, Alexandre de Humboldt,* por J M Latino Coelho, Lisboa, 1873-76 *Elogios funebres que nas exequias de Clemente XIV* recitou o padre José da Conceição Lisboa, Lisboa, 1779. *Elogios dos reis de Portugal,* em latim e portuguez, por Antonio Pereira de Figueiredo; Lisboa, 1875. *Elogio dos reis de Portugal com os mais verdadeiros retratos que se poderam achar,* ordenados por Frey Bernardo de Brito, Lisboa, 1603. *Elogios historicos das vidas dos serenissimos senhores Reys de Portugal, escriptos*

por Fr. Bernardo de Brito, agora novamente addicionados pelo P. D. Joseph Barbosa. Espostos ao publico, por Manuel Antonio Monteiro de Campos, Lisboa, 1761. *Elogio historico da Illustrissima e Excellentissima casa de Cantanhede Marialva, dos esclarecidos Menezes e Telles, dedicado ao Illustrissimo Senhor D. Diogo de Noronha III Marquez de Marialva, V Conde de Cantanhede*, por Theodosio de Santa Martha, conego secular da congregação de S. João Evangelista, Lisboa, 1751. *Elogio historico do Senhor Rei D. Pedro IV, recitado na Academia Real das Sciencias de Lisboa, em sessão ordinaria de 13 de julho de 1836 e acompanhado de notas e peças justificativas*, pelo marquez de Rezende, Lisboa, 1867. *Elogio historico de sua magestade o rei D. Luiz I*, por Antonio Candido Ribeiro da Costa, Lisboa, anno de 1890. *Elogio historico do dr. Agostinho Vicente Lourenço*, por Eduardo Burnay, Lisboa, 1893. *Elogio historico de Antonio Feliciano de Castilho, visconde de Castilho*, por Thomaz Ribeiro, Lisboa, 1877. *Elogio historico do socio effectivo visconde d'Almeida Garrett, recitado na sessão publica da Academia Real das Sciencias em 19 de novembro de 1856*, pelo socio effectivo José da Silva Mendes Leal Junior, Lisboa. *Elogio historico de Cypriano Ribeiro Freire*, pelo conselheiro Manuel José Maria da Costa e Sá, Lisboa, 1842. *Elogio historico do Ill.mo Ex.mo Sr. Ignacio de Vilhena Barbosa*, pelo visconde de Castilho (Julio) lido na sessão solemne da Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes em 10 de maio de 1891, Lisboa 1891. *Elogio de D. Francisco Xavier Mascarenhas*, por Francisco José Freire, Lisboa, 1742. *Elogio historico do sr. João da Cunha Neves e Carvalho Portugal*, por Antonio José Viale, Lisboa, 1861. *Elogio historico do padre João de Loureiro*, pelo dr. Bernardino Antonio Gomes, Lisboa, 1865. *Elogio historico do architecto Joaquim Possidonio Narciso da Silva*, proferido em sessão solemne da Real Associação dos Architectos e Archeologos portuguezes em 28 de março de 1897, pelo visconde de Castilho (Julio), Lisboa, 1897. *Elogio historico de José Bonifacio de Andrade e Silva*, por José Maria Latino Coelho, Lisboa, 1877. *Elogio historico de José de Seabra da Silva*, pelo marquez de Rezende, Lisboa, 1861. *Elogio historico do conselheiro José Silvestre Ribeiro*, por Eduardo Augusto da Rocha Dias, Lisboa, 1891. *Elogio de D. Pedro Balthazar de Almeida de Lencastre*, por D. José Barboza, Lisboa, 1741. *Elogio do visconde de Coruche*, por Arthur Lobo d'Avila, Lisboa, 1905; etc.

Elomba. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

El Rei. Pov. na freg. de Santo Estevão e conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Monte da ilha de S. Vicente, do archipelago e prov. de Cabo Verde, no qual se levantou a fortaleza ou fortim do mesmo nome. || Golfo da costa do Calabar, Africa Occidental, a E do rio d'El-Rei. Desagua n'este golfo o rio Ramby. Na parte meridional da bahia d'El-Rei nasce a serra de Motão, Matou ou dos Camarões. || Rio da costa de Calabar, septentrional, entre o cabo de Backassey a O e a ponta da Pescaria a N E d'aquella. A foz tem cerca de 8 k. de abertura. Os portuguezes tiveram aqui feitorias.

Eltori. V. *Alter do Chão.*

Elucidario. Livro ou tratado em que se procura esclarecer termos ou cousas obscuras. Com este titulo teem-se publicado algumas obras, sendo mais conhecida e vulgarmente citada a seguinte: *Elucidario* das palavras, termos e frases, que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram, por fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, Lisboa, 1798, 2 vol. fol., seguidos de um supplemento. Com este titulo ha outras obras de genero muito diverso: *Elucidario* do viajante no Porto, por Francisco Ferreira Barbosa, Coimbra, 1864; *Elucidario* para o ensaio das substancias medicinaes, por Alfredo da Silva Machado, Lisboa, 1896.

Elvas *(Padre Manuel de)*. Religioso da congregação de S João Evangelista. N. em Lisboa em 1448, e fal. a 8 de junho de 1538 com 90 annos de edade. Era filho do dr. João de Elvas. Estudou na Universidade de Paris Exerceu por tres vezes o cargo de geral da sua ordem, e sendo eleito bispo da Guarda, recusou essa dignidade. Por instancias do cardeal D. Affonso, de quem era confessor, compoz os primeiros *Officios de Nossa Senhora*, que se imprimiram em Portugal.

Elvas *(Fr. Masseu de)*. Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Elvas, e fal. em Thomar em 1574. Chamava-se no seculo Martim da Silva Telles, e era filho de Manuel Telles de Menezes. Professou na provincia da Piedade, e deixando o nome, para se não recordar da illustre ascendencia de que procedia, ficou chamando-se fr. Masseu de Elvas, por ser esta a terra da sua naturalidade. Foi eleito provincial em 1569. Na *Chronica da provincia da Soledade*, de fr. Francisco de S. Thiago, pag. 840 a 851, veem amplas noticias d'este religioso. Escreveu: *Compendio e summario de Confessores, tirado de toda a substancia do Manual, compilado e abreviado por um frade da provincia da Piedade, acrescentado nos logares convenientes com as cousas communs que se ordenaram no Concilio Tridentino*, Coimbra, 1567; outra edição em 1571; em Salamanca, 1572; Lisboa, 1579, Braga, 1579.

Elvas *(Batalha das Linhas de)*. Foi esta uma das notaveis batalhas que se feriram durante a epoca da Restauração de Portugal, e uma das mais brilhantes victorias alcançadas sobre os exercitos castelhanos. Os portuguezes haviam sitiado Badajoz, e quatro mezes depois foi levantado o cêrco pela imprudencia e cobardia de Joanne Mendes, que então commandava as forças sitiantes, que abandonou o seu posto, temendo o grande exercito que viera de Hespanha em auxilio de Badajoz commandado pelo general D. Luiz Mendes de Haro, marquez del Carpio, primeiro ministro e valido de Filippe IV. Joanne Mendes refugiou-se em Elvas com a maior parte da cavallaria, e dividiu a infantaria pelas guarnições; o exercito compunha-se de 7:000 homens. N'essa occasião chegou tambem á praça d'Elvas D. Sancho Manuel, que a rainha regente, D. Luiza de Gusmão, mandara exercitar no posto de mestre de campo general, attendendo não só ao seu alto merecimento de militar aguerrido, como ser particular amigo de Joanne Mendes. O exercito castelhano, vendo levantado o cerco de Badajoz, avançou com resolução, e reconhecida bem a provincia do Alemtejo, chegou a aquartelar-se no convento de S. Francisco, em Elvas, a 22 de outubro de 1658. Este convento ficava sobre uma eminencia, que não estava fortificada.

Os castelhanos julgando os portuguezes desanimados e extenuados de forças pela derrota de Badajoz, achavam bom ensejo para a conquista de todo o Alemtejo, e portanto resolveram marchar em direcção a Extremoz, ganhar aquella praça, e fortifical-a, passar depois a Evora e arrazal-a, em seguida derrotar Villa Viçosa, deixando-lhe sómente fortificado o castello, e sitiar Jorumenha. D'esta fórma seria facil a conquista do Alemtejo, porque ficavam perfeitamente cortadas as praças d'Elvas e Campo Maior, que eram as mais importantes. Os unicos soccorros que lhes poderia vir, e com difficuldade, eram de Arronches, mas não havia ali fortificação alguma, e então facilmente seria vencida, porque a villa necessariamente se renderia sem resistencia, pela falta de munições. O resto do Alemtejo até Aldeia Gallega, tambem não offereceria resistencia, e assim conquistada toda a provincia, consideravam os castelhanos quasi segura outra vez a posse de todo o reino. Combinaram, portanto, que o sitiar Elvas era a principal operação que conviria. O exercito hespanhol commandado por D. Luiz Mendes de Haro, compunha-se de 30:000 homens. Em primeiro logar tratou-se de tomar todas as linhas de circumvalação, para que não entrassem na cidade os soccorros e mantimentos, esperando assim que a praça d'Elvas se rendesse pela fome e pelas doenças que definhavam os soldados. D'esta fórma seria completa a victoria D. Luiz Mendes de Haro, como dissémos, apoderou-se do convento de S. Francisco com os terços da vanguarda, pela incuria de Joanne Mendes. Quando ali entraram os castelhanos, o conde camareiro-mór estava muito doente, e não quizera abandonar o convento, apezar de ser muito instado, por causa do seu mau estado de saude. Os castelhanos o obrigaram então a sair, e o levaram para uma tenda, onde o pobre e velho fidalgo falleceu pouco depois, causando a sua perda a maior consternação aos portuguezes. No mosteiro havia uma companhia de infantaria, que se rendeu só depois de renhida lucta. Joanne Mendes, muito negligente e receoso, estava em Elvas descançado, quando soube com surpreza do aquartelamento dos castelhanos no convento de S. Francisco; mandou logo a Diogo Gomes de Figueiredo e a Simão Correia da Silva que marchassem para obrigar os castelhanos a sair. Esta diligencia foi inutil, porque acharam grande resistencia, perdendo-se n'esta lucta muitos soldados e officiaes A negligencia de Joanne Mendes fôra a causa dos factos acontecidos, e a rainha apenas o soube, mandou ordem a André d'Albuquerque para o prender pelo crime de traição, e que ficasse commandando o exercito, e se os castelhanos sitiassem Elvas, como parecia mais provavel, saisse logo d'aquella praça com Affonso Furtado e todos os officiaes de guerra que pudesse, e a deixasse entregue aos cuidados de D Sancho Manuel com os terços e companhias de cavallos, que julgasse convenientes para a sua defeza. Esta ordem, porém, não pôde ser tão promptamente cumprida pela confusão em que o exercito estava. No *Portugal Restaurado*, do conde da Ericeira, D. Luiz de Menezes, vem a pag. 135, da parte 2.ª do livro 3.º uma descripção minuciosa das fortificações de Elvas Os portuguezes conheciam bem que a liberdade do reino dependia da conservação d'aquella praça, mas o exercito, na verdade, achava-se derrotado com as renhidas luctas do cerco de Badajoz, e de muitos outros combates que em diversas localidades havia sustentado contra os castelhanos desde 1640, que não poderia resistir a novas luctas em tão arriscada e tão difficil empresa. D. Luiz Mendes de Haro encontrara, portanto, a praça d'Elvas muito mais adeantada em fortificações, do que em 1644 quando o general, marquez de Tenecuça tambem a sitiou. O monte, em que falámos, e que não estava fortificado, foi logo ganho pelos castelhanos, que principiaram a edificar um forte circumdando a ermida, e d'ali duas peças d'artilharia faziam fogo contra a praça, conseguindo, porém, sómente destruir os telhados das casas. O governo do forte foi confiado a D. João de Zuñiga, filho do marquez de Avila-Fuente. Os castelhanos levantaram outro forte no convento de S. Francisco, de cujo governo se encarregou o mestre de campo Martim Sanches Pardo; depois formaram mais quatro quarteis, desde o sitio da Vergada, proximo a Campo Maior, até á Mesa d'El-rei, logar então assim chamado, e que ficava na estrada de Extremoz. Estes quarteis e os fortes organisados no convento de S. Francisco e na ermida da Senhora da Graça, cerravam o cordão que estava dividido em diversos fortins. Alguns dias se passaram nos preparativos dos castelhanos para o cêrco de Elvas, e nas disposições dos portuguezes para defenderem a praça. André d'Albuquerque e Affonso Furtado haviam adoecido gravemente, e apenas se restabeleceram, deram execução á ordem da rainha regente, saindo d'Elvas com os officiaes de guerra e de fazenda, que se puderam dispensar, para se prevenir o exercito que deveria soccorrer a praça. Formou-se então um corpo de 180 cavallos, e ás 10 horas da noite saiu da cidade André d'Albuquerque pela porta de S. Vicente com a maior precaução, passaram o rio Cêto, e dirigindo-se pelo lado da serra da Senhora da Graça, conseguiram chegar a Extremoz sem perigo. D. Sancho Manuel ficou encarregado do governo da praça, e Pedro Jacques de Magalhães commandando a artilharia. O exercito reunido, contando-se com a gente auxiliar e mesmo com os doentes, que eram em crescido numero, constava de 11:000 homens, todos, porém, se viam extenuados de forças pelos maus tratos e doenças que tinham soffrido durante o cêrco de Badajoz. Apezar da valentia com que os sitiados guerreavam contra as improvisadas fortificações castelhanas, a praça d'Elvas via se seriamente compromettida, e receava-se muito que não pudesse resistir. A rainha regente escreveu uma carta ao conde de Cantanhede, D. Antonio Luiz de Menezes, que sempre se distinguira como valente e arrojado militar, envidando o seu auxilio para salvar a mais importante praça do Alemtejo. N'esta carta patenteava-lhe o infeliz estado a que chegara toda a provincia, e da necessidade urgente de obrigar os castelhanos a levantar o cêrco da cidade d'Elvas. Não contente com esta carta, a rainha mandou chamar ao palacio o conde de Cantanhede, e de viva voz lhe pediu que acceitasse o cargo de governador das armas no Alemtejo, e que partisse promptamente, organisando um exercito conforme pudesse. O conde mandou reunir todas as tropas de que podia dispôr, mandou astuciosamente communicar a D. Sancho Manuel que estabelecera em Extre-

moz o seu quartel general, e contasse com um valioso auxilio. No dia 20 de novembro de 1658 partiu para o Alemtejo, e apenas chegou a Extremoz, encontrou André d'Albuquerque, que se mostrou contentissimo por vêr a seu lado aquelle valente general. O conde de Cantanhede informou-se do estado lamentavel do exercito, e que fóra da guarnição de Elvas só havia em todas as praças 2:000 infantes e 1:800 cavallos, todos, porém, derrotados pelo excesso dos trabalhos que tinham soffrido. O trem da artilharia e a maior parte das munições haviam ficado em Elvas, os mantimentos eram poucos, e a desesperação do povo tambem era um perigo muito para recear. No entretanto, os hespanhoes trabalhavam com todo o ardor para cerrarem o cordão, impedindo o mais possivel a entrada de soccorros para dentro da praça, os esforços dos portuguezes eram sobrenaturaes nas linhas. Dos fortes do convento de S. Francisco e da Senhora da Graça ribombava incessantemente a artilharia castelhana. O exercito organisado pelo conde de Cantanhede, depois de luctar com enormes difficuldades, ficou composto de 10:000 homens, pouco mais ou menos, entre infantaria e cavallaria. Antes de resolver a fórma por que havia de introduzir soccorros em Elvas e da parte por onde conviria mais atacar os castelhanos, o conde de Cantanhede escreveu a D. Sancho Manuel, mandando-lhe convocar conselho com as pessoas mais importantes e autorisadas do seu exercito, e lhes declarasse a deliberação da rainha regente, na urgencia em soccorrer o exercito portuguez Foi com muita difficuldade que esta carta chegou ás mãos de D. Sancho Manuel, pelo adeantamento em que já estavam as fortificações castelhanas D. Saucho reuniu o conselho, e todos os diversos pareceres que se discutiram, fôram enviados o mais depressa possivel ao conde de Cantanhede. Ficou então resolvido atacarem-se as linhas pelo logar denominado dos Murtaes. O exercito portuguez saiu de Extremoz a 11 de janeiro de 1659, porém não marchou todo unido; ao segundo e terceiro dias é que se lhe encorporaram as guarnições do Jorumenha, Villa Viçosa, Borba, Campo Maior, Arronches e Monforte. O exercito occupou immediatamente as collinas d'Açomada, d'onde se descobria a praça d'Elvas, e se divisavam as linhas dos castelhauos. A vista d'aquelle magestoso aspecto militar reforçou os animos dos nossos guerreiros. O conde de Cantanhede querendo assegurar aos sitiados a certeza da sua chegada, mandou disparar a artilharia, a que a praça e o forte de Santa Luzia corresponderam dando repetidas salvas. D. Sancho Manuel, seguido dos officiaes vestidos em grande gala, montaram todos a cavallo, e saindo da praça com a cavallaria, carregaram furiosamente contra as sentinellas e companhias da guarda do quartel onde estava D. Luiz Mendes de Haro, em que encontraram pouca resistencia. Sendo já noite, D. Sancho Manuel recolheu se á praça, e o general d'artilharia, Pedro Jacques de Magalhães, accommodou no baluarte do Principe, que dominava o sitio e por onde o exercito devia romper as linhas, 20 peças d'artilharia, que causaram consideravel perda aos castelhanos na batalha do dia seguinte. Toda aquella noite se passou em preparativos de combate, tanto da parte dos castelhanos como dos portuguezes. A's 8 horas da manhã do dia 14 de janeiro de 1659, o exercito portuguez investiu contra o inimigo pelo logar dos Murtaes. Ao som marcial das caixas e trombetas, cada um dos terços da vanguarda atacou a linha ou o fortim que lhe fôra destinado, com inexplicavel valentia. O fogo era fortissimo e desesperado, e grande parte dos combatentes, tanto d'um lado como do outro, succumbiu no ardor da peleja, que durou bastantes horas. A victoria esteve por muito tempo indecisa, até que por fim os portuguezes conseguiram romper completamente as linhas, e os castelhanos, vendo-se derrotados, declararam a victoria a favor de Portugal. Hespanha soffreu uma enorme perda; entre mortos e prisioneiros passaram de 10:000 homens, entrando n'este numero muitos officiaes de patentes superiores e muitas pessoas de distincção. Em poder dos portuguezes ficaram tambem 17 peças de varios calibres, 3 morteiros, 5 petardos, 15:000 armas, e muitas bandeiras. Nos quarteis recolheram se preciosos despojos. Quando chegou a Lisboa a noticia d'esta brilhante victoria, estava D. Affonso VI e a rainha regente D. Luiza de Gusmão, sua mãe, na egreja de Santa Engracia, assistindo á festa do desaggravo pelo desacato praticado n'aquella egreja em janeiro de 1630. Prégava D. Prospero dos Martyres, conego regrante da ordem de Santo Agostinho, e o sermão foi logo interrompido para se cantar um solemne *Te-Deum* em acção de graças. Seguiram-se depois grandes festas na côrte e em todo o reino. O conde de Cantanhede, entre outras mercês que lhe fôram conferidas, recebeu depois o titulo de marquez de Marialva, por decreto de 11 de junho de 1661, juntando-se alguns annos mais tarde a esta honra, o juro e herdade, por alvará de 14 de maio de 1675. D. Sancho Manuel foi agraciado com o titulo de conde de Villa Flôr, por decreto de 23 de junho de 1661. Para memoria de tão gloriosa victoria, mandou D. Affonso VI em 1659 levantar no logar mais alto do outeiro dos Murtaes, um padrão em columna de ordem toscana, com o seu proporcionado pedestal assente n'um pavimento quadrado, ao qual se sobe, em todos os lados, por tres degraus de marmore. A columna mede 128 pollegadas de altura, o pedestal 42, e as suas respectivas molduras teem as dimensões proprias da ordem a que pertence. Sobre o capitel tem só a parte do entablamento, a que se chama architrave, e sobre este uma corôa real. Nas faces do corpo do pedestal, acha-se gravada a seguinte inscripção: «No anno de 1659, reinando em Portugal D. Affonso VI, em terça feira 14 de janeiro do dito anno, D. Antonio Luiz de Menezes, Marquez de Marialva, capitão general da provincia do Alemtejo, introduziu soccorros na praça e cidade d'Elvas, que estava sitiada por D. Luiz de Haro, capitão general da Estremadura, primeiro ministro d'el-rei Filippe IV, atacando, rompendo, desmantellando e ganhando a circumvallação inimiga, artilharia, bagagens, munições e secretaria, e tomando muitos cabos e prisioneiros. Esta memoria se poz para que os mortaes dêem graças ao Senhor dos exercitos e victorias; roguem pelas almas dos que se acharam e deram as vidas em tão singular e porfiada batalha, que durou desde as nove horas da manhã até se cerrar a noite.» Em Elvas ainda hoje se commemora o dia 14 de janeiro de 1659.

Elvas. Cidade da prov. do Alemtejo, cabeça de conc. e de com., distr. de Portalegre, arceb. de Evora e relação de Lisboa. E' fortificação de 1.ª classe e uma das praças de guerra mais fortes da Europa. Dista 187 k. de Lisboa pela estrada ordinaria e 272 k. pelo caminho de ferro, cuja estação fica a 3 k. de distancia da cidade. Acha-se situada em amphitheatro sobre uma eminencia. Aos lados erguem-se dois montes que a dominam, e que são coroados pelos fortes de Santa Luzia e de Nossa Senhora da Graça. A duas leguas corre a ribeira do Caia, que divide Portugal da Hespanha. A tres leguas da cidade e praça forte de Elvas ergue-se na sua frente a cidade e praça d'armas hespanhola de Badajoz. Ambas são como que as sentinellas vigilantes das fronteiras dos respectivos reinos. A cidade de Elvas divide-se em quatro freguezias: a de Alcaçova (Santa Maria) com 2:547 hab.: 1.290 do sexo masc e 1.257 do fem; a do Salvador, tendo annexas as de Ajuda (N. Senhora), a de Varzea (S. Braz) e a de Santo Ildefonso, com 3.196 habitantes: 1.775 do sexo masculino e 1.441 do feminino; S. Pedro, tendo annexas a de S. Vicente, a de Aventosa, (N. S.ª da Purificação) e a do Caia (N. S.ª da Encarnação) com 4 444 hab.: 2 615 do sexo masculino e 1.829 do fem. e a da antiga Sé (N. S.ª da Assumpção) abrangendo a de S. Lourenço com 3.831 hab.: 1 986 do sexo masc. e 1.845 do feminino. A população da cidade, e freguezias annexas, é de 14.018 hab.: 7·646 do sexo masc. e 6.372 do feminino. O concelho compõe-se de 16 freguezias, comprehendendo as quatro da cidade e annexas com a população de 20.722 hab : 10.824 do sexo masc. e 9 898 do sexo fem.; Barbacena (N. S.ª da Graça) e Villa Fernando (N. S.ª da Conceição) ambas com 1.904 hab.: 922 do sexo masc. e 982 do fem.; Santa Eulalia com 2.064 hab.: 1.035 do sexo masc. e 1.029 do fem. Villa Boim (S. João Baptista) e Terrugem (Santo Antonio) ambas reunidas com 2.736 hab : 1 221 do sexo masc. e 1.515 de fem. A velha sé, templo de tres naves, é obra de D. Manuel. Foi antigamente matriz com a invocação de Santa Maria. Interiormente é de boa architectura gothica, com bellos azulejos nas paredes, e a abobada com artezões e laçaria de pedra. Tem treze capellas ou altares. A capella-mór é moderna e sumptuosa; foi fabricada em 1750 com finos marmores por alguns dos melhores artistas, que trabalharam no palacio real de Mafra. Na egreja, sacristia e casa do capitulo, vêem-se muitos paineis a oleo, sendo alguns de bastante merecimento. A parochia do Salvador, outr'ora intitulada de Sant'Iago, perteneeu ao collegio dos jesuitas. A egreja da Misericordia é um bello templo de tres naves, sustentadas todas em columnas de ordem toscana. Contiguo está o hospital respectivo Havia em Elvas quatro conventos de frades: O de Nossa Senhora dos Martyres, de religiosos dominicos, fundado por el-rei D. Affonso III em 1267, que tem uma boa egreja de tres naves e cujo edificio serve de quartel militar; o convento de S. João de Deus, dos hospitaleiros, servindo o edificio de hospital militar; o collegio dos padres da Companhia, fundado pela camara e povo da cidade, em 1566, sendo a egreja a matriz da freguezia do Salvador, e o convento de S. Francisco, de piedosos, fundado em 1591, contiguo á cidade e junto ao aqueducto da Amoreira. Conventos de freiras tinha dois: O de Nossa Senhora da Consolação, de religiosas dominicas, edificado em 1543, cuja egreja é de fórma rotunda e muito elegaute; e o de Nossa Senhora da Conceição, de freiras da regra de Santa Clara, fundado pelos annos de 1670. A confraria dos terceiros de S. Francisco possue um bom edificio e uma excellente egreja, ornada de obra de talha dourada de muito primor. Além d'estes templos ha na cidade e cercanias varias ermidas. As ruas, posto que estreitas, são em geral regulares. A principal praça é a da sé, hoje denominada do Principe D. Carlos, onde está tambem o antigo palacio episcopal, em que se hospedou el-rei D. João V com

Brazão de Elvas

Vista geral de Elvas

a familia real, e outros principes em eras anteriores, e a casa da camara com a sua torre de relogio, tendo uma boa sala de sessões, decorada com varios paineis de Cyrillo Volkmar Machado. N'esta praça existiu o pelourinho, formado de uma só peça de marmore, todo cheio de esculpturas no estylo gothico. Em 1807 começou a fazer-se na cidade um passeio publico, situado entre as portas de Olivença e da Esquina. O grande aqueducto da Amoreira abastece abundantemente de agua a povoação e alimenta diversos chafarizes, dos quaes o de S. Lourenço é o de melhor architectura. (V. o *artigo seguinte*). Sobre a origem de Elvas a opinião mais acceitavel é a que attribue aos romanos a sua fundação e faz derivar o seu nome de Marco Helvio, que então governava esse districto da Lusitania. Varias sepulturas e inscripções achadas junto á cidade provam evidentemente que no tempo da dominação romana era povoação importante. Dizem alguns antiquarios que o celebre general carthaginez Maharbal vivera muito tempo em Elvas, e que ahi convalescera de uma perigosa enfermidade, em memoria do que erigiu um templo a Cupido, ou *Endovelico*, nas visinhanças de Villa Viçosa, junto a Terena. D'este templo se viam ainda no seculo XVIII bastantes vestigios. Depois da destruição do imperio romano, Elvas passou para o jugo dos diversos povos que a seu turno dominaram a Lusitania. Dos ultimos, que fôram os moiros, a resgatou D. Affonso Henriques no anno de 1166; mas tornando ao poder dos infieis, a libertou novamente seu filho D. Sancho I em julho do anno de 1200. As successivas guerras a arruinaram, e quasi de todo a despovoaram, pelo que D. Sancho II a mandou reedificar e povoar no anno de 1226, dando-lhe em maio de 1229 foral com os mesmos privilegios de que gozava a cidade de Evora. El-rei D. Manuel lhe confirmou, em Almeirim, a 3 de março de 1507, o primitivo foral e a elevou á categoria de cidade de 1513, tendo-lhe dado novo foral em Lisboa a 1 de junho de 1512. El-rei D. Sebastião lhe alcançou a preeminencia de séde episcopal por bulla pontificia de 9 de junho de 1570. O primeiro bispo de Elvas foi D. Antonio Mendes de Carvalho. Desde a morte de D. Fr. Angelo de Nossa Senhora da Boa Morte, em 1852, o bispado foi governado por vigarios capitulares, até á sua sua extincção em 1882. Elvas foi theatro da celebre contenda entre o bispo D. Lourenço de Lencastre e o deão João Carlos de Lara, que serviu de assumpto ao famoso poema heroi-comico, o *Hyssope*, de Antonio Diniz da Cruz e Silva, que então ali era auditor d'um regimento. Nas guerras da Independencia, que se seguiram á morte de D. Fernando, já possuia Elvas um forte castello e boa cêrca de muralhas, com que resistiu valorosamente ás tropas castelhanas, que então a sitiaram e accommetteram. Egualmente nas guerras da Restauração foi theatro de grandes victorias para as armas portuguezas, principalmente no dia 14 de janeiro de 1659, em que o exercito hespanhol que a cercava foi completamente desbaratado pelas nossas tropas sob o commando de D. Antonio Luiz de Menezes, primeiro marquez de Marialva. V. *Elvas* (*Batalha das Linhas de*). Durante a guerra da Successão foi Elvas bombardeada duas vezes, uma em abril de 1706 e outra em setembro de 1712, pelo marquez de Bay, além de outros ataques menos importantes. Em 1801 o principe da Paz apresentou-se a 20 de maio em frente da praça intimando-a a que se rendesse, mas não tardou a retirar-se. Durante as guerras civis dos annos de 1827, 1834 e 1846. foi Elvas theatro de luctas sanguinolentas e atrocidades que egualmente deshonraram os partidos liberal e realista. Outros factos historicos se ligam a esta cidade, sendo o mais interessante o da troca das infantas D. Maria Anna Victoria, de Hespanha, e D. Maria Barbara, de Portugal, effectuada entre Filippe V e el-rei D. João V, para desposarem respectivamente o principe D. José, depois rei, e o principe D. Fernando, que veiu a ser o sexto do nome entre os soberanos de Hespanha. Para esse fim se construiu sobre o Caia, limite dos dois paizes, uma esplendida casa, em que a 19 de janeiro de 1720 se avistaram os dois monarchas e suas familias. Em Elvas celebrou pazes D. Diniz com

Sé de Elvas

seu irmão D. Affonso, em 1292. Egualmente D. Fernando de Portugal celebrou pazes com D. João I de Castella, em 1382. Aqui se reuniram côrtes em 1361. N'esta cidade se realisaram os casamentos da infanta D. Beatriz, filha de D. Fernando e de D. Leonor Telles de Menezes, com D. João I, de Castella, em 14 de maio de 1383; o do duque de Bragança, D. Theodosio (pae de D. João IV), com D. Anna de Vellasco, da quinta de Uvêda, em 15 de junho de 1603, e o do duque de Bragança (depois D. João IV), com D. Luiza de Gusmão, em 11 de janeiro de 1633. Teve Elvas alguns varões illustres, e tambem foi solar de casas nobres. Entre ellas citaremos: a dos Aguilares, Peixotos, dos Gomes, dos Lopes e de muitos outros. O notavel botanico Garcia da Horta nasceu em Elvas pelo anno de 1490. Este erudito formou-se nas Universidades de Alcalá e Salamanca, e foi lente da Universi-

dade de Coimbra, e autor de varias obras, que ainda hoje teem valor scientifico. Em 27 de março de 1816 nasceu aqui Miguel Celestino da Silveira Carrilho, autor de varias xácaras, repas-

Porta da «Esquina»

sadas de sentimento, e dos dramas *Dois renegados*, *Homem da mascara negra*, *Fernando ou o Juramento*, que tiveram grande successo, bem como a musica que escreveu para o *Noivado em Friellas*, de Paulo Midosi, que em 1850 foi phreneticamente applaudida. Martim Affonso de Mello, os generaes D. João da Silva, Luiz de Mesquita Pimentel, Carlos Frederico de Caula, Maximiano de Brito Mousinho, Manuel Joaquim da Silva Matta; os antiquarios Ayres Varella, João Eliseu Viegas e José Avelino da Silva Matta; os poetas, Alvaro de Mattos e Manuel Pereira Rego, eram naturaes de Elvas, bem como João Paes Gago, ao qual a tradição attribue a proeza de ter ido ao castello de Badajoz roubar a bandeira hespanhola A cidade de Elvas é a principal praça de guerra de Portugal. A parte mais antiga das suas fortificações é o velho castello, recentemente considerado monumento nacional, e o qual está erigido no logar mais elevado, cercado de muralhas com ameias e flanqueadas de torres, ainda bem conservadas. No castello existem as ruinas da residencia dos alcaides-móres da povoação, que eram os condes de S. Lourenço. As obras, que fizeram d'esta cidade uma praça de guerra de primeira ordem, fôram emprehendidas em epocas muito diversas; umas são anteriores a 1640, outras, bem importantes, durante a guerra da Restauração, e outras nos reinados de D. João V, D. José I, D. Maria I e D. João VI, seguindo-se o traçado devido ao plano do jesuita Cosmander e do tenente-general Correia Lucas. Tem esta praça no seu circuito sete baluartes, quatro meios baluartes, e um reducto, ligados por cortinas que fórmam um polygono de doze faces, cujo diametro maior, parallelo ao curso da pequena ribeira do Cêto, tem 1091^{m},2, e a menor 701^{m},8. Das obras de defeza exteriores, as principaes são o forte de Nossa Senhora da Graça, magnifica fortificação acabada em 1792, a 1 k. da cidade, e o de Santa Luzia, construido em 1648. Dão entrada para a praça tres grandes portas, chamadas: Da *Esquina*, que fica a O; de *Olivença*, que dá para o S e é a principal, e a de *S. Vicente*, a E, além de varias portas falsas ou poternas, que se abrem nas cortinas do recinto. Modernamente fez-se uma cortadura na contra-escarpa. Ha na praça vastos quarteis, armazens, e uma grande cisterna construida em 1650, tendo a capacidade de 2:200 metros cubicos, pelo que se avalia ter agua para alguns mezes; paiol de Santa Barbara, etc. A guarnição em tempo de guerra póde elevar se a seis ou sete mil homens. No começo do seculo passado, defendiam a praça duzentas e cincoenta e sete peças de artilharia. Com as profundas transformações da arte da guerra, Elvas viu decair a sua importancia guerreira e diminuir a sua guarnição, perdendo os seus antigos habitos de cidade militar. A povoação, apertada entre as muralhas, com a sua esplendida situação topographica, destaca-se pela alvura da cal das suas casas agglomeradas. Gozava esta cidade de voto em côrtes, no antigo regimen, tendo assento os seus procuradores no segundo banco. Tem por brazão d'armas um escudo coroado, e n'elle em campo vermelho um guerreiro a cavallo, todo armado, empunhando na mão direita o estandarte das quinas portuguezas. Commemora este brazão a acção audaciosa de Gil Fernandes d'Elvas, cavalleiro portuguez, do tempo de D. Fernando, que, n'um dia de funcção publica em Badajoz, entrou n'esta cidade, e arremettendo por meio do povo, ousou apoderar-se do estandarte castelhano, e correndo com elle na mão até junto das muralhas de Elvas, conseguiu

Porta de «Olivença»

arremessal-o para dentro da praça, onde não entrou porque os castelhanos, que o perseguiam, lh'o impediram com a morte. Alguns autores memoram um João Paes Gago a quem attribuem egual

façanha. Segundo um sello que, com estas armas, se encontra n'uma doação feita em 15 de dezembro de 1248, á roda do escudo havia tambem a legenda ✠ Custodi Domine, ut pupillam oculi ✠ Dentro das muralhas do forte de Nossa Senhora da Graça, primitivamente denominado do conde de Lippe, a cerca de 320 metros de altitude, junto ao ribeiro de Liuches, brotava uma fonte minero-medicinal pouco importante e hoje quasi perdida. As antigas descripções, abaixo mencionadas, dizem que a agua era limpida, fria, com algum cheiro a sulfhydrico, sabor levemente salobro e reacção fracamente alcalina, deixando desprender pela agitação algumas bolhas gazosas. Segundo a primeira analyse, que se lhe fez, conteria ferro, principalmente no estado protoxydo, acido sulphydrico e saes calcareos São conhecidas as seguintes descripções d'esta fonte: *As aguas mineraes de Elvas*, por A. G. do Valle, publicada em Lisboa, no anno de 1845, a pag. 190 do *Jornal dos Facultativos Militares* e o *Exame analytico de uma agua reputada mineral, no forte de Lippe, contiguo á praça de Elvas*, por J. M. Desiderio Pacheco, tambem publicado, em 1846, a pag. 248 e 296 do *Jornal dos Facultativos Militares*. Os suburbios de Elvas são amenos e muito arborisados, com muitas hortas e quintas, e principalmente no extenso valle por onde corre o ribeiro Cêto, e que separa a praça do forte de Nossa Senhora da Graça. O termo produz cereaes em abundancia, vinho, muito azeite, fructas, etc. Ha n'elle magnificas herdades em que se cria bastante gado. Das fructas as mais celebradas são as ameixas doces, que, como as grandes azeitonas para prato, constituem verdadeiras especialidades que dão fama a Elvas no paiz e no estrangeiro, pois se exportam em larga escala para o Brazil e Inglaterra. Os ameixiaes são por conseguinte os pomares de maior importancia do termo. Para o fabrico do doce empregam-se as duas variedades de ameixa superior: *Agua de lupe* e *abrunho de França* ou *Rainha Claudia*, sendo a primeira a mais apreciada. O fabrico do doce de fructas em Elvas é desde longa data uma industria local, genuinamente elvense. Os seus productos teem obtido premios em todas as exposições a que teem concorrido. Apresentam-se artisticamente preparados em caixas e vistosas bocetas. Entre as fabricas distingue-se a dos srs. José da Conceição Guerra & Irmão, fornecedores da Casa Real e cuja fabrica foi fundada em 1834. E' a mais antiga e importante d'este genero e premiada em 31 exposições nacionaes e extrangeiras, sendo um premio de *Grande Merito*, quatro medalhas de ouro e um *1.º premio* na exposição universal de Paris em 1900; etc. Elvas tem numerosas fabricas de azeite, de conservas, de hortaliças seccas, carvão, etc. e uma fabrica de moagem de cereaes a vapor; dois hoteis, agencias bancarias e de seguros, associação commercial industrial e agricola; asylo de infancia desvalida, fundado em 8 de novembro de 1853 pelo então governador da praça general Baldy; sociedades de recreio: Club Elvense, Gremio Artistico Elvense e Philarmonica Artistica Elvense; theatro; praça de touros, etc. Tem mercado diario e duas feiras annuaes muito concorridas de nacionaes e hespanhoes, uma no 3.º domingo de maio durando tres dias, e a outra, a de S. Matheus, em 21 a 23 de setembro, havendo por esta occasião grande romaria á magnifica egreja do Senhor Jesus da Piedade, distante da cidade de um kilometro, e onde se celebram pomposas festividades, com arraial e illuminações, que attrahem grande concorrencia das terras visinhas e d'outras distantes. E' séde da 2.ª brigada de cavallaria, aquartéla os regimentos de cavallaria, 1, batalhão de caçadores 4, grupo de artilharia de guarnição n.º 5 e 8.ª com-

Egreja do Senhor Jesus da Piedade

panhia de reformados. Pertence á grande circumscripção militar do Sul, 4.ª divisão militar. Possue escolas para ambos os sexos e est. post. e telegr. com serviço de emissão de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas permutando malas com a R. A. Léste; delegação da alfandega do circulo aduaneiro do sul. Nas typographias da cidade imprimem-se alguns periodicos, estando aqui o jornalismo muito bem representado. Teem-se publicado os seguintes jornaes: *A. B. C. do Commercio*, abril de 1884; poucos numeros se publicaram; *Alto Alemtejo*, 15 de setembro de 1881 a 1883; *Annunciador Commercial*, 23 de julho de 1885; em 1889 ainda se publicava; *Bohemio (O)*, 7 de julho de 1891; foi curta a sua publicação; *Boletim Ecclesiastico da Diocese de Elvas*, janeiro de 1877 a maio de 1878; *Borboleta (A)*, 4 de setembro a outubro de 1887; *Canções Populares*, 1894; *Chibata (A)*, outubro de 1876: pouco tempo durou a sua publicação; *Clamor da Mocidade*, 29 de setembro de 1885; *Commercio d'Elvas*, 16 de setembro de 1885; *Correio d'Elvas*, 1 de novembro de 1884; em 1889 ainda continuava; *Correio Elvense (O)*, 10 de outubro de 1889; em publicação (1906); *Democracia (A)*, 15 de dezembro de 1869 a 27 de fevereiro de 1877. continuadora da *Democracia Pacifica*, com o n.º 131; *Democracia Pacifica (A)*, 20 de outubro de 1866 a 4 de dezembro de 1869; seguiu com o titulo somente de *A Democracia*; *Diario d'Elvas* 1 de julho de 1893 a 28 de agosto de 1896; *Elvense (O)* 10 de julho de 1880; em publicação

(1906); *Encyclopedia Recreativa*, que começou em fins de 1895 e findou a 13 de agosto de 1896; *Folha d'Elvas (A)*, 24 de outubro de 1886; findou em dezembro de 1889, veiu do *Progresso d'Elvas; Gil Fernandes*, 15 de agosto de 1885 a 25 de fevereiro de 1893; *Grinalda (A)*, 24 de junho de 1887; *Infancia*, 10 de julho a agosto de 1889; *Jornal Militar*, 9 de abril a 19 de maio de 1876; *Luz do Alemtejo (A)*, março de 1874 a dezembro de 1876, foi seguida pela *Luz* começada a publicar em 1877, em Lisboa; *Noticias d'Elvas (O)*, 28 de fevereiro de 1904; *Ordem (A)*, 11 de outubro de 1888, começou em Evora; *Periodico Recreativo*, 1847; *Perola (A)*, 28 de julho de 1890; *Petit Elvense*, 31 de dezembro de 1891, pouco tempo durou, era impresso nos n.os do *Elvense; Progresso d'Elvas*, 1 de janeiro a 17 de outubro de 1886, foi continuado pela *Folha d'Elvas; Sentinella da Fronteira (A)*, 15 de janeiro de 1881 a outubro de 1891; *Tirocinio Litterario (O)*, 15 de outubro de 1860 a 1862; *Transtagano (O)*, 3 de maio de 1860 a 3 de abril de 1863; *Trova Popular*, 1885; *Voz do Alemtejo (A)*, 15 de outubro de 1859 a 15 de julho de 1860; *Voz d'Elvas (A)*, 1890. || Bibliographia: *Livro primeiro das antiguidades e nobreza de Elvas*, ms. da Bibliotheca da Universidade de Coimbra. *Elementos para um diccionario de geographia e historia portugueza, concelho de Elvas*, etc. por Victorino Sant' Anna Pereira d'Almada. Artigos do mesmo autor no *Elvense*, em 1882, 1883 e 1888. *Cidades e villas*, etc. de Ignacio de Vilhena Barbosa; *Portugal Antigo e Moderno*, de Pinho Leal; *Relação do bispado de Elvas, com um memorial dos srs. bispos que o governaram*, composta pelo dr. Antonio Gonçalves de Novaes, conego, etc.; Lisboa, 1635. *Breve memoria do seminario diosesano de Elvas*, pelo dr. José Pereira Paiva Pitta.

Elvas *(Aqueducto da Amoreira em)*. Até aos fins do seculo XV não havia em Elvas, então villa, mais agua potavel de que a do poço de Alcalá, alimentado por uma abundante nascente. Nas côrtes reunidas por D. Manuel em Lisboa no anno de 1498 requereram os procuradores de Elvas um subsidio para reparos n'aquelle poço. A pretensão foi deferida, devendo o subsidio sair do tributo de *um real* em cada arratel de carne e peixe, e em cada quartilho de vinho que se consumisse em Elvas. Esta contribuição pela natureza da sua applicação, foi denominada imposto do *real de agua*. Este tributo foi-se estendendo por varias terras do reino e em 1771 generalisou-se por todo o paiz, existindo hoje consideravelmente augmentado. A camara d'Elvas concertou o poço de Alcalá, mas vendo que a agua fornecida era ainda insufficiente para o consumo da cidade, emprehendeu a construcção do *Aqueducto da Amoreira*, que principiou em 1500, afim de conduzir para Elvas o manancial da *Amoreira*, que fica a 6 kilometros a oeste da cidade, o qual deu o nome á obra. Em 1520 construiu-se um chafariz

Aqueducto da Amoreira

provisorio proximo da cidade para fornecer agua aos moradores, porém, só em 1622 é que a obra foi concluida, sendo preciso alienar alguns baldios do concelho para occorrer ás despezas da construcção, que fôram grandes. Em 23 de junho de 1622 correu pela primeira vez agua da Amoreira no chafariz da Misericordia. N'esse dia houve grandes festejos na cidade para solemnisar aquelle grande melhoramento, corridas de touros, danças, cavalhadas, fogos de artificio, illuminações, etc O aqueducto da Amoreira é obra grandiosa no seu genero, não só pela sua extensão, como pela sua altura e architectura especial. Tem perto de 6 k. de extensão e compõe-se de quatro ordens de arcos, sendo a primeira muito mais alta que as outras, e medindo 31,m10 de altura. Está construido com grande solidez e é robustecido de espaço a espaço por fortes gigantes de alvenaria, chegando alguns á parte superior da arcaria. Este aqueducto alimenta varias fontes da cidade sendo a principal, pela sua architectura, a de S. Lourenço, construida pelo plano do general Valleré. Os grandes reservatorios ou cisternas da praça, feitos durante a guerra da Restauração e concluidos em 1650, são tambem alimentados pelo aqueducto da Amoreira e pódem conter agua para abastecimento da cidade durante seis mezes. A grande cisterna foi construida sob a direcção do engenheiro Nicolau de Langres Em 1708, apezar de toda a robustez do aqueducto, cairam em consequencia de grandes chuvas nove dos arcos mais altos, mas fôram logo reparados. Em 1825 introduziram-se no aqueducto novas

nascentes de agua. || Bibliographia: *Aqueducto da Amoreira*, no *Archivo Pittoresco*, vol. VII, e nos *Monumentos de Portugal, historicos, artisticos e archeologicos*, por Vilhena Barbosa; Lisboa, 1886.

Elvas *(Forte de Nossa Senhora da Graça em)*. Foi o conde de Lippe, feld-marechal do exercito inglez e marechal general do exercito portuguez, que, reconhecendo a importancia militar do monte de Nossa Senhora da Graça, deu o traçado do forte, começando os trabalhos em julho de 1763, sob a direcção do engenheiro francez Mr. Etienne; mas pouco depois, este engenheiro sendo encarregado pelo marechal da construcção da praça de Wilhelmstein, na Allemanha, foi nomeado o tenente-general Guilherme Luiz Antonio de Valleré, então coronel do regimento de artilharia de Extremoz e mais tarde general do Alemtejo, para dirigir os trabalhos, por ser considerado o official mais competente pelos seus conhecimentos scientificos, para substituir em tal commissão o engenheiro Mr. Etienne. Mr. Valleré fez importantes modificações e ampliações ao projecto do conde de Lippe, sendo todas estas alterações approvadas por este general. O forte chamou se desde o seu principio *Forte de Lippe*, mas quando D. Maria I subiu ao throno, em 1777, ordenou que se chamasse de *Nossa Senhora da Graça*, por haver aqui existido uma capellinha com essa invocação. Todavia, ainda no Alemtejo lhe dão a primeira denominação e só officialmente a segunda. Os trabalhos da construcção seguiram regularmente até ao principio de 1777 em que fôram interrompidos. Em 1778 recomeçaram e em 1792 fôram dados por concluidos, havendo-se despendido n'esta importante obra a quantia de 767:199$039 réis. Já em 1659, por occasião da batalha das linhas d'Elvas, o monte de Nossa Senhora da Graça fôra considerado de grande valor estrategico, por isso que foi mandado occupar por uma força do commando do general de cavallaria André d'Albuquerque, morto n'esta batalha em que muito se distinguiu. No monte onde hoje existe o forte, havia, como fica dito, uma capella com a invocação de Nossa Senhora da Graça, que foi instituida por D. Antonio Pessanha. No titulo d'esta instituição impunha-se a obrigação de se dizer aos sabbados uma missa no altar da mesma Senhora, o que deixou de cumprir-se em 1870, epoca em que tambem cessou a festividade em honra de Nossa Senhora da Graça que se realisava na capella do forte no dia 8 de setembro. Fazia parte do pessoal do forte um capellão militar, mas em 1869 foi este logar supprimido, ficando encarregado da missa nos dias santificados e mais serviços religiosos da guarnição um presbytero, a quem se dava a esmola de 12$000 réis por mez. Mais tarde foi restabelecido o logar de capellão que ainda se conserva. O ponto culminante do forte está a 38° 53', O de latitude N e 1° 58', 1 de longitude E do meridiano de Lisboa, e 383 metros acima do nivel do mar. O forte está ao norte da praça de Elvas e distante d'ella uns 3 kilometros, tendo 100 metros de altura sobre o ribeiro Cêto, que vae desaguar no Caia, affluente do rio Guadiana. A figura da fortificação é um quadrado, tendo 4 baluartes, e egual numero de revelins para cobrir as cortinas. Em uma das frentes ha um hornaveque ou obra corôa com um pequeno revelim, destinado a reforçar o recinto magistral e a cobril-o da serra de S. Dominguinhos. O traçado foi feito segundo o systema de Varbane, sendo mui habilmente acommodado ao local pelo engenheiro Valleré. Em frente das praças d'armas salientes ha as lunetas ou reductos das mesmas praças d'armas, tendo cada uma d'estas obras um barbete. Umas canhoneiras subterraneas facilitam poderosamente a concentração dos fogos da praça. O fosso, que circumda o recinto magistral e a obra corôa, é muito fundo. Nos revelins os fossos são menores e com uma disposição muito especial. Os fossos são todos batidos por artilharia e fusilaria, para o que existem as necessarias canhoneiras e setteiras. Numerosos travezes difficultam muito a invasão do forte. Muitos poços militares circumdam a fortificação, sendo mais numerosos nos pontos em que a inclinação do terreno é menor. No forte ha duas portas de entrada, uma exterior e outra interior. N'esta ultima ha uma ponte levadiça para transpôr o fosso. Além d'estas duas portas ha dez poternas nas cortinas da obra e do hornaveque. Um bem elaborado plano para fornilhos está executado de modo que, no caso de um investimento, os defensores da praça tinham meios para obstar ao estabelecimento das baterias inimigas. Uma galeria subterranea dirige-se do interior da praça a um ponto do exterior onde existe uma fonte denominada do Marechal, com agua potavel que póde servir para a guarnição poder abastecer-se d'este precioso liquido a coberto do inimigo. Os numerosos paioes da praça estão construidos á prova de bomba. No centro d'esta importante fortificação ha um reducto composto de dois pavimentos abobadados, tendo o inferior no meio a capella, em fórma de cruz, estando ao meio o altar-mór, do lado da Epistola o altar de Santa Barbara e do lado do Evangelho, o de Santo Antonio. Na capella-mór ha quatro tribunas, que se pódem transformar em canhoneiras para defender as quatro portas que dão entrada para a egreja e, por conseguinte, para o reducto. Em volta da egreja e nas casamatas dos baluartes acham-se armazenados artigos de material de guerra. O segundo pavimento do reducto é todo elle circumdado de armazens, sendo uma parte d'estes occupados pela secretaria e archivo do deposito disciplinar, destinando-se os outros para os artigos de mobilia e utensilios da caserna militar da praça. N'este pavimento ha sete canhoneiras ellipticas e muitas setteiras destinadas a bater com artilharia e fusilaria os terraplenos e baluartes depois de occupados pelo inimigo. Por cima ha uma varanda ladrilhada ou o terrapleno do reducto, que está cercada de um parapeito abobadado de 2^m,10 de alto por 3^m,50 d'espessura que offerece duas ordens de fogos, para defender as quatro portas. Sobre esta varanda ou terrapleno eleva-se a casa destinada á residencia do governador, a qual se compõe d'um pavimento ao rez do terraço e d'um andar superior. Em parte do andar inferior está a secretaria da praça, gabinete do governador e a estação telegraphica que está ligada ao quartel general da praça de Elvas. Superior ao segundo pavimento corre um terraço d'onde se descobre um delicioso panorama. O reducto central do forte tem 15^m,40 de alto, está separado do recinto por um intervallo de 6^m,10, que funcciona de fosso, uma ponte levadiça de 2^m,75 de comprido por 1^m,90 de largo, es-

tabelece a communicação do reducto com o corpo da praça. Por baixo da capella existe uma grande cisterna que recebe as aguas pluviaes das varandas do reducto, casa do governador e recinto magistral. Estas aguas passam atravez de filtros de modo que são recebidas na cisterna limpas de quaesquer impurezas. Essa agua chega para consumo da guarnição da praça durante muitos mezes. O reducto central é onde a guarnição poderá refugiar-se e fazer d'ali uma tenaz resistencia, visto que o espaço que então o inimigo occupou é muito circumscripto e todo elle completamente dominado por um fogo mortifero de artilharia e fusilaria, procurando obter assim pelo menos uma capitulação honrosa para a guarnição. Pela organisação moderna o pessoal da praça compõe-se d'um governador, official superior de qualquer arma, um capitão medico, um almoxarife encarregado da secção de material de guerra e d'um capellão. Estão alojados no forte: o deposito disciplinar, com um capitão, tres subalternos, sargentos, cabos, corneteiros e soldados, com um effectivo aproximado de 80 homens; um destacamento de infantaria de commando de capitão com tres subalternos e 60 praças de pret; uma secção de praças do corpo de marinheiros da armada, as quaes estão cumprindo differentes penas de prisão militar que lhes fôram applicadas. Este forte encontra-se muito bem conservado, facto devido ao cuidado e zelo dos officiaes que teem exercido as funcções de governador. Apezar de ter mais de um seculo de existencia, o forte da Graça é ainda hoje um precioso modelo de architectura militar, dotado de meios de defeza que o tornam um grande obstaculo a qualquer invasão pela fronteira. || Bibliographia: *Memoria descriptiva da praça de Elvas e seus fortes adjacentes* por Fortunato José Barreiros, no *Panorama*, de 1840, n.os 143 e seguintes.

Elyseu *(José das Neves Gomes)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. na aldeia da Cruz, do concelho de V. N. de Ourem, em 1824. Terminou o curso em 1845. Foi juiz de direito na comarca de Torres Novas, e depois na de Villa Verde. Falleceu a 2 de agosto de 1869. Escreveu: *Esboço historico do concelho de Villa Nova de Ourem*, Lisboa, 1868.

Emaús ou **Emauz.** Appellido de familia oriunda da Hollanda. Em 1674 passou a Portugal na pessoa de Nicolau Emauz, que foi pae do desembargador do paço José Pedro Emauz. As armas d'esta familia são: em campo azul um castello de ouro com portas e frestas de negro e contra-chefe ondado de agua de prata; timbre, o mesmo castello.

Emauz. Pov. na freg. de Santa Maria, de Chorense, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga

Embaixada. Funcção ou cargo de embaixador; deputado a um soberano. A *Embaixada:* palacio onde reside o embaixador. A mais notavel embaixada portugueza foi a que el-rei D. Manuel mandou em 1514 ao papa Leão X, offerecendo-lhe as primicias dos thesouros do Oriente, em honra do descob imento do caminho da India. Foi nomeado embaixador Tristão da Cunha (V. *este nome*). Esta embaixada saiu de Lisboa em 1513, sendo Tristão da Cunha acompanhado de seus filhos Nuno, Simão e Pero Vaz da Cunha, além de outros fidalgos, entre os quaes se contavam Diogo Pacheco e João de Faria, homens muito considerados, n'aquella epoca, pela sua intelligencia e instrucção. Depois de longa viagem, a embaixada chegou a Roma no principio de março de 1514, e o dia 12 d'esse mez foi escolhido pelo papa para lhe dar audiencia. Os embaixadores sairam então pelas duas horas da tarde do palacio do cardeal Adriano, e dirigiram se para o castello de S. Angelo, onde o pontifice os esperava rodeado dos seus cardeaes. O cortejo ia magestoso. Começava por um grande numero de trombetas, charamellas, pifanos e atabales d'el-rei, ricamente vestidos, e montados em soberbos cavallos, a que se reuniram tambem as trombetas e charamellas do pontifice; seguiam-se 300 azemolas, cobertas com reposteiros de ricos pannos de seda de varias côres, e insignias, conduzidas por outros tantos homens vestindo vistosas librés; depois o rei d'armas de Portugal, de fato de panno de ouro, com as armas reaes coroadas e emmolduradas de perolas e rubis. Viam-se em seguida mais de 50 fidalgos, vestidos de riquissimas sedas e brocados, com os chapéos ornados de perolas e aljofares, a tiracollo preciosos collares de ouro e pedras preciosas; os fidalgos iam montados em ginetes, cujos arreios eram de ouro macisso, ou de lavor esmaltado de perolas e pedras de grande valor; numerosos criados os acompanhavam, trajando custosas librés. Entre tanta grandeza observava-se um elephante indio, sobre o qual se ostentava um admiravel cofre que encerrava o valioso presente que el-rei offerecia ao papa Leão X. Este presente constava d'um pontifical completo de brocado de pêso, todo bordado e guarnecido de riquissima pedraria de diversas côres, em que se viam muitas romãs de ouro macisso, cujos bagos eram finissimos rubis, e muitas flôres de côres e feições differentes, que se formavam de perolas, diamantes, amethistas, esmeraldas, etc. O cofre tambem encerrava a mitra, baculo, anneis, cruzes, calices, thuribulos, tudo de ouro, coberto de pedras preciosas, e muitas moedas de ouro, de valor de 500 cruzados cada uma, do tamanho de maçãs. Um longo panno tecido a ouro, tendo estampadas as armas reaes, cobria o cofre e o elephante até tocar o chão. Sobre o elephante via se montado um naire do Malabar, vestido de seda e ouro, que lhe servia de guia. Seguia-se um cavallo persio, com que o rei d'Ormuz havia presenteado D. Manuel, e uma onça de caça, domesticada, que um caçador persio trazia na garupa do cavallo. Acompanhavam os embaixadores portuguezes os embaixadores francezes, hespanhoes, polacos, e os das republicas de Veneza, Luca e Bolonha, um irmão do duque de Milão, fidalgos, prelados, etc. Chegando o cortejo ao castello de S. Angelo, deu este tres salvas, e por entre o som das atabales, tambores, pifanos, trombetas e charamellas, ouviam se enthusiasticos vivas ao rei de Portugal. Quando o elephante chegou proximo do papa, obedecendo ao naire que o guiava e domesticara, inclinou-se por tres vezes, e tomando com a tromba grande porção de agua de cheiro, que o naire trazia de prevenção, lançou-a aos pés de Leão X e dos seus cardeaes, e em seguida aos de todas as pessoas que compunham o cortejo. O papa recebeu em audiencia a embaixada no dia 20 do dito mez de março, com as mais distinctas honras. Diogo Pacheco recitou um pequeno discurso em latim, a que o papa respondeu, tecendo muitos elogios

a D. Manuel e á nação portugueza. A embaixada regressou a Portugal poucos dias depois.

Embaixador. O titulo mais elevado do representante diplomatico d'um soberano ou de um Estado junto de outro soberano ou Estado. || *Embaixador ordinario:* o diplomata que reside na côrte em que está acreditado. || *Embaixador extraordinario:* o que representa o Estado ou o soberano, e que é encarregado d'uma missão extraordinaria, como a celebração d'um contrato, uma participação solemne, assistencia a um casamento, coroação d'um monarcha, etc.

Embarbacém. Prov. do commando militar de Sanguem, distr. de Gôa, na India. Quando este districto se dividia em Velhas e Novas Conquistas, Embarbacém era uma das provincias em que se dividia a parte do Estado da India conhecida pelo nome de Novas Conquistas. Pelo decreto de 14 de dezembro de 1880 foi dada uma nova divisão administrativa áquelle Estado, e Embarbacém, com a antiga provincia de Astragar, constitue actualmente o conc. de Sanguem com a capital n'uma povoação do mesmo nome e antiga capital de Embarbacém. Os limites da prov. são: ao N Satary e Bicholim; a E os montes Gates, que constituem territorio britanico: ao S com Astragar e a O com Pondá, Cacorá e Chandrovaddy. A região da prov. é naturalmente accidentada, situada nas vertentes occidentaes dos Gates, tem o solo montanhoso e abundantemente regado. As florestas são densamente arborisadas e possuem magnificas madeiras para construcção. Estas mattas constituem um verdadeiro thesouro, cuja exploração não tem sido feita convenientemente. Embarbacém esteve arrendada desde a conquista á camara agraria respectiva. Em virtude d'uma portaria do governador geral da India de 1899, reverteu ao Estado o dominio da propriedade immobiliaria da dita camara, mediante determinadas condições. Em 1828 foi organisada uma companhia conhecida pelo nome de *Sociedade patriotica dos baldios das Novas Conquistas*, com o fim de melhorar a sua agricultura, mas não tem sido bem succedida. A linha ferrea de Mormugão entra na provincia de Embarbacém em Sanvordem e, subindo para E, termina na fronteira perto da estação de Dudsagor. As principaes producções do solo são: cereaes, coco, sal, areia e fructos, abundando nas margens dos rios as arvores de canella, e por toda a provincia as plantas medicinaes. Os principaes rios são: Negro, Surla, Zuarim e Rogaró. O rio Negro nasce no alto dos Gates e quando entra no territorio portuguez fórma a catarata Dudsagor, de tão grande belleza que o seu nome quer dizer: cascata de leite. Entre as florestas ha algumas minas de ferro e fornos de fundição. As minas mais importantes são em Collém e Calém.

Embé. Pov. do conc. do Ambriz, distr e com de Loanda, prov. e bisp. de Angola, nas margens do Ambriche ou Loge.

Emblema. Em heraldica entende-se por *emblema* a figura allegorica do corpo das divisas. V. *Divisa*.

Emboladoura. Pov. na freg de S. João Baptista, de Goudar, conc. de Guimarães, Braga.

Emboto. Pov. do conc e distr. de Benguella, prov. de Angola.

Embra. Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Marinha Grande, conc. e distr. de Leiria.

Embrechado. Mosaico mural, incrustação de pedrinhas de côres variegadas formado desenhos mais ou menos artisticos. Ornamentação feita de buzios, conchas, louças, contas de vidro, etc. nas paredes e cascatas dos jardins. Nos antigos conventos havia muitos d'estes trabalhos, revelando alguns apurado bom gosto e outros uma inaudita paciencia.

Embrechados *(Quinta dos)*. Em Chellas, freg. de S. Bartholomeu, do Beato Antonio, 1.º bairro de Lisboa.

Eme. Pov. do conc. de Humbe, distr. de Mossamedes, prov. de Angola.

Emeres. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Valle Passos, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 613 hab. e 186 fog. Tem escolas para ambos os sexos. A pov. dista 9 k. da séde do conc. Pertenceu ao conc. de Carrazêdo de Monte Negro, que foi extincto em 1855. O reitor de Carrazêdo apresentava o vigario, que tinha 112$000 réis de rendimento. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. Esta freg. tambem é conhecida pela denominação de *Santa Maria de Emeres*. || Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Canavezes, conc. de Valle Passos, distr. de Villa Real.

Emilia. Roça da Ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Emilia Adelaide. V. *Pimentel (Emilia Adelaide)*.

Eminencia. Tratamento concedido aos cardeaes pelo papa Urbano VIII em 10 de janeiro de 1631. Até então tratavam-se por *Illustrissimo*. O grão-mestre de Malta tambem tinha o tratamento de *Eminencia*. Ao cardeal patriarcha de Lisboa foi-lhe concedido esse tratamento por decreto de 17 de fevereiro de 1717.

Eminene. Pequena bahia do distr. de Benguella, prov. de Angola, situada junto e ao S da enseada ou praia Noto, a N da bahia da Equimina. N'esta bahia, antigamente *Nime*, fazia-se o trafico da escravatura.

Eminio. Antiga cidade da Lusitania, que se julga, com bons fundamentos, fôsse no sitio, onde hoje está situada a villa de Agueda. Era o *Eminium* dos romanos.

Empanhel. Fertil territorio do distr. de Lourenço Marques, prov. de Moçambique, ao S do distr. Produz milho, mandioca, arroz, feijão. Tem abundancia d'agua, e é povoado.

Empara. Vasto prazo do distr. de Sofala, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Fazia parte do reino de Quiteve, tendo sido doado á corôa de Portugal pelo Empara. Prolonga-se desde a bahia de Sofala, até ás terras de Garabua e Inhacurua, ao N O, terminando nas de Moçambique a E e S. Occupa muitos kilometros achando-se dividido em 4 districtos. Pouca população, extensas mattas, madeiras preciosas. Produz mel, cera, breu, sal, canna sacharina, e café. Este prazo foi conquistado pelas armas.

Emparedada. Mulher que, desenganada do mundo, se sepultava em vida n'uma estreita cella, cuja porta no mesmo ponto da sua entrada se fechava com pedra e cal, e só por morte da *inclusa* se abria, para ser levada finalmente á sepultura. No logar da porta, e ao tempo de a tapar, ficava só uma pequena fresta, por oude se lhes ministrava pão e agua, seu indispensavel

sustento, e se confessavam e commungavam. Desde o seculo XII até ao seculo XV houve emparedadas por todo o reino. No Porto existiam muitas, como se vê de documentos de 1312 e 1316. Ficavam na Ferraria de Cima, junto do antigo hospital de N. S.ª da Silva, e chamavam-se *Donas de S. Nicolau*. Junto á cidade da Guarda havia duas emparedadas ou inclusas, uma no logar e santuario de Mirleu, ou Milreu, e outra proxima á Senhora do Templo. A pag. 600 do inventario impresso dos mss. da Bibliotheca Nacional de Lisboa vem mencionada uma relação de emparedadas. O motivo que determinava estas allucinadas era o cumprimento d'um voto, ou expiar culpas commettidas, ou conseguir as altas recompensas da innocencia castigada.

Empeados. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc de Ancião, distr. de Leiria.

Empegada. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Queijada, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Empernal. Rio do conc. de Bissau, distr. da Guiné. Um dos quatro pequenos rios em que se divide um braço do rio de S. Domingos, o Nagas Separa a ilha de Bissau a S e N da terra firme, onde habitam os negros balantas.

Empostas. Pov. na freg. de S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Emprego. V. *Burocracia.*

Empresa. V. *Divisa.*

Emprestimo. V. *Divida publica.*

Empróa. Pov. na freg. de Santa Maria de Gulpilhares, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Emrem. Pov. do distr. de Canácona, 4.ª div. das Novas Conquistas, prov. e arceb. de Gôa, com. de Salsete, India, ao S da provincia.

En Çamba. Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola.

Enamagando. Rio do distr. de Mossamedes, prov. de Angola. N. nas terras dos Mucoissos, correndo na direcção E O, até desaguar no Oceano Atlantico, a 20 k. ao S do cabo de Santa Martha, e cerca de 3 k. da bahia das Matilhas. Margens plantadas de algodoeiros, excellente agua potavel. || Pov. do conc., distr. e com. de Mossamedes, prov. e bisp. de Angola, na margem esquerda do rio Carumjamba.

Encaca. Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola.

Encaco. Pov. do conc. de D. Pedro Quinto, distr. e com. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, ao S do presidio do Bembo.

Encadernação. Os antigos conheciam duas especies de encadernação, uma para os livros em rolo e outra para os livros quadrados. A encadernação dos primeiros consistia em fixar a uma das suas extremidades um pequeno pedaço de madeira leve, em redor do qual a tira de pergaminho ou papyrus se enrolava, pondo-se-lhe em uma e outra ponta crescentes ou discos de marfim ou osso para defeza das folhas. Escrevia-se o titulo n'uma tirinha de pergaminho ligada a uma das margens. Nos livros quadrados punham-se as folhas umas sobre outras, como se usa actualmente, e, depois de cosidas, envolviam-se n'um pedaço de panno ou mettiam-se entre duas taboinhas, ordinariamente de faia, ás quaes se adaptavam broxas de metal ou couro. Este mesmo systema foi geralmente usado durante a edade-media, se bem que quasi sempre alindado com aperfeiçoamentos que a antiguidade não conhecera. Nos livros de pequenas dimensões substituia-se muitas vezes a madeira por folhas de cartão cobertas de pelle ou velludo. Desde o seculo XV até ao XVIII, apenas se fizeram duas especies de encadernação: encadernação *inteira* em pelle, com cordeis apparentes; e encadernação em pergaminho fino. A encadernação em pelle e com cordeis é anterior á invenção da imprensa; era a mais procurada pelos bibliophilos. Recebeu no seculo passado duas modificações importantes, uma a encadernação *á grega*, cujos defeitos a proscreveram; e a outra a encadernação de *lombada partida*, que foi universalmente adoptada para os volumes grossos e para os que teem de ser muito folheados, como os diccionarios, etc. Outra invenção do seculo XIX, e que parece dever-se á Allemanha, produziu a *meia-encadernação*, que tanto se generalisou. Esta encadernação é a que tem a lombada em pelle, sendo as pastas cobertas de papel ou panno. A encadernação *de amador* é uma meia-encadernação, com cantos, sendo ás vezes douradas as folhas na parte superior e não aparadas nos outros lados. Alguns livros dos velhos cartorios portuguezes tornaram-se conhecidos e celebrados pelas respectivas encadernações. Assim, por *Livro preto* se designava um cartulario que pertenceu á sé de Coimbra, por ser d'aquella côr a capa. Este livro existe hoje na Torre do Tombo e parte dos seus documentos estão impressos nos *Portugaliæ Monumenta Historica*. No mesmo archivo se guarda o *Livro preto* de Grijó. Um specimen formosissimo de encadernação no seculo XVII é o armorial existente na Torre do Tombo, intitulado *Thesouro da nobreza*, feito pelo rei d'armas Francisco Coelho. As duas faces do volume representam cada uma um rico portico coroado pelas armas portuguezas e por duas espheras armillares. O couro em que está incuso este desenho assenta sobre madeira, formando assim a capa do livro. Do mesmo seculo se guarda no referido archivo uma magnifica encadernação em velludo carmezim com cantos, fechos, e no meio a corôa portugueza, tudo de metal. E' o *Nobiliario d'Espanha*, transcripto nos *Portugaliæ Monumenta Historica*. O *Livro dos copos*, tambem guardado na Torre do Tombo e que pertenceu á ordem de Sant'Iago, tem esta designação porque havia na capa uma cruz de metal, que era da fórma dos copos d'uma espada. No archivo municipal de Lisboa ha o chamado *Livro carmezim*, manuscripto do seculo XVI, por ser d'aquella côr a encadernação, e o *Livro dos prégos*, vulgarmente assim designado pelos prégos que tinha na capa. A historia externa dos livros deve muito ás encadernações N'estas se vêem ás vezes monogrammas, emblemas, brazões, ornamentos diversos, de excellente trabalho, que permittem estabelecer a identidade dos possuidores, etc.

Encados. Pov. na freg. de S. Romão, de Mesão Frio, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Encalhor. Reino de jolofos, distr. da Guiné, Africa Occidental.

Encambellados. Pov. da freg. de S. Miguel, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

Encarnação *(D. André da).* Conego de Santo

Agostinho. N. em Arraiollos a 8 de junho de 1731; ignora-se a data do fallecimento. Era filho do dr. Timotheo Pinto de Carvalho e de D. Julianna Luiza da Conceição. Professou no convento de Santa Cruz, de Coimbra, a 22 de agosto de 1748. Deixou em manuscripto: *Breve memoria da Santa vida e morte do Veneravel Padre D. Lopo da Conceição, conego regular; Catalogo dos Beatos e Beatas dos Conegos Regulares; Catalogo dos Veneraveis, Pessoas illustres da ordem canonica; Cathalogos Authorum Canonicorum Regularium.*

Encarnação *(Antonio da).* Conego secular de S. João Evangelista. N. em Lisboa em 1601; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Braz Nunes e de Dionysia Mattosa. Foi almoxarife do hospital das Caldas do Rainha, e porteiro do convento de Santo Eloy, de Lisboa. Applicando-se ao estudo da pharmacia e medicina, chegou a adquirir grande fama, sendo chamado muitas vezes para tratar de pessoas importantes da côrte. Deixou manuscriptos um *Confissionario geral* e *Declaração dos remedios que se obram nas boticas.*

Encarnação *(Fr. Antonio da).* Religioso dominicano da ordem dos prégadores; um dos assignalados theologos do seu tempo. N. nos ultimos annos do seculo XVI, e fal. no convento de S. Domingos, de Lisboa, a 15 de outubro de 1665. Era filho de Francisco Bulhão e de Julianna da Ponte. Professou no convento de S Domingos, de Evora, e em seguida foi para a India, e estudou no collegio de Santo Thomaz, de Gôa, as sciencias escolasticas. Regressando ao reino, veiu por Armenia, onde se demorou e aprendeu a lingua d'aquella terra, em que traduziu a constituição da ordem, missal e breviario, e sendo eleito pro vincial restituiu á sua primitiva observação os religiosos d'aquelle paiz. Assistiu como definidor ao capitulo geral celebrado em Roma a 6 de maio de 1650, e chegando finalmente a Portugal, foi deputado da inquisição de Evora, cargo de que tomou posse em 7 de junho de 1659, e depois da de Lisboa, de que tomou posse em 11 de junho de 1661. Tambem foi prior do convento de Bemfica, e vigario do mosteiro das religiosas do Sacramento. Escreveu: *Relações summarias de alguns serviços que fizeram a Deus e a estes reinos os Religiosos dominicos nas partes da India Oriental n'estes annos proximos passados*, Lisboa, 1635; são tres relações, sendo só a primeira de fr. Antonio da Encarnação; *Breve Relação das causas que n'estes annos proximos fizeram os Religiosos da ordem dos Prégadores, e dos prodigios que succederam nas christandades do sul, que correm por sua conta na India Oriental*, Lisboa, 1665; *Addições á Historia de S. Domingos, de Fr. Luiz de Sousa*, no tocante á fundação do convento de Bemfica, parte II, de pag. 96 até 106, sendo tambem sua a *Vida* de fr. Luiz de Sousa, que vem no principio da referida segunda parte. Em manuscripto: *Relação do principio da Christandade nas Ilhas do Solor; Relação do martyrio dos padres Fr. Luiz do Espirito Santo e fr. João da Piedade, dominicos nas ilhas de Solor.*

Encarnação *(Fr. Antonio da).* Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Lisboa em 1622, onde tambem fal. a 22 de novembro de 1666. Era filho de João da Costa e de Agueda Manuel. Professou no convento de N. S.ª de Jesus, de Lisboa, a 25 de janeiro de 1642. Estudou as sciencias escolasticas com muita distincção. Foi prégador afamado, secretario da provincia, reitor do collegio de S. Pedro, de Coimbra, e commissario da ordem Terceira do convento, de Lisboa, onde falleceu. Escreveu um *Catalogo indice da Santa Provincia da Terceira Ordem em Portugal*, que ficou manuscripto.

Encarnação *(Fr. Antonio José da).* Religioso da ordem da Trindade, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, etc. N no Porto a 7 de fevereiro de 1741, e fal. a 10 d'outubro de 1780. Escreveu: *Novena panegyrica do Beato Simão de Roxas*, etc., Lisboa, 1780; houve depois outra edição em 1805; *Horas Eucharisticas em obsequio do Santissimo Sacramento com preces e soliloquios, etc*; 2.ª edição 1815; não se sabe quando se publicou a primeira.

Encarnação *(Fr. Athanasio da).* Religioso franciscano da provincia da Arrabida, natural de Gouveia; fal. a 25 de junho de 1710. Era filho de Domingos Lopes e de Francisca Lopes. Professou no convento do Espirito Santo, de Loures, a 25 de março de 1659. Como tinha muito boa voz, a rainha de Inglaterra, D. Catharina, filha do D. João IV, o escolheu para cantor da sua capella em Londres. Antes da sua partida para esta cidade havia aprendido philosophia e theologia. Voltando ao reino, exerceu diversas guardianias, sendo depois nomeado definidor. Publicou com o nome de Francisco Janeanarea da Matha, anagramma do seu nome, uma obra, cuja primeira parte é em latim, e a segunda em portuguez.

Encarnação *(Balthazar da).* Fundador do convento dos monges descalços de S. Paulo, primeiro eremita. Não consta ao certo o anno em que nasceu, mas sabe-se que foi baptisado a 29 de agosto de 1683, em Serpa, onde residiam seus paes. Fal. em Lisboa a 25 de setembro de 1760. Chamava-se no seculo Balthazar Casqueiro, e era filho de Pedro Alvares e de Brites Correia. Ficando orphão muito creança, ficou entregue aos cuidados d'uma sua tia, chamada Maria Correia, a qual lhe mandou ensinar o officio de sapateiro, mas dotado de genio buliçoso e turbulento, adquiriu presumpções de valente, e andava sempre armado, em constantes rixas. Em 1703 passou a Evora a trabalhar pelo seu officio em casa do sapateiro Francisco Dias, porém n'esse mesmo anno veiu para Lisboa, e entrou como official n'uma loja mais afamada. N'esta cidade continuou nas suas empresas desordeiras. Ao anoitecer, depois de acabar o trabalho, percorria as ruas, armado, e provocava continuas bulhas e contendas, e aos domingos, mesmo de dia, andava procurando os mais valentes para com elles brigar, e afugentando os officiaes de justiça que pretendiam prendel-o. D'este modo adquiriu fama de valente, e tornou-se temivel. Muitas vezes era ferido nas desordens que provocava, mas continuava sempre na mesma vida desregrada e libertina. Em 1705 assentou praça de soldado n'um dos regimentos que a rainha Anna de Inglaterra subsidiava em Portugal para a guerra da Successão de Hespanha, em que o nosso paiz estava empenhado. Passou com o exercito á provincia do Alemtejo, e andou na campanha até que, regressando a Lisboa, começou a mudar de vida. Contava 28 annos, quando se apossou d'elle um grande arrependimento, e deixando a vi-

da mais ou menos dissoluta a que se entregava tornou-se um exemplo de contricção e penitencia. Em 1713, abandonando completamente o mundo retirou-se para as Covas de Monfurado ou Monte Furado, ou Covas Infernaes, por ser sitio solitario e aspero, no meio d'uma serra, nas proximidades de Montemór-o-Novo. Em 1710 havia se retirado tambem para aquelle ermo um caldeireiro de Lisboa, a fazer penitencia, levando comsigo uma imagem da Virgem a que deu a invocação de Nossa Senhora do Castello. A este penitente se juntaram outros convertidos ao mais rigoroso ascetismo, e e estes se reuniu Balthazar Casqueiro, chegando em 1717 a 25 o numero d'aquelles ascetas. No deserto edificaram umas casinhas pobres e toscas para sua habitação, formando a capella n'uma lapa aberta na concavidade do rochedo. Ali viviam do trabalho manual e de esmolas, vestindo um desprezivel burel, e entregando-se á oração e a crueis penitencias e mortificações. Balthazar tornou-se o chefe d'aquelles cenobitas, e formou uma congregação, tomando para seu patrono S. Paulo, primeiro eremita. Em 1722, o geral do convento da Serra d'Ossa os autorizou a usarem do escapulario preto, e lhes deu carta de confraternidade. Em 1725 benzeu-se a nova egreja d'aquelle cenobio. Chegando a Lisboa a noticia dos novos eremitas, o infante D. Antonio, irmão de D. João V, os tomou debaixo da sua protecção. Em 1723, já com 40 annos de edade, começou Balthazar a aprender a ler e a escrever, porque não possuia os mais simples rudimentos de instrucção primaria. Depois passou a estudar grammatica latina, preparando-se para se ordenar de presbytero, o que realisou em 17 de junho de 1732, mudando o seu appellido, chamando-se desde então Balthazar da Encarnação. Foi o infante D. Antonio quem lhe deu o patrimonio, no valor de 3:000 cruzados, com os quaes comprou uma terra. Foi então nomeado director da congregação dos eremitas de Monfurado, e formulou os novos estatutos, que por serem de excessivo rigor, o infante D. Antonio interveiu para os modificar, sendo então os estatutos substituidos por outros mais brandos. Balthazar alcançara amplo conhecimento das sciencias theologicas, e obtivera licença para prégar; pouco depois foi a Roma, d'onde voltou com licença e nomeação de missionario apostolico. Começou logo a percorrer muitas terras do paiz, e dizem que em quatro annos prégou mais de 800 sermões. Solicitou esmolas para a fabrica do cenobio das Covas do Monfurado, e para isso fôram dois monges ao Brazil, d'onde as trouxeram avultadas. Estando em Lisboa com alguns monges seus companheiros, fundou em 1737 a confraria da *Caridade Geral* para soccorro dos presos, e acudir aos necessitados com a solicitação publica de esmolas; proximo da egreja da sé construiu uma ermida com a invocação de *Caridade*, que ainda hoje existe, para os confrades assistirem aos officios divinos. Foi tambem o fundador do convento da Boa Morte, em Lisboa, que ficou com o titulo de senhor Jesus do Monte, de monges descalços de S. Paulo, primeiro eremita, posto que com estatutos differentes dos do convento das Covas de Monfurado. Balthazar da Encarnação voltou a Roma em 1742, e regressando ao reino proseguiu na sua vida ascetica e dedicada ao serviço do proximo, até que falleceu na edade de 77 annos. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa existem 3 retratos seus, todos de corpo inteiro. Dos sermões que pregou, só se imprimiram dois: *Sermão do Juizo, prégado na parochial egreja de S. Gens, termo de Montemór, em presença de innumeravel auditorio, de differentes estados*, etc., Lisboa, 1734; *Sermão da Paixão, prégado na egreja das Covas de Monte-furado*, Lisboa, 1734. Escreveu mais: *Cidade da Consciencia, em cinco discursos pelos cinco sentidos do corpo humano, parte* I, Lisboa, 1751; *Desper'ador espiritual em que se mostra a gravidade dos sete vicios capitaes, parte* I, Lisboa, 1758.

Encarnação *(D. Fernando da)*. Conego regrante de Santo Agostinho, vigario no convento de Santa Cruz, de Coimbra, reitor do collegio de Sapiencia, e socio da Academia Liturgica da referida cidade. Ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Professou no convento de Santa Cruz de Coimbra a 10 de dezembro de 1728 Escreveu: *Dissertação em que se persuade terem havido Metropolitanos em Portugal nos quatro primeiros seculos da Egreja*, saiu no tomo I da *Collecção da Academia Liturgica*, Coimbra, 1760; *Dissertação sobre a fórma dos templos regularmente usada nos primeiros seculos da Egreja, comprehendendo as da nossa Lusitania*, no tomo II da referida *Collecção; Dissertação sobre o uso das luzes no tempo da Liturgia*, no tomo III.

Encarnação *(Fr. Fernando da)*. Religioso dominicano da ordem dos prégadores. N. no Porto em 1599; fal. no convento de Bemfica a 27 de agosto de 1622. Era filho de D. Fradique de Menezes e de D. Izabel Henriques; irmão de D. Affonso de Menezes, que foi mestre sala de D. João IV. Professou no convento de S. Domingos de Bemfica a 25 de dezembro de 1621. D. João IV o nomeou bispo do Algarve, mas não chegou a tomar posse d'esta dignidade. Deixou manuscripto um livro com o titulo de *Theologia sagrada*.

Encarnação *(Fr. Francisco da)*. Religioso da ordem de S. Bento. N. no Porto em 29 de setembro de 1673, fal. no convento de S. Miguel de Refoios de Basto em 1729. Era filho de Miguel Vieira e de Maria de Abreu. Professou no convento da sua ordem, no Porto, a 25 de março de 1694. Foi prégador geral, e jubilado em theologia. Era muito versado em historia sagrada e profana, assim como na genealogia Deixou varios manuscriptos, que se guardavam no referido convento de Refoios, entre os quaes existia um intitulado: *Genealogias de varias familias portuguezas*.

Encarnação *(D. Gaspar da)* Conego da ordem de Santo Agostinho. N em Lisboa e morreu a 8 de julho de 1737. Era filho de Antonio Galvão e de D. Brites d'Almeida Professou no convento de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, a 25 de julho de 1762, do qual foi tres vezes prior. Exerceu os cargos de geral da congregação, qualificador do Santo Officio, examinador das tres ordens militares e do priorado do Crato Foi prégador afamado e muito perito na poesia vulgar e latina. D'elle corre impressa a *Oração funebre do papa Innocencio XII*.

Encarnação *(Fr. Gaspar da)*. Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra N. em Lisboa a 17 de maio de 1685, fal. no palacio de Palhavã, em Lisboa, a 25 de novembro de 1754. Chamava-se no seculo D. Gaspar de Moscoso e

Silva, e era filho do 5.º conde de Santa Cruz e irmão do 3.º marquez de Gouveia. Matriculou-se em Coimbra na faculdade de Canones, e depois do doutoramento foi deão da sé de Lisboa, deputado do Santo Officio, e do conselho de D. João V. Em 15 de setembro de 1710 foi nomeado reitor da Universidade, dispensando-se-lhe a falta de edade, tomando posse a 29 de novembro do referido anno. Em 12 de outubro de 1713 foi reconduzido a este cargo com o titulo, preeminencias e emolumentos de reformador. Em 1715 deixou a Universidade para se recolher ao convento do Varatojo, onde professou em junho de 1716, tomando então o nome de D. Gaspar da Encarnação, assistindo á cerimonia el-rei D. João V e toda a côrte. Eleito deputado do convento, rejeitou o logar, mas por instancias do soberano e autorisação do pontifice, passou da sua ordem a reformar a congregação dos conegos regrantes de Santo Agostinho. Quando em 1747 morreu o cardeal Motta e Silva, D. João V nomeou-o ministro do gabinete.

Encarnação *(Fr. Jeronymo da).* Religioso da ordem carmelitana. N. em Lisboa, e fal em 1631 Era filho de Antonio da Paz e de Joanna d'Abreu. Professou no convento do Carmo, de Lisboa, a 30 de setembro de 1597. No capitulo celebrado n'esta cidade a 18 de abril de 1621, foi eleito sub-prior do convento de Evora, logar que tambem exerceu no de Lisboa. Era muito perito na arte musical. Deixou manuscripta uma *Chronica* do condestavel D. Nuno Alvares Pereira.

Encarnação *(D. João da)* Conego regrante da ordem de Santo Agostinho. Publicou uma *Grammatica linguæ santæ*, que se suppõe ser uma grammatica de lingua hebraica, que servia para compendio na aula de theologia da Universidade de Coimbra.

Encarnação *(Fr. João da).* Religioso da ordem de S. Francisco da provincia de Portugal, que viveu no seculo XVII, e publicou, com numerosas e eruditas annotações, o primeiro livro das sentenças de Escoto.

Encarnação *D. Joaquim da).* Conego regrante da ordem de Santo Agostinho, fidalgo capellão da Casa Real, abbade reservatario da egreja de S. João Baptista de Sedavim, etc. N. em Barcellos em 1 de abril de 1724, e fal. o 22 de abril de 1798. Tinha no seculo o nome de Joaquim Alberto de Azevedo, e era filho de José de Azevedo Vieira, cavalleiro da ordem de Christo e moço fidalgo da Casa Real, e de Luiza da Costa. Foi seu irmão o celebre jesuita Manuel de Azevedo Professou no convento de Santa Cruz de Coimbra a 11 de janeiro de 1739. Estudou as linguas grega e hebraica, e foi muito perito em historia e em liturgia. Escreveu: *Chronologia dos Summos Pontifices Romanos, extrahida dos melhores autores da Historia Ecclesiastica*, Lisboa, 1789. Além do que o titulo inculca, contém mais uma summa dos antigos sacerdotes nas leis da natureza e da graça, e um appendice chronologico dos reis de Roma, consules, imperadores, reis godos, imperadores do Oriente e do Occidente, imperadores de Constantinopla, imperadores turcos, e das moedas e medalhas romanas; *Compendio da sagrada Biblia*, Lisboa, 1788; *Epitome da Historia Portugueza*, Lisboa, 1789; *Novena do Natal*, Lisboa, 1788; *Breve noticia das ordens religiosas, junta dos melhores autores, e das letras apostolicas*, Lisboa, 1790: *Pantheon sacro, templo de Deus vivo; festas do Senhor, da Virgem Maria, e dos Santos para todo o anno*, etc., Lisboa, 1790 a 1793, 4 tomos; *Cathecismo historico e doutrinal ou breve instrucção dos mysterios da religião christã*, Coimbra, 1757; *Advertencios aos confessores, dadas por S. Carlos Borromeu, ás quaes na traducção se ajunta o mais necessario do moral, com noticia das bullas e decretos concernentes á recta administração do sacramento da penitencia*, Coimbra, 1760; *Explicação da oração do Senhor, copiada dos Santos Padres, Cathecismo de Pouget, e outros autores*, Coimbra, 1763; *Instrucções da prégação da palavra de Deus, dadas aos prégadores por S. Carlos Borromeu, com um appendice, conforme a mente do Santo autor*, Coimbra, 1761; *Vida do admiravel P. S. Theotonio, Conego regular, e primeiro prior do mosteiro de Santa Cruz, traduzida do latim, e ampliada com additamentos*, Coimbra, 1764; foi reimpressa tambem em Coimbra, em 1855; *Methodo pratico e instrucção para bem se confessar e commungar*, Coimbra, 1764; *Explicação das oito bemaventuranças propostas pelo Salvador do mundo no cap.* v *do Evangelho de S. Matheus*, Coimbra, 1763; *Vida de Santo Ignacio, patriarcha de Constantinopla e de S. Manusto, bispo de Vienna em França;* não tem folha de rosto, mas no titulo da primeira pagina lêem-se as iniciaes D. J. da E. C. R. *(D. Joaquim da Encarnação, conego regrante).* Deixou manuscriptos, cujos titulos se pódem ler na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. IV pag. 170.

Encarnação (*Fr. José da*). Encontra-se este nome subscrevendo alguns manuscriptos illuminados pertencentes ao antigo convento dos Paulistas, de Lisboa. Era calligrapho e illuminador distincto e os ms. que conhecemos abrangem as datas de 1758 a 1761.

Encarnação *(D. Manuel da).* Conego regrante de Santa Cruz, de Coimbra. N. em Barqueiros, do bispado do Porto, a 22 de agosto de 1704, ignora-se quando falleceu. Professou no referido mosteiro de Santa Cruz, a 18 de abril de 1728. Foi reitor do collegio de Sapiencia, definidor da congregação e substituto do geral; socio da Academia Liturgica, etc. Escreveu: *Dissertação: Quando começou a egreja mosarabica nas Hespanhas? Quanto tempo persistiu? E se ainda agora dura?;* saiu no tomo III, pag. 300 e seguintes da *Collecção da Academia Liturgica Pontificia*, Coimbra, 1761; *Dissertação: Se os arianos em Portugal, e nas mais provincias de Hespanha, costumavam rebatisar?;* saiu no tomo IV, da mesma *Collecção*, a pag. 422 e seguintes. Ainda publicou outra dissertação em latim, no tomo II.

Encarnação *(Fr. Manuel).* Religioso da ordem de S. Domingos, natural de Lisboa, e que viveu no seculo XVII. Era filho de Pedro Fernandes e de Clara Fernandes. Professou a 25 de março de 1605. Foi por muitos annos missionario na India, e mestre de Theologia no collegio de Santo Thomaz da cidade de Gôa. Escreveu: *Sermão no acto da fé que se celebrou em a cidade de Gôa na India Oriental, na dominga da sexagesima, a 7 de Fevereiro de 1617*, Lisboa, 1628.

Encarnação *(Fr. Manuel da).* Religioso da ordem de S. Domingos. N. em Pontével em 1639, fal. em 1720, com 80 annos de edade. Era filho de Antonio Frazão e de Francisca d'Almeida. Professou no convento de Santarem a 29 de março

de 1660. Aprendeu as sciencias escolasticas. Foi prior dos conventos de Elvas e de Bemfica, reitor do collegio de Santo Thomaz de Coimbra, e provincial em 1711. Era afamado prégador. Escreveu: *Commentario do Evangelho de S. Matheus*, obra em quatro volumes, que se imprimiu de 1695 a 1714.

Encarnação *(Fr. Manuel da)*. Religioso da ordem dos carmelitas calçados. N. em 1650, e fal. a 14 de dezembro de 1721. Era filho de Jacinto de Moraes e de Maria Rodrigues. Professou no convento de Santa Anna, de Collares, a 3 de junho de 1656. Foi prior do convento de Evora, e sacristão-mór do de Lisboa. Assistiu ao capitulo geral celebrado em Roma no anno de 1698. Escreveu, de collaboração com fr Francisco de Azevedo, um *Compendio da regra dos irmãos da veneravel ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo*, o qual se imprimiu em 1685.

Encarnação *(Fr. Manuel da)*. Religioso da ordem de S. Francisco, natural de Lisboa, mas que passou, ainda muito novo ao Brazil e professou no convento da provincia de Conceição, do Rio de Janeiro, a 7 de dezembro de 1719. Dictou artes no convento de S. Francisco, da cidade de S. Paulo. Foi definidor, e muito versado na poesia latina e portugueza. Compoz varias poesias em latim e em portuguez.

Encarnação *(D. Marcellino da)*. Conego regrante de Santo Agostinho. N. em Bornes, proximo de Mirandella, em 1728, e fal. com 90 annos, no collegio da Sapiencia, de Coimbra, a 12 de fevereiro de 1818. Professou a 29 de janeiro de 1747. Foi D. prior geral e era considerado o homem de mais vastos conhecimentos que teve a sua congregação no seculo XVIII. Escreveu: *Reflexões christãs*, Coimbra, 1777; *Roteiro espiritual*, traducção.

Encarnação *(D. Miguel da)*. Conego regrante de Santo Agostinho, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, e professor de historia e da lingua hebraica no collegio da sua ordem em Mafra. Professou no convento de Santa Cruz, de Coimbra, a 24 de junho de 1746. Parece que falleceu nos ultimos annos do seculo XVIII. Foi socio da Academia Liturgica. de Coimbra, em cuja *Collecção* publicou uma dissertação em latim, no tomo II, e no tomo V, a pag. 217, a seguinte em portuguez: *Até quando duraram as oblações dos fieis na missa?* Tambem escreveu: *Dissertação historica: Se desde o seculo* XII, *nas eleições dos bispos da Lusitania, se ajuntava consentimento dos reis?*, Coimbra, 1764.

Encarnação *(D. Norberto)*. Conego regrante de Santo Agostinho. N. em Vianna do Castello em 1731; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Manuel Barbosa de Magalhães e de Thereza Maria da Silva. Professou no convento de Santa Cruz, de Coimbra, a 16 de abril de 1748. Escreveu: *Pratica de alguns motivos efficazes para o christão alcançar um ferveroso e constante amor a Jesus Christo e a Maria Santissima*, Lisboa, 1764; *Summario das indulgencias concedidas á Basilica do Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, etc, Coimbra, 1756. Em manuscripto deixou: *Noticia do terremoto do anno de 1755.*

Encarnação *(Fr. Paulo da)*. Religioso da ordem dos carmelitas descalços, doutor em Theologia pela universidade de Coimbra. N. nos Olivaes, e fal. no convento do Carmo de Lisboa, a 18 de maio de 1751. Era filho de Gonçalo Rodrigues e de Marianna Quaresma. Professou a 3 de novembro de 1716. Publicou em 1739 um sermão, que em 1737 prégara no oitavario da canonisação de S. João Francisco Regis, da Companhia de Jesus.

Encarnação *(D. Pedro da)*. Conego regular de Santo Agostinho, da congregação de Santa Cruz, de Coimbra, etc. Escreveu: *Oração funebre nas exequias da serenissima rainha e Senhora Nossa, D. Maria Sophia Izabel de Neoburg, celebradas no real mosteiro de Odivellas no dia 19 de outubro de 1696*, Lisboa, 1700.

Encarnação *(Fr. Pedro da)*. Religioso da ordem de S. Francisco, que floresceu no seculo XVIII. Era natural de Arraiollos; filho do dr. Manuel do Valle Cardoso e de Izabel d'Almeida. Professou no convento de Evora da provincia dos Algarves, a 26 de março de 1707. Foi qualificador do Santo Officio, examinador das tres ordens militares e consultor da Bulla da Cruzada. Escreveu: *Sermão do Santissimo Coração de Jesus, prégado no convento de Santa Maria de Jesus, de Xabregas, em dia do Baptista*, Lisboa, 1740.

Encarnação *(Fr. Sebastião da)*. Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Celorico da Beira a 20 de janeiro de 1660; fal. a 16 de janeiro de 1735 no collegio de Santa Catharina de Santarem. Era filho de Antonio Alvares e de Catharina Nunes. Professou no convento de S. Francisco, da Pesquecira, a 8 de novembro de 1679. Depois de estudar as sciencias escolasticas, ensinou grammatica no seminario da cidade de Miranda, e em 1697 foi eleito ministro do convento de N. S.ª da Esperança, junto a Belmonte; exerceu depois os cargos de reitor do collegio de Coimbra e de confessor das religiosas do mosteiro de N S.ª do Loreto, da villa d'Almeida. Imprimiu alguns dos seus sermões.

Encarnação *(D. Thomaz da)*. Bispo de Pernambuco. O seu nome no seculo era Antonio da Costa Lima. N. na Bahia a 23 de junho de 1723; fal em Pernambuco a 14 de janeiro de 1784 Veiu para Portugal muito novo, e cursando os estudos da Universidade de Coimbra, tomou o grau de Mestre em Artes, e frequentou as aulas do Direito civil. Porém como a sua vocação o chamava para a vida ecclesiastica, recebeu a murça de conego regrante de Santo Agostinho, no convento de Santa Cruz, de Coimbra, em 21 de março de 1747. Passou a cursar a faculdade de Theologia, na qual se doutorou. Estabelecida em Coimbra no referido anno de 1747 a Academia Liturgica Pontificia, foi D. Thomaz em um dos seus primeiros socios, e ali desempenhou o cargo de professor de Historia Ecclesiastica Quando foi creado no convento de Mafra um collegio de instrucção secundaria, ou como então se dizia, de humanidades, e entregue á direcção dos conegos regrantes. D. Thomaz da Encarnação veiu com outros na qualidade de Prefeito dos Estudos, cargo que exerceu até outubro de 1773, em que foi eleito bispo de Pernambuco, cuja eleição se confirmou a 18 de abril de 1774, realisando-se a sagração a 29 de maio d'esse mesmo anno, pelo cardeal da Cunha, arcebispo de Evora. Pouco depois seguiu para a sua diocese, chegando a Pernambuco a 30 d'agosto, fazendo a entrada solemne a 8 de setembro. Alguns dias depois de ter tomado posse da sua nova dignidade, publicou uma celebre pastoral revogando a multiplicidade de excommunhões e cen-

suras irrogadas nas *Constituições do arcebispado da Bahia*, pelas quaes se regia aquella egreja, conservando sómente as que eram fundadas nas causas, que desde os primeiros seculos do christianismo fôram tidas por unicas e legitimas. Dez annos incompletos governou a sua egreja, merecendo a estima e o respeito de todos. Na *Collecção da Academia Liturgica* veem publicadas algumas das suas obras em latim, nos tomos I, a pag. 246; tomo II, pag. 454; tomo IV, pag. 118 (em portuguez). Em separado imprimiu: *Historia Ecclesiæ Lusitanæ; per singula seculæ ab Evangelio promulgata*, Coimbra, 1759; 4 tomos; *Vetus canonum Codex Lusitanæ Ecclesiæ notis illustratus*, Coimbra, 1764; é precedida de varias cartas de sabios estrangeiros, laudatorias da applicação de D. Thomaz da Encarnação; á coordenação e annotação dos canones precede egualmente uma extensa dissertação, de pag. 1 a 70; *Carta pastoral exhortatoria ao clero e povo de Pernambuco, ao tomar posse da cadeira episcopal*, datada de Olinda a 13 de setembro de 1774.

Encarnação. Uma das freguezias de Lisboa, cujo orago é N. S.ª da Encarnação. Foi instituida em 1551 pelo cabido da cathedral, em parte do territorio que comprehendia a freguezia dos Martyres, por ser esta muito extensa. Estabeleceu-se na egreja do Loreto, dos italianos, a quem aquella egreja ainda hoje pertence, por contrato feito com o mesmo cabido em 2 de janeiro do referido anno de 1551. Em 29 de março de 1651 houve o lamentavel desastre de incendio que arruinou completamente a egréja do Loreto, e a freguezia da Encarnação passou em maio seguinte para a ermida de N. S.ª do Alecrim, situada nas proximidades do palacio do marquez de Marialva, que ficava no local onde hoje se vê a praça de Luiz de Camões. Ali se conservou até 1676, em que voltou para a antiga egreja do Loreto, que acabava de ser restaurada, realisando-se a solemne procissão no dia 7 de setembro, que devotamente foi acompanhada por el-rei D. Pedro II, e todas as ordens religiosas existentes em Lisboa levando andores com os seus patriarchas. A procissão saiu da ermida de N. S.ª do Alecrim e percorreu as principaes ruas do Bairro Alto, recolhendo-se afinal na egreja do Loreto. O nuncio D. Marcello Durazzo, arcebispo de Calcedonia, celebrou missa de pontifical no dia seguinte, a que assistiu o referido monarcha. No segundo dia tambem celebrou de pontifical o provisor do arcebispado de Lisboa, D. Fr. Christovão de Moura, e no terceiro arcediago de Bago, D. João Marcarenhas, assistindo todos os conegos em corpo de cabido. Os italianos pretenderam depois considerar-se com o direito do padroado da freguezia da Encarnação, mas o cabido da cathedral oppoz-se energicamente; houve grande litigio, que durou até 1679, anno em que o mesmo cabido ordenou que passasse de novo a parochia para a ermida do Alecrim. E' notavel que uma freguezia tão populosa não alcançasse ter egreja propria durante o longo prazo de mais de 150 annos, e ainda assim, para o conseguir, foi preciso que uma devota senhora tivesse a piedade de lhe mandar edificar um templo. Foi esta devota a condessa de Pontével, D. Elvira Maria de Vilhena, viuva do 1.º conde de Pontével, Nuno da Cunha Athaide.

Egreja da Encarnação

Concedidas as competentes licenças de Roma, foi escolhido um terreno fronteiro á egreja do Loreto, e que pertencia á condessa. As obras começaram em 4 de junho de 1698, deitando a pedra fundamental no edificio o cardeal arcebispo de Lisboa, D. Luiz de Sousa. Dez annos depois, em 14 de março de 1708, ficou concluido o magestoso templo. Então a condessa de Pontével fez trasladar para a capella-mór o cadaver de seu marido, que tinha sido sepultado no convento de S. Francisco da Cidade. Por escripturas, celebradas em 5 de junho de 1698 e depois em 16 de

agosto de 1700, fez a illustre fidalga o solemne contrato com o deão e cabido da sé de Lisboa, de estabelecer a parochia da Encarnação no templo que construira; apresentou o cura, coadjutores e thesoureiro, e por seu fallecimento ficou esta apresentação ao ordinario. Pelas mesmas escripturas tambem constituiu a irmandade do Santissimo senhora fabriqueira provedora e administradora da mesma egreja A condessa de Pontevel tinha tanta devoção pelo templo que edificara em honra da Virgem da Encarnação, qu se despojou de todos os seus bens para o engrandecimento do culto e augmento da fabrica da egreja, e falleceu pobre em 30 de dezembro de 1718, com 91 annos de edade. O seu cadaver foi tambem sepultado na capella-mór, junto ao de seu marido. No dia 6 de setembro de 1708 foi benzida a egreja pelo arcebispo de Evora D. Simão da Gama, e no dia 8 realisou-se a transferencia da freguezia em solemne procissão para o novo templo, onde no dia seguinte se celebrou a primeira missa. A procissão era composta de andores e figuras a cavallo, ricamente vestidas, e d'um carro triumphante de soberba fabrica. As festas da nova egreja duraram oito dias, durante os quaes esteve sempre exposto o Santissimo. A porta principal deitava para o largo, como a actual, e tinha mais duas portas travessas, sendo uma para a rua da Cordoaria Nova, hoje rua de Antonio Maria Cardoso, e a outra para a rua do Alecrim. O adro era muito espaçoso, e estava fechado com uma grade de ferro. A egreja, além do altar-mór, tinha mais dois altares lateraes, em frente do corpo da egreja, e n'esta havia 8, 4 de cada lado. As banquetas e lampadas dos altares eram todas de prata. No altar de S. Vicente Ferrer via-se um cofre de prata contendo uma reliquia d'aquelle santo. Possuia a egreja uma peanha de prata para se collocar a custodia na tribuna, a qual era tambem de prata dourada e lavrada. Sobre a porta principal estava collocado o baixo relevo, em pedra, que ainda hoje se vê no templo actual, e as duas estatuas que estão n'uns nichos, aos lados na fachada, e que representam a Senhora do Loreto e Santa Catharina, tambem ha todas as razões para acreditar, que estivessem collocadas na mesma fórma no antigo templo, por terem pertencido ás antigas portas de Santa Catharina, que n'aquelle sitio existiram, limitando a cidade de Lisboa, as quaes fôram demolidas no anno de 1702. O jazigo da condessa de Pontével tinha o seguiute epitaphio: «Aqui jaz a condessa de Pontével, D. Elvira Maria de Vilhena, que com heroica piedade fez a soberana Virgem, mãe de Deus, herdeira de seus bens, na sumptuosa fabrica d'este magnifico templo, como a outra matrona na egreja de Santa Maria Maior. Falleceu a 30 de dezembro de 1718». O tumulo foi destruido pelo terremoto de 1755, e na egreja actual existem dos lados da capella-mór uns disticos, commemorando o fallecimento dos condes de Pontével, e em que se declara terem sido alı sepultados. A egreja tinha as confrarias de S. João Baptista, S. Vicente Ferrer, N. S.ª dos Prazeres, Santo Antonio, e as irmandades do Santissimo e das Almas; tinha tambem 12 capellães com obrigação de coro e de missas. O terremoto de 1755 destruiu uma grande parte do templo, mas as unicas victimas n'aquelle recinto sagrado fôram dois padres pertencentes á mesma egreja, chamados Ivo e Manuel Pinto, e uma pobre mulher já edosa. Todos tres ficaram esmagados no adro pelas pyramides da torre que desabaram. O cartorio foi salvo, menos os livros dos assentos dos baptismos, casamentos e obitos. A imagem de Nossa Senhora da Encarnação tambem se salvou, e é a mesma que se vê ainda hoje no altar da sacristia. Os vasos sagrados fôram conduzidos para a egreja do Loreto, que pouco havia soffrido, mas o incendio que se seguiu, pouco depois da meia noite, tambem causou serios estragos n'aquella egreja, e por esse motivo os vasos sagrados fôram para a ermida de Santo Ambrosio, onde estava collocada a parochia de Santa Izabel, por não se ter ainda concluido a egreja, que em honra da Santa rainha mandara edificar o patriarcha D. Thomaz d'Almeida. Depois ainda a freguezia da Encarnação passou para uma barraca, que o coadjutor Vicente Ferreira Rolim fez construir no largo da Cotovia, hoje praça do Principe Real, e mais tarde ainda se procedeu a nova transferencia para outra barraca, no alto do Pombal, onde hoje, pouco mais ou menos, está a Imprensa Nacional. Em 10 de abril de 1756 foi de novo removida a parochia para uma capella do claustro de S. Roque, onde esteve até 1758, e sendo, pela extincção dos jesuitas, o edificio de S. Roque dado para a Misericordia, passou a parochia para a ermida dos Clerigos Pobres, defronte da alameda de S. Pedro d'Alcantara, a qual foi demolida ha talvez 50 annos. A imagem da Senhora da Encarnação fôra salva pelo padre mestre de ceremonias e pelo marquez de Marialva, que a levaram para o palacio d'este nobre fidalgo, d'onde passou mais tarde para a ermida do palacio do marquez d'Angeja, á Junqueira. A irmandade do Santissimo pensava na edificação d'um novo templo, e com os recursos de que podia dispôr, concedida a competente licença da Santa Sé, tentou o começo das obras. Fôram então comprados dois terrenos na rua da Cordoaria Nova, hoje de Antonio Maria Cardoso, para augmentar a nova egreja. O risco foi encommendado a Manuel Caetano de Sousa, architecto das obras publicas. Em sessão de 15 de junho de 1868 ficou approvado o novo risco, menos as torres que deviam ser collocadas sobre a fachada do templo. por ser obra muito dispendiosa. A irmandade deu começo á edificação do novo templo em 1769. Vendo-se depois, que se tornava preciso mais um pedaço de terreno para se construir uma capella do Santissimo mais ampla, a irmandade requereu á rainha D. Maria I, que lhe fôsse concedido, e a soberana lh'o mandou dar por decreto de 7 de abril de 1780. A antiga egreja possuia todo o terreno, onde se vê o sumptuoso palacio que pertenceu ao fallecido conde do Farrobo, e que é hoje propriedade do sr. dr. Carvalho Monteiro, mas a catastrophe do terremoto obrigou a irmandade a vender aquelle, o qual foi comprado pelo grande capitalista Ignacio Pedro Quintella, illustre ascendente da familia Farrobo, para ali construir um palacio para sua habitação e dos seus descendentes. As obras caminharam vagarosamente até 1784; durante 15 annos concluiu-se a frontaria até á cimalha, a capella-mór, a do Santissimo, a sacristia e a casa do despacho da irmandade do Santissimo. N'este anno, apezar do templo não estar ainda concluido, fez-se a transferencia da pa-

rochia para a nova egreja no dia 21 de março com a maior pompa e solemnidade. A procissão constava de muitas irmandades das egrejas visinhas, e ordens religiosas, sendo o Sacramento conduzido pelo arcebispo de Lacedemonia. A rua de S. Roque via-se toda embandeirada e coberta de areia e espadanas. Um regimento servia de guarda de honra, formando alas desde a ermida dos Clerigos Pobres até á egreja nova, desfilando depois atraz do pallio. Junto da ermida dos Clerigos e da egreja da Encarnação improvisaram-se uns fortes com peças d'artilharia, que deram salvas, tanto á saída como á entrada da procissão. Os navios surtos no Tejo tambem salvaram, quando terminou o *Te-Deum*, que se cantou na egreja nova. Os presos do Limoeiro, Castello e Belem tiveram abundante jantar, houve muitas mais esmolas dadas pela irmandade, e á noite luminarias em todas as ruas da freguezia, e fogueiras na rua de S. Roque. No dia 15 de março havia sido benzida a egreja pelo arcebispo de Lacedemonia; nos dias 22 e 23 continuaram as festas em acção de graças, e no dia 25, em que se solemnisa o orago, D. Maria I acompanhada de toda a côrte, assistiu de tarde ao *Te-Deum*. Terminadas estas festividades proseguiram as obras, mas com a maior morosidade. No dia 18 de junho de 1802 aconteceu um novo desastre á egreja da Encarnação. Festejava-se a solemnidade do Corpo de Deus, e o altar-mór estava brilhantemente illuminado; pelas 9 horas da noite pegou fogo nas sanefas da armação da capella-mór, o que causou enormes estragos; queimaram se as alcatifas, as armações, e um rico frontal que servia pela primeira vez. Os marmores do retabulo do altar-mór soffreram bastante, e a imagem de Nossa Senhora tambem ficou muito deteriorada, sendo completamente destruida a maquineta que a encerrava. A irmandade resolveu então fazer uma nova imagem, e incumbiu d'esse trabalho o distincto artista Joaquim Machado de Castro. Esta nova imagem, que é toda de cedro, foi benzida em 1803 e exposta á adoração dos fieis a 25 de março d'este anno. A antiga imagem restaurou-se em 1812, e foi collocada no altar da sacristia, confórme dissémos, e onde ainda se conserva. Na casa do despacho da irmandade do Santissimo existe um retrato da condessa de Pontével, no fundo da qual se vê a fachada do primitivo templo. No anno de 1818 começou a irmandade a pensar seriamente na conclusão das obras. Houve successivas sessões, em que se discutia sobre a fórma de alcançar a importante verba, em que estava orçada a despeza para se poder levar a effeito o piedoso intento de acabar a egreja. A irmandade, por fim, contrahiu um emprestimo. Como habitavam na freguezia muitos homens poderosos e grandes capitalistas, depressa se arranjaram capitaes, e no dia 27 de maio de 1820 começou-se a receber os donativos e emprestimos, que subiram á somma avultada de mais de 30 contos de réis. Em 1822 fez-se tambem uma rifa de diversas fazendas e objectos de prata, custando cada bilhete 240 réis. Os objectos de prata e as fazendas fôram em parte offerecidas por devotos, e o resto comprado pela irmandade. Tambem se realisou um peditorio por todos os parochianos. Tres annos mais tarde, em 27 de novembro de 1825, fôram approvadas as contas apresentadas pela commissão encarregada das obras, e no dia 16 de maio de 1826 tornou a egreja a ser franqueada ao culto, fazendo-se festas grandiosas. Corre impresso o sermão que prégou n'esse dia Fr. José de Almeida Drack. No mesmo anno estreou-se o orgão, trabalho do artista Antonio Machado Xavier Cerveira; em 1831 foi feita a teia da egreja, que é toda de marmore e bem trabalhada; em 1845 collocou-se o cancello da capella do Santissimo, obra que fôra confiada ao serralheiro Marçal José Romão, e cuja despeza foi paga por meio d'uma subscripção. O 1.º conde de Farrobo, Joaquim Pedro Quintella, por mais d'uma vez propoz á irmandade o acabamento da fachada da egreja, a expensas suas, com a condição, porém, de lhe ser concedida uma communicação para o palacio que está contiguo á egreja, mas não pôde conseguir nunca a realisação do seu desejo, em consequencia da clausula que existe na escriptura feita pela condessa de Pontével com a irmandade do Santissimo em 24 de janeiro de 1712, a qual se refere a outra escriptura que tem a data de 12 de agosto de 1700, e em que a irmandade se obriga a não conceder em tempo algum qualquer tribuna particular na egreja, ou communicação para predios da visinhança, sob pena de pagar a multa de 30:000 cruzados ao hospital de S. José. Pela mesma escriptura tambem a irmandade não podia conceder sepultura particular na egreja, fôsse a quem fôsse. Só a condessa de Pontével, como fundadora, é que teve por excepção tribuna particular e jazigo para si e seu marido. Os sinos que se vêem na respectiva torre, pertenceram á egreja da Penha de França, por offerta do marquez de Marialva, e d'ali vieram para a Encarnação, teem gravado d'um lado Santo Agostinho, e do outro N. S.ª da Penha de França. O relogio que tambem pertenceu á referida egreja, guarda-se n'uma das arrecadações da Encarnação. Quando se terminaram as ultimas e importantes obras, em 1873, em que se conseguiu finalmente acabar a fachada do templo e realisar muitos outros melhoramentos, tambem se realisaram brilhantes e pomposas festas. A egreja da Encarnação dispõe hoje d'um avultado rendimento; tem certas honras cardinalicias, por ter sido sepultado no carneiro da egreja, em 15 de março de 1815, o cadaver de D. Antonio Xavier Henriques de Miranda, primario da Sé Patriarchal, que fôra patriarcha eleito de Lisboa, mas que falleceu antes da eleição ser confirmada pelo papa. Este facto está commemorado por uma lapide collocada n'um dos corredores da sacristia. A irmandade tem o titulo de *Real Irmandade do Santissimo*, pela honra concedida por el-rei Senhor D. Carlos, sendo ainda principe real e duque de Bragança, acceitando o cargo de juiz honorario, honra que a irmandade lhe solicitou no dia 19 de abril de 1885, quando assistiu na Encarnação á festa de caridade da *Associação protectora das creanças*, de que é presidente, distribuindo se depois da missa do meio dia, na casa do despacho da irmandade, fatos a 99 creanças, e um bodo, que dois bemfeitores offereceram. Nos ultimos annos tem-se procedido a bastantes embellezamentos na egreja, como lampadas, frontaes e imagens em vulto em todos os altares; novas e uteis alterações nas sacristias, etc. Ha pouco ainda se forrou de azulejos toda a parede que dá para a rua do Alecrim. A egreja da Encarnação é uma das mais elegantes de Lisboa.

Encarnação. Povoações nas freguezias: S. Domingos, de Fanga da Fé, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Olivaes, 1.º bairro de Lisboa. || N. S.ª da Purificação, de Sacavem, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Encarnação Guedes *(Fr. José da).* Religioso da ordem terceira de S. Francisco, que falleceu no estado de presbytero egresso pouco depois de 1834, em que se extinguiram as ordens religiosas. Foi sempre liberal, e por esse motivo perseguido e preso no tempo do governo do infante D. Miguel, de 1828 a 1833. Parece ter sido elle o verdadeiro autor d'umas grammaticas portugueza e latina, que se publicaram em nome d'um seu sobrinho, Sebastião José de Guedes e Albuquerque, assim como dos artigos de polemica a que esses livros deram origem. V. *Albuquerque (Sebastião José Guedes e).*

Encarnação Lobo *(D. Gaspar da).* Conego regrante de Santo Agostinho, reitor do collegio de Sapiencia, etc. N. em Coimbra, onde tambem falleceu a 17 de dezembro de 1840. Pertencia a uma familia illustre da provincia do Minho. Professou no convento de Santa Cruz, de Coimbra, a 24 de agosto de 1802. Foi tambem vigario do referido convento, vice-cancellario da Universidade e definidor da sua ordem. Escreveu: *O Jardineiro, Anthologia, ou tratado das flôres*, Coimbra, 1824; *Obsequio devoto a Nossa Senhora da Rocha no inneffavel mysterio da Immaculada Conceição.*

Encarnação Pina *(Fr. Matheus da).* Religioso da ordem de S. Bento. N. na cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro a 23 de agosto de 1687; ignora-se a data do fallecimento. Professou no convento de Santa Maria de Monsarrate, do Rio de Janeiro, a 3 de março de 1703, onde ensinou as sciencias escolasticas aos seus domesticos. Administrou a abbadia do convento do Rio de Janeiro, e exerceu o logar de provincial do Brazil. Foi prégador muito apreciado, e publicou alguns dos sermões e uma obra em latim, cujos titulos se pódem lêr na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. 3.º, pag. 448 e 449.

Encenso. Cabo ou ponta situada na costa N. da ilha Brava, archipelago e prov. de Cabo Verde.

Encerrabodes. Familia da provincia do Alemtejo, e da qual viveram muitas pessoas distinctas na villa d'Olivença; tem por armas em campo de ouro uma aguia negra estendida armada de azul, e chefe vermelho com duas columnas de prata postas em aspa; timbre, uma aza da aguia.

Encertado. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Encharia ou **Incharia.** Pov. na freg. de S. Vicente, de Paio Mendes, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Enche-Camas. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Encoberta. Pov. na freg. de S. Martinho, de Pindo, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu.

Encoge. Concelho do distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. Nos meados do seculo XVIII a fronteira N da prov. de Angola não ia além de Encoge, que soffria continuas investidas do gentio dos sertões de Matamba. A fim de pôr termo a essas correrias foi creado em 1759 o presidio de S. José de Encoge pelo capitão general Antonio de Vasconcellos, que então governava o reino de Angola. A fortaleza está situada sobre uma pedra colossal, em fórma de muralha, podendo conter um grande exercito em condição de facil defeza. Domina toda a planicie circumvisinha. A rocha e a fortaleza são facilmente defendidas por um pequeno numero de soldados, porque o seu accesso é feito por meio d'um desfiladeiro estreito, o que torna o recinto inexpugnavel. A pov. é composta da fortaleza, construida de pedra e cal, da egreja de egual construcção, e da residencia do chefe do concelho e das cubatas dos naturaes. Tem escola primaria para o sexo masc. e est. post. permutando vales com o reino. Foi antigamente um centro de grande importancia commercial. Era geralmente em Encoge que se fazia o trafego do marfim que vinha embarcar ao porto do Ambriz. O commercio está hoje limitado ao café que os indigenas trazem áquelle porto.

Encosturas. Pov. na freg. de S. Nicolau e conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Encourados. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 362 hab. e 84 fog. Tem correio. A pov. dista 8 k. da séde do conc. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Christellos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. Tem caixa postal. || S. Pedro, de Formariz, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Encruzilhada. Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Moure, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || Ilha da madeira; Santo Antonio, conc. e distr. do Funchal.

Encyclopedia. Repertorio dos conhecimentos humanos; qualquer obra, em fórma de diccionario, que comprehenda um só ou todos os ramos da sciencia e da arte. A origem das encyclopedias é antiga. No seculo V, Marciano Capella reuniu em um só livro as sete sciencias que então constituiam toda a sabedoria humana: grammatica, dialectica, rhetorica, geometria, astrologia, arithmetica e musica. No seculo IX, um bispo de Constancia de nome Salomão, emprehendeu a publicação de um *Dictionarium universale*, e no seculo XIII o dominico Vicente de Beauvais compoz um *Sepeculum historiale, naturale, doctrinale et morale*, mas em todas estas obras a idéa d'uma encyclopedia apparecia vaga e incompleta. Foi só a partir do seculo XVII que se principiou a medir o vasto alcance das encyclopedias, a que Bacon veiu preparar um caracter verdadeiramente scientifico com a sua classificação dos conhecimentos humanos. Finalmente em 1751, Diderot e d'Alembert emprehenderam a obra colossal da *Encyclopedia* ou diccionario das sciencias, artes e officios. Em 1781 seguiu-se a *Encyclopedia methodica*, emprehendida pelo editor Pauckoncke, cujo volume só appareceu em 1832. E' uma encyclopedia disposta por ordem alphabetica, propria dos diccionarios. Tem havido desde então muitas encyclopedias em França e em outros paizes. Em Portugal tambem se tem publicado diversas, de que citaremos as seguintes: *Encyclopedia portugueza*, por N. P. O. S. D. E. S (Nicolau Peres, hespanhol domiciliado em Lisboa). Lisboa, 1817; *Encyclopedia historica, politica, geographica e commer-*

cial, Angra do Heroismo, 1840; *Encyclopedia popular, scientifica, artistica, litteraria e recreativa* por uma sociedade de portuguezes, Lisboa, 1850; *Encyclopedia das escolas de instrucção primaria*, dividida em tres partes, composta por distinctos escriptores, sob a direcção de José Maria Latino Coelho, Lisboa, 1857; *Encyclopedia popular*, dirigida por J. J. de Sousa Telles, Lisboa, 1867; *Encyclopedia do povo e das escolas*, Lisboa, 1874; *Encyclopedia das artes*, compilada por Manuel Antonio de Mattos, Lisboa, 1863; *Encyclopedia jurisprudentiæ*, por *Cornelius*, Coimbra, 1855; *Encyclopedia das familias*, fundada pelo fallecido editor Lucas Evangelista Torres, que está hoje no 20.º anno de publicação, sendo propriedade da casa editora de Manuel Lucas Torres; *Encyclopedia portugueza*, dirigida pelo dr. Maximiliano de Lemos, edição do Porto, tambem em publicação; *Encyclopedia de conhecimentos uteis*, João Romano Torres, editor, Lisboa, 1905.

Endiabrada. Pov. na freg de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Enfermaria. Pov. na freg. de S. Thiago, de Burgães, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto,

Engage. Pov. do conc., distr. e com. de Loanda. prov. e bisp. de Angola, a SO do presidio de Quiballa, de quo dista 13 kilometros.

Engal. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Conço, conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Engamona. Incumbe ou dependencia do prazo Licungo, distr. de Quelimane, prov. de Moçambique. Produz arroz, canna de assucar, machenim, milho, feijão, mandioca, tabaco e cera. Bosques produzindo optimas madeiras de construção e marcenaria.

Engarnaes Cimeiras e **Engarnaes Fundeiras.** Duas povoações na freg. de S. Sebastião, de Moiriscas, conc. de Abrantes. distr. de Santarem.

Engarnal. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Almaceda, conc. e distr. de Castello Branco.

Engenharia. Sciencia e arte de projectar e construir obras segundo os principios scientificos. Comprehende o seu estudo todos os problemas de construcções, nos quaes se faz a applicação da mechanica. Em Portugal comprehende o curso complementar dos lyceus, o estudo das mathematicas puras na Universidade de Coimbra ou em algumas das polytechnicas de Lisboa ou do Porto, e por fim o estudo da engenharia propriamente dito professado na Academia Polytechnica do Porto, se o estudante se propõe alcançar os diplomas de engenharia civil de pontes e estradas, de minas ou industrial na Escola do Exercito, se pretende algum d'aquelles dois primeiros diplomas ou ainda o de engenheiro militar, e na Escola Naval o de constructor naval. Os serviços officiaes da engenharia estão principalmente divididos pelos quadros dos engenheiros militares e do corpo de engenheiros d'obras publicas, aquelles subordinados ao ministerio da guerra e estes ao das obras publicas. El-rei D. João IV, por conselho de Luiz Serrão Pimentel, tenente-general de artilharia, instituiu em 1647, na Ribeira das Naus, uma *aula de fortificação e architectura militar*, que depois se chamou *Academia militar*, sendo transferida para o Terreiro do Paço. Luiz Serrão Pimentel foi o primeiro professor d'esta aula, por nomeação de 13 de julho do referido anno. Mais tarde, D. Pedro II, por decreto de 20 de julho de 1701, creou aulas de fortificação tambem nas provincias, e em 1732, por decreto de 24 de dezembro, determinou D. João V que os cursos d'estas aulas servissem de habilitação para a arma de engenharia. Por alvará de 5 de agosto de 1779 foi supprimida a aula de fortificação de Lisboa, e creada a Academia Real de Marinha, em que eram examinados os individuos que se destinavam a engenheiros. Por alvará de 2 de janeiro de 1790 creou-se a Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, onde esses individuos passaram a estudar. Esta Academia foi reformada por decreto de 12 de janeiro de 1837, ficando com o nome de Escola do Exercito, que ainda se conserva. Por decreto de 7 de agosto de 1803 foi creada uma companhia de artifices, composta de operarios e commandada por dois capitães e dois tenentes, destinada ao serviço no Arsenal do Exercito. Os officiaes e praças graduadas eram em numero de 20 e os artifices 75 com os officios de carpinteiro de machado, carpinteiro de obra branca, ferreiro, serralheiro, funileiro, torneiro e tanoeiro. Em 19 de maio de 1806, um decreto organisou o Real Corpo de Engenheiros, porém esta organisação não chegou a ter execução senão em 12 de fevereiro de 1812, em que foi publicado o regulamento provisorio do mesmo corpo, mandado executar por provisão d'aquella data assignada por D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretario dos negocios dos estrangeiros, guerra e marinha da regencia do principe D. João, mais tarde D. João VI. N'este importante diploma estabelece-se que o *Real Corpo de Engenheiros* fôsse composto de um certo numero de officiaes destinado aos serviços especiaes, taes como levantamento de cartas geographicas e topographicas, construcção ou reparação das obras de fortificação, entretenimento de pontes militares fixas, construcção e direcção de estradas, pontes, abertura de barras ou canaes, etc., e de um corpo de tropas de 3 companhias formadas de artifices, mineiros, pontoneiros e sapadores, destinado ao serviço privativo dos officiaes engenheiros, com a denominação de *Batalhão de Artifices Engenheiros*, tendo cada companhia a força de 74 praças. Além das tres companhias o batalhão tinha um estado-maior, composto de um official superior commandante, um primeiro tenente ajudante e de um quartel mestre pagador com a graduação de primeiro tenente. Cada companhia tinha um capitão engenheiro, um primeiro tenente engenheiro, um segundo tenente engenheiro, 4 primeiros sargentos, 5 segundos sargentos, 1 furriel, 10 cabos de esquadra, 10 anspeçadas, 40 soldados e 1 tambor, o que dava o effectivo de 71 praças de pret e 3 officiaes. O total do batalhão era pois de 214 praças de pret, incluindo 1 sargento quartel mestre e 12 officiaes. Na companhia de pontoneiros, havia além das praças d'este officio, carpinteiros de machado, calafates, ferreiros e serralheiros. Nas de artifices e mineiros havia carpinteiros, ferreiros, serralheiros, tanoeiros, serradores, cesteiros, mineiros, pedreiros e sapadores. Os officiaes empregados no corpo de tropas eram tirados do *Real Corpo de Engenheiros*, devendo as nomeações ser feitas pelos mais modernos. Os vencimentos dos officiaes eram superiores aos que percebiam os dos corpos de linha, tendo direito a cavallos para o seu serviço pessoal e para transporte de bagagem. As praças de pret tinham tambem maior soldo, regula-

do por uma tabella que fazia parte do mesmo regulamento. A consideração, honrarias, mercês, foros, etc., dos officiaes engenheiros, eram as mesmas que pertenciam aos officiaes de infantaria. Com a disposição de addidos ao Real Corpo de Engenheiros, podiam os officiaes ser empregados nas obras civis, como estudo e construcção de estradas, abertura de canaes, etc. Concluida a guerra peninsular, o decreto de 28 de outubro de 1814 reduziu a força do batalhão em tempo de paz, allegando que só em campanha eram necessarios os serviços dos engenheiros militares. Em 1830, um decreto da regencia, publicado em Angra do Heroismo, creou um corpo de sapadores, mas só em 18 de julho de 1834, um outro decreto organisou provisoriamente o corpo de engenharia, alterando o quadro do Real Corpo de Engenheiros, extinguindo a classe dos segundos tenentes, e modificando a constituição do corpo de tropas, que passou a chamar-se batalhão de sapadores, ficando formado por 6 companhias. Pela reorganisação do exercito de 20 de dezembro de 1849, passou aquelle corpo a chamar-se simplesmente Corpo de Engenharia, ficando constituido com um estado maior e menor, passando, com esta reorganisação, o batalhão de artifices engenheiros a denominar-se *Batalhão de Engenheiros*, constituido por 4 companhias: uma de pontoneiros outra de mineiros e duas de sapadores. Em 1852 creou se o ministerio das obras publicas com um pessoal technico constituido por officiaes de todas as armas, uns como engenheiros, outros como conductores, segundo as suas habilitações, e por alguns diplomados com o curso de engenheiros de pontes e calçadas da escola de Paris. Em 1864 foi creado o Corpo de Engenheiros de Obras Publicas, como corpo independente, ficando composto de 70 officiaes do exercito e20 engenheiros civis, e um corpo auxiliar de conductores. O corpo de engenheiros militares ficou existindo com o mesmo numero de officiaes das anteriores reorganisações, e o batalhão de engenharia, pelo decreto de 23 de junho do mesmo anno, composto das referidas 4 companhias em tempo de paz, augmentando-se 5.ª e 6.ª, de sapadores em tempo de guerra. O corpo de engenheiros de obras publicas, que desempenhava tambem o serviço de minas, foi extincto por decreto de 30 de outubro de 1868, sendo então reformado o corpo de engenheiros militares, que passou a ter 100 officiaes, sendo dois terços destinados aos serviços das obras publicas e minas, e o terço restante ao serviço do exercito. Na mesma epoca creou-se a engenharia districtal, cujos funccionarios eram civis, tendo a seu cargo o projecto, execução e conservação das obras administradas pelas antigas juntas geraes dos districtos, os engenheiros, conductores e desenhadores ao serviço d'estas corporações administrativas, constituiam quadros privativos de cada uma d'estas, sendo independentes do Estado. Em 18 de dezembro de 1869 reorganisou-se a engenharia militar, constituindo-se um quadro de 58 officiaes, além do official general, continuando o batalhão de engenheiros com a mesma denominação e o mesmo numero de companhias. Esta reorganisação de 1869 não chegou a vigorar, porque em 1870 um decreto dictatorial a suspendeu, voltando a vigorar a anterior. A engenharia civil, por um decreto do referido mez e anno, foi restabelecida, juntamente com a engenharia militar, com um quadro de 84 engenheiros e 80 conductores; o decreto dictatorial de 1870, já citado, tambem suspendeu esta organisação, voltando-se ao antigo regulamento. Por alterações que se introduziram na organisação da engenharia militar por decreto de 31 de outubro de 1884, tornou-se indispensavel reorganisar a engenharia civil, porque as disposições da organisação de 1868, ainda em vigor, não se harmonisavam bem com a nova organisação militar Restabeleceu-se então engenharia civil, por decreto de 18 de novembro de 1885, creando-se um corpo d'engenharia d'obras publicas, minas e florestas, constituido por 140 engenheiros, sendo 117 para a secção das obras publicas, 14 para a de minas, e 9 para a de florestas, organisando-se ainda um quadro auxiliar de 180 conductores, sendo 157 para aquella primeira secção, 14 para a segunda, e 9 para a ultima. No numero dos 140 engenheiros estavam incluidos os 50 officiaes, que o ministerio da guerra podia dispensar do serviço, segundo o referido decreto de 31 de outubro de 1884. A organisação de 1885, apenas se começou a executar, foi logo substituido pela de 24 de julho de 1886. Desde esta epoca é que verdadeiramente se pódem considerar distinctas as engenharia civil e militar, regulando-se cada uma por sua lei especial. A organisação de 1886 vigorou até 1892; em 1 de dezembro d'este anno publicou-se uma nova organisação dos serviços da engenharia civil, ficando o corpo de engenheiros constituido em duas secções, comprehendendo a de obras publicas 120 engenheiros, e a de minas 15, creando-se um quadro auxiliar de 180 conductores para a 1.ª secção e 15 para a 2.ª Nos 120 engenheiros comprehendiam se os 50 officiaes dispensados pelo ministerio da guerra. Em 28 de dezembro de 1899 reorganisaram-se novamente os serviços, reduzindo-se o quadro de engenheiros a 110 na secção d'obras publicas, e a 12 na de minas, com um quadro auxiliar de 160 conductores para a 1.ª secção e de 12 para a 2.ª A engenharia militar tambem teve nova reforma, por decreto de 7 de setembro de 1899, consistindo a principal modificação na reorganisação das tropas, que passaram a constituir um regimento de engenheiros com 10 companhias, sendo 4 de sapadores-mineiros, 2 de pontoneiros, 1 de telegraphistas, 1 de caminhos de ferro, 1 de conductores, e 1 de deposito. No quadro dos officiaes supprimiram-se 4 alferes, ficando assim reduzido o numero a 118, dos quaes podiam ser empregados nas obras publicas até 50. A organisação de 24 de dezembro de 1901 estabeleceu que as tropas activas da engenharia constituiam um regimento formado de 10 companhias e mais, 3 independentes, sendo 6 de sapadores-mineiros, 2 de pontoneiros, 1 de telegraphistas de campanha e 1 de caminhos de ferro: as independentes são: 1 de sapadores de praça, 1 de torpedeiros e 1 de telegraphistas de praça. O antigo batalhão teve varios aquartelamentos, estando actualmente o regimento de Engenharia no quartel situado na Cruz dos Quatro Caminhos, hoje rua dos Sapadores, o qual tem tido muitas ampliações e muitos melhoramentos, mas que não está ainda completo. As companhias independentes teem os seus quarteis na Pontinha, proximo da Luz (sapadores de praça), Paço d'Arcos (torpedeiros), e Penha de França (telegraphistas de praça). A engenharia civil teve nova reorganisação, por decreto de 24

de outubro de 1901, continuando o corpo a ser constituido por duas secções: a de obras publicas e a de minas, aquella com 120 engenheiros e 7 architectos, 180 conductores e 60 desenhadores, e esta com 15 engenheiros e 15 conductores. Os engenheiros navaes estão subordinados ao ministerio da marinha e ultramar, formando um quadro especial, aos quaes pertence projectar e construir toda a especie de navios para os diversos serviços, embarcações miudas, docas fluctuantes, e em geral toda e qualquer obra fluctuante. Quando uma esquadra se mobilisa, faz parte do estado maior do almirante um engenheiro naval. A entrada para o corpo de engenheiros navaes faz-se por concurso entre officiaes de marinha, engenheiros militares e civis com menos de 30 annos de edade. Os admittidos por este concurso vão estudar a especialidade n'uma escola estrangeira. Pertencente ao ministerio da marinha ha o pessoal technico, que dirige os serviços de engenharia nas possessões ultramarinas. Para a execução d'aquelles serviços, pódem ser destacados os funccionarios do corpo de engenharia civil. Ao serviço do ministerio do reino ha engenheiros, em numero muito reduzido, que executam os serviços de engenharia sanitaria nas cidades de Lisboa e Porto, logares ha pouco tempo creados. Quando em 1893 se organisou a primeira expedição á Africa, foi nomeada uma companhia mixta de engenharia, sob o commando do fallecido capitão d'aquella arma, Joaquim Renato Baptista, que prestou importantes serviços em Africa, sendo o seu trabalho uma das bases que serviu para o importante desenvolvimento nos territorios que são hoje da Companhia de Moçambique. Na *Encyclopedia Portugueza*, do Porto, actualmente em publicação, a que já nos temos referido, vol. 4.º pag. 295 a 297, vem um minucioso artigo ácerca da Engenharia, tanto militar, como civil e naval, d'onde extrahimos a maior parte d'estes apontamentos.

Engenheiro. O que dirige ou executa os trabalhos de qualquer dos ramos de engenharia: *engenheiro civil*, *engenheiro militar*, *engenheiro de minas*, *engenheiro naval*. V. *Engenharia*.

Engenho. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Fregim, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Pedro, de Lomba, do mesmo conc. e districto. || N. S.ª do Rosario, da Marinha Grande, conc. e distr. de Leiria. || Ilha da Madeira; N. S.ª da Luz e conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || Ilha de S. Jorge; N. S.ª do Rosario, de Topo, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo. || Valle muito fertil na ilha de S. Thiago, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Ribeira que corre no valle do mesmo nome, na ilha de S. Thiago, a qual desagua no Oceano Atlantico.

Engenho de Baixo. Povoação na freg. do Salvador, de Aramenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Engenho Novo. Pov. na freg. de S. Cypriano, de Paços de Brandão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. N'esta povoação fundou-se em 1873 uma fabrica de papel.

Engenhoso. Moeda de ouro mandada lavrar por el rei D. Sebastião, em 1562, e que valia 500 reaes; tinha d'um lado a cruz com a legenda *In hoc signo vinces*, e do outro o escudo do reino com a letra *Sebastianus I Rex Portug.* Esta moeda era lavrada com uma machina de modo que saia fundida de peso e com um circulo em roda para se não poder cerciar, e como o inventor d'esta machina, o gravador João de Guimarães Gonçalves era conhecido pela alcunha de *Engenhoso*, assim se ficou chamando a moeda. E' a primeira moeda portugueza que traz o anno inscripto nos angulos da cruz. Conhecem-se exemplares marcados com os annos do 1562, 1563 e 1565, e em quasi todos o escudo do reino acha-se entre as duas letras G—A, que parecem indicar assim um dos nomes do artista: *Gons Alves. V. Gonçalves (João).*

Engilde. Pov. na freg. de S. Thiago, de Infesta, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Engobó. Enseada na ilha de S. Thomé, na costa E da prov. do mesmo nome. || Pequeno rio da referida ilha, que vae desaguar na enseada do mesmo nome.

Engoyo ou **Ngoyo.** Nome hoje esquecido d'um antigo pequeno estado indigena da Guiné meridional, que actualmente faz parte do encrave portuguez de Cabinda.

Enguardas. Pov. na freg. de S. Victor, conc. e distr. de Braga.

Enguias. V. *Inguias*.

Enguieira. V. *Angueira*.

Engunde. Pov. do conc. de Ambriz, distr. e com. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, a O do presidio de Bembe.

Ennes *(Antonio José).* Commissario regio na provincia de Moçambique, nosso ministro no Brazil, deputado, ministro de Estado, bibliothecario-mór da Bibliotheca Nacional de Lisboa, jornalista, dramaturgo, etc. N. em Lisboa a 15 de agosto de 1848, e fal. na mesma cidade a 6 de

Antonio José Ennes

agosto de 1901. Fez os seus primeiros estudos no collegio dos padres lazaristas. Matriculou-se depois no Lyceu, e quando terminou o curso passou ao Curso Superior de Letras, sendo sempre um estudante distincto. Na tradição academica deixou um nome cheio de gloria e *graduado em letras*, um titulo honorifico, a que poucos alumnos no Curso Superior de Letras se teem habilitado. Depois de ter defendido brilhantemente uma these em que teve por argumentadores Jayme Moniz, Rebello da Silva, Augusto Seromenho, Sousa Lobo e o conselheiro Viale, em vez de continuar a vida litteraria, que academicamente

encetara tão gloriosamente, desappareceu do mundo das letras, para se entregar á vida do commercio, que exerceu por alguns annos. Tambem o tentou o professorado, e concorreu a uma cadeira commercial que vagara no Instituto Industrial, mas apezar de ter feito um bom concurso, ficou preterido, o que o resolveu a abandonar aquella vida, e a dedicar-se ao jornalismo e á politica. Filiou-se no partido historico, que tinha então por chefe o duque de Loulé, e entrou para a redação da *Gazeta do Povo*, tomando pouco depois a direcção do jornal o *Paiz*, em que logo se affirmou como um articulista de raras qualidades, brilhante na fórma, sereno, seguro e claro na argumentação, discutindo sempre com a maior lealdade. Em seguida ao pacto da Granja, de que resultou a fusão dos partidos historico e reformista, o *Paiz*, passou a chamar-se *Progresso*, em 1877, continuando Antonio Ennes, como redactor principal, a publicar artigos de polemica politica. Mais tarde fundou o *Dia*, sendo o director politico e o principal redactor d'este novo jornal Em 1880 o seu partido o elegeu para deputado, mas pouco depois as camaras fôram dissolvidas, e só tornou a ser eleito mais tarde na legislatura de 1884. Escrevendo tambem para o theatro, o seu primeiro trábalho, a peça em 3 actes, *Os Lazaristas*, alcançou no do Gymnasio um exito enorme. Foi uma auspiciosa e brilhante estreia. *Os Lazaristas* era uma peça de combate contra a reacção ultramontana; todos os theatros do paiz, mais ou menos, a representaram, recebendo sempre applausos ruidosos e phreneticos; o publico enthusiasmado reclamava muitas vezes o *Hymno da Carta*, que se tocava mesmo no meio do espectaculo, conservando-se os espectadores de pé. A peça obteve grande popularidade e era muito discutida nos jornaes, que a apreciavam asperamente; a este respeito publicou o padre Senna Freitas um folheto intitulado: *Os Lazaristas pelo lazarista sr. Ennes*. N'algumas terras das provincias houve questões serias e até conflictos. Nos theatros do Brazil tambem obteve grande successo, mas no Rio de Janeiro quasi que produziu uma revolução, chegando a ser prohibido que se representasse. A *Gazeta de Noticias* publicou então a peça em folhetins, o que deu um grande lucro áquelle jornal. Seguiu-se um drama em 4 actos, *Eugenia Milton*, que dizem ter sido o seu melhor trabalho theatral; tambem se representou no Gymnasio, mas pouco tempo se conservou em scena. A terceira peça foi o drama em 4 actos *Os Engeitados*, egualmente representado no Gymnasio, que obteve um bom exito. Depois apresentou o *Saltimbanco*, em 4 actos peça que fez ruidosa carreira, representando-se em muitos theatros do paiz e do Brazil. Foi uma das corôas do fallecido actor Antonio Pedro, no papel de protagonista. O ultimo drama, que Antonio Ennes escreveu, o *Luxo*, em 5 actos, representou-se no theatro de D. Maria II. O publico recebeu-o com frieza, o que muito desgostou o autor, e o resolveu a afastar-se do theatro, e a entregar-se inteiramente á politica. Para uma digressão que os actores Antonio Pedro, Gil e Posser tencionavam fazer ao Brazil, ainda escreveu um drama com o titulo *A emigração*, que parece não ter agradado, e nunca se representou em Lisboa. Em 1886 foi Antonio José Ennes nomeado bibliothecario-mór da Bibliotheca Nacional de Lisboa, logar que vagara pelo fallecimento do conselheiro José da Silva Mendes Leal, succedido em agosto do referido anno. Em 1890 quando o general João Chrysostomo de Abreu e Sousa foi encarregado de formar ministerio, depois do ultimatum inglez de 11 de janeiro, Antonio Ennes recebeu convite para dirigir a pasta de marinha e ultramar. Esta sua gerencia foi uma das mais difficeis que tem tido este ramo de administração publica; foi uma lucta constante, sem tréguas, atravez d'um periodo anormal, em que se accumularam difficuldades sôbre difficuldades, que fariam vacillar o mais experimentado, mas que elle soube vencer com animo e energia, organisando em poucos dias a expedição militar a Moçambique, providenciando sobre os acontecimentos da ilha de S. Thomé, da Guiné. e do Bié com a maior presteza. Antonio Ennes teve a gloria de ser ministro da marinha n'uma epoca tão critica, e sair do ministerio com a consciencia de ter feito tudo quando podia fazer dentro dos elementos de que dispunha. Mais tarde, em 19 de junho de 1891, foi nomeado commissario regio em Moçambique, logar em que deu as mais exuberantes provas do seu saber e da sua competencia. Antonio Ennes partiu para o exercicio do seu novo cargo em 21 de junho do citado anno de 1891, no paquete da Mala Real. Diz um dos seus biographos: «A brilhante serie de feitos d'armas que puzeram em foco o nome prestigioso de Mousinho d'Albuquerque, deve-se em grande parte á sua acção dirigente. O organisador d'essas victorias gloriosas que tão alto ergueram o nome de Portugal, foi Antonio Ennes, auxiliado pelos illustres militares que o cercavam e que fôram os seus collaboradores n'essa obra cheia de patriotismo e audacia. Isto só bastaria a dar ao nome de Antonio Ennes um grande prestigio e uma pagina de honra nos fastos da historia das nossas façanhas.» Em 1896 foi nomeado ministro de Portugal no Brazil. Por occasião do 5.º congresso da imprensa realisado em Lisboa em 1898 na grande sala *Portugal* da Sociedade de Geographia, o qual se inaugurou solemnemente a 26 de setembro, foi Antonio Ennes escolhido para presidente do *Comité* encarregado de dirigir os trabalhos. N'essa qualidade assumiu a presidencia em todas as sessões que se realisaram. Foi tambem o primeiro delegado da commissão dos subscriptores da colonia portugueza do Brazil para a canhoneira *Patria*. Antonio Ennes era condecorado com a grã-cruz da ordem da Torre e Espada. Falleceu na sua casa de Queluz, e a sua morte foi muito sentida. A' beira da sepultura, falaram o ministro da marinha, então o sr. conselheiro Teixeira de Sousa; o sr. conselheiro Silva Amado, pela Academia Real das Sciencias; o sr. conselheiro Ferreira do Amaral em nome do Instituto Ultramarino; o sr. Almeida d'Eça em nome da Sociedade de Geographia; o sr. Lourenço Cayolla em nome da Associação dos Jornalistas, o sr. Carlos Ferreira em nome do *Correio da Noite*, e o sr. Moreira d'Almeida pela redacção do *Dia*. Antonio Ennes traduziu a *Historia Universal*, de Cesar Cantu, e escreveu os romances: *A irmã da Caridade* e *Caminho errado*, o qual foi publicado no jornal *O Paiz* do Rio de Janeiro, e uma obra relativa á sua administração como commissario regio, intitulada: *A guerra d'Africa em 1895*. Esta obra foi muito discutida,

especialmente o seu prefacio. Nos *Serões*, publicação litteraria, vem um trabalho seu, que se julga ser o ultimo que escreveu, intitulado: *De Lisboa a Moçambique*. Era casado com a bem conhecida actriz Emilia dos Anjos, ha muito tempo retirada de scena. V. *Anjos (Emilia dos)*.

Ennes *(Domingos José)*. Nasceu em 23 de outubro de 1836, falleceu em agosto de 1885. Era irmão do medico general de brigada Guilherme José Ennes. Estudou humanidades no antigo collegio do dr. Cicouro, seguindo depois o curso da Escola Polytechnica, e assentou praça, mas como era muito fraco, teve de deixar a vida militar, e empregou-se em 1855 na Junta do Credito Publico. Sendo sempre muito dedicado ao estudo, apezar de empregado publico, foi completar na Escola do Exercito o curso da arma de artilharia, passando depois ao Curso Superior de Letras. Da Junta foi para o Ministerio da Justiça. Trabalhava na traducção em verso portuguez da *Divina Comedia*, de Dante, quando falleceu, tendo 49 annos incompletos. Foi d'esta traducção que se serviu David Corazzi para a sua edição luxuosa do *Inferno*, de Dante, com as illustrações de Gustavo Doré.

Ennes *(Guilherme José)*. Medico militar, general de brigada, etc. N. em Lisboa a 5 de janeiro de 1839. Era filho de Domingos José Ennes e de D. Maria Rita d'Oliveira Ennes. Frequentou com distincção a Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, e terminou o curso a 30 de julho de 1859, obtendo approvação plena e louvor. A 14 de novembro d'esse mesmo anno alistou-se no exercito como cirurgião ajudante do 3.º regimento de artilharia, dedicando-se desde então com ardor ao trabalho scientifico, conquistando dia a dia os bons creditos, o prestigio, a autoridade, que tornaram um dos mais illustres ornamentos da corporação dos medicos militares. Os primeiros annos da sua vida official passou os em Vianna do Castello, e depois em Setubal como cirurgião ajudante de artilharia n.º 3 e de caçadores n.º 1, onde adquiriu boa fama como clinico, de fórma que, ao ser transferido para a guarnição de Lisboa, como cirurgião ajudante de infantaria n.º 1, em 1864, logo o hospital da Estrella o saudou como um dos seus mais distinctos clinicos. Em 1871 foi encarregado de fazer parte, como secretario, d'uma commissão encarregada de elaborar um novo formulario para os hospitaes militares, cabendo-lhe egual honra, sendo então já cirurgião-mór, por nomeação e portaria de 7 de junho de 1881, quando o movimento incessante do progresso scientifico aconselhou a revisão e remodelação do formulario. Em 2 d'abril de 1872 foi promovido a capitão. No anno de 1875 foi collocado como adjunto na 6.ª repartição do ministerio da guerra, e a confirmar os seus bons creditos como clinico compilou e publicou um bello volume, a que deu o titulo de *Estudos de clinica militar, notas e observações colhidas em quatorze annos de pratica nos hospitaes*. O largo conhecimento que já tinha dos serviços de saude militar, tinham-n'o feito escolher, ainda cirurgião ajudante, para secretario da commissão encarregada de elaborar um novo regulamento geral do serviço de saude do exercito, em portaria de 6 de dezembro de 1871, sendo promovido a cirurgião-mór por decreto de 2 de abril de 1872. Pela portaria de 25 de setembro de 1874 foi louvado pela boa disposição, arranjo e melhoramentos do material de ambulancia, sendo depois ainda elogiado pelos importantes aperfeiçoamentos introduzidos no referido material, em resultado dos seus perseverantes estudos e applicação. A ordem do exercito n.º 14 de 1872 e a portaria de 22 de dezembro de 1882 tambem o elogiam pelo bom desempenho das commissões de organisação de novos formularios. Em 1879 publicou um volume muito apreciado, com o titulo de *Homens e livros da medicina militar*, trabalho de critica e investigação de muito valor. Esta obra e a dos *Estudos de clinica militar*, lhe abriram as portas da Academia Real das Sciencias, que o nomeou seu socio correspondente. Ainda em 1877 iniciou, juntamente com o dr. Cunha Bellem e João Vicente Barros da Fonseca, a publicação da *Gazeta dos hospitaes militares*, sob os auspicios do Ministerio da Guerra, a qual se sustentou até ao numero de 15 de julho de 1881, 8.º volume, com que terminou o jornal. Em 5 de agosto de 1878 foi encarregado de tomar parte no congresso internacional de hygiene e medicina militar em Paris, d'onde trouxe interessantes notas e noções scientificas de que formou o seu curioso livro *A vida medica das nações*. Em 30 de agosto de 1879 foi nomeado para assistir ao congresso periodico internacional de sciencias medicas em Amsterdam e ali apresentou uma memoria impressa, *Nouveaux usages médicaux du pétrole*, que foi transcripta nas actas do referido congresso, onde teve a presidencia de honra de uma das secções; e trouxe no seu regresso elementos para publicar, em collaboração com o dr. Cunha Bellem, o volume intitulado: *Clarões e reflexos do progresso medico*. Em 1880, não podendo assistir ao congresso de hygiene realisado em Turim, por estar gravemente doente, enviou-lhe uma memoria impressa, *Nos casernes*, que é o primeiro grito levantado no paiz a favor das construcções do systema Tollet. A 19 de julho de 1881 foi nomeado representante especial do Ministerio da Guerra junto do congresso medico que se effeituou em Londres, a que apresentou duas memorias, que fôram transcriptas nas actas: *La désinfection du champs de bataille* e *La chasse aux trichines*, que era então assumpto nos debates scientificos. No congresso de hygiene realisado em Genebra em 1882, tambem assistiu, por nomeação de 28 de agosto do referido anno, como representante do Ministerio da Guerra, e ali apresentou duas memorias, que se transcreveram nas actas, uma sobre a *Mortalidade dos exercitos*, assumpto largamente tratado pelo professor Sormani, e outra sobre *Escolas de enfermeiros*, tratada pelo dr. Bourneville. Em 1887, tambem, como representante do Ministerio da Guerra, foi ao congresso de hygiene celebrado em Vienna d'Austria onde apresentou uma memoria, *La prophilaxie internationale du choléra en Portugal*, em collaboração com o dr. Cunha Bellem, e d'elle trouxe os apontamentos para um largo volume, tambem de collaboração, com o titulo: *Affirmações e duvidas sobre os ultimos progressos da hygiene*, que se publicou em 1888. No anno de 1887 foi egualmente nomeado delegado da Sociedade Portugueza da Cruz Vermelha á conferencia de Karlsruhe, grão ducado de Baden, e do desempenho d'essa commissão deu conta n'um relatorio, feito de collaboração com o referido dr. Cunha Bellem, o qual foi publicado pela mesma socieda-

de. Em 1881 fôra nomeado sub-chefe da 6.ª repartição do Ministerio da Guerra, commissão em que affirmou mais accentuadamente os seus altos creditos de director de serviços e de funccionario burocratico, deixando este logar quando foi promovido a cirurgião de brigada, em 6 de abril de 1888, com o posto de major, e collocado na direcção do hospital de Chaves, ficando comtudo a exercer, junto do cirurgião em chefe, as funcções de auxiliar nos serviços da repartição, que d'elle não podia prescindir. Pela portaria de 2 de junho de 1883 foi nomeado membro da commissão de reforma e transformação do material sanitario, e pela portaria de 16 de dezembro de 1886, presidente da commissão encarregada de propôr as reformas hygienicas de que necessitava o hospital militar permanente de Lisboa. D'essa commissão nasceram as duas boas enfermarias abarracadas da cerca do convento da Estrella. Quando em 1884 a cholera-morbus, invadindo a Hespanha, tambem nos ameaçou, o dr. Guilherme José Ennes e o dr. Cunha Bellem fôram encarregados de pôr em execução o plano de defeza sanitaria então adoptada; organisou-se o lazareto da fronteira, em Elvas, e depois o de Villar Formoso. Por portaria do Ministerio do Reino, de 15 de novembro de 1885, foi nomeado inspector dos lazaretos, e findo este serviço, que durou até fevereiro de 1886, publicou, de collaboração com o já citado dr. Cunha Bellem, tres volumes com o titulo de *Os lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885*, que eram o relatorio d'esses serviços. Por portaria de 1 de julho de 1890, sob nova ameaça da cholera-morbus, foi confirmado no logar de inspector dos lazaretos, e terminando a defeza sanitaria, foi exonerado, a seu pedido, d'este cargo pela portaria de 11 de dezembro do mesmo anno, e louvado pelos bons serviços que prestara no desempenho do mesmo cargo. Em 1891 foi nomeado director do hospital militar de Lisboa, onde introduziu reformas valiosas. Em abril de 1896 deixou este elevado cargo para se entregar inteiramente ao de director do Posto de Desinfecção publica de Lisboa, para que fôra nomeado. Este *Posto* está installado desde aquella data na rua de João das Regras, proximo do largo das Côrtes, antigo Caminho Novo. Publicou então o seguinte livro: *A desinfecção publica de Lisboa*, obra proficientemente escripta e documentada. Em 18 de abril de 1895 foi promovido a tenente-coronel. O dr. Guilherme José Ennes exerceu ainda os cargos de vogal da junta consultiva de saude publica do reino em 1884; membro do conselho geral de saude e hygiene do municipio de Lisboa e medico do pelouro da hygiene do mesmo municipio; deu larga attenção ás questões de hygiene publica, e em especial ás que prendem com a variola e ás de desinfecção, collaborando n'um importante relatorio sobre a creação de um hospital especial para variolosos, e sendo relator d'um outro importantissimo, sobre o serviço de desinfecção. Estes relatorios estão publicados. Foi tambem um dos instituidores do Parque Vaccinogenico. Desde 8 de janeiro de 1903, que está retirado do serviço activo, com o posto de general de brigada, por ter attingido o limite da edade. Tem as seguintes honras: carta de conselho; cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, official da referida ordem, e das de S. Thiago, Torre e Espada e de Christo; condecorado com a medalha de prata de comportamento exemplar. E' cavalleiro da ordem de Carlos III, de Hespanha; tem a cruz de 2.ª classe da Corôa de Ferro da Austria; cruz da sociedade franceza de soccorros aos feridos e doentes do exercito de terra e mar; cruz de 2.ª classe de Merito Militar de Hespanha. Em 1901 publicou: *Processo e progressos da desinfecção publica em Lisboa*. No XV congresso de medicina, realisado em Lisboa em abril de 1906, tambem tomou parte como secretario da 14.ª secção (hygiene e epidemiologia).

Ennes (*José de Azevedo*). Bacharel em Direito e em Theologia pela Universidade de Coimbra. N. em 1852 e fal. em 1894. Tinha 22 annos quando realisou a sua formatura, depois d'um curso com distincção e *accessit*. Passou depois a servir no ultramar, onde chegou a occupar os logares de delegado em Macau, juiz em Quelimane e em Bardez, e por ultimo foi presidente da relação de Gôa, d'onde teve transferencia para a de Loanda. Em Quelimane prestou relevantes serviços quando se deu a revolta na Zambezia, sendo por isso louvado officialmente, não só pelo governo da provincia, como pelo da metropole; n'essa occasião tambem a Sociedade de Geographia de Lisboa o elegeu seu socio correspondente. Estava em Lisboa descançando, para depois proseguir na sua carreira do ultramar, quando a morte o surprehendeu, contando apenas 42 annos de edade. Era sobrinho do bispo de Macau, Bragança e Portalegre, D. Manuel Bernardo de Sousa Ennes, a quem se refere o artigo seguinte.

Ennes (*D. Manuel Bernardo de Sousa*). Doutor e lente cathedratico de Theologia na Universidade de Coimbra, bispo de Macau, de Bragança e de Portalegre. N. na villa de Topo da ilha de S. Jorge, archipelago dos Açôres, a 5 de novembro de 1814, falleceu na cidade de Portalegre a 8 de setembro de 1887. Era filho de Faustino de Sousa Ennes, e de D. Anna Joanna Joaquina Teixeira Soares de Sousa Ennes. Recebeu a primeira educação litteraria no convento de S. Diogo, da ordem de S. Francisco, e professou aos dezesete annos, em 1831. Sendo extinctas as ordens religiosas em 1834, passou á ilha Terceira, onde exerceu o magisterio ensinando linguas, até que em 1840 foi para o Brazil, e estabelecendo-se na Bahia, continuou até 1849, no exercicio da mesma profissão, tendo alguns annos antes recebido ordens sacras, e a direcção do collegio da Conceição, fundado pelo padre Moura. No meado de 1849 regressou a Portugal, e foi matricular-se na Universidade de Coimbra, seguindo o curso de Theologia, que terminou com distincção em 1854; recebeu o grau de licenceado em junho de 1857, e o de doutor em 19 de julho do mesmo anno. Foi nomeado lente substituto da faculdade de Theologia em 1871, e lente cathedratico em 30 de agosto de 1872. Conjuntamente regeu algumas cadeiras no Seminario de Coimbra. Em 1873 foi eleito bispo de Macau, e sendo confirmado em 1874, seguiu para o seu destino em 1876, tomando posse em 1877. Conservou-se em Macau até 1883, prestando bons serviços á egreja portugueza na Asia, sendo então transferido para a sé de Bragança, e em 1885 para a de Portalegre. Escreveu varias pastoraes e provisões, e a sua dissertação em latim, que tem por titulo: *Inauguralis theologica dissertatio, quam pro repe-*

titionis actu anno MDCCCLVIII, propugnabat, Conimbricæ, 1858.

Ennes *(Manuel Borges de Azevedo)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado, etc. Era natural da freguezia de Topo, na ilha de S. Jorge, e fal. em Paris em dezembro de 1905. Cursou o lyceu de Angra do Heroismo, vindo depois para Coimbra matricular-se na faculdade de Direito. Foi depois advogado em Lisboa. Collaborou no *Angrense*, e pertenceu á redacção do *Correio Nacional*, de que mais tarde se afastou. Estava filiado no partido progressista. Soffrendo havia bastantes mezes d'uma pertinaz doença, fôra a Paris em outubro de 1905, com o intuito de se tratar, e ali falleceu Era sobrinho do dr. Manuel Bernardo de Sousa Ennes, que foi lente da Universidade de Coimbra e bispo de Macau, Bragança e Portalegre, e irmão do dr. José J. Borges de Azevedo Ennes, que foi presidente da relação de Gôa.

Ensaiador. Individuo que ensina a representar as peças theatraes. A's vezes accumula este logar com o de actor ou de autor. Entre os actuaes ensaiadores distinguem-se os srs. Augusto de Mello, no theatro de D. Maria II, escriptor e professor do Conservatorio; Leopoldo de Carvalho no theatro do Gymnasio, autor theatral; José Antonio Moniz no theatro D. Amelia, professor da arte dramatica no Conservatorio, bibliographo; Augusto Garraio, actor, etc.

Ensaiador. Avaliador das ligas dos metaes preciosos para conhecer o quilate ou o toque (V. *Contraste)*. Desde os tempos mais antigos foi a afinação do ouro e da prata, para amoedar, objecto do melhor estudo. Nas nossas casas de moeda o ensaiador foi sempre official da maior confiança. No regimento de D. Pedro II deu, em 9 de setembro de 1686, á Casa da Moeda encerram-se alguns capitulos interessantes: «Serão homens de boa consciencia e fama, por se fiar d'elles o exame da verdadeira qualidade dos metaes de que se compõe a moeda do reino, em que vae tão empenhada a reputação d'elle e fé publica; serão obrigados a ter cada um seu ajudante, a quem ensinarão a sua arte, e por aprenderem lhe mandarei dar pelo meu Conselho da Fazenda a ajuda de custo que parecer; e o que com sufficiencia fôr mais antigo succederá n'estes officios.» Cada ensaiador teria a sua casa separada para os ensaios, marcas, etc. e «os livros mais modernos que sobre os ensaios se imprimiram em Castella, que o Provedor lhe fará comprar, para que não só saibam o que pertence a seus officios, e pratica, mas especulativamente.»

Ensaio. Repetição d'uma composição dramatica, musical e choreographica, para se obter a unidade e perfeita execução. *Ensaio geral:* nome que se dá ao que precede a primeira representação publica d'uma peça theatral. || Cerimonia da antiga côrte, que consistia em provar as iguarias e bebidas antes de serem apresentadas á mesa do rei; taça pela qual se procedia ao ensaio das bebidas. || Primeiras moedas batidas com os novos cunhos.

Ensaio. Titulo geral de varios trabalhos litterarios e scientificos, que equivale a breve tratado, compendio, etc. Entre outros, são mais conhecidos os seguintes: *Ensaio ácerca do que ha de mais essencial sobre a cholera-morbus epidemica, redigido pela Commissão Medica da Academia Real das Sciencias de Lisboa;* Lisboa, 1833. Serve-lhe de complemento o seguinte opusculo: *Direcção sobre o curativo da cholera morbus no primeiro periodo, a fim de embaraçar o seu andamento para o segundo periodo;* Lisboa, 1833. *Ensaio sobre alguns synonimos da lingua portugueza*, por D. Francisco de S. Luiz, Lisboa, 1838. *Ensaio de bacteriologia pratica applicada á doenças do homem e dos animaes*, por J. V. Paula Nogueira; Lisboa, 1893. *Ensaio biographico-critico sobre os melhores poetas portuguezes*, José Maria da Costa e Silva, 10 vol.; Lisboa, 1850 a 1855. Esta obra representa um valioso subsidio para o estudo da nossa historia litteraria em relação á epoca em que foi publicada. *Ensaio dermosographico, ou succinta e systematica descripção das doenças cutaneas, conforme os principios e obsrvações dos drs. William e Bateman*, por Bernardino Antonio Gomes; Lisboa, 1823. *Ensaio economico sobre o commercio de Portugal e suas colonias*, por D. José de Arevedo Coutinho; Lisboa, 1816. *Ensaio de eloquencia sobre diversos assumptos interessantes;* Lisboa, 1791; consta que este livro é obra de Fr. Sebastião de Santo Antonio, religioso da provincia d'Arrabida. *Ensaio de Rhetorica conforme o methodo e doutrina de Quintiliano*, etc., pelo mesmo religioso, Lisboa, 1779. *Ensaio sobre educação ou guia do educador*, por Antonio Maria Baptista. *Ensaio sobre a entomologia agricola*, por A. M. Lopes de Carvalho; Lisboa, 1894. *Ensaio de estudos praticos de litteratura*, por José Silvestre Ribeiro, Lisboa, 1880. *Ensaio historico sobre a origem e progressos das mathematicas em Portugal*, por Francisco de Borja Garção Stockler; Paris, 1819. *Ensaio historico sobre os nomes proprios entre os povos antigos e modernos*, trad. por J. M. da Silva Vieira; Lisboa, 1845. *Ensaio historico-politico sobre a constituição e governo do reino de Portugal; onde se mostra ser aquelle reino, desde a sua origem, uma monarquia representativa: e que o absolutismo, a superstição, e a influencia da Inglaterra são as causas da sua actual decadencia*, por José Liberato Freire de Carvalho; Lisboa, 1843. *Primeiro Ensaio sobre a historia e litteratura de Portugal desde a sua mais remota origem até o presente tempo, seguido de differentes opusculos que servem para a sua maior illustração e offerecido aos amadores da litteratura portugueza em todas as nações*, por Francisco Freire de Carvalho, Lisboa, 1845. *Ensaio sobre a historia do direito romano*, por Levy-Maria Jordão; Coimbra, 1850. *Ensaio sobre a historia do governo e da legislação de Portugal, para servir de introducção ao estudo do direito patrio*, por M. A. Coelho da Rocha. Tem tido 3 edições em Coimbra, 1841, 1843, e 1851, sendo esta ultima accrescentada com um supplemento sobre os acontecimentos politicos posteriores á morte de D. João VI até á substituição da Carta em 27 de janeiro de 1842. *Ensaio sobre as instituições de direito administrativo portuguez do excellentissimo senhor Justino Antonio de Freitas*, por Augusto Guilherme de Sousa; Coimbra, 1859. *Ensaio sobre os melhoramentos de Portugal e do Brazil*, por Francisco Soares Franco; Lisboa, 1820. *Ensaio sobre Portugal, obra julgada em Londres em relação ao programma que lhe abrio o concurso*, por Daniel da Silva Pereira e Cunha; Lisboa, 1854. *Ensaio sobre os principios geraes de estrategia e de grande tactica*, por Fortunato José Barreiros; Lisboa, 1837. *Ensaio sobre um novo modo de ensinar a lêr*

e taboadas para a multiplicação dos numeros de 1 a 100, por cada um dos mesmos, por Antonio de Araujo Travassos, Lisboa, 1820. *Ensaio poetico sobre a harmonia do mundo e suas partes, ou tratado metrico da geographia universal*, por F. M. O. M. M.; Lisboa, 1805. *Ensaio ácerca da tragedia*, por F. A. Craveiro; Lisboa, 1843. *Ensaios de critica philosophica*, por J. M. da Cunha Seixas; Lisboa, 1883. *Ensaios litterarios*, J. M. Pereira Rodrigues; Lisboa, 1862. *Ensaios poeticos*, por João Antonio dos Santos; Lisboa, 1836. *Ensaios poeticos*, por Julio Rocha; Lisboa, 1890. *Ensaios praticos sobre o opio indigena*, pelo dr. Bernardino Antonio Gomes; Lisboa. *Ensaios do pulpito*, pelo P.e A. de G., Porto 1880. *Ensaios sobre a estatistica das possessões portuguezas na Africa Occidental e Oriental, na Asia Occidental na China e na Oceania, escriptos de ordem do governo de S. M. F. a S.ª D. Maria II*, por José Joaquim Lopes de Lima, e continuados por Francisco Maria Bordalo; Lisboa, 1844-1862. *Ensaios sobre o estudo de crise agricola, e investigação das suas causas*, por João Bentes Castel-Branco; Porto, 1889.

Ensamblador. Embutidor, carpinteiro de moveis e samblage, antigo marceneiro (V. *este nome*). Na collecção dos regimentos dos officios do cidade de Lisboa feita em 1572 encontra-se o respectivo a este officio. Pertencia á bandeira de N. S.ª da Encarnação, junto com os officios de entalhador (marceneiro de obra de talha) e coronheiro (V. *Carpinteiro*). Na Bibliotheca Nacional de Lisboa guarda-se um regimento d'este officio feito em 1767.

Ensede. Povoações nas freguezias : S. Thomé, de Prozello, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Martinho, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo districto.

Entalada. Pov. na freg. de Santa Maria, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Entalhador. Marceneiro de obra de talha. (V. *Ensamblador).* Este officio tinha regimento proprio no antigo regimen da Casa dos Vinte e Quatro.

Entatl. Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola.

Enteia Quivalo e **Enteia Sango.** Duas povoações do conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola.

Entrada dos Sedouros. Pov. na freg. de S. Matheus, de Bunheiro, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro.

Entradas. Villa e freg. de S. Thiago Maior, da prov. do Alemtejo, conc. de Castro Verde, com. de Almodovar, distr. e bisp. de Beja; 825 hab. e 220 fog. Tem correio e escolas d'ambos os sexos. A villa dista 10 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda da ribeira de Terges. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 1 de julho de 1512. A Mesa da Consciencia apresentava o prior, que tinha diversos generos e réis 20$000, em dinheiro. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro.

Entre Aguas. Povoações nas reguezias : S. Lourenço, de Reigoso, conc. de Oliveira de Frades distr. de Vizeu. || S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja. Santa Justa, conc. de Coruche, distr. de Santarem. || Ilha da Madeira; S. Sebastião, de Caniçal, conc. de Machico, distr. do Funchal. || Santa Christina, de Longos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Entre Ambos os Rios. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 800 hab. e 211 fog. Tem correio. A pov. dista 9 k. da séde do conc.; está situada na margem esquerda do rio Lima, entre dois affluentes d'este rio. O arcebispo de Braga apresentava, por concurso synodal, o abbade, que tinha 450$000 réis. Foi villa, e D. Manuel deu lhe foral, em Evora, a 20 de outubro de 1519. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Entre Caminhos. Pov. na freg. de Santo Adrião, de Cever, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

Entre Campos. Pov. na freg. dos Santos Reis, do Campo Grande, 3.º bairro de Lisboa. Tem estação do caminho de ferro, na linha de Cintura, entre as de Rego-Jardim e Arieiro.

Entre Carreiras. Povoações nas freguezias : N. S.ª do Pranto, de Arazede, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || O Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e distr. de Leiria.

Entre Casas. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Meiomães, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Entre-as-Casas. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sobreposta, conc. e distr. de Braga.

Entre-Coutos e **Entre-Coutos d'Além.** Duas povoações na freg. de Santa Cruz, de Alvarenga, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Entre Curraes Pov. na freg. do Salvador, de Maiorca, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Entre Devezas. Povoações nas freguezias : S. Martinho, de Escariz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Estevão, de Regadas, conc. de Fafe, do mesmo districto.

Entre Douro e Minho. Designação da antiga provincia limitada ao N pelo rio Minho, a E pelas serras de Gerez e Marão, ao S pelo rio Douro, e a O pelo Oceano Atlantico; 7:306 k. quadrados. Comprehendia todo o territorio que, depois de 1834, constituiu por completo a prov. do Minho e uma parte da do Douro.

Entre Grotões. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de S. Thiago, de Ribeira Secca, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Entre Homem e Cávado. Antigo conc. da prov. do Minho, cuja séde estava na villa de Amares. Este conc. e o de Santa Martha de Bouro uniram-se em 1853, e ficaram formando o actual conc. de Amares. V. *este nome.*

Entre-as-Latas. Pov. na freg. de S. Paio, de Figueiredo, conc. de Guimarães, distr. de Braga. Tem est. postal.

Entre-as-Moutas .Pov. na freg. de S Thiago, de Pinheiro, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Entre Paredes. Pov. na freg. de Santa Maria, de Rozem, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Entre-as Paredes. Ilha das Flôres ; pov. na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Fajãsinha, conc. de Lagens das Flôres, distr. de Horta.

Entre Pedras. Pov. na freg. de Santa Maria, de Ul, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Entre Ribas. Pov. na freg. de Santa Eulalia,

de Gondoriz, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Entre Picos. Porto da ilha de S. Vicente, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental, entre o Porto Grande e o de S. Pedro.

Entre-as-Ribeiras Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Topo, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Entre Ribeiros. Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Pinheiro, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Beijoz, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu.

Entre-os Rios. Pov. na freg. de S. Thiago, de Rebordões, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Pov. annexa á de Eja, tendo por orago S. Miguel. Tem um bom estabelecimento thermal. (V. *Eja*). || Roça da ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Entre-a-Serra. Pov. na freg. de S. Pedro, de Varzea dos Cavalleiros, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Entre-as-Serras. Povoações nas freguezias: S. Sebastião, de Moiriscas, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || S. Christovão, de Nogueira do Cravo, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Entre Tapadas. Pov. na freg. de S. Faustino; de Fridão, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Entre Valles. Casal na freg. de S. Thiago, de Figueiró do Campo, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Entre Vinhas. Povoações nas freguezias: S. Thomé, de Canellas, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Capareiros, conc. e distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Conceição, de Olalhas, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Oliveira, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || S. Thiago e S. Matheus e conc. de Sardoal, distr. de Santarem. || S. Thiago e conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Quintas no sitio de Meleças e na freg. de N. S.ª da Conceição, do Rio de Moiro, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Entre-acto. Intervallo de um acto a outro, nas representações theatraes. Pequena composição dramatica, para duas personagens. || Breve representação ou peça musical, executada durante um intervallo de actos.

Entremez. Entre-acto comico, farça. Composição theatral que se representava entre os actos de uma comedia ou tragedia para entreter e recrear os espectadores. Rodrigues Lobo, na *Côrte na aldeia*, diz: «Para divertir da gravidade e decoro das pessoas introduzidas, inventaram os comicos modernos entremezes e bailes»

Entroncamento. Estação de caminhos de ferro onde entroncam duas ou mais vias ferreas. Com este nome ha uma estação na linha do Norte e Léste, que fica entre a de Torres Novas e o apeadeiro da Lamarosa, na do Norte, e Barquinha na de Léste. Este local, antes da construcção do caminho de ferro, era completamente deserto; hoje tem est. telegr. e post. de primeira classe; escola, etc. Em todas as linhas ferreas ha entroncamentos, tomando as respectivas estações o nome dos locaes onde estão situadas, como o Pinhal Novo, Casa Branca, Alfarellos, Pampilhosa, Tunes, etc. || Pov. na freg. de S. Paio, de Favões, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Entroncamento da Vidinha. Pov. da freg. de Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural.

Entroviscada ou **Troviscada.** Direito dominical muito frequente nos principios da monarchia. Por elle era obrigado o emphyteuta ou colono, não só a apromptar o trovisco que se lançava no rio (modo de pescar mais usado n'aquelles tempos), mas a concorrer para a merenda do senhorio e comitiva, uma vez por anno. Mesmo que o senhorio não fôsse pescar n'aquelle anno exigia a entroviscada. El-rei D. Manuel, apezar de prohibir a pesca com *trovisco*, assim como os monarchas seus antecessores, no foral que deu em 1513, á terra de S. Fins de Paiva, hoje de Sinfães, enumera uma grande porção de *gallinhas, da entroviscada* que os povos deviam pagar aqui ao senhor da terra.

Entrudo *(Casal do)*. Na freg. de S. Sebastião, de Peral, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa.

Envendos. Villa e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Estremadura, conc. e com. de Mação, distr. de Santarem, e bisp. de Portalegre; 2:282 hab. e 584 fog. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. permutando malas com Mação. A villa dista 9 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Tejo. E' uma das 12 villas que pertenciam ao grão-priorado do Crato, e o grão-prior apresentava o cura, que tinha 100$000 réis de rendimento. El-rei D. Manuel, no foral que deu á villa de Belver, datado de Lisboa, a 18 de maio de 1518, inclue outras terras, sendo Envendos uma d'ellas. A villa pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. Em Envendos brota uma fonte, chamada das *Aguas Quentes*, com 24º de temperatura e levemente gazosas.

Envez. Pov. na freg. de S. Pedro, conc. e distr. de Faro.

Enviado. Diplomata de graduação inferior á dos embaixadores, que vae em commissão do seu soberano a alguma côrte estrangeira. || *Enviado extraordinario*, diplomata encarregado de um negocio ou commissão especial; ministro de Estado plenipotenciario.

Enviande. Pov. na freg. de S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Enxabarda. Pov. na freg de N. S.ª da Silva, de Castellejo, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco.

Enxadrezado. Chama-se assim na arte heraldica ao escudo e ás peças principaes e ainda a alguns animaes, como aguias e leões, quando sejam formados de peças quadradas, alternadas como as do jogo de xadrez. No escudo é preciso pelo menos que tenha vinte quadrados para se dizer *enxadrezado*. Chama-se equipollente quando não tem mais do que nove, ou quinze peças.

Enxaméa. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Gallegos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Miguel, de Raus, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª da Graça, de Outeiro dos Gatos, conc. de Meda, distr. da Guarda.

Enxameador. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro.

Enxames. Povoações nas freguezias: Santa Cruz do Douro, conc. de Baião, distr. do Porto. ||

S. Thiago, de Silvalde, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Enxaquetado. Na arte heraldica vale o mesmo que *enxadrezado*, equivalendo a dizer que se fará de xadrez das côres que se declararem. V. *Brazão.*

Enxara do Bispo. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Estremadura, conc. e com. de Mafra, distr. e patriarc. de Lisboa; 2:164 hab. e 511 fog. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post., permutando malas com Mafra e Villa Franca do Rosario. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Sizandro. Tem ha muitos annos annexa a pov. de Enxara dos Cavalleiros, que foi antigamente freguezia. O real padroado apresentava o vigario de Enxara do Bispo, que tinha 300$000 réis de rendimento, mas até 1759 pertenceu a freguezia ao collegio dos jesuitas de Santo Antão de Lisboa. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Evora, a 20 de novembro de 1519. Estas antigas povoações tiveram categoria de villa, e fôram séde d'um concelho, supprimido por decreto de 24 de outubro de 1855. Enxara do Bispo pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa.

Enxaravia. Insignia opprobriosa que, conforme as *Ordenações*, traziam na cabeça as alcoviteiras, emquanto não partiam para o desterro. Consistia n'uma *baetilha de seda vermelha*, e Viterbo diz que tambem se chamava *polaina*.

Enxemil. Pov. na freg. de S. Miguel, de Arcozello, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Enxequetado. V. *Enxaquetado.*

Enxerido. Em heraldica vale o mesmo que enxertado. Diz-se das divisões do escudo, faxas, bandas, palas, etc. que entram umas nas outras em ondeados. Peça unida por escotaduras redondas.

Enxerim. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Silves, distr. de Faro.

Enxerraminha *(Herdade da).* Na freg. de S. Romão do Sadão, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Enxertal. Pov. na freg. de Santa Margarida da Coutada, conc. de Constancia, distr. de Santarem.

Enxerto. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Rio Frio, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Enxertos. Pov. na freg. de S. Pedro, de Britello, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Enxido. Pov. na freg. de Santa Maria, de Bouro, conc. de Amares, distr. de Braga.

Enxinhães. Pov. na freg. de S. Faustino, de Guinfães, conc. da Maia, distr. do Porto.

Enxofães. Pov. na freg. de S. Martinho, de Murtede, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Enxofre. Grande furna na ilha Graciosa, archipelago dos Açôres. Tem duas fendas ou boccas, talhadas no solo, exhalando-se d'ellas um intenso cheiro caracteristico de enxofre. Uma vez dentro d'ella depara-se com uma pequena gruta, á esquerda, no começo de abobada sustentada por um arco de 30 a 35 m d'altura. Tem um lago d'agua doce com o sabor do enxofre. E' habitada, apezar da sua impura athmosphera, por bandos de pombos bravos.

Enxofreira. Pov. na freg. de N. S.ª do Reclamador, de Casaes, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Enxova. Ponta ou cabo da ilha de S. Nicolau, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Pedras calcareas, pyrites de cobre e saes de zinco.

Enxudro. Pov. na freg. de Santa Cecilia, de Bemfeita, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Enxurreira. Povoações nas freguezias: S. Paio, de Besteiros, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Miguel, de Fiscal, do mesmo conc. e districto.

Enxurro. Ilha da Madeira; pov. na freg. do Bom Jesus, de Ponta Delgada, conc. de S. Vicente, distr. do Funchal.

Ephemerides. Taboas astronomicas que indicam a posição dos planetas para todos os dias do anno. Em Coimbra publicaram-se as *Ephemerides para o Real Observatorio da Universidade*, desde 1804 até 1828, e tendo sido interrompidas, continuaram no anno de 1841. Nas primeiras, de 1804, trabalhou muito o professor José Monteiro da Rocha, decano da faculdade de Mathematica, director do Observatorio e vice-reitor. A respeito d'esta obra notavel, que foi muito apreciada nos paizes estrangeiros, diz um dos mais eruditos historiadores da Universidade, Francisco Freire de Carvalho, no *Primeiro Ensaio sobre a Historia Litteraria de Portugal.* «Fructos de tão illustrada providencia são as muito bem trabalhadas *Ephemerides da Universidade de Coimbra*, que desde o anno de 1804 começaram a sair á luz publica com regularidade em cada um dos annos, *ephemerides* que mereceram um acolhimento e applauso geral em toda a Europa sabia, e que tem grangeado aos mathematicos portuguezes da Universidade de Coimbra mui distincto conceito e alta reputação entre os mathematicos mais acreditados dos paizes estrangeiros; taes, além de outros, os de que se compunha no anno de 1804 o respeitavel Instituto de França, perante o qual na sessão de 22 do prairial do citado anno, um dos seus mais illustres membros, Mr. Delambre, falando das *Ephemerides da Universidade de Coimbra* não duvidou expressar-se da seguinte maneira: «Tenho a honra de offerecer ao Instituto em nome do sr. Monteiro da Rocha, o primeiro volume das *Ephemerides astronomicas* do real observatorio da Universidade de Coimbra; eu não me atreveria a entreter a classe com uma obra d'este genero, se as *Ephemerides da Universidade de Coimbra* não fôssem uma obra bem distincta de todas quantas apparecem com este titulo, e a mais rica em mudanças uteis e em memorias ácerca dos pontos mais delicados em Astronomia.» Freire de Carvalho tambem menciona estas lisongeiras expressões do celebre mathematico allemão, barão de Zach: «Certamente a publicação d'uma obra que offerece uma prova incontestavel do vivo zelo por esta alta sciencia, e dos bons progressos que ella faz em Portugal, deve alegrar a qualquer conhecedor e apreciador da astronomia.» Em Coimbra publicaram-se os dois seguintes opusculos, que teem relação immediata com as *Ephemerides astronomicas: Exposição dos methodos particulares no calculo das Ephemerides*, 1797; *Taboas astronomicas, ordenadas a facilitar o calculo das Ephemerides da Universidade de Coimbra*, 1813. || *Ephemerides nauticas, ou diario astronomico, calculado para o meridiano de Lisboa, publicadas por ordem*

da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1788 e seguintes. Estas ephemerides estavam a cargo, nos primeiros annos, dos academicos Custodio Gomes Villas Boas, F. de B. Garção Stockler e J. M. Dantas Pereira, e publicaram-se annualmente e sem interrupção até 1809. Deixaram de se publicar n'este anno, começando novamente em 1820. || *Ephemerides nauticas para o anno de 1846, calculadas para o meridiano do observatorio astronomico de Lisboa*, por Matheus Valente do Couto Diniz; Lisboa, 1844. Idem para 1848; Lisboa, 1847.

Epidemia. Doença que ataca ao mesmo tempo e no mesmo logar um grande numero de pessoas. Contra a propagação de certas doenças instituiram-se vaccinações, sendo a mais vulgar a da variola. (V. *Vaccina*). As quarentenas e cordões sanitarios são empregados contra a cholera-morbus, a febre amarella, a peste bubonica; etc. Portugal desde longas eras tem sido muito castigado, quer pela peste, quer por outras enfermidades epidemicas de mau caracter, que os documentos e os historiadores confundem frequentemente, não sendo possivel fazer a devida distincção. No reinado de D. Sancho I houve uma horrorosa epidemia, calamidade que o povo d'aquelle tempo attribuiu a castigo de Deus, em consequencia do casamento da infanta D. Thereza com seu primo D. Affonso IX, rei de Leão, de quem por esse facto teve de divorciar-se. As epidemias eram sempre o resultado de causas sobrenaturaes: os eclipses, cometas e outros phenomenos analogos, eram tomados como prognosticos infalliveis de peste, fome ou guerra. No anno de 1348 houve a epidemia conhecida pela *peste negra*, que parece teve origem na Scythia. A este respeito, lê-se na *Chronica d'el-rei D. Affonso IV*, por Duarte Nunes de Leão : «N'este anno começou aquella grande e memoravel peste geral, de que nas historias de todas as nações se faz menção, qual nunca dizem que aconteceu desde a creação do mundo. Pelo que com razão se podia chamar o segundo diluvio. A origem d'ella escrevem uns ser na Scythia, outros na Persia, onde dizem que, com os grandes e geeraes terremotos que houue per muitas partes de mundo, que naturalmente precedem aas pestes, se abrio hum grande fojo, e que delle saio hum tam horrendo e abominauel vapor, que corrompendo com seu fedor e veueno o aar proximo, e aquelle outro, e assi os mais per successão, com graudes ventos que cursarão, veo a correr e inficionar todo o mundo». Em 1384, fez grande numero de victimas no exercito e armada do rei de Castella, que então cercava Lisboa, e que por aquelle facto foi obrigado a levantar o sitio. Escreve Duarte Nunes de Leão, na *Chronica d'el-rei D. João I*, que dos sitiantes chegaram a morrer diariamente para cima de duzentas pessoas : «pelo que em breve espaço falecerão mais de dous mil homens de armas dos melhores, a fóra muitos Capitães e tres Mestres de Sanctiago... E foi cousa maravilhosa que de muitos Portuguezes, que no arraial andavão, dos que seguião a parte del Rei de Castella, ou prisioneiros, a nenhum se pegou a peste». Da peste de 1415, a 19 de julho, morreu em Sacavem a virtuosa rainha D. Filippa de Lencastre, esposa d'el-rei D. João I Diz Duarte Nunes de Leão : «Estando assi a Rainha com el Rey em Sacavem, morrerão alguns de peste, que em Lisboa audava mui acceza. Polo que el Rey disse á Raiuha que se fossem dalli logo, antes de comer. A Rainha fez com el Rey que sahisse logo, e que, como ella acabasse de rezar seus officios, se iria logo; porque em molheres velhas não avia tauto que recear. El Rey partio caminho de Odivellas, e a Rainha não quiz partir até o meio dia, como tinha dito; e estando na Igreja, lhe deu o mal da peste, que ella não cuidava ser senão outra infermidade». Nos annos de 1437-1438 fez a peste terriveis estragos em quasi todo o paiz, e principalmente em Lisboa. El-rei D. Duarte, que tanto fugira á mortifera epidemia, d'ella falleceu em Thomar, a 9 de setembro de 1438, «auendo naquelle dia, hum grande Ecclypse do sol», segundo refere Duarte Nunes de Leão na chronica d'aquelle monarcha. N'uma carta que lhe entregaram em Ponte de Sôr, vinda de Santarem, recebeu o infeliz rei o pestifero contagio. Em 1458 conta ainda Nunes de Leão, na *Chronica d'el-rei D. Affonso V*, que no anno de 1458, nos mezes de março a setembro, foi a população de Lisboa mais uma vez açoitada pelo terrivel flagello, que ceifou muitas vidas. Em 1464 houve uma grande pestilencia, de que foi victima o arcebispo de Lisboa, D. Affonso Nogueira. Segundo se lê no *Gabinete Historico*, de fr. Claudio da Conceição, «padecendo Lisboa uma grande epidemia, se retirou este Prelado á villa d'Alemquer por evitar o mal da peste, que sempre o veio a accometter, morrendo d'ella no mez de outubro». Em 1480-1481, D. Affonso V tinha fugido para o palacio real de Cintra; mas ali mesmo foi colhido pela fatal doença, que lhe deu a morte aos 28 d'agosto de 1481. O povo attribuiu esta epidemia, que assolava todo o reino, a castigo de Deus, por ter aquelle monarcha repudiado a princeza D. Joanna de Castella, a *Excellente Senhora, sua afiançada*, a qual se viu compellida a professar no mosteiro de Santa Clara de Coimbra, aos 17 do novembro de 1480, buscando no seio da religião conforto á sua desventura. Nos annos de 1483-1496, durante tão largo periodo, a peste por diversas vezes assentou seus arraiaes em Lisboa, victimando a população, ora com maior, ora com menor intensidade, chegando mesmo a haver um ou outro anno em que se conservou latente, manifestando-se, todavia, por alguns casos isolados, ou de caracter mais benigno. Nos aunos de 1505-1507 reinou novamente a peste. No mez d'outubro de 1505, desembarcando em Lisboa D. Diogo de Sousa, bispo do Porto, que chegava de Italia, «se ateou logo peste tam braua na cidade, de huma nao que vinha em sua companhia, tocada sem o elle saber, que foi necessario irse el Rey com toda sua casa para Almeirim, a qual pestilença se espalhou por todo o regno, e foi uma das mais brauas e cruel, que em muitos tempos se acha que ouuesse em nenhuma outra parte da Hispanha». *(Chron. d'el-rei D. Manuel, por Damião de Goes)*. Em 1510 tambem a cidade teve de luctar com a epidemia, que, embora não fôsse das mais devastadoras, não deixou comtudo de fazer muitas victimas. El-rei D. Manuel julgou a principio de grande conveniencia o estabelecimento de dois hospitaes provisorios, para tratamento dos doentes d'aquelle mal. Depois, como se aproximasse a estação invernosa, entendeu melhor que a camara de Lisboa provesse pelo modo que reputasse mais efficaz. No 1.º vol. dos *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, por Freire de Oliveira, en-

coutra-se uma desenvolvida nota ácerca das pestes que teem grassado na capital. N'ella se incluem numerosos documentos muito interessantes. Nos ultimos dias d'agosto e principio de setembro foi que esta epidemia anttingiu o seu maior desenvolvimento. Nos cinco annos de 1520-1525, consta que houve alguns casos de peste, que recrudesceu no auno de 1525, e, ao que parece, com tal intensidade, que da população de Lisboa, quem pôde fugir fugiu, deixando-a quasi deserta. Em 1527 a epidemia que n'este anno grassou em Lisboa parece não ter sido de grande importancia; comtudo D. João III, para que o mal não transmittisse aos logares da margem esquerda do Tejo, prohibiu expressamente as communicações, restringindo depois a probibição a tres d'esses logares sómente. No principio do anno de 1531, sentiram-se em Portugal uns grandes abalos de terra, que occasionaram muitos prejuizos em Lisboa. O terremoto no dia 26 de janeiro foi o mais violento: em Lisboa arruinou muitos templos e derrocou cerca de mil e quinheutas casas, perecendo um grande numero de pessoas nas ruinas. Os arrabaldes tambem soffreram bastante com o pavoroso phenomeno geologico. Além d'aquella catastrophe, veiu ainda a peste, no começo do estio, tornar mais triste o quadro das vicissitudes por que tinham passado os habitantes tes d'esta cidade. Nos annos de 1569-1570, houve a peste, que ficou sendo conhecida pelo nome de *peste grande*, por ser a mais horrorosa de que houvera conhecimento. Data d'essa epocha a procissão votiva de Nossa Senhora da Saude, que ainda hoje se faz. Os mestres *physicos*, de então, capitularam a peste como oriunda do Egypto, e classificaram-n'a *bubonica*. Este terrivel invasor manifestou-se logo com incrivel intensidade, sem que se tivesse dado a perceber por quaesquer circumstancias anteriores. Fr. Claudio da Conceição, no *Gabinete Historico*, descreve assim o tremendo flagello: «No mez de junho d'este anno (1569) se descobrio na cidade de Lisboa o terrivel contagio da peste, chamada a peste grande, pelo excessivo numero dos que morreram, os quaes foram tantos que só em Lisboa excederam oitenta mil, experimentando-se a maior força do contagio nos mezes de julho, agosto e setembro; e n'elles houve dias, que cahiam em Lisboa mortas quinhentas a seiscentas pessoas, não sendo ainda a povoação tão populosa como hoje: abriam covas grandes em que se lançavam trinta a quarenta cadaveres, e por não haver homens sãos bastantes que enterrassem tantos defuntos, soltaram os criminosos das galés, e lhes commutaram o tempo do castigo no serviço de enterrarem os mortos». Da peste de 1579-1580, os primeiros casos appareceram no mez de setembro de 1579, communicando-se logo a todo o paiz. La Cléde, no tomo IX da sua *Historia de Portugal*, descreve-a assim: «Entrou o anno de 1580, e com elle principiou Portugal a sentir todo o genero de desgraças, os effeitos da fome, peste e guerra, e tudo isto ao mesmo tempo. A sécca destruiu as searas todas, e a peste que primeiro começou a lavrar em Italia, Allemanha, Inglaterra e parte da França, passou a Portugal e a toda Hespanha; mas em Lisboa foi mais mais violenta. Este mal, que se communicava com o trato das pessoas e mercadorias, que vinham dos paizes infestados, cresceu muito com o calor do clima, pouco aceio da cidade, má nutrição do povo, e pouca conta que tinham os officiaes da saude em separar os infestados da peste d'aquelles que o não estavam. O mal era tão violento que, apenas qualquer era assaltado d'elle, logo morria. Os que soccorriam os enfermos não ousavam de chegar a elles; a consternação e medo eram geraes. Os mais ricos desempararam em breve tempo a cidade por fugir ao contagio, e horror dos corpos mortos, de que Lisboa se via coalhada. Mal chegavam os carros que appareciam para levar os cadaveres; e por que já não havia onde enterral-os nas egrejas e cemiterios, enterravam-os pelas ruas e campos». No *Anno Historico*, do padre Francisco de Santa Maria, e em outras obras, affirma-se que em Lisboa chegaram a morrer quarenta mil pessoas, o que é enorme, porque a população legal da cidade estava computada em cem mil almas, incluindo *dez mil escravos*. De 1598 a 1603, com mais ou menos violencia a peste dominou seis annos, aproximadamente, fazendo milhares de victimas. Os primeiros casos manifestaram-se pelo meado d'outubro de 1598, desenvolvendo-se com intensidade nos mezes seguintes. Na *Historia de S. Domingos*, por Fr. Luiz de Sousa, lê-se: «Assi entrou este de 1598, com nova e impetuosa contagião. Mas foy pola misericordia de Deos muito menos o damno em Lisboa, que o da primeira (1569), inda que maior que da segunda (1579). E valeo muito a experiencia que se tinha do mal antigo, pera aver ordem e preservação. Porque tanto que se declarou, foy primeiro conselho deputar quinta grande e capaz sobre a Ribeyra d'Alcantara, sitio alto e elevado dos ventos, pera Enfermaria dos feridos, com aposentos separados pera a convalecencia de homens e mulheres». Depois o mal aggravou-se, e só desappareceu de todo no anno de 1603. Em 1723 desenvolveu-se em Lisboa uma epidemia de *febres graves*, caracterisadas de ataxo-adynamicas, typhoides, etc., em que apparecia o phenomeno icterico e outros de natureza biliosa. Calcula-se em seis mil o numero de fallecimentos. Nos casos fulminantes o termo fatal pouco se fazia esperar. Disse-se depois que era *febre amarella* (typho americano):—«De epidemias de febre amarella, além dos casos observados desde 1850, não existem na nossa historia vestigios do seu apparecimento em Portugal, senão *com relação á que reinou em Lisboa no anno de 1723*, e que foi a primeira na Europa.» Assim o affirma o *Relatorio da epidemia de febre amarella em Lisboa no anno de 1857, etc.* Ao estado immundo da cidade e á adulteração dos alimentos se attribue em grande parte a intensidade que tomou esta epidemia. Em 1811 grassou com muita intensidade o typho contagioso — febres malignas. A causa primaria d'esta epidemia foi a chamada *guerra da peninsula*—lucta gloriosa que sustentámos com as aguerridas tropas de Napoleão I; e causas continuadas a fórma como se fazia os enterramentos, e a pouca limpeza das vias publicas, das habitações e dos corpos, circumstancias estas que em todas as crises epidemicas teem sido a matriz do desenvolvimento do morbo. A enfermidade, que teve sua origem no exercito, e se transmittiu ao povo, fez grande numero de victimas na população de Lisboa, consideravelmente augmentada pela continua emigração das provincias em consequencia da guerra. Em 1833, vê-se do *Mappa demonstrativo dos enterramentos*

que se fizeram nos differentes cemiterios publicos, que se estabeleceram n'esta capital debaixo da inspecção da commissão da saude publica, por motivo da cholera-morbus epidemica, que desde 19 d'abril a 31 de outubro falleceram 13:522 pessoas, victimas do terrivel germen cholerico. Nos annos 1855-1856 reinou a *cholera morbus asiatica*. Esta enfermidade manifestava-se com os symptomas da epidemia de 1833. Desde o seu apparecimento, no mez de outubro do anno de 1855, até novembro de 1856, em que se considerou de todo extincta, falleceram 3:275 pessoas. Foi em 1857 que nos visitou com aspecto aterrador a mortifera epidemia de febre amarella. O primeiro caso, que póde ser capitulado como tal, verificou-se no dia 22 de julho, em um trabalhador d'alfandega. Diz o conselheiro Franzini na estatistica da mortalidade da capital no anno de 1857: «Talvez que as epidemias de typhos que appareceram em Lisboa nos annos de 1847, 1848 e 1849, as quaes levaram 3:500 victimas, além das que a natureza exige annualmente á povoação de Lisboa, fôssem já devidas áquellas funestas emanações, sendo facto incontestavel que as evaporações deleterias da ribeira de Alcantara tem já produzido repetidas vezes a apparição de typhos perniciosos nos moradores marginaes, especialmente n'aquelles cujas habitações se acham situadas no embate dos ventos que reinam habitualmente durante o estio, os quaes saturados nos miasmas recolhidos na sua marcha ao longo da ribeira os vão depositar n'aquellas tristes moradas». *(Diario do Governo n.º 44, de 22 de fevereiro de 1858)*. Do já mencionado *Relatorio da epidemia de febre amarella em Lisboa no anno de 1857* extrahimos os seguintes trechos, que deixam sufficientemente descriptas a origem, a marcha e os resultados do terrivel contagio: «A epidemia, tendo sua origem e foco principal nas freguezias da Sé e Magdalena, estendeu-se d'ahi para o norte da cidade, ás freguezias de S. Christovão, S. Lourenço, Soccorro e Anjos; para o poente ás freguezias de S. Nicolau, Santa Justa, S. Julião e Conceição Nova; para o nascente ás freguezias de S. João da Praça e a todas as de mais do bairro de Alfama. Passou depois á freguezia de S. Paulo, e chegou á de Santos para o poente, ganhando tambem para o norte as freguezias mais elevadas; mas n'estas ultimas com menos intensidade. A epidemia caminhou em geral do nascente para o poente. A parte central da cidade, onde a população é mais densa, foi tambem a mais atacada. Para léste e oéste, ou nas suas duas extremidades, a cidade foi pouco vexada; e ainda menos para o lado do poente do que para o do nascente. Para o lado do poente a fórma fortemente epidemica terminou na Esperança, e d'ahi até Alcantara só appareceram casos isolados». Em 14 de junho de 1858 o vereador dr. Levy Maria Jordão apresentou em sessão da cama de Lisboa a seguinte proposta: «Senhores:—Vimos Lisboa assolada por um flagello terrivel que lançou o luto e consternação em milhares de familias, mas vimos tambem desenvolver uma caridade, abnegação pessoal e até heroismo, que ennobrecendo a cidade que manifestou taes sentimentos hão de passar á historia, como um dos factos notaveis que ella deve registrar. Entendo que esta camara, como representante da cidade, deve mostrar o seu reconhecimento aos individuos de todas as classes que prestaram, na occasião do flagello, tão relevantes serviços; se a gratidão existe no coração dos vivos, por esses serviços prestados ás victimas da febre, manifestemos esse sentimento de um modo digno da cidade que representamos; e por isso proponho:—1.º, que se mande cunhar uma medalha de prata, tendo de um lado as armas da cidade e a data de 1857,—e do outro a seguinte legenda: *A' caridade, na occasião da febre amarella, a cidade de Lisboa*; 2.º, que essa medalha seja offerecida aos referidos individuos». A proposta foi approvada em 17 do dito mez, ficando o presidente da camara incumbido de apresentar o modelo, o que fez em 23 d'agosto seguinte. A medalha commemorativa que n'essa sessão foi approvada, tem quatro millimetros de espessura e trinta e dois millimetros de diametro. No *anverso*—uma figura representa Lisboa, ornada da corôa mural, com a mão esquerda apoiada n'um escudo em que se destaca a divisa da cidade, e com a dextra espalha corôas de louro. Na parte superior lê-se: = *Lisboa agradecida*—; no exergo—*1858*. No *reverso*—uma corôa de louro circumda as palavras—*A' devoção humanitaria*. A gravura d'esta medalha encontra-se na—*Collecção das medalhas e condecorações portuguezas, e das estrangeiras, com relação a Portugal, pertencente ao tom. 3.º, parte 2.ª das Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Em 29 de novembro de 1858 mandou a camara cunhar duzentas d'aquellas medalhas de prata com o peso cada uma de cinco oitavas e meia, e uma d'ouro com o peso de seis oitavas, sendo esta para offerecer a el-rei D. Pedro V. Em 19 de maio de 1859 requereu a camara aos poderes superiores para que fôsse permittido ás pessoas agraciadas com a medalha, o poderem-n'a usar pendente de uma fita amarella, e assim foi concedido por decreto de 25 d'agosto do mesmo anno. Na sessão da 7 de julho de 1859 foi autorisada a cunhagem de mais sessenta medalhas de prata. Das *Relações dos cidadãos agraciados com a medalha de prata para commemorar os feitos de valor e caridade praticados na calamitosa epocha da invasão da febre amarella n'esta cidade, no anno de 1857*, vê-se terem sido de facto duzentos e sessenta os que receberam aquella distincção no anno de 1859. O cunho da medalha, que importou em 72$000 réis, foi inutilisado no mesmo anno de 1859, por virtude da deliberação tomada pela camara em sessão de 26 de setembro, e n'esse estado existe no archivo. Posteriormente ainda a vereação deu o *diploma* d'aquella mercê a diversos cidadãos, posto que não houvessem sido primitivamente qualificados para a obterem; mas em sessão de 5 de janeiro de 1870 deliberou nunca mais fazer semelhante concessão, *fôsse a quem fôsse*. || Bibliographia: Além das obras que ficam indicadas no decorrer d'este artigo, pódem vêr-se: *Ensaio ácerca do que ha de mais essencial sobre a cholera-morbus epidemica, redigido pela Commissão Medica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, 1833. Serve-lhe de complemento o seguinte opusculo: *Direcção sobre o curativo da cholera-morbus no primeiro periodo, afim de embaraçar o seu andamento para o segundo periodo*, Lisboa, 1833. *Apontamentos sobre a cholera-morbus epidemica na sua invasão em Portugal pelo fallecido dr. Emygdio Manuel Victorio da Costa, coordenado por seu filho Adolpho Manuel Victorio da Costa, com um proé-*

mio em que se trata amplamente o genero d'esta palavra, publicado no Rio de Janeiro em 1855. *O cholera e seus inimigos*, n.º 84 da «Bibliotheca do Povo e das Escolas»; *Lisboa e o cholera*, n.º 88 da mesma bibliotheca. *Revoadas de peste bubonica em Lisboa, nos seculos XVI e XVII, velharias recopiladas* por Xavier da Cunha, Lisboa, 1890; etc., etc.

Epigraphia. Parte da archeologia que tem por objecto o estudo das inscripções. Os monumentos epigraphicos pódem ser: religiosos ou votivos; juridicos ou legaes; historicos ou commemorativos; honorarios ou laudativos; miliarios ou itinerarios; funerarios ou sepulchraes; etc. Emilio Hubner em 1861 colligiu numerosas inscripções romanas que encontrou em Portugal. Cunha Rivara fez uma collecção de todas as inscripções portuguezas que viu na India. Muitos outros auctores teem reproduzido em varias monographias grande numero de inscripções existentes em terras de todo o paiz. Nos diversos museus archeologicos guardam-se numerosas lapides com inscripções. E' muito interessante a secção epigraphica do Museu Ethnologico Portuguez. Os monumentos d'esse genero mais antigos, que ali se encontram, são os «berrões», grupo de esculpturas de suinos, proveniente do norte do paiz e ligada, pela epoca, á religião ou ao culto funebre de povos anteriores aos romanos; exemplares das mysteriosas lapides turdetanicas, cujos caracteres, embora decifrados, pertenciam a um ou mais idiomas totalmente desconhecidos. Uma serie de lapides lusitano-romanas, desde o Algarve até Traz-os-Montes; a incomparavel collecção do deus Endovellico, provavel patrono dos enfermos, com cinco lapides ha pouco offerecidas por sua magestade El-Rei; as numerosas epigraphes de Idanha-a-Velha e de Cárquere, as lapides toscas de Entre Douro e Minho, algumas com esculpturas rudes, entre as quaes se nota a que representa um boi a caminho do sacrificio, e por fim as de Traz-os-Montes. Por ordem chronologica, fôram collocados depois os epitaphios da epoca visigotica, uma tampa sepulchral de grande raridade vinda do Minho e por ultimo os monumentos d'esse genero da epoca arabica.

Epiphania *(Fr. Manuel da)*. Religioso franciscano da provincia de Portugal. N. em Coimbra a 9 de abril de 1712; fal. em 8 de dezembro de 1768. Professou no convento d'Alemquer a 4 de janeiro de 1730. Foi na sua ordem prégador, mestre de philosophia, artes e theologia. Escreveu: *Novena de Santo Amaro, abbade*, Lisboa, 1750; *Novas e curiosas reflexões sobre os terremotos, e uma oração tragica de Lisboa*, Lisboa, 1756; *Carta critica em que se pesa o valor da chamada «Parenesis» de Francisco de Pina e Mello*, Coimbra, 1756; saiu com o pseudonymo de Sigismundo Antonio Continho. Em resposta a este folheto se publicou outro anonymo, cujo titulo é: *Carta anatomica que escreveu um amigo do Porto a outro de Coimbra, em que se faz juizo da Carta que saiu dando noticia do terremoto de Lisboa, e da crisis feita á «Parenesis» do Pina*, Coimbra, 1756. Escreveu mais: *Verdadeiro methodo de prégar, praticado em varias orações funebres, sermões panegyricos e discursos moraes*, Lisboa, 1759, tomo I, em 4.º; *Verdadeiro methodo de prégar, que contém algumas reflexões sobre a eloquencia sagrada, reparos sobre as orações dos nossos oradores, e alguns sermões*, Lisboa, 1762; tomo II, em 8.º; cada um d'estes tomos podia constituir só por si uma obra separada; *Portugal consolado e instruido com as vozes de Christo, depois das fatalidades de um terremoto*, Lisboa, 1757.

Epipião. Pequena moeda de tempo de D. Sancho I.

Episcopado. Dignidade de bispo. Bispado, diocese; territorio a que se estende a jurisdicção d'um bispo.

Episcopal. Pertencente ao bispo. Dignidade episcopal; palacio ou paço episcopal; vestes episcopaes.

Epistola. Os gregos e os romanos deram este nome ás cartas escriptas com familiaridade e intima amizade. Os modernos designam por *epistola* uma carta aprimorada, sabia, didactica e algumas vezes religiosa. Nos primeiros tempos do christianismo, quando os christãos eram perseguidos, os apostolos enviavam ás diversas egrejas, com o nome de epistolas, instrucções piedosas, escriptas em estylo figurado; e depois se estabeleceu o uso de ler um fragmento d'estas cartas moraes no meio da missa catholica. || Quasi todos os poetas classicos portuguezes escreveram epistolas algumas primorosas; citam se com elogio as de Sá de Miranda e Bocage. || Com o titulo de *Epistolas de D. Manuel* tem o bibliophilo sr. Eugenio do Canto reproduzido em *fac-simile* typographico as cartas latinas que el-rei D. Manuel costumava enviar aos Summos Pontifices, narrando-lhes as victorias, conquistas e descobrimentos dos portuguezes. Essas cartas eram dadas logo á estampa, vulgarisando se por todo o mundo culto. E' possivel que nem todas se chegassem a publicar ou, se fôram impressas, não apparecem hoje. Fôram impressas em diversos pontos e os opusculos que as encerram são hoje rarissimos, guardando-se como verdadeiras preciosidades bibliographicas e historicas nas principaes bibliothecas publicas e particulares da Europa e da America. Nenhuma d'ellas porém, se ufana de possuir a collecção completa. Temos nota da reproducção das cartas escriptas em Abrantes a 25 de setembro de 1507, em que o monarcha, dirigindo-se ao papa Julio II e ao Collegio dos Cardeaes, lhes conta a descoberta de Ceilão por D. Lourenço de Almeida. Fôram impressas no mesmo anno em Paris por Guilherme Eustaquio. Outra carta de D. Manuel, narrando ao papa Leão X a tomada de Azamor pelo duque de Bragança em 1513, não tem logar de impressão.

Epitaphio. Inscripção sobre um tumulo á memoria de um finado. No vol. do *Panorama*, de 1840, publicou Cunha Rivara uma collecção de epitaphios portuguezes, todos muito curiosos e interessantes.

Equimina. Rio do conc. do Dombe Grande, distr. de Benguella, prov. de Angola. Banha as terras do Dombe Grande, desaguando na enseada da Lapa. Reune-se ao Dongue-Amoseito a 125 k. da sua foz. || Cabo ou ponta na costa do conc. e distr. de Benguella, prov. de Angola, formando o limite sul da bahia de Equimina. || Bahia do conc. de Dombe Grande, distr. de Benguella, sendo limitada ao N pela praia ou bahia Nime ou Emineme, e ao S pela ponta da Equimina. Rasoavel ancoradouro. Para o interior tem plantações de algodão e canna saccharina. A meio da bahia corre o rio Santa Thereza, onde a navega-

ção póde fazer aguada e tomar lenha e mantimentos. Zebras, macacos e leões. || Pov. do conc. de Dombe Grande, distr. e com. de Benguella.

Equitação. Arte de montar a cavallo; conjunto de exercicios para bem cavalgar (V. *Cavallaria*, *estardiota*, *gineta*, etc.). || Bibliographia: *Equitação (Diccionario de)* por Jayme F. Cordeiro, Lisboa, 1886; *Equitação (Regras da) com quinze estampas* por José Godinho de Meudonça, Coimbra, 1879; *Equitação (Compendio de) e de hippologia pratica*, pelo conde de Fornos d'Algodres, com prefacio de J. V. de Paula Nogueira, Lisboa, 1898; *Equitação pratica*, por Alberto Ilharco, Lisboa, 1902; *Equitação militar (Apontamentos para um estudo sobre)* por Damasceno Rosado, Lisboa, 1904; etc.

Era. Successo notavel em que se funda um systema ou periodo chronologico. Série de annos decorridos após esse facto e a partir d'elle; epoca fixa. || Data. A *era de Cesar*, ou *hispanica*, foi recebida na Hespanha no anno 714 da edificação de Roma, em obsequio de Octaviano Augusto, que n'esse anno ficara segunda vez senhor d'ella, pela segunda divisão que se fez do imperio entre os triumviros, quatro annos depois da morte de Julio Cesar, e na Olimpiada 194. D'esta *era* se usou sempre em Portugal até ao anno de 1460 da mesma *era de Cesar*, em que D. João I promulgou uma lei datada de 22 do mez de agosto, para que d'esse anno em deante, em logar da *era de Cesar*, se computasse a *era christã*, ou de Christo. Tirando, pois, da referida era de 1460, trinta e oito annos, que tantos decorreram de 714 da edificação de Roma, em que ella começou, até 752 em que foi o nascimento de Jesus Christo, veiu a ser a referida mudança no anno de 1422 da era christã, a qual ficou continuando d'ahi em deante em todos os actos publicos. Deve-se observar que esta significação de *era* é allusiva. Deriva-se este termo do latim *æs*, que quer dizer dinheiro, ou tributo. Tendo o imperador Augusto posto em 714 um tributo aos habitantes das Hespanhas, o edito que elle publicou por este motivo, 38 annos antes do nascimento de Jesus Christo, fez tanta sensação no espirito dos povos hispanicos, que elles consideraram como a epoca mais notavel da sua historia, e começaram a contar desde então os annos. Para se reduzir a *era de Cesar* á *era de Christo* deve-se diminuir d'aquella 38 annos, porquanto é ella mais antiga do que esta. Nos diplomas antigos encontra se muitas vezes *era* sem mais designação, e nem sempre se deve tomar pela *era de Cesar*, porque algumas vezes se refere ao anno de Christo. A esta se chama tambem *era vulgar* e *da Encarnação*.

Era. Pov. na freg. de S. Simão, de Gouvela, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Erada. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Covilhã, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 886 hab. e 203 fog. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 13 k. da séde do conc. O prior de Paúl apresentava o cura, que tinha 30$000 réis e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Erario. Thesouro publico creado no tempo da administração pombalina. Com a creação do Real Erario, por carta de lei de 22 de dezembro de 1761, receberam as finanças do Estado uma administração e fiscalisação serias, centralisando-se a percepção de todas as receitas e o pagamento de todas as despezas. Por aquella lei fôram extinctos o emprego de contador-mór, os Contos do Reino e respectiva Casa, com os differentes officios, incumbencias e fórmas de arrecadação, que até então se praticavam. O novo Thesouro tinha entre outros empregados os seguintes: um inspector geral para presidir no logar d'El-Rei, como seu tenente e immediato á real pessoa; um thesoureiro-mór e respectivo escrivão, tendo estes as chaves do cofre; quatro contadores geraes para chefes de cada uma das repartições em que se dividia o Thesouro, etc. A's suas quatro repartições competia: 'Pela primeira fazer entrar no Thesouro todos os dinheiros que deviam pagar e entregar os corregedores, provedores, juizes, almoxarifes, thesoureiros, recebedores, e contratadores das rendas e direitos reaes da Côrte e provincia da Estremadura; pela segunda promover a entrega dos direitos e rendas das correições, provedorias, thesourarias, recebedorias, e contratos das provincias do reino e ilhas dos Açôres e Madeira; pela terceira arrecadar as entregas das rendas pertencentes ás provedorias, thesourarias, recebedorias e contratos da Africa, do Maranhão e das comarcas do territorio da relação da Bahia e governos que n'elle se comprehendiam; pela quarta entrariam todos os productos das provedorias, thesourarias, recebedorias e contratos do territorio e governos do Rio de Janeiro, da Africa Oriental e da Asia. Quanto ao methodo de escripturação foi adoptado o de partidas dobradas, preceituando a lei que, além dos livros Diario e Mestre de cada uma das quatro contadorias, houvesse um auxiliar para as differentes arrecadações, rendas, direitos, impostos, etc., os quaes se elevavam ao numero de cento e sete, com as designações constantes da relação annexa á referida lei. Para maior brevidade do expediente crearam-se tres thesoureiros geraes: um para a receita e despeza dos ordenados, outro para a receita e despeza dos juros, e outro para a receita e despeza das tenças. Cada um dos contadores entregava ao Inspector Geral dois balanços annuaes, o primeiro até 10 de janeiro e o segundo até 10 de julho. Tendo recebido estes balanços o inspector, que era o proprio ministro conde de Oeiras, convocava o thesoureiro-mór e o seu escrivão, para conferirem os saldos e assistirem á contagem dos valores, mandando depois lavrar um termo, que por sua mão devia apresentar a El-Rei. Por decreto de 16 de maio de 1832 foi extincto o Erario, que até á publicação da Carta Constitucional se denominara Erario Regio. O decreto de 14 de setembro de 1833, reconhecendo a necessidade de tornar effectiva a extincção do Erario, creou uma commissão de 5 membros, intitulada *Commissão de liquidação do extincto Erario*. O seu fim foi pôr em dia toda a escripturação e liquidar todos as contas até 31 de julho do 1833.

Eras. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal. || Quinta na freg. de Santa Maria e conc. de Trancoso, distr. da Guarda.

Ereira. Pov. e freg. do Espirito Santo, da prov. da Estremadura, conc. e com. do Cartaxo, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 1:856

hab. e 420 fog. Tem escolas para ambos os sexos e est. post. A pov. dista 6 k. da séde do conc. O commendador da ordem de Malta, senhor da freg., apresentava o cura, que tinha de renda 60$000 réis. A terra é fertil. Pertence á 9.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa. Corre proximo a ribeira de Almoster. || Povoações nas freguezias : Santa Suzana, de Maxial, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || S. Vicente, de Paio Mendes, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || N. S.ª da Annunciação, de Palhaes, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || S. Mamede, de Talhadas, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Conceição, de Verride, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Ereiras. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Redinha, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Ericeira *(D. Diogo de Menezes, 1.º conde da).* Mordomo e gentil-homem de Filippe IV, de Hespanha. N. em Lisboa em 1553, e fal. em Madrid em 1635. Era terceiro filho de D. Diogo de Menezes, segundo senhor do Louriçal, commendador de Mendo Marques e de S. Thiago de Cacem do conselho de D. João III, e de Violante de Castro, filha de Simão de Miranda, camareiro do cardeal infante D. Henrique. Era senhor da villa da Ericeira, por compra que fizera, juntamente com a quinta e morgado de Mafra, por 8:000 cruzados, com todas as suas rendas, direitos de peixe, etc. O senhorio da Ericeira pertencia a D. Antonio, prior do Crato; tendo, porém, Filippe II, assenhoreando-se de Portugal, sequestrado todos os seus bens, passaram estes para a Corôa, mas o rei castelhano deu a villa da Ericeira a Luiz Alvares de Azevedo, de juro e herdade. Por morte de Luiz Alvares, passou a villa, por herança, a uma sua filha, religiosa do convento de Odivellas, e esta a vendeu depois, com a quinta e morgado de Mafra, como dissémos, a D. Diogo de Menezes. Este fidalgo partiu com el-rei D. Sebastião para Africa em 1578, acompanhado de seus irmãos, D. Simão, D. Fernando, de quem descendem os condes da Ericeira, e D. Henrique. Estiveram na infausta batalha de Alcacer-Kibir, em 4 d'agosto d'aquelle anno. D. Simão e D. Henrique morreram gloriosamente pelejando, e D. Diogo e D. Fernando ficaram captivos, conseguindo o resgate á sua custa, não acceitando o dinheiro, que para esse effeito lhe levara Francisco da Costa por ordem d'el-rei. Um desgosto que teve com seu irmão D. Fernando, o obrigou a deixar a patria, e fixar a sua residencia na côrte de Madrid, onde mereceu particulares attenções de Filippe IV, de Hespanha, que o fez seu mordomo e gentil-homem de bocca, commendador de Cazevel na ordem de Christo, e deu-lhe o titulo de conde da Ericeira, por carta passada em Madrid a 1 de março de 1622. Esta mercê a acceitou para seu segundo sobrinho, D. Fernando de Menezes, neto de seu irmão D. Fernando, e filho de seu sobrinho D. Henrique, o qual, indo a Madrid, já o achou fallecido, deixando-lhe no seu testamento, que constou de mais de 700:000 cruzados em moveis preciosos, sómente o padroado da capella-mór do convento da Graça, de Lisboa, com 4 missas quotidianas e 4 officios. Era casado com D. Izabel de Castro, filha de Alvaro Pires de Andrade, commendador de Torres Vedras. Os futuros condes da Ericeira lavaram bem a nodoa de terem acceitado um titulo dado pelo usurpador castelhano, com os relevantes serviços que prestaram á sua patria nos reinados de D. João IV, D. Affonso VI e D. Pedro II. O 1.º conde da Ericeira, para que se fizessem mais patentes as façanhas que seu avô, D. Henrique de Menezes, praticára no governo da India, traduziu em castelhano, e dedicou ao conde duque de Olivares : *Los Cinco Libros de la 3 Decada de Juan de Barros, que contiene la vida de D. Henrique de Menezes;* Madrid, 1628.

Ericeira *(D. Fernando de Menezes 2.º conde da).* Commendador das commendas de S. Pedro de Elvas e de Santa Christina de Serzedello, na ordem de Christo, 6.º senhor do Louriçal, etc. N. em Lisboa a 27 de novembro de 1614, e fal. a 22 de junho de 1699. Era filho de D. Henrique de Menezes, 5.º senhor do Louriçal, e de D. Margarida de Lima, filha de João Gonçalves de Athaide, 4.º conde de Athouguia, e de D. Maria de Castro. Aprendeu os preceitos da lingua latina com fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo, e as disciplinas mathematicas com os padres jesuitas Ignacio Staford e Christovão Barro. Foi muito versado em geometria, geographia e architectura militar. Dedicando-se depois á carreira das armas, passou a Madrid, e obtendo licença do rei de Hespanha e Portugal para militar em Italia, partiu com Francisco de Mello, conde de Assumar e governador de Milão, e apenas chegou a esta cidade, relacionou-se com os alumnos da celebre palestra de Bellona e Minerva, Paulo Espinola, João de Caray Osorio, Carlos Colona e Lelio Brancacio. Assistiu ás batalhas de Alexandria de la Palha e Valença, praças situadas junto do rio Pó, como tambem a diversos combates contra os francezes, em que sempre se distinguiu, como um bravo guerreiro. Regressando á patria, depois da acclamação de D. João IV, retirou-se para o Louriçal; ali o mandaram chamar o conde de Athouguia e João Rodrigues de Sá, camareiro-mór, para reconhecer o duque de Bragança, D. João, como rei de Portugal e seu soberano. D. João IV, reconhecendo o seu elevado valor militar, o encarregou de fortificar os portos maritimos contra a invasão dos castelhanos, cuja missão promptamente executou, augmentando com maior numero de artilharia o castello de Outão de Setubal, e levantando alguns fortes em Aveiro, Buarcos, Peniche e outros logares maritimos. Nas batalhas de Montijo, Valverde e Barcarrota tornou-se distincto, e livrou a cidade de Evora do cêrco que lhe tinha posto o general castelhano marquez de Legañez. Sendo governador da praça de Peniche, impediu o desembarque da armada ingleza n'aquelle porto. Em 1656 foi nomeado governador e capitão general de Tanger, para onde partiu em 17 de fevereiro, sendo recebido n'aquella praça com multiplicadas descargas de artilharia pelo seu antecessor D. Rodrigo de Lencastre. N'este governo houve-se com a sua reconhecida bravura, fazendo destemida guerra aos moiros, durante mais de 5 annos, obrigando 25:000 homens a levantarem o cêrco d'aquella praça, deixando no campo grande quantidade de mortos. D. Fernando era o 2.º conde da Ericeira, por ter n'elle renunciado o titulo seu segundo tio, D. Diogo de Menezes (V. *o artigo anterior).* Foi conselheiro de guerra, gentil-homem da camara do infante D. Pedro, depois

D. Pedro II, deputado da Junta dos Tres Estados, vereador do Senado de Lisboa, regedor da Casa da Supplicação, e por fim conselheiro de Estado, rejeitando o governo do reino do Algarve e a vedoria da Fazenda, logares que lhe fôram offerecidos. Casou com D. Leonor Filippa de Noronha, dama da rainha D. Luiza de Gusmão, filha de Fernão de Saldanha, capitão-general da ilha da Madeira e commendador de S. Martinho de Santarem, e de D. Joanna de Noronha, sua mulher. Escreveu: *Vida e acções de el-rei D. João I, offerecida á memoria posthuma do Serenissimo Principe D. Theodosio*, Lisboa, 1677; *Historia de Tanger, que comprehende as noticias desde a sua primeira conquista até á sua ultima ruina*, Lisboa, 1732; saiu posthuma, por diligencia do editor Miguel Lopes Ferreira; *Novena da Encarnação e exercicios espirituaes para os devotos que a tomarem*, Lisboa, 1682, sem o nome do autor; *Historiarum Lusitanorum ab anno MDCXL ad MDCLVII*, Lisboa, 1737, 2 tomos; traz o seu retrato gravado a buril. Deixou outras obras de menos importancia, em prosa e em verso, e muitos volumes manuscriptos, que nunca se publicaram.

Ericeira *(D. Francisco Xavier de Menezes, 4.º conde da)*. Senhor da Ericeira e seu termo, e direitos reaes, com as quintas das jugadas da villa de Mafra; 2.º senhor de Ancião e do logar do Escampado; 8.º da casa do Louriçal e do morgado da Annunciada, padroeiro da capella-mór do convento da Graça, de Lisboa, e do priorado de Santa Maria de Aguiar, no arcebispado de Evora; commendador das commendas de Santa Christina de Serzedello, S. Pedro d'Elvas, S. Cypriano de Angueira, S. Martinho de Frazão, S. Paio de Fragoso, e S. Bartholomeu da Covilhã; deputado da Junta dos Tres Estados, conselheiro de guerra, sargento-mór de batalha, e mestre de campo general, etc. N. em Lisboa a 29 de janeiro de 1673; fal. a 21 de dezembro de 1743. Era filho do 3.º conde da Ericeira, D. Luiz de Menezes, e de sua mulher e sobrinha, a condessa D. Joanna Josepha de Menezes. Era muito applicado aos estudos, principalmente aos de mathematica. Nas academias ninguem lhe disputava a primazia, decorrendo a sua eloquencia em diversos problemas e discursos; era muito versado nas linguas franceza, italiana e hespanhola. Não houve congresso litterario instituido n'este reino ou no estrangeiro, que o não pretendesse para seu associado. Ainda não contava 20 annos de edade, quando a Academia dos Generosos, renovada em 1693, o elegeu para seu primeiro presidente. Na Academia Portugueza, instituida em 1717 no seu palacio, foi protector e secretario, e na Real Academia de Historia Portugueza, formada por D. João V em 1720, foi um dos 5 directores e censores. Nas conferencias eruditas, tambem chamadas dos *Sagrados Concilios*, que se fizeram em 1715 na casa do nuncio apostolico, monsenhor Firrao, (V. *Academia do Nuncio*) lhe tocou a parte critica dos Concilios Universaes, onde fôram admirados os seus profundos conhecimentos em historia sagrada, theologia e canones pontificios. A Academia da Arcadia de Roma, sem que elle o pretendesse, o nomeou seu socio, com o nome poetico de *Ormauro Paliseo*, assim como a Real Sociedade de Londres. Em todos os certamens litterarios mereceu ser arbitro das obras metricas, que n'elles se liam, distribuindo os premios com toda a justiça. A fama do seu nome se propagou por tal fórma por toda a Europa, que chegou a alcançar as mais distinctas attenções das primeiras pessoas do mundo catholico, e o proprio pontifice Innocencio XIII lhe gratificou por um breve expedido a 29 de abril de 1722 o *Panegyrico* que, á sua exaltação ao Pontificado, recitara na Academia em 5 de junho de 1721, e Luiz XV, de França, lhe mandou o *Catalogo* da sua livraria em 5 tomos e 21 volumes de estampas, que representavam tudo quanto de mais raro se admirava na côrte de Paris. A Academia da Russia lhe escreveu uma elegante e officiosa carta com a offerta de 12 tomos das obras dos seus eruditos membros. Os mais celebres philologos de Italia, Allemanha, Hollanda, França e Hespanha, pretendiam a sua correspondencia, enviando-lhe cartas Murati, Bianchimi, Crescimbeni, Dumont, etc., testemunhando-lhe assim o elevado conceito que lhes merecia a sua vastissima erudição. D. Francisco Xavier de Menezes serviu na guerra da Succession de Hespanha, acompanhando el-rei D. Pedro II, em 1704, quando este monarcha foi á campanha da Beira, sendo nomeado no anno seguinte, 1705, governador de Evora, com o posto de sargento-mór de batalha do exercito do Alemtejo, a que foi elevado em 1707, e com este posto esteve nas batalhas de 1708 e 1709, distinguindo-se em acções heroicas. No anno de 1735 foi nomeado mestre de campo general e conselheiro de guerra. Casou em 24 de outubro de 1688 com D. Joanna Magdalena do Noronha, filha de D. Luiz da Silveira, 2.º conde de Sarzêdas e conselheiro de Estado, e da condessa D. Marianna da Silva e Lencastre. A sua bibliographia é numerosissima; os titulos das suas obras, tanto impressas como manuscriptas, pódem ler-se na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. 2.º pag. 291 a 296. No *Diccionario bibliographico*, de Innocencio da Silva, vol. 3.º pag. 83 a 89, vem a relação só das impressas. A livraria das condes da Ericeira era importantissima, e fôra accrescentada pelo 4.º conde, D. Francisco Xavier de Menezes, consideravelmente com mais de 15:000 volumes escolhidos, que reunira aos que herdara de seus antepassados. Entre os livros contava-se a *Historia do Imperador Carlos V*, escripta por elle proprio, que era uma das obras que mais enriquecia a livraria, assim como o *Herbolario*, livro de todas as plantas e hervas, coloridas ao natural, que pertenceu a Mathias Corvino, rei da Hungria. Esta notavel livraria ficou reduzida a cinzas no incendio que se seguiu ao terremoto de 1 de novembro de 1755, que arrasou completamente o palacio da Annunciada. Nas suas ruinas edificou-se o velho theatro da Rua dos Condes, e existe actualmente o moderno theatro do mesmo nome. V. *Annunciada (Palacio da)*.

Ericeira *(D. Joanna Josepha de Menezes, 3.ª condessa da)*. Filha do 2.º conde da Ericeira, D. Fernando de Menezes, e de sua mulher, a condessa D. Leonor Filippa de Noronha, dama da rainha D. Luiza de Gusmão N. em Lisboa a 13 de setembro de 1651, e fal. no convento de Santa Clara, a 26 de agosto de 1709. Casou com seu tio D. Luiz de Menezes, 3.º conde da Ericeira, irmão de seu pae. Aprendeu os principios da lingua latina com o padre jesuita Antonio de Mello, e com seus paes as linguas italiana, franceza e

hespanhola. Aprendeu tambem rhetorica e arte poetica. Em attenção ao seu elevado talento, D. Catharina, rainha de Inglaterra, e filha de D. João IV, de Portugal, a nomeou camarista em 1695, cargo que exerceu durante 10 annos. D. Catharina, depois de envivar, regressou á sua patria e considerava tanto a sua camarista que, ao ficar regente do reino, por ausencia de D. Pedro II, confiava-lhe toda a direcção dos negocios do Estado. Escreveu : *Panegyrico ao governo da serenissima senhora Duqueza de Saboya Maria Joanna Baptista, recitado pelo abbade de sua Alteza Real na Academia de Turim*, etc., Lisboa, 1680 ; é traducção do italiano, e parece que foi para satisfazer o diplomata italiano Matheos Bossio, que estava muito empenhado na alliança da casa de Saboya com a de Portugal; *Reflexões sobre a misericordia de Deus em fórma de soliloquios, por uma peccadora arrependida; compostas em francez por Soror Luiza da Misericordia, Carmelita descalça, no seculo Luiza Francisca de la Beaume Leblane, Duqueza de Valiére, impressas em Paris e traduzidas em portuguez*, Lisboa, 1694; a traductora, além da dedicatoria e prologo, accrescentou diversas cousas ás referidas *Reflexões ;* esta obra tem sido mais d'uma vez reimpressa ; *Despertador del Alma al sueño de la vida, en voz de um advertido desengaño*, Lisboa, 1695; saiu com o nome de Apollinario de Almada, que era o de um criado da condessa. As obras da condessa D. Joanna, manuscriptas em prosa e verso, que eram numerosas e veem mencionadas na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. II, pag. 255, perderam-se todas no incendio do palacio d'Annunciada, em 1 de novembro de 1755.

Ericeira *(D. Luiz de Menezes, 3.º conde da)*. Commendador das commendas de S. Cypriano de Angueira, S. Martinho de Frazão e S. Bartholomeu da Covilhã, todas na ordem de Christo; general de artilharia, e vedor da Fazenda no reinado de D. Pedro II, cujo partido seguiu nas discordias e intrigas palacianas, que originaram a deposição de D. Affonso VI, etc. N. em Lisboa a 22 de julho de 1632, fal. a 26 de maio de 1690. Era filho de D. Henrique de Menezes, 5.º senhor do Louriçal, e de D. Margarida de Lima, filha dos 4.os condes d'Athouguia, João Gonçalves de Athaide e D. Maria de Castro. Em 1640, contando 8 annos de edade, entrou para o serviço do principe D. Theodosio, filho de D. João IV, de quem mereceu distinctas honras. Resolvera acompanhar em 1650 o vice-rei da India, D. João da Silva Tello e Menezes, conde de Aveiras, que ia partir para o Oriente, mas o conde de Soure, D. João da Costa, governador das armas do Alemtejo, o persuadiu a que mudasse de idéa, e fôsse militar na fronteira portugueza. D. Luiz de Menezes fez então toda a campanha da Restauração, desde 1650, distinguindo-se nas mais celebres batalhas, como fôram a de S. Miguel em 1658, das Linhas d'Elvas em 1659, do Ameixial em 1663, de Montes Claros em 1665, nas conquistas de Evora e Valença d'Alcantara, e em muitos outros combates. Em Ameixial concorreu muito para a victoria pelo acerto com que dirigiu o fogo da artilharia que commandava. Em 1673, depois de concluida a paz, foi nomeado governador das armas da provincia de Traz-os-Montes. No gabinete mostrou egual actividade como em campanha. Tendo sido nomeado deputado da Junta dos Tres Estados, foi em 1675 nomeado vedor da Fazenda. O seu governo assignalou-se por algumas reformas uteis, e a elle se póde dizer que deve a industria portugueza o primeiro impulso que recebeu. Introduziu o commercio das manufacturas, e a reformação da moeda, de cujos arbitrios se seguiram importantes conveniencias para o paiz. Tambem cuidou com muito zelo da nossa navegação para as Indias Orientaes. Chamavam-lhe o *Colbert* portuguez, o grande ministro de Luiz XIV. O conde da Ericeira tinha perfeito conhecimento das linguas franceza, hespanhola e italiana. Em recompensa de ter derrotado com artilharia o exercito castelhano na passagem do rio Degebe, recebeu entre outras mercês, o senhorio da villa de Aneião, onde se levantou por ordem do monarcha um padrão, em que se collocou uma inscripção latina. O conde da Ericeira soffria grandes ataques de melancolia, e n'um d'esses ataques precipitou-se d'uma janella do seu palacio para o lado do jardim, fallecendo quasi instantaneamente. Havia casado em 1 de maio de 1666, com sua sobrinha D. Joanna Josepha de Menezes, filha e herdeira de seu irmão, o 2.º conde da Ericeira, D. Fernando de Menezes, e de D. Leonor Filippa de Noronha, dama da rainha D. Luiza de Gusmão. Escreveu: *Compendio panegyrico da vida e acções do Excellentissimo Senhor Luiz Alvares de Tavora, conde de S. João, marquez de Tavora;* Lisboa, 1674, *Historia de Portugal restaurado, Parte I*, Lisboa, 1679; idem, 1710; *Parte II*, Lisboa, 1698. Esta historia descreve a guerra dos 27 annos, desde 1640 até 1668, em que se celebraram as pazes com Castella. Teve depois diversas impressões; *Parte I*, dividida em tomos I e II, Lisboa, 1751; *Parte II*, dividida em tomos III e IV, Lisboa, 1751; saiu terceira vez; Lisboa, 1759. Escreveu mais : *Exemplos de virtudes morales en la vida de Jorge Castrioto, llamado Scanderbeg, principe de los Epirotas y Albanezes*, etc., Lisboa, 1688; *Relação do felice successo que conseguiram as armas do Serenissimo principe D. Pedro, nosso senhor, governadas por Francisco de Tavora, governador e capitão general do reino de Angola, contra a rebellião de D. João, rei das Pedras e Dongo, no mez de dezembro de 1671;* saiu anonyma e sem anno de impressão; *Soneto em applauso do Panegyrico poetico que dedicou a el rei D. Pedro II o principe Seneschal de Ligne, Marquez de Arronches*, Lisboa, 1685. Deixou alguns manuscriptos, principalmente em lingua castelhana, entre os quaes se contavam duas comedias em verso.

Ericeira *(D. Luiz de Menezes 5.º conde da)*. Foi o 1.º marquez de Louriçal. V. *este titulo*.

Ericeira. Villa e freg. de S. Pedro, da prov. da Estremadura, conc. e com. de Mafra, distr. e patriarc. de Lisboa; 2:519 hab. e 377 fog. Está situada n'um pequeno golfo, na costa do Oceano Atlantico, a 9 k. de Mafra, sobre uma elevada rocha, cortada a prumo e minada na base pelas ondas, dominando o seu pequeno porto e uma extensão immensa do Oceano. O porto é formado por um reconcavo quasi circular, todo guarnecido de rochedos, que vão diminuindo em grandeza até deixar aberta uma estreita garganta, por onde entra o mar e as embarcações n'esta bahia pequenissima. A estreiteza d'esta barra, só accessivel para embarcações costeiras de pequeno lote, e a força com que ahi rebentam as vagas,

tornam difficil a entrada. Da povoação desce para o porto uma calçada, sustentada do lado do mar por uma grossa muralha. Sobranceiro a esta calçada, ha um forte, construido em 1700 no tempo do reinado de D. Pedro II. O porto é frequentado por muitos barcos de pesca e de cabotagem, que são os principaes ramos de industria em que se emprega a maioria dos habitantes da villa. E', portanto, abastecida de muita variedade de peixe, que exporta, fazendo importante commercio para o interior. Os pescadores da Ericeira são ousados e emprehendedores; não se limitam a pescar ao longo das costas da Estremadura, demandam tambem as costas de Marrocos, e até já fizeram varias expedições aos bancos da Terra Nova. O nome de *Ericeira* provém-lhe de muitos ouriços do mar que se encontram em toda aquella costa, aos quaes se dava antigamente o nome de *Oyriceira*, que o andar dos tempos mudou em *Ericeira*. Este facto deu causa a que se formasse o brazão d'armas da villa, pondo um ouriço no centro do escudo, em campo branco. Ericeira foi concelho, que se supprimiu por decreto de 24 de outubro de 1855. Não ha noticia certa ácerca da sua fundação, nem encerra vestigio algum de antiguidade. Teve foral, dado em 1129, por D. fr. Fernão Rodrigues Monteiro, grão-mestre da ordem de Aviz, que el-rei D. Diniz confirmou em 1295. D. Affonso IV deu-lhe outro foral em 1369, que D. Manuel reformou, em Lisboa, a 31 de agosto de 1513. Tem tambem uma sentença do seu foral, de 10 de novembro de 1536. D. Manuel deu a villa da Ericeira a seu filho, o infante D. Luiz, que a deixou a seu filho natural, D. Antonio, prior do Crato. Sendo D. Antonio vencido nas suas pretensões ao throno de Portugal, Filippe II, de Hespanha, apossando-se do reino lhe sequestrou todos os bens, voltando assim a villa para o poder da Corôa. O rei castelhano doou depois Ericeira, de juro e herdade, a Luiz Alvares de Azevedo, de quem foi herdeira uma sua filha, freira do convento d'Odivellas, que a vendeu a D. Diogo de Menezes, 1.º conde da Ericeira (V. *este titulo*). Do palacio d'estes fidalgos na villa da Ericeira, ainda restam vestigios, segundo dizem, e julga-se ter sido edificado pelo 3.º conde, D. Luiz de Menezes. Ericeira tem escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. — Lisboa — Figueira e Mafra; Misericordia e hospital, feira em 1 de maio, dia de S. Thiago; agencias dos bancos Commercial do Porto e Economia Portugueza, de Lisboa; das companhias de seguros, Bonança Equidade, Fidelidade, Probidade, Reformadora e Tagus; sociedades de recreio: *Recreativa*, *Club*, e *Philarmonica Ericeirense*; casas de pasto, hoteis, medico, pharmacias, delegação da alfandega, fabrica de moagens, etc. A villa está dividida em dois bairros, o do norte e o do sul, e a cada bairro corresponde uma praia sómente de banhos. A praia do sul é a mais frequentada, por ser ali o mar menos bravo, e tambem pelas distracções serem em maior numero. Desde esta praia até á do peixe, amontoam-se pittorescamente, n'uma extensão enorme, grandes penedos, constantemente batidos pelo mar, chamados as *Furnas*. Nos mezes de julho a outubro a villa anima-se com a chegada dos banhistas, que ali concorrem, tanto de Lisboa como d'outros pontos das visinhanças; erguem-se numerosas barracas nas duas praias. Durante a epoca balnear succedem-se as diversões; *soirées* no club, *pic-nics*, passeios ás Furnas, á Foz, á Pedra Furada, S. Julião e forte Melreu, vulgarmente conhecido por *Milrego*, excursões a Cintra e a Mafra, etc. A ermida de S.

Vista da Ericeira

Sebastião ergue-se n'um vasto campo ao norte da villa, no fundo d'um terreiro espaçoso por onde se segue a estrada de Torres Vedras. Esta ermida, dizem, que sómente abre uma vez por anno, no dia em que se realisa a festa d'aquelle santo. A Misericordia foi fundada em 1678 por Francisco Lopes Franco, e com os seus rendimentos provê ás despezas do hospital. A egreja de S. Pedro é muito antiga, mas foi redificada em 1740, concorrendo para as obras D. João V com uma avultada quantia. Ao sul da villa encontra-se um chafariz, chamado a *Fonte do Cabo*, que segundo uma inscripção, que n'elle se vê em letras gothicas, foi construido em 1457; este chafariz fornece abundancia d'agua para toda a povoação. Foi reconstruido em 1828. O antigo pelourinho da Ericeira está sendo restaurado por iniciativa do sr. dr. Burnay. E' um monumento historico, muito elegante e artistico, estando apenas mutilado na parte superior. Ha poucos annos foi encontrada casualmente no largo de Santa Martha, uma nascente d'agua mineral, que tem

dado resultados muito satisfatorios no tratamento de certas doenças. A villa da Ericeira é tambem muito farta em generos alimenticios e boa fructa. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa. || Bibliographia: *As cidades e villas*, etc., de Vilhena Barbosa, e outras obras de chrorographia historica. *A villa da Ericeira*, por Gabriel Pereira; Lisboa, 1903.

Erigo ou **Irigo**. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Cepellos, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Erivo. V. *Irivo*.

Ermal. Pov. da freg. de S. Thiago, de Guilhofrei, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Ermamar. V. *Armamar*.

Ermegil. Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Friestas, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Verdoejo, do mesmo conc. e districto.

Ermeiro. Pov. na freg. do Salvador, de Bravães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Ermello. Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. de Traz os-Montes, conc. de Mondim de Basto, com. e distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 1:071 hab. e 281 fog. Tem escolas para ambos os sexos e est. post., permutando malas com Mondim de Basto; feira no dia 20 de cada mez. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada nas faldas da serra do Marvão. Teve foral, dado por D. Sancho I em abril de 1196, depois de a ter povoado no anno antecedente. Este foral foi confirmado por D. Affonso II, em Santarem, em março de 1218. D. Manuel deu-lhe foral novo em Lisboa, a 3 de junho de 1514. Era couto até 1834, composto de 4 freguezias, tendo por donatarios os marquezes de Marialva, os quaes apresentavam o abbade, que tinha de rendimento 1:000$000 réis. A terra é fertil, tem muito gado e bom vinho. Ha aqui uma mina de estanho, que se tem explorado. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. Tendo sido por decreto de 26 de setembro de 1895 agrupada ao conc. de Celorico de Basto, e ao mesmo annexada por decreto de 26 de junho de 1896, que supprimiu o de Mondim de Basto, voltou a este, por ter sido restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. Ermello ou Hermello foi séde e denominação d'um concelho, que se supprimiu por decreto de 31 de dezembro de 1853. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 479 hab. e 136 fog. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e passa-lhe proximo o rio Lima. A egreja matriz e suas dependencias era um antigo convento de frades da ordem de S. Bento, que dizem ter sido fundado pela infanta D. Urraca, filha de Ordonho II, de Leão, pelos annos de 915. Este convento foi extincto em 1427, assim como outros, por um breve do papa Martinho V. Houve depois em 1515 outro convento de frades da mesma ordem benedictina. A egreja parochial foi templo de duas naves com portas ogivaes, construcção do começo da monarchia. Com o decorrer dos tempos soffreu diversas reparações, e por fim demoliu-se a nave do sul, que era mais estreita. Os parochos eram apresentados pelos religiosos do convento, e depois pela mitra de Braga. Esta freg. tem a especialidade do fabrico de distillação do medronho para aguardente, de que ha grande abundancia nos seus montes, e são administrados pela junta de parochia, que os arremata annualmente. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Serra do distr. de Braga, ramificação da do Marão. Mede 836 m. de altura e 10 k. de comprimento, correndo a NE da villa de Ermello.

Ermentão. Pov. na freg. de S. Cosme e conc. de Gondomar. distr. do Porto.

Ermezinde. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Asmes, conc. de Vallongo, dist. do Porto. Estação do caminho de ferro do Minho e Douro, entre os apeadeiros de Aguas Santas e Travagem. Ha n'esta pov. o convento da Formiga, onde se estabeleceu o lazareto em 1899, por occasião da epidemia da peste bubonica, que assaltou a cidade do Porto.

Ermida *(Antonio Ferreira da Silva Brito, 1.º barão da)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 13 de maio de 1869; commendador das ordens militares de Christo e de N. S.ª da Conceição; abastado proprietario, capitalista e negociante de grosso trato na praça commercial do Porto. N. n'esta cidade a 14 de agosto de 1809, onde tambem fal. em 1 de agosto de 1872. Casou com D. Clara Claudina Soares de Brito, filha de Joaquim José Soares, e de sua mulher, D. Maria Benta de Jesus. Tendo enviuvado, passou a segundas nupcias, com sua cunhada D. Rita de Cassia Soares de Brito. Era filho de Custodio Ferreira da Silva e de sua mulher, D. Maria Rosa de Brito. O titulo de barão foi concedido por decreto de 4, e carta de 17 de outubro de 1871. O seu brazão d'armas foi concedido por alvará de 26 de maio de 1869 e consta do seguinte: um escudo esquartelado, tendo no primeiro quartel as armas dos Britos, em campo vermelho nove lisonjas de prata em tres palas, cada uma carregada com um leão de purpura; no segundo quartel as armas dos Silvas, em campo de prata um leão de purpura armado de azul; no terceiro quartel as armas dos Pintos, em campo de prata cinco meias luas vermelhas em santor; e no quarto quartel as armas dos Ferreiras, em campo vermelho quatro faxas de ouro.

Ermida *(Antonio Ferreira da Silva Brito, 1.º visconde da)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 28 de maio de 1869; commendador das ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição, e das estrangeiras S. Gregorio Magno de Roma, de numero extraordinario da de Carlos III de Hespanha; adjunto do provedor do Asylo de Mendicidade do Porto; proprietario, capitalista e negociante de grosso trato da praça commercial da referida cidade. N. no Porto a 11 de março de 1841, fal. em 1901. Era filho de barão da Ermida, de egual nome, e de sua segunda mulher, D. Rita de Cassia Soares de Brito. Casou em 28 de novembro de 1877 com D. Lucrecia Julia Leite de Castro, filha de José Leite Pinto Saldanha de Castro, e de sua mulher, D. Maria dos Prazeres Castro Abreu e Figueiredo. O titulo de visconde foi concedido por decreto de 9, e carta de 24 de outubro de 1872.

Ermida. Pov. e freg. de S. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Castro Daire, distr. Vizeu, bisp. de Lamego; 632 hab. e

165 fog. A pov. dista 4 k. da séde do conc. Foi couto com juizo ordinario, camara, escrivães, etc. D. Manuel deu lhe foral, em Lisboa, a 8 de julho de 1514 A terra é fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Pov. e freg. de N. S. da Esperança, da prov. da Beira Baixa. conc. e com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 581 hab. e 88 fog. Tem correio. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Isua. Foi uma das freguezias do grão-priorado do Crato, e por isso está hoje annexa ao patriarchado. A terra é fertil, e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 15 com a séde em Thomar. || Pov. e freg. de Santa Comba, da prov., de Traz os-Montes, conc., com. e distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 501 hab. e 151 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e est. post. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada junto ao rio Corgo. A camara ecclesiastica de Braga apresentava o vigario, que tinha 90$000 réis. Houve aqui um convento de ermitães, em frente de Lobrigos, que em 1135 adoptou a regra benedictina. Era pobre, pois pouco mais tinha, além do terreno que o rodeava, e que D. Affonso Henriques lhe coutou e doou em 24 de abril de 1139. A terra é fertil e produz bom vinho. Pertence á 1.ª div. militar e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. || Pov. e freg. de S. Silvestre, na prov. do Minho, conc. e com. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 109 hab. e 25 fog. A pov. dista 15 k. da séde do conc. Foi do antigo conc. de Aboim da Nobrega, com. de Pico de Regalados. O abbade da freg. de S. Miguel, de Entre Ambos os Rios, apresentava o vigario, que tinha 30$000 réis e o pé d'altar. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Oliveira de Douro, conc. e com. de Sinfães, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego. O seu orago é S. Pedro. O papa e o conde-almirante de Portugal apresentavam o abbade, que tinha de rendimento 450$000 réis. O titulo de abbadia passou para a freguezia de Oliveira do Douro. A egreja da pov. da Ermida foi, em eras remotas, convento de religiosos benedictinos. A terra é fertil, e produz muito bom vinho verde || Pov. na freg. de S. Thiago, de Valladares, conc. de Baião, do distr. do Porto. Tem est. no caminho de ferro do Douro, entre o apeadeiro de Mirão e a est. de Porto do Rei. || Logar situado 3 k. ao sul da villa de Ilhavo, a cujo concelho pertence, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra. Foi villa e couto até 1834. D. Manuel deu-lhe foral em Lisboa a 8 de junho de 1514. Como concelho, que foi, teve juiz ordinario e seu escrivão; dois vereadores e um meirinho. Em 1834 ficou incorporado no concelho de Ilhavo. N'esta antiga e pittoresca povoação houve um prazo, cuja origem é secular e que tinha por cabeça uma grande quinta com a denominação de *Paço da Ermida*, que hoje é propriedade e residencia do sr. Alberto Ferreira Pinto Basto, tendo sido occupado em 17 de março de 1812 por seu avô, o benemerito cidadão José Ferreira Pinto Basto, fundador da Real fabrica de porcelana Vista Alegre. Aquelle prazo andava no senhorio dos Mouras Manoeis, familia muito illustre, descendente de D. Branca de Sousa, filha de Lopo Dias de Sousa, grão-mestre da ordem de Christo. Em 15 de janeiro de 1727, um neto do 1.º proprietario vendeu-o a Zeferino Rodrigues Candello, e uma neta vendeu-o a José Ferreira Pinto Basto. O antigo logar da Ermida tinha uma capella, que em 1904 foi demolida, por ter de lá passar uma estrada, que deve ligar a estrada destrictal n.º 72, no sitio da Agua Fria, com a estação dos caminhos de ferro das Quintãs passando successivamente pela Ermida e pelo Valle de Ilhavo. Foi tambem demolida uma fonte e n'este sitio se edificou uma nova capella, que se inaugurou a 2 de outubro de 1904, sob a invocação de N. S.ª do Rosario. Tambem em 1904 foi creada uma escola mixta, de ensino primario. Era natural d'este logar fr. Antonio do Presepe, da ordem de Santo Antonio, e seu sobrinho José Antonio d'Oliveira Vidal, pharmaceutico muito instruido, que exerceu em Ilhavo a sua profissão, com distincção. D'elle falaremos em logar competente. (V. *esses nomes*). A terra é muito fertil e fica proximo da ria de Aveiro. Tem abundancia de peixe. || Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira; Santo Antonio da Serra, conc. de Machico, distr. do Funchal. || Ilha de S. Jorge; Santa Catharina e conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo. || S. Isidoro, de Cavernães, conc. e distr. de Vizeu. || O Salvador, de Levães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Christina, de Couto, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Christina, de Figueiró, conc. de Amarante, do mesmo distr. || S. Felix, de Gondifellos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Mamede, de Infesta, conc. de Bouças, distr. do Porto. || S. Lourenço, d'Asmes, conc. de Vallongo, distr. do Porto. || Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, do mesmo distr. Tem est. post. || S. Thomé e conc. de Mira, distr. de Coimbra. || Ilha de S. Jorge; N. S.ª das Neves, de Norte Grande, conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo. || S. Martinho, de Rio Mau, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Sediellos. conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || Santa Maria e conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. Tem caixa post. || Santa Maria e conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Santo Antonio, de Villar da Veiga, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. || Santa Maria, de Pedrogão, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Ermida de Santo Antonio. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Vendas Novas, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Ermida de N. S.ª da Conceição. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Ferreira, distr. de Beja.

Ermida de N. S.ª Mãe dos Homens. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Alcorrego, conc. de Aviz, distr. de Portalegre.

Ermidas. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Alvalade, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Ribeira, de Bouçoães, conc. de Valle Passos, distr. de Villa Real. || S. Paio de Farinha Pôdre, conc. de Penacova, distr. de Coimbra,

Ermigeira. Pov. na freg. de Santa Suzana, do Maxial, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Ermigio. Povoações nas freguezias: S. Nicolau, de Mazarefes, conc. e distr. de Vianna do

Castello. || O Salvador, de Medrões, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

Ermilhe. Pov. na freg. de S. Martinho, de Mozellos, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Ermo. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Beire, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Thomé, de Estorãos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Fiães, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Vicente, de Passos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Pov. do conc de Pungo-Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Ermojães. Pov. na freg. de S. Martinho, de Anta, conc da Feira, distr. de Aveiro.

Erra. V *Villa Nova da Erra.*

Erra *(Ribeira da)*. Rio do distr. de Santarem, formado por dois ribeiros que nascem proximo de Montargil. Depois de passar pela villa de Erra lança-se no Sorraia, com 40 k. de curso.

Ervas Tenras. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Pinhel, distr. e bisp. da Guarda; 243 hab. e 53 fog. Tem caixa postal. A pov. dista 11 k. da séde do conc. O reitor de Sauto André, de Pinhel, apresentava o cura, que tinha 45$000 réis. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Ervedal *(João Pedro Maria Lobo de Castro Pimentel, 1.º visconde de)*. Fidalgo da Casa Real por successão seus maiores. N. a 4 de julho de 1847, e falleceu ha annos. Era filho de João Maria Lobo de Castro Pimentel, fidalgo da Casa Real, proprietario abastado e senhor de varios vinculos no Alemtejo, e de sua mulher D. Maria da Conceição Peixoto Coelho Harcourt de Sousa Padilha, filha de Francisco Peixoto Pinto Coelho Pereira da Silva. O visconde de Ervedal casou com D. Leonor Telles de Mello, filha de Pedro Telles de Mello, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher, D. Maria Carlota de Cabedo Vasconcellos Sardinha do Couto, neta dos 1.ºs barões do Zambujal. O titulo foi concedido por decreto de 19 de julho, e carta de 12 de agosto de 1870.

Ervedal. Villa e freg. de Santo André, da prov. do Douro, conc. e com. de Oliveira do Hospital, distr. e bisp. de Coimbra; 3:514 hab. e 889 fog. Tem escolas para ambos os sexos, est. post., permutando malas com Oliveira do Hospital, fabrica de polvora, feira a 30 de novembro. A villa dista 7 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Oliveira do Conde para Lagares. E' povoação muito antiga, pois já em 1193 era villa, sendo doada pela rainha D. Dulce, mulher de D. Sancho I, aos frades cruzios do convento de Ceia. D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, no principio do seculo XVI, parece que em 1514, mas não ha certeza. Ervedal foi couto e tinha justiça e camara proprias; foi séde d'um conc. supprimido por decreto de 24 de outubro de 1855. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. || Pov. e freg. de S. Barnabé, da prov. do Alemtejo, conc. de Aviz, com. de Fronteira, distr. de Portalegre, arceb. de Evora; 1:093 hab. e 198 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e caixa post. permutando malas com Aviz. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada proximo do pequeno rio do seu nome. Foi couto com juiz ordinario e camara. O seu foral é o de Aviz, dado por D. Manuel, em Santarem, em 1 de janeiro de 1512. Este foral comprehendia as seguintes terras: Benavilla, Ervedal, Galveias, Granja e Valle de Mós. A Mesa da Consciencia apresentava o prior, por ser a freg. commenda de Aviz, e tinha diversos generos e 20$000 réis em dinheiro. A terra é fertil e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Fiães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Lourciro, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago e conc. de Vagos, distr. de Aveiro. || S. Mamede, de Quiaios, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Quinta na freg de N. S.ª da Graça, de Castello Novo, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco. || Quinta na freg. de S. Matheus, de Unhaes-o-Velho, conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Ervedal da Beira *(Sebastião Carlos da Costa e Albuquerque, visconde de)*. Fidalgo da Casa Real, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, desembargador da Relação de Lisboa, deputado. etc. E' natural da freguezia da Oliveirinha, concelho de Taboa, sendo seus paes Antonio José da Costa Brandão e D. Thereza Augusta d'Albuquerque Pinto, representantes de nobres familias. Formou-se na faculdade de Direito depois d'um curso distincto, e entrou na carreira publica como funccionario administrativo, tendo em 1859 a nomeação de administrador do concelho de V. N. de Ourem, e em 1860 a de Thomar. Em 1862 foi despachado delegado do procurador regio para a comarca de Figueiró dos Vinhos, cargo que exerceu successivamente em Villa Franca de Xira, Braga e Ceia. Em 1874 foi nomeado juiz, indo para a comarca de Mirauda do Douro, passando em 1875 á de Santa Comba Dão, em 1877 á de Aldeia Gallega, e em 1878 á de Almada, completando n'esta ultima comarca o tempo de tirocinio preciso para a sua promoção a juiz de primeira classe, que se realisou em 1882. Esteve então na Guarda e depois em Lisboa, funccionando na 5.ª, 1.ª e 2.ª varas, até que em janeiro de 1894 foi promovido á 2.ª instancia e despachado para a Relação dos Açôres, tomando posse a 27 do referido mez de janeiro. A 24 de agosto de 1893 foi agraciado com o titulo de visconde de Ervedal da Beira em duas vidas. Em 1898 tinha o cargo de desembargador da Relação de Lisboa. O sr. visconde do Ervedal da Beira pertence ao partido regenerador, e foi deputado em diversas legislaturas, sendo eleito pelo circulo de Ceia. Nas camaras tem tomado parte em commissões importantes.

Ervededo. Villa e freg de S. Martinho, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 1:244 hab. e 364 fog. tem escola do sexo masc., na qual por despacho de 1 de agosto de 1903 foi creado um curso nocturno, e est. post., permutando malas com Chaves. A villa dista 9 k. da séde do conc. e está situada na raia da Hespanha. Era antigamente couto dos arcebispos de Braga, tendo juiz ordinario, camara, escrivães, etc. A mitra apresentava o reitor, que tinha 200$000 réis de rendimento. Ainda conserva as ruinas d'um antigo castello, que dizem ter sido edificado no reinado de D. Diniz, e parece que foi d'alguma importan-

cia, porque teve alcaide-mór. No seu ambito estão hoje construidas algumas casas de habitação. A terra é fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. Ervededo foi séde e denominação d'um conc., que se supprimiu por decreto de 31 de dezembro de 1853. Tambem se encontra com a designação de *Couto de Ervededo*. Foi aqui o primeiro logar em que se cultivaram em Portugal as amoreiras e se creou e manufacturou a seda. E' prova d'isto o foral que no anno de 1233 da era christã deu o arcebispo de Braga D. Silvestre Godinho, estando em Chaves, aos moradores do couto de Ervededo, pois n'elle ordenou que a folha das amoreiras se não vendesse para fóra do couto, designou as propriedades de que lhe deviam pagar fôro e ordenou que do sirgo, que se creasse, lhe pagariam a sua parte em casulos.

Ervedeira. Povoações nas freguezias: Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Coimbrão, conc. e distr. de Leiria || N. S. da Assumpção, de Enxara do Bispo, conc. de Mafra, distr. de Leiria S. João Baptista e conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. Leiria. || N. S.ª da Assumpção e conc. de Pedrogão Grande, do mesmo districto.

Ervedeiro Pov. na freg. de Santa Maria, de Outeiro, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Ervedinho. Pov. na freg. de S. Pedro, de Alhadas, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Ervedosa *(Antonio Pereira de Castro Sepulveda, visconde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 8 de março de 1807; do conselho de D. João VI; alcaide-mór do castello de Trancoso, administrador dos vinculos de Mirandella e Amendoeira, e outros na comarca de Bragança; proprietario do officio de juiz da alfandega de Bragança; gran-cruz da ordem de S. Bento de Aviz; commendador de S. Martinho de Soeira na ordem de Christo, commendador da de N. S.ª da Conceição e de numero extraordinario da de Carlos III, de Hespanha; condecorado com as medalhas militares de ouro por bons serviços, e de prata por comportamento exemplar, marechal de campo reformado, etc. N. em Bragança a 30 de março de 1790 e fal. em Bragança a 4 de março de 1875. Era filho de Manuel Jorge Gomes de Sepulveda, do conselho da rainha D. Maria I d'el rei D. João VI, fidalgo cavalleiro da Casa Real, tenente-general, (V. *Sepulveda, Manuel Jorge Gomes de)*, e de sua mulher, D. Joanna Corrêa de Sá Vellasques e Benevides. Assentando praça de cadete aos 6 annos de edade, foi despachado major em abril de 1805, e na revolução contra os francezes em 1808 acompanhou seu pae, prestando bons serviços. Succedeu na casa de seu pae a 28 de abril de 1814, e quando terminou a campanha peninsular, D. João VI, então principe regente, o agraciou com o titulo de visconde de Ervedosa, por decreto de 13, e carta de 19 de maio de 1815. Em 1820 tomou o commando do regimento n.º 24, e n'esta situação foi elevado a tenente coronel, coronel e brigadeiro, sendo-lhe este ultimo posto conferido em março de 1823. Em dezembro d'esse mesmo anno, em consequencia da mudança politica, foi annullada esta promoção. Sendo atrozmente perseguido pelo governo absolutista, teve a sua casa saqueada, foi preso, julgado em conselho de guerra, e condemnado á morte, de que conseguiu escapar. Havia casado em 23 de maio de 1804 com D. Maria Josepha Taveira de Figueiredo Teixeira de Barros, senhora do morgado de S. Jorge em Favaios, da casa e morgado d'Arufe e do de Tralhariz em Bragança, filha e herdeira de Bernardo José de Figueiredo Teixeira de Barros, senhor dos referidos morgados, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher, D. Caetana Josepha de Figueiredo Sarmento. A familia do visconde de Ervedosa foi uma das que muito soffreram no tempo do governo de D. Miguel. Seu irmão Bernardo Corrêa de Sepulveda, que fôra deputado nas côrtes de 1821, brigadeiro, governador das armas da Côrte e provincia da Estremadura no referido anno, cavalleiro da ordem de Aviz e commendador da de Torre e Espada, morreu em Paris, em 1833, para onde havia emigrado, fugindo ás perseguições dos miguelistas. Seus dois filhos, Manuel Jorge e Francisco Correia de Sepulveda, ambos alferes de infantaria, tambem fôram presos e encerrados nas cadeias de Extremoz, sendo barbaramente assassinados a 27 de julho de 1833, o primeiro com 26 annos e o segundo 25. O visconde de Ervedosa reformou-se em brigadeiro, por decreto de 5 de setembro de 1837, e posteriormente foi-lhe melhorada a reforma no posto de marechal de campo, em 31 de março de 1858. Seu outro filho, Bernardo Corrêa de Castro Sepulveda, nascido a 19 de julho de 1820, é o actual visconde de Ervedosa.

Ervedosa. Villa e freg. de S. Martinho, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com de Vinhaes, distr. e bisp. de Bragança; 583 hab. e 159 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A villa dista 15 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Tua. Foi couto com justiça e camara proprias. D. Diniz deu-lhe foral, em Santo Thirso, a 5 de julho de 1888, e D. Manuel, em Lisboa, a 22 de julho de 1514. A terra é fertil. Foi do concelho da Torre de Dona Chama, que se supprimiu em 1855, e desde então é do conc. de Vinhaes. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. do Espirito Santo, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Pinhel, distr. e bisp. da Guarda; 516 hab. e 150 fog. Tem caixa post. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada junto á ribeira de Massucime. Atravessa-a a estrada que vae de Pinhel para Marialva. A terra é fertil e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12. com a séde em Trancoso. || Pov. na freg. de S Pedro da Cova, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Ervedosa do Douro. Villa e freg. de S. Vicente, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 1:850 hab. e 408 fog. Tem caixa post., permutando malas com a R. A. D., e escolas para ambos os sexos. A villa dista 6. k. da séde do conc., e está situada entre o Douro e a ribeira Foste, seu affluente. Foi couto com justiça e camara proprias. A terra é fertil e pertence á 2.ª divisão mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Ervedoso. Pov. na freg. de S. Simão, de Arões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Ervelho. Pov. na freg. de Santa Maria, de Christello Covo, conc. de Valença, distr. de Vianno do Castello.

Ervideira *(José Perdigão de Carvalho, viscon-*

de e conde da). Proprietario, residente em Evora. Foi elevado ao titulo de conde por decreto de 31 de dezembro de 1903.

Ervideira. Povoações nas freguezias: S. Pedro Velho, conc. de Mirandella, distr. de Bragança. || S. Francisco de Assis e conc. de Ponte do Sôr, distr. de Portalegre: || Santa Maria, de Vallega, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. V. *Ervedeira.*

Ervideiras de Cima e do Meio. Duas povoações na freg. de S. Pedro, de Beberriqueira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Ervideiro. Pov. na freg. de S. Miguel, de Villar de Murteda, conc. e distr. de Vianna do Castello. Tem correio com serviço de posta rural.

Ervideiro da Matta. Pov. na freg. de S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Ervideiros. Pov. na freg. de S. Paio, da Carvalheira, conc. de Terras do Bouro, distr. de Braga.

Ervidel. Pov. e freg. de S. Julião, da prov. do Alemtejo, conc. de Aljustrel, com., distr. e bisp de Beja: 1:948 hab. e 563 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e est. post. permutando malas com a R. A. S. Ervidel fica na estrada de Alvalade, para Beja, correndo junto d'ella a ribeira do Roxo, distante 11 k. da séde do conc. A terra é fertil e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos.

Ervilhaca. Pov. na freg. do Salvador, de Grijó, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Ervilhaes. Pov. na freg. de S. Martinho, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Ervilhal. Povoações nas freguezias : S. Thiago, de Silvalde, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Adrião, de Sul, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Ervilhão. Logar na freg. de S Lourenço, de Souro Pires, conc. de Pinhel, distr. da Guarda. Fôram senhores d'esta povoação, juntamente com outros, o alcaide-mór de Trancoso, Vasco Paes Cardoso do Amaral, e sua mulher, D. Izabel Vasques de Castello Branco. A 2 k. ao sul d'este logar, fica situada a coutada do Ervilhão, que pertenceu ao infante D. Fernando, filho d'el-rei D. Manuel, e a sua mulher a infanta D. Guiomar Coutinho, herdeira dos condados de Marialva e de Loulé. Em janeiro de 1540 foi comprada pela quantia de quinhentos cruzados, com todos os privilegios de coutada real, e incorporada em vinculo, por Pedro Pinello, thesoureiro do infante D. Luiz e fidalgo da Casa Real, e sua mulher Maria de Gusmão. Por parte d'esta senhora passou aos seus descendentes e herdeiros, sendo actuaes possuidores da coutada as senhoras D. Anna de Mendonça, D. Maria Amalia e D. Maria Emilia Mendonça Falcão, residentes em Fréches. Em 1820 fôram abolidos os privilegios de coutada real que desfructava esta propriedade. N'ella existe uma antiquissima capella de S. Pedro Martyr, aonde outr'ora eram obrigadas a ir as Ladainhas de sete freguezias, o que mais tarde foi prohibido pelo bispo de Pinhel, por causa das muitas desordens que ali se davam. Em vista d'isto, mandou o então proprietario da coutada, Sebastião de Mendonça e Tavora, collocar na capella sete quadros representando as respectivas Ladainhas com seus disticos. No jornal *A Nação*, n.ºs de agosto de 1900, encontra se publicada a carta original da arrematação feita em 1540, copiada da certidão authentica, que d'ella passou Viterbo, o erudito autor do *Elucidario*, a pedido de Sebastião de Mendonça. Estava frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo no seu convento da Fraga, e aquelle proprietario, entregando-lhe o velho pergaminho original, pediu-lhe que o lêsse e lhe passasse uma copia authentica, visto os poderes especiaes que para isso tinha Santa Rosa de Viterbo, mercê de autorisação regia que mandava dar fé a todos os traslados por elle tirados. Da leitura d'esse documento se vê que a venda se effeituou para se pagarem dividas e legados que pertenciam ao descargo dos referidos infantes. Tendo estes fallecido, ficou por herdeira a condessa de Marialva e de Loulé, D. Brites de Menezes, por cuja morte ficou herdeiro o referido infante D. Luiz. A carta de arrematação da coutada começa pela procuração, que este ultimo infante passou para que se pudesse effeituar a venda. Depois d'esta realizada sobrevieram duvidas por parte dos deputados da Meza da Consciencia, á qual o infante D. Luiz, como testamenteiro, tinha commettido o despacho dos descarregos das almas dos infantes D. Fernando e D. Guiomar. Accordaram então a Meza da Consciencia e Pedro Pinello em que este houvesse a propriedade pela quantia de 560 cruzados, precedendo consentimento do testamenteiro. Termina a carta com o alvará regio approvando a venda «com todos os privilegios e liberdades que á dita coutada pertencem».

Ervilhas. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Viuha da Rainha, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Ervins. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Ovil, conc. de Baião, distr. do Porto.

Ervões. Pov. e freg. S. de João Baptista, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Valle Passos, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 1:324 hab. e 312 fog. Tem esc. do sexo fem. A pov. dista 7 k. da séde do conc., e fica-lhe proximo a serra de S. Julião. Esta povoação era commenda da ordem de Malta, pelo que tinha grandes privilegios. O commendador de Malta apresentava o reitor, que tinha 180$000 réis. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Ervosa. Pov. na freg. de S. Martinho, de Bougado, conc. de Santo Thirso. distr. do Porto.

Esamba. Nome de duas povoações do conc. de S. Salvador do Congo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Esbarra *(Joaquim José de Sant'Anna).* Escriptor brazileiro, que viveu no seculo XVIII, e permaneceu por algum tempo em Lisboa. Escreveu os seguintes opusculos em verso : *Pendencia que tiveram os deuses do Olympo na presença de Jove, em razão de querer cada um cantar o hymineu do ex.mo sr. Duque de Lafões*, etc., Lisboa, 1788; *Saudosa cantilena que repetiram os pastores Limbrano, Anodino e Lizardo na Arcadia brazileira*, etc., Lisboa, 1789; *Suspiros desentranhados pela dôr dos socios do theatro do Salitre, na morte do em.mo sr. D. José Thomaz de Menezes*, etc., Lisboa, 1790; *As saudades de Lisboa no coração brazileiro, ou suspiros magoados do pastor Lidoro na despedida que faz de Lysia famosa*, Lisboa, 1791; *A gloria dos brazileiros, e o triumpho immortal dos europeus, representados nos ill.mos e ex.mos governadores que são, e teem sido da America, Africa e Asia*, etc., Lisboa, 1789.

Escabralhada. Pov. na freg. de S. Pedro, de Aldeia da Ribeira, conc. de Sabugal, distr. da Guarda. Foi antiga freguezia, que, por ser muito pequena, se annexou ha bastantes annos á Aldeia da Ribeira, formando ambas uma só freguezia.

Escada. Pov. da freg. de S. Mamede, de Villarinho, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Escadabouça. Pov. na freg. de S. Paio, de Mozellos, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Escadas. Pov. na freg. de S André, de Lever, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Escadinha. Pov. na freg. de Santa Maria, de Silvares, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Escairo. Pov. na freg. de S. Thiago, de Carapeços, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Escalhadoura de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Pedro, de Jugueiros, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Escalhão. Villa e freg. de N. S.ª dos Anjos, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Figueira de Castello Rodrigo, distr. e bisp. da Guarda; 2:340 hab. e 697 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e est. telegr. post, permutando malas com a R. A. D. — Castello Rodrigo; hospedarias, medico, pharmacia. A villa dista 6 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie entre a margem esquerda do rio Agueda e a margem direita da ribeira de Aguiar. Foi conc. com justiça e camara proprias. D. João IV elevou esta povoação á categoria de villa, e deu-lhe foral em 1650. Tem um castello em ruinas, que foi construido por el-rei D. Diniz, em 1310. O papa e o bispo apresentavam alternativamente o reitor, que tinha 40$000 réis de rendimento. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. Teem aqui sido publicados os seguintes jornaes: *Commercio d'Escalhão (O)*, 7 de janeiro de 1894, e *Vigia (A)*, janeiro de 1904.

Escalles *(Bairro de)*. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Lordello, conc. e distr. de Villa Real.

Escallos de Baixo. Pov. e freg. de S. Silvestre, da prov. da Beira Baixa, conc., com. e distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 1:163 hab. e 281 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A Mesa da Consciencia apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis. A terra é fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. Na pov. ha um chafariz muito abundante d'agua, situado em local que pertenceu á Casa do Infantado, mas por uma tosca inscripção que tem vê-se que foi construido á custa do povo da freguezia.

Escallos de Cima. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Baixa, conc., com. e distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 868 hab. e 194 fog. Tem escolas d'ambos os sexos e caixa post. A pov. dista 13 k. da séde do conc. A Mesa da Consciencia apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis. Por esta pov. passa a estrada que conduz a Penamacor. Parece ter sido por aqui uma via militar romana, porque se encontraram nas proximidades da pov. dois marcos miliarios. A terra é fertil e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Escallos Cimeiros, Escallos Fundeiros e Escallos do Meio. Tres povoações na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Escamarão. Pov. na freg. de S. André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. Tem por orago N. S.ª da Natividade. Está situada sobre a margem esquerda do rio Douro, 40 k. a E do Porto, proximo do confluente do rio Paiva, e na extremidade occidental da Beira Alta. O terreno, apezar de ser bastante montanhoso, é muito fertil em cereaes, e legumes, e produz muito bom vinho verde. A pov. é muito antiga, pois já em 1132 era couto, que D. Affonso Henriques doou ao convento de religiosos benedictinos de S. João de Alpendurada. Esta freg. está annexa á de S. André, de Souzello, desde os ultimos annos do seculo XVIII ou principios do XIX. O Dom abbade do referido convento d'Alpendurada apresentava o reitor, que tinha 40$000 réis.

Escampado. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Jorge, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal. ‖ Pov. na freg. do Salvador, de Sabbadim, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Escampado de Belchior, Escampado de Santa Martha, e Escampado de S. Miguel. Tres povoações na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Escampados. Pov. na freg. do Salvador, de Ceivães, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Escampadouro. Arrabalde a O da cidade de Angra do Heroismo. Tem campos bem arborisados, vinhas e laranjaes.

Escanção. Nome que no principio da monarchia se dava aos copeiros-móres dos monarchas. O seu officio era dar de beber ao rei nas occasiões solemnes, em que comia em publico. No reinado de D. Affonso III ainda havia escanções, porque n'uma escriptura de doação, feita a mestre Vicente, deão de Lisboa, em Santarem, a 15 de agosto de 1222, se lhe dá o titulo de *escançom*. Parece que o primeiro escanção que houve em Portugal, feito por D. Affonso Henriques, foi Fernão Peres, cavalleiro muito nobre e respeitavel n'aquella epoca. Não se sabe quando se começou a dar o titulo de copeiro-mór ao escanção, mas o primeiro que se encontra assim designado, cujo nome se vê em documentos coevos, foi Fernão Gonçalves Cogominho, copeiro-mór de D. Affonso IV, segundo se lê na *Chronica* de Duarte Nunes de Leão. Alguns escriptores tambem mencionam Pero Esteves como copeiro-mór d'este monarcha.

Escandorão. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Escanxinas. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Almansil, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Escapães. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. da Feira, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 552 hab. e 112 fog. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 26 k. da séde do conc. e está situada em terreno accidentado, fertil em cereaes, legumes e vinho verde, muitos pinhaes e arvores silvestres. Cria muito gado bovino. A pov. é atravessada pela estrada real de Lisboa

para o norte. O ordinario, por concurso synodal, apresentava o abbade, que tinha 240$000 réis de rendimento. A pov. tem uma capella de N. S.ª das Necessidades, onde se faz uma romaria todos os annos. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Sepins, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Escaphandro. Apparelho impermeavel, que permitte aos mergulhadores trabalharem debaixo de agua. Segundo o sr. Sousa Viterbo, em Portugal já se empregavam apparelhos analogos aos escaphandros no reinado de D. João III. N'um documento de 1537 diz se que um homem poderia com um apparelho inventado por João Rodrigues, astrologo e cosmographo-real, estar no fundo das aguas o tempo preciso para fazer o que fôsse determinado.

Escarapão *(Charneca do)*. Na freg. de N. S.ª da Esperança, de Paderne, conc. de Albufeira, distr. de Faro.

Escaravelheira *(Casal da)*. Na freg. de S. Pedro da Cadeira, conc de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Escaravelhos. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Meiomães, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Escarcella. Bolsa que os antigos usavam presa á cintura; em geral, era de grandes dimensões, e que se caracterisa pelo seu fecho de metal. A escarcella esteve em moda até ao fim do seculo XVI; depois, como o uso das bolsas se tornou geral, fôram substituidas por umas bolsas em fórma d'alforge. || Parte da armadura desde a cinta até ao joelho. V. *Armadura*.

Escarei. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real.

Escarigo. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Figueira de Castello Rodrigo, distr. e bisp. da Guarda; 507 hab. e 126 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e est. post., permutando malas com Figueira de Castello Rodrigo. A pov. dista 13 k. da séde do conc. O ordinario, por concurso, apresentava o vigario, que tinha 200$000 réis. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. do Fundão, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 457 hab. e 126 fog Tem escola do sexo masc. e est. post A pov. dista 21 k. da séde do conc. Foi villa, categoria concedida por el rei D. Diniz, que lhe deu foral, na Covilhã, a 13 de setembro de 1296. Tinha camara e justiça proprias. A pov. é muito antiga, e foi por vezes destruida com as guerras do começo da monarchia. Como esta freguezia era commenda da ordem de Malta, o commendador da Covilhã apresentava o cura, que tinha 20$000 réis e o pé d'altar. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Pov. na freg. de S. João da Madeira, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Escariz. Pov. e freg. de S. André, da prov. do Douro, conc. e com. de Arouca, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 1.158 hab e 224 fog. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada em terreno accidentado, porém muito fertil em cereaes, legumes, hortaliças, vinho verde, etc. Cria muito gado e colmeias, produz boa manteiga, madeira, e de todos estes generos exporta. E' tambem abundante de lenhas, especialmente de pinheiros, e de boa agua, tendo bastante caça. Nasce aqui o rio Inha, que vae desaguar na margem esquerda do rio Douro, no sitio da Foz do Inha, 1 k. a baixo de Pé de Moira, e 23 ao E do Porto. E' ainda regada por alguns pequenos regatos que se juntam ao Inha. N'esta freg. ha vestigios de ter sido habitada pelos celtas; dos pontos elevados descobre-se uma vasta extensão do Oceano, que fica a 18 k. a O a cidade do Porto, muitas freguezias e serras. A egreja matriz é antiquissima, mas está bem conservada; as paredes são feitas de alvenaria, mas forradas exteriormente de pedras quadradas de cantaria. Tem uma *via sacra*, toda de boas cruzes de granito, que termina no logar que tem o nome de Calvario. Dizem que a matriz era a egreja d'um convento de freiras benedictinas, que existiu aqui no seculo XV, e quando o convento acabou, fôram as freiras para o da Ave Maria, do Porto, ficando desde então pertencendo-lhe os rendimentos do mosteiro supprimido. Na freg. existem tambem as capellas de S. Miguel, em Vér, e a de S. Pedro, em Nabaes. A abbadessa do mosteiro de S. Bento da Ave Maria, do Porto, apresentava o reitor, que tinha 80$000 réis, um soffrivel passal e boa residencia. Eram donatarias de Escariz as freiras d'este convento, que recebiam os dizimos. Escariz é uma freg. quasi exclusivamente composta de lavradores abastados. Foi uma das 8 freguezias que compunham o antigo conc. de Fermedo, supprimido por decreto de 24 de outubro de 1855. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto. || Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 393 hab. e 80 fog. A pov. dista 9 k. da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, por concurso synodal, que tinha 280$000 réis. A terra é muito fertil, tem muito gado e caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 401 hab. e 100 fog. Tem escolas d'ambos os sexos. A pov. dista 8 k. da séde do conc. Antigamente esta freg. e a anterior, formavam uma só, tornando-se depois independentes. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Adoufe, conc. e distr. de Villa Real. Tem correio com serviço de posta rural. || Santa Eulalia, de Balazar, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || S. Martinho, de Lagares, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. Pedro de Agostem, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Escarranhos. Pov. na freg. de S. Martinho dos Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Escatelar *(Herdade do)*. Na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Canha, conc. de Aldeia Gallega, distr. de Lisboa.

Escatelares. Pov. na freg. de S Thiago e conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Escavanca. Pov. na freg. de S. Pedro, de Jugueiros, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Escavedas. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Villarinho dos Freires, conc. de Peso da Regoa, distr de Villa Real.

Esclavagem. Antigo adereço que as mulhe-

res usavam ao pescoço; collar de perolas, ou diamantes; cordão ou fio de missanga, granadas, avelorios, etc.

Esclavina. Opa de escravo, ou captivo, resgatado e outros romeiros, que iam a S. Thiago, na Galliza. Era aberta por deante, com murça ornada de conchas e viciras.

Escobar. Familia castelhana que passou a Portugal em tempo de D. Affonso V, e á ilha da Madeira no reinado de D. Manuel. Tem por armas em campo de prata cinco escovas de azul, em santor, com correias vermelhas; timbre, um braço vestido de verde com uma escova na mão. Em Castella trazem em campo de ouro escovas de verde.

Escobar *(André de).* Charameleiro afamado, que viveu na segunda metade do seculo XVI. Foi tocador de caramelinha, que tocava com muita suavidade e destreza, como diz Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, vol. I, pag. 146. Esteve na India, sendo muito novo, onde causou enthusiasmo, por não se ter ainda ouvido ali aquelle instrumento, e deixou discipulos da sua sciencia musical. Regressando a Portugal, foi admittido na cathedral de Evora, com largo dispendio, pelo seu prelado, o cardeal D. Henrique, passando depois para a sé de Coimbra, a convite do bispo d'aquella diocese, D. Manuel de Menezes, que tambem generosamente o remunerou, exercendo o logar de charameleiro em 1579. Deixou manuscripta uma *Arte de musica para tanger o instrumento da Charamelinha.*

Escobar *(Fr. Antonio de)* Religioso da ordem dos carmelitas calçados. N. em Coimbra a 4 de janeiro de 1618, fal. em Lisboa em 1681, tendo perdido a vista alguns annos antes. Era filho de Manuel de Escobar e de Margarida Romboa de Anhaya. Recebeu o habito carmelitano no collegio de Coimbra a 24 de abril de 1637, e professou no anno seguinte. Foi prior dos conventos da Vidigueira e de Evora, confessor das religiosas do convento de Beja, custodio e definidor da provincia, de que tambem teve o encargo de chronista. Era prégador apreciado no seu tempo. Escreveu a maior parte da historia da sua ordem, mas esta obra perdeu-se quando os hespanhoes entraram em Evora no anno de 1663. Deixou publicado o seguinte: *Vida de Santo Angelo Martyr Carmelita*, Lisboa, 1671; *Crystaes d'alma, phrases do coração, rhetorica do sentimento, amantes desalinhos*, etc., Lisboa, 1673; Coimbra, 1677 e em 1721; saiu com o nome de Gerardo Escobar; *Doze novellas, primeira parte*, Lisboa, 1674; tambem sairam com o mesmo nome; *Sermão funebre prégado nas exequias que os irmãos escravos de N. S.ª da Encarnação fizeram ao seu instituidor o Irmão fr. Simão de Santa Maria, no convento do Carmo*, Lisboa, 1672; *A Phenix de Portugal*, etc., Coimbra, 1680. Escreveu em hespanhol: *El Heroe Portuguez*, etc., obra que foi traduzida em portuguez por Bernardo José de Lemos Castello Branco, com o titulo de: *O Heroe portuguez; vida, proezas, victorias, virtudes e morte do Ex.mo Sr. D. Nuno Alvares Pereira, condestavel de Portugal, tronco dos seus serenissimos reis, e de toda a grandeza da Europa, etc. escripto pelo Padre Fr. Antonio de Escobar*, Lisboa, 1744. Em manuscripto deixou: *Vida e Martyrio da V. P. Gonçalo da Silveira da Companhia de Jesus.*

Escobar *(Fr. Francisco de).* Monge da ordem de S. Bernardo, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, abbade do mosteiro de Aguiar em 1657, e prior de Odivellas. N. em Coimbra a 17 de fevereiro de 1617, e fal. na mesma cidade a 31 de julho de 1679. Era filho de Manuel Escobar e de Margarida Romboa de Anhaya: Entrou no convento de Santa Maria de Bouro, do arcebispado de Braga, a 20 de maio de 1635, onde professou a 7 de outubro de 1636. Escreveu: *Sermão funebre nas exequias do infante D. Duarte, celebradas no Real Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, etc. Lisboa, 1650; *Oração gratulatoria pela saude milagrosa, que Deus foi servido conceder a el-rei nosso senhor D. João IV, recitada na Sé de Coimbra*, Coimbra, 1653; outra edição em 1672.

Escobar *(Fr. João de).* Religioso da ordem da Trindade, compositor e poeta, que floresceu nos fins do seculo XVI e principios do XVII. Publicou em 1620 um livro de motetes, o qual figura no catalogo da livraria de D. João IV. O mesmo catalogo menciona muitos villaucicos, varios motetes separados, uma collecção de missas a 8 e a 12 vozes, e uma *Arte de musica theorica e pratica* Escreveu tambem *Auto do Fidalgo de Florença*, dedicado a el-rei D. Sebastião, o qual teve varias edições.

Escobar *(Padre Manuel de).* Jesuita, prégador muito considerado no seu tempo. N. em Celorico da Beira em 1587, fal. no collegio de Coimbra a 18 de novembro de 1652. Era filho de Manuel Escobar e de Izabel de Carvalho. Professou em 10 de janeiro de 1601, tendo 14 annos. Era muito versado na historia sagrada e profana. Escreveu: *Sermão que prégou na capella real de Lisboa em 21 de dezembro de 1637, dia do apostolo S. Thomé*, Coimbra, 1638. Alguns historiadores pretendem que fôsse o padre Manuel de Escobar o autor do livro *Restauração de Portugal prodigiosa, offerecida ao sr. rei D. João IV*, publicado com o nome supposto do dr. Gregorio d'Almeida, mas, segundo o testemunho do padre Antonio Vieira, seu contemporaneo, o livro foi escripto pelo jesuita João de Vasconcellos. Diz o notavel prégador na carta 22.º do tomo I das *Cartas:* «o padre João de Vasconcellos compoz o livro da *Restauração de Portugal*, que imprimiu com o nome do doutor Gregorio d'Almeida». Escreveu mais: *Relação dos jesuitas mortos desde 1568 até 1616 em Bragança, Cabo Verde, Guiné*, etc.; como se vê no Catalogo dos manuscriptos da Bibliotheca de Evora.

Escobar *(Pero de).* Piloto do *Berrio*, um dos quatro navios de que se compunha a expedição de Vasco da Gama, quando partiu para o descobrimento do caminho da India. Os navios eram: *S. Gabriel*, commandado por Vasco da Gama; *S. Raphael*, pelo seu irmão Paulo da Gama; *Berrio*, por Nicolau Coelho, e o *S. Miguel*, que era o navio dos mantimentos, commandado por Gonçalo Nunes.

Escobar Roubão *(Alvaro de).* Bacharel em Canones pela Universidade de Coimbra. N. em Coimbra a 5 de abril de 1615, fal. em 1670. Era filho de Manuel Escobar Roubão e de Margarida Romboa de Anhaya. Aprendeu n'um collegio de Coimbra letras humanas, rhetorica e lingua latina; depois na Universidade philosophia e canones, em que se formou. Foi prior da egreja d'Agueda, protonotario apostolico, e muito apre-

ciado prégador. Alguns dos seus sermões fôram publicados nos annos de 1667, 1670, 1671 e 1679.

Escobeira. Pov. na freg. de Sant'Anna da Serra, conc. de Ourique, distr. de Beja.

Escoivo. Pov. na freg. de Santa Maria, de Veade, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Escola. Estabelecimento publico ou particular onde se ensinam as sciencias, litteratura, artes, etc. *Escolas primarias*, para o ensino das primeiras letras ou rudimentos, isto é, leitura, escripta, contas, etc. *Escolas superiores*, em que se leccionam as sciencias, artes ou disciplinas. Em Lisboa, e na maior parte das terras das provincias ha escolas primarias, que vão mencionadas nas respectivas localidades, escolas agricolas, medicas, industriaes, militares, parochiaes, de musica, de pharmacia, particulares, municipaes, normaes e de Bellas Artes, etc. V. *Academia*.

Escola Academica. Foi fundado este estabelecimento de educação em 1 de outubro de 1847, n'uma casa proximo da praça da Figueira, por Antonio Florencio dos Santos, pae do actual proprietario e director, o sr. dr. Jayme Mauperrin Santos, medico e lente cathedratico do Instituto Industrial. A escola mudou pouco depois para a calçada do Sacramento, no predio que faz esquina para o Chiado, hoje rua Garrett, e para a rua do Carmo, d'onde se transferiu em 1854 ou 1855 para o largo de S. Roque, esquina da travessa da Queimada. A Escola Academica tomou grande desenvolvimento, devido aos esforços do seu director e proprietario, que conseguiu eleval-a á altura d'um instituto de instrucção de primeira ordem. Em 1863 fez a acquisição d'um vasto terreno na calçada do Duque, e ali se construiu um edificio proprio, com todas as condições hygienicas, todos os requisitos e commodidades indispensaveis para um estabelecimento de educação. Ali se installou a Escola Academica, onde a vêmos ainda hoje. A inauguração realisou-se com toda a solemnidade no dia 8 de janeiro de 1865, presidindo á sessão el-rei D. Luiz, seu pae, el-rei D. Fernando, e seu irmão, o infante D. Augusto, já hoje fallecidos, assistindo á cerimonia alguns ministros, altos funccionarios, representantes do professorado primario e superior, jornalistas, etc. A Escola Academica entrou então n'um novo periodo de engrandecimento e desenvolvimento, tornando-se um dos primeiros estabelecimentos de instrucção de Portugal. Desde o seu principio tem tido a satisfação de vêr muitos dos seus educandos elevarem-se ás mais altas posições sociaes; diplomatas, ministros, pares do reino, deputados, jornalistas, escriptores; cargos importantes ecclesiasticos, professores primarios e secundarios, lentes de escolas superiores, medicos, etc. O edificio apresenta tres grandes fachadas: uma voltada ao nascente, que é a principal, outra para o norte e outra para o sul, que dá sobre a calçada do Duque, onde se encontra o grande pateo em que se entra por um portão de ferro, sobre o qual se vê esculpido em marmore o emblema da Escola, collocado entre duas pyramides quadrangulares, tendo na tarja superior *Escola Academica*, na inferior a divisa da Escola, *L'etude fait l'avenir*, e na base a data da sua instituição *1.º de outubro de 1847*. N'um folheto publicado em 1890, com o titulo de *Escola Academica*, vem minuciosamente descripto o edificio e todas as suas installações, as differentes disciplinas que ali se leccionam, as horas de estudo e tudo o mais que diz respeito aos estudantes. As diversas aulas, a quinta, o gymnasio, as salas de jantar e de visitas, as cozinhas, os dormitorios, a enfermaria, isolada do resto do edificio, situada no 3.º andar, composta de duas salas, tendo cozinha especial, uma pequena botica e casa para banhos, ficando proximo o *Gabinete medico*, onde o medico da escola dá as consultas aos estudantes que adoecem. A capella foi benzida em 29 de dezembro de 1864 pelo deão da Sé Patriarchal, D. José Maria d'Almeida e Araujo Correia de Lacerda, que n'esse dia celebrou a primeira missa, sendo depois resada a primeira missa escolar no dia da inauguração, 8 de janeiro de 1865, pelo capellão da Escola, o conego Sebastião Paes de Miranda. Os recreios são em dois grandes terraços totalmente separados por um gradeamento. O gymnasio organisou-se em maio do referido anno de 1865, e reune todo o material preciso para os exercicios da gymnastica. Em 29 de maio de 1904 a Escola foi ampliada com mais uma installação, o pavilhão escolar, que n'esse dia se inaugurou, com a assistencia de suas altezas, principe real D. Luiz Filippe e infante D. Manuel. N'esta festa, que foi muito concorrida, houve tambem exercicios de esgrima pelos alumnos. No edificio da Escola está estabelecido o gabinete hydrotherapico, do sr. dr. Mauperrin Santos.

Escola-Asylo de S. Pedro em Alcantara. Esta humanitaria instituição foi fundada, como um monumento á memoria d'el-rei D. Pedro V, em 1862, para a instrucção das classes pobres da freguezia de S. Pedro em Alcantara. Fôram seus fundadores alguns cavalheiros caritativos e dedicados á instrucção popular, contando-se entre os mais influentes o conselheiro Martinho Tenreiro. Começou a funccionar esta escola-asylo no dia 29 de junho do citado anno de 1862, com 40 alumnos pobres e 3 contribuintes, n'uma casa situada na rua d'Alcantara, d'onde foi transferida a 7 de janeiro de 1863 para uma casa, no largo do Calvario, cedida pelo fallecido rei D. Luiz. Actualmente está estabelecido na calçada da Tapada, em edificio proprio, adquirido parte por compra, e outra parte por cedencia da Casa Real. Os estatutos fôram approvados em 30 de março de 1863. Tem tres classes de alumnos: a 1.ª recebe gratuitamente ensino, livros, material e uma refeição diaria nos dias de aula, e tratamento em suas doenças; a 2.ª só recebe o ensino e o tratamento nas doenças; a 3.ª recebe o ensino, pagando cada alumno mensalmente 500 réis. Os rendimentos provéem de subscripção mensal ou annual, donativos, legados, as mensalidades dos estudantes contribuintes, etc. Tem tido varios alumnos approvados em exames no lyceu, mas a maioria d'elles teem saido só com a instrucção elementar para se entregarem a differentes officios. No 1.º andar do edificio ha tres salas onde funccionam as aulas; no rez do chão, o refeitorio, a cozinha, sala de espera e vestiario, escriptorio e casas de arrecadação. A 20 de junho de 1902 realisou-se uma sessão solemne commemorativa do 40.º anniversario d'aquella benefica instituição, inaugurando se o retrato do conselheiro Martinho Tenreiro, como homenagem de gratidão á memoria de quem se deve principalmente a existencia

da Escola-Asylo. Foi uma festa commovente. Distribuiram-se premios pecuniarios, que fôram instituidos por José Maria da Fonseca, que legou á Escola uma inscripção de 500$000 réis nominaes, com a clausula dos juros serem applicados a dois premios, um de 6$000 e outro de 4$000 réis, com a designação de *Premio Fonseca*, a dois alumnos que mais se distinguissem pela sua applicação e aproveitamento: Os outros premios, que se distribuiram, consistiam em differentes peças de vestuario.

Escola do Exercito. Foi organisada pela lei de 12 de janeiro de 1837, vindo substituir a antiga Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho, creada pela lei de 2 de janeiro de 1790. Tinha por fim ministrar os conhecimentos precisos aos officiaes das differentes armas do exercito. O inspector da Escola do Exercito era o ministro da guerra, e o pessoal consistia n'um director, 6 lentes cathedraticos, 6 substitutos, 1 bibliothecario, que era um dos lentes substitutos, 1 official da bibliotheca, 1 secretario, 3 guardas, servindo um d'elles de thesoureiro, 1 porteiro, 1 guarda-portão, e algumas praças de veteranos para serventes. O referido decreto de 12 de janeiro de 1837 organisou o curso com 7 cadeiras, que deviam habilitar officiaes para todas as armas, e engenheiros civis. Dotava egualmente a escola com uma bibliotheca especial, que depois se tornou muito importante, contendo mais de 15:000 volumes, de todos os ramos das sciencias militares, mathematicas, sciencias physicas, moraes. etc. Estas obras fôram obtidas por offertas, compras, e acquisição das dos extinctos conventos; um gabinete de machinas e modelos, com referencias ás differentes materias que se professam na escola; uma collecção completa de instrumentos topographicos; uma collecção de amostras dos principaes materiaes de construcção; um laboratorio chimico, metallurgico e pyrotechnico, e um picadeiro para ensino da equitação aos alumnos da escola. O curso geral abrangia 4 cursos especiaes: o de estado maior, durando 2 annos; o de engenharia militar e de artilharia, 3 annos; de cavallaria e infantaria, 1 anno; o de engenheiros civis, 2 annos. Em 1840, em consequencia das circumstancias politicas, decretou o governo, em 15 de dezembro, que se *fechassem as Escolas Polytechnicas, e do Exercito, até ulterior resolução*, e que os militares que as frequentavam, bem como os estudantes da Universidade, se recolhessem immediatamente aos seus respectivos corpos. Em 1843 funccionava esta Escola juntamente com a Escola Polytechnica, no edificio do antigo Collegio dos Nobres, quando no dia 23 de abril se manifestou um grande incendio. A Escola do Exercito pouco perdeu, porque os lentes e os discipulos procuraram salvar os objectos scientificos dos gabinetes, mais susceptiveis de se quebrarem no meio da confusão. Em consequencia d'este desastre, a escola funccionou alguns dias em Rilhafolles, passando d'ali para um palacio no Pateo do Pimenta, ás Chagas, depois para o palacio do conde de Murça, na rua de Santo Antonio dos Capuchos, que mais tarde ficou pertencendo ao Asylo da Mendicidade, sendo afinal transferida, por decreto de 9 de dezembro de 1850, para o palacio real da Bemposta e suas dependencias, depois de se realisarem as obras, a que se procedeu, tendentes a apropria-lo ao serviço das aulas e repartições annexas. N'um dos artigos do decreto, com força de lei, de 20 de setembro de 1844, na parte relativa á Escola do Exercito, diz que «os cursos preparatorios para a admissão na Escola do Exercito poderão ser estudados na Academia Polytechnica do Porto; e na concessão das licenças aos militares que pretenderem estudar alguns d'estes cursos, serão egualmente consideradas a Escola Polytechnica de Lisboa e a Academia Polytechnica do Porto. Nos regulamentos do governo se adoptarão as medidas convenientes para se effeituar esta disposição.» O artigo 36.º do decreto de 12 de janeiro de 1837, creava a entidade de *alferes alumnos;* o decreto de 18 de setembro de 1846 creou uma *Companhia composta de aspirantes a officiaes*, com a denominação de *Aspirantes alumnos.* Em 1849, o governo aproveitando a opportunidade de haver regressado de França um lente da Escola do Exercito, que fôra ali frequentar o curso de pontes e calçadas, determinou sobre consulta do conselho escolar, pela portaria de 6 de outubro, a creação d'uma cadeira auxiliar da 5.ª cadeira do curso, para ensino do ramo de construcções relativo ás estradas e caminhos de ferro. Diversas portarias se seguiram ácerca de alterações e reformas dos estudos, da admissão de alumnos, das matriculas, da desistencia a seu arbitrio da frequencia sem previa participação ao respectivo director, portarias que vinham providenciar sobre certas inconveniencias que se notavam, até 1863, em que a Escola chegou a uma nova e importante phase, que foi a sua reorganisação decretada em 24 de dezembro d'esse anno. N'esse decreto consagrou-se o principio de ser a Escola do Exercito um estabelecimento destinado ao ensino theorico e pratico da sciencia e arte militar e de engenharia civil. No capitulo IV do referido decreto tratava-se com o maior desenvolvimento, do internato da escola, da admissão e habilitação dos alumnos da sua collocação no exercito; tendo antes especificado os cursos em que se dividia o ensino da escola, e os quadros das disciplinas que constituiam o ensino em cada um dos cursos; e bem assim o estabelecimento da escola e suas dependencias, e o pessoal da mesma escola para o ensino theorico e pratico. Eram 5 os cursos: 1.º, de infantaria e cavallaria; 2.º, de estado maior; 3.º, de artilharia; 4.º, de engenharia militar; 5.º, de engenharia civil. O governo estabeleceria na mesma escola cursos de habilitação para os logares de administração militar, e para conductores de trabalhos de obras publicas, ficando qualquer augmento de despeza dependente da approvação das Côrtes. O plano d'esta reorganisação está publicado no *Diario de Lisboa*, n.º 5, de 8 de janeiro de 1864. Em 26 de dezembro de 1868 decretou o governo, entre outras cousas, que a Escola do Exercito continuasse no mesmo estado, até que se puzesse em execução uma reforma que satisfizesse a todas as necessidades do ensino e que terminasse o internato estabelecido pelo decreto de 24 de dezembro de 1863, continuando a subsistir o *semi-internato* para os alumnos. Em 14 de abril de 1877, nomeou o governo uma commissão «para estudar e propôr o plano de organisação da Escola do Exercito em harmonia com os progressos sempre crescentes das sciencias militares, com a necessidade de dar ao ensino uma feição quanto possivel de applicação, de fazer que

a instrucção dos exercicios e das praticas militares seja efficaz, imprimindo nos diversos serviços da escola o caracter militar, tão proprio d'uma instituição d'esta natureza». A portaria do ministerio da guerra de 13 de dezembro de 1882 nomeou uma commissão para estudar os meios de modificar a organisação da Escola do Exercito, a fim de ficar sendo escola de habilitação, com semi-internato para as armas de engenharia e artilharia, corpo de estado maior, e para a engenharia civil, onde se professassem as disciplinas que deviam constituir os respectivos cursos. Na *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal*, por José Silvestre Ribeiro, nos tomos VII, XII, XVI e XVII, vem a nota de muitos decretos ácerca de reformas nos estudos, dos professores, alumnos, pessoal, e diversas organisações da Escola do Exercito. Um dos maiores melhoramentos ali introduzidos, tanto pelo que respeita á disciplina e commodidade dos alumnos, como ao aperfeiçoamento do ensino, foi o estabelecimento do internato que se realisou em 1901. Para esse effeito construiram-se primeiro na grande cerca ao norte do edificio no pavimento superior, ou andar nobre, uma sala vastissima, destinada ao refeitorio, cuja ornamentação geral é da ordem composita. No lado norte do refeitorio fica a sala do bilhar, e do lado sul a de leitura. As camaratas para o internato são bellas construcções com todas as condições exigidas pela hygiene moderna, onde os alumnos teem alojamentos e commodas installações para o estudo. O plano d'estas camaratas e annexos foi uma das ultimas obras do fallecido engenheiro Renato Baptista. Na cêrca da escola, que é extensa e partida em taboleiros ou socalcos accessorios, por causa das differenças do nivel do terreno, ha tambem o picadeiro, o gymnasio, a sala d'armas, o regulador balistico, a carreira do tiro, e costumam fazer-se trabalhos de fortificação passageira e de minas na sua extremidade norte, a qual vae entestar quasi com a cêrca do hospital Estephania. E' n'estes terrenos que se realisam os exercicios tacticos dos alumnos. Nos annexos da Escola do Exercito são tambem notaveis o gabinete photographico e as collecções dos exemplares mineralogicos, polvoras, armas, instrumentos topographicos e modelos de materiaes de construcção. Adjuntos ao edificio ha dois *lawn-tennis*. Bibliographia: *Apontamentos para a historia da Escola do Exercito,* por José Ricardo da Costa Silva Antunes, Lisboa, 1884, e os *Annuarios* publicados nos ultimos annos.

Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. El-rei D. João VI, por alvará de 25 de julho de 1825, estabeleceu um curso de cirurgia em escolas regulares, que deviam ser fundadas no hospital real de S. José, de Lisboa, e no hospital da Misericordia, do Porto. O decreto de 29 de dezembro de 1836 deu-lhe uma nova e radical organisação, denominando as escolas das duas primeiras cidades do paiz *Escolas Medico-Cirurgicas de Lisboa e Porto.* O quadro das escolas foi amplamente desenvolvido, a ponto de poder competir com o de algumas faculdades de medicina estrangeira. As disciplinas e cadeiras da nova organisação eram as seguintes : 1.º anno, 1.ª cadeira : Anatomia, chimica, frequentada em qualquer estabelecimento — 2.º anno, 2.ª cadeira : Physiologia e hygiene, zoologia, e botanica, frequentada em qualquer estabelecimento — 3.º anno, 3.ª cadeira: Historia natural dos medicamentos, materia medica, e pharmacia; 4.ª cadeira: Pathologia, e therapeutica externas, clinica cirurgica — 4.º anno, 5.ª cadeira : Apparelhos e operações cirurgicas, cirurgica forense ; 6.ª cadeira : Partos, molestias das mulheres de parto, e dos recemnascidos, clinica cirurgica — 5.º anno, 7.ª cadeira : Historia medica, pathologia geral, e terapeutica internas ; 8.ª cadeira: Clinica medica, hygiene publica, pathologia geral, e medicina legal ; 9.ª cadeira : Clinica cirurgica. As cadeiras 2.ª, 3.ª, 7.ª e 8.ª seriam reputadas *cadeiras medicas ;* as 1.ª, 4.ª, 5.ª, 6.ª e 9.ª *cadeiras cirurgicas*, e providas em candidatos que tivessem o curso completo de algumas das escolas de Lisboa ou do Porto. Cada uma das escolas teria um director (professor nomeado pelo governo), 9 lentes proprietarios, 4 substitutos, sendo 2 medicos e 2 cirurgiões ; 2 demonstradores (um medico e outro cirurgião); continuo, 1 guarda e 1 porteiro. O conselho escolar seria formado pela reunião de todos os professores proprietarios e substitutos, presidido pelo director, pertencendo lhe a inspecção scientifica e economica do estabelecimento, com subordinação ao Ministerio do Reino. As attribuições do conselho e do director, em tudo o que não era expresso no decreto, seriam reguladas pelo disposto nos estatutos da Universidade ácerca da congregação medica e do reitor. A Escola Medica de Lisboa ficou estabelecida no edificio do Hospital Real de S. José, e a do Porto no Hospital de Santo Antonio. O governo medico dos dois hospitaes pertencia a um conselho, composto d'um vogal nomeado por parte da corporação da Misericordia, que seria o presidente : de um vogal por parte do hospital, nomeado pela autoridade que representasse aquelle estabelecimento ; d'um medico e d'um cirurgião, estranhos ao corpo cathedratico, que no hospital tivessem serviço clinico, tirados á sorte annualmente ; e do director da escola. O decreto, exceptuando a primeira nomeação dos lentes, que seria feita pelo governo, estabelecia para o futuro a regra geral do *provimento por meio de concurso publico de 60 dias perante o conselho da escola.* A portaria de 16 de maio de 1838 mandou abonar as faltas commettidas pelos academicos da Escola Medica de Lisboa, em quanto estiveram empregados no serviço nacional, fazendo parte do batalhão academico da referida cidade. Em 9 d'outubro d'este anno mandou o governo entregar á escola a *parte do cartorio da extincta Physicatura-mór do reino que á escola pertencesse*, sendo a parte restante entregue ao conselho de saude. Em 1839, vendo o governo a difficuldade que havia em que a intendencia das obras publicas fornecesse os materiaes necessarios para a conclusão de certas obras da Escola Medica, autorisou esta, pela portaria de 31 de agosto, a empregar do seu cofre as quantias precisas para a compra dos indicados materiaes. As obras, de que se tratava, eram a conclusão das casas da livraria, da secretaria, das sessões do conselho, etc. O conselho da escola pretendeu dar impulso ao estudo da phrenologia, e para o conseguir tornava-se indispensavel colligir os elementos que pudessem servir de base ao desenvolvimento d'aquella sciencia. N'este sentido ordenou o governo, em portaria de 20 de maio de 1842, que lhe fôssem entre-

gues todos os cadaveres dos suppliciados acompanhados da copia das sentenças e dos documentos dos respectivos processos que pudessem elucidar sobre os factos mais notaveis da vida dos criminosos. Uma portaria de 9 de junho seguinte ordenava que se exceptuassem os cadaveres que fôssem reclamados pelos seus respectivos parentes. Em novembro ainda de 1842 foi concedida licença ao facultativo Magalhães Coutinho para fazer observações phrenologicas nos alienados d'ambos os sexos. Por decreto de 7 de novembro de 1846, em consequencia das circumstancias extraordinarias em que estava o paiz por causa da guerra civil, o governo mandou que as aulas da Escola Medica se fechassem até nova resolução superior. Foi muito notavel o concurso realisado no referido mez, para o logar de demonstrador de anatomia na mesma escola. Desde o dia 12 até 19 fizeram as suas provas os concorrentes, e com tal proficiencia e luzimento se houveram, que a escola ficou penalisada de só dispôr d'um logar, não podendo assim admittir todos os oppositores que se apresentaram ao concurso. O certamen scientifico foi muito honroso para aquelle importante instituto. Com referencia ao anno lectivo de 1849-1850, dizia o conselho da Escola Medica ao Conselho Superior, que o estado da escola, no tocante ao material, não era tão satisfatorio como fôra para desejar. O estado litterario podia considerar-se completo, com respeito ás necessidades ordinarias da pratica. A aula de clinica cirurgica esteve fechada desde 24 de dezembro de 1849 até 20 de junho de 1850. Esperava, porém, o Conselho Superior que as providencias tomadas pelo governo, e os concursos abertos para o provimento das substituições e demonstrações vagas, fizessem cessar aquella irregularidade. Parecia indispensavel o augmento da dotação da escola. Em 3 de outubro de 1851 noticiava o dr. Antonio Maria Barbosa, que se lembrara de *constituir no Hospital de S. José um gabinete de leitura*, com o fim de propagar a litteratura medica portugueza pelos facultativos da capital que frequentam aquelle estabelecimento. A sala de leitura, com as convenientes commodidades, estaria prompta a 20 do referido mez de outubro. Promettia-se a publicação da *Gazeta do Hospital de S. José*, como repositorio de medicina pratica portugueza. Em 10 de março de 1853 elaborou o deputado José Eduardo de Magalhães Coutinho um projecto de lei, tendente a reformar as escolas medico-cirurgicas d Lisboa e Porto, que apresentou á camara electiva na sessão do referido mez e anno. O pensamento d'este projecto revela-se nos seguintes ennunciados do relatorio que o precede: «Senhores; pela reforma de 1836, as escolas de cirurgia de Lisboa e Porto fôram elevadas á categoria de faculdades completas de sciencias medicas, pelos estudos que de novo se exigiram; porém, emulações, mal entendidas, de classe, vieram oppôr-se a que se concedessem aos alumnos das escolas medico-cirurgicas aquellas garantias que com tanta justiça lhes pertenciam. A recompensa ao trabalho, senhores, é um principio de direito que a sociedade moderna não ousa contestar. Os privilegios concedidos a uma classe em prejuizo de outra, que os merece do mesmo modo, é uma infracção flagrante ás idéas liberaes.» Ficavam as escolas medico-cirurgicas de Lisboa e Porto tendo a denominação de faculdades de cirurgia, e sendo consideradas como pertencentes ao quadro da Universidade. A Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa pronunciou-se pelo projecto de lei de Magalhães Coutinho, considerando e declarando, porém, que o projecto ficaria mais completo, se propuzesse que os alumnos da faculdade de medicina de Coimbra, e os das escolas medico-cirurgicas, fôssem considerados bachareis em cirurgia e medicina. Em 1855 o conselho da escola insistia na indispensavel reparação das partes determinadas do edificio em que a escola estava collocada. Fazia sentir a necessidade de melhoramentos nos estabelecimentos particulares da escola. Com os recursos ordinarios não era possivel accrescentar e dispôr a bibliotheca, de modo que pudessem ser convenientemente collocados os livros que já possuia, nem tão pouco estabelecer um bem disposto gabinete de instrumentos cirurgicos. Era da maior necessidade fazer a acquisição d'um gabinete anatomico, digno da escola. Pela carta de lei de 26 de maio de 1863 foi creada uma cadeira

Escola Medico-Cirurgica de Lisboa

de anatomia pathologica, e outra de medicina legal e hygiene publica; por carta de lei de 28 de junho de 1864 se creou um logar de *preparador e conservador do museu de anatomia da escola*. Actualmente a Escola Medica tem 15 cadeiras: 1.ª Anatomia descriptiva; 2.ª Physiologia; 3.ª Materia medica e therapeutica; 4.ª Pathologia externa; 5.ª Medicina operatoria; 6.ª Obstetricia; 7.ª Pathologia interna; 8.ª Clinica medica; 9.ª Clinica cirurgica; 10.ª Medicina legal; 11.ª Anatomia pathologica; 12.ª Pathologia geral; 13.ª Hygiene; 14.ª Histologia; 15.ª Anatomia topographica. A carta de lei de 25 de julho de 1903 creou tres logares de chefe de clinica-medica, clinica-cirurgica e clinica obstetrica. A Bibliotheca é hoje importantissima; tem adquirido por compra e por offertas muitas obras scientificas, tanto portuguezas como estrangeiras, differentes theses, etc. Hoje tem annexa a Escola de Pharmacia, creada pela carta de lei de 19 de julho de 1902. Na *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal*, por José Silvestre Ribeiro, tomos VII, XII, XVI e XVII, encontram-se muitas e curiosas noticias ácerca da Escola Medica de Lisboa. Hoje tem edificio proprio, construido na Praça dos Martyres da Patria, vulgo Campo de Sant'Anna. Foi começado por determinação do sr. conselheiro Antonio Candido, sendo ministro do reino; as obras por muito tempo estiveram paralysadas, até que afinal se concluiram, sendo a nova escola inaugurada em abril de 1906, por occasião do congresso de medicina que se realisou em Lisboa. A architectura externa do edificio é magestosa; a sala dos actos e a escadaria que ali conduz, o claustro, finalmente todos os seus compartimentos são adornados com trabalhos dos nossos melhores artistas. Em frente do edificio vê-se a estatua do dr. Sousa Martins. Bibliographia: *Catalogo das peças do museu de anatomia da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa*, coordenado por J. G. Teixeira Marques, demonstrador de anatomia na mesma escola, Lisboa, 1862; *Bosquejo historico da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa*, por Eduardo Augusto da Motta, lente da 2.ª cadeira da mesma escola, Lisboa, 1878.

Escola Medico-Cirurgica do Porto. Antes da fundação da *Academia Cirurgica do Porto*, em 1769, estudava-se medicina sómente nos hospitaes durante quatro annos, seguidos d'um unico exame ante o cirurgião-mór do reino. Pelo alvará de 25 de junho de 1825 crearam-se as reaes escolas de cirurgia de Lisboa e Porto, sob a superintendencia do cirurgião-mór, que era o seu director geral, presidindo á de Lisboa, e nomeando um delegado para presidir á do Porto. Estas escolas deviam funccionar no hospital de S. José, de Lisboa, e no da Misericordia, no Porto. Por decreto de 8 de outubro do mesmo anno, fôram nomeados os professores para a escola do Porto. A abertura das matriculas foi annunciada por um edital do provedor da Misericordia, e a primeira abertura solemne da escola, realisou-se a 25 de novembro do referido anno, começando as aulas a 2 de dezembro seguinte. Durante a guerra civil, de 1828 a 1833, soffreu muito a escola medica, e no cêrco do Porto o estado anormal da cidade, não permittia os estudos regulares, e só depois de terminada a campanha é que veiu o decreto de 29 de dezembro de 1836 ampliar e egualar o quadro das escolas de Lisboa e Porto, que n'esta reorganisação se ficaram denominando *Escolas Medico-Cirurgicas de Lisboa e Porto*. (V. *Escola Medica de Lisboa*). A ordem das disciplinas e as cadeiras da nova reorganisação eram eguaes ás da escola de Lisboa. A 6 de outubro de 1845 é que se effectuou a abertura solemne da escola com um numeroso auditorio. No anno lectivo de 1849-1850 queixava-se o conselho da escola da falta de espaço no edificio onde estava collocada, para estabelecer os gabinetes necessarios para o ensino pratico. No de 1853-1854, o referido conselho participava ao governo que a escola não podia exercer dignamente as suas funcções, emquanto não tivesse casas sufficientes para as aulas, exames, livrarias, conferencias, gabinetes para instrumentos e machinas, theatro anatomico, casa para operações, museu anatomico pathologico, laboratorio pharmaceutico, e enfermarias clinicas para numero sufficiente de exemplares especialmente destinados ao ensino de que a escola pudesse livremente dispôr sem ser subordinada a superior estranho. O mesmo conselho, inculcando o edificio do antigo convento da Graça para a collocação da escola e de outros estabelecimentos, pedia que o governo mandasse propôr no orçamento os meios pecuniarios precisos para accommodação e arranjos da escola. Em 1855 o conselho mostrava-se satisfeito em quanto á parte pratica do ensino, em razão de lhe estar aberto o Hospital Real de Santo Antonio. Tratava-se de aproveitar a porção de terreno que o governo concedera na cêrca do extincto convento dos carmelitas para a edificação d'uma casa apropriada aos estudos medicos. A construcção da nova casa veiu a começar em 1874 pelo cofre da escola, com os rendas accumuladas da cêrca de que já era proprietaria. Pela carta de lei de 14 de abril de 1875 foi autorisado o governo a contrair um emprestimo até á quantia de 30:000$000 réis, com juro não excedente a 6 por cento ao anno, e applicado exclusivamente á *construcção de um edificio para a Escola Medico-Cirurgica do Porto*, segundo o plano que obtivesse a approvação superior. O edificio concluiu-se finalmente, onde hoje se vê installada a escola. Na *Historia dos Estabelecimentos scientificos*, de José Silvestre Ribeiro, já citado no artigo antecedente, e nos mesmos tomos, vem muitas notas curiosas ácerca da Escola Medico-Cirurgica do Porto. As cadeiras que actualmente ali existem, são as seguintes: 1.ª Anatomia descriptiva; 2.ª Physiologia; 3.ª Materia medica; 4.ª Pathologia externa; 5.ª Operações; 6.ª Obstetricia; 7.ª Pathologia interna; 8.ª Clinica medica; 9.ª Clinica cirurgica; 10.ª Anatomia pathologica; 11.ª Medicina legal; 12.ª Pathologia geral; 13.ª Hygiene; 14.ª Histologia normal; 15.ª Anatomia topographica. Cadeiras auxiliares de Propedeutica medica e cirurgica. O Relatorio da Escola Medica, de 1861-1862, diz que o gabinete anatomico fôra enriquecido n'este anno lectivo com varias peças de anatomia normal, preparadas pelo respectivo lente e demonstrador, e algumas de anatomia pathologica provenientes de exemplares encontrados e aproveitados nas autopsias feitas em cadaveres dos doentes fallecidos nas clinicas, ou n'aquelles que se dissecaram nos trabalhos anatomicos. Que tinham sido encommendadas em França outras peças de

anatomia pathologica, e vinha a ser: os exemplares de molestias de pelle, modelados em cêra pelo dr. Vasseur ; vindo assim a escola a possuir, com as compradas nos annos anteriores, a collecção completa d'esta classe. O conselho considerava como importante a compra já feita, por isso que os lentes podiam superar com facilidade o grande inconveniente de se não encontrarem no vivo, e em poucos annos, todas as molestias de pelle necessarias para o estudo d'esta especialidade. Além da compra, em paizes estrangeiros, de varios objectos proprios para o estudo da anatomia e pathologia, comprou a escola para o Observatorio Meteorologico um iodometro, ou apparelho para a inhalação do iodo, pelo systema de Chartroule ; um laryngoscopio, do dr. Cusco; um microscopio, de Amíei. N'este referido anno de 1861-1862 levou-se a effeito o projectado observatorio da escola, que se construiu de novo n'um ponto mais elevado que o antigo, e em logar mais apropriado, no Hospital Real de Santo Antonio. Foi augmentado n'elle o material, no que era de maior necessidade, e segundo o que permittiam os poucos fundos de que podia dispôr a escola. Dizia ainda o relatorio que o observatorio podia remediar e servir assim, emquanto se não construisse o novo edificio para as observações mais necessarias, assim como para as prelecções de meteorologia applicada ás sciencias medico-cirurgicas, que é de costume fazerem-se n'esta escola pelo demonstrador da secção medica. Bibliographia : *Oração inaugural recitada na Escola Medico-Cirurgica do Porto na sessão solemne da abertura do anno lectivo de 1857 a 1858 em 5 de outubro de 1857, por Manuel Maria da Costa Leite, lente da 6.ª cadeira da mesma escola*, Porto, 1857 ; *Catalogo do gabinete de anatomia da Escola Medico-Cirurgica do Porto pelo professor de anatomia Luiz Pereira da Fonseca*, Porto, 1860 ; com um supplemento, contendo a designação das peças preparadas e adquiridas no anno lectivo de 1859-1860 ; *Segundo do supplemento ao catalogo do gabinete anatomico da Escola Medico-Cirurgica do Porto pelo lente da 1.ª cadeira Luiz Pereira da Fonseca*, Porto, anno de 1862.

Escola Naval. O decreto de 19 de maio de 1845 ordenou que se denominasse assim a antiga *Academia Real dos Guardas Marinhas* (V. *este nome*). O inspector d'esta escola era o ministro da marinha, e á sua conta estava a manutenção e o melhoramento d'ella. Na escola haveria os seguintes estabelecimentos : Observatorio Astronomico, bibliotheca, gabinete das cartas, instrumentos, modelos e machinas necessarias para o serviço das aulas, e para a perfeita intelligencia das materias de que ali se trata. O conselho da escola seria composto dos lentes proprietarios e substitutos, presidido pelo director, tendo a seu cargo a administração scientifica, economica e policial da escola. Pelo decreto de 18 de março de 1847 foi promulgado o *Plano de organisação da Escola Naval e companhia dos guardas-marinhas*. O pensamento que presidiu a este plano foi o de reunir na Escola Naval todos os estudos e exercicios que constituem o curso de instrucção dos alumnos que se destinam á carreira de officiaes da marinha de guerra, com o intento de promover a maior assiduidade no estudo, e a maior vigilancia sobre a educação moral e disciplina militar. O Observatorio Astronomico de Marinha foi reorganisado pelo decreto de 24 de outubro de 1859, destinado tambem, entre outras applicações, para servir de deposito das cartas, roteiros e instrumentos necessarios á navegação, pertencentes á armada. Quando mais tarde, pela carta de lei de 15 de abril de 1874, foi extincto este observatorio, passou o serviço de deposito de cartas para a Escola Naval, ficando annexo a este serviço o da regulação dos chronometros e da hora official. Pela carta de lei de 2 de junho de 1864, reorganisou-se a Escola Naval e companhia dos guardas-marinhas. A Escola Naval e a aula de construcção ficariam constituindo um só estabelecimento, denominado *Escola Naval*, tendo por inspector geral o ministro da marinha ; comprehenderia tres cursos o respectivo ensino : 1.º Curso para officiaes de marinha militar; 2.º Curso para engenheiros navaes; 3.º Cursos para pilotos dos navios de commercio. O observatorio de marinha prestaria os meios necessarios para se effeituarem os exercicios praticos de astronomia designados nos programmas e regulamentos da escola. A bibliotheca, o museu de marinha, os gabinetes de instrumentos e modelos de artilharia, de apparelho e de construcção, seriam estabelecimentos dependentes da escola. O curso de marinha militar duraria dois annos ; o de architectura e construcção naval tambem dois annos, e o de pilotos dos navios mercantes um anno. Na *Historia dos Estabelecimentos Scientificos*, de José Silvestre Ribeiro, vem a nota das disciplinas e cadeiras d'estes cursos, tomo XII, pag. 202. O decreto de 26 de dezembro de 1868 estabeleceu quatro cursos : 1.º de officiaes de marinha ; 2.º de engenheiros constructores navaes ; 3.º de pilotagem ; 4.º de engenheiros machinistas. Reuniu n'um só funccionario as funcções de official da bibliotheca e de conservador do museu naval ; e fez muitas mais alterações. Em 22 de julho de 1863 foi creado, como dependencia da Escola Naval, um museu de marinha, destinado a recolher e guardar os objectos que por sua valia, significação, antiguidade ou outras circumstancias, merecessem ser colligidos. Pela carta de lei de 25 de agosto de 1887 ficou o governo autorisado a reformar a Escola Naval e os estabelecimentos de ensino que lhe estão annexos. O decreto de 29 de novembro do mesmo anno approvou o plano de reforma de todos aquelles estabelecimentos. Nos termos d'este decreto, era a escola destinada a ministrar instrucção theorica e technica e educação militar aos individuos que se destinam a servir em alguma das classes que compõem a corporação dos officiaes da armada, com excepção da dos capellães. As escolas annexas eram as de pilotagem e as de officiaes da armada, com excepção dos capellães. As escolas annexas eram as de pilotagem e as de officiaes de officio e de mestrança do arsenal da marinha. As escolas de pilotagem teem por fim o proporcionar officialmente a instrucção necessaria aos individuos que se destinam a servir na marinha mercante como commandantes, pilotos ou mestres de navios, havendo uma escola de pilotagem em cada uma das sédes dos departamentos maritimos. A escola de officiaes de officio e de mestrança é destinada a ministrar instrucção theorica e technica ao pessoal operario do Arsenal da Marinha e suas dependencias. Os esta-

belecimentos auxiliares do ensino ou da navegação dependentes da Escola Naval são: 1.° Um observatorio astronomico de ensino a cujo cargo está tambem a organisação, guarda e conservação dos instrumentos, livros e cartas necessarias á navegação, a regulação dos chronometros e o serviço da hora official; 2.° Uma officina para a reparação dos instrumentos nauticos, bem como a dos instrumentos e apparelhos de precisão do observatorio e da escola; a officina é annexa e dependencia immediata do observatorio, 3.° Um museu constituido por collecções de modelos, instrumentos, apparelhos, estampas e desenhos adequados ás differentes especialidades do ensino; 4.° Uma bibliotheca; 5.° Um museu de antiguidades navaes. A bibliotheca é importantissima; compõe-se de milhares de volumes, contendo obras de sciencias e artes: Marinha, Arithmetica, Astronomia, Physica, Philosophia, Materia-medica, Cirurgia e Pharmacia, Bellas letras, Jurisprudencia, Encyclopedias e Diccionarios. Obras de Historia: Viagens, Geographia, Materias ecclesiasticas, Historia.

Escola Polytechnica. Sendo supprimido em 4 de janeiro de 1837 o Real Collegio dos Nobres, situado no sitio da Cotovia, hoje rua da Escola Polytechnica, foi creada esta escola pelo decreto de 11 do referido mez e anno, sendo destinada a habilitar os alumnos com os conhecimentos necessarios para seguirem os differentes cursos das escolas de applicação do exercito e da marinha, offerecendo ao mesmo tempo os meios de propagar a instrucção geral superior, e de adquirir a subsidiaria para outras profissões scientificas. A Escola Polytechnica ficou dependente do ministerio da guerra. O referido decreto, depois de determinar as cadeiras, as disciplinas e os cursos regulares, ordenava os seguintes estabelecimentos na escola: uma bibliotheca, um observatorio astronomico, um gabinete de physica, um laboratorio de chimica, um gabinete de historia natural, um jardim botanico, e quaesquer outros estabelecimentos que se julgassem precisos. A escola teria um director nomeado pelo governo, que fôsse official general, ou official superior de qualquer das armas scientificas do exercito; um conselho, composto de todos os lentes proprietarios e substitutos, presidido pelo director, tendo a seu cargo a administração scientifica da escola. Para o provimento das cadeiras adoptava o decreto o concurso publico pela fórma como a lei houvesse de determinar, sendo, porém, no primeiro os professores nomeados pelo governo. Por decreto de 12 de janeiro do mesmo anno de 1837, foi posto á disposição do ministerio da guerra o edificio do Real Collegio dos Nobres, com todas as suas pertenças, *para n'elle se estabelecer a Escola Polytechnica* e os demais estabelecimentos scientificos da dependencia do ministerio, que fôsse conveniente ali collocar. Os rendimentos do Collegio dos Nobres fôram applicados para a despeza da nova escola, administrados pela respectiva junta administrativa. O primeiro director foi o coronel de engenheiros José Feliciano da Silva Costa. Entre as disposições transitorias do citado decreto de 11 de janeiro, comprehendia-se a nomeação d'uma commissão encarregada de auxiliar o director nos primeiros e muito arduos trabalhos da effectiva organisação das escolas. Esta commissão foi nomeada em 12 de janeiro, e era composta do decano da Academia de Marinha, João Cordeiro Feio; de Fortunato José Barreiros, lente da Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho; do dr. Guilherme José Antonio Dias Pegado, lente do Real Collegio Militar; e do provedor da Casa da Moeda, Antonio Cabral de Sá Nogueira. O decreto de 16 de janeiro deu aos lentes militares da Escola Polytechnica uma consideração egual á dos lentes da Escola do Exercito, que funccionava no mesmo edificio. Por decreto de 28 de janeiro fôram nomeados varios individuos, que na mesma qualidade haviam pertencido á Academia de Marinha ou ao Collegio Militar. Em 1838, em virtude d'uma proposta do conselho da escola, foi creado o logar de preparador de zoologia. As aulas continuaram regularmente até ao dia 22 de abril de 1843, em que um pavoroso incendio destruiu completamente o edificio, deixando-lhe apenas as paredes. Por carta de lei de 28 de junho do mesmo anno, fôram legisladas as seguintes providencias: 1.ª E' auctorisado o governo a vender os bens que eram administrados pelo extincto Collegio dos Nobres e hoje administra a Escola Polytechnica, ou para contratar seus rendimentos, e com applicação d'estes o emprestimo da quantia que fôr necessaria, *applicando os fundos que resultarem de quaesquer d'estes contratos á reconstrucção do respectivo edificio, de maneira que n'elle se possam estabelecer a Escola Polytechnica e a Escola do Exercito;* 2.ª Os bens que não fôrem vendidos ou hypothecados na fórma do artigo antecedente, continuarão a ter a applicação determinada pelo decreto de 12 de janeiro de 1837; 3.ª A administração dos fundos levantados, a direcção e fiscalisação da obra de que trata o artigo 1.° d'esta lei, poderão ser encarregados ao conselho da Escola Polytechnica, que dará conta mensalmente ao governo de todas as transacções em que entrar, e do emprego que fôr fazendo dos fundos. A Escola do Exercito passou a funccionar em diversas localidades até que por fim se estabeleceu no paço real da Bemposta. (V. *Escola do Exercito*). Emquanto se não construiu o novo edificio, as aulas funccionaram, estando a maior parte d'ellas em apartamentos provisorios. A carta de lei de 1 de julho de 1857 autorisou o governo a contrair um emprestimo até á quantia de 100:000$000 réis, realisado em prestações ou séries, conforme se convencionasse, sendo exclusivamente applicado para as obras da reconstrucção do edificio. Em portaria de 7 de outubro do mesmo anno, o governo devolveu á junta administrativa da Escola Polytechnica a *planta geral da reconstrucção do edificio da mesma escola*, mandando executar sem alteração alguma as obras delineadas na dita planta, salvando sempre a proposta de alguma indispensavel modificação. A planta fôra elaborada pelo antigo director da escola, o general Silva Costa, de accordo com o professor de desenho D. Luiz Muriel, que dirigiu as obras por algum tempo, tomando depois conta d'ellas P. Pézarat, tambem professor de desenho da referida escola. Pela carta de lei de 10 de setembro de 1861 foi o governo autorisado a vender á Camara Municipal de Lisboa, pela sua legal avaliação de 4:840$600 réis, os oito predios constantes da relação que acompanhava a mesma lei, pertencentes á Escola Polytechnica. O preço da compra teria o destino e

applicação para o mesmo fim. Pela carta de lei de 11 de junho de 1863, o governo foi autorisado a contraír um emprestimo até á quantia de 90:000$000 réis, hypothecando para este fim annualmente as quantias em inscripções de 3 por cento da Junta do Credito Publico que fôssem necessarias para garantir as sommas que successivamente levantasse por conta d'este emprestimo. Esta carta de lei foi motivada por já estar esgotado o producto do emprestimo anterior, e faltar ainda muito para as obras se concluirem. Ainda se realisaram mais emprestimos, autorisados pelas cartas de lei de 19 de março de 1873, 11 de abril de 1876 e 5 de abril de 1877, applicados ao acabamento das obras do edificio, e em 16 de maio de 1878 para as do Observatorio Astronomico, do Jardim Botanico, e reparação de estragos causados por grandes temporaes. Por decreto de 18 de setembro de 1846 foi creada uma *companhia composta de aspirantes a officiaes*, com a denominação de *aspirantes alumnos*, tendo a obrigação de frequentar os estudos da Escola Polytechnica e do Exercito para os differentes cursos das armas a que pertencessem. O decreto de 21 de outubro seguinte mandou sobrestar na execução do decreto precedente. Em consequencia da guerra civil de 1846 fôram fechadas as Escolas Polytechnica e do Exercito, por decreto de 15 de outubro d'este anno, e a portaria de 19 de agosto de 1847 mandou proseguir os estudos, que recomeçaram no anno lectivo de 1847-1848. Em 31 de dezembro de 1852 foi creada na Escola Polytechica uma cadeira especial de montanistica e docimásia. Pela carta de lei de 22 de julho de 1853 foi creado um logar de lente substituto para a 6.ª cadeira. No periodo da regencia de el-rei D. Fernando na menoridade de seu filho D. Pedro V, 1854 e 1855, foi publicado o regulamento da Escola Polytechnica, que abrange disposições sobre methodos de ensino, fórma dos exames e exercicios escolares, frequencia, e diversos objectos de administração scientifica e policial d'aquelle estabelecimento. Pela carta de lei de 9 de março de 1858 passou para a Escola Polytechnica o Museu de Historia Natural, que por decreto de 27 de agosto de 1836 fôra transferido da Ajuda para a Academia Real das Sciencias. Pelo artigo 3.º da carta de lei de 7 de junho de 1859, regulamentado depois pelo decreto de 8 de setembro do mesmo anno, *passou a Escola Polytechnica a ficar sob a immediata direcção do ministerio do reino.* A carta de lei da mesma data autorisou o governo a crear uma cadeira de geometria descriptiva para o ensino d'esta sciencia na sua parte theorica e graphica, e outra de chimica organica, cada uma com um lente proprietario e outro substituto. O novo edificio do Observatorio Meteorologico e Magnetico do infante D. Luiz foi inaugurado solemnemente em 24 de outubro de 1863. Pela carta de lei de 16 de junho de 1881 foi o governo autorisado a contraír um emprestimo de 15:000$000 réis com o Banco de Portugal, hypothecando os bens e fundos da Escola Polytechnica, para a acquisição de machinas, instrumentos, apparelhos, collecções, livros e mobilia de que mais urgentemente carecessem os estabelecimentos da mesma escola. O Observatorio Astronomico foi fundado ha mais de 20 annos sob os auspicios de Marianno Cyrillo de Carvalho, professor da Escola, e é um dos mais bem montados estabelecimentos scientificos de Portugal, e mais em dia com todos os modernos progressos da sciencia. A descripção minuciosa vem no *Occidente*, de 1882, vol. v, pag. 73 e 74. A casa do telegrapho liga este observatorio com o da Tapada de Ajuda. Na aula de Astronomia ha um planetario construido no Arsenal do Exercito, sob a direcção do padre Theodoro d'Almeida, e offerecido a el-rei D. João VI; dois quartos de circulo provenientes do Observatorio do Collegio dos Nobres; um theodolito construido em Londres pelo artista portuguez Marques Loureiro, sob a direcção de Ramsden; um circulo repetidor que serviu nas primeiras observações geodesicas em Portugal. A bibliotheca do observatorio compunha-se no fim do anno de 1877 de quasi mil volumes de astronomia e de geodesia, comprehendendo livros modernos e livros classicos, alguns d'elles bastante raros. O observatorio, pelas suas condições e pelos instrumentos de que dispõe, além de proporcionar instrucção aos alumnos, deve servir: 1.º para observações dos corpos do systema solar; 2.º para séries regulares de photographias astronomicas; 3.º para estudos spectroscopicos; 4.º para dar a hora official, deixando o observatorio da Tapada livre d'esse encargo. O Jardim Botanico, transferido da Ajuda em 1877, desdobra-se ao norte do edificio da Escola, descendo pela encosta, em boa disposição de sol, que o banha quasi todo o dia. E' dividido naturalmente em duas partes por escadas com intervallos preenchidos por plantas graciosas. As plantas seguem, nos diversos sitios onde estão dispostas, uma ordem perfeitamente scientifica, com os seus competentes letreiros, indicando o nome scientifico e a familia a que pertencem. Tem uma estufa principal, porque ha outras mais pequenas, que foi construida em 1876. A importancia total d'esta estufa, segundo um contrato feito em Inglaterra com a Escola Polytechnica, foi de 18:000$000 réis. Ao centro, na parte superior do jardim, vê-se um grande lago esmaltado por varias e abundantes plantas aquaticas. Na *Historia dos Estabelecimentos scientificos de Portugal*, de José Silvestre Ribeiro, encontram-se muitas noticias curiosas âcêrca da Escola Polytechnica, nos tomos VII, XII, XVI e XVII. Indicação de alguns escriptos, de diversa natureza, relativos a esta escola: *Apontamentos relativos á instrucção publica* por João Ferreira Campos; *Regulamento da Escola Polytechnica, janeiro de 1854*, Lisboa, 1854; *Additamento ao regulamento da Escola Polytechnica e programma e regulamento para o curso de desenho da mesma escola approvado pela portaria do ministerio da guerra de 12 de novembro de 1857;* este programma foi alterado em parte pela introducção da nova cadeira de geometria descriptiva; *Programmas adoptados para os exames preparatorios da Escola Polytechnica, a que se refere o artigo 6.º da lei de 12 de agosto de 1854*; *Programmas das cadeiras da Escola Polytechnica, anno lectivo de 1860-1861* Lisboa, 1861; *Discursos proferidos pelos directores da escola, e designadamente os proferidos por occasião da distribuição de premios em 17 de novembro de 1857, e 22 de outubro de 1859; Discursos proferidos por el-rei D. Pedro V, em resposta aos directores da Escola; Regulamento das Escolas Polytechnica e do Exercito, de 2 de dezembro*

de 1857; Regulamento approvado por decreto de 22 de maio de 1862; Discursos proferidos pelos directores da escola, em actos solemnes da mesma escola; Discurso proferido por el-rei D. Luiz I na sessão solemne da escola em 24 de outubro de 1863; Da Escola Polytechnica e do Collegio dos Nobres, por Alexandre Herculano.

Escolas Industriaes. Fôram decretadas em 20 dezembro de 1864 para as terras do paiz que pela sua industria mais precisassem do ensino industrial; comtudo, só em 1884 é que o ministro das obras publicas, Antonio Augusto d'Aguiar, procurou dar execução áquelle decreto, estabelecendo uma escola industrial na Covilhã, e com esta mais quatro, sendo uma em Lisboa. uma no Porto, uma em Guimarães e outra nas Caldas da Rainha. Uma das que se tornou mais importantes, foi a de Lisboa, estabelecida em Alcantara, chamada *Marquez de Pombal*, o que determinou a construir-se um edificio proprio, devido á iniciativa do fallecido estadista Emygdio Navarro, sendo ministro das obras publicas. A inauguração realisou-se em 31 de outubro de 1888, com a assistencia de el-rei D. Luiz e do actual soberano Senhor D. Carlos, então principe real. O projecto do edificio foi elaborado pelo architecto Pedro Avila. Actualmente existem, além da do *Marquez de Pombal*, as seguintes: *Fernando Caldeira*, Aveiro; *Bartholomeu dos Martyres*, Braga; *Brotero*, Coimbra; *Campos Mello*, Covilhã; *Pedro Nunes*, Faro; *Bernardino Machado*, Figueira da Foz; *Francisco de Hollanda*, Guimarães; *Domingos Sequeira*, Leiria; *Affonso Domingues*, Xabregas; *Principe Real*, Lisboa; *Fradesso da Silveira*, Portalegre; *Infante D. Henrique*, Porto; *Antonio Augusto d'Aguiar*, Funchal. Escolas de desenho industrial: *Rainha D. Leonor*, Caldas da Rainha; *Rainha D. Maria Pia*, Peniche; *Faria Guimarães*, Porto; *Rainha D. Amelia*, Setubal; *Jacome Ratton*, Thomar; *Victorino Damasio*, que estava em Torres Novas e passou para Lagos ; *Medico Sousa*, Vianna do Alemtejo; *Nuno Alvares*, Vianna do Castello; *Passos Manuel*, V. N. de Gaia; *D. Luiz I*, Villa Real; *Emygdio Navarro*, Vizeu; *Velho Cabral*, Ponta Delgada; *Madeira Pinto*, Angra do Heroismo.

Escolas Primarias. São muitas em Portugal, de mais ou menos importancia, em que se contam as seguintes : *Escola das Necessidades;* situada n'um rez-do-chão muito vasto, na rampa das Necessidades, instituida por D. Pedro V, em 16 de outubro de 1856; *Escola Real da Mafra*, instituição do referido monarcha, que foi inaugurada solemnemente em 9 de dezembro de 1855. (V. *Mafra); Escola Real do Alfeite*, instituida por el-rei D. Luiz I, a qual foi inaugurada em 8 de abril de 1843, na quinta real do Alfeite; *Escolas do conde de Ferreira;* este benemerito titular, fallecido no Porto em 24 de março de 1866, deixou no seu testamento o legado de 144:000$000 réis para a construcção de 120 edificios escolares nas capitaes dos concelhos; estas escolas fôram um grande auxilio para o desenvolvimento da instrucção popular. A *Escola Casal Ribeiro*, fundada em 1860 pelo fallecido conde d'este titulo, no Beato Antonio (V. *este nome)*, etc.

Escolas Regimentaes. Em 10 de outubro de 1815 foi mandada estabelecer uma aula regimental em cada um dos corpos do exercito, de ler e escrever, para ensino das praças dos mesmos corpos e de seus filhos, dos habitantes da localidade onde estava aquartelado o regimento. Por esse tempo foi creada uma escola geral, destinada a dar uniformidade ao ensino e formar mestres para as escolas regimentaes, o qual começou a funccionar em 1817. Fôram supprimidas, tanto a escola geral como as regimentaes, pelos decretos de 17 de abril de 1823 e 7 de julho de 1824, allegando-se que não resultava d'ellas a utilidade que se esperava. Em janeiro de 1837 restabeleceram-se, determinando-se em 1853 que se seguisse no ensino o methodo repentino de leitura, e promulgando-se em janeiro de 1862 o regulamento para as mesmas escolas, desenvolvendo em maior escala o seu ensino, e estabelecendo exames e regras para a sua inspecção e fiscalisação. Estas escolas fôram reorganisadas pelo decretro de 22 de dezembro de 1879, creando-se em cada corpo uma escola regimental com duas classes : a 1.ª denominada de *cabos;* é a antiga escola regimental sensivelmente aperfeiçoada, addicionando-se ao ensino primitivo algumas noções sobre legislação e escripturação militar; a 2.ª é denominada de *sargentos*, e comprehende o ensino da grammatica portugueza, arithmetica, geometria, desenho, geographia, legislação e administração militar, hygiene, arte militar, fortificação passageira, topographia e historia militar; e para os alumnos da arma da cavallaria hippologia, hippiatrica, e siderotechnia, destinando-se a preparar e auxiliar a instrucção das praças que desejarem seguir os diversos postos da hierarchia militar. Pela ordem do exercito de 12 de julho de 1888 foi extincto nas escolas regimentaes de cavallaria o curso da classe de sargentos, passando desde então a ser organisada, junto á secção de cavallaria da escola pratica de infantaria e cavallaria em Mafra, uma escola para sargentos de cavallaria, tendo por fim ministrar ás praças d'esta arma a instrucção necessaria para poderem ascender ao posto de primeiro sargento. Tendo sido separada a escola pratica de infantaria e de cavallaria, por decreto de 17 de maio de 1890, passou a escola pratica de cavallaria a ter a sua séde provisoria em Villa Viçosa, e ali funcciona a escola de sargentos de cavallaria, em harmonia com o regulamento publicado na ordem do exercito n.º 18, de 1888, emquanto legislação official não regular definitivamente a organisação das escolas regimentaes. Por portaria de 29 de janeiro de 1880 foi nomeada uma commissão, composta de 7 membros, para elaborar e indicar os livros que deviam servir de texto nas duas classes das escolas regimentaes.

Escopeta. Termo geral que designava no fim do seculo XV e durante o seculo XVI quaesquer armas de fogo portateis, como as primitivas colubrinas de mão. || Certo grau inferior á classe dos freires nas ordens militares antigas.

Escorregadoura. Pov. na freg. de S. Martinho, de Campo, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Escoura. Povoações nas freguezias: S. Paulo, de Amor, conc. e distr. de Leiria. || Santa Cruz, de Juvim, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || N. S.ª do Rozario, de Marinha Grande, conc. e distr. de Leiria. || S. Mamede, de Matta Moirisca, conc. de Pombal, do mesmo districto.

Escoural. (V. *S. Thiago do Escoural)*. Povoações nas freguezias: N. S.ª do O', de Cadima, conc.

de Cantanhede, distr. de Coimbra. || S. Christovão, de Caranguejeira, conc. e distr. de Leiria. || S. Thiago, de Moita, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. João Baptista, de Tocha, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Escouras. Pov. na freg. de N. S.ª da Annunciação, de Torre Deita, conc. e distr. de Vizeu.

Escoureda. Pov. na freg. de S. Pedro, de Cerva, conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real.

Escouredo. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Chaviães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Escourido. Pov. na freg. de S. Pedro, de Villar de Ferreiros, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real.

Escoval. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Canhas, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Escovar. V. *Escobar.*

Escravatura. Assim se designava o trafico da compra e venda de escravos. Pelos seus descobrimentos foi Portugal forçado a este trafico desde o seculo XV. Era então a escravatura adoptada em toda a Europa, e esse commercio perfeitamente regular. Ainda que repugnasse aos portuguezes o fazel-o, não podia deixar de effeituar-se, em obediencia ás circumstancias e ás imposições da epoca. Parece datar do seguinte facto este commercio, que nos fins do seculo XVIII começou a indignar os philantropos: Antão Gonçalves, que o infante D. Henrique enviara em 1441 para além do cabo Bojador, trouxe da Guiné doze captivos, entre os quaes um chefe, a quem as antigas chronicas designam com o nome de *Andahu*. Ao logar onde se fez esse aprisionamento, e em que houve um combate, se ficou chamando Porto do Cavalleiro, porque ali foi Antão Gonçalves armado cavalleiro por Nuno Tristão que, embora partido de Sagres depois d'aquelle, se lhe reunira pelo caminho com o seu navio e proseguira depois a viagem, voltando a Portugal só quando logrou dobrar o cabo Branco. Voltando a Portugal com seus captivos Antão Gonçalves, aqui fez comprehender *Andahu*, o chefe preto, que ardentemente desejava voltar á sua patria, promettendo ouro em troca da sua libertação. Levaram-n'o, pois, em nova viagem, Affonso Gonçalves e um allemão chamado Balthazar, o primeiro estrangeiro que em taes excursões tomou parte, e, deixando-o em Africa no mesmo sitio em que havia sido aprisionado, esperaram que cumprisse a sua promessa. De facto, passados alguns dias appareceu um moiro montado n'um camello branco, e entregou aos portuguezes dez pretos e pretas, em troca de *Andahu*, certa porção de ouro em pó e alguns ovos de ema, que os chronistas dizem terem chegado ainda frescos á mesa de D. Henrique. Foi um criado do infante, que Azurara diz chamar-se Martim Fernandes, o iniciador d'este commercio. Aquelle sitio passou a chamar-se o Rio do Ouro. Em seguida ao descobrimento do Brazil a escravatura attingiu enormes proporções, porque de facto o negro adaptava-se melhor ao trabalho resistindo ás durezas d'essas regiões ardentes. Sem a escravatura a colonisação seria impossivel. Quando na Inglaterra se levantou o protesto contra o trafico do preto e se celebraram tratados para tornar effectiva a sua abolição, foi Portugal uma das primeiras nações coloniaes que adheriram ao movimento civilisador. D'esta medida resultaram, sem duvida, grandes prejuizos para as colonias portuguezas na Africa, mas a extincção da escravatura decretou-se em 1856, sendo justo relembrar o nome do marquez de Sá da Bandeira, pelo muito que fez em favor da abolição.

Escravelhas. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Meiomães, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Escravo. Em virtude do alvará de 19 de setembro de 1761, cujas disposições fôram suscitadas pelo de 10 de março de 1800, ficaram libertos e forros, logo que chegassem a territorio portuguez, os escravos conduzidos da America, Asia ou Africa. Desde então, em Portugal, deixou de haver escravos, propriamente. Até então as *Ordenações* tinham disposições interessantes ácerca dos escravos. Assim, escravo que fizesse damno a alguem, ou se dava por elle, ou o senhor pagava o damno, conforme melhor quizesse. Escravo que attentasse contra seu senhor tinha pena de morte. Escravo que furtasse cousa do valor inferior a quatrocentos réis era açoutado publicamente com baraço e pregão. Escravo fugido, que não dissésse quem era o dono, davam-se-lhe quarenta açoutes de tormento. Quanto á compra e venda preceituavam ainda as *Ordenações:* Escravo que nos mares de Guiné tiver sido tomado, como não deve, será havido por livre. Escravo de Guiné não póde ser engeitado ao que de lá o trouxer, ou ao mercador, senão dentro de um mez. Escravo se póde engeitar por doença, ou pedir-se o que menos vale por essa causa; e se fallecer em poder do comprador, da doença que tinha em poder do vendedor, poderá pedir-se a torna do preço dado por elle. Escravo de Guiné o fará baptisar o seu senhor do dia, que a seu poder vier até seis mezes, sob pena de o perder para quem o demandar. Escravo tambem se póde engeitar não sabendo a arte com que o venderam. V. *Escravatura.*

Escrivanis *(Augusto Carlos de Sousa).* Governador da praça de Cascaes, major de infantaria, reformado. N. em Leiria a 12 de abril de 1842. E' filho de José de Sousa Escrivanis, capitão do exercito, e neto de João Baptista Escrivanis, capitão de mar e guerra, descendente de familia italiana. Assentou praça em 5 de março de 1858, sendo promovido a alferes em 31 de outubro de 1884, a tenente em 4 de abril de 1891. No posto de 1.º sargento de infantaria n.º 7, serviu de quartel mestre no Real Asylo de Runa, logar que occupava em 1882. Foi reformado no posto de major em 10 de maio de 1899, e n'esse mesmo anno nomeado governador da praça de Cascaes, pelo fallecimento do major D. Miguel Xavier da Silva Lobo. E' condecorado com o grau de cavalleiro das ordens da Torre e Espada e de S. Bento de Aviz; tem a medalha de prata de comportamento exemplar. Escreveu: *Descripção do Real Asylo de Invalidos Militares em Runa; importancia d'este estabelecimento devido á esclarecida munificencia e piedade de uma illustre princeza, dedicado a Sua Alteza o ser.mo senhor infante D. Affonso Henriques*, Lisboa, 1882; *Investigações historicas do Regimento de Infantaria N.º 19*, Lisboa, 1900.

Escrivão. Official publico, encarregado de escrever os documentos legaes, autos, actas e mais termos dos processos, junto a diversas autoridades, tribunaes, corpos administrativos, etc., assim como de archivar os processos e mais documentos. *Escrivão do crime*: o que funcciona nos juizos criminaes. *Escrivão do civel*: o que funcciona nos juizos civeis, e tem nas causas civeis attribuições identicas ás do crime. *Escrivão da camara:* o secretario da camara municipal. *Escrivão da puridade:* o individuo que antigamente exercia este cargo era reputado o ministro principal do rei, cujas chancellas tinha a seu cargo para os despachos de graças e mercês. No tempo dos romanos chamava-se *Conde dos Notarios.* Era officio de grande valia na côrte dos nossos monarchas e tinha grandes honras e preeminencias. Já no tempo de D. Affonso II existia, exercendo então este cargo Mafaldo Beja, que está sepultado na egreja de S. João, de Beja, e cujo epitaphio lhe dá o titulo de *escrivão da puridade. Escrivão da camara* tambem se chamava aos que escreviam deante de el-rei, e depois o fizeram em varios tribunaes, como no Desembargo do Paço, no Conselho da Fazenda, etc., diversos dos judiciaes. Estes cargos correspondem aos actuaes secretarios de Estado. *Escrivães da camara da Meza da Consciencia e Ordens, etc:* eram da espedição dos negocios publicos, em cartas abertas ou patentes. *Escrivão de fazenda:* o chefe de cada repartição de fazenda, a cujo cargo está a escripturação e lançamento das contribuições do Estado.

Escudeiro. Foi este o primeiro titulo de nobreza em Portugal, nas pessoas que não tinham jurisdicções, nem terras de que se nomeassem senhores. Como nos primeiros annos da monarchia predominava o imperio das armas, e a nobreza que mais se estimava era a que por ellas se adquiria, e as armas que por feitos heroicos se ganhavam na guerra e se traziam nos escudos com que se pelejava, demonstravam a fidalguia mais honrada d'aquelles tempos remotos, d'aqui veiu o nome de *escudeiros* aos que alcançaram semelhantes escudos d'armas, em signal da nobreza que esses escudos lhe tinham trazido. Foi esta a origem do titulo de *escudeiro*. Os portuguezes de então consideravam tanto os escudos das armas que os proprios feitos ganhavam, que podendo pintar n'elles os brazões e divisas dos seus antepassados, iam á guerra com os escudos brancos, tendo-se sómente por honrados quando chegavam a illustral-os com os brazões heroicos das suas proprias façanhas. O conde D. Henrique, de Borgonha, pae do primeiro rei de Portugal, vindo servir na guerra de Hespanha contra os moiros, podendo usar das armas da casa fidalga a que pertencia, trouxe o escudo branco, onde pintou depois uma cruz azul, quando por seus feitos entendeu que o podia fazer. O valoroso capitão Duarte, Pacheco Pereira, indo pelejar no Oriente levou o escudo branco, não querendo usar n'elle as armas dos appelidos illustres dos seus antepassados, quando com a espada ia adquirir novos brazões em guerra tão louvavel. E assim o teve até que o rei de Cochim lhe deu novas armas pelas victorias que alcançou contra o rei de Calicut. D'estes escudos se nomeavam escudeiros aquelles primeiros que os ganhavam, e seus descendentes, que no tempo dos antigos reis de Portugal eram a principal fidalguia do reino, como consta de muitas escripturas e chronicas antigas. D. João I, fazendo mercê a Martinho Fernandes de Freitas da Honra de Bemviver e de Vizella no territorio de Guimarães, o nomeia por escudeiro. O mesmo titulo deu a Gonçalo Nunes de Faria na doação que lhe fez da terra de Fão, e a Ruy Lourenço, e a Pedro Lourenço de Tavora na doação das jurisdicções de S. João da Pesqueira, Ranhados e couto de S. Pedro das Aguias, sendo todos considerados fidalgos de primeira nobreza. De escudeiros passavam a cavalleiros, quando depois de alguma batalha ou encontro militar, eram armados cavalleiros pelos reis, ou pessoas a quem para isso davam commissão, ordinariamente os ricos homens. (V. *Cavalleiro).* || Pagem, que levava o escudo do cavalleiro em quanto este não pelejava, e que o armava e desarmava. Tambem era assim chamado antigamente o que servia a pé com a espada e escudo, a differença do cavalleiro que servia a cavallo. Creado que acompanhava a cavallo pessoa nobre, e que de ordinario ia á frente. Em Inglaterra o titulo de escudeiro *(esquire)* é hoje futil e toma-o todo aquelle que se classifica de *gentleman* Os escudeiros eram designados pelos seus empregos: escudeiro da camara, ou camarista; escudeiro trinchante, ou trinchante; etc. || O que acompanha senhoras a cavallo ou a pé, e é creado de maior graduação; o que serve o amo nobre em serviços para que não servem os lacaios. || *Escudeiro fidalgo :* primeiro titulo de distincção dado a plebeus, que se accrescentava ao de cavalleiro fidalgo, mas nunca a fidalgo cavalleiro, que corresponde hoje a moço fidalgo, e exige nobreza antiga. || *Escudeiro de linhagem :* o que procede de escudeiros nobres e honrados. || *Escudeiro de fardagem:* o que nas batalhas se punha de guarda á fardagem, por ser reputado menos valoroso. || *Escudeiro grande* ou de *grande condiçom:* chamava-se antigamente assim a uma pessoa nobre. || *Escudeiro de creação :* criado em casa de algum fidalgo ou de el-rei; dos infantes. || *Escudeiro simples* : aquelle que pelejava a pé e com escudo, no serviço do rei ou de algum grande.

Escudeiro. Familia antiga das montanhas de Burgos, e da qual um dos membros, Pedro Escudeiro de Lugo, passou a Portugal. Teve por armas em campo de ouro um leão de sua côr coroado de vermelho, orla azul carregada de oito estrellas de ouro de oito raios; timbre, o leão do escudo.

Escudeiros. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 518 hab. e 149 fog. Tem escolas para ambos os sexos. A pov. dista 8 k. da séde do conc. O mestre-escola (conego) da sé de Braga apresentava o vigario, que tinha 60$000 réis. A terra é muito fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. na freg. de S. Sebastião, de Sernache do Bom Jardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Escudete. Em heraldica, é um pequeno escudo, chapa em fórma de escudo, onde estão representadas as armas de alguma familia. V. *Brazão.*

Escudo. Arma defensiva em fórma geralmente circular, oval ou oblonga, mas que podia tambem apresentar outras variadas configurações, e que se enfiava no braço esquerdo por meio de

braçadeiras. São varias as especies de escudos: os redondos que tambem se chamavam *rodellas;* os quadrados, que tiveram o nome de *tablachinas*, embora a verdadeira tablachina fôsse o escudo de madeira; outros largos e compridos que cobriam inteiramente o guerreiro e se chamavam *pavezes;* outros tinham o nome de *parmas* ou *broqueis*, eram de madeira com um rebordo de ferro; os escudos dos arabes eram de sola, e chamavam se *adargas*. Muitos escudos tinham no centro, pela parte exterior, uma espiga ou cravo de ferro, cujo nome designativo entre nós não está bem averiguado qual fôsse, mas que vêmos indifferentemente ser um d'estes: *broca*, *diamante*, *copa*, *umbo* ou *umbigo*. A broca era a parte saliente do escudo que, em fórma de funil, partia do centro, e d'ahi vem o chamar-se *broqueis* aos escudos, que a tinham. (V. *Armadura).* || Em heraldica é o fundo ou campo sobre o qual se apresentam as figuras das armas nobiliarias. V. *Brazão*.

Escudo. Moeda de ouro mandada lavrar por el rei D. Duarte, e das quaes 54 faziam um marco ; valia cada uma 90 réis, mas tinha muita liga, pelo que era mal vista dos estrangeiros. Por este motivo D. Manuel extinguiu-a, mas no reinado de D. João V cunhou-se uma nova moeda com aquelle nome. O escudo de D. Duarte é extremamente raro ; existiu um exemplar no gabinete da Bibliotheca Nacional, mas foi roubado em 1836. Na *Historia genealogica*, (tomo IV, tab. D, N.º 24) está reproduzida a estampa. A descripção é a seguinte : + DOMINI EDUARDUS RX PORTUGALIAE, no campo dentro de oito arcos, um E coroado ; á direita L (Lisboa). No reverso + IESUS CRISTE SALVA NOS CRUS. No centro, tambem dentro de oito arcos, o escudo real coroado. Houve n'este reinado tambem o meio-escudo de ouro, mas d'este nem o desenho se co-

nhece. De D. Affonso V conhecem-se alguns exemplares do escudo e do meio escudo, mas são egualmente raros. Do escudo a descripção é a seguinte : + DOMINE ⁝ ALFQ ⁝ RX ⁝ PORTUGALIE ⁝ ALG. No centro, dentro de oito arcos em circulo, ALF. Q (ALFONSUS QUINTUS), tendo em cima a corôa real e por baixo L (Lisboa). No reverso + ADIUTOR ⁝ ET ⁝ PROTECTOR ⁝ MEO ⁝ DEUM ⁝ escudo do reino coroado. Do meio escudo conhece-se o seguinte exemplar : + DO AFO... CE PTE, no campo tres torres sobre uma muralha banhada pelo mar, tendo no centro C (Ceuta). No reverso + RX ⁝ PORTUGALIE ⁝ ALGA ⁝ escudo do reino coroado. Na bibliotheca de Paris existe o seguinte escudo de D. Affonso V : + ALFONSVS ⁝ DEI ⁝ GRATIA ⁝ R, escudo do reino coroado entre duas pequenas estrellas. No reverso ALFONSVS DEI ⁝ GRATIA ⁝ REX o CA, escudo coroado com as armas de Castella e Leão, tambem entre duas estrellas. D. João V adoptou em 1722 para as moedas de ouro o systema monetario hespanhol que tinha por unidade o escudo. No seu reinado cunharam-se as dobras (V. *esta moeda)* de dois, quatro, oito, dezeseis e vinte e quatro escudos). A dobra de dois escudos era conhecida vulgarmente por *meia peça*, a de quatro escudos por *peça*, o escudo por *quarto de peça* ou *dezeseis tostões*, e o meio-escudo por *oitavo de peça* ou *oito tostões*. Do escudo a descripção é a seguinte : JOANNES ₒ V ₒ D ₒ G ₒ PORT ₒ ET ALG ₒ REX ₒ, cabeça do rei á direita com a cabelleira e corôa de louro, por baixo L (Lisboa) e no exergo o anno de 1722. No reverso IN ₒ HOC ₒ SIGNO ₒ VINCES ₒ, armas do reino com o escudo oval ornamentado. Nos reinados de D. José I, D. Maria I e D. João VI tambem se cunharam escudos.

Escudos *(Quebra dos)*. Cerimonia a que se procedia antigamente na morte dos nossos monarchas, inutilisando-se os escudos reaes do fallecido reinante, para se substituirem pelos do seu successor. A ultima vez que se realisou esta cerimonia foi em 21 de dezembro de 1861, quarenta dias depois da morte de D. Pedro V, succedida a 11 de novembro do referido anno.

Esculca. No tempo dos barbaros, chamavam-se esculcas as rondas ou sentinellas nocturnas dos arraiaes. Este nome encontra-se nos escriptores a partir do VI seculo. Os esculcas contrapõem-se aos *atalaias*, que eram guardas de dia.

Esculca. Povoações nas freguezias : N. S.ª dos Prazeres, de Abravezes, conc. e distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Coja, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || Serra do distr. de Vizeu, correndo desde a freg. de Britiande até á de Bigorne. Tem 7 k. de comprimento.

Escumalha. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Febres, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Escura. Denominação d'uma lagôa na serra da Estrella, de agua triste e verde-negra, á qual segundo se diz, nunca se encontrou fundo, com cerca de 2 a 3 k. de circuito. A pouca distancia ha outra lagôa menor ; uma e outra não longe de Cantaro Delgado, pico mais elevado da serra.

Escurquella. Pov. e freg. de S. Domingos, da prov. da Beira Alta, conc. de Sernancelhe, com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu e bisp. de Lamego ; 321 hab. e 100 fog. Tem escolas para ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Tavora, em terreno accidentado. O reitor de Fonte Areada apresentava o cura, que tinha o pé d'altar e 2$400 réis de congrua. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Escusa. Povoações nas freguezias : O Salvador, de Alamenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre. || S. Vicente, de Branca, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro. || N. S.ª d'Assumpção, de Cabração, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Francisco e conc. de Ponte do Sôr, distr. de Portalegre. || Santa Eulalia, de Venade, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Casal na freg. do Espirito Santo, de Castello, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Escuta. Guarda de noite. V. *Atalaia*.

Esfréga. Pov. na freg. de S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Esgretas. Logar da ilha da Boa Vista, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental, proximo da pov. de Sal Rei. Os habitantes abrem ahi cacimbas ou poços na areia para extracção da agua, que na povoação escasseia.

Esgrima. Arte de jogar ou manejar as armas brancas. A historia d'esta arte em Portugal é digna do espirito cavalleiroso e guerreiro dos nossos maiores, mas quasi desconhecida. No primeiro volume, a folhas 271, da collecção manuscripta dos regimentos dos officios de Lisboa reformados em 1572 por Duarte Nunes de Leão, existente no archivo municipal, encontra-se o regimento dos mestres de ensinar a jogar as armas. N'um opusculo intitulado *A esgrima em Portugal — Subsidios para a sua historia*, publicou o sr. Sousa Viterbo dois tratados, um inedito e o outro reeditado, d'esta arte e uma lista de trinta e dois mestres de esgrima. Os tratados são: *Memorial da pratica de montante*, de Diogo Gomes de Figueiredo (1651), inedito, e o *Tratado das lições de espada preta*, obra extremamente rara. N'um «additamento final» noticía ainda outras obras portuguezas ineditas sobre esgrima: *Compendio dos fundamentos da verdadeira destreza e filosofia das armas — Dedicado á sacra e augusta magestade de El-Rey Fidelissimo Nosso Senhor D. José I.º*, «por José de Barros Payva e Moraes Pona, Cavalr.º professo da Ordem de Christo e Montr.º na comarca de V.ª Real, 1762», existente na Torre do Tombo, e *Manuscripto da espada* (ou tambem *Lições de Marte*), que existe na Bibliotheca Real da Ajuda.

Esgueira. Villa e freg. de Santo André, da prov. do Douro, conc., com. o distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 2:467 hab. e 607 fog. Tem Misericordia e hospital, escolas para ambos os sexos, caixa post., e fabrica de adubos de cal e areia. A villa dista 2 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie extensa e muito fertil, com lindos pontos de vista; é abundante em todos os generos de agricultura. A villa é muito antiga, mas ignora se quem fôsse o fundador; sabe-se, porém, que tomando posse de Portugal o conde D. Henrique em 1093, já esta pov. era uma populosa villa, e a que elle concedeu foral em 1110; D. Affonso IV deu-lhe outro, confirmando o antigo, em 1342, e D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 8 de junho de 1515. Pretendem alguns que a pov. de Esgueira seja mais antiga do que Aveiro; parece que, no local onde hoje assenta esta cidade, existiu a antiga Talabrica, no dominio dos romanos, e calcula-se que o sitio da actual pov. da Esgueira fôsse comprehendido dentro da circumvallação d'esta importante cidade romana. Comtudo, a existencia de Esgueira, como villa, apezar de muito antiga, é mais recente do que Aveiro. Esta cidade foi decaíndo do seu antigo esplendor. chegando a ser uma simples villa como Esgueira (V. *Aveiro*). O facto é, que mesmo depois de Aveiro ser elevada á categoria de cidade, ainda se dava mais importancia a Esgueira, por ser aqui a séde do corregedor da comarca, o Aveiro era a sua correição, mas Esgueira nunca teve assento em côrtes, e Aveiro teve. A comarca de Esgueira é muito antiga, pois já existia no tempo de D. Diniz, mas Aveiro tambem era comarca, posto que da correição de Esgueira. No meado do seculo XV é que o infante D. Pedro, filho de D. João I, que foi um dos seus donatarios, reuniu as duas comarcas, ficando comtudo sendo Esgueira a séde da correição. Hoje esta villa quasi que se póde considerar um arrabalde de Aveiro. A abbadessa de Lorvão apresentava o vigario, que tinha 300$000 réis. Na Torre do Tombo guarda-se um manuscripto illuminado com o titulo *Tombo da villa de Esgueira e seus arredores*, que pertenceu ao convento de Lorvão. Esgueira pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

Esgueiro. Pov. na freg. de S. Martinho, de Lanhellas, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello.

Esmalte. Côr ou metal usado no brazão. São dois os metaes, o ouro e a prata, e quatro as côres: vermelho, azul, verde e negro. V. o artigo *Brazão*, a pag. 490 do vol. II.

Esmegilde. Pov. na freg. do Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Esmeraldo. Familia oriunda de França, provincia de Artois. João Esmeraldo, flamengo de nação que passou a Portugal no tempo de D. Manuel, e povoou a ilha da Madeira, usou das armas dos Esmeraldos de Levargua na casa de Firnes e dos senhores de Nerduchel, que são: escudo esquartelado, tendo no primeiro quartel as armas dos Esmeraldos, em campo de prata uma banda negra; no segundo as de Levargua, em campo azul com faxa de ouro com ameias; no terceiro as da casa de Nerduchel, em azul uma banda de prata tambem com ameias; no quarto as de Firnes, em campo de prata um leão negro e armado o escudo de bilhetes da mesma côr negra em roda do leão e atravessado com uma cotica vermelha, que passa por cima do leão em contrabanda; timbre o mesmo leão.

Esmeriz. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 468 hab. e 103 fog. A pov. dista 4 k. da séde do conc., e está situada na margem direita do rio Ave. A mitra apresentava, por concurso synodal, o abbade, que tinha 350$000 réis de rendimento. A terra é muito fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Esmoitada da Ribeira. Ilha da Madeira; pov. na freg. do Santa Quiteria, de Boa Ventura, conc. de S. Vicente, distr. do Funchal.

Esmoitadas. Pov. na freg. de S. Vicente, de Irivo, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Esmojães. Pov. na freg. de S. Martinho, de Anta, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Esmolér. Pessoa quo está encarregada de distribuir esmolas. ‖ *Esmolér-mór:* este officio ou dignidade, um dos mais antigos de Portugal, andou desde epocas muito remotas nos abbades de Alcobaça, até 1834. Porém como os abbades geraes, occupados no governo do mosteiro, não podiam residir sempre na côrte, nomeavam um frade d'aquella casa religiosa, que servisse na sua ausencia, e confirmando o rei a apresentação, servia com o simples titulo de *esmolér*. A estes substitutos deu-se depois o titulo de *esmoléres menores*, mas assignavam-se sómente com o titulo de *esmoléres*; no entretanto, em alguns actos publicos se vêem assignados o *esmolér-mór* e o

esmolér-menor. Na escriptura da instituição do hospital de Santo Eloy, de Lisboa, em 1298, fr. Martinho assigna-se *esmolér d'el-rei* e não *esmolér menor.* Os abbades podiam nomear e demittir livremente os seus substitutos. No reinado de D. Fernando era esmolér-menor fr. João de Ornellas, que depois foi abbade de Alcobaça, esmolér-mór de D. João I, e seu decidido e leal partidario. Mais alguns *esmoléres-menores* passaram a *maiores*, por serem feitos abbades de Alcobaça. Algumas vezes tambem os reis nomearam seus esmoléres-móres, religiosos que não eram abbades d'aquelle real mosteiro. Em 1455, era esmolér-mór de D. Affonso V, D. fr. Vasco Tinoco, abbade de Bouro. No reinado de D. João II era abbade de Alcobaça D. Jorge da Costa, conhecido pelo cardeal d'Alpedrinha, tendo, porém, caído no desagrado do monarcha, foi nomeado esmolér em seu logar, Lopo Gonçalves, capellão do infante D. Jorge, seu filho. A este succedeu fr. Fernando, abbade de Tamarães, já, no reinado de D. Manuel. Ainda por varias vezes depois, exerceram o emprego de esmolér-mór alguns individuos que não eram abbades de Alcobaça, porque em uma questão suscitada pelos mesmos abbades, e que elles venceram, dizia a sentença: *No caso de não haver em Alcobaça pessoa capaz para aquelle emprego, se poderia fazer a nomeação em sujeito de fóra.* Depois da extincção das ordens religiosas os soberanos nomearam os seus esmoléres-móres segundo a sua vontade, porém desde 1834 teem exercido quasi sempre aquelle cargo os patriarchas de Lisboa.

Esmolfe. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Alta, conc. de Penalva do Castello, com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu; 814 hab. e 193 fog. Tem escolas d'ambos os sexos, caixa post. e uma feira a 23 de janeiro, denominada de Santo Ildefonso. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada junto á margem direita do rio Dão. O abbade de Castello de Penalva apresentava o cura, que tinha 32$000 réis e o pé d'altar. Esmolfe pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Esmorigo. Pov. na freg. de Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Esmorigos. Pov. na freg. de S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Esmorins. Pov. na freg. de Santa Christina, de Longos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Esmoriz. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Ovar, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 3:017 hab. e 538 fog. Tem esc. do sexo masc., est. post., permutando malas com a R. A. N.; medico, pharmacia, est. do caminho de ferro na linha do norte, entre as de Ovar e de Espinho. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada sobre a costa, n'uma planicie bem cultivada e muito fertil, abrigada do N e NE por vastos pinheiraes que produzem muita madeira e lenha. E' muito abundante de peixe. Na area d'esta pov. está estabelecida a carreira de tiro da 3.ª div. mil. E' pov. muito antiga, pois já era freg. em 897, anno em que Gondezinho a doou, juntamente com outras povoações, ao mosteiro de S. Salvador de Lavra. A Casa do Infantado apresentava o abbade, que tinha 700$000 réis de rendimento. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. ‖ Povoações nas freguezias: S. André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto. ‖ Santa Maria, de Freixo, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo districto.

Espaçante. Pov. na freg. do Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Espada. Arma branca, de lamina mais ou menos comprida e ponteaguda, que os militares trazem pendente da cintura. Arma offensiva e defensiva. *Espada persica, colubrina, montante*, a que se manejava com ambas as mãos. *Espada preta*, sem ponta ou com um botão na extremidade, usada para aprender a esgrima.

Espada. Como figura heraldica, é representada ordinariamente em pala, de ponta para cima ou para baixo; a lamina póde ser de metal differente do do engaste, e este póde tambem apresentar a sua maçã e a sua cruzeta n'um esmalte differente do do fuso. A espada heraldica é ordinariamente da fórma a mais simples, tal como foi usada no seculo xv.

Espada (*Ordem da*) Ordem de cavallaria fundada por D. Affonso V, em 1459, tomando por divisa uma torre com uma espada no alto. Admittiu n'ella 27 cavalleiros, por ter 27 annos quando pretendeu tomar Fez. Esta ordem extinguiu-se, sendo depois reorganisada com o nome de *Ordem da Torre e Espada.* V. *este nome e espadim.*

Espada. Monte na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cereal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Espadanal. Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Azere, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. ‖ N. S.ª da Conceição, de Cereal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. ‖ S. Miguel, de Christello, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. ‖ N. S.ª da Graça, de Fragozella de Cima, conc. e distr de Vizeu. ‖ S. João Baptista, de S. João da Madeira, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. ‖ Santa Maria, de Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Espadanedo. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 311 hab. e 83 fog. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 11 k. da séde do conc. Até 1855 foi do conc. da Torre de Dona Chama, data em que este conc. se supprimiu, passando então para o de Macedo de Cavalleiros. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. ‖ Pov. e freg. de S. Christovão, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Sinfães, distr. de Vizeu e bispado de Lamego; 1:162 hab. e 294 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 5 k. da séda do conc. e está situada em terreno muito accidentado, sobre a margem esquerda do rio Douro, em elevada e vistosa posição, d'onde se descobre o convento d'Alpendurada e muitas freguezias e serras. Em tempos remotos foi villa, e couto, feito pela rainha D. Thereza, em 1122. O real padroado apresentava o abbade, que tinha 450$000 réis de rendimento. A terra é muito abundante em cereaes, legumes, fructas, e produz muito vinho verde. Nos montes ha bastante caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res.

n.º 9, com a séde em Lamego. ‖ Serra do distr. de Bragança, ramificação da de Nogueira; tem 1:321 m. d'altura e 12 k. de comprimento.

Espadaneira. Povoações nas freguezias: S. Martinho do Bispo, conc. e distr. de Coimbra. ‖ S. Silvestre, de Requião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. ‖ Herdade na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Canha, conc. de Aldeia Gallega do Ribatejo, distr. de Lisboa.

Espadanido. Tres povoações no conc. e distr. de Braga: uma na freg. de S. José de S. Lazaro, outra na de S. Victor, em Braga, e outra na de S. Thiago, de Fraião.

Espadeiro. Fabricante e vendedor de espadas. Officio que no antigo regimen tinha regimento especial.

Espadim. Pequena espada, estreita.

Espadim. Antiga moeda de ouro no tempo de D. João II, tambem denominada *meio-justo*, a qual valia 320 reaes, subindo a 500 reaes no reinado de D. Manuel; d'um lado tinha o escudo do reino com a letra *Adjutorium nostrum in nomine Domine*, e do outro uma espada empunhada com a ponta para cima e o nome do rei na orla. Bateu tambem este monarcha espadins de cobre

Espadim de D. Affonso V

prateados com o valor de 4 reaes brancos. Já D. Affonso V mandara lavrar espadins de prata que valiam 24 reaes. Eram lavrados como os de ouro, só com a differença de a espada ter a ponta para baixo. No tempo de D. João III tambem houve espadins de prata. Manuel Severim de Faria, nas suas *Noticias de Portugal*, disc. IV § 29º, declara estas moedas commemorativas da ordem da Torre e Espada, instituida por D. Affonso V para a conquista de Fez, contando a seguinte lenda: «Na mais alta torre d'esta cidade estava uma espada engastada por um antigo astrologo dos moiros, com prognostico, que quem pelo valor das armas d'ali a tirasse havia de ser senhor do mundo»

Espadinha. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cereal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Espairiz. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Costa, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Espairo. Pov. na freg. de S. Lourenço do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

Espaldar. V. *Armadura.*

Espaldeira. Panno que cobre o espaldar da cadeira ou docel. ‖ *Espaldeira de corselete*; peça da armadura que protegia as costas.

Espalha Fatos. Ilha do Faial; pov. na freg. de S. Matheus, de Ribeirinha, conc. e districto de Horta.

Espanca *(Joaquim José da Rocha).* Sacerdote amador de musica, organista, pianista e compositor. N. em Villa Viçosa a 17 de maio de 1839, fal. em 26 de novembro de 1896. Fez os seus primeiros estudos na terra da sua naturalidade, incluindo a musica, e completando-os no seminario de Evora, recebeu ordens de presbytero em 17 de setembro de 1863. Foi muitos annos capellão em Bencatel e prior d'uma freguezia suburbana, sendo depois apresentado na de S. Bartholomeu de Villa Viçosa, onde se conservou até fallecer. Era muito dedicado ás bellas letras, e algumas das obras litterarias, que escreveu, fôram impressas por elle proprio, tendo para isso adquirido o material typographico preciso. Compoz tambem muitos trechos para piano, canto, banda marcial, assim como numerosas obras religiosas, em que contam cinco missas, umas matinas de N. S.ª da Conceição, *Te-Deum*, missa de *requiem*, psalmos, hymnos, etc. *A Vida Moderna*, jornal portuense, nos n.ºs 14, 15 e 17, dedicou á sua memoria uma extensa necrologia, firmada pelo dr. Pedro Augusto Ferreira, abbade de Miragaia.

Espantar. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Montaria, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Esparaveleiro. Official que fazia redes de pesca. Este officio tinha Regimento na Collecção dada pelo Senado de Lisboa em 1572.

Espargal. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Espargo. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. da Feira, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 868 hab. e 174 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada em terreno levemente accidentado, muito fertil e saudavel. Cria muito gado bovino, que exporta. O papa, o bispo e os monges benedictinos do couto de Cucujães apresentavam alternadamente o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimento. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

Espargosa *(José Maria Raposo de Andrade de Sousa Alte).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão a seus maiores; tenente da guarda real allemã (archeiros); commendador da ordem de Christo. N. a 8 de janeiro de 1768, fal. a 16 de maio de 1842. Era filho de Clemente Joaquim Raposo d'Andrade, fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 4 de maio de 1734, e de sua mulher, D. Izabel Juliana Maria Paula Rangel de Albuquerque, herdeira dos vinculos de Espargosa e de Alte, instituidos em 1543 e em 1556. José Maria Raposo Espargosa foi administrador, por successão, dos referidos vinculos, assim como no de Raposo, em que succedeu a seu pae, vinculo instituido em 1765. Casou a 17 de outubro de 1825 com D. Maria Carlota de Santa Martha Mesquita e Mello, filha de José Germano Santa Martha Mesquita e Mello, fidalgo cavalleiro da Casa Real, desembargador dos aggravos da Casa da Supplicação, e antes desembargador da Relação e Casa do Porto; cavalleiro professo na ordem de Christo; casado com D. Antonia do Vadre d'Almeida Castello Branco, açafata do quarto do principe da Beira.

Espargosa. Pov. na freg. de S. Miguel do Pinheiro, conc. de Mertola, distr. de Beja.

Espargueira. Pov. na freg. de S. Pedro, de Fragoso, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Esparido. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Loureira, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Espariz. Pov. e freg. de N. S.ª d'Annunciação, da prov. do Douro, conc. e com. de Taboa, distr. e bisp. de Coimbra; 838 hab. e 241 fogos. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de

posta rural. A pov. dista 7 k. da séde do conc. A mitra apresentava o prior, que tinha de rendimento 160$000 réis. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. || Povoações nas freguezias: S. André de Codeçoso, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Costa, conc. de Guimarães, do mesmo districto.

Esparragosa. El rei D. João III deu as seguintes armas as desembargador do paço Christovão Esteves de Esparragosa: em campo azul um castello de prata, coberto, lavrado de preto, com portas e frestas de verde, e um leão de ouro rompente á porta d'elle, desarmado; timbre o mesmo castello, com um ramo de esparragueira de ouro, florido, que sae da torre. O solar era a quinta da Esparragosa, de que tomou o appellido.

Esparrinha. Pov. na freg. de S. Mamede, de Arcozello, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Esparteiro. Fabricante ou vendedor de obras de esparto. Este officio tinha Regimento na Collecção dada pelo Senado de Lisboa em 1572.

Espartel. Ponta ou cabo na costa do S. da ilha do Pico, archipelago dos Açôres. || Ponta ou cabo da costa do S da ilha Terceira.

Espartidouras. Pov. na freg. de Santa Maria, de Vallega, conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

Espartosa. Pov. na freg. de Santa Catharina da Fonte do Bispo, concelho de Tavira, districto de Faro.

Espassante. Pov. na freg. do Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Espeçande. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Christellos, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Martinho, de Dume, conc. e distr. de Braga. || S. Miguel, de Urró, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Espeçandeira. V. *Espiçandeira.*

Especiosa. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Genisio, conc. de Miranda do Douro, distr. de Bragança.

Espedrada. Pov. na freg. de S. Martinho, de Freixedas, conc. de Pinhel, distr. da Guarda.

Espeleta (*Gaspar Maldonado*). Védor da chancellaria-mór do reino; dedicou-se aos estudos genealogicos, e deixou manuscriptos diversos volumes com os titulos: *Nobreza de Hespanha* e *Notas ao nobiliario do conde D. Pedro.*

Espelho. Ha quatro povoações com este nome no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Espelle. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Esperança *(Fr. Antonio da).* Religioso da ordem de S. Agostinho, natural de Lisboa; fal. em 10 de dezembro de 1634. Era filho de Miguel da Mouta e de Anna Filippa. Professou a 18 de dezembro de 1568. Deixou manuscriptos alguns dos seus sermões.

Esperança *(Fr. Bernardo da).* Monge benedictino no convento de S. Bento da Saude, de Lisboa. Colleccionador de moedas, como se encontra indicado nos *Almanachs de Lisboa*, de 1787 a 1793. Parece que por sua morte legou a collecção ao mesmo convento, que continuou com o respectivo gabinete.

Esperança *(Fr. José da).* Religioso da ordem d'Arrabida. N. em Evora d'Alcobaça, e fal. em 1752. Era filho de Antonio Sueiro e de Maria Coelho. Professou em 1692 no convento do Espirito Santo, de Loures. Depois de exercer varios cargos da sua ordem, foi eleito provincial em 2 de dezembro de 1724, e fal. no convento d'Arrabida, onde se recolhera. Escreveu uma obra mystica, intitulada: *Jardim espiritual*, que se imprimiu em 1752.

Esperança *(José Bernardo de Barahona Fragoso Cordovil da Gama Lobo, 2.º visconde e 2.º conde da).* Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, por alvará de 30 de outubro de 1862; bacharel formado em Philosophia pela Universidade de Coimbra, e habilitado com o curso de direito administrativo, pela mesma Universidade; proprietario, etc. N. a 19 de maio de 1841. E' filho do 1.º conde da Esperança, e de sua primeira mulher, D. Maria Margarida Barahona Fragoso da Fonseca Pessanha, e irmão do dr Francisco Eduardo Barahona Fragoso, ha pouco fallecido *(V. Barahona Fragoso).* O sr. conde da Esperança é um bibliophito e numismata muito distincto, possue a primeira livraria particular de Evora, em numero e em preciosidades. E' a conhecica bibliotheca da *Manisola* O illustre titular casou em 11 de maio de 1861 com D. Maria Jacinta Fallé Vieira, filha de Estevão José Vieira, proprietario em Evora, e de sua mulher, D. Maria Antonia Fallé Vieira. O titulo de visconde foi em verificação de vida concedida no mesmo titulo de seu pae, e confirmado por decreto e carta de 16 de junho de 1863. Este titulo foi mais tarde elevado ao de conde. Tambem recebeu a mercê do titulo de conde da Esperança seu filho o sr. José Estevão Vieira Barahona, que nasceu a 18 de fevereiro de 1865.

Esperança *(José Maria de Barahona Fragoso Cordovil da Gama Lobo, 1.º visconde e 1.º conde da).* Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, por alvará de 28 de junho de 1856; senhor do vinculo da Esperança na villa de Cuba; commendador da ordem de N. S.ª da Conceição. N. a 15 de setembro de 1816, e falleceu ha alguns annos. Era filho de Francisco Cordovil Barahona Fragoso da Gama Lobo, fidalgo da Casa Real, morgado da Esperança, capitão-mór das ordenanças em Cuba, e de sua mulher, D. Marianna Lucia Olympia de Mira, filha de Estevão José de Mira senhor da herdade da Sardinheira, na freguezia de Selmes, concelho da Vidigueira, e de sua mulher D. Maria Leonarda Montes Pitta. O conde da Esperança era abastado proprietario em Cuba, que lhe deveu muitos serviços, e foi á sua influencia, que alcançou os fóros de villa. Por muitos annos exerceu o cargo de presidente da camara. Teve a honra de receber na sua casa em Cuba em 1852, a rainha senhora D. Maria II, el-rei D. Fernando, e seus filhos D. Luiz e D. Augusto, n'uma visita que os regios viajantes fizeram ao Alemtejo. Casou a 25 de agosto de 1835, com sua prima, D. Maria Margarida de Barahona Fragoso da Fonseca Pessanha, que falleceu a 11 de junho de 1848, filha de Luiz Feliciano Fragoso da Fonseca Pessanha, morgado das Alcaçovas e do Torrão, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher D. Maria Ignez de Barahona Fragoso Cordovil Sovreira. Passou a segundas nupcias a 25 de dezembro de 1849, com D. Maria José de Carvalho Mira, filha de José Paulo de Carvalho, desembargador da Casa da Supplicação, e de sua mulher, D. Francisca Ludovina de Mira. O titulo de visconde foi concedido em duas vidas,

por D. Maria II, pelo decreto de 20 e carta de 28 de julho de 1852, sendo elevado a conde por decreto de 22 de novembro de 1878. O brazão d'armas que lhe foi concedido pelo alvará de 12 abril de 1853, é o seguinte: escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Barahonas, em campo de ouro quatro bandas sanguinhas; no segundo, as armas dos Fragosos, em campo azul tres soes de ouro com seus raios do mesmo metal postos em roquete; no terceiro quartel as armas dos Cordovis, em campo vermelho uma oliveira cordovil com azeitonas de ouro, perfis do mesmo metal, raizes de prata, junto um lebreu de prata com colleira d'azul, preso á oliveira por uma cadeia de ouro; e no quarto as armas dos Gamas, escudo xadrezado de ouro e vermelho, de tres peças em faxa e cinco em pala, oito de ouro e sete de vermelho, estas carregadas de duas faxas de prata.

Esperança *(Fr. Manuel da)*. Religioso franciscano da prov. de Portugal. N. no Porto, fal. em Lisboa, no convento de S. Francisco da Cidade a 26 de novembro de 1670 com mais de 84 annos de edade. Era filho de Domingos Esteves e de Veronica Vieira, ambos de familias nobres. Foi guardião no collegio de S. Boaventura, de Coimbra, e dos conventos da sua ordem no Porto e Santarem; secretario do commissario geral fr. Martinho do Rosario, vigario parochial, e tres vezes ministro provincial. Mandou edificar o convento de Thomar, o adro do convento do Porto, e o claustro do de Telheiras, em cujos marmores deixou gravada a memoria do seu nome, não só pelas construcções, mas pela historia que d'ellas escreveu. Para a composição da sua obra percorreu durante o anno de 1642 todos os conventos, examinando os seus archivos, conseguindo publicar a historia da sua provincia, com o titulo: *Historia seraphica da Ordem dos Frades menores da provincia de Portugal; Primeira parte, que contém o seu principio, e augmento no estado primeiro de custodia*, Lisboa, 1656; *Segunda parte, que conta os seus progressos no estado de tres custodias, principio de provincia, e reforma observante*, Lisboa, 1666. Fr. Manuel da Esperança obteve um logar recommendavel entre os classicos da lingua pelo seu estylo claro e conciso, accommodado á materia, e pela pureza e propriedade da sua elocução. Falleceu sem completar a terceira parte, de que deixou escriptos alguns cadernos, que depois continuou Fr. Fernando da Soledade, vindo a publicar-se em 1705. Escreveu mais: *Exposição da Regra Seraphica dividida em 5 partes*, etc.; *Consultas moraes*, obras que ficaram manuscriptas, e se conservavam no convento de S. Francisco, de Lisboa.

Esperança. Pov. e freg. de N. S.ª da Esperança, da prov. do Alemtejo, conc. de Arronches, com., distr. e bisp. de Portalegre; 858 hab. e 193 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc.; a egreja matriz está situada entre duas serras. A terra é fertil. A esta freguezia ficam annexas as de Degolados e Mosteiros, no que importa aos effeitos administrativos. A pov. é atravessada pelo rio de Abrilongo. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. || Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. do Minho, conc. e com. de Povoa de Lanhoso, distr. e arceb. de Braga: 465 hab. e 125 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 21 k. da séde do conc. ficando perto da margem direira do rio Ave. A mitra apresentava o abbade, que tinha 400$000 réis de rendimento. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias: S. Vicente e conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || S. Pedro de Alhadas, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Santo André, de Braga-Gondizalves, conc. e distr. de Braga. || N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem. || S. Martinho, de Tavarede, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || S. Vicente e conc. de Cuba, distr. de Beja. || Pico ou monte elevado da cordilheira que corta a ilha de S. Jorge, archipelago dos Açôres; 1:066 m. de altitude.

Esperança Velha. Ilha Graciosa; pov. na freg. de N. S.ª de Guadelupe, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo.

Esperges. Pov. na freg. de S. Romão, de Milhazes, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Espertos. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Espiçandeira. Pov. na freg. de Santa Quiteria, de Méca, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa, e cujo orago é S. Sebastião. Tem caixa post. A pov. está annexa á freg. de S. Estevão, de Alemquer. O povo apresentava o vigario, que tinha diversos generos e o pé d'altar. As freg.ª de Espiçandeira e de Méca eram independentes, até que se uniram em 1842. A pequena egreja de S. Sebastião, antiga matriz, que se ergue no sitio da Corujeira, está hoje reduzida a uma simples capella. Não é edificio muito antigo, mas pelo abandono em que se vê desde que deixou de ser egreja parochial, está a desmantelar-se. Tem um só altar, e nada que seja digno de menção, a não ser um tumulo de pedra grosseira, sustentada por tres leões, tendo na pedra superior, em relevo, um cavalleiro vestido de ferro, e de espada á cinta. Tem a seguinte inscripção:

SEPULTURA DE FR. JOÃO BOTO PIMENTEL,
DA ORDEM DE S. JOÃO BAPTISTA,
COMMENDADOR DE TAVORA E ABOÍM,
E DE SANTAREM, E DE N. S.ª DA PORTELLA,
DE VEZ E DE S. JOÃO DE VALLADARES,
O QUAL FALLECEU NO ANNO DE 1613,
A 8 DE FEVEREIRO.

No *Occidente*, N.º 635, de 15 de agosto de 1896, publicou o sr. Guilherme J. C. Henriques uma interessante noticia d'esta egreja, com uma gravura desenhada pelo sr. João Christino da Silva, por indicação d'outro illustrado investigador do concelho de Alemquer, o sr. commendador Antonio Maximo Lopes de Carvalho. N'esse artigo diz o sr. Henriques: «Quanto ao brazão, vêmos no escudo as cinco vieiras de prata, postas em santor, que, em campo verde, são as armas dos Pimenteis; mas as faxas não podemos interpretar pela falta de indicação da côr. Recorrendo ás genealogias achamos que *Ruy Boto*, o chanceller de D. João II, e o celebre reformador dos foraes no reinado seguinte, teve nove filhos de sua mulher, D. Mecia Machado, filha de Pedro Machado Carregueiro, desembargador de el-rei D. Affonso V, e de sua mulher D. Branca Coelho. D'estes

nove filhos, o quarto foi: *Pero Boto Machado*, que, succedendo ao pae na casa, casou com senhora cujo nome não sabemos, e teve d'ella sete filhos conhecidos, afóra outras que, por se fazerem freiras, não deixaram memoria. Entre elles a quarta foi: *D. Brites Boto*, que casou com *Luiz de Meirelles Pimentel*, filho de Diogo Fernandes de Meirelles Pimentel, porteiro da camara d'el-rei D. Manuel, e de D. Filippa de Avellar, filha de João de Avellar; neto de Pero Fernandes Pimentel e de D. Maria Borges, filha de Diogo Fernandes Borges, senhor da Torre de Moncorvo; bisneto de Diogo Fernandes Pimentel, que era da mesma familia, como João Affonso Pimentel, senhor de Bragança. De D. Brites e seu marido nasceram: 1.º, *Pero Boto de Meirelles*, que morreu na India sem deixar successão; 2.º, *Diogo de Meirelles Boto*, tambem sem geração; 3.º, *Antonio Boto Pimentel;* 4.º, *João Boto Pimentel*, maltez; 5.º, *D. Luiza Boto Pimentel;* 6.º, *D. Ignez*

Tumulo de Fr. João Boto Pimentel na egreja de S. Sebastião da Espiçandeira

Boto, freira em Evora. D'estes, o quarto, João Boto Pimentel, é o cavalleiro cujos restos mortaes estão ou estiveram no sarcophago. Nos poucos papeis da Ordem de Malta que existem no Archivo Nacional, nada ha da epocha d'elle, e nos mais documentos d'aquelle riquissimo repositorio nada achamos que lhe diga respeito; mas nos cartorios locaes o seu nome encontra-se por varias vezes, assim como o do seu irmão Antonio e o da irmã D. Luiza, porque esta tinha casa e bens no logar da Espiçandeira, onde parece que hospedava os irmãos, e onde falleceu em julho de 1612, tendo instituido capellas. Já em 1589, João Boto Pimentel era commendador na sua Ordem; e d'esse anno em diante encontramol-o sempre acompanhado de um cavalleiro da mesma Ordem, Antonio Coresma, um capellão, o padre João Teixeira, e dois creados. De todos os irmãos, o unico que parece ter deixado successão é Antonio Boto Pimentel, tambem commendador da Ordem de Malta, que tinha casa em Pontével, e casou com Maria Borges, filha de Vasco Martins Leitão (que teve tambem um filho, André Leitão) e de D. Izabel Penteado, dos Penteados de Aldêagavinha, no termo de Alemquer. De Antonio Boto de Pimentel houve um filho, Manuel Boto de Pimentel, que casou com D. Juliana... e teve um filho, Leonel Xira, que succedeu nos vinculos instituidos por D. Luiza Boto, dos quaes o ultimo administrador, de que temos noticia, foi o sr. Augusto Boto Pimentel de Mendonça, que em 1866, morava em S. Domingos de Carmões, termo de Torres Vedras. No corpo da egreja ha mais sepulturas da mesma familia.» Apraz-nos accrescentar que o sr. Pimentel de Mendonça ainda reside no logar de Carmões. Um de seus filhos, o sr. Francisco Boto de Pimentel Carvalhosa, é que mora em S. Domingos de Carmões.

Espiche. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, conc. de Lagos, distr. de Faro.

Espichel *(Cabo do)*. Está situado na prov. da Estremadura, ao sul da foz do rio Tejo, e proximo á foz do rio Sado. Pertence ao conc. de Cezimbra. E' n'este cabo que morre inclinada sobre o mar a serra da Arrabida, a mais elevada serra do Alemtejo *(V. Arrabida)*. Em epocas remotas chamava-se á serra e ao cabo de Espichel o *Promontorio Barbarico*. Parece que este nome foi derivado da grande barbaridade dos primeiros habitantes da serra, e que se intitulavam *Sárrios*. Os romanos tambem lhe deram depois o nome de *Mons-barbaricus*. Junto á praia vê-se a gruta de Santa Margarida, onde se observam formosas stalactites e stalagmites. O promontorio do cabo do Espichel é muito extenso, avança pelo Oceano, sendo constantemente batido pelas vagas, e no horroroso bramir da tempestade apresenta o mais tenebroso aspecto, resistindo incolume aos embates das enormes ondas, que se elevam a uma altura descommunal. No cimo do promontorio, á frente do farol, ostenta-se a bandeira portugueza. Junto d'este cabo, diz a tradição que D. Fuas Roupinho deu uma batalha naval contra os moiros em 20 de julho de 1180. O sitio denominado da *Balieira*, é muito pittoresco, e muito proximo d'elle está a egreja de Nossa Senhora do Cabo, tão conhecida pelas antigas romarias e ruidosas festas que se fazem nas diversas egrejas para onde a imagem é transportada todos os annos em differentes pontos das proximidades de Lisboa. A Senhora do Cabo alcançou grande popularidade, e os maritimos dedicam-lhe a maior devoção. A'cerca da origem d'estas romarias, contam uns que a imagem appareceu sobre o Cabo, e no logar onde hoje está a ermida chamada da *Memoria*, outros querem que a imagem apparecesse na praia, que fica em baixo d'aquella penha, sobre uma jumentinha, e que esta subira pela rocha acima, e que ao subir firmava as mãos e os pés na mesma rocha, deixando impressos n'ella os vestigios das mãos e dos pés, dizendo-se que assim o referiam os que tinham ainda visto aquelles vestigios. Tambem differem as noticias ácêrca do modo porque foi descoberta a imagem, e das pessoas que primeiro a viram. Affirmam uns que varios homens do sitio de Caparica, que iam á serra cortar lenha, fôram os primeiros que viram a imagem; outros, porém, sustentam que um velho do logar d'Alcabideche,

termo de Cascaes, vira em noites successivas uma luz sobre o promontorio do Cabo; scismando o que seria aquella luz, teve um sonho em que a Virgem lhe dizia que fôsse ao Cabo, e ali acharia a sua imagem, escondida desde muitos seculos, desejando agora que os fieis lhe prestassem culto. O velho dirigiu-se ao Cabo, em um sabbado, e, já estando na serra, encontrou uma mulher muito edosa do logar de Caparica, que lhe declarou ter visto egualmente a luz, e vinha tambem em busca da imagem. Ambos encontraram a imagem, e lhe improvisaram uma capellinha de alecrim, voltando depois para as suas terras, espalhando a noticia d'aquelle milagre. Os povos alvoroçaram-se, e começaram a concorrer áquelle promontorio, ao qual popularmente chamavam o *Cabo da Santa Esperança*. Este facto deu-se em 1250, no tempo de D. Affonso III. Esta tradição diverge da outra, que pretende terem sido os homens de Caparica os primeiros a festejar a Senhora do Cabo, e a construir-lhe a primeira ermida que teve. A ermida ficou, parece, com a invocação de Santa Maria da Pedra da Mua, porque na *Historia de S. Domingos*, de fr. Luiz de Sousa, liv. 2.º cap. XVIII diz-se que no anno de 1428 Diogo Mendes de Vasconcellos doou ao convento de S. Domingos de Bemfica a ermida de Santa Maria da Pedra da Mua, no Cabo do Espichel, para os frades ali construirem um convento, e no anno de 1429 a vereação da villa de Cezimbra, por termo, se obrigou a ajudar os frades a *supportar e correger* aquelle logar, porque lhe *prasia muito da sua vinda e estada*. Os frades aceitaram a doação, e parece que tiveram ali capellães, mas não chegaram a edificar o convento. Ignora-se o anno em que principiou a devoção pela imagem da Senhora do Cabo. Póde conjecturar-se, comtudo, que fôsse quando os frades dominicanos tomaram posse da ermida, porque esse tempo coincide com o principio dos giros das freguezias, e talvez se afervorasse por occasião d'alguma das pestes que n'aquella epoca tanto affligiram o paiz. O que não padece duvida é que os giros começaram em 1430, e que os de Caparica vão todos os annos ao Cabo festejar a Senhora, no primeiro domingo de maio. Além dos cirios comprehendidos nos giros, vão annualmente mais oito, de differentes freguezias, que não entram nos giros, e n'este numero contava-se um de Lisboa que ía no terceiro domingo depois do Espirito Santo; os outros são do Seixal e Arrentella, na segunda oitava do Espirito Santo; de Almada, no domingo da Trindade; de Palmella, a 15 de agosto; Azeitão e Cezimbra, no primeiro domingo de setembro. Ao principio todas as romarias eram annuaes, tendo cada uma uma grande tocha ou cirio que accendia no tempo do seu festejo, com que se distinguia; querem que seja esta a causa da denominação de *cirio* dado ás romarias. Sobre a instituição dos giros, conta se que uma mulher de Alcabideche e um rapaz de Carnaxide fôram os que tiveram a idéa dos cirios annuaes em giro, e que propondo-a no Cabo, na occasião em que estavam ali muitos cirios reunidos, foi adoptada, e accrescenta-se que é esse o motivo por que a freguezia de S. Vicente d'Alcabideche é a primeira, e a de S. Romão de Carnaxide a segunda, no giro. Foi então combinado entre 30 freguezias que, cada uma d'ellas iria, por seu turno annualmente, festejar a Senhora na sua propria egreja do Cabo, no primeiro domingo depois da quinta feira d'Ascensão, e que a bandeira da Senhora seria n'aquelle dia entregue ao parocho e mordomos da freguezia que devia festejar no anno seguinte. Assim se procedeu até ao anno de 1751, em que se fez a imagem que anda no giro. E foi pouco depois que os romeiros começaram a ir para o Cabo na vespera da quinta feira da Ascensão. Das 30 freguezias, separaram-se quatro: Bucellas, Unhos, Arranhol e Mafra, ficando reduzidas a 26, que são as seguintes: 1.ª, S. Vicente d'Alcabideche: 2.ª, S. Romão de Carnaxide; 3.ª, S. Julião do Tojalinho; 4.ª, S. Pedro de Penaferrim; 5.ª, N. S.ª da Misericordia de Bellas; 6.ª, Santa Maria de Loures; 7.ª, S. Lourenço de Carnide; 8.ª, S. Pedro de Barcarena; 9.ª, S. Pedro de Lousa; 10.ª, Santo Antão do Tojal; 11.ª, N. S.ª da Purificação de Oeiras; 12.ª, N. S.ª do Amparo de Bemfica; 13.ª, S. Domingos de Rana; 14.ª, S. João das Lampas; 15.ª, N. S.ª da Purificação de Montelavar; 16.ª, N. S.ª de Belem de Rio de Mouro; 17.ª, N. S.ª da Ajuda de Belem; 18.ª Ascensão e Resureição de Cascaes; 19.ª Santissimo Nome de Jesus de Odivellas; 20.ª, S. Martinho de Cintra; 21.ª, S. Pedro d'Almargem do Bispo; 22.ª, Santo Estevão das Galés; 23.ª, N. S.ª da Conceição, da Egreja Nova; 24.ª, S. João Degollado da Terrugem; 25.ª S. Saturnino de Fanhões; 26.ª, Santa Maria e S. Miguel de Cintra. Em 1490 deu-se principio a um templo, pelos povos das freguezias do termo de Lisboa, mas o que existe actualmente foi erigido pela Casa do Infantado, sendo em 1707 a imagem da Senhora do Cabo trasladada para a sua nova casa com toda a pompa, nos dias 7, 8, e 9 de julho, assistindo o infante D. Francisco, filho d'el-rei D. Pedro II, então senhor da referida Casa de Infantado. O templo é uma fabrica magestosa, A sua frontaria tem tres portas e tres janellas, que dão luz ao côro, e sobre a cimalha um nicho onde está a imagem da Senhora, feita em marmore. Tem duas torres. Na entrada da porta principal ha um guarda-vento de madeira do Brazil, bem emmoldurado. Sustentam o côro dois pilares, tendo junto as pias d'agua benta. No côro ha um bom orgão. As paredes do templo, até á cimalha real, são revestidas de marmore branco e preto d'Arrabida. Tem seis tribunas, e entre ellas quadros representando passos da vida da Virgem. O tecto é de abobada e pintado, tendo no meio a Assumpção da Senhora, pintura de Lourenço da Cunha, pae do celebre José Anastasio da Cunha, e por elle feita no anno de 1740. No tecto tambem estão pintadas, do lado do N as armas reaes, e do lado do S o brazão de Lisboa. O templo tem 11 altares contando com o altar-mór. A egreja foi restaurada em 1770 por mandado d'el-rei D. José, e especialmente as capellas. A imagem da Senhora está no altar-mór, n'um relicario de prata sobre-doirada, com columnas, o qual foi dado pelo cirio de Lisboa, em 1680. O relicario é verdadeiramente uma maquineta, de vidros, com uma porta que se abre para se dar a beijar o manto da Senhora. A imagem tem muitas joias, e entre ellas avultam: um ramo de jasmins de brilhantes, e as folhas de esmeraldas e alguns rubins; duas corôas de ouro cravejadas de brilhantes. Estas joias fôram uma dadiva d'el-rei D. José. Tem mais: um ramo de brilhantes e um manto bordado a ouro, dados pe-

la rainha D. Maria I; este manto foi para o Rio de Janeiro como reliquia; um manto branco bordado a ouro, dadiva d'el-rei D. José; um manto azul bordado a ouro, offerecido pela rainha D. Carlota Joaquina; um manto rico, dado por José Antonio Quiroga e sua mulher, em 1809. Por cima do relicario ha uma peanha, onde se expõe a imagem por occasião das festas. Ao N e perto do templo, está a ermida da Memoria, assim chamada, por se julgar ter sido ali o sitio onde a Senhora primeiro appareceu aos dois velhos. Defronte da porta, á parte do nascente, tem perto do chão uma pedra lavrada e apainelada, com a seguinte inscripção: «Consta por tradição ser este o proprio logar onde a milagrosa imagem de Nossa Senhora do Cabo apparecia, e se manifestou aos venturosos velhos de Caparica e Alcabideche; motivo porque aqui se fez esta ermida, em que primeiro foi venerada, até que se trasladou a outra maior, e d'esta á magnifica egreja, em que hoje existe, no anno de 1707.» Sobre esta pedra vê-se um painel representando, no alto e sobre nuvens, Nossa Senhora com o menino Jesus nos braços, e em baixo o velho e a velha reclinados, em acção de dormir. Ornam a ermida 10 quadros em azulejos, representando os passos da historia de Nossa Senhora do Cabo, tendo todos os quadros os seus letreiros. Para o poente da ermida, e perto d'ella, ainda se vêem vestigios do antigo forte chamado de *N. S.ª do Cabo*, principiado em 1672, na regencia do infante D. Pedro, irmão de D. Affonso VI. Foi construido quando se fortificaram as barras de Setubal e de Lisboa, por causa da guerra com a Hespanha. O forte foi reconstruido em 1708, no tempo de D. João V. Tinha o brazão real sobre o arco da porta da entrada; e por cima da porta da casa do guarda uma imagem da Senhora, em pedra. O forte montava 5 peças de calibre 24. No anno de 1800 ainda se conservava, mas o mar, o tempo e o desamparo o arruinaram completamente. A casa da agua foi feita em 1770 por D. José I, quando n'esse anno, foi com a familia real assistir aos festejos, por elle ordenados, sendo juiz o principe D. José, filho da princeza real D. Maria, depois rainha. As festas realisaram-se nos dias 24, 25, 26 e 27 de maio, assistindo a maior parte da nobreza e das pessoas da côrte. Recebia a imagem a freguezia d'Ajuda. Armaram-se barracas por detraz, da parte do sul; houve tres touradas, e o rei deu 16 bois para o bodo. O farol é obra de 1700; sóbe-se á lanterna por 130 degraus; a lanterna é de marmore e sextavada com 16 candieiros e 32 luzes. Por fóra da lanterna ha uma varanda, d'onde se desfructa um lindo panorama. Em 1784 festejou a freg. de Bellas, e foi juiz o principe D. João, depois rei D. João VI; fôram ao Cabo a rainha D. Maria I, o rei seu marido, os infantes e a côrte. Realisaram-se festas magnificas. O cirio constava de carros triumphantes, figuras emblematicas a cavallo, grande numero de cavalleiros, musicos e creados da Casa Real. Um dos carros conduzia o throno da Senhora, com muitos anjos em figuras vivas. Iam dois coches puxados por oito urcos, e no ultimo via-se o parocho de Bellas com a imagem. Houve cavalhadas executadas por 16 cavalleiros, e tres tardes de touros. No arraial estavam 2:000 barracas das melhores que havia no Arsenal do Exercito. Todas as tres noites se queimaram lindos fogos de artificio, e no bodo de domingo o principe mandou dar 480 réis a cada pobre. Em 1796 festejou a freg. d'Ajuda, sendo juiz o principe regente D. João, realisando-se tambem pomposas festas. Em 1804, os festeiros alcançaram um aviso regio isentando de direitos todos os generos que se vendessem no arraial Em 1807, Francisco José Chaves, mordomo do bodo da freg. d'Ajuda, deu á Senhora um pavilhão de sacrario de ouro branco e duas cortinas e uma sanefa de damasco carmezim, tudo agaloado e franjado de ouro fino; estes objectos guardavam-se no thesouro real de Belem. Em 1810, estando a côrte no Rio de Janeiro, foi juiz o infante D. Miguel dirigindo as festas o visconde de Santarem, o qual mandou pela Casa do Infantado, concertar o orgão. As festas fôram grandiosas. Em 1848, festejou a freg. d'Ajuda, e D. Maria II mandou fazer uma bandeira com a imagem da Senhora, bordada a ouro fino; a festa da egreja foi feita á custa do seu bolsinho, e mandou ao Cabo o seu esmolér-mór, o qual conduziu a imagem no cirio, tanto na vinda como na volta. No *Summario de varia historia*, do dr. Ribeiro Guimarães, vol. I pag. 149 a 215, vem uma minuciosa descripção da lenda da Senhora do Cabo, da egreja, do local onde está situada, e das festas que se tem ali realisado com maior ou menor pompa.

Espide. Pov. na freg. do Salvador, de Villarinho das Cambas, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Espigão. Ilha Terceira: Pov. na freg. de Santa Luzia, conc. e distr. de Angra do Heroismo. || Pov. na freg. de S. Pedro, do mesmo conc. e distr. || Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Bento, de Ribeira Brava, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Espim. Pov. no freg. de N. S.ª de Valle de Reis, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Espindello. Pov. na freg. de S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Espindo. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Bostello, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Maria, de Meinedo, conc. de Louzada, do mesmo distr. || S. Martinho, de Ruivães, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Espingardeiro. Antigo soldado armado de espingarda. Fabricante ou vendedor de espingardas. Este officio tinha Regimento proprio na Collecção dada pelo Senado de Lisboa em 1572.

Espinha. Povoações nas freguezias; S. João Baptista, de Castellões, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Valega, conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

Espinhaço. Pov. na freg. de S. Pedro, de Avintes, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Espinhaço de Cão. Serra do districto de Faro. Segue em curvatura desde a freguezia de Marmelete até proximo das freguezias de Bensafrim e Bordeira; 253 metros de altura, e 27 k. do comprimento.

Espinhal *(D. Maria da Piedade de Mello Sampaio Salazar, viscondessa do)*. N. em 21 de maio de 1796, fal. no Espinhal, termo de Penella, a 17 de dezembro de 1882. Era filha de Bernardo Salazar Sarmento Eça e Alarcão, cavalleiro professo na ordem de Christo; juiz dos orphãos do bairro d'Alfama de Lisboa, em 1771; desembargador aposentado da Casa da Supplicação,

que serviu nas Relações do Rio de Janeiro, 1772-1775, e na Casa do Porto; casado com D. Thereza Beruarda Pinto Vaz Guedes de Sampaio e Mello, senhora da casa e vinculos em Espinhosa, Carrazêda de Anciães e Riba Longa. A viscondessa do Espinhal casou em 16 de abril de 1843 com Autonio Cardoso de Faria Pinto, bacharel formado em Canones; juiz de direito aposentado com honras de juiz de 2.ª instancia; commendador da ordem de Christo, deputado em mais d'uma legislatura, filho de Manuel de Faria Cardoso. N. em 25 de dezembro de 1800, e fal. a 29 de outubro de 1861. O titulo de viscondessa foi concedido a esta senhora em sua vida, já depois de ter enviuvado, por decreto de 11 e carta de 24 de julho de 1868.

Espinhal. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. do Douro, conc. e com. de Penella, distr. e bisp de Coimbra; 1932 hab. e 560 fog. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. permutando malas com Penella A pov. dista 4 k da séde do conc. e está situada n'um valle junto á serra do Amparo. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Thomar. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Aguas Bellas, conc. de Sabugal, distr. da Guarda. || S. Thomé, de Canellas, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª d'Assumpção, de Rochoso, conc. e distr. da Guarda. || Santa Eulalia, de Sanguedo, conc. da Feira, distr de Aveiro. || S. Pedro, de Tamengos, conc. de Anadia, do mesmo distr. || S. Miguel de Trezouras, conc. de Baião, distr. do Porto.

Espinheira. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Purificação, de Alcanede, conc. e distr. de Santarem. || S. Paio, de Besteiros, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Vicente, de Branca, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Cabanellas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga || Santo Antonio, de Covões, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || S. Martinho da Gandara, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Gondar, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Simão, de Junqueira, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Thiago, de Lourosa, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Miguel e conc. de Oliveira de Azemeis, do mesmo distr. || O Salvador, de Rezende, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª dos Martyres, de Serra do Bouro, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || O Salvador, de Touguinhó, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || N. S.ª das Neves, de Amieira, conc. de Portel, distr. de Evora. || Serra do distr. de Evora, proximo da cidade d'este nome; tem 278 m. d'altura e 15 k. de comprimento. Parece ser uma ramificação da serra d'Ossa.

Espinheiral. Pov. na freg. de S. Miguel, de Sapardos, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Espinheiras. Povoações nas freguezias: N S.ª da Graça, de Almagreira, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Mamede, de Matta Moirisca, do mesmo conc. e districto.

Espinheirinha. Pov. na freg. de S. Christovão, de Caranguejeira, conc. e distr. de Leiria.

Espinheirinho. Pov. na freg. de S. Folix, de Candomil, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Espinheirinhos. Prov. na freg. de S. Estevão, de Barrozas, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Espinheiro. Povoações nas freguezias: Santa Margarida, de Abrã, conc. e distr. de Santarem. Parte d'esta pov. pertence á freg. do Espirito Santo, de Malhou, do mesmo conc. e distr. || S. Domingos de Anna Loura, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || O Salvador, de Cabreiro, conc. de Arcos de Valle-de Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Christovão, de Candomil, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Maria o conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda. || S. Silvestre e conc. da Louzã, distr. de Coimbra. || Santa Cathariua, de Mançores, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Estevão, de Moldes, do mesmo conc. e distr. || S. Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra. || S. João Baptista, de Ponte, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Sandim, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Sepins, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || S. João Baptista, de Silva Escura, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || N. S.ª do Pranto, de Penascoso, conc. de Mação, distr. de Santarem. || N. S.ª da Purificação, de Alcoentre, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa. Tem caixa postal. || Pov. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Espinheiros. Povoações nas freguezias: S. Christovão, de Labruja, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianua do Castello. || S. Pedro, de Rubiães, conc. de Paredes de Coura, do mesmo districto.

Espinhel. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. do Douro, conc. e com d'Agueda, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 1:267 hab. e 311 fog. Tem escolas para ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 14 k. da séde do conc e está situada perto da margem esquerda do rio Agueda. A Casa de Bragança, donataria d'esta freg, apresentava o vigario, que tinha 200$000 réis. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

Espinho. Villa e freg. de N. S.ª d'Ajuda, da prov. do Douro, séde de conc., com. da Feira, distr. de Aveiro, bisp. o rel. do Porto; 3:842 hab. Está situada ao S do Porto e ao N da séde do distr., da qual dista 59 k. via Feira-Estarreja, e 53, via Ovar-Estarreja. Tem uma praia de banhos nas melhores condições hygienicas. Fez parte da freg. de S. Martinho, de Anta, de que foi desannexada, e tendo sido elevada á categoria de freg. com diversos logares adjacentes para effeitos ecclesiasticos, foi considerada independente tambem para effeitos civis e administrativos por decreto de 30 de dezembro de 1890. Pelo decreto de 21 de novembro de 1895 passaram d'esta freg. para a de Anta os logares de Estrada, Mocho e Taboaça; e por carta de lei de 17 de agosto de 1899 foi a mesma freguezia de Espinho elevada á categoria de conc. de 4.ª ordem. Em 1840 ainda esta villa não passava d'uma informe agglomeração de pequenas casas de taboado, chamadas *palheiros*, occupadas por pescadores. Foi sendo moda entre as familias abastadas da Villa da Feira, ir

ali tomar banhos, e muitas d'ellas ali construiram *palheiros* proprios. Ao principio tambem era moda serem feitos de taboas, mas depois alguns os construiram de pedra e cal, continuando a ser terreos. Em 1843, o commendador José de Sá Couto, rico industrial fallecido ha já bastantes annos, dono d'uma fabrica de papel da freguezia de Oleiros, construiu uma bella morada de casas, de pedra e cal, ampla e elegante, com um audar. Outras pessoas lhe seguiram o exemplo, construindo propriedades mais ou menos vastas, mas sem regularidade no seu alinhamento. A camara da Feira providenciou então, marcando os arruamentos, e as edificações que se seguiram formaram ruas regulares. Como está sobre a praia do Atlantico, o seu solo é areia, porém, mesmo proximo da povoação ha terrenos cultivados e ferteis, E' uma vasta, amena e saudavel planicie, com abundancia de agua As invasões do Oceano começaram pouco a pouco, em 1890, a destruir Espinho, especialmente na parte habitada pela classe piscatoria, e constituida de agrupamentos de palheiros separados por estreitos beccos mal calçados exhalando cheiros nauseantes. Os estragos fôram enormes, no que os jornaes da epoca muito falaram. O velho Espinho ficou todo invadido pelo mar, perdendo-se a Praça Velha, onde desembocavam varias ruas cortadas por muitas travessas. A chamada rua Direita, fôra a principal da povoação, onde estava a casa da antiga Assembléa, defrontando com a praça, e na esquina opposta á propriedade de Sá Couto, em que falámos; o resto eram pequenas ruas tortuosas onde se viam miseraveis habitações dos pescadores, casas de banheiros, etc. Em 1896 continuaram as invasões do Oceano a fazer notaveis destroços. A casa de Sá Couto tambem não escapou á devastação, podendo-se apenas salvar a mobilia que a guarnecia. A agua arrastou quasi todo o banco enorme de areia qne defendia a linha ferrea, cavando fundo e para o interior quasi até á altura de um andar. A linha ferrea, havia alguns annos antes que se mudara para cerca de 40 m. acima do ponto em que estava assente, e parece que se pensou em a desviar ainda mais para o interior, edificando-se uma nova estação. Quando, nas marés vivas, o mar começou a avançar e a destruir as edificações que encontrava no caminho, o governo mandou ali dois engenheiros examinar o local e inquirir dos factos. As invasões oceanicas attribuiam-se, na localidade á construcção, do porto de Leixões, que lhe fica na direcção do norte, a maior violencia das correntes, que d'este modo galgaram a praia, arrebatando as casas proximas. Parece, porém, que não seria este o motivo de semelhante phenomeno, porque ainda antes da construcção do porto de Leixões, já se havia produzido uma violenta maré. que destruiu as primeiras filas de casas. Espinho está hoje muito florescente, e durante a estação balnear torna-se alegre e muito animada. E' perfeitamente uma villa moderna. A egreja de N. S.ª da Ajuda vestia-se de gala no ultimo domingo de setembro, para receber as grandes romarias que durante os tres dias ali concorriam, vindas dos povos visinhos de Aveiro, Feira, Ovar, e d'outras povoações. Ultimamente a egreja foi destruida pelo mar. No dia 29 de junho tambem costuma haver uma romaria, que é muito concorrida. Espinho tem est. telegr. post. com serviço de emissão e pagamento de vales e de encommendas, permutando malas com a R. A. N.; est. do caminho de ferro entre as de Esmoriz e de Estarreja; mercado nos dias 1 e 16 de cada mez, e mercado permanente no Cruzeiro; medicos, pharmacias, notario, hoteis, agencias dos seguros *Confiança*, *Bonança*, *Fenix*, *Internacional*, *Portugal* e *Segurança;* associação de soccorros mutuos; bombeiros voluntarios, cafés, casinos, collegios do sexo feminino; fabrica de conservas alimenticias importantissima, em que emprega 1:000 operarios; companhia geral de luz electrica; deposito de

Avenida Serpa Pinto em Espinho

polvora do Estado; Sociedades de recreio: Assembléa de Espinho, Delegação do Real Velo do Porto, Gymnasio de Espinho, Philarmonica da Real Fabrica de Conservas, Theatro Alliança; praça de touros, muitos e diversos estabelecimentos commerciaes, etc. O principal commercio é o da pesca da sardinha. Espinho pertence á 5.ª div. mil., 9.ª brigada, grande circumsripção mil. central, e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. O conc. compõe-se só d'uma freguezia. Ao N da pov. ha a *Ponte dos Suspiros* (ponte d'Anta) e o pittoresco logar onde se vê uma gruta na encosta da fonte do *Môcho*. E' um logar muito poetico pela accidentação do terreno, e pela grande quantidade de limpida agua que bróta em jorros de grandes penedias, e que é aproveitada para motor de varios moinhos, que se estendem ao longo d'um pittoresco riacho. Em Espinho teem sido publicados os jornaes seguintes: *Defensor d'Espinho (O)*, em publicação; *Gazeta de Espinho*, 6 de janeiro de 1901; em publicação; e o numero unico: *Tretas de Morrer*, setembro de 1896. || Pov. e freg. de S. Martinho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 357 hab. e 83 fog. Tem esc. do sexo f m. A pov. dista 5 k. da séde do conc. O deão da sé de Braga apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu; 1:425 hab. e 329 fog Tem escolas para ambos os sexos, e est. post., permutando malas com Mangualde. A pov. dista 4 k. da séde do conc. Os condes de Belmonte apresentavam o abbade, que tinha 500$000 réis. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Alta, conc. de Mortagua, com. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu, bisp. de Coimbra; 1:387 hab. e 411 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e caixa post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada na margem direita d'um affluente do rio Mondego. O cabido da sé de Coimbra apresentava o vigario, que tinha 220$000 réis. No principio da monarchia foi villa, tendo foral, dado por D. Affonso I em 1144. A terra é fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 14 com a séde em Santa Comba Dão. || Povoações nas freguezias: N. S.ª de Condozende, de Adorigo, conc. de Taboaço, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Alcofra, conc. de Vouzella, do mesmo distr. || S. Miguel, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Felix, de Marinha, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || O Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || S. Estevão, de Moldes, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. João Baptista e conc. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu. || Santa Luzia, de Pomares, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || N. S.ª do Rosario, de Alcovo da Serra, conc. da Ceia, distr. da Guarda.

Espinho Grande e Pequeno. Duas povoações na freg. de N. S.ª d'Assumpção, e conc. de Proença a-Nova, distr. de Castello Branco.

Espinhosa. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. João da Pesqueira, conc. de Vizeu, bisp. de Lamego; 434 hab. e 114 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e caixa post. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e 4 k. da margem esquerda do rio Torto. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Avioso, conc. da Maia, distr. do Porto. || S. Thiago, de Soppo, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Espinhosella. Pov. e freg. de Santo Estevão, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 648 hab. e 148 fog, Tem esc. do sexo masc. e est. post. permutando malas com Bragança. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e fica proximo do rio Baceiro. A Casa de Bragança, donataria d'esta freg., apresentava o abbade, que tinha 400$000 réis de rendimento. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Espinhoso. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Arosa, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Nicolau, de Candedo, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

Espinola. Familia das mais nobres da republica de Genova, que passou d'ahi a Hespanha e depois a Portugal, em 1513 na pessoa de Luciano Espinola. As suas armas são: em campo de ouro uma faxa xadrezada de vermelho e prata de tres peças em pala, sobre o campo de cima, pegado á faxa, uma especie de ponta de lança, flôrdelizada de vermelho; timbre um ramo de espinheiro de vermelho Alguns trazem em vez da ponta da lança flôrdelizada um ramo de espinheiro tambem vermelho.

Espinola *(Fr. Fradique)*. Monge da ordem de S. Bernardo. Era natural de Lisboa, onde tambem falleceu a 9 de dezembro de 1708, em edade muito avançada. Era filho de Jacome Antonio Merelli e de D. Seraphina Froes. Professou no mosteiro d'Alcobaça a 17 de abril de 1651. Foi mestre de noviços, secretario do geral fr. Luiz de Faria, duas vezes definidor em 1693 e em 1694, confessor do reformado convento da Nazareth, de Lisboa, abbade do convento do Desterro, de Lisboa, e prior do de Odivellas onde procedeu grandes melhoramentos. Escreveu: *Directorio de religiosas... conforme a doutrina de S. Francisco de Salles*, Lisboa, 1676; *Desejos do céo, vozes de varões illustres para todo o genero de pessoas poderem viver christã e religiosamente*, Lisboa, 1694; *Atalaya do amor divino*, Lisboa, 1695; *Chave do Paraizo, com que na hora da morte se abrem as suas portas*, Lisboa, 1692; outra edição em 1732; *Escada da Bemaventurança, composta de trezentos e cincoenta aforismos asceticos, etc.*, Lisboa, 1699; *Regra de S. Bento, traduzida do latim em portuguez*, Lisboa, 1698; fizeram-se mais edições; a 5.ª é *accrescentada com as cartas e praticas do mesmo santo*, Lisboa, 1728; *Escola Decurial de varias lições*, Lisboa; *parte* I, 1696; *parte* II, 1697; *partes* III e IV, 1698; *parte* V, VI e VII, 1699; *parte* VIII, 1700; *parte* IX, 1701; *parte* X, 1702; *parte* XI, 1707; *parte* XII, 1721, Todas estas partes, ou quasi todas, se reimprimiram depois pelos annos de 1733 a 1736.

Espinola *(Pedro Arvellos)*. Cirurgião da real camara e ajudante do cirurgião-mór dos exercitos, que viveu no seculo XVIII. Foi nomeado cirurgião-lente do hospital de Todos os Santos em 1729, passando a cirurgião dos males em 1738. Em 22 de março de 1750 teve a nomeação de

lente de cirurgia. Pedro Arvellos Espinola, auxiliado com os seus collegas Manuel Vieira e Antonio Soares, embalsamou em 1750 o cadaver de D. João V. Tinha o fôro de fidalgo. Ignora-se as datas do nascimento e fallecimento, mas ainda vivia em 1790 já em edade muito avançada.

Espinosa. As armas d'esta familia são: escudo partido em faxa, a primeira partida em pala, na primeira d'estas em campo vermelho um ramo de espinheiro da sua côr florido e perfilado de ouro com raizes de prata, na segunda, no mesmo campo vermelho, um leão de ouro; a segunda faxa de prata com uma corneta de caça de negro com os bocaes de ouro e cordões de vermelho; timbre o leão do escudo com um ramo de espinheiro na garra.

Espinosa *(Francisco de).* Professor de mathematica, natural de Leiria. Escreveu: *Prognostico diario das marés, de um dia successivamente em outro dia, com o kalendario, mudanças de tempo, e aspectos da lua com o sol, e seus eclipses, para o anno de 1661,* Lisboa, 1660.

Espinosa *(Manuel de).* Licenceado em Direito civil, e poeta. Escreveu muitas poesias em latim, que mereceram os elogios de Manuel de Galhegos. Parece que nunca se imprimiram.

Espinosa *(Pedro Cordeiro).* Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, lente substituto na mesma faculdade, etc. N. em Angra do Heroismo. Era filho de Manuel Cordeiro e de Maria Espinosa. Depois de estudar as primeiras letras na sua patria, veiu matricular-se em 1650 na Universidade, onde se graduou em mestre d'Artes, e se doutorou em Canones. Sendo juiz apostolico em Lisboa, foi promovido a deão da cathedral da Bahia, e commissario da bulla da Cruzada n'aquelle districto, subindo depois a desembargador da Relação da mesma cidade. Foi nomeado prelado no Rio de Janeiro, por ainda não ter bispo, mas não acceitou a este honorifico logar. Escreveu uns *Commentarios ás ordenações do Reino de Portugal,* livro que ficou inédito.

Espio. Pov. na freg. de S. Christovão, de Espadanedo, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Espirito Santo *(Fr. Bernardino do).* Religioso da Ordem Terceira de S. Francisco, e poeta. Escreveu: *Ode sapphica ao Ex.mo e R.mo Sr. D. Fr. Manuel do Cenaculo Villas Boas, por occasião da sua elevação á Cadeira Archiepiscopal de Evora,* Lisboa, 1802; *Saudades de Belmiro, pastor do Graça, e descripção poetica do primeiro comboi do Brazil,* Lisboa, 1804; saiu sem o seu nome.

Espirito Santo *(D. Fr. Antonio da).* Religioso da ordem dos carmelitas descalços. N. em Montemór-o-Velho em 1618; fal. a 27 de janeiro de 1674. Era filho de Jeronymo Soares Carraça e de Filippe Gaspar. Professou no convento de N. Sr.ª dos Remedios, de Lisboa, a 29 de maio de 1636. Aprendeu no collegio de Coimbra as sciencias maiores, que depois dictou por muitos annos no mesmo collegio. Foi prior do referido convento dos Remedios, definidor da provincia, e por fim geral de toda a congregação em Hespanha. Sendo eleito bispo de Angola por D. Pedro II, partiu para a sua diocese em companhia do governador Pedro Cesar de Menezes, em cuja viagem padeceu um lastimoso naufragio junto de Benguella a 9 de novembro de 1673, de que escapou milagrosamente, e chegando ao seu destino a 9 de dezembro seguinte, tomou posse no dia 11. Deixou impressas varias obras de Theologia escriptas em latim.

Espirito Santo *(Antonio José do).* Organista e mestre da capella real da Bemposta nos principios do seculo XVIII.

Espirito Santo *(Fr. Braz do).* Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Lisboa em 1598, onde tambem fal. a 21 de setembro de 1638, Era filho de Sebastião João e de Maria Mattos. Estudou philosophia e theologia com muito aproveitamento. Professou no convento de S. José de Ribamar, a 19 de maio de 1625. Foi prégador abalisado. Escreveu um *Tratado theologico,* e deixou manuscripto, prompto para a impressão. *Resposta a mil e quatrocentas duvidas que se pódem formar no santo exercicio da oração.*

Espirito Santo *(Soror Brites do).* Abbadessa do convento de Santa Clara de Evora. Chamava-se no seculo D. Brites de Menezes, e era filha de D. Christovão Manuel de Vilhena, commendador de S. Paulo de Chão de Maçãs da ordem de Christo, e de sua segunda mulher, D. Joanna de Faria; irmã de D. Sancho Manuel, 1.º conde de Villa Flôr que tanto se distinguiu na batalha das linhas d'Elvas, e em outras, no tempo da guerra da Restauração de 1640. N. em Chão de Maçãs em 1606, fal. a 13 de agosto de 1696. Deixando o mundo, professou no referido convento de Santa Clara. Escreveu um *Memorial de algumas religiosas eminentes em virtude, que floresceram no convento de Santa Clara de Evora,* que o qual ficou em manuscripto

Espirito Santo *(Soror Cecilia do).* Religiosa do convento das Chagas, de Villa Viçosa, que fal. a 30 de janeiro de 1727. Era filha de Domingos Antunes e de Maria Lopos de Bettencourt. Foi muito inclinada á poesia, e publicou um romance muito extenso de sua composição, intitulado: *Colloquios com Christo crucificado de um pecador arrependido.*

Espirito Santo *(Fr. Cosme do).* Religioso franciscano da provincia de Santo Antonio do Brazil, da qual foi duas vezes provincial. Fal. no convento de S. Antonio de Paraguassú, em 15 de junho de 1722. Escreveu: *Estatutos da provincia de Santo Antonio do Brazil, tirados de varios Estatutos da ordem, accrescentando n'elles o mais util e necessario á reforma d'esta Provincia,* Lisboa, 1717. Publicou e offereceu a D. João V o *Cerimonial dos Capuchos da Provincia de Santo Antonio, do Brazil,* escripto por fr. Lourenço da Resurreição.

Espirito Santo *(Delphina Perpetua do).* Antiga actriz, que foi uma das maiores glorias do theatro portuguez. Era mais conhecida pelo nome de *Delphina* e no palco chamavam-lhe familiarmente *Avósinha,* pela consideração, estima e respeito que a todos merecia. N. em 20 d'abril de 1818, fal. a 22 de setembro de 1881. Não conheceu seus paes, que a engeitaram na data referida de 20 de abril de 1818; teve, porém, por madrinha uma pobre mulher, que lhe poz todo o seu nome, e a creou carinhosamente, estimando-a como se fôsse sua propria filha. Delphina foi crescendo, e a pobre mulher tratou de lhe sondar a vocação, procurando applical-a a um honrado e ganancioso mister. A pequenita occupava-se em fazer recados, e parece, que era muito affeiçoada a umas bailarinas de S. Carlos, a casa que mais frequentava, por ser ali muito que-

rida. Algumas vezes foi com ellas ao theatro, onde as via dançar, e voltava enthusiasmada. Algum tempo depois falleceu a mãe adoptiva, que muito a sensibilisou. Vendo-se só, e ainda tão nova, as bailarinas a receberam em sua casa. Delphina vivia então muito alegre; ia aos espectaculos, e em casa, entregava-se á costura e aprendendo a dançar nas horas vagas. Aos 19 annos já dançava com muito garbo e firmeza, e graças aos empenhos das suas amigas e protectoras, conseguiu

Delphina Perpetua do Espirito Santo

ser incorporada no numero das bailarinas do theatro de S. Carlos. Era então empresario, por amor á arte, o fallecido conde do Farrobo, millionario, que foi sempre amador das bellas artes e protector dos artistas, tendo vehemente paixão pelo theatro e pela musica. N'essa epoca estava no auge da sua grandeza. Um dia lembrou-se de dar uma recita de drama e comedia no seu elegante theatro da quinta das Laranjeiras, e tratou immediatamente de pôr em pratica a sua idéa, começando por escolher pessoal ageitado ao intento, na sua companhia de S. Carlos. No numero das escolhidas entrou Delphina, que recebeu a noticia com o maior prazer, porque a vida de bailarina já lhe aborrecia e desejava entregar-se á arte de declamação. Distribuiram-lhe um pequeno papel de creada na comedia *Mulher, marido e amante*, que ella desempenhou com muita graça e naturalidade, recebendo muitos applausos. N'aquella epoca dirigia o theatro da Rua dos Condes Emilio Doux, um francez de grande merecimento e muito conhecedor da arte dramatica, que foi mestre dos nossos antigos artistas, que se tornaram notaveis, como Emilia das Neves, Talassi, Tasso, Epiphanio, Rosa, etc. Queixavam-se muitos da sua direcção despotica, e para o guerrear, formou-se uma sociedade para o theatro do Salitre, com o nome de *Associação de Gil Vicente;* a organisação da companhia tornou-se um tanto difficil pela falta que existia de artistas, mas afinal organisou-se recrutando-se novos actores. Representaram-se duas peças que fizeram verdadeiro successo: *O Fronteiro d'Africa*, de Alexandre Herculano, e *Os ultimos tres dias d'um condemnado.* Querendo representar o *Roberto do Diabo*, a empresa contratou Delphina para executar a mimica da scena do sonho. Pela fórma como se houve, e pelos creditos que creára como actriz no theatro das Laranjeiras, foi escripturada para o Salitre, a conselho do conde do Farrobo, onde se estreou na comedia de Moliére. o *Peão fidalgo.* N'esta e n'outras peças que se seguiram, mostrou Delphina desde o começo da sua carreira, um grande talento scenico, e muita disposição para o naturalismo. Quando uma associação de artistas tomou por empresa o theatro da Rua dos Condes, por indicação de Almeida Garrett, foi contratada a actriz Delphina, debutando no drama *As duas filhas.* Distinguindo-se tambem nos dramas: *O dote de Suzanna*, *Magdalena* e *Reinado de Luiz XV.* Construindo-se o theatro de D. Maria II em 1846, passou para ali a sociedade dos artistas que funccionava no da Rua dos Condes, e Delphina foi convidada para se incorporar na mesma companhia, sendo então classificada primeira actriz comica, por um jury composto de Antonio Feliciano de Castilho, mais tarde visconde de Castilho, Rebello da Silva, Mendes Leal e Rodrigo Felner. Desde essa epoca as suas notaveis creações, os papeis de generos bem diversos de que se encarregou, a elevaram á categoria de actriz de primeira ordem, tanto no comico, como no dramatico. Em 1866, quando Francisco Palha deixou de ser commissario regio do theatro de D. Maria II e saiu de lá com a maior parte dos artistas principaes da companhia, tomando o da Rua dos Condes, em quanto se edificava o novo theatro da Trindade, Delphina acompanhou-o. Foi na Rua dos Condos que se representou pela primeira vez *A familia Benoiton*, em que a apreciada actriz teve uma das melhores creações da sua vasta galeria artistica. Na Trindade, tambem se dedicou á opera burlesca, distinguindo-se no *Barba azul*, na *Ilha de Tulipatan*, na *Princeza de Trebizonda*, etc. Sentindo-se muito doente e cançada, Delphina, em 1880, viu-se obrigada a deixar o theatro, e a ultima peça que representou foi o *Avarento*, de Molière, em 1 de julho. Assim se encontra Molière no começo e no fim da sua vida artistica: O *Peão fidalgo*, com que debutou no Salitre, e no *Avarento*, sua despedida na Trindade. Delphina voltou ainda á scena, d'ali a dois mezes, para representar o *Barba Azul*, na reapparição da actriz Anna Pereira no theatro da Trindade, d'onde se havia afastado. Fôram essas recitas a 17, 19 e 22 de setembro de 1880, e exactamente um anno depois fallecia. O seu funeral foi uma grandiosa manifestação da sympathia e da estima que tinha de toda a gente, collegas e publico, *A avósinha* morreu pobre, porque todo o seu dinheiro distribuia-o aos necessitados, que perderam na talentosa artista uma desvelada protectora. O seu repertorio era enorme; além das peças já mencionadas, lembra-nos as seguintes: *Mineiro de Cascaes*, *Diabo a quatro*, *Antes na provincia*, *Odio de raça*, *Camões do Rocio*, *A afilhada oo barão*, *Fructos e flôres*, *O medico á força*, *Lei dos Morgados*, *Santinha de pau carunchoso*, *Pupillas do sr. reitor*, *Casado e solteiro*, *Amor joven em peito velho*, *Os primeiros amores de Bocage*, *Os homens do mar*, *A Gran-duqueza de Gerolstein no penultimo andar*, *O sr. Procopio Baeta*, *Fortuna e trabalho*, *Não se casem assim*, *A Familia*, *Nobreza por nobreza*, *Justina*, *Penitencia*, *Vingança*, *No tempo dos francezes*, *Jogo*, *Demonio do jogo*, etc.

Espirito Santo *(Fr. Domingos do).* Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho. N.

em Lisboa, e fal. em Gôa em 1628. Era filho de Balthazar Ferreira e de Anna Pessoa. Professou no convento da Graça, da sua patria, a 2 d'outubro de 1601. Foi depois estudar philosophia no collegio de Gôa, onde exerceu duas vezes o cargo de reitor. Era muito versado em theologia moral, historia, e privilegios da sua ordem Escreveu: *Breve relação das Christandades, que os religiosos de nosso padre S. Agostinho teem á sua conta nas partes do Oriente, e do fructo que n'ellas se faz, tirado principalmente das cartas que n'estes annos de lá se escreveram*, Lisboa, 1630. Saiu posthuma, sem o nome do autor. Deixou varias obras manuscriptas, entre as quaes se conta uma *Chronica da religião de Santo Agostinho.*

Espirito Santo *(Fr. Felix do).* Religioso da ordem de Santo Agostinho. Chamava-se no seculo Manuel Pitta Calheiros. Era natural do Porto, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Fôram seus paes José d'Almeida Pitta e Izabel Soares. Applicou-se na Universidade de Coimbra á faculdade de Direito, tomou o grau de bacharel, mas não continuou o curso, e fez-se religioso, professando no convento de N. S.ª da Conceição do Monte Olivete, a 28 de agosto de 1681. Deixou manuscriptos alguns *Autos* sobre assumptos religiosos.

Espirito Santo *(Fr. Francisco do).* Religioso da ordem de S. Francisco N. em Amarante em 1588; fal. em 29 d'outubro de 1666. Era filho de Diogo Cabral Barbosa e de D. Filippa Pinheiro. Estudou a lingua latina na terra da sua naturalidade, e humanidades no collegio dos jesuitas de Braga; professou no convento do Porto a 6 de julho de 1610. Foi apreciado prégador, guardião dos conventos de S. Paio do Monte, Guarda, Alemquer, Porto e Lisboa, até ser provincial; visitador da provincia da Ordem Terceira de S. Francisco, e presidente do capitulo celebrado a 16 de novembro de 1641. Deixou manuscriptas umas *Arvores genealogicas.*

Espirito Santo *(Fr. Gregorio do).* Religioso da congregação de S. João Evangelista, que viveu no seculo XVIII. Era natural de Evora, e filho de Francisco Vidigal e de Maria Thomé Professou no convento de Xabregas a 22 de março de 1695. Escreveu em latim um *Curso philosophico.*

Espirito Santo *(Fr. Gregorio do).* Religioso da ordem de S. Bento N. na freg de Santa Christina, a pouca distancia de Arrifana de Sousa, em 4 de março de 1648; fal. em Coimbra a 2 de setembro de 1726. Professou em 1 de novembro de 1664 no convento benedictino de Rendufe, e passando á Universisade doutorou se em theologia, ficando como lente d'esta faculdade. Foi eleito abbade do collegio de Coimbra em 1695, e geral da ordem em 1714. Deixou manuscriptas umas *Annotações sobre a quantidade das syllabas, conforme a Arte do padre Manuel Alvares.*

Espirito Santo *(Soror Guiomar).* Abbadessa do convento da Castanheira, que fôra fundado por seus paes os 1.os condes d'este titulo, D. Antonio de Athaide e D. Anna de Tavora. Fal. a 22 de maio de 1603, deixando manuscripta a *Vida da veneravel Maria Mecia da Conceição, religiosa do mosteiro da Castanheira, que morreu em 1580.*

Espirito Santo *(Fr. José do).* Religioso da ordem dos carmelitas descalços. N. em Braga em dezembro de 1608, sendo baptisado no dia 25 do referido mez e anno; fal. em Madrid a 27 de janeiro do 1674. Era filho de Paulo Barroso e de Catharina Francisca, pessoas nobres e opulentas. Do estudo das primeiras letras passou para as aulas de grammatica, rhetorica e philosophia; aprendeu com dedicação theologia a poesia latina e portugueza. Era filho unico, herdeiro d'uma grande casa, porém tudo despresou para se entregar á vida religiosa. Entrou no noviciado de Lisboa a 2 de junho de 1632, contando 23 annos e meio de edade e professou a 5 de junho de 1636; foi o primeiro religioso que saiu de Braga para o Carmelo. Para se entregar a uma vida austera partiu para o Bussaco, então um deserto, que servia de desterro, mas não o deixaram ali permanecer, porque recebeu ordem de vir ensinar philosophia e theologia em Coimbra, a cujo ensino se dedicou com os mais proficuos resultados desde 1643 até 1652. Tornou-se notavel em todos os ramos de theologia, sendo reputado como oraculo, tanto em Portugal como em Madrid, onde o veneravam. Sendo o seu nome celebre na oratoria á face da Universidade, prégando na real capella com geral estima, os prelados serviram-se do seu prestimo para propagar o instituto na sua patria. Levado da obediencia, saiu de Coimbra nos fins do anno de 1652, e caminhou para Braga sem alforge e sem dinheiro. Ali venceu difficuldades, luctando com os religiosos e parochos que se oppunham á fundação, comtudo, dentro d'um mez alcançou as licenças, e ao mesmo tempo arranjou o hospicio, e com 8 companheiros principiou a vida regular no dia 1 de fevereiro de 1653, em S. Sebastião das Carvalheiras. Ganhando a sympathia local, conseguiu em 1654 mudar o hospicio para logar apropriado, e sem padroeiro formou um dos mais bem organisados conventos dos carmelitas descalços Em 1657 foi dirigir o convento de Cascaes, e em 1663 teve ordem de ir para o de Evora. N'esta occasião chegava áquella cidade D. João d'Austria, preparando se para lhe pôr cerco; a situação do convento, que era muito proximo dos muros, tornou-se deveras arriscada, tanto por causa dos sitiados como dos sitiantes. Fr José não quiz desamparal-o, e entre o chuveiro de balas e o estrondo da artilharia dos combatentes, conservou toda a regularidade monastica e paz inalteravel. A 17 de junho, estando no coro ás 5 horas da manhã com a communidade em oração, os hespanhoes arrombaram as portas, e entraram de tropel no convento, fôram ao côro, e fr. José, sem se assustar, continuou tranquillo, o que assombrou o inimigo, como diz o padre Francisco da Fonseca na sua *Evora Gloriosa.* Todo o tempo do assedio, estando os hespanhoes de posse do convento, formando d'elle trincheiras, fr. José e a sua communidade continuaram com todo o socego, como se estivessem nos desertos do Bussaco Respeitado como homem de virtude assignalada, foi lhe incumbida a fundação d'um convento na Bahia em 1665, o que se realisou em pouco tempo, pois em 1 de novembro do mesmo anno já o hospicio estava arranjado, começando a sua vida regular. Não só os povos, mas os homens mais respeitaveis muito o consideravam e veneravam. No fim do anno de 1668 recebeu ordem para assistir ao capitulo, e informar sobre a utilidade das missões. Partiu então em março de 1669, e chegando a Lisboa foi escolhido para orador nas festas da canonisação de Santa Maria Magdalena de Pazzi, juntamente com outros pré-

gadores de grande fama. D. Pedro II, então ainda principe regente, o chamou, instando para que acceitasse um bispado no ultramar, cargo que elle sempre rejeitou. Partiu para Madrid em obediencia á ordem carmelitana, e ali se conservou até que falleceu em cheiro de santidade. Prégou na lingua hespanhola com a mesma propriedade de locução, como na materna, e attrahiu tanto a attenção da côrte que muitos grandes de Hespanha quizeram acompanhar o seu corpo á sepultura. O seu retrato foi collocado no convento de S. Hermenegildo de Madrid, ao lado d'outros religiosos muito venerados. Compoz em latim uma *Theologia Mystica*, cujo manuscripto ficou em poder de Fr. Paulo de Todos os Santos, para se imprimir na Allemanha. Em castelhano escreveu: *Cadena Mystica Carmelitana de los Autores Carmelitanos Descalços por quien se ha renovado en nuestro siglo la doctrina de la Theologia Mystica*, Madrid, 1678; *Colaciones en la forma, que se praticanen los Desiertos de la Religion* (ficou em manuscripto); *Questiones Mysticas;* imprimiram-se duas em 1678; *Quatro Tiernos de Sermones varios*, publicados em Madrid. Em portuguez publicou alguns sermões, em 1653, 1659, 1664 e 1673. Além do retrato que existia em Madrid, como dissémos, tambem havia outro no convento de Braga, que elle fundou. A relação minuciosa dos seus escriptos vem na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. II, pag. 846.

Espirito Santo *(Fr. Lourenço do)*. Religioso da ordem de S. Bernardo, doutor em theologia pela Universidade de Coimbra. Era natural de Lamego, e fal. no convento d'Alcobaça a 25 de julho de 1601. Professou no convento de Salzedas. Foi reitor do collegio de Coimbra, sendo eleito geral a 22 de fevereiro de 1580, sendo o primeiro geral da congregação cisterciense, depois de se desunir dos commendatarios que a governavam. Em 11 de junho de 1597 foi novamente eleito geral.

Espirito Santo *(Fr. Manuel do)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho. N. em Athouguia da Baleia, e fal. em Lisboa a 2 d'abril de 1652. Era filho de Christovão de Foyos e de Brites Gomes. Professou no convento da Graça, de Lisboa, a 19 de outubro de 1619. Foi mestre de theologia no collegio de Santo Agostinho, e doutorou-se em Italia, pela Universidade de Bolonha. Deixou uns commentarios latinos.

Espirito Santo *(Fr. Manuel do)*. Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Lisboa a 14 de agosto de 1688, ignora-se a data da sua morte. Era filho de Antonio Fernandes e de Antonia de Jesus. Professou no convento de Alemquer a 21 de setembro de 1705. Foi jubilado em theologia, qualificador do Santo Officio, examinador das tres ordens militares, e prégador do infante D. Francisco, irmão d'el-rei D. João V. Dos seus sermões publicou só o seguinte: *Sermão da Penitencia depois de recolhida a Procissão, que a Veneravel Ordem Terceira do Real Convento de S. Francisco da Cidade de Lisboa fez no dia quarta feira de Cinza 27 de Feverciro de 1732;* Lisboa, 1732.

Espirito Santo *(Fr. Manuel do)*. Na unica obra que conhecemos d'este frade, abaixo descripta, intitula-se elle *Indigno filho do Serafim Patriarca S. Francisco na Reformadissima Provincia da Soledade, e Mestre de Noviços no Convento de Santo Antonio dos Olivaes de Coimbra.* O titulo completo da obra é: *Arte Nova de espirituaes documentos para a boa creação dos Noviços, e Recem-Professos da Provincia da Soledade da mais estreita, e regular Observancia do N. P. S. Francisco do Instituto dos Descalços neste Reyno de Portugal, e para cõmua utilidade de qualquer pessoa, que no caminho da Virtude quizer conseguir a perfeição de huma virtuosa vida, composta e dividida em duas partes, por Fr. Manoel do Espirito Santo; Coimbra, Na Real Officina da Universidade, Anno de 1764*; 1 vol. 8.º

Espirito Santo *(Fr. Manuel do):* Religioso da ordem de Santo Agostinho reformado; doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. N. em Villa do Conde, mas ignora se a data do fallecimento. Era filho de Agostinho Alves da Costa. Doutorou-se a 28 de julho de 1822.

Espirito Santo *(Fr. Roque do)*. Religioso da ordem da Trindade. N. em Castello Branco, fal. a 11 de março de 1590. Era filho de Francisco Martins da Costa, doutor em Direito civil pela Universidade de Paris, e de Ignez de Gaia, sua primeira mulher. Professou no convento de Santarem em 1541. Foi quatro vezes provincial. Fundou o collegio de Coimbra e o convento de Ceuta, e vivendo n'esta casa religiosa foi encarregado pelo cardeal rei D. Henrique de resgatar o duque de Bragança e outros fidalgos, que tinham ficado captivos na batalha d'Alcacer-Kibir. Rejeitou as mitras, que lhe fôram offerecidas, de Gôa, Lamego e Vizeu. Compoz uma *Doutrina Christã*, da qual mandou tirar grande numero de exemplares que distribuiu pelos captivos que estavam no poder dos infieis.

Espirito Santo *(Fr. Salvador do)*. Religioso franciscano da provincia d'Arrabida, prégador dos reis D. João V, D. Affonso VI e D. Pedro II. N. em Unhos, termo de Lisboa, e fal. n'esta cidade a 30 de agosto de 1689. Partiu para Londres em 14 de Setembro de 1663, para satisfazer os desejos da rainha de Inglaterra, D. Catharina, filha de D. João IV, que intentava edificar em Londres um convento de religiosos arrabidos. Acompanhou depois Francisco de Mello na embaixada á Hollanda, e regressando a Portugal continuou sendo prégador. Escreveu: *Oração funebre nas honras do ill.mo sr. D. Rodrigo de Lencastro, feitas no mosteiro dos Capuchos da villa de Santarem a 28 de Fevereiro de 1658*, Lisboa, 1659: *Sermão da cinza, prégado na côrte de Londres, na capella da Senhora Rainha da Grã-Bretanha em 8 de Fevereiro de 1668*, Londres, sem data de impressão.

Espirito Santo. Pov. e freg. da provincia do Alemtejo, conc. e com. de Mertola, distr. e bisp. de Beja; 1:859 hab. e 543 fog. Tem escolas para ambos os sexos e est. post. A pov. dista 11 k. da séde do conc. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o cura, que tinha diversos generos e 10$000 réis em dinheiro. A terra é muito fertil, e tem muito gado. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro.

Povoações nas freguezias: N. S.ª da Encarnação, de Vimieiro, conc. de Arraiollos, distr. de Evora. ‖ S. Miguel, de Arcozello, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. ‖ S. André, de Boidobra, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. ‖ Ilha da Madeira; S. Sebastião e conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal. ‖ S. Salvador, de Feitosa, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Silvestre, de A dos Francos, conc.

das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Santa Eulalia, de Gondar, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho do Bispo, conc. e distr. de Coimbra. || Santissimo Nome de Jesus, de Odivellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa. || S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de N. S.ª da Annunciação, de Espaiz, conc. de Taboa, do mesmo distr. || Casal na freg. de S. Pedro, de Villarinho, conc. da Louzã, do mesmo distr. || Quinta na freg. de N. S.ª da Conceição, de Arnas, conc. de Sernancelhe, distr. de Vizeu. || Ilha de Santa Maria; pov. e freg. de N. S.ª da Assumpção, conc. e com. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo; 2:502 hab. Fica situada á beira-mar, sobre rocha, em terreno elevado, ao S de Santa Barbara, de que dista 5 k. Tem escolas para ambos os sexos, e caixa post. E' fertil em centeio, cevada, batata, trigo, milho, e tem creação de gado. || Rio do distr. de Lourenço Marques entre os rios Manhiça, ao N, de que dista 15 k., e o Maputo ao S. Na margem esquerda do rio, a 15°25' de lat. S e 24°28' de long. E, ergue-se a fortaleza de Lourenço Marques. Tem 100 k. de largura. Entra no mar por duas boccas quasi fronteiras com a ilha dos Passaros. A que fica a NO tem 15 k. de largura. O rio é navegavel e frequentado desde que se estabeleceu o commercio do marfim com o sertão. Na altura da ilha do Refugio confluem no Espirito Santo os rios Matóla, Tembe ou Catembe, e Lourenço Marques, ficando o Matóla ao N, a pouco mais de 3 k. da embocadura do Espirito Santo, o Lourenço Marques no centro, e o Catembe ao S. Em 1546, D João III mandou assentar na margem do rio uma feitoria fortificada, da qual, no principio do seculo XIX, ainda havia vestigios. Em 1721, uma expedição hollandeza fundou a pouca distancia do estabelecimento portuguez, uma pequena feitoria que os cafres e os piratas inglezes arrasaram em 1733. Os hollandezes ainda fundaram outra feitoria em 1735, que não tardou a ser abandonada. A canhoneira portugueza *Maria Anna* explorou o rio em 1871. Os inglezes chamam-lhe *English river*, e os naturaes *Anzate*. || Fortaleza que defende o porto da Praia, na ilha Terceira.

Espirito Santo Abrunhosa *(João Manuel do)*. Doutor em Canones, pela Universidade de Coimbra. Natural de V. N. de Gaia; ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de Manuel dos Anjos Abrunhosa. Doutorou-se em 1 de fevereiro de 1801.

Espirito Santo Limpo *(Manuel do)*. Tenente-coronel do real corpo de engenheiros, lente de mathematica e de navegação na Academia Real de Marinha, director do Observatorio Astronomico da mesma academia, e socio da Academia Real das Sciencias. N. na villa de Olivença, quando ainda esta praça de guerra pertencia a Portugal, e fal. em Lisboa a 29 de outubro de 1809. Espirito Santo Limpo pertencia primitivamente á armada real, e sendo capitão de fragata, é que foi passado ao exercito, por decreto de 12 de junho de 1802, no posto de tenente-coronel de engenheiros. Quando era ainda cabo de esquadra no regimento de artilharia do Porto, foi preso por ordem da Inquisição de Coimbra, juntamente com José Anastasio da Cunha e outros individuos, e com elles processado e penitenciado no auto da fé que se celebrou na sala da Inquisição de Lisboa a 11 de outubro de 1778. Isto, porém, não prejudicou o seu futuro, e continuando os seus estudos, exerceu os cargos acima referidos. Era casado com D. Maria da Maternidade Abreu de Oliveira. Escreveu: *Noções de manobra de navio*, Lisboa, 1793; outra edição no Porto, 1819; *Principios de tactica naval*, etc, *publicados de ordem da Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1795; *Ensaio de tactica naval, por João Clerk, traduzido livremente do inglez, de ordem de S. A. R. o Principe Regente*, Lisboa, 1801; *Memoria sobre a applicação das mathematicas á tactica*, inserta no *Jornal Encyclopedico*, em maio de 1791, pag. 133 a 158; saiu depois, no mesmo anno, em separado, mais ampliada pelo autor, com o titulo: *Reflexões sobre a applicação da mathematica á tactica*; *Outra memoria sobre o mesmo assumpto da antecedente*, no referido *Jornal*, setembro de 1791, pag. 259 a 303; *Memoria sobre o restabelecimento da quinta ordem de marcha, alterada por haver alargado o vento*, saiu na *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias*, tomo I; *Observações astronomicas feitas no Observatorio Real da Marinha*; saíram nas referidas *Memorias*, tomo III, parte I. Parece que deixou algumas obras manuscriptas.

Espirito Santo Monte *(Fr. José do)*. Religioso da ordem terceira de S. Francisco. N. em Santarem a 6 de fevereiro de 1728; ignora-se a data do fallecimento. Foi prégador geral, etc. Escreveu: *Pensamentos sublimes de Massillon, traduzidos do Abbade de la Porte*. Lisboa, 1786; *Diccionario theologico portatil do abbade D Prospero ab Aquila, traduzido em portuguez*, Lisboa, 1789; 2.ª edição em 1795; 2 tomos; *Vindicias do tritono, com um breve exame theorico critico das legitimas e verdadeiras regras do canto ecclesiastico*, Lisboa, 1791; saiu com as iniciaes do seu nome; *A Egidea, poema heroico, ou historia da portentosa vida do grande penitente S. Fr. Gil, portuguez*, Lisboa, 1788; não traz o nome do autor.

Espirito Santo Palhares *(Fr. Alexandre do)*. Religioso franciscano da provincia de Portugal, prégador muito apreciado no seu tempo. N. em Arcos de Valle-de-Vez, em 1749; fal. na villa de Pereira, a 2 de junho de 1811. Por causa d'um sermão que prégou no convento da Estrella na presença da rainha D. Maria I, e de toda a côrte, teve de sair de Lisboa, segundo se diz, por uma especie de deportação a que foi condemnado governamentalmente para fóra da capital, para não mais incommodar os animos dos validos fazendo resoar nos pulpitos as verdades amargas, e as reprehensões que contra elles soltava, com verdadeira liberdade de apostolo. Foi depois para director do collegio das Ursulnias da villa de Pereira. O prior da freguezia d'esta villa, Tavares de Souza, publicou em 1855 e 1856 uma edição posthuma em 2 volumes dos seus sermões, com o seguinte titulo: *Sermões do Padre Mestre Fr. Alexandre do Espirito Santo Palhares, copiados dos manuscriptos originaes e dados á luz por José Lourenço Tavares da Paixão e Sousa, Bacharel formado em Canones, prior da villa de Pereira*, etc. A collecção comprehende ao todo 36 sermões, sendo para sentir que entre elles se não encontre o mais falado de todos o que foi prégado no convento da Estrella, a que nos referimos.

Espirra. Pov. na freg. de N. S.ª da Oliveira,

de Canha, conc. de Aldeia Gallega do Ribatejo, distr. de Lisboa.

Espite. Pov. e freg. de S. João Baptista, da Estremadura, conc. e com. de V. N. d'Ourem distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 2:235 hab. e 468 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post., permutando malas com V. N. d'Ourem. A pov. dista 5 k. da séde do conc. A mitra apresentava o cura, que tinha 100$000 réis. Ha aqui minas de carvão fossil. A terra é fertil e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar.

Espiunca. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Arouca, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 521 hab. 132 fog. Tem correio. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada junto á margem esquerda do rio Paiva, em terreno montuoso, mas fertil em cereaes, legumes e fructas, bom azeite e apreciado vinho verde. Cria bastante gado de toda a qualidade, e tem muita caça. O abbade do convento de S. João d'Alpendurada apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis. O rio Paiva, que passa pela extremidade norte da freguezia, divide o distr administrativo d'Aveiro do de Vizeu, e a prov. do Douro da Beira Alta. A pov. é muito antiga, e em muitos documentos antigos se lhe dá o titulo de villa. Houve em Espiunca um convento de freiras benedictinas, que se supprimiu no seculo XV, indo as freiras para o convento da mesma ordem, do Porto. A pov. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Carquere conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Villa Cova da Lixa, conc. de Felgueiras. distr. do Porto.

Esplamaca. Ponta ou cabo na costa da ilha do Faial, a 3 k. ao S da ponta ou cabo de João Dias Pequeno forte.

Esplanada. Pov. na freg. de N. S.ª dos Anjos e conc. de Valença, districto de Vianna do Castello.

Espontão. Meio pique, arma antiga dos officiaes de guerra. Especie de alabarda ou lança, de mais de dois metros de comprimento. O espontão primitivo da edade média parece ter sido tanto adaga de mão como uma arma de haste. A partir do seculo XVI, o espontão com o seu couto de sete pés e o seu ferro em fórma de folha aguda, de meio pé de comprimento, é a insignia dos officiaes de infantaria. Deu-se-lhe mais tarde o nome de partasana O verdadeiro espontão é uma alabarda de guerra com o ferro em fórma de folha de salva.

Espora. Instrumento de metal, constando ordinariamente d'um arco que se adapta ao salto ou tacão da bota ou do sapato, e do qual sáe uma haste terminada posteriormente em roseta movel com pontas ou em ponta aguda, com a qual o cavalleiro pica ou incita o cavallo. Durante algum tempo, do seculo XIII ao seculo XV, fôram as esporas douradas uma das insignias dos cavalleiros, mas esta moda estendia-se a todas as pessoas ricas, ao passo que as esporas de guerra communs eram de ferro estanhado. No cerimonial antigo, as esporas eram uma das cinco peças chamadas de *grande honor*, usadas nas ceri monias de investidura, nas exequias, etc. || *Cavalleiro de espora dourada:* o que ganhava a honra de cavallaria. | *Moço de esporas*; o que acompanhava a pé o amo junto á estribeira, ou que lhe calçava e descalçava as esporas.

Esporão. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Expectação, de Fermedo, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra. || N S.ª das Neves, de Midões, conc. de Taboa, do mesmo distr. || S. Pedro de France, conc. e distr. de Vizeu. || S. Antonio e conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora.

Esporões. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 612 hab. e 138 fog. Tem correio. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e passa-lhe proximo a estrada real de Braga a Guimarães. A mitra apresentava o vigario, que tinha 80$000 réis. Houve aqui um celleiro para emprestar milho aos pobres, fundado por Martim Ribeiro. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Caldellas, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Genesio, de Insua, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Moreira de Rei, conc. de Trancoso, distr. da Guarda.

Esposade Pov. na freg. de S. João Baptista, da Foz do Sousa, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Esposade de Cima, Esposade do Fundo. Duas povoações na freg. de S. Thiago, de Custoias, conc. de Bouças, distr. do Porto.

Espozende. Villa da prov. do Minho, séde de conc. e de com. de 3.ª ordem, distr. e arceb, de Braga, julgado municipal e relação do Porto. Tem uma só freg. cujo orago era antigamente N. S.ª da Graça, e hoje é Santa Maria de Belem. Está situada n'uma vasta planicie, cercada pelo norte, sul e leste, de verdejantes e fertilissimos prados, e de espessos pinhaes, sobre a margem direita e na foz do rio Cávado, com um pequeno porto de mar. Em frente da margem esquerda do Cávado fica a freg. de Fão. Julga-se que os romanos tivessem aqui estabelecido alguma estação naval, mas não ha nenhuns vestigios a esse respeito Ha opiniões, que esta pov. fôsse fundada no tempo do seu dominio na cidade de *Aguas Celenas*, hoje freguezia de Fão, que por acharem o sitio muito proprio para o seu commercio pela facilidade de transportes para o mar, com um rio navegavel até Braga, ali formaram uma colonia maritima; outros querem que a cidade romana *Aguas Celenas* fôsse a actual villa de Barcellos, (*V. este nome*); outros attribuem a fundação de Espozende a varias familias da freg. de S Miguel das Marinhas, que no seculo XVI vieram aqui estabelecer-se para darem impulso á navegação e á pesca. Parece que o primitivo nome da povoação não foi o actual de Espozende, mas ninguem lhe conhece outro. O rio Cávado, como se disse, era navegavel até Braga, Nos *Annaes do Municipio de Espozende*, lê-se que a barra do rio Cávado foi muito importante, chegando a existir ali ancorados 70 a 80 navios d'alto bordo, e ainda pelos annos de 1807 a 1809 se fizeram grandes melhoramentos sob um plano gigantesco do engenheiro Custodio José Gomes de Villas Boas, mas que a invasão franceza não deixou continuar. Em 1867 pensou se em novas obras, e o governo decretou a cobrança d'um imposto sobre todas as mercadorias importadas e exportadas por esta barra, e sobre a lotação dos navios, com exclusiva appli-

cação aos melhoramentos do porto. Chegaram a fazer-se os competentes estudos e algumas obras preliminares, mas em 1868 fôram interrompidos os trabalhos. Em 1880 tornou a dar-se algum impulso ás obras que contribuiram para melhorar as condições da barra. Comtudo, na opinião de pessoas entendidas e autorisadas, formou-se n'um pessimo sitio o caes chamado *Velhano*, e um outro caes, que em 1903 ainda estava incompleto, e onde o mar, por esse facto, opéra grossa derrocada, destruindo uma obra que tem custado importantes sommas, sepultando enormes blocos no canal da barra, o que constitue um perigo e um obstaculo á navegação de cabotagem ou costeira, já de si muito reduzida, por causa das extensas dunas de areia accumuladas á sua entrada. Ao lado fica-lhe o antigo castello, que era a defeza da povoação contra as invasões dos piratas. Parte das muralhas está hoje destruida. Ao defrontar com o Oceano divisa-se na frente do castello o farolim do porto, que tem um fóco de luz dificientissima, dando muitas vezes em resultado não ser avistada por todos os que sulcam as aguas revoltosas do mar, ainda a pequenas distancias, e d'ahi o tornarem-se quasi nullas as vantagens. Espozende é da Casa de Bragança, e foi elevada á categoria de villa por el-rei D. Sebastião a 15 d'agosto de 1572. A egreja matriz é magestosa e elegante, tanto interior como exteriormente; tem duas torres, um bom orgão e um altar valioso em trabalho de talha, na capella-mór. Foi construida em 1566, como se deprehende da inscripção encontrada ha poucos annos sob o supedaneo do mesmo altar. Em 1896 fizeram-se importantes melhoramentos no templo, devido á iniciativa d'alguns filhos da terra, auxiliados pelo concurso espontaneo dos habitantes. Para esses melhoramentos tambem concorreram generosamente muitos dos espozendenses que se encontram no Brazil, provando assim os seus sentimentos patrioticos. A egreja da Misericordia foi fundada em tempos muito remotos, parece que no seculo XIII ou XIV; tem uma capella do Santissimo magnifica, toda de talha dourada, e com as figuras dos apostolos em alto relevo. Tem tambem a capella, chamada dos *Mareantes*, de construcção anterior ao resto do templo, que se torna notavel pelos seus quadros representando a Paixão de Christo, trabalho artistico, segundo dizem, de bastante valor. O edificio dos paços do concelho é uma obra de apreciavel architectura exterior, solidamente construida sobre arearia. Data de 1732 ou 1758 e custou 900$000 réis, segundo referem as actas da camara d'aquella data. Mais tarde foi ampliada por um dos lados para no mesmo edificio se reunirem todas as repartições publicas, que ainda hoje ali se vêem installadas. Junto fica-lhe uma pequena praça fechada, denominada *Praça do Conde de Castro*, como homenagem aos muitos e valiosos serviços por elle prestados a todo o concelho. O hospital de D. Manuel é administrado pela Misericordia, e foi fundado em 1866. E' uma casa espaçosa, com excellentes condições para o fim a que se destina, duas enfermarias e differentes quartos particulares. Foi legado deixado em testamento por Manuel Pedro da Silva, benemerito espozendense. Tem um cemiterio publico, feito pela camara e aberto em 1855; uma cadeia de tres pavimentos, situada no local mais central da villa, e um bom estaleiro onde se tem feito importantes construcções navaes. O estabelecimento de banhos do mar, devido á iniciativa d'uma empreza particular, é tambem de grande utilidade. Espozende está ligada por boas estradas a Vianna do Castello, Barcellos, Povoa de Varzim e Braga; tem escolas para ambos os sexos, sendo uma d'ellas construida em virtude do legado do conde de Ferreira, est. telegraphica considerada do Estado, est. post. com serviço de emissão e pagamento de valles do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas postaes, permutando malas com a R. A. M.—Barcellos; feira semanal, bastante concorrida, aos sabbados, meio dia; advogados, notarios, medicos, pharmacia, agencias bancarias de *Alliança Borges & Irmão*, do Porto; *José Henriques Tota*, de Lisboa; *Pinto da Fonseca & Irmãos;* agencias de seguros das companhias: *Commercial; Confiança portuense; Garantia; Garantia litteraria;* fabricas de cal, de

Paços do concelho

lacticinios e de moagens a vapor; hospedarias, sociedades de recreio: *Assembléa espozendense, Tennis Club;* muitos estabelecimentos diversos; etc. A villa, pertence á 3.ª div. mil, 5.ª brigada, grande circumscripção mil. N. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. A terra é muito fertil em cereaes; tem alguma caça, cria bastante gado, produz pouco vinho; ha muito peixe. O conc. comprehende 15 freguezias, com 3:522 fog. e 14.951 hab., sendo 6:532 do sexo masc. e 8:419 do fem., n'uma superficie de 7:630 hect. As freguezias são as seguintes: S. Paio, de Antas, 1:186 hab.: 545 do sexo masc. e 641 do fem., S. Miguel, de Apulia, 1:614 hab.: 717 do sexo masc. e 897 do fem., S. Pedro Fins, de Bellinho, 841 hab.: 373 do sexo masc. e 468 do fem.; S. Claudio, de Curvos, 443 hab.: 193 do sexo masc. e 250 do fem.; Santa Maria dos Anjos, de Espozende, 1:449 hab: 651 do sexo masc. e 898 do fem; S. Paio, de Fão, 1:911 hab: 721 do sexo masc. masc. e 1:190 do fem.; S. Salvador, de Fonta Boa, 951 hab: 412 do sexo masc. e 539 do fem.; Santa Marinha, de Forjães, 1:301 hab: 623 do sexo masc.

e 678 do fem.; S. Martinho, de Gandra, 378 hab: 175 do sexo masc. e 203 do fem.; S. Miguel, de Gemezes, 800 hab: 348 do sexo masc. e 452 do fem.; S. Bartholomeu, de Mar, 468 hab: 242 do sexo masc. e 226 do fem.; S. Miguel, de Marinhas, 1:788 hab: 819 do sexo masc. e 969 do fem.; Santa Eulalia, de Palmeira de Faro, 778 hab: 364 do sexo masc. e 414 do fem.; Santa Marinha, de Rio Tinto, 366 hab: 168 do sexo masc. e 198 do fem.; S. João Baptista, de Villa Chã, 677 hab: 281 do sexo masc. e 396 do fem. Além da praia de Espozende, ha no conc. mais praias balneares: Mar, Fão e Apulia. O principal commercio do conc. é madeira e cal. Em Espozende tem sido publicados os seguintes jornaes: *Briza* (A), 1886. Em 1892 reappareceu n'esta villa, com numeração nova. No seu começo foi publicação appensa á *Revista do Minho*, no seu inicio em Barcellos. *Espozedense* (O)—22 de março de 1887. O primeiro jornal aqui publicado. *Povo Espozendense* (O), 24 de julho de 1892; em publicação. *Progressista*, 17 de dezembro de 1890. *Progresso* (O), 16 de setembro de 1889 a 25 de janeiro de 1900.

Espragal. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Odemira, distr. de Beja.

Espregueira *(José Affonso)*. Bacharel formado em Mathematica e em Philosophia pela Universidade de Coimbra. N. em Vianna do Castello a 19 de fevereiro de 1832, onde tambem falleceu a 28 de março de 1884. Era filho do commendador Matheus dos Santos Barbosa, da casa de Espregueira, e de D. Thereza Carolina Affonso Barbosa. Tendo estudado os preparatorios em Braga, matriculou-se na Universidade, onde recebeu o grau de bacharel nas duas faculdades acima citadas, matriculando-se depois na Escola do Exercito com o intuito de seguir o curso de engenharia, mas interrompeu os estudos e voltou para a sua terra natal. Sendo ali muito considerado, exerceu varios cargos, como vereador, administrador do concelho e juiz substituto por alguns annos, sendo nos de eleição popular muitas vezes reeleito. Foi tambem presidente da Associação dos Artistas Viannenses, director do Asylo da Infancia desvalida, e da Companhia Fomentadora Viannense, e um dos mais enthusiastas fundadores do theatro de Vianna. Era proprietario e assiduo redactor do jornal politico *Aurora do Lima*, fundado em 1855, e correspondente dedicado do *Commercio do Porto*. Quando falleceu, a *Aurora do Lima*, de 31 de março de 1884, saiu tarjada de preto, contendo varios artigos commemorativos. No principal lê-se que José Affonso Espregueira fôra um «conterraneo glorioso, de talento productivo, de caracter energico e perseverante, de iniciativa audaz e triumphadora, que derrubava obstaculos e contrariedades, comprazendo-se na lucta, como quem tinha a consciencia plena da sua força.»

Espregueira *(Manuel Affonso)*. Bacharel em Mathematica pela Universidade de Coimbra, engenheiro de pontes e calçadas pela Escola de Paris, antigo parlamentar, ministro de Estado, administrador da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portuguezes, par do reino, antigo vogal da junta consultiva de obras publicas e minas, inspector geral das obras publicas, etc. N. em Vianna do Castello em 5 de junho de 1835. E' filho d'uma familia muito distincta d'aquella cidade. Destinando-se á vida militar, assentou praça em infantaria, a 6 de setembro de 1850, sendo despachado alferes em 29 de julho de 1856, promovido a tenente em 15 de dezembro de 1868, a capitão a 15 de outubro de 1874. a major em 8 de julho de 1880, a tenente-coronel em 23 de novembro de 1899, e a general de brigada a 30 do referido mez e anno, sendo actualmente general de divisão de reserva. Foi julgado incapaz do serviço activo militar em 14 de junho de 1902, por ter chegado ao limite da edade, mas de ha muitos annos já estava afastado, por fazer parte do quadro de engenheiros das obras publicas. Cursou a Universidade de Coimbra, tomando o grau de bacharel na faculdade de Mathematica. Fez o curso de estado maior na Escola do Exercito, e d'ali foi nomeado engenheiro chefe de secção para as obras da barra de Vianna do Castello. Precedendo concurso, continuou o curso de engenharia por conta do Estado, na escola de pontes e calçadas de Paris, em que sempre se tornou distincto, obtendo o diploma de engenheiro por aquella academia. O ultimo anno do curso completou-o visitando as principaes obras de construcção em Inglaterra, Italia, Belgica e Hollanda. Em Paris foi condiscipulo de Sadi Carnot, depois presidente da Republica Franceza. Regressando a Portugal foi encarregado pelo governo do projecto do porto artificial de Leixões e melhoramentos da barra do Porto. Estes trabalhos fôram considerados como dos mais completos no seu genero. Nomeado director das obras do Mondego e da barra da Figueira da Foz, procedeu a importantes melhoramentos, que estão descriptos minuciosamente em relatorios publicados nos boletins das obras publicas. A proficiencia com que desempenhou as commissões de que fôra incumbido, e os seus vastos conhecimentos em materia de construcções hydraulicas, levaram o governo a nomeal-o director da primeira divisão hydraulica do reino, comprehendendo todos os portos e barras ao norte do Mondego, exceptuando Aveiro. Por esse tempo deu começo de execução ao seu projecto de melhoramentos da barra do rio Douro, e concluiu o de melhoramentos dos portos de Vianna do Castello e da Figueira da Foz. Sendo extinctas as direcções hydraulicas, continuou como director das obras do Mondego e porto da Figueira da Foz, dando começo á execução do projecto de melhoramento da barra e a um grande numero de trabalhos para melhorar o rio Mondego, que em 1873 fôram colligidos e apresentados ao governo, pelo então director das obras publicas. Ainda durante este tempo foi encarregado de inspeccionar as obras do porto artificial de Ponta Delgada, e de propôr a conclusão do projecto, que levou a effeito, como se vê dos minuciosos relatorios apresentados ao ministerio respectivo, que se publicaram na revista d'obras publicas. Quando a administração da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portuguezes luctava com as maiores difficuldades, em consequencia das medidas adoptadas por alguns engenheiros estrangeiros, que tinham suscitado conflictos e indisposições com a fiscalisação do governo e o publico, o sr conselheiro Espregueira foi instado pela administração de Paris, para acceitar o cargo difficil de engenheiro director d'estas linhas ferreas, sem que para esta indicação houvesse outro motivo mais que a sua competencia e talento apreciado nas escolas francezas, e o conhe-

cimento de seus trabalhos considerados pela sua conscienciosa execução e probidade na sua direcção. A Companhia Real dos Caminhos de Ferro lucrou muito com esta administração, vendo o progressivo augmento de prosperidade d'aquellas linhas ferreas, que de dia para dia maior motivo davam para se reconhecer que fôra bem acertada a escolha de tão zeloso e competente director. O sr. conselheiro Espregueira ainda hoje conserva o logar de engenheiro consultor da referida companhia. Estando filiado no partido progressista, tem sido eleito deputado em diversas legislaturas pelos circulos de Vianna do Castello e Arcos de Valle-de-Vez, presidente da respectiva camara em 1890 e em 1898, tendo já exercido estas funcções desde 1888, como vice-presidente em effectividade. Nunca se mostrara financeiro, mas em 1897 publicou um livro de analyse a orçamentos, intitulado *As despezas publicas e a administração financeira do Estado;* n'este trabalho pronunciou-se abertamente contra o systema adoptado pelos ministros da fazenda, de recorrerem ao credito como um meio de saldar os *deficits* orçamentaes, mostrando a necessidade impreterivel e inadiavel de realisar as maiores economias evitando todo e qualquer augmento de despeza. Dizem que este seu importante trabalho concorreu muito para que em agosto de 1898 fôsse convidado para fazer parte do ministerio, no gabinete formado e presidido pelo sr. conselheiro José Luciano de Castro, para dirigir a pasta da fazenda. O novo ministro recebeu em França o convite por telegramma, onde estava fazendo uso das aguas em Chatel-Guyon, e só mais tarde é que tomou posse d'aquelle elevado cargo, ficando interinamente gerindo a pasta da fazenda o sr. conselheiro Eduardo Villaça, então ministro da marinha. Este ministerio foi demittido em 1900, conservando-se até então o sr. conselheiro Espregueira na gerencia da sua pasta, que deixou com a reputação de administrador consciencioso e prudente. Em 20 de outubro de 1904, subindo novamente ao poder o partido progressista, tornou a ser convidado para dirigir a referida pasta da fazenda, de que foi exonerado em 27 de dezembro de 1905. N'este anno de 1905 foi eleito par do reino. Tem as seguintes honras: grande official, commendador, official e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz; official da Legião de Honra de França, e da Rosa do Brazil. Tem publicado os seguintes trabalhos: *Missão de estudo ao porto de Antuerpia*, Lisboa, 1886; tem 3 mappas; *A interpellação sobre as obras do porto de Lisboa*, discurso proferido na camara dos deputados nas sessões de 2 e 4 de maio de 1888, Lisboa, 1888; *Memoria descriptiva do projecto d'um porto de abrigo em Leixões*, Lisboa, 1874; tem uma estampa; *Relatorio dirigido a S. Ex.ª o ministro das obras publicas, e legislação relativa ao rio Mondego, vallas e campos de Coimbra*, Coimbra, 1869; *Memoria sobre as obras executadas nos campos do Mondego desde 1 de julho de 1866 até 31 de outubro de 1870*, Lisboa, 1871, com 8 mappas; *Relatorio sobre a administração do porto artificial de Ponta Delgada* Lisboa, 1871; *Projecto para a conclusão do porto artificial de Ponta Delgada*, Lisboa, 1872; *A questão Leixões-Salamanca*, discurso proferido na camara dos deputados na sessão de 18 de julho de 1889, Lisboa, 1889; *Projecto do caminho de ferro de Mossamedes*, discurso proferido n'uma das sessões da referida camara em 1890, Lisboa, 1890; *Relatorio, propostas de lei e documentos apresentados na camara dos deputados*, Lisboa, 1900 e 1905. Tem ainda publicado outros relatorios.

Manuel Affonso Espregueira

Esprella. Pov. na freg. de S. Martinho, de Bougado, conc. de Santo Thirso, distr do Porto.

Esprigo. Pov. na freg. de Santa Maria, de Dossãos, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Esquadra. Quarta parte ou terço da companhia de infantaria commandada por um cabo. || Posto de policia civil ou militar. | Parte d'uma armada naval, composta de navios de guerra, em numero de 9 a 20, commandados por um official superior. || *Esquadra de observação*, a que é destinada ainda em tempo de paz a observar os movimentos dos navios estrangeiros. || *Esquadra de evolução*, a que serve para adestrar os aspirantes e officiaes na tactica naval, bem como a equipagem nas manobras e exercicios.

Esquadrão. Divisão d'um corpo de cavallaria, composto ordinariamente de duas companhias. Um regimento tem dois ou mais esquadrões. O esquadrão é a unidade tactica na cavallaria, como o batalhão é na infantaria. || Termo antigo: uma parte do exercito, composta de infantaria e cavallaria; divisão de armada naval. || *Esquadrão do marquez de Pombal.* Logo depois da execução dos Tavoras, o ministro d'el-rei D. José, que então ainda não era titular, receando vingança dos seus inimigos, mandou para a porta da sua casa uma forte guarda de infantaria, e quando saía acompanhava-o sempre um esquadrão dos dragões d'Aveiro, com as espadas desembainhadas, levando na frente um trombeta. Nas solemnidades da côrte, e mesmo em outras occasiões, ia a mais um tambor. E com todo esse apparato apparecia em publico, ao som de caixa, como elle ordenava que se fizesse a publicação das leis. O esquadrão compunha-se de 1 capitão, 2 tenentes, 1 alferes, 1 furriel, 1 trombeta, 4 cabos e 39 soldados, segundo se vê n'um livro manuscripto que pertence ao archivo do ministerio da guerra, o qual tem por titulo: *Remates de contas da companhia franca da guarda do ill.mo e ex.mo sr. conde de Oeiras.* V. *Quadro Elementar*,

pelo visconde de Santarem, tomo VI, pag. 131; *Historia do reinado d'el-rei D. José e da administração do marquez de Pombal*, por Luz Soriano, tomo I, pag. 466; *Perfil do marquez de Pombal*, por Camillo Castello Branco, 1882, pag. 262.

Esquadrilha. Esquadra composta de navios de guerra de pequenas dimensões, inferiores aos vasos de linha e ás fragatas; flotilha.

Esquartelado. Em heraldica, diz-se do escudo dividido em quatro quarteis e em cruz. Não sendo as divisões em cruz, diz-se dividido em *aspa*. V. *este nome*.

Esquarteladura. Em heraldica: divisão do escudo em quarteis.

Esqueiro. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Christello, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Martinho, de Lanhellas, do mesmo conc. e distr. ‖ Santa Eulalia, de Oliveira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. ‖ Santa Maria, de Outeiro, conc. de Cabeceiras de Basto, do mesmo districto.

Esqueiros. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 274 hab. e 70 fog. Tem correio. A pov. dista 12 k. da séde do conc. Pertenceu até 1855 ao conc. de Villa Chã, que n'este anno foi supprimido, passando então para o de Villa Verde. A mitra apresentava o abbade, por concurso synodal, o qual tinha 350$000 réis de rendimento. A terra é muito fertil; cria bastante gado de toda a qualidade, e nos seus montes ha muita caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Esquinheira. Pov. na freg. de S. Pedro, de Esmeriz, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Esquio. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Espinhal, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Esquiró. Pov. na freg. de S. Silvestre, de Requião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Esquivel *(Joaquim Sebastião Limpo)*. Amador de musica, tocador de contrabaixo muito apreciado. N. em Evora a 20 de janeiro de 1836, onde tambem falleceu a 11 de fevereiro de 1889. Era filho de Jeronymo d'Alcantara Limpo Pimentel Esquivel e de D. Maria dos Prazeres de Sousa Esquivel. Sendo abastado proprietario em Evora, empregava todo o tempo de que podia dispôr, em organisar festas musicaes, tanto religiosas como profanas, que elle proprio ensaiava e dirigia. Vinha por vezes a Lisboa tomar parte em concertos, tocando na orchestra como um dos melhores artistas. Não faltava nunca á festa de Santa Cecilia, para cuja confraria entrou como socio honorario em 24 de março de 1864. Fez parte da orchestra da Associação Musica 24 de Junho, nos grandes concertos dirigidos por Barbieri em 1879. N'um concerto realisado em 19 de dezembro de 1863 na Academia Dramatica Lisbonense, apresentou-se a tocar uma phantasia de sua composição, com acompanhamento de orchestra. Era tambem bom cantor, e como tal se apresentou n'alguns concertos de Lisboa, entre os quaes se nota um no Salão da Trindade em 1868, e outro na Assembléa Portugueza em 1869. Escreveu alguma musica, especialmente para as solemnidades religiosas em Evora, que elle dirigia, distinguindo se uma missa de *requiem* e um septenario das Dôres.

Essanto. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Essengue. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Essoco. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Essolo Mafuta. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola.

Estabelecimento de D. Pedro V. Feitoria na costa do distr. de Sofala, prov. de Moçambique, Africa Oriental, creada em 1855. V. *Dom Pedro V*.

Estaca. Pov. na freg. de S. Christovão, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Estadistica. Sciencia de governar; alta politica; estatistica. V. *Economia politica*.

Estacada. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª dos Prazeres, conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Estação. Logar determinado onde param os comboios dos caminhos de ferro, os vapores, etc., para tomar ou deixar passageiros. ‖ O logar onde um ou mais navios do Estado permanecem por um certo tempo.

Estacas. Pov. na freg. de S. Mamede, de Matta Moirisca, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Estacio *(Emilio)*. Director technico da Companhia Portugueza de Hygiene, que em 1891 se fundou para continuar e desenvolver as explorações de natureza chimico-pharmaceutica que a pharmacia *Estacio & C.ª*, de Lisboa, havia emprehendido. V. *Hygiene (Companhia Portugueza de)*. O sr. Emilio Estacio, depois de diplomado em pharmacia, dedicou-se ao estudo especial da chimica analytica, tendo feito com distincção o curso de analyse chimica qualitativa e quantitativa. Publicou entre outros trabalhos, um tratado de analyse chimica, prefaciado pelo nosso celebre chimico Antonio Augusto de Aguiar, no qual este professor diz que, *«este livro não só póde servir aos estudantes de chimica pratica, emquanto frequentam as aulas, senão tambem aos individuos que se dedicarem á vida especial de analystas»* concluindo: *«Recommendando a obra do sr. Estacio, ao publico intelligente e estudioso, cumprimos gostosamente o nosso dever.»* Posteriormente foi nomeado *Socio Honorario da Sociedade de Sciencias Medicas de Lisboa, Socio Correspondente da Sociedade Real de Sciencias Medicas e naturaes de Bruxellas*, da *Sociedade de Chimica da Allemanha*, da *Sociedade Chimica de Paris*, da *Sociedade de Pharmacia de Paris*, etc. Sob a sua direcção, a Companhia Portugueza de Hygiene tem alcançado as maiores distincções nos diversos certamens a que concorreu, sendo o sr. Estacio nomeado por vezes membro do jury.

Estaço *(Achilles)*. N. na Vidigueira em 15 de junho de 1524, fal. em Roma a 28 de setembro de 1581. Era filho de Paulo Nunes Estaço, cavalleiro professo da ordem de Christo, e governador do castello de Outão em Setubal, celebre pelas suas façanhas militares praticadas no Oriente, e que, depois de enviuvar, se recolheu ao convento da Serra d'Ossa, passando depois, por mercê do cardeal D. Henrique, para o convento de Alcobaça, onde falleceu. Com o seu caracter bellicoso, desejava que o filho tambem se tornasse distincto pelas armas, e com este intento lhe deu o nome de Achilles, para que a memoria d'este he-

roe lhe servisse de estimulo. Sendo ainda muito creança, mas já depois de ter estudado os primeiros rudimentos com o grande historiador João de Barros, levou-o comsigo para a India, esperando que, aprendendo em tão curta edade os preceitos da arte militar, no futuro fôsse o terror dos inimigos do Estado Enganou se, porém, nos seus calculos, porque Achilles Estaço, sendo mais inclinado ás letras que ás armas, voltou para Portugal, com a devida autorisação paterna, e foi estudar humanidades na Universidade de Evora com o afama do professor André de Rezende. Indo depois para Flandres, matriculou-se na Universidade de Lovaina, e sendo discipulo de Pedro Nanio, grande orador d'aquelle tempo, tornou-se em breve tão distincto, que o consideravam egual a seu mestre, ou mesmo, como dizem os chronistas, o excedia na oratoria, na poesia, e nas linguas grega e hebraica, em que foi muito versado Depois estudou theologia tambem com muita distincção. Por causa das guerras que se deram na Flandres, saiu d'aquella Universidade e passou á de Paris, e publicou n'esta cidade em 1549 uma *Sylva de varios poemas*, que dedicou ao infante D. Luiz, filho de el-rei D. Manuel e irmão de D João III Em 1555 voltou a Flandres, partindo depois para Roma, onde o seu talento foi muito apreciado. Concederam-lhe uma cadeira no collegio da Sapiencia, e a nomeação de bibliothecario do cardeal Sforcia, cuja livraria era composta de rarissimos manuscriptos, que muito contribuiram para os seus estudos. Pio IV o chamou para secretario do concilio de Trento, e S. Pio V, que tambem lhe ligava a maior consideração, o nomeou secretario das cartas latinas, que os pontifices costumam escrever aos principes. Gregorio XIII, querendo augmentar o esplendor da sua casa pontificia, o admittiu no numero dos seus familiares, e a estes mesmos pontifices, que se succederam em poucos annos, prestou obediencia em nome de Portugal, duas vezes por mandado d'el-rei D. Sebastião, e a terceira em nome do grão mestre da ordem de Malta, fr João de la Valete, pronunciando n'esses actos tres orações, que causaram a admiração de Roma, patria dos grandes oradores. Rejeitou os logares honorificos de chronista latino de Portugal e de guarda-mór do archivo real (Torre do Tombo), para que foi convidado por el-rei D. Sebastião, o de secretario do cardeal D. Henrique, quando em 1578 vestiu a purpura real, assim como os beneficios ecclesiasticos de grande renda e autoridade que lhe fôram offerecidos. Publicou muitos livros sobre varios assumptos sagrados e profanos, em prosa e em verso, escriptos em latim, as traducções do grego em latim, que fez de muitas obras de S. João Chrysostomo, S. Gregorio Nisseno, Santo Athanasio, Gregorio Antiocheno, Sophronio, S. Cyrillo, Anastacio Sinaita, Marciano, Amphilochio e Calimacho. Deixou tambem impressos varios commentarios sobre as obras de Cicero, Horacio, Catullo e Tibullo, uma *Taboa geographica do reino de Portugal*, differentes obras poeticas e manuscriptos que legou, juntamente com a sua valiosa livraria, aos padres da Congregação do Oratorio de Roma, em cujo convento falleceu e foi sepultado, deixando ordem no seu testamento para que não lhe collocassem, inscripção alguma sobre a sepultura. Os padres conservavam a historia n'uma espaçosa casa, em cuja porta se via o seu retrato, com a seguinte inscripção: *Bibliotheca statiana.* Na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vem a relação minuciosa das obras de Achilles Estaço, tanto das impressas como manuscriptas, tomo I, pag. 8 a 10.

Estaço *(Padre Balthazar).* Conego da sé de Vizeu. N. em Evora em 1570; ignora-se a data do seu fallecimento. Era filho de André Nunes e de Brites Estaço, irmão de Gaspar e de Manuel Estaço, de quem adeante falamos. Desde a adolescencia se applicou ao estudo da poesia, dedicando-se tambem á philosophia e theologia escolastica e moral. Foi ordenado de presbytero pelo bispo de Vizeu, D. João de Bragança, que muito o estimava, e o elegeu conego penitenciario da sua cathedral, persuadindo-o a que publicasse os seus versos, os quaes, em signal de agradecimento, dedicou a este prelado. O livro tem o seguinte titulo: *Sonetos, Canções, Eclogas, e outras rimas, dirigidas ao Illustrissimo e Reverendissimo Senhor D. João de Bragança, Bispo de Vizeu*, Coimbra, 1604. Deixou muitas obras manuscriptas, cujos titulos se pódem vêr no tomo I, pag. 447, da *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado.

Estaço *(Gaspar).* Conego da Collegiada de Santa Maria de Oliveira, de Guimarães. N. em Evora, e fal. a 21 de fevereiro de 1626. Era filho de André Nunes e de Brites Estaço. Aprendeu na Universidade de Evora as letras amenas e severas por ordem do cardeal D. Henrique, em cuja casa residiu desde a edade de 10 annos. Viveu algum tempo em Roma, merecendo a particular estima do cardeal Duarte Farnesio, filho dos principes de Parma e Placencia. Foi muito estudioso na historia do paiz, e critico investigador das suas antiguidades. Dedicou se tambem á genealogia, em cujo estudo consumiu a maior parte da sua vida Escreveu: *Varias antiguidades de Portugal*, Lisboa, 1625; no fim d'esta obra, e no proprio volume segue-se: *Tratado da linhagem dos Estaços naturaes da cidade de Evora, o qual contem uma defensão da nobreza do sangue, e outra das armas, com o principio das insignias das familias particulares* Este livro teve segunda edição, feita pelo livreiro Luiz de Moraes, Lisboa, 1754

Estaço *(D. Fr. João).* Eremita de Santo Agostinho. N. em Angra do Heroismo no principio do seculo XVI; fal. a 4 de abril de 1553 Em 1539 passou á India, e em 1545 foi nomeado vigario provincial da provincia do Mexico, onde foi escolhido pelo vice-rei do Perú, D Antonio de Mendóça, para seu confessor. Voltando a Hespanha em 15.2, foi nomeado por Filippe II bispo de Puebla de los Angeles, diocese suffraganea do Mexico, mas não chegou a exercer esse elevado cargo por ter fallecido Deixou em manuscripto: *Constituições saudaveis para o governo religioso* e *Memorial dos singulares favores e beneficios, que recebeu da mão divina.*

Estaço *(D. Fr. Manuel)* Eremita da ordem de Santo Agostinho, que falleceu em Lisboa a 7 de junho de 1638. Era natural de Evora, e filho de André Nunes e de Brites Estaço. Professou no convento da Graça, de Lisboa, em 1 de março de 1610. Foi prégador muito considerado. Deixou manuscriptos varios sermões, e uma *Historia dos conventos da Congregação da India*.

Estaço. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. ‖ N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Estaço da Silveira *(Simão)*. Militar descendente de familia nobre, que tomou parte, tendo o posto de capitão, na conquista do estado de Maranhão, no tempo do dominio castelhano. Escreveu: *Relação summaria das cousas do Maranhão, dirigida aos pobres d'este reino de Portugal*, Lisboa, 1624. Consta de 12 meias folhas de papel sem numeração alguma. Apenas se conhece a existencia d'um exemplar na Bibliotheca Publica do Rio de Janeiro entre os papeis da *Collecção* denominada *Diogo Barbosa Machado*, vol. XLVII. Na Bibliotheca de Evora, dizem que ha uma copia manuscripta, tirada provavelmente do impresso, e por letra do seculo XVIII; é o codex. CXVI - I - 9.

Estadela. Cadeira nobre, alta e de braços, em que se sentavam antigamente os reis e os magistrados para darem audiencia publica.

Estadio. Medida antiga muito usada na Lusitania desde o dominio dos romanos. Segundo a opinião mais seguida, cada 5 estadios formava um dos nossos actuaes kilometros. A milha romana vinha a ser, com uma insignificante differença, 2 kilometros. Era, pois, de 2 em 2 kilometros que os romanos collocavam os marcos miliarios nas suas vias militares.

Estado. A individualidade moral d'uma nação que se encarna e se perpetúa nas instituições, revestida da força e do direito de constranger; distingue-se por dois predicados: fazer as leis e receber os impostos. O Governo é como que o involucro do Estado. ‖ *Chefe do Estado;* a pessoa que está á frente do Governo como soberano, ou com o titulo de rei, imperador, sultão, presidente, etc. ‖ *Ministro de Estado;* um dos membros do Governo ‖ *Os tres estados;* o clero, a nobreza e o povo. V. *Junta dos Tres Estados.* ‖ *O terceiro estado*; antiga denominação da parte da nação que formava o povo. ‖ *Estado de sitio* ; situação de uma praça, fortaleza ou povoação, cercada pelo inimigo que a pretende expugnar.

Estado *(Conselho de)*. V. *Conselho.*

Estado da India. V. *India (Estado da).*

Estado-maior. Corpo especial de officiaes scientificos, sem mando immediato de tropas, encarregado especialmente da execução das manobras de campo, estudo de terrenos e de tudo o que respeita a estrategia. Teve principio em 1816 este corpo, sendo os officiaes escolhidos d'entre os das diversas armas do exercito, e tendo por ellas o seu accesso até passarem para as armas a que pertenciam, quando o governo o determinava. Em 1834 organisou-se este corpo com um quadro distincto e promoção n'elle. Em 1837 determinaram-se as respectivas habilitações e em 1845 deixaram de n'elle haver tenentes. Depois soffreu este corpo variadas alterações. ‖ *Curso de estado-maior*; curso superior que habilita para o corpo do estado-maior. ‖ Corporação de officiaes sob a immediata direcção de um general commandante de um exercito, de uma divisão, brigada, etc., encarregados de distribuir as suas ordens e de o auxiliarem em tudo o que respeita ás funcções do seu commando. ‖ *Chefe do estado maior;* o official mais graduado do estado-maior de uma divisão militar, etc. ‖ *Estado maior general;* a corporação dos officiaes generaes de um exercito.

Estafermo. Estatua girante, que servia de alvo ás corridas d'este nome. O cavalleiro, ao tocar-lhe a com botana da lança, não devia ser attingido pelo chicote. No Museu dos Coches Reaes guarda-se o *Estafermo* do antigo picadeiro do Paço de Belem. Segundo o respectivo *Catalogo* o Estafermo servia de ornamento central e de poste para exercicios de equitação, medindo a presteza do cavallo e a agilidade do cavalleiro

Estafermo

que, depois de lhe haver tocado com a lança no escudo para o fazer rodar, não deveria dar tempo a ser attingido pelo chicote, que tem na mão.

Estafeta. Correio a cavallo que leva os despachos, cartas ou encommendas de uma estação para a seguinte, onde as entrega a outro ou aos destinatarios.

Estalagem. Povoações nas freguezias: S. João Baptista e conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria ‖ N. S.ª da Nazareth, de Laudeira, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. ‖ S. Pedro, de Monte Vil, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. ‖ S. Salvador, de Taboado, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. ‖ Casal na freg. de N. S.ª de Aboboris, da Amoreira, conc. d'Obidos, distr. de Leiria. ‖ Casal da freg. de N. S.ª da Conceição, de Chouto, conc. na Chamusca, distr. de Santarem. ‖ Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Abella, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. ‖ Monte na freg. de Santo Antonio, de Terrugem, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. ‖ Quinta na freg. de S. João Baptista, de Pera do Moço, conc. e distr. da Guarda.

Estalagem do Bodegão. Pov. na freg. de N.

S.ª da Conceição, de Olalhas, conc. de Thomar distr. de Santarem.

Estalagem dos Collos. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cardigos, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Estalagem Nova. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Alva e conc. d'Aljezur, distr. de Faro. ‖ S. André, de Campeã, conc. e distr. de Villa Real. ‖ Santa Clara-a-Velha, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Estalagem da Rapoza. Pov. na freg. de S. Domingos de Anna Loura, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Estalagem Velha. Pov. na freg. de S. Matheus, de Erra, conc. de Coruche, distr. de Santarem. ‖ Monte na freg de N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Estalagens. Povoações nas freguezias: Santa Maria e conc. de Extremoz, distr. de Evora. ‖ S. Miguel, de Fornos de Maceira Dão, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Estalajadeiro. O dono de uma estalagem, ou quem o representa. Antigamente esta profissão era considerada um officio mechanico e como tal tinha regimento proprio na Collecção dos Regimentos dada pelo senado de Lisboa, em 1572.

Estalasnas *(Casal de).* Na freg de N. S.ª da Conceição, de Chouto, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Estaleiro. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. do Espirito Santo, de Maia, conc. de Ribeira Grande, distr. de Ponta Delgada. ‖ Casal na freg. de S. João da Boa Vista, de Oliveira de Fazemão, conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Estalheirinhas. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Reboreda, conc de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Estampilha. V. *Correios.* ‖ *Estampilhas fiscaes* V. *(Sello Imposto do).*

Estancia de Baixo. Pov. na freg. de S. Roque, conc. da ilha da Boa Vista, com. de Barlavento, prov., bisp. e archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental.

Estancia de Braz. Logar da ilha de S. Nicolau, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental

Estanco ou **Estanque.** Pov. na freg. de Santa Marinha, de Prozello, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Estanco Velho. Pov. na freg. de Santo Aleixo, conc. de Monforte, distr. de Portalegre.

Estandarte. Bandeira militar dos corpos de cavallaria; insignia ou bandeira distinctiva de algumas corporações e communidades religiosas ou confrarias, na qual está representada a imagem de Christo ou da Virgem, ou a do Santo da sua invocação. ‖ *Estandarte real*; pavilhão vermelho com as armas reaes, que se arvora só quando está o rei presente, a bordo d'alguns navios, em edificio publico, no proprio paço, etc. ‖ Bandeira quadrada com as armas reaes, que antigamente levava o alferes. V. *Bandeira.*

Estanteiras. Pov. na freg. de S. Pedro, de Parada, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Estáos *(Paço dos)* Foi construcção do infante D. Pedro, duque de Coimbra, durante a sua regencia do reino, na menoridade do seu sobrinho e genro, el-rei D. Affonso V. Desde o reinado de D. Affonso I até ao de D. Manuel, os reis de Portugal não tiveram residencia fixa. Apezar do paço de S. Bartholomeu, edificado em Lisboa por D. Affonso III, proximo do castello de S. Jorge, do das Alcaçovas, por el-rei D. Diniz, situado dentro da referida fortaleza, e muitos mais, que os seus successores construiram, os monarchas mudavam continuamente de palacio e até de terra, estabelecendo-se sempre a côrte no local, onde elles residiam. Estas houras que as differentes terras gozavam, eram bem onerosas para os seus habitantes, por causa das aposentadorias obrigadas, que occasionavam grandes sacrificios. Quando os monarchas saíam d'uma para outra terra, mandavam o aposentador-mór, um dia antes da partida, para designar as casas onde a côrte e as pessoas reaes se deviam hospedar. Ainda que na localidade escolhida houvesse paço real, as aposentadorias eram obrigadas para a comitiva de fidalgos e creados que acompanhavam os soberanos. Era um encargo espinhoso que se tornava ainda mais aggravante, especialmente na capital, com a visita de embaixadores e principes estrangeiros, que por vezes vinham á côrte, o que obrigava os habitantes de Lisboa a apresentar aposentadorias condignas, á custa de extraordinarios sacrificios. Resentia-se, portanto, a capital d'um palacio proprio para receber os dignitarios estrangeiros. O infante D. Pedro pensou então em construir o palacio dos Estáos, para ali se hospedarem as pessoas da côrte que não tivessem residencia propria, quando os soberanos viessem á capital, e todos os nobres estrangeiros que nos visitassem. A construcção começou em 1449. A respeito da etymologia da palavra *Estáos*, ha differentes opiniões nos chronistas e historiadores, mas segundo Vilhena Barbosa, n'um artigo publicado no vol. VI, do *Archivo pittoresco*, pag. 31 e seguintes, parece que aquelle nome quer dizer *hospedaria*, e que se deriva, com pequena corrupção, do antigo vocabulo *Kostáo*, que designava aposentaria publica. Diz Vilhena Barbosa que o autorisa a esta opinião o alvará de 13 de outubro de 1449, onde se lê o seguinte: «Nós El-rei fazemos saber a bos Vereadores, Procurador, e homens bons da nossa mui nobre e mui leal cidade de Lisboa, que nas Cortes, que em essa Cidade, fizemos foi accordado segundo sabees, que nos bairros dos Senhores ácerca dos paaços, que em essa Cidade tivessem, fossem feitos Estáos em que os seus podessem pousar por seus dinheiros, e porque o conde de Ourem, mei primo hi tem seus paaços como sabees, porém vos mandâmos, que logo mandees fazer os ditos Estáos no dito seu bairro, o mais cerca dos seus paaços que bem poderdes, em tal guiza que os seus abastadamente em elles possam pousar, etc.» Santa Rosa de Viterbo, no seu *Elucidario*, dá a significação de *estalagens* á palavra *Estáos*. Eis o que se lê n'aquelle livro: «Mandamos, que taees pessoas pousem nos Estáos, que ha pelo caminho ou na dita Cidade, e não nas aldêas e Casaaes, que estão fora da estrada. (Doc. da Camara de Coimbra), de 1436. — No de 1461 fez El-Rei D. Affonso V mercê ao concelho do Porto de 43$000 réis para pagar umas casas junto á praça da Ribeira, para n'ellas fazerem Estáos. (Doc. da Camara do Porto). — O infante D. Pedro fundou em Lisboa uns *Estáos* para agazalhar embaixadores, segundo diz o autor das *Grandezas de Lisboa*, talvez confundindo *Estáos* com palacios, por saber que no

Rocio da mesma cidade tiveram antigamente os nossos monarchas uns paços a que chamavam *Paços dos Estáos*. Porém isto não tem outro mysterio, que serem fabricados, ou junto das estalagens, ou no sitio em que ellas antigamente existiram.— O infante D. Henrique, duque de Vizeu, e senhor da Covilhã, sendo administrador da ordem de Christo, para desapressar os moradores da villa de Thomar das aposentadorias dos seus, mandou fazer o edificio dos Estáos. (Documento de Thomar). Aqui parece que se tomam *Estáos* por *hospedarias*, *quartos*, *hospicios*, ou *residencia*, e não por estalagens, em que a familia do infante houvesse de pagar á sua custa cama e mesa». N'aquella epoca, a praça do Rocio tinha exactamente a mesma situação e a mesma grandeza, pouco mais ou menos, que a actual; era, porém, muito irregular, não só em relação aos edificios que a cercavam, como relativamente á sua área, que n'uns pontos se alargava, e n'outros se estreitava. Do lado do norte era occupado com os dois paços, dos Estáos e do conde d'Ourem, D. Affonso de Mello, que mais tarde foi feito marquez de Valença, e falleceu solteiro ainda em vida de seu pae, D. Affonso, primeiro duque de Bragança. O paço dos Estáos erguia-se da parte, onde está hoje o largo de Camões, a Oeste e o do conde de Ourem da parte da egreja de S. Domingos, a Este. Eram ambos separados por uma rua, que ficava proximo das portas da cidade chamadas de *Santo Antão*, e que vinha desembocar no Rocio, como ainda hoje se conserva, com o titulo de *rua de Santo Antão*. Os palacios não estavam alinhados, ficando muito mais saliente o dos Estáos, que tinha duas fachadas, uma para o lado do sul e outra para Este, deitando ambas para a praça do Rocio. Não se distinguia por adornos architectonicos, pelo contrario, tudo n'elle revelava a singeleza dos costumes d'aquelles tempos, em que a architectura só nas egrejas se esmerava. A frente do lado do sul compunha-se d'um corpo central, tendo dos lados dois pavilhões mais elevados; o corpo central constava de um andar nobre, e de outro terreo com um grande portal ao meio. Os pavilhões tinham tambem dois andares, ficando, porém, um d'elles em posição inferior ao andar nobre do corpo central, e o outro superior, rematando os telhados em fórma de pyramide. Tinha 9 janellas no corpo central, sendo 5 no andar nobre e 4 no pavimento terreo. Nos pavilhões viam-se duas janellas em cada um dos andares, formando ao todo 8, collocadas symetricamente. A frente do lado do Este tinha menos janellas, e o corpo central ficava superior á altura dos pavilhões dos lados; em quanto ao mais era semelhante á fachada do sul. Na parte d'Oeste a frente do palacio era muito irregular, e deitava para um becco; pelo Norte confinava com a muralha da cidade construida por D. Fernando I. As primeiras pessoas que se hospedaram nos paços dos Estáos fôram os dois embaixadores d'Allemanha, Nicolau Lanckman de Valckenstein e Jacob Motz, que estiveram em Lisboa nos mezes de agosto, setembro e outubro de 1451, por occasião do casamento da infanta D. Leonor, filha de D. Duarte, e irmã de D. Affonso V, com o imperador Frederico III. Houve então sumptuosas festas, e o paço dos Estáos foi ricamente adornado. Na *Chronica de D. Affonso V*, por Duarte Nunes do Leão, cap. 8, diz-se, que os moradores de Lisboa ficaram muito reconhecidos ao infante D. Pedro, duque de Coimbra, pela construcção do paço dos Estáos, que os livrava das aposentadorias que eram obrigados a conceder á côrte, quando as pessoas reaes vinham residir em Lisboa, e, querendo provar a sua gratidão, pediram licença a D. Pedro para lhe erigirem uma estatua, que fôsse collocada sobre o entablamento do edificio. D. Pedro não consentiu. Até ao reinado de D. João III continuou o paço dos Estáos a ser hospedagem da côrte e dos embaixadores e principes estrangeiros. Foi aquelle palacio a residencia da infanta D. Maria, filha de D. João III, por occasião do seu casamento com D. Filippe, filho do imperador Carlos V, mais tarde Filippe II, de Hespanha. O casamento realisara-se por procuração em Almeirim, em 1543; em seguida a familia real e a côrte partiram para Cintra, e alguns dias depois estavam em Lisboa, no paço dos Estáos, onde permaneceram até á partida da infanta para Castella D. João III muitas vezes deixava os paços da Ribeira para vir habitar nos Estáos. Este mesmo soberano, quando se instituiu em Portugal a Inquisição em 1531, cedeu o palacio dos Estáos para o estabelecimento do terrivel tribunal, por ficar proximo do convento de S. Domingos, cujos religiosos eram os seus principaes directores e empregados (*V. Inquisição*). O terremoto de 1755 destruiu completamente o edificio, e na reedificação de Lisboa, a praça do Rocio tomou forma diversa, e o novo palacio inquisitorial ficou occupando todo o lado norte da praça. Depois de extincto o Santo Officio, estiveram estabelecidas n'aquelle edificio diversas repartições do Estado, e actualmente ostenta-se o theatro de D. Maria II, que foi inaugurado em 13 de abril de 1846. V. *Lisboa (Theatros de)*.

Estarcão. Cota d'armas; grande chapa ou malha onde pintavam ou bordavam as armas.

Estarreja *(D. João Carlos da Costa de Sousa de Macedo, conde de)*. Primeiro official da inspecção geral dos impostos, no ministerio da fazenda. E' filho do 3.º conde de Mesquitella, D. Luiz Antonio da Costa de Sousa de Macedo Albuquerque, e irmão do 4.º conde do mesmo titulo, D. Luiz Maria Alvaro da Costa de Sousa de Macedo. O titulo foi concedido em 31 de dezembro de 1902.

Estarreja. Villa da prov. do Douro, séde de conc. e de com., distr. de Aveiro, relação e bispado do Porto. Tem uma só freg. que é S. Thiago de Beduido, povoação onde está a séde do concelho (V. *Beduido)*, situada n'uma campina muito aprazivel na margem direita do rio Antuan ou Antuão, que vae desaguar com o Vouga e o Agueda, na ria de Ovar. A Estarreja se chamava tambem antigamente *Antoan* ou *Antoão*, hoje é por assim dizer apenas a denominação d'um concelho. D. Manuel deu-lhe foral, em Evora, a 15 de novembro de 1519, dando-lhe ainda o nome de *Antoão*. As freiras bernardas do convento de Arouca apresentavam o reitor, por concurso, o qual tinha 140$000 réis. Pertenceram-lhe as armas da villa da Feira, por ter feito parte das Terras de Santa Maria. Os habitantes de Estarreja tinham todos os fóros e privilegios dos da Feira. Em Estarreja ha abundantes minas de chumbo, que fôram exploradas por uma forte companhia. Em abril de 1874 despachou-se na alfandega de Lisboa uma grande caldeira para

uma machina a vapor d'esta empresa. Tem est. do caminho de ferro, na linha do norte, entre os apeadeiros de Cacia e Avanca; escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N.; feira denominada de *S. Amaro*, nos dias 15 e 30 de cada mez, feira muito importante em todas as mercadorias, e tambem em gado cavallar, vaccum, lanigero e suino; mercado em todos os domingos na praça da villa, muito abundante em todos os generos. O edificio da camara municipal é moderno; inaugurou se no dia 5 de janeiro de 1896; é um magestoso edificio, onde tambem estão installadas todas as outras repartições publicas, com excepção da thesouraria do concelho, o archivo e secretaria da camara municipal. A entrada faz-se por um vastissimo atrio quadrado, e a elle corresponde no pavimento superior um magnifico salão muito bem ornamentado. No frontão vêem-se em granito as armas reaes portuguezas. A planta d'este edificio foi elaborada pelo professor do lyceu de Aveiro, João da Maia Romão, começando as obras em 1892. Esta construcção foi realisada pelos esforços do sr. Francisco Barbosa da Cunha Sottomaior, que tem sido um benemerito d'aquella villa, que lhe deve muitos outros melhoramentos. Em menos de quatro annos conseguiu concluir o edificio, unicamente com as forças da camara municipal, de que era presidente, não excedendo a importancia de 30:000$000 réis, incluindo expropriação do terreno e mobilia com-

Paços do concelho de Estarreja

pleta para todas as repartições. Estarreja pertence á 5.ª div. mil., 9.ª brigada, grande circumscripção militar central, e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. Tem advogados, notarios, medicos, pharmacias; agencias bancarias e de seguros; hoteis, fabrica de cortumes, sociedade de recreio: *Club de Estarreja*. A villa é distante 4 k. da séde do districto. O concelho comprehende 9 freguezias, com 8:415 fog e 32:888, hab. 15:326 do sexo masc. e 17:562 do fem., n'uma superficie de 18:600 hect. As freguezias são: Santa Marinha, de Avanca, 3:518 hab.: 1:569 do sexo masc. e 1:949 do fem.; S. Thiago, de Beduido, 3:389 hab.: 1:582 do sexo masc. e 1:807 do fem.; S. Matheus, de Bunheiro, 3:705 hab.: 1:751 do sexo masc. e 1:954 do fem.; S. Thomé, de Canellas, 1:556 hab.: 697 do sexo

ção telegrapho-postal. No pavimento inferior, do lado esquerdo, frente, contém a administração do concelho, com o gabinete do administrador e archivo, e a recebedoria; do lado direito, frente, a repartição de fazenda em duas salas, o archivo, o gabinete do escrivão e o do contador da comarca. Do lado esquerdo, fundo, a conservatoria e gabinete do conservador, a sala das audiencias do juizo de paz, a repartição do aferimento dos pesos e medidas. Do lado direito, fundo, os quatro cartorios dos escrivães do juizo de direito. O pavimento nobre, do lado direito frente, contem a sala do tribunal judicial e gabinetes do juiz e delegado. Do lado esquerdo frente a sala das sessões da camara municipal com dois gabinetes. Do lado direito fundo quatro salas para testemunhas e jurados. Do lado esquerdo fundo a the-

masc. e 859 do fem.; S. Miguel, de Fermelã, 1:417 hab.: 600 do sexo masc. e 817 do fem; Santa Maria, de Murtosa, 9:881 hab.: 4:694 do sexo masc. e 5:187 do fem; S. Pedro, de Pardilhó, 3:915 hab: 1927 do sexo masc. e 1:988 do fem.; S. Martinho, de Salreu, 3:856 hab: 1:858 do sexo masc. e 1:998 do fem.; S. Bartholomeu, de Veiros, 1:651 hab.: 648 do sexo masc. e 1:003 do fem. O concelho é essencialmente agricola, menos a freg. da Murtosa, que em grande parte se emprega na pesca, tanto do rio como do mar. O principal commercio de todo o concelho é a pesca. *Jornaes*: Teem sido aqui publicados os seguintes: *Concelho de Estarreja (O)*, 10 de outubro de 1901; *Estarrejense (O)*, janeiro, 1887; *Gafanhotos*, 10 de abril de 1887; *Jornal de Estarreja*, 12 de abril de 1883, em publicação; *Voz de Estarreja*, 1 de janeiro de 1885 a 1888.

Estarronhoneira. Pov. da freg. do Salvador, de Ribas, conc. de Celorico de Basto, districto de Braga.

Estatistica. A sciencia dos factos sociaes expressos em termos numericos, a qual ensina a conhecer uma nação debaixo do ponto de vista da sua extensão, população, industria, agricultura, administração, instrucção, força militar, marinha, commercio, etc, em um momento dado. || *Estatistica especial*; a que tem por fim colligir os elementos numericos relativos a uma ordem especial de factos sociaes, tal é a estatistica agricola, a industrial, a criminal e a dos obitos e nascimentos. || *Estatistica das moedas de ouro, prata, cobre e bronze, que se cunharam na Casa da Moeda de Lisboa, no seculo que decorreu desde o 1° de janeiro de 1752 até 31 de dezembro de 1851, segundo consta dos respectivos livros, que existem na mesma repartição*; tem a data de 2 de janeiro de 1852. Consta de 9 folhas lithographadas no formato de fol. gr. Sómente se tiraram 100 exemplares, que não estiveram á venda.

Estatutos. Constituição, regulamento, decreto, canon, que determina ou estabelece a norma, a regra do que se ha de fazer; lei organica ou regulamento especial d'um estado, associação, confraria, companhia, irmandade ou de qualquer corpo collectivo em geral. *Estatutos do Real Collegio dos Nobres*, Lisboa, 1761, *Estatutos do Real Collegio de Mafra*, Lisboa, 1771. *Estatutos da Congregação de Nossa Senhora da Doutrina, sita na casa de S. Roque da Companhia de Jesus da cidade de Lisboa*; ordenados em 1623, e reformados em 1658, anno em que se mandaram imprimir, Lisboa, 1659. *Estatutos do Cabido da Sé de Evora*, Evora, 1635; fôram ordenados pelo cardeal infante D. Henrique, quando era arcebispo d'aquella cidade, em 1546, e confirmados pelo Nuncio Apostolico. *Estatutos da Ordem terceira da penitencia do N. P. S. Francisco, da provincia de Portugal*, Lisboa, 1638; parece que fôram os primeiros d'esta ordem que se imprimiram na lingua portugueza, sendo approvados, segundo se diz, pelo provincial Fr. Lucio de S. Paulo, e approvados no capitulo provincial de 17 de fevereiro de 1636, a que presidiu o commissario geral Fr. Pedro de Urbina. Depois de reformados saíram novamente com o titulo seguinte: *Estatutos da Terceira Ordem da Penitencia da regular observancia de N. P. S. Francisco n'este reino de Portugal*; *ultimamente confirmados e approvados em o capitulo provincial que se celebrou em o convento de N. S. de Jesus em Lisboa a 28 de outubro de 1646*, sem indicação do logar nem anno de impressão. *Estatutos da provincia de Santa Maria da Arrabida, da mais perfeita observancia do Serafico P. S. Francisco*, etc, Lisboa, 1698. *Estatutos das Religiosas Maltezas de S. João da Penitencia na villa de Extremoz*, Lisboa, 1762, *Estatutos da Universidade de Coimbra, confirmados por el-rei D. Filippe primeiro d'este nome. . em o anno de 1591*, Coimbra, 1593. *Estatutos da Universidade de Coimbra, confirmados por el-rei D. João IV em 1653, mandados imprimir pelo reitor Manuel de Saldanha*, Coimbra, 1654; tem frontispicio gravado a buril, com uma elegante portada, e outra estampa que representa a *Sabedoria*, antiga insignia da Universidade, delineada, como se vê da inscripção, pela afamada pintora Josepha d'Ayalla, mais conhecida pelo nome de *Josepha d'Obidos*. *Estatutos da Universidade de de Coimbra, compilados debaixo da immediata e suprema inspecção d'el-rei D. José I nosso Senhor, pela Junta da Providencia Litteraria creada pelo mesmo Senhor... ultimamente roborados por sua Magestade na sua lei de 28 de agosto d'este presente anno de 1772*, Lisboa, 1772. *Estatutos da Academia Real de fortificação. artilharia e desenho*, Lisboa, 1790. *Estatutos da Academia Real de Marinha e commercio da cidade do Porto*, Lisboa, 1803. *Estatutos do Centro Militar do exercito e da armada, approvados por decreto de 23 de dezembro de 1886*, Lisboa, 1886; são estes os estatutos da Sociedade que, com o titulo de *Centro Militar*, foi instituido em 1886, sob a presidencia honoraria d'el-rei D. Luiz I, e sob a direcção e protecção dos ministros da guerra e da marinha, seus vice-presidentes honorarios. *Estatutos do Real Collegio Militar da Luz*, Lisboa, 1814. *Estatutos da Sociedade Portugueza da Cruz Vermelha, approvados por decreto de 4 de maio de 1887*, Lisboa, 1887. Estatutos, planos, regulamentos, etc., que na conformidade dos da Universide de Coimbra ordenaram as communidades religiosas, para se regerem no que tocava aos seus estudos particulares, cuja relação seria longa. Estatutos de associações, sociedades, e montepios, etc.

Estavainha. Pov. na freg. de Espirito Santo, de Tapeus, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Este. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Minho, conc, com, distr. e arceb de Braga; 756 hab. e 140 fog. E' terra bastante accidentada, mas bonita e fertil. Passa aqui o rio Este. A pov. dista 6 k. da séde do conc. Tem correio. O thesoureiro-mór da sé de Braga apresentava o vigario, que tinha 300$000 réis de rendimento. N'esta freguezia, e principalmente na aldeia de Carvalho d'Este, sustentaram uns renhidos combates nos dias 18 a 20 de março de 1809, a Leal Legião Lusitana, artilharia n.° 4, alguns milicianos e povo mal armado, contra as tropas de Soult, havendo muitos mortos e feridos de parte a parte, e sendo por fim supplantados pelo numero, tiveram os portuguezes de retirar, seguindo-se no terceiro dia a tomada de Braga. Este pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n° 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc., com, distr. e arceb. de Braga: 801 hab. e 145 fog. Tem esc. do sexo masc e correio. A pov. dista 5 k. da séde do conc. Esta freg., juntamente com a anterior,

formavam antigamente uma só parochia. Tambem está situada em terreno accidentado, mas é bonita e fertil, sendo regada pelo rio Este. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. na freg. de S. Paio, de Ruilhe, conc. e distr. de Braga. || Nome moderno do rio Aleste, na prov. do Minho. || V. *Aleste.* || Sub-grupo formado com parte das ilhas que compõem os grupos de barlavento e sotavento do archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Do primeiro grupo constituem sub-grupo as ilhas do Sal e Boa Vista, e do segundo as de S. Thiago e Maio.

Esteios *(Lapa dos)*. Remontando a veia do Mondego até obra de 2 k. para cima de Coimbra, encontra-se na margem do poente, um gracioso retiro, selvatico sem aspereza, um d'esses logares privilegiados pela natureza, em que a situação, as plantas, o terreno, e mil outras circumstancias, se harmonisam para o tornar deleitoso e ameno. A vegetação é copiosa e engraçada, vestindo o pendor d'uma collina, formando copadas alamedas, que convidam a passar algumas horas de descanço. D'entre o bosquesinho surgem aqui e ali, no cimo de rochas vivas, cortadas a pique sobre o rio e engrinaldadas das viçosas heras e mil variadas plantas, alguns mirantes cercados de alegretes, d'onde se desfructa uma variada e formosa perspectiva, Este local aprazivel e de tantos attractivos, é o sitio preferido pelos cultores das musas para as suas funcções poeticas. Castilho ali celebrou a *Festa de Maio* e o *Dia da Primavera,* com que immortalisou o sitio. Posteriormente outros poetas tem entoado seus canticos maviosos n'aquella mansão tão poetica, que se tornou um dos mais predilectos passeios dos arredores de Coimbra.

Esteireiro. O que faz esteiras ou as vende. Este officio tinha Regimento proprio na Collecção dada pelo Senado de Lisboa em 1572.

Esteiro. Povoações nas freguezias: S. Matheus, de Pinheiro, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Domingos, de Janeiro de Baixo, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra. || S. Salvador, de Torre, conc e distr. de Viann do Castello.

Esteiro Furado. Pov. na freg. de N. S.ª da Boa Viagem e conc. da Moita, distr. de Lisboa.

Esteiro de Sacco. Pequeno confluente do rio de S. Domingos, do conc. de Cacheu, prov. da Guiné, Africa Occidental, um pouco acima de Bolor.

Estella. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Povoa de Varzim, distr. do Porto, arceb de Braga; 1:003 hab. e 243 fog. Tem correio e esc. do sexo masc. A pov. dista 7 k. da séde do conc. O abbade do mosteiro benedictino de Tibães apresentava o vigario, que tinha 10$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18 com a séde no Porto. Foi senhor d'esta freguezia o conde D. Mem Paes Roufinho, senhor de Villa do Conde, o qual, com seu filho Hermenegildo, venderam a freg. de Estella a D. Mendo, terceiro abbade de Tibães, e mais tarde foi couto, feito por D. Affonso Henriques em 1133.

Estella Montes. Pov na freg. de S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Estenographia. V. *Stenographia* e *Tachygraphia.*

Estephania *(D.)* Princeza de Hohenzollern-Sigmaringen, e rainha de Portugal, mulher de el-rei D. Pedro V. O seu nome completo era D. Estephania Josephina Frederica Guilhermina Antonia. N. em Sigmaringen a 15 de julho de 1837, e fal. em Lisboa a 17 de julho de 1859. Fôram seus paes o principe de Hohenzollern Sigmaringen, Carlos Antonio Joaquim Zepherino Frederico Mainrad e Josephina Frederica Luiza, filha do grão-duque de Baden, Carlos Luiz Frederico. A casa de Hohenzollern é uma das mais nobres da Allemanha. A educação da joven princeza foi confiada a uma franceza, Madame Naudin. D Estephania viveu em Sigmaringen até 1849, anno em que rebentaram na Allemanha motins demagogicos, resultantes da propaganda revolucionaria franceza, e o principe Carlos, receando alguns disturbios que puzessem em perigo a vida das pessoas de sua familia, tratou de as pôr a salvo, mandando-as para Basiléa, na Suissa, e depois para Nenie na Silesia, onde a princeza Estephania residiu por espaço de 18 mezes, tendo estado quasi o mesmo tempo em

D. Estephania

Basiléa, até que em 1852 foi residir para Dusseldorff, onde seu pae fixou a sua residencia, por ter sido nomeado tenente-general do exercito prussiano e commandante da divisão do Rheno. A princeza continuou os seus estudos, sendo o desenho o que mais dedicação lhe merecia. Seus paes costumavam ir passar o outono n'uma das suas propriedades situadas em Weissburgo nas margens do lago de Constança, e a princeza fazia d'este sitio pittoresco o ponto de partida para as suas excursões artisticas. Em 1855 foi apresentada na alta sociedade de Berlim, debaixo dos auspicios da princeza Augusta, depois imperatriz da Allemanha. Em 1857 tratava o governo portuguez de escolher esposa para D. Pedro V, e foi lembrado o nome da princeza D. Estephania, que tinha exactamente a mesma edade que o joven soberano. A 8 de julho d'esse anno foi a princeza informada do noivo que lhe destinavam; a 20 de outubro foi pedida em casamento condicionalmente pelo conde de Lavradio, e a 15 de

dezembro fez-se o pedido official, celebrando-se logo ali grandes festejos. Em fevereiro de 1858 partiu D. Estephania para Berlim, visitou depois as côrtes de Dresde, Carlsruhe, etc., e voltando a Berlim celebrou-se o casamento por procuração na egreja catholica de Santa Hedwiges a 29 de abril de 1858, sendo D. Pedro V representado pelo principe Leopoldo, irmão da noiva, e officiou o bispo de Breslau, assistindo á cerimonia os principes da Prussia, os paes e irmãos da princeza. A 2 de maio partiu a joven rainha para Dusseldorff, acompanhada já pela sua comitiva portugueza, que constava do duque da Terceira, que ia encarregado de a conduzir a Portugal, da duqueza da Terceira, que fôra nomeada camareira-mór da nova rainha, de D. Maria das Dores de Sousa Coutinho, mais tarde condessa de Sousa Coutinho, dama camarista, dos marquezes de Ficalho, de Sousa Holstein, do barão de Santa Quiteria, ministro de Portugal em Berlim, do conde de Cabral, addido á legação portugueza em Berlim, José Ferreira de Castro, depois visconde de Borges de Castro, secretario da missão extraordinaria, cujo chefe era o duque da Terceira. No dia 4 de maio seguiu para Bruxellas, e no dia 5 partiu para Ostende, onde a esperava o vapor *Mindello* em que devia embarcar, o qual era acompanhado pela corveta *Bartholomeu Dias* e por dois hiates inglezes. A esquadrilha, assim que teve a bordo a rainha, levantou ferro, e seguiu para Dover, onde chegou no dia 6, demorando-se a rainha D. Estephania em Londres quatro dias com a rainha Victoria. A 11 embarcou em Plymouth na *Bartholomeu Dias*, e escoltada por uma nau e tres fragatas inglezas seguiu para Lisboa, onde chegou a 17 de maio, indo fóra da barra esperar a nova rainha o vapor *Mindello*, conduzindo o infante D. Luiz e differentes personagens da côrte, e os vapores *Lusitania*, *D. Fernando*, *Camões e Almansor*, celebrando-se no dia seguinte a cerimonia do casamento na egreja de S. Domingos, pelo cardeal patriarcha, então D. Guilherme I. Este casamento causou a maior influencia. Armaram-se dois pavilhões no Terreiro do Paço, em cujas embocaduras se viam elegantes arcos, assim como no Pelourinho, Caes do Sodré, e em outros pontos da cidade; no Rocio, onde está hoje a memoria de D. Pedro IV, em que apenas havia um pedestal, improvisou-se uma columna, sobre a qual se via a estatua do Hymineo. Durante os dias que duraram os festejos, houve vistosas illuminações, recita de gala no theatro de D. Maria II, fogo d'artificio, parada, etc. O dia 18 de maio foi um formoso dia de primavera o que muito concorreu para o brilhantismo das festas. As ruas por onde seguia o cortejo, do Terreiro do Paço á egreja de S. Domingos, e depois até ao palacio das Necessidades, viam-se apinhadas de povo, que soltava sinceros e enthusiasticos vivas aos regios desposados. Muitos estrangeiros vieram a Lisboa assistir aos festejos; das nossas provincias tambem concorreu muita gente, apezar de então as jornadas serem mais difficeis e dispendiosas por não estarem ainda desenvolvidas as linhas ferreas por todo o paiz, como actualmente. Toda esta alegria, porém, foi ephemera, porque a 8 de julho do anno seguinte, estando a rainha em Vendas Novas, sentiu um incommodo de garganta, que não tardou a aggravar-se. Os medicos classificaram a doença de angina diphterica, e essa angina tomou logo um caracter assustador; effectivamente nove dias depois succumbia a rainha D. Estephania, contando apenas 22 annos de edade, causando a mais dolorosa magua, porque todos a estremeciam e respeitavam. Um anno depois, e em cumprimento dos desejos manifestados pela finada, D. Pedro V fundou o hospital *Estephania*, na quinta da Bemposta, dotando-o com 30:000$000 réis.

Estercada. Pov. na freg. de S. Martinho, de Carneiro, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Estercadas. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro.

Estercado. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pencelo, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Esteriz. Pov. na freg. de Salvador, de Villa Garcia, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Estevaes. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança; 261 hab. e 59 fog. Tem esc. do sexo fem. A pov. dista 11 k. da séde do conc e está situada entre serras, na estrada de Mogadouro a Moncorvo. Está annexa á freg de S. Bento, de Meirinhos, do mesmo concelho, para effeitos civis, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de S. Cyriaco, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. da Torre de Moncorvo, distr. e bisp. de Bragança; 332 hab. e 85 fog. Pertenceu ao conc. d'Alfandega da Fé até 1855, passando então ao da Torre Moncorvo. A povoação dista 7 k. da séde do conc. E' muito abundante em aguas. Esta freg. está annexada civilmente á de S. Thiago, de Adeganha, do mesmo conc. || Povoações nas freguezias: S Estevão, de Cachopo, concelho de Tavira, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco. || Casal na freg. de S. Mamede, de Matta Moirisca, conc de Pombal, distr. de Leiria

Estevães *(Manuel Pedro)*. Cura em Minde, sua patria; homem muito estimado pelos seus parochianos, e prégador considerado. N. a 22 de julho de 1796, fal. a 30 de setembro de 1866. Era filho de Manuel Estevães; aprendeu os estudos primarios no hospicio de Minde, como n'aquella epoca era costume, e depois pôde entrar gratuitamente no seminario de Leiria, onde foi um estudante muito distincto. Depois de concluidos os estudos, como lhe faltasse o necessario para o patrimonio, isto é, o seu dote para ordenando, os frade de Minde intercederam com el-rei D. João VI a favor do illustrado seminarista, e o monarcha ordenou então, que a titulo de patrimonio, Estevães recebesse do celleiro real 60 alqueires de trigo annualmente, até á entrada do exercito libertador em Portugal, e sêl-o-ia até á sua morte, se depois fôsse requerido ao novo governo; porém, como Manuel Pedro Estevães pertencia ao partido absolutista, nunca o quiz pedir. Exerceu o logar de sub-prefeito no seminario de Leiria, regendo ao mesmo tempo uma cadeira de latim. Mais tarde foi nomeado coadjutor da freguezia de Minde, e pouco depois, ficou sendo parocho, logar que exerceu por mais de 40 annos, até á sua morte. Durante a sua vida parochial, recebeu a egreja a

visita do bispo de Leiria, D. Guilherme, que depois foi patriarcha de Lisboa, o qual ficou muito satisfeito por vêr a boa ordem em que es tava a egreja matriz, e a estima e respeito que todos consagravam ao seu parocho. O governador do districto, o conselheiro Antonio Vaz de Fonseca e Mello, tambem visitou a freguezia de Minde, durante este tempo. Manuel Bento Estevães prestou muitos serviços sua na terra natal As horas que as occupações lhe deixavam livres aproveitava-as ensinando gratuitamente grammatica latina, e na sua casa, debaixo da sua direcção, se abriu um curso de theologia moral, a cujas lições assistiam diariamente varios ecclesiasticos e ordinandos. A opinião do mesmo parocho, n'esta sciencia, era seguida por todo o clero do bispado de Leiria, hoje extincto. Quando em 1833 Minde foi assaltado pela cholera-morbus, Estevães e mais alguns devotos promoveram uma festa em honra de N. S.ª d'Assumpção, rogando-lhe que se compadecesse d'aquella freguezia de que era padroeira; Estevães nunca mais deixou de fazer parte d'esta especie de irmandade que, annualmente, em agosto, festejava a Virgem sua protectora. Em Minde ainda hoje é recordada com saudade a memoria do bondoso parocho.

Esteval. Pov e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Baixa, conc. de Proença-a-Nova, com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 895 hab. e 166 fog. Tem correio e esc. do sexo masc. A pov. dista 14 k. da séde do conc. Era uma das freguezias do grão-priorado do Crato, que está hoje annexo ao patriarchado. O grão-prior apresentava o cura, que tinha diversos generos, vinho, e 2$000 reis em dinheiro. Esta freg. é tambem conhecida pela denominação de *S. Pedro de Esteval.* Sendo extincto o conc. de Proença-a Nova, foi annexada ao de Mação, distr. de Santarem, por decreto de 7 de setembro de 1895, mas voltou para o de Proença-a-Nova, que ficou restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. Esteval pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar.

Esteval dos Moiros. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Estevão. Chantre da cathedral de Lisboa, em cuja dignidade foi provido pelo bispo D. Alvaro de Freitas. Floresceu pelos annos de 1173. Escreveu uma obra em latim ácerca da trasladação do corpo de S. Vicente, do Promontorio Sacro para a sé de Lisboa.

Estevão *(Padre Gaspar)* Jesuita de Gôa, que viveu nos fins do seculo XVI, e deixou manuscripta uma *Relação do martyrio*, que soffreram no Japão alguns religiosos, a qual escrevera no anno de 1597. O manuscripto conservava-se na casa professa dos jesuitas de Gôa.

Estevão *(José).* V. *Magalhães (José Estevão Coelho de).*

Estevão *(Casal do).* Na freg de N. S.ª da Purificação, de Ceissa, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Estevão *(Mestre).* Cirurgião que viveu no seculo XVI. Entrou para o hospital de Todos os Santos em 21 de julho de 1511, para o logar de mestre Gonçalo.

Esteve. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Bico, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Esteve Annes ou **Esteveanas.** Pov. na freg. de S. Matheus, de Alváres, conc. de Góes, distr. de Coimbra.

Esteveira Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro. ‖ S Sebastião, de Boliqueime, do mesmo conc. e distr. ‖ S. Facundo, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. ‖ N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. ‖ N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Estevens *(José Paes).* Sargento mór de infantaria. Serviu cinco annos, desde 24 de novembro de 1682, como ajudante de engenheiro, na provincia do Alemtejo, logar em que foi provido por Diniz de Mello e Castro, e que serviu sem soldo, assistindo com grande cuidado o zelo ás fortificações da praça de Extremoz. Em 1686 foi nomeado capitão de infantaria *ad honorem*, com o soldo de 25$000 reis por mez, pagos por inteiro nas rendas reaes da capitania de Pernambuco, servindo de engenheiro da mesma capitania, onde devia assistir ás fortificações, e ás d'aquelle Estado, em que fôsse necessario, gozando todas as honras, privilegios, e isempções, franquezas e liberdades que tinha o engenheiro da Bahia. Na mesma carta de nomeação se dizia, que elle era grande escrivão (calligrapho) e contador, e egualmente grande riscador de plantas e desenhos A carta tem a data de 3 de dezembro do referido anno de 1686 Em 1696 estava lendo e ensinando a sua profissão na aula de fortificação instituida na Bahia, e a 4 de dezembro d'este anno foi promovido a sargento-mór, continuando na regencia da mesma cadeira e no exercicio de engenheiro d'aquella capitania, carta tambem está redigida em termos muito honrosos.

Estevens *(Lopo).* Natural de Alcacer do Sal, commendador da ordem de S. Thiago. D'este fidalgo descendem os antigos Correias de Alcacer.

Estevens *(Padre Simão).* Jesuita. N. em Baleizão, termo de Beja, a 5 de novembro de 1674, fal. em 20 de maio de 1734. Era filho de Gaspar Estevens Bravo e de Catharina Cançada. Professou em Lisboa a 2 de março de 1690 Dictou Philosophia e Theologia no collegio de Santo Antão, de Lisboa, onde falleceu.

Esteves. Appellido de que ha em Portugal varias familias. Os que procedem de Lourenço Esteves, do tempo d'el-rei D. Pedro I, teem por armas, em campo de prata, nove flôres de liz vermelhas; timbre, uma flôr de liz. A Lopo Esteves de Olivença, cavalleiro d'el-rei D Affonso V, que serviu na Africa, concedeu aquelle monarcha em recompensa, e aos seus descendentes, as seguintes armas: em campo vermelho uma aguia de prata estendida armada de preto, e por timbre a mesma aguia Ha ainda outra familia, que procede de João Lourenço de Budalde Esteves, alferes-mór de D. João I, que tem por armas, em campo de prata uma flôr de liz vermelha com duas espigas da mesma côr saindo d'elle, e por timbre um leão de prata nascente armado de vermelho com a flôr de liz na espadua; alguns põem por timbre só a flôr de liz.

Esteves *(Affonso).* Mestre da carpintaria real no tempo de D. Affonso V. Falleceu em 1448, succedendo-lhe no cargo Gil Pires.

Esteves *(Antonio)*. Presbytero formado em Canones pela Universidade de Coimbra, que viveu no seculo XVIII. Escreveu: *Methodo pratico para que todas as almas saibam exercitar-se na oração mental*, Lisboa, 1731. Traduziu do hespanhol a *Mystica theologia, composta pelo doutor Seraphico S. Boaventura*, etc, Lisboa, 1751.

Esteves *(João Manuel)*. Official chefe de divisão da Armada Real; commendador de varias ordens e official da de Leopoldo da Belgica; fal. a 27 de setembro de 1865. Jaz em Lisboa no cemiterio dos Prazeres, jazigo n.º 1:254. Casou em 14 de julho de 1836 com D. Maria Filippa Gervasia Esteves. Era filho de João Manuel Esteves e de D. Maria do Carmo Esteves. Entre outros filhos teve a João Maria Esteves, que foi secretario do governo de Mossamedes, e a Gustavo Adolpho Esteves, que cursou distinctamente pintura na Academia Real das Bellas Artes de Lisboa, e que falleceu muito novo.

Esteves *(João Nunes)*. Typographo, editor e vendedor de livros em Lisboa, onde teve por muitos annos o seu estabelecimento na rua d'El-Rei, vulgo rua dos Capellistas. Em 1828 fez a terceira edição das obras de Nicolau Tolentino A perda d'um filho, que sendo soldado de 15.º batalhão da Guarda Nacional, morreu desgraçadamente no respectivo quartel, victima da commoção politica de 13 de março de 1838, deu logar a certas disposições ou tendencias monomaniacas, a que, segundo parece, já era propenso antes d'aquelle facto. O certo é que pensou em ser escriptor, e publicou durante alguns annos na sua officina uma numerosa quantidade de papeis soltos, escriptos sem nexo, que intitulava *Jornaes de Annuncios*, *Ordens do dia*, etc., que assignava *Nunes sem filho*, os quaes distribuia elle proprio, gratuitamente, ás pessoas que os pediam. O pobre maniaco tornou-se conhecido pela designação de *Nunes sem filho*. Uma d'estas publicações, que avulta pelo comprimento e disparatado mas ao mesmo tempo de curioso titulo, prova bem o seu desarranjo mental E' a seguinte: *Historia das Revolucções portuguezas desde 24 de Agosto de 1820 até hoje, e a biographia de vivos e mortos, que n'ellas mais figuraram: tudo extrahido dos papeis autenticos, que sairam nas suas differentes epocas: quando se tratar das biographias respeitarei a sua vida particular: leva algumas notas para mais elucidar a historia, e fazer conhecer o fim de todos os revolucionarios ou regeneradores, que tem apparecido desde 24 de Agosto de 1820*, Lisboa, 1844. E' um grosso volume em 4.º

Esteves *(João Rodrigues)*. Mestre de capella na sé de Lisboa durante a primeira parte do seculo XVIII No archivo existem numerosas composições suas, entre as quaes se contam 22 psalmos; muitas são a 8 vozes. Quasi todas teem data comprehendida entre os annos de 1719 e 1751; as d'este ultimo anno são só duas. Escreveu tambem umas *Regras de acompanhar*, que corriam manuscriptas.

Esteves *(Joaquim José)*. Tenente-coronel reformado. N. em Paiões, concelho de Cintra, em outubro de 1799. Ignora se a data da sua morte, mas ainda existia em 1890. Era filho de José Francisco Esteves. Assentou praça de voluntario em 27 de julho de 1818 em infantaria n.º 4. Manifestando apreciaveis aptidões para o serviço militar, foi elevado em quatro annos ao posto de 1.º sargento, a 19 de junho de 1822. Fez parte de 4 expedições ao Rio de Janeiro e Bahia, no referido anno. Esta primeira epoca da sua carreira militar completou a a 17 de agosto de 1826, dia em que recebeu a sua baixa. Ainda não havia passado um mez, a 13 de setembro, voltou ás fileiras do exercito, alistando-se pela segunda vez, voluntariamente, como soldado no batalhão de caçadores n.º 7, por ter resolvido acceitar o convite do governo da infanta regente D. Izabel Maria, que appellara para o patriotismo da mocidade portugueza. Dez dias depois era transferido para o batalhão de caçadores n.º 6, com o qual fez as campanhas de 1826, 1827 e 1828, assistindo ás acções de Arronches, de Coruche, da Ponte do Prado e Barca, de Melgaço, da Cruz de Marouços, da Ponte do Tongo, e do Furador. No 1.º de abril de 1828 era 2.º sargento, n'este seu novo alistamento. Não conseguindo emigrar para a Galliza, como fizeram os seus camaradas, foi preso e conduzido para os carceres da Trafaria, onde jazeu por espaço de 5 annos, alcançando a liberdade no memoravel dia 24 de julho de 1833. Apresentando-se no quartel general, foi mandado fazer serviço para o batalhão de caçadores n.º 2, que acabara de fazer a sua entrada solemne em Lisboa com o duque da Terceira. Fez então as campanhas de 1833 e 1834, assistindo á defeza das linhas de Lisboa, ás acções de Loures e de Pernes, e á batalha de Almoster em 18 de fevereiro de 1834, em que ficou ferido. Pelo seu valor no campo da batalha foi condecorado com o grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada, por diploma de 24 de março de 1834. Esteves, que fôra promovido a 1º sargento em novembro de 1833, exerceu o posto de sargento-ajudante desde 9 de abril de 1834. Terminada a guerra civil com a convenção de Evora-Monte, seguiram-se os acontecimentos de 1837, em que tomou parte o batalhão de caçadores n.º 2 a favor do governo de Lisboa e contra os marechaes. O sargento-ajudante Esteves assistiu á acção do Chão da Feira em 28 de agosto do referido anno de 1837, sendo promovido a alferes para o mesmo batalhão no dia immediato. A 26 de fevereiro de 1841 teve a promoção de tenente para o de caçadores n.º 27, regressando ao n.º 2 em 15 de março. Veiu depois a revolta de Torres Novas em 1844, e o tenente Esteves, apezar do seu reconhecido prestimo na instrucção de recrutas, a que se dedicava com abstenção completa de questões politicas, foi passado em 29 de fevereiro *por falta de confiança* para a 3.ª secção do exercito, onde o conservaram até que, por effeito de mudança da politica governamental, em 1846, o collocaram em caçadores n.º 8 em 29 d'agosto. Em seguida aos factos politicos de 6 d'outubro, foi passado para a 1.ª secção do exercito no dia 28, sendo considerado na 3.ª secção desde 23 de novembro. D'esta vez pouco se demorou na 3.ª secção, porque logo no dia 1.º de maio de 1847 foi mandado fazer serviço para o deposito de recrutas organisado no quartel da Graça, de Lisboa, sendo no dia 13 collocado no quadro do batalhão de caçadores n.º 8 Conservou se no deposito depois da guerra civil, apezar de ter sido promovido a capitão para caçadores n.º 5 em 19 d'abril No deposito de recrutas prestou o capitão Esteves

muitos e bons serviços, tanto como instructor, como na qualidade de commandante d'uma das secções. Estes serviços fôram muito apreciados por el-rei D. Fernando, então commandante do exercito, e pelo official que commandava o deposito, sendo por el-rei escolhido para commandar uma companhia de caçadores n.º 2. Em 19 de agosto de 1853 foi graduado no posto de major com a antiguidade de 29 de abril de 1851, e destacado para a ilha da Madeira com a sua companhia em 21 de julho de 1854. D'ali passou para a commissão activa de 17 de março de 18·5, afim de ir servir na guarda municipal de Lisboa, onde foi collocado no commando da 6.ª companhia. A 26 de janeiro de 1858 passou á inactividade temporaria a esperar cabimento para a reforma, que obteve no posto de tenente-coronel, por decreto de 30 de agosto do mesmo anno. Depois de reformado, ainda commandou os fortes de Aveiro, Cruz Quebrada e Paço d'Arcos. Esteves tinha o grau de cavalleiro da ordem d'Aviz, e a medalha das campanhas da Liberdade, algarismo n.º 5.

Esteves *(José Maria)*. Organista e professor de piano em Braga. N. n'esta cidade em 1822, e fal. em maio de 18·1. Foi organista na cathedral e na egreja da Misericordia; distinguindo-se tambem pela fórma elegante com que improvisava. Era muito estimado e algumas das suas discipulas fôram depois professoras.

Esteves *(Manuel Luiz)*. Capitão-tenente da Armada, lente de desenho e bibliothecario da Escola do Exercito, etc. Era cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz. Escreveu: *Catalogo alphabetico em ordem a autores das obras que possue a Bibliotheca da Escola do Exercito até 31 de Março de 1859, cujas obras teem sido obtidas por offerecimentos, compras e acquisições das livrarias dos extinctos conventos*, Lisboa, 1859.

Esteves *(Pedro)*. V. *Barcellos (Pinheiros de)*. Vol. II, pag., 128, col. I.

Esteves *(Pero)*. Era natural de Veiros, segundo uns, e de Portel segundo outros. Foi pae de Iguez Pires, que foi amante de D. João I, o Mestre d'Aviz, e depois commendadeira do convento de Santos. D'estes amores nasceu D. Affonso, que casou com D. Beatriz, filha de D. Nuno Alvares Pereira, d'onde procede a Casa de Bragança, (V. *Bragança, D. Affonso 1.º duque de)*. Referem alguns chronistas que Pero Esteves teve tantos desgostos por aquelles amores de sua filha, que em signal de luto deixou crescer a barba, sendo, por esse facto, alcunhado pelo povo o *Barbadão*. Conta-se tambem que atormentado pela dôr, pretendeu matar D. João, chegando a esperal-o em sitios escusos, armado com a sua bésta; faltando-lhe porém, a coragem, desistiu do seu projecto, e ainda mais, por lhe constar que o Mestre de Aviz, reconhecendo a sua culpa, fôra o primeiro a respeitar o soffrimento de quem fôra tão gravemente offendido na sua honra. Esta tradição deu assumpto a varios romances e dramas, entre os quaes se conta *A Herança do Barbadão*, drama de Antonio Pereira da Cunha, e *Pero Esteves*, romance historico do fallecido escriptor Eduardo Coelho, o qual está publicado no 1.º volume dos *Brindes do Diario de Noticias;* etc.

Esteves *(Vasco)* ou *Vellasco Estevão*, vigario de S. Thomé, e reitor da Universidade em 1431, quando ella estava em Lisboa, por occasião de serem jurados os estatutos, no dia 16 de julho do referido anno.

Esteves. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Alvaredo, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Thiago, de Peral, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco. ‖ S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Esteves *(Couto de)*. V. *Couto de Esteves*.

Esteves de Carvalho *(João)*. Desembargador e procurador geral da mitra primacial de Braga. Era natural de S. Pedro da Torre, da provincia do Minho. Deixou manuscripta a seguinte obra: *Peculios de direitos, em que estavam resumidas as Decisões da Rota Romana, ou sentenças julgadas com muitas Bullas Apostolicas;* 3 tomos.

Esteves de Carvalho *(Vicente Antonio)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em Tortuzendo, concelho da Covilhã, a 15 de outubro de 1779; fal. em 7 de setembro de 1815. Era filho de João Lopes Alves Ferreira e de D. Rosa Maria Angelica. Concluidos os estudos menores, matriculou-se na Universidade de Coimbra em 1797, e no anno de 1802 fez acto de formatura, tomando o grau de bacharel em Leis. Em 1810 foi despachado juiz de fóra de S. Vicente da Beira, sendo no mesmo anno admittido como socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Em 1814 obteve, por nomeação da Regencia do reino, o logar de ajudante da superintendencia geral dos provimentos de boca para o exercito na provincia da Beira Baixa, cujas funcções desempenhou apenas por alguns mezes, porque a morte o veiu surprehender, quando contava 36 annos incompletos. Escreveu: *Memoria sobre a origem e progressos da emphyteuse, e sua influencia sobre a agricultura em Portugal*, Lisboa, 1814; *Observações historicas e criticas sobre a nossa legislação agraria, chamada commummente das sesmarias*, Lisboa, 1815; *Reflexões philosophicas sobre a origem e primeiros progressos da propriedade*, Lisboa, 1816; Deixou outras memorias inéditas na Academia Real das Sciencias, taes como: *Ligeiro quadro das nossas leis de amortisação*, uma memoria sobre os conhecimentos dos nossos juriconsultos em direito das gentes, etc, como se póde vêr das *Memorias* da referida academia, tomo IV, parte 2.ª, pag. XXI, e tomo V, parte 1. No *Jornal de Coimbra* publicou umas interessantes *Noticias*, sobre os expostos. No *Instituto*, tomo VI, pag. 237, vem uma breve noticia biographica a seu respeito, escripta pelo dr. Rodrigues de Gusmão.

Esteves da Fonseca *(Francisco Maria)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, tendo actualmente consultorio na rua Aurea. N. em 3 de março de 1862. Terminou o curso em 1887, publicando n'esse anno a sua these inaugural sobre *Cirrhose atrophica hepatica*. Foi nomeado medico extraordinario do hospital de S. José em 17 de janeiro de 1889. E' medico das cadeias civis de Lisboa, da administração geral dos tabacos e medico director da enfermaria n.º 14 do hospital de S. José.

Esteves Junqueira *(João Manuel)*. Antigo funccionario administractivo. Nasceu em Lisboa em 1847, filho do commerciante da mesma praça Manuel José Junqueira e de sua mulher e prima

D. Regina do Carmo Esteves, filha do commendador João Manuel Esteves. Casou com D. Sophia Alves Branco. Começou a sua carreira administrativa no concelho de Loures, por occasião da organisação d'este concelho, e ahi se demorou alguns annos, sendo depois transferido para Cintra, e d'esta localidade para Estarreja, em 1895. Em abril de 1906 foi escolhido pelo governador civil do districto de Lisboa, sr. conde de Sabrosa, para seu secretario.

Esteves Lisboa *(José de Passos)*. Cirurgião medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto; jornalista e critico musical. N em Santa Maria Maior, districto de Vianna do Castello, a 16 de abril de 1850. E' filho de Manuel José Ferreira Lisboa. Defendeu these a 16 de julho de 1877. Escreveu: *Etiologia das febres intermittentes e pathogenia da sua periodicidade* (these), Porto 1877; *Guia medica para uso das mães*, Lisboa, 1883. Este trabalho é dedicado pelo autor a sua esposa e prima, a sr.ª D. Izabel Julia de Passos Fernandes Lisboa O sr. Esteves Lisboa tem collaborado em varios jornaes e revistas, especialmente na *Arte Musical*. Foi ha annos um dos proprietarios do jornal lisbonense *A Vanguarda*. E' medico homœpatha e tem actualmente consultorio em Lisboa, na rua de Santa Justa.

Esteves Mosqueira *(José Joaquim)*. General de brigada reformado. N. no Porto a 25 de setembro de 1806; fal. a 22 de julho de 1874. Dedicado desde muito novo ao estudo commercial, e depois ao das disciplinas ecclesiasticas, passou a cursar a Escola Medico-cirurgica do Porto por não ter vocação para nenhuma das profissões a que conduzem aquellas duas ordens de estudos. Completara o 4.º anno do curso de medicina, quando as vicissitudes politicas despertaram o seu genio liberal, e abandonando os estudos, correu a alistar-se no 1.º batalhão de voluntarios de D. Pedro IV, em 8 de dezembro de 1826. No movimento de 16 de maio de 1828 foi nomeado tenente do batalhão, que então se organisou na Academia do Porto. Emigrando pela Galliza para Inglaterra, desembarcou em Falmouth a 8 de setembro do referido anno, passando com o posto de alferes em 5 de outubro para o batalhão dos Voluntarios da Rainha, que se formou de todos os voluntarios emigrados. Indo para os Açôres tomou parte na memoravel batalha da Villa da Praia em 11 de agosto de 1829, e foi um dos da expedição que depois veiu desembarcar nas praias do Mindello em 8 de julho de 1832. Assistiu a todas as batalhas e combates do cêrco do Porto, pertencendo sempre ao famigerado batalhão de Voluntarios da Rainha, como tenente. Na sortida de S. Gens, em 28 de novembro de 1832, ficou gravemente ferido n'uma perna; o reconhecimento de Vallongo valeu-lhe o ser muito elogiado. Pela bravura e a intrepidez com que se houve na batalha de Ponte Ferreira, em 23 de julho de 1832, foi-lhe conferido o grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada; tambem foi louvado na parte official da batalha da Asseiceira; entrou na defeza da Serra do Pilar, em março, abril, e junho até agosto de 1833, sendo-lhe dado o grau de cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição pelos serviços prestados. Esteves Mosqueira fez toda a campanha da Liberdade até á convenção de Evora Monte, realisada em 26 de maio de 1834 perseguindo o inimigo até Extremoz. Fôra nomeado tenente em 17 de maio de 1833, e sendo mais tarde incorporado no exercito, contando-se-lhes a antiguidades, succederam-se as suas promoções na ordem seguinte: capitão a 5 de setembro de 1837, major a 29 de abril de 1851, tenente coronel a 25 de abril de 1859, coronel a 21 de abril de 1862. Nomeado para commandar a guarda municipal do Porto, em 25 de maio de 1862, desempenhou esta commissão até á data da sua reforma em general de brigada, 15 de setembro de 1868. Um grave padecimento o obrigou a retirar-se do serviço activo, victimando-o poucos annos depois. Os jornaes do Porto, de 22 e 33 de julho de 1874, de todas as côres politicas, teceram-lhe os maiores elogios. E' digna de menção a sua espada, toda lavrada em alto relêvo, por ter inscriptas todas as datas do cêrco do Porto, e das batalhas, combates, acções, reconhecimentos, etc., a que elle assistiu. Esta curiosa e historica espada esteve em exposição, depois da sua morte, n'um estabelecimento do Porto. As datas são as seguintes: Emigração com a divisão leal, 3 de julho de 1828—Desembarques: em Falmouth, a 8 de setembro de 1828; na ilha Terceira, 7 de março de 1829; em Ponta Delgada, 6 de março de 1832; no Mindello, 8 de julho de 1832; em Nazareth, 1 de novembro de 1832—Batalhas: Villa da Praia, 11 d'outubro de 1832; Ponte Ferreira, 23 de julho de 1832; Aguardente, 29 de setembro de 1832, Carvalhido, 25 de julho de 1833; Asseiceira, 16 de maio de 1834—Acções: Braga 14 de julho de 1818; Aguardente, 16 de setembro de 1832 e 4 de março de 1833; Leiria, 15 de janeiro de 1834—Sortidas: S. Gens, 28 de novembro de 1832; Oliveira do Douro, 18 d'outubro de 1834; Pernes, 10 de novembro de 1833; Pombal, 26 de abril de 1834 Reconhecimentos: Braga e Douro, 15 de julho de 1832; Vallongo, 22 de julho de 1832; Aldeia da Cruz e Oreu, 13 de maio de 1834—Combates: Aguardente, 25 d'agosto, 8 e 9 de setembro de 1832; convenção de Evora-Monte, 26 de maio de 1834. O general Esteves Mosqueira tinha as seguintes honras: carta de conselho, commendas da Torre e Espada e de S. Bento de Aviz; grande official das mesmas ordens e da de N. S.ª da Conceição; medalha de D. Pedro e D. Maria, n.º 9; medalha de prata da divisão auxiliar a Hespanha, de 1835 a 1837, e as militares das tres classes, sendo de ouro as de valor militar e bons serviços, e de prata a de comportamento exemplar.

Esteves Negrão *(Manuel Nicolau)*. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. Era filho do desembargador Dionysio Esteves Negrão. Era magistrado e poeta. Foi desembargador do paço e chanceller-mór do reino. Fundou em 1756 a celebre Arcadia Ulyssiponense, juntamente com Antonio Diniz da Cruz e Silva e Theotonio Gomes de Carvalho, tendo n'essa sociedade o nome pastoril de *Almeno Sincero*. Fal. a 7 de novembro de 1824, em edade muito avançada. De todas as suas producções poeticas, que se diz terem sido numerosas, apenas se salvaram pela impressão uns 134 versos hendecasyllabos que lhe pertencem, sob o nome arcadico de Almeno Sincero, na Ecloga composta entre elle e Antonio Diniz para celebrar a festa do Natal, recitada na Arcadia em dezembro de 1757, e incluida nas poesias de Diniz, tomo 2.º, pag. 62.

Esteves Pereira *(Francisco Maria).* Major de engenheiros, e escriptor muito dedicado aos estudos orientalistas N. em 9 de agosto de 1854; assentou praça em 4 de agosto de 1875, sendo promovido a alferes em 10 de janeiro de 1883, a tenente em 28 de janeiro de 1885, a capitão em 30 de dezembro de 1893, a major em 15 de janeiro de 1904, pertencendo hoje ao estado maior. O sr. major Esteves Pereira é socio da Sociedade de Geographia, onde tem feito parte de diversas secções. Tem as seguintes honras: cavalleiro da ordem d'Aviz, e official da mesma ordem, por serviços distinctos; official da ordem de S. Thiago, e a medalha de prata por comportamento exemplar. Escreveu: *A vida do Abba Daniel do Mosteiro de Sceté, versão ethiopica publicada por Lazarus Godschmidte F M Esteves Pereira*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897; *Dos feitos de D Christovão da Gama, tratado composto por Miguel de Castanhoso e publicado por Francisco Maria Esteves Pereira;* 1898; foi um dos trabalhos mais interessantes publicados sob os auspicios da commissão do centenario do descobrimento da India O sr. Esteves Pereira, encontrando na bibliotheca d'Ajuda um codice contendo em manuscripto a relação de Castanhoso, copia, segundo elle crê, da primitiva redacção do autor, julgou conveniente publical-a, comparando-a e enriquecendo a de interessantes notas. Esta publicação foi um bom serviço prestado ás letras patrias, offerecendo um valioso subsidio á historia dos nossos feitos no Oriente. Na introducção dá o sr. Esteves Pereira uma noticia bastante circumstanciada de Miguel de Castanhoso, recheada de alguns factos desconhecidos de sua vida e familia Castanhoso foi um heroico e brilhante mancebo. Os esclarecimentos e documentos novos a seu respeito deveu-os o sr. Esteves Pereira ao sr. Brito Rebello, que lh'os facultou. Escreveu mais: *Ditos de Jesus*, Lisboa, 1897; *Canção de Galavderos, rei da Ethiopia*, Lisboa, 1898; *O elephante em Ethiopia*, Lisboa, 1898; *Vida de Takla Haymanot, pelo P. Manuel de Almeida, da Companhia de Jesus*, Lisboa 1899; *Conversão de um rei da India ao Christianismo; etc.*, Lisboa, 1900; *Homilia do archanjo S. Miguel por Severo arcebispo de Antiochia; estudo critica e historia litteraria; Historia de Minás Admás Sagad, rei da Ethiopia. (Extr. do Bol. da Soc. de Geogr. de Lisboa, 1887).* Lisboa, 1888; *Victorias de Amda Sion, rei da Ethiopia, traducção abreviada pelo P. Manuel de Almeida da companhia de Jesus com uma versão franceza, por Jules Perruchon*, Lisboa 1891; *Chronica de Susenyos, rei da Ethiopia—Texto ethiopico segundo o manuscripto da Bibliotheca Bodleiana de Oxford*, Lisboa, 1892; *Vida do Abba Samuel do Mosteiro do Kalamon—Versão ethiopica—Memoria destinada á X sessão do congresso internacional dos orientalistas*, Lisboa, 1894; *O elephante em Ethiopia*, Lisboa 1898; *A peça de Diu por David Lopes e F. M. Esteves Pereira*, Lisboa, 1892; *Historia dos Martyres de Vagran*, Lisboa, 1899; *Victorias e Amda Sion, rei da Ethiopia, memoria apresentada por Francisco M. Esteves Pereira (no Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, IX serie, n.os 10 e 11) Visão de de Tundalo (Vol. III da Revista Lusitana); Os portuguezes em Maçuá (Vol IX da Revista das Sciencias Militares); Historia do Imperador Vespasiano*, edição da Livraria Ferin.

Esteves Pereira *(João Manoel).* Empregado publico e escriptor. E' um dos dois redactores do presente diccionario. Nasceu em Lisboa, freguezia de Santos-o-Velho, a 25 de julho de 1872. Filho de José Maria Pereira Junior, pintor decorador, nat. de S Julião de Setubal, e de sua primeira mulher, D. Maria José do Carmo Esteves Pereira, natural de S. Lourenço de Azeitão. Começou os seus estudos no *Collegio de Nossa Senhora da Conceição*, á Esperança, dirigido por Joaquim Lopes Carreira de Mello, e ahi alcançou o primeiro premio academico, como consta dos respetivos *Annaes*, publicados em 1882. Destinado por seu pae a seguir a carreira artistica da pintura, matriculou-se na Academia de Bellas Artes, tendo figurado alguns dos seus desenhos nas exposições annuaes Durante um certo tempo trabalhou com seu pae, mas, sempre desejoso de seguir um curso scientifico ou litterario e não uma carreira artistica, conseguiu entrar para o Instituto Industrial e Commercial de Lisboa, onde fez exames de dezoito das cadeiras do Curso Superior do Commercio e de outras do Curso Superior

João Manoel Esteves Pereira

Industrial, alcançando duas vezes o primeiro premio pecuniario *Julio Cesar Machado*, dado pela Associação Camoneana «José Victorino Damasio» e menções honorificas em algumas cadeiras, sendo uma na de Direito Internacional e Maritimo. Em muitos dos seus exames foi-lhe dada a classificação de *distincto.* E' o unico alumno do Instituto Industrial de Lisboa que alcançou essa classificação na cadeira de Historia das Industrias. Contribuiram para isso muito especialmente os seus trabalhos sobre o assumpto, alguns dos quaes fôram publicados por esse tempo. Em 1893 matriculou-se no Curso Superior de Letras, que completou em 1896, tendo sido approvado *plenamente* em todas as cadeiras que então constituiam aquelle curso. Durante a sua vida de estudante, Esteves Pereira tomou grande parte nas principaes manifestações academicas, sendo secretario das commissões que promoveram a manifestação feita a Eduardo Coelho, em 1893, e a João de Deus, em 1894. Quando n'este ultimo anno se organisou o «Instituto 19 de Setembro» foi convidado para professor de Economia Politica e de Historia das Industrias. Ahi effeituou numerosas conferencias sobre o assumpto, algumas das quaes

estão impressas. Em 1895 foi inscripto professor de Historia no Lyceu Central de Lisboa, dedicando-se muito ao ensino livre. Durante alguns annos desempenhou o cargo de chefe da revisão litteraria e typographica do *Diario de Noticias*. Em 1900 foi nomeado, precedendo concurso em que teve a primeira classificação, aspirante do quadro da Junta do Credito Publico. Ainda no mesmo anno obteve, tambem por concurso, a promoção a amanuense. Como escriptor tem collaborado em muitos jornaes e revistas, sendo mais assiduamente no *Occidente*, a cuja redacção pertence desde 1892, a *Nação*, onde publicou uma série grande de artigos sob o titulo de *Miscellania historica*, e no *Recreio*, do qual redigiu as ultimas séries. Bibliographia — Livros e folhetos: *Apontamentos para a historia das industrias portuguezas* — *A industria agraria;* série de conferencias no «Instituto 19 de Setembro, Lisboa, 1895; *A inscripção lapidar na rua do Salvador*, Lisboa, 1896; *O feminisno na industria portugueza*, vol. n.º 200 da *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, Lisboa, 1897; *Elementos de logographia industrial, A industria portugueza (seculos XII a XIX) com uma introducção sobre as corporações operarias em Portugal*, Lisboa, Empresa do *Occidente*, 1900; *O descobrimento do Brazil*, paraphrase da carta de Pero Vaz de Caminha, Lisboa, 1900; *Administração pombalina*, dissertação apresentada no concurso para professor das Escolas Industriaes, Lisboa, 1904.—Estudos historico-industriaes: No «Occidente», *A industria das rendas*, 1893; *Os manuscriptos illuminados*, 1894-1895; *A Covilhã e a industria dos lanificios*, 1898; *Jacome Ratton; A Real Fabrica das Sedas; A introducção do «podometro» em Portugal; Os azulejos, etc, etc.* No «Recreio», *A industria da pesca, caça, palitos e rocas, alfinetes, luvas, sabão, phosphoros, pennas de escrever, gravatas, papel, vidraes etc.* 1892 a 1898. No «Correio de Leiria», *Historia da fabrica da Marinha Grande*, com muitos documentos, 1896. No «Progresso Industrial», *A industria do sal; A porcelana; A real fabrica da Marinha Grande e a invasão franceza; Notas historico-industriaes dos Açôres; A industria dos chapéos; A historia das industrias; Considerações ácerca da historia industrial portugueza, etc*, 1896.—Traducções: *A peccadora*, romance em 6 volumes de Perez Escrich, Lisboa, 1896, e outros *Aventuras d'uma noviça*, 1 vol., tambem do hespanhol; *Miguel Angelo*, de A. Dumas, publicado em folhetins na *Nação*; etc. Tambem tem publicado algumas poesias, originaes e traducções.

Esther. Pov. e freg. de S. Pedro, da Beira Alta, concelho e comarca de Castro Daire, districto e bispado de Vizeu; 644 habitantes e 175 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa post A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Paiva. A terra é montanhosa, mas fertil em centeio, trigo, castanha, azeite e vinho. Cria bastante gado, principalmente gado miudo. A mitra apresentava o abbade, que tinha 300$000 réis. Pertence á 2.ª div. mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Esther de Baixo e **Esther de Cima**. Duas povoações na freg. de S. Pedro, de Esther, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Estiboiral. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e concelho de Monchique, districto de Faro.

Estifique *(João Cabral de)*. Membro do governo do Estado da India de 3 de março de 1835 a 23 de dezembro de 1837. Era natural de Gôa; assentou praça em 25 de janeiro de 1795, foi promovido a tenente-coronel para o batalhão de infantaria 3 em 12 de maio de 1827; nomeado governador de Damão em 11 de dezembro de 1838, logar de que ficou exonerado em 15 de outubro de 1840, e foi reformado no posto immediato em 2 de outubro de 1851. Falleceu em Pangim a 25 de setembro de 1854, com 74 annos de edade.

Estime. Pov. na freg de S. Miguel, de Monte, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Estira Mantens. Povoações nas freguezias: Santo Estevão e conc. de Tavira, distr. de Faro. || N. S.ª da Graça, de Moncarapacho, conc. de Olhão, do mesmo districto.

Estivada. Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Estorãos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Outeiro Maior, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Miguel, de Villa Franca, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Estivadas. Pov. na freg de S. Salvador, de Paderne, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Estoi. V. *Estoy*.

Estola. Paramento sacerdotal, que consiste n'uma tira comprida de seda, mais larga nos extremos do que no meio, que os sacerdotes, quando vão celebrar missa, revestem por baixo da casula e por cima da alva, cruzando a no peito. Tambem a usam quando ministram os sacramentos, etc.; a estola, então, passa-se em volta do pescoço, e as duas pontas caem parallelamente pela frente.

Estombar. Pov. e freg. de S Thiago, da prov. do Algarve, conc. de Lagôa, com. de Silves, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 2:323 hab. e 515 fog. Tem esc. do sexo fem., est. post. e est. do caminho de ferro, Lagôa-Estombar, no ramal de Portimão, entre as de Mexilhoeira e Silves. A pov. dista 3 k. da séde do conc., e está situada na encosta d'um monte de rocha proximo da bahia de Portimão. A pov. é muito antiga, e foi villa com um forte castello, a que os moiros davam o nome de *Abenabece*. D. Sancho I a conquistou em 1189, mas o miramolim de Marrocos a tornou a adquirir em 1191, assim como a todo o Algarve e parte do Alemtejo. Mais tarde foi novamente conquistada pelos portuguezes no tempo de D. Affonso III. O papa e o bispo apresentavam alternativamente o prior, que tinha 100$000 réis de rendimento e o pé d'altar, além das *miuças* (direitos ecclesiasticos pagos em generos). A terra é fertil; tem uma boa egreja de tres naves, e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e r s. n.º 17, com a séde em Lagos. Houve em Estombar um convento de frades da ordem de S. Francisco, que ficou completamente arruinado pelo terremoto de 1755.

Estoque. Especie de espada comprida e direita, com tres ou quatro quinas, que só fere de ponta. || *Estoque real*; insignia que o condestavel do reino tem na mão na presença do rei em actos solemnes. || Movel de armaria que representa uma espada estreita e de dois gumes.

Estoquete *(Jeronymo)*. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, e advogado da Casa da Supplicação. Era natural de Lisboa,

mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Foi particular amigo de Francisco Manuel do Nascimento (Filinto Elysio), e fazia parte d'uma especie de Arcadia, que este reunia em sua casa, alguns annos antes de saír de Portugal. Escreveu: *Elogio do ex.mo e rev.mo sr. D. João Arcebispo Metropolitano de Evora, do Conselho de Estado de S. Magestade*, etc., Lisboa, 1768; *Memoria apologetica a favor do capitão Ignacio de Freitas Telles de Menezes*, etc., Lisboa, 1764.

Estorãos. Pov. e freg. de S. Thomé, da prov do Minho, conc. e com. de Fafe, distr. e arceb. de Braga; 840 hab. e 229 fog. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 5 k. da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 500$000 réis de rendimento. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 554 hab. e 162 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. Passa-lhe proximo o rio Estorãos. A casa de Penteeiros apresentava o abbade, que tinha 120$000 réis. Pertence á 3.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Thiago da Ribeira de Alhariz, conc. de Valle Passos, distr. de Villa Real.

Estorninhas. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Estortiga. Pov. na freg. de Santa Catharina da Serra, conc. e distr. de Leiria.

Estoy *(José Francisco da Silva, visconde de).* Abastado proprietario em Beja, de cujo districto foi governador civil na situação progressista de 1905-1906. Recebeu o titulo de visconde de Estoy por despacho de 4 de janeiro de 1906; sendo-lhe dado em razão da magnifica quinta, palacete e jardins, que possue n'aquella antiga pov. do Algarve. Essa propriedade foi dos condes de Carvalhal, e o sr. visconde tem-n'a recheado de obras d'arte. Nos jardins ha magnificos azulejos, no genero antigo, obra do pintor Pereira Junior.

Estoy. Pov. e freg. do S. Martinho, da prov. do Algarve, conc., com. e distr. de Faro, bisp. do Algarve; 4:875 hab. e 1:245 fog. Tem escolas de ambos os sexos, pharmacias, est. telegr. post. permutando malas com Faro; fabricas de ceramica, mercado nos segundos domingos de cada mez e feira no segundo domingo de setembro. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada n'um cabeço, ao centro d'uma planicie amena e fertil. Corre pela freg. a ribeira do Alcaide. A mitra apresentava o prior, que tinha 280$000 reis de rendimento. O terremoto de 1755 destruiu 60 propriedades de casas, e arruinou a egreja, que foi depois reedificada, no principio do seculo XIX, pelo bispo do Algarve, D. Francisco Gomes de Avellar. E' de tres naves, separadas por bellas columnas monolithicas, de 15 palmos de altura, sobre pedestaes de 1 metro, e com bellos capiteis. Tem um magestoso frontispicio, adornado de columnas jonicas, e um adro muito amplo. A freg. é abundante de boas aguas. Dizem que existiu aqui a antiquissima cidade de *Ossonoòra*; outros dizem que *Ossonobra* é a actual cidade de Faro. Consta que foi *Ossonobra* a primeira povoação da peninsula hispanica onde se prégou o evangelho, pelos annos 36 da era christã. Em 589, no tempo do rei godo Flavio Recaredo, tinha bispo e sé cathedral, mas os arabes arrasaram completamente a cidade em 715. Quando o Algarve tornou a ter bispo, foi a sua séde em Silves. Não consta que tenham apparecido em Estoy vestigios de tão remota antiguidade, mas no entretanto, quasi está averiguado que era aqui a antiga cidade Ossonobra. V. *Milreu*. A terra é muito fertil; Tem bonitas quintas, entre ellas a do sr. visconde de Estoy, e produz boas fructas. Estoy pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro.

Estoril. Proximo a Cascaes, na distancia de 2 k., ha a povoação do Estoril, que em poucos annos tem attingido o maior desenvolvimento, tornando-se um dos sitios mais pittorescos e mais aprazíveis dos arredores de Lisboa. O Estoril não passava d'um logar rochoso e selvatico, coberto de pinheiraes e quasi desconhecido. Torresão, antigo proprietario d'uns terrenos situados á beira do actual Mont'Estoril, lembrou-se ha bastantes annos de construir uma grande casa de campo, com bella vista para o Oceano e foi esse o primeiro *chalet* que se viu n'aquelle local. O *chalet* ficou sempre conhecido pelo nome do seu antigo proprietario, até que o sr. Carlos Eugenio d'Almeida o adquiriu, e é o seu actual possuidor. Seguiu-se depois o *chalet* Bastos, e mais tarde o capitalista sr. Carlos Anjos construiu sucessivamente alguns *chalets* de madeira, com os nomes de suas filhas. A construcção da linha ferrea marginal, ligando Cascaes a Lisboa, concorreu muito para o desenvolvimento do Estoril. Em 1889, um grupo de importantes capitalistas fundou a *Companhia Mont'Estoril*, dispondo do capital de 225:000$000 réis. Compraram-se terrenos, lançaram-se ruas, plantando as de palmeiras e magnolias, para as abrigar do sol, e começaram-se contrucções. Nos primeiros annos, a companhia viu-se em graves embaraços pelas difficuldades que a crise de 1891 creou em todos os ramos, obrigando-a a retrahir-se nas edificações e na acquisição de terrenos, o que muito prejudicou a sua receita, soffrendo um grande *deficit*. Os estatutos fôram reformados em 25 de junho d'esse anno, e isso contribuiu para melhorar um pouco a situação, graças a uma gerencia energica, mas desde 1894, depois d'uma remodelação da administração da companhia, é que o Mont'Estoril adquiriu um extraordinario desenvolvimento, tornando-se uma formosa estancia de verão afamada não só em todo o paiz, como no estrangeiro. O sr. Carlos Anjos dotou o Mont'Estoril com um dos melhoramentos mais importantes, que foi a abundancia d'agua, que mandou vir das suas propriedades de Valle de Cavallos, na serra de Cintra, e que está actualmente canalisada em todos os *chalets*. As construcções fôram-se alongando por todo o Estoril, e hoje, todo o vastissimo caminho até S. João vê-se repleto de esplendidos *chalets*, variadissimos e de bom gosto, produzindo o mais deslumbrante effeito, sendo muito raro vêrem-se dois *chalets* semelhantes. Em Santo Antonio e S. João do Estoril ha praias deliciosas, com magnificos jardins, que se vêem hoje muito concorridas na estação calmosa. O Mont'Estoril é illuminado a luz eletrica. Indo de Cascaes, encontra-se em

primeiro logar o sumptuoso *chalet* pertencente a Sua Magestada a Rainha Senhora D. Maria Pia. O seu aspecto exterior é simples e elegante, notando-se-lhe, porém, um certo tom de nobreza que lhe soube imprimir o apreciado architecto, o sr. Rozendo Carvalheira, a quem fôram incumbidos os projectos e direcção de toda a obra. Interiormente é d'um extremado bom gosto e d'uma riqueza de adornos pouco vulgares, contendo todas as condições de conforto exigiveis em residencias d'esta ordem. Em todos os aposentos, e com especialidade na sala de jantar, adornada e mobilada á epoca de Luiz XV, se notam obras d'arte preciosas, trabalhos de talha em nogueira de grande valor, pinturas dos nossos mais acreditados artistas, etc. Tambem se tornam dignos de menção a varanda do terraço, a cancella d'entrada de carvalho e ferro, tudo d'uma singular originalidade artistica. Descrever todos os *chalets* que existem desde o Monte até S. João do Estoril, seria longo e difficil, mencionaremos apenas os nomes dos que mais se distinguem: *O chalet Aduar*, que foi do sr. Carlos Anjos; o da sr.ª je pertence á familia d'esta senhora. O Estoril tem est. teleg. post. permutando malas com Cascaes, e tres estações nas linhas do caminho de ferro de Cascaes: 1.ª em S. João, a 2.ª em Santo Antonio a 3.ª no Mont'Estoril. Ha n'esta localidade tres nascentes d'agua mineral, proximas umas das outras, de constituição e propriedades identicas. São geralmente denominadas: *Estoril*, *Pôça e Santo Antonio do Estoril.* A nascente do *Estoril* brota na encosta d'uma collina, a nordeste do estabelecimento thermal para onde está encanada. Este balneario existe desde o tempo d'el-rei D. José, que o frequentou. As aguas eram de reconhecida virtude para a cura das doenças de pelle, em especialidade, e das dôres rheumaticas, mas as condições em que estavam os banhos não lhe permittiam maior desenvolvimento. Foi em 1880 que o seu proprietario, o sr. José Vianna da Silva Carvalho, os restaurou, inaugurando o actual edificio balnear. Então contava unicamente 10 quartos, porém de anno para anno a concorrencia augmentou se de tal fórma, que se tornou urgente ampliar o estabeleci-

Praia do Estoril e linha ferrea de Cascaes

marqueza de Pomares, do conde de Moser, visconde de Mangualde, viuva d'Almeida Pinheiro, onde está estabelecido o *Club Internacional;* Marianno de Carvalho, dr. Barahona, o *chalet Montrose*, do dr. Reynolds; do sr. Driesel Schroeter, o *chateau*, de João Martins Barros, etc. No Mont'Estoril ha dois bons hoteis: o *Grande Hotel*, que se inaugurou em 1 de agosto de 1898, e o *Hotel d'Italia*, que se estabeleceu pouco depois. Tem bonitos passeios, como as avenidas Maria Pia e Saboya, o Jardim das Palmeiras, etc. O Monte e S. João do Estoril estão ligados á rede geral dos telephones de Lisboa. O antigo convento de Santo Antonio, de religiosos recoletos da ordem de S. Francisco, foi edificado em 1527. Depois da extincção das ordens religiosas em 1834, foi vendido a Manuel Joaquim Jorge, que entregou a egreja á junta da parochia. O mesmo comprador edificou um bom predio contiguo á cerca do convento, que se aluga hoje a differentes familias durante a epoca balnear. A propriedade pertenceu depois a D. Anna Thereza Jorge Goularde, e ainda homento, com 15 quartos. Em 1892 organisando-se continha 15 tinas de marmore para banhos de immersão, em quartos separados, circumdando um pequeno jardim coberto que serve de sala de espera. N'este estabel cimento a agua póde ser artificialmente aquecida em caldeira, até á temperatura indicada pelo medico assistente de cada doente. A construcção obedeceu, na parte balneotherapica, aos mais modernos melhoramentos indicados pelos doutores Feijão e D. Antonio de Lencastre. Hoje vêem se ali 30 tinas de marmore em compartimentos de muito pé direito para immersões, pulverisações, inhalações, duches ascendentes, etc A epoca balnear é de 1 de maio até 15 de novembro. O sr. Vianna mandou construir um hotel, que fica mesmo na frente da linha ferrea, e bastantes casas do lado opposto, que fórmam um pequeno bairro ao nascente dos estabelecimentos, servido a 200 m. pela estação do caminho de ferro de S. João do Estoril. E' curiosa a noticia historica. Em 1527, o dr. Luiz da Maia doou o seu valle denominado *Estoril*, por corrupção de *esteril*, á ordem de S.

Francisco, para ali fundar o convento de Santo Antonio, em que já falámos, e a respectiva cerca, dizendo-se no titulo *o meu valle em pouca distancia dos banhos do Estoril.*

Eram estes uma piscina, mandada abrir no chamado pateo do Estoril, onde brotava uma nascente d'agua, que curara um cavallo lazarento, que fôra para ali abandonado. Por escriptura de 1561 instituiu a devota Leonor Fernandes o morgadio do Estoril, ligado á fabrica do bello retabulo do referido convento, e por falta de successão, veiu n'elle a succeder mais tarde um filho de Joanna Manuel, herdando egualmente a piscina, que passou depois ao desembargador Monteiro, vendendo-a este ao deão da sé, João da Silva Carvalho, que a deixou em testamento a sua sobrinha e afilhada D. Anna da Silva Carvalho, irmã do actual proprietario. O edificio é sem duvida magnifico e elegante. Depois de se subir por uma larga escadaria, entra-se por tres grandes portas, n'um vasto atrio ladrilhado a mosaico. Do atrio desce-se por dois lanços de escada para um jardim, que fica sob uma cupola envidraçada, especie de estufa, em cuja temperatura crescem cheias de viço e vigor diversas plantas. Aos lados d'este jardim estão os quartos para os banhos. A nascente da *Pôça* está situada n'uma baixa á beira-mar, d'onde lhe provém o nome, no sitio da *Cadaveira*, a 200 m. do nascente do Estoril, á esquerda da estrada de Lisboa. Estabeleceu se ali um modesto balneario, construido pela camara de Cascaes para uso gratuito dos indigentes do hospital da Misericordia. Hoje vê-se ali um confortavel edificio pertencente a uma companhia, sob a direcção do dr. Carlos Tavares. O hospital de Cascaes continúa a fornecer gratuitamente estes banhos aos pobres, e os irmãos da Misericordia tambem teem a regalia de tomar os banhos com um abatimento de 15 por cento. Durante a epoca balnear, o director promove no edificio dos banhos da Pôça varios saraus, que são muito concorridos pelas familias que estão no Estoril e Cascaes. Conta-se, não sabemos com que fundamento, que a virtude das aguas da Pôça foi descoberta por um acaso. Um pobre cego, mendigo, depois de recolher do seu peditorio, ali se sentava para lavar as feridas que lhe enchiam as pernas. Sendo soffrimento antigo, que não obedecia a remedio algum, as aguas da Pôça o restabeleceram Sabendo-se d'este caso, fôram chamados medicos para examinarem a agua, e o resultado da analyse foi que a Pôça era um novo manancial para a cura das referidas doenças A nascente de *Santo Antonio do Estoril* brota na cerca do extincto con-

Chalet de S. M Rainha Senhora D. Maria Pia

Chalet do sr. João Martins de Barros

vento. As aguas emergem do fundo d'um poço d'onde são elevadas para serem ministradas em banhos quentes ou frios dentro do mesmo edificio. O terreno, em que todas estas nascentes assentam, é de formação secundaria com bancos de grés ferruginoso em muitos pontos, por baixo dos quaes, e no meio de algumas camadas calcareas, a agua corre em direcção norte-sul. O *Aquilegio medicinal*, publicado em 1726, pelo dr Francisco da Fonseca Henriques, medico de D. João V, a pag. 50 e 51, trata das aguas do Estoril, dizendo que são muito uteis em banhos para diversas doenças, cujos nomes menciona. A agua da nascente do Estoril é a mais rica das tres. Apresenta se clara, limpida, transparente, inodora, de sabor salino um pouco desagradavel. Foi analysada em 1835 por José Dionysio Corrêa e F. M. C. Leal. A da *Pôça* é menos mineralisada que esta. Tanto uma como outra fôram tambem analysadas pelo dr. Agostinho Lourenço. A de *Santo Antonio do Estoril* é limpida, transparente, incolor, inodora, e de sabor salgado levemente 1839; tambem foi publicada nos *Annaes do conselho de saude publica do reino*, tomo III, pag. 158; *Analyse da agua do hospicio de Santo Antonio do Estoril*, por J. M. das Neves Mello, Sousa Pinto e Cardoso Leal, na *Gazeta Medica do Porto*, tomo III, 1845, pag. 195; sobre o assumpto d'esta analyse foi publicada uma *correspondencia* no tomo IV do mesmo *Jornal*, 1846, pag. 14 a 79; *Memoria sobre a agua mineral, que brota na cerca do extincto convento de Santo Antonio do Estoril e sua analyse chimica*, por José Tedeschi, no *Jornal de Pharmacia e Sciencias Accessorias de Lisboa*, 2.ª serie, 12.º anno, 1859, pag. 148, e na *Gazeta Medica de Lisboa*, 2.ª serie, tomo I, 1859, pag. 359; *Noticia sobre as aguas mineraes do Estoril, extrahida de um relatorio feito ao governo civil de Lisboa por Francisco Antonio Barral, Simão José Fernandes, Antonio Maria Ribeiro e José Dionysio Corrêa*, no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, tomo II, pag. 160; *Aguas Minero-Medicinaes de Portugal*, por Alfredo Luiz Lopes, Lisboa, 1892.

Edificio dos Banhos de Santo Antonio do Estoril

adstringente, sendo menos mineralisada que as anteriores. Na Exposição Universal de Paris, em 1867, fôram estas aguas competentemente analysadas. *Bibliographia especial: Analyse da agua dos banhos do Estoril*, pelo dr. Domingos Vandelli, publicada com algumas noticias historicas pelo cirurgião Jacinto da Costa, na sua *Pharmacopea Naval Castrense*, Lisboa, tomo I, pag. 198; *Noticia sobre as aguas mineraes do Estoril*, no *Jornal das Sciencias Medicas*, tomo II, Lisboa, 1835, pag 215; *Memoria sobre a agua dos banhos no casal do Estoril*, por José Dionysio Corrêa, no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica de Lisboa*, vol. I, 1836, pag. 25; *Memoria sobre a utilidade e uso medicinal dos banhos do Estoril no tratamento das affecções cutaneas*, por V. J. S. Lisboa,

Estoze. Pov. na freg. de S. Mamede, de Guizande, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Estrada *(Fr. José Possidonio)*. Religioso da ordem da Trindade, prégador e mestre na sua ordem, organista no convento da Trindade, em Lisboa, entre os annos de 1820 a 1823. Depois de se secularisar em 1834, passou a residir em Almada, onde falleceu em edade muito avançada, depois de 1860. Era liberal, e publicou um livro, que levantou grandes controversias, cuja leitura chegou a ser prohibida pelo cardeal D. Carlos da Cunha por uma pastoral, datada de 28 de janeiro de 1824, e inserta na *Gazeta de Lisboa* de 25 de fevereiro do mesmo anno. O livro tinha o seguinte titulo: *Superstições descobertas, verdades declaradas, e desenganos a toda a gente. Ap-*

parecem as superstições nas missas, altares privilegiados, indulgencias, almas do purgatorio, «Stabat mater», ladainhas, Porciuncula, Terra Santa, esmola ás almas, beatos de irmandades, etc.; tudo se prova pela Escriptura, canones e padres, leis civis, argumentos theologicos e philosophicos, Lisboa, 1822; *Segunda edição augmentada com um tratado interessantissimo*, Lisboa, 1822; *Terceira edição* (conforme a segunda), Lisboa, 1833; saiu tambem no Rio de Janeiro em 1826. *O Tratado interessantissimo, ou artigo addicional*, que se juntou na segunda e posteriores edições, intitula-se: *Ajuste de contas com a côrte de Roma. Quem deve, pague; quem tirou, reponha; quem furtou, restitua: o caso não é para rir; a obra é seria.* Escreveu mais: *Memorias para as Cortes Lusitanas em 1821, que comprehendem: Corpos regulares de um e outro sexo; ordens militares; Corpo ecclesiastico; Bispos; Abbades; Dizimos; Bullas; Inquisição; Justiça; tropa; Pensões; Economia politica*, Lisboa, 1821; sem o nome do autor; fôram reimpressas na Bahia, no mesmo anno de 1821; *Sermão constitucional, prégado na festa de S. João da Matta, no convento da Trindade*, Lisboa, 1822; *Sermão constitucional da Natividade de Nossa Senhora, prégado no mesmo convento*, Lisboa, 1822; *Discursos constitucionaes recitados no convento da Trindade de Lisboa, em frente do regimento n.º 18* (ali aquartelado), Lisboa, 1823; *Representação ao santissimo padre Pio VII, sobre o negocio da Santa Egreja Patriarchal de Lisboa, secularisação dos regulares de um e outro sexo; procedimentos constitucionaes do nosso virtuosissimo monarcha o senhor D João VI*, Lisboa, 1823; sem o nome do autor. Estes escriptos, que fôram annunciados á venda no *Diario do Governo*, de 20 de maio de 1823, causaram depois ao autor certa perseguição pessoal, sendo mandado para o convento da sua ordem em Santarem, e ahi encarcerado. Em 1839 tambem publicou anonymo o seguinte folheto: *O telegrapho da outra banda, escrevendo na rocha do Pragal politica religiosa e civil, em que faz grande figura o Padre Santo de Roma, por effeitos dos conselhos dos seus aulicos*, etc.

Estrada. Caminho publico mais ou menos largo, que conduz d'uma povoação a outra, de qualquer logar a outro, e que póde ser transitado por homens, vehiculos e animaes. || *Estrada real*; caminho principal, que conduz da capital a alguma povoação importante.

Estrada Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Adaufe, conc e distr. de Braga. || Santa Eufemia, de Agilde, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || S. Thiago, de Aldreu, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Alheira, do mesmo conc. e distr. | Ilha Terceira; Santa Luzia, conc. e distr. de Angra do Heroismo. || S. Paio, de Anciães, conc. de Amarante, distr. do Porto || S. Salvador, de Arão, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Arcozello, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || O Salvador, de Arentim, conc. e distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Arnozella, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Romão, de Arões, do mesmo conc. e distr. || S Leonardo, de Athouguia da Baleia, conc. de Peniche, distr. de Leiria. || Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. | S. Pedro, de Beberriqueira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Vicente, de Branca, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro. || S. Matheus, de Bunheiro, conc. de Estarreja, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Cabanellas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Christovão, de Cabeçudos, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro. || S. Martinho, de Caramos, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Suzana, de Carapinheira, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || S. Martinho, de Carvalhas, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Espirito Santo, de Castello, conc. da Certã, distr. de Castello Branco || Santa Maria, de Christello Covo, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Christello, conc. de Paredes de Coura, do mesmo distr. || S. Thiago, de Codal, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro || S. Thiago, de Custoias, conc. de Bouças, distr. do Porto. || S. Salvador, de Covão do Lobo, conc. de Vagos, distr. de Aveiro. || S. Mamede, de Cuide de Villa Verde, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna, do Castello. || S. Vicente, de Irivo, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Thiago, de Esporões, conc. e distr. de Braga. || S. Pedro, de Este, do mesmo conc. e distr. || Santa Maria, de Estella, conc. de Povoa do Varzim, distr. do Porto. || S. Thomé, de Estorãos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Thiago, de Feitos, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Fermentões, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || Santa Maria, de Ferreiros, conc. e distr. de Braga. || S. Pedro, de Formariz, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Fraião, conc. e distr. de Braga. || S. Pedro, de Freitas, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Gestaçô, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Gondar, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Felix, de Gondifellos, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Miguel, de Gualtar, conc. e distr. de Braga. || S. João Evangelista, de Guilhufe, conc. de Penafiel, distr. do Porto, || S. Pedro, de Jugueiros, conc. de Felgueiras, distr. do Porto || S. Julião, conc. e distr. de Portalegre. || S. Thiago, de Labouge, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Pedro de Lomba, conc. de Amarante, do mesmo distr. || S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Lourenço do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || S. Christovão, de Louredo, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. João Baptista, de Magdalena de Villar, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Christina, de Mansores, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Mamede, de Manhuncellos, conc. de Marco de Canavezes, districto do Porto. || Santa Eulalia, de Margaride, concelho de Felgueiras do mesmo distr. || Santa Marinha, do Zezere, concelho de Baião, do mesmo districto. || Nossa S.ª da Conceição, de Martim Longo, conc. de Alcoutim, distr. de Faro || S. Paio, de Merelim, conc. e distr. de Braga. || S. Romão, de Mouriz, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Nine, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || N. S.ª da Visitação, de Odeleite, conc. de Castro Marim, distr. de Faro. || . N S.ª

da Conceição, de Olalhas, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || S. Paio, de Oleiros, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Miguel e conc. de Oliveira do Bairro, do mesmo distr. || S. André, de Padronello, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, da Palmeira, conc. e distr. de Braga. || O Salvador, de Parada Barbudo, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || Santo Thirso, de Paramos, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Pedro de Pardilhó, conc. de Estarreja, do mesmo distr. || N. S.ª da Assumpção e conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || Santa Maria, de Pindello, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Thiago de Pinheiro, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Martinho e conc. do Pombal, distr. de Leiria. || S. João Baptista, de Ponte, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Prado, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição, da Redinha, conc. de Pombal, distr. de Leiria, || S. André, de Sanhoane, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || O. Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Santa Eulalia, de Sobrosa, conc. de Paredes, distr. do Porto || S. Pedro Fins, de Tamel, conc. de Barcellos, districto de Braga. || S. André, de Tellões, concelho de Amarante, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Tenões, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || N. S.ª da Esperança, de Touguinha, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Mamede, de Travanca, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Valladares, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto || S. Jorge, de Varzea, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || S. Pedro. de Varzea de Abrunhaes, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. João, de Villa Boa, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Miguel, de Villa Franca, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede de Villa Maior, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Cecilia, de Villaça, conc. e distr. de Braga. || S. Pedro, de Villar do Paraizo, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Estevão, de Villela, conc. de Paredes, do mesmo distr. || Sant'Anna, de Vimieiro, conc. e distr. de Braga || S. Bartholomeu, de Villarouco, conc. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Achete, conc e distr. de Santarem. || Casaes na freg. de S. Mamede, de Ventosa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Benedicta, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Casal na freg. de S. Miguel, de Carregueiros, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Pedro, de Sébal Grande, conc. de Condeixa-a-Nova distr. de Coimbra. || Casal na freg. de S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Monte na freg. do Salvador e conc. de Ourique, distr. de Bêja || Monte na freg. de N. S.ª das Reliquias, conc. de Odemira, do mesmo distr. || Montes na freg. de S. Thiago, de Urra, conc. e distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de S. Eusebio e conc. de Aguiar da Beira, distr. da Guarda. || Quinta na freg. de S. Sebastião, de Populo, conc. de Alijó, distr. de Villa Real.

Estrada d'Azoia. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Cezimbra-Castello, conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa.

Estrada de Baixo e de Cima. Duas povoações nas freguezias: S. Mamede, de Arcozello, conc. de Barcellos, distr. de Braga || S João Baptista, de Macieira, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Maria, de Vallega, conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

Estrada da Bouça. Pov. na freg. de S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria.

Estrada Carmo. Pov. na freg. de S. Pedro de Merelim, conc. e distr. de Braga.

Estrada dos Casaes. Pov. na freg. de S. Miguel e conc de Penella, distr de Coimbra.

Estrada de Cepões. Pov. na freg de N. S.ª do Rosario, de Cepões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Estrada das Cyprestes. Pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Estrada das Conchas. Pov. na freg de S. Bartholomeu, de Beato Antonio, 1.º bairro de Lisboa.

Estrada e Duque. Familia que procede de Grimalde, duque de Brabante e de Estralen, o qual, vendo se perseguido por seu tio Carlos Martel, em França, passou á Hespanha, onde serviu na guerra contra os moiros; os seus descendentes conservaram o titulo de duques de Estralen que depois passou a appellido, corrompendo-se o Estralen em Estrada, chamando-se ora *Duques* ora *Estradas*. A esta familia pertencia Amnão Estrada, que acompanhou a Portugal o conde D. Henrique; João Estrada, que veiu para o nosso paiz no reinado de D. Affonso V, e João Duque Estrada, que veiu estabelecer se entre nós no tempo do governo castelhano, com o archiduque Alberto. As armas desta familia são: escudo em pala; na primeira, em campo de ouro, uma aguia carregada de negro, coberta e coroada da mesma côr; na segunda, em azul tres bandas de ouro carregadas de sete arminhos negros, tres na primeira e dois em cada uma das outras; timbre, a agnia

Estrada de Ferreiros. Pov. na freg. de S. Salvador, de Christello, conc. de Barcellos, distr. de Braga

Estrada Nova. Povoações nas freguezias: S. André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra || S. Thiago, de Anha, conc. e distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa. || S. Martinho, de Carneiro, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, de Esmoriz, conc. de Ovar, distr de Aveiro. || S. Sebastião, de Darque, conc e distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Freixo de Cima, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Mamede, de Infesta, conc. de Bouças, do mesmo distr. || Sé e conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Paio, de Moreira de Conegos, conc. de Guimarães, distr. de Braga || Santa Eulalia, de Nespereira, do mesmo conc. e distr. || S Lourenço, de Sande, do mesmo conc. e distr. || S. Adrião, de Santão, conc. de Felgueiras, distr do Porto. || O Salvador, de Trandeiras, conc. e distr. de Braga. || S. Estevão, de Urgezes, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Bento, de Varzea, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Vandoma, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Estrada da Pragosa. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Torre de Valle de Todos, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Estrada Real. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Natividade, de Luso, conc. da Mealhada, distr. de Aveiro. || Ilha Terceira; S. Matheus da Calheta, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Estrada Velha. Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Infesta, conc. de Bouças, distr. do Porto. || S. Lourenço, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Estrada de Viavai. Pov. na freg. de Santa Eufemia e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Estradinha. Povoações nas freguezias: S. Thomé, de Friande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto || S. Thiago, de Sendim, do mesmo conc e districto.

Estrangeiros *(Secretaria de Estado dos Negocios).* Nos primeiros tempos do reinado de D. João IV a expedição dos negocios publicos estava a cargo d'um só secretario de Estado; reconhecendo-se, porém, depois que era impossivel para um só individuo o desempenho d'esse serviço, dividiu-se esse expediente por alvará de 29 de novembro de 1643, por duas secretarias, chamando-se á primeira de Estado, e á segunda das Mercês e expediente, collocando se á testa d'essas repartições dois individuos. No reinado de D Pedro II encontra-se um outro secretario de Estado intitulado da assignatura d'el-rei, e D. João V, por alvará de 28 de julho de 1736, legislou de novo sobre este assumpto creando tres secretarias de Estado, dividindo por ellas todos os negocios da seguinte fórma: secretaria dos negocios do reino e mercês; secretaria dos negocios da marinha e conquistas; secretaria dos negocios estrangeiros e da guerra. Esta ultima continuou do mesmo modo até que em 1807, pela partida do principe regente para o Brazil, o governo do reino ficou entregue a uma regencia com dois secretarios de Estado, ao passo que no Brazil se organisaram tres secretarias de Estado, sendo uma d'ellas destinada aos negocios estrangeiros e da guerra. Por determinação da junta provisional de 27 de setembro de 1820, foi a secretaria de Estado dos negocios estrangeiros e da guerra dividida em duas, ficando a cargo de cada uma d'estas os negocios de cada uma d'aquellas especialidades. Quando D. João VI regressou do Brazil constituiram-se seis secretarias d'Estado, sendo uma d'ellas para os negocios estrangeiros, o que continuou em vigor depois da lei de 12 de junho de 1822 que regulou esse assumpto, conforme a ordem de 10 de janeiro. O decreto de 15 de junho de 1829, que estabeleceu a regencia em nome de D. Maria II, autorisou a dita regencia a eleger um ministro ou secretario de Estado que superintendesse em todas as repartições dos negocios do Estado. A affluencia dos negocios fez com que em 2 de junho de 1831 se creasse outro logar de ministro para a repartição da guerra e marinha e para a dos negocios estrangeiros desde 10 de outubro do mesmo anno. Quando D. Pedro IV chegou á ilha Terceira dissolveu a regencia, e nomeou tres ministros, a cada um dos quaes encarregou duas pastas, considerando-se uma interina, e este systema continuou até que fôram todas providas effectivamente em 24 de setembro de 1834. Por decreto de 31 de dezembro de 1852 foi supprimido o logar de ministro e secretario de Estado dos negocios estrangeiros, e as suas attribuições passaram para o presidente do conselho de ministros, podendo, comtudo, segundo a conveniencia, ser qualquer dos outros ministros encarregado d'esse serviço. Restabelecida de novo nos termos da legislação anterior a secretaria de Estado dos negocios estrangeiros por carta de lei de 1 de junho de 1866, foi supprimida pelo artigo 4.º do decreto de 22 de junho de 1870, que creou o ministerio de instrucção publica, não tendo, porém, as côrtes sanccionado esse decreto da dictadura do duque de Saldanha, tornou a restabelecer-se por carta de lei de 27 de dezembro de 1870.

Estrebaria. Monte situado na ponte S da ilha da Madeira. Atravessa-o um tunnel ou canal de irrigação servindo para conduzir as aguas da ribeira da Jauella, uns 70 m. acima do poço do Risco até á freg. do Estreito, Fajã da Ovelha e dos Prazeres. O monte dista perto de 6 k. do canal. A extensão do tunnel regula por 400 metros.

Estreitinha. Pov. na freg. de Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Estreito. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Baixa, conc. de Oleiros, com. da Certã, distr. de Castello Branco e bisp. de Portalegre: 1:373 hab. e 290 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 9 k. da séde do conc. Era uma das freguezias do grão-priorado do Crato, e por isso está hoje annexa ao patriarchado. O grão prior apresentava o reitor, que tinha diversos generos, vinho e 3$500 réis em dinheiro. A terra é muito fertil, principalmente em cereaes. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira; S. Salvador e conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal. || N. S.ª da Purificação, do Olival, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Estreito da Calheta. Ilha da Madeira; pov. e freg. de N. S.ª da Graça, conc. da Calheta, com. da Ponta do Sol, distr. e bisp. do Funchal; 2:844 hab. e 710 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. Pertence ao commando militar da ilha da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.º 27, com a séde no Funchal.

Estreito de Camara de Lobos. Ilha da Madeira; pov. e freg. de N. S.ª da Graça, conc. e com de Camara de Lobos, distr. e bisp. do Funchal; 4:751 hab. e 1:000 fog. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. Pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.º 27, com a séde no Funchal.

Estreito da Vargem. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Vicente, conc. de S. Vicente, distr. do Funchal.

Estreje. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Ardegão, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Estrella *(João Antonio Neves).* Feitor do Juizo da Almotaçaria das execuções, então sujeito ao Senado da Camara de Lisboa. N. em Santarem em 1 de novembro de 1755, e fal. em Lisboa em 1823 ou 1824. Em 1820 exercia o referido emprego. Era poeta, e foi socio da Academia de Bellas Letras, ou Nova Arcadia, com o nome de Jonio Scalabitano. Escreveu: *Ode aos felizes annos do ill.mo e ex mo sr. D. Gastão José da Camara Coutinho*, Lisboa, 1784; *Elegia á sentida morte do serenissimo sr. D José, principe do Brazil*, Lisboa, 1788; *Ode ás felicissimas nupcias dos ex.mos srs. Duques de Cadaval*, Lisboa, 1791;

Castigo da protecção franceza na restauração das Quinas Lusitanas, Ode, Lisboa, 1808; *No fausto natalicio do sr. D. Pedro, principe da Beira, Dithyrambo*, Lisboa, 1814; *Ode á infausta morte da senhora rainha D. Maria I*, Lisboa, 1816; *Os Caçadores, poema ao batalhão de caçadores de Lisboa Oriental*, Lisboa, 1816; *Ode pyndarica ás faustissimas nupcias do ex.*[mo] *sr. Duque de Lafões*, Lisboa 1819; *O Hymineu, drama aos Principes Reaes*; *e ode á acclamação do sr. D. João VI*, Lisboa 1818; *O Jubilo dos Lusos, na chegada dos membros da Junta do Supremo Governo do Reino, Dithyrambo*, Lisboa, 1820; *Ao faustissimo dia 15 de Setembro, anniversario da Constituição, Cantata*, Lisboa, 1822; *O Heroismo do sr. D. Miguel, restaurando o throno do seu augusto pae, e pizando o jugo vergonhoso das facciosas Cortes, Ode*, Lisboa, 1823; *Delmira ecloga offerecida ao ill.*[mo] *e ex.*[mo] *sr. Duque de Cadaval*, Lisboa, 1788; *Gratidão drama em obsequio dos felicissimos annos da sr.*[a] *D. Carlota Joaquina, princeza do Brazil*, Lisboa, 1789; *Dithyrambo no hymineu do ill*[mo] *e ex.*[mo] *sr. duque do Cadaval*, Lisboa, 1791; *Tributo appolineo no faustoso e memoravel dia natalicio do magnanimo Jorge III, rei da Gran-Bretanha, concorrendo a conjuração do destroço de Massena*, etc., Lisboa, 1811; são 4 sonetos, tendo no fim as iniciaes de appellido do autor; *Hymeneu; drama aos duques de Cadaval, o ill.*[mo] *e ex*[mo] *sr. D. Nuno Caetano Alvares Pereira de Mello e a ill.*[ma] *e ex.*[ma] *sr.*[a] *D. Maria de Bragança*, Lisboa, 1820. Em manuscripto deixou: *Louvor e memoria ao patriotismo dos batalhões de caçadores nacionaes de Lisboa, offerecido ao ill.*[mo] *sr. Manuel Thomaz da Fonseca, tenente coronel do batalhão de caçadores de Lisboa occidental*, etc. E' um discurso historico em prosa, no estylo de panegyrico, em que se relata a creação dos ditos batalhões, e os serviços por elles prestados em 1809 e annos seguintes.

Estrella *(Joaquim Manuel Monteiro, 1.º visconde e 1.º conde da)*. Guarda-roupa honorario da Camara de D. Pedro V e D. Luiz I; fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 27 de setembro de 1842; commendador das ordens de Christo, de N. S.[a] da Conceição, e da Torre e Espada; commendador da Ordem de Christo, do Brazil, capitalista e abastado proprietario; negociante de grosso trato na praça commercial do Rio de Janeiro, conservando-se subdito portuguez. N. na freg. de Santa Maria de Carvoeiros, conc. de Vianna do Castello, a 13 de fevereiro de 1800, e fal. no Rio de Janeiro em 31 de maio de 1875. Era filho de José Bento Rodrigues Granja, proprietario e lavrador, natural da referida freguezia de Carvoeiros, e de sua mulher, D. Rosa Maria Lourenço. O titulo foi concedido em duas vidas por el rei senhor D. Luiz I. O primeiro conde da Estrella casou duas vezes, sendo ambos os matrimonios com senhoras brazileiras. Do 1.º, além d'outros filhos, houve Joaquim Manuel Monteiro, que foi o 2.º conde da Estrella, em verificação de vida no titulo de seu pae, que nasceu no Brazil, e ali sempre viveu.

Estrella *(Fr. Paulino da)*. Religioso franciscano da provincia da Arrabida. N. em Castello de Vide, e fal. a 17 de fevereiro de 1683. Acompanhou a Londres D. Catharina, filha d'el-rei D. João IV, como seu capellão, quando esta princeza casou com o rei Carlos II de Inglaterra, e n'aquella cidade viveu 17 annos. Escreveu em castelhano, o seguinte livro de versos que publicou em Londres, em 1667: *Flores del Desierto, cogidas en el jardin de la clausura minoritica de Londres, a la magestad de la Senerissima Reyna de la Gran-Bretanha, por su humilde capelan Fray Paulino de la Estrella*. Em Lisboa fez-se mais tarde outra edição, em 1674.

Estrella *(Medalhas da fundação do convento da)*. Em 1779, por occasião de se construir o templo do Coração de Jesus na Estrella, resolveu D. Maria I mandar cunhar na Casa da Moeda de Lisboa tres medalhas commemorativas differentes, de cada uma das quaes se fizeram numerosos exemplares, de varios diametros, em ouro, prata e cobre. Da primeira a descripção é a seguinte: VESTIGIUM TEMPLI.—Planta do edificio.

No reverso—ACCEPTI BENEFICII HOC POSSUIT MONUMENTUM.—Frontispicio do templo, o qual depois de começado a edificar se ordenou que tivesse as duas torres, ficando similhante ao de Mafra. No exergo—ANNO DOMINI MDCCLXXIX. Da segunda medalha:—IPSI CULTUS GLORIA ET IMPERIUM.—O Coração de Jesus com chaga aberta, mettido em uma corôa de espinhos, e circulo de resplendores com seis seraphins. No reverso: CUI BENEFICIUM ACCEPTAE PROLIS DEBETUR AD IMPERII FIRMIOREM STABILITATEM. AD MDCCLXXIX. Por baixo d'esta inscripção, LUSITANI, conforme mostra a estampa, e servindo de ornato, tem um enlace de duas vides com folhas e cachos de uvas, e dois feixes de trigo, alludindo á instituição do Santissimo Sacramento. Da terceira medalha: — MARIA I. ET PETRO. III PORTUGALIAE REGIBUS.

—Bustos dos dois monarchas coroados de louro. No reverso, n'uma lapide em fórma de tarja, contem-se em cinco linhas a inscripção: SANCTISSIMI CORDI JESU PRIM. TEMPLUM AEDIFICATUM PIO PAPA VI. No exergo ANNO DOMINI—MDCCLXXIX. As gravuras representam estas medalhas reduzidas a metade. Ainda, para commemorar a fundação da basilica da Estrella pensou D. Maria I em crear uma ordem militar sob a invocação do Coração de Jesus mas, reconhecendo o inconveniente de augmentar as ordens, limitou-se depois a reformar, e ampliar as tres ordens já existentes, de Nosso Senhor Jesus Christo, de S. Bento de Aviz e de S. Thiago, creando uma nova classe dos grancruzes, pela lei 19 de junho, e alvará de 15 de setembro de 1789, determinando que tanto estes como os commendadores accrescentassem ás antigas veneras, medalhas, ou placáres, um coração, cujas insignias principiaram a usar em 15 de novembro, por ordem de 9 de novembro do dito anno, assistindo os gran-cruzes e commendadores com os seus mantos e insignias á festa que annualmente se celebra no sumptuoso templo.

Estrella. E' assim vulgarmente conhecido o convento e basilica do Coração de Jesus, em Lisboa, onde está hoje estabelecida a freguezia da Lapa. Foi a sua fundadora D. Maria I, em cumprimento d'um voto que fizera ao Santissimo Coração de Jesus, se tivesse um successor á Corôa. Nascido o principe real, tratou logo da edificação do convento. D. Pedro III, seu marido e tio, cedeu o terreno, no sitio denominado *Casal da Estrella*, que pertencia á Casa do Infantado. As obras começaram em 16 de fevereiro de 1779 construindo-se primeiro os muros da cêrca, seguindo-se depois o convento, Foi tão grande a actividade nos trabalhos, que em outubro de 1778, já a cerca estava completamente fechada, as paredes do andar nobre construidas, dois claustros quasi promptos, e muitas outras casas já perfeitas e acabadas. Estando as obras n'este adeantamento, tratou-se da cerimonia do lançamento da pedra fundamental, e de abrir os alicerces para a egreja. O plano do edificio foi feito pelo sargento-mór Matheus Vicente de Oliveira, discipulo da escola de Mafra, e foi elle tambem que dirigiu as obras. Houve, porém, quem notasse bastantes defeitos no plano, e o proprio Matheus de Oliveira convencendo-se d'esta verdade, succumbíu a tal ponto, que falleceu poucos annos depois, em 1786. A direcção das obras foi então delegada ao major Raymundo Manuel, que era egualmente discipulo da escola de Mafra. Os dias, designados pela rainha para a cerimonia da benção da cruz e collocação da primeira pedra, fôram 23 e 24 de outubro de 1776. Fizeram-se grandiosas festas. Junto ao convento construiu se uma egreja provisoria, em fórma de barraca, muito bem decorada com damasco e velludo carmezim, guarnecido de galões e franjas de ouro. Por detraz da capella-mór estava armada uma grande tribuna. Nas casas já construidas improvisou-se o refeitorio, casa de paramentos, camarins para o patriarcha, principaes e monsenhores. Todas estas casas se viam ricamente armadas e alcatifadas de verde. Preparou-se tambem o locutorio com muito gosto e grandeza para as pessoas reaes. Em 23 d'outubro, de manhã, 2 regimentos de infantaria formaram alas junto á egreja provisoria, e os archeiros collocaram se tambem em alas da parte de dentro. Piquetes de cavallaria giravam pelas ruas proximas. Apenas chegaram as pessoas reaes, o principal Almeida benzeu uma grande cruz com todas as cerimonias do estylo. A cruz foi collocada depois sobre uma alcatifa, onde todos a fôram adorar. Em seguida a conduziram em procissão até ao logar destinado para o altar-mór. Em 24 procedeu-se á cerimonia da collocação da pedra fundamental. Todos os regimentos da guarnição formaram proximo á egreja, e no interior fez as honras devidas a guarda real dos archeiros. As pessoas reaes, apenas chegaram, fôram conduzidas á tribuna armada por detraz do altar-mór. O cardeal patriarcha de Lisboa, D. Fernando Sousa da Silva, dirigiu-se então para a egreja em procissão com o cabido da Patriarchal, sendo acompanhado pelo rei D. Pedro III, o principe e toda a côrte. A cruz, benzida na vespera, estava sobre o altar, ornado com um rico docel; junto ao altar viam-se dois thronos, sendo um destinado para o rei, D. Maria I, a rainha viuva de D. José I, D. Marianna Victoria, e o principe real, tendo docel de téla vermelha, e o outros com docel de téla branca, para o patriarcha. Fizeram-se preces, e em seguida procedeu-se á benção da pedra, que estava n'um andor dourado, sobre uma credencia do lado do Evangelho. A pedra era de marmore branco, de figura cubica, tendo gravadas duas grandes inscripções em latim, explicando o que motivava a construcção do edificio e a benção da pedra fundamental. Depois todos se dirigiram em procissão para o local destinado para a collocação da pedra, onde se via uma cavidade, tambem de pedra; o patriarcha depositou n'essa cavidade uma caixa de prata dourada, quadrilonga, que o rei lhe entregara. A caixa continha o alvará regio para a alienação do terreno; a escriptura de doação do mesmo terreno; a escriptura de doação da egreja e convento; e a declaração de quem benzeu a cruz, de quem benzeu e collocou a pedra, e os dias em que estas solemnidades se realisaram. Em seguida o rei entregou ao patriarcha duas caixas redondas de prata dourada, contendo cada uma 6 medalhas: 2 de ouro, 2 de prata e 2 de cobre, tendo todas esculpidas a imagem do Coração de Jesus mettida n'uma corôa de espinhos, entre resplendores com 7 seraphins, e uma inscripção latina, sob a qual se via como ornato duas vides com folhas e cachos d'uvas, e dois feixes de trigo. Em uma das de ouro das outras 6 medalhas, admiravam-se os retratos da rainha e d'el-rei, tendo tambem em torno uma inscripção latina. Na outra medalha via-se a planta da egreja; e no reverso o frontispicio no risco primitivo, que depois foi alterado. A rainha mandou lavrar mais medalhas, para serem distribuidas pelas pessoas da côrte (V. *o artigo anterior*). El-rei entregou ainda ao patriarcha 2 caixas de prata dourada, que encerravam os vidros dos santos oleos, e dois *Agnus Dei* com caixilhos de prata dourada. Depois do patriarcha ter collocado todas as caixas na cavidade destinada, foi esta fechada com uma tampa de marmore, sobre a qual estava aberto um taboleiro, onde o esmoler-mór, por tres vezes, deitou 144 peças de moedas correntes de differentes valo-

res, cunhadas n'aquelle reinado. Outra pedra serviu para tapar o taboleiro, e em todas ellas o patriarcha lançou cal, e o rei deitou antes e depois, agua com uma vassoura de fio de ouro. Terminadas as cerimonias, formou-se de novo a procissão, que deu volta em roda da egreja, por cima dos alicerces, que o patriarcha benzeu. Seguiu-se a missa de pontifical e *Te Deum*. As tropas tambem deram descargas. Anno e meio depois, estando as obras muito adeantadas e reconhecendo-se que o convento já podia ser habitado, resolveu o patriarcha que se benzesse aquella clausura e a egreja que interinamente se fizesse no côro; destinou-se o dia 1 de junho de 1781 para a cerimonia, que foi celebrada pelo bispo do Maranhão, D. Fr. José do Menino Jesus, mais tarde bispo da Vizeu. Sendo escolhidas entre as freiras do convento de Carnide 15 para fundadoras da nova religião de carmelitas descalças, dispoz-se tudo para a sua conducção, e a rainha ordenou que fôsse tambem para o novo convento a imagem do Coração de Jesus, que se venerava no convento de Carnide. A 6 de junho realisaram se novas festas; a imagem veiu em devota procissão, e as freiras em coches da Casa Real, acompanhadas pelo arcebispo de Lacedemonia, D. fr. Paulo de Jesus Maria, e do principal Bello; entoaram se hymnos triumphantes no convento da Estrella, quando o cortejo religioso ali chegou. As pessoas reaes esperavam no locutorio com toda a côrte. Seguiu-se missa solemne, *Te Deum* e sermão, sendo orador o frade carmelita descalço fr. Izidoro de Santa Maria. Terminadas estas cerimonias fôram as freiras beijar as mãos d'el-rei e da rainha. Era assumpto do maior interesse para toda a gente, que se concluissem as obras da Basilica do Coração de Jesus, e por isso se trabalhava com toda a actividade. Em 1788 acabaram-se as torres, e os sinos já tambem estavam fundidos, trabalho de José Domingues de Castro. Procedeu se então á cerimonia de os sagrar. Destinado o dia para a festa, que foi a 17 de agosto do referido anno, vieram da Patriarchal todos os preparos para a sagração. Desde o atrio até á portaria do convento, foi tudo adornado de damasco; debaixo da arcada do portico da egreja viam-se os sinos todos enfileirados; no alto dos tres arcos armou-se uma elegante tribuna com 3 divisões, sendo a do centro para a rainha e mais pessoas reaes, a do lado direito para as damas, e a do lado esquerdo para as açafatas. A portaria que fica fronteira á arcada, e o locutorio, estavam tambem ricamente armados, tendo as portas abertas, para que as religiosas pudessem gosar da cerimonia. No dia designado reuniu-se no atrio da egreja a guarda dos archeiros, e nas proximidades o regimento de infantaria de Peniche, e o de cavallaria d'Alcantara; ás 4 horas e meia da tarde compareceram as pessoas reaes, e deu se logo começo á cerimonia. O bispo do Algarve, D. José Maria de Mello, acompanhado de 2 conegos, 2 capellães e mais fidalgos, saíram em procissão do corredor que vae da portaria até á egreja e chegando ao local onde estavam os sinos, deu-se principio á sagração, segundo o pontifical romano. Os sinos fôram lavados por dentro e por fóra, ungiram-se depois, sete vezes, com oleos sagrados; em seguida queimaram-se diversos perfumes. Terminada a sagração cantou-se o Evangelho. Os sinos são 11 e pezam entre todos 1:146 arrobas e 13 arrateis, ou 16.838:415 kilogrammas. Todos teem uma inscripção latina, e gravada uma letra que indica o bispo que os sagrou. As obras da egreja e convento ficaram definitivamente concluidas em 1789, e as festas da dedicação da egreja e sagração dos altares, começaram no dia 14 de novembro d'aquelle anno. Armou-se do lado direito da Basilica um magnifico edificio provisorio de madeira, que constava de repartimentos diversos, para ali se receber o patriarcha e a sua comitiva; n'este edificio via-se tambem uma capella proporcionada para se expôrem as reliquias, e uma vistosa varanda para circularem as procissões. A capella das reliquias estava decorada de damasco carmezim guarnecido de galões de ouro. A' esquerda via se a tribuna para as pessoas reaes, guarnecida de velludo carmezim; á direita estava o throno destinado para o patriarcha; tinha docel e panno da cadeira de lustrina carmezim e ouro, seguindo-se o logar para os principaes, com uns bancos cobertos de panno de arrás, e os dos monsenhores cobertos de panno verde. Defronte da porta principal da capella seguia-se a varanda, que ia ter mesmo em frente das portas da egreja; foi por esta varanda que passou a procissão das reliquias. A' entrada do portico da egreja havia uma casa armada com grandeza, tambem com tribunas para as pessoas reaes e throno para o patriarcha. A decoração da egreja era grandiosa, e na capella-mór, do lado do Evangelho, armou-se um throno para o patriarcha. Na tarde do referido dia 14 de novembro de 1789, começaram as festas da sagração da egreja e do convento. Depois da tropa estar toda reunida no largo da Estrella, chegou o patriarcha e a sua comitiva em quatro coches da Casa Real; seriam 3 horas da tarde, e as pessoas reaes não se fizeram esperar. Deu-se principio ás cerimonias religiosas. Na capella-mór, sobre uma credencia no lado da epistola, viam-se 7 cruzes de prata e outras 7 de bronze dourado com as suas respectivas banquetas, feitas com a maior perfeição artistica na Fundição, hoje Arsenal do Exercito. Estas cruzes deviam ser benzidas e depois collocadas nos altares, e juntamente uma cruz mais pequena, destinada á capella do Santissimo. Em seguida foi benzido o cofre das reliquias, que estava na sacristia, e os quadros das capellas, começando-se pelos do altar-mór. Entre estes quadros, que fôram feitos em Roma pelo afamado pintor Pompeu Batoni, admira-se o do Coração de Maria, trabalho da princeza D. Maria Benedicta, irmã de D. Maria I. Os anjos collocados no lado da Epistola, Custodio e Raphael, são trabalhos da mesma princeza, e os collocados no lado do Evangelho, Miguel e Gabriel, da infanta D. Marianna, tambem irmã da rainha. Os paramentos fôram da mesma fórma benzidos. Terminadas estas cerimonias, o patriarcha foi em procissão até á capella das reliquias, onde lhe foi apresentada uma caixa que as encerrava, e depois de muitas cerimonias, fechou-a, e atou-a com uma fita em fórma de cruz, lacrou-a por ambos os lados, e foi collocal-a dentro do cofre. Dada em seguida a benção pontifical, passaram todos á casa dos paramentos. A's 6 horas houve matinas solemnes. O dia seguinte era o destinado para a sagração do altar-mór. De manhã cedo

reuniu se toda a tropa no largo da Estrella. O patriarcha compareceu ás 7 horas com todo o seu cortejo, que se compunha de 7 coches, conduzindo o cabido patriarchal. Os 4 primeiros eram tirados cada um por 6 ucros, e os 3 ultimos por 6 muares, todos ricamente ajaezados. Abriam o cortejo formando duas alas 56 creados de farda e capa, agaloadas, a que se seguia o capellão cruciferario montado n'uma mula branca. As pessoas reaes chegaram ás 8 horas e meia, acompanhadas da côrte, camaristas, damas de honor, etc. O patriarcha encaminhou se processionalmente para o portico da egreja, onde as pessoas reaes estavam na sua tribuna. Cantaram-se hymnos religiosos e a ladainha; procedeu-se á ceremonia de se benzerem as portas da egreja e as paredes exteriores, entrando depois a procissão na egreja, que as pessoas reaes acompanharam. Chegaram á capella-mór, procedendo-se sempre a muitas ceremonias; o cofre das reliquias foi collocado sobre um andor e conduzido por 4 monsenhores mitrados. Sentado no throno da capella-mór, o patriarcha proferiu um discurso em latim, elogiando D. Maria I como fundadora e padroeira da basilica do Coração de Jesus. E assim terminaram estas festas grandiosas, que deram brado em todo o paiz. As obras duraram 11 annos e custaram 16 milhões de cruzados (6:400 contos de reis). O edificio ergue-se magestoso sobre um adro, para o qual se sobe por uma escadaria, cercada de pequenas e elegantes columnas. A fachada tem tambem 4 columnas, que servem de pedestal ás 4 estatuas da *Fé*, *Adoração*, *Liberalidade* e *Gratidão;* e aos lados, mettidas em nichos, vêem-se outras estatuas representando *Santa Thereza*, *S. Elias* e *Santa Maria Madaglena de Pazzi*. Entra-se para o vestibulo por 3 grandes portas, collocadas entre as 4 columnas, e para o convento dão entrada 2 portas abertas no envasamento das torres. O zimborio eleva se a uma altura descommunal, que faz com que se aviste em grandes distancias e até fóra da barra. As torres e a cupola são feitas pelo modelo das do magestoso convento de Mafra. No vestibulo ha duas estatuas de Nossa Senhora e de S. José. Tanto no pavimento como nas paredes do templo se observam marmores de diversas e variadas côres. Aos lados do throno, na capella-mór, vêem-se 2 seraphins de boa esculptura. Ao lado esquerdo está o mausoléo da fundadora, fallecida na Rio de Janeiro em 20 de março de 1816. O convento tem dois frontispicios, sendo o mais grandioso para o lado da cêrca; o outro fica mesmo contiguo á egreja. As esculpturas do interior da egreja são trabalhos do esculptor Joaquim Machado de Castro, assim como o baixo-relevo da frontaria. As estatuas exteriores são de outros artistas, discipulos de Machado de Castro e da escola de Mafra, e estão todos assignadas com os seus nomes nas respectivas estatuas. Ficando o convento ha uns 20 annos completamente deshabitado pela morte da ultima freira, houve idéas de o secularisar, aproveitando-se o vasto edificio para

Basilica do Santissimo Coração de Jesus (Egreja da Estrella)

quartel ou para qualquer outro estabelecimento do Estado. Actualmente está ali installada a direcção geral dos trabalhos geodesicos e topographicos, e na egreja a freguezia da Lapa *(V. este nome)*. Ainda hoje, na sexta feira do Coração de Jesus, se realisa no templo a antiga e grandiosa festividade, a que assistem as pessoas reaes, o patriarcha, e toda a côrte.

Estrella. Pov. na freg. de N. S.ª da Estrella, da prov do Alemtejo, conc. e com. de Moura, distr. e bisp. de Beja; 140 hab. e 41 fog. Esta freg. está annexada civilmente á de Amarelleja do mesmo conc. A egreja parochial dista 15 k. da séde do conc., e 2 da margem esquerda do rio Guadiana. O ordinario apresentava o cura. A terra é fertil em cereaes.

Estrella *(Serra da)*. E' a mais extensa e elevada das numerosas serras de Portugal; fica situada na provincia da Beira Baixa, que separa da Beira Alta, nos districtos de Castello Branco e da Guarda. Os antigos chamavam-lhe *Herminio Maior* para a differençarem do *Herminio Menor*, que é a actual serra do Marvão. *Herminion*, ou *Hermenho*, é palavra lusitana antiga, que significa aspero, rude, duro, intratavel. Esta serra é uma notavel cordilheira granitica, que, destacando se da serra da Gata, no reino de Leão, corre em Portugal pela provincia da Beira Baixa, de S S E a N N O, lançando consideraveis ramos para differentes direcções e com diversos nomes; entra pela nossa Extremadura, e vae terminar no Cabo da Roca. O ponto culminante da serra é o pincaro do Canto Delgado, que, segundo Balbi, tem 2:400 m. acima do nivel do mar. O Cantaro-Delgado é uma especie de pyramide formada de rochedos collocados uns sobre outros. No seu cume está uma pyramide de 11 m. d'altura, de cantaria, mandada fazer em 1806 pelo principe regente D João, mais tarde D. João VI, segundo diz a inscripção. Não é accessivel. O Cantaro-Gordo é uma montanha de rochedos cortados perpendicularmente pelo lado do N, mas pelo S se estende pelo cume da serra. Está quasi sempre coberta de neve, mas é accessivel ás excursões pelo lado S, embora a subida seja aspera. N'esta serra nascem muitos rios, sendo os principaes o Mondego, Zezere e Alva. O alto da serra é árido, pedregoso e desabrido, e apenas onde ha terra vegetal se vê alguma planta rasteira e poucos e enfezados carvalhos; do meio para baixo, porém, é terreno fertil e apresenta bonitas paizagens, povoado de villas e de muitas aldeias e casaes. No alto da serra, e perto da villa de Manteigas, ha um planalto com dois lagos, um de 1 k. de circumferencia, chamado *Lagôa Escura*, e outro mais pequeno, chamado *Lagôa Comprida*. Tem mais as lagôas *Secca* e *Redonda*. A Lagôa Sêcca é assim chamada, porque, tendo pouca profundidade, sécca de verão, pastando o gado no seu leito. Tem as margens formadas de rochedos altos e denegridos; o excedente d'esta lagôa corre para a Lagôa-Comprida, e dá tambem um forte manancial ao rio Alva. A Lagôa Redonda tem 616 m. de circumferencia e 5 de profundidade. E' aqui a nascente do rio Alva. Estas lagôas não criam peixe, mas são fartas em aves aquaticas. As lagôas de Manteigas, situadas tambem na serra da Estrella, ficam nas proximidades da villa d'este nome, e dão origem ao rio Zezere. A terra que rodeia estas lagôas sente-se tremer, quando se anda sobre ella E' denegrida e arida; apenas se vêem aqui dois carvalhos, e mais nenhum signal de vegetação. Suas aguas sobem e descem sem se poder conhecer a causa d'este phenomeno. Quando embravecem, o seu horroroso estampido adverte os pastores de tempestade proxima. Na serra da Estrella ha minas de alabastro, crystal de rocha, chumbo, aguas-marinhas, turquezas, ametistas, cobre, etc. Diz-se que o sabio Link encontrou aqui admiraveis flôres, no meio da neve, e muitas plantas alpinas. Dos *Cantaros* para o S corre uma planicie, no cume de toda a serra, que gradualmente se vae elevando para o S até cortar-se perpendicularmente a uma profundidade espantosa, a que chamam *Malhão da Estrella*. Chegando-se a este ponto admira-se um vastissimo panorama; para o E vêem-se terras de Hespanha, para o S a Beira Baixa e Alemtejo, para o N e O o Douro e Beira Alta A esta elevadissima planicie dá-se o nome de *Serra do Canariz*. A distancia de 10 k. d'esta planicie é que nasce o rio Mondego. Em toda a serra ha grande quantidade de perdizes, coelhos e lebres, mas só até ao meio da sua altura. Pelas cavernas encontram-se bastantes lobos, que frequentemente assaltam os rebanhos que pascem nas faldas da serra. Nas lagôas e pantanos ha patos bravos, e em toda a parte muitos milhafres, mochos, lujos ou bufos, e algumas aguias. N'outro tempo tambem appareciam ursos e javalis. Os primeiros habitadores da serra da Estrella, de que ha noticias escriptas, fôram os *pesures*, os mais bravos guerreiros da antiguidade e da Edade Media, que obtiveram brilhantes victorias contra os romanos. Eram na verdade os mais ferozes povos da Lusitania, e tambem os mais aguerridos, muitas vezes d'uma vez a patria deveu a sua liberdade aos destemidos lusitanos do Herminio O grande Viriato era *pesure*, e pastor de gado, antes de ser o glorioso general dos lusitanos. Pondo-se á frente dos seus serranos, em breve viu correr a alistarem-se sob as suas bandeiras victoriosas varios povos do resto da Lusitania. Na Serra da Estrella houve um convento de frades da ordem de S. Bernardo, com a invocação de *Santa Maria da Estrella*, fundado por Lourenço Viegas, filho de Egas Moniz. A construcção começou em 1149 e terminou em 1161. Dois annos depois incendiou se, e os frades fôram para o mosteiro d'Alcobaça, d'onde tinham vindo. As ruinas estiveram completamente abandonadas até 1220, em que D. Mendo, abbade de Macciradão, com licença do bispo e cabido da Guarda, o reconstruiu, ou mais propriamente, fundou, pois do antigo só aproveitou a pedra. Em 1565, o cardeal D. Henrique annexou este convento ao collegio de S. Bernardo, de Coimbra, que elle tinha fundado, para ajuda da sua sustentação, deixando em Santa Maria da Estrella apenas um frade para cuidar a degreja Na serra da Estrella existe um sanatorio, instituição de beneficencia. devida aos esforços do fallecido medico Sousa Martins. Em 1881, a Sociedade de Geographia por, ordem do ministerio das obras publicas, organisou uma expedição que tinha por fim principal inspeccionar a serra, para se colherem os esclarecimentos precisos para a constituição d'um sanatorio como o de Davos-Platz, na Suissa. Logo no mesmo anno se estabeleceu o Observatorio Meteorologico, a pedido de

Sousa Martins, e ainda a seu conselho foi viver na serra o primeiro doente, Alfredo Cesar Henriques, que se curou ali, installado na sua casa da Fraga Foi por iniciativa d'este cavalheiro e de outros doentes, que a pouco a pouco se fôram installar na serra, que em 1887 se começou ali a edificar diversas casas, só e n'esse anno se construiram 24. Algum tempo depois surgiu uma outra iniciativa ainda mais gloriosa; um dos doentes, Guilherme Telles de Menezes, fundou o *Club Herminio*, cujos estatutos se approvaram por alvará de 22 de fevereiro de 1890. O seu fim principal era promover a creação d'um sanatorio em condições scientificas e ao alcance dos pobres. D'este club fôram nomeados presidente perpetuo o dr. Sousa Martins, presidente o dr. Basilio Freire, lente da Universidade e especialista no tratamento da tuberculose; thesoureiro Alfredo Cesar Henriques e secretario Guilherme Telles de Menezes. Os seus esforços tiveram a mais lisongeira acceitação; de toda a parte appareceram donativos valiosos para a prosperidade do Club, do qual el-rei se declarára protector. Emygdio Navarro, então ministro das obras publicas, satisfez os pedidos do dr. Sousa Martins e dos seus collegas, relativamente á construcção da estrada entre Gouveia e Manteigas; um ramal da mesma estrada para o sanatorio e o edificio da estação telegrapho-postal da Serra, tudo obras da maior importancia. O observatorio começou a funccionar em 20 de janeiro de 1882. E' uma casa modesta n'um simples rez-do-chão, com a frente voltada para Léste; tem diversas divisões internas, achando-se installado um barometro e o barographo para registo continuo de pressão atmospherica na casa que olha para o Norte, e que serve tambem de gabinete de trabalho. Todos os mais instrumentos estão fóra da casa e apropriadamente expostos, ficando o psychrometro, os thermometros de maxima e minima, e um thermographo Richard dentro de um abrigo de venesianas, pintado de branco. Um anemographo portatil para o registo da força e direcção do vento, o udometro e evaporometro, bem como thermometros de irradiação solar, estão collocados em varios pontos proximos e elevados em relação á casa. *Bibliographia* : *Quatro dias na serra da Estrella*, por Emygdio Navarro, Lisboa, 1884 ; trabalho muito interessante. *Apontamentos d'uma visita á serra da Estrella no mez de agosto de 1875*, por Lourenço Justiniano da Fonseca e Costa, Lisboa, 1875; *Expedição scientifica á serra da Estrella em 1881*, Lisboa, 1883 ; *Serra da Estrella; — Topographia ; — Viriato ; Ethnographia ; — Hydrographia ; — Estações prehistoricas; — Crusta do terreno ; — Monographias locaes ; — Instantaneos da serra*, por Adelino d'Abreu, etc., Coimbra, 1895 ; *As alagoas da serra da Estrella*, por Alexandre d'Abreu Castanheira, Lisboa, 1836 ; *Vestigios glaciarios na serra da Estrella ; Rochas striadas, penedos erraticos, morenas*, por Frederico A. de Vasconcellos Pereira Cabral, Lisboa, 1844 ; *Sousa Martins e a serra da Estrella*, por Mendes dos Remedios, Vizeu, 1898.

Estrella de Oéste. Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Estrellinha. Pov. e quinta na freg. de N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa.

Estremadura. V. *Extremadura*.

Estremoz. V. *Extremoz*.

Estribeira. Estribo de montar á gineta; de coche, e de carruagem. || *Moço de estribeira*: o que segura ou offerece o estribo, e marcha ao lado do cavalleiro ou da carruagem.

Estribeiro. O que tem a seu cargo os cavallos, cavallariça, coches, etc. || *Estribeiro-mór*: emprego honorifico que existe no paço dos nossos reis, rainhas, e mais familia real, tendo a seu cargo a conservação e inspecção dos coches, cavallariças, cavallos, liteiras da Casa Real, e a gente que serve n'estes serviços. Acompanhava el-rei quando saía a cavallo, calçava-lhe as esporas, e ajudava-o a montar e a apear-se. Não ha certeza da creação d'este titulo, e a primeira vez que se vê mencionado na historia do paiz, é no reinado de D. Pedro I, do qual era estribeiro-mór João Domingues de Beja. Este mesmo Domingues de Beja o foi tambem de D. Fernando I. Só se dava este cargo a pessoas de nobreza qualificada. D. Francisco da Gama, 2.º conde da Vidigueira, foi estribeiro-mór de D. João III, por compra que fez a Pedro Mascarenhas, confirmada por este monarcha em 2 de maio de 1524. D. Francisco de Sousa, 3.º conde do Prado, exerceu este cargo junto a D. João IV, e o 1.º marquez das Minas, junto a el-rei D. Affonso VI. D'este mesmo soberano, tambem foi estribeiro-mór o visconde de V. N. da Cerveira, D. Diogo de Lima Brito e Nogueira. No reinado de D. Pedro II teve este cargo o conde de Vianna, D. José de Menezes, que ainda continuou a exercel-o no tempo de D. João V; tambem foi estribeiro-mór d'este soberano, o 3.º duque do Cadaval, D. Jaime de Mello. Este elevado cargo continuou sempre em fidalgos, quasi todos titulares, de differentes familias. Gil Gonçalez de Avila, no *Theatro das Grandezas de Madrid*, diz que, quando el-rei sae a cavallo do paço, deve ir o estribeiro-mór na frente, e nas jornadas, na retaguarda; se sae em coche, vae no estribo direito, e se el-rei assiste na guerra, lhe toca o estandarte ao tempo de romper a batalha. Ruy Lourenço de Tavora, na *Historia dos Varões illustres d'este appellido*, falando das entrevistas que teve el-rei D. Sebastião com Filippe II, em Guadalupe, sendo estribeiro-mór Christovão de Tavora, diz o seguinte, a folhas 302 : «Sabio Christovam de Tavora de Castella a tempo, que veyo alcançar el-Rey antes de chegar a Badajós, porque se acha em alguñas relações d'esta jornada, que em 18 de Dezembro assistio com el-rey na entrada que fez nesta Cidade, debaixo do palio, levando-o de rédea, como Estribeiro-mór, & o palio que lhe tocava por razam do officio, deu do esmola a nossa Senhora de Guadalupe: & em Mérida, onde tambem entrou em publico, fez o mesmo officio. Dahi acompanhou el-Rey até Guadalupe, em cuja entrada, que el-Rey fez pela posta, até chegar onde el-Rey de Castella o aguardava, cõ os coches, foi diante d'el-Rey guiando o seu cavallo.» Christovão de Tavora, n'esta occasião levou o cavallo pela rédea, por ser em reino alheio, porque, quando el-rei entrava em alguma cidade ou villa do seu reino, era ao alcaide que pertencia esta preeminencia. Hoje, nos prestitos ou saimentos solemnes, o estribeiro-mór acompanha a cavallo á direita do coche. Este cargo honorifico é ha muitos annos desempenhado pelo sr. duque de Loulé. || *Estribeiro-*

menor, o que substitue o official-mór respectivo e superintende no serviço das cavallariças e cocheiras reaes. E' actualmente desempenhado pelo sr. tenente-coronel Alfredo de Albuquerque, commendador da ordem de S. Thiago.

Estribeiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Abrigada, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Estrica. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Sistello, conc. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello.

Estriz. Pov. na freg. do Salvador, de Villa Garcia, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Estrofães. Pov. na freg. de S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Estromil. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Oriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Estrufe. Pov. na freg. de Santa Lucrecia, de Louro, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Estudos *(Quinta dos)*. Na freg. de Santa Clara, de Louredo, conc. e distr. de Beja.

Estufa. Coche de dois assentos envidraçados. V. *Coches reaes*.

Esturãos. Rio de Portugal. V. *Asturãos*.

Etadi. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Etapa. Ração de tropas em campanha ou em marcha. Este termo designava, na origem, o conjuncto de viveres e de forragens preparadas para serem distribuidos ás tropas, quando chegam ao ponto que lhes era designado para descançar e passar a noite. Hoje as tropas fazem grandes percursos pelo caminho de ferro seguindo pouco em marcha pelas estradas, no emtanto ha sempre estabelecido o serviço d'etapas para assegurar transportes e communicações por terra e agua, utilisando os recursos das regiões.

Etenga Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola

Ethiopia. Este nome tem na geographia historica uma extensão variavel segundo as epocas a que se refere. Applicou-se geralmente a diversos paizes da Africa equatorial, onde a lingua official era o egypcio. Mas a verdadeira e moderna Ethiopia é a Abyssinia. Na primeira metade do seculo XV estava esta no apogeu do seu poderío. Era um estado christão, perdido no centro da Africa, cujo nome chegava á Europa envolto nas lendas e no mysterio. Os reis de Portugal, á procura d'um caminho para a India, resolveram abrir relações com essa christandade ignota e remota, cujo chefe tinha o nome prestigioso de *Preste João das Indias*. D. João II mandou com essa missão a Pero da Covilhã *(V. este nome)*, que foi desembarcar na costa do Mar Vermelho em 1490, tomando relações com o potentado ethiope, a quem encheu de presentes, e do qual receberam tantas demonstrações de homenagem os reis de Portugal que D. Manuel juntou aos seus titulos de soberania o de *Senhor da Ethiopia*. Os abyssinios abriram o imperio aos missionarios portuguezes, mas no começo do seculo XVII, em que o catholicismo parecia prevalecer, fôram expulsos os jesuitas portuguezes que ali tinham as suas missões. O jesuita Thomaz de Barros publicou em Roma em 1627 a *Relação da missão dos padres da Companhia de Jesus em Etiopia pelos annos de 1621 e 1622*, e uma carta sobre o mesmo assumpto impressa em Hespanha. A frei João dos Santos se deve a interessante obra *Etiopia Oriental*, cuja primeira edição é de 1609. Alguns autores modernos tambem tem resuscitado antigos trabalhos sobre a Ethiopia. O orientalista sr. Francisco Maria Esteves Pereira (V. *este nome)* tem publicado os seguintes: *Victoria de Amda Sion, rei da Ethiopia; Chronica de Susenyos, rei da Ethiopia*, Lisboa 1892; *O elephante em Ethiopia*, ib. 1898; *Historia de Minás Admás, rei da Ethiopia*, Lisboa 1898; *Canção de Galavdevos, rei de Ethiopia*, ib. ib.; etc.

Ethnographia. Sciencia anthropologica, que estuda as raças e os povos sob o ponto de vista dos costumes, e de todas as manifestações materiaes da sua actividade intellectual. Occupa-se da industria, commercio, vestuario, habitação, crenças e cultos, artes, etc. E' por ella que se conhecem as aptidões de um povo, o grau do seu desenvolvimento, as condições de vida, etc. As collecções ethnographicas são, por isso, muito interessantes e instructivas. Em Portugal os principaes museus d'este genero são: *Museu Ethnologico Portuguez*, no edificio dos Jeronymos, em Belem; o *Museu da commissão dos trabalhos geologicos* (museu de ethnographia pre-historica) no edificio da Academia Real das Sciencias, em Lisboa; *Museu Archeologico do Carmo*, na mesma cidade (tambem de ethnographia pre-historica); o *Museu da Sociedade de Geographia* (museu de ethnographia insular e colonial); o *Museu Ethnographico da Universidade* em Coimbra (tambem de ethnographia colonial); *Museu do «Instituto»*, da mesma cidade; *Museu municipal*, da Figueira da Foz; *Museu da Sociedade «Martins Sarmento»* de Guimarães; *Museu municipal*, de Faro; etc. Estes ultimos museus são archeologicos com uma secção de ethnographia pre-historica.

Etly-Pahw. Denominação dada á divisão do concelho de Nagar-Avely ao norte do rio Sandalcalo, no distr. de Damão, na India.

Etomta. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola.

Etube. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola.

Etuco e Etucu. Duas povoações do conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola.

Eucizia. Pov. e freg. de S. Paio, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. d'Alfandega da Fé, distr. e bisp. de Bragança; 368 hab. e 122 fog. Tem esc. do sexo fem. A pov. dista 8 k. da séde do conc. O abbade de Bouro, frade da ordem de S. Bernardo, senhor d'esta freguezia, apresentava o cura, que tinha de rendimento 8$000 réis e o pé d'altar Pertence á 6ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 10, com a séde em Mirandella.

Eugenio *(D.)*. Infante, nascido no paço das Necessidade a 15 de novembro de 1853, vivendo apenas o tempo preciso para ser baptisado com o nome de Augusto Carlos Eugenio, morrendo tambem pouco depois sua mãe, a rainha senhora D. Maria II. O cadaver do recemnascido foi levado particularmente para o jazigo de S. Vicente de Fóra, na noite de 20 de novembro.

Europa Esta parte do mundo está situada a NO do antigo continente e ligada á Asia por E e SE. Constitue, por assim dizer, uma enorme peninsula da Asia, que se prolonga para O até

ao Atlantico, em torno de cujas costas, notavelmente recortadas, estão espalhados importantes archipelagos. Depois da Oceania é a Europa a mais pequena das partes do mundo. A sua superficie é menos da quarta parte da Asia ou da America, a terça parte da Africa e um pouco superior á da totalidade das terras da Oceania. E' a parte do mundo mais povoada. A sua excellente situação geographica, quasi ao meio do hemispherio boreal, as faceis relações entre os diversos paizes, a excellencia do seu clima e a riqueza do seu solo, são factores naturaes, que concorrem para a população ser mais densa e maiores as riquezas e progressos da civilisação. Nos tempos mais remotos e até ao seculo v da nossa era, da Europa apenas eram bem conhecidas as peninsulas meridionaes, a parte contigua das regiões centraes e os paizes que, ao Occidente, iam desde as *columnas de Hercules* (estreito de Gibraltar) até á *Bretanha* (Inglaterra). A civilisação desenvolvera-se principalmente nas peninsulas meridionaes, primeiro na Grecia e depois na Italia, metropole do vasto imperio romano, tão bem dotadas em condições naturaes propicias para o seu progresso, constituindo então o Mediterraneo o foco da actividade maritima do globo. Posteriormente foi-se aclarando o conhecimento das regiões da Europa central; no seculo IX as excursões dos normandos, povo de notavel audacia maritima que habitava a NO, devassaram a fórma da Scandinavia, da Jutlandia e das margens do Baltico, e, mais tarde, a entrada dos slavos na vida politica veiu completar o quadro da geographia da Europa com o conhecimento da grande planicie oriental. Quanto ao Mediterraneo, continuou ainda a ser, por muito tempo, a séde do commercio maritimo do globo, até que no fim do seculo XV, quando já a maior parte dos actuaes estados da Europa estavam constituidos, a descoberta da America e do caminho por mar para a India fizeram deslocar a preponderancia mercantil para o Atlantico, trazendo assim uma notavel importancia aos paizes occidentaes, avultando entre elles o reino de Portugal.

Europa portugueza. Obra em 3 volumes, de Manuel de Faria e Sousa, escripta em castelhano. O tomo I contém a historia desde o tempo do diluvio universal até ao em que Portugal teve rei proprio; saiu em Lisboa no anno de 1667; ficando porém suspensa a continuação da obra, só em 1678 é que se reimprimiu o tomo I, publicando-se em seguida os tomos II e III, em 1679 e 1680. O tomo II começa a historia no governo do conde D. Henrique, e termina no reinado d'el-rei D. João III, adornado com os retratos dos monarchas respectivos, gravados em chapas de metal; o tomo III comprehende os reinados de el-rei D. Sebastião e seguintes até Filippe III de Portugal e IV de Castella, com os competentes retratos. No fim vem uma larga descripção do reino de Portugal. Acêrca d'esta obra fala D. José Barbosa, no *Catalogo das Rainhas*, pag. 207. Camillo Castello Branco tambem a ella se refere largamente.

Eusebio *(Antonio)*. Poeta popular, conhecido pelo *Cantador de Setubal*. E' um antigo calafate, hoje invalido, e que já conta mais de 86 annos de edade. Tornou-se muito estimado pelos seus versos, que cantava agradavelmente, attrahindo a attenção de toda a gente de Setubal, o que lhe grangeou grande popularidade. Hoje limita-se a vendel-os por occasião das festas e romarias. Em 1901 publicou-se em Lisboa um volume dos seus versos, com prefacio de Guerra Junqueiro, o qual tem por titulo: *Versos do Cantador de Setubal, Antonio Eusebio, o «Calafate», reunidos, colleccionados e seguidos d'algumas palavras ácerca da vida do autor por um seu amigo; prefacio de Guerra Junqueiro.* Esta edição esgotou-se depressa. Parece-nos que este amigo do autor é o sr. general Henrique das Neves. No *Occidente*, n.º 811, de 10 de julho de 1901, vem o retrato de Antonio Eusebio e uma poesia sua, dedicada ao sr. Guerra Junqueiro, em agradecimento por ter prefaciado os seus versos, dirigindo-lhe palavras muito lisongeiras. Ainda no referido anno se publicou outro volume, intitulado: *Tudo e nada, (reflexões entre um sabio e duas caveiras); versos pelo Cantador de Setubal, Antonio Eusebio (calafate).* O que mais admira n'este poeta popular é o ser completamente analphabeto. Possue, ineditas, algumas poesias curiosas, que correm em copias dos seus admiradores.

Evangelhos. A familia d'este appellido tinha o seu solar em Lisboa, onde começou em tempo de D. João II. Por devoção, tomou as seguintes armas: em campo azul uma cruz de ouro, firmada entre quatro bezantes de prata, tendo em cada um sua divisa dos Evangelistas. No primeiro a aguia de sua côr; no segundo um anjo vestido de vermelho com azas verdes; no terceiro um boi da sua côr, e no quarto um leão tambem da sua côr; e todos com diademas de ouro e rotulos, que declaram os nomes de cada um. O leão e o boi tambem teem azas verdes, sómente a aguia as tem da sua côr; timbre, dois braços de anjos, com o livro dos Evangelhos, azul, com as brochas de ouro na mão.

Evangelista *(D. João)*. Conego regular de Santo Agostinho, doutor em theologia, reitor do collegio de Coimbra, etc. N. em Lisboa a 30 de julho de 1685, fal. a 30 de dezembro de 1748. Era filho de Francisco Tavares da Silva e de D. Julia Maxima da Silva. Sendo ainda muito novo já conhecia as linguas latina, franceza, hespanhola e italiana. Applicou-se ao estudo da poesia, em que se tornou muito apreciado. Frequentou no collegio de Santo Antão, de Lisboa, o curso de philosophia. Resolvendo depois seguir a vida religiosa, tomou o habito de Santo Agostinho no convento de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, em 4 de julho de 1703, professando solemnemente a 6 do referido mez do anno seguinte. No collegio da sua ordem em Coimbra aprendeu as sciencias severas, doutorando-se em theologia na Universidade a 13 de dezembro de 1713, jubilando em 1725. Foi vigario da egreja do Soccorro em Lisboa, e prégador muito conceituado no seu tempo. Quando completou os tres annos de reitor do collegio de Coimbra, voltou para o convento de S. Vicente de Fóra, e ali falleceu. Escreveu: *Sermões*, tomo I, Lisboa, 1743; *Historia chronologica dos Papas, Imperadores, e Reis que teem reinado na Europa, do nascimento de Christo até o presente; traduzida do francez e addicionada*, Coimbra, 1731; saiu 2.ª edição tendo novas addições, em 1737; e 3.ª, mais correcta e augmentada, em 1759; em todas as edições anda em nome de Damião Goneto e Silva (anagramma do seu nome); *Supplemento da Historia chronologica dos*

Papas, Imperadores e Reis, etc., *Parte* I, em *que se dá noticia dos dominios temporaes de que são principes soberanos os Supremos Pontifices*, Lisboa, 1741 ; *Parte* II, *em que se dá noticia das perseguições da egreja, heresias, concilios*, etc., Lisboa, 1741. Estes dois volumes saíram com o nome de Gelasio Antonio de Sá. Deixou mais algumas obras impressas, e outras manuscriptas.

Evangelista *(Fr. Manuel)*. Religioso franciscano da provincia dos Algarves. Era natural de Portel. Professou no convento do Varatojo a 21 de junho de 1592, onde jubilou em theologia. Foi qualificador do Santo Officio Escreveu : *Sermão no auto da fé, que se celebrou em Coimbra, dia de S. Bento, 21 de março de 1619*, Coimbra, sem indicação do anno.

Evangelista *(Fr Manuel)*. Religioso franciscano da provincia dos Algarves, doutor em theologia pela Universidade de Coimbra. Escreveu : *A' exaltação do ex.*mo *e rev.*mo *D. Fr. José do Menino Jesus, novamente bispo de Angola—Elogio*, Lisboa, 1760.

Evombo. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Evora *(Fr. João de)*. Religioso da ordem da Trindade, bispo de Vizeu, confessor d'el-rei D. João I, etc. Era natural de Evora, d'onde tomou o appellido, e fal. em Lisboa em 1426. Professou no convento da sua ordem, d'esta cidade, e mostrando grande vocação para o estudo das sciencias frequentou na Universidade de Evora os cursos de philosophia e theologia, tomando na sua provincia o grau de mestre jubilado. Foi um dos religiosos que saíram de Lisboa, para fundarem a primeira habitação da sua ordem na serra de Cintra, onde depois D. João I mandou edificar um convento em 1400. D'ali o chamou o referido monarcha para seu confessor, pela sua reconhecida capacidade e talento Alguns annos depois D. João I o elegeu bispo de Vizeu, sendo confirmada a eleição por João XXII, em 1414; a sagração realisou-se em Lisboa com a maior solemnidade, a que el-rei assistiu. Depois de tomar posse da sua diocese, acompanhou D. João na conquista de Ceuta, em 1415, e ao regressar a Lisboa trouxe numerosos captivos, que n'essa occasião ficaram resgatados ; exerceu o logar de esmoler-mór, e assistiu ás côrtes que em 1418 o mesmo soberano fez celebrar em Lisboa, no convento da Trindade, encarregando tudo quanto se decidiu ao seu cuidado e direcção. Falleceu n'este convento, ficando sepultado na capella mór da egreja. O seu funeral foi acompanhado pela maior parte da nobreza.

Evora *(Manuelinho de)*. V. *o artigo seguinte*.

Evora *(Alterações de)*. Os factos passados em Evora nos annos de 1637 e 1638, as chamadas *Alterações*, são importantes na historia portugueza porque não fôram transitorios e irradiaram d'esta cidade a outros pontos do paiz o espirito revolucionario que conduziu á restauração da independencia de Portugal. A uma visita que o duque de Bragança D João II, depois rei D. João IV, fez em 1635 a Evora, com o fim ostensivo de visitar o marquez de Ferreira, D. Francisco de Mello, pelo seu segundo casamento, se attribue pelo grande apparato um fim politico: o de fomentar a resistencia e avivar as esperanças da nação impaciente por sacudir o jugo estranho. Na *Historia Genealogica da Casa Real portugueza* vem a descripção minuciosa d'esta visita, declarando o autor que a obteve de um livro de memorias da casa do marquez de Ferreira, mas d'ella nada transparece com intuitos politicos. Porém, n'um manuscripto do padre Antonio Franco, codice da bibliotheca de Evora (N.º 104-1-40), encontrou o sr. Gabriel Pereira, conforme escreveu nos seus *Estudos Eborenses — As vesperas da Restauração*, uma allusão evidentemente politica. E' o seguinte episodio : O duque hospedara-se na Cartuxa, do padroado da sua casa, e os monges a todas as comidas só apresentaram peixe, conforme a sua regra. «— Paciencia, disse o duque, eu me vingarei no Collegio.» Mas a visita ao Collegio dos jesuitas foi na sexta-feira : mais peixe. — «Emfim eu vim jejuar a Evora !» Um dos padres respondeu logo : — Senhor os jejuns são vesperas de *grandes festas*. O duque entendeu e gostou da allusão. Ainda outra, e bem significativa, foi a phrase do orador, padre Gaspar Correia, na festa da sé, que concluiu o sermão dizendo que esperava vêr o duque com uma corôa..., fez pausa e accrescentou: — de gloria ! Na multidão que enchia o templo houve tal movimento e applauso que só faltou acclamarem-no rei Do manuscripto citado consta ainda que a el-rei de Castella alguem delatou com inveja o que se passara, as honras excessivas prestadas ao duque pela cidade, cabido e Universidade... que isto era armal-o a rei. Filippe III dissimulou no caso, e mandou escrever ao marquez de Ferreira e ao conde de Basto, D. Diogo de Castro, e á cidade, louvando muito o que se tinha feito em honra do duque seu primo. Póde, portanto, affirmar-se que em Evora já em 1635 a nobreza e parte do clero urdiam tramas politicas. A conspiração progrediu e a pessima politica de Castella dia a dia aggravava a situação ; mas o pronunciamento popular de Evora teve um cunho especial e foi muito além do que desejavam as classes superiores. A Hespanha começava a esphacelar-se e com ella as conquistas de Portugal Os desastres no Brazil e as relações difficeis com a França, Inglaterra e Hollanda, tornavam excessivos os impostos e repetidas as levas de homens para as armadas. Por diversos alvarás se crearam impostos novos. Em 1635 o pedido geral era de 400 mil cruzados, afóra outros impostos. A parte que correspondia a Evora orçava por 2:000 ducados. Para a cobrança fôram expedidas ordens aos corregedores para a fazerem sem dependencia das camaras. Em Evora taes ordens encontraram o zelo funesto de André Moraes Sarmento, magistrado servil e violento. O genio imprudente d'este homem provocou o rompimento Desejando recommendar-se á Côrte, convocou a camara, e propozlhe a substituição dos novos tributos pela quarta parte do subsidio de 500:000 cruzados do anno de 1637, exaltando a clemencia e suavidade da Corôa em deixar á vontade dos contribuintes o lançamento e repartição. Os vereadores sobresaltados declinaram a resposta, desculpando-se com a indisposição geral. Insistiu o corregedor, e, achando-os firme, buscou outro meio, chamando a sua casa, no dia 21 de agosto de 1637, os cabeças populares para os intimidar, e extorquir d'elles obediencia pelo terror. Acudiram á intimação o juiz do povo Sesinaudo Rodrigues, borracheiro, e o escrivão João Barradas, barbeiro de

espadas. Mas estes não acudiram sós; grupos de populares, desconfiados e curiosos, os seguiram até á porta, e ficaram na praça esperando o resultado. O corregedor principiou mansamente, fazendo promessas; vendo porém a firmeza e resolução dos dois magistrados populares recorreu ás ameaças. João Barradas allegou que não podia decidir sem o negocio ser communicado aos companheiros. O corregedor, receando a publicação e cheio de ira, soltou injurias contra os moradores de Evora e jurou ao juiz do povo e escrivão que não sairiam vivos de suas mãos. Disse-se depois que não falara de leve, porque tinha prevenidos em casa o algoz e seus ajudantes para os enforcar. Se isto não passou de invenção não deixa comtudo de ser provavel que o corregedor usasse de forte intimação, de insultos violentos e ameaças. Os numerosos grupos de populares que estacionavam na praça, esperando anciosamente o resultado da conferencia, viram Sesinando Rodrigues apparecer de subito, em grande agitação, á janella que olhava para a praça, bradando e pedindo soccorro ao povo e dizendo que morriam pelo livrar dos trabalhos em que o queriam metter os ministros d'el-rei. Ouvindo isto o povo furioso arremetteu contra a casa, fez voar as portas, e, entrando pelas escadas e quartos, trazia momentos depois em triumpho os dois magistrados populares. A este tempo saltavam as primeiras labaredas da casa incendiada. O corregedor fugiu pelos telhados e acolheu-se no convento de S. Francisco. O povo atirava das janellas os moveis, roupas, livros e papeis. Tudo ardeu n'uma fogueira. Dividiu se depois em bandos, e estes, vagueando pelas ruas, rasgaram os registos publicos, despedaçaram as balanças da casa fiscal do real d'agua e dos açougues, soltaram os presos, invadiram cartorios e tribunaes. As justiças fugiram ou esconderam-se, e a cidade ficou sem leis e sem policia, entregue ao motim. Este rompimento tão subito e violento assustou as pessoas principaes. Na egreja de Santo Antão reuniram se o arcebispo D. João Coutinho, o conde de Basto, o marquez de Ferreira, o conde de Vimioso, D. Francisco de Lencastre, Jorge de Mello, e outros, e deliberaram ácerca do modo mais prudente de socegar tão perigosa agitação. Pouco depois saiu o arcebispo de cruz alçada, rodeado do muitas pessoas principaes, e empregando palavras brandas intentaram acalmar a maior furia, promettendo interceder pela cidade, rogando aos mais violentos que entregassem á camara a defeza dos seus privilegios. Mas os amotinados desprezaram as promessas e o conselho, lançando em rosto aos nobres a fraqueza com que sempre tinham visto calcar o povo e a patria aos pés dos exactores. A resposta fez recolher intimidada a nobreza á egreja de Santo Antão; e os amotinados continuaram nas suas alterações. De noite a multidão investiu as moradas dos magistrados mais aborrecidos; insultou alguns vereadores suspeitos, apredejou as janellas do paço archiepiscopal, e estando no pateo de S. Miguel foi insultar a autoridade e as cans do velho ministro conde de Basto. Entretanto a nobreza de Evora temia que a Côrte suspeitasse d'ella e desejava que a pacificação da cidade fôsse obra sua para argumentar depois com ella em favor do proprio engrandecimento. De Santo Antão, tempo depois, a junta correspondia-se com Madrid e com os cabeças do povo. Os sediciosos, querendo desviar de si as accusações futuras, inventaram uma nova forma de governo sem responsabilidade. Valeram se da pessoa de um doido, conhecido pelas jogralidades, pela extraordinaria corpulencia, e ironicamente chamado — o *Manuelinho*, e em nome d'elle firmaram todas as convocações, todos os editos, e todas as ordens. Os autores das resoluções violentas, escondidos atraz do vulto sem imputação do *Manuelinho* d'Evora, ousaram então assoberbar a cidade. Todas as manhãs se liam affixados nas praças e esquinas bandos, provisões e decretos, provimentos de empregos, ordens de desterro, e, cousa notavel, nenhum magistrado, nenhum fidalgo se atrevia a resistir. O edital do de 22 de agosto, dia seguinte ao do levantamento, já era assignado por Manuelinho. Este documento foi primitivamente divulgado por Cunha Rivara, no vol. do *Panorama*, de 1840, pag. 202, artigo que se refere aos que, sobre os tumultos de Evora, publicara Alexandre Herculano no mesmo periodico em 1839, a pag. 385 e 394. N'estes tumultos, o povo não marchava á tôa, havendo um poder occulto, uma direcção que se disfarçava. Da Côrte expediram-se successivamente diversos emissarios que não conseguiram pacificar a cidade. Ficou então a *Junta dos senhores de Evora* encarregada da mediação, correspondendo-se directamente com Madrid. Por este tempo romperam agitações em varios pontos do paiz: Santarem, Tancos, Abrantes e Villa Viçosa. Para aplanar todas as difficuldades offereceram o arcebispo e o cabido, bem como a camara de Evora, o pagarem das suas proprias rendas o excesso que se impunha á cidade; com o que o povo não pagaria mais do que o ordinario, el-rei ficaria servido, e a cidade contribuindo com tudo o que se lhe havia imposto. Não satisfazendo a proposta ao conde duque de Olivares, conseguiu este que a Evora fôssem mandados o conde de Linhares, acompanhado por D. Alvaro de Mello de Bragança e o inquisidor Antonio da Silveira Menezes, ambos naturaes de Evora, e na cidade muito conhecidos e estimados. Veiu tambem o celebre D. Francisco Manuel de Mello, que sobre o assumpto deixou uma relação, a primeira das suas *Epanaphoras de Varia Historia*, sobre a qual todos os nossos historiadores teem fundado as suas descripções dos tumultos de Evora. Mas a esta cidade só chegaram o conde de Linhares e D. Francisco Manuel. A' proposta de irem os dois magistrados populares pedir perdão ao rei a Castella, respondeu o povo querendo expulsar o conde, que então se retirou para Lisboa, mandando D. Francisco Manuel a Madrid. Succedeu isto na noite de 1 de janeiro de 1638, ficando o novo tumulto conhecido pelas *Janeiras*. Filippe III, irritado, mandou á duqueza de Mantua que enviasse a Evora um corregedor da Côrte com alçada especial. Veiu, effectivamente, o corregedor Diogo Fernandes Salema, com seus officiaes, empregados, meirinhos, e homens armados bastantes para sua segurança. Em Evora sabia-se que um exercito na fronteira estava prompto a marchar. O sequito sinistro da alçada entrou na cidade sem ouvir um brado. Dominava o terror; bastantes familias, muitos dos enthusiastas da revolta, os proprios magistrados populares, abandonaram a cidade. A alçada não pôde fazer mais do que jus-

tiçar em estatua os dois cabeças de motim, o que fez por sentença de 16 de março de 1638. Passada a acclamação de D. João IV os foragidos João Barradas e Sesiuando Rodrigues estavam em Evora e eram irmãos da Misericordia, vindo o ultimo a ser enterrado em 16 de setembro de 1661, conforme a nota final do sr. Gabriel Pereira uos seus *Estudos*, acima citados.

Evora *(Districto administrativo de)*. Um dos 17 districtos de Portugal. E' situado na prov. do Alemtejo, tendo por limites: a N o de Portalegre, a O os de Santarem e Lisboa, ao S o de Beja e a Hespanha. A sua população, n'uma superficie de 7:116 km^2, é de 127:232 hab : 64:779 do sexo masc. e 62:453 do feminino. A cidade de Evora é a capital d'este districto, que, em geral, está constituido por planaltos com a altura media de 200 metros, sendo um tanto montanhoso a N E e S E. Em continuação á serra de S. Mamede, a N E, correm varias collinas que se unem á serra de Ossa, ao N do districto. Por entre as ribeiras de Tera e Pradiella, a serra de Ossa prolonga-se na direcção S-O, ligando-se á de Portel entre as nascentes da ribeira de Odivellas e a da confluencia do Degebe no Guadiana. Os cursos de agua que banham o distr. são: o Guadiana, que lhe serve de fronteira desde o limite N até Monsaraz, e seus affluentes, o Guadelim e o Degebe, desaguando n'este a ribeira Pradiella. Podem tambem indicar-se o Odivellas, o Xarrama, o Dieje, ou ribeira d'Alcaçova, e o S. Martinho, todos affluentes do Sado. Ha ainda o Almansor, affluente do Tejo, as ribeiras de Seda e suas confluentes, e as de Divor, que vão desaguar na Sorraia. O districto divide-se em 13 concelhos: Alandroal, Arraiollos, Borba, Extremoz, Evora, Montemór-o-Novo, Móra, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vianna do Alemtejo e Villa Viçosa. Comprehende na divisão judicial as comarcas de Extremoz, Evora, Montemór-o-Novo, Redondo e Reguengos de Monsaraz, e os julgados de Borba, Extremoz, Souzel, Villa Viçosa e Vimieiro, na comarca de Extremoz; Arraiollos, Evora (sé), S. Manços e Vianna do Alemtejo na comarca de Evora; Montemór-o-Novo, Móra e Vendas-Novas, na comarca de Montemór-o-Novo; Alandroal, Redondo e S. Miguel de Machede, na comarca de Redondo; Portel e Reguengos de Monsaraz. O districto pertence á provincia judicial de Lisboa. Ecclesiasticamente constitue um arcebispado com 144 parochias. Cortam os districtos as seguintes estradas reaes: Evora a Santarem; de Evora por Montemór-o-Novo, a Vendas Novas; de Montemór-o-Novo, por Arraiollos, Extremoz e Borba, a Elvas; de Borba a Villa Viçosa; de Evora, por Extremoz, a Portalegre; de Evora a Mourão. Uma grande parte do territorio d'este districto encontra-se desaproveitado, mas possue varios tratos de terreno de aptidão e productividade muito apreciaveis. Nos concelhos de Evora, Reguengos e Alandroal abunda o trigo; nos de Evora, Arraiollos, Extremoz e Reguengos, a cevada; nos de Extremoz e Alandroal, a aveia; nos de Evora, Montemór-o-Novo e Alandroal, o centeio; e nos de Extremoz, Montemór-o-Novo e Arraiollos, o milho. A producção de legumes, especialmente de feijão, fava, tremoço, grão de bico e chicharo, é importante. Tambem se cultiva a batata e se fabrica vinho, azeite e aguardente em grande quantidade. O commercio da lã tambem é importante, estando quanto a animaes o districto classificado entre os de mediana densidade pecuaria. Quanto a mineraes e marmores é o districto rico em cobre e ferro, mas são poucas as minas em activa exploração. O concelho de Evora comprehende 20 freguezias, incluindo as quatro que existem propriamente na cidade, com uma população de 26:597 hab.; sendo 13:029 do sexo masc. e 12:568 do feminino. As freguezias são: Boa Fé (Nossa Senhora da Boa Fé) com 541 hab.: 301 do sexo masc. e 240 do fem.; Giesteira (S. Sebastião) com 506 hab.: 286 do sexo masc e 220 do fem.; Graça do Divor (Nossa Senhora da Graça) com 648 hab.: 322 do sexo masc. e 326 do fem; Machede (Nossa Senhora da Natividade) com 1:887 hab.: 629 do sexo masc. e 558 do fem.; Machede (S. Miguel) com 1:322 hab.: 643 do sexo masc. e 679 do fem.; Pigeiro (S. Vicente) com 240 hab.: 139 do sexo masc. e 101 do fem; Pomares (S. Bento) com 98 hab : 53 do sexo masc. e 45 do fem; S. Bento do Matto (S. Bento) com 1:239 hab : 674 do sexo masc. e 119 do fem.; S. Jordão (S. Jordão) com 152 hab.: 88 do sexo masc. e 74 do fem.; S. Manços (S. Manços) com 1:153 hab.: 666 do sexo masc. e 487 do fem.; S. Marcos da Abobada (S Marcos) com 247 hab.: 107 do sexo masc. e 140 do fem; S. Mathias (S. Mathias) com 610 hab.: 315 do sexo masc. e 295 do fem.; Torre de Coelheiras (Nossa Senhora do Rosario) com 324 hab.: 182 do sexo masc. e 142 do fem; Tourega (Nossa Senhora da Assumpção) com 598 hab.: 330 do sexo masc. e 268 do fem.; e Vallongo (S. Vicente) com 282 hab.: 192 do sexo masc. e 90 do feminino.

Evora. Cidade, capital do districto do seu nome e da provincia do Alemtejo; cabeça de concelho, de comarca e de arcebispado; relação de Lisboa. Assenta n'uma collina, estendendo-se pelas suas encostas até á planicie d'uma enorme vastidão e de um horisonte dilatadissimo. Passam-lhe perto o rio Degebe, que vae desaguar no Guadiana, e o Xarrama, affluente do Sado. A sua altitude é de 302 metros. A estação do caminho de ferro dista da cidade uns 600 metros. Tem quatro freguezias, que, por occasião do censo de 1900, contavam a seguiute população, n'um total de 16:152 habitantes: Santo Antão, com 3.580 hab: 1.633 do sexo masc. e 1 947 do fem.; S. Mamede, com 3.424 hab.: 1.579 do sexo masc. e 1 917 do fem.; S. Pedro com 2.456 hab,: 1.252 do sexo masc. e 1.204 do fem.; e Sé (Nossa Senhora da Assumpção) com 6.692 hab.: 3.469 do sexo masc. e 3 223 do feminino. Em 1864 a população da cidade era de 11.518, em 1878 de 13 046 e em 1890 de 15.134 habitantes. Em 1757 tinha Evora cinco freguezias, que eram as seguintes: — *Sé* (Nossa Senhora da Assumpção) com 25 parochos, 2 cada semana para a adminis-

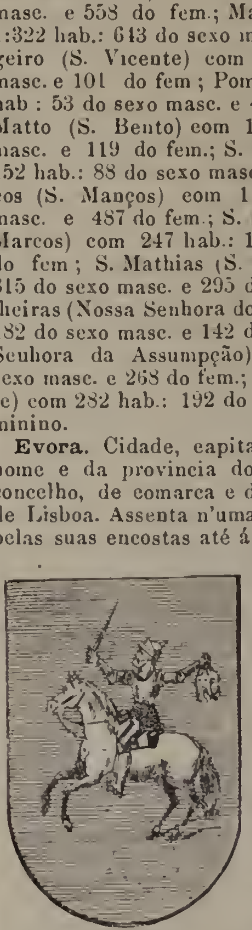

Brazão da cidade d'Evora

tração dos sacramentos aos parochianos, 15 *bachareis* e 10 beneficiados. Tantos os bachareis como os beneficiados eram da apresentação *in solidum* da mitra, tendo os beneficiados concurso de theologia moral, latim e solfa. Os bachareis recebiam de renda cada um 160$000 reis e os beneficiados 120$000 reis. — *Santo Antão*, de que era prior o arcebispo; rendia mais de 8:000 cruzados; era curada por um parocho com o titulo de reitor, apresentado pela mitra com 80$000 réis de congrua. — *S. Mamede*, cujo parocho era prior de concurso synodal e tinha 500$000 réis de rendimento. — *S. Pedro, apostolo*, tendo o parocho a mesma apresentação e rendimento. — *S. Thiago*, que foi supprimida; o parocho era prior da apresentação do padroado real, e tinha 350$000 réis de renda. Em tempo do arcebispo D. Theotonio de Bragança teve Evora sete freguezias, sendo além das cinco descriptas, mais as de S. Joanninho e Santa Martha. Estas parochias fôram supprimidas pelo arcebispo D. Alexandre, successor d'aquelle, em 1602. Evora é uma das mais antigas terras do reino; a sua historia anda ligada á da peninsula. A sua opulencia e grandeza de outr'ora são ainda attestadas por muitos monumentos. *Ebora* ou *Liberalitas Julia* foi municipio do antigo direito latino com grande importancia commercial. *Yeborah*, sob o dominio sarraceno, pertenceu aos Alftanidas, principes de Badajoz, e era uma grande cidade muito commercial e povoada, rodeada de muralhas. Tinha castello e mesquita. Evora, quando cidade romana, foi cercada de uma muralha de que ainda existem restos, sendo o lanço melhor conservado o da base do palacio do conde de Basto. Aos godos attribue-se a construcção de varias torres. Os edificios mais notaveis, existentes dentro do arc ou cêrca romana, são na parte mais alta da cidade: a torre chamada de Sertorio, restos do antigo castello, e o magnifico templo romano (V. *Evora, Templo romano em*). No Museu guardam-se muitos monumentos d'esta epoca: inscripções lapidares, esculpturas, objectos de barro, vidro e

Egreja da Graça

metal, moedas, etc. O arco de Santa Izabel é uma porta da muralha romana. Os ultimos reis da dynastia affonsina deram-lhe novo cinto de muralhas, que ficou concluido no reinado de D. Fernando I. Na guerra da Restauração fôram sensivelmente melhoradas as suas obras de defeza com o augmento de varios baluartes. A cidade é cercada por uma estrada de 5 kilometros de extensão, rodeando a antiga muralha fernandina e as obras do seculo XVII. O numero de saídas e de portas tem variado bastante com as diversas fortificações. No tempo de Sertorio a cerca de muros tinha apenas um postigo e quatro portas, defendidas por varias torres, e os nomes d'aquellas provinham da posição em que estavam: A porta do *Oriente*, a do *Occidente*, a do *Sul* e a do *Norte*, as quaes mais tarde se designaram, respectivamente: de *Machede*, *Alconchel*, *Rocio* e *Aviz*. Nas fortificações posteriores chegou a ter dez portas, todas dedicadas á Virgem sob varias invocações, com a sua imagem n'um nicho em cada uma d'ellas. D'estas antigas portas, uma ficou inutilisada com a construcção de um baluarte, e duas com a edificação de dois conventos. Denominavam-se essas portas: Do *Moinho*, por ter um moinho de vento; da *Mesquita*, por estar proximo d'um templo moirisco; e a da *Traição*, que era junto ao Collegio dos jesuitas. As sete restantes denominam-se: Da *Lagôa*, por ter havido proximo uma lagôa: de *Aviz* por dar para a estrada da villa do mesmo nome; de *Mendo Esteves* e de *Raymondo*, por estarem proximos os palacios d'estes fidalgos eborenses; da *Piedade*; do *Rocio*; e de *Alconchel*, nome este corrupto do arabe *alconcel*, que significa cupola ou coruchéo, pois que os moiros déram esse nome á rua em que estava então uma torre com um coruchéo muito alto e á porta que fechava a rua. Evora foi tomada por surpreza nocturna aos moiros em 30 de novembro de 1166 por um chefe de bando chamado Geraldo Geraldes, de audacia tão singular que o denominavam *Sem pavor*, e entregue a D. Affonso Henriques. O brazão d'armas commemora este facto: Em campo branco, ou de prata, um cavalleiro com a espada erguida na mão direita, e duas cabeças na outra. Geraldo Geraldes era um nobre cavalleiro portuguez, mas que, por causa de uma morte, andava fugido da Côrte e se tinha feito capitão de uma quadrilha de salteadores. Querendo, porém, remir as suas culpas e alcançar o perdão de D. Affonso Henriques, pensou tomar Evora, e de surpreza entrou só na torre de atalaia e degolou os vigias. Investindo depois contra as portas da cidade, com o seu bando, venceu facilmente os moiros e tomou a cidade, que entregou a D. Affonso Henriques, que lhe perdoou e o fez alcaide-mór de Evora. Aqui se reuniram Côrtes em 1437, 1481, 1490 e 1535; e aqui tiveram a sua Côrte quasi todos os nossos reis até D. Sebastião, pelo que a cidade tem o titulo de *Côrte e sempre leal*. Foi em Evora que se realisou o casamento do principe D. Affonso, filho do rei D. João II, tendo então logar esplendidas festas, cuja descripção fez Garcia de Rezende. Em Evora existe ainda o palacio dos Mellos, antigos marquezes de Ferreira, no qual esteve encerrado o duque de Bragança, Fernando II, suppliciado na mesma cidade por ordem d'aquelle monarcha. De Evora mandou el-rei D. Manuel a Vasco da Gama para a viagem do descobrimento do caminho da India.

Em 1637 déram-se n'esta cidade os tumultos conhecidos pelo nome de *Alterações de Evora*, protesto violento, em que apparece a celebre figura do «Manuelinho», contra o dominio hespanhol. A Evora cabe a honra de ter sido a primeira terra que se insurgiu. V. *Evora (Alterações de)*. Em 1663, D. João d'Austria tomou-a pelas armas, tendo de a abandonar depois da batalha do Ameixial. Em 1808 resistiu valorosamente ás forças da invasão franceza, sendo saqueada pelas tropas sob o commando de Loison. Em 1834, depois da batalha da Asseiceira, foi em Evora que se reuniu a maior parte do exercito de D. Miguel, depondo as armas em virtude da convenção de Evora-Monte. O paço archiepiscopal fica junto á cathedral (V. *Evora, Sé de*). E' notavel pelos quadros que ali se conservam. A data da fundação do paço deve ser a mesma que a da sé. No seu principio foi mosteiro, no qual viviam o prelado e os conegos em perfeita clausura; mais tarde converteu-se em paço episcopal. Até que o arcebispo D. João de Mello o mandou reconstruir

Palacio de D. Manuel

e augmentar, residiram alguns prelados n'outros edificios afastados da sé. O corpo do palacio em que está a livraria foi edificado pelo governador do arcebispado D. Fr. Luiz de Sousa, então bispo eleito do Porto. Tambem reedificou o paço o arcebispo D. Luiz da Silva, que cingiu a mitra eborense em 1691. A bibliotheca publica, fundada pelo bispo D. Fr. Manuel do Cenaculo Villasboas, torna-se notavel pelo numero e importancia dos seus manuscriptos, de que estão catalogados 13 volumes illuminados e 2:858 codices. Tem 362 volumes de incunabulos, e livros impressos em Evora desde 1521. Em uma das salas ha quadros de merecimento, um valiosissimo tryptico de ouro e esmalte de Limoges, do seculo XVI, e o pendão do Santo Officio (V. *Bibliotheca Publica de Evora*, no vol. II, pag. 337). O palacio da Inquisição (V. *este nome*) ficava em frente do templo romano, e é hoje propriedade particular. Existe ainda a sala dos julgamentos. Foi de 22:000 o numero de condemnados pelo Tribunal do Santo Officio n'esta cidade. A egreja de S. Francisco, considerada monumento nacional pelo arrojado da sua architectura, tem uma só nave e foi concluida no reinado de D. Manuel. Esta egreja fazia parte dos paços reaes. Fica-lhe annexa a celebrada *Capella do Senhor da Casa dos Ossos*, capella subterranea fundada em 1224, com tres naves, tendo as paredes e columnas revestidas de caveiras e tibias humanas, o que lhe dá um aspecto intensamente funebre. O Passeio Publico, á entrada da cidade, do lado do Rocio, assenta sobre as muralhas d'esse lado e sobre a cêrca do antigo convento de S. Francisco. E' um dos maiores e melhores do paiz; n'elle fez, como architecto-paisagista, o fallecido Cinatti umas interessantes *ruinas fingidas*. Dentro do passeio existe uma construcção, que fez parte tambem dos paços reaes e em que ha a notar tres formosissimas janellas Renascença, no torreão de entrada, e outras geminadas, ao lado do mesmo. Designa-se vulgarmente pelo palacio de D. Manuel. A construcção d'esta parte dos paços reaes poderá, effectivamente, ser do reinado de D. Manuel, ou talvez mais antiga. O seu estylo é um manuelino-moirisco, um verdadeiro granadino nas voltas em ferradura. No tempo de Manuel os moiros trabalharam muito em Evora. A gravura apresenta o palacio como estava ha alguns annos, antes de construirem sobre elle uma vasta nave de ferro, vidro e telha de Marselha, com destino a museu districtal. No pavimento terreo está installado o Museu Archeologico «Cenaculo». Em frente da entrada principal do jardim fica o palacio Barahona, cujo interior é conhecido pela belleza e riqueza da ornamentação. O theatro Garcia de Rezende é uma sumptuosa sala de espectaculos. Foi começado a construir por uma sociedade e terminado generosamente, cedendo os accionistas os seus direitos, pelos esposos Barahona, para depois de completamente acabado, ser offerecido ao municipio. A Santa Casa da Misericordia é um estabelecimento de caridade de grandes recursos. Data de 1499 e foi instituida pela rainha D. Leonor. Os seus primeiros irmãos fôram el-rei D. Manuel e sua mulher D. Maria, e aquella rainha. O archivo é importantissimo, tendo documentos de 1437 O seu grande hospital, denominado do Espirito Santo, recebe a qualquer hora todos os doentes. Tem tambem um asylo de invalidos e um grande pavilhão para epidemicos, modernamente feito. Ha ainda em Evora um asylo de mendicidade e outro para a infancia desvalida do sexo femenino. A Real Casa Pia foi fundada em 1836 pelo fallecido duque de Avila e Bolama, e occupa o vasto edificio do antigo Collegio do Espirito Santo, da Companhia de Jesus, juntamente com o governo

civil, repartição de fazenda e lyceu central. Recebe, sustenta e dá instrucção proximamente a 200 orphãos ou desvalidos de ambos os sexos dos 7 aos 18 annos. O lyceu funcciona na parte onde esteve durante dois seculos a Universidade de Evora, pois foi creada em 1559 e extincta pelo marquez de Pombal com a expulsão dos jesuitas em 1759. (V. *Evora, Conventos de*). O quartel para o regimento de cavallaria foi construido á custa da cidade e considera-se um dos melhores. A cidade é abastecida de agua por um aqueducto de 19 kilom. de extensão, construido sobre os alicerces do antigo aqueducto sertoriano (V. *Evora, Aqueducto de Sertorio em*). O principal chafariz é o que está na praça do Geraldo defronte da egreja de Santo Antão. N'este templo ha uma notavel esculptura no altar-mór; a egreja do Espirito Santo tem boa obra de talha e azulejos polychromos do seculo XVII. Na egreja dos Loios ha duas campas de chapa de bronze em baixo-relevo, muito apreciadas; e na da Graça, em ruinas, o seu frontispicio é um exemplar de estylo da Renascença italiana, unico no paiz. O seminario archiepiscopal está estabelecido no vasto edificio e antigo Collegio de Nossa Senhora da Purificação, annexo á Universidade. Houve na cidade de Evora e seus arredores 22 conventos, 8 de freiras e 14 de frades e 4 recolhimentos. (V. *Evora, Conventos de*). Outros edificios tem Evora dignos de nota, taes como a Casa da Camara, o palacio Cadaval com a sua magestosa torre de secção pentagonal; o quartel-general, antigo palacio dos bastiões com os seus coruchéos, que por todos os lados flanqueiam as grossas muralhas, e as ameias que corôam umas e outras, a côr denegrida do edificio, dão-lhe o aspecto de uma fortaleza das eras remotas. No interior a ermida é toda azulejada, obra executada em 1575. Fazem-se em Evora as feiras annuaes de S. Braz e N. S.ª das Candeias, a 2 e 3 de fevereiro; de Ramos, em sexta-feira e sabbado da Semana Santa; de S. João desde 24 até 30 de junho; e de S. Cypriano, em 12 e 13 de outubro. A principal é a de S. João, notavel entre todas as do paiz, e na qual se effectuam importantissimas transacções, especialmente em gados e lãs. O principal commercio do concelho é azeite, cereaes, vinho, cortiça, lacticinios, gado suino, vaccum, cavallar e lanigero. Tem aqui a sua séde a Adega Regional do Alemtejo (Sociedade anonyma de responsabilidade limitada). Diversas agencias bancarias e de seguros: *Bonança*, *Confiança*, *Equidade Fidelidade*, *Internacional*, *Portugal*, *Probidade*, *Reformadora*, *Portugueza*, *Tagus*; etc. Entre as associações e sociedades distinguem-se: Associação commercial, Asylo da infancia desvalida Banco do Alemtejo, Banco Eborense, Bibliotheca, Casa Pia, e varios collegios, corpo consular, etc. Fabricas de cortumes, e de gazosas, de ladrilho, e de moagens. Escola de habilitação para o magisterio, hoteis, hospital, medicos, advogados, pharmacias, lyceu central, misericordia e hospital—Notarios, seminario. Sociedades de recreio: *Grupo Recreativo Dramatico 1.º de Dezembro—Associação dos Caçadores Eborenses*, *Circulo

Ermida de S. Braz

Mesquitas; o palacio do conde Basto, em que habitou D. Sebastião; a casa de Garcia de Rezende, o celebre chronista de D. João II, e onde se vê uma lindissima janella manuelina. A' entrada da cidade, a ermida de S. Braz, em estylo gothico normando, construida em 1510, por occasião da peste, ergue-se n'um espaçoso terreiro. E' um edificio meio religioso meio guerreiro. A galilé e o portal são os unicos signaes exteriores, que dizem estar ali um templo christão. Os

Eborense, *Escola grupo de amadores de musica*, *Grupo Recreativo Joaquim Antonio d'Aguiar—Harmonia Eeborense*, *Mocidade — Recreativa e Dramatica Mendes Leal*, *União Eborense—Theatro Garcia Rezende — Typographias*, *etc.* || *Bibliographia : As cidades e as villas*, etc. por Vilhena Barbosa; *Historia das antiguidades de Evora*, por Amador Patricio (pseudonymo de Martim Cardoso de Azevedo); *De antiquitatibus Eborae* por André de Rezende, Coimbra, 1790;

Evora gloriosa, do padre Fonseca. *A arte e a natureza em Portugal*, artigos de Gabriel Pereira, com excellentes illustrações, Porto, 1905-1906, etc. || *Jornaes:* Teem-se publicado nesta cidade os seguintes: *Academia (A)*, 25 de novembro, 1893 a 10 de agosto de 1899; *Alemtejo Illustrado*, 1905; *Alemtejano (O)*, 12 a 17 de julho de 1866; *Alvorada (A)*, 15 de julho de 1903; *Annunciador do Alemtejo (O)*, 1890; *Archivo Eborense*, 1893; *Aurora*, 19 de maio a 13 de outubro de 1889; *Aurora Pharmaceutica (A)*, 8 de dezembro de 1896; *Boletim*, 26 de novembro de 1846 a 5 de janeiro de 1847, o primeiro publicado no districto de Evora, sendo continuado pela *Chronica Eborense; Boletim do Real Syndicato Agricola d'Evora*, abril de 1901; *Cartaz (O)*, 15 a 21 de maio de 1905; *Catalogo (O)*, 18 de junho de 1905; *Chronica Eborense*, 13 de janeiro a 14 de junho de 1847, successor do *Boletim* e continuado pelos boletins militares do conde Mello; *Clamor Artistico*, 13 de agosto de 1865; *Correio Academico (O)*, 1 de janeiro de 1884; *Correio do Alemtejo*, 1 maio de 1888 a 8 de março de 1890; *Correio Electrico*, 16 de abril de 1883; *Correio d'Evora*, 6 de maio de 1888; *Correio Telegraphico (O)*, 30 de abril de 1884; *Diario do Alemtejo*, 1 de outubro de 1886, mais tarde fundiu-se com a *Imprensa Livre*, de Redondo; *Diario d'Evora*, outubro de 1894; *Diario Transtagano*, 12 d'abril a 14 de maio de 1899; *Districto d'Evora*, 1 de janeiro a 25 de agosto de 1867, substituido pelo jornal *A Perseverança*; *Eborense (O)*, 13 de janeiro a 25 de novembro de 1864; *Eborense (O)*, 1 de novembro de 1896; *Eborense (O)*, 22 de junho de 1900 a 14 de julho de 1901; *Escola (A)*, 25, maio de 1884 a dezembro de 1887, começado em Lisboa, o n.º 5 é o primeiro de Evora; *Espectro do Pagador (O)*, 7 d'abril de 1891; *Evora Academica*, 3 de fevereiro de 1888; *Evora Postal*, abril a agosto de 1895; *Folha d'Evora (A)*, 1889; *Folha d'Evora*, 26 de julho a 5 de novembro de 1891, succedendo ao *Progresso d'Evora; Fraternidade Academica*, 1889; *Gazeta do Meio Dia*, 8 de março de 1864 a 22 de março de 1866; que se seguiu ao *Pharol do Alemtejo; Geraldo sem pavor*, 1863; *Geraldo sem pavor*, 4 de março de 1894; *Gratis d'Evora*, 1880; *Imparcial*, 1905; *Ideia (A)*, 1877; *Jornal do Alemtejo*, 3 de julho, 1896, tendo duas edições, a primeira gratis; *Jornal d'Evora*, 1 novembro de 1863 a 12 de março de 1864; *Jornal de Obras Publicas*, 31 de março de 1895; *Lucta (A)*, 1897; *Manuelinho d'Evora*, 1 de dezembro de 1880; *Monitor (O)*, 16 de setembro a 1891; *Monitor Transtagano (O)*, 15 de fevereiro de 1880; *Murmurios do Povo*, 1871; *Noites d'Evora*, 1898; *Noticias d'Evora*, 8 de setembro de 1900, em publicação; *Operario (O)*, 22 de setembro a novembro de 1889; *Papagaio*, (edição de 5 réis) 1897; *Papagaio (O)*, 11 d'abril de 1897; *Perseverança*, 10 de novembro de 1867 a 19 de janeiro de 1868, substituindo o *Districto de Evora*; *Pharol do Alemtejo*, 3 de maio de 1862 a 29 de maio de 1863, continuado pela *Gazeta do Meio Dia*; *Povo d'Evora (O)*, 13 de outubro de 1887; *Progresso do Alemtejo (O)*, 3 de outubro de 1883 a 27 de julho de 1890; *Progresso d'Evora*, publicado até 16 de julho de 1891, continuado pela *Folha de Evora*; *Prospecto (O)*, 30 de fevereiro de 1905; *Rabeca (A)*, 31 de janeiro a 11 de abril de 1897; *Rapioca (A)*, 1894; *Reclamo (O)*, 24 de junho de 1899, em publicação; *Revista Bibliographica*, 1895; *Revista Eborense*, 31 de agosto de 1889; *Scholastico Eborense (O)*, 1 de outubro de 1861 a maio de 1863, o primeiro jornal publicado em Evora, abstrahindo dos boletins officiaes ali publicados; *Semana d'Evora*, 1 de março de 1903, em publicação; *Sileno*, 6 de maio de 1866, o primeiro jornal de caricaturas publicado no districto de Evora; *Somno (O)*, 1883; *Sul (O)*, 16 de janeiro de 1881 a 1889; *Sul de Portugal*, 25 de março a 29 de novembro de 1866, seguido pela *Opinião Nacional*; *Supplemento Litterario do Diario do Alemtejo*. N.º 2:466, 20 de janeiro de 1895; *Telephone (O)*, 24 de março de 1901; *Transtagano (O)*, 22 de maio de 1900; *Voz da Infancia (A)*, 13 de setembro a dezembro de 1863; em seguimento da *Folha do Sul; Voz do Povo*, 1871; *Voz Publica (A)*, 6 de março de 1904. Alem d'estes jornaes tambem foram publicados em Evora os numeros unicos seguintes: *Annunciador (O)*, junho de 1904; *Annunciador*, junho de 1905; *Ao merito*, 1900; *Boninas e Sensitivas*, 25 de novembro de 1898; *Caridade (A)*, 14 de abril de 1892; *Casa Africana*, 1896; *Entre-Irmãos*, fevereiro, 1885; *Evora Carnavalesca*, 1866; *Evora-Porto*, 1888; *Fraternidade Academica*, 1889; *Gratidão*, 1888; *Manuel Antonio (O)*, 1900; *Seringa* (carnavalesco), 1898.

Evora *(Aqueducto de Sertorio ou da «Prata» em)*. Esta obra magestosa é ainda um testemunho da solicitude do illustrado e valoroso Sertorio, chefe dos lusitanos, que tanto ennobreceu Evora com os monumentos mais uteis. Se ao templo tambem de sua fundação se marca o anno 75 AC., o aqueducto, que para elle se dirigiu primitivamente, deve ser de construcção pouco posterior. No reinado de D. João III, fôram descobertos pelo erudito antiquario André de Rezende os grossos alicerces sobre os quaes se assentou o actual, aqueducto. Por elles ainda se vê a robustez com que era feita a obra sertoriana, da qual uma parte pôde resistir ao decorrer de vinte seculos, mas a outra foi destruida pelas invasões dos barbaros. O grande monumento foi portanto arrazado durante as interminaveis guerra dos primeiros seculos do Christianismo, e d'elle só permaneceram dois pavilhões, um na extremidade do aqueducto, sobre a muralha, entre as portas da Lagôa e Aviz, e outro, perfeitamente egual, junto ao convento de S. Francisco. Todo o resto fôra de tal forma destruido que não se via nem o mais leve vestigio, a ponto de alguns escriptores negarem a existencia de tal aqueducto. Foi pelo anno de 1530 que o infatigavel André de Rezende examinou e investigou, com o maior tino e minuciosidade, o sitio provavel do aqueducto, descobrindo os fortes alicerces, que á sua custa mandou desentulhar. Instando com el-rei D. João III, conseguiu o illustre antiquario que o monarcha ordenasse a restauração do aqueducto sertoriano, ficando a cidade de Evora novamente no gozo de um melhoramento de que a tinham despojado por tantos seculos. Foi o proprio André de Rezende o encarregado d'esta reconstrucção, que principiou em 1532 e acabou em 1536 Vinha a agua a um magnifico chafariz de marmore saindo pela boca de quatro leões, que então se construiu na praça grande e debaixo do arco triumphal de Sertorio, que ainda existia. Este bello chafariz tambem foi demolido quando em 1566 ar-

razaram o arco, por ordem do cardeal D. Henrique, para com os restos ornarem o Collegio dos jesuitas e para desafrontar a egreja de Santo Antão, que ali tinha mandado construir. Em logar d'aquelle chafariz se edificou outro defronte da referida egreja, o qual ainda existe. O nome de *Aqueducto da Prata* provém de se denominar *Fonte da Prata* o manancial que o alimenta. Principia o aqueducto em um monte, a 3 kilom. além da egreja de Nossa Senhora da Graça, de Divôr, e a distancia de 11 kilom. da cidade, contados em linha recta. Recebe ali as duas primeiras nascentes, e depois corre, torneando varios outeiros até á Torre Alva, vindo enriquecel-o 28 nascentes. Da Torre Alva prosegue para Evora sobre uma comprida trearia construida de pedra, mas com as voltas dos arcos de tijollo. Entra na cidade por cima das muralhas, servindo-lhe de deposito da agua o primitivo pavilhão sertoriano, já referido, situado entre as duas portas de Lagoa e Aviz. Fóra da cidade fornece este aqueducto tres chafarizes, e dentro quatro, que são publicos, além de numerosas fontes nos jardins e claustros dos mosteiros, recolhimentos, hospital, cadeia, etc. Teve ainda André de Rezende a fortuna de encontrar a lapide com a inscripção commemorativa da primeira fundação do aqueducto, e mandou collocal-a no que de novo se construiu: E' a seguinte :

Q. SERTOR..............................
HONOREM NOMINIS MI ET COHORT. FORT.
EBURENSUM MUNIC. VET. EMER VIRTUTIS ERGO
DOU, DON. BELLO CELTIBERICO, DEQUE MANUBIIS
IN PUBLIC. MUNIC. EJUS UTILITATEM URB
MŒNIVIT, EOQUE AQUAM DIVERSEIS IN DUCT,
VENUM COLLETEIS FONTIB. PERDUCENDAM CURAV.

cuja traducção em vulgar se pode fazer : *Quinto Sertorio .. em honra do seu nome e da cohorte dos bravos eborenses, por seu valor na guerra celtiberica, cercou e fortificou a cidade, municipio de soldados veteranos e benemeritos ; e para utilidade publica fez conduzir á mesma por um aqueducto muita agua, recolhida de diversas nascentes.* A maior parte das letras da primeira linha da inscripção estão illegiveis, mas essa falta não difficulta a leitura das linhas subsequentes. Suppõe-se que a lacuna seria preenchida por algum titulo de Sertorio, como *dux lusitanorum*, capitão ou chefe dos lusitanos.

Evora *(Conventos de)*. Houve n'esta cidade 22 conventos, sendo 8 de freiras e 14 de frades. No artigo anterior fez-se menção incidentalmente de alguns, mas n'este logar dá-se a relação completa. Conventos de freiras : 1.º — De *Santa Helena*, de capuchas, fundado pela infanta D. Maria, filha do rei D. Manuel em 1540. 2.º — De *Santa Clara*, de franciscanas, fundado por D. Vasco Varella, bispo de Evora, em 1458. 3.º — Dos *Remedios*, de carmelitas calçados, fundado pelo arcebispo D. José de Mello, que está aqui enterrado. 4.º — De *Santa Catharina*, de dominicas, fundado por duas mulheres chamadas *Vida Pobre* e *Amôr Pobre*, pelos annos de 1400. A este convento se uniu o recolhimento de Santa Martha, que era de *emparedadas*. 5.º—Do *Menino Jesus*, de agostinhas, fundado em 1380 por Constança da Vida Pobre e Maria da Vida Pobre, talvez as mesmas fundadoras do anterior. 6.º — De *S. Bento*, de bernardas, a 4 kilometros de Evora, proximo do sitio onde esteve a torre de Geraldo, e cuja primeira fundação foi em 1169, segundo a opinião mais seguida. Fr. Bernardo de Brito affirma que foi em 1180, e fr. Antonio Brandão diz que foi em 1274, quando veiu de Roma Domingos Soeiro, com o breve para os votos religiosos da ordem de Cister. Este convento fica muito bem situado, com dilatados horisontes avistando-se as serranias de Evora-Monte, Ossa, Portel, Vianna e Alcaçovas. A egreja está ornada com magnificencia, e as cadeiras do côro

Aqueducto de Sertorio ou da «Prata»

são construidas de boas madeiras. N'este sitio houve em tempo remotissimos umas pequenas fortificações, chamadas os *Castris*, pelo que ainda se dá ao convento o nome de *S. Bento de Castris*. Foi primeira abbadessa D. Urraca Ximenes. Em 1383 era abbadessa D. Joanua Peres Ferreirim, prima de D. Leonor Telles, que foi n'aquelle anno assassinada pelo povo e arrastada pelas ruas, por não seguir o partido do Mestre de Aviz. 7.° — De *Nossa Senhora do Paraizo*, de dominicas, fundado em 1640 por tres irmãs da familia dos Galvôas. 8.° — De *Nossa Senhora do Carmo*, de carmelitas descalços, fundado em 1516, junto á porta de Aviz. || Conventos de frades: 1.° De *Aviz*, de freires d'esta ordem; existiu no sitio da Torre Mouxinha e foi fundado em 1170. 2.° — De *S. Francisco*, junto ao paço real, fundado pelos discipulos do proprio S. Francisco de Assis, pelos annos de 1224. Graças a muitas doações particulares, e de D. Affonso III, D. Fernando e D. Duarte, alargou-se muito o convento, que chegou a ser muitissimo rico e vasto. A egreja actual foi

Capella de Garcia de Rezende na cerca do convento do Espinheiro

começada por D. Affonso V em 1460 e concluida por D. Manuel em 1501. E' um vasto templo de uma só nave e sem columnas que sustentem a sua singular abobada. E' a matriz da freguezia de S. Pedro desde 28 de novembro de 1840. E' um dos templos mais notaveis e de maiores dimensões de Portugal. E' n'este convento que existe a celebrada capella subterranea chamada *Casa dos ossos*. (V. *Evora*). 3.° — De *S. Domingos*, fundado por Martim Annes e sua mulher Catharina, em 1286, doando-lhe tudo quanto tinham, e sendo aqui sepultados. N'este convento professou o antiquario André de Rezende. 4.° — De *Nossa Senhora das Mercês*, de agostinhos descalços. 5.° de *Nossa Senhora dos Remedios*, de carmelitas descalços, proximo á cidade. Era situado na Estrada de Evora a Montemór-o-Novo. Foi construido, na maior parte, pelos annos de 1610 com esmolas dos devotos de Nossa Senhora dos Remedios, que estava no sitio das Brotas. Foi seu padroeiro o arcebispo D. José de Mello, que dotou o convento com a agua necessaria para os seus mistéres, vindo a agua por um aqueducto, de um kilometro de distancia. O arcebispo jaz sepultado no cruzeiro da egreja. Tambem jazem, na capella-mór, os ossos de D. Constantino de Bragança, os de sua mulher D. Eugenia, e sua filha, D. Maria de Castro, que para aqui vieram de Extremoz, em 1633. Por decreto de 30 de junho de 1839 cedeu o governo á camara municipal a egreja e a cerca, para cemiterio publico, que foi inaugurado em 10 de julho de 1840, com a denominação de *Cemiterio dos Remedios*. 6.° — Dos *Capuchos de Santo Antonio* (Nossa Senhora da Piedade) fundado pelo cardeal D. Henrique, depois rei, em 1576. Era situado a meio kilometro da cidade. 7.° — De *S. Bruno*, de *Ara Cœli*, ou *Scala Cœli*, de cartuxos, fundado em 1598 pelo arcebispo D. Theotonio de Bragança, sobrinho e successor do cardeal-rei. Era fóra da cidade, a 1 kilometro a NO. No dia 8 de setembro de 1587, chegaram a Evora quatro religiosos da ordem de S. Bruno, vindos de Hespanha, por diligencias do referido arcebispo, para estabelecerem a sua regra em Portugal, de que só depois houve outro convento, que foi o de Laveiras. 8.° — De *Nossa Senhora do Espinheiro*, de frades jeronymos, fundado por D. Vasco Perdigão, então bispo de Evora, começou em 1452 e concluiu-se em 1558, sendo reconstruido em 1566. O templo era alegre, magestoso e de primorosa architectura. N'elle se conservam varias sepulturas e mausoléos de pessoas notaveis, e uma admiravel capella do Senhor morto, de esmerado trabalho em marmore. O convento possuia muitos objectos de valor. Está situado n'uma elevação amena, coberta de arvoredo, sendo um dos mais bonitos passeios dos arrabaldes de Evora. N'uma capella da cerca jaz Garcia de Rezende. Foi n'este convento que D. Manuel recebeu a faustissima noticia do descobrimento do caminho maritimo para a India por Vasco da Gama. 9.° — De *Valle Verde*, de capuchos de Rilhafoles, fundado em 1552 pelo cardeal D. Henrique, depois rei. Passou para seminario archidiocesano. Era da invocação de Nossa Senhora da Purificação ou vulgarmente das Candeias. 10.° — Dos *Paulistas*, fundado por Mendo Gomes de Seabra, e com esmolas dos reis D. João I, D. Duarte e D. Affonso V, principiado em 1430 e concluido em 1470. 11.° — Dos *Loios*, de conegos seculares de S. João Evangelista, fundado por D. Rodrigo Affonso de Mello, 1.° conde de Olivença; lançando-lhe a primeira pedra o mesmo conde, a 6 de maio de 1485. Morrendo o conde de Olivença, em 25 de novembro de 1485, deixou em testamento que sua filha concluisse a obra e dotasse o convento com as rendas necessarias. D. Filippa de Mello, sua filha unica, e o marido, D. Alvaro, terceiro filho de D. Fernando I, segundo duque de Bragança, concluiram a obra. Jazem aqui o fundador, sua mulher, e muitos outros membros d'esta familia. O convento tinha sido dado aos religiosos com clausula de reversão. Por isso pertence aos duques de Cadaval, como representantes dos marquezes de Ferreira descendentes dos condes de Olivença. Ha nesta egreja luxuosas campas, sendo algumas de bronze, com

ricos relevos, que fôram á exposição de Paris, em 1867, sendo ali muito admirados. 12.º — Do *Espirito Santo*, de jesuitas, fundado pelo cardeal D. Henrique para educação da mocidade. Logo no primeiro anno, em 1557, se matricularam mais de 300 estudantes. Parece que o fundador mandou vir para este edificio 96 columnas jonicas, de marmore, do magnifico templo a Endovellico, que existiu junto a Terena. Doou-lhe tambem a sua livraria, enriquecendo-a com uma grande copia de livros, que mandou vir de Flandres. Não contente com ter já um grande collegio, o melhor do reino, n'aquelle tempo, quiz elevál-o a Universidade, para o que impetrou bulla do papa, como então era costume. Apezar da tenaz opposição da Universidade de Coimbra, foi confirmada a creação da de Evora, por bulla de Paulo IV de 18 de setembro de 1558. Mas não pôde conseguir isto senão depois da morte de D. João III, e quando elle D. Henrique era regente do reino. Então accrescentou muitas obras ao Collegio para accommodar as novas aulas, ficando este um dos maiores edificios do reino. A Universidade durou duzentos annos, de 1559 a 1759, pois que neste ultimo é que fôram expulsos os jesuitas. A *sala dos actos* é sumptuosissima No meio do grande pateo exterior, que dá entrada para o edificio, está uma formosa fonte de marmore alimentada com agua do *Aqueducto da Prata*. 13.º De *Nossa Senhora do Carmo*, de carmelitas calçados, fundado em 1532 pelo padre-mestre provincial, D. Fr. Balthazar Limpo, que depois foi arcebispo de Braga. Foi construido pela parte de fóra das muralhas, junto á porta da Lagôa. Mais tarde, sendo derrubado por causa da guerra, foi transferido para os paços dos duques de Bragança, que lhes deu D. Pedro II. A egreja, que é um templo sumptuoso, principiou-se em 6 de janeiro de 1670 e concluiu-se em 1691. || *Bibliographia:* Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, pag. 92 e seg. do vol. III; Gabriel Pereira, *Estudos eborenses — Conventos de freiras*, e outros, Evora, 1886.; Padre Balthazar Telles, — *Chronica da Companhia de Jesus*, tomo II; etc.

Claustro da antiga Universidade

Evora *(Sé de)*. Este templo data de 1186, suppondo alguns autores que a sua fundação se deve ao bispo D. Paio e affirmando outros que ella é obra do bispo D. Durando, conforme o que se lê n'uma inscripção latina retirada da antiga capella-mór, e hoje existente na nova capella do Santissimo, e cuja versão, publicada no *Archivo Pittoresco*, vol. XI, é a seguinte: *Aos 2 de abril de 1321 chamou o Salvador para a gloria o prelado Durando, que edificou e enriqueceu por meio de esmolas esta sé. Todos voluntariamente se vestiram de luto. Assim, todos os que de futuro virem esta lapida, e os que d'ella tiverem conhecimento digam: O' Deus tende misericordia d'elle.* A sé de Evora está situada no mais alto da cidade, servindo-lhe de corôa tres elevadas torres. E' toda de forte cantaria e com ameias. Tem tres formosas portas de entrada, estando a principal adornada com as estatuas, em pedra, dos doze apostolos. A sé de Evora foi elevada a metropolitana em 1540, sendo o seu primeiro arcebispo o cardeal D. Henrique, que tomou posse em 20 de novembro do referido anno. Tem interiormente 43 m. de comprimento e 20 m. de largura; tres naves, e a sua architectura é do estylo gothico do primeiro conhecido em Portugal. A nave central e o cruzeiro são guarnecidos superiormente de tribunas. No cruzeiro nota-se, na parte media, um lindo zimborio e nos seus topos, proximo da abobada, dois espelhos, em rosaceas, guarnecidos de vidros corados de muito bom effeito. Na nave do lado da Epistola, sobre um dos arcos que a separam da nave central, vê-se uma figura de homem grosseiramente esculpida em pedra. Sobre o peito sustenta nas mãos um parallepido de pedra com as letras C C E em gothico. O fallecido dr. Augusto Filippe Simões suppunha que estas letras significavam *Constructor Cé* e que a figura seria de Martim Domingues, que foi *mestre da obra*. Ha no corpo da egreja oito capellas, quatro de cada lado, e cinco no cruzeiro. Além d'estas ha na nave central, encostado ao pilar de dois arcos, um altar denominado da Senhora do Anjo, por ter o pilar opposto, um anjo em relevo. Encravada na columna do arco da capella

do Santissimo, que fica á esquerda, vê-se uma grande inscripção commemorativa da batalha do Salado (V. *este nome).* E' em 14 linhas, sendo a sua leitura em orthographia corrente a seguinte: *Era de 1378* (equivalente ao anno de 1340).. *Abenamarim senhor da alem do mar confiando de si e do seu grande haver e poder, passou a aquem do mar com a Forra filha de rei de Tunis para perseguir e destruir os christãos. Cercou Tarifa e o seu poder era tanto que não poderam os moradores com tanto poder. E pois rei D. Affonso de Castella viu que não pode ser certo houve receio e por si veio a Portugal demandar ajuda ao* IV *Affonso, rei de Portugal, seu sogro, e a elle aprouve muito de lha fazer com seu corpo e com seu poder. Logo sem tardança começou o caminho para a fronteira e mandou que os seus se fossem empos elle. De Evora levou cem cavalleiros e*

Frontispicio da sé

e mil peões: Gonçalo Esteves Carvoeiro foi por alferes. Lidaram com os mouros el-rei de Portugal entendeu em rei de Granada e rei de Castella em rei Abenamarim. E mercê foi de Deus que nunca mouro tornou rosto e morreram d'elles tantos a que não poderam dar conta. Rei Abenamarim e rei de Granada fugiram. No arraial de rei Abenamarim acharam grande haver em prata e ouro, e houve-o rei de Castella. Mataram alli a Forra, e muitas ricas mouras, e outras mouras muitas e meninos infindos: captivaram um filho de Abenamarim, e um seu sobrinho e uma sua neta. Deus seja para todo sempre bento por tanta mercê quanta fez aos christãos. Amen. A actual capella-mór moderna é toda de marmore, com caprichosos veios. Foi começada em 1718 e concluida em 1746. Foi projecto do architecto de Mafra João Frederico Ludovici, como se lê na inscripção que se vê na parte exterior da parede oriental da mesma capella. Exceptuando o *verde-antigo,* que veiu de Roma, todos os marmores empregados fôram extrahidos das pedreiras de Montes-Claros, Serra d'Ossa, Villa Viçosa e Borba. As columnas monolithas do altar-mór são riquissimos exemplares de *bardilho-manchado,* das pedreiras de Montes-Claros. No côro ha magnifica obra de talha, tendo o cadeirado 74 logares. Este trabalho tem a data do 1562. O thesouro, da sé eborense possue objectos valiosissimos, taes como a cruz de ouro com 1.426 pedras preciosas os calices de ouro esmaltado e o de prata dourada (V. *Calix),* a custodia e o baculo, precioso monumento artistico, de prata dourada e ornado de pedras finas de variadas côres (V. *Baculo).* Possuiu tambem a sé alguns quadros notaveis, que hoje se guardam no paço archiepiscopal. O quadro da Coroação da Virgem é de grande valor, sendo o primeiro de Portugal no seu estylo e gosto, segundo o testemunho e opinião do conde Raczinsky. Este quadro é pintado em madeira e esteve na capella-mór antiga da sé até 1718, servindo de retabulo. Da mesma proveniencia se guardam mais onze quadros no paço e um na bibliotheca publica, os quaes seriam bons mas fôram pessimamente restaurados. Contiguo á egreja, do lado sul, está o claustro, notavel pelos seus arcos, oculos e estatuas, e que foi construido nos annos de 1380 a 1388 pelo bispo D. Pedro, quarto do nome, para ahi se fazerem com todo o tempo, as procissões. No claustro ha duas capellas, adulteradas e arruinadas. N'uma existe o artistico sarcophago que encerra os restos do referido bispo, e embebida n'uma das paredes a campa do bispo *Juliano,* á qual se refere André de Rezende na sua *Historia de Evora.* Na outra capella então os sarcophagos de dois cavalleiros pertencentes á familia dos condes de Basto. Na egreja estão, sepultados muitos individuos illustres, alem dos já referidos. Em 1839 fôram ainda trasladados para ella os restos de Manuel Severim de Faria e de André de Rezende. ‖ *Bibliographia : Memoria historica sobre a fundação da sé de Evora e suas antiguidades* por Antonio Francisco Barata; Coimbra, 1876. *Monumentos de Portugal* por Vilhena Barbosa; Lisboa, 1886. *Atravez a cidade d'Evora* por Caetano da Camara Manoel. *Revista Archeologica,* vol. IV, pag. 173, artigo de Borges de Figueiredo; etc.

Evora *(Templo romano em).* Este monumento, cuja fundação se attribue a Quinto Sertorio, pelo anno 75 A. C. é commummente designado por *Templo de Diana,* e constitue uma das principaes antiguidades da peninsula hispanica, esplendido exemplar da arte greco-latina, considerado unico no seu genero em todo o occidente hispanico, por ser o mais magestoso dos varios templos pagãos de construcção romana de que restam vestigios. E' elegantissimo. Sobre um solido envasamento, com moldura de grossos silhares formando sócco e cornija, ergue-se a columnata completa na face norte, do oriente e poente; na oriental ha quatro columnas completas, além de angular; na occidental restam duas completas, duas perderam os capiteis; e da quinta existe apenas a base. Sobre todas as columnas completas assenta ainda parte da architrave; os fustes são de granito, estriados de doze meias cannas cada um; as bases e capiteis de marmore branco de Extremoz, sendo os capiteis corinthios e bem lavrados. Para effeito da

perspectiva, para parecer mais elevada e elegante a columnata, os fustes são ligeiramente curvos ou boleados. O templo tem seis columnas na face menor e o intercolumnio tem diametro e meio de columna. As dimensões principaes são as seguintes: Altura do envasamento, 3,^{m} 46; largura no sócco, 15,^{m} 25; comprimento no sócco, 25,^{m} 18; altura da columna (total) 7,^{m} 68; maior diametro do fuste, 1^{m}. O intercolumnio varia de 1,^{m} 3) a 1,^{m} 68. A altura total do edificio, ao vertice ou fastigio, seria de uns 15 metros. Pela disposição das columnas e suas proporções filia-se esta construcção no II seculo. O estado actual do templo julga-se que é o mesmo em que se encontrava ha muitos seculos; porque ao findar a edade media já servia de açougue, e por consequencia muito alheio ao fim para que fôram construidos os paredões, em que até 1870 estiveram embebidas as columnas, e o muro ameiado sobre a architrave. Não é de modo algum provavel que para um mistér banal se erguessem grossas paredes, ou antes muralha com a sua corôa de ameias. Parece mais verosimil que o templo, tal como existiu até 1870, fizesse primitivamente parte do castello que na edade media occupava a parte superior da cidade, e do qual ainda resta a torre da casa Cadaval (palacio das cinco quinas), a do posto meteorologico, e um lanço de muralha e porta, que parece principal, no edificio da Bibliotheca. O castello foi tomado pelo povo, queimado, e em parte desfeitos os seu muros por occasião dos tumultos em Evora na acclamação do Mestre de Aviz, quando alguns dos principaes da cidade, tomando a voz por Castella, se acolheram nas suas fortes muralhas. Demais as janellas de volta redonda que em partes rompiam a parede occidental do templo levam a marcar-lhes o seculo XII. A ruina do elegantissimo templo pode melhor attribuir-se á violencia extrema, á destruição feroz movida pelo zelo religioso contra um templo pagão, do que a causas naturaes, pois em volta do templo se não achou, quando se fizeram as escavações, fragmento algum importante de columna, capitel ou estatua, mas apenas um pedaço de base de estatua, um dedo de figura colossal, e pequenos fragmentos de folhagem dos capiteis corinthios. Teem, todavia, uma grande importancia estes achados, porque afastam de uma vez a hypothese de não se ter concluido o templo. Os restos da base e da estatua e os tanques que rodeavam o templo provam que elle esteve completo, funccionou e que a destruição foi violenta e brutal. Se a ruina tivesse sido produzida por desmoronamento natural, havia de encontrar-se em redor algum resto importante, ou nas edificações proximas ter-se hia aproveitado qualquer peça principal. Em muitos pontos do envasamento ha restos da conhecida argamassa romana formada de fragmentos de tijolo, de grande dureza. O templo ergue-se isolado no meio de um terreiro da cidade, arborisado em parte, rodeado de edificios cheios de recordações historicas: o palacio dos Mellos, o antigo edificio da Inquisição, ao sul o paço episcopal, a velha sé, e a Bibliotheca publica. Em 1841 a senhora duqueza de Palmella cedeu os casarões da *Inquisição Velha*, subsistindo a parte da *Inquisição Nova*. Ficou então uma rua larga e o templo isolado, uma edificação singular, pesada, especie de fortificação com ameias e um pequeno campanario no lado N, onde houve um sino municipal, o sino de correr. As columnas emergiam pouco da muralha; uma porta em ogiva estava na parede N, sobre a cornija do envasamento, tendo sido entalhadas as duas columnas medias para a collocação da porta. Na parede do lado do O havia umas janellas de volta redonda. Assim, era um grande edificio escuro, severo e mysterioso. Os nossos antiquarios não viram ali o templo. André de Rezende, verificando que eram os restos de um edificio romano, chamou-lhe *portico*, quando refere que Sertorio «fez trazer a agua da Prata a

Templo romano

um portico no mais alto da cidade, d'onde se repartia pelas regiões d'ella». Diogo Mendes de Vasconcellos e Gaspar Estaço egualmente lhe chamaram portico. A denominação de *Templo de Diana* parece dever-se ao padre Fialho, auctor da *Evora Illustrada*, que tambem affirma ter sido fundado por Sertorio. Não se sabe a que divindade foi consagrado este templo. Seria talvez a um deus e não a uma deusa, por que os romanos seguiam a ordem corinthia para aquelles e a jonica para estas. Apenas existe um fragmento da ara com vestigios da inscripção, muito destruida. E' um marmore com nove decimetros de altura, conservando restos do relevo da moldura e as tres primeiras letras S A C da inscripção, que era em sete linhas, sendo os caracteres da primeira maiores que os das outras seis. Em 1836, o administrador geral do districto de Evora, Antonio José d'Avila, depois duque d'Avila e Bolama, baniu o açougue. Em 1841, por diligencia do erudito bibliothecario Cunha Rivara, isolou-se o edificio pela ce-

dencia acima referida e demolição dos pardieiros da Inquisição Velha. Em 1870, por iniciativa da camara municipal, procedeu-se ao isolamento do romano puro, derribando-se tudo quanto era enxerto de alvenaria mais moderna. A camara municipal de Evora houve-se com muito bom senso; fôram consultados os homens conhecidos no paiz pelos seus estudos de historia e archeologia. Ao presidente da camara, dr. Manuel Vianna, se deve esta obra que toda a gente illustrada lhe agradece. Ficou assim o templo romano, de que tanto se orgulha a cidade de Evora, restituido á pureza primitiva. Algumas estampas antigas ainda o representam com os muros que por tanto tempo occultaram as formosas columnatas. || *Bibliographia*: Tem já uma pequena bibliographia o templo romano de Evora. A principal monographia é a que lhe dedicou nos seus *Estudos eborenses*, Evora, 1886, o sr. Gabriel Pereira. D'ella extractámos o presente artigo. Na referida monographia se encontra tambem a respectiva resenha bibliographica.

Evora d'Alcobaça. Villa e freg. de S. Thiago, da prov. da Extremadura, conc. e com. d'Alcobaça, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa; 2:998 hab. e 607 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post., permutando malas com Alcobaça. A villa dista 3 k. da séde do conc., e está situada perto da margem esquerda do rio Baça, em terreno pouco accidentado e muito fertil. Foi couto, com as respectivas autoridades, e uma companhia de ordenanças com seu capitão. Era uma das villas do convento d'Alcobaça, e o D. abbade apresentava o vigario, que tinha de renda 200$000 réis. Era o D. abbade que nomeava todas as justiças e mais empregados do couto, como senhor donatario d'esta villa. A pov. é muito antiga, e alguns escriptores querem que seja a *Eburobritium* dos romanos, mas não consta que tenha apparecido cousa alguma que revele tão grande antiguidade. D. Sancho I a mandou povoar em 1210, dando-lhe foral; D. Manuel deu-lhe tambem foral, em Lisboa, em 1 de outubro de 1514. Tem Misericordia, que foi fundada no seculo XVI. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria. Na area d'esta freguezia houve em 8 de dezembro de 1810 um combate contra os francezes.

Evora-Monte. Villa da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Extremoz, distr. e arceb. de Evora; tem duas freguezias: Santa Maria do Castello, com 773 hab. e 168 fog., e S. Pedro, com 486 hab. e 112 fog. estando esta annexada civilmente á de Santa Maria. A villa está situada a 16 k. da séde do conc., no cimo d'um escarpado monte, no flanco da serra d'Ossa, no centro de extensos e ferteis campos e vastos montados, onde se criam muitas varas de porcos, ficando perto da estrada de Extremoz para Evora. Avista-se d'aqui a maior parte da provincia do Alemtejo. Pertenceu ao conc. de Vimieiro, que se supprimiu em 1855, passando então para o de Extremoz. A pov. é muito antiga, mas não se sabe ao certo o nome dos fundadores; suppõe-se, porém, que fôssem os *eburones*, e que os romanos começassem a fortifical-a. Segundo a *Evora Gloriosa*, do P. Francisco da Fonseca, pag. 297, esta villa foi colonia dos primeiros eborenses (eburones). D. Affonso Henriques a tomou aos moiros em 1166, e a mandou povoar. D. Affonso III deu-lhe foral em 1248, ampliando-o em 1271, com maiores privilegios; alguns escriptores duvidam d'estes foraes, dizendo que o primeiro lhe foi dado por D. Diniz em 1284. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 15 de dezembro de 1516. D. Diniz cercou-a de muralhas, e edificou o castello em 1312. Parece que a villa esteve abandonada até este reinado, porque a povoação que se organisara por ordem de D. Affonso Henriques, vendo-se n'uma villa aberta e exposta ás continuas correrias dos moiros, a tinha deixado; portanto, só depois que se fortificou, é que se povoou com mais permanencia. Em fevereiro de 1531 um grande terremoto destruiu completamente a villa, grande parte das fortificações, causando muitas victimas. D. João III mandou reedificar a parte arruinada das muralhas, concorrendo tambem para a reconstrucção das casas dos menos abastados. O papa e o arcebispo de Evora apresentavam alternativamente o prior da freg. de Santa Maria do Castello, que tinha 150$000 réis de rendimento; a sé apostolica apresentava o prior da freg. de S. Pedro, que tinha egualmente o rendimento de 150$000 réis. O castello, edificação de D. Diniz, confórme dissémos, está muito damnificado. O decorrer do tempo e o terremoto de 1531 causaram-lhe enormes prejuizos. Consta essencialmente de quatro faces, ligeiramente concavas, com os angulos bojando em torres circulares. A construcção, quasi toda de alvenaria, é notavel pela sua fórma macissa, em que ha reminiscencia do estylo romano, que tanto preponderou no Alemtejo; e pelas duas cortinas que o cingem, definindo os andares, com uma grande saliencia, e atando a meio das faces em grossas laçarias. Evora-Monte, apezar de ter perdido muito da sua importancia, ainda hoje é uma boa posição militar. Tem escolas para ambos os sexos, permutando malas com a R. A. S., est. do caminho de ferro, na linha do sul, entre as de Venda do Duque e de Extremoz. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. Foi n'esta villa que se assignou a convenção entre os exercitos de D. Pedro e D. Miguel, com que terminou a campanha da Liberdade. V. *o artigo seguinte*.

Evora-Monte *(Convenção de)*. Assim ficou conhecida a convenção, que poz termo á lucta entre os exercitos de D. Pedro e D. Miguel, celebrada entre liberaes e absolutistas, e assignada em 26 de maio de 1834, pela qual D. Miguel se obrigou, perante a Inglaterra, a Hespanha e a França, a fazer depôr as armas ao seu exercito. Os miguelistas haviam ficado completamente desanimados, quando em Santarem souberam da derrota que soffreram na batalha d'Asseiceira (V. *este nome*), e muitos officiaes abandonaram a causa absolutista levando comsigo muitos soldados; o proprio coronel dos dragões de Chaves, que era compadre de D. Miguel e lhe devia muitos favores, desertou com quasi todo o regimento, indo apresentar-se ao marechal Saldanha. O procedimento d'este militar foi censurado até pelos proprios liberaes. As reliquias do exercito de D. Miguel, abandonando as fortes posições de Santarem, atravessaram o Tejo em direcção a Evora, onde houve idéa de tentar a sorte das armas, porque as tropas miguelistas ainda ascendiam a 19:000 homens, mas completamente desmoralisa-

dos por successivas derrotas. E conhecendo a inefficacia de prolongar a resistencia, foi resolvido assignar-se a convenção, a qual contém 9 artigos: 1.º concede amnistia a todos os delictos politicos commettidos desde 31 de julho de 1826; o 2.º permitte a livre saída de Portugal a todos os amnistiados; o 3.º garante aos militares os postos legalmente adquiridos; o 4.º dispõe que com os funccionarios civis e ecclesiasticos haja a consideração que merecerem por seus serviços e qualidades; o 5.º estabelece a dotação annual de 60:000$000 réis ao infante D. Miguel; o 6.º permitte que o infante embarque no porto que escolher com a devida segurança para a sua pessoa e comitiva; o 7.º presume a obrigação de D. Miguel saír do reino no prazo de 15 dias com a declaração de não voltar mais á peninsula; o 8.º estabelece que as tropas miguelistas entregarão as armas no deposito que fôr indicado; o 9.º dispõe que os regimentos e corpos de serviço de D. Miguel se dissolvam pacificamente. A estes artigos fôram additados mais 4, sendo os dois primeiros para que ás autoridades, que ainda reconhecessem a autoridade do infante, fôsse dada immediata ordem para se submetterem ao governo da rainha D. Maria II; o 3.º marcando o dia 30 para D. Miguel saír de Evora para o porto de Sines, onde devia embarcar, e o 4.º fixando o dia 31 para a entrega das armas no seminario de Evora. D. Miguel embarcou em 1 de junho no referido porto, no vapor inglez *Stag*, que o transportou a Genova, acompanhando-o muitos dos seus partidarios.

Evueba. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Evunda. Duas povoações do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Exame. Prova de habilitação scientifica ou litteraria. Observação rigorosa, analyse de todas as circumstancias d'um acontecimento, objecto, etc. || Titulo geral de varias obras didacticas, de critica historica e litteraria. Entre outras, temos, nota das seguintes: *Exame de confessores*, etc. pelo padre Antonio Tavares Bracarense; Lisboa, 1734. *Exame critico e historico sobre os expostos, ou engeitados*, por Antonio Joaquim de Gouvêa; Lisboa, 1828. *Exame critico da Memoria sobre a organisação do serviço de saude do exercito*; Lisboa, 1848. *Exame de differentes questões sobre a causa da baroneza de Bolhão e seu marido*, 1853. *Exame de antiguidades*, composto por Diogo de Paiva de Andrada; Lisboa, 1616. *Exame analytico, e parallelo do poema Oriente*, de José Agostinho de Macedo, com a lusiada de Camões, por Nuno Alvares Pereira Pato Moniz, Lisboa, 1815; *Exame da carta de D. Pedro, conforme aos principios do direito publico, natural e das gentes*, por Castro de Vasconcellos, Lisboa, 1852; *Exame critico, comparativo do estado actual de Portugal, considerado na sua penuria dos seus productos*, por Antonio Maximino Dulac, Lisboa, 1827; *Exame critico das côrtes de Lamego*, por Antonio do Carmo Velho de Barbosa, Lisboa, 1845; *Exame critico do novo poema epico intitulado O Gama*, por João Bernardo da Rocha, e Nuno Alvares Pereira Pato Moniz, Lisboa, 1812; *Exame espiritual, que fez certo confessor*, por Gaspar Alves Bandeira, Lisboa, 1780; *Exame historico em que se refuta a opinião do sr. Herculano, sobre a batalha de campo d'Ourique*, por A. C. P., Lisboa, 1851; *Exame instructivo sobre a musica multiforme, metrica, arithmetica*, por Francisco Ignacio Solano, Lisboa, 1790; *Exame sobre o jury, em que se analysa a historia e theoria d'esta instituição*, pelo desembargador J. D. M. Ferraz, Paris, 1834; *Exame sobre o tratado relativo á bahia e territorio de Lourenço Marques, concluido entre Portugal e Inglaterra em 30 de maio de 1879*, etc. pelo visconde da Arriaga, Lisboa, 1882; *Exame dos artigos historicos e politicos que se contém na collecção periodica intitulada Correio braziliense*, por José Joaquim de Almeida Araujo Correia de Lacerda, Lisboa, 1810; *Exame da constituição de D. Pedro e os direitos de D. Miguel, dedicado aos fieis portuguezes*, traducção do francez por J. P. C. B. F., Lisboa, 1829; *Exame critico de alguns privilegios regulares concedidos pela Santa Sé, obra util aos confessores e penitentes*, por Fr. J. D. E. S. C. D., Lisboa, 1815; *Exame critico de um folheto do padre Fr. Sebastião de Santa Clara, que elle intitula a: Voz da verdade aos portuguezes seduzidos pela mentira, por Francisco Xavier Gomes de Sepulveda*, Lisboa, 1837; *Exame critico de uma silva poetica feita á morte da infanta de Portugal, a senhora D. Francisca*, por Diogo de Novaes Pacheco, Coimbra, 1739; *Exame historico e critico da sessão parlamentar no anno de 1846*, por Manoel Lobo de Mesquita Gavião, Lisboa, 1846; *Exame do orçamento de Portugal*, por Claudio Adriano da Costa, junho de 1841, Lisboa, 1841; *Exame de sangradores*, pelo dr. Julião Fernandes da Silva, Lisboa, 1759; *Exame das viagens do dr. Livingstone*, por D. José de Lacerda, Lisboa, 1867.

Exautoração. Acção de desautorar. || *Exautoração militar*; cerimonia ordenada por sentença condemnatoria, na qual um militar é despojado das insignias ou divisas que lhe haviam pertencido, e entregue á justiça civil.

Excellencia. Tratamento que se dá a fidalgos, titulares, bispos, generaes, ministros, etc., e actualmente ás pessoas de boa sociedade em geral, com especialidade ás senhoras. Este titulo honorifico é originario da côrte de Bysancio, e foi primitivamente attribuido aos imperadores e aos principes de sangue. Quando estes substituiram este titulo pelo de *Alteza*, o de *Excellencia* foi dado a todos aquelles que, sem serem principes, estavam revestidos de altas dignidades. Em Portugal, antes de 1834, fizeram-se muitas pragmaticas, attribuindo só a muito poucos altos dignitarios o tratamento de Excellencia. Depois de 1834 ainda o uso o restringuiu bastante nos homens, generalisando o ás senhoras; hoje, porém, está muito vulgarisado, dando-se a todas as pessoas de boa sociedade, conforme dissémos. || Bibliographia: Artigo de Innocencio Francisco da Silva no *Novo Almanach de Lembranças para 1876*, pag. 282. Freire de Oliveira, *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, vol. XIII, pag. 199. Leis de 15 de setembro de 1597 e 29 de janeiro de 1739. Camillo Castello Branco, *Noites de insomnia*, vol. XII.

Excellente Senhora *(A)*. V. *Joanna (D.)*.

Exequatur. Termo juridico que antigamente significava o mandado ou despacho pelo qual um juiz fazia cumprir ou executar uma sentença ou um mandado de outro tribunal. || Na actual diplomacia equivale ao beneplacito (V. *este nome*) sendo propriamente a autorisação que o sobe-

rano concede a um consul ou autoridade estrangeira para exercer as funcções do seu cargo.

Exercicio. Como termo militar é o movimento regular, manobra de qualquer companhia, corpo, bateria, esquadrão, etc., para instrucção; execução das diversas partes da instrucção militar pratica. Por muito tempo se empregou o termo *exercicio* na infantaria, usando a cavallaria, para o mesmo caso, do termo *manobras*. Hoje estas distincções nem sempre são observadas. Assim, por exemplo, os exercicios de applicação do serviço em campanha comportam os mais variados estudos. A palavra *exercicio*, portanto, applica-se quasi que a tudo, salvo nas operações dos grandes corpos de exercito, que se qualificam de *manobras*. Este ultimo termo foi conservado tambem para os exercicios da artilharia.

Exercito. A reunião de todas as forças militares de um Estado. *Exercito permanente*; complexo das tropas de todas as armas, sempre reunido e prompto para n'uma dada occasião intentar uma aggressão ou sustentar a defeza, emquanto outras forças se não juntam. Em Portugal sómente no reinado de D. Sebastião se estabeleceram pela primeira vez regras e preceitos sobre a organisação do exercito *(V. Companhia)*. Antes d'isso, apenas no templo de D. Affonso V se havia estabelecido uma *sombra de regular constituição* prescrevendo-se no *Regimento do védor-mór das artilharias de guerra* (13 de abril 1449) algumas regras sobre o apercebimento e conservação do material. A organisação de D. Sebastião, que é muito notavel para a sua epoca, estabelece uma especie de lei sobre o recrutamento em 1570, cria as celebres *ordenanças*, onde se estatuem preceitos sobre o tiro ao alvo, ou como então se dizia, *a fazer barreira*, com premios para os atiradores que mais se distinguiam. Depois do desastre de Alcacer-Kibir até á Restauração de 1640, abre-se um largo parenthesis nas cousas militares; comtudo, no tempo dos Filippes estabeleceram-se, á maneira de Hespanha, os celebres *terços*. O terço era, em regra, dividido em 10 companhias. No reinado de D. João IV, a força militar foi devidamente organisada pela urgencia de defender as fronteiras contra o poder castelhano, como o decidiram as Côrtes de 28 de janeiro de 1641, mas as *ordenanças* da organisação de 1570 conservaram se intactas. Nos reinados que succederam, de D. Affonso VI e D. Pedro II, o exercito continuou a reger-se pelas leis que desde 1640 se haviam publicado sobre a organisação das forças publicas. As companhias de infantaria formavam os *terços*, e muitas vezes se organisavam companhias avulsas de infantaria, principalmente destinadas a guarnecer as praças de segunda ordem; as companhias de cavallaria tinham a sua organisação independente. No tempo de D. Affonso VI pensou-se na creação dos regimentos, o que só se levou a effeito no principio do seculo XVIII. No reinado de D. Pedro II foi creada uma companhia de granadeiros em cada terço de infantaria, e em 14 de novembro de 1702 estatuiu-se que em cada terço houvesse duas companhias de granadeiros, *por se ter introduzido na milicia moderna da Europa* (dizia o decreto) *o uso dos granadeiros, e ter mostrado a experiencia que este genero de soldados é de grande effeito nos combates e em todas as occasiões.* A *milicia moderna da Europa* era a milicia franceza que tinha creado os granadeiros. Quando as necessidades da guerra reclamavam, dava-se ao exercito uma organisação de momento, assim como depostas as armas e feita a paz, procedia-se a organisações tendentes a *alliviar os povos e o erario*. Assim aconteceu em differentes annos do seculo XVIII, em 1707, 1715, etc. Nos annos de 1763 e 1764 houve nova organisação feita pelo conde de Lippe. Já no seculo XIX, em 1806, formaram-se as tres divisões, sul, centro e norte; em 1808 e 1811 crearam-se os batalhões de caçadores, e em 1814, tendo terminado a campanha peninsular, o exercito foi reduzido, mas em 21 de fevereiro de 1816 houve logo nova organisação por Beresford, ficando o reino dividido em 4 districtos de *ordenanças*. Cada um d'estes districtos era dividido em 8 capitanias-móres, e cada uma d'estas em 8 companhias, sendo o quadro da companhia de 2 officiaes, 5 sargentos e 8 cabos. Até 1837 publicaram-se varias modificações na constituição da força publica, mas só n'esse anno é que se decretou uma verdadeira organisação do exercito, digna de attenção e de certo alcance. Em 1846 e em 1848 as companhias dos batalhões nacionaes soffreram algumas alterações, e em 1862 organisou se a artilharia em 3 regimentos, sendo um montado, com 6 companhias, e 2 de posição, com 11. Em 1863, o marquez de Sá de Bandeira, sendo ministro da guerra, publicou uma reforma do exercito que durou apenas 3 dias. Ferreira Passos, que veiu substituir este ministro, apresentou em 1864 uma nova reforma a qual, com pequenas alterações, vigorou até 1884. N'este anno publicou se uma organisação de exercito, dando á engenharia 3 batalhões, tendo cada um 4 companhias, que tomaram as seguintes designações: de sapadores mineiros, de caminho de ferro, de telegraphistas e de pontoneiros. A artilharia de guarnição ficou dividida em companhias: assim como a cavallaria e a infantaria. A nova reforma de 7 de setembro de 1899 fixou os regimentos de caçadores a 3 batalhões com 4 companhias, e os de infantaria a 5 batalhões, tambem com 4 companhias. A engenharia teve egualmente alterações (V. *Engenharia)*. A mesma reforma restabeleceu as seguintes companhias: de subsistencias, de equipagens, de saude e de reformados. A organisação de 1901 alterou e refundiu a de 1899. O exercito está actualmente assim organisado: o continente do reino é dividido em 3 grandes circumscripções: a do norte, a do centro e a do sul; e o territorio das ilhas adjacentes, em 2 commandos militares: o dos Açôres e o da Madeira. Cada uma das grandes circumscripções militares do continente comprehende duas circumscripções de divisão, ou divisões militares territoriaes; cada uma d'estas, duas brigadas, e estas duas de regimento ou districtos de recrutamento e reserva. O commando militar dos Açôres comprehende 2 districtos de recrutamento e reserva, e o da Madeira um só. A composição d'uma divisão do exercito activo é a seguinte: 1 companhia de sapadores mineiros; 1 regimento de artilharia montada, a 6 baterias; 1 regimento de cavallaria a 4 esquadrões; 2 brigadas de infantaria, a 2 regimentos de 3 batalhões. As sédes das divisões são: na grande circumscripção militar do norte, no Porto e Villa Real; na do centro, em Vizeu e Coimbra; na do sul, em Lis-

boa e Evora. Em cada uma das grandes circumscripções militares funccionam junto dos quarteis generaes das divisões, com séde em Lisboa, Porto e Vizeu, os seguintes serviços: 1 repartição de recrutamento e reserva; 1 inspecção do serviço de engenharia; 1 inspecção de serviço de artilharia; 1 inspecção do serviço de saude; o serviço de recenseamento de animaes e vehiculos e de requisições; 1 tribunal militar e 1 casa de reclusão. Na grande circumscripção militar do sul funccionam 2 conselhos de guerra. A mesma organisação creou uma companhia independente de tropas de engenharia, designada: *companhia de telegraphistas de praça.* As tropas de engenharia são constituidas por 1 regimento formado por 10 companhias e 3 companhias independentes. A artilharia compõe-se de 6 regimentos de artilharia montada a 6 baterias activas; 1 grupo de 2 baterias a cavallo; 1 grupo de 2 baterias de montanha; 6 grupos de artilharia de guarnição e de 4 baterias independentes de artilharia de guarnição. A cavallaria compõe-se de 10 regimentos, cada um a 4 esquadrões. A infantaria compõe-se de 6 batalhões de caçadores, cada um a 6 companhias; 24 regimentos de infantaria, cada um a 3 batalhões, e de 3 regimentos de infantaria a 2 batalhões cada um. Em cada batalhão de caçadores ha um pelotão de sapadores e outro de cyclistas, e em cada companhia d'estes batalhões uma secção de metralhadoras. Na *Encyclopedia Portugueza*, em publicação no Porto, vem no vol. IV, pag. 537 a 589, um minucioso artigo ácêrca do exercito portuguez, d'onde extrahimos e transcrevemos estes apontamentos.

Exercito *(Commando em chefe do)*. A direcção e commando supremo do exercito foi nos primeiros tempos da monarchia exercido pelo soberano, e depois da creação dos cargos de condestavel e marechal de campo no tempo de D. Fernando I, foi a estes confiado o commando em chefe debaixo das ordens do rei. Depois de 1640 fôram commandantes em chefe: 1.º O conde de Vimioso, D. Affonso de Portugal, depois 1.º marquez de Valença, sendo nomeado em 31 de dezembro de 1640 governador e capitão general das armas de todo o reino, ficando-lhe sujeitos todos os militares e os officiaes de fazenda e de justiça no que tocava aos negocios de guerra, 2.º. O principe D. Theodosio foi nomeado em 23 de janeiro de 1651 governador e capitão-general das armas de todo o reino, ficando todos os postos militares e consultas que tocavam á guerra subordinadas ao seu poder, 3.º O principe Guilherme, conde reinante de Schaumburgo Lippe nomeado em 3 de julho de 1762 marechal general dos exercitos, sendo encarregado do governo das armas de todas as tropas, e director geral d'ellas. Foi autorisado, por carta régia de 22 de setembro de 1764, a commandar d'Allemanha, para onde partiu n'esse mez. Voltou a Portugal em outubro de 1777, e regressou ao seu paiz em fevereiro do anno seguinte.—4.º O general duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança, nomeado em 19 de abril de 1797 marechal-general e encarregado do governo das armas de todas as tropas e director geral d'ellas, sendo dispensado do commando em 23 de julho de 1801.—5.º O marechal dos exercitos, conde Goltz, nomeado em 23 de julho de 1801 commandante em chefe do exercito, tendo em 9 de junho de 1802 licença para voltar para a Allemanha.—6.º O marechal dos exercitos, conde de Veomenil, foi encarregado do governo das armas de todas as tropas por decreto de 2 de novembro de 1801, e voltou para a Russia em 1803.—7.º O tenente-general do exercito britannico, Guilherme Carr Beresford, depois marquez de Campo Maior, foi nomeado em 7 de março de 1809 marechal dos exercitos e encarregado do commando em chefe das tropas de Portugal. Foi promovido a marechal-general em dezembro de 1815, e por tres vezes deixou o commando: a primeira, de 23 de abril a 27 de agosto de 1814, por ter ido a Inglaterra, assumindo o commando durante alguns dias de abril o marechal-general duque da Victoria, e as outras duas, de 20 de junho de 1818 a 5 de março seguinte, e de 4 de abril de 1820 até 15 de setembro do mesmo anno, por ter ido ao Brazil, ficando commandante interino o tenente-general Francisco de Paula Leite, depois visconde de Veiros. Como é sabido, esta commissão ficou extincta pela revolução de 1820.—8.º O tenente-general Jorge d'Avillez Juzarte de Sousa Tavares, depois conde de Avillez, foi nomeado pelas Côrtes commandante em chefe do exercito em 28 de maio de 1823, mas só serviu até 1 de junho, em consequencia dos successos politicos, conhecidos vulgarmente pelo nome de *Villafrancada.* — 9.º O infante D. Miguel foi nomeado commandante em chefe do exercito em 1 de junho de 1823, e exonerado a 9 de maio de 1824.—10.º D. Pedro, duque de Bragança, assumiu o commando em chefe do exercito em 7 de março de 1832, e desde esse dia até 5 de novembro do mesmo anno, foi commandante em chefe do exercito libertador sob as ordens do imperador, o tenente-general conde de Villa Flôr, depois duque da Terceira.—11.º o principe D. Augusto, duque de Leuchtenberg e de Santa Cruz, foi nomeado marechal-general, commandante em chefe do exercito em 20 de março de 1835.—2.º O marechal do exercito duque da Terceira, nomeado em 28 de março de 1835 commandante em chefe interino do exercito, e exonorado em 25 de novembro seguinte.—13.º O principe, depois rei, D. Fernando, nomeado marechal-general em 1 de janeiro de 1836 e commandante em chefe até 30 de abril. Exerceu o commando até 10 de setembro de 1836, e depois desde 17 de outubro de 1846 até 17 de maio de 1851.—14.º O marechal do exercito duque de Saldanha, nomeado no referido dia 17 de maio commandante em chefe do exercito, e exonerado em 18 de julho de 1857, tendo servido interinamente durante a sua ausencia da capital, de 21 de julho a 15 de novembro de 1856, o conde da Ponte de Santa Maria. 15.º—O referido tenente-general conde da Ponte de Santa Maria encarregado interinamente do commando em chefe do exercito em 18 de julho de 1857, e exonerado em 23 de setembro de 1859, por ter sido extincto este elevado cargo militar.

Exergo. Espaço por baixo do typo das medalhas, separado por uma linha, para pôr data ou legenda. Nas moedas, a assignatura do gravador collocada por baixo do busto, occupa o *exergo.* A letra monetaria occupa o exergo do reverso. Na medalha em que a composição do gravador repousa sobre o pliutho horizontal, o espaço

que fica entre esta linha recta e a curva dos bordos inferiores da peça, é o exergo. As letras e signaes collocados ao longo da circumferencia interior são a *legenda*: alinhados horizontalmente no centro são a *inscripção*.

Ex-libris. Por estas duas palavras latinas *(dos livros)* se designam certas vinhetas ou etiquetas, com um nome, iniciaes, ou monogramma, usadas por alguns bibliophilos nos livros que possuem, e as quaes são em geral colladas na guarda interior do volume, isto é, no verso da pasta da frente. Consistem n'um pedaço de pelle, ou mais vulgarmente de papel, tendo impresso o nome do possuidor do livro, acompanhado muitas vezes do seu brazão, de uma divisa ou de quaesquer ornamentos. Os colleccionadores d'esta especie bibliographica, que os ha em Portugal muito distinctos, teem publicado algumas descripções e monographias interessantes. O sr. dr. Sousa Viterbo, n'um seu artigo *Heraldica litteraria*, publicado a pag. 764 do vol. 47 do *Instituto*, Coimbra, 1900, estabeleceu para os *ex-libris* as seguintes classes: *Manuscriptos*, que são sem duvida os primitivos e que, não tendo valor artistico, valem todavia como autographos, como os de Christovão Alão de Moraes, Gaspar Barreiros, Cartuxa de Evora, marquezes de Alegrete, marquez de Abrantes, etc., etc.; *Typographicos e lithographados*, contendo singelamente o nome do possuidor do livro, como os de D. Lourenço de Lima, fr. Vicente Salgado, J. E. G. Rebello da Fontoura, etc.; *Em fórma de sello ou carimbo*, singelos, só com o nome, como os de T. Norton, João Vieira Pinto, ou armoriados como os da casa de Lafões, Kingelhöfer, e de varias corporações litterarias e scientificas, antigas ordens religiosas, bibliothecas conventuaes, como as de Alcobaça, etc.; *Gravados*, alguns dos quaes, pela belleza do desenho, pelo fino da gravura, são verdadeiros primores artisticos. Muitos d'estes *ex-libris* trazem os nomes dos artistas que os desenharam e gravaram. Um dos maiores, senão o maior colleccionador de *ex-libris* em Portugal, é o distincto engenheiro e escriptor o sr. Adolpho Loureiro, que, não contente em colligir os portuguezes, reune tambem os estrangeiros. A sua collecção, n'esta ultima especialidade, sóbe a 3:777, assim repartidos: francezes 1:394; italianos 210; hespanhoes 198; austriacos 111; suissos 149; allemães 1.040; russos e polacos 50; hollandezes 52; suecos 9; inglezes 267; dos Estados Unidos da America 103; belgas 192; brazileiros 1 e mexicano 1. A sua collecção portugueza comprehende 218 exemplares, mas apezar de bastante numerosa, ainda está longe de completa, faltando-lhe, por exemplo, os dois (grande e pequeno modelo) de Barbosa Machado. A lista descriptiva d'estes ultimos foi publicada no n.º 19 do *Archivo de ex-libris portuguezes*, Genova, agosto de 1903, fazendo-se uma tiragem á parte n'um opusculo de 12 paginas. O *Archivo* é publicado em Genova e dirigido pelo consul portuguez sr. Joaquim de Araujo, poeta e prosador bem conhecido. Modernamente muitos amadores de livros teem mandado gravar *ex-libris*, generalisando-se assim o uso d'elles Os ultimos de que temos apontamento e presentes os modelos são o da sr.ª D. Maria Adelaide de Oliveira Bello, e dos srs. Arthur Alberto de Avellar e Alfredo de Kennedy Falcão. *Bibliographia*: Além dos artigos que acima ficam citados, temos a addicionar: *Noticia dos «ex-libris» portuguezes* por M. A. Ferreira da Silva, Lisboa, 1902; *Os «ex-libris» ornamentaes portuguezes* por Annibal Fernandes Thomaz, duas series de artigos illustrados na revista quinzenal da livraria Magalhães & Moniz, *Portugal Artistico*, dirigida por Eduardo de Sequeira; Porto, 1905.

Expectação *(Fr. Antonio da)*. Religioso da ordem dos carmelitas descalços. N. na villa de Manteigas, a 13 de junho de 1651; fal. a 27 de novembro de 1724, no convento de Adolhalos, perto de Alemquer. Foi mestre da sua ordem, prior do convento do Bussaco, visitador ultramarino, definidor, etc. Escreveu e publicou muitas obras religiosas, que veem mencionadas na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol I, pag. 264.

Expectação *(Fr. Antonio da)*. Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Amarante e viveu nos fins do seculo XVII, e no XVIII. Exerceu varios cargos importantes na sua ordem, e publicou um *Sermão sobre a exaltação da Santa Cruz.*

Expectação *(Fr. João da)*. Religioso carmelita descalço, que escreveu: *Oração funebre da fidelissima rainha de Portugal D. Maria I, recitada no real convento do Coração de Jesus em 23 de setembro de 1816*, Lisboa, 1817.

Expectação *(Fr. José da)*. Monge benedictino, doutor em theologia pela Universidade de Coimbra. Era natural da freguezia de Arcozello em Ponte do Lima. Escreveu: *Direcções economicas da sociedade patriotica, suscitada na villa de Ponte do Lima pelos bons amigos zelantes do bem commum da sua nação e reino... nas quaes se propõem as maximas e regulamentos que a generalidade dos estatutos não promovem, e se julgam uteis aos progressos da mesma sociedade*, Lisboa, 1782.

Exposição. Titulo geral dado a algumas obras didacticas, narrativas, descripções litterarias, e principalmente a allegações juridicas e refutações historicas. Entre outras, são vulgarmente citadas as seguintes: *Exposição de anatomia*, etc. por Pedro Dufau; Lisboa, 1764. *Exposição justificativa perante sua alteza o principe regente* por Antonio d'Almeida; Londres, 1813. *Exposição das reformas e melhoramentos que adquiriu em Portugal, Algarves e Ilhas Adjacentes, a lavoura de generos cereaes, desde 26 de maio de 1820 até 14 de fevereiro de 1824;* Paris, 1824. *Exposição franca sobre a maçonaria, por um ex maçon que abjurou a sociedade;* Lisboa, 1828. *Exposição do estado de litigio no qual se juntou a excepção peremptoria, das razões que se publicam pela imprensa para mais facil conhecimento da justiça que assiste ao real mosteiro de Santa Cruz de Coimbra;* Lisboa, 1828. *Exposição do marquez de Barbacena commentada*, etc.; Amberes, 1831. *Exposição do general José Lucio Travassos Valdez, barão do Bomfim, refutando as arguições feitas na camara de deputados, em sessão de 1 de junho de 1836, sobre diversas promoções;* Lisboa, 1836. *Exposição historica da creação do museu Portuense, com documentos officiaes*, etc., por João Baptista Ribeiro; Porto, 1836. *Exposição que faz ao governo e á nação o ex governador civil e militar de Cabo-Verde, Domingos Correia Arouca;* Lisboa, 1837. *Exposição dirigida a S. M. D. Maria II, por José Antonio de Miranda Vieira, ácerca*

das arbitrariedades commettidas pelo ex-governador geral de Angola, Manuel Bernardo Vidal; Lisboa, 1839. *Exposição das circumstancias que acompanharam a vinda a Portugal de Arsenio Pompilio Pompeu de Carpo, sua prisão e processo em Lisboa;* Lisboa, 1846. *Exposição documentada offerecida ao publico* por Joaquim Pereira da Costa; Lisboa, 1853. *Exposição da causa da nullidade de matrimonio de Antonio José Vieira de Azevedo*, etc.; Porto, 1855. *Exposição succinta da organisação actual da Universidade de Coimbra*, etc. pelo visconde de Villa Maior; Coimbra, 1877. *Exposição da pronuncia normal portugueza, para uso dos nacionaes e estrangeiros*, por A. R. Gonçalves Vianna; Lisboa, 1892; etc.

Exposições As antigas feiras fôram até certo ponto umas exposições industriaes periodicas. Com uma grande feira iniciou o marquez de Pombal as exposições industriaes portuguezas, e este facto é muito importante se notarmos que a primeira exposição industrial, que houve depois, foi em França, no anno de 1798, affirmando falsamente os escriptores d'aquella nação que taes exposições são de origem franceza. No *Archivo Pittoresco*, vol VI, pag. 386, deixou Vilhena Barbosa uma ampla noticia d'esse primeiro certamen da industria portugueza. Tendo o marquez de Pombal determinado que se fizesse em Oeiras uma grande feira, á qual concorresse todo o genero de productos da industria fabril nacional, foram expedidas circulares ás autoridades, ordenando que fossem intimados todos os donos de fabricas para que viessem armar barracas no logar designado, e n'ellas expuzessem á venda os diversos productos da sua industria. Como nesse tempo, em vez de convites, se enviavam ordens, e muito positivas, escusado é dizer que ninguem faltou ao chamamento. A feira foi, portanto, uma verdadeira e completa *exposição* de tudo o que se fabricava no paiz. A côrte, o corpo diplomatico, os consules e funccionarios publicos convidados pelo ministro, e Lisboa em peso, levada da curiosidade, fôram vêr e examinar, cheios de admiração, o prodigioso desenvolvimento da nossa industria na immensa variedade de producções, e no singular aperfeiçoamento de muitas d'ellas. O mercado de Oeiras ficou, pois, assignalado na historia de Portugal, como um typo de feira moderna, d'uma perfeita exposição. O sr. Alberto Pimentel, no seu *Diccionario de invenções*, Lisboa, 1874, a pag. 496, dá uma nota das exposições realisadas em Portugal até áquelle anno, nota que lhe fôra fornecida por Fradesso da Silveira, o esclarecido e dedicado promotor e director de muitas d'ellas. A segunda exposição portugueza foi uma de agricultura que em 1793 promoveu em Braga o illustre arcebispo D. Fr. Caetano Brandão. A ordem chronologica das exposições de que temos nota é a seguinte: Exposição promovida em Lisboa pela Sociedade Promotora da Industria Nacional; durou de 1 a 31 de outubro de 1849. *Exposição agricola portugueza*, em Lisboa, no mez de janeiro de 1852, n'um edificio pertencente ás Obras Publicas no Terreiro do Paço, promovida por Ayres de Sá Nogueira e sob os auspicios de el-rei D. Fernando. Em 1863, a 10 de maio, é que se distribuiram as medalhas aos expositores premiados, sendo a entrega feita por el-rei D. Luiz na sala da bibliotheca da Academia Real das Sciencias. As medalhas eram de prata e de cobre; fôram cunhadas na Casa da Moeda, sendo a gravura aberta por Francisco de Borja Freire. A sua descripção, como a faz Lopes Fernandes, é a seguinte: D. MARIA II E D. FERNANDO II.—Bustos de suas magestades. No exergo o nome do gravador. F. B. FREIRE—F. Reverso: PRIMEIRA EXPOSIÇÃO AGRICOLA PORTUGUEZA—Ramos de parras com uvas, e feixes de trigo. No centro—AO MERITO—tendo por baixo instrumentos agricolas. No exergo—1852. Em 1854 realisaram-se no reino varias exposições pecuarias, nos districtos de Beja, Coimbra, Guarda, Lisboa (em Sacavem), Porto (em Penafiel), Santarem (na Gollegã), Vianna do Castello

(na cidade e em Ponte do Lima) e Vizeu. De 24 de junho a 24 de julho de 1855 realisou-se no Porto uma exposição por iniciativa da Associação Industrial da mesma cidade. De 12 a 31 de julho de 1857 realisou-se n'aquella cidade uma exposição, tambem por iniciativa da Associação Industrial. Em 1860, effectuaram-se duas exposições pecuarias, nos districtos de Porto e Portalegre. Em 1861, houve uma exposição pecuaria no districto de Bragança, em Vimioso, de touros e vaccas da raça mirandeza. De 15 a 31 de agosto de 1861 realisou-se no Porto uma nova exposição por iniciativa da Associação Industrial da mesma cidade. Em 31 de julho de 1863, celebrou-se em Lisboa, uma exposição por iniciativa da Associação Promotora da Industria Fabril, sob a direcção de Fradesso da Silveira. Em agosto de 1863 realisou-se nas salas do Theatro de D. Maria II a *Exposição Industrial Fabril*. O jury votou 89 premios, sendo 39 em medalhas de prata, 31 medalhas de cobre, e 19 menções honrosas, cuja entrega fez el-rei D. Luiz I em 19 de junho do anno seguinte. A descripção da medalha é a seguinte: ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DA INDUSTRIA FABRIL—Figura de Minerva espalhando corôas, e juntos varios objectos de artes. No exergo—LISBOA—e o nome do gravador—GERARD F. Reverso:—AO MERITO, EXPOSIÇÃO DE 1863.—A legenda entre dois ramos de louro. Em 16 de outubro de 1863, anniversario natalicio da rainha senhora D. Maria Pia, fez-se em Braga uma exposição agricola, tendo-se cunhado a seguinte medalha, de prata e de cobre, para premiar os expositores, e cuja gravura é de José Arnaldo Nogueira Molarinho: Armas de Portugal do lado direito, e junto as armas da cidade de Braga do lado esquerdo, adornadas com flôres e ramos, e por cima uma estrella cercada de raios, por baixo o nome do gravador—MOLARINHO F. Reverso: —EXPOSIÇÃO AGRICOLA DE BRAGA. No centro:—AO MERITO—entre dois ramos de carvalho e louro. Por baixo—1863. Em 18 de setembro de 1865 inaugurou-se no Porto uma exposição interna-

cional, por iniciativa da Sociedade do Palacio de Crystal, construido para esse fim. A abertura da exposição fez-se com a presença d'el-rei D. Luiz I, a rainha senhora D. Maria Pia e o principe real. A este certamen concorreram 2:366 expositores portuguezes, sendo 752 das possessões ultramarinas; 499 francezes; 265 allemães; 107 inglezes; 89 belgas; 62 brazileiros; 24 hespanhoes; 1 hollandezes; 5 suissos; 16 dinamarquez; 2 russos; 1 turco; 1 dos Estados Unidos da America e 1 do Japão. Total 3:439 expositores. Em 1865, realisou-se uma exposição pecuaria em Braga, havendo um concurso para bois gordos. Em julho de 1869 realisou-se em Coimbra uma exposição de agricultura, industria, archeologia e objectos raros, promovida pela Associação dos Artistas da mesma cidade. No referido anno houve tres exposições no districto de Braga, com um concurso de bois gordos. Ainda no mesmo anno se effectuaram uma exposição de sericicultura, no Porto, e uma de gado cavallar na Gollegã. Em 1870 houve uma exposição de bois da raça mirandeza em Vimioso e outra de gado cavallar na Gollegã. Em 1871 effectuaram-se as seguintes exposições: de bois gordos em Braga, de cavallos na Gollegã, de bovideos da raça mirandeza em Mogadouro. Em 1872 houve duas exposições de bovideos da raça mirandeza, no distr. de Bragança em Vimioso e Algoso; e uma de gado cavallar na que se repetiu no anno seguinte. Gollegã, os Em 1877 realisou se uo Porto uma exposição horticolo-agricola, tendo se cunhado umas medalhas especiaes. Em 1882, por occasião da visita dos reis de Hespanha, effectuou-se em Lisboa uma *Exposição retrospectiva de arte ornamental.* No mesmo anno teve logar no Porto uma *Exposição de industrias caseiras.* Em 1883 effectuou-se no Porto uma *Exposição de Ceramica* promovida pela Sociedade de Instrução da mesma cidade. Em 1884 realisou-se em Lisboa a *Exposição agricola official* na Real Tapada da Ajuda. No mesmo anno se realisaram em Guimarães uma exposição industrial, e em Coimbra uma exposição districtal de manufacturas. Em 1885 houve em Angola uma *Exposição colonial* No mesmo anno se effectuou no Porto uma *Exposição internacional de photographia.* Em 1888 realisou-se em Lisboa, na Avenida da Liberdade, a *Exposição Industrial Portugueza*, com uma secção agricola. Cunharam-se umas medalhas para premiar os expositores. Em 1892 effectuou-se no Porto uma *Exposição Industrial.* N'este anno, na cidade de Portalegre tambem se realisou, no mez de junho, uma exposição industrial e agricola. Em 28 de julho de 1893 inaugurou-se no edificio dos Jeronymos uma *Exposição Industrial Portugueza* por ordem do ministro das obras publicas, conselheiro Bernardino Machado. Em 1895 por occasião do Centenario Antonino, realisou se no Museu ás Janellas Verdes, em Lisboa, uma *Exposição de arte sacra e ornamental.* Ainda no mesmo anno, commemorando o centenario de Gualdim Paes, se effectuou em Thomar uma exposição industrial. Em 1897 realisou-se uma exposição industrial no Palacio de Crystal do Porto, cunhando-se as respectivas medalhas. Em 1898, por occasião do Centenario da India, effectuou-se em Lisboa uma *Exposição de imprensa periodica.* No mesmo anno effectuou-se na Real Tapada da Ajuda uma *Exposição da alfaia agricola*, promovida, em commemoração d'aquelle centenario, pela Real Associação Central da Agricultura Portugueza. Em agosto de 1903 realisou-se na Real Tapada da Ajuda uma exposição de solipedes para o exercito. O ministerio da guerra creou para estas exposições uma medalha: Armas do reino, com o escudo sobre o manto real, disposto em pavilhão e em volta a legenda *D. Carlos I rei de Portugal.* No reverso, em volta, *Ministerio da Guerra* e a inscripção em sete linhas: AO MERITO COMO PRODUCTOR DE SOLIPEDES PARA O EXERCITO. Em 1906 effectuou-se na Sociedade de Geographia de Lisboa, uma exposição colonial, por occasião do XV congresso internacional de medicina. Ultimamente (junho de 1906) realisou-se na Real Tapada da Ajuda a costumada exposição hippica promovida pelo Ministerio da Guerra. Além das exposições que ficam indicadas, tem havido em Portugal muitos outros certamens, especialmente artisticos. Annualmente, em Lisboa e no Porto, se realisam exposições de bellas-artes, rosas, chrysantemos e de outras flôres, etc. *Bibliographia:* Afóra os respectivos catalogos, alguns bem interessantes, as exposições teem dado origem a numerosas e valiosas publicações. Para a representação de Portugal nas exposições estrangeiras ha muitos relatorios importantes. Para a de Paris, 1900, fez-se uma collecção de monographias, devéras notaveis. Os commissarios regios junto de algumas das primeiras exposições no estrangeiro publicaram relatorios que ainda hoje são consultados. Entre outros, possuimos os seguintes: *Relatorio do commissario regio junto á commissão imperial da Exposição Universal de Paris em 1855* Lisboa, 1857. *Relatorio sobre a Exposição Universal de Paris, em 1855—Artes Chimicas por Julio Maximo de Oliveira Pimentel*; Lisboa, 1857. *Relatorio sobre a Exposição Universal de Paris, em 1855.—Instrumentos e machinas empregadas na agricultura*, por João de Andrade Corvo; Lisboa, 1857. *Relatorio sobre a Exposição Universal de Paris em 1855—Machinas de vapor*—por José Maria da Ponte e Horta; Lisboa, 1857. *Exposição industrial do Porto em 1861, impressões d'esta grande festa nacional*, por A. Luciano; Porto, 1861. *Relatorio do commissario regio junto á commissão real de Sua Magestade Britannica, na Exposição Internacional em Londres, 1862, a parte administrativa;* Lisboa, 1865. *Relatorio sobre a Exposição Universal de Londres, 1862—Estudos geologicos, mineraes uteis e suas applicações, metalurgia e lavra de minas* por J. A. C. das Neves Cabral; Lisboa 1854. *Visitas á Exposição de 1865* (Porto) por Joaquim Henriques Fradesso da Silveira; Lisboa, 1866. *Relatorio sobre a Exposição Internacional do Porto* por J. M. da Ponte e Horta; Lisboa 1866. *Exposição districtal de Coimbra em 1884—Revista—Conferencias—Premios;* Coimbra, 1884. *Relatorio sobre a Exposição Industrial de Guimarães em 1884, apresentado pela sub-commissão incumbida de o formular á Commissão Central encarregada de promover e organisar a mesma exposição*: Porto, 1884. *Exposição Nacional das Industrias Fabris* (Lisboa Avenida da Liberdade, em 1888)— *Catalogo descriptivo da secção de minas*, etc., *coordenado sob a direcção de José Augusto C. das Neves Cabral*, por Severiano Monteiro e João Augusto Barata; Lisboa, 1889. *Uma visita á Exposição Uni-*

versal de Paris, em 1889 por A. E. de F. Cavalleiro e Sousa; Lisboa, 1892. *Relatorio e catalogo da exposição industrial portugueza realisada no Museu industrial e commercial de Lisboa, em 28 de julho de 1893*; Lisboa 1893. *A Exposição Industrial de Belem em 1893* por A. E. de F. Cavalleiro e Sousa; Lisboa, 1894. *Catalogo da exposição industrial de Thomar*, por J. Vieira de S. Guimarães; Lisboa, 1895. *Exposição de alfaia agricola na Real Tapada da Ajuda em 1898*; Lisboa, 1898; etc.

Extrangeira *(Quinta da)*. Na freguezia do Milharado, junto á Venda do Pinheiro.

Extremadouro. Povoações nas freguezias : S. Pedro, de Athei, conc. de Moudim de Basto, distr. de Villa Real. || S. Gens, de Boelhe, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Miguel, de Fontellas, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Faustino, de Fridão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria Maior, de Lamego-Almacave, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Louredo, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, de Melres, conc. de Goudomar, do mesmo distr. || S. André, de Molares, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Paio, de Oliveira, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Martinho, de Monsul, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Cypriano, de Paços de Brandão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Penude, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Vallões, conc. de Villa Verde, do mesmo districto.

Extremadura. Uma das oito provincias do continente do reino de Portugal. Acha se limitada ao N pela provincia do Douro ; a nordéste pela da Beira Baixa ; a léste pela do Alemtejo, com as charnecas de Ponte de Sôr, Montargil, Soure, Marateca, e como rio Sado até Alvalade ; ao sul pela ribeira de Campilhas, no Alemtejo ; e a oéste pelo Oceano Atlantico. Correndo a costa d'esta provincia, do norte para sul, encontram-se as bahias da Vieira, Nazareth, S. Martinho, Ericeira e Cascaes, e os portos de Lisboa e Setubal, os cabos Carvoeiro, da Roca, Espichel e Sines. A barra do Tejo dá entrada facil a navios de qualquer lote. Defronte de Lisboa fórma o rio um magnifico porto. O rio Sado fórma tambem um vasto porto junto a Setubal. Os territorios da provincia da Extremadura fôram primitivamente habitados pelos celtas e turdulos, e fizeram parte do imperio romano, sendo incluido na Lusitania. Passaram depois para o dominio dos suévos, dos visigodos e dos arabes, até que no seculo XII o rei D. Affonso Henriques e os seus successores os conquistarem definitivamente para a monarchia portugueza. Actualmente está a provincia da Extremadura dividida nos tres districtos administrativos : Lisboa, a capital da provincia, Santarem e Leiria. Além d'estas cidades ha mais na provincia as de Setubal e Thomar. O commercio, a agricultura e a industria da Extremadura são dos mais florescentes do paiz, graças ás excellentes communicações dos varios rios, das boas estradas e dos caminhos de ferro. O clima de toda a provincia é em geral temperado e saudavel, á excepção dos logares pantanosos, onde se cultiva o arroz. O rio Tejo, atravessando a Extremadura, divide-a naturalmente em duas regiões muito distinctas. Ao norte do grande rio a provincia é accidentada pelas serras de Cintra, Montejunto, Candieiros e Aire, incultas na maior parte, mas os seus valles são espaçosos e ferteis. Ha tambem os extensos campos marginaes, que as inundações do rio tornam feracissimos bem como as numerosas collinas de declive suave que estão excellentemente cultivadas. Em toda esta parte da Extremadura abundam as aguas, que se empregam para régas e para força motriz. As maiores nascentes do paiz estão situadas n'esta região. As correntes dos varios rios da provincia movem os engenhos de muitas fabricas de fiação de linho e de algodão, de papel, etc. As principaes producções d'esta região são constituidas por trigo, cevada, centeio, milho, vinho, azeite, linho, madeiras, laranjas e fructas de toda a especie. Ha tambem muito gado ovelhum, vaccum e cavallar. Os pinhaes do littoral dão abundante madeira. Nas vertentes do rio Zezere e na serra de Cintra apparecem os castanheiros. Os centros vinicolas mais conhecidos são : Torres Vedras, Cartaxo, Torres Novas, Thomar, Carcavellos, Collares e Bucellas. Os centros productores do azeite mais afamado pela boa qualidade são Torres Novas, Thomar, Santarem e Alcobaça. Abundam n'esta região os marmores, as cantarias e ainda algumas variedades de pedra, como basalto e granito. No Estoril, Torres Vedras e Caldas da Rainha brotam aguas mineraes muito apreciadas. Nos concelhos de Santarem, Torres Novas e Chamusca ha alguns montados de sobro e azinho. A faxa littoral do districto de Leiria tem extensos pinhaes, sendo o mais notavel o grande pinhal nacional mandado semear por el-rei D. Diniz. Para o sul do Tejo a região é pela sua maior parte composta de vastas charnecas, ligeiramente accidentadas, com alguns terrenos cultivados, alguns montados de sobro e azinho, e umas raras povoações. A peninsula de Setubal constitue uma excepção. N'ella se ergue voltada para o Oceano a serra da Arrabida, e ha no interior terrenos muito ferteis e muito bem aproveitados, com vinhedos, pomares de laranjeiras e d'outras arvores fructiferas. Deixando a margem sul do Tejo, a peninsula de Setubal e alguns valles dos affluentes do Sado e das cercanias de S. Thiago de Cacem, a parte sul da Extremadura tem grande escassez de agua. Pódem, comtudo, notar-se as campinas d'esta margem norte. Ha aqui as magnificas varzeas da Sorraia, de Muge, de Santo Estevão e do Sado que contrastam com a aridez das charnecas visinhas. As principaes producções da região são : trigo, cevada, centeio, vinho, laranjas, sal e madeiras dos pinhaes de Setubal, Aldeia Gallega, e Alcacer do Sal. Os centros vinicolas são: Lavradio, Moita, Azeitão e Setubal. Nos concelhos de Grandola e S. Thiago do Cacem ha alguns montados de sobro e azinho.

Extremo. Pov. e freg. de N. S.ª da Natividade, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 270 hab. e 71 fog. A freg. está annexada e da Portella. Foi vigararia de Malta, e o commendador de Tavora, d'esta ordem, apresentava o vigario, que tinha 300$000 réis e o pé d'altar. A pov. dista 13 k. da séde do conc. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do

Castello || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Capareiros, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador e conc. de Amares, distr. de Braga.

Extremo do Pontal. Ilha Graciosa; pov. na freg. de N. Sª de Guadalupe, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo.

Extremoz *(Antonio Ramires Esquivel, 2.º barão d'Arruda e 2.º visconde de).* Fidalgo da Casa Real, commendador de S. Lourenço da Pedisqueira na ordem de Christo, bispado de Lamego, carta de 30 de janeiro de 1806; e da commenda da Casa da India, tambem da mesma ordem: administrador dos vinculos de Garrizes e de Palhavã; capitão de mar e guerra reformado. N. a 2 de maio de 1780, fal. em Lisboa em 28 de maio de 1860. Era filho do 1.º barão d'Arruda e 1.º visconde de Extremoz, Bernardo Ramires Esquivel, e de sua mulher, D. Antonia Thereza Abraldes de Mendonça Noronha Porto carrero. Os titulos de barão e de visconde fôram concedidos em verificação de vida nos de seu pae, sendo renovado o de barão d'Arruda em 1802. Fallecendo sem geração, ficou extincto este titulo.

Extremoz *(D. Bartholomeu Salazar Moscoso, 1.º barão e 3.º visconde de).* Commendador das ordens d'Aviz e da Torre e Espada, condecorado com a medalha por 6 campanhas da guerra peninsular, tenente-general do exercito, vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar, etc. N. em Aldeia Gallega do Ribatejo a 15 de fevereiro de 1789, e fal. a 30 de dezembro de 1857. Era filho de D. Francisco Salazar Moscoso. Assentou praça aos 14 annos, a 24 de outubro de 1803, e foi cadete no regimento de infantaria n.º 7. Sendo despachado alferes, entrou com este posto em 1809 na batalha do Bussaco. Promovido a tenente em fevereiro de 1811, assistiu ás batalhas de Fuentes de Oñoro, Salamanca, Victoria, Nive, Nivelle, e Orthes, bem como ao sitio de Ciudad Rodrigo. Em fevereiro de 1814 teve a promoção de capitão, e em 1817 partiu para o Brazil, com o regimento de infantaria n.º 6, a que pertencia. Ali permaneceu até janeiro de 1822, sendo durante este tempo graduado em major e elogiado pelo capitão-general de Pernambuco, e pelo commandante da brigada da mesma provincia. Alcançando a effectividade no posto de major para o batalhão de caçadores n.º 7 em 1824, e elevado a tenente-coronel para o mesmo corpo em dezembro de 1826, tomou parte na campanha d'este ultimo anno e do seguinte contra as forças do marquez de Chaves, e entrou na batalha de Coruche. Commandando ainda o mesmo batalhão, que estava aquartelado em Gouveia, apenas soube da revolta do Porto em maio 1828, marchou a reunir-se ás tropas constitucionaes assistindo á acção da Cruz de Morouços e á do Vouga, exercendo n'esta ultima o commando interino da brigada ligeira. Emigrando depois com a divisão fiel para Galliza, passou a Inglaterra e d'ahi á ilha Terceira, onde desembarcou a 14 de fevereiro de 1829. Encarregado em 5 de abril de mesmo anno da organisação e commando do regimento provisorio de infantaria, esteve á frente d'elle na batalha de Villa da Praia, e assistiu depois á organisação e formatura dos batalhões n.ºs 3, 6, 10, com os quaes veiu desembarcar nas praias do Mindello. Tomou parte na batalha de Ponte Ferreira, e a fórma como se distinguiu valeu-lhe o ser condecorado com o grau de official da Torre e Espada. Entrou em outros combates nas linhas do Porto durante o cêrco, e sendo promovido a coronel em agosto de 1832, foi graduado em brigadeiro a 4 de abril de 1833. Vindo depois para Lisboa, saíu d'esta cidade com a brigada formada pelos regimentos n.ºs 1, 4 e 15, mas quando chegou a Loures teve de largar o commando por ordem expressa do general Valdez, porque o seu mau estado de saude lhe não permittia continuar nas lides da guerra. A 28 de agosto foi reformado, e apezar das suas continuadas instancias para voltar ás fileiras do exercito activo, só o conseguiu em 13 de setembro de 1836, sendo pouco depois nomeado governador de Setubal. No anno seguinte foi encarregado do governo da praça d'Elvas e do commando interino da 7.ª divisão militar; prestou bons serviços por occasião da revolta de Extremoz, pelo que foi louvado em ordem do exercito. Promovido a brigadeiro e a marechal de campo, exerceu ainda os commandos da 7.ª e 8.ª divisões, e foi nomeado Vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar. Por decreto de 9 de outubro de 1843 foi agraciado com o titulo de barão de Extremoz, de que tirou carta em 31 de maio de 1845, sendo elevado a visconde do mesmo titulo em 9 de março de 1848. Em 1851 teve a promoção de tenente-general. O visconde de Extremaz casou em 1 de agosto de 1816 com D. Joanna Mauuel de Azevedo Coutinho, filha de Manuel de Azevedo Coutinho, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher D. Catharina Eufemia de Bulhões Leote.

Extremoz *(Bernardino Ramires Esquivel, 1.º barão d'Arruda e 1.º visconde de).* Gran-Cruz antiga da ordem militar de S. Thiago da Espada; commendador da commenda da Casa da India, na ordem de Christo; cavalleiro professo na mesma ordem; senhor do morgado de Garrizes e d'outros; do conselho da rainha D. Maria I e de D. João VI; conselheiro de guerra e do almirantado; almirante effectivo da armada, nomeado em 12 de julho de 1801; commandante da marinha de guerra portugueza, como logartenente do infante D. Pedro Carlos, almirante-general da armada. N. a 29 de julho de 1729, fal. a 26 de outubro de 1812. Era filho de Manuel Ramires Esquivel, fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 15 de março de 1690; proprietario Succedeu na casa de seu pae, bem como no vinculo da quinta de Palhavã, em Lisboa, que elle instituira por provisão de 9 de dezembro de 1737; em outro vinculo instituido por sua tia D. Joaquina Ramires, em seus bens, approvado por provisão do desembargo do paço de 30 de dezembro de 1736; e n'outro vinculo, que seu tio, Bernardo Ramires Esquivel instituira em Lisboa a 28 de fevereiro de 1719, além da terça dos seus bens, sendo esta ultima clausula approvada por provisão do dezembargo do paço de 7 de dezembro de 1804. O visconde de Extremoz casou a 4 de outubro de 1775, com D. Antonia Thereza Abraldes de Mendonça Noronha Porto carrero, filha de Manuel d'Oliveira d'Abreu e Lima, moço fidalgo com exercicio na Casa Real; alcaide mór da villa do Outeiro; provedor da Alfandega do Tabaco, e de sua mulher D. Maria Thereza Abraldes de Mendonça Porto carrero. O titulo de barão d'Arruda foi concedi-

do em duas vidas, por decreto de 17 de dezembro de 1801, e o de visconde de Extremoz, tambem em duas vidas, por decreto de 12 de outubro de 1810. O seu brazão d'armas é o seguinte: escudo partido em pala; na primeira em campo de prata as armas dos Esquivel, uma aguia de sua côr com um coelho no bico, sobre uma arvore tambem de sua côr; na segunda as armas dos Ramires, em campo azul tres faxas de ouro. Este bravo official deixou celebrado o seu appellido nos fastos navaes da marinha portugueza em varios conflictos contra os piratas argelinos, e em outras empresas não menos arriseadas. Teve o commando em chefe da esquadra que foi auxiliar a armada com que o rei de Hespanha mandou accommetter a cidade de Argel em 1785.

Extremoz *(Fr. João de)*. Religioso eremita calçado de Santo Agostinho. Este veneravel religioso foi pedido á provincia de que era filho pela rainha D. Leonor, fundadora do Hospital das Caldas, para ser empregado no governo do mesmo, do qual foi o primeiro provedor, desde 1452 por espaço de 16 annos, e demittindo-se por cançado e edoso, veiu a fallecer no convento de Pena-Firme, termo de Torres Vedras, em 2 de dezembro de 1517, cheio de merecimentos e acreditado em virtudes.

Extremoz. Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc. e de com., distr. e arcebisp. de Evora, relação de Lisboa. Tem duas freguezias: Santa Maria e Santo André. Até ao fim do seculo XVIII teve outra freg., a de S. Thiago, que depois se annexou á de Santo André. Eram todas dos priorados da ordem de Aviz, e os priores freires da mesma ordem, sendo apresentados pelo tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens. Extremoz está situada em uma eminencia, em terreno bastante fertil e saudavel. Suppõe-se que já existisse a pov. no tempo dos romanos, em vista dos cippos, inscripções, sepulturas e medalhas, que teem ali apparecido. Tambem é certo que foi povoação dos moiros, pois estes a abandonaram, quando os portuguezes resgataram do seu poder as terras circumvisinhas. D. Affonso III, vendo que esta posição era importante para defender a fronteira do Alemtejo, fundou no cume do monte um forte castello; em 1258, mandou-a povoar, e deu-lhe foral, em Leiria, a 22 de dezembro do mesmo anno, concedendo todos os fóros e privilegios de Santarem. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 1 de junho de 1512. Os habitantes d'aquellas cercanias não tardaram a vir procurar o abrigo da fortaleza, contra as continuas correrias dos moiros. Começou-se então a construir casas, que se fôram alargando pelo monte que cercava o castello, e por fim a visinha planicie. Ao que parece, foi esta a origem da villa Extremoz. O castello tornou-se notavel por ter servido de residencia a el-rei D. Diniz, que edificou ali um palacio, e a sua mulher, a rainha Santa Izabel, que falleceu a 4 de julho de 1336. Na sala onde a santa rainha expirou, erigiu-se mais tarde uma capella, com a invocação de Santa Izabel. D. Pedro I tambem residiu e falleceu n'este castello, a 18 de janeiro de 1367. Extremoz distinguiu se nas guerras da Independencia com a Hespanha. Logo depois de 1640, D. João IV tratou de augmentar as fortificações, e ainda que as primeiras obras, que então se fizeram, fôssem frageis, passados poucos annos se construiram com solidez, e segundo as regras da arte, ficando a villa cingida de muralhas, defendida por 10 baluartes, 3 meios baluartes e 1 redente, além dos revelins e mais obras exteriores. O antigo castello foi reparado, passando a ser a cidadella da praça. Os muros da circumvallação tinham 9 portas; sobre um monte visinho construiu-se um forte com 4 baluartes, e sobre outro, um pouco mais distante, se edificou um reducto, denominado de *Santa Barbara*. O antigo palacio de D. Diniz foi convertido em armazem de munições de guerra, e por fim serviu de paiol da polvora, até 17 de agosto de 1698, em que ardeu pela 1 hora da tarde, resultado d'uma terrivel

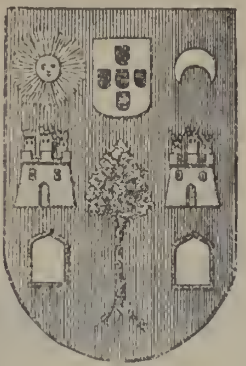

Brazão de Extremoz

Jardim municipal

explosão, que destruiu todo o edificio e arruinou algumas casas da villa. D. João V fundou em 1738, no mesmo local, a grande *sala de armas*, um dos mais ricos e curiosos museus de objectos militares que havia na Europa, e o unico de Portugal, desde que o terremoto de novembro de 1755 destruiu o que havia em Lisboa no paço da Ribeira. Diz Pinho Leal que o de Extremoz continha 40:000 espingardas, 10:000 pistolas, armas de toda a qualidade, de varias epocas, sendo algumas muito antigas, armaduras completas de ferro e de cobre, e outras muitas curiosidades militares. Em 1809 os francezes despojaram, infelizmente, este museu de todas as suas armas e preciosidades, para com ellas enriquecerem os museus militares de Paris. Hoje o edificio serve de quartel. D. João V dotou a capella de Santa Izabel com riquissimas alfaias, dando-lhe grandes rendas, que em 1834 fôram julgadas bens nacionaes e vendidas em leilão, ficando assim abandonada, fechada e sem culto. Hoje existe novamente uma capella da mesma invocação, administrada por uma confraria, de que sua alteza o principe real senhor D. Luiz Filippe é juiz perpetuo, concorrendo além d'isso com uma prestação annual para a sustentação do culto. N'esta villa houve uma fundição de artilharia. Ainda em março de 1874 foi offerecido a el-rei D. Luiz o modelo antigo d'uma peça de artilharia, de bronze, da fabrica portugueza de Extremoz; tem as armas reaes portuguezas, e a seguinte inscripção: *Arsenal de Extremoz — 1799 = Ultima racio Regni.* — *C.* (calibre) 14. Na planicie, junto ao monte onde está o castello, se vê um espaçoso largo ou praça, com um bello chafariz de marmore, de 8 bicas, um grande tanque quadrado e dois mais pequenos. A praça é rodeada de boas casas. Ali se ergue a celebre torre de menagem. Em frente vê-se o collegio de Santa Maria, instituto de ensino secundario fundado ha poucos annos. Além d'esta, ainda existem em Extremoz outras praças, como a do Rocio da Villa, que é importante, e que desde 1882 tem a designação de *Rocio do Marquez de Pombal*, sendo hoje conhecida pela *Avenida*. N'esta praça mandou a camara construir um coreto; é aqui que se realisam as feiras de S. Thiago, de 25 a 27 de julho; a de gado de 4 a 6 de setembro; e a de Santo André, de 29 a 30 de novembro, que costumam ser muito concorridas, e os mercados semanaes, aos sabbados, de cereaes, gado, fructas e hortaliças. No Rocio do Marquez de Pombal tambem se realisam os exercicios de cavallaria, e foi ali o acampamento das tropas que fizeram as manobras do Alemtejo em 1895. Em Extremoz ha ainda digno de menção o largo de D. José I, onde está o quartel, occupado antigamente pelo regimento de lanceiros n.º 1, e hoje pelo n.º 3 de cavallaria do rei Eduardo VII de Inglaterra; o largo da Porta Nova, actualmente largo do General Graça; o largo de Luiz de Camões, o terreiro do Espirito Santo, etc. Tambem tem ruas importantes. A villa tinha 6 conventos: o de frades franciscanos, fundado por D. Affonso III, pelos annos de 1260; o de frades de S. João de Deus, que, segundo a sua instituição, era hospital de pobres; hoje está ali installado o hospital militar; o de frades agostinhos, onde está hoje uma fabrica de cortiça; o de S. João Evangelista, de freires de Malta, o unico d'esta ordem que existia em Portugal, e fôra fundado em 1553 pelo infante D. Luiz, filho d'el-rei D. Manuel; hoje está estabelecido o hospital civil; o de Congregados de S. Filippe Nery, fundado em 1698 pelo arcebispo de Evora D. Fr. Luiz da Silva Telles, onde é hoje a casa da camara; o de frades capuchos de Santo Antonio, da provincia da Piedade, fundado em 1662. Os arrabaldes de Extremoz são muito aprazíveis, de grande fertilidade e abundantissimos de agua, que réga muitas hortas e pomares. O concelho produz azeite, cereaes e outros fructos, e encerra preciosos marmores, sendo o marmore branco o que serve para todas as construcções da villa. Ha tambem crystal de rocha. Entre outras industrias fabrica-se louça de excellente barro encarnado, que se exporta para todo o reino e para a Hespanha. A'cerca da etymologia da palavra *Extremoz*, querem uns,

Hospital civil

que provenha dos muitos tremoceiros que vestiam o monte quando se começaram as edificações, e outros dizem que vem de *extremo*, por ficar a povoação pouco distante do extremo da provincia do Alemtejo. A primeira das opiniões tem a seu favor o brazão da villa, o qual é um escudo, vendo-se na parte inferior um tremoceiro, e na superior o escudete das quinas; á direita, na parte superior o sol de ouro, mais abaixo um castello com tres torres e por baixo do castello um escudete invertido, de prata com orla de ouro; e á esquerda, na parte superior um crescente de prata, tendo por baixo uma torre e um escudete eguaes ao da direita. No antigo regimen, a villa tinha voto em Côrtes com assento no banco terceiro. Eram alcaides-móres de Extremoz os duques de Cadaval. Até 1834 era esta villa uma corregedoria, cuja jurisdicção abrangia 15 villas. Tem uma boa egreja da Misericordia e 1 hospital, fundado no principio do seculo XVI. Pertence á 4.ª div. mil., 7.ª brigada, grande circumscripção mil. Sul, e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. Extremoz é séde da 1.ª brigada de cavallaria. Tem est. do caminho de ferro da linha Sul e Sueste, entre as de Evora-Monte e Casa Branca. Foi no dia 21 de dezembro de 1873, que se inaugurou o ramal desde a estação da Venda do Duque até esta villa, a que assistiram as camaras municipaes do paiz, alguns ministros, representantes da imprensa, etc. A villa tem tambem escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. S. e R. A. L.; advogados, notarios, medicos, pharmacias, agencias bancarias, e de seguros da *Internacional*, associações de soccorros, fabricas de azeite, de ceramica, de cortiça, de moagens, de gazosas, etc.; hoteis, sociedades de recreio: *Circulo Extremocense, Artistas Extremocenses, Recreativa Popular Extremocense; Philarmonicas: Real Lusitana*, e *União Extremocense*. O concelho comprehende 15 freguezias, com 3:449 fog. e 16:469 hab., sendo 8:449 do sexo masc. e 8:020 do fem., n'uma superficie de 41:647 hect. As freguezias são: Santa Victoria, do Ameixial, 488 hab.: 212 do sexo masc. e 276 do fem.; S. Bento, do Ameixial, 615 hab.: 350 do sexo masc. e 265 do fem.; S. Antonio, de Arcos, 992 hab.: 501 do sexo masc. e 491 do fem.; N. S.ª das Reliquias, de Canal, 263 hab: 165 do sexo masc. e 98 do fem; Santa Maria, de Extremoz, 2:094 hab.: 1:077 do sexo masc. e 1:017 do fem.; Santo André, de Extremoz, 5:763 hab: 2:910 do sexo masc e 2:853 do fem; Santa Maria do Castello, de Evora-Monte, 733 hab: 360 do sexo masc. e 373 do fem; N. S.ª S. Pedro, de Evora-Monte, 486 hab.: 264 do sexo masc. e 222 do fem.; N. S.ª da Gloria, 731 hab.: 383 do sexo masc. e 348 do fem.; Santo Estevão, 403 hab: 244 do sexo masc. e 159 do fem.; S. Bento de Anna Loura, 407 hab.: 228 do sexo masc. e 179 do fem.; S. Bento do Cortiço, 570 hab.: 268 do sexo masc. e 302 do fem.; S. Domingos de Anna Loura, 643 hab.: 324 do sexo masc. e 320 do fem.; S. Lourenço de Mamporcão, 735 hab: 386 do sexo masc. e 349 do fem.; O Salvador, de Veiros, 1:545 hab.: 777 do sexo masc. e 768 do fem. Em 27 de julho de 1833 houve uma horrrosa carnificina em Extremoz, sendo mortos a machado 33 presos constitucionaes que estavam encerrados na cadeia d'aquella villa. Os habitantes, fanatisados pelo partido miguelista, ao saberem que o duque da Terceira entrara em Lisboa, enfureceram-se a tal ponto, que depois de gritarem para que fôssem levados á forca, assaltaram o castello, que era defendido apenas por uma escolta de cavallaria, que se uniu ao povo. Começou o ataque a tiros e ás pedradas; os presos defendiam-se de dentro conforme podiam; as portas afinal fôram arrombadas, a turba irrompeu desenfreada, e os pobres presos morreram a golpes de machado, victimas da maior malvadez. || *Jornaes:* Em Extremoz teem sido publicados os seguintes. *Alemtejo (O)*, janeiro de 1888 a 6 de fevereiro de 1892; *Aurora de Extremoz*, 5 de setembro de 1886 a 5 de março de 1887, seguido pelo *Jornal de Extremoz; A Aurora de Extremoz* o primeiro jornal aqui publicado; *Extremocense (O)*, 17 de março de 1888 a 2 de janeiro de 1892; *Jornal de Extremoz (O)*, 26 de março de 1887, em publicação; *Voz d'Extremoz (A)*, 15 d'abril de 1897, em publicação.

Quartel d'infantaria e castello

Ezullo. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola.

Fá. Pequeno estabelecimento do conc. e com. de S. José de Bissau, prov. da Guiné, bisp. de Cabo Verde, Africa Occidental, fronteiro ao posto das Almadias. Produz coqueiros, ananazes, cerejeiras, macieiras, palmeiras, limoeiros, laranjeiras, mandioca, bananeiras e canna saccharina. Dista 200 k de S. José de Bissau. Este estabelecimento mercantil foi originariamente uma pequena feitoria fundada em 1820 pelo portuguez José Valerio de Santa Maria, morgado do Engenho na ilha de S. Thiago de Cabo Verde. Em virtude da fertilidade do solo e da bondade do clima o estabelecimento prosperou. Quando falleceu este arrojado emprehendedor, o governador do districto, Francisco José Moacho, mandou ali alguns soldados tomar posse d'elle, tendo os beafares feito cessão do territorio ao governo portuguez, em 1826 ou 1827, com a condição, porém, de ter ali uma casa com christãos ou um destacamento de soldados. O terreno em que assenta o estabelecimento pertenceu a uma preta beafare, muito rica, chamada fidalga de Fá, que protegia muito os brancos. A maré ainda chega a Fá com agua salgada, mas um pouco para cima já se encontra agua doce.

Faba. Catarata de mais de 26^{m}. de altura, no conc. do Duque de Bragança, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do mesmo concelho e districto.

Fabrica. Povoações nas freguezias: S Miguel, de Creixomil, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Pedro, de Lomba, conc. de Amarante, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || Quinta na freg. de S. João Baptista e conc. de Coruche, distr de Santarem.

Fabrica d'Azeite. Pov. na freg. de N. S.ª da d'Assumpção e conc. de Alvito, distr. de Beja. Tem caixa postal.

Fabrica Velha. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Facaes. Pov. na freg. de S. Pedro, de Calvello, conc. de Ponte do Lima, distr de Vianna do Castello.

Fação. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Montelavar, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Facha. Antiga arma, especie de machado grande, usado na guerra para romper e desmalhar a armadura do inimigo.

Facha. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 1:084 hab. e 235 fog Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e fica muito proximo do rio Lima. A terra é muito fertil. A mitra de Braga, por concurso synodal, apresentava o reitor, que tinha 200$000 réis de rendimento. Em tempos muito remotos houve n'esta povoação um convento de frades da ordem de S. Bento, que no fim do seculo v passou a reitoria secular, e commenda da ordem de Christo. No alto da serra do Nó ha vestigios d'uma cidade e de um castello. Existe aqui uma casa, a que chamam o *Paço,* que foi solar de D. Soeiro Mendes Facha, do qual se diz que a freguezia tomou o nome. A freguezia fica dentro d'um angulo, e nas encostas de duas serras que correm, a primeira a serra do Nó, do norte ao sul, e a segunda, a do *Castello,* em direcção de nascente a poente destacando-se da primeira, onde fórma o angulo, na Portella de Santo Estevão, e indo morrer, em declive sobre as freguezias de Victorino das Donas e Geraz do Lima. A egreja era muito antiga, mas foi demolida e feita inteiramente de novo em 1868, com uma elegante torre. Pertence a pov. á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Nogueira, conc. e distr. de Braga.

Fachada. Pequeno monte da ilha de Porto Santo, archipelago da Madeira. || Ponta ou cabo na referida ilha.

Fachelhas. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Silves, distr. de Faro.

Facho. Fogo artificial, convencionado, accêso n'uma eminencia, para indicar a aproximação do inimigo. (V. *Almenára*). Ainda se usou na guerra peninsular. || *Companhias do facho:* eram compostas de officiaes, sargentos e soldados, tendo por obrigação fornecerem combustivel para o *facho*, guardarem n'o, accenderem-n'o, etc, segundo as instrucções recebidas.

Facho. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Agrella, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto || O Salvador, de Alvôr, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || S. Thiago, de Carreira, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Ilha do Faial; N S.ª da Conceição, conc. e distr. de Horta, || S. Christovão, de Louredo, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Mamede, de Villa Chã, conc. de Villa do Conde, do mesmo districto || Montanha na ilha Terceira. Eleva-se 200 m. acima do nivel do Oceano Atlantico. || Monte na ilha Graciosa, archipelago dos Açôres. || Montanha na ilha do Porto Santo, archipelago da Madeira, 554 m. acima do nivel do Oceano Atlantico, e está situada a NE da ilha.

Facho de Sant'Anna e Facho d'Azoia. Duas povoações na freg de N. S.ª da Consolação, de Cezimbra-Castello, conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa.

Faculubar. Pov. da região ou prov. dos Bellos, ilha de Timor, no centro da provincia, na Oceania.

Fadagosa. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Belver, conc de Gavião, distr de Portalegre; tem caixa post. N'esta pov. ha um estabelecimento balnear d'agua mineral. O sitio é pouco fertil, mas saudavel. No alvéo e perto da margem esquerda do Tejo, na local chamado *Rego de S Braz*, a 3 k. de Cadafaz e 5 de Gavião, está a fonte d'esta agua, ali conhecida por *Fadagosa.* E' de uso muito antigo, e por estar proximo do leito do rio, fica durante grande parte do anno coberto pelas aguas fluviaes o logar da sua emergencia. As aguas brotam de differentes pontos, distantes entre si menos de 30 m. n'um terreno de rocha granitica, com muita

areia fina e branca. Concorrem ali muitos doentes. As aguas são incolores, transparentes, de sabor e cheiro sulfhydrico. Deixam, nos sitios por onde passam, uma substancia branca-esverdeada, glutinosa, em flocos, com o aspecto da sulfurina. São applicadas contra as affecções chronicas da pelle e rheumatismo. || Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Marvão, distr. de Portalegre. Tem caixa postal. Tambem aqui ha uma nascente d'agua mineral, e estabelecimento balnear. Brota em terreno pedregoso, junto ao logar em que a ribeira de Marvão pela confluencia d'outros regatos, começa a chamar-se rio Sever, a 2 k. da séde da freg. de Areias. E' conhecida esta nascente pelo nome de *Fadagosa*, *Maria Viegas* ou *do Pereiro*. O dr. Antonio de Magalhães mandou ali construir um estabelecimento balnear muito regular, com hotel, junto ás ruinas d'um outro muito antigo, que a tradição attribue ao tempo dos romanos. O actual balneario é frequentado por portuguezes e hespanhoes; tem bastantes tinas de marmore, collocadas em quartos apropriados, tinas portateis de zinco e apparelhos para banhos de chuva, sendo a agua artificialmente aquecida n'uma grande caldeira para tal fim disposta. As aguas são claras, transparentes, de cheiro e sabor sulfhydrico, empregam-se em banhos ou em bebida no tratamento do rheumatismo, doenças cutaneas, gotta, ankiloses, ulceras e escrofulismo. *Bibliographia especial: Noticias de algumas aguas mineraes na provincia do Alemtejo*, por Francisco d'Assumpção, na *Gazeta Medica do Porto*, tomo III, 1845, pag. 239.

Fadrégas e Trapa. Dois logares reunidos na freg. de S. João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Fafe. Villa da prov. do Minho, séde de conc. e de com., distr. e arceb. de Braga, relação do Porto; tem uma só freg., Santa Eulalia. Está situada n'uma eminencia, a 15 k. de Guimarães, e a 35 de Braga, sendo atravessada longitudinalmente pela estrada real e banhada pelo Vizella, affluente do rio Ave. Fafe era uma importante freguezia, e foi antigamente conc. de Monte Longo, a que D. Manuel deu foral em Lisboa, a 5 de novembro de 1513. Primitivamente fôram senhores d'este conc. os Cunhas e Coutinhos, depois pertenceu aos condes de Basto, transferindo-se por fim para os condes de Vimioso. Em 1840 Fafe foi elevada a villa, ficando o conc. com esta designação. A comarca foi creada por decreto de 3 de agosto de 1853, sendo augmentado o numero de freguezias. Dizem que o nome de *Fafe* provém d'uma illustre familia de appellido *Fafes*, que teve aqui o seu solar, segundo alguns affirmam. Foi senhor da povoação D. Godinho Fafes, filho primogenito de D. Fafes Luz, rico-homem e alferes-mór do conde D. Henrique, pae de D. Affonso I, de Portugal. Não se sabe quando foi fundada a povoação, mas presume-se que seja bem antiga, e fôsse habitada pelos celtas, e principalmente pelos romanos, porque nas escavações que se fizeram em junho de 1870 para a construcção da capella de Santo Ovidio, proximo da villa, appareceram varios objectos e moedas romanas, e uma estatua callaica, que se conserva na Sociedade Martins Sarmento, de Guimarães. Houve em Fafe um antiquissimo convento, de que se ignora a data da fundação e o nome do fundador, mas que deixou de existir, sendo reunido ao de frades jeronymos, de Santa Marinha da Costa, de Guimarães, que tinha, o privilegio de apresentar o vigario com o rendimento de 100$000 réis. A 12 k. de Fafe, proximo do logar de Luilhos, descobriu-se por acaso, nos principios do anno de 1870, uma nascente d'agua que rebenta d'uma rocha, e que se diz ser boa para a cura de molestias cutaneas e outras. O povo tem a superstição de que está ali enterrado o corpo de S. Silvestre, e por isso chama a esta fonte *Banhos de S. Silvestre*. A irmandade da Misericordia foi instituida em 23 de março de 1862, mas a primeira pedra do hospital de S. José, que ella administra, foi lançada a 6 de janeiro de 1859, sendo aberto aos pobres em 19 de março de 1863; fôram seus fundadores José Florencio Soares e outros negociantes de Fafe, estabelecidos no Brazil, concorrendo tambem o povo para esta obra. O edificio é vasto, elegante, e está em muito boas condições, tendo capacidade para mais de 200 doentes. O rico negociante do Brazil, Antonio Joaquim Vieira Montenegro, natural de Travassós, d'este concelho, que falleceu em Lisboa em janeiro de 1874, deixou no seu testamento o legado de 2:000$000 réis ao hospital; á camara municipal 7:000$000 réis para mandar construir uma escola do sexo masc. em Travassós; e 14:000$000 réis para a mesma camara mandar construir uma casa para asylo de meninas pobres, das differentes freguezias d'este concelho. Em Fafe anda-se edificando um grande templo de tres naves, estylo ogival. No monte de S. Jorge Magno ha grandes pedreiras de granito metamorphico e porphiroide, muito bom para construcções. Fafe possue tambem um asylo de infancia desvalida, um asylo de mendicidade, que não está ainda concluido, escolas para ambos os sexos; dois estabelecimentos fabris, vulgarmente conhecidos pela *Fabrica do Bogio* e *Fabrica do Ferro*; a do *Bogio*, é a mais antiga do conc.; fica aproximadamente a 7 k. da villa, emprega para cima de 200 operarios, sendo a sua especialidade os tecidos de algodão, vulgarmente chamados *flanellas de algodão*. Pertence a uma companhia. A Fabrica do Ferro é de mais amplas dimensões, pertencendo tambem a uma companhia; além de fiação, produz pannos brancos, sarjas, estamparia, etc., empregando mais de 400 operarios. Na villa faz-se uma romaria a Santo Ovidio, no 3.º domingo de agosto, feira a 16 e 17 de maio, e outra em todas as quartas feiras; tem est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de valles do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. D. e R. A. M.—Guimarães; advogados, medicos, pharmacias, notarios, agencias bancarias dos bancos *Alliança*, *Guimarães*, *Portugal*; e das companhias de seguros: *Garantia*, *Internacional*, *Lealdade* e *Probidade*; das companhias de vapores: *Companhia Real do Pacifico*, e *Mala Real Ingleza*; corporação de bombeiros voluntarios, theatro, jardim publico, construido n'um local elevado, de risco moderno, que é um dos sitios mais pittorescos da villa, d'onde se descobrem lindos pontos de vista até ás cumiadas da Lameira e da Penha, e as lombas do Morouço. Fafe pertence á 6.ª div. mil., 11.ª brigada, grande circumscripção mil. N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em

Amarante. O conc. é muito fertil em trigo e vinho; tem algum azeite, mel e cêra; cria muitos gados, e nos montes apparece bastante caça. Comprehende 35 freguezias, com 6:300 fog. e 27:297 hab., sendo 12:379 do sexo masc. e 14:918 do fem., n'uma superficie de 24:911 hect. As freguezias são: Santa Maria, de Aboim, 640 hab.: 299 do sexo masc. e 341 do fem.; Santa Christina, de Agrella, 319 hab.: 151 do sexo masc. e 168 do fem.; Santa Maria, de Antimes, 628 hab.: 291 do sexo masc. e 337 do fem.; Santa Marinha, de Ardegão, 270 hab.: 120 do sexo masc. e 150 do fem; S. Martinho, de Armil, 589 hab: 261 do sexo masc. e 328 do fem.; Santa Eulalia, de Arnozella, 278 hab.: 129 do sexo masc. e 149 do fem. (esta freg. está actualmente reunida á de Ardegão); Santa Christina, de Arões, 400 hab.: 209 do sexo masc. e 191 do fem.; S. Romão de Arões, 898 hab.: 437 do sexo masc. e 461 do fem; S. Mamede, de Cepães, 790 hab.: 370 do sexo masc. e 420 do fem.; S. Thomé, de Estorãos, 840 hab.: 340 do sexo masc. e 500 do fem.; Santa Eulalia, de Fafe, 3:655 hab.: 1:641 do sexo masc. e 2:014 do fem.; S. Martinho, de Fareja, 420 hab: 191 do sexo masc. e 229 do fem.; S. Vicente, de Felgueiras, e S. Bento, de Pedraido, ambas reunidas, 354 hab.: 153 do sexo masc. e 201 do fem.; Santa Comba, de Fornellos, 512 hab.: 216 do sexo masc. e 296 do fem.; S. Pedro, de Freitas, 685 hab.: 292 do sexo masc. e 393 do fem.; S. Lourenço, de Golães, 973 hab: 453 do sexo masc. e 520 do fem; Santa Eulalia, de Gontim, 210 hab.: 90 do sexo masc. e 120 do fem.; S. Martinho, de Medello, 388 hab.: 186 do sexo masc. e 202 do fem.; S. Miguel, de Monte, 836 hab.: 379 do sexo masc. e 457 do fem; S. Martinho, de Moreira de Rei, 1:556 hab.: 696 do sexo masc e 860 do fem.; S. Vicente, de Passos, 607 hab.: 276 do sexo masc. e 331 do fem.; S. Pedro, de Queimadella, 1:128 hab.: 525 do sexo masc. e 603 do fem.. S. Martinho, de Quinchães, 1:288 hab.: 596 do sexo masc. e 692 do fem.; S. Estevão, de Regadas, 761 hab.: 357 do sexo masc. e 404 do fem.; Santa Eulalia, de Revelhe, 672 hab.: 320 do sexo masc. e 352 do fem.; Santa Maria, de Ribeiros, 595 hab: 259 do sexo masc. e 336 do fem.; S. Bartholomeu, de S. Gens, 1:444 hab.: 648 do sexo masc. e 796 do fem.; S. Martinho, de Seidões, 466 hab.: 221 do sexo masc. e 245 do fem.; S. Julião, de Serafão, 1:112 hab.: 504 do sexo masc. e 608 do fem.; S. Clemente, de Silvares, 381 hab.: 177 do sexo masc. e 204 do fem.; S. Martinho, de Silvares, 701 hab.: 299 do sexo masc. e 402 do fem.; S. Thomé, de Travassós, 1:269 hab.: 564 do sexo masc. e 705 do fem.; Santa Maria, de Varzea Cova, 786 hab.: 360 do sexo masc. e 426 do fem.; S. Bartholomeu, de Villa Cova, 485 hab.: 211 do sexo masc. e 274 do fem.; S. Estevão, de Vinhós, 361 hab.: 158 do sexo masculino e 203 do feminino. O principal commercio do concelho é gado. || Jornaes: Teem sido publicados aqui os seguintes: *Annunciador de Fafe (O)*, 8 de junho de 1886; *Calvario da Granja (O)*, 21 de julho de 1886 a 10 de dezembro de 1888, continuado pela *Gazeta de Fafe; Correio de Fafe*, 12 de julho de 1885; *Desforço (O)*, 21 de setembro de 1892. Em publicação; *Ecco de Fafe*, 1900; *Folha de Fafe (A)*, 2 de outubro de 1889; *Gazeta de Fafe*, 5 de janeiro de 1889 a 31 de janeiro de 1891, em continuação do *Calvario da Granja; Jornal de Fafe*, (1.º) 1 de janeiro maio de 1885; *Jornal de Fafe (O)*, (2.º) 3 de de janeiro de 1892, em publicação; *Noticiarista*, 2 de fevereiro de 1890; *Povo de Fafe (O)*, 1906, em publicação; *Progresso de Fafe*, 9 de outubro de 1887; *Rubro (O)*, 14 de agosto de 1883; *Verdade (A)*, 21 de novembro de 1903, em publicação. Além d'estes jornaes, publicaram-se aqui os numeros unicos: *Fraternidade Academica*, 1889; *Marmelleiro (O)*, 1897.

Fafe de Cima. Pov. na freg. de S. Romão, de Mesão Frio, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Fafiães. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Gallegos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. | S. Miguel, de Barreiros, conc. da Maia, do mesmo distr. || Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo districto.

Fafião. Povoações nas freguezias: S. Lourenço, de Cabril, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || S. Isidoro, de Romariz, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Fafias. Pov. na freg. de S. Paio e conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Fafôa. Pov. e freg. de Santalia e conc. de Fafe, distr. de Braga.

Fafrarium. Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freguezia de Santo André de Brancavará, do concelho de Diu, na India.

Fagilde. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Baltar, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Mamede, de Caniçada, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. Miguel, de Fornos de Maceira Dão, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Fagulha ou **Faulha.** Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Cezimbra Castello, conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa.

Fagulhos. Pov. na freg. de S. Silvestre, de Bezelga, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Fagundes. Familia procedente de Gil Fernandes, natural de Merufe, descendente dos conquistadores da villa de Chaves, em commemoração d'esse feito, teve por armas cinco chaves de azul postas em santor, e por timbre duas chaves em aspa atadas com um torçal de prata.

Fagundes *(D. Adriana)*. Senhora muito versada em diversas linguas estrangeiras, que viveu no seculo XVIII, fallecendo em 1731. Era tambem dotada de tão prodigiosa memoria que decorou os livros da Genesis e Exodo, da Biblia, e todo o Novo Testamento, que fielmente repetia. Deixou em manuscripto: *Poesias varias a diversos assumptos.*

Fagundes *(Padre Estevão)*. Jesuita e afamado theologo. N. em Vianna do Castello em 1577, fal. na casa professa de S. Roque, de Lisboa, a 13 de janeiro de 1645. Era filho de Belchior Ledo de Barros e de sua segunda mulher Catharina Fagundes. Professou no collegio de Evora a 13 de janeiro de 1594. Durante 10 annos leu theologia moral no collegio de Braga, e 2 no de Portalegre. Nas horas vagas dedicava-se ao estudo. Publicou diversas obras religiosas em latim, cujos titulos veem mencionados na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. I, pag. 756. Entre estas obras se conta a intitulada: *Quæstiones de christanis officiis et casibus conscientiæ*, etc., que a inquisição de Hespanha condemnou por conter a opinião de que na quaresma se podiam comer lacticinios. O autor saiu

em defeza da sua opinião com um volume em folio, e afinal a inquisição deu-se por convencida, e em 1630 approvou o livro.

Fagundes *(José d'Oliveira)*. Advogado brazileiro. Era natural do Rio de Janeiro, sendo filho de João Ferreira Lisboa. Tornou-se muito conhecido por ter sido advogado dos revolucionarios de Minas Geraes em 1789, o que n'esse tempo era decerto um acto de coragem. A sua defeza ficou manuscripta, mas a sua sentença foi publicada na *Revista trimensal do Instituto do Brazil.*

Fagundes *(Padre Manuel)*. Jesuita; reitor dos collegios da sua ordem na ilha da Madeira, Porto, Lisboa, Evora e Coimbra, onde falleceu a 8 de dezembro de 1639. Era natural de Vianna do Castello, e filho de João Pires Fagundes e de Maria Martins. Professou no collegio de Coimbra a 2 de novembro de 1583. Escreveu: *Sermão no Auto da Fé que se celebrou na praça de Coimbra, Domingo 4 de maio de 1625*, Coimbra, 1625; *Sermão no Auto da Fé que se celebrou na cidade de Evora a 29 e 30 de Novembro de 1626*, Evora, 1626; *Dois Epigrammas* em louvor do padre Francisco de Mendóça.

Fagundes Jacome *(P. Antonio)*. Presbytero secular. N. em Vianua do Castello, e viveu no seculo XVII. Era filho de Belchior Martins Fagundes e de Catharina Fagundes. Escreveu: *Ramalhete de Myrrha e memorial da paixão de Christo nosso redemptor: Primeira parte*, Lisboa, 1630; consta de 3 dialogos, sendo interlocutores Terciano, ermitão, e Limaco, sacerdote. Não ha memoria que se publicasse a continuação.

Fagundo. Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Marinha Graude, conc. e distr. de Leiria.

Faia. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda; 629 hab. e 150 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 5 k. da séde do conc., e está situada na margem direita do rio Mondego. O ordinario apresentava o prior por concurso, que tinha 320$000 reis de rendimento. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. da Beira Alta, conc. de Sernancelhe, com. de Moimenta da Beira, distr. da Vizeu e bisp. de Lamego; 371 hab. e 85 fog. Tem esc. para o sexo fem. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada junto á margem da rio Tavora. A terra é fertil. Pertence á 2.ª div. mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Cabeceiras de Basto, distr. e arceb. de Braga; 631 hab. e 159 fog. Tem correio. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e passa-lhe proximo o rio Tamega. O grão-prior do Crato apresentava o abbade, que tinha 450$000 réis de rendimento. A terra é fertil e pertence á 6.ª divisão mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Povoações nas freguezias: ilha da Madeira: N. S.ª da Piedade, de Canhas, conc. de Pouta do Sol, distr. do Funchal. || Idem: N. S.ª da Luz, de Gaula, conc. de Santa Cruz, do mesmo distr. || S. André, de Rendufe, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || N. S.ª da Purificação, de Azêvo, conc. de Pinhel dis t., da Guarda.

Faial. V. *Fayal.*

Faiança. Louça de barro vidrado de pasta opaca, colorida ou esbranquiçada, delicada, de textura branda, fractura terrosa, coberta por um esmalte opaco, plombifero e estanifero. A faiança artistica apparece entre nós no seculo XVIII, sendo a primeira fabrica a mencionar se a de Massarellos, no Porto, que remonta a 1738; depois a fabrica do Rato, em Lisboa, cuja origem remonta a 1767; e por ultimo a fabrica do dr. Vandelli, em Coimbra, que é de 1784. No seculo XIX a louça das Caldas da Rainha attinge a sua maior delicadeza artistica com as faianças de Bordallo Pinheiro. (V. *Ceramica, Olaria e Porcelana)*. Bibliograipha: *Arte de louça vidrada*, traducção de Antonio Velloso Xavier, Lisboa 1805.

Faião. Pov. na freg. de S. João Degolado, de Terrugem, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Faias. Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira; freg. e conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal. || Ilha do Pico. N. S.ª da Piedade, de Ponta da Piedade, conc. de Lagens do Pico, distr. da Horta. || Ilha da Madeira; quinta na freg. de S. Pedro, conc. e distr. do Funchal. || Quinta na calçada de Carriche, freg. de S. João Baptista do Lumiar, 3.º bairro de Lisboa.

Faiazinha do Mosteiro. Enseada na ilha do Fogo, do archipelago e prov. da ilha de Cabo Verde, Africa Occidental.

Faifa. Pov. na freg. de S. Pedro, de Esther, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Fail. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Alta, conc., com., distr. e bisp. de Vizeu; 511 hab. e 112 fog. Tem esc. do sexo fem. e caixa post. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada na estrada real de Vizeu para S. João d'Areias. O vigario de S. Cypriano apresentava o cura, que tinha 8$000 reis de congrua e o pé d'altar. Pertence á 2.ª div. mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba-Dão.

Failacor. Reino do primeiro districto da prov. dos Bellos, da ilha de Timor, Oceania, no centro da prov. || Pov. do mesmo nome, na referida ilha e provincia.

Failde, Pov. na freg. de Santo Ildefonso, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 513 hab. e 85 fog. Tem esc. do sexo fem. e est. post. permutando malas com Bragança. A pov. dista 9 k. da séde do conc. A mitra apresentava o cura, que tinha 12$500 réis de congrua e o pé d'altar. Pertence a 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Faiões. V. *Santo Estevão de Faiões.*

Faiana. Pov. do conc., distr. e com. de Mossamedes, da prov. e bisp. de Angola. a E de Mossamedes.

Faisca. Pov. na freg. de S. Thomé, de Caldellas, conc. de Guimarães distr., de Braga.

Faiscas. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, de Arazede, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Fajã. Ilha das Flôres; pov. no conc. de Santa Cruz, distr. da Horta, archipelago dos Açôres, septentrional da ilha na costa á beira-mar; produz cereaes e legumes, e tem abundancia de peixe. ||

Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de S. Amaro, conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo; fica perto da costa, a 5 k. de distancia, a S E da villa de Vélas, confinante com a pov. de Santo Amaro. Tem gados e grandes pomares de laranja. || Ilha Graciosa; pov. na freg. de N. S.ª da Luz, conc. de Santa Cruz, distr. de Angra do Heroismo; produz cereaes e vinho. || Ilha da Madeira, distr. do Funchal, povoações nas freguezias: Santo Antonio, conc. do Funchal; S. Sebastião e conc. da Camara dos Lobos.

Fajã d'Agua. Pequeno porto da ilha Brava, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental, na costa S O da ilha, ao N do porto da Furna 16 a 20 m. de profundidade, podendo fundear embarcações de grande lotação. || Fertil valle da referida ilha; tem vinhedos. || Forte ribeira que atravessa o valle do mesmo nome, e vae desaguar no porto de Fajã d'Agua.

Fajã d'Além. Ilha de S. Jorge, pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Norte Grande, conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo.

Fajã Alta. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Jorge, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

Fajã do Amo. Ilha da Madeira; pov. na freg. e conc. de S. Vicente, distr. do Funchal.

Fajã da Areia. Ilha da Madeira; pov. na freg. e conc. de S. Vicente, distr. do Funchal.

Fajã de Baixo. Ilha de S. Miguel; pov. e freg. de N. S.ª dos Anjos, conc., com. e distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo; 901 hab. e 232 fog. Tem est. post. e esc. do sexo masc. A pov. está situada no interior da ilha, em terreno plano e fertil a 500 m. N E da cidade de Ponta Delgada. Tem cidreiras e laranjeiras. Pertence ao commando militar dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 26, com a séde em Ponta Delgada.

Fajã do Barro. Ilha Terceira; pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Regatos, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Fajã dos Bichos. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Bento, de Ribeira Brava, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Fajã dos Bodes. Ilha de J. Jorge; pov. na freg. de S. Thiago, de Ribeira Secca, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Fajã de Bois. Planalto do conc. de Paúl, na ilha de Santo Antão, do archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental; 600 m. acima do nivel do mar, ficando protegido dos ventos pelo monte Ribeirão da Corda.

Fajã do Calhão. Ilha de S. Jorge; pov. no conc. da villa de Vélas, distr. e bisp. de Angra do Heroismo. Tem cereaes e creação de gado.

Fajã dos Cardos. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª do Livramento, do Curral das Freiras, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

Fajã do Cedro Gordo. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Roque do Fayal, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

Fajã de Cima. Ilha de S. Miguel; pov. e freg. de N. S.ª da Oliveira, conc., com. e distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo; 2:424 hab. e 570 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. Fica situada no interior da ilha, em terreno plano, e a pouca distancia da séde do distr. O terreno é fertil e tem bons pomares. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 26, com a séde em Ponta Delgada.

Fajã dos Cubres. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de S. Thiago, de Ribeira Secca, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Fajã e Eiras. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Canhas, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Fajã Escura. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª do Livramento, do Curral das Freiras, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

Fajã Grande. Ilha das Flôres; pov. e freg. de S. José, conc. das Lagens, com. da mesma ilha, distr. de Horta, bisp. de Angra do Heroismo; 1:065 hab. e 290 fog. Tem escolas para ambos os sexos e caixa post., permutando malas com as Lagens. Esta freg. foi annexada ao conc. de Santa Cruz das Flôres, por decreto de 18 de novembro de 1895 que supprimiu o de Lagens das Flôres, mas voltou a este por ter sido restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. A pov. pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n. 25, com a séde em Angra do Heroismo. || Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santa Quiteria, de Boa Ventura, conc. de S. Vicente, distr. do Funchal. || Idem; pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Fayal, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal. || Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de Santa Catharina e conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Fajã do Mar. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Braz, do Arco da Calheta, conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Fajã do Mero. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de S. Lazaro, de Norte Pequeno, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Fajã da Murta. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Fayal, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

Fajã da Neca. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de S. Lazaro, de Norte Pequeno, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Fajã da Ortiga. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Bento, de Ribeira Brava, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Fajã da Ovelha. Ilha da Madeira; pov. e freg. de S. João Baptista, conc. da Calheta, com. de Ponta do Sol, distr. e bisp. do Funchal; 2:577 hab. e 593 fog. Tem esc. do sexo masc., e est. post. permutando malas com a Calheta. Pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.º 27, com a séde no Funchal. Na pov. ha um cabo aereo para a conducção de madeiras para a praia da freg. do Paul do Mar, na altura de 500 m. Um canal de irrigação distribue pela freguezia, agora fertil, as aguas da ribeira da Janella.

Fajã dos Padres. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Braz, de Campanario, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

Fajã e Palmeira. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª de Guadalupe, de Porto da Cruz, conc. de Machico, distr. do Funchal.

Fajã da Parreira. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santo Antão, de Seixal, conc. de Porto Moniz, distr. do Funchal.

Fajã do Penedo. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santa Quiteria, de Boa Ventura, conc. de S. Vicente, distr. do Funchal.

Fajã do Pouso. Ilha da Madeira; pov. na freg. e conc. de S. Vicente, distr. do Funchal.

Fajã Redonda. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de S. Thiago, de Ribeira Secca, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo. || Ilha da Madeira; Pov. na freg. de N. S.ª d'Ajuda, de Serra d'Agua, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Fajã da Ribeira. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Bento, de Ribeira Brava, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Fajã do Rollo. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Luz e conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Fajã de Rollos. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santo Antonio da Serra (1.ª parte), conc. de Machico, distr. do Funchal.

Fajã de São João. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Topo, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Fajã dos Tijollos. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de S. Thiago, de Ribeira Secca, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Fajã das Vaccas. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santo Antonio da Serra, (1.ª parte), conc. de Machico, distr. do Funchal.

Fajã Velha. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Braz, de Campanario, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

Fajã dos Vimes e Bica. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de S. Thiago, de Ribeira Secca, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Fajã dos Vinhaticos. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª d'Ajuda, de Serra d'Agua, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || Idem; pov. na freg. e conc. de S. Vicente, do mesmo districto.

Fajão. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. do Douro, conc. e com. da Pampilhosa, distr. e bisp. de Coimbra; 1:273 hab. e 264 fog. Tem esc. de sexo masc. e est. post., permutando malas com Arganil. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada na serra do mesmo nome. O collegio dos conegos regrantes de Santa Cruz de Coimbra, apresentava o cura, que tinha 30$000 réis e o pé d'altar. Foi conc., ha muito supprimido. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. || Serra no distr. de Coimbra; ramificação da serra da Estrella, com um pico de 1:408 m. de altura.

Fajarda. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Fajardo. Familia que tinha o seu solar na Galliza, em Santa Martha da Ortigueira. Passando a Portugal, no tempo de D. Affonso V, teve permanencia na villa de Penella. Pedro Gallego Fajardo, sobrinho de D. Gonçalo Peres, mestre de Calatrava, foi o primeiro que teve esta alcunha, que se tornou em appellido, e passou aos seus descendentes. Tem por armas: em campo de ouro tres pés de ortigas de verde sobre tres montes da sua côr que sáem de um mar que é contra chefe; timbre, meio urso de ouro com um ramo de ortigas na mão direita.

Fajãs do Norte. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Topo, conc. da Callheta distr. de Angra do Heroismo.

Fajãsinha. Ilha das Flôres pov. e freg. de N. S.ª dos Remedios, conc. das Lagens, com. da mesma ilha, distr. da Horta, bisp. de Angra do Heroismo; 610 hab. e 191 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e est. post. permutando malas com as Lagens. Produz cereaes, legumes; tem boas madeiras, abundancia de peixe e creação de gado. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. Fajãsinha foi annexada ao conc. de Santa Cruz das Flôres, por decreto de 18 de novembro de 1895, que supprimiu das Lagens das Flôres, mas voltou a este, por ter sido restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898.

Fajó. Pov. na freg. de S. Vicente, de Penso, conc. e distr. de Braga.

Fajões. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 1:062 hab. e 245 fog. Tem est. post. permutando malas com Oliveira de Azemeis. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada entre serras. Tem creação de gado bovino. A abbadessa do convento de S. Bento da Ave Maria, do Porto, apresentava o reitor, que tinha de rendimento 22$000 réis e o pé d'altar. A egreja foi fundada ou reedificada em 1550. Esta pov. é muito antiga. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

Fajozes. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Villa do Conde, distr. e bisp. do Porto; 612 hab. e 110 fogos. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 5 k. da séde do conc. O real padroado apresentava o abbade, que tinha 350$000 réis de rendimento. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto.

Falagueira. Povoação na freguezia de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa. Ha aqui um chafariz, cuja historia se encontra, a pag. 97 da *Memoria dos Chafarizes*, de Velloso de Andrade. Quando se construiu o aqueducto das Aguas Livres appareceu n'este sitio uma pequena nascente, que por ficar inferior á linha do encanamento se despresou, fazendo-a correr por um desaguadouro para o rio proximo. Vendo, porém, a Junta das Aguas Livres, que podia ser aproveitada a agua em beneficio dos moradores do sitio, determinou em 15 de setembro de 1773 que se fizesse uma bica com tanque, mettida na parede do proprio aqueducto. || N. S.ª da Purificação, de Pontével conc. do Cartaxo, distr. de Santarem. || S. Mathias, de Caixeiro, conc. de Niza, distr. de Portalegre.

Falagueiro. Pov. na freg. de N. Senhora da Purificação, de Asseiceira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Falances. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Rio Caldo, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga.

Falca. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santa Quiteria, de Boa Ventura, conc. de S. Vicente, distr. do Funchal. || Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Pataias, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Falcão. Familia antiquissima, que remonta ao anno de 1104, da era de Cesar, em que Falcão Paes fez doação ao prior de S. Miguel de Pendorada, chamado Miguel, e a seus monges, de Villa-septa, como consta do cartorio do mesmo

convento, allegado pelos antiquarios Fr. Bernardo de Braga e Gaspar Alvares Lousada: de maneira que este appellido não é alcunha e sim patronimico, porque se acha PedroFalcão, morador em Chaves, no tempo de el-rei D. Diniz, e no de el-rei D. Pedro I vivia em Evora, Lourenço Annes Falcão, e o dito rei lhe coutou a sua herdade de Alva-randeus, que el-rei D. Fernando lhe confirmou em 1405 da era de Cesar, muitos annos antes de vir a Portugal o dito João Falcão. São suas armas, em campo azul tres bordões de Sant-Iago de prata, com os nós vermelhos e fer-

Brazão d'armas da familia Falcão

rados de ouro, postos em pala; timbre um falcão de sua côr, com um dos bordões no bico e pé direito. Acham-se no livro da Nobreza, na Torre do Tombo, fl. 14. Segundo Villas Boas, o armidouto na sua *Nobiliarchia portugueza*, pag. 273, da edição de 1676, ha outra familia d'este appellido, que é descendente de Mozé Falcão, que veiu a Portugal com a rainha D. Filippa, mulher d'el-rei D. João I. Parece que as suas armas são eguaes ás precedentes e outros lhe dão o escudo partido em pala, tendo no primeiro em campo verde cinco conchas de prata, e no segundo tres barras vermelhas atravessadas em campo de prata.

Falcão. Peça de artilharia usada nos seculos XVI e XVII, cujo calibre variou muito segundo os paizes e os epocas. No meado do seculo XVI o peso medio do falcão era de 700 kilos e o projectil uma bala de cêrca de 800 grammas.

Falcão. Genero de aves rapaces, voadores velozes. O falcão é muitas vezes reproduzido nos escudos; quando não tem ornatos nem accessorios, diz-se que é *natural*. Diz-se que é *coberto*, quando é coberto com o chaparão; e *costeado* quando tem nos pés as argolas ou os laços; *empoleirado* quando está pousado n'um ramo ou n'um poleiro; *agrilhoado* quando tem campainhas nos pés ou no pescoço.

Falcão *(Antonio de Mena)*. Bacharel em medecina pela Universidade de Coimbra. N. em S. Vicente da Beira a 22 de fevereiro de 1722. Ignora-se a data do fallecimento Era filho de Manuel Antonio Falcão, professor de medicina, e de Joanna Barata. Foi para o Porto na edade de 8 annos, e ali estudou grammatica e philosophia; frequentou depois o curso de medicina na Universidade, formando-se aos 23 annos. Casou com uma senhora, chamada Maria Angelica, e tendo enviuvado recebeu ordens de presbytero, que lhe conferiu D. Fr. José Maria da Fonseca e Evora, bispo do Porto, em cuja cidade exercia clinica, com grande credito do seu nome. Escreveu: *Historia Physico-medica das Caldas do Gerez.* Parece que não chegou a imprimir-se.

Falcão *(Ayres)*. Castellão de Diu, proposto capitão-mór de Sofala. Por carta escripta de Almança em 2 de março de 1586, autorisou Filippe I ao vice-rei da India para nomear capitão-mór de Sofala a Ayres Falcão, filho de Luiz Falcão, conforme a proposta que lhe havia sido remettida em 22 de março de 1584. Tendo sido provido em castellão de Diu, mandou se ficar sem effeito a mercê da capitania de Sofala.

Falcão *(Braz)*. Ourives do ouro, encartado no logar de abridor de cunhos da Casa da Moeda de Lisboa, em 10 de juuho de 1617, pela renuncia que fez em seu favor Balthazar do Valle. Parece que falleceu em 15 de setembro de 1646. As moedas com o nome de Filippe e um B, ao lado do escudo das armas de Portugal, são do tempo d'este ensaiador. Havia então a pratica de gravar na moeda a inicial do nome.

Falcão *(Christovão)*. Poeta que floresceu no reinado de D. João III. Foi commendador da ordem de Christo e governador da ilha da Madeira. Nasceu em Portalegre, pelo anno de 1495. Fôram seus paes João Vaz de Almada Falcão, antigo capitão da Mina, e D. Brites Pereira; aquelle filho segundo de João de Sousa Falcão, trinchante d'el-rei D. Affonso V e senhor dos direitos da Guarda e de D. Lucia de Almada, filha de João Vaz de Almada, rico-homem e vêdor da Casa Real; e D. Brites, filha de Ruy Fernandes, homem honrado da cidade de Portalegre, ainda aparentado com os duques de Bragança por contar entre os seus antepassados um avô de Nuno Alvares. Por sua parte João Vaz de Almada Falcão procedia de uma nobre familia ingleza, que passou a Portugal na pessoa de João Falcão, da comitiva da rainha D. Filippa de Lencastre. Pouco se sabe da vida do poeta, a não ser o que se encontra no livro do sr. Theophilo Braga *Bernardim Ribeiro e os bucolistas* e n'um artigo publicado no jornal *O Seculo* em 11 de dezembro de 1905, pelo sr. Antonio Sardinha, sendo este ultimo trabalho fundado sobre um *Nobiliario* da bibliotheca de Evora (N.º CXVII — 19). O poeta deveu a celebridade a umas poesias que escreveu e dedicou a uma senhora, com a qual se suppoz durante muito tempo que viera a casar. Essas poesias fôram impressas com o titulo de *Trovas de Crisfal* e publicadas em Lisboa, nos annos de 1571, 1619 e 1639. Não foi Christovão Falcão filho unico; teve mais dois irmãos e uma irmã a saber: 1.º Damião de Sousa Falcão, morto no Oriente, casado com D. Jeronyma Coutinha, viuva de Jeronymo de Figueiredo e filha de Garcia Juzarte, de quem houve a D. Maria de Castro, que desposou o filho do poeta; 2.º Barnabé de Sousa Falcão, commenda-

dor do Cano, na ordem de Aviz, e marido de D. Brites d'Oliveira, que não tendo descendencia, deixou os seus bens a seus sobrinhos, Christovão Falcão de Sousa e D. Maria de Castro; 3.º D. Brigida de Sousa, que casou com Antonio Vaz Mergulhão, homem honrado, de Portalegre tambem, e de quem houve dois filhos. Enviuvando, passou a segundas nupcias com Heitor de Figueiredo, alcaide-mór de Borba. Muito considerado por D. João III, Christovão Falcão obteve d'elle inequivocas provas de estima e apreço, a ponto de tomar parte n'uma espinhosa missão diplomatica a Roma em 1542. No citado livro inscreve o sr. Theophilo Braga uma preciossima carta, na qual Christovão Falcão, n'uma linguagem colorida e elegante, dá conta do occorrido ao rei. Voltando a Portugal, envolveu-se n'uma questão com o meirinho de Portalegre. Esteve preso por ferimentos, mas uma carta régia, datada de Almeirim aos 16 de junho de 1551, perdoou-lhe o delicto. Fallecida sua irmã em 10 de outubro de 1548, sáe o poeta a favor de um seu sobrinho, filho d'ella, cuja fortuna o padrasto queria capciosamente apanhar por meio de um casamento. Dirigiu então uma longa carta a D. João III, pedindo-lhe a sua intervenção. Este ultimo documento é muito elucidativo para a vida do poeta. Como em Evora existiram por este tempo duas familias, completamente differentes, do appellido Falcão, ha alguns homonymos do poeta que teem sido identificados com elle. Uma d'essas familias, a proveniente de Lourenço Annes Falcão, que tinha os seus paços na rua de Alconchel, contou no numero dos seus membros a Christovão Falcão, enterrado pela Misericordia em 24 de maio de 1550, e que se julgou ser o poeta, e depois seu trisavô, Christovão Falcão; André Falcão de Resende, poeta quinheutista bastante apreciavel, e Juzarta Lopes, mãe de outro Christovão Falcão, e que do obituario da referida Misericordia se infere ter sido sepultada em 16 de fevereiro de 1556. Ramificaram-se estes Falcões para Vianna do Alemtejo. A outra familia, a do poeta, teve como representante distincto um Christovão Falcão, casado com D. Izabel de Albuquerque. Com respeito aos Falcões de Vianna, destacam-se n'elles Diogo Falcão, que apparece em 1475 vencendo a tença de 750 réis como escudeiro fidalgo da Casa Real, e em 1477 a de 800 réis, e seu filho Christovão Falcão, que figura como capellão, ganhando 900 réis, no *Livro das Moradias de D. João III*. Tendo-se enamorado doidamente o poeta por D. Maria Brandão e vendo correspondido o seu amor, não tardou em combatêl o tenazmente o egoismo inquebrantavel do coutador do Porto, João Brandão, pae de Maria, que de maneira nenhuma queria a filha ligada ao primogenito do antigo capitão da Mina, que nada tinha de seu. Muito jovens ainda, e vendo coagida assim a sua affeição que d'este modo redobrava, casaram-se a furto os dois amantes, o que no seculo XVI era vulgar e que, pouco mais ou menos, equivalia a um casamento clandestino. Descoberto este facto, foi D. Maria Brandão mandada para Evora para casa de uns parentes afim de a affastarem de Christovão, que, apesar de todos os obstaculos, a continuou a vêr. Mas a austeridade e o orgulho de João Vaz de Almada Falcão, que se julgava mais nobre que os Brandões, interveiu oppondo se com todo o rigor paterno á vontade de seu filho; submetteu-o durante *cinco annos* a carcere privado em sua propria casa, em Portalegre. N'este prazo de tempo, os irmãos de Maria, que se recusára a um casamento de conveniencia, tentaram, quebrar-lhe a vontade mettendo-a abruptamente n'um convento remoto: — o de Lorvão. Convencida de que Christovão a amava sómente pela sua riqueza, e para se livrar do martyrio da clausura, Maria vão tardou a romper com elle e a unir-se a um tal Luiz da Silva, de Elvas, capitão de Tanger e que ficou nos campos de Larache n'uma sortida de moiros. Segundo o sr. dr. Theophilo Braga este Luiz da Silva era filho de Tristão da Silva e de D. Margarida de Arça; segundo o sr. Sardinha: «Houve certamente confusão de homonymos, pois que Fernão d'Oliveira e Sousa, commendador de Christo, e D. Guiomar da Silva é que fôram seus paes, e era bisneto de Gomes da Silva, capitão-mór de Ceuta. Teve um irmão, Pero da Silva, cavalleiro de Malta, e o avô materno, tambem Pero da Silva, dá-se noticia d'elle e de um seu irmão, José da Silva, como escudeiro fidalgo com exercicio no Paço em tempos de D. Duarte. Luiz da Silva, quando desposou D. Maria Brandão, não podia ser já muito novo, porque apparece nas *Moradias de D. Manuel* como cavalleiro, e com a tença de 42$000 réis, o que era consideravel.» Tendo casado a sua adorada Maria, a dôr de Christovão foi despedaçadora, e d'ella nasceu esse formosissimo desabafo, essa peregrina joia de delicioso bucolismo que elle denominou *Chrisfal*, das primeiras syllabas do seu nome e appellido. A tradição dizia que o poeta não casara porque não o fôra com a sua dama querida e que morrera solteiro na India, mas o sr. Sardinha, destruindo a lenda, no artigo citado, diz: «Christovão Falcão casou, e casou com uma senhora D. Izabel Caldeira. Proclama-o o *Nobiliario* de Fr. Bartholomeu de Azevedo, que existe em Evora, e proclama-o claramente a folhas 41: *Christovam Falcão dalcunha o Chrisfal: foi casado com D. Isabel Caldeira de quem não houve filhos, mas ouve em hua molher solteira hum que se chamou Christovam Falcão tambem*» Para averiguar a procedencia de D. Izabel Caldeira, accrescenta: «Lembrei-me que Barnabé, o irmão do poeta, vivia em Alter do Chão administrando um vinculo, instituido por seu tio Pedro Falcão, e que ali o apellido Caldeira remontava ao fins do seculo XV. O poeta iria de visita ao irmão, e muitas vezes, e n'uma d'essas occasiões era natural que se relacionasse com os Caldeiras e, preso dos encantos de alguma das suas filhas, casasse com ella. Pois não me enganei. Encarregando alguem de me informar, foi-me dito ha dias, que effectivamente de um Obituario, já muito gasto e esfarrapado, se deduzia com difficuldade que aos 7 de maio de 1553 fallecêra *«com os sacramentos Isabel Caldeira, m. de Xpovão Falcam e filha de mestre Mendo Caldeira e de Mór Dias»*. Do anno da morte de Christovão não pude averiguar; comtudo, quero crêr que elle seria 1558. Emquanto ao filho, Christovão Falcão de Sousa, casado com D. Maria de Castro, filha de seu tio Damião e herdeiros os dois de Barnabé de Sousa, sei que foi governador da Madeira, commendador de Santa Maria de Casães e «general de hua armada». Teve dois filhos,—João de Sousa

Falcão e Aurelio de Sousa Falcão. Este morreu na India muito moço e sem descendencia; aquelle casou duas vezes:—a primeira com D. Maria da Silva, filha de D. João Homem, da casa do duque de Aveiro, e a segunda com uma senhora de appellido Figueiredo. Só da primeira houve prole. Teve tres filhos varões, que se finaram creanças, e uma filha D. Joanna de Castro, avó de Antonio de Souza Falcão, que em 1750 vivia ainda e era casado com uma filha de D. Antonio Carcomo. N'este Antonio de Sousa Falcão supponho que se extinguiu a descendia directa do poeta».

Falcão *(Domingos)*. Nomeado por carta régia, dada em Lisboa a 19 de setembro de 1623, para servir no ensaio e abertura de cunhos como ajudante do seu tio Braz Falcão na Casa da Moeda de Lisboa, sem tal serviço lhe dar direito a ordenado algum, mas na condição de por morte de seu tio ficar com os officios.

Falcão (*Eusebio Francisco Fernandes*). Individuo que pelos seus serviços á causa liberal, pouco depois de entrar em Coimbra o exercito miguelista em 26 de junho de 1828, foi preso, mettido na cadeia da Portagem, e d'aqui remettido para as prisões de Almeida, onde soffreu as maiores durezas e maus tratamentos durante 6 annos, até poder libertar-se com os mais presos no dia 18 de abril de 1834. Não se contentaram o governo e autoridades em perseguir Euzebio Falcão, pois que foi egualmente presa sua mulher, D. Thereza Amalia Fernandes Falcão, senhora de nobre familia, a qual esteve nas cadeias do Aljube de Coimbra, Penella, Miranda do Corvo e outras, em companhia de sua irmã D. Maria Helena Fernandes Falcão, mãe do fallecido Jeronymo Fernandes Falcão, que tambem foi perseguido e preso, e exerceu posteriormente, por muito tempo o emprego de escrivão de fazenda no concelho de Coimbra. D. Thereza Amalia Fernandes Falcão falleceu na sua casa de Pousafolles (Miranda do Corvo), com 102 annos de edade.

Falcão (*Gonçalo*). Um dos mais brilhantes defensores de Diu no primeiro cêrco, em que era governador da praça Antonio da Silveira. Commandou o baluarte de S. Thiago, em cuja defeza se portou heroicamente.

Falcão *(João)*. Fidalgo que serviu na India. Tendo tido uma desavença com outro fidalgo chamado D. João Manuel, reptou o; passando-se porém, este facto nas vesperas da partida de D. João de Castro para Diu, quando este foi em soccorro de D. João Mascarenhas, ajustaram os dois adversarios que em occasião de tanta necessidade deviam poupar-se para servirem ao seu rei, e levados d'essa idéa combinaram entre si, perante os juizes que escolheram, addiar o desafio para a campanha, onde o primeiro que subisse com maior valor o muro dos inimigos, ficaria reputado vencedor no duello. Celebrado este pacto embarcaram na esquadra, e chegando a Diu, trataram de ter as escadas promptas para o assalto; com um denodo heroico começaram ambos a subir ao mesmo tempo. Falcão chegando á borda do muro, perdeu a vida ás cutiladas e lançadas; a D. João Manuel fôram-lhe cortadas as mãos, mas ainda assim não desistiu, até que foi morto com um golpe na cabeça.

Falcão *(Joaquim José)*. Coronel do batalhão movel, ministro de Estado, administrador da Casa de Bragança, conselheiro de Estado extraordinario. N. em Lisboa a 14 de abril de 1796, fal. a 6 de junho de 1863. Entrou activamente na politica depois de 1834, mostrando-se muito partidario da Carta Constitucional. Foi coronel do 1.º batalhão movel, e nomeado interinamente ministro da marinha a 14 de setembro de 1842, conservando-se n'esta posição até ser nomeado ministro effectivo na mesma pasta em 3 de maio de 1845. Este ministerio demittiu se em 20 de maio de 1846. Tornou a fazer parte do ministerio, encarregando-se então da pasta da fazenda, sendo exonerado, no dia 18 de novembro de 1847, cargo de que foi exonerado, a seu pedido, a 29 de janeiro de 1849. Mais tarde foi nomeado administrador da Casa de Bragança. Retirando-se depois da politica, falleceu quasi esquecido.

Falcão *(José)*. V. *Falcão (José Joaquim Pereira)*.

Falcão *(José Anastacio)*. Politico e escriptor. N. em Leiria, pelos annos de 1786, ignora-se a data do fallecimento. Em 1813, ou pouco depois, foi preso e processado em Lisboa por crimes civis, sendo condemnado a degredo temporario para a Africa. Cumpriu o degredo em Angola, onde exerceu a profissão de advogado provisionado, entregando-se juntamente ao commercio. Quando ali chegou a noticia da revolução de agosto de 1820, foi José Anastacio Falcão um dos que mais concorreram para que em Angola se proclamasse em principios de 1821 a adherencia e submissão ao governo constituido em Portugal. De Angola passou ao Rio de Janeiro, vindo depois para Lisboa. Em 1827 partiu novamente para o Brazil, e em 1829 estava em Paris, seguindo sempre uma vida aventurosa e irrequieta, procurando tomar parte activa em todas as occorrencias e crises politicas por que o reino passou n'esse intervallo, e ainda depois. Em 1809 e 1810 fôra redactor ou collaborador d'um jornal intitulado *Gazeta d'Almada*, correndo por sua conta a publicação d'alguns numeros, que chegou, parece, até ao n.º 26. Em 1808 publicava tambem o seguinte opusculo: *Viagem de Loison ao inferno*. O seu nome deixou de apparecer depois de 1829, ignorando-se a data e o local do seu fallecimento. Dedicando-se á litteratura, publicou o seguinte: *Elogio ao ill.mo e ex.mo sr. marechal Beresford*, Lisboa, 1811; *Carta dirigida aos habitantes de Angola*, Rio de Janeiro, 1821; *O Alfayate constitucional; dialogo entre o alfaiate e os freguezes, 4 partes*, Rio de Janeiro, 1821; a segundo parte tem um supplemento; *Os anti-constitucionaes; prova-se que são maus christãos, maus vassallos, e os maiores, inimigos da nossa patria; 1.ª parte* Rio de Janeiro, 1821; parece que se não publicou a segunda parte. *Heroica resolução do sr. infante D Miguel, e manifesto dos motivos que deram origem á regeneração do memoravel dia 5 de julho de 1823*, Lisboa, 1823; *Provas incontestaveis a favor da legitimidade, e do indispensavel direito que tem á corôa de Portugal o sr. D. Pedro IV, etc.*, Lisboa, 1827; firmado com as iniciaes J. A. F; *De l'état actuel de la Monarchie portugaise, et des cinq causes de sa decadence*, Paris 1829, com o retrato do autor. Diz Innocencio Silva, no vol. 4.º, pag. 232, do *Diccionario bibliographico*, que das producções do autor é esta a mais importante, e póde ser ainda hoje de algum interesse para a historia nacional. Foi traduzida em portuguez

com o titulo de *Estado actual da Monarchia portugueza*, e saiu impressa em Pernambuco, 1834.

Falcão *(José Joaquim Pereira).* Doutor e lente cathedratico de Mathematica na Universidade de Coimbra, jornalista, escriptor, etc. N. no logar da Pereira, conc. de Miranda do Corvo, em 1 de junho de 1841; fal. em Coimbra a 14 de janeiro de 1893. Era filho de Leonardo Fernandes Falcão, bacharel em Direito, e de D. Maria Miquelina Xavier Pereira. Matriculou se em 1858 nas faculdades de Mathematica e Philosophia, doutorando-se em Mathematica a 31 de julho de 1869. Foi um dos candidatos ao concurso d'um logar de lente substituto na referida faculdade, para o qual teve nomeação em agosto de 1870. Foi nomeado ajudante do Observatorio Astronomico em 8 de setembro de 1870; promovido a lente cathedratico em 7 de maio de 1874, a primeiro astronomo em 13 de março de 1888 e nomeado director interino do Observatorio em 28 de julho de 1890 Depois do seu doutoramento teve a nomeação de socio effectivo do Instituto de Coimbra. José Falcão casou em 23 de janeiro de 1871 com D. Beatriz Maria de Campos Vidal, filha do dr. Antonio José Rodrigues Vidal, antigo lente e decano da faculdade de Philosophia, deputado do partido historico, e de D. Luiza Libania Vieira de Campos. Teve dois filhos, um dos quaes, o sr. Paulo José Falcão, advogado no Porto, foi eleito deputado republicano por esta cidade, juntamente com os srs. Xavier Esteves e Affonso Costa. Em 1875, para facilitar o ensino aos estudantes de mathematicas, publicou, extrahido do livro do allemão dr. Otto Hesse, uma *Theoria dos determinantes* Mereceram-lhe sempre os maiores cuidados os assumptos de instrucção publica. Na imprensa periodica occupou-se das reformas do ensino secundario, que appareceram no seu tempo, como o fez na *Discussão*, jornal republicano do Porto. Todas as questões portuguezas lhe provocavam a meditação e o estudo. Causou-lhe grande indignação a ferocidade da repressão da insurreição communista em França; com a leitura dos jornaes inglezes tinha sempre conhecimento das violencias praticadas pelas tropas de Versailles, depois da sua entrada em Paris. A este respeito escreveu um opusculo vehemente e eloquente, com o titulo de *A communa de Paris e o governo de Versailles*, tendo no fim a indicação de ter sido impresso na imprensa da Universidade, sem trazer o nome do autor nem a data da publicação, mas sabe-se que foi em 1871. Este opusculo teve duas edições dentro d'um mez. O presidente do conselho de ministros, então o marquez d'Avila e Bolama, mais tarde duque do mesmo titulo, mandou processar o autor por causa d'esta publicação, mas o juiz do processo, o dr. Trigueiros, não admittiu a querella; o delegado appellou para a relação do Porto, a qual confirmou o despacho do juiz; mais tarde, o ministro da justiça, Barjona de Freitas, mandou trancar o processo A publicação d'este opusculo serviu de pretexto para ser demittido o director da imprensa da Universidade. Em 1878 fundou o dr. José Falcão em Coimbra, de collaboração com o dr. Augusto Rocha e com o engenheiro Alexandre da Conceição, o semanario republicano *A Justiça*, onde inseriu muitos artigos sobre politica estrangeira, cujos incidentes se guia com assiduidade. Em 1884 publicou-se em Coimbra, sendo impressa na Imprensa Litteraria, a *Cartilha do Povo*, sem trazer o nome do autor. E' um escripto notavel de propaganda republicana, e contra os abusos do systema eleitoral e de recrutamento. Teve 4 edições no mesmo anno, sendo a 1.ª em maio, de 3:000 exemplares; a 2.ª em junho, de 7:000; a 3.ª em agosto, de 10:000; e a 4.ª em novembro, de 10:000. Em fevereiro de 1885 saiu a 5.ª edição de 5:000 exemplares; mais tarde, depois do movimento militar do Porto em 1891, uma commissão de estudantes republicanos de Coimbra realisou ainda uma nova edição, que foi distribuida em numero de 20:000 exemplares por todo o paiz. A primeira cadeira, que regeu na Universidade, foi a de mathematica celeste, e quando falleceu regia a cadeira de astronomia,

Dr. José Joaquim Pereira Falcão

tendo a seu cargo a publicação das ephemerides do Observatorio Astronomico, do qual foi nomeado director interino em 28 de julho de 1890. N'este anno foi proposto para deputado republicano pelo circulo de Coimbra, nas eleições realisadas em 30 de março. Depois da mallograda tentativa revolucionaria de 31 de janeiro de 1891, o dr. José Falcão foi ao Porto com a incumbencia da distribuição de soccorros pecuniarios que, para as victimas d'esse movimento, tinha recebido de amigos seus e de portuguezes residentes no Brazil; n'essa occasião accedeu ao pedido que lhe fizeram alguns correligionarios portuenses, para que tomasse a iniciativa de reorganisar o partido republicano no norte do paiz, e assumisse a chefia effectiva. O dr. José Falcão começou a escrever artigos politicos na *Voz Publica*, e convocou uma reunião magna no Porto, da qual saiu o *Manifesto* que redigira, e foi assignado por um importante numero de pessoas qualificadas socialmente, e que pela primeira vez entravam na vida activa da politica militante. Foi proposto a deputado pelo circulo de Lisboa, nas eleições de 23 de outubro de 1892. A saude, porém, do dr. José Falcão, que sempre fôra muito precaria, foi-se aggravando, e não tardou a rece-

ber-se no Porto a noticia da sua morte em Coimbra, que causou a maior consternação. Os republicanos de Coimbra mandaram collocar, na casa onde falleceu, uma lapide commemorativa, de desenho de A. Gonçalves, sendo o trabalho em pedra de João Machado. Em 1894 formou se uma commissão, composta das principaes pessoas do partido republicano em Coimbra, para a publicação d'um volume em homenagem, tendo por titulo *Memoria a José Falcão*, em que se reuniram os escriptos que sairam em toda a imprensa periodica portugueza, por occasião do fallecimento, e os discursos que se pronunciaram no cemiterio no seu funeral. N'este volume em referencia, vê-se a mascara em gesso tirada ao cadaver do por Francisco Meira, sob a direcção de João Vieira, de quem é a aguarella, sendo a gravura de L. Lallemant. O dr. José Falcão collaborou em diversos jornaes politicos e em varias revistas scientificas, entre as quaes se conta: o *Instituto*, de Coimbra, em que publicou os seus *Estudos sobre o circular meridiano*. Bibliographia: *Theses ex adplicata mathesi deprompta*, Coimbra, 1868; *Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas na faculdade de mathematica*, Coimbra, 1869; versa sobre este argumento: *Qual seria o effeito de um meio resistente no movimento dos corpos que compõem o systema planetario?*; *A communa de Paris e o governo de Versailles*, Coimbra, 1871; *Theoria dos determinantes, extrahida do livro do dr. Otto Hesse «Vorlesungen über analytische geometrie des raumes»*, Coimbra, 1875; *Os estatutos do marquez de Pombal revogados por uma portaria do sr. José Luciano de Castro*, Coimbra, 1879; sem nome do autor; *Comparação do methodo teleologico de Wronski com os methodos de Daniel Bernouilli e Euler para a resolução numerica das equações*, Coimbra, 1880; é a dissertação de concurso para o logar de lente substituto na faculdade de Mathematica; *Carta ao sr. ministro do reino Antonio Rodrigues Sampaio, sobre a reforma de instrucção secundaria*, Coimbra, 1881; sem o nome do autor; *A Africa e as colonias portuguezas; I. A questão do Zaire*, Coimbra, 1883; *Cartilha do povo*, que já acima citámos.

Falcão *(José Mesquita)*. Escriptor do seculo XVIII, do qual apenas se conhece uma traducção em verso do drama de Metastasio, *A Valorosa Judith ou Bethulia libertada*, representado no theatro da Rua dos Condes, e depois impressa em 1773.

Falcão *(Lucas Fernandes)*. Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra; advogado, socio effectivo e presidente da secção de Sciencias Moraes e Jurisprudencia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, do conselho fiscal do Banco de Lisboa & Açôres, e da Real Associação Automovel Club de Portugal (1903-1904), proprietario, etc. N. no logar de Pousafolles, districto de Coimbra, a 27 de maio de 1829. E' filho de Antonio Fernandes Falcão, lavrador, e de D. Maria Rosa Pereira Falcão. Em 1838 foi para Coimbra empregado n'uma casa commercial, e não pôde entrar no curso universitario, porque seu pae só lhe permittia estes estudos, se elle seguisse a vida ecclesiastica. N'estas circumstancias resolveu partir para a Bahia, onde chegou em 20 de maio de 1844. Aprendeu então varias linguas e dedicou-se ao cultivo das letras. Não sendo feliz na vida do commercio, apezar da protecção de alguns amigos, regressou a Portugal, desembarcando em Lisboa em agosto de 1856. Dedicando-se inteiramente á vida scientifica, matriculou-se na Universidade de Coimbra em 1861 na faculdade de Direito, cujo curso seguiu com distincção, e terminou em 1867, recebendo o capello a 26 de julho de 1868. N'este mesmo anno publicou a sua dissertação, que foi impressa na imprensa da Universidade, a qual tem por titulo: *Do direito internacional privado. — Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas na faculdade de direito da Universidade de Coimbra*. Este importante trabalho está dividido em *parte geral*, que trata da historia e principios geraes do direito internacional privado, e *parte especial*, do direito applicavel ás principaes relações juridicas e da sua garantia. Em todo o curso da obra desenvolve a these proposta: *Quaes são os principios do direito internacional privado em que deve basear-se a reforma da respectiva legislação patria?* A'cerca d'esta obra póde vêr-se no *Jornal do Commercio*, de Lisboa, de novembro de 1868, as *Cartas litterarias*, de Soromenho. Publicou mais no mesm anno, impresso na referida typographia da Universidade: *Theses de Universo Jure*, etc. *Theses de direito... que se propõe defender na Universidade de Coimbra, para obter o grau de doutor*. Em 1869, estabeleceu residencia em Lisboa, exercendo a advocacia.

Falcão *(Luiz)*. Um dos capitães da esquadra com que Nuno da Cunha pretendeu tomar Diu. Foi dos que mais se distinguiram nos differentes combates da expedição.

Falcão *(Luiz de Figueiredo)*. Secretario do governo de Portugal no tempo do dominio castelhano. Era natural de Pinhel. Escreveu uma obra curiosa ácerca do estado da fazenda publica do reino de Portugal no tempo dos Filippes. Tem o titulo de *Livro em que se contem toda a fazenda e real patrimonio dos reinos de Portugal, India e ilhas adjacentes, etc.; ordenado por Luiz de Figueiredo Falcão, secretario d'el-rei Filippe II*. Esta obra ficou manuscripta, e existiu por muito tempo na Bibliotheca Regia. Escapou do incendio que em 1755 seguiu ao terremoto, e em 1859 o governo a adquiriu por 225$000 réis, sendo então impressa a expensas do ministerio do reino.

Falcão *(Luiz Francisco Soares de Sousa)*. Fidalgo da Casa Real. N. em Lisboa a 12 de novembro de 1715; ignora-se a data do fallecimento. Era filho segundo de Antonio de Abreu do Rego Castello Branco, fidalgo da Casa Real, e senhor dos morgados de S. Amaro da Appellação, Calvanas e Motella, e de D. Antonia Caetana de Sousa Falcão. Instruido na lingua latina, letras humanas e philosophia, passou á Universidade de Coimbra em 1733, onde se applicou ao estudo de jurisprudencia canonica, e estando para se graduar, desistiu, e deixou a Universidade. Desejando, porém, instruir-se em estudos mais importantes, saiu de Lisboa em 1748, percorreu varios reinos da Europa, e quando regressou a Portugal, entrou na ordem dos carmelitas descalços a 22 de maio de 1755, contando já 40 annos de edade, mas não chegou a professar por se sentir sempre doente durante o anno do noviciado. Deixou muitas obras manuscriptas, cujos titulos se encontram na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. IV, pag. 234. Publicou só-

mente: *Elogio funebre do ill.mo e rev.mo sr. Francisco Soares de Macedo, do conselho de S. M., prelado da santa egreja de Lisboa*, etc., Lisboa, 1756.

Falcão *(Victorio)*. Escriptor do seculo XVIII, conhecido apenas por ter publicado em Lisboa, no anno de 1783, o seguinte opusculo: *Uso da agulha azimuthal reflexa de nova invenção para achar a variação e altura do sol no mar, e na terra*, etc.

Falcão *(Zephirino)*. V. *Falcão Pacheco*.

Falcão. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Braga—Maximinos, conc. e distr. de Braga. || S. Miguel, de Junqueira, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro || O Salvador, de Sonto, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Planalto e logar do conc. de Santa Catharina, prov. e bisp. suffraganeo de Cabo Verde, com. de Barlavento, ilha de S. Thiago, archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental, a 4 k. da pov. da Ribeira da Baixa. Tem terrenos muito ferteis, abundantes d'agua, bem abrigados. O clima é saudavel.

Falcão de Carvalho *(Antonio Germano)* Cirurgião, nomeado extraordinario do banco do hospital de S. José em 19 de janeiro de 1847, e das enfermarias em 10 de março de 1857. Foi cirurgião do banco em 1860, director d'esta repartição em 1873, sendo nomeado em 5 de maio de 1874 director de enfermaria; em 1899 exercia tambem o cargo de delegado de saude.

Falcão Cotta. V. *Cotta Falcão*.

Falcão Cotta. Como ficou indicado no artigo *Falcão*, divergem alguns nobiliarios ácerca da procedencia do primeiro d'estes appellidos em Portugal, attribuindo lhe origem anterior á que a maioria dos mais autorisados tratadistas do assumpto julgam pertencer-lhe. Parece, todavia, serem justificados os fundamentos em que se apoiam alguns d'estes. Assim o confirma João Rodrigues de Sá e Menezes, quando, em suas quintilhas, diz:

«Os que mostrarem bordões
«Em escudos de romeiros
«São mui nobres estrangeiros
«Do appellido de Falcões
«Leaes e bons cavalleiros.

«Com o duque afamado
«De Lancastre nomeado,
«Veio Mosem João Falcão
«Reinando o primeiro João
«Um cavalleiro esforçado.

Manço de Lima, Rangel de Macedo e outros genealogistas conhecidos, dizem: Mosem João Falconeth foi um distincto fidalgo inglez, que, por ordem do duque de Lencastre, acompanhou a Portugal sua filha, D. Filippa de Lencastre, mulher que foi d'el-rei D. João I. Era descendente dos condes de Montiglet, senhores da casa de Folches. Pouco depois da sua chegada a este reino, casou elle com D. Maria, outros dizem D. Catharina de Abreu, filha de Gonçalo Annes de Abreu, fidalgo mui considerado, em tempo d'el-rei D. Fernando e D. João I. John Falconeth morreu na praça de Benavente, quando D. João I e o duque de Lencastre entraram em Castella. *(Cron. de D. João I*, pags. 235 e 246). Do seu casamento houve, entre outros filhos, a João Falcão, que foi alcaide-mór de Monsão, senhor de Castello de Vide, Monforte e mais terras, e que, vivendo ainda no tempo de D. João I e de D. Duarte, conduziu a bandeira da ordem de Christo, na tomada de Ceuta. Manuel Falcão, seu irmão, foi alcaide-mór da villa de Muge, e casou com D. Luiza de Macedo, filha de Pedro Affonso Cotta, e de sua mulher, D. Anna de Macedo, naturaes de Santarem, onde aquelle exercia o cargo de ouvidor dos feitos d'el-rei D. Affonso IV. Da familia Cotta, d'origem milaneza, muito illustre, ha memoria na pessoa de João Annes Cotta, que vivia em tempo de D. Diniz pelos annos de 1238 (III parte da *Monarchia Lusitana*, fl. 171). As suas armas, concedidas pelos imperadores romanos, como diz Frei Bernardo de Brito, (I parte da sua *Monarchia Lusitana*—l.º 4.º f.as 324) são: Uma cotta em campo branco, manchado de sangue, com a seguinte legenda em redor — *Sine sanguine non est victoria* —. Do casamento d'este houve, entre outros filhos, Vasco Fernandes Falcão, que, tendo possuido avultada fortuna, em Coruche, onde tinha uma valiosa quinta, muitas vezes ahi recebera D. Affonso V, quando este monarcha se dirigia á côrte d'Evora Era irmão d'Estevão Falcão, alcaide-mór da villa de Muge, primo co-irmão de Gonçalo Falcão, senhor da villa de Pereira, e de João de Sousa Falcão, trinchante d'el-rei D. Affonso V, como se mostra da inquirição que seu neto, Manuel Falcão, escrivão da matricula do cardeal D. Henrique, fez perante o juiz do civel da Côrte de Lisboa, o dr. João Gonçalves e o tabellião João Vaz, em 5 de dezembro de 1547. Foram membros illustres d'esta familia Gonçalo Falcão (V. *este nome)* e e seu irmão João Falcão, o primeiro dos quaes morreu na India no primeiro cerco de Diu, sendo commandante do baluarte *S. Thiago*, (Couto, *Decada* V l.º 4.º cap. 8.º f.as 88)--e o ultimo morre tambem na India, no 2.º cerco de Diu, por occasião do famoso desafio que teve com D. João Manuel (Couto, *Decada VI*—l.º 4.º—cap. 2.º f.as 65), Estevão Falcão, 1.º filho do referido Vasco Fernandes Falcão, e de sua mulher Izabel Vaz de Reboledo, teve varios beneficios na sé de Braga, onde fixou residencia em 1460. Seu 3.º neto, Manuel Falcão Cotta, estabelecido em Braga, ahi casou com Leonor do Valle, filha de Tristão da Guarda e de sua mulher Juliana de Guimarães. Seu filho unico d'este enlace, Estevão Falcão de Mello, foi corregedor em Vianna do Castello, onde casou com D. Margarida de Araujo, ou D. Marianna, como outros dizem, filha herdeira de Gonçalo Mendes de Mattos e de sua mulher Anna de Araujo, e sobrinha do dr. Manuel Alves Pinto, abbade de S. Pedro de Maximinos, junto a Braga. Teve diversos filhos, entre estes a Manuel Falcão Cotta, o qual casou com D. Anna Teixeira, de Villa Real, filha de José Teixeira Coelho. Do seu casamento, houve varios filhos, e entre elles Estevão Falcão Cotta, o qual casou com Izabel de Meira Carrilho, natural de Castello de Vide, filha de Gonçalo de Meira Carrilho e de sua mulher Anna da Costa, e sobrinha de João de Meira Carrilho, conego na sé de Braga. Foi este Estevão Falcão Cotta o primeiro senhor do morgado da Torre do Real, o primeiro d'esta familia em Braga, e pelo seu casamento do dos Meiras, no Alemtejo. Manuel Falcão Cotta, seu filho e successor, casou com D. Suzana Maria de Neiva Ma-

rinho, da antiga casa dos Malheiros Reymões de Vianna do Castello; filha de Ventura Malheiro Reymão Marinho, fidalgo da Casa Real, senhor do morgado de Pomarchão, cavalleiro da ordem militar de Christo, e de sua mulher D. Maria Jacintha Pereira de Castro. Seu filho, successor, Estevão Falcão Cotta, foi capitão de infantaria, em Vianna, e casou com D. Paula de Lira Sotto Mayor e Menezes, filha de D. Jacintho Antonio de Lira Sotto Mayor capitão da guarda de Corpus, e de sua mulher D. Leonor Manuel de Menezes, antiga e nobre familia hespanhola. Manuel Falcão Cotta de Menezes, seu filho e successor, casou em 3.as nupcias, com D. Maria José Pereira da Silva de Bourbon d'Almeida Portugal, filha de Silverio da Silva da Fonseca, senhor do morgado de Caldellas, e de sua mulher D. Maria Candida da Silva Barba, naturaes de Leiria. D'estes o filho primogenito, Estevão Silverio Falcão Cotta de Bourbon e Menezes, succedeu na casa de seus avós, e foi como elles fidalgo da Casa Real e senhor dos morgados da Torre do Real, da Madre de Deus, de Valdigem, e dos Meiras, bem como d'uma instituição vincular, denominada capella dos Remedios em Braga, onde sempre residira na sumptuosa casa que á familia adviera pelo casamento de seu bisavô Manuel Falcão Cotta com D. Suzana, a quem seu tio D. Antonio do Desterro Malheiro Reymão Telles de Monges, bispo no Rio de Janeiro, a déra em dote. Essa casa, verdadeira residencia de principes, tornou-se desde então habitual moradia de seus proprietarios, que na mesma cidade possuiram outras casas. Foi o derradeiro administrador dos citados morgados; e pelo seu casamento com D. Maria José do Livramento Lopes d'Azevedo Pinheiro Velho da Fonseca de Barbosa e Castro, immediata successora de seu irmão o 1.º visconde e 1.º conde d'Azevedo, que morreu sem filhos, seria egualmente, o successor dos seus importantes vinculos, se a lei da extincção da propriedade vincular o não privasse d'essa herança. Foi assim, no pleno exercicio, que essa lei concedeu aos administradores dos extinctos morgados, que o precitado conde d'Azevedo deixou, por disposição testamentaria, a propriedade dos importantes bens da sua antiquissima e historica familia, áquellas de suas sobrinhas, que por mais conveniente julgou fazel-o. Usou do seu direito. Nada se lhe podia oppôr. Torna-se opportuna a occasião para satisfazer aos reparos genealogicos que nos fizeram, quando ao tratarmos da *Casa solar de Azevedo*, que administrara em 29.º senhorio o já mencionado 1.º conde de Azevedo, dissémos que a posse d'essa casa solar e a respectiva representação coubera á sobrinha do fallecido titular, e consequentemente a seus successores. E' ponto incontroverso que, em materia do successão das familias, esta siga inalteravelmente a linha masculina, succedendo o contrario só na falta d'esta. Não póde, pois, defender-se aquella asserção, pelo simples facto de se achar na posse da casa solar de que se trata a familia da sobrinha d'aquelle titular, a qual d'elle a houvera por herança. Isso dá-lhe direito á sua posse, mas não á representação historica, genealogica e tradicional da familia de que se trata. Esta só de direito natural, consuetudinario, e sempre observado, póde caber ao filho primogenito, varão, da natural e immediata successora do referido conde, que é o sr. Manuel Falcão Cotta de Bourbon e Menezes, ou, na sua falta a seus irmãos, varões, segundo a ordem das edades. Esta mesma razão se applica, por identidade de circumstancias, aos outros bens, outr'ora morgados, e hoje na posse dos varios herdeiros do mesmo titular. Do casamento acima referido de Estevão Silverio Falcão com D. Maria José do Livramento Lopes d'Azevedo Pinheiro, irmã do primeiro conde d'Azevedo, houve a geração seguinte: — D. Maria Emilia da Madre de Deus Falcão d'Azevedo, viuva de seu primo Francisco Lopes de Calheiros e Menezes de Benevides, fidalgo da Casa Real e senhor do paço solar de Calheiros, cujo herdeiro e successor é o actual sr. conde de Calheiros;—Manuel Silverio Falcão de Azevedo, solteiro;—D. Maria José da Natividade Falcão d'Azevedo, casada com seu primo Antonio Pinto de Mendanha Arriscado de Lacerda, fidalgo da Casa Real, senhor do morgado de Arriscados, de Barcellos; com geração;—Francisco Maria Falcão de Azevedo, casado, sem geração, já fallecido;—Gaspar Augusto Falcão d'Azevedo, casado com D. Elvira Maria do Carmo Garcia de Menezes, senhora d'origem hespanhola, com geração; — João Pereira Falcão d'Azevedo, solteiro;—D. Maria Candida Falcão d'Azevedo, já fallecida, a qual casara com Francisco Barbosa da Cunha Couto de Sotto Mayor, fidalgo da Casa Real, senhor do morgado de Villa Real e casa d'Estarreja, com geração;—D. Maria Adelaide Falcão d'Azevedo, casada com Bento Barbosa do Couto Cunha de Sotto Mayor, fidalgo da Casa Real, residente na Villa dos Arcos de Valle de Vez, com geração;— D. Maria Julia Falcão d'Azevedo, casada com José d'Azevedo e Menezes, fidalgo da Casa Real, senhor da Casa do Vinhal, em Villa Nova de Famalicão; com geração. O brazão d'armas da familia Falcão Cotta é em escudo esquartelado, no primeiro e quarto quartel e em campo azul 3 bordões de Sant'Iago, postos em pala, com os nós vermelhos e os ferros d'ouro; no 2.º e 3.º, uma cotta, em campo branco, com uma legenda em volta, que diz: «Non est victoria sine sanguine». Encima o escudo uma corôa de marquez, tendo por timbre um falcão de sua côr, com um bordão no bico e pé direito.

Falcão de Mendonça *(Antonio Lopes de Castilho)*. Fidalgo da Casa Real, licenceado na faculdade de Leis; capitão-mór das villas de Almendra e Castello Melhor; fal. em 1759. Era filho de Bernardo Lopes de Castilho, bacharel formado em Leis, ouvidor da Casa Real e pagador geral das tropas da Beira, e de sua mulher, D. Catharina da Sella Falcão da Costa e Mendonça. Antonio Lopes de Castilho Falcão de Mendonça casou em 20 de setembro de 1718, com D. Anna Maria de Tavora Donas Botto, filha e herdeira de Felix de Tavora Teixeira, cavalleiro professo da ordem de Christo, fidalgo da Casa Real, etc., e de sua mulher, D. Brites Ferreira Donas Botto.

Falcão de Mendonça *(Manuel Antonio de Castilho)*. Fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores; capitão de ordenanças das villas de Almendra e Castello Melhor. Falleceu em Almendra em 1791. Era filho do precedente. Casou com D. Maria Magdalena da Costa Falcão de Mendonça, sua prima e herdeira da casa de Matta de Lobos, filha unica de José Freire Falcão

de Mendonça, fidalgo da Casa Real, desembargador da 5.ª casa dos aggravos da Casa da Supplicação, e executor das dividas preteritas da Fazenda Real, e de sua mulher e prima, D. Helena da Costa Falcão de Mendonça.

Falcão Pacheco *(Zephirino Candido)*. Bacharel em Medicina pela Universidade de Coimbra, socio correspondente da Academia Real das Sciencias, etc. N. em 8 de setembro de 1856. Foi nomeado medico extraordinario no Hospital de S. José, em 17 de janeiro de 1889. E' especialista no tratamento das molestias de pelle. Tendo feito um curso distincto na Universidade, foi completar a sua educação nos hospitaes e escolas de Paris e Vienna, procurando estudar o que a sciencia mais avançara na especialidade de clinica que se consagrára. A fama do dr. Kaposi, uma das maiores capacidades hoje conhecidas n'aquella ordem de doenças, o levou a fixar-se em Vienna d'Austria, e estudando e praticando com elle nos hospitaes que estavam sob a sua direcção, o dr. Zepherino Falcão tornou-se um dos seus discipulos mais distinctos, e não ha hoje nenhum medico portuguez que fóra do paiz goze de maior fama como dermatologo. Os jornaes medicos estrangeiros, que se occupam do assumpto, teem publicado estudos e trabalhos seus de superior merecimento scientifico, tecendo-lhe grandes elogios. Os mestres n'este ramo de medicina, á frente dos quaes está Zambaco Pachá, talvez o primeiro especialista da Europa, segundo a opinião de pessoas competentes, tem «*grande prazer em vêr as proprias opiniões confirmadas com a autoridade do dr. Zepherino Falcão*». Tem assistido como delegado do governo de Portugal, a expensas suas, ao congresso de dermatologia, que se realisa de tres em tres annos. N'estes congressos tem tomado parte muito activa nos trabalhos, e apresentado observações e estudos seus particulares, que depois são confirmados pelas summidades da sciencia. A lepra tem-lhe merecido particular estudo. O reapparecimento d'esta molestia terrivel, ha poucos annos, no centro da Europa, sobresaltou os governos, e na Allemanha estão-se publicando trabalhos de grande valor sobre este assumpto. O imperador mostrou desejos d'uma publicação em grosso volume, e os dermatologistas do imperio procuraram com o maior interesse corresponder-lhe, e para esse importante trabalho foi solicitada com empenho a collaboração do apreciado dermatologista portuguez. O dr. Zephirino Falcão tomou parte no congresso de medicina, realisado em Lisboa em abril de 1906, pertencendo á 8.ª secção: *Dermatologia e syphiligraphia*. Tem publicado artigos sobre dermatologia na *Medicina Contemporanea* e no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*.

Falcão Pereira *(Ayres)*. Guarda-mór da Torre do Tombo, no meado do seculo XVII. Foi natural de Evora e era filho de Francisco Pereira Falcão, vereador n'aquella cidade. Estudou Direito Civil na Universidade de Coimbra, em que recebeu o grau de doutor. Escreveu uma obra juridica, segundo diz Barbosa Machado mas sem declarar o titulo.

Falcão de Rezende *(André)*. Bacharel formado em Direito Civil pela Universidade de Coimbra, juiz de fóra em Torres Vedras, logar que exerceu ainda em outras villas e cidades, até que foi auditor da casa de Aveiro. N. em Evora, na primeira metade do seculo XVI, e fal. em Lisboa em edade muito avançada em 1598, victima d'uma epidemia que assolou a capital. Era filho de Jorge de Rezende, e sobrinho do chronista Garcia de Rezende. Teve notavel vocação para a poesia portugueza e castelhana, em que compoz muitos versos. Era amigo intimo de Luiz de Camões, a quem dedicou varias poesias, prestando-lhe n'ellas a mais sincera e levantada homenagem. Publicou em Madrid um poema intitulado *Theocristo*, e outro, com o titulo de *Mundo pequeno*, ambos escriptos em hespanhol, dedicando este ultimo a D. Duarte, duque de Guimarães e condestavel de Portugal. Traduziu as *Homilias do Cardeal D. Henrique*, em oitavas. Muitas das suas poesias saíram no livro intitulado *Relação do solemne recebimento que se fez em Lisboa ás Santas Reliquias que se levaram á Egreja de S. Roque da Companhia de Jesus*, publicado pelo padre Manuel de Campos, em Lisboa, 1588, e occupa as folhas 122, 132, 136, 142 e 166. André Falcão de Rezende recebeu a honra de se attribuir por muito tempo a Camões um poema que é seu, e que corria nas obras do grande epico com o nome de *Poema da creação e composição do homem*, posto que o verdadeiro titulo fôsse *Microscosmographia, e descripção do mundo pequeno que é o homem*. O professor do antigo Collegio das Artes de Coimbra, Joaquim Ignacio de Freitas, n'uma das suas excursões á provincia do Minho descobriu casualmente um manuscripto antigo (apographo), contendo as *obras do licenceado André Falcão de Rezende, natural de Evora*. Trouxe-o para Coimbra, e em 1829 tratava de o imprimir, tendo já obtido as licenças necessarias, quando a morte o surprehendeu, não o deixando realisar aquelle desejo, e o manuscripto foi por elle legado á Universidade juntamente com outros papeis egualmente raros e curiosos. A publicação esteve muito tempo demorada, e só em 1860, pouco mais ou menos, é que appareceu em Coimbra o volume contendo a *Microscosmographia* em 3 cantos com 207 oitavas, e além d'isso, 78 sonetos, 7 odes, 5 epistolas, 12 satyras, 4 epithalamios, 1 elegia, 7 estancias, 1 epigramma, 2 sextinas, 2 villancetes, 32 versões de odes de Horacio, a traducção da satyra 9.ª do livro 1.º do mesmo poeta, e varias prosas, entre ellas uma carta em que se descreve o ataque dos inglezes a Lisboa, quando vieram sustentar as pretenções de D. Antonio, prior do Crato, etc. Alguns annos antes de se emprehender esta publicação, appareceram em 1836, no vol III do *Interessante*, jornal publicado em Lisboa, algumas poesias inéditas de Rezende, extrahidas d'uma copia que possuia o redactor, Joaquim José Pedro Lopes.

Falcão de Sousa *(Jeronymo)*. Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, e prégador de grande fama. Escreveu: *Sermão do Dia do Juizo no primeiro domingo do Advento na sé de Vizeu*, Coimbra, 1676.

Falcarreira *(Pompilio Augusto Gonçalves de Azevedo Franco, visconde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 19 de dezembro de 1876; commendador das ordens de Christo e da de N. S.ª da Conceição; official da ordem da Rosa, do Brazil, negociante de grosso trato, matriculado na praça commercial de Lisboa, e socio da casa bancaria, que na mesma praça gira com a

firma de *José Gonçalves Franco & Filhos*. N. na cidade de S. Luiz do Maranhão a 4 de agosto de 1836, fal. em Lisboa a 9 de novembro de 1887. Era filho segundo de José Gonçalves de Azevedo Franco, commendador da ordem de Christo, negociante de grosso trato, matriculado, nas praças commerciaes das cidades do Maranhão e de Lisboa, banqueiro na praça commercial de Lisboa, natural de Chão de Maçãs, e fallecido a 27 de setembro de 1871, casado com D. Anna Rita Sarmento, senhora brazileira, que falleceu em Lisboa a 18 de outubro de 1872. O visconde de Falcarreira era irmão do actual sr. marquez de Franco e Almodovar. Casou a 27 de fevereiro de 1864 com D. Carolina Augusta d'Almeida, natural do Rio de Janeiro, filha de João Augusto Ferreira d'Almeida, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, cavalleiro da Torre e Espada; fidalgo da Casa Real, negociante de grosso trato na praça commercial do Rio de Janeiro, natural da cidade do Porto, e casado com D. Rozinda Duarte Ferreira. O titulo foi concedido por decreto de 14, e carta de 21 de novembro de 1878. O seu brazão d'armas é: escudo partido em pala: a primeira, cortada em faxa, tendo no campo superior as armas dos Francos, em campo verde um rio de que nasce um penhasco, e sobre este um castello de prata; no campo inferior as armas dos Gonçalves, em campo verde uma banda de prata com dois leões vermelhos; na segunda pala, esquartelada, as armas dos Azevedos, no primeiro e quarto quarteis, em campo de ouro uma aguia negra; no segundo e terceiro, em campo azul cinco estrellas de prata em santor, e orla vermelha com oito aspas de ouro; timbre, o castello do escudo. O visconde de Falcarreira era muito caritativo, e soccorria muitas familias necessitadas, sem fazer ostentação do seu genio bemfazejo; pertencia a muitas associações de beneficencia, sendo fundador d'algumas d'ellas. Muito entendido em questões bancarias, e muito conhecedor de escripturação commercial, era um guarda-livros de elevado merecimento. Soffreu muitos annos d'uma dolorosa enfermidade, que lhe ia minando a existencia; fez diversas viagens ao estrangeiro para consultar medicos especialistas, mas a sciencia nada pôde conseguir.

Falco *(Carolina)*. Actriz, actualmente no theatro de D. Maria II, onde é societaria de primeira classe. N. em Lisboa a 24 de fevereiro de 1839. Seus paes eram italianos, e viviam d'um modesto emprego no theatro de S. Carlos. Conhecendo em sua filha uma certa vocação para a scena, pensaram em lhe dar educação artistica, e conseguiram que fôsse estudar dança no Conservatorio. Começou então a entrar nos bailados do velho theatro do Salitre, acompanhada d'outras creanças, tambem pobres e estudiosas, tornando-se aquelle pequeno grupo infantil o enlevo da platéa. Pela sua formosura e graciosidade Carolina Falco passou depois a S. Carlos como bailarina, e dos 10 aos 13 annos, os applausos a animaram a proseguir na vida artistica, mas preferindo ser actriz foi apresentar se no theatro de D. Maria II. N'esse tempo era aquelle theatro superintendido pelo governo, e apertado em disposições regulamentares, que obrigavam muitas vocações, aliás distinctas e fecundas, a não poderem sujeitar-se ao longo aprendizado sem recompensa. O ensaiador reconheceu o talento e a rara aptidão da nova actriz, mas não podia retribuil-o como merecia. Carolina Falco, porém, tinha urgencia de adquirir meios de subsistencia para si e para sua mãe, velha e doente já viuva, de quem era arrimo, e por isso voltou para S. Carlos. Era empresario o maestro Porto, que reconheceu na joven artista tambem dotes muito apreciaveis de cantora, pela sua voz de contralto bem timbrada e malleavel. Deu lhe algumas lições, confiando depois a sua educação musical ao professor de canto Carrara. Desde então ficou Carolina Falco pertencendo ao corpo de coristas, e alguns mezes depois distribuiram-lhe a parte de segunda dama na opera de Verdi *Os lombardos*, em que se houve com toda a correcção. Seguiu assim em S. Carlos entrando em outras operas, sempre ganhando as maiores sympathias do publico, até que em 1858 se resolveu a ir ao Porto, e ali firmou deveras a reputação de cantora, nas operas *Fra-Diavolo*, *Dominó preto*, e outras. Em 1863 foi escripturada como contralto para uma companhia lyrica no Rio de Janeiro. Agradou muito na *Lucrecia Borgia*, *Maria de Rohan*, e em muitas outras operas, sempre recebendo phreneticos applausos. O empresario pretendia que ella fôsse a Montevideu e Buenos Ayres, onde os grandes artistas europeus eram sempre recebidos com enthusiasmo, mas Carolina Falco não acceitou o contrato, preferindo voltar á patri , de que tinha saudades, e n'este proposito decidiu dar a sua recita de despedida no Gymnasio do Rio de Janeiro. Cesar de Lacerda, o já fallecido e bem conhecido actor e dramaturgo, achava-se no Brazil, e n'essa noite appareceu no palco do Gymnasio ao lado de Carolina Falco, representando na comedia de Mendes Leal, *Epitaphio e epithalamio*, que depois se imprimiu com o titulo de *Receita para curar saudades*. Essa noite foi de glorioso triumpho. O publico fluminense continuou a applaudir a actriz como applaudira a cantora, e pouco tempo depois realisou-se o casamento dos festejados artistas. Ambos percorreram parte do Brazil, alcançando applausos unanimes. Estiveram depois, em 1873, na ilha de S. Miguel, onde déram alguns espectaculos, com as comedias: *O chale de cachemira*, *As pragas do coronel*, *As commoções*, *O supplicio d'uma mulher*, *Não ha fumo sem fogo*, *Posso falar á senhora Queiroz?* *Miguel o torneiro*, etc. *A Persuasão*, jornal de Ponta Delgada, de 28 de maio de 1873, dando noticia d'estes espectaculos, tece os maiores elogios a Cesar de Lacerda e a Carolina Falco. Transcrevemos d'esse jornal o seguinte, que se refere a esta artista: «Aos excellentes dotes physicos que possue, reune todos os mais que a tornam uma perfeita artista. Tanto nos commove com os apaixonados lances dramaticos, como nos provoca o riso com as situações da comedia e nos encanta e delicia com a frescura e timbre de sua bella voz, mimo e graça com que interpreta os sublimes pensamentos dos grandes maestros ou as fugitivas composições dos maestrinos. Admiravel em tudo o que tem representado, nas *Commoções* e no *Supplicio d'uma mulher*, trabalhos de grande força, demonstra todos os recursos d'um grande talento. N'este ultimo papel as impressões que produz expandem-se por lagrimas que rebentam até dos corações menos accessiveis. E' assim que se revela a arte. O nosso publico tem enchido o theatro e manifestado a

sua homenagem aos illustres artistas por todas as demonstrações que mais agradaveis lhes são.» Carolina Falco e Cesar de Lacerda regressaram depois a Lisboa, e José Carlos dos Santos, que tinha a empresa do theatro do Principe Real, os contratou, e ali representaram algumas peças do seu vasto reportorio, já citadas, e *O Monarcha das Cochillas*, original de Cesar de Lacerda, comedia em 3 actos de costumes brazileiros, *A Harpa de Deus*, peça de grande espectaculo, com musica de Gomes Cardim, e muitas outras. Quando a empresa Santos tomou o theatro de D. Maria II, ambos os artistas ficaram fazendo parte da companhia, e Carolina Falco debutou no drama *As mulheres de marmore*, que foi uma das suas corôas de gloria. Esteve depois no Gymnasio uma epoca em que Cesar de Lacerda foi empresario, mas a sua mais permanente carreira artistica tem sido no theatro de D. Maria II. Tomando a empresa Rosas & Brazão o theatro de D. Amelia, em virtude da reforma feita no de D. Maria, Falco acompanhou os seus antigos emprezarios. Ultimamente voltou para o seu antigo theatro, onde hoje é societaria de primeira classe, conforme dissémos. Carolina Falco tem trabalhos apreciaveis, tanto na alta comedia como no drama. Do seu vastissimo reportorio, como actriz, mencionaremos as seguintes peças, além das já citadas: *Grã-Duqueza de Gerolstein, Antony, Dois mundos, Elogio mutuo, O paralytico, Os homens que riem, Os mysterios sociaes, As sabichonas, Os viscondes d'Algirão, A chuva e o bom tempo, A martyr, Os Castros, Hamlet, Kean, A lagartixa, O regente, Maxima, O marquez de Villemer, O intimo, Dolores, O pae, O casamento de conveniencia, O engano d'alma, Os filhos alheios*, etc.

Falcoaria. Arte de adestrar os falcões; logar onde estão estas aves; caçada com o falcão. Fôram sempre muito apreciadas estas aves quando bem adestradas na caça. Em Portugal eram afamados os falcões de Santarem e do Mondego. (V. *Caça*). Com a sua terminologia especial e complicada e a sua pratica minuciosa, a falcoaria era uma das artes cynegeticas mais difficeis de conhecer. O falcoeiro devia ter, além do saber, uma paciencia a toda a prova. O falcão era levado no punho direito do falcoeiro, mas com a cabeça coberta com o caparão. Quando apparecia uma presa que se queria caçar, o falcoeiro tirava rapidamente o caparão á ave, e ao mesmo tempo levantava e abaixava alternativamente o punho. O falcão tomava então o vôo tocando a principio a terra, depois elevava-se progressivamente descrevendo circulos cada vez maiores e subitamente subia a direito, o que indicava que via a presa. Desde então, perseguia-a, fatigando-a com o bico e com as garras até que ella caía extenuada. Os cães de caça, que seguiam o vôo, apoderavam se da presa, emquanto que a ave vinha repoisar no punho que lhe offerecia o falcoeiro e recebia em recompensa o engodo.

Falcoeira. Pov. na freg. do Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Falcoeiras. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Montoito, conc. de Redondo, distr. de Evora.

Falcoeiro. O que cria, ou cuida dos falcões. || *Falcoeiro mór*: o official da Casa Real encarregado da inspecção das aves de prear. || *Falcoeiro-menor*: o que d'ellas tratava. Assim se encontram designados nas *Ordenações*. V. *Caça* e *Falcoaria*.

Falconete. Antiga peça de artilharia de calibre inferior ao do falcão; especie de colubrina.

Falconete *(Luiz Chalberto)*. Lente de anatomia no hospital de Todos os Santos. Era natural de Setubal, sendo filho de paes francezes. Falleceu em 1709. Estudou medicina e cirurgia na Universidade de Reims. Foi nomeado professor por alvará de 20 de novembro de 1704, com o ordenado de 70$000 réis, pago pela alfandega, como lente, e mais 60$000 réis por anno, como medico, pagos pelo hospital e um quarto de carne pelas festas e 2 alqueires de legumes. N'esta epoca começou o uso de contratar professores estrangeiros para reger a cadeira de anatomia, sendo Falconete o primeiro d'estes lentes, a que se seguiram Mouravá, Santucci e Dufau. O decreto, que separou o ensino de anatomia do restante, tem a data de 20 de novembro de 1704, e referia-se á decadencia em que se encontravam os estudos anatomicos, estabelecendo que houvesse duas lições por semana, ás 3.as e 5.as feiras, com anatomias praticadas nos cadaveres dos fallecidos no hospital e nos dos enforcados.

Faldigens e Barroca. Pov. na freg. de Santo André, de Tellões, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Faldijães. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Arcozello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Faleiro *(Ruy)*. Cosmographo do seculo XVI, um dos portuguezes mais sabios do seu tempo, o primeiro que encontrou o modo de determinar com exactidão no mar alto as latitudes e longitudes. Quando Fernão de Magalhães passou a Hespanha, conseguiu que Ruy Faleiro o acompanhasse, e a autoridade do notavel cosmographo concorreu muito para a recepção que teve no paço dos reis catholicos. Ruy Faleiro, porém, enlouqueceu, quando Fernão de Magalhães se preparava para seguir viagem, deixando-o sem o auxilio valioso com que contava.

Faleiro. Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Bismulta, conc. de Sabugal, distr. da Guarda.

Faleiros. Povoações nas freguezias: Santissimo Sacramento, de Cabeçudo, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || S. Antonio, de Capellins, conc. de Alandroal, distr. de Evora.

Falfosa. Pov. na freg. de Santa Barbara de Nexe, conc. e distr. de Faro.

Falgareira. Pov. na freg. de S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Falgaroso. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Espinho, conc. de Mortagua, distr. de Vizeu. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Mortagua, do mesmo districto.

Falgoselhe. Pov. na freg. de S. Mamede, de Castanheira do Vouga, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Falgueiras. Pov. na freg. de S. Martinho, de Ervedosa, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

Falgueireda. Pov. da freg. de Santa Suzana, de Maxial, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Falla *(Antonio)*. Religioso da ordem de S. Domingos, natural do logar de Falla, nas proximidades de Coimbra. Deixou manuscriptas varias obras, e entre estas uma *Relação dos reis e rai-*

nhas que estão sepultados em Alcobaça, escripta em 1569 por ordem d'el-rei D. Sebastião, quando este monarcha mandou abrir as sepulturas reaes.

Falla. Pov. na freg. de S. Martinho do Bispo, conc. e distr. de Coimbra. E' um pittoresco valle que fica a 4 k. de distancia d'esta cidade, onde ha uma nascente de agua mineral, que brota a 64 m. de altitude. Estas aguas são muito estimadas pelos povos d'aquellas localidades. São frias, crystalinas, de sabor picante e acidulo, com o cheiro do sulfhydrico, e depõem nos logares por onde passam um sedimento amarellado de oxido de ferro. Fôram analysadas em 1788 por D. Francisco de Almeida Beja e Noronha, discipulo de Vandelli. São applicaveis na chlorose e na diabete, n'algumas doenças nervosas e dyspepsias atonicas, e nas obstrucções do figado e do baço provenientes do impaludismo. Administram-se internamente. Bibliographia : *Analyse das aguas hepatizadas marciaes do logar de Falla, por D. Francisco d'Almeida Beja e Noronha*, Coimbra, 1790 ; *Noticia sobre a agua mineral hepatisada do logar de Falla*, por J. A. Marques, no tomo III, da *Gazeta Medica do Porto*, pag. 211 ; *Aguas Mineraes*, no *Jornal dos Facultativos militares*, Lisboa, 1845, pag. 67 ; *Aguas Minero-Medicinaes de Portugal*, por Alfredo Luiz Lopes, Lisboa, 1892.

Falorca. Povoações nas freguezias : O Salvador, de Castellões, conc. de Toudella, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Natividade, de Silgueiros, conc. e distr. de Vizeu.

Falperra. Povoações das freguezias: S. Lourenço, de Calvos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Bartholomeu, de S. Gens, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Serra do distr. de Villa Real, entre os rios Corgo e Pinhão. Tem de comprimento 10 k. e de largura 1:042 m. || Serra do distr. de Braga; segue quasi parallelamente a margem esquerda do rio Este, tendo 15 k de extensão. E' agreste e desabrida. No alto da serra está o edificio, que foi convento de missionarios apostolicos (falperristas). denominado *Seminario de Santa Maria do Monte da Magdalena.* Depois da extincção das ordens religiosas, em 1834, foi tudo vendido, tanto o mosteiro como a cêrca, e é hoje propriedade particular, da irmandade de Santa Maria Magdalena, estabelecida na sua capella, no cimo da serra contigua ao convento, e proximo da antiga estrada entre Braga e Guimarães. A esta irmandade estão annexas as do Senhor da Agonia e de Santa Martha, tendo esta a sua capella no monte do seu nome, sobranceiro ao de Magdalena. N'este monte, pouco acima da capella de Santa Martha, ha uma pyramide geodesica, que está 562 m. e 53 cent. acima do nivel do mar. O convento da Falperra foi edificado em 1826 por fr. Antonio de Jesus, depois de ter alcançado um breve do papa Leão XII. Este religioso fundador era do convento de Vinhaes, e recolheu-se á nova casa religiosa em abril de 1833, que teve logo de abandonar em 1834, pela extincção das ordens religiosas.

Falporrim. Pov. na freg do Espirito Santo e conc. de Aldeia Gallega do Ribatejo, distr. de Lisboa.

Famaes. Monte na freg. de Santa Catharina, de Sitimos, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Famalicão. Pov. na freg. de N. S.ª da Annunciação, da prov. da Beira Baixa, conc, com., distr. e bisp. da Guarda; 1:647 hab. e 368 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 16 k. da séde do concelho, e está situada na serra da Estrella, a pequena distancia da villa de Manteigas, n'uma baixa cercada de arvoredos. A pov. é muito autiga. O real padroado apresentava o prior, que tinha 100$000 reis de rendimento. Foi concelho ha muito tempo supprimido. A terra é muito fertil e tem abundancia de castanhas. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. e freg. de N. S.ª da Victoria, da prov. da Extremadura, conc. da Pederneira, com. d'Alcobaça, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa; 1:547 hab. e 368 fog. Fica a 8 k. do Sitio da Nazareth. Já havia pertencido ao conc. da Pederneira, que foi extincto em 1855, passando depois para o de Alcobaça, conservando-se até 1895, em que por decreto de 7 de setembro, foi para o conc. das Caldas da Rainha, voltando para o de Alcobaça por decreto de 13 de janeiro de 1898, e sendo restaurado o antigo conc. da Pederneira pela carta de lei de 22 de junho d'este mesmo anno, tornou para elle, onde ainda se conserva. Famalicão foi couto, e tem foral, dado por el-rei D. Manuel, em Lisboa, a 10 de janeiro de 1514. Este foral tambem serve para Canieeira, Outeiro e Povoa do Roupeiro. O D. abbade de Alcobaça apresentava o vigario, que tinha diversos generos, vinho e o pé d'altar. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria. || Povoações nas freguezias: S. Paio, de Arcos, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural. || N. S.ª da Gaiola, de Córtes, conc. e distr. de Leiria. Tem est. post. || Quinta na freg. de N. S.ª da Purificação, de Samuel, conc. de Soure. e distr. de Coimbra.

Famalicão. V. *Villa Nova de Famalicão.*

Famalicão de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Victoria, de Famalicão, conc. da Pederneira, distr. de Leiria.

Farmente. Pov. na freg. de S. Miguel, de Entre os Rios, conc. de Penafiel. distr. do Porto.

Familiar. Commensal da casa religiosa, donato; confrade, quasi frade. Pessoa externa antigamente afiliada aos mosteiros. Viterbo, no seu *Elucidario*, indica como tendo d'estes donatos ou *oblatos*, os mosteiros de Maceiradão, Tarouca, Salsedas, Arouca, etc. || *Familiar da Justiça*, antigo official executor, meirinho, alcaide, assim designado pelas Ordenações Affonsinas, livro 2, tit. 8 || *Familiar do Santo Officio*, o homem, que feitas as suas provas de limpeza de sangue, tinha carta da Inquisição para servir em diligencias do mesmo tribunal, gozando de certos privilegios de fôro, etc., em razão de ser da casa e do seu serviço. A Inquisição admittia como familiar desde a mais alta nobreza até ao mais baixo villão; bastava que se tornasse necessario, que tivesse avós christãos, e que na sua ascendencia conhecida não houvesse judeu, moiro, turco, negro, hereje, ou creatura que fôsse de outra *raça infecta*. Para averiguar isto fazia-se um processo de habilitação com as respostas aos interrogatorios que eram enviados aos

commissarios residentes nas terras onde habitavam ou tinham habitado os paes e avós do habilitando, e muitas vezes com as certidões de baptismo, obito e casamento, pareceres genealogicos, etc., tornando-se por isso interessantissimos. As testemunhas inquiridas eram as pessoas mais velhas, de sessenta a oitenta, e ás vezes, mais annos, algumas contavam historias curiosas a respeito da vida das pessoas de quem lhes pediam informações. As penas impostas aos que mentiam eram violentas, e o simples nome do Santo Officio tornava-se uma garantia da expressão da verdade. No Archivo da Torre do Tombo existem mais de 12:000 processos de habilitações de officiaes (familiar, mmissario, etc.) da Inquisição. Para se avaliar da sua importancia basta reproduzir os tramites legaes por que passavam, conforme vem indicado no livro dos srs. Pedro A. d'Azevedo e Antonio Baião, *O Archivo da Torre do Tombo*, Lisboa, 1905, pag. 66 : O habilitando requeria ao inquisidor geral, declarando n'esse requerimento o nome da mulher, se era casado, o nome e naturalidade dos paes, o nome e naturalidade dos avós maternos e paternos, seus, e de sua mulher. O primeiro despacho era no sentido dos inquisidores da Inquisição, de cujo districto elle era natural, informarem. Os notarios das tres inquisições certificavam depois que o respectivo promotor percorrera o reportorio de cada uma d'ellas e não o encontrara como *delato de culpa alguma*, ou o contrario no caso de ser essa a verdade. Havia em seguida o mandado dos inquisidores da Inquisiçãoa cujo districto pertencia o habilitando, determinando ao respectivo commissario que se informasse da *limpeza de sangue e geração* do requerente, para o que lhe mandavam especificados os factos sobre que devia inquirir as testemunhas. Inquiridas ellas, dava o commissario o seu parecer ácerca do credito que se lhes devia dar, e os inquisidores davamno tambem e só depois d'isso, no caso já se vê das informações serem como desejavam, o conselho geral do Santo Officio pronunciava a sua sentença que, no caso favoravel, era a respectiva carta de familiar, etc. Por estas indicações se calculará a extraordinaria importancia d'estes minuciosos processos para a historia das familias e das differentes terras, visto que familiares da Inquisição existiam por todo o paiz.

Famões. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Bombarral, conc. de Obidos, distr. de Leiria. || Santissimo Nome de Jesus, de Odivellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Fanadia. Pov. e freg. de S. Gregorio, da prov. da Extremadura, conc. e com. das Caldas da Rainha, distr de Leiria, patriarc. de Lisboa; 830 hab. e 223 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 16 k. da séde do conc. e está perto da margem direita do rio Arnoia. O prior e beneficiados da collegiada de S. Pedro, de Obidos, apresentavam o cura. A terra é fertil e pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa. Fra do conc. de Obidos, mas passou para o das Caldas da Rainha, por decreto de 7 de setembro de 1895. Esta freguezia é tambem conhecida por *S. Gregorio de Fanadia* e ainda simplesmente por *S. Gregorio.*

Fanal. Bahia da ilha Terceira, Açôres.

Fanão. Antiga moeda da India Ptorugueza. Acha-se referida a Calicut em 1509 nas *Lendas da India.* Era uma moeda de ouro originaria de Ceylão.

Fanates *(Casal dos).* Na freg. de S. Pedro, de Alhadas, conc. da Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Fançony. Pov. do conc. de Calumbo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Fandegas Pov. na freg. de S. Pedro, de Rio de Moiro, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Fandinhães. Pov. na freg. de S. Clemente, de Paços de Gaiollo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Faneca. Ilha de Santa Maria; pov. na freg. de S. Pedro, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada. Produz trigo, milho, e tem creação de gado.

Fanga da Fé. Pov. e freg. de S. Domingos, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Mafra, distr. e patriarc. de Lisboa; 1:584 hab. e 360 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. permutando malas com Mafra. Pertenceu ao conc. de Torres Vedras até 1855. O prior de S. Thiago, d'esta villa, apresentava o cura, que tinha diversos generos, vinho e 6$000 réis em dinheiro. A terra é fertil. Dá-se tambem a esta freg. o nome de *Encarnação.* V. *este nome.*

Fanhaes. Pov. na freg. de Santa Maria das Areias e conc. de Pederneira, distr. de Leiria.

Fanhões. Pov. e freg. de S. Saturnino, da prov. da Extremadura, conc. de Loures, com., distr. e patriarc. de Lisboa; 1:812 hab. e 476 fog. Tem esc. para ambos os sexos, e est. post permutando malas com Loures. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada na margem do rio de Pintéos. Fanhões era antigamente uma aldeia da freg. de S. Antão do Tojal, da qual se desmembrou, formando uma freg. independente. A terra é fertil, e pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 5, com a séde em Lisboa.

Faniqueira. Pov. e casal na freg. da Exaltação de Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Fantufa. Enseada na costa E da ilha de S. Thomé, prov. do mesmo nome, Africa Occidental. Na epoca das chuvas desagua na enseada um ribeiro bastante volumoso.

Fanzeres. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Douro, conc. de Gondomar, com., distr. e bisp. do Porto; 3:284 hab. e 633 fog. Tem correio com serviço de posta rural, e esc. do sexo masc. A pov. dista 3 k. da séde do conc. A terra é muito fertil. O cabido da sé do Porto apresentava o vigario, que tinha 200$000 réis de rendimento. Pertence á 3.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto.

Fão. Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Minho, conc. e com. de Espozende, distr. e arceb. de Braga; 1:911 hab. e 495 fog. Está situada na margem esquerda do rio Cavado. Tem escolas d'ambos os sexos, Misericordia e hospital, hotel, est. post. com serviço de encommendas, permutando malas com Espozende; duas fabricas de cal, que fornecem quasi todo o districto de Braga e outros concelhos; medico, pharmacia, sociedade de recreio: *Club Fãosense*, fundado em 1900. Fica a 3 k. de Espozende, a que está ligada por uma ponte metallica sobre o Cavado. Esta ponte

foi construida pela Empresa Industrial Portugueza, sob a direcção do engenheiro francez Reynau, e importou em 120:000$000 réis. E' a freg. mais importante e industrial de todo o conc., sendo uma das industrias locaes que tem progredido sensivelmente, a da fabricação manual de cordas, em que se empregam muitos operarios. Tem uma praia de banhos regular, ligada por uma estrada, que parte da avenida da Ponte. Fão é uma pov. antiquissima, parece que fundada pelos celtas 984 annos antes da vinda de Christo, mas que em tempos remotos, segundo a tradição, foi uma grande parte submergida pela areia. Dizem os historiadores antigos, que n'este porto se carregavam navios de ouro para os cartaginezes e romanos. Aqui fundeou tambem uma grande esquadra romana, carregada de soldados, para a conquista de Braga e seu territorio. Era em Fão que principiava uma das cinco vias romanas que iam a Braga. Querem alguns que fôsse em Fão a cidade romana *Aguas Celenas* (V. *Espozende*). O que é certo, é ser já cidade no anno 66, porque a 12 d'abril fôram aqui martyrisados os santos Chrispulo e Restituto. Era da Casa de Bragança, que apresentava o vigario, o qual tinha de renda 120$000 réis. Em tempos muito remotos teve umas importantes marinhas de sal, de que em 1160 D. Affonso Henriques deu o dizimo aos frades do convento de N. S.ª da Abbadia. Sobranceira ao mar fica a capellinha de N. S.ª da Bonança, e junto existem as ruinas d'um presidio ou pequeno castello. A egreja do Senhor Bom Jesus é magestosa, onde se vêem cantarias bem lavradas, e esculpturas e talhas de valor artistico; quasi todas as ricas alfaias e paramentos que possue, se devem á piedade de alguns fãosenses, cujos retratos figuram n'uma vasta galeria que ha n'uma dependencia lateral da mesma egreja. Entre o numero dos bemfeitores conta se o finado soberano D. Luiz I, que foi juiz perpetuo da confraria, e lhe concedeu o titulo de real. O retrato do fallecido monarcha tambem existe na referida galeria. Por occasião da festa da Paschoa effeitua se a tradicional romaria do Bom Jesus, que chama sempre grande concorrencia de forasteiros dos differentes pontos dos concelhos da Povoa de Varzim, Villa do Conde, Barcellos, Vianna do Castello, etc. O hospital de S. João de Deus é um confortavel edificio, fundado em 1856, por iniciativa d'uma commissão composta dos homens mais importantes da localidade. A egreja da Misericordia fica junto ao hospital. E' um templo antigo, de aspecto severo, sem ornatos architectonicos, mas solidamente construido. Tem altares com magnificos trabalhos de talha, modernamente dourados, e boas esculpturas. A escola de estudantes de ambos os sexos é conhecida pela *escola mixta*, e está installada n'um edificio apropriado, muito amplo e nas melhores condições hygienicas; tem o titulo de *Amorim Campos*, perpetuando assim a memoria do fundador, o fãosense Manuel Pinto d'Amorim Campos, que falleceu sem vêr concluida a sua obra. A egreja matriz tem altares de apreciavel talha, modernamente dourados, boas esculpturas e ricos objectos de culto. Ha poucos annos construiu-se uma torre de granito, com pára-raios. Fão é abundante de cereaes, linho, alhos e cebolas, mas tem muita falta de lenha. Pertence á 3.ª div. mil e ao distr. de recrut e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. No mar, a 3 k. da barra, em frente de Fão, e perto da costa, estão uns penhascos que correm de norte ao sul, na distancia de 1:500 m., podendo navegar qualquer navio entre elles e a terra. São conhecidos pelos *Cavallos de Fão*, V. *este nome* e *Cavado*.

Faquello. Pov. na freg. de S. Paio e conc de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Faquiães. Pov. na freg. de S. Thiago, de Villela, conc. de Amares, distr. de Braga.

Faradellas. Pov. na freg. de S. Vicente, de Branca, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro.

Faramengo. Pov. na freg. de S. Miguel, de Barreiros, conc. da Maia, distr. do Porto.

Farapilho. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Paranhos, conc. de Amares, distr. de Braga.

Fareja. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Fafe, distr. e arceb. de Braga; 420 hab. e 96 fog. Tem correio com serviço do posta rural e esc. do sexo fem. A pov dista 3 k da séde do conc. e está situada entre duas ribeiras affluentes do rio Vizella. E' tradição que existiu n'esta freg. a antiquissima cidade *d'Aufragia* ou *Eufragia*. (V. *Aufragia*). O D. prior da collegiada de Guimarães apresentava o vigario, confirmado pelo arcebispo, o qual tinha 12$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Farejinhas. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. Tem caixa postal.

Farebães. Pov. na freg. do Salvador, de Torgueda, conc. e distr. de Villa Real.

Fareleira. Pov. na freg. de Santo Adrião, de Macieira de Rates, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Farelhe. Pov. na freg. de S. Pedro, de Canidello, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Farello. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || Santa Eufemia e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Farelos de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Giões, conc. de Alcoutim, distr. de Faro.

Fares. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Cantellães, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Faria. Familia que se encontra desde os principios do reino de Portugal. Tem seu solar no julgado de Faria, do termo de Barcellos, d'onde se lhe derivou o appellido; sobre o monte da Franqueira estava o castello, que defendeu Gonçalo Nunes de Faria, em tempo de D. Fernando contra Pedro Rodrigues Sarmento, adeantado de Galliza, que o tinha sitiado (V. *Faria, Nuno Gonçalves de*). São suas armas, em campo vermelho um castello de prata, com portas e frestas de preto, entre 5 flôres de liz de prata, 3 em chefe e 2 em faxa; timbre o mesmo castello com uma cruz de liz acima da torre do meio. As armas antigas eram só as flôres de liz, mas depois, em memoria do referido castello, é que assentaram em campo vermelho, alludindo ao sangue derramado por Nuno Gonçalves de Faria.

Faria *(Alberto de).* Religioso carmelita, que viveu no seculo XVI. Recebeu o habito na provincia de Portugal, onde aprendeu philosophia e theologia. Tendo acompanhado a Hespanha, em 1556, o geral da sua ordem, fr. João Baptista Rubeo, foi o primeiro que leu theologia em Andaluzia. A fama do seu talento fez com que D. Pedro de Giron, duque de Ossuna, o nomeasse lente de Escriptura na Universidade d'aquella cidade. Exerceu os maiores cargos da sua ordem, e foi por duas vezes provincial, a primeira em 1571 e a segunda em 1596. Falleceu com mais de 80 annos em Valladolid, deixando alguns manuscriptos em latim.

Faria *(Alberto Carlos Cerqueira de).* Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, deputado, jurisconsulto, advogado perante os auditorios de Coimbra e de Lisboa, primeiro presidente da direcção da Companhia das Aguas de Lisboa, etc. N. em Rendufinho. hoje do conc de Povoa de Lanhoso, a 6 de julho de 1807, fal. em Lisboa em 1884. Era filho de Custodio José de Cerqueira, proprietario, e de sua mulher, D. Thereza Joaquina de Faria Vieira. Foi eleito deputado nas côrtes constituintes de 1837, e em outras legislaturas posteriores. Casou em 6 de junho de 1850 com D. Maria Joaquina da Rocha e Castro, viuva do barão da Folgosa, Jeronymo d'Almeida Brandão e Sousa, e filha de José Joaquim de Castro, negociante da praça commercial de Lisboa e proprietario, e de sua mulher D. Maria Francisca da Rocha. Sendo um dos primeiros contratadores do fornecimento das aguas de Lisboa, teve grandes questões que motivaram uma viva polemica, e ainda no fim da sua vida sustentou uma demanda vivissima com a sua enteada, a condessa de Geraz de Lima, D. Julia Sophia Brandão e Sousa, demanda que perdeu, e a que sobreviveu pouco tempo, fallecendo com perto de 77 annos de edade. Escreveu: *Esclarecimentos sobre o estado das Finanças de Portugal no principio de 1838, com appensos de respostas e mappas officiaes*, Coimbra, 1838; este opusculo foi acolhido do publico com grande interesse, pelos factos e considerações em que abundava; *Discurso pronunciado na sessão da Camara dos deputados de 22 de Fevereiro de 1840 na discussão da resposta ao discurso da Corôa*, Lisboa, 1840; além d'este, que foi impresso em separado, existem alguns outros disseminados pelos volumes do *Diario da Camara*, sobre questões importantes em que o autor tomou parte; *Exposição das questões pendentes em que são A. A. os herdeiros de José Ferreira Pinto Basto e Custodio Teixeira Pinto Basto, e R. Antonio Ferreira Pinto Basto*, etc., Lisboa, 1845; *Exposição da causa pendente na Relação de Lisboa, que em nome de Maria Luiza, de Villa do Conde, foi proposta contra Gaspar Angelo da Costa Madeira, da cidade de Lisboa*, etc., Lisboa, 1848. Como director da Companhia das Aguas, que em 29 de setembro de 1858 contratara com o governo o abastecimento das aguas á capital, escreveu e apresentou os seguintes: *Relatorio da Direcção da Companhia das Aguas, apresentado em assembléa geral em 1 de Fevereiro de 1859*, Lisboa, 1859; *Relatorio*, etc., *apresentado em assembléa geral de 1 de Fevereiro, de 1860*, Lisboa, 1860; *Relatorio* etc., *de 1 de Fevereiro de 1861*, Lisboa, 1861; *Relatorio*, etc., *do 1.º de Fevereiro, 1862*, Lisboa, 1862, seguido de mappas e documentos; *Relatorio*, etc., *de 3 de Fevereiro de 1863*, Lisboa, 1863, seguido de mappas e documentos. Parece que tambem se imprimiram os relatorios apresentados em 1864 e 1865.

Faria *(André Leitão).* Cavalleiro professo da ordem de Christo, moço da camara de D. João V, official maior, escrivão do assentamento e chancellaria do senado da Côrte, etc. N. em Lisboa a 31 de março de 1638, onde tambem fal. a 8 de março de 1722. Era filho de João Leitão de Faria, moço da camara de D. João IV, e de Maria Gomes Monteiro. Aprendeu a lingua latina no collegio de S. Antão, dos jesuitas, e estudou theologia moral e philosophia. Cultivou com felicidade a poesia portugueza, latina e castelhana. Escrevia com a maior perfeição: os caracteres pareciam abertos a buril. D. Pedro II, quando determinou nomeal-o mestre dos seus filhos, ordenou-lhe que apresentasse a sua letra, e André de Faria executou esta ordem fazendo tres treslados, admirando se em cada um d'elles tres generos de letras differentes ornadas de diversas flôres, feitas umas em riscos, e outras em pennadas, que pareciam impressas. Sendo nomeado para professor do principe e dos infantes, escusou-se, allegando os muitos annos que já tinha, e os seus achaques. André de Faria tambem se distinguiu na pintura, tanto a oleo, como de illuminação, sendo o unico d'este genero, cujas obras passaram á posteridade. Abriu varias estampas em cobre, contando-se entre ellas a mais perfeita, o retrato do marquez de Tavora, Luiz Alvares de Tavora, que saiu no frontispicio do livro, que a este heroe dedicaram por obsequio funebre as musas portuguezas. André de Faria foi casado com D. Anna de Figueiredo Calderon, filha de Manuel Pinto de Pezarva, e de sua mulher, D. Anna Calderon. Compoz algumas poesias, dedicadas ao referido marquez de Tavora, e que se imprimiram em 1674

Faria *(Antão de).* Valido e secretario de Estado de D. João II; confidente dedicado e prompto executor das suas ordens. Começou a gosar do valimento do soberano, apenas este subiu ao throno. Na prisão do duque de Bragança, D Fernando, confiou el-rei a Antão de Faria a guarda do preso. Os cortezãos ligavam-lhe tanta importancia, que foi a elle que Duarte Tinoco denunciou primeiro a conjuração do duque de Vizeu Com um rei como D. João II, que governava por si, o vulto de um primeiro ministro some se na sombra, e Antão de Faria não apparece senão como o executor intelligente e fiel, mas passivo das vontades de seu amo. Conta-se, porém, que desempenhou um papel importante na morte do soberano D. João II, sentindo-se morrer, e não tendo filho legitimo que pudesse herdar o throno, pretendia deixal-o a seu filho bastardo, D. Jorge de Lencastre, mas Antão de Faria procurou dissuadil-o d'essa idéa. Desempenhando o officio de escrivão da puridade, foi o encarregado de escrever as ultimas vontades do monarcha, que até á ultima hora se mostrou sempre absoluto. O nome de D. Jorge foi pronunciado, mas o fiel servo recusou-se a escrevel-o, allegando com energia o perigo em que o reino iria encontrar-se. Antão de Faria chegou a avançar que tinha o maior interesse em que o filho de D. João II reinasse, comtudo, descendo

ao fundo da sua propria consciencia, não podia deixar de reconhecer os direitos de D. Manuel, duque de Beja, que o seu nascimento chamava ao throno; a tradição diz que o monarcha exclamara com dôr e colera: «*Deixa-me, Antão de Faria, deixa-me, um tal sacrificio não me póde ser imposto*». Mas a sensatez do conselheiro e a sua energica persistencia valeram o sceptro a D. Manuel, que a historia cognominou de *rei venturoso* ou *afortunado*. O facto é que o testamento de D. João II o nomeou herdeiro do throno. Alguns historiadores dizem que Antão de Faria procedeu assim por convicção; outros accreditam, que fôsse calculo, porque sendo homem esperto, vira claramente que a successão de D. Jorge não podia agradar ao povo, e convinha-lhe, portanto, collocar-se ao lado do pretendente que mais probabilidades tinha a seu favor. Depois da morte de D. João II, nunca mais se encontra na historia o nome de Antão de Faria. Foi casado com D. Maria dos Olivaes, de quem teve um filho de nome Diogo.

Faria *(Antão de)*. Religioso da ordem de S. Bento. N. em Evora em 1655, fal. no convento de Tibães a 19 de junho de 1721. Era filho de Antão de Faria da Silva. Aprendeu as letras humanas, professou na ordem benedictina em Tibães a 27 de abril de 1675 Matriculando-se na Universidade de Coimbra, doutorou se em theologia. Sendo depois provisor do Porto, tomou posse d'esta mitra a 17 de outubro de 1709, em nome de D. Thomaz d'Almeida, mais tarde cardeal patriarcha de Lisboa, que fôra transferido da sé de Lamego para aquella diocese. Em 1710 foi proposto para bispo do Rio de Janeiro e coadjutor do arcebispo primaz de Braga, D. Ruy de Moura Telles. Deixou em manuscripto: *Manifesto das prendas, que para Pay commum da Religião Monastica de S. Bento se achão no P. Fr. Vicente dos Santos, D. Abbade Geral segunda vez por geral acclamação do Capitulo, que se celebrou em o anno de 1686, no convento de Tibães.*

Faria *(Antonio de)*. Aventureiro portuguez na India. N. em Lisboa no principio do seculo XVI, e fal. em 1540. Partindo para a India, e seguindo as suas tendencias aventurosas, foi procurar fortuna nos mares do Extremo Oriente, e explorou sobretudo as costas da China. Póde dizer-se que era um verdadeiro pirata, de uma audacia e d'uma felicidade inexcediveis. Depois de ter devastado os mares, de ter destruido piratas chinezes e indios, de se ter alliado com outros, de ter escapado milagrosamente a naufragios, procurou a ilha de Calemphey, onde se dizia que estavam os tumulos de 17 imperadores da China, cheios de immensas riquezas. A tradição asseverava que elle encontrara esses tumulos e os roubara, mas a esse respeito ha hoje as maiores duvidas, e parece que os taes suppostos tumultos só existiram na imaginação de alguns crédulos chinezes. E' difficil verificar o facto, porque ao voltar d'esta expedição no dia 5 de agosto de 1540, armou-se uma tempestade, e o navio de Antonio de Faria naufragou, escapando sómente 14 homens da tripulação. Antonio de Faria pertenceu ao numero dos que morreram. O escriptor Fernão Mendes Pinto foi um dos seus companheiros nas viagens e explorações.

Faria *(Antonio)* Medico do hospital de Todos os Santos, nomeado em 20 de junho de 1635.

Faria *(Antonio de)*. Religioso da congregação do Oratorio. N. em Lamego, e fal. em 21 de janeiro de 1737, com perto de 90 annos de edade. Era filho de Manuel Cardoso de Faria e de Izabel Monteiro. Depois de completar os estudos, retirou-se para a serra d'Arrabida, onde por alguns annos se entregou aos exercicios dos anachoretas mais austeros, até que se resolveu a recolher-se na congregação do Oratorio, de Lisboa, sendo ali admittido a 15 de agosto de 1681. Foi examinador synodal do arcebispado de Lisboa, e deputado da Junta das Missões. Era muito versado na lingua latina, em philosophia e em mythologia. Deixou impresso o seguinte: *Sermão nos honras funebres, que a Congregação do Oratorio de Lisboa dedicou á saudosa memoria da Serenissima Rainha D. Maria Sophia Izabel em 21 de agosto de 1699, na egreja da mesma Congregação*, Lisboa, 1699.

Faria *(Antonio João de Sequeira de)*. Governador de Moçambique, de 1723 a 1726. No seu tempo os portuguezes recuperaram Mombaça, que pouco depois tornaram a perder. Em 9 de abril de 1729 foi despachado para a capitania de Damão.

Faria *(Antonio de Mariz)*. Presbytero secular. Foi o primeiro da Congregação do Oratorio do Porto, e depois reitor do couto da Pulha, no arcebispado de Braga. N. n'esta cidade em 1681, e parece que vivia ainda em 1741. Escreveu: *Curioso peregrino na vida, morte, trasladação, e milagres de S. João Marcos na augusta cidade de Braga*, Lisboa, 1721; *Novena em obsequio do glorioso S. João Marcos*, Coimbra, 1721. Deixou em manuscripto: *Defensa do Breviario Bracharense*, que lhe tinha reformado, e a mandou ao padre Manuel Caetano de Sousa; *Poema ascetico*, etc., tambem em manuscripto.

Faria *(Antonio de Portugal de)*. Consul de Portugal em Leorne, bibliophilo e escriptor. Filho primogenito dos viscondes de Faria. N. em Lisboa, freg. de Santos-o-Velho, a 24 de março de 1868. Fez os seus estudos nos seguintes collegios de Paris: *Institution Sainte Marie* (1878-81), *Stanislas* (1881-82), *Ecole Monge* (1882-83), *Lycée Condorcet* (1883-84), *Institution Notre Dame de Sainte Croix à Neuilly* (1884-85). No collegio *Estanislau* foi educado o rei Affonso XII, de Hespanha, e ahi teve o sr. Portugal de Faria por companheiro de estudos o duque de Orleans, irmão de S. M. a Rainha Senhora D Amelia. Em 1 de abril de 1881 foi nomeado chanceller do consulado portuguez em Paris, sendo essa nomeação confirmada pelo ministerio dos negocios estrangeiros de Portugal em 5 de fevereiro de 1881. Por decreto de 21 de janeiro de 1886 foi nomeado chanceller do consulado de 1.ª classe em Cadiz, e em 25 de agosto do mesmo anno fôram-lhe concedidas as honras de vice-consul. Por decreto de 10 de dezembro de 1891 teve promoção a consul para Montevideu. Foi nomeado fidalgo cavalleiro e moço fidalgo com exercicio na Côrte, por alvarás de 8 de março de 1886 e 7 de abril de 1897, sendo-lhe tambem concedido o uso de brazão d'armas. Em setembro de 1896 foi transferido para o logar de consul em Leorne. Na participação de Portugal na exposição universal de Paris, desempenhou o logar de secretario do commissario portuguez, para o que foi nomeado em dezembro de 1898. Possue varias condecorações e

pertence a grande numero de sociedades litterarias, scientificas, artisticas, de Portugal e do estrangeiro. Tem sido agraciado: Em 29 de fevereiro de 1899 gran cruz da ordem de Santo Sepulchro; em 13 de janeiro de 1887 commendador da ordem militar de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa; em 23 de agosto de 1897, commendador da ordem da Corôa, de Italia; em 18 de maio de 1891, cavalleiro da ordem militar de Nosso Senhor Jesus Christo; em 16 de julho de 1891, cavalleiro da real e distincta ordem de Carlos III; em 23 de abril de 1888, cavalleiro da real ordem de Izabel a Catholica; em 7 de março de 1899, commendador da ordem real hospitaleira e humanitaria de Santa Catharina do Monte Sinai; cavalleiro hospitaleiro do numero de S. João Baptista, de Hespanha; cavalleiro da Legião de Honra em 1901, etc. Quando esteve em Cadiz era correspondente do *Figaro*, de *La Geographie* e do *Monde Diplomatique et Le Courrier du dimanche*, de Paris, da *Gazette des Pays Latins*, de Bordéos; delegado da Alliance Scientifique Universelle, de Paris; da sociedade Neolatine, de Carcassonna; do Instituto, de Vizeu, socio correspondente da Sociedade de Geographia, de Lisboa; da Sociedade de Geographia, de Paris; membro titular da Sociedade de Geographia Commercial, de Paris; da Sociedade de Geographia, de Madrid; da Sociedade de Geographia, de Lille; socio titular das secções litteraria e artistica e de historia e geographia da Sociedade Academica Franco-Hispano-Portugueza, de Tolosa; membro correspondente do Instituto do Midi, socio correspondente da Sociedade de Etnographia Americana e Oriental, de Paris; da Sociedade de Topographia de França; socio honorario e benemerito da *Lega del Bene*, de Bolonha, da *Propaganda di Sciensa Popolare e da Scuola Napolitana Dantesca per l'Istruzione popolare*; Presidente honorario perpetuo do *Circulo promotore Partenopeo;* socio effectivo da *Societá Ligure di Storia Patria*, de Genova; socio ordinario da *Societá Bibliographica Italiana*, de Milão; honorario da *Societá Filarmonica Astanese*; membro honorario do *Instituto Araldico, Italiano*, e do *Conseil héraldique de France;* membro activo da *Sociétá Suisse d'Héraldique;* da Sociedade dos *ex libris* de Londres, presidente de honra das sociedades dos Salvadores do Alto Rheno, de Belfort, dos Salvadores de l'Aude e da Academia Dante Alighieri, de Catanea, correspondente da Academia de Nimes, da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, do Instituto de Coimbra, da Sociedade Litteraria «Almeida Garrett», do antigo Instituto «19 de Setembro»; da *Societé Scientifique et Litteraire*, de Alais (Gard); membro do jury na Exposição Universal de Paris em 1900, membro dos congressos geographico italiano de Milão, em 1901, e internacional de sciencias historicas, em Roma, 1902; etc., etc. A lista das publicações é egualmente numerosa: *Les Champs d'Or* (Afrique Portugaise), par le Docteur naval A. P. Paiva e Pona, traduit du «Bulletin de la Société de Géographie de Lisbonne». Imprimerie de l'Académie Royale des Sciences,—Lisbonne, 1891. *Cristophe-Colomb et les Écrivains Gaditans.* Extrait des Archives de la Société Américaine de France, 1892, n. I. - Paris, Ernest Leroux, éditeur, 1891. *Genealogia da Familia Possolo* (1ª edição) 1673 a 1892.—Buenos-Ayres, Typographia Portugueza, 1892. *Mon séjour à Cadix.* 1886-1892.—Paris, aux Bureaux de l' «Alliance Scientifique», 1893. *Républicas Oriental do Uruguay, Argentina e do Paraguay.* (Biographias dos representantes de S. M. Fidelissima.—Navios de guerra.—Tratados e convenções.—Sociedades de Beneficencia.—Jornaes Portuguezes).—Buenos-Ayres, Typographia Portugueza (Reconquista e Tucuman), 1893. *Genealogia da Familia Arrobas.*—Buenos Ayres, Typographia Portugueza, Esmeralda 169, 1895. *Apontamentos genealogicos sobre a familia* PORTUGAL DA SILVEIRA.—Buenos Ayres, Typographia Portugueza, Esmeralda 169, 1895. *Ensaios genealogicos* (Descendencias em linha recta de José Augusto Maria Soares de Faria Barros e Vasconcellos, administrador do morgado dos *Soares* em Setubal), e Breves apontamentos sobre FARIAS E BARREIROS.—Buenos-Ayres, Typographia Portugueza, Esmeralda 169, 1895. *Aperçu généalogique sur la famille Croharé* originaire de do Narp (canton de Sauveterre).—Paris, Imprimerie A. Warmont, mai 1896. *Documentos relativos ao meu casamento*.—Milão, junho 1896, Ditta Giorgio Murari. *Biographia de meu avô materno*, Guilherme Frederico de Portugal da Silveira Barros e Vasconcellos.—Plombiéres, Imprimerie Soyard, 1896. *Ascendencia em linha recta da Viscondessa de Faria*, pelo appellido Faria (n.º 1).—Plombiéres, Imprimerie Soyard, 1896. *Ascendencias em linha recta da Viscondessa de Faria*, pelo appellido Faria (n.º 2). Plombiéres, na referida Imprimerie Soyard, 1896. *Parentesco da Viscondessa de Faria com os Soares de Albergaria* (Soares de Albergaria entroncados com Gama e Faria).—Plombiéres, Imprimerie Soyard, 1896. *Parentesco da Viscondessa de Faria com os Soares da Gama e Faria.*—Plombiéres, Imprimerie Soyard, 1896. *Parentesco da Viscondessa de Faria com os Soares de Albergaria.* (Soares Gama e Faria entroncados com Soares de Albergaria, *por linha materna*).—Plombiéres, Imprimerie Soyard, 1896. *Parentesco da Viscondessa de Faria com os Soares.*—

Antonio de Portugal de Faria

Plombiéres, Imprimerie Soyard, 1896. *Parentesco da Viscondessa de Faria com os Soares de Albergaria da Gama.* — Plombiéres, Imprimerie Soyard, 1896. *Parentesco da Viscondessa de Faria com os Barros* (de Alemquer).—Plombiéres, Imprimerie Soyard, 1896. *Parentesco da Viscondessa de Faria com a casa dos Marquezes de Castello Melhor.*—Plombiéres, Imprimerie Soyard, 1896. *Parentesco da Viscondessa de Faria com os Britos de Aquino.*—Plombiéres, Imprimerie Soyard, 1896. *Familles Croharé et Hourat.*—Paris, Imprimerie A. Warmont (Palais Royal). août 1896. *Genealogia da Familia dos Quinhones*, —Paris, Typographia Guillard-Ailland, 1896 *Genealogia da Familia Possolo (*1673 a 1896). 2.ª edição.—Saint-Valery-en Caux, Imprimerie E. Dangu. *Étude historique sur Cadix*—Imprimerie E. Dangu, Saint-Valery en-Caux, 1898. *Genealogia da Familia Barreiros* (2.ª edição*).*—Lisboa, Typ. da Companhia Nacional Editora, 1896. *Genealogia da Familia Portugal da Silveira (*2.ª edição).—Lisboa, M. Gomes, editor, 1896. *Genealogia da Familia Corrêa de Lacerda.*—Lisboa, Typographia Portuense, 1897. *Genealogia da Familia Faria.*—Lisboa, Typ. da Casa Catholica, 1896. *Casamento de D. Julia de Portugal de Faria com o Visconde de Silvares.*—Milão, Ditta Giorgio Murari, 1896. *Casamento de D. Maria do Carmo de Portugal de Faria com D. Thomaz de Saint George Armstrong.*— Milão, Ditta Giorgio Murari, 1896. *O Episodio do Adamastor nos Lusiadas de Luis de Camões.*—Livorno, Tipografia de Raffaello Giusti, 1897. *Certidões que formam a arvore do costado da Viscondessa de Faria*—Livorno, 1897. *Portugal e a Republica Argentina. Questão Diplomatica satisfactoriamente resolvida pelo Visconde de Faria.* —Livorno, 1897. *Quelques notes sur les rapports entre les Por ugais et la Province de Cadix depuis les temps les plus reculés.* — Livorno, 1897. *Notizie di Matilde di Savoia* do conde Luis Cibrario. Reproducção critica.—Livorno, 1897. *Epigrafi e iscrizioni sepultuarie esistenti nel camposanto di Pisa.*— Livorno, 1897. *Um retrato de D. Constantino de Bragança.*—Livorno, 1897. *Arvore genealogica dos Soares Gamas (*de Setubal).—Livorno, 1897. *Arvore do costado do Commendador Antonio de Portugal de Faria.*—Livorno, 1897. *Genealogia da Familia "Portugal" (Corrêa de Lacerda).*—Livorno, 1897. *Genealogia dos Docems* —Livorno, 1897. *Familles Croharé de Cazenave et Hourat.*—Lausanne, Imprimerie Guilloud-Howard, 1897. *A lucta de 1828-34. Tentativa de Auxiliar Bibliographico.*—Livorno, 1897. *Uma carta de Jacob de Brito a Aarão Monseca.* Livorno, 1897. *Elogio de José Joaquim Soares de Barros e Vasconcellos (*Reproducção annotada).—Livorno, 1897. *Extracto do Mare Magnum de Francisco Marucelli.* «LUSITANIA». — Livorno, 1898. *Centenario da India. Torquato Tasso e Luiz de Camões. Soneto: Vasco da Gama.*—Livorno, 1898. *Centenario da India Bartholomeu Velho. Descoberta d'um Planisferio de 1561.*—Livorno, 1898. *Centenario da India. «Adamastor». Notas para a historia do Cruzador de guerra portuguez construido pela Grande Subscripção Nacional a favor da defeza do paiz.*—Livorno, 1898. *Centenario da India. "Lettre à Messieurs les Auteurs du «Journal des Sçavans» sur la Navigation des Portugais aux Indes Orientales, par José Joaquim Soares de Barros e Vasconcellos (*Reproducção*).* Livorno, 1898. *Documentos relativos ao nascimento e ao baptismo de D. Maria Emilia Carlotta de Marchi de Portugal de Faria.*—Livorno, 1898. *Planispherio feito em 1561 pelo cosmographo portuguez Bartholomeu Velho cujo unico original existe na Bibliotheca do Real Instituto de Bellas Artes, em Florença. (*Reproducção photozincographica de 20 unicos exemplares). — Florença, Instituto Geographico Militar, abril de 1898. *Portugal e Italia—Ensaio de Diccionario Bibliographico*— Leorne—Typographia de Raphael Giusti, 1898. *Garrett em França, notas de bibliographia consagradas ao centenario do eminente portuguez.*—Paris, Imprensa Paul Dupont, 4 rue du Bouloi, 1899. *Ouvrages de José Joaquim Soares de Barros e Vasconcellos* de l'Académie des Sciences de Prusse et Correspondant de celle de Paris.—Livourne, Imprimerie de Raphael Giusti, 1899 *Instrucções que Sua Magestade El-rei o Senhor D. Pedro V de saudosissima memoria, compoz, escreveu e deu ao General Fortunato José Barreiros para se guiar na missão scientifico-militar que por ordem do mesmo Augusto Senhor foi fazer a paizes estrangeiros nos annos de 1856 e 1857.*— Leorne, Typographia de Raphael Giusti, 1899 *Arvore de* FARIAS *que se entroncarão com Soares de Albergaria e Gamas (*de Setubal). Livorno 1898. *Arbre généalogique de la Famille Trezzini de Astano, district de Lugano (Canton du Tessin, Suisse Italienne).* Livorno, 1899.—*Branche de l'arbre généalogique de la Famille Marchi de Astano, district de Lugano (Canton du Tessin, Suisse Italienne).* Livorno, 1899. *Notes généalogiques et documents pour l'histoire de l'ascendance de Madame Marie Rose de Croharé de Marchi Familles Croharé de Cazenave et Hourat. (*2.ª edition*).*—Buenos Ayres, Companhia Sud-Americana de bilhetes de Banco, 1898. *Note per la storia della Famiglia de Marchi e del Comune di Astano, sua patria.*—Livorno, 1900. *A Inquisição Portugueza no Seculo XVII. (*Um documento para a historia*)* publicado de pag. 751 a 760 do *Instituto*, revista scientifica e litteraria, volume 46 n. 9bis Coimbra, setembro de 1899. *Nova Alvorada*, revista mensal litteraria, director Sebastião de Carvalho.—Villa Nova de Famalicão, 1889, n. 10, 11 e 12, pagina 187: No *Livro da Historia* por Antonio de Portugal de Faria. *Portugal e Italia* (Elenco de manuscriptos portuguezes ou referentes a Portugal existentes nas Bibliothecas de Italia, precedido de um supplemento geral ao *Ensaio de Diccionario Bibliographico*) — Leorne, Typ. de R. Giusti, 1900 *Arbre généalogique de D. Maria Emilia Carlotta de Marchi de Portugal de Faria*—Livorno, 1900. *Relatorio consular.*—*(*Livorno, 1899*)* publicado no n. 6 do volume III (junho de 1900) do *Boletim Commercial* (paginas 546 a 549*).*—Lisboa, Imprensa Nacional, 1900. *Portugal e Italia*, terceiro tomo, Leorne, 1901. *Portugal e Italia* (Litteratos portuguezes na Italia ou collecção de subsidios para se escrever a Historia Litteraria de Portugal que dispunha e ordenava Frei Fortunato, Monge Cisterciense), Leorne, 1905; etc.

Faria *(Antonio Soares de).* Medico pela Universidade de Coimbra, physico mór do exercito, etc. N. em Aviz em 1644, fal. na mesma villa em 9 de junho de 1730. Era filho do dr. Manuel Rodrigues de Vide e de Maria Soares de Faria.

Exerceu clinica em Aviz, onde foi vereador. O alvará da nomeação de physico-mór do exercito da provincia do Alemtejo tem a data do 12 de março de 1703. Escreveu e imprimiu em 1700 um *Fasciculus medicus exquatuor tractatibus collectus:* 1.º De *Fontanellis*, 2.º De *Thermis*, 3.º De *Lacte*, 4.º *De risu, recreatione, et vino*. Deixou manuscriptas varias apologias medicas e muitas addições eruditas ás observações de Lazaro Riverio; deixou tambem em manuscripto: *Conselhos e casos, que deu, e lhe succederam pertencentes á Medicina.*

Faria (*Antonio de Vasconcellos de*). Deputado da Inquisição de Evora. Fal. a 16 de agosto de 1633. Foi mandado á India em 1632, na qualidade de inquisidor e de reformador da Inquisição de Gôa.

Faria (*Augusto de Faria, visconde de*). Diplomata, consul geral com a graduação de primeiro official do Ministerio dos Negocios Estrangeiros. N. em Marselha a 13 de dezembro de 1826, fal. em Paris a 26 de setembro de 1901. Era filho do antigo diplomata conselheiro Antonio Candido de Faria e de D. Maria Helena Possolo. Sendo seu pae, depois da restauração do governo liberal, nomeado encarregado de negocios da côrte de Dinamarca, começou ali Augusto de Faria os seus estudos em 1833, vindo completal os a Portugal em 1839, onde se matriculou na Escola Polytechnica. Resolvendo seguir a carreira burocratica, entrou como amanuense de 2.ª classe na Secretaria do Ministerio da Marinha em 1840. Em 1852, sendo creado o Ministerio das Obras Publicas, passou para ali em amanuense de 1.ª classe. Em março de 1856 foi graduado em official ordinario; em setembro do mesmo anno passou a official ordinario effectivo, e em março de 1861 a primeiro official chefe da 3.ª secção da repartição central, em cuja qualidade prestou muitos serviços na implantação do systema metrico decimal e no desenvolvimento do serviço postal. Algumas vezes occupou o cargo de secretario geral. Em 1855 foi nomeado consul geral na Suecia e Noruega, logar que não chegou a exercer. Em 1858 foi-lhe dado o logar de consul na provincia do Maranhão, onde prestou relevantissimos serviços, fazendo por duas vezes dar completa satisfação á bandeira portugueza ultrajada por miseraveis sempre promptos a insultar Portugal e os portuguezes. Só deixou aquelle importante cargo para vir á Europa restabelecer-se de um ataque de febre amarella de que fôra accommettido no Brazil. Foi então nomeado encarregado de negocios e consul geral junto das republicas do Rio da Prata, para onde partiu em 20 de janeiro de 1872. Em Montevideu, entre outros serviços que prestou ao paiz, conta-se o da reducção que alcançou nos enormes direitos que pagavam os vinhos portuguezes. Voltando a Lisboa foi em 1876 e 1886 nomeado consul geral de Portugal em Paris. Em 1888 foi transferido para Bristol, e em 31 de dezembro de 1891 voltou a ser encarregado de negocios em Buenos Ayres e Montevideu. Em 1896 regressou a Portugal, e em 1898 foi nomeado commissario do governo portuguez na Exposição Universal de Paris em 1900. O visconde de Faria era condecorado com varias commendas e habitos, tanto nacionaes como estrangeiros. Em 29 de abril de 1817 ganhou o habito da Torre Espada. N'esse dia memoravel na historia das revoluções em Portugal, fôra-lhe confiado, como official de um dos batalhões moveis creados em 1846, o commando do destacamento que guarnecia o castello de S. Jorge, e sendo este atacado pelos presos que se haviam escapado do Limoeiro, não só pôde resistir energicamente a esse ataque como tambem soube conter os prisioneiros que existiam nas masmorras do mesmo castello e que pretendiam arrombar as prisões. Em 1901 foi-lhe dado pelo governo francez o grau de official da Legião de Honra. Foi deputado em duas legislaturas a seguir, sendo a primeira eleito pelo circulo da Vidigueira e a segunda pelo circulo de Moura. Em ambas legislaturas prestou serviços aos circulos que o elegeram. Teve a carta de conselho e o titulo de visconde de Faria. O retrato do visconde de Faria acha-se publicado no *Diario Illustrado*, n.º 1727 de 13 de dezembro de 1877 e na revista *Brazil Portugal*, vol III, pag. 267; etc.

Faria (*Balthazar de*). Primeiro reformador e visitador da Universidade de Coimbra, depois do seu restabelecimento em Coimbra por el-rei D. João III em 1537. A nomeação tem a data de 11 de outubro de 1555, sendo reitor o dr. Affonso do Prado. Demorou-se na visitação desde 19 de fevereiro de 1556 até 1 de setembro do mesmo anno, colligindo apontamentos para uns novos estatutos. Na mesma qualidade de visitador voltou pela segunda vez á Universidade em 1559, estando a governar como reitor D. Jorge d'Almeida, na ausencia de D. Manuel de Menezes, que então exercia esse cargo. Estando reunido o claustro, apresentou-se em 27 de dezembro, e ali fez entrega d'uma carta regia que trazia para a Universidade, e os novos estatutos porque esta se havia de governar, os quaes, depois de confrontados com os apontamentos que a Universidade havia mandado, fôram acceitos e publicados. Balthazar de Faria presidiu aos claustros em que se tratou da nomeação de novo reitor, e ainda como visitador deu posse d'este cargo a D. Jorge d'Almeida, em claustro de 26 de janeiro de 1560. Em 1565 recebeu a Universidade uns novos estatutos, os quaes o claustro achou rigorosos, pedindo por isso ao soberano que mandasse suspender a observancia d'elles. Em carta de 26 de maio do mesmo anno da 1565, lhe respondeu o monarcha, «que lhe dissêssem em que eram rigorosos os estatutos, e que entretanto os guardassem.» Balthazar de Faria foi agente de D. João III em Roma, encarregado de obter o estabelecimento da Inquisição em Portugal, e um dos que mais concorreram para resolver as difficuldades que se oppunham a que se installasse no paiz aquelle horrivel tribunal.

Faria (*Bartholomeu de*). Escriptor e poeta. N. em Lisboa em 1629, onde tambem falleceu a 26 de janeiro de 1709 Era filho de Matheus de Azevedo Pereira, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher, Guiomar de Faria. Foi membro da *Academia dos Singulares*, em cujas memorias se encontram alguns dos seus trabalhos.

Faria (*D. Basilio de*). Monge do convento da Cartuxa, de Evora, prior de Scala Cœli, junto á mesma cidade, etc. N. em Lisboa a 15 de maio de 1569, fal. a 5 de abril de 1625. Chamava-se no seculo Balthazar de Faria Severim; era filho de Duarte Frade de Faria, fidalgo da casa

do infante D. Duarte, e de sua mulher, Maria Severim. Estudou na Universidade de Coimbra, onde se matriculou em 1582 em Direito canonico e civil. Foi prior do convento de Laveiras, que muito melhorou. Em 1615 foi por ordem do geral visitar as Covas de Salamanca e o convento de Miraflores junto da cidade de Burgos. Voltando ao paiz foi prior do convento de Evora, onde erigiu o portico da egreja e procedeu a outros melhoramentos; foi chantre da sé de Evora, cargo de que tomon posse a 15 de maio de 1590, e por morte do arcebispo D. Theotonio de Bragança, ficou eleito governador do arcebispado. Era muito versado nas linguas franceza, italiana e latina Filippe II, reconhecendo o seu elevado talento, o quiz nomear seu agente na curia romana, mas D. Basilio de Faria escusou-se a acceitar, e renunciando tambem a sua dignidade de chantre, em favor do seu sobrinho Manuel Severim de Faria, recolheu-se ao convento de Scala Cœli, de religiosos cartuxos, de Evora, a 25 de janeiro de 1610. Exerceu varios cargos importantes na sua ordem. Escreveu: *Vida do patriarcha S. Bruno, fundador da religião da Cartuxa*, Lisboa 1649; esta obra saiu posthuma por diligencia do referido seu sobrinho. No mesmo volume vem: *Discurso sobre o vão temor da morte e desejo da vida, e representação da gloria do céo, composto em lingua castelhana pelo licenceado Pedro de Valles*. Deixou muitos manuscriptos.

Faria *(Constancio Floriano de)*. Egresso do convento de S. Domingos de Gôa, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra Era natural de Gôa, e filho de Manuel Xavier de Faria. Doutorou-se em 28 de julho de 1850, e já é fallecido.

Faria *(Fr. Custodio de)*. Religioso da ordem de Santo Agostinho, professor das linguas grega e hebraica no collegio da Graça, de Coimbra, depois no Seminario Patriarchal de Santarem, etc. N. em Guimarães a 16 de dezembro de 1761, fal. no Rio de Janeiro a 7 de setembro de 1828. Professou no convento da Graça, de Lisboa, a 19 de março de 1785. Conhecendo a fundo as linguas grega e hebraica, foi nomeado professor d'estas linguas no Collegio da Graça, de Coimbra, que pertencia á sua ordem, sendo depois transferido para o Seminario Patriarchal de Santarem, onde foi encarregado de reger hebraico e rhetorica. Nomeado em 1797 censor do Ordinario para a qualificação dos livros pelo cardeal patriarcha de Lisboa D. José Francisco Miguel Antonio de Mendonça, partiu em 1807 com a côrte portugueza para o Rio de Janeiro, e ali permaneceu até á data da sua morte, exercendo o professorado da lingua grega. Escreveu: *Arte nova da lingua Grega, para uso do collegio da Graça de Coimbra*, Coimbra, 1790.

Faria *(Fr. Diogo de)*. Hellenista portuguez, traductor do *Dialogo da alma com a carne, estando presente Socrates*. João Franco Barreto dá noticia d'este manuscripto, sem declarar a ordem religiosa a que pertencia Fr. Diogo.

Faria *(Eduardo Augusto de)*. Mais conhecido por *Eduardo de Faria*. Fidalgo da Casa Real e cavalleiro da ordem de Christo. N. em Lisboa em 1823, fal. em Inglaterra a 10 de setembro de 1860. Foi amanuense no ministerio da fazenda, mas depressa resolveu pedir a demissão para se entregar exclusivamente a especulações litterarias commerciaes Fundou a empresa da *Bibliotheca Economica*, e a do *Diccionario da Lingua Portugueza*; antes, porém, publicou em Lisboa as seguintes traducções: *Ruy Blas*, drama de Victor Hugo em 5 actos, 1840; *Nossa Senhora de Paris*, tambem de Victor Hugo, 1841; *Os sete peccados mortaes*, de Eugenio Sue; *Memorias d'um medico*, de Alexandre Dumas, 1.ª, 2.ª e 3.ª partes, 1848 e 1849, 20 tomos; *Mysterios do povo, ou historia d'uma familia de proletarios*, por Eugenio Sue, 1850, 7 tomos; todas estas obras saíram sem o nome do traductor; *O Conde de Monte Christo*, 3 tomos; *As Duas Dianas*, 3 tomos, obras de Alexaudre Dumas. Publicou tambem 2 volumes originaes: *A Estrella Brilhante*, 2 tomos, 1845; e *A feiticeira do Douro*, 1847. O que lhe deu mais avultados interesses fôram as traducções do inglez: *O Livro azul, ou correspondencia relativa aos negocios de Portugal;* e *Debates do Parlamento Britannico sobre os negocios de Portugal*, ambos publicados em 1847. N'este anno e no seguinte, tambem fundou *A Revista Contemporanea*, que era uma collecção de biographias de personagens notaveis de Portugal, acompanhadas dos respectivos retratos, lithographados. Parece que saíram apenas 10 numeros. Eduardo de Faria era muito emprehendedor e dotado de grande tenacidade. *A Bibliotheca Economica* foi a primeira das collecções de romances traduzidos, que depois tanto se vulgarisou em Portugal, e que ainda hoje muitas casas editoras publicam. A barateza da publicação e a facilidade do pagamento pela distribuição de cadernetas, eram convidativas, e como n'esse tempo estava o romantismo na sua florescencia, tempo em que appareciam em França as grandes obras primas do romance contemporaneo, o successo da *Bibliotheca Economica* foi o mais lisongeiro e productivo. Além d'isso, Eduardo de Faria, como homem de arrojados expedientes, e que tinha artes de conseguir sempre tudo que intentava, alcançou que o governo recommendasse officialmente a *Bibliotheca* ás autoridades administrativas e judiciaes, por uma portaria datada de 4 de setembro de 1853, insinuando-lhes que promovessem assignaturas, *por ser uma publicação util ao paiz, e que convinha proteger e animar*. Os jornaes da opposição censuraram acremente esta portaria que recommendava traducções de romances, e, segundo diziam, imperfeitissimas, sendo alguns dos romances até immoraes; era um caso originalissimo Os jornaes que mais se salientaram em increpar o governo, fôram *O Portuguez*, n.º 115, *A Nação*, n.º 1778, e o *Portugal*, n.º 406. Mas o que mais espantava, era a audacia, a finura e a habilidade de Eduardo de Faria, para conseguir arrancar semelhante portaria d'um ministro qualquer, e muito menos de Rodrigo da Fonseca Magalhães. Assim protegida pelo publico e pelo governo, *A Bibliotheca Economica* publicou successivamente em formato grande, mas em typo muito miudo, grande porção de romances de varios autores, então muito em voga, como Lamartine, Walter Scott, Eugenio Sue, Alexandre Dumas, Victor Hugo, etc. *O Diccionario da Lingua Portugueza* foi outra empresa audaciosa de Eduardo Faria, em quo elle entrou sem os menores escrupulos, como sempre procedia. Era uma copia incorrectissima de todos os diccionarios anteriores,

mas que teve grande extracção, fazendo-se em pouco tempo tres edições, apezar dos clamores dos homens entendidos, que censuravam energicamente os erros, as omissões, os desacertos d'esse livro. A primeira edição, que saiu em 1849, tinha 2 volumes, e o titulo: *Novo Diccionario contendo todas as vozes da Lingua Portugueza antigas e modernas, com as suas varias accepções, accentuadas segundo a melhor pronuncia*, etc. Apenas se concluiu esta edição, começou a 2.ª, muito augmentada em numero de vocabulos, 4 tomos, 1850 a 1853. O titulo faz differença do da antecedente, e é quasi conforme em seu contexto ao da 3.ª edição que seguiu de perto a segunda, a qual saiu com o pomposo titulo de: *Novo Diccionario da Lingua Portugueza, o mais exacto e mais completo de todos os Diccionarios até hoje publicados, contendo todas as vozes da lingua portugueza, antigas ou modernas com as suas varias accepções, accentuadas conforme a melhor pronuncia, e com a indicação dos termos antiquados, latinos, barbaros ou viciosos: os nomes proprios da geographia antiga ou moderna, todos os termos proprios das sciencias, artes e officios, etc., e sua definição analytica; seguido de um Diccionario de synonimos; Terceira edição*, Lisboa, 1855-1857, 2 tomos. *O Diccionario dos Synonimos*, apezar de annunciado, não chegou a imprimir-se n'esta edição. Ao mesmo tempo, Eduardo de Faria, sempre infatigavel, publicava a *Biblia Sagrada*, os *Livrinhos de ouro*, a *Historia de Portugal*, etc. Mas se muito dinheiro adquiria, muito gastava, porque Eduardo de Faria era insaciavel e atravessava a vida d'um perfeito bohemio: além d'isso, se umas edições lhe davam optimos resultados, outras houve em que perdeu; tornou-se redactor d'um jornal satyrico, *O Atila*, em que soffreu graves desgostos, e vendo-se n'uma critica situação financeira, saiu de Lisboa em agosto de 1858 com destino ao Brazil, procurando fortuna em paiz extranho. Chegando ao Rio de Janeiro, tratou de renovar as suas especulações litterario-industriaes, publicando uma 4.ª edição do *Diccionario*, fazendo-a preceder d'um apparatoso programma impresso em letras de cartaz, offerecendo aos assignantes brindes maravilhosos, mas quando a edição chegou a uma certa altura, viu-se por tal fórma embaraçado, que tratou de sair clandestinamente do Rio de Janeiro em junho de 1860, refugiando-se em Inglaterra, depois de ter encontrado um especulador ingenuo a quem vendeu a edição, illudindo-o com a maior astucia. O comprador chamava-se Elias Francisco Totta, que se viu a braços com uma divida enorme á typographia, e com a perspectiva de largas despezas para poder concluir a obra, de que já havia 50 cadernos. Começou por publicar no *Jornal do Commercio* um annuncio em que expunha as suas desventuras e o logro em que caira, allegando que se não o ajudassem, teria de suspender a publicação. Os assignantes brazileiros accederam, vindo a sair a cada um por 84$000 réis a referida 4.ª edição, que não passava, segundo consta, da reproducção feita ainda em Portugal. A sua morte em Inglaterra por muito tempo se tornou duvidosa, pensando-se que elle proprio tivesse propalado essa noticia por se vêr n'uma situação muito critica, mas depois soube-se officialmente que fallecera.

Faria *(Estacio de)*. Fidalgo da Casa Real, avô materno do escriptor Manuel de Faria e Sousa. Foi contemporaneo e amigo de Luiz de Camões, a quem este poeta dedicou um dos seus sonetos. Serviu na India, passando depois ao Brazil, nomeado para um cargo na administração da fazenda real. Estacio de Faria tambem era poeta. Deixou em manuscripto *Varias obras de verso e prosa.*

Faria *(Fernando de Abreu)*. Bacharel em Direito pontificio, pela Universidade de Coimbra, etc. N. no Cadaval em 1660, onde tambem fal. a 20 de dezembro de 1737. Era filho de João Soares de Faria e de Marianna de Abreu Franca. Depois de se instruir nas letras humanas, passou á Universidade, onde recebeu o grau de bacharel. Foi juiz de fóra de Obidos, e ouvidor de Alemquer. Tendo fallecido sua mulher, recebeu ordens de presbytero, e foi desembargador da Relação Ecclesiastica de Lisboa, protonotorio apostolico, prégador de grande fama, e visitador da comarca de Santarem por ordem do arcebispo de Lisboa, D. João de Sousa. Escreveu: *O Servo prudente constituido sobre a familia do seu senhor*, etc., Lisboa, 1726, *Sermão nas exequias que celebrou a villa de Cadaval em quinta feira, 27 de março de 1727, pelo Excellentissimo Senhor D. Nuno Alvares Pereira de Mello, 1.º Duque d'ella;* saiu impresso nas *Ultimas acções do mesmo Duque*, Lisboa, 1730, Coimbra, 1727; *Commentarios á ordenação do Reino*, 2 tomos em manuscripto.

Faria *(D. Francisco de)*. Bispo de Martyria. Sendo arrastado pelo arcebispo de Braga, D. Sebastião de Mattos, entrou na conspiração que elle e o marquez de Villa Real tramaram contra D. João IV em 1641. Esteve preso na Torre de Belem, e foi condemnado a reclusão perpetua no convento de S. Vicente de Fóra, onde falleceu poucos annos depois.

Faria *(Francisco Freire de)*. Presbytero secular; prior da freg. de N. S.ª da Purificação, de Bucellas. N. em Castanheira, perto de Villa Franca de Xira, e fal. em Bucellas a 3 de janeiro de 1680. Escreveu: *Breve declaração dos fundamentos da fé, e mais cousas importantes e necessarias á salvação*, Lisboa, 1664; *Primavera espiritual, e considerações necessarias para bem viver*, Lisboa, 1673.

Faria *(Henrique de)*. Professor de musica, que viveu no seculo XVII. Era natural do Crato. Foi discipulo do afamado professor Duarte Lobo. Foi mestre nas parochias de Santa Justa e de N. S.ª dos Martyres, de Lisboa, exercendo egual cargo na egreja matriz da sua terra natal, onde falleceu, deixando manuscriptas algumas obras de musica. O catalogo da livraria de D. João IV menciona de Henrique de Faria um psalmo a 8 vozes, *Lauda Jerusalem*, e um villancico a solo e a 8 vozes.

Faria *(João de)*. Um dos tres embaixadores enviados por el-rei D. Manuel ao papa Leão X. (V. *Embaixada*). Era um magistrado de grande fama, muito versado em jurisprudencia civil e canonica. João de Faria esteve encarregado de tratar em Roma as questões diplomaticas que D. Manuel tinha interesse em resolver, e foi tambem quem obteve do papa o padroado do Oriente, sollicitado pelo referido monarcha. Era fidalgo e commendatario de Travanca, na ordem de Christo. Além de embaixador aos papas Leão X e Adriano VI, tambem el-rei D. João III o

mandou n'essa qualidade ao imperador Carlos V. Em 1527 teve o cargo de chanceller-mór do reino com muitos privilegios. Casou com D. Joanna Coelho, filha de Pero Coelho.

Faria *(João de)*. Jesuita. Architecto na India. N. em 1539, foi admittido na Companhia de Jesus em 1563, partiu para Gôa em 1572, onde era missionario em 1578. Fal. em 1581. Dirigiu algumas obras no seu convento, a fundição de caracteres e a impressão de varias obras na lingua tamul.

Faria *(João de)*. Astrologo do seculo XVII, natural de Miranda do Douro. Escreveu: *Calendario dos tempos do anno de 1610, e outro do anno de 1611, com uma paragonação dos varões illustres antigos com os de Portugal*, Lisboa, sem a data da publicação; *Prognostico, Lunario e Calendario dos tempos d'este anno de 1612 que é bissexto, ao meridiano de Lisboa; relata-se no fim uma relação curiosa dos Arcebispos, Bispos, Duques, Marquezes e Condes que ha em Portugal*, Lisboa.

Faria *(Joaquim Leocadio de)*. Escriptor do seculo XVIII. Era natural de Lisboa, e ajudante d'um dos regimentos de infantaria da côrte, e foi socio e secretario da Academia dos Applicados. Escreveu: *Aveiro obsequioso; relação metrica das festas, que em Aveiro fizeram seus moradores em applauso de ser restituido o seu dominio ao mais legitimo herdeiro dos seus antigos Duques, o sr. Gabriel de Lencastre Ponce de Leon*, Lisboa, 1732; *Obsequio funebre, dedicado á saudosa memoria do rev. P. D. Raphael Bluteau, clerigo regular, pela Academia dos applicados; offerecido ao ill.mo sr. D. Manuel Caetano de Sousa, clerigo regular*, etc. Lisboa, 1734.

Faria *(José de)*. Fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo na ordem de Christo, chronista-mór do reino, guarda-mór da Torre do Tombo, etc. Era natural de Lisboa, e fal. a 15 de setembro de 1703. Tinha por paes Manuel de Faria e Catharina de Faria. Depois de ter estudado jurisprudencia cesaria na Universidade de Coimbra, foi desembargador da Casa da Supplicação, conselheiro do conselho ultramarino e do de fazenda; enviado extraordinario a Londres e a Madrid, sendo depois nomeado para a côrte de Roma, cargo que não chegou a exercer, porque D. Pedro II o nomeou seu secretario de assignatura e depois de Estado, pelo fal. de Mendo de Foyos Pereira. Em 1695 teve a nomeação de guarda-mór da Torre do Tombo e de chronista mór do reino. José de Faria era homem muito erudito, e possuia uma livraria magnifica e muito importante. Deixou apenas alguns trabalhos genealogicos, que não chegaram a imprimir-se.

Faria *(José Allemão de Mendonça Cisneiros de)*. Vice-almirante. N. em Lisboa a 6 de setembro de 1798, fal. a 1 de fevereiro de 1875. Assentou praça como aspirante de piloto a 12 de março de 1816, sendo successivamente promovido a voluntario, em 17 de junho de 1817, e a 2.º tenente em 15 de novembro do mesmo anno; a 1.º tenente em 24 de junho de 1821, a capitão-tenente a 15 de fevereiro de 1844, a capitão de fragata a 30 de março de 1847, a capitão de mar e guerra, graduado, em 3 de julho de 1855, a effectivo em 2 de dezembro de 1857, a chefe de divisão, graduado, em 4 de maio de 1866, e a effectivo em 16 do referido mez e anno; finalmente a contra almirante em 2 de junho seguinte. A par d'esta brilhante carreira augmentaram sempre as suas habilitações scientificas. Completou o curso da Academia de Marinha, obtendo todos os premios. Em 5 de julho de 1817 embarcou de guarnição na nau *S. Sebastião*, na qualidade de voluntario de escola da armada, nau que fazia parte da esquadra que conduziu a archiduqueza d'Austria, D. Maria Leopoldina, primeira mulher de D. Pedro IV, de Leorne ao Rio de Janeiro. Voltando ao reino, foi na referida nau a Leorne, desembarcando em Lisboa, por mostra de desarmamento, em 16 de novembro de 1818. Dias depois embarcou de guarnição na fragata *Venus*, desempenhando diversas commissões nas ilhas dos Açôres e Madeira, costa de Portugal, Pernambuco e Maranhão, desembarcando em Lisboa, por desarmamento, em 11 de fevereiro de 1820. Tendo passado apenas oito dias, tornou a embarcar de guarnição no brigue *Reino Unido*, para as ilhas de Cabo Verde, onde se demorou perto de um anno, seguindo d'ali para o Rio de Janeiro, d'onde regressou á patria na esquadra que trouxe D. João VI e a familia real. Dois mezes esteve em Lisboa, seguindo depois viagem para Pernambuco e Rio de Janeiro, a bordo da charrua *Orestes*, passando depois com guia para a nau *D. João VI*, em que voltou a Lisboa a 6 de agosto de 1822. Seis mezes mais tarde foi para a Bahia na fragata *Perola*, passando successivamente para a corveta *Urania* e fragata *Diana*, voltando a Lisboa em 1 de outubro de 1823. Decorridos 24 dias tornou a embarcar na fragata *Perola*, surta no Tejo, e passou depois á *Amazona*, na qual foi a Cabo Verde, Benguella e Loanda. Tendo regressado a 29 de novembro de 1824, embarcou dois mezes depois no brigue *Providencia*, indo a Gibraltar e á costa do Algarve; foi mais tarde aos Açôres e Cabo Verde na corveta *Princeza Real*, á Madeira na *Cybele*, e a differentes pontos, na *Lealdade*, nos brigues *Audaz*, *Izabel Maria* e *Cacella*, coadjuvando, na ultima viagem, a defeza das linhas de Lisboa. Deixando então o serviço do mar, tomou parte em commissões que attestaram bem a sua actividade e zelo incançavel. Em 1836 foi nomeado vogal d'um conselho de guerra; em 1837 curador e defensor dos réos de marinha, perante o Supremo Tribunal de Justiça Militar; em 1838 ajudante de ordens do major general da armada; em 1854 e 1855 teve por trez vezes, interinamente, o encargo da majoria general. Cisneiros de Faria tinha as seguintes condecorações: o habito das ordens de S. Bento de Aviz e de N. S.ª da Conceição, concedidos em 1840; o da Torre e Espada em 1848; a commenda da referida ordem de Aviz, e o grau de cavalleiro da Legião de Honra, de França, em 1854. Tambem foi agraciado com a carta do conselho, a medalha n.º 2 de D. Maria II e de D. Pedro IV, e com as honras de fidalgo cavalleiro da Casa Real. Teve a reforma na patente de vice-almirante, por decreto de 23 de setembro de 1873. Deixou a seguinte obra: *Praxe do foro militar*, seguida de um reportorio de leis, alvarás, decretos e regulamentos, Lisboa, 1847; nova edição, em Gôa, 1849. Escreveu tambem, sendo ainda capitão de fragata: *Questionario para o exame dos guardas marinhas*. D'esta obra foi autorisado o governo, pela carta de lei de 16 de julho de 1885, a adquirir 300 exemplares, para serem distribuidos pelas bibliothecas publicas, principalmente das povoações da beira mar.

Faria *(José Custodio de)*, Conhecidom e França pelo *abbé de Faria*. N. na aldeia de Candolim de Bardez, na India, a 30 de maio de 1756, fal. em Paris a 20 de setembro de 1819. Era filho de Caetano Victorino de Faria e de Rosa Maria de Sousa. Descendia por linha paterna de Antú Sinay, um rico hindú brahmane, que nos fins do seculo XVI se converteu ao Christianismo. Antú Sinay, era gão-car (descendente d'um dos fundadores da aldeia) de Colvalle, e exercia alternativamente por seu turno com Saptá Sinay, ascendente do dr. José Nicolau da Fonseca (medico portuguez residente em Bombaim, e escriptor), e outros brahmanes da mesma aldeia, o officio de *culcorny* (escrivão e regedor), cargo que era então de grande influencia e consideração. Alguns dos descendentes de Antú Sinay exerceram egual cargo, e outros abraçaram diversas profissões nobres. O pae do padre Faria, desde novo, estava destinado á vida ecclesiastica e depois de receber as ordens menores é que casou, e sendo seu filho já nascido, separou-se da mulher, ignorando-se os motivos, mas consta que foi de commum accordo, seguindo elle a vida sacerdotal, e recolhendo-se ella ao convento das Monicas, de Gôa, onde professou e foi prioresa. O padre Caetano Victorino esmerou-se na educação de seu filho, e veiu com elle para Lisboa, a 21 de fevereiro de 1771, a bordo da nau *S. José*, chegando a 23 de novembro do mesmo anno. Alcançando as boas graças do secretario de Estado da India, Henrique de Mendanha, e a protecção do nuncio e do padre mestre fr. João Baptista de S. Caetano, foi em 1772 para Roma, onde recebeu o grau de doutor, mas regressando a Portugal, deixou o filho n'aquella cidade para completar os estudos, tendo obtido d'el-rei D. José que entrasse como alumno interno no collegio da Propaganda. José Custodio de Faria concluiu o curso de theologia em 1780, já depois de ter tomado ordens, defendendo theses, que n'esse mesmo anno se publicaram. Sendo já fallecido el-rei D. José, a quem desejava mostrar a sua gratidão dedicando-lhe este seu trabalho, como elle proprio confessa no prefacio da obra, rendeu aquella homenagem a D. Maria I e a seu marido e tio D. Pedro III. A homenagem é uma dedicatoria em latim, que acompanha as theses. José Custodio de Faria voltou depois para Lisboa, onde prégou com alguma reputação na capella real. Seu pae era então confessor da soberana, que lhe dedicava o maior agrado, proporcionando-lhe ensejo para prestar importantes serviços á India. Em 1788 fôram ambos para França, talvez por terem noticias de que se descobrira na India a conspiração de 1787, em que estavam implicados. Em 1789 rebentou em França a grande revolução, e o padre Faria, que se tornou logo conhecido pelo *abbé de Faria*, lançou-se com enthusiasmo na torrente dos acontecimentos, sendo um ardente revolucionario, e a 10 de vindimario commandou uma das secções que marcharam sobre a Convenção e que no dia 13 fôram metralhadas por Bonaparte. Quando se começou a estabelecer a ordem em Paris, o padre Faria foi leccionar nos lyceus de Marselha, de Nimes, etc. Depois tornou a Paris, ganhando celebridade por outro modo, fazendo-se magnetisador notavel e tão conhecido que o puzeram em scena no vaudeville intitulado: *Magnetisme-mania*. No mesmo anno em que falleceu, imprimiu a seguinte obra: *De la cause du sommeil lucide, ou étude de la nature de l'homme, par l'abbé Faria, brahmine, docteur en theologie*. Só se publicou o 1.º tomo, ficando inéditos os 2.º e 3.º. De seu pae não se tornou a falar, parece que tambem falleceu em Paris. O nome do *abbade Faria* foi aproveitado por Chateaubriand nas *Memoires d'outre-tombe*, em que o apresenta n'um papel extravagante. Alexandre Dumas tambem se serviu do seu nome, no romance *Conde Monte-Christo*, fazendo d'elle o preso do castello d'If, que revelou a Edmundo Dantés a existencia dos thesouros da ilha d'aquelle nome.

Faria *(José Francisco Palermo da Fonseca)*. Segundo contador da 3.ª repartição do Tribunal de Contas, escriptor, jornalista, etc. Nasceu em Faro a 12 de dezembro de 1850. Veiu para Lisboa em 1858. Frequentou o Lyceu e depois a Escola Polytechnica Assentou praça em artilharia n.º 1, mas deixou depois a vida militar para seguir a de burocrata. Sendo ainda estudante escreveu para o antigo theatro das Variedades a comedia em 1 acto, intitulada: *Uma casa com tres portas*, traduziu para o mesmo theatro o drama *Os Cossacos* e fez o arranjo da peça hespanhola *El siglo qui viene*, que se representou com o titulo de *O anno de 3000*. O sr. Palermo de Faria foi redactor effectivo do primeiro jornal que se publicou em Lisboa chamado *Novidades*, parece que em 1865, e collaborou n'outro de egual titulo, publicado em 1868; ainda escreveu no *Amphion*, e em outros jornaes, passando depois a redactor effectivo do *Commercio de Portugal*, onde esteve desde a sua fundação, em 1879. E' socio da Sociedade de Geographia de Lisboa, da qual exerceu o cargo de secretario durante 9 annos Foi um dos fundadores da publicação o *Tiro civil*, a que já hoje não pertence. Em 1889 esteve em Paris como delegado do governo, no Congresso Colonial e Geographico que se realizou n'aquella cidade. Em 1898 fez parte da commissão executiva do centenario do descobrimento do caminho da India, composta de socios da Sociedade de Geographia, d'onde partiu a idéa da celebração do centenario. O sr. Palermo de Faria é proprietario da typographia *Liberal*; traduziu uma série de romances que se publicaram na collecção: *Bibliotheca dos romances baratos*, e em folhetins no *Commercio de Portugal*. Tem o grau de cavalleiro da ordem de Christo e o de official da Instrucção Publica, de França; possue a medalha militar de comportamento exemplar.

Faria *(José Joaquim de)*. Doutor e lente jubilado, decano da faculdade de Mathematica, na Universidade de Coimbra, commendador da ordem de Christo, deputado, etc. N. no Porto a 25 de abril de 1759, e fal. em julho de 1828. Era filho de Luiz José de Faria e de D. Thereza Joaquina. Estudou os preparatorios em Coimbra, fazendo exame de rhetorica em 15 de fevereiro de 1770; de grammatica latina, logica, metaphysica e ethica, a 22 de dezembro de 1775; de hebraico a 16 de fevereiro de 1776. Matriculou-se na faculdade de Theologia, que frequentou durante tres annos, passando depois para a de Mathematica, por despacho do reitor de 15 de julho de 1780, tendo para esse fim contestação, pois não lhe queriam contar os emolumentos, ou esportulas das matriculas que já havia pago na prmei-

ra faculdade. Recebeu o grau de doutor em 8 de fevereiro de 1782. Tambem frequentou por tres annos o curso de Philosophia, fazendo exame do 3.º anno em 1779. Foi deputado nas côrtes de 1821, eleito pelo circulo de Vizeu. O dr. José Joaquim de Faria reviu e addicionou para uso das aulas da Universidade a primeira edição já impressa dos: *Elementos de analyse de Mr. Besout, traduzidos do francez*, de que saíram 2.ª e 3.ª edições no formato de 8.º pequeno, 4.ª e 5.ª no de 8.º gr., todas impressas em Coimbra, sendo a ultima no anno de 1825. Durante muitos annos serviram na Universidade e nas Escolas Polytechnicas de Lisboa e Porto.

Faria *(José de Lemos Pinto de)*. Presbytero secular, e professor de latim. N. em Guimarães a 4 de julho de 1789, fal. em Leiria a 21 de novembro de 1862. Em 1810 foi nomeado professor de latim em Guimarães, d'onde passou a Villa Viçosa, e depois para o bairro do Rocio, em Lisboa, sendo mais tarde nomeado para o Collegio dos Nobres, e por fim para o Lyceu Nacional. Escreveu: *Breve tratado da medição das principaes e mais usadas especies dos versos latinos, a que se ajunta um index de todas as Odes de Horacio, indicando a medição de cada uma*, Lisboa, 1823. Consta que deixou uma traducção da *Mythologia* do P. Juveney, e um *Tratado dos pesos, medidas e moedas dos romanos.*

Faria *(José Manços de)*. General de divisão, director geral da arma de engenharia, commandante do corpo do Estado Maior, par do reino, vogal do Tribunal superior de guerra e marinha, etc. N. em Lisboa a 21 de maio de 1795, onde tambem fal. em 30 de janeiro de 1882. Era filho

José Manços de Faria

de Nuno Caetano de Faria e de D. Maria Angelica da Conceição. Frequentou os 1.º e 2.º annos de mathematica na antiga Academia de Marinha, e os estudos de engenharia na antiga Academia de Fortificação, obtendo premios no 1.º anno de mathematica e no 3.º de fortificação e artilharia. Segundo o costume do tempo, um anno antes de concluir o curso foi despachado 2.º tenente de engenheiros no 1.º de abril de 1817, dia em que assentou praça. Em 1818 concluiu o curso, sendo em seguida empregado no serviço da sua arma. Em 18 de dezembro de 1820 foi promovido a tenente. Quando em 1827 o conde de Villa Flôr, mais tarde duque da Terceira, foi mandado reprimir a revolta que se levantara a favor do absolutismo, o tenente Manços de Faria fez parte d'essa campanha na sua divisão. Este facto, decerto o não tornara sympathico ao governo de D. Miguel, que foi acclamado em 1828. o certo é que, estando servindo em Abrantes, recebeu ordem de se apresentar ao novo governador de Angola, o barão de Santa Comba Dão, para seguir com elle na charrua *Maia Cardoso* para aquelle Estado em novembro de 1829, onde o mandavam servir, com a patente de capitão e o tempo de serviço contado em dobro. Todas estas vantagens lhe fôram descontadas depois pelo governo constitucional, apezar de ali servir mais de quatro annos apresentando-se em Lisboa a 6 de junho de 1834, sendo portador do auto de acclamação do governo liberal, celebrado em Loanda a 18 de janeiro do mesmo anno. Foi então mandado considerar de novo 1.º tenente, sendo logo a 24 de julho promovido a capitão. Em 1837 adheriu ao movimento dos marechaes para a restauração da Carta Constitucional, assistindo á acção do Chão da Feira, pelo que foi passado á 3.ª secção. Pouco tempo permaneceu n'esta situação. A 26 de novembro de 1840 foi promovido a major, por fins de 1842 principios de 1843 foi nomeado commandante de engenharia na 7.ª divisão militar, no Alemtejo. Percorreu toda aquella provincia em serviço da engenharia militar, até principio de dezembro de 1843, em que passou ao serviço das obras publicas, começando os estudos preliminares das estradas do districto de Evora. No 1.º de janeiro de 1844 tomou novamente posse do seu logar na engenharia militar d'aquella provincia. Era grande a sua actividade, indo d'uma para outra terra, examinando quarteis e edificios, fazendo orçamentos, dirigindo reparações e obras, muitas vezes retardando a marcha por falta de cavalgadura de bagagem, outras pagando do seu bolso a despeza das obras, por falta de dinheiro do Estado, como succedeu em Beja. A 25 de fevereiro de 1845 assistiu com Joaquim Simões Margiochi á vistoria da ponte do Caia, que tinha dois arcos abatidos. Fez a campanha de 1846 a 1847 na divisão de operações ao sul do Tejo, assistindo ás acções de Vianna do Alemtejo e á do Alto do Viso, desempenhando os funcções de quartel-mestre general. A 19 de abril de 1847 fôra promovido a tenente coronel. A 30 de outubro chegou de novo a Elvas como commandante de engenharia, occupando se desde então nos trabalhos do seu ministerio, por muitas terras, dando no 1.º de maio de 1850 começo ao reparo da cortina entre o baluarte de Santa Cruz e Curral dos Coelhos da praça de Campo Maior. A 23 de dezembro de 1848 foi mandado inspeccionar todas as praças da 7.ª divisão até V. N. de Milfontes, para se saber o numero e calibre das peças com que deviam ser artilhadas, e a 16 de julho de 1849 foi lhe ordenado egual serviço na 5.ª divisão militar. Em 1851 teve a promoção de coronel, em 1852 recebeu ordens de ir demarcar as esplanadas da praça de S. Julião da Barra, serviço que concluiu no dia primeiro de maio; a 29 de setembro d'este mesmo anno foi graduado em brigadeiro. Em 14 de setembro de 1858 tomou outra vez posse do commando de engenharia da 7.ª div. mi-

litar. A 3 de maio de 1860 foi nomeado membro da commissão mixta de engenheiros civis e militares, que deviam estudar um novo traçado do caminho de ferro no Alemtejo, e vindo a 29 dar conta d'essa commissão ao ministerio das obras publicas, regressou depois ao seu commando. Nomeado segundo commandante da Escola do Exercito em 24 de fevereiro de 1865, foi exonerado em 27 de março seguinte, não chegando a tomar posse. Sendo promovido a general de brigada a 17 de julho de 1865, e nomeado governador da praça de Elvas em 11 de outubro, entregou a 21 d'este mez o commando que exercia. Commettendo-se-lhe o cargo de commandante geral da arma de engenharia, por decreto de 5 de setembro de 1866, tomou posse a 27 de outubro, exercendo esse cargo sem interrupção até 21 de agosto de 1880, em que foi exonerado. N'esse intervallo havia sido nomeado para diversas commissões; pela portaria de 9 de agosto de 1867: vogal da commissão encarregada de proceder á classificação das fortificações e mais propriedades pertencentes ao ministerio da guerra, que devem ser conservadas ou pódem ser alienadas sem inconveniente para a defeza do paiz; em 10 de dezembro de 1867, para a classificação das praças de 2.ª ordem; em 28 de julho de 1868, para a commissão encarregada de propor o plano de fortificação para a defeza de Lisboa e seu porto; e quasi todos os annos presidente do jury de exames dos alumnos de engenharia na Escola do Exercito. A 2 de setembro de 1874 foi promovido a general de divisão. Exonerado da direcção da arma em 1880, foi nomeado vogal do tribunal superior de guerra e marinha, e em seguida elevado ao pariato. Em 19 de novembro de 1881 foi-lhe novamente entregue a direcção geral da arma de engenharia, cargo que tinha quando falleceu. O general Manços de Faria era grã-cruz das ordens de Aviz e de Izabel a Catholica.

Faria (*José Nunes de).* N. em Extremoz a 13 de março de 1702; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de José Gonçalves e de Antonia de Faria. Estudou grammatica, de que depois foi mestre. Aos 15 annos assentou praça no regimento de infantaria de Extremoz, e n'elle serviu dois annos na praça d'Elvas. Deixou a vida militar, e estudou philosophia em Evora, e depois jurisprudencia pontificia em Coimbra. Traduziu da lingua latina, do P. Fr. Pedro Sanches: *Gemidos do coração*, dedicado ao reverendo P. Fr. Manuel de Santa Maria, *Vigario Geral da Congregação dos Agostinhos Descalços,* Lisboa, 1743.

Faria *(Justiniano Nobre de).* Actor muito apreciado das platéas populares. N. em Lisboa a 8 de janeiro de 1830, fal. na mesma cidade a 28 de abril de 1883. Era filho de João Bernardo Nobre de Faria e de Marianna da Purificação Nobre de Faria. Ainda muito creança, seus paes o mandaram aprender o officio de luveiro, porém Faria não continuou a aprendizagem, e conseguiu empregar-se no guarda roupa do theatro de S. Carlos. A vida do palco attrahia-o, e começou a representar em sociedades particulares. Decidido a seguir a vida · e actor, pôde estrear-se no theatro de D. Maria II n'um pequeno papel do drama *O herdeiro do Czar*, a 9 de julho de 1850. N'esta peça tambem se estrearam mais cinco discipulos, contando-se entre elles José Simões Nunes Borges, José Carlos dos Santos e Cesar de Lima, que depois se tornaram actores distinctos. A empresa do theatro D. Fernando, sabendo que elle tinha uma voz rasoavel, o chamou offerecendo-lhe escriptura, e Faria debutou n'esse mesmo anno na opera comica em 3 actos *A barcarola*, traducção de Mendes Leal, que n'essa epoca fez grande furor, tornando-se muito populares alguns trechos da musica, que era do maestro francez Auber. Faria conservou-se ali até que o theatro fechou, fazendo muitos progressos, representando sempre com muito agrado do publico, que não lhe regateava applausos e sympathias; fez então parte da companhia do antigo theatro das Variedades, onde teve notaveis creações, como no de Sataniel, na *Loteria do diabo*, de Zauguizava da *Ave do Paraizo*, no *Reino das fadas*, *Pomba dos ovos de ouro*, *Os dois cadis*, *A corôa de Carlos Magno*, *Terremoto das Antilhas*, *O baptisado do filho do Descasca Milho*, e muitas outras. Esteve varias epocas na Rua dos Condes, onde entrou no *66*, *Faqulha*, *Estrella do Norte*, *Intrigas no bairro*, *Novas intrigas*, *Loucuras de rapaz*, *Dois dias no Campo Grande*, *Ulysses*, *O ferro velho*, *Campanone*, *O opio e o champagne*, etc. No Principe Real tambem representou algumas epocas, creando o papel do general Boum, na opera de Offenbach, *A grã-duqueza de Gerolstein*, que pela primeira vez se cantou em Lisboa em 1868, distinguindo se tambem na *Flôr de chá*, na *Molestia de pelle e o sr. Raynunclo*, etc. Uma epoca resolveu ir ao Brazil, mas com tanta infelicidade, que ao desembarcar no Rio de Janeiro logo adoeceu, estando de cama durante cinco mezes, luctando entre a vida e a morte. Depois d'esta doença, de que sempre lhe ficaram vestigios, Faria escripturou-se n'um theatro, mas a infelicidade continuou a perseguil-o, porque o empresario lhe ficou devendo a quantia de 1:000$000 réis. Já farto de theatro, voltou-se para o commercio, e para ganhar a vida entrou como caixeiro d'uma mercearia, onde o obrigavam a carregar grandes pezos, que o seu estado de saude não permittia. Desgostoso, doente e pobre, Faria deveu á dedicação d'um seu amigo o arranjar meios que o transportassem a Lisboa. Ainda representou na Rua dos Condes e nos Recreios, nas revistas *Tuti-li-Mundi* e *Etcetera e tal;* no *Bombeiro*, nos *Homens do mar*, na *Taberna*, *Pégas de touros;* um dia desappareceu do theatro, e aggravando-se-lhe os soffrimentos recolheu-se a um quarto do hospital de S. José, onde falleceu pouco tempo depois. Justiniano Nobre de Faria tinha um genio muito excentrico, mas era um actor consciencioso e de observação, sobretudo nos papeis de gallego, em que se vestia e caracterisava com o maior rigor, e nos papeis de operas burlescas, em que muito se distinguia. Além das peças já citadas, lembramnos as seguintes: *A nogueira da avósinha*, *As duas conquistas*, *O espelho da verdade*, *Uma hora no Cacem*, *Matheus o gajeiro*, *A Pera de Satanaz*, *As creadas*, *O Martyr*, *Uma mulher por duas horas*, *O maestro e o seu gallego*, *O gallego e o cautelleiro*, etc.

Faria *(Luiz Callisto da Costa de)*. Poeta muito apreciado na poesia comica, lyrica e heroica. N. na Guarda a 14 de outubro de 1679, fal. depois de 1759. Era filho de André da Costa Homem, vereador da referida cidade, e de Anto-

nia Correia de Faria. Tendo feito os primeiros estudos na Guarda, passou a Lisboa, onde se dedicou á poesia. Contava 45 annos de edade quando recebeu ordens de presbytero, em 1724; foi provido na abbadia de Santa Comba de Eiras Deiras no concelho dos Arcos de Valle-de-Vez, e em 1727 teve transferencia para a de S. Pedro de Ruivães. Foi autor de versos para villancicos e de poemas de peças theatraes que em seguida mencionamos, escrevendo os na lingua castelhana: *Fabula de Alfeo e Arethufia sesta harmonica com toda a variedade de instrumentos musicos, com que la Reyna nuestra Senhora D. Marianna d'Austria celebró el Real nombre del Rey nuestro Señor D. Juan V, a 24 de Junho de 1712*, Lisboa, 1712; *Son triunfo de amor los zelos*, comedia, 1712; *El poder de la harmonia fiesta de zarzuela que a los felices años del Rey nuestro Señor D. Juan V se representó en su Real Palacio de Queluz el dia 22 de Octubre de 1713*. Lisboa, 1713; diversos villancicos que se cantaram na egreja da Sé, Lisboa Oriental, na festa e matinas de S. Vicente, em 21 de janeiro de 1719, de 1721, 1722 e 1723; *Ao Excellentissimo e Reverendissimo Senhor D. Francisco de Almeida sendo promovido a conego da Santa Egreja Patriarchal*, romance endecasyllabo, Lisboa, 1738; foi traduzido verso por verso na lingua latina por D. José Barbosa, academico real e chronista da Casa de Bragança; *Las Quinas de Portugal*, comedia representada no Pateo de Lisboa. Deixou manuscriptas as comedias: *El sitio de Campo-Maior* e *Rugero e Bradamonte; Poema heroico da Conquista de Ceuta por el-rei D. João I*, e *Poesias heroicas e lyricas*. 4 tomos.

Faria *(Manuel de)*. Medico do hospital de Todos os Santos, nomeado em 1636, exercendo o cargo até 1642.

Faria *(Manuel de)*. Presbytero secular natural de Lisboa. Escreveu: *Promptuario moral para exame de curas e confessores, e util a todo o sacerdote; composto pelo P. Bento Remigio, natural de Antuerpia, e traduzido da lingua castelhana*, Lisboa, 1676.

Faria *(Manuel Pereira de)*. Negociante de Lisboa e poeta apreciado, um dos fundadores da *Arcadia Ulyssiponense*, com o nome pastoril de *Silvio Aquacelano*. N. em Melgaço, e fal. em 23 de setembro de 1787. Era intimo amigo de Correia Garção, tambem um dos fundadores da Arcadia. Exerceu em Lisboa a profissão de negociante. Quando em 1761 o marquez de Pombal organisou o Erario Regio, nomeou Manuel Pereira de Faria contador d'uma das quatro contadorias, em que aquella repartição se dividiu, com o ordenado annual de 1:600$000 reis. Não consta que se imprimisse nenhuma das suas composições.

Faria *(Manuel Severim de)*. Presbytero, mestre em Artes e doutor em Theologia pela Universidade de Evora; conego e chantre na sé da mesma cidade, escriptor, etc. N. em Lisboa em 1583, fal. em Evora a 25 de setembro de 1655. Era filho de Gaspar Gil Severim, executor-mór do reino e escrivão da Fazenda Real, e de sua mulher, D. Julianna de Faria. Era sobrinho de Balthazar Faria Severim, que foi frade do convento dos cartuxos, tomando o nome de D. Basilio de Faria (V. *este nome*). Viveu nos primeiros annos em casa de seu tio, estudando depois na Universidade de Evora. Seu tio, recolhendo-se ao convento, renunciou n'elle as dignidades de conego e de chantre da sé de Evora, tomando posse Manuel Severim de Faria da conesia a 8 de maio de 1608, e do chantrado a 16 de setembro de 1609. Mais tarde tambem renunciou as referidas dignidades em seu sobrinho Manuel de Faria Severim, o qual tomou posse da conesia em 14 de abril de 1639, e do chantrado a 19 de março de 1642. Por eleição do seu cabido foi nomeado em 18 de dezembro de 1654, juntamente com o deão Fernando de Mello, para cumprimentar a duqueza de Mantua, D. Margarida d'Austria, quando passou em Evora, vindo para Lisboa como governadora d'este reino. Manuel Severim de Faria reuniu uma livraria copiosa e importantissima pelas obras raras que continha e preciosidade dos seus manuscriptos. Ali se encontravam as obras do infante D. Pedro, filho de D. João I, impressas 6 annos depois de inventada a impressão; a Chronica de D. Affonso Henriques, da letra original de André de Rezende, mais copiosa que a de Duarte Galvão; as obras de fr. Luiz de Granada na lingua japoneza; 1 volume escripto no antigo papyro do Egypto, outro em folhas de palma, e abertos com estylo de ferro os caracteres; muitos volumes na lingua chineza com preciosas encadernações de varias sedas e brochas de admiravel artificio. Esta livraria estava patente a todos os eruditos que queriam aproveitar a sua lição. Possuia tambem uma collecção numismatica com moedas gregas e romanas, dos principes godos e dos reis portuguezes, entre as quaes mereciam especial menção uma de prata, que tinha gravado Sertorio com a cerva; outra de ouro com a effigie do rei Wamba, e outra do mesmo metal de S. Hermenegildo; um museu com grande numero de estatuas, vasos, medalhas, amphoras, e outras muitas curiosidades. Manuel Severim de Faria era diligente e erudito, homem probo e verdadeiro nas suas investigações, critico sisudo e judicioso, tanto quanto lh'o permittiam as idéas e os preconceitos do seculo em que viveu, era um escriptor geralmente respeitavel, que deixou nas suas obras muito bons subsidios para a historia civil, para a da litteratura, da lingua e da critica litteraria em Portugal. Escreveu muitas obras estimaveis em diversos generos, pela maior parte illustradoras da historia do paiz, cujos titulos se pódem vêr extensamente na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. III, pag. 368 e seguintes. As que ficaram manuscriptas passaram depois do seu fallecimento, juntamente com a livraria, a enriquecer outra livraria não menos importante e copiosa, que era a do conde de Vimieiro, que por desgraça ficou reduzida a cinzas pelo fatal incendio que se seguiu ao terremoto de 1 de novembro de 1755. Por terem sido impressas, conservaram-se as seguintes : *Discursos varios politicos*, Evora, 1624; tambem aqui se comprehendem as vidas de Luiz de Camões, João de Barros e Diogo de Couto, acompanhadas as duas primeiras dos respectivos retratos; fez-se 2.ª edição, egualmente em Lisboa, 1791 sem ter os retratos; *Meditações do Santissimo Sacramento*, Lisboa, 1638; *Promptuario espiritual e exemplar de virtudes, em que brevemente se explicam as materias mais importantes para a salvação das almas*, Lisboa 1651; *Noticias de Portugal, offerecidas a el-rei nosso senhor D. João o IV; declaram-se*

as grandes commodidades que tem para crescer em gente, industria, commercio, riquezas e forças militares por mar e terra; as origens de todos os appellidos e armas das familias nobres do reino; as moedas que correram n'esta provincia do tempo dos romanos até o presente; e se referem varios elogios de principes e varões illustres portuguezes, Lisboa; esta 1.ª edição tem uma dedicatoria do autor a el-rei D. João IV, a qual foi substituida na 2.ª por uma dedicatoria feita em nome do livreiro editor, Manuel da Conceição, ao P. Fr. José Caldeira; a 2.ª edição tem por titulo: *Noticias de Portugal*, etc ; *n'esta segunda impressão accrescentadas pelo P. D. José Barbosa*, Lisboa. 1740; os addicionamentos constam : 1.º na vida de Manuel Severim de Faria, em breve epitome. por D. José Barbosa; 2.º no discurso IV a pag. 183 e seguintes, o que diz respeito ás moedas do reino nos reinados de D. Affonso VI, D. Pedro II e D. João V; 3.º no discurso VIII de pag. 267 a 286 as memorias ácerca dos cardeaes portuguezes D. Verissimo de Lencastre, D. Luiz de Sousa, D. Nuno da Cunha de Athaide, D. José Pereira de Lacerda, D. João da Motta e Silva e D. Thomaz de Almeida; 4.º o *Panegyrico de João de Barros* a el-rei D. João III, que saiu aqui pela primeira vez, etc; saiu ainda 3.ª edição augmentada por Joaquim Francisco Monteiro de Campos, etc , Lisboa, 1791, 2 tomos, com 5 estampas gravadas, contendo os desenhos de varias moedas do reino Faltam, porém, n'esta edição, comparada com as anteriores, os *Panegyricos* de João de Barros a el-rei D. João III e á infanta D. Maria, O *Elogio* de Antonio de Castilho ao dito monarcha, e os Elogios de fr. Bernardo de Brito e da cidade de Evora, por Severim, o que tudo o editor fez imprimir em volume separado, e com o titulo especial: *Panegyricos do grande João de Barros*, etc., Lisboa, 1791. Com o nome supposto de *Francisco de Abreu, natural de Lisboa*, publicou os dois seguintes escriptos: *Relação universal do que succedeu em Portugal e mais provincias do Occidente e Oriente, desde o mez de Março de 625 até todo o setembro de 626; contém muitas particularidades e curiosidades*, Lisboa, 1626; *Relação do que succedeu em Portugal, e nas mais provincias do Occidente e Oriente, desde de Março de 626 até Agosto de 627; a Gil Nicola, cavalleiro francez*, Braga, 1627. Esta especie de resenhas ou noticias periodicas dos successos do mundo, anteriores ás *Gazetas* do tempo da acclamação de D. João IV, são ao que parece os papeis mais antigos d'esta classe, impressos em Portugal. Escreveu mais : *Exercicio de perfeição e doutrina espiritual para extinguir vicios, e adquirir virtudes*, Lisboa, 1649; saiu anonymo.

Faria *(Padre Marçal de)*. Jesuita, professor no collegio de Santo Antão, de Lisboa, e afamado poeta latino. N. no Espinhal em 1648, fal. em Evora a 9 de dezembro de 1695. Era filho de Antonio Santos e de Maria Antonia. Entrou na Companhia de Jesus em 1663. Foi professor de humanidades e rhetoricas durante 6 annos, e de Theologia moral 3 annos. Escreveu um poemeto em honra do padre Nuno da Cunha, que ficou manuscripto.

Faria *(Nicolau de)*. Fidalgo, estribeiro-menor d'el-rei D. Manuel, que fez parte da celebre embaixada, que este soberano enviou ao papa Leão X em 1514, indo encarregado de dirigir o desembarque e conducção dos valiosos presentes, commissão difficil por causa da multidão de povo que obstruia o caminho, procurando vêr passar os animaes vindos da India. Quando a embaixada entrou em Roma via se Nicolau de Faria á frente da parte do luzido cortejo em que iam os presentes consignados ao pontifice, montando n'um ginete ajaezado com esmaltes de ouro e perolas. V. *Embaixada*.

Faria *(Nuno Alvares de)*. Militar que serviu com distincção na India. Era natural de Tavira. Regressando á Europa, esteve em França com D. Antonio, prior do Crato, o qual acompanhou na armada ingleza com que entrou a barra de Lisboa em 1589. Deixou manuscripta a seguinte obra: *Descripção da egreja e cidade de S. Thomé, e de sua prégação e martyrio, e uma larga informação do Estado do Bramá, dedicada ao bispo do Algarve, D. Jeronymo Osorio.*

Faria *(Nuno Gonçalves de)*. Alcaide-mór do castello de Faria, a pouca distancia de Barcellos; fidalgo que viveu no tempo d'el-rei D. Fernando I, e que se tornou celebre pela lealdade e valentia com que defendeu o castello confiado á sua guarda. Estava el rei Henrique de Castella em guerra com o monarcha portuguez; o adeantado de Galliza, Pedro Rodrigues Sarmento, invadiu em 1373 a provincia de Entre Douro e Minho, e destroçou n'um recontro as tropas portuguezas commandadas pelo conde de Ceia, D. Henrique Manuel, que foi alcaide de Cintra. Nuno Gonçalves, que saíra a campo tambem, e militava nas hostes do conde, caiu prisioneiro, e os castelhanos não duvidaram de que, tendo em seu poder o alcaide, não tardariam tambem a ter o castello, que ficara debaixo do commando de seu filho Gonçalo Nunes de Faria. Levaram o alcaide á frente do castello, e mandaram um arauto dizer a Gonçalo Nunes que viesse falar a seu pae, ordenando a Nuno Gonçalo que dissesse ao filho que entregasse o castello. O alcaide fingiu condescender a esta ordem, e approximando-se dos muros, bradou que não entregasse o castello por caso nenhum, e que contasse com a sua eterna maldição se se mostrasse menos fiel do que devia á sua patria e ao seu rei por considerações de qualquer ordem. Ouvindo isto, os castelhanos, furiosos, mesmo na presença do filho, crivaram de lançadas o heroico alcaide, que caiu barbaramente morto, mas o castello não se rendeu, e a memoria de Nuno Gonçalves ficou immortal. Este feito é celebrado pelo historiador Fernão Lopes, e Alexandre Herculano tambem o descreve, com o titulo de *O Castello de Faria*, no 1.º volume das *Lendas e Narrativas*. Joaquim da Costa Cascaes escreveu um drama em 5 actos sobre o mesmo assumpto, tambem com o titulo de *O Castello de Faria*, que se representou ha bastantes annos no theatro de D. Maria II. Nuno Gonçalves de Faria era senhor de Menhaes, junto a Ponte do Lima. Casou com D. Thereza de Meyra, filha de Gonçalo Paes de Meyra, senhor de Ponte do Lima, Collares e d'outras terras. Teve dois filhos: Gonçalo Nunes de Faria, que foi abbade de Santa Eulalia de Rio Covo, e senhor de Armara, Pindello e Fão, por mercê de D. João I; e Alvaro de Faria, que lhe succedeu na casa.

Faria *(Pedro de)*. Um dos companheiros de viagem de Vasco da Gama, no descobrimento do caminho da India. Em 4 de janeiro de 1515 acha-

va-se em Malaca, d'onde escreveu uma carta a el-rei D. Manuel sobre as cousas da mesma cidade.

Faria *(Rodrigo José de)*. Presbytero secular, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, e beneficiado na egreja de S. Thomé de Correlhã. N. em Braga a 13 de março de 1716; ignora-se a data do fallecimento, mas ainda vivia em 1759. Era filho de Domingos Fernandes de Faria, e de sua mulher, Joanna Josepha d'Oliveira. Formou-se em 7 de junho de 1741. Escreveu: *Relação das exequias que na morte d'el-rei fidelissimo o sr. D. João V, mandou fazer na Cathedral de Braga o serenissimo senhor D. José, arcebispo da mesma cidade, primaz das Hespanhas*, Lisboa, 1751; *Relação das exequias que na morte da sr.ª D. Marianna d'Austria, rainha fidelissima, mandou fazer o serenissimo senhor D. José, arcebispo primaz, e senhor de Braga*, Lisboa, 1755; *Canção real* e dois *sonetos* ao retrato da rainha de Hungria, Maria Thereza; sairam na *Oração Academica* a este assumpto, Lisboa, 1743. Em manuscripto deixou: *Lisardo e Florisbella*, novella, 2 tomos; *Lyra de Apollo*, 2 tomos; *Nova Conquista do Vellocino*, opera para theatro; *Aventura d'um engano*, opera.

Faria *(D. Fr. Thomé de)*. Religioso da ordem dos carmelitas calçados, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, prior do convento do Carmo, de Lisboa, e duas vezes provincial da sua ordem, a primeira em 1598, e a segunda em 1608, etc. N. em Lisboa em 1558, onde tambem falleceu na edade de 70 annos, a 23 de outubro de 1628. Era filho de Antonio Martins Gaio e de Anna de Figueiredo e Faria. Professou no convento de Lisboa a 25 de março de 1582. Estudou sciencias severas no collegio de Coimbra. Em 1616 foi eleito coadjutor do arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro, com o titulo de bispo de Targa, sendo confirmado n'esta dignidade pelo pontifice Paulo V a 2 de agosto de 1616, e sagrado no convento de Lisboa pelo deão da capella real, a 17 de janeiro de 1617. Era muito versado nas linguas grega e hebraica, e principalmente na latina. Escreveu: *Sermão na canonisação dos santos Ignacio e Xavier, prégado em Santo Antão, no seu oitavario*, Lisboa, 1624. O que lhe grangeou grande nome foi a traducção dos *Luziadas*, em latim, que publicou em Lisboa em 1622, a qual tem por titulo: *Lusiadum libri decem, Authore Domino Fratre Thoma de Faria, Episcopo Targensi, Regioque Consiliario, Ordinis Virginus Mariæ de Monte Carmeli, Doctore Theologo Ullyssiponensi.* A versão finda na estancia CXLIV do poema, sendo omittidas as ultimas 12. Esta traducção saiu reimpressa no tomo V do *Corpus illustrium Poetarum Lusitanorum* etc do P. Antonio dos Reis, publicado em 1745. Fr. Thomé de Faria deixou tres livros promptos para a impressão: dois sobre o *Mestre das sentenças* e um sobre a *Creação do mundo.* Tambem deixou escriptas algumas *Décadas* da historia do seu tempo.

Faria. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 393 hab. e 119 fog. Tem correio. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie, nas faldas da serra da Franqueira, entre as freguezias de Milhazes, Villar de Figos, Paradella e Christello. A pov. é muito antiga, e sobre a sua fundação e o nome de *Faria* ha muitas pretensões, que, na opinião de Pinho Leal, não teem fundamento na maior parte. A egreja matriz é muito antiga, mas foi reedificada em 1695, segundo consta de uma data que se vê por cima da porta de entrada. Tem um campanario com tres sinos feito em 1846. O castello de Faria era tambem de grande antiguidade, e não se sabe quem fôsse o fundador. Estava situado no alto d'um monte, onde ainda se vêem restos das suas ruinas. Foi demolido, para com os materiaes se edificar o convento da Franqueira, que fica proximo. Este castello foi por muitos seculos residencia e solar de senhores godos, e deu o appellido aos Farias. Tornou-se celebre nos annaes das glorias portuguezas, pela coragem e patriotismo do seu alcaide, no reinado de D. Fernando I *(V. Faria, Nuno Gonçalves de)*. Tambem foi em epocas remotas couto dos frades cruzios da Junqueira, que fica proximo. D. João I fez conde de Neiva e Faria, em 1373 da era de Cesar, e 1411 da de Christo, a D. Gonçalo Telles de Menezes (V. *Neiva e Faria*). A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Faria de Azevedo *(Manuel Pedro)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa a 28 de janeiro de 1828, e é já hoje fallecido. Era filho de Sebastião Gonçalvel de Azevedo. Formou-se em 1852, e n'esse anno, por decreto de 20 de setembro, foi nomeado delegado em Portalegre, sendo transferido em 6 de junho de 1855, para a comarca de Alemquer; foi secretario da procuradoria regia na relação de Lisboa, nomeado em 24 d'abril de 1856; ajudante do procurador regio em 4 de junho de 1859, e por ultimo procurador regio da mesma relação, cargo que exerceu até fallecer. A elle se deve principalmente a existencia da casa de correcção estabelecida em 1872 *(V. Casa de correcção)* Faria de Azevedo recebeu a carta de conselho por diploma de 22 de abril de 1869. No quadro da magistratura judicial foi juiz de segunda instancia desde 24 de agosto 1882. Escreveu: *Indice chronologico e repertorio alphabetico das circulares expedidas pelas Procuradorias regias das Relações de Lisboa e Porto*, Lisboa, 1859. Innocencio da Silva, no vol. VI do *Diccionario Bibliographico*, diz o seguinte. «Trabalho de utilidade geral, e indispensavel particularmente aos novos agentes do ministerio publico, que só depois de longa pratica e aturadas indagações poderiam com difficuldade adquirir por si o que n'este promptuario se lhes proporciona reunido em breve, simples e methodico resumo.» Escreveu mais: *Relatorio apresentado ao ministro da justiça ácerca dos serviços da procuradoria regia, e tratando mui especialmente das cadeias civis.*

Faria de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Martinho de Cucujães, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro

Faria Blanc *(Hermenegildo Augusto de)*. Desembargador de 1.ª classe da 1.ª repartição da direcção geral de obras publicas e minas, para que foi nomeado em 31 de março de 1887. Autor do projecto da fabrica de tecidos de algodão da sociedade de Lisboa Industrial, approvado pela camara municipal de Lisboa, e chefe das construcções da exposição industrial portugueza 1888, membro da commissão executiva da secção agricola, etc.

Faria Blanc *(Viriato Sertorio de)*. Formado na faculdade de Leis pela Universidade de Coimbra, advogado em Lisboa, membro da Associação dos advogados da mesma cidade, e deputado em 1860, etc. N. em Lisboa nos primeiros annos do seculo XIX. Escreveu: *Elogio historico do doutor José Homem Correia Telles*, recitado na Associação dos Advogados, (em sessão de 10 de outubro de 1849), e mandado imprimir por seu irmão Eduardo Guilherme de Faria Blanc, Lisboa, 1849; anda tambem inserto na 2.ª edição da obra do referido Correia Telles, *Addições á doutrina das Acções*, feita em 1850. Na *Gazeta dos Tribunaes* veem publicados alguns artigos de Faria Blanc.

Faria Casado *(José)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, presbytero secular. N. em Freixo de Espada á Cinta em 22 de agosto de 1699, fal. em 1751. Era filho de Cosme de Faria e de Catharina Alvares Casado. Deu mostras de tão precoce intelligencia que aos 13 annos teve carta para leccionar grammatica. Depois da sua formatura foi advogar em Miranda do Douro, vindo mais tarde para Lisboa, e tendo obtido um beneficio da ordem de Christo, ordenou-se de presbytero, alcançando mais tarde o priorado da collegiada de S. Mamede, de Mogadouro, em 1738. Deixou impressas muitas allegações juridicas, e manuscriptas algumas obras de direito canonico.

Faria e Castro *(Damião Antonio Lemos)*. Cavalleiro professo na ordem de Christo, rico proprietario no Algarve. N. em V. N. de Portimão a 27 de fevereiro de 1715, fal. em Faro a 9 de janeiro de 1789. Era filho de Thomé de Lemos e Faria, e de D. Maria Josepha de Gyron Cisneiros e Castro. Casou em Evora, aos 18 annos de edade, na freguezia de Santo Antão, com D. Ignez Dorothea Henriques de Menezes. Cultivando as letras com estudiosa affeição e desinteresse, nunca sollicitou emprego algum, nem acceitou os que por vezes lhe fôram offerecidos, vivendo unicamente dos seus avultados rendimentos. Na *Cohrographia do Algarve*, por João Baptista da Silva Lopes, pag. 417, vem a sua biographia. Escreveu: *Politica moral e civil, Aula da Nobreza Lusitana, autorisada com todo o genero de erudição sagrada e profana*, etc., Lisboa, 1749 a 1754, 7 tomos; dizem ser obra de bastante trabalho e erudição, e abundante de noticias; o tomo I trata das virtudes em geral, e em particular da justiça, prudencia, fortaleza, temperança e liberalidade — tomo II: das sciencias e artes liberaes, e da sciencia aulica; historia sagrada do velho e novo testamento; das religiões dos differentes paizes, e da christã em particular; das ordens religiosas e militares, etc. — Tomo III: da historia ecclesiastica; chronologia dos papas; heresias, concilios, cruzadas, tribunaes e ministros de Roma, etc. — tomo IV: da astronomia, geographia e chronologia; epocas historicas geraes e particulares; memorias do reino de Portugal, e catalogos chronologicos das dignidades d'elle — tomo V: da historia geral; dos poetas gregos e latinos; do brazão e leis da armaria, etc. — tomo VI: historia de Portugal e seus dominios — tomo VII: historia romana; dita moderna dos diversos reinos da Europa, etc.; *Historia geral de Portugal e suas conquistas*, Lisboa, 1786 a 1804, 20 tomos; os tomos I e II fôram reimpressos em 1830, e os III, IV e V em 1831. Esta historia chega até ao fim do reinado de D. João V, mas é pouco estimada pelos criticos. As duas obras referidas são as mais importantes do autor. Publicou ainda os opusculos: *Entretenimento politico, historico e proreptico entre dois amigos; prosopopéa sobre a controversia entre o Tribunal do Santo Officio e os fautores dos sigillistas*, Rouen, 1746; saiu com o pseudonymo de Willebrordio Arnulpho; *Gemidos da reputação offendida, publica justificação que faz do seu procedimento*, Sevilha, 1749; *Epiphonema epicedico de Portugal, na inconsolavel soledade do ex.*^{mo} *sr. D. Jayme de Mello, Duque do Cadaval*, 1749; *Epidictico luctuoso, obsequioso epicedio do ex.*^{mo} *sr. D. Francisco de Portugal e Castro, Marquez de Valença*, Lisboa, 1749; *Clamores de Portugal na morte do muito alto e muito poderoso Rei D. João V;* parece que se imprimiu só até á pagina 16; *Discurso apologetico, no qual se mostra convencida a insubsistente, apaixonada e injuriosa, a severa critica com que Filippe José da Gama revendo por ordem do Desembargo do Paço a obra «Clamores de Portugal», mutilou, riscou, e emendou em muitas partes a dita obra*, Sevilha, sem data, mas dizem ser em 1750; *Elogio do ex.*^{mo} *sr. Nuno da Cunha Athaide, cardeal da Santa Egreja Romana*, etc., Lisboa, 1751; *Relação panegyrica, jubilos do Algarve na feliz entrada que o ex.*^{mo} *sr. D. Rodrigo Antonio de Noronha e Menezes fez em Lagos, no 1.º de Abril de 1754*, Lisboa, 1754. Deixou manuscriptos 12 volumes sobre genealogia portugueza, sendo o 1.º da Casa Real, o 2.º da nobreza antiga e moderna do Algarve, e os 10 restantes da principal nobreza do reino. Ainda deixou varios escriptos em portuguez e castelhano, que Barbosa Machado menciona no vol. IV da *Bibliotheca Lusitana*.

Faria Correia *(Francisco de)*. Prior de S. Miguel de Lauradas. Era natural de Marco de Canavezes. Foi um dos afamados poetas do seu tempo. Compoz varias comedias que se representaram com applauso, e outras muitas obras poeticas, heroicas e lyricas, imprimindo-se apenas, na *Fama Posthuma do Ven. P. Fr. Antonio da Conceição Trino*, uma *Canção* e um *Soneto*, a pag. 320 a 336, Lisboa, 1658; Dois *Sonetos*, que são os 48 e 50 no *Certame do Conde de Linhares; Canção á morte de D. Maria de Athaide*, nas *Memorias funebres d'esta senhora*, Lisboa, 1650.

Faria de Lacerda *(Francisco José Pereira Palha)*. Mais conhecido por Francisco Palha. Escriptor, jornalista, poeta, 1.º official da direcção de Instrucção Publica, no ministerio do reino, etc. N. em Lisboa a 15 de janeiro de 1826, fal. na mesma cidade a 11 do referido mez do anno de 1890. Era filho de José Pereira Palha de Faria Guião, fidalgo cavalleiro da Casa Real, antigo desembargador da Casa da Supplicação e proprietario, e de sua mulher D. Maria do Carmo de Faria Lacerda. Era irmão da fallecida condessa da Foz, D. Marianna Georgina Palha de Faria Lacerda, casada com o 1.º conde da Foz, o tenente-general Gil Guedes Garcia de Queiroz. (V. *Foz*). Tendo concluido os estudos preparatorios, foi matricular-se na faculdade de Direito na Universidade de Coimbra. A paixão pelo theatro que desde creança o acompanhava, o incitou a escrever algumas peças durante o seu tempo de estudante, que fôram representadas pelos condiscipulos, causando enthusiasmo a tragedia burles-

ca em 3 actos *Fabia*, que mais tarde se representou no Gymnasio com o maior successo. Em 1859, quando se reformou o ministerio do reino, Francisco José Pereira Palha Faria de Lacerda foi nomeado 1.º official da repartição de instrucção publica, sendo mais tarde, pela fórma como se houve no desempenho d'este cargo, escolhido para secretario do Conselho Superior de Instrucção Publica. Estando no poder o partido progressista, cujo chefe era o duque de Loulé, Francisco Palha conseguiu que aquelle estadista acceitasse a idéa da reforma do theatro normal, completando assim a obra tentada por Garrett e Passos Manuel. Tendo então a nomeação de commissario regio, logar de que tomou posse a 17 de março de 1862, empregou todo o enthusiasmo que consagrava ao theatro, toda a sua

Francisco José Pereira Palha Faria de Lacerda

dedicação e energia no desempenho do cargo que lhe fôra confiado, e deu começo á reforma projectada. Reuniu um grupo de actores e actrizes, tudo o que verdadeiramente notavel então existia na scena portugueza, e formou uma numerosa e esplendida companhia, em que figuravam: Emilia das Neves, Josepha Soller, Manuela Rey, Delfina, Carlota Talassi, Emilia Adelaide, Gertrudes da Silva, Emilia Letroublon, Camilla, Rosa (pae), José Carlos dos Santos, Theodorico, Taborda, Tasso, Isidoro, Domingos Ferreira, Cesar de Lima, Sargedas, João Rosa, Marcolino, Cesar de Lacerda, etc. Com estes elementos, e com a rigorosa escolha dos espectaculos, conseguiu levantar o theatro normal do abatimento em que estava. O abandono chegara a ponto que as platéas e os camarotes viam-se quasi desertos em grande parte das recitas, sendo rara a peça que conseguia fazer carreira. Este afastamento do publico ao theatro normal, requeria urgentes medidas, e uma d'ellas foi a prohibição dos outros theatros darem espectaculo ás quintas feiras, sendo essas noites destinadas exclusivamente ao theatro de D. Maria II. Esta medida pouco resultado colheu, e o theatro normal continuou a ser pouco frequentado. Só Francisco Palha com a sua esplendida companhia, boa administração, e escolha rigorosa das peças, postas em scena com todo o luxo e apparato, pôde conseguir attrahir successivas enchentes, tornando moda a frequencia ao theatro normal. As peças originaes que se representavam, eram dos primeiros escriptores dramaticos de então, e as traducções do que mais notavel apparecia no theatro moderno francez, eram confiadas aos referidos escriptores. Foi da maior prosperidade todo o tempo que Francisco Palha se conservou com o cargo de commissario regio. Obteve a reforma dos artistas, creou o monte-pio dos actores, elevou os ordenados dos artistas, e alcançou que se fizesse o jazigo para os actores e actrizes do theatro de D. Maria. Infelizmente, um conflicto com o governo, occasionou Francisco Palha pedir a sua demissão de commissario regio, pensando logo em fundar um theatro, que pudesse dirigir á sua vontade, sem os attrictos nem sujeições officiaes. Organisando uma sociedade de accionistas, deu-se começo ao theatro da Trindade, sendo o risco e a direcção das obras confiados ao architecto Miguel Evaristo. Formou uma companhia com a maior parte dos artistas do theatro de D. Maria, que o quizeram acompanhar, e emquanto se não concluia o novo edificio, tomou o antigo theatro da Rua dos Condes, representando ali uma epoca, que se inaugurou a 7 de julho de 1866, com o seguinte espectaculo: *Hymno da associação do theatro*, pela orchestra; *As Novas Conquistas*, poesia de Thomaz Ribeiro, recitada pelo actor Tasso; *Comedia em casa*, em 1 acto, traducção de José Carlos dos Santos; *Não se casem assim*, em 1 acto, original de Luiz de Araujo; *Estou na rua*, scena comica de José Monteiro Torres, desempenhada pelo actor Queiroz; *Um sujeito e uma senhora*, em 1 acto, traducção de José Carlos dos Santos. Nos espectaculos seguintes, além d'outras peças, representaram-se: *O demonio do jogo*, drama em 5 actos; *A familia Benoiton*, comedia em 5 actos; *O supplicio d'uma mulher*, drama em 3 actos; *O Anjo da Meia Noite*, drama em 6 actos; *O filho do povo*, em 5 actos; *Mulheres á solta*, 4 actos; etc A Trindade concluiu-se afinal, e inaugurou se a 30 de novembro de 1867 com o drama em 5 actos, de Ernesto Biester, *A mãe dos pobres*, e a comedia em 1 acto, traducção de Francisco Palha, *O Xerez da Viscondessa*. O theatro da Trindade começou a variar o genero de espectaculos. No Principe Real, de que o actor José Carlos dos Santos se fizera empresario, representou-se em 1868 a *Grau-Duqueza de Gerolstein*, musica de Offenbach, genero de musica de novidade para o publico de Lisboa. A peça teve um exito collossal, e Francisco Palha pensou em tambem fazer cantar no seu theatro uma opereta d'aquelle maestro, e o *Barba azul* foi posto em scena, obtendo egualmente um magnifico successo. O theatro de D. Maria II caiu em grande decadencia, e o governo resolveu pôl-o a concurso para exploração particular. Francisco Palha arrendou-o, administrando-o durante uma epoca, em que poz em scena os dramas: *Os fidalgos do seculo* XIX, de Biester; *A morgadinha de Valflôr*, de Pinheiro Chagas; *A lei dos morgados*, de Costa Cascaes; *D. Frei Caetano Brandão*, de Silva Gaio, etc. Cedeu depois o theatro a Santos, que largara o do Principe Real, ficando unicamente com a Trindade, que sempre dirigiu até ao seu fallecimento. Francisco Palha collaborou nos seguintes jornaes: *Revista contemporanea*, *Semana*, *Diario Popular*, *Diario Illustrado*, *Ga-*

zeta do Dia, *Semana Theatral*, etc. Auxiliou muito a sociedade artistica do Gymnasio nos seus primeiros annos; ali fez representar uma revista do anno, intitulada *Lisboa em 1850*, que parece ter sido a primeira peça d'este genero que se representou em Lisboa. Em 1858 tambem presidiu á fundação da Associação do Theatro das Variedades. Escreveu: *Poesias*, vol. publicado em 1852; 2.ª edição, augmentada, 1859; *A estatua e a Musa Velha*, 2 volumes de poesias. Publicou: *Relatorio ácerca da sua gerencia como commissario regio no theatro de D. Maria II*; saiu na *Gazeta de Portugal*, de 24 de novembro de 1864. Parece que tambem se publicou em separado. Para o theatro escreveu: *Fabia, tragedia heroicomica* em 3 actos, Lisboa, 1850; *O andador das almas*, parodia da opera *Lucia de Lamermoor*, Lisboa, 1850; *A morte de Catimbau, tragedia heroi-comica* em 1 acto, 1850; estas tres peças saíram reimpressas n'um só volume, em 1859, com o titulo de *Parodias de F. Palha; A republica das letras* e *Ha tantas assim*, duas comedias em 1 acto, publicadas na collecção do *Theatro Moderno; Nini*, parodia á opera *Ernani*, de Verdi; *A loteria do diabo*, magica em 3 actos, de collaboração com Joaquim Augusto d'Oliveira, e as *Doidices dramaticas*, comedia em 4 actos representada no Gymnasio, e que ficou inedita. Traducções: *Pepe-Hillo*, *O Barba azul*, *O ultimo figurino*, *A garra do Leão*, *Ave azul*, etc. Francisco Palha era socio correspondente do Instituto de Coimbra, e membro do Instituto Historico Geographico do Brazil.

Faria de Lacerda *(João José Pereira Palha)*. Mais conhecido por João Palha. Era irmão de Francisco Palha *(V. artigo antecedente)*. N. em Lisboa a 5 de março de 1817, e fal. na mesma cidade a 5 de abril de 1879. Estudou no Collegio dos Nobres, e foi concluir os seus estudos na Universidade de Paris. Em 1839 voltou a Portugal, e 20 annos depois foi nomeado, no ministerio das obras publicas, chefe da repartição do commercio e industria, mas antes d'isso foi administrador do bairro d'Alfama, e desempenhou varias commissões importantes. Só deixou impressa a these em francez, no seu doutorado em Paris.

Faria e Maia *(Francisco Machado)*. Bacharel em philosophia pela Universidade de Coimbra. E' natural da ilha de S. Miguel. Foi um dos amigos intimos e companheiro de João de Deus nos estudos da Universidade. Foi professor interino de litteratura no Lyceu Nacional, cargo que serviu gratuitamente, offerecendo os seus ordenados, na importancia de 500$000 reis, para com o seu rendimento se constituir um premio pecuniario de 20$000 que fôsse dado, na occasião de se encerrarem as aulas, ao estudante que mais se tivesse distinguido pela sua intelligencia e applicação, no decorrer do anno lectivo. Os professores reunidos em conselho, resolveram dar a este premio, instituido em 1889, o nome de *Premio Francisco Machado Faria e Maia*.

Faria Manuel *(P. José de)* Presbytero secular, doutor em Theologia pela Universidade de Evora, capellão na capella real no tempo do D. Affonso VI e de D. Pedro II, socio das academias dos *Generosos* e dos *Singulares*, e afamado prégador no seu tempo. Era natural de Lisboa, onde tambem falleceu a 15 de novembro de 1689. Escreveu: *Sermão do triumpho da Cruz, no domingo de Ramos á tarde prégado na egreja de Santos-o-Velho*, Lisboa, 1671; outra edição em Coimbra, 1692; *Sermão no officio de defuntos da irmandade dos clerigos ricos, prégado na egreja da Magdalena*, Lisboa, 1671; Coimbra, 1692; *Sermão na sexta feira do Paralytico, prégado na capella real*, Lisboa, 1672; *Officio particular da virgem e martyr Santa Barbara, sua vida e milagres*, Lisboa, 1683; outra edição, 1701; *Espelho da alma, traduzido do latim do veneravel Luiz Blossio, e accrescentado com varias devoções espirituaes*, Lisboa, 1678; *Thesouro do céo descoberto no campo*, etc. Lisboa, 1680; é traducção do castelhano, do padre jesuita Bernardino de Villegas; *Philothea portugueza, ou peregrinação ao santo templo da cruz*, Lisboa, 1682; traducção do castelhano, de D. João de Palafox, bispo de Osma; *Instrucção para examinar a consciencia antes da confissão geral ou particular; traduzida do castelhano do P. Francisco de Soto, jesuita*, não tendo a data da publicação; *Avisos contra os enganos da vida, e motivos da contricção para nova vida da alma*, Lisboa, 1685; *Modo de orar no Lausperenne das quarenta horas, concedido a Lisboa por Innocencio XI*, Lisboa, 1682; *Festas reaes na corte de Lisboa, ao feliz casamento dos reis da Gran-Bretanha Carlos e Catharina, com os touros que se correram no terreiro do Paço em Outubro de 1661*, Lisboa, 1661; são escriptos em verso, e não trazem o nome do autor, e ha quem as attribua a Fr. Antonio Lopes Cabral; *Terpsichore, Musa academica na aula dos Generosos de Lisboa*, Lisboa, 1666; consta de versos em varios metros, e algumas orações em prosa. Tem ainda mais composições avulsas na *Academia dos Singulares*, no *Compendio da vida do Marquez de Tavora*, por D. Luiz de Menezes, etc.

Faria de Mello *(Francisco Eleuterio de)*. Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, juiz de fóra de S. Thiago do Cacem, desembargador da Casa da Supplicação, escriptor, etc. N. em 1789, e foi baptisado na cidade de Beja; fal. em Lisboa a 4 de maio de 1851. Era filho de Francisco Manuel de Faria e Mello Marchioni, que exercera na mesma cidade um cargo de magistratura, e de D. Maria Francisca de Brito. Foi creado e educado em Alvito, em casa da marqueza d'este titulo, D. Maria Barbara de Menezes, indo depois estudar a faculdade de Leis em Coimbra. Recebendo o grau de bacharel, resolveu dedicar-se á magistratura, e começou a sua carreira exercendo o logar de juiz de fóra de S. Thiago do Cacem. Em 1826 foi nomeado para fazer parte da deputação presidida pelo duque de Lafões, encarregada de ir ao Rio de Janeiro noticiar a D. Pedro IV o fallecimento de seu pae, e reconhecel-o como herdeiro e successor da corôa de Portugal. Depois do seu regresso ao reino, serviu o cargo de corregedor do bairro de Belem, e no periodo de 1828 a 1833 foi elevado a desembargador da Casa da Supplicação e nomeado ajudante do intendente geral da policia. Terminada a guerra civil em 1834, pela convenção de Evora-Monte, saiu do reino com o bispo de Vizeu, D. Francisco Alexandre Lobo, que sendo affecto ao partido do infante D. Miguel, resolvera ir viver para Roma. *(V. Lobo, D. Francisco Alexandre)*. Faria e Mello vivera desde muitos annos na mais estreita intimidade com aquelle prelado, e nunca o abandonou durante 10 annos

de emigração, passados a maior parte em França, regressando ambos a Portugal em 1844. Algum tempo depois foi encarregado da administração da casa dos duques de Cadaval, cujo cargo serviu com muito zelo e aptidão. Faria e Mello foi encarregado da coordenação e publicação das obras de D. Francisco Alexandre Lobo, que se publicaram depois da morte d'este prelado, á custa do seminario da sua diocese. Como Faria e Mello fallecesse ainda antes de estar concluida a impressão do tomo III, apenas esta se completou em 1853. Não continuou a publicação, ficando a obra sómente composta de 3 tomos, quando, segundo dizem, deveria constar de 10, pouco mais ou menos. O jornal *A Nação*, de 7 de maio de 1851, publicou uma noticia necrologica ácerca de Francisco Eleuterio de Faria e Mello. Além do trabalho da coordenação e publicação das obras citadas, escreveu: *Tratado de Geographia Universal physica, historica e politica, redigido sobre um novo plano, e conforme os ultimos tratados de paz, precedido de um tratado de geographia astronomica por A. Balbi, composto por uma sociedade de litteratos portuguezes, e sendo as partes do Brazil e Portugal inteiramente novas e originaes*, Paris, 1838, 2 tomos, acompanhados d'um atlas em 4.º; parece que tambem tomaram parte n'esta obra João da Cunha Neves Carvalho Portugal e outros portuguezes, por esse tempo emigrados em Paris; *Memoria sobre a vida de D. Francisco Alexandre Lobo, bispo de Vizeu*, Lisboa, 1844; *Memoria historica juridica sobre a acquisição e direitos que a ill.ma e ex.ma sr.a D. Maria da Piedade Caetano Alvares Pereira de Mello tem a ser lhe restituido o pinhal de Escaroupim*, Lisboa, 1850, saiu sem o nome do autor.

Faria Pereira *(José de)*. Coronel do regimento de milicias de Santarem, senhor da casa do Reguengo do Alviella, solar da familia Faria Pereira, e senhor e administrador do morgado de Santa Maria do Almonda na egreja da Azinhaga, freguezia então do concelho de Santarem. Nasceu em Alvaiazere em 1774, onde seus paes tambem possuiam uma importante casa e falleceu em 10 de dezembro de 1839, achando se sepultado na capella da mencionada casa do Reguengo. Era filho de José de Faria Pereira, senhor e administrador do referido morgado, e de sua mulher D. Antonia Ignacia Jacintha de Barbudo. Neto por parte paterna do capitão Manuel de Faria Pereira (de quem descendem tambem os viscondes de Faria e os barões de Salgueiro) e de sua mulher D. Ignacia de Vasconcellos; e neto pela parte materna do capitão Manuel Pinheiro Barbudo e Arnaut, da illustre familia d'estes appellidos em Alvaiazere, e de sua mulher D. Maria Frazão. José de Faria assentou praça como cadete em cavallaria 10 e n'esta qualidade fazia parte do exercito do Alemtejo, commandado por D. José Carcómen, achando-se na praça de Olivença em 1801, quando esta foi tomada pelos hespanhoes depois de rijo e valoroso combate em que elle tomou parte activa. Mais tarde, 1810 1811, sendo tenente-coronel do referido regimento de milicias e 2.º commandante das forças portuguezas ao sul do Tejo, quando Massena, que tinha o seu quartel em Santarem ameaçava Lisboa, atravessou com alguns soldados aquelle rio e veiu lançar fogo ao paiol da polvora que os francezes tinham na calçada da Atamarma, infligindo-lhes grande damno. Foi elle que tambem sustentou renhido combate com as forças francezas defronte da Chamusca, quando estas pretendiam forçar a passagem do Tejo, destruindo lhes n'essa occasião com a artilharia de pequeno calibre que levava comsigo e que encontrara abandonada na quinta de Alorna, as embarcações que o inimigo estava construindo na Ribeira de Santarem, evitando assim a passagem d'este para o sul. Depois de reformado fez com outros a revolução constitucional de 1833 em Santarem, sendo então nomeado commandante da força armada. Ainda n'essa epoca tentou impedir a passagem do Tejo ao visconde de Mollelos defronte de Vallada. Foi por diversas vezes governador militar de Abrantes de 1820 a 1826 e implantado o governo constitucional exerceu egual cargo em Torres-Novas. Em 1814 foi-lhe conferida carta de brazão d'armas de que hoje uzam os seus descendentes, a saber: um escudo partido em pala: na primeira as armas dos Farias que são em campo sanguineo um castello de prata com portas e frestas de preto entre duas flôres de liz do mesmo metal e tres em chefe: na segunda as armas dos Pereiras que são em campo vermelho uma cruz de prata florida e vasia de campo. Timbre o dos Farias que é o castello do escudo com uma das flôres de liz das armas sobre as ameias e por differença uma brica de ouro com um trifolio verde José de Faria foi casado com D. Gertudes Gil de Faria Pereira que falleceu em maio de 1848. Succedeu-lhe seu filho primogenito José de Faria Pereira, ultimo senhor e administrador do morgado de Santa Maria do Almonda, commendador da ordem de N. S.a da Conceição de Villa Viçosa, capitão da companhia avulsa da guarda nacional de S. Vicente de Paul em 1847 e capitão do batalhão nacional de Santarem que, como seu pae, prestou assignalados serviços á Carta Constitucional, tendo fallecido na sua casa da Azinhaga em 10 de setembro de 1877. Este José de Faria foi casado com D. Maria Ritta Juge Guedes Serrão, irmã inteira de José Corrêa de Mello Serrão, ultimo senhor e administrador do vinculo do Serrão, conhecido vulgarmente pelo morgado da Azinhaga, em cuja representação succedeu a referida D. Maria Ritta por seu irmão ter fallecido sem descendencia. E' actual representante d'estas illustres casas, Farias Pereiras e Serrões, reunidas agora n'uma só familia, o sr José Serrão de Faria Pereira, distincto e illustrado cavalheiro, chefe regional do partido legitimista em que milita ha muitos annos, e um dos maiores proprietarios do districto de Santarem.

Faria Severim *(Gaspar de)*. Commendador de Moura na ordem de Aviz, secretario das mercês de D. João IV, conselheiro de Estado de D. Affonso VI, poeta, genealogista, etc. N. em Evora. Era filho de Francisco de Faria Severim, executor-mór do reino e escrivão da fazenda real, e de sua mulher, D. Joanna da Fonseca. Escreveu uma obra genealogica, *Familias dos reis de Portugal*, que ficou manuscripta, assim como as suas obras poeticas, e uma collecção que fizera de documentos extrahidos da Torre do Tombo. Accrescentou com um grande numero de livros a seleeta bibliotheca que herdou de seu tio, Manuel Severim de Faria, chautre da cathedral de Evora. Casou com D. Marianna de Noronha, filha de D.

Francisco de Noronha, commendador de S. Martinho de Frazão.

Faria Severim *(Manuel de)*. Mestre em Artes pela Universidade de Evora. N. em Lisboa a 6 de dezembro de 1609, fal. a 16 de dezembro de 1655. Era filho de Francisco de Faria Severim e de D. Joanna da Fonseca. Em 1628 recebeu o grau de mestre em Artes. Em 1629 passou para Coimbra, e na Universidade d'esta cidade e na de Avila se formou em Canones. Era beneficiado na egreja de Obidos, quando seu tio Manuel Severim de Faria n'elle renunciou em 4 de abril de 1633 o seu canonicato de Evora, e a 19 de março de 1642 o chautrado da mesma catedral *(V. Faria, Manuel Severim de)*. Fundou em Evora um collegio para a educação de creanças pobres, collegio collocado debaixo da invocação dos *Meninos innocentes*, de que nomeou reitor o padre Pedro Coelho, e que principiou a funccionar em 18 de dezembro de 1649. Os estatutos d'este collegio ordenavam que se ensinasse aos alumnos ler, escrever e contar, e que elles depois se applicassem ou ao estudo para que tivessem mais vocação, ou a algum officio mecanico que pudessem exercer com proveito para si proprios e para o paiz. D. João IV concedeu lhe os mesmos privilegios que desfructava o collegio dos orphãos de Lisboa, couferindo a administração a uma junta chamada da *Mesa da Piedade*. Faria Severim ainda queria fundar um collegio de donzellas pobres em Beja, e outro de nautica em Setubal, para que pudesse formar-se ali um nucleo de bons capitães de navio, instituição notavel que não se chegou a realisar, porque a morte o impediu de satisfazer esse desejo. No seu testamento deixou a terça parte dos seus bens ao collegio dos Santos Innocentes, onde quiz ser sepultado em campa rasa sem epitaphio. Escreveu em imitação de Valerio Maximo, uma obra intitulada: *Dos ditos e feitos memoraveis dos portuguezes*, que ficou manuscripta, e redigiu os *Estatutos* do collegio dos Santos Innocentes, que fundara.

Faria e Silva *(Carlos Guilherme de)*. Inspector de saude naval, cirurgião-medico pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa, etc. N. em 1818 no logar de Alviobeira, conc. de Thomar; fal. a 14 de junho de 1881. Era filho de Thomaz de Faria e Silva, facultativo da armada, e de sua mulher, D. Carlota Guilhermina de Salles. Matriculou-se na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa em 5 de outubro de 1836, e completou o curso a 2 de julho de 1841, publicando n'esse anno a sua these inaugural, com o titulo de: *Considerações anatomico-pathologicas sobre as lesões da medulla espinal, acompanhadas de um caso d'estas enfermidades, observado na clinica da Escola*. Por decreto de 13 de dezembro do referido anno de 1841 foi nomeado facultativo de 2.ª classe da armada com a graduação de 2.º tenente. Em 20 de maio de 1842 teve ordem para servir a bordo da fragata *D. Maria II*, de viagem para Gôa. Por portaria do governador geral da India, de 11 de janeiro de 1843, foi nomeado director interino do hospital de Damão, commissão que desempenhou até 15 de maio d'aquelle anno, e por portaria d'esta data foi reger interinamente a 1.ª cadeira da Escola Medica de Gôa, exercendo mais os cargos de delegado do physico-mór em Damão, director do hospital militar da fortaleza, e vogal do conselho de saude publica. A portaria, do mesmo governador, de 29 de agosto, ainda de 1843, o nomeou para servir a bordo da fragata *D. Fernando e Gloria*, passando depois á corveta *Damão*, de viagem para Lisboa. Por determinação do conselho de saude naval de 27 de dezembro de 1844, foi encarregado de auxiliar o serviço sanitario do corpo do batalhão naval. Em 20 de abril de 1846 embarcou a bordo do brigue *Serra do Pilar*, fazendo dois cruzeiros na costa do norte de Portugal. Em 16 de junho foi nomeado para servir no impedimento do facultativo do batalhão naval; em dezembro, para auxiliar o tratamento dos feridos na batalha de Torres Vedras, realisada a 22 d'aquelle mez, e n'aquella villa se conservou até fins de janeiro de 1847, em que regressou, acompanhaudo a ultima conducta que d'ali marchou para Lisboa. N'esta cidade demorou-se apenas algumas horas por ter sido nomeado para embarcar no brigue *Audaz*. Nos fins do anno de 1847 foi nomeado para servir a bordo do vapor *Mindello*, durante a viagem a varios paizes do principe D. Pedro e de seu irmão, o infante D. Luiz, duque do Porto, mais tarde os monarchas D. Pedro V e D. Luiz I. Em 4 de maio de 1849 foi promovido a facultativo de 1.ª classe, com a graduação de 1.º tenente. Em março de 1851 recebeu a nomeação de embarcar no vapor *Infante D. Luiz*, n'uma commissão a Londres. Em 28 de agosto de 1852 foi nomeado membro interino do conselho de saude naval. Em 3 d'agosto de 1854 embarcou de guarnição no vapor *Mindello*; em 12 de novembro de 1857 teve o encargo de ir a Porto de Moz inspeccionar o juiz de direito da comarca das ilhas de Gôa; em 5 de dezembro seguinte foi nomeado para embarcar na galera *Viajante*, que conduziu o contingente de tropa para o Estado da India, e no dia 29 do referido mez teve a promoção de facultativo de divisão. Em 20 de junho de 1865 foi elevado á patente de capitão de fragata. Em 30 de dezembro de 1869 recebeu a nomeação de director interino do Hospital da Marinha, passando á effectividade em 10 de março de 1870. A 14 de junho de 1876 foi promovido a inspector de saude naval, continuando no desempenho do logar de director. Sendo em 8 de outubro de 1880 exonerado do cargo de director do hospital, ficou a exercer exclusivamente as funcções de inspector de saude naval, logar em que se reformou com a graduação de vice-almirante, por decreto de 26 de novembro do referido anno. Faria e Silva era cavalleiro das ordens de Christo, de Nossa Senhora da Conceição e de S. Bento de Aviz, sendo tambem commendador d'esta ultima ordem, distincções que lhe fôram conferidas pelos bons serviços prestados no desempenho de importantes commissões de interesse publico.

Faria e Silva *(Diogo de)*. Beneficiado da sé de Lisboa, conego da sé de Evora, etc. N. na freguezia de Alviobeira, concelho de Thomar, a 18 de setembro de 1803; falleceu a 27 de abril de 1886. Era filho de Thomaz de Faria Leitão e de D. Maria Ignacia da Silva. Foi monge professo no convento dos Jeronymos em Belem, tomando o nome de fr. Diogo do Espirito Santo. Prestou muitos serviços á sua ordem, como procurador d'aquelle convento. Por occasião da extincção das ordens religiosas, foi o escolhido para depositario de todos os bens do mosteiro de

Belem, entre os quaes se contavam preciosidades artisticas de elevado valor, alfaias e numerario que attingiam a uma somma importantissima. Ao seu zelo e energia se deveu a salvação de todos aquelles valores, que em risco da propria vida conseguiu dpositar no Erario Publico, quando se projectava um saque ao convento. Em 1838 foi eleito beneficiado na sé de Lisboa, sendo elevado á categoria de conego da sé de Evora, por decreto de 9 de setembro de 1840. Como védor capitular da referida sé, prestou tambem muitos bons serviços.

Faria e Silva *(José Carlos Godinho de)*. Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Ceras, districto de Santarem, a 16 de outubro de 1844. E' filho de Paulo Godinho da Silva. Doutorou se em 29 de junho de 1868. Exerce clinica, actualmente, na cidade do Porto. Publicou em Coimbra a sua *Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas na faculdade de medicina*, a qual responde aos quesitos seguintes: 1.º *Será o cancro uma affecção local?* 2.º *Em que circumstancias poderá aproveitar a sua extirpação?* Tambem publicou as *Theses ex-universa Medicina, quas propugnandus offert*, e a *Dissertação de concurso na Universidade de Coimbra; estudo sobre a vaccinação animal*, Coimbra, 1881.

Faria e Sousa *(Manuel de)*. Cavalleiro da ordem de Christo e commendador pensionario da commenda de Rodão; poeta, historiador, philologo; um dos homens mais eruditos do seu seculo, gozando n'esse tempo d'uma elevadissima reputação litteraria, etc. N. na quinta da Caravella, parochia de Pombeiro, proximo da ribeira de Vizella, a 18 de março de 1590, fal. em Madrid a 3 de junho de 1649. Era filho de Amador Peres do Eiro e de Luiza de Faria. Em 1600 foi estudar para Braga, e em 1604 entrou ao serviço do bispo do Porto, D. Fr. Gonçalo de Moraes, de quem era ainda parente mais ou menos remoto, e que o chamou para seu secretario. O bispo desejava que seguisse a vida ecclesiastica, tanto mais que tendo já manifestado a sua inclinação para a poesia e o seu notavel talento, calculava que elle honraria extraordinariamente o clero portuguez, porém não aconteceu assim, porque Faria e Sousa começara em 1612 a apaixonar-se por uma senhora, a quem nos seus versos dava o nome de *Albania*, e não se mostrou inclinado a seguir as indicações do bispo, d'onde resultou desavirem-se em 1614, casando Manuel de Faria e Sousa com a mulher que amava, D. Catharina Machado, que foi sempre uma esposa dedicada, que o acompanhou em todas as suas viagens, e o amparou em todas as suas tribulações. Desde 1614 até 1618 residiu no Porto, mas n'este ultimo anno partiu para a sua casa do Pombeiro, dizem, que por precisar viver mais economicamente, e esta supposição é um pouco confirmada pelo facto de logo no anno seguinte, 1619, acceitar o logar de secretario de Pedro Alvares Pereira, senhor da Serra Leôa e conselheiro de Estado, tambem parente do bispo do Porto, e que o chamara ao seu serviço, por intervenção d'este prelado. Manuel de Faria e Sousa partiu com a familia para Madrid, mas a morte de Pedro Alvares Pereira, que pouco depois succedeu, causou-lhe graves transtornos, e em 1623 começou a imprimir as suas obras, quasi todas escriptas em hespanhol. Animado pela esperança de obter em Portugal um emprego honroso e lucrativo, voltou em 1628 para Lisboa com a familia. Effectivamente, o arcebispo de Braga queria nomeal-o secretario d'estado da India e secretario da camara de Lisboa, mas nenhum d'estes empregos lhe consentiu que acceitasse o marquez de Castello Rodrigo, Manuel de Moura Côrte Real, dizendo-lhe sempre que o queria para mais altos encargos, e na verdade, em 1631, sendo o marquez nomeado embaixador em Roma, quiz leval-o na sua companhia como secretario. Manuel de Faria e Sousa acceitou a nomeação, foi despedir-se de seus paes, e partiu com a mulher e os filhos para Roma, deixando a patria que nunca mais havia de tornar a vêr. Em Roma teve o melhor acolhimento de todos os homens illustres; foi recebido em audiencia particular pelo papa Urbano VIII, que o tratou com a maior distincção, tendo sido o proprio pontifice quem o mandara convidar pelo seu camareiro-mór, o conde de Castel-Vilani. De toda a Italia recebeu provas de consideração, correspondendo-se affectuosamente com os escriptores venezianos Leão Allacio e Nicolau Serpetro. Voltando em 1633 para Madrid, foi preso como inconfidente em casa de D. Pedro do Valle de Lacerda. Não se sabe qual fôsse a causa d'esta prisão. E' possivel que para ella concorresse o conhecimento dos *Commentarios dos Luziadas*, que n'essa occasião estava pondo em ordem, e principiara a escrever em 1614. E' certo, porém, que logo depois da sua prisão, foi procurado por D. Jeronymo de Villa Nova, cunhado de D. Pedro, que o informou de que podia sair, e que o rei o declarava innocente, dando lhe por homenagem toda a cidade, uma pensão mensal de 60 ducados, e a certeza de que maiores mercês lhe faria, logo que pedisse uma audiencia e lh'as requeresse. Apezar d'estas promessas, Faria e Sousa pediu alguns dias depois licença para voltar á patria, que não alcançou, recebendo em resposta que el-rei precisava d'elle em Madrid. Em 1635 solicitou nova licença, que obteve, parece que por surpreza, porque estando prompto para a partida, o conde-duque de Olivares mandou a toda a pressa uma contra-ordem. Manuel de Faria e Sousa resignou-se a ficar em Madrid, e em 1639 publicou os seus *Commentarios*, tendo para isso de luctar com uma opposição vivissima, porque o livro foi denunciado á inquisição de Castella, accusando certos logares da obra menos catholicos, e requerendo a sua condemnação. A licença do Santo Officio fôra concedida por D. Thomaz Tamoyo. O livro era dedicado a Filippe IV, ao conde-duque de Olivares e a D. Jeronymo de Villa Franca. No mez de março de 1638 saíram os *Commentarios*, e oito dias depois é que se deu a referida accusação, feita por D. Agostinho Manuel e Manuel Pires d'Almeida, mas D. Jeronymo de Villa Franca e outros saíram em defeza do auctor. O livro foi então examinado por varios theologos, e todos concluiram que não só não havia motivo para se prohibir, mas que o seu autor era até digno de todo o elogio. Comtudo, os accusadores não desistiram do seu proposito, e voltaram as suas queixas para a inquisição de Lisboa. Os ministros da meza pequena d'este tribunal ordenaram logo que o livro se recolhesse, mas a instancias de D. Alvaro de Castro, capellão-mór, e de outros amigos de Faria e Sousa, foi levantada a prohibição, e os *Commentarios* reappareceram á

venda, esgotando-se rapidamente a edição. Faria e Sousa, quando fôra intimado para responder ás accusações, compoz em 15 dias, segundo elle affirma, uma defeza que mandou imprimir, com o titulo: *Informacion a favor de Manuel de Faria e Sousa... sobre la acusacion que se hizo en el Tribunal del Santo Oficio de Lisboa a los commentarios que docta y judiciosa, catholicamente escrevio a las Luziadas del doctissimo y profundissimo y solidissimo poeta christiano Luiz de Camoens*, 1640. As particularidades d'estas intrigas veem descriptas no tomo III, pag 258, da *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, e na nova edição das *Obras de Camões*, do visconde de Juromenha, tomo I, pag 329 e seguintes, onde tambem se encontram a descripção bibliographica circumstanciada dos *Commentarios* e muitas noticias curiosas. O titulo da obra tão discutida é o seguinte: *Luziadas de Luiz de Camoens, principe de los poetas de España. Al rey nuestro señor Felipe Quarto, el grande. Comentadas por Manuel de Faria e Sousa, caballero de la orden de Christo y de la casa real.* Se antes de proclamada a independencia portugueza, o governo hespanhol não consentira que Manuel de Faria e Sousa passasse a Portugal, receando talvez o seu patriotismo, auxiliando com a penna a liberdade da sua patria, muito mais vigiado ainda seria, logo que em Lisboa rebentou a revolução de 1 de dezembro de 1640. Durante os 9 annos que ainda viveu, que papel desempenhou em Madrid? Diz D. Francisco Moreno Pinel que Manuel de Faria e Sousa condemnou vivamente a revolução portugueza, que ficára em Madrid padecendo privações só para continuar a servir o seu legitimo soberano Filippe IV, que não quizera dar ouvidos a quem lhe propunha fugir para Portugal por França, classificando de *infame* semelhante fuga, finalmente que não quizera dar as suas *Historias* para se imprimirem em Lisboa, com receio de que lhe fizessem algumas addições contrarias á verdade. O conde da Ericeira refere, pelo contrario, que Faria e Sousa, não podendo fugir para Lisboa, prestára sempre em Madrid os maiores serviços, que pudéra, á causa da independencia portugueza, que fôra sempre o confidente dilectissimo de D. João IV, que muitissimas cartas lhe escreveu dando-lhe noticias, avisos e informações excellentes, e que de muito serviram ao governo portuguez, que tanto elle como o marquez da Montebello seu intimo amigo, que procedeu da mesma fórma, se arriscaram assim a perigos muito maiores do que os que affrontavam nas campanhas os que serviam no exercito. Esta segunda versão é muito mais verosimil, pelo seguinte facto: o filho de Manuel de Faria e Sousa foi recebido por D. João IV com a maxima benevolencia, e no alvará em que se lhe fazia mercê, era seu pae classificado de pessoa benemerita, o que decerto não aconteceria, se fôsse notoria a traição de Faria e Sousa. Além d'isso, as perseguições que soffreu ainda antes da revolta de 1 de dezembro, mostram bem que elle era tido em Madrid como affecto á causa da independencia. Se tivesse traído a patria, não soffreria privações em Madrid, pelo contrario, seria muito considerado, e receberia recompensas como aconteceu aos que abandonaram a patria para servir Castella. Manuel de Faria e Sousa falleceu na quinta feira de Corpo de Deus, em casa do marquez de Montebello, onde viveu os seus ultimos seis annos, victima d'uma doença de bexiga, tendo pouco antes mandado queimar alguns dos seus manuscriptos. Em 1660 foi o seu cadaver trasladado para a sacristia do convento de Santa Maria do Pembeiro, de Portugal.

Faria e Sousa *(Bibliographia de Manuel de).* Além dos *Commentarios* e da defeza á accusação que fizeram d'este livro (V. *o artigo antecedente)*, Manuel de Faria e Sousa deixou as seguintes obras, sendo parte publicadas no seu tempo, e outras posthumas, incluindo novas edições que d'essas obras se fizeram, ficando muitas em manuscripto; dizem que em Madrid, na bibliotheca do duque de Villa Hermosa se conservavam autographos em lingua castelhana. Catalogo das obras impressas: *Muerte de Jesus y llanto de Maria*, Madrid, 1623; é uma poesia; *Fabula de Narciso y Eco*, Madrid, 1623; tem uma dedicatoria do autor a Lope Felix de Vega Carpio, datada de Lisboa a 20 de novembro do referido anno: reimprimiu-se em Lisboa, em 1737; *Divinas y humanas flores; primera y segunda parte*, Madrid, 1624; *Noches claras*, Madrid, 1624; reimprimiram-se estes dois livros reunidos, em Lisboa, 1674, com o titulo de *Noches claras, divinas y humanas flôres, por el mismo anadidas y emendadas en esta impression; Fuente de Aganipe y Rimas varias, 7 partes*, Madrid, 1624, 1625 e 1627, esta edição estava esgotada em 1639, o que obrigou o autor a publicar segunda, correcta e augmentada, que se imprimiu tambem em Madrid em 1644 e 1646. A 1.ª parte consta de 600 sonetos; a 2.ª, de 12 poemas em oitava rima, silvas e sextinas; a 3.ª, de canções, odes, madrigaes, sextinas e tercetos; a 4.ª de 20 eclogas; a 5.ª de redondilhas, glosas, cantilenas, decimas, romances e epigrammas; a 6.ª, intitulada *Musa nueva*, consta de sonetos, oitavas, tercetos, canções, etc. reduzidos a versos octosyllabos; a 7.ª, que intitulou *Engenho*, compõe-se de acrosticos, exdruxulos, eccos, etc. Todas as 7 partes são precedidas de discursos, ácerca das especies de poesia que cada uma comprehende. Das poesias conteúdas, umas são em portuguez e outras em castelhano. *Epithalamio de los casamientos de los señores Marquezes de Molina*, Saragoça, 1624; *Epitome de las Historias portuguezas*, *tomos* I e II, Madrid, 1628; reimpresso em Lisboa nos annos de 1663 e 1674; publicado em Bruxellas em 1677, e muito mais tarde saiu em Anvers em 1730, accrescentado até o reinado de D. João V, tendo 9 retratos; é a mesma obra que o autor refundiu e ampliou com o titulo de *Europa portugueza*, de que falaremos adeante; *Escuriale por Jacobum Gibbes Anglum*, Madrid, 1658, traduzindo n'uma ode castelhana esta descripção latina do mosteiro do Escurial; *Peregrino instruido*, sem data, nem o nome do autor; *Imperio de la China y cultura evangelica en el, por los religiosos de la Compania de Jesus, sacado de las noticias del P. Alvaro Semmedo de la propria Compania*, Madrid, 1642; esta obra, além d'esta traducção feita por Faria e Sousa, tambem foi traduzida em italiano, francez, inglez e em outras linguas; publicou-se novamente em 1730; *Nenia, poema acrostico a la reyna de Espana D. Izabel de Bourbon*, Madrid, 1644; *Nobiliario del Conde de Barcellos D. Pedro, hijo delrey D. Dinis de Portugal, traducido y castigado con nuevas illustraciones de varias notas*, Madrid, 1646; esta traducção é considerada infe-

rior á de João Baptista Lavanha, feita em Roma; *El gran justicia de Aragon Don Martin Baptista de Lanuza*, Madrid, 1650; *Asia portugueza*, 3 tomos, publicados em Lisboa, sendo o 1.º em 1667, e reimpresso em 1703; contém a historia da India, desde o seu descobrimento até 1538; o 2.º tomo saiu em 1674 e comprehende os successos dos annos de 1538 a 1581; o 3.º tomo, em 1675, descrevendo os successos occorridos durante a dominação castelhana. Foi esta a primeira obra posthuma de Faria e Sousa que se imprimiu em Portugal, começando a publicar se por diligencia de seu filho, o capitão Pedro de Faria e Sousa, que obteve privilegio real para a publicação d'esta obra, e de todas as que trouxera ineditas de Madrid, por alvará de 8 de agosto de 1667, porém só publicou os tomos primeiros da *Asia* e da *Europa portugueza*, suspendendo s° em seguida a impressão. Alguns annos depois é que se proseguiu, em virtude de novo e diverso privilegio concedido ao impressor Antonio Craesbeeck de Mello. A *Asia portugueza* foi traduzida em inglez com o seguinte titulo: *The portuguese Asia, or the history of the discovery and conquest of India by the portuguese, translated by Capt. J. Stovens*, London, 1694 e 1695, 3 tomos. A *Europa portugueza* é, como dissémos, a refundição completa do *Epitome de las Historias portuguezas*, tendo o titulo: *Europa portugueza; segunda edicion correta, illustrada y anadida en tantos lugares, y com tales ventajas, que es labor nueva;* o 1.º. tomo foi publicado em 1667 pelo filho do autor, como se disse, e esta 2.ª edição, juntamente com os tomos II e III, se publicaram mais tarde, pelo já citado editor Craesbeeck de Mello: o 1.º em 1678, contém a historia desde o tempo do diluvio universal até ao em que Portugal teve rei proprio; o 2.º, 1679, começa a historia do governo do conde D. Henrique, e finda no reinado de D. João III; o 3.º tomo, 1680, comprehende os reinados de D. Sebastião e seguintes, até o de Filippe IV de Castella, trazendo no fim uma larga descripção do reino de Portugal. A *Africa portugueza* consta d'um só volume, publicado em 1681 pelo referido editor, comprehendendo a historia desde as conquistas de D. João I até ao anno de 1562. Os *Commentarios das Rimas* de Camões teem tambem uma historia como os *Commentarios dos Luziadas*. Quando Pedro de Faria e Sousa, filho de Manuel de Faria, chegou a Portugal em 1651, trazia comsigo muitos manuscriptos de seu pae, como acima dissémos, dizendo que formavam uns 100 tomos, dos quaes seu pae queimara 10, e outros haviam sido furtados; nos que ainda pôde conservar contavam-se os 8 volumes dos *Commentarios das Rimas*. Tendo, porém, sido preso depois de publicar em 1667, os primeiros tomos da *Asia* e da *Europa portugueza* (V. *o artigo seguinte*), só em 1677 é que pôde tratar de imprimir os *Commentarios das Rimas*, ou antes o editor Craesbeeck, e requereu as necessarias licenças. O dr. Jorge de Carvalho, religioso benedictino, approvou a obra com elogio, porém fr. Francisco de Santo Agostinho e fr Duarte da Conceição a fulminaram com a mais severa censura. O editor conseguiu algum tempo depois que se lhe fizesse segunda revisão, e em 1679 foi a obra approvada por outros censores differentes. Afinal só em 1685 é que veiu a começar a publicação. A obra tem o seguinte titulo: *Rimas varias de Luiz de Camoens, principe de los poetas heroycos y lyricos de España, e comentadas por Manuel de Faria y Sousa, caballero da Orden de Christo, tomos I e II, que contiene la 1.ª, 2.ª y 3.ª centurias de los sonetos*, Lisboa, 1685; *tomos III y IV, que contienen: el tomo III, las canciones, las odes y las sextinas; el tomo IV las elegias y octavas; y el tomo V las primeras ocho eglogas*, Lisboa, 1689. Como n'este anno a casa editora Craesbeeck deixou de ter o titulo de Imprensa da Casa Real, que passou para Miguel Deslandes, a publicação não continuou, ficando manuscriptos os tres tomos restantes dos *Commentarios*, que por muito tempo estiveram na livraria do convento da Graça, onde ainda existiam no seculo XVIII. As obras que não chegaram a imprimir-se são *America portugueza*, que encerra a historia do Brazil; quiz imprimil-a em Madrid Duarte Coelho Pereira, senhor de Pernambuco, mas não obteve licença para a impressão; *Catalogo de los escritores portuguezes*, que consta de 823 autores; *Albania*, poema lyrico dedicado á mulher que amava; *Arte poetica e versificatoria*, foi dada pelo capitão Pedro de Faria e Sousa ao arcebispo de Braga D. Luiz de Sousa; *Historia de los marquezes de Castello Rodrigo y de la familia de Moura*, escripta para continuar ou substituir a que João Baptista Lavanho deixara incompleta; *Centuria de Cartas; Philosophia natural de Alberto Magno*, traduzida em hespanhol; *Vidas de S. Paulo, primeiro eremita, Santo Hilario e S. Mallcho*, traduzidas do latim de S. Jeronymo; *Chronica do principe D. João, de Damião de Goes*, traduzida em hespanhol; *Historia de Hespanha de Arpiano*, egualmente traduzida do latim; *Commentarios das Rimas de Camões*, tomos VI, VII e VIII; *Commentarios das Comedias e Prosas do mesmo autor*; *Fortuna e vida de Manuel de Faria e Sousa*; esta auto-biographia era dividida em 9 livros; *Notas ao poema da Ulysséa do doutor Gabriel Pereira de Castro; Notas a Cornelio Tacito traduzido por Manuel Soeiro*, escriptas á margem do exemplar d'esta obra.

Faria e Sousa *(Pedro de)*. N. no Porto em 1617, e era filho de Manuel de Faria e Sousa, e de sua mulher, D. Catharina Machado. Acompanhou seus paes a Madrid, e depois a Roma, e ao regressar a Madrid, estudou humanidades. Preferindo seguir a carreira das armas, e não a das letras, como seu pae, obteve uma companhia de infantaria, recebendo o posto de capitão. Casou em 1644, e depois do fallecimento de seu pae, passou a Portugal em 1651, sendo muito bem recebido em Lisboa por D. João IV (V. *Faria e Sousa, Manuel de)*, que lhe concedeu, por alvará de 9 de março do mesmo anno, um logar de justiça e uma tença de 50$000 réis, paga das rendas do reguengo de Aguiar. Em 1667, depois de ter alcançado licença para a publicação das obras de seu pae, foi preso, e encarcerado na cadeia do Limoeiro, chegando a ser sentenceado a degredo para o Brazil (V. *o artigo antecedente)*. Parece que a prisão fôra motivada por se ter envolvido nas contendas politicas de que resultou a queda e prisão de D. Affonso VI. Vendo-se encarcerado, requereu a D. Pedro II, pedindo que lhe désse a liberdade para poder continuar a publicação das obras de seu pae, que encetara no mesmo anno em que recebera autorisação e em que fôra preso. O requerimento foi deferido, sendo Pedro Faria e Sousa restituido á liberdade, mas ficando com a cidade de Lisboa por homenagem. Em 1677

tratava com o editor Craesbeeck de Mello a impressão dos *Commentarios das Rimas de Camões*, 8 volumes dos muitos manuscriptos que trouxera de Hespanha, mas levantaram-se grandes obstaculos que fizeram addiar a publicação para muito mais tarde (*V. o artigo antecedente).* Depois não se tornou a encontrar o seu nome, ignorando-se a data e o local do fallecimento. Deixou manuscripto um *Poema sobre aacclamação deD João IV.*

Faria e Sousa *(Sebastião Leite de).* Doutor em Canones, deputado da inquisição de Evora. Escreveu : *Panegyrico ao serenissimo senhor* D. *Joseph, Inquisidor geral d'estes reinos, no dia da sua augusta posse*, Lisboa, 1758.

Farias (*Ladeira das*). Ilha Terceira; pov. na freg. de S. Bento, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Fariginhas. Pov. na freg. de S. Pedro e conc de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Faril ou Farilhe. Povoação na freguezia de S. Pedro, de Canidello, concelho de Villa do Conde, districto do Porto. Tem caixa postal.

Farilhões. Ilhas do Oceano Atlantico, pertencentes ao grupo das Berlengas, defronte do promontorio de Peniche. Ficam situadas a NO da Berlenga, denominando-se a maior, Farilhão Grande. V. *Berlengas.*

Farim. Pov. presidiada e freg. de N. S.ª da Graça, do conc. de Cacheu, com. de Bissau, prov. da Guiné e bisp. suffraganeo de Cabo Verde, Africa Occidental, na margem esquerda do rio de S. Domingos ou de Cacheu, a 300 k. da foz e em territorio mandinga de Farim-Braço ou imperador O verdadeiro nome, mas pouco usado, é *Tubabodaga* (aldeia de brancos), que tal é a traducção do termo indigena. Como o gentio estraga ou rouba as colheitas, a grande area de charneca que a freguezia comprehende, não tem sido aproveitada. Farim é posição estrategica e commercial de grande importancia, sendo ponto de transito dos negros que vão ao Gambia e ao Senegal permutar ouro em pó, marfim e outros generos por fazendas e mercadorias diversas. Tem decaido muito do seu valor pela concorrencia do estabelecimento francez do Sello, situado a pouca distancia. Tem exportação de couros, cera, marfim, pelles e algum ouro em pó; e importação de tabacos, sal, colla, prata, cobre, missanga, armas e polvora. O territorio é muito fertil; poucas plantações de algodão. Farim é o limite da navegação do rio do mesmo nome, o qual, defronte do presidio, ainda mede 3 m. de profundidade, sendo innavegavel d'aqui para cima. || Rio do conc. de Cacheu, provincia da Guiné, Africa Occidental. Tem por confluente o pequeno braço ou rio chamado Armada, cuja navegação e commercio fôram reservados aos portuguezes por tratados com os pretos nagas. O rio Farim é o mesmo que de S. Domingos.

Farim Braço. Extenso reino de mandingas no sertão do conc. de Cacheu, prov. da Guiné, Africa Occidental. V. *Mandinga.*

Farim Cabo. Reino de mandinguas no sertão da provincia da Guiné, Africa Occidental. V. *Mandinga.*

Farim Cocolis. Reino de mandingas no sertão da Guiné. V. *Mandinga.*

Farim-Landim. Reino de mandingas no sertão da prov. da Guiné. V. *Mandinga.*

Farinha. Familia que procede de D. Aniam da Estrada, um dos companheiros do conde D. Henrique, pae do primeiro rei de Portugal, natural das Asturias e senhor de Goes, d'onde tambem procede este appellido. Tomaram o de Farinha, por serem possuidores d'uma quinta d'este nome, situada no julgado de Penacova, junto da aldeia de Paradella. Tem por armas, em campo azul nove besantes de prata em santor, e nos quatro angulos quatro cruzes de ouro floridas e vasias; timbre, seis espigas de trigo de ouro atadas com um torçal azul.

Farinha *(Affonso Peres).* Prior dos hospitalarios. Depois de ter auxiliado D. Affonso III a concluir a conquista do Algarve, assim como ajudara D. Sancho II a começal-a, passou a ser um dos validos e conselheiros de D. Affonso III, sendo um dos tres ministros que por sua morte deixou a seu filho, el-rei D. Diniz, para o ajudarem a vencer as primeiras difficuldades do governo do reino. Os outros dois ministros eram D. Durando, bispo de Evora (V. *Durando, D.*), e João Peres de Aboim, mordomo d'el-rei. V. *Aboim (João Peres de).*

Farinha *(Bento José de Sousa).* Professor de philosophia, bibliothecario da Bibliotheca Real d'Ajuda, escriptor, um dos primeiros socios que teve a Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. em Evora, ou pelo menos foi lá que se creou desde creança; fal. em Lisboa em junho de 1820, em edade muito avançada. Dedicando-se ao magisterio, exerceu-o como particular, em Evora durante 13 annos; e sendo depois nomeado professor regio de philosophia, leccionou nas cadeiras de varias cidades do reino, até que o cardeal patriarcha de Lisboa o nomeou seu delegado e encarregado do governo espiritual e temporal do seminario ou collegio de N. S.ª da Conceição em Santarem. D'ali passou a professor regio tambem de philosophia no antigo estabelecimento denominado do Bairro Alto de Lisboa; exercendo ao mesmo tempo o logar de bibliothecario da Bibliotheca Real d'Ajuda, e possuindo um beneficio na egreja de S. João Baptista, de Coruche. Escreveu : *Lições de Logica, feitas para uso dos principiantes, por Antonio Genuense, traduzidas em linguagem*, Lisboa, 1785; fôram reimpressas varias vezes, sendo a ultima edição conhecida, em 1828; *Elementos de Philosophia moral de João Gottlieb Heinecio, tiradas do latim em linguagem da edição de 1765*, Lisboa, 1785; *Collecção das antiguidades de Evora, escriptas por André de Rezende, Diogo Mendes de Vasconcellos, Gaspar Estaço, Fr. Bernardo de Brito e Manuel Severim de Faria*, etc. Lisboa, 1785; n'esta collecção ha de Farinha, além da dedicatoria ao Senado de Evora, a traducção da *Vida de André de Rezende*, tirada do latim, bem como a do livro do *Municipio Eborense,* de Diogo Mendes de Vasconcellos; *Filosofia de Principes, apanhada das obras de nossos portuguezes*, Lisboa 3 tomos; o 1.º em 1786, o 2.º em 1789 e o 3.º em 1790; n'esta collecção, que ficou interrompida, ha só escripto pelo collector um pequeno prologo á frente do tomo 1.º, tudo o mais são obras, ou extractos de Lourenço de Caceres, D. Aleixo de Menezes, D. Fr. Amador Arraes, D. Jeronymo Osorio, João Affonso de Beja, Sebastião Cesar de Menezes, etc. *Lições de Metaphysica, feitas para uso dos principiantes por Antonio Genuense, traduzidas em portuguez*, Lis-

boa, 1790; ha varias reimpressões; *Dissertação sobre o uso da liberdade do homem, feita em 1785*; saiu no *Jornal Encyclopedico*, em agosto de 1789; *Dissertação sobre a insufficiencia da lei natural, e prelecção sobre o cap. 6.º da Theologia natural de Antonio Genuense*, saiu no mesmo jornal em setembro, outubro e novembro do referido anno; *Dissertação sobre a immortalidade da alma;* é trabalho incompleto; n'ella se comprehendem mais duas dissertações, das quaes a 1.ª versa sobre a *Evidencia* e a 4.ª sobre o *Quarto preceito do Decalogo*; *A ultima lição de philosophia, que deu aos seus discipulos em 30 de Junho de 1788;* vem no *Jornal Encyclopedico*, abril de 1790; *Ultima lição que deu aos seus discipulos em Junho de 1789;* no mesmo jornal, julho 1791; *Vaia primeira á barbaridade de alguns portuguezes;* diz-se que foi escripta em 1788, mas só appareceu publicada no referido *Jornal Encyclopedico*, de 1806, e vem o nome do autor; é uma especie de defeza, ou contestação ás criticas que se lhe faziam pelo seu empenho de arremedar os antigos classicos; *Cordeaes sentimentos expostos por occasião do feliz nascimento do Serenissimo Principe da Beira*, Lisboa, 1795; *Oração gratulatoria por occasião do nascimento da Sereníssima Senhora Infanta D. Maria Izabel;* inserta n'um opusculo que saiu com o titulo: *Sessão Academica no faustissimo nascimento da Serenissima Senhora, etc., celebrada no Real Collegio de N. S.ª da Conceição da villa de Santarem*, Lisboa, 1799; *Collecção das orações philosophicas de Bento José de Sousa Farinha*, Lisboa 1791; ficou incompleta; *Summario da Bibliotheca Lusitana*, Lisboa, 1786 e 1788, 3 tomos, seguidos de um 4.º que se intitula *Bibliotheca Lusitana— Escolhida;* é um resumo da grande *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado. Deixou em manuscripto: *Dialogo sobre a lingua portugueza, em que são interlocutores João, avô, e Julio neto; escripto em 1794;* foi publicado por José de Freitas Amorim Barbosa, em 1849; *Analyse da Epistola aos Pisões, vulgo Arte poetica de Quinto Horacio Flacco; feita em 1801*, seguida das *Analyses de algumas orações de Cicero*, formando tudo um volume. Reimprimiu muitos livros antigos e raros. Na *Bibliotheca de Evora*, segundo consta, existem autographos, as suas cartas escriptas a D. Fr. Manuel do Cenaculo, em numero de 21, datadas de 1777 a 1792.

Farinha Pôdre. Antigo concelho assim denominado, que se supprimiu em 31 de dezembro de 1853. (*V. S. Paio de Farinha Pôdre* e *S. Pedro d'Alva*,) do conc. e com. de Penacova, distr. e bispado de Coimbra.

Farinha Velha. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, do Vimieiro, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Farinhas. Pov. na freg. de Santa Maria, de Nine, conc. de V. N. de Famalicão distr. de Braga.

Farinheiro (*Casal do*). Na freg. de S. Matheus, de Erra, conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Farinho. V. *Faro do Alemtejo.*

Farmangola. Pov. na freg. de N. S.ª da Alva e conc de Aljezur, distr. de Faro.

Farminhão. Povoação e freg. de N. S.ª da Luz, da prov. da Beira Alta, conc., com. e distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 1:018 hab. e 253 fog. Tem escolas para ambos os sexos, correio, permutando malas com S. Miguel do Outeiro, e est. do caminho de ferro, no ramal de Vizeu a Santa Comba Dão, entre as de Parada de Gouta e de Torre d'Eita. A pov. dista 14 k. da séde do conc. Até 1855 foi do conc. de S. Miguel do Outeiro, que n'esse anno se supprimiu. O vigario d'esta freg. apresentava o cura, que tinha 10$500 réis e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Faro. Familia que procede da Casa de Bragança; os descendentes de D. Affonso, conde de Faro, filho do 2.º duque de Bragança, D. Fernando I, é que tomaram este appellido, sendo, D. Fernando, filho do referido conde, o primeiro que d'elle usou. As suas armas são: em campo de prata uma aspa vermelha com cinco escudos das quinas de Portugal sem a orla dos castellos: timbre, um cavallo de prata nascente bordado de ouro com correias vermelhas e tres lançadas no pescoço vertendo sangue.

Faro *(D. Affonso, conde de)*. Senhor das terras de Riba de Vouga e do julgado do Eixo, Oies, Paos e Villarinho; alcaide-mór de Extremoz e de Elvas; senhor da villa de Aveiro e da dizima do pescado da mesma villa e da de Faro, e das pensões dos tabelliães de Silves, senhor das villas de Vimieiro, Mortagoa e outras, frouteiro-mór das suas terras, adeantado de entre Tejo e Guadiana, e do reino do Algarve, etc. Era 3.º filho do 2.º duque de Bragança, D. Fernando I, e de sua mulher, a duqueza D. Joanna de Castro, filha de D. João de Castro, senhor do Cadaval e d'outras terras. A alcaidaria de Extremoz fôra doação feita por seu pae, assim como as rendas que possuia na referida villa e que tinham pertencido ao condestavel D. Nuno Alvares Pereira, seu avô materno, com todos os privilegios e liberdades de nomearem alcaide, almoxarife e escrivão com a mesma jurisdicção que tinham no tempo do seu pae e do seu avô. D. Affonso casou em 1645 com D. Maria de Noronha, filha e herdeira do conde de Odemira, D. Sancho de Noronha, e da condessa sua mulher, D. Mecia de Noronha, os quaes dotaram sua filha com o senhorio de Aveiro e de Vimieiro, o castello d'Elvas com o seu reguengo, e o castello de Extremoz com todos os mais bens que os condes tinham da Corôa, e na mesma fórma que os possuiam, reservando em sua vida o usofructo das referidas terras e suas jurisdicções. A condessa D. Mecia ainda deu á filha a terra de Mortagoa e outras. Todas estas doações e dadivas fôram confirmadas pelo monarcha, por carta escripta de Portalegre, a 15 de junho do citado anno de 1465. Em 1463, quando D. Affonso V, pretendendo augmentar as suas conquistas em Africa, tão auspiciosamente começadas pelo seu avô D. João I, com a tomada de Ceuta, partiu para Tanger, empresa em que foi mal succedido, o duque de Bragança acompanhou-o levando comsigo seu filho D. Affonso, que egualmente esteve na conquista da praça d'Arzilla em 1471. Quando no anno de 1475 D. Affonso V entrou em Castella e se celebraram os seus desposorios com a rainha D. Joanna, sua sobrinha, conhecida na historia pela *Excellente Senhora* (V. *Affonso V*), o exercito, que acompanhava o monarcha, ia dividido em alas, sendo uma d'ellas commandada por D. Affonso, que já então tinha o titulo de conde de Faro. Na batalha de Toro tambem esteve commandando a ala direita, que sustentou brilhantemente, concor-

rendo muito para a victoria. Depois de celebrada a paz, e ordenadas as terçarias, foi o conde D. Affonso um dos nomeados para a segurança dos contratos. Indo o soberano a França pedir soccorro a Luiz XI, por causa das questões suscitadas ácerca da successão do throno de Hespanha, tambem levou em sua companhia o conde de Faro. Este titulo fôra concedido em 22 de maio de 1469, sendo-lhe na mesma data feita doação de todos as rendas de Faro, direitos, castello e padroado das egrejas, na mesma fórma que a Corôa havia possuido, com as clausulas que se liam na citada doação. Depois mandara-lhe passar carta de assentamento da quantia de 400$000 réis, referentes ao titulo de conde, datada de 18 de junho do mesmo anno, accrescentando-lhe o que já tinha anteriormente, na qual se diz: « *havendo respeito aos muitos serviços, que temos recebido de D. Affonso, conde de Faro* (ou Faram), *meu muito amado sobrinho, e querendo-lhe galardoar em alguma parte, como a nós cabe, temos por bem, etc.*» Os moradores de Faro, não querendo sair do dominio da Corôa, contradisséram fortemente esta mercê, supplicando ao rei, que não a alienasse da Corôa pelas razões que expozeram, sendo entre ellas a do juramento que elle fizera de não a passar a outro poder, porém o rei, querendo satisfazer os requerimentos do novo conde. recorreu á Santa Sé Apostolica para relaxação do juramento, o que lhe foi concedido pelo pontifice Paulo II por uma bulla passada em Roma a 12 de junho de 1471, e asim ficou o conde de posse da villa em quanto viveu, porque nos seus successores continuou aquelle titulo, sendo então substituido pelo de conde de Odemira. D. Affonso V ainda lhe concedeu outras mercês, como a que lhe fez de Santarem, a 16 de fevereiro de 1471, que nas cidades, villas e logares, em que tinha rendas e direitos em seus reinos, tivesse os privilegios que tinha o duque seu pae; a mercê de revogar todos os capitulos das côrtes geraes e especiaes, ou outras determinações que se tivessem promulgado, contra as doações, graças, privilegios e mercês, que o conde gozava. A carta a este respeito tem a data de 20 de outubro de 1475, e é escripta em termos muito elogiosos. O cargo de fronteiro-mór de todas as suas terras, mercê que seu pae já havia tido, foi-lhe concedido por carta passada em Toro a 22 de abril de 1476. N'este anno, estando el-rei no Porto, lhe concedeu a 31 de julho a mercê da apresentação dos officios de todas as suas terras, e por outra carta, escripta no mesmo dia e anno, lhe ampliou esta graça concedendo á condessa D. Maria de Noronha, sua mulher, a faculdade de, na ausencia de seu marido, provêr todos os officios que vagassem nas suas terras, e os pudesse remover e tirar como lhe approuvesse. Deu tambem ao conde de Faro, por carta passada em Lisboa, a 22 de abril de 1478, a dizima do pescado de Faro e as pensões dos tabelliães de Silves. Ainda n'esse anno lhe concedeu o poder apresentar o officio de coudel de Extremoz na pessoa que julgasse competente para exercer aquelle logar; esta carta foi escripta de Montemór-o-Novo, a 22 de maio de 1478. Infelizmente, depois da morte de D. Affonso V, incorreu na indignação de D. João II, por causa da conjuração que levou ao cadafalso seu irmão o duque de Bragança, D. Fernando II, o que o obrigou a refugiar-se em Castella com os outros seus irmãos, sendo recebido pelos reis catholicos com as honras devidas á sua elevada gerarchia. O conde de Faro era justamente considerado sem crime, receando, porém, o aspero caracter de D. João II, conservou-se em Andaluzia, julgando que fôsse esquecido, mas ainda menos pensou em voltar á patria, ao saber que se procedera contra elle em Portel, fazendo-o réo como cumplice de seu irmão. Afinal veiu a fallecer em Sevilha em 1483, no mesmo anno em que o duque seu irmão foi decapitado em Evora.

Faro *(D. Affonso Henriques de).* Copeiro-mór do principe D. João, filho de D. João III e pae de el-rei D. Sebastião; deão da capella real, etc. Eram seus paes D. Fernando, 3.º senhor de Vimieiro e filho do conde de Faro D. Affonso, e D. Izabel de Mello. Fallecendo seu irmão D. Sancho, resolveu seguir a vida ecclesiastica El-rei D. Sebastião lhe fez mercê, em 1568, d'uma pensão de 400$000 réis no bispado de Vizeu, sendo depois tambem eleito deão da real capella. Fallecendo este monarcha, D. Affonso Henriques de Faro seguiu o partido de D. Antonio, prior do Crato, de que resultou ser preso e encarcerado no castello de S. Jorge, de Lisboa, e depois transportado para Madrid, onde falleceu.

Faro *(Fr. André de).* Religioso franciscano dos capuchos da provincia da Piedade. Tomou o appellido de Faro, por ter nascido na cidade d'este nome. Era filho de Pedro Martins Rolão e de Maria André. Professou em 20 de abril de 1656. Foi missionario na Guiné, para onde partiu em 7 de maio de 1662, e dos trabalhos que passou e do muito que soffreu, deixou noticia n'uma *Relação historica da missão do reino de Guiné*, que não chegou a imprimir-se. Regressando a Portugal governou alguns conventos, e falleceu em Beja em 1678.

Faro *(D. Diniz de).* Commendador de Santa Eulalia de Moras na ordem de Christo, mercê concedida por D. João III em 1551. Era 2º filho de D. Fernando, 3.º senhor de Vimieiro, e de sua mulher D. Izabel de Mello. Casou com D. Luiza Cabral, filha de João Alvares Caminha. Falleceu a 12 de dezembro de 1579.

Faro *(D. Diniz de Faro, 2.º conde de).* Commendador de Santo André de Moraes e d'outras terras na ordem de Christo. Era filho do 1.º conde de Faro, D. Estevão de Faro, e de sua mulher, D. Guiomar de Castro. Succedeu na casa e no titulo de seu pae. Em 1619, quando Filippe III, de Hespanha, passou a Portugal, fazendo entrada solemne em Extremoz, o conde de Faro levou de redea o cavallo em que elle montava, na ausencia do conde d'Odemira, D. Sancho de Noronha, seu parente, a quem pertencia esta ceremonia como alcaide-mór d'aquella villa. Falleceu ainda muito moço, em 1633, e foi o ultimo conde de Faro. Casou com D. Magdalena de Lencastre, 1.ª filha dos 3.ºˢ duques de Aveiro, D. Alvaro e D. Juliana de Lencastre. O rei Filippe IV confirmou o casamento pelo alvará de 7 de fevereiro de 1630. Teve uma unica filha, D. Julianna, que herdou o titulo de condessa de Faro, sendo depois duqueza de Caminha pelo seu casamento com o 2.º duque d'este titulo, D. Miguel Luiz de Menezes. V. *Caminha.*

Faro *(Diocleciano Leão de Brito Cabreira, 1º barão de).* Tenente-general do exercito, governa-

dor militar do Algarve, etc. N. em Faro a 15 de agosto de 1772, e fal. em Londres a 4 de outubro de 1839. Era filho de José Cabreira de Brito Alvellos Drago Valente, sargento-mór de ordenanças, em Faro, proprietario do officio de feitor e recebedor da alfandega de Villa Real de Santo Antonio, casado com D. Izabel Urdes Barreto. Em outubro de 1778, tendo apenas 6 annos, foi-lhe concedida dispensa de edade, para assentar praça de cadete no regimento de artilharia do Algarve. Alguns annos depois, quando uma parte do nosso exercito embarcou, indo prestar auxilio aos hespanhoes na lucta contra os francezes, o cadete Cabreira offereceu-se para entrar n'essa expedição. Assistiu então a varias acções e combates no Roussillon e na Catalunha, e tendo ficado prisioneiro n'um d'esses recontros, voltou a Portugal no fim da campanha, sendo pouco depois despachado segundo tenente, e promovido a primeiro tenente em novembro de 1800. Tomou parte na breve campanha de 1801. Quando os francezes invadiram Portugal em 1807, achava-se destacado na bateria do sul do Tejo, e em abril de 1808 emigrou para Inglaterra. Constando lhe mezes depois que o povo portuguez se dispunha a livrar-se do jugo dos invasores, preparou-se para recolher á patria, mas tratando-se n'essa occasião de organisar a leal legião lusitana, tomou o commando da 1.ª companhia de artilharia do 1.º batalhão, e á frente d'essa força embarcou para o Porto, tendo sido promovido a capitão a 10 de setembro do referido anno de 1808. Trabalhando zelosamente em organisar e disciplinar a brigada de artilharia da legião, teve o posto de major, sendo nomeado seu commandante em dezembro, entrando com ella em diversas batalhas da guerra da peninsula, distinguindo se em Ciudad-Rodrigo, Barba de Porco, Ponte de Alcantara e Talavera de la Reyna. Em 1820 já era coronel, quando se estabeleceu o governo constitucional; foi encarregado do governo das armas do Algarve, recebendo n'esse anno ainda a graduação de brigadeiro. Quando em 1823 caiu o governo liberal, emigrou para Hespanha, e em julho d'esse anno foi riscado do exercito, sendo reintegrado em 1826, depois da outorga da Carta Constitucional. Estava commandando o deposito de emigrados hespanhoes, quando o infante D. Miguel chegou a Lisboa, e prevendo que seria muito arriscado demorar-se em Portugal, partiu para Inglaterra. Sabendo depois que alguns emigrados iam reforçar a guarnição da Madeira, offereceu se a acompanhal-os na qualidade de soldado, marchando com elles para Falmouth; n'essa cidade recebeu um officio do marquez de Palmella, convidando-o a que na viagem ficasse com alguns officiaes na ilha Terceira se o governo, ali estabelecido, assim o julgasse conveniente ou necessario. A fragata brazileira *Izabel*, onde embarcou, chegou aos Açôres em 6 de setembro de 1830; mandou-se então a terra os tenentes Antonio Cesar de Vasconcellos Correia, depois conde de Torres Novas, e José Maria Taborda, para colherem as precisas informações ácerca do estado do espirito publico da ilha, dos meios de defeza e das necessidades do governo provisorio estabelecido em Angra do Heroismo. Depois da volta d'esses officiaes, congregou-se um conselho a bordo da fragata para deliberar sobre o que se deveria fazer, e ouvidas as informações, decidiu-se que a ilha estava em condições de se defender contra as hostilidades do partido miguelista, mas o brigadeiro Cabreira, sem se importar com o parecer dos camaradas, declarou positivamente que desembarcaria para assumir o governo das armas da Terceira, compromettendo-se a defender a ilha emquanto pudesse. Chegando a terra tomou logo conta do governo das armas, tendo depois a presidencia da junta provisoria organisada em Angra do Heroismo, cargo que exerceu até 1831, mas, em consequencia de discordias que occorreram, resignou todos os cargos em que estava revestido, e deixou os Açôres no principio do anno de 1832, dirigindo se para Inglaterra. As desavenças que se deram entre os emigrados, o impediram de vir juntar os seus esfôrços aos dos valentes defensores do Porto, e só a 27 de janeiro de 1833 é que pôde desembarcar na Foz com os generaes Saldanha e Stubbs. Sendo logo encarregado da inspecção do pessoal e material da artilharia do exercito libertador, foi em abril incumbido da difficil e espinhosa missão de fiscalisar o desembarque de generos e mais objectos na Foz. Acompanhou a expedição que saiu do Porto para o sul do reino ás ordens do duque da Terceira, e quando as tropas desembarcaram em Cacella, foi nomeado inspector de todas as praças e fortes do Algarve, e bem assim encarregado da inspecção dos batalhões nacionaes, que então ali se organisaram. Em 11 de agosto do referido anno de 1833 foi encarregado do governo das armas do Algarve, sendo a 15 d'esse mez agraciado com o titulo de barão de Faro, em recompensa dos serviços que prestara á causa liberal. Ainda exerceu depois algumas commissões importantes, como as de commandante do arsenal do exercito, commandante geral da artilharia e commandante da fôrça armada da capital e da linha de defeza d'esta cidade em julho de 1837. Em outubro seguinte teve a sua reforma no posto de tenente-general; retirou-se então para Londres, onde casára durante a emigração em 29 de julho de 1831 com D. Efigenia Maria, viuva de João Miguel Caffary, e ali falleceu. O barão de Faro era do conselho da rainha D. Maria II, commendador da ordem de S. Bento de Aviz, condecorado com as medalhas de campanha das guerras do Roussillon, Catalunha, e Peninsular e deputado no congresso constituinte de 1837.

Faro *(D. Diogo de)*. Foi o 3.º conde de Vimieiro. V. *este titulo*.

Faro *(D. Estevão de Faro, 1.º conde de)*. Commendador das commendas de S. Salvador de Joannes, Santo André de Moraes, Santa Maria de Quintella, e S. Matheus de Sardoal da ordem de Christo, védor da fazenda, conselheiro de Estado dos reis Filippe III e IV, de Hespanha, etc. Era 2.º filho de D. Diniz de Faro, e de sua mulher, D. Luiza Cabral. Por ter fallecido seu irmão mais velho, D. João de Faro, succedeu na casa de seu pae e no morgado que pertencia a sua mãe. Foi védor da fazenda na repartição da India, e depois na repartição da Africa, logares que exerceu com a maior competencia. Deixou estes cargos em 1614 para assistir ao conselho de Estado em logar do conde meirinho-mór D. Duarte de Castelbranco. No anno de 1616 passou a Valladolid, onde então estava a côrte de Hespanha, sendo ali recebido por el-rei com a maior deferencia. Permaneceu n'aquella côrte assis-

tindo ao conselho de Estado até 1617, anno em que regressou á patria. Filippe III o agraciou com o titulo de conde de Faro, dando-lhe novamente o logar da fazenda de Portugal. Tambem assistiu ás côrtes que se celebraram em Lisboa em 1619 Falleceu a 12 de fevereiro de 1628. Casou com D. Guiomar de Castro, filha de D. João Lobo da Silveira, 4.º barão de Alvito, e de sua mulher, D. Leonor Mascarenhas, filha de D. João Mascarenhas, capitão dos ginetes de D. Manuel e de D. João III, e alcaide-mór d'Alcacer do Sal. D'este consorcio houve D. Diniz de Faro, que foi o 2.º e ultimo conde de Faro.

Faro *(D. Fernando de)*. Commendador de Fonte Arcada, 6.º senhor de Vimieiro, das villas de Alcoentre, Tagarro, etc. Era filho do 1.º conde de Vimieiro, D. Francisco de Faro, e de sua mulher, D. Marianna de Sousa Guerra, filha de Pedro Lopes de Sousa, senhor de Alcoentre, Tagarro, e das capitanias de Sant'Anna e de S. Vicente do Brazil, alcaide-mór de Rio Maior, etc., e de sua mulher, D. Anna Guerra. Serviu na guerra d'Africa, e depois na de Flandres. Casou com D. Thereza Antonia Maurique de Mendonça e Lara. Julga-se que fallecesse em 1641.

Faro *(D. Fernando de)*. Desembargador da Casa da Supplicação, deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, para quefoi eleito a 13 de agosto de 1703 N. em Lisboa em abril de 1668 e fal. em Vimieiro a 14 de outubro de 1714. Era filho de D. Diogo de Faro e Sousa, 7.º senhor de Vimieiro, e de sua mulher, D. Francisca Maria de Menezes, filha de Gaspar de Faria Severim, secretario das mercês de D. João IV. Seguiu a vida ecclesiastica; D. João V o elegeu bispo de Elvas em 1714, sendo sagrado na egreja de S. Francisco a 10 de julho d'este anno pelo cardeal da Cunha, e tomou posse do bispado por seu procurador em 14 do referido mez, porém não chegou a governar, porque antes de entrar em Elvas, falleceu na villa de Vimieiro, conforme dissémos.

Faro *(D. Fernando Telles de)*. Capitão de cavallos, governador da praça de Campo Maior, embaixador na Hollanda, etc. N. em Lisboa, e fal. em Flandres em 1670. Era filho de Braz Telles de Menezes, senhor da villa de Lamarosa, commendador de S. Romão de Moura e de N. S.ª de Campanhã da ordem de Christo, capitão-general de Mazagão e de Ceuta, e de D. Catharina Maria de Faro, sua terceira mulher, filha e herdeira de D. Fernando de Faro Henriques, senhor de Santarem, commendador de Santa Maria, de Almendra, e de D. Joanna de Gusmão. Succedeu na casa de seu pae, em todas as referidas commendas, succedeudo tambem na casa de seu avô materno, e no senhorio da villa e morgado de Carvalho por nomeação da camara de Coimbra, por ser bisneto de Alvaro de Carvalho, instituidor do dito morgado. D. Fernando Telles de Faro distinguiu-se em Mazagão, para onde fôra com seu pae em 1614, sendo depois transferido para a praça de Ceuta, exercendo ali o logar de governador até lhe succeder D. Francisco d'Almeida. Mais tarde, em Flandres, tambem deixou perpetua memoria nas campanhas a que assistiu. Regressando a Portugal em 1640, foi um dos fidalgos que mais se distinguiram na acclamação de D. João IV, servindo depois na guerra da restauração de Campo Maior em 1647. Passou depois a servir no Brazil na guerra contra os hollandezes, como mestre de campo. Em 1659, a rainha regente, D. Luiza de Gusmão, o nomeou embaixador em Hollanda para ajustar pazes com aquelles Estados, porém D. Fernando Telles de Faro, esquecendo a illustre familia a que pertencia, e a fidelidade jurada ao seu verdadeiro principe, entregou com grande injuria para a patria, a delicada commissão de que o tinham encarregado, ao ministro de Hespanha, passando ao serviço do monarcha castelhano, que em premio da traição lhe deu o titulo de conde de Arada, e assim partiu para Flandres, onde falleceu. Em Portugal foi degolado em estatua na praça do Rocio, sendo depois queimada a estatua. Era casado com D. Marianna de Noronha, filha e herdeira de Christovão Soares, commendador de S. Cosme e Damião de Azere, e de S. Pedro de Merlim da ordem de Christo, do conselho de Filippe IV, de Hespanha, e seu secretario de Estado de Portugal, e de D. Catharina de Noronha. Escreveu: *Manifesto em que pretende justificar as causas da sua perfidia; Arbol genealogica y resumen breve de la varonia de Fernando Telles de Faro.* Madrid, anno de 1661.

Faro *(D. Francisco de)*. Foi o 1.º conde de Vimieiro. V. *este titulo.*

Faro *(D. Francisco de)*. Foi o 7.º conde de Odemira. V. *este titulo.*

Faro *(D. Francisco de)*. Commendador de Fonte Arcada na ordem de Christo, 4.º senhor de Vimieiro, vèdor da fazenda de D. João III e do seu conselho, vèdor da fazenda do principe D. João, seu filho, e depois d'el-rei D. Sebastião, seu neto, e do conselho de Estado, logares que occupou ainda no tempo do cardeal-rei D. Henrique. Era filho de D. Fernando de Noronha e de D. Isabel de Mello. D. Francisco deixou o appellido de Noronha, preferindo o de Faro, querendo perpetuar nos seus descendentes a memoria de seu avô, o conde de Faro, D. Affouso. O arcebispo de Saragoça, D. Fradique de Portugal, instituiu um morgado, de que gozou D. Francisco de Faro, e se conservou na sua descendencia. Succedeu em toda a importante casa de seu pae. Ainda muito moço, conforme o uso da côrte n'aquella epoca, começou a servir no paço como moço fidalgo em 1530, de que se lhe passou alvará a 2 de outubro d'este anno, e quando já tinha edade para cingir uma espada, foi accrescentado a fidalgo escudeiro com a moradia de 5$500 réis e alqueire e meio de cevada por dia, por alvará de 9 de agosto de 1538. Passou a servir na Africa com muitos homens á sua custa, dando mesa a muitos fidalgos; achou-se no cêrco de Safim, onde foi armado cavalleiro, e depois na celebre expedição de Carlos V contra Tunis em 1535, acompanhando o infante D. Luiz, filho de D. Manuel e irmão de D. João III. D. Francisco de Faro foi depois accrescentado a fidalgo cavalleiro, em attenção de ter sido armado cavalleiro no sitio de Safim, e se lhe deu moradia de 7$250 réis, de que se lhe passou alvará a 25 de outubro de 1567. D. Sebastião o mandou a Hespanha como embaixador a Filippe II. O alvará, que nomeava D. Francisco de Faro vèdor da fazenda do principe D. João, foi passado em Almeirim a 5 de fevereiro de 1551, logar que já havia exercido junto d'el-rei D. João III. O de vèdor de D. Sebastião tem a data de Lisboa, de 8 de julho de 1562; outro alvará passado em Almeirim a 13 de fevereiro de 1569, lhe

faz mercê d'umas casas n'esta villa. D. Francisco de Castro era muito estimado e muito considerado pela rainha D. Catharina, viuva de D. João III e regente do reino na menoridade de D. Sebastião. Falleceu em 1580, pouco antes do cardeal-rei D. Henrique. Casou tres vezes: a primeira com D. Mecia Henriques d'Albuquerque, senhora de Barbacena, dama da rainha D. Catharina, filha unica de Jorge d'Albuquerque, capitão de Malaca, e de sua mulher, D. Anna Henriques; casou segunda vez com D. Guiomar de Castro, dama da infanta D. Maria, irmã de D. João III, neta do 1.° conde de Cantanhede, D. Pedro de Menezes. Casou a terceira vez com D. Maria de Mendoça, viuva de D. Manuel de Lima, filha de Manuel Corte Real, capitão donatario da ilha Tereeira, e de sua mulher, D. Brites de Mendoça, dama da rainha D. Catharina.

Faro *(Frederico Leão Cabreira de Brito Alvellos Drago Valente, 1.° visconde de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão de seus maiores, do conselho do fallecido monarcha D. Luiz I; commendador da ordem de S. Bento de Aviz e commendador de numero extraordinario da ordem hespanhola de Izabel a Catholica; condecorado com a medalha de ouro por bons serviços e comportamento exemplar, e com a medalha de prata por valor militar; general de divisão reformado, etc. N. em Villa Real de Santo Antonio a 5 de julho de 1800, e fal. em Lisboa a 31 de outubro de 1880. Era filho de Severo Leão Cabreira de Brito e Alvellos Drago Valente, fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão a seus maiores; condecorado com a medalha por duas campanhas da guerra peninsular, e com a medalha distinctiva da restauração do Algarve em 1809, major de artilharia reformado; sua mãe era D. Francisca Isabel Fabrigas Vinhez Cabreira, natural de Barcelona; sobrinho do general Diocleciano Cabreira, barão de Faro, irmão de seu pae. Assentou praça de cadete no regimento de artilharia n.° 4, em Faro, a 17 de abril de 1816, e concluiu o curso da sua arma, tendo já o posto de tenente, em 11 de junho de 1823, curso em que obteve approvações plenas e dois premios. Passou depois a servir nos estados da India, onde exerceu os cargos de lente de mathematica e de director da Academia Militar de Gôa, desempenhando tambem as seguintes commissões: commandante de artilharia na mesma provincia, ajudante general do exercito da India, director de todas as praças e fortalezas e secretario geral do governo dos mesmos estados, governador das ilhas de Timor e Solor. Quando regressou a Portugal, foi encarregado de importantes commissões. Durante a guerra civil de 1846 a 1847 exerceu os seguintes cargos: governador do castello de S. Jorge, desde 6 de outubro até 5 de novembro de 1846 e secretario militar do duque de Saldanha. Foi tambem commandante da sub-divisão militar da ilha de S. Miguel, governador militar da praça de Valença, membro da antiga commissão para a inspecção e reforma do arsenal do exercito; presidente da commissão mixta luso-hispanica para regular os limites territoriaes dos dois paizes; commandante do material de artilharia na primeira divisão militar, commandante geral interino da mesma arma; commandante da divisão militar do Algarve, vogal do Conselho de Justiça Militar. Foi deputado em 1853, e em outras legislaturas. Seguindo a escala de antiguidade de serviço militar, teve a promoção de general de divisão em 11 de maio de 1870, sendo reformado n'este posto a 11 de setembro de 1872. O visconde de Faro casou tres vezes; a primeira, em 11 de abril de 1821, com D. Leonor de Loureiro Krusse, filha de Carlos Krusse, consul de Hollanda, de Dinamarca e Suissa, negociante do littoral do Algarve, e de sua mulher D. Gertrudes Valente de Loureiro Krusse; esta senhora falleceu em 1853. O segundo matrimonio, realisou-se a 30 de abril de 1868, com sua prima co-irmã D. Maria dos Remedios Alvares Correia de Lacerda Green Cabreira, viuva de João Anselmo de Vasconcellos, major de cavallaria, reformado. Fallecendo sua segunda mulher a 8 de agosto de 1868, realisou-se o terceiro matrimonio em 14 de abril de 1873, com sua prima D. Maria Carolina da Guarda Cabreira, filha de Thomaz Antonio da Guarda Cabreira, marechal de campo reformado. A ultima viscondessa de Faro sobreviveu a seu marido, mas já falleceu ha annos. Só do primeiro matrimonio é que teve geração. O titulo foi concedido por decreto de 1 e carta de 16 agosto de 1870. O brazão d'armas é o seguinte: um escudo esquartelado, tendo no primeiro quartel as armas dos Farias, em campo vermelho um castello de prata com portas e frestas de negro, entre duas flôres de liz do mesmo metal, e tres em chefe; no segundo as armas dos Alvellos, em campo vermelha cinco estrellas de ouro de oito raios postas em santor; no terceiro as armas dos Dragos, em campo vermelho, dois dragões de prata possantes com as cabeças voltadas para traz, armados de sanguinho, e postos em fugida; no quarto as armas dos Cabreiras, em campo de prata duas cobras negras gotadas de ouro passantes. A commenda da ordem de Aviz foi-lhe conferida em 1845, como remuneração de serviços distinctos prestados na India e em Timor; a carta de conselho pelos serviços prestados na batalha de Torres Vedras em 22 de dezembro de 1846, e a commenda da ordem de Izabel a Catholica, pelo governo de Hespanha em 1847, pelos serviços na guerra civil que terminou com a convenção de Gramido, assignada a 28 de junho d'este anno. O visconde de Faro foi collaborador da *Revista dos Açôres*, jornal publicado em Ponta Delgada no anno de 1851 e seguintes. Escreveu: *Ode aos faustissimos annos do ill.*^{mo} *de ex.*^{mo} *sr. Duque de Saldanha, em 17 de novembro de 1846;* saiu no *Diario do Governo* n.° 275, de 21 do referido mez; assignada com o nome de Frederico Leão Cabreira; *Instrucção dada pelo Vice-Rei Marquez de Alorna ao seu successor Marquez de Tavora*, precedida d'uma noticia historica ácerca do primeiro, e com a varias notas illustrativas; Gôa, 1836; *Memoria resultante do inquerito industrial nas ilhas de Timor e Solor*, a que fez proceder sendo governador das mesmas ilhas; vem no tomo III dos *Annaes maritimos e coloniaes*; *Memoria ou resumo historico da vida e serviços do ultimo vice-rei da India D. Manuel de Portugal e Castro*; impressa em Valença em folheto separado, e transcripta na *Voz do Alemtejo*, de novembro de 1860, e em outros jornaes; *A gruta de Camões em Macau*, inserta na 1.ª edição do *Camões*, de A. F. de Castilho, de pag. 291 a 296, *Pertinacia dos assedios antigos*, nota illustrativa á versão dos *Fastos* de Ovidio, por Castilho, tomo I, de pag. 597 a 604.

Ainda publicou em diversos jornaes muitas poesias, e escreveu uma obra importante, que parece não ter chegado a imprimir-se, mas de que saíram alguns fragmentos em diversos jornaes de Lisboa; a obra tem por titulo: *Noticias das ilhas de Timor e Solor*, contendo na primeira parte todas as noticias historicas que pôde colligir desde o descobrimento das mesmas ilhas pelos portuguezes até os nossos dias; na segunda as puramente geographicas e territoriaes de que teve conhecimento; e na terceira as do caracter, usos, costumes e superstições d'aquelles povos; tendo egualmente coordenado uma extensa carta-hydrographica das referidas ilhas, a qual existia no archivo do extincto conselho ultramarino, e se destinava a fazer parte da indicada obra.

Faro (*D. João de*). Era o 3.º filho do 3.º conde de Odemira, D. Sancho, e de sua segunda mulher, D. Angela Fabra. Trocou o seu appellido de Noronha pelo de Faro, em memoria de seu avô, D. Affonso, conde d'este titulo. Seguiu a vida militar na guerra d'Africa, em que muito se distinguiu. D. João III, em 1549, lhe fez mercê d'uma tença de 100$000 réis. Depois foi capitão de Safim, e falleceu n'uma batalha. Casou com D. Izabel Freire, filha de Manuel Freire de Andrade, e de D. Guimanesa de Brito.

Faro (*D. Fr. João de*). Bispo de Cabo Verde; religioso franciscano da provincia da Piedade. N. em Faro a 19 de janeiro de 1676, fal. a 21 de junho de 1741. Professou, quando contava 18 annos, a 6 de agosto de 1694. Era filho de Manuel Gomes Peitinho e de Maria Rodrigues. Foi guardião nos conventos de S. Antonio de Loulé, Tavira e Beja. Foi eleito em 16 de julho de 1738 bispo de Cabo Verde, sendo sagrado na Patriarchal de Lisboa pelo cardeal patriarcha D. Thomaz d'Almeida, a 5 de outubro do mesmo anno. Partindo para a sua diocese em 14 de janeiro de 1741, padeceu um terrivel naufragio, de que se salvou milagrosamente, ficando muito arruinado de saude, e pouco tempo depois falleceu. Era poeta latino apreciado, e muito perito nas linguas latina e franceza. Deixou algumas obras manuscriptas, em latim.

Faro (*D. José*). Freire professo da ordem de Aviz, doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, thesoureiro-mór da Real Collegiada de Guimarães, logar em que foi provido em 1757. Era filho natural de D. Diogo de Faro e Sousa, 3.º conde de Vimieiro e senhor da villa d'este nome, de Alcoentre, Tagarro e Quebradas; commendador de N. S.ª da Graça, da villa de Mora e de S. Ildefonso de Mont'Argil na ordem de Aviz, de S. André de Traens do Rio, na de Christo, e alcaide-mór de Rio Maior. Escreveu: *Elogio de Simão dos Santos, cavalleiro na ordem de Christo, sargento-mór de batalha, e governador da praça de Castello de Vide*, Lisboa, 1753.

Faro (*D. Sancho de*). Deão da capella real no tempo d'el-rei D. Sebastião, commendatario dos mosteiros de Ancede e de Pedroso, etc. Era filho de D. Fernando de Noronha, 3.º senhor de Vimieiro, mordomo-mór da rainha D. Catharina, e de sua mulher, D. Izabel de Mello. Tambem trocou o appellido de Noronha pelo de Faro, em memoria do conde d'este titulo, D. Affonso. Assistiu ás côrtes celebradas em Almeirim no anno de 1544, por D. João III, em que foi jurado successor da Corôa seu filho, o principe D. João. N'este acto orou brilhantemente, como dizem os seus biographos. Foi muito douto nos estudos de theologia. Sendo eleito bispo de Leiria, a morte não o deixou tomar posse d'esta dignidade. Falleceu em 1569. Escreveu: *Tratado da Segunda parte do Sacramento da Penitencia; que é confissão; com detestação dos sete peccados mortaes*, etc., Coimbra, 1547; *Tratado moral de louvores e perigos d'alguns estados seculares, e das obrigações que n'elles ha, com a exhortação em cada estado de que se trata, composto por D. Sancho de Noronha*, Coimbra, 1549; este frontispicio está ornado com uma cercadura, tendo na parte superior as armas portuguezas; no verso tem uma breve dedicatoria ao principe D. João, filho d'el-rei D. João III, e no fim da obra vem a approvação d'ella, feita pelo dr. Fr. Martinho de Lemos «*per commissam do cardeal dom Anrrique Inquisidor-mór em estes reynos de Portugal;*» *Oração nas Cortes que o muito alto e poderoso rey D. João III de gloriosa memoria fez em Almeirim, no anno de 1544, quando chamou os Tres Estados para o juramento do muito e muito excellente principe D. João, seu filho;* foi impressa juntamente com outras de D. Antonio Pinheiro, Lopo Vaz, Francisco de Mello e Gonçalo Vaz, em Lisboa, 1563.

Faro (*D. Sancho de*). Foi 6.º senhor de Vimieiro, Alcoentre, Tagarro, e de toda a mais casa de seu irmão D. Fernando, que não chegou a desfructar. Era filho do 1.º conde e 5.º senhor de Vimieiro, D. Francisco de Faro, e da condessa sua mulher, D. Marianna de Sousa Guerra. Nos seus primeiros annos seguiu a vida militar, embarcando nas armadas da costa, não só de Portugal, como de Castella, que então dominava este reino, com o general D. Fradique de Toledo. Achou-se na restauração da Bahia em 1625, sendo capitão de infantaria, e voltando a Portugal, passou a servir na guerra de Flandres. Os seus merecimentos fizeram com que o rei castelhano o agraciasse com o habito da ordem de Calatrava, dando-lhe uma boa pensão, porque n'esse tempo ainda não herdara a casa de seu irmão D. Fernando, que afinal não chegou a desfructar, como acima dissémos, porque estando em Flandres em 1640, quando se deu a acclamação de D. João IV, com os postos de capitão de cavallos e de mestre de campo de infantaria, falleceu pouco depois, antes de tomar posse da casa. Casou em Flandres com D. Izabel de Luna e Carcamo, filha de D. Alonso de Luna e Carcamo, mestre de campo general de Flandres, e de sua mulher, Ida de Sappogne.

Faro (*D. Sancho de*). Religioso carmelitano, prior dos conventos de Lisboa e de Collares. N. em Lisboa, e fal. em 1658. Era filho do 1.º conde de Faro, D. Estevão de Faro, e de sua mulher, D. Guiomar de Castro. Instruido nas letras humanas, entrou como porcionista no collegio de S. Pedro, da Universidade de Coimbra a 21 de novembro de 1627, mas deixando o mundo, fez-se religioso carmelita no convento de Lisboa a 26 de outubro de 1628, professando solemnemente a 8 de maio de 1630. No collegio de Coimbra estudou philosophia e theologia, sendo apreciado prégador. Em 1639 foi nomeado prior do convento de Collares, e definidor da provincia, e por commissão do geral da sua ordem, Fr. João Antonio Filippino, foi commissario visitador e re-

formador geral da sua provincia, cargos que occupava em 1650. Depois foi prior do convento do Carmo, de Lisboa. Em negocios da sua ordem, esteve em Roma, e ali falleceu, desastrosamente, resultado d'uma queda que deu, caiudo d'uma varanda no convento de S. Martinho. Escreveu: *Sermão do Mandato na real egreja de Santo Antonio da Nação Portugueza*, Roma, 1658.

Faro *(Districto administrativo de)*. Está situado na provincia do Algarve, sendo limitado ao N pelo districto de Beja, a E pela Andaluzia, de que está separado pelo rio Guadiana, e ao S e O pelo Oceano Atlantico. Tem de superficie 4:858 k. quadrados. E' dividido em 15 concelhos, contendo 47:347 fog. e 254:851 hab., sendo 127:221 do sexo masc. e 127:630 do fem. Os concelhos são: Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagôa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Silves, Tavira, Villa do Bispo, V. N. de Portimão e Villa Real de Santo Antonio. Os limites ao N entre os districtos de Faro e Beja são formados, vindo do O para E, pelo rio Odeceixe desde a foz até quasi á sua nascente, em seguida pela serra de Monchique, parte do curso da ribeira de Odelouca, e por fim pelo curso da ribeira do Vascão, que desagua no Oceano. A serra de Monchique corre de E a O, lançando varios contrafortes para o sul. Os pontos culminantes d'esta serra são o monte Foia, d'onde se avista todo o Algarve e grande porção do Alemtejo, a Picota e o Mu. Os contrafortes mais notaveis são os do Espinhaço de Cão, que termina no cabo de S. Vicente, e o do Figo, que termina ao N do cabo de Santa Maria, tendo as serranias e os contrafortes o nome das freguezias por onde passam. O Guadiana é o rio mais importante do districto, e serve de fronteira a E. Seguem-se as ribeiras de Odeceixe e d'Aljezur, que nascem na serra de Monchique; as da Carrapateira, Bensafrim, Alvor, Odelouca, e muitas outras. A costa O do districto, que corre desde a foz de Odeceixe até ao cabo de S. Vicente, é em geral alcantilada e pedregosa, tendo só algumas pequenas bahias, desabrigadas, como as da Roiçada, Carrapateira e Arrifana. A SO, entre o cabo de S. Vicente e a ponta de Sagres, é tambem a costa escarpada, mas abre uma larga enseada. Na costa S ha numerosas bahias, sendo a costa ora de areia, ora mais ou menos escarpada. A E da peninsula de Sagres ha uma enseada que dá bom abrigo. De Sagres a Lagos a costa é escarpada e cortada de pontas, que abrem pequenas bahias e praias arenosas, sendo as principaes as de Porto de Moz, N. S.ª da Luz e Almadena. Para E da ponta da Piedade, a costa até á Quarteira é um pouco menos escarpada, sendo mais numerosas as enseadas e mais extensas as falhas arenosas. Desde aquella ponta até V. N. de Portimão a costa fórma uma curva, na qual se encontra a bahia de Lagos. O porto de V. N. de Portimão é um dos melhores do districto. Partindo para E por uma costa um tanto escarpada, depara-se com o cabo Carvoeiro, e desde ali até á Quarteira apresenta-se o terreno ora alcantilado ora arenoso. Para além da Quarteira a praia é quasi sempre de areia até á foz do Guadiana. Pouco adeante da Quarteira fórma-se a extensa fila de pequenas ilhas que surgem ao longo da costa até á barra de Tavira, e uma d'essas ilhas fórma o cabo de Santa Maria. Na parte restante da costa E de Tavira a praia é escarpada em alguns pontos, abrindo-se por fim o porto de Villa Real de Santo Antonio, cuja barra é a melhor do Algarve. Os cabos mais notaveis são os de S. Vicente, de Santa Maria, e o Carvoeiro. Os districtos de Faro está dividido em duas zonas distinctas, a da serra e a do litoral. A primeira é formada pela extensa serrania que se prolonga desde o Oceano até á margem do Guadiana; tem uma larga média de 25 k. e é muito accidentada. A segunda é um dos melhores tratos de terreno do paiz, e está quasi toda cultivada. A cultura na zona da serra é muito menor, mas os valles estão em geral cultivados. Parte da serra está arborisada, predominando os castanheiros ao pé de Monchique, a alfarrobeira em Loulé, os sobreiros e aziuheiras em Alcoutim e outros pontos. Em parte da serra de Monchique fórma o arvoredo mattos e montados. A alfarrobeira é uma das principaes riquezas agricolas do districto; cresce por toda a parte sem precisar de cultura. A da figueira é outra riqueza, que representa o mais valioso ramo de agricultura da provincia. Nos concelhos de Lagos, V. N. de Portimão, Lagôa e Silves, é que as figueiras são principalmente cultivadas. Os outros productos agricolas do districto são o vinho, cereaes, legumes, e fructa diversa. As aguas mineraes mais consideradas são as de Santo Antonio de Tavira e as de Monchique. O districto tem algumas minas de cobre, antimonio e manganesio. A industria do sal tem uma certa importancia, e a pecuaria tem decaído bastante. A industria fabril é representada pela tecelagem de lã, pelas rendas, louças, extracção de cal e gesso, etc. Mas de todas as industrias, a que tem mais valor é a da pesca do atum, seguindo-se-lhe a da sardinha. Em quasi todas as povoações do litoral ha estabelecimentos de beneficencia e de soccorros mutuos. Em todo o districto ha um Lyceu, em Faro, e perto de 100 escolas de instrucção primaria para os dois sexos. Em Faro ha alfandega, tendo delegações de 1.ª ordem em Lagos V. N. de Portimão, Olhão, Tavira e Villa Real de S. Antonio, e de 2.ª ordem em Albufeira, Fuzeta e Alcoutim. O serviço de saude é feito por uma delegação em Faro, e por estações em Albufeira, Fuzeta, Lagos, Olhão, V. N. de Portimão, Sagres, Tavira e Villa Real de Santo Antonio. Ha no districto 3 praças de guerra de 2.ª classe, em V. N. de Portimão, Faro e Villa Real de Santo Antonio. O conc. de Faro comprehende 6 concelhos com 6:953 fog. e 34:270 hab., sendo 17:041 do sexo masc. e 17:229 do fem., n'uma superficie de 21:973 hect. As freguezias são as seguintes: N. S.ª da Conceição, de Conceição, 1:598 hab.: 815 do sexo masc. e 783 do fem.; S. Martinho, de Estoy, 4:875 hab.: 2:385 do sexo masc. e 2:490 do fem.; S. Pedro, de Faro, 5:855 hab.: 2:859 do sexo masc. e 2:996 do fem; Sé de Faro (N. S.ª d'Assumpção), 5:980 hab: 3:017 do sexo masc. e 2:963 do fem.; Santa Barbara de Nexe, 4:850 hab.: 2:410 do sexo masc. e 2:440 do fem.; S. Braz d'Alportel, 11:112 hab.: 5:555 do sexo masc. e 5:557 do feminino.

Faro. Cidade episcopal e capital do districto administrativo do Algarve; séde de conc, de com. e do bisp. da referida provincia, relação de Lisboa. Tem duas freguezias: N. S.ª d'Assumpção (Sé) e S. Pedro. Está situada em planicie arenosa, tendo ao N os montes de Santo André e

Alto de Rhodes, ficando a O da margem direita do rio ou esteiro de Val-Formoso, que communicando com o Oceano na distancia de 9 k, lhe fórma um porto accessivel a barcos de navegação costeira, e até a navios de 200 toneladas. Em frente de Faro fica o cabo de Santa Maria. O rio é formado por um braço de mar, que se mette entre o areal chamado a Ilha, e a terra firme. Toda a extensão do rio até á cidade é composta de ilhotas, coberta de *murraça*, planta herbaceamarinha, creada nos pantanos d'agua salgada. Entre a *murraça* se criam bons mariscos, principalmente as ameijoas Chama-se *Praia da Barrêta* o sitio onde se lança a armação do atum. E' desde a Barrêta até S. Francisco, no comprimento de 3 k. na extremidade da cidade do lado E. Faro fica a 8 k. da antiga Ossonoba, que floresceu por muitos seculos. Alguns historiadores pretendem que fôssem os gregos os fundadores d'esta cidade, 1364 annos antes da vinda de Christo, a qual estava situada no local onde hoje existe a povoação de Estoy, e que o seu nome primitivo fôsse *Pharo*, por causa d'um pharol que os fundadores haviam edificado para servir de guia aos navegantes; não consta, porém, que a antiga Ossonoba tivesse tido esta designação, porque em todo o tempo do dominio romano, e ainda depois da invasão dos arabes, sempre se chamou Ossonoba. Segundo a tradição, foi n'esta cidade da peninsula hispanica onde primeiro se prégou o Christianismo, sendo séde episcopal desde o seculo III até á invasão dos arabes, no seculo VIII. (V. *Estoy*). Era a capital da Celtica, pouco mais ou menos a actual provincia do Algarve. Os arabes arrasaram completamente esta importante cidade, que só se rendeu depois d'uma resistencia heroica, indo muitos dos seus habitantes captivos para terras d'Africa, e buscando outros refugio nas serras de Monchique e Caldeirão. Passados annos, sujeita quasi toda a peninsula hispanica ao jugo sarraceno, começaram alguns pobres pescadores a construir casas em sitio apropriado para as suas pescarias, a pouca distancia da cidade destruida, de cujas ruinas aproveitavam os materiaes. As edificações fôram augmentando, e os foragidos habitantes de Ossonoba vieram pouco a pouco estabelecer-se n'esta nova povoação, a que deram o nome de *Santa Maria*. Foi este o principio da actual cidade de Faro. Depois das conquistas dos portuguezes no começo da monarchia, e das tentativas de D. Sancho I e de D. Sancho II para se apoderarem do Algarve, chegando a tomar algumas povoações (V. *Algarve*), coube a D. Affonso III a gloria de completar aquella conquista, accrescentando ás armas do reino os castellos do Algarve. Faro era então uma praça bem fortificada pelos ultimos possuidores, e abastecida de tudo o necessario pela facilidade com que recebia soccorros da costa africana. Era fronteiro mór do Algarve o mestre de S. Thiago D. Paio Peres Correia, valente e bravo guerreiro que muito concorrera para as victorias alcançadas sobre os moiros, mas não podia emprehender a conquista de Faro, por falta de tropas, porque as de que podia dispôr, não eram sufficientes para affrontar o numeroso exercito sarraceno. Reconhecendo D. Affonso III esta difficuldade, resol-

Brazão d'armas da cidade de Faro

Praça D. Francisco Gomes

veu ir pessoalmente atacar a villa por mar e por terra, e em 1249 saiu de Lisboa em direcção a Faro. A sua presença animou os soldados, e auxiliados por D. Paio Peres Correia, conseguiram derrotar o inimigo, apezar da renhida resistencia que encontraram. Em poucos dias as quinas portuguezas tremularam sobre os muros de Faro; os moiros abandonaram a villa deixando em completa ruina as fortificações, os edificios e as casas. Era tal a devastação que os habitantes, na maior parte, se viram obrigados a deixar a villa. Em Faro, assim como em todas as povoações conquistadas, era permittido conservarem-se os moiros que se sujeitassem á dominação portugueza, e aos que se fizessem christãos concediam-se todos os fóros e privilegios dos portuguezes.

Rua de D. Francisco Gomes

D. Affonso III mandou repovoar a villa em 1250; desejando tornal-a uma boa povoação e uma valente praça de guerra, a cercou de muralhas muito mais fortes que as antigas, guarnecidas de torres, dando-lhe então por armas um escudo branco de prata, coroado, por ter sido conquistada pelo proprio rei em pessoa. Apêzar d'estes esforços, a villa não teve o desenvolvimento de população, nem a prosperidade que o monarcha desejava, e em agosto de 1266, estando em Lisboa, lhe deu foral com muitos e grandes privilegios, dando tambem foral aos *moiros fôrros* de Faro, em Lisboa, a 12 de julho de 1269. Mais tarde D. João I deu-lhe foral particular de *portagem* com todos os privilegios do de Lisboa, por carta regia, de Santarem, de 18 de maio de 1401. D. Manuel lhe confirmou todos os antigos privilegios no foral novo, passado em Lisboa a 20 de agosto de 1504. Faro ainda teve uma sentença de foral dada em seu favor, pelo desembargo do Paço em 14 de janeiro de 1556. D. João II fez doação da villa á rainha D. Leonor, sua mulher, e desde então ficou pertencendo á Casa das Rainhas de Portugal. As vantagens commerciaes que o seu porto lhe proporcionava, engrandeceram tanto a villa, que D. João III a elevou á categoria de cidade a 7 de setembro de 1540, concedendo-lhe o brazão, que actualmente se conserva, que é o antigo escudo de prata coroado, tendo ao centro a imagem de N. S.ª da Conceição entre duas torres. El-rei D. Sebastião, em 30 de março de 1577, determinou que se transferisse para Faro a séde episcopal de Silves, mas esta transferencia só se realisou em 1580, ainda em vida do cardeal D. Henrique, segundo uns, e já depois do dominio hespanhol, segundo outros. Era então bispo do Algarve D. Jeronymo Osorio, escriptor abalisado, varão muito respeitado pelas suas virtudes, caracter bondoso e reconhecido patriotismo. O primeiro prelado que se intitulou bispo do Algarve foi D. Affonso Castello Branco (V. *este nome*). Em 25 de julho de 1596, Faro foi victima d'uma grande desgraça. Portugal estava sob o dominio castelhano, havia 16 annos, e uma esquadra ingleza veiu hostilmente fundear defronte da cidade, trazendo a seu bordo 3:000 homens de desembarque, sendo commandante o duque de Essex. As tropas desembarcaram em Farrobilhas, aldeia proximo da praia da Barrêta, e entraram á viva força na cidade, e só voltaram para bordo depois de a terem saqueado e incendiado. Os documentos historicos que existiam nos archivos publicos e particulares, e que o fogo não destruiu, fôram levados pelos inglezes para a Universidade d'Oxford, contando-se entre elles a livraria riquissima do bispo D. Jeronymo Osorio. Este acto de inqualificavel vandalismo tornou difficilima, e mesmo impossivel reconstituição de Faro. Era governador do Algarve Ruy de Lourenço de Tavora, e bispo D. Fernando Martins Mascarenhas. Filippe II de Hespanha, por causa de quem se deu este assalto e muitos outros, não deu nenhumas providencias em favor d'esta cidade que ficou reduzida á mais lamentavel ruina e miseria. O incendio devorou a maior parte dos edificios, escapando, dos templos, as egrejas de S. Pedro e Misericordia. Faro foi pouco a pouco reconstruindo-se, sómente á custa dos proprios recursos, até que em 1722 um grande tremor de terra fez desabar muitos dos edificios, ficando numerosos habitantes sepultados nas ruinas. O terremoto de primeiro de novembro de 1755 tambem causou gravissimos prejuizos e fez muitas victimas. Os edificios todos soffreram, sendo a egreja da sé a que foi mais poupada Governava então as armas do Algarve o arcebispo D. Fr. Lourenço de Santa Maria, o qual, salvando-se por entre as ruinas do seu palacio, que desabou completamente, deu logo energicas providencias, e distribuiu muitas esmolas na cidade e por todo o Algarve. O mar saiu pouco do seu leito ordinario. Em 13 de janeiro de 1757, um grande furacão deitou por terra a egreja de S. Pedro. No ultimo quartel do seculo XVIII era bispo do Algarve D. Francisco Gomes de Avellar, que an-

tes de ter esta elevada dignidade viajara pela Europa e residira algum tempo em Roma, d'onde trouxera o gosto pelas bellas artes e o amor á agricultura. A este prelado deve o Algarve grandes melhoramentos. Foi por sua diligencia que se construiram as pontes de Ludo, Marim, Cacella, Maxil e outras; a calçada sobre o Sapal que conduz á barra de Villa Nova de Portimão, e de muitas outras estradas de utilidade publica. Rara é a obra publica do Algarve, feita

Sé de Faro

no fim do seculo XVIII, a que não esteja ligado o nome do benemerito prelado. A elle deve o Algarve o desenvolvimento da agricultura, a plantação de olivaes, a sementeira das batatas, o aperfeiçoamento na apanha e sécca da uva, do figo e da amendoa, e muitos outros processos que elle indicava e recommendava nas suas pastoraes, fazendo com que os parochos influissem os povos para que as puzessem em pratica, o que muito concorreu para o melhoramento material do Algarve. Fundou varias egrejas, estabelecimentos de instrucção e de caridade, e reedificou ou ampliou outros. Em Faro houve 4 conventos: 1.º, de frades franciscanos, fundado em 1529; 2.º, de frades capuchos de S. Antonio, denominados *piedosos*, fundado em 1620; 3.º o collegio dos jesuitas, fundado por D. Fernão Pires Mascarenhas, bispo do Algarve, em 1602; foi de frades mariannos; 4.º, de freiras capuchas (franciscanas) da Madre de Deus, fundado pela rainha D. Catharina, mulher de D. João III, em 1527. Houve tambem um recolhimento de mulheres, fundado por Catharina da Fonseca Henriques, viuva de Simão Soeiro de Sousa, que a elle se recolheu religiosamente com algumas donzellas pobres. Por sua morte foi annexado á Misericordia. A sé é um templo muito antigo, de 3 naves quadradas, sustententadas por columnas de ordem jonica. Foi edificada pelos godos. Desde 716 serviu de mesquita de moiros, até que ficando Faro em poder dos portuguezes, a egreja foi purificada e tornou a ser templo christão, estabelecendo se ali o collegio de Santa Maria, da ordem de S. Thiago, d'onde depois passou para a egreja de S. Pedro, quando para a outra foi transferida a sé que existia em Silves. Está situada na praça denominada *da sé* na parte mais antiga da cidade, conhecida pelo nome de *Santa Maria de Faraon*. Defronte fica o edificio do Seminario, e o Lyceu, tendo ao lado oriental o palacio episcopal e os paços do concelho. Só se recommenda pela sua antiguidade, onde se descobrem vestigios dos godos, que se encontram na porta principal e em duas capellas lateraes de estylo gothico, restos da primitiva fabrica que o terremoto de 1755 derrubou em grande parte, deixando intacta, ao que parece, a torre que serve de atrio á egreja. Esta torre é evidentemente de construcção posterior ao primitivo edificio, e julga-se que fôsse no reinado de D. Affonso III quando cercou Faro de grossas muralhas para defeza de novas invasões dos sarracenos. As diversas reedificações fôram feitas pelos bispos D. Francisco Barreto, D. José de Menezes, D. Simão da Gama, D. Antonio Pereira da Silva, Gaspar da Motta, arcediago D. José da Gama, e de todos estes prelados se vêem as armas collocadas nos arcos das capellas por elles mandadas reedificar. A sé possue magnificos paramentos e alfaias de grande valor. A egreja de S. Pedro, da ordem de S. Thiago, é tambem antiga e de 3 naves, mas nada tem de notavel. Existem outras egrejas modernas, sendo as principaes a do Carmo e a de S. Francisco. A ordem do Carmo estabeleceu-se em Faro em 1710, e foi o seu primeiro prior D. Antonio Pereira da Silva, bispo do Algarve. Esteve n'uma capella da egreja da Esperança, e só tres annos depois é que se conseguiu lançar os fun-

damentos d'uma egreja propria da ordem, para o que se compraram uns terrenos da horta de S. Pedro, juntos a outros que a camara concedeu, sem fôro, e que construiu uma espaçosa area. A ceremonia do lançamento da primeira pedra realisou-se com a maior solemnidade em 22 de fevereiro de 1713, e ali se construiu a egreja de N. S.ª do Carmo, que é de dimensões regulares, tendo junto um hospicio. Tem a capella-mór e 4 lateraes, onde se vê muito boa obra de talha. E' um dos melhores edificios de Faro. A egreja de S. Francisco tem um cruzeiro muito elegante, sendo as paredes do corpo do templo revestidas de quadros de valor. As primitivas egreja e casa da Misericordia fôram fundadas pelo bispo do Algarve, D. Affonso de Castello Branco, em 1583; o bispo D. Francisco Barreto mandou fazer mais accommodações, e o cardeal Pereira fez novos reparos em 1733, mas o terremoto de 1755 destruiu quasi tudo. O hospital foi construido de novo por D. Francisco Gomes de Avellar. A praça de D. Francisco Gomes é espaçosa e ajardinada, tendo do lado de léste um formoso arco de cantaria ornado de columnas jónicas, e coroado por uma bella estatua de S. Thomaz de Aquino, feita em Italia, de marmore branco. Este elegante monumento foi mandado fazer pelo referido e benemerito bispo, sendo o desenho do architecto Fancisco Xavier Fabri; outro dos lados maiores da praça, o do sul sendo banhado pelo rio, com barbacan e caes, ficando defronte o novo mercado de hortaliça, fructas, etc. Ao lado do referido arco existe o edificio das repartições publicas, que é bastante espaçoso; ali se aloja o governo civil, direcção das obras publicas, estação telegrapho-postal, repartição da fazenda do districto e a do concelho, agencia do Banco de Portugal, administração do concelho, e o commissariado de policia Junto do registo ergue-se a praça do peixe que é de construcção moderna. O theatro Lethes foi estabelecido no edificio do antigo convento dos jesuitas, construido pelo commerciante Francisco Pedro da Silva Soares em 1874. Ainda existe outro theatro, O Primeiro de Dezembro, que é pequeno. O edificio da Camara Municipal é tambem de construcção moderna. Fica situado junto á egreja da sé. N'este edificio alojam-se tambem o tribunal judicial, o commando do sul do recrutamento e reserva, hospicio dos expostos, o Museu Lapidar Infante D. Henrique, onde se encontram muitas preciosidades archeologicas, que o conego monsenhor Botto tem conseguido reunir. Vêem-se ali restos prehistoricos, da edade da pedra e dos metaes, encontrados nos arrabaldes da cidade, assim como moedas, esculpturas e outros objectos da epoca dos visigodos e dos arabes. Este museu foi fundado em 4 de janeiro de 1889. Actualmente fórma-se uma bibliotheca municipal, que já tem 2:000 volumes offerecidos por diversos cavalheiros da provincia e de fóra d'ella, de sciencias, artes e letras. Tambem é digno de vêr-se o museu maritimo Pedro Nunes, onde se encontram muitos apparelhos de pesca, de contrucção de navios, de machinas, cartas e planos hydrographicos, e muitos quadros a oleo representando peixes, molluscos e crustaceos dos mais importantes da industria da pesca em Portugal. A Casa de Saude é um edicio vastissimo e moderno. Foi fundado pelo fallecido José Maria Assis, que se tornou muito conhecido não só no Algarve, mas tambem em todo o paiz, pelo seu especifico para o tratamento de molestias syphiliticas, realisando muitas curas admiraveis. *(V. Assis)*. Hoje a Casa de Saude é dirigida pelos drs. Virgilio Francisco Ramos Inglez e Francisco Lazaro Cortes. E' de recente data a creação da escola de desenho industrial *Pedro Nunes*, e a de habilitação para o magisterio primario que é muito frequentada, bem como a de habilitação para marinheiros, installada a

Egreja do Carmo

bordo da corveta *Palmella*, surta no rio, que presta bons serviços á provincia, que tem grande orla maritima. Tambem é digno de menção o edificio do Matadouro municipal, o da Alfandega, a Avenida D. Amelia, o chalet do Passeio Vasco da Gama. As ruas são espaçosas, sendo uma das que mais se destaca, a de D. Francisco Gomes. A estrada de Faro para Olhão é muito pittoresca adornada de boas quintas, hortas e pomares. O Banco Agricola e Industrial Farense foi fundado pela Misericordia de Faro, tendo os seus estatutos a data de 8 de abril de 1874, os quaes fôram publicados no *Diario do Governo*, de 26 de agosto do mesmo anno. Faro é praça de guerra. Foi começada a fortificar com reductos para o lado do mar, e com alguns baluartes para a parte de terra, nos fins do seculo XVII. Da fortificação antiga ainda conserva o velho castello e muralhas torreadas. Faro tem um clima quente mas saudavel. Tinha voto em côrtes, com assento no 3.º banco. Pertence á 4.ª div. mil., 8.ª brigada, grande circumscripção mil. S., e ao distr. de recrut e res. n.º 4, de que é séde, bem como do 3.º batalhão do regimento de infantaria n.º 4. Tem feira a 16 e 17 de julho, e a 20 e 21 de outubro; mercado no 2.º domingo decada mez; escolas para ambos os sexos, est. post. e telgr. e com serviço de emissão e pagamento de vales do correio

Chalet do Passeio Vasco da Gama

e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. S ; advogados, medicos, pharmacias, agencias bancarias de *Portugal*, *Industrial do Porto;* de seguros *Bonança e Portugal*, *Internacional*, *Norwich*, *Union*, *Sociedade Portugueza de Seguros*, *Probidade;* fabricas de aguardente, de cognac, de rolhas e de tecidos de algodão; associações de soccorros mutuos, vice-consules da *Republica Argentina*, *Bolivia*, *Brazil*, *Dinamarca*, *Equador*, *Estados Unidos da America*, *França*, *Hespanha*, *Hollanda*, *Inglaterra*, *Italia* e *Russia;* hoteis, sociedades de recreio: *Club Farense*, *Gymnasio Club*, etc. Est. do caminho de ferro, na linha de sul e sueste, entre as de Al-

Matadouro Municipal

manceil Nexe e de Olhão, carreiras diarias para Tavira, e entre a estação de Loulé e de S. Braz de Alportel. Nos arredores da cidade ha alguns sitios aprazíveis: O da ermida de S. Antonio do Alto, que é uma pequena elevação, que offerece lindos e variados pontos de vista; o grande banco de areia a que chamam *Ilha*, que juntamente com outras menores divide a barra em dois canaes Grande e Barreta, logar muito pittoresco pela sua situação. Os habitantes de Faro deram sempre provas de grande valor. Em 1616 resgataram do poder dos moiros uma nau flamenga, captivando alguns moiros; em 1617 captivaram 70 turcos e o seu capitão; em 1620 tomaram uma navêta tambem turca, com toda a artilharia e armas de toda a qualidade, matando ou aprisionando a sua guarnição e tripulação; n'esse mesmo anno ainda tomaram aos turcos 14 peças de artilharia, munições e todo o armamento; em 21 de agosto de 1630 tomaram uma galé de turcos; em 1638, tomaram-lhes outra. A gente de Barra Faro contribuiu tambem com muitos soldados, navios e munições para as nossas empresas e guerras d'Africa. Em 1833, Faro recebeu com enthusiasmo a divisão liberal do duque da Terceira, fornecendo-lhe artilharia e munições que havia na terra. Soffreu depois fortes ataques dos miguelistas, mas a defeza da cidade tornou-se energica e corajosa, ficando victoriosa na lucta. *Jornaes:* Publicaram-

se aqui os seguintes : *Academia Farense*, 1 de janeiro de 1877; *Algarve e Alemtejo* 1895, em publicação, sendo continuação de *Progresso do Sul*, a começar no n.º 310; *Algarve Illustrado (O)* 1 de junho de 1880 a 15 de fevereiro de 1881; *Alvoradas do Sul (As)*, 18 de julho a 22 de agosto de 1877; *Chronica do Algarve*, 15 de junho de 1833, o primeiro periodico publicado n provincia do Algarve; *Commercio do Sul*, abril de 1876 a 24 de março de 1878 o primeiro jornal publicado n'esta cidade; *Cruzada Nova*, setembro de 1905; em publicação; *Districto de Faro*, 6 de abril de 1876; em publicação; *Echo da Academia (O)*, 7 de fevereiro de 1896; *Jornal de Annuncios*, 28 de janeiro de 1880; *Pequeno em tudo*, 15 de feverei- 1891; *Progresso do Algarve (O)*, 8 de dezembro de 1880; *Progresso do Sul*, 23 de junho de 1889 a 8 de outubro de 1893; *Rir (A)*, 15 de junho de 1891, a 1 de setembro de 1895; *Sul (O)*, 5 de dezembro de 1903, em publicação. Além d'estes jornaes, tambem aqui fôram publicados os numeros unicos seguintes : *Algarve (O)*, 9 de outubro de 1897 ; *Homenagem da Academia Farense a João de Deus*, 8 de março de 1895 ; *Inauguração (A)*, 1 de junho, 1889; *8 de maio de 1882.*

Faro do Alemtejo. Villa e freg. de S. Luiz, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Cuba, distr. e bisp. de Beja; 359 hab. e 95 fog. Fica a 5 k. de distancia da séde do conc. e é situada junto da margem direita do rio Sado. Está civilmente annexada á de S. Vicente, de Cuba. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. Foi fundada em 1616, no tempo do dominio castelhano, pelo 1.º conde de Faro, D. Estevão de Faro, e sua mulher, D. Luiza Cabral, n'uma das suas terras, chamada de S. Luiz de Jacente. A villa era conhecida antigamente pelo nome de *Farinho*, para a distinguir da cidade de Faro, do Algarve. A terra é bonita e fertil em cereaes.

Faro Henriques *(D. Fernando de)*. Serviu na guerra da Africa. Era filho primogenito de D. Francisco de Faro, 4.º senhor de Vimieiro, e de sua primeira mulher, D. Maria Henriques. Succedeu na casa de sua mãe, e foi 4.º senhor de Barbacena, villa que depois vendeu a Martim de Castro do Rio. Nos seus primeiros annos serviu na guerra d'Africa, d'onde voltando ao reino, acompanhou el-rei D. Sebastião na sua primeira viagem á Africa, em agosto de 1574, e depois na segunda, em 1578, quando se deu a desastrosa batalha de Alcacer-Kibir, a que assistiu. Nunca mais houve noticias a seu respeito, e não tendo apparecido o seu cadaver, ficou duvidoso se morreu na batalha em se outro qualquer recontro. Não chegou a succeder na casa de seu pae, que ainda lhe sobreviveu alguns annos. Casou com D. Joanna de Gusmão, filha de Alvaro de Carvalho, senhor do morgado de Carvalho, governador de Alcacer-Ceguer e de Mazagão, e de sua mulher, D. Maria de Gusmão.

Faro e Noronha *(Francisco de Azevedo)*. Doutor e lente de Vespera na faculdade de Direito pela Universidade de Coimbra. Em 1861 proferiu uma brilhante oração latina nas exequias que em 16 de dezembro d'aquelle anno a Universidade mandou celebrar em memoria de D. Pedro V, que fallecera a 11 do mez de novembro antecedente. N'esta oração commemorava os gloriosos feitos do fallecido monarcha. Não consta que fôsse publicada.

Faro e Oliveira *(Luiz de Faro e Oliveira, visconde de)*. E' natural de Lamego e foi educado no Porto. Tendo recebido a instrucção elementar, sendo ainda muito novo partiu para o Brazil, com a idéa de seguir a vida commercial. Esteve algum tempo como caixeiro no Rio Grande do Sul, d'onde passou á capital do Rio de Janeiro, exercendo o logar de guarda-livros n'uma casa bancaria importante. A idéa de estudar e de se instruir preoccupava-o mais do que a ambição de fazer fortuna, e todas as horas que o trabalho do escriptorio lhe deixava livres, aproveitava as a estudar. Sendo dotado de elevada intelligencia, auxiliada da boa vontade, depressa ganhou a reputação de rapaz muito habil e illustrado, que elle dia a dia confirmava, attrahindo tambem as maiores sympathias. Tornou-se notavel a influencia que exercia entre a colonia portugueza, pelo seu genio trabalhador, e pela sua dedicação até ao sacrificio, por tudo quanto respeitava á instrucção, desenvolvimento e progresso dos portuguezes no Brazil. Em 1886 fundou no Rio de Janeiro, com a firma commercial de Faro & Nunes, a *Livraria Contemporanea*, que, graças á sua acertada direcção, em breve se tornou uma das mais conhecidas do Brazil. Aquellas vastas salas concorriam os homens mais afamados na cultura das letras; ali se encontravam os mais entranhados adversarios politicos, uns e outros levados sómente pelo amor da sciencia e do estudo, porque a *Livraria Contemporanea* era quasi uma academia. Data d'essa epoca a fundação dos importantes estabelecimentos de instrucção, que muito honram o nome portuguez nas terras de Santa Cruz. Uma das paginas mais brilhantes da biographia do estudioso titular é a fundação do *Lyceu Litterario Portuguez*, do *Retiro Litterario Portuguez*, e do *Instituto Profissional*, mais apropriadamente chamado *Beneficencia Portugueza do Rio de Janeiro.* A todos estes estabelecimentos anda ligado o nome do sr. visconde de Faro e Oliveira, como um dos maiores influentes fundadores. Como escriptor, provou a maior competencia pelos seus estudos sobre as associações de beneficencia do Brazil, cujos relatorios fez publicar no *Brazil-Portugal*, e que fôram muito apreciados. Quando em 10 de julho de 1884 foi inaugurado o novo edificio do *Lyceu Litterario Portuguez*, proferiu um discurso relatando a historia minuciosa d'aquelle instituto desde o seu começo, e apezar de ter sido um dos principaes iniciadores e dos que mais trabalharam para a sua installação, n'esse discurso que durou duas horas, teve a delicadeza de não fazer a menor referencia a si proprio. Emquanto viveu no Brazil, os portuguezes tiveram sempre n'elle um protector dedicado. O governo brazileiro agraciou-o com o officialato da ordem da Rosa, e o governo de Portugal lhe concedeu o titulo de visconde. Foi um dos directores do *Banco do Credito Real do Brazil* e tem sido tambem director de outras empresas. E' casado com uma senhora brazileira, e ha annos que vive em Cintra, na quinta que pertenceu ao fallecido marquez de Vianna, e que é hoje propriedade sua.

Faro e Sousa *(D. Diogo de)*. Commendador de Santo Ildefonso, de Montargil, e de N. S.ª da Graça, de Mora, ambas na ordem de Aviz, e de

Santo André de Fiães do Rio, da de Christo; 7.º senhor de Vimieiro, e das villas de Alcoentre. Tagarro, Quebradas, etc. alcaide-mór de Rio Maior e de Móra; coronel d'um dos regimentos das ordenanças da côrte, védor da casa da infanta D. Izabel Luiza Josepha, e da rainha D. Maria Sophia. Era filho de D. Sancho de Faro, e de sua mulher, D. Izabel de Liuna. Seus paes viveram algum tempo em Bruxellas; e foi n'essa cidade que nasceu D. Diogo de Faro e Sousa. Vindo para Portugal em 1646, depois d'elles terem fallecido, e trazendo comsigo uma sua irmã, D. João IV os recebeu com toda a consideração. Esteve nas côrtes de 1649, a que foi chamado por carta de 26 de março d'este anno, nas de 1667 e nas de 1683. Em 1690 foi um dos fidalgos que assistiram á entrega do corpo da infanta D. Izabel de quem fôra védor, quando foi depositado no mosteiro do Santo Crucifixo. Fal. a 25 de setembro de 1698 Casou em 1658 com D. Francisca de Menezes, filha de Gaspar de Faria Severim, do conselho de D. João IV, de sua mulher D Marianna de Noronha, filha de D. Francisco de Noronha, commendador de S. Martinho de Frazão.

Farol *(Antonio Fernandes de Figueiredo Ferrer)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto. N. em Vizeu a 5 de junho de 1839, fal. a 8 de maio de 1893. Foi um dos estudantes mais distinctos do seu curso, que terminou um 1865, publicando no Porto, n'esse anno, a sua these com o titulo de *A libertinagem perante a historia, a philosophia, e a pathologia em geral*. Entrou depois para o serviço medico do exercito. Vindo para Lisboa em 1870, por tal fórma começou a affirmar o seu talento medico que teve de pedir licença do serviço militar, para se entregar inteiramente á sua clinica que se tornou numerosa. Em 1873 estabeleceu na praça de D. Pedro, com o dr. Mattos Chaves, um posto medico, que foi um dos primeiros que existiram em Lisboa. Dedicou-se tambem ao jornalismo, fundando em 1871 a *Tribuna*, folha de combate, que fez epoca. Foi director e redactor do seu jornal, tornando-se um escriptor vigoroso e ao mesmo tempo elegante.

Farol. V. *Pharol*.

Farol. Ilhéo fronteiro á ilha do Porto Santo, do archipelago da Madeira, a 585 m. da ponta da Fachada

Farpado. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Farrapa. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Bairros, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Chave, conc. de Arouca, do mesmo distr. Tem est. post permutando malas com Arouca. || O. Salvador, de Grijó, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. N. S.ª da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Villa Chã, conc. de Oliveira de Azemeis, do mesmo districto.

Farraposa. Pov. na freg. de S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria.

Farrio. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Freixianda, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Farrôba. Pov. na freg. de S. Pedro, de Varzea, conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Farrobal. Pov. na freg. de S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Farrobeira. Povoações nas freguezias: S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Clemente e conc. de Loulé, do mesmo distr. || N. S.ª da Visitação, de Odeleite, conc. de Castro Marim, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição, de Odiaxere, conc. de Lagos, do mesmo districto.

Farrobilhas ou Pedregosa. Aldeia do conc. de Faro, a 3 k. ao O da cidade d'este nome, proximo á Barrêta. Tem boas marinhas de sal, armazens para o guardarem e cabanas de pescadores. Houve aqui uma pov. fundada pelos habitantes de Loulé, com boa egreja e uma torre para defeza do porto, pelos annos de 1460. Parece que o terremoto de 1722 deu cabo d'esta pov. e da torre, de que não resta vestigio algum.

Farrobo *(Joaquim Pedro Quintella, 2.º barão de Quintella e 1.º conde do)*. Par do reino, 2.º senhor da villa de Prestimo, 2.º alcaide da villa da Sortelha; grã-cruz da ordem de N. S.ª da Conceição, commendador da de Christo, inspector geral dos theatros e espectaculos publicos, coronel de cavallaria nacional de Lisboa, abastado proprietario e opulento capitalista. N. em Lisboa no seu palacio da rua do Alecrim a 11 de dezembro de 1801, onde tambem fal. a 24 de setembro de 1869, exactamente no dia 35.º anniversario da morte de D. Pedro IV, de quem fôra muito amigo e por quem tanto se sacrificara a favor da causa da liberdade. Foi uma notavel coincidencia. Era filho do 1.º barão de Quintella que tinha egual nome, e de sua mulher, D. Maria Joaquina Xavier de Saldanha (V. *Quintella*). Desde muito novo se lhe revelou grande paixão pela musica; aprendeu canto e a tocar violoncello, contrabaixo e trompa, tornando-se n'este ultimo instrumento um apreciado solista e um habil executor d'orchestra. Foi um dos enthusiastas amadores educados na escola pratica que Bomtempo creou em 1822 com a instituição da *Sociedade Philarmonica* (V. *Bomtempo*). Era tal a paixão pela musica que organisou em sua propria casa uma orchestra e banda, formada pelos seus numerosos creados, tendo contratado um mestre para lhes ensinar a tocar nos instrumentos que preferissem ou para que tivessem mais

Conde do Farrobo

vocação. Casou a 19 de maio de 1819, contando 18 annos, com D. Marianna Carlota Lodi, dama da ordem de Santa Izabel, filha de Francisco Antonio Lodi, primeiro empresario do theatro de S. Carlos, e de sua mulher, D. Joanna Barbara Casimira Machado. Déram-se n'este casamento scenas verdadeiramente romanescas. O joven barão de Quintella acabava de perder seu pae, que falleceu em outubro de 1817, tendo sua mãe já fallecido em 1805; via se senhor d'uma grande fortuna, e agradara-se de D. Marianna Lodi, porém os 2.os condes da Cunha, sua irmã e cunhado (V. *Cunha, 2.º conde da)*, fizeram grande opposição por ser um casamento desegual, e pela sua influencia conseguiram que Francisco Lodi fôsse intimado a não receber mais em sua casa o joven barão, sob pena de ser expulso do reino no prazo de 24 horas. Porém o barão de Quintella permaneceu firme nos seus amores, e apezar dos espiões que o vigiavam e de tudo quanto se dizia em desabono do empresario do theatro de S Carlos e de sua familia, sempre descobria meio de ter entrevistas com a sua futura noiva. e no fim de muita opposição, sempre vencida pela pertinacia do futuro conde do Farrobo, o casamento realisou-se na data acima indicada, sendo-lhe então renovado o titulo de barão, por carta de 3 de novembro de 1819. A predilecção que teve tambem pelo theatro portuguez o levou a construir em 1820 na sua quinta das Laranjeiras, em parte da qual está hoje o Jardim Zoologico *(V. Laranjeiras)*, um magnifico e elegante theatro, onde se realisaram funcções principescas, que se tornaram celebres. No friso do portico do theatro lia-se o verso latino: *Hic mores hominum castigantur*. Parece que, por causa das agitações politicas d'essa epoca, só em 1825 se realisou a primeira recita, porque a primeira de que temos noticia é de 14 de março d'esse anno, em que se cantou a opera jocosa de Mercadante, *Il Castello dei Spiriti, ossia Violenza e Costanza*, sendo desempenhada tanto nos papeis principaes, como nos coros, por amadores pertencentes na maior parte á classe do alto commercio, e socios da *Sociedade Philarmonica* de Bomtempo. Em 4 de dezembro do mesmo anno, cantou-se a opera de Pietro Generali: *Chiara di Rosemberg*, e em 6 de fevereiro de 1826 a pequena opera jocosa de Rossini: *L'occacione fa il ladro*, e a de Giacomo Cordella *Gli Aventurieri*. O maestro Mercadante, que estava então em Lisboa, escreveu expressamente para o theatro das Laranjeiras a opera *La testa di bronzo ossia La Campana solitaria*, sendo o proprio Mercadante quem ensaiou e dirigiu a opera, que se executou em 3 de dezembro de 1827, dia em que a baroneza de Quintella, D. Marianna Lodi, completava 36 annos de edade. A politica obrigou a interrupção d'estas grandiosas funcções. O barão de Quintella professava idéas liberaes, e teve bastante desgosto com a proclamação da monarchia absoluta em 1828. Então revelou-se o homem verdadeiramente patriota, esquecendo-se de si para só pensar na patria, poz á disposição do governo liberal as sommas precisas para acudir ás necessidades do exercito e da esquadra que defendeu a cidade do Porto durante o cêrco. Em 1831, tendo-se recusado a contribuir para um emprestimo forçado que o governo do infante D. Miguel decretou, foi exautorado de todas as honras e privilegios; refugiou-se então a bordo d'uma nau ingleza, fundeada no Tejo, indo disfarçado em official de marinha britannica, e acompanhado por senhoras e officiaes inglezes. No seu palacio da rua do Alecrim foi arvorada a bandeira ingleza para o livrar de qualquer assalto. Então organisou-se um telegrapho de signaes, por meio de bandeiras, entre o mirante do palacio e aquelle navio. Por elle se communicavam á familia Quintella e aos seus amigos as noticias liberaes, vindo de bordo d'um vaso de guerra as ordens do barão. As circumstancias do exercito sitiado no Porto tornavam se difficilimas, por falta de recursos, não se podendo pagar á esquadra, que luctando com as maiores difficuldades, pedia soccorros pecuniarios, que lhe não eram enviados, e chegando os chefes a ameaçar que abandonariam os seus postos e venderiam os navios para se pagar ás tripulações, veiu a Lisboa um enviado especial do imperador para negociar por intermedio dos directores da Companhia das Vinhas do Alto Douro um adeantamento sobre o contrato do tabaco e do sabão. O agente de D. Pedro não foi bem succedido n'esta empresa, e indo depois a bordo falar com o barão de Quintella, este lhe respondeu: «Não correm propicios os tempos para negociações de contratos, mas se a salvação da causa liberal depende das 30:000 libras esterlinas de que S. M. I. carece, diga ao sr. D. Pedro, que desde já estão á sua disposição». Talvez fôsse este facto que motivou a intimação feita em abril de 1832 ao barão de Quintella para que saisse de Lisboa no prazo de 24 horas, o que o obrigou a alienar todos os seus bens a favor de lord William Russell, e a homiziar se em casa de Diogo Carlos Duff, na rua do Prior á Lapa, onde o acolheram a pedido de José Maria O'Neill, tomando então o nome de Mr. Smith. O governo miguelista chegou a offerecer avultadas quantias a quem descobrisse o logar onde se occultava, que apenas era conhecido pelo creado João Allemão, Ignacio Hirsch e o catraeiro Joaquim. Novas urgencias pecuniarias se deram, não se podendo pagar os vencimentos dos officiaes e da tropa, que estavam em atrazo de 12 mezes. Lord William Russell, encarregado pelo governo inglez de vigiar os actos do governo miguelista, mandou chamar Francisco Lodi, e declarou-lhe que estavam perdidas todas as esperanças de salvação dos liberaes, á vista do que era um dever avisar o Quintella para não sacrificar a sua fortuna a favor d'uma causa que se podia considerar como perdida. Este facto está affirmado por uma carta de Francisco Antonio Lodi, que se publicou em 26 de setembro de 1869 no *Jornal do Commercio*, por occasião da morte do conde do Farrobo. O dedicado liberal ainda tentou realisar um emprestimo por meio d'uma subscripção, que só chegou a attingir a importancia de 1:600$000 réis. Estando reunidos em casa de Diogo Carlos Duff, além das pessoas da familia, José Maria O'Neill e o barão de Quintella, entraram Domenic Duff e Francisco José de Almeida, dando parte do mesquinho resultado da subscripção, e todos lamentavam este facto, dizendo que tudo estava perdido. Depois de profundo silencio, o dono da casa exclamou: «Parece incrivel que não haja um portuguez que faça um sacrificio para salvar a liberdade do seu paiz!» O barão

de Quintella respondeu immediatamente: «Engana-se, sr. Duff, ha um portuguez que está prompto a sacrificar-se para salvar a sua patria e os seus amigos, e esse portuguez sou eu». Pouco depois assignava letras sobre o seu correspondente em Londres, John Gore, e a liberdade de Portugal estava salva. Em agradecimento de tão relevantes serviços, D. Pedro escreveu do seu proprio punho uma carta ao barão de Quintella, em 18 de fevereiro de 1833. Tendo terminado a campanha, quando o imperador entrou em Lisboa, dirigiu-se logo ao palacio da rua do Alecrim, onde teve uma recepção verdadeiramente principesca. O titulo do conde do Farrobo foi-lhe concedido por decreto de 4 de abril de 1833, dia do anniversario natalicio da rainha D. Maria II. Por carta régia de 1 de setembro de 1834 foi eleito par do reino, de que prestou juramento e tomou posse em sessão da respectiva camara de 2 do referido mez e anno. A quinta do Farrobo fica proximo a Villa Franca de Xira, e é importantissima, tem um palacio magnifico e um theatro, onde depois tambem houve funcções sumptuosas, sendo ali hospedadas todas as pessoas que tomavam parte nos espectaculos, durante muitos dias em que se realisavam os ultimos ensaios. O theatro das Laranjeiras foi restaurado em 1842; era illuminado a gaz, illuminação que nem sequer se pensava ainda introduzir em Lisboa. D. Maria II tinha grande predilecção pelas festas das Laranjeiras, a que assistia com toda a familia real. «Aquelle theatro, diz um dos biographos do conde do Farrobo, era o salão mais appetecido e mais selecto da terra portugueza; o centro mais requintadamente attico, de mais transcendente mundanidade, mais artistico, mais espiritual, que até hoje tem havido n'este trechosito do globo. Fôram o *exigi monumentum* do Quintella. Nos tempos aureos do poderio do Farrobo, e ainda posteriormente, mais de um argentario aristocratico o tentou imitar.» Desde 1834 até 1853 houve quasi sempre n'aquelle theatro uma ou duas representações por anno, de operas desempenhadas por amadores, tomando parte em algumas, os cantores italianos escripturados em S. Carlos. A relação das operas, que se cantaram n'esse periodo, póde vêr-se no 1.º volume do *Diccionario bibliographico dos musicos portuguezes*, de Ernesto Vieira, a pag. 401 e seguintes. Por morte de D. Maria II, em 15 de novembro de 1853, o conde do Farrobo, que lhe era muito affeiçoado, interrompeu por algum tempo as suas funcções. Em 1856 realisou-se uma recita, em que se cantou a opera comica de Daddi, *L'organiste*, acompanhada das comedias em 1 acto, *Cerise en prison*, em francez, e *Um plano malogrado*, em portuguez. Ainda em 1861 ali se repetiu aquella opera. Infelizmente o theatro ardeu em 9 de setembro de 1862, por descuido d'uns operarios que andavam ali trabalhando, perda que o conde sentiu profundamente. Estava na quinta do Farrobo quando recebeu a triste noticia. Ainda pensou em o reconstruir, chegando mesmo a dar principio ás obras, mas depois, principiando a decadencia da sua casa, desistiu d'esse desejo. No incendio nada se pôde salvar, perdendo-se o importante scenario e o riquissimo guarda-roupa. O nome do conde do Farrobo anda ligado a muitas e differentes emprezas proveitosas e uteis. Espirito culto e iniciador, promoveu o desenvolvimento da industria entre nós com desinteressada interferencia. Mencionaremos as seguintes empresas devidas á sua iniciativa, ou ao seu valioso auxilio: Obras da barra da Figueira da Foz, empresa da Marinha Grande, a fabrica de productos chimicos da Verdelha, a de fiação de sedas a vapor, as minas de carvão de pedra, as companhias Bonança e União Commercial, a fundição Vulcano, a companhia do Gaz, a empresa dos Caminhos de Ferro do Norte e Léste, a Companhia das Vinhas do Alto Douro, a das Pescarias, a dos Omnibus, das louças, de artefactos, da ponte pensil sobre o Douro, etc. Não foi menos notavel cultor e protector das Bellas Artes. Verdadeiro artista de coração, os artistas tinham n'elle um apreciador distincto e um protector affectuoso e dedicado. A expensas suas fôram subsidiados no estrangeiro alguns dos nossos apreciados artistas, como o pintor Antonio Manuel da Fonseca, depois professor de pintura historica na Academia Real das Bellas Artes; Joaquim Pedro de Sousa, professor de desenho na referida academia, etc. O conde do Farrobo não limitava a sua paixão pela musica ás festas das Laranjeiras, tambem auxiliava as academias com a maior dedicação e desinteresse. Por muitas vezes executou no seu instrumento favorito, a trompa, trechos da maior difficuldade, como os concertos de Dauprat e de Gallay, que eram os autores mais considerados na especialidade. Era o primeiro trompa em todas as orchestras de amadores, e comprazia-se mesmo em occupar este logar nas orchestras de artistas, como succedia na grande festa de Santa Cecilia, na egreja dos Martyres a 22 de novembro, a que nunca faltava. Além da Academia Melpomenense, fundada por artistas, existiam duas muito importantes, constituidas por amadores, a Academia Philarmonica, installada em 28 de março de 1838, e a Assembléa Philarmonica em 1839, ambas filhas da Sociedade Philarmonica instituida por Bomtempo. O conde do Farrobo era presidente das duas, que tiveram uma epoca de grande brilho, chegando nas suas festas annuaes a executar operas completas: a Academia Philarmonica, a *A Favorita*, em 1842; *Os Infantes em Ceuta*, em 1844; *Maria Padilha*, em 1845; *Ugo, conde de Paris*, em 1846; e a Assembléa Philarmonica, *O D. Sebastião*, em 1844; *Os Dois Foscari*, em 1846. Estas academias eram rivaes, e guerreavam-se encarniçadamente, apezar de muitos dos socios pertencerem a ambas. Em 1845 tentou o conde do Farrobo congraçal-as, unindo-as n'uma só, e como testemunho d'esta alliança, propoz construir-se um edificio adequado, que ficaria pertencendo á sociedade unificada. A idéa foi applaudida por ambas as sociedades, mas começaram a surgir tantos embaraços, que o conde se aborreceu, e desistiu dos seus generosos intuitos. Por decreto de 3 de outubro de 1848 foi o conde do Farrobo nomeado inspector geral dos theatros e director do Conservatorio Real de Lisboa, quando este estabelecimento estava em muita decadencia (V. *Conservatorio*). O seu nome tambem ficou vinculado á historia do theatro de S. Carlos, de que se fez empresario no 2.º semestre de 1838, marcando uma epoca memoravel. Organisou uma numerosa companhia toda formada de artistas de primeira ordem, escripturando todas as celebridades estrangeiras d'a-

quella epoca. As operas e bailados eram postos em scena com extraordinaria magnificencia, sobretudo o *Roberto do diabo*, que pela 1.ª vez se cantou em Lisboa a 2 de setembro de 1838, causando assombro pelo luxuoso scenario e vestuario, e excellencia do desempenho, e a opera *D. João*, de Mozart, que tambem se ouviu pela 1.ª vez em Lisboa a 6 de janeiro de 1839. A empresa durou até ao fim de 1840, perdendo o arrojado e desinteressado empresario mais de 40:000$000 de réis. Foi por intervenção do conde do Farrobo que vieram viver para Portugal os maestros Pietro Antonio Coppola e Angelo Frondoni. Uma das suas diversões predilectas eram as caçadas. A este respeito, transcrevemos do *Brazil-Portugal*, n.º 68, de 16 de novembro de 1901, o seguinte: «Todos sabem que elle era um caçador emerito, cujo fuzil tinha a reputação de figurar sempre com uma cifra elevada de peças de caça na estatistica cynegetica. Todos sabem que elle era um *shooter* certeiro, um atirador eminente nos tiros *dóbles* e nos *atravessados* ou de *passagem*, para o que possuia magnificas espingardas, duas das quaes ainda existem, uma na posse do sr. dr. D'Korth, e outra em poder do sr. Carlos Pedro Quintella, filho do conde do Farrobo. Foi o conde do Farrobo quem introduziu em Portugal os primeiros cães *setters*, que vieram substituir os *navarros;* foi elle, tambem, quem primeiro tentou acclimar, no nosso paiz, o faisão dourado e a perdiz cinzenta. Além da propriedade do Farrobo, tinha varias casas para descançar dos prazeres cynegeticos: na Esperança, para a caça das codornizes; em Samora Correia, para a caça das gallinholas; afôra outras no Alemtejo. Da quinta do Farrobo para Samora faziam-se siguaes por meio de bandeiras. O conde do Farrobo ia muitas vezes para o palacio da Gondola, em Azambuja, onde havia uma *guiga* destinada a transportal-o á caça das narcejas e dos patos na valla. Foi grande caçador de porcos bravos e o mais notavel caçador de lebres que tem havido entre nós. Deixou, porém, de se entregar a este genero de caça em consequencia de um desastre que lhe aconteceu. Chapou-se o cavallo em que montava, e teve de ser levado gravemente ferido e sobre troncos de arvores, para a sua quinta do Farrobo, episodio que deu logar a que o pintor Fonseca reproduzisse em quatro quadros todas as pessoas que assistiram ao acto.» O regulamento ácerca das caçadas, que a si proprio se impuzera, mantinha-o com o maximo rigor. Nas epocas destinadas aos differentes generos de caça, as suas ordens terminantes eram fielmente cumpridas, e elle partia com os seus amigos e comitiva de criados, como se fôsse em cumprimento d'uma ordem superior. A fortuna do opulento argentario, que desde muito se ia alluindo, soffreu nos ultimos annos da sua vida um profundissimo golpe com a perda d'uma demanda, que durante muitos annos sustentou com o capitalista Manuel Joaquim Pimenta. O conde do Farrobo tinha recebido do governo o monopolio do tabaco, concedido como recompensa dos serviços prestados á causa constitucional, e passou-o pouco depois ao referido capitalista Pimenta, mas a lei relativa ao papel-moeda e promulgada pela mesma epoca em que se concluiu este contrato, alterou-o em prejuizo do comprador, que por isso tentou uma acção judicial contra o conde, que só no fim talvez de 30 annos de luctas se decidiu, ficando o conde condemnado, tendo de pagar sommas avaliadas em quantia muito superior a 1:000 contos de réis. Esta sentença foi a ruina completa do homem prestigioso que tanto se sacrificara em beneficio do paiz e pela causa liberal, que talvez não pudesse vingar se não fôsse a sua poderosa e valiosissima cooperação. Este e ainda outros desgostos particulares o levaram a desistir do titulo de conde do Farrobo, assignando-se ultimamente como barão de Quintella, titulo que herdara de seu pae. Fallecendo em 22 de julho de 1867 na quinta das Laranjeiras a condessa D. Marianna Lodi, passou a segundas nupcias com M.elle Maria Magdalena Pignault. D'ambos os matrimonios houve geração. O seu brazão d'armas é o seguinte: um escudo partido em pala; na primeira as armas dos Pereiras, em campo vermelho uma cruz de prata florida e vazia do campo; na segunda as armas dos Rebellos, em campo azul tres faxas de ouro, e sobre cada uma d'estas uma flôr de liz vermelha formando banda.

Farrobo *(Joaquim Pedro Quintella, 2.º conde do).* Par do reino por successão a seu pae, de que prestou juramento e tomou posse em sessão da respectiva camara de 8 de março de 1875; commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, grã-cruz da de Francisco José, de Austria, e commendador da ordem da Corôa de Ferro, do mesmo imperio; segundo addido honorario de legação, governador civil do Funchal, proprietario do districto de Lisboa, etc. N. em Lisboa a 18 de maio de 1823, e fal. na mesma cidade a 28 de julho de 1882. Era filho do 1.º conde do Farrobo, e da condessa, sua 1.ª mulher, D. Marianna Lodi (V. o *artigo antecedente).* Exerceu o cargo de governador civil do Funchal, desde 1860 até 1862. Casou a 16 de maio de 1855 com D. Eugenia de Saldanha Oliveira e Daun, 2.ª condessa de Tavarede, viuva do 2.º conde d'este titulo, Francisco d'Almada Quadros Sousa e Lencastre, dama da ordem de Maria Luiza de Hespanha, 3.ª filha do marechal duque de Saldanha. O titulo de conde foi-lhe renovado por decreto de 18 de maio de 1848, ainda em vida de seu pae, ficando vulgarmente conhecido por *conde do Farrobo (Joaquim).* Por carta de lei de 22 de maio de 1878 foi-lhe concedida a pensão annual vitalicia de 1:200$000 réis, em remuneração dos avultados serviços pecuniarios e pessoaes prestados por seu pae; egual pensão foi concedida a seus irmãos e irmãs. O segundo conde do Farrobo foi victima d'uma paralysia que o assaltou nos ultimos annos da sua vida, e falleceu em consequencia dos ferimentos que soffreu no incendio que devorou a casa em que habitava, na rua de S. Bento.

Farrobo. Quinta situada nas immediações de Villa Franca de Xira, no Monte-Gordo, sobre a margem direita do Tejo. Pertenceu ao conde do Farrobo, sendo depois vendida em hasta publica em 20 de março de 1874, por 112:000$000 réis ao fidalgo hespanhol, conde da Torre de Novaes || Povoações nas freguezias: S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro. || Ilha da Madeira e distr. do Funchal: S. João Baptista, de Fajã da Ovelha, conc. da Calheta; N. S.ª da Luz, de Gaula, conc. de Santa Cruz; S. Jorge, conc. de Santa'Anna; Santo Antão. do Seixal, conc. de Porto Moniz. || Ilha e conc. do Porto Santo; N. S.ª da Piedade,

distr. do Funchal. || Ilha de Santa Maria; N. S.ª d'Assumpção e conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada.

Farrobo de Baixo e de Cima. Ilha da Madeira; duas povoações na freg. de S. Gonçalo, conc. e distr. do Funchal.

Farroeira. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S. Estevão, de Pussos, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Farrogo. Ilha Terceira; pov. na freg. de S. Pedro, de Ribeirinha, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Farrôpo. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de N. S.ª da Luz, de Fenaes da Luz, conc. e distr. de Ponta Delgada. Produz milho, trigo, vinho; tem gados e pescarias.

Farta. Pov. na freg. de S. Felix, de Marinha, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Bahia da costa do conc. e distr. de Benguella, prov. de Angola, limitado ao E pela ponta do Macaco e a O pela de S. José das Salinas, distantes entre si pouco mais de 12 k. Chama-se tambem *Bahia Torta*.

Farta Vaccas. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Odiaxere, conc. de Lagos, distr. de Faro.

Fartaria. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Farto *(Antonio Joaquim)*. Director da Escola Medica de Lisboa; cirurgião e lente do hospital de S. José, cirurgião-mór do reino e da Real Camara, commendador da ordem de Christo com honras de fidalgo da Casa Real, etc. Fal. em 21 d'outubro de 1856. Em 1797 foi nomeado ajudante das enfermarias do hospital, e em 1805 fiscal do banco; em 13 de março de 1808 foi admittido para cirurgião, indo fazer serviço em 1810 na enfermaria dos syphiliticos. A 11 de novembro de 1817 começou a reger interinamente a cadeira de operações, de que ficou effectivo em 1822, succedendo a Antonio d'Almeida. Tambem regeu em 1818 a cadeira de obstetricia, e em 1822 a de anatomia. Foi director da Escola Medica de 1 de janeiro de 1830, até á data do seu fallecimento. Foi Antonio Joaquim Farto o cirurgião que modificou em Portugal a agulha de Scarpa, alguns annos antes do medico francez Dupuytren fazer identica modificação em França.

Farto. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Prozello, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Casal na freg. de Santo Antonio, de Fatima, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Fartosa. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Rabaçal, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Farves. Pov. na freg. de Santa Maria, de Alcofra, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Fastos. Annaes, archivos, commentarios e memorias. *Os fastos*, poema de Ovidio, vertido em portuguez pelo visconde Castilho, Antonio Feliciano de Castilho; publicação feita em 1862 por ordem da Academia Real das Sciencias, e dedicada ao duque de Saldanha. *Fastos da Egreja*, publicação começada por Luiz Augusto Rebello da Silva, e que devia conter a vida dos santos; publicaram-se apenas dois tomos em 1854 com a introducção da obra e a vida de Christo.

Fataca. Monte na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Abella, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Fatacos *(Casal dos)*. Na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Fataunços. Pov. e freg. de S. Carlos Borromeu, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Vouzella, distr. e bisp. de Vizeu; 1:109 hab. e 285 fog. Tem esc. do sexo masc, e est. post. A pov. dista 3 k. da séde do conc., passando-lhe proximo o rio Vouga. N'esta freguezia, e proximo da aldeia de Bandabizes, ou Vendavizes, está a propriedade da *Torre*, que é da familia dos Lemos, da casa da *Areia*, em Avanca. N'esta propriedade ha uma antiquissima torre, que dá o nome á quinta, e se chama *Torre dos Moiros*. E' quadrada, e serviu em tempos remotos de habitação. Esta torre é na freguezia de Folgosa, annexa á de Fataunços. Um benemerito filho d'esta povoação, José Lourenço de Sousa, fundou aqui em 1870 uma escola de instrucção primaria, dando-lhe uma bibliotheca escolhida, composta de numerosos livros rudimentares, indispensaveis aos discipulos, e outros muitos de reconhecida utilidade para os proprios adultos que se quizessem instruir. Esta pov. é muito abundante d'agua, muito aprazivel, saudavel e fertil. Cria muito e bom gado; tem colmeias, caça e pesca. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Fateixa. Pequeno porto da ilha de S. Vicente, archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental. Fica situado entre o Porto de S. Pedro e o Porto Grande. Tem um soffrivel desembarcadouro para pequenas embarcações, e muito boa agua potavel.

Fatella. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. do Fundão, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 1:550 hab. e 364 fog. Tem escolas para ambos os sexos, correio com serviço de posta rural, est. do caminho de ferro, na linha de Beira Baixa, Fatella-Penamacôr, entre as de Valle de Prazeres e do Alcaide. A pov. dista 7 k. da séde do conc., correndo a poucos kilometros a ribeira Meimôa. O commendador do mestrado da ordem de Christo apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. A terra é muito fertil, tem caça e cria gado. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Fatima. Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. da Extremadura, conc. e com. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 1:975 e 442 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e caixa post. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada na serra de Minde, entre as nascentes do rio Bezelga. O orago da freg. foi antigamente N. S.ª dos Prazeres. O cabido da collegiada de Ourem apresentava o cura, que tinha réis, 80$000. Ha aqui uma romaria nos dias 13 de junho e 7 de julho. A freg. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar.

Fatime. Logar que pertenceu á freg. de Valbom, conc. de Gondomar, distr. do Porto, d'onde foi desannexado, e passado á freg. de Campanhã, do mesmo distr., por decreto de 13 de janeiro de 1898.

Fato. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Aguda, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || N. S.ª da Oliveira e conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Casal na freg. de S. Thiago, de Rio de Vide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Fatorpá. Pov. do distr., prov. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India, sendo banhada pelo rio Sal. || Pov. da regedoria do torofo de Bally, conc. de Quepém, distr. de, Gôa, na India.

Fantorpem. V. *Fatorpá.*

Fatucama. Ponta ou cabo na costa N da pov. dos Bellos, ilha de Timor, Oceania, a E do porto de Dilly, do qual fórma o extremo oriental.

Fatuchoro. Pov. da prov. dos Bellos, na ilha de Timor, Oceania, situada na costa do Norte.

Fatumacas. Duas povoações da jurisdicção do reino de Veimasse, na ilha de Timor, Oceania.

Fatumartò. Reino do 3.º distr. da prov. dos Bellos, ilha de Timor, Oceania, situado no centro da provincia.

Fatumasse. Pov. da jurisdicção do reino de Ocussi, na ilha de Timor, na Oceania.

Faturó. Reino do 4.º distr. da prov. dos Bellos, ilha de Timor, Oceania, situado a E da provincia.

Faustino *(P. João).* Religioso da Congregação do Oratorio, professor de physica na casa das Necessidades, um dos socios fundadores da Academia Real das Sciencias, etc. Fal. em 1819. Entrou para a Congregação do Oratorio em 15 de outubro de 1754. Na Academia Real das Sciencias foi eleito socio effectivo na classe de sciencias naturaes, na primeira sessão academica de 16 de janeiro de 1780. Passou á classe de litteratura em 6 de junho de 1812. Foi eleito bispo de Pekim, mas não acceitou esta dignidade. Não consta que publicasse obra alguma com o seu nome.

Fava *(Duarte).* Tenente-coronel. N. em 1844, fal. em 1896. Assentou praça em 24 de agosto de 1861, sendo promovido a 2.º tenente em 14 de janeiro de 1869, a 1.º tenente em 23 de janeiro de 1871, a capitão em 24 de novembro de 1875, a major em 25 de outubro de 1897, e a tenente-coronel em 24 de janeiro de 1891. Era official da ordem de S. Bento de Aviz, e pouco tempo antes de fallecer fôra transferido para o estado maior da sua arma. Duarte Fava foi um dos fundadores da Liga Liberal e o maior influente d'essa aggremiação quando se contava com esse grupo como elemento positivo e valioso para a defeza das prerogativas populares ou dos interesses geraes do paiz. Esta attitude energica valeu-lhe uma insistente perseguição politica, e ser transferido do continente para a ilha da Madeira encarregado inspeccionar o material de guerra. Foi tambem director do Jardim Zoologico.

Fava *(José Bento de Sousa).* Commendador da ordem de Christo, brigadeiro de engenheiros, intendente das obras publicas do districto de Lisboa, etc. N. em 1797, e fal. a 3 de março de 1865. Escreveu : *Manual dos ajudantes generaes, e dos adjuntos empregados nos estados maiores das divisões dos exercitos, por Paulo Thiébault; traduzido em vulgar*, Lisboa, 1817.

Favacal Povoações nas freguezias : S. Sebastião, de Cumieira, conc. de Penella, distr. de Coimbra. || Santa Maria, de Pinheiro Grande, concelho da Chamusca, distr. de Santarem. || N. S.ª da Piedade e conc. de V. N. de Ourem, do mesmo districto.

Favaes. Povoações nas freguezias: Santa Cruz, de Alvadia, conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Gôve, conc. de Baião, distr. do Porto. || O Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Favaios. Villa e freg. de S. Domingos, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Alijó, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 2204 hab. e 524 fog. Tem escolas para ambos os sexos, pharmacias, e est. post. com serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. D. Dista a villa 3 k. da séde do conc. Está situada na falda d'uma serra granitica. Foi séde d'um conc. que se supprimiu em 1855. A pov. é muito antiga, e já existia no tempo dos romanos com o nome de *Flavia* ou *Flavias.* Segundo João de Barros, os seus fundadores fôram os flavios, no seculo I ou II da era christã. D. Affonso II lhe deu foral, datado de Balsemão, a 29 de outubro de 1811; D. Affonso III deu lhe outro foral, em Lisboa, a 10 de julho de 1270; e D. Diniz outro, em Lisboa, a 20 de junho de 1284. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 15 de julho de 1514. A villa foi dos marquezes de Tavora até 1759, passando então para a Corôa. A egreja matriz é um templo vasto, muito antigo, tendo uma torre muito elevada. Em Favaios ha uma nascente de aguas ferreas, e um chafariz antiquissimo com abundancia d'agua. A mitra apresentava o reitor, que tinha 200$000 réis de rendimento. Tem aqui apparecido cippos, inscripções e outras antiguidades romanas. A terra é fertil em azeite, castanha, muita qualidade de fructas, cereaes, e bom vinho de embarque. E' n'esta villa que se colhe mais e o melhor vinho moscatel do concelho. Perto da villa, entra na margem direita do rio Douro o ribeiro *Roncão*, que nasce nas serras situadas ao sul de Murça, de Panoyas. Favaios pertence á 6.ª div. mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Faval. Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu e conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Fiães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Vicente, de Troviscal, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Favariça. Pov. na freg. de S. Silvestre e conc. da Louzã, distr. de Coimbra.

Favarrel e Favarrelinho. Duas povoações na freg. de S. Thiago, de Carvalhaes, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Favela. E' appellido muito antigo e nobre, pois se deriva dos illustres condes Favilla e D. Pelayo, heroes asturianos que ajudaram valorosamente a libertar a Hespanha, que tinha sido captiva dos arabes no tempo do rei D. Rodrigo. Os Favelas passaram a Portugal no reinado de D. Affonso V, sendo um d'elles João Favela, que o mesmo soberano casou com D. Beatriz Coelho, dama da côrte e viuva de Ruy Pires, ordenando que fôsse um dos povoadores da ilha de S. Miguel. Aqui teve filhos, entre os quaes, Fernão Favela e João Favela que se passaram á ilha da Madeira, onde casaram; D. Catharina Favela casou em S. Miguel com João d'Arruda Costa, neto de Gonçalo Vaz Botelho, cognominado *o Grande.* Todos os Favelas fôram muito ricos, honrados e de grande representação tanto na Madeira como em S. Miguel, onde possuiram, além de outros bens, o opulento morgado da Praça. Não consta das chronicas açorianas que os Favelas

tivessem brazão d'armas proprio, mas é certo que fizeram uso dos de outras familias com quem entronearam, principalmente dos que pertencem aos appellidos Costa, Botelho, etc.

Favões. Pov. e freg de S. Paio, da prov. do Douro, conc. e com. de Marco de Canavezes, distr. e bisp. do Porto; 421 habitantes e 108 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada perto do rio Tamega. E' n'esta freg a quinta da *Casa Nova*, onde viveu e falleceu em 30 de janeiro de 1419, no reinado de D. Fernando I, Julio Giraldes, corregedor no Minho e Traz-os-Montes. O papa, o bispo e o convento de religiosos benedictinos de S. João de Alpendurada, apresentavam alternativamente o abbade, que tinha de rendimento 280$000 réis. Favões pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Favorita. Roça na ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Favorito. Predilecto, valido. A lista dos favoritos em Portugal é diminuta; a historia a poucos allude. D. Sancho II teve alguns, mas nenhum d'elles conseguiu adquirir grande ascendente no seu espirito. D. Sebastião tambem os teve, porém só os jesuitas é que, segundo consta, puderam dominal-o, inspirando-o em muitos actos da sua vida. Dos favoritos mais afortunados, o unico que apparece é o celebre conde de Andeiro, amante da rainha D. Leonor Telles.

Faxeiros *(Casal dos)*. Na freg. de Santa Luzia, de Pégo, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Faxelhas. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Silves, distr. de Faro.

Fayal *(D. Domingos Antonio Maria Pedro de Sousa Holstein, 1.º marquez do)*. Titulo que lhe foi concedido pela rainha D. Maria II, por decreto de 1 de dezembro de 1834, e carta de 24 de outubro de 1835, por ser filho do 1.º duque de Palmella, D. Pedro de Sousa Holstein, honra que ficou permanente nos primogenitos d'esta nobilissima casa em memoria e para continuar a distinguir os relevantes serviços prestados por este grande estadista, com que tanto illustrou o seu nome a bem do paiz e da restauração e consolidação das instituições liberaes e politicas da monarchia portugueza. D. Domingos de Sousa Holstein era o 3.º filho, mas gozou d'esta mercê, assim como herdou o titulo de duque, por ter fallecido, ainda em vida de seu pae, seu irmão mais velho D. Alexandre (V. *Palmella*). Casou com D. Maria Luiza de Sampaio de Noronha, filha dos 1.ºˢ condes da Povoa, Henrique Teixeira de Sampaio e D. Luiza Maria José Rita Balthazar de Noronha, que foi a 1.º marqueza do Fayal e 2.ª duqueza de Palmella. A actual senhora duqueza d'este titulo é a 2.ª marqueza do Fayal, sendo-lhe renovado este titulo por decreto de 16 de abril de 1861. O brazão d'armas dos marquezes do Fayal é o mesmo que o dos sr.ˢ duques de Palmella: Escudo esquartelado; no 1.º e 4.º quarteis as armas reaes, com o filete negro em contrabanda; nos 2.º e 3.º quarteis, em campo vermelho uma quaderna de crescentes de prata. Timbre um castello de ouro.

Fayal *(D. Helena Maria de Sousa Holstein, 3.ª marqueza do)*. Dama de sua magestade a rainha senhora D. Amelia. O seu nome completo é D. Helena Maria Domingues Porfirio Eugenia Anna Philomena Josepha Antonia Francisca Xavier de Salles de Borja de Assis de Paula de Sousa Holstein de Sampaio e Pina de Brederode. N. a 16 de fevereiro de 1864. E' filha dos actuaes senhores duques de Palmella, D. Maria Luiza Domingues de Sales de Borja de Assis de Paula de Sousa Holstein, e Antonio de Sampaio e Pina de Brederode. O titulo de 3.ª marqueza do Fayal foi confirmado por decreto de 29 dezembro de 1881, e carta de 27 de janeiro de 188 . Casou em 1887 com o sr. Luiz Coutinho da Camara.

Fayal *(D. Luiz Coutinho Borges de Medeiros Sousa Dias da Camara, 3.º marquez do)*. Fidalgo cavalleiro, por alvará de 4 de abril de 1887, official-mór da Casa Real, addido de legação. E' filho do marquez da Praia e Monforte, Antonio Borges de Medeiros Dias da Camara e Sousa, e da marqueza, sua mulher, D. Maria José Coutinho Maldonado de Albergaria Freire. Casou em 1887 com a sr.ª marqueza do Fayal, sendo tambem agraciado com este titulo por decreto de 20 de julho do referido anno. Foi ultimamente nomeado, em 1906, capitão da guarda real dos archeiros, em substituição do sr. duque de Palmella, que exercia esse elevado cargo, e solicitou d'el-rei a sua collocação na disponibilidade. O sr. marquez do Fayal havia já por vezes exercido este cargo, por impedimento de seu sogro.

Fayal. Ilha da Madeira; pov. e freg. de N. S.ª da Natividade, conc. de Sant'Anna, com. de S. Vicente, distr. e bisp. do Funchal; 2:724 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post., fabricas de manteiga e de aguardente. Pertence ao commando militar da Madeira e ao distr. de recrut. e res. n.º 27 com a séde no Funchal. Ha n'esta freguezia um serviço costeiro de navegação a vapor, semanal, para o Funchal e mais portos da ilha. || Pov. na freg. de Santa Maria, do Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Fayal *(Ilha do)*. No archipelago dos Açôres. Acha-se situada no Oceano Atlantico e orientada de ON para O. Faz parte das ilhas que formam o grupo occidental e está a ONO da ilha do Pico, da qual a separa um canal de 8 kilometros de largura. Dista 180 kilom. da ilha do Corvo, 170 das Flôres, 60 da Graciosa, 25 de S. Jorge, 285 de Santa Maria, 205 de S Miguel e 100 da Terceira. Tem 19 kilom. de comprimento e 11 de largura media A sua superficie é de 178 kilometros quadrados. E' de fórma quasi circular, bem comparada a uma tartaruga, e muito montanhosa. A sua principal montanha, denominada a *Caldeira*, tem 1:021 metros de altura. São os vestigios de um poderoso vulcão extincto, e a sua cratera circular mede uns dois kilometros de diametro com uns quatrocentos metros de profundidade. As paredes são talhadas a prumo, cheias de vegetação. O fundo é um esplendido campo de verdura, para o qual se desce a grande custo, por caminhos estreitos e sinuosos e algumas vezes occultos pela vegetação. No fundo da cratera ha diversas grutas de abobada. Este vulcão é o ponto central do systema eruptivo da ilha. Do alto da cratéra mal se distinguem as pessoas que estiverem no fundo. Durante a noite aquelle enorme espaço está occupado por espessos e condensados nevoeiros. Outras montanhas

dignas de menção são o *Cabeço da Fonte* com 492 metros de altura, o *Cabeço do Norte* com 349, e o *Monte Carneiro* com 270. As principaes pontas da ilha são : *João Dias*, a uns 3 kilom. ao NO da de *Espalamaca*; *Cedros*, a 10 kilometros ao NO, e *Figueiras* a OSO da dos Cedros. Entre estas duas ultimas ha uma vasta bahia abrigada dos ventos do quadrante SO a ENE pelo Sul. A uns 2 kilometros de distancia da ponta da Figueira está a ponta ou cabo *Comprido*, e a 10 kilom. d'esta fica a ponta *Castello Branco* e a egual distancia d'esta a da *Senhora da Guia*. A capital da ilha é a cidade da Horta (*V. este nome*); pertence ao districto do mesmo nome e ao bispado d'Angra do Heroismo. Toda a ilha fórma um só concelho. O porto da Horta é o melhor do archipelago, amplo, lindissimo e seguro. Tem uns 3:000 metros de largura. Está limitado ao N. pela ponta da Espalamaca e ao S pela da Senhora da Guia. Esta ponta constitue o extremo meridional d'uma pequena peninsula que resguarda a enseada do porto Pim, que fica a Oeste. Os portos da ilha são muito frequentados pelas baleeiras norte-americanas, por outras embarcações e por alguns navios a vapor, que ali encontram grandes depositos de carvão de pedra. O excellente porto artificial da Horta é tambem procurado pelos paquetes que fazem escala pelos Açôres. O clima do Fayal é dos mais temperados em todas as estações, e o solo fertilissimo. Todavia as ribeiras são poucas e nenhuma d'ellas é farta. As nascentes de agua potavel são tambem em pequeno numero e escassas; a mais importante é a da bahia dos Flamengos. Por isso não são por toda a ilha favoraveis á agricultura as suas magnificas condições naturaes. Além da relativa falta de agua accrescem algumas asperezas do terreno. A erupção vulcanica de 1672, unica que houve na ilha depois do seu descobrimento, cobriu de lavas algumas freguezias, como a de Capello, e prejudicou-as grandemente para a lavoira. Comtudo a ilha, e em especial a cidade da Horta, é um verdadeiro encanto, para o que contribuem os valles pittorescos e os campos productivos de varias freguezias. As principaes producções são os cereaes, a laranja, a batata, o vinho, a noz, a castanha, etc. A creação do gado bovino, caprino, suino e outros, é importante. O gado bovino é exportado em larga escala para o continente A industria consiste principalmente no fabrico de chapéos, tranças e bordados de palha, cestos e obras de vime, tecidos de fio de piteira, bordados e artigos de miolo de figueira, productos de que se faz grande exportação para os Estados Unidos e que teem sido muito apreciados em quasi todas as exposições internacionaes. A pesca tem alguma importancia, e durante um certo tempo as relações com a America do Norte déram incremento á pesca da baleia. Como succede em todas as ilhas do archipelago açoriano a emigração é uma das causas primordiaes do pouco progresso do Fayal. Os seus habitantes são muito activos e industriosos, e nos seus habitos revelam a influencia do contacto que teem tido com os americanos. Falam com facilidade a lingua ingleza. ‖ Bibliographia : *Memoria geographica, estatistica, politica e historica sobre as ilhas do Fayal e Pico*, por Manuel José de Arriaga Brum da Silveira, Lisboa, 1821; *Descripção da formosa Caldeira da ilha do Fayal*, por Pedro Soares de Luna, Lisboa, 1835; *Fayal*, cap. VII do livro *Açôres*, por Alice Moderno; Ponta Delgada, 1901; *A ilha do Fayal*, memoria, em favor do estabelecimento de porto-franco em algumas ilhas açorianas, apresentada ao Congresso Maritimo Nacional em Lisboa, 1903, por Antonio Teixeira de Serpa

Fayal da Terra. Ilha de S. Miguel ; pov. e freg. de N. S.ª da Graça, conc. e com. de Povoação, distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo ; 1:200 hab. e 352 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa post., permutando malas com Povoação. Fica situada á beira-mar, em terreno aprazivel, mas baixo. Produz milho, trigo, lenha e boas fructas. Tem gados, e pescarias. Pertence ao commando militar dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 26, com a séde em Ponta Delgada.

Fayão (*Affonso de*). Abbade de Baltar que se julga fôsse filho natural de el-rei D. João IV, mas que não chegou a ser reconhecido. D'elle se dizem descendentes os Braganças da provincia do Minho.

Faz Fato. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Faz da Moira. Pov. na freg. de Santa Luzia, de Pomares, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Faz-tu lá. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa do Bispo, distr. de Faro.

Fazamões. Pov. na freg. de S. Pedro, de Paus, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Fazenda. Familia que procede de João Affonso Fazenda. Tem por armas : em campo vermelho um cardo verde perfilado de ouro florido e com raizes de prata, e em orla um cordão de S. Francisco de prata ; o timbre é o mesmo cordão.

Fazenda (*Manuel Esteves*). Conego da sé do Funchal e professor de sciencias ecclesiasticas no seminario da mesma cidade. Era natural da Covilhã, fal. em Lisboa, com 58 annos de edade, a 13 de março de 1903, Foi tambem professor no seminario de Pinhel. Em outubro de 1899 teve a apresentação de conego na sé do Funchal com onus de ensino.

Fazenda (*Secretaria de Estado dos Negocios da*). Foi creada em 15 de setembro de 1788, ficando constituida pela presidencia do real erario, da real Junta do Commercio, agricultura, fabricas e navegação dos reinos e dominios de Portugal, sendo então nomeado ministro o visconde de V.N. da Cerveira, D. Thomaz Xavier de Lima Nogueira Vasconcellos Telles da Silva, mais tarde marquez de Ponte do Lima. Este fidalgo accumulava até então o cargo de ministro do reino com aquella presidencia. Por decreto de 6 de janeiro de 1801 se organisou definitivamente a nova secretaria, ordenando se que fôssem nomeados os officiaes necessarios com vencimentos na fórma que se praticava nas outras repartições. Quando os francezes invadiram Portugal, Junot regulando a administração do paiz, estabeleceu um conselho de governo em que havia um secretario de Estado encarregado do reino e das finanças. Depois da Restauração, quando de novo se formou a regencia, foi nomeado secretario do reino e da fazenda João Antonio Salter de Mendonça, depois visconde d'Azurara. Posteriormente tem a Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda tido muitas e repetidas organisações.

Fazenda. Povoações nas freguezias: Ilha do Pico; Santo Antonio, conc. de S. Roque do Pico, distr. de Horta. || Ilha da Madeira, distr. do Funchal: N. S.ª da Natividade, de Fayal, conc. de Sant'Anna; N. S.ª da Luz, de Gaula, conc. de Santa Cruz; N. S.ª da Conceição e conc. de Machico; N. S.ª da Conceição e conc. de Porto Moniz || S. Francisco de Assis e conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre. || S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || Casal na freg. de N. S.ª de Val de Reis, de Valle de Reis, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção de Freixo, conc. de Redondo, distr. de Evora. || Pequena pov. do conc. das Lagens, distr. de Horta, bisp. de Angra do Heroismo, com. e ilha das Flôres, archipelago dos Açôres, na costa E. Produz cereaes, e tem caixa post. || Pov. do conc. de Nordéste, distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo e com. de Povoação, na ilha de S. Miguel. Tem caixa postal.

Fazenda Beira Baixa. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Fazenda Boa União. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Fazenda Junior *(Francisco Antonio).* Proprietario na villa da Vidigueira, distr. de Beja, e jornalista. Nasceu na mesma villa a 20 de janeiro de 1867. E' filho de Francisco Antonio Fazenda, escrivão notario em Cuba, e de D. Thereza de Jesus Veiga Fazenda. Tem publicado grande numero de artigos politicos nos jornaes republicanos, entre elles *A Vanguarda*, *O Mundo*, o antigo *Paiz* e *Debate*, de Lisboa, e em varios outros jornaes das provincias. Egualmente tem collaborado em muitas revistas litterarias nacionaes e estrangeiras. E' socio da Liga da Paz, e n'esta qualidade apresentou algumas propostas, que fôram integral e unanimemente approvadas no ultimo congresso realisado em Berne.

Fazenda Loge. Pov. do conc. de Ambriz, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Fazenda Nova *(Monte da).* Na freg. de N. S.ª da Graça dos Mosteiros, conc. de Arronches, distr. de Portalegre.

Fazenda Quincollo. Pov. do conc. de Ambriz, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Fazenda de Santo Antonio. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Fazenda Valle Formoso. Pov. do conc. de Golungo Alto, districto de Loanda, provincia de Angola.

Fazendas da Estrada da Erra. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Fazendeiro. Pov. na freg. de S. Paulo, de Amor, conc. e distr. de Leiria.

Fazendinha. Ilha da Madeira, distr. do Funchal; povoações nas freguezias: S. Salvador e conc. de Santa Cruz; N. S.ª da Graça, de Estreito da Calheta; N. S.ª da Luz, de Gaula, conc. de Santa Cruz.

Fé *(Fr. João da).* Religioso franciscano da provincia de S. João Evangelista das ilhas dos Açôres, de que foi lente jubilado e provincial. Era natural da ilha do Pico, mas ignoram-se as datas do seu nascimento e fallecimento. Foi orador muito apreciado, e o escolhido para pronunciar a oração gratulatoria na acclamação de D. João V, a qual se publicou em Lisboa, por não haver ainda n'esse tempo typographia alguma em todo o archipelago açoriano. Saiu com o titulo: *Panegyrico dirigido ao muito alto e muito poderoso rei de Portugal D. João V, prégado na festa da sua gloriosa acclamação, que celebrou a fidelissima ilha do Fayal, aos 25 de abril de 1707*, Lisboa, 1708.

Febre. Quebra dada á moeda; reducção, falha, diminuição ou cerceio; moeda que não tem o peso da lei. *Moeda febre,* diz Viterbo, é o contrario de *moeda forte.* No reinado de D. João IV chamavam se *febres* as quebras da moeda. Em 9 de agosto de 1645 ordenou-se que os *febres* da moeda de prata não excedessem a 100 reaes o marco.

Febre amarella. V. *Epidemia.*

Febres. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. do Douro, conc. e com. de Cantanhede, bistr. e bisp. de Coimbra; 3:994 hab. e 1:110 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 9 k. da séde do conc. Tambem officialmente se denomina *N. S.ª das Febres*. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria.

Febros. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Avintes, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Thomé, de Britarães, conc. de Paredes, do mesmo distr. || S. Julião, de Lage, conc. de Villa Verde, distr de Braga. || Santa Maria, de Veatodos, conc. de Barcellos, do mesmo districto.

Fedagosa ou **Fedegosa.** Nome por que tambem são conhecidas as aguas thermaes de Arez, em consequencia do cheiro desagradavel de sulfhydrico que exhalam. A este respeito publicou-se na *Gazeta Medica do Porto*, de 1845, tomo III, pag. 239, o seguinte: *Noticia d'algumas aguas mineraes na provincia do Alemtejo*, por Francisco d'Assumpção. V. *Arez.*

Fedea. Moeda da India no seculo XVI. Em 1522, na fortaleza de Diu, cinco *fedeas* e meia valiam uma *tanga* de prata ou sessenta *reaes* de Portugal. Em Baçaim a tanga equivalia a 4 fedeas.

Feijão *(Francisco Augusto de Oliveira).* Lente na Escola Medico-cirurgica de Lisboa, medico effectivo e consultor da Real Camara, vogal do conselho fiscal da Assistencia Nacional aos Tuberculosos e vogal do Conselho Superior de Hygiene; socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, socio titular da Sociedade das Sciencias Medicas, da Sociedade de Geographia de Lisboa, da Real Associação Central da Agricultura Portugueza, sendo presidente da direcção, e da Associação dos Medicos Portuguezes, etc. N. em Almada a 24 de novembro de 1850. E' filho de Francisco de Oliveira Feijão. Matriculou-se na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, cujo curso completou a 22 de julho de 1873. Foi nomeado para o banco do hospital de S. José a 3 de fevereiro de 1874, extraordinario a 17 de maio de 1879, e director de enfermaria em 3 de dezembro de 1885. Por deliberação do conselho da Escola Medica em sessão de 8 de maio de 1876, foi admittido ao exercicio interino do logar de preparador e conservador do museu de anatomia, onde se conservou até subir ao magisterio Por decreto de 12 de março de 1878 foi nomeado lente substituto da secção cirurgica;

secretario e bibliothecario por decreto de 27 do referido mez e anno. Durante alguns mezes regeu a cadeira de obstetricia e a de pathologia externa. De março de 1879 até ao fim do anno lectivo foi cathedratico de anatomia pathologica; ainda no anno seguinte regeu a cadeira de obstetricia, sendo afinal promovido por decreto de 29 de setembro de 1881 a lente proprietario da secção cirurgica, sendo-lhe destinada a 9.ª cadeira (clinica cirurgica) por ter optado o professor Manuel Bento de Sousa, que a regia, pela de anatomia, vaga pela jubilação do professor Thomaz de Carvalho. Ainda rege a referida cadeira. O sr. dr. Oliveira Feijão é cirurgião director das enfermarias de S. Luiz e de S. Carlos. Foi o primeiro cirurgião que em Portugal extirpou pela ovariotomia um tumor do ovario, em 14 de novembro de 1885, que fez a operação da thyreroidectomia,

Francisco Augusto de Oliveira Feijão

em 21 de novembro de 1883, etc. Foi par do reino electivo; tem a carta de conselho, a grã-cruz da ordem de Izabel a Catholica, e a de Francisco José, de Austria. Além de alguns artigos e lições clinicas em varios jornaes medicos, tem publicado o seguinte: *Organismo e traumatismo*, these inaugural, Lisboa, julho de 1873; *Pathogenia das metastases*, these de concurso, Lisboa, 1875. *Feridas e pensos*, Lisboa, 1877; *Lições de clinica cirurgica, feitas no amphitheatro annexo ás enfermarias de clinicas escolares do Hospital Real de S. José*, 1 vol. Lisboa, 1883. O sr. dr. Feijão, querendo descançar um pouco da sua vida scientifica, pensou no socego campesino, e fez-se lavrador, adquirindo uma propriedade rustica, proximo a Santarem, a quinta da *Mafarra* E' uma vasta propriedade, onde se tem dedicado ao estudo da sciencia agronomica. Dedicado e leal companheiro dos agricultores, tem n'os acompanhado nas suas justas reclamações perante os poderes publicos, e como presidente da Real Associação Central de Agricultura Portugueza, tem prestado muitos serviços ao paiz. No congresso vinicola nacional realisado em 1900, promovido pela referida Associação de Agricultura, tambem tomou parte o sr. dr. Feijão, como representante do syndicato agricola do districto de Santarem. Quando em maio de 1905 o rei de Italia fundou o Instituto Internacional d'Agricultura, manifestando o profundo interesse que lhe merece a agricultura, não só na Italia, como em todas as outras nações da Europa e da America, o governo portuguez enviou como delegado diplomatico áquelle congresso o ministro de Portugal junto da côrte de Roma, o sr. conselheiro Mathias de Carvalho e Vasconcellos, sendo acompanhado, como adjuntos technicos, pelos srs. dr. Oliveira Feijão e Sertorio do Monte Pereira, lente da cadeira de Silvicultura do Instituto de Agronomia e Veterinaria.

Feijão. Pov. na freg. de S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Feijó. Familia procedente do antigo reino da Galliza, e da qual alguns membros passaram a Portugal. Tem por armas, em campo azul, tres faxas vermelhas coticadas de ouro; timbre, um leão de prata rompente, baudado, e armado de vermelho. Os de Castella teem por armas, em campo vermelho seis bezantes de ouro em duas palas, e no meio uma espada de prata com os copos de ouro em pala com a ponta para cima; por timbre uma espada com um ramo de feijoeiro florido da sua côr em aspa.

Feijó *(Ignacio Maria)*. Escriptor dramatico, fallecido em Lisboa no anno de 1857. Escreveu: *O Camões do Rocio*, comedia em 3 actos, representada pela primeira vez no theatro da Rua dos Condes em 1 de janeiro de 1840, no beneficio da actriz Carlota Talassi; representou-se depois em varias epocas, sendo a ultima, segundo parece, em 1873; esta comedia foi premiada com um dos premios pecuniarios dados pelo Conservatorio Real de Lisboa, determinados pelos estatutos; *A Torre do Corvo*, 4 actos, 1 prologo e epilogo, Lisboa, 1855. Depois da sua morte, publicaram-se as seguintes peças em 1861: *Remechido o guerrilheiro, ou os ultimos dez annos da sua vida*, drama em 3 actos e duas epocas; *Carlos ou a familia do avarento*, comedia em 4 actos; *Pedro Cem*, drama em 5 actos.

Feijó *(Antonio Joaquim de Castro)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; poeta, diplomata, actual ministro plenipotenciario de Portugal na Suecia, etc. N. em Ponte do Lima, no anno de 1862. Terminou o curso em 1883, e pouco tempo depois entrou na carreira diplomatica. Em 30 de julho de 1885 ficou approvado no concurso de segundos officiaes e de consules de 1.ª classe. Por decreto de 21 de janeiro de 1886, foi nomeado consul de 1.ª classe no Rio Grande do Sul, sendo, porém, depois nomeado em 4 de junho do mesmo anno para fazer serviço temporariamente, como addido, na legação da côrte do Rio de Janeiro, para onde partiu em 23 do mesmo mez, e tendo se apresentado na referida legação a 8 de julho, ali serviu até principios de novembro do mencionado anno de 1886, só então seguiu o seu posto no Rio Grande do Sul, onde chegou a 15 do referido mez de novembro, tomando posse em seguida do respectivo consulado. Por decreto de 18 de outubro de 1888 teve transferencia para Pernambuco, e pelo de 22 de agosto de 1890, foi como 2.º official, consul geral, para Stockolmo, para onde partiu a 12 de janeiro de 1891, tomando posse a 23 de março, continuando a exercer aquelle cargo por alguns annos. Em 1900, foi como consul geral encarregado de negocios em Stockolmo e Copenhague. Em julho d'este anno ausentou-se, em gozo de

icença, regressando ao exercicio das funcções do seu cargo em Stockolmo a 26 do seguinte mez de agosto. Por decreto de 1 de março de 1901 foi promovido á categoria de 1.º official, e ausentou-se do seu posto para vir a Lisboa, em gozo de licença, a 24 de setembro, voltando novamente para Dinamarca e Suecia, afim de tomar posse da gerencia das legações de Portugal nas referidas côrtes, como enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, a que tinha sido promovido por decreto de 20 de junho. Tendo chegado a Copenhague a 17 de novembro, e feito entrega das suas respectivas credenciaes, seguiu para Stockolmo onde fixou a sua residencia, assumindo a gerencia da legação n'aquella côrte a 3 do seguinte mez de dezembro. A 20 de agosto de 1904 partiu para Lisboa com licença, que lhe fôra concedida, voltando para o seu cargo em Stockolmo a 15 de outubro, tornando a ausentar se em goso de nova licença a 5 do seguinte mez de dezembro. O sr. Antonio de Castro Feijó é poeta muito apreciado. As suas principaes obras são : *Sacerdos magnus*, por occasião da commemoração do centenario de Camões ; *Lyricas e bucolicas ; A' janella do Occidente; Cancioneiro chinez.*

Feijó *(D. João)*. Bispo de Bragança, que falleceu em 1875. Fôra deputado antes de exercer aquella elevada dignidade. Era homem de grande merecimento.

Feijó *(João de Moraes Madureira)*. Mais conhecido pelo nome de Padre Madureira. V. *Madureira Feijó (João de Moraes)*.

Feijó *(João da Silva)*. Coronel de engenheiros ; bacharel em Mathematica, secretario geral das ilhas de Cabo Verde, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, distincto naturalista e botanico, professor da Academia Militar do Rio de Janeiro. N. no Rio de Janeiro em 1760, fal no Ceará a 10 de março de 1824. Escreveu : *Memoria Economica sobre a raça do gado lanigero na capitania do Ceará, com os meios de organisar os seus rebanhos por principios ruraes, aperfeiçoar a especie actual das suas ovelhas, e conduzir-se no tratamento d'ellas e das suas lãs em utilidade geral do commercio do Brazil, e prosperidade da mesma capitania*, Rio de Janeiro 1811. Nas *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias* encontram-se d'este escriptor as seguintes producções : *Memoria sobre a fabrica real de anil na ilha de Santo Antão*, no tomo I ; *Ensaio economico sobre as ilhas de Cabo Verde*, no tomo V. Escreveu mais : *Memoria sobre a ultima erupção vulcanica do Pico da ilha do Fogo*, publicado no *Patriota*, jornal litterario do Rio de Janeiro, tomo III, n.º 5 ; *Memoria sobre a capitania do Ceará*, idem, n.os 1 e 2 ; *Ensaio politico sobre as ilhas de Cabo Verde*, idem, n.º 3 ; *Preambulo ao Ensaio Philosophico e politico sobre a Capitania do Ceará para servir á sua historia geral ; Memoria sobre a urzella de Cabo Verde ; Memoria sobre as minas do Ceará ; Carta topographica do Ceará á mina do Salpetra*, autographa a traço de penna; está, segundo consta, na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro ; *Planta demonstrativa da Capitania do Ceará para servir de plano á sua carta topographica, delineada pelo sargento-mór naturalista ;* existe no Archivo Militar do Rio de Janeiro.

Feijó. Pov. na freg. de S. Pedro, de Serreleis, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Casal e quinta na freg. de S. Thiago e conc. de Almada, distr. de Lisboa.

Feijó da Costa *(Henrique Luiz)*. Escriptor. N. em Lisboa a 10 de outubro de 1842, onde tambem falleceu a 12 de março de 1864. Era filho de José Luiz da Costa e de sua mulher, D. Maria do Carmo Feijó de Sousa e Mello. Depois dos estudos primarios, frequentou a Escola Academica, manifestando elevado talento e applicação. Foi alumno distincto do Curso Superior de Letras. Dedicou-se muito ao estudo das bellas artes, e estando ligado, por sua predilecção ás investigações artisticas e archeologicas, ao marquez de Sousa Holstein, vice-inspector da Aca-

Henrique Luiz Feijó da Costa

demia Real das Bellas Artes, muito o ajudava n'aquelles trabalhos. Em 1862 foi encarregado de catalogar os desenhos ali existentes, e descreveu mais de 1:200, colligindo ao mesmo tempo subsidios para as biographias de 200 artistas, aproximadamente. Já minado pela tuberculose, que o victimou aos 22 annos incompletos, partiu para Florença, desejando completar uma obra ácêrca dos pintores italianos. Apenas se demorou alguns mezes n'aquella cidade, regressando a Portugal em 12 de fevereiro de 1864, por se lhe terem aggravado os soffrimentos. Na sua biographia escripta por Pinheiro Chagas, lê-se o seguinte trecho do citado marquez de Sousa Holstein : «Pela minha parte deploro com amargura a prematura morte de Henrique Feijó da Costa. Considerava-o um valente soldado n'esta cruzada que temos começado a favor das bellas artes, tão esquecidas, tão desprezadas entre nós. Perdi com elle um verdadeiro amigo, por quem me interessava como se fôra meu irmão; perdi um incançavel cooperador.» Feijó da Costa fundou em 1860 um periodico mensal, a *Chronica encyclopedica*, de que sairam poucos numeros. Pelos cuidados de sua mãe e dos seus amigos marquez de Jousa Holstein e Sosé Fontana, publicou-se um livro posthumo d'este mallogrado escriptor, encerrando umas rapidas biographias dos grandes artistas que no mundo se tornaram notaveis; eram apontamentos da carteira de Henrique Feijó no tempo em que principiava a entregar se com mais fervor a esses estudos especiaes. Este livro tem por titulo : *Esboços biographicos dos*

principaes pintores italianos e rapida descripção artistica e historica dos quadros existentes nas galerias de Florença, Lisboa, 1866. Escreveu mais: *Descripção das armas reaes de Portugal, dos brazões das cidades e das principaes villas do reino, e explicação das insignias de algumas d'ellas*, Lisboa; publicada em 1858, por occasião do casamento d'el-rei D. Pedro V; *Mysterios do mundo ou a historia d'uma familia*, comedia-drama em 2 actos, Lisboa, 1858; *Um morgado*, comedia em 1 acto, ornada de poesia por José Ignacio de Araujo; Lisboa, 1862. *Scenas Vulgares*, Lisboa, 1863; com um prologo por Andrade Ferreira. Era uma collecção de pequenos romances e narrativas, que devia ter continuação.

Feijoal. Povoações nas freguezias: Santa Leocadia, de Geraz do Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello; | Santo Estevão, de Penso, conc. e distr. de Braga. || S. Martinho, de Sande, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Feijócos. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Santa Cruz. distr. do Funchal.

Feijoeiros. Povoações nas freguezias: Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto. || Casal na freg. de Santo Antonio, de Areias, conc. de Marvão, distr de Portalegre.

Feijões. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Feijóo *(João Maria)*. General de divisão reformado, lente da Academia de Fortificação, da Escola do Exercito, inspector dos incendios, etc. N. em Belem a 24 de junho de 1801, fal. em Lisboa a 4 de julho de 1884 Frequentou com a maior distincção a antiga Academia de Fortificação de Artilharia e Desenho, obtendo o primeiro premio em todos os annos do curso. A 9 de setembro de 1827 entrou na marinha real como aspirante a piloto, carreira que abandonou a 23 de junho de 1829. Era um liberal exaltado, e quando entraram em Lisboa a 24 de julho de 1833 as tropas commandadas pelo duque da Terceira, Feijóo, e todos os outros estudantes que frequentavam as escolas superiores, se apresentaram ao novo governo para combater pela liberdade e legitimidade da rainha D. Maria II. Organisando-se os batalhões nacionaes moveis e fixos, Feijóo alistou-se no 1.º movel a 5 de agosto de 1833, e assistiu ás acções de 5 de setembro e de 10 de outubro nas linhas de Lisboa, seguindo todos os movimentos e acções em que entrou o exercito, de que fazia parte, até á convenção de Evora-Monte em maio de 1834. Durante este tempo fôra promovido a tenente do mesmo batalhão, e pelas suas habilitações fôra transferido n'esse posto para o real corpo de engenheiros a 24 de março do referido anno de 1834. Quando se tratava de regularisar em 1833 os estudos, que estavam suspensos, Feijóo teve a nomeação de lente substituto da aula publica de architectura civil a 29 de agosto, obtendo a propriedade da cadeira logo a 20 de dezembro seguinte. Terminada a campanha em 1834, abriu novamente a Academia de Fortificação, e Feijóo foi chamado para o ensino a 16 de outubro, e nomeado lente substituto extraordinario de desenho, a 29 de agosto de 1835. As Escolas Polytechnica e do Exercito vieram substituir a antiga Academia de Fortificação, em 1836, e João Maria Feijóo foi logo nomeado a 30 de setembro, substituto das aulas theoricas da Escola do Exercito, ficando proprietario da cadeira de architectura civil, rios e canaes, a 4 de fevereiro de 1837. Em maio de 1836, a camara municipal de Lisboa solicitou a autorisação do governo para nomear inspector dos incendios o professor João Maria Feijóo, que era então tenente de engenheiros, autorisação que o governo concedeu a 2 de julho do mesmo anno. Exerceu este cargo durante 15 annos, e n'este periodo déram se fogos importantes, como o do palacio da Regencia, onde está hoje o theatro de D. Maria II, n'esse tempo occupado pelos archivos do thesouro e outras repartições; o do Collegio dos Nobres, o do Thesouro Velho, em que fôram devorados pelas chammas os archivos da Casa de Bragança, etc. Ainda em 1836 foi nomeado para uma commissão importante, que tinha por fim procurar na egreja do convento de Sant'Anna os ossos de Luiz de Camões. Antonio de Feliciano de Castilho, mais tarde visconde de Castilho, tinha feito uma proposta a esse respeito na sociedade recentemente formada dos *Amigos das letras*. Sendo a proposta approvada, nomeou-se a citada commissão, composta, além de Feijóo e de Castilho, do professor de esculptura da Academia Real das Bellas Artes, Francisco de Assis Rodrigues, a que se aggregaram Augusto Frederico de Castilho, o morgado de Assentiz e Gonçalo Vaz de Carvalho, depois visconde de Monsão, conhecidos pelo seu saber e vasta erudição. Os trabalhos começaram a 7 de setembro; esta primeira tentativa, porém, ficou mallograda, por motivo da revolução politica que se deu poucos dias depois; Feijóo, que dirigia os trabalhos da exploração ainda fez algumas tentativas para reunir a commissão, e não o podendo conseguir, entendeu melhor addiar para mais tarde os trabalhos, e repôr tudo exactamente como estava. Durante 18 annos em nada mais se pensou, e só no anno de 1854, depois da morte de Garrett, é que se tornou a tratar d'este assumpto. Nomeou-se nova commissão, de que fizeram parte os membros da primeira, Feijóo e o visconde de Monsão, o visconde de Juromenha, Carlos da Silva Maia, dr. Cicouro e José Tavares de Macedo, que foi o secretario. Ainda d'esta vez foi João Maria Feijóo quem dirigiu os trabalhos de exploração, levantou as plantas e fez os desenhos necessarios, desenhos que se extraviaram ou se desencaminharam do logar competente no ministerio do reino, pois não se encontraram junto ao relatorio, que depois foi publicado pela imprensa. O resultado d'essas pesquizas foi terem apparecido uns ossos, entre os quaes a commissão julgou que deviam estar os de Camões, e que fôram pomposamente transportados para a egreja de Belem, ficando ali depositados em 8 de junho de 1880. João Maria Feijóo ainda desempenhou as seguintes commissões: a de levantar a planta das fortificações que formavam as linhas de defeza da capital; da de formular os estatutos para a fundação da Academia das Bellas Artes de Lisboa, sendo louvado pela intelligencia, zelo e amor do bem publico com que desempenhou esta commissão; fez parte do jury nomeado para a escolha do projecto preferivel para

a construcção do theatro de D. Maria II; foi encarregado das obras necessarias no edificio da Luz, para se tornar ali a installar o Real Collegio Militar; da direcção das obras do dique do Arsenal da Marinha, sendo tambem louvado pelo zelo e bom serviço; tambem fez parte da commissão encarregada de erigir o monumento a D. Pedro IV; da que teve por encargo o dar parecer sobre a reforma dos estudos do Collegio Militar e da que foi incumbida de propôr alterações no ensino de desenho do referido collegio, sendo louvado pelo serviço que a ellas prestou. Em 1863 foi nomeado membro da commissão encarregada de formular o projecto de reforma da Escola do Exercito e do Collegio Militar. Tambem tomou parte na commissão encarregada de examinar o dique do Arsenal da Marinha, e foi vogal do jury ou commissão encarregada de dar parecer sobre a proporcionalidade dos preços das esculpturas para o arco da Praça do Commercio. Era tambem vogal do conselho de instrucção militar, e da Commissão Central Primeiro de Dezembro. Foi membro e vice-presidente da Associação dos Architectos e Engenheiros Civis, e socio de merito da Academia das Bellas Artes de Lisboa. Foi promovido a capitão a 18 de setembro de 1850, graduado no posto de major a 21 de outubro de 1857, obtendo a effectividade a 27 de fevereiro de 1861; promovido a tenente-coronel a 2 de novembro de 1864, e a coronel a 27 de fevereiro de 1866. Passou ao estado maior general pela sua promoção a general de brigada a 5 de janeiro de 1869, sendo reformado no posto de general de divisão a 12 de março de 1884. Como lente foi agraciado com o augmento do terço do vencimento em 4 de setembro de 1855, jubilado e nomeado director dos estudos de secção das sciencias de construcção a 29 de agosto de 1865. Tinha a carta de conselho, as commendas das ordens de Christo e S. Thiago, o grau de cavalleiro da de S. Bento de Aviz, e a medalha das campanhas da liberdade, algarismo n.º 2.

Feimento. Pov. na freg de S. Pedro, de Capareiros, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Feio ou **Feyo.** Appellido antigo, que provém de Martim Gil, chamado o *Feio*, filho de Gil Antunes de Athaide, e de D. Elvira Annes. Tem por armas, em campo azul, tres bandas de vermelho perfiladas de ouro; timbre, um leão de prata bandado, e armado de vermelho, rompente.

Feio *(Bento Teixeira).* Cavalleiro professo da ordem de Christo, védor da fazenda na India, e thesoureiro-mór do reino em Lisboa. N. no Pombal, e viveu no seculo XVII. Passando á India, chegou a Gôa, e ali foi nomeado védor da fazenda. Regressando a Portugal, saiu d'aquella cidade em 20 de fevereiro de 1647, a bordo da nau *Senhora da Atalaia*, e nas alturas do Cabo da Boa Esperança naufragou. Contou a historia do seu naufragio, na seguinte *Relação do naufragio que fizeram as naus Sacramento e Nossa Senhora da Atalaya vindo da India para o reino, no Cabo da Boa Esperança*, Lisboa, 1650. A obra saiu mais tarde reimpressa, e faz parte da chamada *Collecção dos Naufragios*.

Feio *(Daniel Cordeiro).* Industrial, director da fabrica de lanificios em Arroios, etc. Era oriundo d'uma familia de importantes industriaes fabricantes de sedas. N. em Lisboa em 4 de março, não sabemos de que anno, e fal. em 26 de outubro de 1892. A industria nacional deveu-lhe valiosos auxilios. Desde 3 de fevereiro de 1888 até á data do fallecimento, exerceu o cargo de 2.º thesoureiro da Alfandega de Lisboa. Foi tambem director dedicado do Asylo do Campo Grande, e vogal da commissão executiva da Exposição Industrial Portugueza, com uma secção agricola, realisada em Lisboa no anno de 1888. Fundou no Rato uma fabrica de sedas, que produziu excellentes artefactos. Na exposição de Philadelphia, realisada ha 30 annos, approximadamente, obtiveram diploma. Querendo, porém, dar maior desenvolvimento a esta industria, organisou-se uma sociedade de parceria, e por conta d'essa sociedade se construiu em 1878, uma fabrica na rua de S. Marçal. Pela sua reconhecida competencia, foi Daniel Cordeiro Feio escolhido para se encarregar da gerencia e administracção da nova fabrica. Na do Rato estabeleceu uma créche, que foi uma das primeiras que existiram em Lisboa, e fundou outra junto á referida fabrica da rua de S. Marçal.

Feio *(Francisco Soares).* Doutor em Medicina e lente da Universidade de Coimbra. Escreveu: *Tratado do Escorbuto a que o vulgo chama mal de Loanda*, Lisboa, 1643; *Tratado de como se devem abrir as fontes; Tratado da enfermidade do bicho.* Estes tratados saíram impressos no fim da *Recopilação de Cirurgia*, por Antonio da Cruz, edição de 1645, e nas que posteriormente se fizeram.

Feio *(Innocencio José de Sousa).* General de divisão. N. em 1807, fal. a 21 de maio de 1883. Assentou praça aos 15 annos de edade no 2.º regimento de artilharia em 1 de junho de 1822. No periodo de 1826 a 1833 tomou parte muito activa na campanha da liberdade, combatendo como verdadeiro constitucional, entrando em muitos dos combates e batalhas que então se feriram. Depois de 1834 foi chamado para varias commissões de serviço que sempre desempenhou com a maior competencia. Em 1848 foi eleito deputado pelo circulo do Alemtejo e sendo tambem eleito em 1851 recusou-se a acceitar o mandato. Sousa Feio foi dos primeiros officiaes que commandaram a Escola Pratica de Artilharia no polygono das Vendas Novas, em 1861; exerceu tambem os cargos de inspector do Arsenal do Exercito e o de director do deposito do material de guerra. Foi membro da commissão de aperfeiçoamento da arma de artilharia, e presidente do conselho administrativo da mesma arma. Um grande desgosto lhe veiu enluctar os ultimos annos da sua vida; a perda de seu filho, Joaquim José da Costa Sousa Feio, que falleceu em 1868, tendo concluido aos 20 annos de edade, em 1 de janeiro de 1845, o curso de medicina na Escola Medico Cirurgica de Lisboa. O general Sousa Feio afastou-se então da vida publica, entregando-se aos cuidados da familia, até que falleceu.

Feio *(Fr. João Baptista)* Religioso franciscano da provincia de Portugal. Professou em 1570 ou 1571, no convento de Ara Cœli, de Roma. Voltando á patria, entregou-se completamente á lição de livros asceticos, e ao estudo das ceremonias ecclesiasticas, em que foi muito perito. Escreveu: *Calendario perpetuo para todos os que usam o officio divino romano, com regras do mesmo officio, annotações curiosas, e resolução das du-*

vidas que em elle pódem occorrer, etc. Lisboa, 1588.

Feio *(José Alexandrino Craveiro)*. Cirurgião-medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. E' natural de Lameiras e filho de Francisco Alexandrino Craveiro. Defendeu these em 26 de julho de 1880, a qual publicou n'esse mesmo anno em Lisboa, e tem por titulo: *Ovariotomia em Portugal*.

Feio *(José Cordeiro)*. Foi o 1.º visconde das Fontainhas. V. *este titulo*.

Feio *(Lourenço Baptista)*. Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa, a 9 de agosto de 1696, ignora-se a data do fallecimento. Era filho do dr. João Baptista Monteiro, professor de medicina, e de D. Angelica dos Serafins Feio. Aprendidas as letras humanas e philosophia em Lisboa, matriculou-se na faculdade de theologia na Universidade de Coimbra, em que se doutorou. Foi beneficiado na egreja de S. Pedro de Coimbra, conego magistral do Algarve, examinador synodal do mesmo bispado, commissario do Santo Officio, academico supranumerario da Academia Real de Historia, e depois prelado da sé de Lisboa, cargo de que tomou posse a 16 de maio de 1739. Foi orador sagrado muito notavel no seu tempo. Publicou alguns sermões, em 1728, 1731 e 1739, e uma *Allegação Theologico-Juridica em que se manifesta a justificada razão com que os Doutores Magistraes das Sés, e Theologos Seculares do habito de S. Pedro intentam excluir dos concursos dos Beneficios da Universidade aos Reverendos Padres Mestres Conegos Seculares da Congregação de S. João Evangelista na pessoa do Reverendo Doutor Luiz de Santo Antonio Salazar Jordão*, Lisboa, 1733. Saiu sem o seu nome.

Feio *(Manuel)*. Prior da egreja do Salvador, de Beja, logar que exerceu durante 40 annos. Era natural de Beja e viveu nos fins do seculo XVI e principio do XVII. Foi um dos mais acreditados prégadores do seu tempo. Escreveu uma *Vida de S. Sizenando*, que ficou manuscripta.

Feio *(Manuel Moreira)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; actual inspector da policia administrativa. N. em Soure a 29 de novembro de 1845. E' filho de Manuel José Moreira Feio. O fallecimento de seu pae obrigou-o a interromper os estudos por espaço de 8 annos, e durante este tempo procurou pelo trabalho os meios de subsistencia, devendo depois á protecção d'um seu amigo dedicado o poder continuar os estudos na Universidade, onde se formou em 1877, fazendo um curso distincto. Foi administrador da Gollegã cinco annos, exercendo juntamente a advocacia, até que em 1885 despachado delegado do procurador regio para aquella mesma comarca, sendo transferido no anno seguinte para Santarem. Acompanhou, como secretario, o fallecido Marianno de Carvalho na sua viagem a Africa. Tem sido encarregado de diversas commissões, sendo uma d'ellas a codificação do Acto Torrens, com applicação ás nossas provincias ultramarinas. Foi tambem administrador da Companhia da Mala Real. Escreveu: *Synthese do orçamento geral e proposta de lei de receita e despeza do estado para o exercicio de 1875 a 1876, publicada sob a direcção do professor de finanças, dr. J. J. de Mendonça Cortez*, Coimbra, 1875.

Feio *(P. Manuel Rodrigues Riancho)*. Presbytero, antigo beneficiado, cura na egreja matriz da villa de Aldeia Gallega do Ribatejo, da ordem de S. Thiago da Espada, etc. Escreveu: *Disciplina resuscitada ou legitimo poder das nações e governos catholicos sobre o seu clero, applicada ás circumstancias actuaes da nação portugueza*, Lisboa, 1821.

Feio *(Marianno Cordeiro de Sousa)*. Professor de portuguez e litteratura. N. em Lisboa a 24 de novembro de 1815, fal. na mesma cidade a 18 de junho de 1883. Pertencia a uma distincta familia do Alemtejo, e era filho do medico Feio, que viveu largos annos em Africa. Seus paes o destinavam á vida ecclesiastica, e Marianno Feio cursou o seminario de Santarem com a mesma distincção com que já tinha cursado outras aulas. Desistindo da carreira a que o destinavam, entregou-se ao magisterio particular, em cujo exercicio começou aos 19 annos, adquirindo numerosos discipulos nas varias disciplinas que ensinava com vantagem, pelos seus vastos conhecimentos e applicação, o que lhe grangeou grande fama. Por portaria de 18 de fevereiro de 1875 foi nomeado lente da 2.ª cadeira auxiliar, esthetica e historia d'arte, da Academia das Bellas Artes de Lisboa, logar que exerceu até ao seu fallecimento. Foi socio da Sociedade de Geographia, e um dos fundadores da Associação dos Jornalistas e Escriptores Portuguezes, por occasião da festa do tricentenario de Camões, em 1880. Na referida Sociedade de Geographia e em outras, deu prelecções publicas, onde era sempre escutado com a mais profunda attenção. A maçonaria deveu-lhe grandes serviços, e consta que entre elle e uma alta personagem estrangeira, se trocou acalorada correspondencia, sobre a admissão dos israelitas no templo, consecução a que Marianno Feio era contrario, sendo a sua opinião que prevaleceu. Em 1881 alistou-se na corporação dos bombeiros voluntarios, em que tambem prestou bons serviços. Um grande incendio, que em março de 1883 houve em Almada, foi o complemento da sua vida de bombeiro; partindo immediatamente para o logar do sinistro, sentiu aggravarem-se-lhe os soffrimentos, que já ha tempo o incommodavam, e que tres mezes depois deviam victimal-o. Collaborou em differentes publicações litterarias e scientificas. Escreveu: *A chave da sciencia ou os phenomenos da natureza, explicados pelo dr. Brewer*, ampliada na traducção franceza pelo abbade Moigno, e na portugueza por Marianno Feio, Lisboa, 1874; com gravuras intercaladas no texto e uma tabella de zonas desdobravel; *A morte e a immortalidade ou resolução em breves palavras das grandes questões religiosas, pelo abbade Borseaux, accommodada á lingua portugueza*, etc. Marianno Feio deixou em testamento um legado de 60$000 réis, que estabelecia um premio de 15$000 réis durante 4 annos ao discipulo que mais se distinguisse no curso da cadeira que elle leccionava, devendo este premio começar a vigorar no anno de 1884 e terminar em 1888.

Feio Serpa *(Joaquim)*. Escriptor que viveu nos meados do seculo XVIII. Escreveu: *Segredos das Artes liberaes e mechanicas, recopilados de varios autores selectos, que tratam da physica, pintura, architectura, optica, chymica, douradura e acharoado; traduzidos do italiano, de D. Bernardo de Monton*, Lisboa, 1744; reimprimiu-se

em 1818, e em 1840, em 2 tomos; *Fiel despertador dos exercicios quotidianos*, etc., Lisboa, 1734.

Feios *(Casal dos)*. Na freg. de S. Bartholomeu, de Valle da Pinta, conc. do Cartaxo, distr. de Santarem.

Feiposa. Pov. na freg. do Salvador, de Covas conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Feira *(Condes da)*. D. Affonso V agraciou com o titulo de conde de Moncorvo um dos fidalgos da sua côrte chamado Ruy Pereira, mas o novo conde não quiz usar d'este titulo, pelo facto de já ter sido dado pelo mesmo soberano a outros fidalgos, e ordenou aos vassallos que lhe chamassem conde d'alguma das suas terras, e por isso o intitulavam conde de Santa Maria da Feira, titulo que tambem lhe dão muitos dos nossos autores genealogicos, em que se conta D. Antonio Caetano de Sousa, considerando-o 1.º conde da Feira. Mais tarde, D. Manuel creou este condado, em 2 de janeiro de 1515, a favor de D. Diogo Pereira, senhor de Bésteiros e alcaide-mór da villa da Feira, ficando então o titulo pertencendo aos alcaides-móres, por serem donatarios da referida villa. A familia dos Pereiras era de sangue godo, e o ramo primogenito descendia do conde Mem Guterres, por um costado; por outro, que é o da familia dos Pereiras, procedem do conde D. Forjaz Bermuez, neto do conde D. Mendo, que era irmão de Desiderio, ultimo rei dos longobardos, e da mulher de D Mendo, D. Joanna Romães, filha do conde D. Ramon, filho de Fruela I, rei de Leão. Um seu descendente, D. Gonçalo Rodrigues Forjaz, veiu para Portugal no tempo de D. Sancho I, com seu pae, D. Rodrigo Forjaz de Trastamara, por terem morto em Castella a D Fernando Gutierres. D. Sancho recebeu-os muito bem, e lhes deu os coutos de Palmeira e de Pereira, tomando D. Gonçalo o appellido de Palmeira, e casando a primeira vez com D. Froyla Affonso, filha do conde D. Affonso, teve por filho D. Rodrigo Gonçalves, que foi o primeiro que se appellidou *Pereira*, por ser senhor da quinta de Pereira, onde fundou o seu solar, junto ao rio Ave, no Minho, em Terras de Vermoim, e do qual e procedem os Pereiras legitimos d'este reino. Um neto de D. Gonçalo Rodrigues Forjaz, chamado D. Gonçalo Pereira, foi muito poderoso e um dos grandes senhores de Portugal. Teve por bisneto o condestavel D. Nuno Alvares Pereira, de quem descendem muitas familias reinantes na Europa. O condado da Feira era um dos maiores e melhores de Portugal; comprehendia toda a Terra de Santa Maria, já então conhecida vulgarmente por *Terra da Feira*, conservando, porém, officialmente, aquelle nome até 1834. D. Diogo Pereira casou com D. Brites de Castro, irmã de D. Pedro de Castro, 3.º conde de Monsanto. Foi 3.º conde da Feira um filho de D. Diogo Pereira, do mesmo nome do pae, o qual casou com D. Anna de Menezes, filha de João da Silva, senhor de Vagos, alcaide mór de Montemór-o-Velho, commendador de Messejana na ordem de S. Thiago e regedor das justiças. O 4.º conde da Feira foi D. Diogo Forjaz Pereira que succedeu na casa e no titulo a seu avô, por já ter então fallecido o verdadeiro herdeiro, seu pae, D. Manuel Pereira. O 4.º conde era senhor da Terra de Santa Maria da Feira, da Castanheira, Alcafas, da villa d'Ovar, commendador de S. Salvador de Baldreu na ordem de Christo. Casou com D. Iria de Brito, filha de João de Brito, e de D. Guiomar de Athaide; d'este matrimonio houve um unico filho, que morreu creança. D. Diogo Forjaz Pereira passou a Madrid para tratar de negocios da sua casa, e foi ali assassinado. Como não tinha successor, passou a casa e o titulo a seu irmão, D. João Forjaz Pereira, que foi o 5.º conde da Feira. A condessa viuva D. Guiomar casou segunda vez com D. Francisco Manuel, 1.º conde d'Atalaia. D. João Forjaz Pereira serviu na India, sendo capitão de Ormuz e de Malaca, general da armada de Portugal; foi eleito vice-rei da India, e partiu para Gôa n'uma armada de 14 vélas, em 29 de março de 1608, fallecendo, porém, na viagem a 15 do referido mez. Antes de embarcar para o Oriente havia-lhe o rei feito mercê, de que sem embargo da lei mental, lhe pudesse succeder na casa e no titulo sua filha, ou em falta d'ella, seu irmão, e de lhe dar outras vidas mais na mesma casa fóra da referida lei para succeder filha, ou em sua falta irmão do possuidor, e faltando este, succeder o filho varão do irmão do mesmo possuidor. Casou o 5.º conde da Feira com D. Maria de Gusmão, filha de Ruy Gonçalves da Camara, 1.º conde de Villa Franca. D'este consorcio nasceu apenas uma filha, D. Joanna Pereira, que na falta de filho varão, foi a 6.ª condessa da Feira e herdeira de toda a importante casa de seu pae. Casou com D. Manuel Pimentel, mestre de campo general de Flandres, castellão de Anvers, etc., 9.º filho de D. João Affonso Pimentel, 8.º conde de Benavente e de Maiorga, grande de Hespanha, etc. Enviuvando esta senhora, veiu para Portugal, depois da acclamação de D. João IV, com seu filho primogenito, D. João Forjaz Pereira Pimentel que teve o titulo de 7.º conde da Feira, ainda em vida de sua mãe, por mercê do referido monarcha, a quem serviu na guerra da Restauração, chegando a ser general e governador das armas n'um dos partidos da provincia da Beira; falleceu ainda moço. Casou com D. Maria de Faro, filha e herdeira de D. Francisco de Faro, 7.º conde de Odemira, aio d'el-rei D. Affonso VI. Não houve successão, e por isso herdou o titulo seu irmão, D. Fernando Forjaz Pereira Pimentel de Menezes e Silva qua foi o 8.º conde da Feira. A condessa viuva foi depois duqueza do Cadaval, por ter casado em segundas nupcias com o 1.º duque d'este titulo, D. Nuno Alvares Pereira de Mello, de quem foi e primeira mulher. D. Fernando Forjaz, era senhor da Terra de Santa Maria, da villa e castello da Feira e suas jurisdicções, e morgados da villa Pereira, de Susão, e Couto de Cortegaça, Coutadas, e jurisdicções, da villa de Ovar com seu castello e jurisdicções, terras pertencentes á casa da Feira, e ilha de Garcia, etc. Casou em 8 de setembro de 1664 com sua prima, D. Vicencia Henriques, filha herdeira de Pedro Cesar de Menezes, commendador da ordem de Christo, governador de Angola, do conselho de guerra, e de D. Guiomar Henriques. O 8.º conde da Feira falleceu em 15 de janeiro de 1700 sem deixar successão legitima, passando então a maior parte do condado para a Casa do Infantado, ficando-lhe desde logo pertencendo o castello, e todas as propriedades e fóros a elle vinculados. Estava então de posse da Casa do Infantado o infante D. Francisco, filho de D. Pedro II e irmão de D. João V. O brazão dos condes da Feira era: Em campo de purpura, uma

cruz de prata, floreada, e por timbre uma cruz vermelha floreada, entre dois côtos d'azas d'anjos. A'cerca da casa da Feira escreveu Pedro da Conceição uma *Allegação pratica*, que foi publicada em Lisboa, 1720. Parece que *Pedro da Conceição* era um dos pseudonymos que por vezes usava D. José Barbosa.

Feira *(D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho Barreto de Sá e Rezende, conde da)*. Tenente general, etc. Nasceu em 1 de novembro de 1769, fal. a 6 de novembro de 1827. Era filho de D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho Barreto de Sá e Rezende, que foi coronel de cavallaria, governador e capitão general da ilha da Madeira. Alistando-se D. Miguel Pereira Forjaz no exercito, foi logo despachado alferes, e serviu no estado maior do conde de Oeynhausen, e com elle esteve no campo da Porcalhota em 1790. Foi promovido a capitão em 1791, e a sargento-mór em 1793, sendo nomeado ajudante d'ordens do general Forbes, commandante da divisão portugueza, que foi combater no Roussillon e na Catalunha. Já com o posto de coronel, foi em março de 1800 nomeado governador e capitão-general do Pará, mas não chegou a partir para o Brazil, e na campanha do anno seguinte exerceu o cargo de quartel-mestre-general do general Forbes. Em 1806 foi elevado a brigadeiro, e encarregado da inspecção geral das milicias do reino; quando a familia real saiu de Portugal para o Brazil em 1807, teve a nomeação de secretario do governo no impedimento do conde de Sampaio. Tendo acompanhado como ajudante general de Bernardim Freire o exercito por elle commandado na sua marcha do Porto para Lisboa, foi nomeado, depois da convenção de Cintra, secretario da regencia e encarregado da pasta dos negocios da guerra e estrangeiros. N'este cargo prestou relevantes serviços ao paiz, cooperando efficazmente para a organisação da nossa força militar, e contribuindo poderosamente para que o general Beresford tivesse á sua disposição os elementos com que se oppoz aos soldados de Napoleão, e com que, expulsando-os do territorio portuguez, levou triumphante a nossa bandeira até além dos Pyrenéus. Deixando o seu logar na regencia em resultado da revolução de 1820, conservou-se desde então inteiramente afastado dos negocios publicos. Em 1808 foi promovido a marechal de campo, e em 1812 a tenente general. Por decreto de 13 de maio de 1820 recebeu a mercê do titulo de conde da Feira, e em 1826 foi eleito par do reino, por occasião da outhorga da Carta Constitucional.

Feira. Villa da prov. do Douro, séde de conc. e de com., distr. de Aveiro, relação e bisp. do Porto. Tem uma só freguezia, cujo orago é S. Nicolau. Está situada em terreno muito accidentado, mas pittoresco e aprazivel, a N E da extremidade septentrional da ria de Aveiro. O rio Caster, mais vulgarmente conhecido pelo *Lavandeira*, passa pelo centro da villa, sendo atravessado na rua por um pontão, e no fim do Rocio por uma ponte de pedra, mandada construir em 1512, por el-rei D. Manuel. A fundação da villa da Feira é antiquissima. Alguns escriptores a remontam ao anno do mundo 1920, isto é, 2:084 annos antes da vinda de Christo, attribuindo-a a Brigo, 4.º rei de Hespanha, porém a versão mais geralmente seguida, é que 390 annos antes da era christã, uma colonia de gallo celtas fundou esta povoação, dando-lhe o nome de *Lancobriga*, pelo seu chefe se chamar *Lanco*. No tempo dos romanos mudou se o nome em *Lancobrica*, continuando com esta denominação no tempo dos moiros. A Feira, assim como as mais povoações da peninsula, soffreu as tristes consequencias das interminaveis guerras da Edade Media, até que a Lusitania caiu em poder dos romanos, no primeiro seculo da era de Christo, exhausta de forças e quasi reduzida a mulheres e creanças. No dominio dos romanos tornou-se uma cidade importantissima, a cujo flanco passava a via militar que de *Cale* (Gaia), seguia até Merida, n'esse tempo capital da provincia da Lusitania. No seculo IX, passando ao poder dos arabes, a cidade decaiu muito. Achando estes muito dispendiosa a via romana, traçaram outra, a que deram o nome de *Estrada moirisca*, que por conveniencia de ordem economica, ia de Coimbra a Porto de Cale pela cidade de Agueda, e quasi pelo leito da estrada de Lisboa para o norte. Quando a Lusitania foi invadida pelos povos do norte, ficou Lancobrica pertencendo aos visigodos ou godos, e parece que fôram estes os constructores do castello, segundo indica a sua architectura e as suas setteiras em fórma de cruz. Durante o dominio romano e no principio do gothico, Landobrica pertencia ao bispado de Merida, mas os godos, creando o bispado de Coimbra, desmembraram do de Merida todo o territorio entre os rios Mondego e Douro, e outras mais terras, para constituirem o novo bispado. Lancobrica pertenceu então ao bispado de Coimbra até 1195, em que passou ao bispado do Porto. Os christãos iam resgatando do poder dos arabes diversas terras, e já era christã toda a provincia do Minho até ao Porto, quando os reis de Leão e d'Oviedo deram aos seus cavalleiros as terras que resgatassem ao sul do Douro, as quaes se denominariam *Terras de Santa Maria*. Foi então que no anno de 990, Mem Lucidio e Mem Guterres, juntamente com os nobres senhores de Marnel, todos aparentados com os reis de Leão, ali se estabeleceram por doação de D. Bermudo II, o *gotoso*, que reinava em Castella; reedificaram e repovoaram de christãos as terras que iam tomando, dando á velha Lancobrica o nome de *Villa de Santa Maria*, e a todo o territorio desde a margem esquerda do Douro até ao rio Caima, e desde o Oceano até ao rio Arda, o nome de *Terra de Santa Maria*, em cumprimento das ordens do monarcha. E se não fôram esses esforçados batalhadores da Cruz os que edificaram ou reconstruiram o celebre castello da Feira, como affirmavam as vaidades fidalgas, coube pelo menos aos seus descendentes a honra de serem os primeiros, em terras portuguezas, que tiveram o titulo de *infanções antigos de Santa Maria*. Os antigos reis de Castella e os primeiros reis portuguezes tinham em tanta conta a Terra de Santa Maria, que todo o cavalleiro ali nascido gozava os fôros e privilegios de infanção *(V. este nome)*, e todos os peões o fôro de cavalleiros. Fôram os primeiros infanções que existiram em Portugal, conforme dissémos, e assim o declara D. João I nos privilegios que deu ao Porto, Braga, Guimarães e outras povoações. Em 1337 havia na Terra de Santa Maria 24 casas de infanções e ricos-homens, os quaes ainda por muitos annos ali punham soldados, pagando-os á sua custa. O conde D. Henrique, tomando posse

de Portugal em 1093, confirmou todos os fóros e privilegios da Terra de Santa Maria, dando-lhe foral em 1109, classificando já de *villa* a povoação. D. Affonso III deu-lhe foral em 1270, e D. Manuel tambem lhe deu foral novo, em Lisboa, a 10 de fevereiro de 1514. Este foral, porém, não é só da villa; o seu titulo é *Foral da Terra de Santa Maria*. D. Manuel procedeu a melhoramentos; além da ponte que citámos, reedificou a torre do castello, cercando-a de muralhas com seus reductos, cubellos e barbacans, tudo já hoje em ruinas. Tambem lhe construiu uma fonte dentro do recinto e á porta da torre. N'esta fonte vêem-se as armas de D. Manuel. (V. *o artigo seguinte*). O mesmo soberano fez alcaide-mór do castello D. Diogo Pereira, o qual construiu dentro da fortaleza uns paços para a sua residencia e dos seus descendentes, e creou o condado da Feira na pessoa do mesmo alcaide-mór. (V. *Feira, condes da*). A comarca da Feira era uma das maiores do paiz; parte d'ella pertencia á correição de Barcellos, e parte á de Esgueira. Depois ficou toda a comarca pertencendo só á correição de Esgueira, e quando esta se transferiu para Aveiro, tambem a referida comarca para ali se mudou, até que por fim formou a villa da Feira correição propria. Em 1834 tinha a comarca da Feira 96 freguezias, porém muitas d'ellas depois se desmembraram para se formarem as comarcas e os concelhos de Oliveira de Azemeis, Arouca, Ovar, Estarreja e Espinho, que ha poucos annos se tornou independente, formando só por si um concelho. A esta vastissima comarca é que se chamava *Terra de Santa Maria* e depois *Terra da Feira* ou *Villa da Feira*. As reformas administrativas, começando por tirar-lhe o aquartelamento d'um batalhão de caçadores, fôram-lhe apoucando tambem a area territorial, de que se enriqueceram os referidos concelhos. Mas, a despeito de tantas reducções, o concelho da Feira é ainda bastante importante e poderoso, por ser muito industrial, produzindo variado papel, bons e afamados chapéos, excellente panno de linho, tendo fabricas de rolhas de cortiça, etc., porque o solo é fertilissimo, dando excellentes cereaes e bastante e bom vinho verde. O actual concelho compõe-se de 35 freguezias, incluindo a de S. Nicolau, estabelecida na propria villa, n'uma superficie de 24:911 hec., tendo 10:548 fog. e pelo censo de 1900, 44:619 hab., sendo 20:259 do sexo masc. e 24:360 do fem. As freguezias são: S. Martinho, de Anta, 1:935 hab.: 908 do sexo masc. e 1:027 do fem.; S. Martinho, de Argoncilhe, 2:936 hab.: 1:252 do sexo masc. e 1:684 do fem.; Santa Maria, de Arrifana, 1:216 hab.: 563 do sexo masc. e 653 do fem.; S. Pedro, de Canedo, 2:546 hab.: 1:162 do sexo masc. e 1:384 do fem.; S. Martinho, de Escapães, 552 hab.: 240 do sexo masc. e 312 do fem.; S. Thiago, de Espargo, 868 hab.: 387 do sexo masc. e 481 do fem.; S. Nicolau, da Feira, 2:670 hab.: 1:279 do sexo masc. e 1:391 do fem; Santa Maria, de Fiães, 1:151 hab.: 502 do sexo masc. e 649 do fem.; O Salvador, de Fornos, 718 hab.: 324 do sexo masc. e 394 do fem.; Santo Estevão, de Gião, 534 hab.: 250 do sexo masc. e 284 do fem.; S. Mamede, de Guizande, 552 hab.: 246 do sexo masc. e 286 do fem.; Santa Maria, de Lamas, 1:332 hab.: 569 do sexo masc. e 763 do fem.; Santo André, de Lever, 1:027 hab.: 427 do sexo masc. e 600 do fem.; S. Thiago, de Lobão, 1:803 hab.: 783 do sexo masc. e 1:020 do fem.; S. Vicente, de Louredo, 728 hab.: 336 do sexo masc. e 392 do fem; S. Thiago, de Lourosa, 1:945 hab.: 907 do sexo mas. e 1:038 do fem.; S. Miguel, de Milheirós de Poiares, 791 hab.: 358 do sexo masc. e 433 do fem.; Santo André, de Mosteirô, 675 hab.: 317 do sexo masc. e 358 do fem.; S. Martinho, de Mozellos, 1:650 hab.: 849 do sexo masc. e 801 do fem.; S. Christovão, de Nogueira de Regedoura, 1:558 hab.: 703 do sexo masc. e 855 do fem.; S. Paio, de Oleiros, 1:028 hab: 467 do sexo masc. e 561 do fem.; S. Cypriano, de Paços de Brandão, 1:190 hab.: 532 do sexo masc. e 658 do fem.; Santo Thirso, de Paramos, 1:449 hab.: 683 do sexo masc., e 786 do fem.; Santa Maria, de Pigeiros, 407 hab.: 187 do sexo masc. e 220 do fem.; S. Thiago, de Rio Meão, 1:276 hab.: 570 do sexo masc. e 706 do fem.; Santo Isidoro, de Romariz (Duas Egrejas),

Largo da Praça

1:454 hab.. 679 do sexo mosc. e 775 do fem.; S. Pedro, de Sanfins, 576 hab.: 268 do sexo masc. e 308 do fem.; Santa Eulalia, de Sanguedo, 1:012 hab.: 428 do sexo masc. e 584 do fem.; S. João de Ver, 1:988 hab.: 902 do sexo masc. e 1:086 do fem.; S. Jorge, 758 hab.: 323 do sexo masc. e 435 do fem.; S. Thiago, de Silvalde, 1:604 hab.: 749 do sexo masc. e 855 do fem.; S. Miguel, de Souto, 2:040 hab.: 931 do sexo masc. e 1:109 do fem.; S. Mamede, de Travanca, 1:002 hab.: 438 do sexo masc. e 564 do fem.; Santa Maria, de Valle, 1:004 hab.: 457 do sexo masc. e 547 do fem.; S. Mamede, de Villa Maior, 644 hab.: 283 do sexo masc. e 361 do fem. Modernamente a villa da Feira é abastada, bonita e saudavel; tem boas edificações, e a vida é regularmente barata; as industrias estão muito desenvolvidas, e da sua importancia commercial são provas evidentes as consideraveis feiras que se realisam a 20 de cada mez, a de

Santo André, a 1 de agosto, e os seus mercados dominicaes, assim como as feiras annuaes nas freguezias de Lourosa, Mozellos, Souto Redondo e Arrifana, d'este concelho. Entre os edificios da villa destacam-se a egreja matriz e a da Misericordia, pela sua vastidão, solidez e magestade, sendo todas d'abobada. Na primitiva egreja matriz está hoje a Misericordia; a actual era a egreja do antigo convento dos conegos seculares de S. João Evangelista, fundado em 1560 pelo 4.º conde da Feira, D. Diogo Forjaz Pereira. No convento, que é um vasto edificio, estão hoje a repartição de fazenda, a administração do concelho, a escola de instrucção primaria, o telegrapho, a residencia do parocho, e um theatro, que as construiu em 1854 no local do antigo refeitorio. O edificio da camara municipal é moderno e elegante; foi construido em 1860; nos baixos está montada uma pequena typographia para a impressão dos papeis da camara e das outras repartições do concelho. O tribunal de justiça está installado no antigo palacio dos condes da Feira. Este palacio foi arrematado em hasta publica em 1834, pelo marechal Silva Pereira, irmão do conde das Antas, que residia na villa. Parece que pertence ainda aos seus herdeiros, menos a bonita capella octogona, que é da parochia e que fôra mandada construir em 1656 pela condessa da Feira, D. Julianna Pereira Forjaz. Em frente do tribunal vê-se um chafariz, que se construiu em 1845, devido á iniciativa de José Correia Leite Barbosa, que era então administrador do concelho. Ha ainda outro chafariz, feito pelos frades no seculo XVIII, ao fundo das escadas do convento já citado. O brazão da Feira é um escudo branco, tendo a imagem de Nossa Senhora com o menino nos braços, sobre uma nuvem pousada n'um castello, com uma torre de cada lado, e por baixo a legenda *Lancobriga*. A esta imagem se chamou depois a *Senhora do Castello*. A camara usa d'este brazão, tendo escripto em torno *Camara Municipal do Concelho da Feira*. Até 1834 teve a villa, além do batalhão de caçadores n.º 11, um regimento de milicias, capitão-mór, uma companhia de ordenanças na freguezia e mais sete no concelho. Tem grande abundancia de pedreiras de bom granito, de schisto e de pedras de amolar; minas de cobre, chumbo, kaolino e feldespatho, mas parece que nenhuma d'ellas tem sido explorada. A villa pertence á 5.ª div. mil., 9.ª brigada, grande circumscripção mil. do Centro, e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. Feira tem hospital, escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N.; advogados, medicos, pharmacias, agencias bancarias dos *Bancos do Minho, Alliança, Commercial do Porto, Crédit-Franco-Portugais*; agencias de seguros, etc.; associações de beneficencia; hoteis, notarios, sociedades de recreio: *Real theatro de D. Fernando II*, e *Club Feirense*. Os arredores da villa são muito abundantes d'agua, saudaveis, e muito ferteis, produzindo vinho, azeite, muita e variada fructa, etc. Ha muitos e grandes pinhaes, que constituem um florescente commercio de madeira e rama, que exportam para o Porto, bem como gado bovino. Nos arredores tambem se encontram boas quintas e bonitas casas de campo. O principal commercio do conc. é serralharia, rolhas de cortiça, madeiras de pinho, papel de embrulho, chapéos de lã, fiação e conservas. Na Feira publicam-se actualmente os seguintes jornaes: *Jornal da Feira*, orgão do partido progressista, fundado em 1881; *O Correio da Feira*, orgão do partido regenerador; *O Commercio da Feira*, orgão do partido regenerador-liberal.

Feira *(Castello da)*. E' uma das mais perfeitas antiguidades e um dos mais antigos monumentos que existem no paiz. E' digno de ser visitado pelos que se interessam e se dedicam aos estudos archeologicos; pertence ao Estado e está dependente do ministerio da guerra, tendo sido classificado como monumento da arte militar em Portugal. A sua remotissima origem, as torres terminadas por coruchéos ponteagudos, cujas cimas eram guarnecidas de grandes tulipas de granito; as heras annosas, que pelo andar dos tempos teem adquirido espantosa grossura, por maneira que subindo ás summidades das torres, das ameias e das muralhas, fórmam uma perspectiva melancolica, porém maravilhosa e pittoresca; as videiras bravas e uma infinidade de plantas parasitas, inseparaveis companheiras das ruinas e dos monumentos solitarios e abandonados, que fórmam em alguns sitios brenhas impenetraveis, asylo seguro dos animaes habitadores das ruinas; as setteiras abertas no centro das ameias, nas quadrellas e lanços dos muros, torreões, e outros logares das muralhas, tornam este monumento, além de muito interessante, digno de escrupuloso exame. O castello eleva-se sobre o maior e mais alto cabeço dos que circumdam a villa da Feira, com a sua torre de menagem, ostentando-se orgulhosamente, desafiando o decorrer dos seculos que sobre elle tem passado. Ainda se não pôde averiguar quem fôsse o seu fundador; querem uns que seja obra dos romanos, e affirmam outros que fôram os gôdos que o construiram, por causa do feitio das setteiras em fórma de cruz, e da existencia d'uma especie de oratorio, que está no grande casão das quatro torres; outros finalmente pretendem que fôsse obra dos arabes. O ter sido construcção dos gôdos não quer dizer precisamente que o castello se edificasse durante os tres seculos do seu dominio na peninsula, porque a architectura gothica sobreviveu muitos seculos a essa epoca; todavia suppõe-se que já existia o castello quando os arabes se apoderaram da Feira. O que não soffre duvida é ser edificação da edade media perfeitamente caracterisada em todos os seus pormenores. Nas chronicas portuguezas fala-se apenas d'este castello como um dos primeiros que D. Affonso Henriques tomou aos moiros, quando passou á margem esquerda do rio Douro. A fortaleza, verdadeira moradia feudal, compunha-se d'uma cerca de muralhas com ameias e setteiras, tendo duas portas e um postigo: *a porta da villa*, do lado do oéste, defendida por dois cubellos e uma entrada coberta; a *porta da traição* ou *dos campos*, ao norte, que está obstruida por ter caído sobre ella todo o lanço da cortina d'este lado. O postigo, que fica a éste, defendido por uma entrada aberta, casa-matas e um revelim. A primeira entrada para o recinto do castello, aberta n'uma cortina do muro, é consti-

tuida por uma porta ogival encimada pelo brazão dos condes da Feira. Ao entrar, vê-se um pequeno pateo em rampa suave, existindo de cada lado da porta aberturas á maneira de bôcca de forno, que terminam por setteiras em fórma de cruz. No muro do lado direito do pateo estão outras duas setteiras identicas. Do pateo seguese para outra porta ogival, que dá entrada a uma passagem abobadada a tijolo, e disposta em angulo. Transposta esta passagem encontra-se um terreiro, no fundo do qual se destaca a torre imponente, pittorescamente enlaçada por macissos de heras. A torre é quadrangular, erguendo-se a cada canto um torreão. Dá entrada para ella uma porta com arco de volta redonda, parecendo ser esta uma das partes primitivas da construcção. E' esta a parte principal conhecida pela casa das quatro torres. Tem a perspectiva d'um templo moirisco, e é realmente um alcaçar, o que se reconhece perfeitamente pela estructura das paredes, todas formadas de cantaria de granito. eram guarnecidas de buracos quadrados, que indicavam terem servido de pombaes. Os coruchéos das quatro torres são pyramidaes; nos angulos em vez de pyramides de pedra teem coruchéos macissos mais pequenos, sendo tantos uns como outros terminados por tulipas de pedra de granito, e formados de tijollos muito rijos com argamassa de cal misturada com pedaços de concha, d'onde se presume, ou que a cal era n'aquelle tempo feita de testaceos, ou que a misturavam com areia do mar, que iam buscar á costa a distancia de duas legoas. A superficie do eirado é abaúlada para que as aguas das chuvas ali se não demorem. Nas suas extremidades ha um aqueducto, que recebia d'antes estas aguas e as conduzia por canos de alcatruzes de barro a uma grande cisterna formada dentro dos alicerces do casão. Tem além d'isto um parapeito saliente da parte exterior da parede do nascente, e para o norte outro com dois grandes buracos redondos que serviam para por elles lançarem combusti-

Castello da Feira

Cada pedra é designada com caracteres particulares, e mostra-se que era dividido em dois andares e uma loja terrea. O tecto d'este casão é formado por uma forte abobada de granito com nervuras diagonaes, e está perfeitamente conservada. Subindo ao primeiro andar e atravessando-se uma passagem de madeira velha pouco segura, entra-se por uma pequena porta n'uma estreita escada de caracol, de granito, tambem em bom estado de conservação, que conduz ao eirado, que está sobre a abobada, acima de cuja superficie sobem as quatro torres. O pavimento d'este eirado é formado por grandes lagens de granito. As torres, além do pavimento que fica parallelo ao eirado, tinham outro mais elevado quasi proximo aos coruchéos, que serviam de guaritas ou mirantes, d'onde se descobriam as costas do mar desde o sul de Mira até quasi á foz do Douro; pelo lado d'uma das outras torres saía uma chaminé, que expellia o fumo d'um grande fogão do segundo andar. As outras duas veis e outras cousas que embaraçassem o inimigo de se apoderar da porta do alcaçar, que fica para o mesmo lado do norte, e que dava entrada por uma escada de caracol para o primeiro e segundo andares; todo o eirado é guarnecido de parapeitos e ameias abertos no centro com setteiras em fórma de cruz, mas estas ameias e parapeitos estão pela maior parte obstruidos de heras que se teem assenhoreado da maior porção das paredes. O segundo andar immediato á abobada nada tem de notavel. Só n'um resto de cal que ainda existe do lado do norte se conhece que fôra pintado em xadrez. No primeiro existe, como já dissémos, uma especie de oratorio guarnecido com duas pequenas columnas gothicas com capiteis da mesma ordem, e uma especie de throno com degraus de granito. N'este primeiro andar tambem ha dois grandes fogões com chaminés que vão sair acima do eirado, ambas feitas de cantaria. No andar terreo, quasi a um canto, existe a entrada para a cisterna, que está toda entulhada.

Uma das obras mais singulares d'este monumento é um poço quadrado, que se suppõe ser de grande profundidade. E' formado de pedra de cantaria, e a elle se desce por uma escada de caracol que lhe fica ao lado, guarnecida de grandes janellas ponteagudas voltadas para o poço, e postas em linha perpendicular que lhe communica ar e luz. Este poço é vulgarmente chamado o *poço do castello*, e a seu respeito se contam muitas fabulas, presumindo muitas pessoas que existem ali thesouros escondidos. Não se póde attingir o fim para que foi feito, mas julga-se que fôsse para terem agua de reserva quando acabasse a da cisterna; outros conjecturaram que d'ali saia uma estrada subterranea por onde podiam evadir-se os sitiados vendo-se em grande perigo. Em 1905 solicitou-se ao ministro das obras publicas um subsidio para reparações urgentes na cortina externa do castello, e n'essa occasião conseguiu-se lêr as inscripções lavradas na cantaria da porta de saída do caminho coberto. Parece que são as assignaturas de dois dos architectos que trabalharam na ultima reconstrucção do castello e que devem dizer :

FYLYPO DIAZ
DOMIGO

seguida esta ultima palavra d'um monogramma, por emquanto, indecifravel. Sobre a porta chamada da Traição tambem se descobriu a data de 1385 em pedra que se figura mais antiga do que a cantaria adjacente. Deve ser a data da tomada do castello pelos do Porto em seguida á batalha d'Aljubarrota. Dizem, que se está organisando na villa da Feira uma sociedade com o fim de reunir iniciativas particulares para coadjuvar a conservação do castello da Feira, como um dos nossos monumentos historicos de gloriosas tradições.

Feira. Povoações nas freguezias : Santa Maria, de Alvarenga, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Arnozella, conc. de Fafe, distr. de Braga. Tem caixa postal. || S. Pedro, de Athaide, conc. de Amarante, distr. do Porto. Tem caixa postal. || S. Miguel, de Baltar, conc. de Paredes, do mesmo distr. || S. Bartholomeu, de Campello, conc. de Baião, do mesmo distr. || S. Pedro, de Caparciros, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Coucieiro, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || O Salvador, de Freamunde, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. Tem caixa postal. || S. Julião, de Freixo, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Lanhezes, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Moreira de Rei, conc. de Fafe, distr. de Braga. Tem caixa postal. || Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr de Vizeu. || S. Christovão, de Nogueira do Cravo, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Pelagio e conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Penamaior, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Portella das Cabras, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Pedro, de Rates, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Picava, distr. de Aveiro. || S. Lourenço, de Reigoso, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Rio Mau, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Sebastião da Feira, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Monte na freg. de Santa Maria, de Veatodos, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Feira. V. *Feiras*.

Feira das Carraças. Pov. na freg de S. Pedro, de Almargem do Bispo, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Feira do Dondo. Pov. do conc. de Cambambe, distr. e com. de Loanda, prov. de Angola, na margem direita do rio Cuanza.

Feira Franca. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Feira do Gado. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. da Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Feira da Ladra. Esta feira, que actualmente se faz ás terças feiras no Campo de Santa Clara, remonta a grande antiguidade. Era denominada *feira da lada* e não da *ladra*, como por corrupção, com o andar dos tempos, se ficou chamando. Fazia-se então semanalmente á beira do Tejo, nas Portas em Ribeira Velha. Acerca da etymologia da palavra *lada*, lê-se no *Elucidario* de Santa Rosa de Viterbo, «*Lada :* no rol dos direitos que ha de o mordomado-mór da Terra de Gaya se lê o seguinte — *It. ha d'aver o costume de quantos navios entrarem pela foz do Doiro, e per antre amballas ladas. Livro Preto* de Grijó. Na infima latinidade se disse *Lada ou Leda*, por estrada ou caminho largo; porém aqui não se póde dizer que *Ladas* são estradas da terra, mas sim caminhos d'agua, por onde os navios ou quaesquer outras embarcações) que então indifferentemente se chamavam navios) podiam navegar. São, pois, as *Ladas*, as duas correntes do Douro, superior e inferior á cidade do Porto; não só por lhe ficarem aos lados, mas, e principalmente, por serem os caminhos e estradas largas, por onde lhe vem os mantimentos e riquezas; assim de fóra da barra, como de dentro d'ella. *Portello:* porto, entrada por terra, estrada real, caminho publico —*It:* o *Moordomo-Móor, que a Terra de Gaya trouver rendada, ha d'haver as Pastagêes de quando veher pelo portello de Gaya.* De sorte que *Portello* é entrada por terra, e *Lada*, é entrada por agua » Esta feira, porém, parece ser sequencia de outra que, no tempo dos primeiros monarchas portuguezes, se fazia proximo ao paço da Alcaçova no castello de S. Jorge, no local onde ainda se chama *Chão da Feira*. Segundo a tradição, nos reinados de D. Sancho II e de D. Affonso II os alvasis de Lisboa tinham a faculdade de collocar o mercado um dia por semana onde quizessem, e é possivel que, procurando algum sitio mais concorrido, tanto por gente de Lisboa, como de fóra, escolhessem a praia da Ribeira do Tejo, ás Portas do Mar. No vol 1 dos *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, a pag. 234, dá-se conta d'um documento official do anno de 1273, que é uma carta régia de D. Affonso III, com a data de 7 de março, ordenando que o mercado não continuasse a fazer-se nas casas d'elle (rei) junto ao paço da Alcaçova, mas que se celebrasse onde ao concelho melhor parecesse, um dia por semana, como no tempo dos reis seus antecessores. Este documento é prova evidente de que já havia

em Lisboa um mercado popular nos primeiros annos da monarchia. Consta que se chamou em tempo á feira *mercado franco de Lisboa*, e que não só se viam á venda objectos usados e de pouca importancia, mas egualmente obras novas de muito valor, outras ainda em bom uso, paramentos ricos e custosos para egreja, adornos para salas, etc. No livro das posturas reformadas no anno de 1610, a fl^s. 225, encontra-se o seguinte: «Postura 4.ª Pera se evitarem os roubos e furtos que se nesta cidade faziam, que d'aqui ê diante nenhũa pessoa de qualquer estado e condição que seja, venda nem compre cousa alguma na feira da ladra, assim na Ribeira como na feira do Ressio, ou ê qualquer outra parte da cidade, nem fação algũs ajuntamentos para se nelles aver de vender ou comprar algũas cousas; e qualquer outra pessoa que fôr achada que compra ou vende algũa cousa na dita feira da ladra, ou fazer algum ajuntamento em algũa parte da cidade, do tronco, onde estará dez dias, pagará quinhentos réis, sendo escrauo, e sendo livre mil réis, a metade para as obras da cidade e a outra para quem o accusar.» Talvez que este facto tambem concorresse para que o povo se habituasse a chamar áquelle mercado a *feira da ladra*. Quando el-rei D. Manuel mandou construir o palacio da Ribeira e o Terreiro do Paço em terreno roubado ao Tejo, estabeleceu-se n'uma vasta arcada do palacio, que seguia para onde é hoje a rua do Arsenal, uma grande feira permanente, e parece que seria mudança da antiga feira que até então se realisava nas Portas do Mar. O que se póde tambem deprehender é que a feira do Rocio fôsse outro mercado diverso, ou que persistisse ainda a faculdade de se fazer o mercado em qualquer sitio, como no tempo de D. Sancho II e de D. Affonso II. O facto é que alguns escriptores dão noticia da feira no Rocio, no seculo XVI. No *Archivo pittoresco*, vol VI, pag. 87, vem publicado um artigo sobre a feira da Ladra, extrahido da descripção de Lisboa em 1584, que o padre jesuita Duarte de Sande fez na sua obra. *A primeira embaixada do Japão á Europa:* «E' grande a multidão de gente e tanta quantidade e variedade de generos expostos á venda em tendas bem proporcionadas, que parece bastariam não para um só dia, mas para um mez e para um anno; de sorte que acodem ali não sómente os plebeus e os nobres, mas tambem as donas illustres, sem apparato de criados, dizendo se até que a propria rainha algumas vezes fazia o mesmo caminho por curiosidade de vêr a feira.» Nas curiosissimas *Grandezas de Lisboa*, de Fr. Nicolau d'Oliveira, capitulo IV, tratado V, lê-se: «Da parte do norte se entra n'esta cidade (Lisboa) por dois valles, que estão povoados de uma parte de mui nobres casas, e da outra, de mui grandes e frescas hortas; e por estes dois valles vem a dar-se um mui grande rocio, chamado assim por excellencia de sua grandeza e formosura, em o qual se faz cada semana ás terças feiras uma mui grande feira, e abundante de todas as cousas pertencentes ao uso da vida humana. Juntamente se vendem aqui em as terças feiras toda a sorte de pannos de linho, canequins, cassa e hollanda, e outros pannos, linhas, rendas, tranças, franjas, e outras cousas semelhantes, além de muita cousa de calçado, linho, e estopa para fiar.» Ficando os paços da Ribeira completamente destruidos pelo terremoto de 1755, a feira, que diariamente ali se fazia, foi transferida pelo marquez de Pombal para a praça d'Alegria. Parece, porém, que a feira n'aquelle local já tinha sido prohibida, pelo assento da vereação de 30 de julho do referido anno de 1755, ficando o mercado da Ribeira destinado unicamente á venda de comestiveis. O Rocio, onde a feira continuava ás terças feiras, tambem soffreu muito com o terremoto. A este respeito diz o padre Manuel de Figueiredo, no seu *Theatro*, vol. XIV, pag. 363: «Antes do terremoto, que a feira era no Rocio, se fazia esta parte d'ella (o autor refere-se á feira das cavalgaduras) onde hoje é a entrada para o passeio; em 1756 entre o adro de S. Domingos, portas de Santo Antão, palacio do conde de Almada, e o de João Galvão; pois o entulho, com que se achava aquella praça, não offerecia outro logar; passou depois para o melhor terreno do Paço da Rainha á Bemposta, em cujo campo de Sant'Anna se fazia a feira considerando-se, depois estar fóra da cidade, como o correio, fôram restituidas aos seus antigos logares. Tambem escreveu sobre a feira da ladra o *Anatomico jocoso*, 1755, vol II, pag. 9 a 48; a *Academia dos Singulares*, vol. II, pag. 403 e seguintes, e *Lisboa antiga*, do visconde Julio de Castilho, vol. VI, pag. 280. O edital de 27 de novembro de 1809, passado pelo senado de Lisboa, ordenava que a feira se realisasse na praça d'Alegria, em frente do chafariz, e lado occidental do Passeio Publico até ao palacio do marquez de Castello Melhor, hoje pertencente ao sr. marquez da Foz. Assim se conservou até 1823, em que outro edital, com a data de 19 de fevereiro, a transferiu para o Campo de Sant'Anna, indo a feira das cavalgaduras para o Campo Pequeno. Em julho ainda d'este anno de 1823, outro edital a mudou novamente para o Passeio Publico, com a condição de começar á esquina da calçada da Gloria, na rua do Passeio, e seguir em linha até á praça d'Alegria. Na *Lisboa antiga*, que citámos, vem a seguinte descripção da feira em 1823: «Fazia-se nas immediações do Passeio Publico, principiando na rua do Principe junto ao palacio dos duques de Cadaval, seguindo ao largo do Passeio, rua Occidental, praça das Hervas (depois chamada da Alegria de cima). Os generos tinham tambem certa ordem: desde a rua do Principe até ao largo do Passeio eram as adellas de venda fixa e volante; no largo do Passeio do lado esquerdo, em barracas de madeira permanentes, os chamados *bazares* ou *cabeças de pau*; em frente d'estas mais adellas até ao fim do Passeio, em barracas entre janella e janella de muro que então circumdava o jardim; a parede até ao canto, occupavam-n'a marceneiros; junto ao palacio dos marquezes de Castello Melhor, até á esquina da calçada da Gloria, era a venda de fato usado, trapos e outros objectos; nas lojas por baixo do jardim dos condes de Lumiares, e até á esquina que vira para a praça d'Alegria, algibebes, marceneiros e adellos. No sitio occupado hoje pelo predio elegante, com gradeamento, feito pelo fallecido Felix Nicolau Callaia, eram tudo casas de comer, e em frente d'ellas os sombreireiros e sapateiros. Em volta da praça agrupavam-se encostadas ás paredes, as barracas das adellas; do meio da praça para cima, sobre o lado da Cotovia, ficavam os ferros velhos, com os objectos á venda pelo chão e sobre bancas; junto aos pre-

dios, em roda, marceneiros de moveis novos e usados.» No anno de 1834 a feira passou para o Campo de Sant'Anna, mas attendendo-se ao desagrado que o publico manifestou, suspendeu-se a execução do edital. Um anno depois, porém, estabeleceu-se definitivamente no Campo de Sant'Anna, por outro edital, datado de 27 de abril de 1835. Em novembro de 1837 foi recommendado ao inspector do 4.º districto toda a attenção na vigilancia da feira, principalmente no alinhamento dos diversos estendaes; em novembro de 1838 renovou-se esta recommendação. No dia 4 de abril de 1882 a Camara Municipal resolveu transferir a feira para o Campo de Santa Clara. Houve então grandes debates entre os feirantes e os interessados, por causa d'esta transferencia; houve os maiores empenhos para que ella voltasse para o antigo local, e tão renhida se tornou a lucta, que os apologistas do Campo de Sant'Anna venceram, e a feira 14 dias depois, isto é, a 18 de abril, voltou para o Campo de Sant'Anna. Os vencedores, porém, pouco tempo se gozaram d'aquella concessão, porque logo em junho seguinte a historica feira da Ladra se organisou definitivamente no Campo de Santa Clara, onde ainda se conserva. A Feira da Ladra mereceu as honras de um poema, anonymo, mas eruditamente annotado, que se publicou em Lisboa, em 1888.

Feira Nova. Povoações nas freguezias: S. Martinho de Ariz, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. Tem est. post || S. Miguel, de Cunha, conc. e distr de Braga. || Santa Maria, de Ferreiros, conc. de Amares, do mesmo distr. Tem caixa post. || S. Martinho de Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Rio Mau, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Feira Velha. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Carrozedo, conc. de Amares, distr. de Braga. || Santa Eulalia e conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Thiago e conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo districto.

Feirão. Pov. e freg. de Santa Luzia, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Rezende, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 227 hab. e 57 fog. A pov. dista 7 k. da séde do conc. O reitor de Carquere apresentava o cura, que tinha 9$500 réis de congrua e o pé d'altar. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9 com a séde em Lamego.

Feiras. A instituição das feiras prestou na sua primitiva grandes serviços ao commercio e á industria do paiz. Emquanto as communicações fôram difficeis entre os centros productores e os logares de consumo, as feiras tiveram indiscutivel utilidade. Com os progressos da viação as feiras perderam a importancia mercantil que as tornava concorridas e justificava os notaveis privilegios que se concederam a algumas d'ellas O termo *feira* vem de *feria*, ou dia de folga, em que o povo concorria a algum logar publico e ahi comprava, vendia ou trocava, os objectos que bem lhe parecia. Estas feiras se diziam tambem *mercados* e *praças;* as feiras sempre se faziam em algum dia solemne, os mercados e praças em dias não solemnes, periodicamente. No principio da monarchia as feiras não eram frequentes, mas depois tornaram-se frequentissimas. No foral dado em 1196 por D Sancho I a Souto de Panoyas já se fala na feira de Constantim, e teve ella tanta importancia que depois a povoação se chamou a Feira, como se vê das *Inquirições* de D. Diniz em 1290, citadas por Viterbo. No foral de Melgaço, dado por D. Affonso Henriques em 1171, tambem se allude a uma feira. D. Sancho I, em 1 de julho de 1205 (xx *anno do seu reinado)*, deu foral aos povoadores do seu reguengo de Villa Nova de Famalicão, em que instituiu uma feira quinzenal ao domingo e concedeu-lhe varios privilegios. No tombo do aro de Lamego havia o seguinte alvará, que o autor do *Elucidario* nos conservou: «Dom Deniz pela graça de Deos Rei de Portugal e do Algarve. A quantos esta Carta virem faço saber que o Concelho de Lamego me enviou pedir por mercê que Eu mandasse fazer mercado cada Domingo no Castello dessa Vila. E Eu querendo-lhes fazer Mercê, mando que o façam. E outorgo, e mando, que vam a esse dia todalas vendas a esse mercado. E mando ainda que esse dia, em que fecerem esse mercado no dito Castello, seja coutado, assi como sam as outras minhas Feiras, que Eu mando coutar. E em testemonio delo dei esta Carta ao dito Concelho. Dante em Lisboa 6 dias de julho. El-Rei o mandou por Stevão Annes. Era de M.CCCXXVIII» (Anno de Christo de 1290). Oppozeram-se o bispo e o cabido de Lamego a que esta feira se fizesse ao domingo por *«ser contra os Sagrados Canones e desserviço de Deos; pelo que El-Rei D, Affonso IV mandou que fosse transferido o mercado para a segunda feira»* e que vendesse e comprasse assim no Castello como no Couto da sé; salvo que neste couto se não fizessem escripturas de compras, e venda, no dia do mercado. E que no domingo, sob pena de perdimento do que se comprasse, ou vendesse, não pudessem os mercadores ter as suas lojas abertas, para que o povo pudesse assistir nas egrejas das suas parochias, exceptuando em todo o tempo as cousas precisas ao sustento. Esta sentença foi dada em 1332. A' camara de Aguiar da Beira deu el-rei D. João I em 1408 o seguinte alvará: «Dom Joham pola graça de Deos, Rei de Portugal e do Algarve. A vos Juizes da nossa Villa d'Aguiar da Beira, e a todollos outros Juizes e Justiças dos nossos Regnos, e a quaesquer outros a que esta Carta fôr mostrada, saude. Sabede que o Concelho e Homens Bôos da dita Villa nos enviarom dizer, que por bem de hum Privilegio que lhes foi dado por el-rei Dom Dinis, nosso Bisavôo, a que Deos perdoe, fezerom sempre, e fazem ainda agora huma feira no dito Logo, a qual se começa no Domingo primeiro de cada huum mez, e dura tres dias; segundo dizem que no dito Privilegio mais compridamente he contheudo. E ora dizem que nom embargando todo esto que o Bispo de Vizeu lhes mandou, e defendeo, que nom fezessem a dita feira ao Domingo: E que a fezessem em quaesquer outros dias que quizessem: E que se pôs sentença descumunhom em todos aquelles, que á dita feira veessem ao Domingo: Pola qual cousa dizem que nenhumas gentes nom ousam a vyr á dita feira, nem sabem em quaes dias a ella ham de vir, nem quando se ha de fazer: No que, dizem, que se a elles segue por ello grande perda, e dano: E que nos enviavam pedir por Mercê, que lhes ouvessemos a ello remedio qual nossa Mercê fosse. E Nos veendo o que nos dizer, e pedir enviarom, e visto por Nos o dito Privilegio do dito nosso Bisavôo, porque lhes deu a di-

ta feira: E por quanto Nos avemos por bem de se nom fazer a dita feira ao Domingo, e de seer guardado como a Egreja manda: Teemos por bem e mandamos que daqui endiante a dita feira se comece na primeira segunda feira de cada hum mês e se acabe aos tres dias seguintes. E porem vos mandamos que assim lhes comprades, e aguardedes, e façades cumprir, e aguardar esta nossa Carta, e lhes nom vades, nem consentades hir contra ella em nenhuma guisa, que seja: ca nossa Mercê e vontade he de se fazer pela guisa que dito he. Unde al nom façades. Dante em a Cidade d'Evora XXVI dias do mez de abril. El-Rei o mandou por Diego Martins, Doutor em Lex, e por Vasco Gil de Pedrosso, Lecenceado em Lex, seus vassallos, e do seu Desembargo. Johanne Annes a fez. Era de 1446 annos.» Das modernas feiras umas manteem ainda notavel importancia pelas grandes transacções que n'ellas se effeituam, outras transformaram-se n'um conjuncto de divertimentos. Das primeiras encontra-se a respectiva menção n'este diccionario nos artigos relativos a cada terra onde ellos se fazem. Entre as ultimas pódem apontar-se a do Campo Grande, Alcantara, Belem etc. A antiga feira das Amoreiras. em Lisboa, foi primitivamente junto ao cemiterio dos Prazeres, e por isso se lhe dava o nome de Feira dos Prazeres. Teve origem em um voto, que por causa da peste fizeram os moradores de Santos, a Nossa Senhora dos Prazeres. Fazia-se todos os annos uma esplendida romaria áquella Senhora, com um grande arraial e feira. Tudo isto tinha logar dentro da cêrca da ermida. Construido o cemiterio dos Prazeres (Occidental) continuou-se a fazer a feira e arraial fóra dos muros d'elle. A camara municipal de Lisboa mudou esta feira para o largo das Amoreiras, em 1851. Em 1865 a mudou para o largo da Patriarchal Queimada; mas decidindo-se fazer ali um jardim, a tornou pouco depois a mudar para as Amoreiras, d'onde successivamente passou para Belem, Alcantara, etc. Mas não acabou de todo o arraial dos Prazeres. Ainda no dia da festa ali concorre muita gente. E como esta agglomeração de povo não fôsse decente no cemiterio, a autoridade prohibiu o arraial em 1873. Das numerosas feiras que se realizam por todo o paiz umas são moveis outras certas. A sua distribuição é a seguinte: *Feiras moveis:* Na 2.ª sexta feira de Quaresma, Loulé, 3 dias; no 4.º domingo de Quaresma, Arganil, 3 dias; no dom. da Paixão, Almeirim, Borba, Louriçal, Covilhã e Goes; na 1.ª oit. da Paschoa, Erra, Caneças, Montelavar; no dom. da Paschoela, Santarem, 3 dias; Terena, 3 d.; na seg. feira dos Prazeres, Talhadas, 4 dias; no dom. do Bom Pastor, Alcacer do Sal, Barcellos e Silves, 3 d.; no dom. da oit. de Ascenção, Braga, 15 d.; Villa Nova de Famalicão 2 d., Extremoz 2 d.; Foscôa; no dom. do Espirito Santo, Sacavem, Azueira, 3 d.; Santa Eulalia d'Arouca, N. S.ª da Guia (em Cascaes) 3 d.; S.ª das Mercês, Muge, 3 d.; Penha Longa 3 d.; Porto de Moz 2 d.; Goes; no dom. da SS. Trindade, Thomar 3 d.; Merceana e S. Quintino, 2 dias. — *Feiras em dias fixos:* No mez de janeiro: 1 Castello Branco 3 d. (de gado), Moita, 3 d.: Mondim de Basto, Aviz, 5 d; 6 Galvêas 3 d; Paços da Serra da Estrella; 15 Ponte de Sôr, Alfeizirão 3 d, Certã. 20 Atalaia 3 d., Elvas, Vidigueira 3 d.; 22 S. Vicente, em Torres Vedras; 29 Villa Viçosa 5 d., (prolonga-se até 2 de fevereiro, — No mez de fevereiro: 2 Lumiar 3 d.; Albufeira 3 d.; Chamusca 3 d.; 24 Abrantes 3 dias.—No mez de março: 1 Lamego 3 d.; S. Adrião; 2 Torres Novas; 19 Proença-a-Velha. 21 Aviz 3 d., 25 Aveiro, Feira, Belmonte, Merceana. 29 Leiria.— No mez de abril: 1 Porto (na Praça de Carlos Alberto) feira dos criados e criadas de lavoura e agricultura. 4 Mourão 3 d.; 16 Castro Verde. 23 Pontes do Arneiro (termo de Alvaiazere). 25 Alter do Chão, Fundão, Castello Branco; 30 Olhão (termo de Faro). — No mez de maio: 1 Pinhel, Agualva 3 d.; S. Antão do Tojal 3 d., Montemór-o-Novo, Vera-Cruz do Marmelal, 3 d.; Alpedrinha, Lamego 8 d.; 10 Garvão 3 d.; 13 Salvaterra de Magos 3 d.; de gado. 3.º dom. Elvas 3 d.; 24 Arronches 3 d.; 28 Vianna do Alemtejo. — No mez de junho: 13 Labrugeira (concelho de Alemquer). Cintra, Constancia, Assumar, Mertola, Villa Real de Traz-os-Montes 8 d.; Tancos. Aljustrel 3 d.; 18 Cabeço de Vide. 20 Amarante, Almodovar. 24 Arganil, Evora, Arruda, Alhandra, Guarda, Lumiar. 29 Caneças n'este dia e no dom. seguinte; Crato (concelho d'Ulme). 29 S. Pedro de Pennaferrim (concelho de Cintra) 3 d. Fronteira, Oliveira do Douro, S. Pedro em Torres Vedras, Choto (concelho d'Ulme), Cercal 3 d. Teixoso (concelho da Covilhã), Funchal (Ilha da Madeira). — No mez de julho: dom. 2.º do mez Arraiollos 3 d. 4 Santa Clara de Coimbra 3. d. Oliveira do Douro, bispado de Lamego 4 d; Condeixa. 30 Vidigueira 3 d.; Estoy 3 d.; 15 Alverca 3 d.; 16 Faro 3 d; 17 Ferreira do Zezere, Becco de Santo Aleixo; 18 Coina. 20 Almodovar 3 d.; Santo Quintino. 23 Piedade (em Almada), 24 Arruda 3 d.; S. Thiago de Tremes 3 d., Porto Salvo, Extremoz. 25 Ericeira, Mirandella, Covilhã, Setubal. 27 Cuba (districto de Beja) 3 d.; Figueiró dos Vinhos 3 d. Ultimo domingo, Loures 3 dias. — No mez de agosto: 1 Torrão, 3 d.; Vimieiro 2 d., Tavira, Castello Branco, Lamego; 4, Castro Marim, Cercal, Avellans de Cima 3 d. Constancia, Bombarral; 6 Santa Marinha de Nespereira. No dom. 1.º do mez: Lourinhã, Idanha (junto a Bellas), Abiul. No dom. 2.º do mez; Olivaes 3 d. Sabugal, Celorico da Beira; S. Marcos, Beja, 7 d. Castello de Vide, Landal de Santa Suzana 2 d.; Leiria, Povoa de S. Adrião 3 d. 15 Batalha 8 d.; Caldas da Rainha 3 d., Crato, Flôr da Rosa, Monsaraz, Sarzedas 3 d.; Sobral do Monte Agraço, Torre de Moncorvo 3 d., Fronteira 3 d., Alandroal 3 d., Almargem 3 d., Barreiro, Castanheira, Ferreira, Lapa, Monsanto. 18 Aviz 3 d. 19 Tarouca. 20 Alcobaça, Azinhal, concelho de Castro Marim 2 d., Sernache do Bom Jardim 2 d. No sab. penultimo do mez: Aldeia Gallega 3 d. No dom. depois da Assumpção: Torres Vedras. 24 S. Bartholomeu, freguezia de S. Lourenço dos Gallegos (concelho da Lourinhã), Campo Maior, Cano, (comarca de Aviz), 2 d., Charneca, Coimbra, N. S.ª da Esperança das Alcaçovas, Proença-a-Nova 3 d., Serpa, Trancoso 3 d., Vallada 3 d. 27 Aguas Bellas, Penamacor. No ultimo dom.: Loulé 3 d. Villa Viçosa, Grandola, Lumiar, Turcifal de Torres Vedras, Senhor da Serra em Bellas. — No mez de setembro: 1, Campo Grande, 2 mezes (até fim d'outubro); Almeida, 3 d.; Bêco (comarca de Thomar). 2 Certã. 3 Mondim de Basto. No 1.º dom. do mez: Cintra, Guia, Chão de Couce, Moita, 3 d., Barbacena (comarca d'Elvas), 3 d., Villa

Real, S.ª da Misericordia, no logar da Moita de Ferreiros (concelho da Lourinhã), 2 d., Montemór-o-Novo. 4 S.ª do Cabo do Espichel. 6 Arganil 3 d., 8 Flôr da Rosa, Nazareth, Orca (comarca de Fundão), Lindoso, N. S.ª da Luz, 3 d. Montemór-o-Velho, Moura, Patameira, S. Pedro de Dois Portos na Fonte Santa 3 d., Tagarro 3 d., Talhadas 4 d., Tavira, Terena, Torre do Bispo 3 d., Virtudes, Lamego, Mangualde, Villa Viçosa, S. Thiago do Cacem. No 2.º dom. do mez: Sacavem, Vera Cruz do Marmelal, Rio Maior. 13, Portalegre 3 d., Alcoutim 3 d., Lardoza (comarca de Castello Branco), Odemira 3 d., Mourão 3 d., 15, Ervedal 3 d. (concelho de Aviz). No 3.º domingo do mez: Vizeu 15 dias Alter do Chão, Celorico da Beira, Reguengos, Elvas, Benavente, Soure, Campo de Coimbra, Montelavar, 3 d., Penamacor, Ferreira do Zezere 3 d., Feira, Azebreira, Ferreira do Alemtejo, Alandroal, 3 d. Mertola, Villa Nova de Famalicão 2 d., Refoios 8 d. Oeiras (n'este e no domingo seguinte). 19 Ponte do Lima 3 d., Arronches. 20 S. Bartholomeu de Messines 2 d., Lourinhã 3 d. 22 Terena 3 d., 24 Gavião (comarca do Crato) 3 d , Montalvão. No 4.º dom. N. S.ª de Ayres de Vianna, Villa Franca do Rosario, Odemira 3 d , Ourique 2 d. Vianna do Alemtejo. 25 Aljezur, Veiros. 29 Alcoentre, 3 d., Basto, Coruche, Fragoas e Alcanede 3 d., Niza, Olhão 3 d., Runa, Souzel, Alemquer Cellaviza, Foscôa, Rezende, Tortuzendo. 30 Idanha-a-Nova, Villa Nova de Famalicão. — No mez de outubro: 1, Soajo. 4 Castello Branco 3 d. Guarda 3 d. Ponte de Sôr, Redondo, Tavira. No 1.º dom. do mez e vespera: Almoçageme, Villa Franca de Xira, Reguengo, Evora 2 d., 9 Odivellas 10 Alcacer do Sal, Villa Rea de Santo Antonio. 11 Santarem 3 d. Lagos 3 d. Chamusca, Messejana, V. N. da Baronia. 12 Evora (feira de gados) 2 d. 13 Alcaçovas. 15 Cereal, Certã. No 3.º dom. do mez, Castro Verde, Alhandra, N. S.ª das Mercês (n'este e no dom. seguinte), Faro, Thomar, 3 d., Obidos, 3 d. 21 Villa Verde. No 4.º dom. do mez: Azambuja (n'este e no dom. seguinte), Cós 3 d., S. Simão 2 d., Pombal. 27 Ruivães. 28 Sardoal, Villa de Frades, Quintans de Aveiro 3 d , N. S.ª da Paz (junto a Alcobaça), Penamacôr (comarca de Idanha-a-Nova). — No mez de novembro: 1, Pinhel 3 d., Alvito, Aveiro, Borba, Mangualde, Tentugal, Sobral de Monte Agraço, Chaves 3 d., Santo Christo do Cartaxo 6 d., S. Quintino, Silves. No 1.º dom. do mez: Serra de El-Rei (concelho de Peniche), Oeiras, 5 dias. Chama. 6 Seixal Ribaldeira, Athouguia da Baleia. 9 Extremoz 3 d. 10 Pinhel, Cella. 11 Ega, Gollegã 3 d., Penafiel, Soure, Villa Nova de Portimão 3 d , S. Martinho da Sapataria, S. Martinho de Salreu. 29 Amarante. 30 Esgueira, Mafra 3 d., Penamacôr, Goes, Mezão Frio. S. Thiago do Cacem, Alcobaça. — No mez de dezembro: 1, Villa Fresca de Azeitão 3 d., 8 Cadaval, Palmella, Pernes 3 d , Talhadas 4 d., Cezimbra, Cascaes. 13 Idanha a-Nova, Porto de Moz, 2 d., Trancoso. Muitas d'estas feiras são francas nos primeiros dias.

Feiras Francas. Eram as feiras que gozavam de certas honras, privilegios, liberdades, isenções e franquezas por mercê do soberano. Modernamente são aquellas em que se não paga *terrado*, ou aluguel do terreno occupado pelas tendas e barracas. Os habitantes da Torre de Moncorvo, tendo já carta de D. Diniz para fazerem uma feira na sua villa todos os mezes, allegaram que havendo muitas feiras de mez nos arredores de Moncorvo: elles não podiam vender o *seu pam, e gados e sas merchandias tam aginha* e que portanto lhes concede uma *Feira franca annual*, que começará 15 dias antes da Paschoa, e durará outros 15 dias depois da Paschoa, e todos os que a ella vierem comprar, ou vender, serão seguros de não serem penhorados, não só na ida e vinda, mas tambem oito dias antes de partirem para a dita feira, e nos oito dias depois que de lá chegarem, *excepto por dividas que na dita feira contrahirem*. Este alvará foi passado a 2 de novembro de 1319. Parece que já não estava em uso no anno de 1395, em que el-rei D. João I, *para o logar da Torre de Memcorvo ser mais nobrecido*, lhe concedeu uma *feira franqueada*, que, principiará no 1.º de maio até 15 do mesmo mez, com todas as honras, privilegios, e franquezas que tem a feira de Trancoso, comtanto que, emquanto ella durar, não entre n'ella algum natural do dito logar, que seja malfeitor, nem outro nenhum que no dito logar ou seu termo fizesse algum delicto ou commettesse algum crime: *E que a dita feira no dito tempo nom faça prejuizo ás outras franqueadas d'arredor.* Com o titulo de *Feira franca* realisou-se uma na Avenida da Liberdade em 1898 por occasião das festas do centenario da India.

Feiro. Pov. na freg. de S. Martinho, de Salreu, conc. de Estarreja. distr. de Aveiro.

Feirões. Pov. na freg. de S. Thiago, de Mondrões, conc. e distr. de Villa Real.

Feirral. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Cocujães, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. Tem caixa post. ‖ S. Miguel, de Souto, conc. da Feira, do mesmo districto.

Feitada. Pov na freg. de Santo André, de Palme, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Feitaes ou **Fetaes.** Povoações nas freguezia: Ilha do Pico, S. Sebastião, de Calheta de Nesquim, conc. das Lagens do Pico, distr. de Horta; N. S.ª da Piedade, de Ponta da Piedade, do mesmo conc. e distr. ‖ N. S.ª da Consolação, de Cezimbra-Castello, conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa. ‖ O Salvador, de Monçós, conc. e distr. de Villa Real. ‖ Santa Comba, de Souto Maior, conc. de Sabrosa, do mesmo distr. ‖ Quinta na freg. de N. S.ª da Purificação, de Pena Verde, conc. de Aguiar da Beira, distr. da Guarda.

Feitaes dos Carneiros. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço distr. de Lisboa.

Feitaes Cimeiros. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Espinhal, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Feitaes Fundeiros. Pov. na freg de Santa Eufemia e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Feitaes de Nossa Senhora. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa.

Feitaes dos Pretos. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade de Santo Quintino, conc. de Sobral Monte Agraço. distr. de Lisboa.

Feital ou Fetal. Pov. e freg. de Santa Margarida, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Trancoso, distr. e bispado da Guarda; 271 hab. e 69 fog. Tem correio. A pov. dista 7 k. da séde do conc. O abbade de N. S.ª da Fresta, de Tranco-

so, apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. Dizem que na matriz d'esta freg. está sepultado D. Rodrigo, o ultimo rei dos gôdos. Pertence 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Povoações nas freguezias: N. S.ª do Monte Sião, de Amora, conc. do Seixal, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Bellinho, conc. de Espozende, distr. de Braga. || S. Matheus, de Bunheiro, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Frossos, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Lijó, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. João, de Loureiro, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Feital de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª do Reclamador, de Casaes, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Feiteira ou Feteira. Povoações nas freguezias: Sant'Anna do Matto, conc. de Coruche, distr. de Santarem. || Santa Marinha, de Annaes, conc. de Ponte do Lima, distr. de Viauna do Castello. || S. Estevão, de Barros, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Lourenço, de S. Bartholomeu dos Gallegos, conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa. || S. Thiago, de Beduido, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro. || Ilha do Pico; S. Sebastião, de Calheta de Nesquim, conc. de Lagens do Pico, distr. de Horta. || S. João Baptista, de Carvoeiro, conc. de Mação, distr. de Santarem. || N. S.ª do Reclamador, de Casaes, conc. de Thomar, do mesmo distr. || S. Domingos, de Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || N. S.ª d'Assumpção, conc. e distr. de Castello Branco. || Santo André, de Cella, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || N. S.ª da Conceição, de Cereal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || S. Julião, de Covellas, conc. de Povoa do Lanhoso, distr. de Braga. || N. S.ª da Esperança, conc. de Arronches, distr. de Portalegre. || O Salvador, de Grijó, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Figueiredo, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Santo Isidoro, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, do mesmo distr. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. João Baptista e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || S. Pedro, da mesma villa, conc. e distr. || Ilha Graciosa; S. Matheus, da Praia da Graciosa, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo || Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Ilha Terceira; S. Pedro, de Ribeirinha, conc. e distr. de Angra do Heroismo. || S. Christovão, de Rio Mau, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || N. S.ª d'Assumpção, de Sernache dos Alhos, conc. e distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Souto, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Bartholomeu, de Troviscal, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || O Salvador, de Villar do Monte, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Casal na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra. || Herdade na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cabrella, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Herdade na freg. de S. Romão, do mesmo conc. e distr. || Monte na freg. de N. S.ª do Loreto, de Juromenha, conc. de Alandroal, distr. de Evora. || Quintas nas freguezias de S. Bartholomeu, da Charneca, e de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, no 3.º bairro de Lisboa.

Feiteira de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Pedro de Alhadas, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Feiteira de Cima. Ilha da Madeira; pov. na freg. e conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

Feiteira de Dentro. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Seixezello, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Feiteira Grande e Feiteira Pequena. Ilha de S. Miguel; duas povoações na freg. de N. S.ª da Annunciação, de Achada, conc. de Nordéste, distr. de Ponta Delgada.

Feiteira do Nuno. Ilha da Madeira; pov. na freg. e conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

Feiteiras. Ilha de Santa Maria; pov. na freg. de Santa Barbara, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada. || Ilha da Madeira; duas povoações na freguezia do Bom Jesus, de Ponta Delgada, e de S. Vicente, ambas no conc. de S. Vicente, distr. do Funchal. || Pov. na freg de S. Estevão, de Pussos, conc. de Alvaiazere, distr. da Leiria.

Freiteiras d'Além. Pov. na freg. de S. Estevão, de Pussos, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Feiteiras de Baixo e de Cima. Ilha de Santa Maria; duas povoações na freg. de S. Pedro, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada.

Feitiçaria. Arte de feiticeiro, sortilegios. A primeira lei portugueza contra a feitiçaria data do tempo de D. João I, no anno de 1403, a qual diz que «não seja nenhum tão ousado que, por buscar ouro ou prata, ou outro haver, lance varas, nem faça circo, nem veja em espelho, ou em outras partes.» Foi esta lei confirmada pelo codigo affonsino, e d'elle passou para os que se lhe seguiram. No seculo XVI, porém, a magia portugueza, que parece ter-se limitado até então a uma especie de alchimia, tomou um incremento prodigioso; e no titulo XXV da constituição I do arcebispado de Evora (impressão em Lisboa, 1534), se encontra uma curiosa nomenclatura das crenças populares da Peninsula, que o poder ecclesiastico entendia já então dever punir, não se limitando a preceitos puramente comminatorios e obrando, bem pelo contrario, de harmonia com o poder civil, que, segundo a gravidade dos casos, os castigava com a morte, com a marca a fogo nas faces, com o degredo perpetuo para a ilha de S. Thomé, com os açoutes (para os peões), ou o degredo por dois annos para a Africa (para os vassallos, escudeiros ou mulheres d'estes). Essa nomenclatura póde summariar-se em: tomar pedra de ara ou corporaes, em logar sagrado ou não; invocar espiritos diabolicos, em circulos, fóra d'elles ou encruzilhadas; dar de comer ou de beber a alguem, para fazer mal a outrem; lançar sortes para adivinhar ou varas para achar haver: vêr em agua, crystal, espada, qualquer cousa luzente ou espadua de carneiro; fazer figuras de metal, ou de qualquer materia, para adivinhar; trabalhar para adivinhar em cabeça de homem morto ou *de qualquer outra alimaria;* trazer comsigo dente ou baraço de enforcado;

ligar homem ou mulher; passar enfermos por silva, machieiro, por baixo de trovisco ou por lameiro virgem; benzer com espada que matou homem ou passou o Douro e o Minho tres vezes; cortar solas em figueira baforcira; cortar sobro em limiar da porta; ter cabeças de *saudadores* encastoadas em ouro, prata ou em qualquer outra cousa; apregoar os endemoninhados; levar imagens em busca d'agua ou tomal as por fiadores para que, se em tempo certo não derem agua, ou qualquer outra cousa, as lancem n'ella; revolver e derribar penedos para haver chuva; lançar joeira; dar a comer bolo para saber de furtos; ter *mendracolas* em casa; passar agua por cabeça de cão; dizer cousa *que é por vir*, mostrando que foi por Deus ou por santos revelado, visão ou sonho; benzer por palavras ignotas, não entendidas ou não approvadas pela egreja, por cutellos de taehas pretas ou por cintos e ourellos; fazer camisas tecidas e fiadas em um dia, ou vestil-as. Entretanto, havia casos tão notaveis que, ás vezes, davam logar a privilegios de isenção da lei commum Um alvará, por exemplo, datado de 15 de outubro de 1654, dá licença a um soldado portuguez para usar do dom de *curar por palavras*, sob condição de o empregar em beneficio dos militares que o necessitassem. || Bibliographia: *Uma feiticeira do seculo passado*, artigos de Manuel M. Rodrigues no *Occidente*, de 1898. *Povo portuguez nos seus costumes, crenças e tradições*, por Theophilo Braga.

Feiticeiras. Banco situado quasi ao meio do rio Geba, conc. de Bissau, prov. da Guiné, Africa Occidental. E' todo de lodo, com 2 a 4 m. de fundo. Dista 5 k. para ESE, do ilhéo de Bandim.

Feiticeiro. V. *Feitiçaria*. Bruxo, individuo que pratica feitiços, sortilegios, etc. Nas antigas *Ordenações* os feiticeiros tinham pena de morte, não podia impetrar perdão e não gozavam de privilegio para escusar pena vil.

Feitora. Pov. na freg. de S. Martinho, de Milhundos, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Feitoria. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação e conc. de Oeiras, distr. de Lisboa. Fica perto da Torre de S. Julião da Barra. Foi aqui que em 2 de março de 1803 o coronel do regimento de artilharia da côrte Antonio Teixeira Rebello creou um collegio para instrucção dos filhos dos officiaes do mesmo regimento, e que em janeiro de 1814 se transformou no actual Collegio Militar. V. *Real Collegio Militar*.

Feitos. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 128 hab. e 27 fog. Está annexada á freg. de Palme, do mesmo conc. (V. *Palme*). O reitor de Santo Eloy, do convento de Lamego, apresentava o vigario, que tinha 30$000 réis de rendimento. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Feitosa *(João Manuel Fernandes Feitosa, 1.º visconde e 1.º conde da)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real; commendador das ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição; capitalista e negociante de grosso trato na praça commercial do Rio de Janeiro, etc. N. em Valença a 10 de abril de 1836, fal. em setembro de 1905. Era filho de João Fernandes Feitosa, proprietario em Valença, e de sua mulher, D. Marianna das Dôres de Caldas Magalhães. Ainda muito novo partiu para o Brazil, e dedicando-se ao commercio, conseguiu á custa de muito trabalho adquirir uma consideravel fortuna, para que tambem contribuiu o seu casamento, que realisou em 1864, com D. Anna Maria Guimarães, filha do negociante da praça commercial do Rio de Janeiro, Antonio Gonçalves Guimarães, e de sua mulher, D. Anna Maria Guimarães. O conde da Feitosa estava sempre prompto a cooperar em obras de beneficencia, auxiliando com importantes serviços e donativos o Albergue dos Invalidos do Trabalho, Cruz Vermelha, e outras corporações de caridade. Foi vice-presidente da commissão americana da Sociedade de Geographia, de que era socio muito antigo, tendo tambem pertencido á commissão de contas. Ha bastantes annos que se retirara do commercio, e estabelecera residencia em Lisboa. Soffrendo havia muito tempo d'uma terrivel enfermidade, resolveu ir a Paris á casa de saude do dr. Roux, para lhe ser applicado um tratamento especial, porém os cuidados da medicina de nada serviram, e pouco tempo depois falleceu. O titulo de visconde da Feitosa foi-lhe conferido em sua vida, por decreto de 23 de maio, e carta de 19 de junho de 1879, sendo elevado a conde alguns annos mais tarde.

Feitosa. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 350 hab. e 82 fog. A pov. dista 3 k. da séde do conc., passando pela freg. o rio Lima. Era couto da Casa da Bragança. Foi villa em tempos remotos, chamando-se *Vedendri*; depois teve o nome de *Dómizi*, que se corrompeu em *Dornes*, e quando assim se chamava, é que foi coutada. Em 1131, Sesnando Ramires e sua mulher, Justezenda Soares, deram ao arcebispo de Braga, D. Pelagio, e ao seu cabido e successores a *sua villa de Domizi, que antigamente se chamava Vedendri*. Ha, porém, muitos seculos que tem o actual nome de *Feitosa* Diz-se que fôram os normandos que fundaram esta povoação pelos annos 700 da era christã. O prior de Ponte do Lima apresentava o cura, que tinha 40$000 reis. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Carvalhas, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Feitoso. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Feixe. Povoações nas freguezias: Santa Tecla, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || N. S.ª da Graça, de Vinha da Rainha, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Felães. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação de Cezimbra-Castello, conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa.

Felga. Pov. na freg. do Salvador, de Fanzeres, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Felgar. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. da Torre de Moncorvo, distr. e bisp. de Bragança; 1:191 hab. e 295 fog. Tem escolas para ambos os sexos, est. post., fabricas de cobertores e fiação, e feira no 2.º domingo de cada mez. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada nas vertentes da serra de Reborêdo. O abbade de Santa Maria de Mós apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis de rendimento. No sitio do *Cabeço de Mua*, d'esta freg., ha uma abundante mina de ferro, que foi

concedida em março de 1874 á companhia de exploração de ferro, da serra de Roboredo e hoje pertence a Schneider & C.ª, donos de forjas no Creusot Saône et Loire (França). Esta exploração é antiquissima, pois Viterbo, no seu *Elucidario*, vol. I, pag. 118, cita os privilegios que D. Duarte deu a esta ferraria em 1436. Felgar pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. A terra é fertil, produz muito boas cebolas, e tem um vasto pinheiral. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Felgares. Povoações nas freguezias: Santa Maria Magdalena, de Freixiel, conc. de Villa Flôr, distr. de Bragança. || N. S.ª da Paz, de Portella do Fojo, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra. || S. João Baptista, de Silva Escura, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Felgaria. Pov. na freg. de S. Simão, de Nesperal, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Felgueira *(Caldas da)*. Felgueira é uma pequena povoação na freg. de Cannas de Senhorim, conc. de Nellas, distr. de Vizeu, tambem conhecida pelo nome de *Felgueira de Cantagallo*. Está situada na margem direita do Mondego. E' uma estação thermal das mais consideradas do paiz. As aguas brotam de tres nascentes distinctas, por entre fendas de pedra granitica, nas faldas d'um pequeno outeiro proximo d'um riacho. Duas são mo a 15 m. de profundidade com uma força ascensional enorme. A metro e meio das nascentes foi collocada uma abobada impermeavel de 3 m. de espessura. Esta abobada dá passagem a um tubo de ferro por onde passa a agua tirada pela grande bomba, que a manda para os diversos usos do estabelecimento. Só então é que ella recebe o baptismo do ar e n'ella se começa o trabalho de oxidação. Foi nos fins do seculo XVIII que se começou a fazer uso d'estas aguas, dizendo-se terem sido pastores e caçadores os primeiros que as applicaram para a cura de animaes, que soffriam de molestias de pelle. Havia então um poço onde homens e animaes promiscuamente se banhavam. A primeira casa de habitação edificada foi iniciativa do padre José Lourenço, de Cannas de Senhorim, que deveu áquellas aguas a cura completa d'uma antiga doença cutanea de que soffria. Outro padre tambem mandou construir em 1810 um barracão de madeira para abrigo dos doentes que iam usar do *banho velho* e tambem a capella e as casas annexas. Alguns doentes dos povos limitrophes fizeram depois varias casas, e mais tarde a camara municipal de Nellas construiu um modesto e tosco balneario. A concorrencia tornou-se numerosa, e contavam-se curas milagrosas attribuidas ás virtudes d'aquellas aguas. Em 1880, por iniciativa de José Maria Marques Caldeira, constituiu-se uma companhia para a construcção d'um estabeleci-

Estabelecimento thermal da Felgueira

muito abundantes, a outra fica distante uns 300 m. Estas aguas acham-se convenientemente captadas, e são conduzidas para o balneario por fórma a evitar todo o contacto do ar e qualquer infiltração. Nascem as d'estas duas nascentes no fundo d'uma escavação feita em granito durissi- mento thermal mais amplo e em mais vantajosas condições. Compraram-se terrenos que circumdavam as nascentes, e sob a direcção do fallecido engenheiro D. Rodrigo Maria Berquó, que foi director do hospital das Caldas da Rainha, construiu se o actual balneario. A construcção é

singela mas elegante, com os reflexos vermelhos dos tijolos a destacarem-se na sombra do arvoredo. O edificio compõe-se de dois pavimentos, terreo e primeiro andar, elevando-se ao centro uma torre de 12 m. d'altura, tendo collocado junto ao tecto os depositos que alimentam os duches. No pavimento terreo acham-se installados os quartos de banho com muito boas tinas de ferro pintado, os duches, gabinete do director, sala de consultas e de espera, e dependencia de serviços menores; no pavimento superior estão a camara de inhalações e respectivas antecamaras. A casa das machinas fica ao lado d'esta edificação. O actual director-gerente, o sr. dr. João Felicio Paes do Amaral, tem prestado os maiores serviços, e é á sua influencia e boa direcção que aquelle estabelecimento thermal tem attingido o maior desenvolvimento. Ali se encontram apparelhos modernos para todas as applicações hydrotherapicas: 64 banheiras divididas em 5 classes separadas, duas salas para duches, uma para senhoras e outra para homens, e a mais completa sala de inhalação, pulverisação e aspiração, com gabinetes annexos e independentes para *toilette*. O estabelecimento é abastecido por duas das nascentes referidas. Uma é em pequena quantidade; tem 34° de calor e só alimenta duas banheiras; a outra nascente póde fornecer diariamente 760 m. cubicos de 32,° 5. E' esta a que se emprega em quasi todos os usos do estabelecimento. A agua que se usa com temperatura superior a 32,° 5, é esta mesma agua aquecida em depositos de ferro hermeticamente fechados pela circulação de vapor em serpentinas. Para os duches frios, e sómente para este fim, se aproveita tambem a agua thermal arrefecida no tanque de pedra, atravessado por muitos tubos de ferro por onde passa a agua do ribeiro. A outra nascente d'aguas sulfurosas tem a temperatura de 17,° as quaes brotam da rocha a pequena distancia, conforme dissémos, e são denominadas *as aguas frias*. Estas aguas estão actualmente n'uma linda gruta, e servem sómente para uso interno. São estas que desde annos se uzam como aguas de mesa, depois de as deixar oxidar em vaso descoberto. Ligam muito bem com o vinho. A abertura do estabelecimento thermal é em 1 de maio, fechando a 30 de novembro. As aguas das Caldas da Felgueira fôram analysadas em 1884 pelo chimico Joaquim dos Santos Silva; são limpidas, levemente azuladas quando vistas por transparencia, muito unctuosas ao tacto e com cheiro a ovos chocos; fortemente excitantes da pelle e das mucosas, applicam-se no tratamento das dermatoses, padecimentos broncho-pulmonares e gastro-intestinaes; tambem são usadas no rheumatismo, diabete e doenças do figado. Felgueira tem dois hoteis, além de outras casas particulares mobiladas para alugar. Os hoteis são o *Maial* e o *Grande Hotel-Club*, que é propriedade da empresa das aguas. O *Grande Hotel-Club* é um dos primeiros estabelecimentos d'este genero no paiz; póde alojar 120 hospedes nas melhores condições hygienicas; possue vastas salas de jantar, baile, bilhar, jogos de vasa, gabinete de leitura, café, pharmacia, casa de barbear, estação telegraphica e consultorio medico. Tem bonitos passeios a pé, pelo parque ajardinado, pelas montanhas e margens do Mondego; excursões ás povoações visinhas, Nellas e Cannas de Senhorim, alargando-se até Oliveira do Hospital e Vizeu. Bibliographia: *As aguas mineraes da Felgueira*, por Joaquim dos Santos Silva, Coimbra, 1884; *Breve noticia da Felgueira e suas aguas medicinaes*, por João Felicio Paes do Amaral, Lisboa, 1887; *Alguns effeitos curativos das aguas medicinaes da Felgueira*, por João Felicio Paes do Amaral, Lisboa, 1889; *O estabelecimento thermal da Felgueira e suas aguas medicinaes*, por João Felicio Paes do Amaral, Lisboa, 1891; *Aguas Minero-Medicinaes de Portugal*, por Alfredo Luiz Lopes, Lisboa, 1892. Estão publicados tambem os relatorios annuaes.

Felgueira. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Arcos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Simão, de Arões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || Santa Martha, de Bouro, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Geraz do Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Lamellas, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Miguel e conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Adrião, de Padim da Graça, conc. e distr. de Braga. || S. Miguel, de Perre, conc. e distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª das Neves, de Pinhal do Norte, conc. de Carrazêda de Anciães, distr. de Bragança. || S. Pedro de Quiraz, conc. de Vinhaes, do mesmo distr. || S. Thiago de Riba d'Ul, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Seixo do Ervedal, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Sobral, conc. da Mortagua, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Souto, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Fayão, conc. de Valença, do mesmo districto.

Felgueiras. Familia, cujas armas são em campo azul nove lisonjas de prata em tres palas, e por timbre um lobo nascente de azul, lisonjado de prata.

Felgueiras (*João Baptista*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado, procurador geral da Corôa, etc. N. em Guimarães, pouco antes de 1790, fal. em Lisboa a 13 de março de 1848. Era filho do desembargador Manuel Augusto Felgueiras, e de sua mulher D. Ignez Felgueiras. Pertencia a uma familia das mais distinctas da provincia do Minho. Depois da sua formatura, seguiu a carreira da magistratura, e chegou a ser juiz de fóra em Vianna do Castello, depois de seguir os tramites que, para se chegar a esse cargo, as leis de então exigiam. Sendo eleito deputado depois da revolução de 1820 para as primeiras côrtes constituintes, exerceu sempre o cargo de secretario. Quando em 1823 a reacção restabeleceu o absolutismo e os direitos inauferiveis da realeza, João Baptista Felgueiras afastou-se da politica, e assim se conservou, tendo comtudo applaudido fervorosamente o restabelecimento do regimen liberal pela outhorga da Carta Constitucional, quando em 1828 o surprehendeu a reacção miguelista. As suas idéas altamente liberaes o obrigaram a fugir das perseguições do partido absolutista. O governo julgava-o emigrado, mas Felgueiras occultara-se em casa da familia Gomes de Castro, tambem liberal. A entrada no

Porto das tropas, que tinham desembarcado no Mindello, o animou a sair do seu esconderijo, e voltando á cidade, Felgueiras assistiu á lucta que se travou em torno das muralhas do Porto, sem ter papel official, mas relacionado intimamente com os membros do governo, amigo particular de Agostinho José Freire e de José da Silva Carvalho, muito considerado pelo imperador, a ponto que não se resolvia assumpto qualquer importante, sem que fôsse ouvido o seu parecer. Quando em 1833 se transferiu a séde do governo constitucional do Porto para Lisboa, foi nomeado procurador geral da Corôa, logar de que se demittiu por ter triumphado a revolução de setembro de 1836, a que era adverso, indo então occupar a cadeira que lhe competia no Supremo Tribunal de Justiça. Assistiu, com pouca sympathia, á reunião das côrtes constituintes, mas não tomou parte em nenhuma das tentavivas de contra-revolução, e no entretanto, foi talvez, bem involuntariamente e bem occasionalmente, causa da morte de Agostinho José Freire. No dia em que se deu este triste acontecimento, João Baptista Felgueiras, que morava na rua do Quelhas, convidara-o a jantar, desejando que elle comesse d'um pavão com que o haviam presenteado. Agostinho José Freire morava então em Rilhafolles; accedeu ao convite, e em casa de Felgueiras soube que a rainha D. Maria II partira para o palacio de Belem, e se planeara a contra-revolução. Não pensou mais em jantar, e mettendo-se na sua carruagem, foi para Belem pelo caminho de Alcantara, que lhe ficava mais perto, onde teve a infelicidade de encontrar a morte (*V. Freire, Agostinho José*). Eleito deputado por Vianna do Castello, quando começava a travar-se um movimento em favor da restauração da Carta, estava naturalmente indigitado para ministro quando a restauração triumphasse. Deu-lhe o triumpho, como é sabido, o pronunciamento no Porto, de Antonio Bernardo da Costa Cabral, depois conde e marquez de Thomar, e este apenas foi chamado ao governo, sem consultar sequer João Baptista Felgueiras, fez lavrar o decreto nomeando-o ministro da justiça. Surprehendido por esta nomeação inesperada, tanto mais que elle, desejando a restauração da Carta, reprovava os meios revolucionarios a que se recorrera, Felgueiras foi directamente ao paço entregar a sua demissão, ficando assim ministro de estado honorario, sem nunca ter sido ministro. Costa Cabral nunca lhe perdoou esta resolução, e na sessão da camara dos deputados de 10 de agosto de 1842 claramente revelou o seu desgosto. João Baptista Felgueiras ficou então novamente afastado da politica, voltando a occupar-se exclusivamente dos seus deveres de magistrado e das suas affeições domesticas, até que falleceu subitamente, victima d'uma congestão cerebral. Deixou impresso : *Necrologia de Agostinho José Freire, que foi ministro e secretario de estado honorario, conselheiro de estado, par do reino, etc.*, Lisboa, 1837; saiu depois, ainda em 1837, mais ampliada, com o titulo : *Resumo historico da vida e tragico fim do conselheiro de estado Agostinho José Freire*, etc. ; saiu sem o nome do autor, e parece que não foi posto á venda.

Felgueiras. Denominação d'um concelho, cuja séde está na freg. de Santa Eulalia, de Margaride, que em 1846 foi elevada á categoria de villa, com o nome de *Villa de Felgueiras*. A freguezia de Margaride já no principio do seculo XVIII era considerada como a principal povoação do antigo concelho já chamado de Felgueiras. A villa é da prov. do Douro, e pertence ao conc., com., distr., relação e bisp. do Porto. Está situada na estrada de Guimarães para Amarante, a 3 k. da margem esquerda do rio Vizella, onde tem uma ponte. D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 15 de outubro de 1514, mas parece que o concelho é ainda muito mais antigo, e que remonta aos principios da monarchia, porque além de algumas noticias que d'elle se encontram desde o anno de 1258, o foral de D. Manuel faz referencias a um foral de D. Affonso Henriques que confirmava outro de seu pae, o conde D. Henrique. As terras Felgueiras e Vieira fôram doadas por el-rei D. João I a Gonçalo Pires Coelho com a mercê de juro e herdade, em paga dos seus valiosos feitos d'armas. D Manuel confirmou esta doação á familia dos Coelhos, dando-lhe rendas, direitos e todas as jurisdicções, salvo as de correição e alçadas. Felgueiras foi primitivamente da comarca de Entre Douro e Minho e do julgado de Celorico de Basto ; depois, no tempo de Filippe II, pertenceu á comarca de Guimarães. Em 1833 era da comarca de Amarante, sendo em 1835 dividida para os effeitos judiciaes pelos julgados de Barrosas, Fafe, Guimarães e Amarante. Era então do districto de Braga, passando em 1836 para o do Porto. Em 1840 fazia parte da comarca de Louzada, e em 1841 foi dividida em quatro districtos de paz com sédes em Airães, Torrados, Margaride e Villa Cova da Lixa. Felgueiras pertence á 6.ª div. mil., 11.ª brigada, grande circumscripção mil. norte, e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. Tem Misericordia, hospital denominado *N. S.ª do Rosario*, collegio de *Santa Quiteria*, escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. D. ; advogados, medicos, pharmacias, agencias dos seguros *Internacional*, *Fidelidade e Segurança*, *Garantia;* associação de bombeiros voluntarios; hoteis, notarios, sociedades de recreio : *Assembléa Felgueirense*, *Troupe Dramatica Felgueirense* e *Tuna Musical Felgueirense;* feira todas as segundas feiras, e em 1 de maio ; romaria do *Sagrado Coração de Maria*, vulgarmente chamada de *S. Pedro*, na egreja de Santa Quiteria ; bons edificios, entre os quaes se conta o da camara municipal, onde tambem está installado o tribunal, cujo edificio foi reconstruido em 1877. A egreja matriz é de recente construcção. Por um legado do commendador Rodrigues Seara, natural d'esta villa, vae edificar-se um asylo agricola. A Misericordia deu principio á construcção d'um novo hospital, que já recebe alguns doentes. Os arredores da villa são pittorescos e aprazíveis. O conc. compõe-se de 33 freguezias com 5:542 fog. e 22:846 hab., sendo 9:977 do sexo masc. e 12:869 do fem., n'uma superficie de 15:775 hect. As freguezias são : S. João Baptista, de Ayão, 399 hab. : 163 do sexo masc. e 236 do fem. ; Santa Maria, de Ayrães, 850 hab : 344 do sexo masc. e 506 do fem ; S. Miguel, de

Borba de Godim, 1:488 hab.: 619 do sexo masc. e 869 do fem.; S. Martinho, de Caramos, 655 hab.: 274 do sexo masc. e 381 do fem.; S. Thomé, de Friande, 493 hab.: 207 do sexo masc. e 286 do fem.; Santa Maria, de Idães, 1:049 hab.: 434 do sexo masc. e 615 do fem.; S. Pedro, de Jngueiros, 1:319 hab.: 600 do sexo masc. e 719 do fem.; S. Verissimo, de Lagares, 595 hab.: 263 do sexo masc. e 332 do fem.; S. Christovão, de Lordello, 258 hab.: 112 do sexo masc. e 146 do fem.; Santa Leocadia, de Macieira da Lixa, 855 hab.: 392 do sexo masc. e 463 do fem.; Santa Eulalia, de Margaride, onde está a séde do concelho, 2:178 hab.: 981 do sexo masc. e 1:197 do fem.; O Salvador, de Moure, 543 hab.: 249 do sexo masc. 294 do fem.; Santa Marinha, de Pedreira, 683 hab.: 308 do sexo masc. e 375 do fem.; S. Martinho, de Penacova, 503 hab.: 246 do sexo masc. e 257 do fem.; S. Thiago, de Pinheiro, 362 hab.: 161 do sexo masc. e 201 do fem.; Santa Maria, de Pombeiro de Riba Vizella, 858 hab.: 394 do sexo masc. e 464 do fem.; S. Thiago, de Rande, 504 hab.: 231 do sexo masc. e 273 do fem.; S. Cypriano, de Refontoura, 652 hab.: 267 do sexo masc. e 385 do fem.; Santa Comba, de Regilde, 734 hab.: 321 do sexo masc. e 413 do fem.; Santa Maria, de Revinhade, 294 hab.: 121 do sexo masc. e 173 do fem.; Santo Adrião, de Santão, 444 hab.: 178 do sexo masc. e 266 do fem.; S. Thiago, de Sendim, 732 hab.: 308 do sexo masc. e 424 do fem.; S. João Baptista, de Sernande, 374 hab.: 151 do sexo masc. e 223 do fem.; S. Vicente, de Sousa, 456 hab.: 190 do sexo masc e 266 do fem.; S. Pedro, de Torrados, 686 hab.: 341 do sexo masc. e 345 do fem.; O Salvador, de Unhão, 529 hab.: 238 do sexo masc. e 291 do fem.; S. Jorge, de Varzea, 529 hab.: 222 do sexo masc. e 307 do fem.; S. Miguel, de Varziella, 889 hab.; 364 do sexo masc. e 525 do fem.; O Salvador, de Villa Cova da Lixa, 1:423 hab.: 610 do sexo masc. e 813 do fem.; Santa Maria, de Villa Fria, 445 hab.: 214 do sexo masc. e 231 do fem.; S. Mamede, de Villa Verde, 294 hab.: 129 do sexo masc. e 165 do fem.; Santo Adrião, de Vizella, 530 hab.: 239 do sexo masc. e 291 do fem.; S. Jorge, de Vizella, 243 hab.: 106 do sexo masc. e 137 do fem. O principal commercio do concelho é pão de ló de Margaride e vinho. Em Felgueiras teemse publicado os jornaes seguintes: *Felgueirense (O)*, 1 de setembro de 1885; *Folha de Felgueiras*, 15 de março de 1893; *Semana de Felgueiras*, 5 de julho de 1896, em publicação; *Vida Nova*, 1904, em publicação. Além d'estes jornaes publicou-se tambem o numero unico: *Cabula (A)*, 27 de junho de 1899. || Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. do Minho, conc. e com. de Fafe, distr. e arceb. de Braga. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20 com a séde em Amarante. Esta freg. está annexa para effeitos administrativos á de S. Bento de Pedraido, por decreto de 12 de novembro de 1891, tendo ambas reunidas, 354 hab. O reitor de S. Thomé de Travassos apresentava o cura, que tinha 40$000 reis de rendimento. || Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. da Torre de Moncorvo, distr. e bisp. de Bragança; 931 hab. e 214 fog. Tem escolas para ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 4 k. da séde do conc. Foi conc. com justiças proprias e independentes. Houve aqui grande lavra de minas de ferro. El-rei D. Duarte, em 1436, deu grandes privilegios aos que trabalhavam na extracção e fabricação do ferro, e a esses operarios se dava o nome de *ferreiros*. A collegiada da Torre de Moncorvo apresentava o vigario que tinha 9$000 reis de congrua e o pé d'altar. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. de res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Rezende, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 705 hab. e 173 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 4 k. da séde do conc. O abbade de Rezende apresentava o cura que tinha 8$000 reis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Chamoim, conc. de Terras do Bouro, distr. de Braga. Proximo a esta aldeia e de um ribeiro, que do monte desce á estrada, no sitio chamado *Hervosa*, estavam duas columnas romanas, uma com a inscripção apagada, e a outra marcando o numero das milhas. N'este mesmo sitio existia uma outra columna de excessiva altura, que os moradores d'aqui levaram para o adro da egreja, em 1718, fazendo d'ella um cruzeiro. || S. Paio, de Agua Longa, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Francisco de Assis, de Amieira, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || S. João Baptista, de Arga de S. João, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Santa Leocadia, de Fradellos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Lucrecia, de Louro, do mesmo conc. e distr. || Santa Leocadia, de Macieira da Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Martinho, de Mancellos, conc. de Amarante, do mesmo distr. || S. Julião, de Moreira do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Moure, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Martinho, de Paço Vedro de de Magalhães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria e conc. de Paredes de Coura, do mesmo distr. || S. Thiago, de Penso, conc. de Melgaço, do mesmo distr. || O Salvador, de Rezende, conc. de Paredes de Coura, do mesmo distr. || S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto || Santa Maria, de Tavora, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Thomé do Castello, conc. e distr. de Villa Real. || S. Miguel, de Agrobom, conc. de Alfandega da Fé, distr. de Bragança.

Felicia (*Beata*). Conega da ordem de Santo Agostinho, fallecida em 1192. Viveu no convento de S. João das Donas, contiguo ao de Santa Cruz de Coimbra. Foi beatificada.

Feligueira. Povoações nas freguezias: Santa Maria Magdalena, de Agadão, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Dois Portos, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Felizardo e Costa (*Rufino José*). Pertenceu ao real corpo de engenheiros, e d'elle existem no Archivo Militar do Rio de Janeiro os seguintes trabalhos: *Planta da imperial cidade de S. Paulo, levantada em 1810 pelo capitão de engenheiros*

Rufino José Felizardo e Costa, e copiada em 1841 com todas as alterações, gravada no Rio de Janeiro; *Mappa da Villa e Rio de Santo Amaro, prospecto das Ruinas d'Antiga Fabrica de Ferro de Santo Amaro, feita por Rufino José Felizardo, 2.º tenente do Real Corpo de Engenheiros;* original em aguarella; *Mappa topographico da Real Fabrica de Ferro do Ypanema, levantado e desenhado pelo 2.º tenente Rufino José Felizardo,* original em aguarella.

Feliciano (*Francisco*). Cirurgião no hospital de Todos os Santos, para que foi nomeado em 1547.

Feliteira. Pov. na freg. de S. Pedro, de Dois Portos, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. Tem apeadeiro na linha do caminho de ferro de Oeste, entre as estações de Pero Negro e Dois Portos. E' uma aldeia pittoresca situada no dorso de serranias abruptas, surgindo d'entre vinhedos e jardins, cortada pelo rio Sizandro. Pertence ao conc. de Torres Vedras, mas fica a pequena distancia da villa de Sobral de Mont'Agraço.

Felix. Ourives no seculo XII. Exercia a sua arte em Coimbra, como se prova pelo *Livro preto*, de 1168.

Felix (*S*). Discipulo de S. Pedro de Rates, a cujo corpo pôde dar decente sepultura. Parece ter sido natural da provincia do Minho. Viveu vida eremitica nas serranias da referida provincia.

Felix (*S*). Diacono e martyr, nascido em Santarem, e martyrisado em Gerona a 18 de março de 277, na perseguição de Aureliano. Era arcediago de S. Narciso, arcebispo de Braga, a quem acompanhou sempre em todas as funcções e operações evangelicas, e que tambem foi martyrisado na data referida.

Felix (*Clemente*). Presbytero secular, protonotario apostolico, licenceado em Direito pela Universidade de Coimbra, beneficiado na egreja parochial da Magdalena, de Lisboa, advogado por muitos annos, prégador considerado como um dos melhores do seu tempo, etc. N. em Lisboa em 1581, onde tambem falleceu a 31 de março de 1656. Estudou direito cesareo na Universidade, e foi um dos letrados que mais se distinguiram na sua epoca. Esteve em Roma e em Madrid. Escreveu : *Informação de Direito em favor de Ruy de Moura Telles na casa... sobre os morgados que vagaram por Alvaro Gonçalves de Moura*, Lisboa, 1615; *Informação de Direito a favor de Manuel de Moura Corte Real, Marquez de Castello Rodrigo, na causa que lhe moveu o Duque de Aveiro*, Lisboa, 1621; *Allegação de Direito a favor de João Rodrigues de Vasconcellos e Sousa, na causa que lhe moveu a Condessa da Calheta D. Maria de Vasconcellos*, Lisboa, 1629; *Reposta que fez aos oppositores da casa de Mafra em favor do Conde de Figueiró D. Francisco de Vasconcellos*, Lisboa, 1645; *Expostulação apologetica em defensa da resposta que deu aos oppositores da casa de Mafra a favor do Conde de Figueiró*, Lisboa 1647; estas duas ultimas fôram contrariadas pelo dr. Gabriel de Almeida e Vasconcellos. Ainda publicou outras allegações.

Felix *(Francisco da Costa).* Cirurgião medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. N. a 6 de novembro de 1854. Terminou o curso em 1877, e a 14 de novembro de 1879 foi nomeado para o banco do hospital de S. José, passando depois por troca com B. Raposo, para medico extraordinario em 27 de janeiro de 1880. Exerce clinica ha muitos annos em Lisboa. Publicou a sua these inaugural sobre *Aguas minero medicinaes em Portugal.*

Felix *(Fr. João).* Religioso da ordem da Trindade. N. em Lisboa no seculo XVI ; chamava-se no seculo João Freire de Lima. Era filho do dr. Manuel Gomes e de Lucrecia Nunes. Depois de ter estudado a lingua latina e a arte poetica, frequentou a faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, em que se formou no anno de 1607. Tomando depois a resolução de se recolher ao claustro, professou no convento da Trindade, de Lisboa, a 15 de abril de 1612. Existem d'elle varias poesias latinas, colleccionadas n'um volume, que se publicou em 1613.

Felix *(Luiz do Couto).* Fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo, guarda-mór da Torre do Tombo, socio das Academias dos *Generosos* e dos *Solitarios*, de Santarem, etc. N. em Lisboa a 30 d'agosto de 1642, fal em Ourem a 4 de agosto de 1713. Era filho de Antonio do Couto Franco, fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo, e secretario da Casa de Bragança, e de sua mulher, D. Izabel de Carvalhaes Pitta. Frequentou a Universidade d'Evora, em que teve o grau de Mestre em Artes aos 9 annos de edade, e passando depois á de Coimbra, matriculou-se em Direito Cesareo, formando-se n'esta faculdade não tendo ainda completado 20 annos. Tinha um talento privilegiado; era muito erudito, grande latinista, e de conhecimentos vastissimos ; sabia com perfeição diversas linguas, e pertenceu ás academias acima citadas. Na dos *Solitarios*, de Santarem, fez umas eruditas conferencias a respeito de Tacito, que traduziu depois em vernaculo. Em 17 de dezembro de 1703 foi nomeado, por D. Pedro II, guarda-mór da Torre do Tombo. Era casado com D. Paula Josepha de Castellobranco, filha de Manuel da Cunha Soares, moço fidalgo, cavalleiro da ordem de Christo, e senhor do morgado de Zambujal, casado com D. Marianna da Cunha de Castellobranco. Falleceu na quinta que possuia em Ourem. Escreveu : *Tacito portuguez, ou traducção politica dos tres primeiros livros dos Annaes de Cornelio Tacito, illustrados com varias ponderações, por Luiz do Couto Felix, etc., dada á luz por Antonio do Couto Castellobranco, filho do autor*, Lisboa, 1715 ; *Historia regum Lusitaniæ; Chronica de D. João IV*; *Castalia Portugueza, cuja copiosa corrente se forma das poesias portuguezas, castelhanas, latinas, gregas e hebraicas, que se puderam tirar dos manuscriptos que ficaram de Luiz do Couto Felix, fidalgo da Casa Real*, etc. ; *dadas á imprensa posthumas em cinco tomos, por seu filho Antonio do Couto Castellobranco, commendador da ordem de Christo*, etc., *Parte primeira.* Acerca d'esta publicação lê se no vol. V do *Diccionario bibliographico*, de Innocencio Francisco da Silva: «E' um livro manuscripto no formato de 4.º, com as folhas numeradas pela frente de 1 até 406, a que se seguem mais 55 folhas de numeração especial, contendo a taboa geral das peças poeticas conteúdas no volume, a saber : 618 sonetos (dos quaes alguns em castelhano); *Canto tragico dos amores de D. Pedro e de D. Ignez de Castro*, em 167 oitavas portuguezas ; uma paraphrase do psalmo *Mise-*

rere mei Deus; algumas canções, silvas, decimas, redondilhas, romances, etc. Este livro, por mim comprado em novembro de 1854, deve reputar-se original e unico, em falta de autographos, que naturalmente se perderam; e o conservo por isso em estimação. Escripto por diversas mãos, a calligraphia é geralmente regular, e tem algumas notas e observações marginaes, do proprio Antonio do Couto Castellobranco, que pretendia dal-o á luz, o que não teve effeito, imprimindo-se tão sómente em 1717 por Paschoal da Silva a *A Segunda Parte da Castalia* (aliás terceira, pela nova divisão que o editor determinava dar a estas obras) com o titulo *Affectos y discursos del arrependimiento*, que é um romance composto de mil e quinhentas coplas em verso lyrico, e em lingua castelhana. D'essa edição ha um exemplar na livraria de Jesus, com o n.º 791-45. Na Bibliotheca Nacional existe, entre os livros que fôram de D. Francisco de Mello Manuel, uma *Terceira parte da Castalia,* segundo a descripção que vi no respectivo catalogo; porém não tive opportunidade de verificar se é exemplar impresso da parte hespanhola, se uma das partes não publicadas, que deviam conter as obras latinas, gregas e hebraicas do autor, tanto em verso como em prosa, como vejo uma advertencia preliminar no volume que possuo». Escreveu mais: *Epitaphio al Excellentissimo Marquez de Tavora muerto de repente;* soneto publicado a pag. 98 do *Compendio Panegyrico da vida e acções do Excellentissimo Luiz Alvares de Tavora*, Marquez de Tavora, Lisboa, 1674; *Soneto em applauso de Manuel de Sousa Moreira, escrevendo o Theatro Historico, e Genealogico da Excellentissima Casa de Sousa,* saiu impresso no principio d'esta obra, Paris, 1694. Ainda deixou uns sermões e umas comedias hespanholas, em manuscripto.

Felix de Barros *(Joaquim).* Medico do Hospital Real de S. José, que falleceu em 19 de agosto de 1838. Foi nomeado medico de visita da tarde por provimento de 8 de dezembro de 1818, e director de enfermaria em 18 de março de 1821. Foi consultado ácerca da reforma do regulamento geral do hospital em 1822, e encarregado da machina electrica em 1829.

Felizes *(Monte de).* Na freg. de S. Barnabé, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Fellões. Pov. na freg. de S. Paio, de Carvalhal, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Felner *(Rodrigo José de Lima).* Cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição, primeiro official do Thesouro Publico, socio effectivo da Academia Real das Sciencias, do Conservatorio Real de Lisboa e da Associação Maritima e Colonial; secretario da inspecção geral dos theatros, membro do jury da classificação de artistas, censor regio do theatro de D. Maria, escriptor erudito, jornalista, etc. N. em Lisboa a 11 de junho de 1809, onde tambem falleceu a 20 de novembro de 1877. Ainda não tinha 3 annos completos, foi para o Rio de Janeiro com seu pae, e 4 annos depois, em 1816, seguiu para a cidade de S. Luiz do Maranhão, tambem na companhia de seu pae, que fôra nomeado escrivão e deputado da junta de fazenda n'aquella provincia. Ali passou o resto da sua infancia, regressando a Portugal em janeiro de 1824, porque seu pae não quizera adherir á proclamação da independencia do Brazil, e por isso perdera o emprego que tinha. Completou então em Lisboa os estudos de instrucção secundaria. Em 1832 foi para o Porto, e esteve no cerco d'aquella cidade, onde se distinguiu entre os mais fervorosos e exaltados liberaes, e dos mais fieis servidores da Carta Constitucional a cujo serviço poz a sua penna de jornalista e a sua espingarda de voluntario. Durante o cêrco exerceu o cargo de secretario da policia preventiva, e em 1834, estando restabelecido o poder constitucional, foi nomeado primeiro official do Thesouro Publico, repartição que n'esse anno se organisou. Em 1837, a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis fundou o *Panorama*, jornal que se publicava aos sabbados, sob a direcção de Alexandre Herculano, seu principal redactor. N'este jornal foi Rodrigo Felner collaborador effectivo desde maio do referido anno, juntamente com Alexandre Herculano, Gomes Meira, e outros afamados escriptores d'aquella epoca. Deixou a collaboração do *Panorama*, em 1839, quando foi nomeado secretario da inspecção geral dos theatros e do Conservatorio, e quando Almeida Garrett, então inspector, era eleito deputado, ficava-o substituindo. Rodrigo Felner fôra chamado para aquelles cargos, pela grande predilecção que o theatro lhe merecia, e por muito contribuir para a sua regeneração, com traducções correctissimas de peças estrangeiras. Fundado o theatro de D. Maria II, instituiu-se a *Sociedade dos Artistas do theatro de D. Maria*, e promulgou-se o *Regulamento de 30 de janeiro de 1846*, que pela primeira vez em Portugal assegurou aos escriptores dramaticos o premio dos seus trabalhos, e proveu á subsistencia futura dos artistas, que por seus annos, ou por invalidez se impossibilitassem de proseguir na carreira dramatica; por um decreto d'esta mesma data foi Rodrigo Felner nomeado vogal da commissão inspectora do referido theatro, e do jury encarregado da classificação dos artistas associados. Sendo extincta a sociedade em 1853, e com ella a commissão inspectora do theatro, foi nomeado censor regio por decreto de 22 de setembro, cargo que não acceitou, combatendo por essa occasião os novos regulamentos nos artigos que publicou, sob o pseudonymo de *Roscius*, nos n.os 105 e 224 da *Imprensa e Lei.* Em 1846 renasceu o *Panorama,* que tinha suspendido a publicação em 1844, e Rodrigo Felner tomou novamente parte na redacção, inserindo entre outros artigos, que saíram anonymos, a biographia de Gomes Freire de Andrade. Foi redactor tambem dos jornaes politicos: *A Carta*, publicado em 1848; *A Lei*, que começou em 1849; *Imprensa e Lei*, *Revista Universal*, etc. Na qualidade de socio effectivo da Academia Real das Sciencias, eleito em 1855, foi-lhe confiada a direcção das duas publicações seguintes: *Monumentos inéditos para a historia das conquistas dos portuguezes na Africa, Asia e America*, a começar pelas *Lendas da India*, de Gaspar Correia; *Collecção de opusculos reimpressos relativos á historia das navegações, viagens e conquistas dos portuguezes.* A doença que lhe assaltou a vista, a ponto de gradualmente a enfraquecer, chegando á infelicidade de cegar de todo, o obrigaram a demittir-se do encargo que a Academia das Sciencias lhe confiara, e esta, em compensação, o elegeu socio de merito. Rodrigo Felner gozou pouco das vantagens que lhe resultaram, porque

a morte lh'o não permittiu. O seu funeral foi bastante concorrido, pronunciando á beira da sepultura um saudoso discurso o presidente da Academia, Teixeira de Vasconcellos. Rodrigo Felner gostava de frequentar os palcos dos theatros, onde as suas traducções e imitações tanto haviam agradado, e emquanto a doença e a velhice o não obrigaram a affastar se, era assiduo, especialmente no theatro de D. Maria II, em cujo *foyer* se reuniam Mendes Leal, Rebello da Silva, Costa Cascaes, e outros escriptores mais considerados d'aquelle tempo.. Escreveu: *Nabuchodonosor, drama lyrico em quatro partes, para se representar no real theatro de S. Carlos*, Lisboa, 1843; *O Regente*, idem; *Gisella, ou as Willis, bailete phantastico em dois actos;* estas tres versões do italiano e francez saíram sem o nome do traductor. As seguintes composições dramaticas, imitações e traducções, fôram representadas em diversos theatros, mas não consta que nenhuma se imprimisse: dramas: *O Templario*, 5 actos; *O Cego*, 1 acto; uma censura, aspera na fórma, e que ao autor pareceu injustificavel, provocou entre elle e o censor D. Gastão Fausto da Camara Coutinho uma contestação, produzida em tres artigos insertos no *Correio Portuguez*, de 15 de novembro, 11 e 20 de dezembro de 1844; *Innocencia e calumnia*, 3 actos, *O Vampiro*, 5 actos; *O amigo martyr*. Comedias: *Os empyricos de algum dia*, 1 acto; *Quem tem mazella tudo lhe dá n'ella*, 1 acto; *Belisario*, 2 actos, com peças de musica; *O gato por lebre*, 1 acto; *O pae d'uma actriz*, 5 actos; *Os tres ginjas*, 1 acto; *As parvoices*, 1 acto; *A burra*, 1 acto; *Uma entalação*, 1 acto; *A rosa amarella; O villão em casa de seu sogro*, 1 acto; *Os róes de divida*, 1 acto; *E' meu primo*, 1 acto; *O homem do mundo*, 4 actos. Escreveu mais: *A belleza, parodia em verso, contra o abuso das comparações poeticas;* saiu na *Revista Universal Lisbonense*, de fevereiro de 1849; *Memoria offerecida ao ill.^mo^ e ex.^mo^ sr. visconde de Oliveira, pela Sociedade dos Artistas do theatro de D. Maria II*, Lisboa, 1847; *O bibliophilo: Elenco methodico e bibliognostico de todas as obras que se publicarem em Portugal, leis e decretos que se promulgarem; discursos parlamentares mais importantes; memorias e dissertações insertas nos jornaes politicos e litterarios; julgamentos de tribunaes; gravuras e lithographias; biographia e necrologia dos homens distinctos nas letras patrias; publicação de inéditos*, etc., Lisboa, 1849; periodico mensal de 3 a 4 folhas de impressão, que fundou e redigiu juntamente com José da Silva Mendes Leal; saíram os n.^os^ relativos aos mezes de abril até agosto de 1849, contendo, além de outras materias, os interessantes inéditos: *Relação da jornada d'el-rei D. Sebastião, e do apparato da armada e gente que por seu mandado se fez passar á Africa em 1578; e Carta de um abbade da Beira*, etc., documentos de notavel importancia para conhecimento d'aquelle infausto periodo da nossa historia politica; *Almanach do Rit.·. Esc.·. ant.·. e acc.·. em Portugal para o anno de 1845, offerecido ao Synhedrio de Beneficencia pelos II.·. N. dos Reis e R. Felner, membros da L.·. Philantropia*, Lisboa; *Almanach do Rit.·. Esc.·. ant.·. e acc.·., etc, para 1846, offerecido ao Synhedrio de Beneficencia pelo Ir.·. R. Felner*, idem; Estes almanachs fôram escriptos com o enthusiasmo proprio da epoca em que a *Maçonaria escoceza* começara a cobrar grande credito em Portugal, contando então no seu gremio muitos homens distinctos, a cuja frente estavam José da Silva Carvalho e Rodrigo da Fonseca Magalhães, tendo sido banidas dos seus templos todas as discussões e polemicas, quer politicas, quer religiosas, para se restringir unicamente aos deveres de mutua beneficencia e confraternidade. No primeiro se contém de pag. 67 a 126 um *Esboço historico* ácerca da *Maçonaria em Portugal*. Este trabalho foi traduzido em francez, e inserto no *Almanach de la Franc-Maçonnerie*, por F. B. Clavel, Paris, 1846. Rodrigo Felner fez um estudo particular sobre a obra de D. João Bermudez, *Relação da embaixada do patriarcha D. João Bermudez á Ethiopia*, e aprompton uma nova edição d'esta obra, que não chegou a imprimir se, precedida d'uma *Dissertação historica*. V. *Bermudez (D. João)*.

Felpozas. Pov. na freg de N. S.ª do Soccorro, de Paçô, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Feltia. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Ceissa, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Felupes. Vasto paiz do territorio do conc. de Cacheu, prov. da Guiné, Africa Occidental, entre os rios Casamansa ao N e de S. Domingos ao S. Solo em parte lodoso e em parte arenoso, cortado de regatos, em geral alagadiço, muito proprio para a cultura do arroz. Occupa uma área de cerca de 100 k. quadrados. O paiz acha-se dividido em muitas tribus, governadas cada uma por um regulo, tendo-se tornado algumas d'ellas, por virtude do trato com os brancos, um tanto civilisadas. Os *felupes* ou *felupos* são pretos retintos ou finos, vestindo-se com pelles de cabra ou tecidos feitos de folhas de palmeira. O seu commercio consiste em couros, arroz, cêra, gado, fructas e peixe secco ao fumeiro, porém mal preparado. N'este paiz encontram-se leões e tigres.

Fenaes. Ilha Graciosa; pov. na freg. de S. Matheus, da Praia da Graciosa, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo. ‖ Ponta ou cabo da ilha Graciosa, na costa de E. ‖ Ponta ou cabo da ilha das Flôres, na costa E.

Fenaes da Ajuda. Ilha de S. Miguel; pov. e freg dos Santos Reis Magos, conc. e com. da Ribeira Grande, distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo; 1:979 hab. e 548 fog. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr., permutando malas com Ponta Delgada. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 26, com a séde em Ponta Delgada. A pov. fica situada sobre rocha á beira-mar, distando cerca de 500 m. para NO de Achadinha e 10 k. para E da villa da Maia. Os seus habitantes occupam-se, em geral, da pesca. Tem gados, e produz milho e trigo.

Fenaes da Luz. Ilha de S. Miguel; pov. e freg. de N. S.ª da Luz, conc., com. e distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo; 1:564 hab. e 525 fog. Tem esc. do sexo masc., posto telephonico e est. telegr. post. permutando malas com Ponta Delgada. A pov. está situada sobre rocha á beira mar, distando 5 k. para E da villa das Capellas, e outros tantos para O da pov. de Rabo de Peixe. Pescarias e gados. Produz trigo, milho, vinho e fructas. A pov. pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 26, com a séde em Ponta Delgada.

Fenaes da Vera Cruz. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. dos Santos Reis, de Fenaes da Ajuda, conc. de Ribeira Grande, distr. de Ponta Delgada.

Fende. Pov. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. de Angola.

Fendida. Pov. na freg. do Salvador, de Rendufe, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Fente-Foga. Pov. na freg. de Santa Leocadia, de Geraz do Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Feo *(Fr. Antonio).* Religioso da ordem de S. Domingos, reitor do collegio de Coimbra, e prior dos conventos de Azeitão e da Batalha, examinador das ordens militares, etc. N. em Lisboa em novembro de 1572, fal. na Batalha em 1627. Era filho de Pedro Fernandes de Gouveia e de Izabel Feo. Professou no convento de S. Domingos, de Lisboa, a 14 d'abril de 1589. Foi um dos mais acreditados prégadores do seu tempo, sendo nomeado prégador geral confirmado no capitulo geral celebrado em Paris em 1611. Escreveu: *Tratados Quadragesimaes e da Paschoa, divididos em duas partes*, Lisboa, 1609; e mais correctos, em 1612; ha uma traducção em hespanhol, impressa em Valladolid em 1614; *Tratado das Festas e Vidas dos Santos; primeira parte*, Lisboa, 1612; *parte segunda*, Lisboa, 1615; *Tratados das Festas da Virgem Nossa Senhora*, Lisboa, 1615; *Sermão das exequias que a Santa Sé e cidade de Coimbra fizeram na morte do catholico Rei D. Filippe II de Portugal, em 11 de Maio de 1621*, Lisboa, 1621. Fr. Antonio Feo era tido por um dos melhores prégadores na sua epoca. Para a sua biographia póde vêr-se: *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol I; *Diccionario da Academia* no *Catalogo dos autores*, pag. CXII; *Resumé de l'Histoire Littéraire du Portugal*, de Ferdinand Denis, pag. 613; *Panorama*, vol. II, 2.ª serie, 1843, pag. 96; e o livro 3.º da Chancellaria d'El-Rei D. Filippe II, existente no Archivo Nacional.

Feo *(Luiz da Motta).* Fidalgo cavalleiro, thesoureiro-mór da Casa de Ceuta, governador da capitania do Ceará, no Brazil, etc. N. a 8 de abril de 1732, fal. a 13 de outubro de 1813. Tinha apenas 3 annos de edade quando foi feito fidalgo cavalleiro, e em 1741 recebeu o habito de Christo, não contando ainda 9 annos, e por esse tempo succedeu a seu pae no cargo de thesoureiro-mór da Casa de Ceuta. Em 1761 extinguiu-se este logar, e Luiz da Motta Feo ficou desempregado Era discipulo de equitação do marquez de Marialva, e assentou praça em 1769 no regimento de cavallaria do Caes, e em 1789 deu baixa, tendo sido nomeado em 1788 governador da capitania do Ceará. Partiu para o Brazil a bordo do *Real Pedro*, e chegou ao Ceará, onde tomou posse do governo a 9 de novembro de 1789. O seu governo durou 10 annos, em que prestou bons serviços, animando e protegendo a agricultura, e especialmente o cultivo do algodão, valendo sobretudo com desembaraço e promptidão aos desgraçados n'uma d'essas terriveis seccas, que já n'esse tempo devastavam o Ceará. A 21 de agosto de 1799 entregou o governo ao seu successor, e embarcando na charrua *Santo Antonio Polyphemo*, e seguindo viagem para a Europa, naufragou na altura das ilhas dos Açores, sendo salvo pelo *Trajano*, e chegou em misero estado a Lisboa, tendo perdido tudo no naufragio. Foi-lhe concedida uma tença da importancia de 300$000 réis, como indemnisação do muito que soffrera.

Feo e Torres *(Luiz da Motta).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, do conselho d'el-rei D. João VI, commendador da ordem de S. Bento d'Aviz, capitão-general da capitania de Parahyba no Brazil, vice-almirante da armada nacional, conselheiro de guerra e do almirantado, do Supremo Conselho Militar no Rio de Janeiro e em Lisboa, governador e capitão-general do reino de Angola, etc. N. nos Olivaes a 16 de março de 1796, fal. a 27 de maio de 1823. Era filho de Luiz da Motta Feo e Torres, e de D. Anna Zeferina de Azevedo Coutinho. Em 9 de março de 1789, sendo cadete, entrou no governo da capitania do Ceará, então sujeita á de Pernambuco. Tomou posse do cargo de governador da capitania de Parahyba a 15 de setembro de 1802. Em 1816, sendo nomeado governador d'Angola, saiu do Rio de Janeiro em 26 de maio a bordo da galera *Amalia*, com a sua familia, e desembarcou em S. Filippe de Benguella a 25 de junho, com o seu estado maior e mais officiaes que o acompanhavam. Teve logo o cuidado de inspeccionar as tropas, o parque d'artilharia, a fortaleza, o hospital, e no dia seguinte seguiu viagem na mesma embarcação para Loanda, onde chegou no dia 29, tomando posse do governo em 3 de julho. Exerceu aquelle logar até 1819, sendo substituido a 7 de setembro d'este anno por Manuel Vieira Tovar d'Albuquerque. A'cerca do governo de Luiz da Motta Feo, transcrevemos do livro de José Joaquim Lopes Lima, sobre as possessões d'Africa, o seguinte resumo dos successos que se deram durante aquelle periodo: «Fome em Loanda, 1816. Taxas para evitar o monopolio dos cereaes, 1817. Creação d'uma linha de guardas-barreiras em torno da cidade de Loanda, 1817. Embellezamento do palacio do governo e da praça fronteira com um obelisco destinado a perpetuar a memoria do sr. rei D. João VI, 1817. Reparos no terreiro publico e seu caes, na cadeia, nos quarteis, nas casas da misericordia, etc., e aformoseamento da cidade, 1817. Guerra ao sertão de Benguella, 1817. Dita no Dongo, 1818. Construcção do novo passeio publico da Porta de Santa Izabel com casa de serviço para os governadores, 1819. Expedição a Novo Redondo, 1819.» Regressou ao Rio de Janeiro, em 19 de setembro de 1818, partindo depois para Lisboa, onde em 1821 imprimiu um resumido relatorio dos seus serviços, com o titulo: *A' Nação Portugueza offerece este resumido relatorio dos pequenos serviços que tem feito á patria Luiz da Motta Feo.* Ha um documento muito honroso para a sua memoria N'uma conta dada ao governo pelo almirante conde de S. Vicente a 19 de janeiro de 1789, lê-se: «E' um dos officiaes distinctos, que tenho na companhia e o mais adiantado nas sciencias mathematicas, em que está acabando o calculo integral, para d'elle passar aos principios geraes de mechanica... E' robusto, e me parece que será um dos officiaes que V. M. tenha no real corpo de marinha, que pela sua aptidão, talento e sciencia mereça um conceito universal de todos.»

Ferida. Povoações nas freguezias: Santa Leocadia, de Geraz do Lima, conc. e distr. de

Vianna do Castello. || S. Nicolau, da cidade, conc. e distr. de Santarem.

Feridouro. Pov. da freg. de S. Pedro, de Bellazanna, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Fermedo. Villa e freg. de N. S.ª da Expectação, da prov. do Douro, conc. e com. de Arouca, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 1:081 hab. e 226 fog. Tem esc. do sexo masc. e duas fabricas de papel. A villa dista 14 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda d'um pequeno affluente do rio Douro. Esta povoação é antiquissima. Foi fundada e povoada por um fidalgo gôdo, chamado *Pharamundo* ou *Faramundo.* Nos primeiros seculos da monarchia já esta palavra se havia corrompido em *Fermudo,* e depois em *Fermedo.* Foi concelho ainda mais antigo que a monarchia, sendo a sua capital a villa de Cabeçaes *(V. este nome)* O seu primeiro donatario foi o mosteiro de frades bentos de Castromire, hoje Crestuma, por doação de D. Ordonho II, feita em 922, passando com a monarchia para a Corôa portugueza. El-rei D. João I, por uma sua carta dada em Santarem a 30 de maio da era de 1445, fez saber que encarregara ao prior D. Fr. Alvaro Gonçalves Camello, seu meirinho-mór na comarca de Entre Douro e Minho e Traz os-Montes, para que se Ayres Gonçalves de Figueiredo quizesse trocar com elle soberano o terço que elle e Leonor Pereira, sua mulher, tinham na villa de Aveiro por alguma das terras reaes que o dito prior trazia, que o fizesse conforme entendesse de egualdade. E que o prior lhe mandara dizer que firmara com Ayres Gonçalves o escambo, dandolhe a terra de Fermedo com a sua jurisdicção e todas as rendas e direitos, tributos, fóros e pertenças, com que a havia o soberano. Passou depois aos duques de Aveiro, mais tarde, por casamento, para os condes da Feira, e finalmente, por troca, aos Peixotos do Porto. Estes antigos fidalgos portuenses apresentavam o abbade, cujos rendimentos andavam pouco mais ou menos por 1:000$000 reis. O conc. ficou supprimido durante a regencia d'el-rei D. Fernando na menoridade D. Pedro V, por decreto de 24 de outubro de 1855, ficando então Fermedo e Cabeçaes pertencendo ao conc. de Arouca. Emquanto foi concelho, tinha em Cabeçaes dois pelourinhos e duas casas da camara; um pelourinho e uma casa da camara era de honra dos duques de Aveiro, que depois passou aos condes da Feira; o outro pelourinho e casa da camara, que ainda existem, pertenciam ao conc. de Fermedo. Suppõe-se que o conde D. Henrique lhe deu foral, porque no foral velho, concedido por D. Affonso III em 1275, fala-se d'um antigo foral. Tem uma sentença sobre o foral antigo, dada em Fermedo, a 22 de novembro de 1490. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 27 de setembro de 1514. A egreja matriz é de duas naves, e muito antiga. Desconhece-se o nome do fundador e a data da fundação, mas sabe-se que o corpo da egreja foi reedificado em 1480. O terremoto de 1755 arruinou a capella-mór, que foi reconstruida em 1785, o que consta por uma inscripção collocada na parede exterior da mesma capella. Esta inscripção está n'uma pedra de granito, e sobre ella, tambem embebida na parede, vê-se uma lapide de marmore com uma inscripção latina, quasi indecifravel. Segundo a tradição, houve em Fermedo um castello de moiros, no local onde ainda hoje é a casa chamada do *Castello.* Esta tradição é muito para acreditar, por causa da forte muralha de uns 10 m. d'altura, e muito bem conservada, que cerca um grande terreiro que está na frente da *Casa do Castello*, propriedade que em 1874 era dos srs Camisões. Proximo da egreja matriz, n'um vasto terreiro, estão as ruinas do palacio que pertenceu aos condes da Feira. Este palacio tinha communicação por uma galeria construida sobre arcos de ferro, com uma capella de architectura mosarabe, que está situada a uns 5 ou 6 m. de distancia da egreja. A capella foi edificada no seculo XIV, e fôram seus fundadores os condes da Feira, cujas armas se vêem esculpidas no frontispicio e no interior, em quatro escudos; dois dentro, um de cada lado das credencias, e dois fóra, um de cada lado da porta. Sobre estes escudos estão, no da esquerda, a figura do sol, e no da direita um crescente, tambem de boa esculptura, mas inferior á dos escudos. A porta principal era formada por varias columnas esculpidas nas hombreiras e muito floreadas. O coro assentava sobre um arco de *ponto abatido*, com bem acabadas esculpturas, sendo guardado por uma grade de pedra rendilhada. Sobre a cornija em toda a volta da capella, havia uma platibauda de cantaria, que tombou em 1834, por lhe terem tirado as grossas traves de ferro, que lhe serviam de apoio. Esta capella está assim abandonada ha muitos annos, destelhada e sem portas. O valle de Fermedo é aprazivel e muito fertil. Tem abundancia d'aguas; produz cereaes, legumes, vinho, azeite e fructas. Cria-se aqui muito gado bovino que se exporta. Ha muitas colmeias, e nos montes e serras da freguezia apparece bastante caça. Fermedo pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 6, com a séde no Porto.

Fermelã. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. de Estarreja, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 1:417 hab. e 371 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 6 k. da séde do conc. Pertenceu ao conc. de Angeja até 1855, anno em que foi extincto. As freiras da ordem de S. Domingos, do convento de Jesus, de Aveiro, apresentavam o reitor, que tinha 50$000 reis e o pé d'altar. Fermelã pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24 com a séde em Aveiro.

Fermentães. Povoções nas freguezias: O Salvador de Medrões, conc. de Santa Martha de Penagnião, distr. de Villa Real. || Santa Christina, de Tutosa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Fermentãos. Pov. na freg. de S. João Evangelista, de Villa Cova de Carros, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Fermentellos. Pov e freg. de Santo André, da prov. do Douro, conc. e com. de Agueda, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 1:321 hab. e 342 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada junto de uma lagôa que o rio Sertoma atravessa. Pertenceu ao conc. d'Eixo até 1853, em que foi extincto, passando então para o de Oliveira do Bairro, onde se conservou até 1895, em que este conc. foi abolido, ficando no de Agueda, por decreto de 20 de novembro do referido anno, e apezar do conc. de

Oliveira do Bairro ter sido restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898, continuou no de Agueda. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. || Povoações nas freguezias: O Salvador, de Figueiredo d'Alva, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Lordosa, conc. e distr. de Vizeu.

Fermentões. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 1:003 hab. e 342 fog. Tem escolas para ambos os sexos. A pov. dista 3 k. da séde do conc. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Vallongo, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Passos, conc. de Sabrosa, distr. de Villar Real. Tem caixa post. permutando malas com Sabrosa.

Fermestes. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Villar de Maçada, conc. de Alijó, distr. de Villa Real.

Fermil. Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves, de Figueiredo das Donas, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Veade, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. Tem est. post. permutando malas com Celorico de Basto. || S. Thiago, de Gagos, do mesmo conc. e distr. || Santo André, de Molares, do mesmo conc. e distr.

Fermilhe. Pov. na freg. de S. Martinho, de Cocujães, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Fermoso *(João Fernandes)*. Capellão d'el-rei D. João III, muito versado em musica. Foi auctor d'um *Passionarium* da Semana Santa, que se imprimiu em 1543.

Fernandaires. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Fernande. Pov. na freg. de S. Nicolau, de Salsas, conc. e distr. de Bragança.

Fernandes. São diversas as armas de que usam os Fernandes, e de tres brazões differentes ha noticia. O primeiro em campo azul uma torre de ouro com seis bombardas da sua côr, duas em baixo e quatro em cima, e por timbre a mesma torre. Outros usam escudo esquartelado, no primeiro quartel em campo d'ouro uma aguia negra de duas cabeças armadas de vermelho com uma corrente de prata nas patas, no segundo em vermelho tres escudetes de prata cada um com sua cruz sanguinha como a de S. Jorge postas em roquete, no terceiro em campo vermelho um castello de prata, no quarto em campo vermelho tres vieiras de prata em roquete; timbre uma aguia nascente negra de uma só cabeça com um dos escudetes do segundo quartel no bico pendurado por um torçal vermelho. O terceiro brazão tem escudo esquartelado e no primeiro quartel superior da direita carregado com uma aguia bifronte de negro estendida, armada de vermelho e com um crescente de prata apontado para cima no centro do peito e sobre campo de ouro, o segundo superior da esquerda carregado com uma cruzeta de ouro concentrada por tres crescentes de prata apontados para cima e collocados em roquete sobre campo vermelho, o inferior da direita contendo uma fortaleza de prata firmada em contra chefe cosido de verde e pardo sobre campo vermelho, e o segundo inferior da esquerda carregado de tres vieiras de prata collocadas em roquete sobre campo azul celeste; timbre, uma aguia negra andante armada de vermelho e assim o paquife; elmo de prata liso decorado de ouro lavrado e forro azul celeste.

Fernandes *(Agostinho.)* Era natural de Setubal, onde falleceu a 14 de maio de 1715. Tinha por paes Antonio Fernandes e Luiza Ferreira. Teve grande vocação para a poesia vulgar. Escreveu: *Oito Loas*, a diverssos santos; *Relação Lyrica ao Alarde de Nossa Senhora da Saude*, offerecida a Affonso Furtado de Mendonça, visconde de Barbacena, coronel do regimento de Setubal.

Fernandes *(Alvaro)*. Era muito experimentado na navegação da India Oriental. Foi guardião de nau S. João, na viagem em que soffreu naufragio, a 24 de junho de 1552, nos baixos da terra do Natal, e em que morreu o capitão Manuel de Sousa Sepulveda. Foi elle, segundo diz Barbosa Machado, quem, na qualidade de testemunha presencial, escreveu a historia d'esse naufragio que se imprimiu; no entretanto, parece que não foi Alvaro Fernandes o autor d'este livro, e que apenas forneceu as noticias e informações precisas. O livro tem por titulo: *Historia da muy notavel perda do galeão grande S. João, em que se recontão os casos desvairados, que aconteceram ao capitão Manuel de Sousa Sepulveda, e o lamentauel fim que elle, sua mulher e filhos e toda a mais gente tiueram*, Lisboa, 1554; outra edição em 1735. Tambem está publicada na *Collecção dos Naufragios*, feita por Bernardo Gomes de Brito,

Fernandes *(Alvaro)*. Navegador do seculo XV, sobrinho de Gonçalves Zarco, descobridor da ilha da Madeira. Fez parte da expedição encarregada, em 1446, sob as ordens de Lançarote, de explorar a embocadura do Senegal e as paragens visinhas de Cabo Verde. Avançou, no anno seguinte, para além do Rio Grande, até ao logar que denominou Cabo dos Mastros, depois voltou a Lagos. Segundo o chronista Gomes Eannes de Azurara, Alvaro Fernandes dirigiu uma expedição distincta d'aquella de Lançarote, e toda scientifica. Passou além de Cabo Verde, abordou a uma ilha, que se crê ser a Gorea, continuou no anno seguinte a sua viagem, entrou, apezar da opposição dos indigenas, na embocadura do Tabié; mas em consequencia da attitude bellica do gentio, teve que renunciar a explorar o interior do paiz, e deu á véla para Portugal. A sua saude estava muito damnificada em consequencia d'uma ferida feita por uma frécha envenenada. Chegando a Lisboa foi muito bem recebido pelo infante D. Henrique e por D. João I, dando-lhe cada um cem dobras de ouro de gratificação por ter avançado nas suas descobertas mais 40 leguas que os seus predecessores.

Fernandes *(Ambrosio)*. Meirinho da frota de Fernão de Magalhães, e homem de extraordinaria bravura. Quando Luiz de Mendoza se levantou contra o nosso compatriota com a nau que commandava, Magalhães chamou Ambrosio Fernandes, e mandou-lhe que fôsse n'um escaler prendel-o á sua nau. Assim o fez Ambrosio Fernandes com a maior tranquillidade. Chegando ao pé da nau, Luiz de Mendoza não o quiz deixar su-

bir, e Ambrosio Fernandes deitou-lhe logo a mão, dando-lhe a voz de preso. Travou-se lucta entre elles, e Luiz de Mendoza levou o debaixo de si, mas Ambrosio Fernandes não perdeu o animo, e com a adaga degolou o seu adversario.

Fernandes *(P. André).* Jesuita, que entrando em Ormuz na Companhia de Jesus, foi escolhido por S. Francisco Xavier para vir a Portugal e a Roma tratar com D. João III e Santo Ignacio de Loyola graves negocios ácerca da prégação do Evangelho. Regressando a Gôa depois de desempenhar esta commissão, acompanhou o padre Gonçalo da Silveira para Monomotapa, onde se empregou assiduamente em propagar e defender a religião christã. Adoecendo gravemente, recolheu-se em Gôa, e depois de restabelecido passou a Comorim, e ali prégou o Evangelho, até que falleceu no anno de 1568. Escreveu: *Carta escripta em Chaul aos Padres da Provincia de Gôa a 2 de janeiro de 1560. Outra escripta em Tangue ao Provincial de Gôa em 24 de Junho do dito anno. Outra aos Padres de Gôa no mesmo mez e anno*, as quaes saíram abreviadas com outras, em italiano; Venetia, 1562.

Fernandes *(André).* Engenheiro. Foi inventor d'um engenho e machina para tirar as areias do rio Mondego e as lançar ao mar. André Fernandes tinha, porém, predecessores. Em 28 de maio de 1560, a rainha regente D. Catharina dirigia uma carta á camara de Coimbra, recommendando aos vereadores que ouvissem e dessem todo o auxilio e favor ao dr. Heitor Vaz, a fim de levar a effeito a *obra e artefício*, por elle inventados, para mover as areias do rio e ás suas aguas dar corrente. Filippe II concedeu a André Fernandes privilegio por 20 annos, para que ninguem, salvo elle, pudesse usar da sua machina, *no estado em que a mostra, ou ainda accrescentada*. Quem fizesse o contrario ficaria sujeito á pena de 200 cruzados, metade para o referido engenheiro e outra metade para o accusador. Este alvará tem a data de Lisboa 16 de setembro de 1615.

Fernandes *(P. André).* Jesuita; doutor em Theologia pela Universidade de Evora, confessor de el-rei D. João IV e do principe D. Theodosio, etc. N. em Vianna do Alemtejo; fal. em 7 de outubro de 1660. Era filho de Domingos Coelho e de Maria das Neves. Professou em 2 de abril de 1622, e doutorou-se em 26 de abril de 1654. Era mestre de Rhetorica em Evora, quando a Universidade quiz celebrar a chegada do duque de Bragança, depois rei D. João IV, no anno de 1635, e compoz uma tragi-comedia, que se representou com grande pompa, e cujo argumento era baseado na vida de Santo Eustachio martyr. Esta obra não se imprimiu; das suas producções a unica que se publicou, foi uma *Elegia* que anda na *Vida do principe D. Theodosio*, escripta pelo padre Manuel Luiz. D. João IV, que muito o considerava, o elegeu bispo do Japão, mas o padre André Fernandes recusou-se a acceitar esta dignidade. O monarcha o escolheu então para confessor de seu filho D. Theodosio, e depois da morte d'este principe, o chamou para seu confessor. Falleceu no Seminario dos Irlandezes, d'onde foi trasladado para a Casa Professa de S. Roque.

Fernandes *(Anna).* Uma das celebres mulheres de Diu, que no segundo cerco praticaram prodigios de valor. Anna Fernandes não só acudia, com refrescos e munições, aos soldados, mas capitaneando ella propria um bando de mulheres, combateu com grandissimo esforço.

Fernandes *(P. Antonio).* Jesuita, missionario. N. em Braga, fal. em Fremona a 10 de maio de 1593. Professou na India, e passou depois á Ethiopia em 1559, com o bispo hyeropolitano D. André de Oviedo, entregando-se a propagar e a defender a religião christã, até á data do fallecimento. Escreveu: *Carta ao Provincial de Gôa, em que difusamente narra da sua expedição, e de seus companheiros á Ethiopia, e de como este Imperio fôra invadido no anno de 1572 pelos Francezes e Turcos.*

Fernandes *(P. Antonio).* Jesuita; doutor e lente na Universidade de Evora. N. em Coimbra em 1558, onde tambem falleceu a 14 de março de 1628. Era filho de Domingos Luiz e de Maria Fernandes. Entrou na Companhia de Jesus a 1 de fevereiro de 1572. Estudou letras romanas e sciencias severas, e ensinou Rhetorica no collegio de Santo Antão de Lisboa. Doutorou-se a 13 de maio de 1601. Partiu para o Oriente, e foi preposito da Casa Professa dos Jesuitas em Gôa. Regressando a Portugal, dedicou-se ao mister de orador sagrado. Compoz uns commentarios ao Velho Testamento, escriptos em latim, e que se imprimiram.

Fernandes *(Antonio).* Presbytero secular, mestre de musica na egreja parochial de Santa Catharina de Monte Sinai, de Lisboa. Era natural de Souzel, floresceu no primeiro quartel do seculo XVII, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Escreveu: *Arte de Musica de canto de orgão e canto-chão, e proporções de musica divididas harmonicamente*, Lisboa, 1626. Esta obra era dirigida a Duarte Lobo, mestre de musica na sé de Lisboa, de quem Antonio Fernandes recebera lições. A *Arte de Musica* consta de 3 tratados: o 1.º de musica, o 2.º de canto-chão, e o 3.º das proporções, e cada um d'elles se divide por capitulos. D. Francisco Manuel de Mello, na *Carta ao doutor Manuel Themudo da Fonseca, Vigario geral do arcebispado de Lisboa*, inclue Antonio Fernandes entre os homens notaveis que menciona. Deixou ineditas as seguintes composições: *Explicação dos segredos da musica em a qual brevemente se expende as causas das principaes cousas que se contém na mesma Arte; Arte da Musica de Canto de Orgão composta por um modo muito differente do costumado, por um velho de 85 annos desejoso de evitar o ocio; Theoria do Manicordio e sua explicação; Mappa Universal de qualquer cousa assim natural como accidental que se contém na Arte da Musica com os seus generos e demonstrações mathematicas.* Diz-se que os tres tomos d'estas ultimas obras, escriptos pela mão do autor, existiam na livraria de musica de Francisco Valladolid, que foi mestre de musica no seminario de Lisboa.

Fernandes *(P. Antonio).* Jesuita, missionario na Ethiopia. N. em Lisboa em 1570, fal. no collegio de S. Paulo, de Gôa, a 13 de novembro de 1642. Era filho de Domingos Fernandes e de Joanna Jorge. Entrou na Companhia de Jesus, em Evora, a 26 de março de 1586 ou em 17 de abril de 1587. Alcançando dos superiores a faculdade de ir missionar na India, partiu a 25 de março de 1602 n'uma numerosa esquadra de 58

missionarios, de que era capitão Alberto Laercio. Chegando a Gôa, partiu com alguns companheiros para a Ethiopia, onde se entregou aos trabalhos das missões. Regressando depois a Gôa, falleceu. Além de varias obras que escreveu na lingua dos abexins, cujos titulos se pódem vêr na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, pag. 269 do 1.º volume, deixou a seguinte, que se imprimiu posthuma: *Vida da Santissima Virgem Maria, mãe de Deus, senhora nossa;* deixou o manuscripto ao patriarcha da Ethiopia, D. Affonso Mendes, que a traduziu em portuguez, e por sua diligencia se publicou em Gôa, 1652. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa existe um exemplar d'uma obra escripta na lingua e com caracteres abexins intitulada: *Magseph assetat*, que quer dizer *Flagellum mendaciorum*, impressa em Gôa, em 1642. Para a impressão d'esta obra fôram mandados os caracteres pelo papa Urbano VIII ao referido patriarcha.

Fernandes *(Antonio)*. Cognominado o *Roxo;* um dos heroes das nossas primeiras guerras indianas. Partiu para o Oriente na segunda expedição de Vasco da Gama, distinguiu-se debaixo das ordens do almirante, passou depois a servir com Francisco de Albuquerque, e finalmente foi um dos capitães que ficaram com Duarte Pacheco, durante as campanhas que este sustentou contra o Samori, e que tornaram o seu nome immortal. Antonio Fernandes, o *Roxo*, foi um dos mais intrepidos logares tenentes de Duarte Pacheco, e um d'aquelles a quem o *Achilles Lusitano* confiou as missões mais espinhosas. Parece que voltou para o reino na armada de Lopo Soares.

Fernandes *(Antonio)*. Copeiro de Affonso d'Albuquerque. Era de côr preta; creara-se em casa do grande conquistador da India, e gozava da sua maxima confiança. Quando rebentaram as discordias entre Affonso d'Albuquerque e D. Francisco d'Almeida, este que não sabia o que havia de inventar, para ser desagradavel ao homem que el-rei escolhera para seu successor, mandou açoitar ignominiosamente o pobre preto. Affonso d'Albuquerque estimava tanto Antonio Fernandes, que em Malaca confiou a elle e a Ruy de Araujo a missão de deitar fogo aos paços do sultão. No desastroso combate de Calicut, Antonio Fernandes, combatendo ao lado de Affonso d'Albuquerque, lhe valeu, juntamente com outros, quando o governador foi ferido. Comtudo, Affonso d'Albuquerque, zeloso da moralidade de sua casa, apezar da grande estima que dedicava ao seu negro, não hesitou em o mandar queimar, por ter sido encontrado em flagrante delicto de sodomia.

Fernandes *(Barbara)*. Uma das heroinas do cerco de Diu. Era verdadeiramente uma espartana, e mostrou a constancia tão notavel nas mães dos lacedemonios. Tinha dois filhos, que fôram feitos em pedaços pelas balas do inimigo. Não só os não chorou, visto que morriam pela patria, mas teve o animo de juntar piedosamente os fragmentos mutilados dos seus corpos, para que pudessem ter sepultura christã.

Fernandes *(Bento)*. Natural do Porto. Seguiu a profissão do commercio. Fal. em 1555. Escreveu: *Tratado da Arte de Arithmetica, dedicado ao Infante D. Luiz*, Porto, 1541, que teve outra edição em 1555.

Fernandes *(P. Bento)*. Jesuita; mestre de humanidades e de philosophia na Universidade de Evora. N. em Borba em 1563, fal. a 7 de setembro de 1630. Era filho de Miguel Fernandes e de Izabel de Aragão. Entrou na Companhia de Jesus a 20 de janeiro de 1578. Deixou publicados uns commentarios em latim ao *Genesis*.

Fernandes *(P. Bento)*. Jesuita. N. em Borba em 1579, fal. a 2 de outubro de 1633. Entrou na Companhia de Jesus, no collegio de Evora, a 22 de março de 1596. Deixou de estudar letras humanas e philosophia, foi a Roma, onde continuou os estudos de philosophia e theologia. Regressando a Lisboa, resolveu passar ao Japão como missionario, e embarcou em 25 de março de 1602 com 58 religiosos, de que era capitão o padre Alberto Laercio. No anno de 1606 voltou novamente ao Japão, padecendo grandes trabalhos e privações. No exercicio das suas missões foi preso em Nagasaki na presença dos governadores que lhe offereceram grandes honras se abjurasse a fé christã, e como se recusasse pertinazmente, foi posto a tormentos, e assim falleceu no martyrio com 54 annos de edade. Escreveu: *Tratado dos gloriosos martyres que por defensa da Fé de Christo Nosso Senhor derão suas vidas em Japão no Reino de Figen, anno de 1622*, etc. Era escripto em papel da China em 4.º e conservava-se no collegio de Evora.

Fernandes *(Bernardo)*. Gravador que vivia em Lisboa na primeira metade do seculo XVIII. Foi elle que assignou o desenho do frontispicio d'um poema de fr. Jeronymo Vahia, impresso em Lisboa em 1732, *Elisabetha triumphans*, desenho que comprehende o retrato do autor e outros ornatos. Fr. Francisco de S. Luiz suppõe que o nome completo d'este gravador seria Bernardo Fernandes Gayo, assignatura d'um retrato de Faria e Sousa, gravado em 1733.

Fernandes *(Clemente)*. Professor de Direito canonico, prior da ordem de Christo, e vigario da egreja da Ega. Era natural do logar de Moinhos, nas proximidades de Figueiró dos Vinhos. Deixou impresso um indice e addições á explicação dos casos reservados composta por Manuel Lourenço Soares, Lisboa, 1665, e 2 volumes em latim, manuscriptos. Fal. a 2 de outubro de 1674.

Fernandes *(Diogo)*. Escriptor que floresceu na segunda metade do seculo XVI. Uns o julgam natural de Lisboa, outros de Tavira. Foi muito douto na lição de historia profana, e principalmente da fabulosa. Escreveu: *Terceira parte da Chronica de Palmeirim de Inglaterra, na qual se tratam as grandes cavallarias de seu filho o principe Dom Duardos segundo*; etc. Lisboa, 1604; e no mesmo vol., em continuação: *Quarta parte da Chronica de Palmeirim de Inglaterra, onde se contam os feitos do valeroso principe o segundo Dom Duardos seu filho; e dos famosos principes Vasperaldo, Primaleão e Laudimante, e de outros grandes cavalleiros de seu tempo.* Esta edição parece ser a segunda, porque, segundo consta, a primeira publicou-se em 1587.

Fernandes *(Diogo)*. Capellão da Casa Real. N. em Faro, e fal. em Lisboa a 6 de março de 1599, em cheiro de santidade.

Fernandes *(Domingos)*. Piloto-mór da armada real, que floresceu na primeira metade do seculo XVII. Escreveu um roteiro da costa de Angola, que ficou inedito

Fernandes *(Domingos)*. Pintor illuminador que floresceu no reinado de D. João III. Fez differentes trabalhos para o convento de Thomar, como se vê das coutas dos trabalhos do referido convento. Falleceu depois do anno de 1554.

Fernandes *(Domingos)*. Presbytero secular do habito de S. Pedro, natural da villa d'Alvaro, pertencente ao priorado do Crato. Parece já ser fallecido em 1759. Foi muito perito nas regras da grammatica latina e intelligencia dos poetas e oradores do tempo de Augusto. Escreveu: *Arte de figuras, ou vistoso theatro, em que se representam as regras, operações, e explicações das figuras grammaticaes, que pertencem á Syntase*, etc.; divididas em tres partes, Lisboa, 1743; *Ordo verborum: Commento das obras de P. Ovidio Nasão: contém os cinco livros dos «Tristes», os quatro de «Ponto», «Ibis», e «Consolatio ad Liviam», com uma breve noticia das fabulas e mais cousas necessarias*, Lisboa, 1746; *Exposição dos Fastos de Publio Ovidio Nasão, e mais obras do mesmo, com uma breve recopilação das fabulas e outras noticias, muito uteis aos que estudam humanidades*, Lisboa, 1749. Deixou tambem impressos 2 autos sacramentaes.

Fernandes *(Eduardo)*. Escriptor e jornalista contemporaneo. N. em Lisboa em 25 de agosto de 1870. Foi estudante de medicina na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, mas não continuou o curso para se dedicar ao jornalismo e á litteratura Tem collaborado nos seguintes jornaes: *Seculo*, onde esteve alguns annos, *Patria*, *Vanguarda*, *Tribuna*, *Antonio Maria*, e *Diario*, de que é redactor, desde o principio da publicação. Começou a evidenciar-se por umas espirituosas gazetilhas publicadas no *Seculo* e depois no *Diario*, firmadas com o pseudonymo de *Esculapio*. Como escriptor dramatico, estreou-se com o monologo *As noites do conselheiro*, recitado pelo actor Carlos Santos, no theatro do Principe Real, em 10 de março de 1892, no beneficio de sua mãe, a actriz Amelia Vieira. Collaborou com o fallecido escriptor Baptista Machado na revista *O sarilho*, que obteve grande successo no theatro da Rua dos Condes. Traduziu juntamente com Sousa Bastos a opera comica *A Falote*, que se representou na Trindade. Escreveu: *José João*, parodia ao drama hespanhol *João José* de Dicenta; *O Vicente*, parodia ao *Regente*, de Marcelino Mesquita, que se representou no theatro do Principe Real; a parodia da *Bohéme*, no theatro de D. Affonso, do Porto; *El sobresaliente*, escripto em hespanhol, representado no theatro de D. Amelia pela companhia hespanhola Ortiz; *O poeta Bocage*, representado na Rua dos Condes. Traduziu de Moliére as *Preciosas ridiculas*, e tem um grande numero de cançonetas e monologos, representados em diversos theatros.

Fernandes *(Francisco)*. Pintor, que vivia em Vizeu pelos annos de 1552, quando nasceu seu filho, o pintor Vasco Fernandes (V. *este nome*). Mais nada se sabe a seu respeito.

Fernandes *(Francisco)*. Architecto. Foi mestre das obras de pedraria da cidade de Coimbra, nomeado pela camara da mesma cidade por alvará de 4 de novembro de 1605. Filippe II de Hespanha, dominando em Portugal, confirmou esta nomeação pelo alvará de 2 de outubro de 1609, attendendo á boa informação que d'elle recebera, a ser bom official, muito diligente e zeloso tendo a cidade muita necessidade do seu serviço, Succedeu n'este logar a Jeronymo Francisco. O referido soberano passou outro alvará, com a data de 4 de janeiro de 1613, autorisando a camara a pagar-lhe 4$000 réis de ordenado.

Fernandes *(Francisco Joaquim)*. Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, fallecido ha poucos annos. Natural de V. N. de Gaia. Era filho de Joaquim Fernandes. Doutorou se em 23 de maio de 1897.

Fernandes *(Francisco de Sena)*. Cavalleiro da ordem de Christo, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; juiz de Direito, deputado, etc. N. em Belem em 1 de maio de 1802, e fal. depois do anno de 1875. Recebeu o grau de bacharel em 1823, e teve depois de emigrar como constitucional, em 1828, regressando a Lisboa em 1833, depois de restabelecido o governo liberal. Foi depois juiz de Direito em Almada e em outras comarcas, chegando a ser juiz da Relação. Foi deputado em 1857, pelo circulo eleitoral de Cintra, sendo reeleito em 1858. Era homem de merecimento e jurisconsulto distincto. Em relação dos seus serviços na qualidade de magistrado judicial e administrativo, póde vêr-se o *Diario do Governo*, n.º 47, de 1857, pag. 212. Escreveu: *Ode pindarica por occasião da regeneração politica de Portugal em 24 de agosto de 1820;* saíu na *Mnemosine Constitucional* de 11 de dezembro de 1820; *Os direitos individuaes, hymno*, Lisboa, 1826. Dedicando-se á poesia desde tenra edade, e durante os estudos na Universidade, recitou nos annos de 1820 e seguintes varias composições, nas festas que por occasião de regosijos publicos se fizeram na sala dos doutoramentos. Na primeira edição da *Primavera*, do visconde de Castilho, vem a pag.s 38, 61 e 70, mencionado o seu nome muito honrosamente, como um dos que concorreram nas festas pastoris, celebradas nos referidos annos em Coimbra, na *Quinta das Cannas* e *Lapa dos Esteios*, que por aquelle facto depois se denominou *Lapa dos Poetas*. No *Archivo Popular* publicou varios artigos anonymos, e outro na *Revista Universal Lisbonense*, ácêrca do extincto convento do Beato Antonio.

Fernandes *(Gaspar)*. Era mestre de pedraria, e pelos annos de 1573 arrematou a construcção da ponte de villa de Segura por 8:000 cruzados, metade paga pelos reinos de Castella, metade pelas comarcas de Portugal. Pelo não pagamento integral d'esta quantia, Gaspar Fernandes não pôde concluir a ponte, que ficou, além d'isso, interrompida pelas alterações que se deram no reino por morte de D. Sebastião. A invernia, as cheias e depois o roubo de materiaes contribuiram fortemente para a interrupção da obra. Parece que depois de passados 15 annos, Filipe I, em 1587, mandou concluir aquella ponte, por ser de muita necessidade.

Fernandes *(Padre Gaspar)*. Jesuita. N. em Beja em 1583, fal. a 22 de julho de 1640. Era filho de Pedro Affonso e de Leonor Rodrigues. Entrou na Companhia de Jesus, no collegio de Evora, a 31 de janeiro de 1602. Doutorou-se em Theologia na Universidade da mesma cidade, em 30 de maio de 1638, onde tambem foi professor de humanidades, de rhetorica e de escriptura. Foi apreciado prégador dos duques de Bragan-

ça. Percorreu diversas terras do reino como missionario. Deixou impressos uns commentarios em latim aos livros dos *Reis* da Biblia, e em manuscripto varios sermões.

Fernandes *(Gil)*. Valente escudeiro d'Elvas, que viveu no tempo de el-rei D. Fernando e de D. João I, tornando-se notavel pela bravura com que pelejou contra os castelhanos (V. *Badajoz*). Tendo fallecido D. Fernando, o alcaide d'Elvas, Alvaro Pereira, proclamou como rei de Portugal D. João I, de Castella, e Gil Fernandes, sabendo o que succedera, entrou em Elvas amotinando o povo. O alcaide conseguiu prendel-o, mas teve de o soltar, e de fugir depois, deixando a praça em poder de Gil Fernandes. Valente como um paladino lendario, adorado em Elvas, costumado a operar por sua conta, a romper as hostilidades quando lhe convinha, Gil Fernandes não se habituava facilmente a obedecer a um chefe; por isso, quando D. Nuno Alvares Pereira foi encarregado pelo mestre de Aviz, que estava cercado em Lisboa, de dirigir a defeza do Alemtejo, Gil Fernandes foi-se-lhe aggregar e mostrou a sua habitual bravura, mas ao mesmo tempo tão altaneiro espirito, que, por discordias com o futuro condestavel, esteve para abandonar o exercito na vespera da batalha dos Atoleiros. Foi preciso que D. Nuno Alvares Pereira, para bem da causa publica, domando o proprio resentimento do seu genio insoffrido, corresse atraz de Gil Fernandes, e conseguisse que elle voltasse para combater o inimigo. Gil Fernandes assim o fez, a na batalha dos Atoleiros, realisada em 6 de abril de 1384, resgatou briosamente a sua insubordinação da vespera (V. *Atoleiros*). Mas D. Nuno Alvares é que nunca lhe perdoou o seu procedimento e a humilhação que lhe infligiu, e quando viu o Alemtejo desaffrontado de castelhanos, quando viu levantado o cêrco de Lisboa, e arredados emfim os perigos mais imminentes, foi a Elvas, e retirou a Gil Fernandes a sua autoridade, obrigando-o a partir para o acampamento do Mestre de Aviz, que estava então cercando Torres Novas. Gil Fernandes partiu furioso, e levou amargas queixas a D. João, que teve um trabalho enorme para poder reconciliar aquelles dois valentes guerreiros, egualmente denodados e egualmente insoffridos. Gil Fernandes voltou a Elvas, e por ali manteve sempre em respeito os castelhanos. Parece que falleceu pouco tempo depois, porque o seu nome não tornou a apparecer na continuação da guerra.

Fernandes *(Gil)*. Architecto do seculo XVI. Em 1526 contratou a construcção de diversas obras em Setubal, paço do trigo, casa da camara e audiencia, cadeia e açougues e outras casas. O alvará da approvação d'este contrato é de 24 de março do referido anno. Gil Fernandes concluiu a sua empreitada em 1530, mas soffreu prejuizo, porque a obra lhe saiu mais cara que o ajuste. D. João III, satisfeito com o trabalho, mandou pagar-lhe a differença, depois de feita a respectiva avaliação por Diogo de Arruda e Pero Vicente. Os autos teem a data de 5 e 25 de outubro de 1530. No *Diccionario dos Architectos, engenheiros e constructores portuguezes*, de Sousa Viterbo, vol. 1.º, veem publicados estes documentos.

Fernandes *(Gonçalo)*. Jesuita, missionario no reino do Maduré, onde edificou uma egreja, um hospital, e abriu uma escola publica em que ensinava á mocidade a lingua tamulana. N'este exercicio se occupou com fervor até ao anno de 1606, e para divulgar os principios da religião christã escreveu na lingua de Maduré uma obra com o titulo de *Exposição da Fé Catholica*.

Fernandes *(Gonçalo)*. N. em V. N. de Portimão, graduou-se em Theologia em 1616, e passou depois a Madrid, entrou na religião dos clerigos menores, e fal. a 23 de janeiro de 1628, com grande fama de santidade.

Fernandes *(Gregorio Rodrigues)*. Cirurgião-medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. N. em Salvaterra de Magos a 4 de janeiro de 1849; fal. em Lisboa a 24 de junho de 1906. Ao terminar o curso em 1878 foi nomeado cirurgião do banco do hospital de S. José em 2 de março d'esse anno, passando a extraordinario em 2 de abril de 1883, e a director de enfermaria em 13 de dezembro de 1888, logar que exerceu na enfermaria de S. Francisco, durante muitos annos

Gregorio Rodrigues Fernandes

até á data do fallecimento. Foi delegado de saude interino, desde 1884 até 1885. Era um habil operador, e foi elle que em 1887 praticou a primeira resecção do joelho feita em Portugal. Publicou a sua these inaugural, que tem por titulo: *As resecções e a sua importancia cirurgica*, Lisboa, 1878. Era socio da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, onde teve o cargo de vice-presidente, e o de presidente, de 1903 a 1905. Havia muito tempo que sentia aggravar-se a doença que o minava. Na derradeira crise, a que determinou irremediavelmente o desenlace fatal, alguns medicos e amigos dedicados lhe aconselharam a que se deixasse operar; o doente, porém, reconhecendo bem o seu estado, e julgando desnecessaria a operação, oppoz-se, mas afinal sempre se realisou, e o dr. Gregorio Fernandes não pôde resistir, succumbindo em seguida. No ultimo congresso de medicina, reunido em Lisboa, em abril de 1906, foi presidente da 12.ª secção: Rhino-Laryngologia, apezar de já se sentir gravemente doente. Além da these inaugural, publicou: *Pathogenia da febre traumatica*, 1875; *Glaucoma*, 1877.

Fernandes *(Guilherme Gomes)*. Inspector dos serviços de incendios no Porto. N. na Bahia a 6

de fevereiro de 1850; fal. em Lisboa a 31 de outubro de 1902. Seus paes eram portuguezes, que viviam no Brazil, mas vieram para Portugal, contando Gomes Fernandes apenas 3 annos, e como eram muito abastados, mandaram educar o filho em Inglaterra, para onde partiu aos 13 annos, regressando aos 19. Estudou nos collegios de S.to Edouard em Evertou, proximo de Liverpool, e de S.t Mary's, em Ascott, perto de Birmingham. Completada a sua educação, fixou residencia na cidade do Porto, tornando-se um verdadeiro *dandy*, e um dos primeiros *sportmen* portuguezes. Era homem dotado de forte e desenvolvida musculatura, praticando todos os exercicios athleticos. Passava todos os annos alguns mezes no estrangeiro, desde muito novo. Falava o francez, o inglez, o allemão, o italiano e o hespanhol com a maior correcção e facilidade. Casou com uma senhora portuense, D. Corinna Seabra da Cruz, filha do dr. Antonio Rodrigues da Cruz, funccionario administrativo, a qual falleceu em 1898. Gomes Fernandes, sendo sempre inclinado a obras generosas, vendo que os serviços de incendios eram insufficientes para uma cidade tão importante como o Porto, forneceu os fundos necessarios, juntamente com alguns dos mais abastados e influentes portuenses, e fundou em 1874 sob a presidencia de el-rei D. Luiz I, a Associação Humanitaria dos Bombeiros Voluntarios, cujo commando assumiu, associação que nos primeiros tempos prestou os mais relevantes serviços. Quasi á sua custa comprou no estrangeiro todo o material preciso para o serviço de incendios. Dedicado do coração ao seu novo instituto humanitario, visitou em Inglaterra os homens mais entendidos no especial assumpto, recebendo preciosos ensinamentos de sir Eyre Mussey Show. Depois continuou as suas investigações em França, Allemanha, Austria, Belgica e outros paizes, para o mesmo fim, colhendo ainda muitos conhecimentos, de Froidevaux e Detalle em Paris; Stude, em Berlim; Zéer, em Vienna; e Welsch, em Ghent, todos elles notaveis e conceituadas autoridades em questões d'esta natureza. Regressando ao Porto, Guilherme Gomes Fernandes, tendo um caracter perseverante e organisador, em breve combinou uma organisação propria para uma cidade como o Porto, adoptando o que melhor vira no estrangeiro, e o que de melhor a sua imaginação lhe suggeria. Mais tarde, por diversas razões particulares, saiu da corporação dos bombeiros voluntarios, e foi crear, a expensas da camara municipal, a actual corporação dos bombeiros municipaes, denominada *Corpo de Salvação Publica*. Fundou tambem a casa de commercio de utensilios para bombeiros e bombas, da firma de Guilherme Gomes Fernandes & C.a. Guilherme Gomes Fernandes foi nomeado inspector geral dos incendios e chefe do Corpo de Salvação Publica em 31 de dezembro de 1885. Sob a sua intelligente direcção, o serviço dos incendios foi consideravelmente melhorado, tanto no pessoal como em material, e disposto de modo a constituir um verdadeiro elemento de defeza. Com a sua longa pratica e estudos, inventou diversos apparelhos de grande utilidade, e escadas actualmente em uso, mesmo no estrangeiro, depois que fôram admirados em Londres e em Paris, porque nos congressos de Londres, junho de 1893; de Lião, de julho de 1891; e de Paris, em agosto de 1900, os bombeiros portuenses obtiveram as mais honrosas distincções, especialmente no ultimo, onde Guilherme Gomes Fernandes, com os seus bombeiros, disputou e obteve o primeiro premio — campeonato do mundo—egualmente disputado por bombeiros de todo o mundo. Na revista realisada em Vincennes a 14 de agosto, a multidão saudou os bombeiros do Porto aos gritos de *Vivam os portuguezes*, e quando foi da entrega do premio, o presidente da Republica abraçando Gomes Fernandes, ergueu o seu chapéo ao ar, exclamando: *Viva Portugal!* O primeiro premio era de 1:500 francos e uma taça de Sévres. O que receberam em Lião fôra uma medalha e uma estatua de bronze. A victoria alcançada teve ecco em todo o mundo, e d'ella se occuparam os

Guilherme Gomes Fernandes

mais importantes jornaes estrangeiros. No Porto prepararam-se grandes manifestações, a que a modestia do bravo bombeiro se esquivou, partindo de Paris para a Suissa, onde se demorou. Guilherme Gomes Fernandes, entre outras condecorações, tinha o collar da Torre e Espada, e diversas medalhas de ouro. Foi proprietario e redactor do jornal *O Bombeiro Portuguez*, que começou em 1877 e terminou em 1890. Collaborou em differentes jornaes da especialidade, e no *Commercio Portuguez* publicou umas interessantes *Cartas de viagem*. Escreveu os relatorios e ordenanças sobre o serviço dos incendios, e o seguinte opusculo: *Esquisse à vol d'oiseau du service des incendies à Porto, et souvenir du grand concours internationae de sapeurs pompiers; tenu au champ de courses de Vincennes, à Paris, en 1900, et dédié par les pompiers de la municipalité de Porto à leurs camarades de l'étranger*. Publicou tambem um calendario intitulado *Vade-mecum* do serviço de incendios do Porto, Corpo de Salvação Publica—indicador do bombeiro portuense, 1902. Guilherme Gomes Fernandes adoeceu gravemente com um cancro na lingua, veiu a Lisboa fazer operação no hospital de S. José, a que infelizmente succumbiu. A sua morte causou a maior sensação. Muitas corporações de bombeiros de diversas terras do paiz, se fizeram repre-

seutar no funeral. Na ultima sessão camararia do Porto, antes do seu fallecimento, foi apresentada a medalha da Cruz Vermelha, que o imperador d'Allemanha enviara, por intermedio do ministro dos negocios estrangeiros a Guilherme Gomes Fernandes. A camara resolvera, que ella fôsse entregue em sessão solemne, o que não chegou a realizar-se.

Fernandes *(Izabel)*. Chamada por alcunha a *Velha de Diu*. Foi a principal heroina do segundo cerco. Pelejára com tal valor, de adaga em punho, que deixava a perder de vista os mais intrépidos soldados.

Fernandes *(João)*. Capitão e piloto-mór muito experimentado nos mares das Indias Occidentaes, sendo o primeiro que navegou o Chile contra o sul. Até esse tempo os marinheiros julgavam tão difficil navegar de norte a sul costa do Perú, como navegar entre os tropicos, de oeste a leste, no Oceano Pacifico. Mas João Fernandes descobriu que afastando-se para oeste a uma consideravel distancia da terra, se encontravam os ventos do sul, que prolongando-se á latitude dos ventos variaveis ou ventos do oeste, permittiam aos marinheiros abordar a terra ao sul. Durante uma d'essas viagens João Fernandes descobriu, a 110 legoas da costa do Chile, ao occidente de Valparaizo, muitas ilhas, entre as quaes se contavam as de *San Felice*, de *Santo Ambor*, e a que tomou o nome de *João Fernandes*, em memoria do descobridor. Esta ilha obteve celebridade litteraria por ter sido a residencia durante 4 annos, de Alexandre Sel-Kirk, o qual, com uma simples narração, forneceu a Daniel de Foe o assumpto do seu romance *Robinson Crusoé*. Deixou em manuscripto um *Tratado da Navegação de Chile contra o Sul*.

Fernandes *(João)*. Celebre viajante da primeira epoca dos nossos descobrimentos, viajante cuja audaciosa expedição prova bem que espirito scientifico animava os nossos descobridores. Em 1445, tendo o infante D. Henrique enviado ao Rio do Ouro Antão Gonçalves, Gomes Pires e Diogo Affonso para estabelecerem com os moiros relações commerciaes seguidas, João Fernandes resolveu ficar sósinho na Africa para tomar conhecimento intimo da lingua, da terra, do interior do continente, e depois informar o infante. Essa resolução era tanto mais heroica e audaciosa quanto esses novos paizes eram ainda desconhecidos e mysteriosos. Havia apenas 10 ou 12 annos que Gil Eannes quebrára o encanto do Cabo Bojador, e um mysterio sobrenatural pesava ainda sobre essas costas e territorios, theatro de tantas lendas que a superstição d'esse tempo inventara, e que insinuavam um gelido terror aos mais intrepidos marinheiros. João Fernandes animou-se a ficar ali sósinho, no meio dos moiros, com esperança muito incerta de tornar a vêr a patria, porque eram ainda bem raras as expedições portuguezas para essas paragens, e bem difficil o assentarem n'um ponto de reunião. Sete mezes depois, comtudo, Antão Gonçalves lembrou ao infante a necessidade de se ir buscar João Fernandes, e partiu n'uma caravéla, acompanhado por outras duas, commandadas por Diogo Affonso e Garcia Homem. Haviam passado ao sul das ilhas de Arguim, quando viram na costa fronteira um homem a fazer-lhes signaes. Era João Fernandes. Lançaram logo escaleres ao mar, e recolheram com alegria o intrepido viajante, que de ha muito esperava qualquer navio que o levasse a seu bordo. João Fernandes fôra feliz na sua viagem; soubera captivar o affecto dos indigenas, e um dos chefes supremos dos azenegues, Ahude Maymon, tratara-o muito bem. Fernandes observou com todo o cuidado os seus costumes, estudou a lingua, e de tudo quanto viu com escrupulosa attenção, deu depois contas ao infante. A sua relação publicada pelo chronista Eannes de Azurara, tem muita analogia com a de Mungo-Park sobre aquella parte do interior da Africa, e tem muita importancia, porque precede a de Leão Africano, a mais antiga que se conhece com referencia a estes paizes. A concordancia das noticias dadas por João Fernandes com a de todos os viajantes posteriores que estudaram aquelle paiz, armados de todos os conhecimentos da sciencia moderna, e com intuitos rigorosamente scientificos, prova que João Fernandes soube vêr e observar, sendo perfeitamente um explorador como os comprehende e quer o espirito moderno, um predecessor de Livingstone e dos outres viajantes do seculo passado. João Fernandes adquirira grande influencia sobre os povos que visitára, e o infante D. Henrique serviu-se muitas vezes d'elle para as suas negociações com os azenegues, tendo-o sempre na maior consideração. A historia o apresenta como um dos mais prestantes dos nossos antigos exploradores, por isso que foi perfeitamente um homem de sciencia, em epoca em que todos supporiam que não era o espirito scientifico o que mais animava os intrepidos soldados da cruz, que D. Henrique arrojava á conquista de novas terras.

Fernandes *(João)*. Professor de letras humanas que, com geral applauso, dictou nas Universidades de Salamanca, Alcalá e Coimbra, para onde o chamou D. João III, querendo nobilital-a com um homem tão versado nas linguas latina e grega. O monarcha mandou passar-lhe uma provisão de 80$000 réis de ordenado a 16 de setembro de 1539, para ser examinador dos grammaticos, que tinham de cultivar o estudo da Jurisprudencia, e outra provisão, com a data de 4 de maio de 1542, o nomeou mestre de Rhetorica na Universidade de Coimbra. João Fernandes foi mestre do duque de Bragança D. João, para cujo magisterio o dispensou D. João III, por alvará de 25 de maio de 1549, de assistir na Universidade, logrando de todos os privilegios como se realmente ali estivesse regendo a sua cadeira, podendo continuar na sua leitura todas as vezes que lhe parecesse. D'estes graciosos indultos lhe passou carta D. Jorge Almeida, reitor da Universidade, a 2 de maio de 1560. Escreveu: *Orationes duæ; Altera in celebritate Academiæ Conimbricensis Ludovicum Infantem Joannis Regis fratrem excipientes; altera, habita ad Conimbricensis in funere Eduardi Joanni Tertii filii*, Conimbricæ, 1548; *Chronica do condestavel D. Nuno Alvares Pereira*, traduzida do portuguez em latim.

Fernandes *(João Pedro Norberto)*. Escriptor. N. depois do anno de 1780, e fal. em 1836. Foi redactor por algum tempo do *Patriota*, jornal politico que se publicou em 1820 e 1821. Escreveu muito para o theatro, imitando ou traduzindo varios dramas francezes ou italianos, dos quaes se imprimiram os seguintes: *O assassino, ou a*

força da gratidão, 5 actos, Lisboa, 1819; *O Ministro constitucional*, 5 actos, Lisboa, 1822; *Belisario*, drama em verso, 5 actos, Lisboa, 1828. Escreveu mais: *Carta ao ill.mo e ex.mo sr. Filippe Ferreira de Araujo e Castro, na qualidade de encarregado da policia*, Lisboa, 1820.

Fernandes *(José Gabriel Bernardo)*. Tambem conhecido pelo nome de *Gabriel Fernandes*. N. em Macau a 29 de dezembro de 1850. E' filho de José Gabriel Fernandes (V. *o artigo seguinte*). Matriculou-se em Direito na Universidade de Coimbra, tomando o grau de bacharel a 10 de julho de 1875, e veiu fixar a sua residencia em Lisboa, sendo despachado para o ministerio da fazenda. Tem collaborado, na parte litteraria, no *Jornal de Coimbra*, *Conimbricense*, *Impulso ás letras*, de Hong-Kong, etc. Escreveu: *Apontamentos para a historia de Macau*, Lisboa, 1883; tem uma planta de Macau desdobravel: n'este opusculo o autor assignou: *J. Gabriel B. Fernandes; Relação dos bispos de Macau*, Lisboa, 1884; o autor assignou *Gabriel Fernandes; Leves traços sobre a imprensa portugueza na China e no Japão;* não sabemos se chegou a imprimir-se.

Fernandes *(José Gabriel)*. Fidalgo da Casa Real, do conselho de S. M., cavalleiro commendador da ordem de N. S.ª da Conceição; advogado em Macau, etc. N. em Siolim de Bardez, Gôa, a 10 de março de 1812, fal. em Lisboa a 23 de dezembro de 1883. No seminario do Chorão cursou diversas aulas de humanidades e theologia, habilitando-se em philosophia, theologia, jurisprudencia, etc. Em 23 de dezembro de 1845 obteve o diploma para advogar junto da Relação de Gôa. Por decreto de 12 de junho de 1863 recebeu provisão de advogado, com exercicio nas possessões portuguezas da Asia, e especialmente no auditorio de Macau onde se tinha fixado desde muito novo. Exerceu tambem os cargos de juiz de paz e dos orphãos, syndico da Misericordia, do real collegio de S. José e das missões do padroado do Pekim, Nankim e Singapor; auditor de guerra, vogal do conselho do governo de Macau, etc. Em diversas epocas, e em circumstancias calamitosas, contribuiu para as urgencias publicas de Macau e Timor; e cooperou na fundação e sustentação de varios estabelecimentos de instrucção e beneficencia, como a *Nova Escola Macaense*, fundada em 5 de janeiro de 1862, etc. Estes e outros serviços de elevada importancia fôram mencionados nos jornaes do tempo, e mereceram o louvor official, segundo consta dos respectivos documentos. Além das honras mencionadas, José Gabriel Fernandes tinha tambem a carta de conselho. Depois de permanecer quasi 30 annos na Asia, percorreu parte da Oceania, Africa e Europa; recolhendo-se a Portugal, em 1870 estabeleceu a sua residencia em Coimbra, para tratar da educação de seus filhos, que n'essa epoca matriculou na Universidade. Nos *Apontamentos para a historia de Macau*, a pag. 73 a 78, fala-se a seu respeito (V. *o artigo antecedente*). *O Correio da India*, n.º 33, de 31 de março de 1884, tambem lhe dedica um artigo. José Gabriel Ferdandes fundou e redigiu o *Tassi-yang-kuo*, de Macau, onde publicou um *Elogio historico, de A. J. de Miranda*, semanario que saiu desde 8 de outubro de 1863 até 26 de abril de 1866; collaborou no *Jornal de Lisboa*, *Paiz* e *Tribuno Popular*, de Coimbra, e em outros jornaes Os artigos saíram quasi todos sem assignatura, ou apenas firmados com um *G*. No cemiterio dos Prazeres, em Lisboa, existe o jazigo de familia, mandado erigir por José Gabriel Fernandes. Póde lêr-se o respectivo epitaphio no vol. I do *Oriente Illustrado*, de Torres e Dias, Bastorá, 1899.

Fernandes *(José da Silva)*. Cirurgião, que viveu no seculo XVIII. Era natural de Lisboa, e escreveu: *Discurso apologetico cirurgico e medico, em estilo epistolar*, Lisboa, 1729; *Novena para festejar o Transito do gloriosissimo S. José*, Lisboa, 1731.

Fernandes *(Lopo)*. Bacharel formado em Canones, e conego da sé de Evora. Escreveu, juntamente com o conego Luiz Martins, o missal para uso da egreja eborense, que se publicou em letra gothica a 28 de fevereiro de 1509.

Fernandes *(Lourenço)*. Architecto do seculo XVI. Foi um dos mestres de obras do convento de Belem. Existe um alvará do anno de 1511, que manda entregar-lhe 50 quintaes de pimenta para as despezas dos trabalhos realisados no convento de Santa Maria de Belem.

Fernandes *(P. Luiz)*. Jesuita. N. em Lisboa em 1550, fal. em 1609. Era filho de João Fernandes e de Francisca Fernandes. Professou no collegio de Evora a 25 de maio de 1580, tendo 30 annos de edade. Sendo já sacerdote e mestre em Artes, alcançou a permissão de ir para as missões da India, onde, depois de ser reitor do collegio de Baçaim, passou ás ilhas Moluccas, e ali se entregou com fervor aos trabalhos das missões, até que falleceu. A' sua vigilancia se deve o feliz successo das nossas armas na fortaleza de Amboino, quando foi invadida no anno de 1601, pelos hollandezes, assistindo tambem quando se rendeu no anno de 1605 por causa do imprevisto incendio ateado em 60 barris de polvora, em que fôram victimas 30 portuguezes, impedindo esta fatalidade que os hollandezes triumphassem pela segunda vez. Escreveu: *Carta Annua de Moloco em o anno de 1603;* saiu traduzida em italiano com outras, Roma, 1605; *Carta escripta de Amboino em o anno de 1605;* saiu grande parte na *Relação Annal do anno de 1606 e 1607*, do padre Guerreiro, liv. 2.º, cap. 2.º

Fernandes *(Manuel)*. Doutor em Theologia pela Universidade de Salamanca, capellão domestico do arcebispo de Braga D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, e conego magistral da sé de Lamego. N. em Evora em 1528, fal. em Lamego a 8 de dezembro de 1598. Escreveu: *Palavras de Fr. Ricerio de Marchia, companheiro de S. Francisco, em as quaes com estylo breve, claro, alto e suavissimo se ensina e persuade a perfeição possivel, que na terra se póde alcançar*, Braga, 1568; *Sermão de S. Simão e S. Judas, prégado na sé de Lamego em 1567, juntamente com cinco psalmos de David em portuguez, vertidos com seus argumentos e annotações*, Lisboa, 1569; *Summario e recapitulação da antiguidade da Sé de Lamego, bispos e christandade d'ella, e da sua nobreza; composta pelo doutor Manuel Fernandes, conego e leitor da escriptura sagrada na mesma sé, e tirada do capitulo trinta e cinco da sua Portugueza Miscellanea*, etc., Lisboa, 1596. Deixou em manuscripto: *Portugueza Miscellanea*.

Fernandes *(P. Manuel)*. Jesuita. N. em Olivença, e fal. em Fremona a 25 de dezembro de

1593. Era filho de Fernão Martius e de Izabel Lourenço. Sendo já sacerdote, entrou na Companhia de Jesus, no collegio de Coimbra, a 9 de setembro de 1553, e dois annos depois foi para a India dedicando-se ás missões evangelicas. Chegou a Gôa a 7 de setembro, de 1555, e d'ali passou á Ethiopia com o bispo D. André de Oviedo, no principio de fevereiro de 1557, onde missionou até á data do fallecimento. Deixou algumas cartas escriptas de Gôa, Moçambique e de Ethiopia, as quaes veem mencionadas na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. III, pag. 261.

Fernandes *(Manuel)*. Na Real Bibliotheca da Ajuda existe um precioso codice em folio grande com numerosas estampas assim intitulado: *Livro de traços de carpintaria com todos os modelos e medidas para se fazerem toda a navegação assi de alto bordo como de remo.* Tem a data de 1616 e foi escripto por Manuel Fernandes, *official do mesmo officio*, cujo retrato adorna o manuscripto.

Fernandes *(P. Manuel)*. Jesuita; reitor em varios collegios, preposito da casa professa de S. Roque, confessor de D. Pedro II, visitador das ilhas dos Açôres, mestre de Theologia no collegio de Faro, etc. N. em Formoselha em 1614, fal. em Lisboa a 10 de junho de 1693. Era filho de Manuel Fernandes e de Anna Rodrigues. Entrou na Companhia de Jesus, aos 17 annos de edade, no noviciado de Coimbra, a 5 de março de 1631, professando a 8 de setembro de 1632. Ensinou Rhethorica, Philosophia e Theologia moral. Foi reitor dos collegios do Fayal, Santarem e do noviciado de Lisboa. Sendo professor em Faro, acudia com ardente zelo aos feridos do contagio que nos annos de 1649 e 1650 victimou muita gente do reino do Algarve. Como visitador das ilhas, percorreu missionando a Terceira, Fayal, S. Miguel e Pico, prégando depois na provincia da Beira. El-rei D. Pedro II, reconhecendo o seu elevado merecimento, o nomeou seu confessor. Foi tambem deputado da Junta dos Tres Estados: Escreveu: *Alma instruida na doutrina e vida christã; Tomo I, que contém a doutrina da creassão do mundo até o symbolo dos Apostolos*, Lisboa, 1687; *Tomo II, que contém a doutrina e symbolo dos Apostolos, e artigos da fé, até os mandamentos da Ley*, Lisboa, 1690; *Tomo III, que contém os mandamentos da Ley, da Santa Madre Egreja, e obras de misericordia*, Lisboa, 1699. Cada um dos tomos é adornado com uma gravura. A obra devia constar de 5 tomos, dos quaes ficaram acabados e completos os IV e V, bem como o III, que já foi impresso posthumo. Deixou alguns manuscriptos.

Fernandes *(Manuel Bernardo Lopes)*. Numismata muito distincto, socio effectivo da Academia Real das Sciencias, conservador do gabinete numismatico da mesma Academia, academico honorario da de Bellas Artes de Lisboa, e membro honorario da Bibliotheca Imperial publica de S. Petersburgo. Era tambem um abalisado bibliophilo. N. em Lisboa a 10 de julho de 1797, e fal. a 27 de fevereiro de 1870. Era filho unico de João Antonio Lopes Fernandes. Escreveu: *Memoria das moedas correntes em Portugal desde o tempo dos romanos até ao anno de 1856*, Lisboa, 1856-1857; *Partes I e II.* Intercaladas no texto vêem-se 405 gravuras em madeira, representando outras tantas moedas portuguezas, copiadas algumas das que veem desenhadas no tomo IV da *Historia Genealogica da Casa Real*, e outras dos exemplares que existem em diversas collecções particulares, e uma grande parte extrahidas da numerosa e escolhida collecção do autor, onde se encontram algumas de primeira raridade. D'esta *Memoria* tiraram-se exemplares para a venda em separado, e foi tambem incorporada no tomo II e parte I das *Memorias da Academia*, nova série, classe 2.ª. Escreveu mais: *Memoria das medalhas e condecorações portuguezas, e das estrangeiras com relação a Portugal;* é illustrada a edição com 130 medalhas e condecorações, cujas gravuras estão no fim. Além dos 50 exemplares separados que competem ao autor pelos regulamentos academicos, saiu incorporada no tomo III, parte II, nova série, das referidas *Memorias da Academia*.

Fernandes *(Marcos)*. Architecto, que no tempo de D. João III dirigiu as obras de canalisação de aguas no paço real de Cintra, para que foi nomeado em 14 de maio de 1526, em substituição de seu cunhado João Rodrigues, que se aposentara, por ser já velho e aleijado; ficando, porém, a João Rodrigues a obrigação de o ajudar, quando pudesse, e fôsse preciso. Em dois alvarás de pagamento é Marcos Fernandes mencionado simplesmente com o titulo de mestre dos paços de Cintra. Em 1557 era Marcos Fernandes quem dirigia todas as obras do referido palacio.

Fernandes *(Maria Izabel)*. Escriptora, que traduziu a seguinte obra: *Historia natural ou descripção de todas as classes de animaes, traduzida das obras de Buffon, Cuvier e dos melhores naturalistas francezes*, Lisboa, 1869, 2 tomos.

Fernandes *(P. Martinho Antonio)*. Estando em serviço da diocese de Gôa, escreveu e publicou em Nova Gôa, 1864, o seguinte: *Oração funebre do ex.mo e rev.mo sr. D. Gaspar de Leão, primeiro arcebispo metropolitano de Gôa, primaz do Oriente, que nas solemnes exequias da trasladação de seus ossos... em 5 de outubro de 1864, recitou*, etc.

Fernandes *(Matheus)*. Architecto das capellas imperfeitas do convento da Batalha. Antes de exercer este cargo, fôra mestre das obras de Santarem, em que o substituiu João Rodrigues por ordem de D. Affonso V, em 1480. Tambem foi mestre das obras das fortificações da ilha da Madeira, e trabalhou em Alcobaça. Já no reinado de D. João II era mestre d'obras na Batalha, porque este monarcha lhe mandou dar um moio de trigo de tença annual a começar em 24 de junho de 1490. El-rei D. Manuel, que muito o considerava, parece que por vezes o desviava da Batalha para o encarregar d'outros trabalhos. Em 1508 foi mandado examinar as obras do castello de Almeida, de que se tinha encarregado Francisco Danzinho, indo ao mesmo tempo a Castello Rodrigo e a Castello Branco vêr as obras que eram ali precisas. N'esta jornada acompanhou o o pedreiro Alvaro Pires, ficando-o substituindo nas obras da Batalha, seu filho, que tinha o mesmo nome de seu pae, por carta de 18 de setembro do referido anno. Em 1510 esteve em Coimbra com o mestre Boutaca ou Boytac (V. *este nome)*, para examinar o local dos açougues, o corregimento da ponte e o cerramento dos boqueirões. Em 1514 foi de visita á fortaleza de Salvaterra; em 1513 teve a nomeação de recebedor do dinheiro das obras do convento da Batalha. Foi

a elle que D. Manuel incumbiu a continuação das obras das capellas «Imperfeitas», e de acabar o claustro maior e principal. Por alvará de mercê de 2 de janeiro de 1514, o mesmo soberano lhe concedeu 3$000 réis cada anno para mantimentos. Matheus Fernandes falleceu a 10 de abril de 1515, e foi sepultado na egreja do referido convento, ao entrar da porta principal, em frente da capella do fundador. Collocaram lhe o seguinte epitaphio :

Aqui jaz Matheus Fernandes mestre que foi d'estas obras, e sua mulher Izabel Guilhelme, e levou-o Nosso Senhor a dez dias de abril de 1515. Ella levou-a Deus...

A data da morte da mulher não ficou declarada. Izabel Guilhelme parece que era filha de mestre Guilhelme, que em 1467 succedeu a Fernão de Evora na direcção das obras da Batalha. A Matheus Fernandes succedeu nas referidas obras seu filho, que tinha egual nome.

Fernandes *(Matheus)*. Filho do antecedente, conforme dissémos, e de sua mulher, Izabel Guilhelme. Succedeu a seu pae por carta d'el-rei D. Manuel, com a data de 22 de abril de 1516, mas, na sua ausencia, já o substituira por varias vezes. Na carta concedia-lhe o mesmo mantimento e mais 20 jornaes de graça, e tença annual de 1 moio de trigo. Falleceu em 1528, sendo então nomeado João de Castilho para o substituir. V. *Castilho (João de)*.

Fernandes *(Miguel)*. Architecto que vivia no principio do seculo XVIII. Tendo o capitulo da ordem de S. Bento em Portugal deliberado, em assembléa magna do anno de 1725, que se erigisse em S. João Baptista de Pendorada um convento e uma egreja, foi Miguel Fernandes o encarregado de fazer a planta d'esses edificios.

Fernandes *(Miguel Eduardo de Oliveira)*. Lavrador opulento em Beja, socio da Real Associação de Agricultura Portugueza, etc. N'essa qualidade proferiu um discurso que mandou imprimir, com o titulo: *A cultura do trigo pelos adubos chimicos no Baixo Alemtejo*—conferencia realisada na séde da Associação Central da Agricultura Portugueza, em a noite de 25 de abril de 1899. Está publicada no *Boletim* da mesma associação, n.º 4 do vol. I, de pag. 162 a 199. Fez-se tambem tiragem em separado.

Fernandes *(Olympio Nicolau Ruy)*. Administrador da imprensa da Universidade de Coimbra. N. em Lisboa a 26 de julho de 1820, fal. em Coimbra a 2 de abril de 1879. Era filho de Nicolau Cypriano José Fernandes, brochante, e de Maria Gertrudes Cabral. A 25 de janeiro de 1834 entrou como aprendiz de typographo na Imprensa Nacional, e em 30 de janeiro de 1838 já era considerado official, mister que exerceu até 31 de março de 1853, sendo n'este anno escolhido para desempenhar o cargo de revisor do *Diario do Governo*, merecendo ainda pela sua elevada competencia, que lhe confiassem a revisão de publicações dos escriptores mais distinctos d'aquella epoca, como as *Metamorphoses*, de Ovidio, de Castilho, etc. Como, porém, fôsse notavel o modo por que se houvera no desempenho d'estes encargos, e manifesto o amor pela arte que cultivava com intelligencia superior e zelo não vulgar, facil se lhe tornara a conquista de cargos não menos honrosos, posto que bem mais difficeis; o governo, reconhecendo as qualidades que ornavam Olympio Fernandes, e tendo em vista a reorganisação da imprensa da Universidade, que de largos annos estava em completo abandono, não hesitou em o nomear provisoriamente administrador d'aquellas officinas, por decreto de 16 de março de 1854. Olympio Fernandes andou tão acertadamente nas reformas e melhoramentos que introduziu n'aquelle estabelecimento, que o governo entendeu que devia premiar tantos e tão bons serviços prestados, nomeando-o administrador effectivo, por decreto de 12 de abril de 1871, cargo que continuou exercendo com a mesma solicitude até que falleceu. Não fôram, porém, sómente estes serviços e os que anteriormente prestara á Imprensa Nacional, de Lisboa, que lhe conquistaram um nome honroso na historia. As sociedades operarias de soccorros e de educação sempre lhe mereceram uma predilecção especial. São de grande valia os serviços que prestou á Sociedade Typographica Lisbonense, de que foi secretario, bem como a de outras instituições populares de Lisboa, antes da sua ida para Coimbra, em 1854, sendo ainda muito novo. A Associação dos Artistas de Coimbra, uma das mais importantes do paiz, n'este genero, foi fundada por elle no edificio da Imprensa da Universidade, inaugurando-se sob a sua presidencia, a 8 de dezembro de 1862. Foi Olympio Fernandes, como presidente, quem redigiu os estatutos, que apresentou, os quaes tiveram approvação pelo alvará regio de 10 de novembro de 1863. Estes estatutos estiveram em vigor até ao anno de 1875, em que a associação pediu a substituição d'elles por outros que ella elaborou, e que fôram approvados por um alvará do mesmo anno de 1875. Nos muitos emprehendimentos com que auxiliou essa associação, avultou a instituição d'aulas para instrucção do povo. Tambem são da iniciativa de Olympio Fernandes a Associação Commercial de Coimbra e a Sociedade Conimbricense do Sexo Feminino, a primeira organisada em 1863 e a segunda em 1867. A Associação Liberal, fundada em 1875, e a Companhia Edificadora e Industrial, em 1876, ambas d'aquella cidade, contavam-n'o egualmente entre os socios fundadores. A actividade e entranhado amor que Olympio Fernandes consagrava á causa popular, evidenciaram-se na Sociedade Philantropico Academica, de que foi thesoureiro, e nas Sociedades Philarmonicas Boa União e Conimbricense, a que presidiu, como no Banco Commercial de Coimbra, Companhia Edificadora e Industrial, Montepio da Imprensa da Universidade e Santa Casa da Misericordia. Coimbra e o seu districto devem a Olympio Fernandes serviços de grande valia, que este prestou na qualidade de presidente da Associação dos Artistas; muitos melhoramentos locaes, estrondosas festas da Rainha Santa Izabel, e a exposição districtal de 1869, tudo devido á sua iniciativa e esforços. Esta exposição foi de grande alcance economico e industrial, um acontecimento que nobilitou sobremaneira a classe operaria da terceira cidade do reino, pelo extraordinario exito que obteve, e que excedeu a geral expectativa, não obstante os numerosos obstaculos que se oppozeram e difficultaram a realisação d'este certamen dos productos do trabalho e das conquistas do progres-

so. A camara municipal de Coimbra conferiu a Olympio Fernandes um eloquente voto de louvor, na sessão de 14 de julho d'aquelle anno, como um dos seus propugnadores mais enthusiastico. A imprensa periodica de todas as côres politicas, o governo, as camaras municipaes do districto de Coimbra, e principalmente a da séde do districto, apreciando tão arrojado e util emprehendimento, testemunharam publicamente a consideração em que tinham os serviços do seu benemerito iniciador. Mendes Leal, n'uma carta que, por esta occasião, dirigiu a Olympio Fernandes, dizia-lhe: «que felicitava de todo o coração o homem incançavel e benemerito, cujos esclarecidos esforços, coroados de tal exito, ficarão memoraveis por muitos titulos». Outros homens notaveis como o marquez de Sá da Bandeira, Casal Ribeiro, Fradesso da Silveira, Moraes Soares e Teixeira de Vasconcellos, tambem lhe prestaram a sua sincera homenagem. Olympio Fernandes pelos serviços prestados no desempenho das suas funcções officiaes, foi agraciado com o habito e a commenda da ordem de Christo. Tinha tambem a commenda da ordem de Carlos III, de Hespanha. Editou em Coimbra dois livros de auctores classicos. Foi proprietario e redactor da série do *Commercio de Coimbra*, que começou com o n.º 384, em 23 de agosto de 1864, e findou com o n.º 513, de 25 de novembro de 1865: collaborou nos seguintes jornaes: *Jornal do Centro Promotor dos melhoramentos das classes laboriosas; Federação*, *Commercio do Porto*, como seu correspondente em Coimbra, etc. A sua biographia, acompanhada de retrato, saiu no periodico de Coimbra, *A Officina*, escripta por Eduardo Mendes, que depois mandou fazer uma edição em separado, a que deu o titulo de *Esboço biographico de Olympio Nicolau Ruy Fernandes*, fundador e primeiro presidente da Associação dos Artistas de Coimbra. Este trabalho encerra documentos que valem muito á memoria de Olympio Fernandes. A *Gazeta Commercial*, de Lisboa, tambem publicou o seu retrato, em 22 de março de 1885, acompanhado de um artigo, escripto pelo fallecido conselheiro Antonio José Teixeira. *O Occidente*, no vol. II, anno de 1879, pag. 78 e 80 publicou egualmente o retrato e um artigo biographico. Olympio Fernandes deixou escripto: *Exposição districtal da industria agricola e fabril, e de archeologia, promovida pela associação dos artistas de Coimbra*, Coimbra, 1869; *Associação dos artistas de Coimbra, 1868* (Exposição da presidencia, seguida de documentos comprovativos), Coimbra, 1869; *Associação dos artistas de Coimbra, 1869*, etc., Coimbra, 1871. *Projecto do regulamento do hospital de Nossa Senhora da Piedade na villa de Gouveia*, Coimbra, 1876. A'cerca d'uma questão que teve com a referida sociedade, publicou: *O conselho administrativo da associação dos artistas de Coimbra aos socios da mesma associação e ao publico*, Coimbra, 1871.

Fernandes *(Pedro)*. Moço da camara d'el-rei D. João III. Era natural de Lisboa, e filho de Francisco Fernandes, guarda das damas da infanta D. Maria, irmã do referido monarcha. Foi estudar a Paris, onde recebeu o grau de mestre em artes; frequentou por espaço de seis annos a jurisprudencia canonica, e fez tantos progressos no estudo d'esta faculdade, que D. João III lhe ordenou que voltasse a Portugal, para se incorporar no corpo docente da Universidade de Coimbra, quando esta se reformou, o que se realisou em 14 de maio de 1550. N'este anno recitou no 1.º de outubro uma oração em latim, que dedicou ao rei, a qual causou a maior admiração a todos os cathedraticos.

Fernandes *(Pedro)*. Professor de letras humanas e apreciado poeta latino. Era natural de Lisboa, e filho do jurisconsulto Rodrigo Gonçalves. Foi professor do latim dos filhos do conde de Vimioso, D. Affonso de Portugal. Fal. em 1569. Descreveu em verso heroico latino a procissão do Corpo de Deus, que em 1559 saiu da egreja parochial de S. Julião, e que foi publicada n'esse mesmo anno.

Fernandes *(Pedro)*. Ouvidor geral da India, nomeado no tempo do governador Nuno da Cunha, e que serviu até no tempo de Martim Affonso de Sousa. Era homem muito de bem, de muito siso e de muito saber, e por isso procedeu energicamente contra as perversidades e corrupção dos portuguezes na India, que já então se propagavam d'um modo assustador; mas quasi nunca as suas sentenças eram executadas, porque as annulavam os governadores movidos dos empenhos que se levantavam para proteger os prevaricadores. Quando recolheu ao reino, Pedro Fernandes aconselhou D. João III que fundasse na India uma Relação com uma certa independencia, porque o ouvidor geral, subordinado ao governador, não tinha prestigio nem autoridade para fazer cumprir a justiça. A Relação fundou-se, mas as cousas não melhoraram.

Fernandes *(Pedro)*. Jesuita, natural de Barcellos, martyrisado nos mares do Brazil em 1571 pelo calvinista Jacques Soria, com mais 39 companheiros de martyrio, sendo 24 d'elles portuguezes. De todos elles se encontra individuada menção, com a noticia da cegueira repentina dos quatro principaes martyrisantes na *Chronologia Monastica Lusitana*, liv. I (dia 15 de julho) por Fr. Antonio da Purificação.

Fernandes *(Pedro)*. Architecto, que viveu no tempo de D. João III; era natural de Abrantes e trabalhou nas obras do convento de N. S.ª das Graças, d'esta villa, freiras da ordem de S. Domingos, como se deprehende d'uma carta que elle dirigiu áquelle monarcha, com a data de 1 de agosto de 1547, em se lê: «Acabei este mes de fazer ho portado principal da igreija de pedraria da serra de Ourem, que é muito milhor e de muita avetagem da pedraria de Thomar, ho qual portado he de hobra e talho romano, como v. a. vera pola amostra dele, que custou L ta (cincoenta) mil rs. acabado, e ora ãdo forrãdo ho Refeitorio e poyo e coro e igreija de bordos, que mãdei cõprar a Lixboa, que com serraria custarão postos nesta villa l b (55) mil reis, porque o mais todo da casa esta acabado a muitos dias, etc» A obra foi começada em 1542 e terminou em 1547. Este documento completo vem publicado a pag. 343 e 344 do 1.º vol. do *Diccionario dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes*, já por diversas vezes citado n'este nosso trabalho.

Fernandes *(Pedro* ou *Pero)*. Pedreiro, natural de Alcoentre, nomeado mestre das obras da fortaleza de S. Jorge da Mina para substituir André Franco, que estava ali já ha muitos annos, e já era velho, motivo porque a mulher ha-

via requerido licença para elle regressar ao reino. A carta da nomeação tem a data de 6 d'outubro de 1609.

Fernandes *(Pedro* ou *Pero).* Licenceado e quartanario da sé d'Elvas. Foi nomeado em 15 de setembro de 1646 para assistente e ajudante de João Cosmander nas obras das fortificações, com o soldo diario de 200 réis. Havia annos já que servia de graça, mostrando engenho e conhecimento da especialidade.

Fernandes *(Ruiz).* Era feitor em Chaul em 1546, e foi com uma frota em soccorro de Diu, cercada pela segunda vez. Logo depois de chegar, foi morto com mais quarenta portuguezes n'um combate em que para sustentar a retirada dos nossos, estes 40 intrepidos, segundo a phrase de Gaspar Correia, antes quizeram padecer morte que vergonha. A' frente d'estes estava D. Francisco de Menezes.

Fernandes *(Ruy).* Escriptor, que viveu na primeira metade do seculo XVI. Era natural de Lamego, *tratador das lonas e bordates d'El-rei.* Escreveu : *Descripção do terreno em roda da cidade de Lamego duas legoas, suas producções e outras muitas cousas notaveis, dirigida ao sr. D Fernando, bispo da dita cidade,* etc. ; saiu pela primeira vez no tomo V da *Collecção dos Ineditos da Historia Portugueza,* publicada pela Academia Real das Sciencias , pag. 546 a 612. O manuscripto conservava-se na bibliotheca do visconde de Balsemão.

Fernandes *(P. Sebastião).* Jesuita. N. em Bésteiros, do bispado de Vizeu, em 1573. Ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Simão Fernandes e de Maria Braz. Entrou na Companhia de Jesus aos 18 annos, em 26 de março de 1591. Passou ao Oriente como missionario. Escreveu : *Cartas Annuaes dadas em Gôa em Novembro de 1569 para S. Francisco de Borja, geral da Companhia ;* sairam traduzidas em italiano, Roma, 1570, e depois, em latim, 1574.

Fernandes *(Simão).* N. em Portel, e fal. em Escalona no anno de 1592. Era filho de Thomaz Fernandes. Estudou medicina na Universidade de Salamanca, onde casou. Não seguiu, porém, a vida de medico, e dedicou-se ao estudo de humanidades e das linguas grega e latina. Foi mestre dos filhos do duque d'Alva. Escreveu orações e poemas em latim, que se não imprimiram.

Fernandes *(P. Simão).* Jesuita. N. em Gouveia em 1551, fal. em Lisboa, na casa professa de S. Roque, a 26 de agosto de 1630. Era filho de Martim Fernandes e de Branca Fernandes. Entrou na Companhia de Jesus aos 18 annos de edade, no noviciado de Coimbra, a 11 de janeiro de 1569. Compoz um tratado em latim sobre os evangelhos dos domingos e dias de festa, que não chegou a imprimir-se.

Fernandes *(Simão).* Cosmographo, que vivia em 1540, e só conhecido por uma ordem dada por D. João III para lhe serem pagos uns alqueires de trigo das terras na margem do rio Tejo *(Lesirias),* proximo da Villa Franca de Xira.

Fernandes *(Simão José).* Doutor em Medicina pela Escola de Paris, medico do Hospital Real de S. José, de Lisboa, etc. N. em Torres Novas a 31 de agosto de 1793, fal. em Lisboa a 20 de agosto de 1845. Estudou na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, completando o curso em 1823, seguindo depois a Paris, onde se formou em 1830. Foi admittido no hospital de S. José em 28 de julho de 1831, passou em 2 de março de 1834 a medico da tarde e inspector de botica. Foi medico da Santa Casa da Misericordia e do hospital da Marinha. Legou em testamento a sua preciosa livraria á Escola Medica, de Lisboa. Fez-se autopsia ao seu cadaver, por expressa determinação sua. Publicou em Paris em 1830 a sua these franceza : *De la peritonite puerpérale, et en particulier de son traitement par l'essence de therébentine ; thèse présentée et soutenue à la Faculté de Medicine de Paris le 25 avril 1830.*

Fernandes *(Thomaz).* Foi um dos primeiros, senão o primeiro architecto militar portuguez que appareceu na India, onde prestou bons e numerosos serviços. No cerco de Cananor, em 1506, sustentado por Lourenço de Brito, Thomaz Fernandes auxiliou-o muitissimo, sendo autor d'uma engenhosa traça para que os portuguezes pudessem a salvo utilizar-se da agua d'um poço, que estava fóra da fortaleza, e cujo impedimento traria a perda dos nossos soldados. Este facto é contado por Fernão Lopes de Castanheda, na sua *Historia da India,* livro II, cap. XLVI. Damião de Goes tambem o menciona. Em ambos estes chronistas se diz que Thomaz Fernandes era mestre das obras de el-rei na India, e que fizera todas as fortalezas que tinhamos ali. Depois do cerco de Cananor, a actividade de Thomaz Fernandes prolongou-se por mais annos, servindo no tempo de Affonso d'Albuquerque. Sendo Gôa conquistada, tratou-se de fortifical-a, e concebido o plano, foi incumbido das obras Thomaz Fernandes, *como mestre d'obras muito sabido,* que tinha á sua disposição 20 pedreiros portuguezes, além de outros artifices, e grande numero de trabalhadores indigenas, a que davam o nome de *bigairins.* A obra começou no primeiro de dezembro de 1510, diz Gaspar Correia, no tomo II das *Lendas da India,* pag. 157 e 158, *e aqueceu-se tanto o trabalho que os mais luzidos fidalgos não deixavam de concorrer com o seu auxilio, como se fôssem rusticos cabouqueiros.* Affonso d'Albuquerque foi depois para a empresa de Malaca, e parece que foi na sua companhia Thomaz Fernandes, para levantar os muros da fortaleza, que tanto se glorificou sustentando pertinazes cercos contra malaios e hollandezes. A fortaleza que os moiros tinham em Benastarim, depois de ter sido tomada por Affonso d'Albuquerque, foi reedificada convenientemente, ficando com o nome de *Castello de S. Pedro,* por se chamar assim uma das naus que mais contribuira para a conquista. Foi ainda Thomaz Fernandes o architecto assim como da fortaleza de Calicut. Affonso d'Albuquerque, referindo-se a esta obra, tece-lhe o maior elogio, dizendo que é *maravilhoso homem,* e que tem prestado longos serviços a el-rei. Concedeu-lhe D. Manuel, uma tença annual de 10$000 réis, em attenção aos seus serviços na India ; tem a data de Lisboa, 29 de agosto de 1516, a qual foi confirmada por D. João III, em Evora, a 15 de agosto de 1524.

Fernandes *(Vasco)* Pintor. Vide *Grão-Vasco.*

Fernandes Alpoim *(José).* Sargento-mór d'artilharia no Rio de Janeiro, e muito perito na arte de engenheiro. Escreveu : *Exame de Bombeiros, que comprehende dez tratados, que constam de Geometria, Trigonometria, Longemetria,*

Altimetria, Morteiros, Pedreiros, Petardos, baterias de Morteiros, com dois methodos faceis para saber o numero das balas, e bombas nas pilhas, etc. Este livro ficou em manuscripto.

Fernandes de Azevedo *(Pedro)*. Presbytero secular. N. na Bahia em 6 de janeiro de 1690. Ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Pedro Fernandes de Azevedo e de Thereza Nunes Leal. Estudou humanidades, philosophia e theologia no collegio dos jesuitas da Bahia, onde recebeu o grau de mestre em Artes. Foi vigario da egreja matriz de S. Filippe das Cabeceiras, da villa de Maragogipe, de que tomou posse a 4 de maio de 1719. A 13 de março de 1733 foi nomeado capellão-mór do terço da guarnição da Bahia. Tambem foi prégador muito apreciado. Dos seus sermões só publicou os seguintes: *Sermão na solemnissima acção de graças que em 26 de agosto d'este anno de 1731, na cathedral da Bahia, fez celebrar o reverendo conego da mesma cathedral o doutor Caetano Dias de Figueiredo á gloriosa Sant'Anna, pelo livrar de uma mortal enfermidade*, etc., Lisboa, 1732; *Sermão do glorioso martyr do silencio S. João Nepomuceno na sua festa votiva que se celebrou na sé cathedral da cidade da Bahia na dominga 18 de Junho de 1741*, Lisboa,1742; *Oração funebre nas sumptuosas exequias do serenissimo senhor D. João V, rei fidelissimo, celebradas na egreja de S. Pedro dos clerigos da cidade da Bahia, a 29 de janeiro de 1751*, Lisboa, 1763.

Fernandes Cano *(P. Nuno)*. Capellão do arcebispo do Funchal, D. Martinho de Portugal. Era muito perito em theologia moral e asceticá. Escreveu: *Proverbios de Salomão e o Espelho do peccador, tirado dos opusculos de Santo Agostinho*, Lisboa, 1544. Era dedicado a D. Francisco de Portugal, 1.º conde de Vimioso.

Fernandes de Carvalho *(João José)*. Compositor de musica, e professor de piano muito apreciado. N. em Anadia em 1783, e residiu no Porto até á data do fallecimento, 1853. Primeiro foi cantor, e depois, em 1815, estabeleceu-se no Porto como professor de piano, em que se tornou muito conhecido. Compoz diversas phantasias sobre operas, themas com variações, etc.; n'estas se contam umas variações sobre modinhas brazileiras, e outras, que dedicou á nação ingleza, e que se publicaram em Londres, unicas que se imprimiram: tem por titulo. *Four brillant Variations for the Pianno-Forte on the celebrated air Rule Britannia, composed to the English Nation.* Fernandes de Carvalho, nos ultimos annos da sua vida, deu uma queda, que o aleijou n'uma das mãos.

Fernandes de Castanheda *(Lopo)*. Primeiro ouvidor da cidade de Gôa. Foi pae do historiador da India, Fernão Lopes de Castanheda. Era natural de Santarem, e um abalisado jurisconsulto, o primeiro que exerceu o cargo de ouvidor em Gôa, para onde partiu, saindo de Lisboa a 18 de abril de 1528, com o governador Nuno da Cunha. Dedicava-se muito á poesia, e compoz muitos versos, principalmente no genero satyrico; porém, uma satyra que escreveu, contra alguma das principaes personagens da côrte de D. João III, lhe valeu o perder as boas graças do monarcha.

Fernandes Cesar *(Vasco)* Um dos heroes d'Africa no tempo de el-rei D. Manuel e nos primeiros annos do reinado de D. João III. Como adail de Arzilla, em que se mostrou rival do celebre Lopo Barriga, praticou façanhas immortaes, assignalando-se o seu valor principalmente no mar, porque os seus cruzeiros no estreito de Gibraltar, e as suas repetidas victorias sobre os piratas barbarescos, valeram-lhe não só tornar-se notavel o seu valor, mas conceder-lhe D. João III as mais altas recompensas.

Fernandes Cicouro *(Manuel José)*. Doutor em Canones e lente da Universidade de Coimbra, commendador da ordem de S. Bento de Aviz, cavalleiro da de Christo, chantre da sé patriarchal, provisor e vigario geral do patriarchado, etc. N. na freguezia de S. João Baptista de Penas-Roias, diocese de Bragança, em 10 de novembro de 1789, fal. em 14 de dezembro de 1879. Era filho de Francisco Fernandes Cicouro e de Maria Fernandes, proprietarios e lavradores da referida freguezia. Começou a estudar ainda muito creança, manifestando tão raro talento que aos 9 annos de edade já sabia correctamente a grammatica latina. A morte de seu pae, porém, não lhe permittiu que continuasse os estudos, o que só pôde conseguir tres annos depois em Bragança, onde se viu ainda obrigado a interrompel-os, conseguindo finalmente proseguil-os na mesma cidade em 1806 ou principios de 1807, habilitando-se então a receber a *Prima Tonsura* e os quatro graus de *Ordens Menores*, o que pôde alcançar em Astorga, Hespanha, em 1 de abril de 1808, conferindo-lh'as o bispo D. Manuel Vicente Martinez Ximenez. A invasão dos francezes em novembro de 1807 veiu novamente desvial-o dos seus estudos. Foi então para a companhia de sua mãe, e só nos fins do anno de 1812 é que foi para Coimbra cursar os preparatorios, hospedando-se em casa do dr. cathedratico José Vaz Correia de Seabra, a quem fôra recommendado por pessoas que muito reconheciam o seu elevado talento e desejavam auxilial-o. Conseguindo terminar os preparatorios, matriculou-se na Universidade no primeiro anno de Theologia em outubro de 1814, tomando o grau de bacharel em 20 de maio de 1818. Proseguindo ao mesmo tempo na carreira ecclesiastica, que por vocação escolhera, aproveitou as ferias grandes para receber em Lamego a ordem de subdiacono, que lhe foi conferida pelo bispo D. João Binetti Pincio em 23 de setembro de 1815, recebendo egualmente em 23 de dezembro do mesmo anno, a de diacono, conferida pelo bispo-conde, D. Francisco de Lemos. Em 23 de março de 1816 foi-lhe dada em Aveiro a de presbytero, pelo bispo D. Manuel Pacheco de Rezende, celebrando a primeira missa em abril seguinte na egreja do collegio que os frades capuchos da Conceição tinham em Coimbra. Desejando empregar no serviço da Egreja o tempo que pudesse dispensar das obrigações da Universidade, habilitou-se para o exercicio das suas ordens, e sendo approvado plenamente no exame que fez em julho de 1818 para confessor e prégador, obteve logo licença absoluta para exercer estes ministerios. Em 26 de julho do mesmo anno foi nomeado professor proprietario da cadeira de philosophia, rhetorica e geometria na villa de Arganil Em 9 de julho de 1819 fez a sua formatura, e em 7 de janeiro de 1821 doutorou-se em Canones, habilitando-se ás cadeiras da mesma

faculdade em 1822. N'este mesmo anno foi provido n'uma béca da ordem de Aviz, no collegio das ordens militares da Universidade, de que tomou posse e fez profissão solemne de freire conventual a 16 de julho. Em 1823 foi nomeado membro da commissão da fazenda da Universidade, e em conselho de decanos, de 4 de novembro de 1825, promotor fiscal do estado e fazenda da mesma Universidade. Em virtude da regia resolução de 29 de setembro de 1826 foi nomeado deputado da junta da directoria geral dos estudos, e por decreto de 6 de julho de 1827 apresentado n'um beneficio da collegiada de Santa Eufemia de Penella, da ordem de Aviz. Sendo professor da Universidade em 1834, e seguindo o partido do infante D. Miguel, foi um dos 50 e tantos lentes que se dispensaram do exercicio do ensino, na medida geral, por seguirem idéas contrarias ás do partido constitucional. Conservou-se, porém, ainda, algum tempo na vice-reitoria da ordem d'Aviz, por não terem sido ao principio as ordens militares incluidas n'esta medida, mas tão depressa houve resolução de as incluir, tambem deixou aquelle cargo. Retirou-se então para casa d'um seu amigo e condiscipulo, o dr. José Vaz Correia de Seabra e Silva, em Lorosa da Trapa, junto a S. Pedro do Sul, onde esteve até 1836, em que novos destinos o chamaram a Lisboa, para continuar a exercer o magisterio. O patriarcha D. Fr Francisco de S. Luiz, lamentando a falta d'um bom collegio de humanidades em Lisboa, no qual, a par do ensino litterario, se désse egualmente o ensino moral e religioso, lembrou ao dr. Cicouro a conveniencia d'um estabelecimento escolar, e acceitando o erudito professor esta lembrança, se propoz a trabalhar para a installação do collegio, o que chegou a realisar em outubro de 1839, no palacio do marquez de Tancos, a S. Christovão, o qual se ficou chamando *Collegio do dr. Cicouro*. Com a sua direcção e um corpo docente escolhido, de que elle tambem fazia parte, tornou-se o collegio tão afamado, que em menos de tres mezes já contava um crescido numero de estudantes. Muitos homens de grande posição social como Casal Ribeiro e outros fôram educados n'este collegio. O dr. Cicouro muito tempo conservou mais de 80 discipulos, que ensinava gratuitamente. Achando-se ausente do reino o arcebispo de Evora, D. Fr. Fortunato de S. Boaventura, foi o dr. Cicouro, por proposta da rainha D. Maria II, encarregado do governo d'aquella archi-diocese como vigario geral apostolico, em 21 de junho de 1842. Em 1 de julho de 1847 foi nomeado pelo cardeal patriarcha D. Guilherme I desembargador ordinario da relação e curia patriarchal; e pelos seus reconhecidos serviços á Egreja e ao Estado, a mesma soberana o apresentou em 2 de novembro do referido anno, n'um canonicato da cathedral de Lisboa, elevando-o depois, por carta régia de 31 de agosto de 1852, á dignidade de chantre. A unica aula de sciencias ecclesiasticas que existia em Lisboa, depois da extincção das ordens religiosas, tinha-se fechado pelo fallecimento do egresso que a regía, e lastimando o patriarcha D. Guilherme I que a educação do clero corresse tão descuidada, concebeu o plano, emquanto trabalhava para debellar as numerosas difficuldades que se oppunham á restauração do seu Seminario Conciliar, de estabelecer no proprio edificio de S. Vicente, residencia dos nossos patriarchas, um curso triennal de disciplinas ecclesiasticas. Communicando este pensamento ao dr. Cicouro, este o applaudiu, offerecendo-se para reger gratuitamente as cadeiras que lhe designasse. Regeu então, sem receber gratificação alguma, a cadeira de Instituições Canonicas, desde outubro de 1848 até fins de junho de 1853, em que terminou este curso, por já não ser preciso, em vista de se ter aberto o Seminario de Santarem. Quando o referido patriarcha, em novembro de 1854, se dirigiu a Roma, o dr. Cicouro ficou fazendo parte da junta provisoria encarregada pelo governo de patriarchado. Em 14 de julho de 1855, foi nomeado provisor e vigario geral interino. Fez parte da commissão que ficou regendo o patriarchado na ausencia do patriarcha D. Manuel, quando este prelado foi aos Pyrenéos, sendo tambem nomeado vigario no seu tempo. O dr. Cicouro fundou e redigiu o *Portugal Velho*, jornal que occupou um importante logar na imprensa, onde tratou em 1839 da grande questão dos *Foraes*, sob o titulo de *Cartas de um Provinciano a outro deputado em Côrtes, ou observações ao Projecto de Lei que pelo Relator da Commissão especial de Foraes foi apresentado á Camara dos Srs. Deputados, em sessão de 10 de abril de 1839*. Collaborou na *Revista de Lisboa* e *Amigo da Religião*. Era grande annotador e collector da historia e do direito canonico, e deixou manuscriptos importantes. Para a sua biographia, póde ver se: *Apontamentos para a biographia do Ex.mo e Rev.mo dr. Manuel José Fernandes Cicouro*, colligidos por A. O. C. S. (Antonio Osorio de Campos e Silva). Traduziu em 1823 a grande *Pastoral do Bispo de Troyes, sobre a impressão dos maus livros, e nomeadamente sobre a nossa edição das obras completas de Voltaire e de Rousseau*. Em 1852 publicou: *Pastoral do Rev.mo e Ex.mo sr. arcebispo de Paris, Augusto Maria Domingos Sibour, para explicar e confirmar o decreto do concilio de Paris de 1851 contra os erros que subvertem os fundamentos da justiça e da caridade, traduzida em portuguez e annotada por um presbytero do patriarchado de Lisboa*; em 1854 publicou a traducção do *Elogio historico de Madame Elisabeth Philippina Maria, de França, irmã dos Reis Luiz XVI, Luiz XVIII e Carlos X*; em 1856: *Observações ácerca da suspensão que o Ex.mo Sr. Cardeal Patriarcha mandou intimar ao Ex.mo Arcebispo de Mitylene*, offerecidas ao publico pelo seu autor. Trabalho juridico que fez grande impressão no publico, e que foi detidamente estudado pelos homens da especialidade, e do qual dentro em poucos mezes se fizeram duas grandes edições. Publicou em 1858: *Circular do provisor interino do patriarchado de Lisboa ao clero e aos fieis do mesmo patriarchado e das prelasias annexas, por occasião da prematura morte do Ex.mo e Rev.mo Sr. Cardeal Patriarcha D. Guilherme I.*

Fernandes Cogominho *(Nuno)*. Almirante-mór no reinado de D. Diniz. Chanceller do Infante D. Affonso, filho d'aquelle rei.

Fernandes Collares *(P. Nicolau)*. Jesuita egresso, e prior da egreja parochial de S. Christovão, de Lisboa. N. n'esta cidade em 1662, onde tambem falleceu, a 6 de dezembro de 1723. Foi afamado prégador no seu tempo. Publicou muitos dos seus sermões, cuja relação se póde vêr no

Diccionario bibliographico, de Innocencio Francisco daSilva — vol. IV, pag. 273 e 274, e na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. III, pag. 492.

Fernandes Cordeiro *(João)*. Era official de alvaneo na cidade de Elvas, e por morte de Francisco Martins fôra eleito pelo corregedor da mesma cidade para mestre do aqueducto da Amoreira. D. João V lhe confirmou a nomeação em 5 de junho de 1727.

Fernandes Costa *(Francisco)*. Doutor em Medicina, e lente jubilado na Universidade de Coimbra. N. em Guimarães a 6 de junho de 1802, fal. em Coimbra a 2 de outubro de 1874. Era filho de José Fernandes de Oliveira. Seguindo o curso de medicina na Universidade de Coimbra, doutorou-se em 31 de julho de 1835. sendo tres annos depois despachado lente substituto n'essa faculdade. Foi deputado nas legislaturas de 1838 e de 1861, desempenhou varios cargos municipaes, e foi membro da junta administrativa das obras do Mondego. Encarregou-se de compôr uma *Pharmacopéa*, que lhe valeu louvores do governo, e em 1867 apresentou á faculdade um volumoso manuscripto, *Projecto do codigo pharmaceutico, elaborado pelo lente Francisco Fernandes da Costa*, pedindo que fôsse nomeada uma commissão para rever o seu trabalho. O governo, pela portaria de 21 de outubro do mesmo anno, mostrou-se satisfeito por já estar prompto o projecto do codigo pharmaceutico, e recommendou que a revisão fôsse breve. Em Coimbra chamavam ao doutor Fernandes Costa *lingua de prata*, pela correcção, clareza e elegancia das suas prelecções.

Fernandes Costa *(José)*. Coronel d'artilharia, presidente da commissão de trabalhos balisticos, vogal da commissão de aperfeiçoamento

José Fernandes Costa

da sua arma, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, jornalista, escriptor, poeta, etc. N. em Lisboa a 5 de julho de 1848. E' filho de José Fernandes Costa e de D. Maria Salomé da Costa. Cursou os primeiros estudos na Escola Academica, entrando depois para a Escola Polytechnica, onde completou o curso preparatorio d'artilharia, passando d'ahi para a Escola do Exercito. Cursou um anno no Instituto Geral de Agricultura, e um anno no Cursou Superior de Letras. Assentou praça no regimento de lanceiros da rainha em 15 de dezembro de 1866, obtendo logo o posto de 1.º sargento aspirante. Saiu alferes alumno para a arma de artilharia ao completar o curso da Escola Polytechnica. Foi promovido a 2.º tenente em 15 de dezembro de 1873, servindo então dois annos no regimento de artilharia n.º 1; subiu a 1.º tenente a 28 de dezembro de 1875, e n'este posto ficou adjunto na Fabrica d'Armas, depois na Fundição de Canhões, e por fim, secretario da commissão de aperfeiçoamento da arma de artilharia e bibliothecario da direcção geral da mesma arma. Em 20 de outubro de 1880 foi promovido a capitão; em 30 de novembro de 1892 a major; a 2 de agosto de 1898 a tenente-coronel, e em 23 de janeiro de 1904 a coronel. Pertence ao estado maior da sua arma. Tem as seguintes honras: commendador da ordem de Aviz por serviços distinctos, official da mesma ordem; official e cavalleiro da de S. Thiago, e a medalha de prata de comportamento exemplar. Fernandes Costa foi casado com D. Leocadia Rita Assis de Carvalho Fernandes Costa, filha do dr. Francisco Assis de Carvalho, já fallecido ha alguns annos. Muito novo começou a dedicar-se ás letras e ao jornalismo, escrevendo já aos 16 annos n'alguns jornaes. Tem collaborado na *Gazeta do Povo*, *Novidades*, *Noticiario Portuguez*, *Noticias*, *Revolução de Setembro*, *Jornal da Noite*, *Diario da Manhã*, *Diario Illustrado*, de que foi um dos principaes redactores durante nove annos, *Correio da Europa*, *O Brazil*, *O Atlantico*, *A Revista de Portugal e Brazil*, *O Commercio de Lisboa*, *O Jornal do Commercio*, *O Occidente*, *A Galeria Militar Contemporanea*, etc. Collaborou no *Diccionario Popular*, de Pinheiro Chagas, e dirigiu por algum tempo os volumes publicados do *Diccionario universal portuguez illustrado*. Sendo correspondente do *Commercio do Porto*, a sua isenção partidaria creou-lhe uma elevada posição de independencia, que deu aos seus artigos, os quaes fôram depois reunidos em volume, com o titulo de *O anno politico*. Tem escripto muitos regulamentos e instrucções organicas e technicas para uso da sua arma; muitos discursos, prologos de livros que lhe pedem, poesias soltas, e traduziu em verso portuguez o poema em prosa *Ahasverus*, de Edgar Quinet, do qual publicou alguns fragmentos na *Revolução de Setembro*, *Diario Illustrado*, e n'um dos volumes do *Almanach das Senhoras*. Tambem traduziu o *Macbeth*, de Shakspeare, cujos principaes trechos estão publicados no artigo *Macbeth* do *Diccionario Universal Portuguez Illustrado*. Convidado pelo editor Pedro Correia para traduzir a *Historia Universal* de Lévi Alvarés, viu á leitura dos primeiros capitulos quanto esse trabalho seria estéril e inglorio, pelo grandissimo atrazo d'esse livro, ante os progressos da sciencia historica, nos annos mais recentes. Deliberou-se, pois, a refundir totalmente essa obra, conservando d'ella pouco mais do que o seu methodo synchronico, e augmentando-a por modo muito consideravel. A obra ficou em 3 volumes, sendo o 1.º editado pelo referido editor, em 1878, vindo afinal a concluil-a Henrique Zeferino d'Albuquerque, que publicou o 2.º vol. em 1885 e o 3.º em 1888. Fernandes

Costa dirige tambem o *Almanach Bertrand*, muito interessante e instructivo, que já conta uns poucos annos de existencia. Escreveu mais: *Memorias de um ajudante de campo*, 2 vol., Lisboa, 1895; e os livros de versos de muito valor: *O Livro das Soledades*, *Cantares andaluzes*, 1889, 1 vol. e o *Poema do Ideal*, 2 vol. Além dos escriptos mencionados, contam-se os poemetos: *A viagem da India*, etc. e *A' Mocidade*, que o autor recitou n'uma recita em beneficio d'um estudante pobre. Esta poesia foi depois transcripta em folhetim na *Revolução de Setembro*. Quando era secretario da commissão do aperfeiçoamento da sua arma, publicou: *Programma para os exercicios da escola pratica de artilharia no polygono das Vendas Novas, no anno de 1879*; *Idem, no anno de 1880*; *Idem, no anno de 1881*; *Relatorio da commissão do aperfeiçoamento da arma de artilharia, no anno de 1878*, Lisboa, 1879; *Idem, no anno de 1879*, Lisboa, 1880; estes 5 folhetos fôram mandados publicar por ordem do ministerio da guerra. Publicou ainda diversos regulamentos com a collaboração de alguns officiaes. Fernandes Costa foi o coordenador e director da edição dos *Luziadas* manuscriptos, ha poucos annos publicada, em que cada estancia está assignada pela pessoa que a copiou.

Fernandes Coutinho *(Vasco)*. Foi um dos fidalgos a quem D. João III doou as capitanías em que dividira o Brazil. A que pertenceu a Vasco Fernandes Coutinho começava na ponta de Itabapoana e acabava ao sul do rio Mucury. Servira este fidalgo com distincção na India, e por isso recebia uma tença, mas cedeu-a ao Estado em troco d'um navio e d'alguns generos; vendeu o que tinha em Portugal, contrahiu emprestimo, e, seguido por 60 colonos, entre os quaes iam alguns fidalgos de elevada plana, partiu para a sua capitanía onde fundou a villa do Espirito Santo, e foi esse o nome que ficou á capitanía, sendo hoje o de uma das provincias do Brazil. Lavrando mais tarde grandes discordias entre os colonos, muitos dos quaes fôram desterrados, Vasco Fernandes Coutinho por tal fórma se desgostou, que renunciou á capitanía em 3 de agosto de 1560, sendo nomeado para o substituir o capitão-mór Belchior de Azevedo Coutinho. Falleceu pobrissimo, tendo nos ultimos dias da sua existencia, de recorrer á caridade dos seus antigos subordinados.

Fernandes da Cruz *(Manuel)*. Cirurgião medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, lente substituto na Escola de Pharmacia, etc. N. em V. N. de Famalicão, a 29 de março de 1875. E' filho de Antonio José Fernandes. Seguiu o curso da Escola Medica, defendeu these a 11 de julho de 1900, e fez exame de pharmaceutico de segunda classe em 26 de maio de 1902. Foi nomeado, precedendo concurso, professor substituto da Escola de Pharmacia por decreto de 27 de junho de 1903. E' cirurgião do Banco do Hospital de S. José e socio titular da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa. Rege o curso auxiliar de deontologia e legislação, desde 22 de outubro de 1903. Escreveu: These inaugural: *Contribuição para o estudo semiotico da pupilla nas affecções oculares*, Famalicão, 1900; these de concurso: *Sobreprecipitinas*, Famalicão, 1903.

Fernandes da Cunha *(Antonio)*. Vice-almirante, inspector do arsenal de marinha, etc. Concluiu o curso da Escola Naval, e em 1856, sendo já guarda-marinha, foi fazer a estação naval de Macau, onde, commandando uma das antigas *lorchas*, deu por vezes caça aos piratas chinezes, que infestavam n'essa epoca os rios de Cantão e proximidades da nossa possessão, fazendo depois parte da guarnição do brigue *Mondego*. De volta d'essa estação, n'esse mesmo brigue, e sendo já 2.° tenente, naufragou a 22 de janeiro de 1860, no Oceano Indico, sendo a guarnição e passageiros salvos milagrosamente pela barca americana *Uriel*. Era commandante do brigue *Mondego* o capitão-tenente José Severo Tavares, hoje vice-almirante reformado, e officiaes da guarnição os tenentes José de Castilho, fallecido pouco depois do naufragio (V. *Castilho, José Feliciano de*), Campos Rodrigues, hoje director do Real Observatorio Astronomico de Lisboa, na Tapada d'Ajuda, e Antonio Fernandes da Cunha. Este naufragio está minuciosamente descripto no livro do fallecido escriptor D. Antonio da Costa, intitulado *José de Castilho, o heroe do Mondego*. O sr. Fernandes da Cunha inclue na sua lista de embarques varias estações em Africa e varias viagens, taes como: duas vezes á Italia, sendo uma para conduzir a Lisboa em 1862 a rainha senhora D. Maria Pia, que vinha casar com o fallecido rei D. Luiz I; por tres vezes ao Brazil e Montevideu, sendo a ultima pela proclamação da Republica brazileira em 1889, e á India em 1871, pela revolta chamada dos sargentos. Commandou a corveta *Bartholomeu Dias* e a canhoneira *Tejo*. Teve o commando em chefe, dos tres navios de guerra que fôram enviados a Leixões, em resultado do movimento revolucionario de 31 de janeiro de 1891. Exerceu tambem as seguintes commissões: commando da Escola Naval, por duas vezes; chefe do departamento maritimo do centro e do departamento maritimo do norte; 2.° commandante do corpo de marinheiros e interinamente o cargo de 1.° commandante. Por ter attingido ao limite de edade no posto de contra-almirante, passou ao quadro auxiliar em 1900, deixando o cargo de inspector do arsenal da marinha que exercia, e sendo promovido a vice-almirante.

Fernandes Ferreira *(Diogo)*. Pagem de D. Antonio, prior do Crato, em casa de quem foi creado desde tenra edade. N. em 1546, ignora-se a data do fallecimento, mas sabe-se que vivia ainda em 1616. Escreveu: *Arte da caça da Altanaria, dirigida a D. Francisco de Mello, Marquez de Ferreira, Conde de Tentugal, etc., repartida em seis partes*, Lisboa, 1616, com uma estampa, contendo o escudo das armas do referido marquez.

Fernandes Fialho *(Francisco)*. Juiz de fóra de Coimbra, professor de Jurisprudencia. Era natural de Vianna do Alemtejo. Escreveu em latim uma obra de jurisprudencia, que se imprimiu em 1587.

Fernandes da Fonseca *(Alexandre)*. Fundador da Sociedade dos Artistas Lisbonenses, etc. N. na Aldeia do Bispo a 28 de fevereiro de 1798, onde tambem fal. a 5 de maio de 1860. Filho de paes muito humildes, passou a infancia na companhia de um tio, que era conego na sé da Guarda, e ali recebeu os primeiros elementos de educação e instrucção. Quando os francezes invadiram Portugal, a cidade da Guarda soffreu

muito, assim como muitas outras, e Fernandes da Fonseca, tendo apenas 11 annos de edade, acompanhou seu tio, fugindo para não soffrerem os tratos da soldadesca desenfreada. Encontrou-se depois com seus paes, que tambem andavam fugidos. Adoeceu gravemente, e tratou-se quasi por mercê da natureza, pela falta completa de medico e de recursos. Na convalescença afastou-se um pouco da sua morada, e encontrou quatro soldados francezes que o maltrataram, atirando-o por fim para um regato, que por fortuna estava sêcco, onde o deixaram sem sentidos, julgando-o morto. Fernandes da Fonseca tornando a si, e vendo-se só, pôde a muito a custo reunir-se á sua familia. Chegando mais tarde á Guarda o exercito alliado, conseguiu que um official inglez o trouxesse para Lisboa, desejo que ha muito o dominava. O official o tomou ao seu serviço, e tanto se lhe affeiçoou, que o tratava mais como familia do que como servo. Aprendeu com elle a falar inglez. Assim viveu na companhia d'este official até se celebrar a paz, porque n'essa data, as tropas alliadas retiraram para Inglaterra. Fernandes da Fonseca, vendo se desempregado, entrou para o estabelecimento de Antonio Marrare, e ali se conservou 7 annos, saindo em 1822 para se estabelecer. Pelas agitações politicas que se seguiram, viu-se obrigado a fechar o estabelecimento, e a esconder-se para se livrar das perseguições; não pôde, comtudo, evitar que o prendessem. Passaram annos, e terminadas as luctas politicas em 1834, foi encarregado de fiscalisar os trabalhos pertencentes á Casa Real. Em commissão, o incumbiram como apontador geral das obras e preparativos para a sala das sessões da camara dos pares no edificio do convento de S. Bento, que vagara pela abolição das ordens religiosas. Acabadas as obras foi para o paço das Necessidades, onde esteve até ser extincta a casa das obras, da qual passou interinamente para a Bibliotheca. Decorreram 21 annos no desempenho d'estas funcções, dando sempre provas de zelo e dedicação, até que em 3 d'abril de 1855 o nomearam porteiro do palacio de Queluz, fazendo ao mesmo tempo as vezes de almoxarife. N'este logar se conservou até fallecer. Alexandre Fernandes da Fonseca, sem possuir grande talento nem elevada illustração, soube no entretanto vincular o seu nome na historia da associação. Tinha um caracter bondoso e compassivo; condoía-se das dôres alheias. Via o pobre enfermo e sem recursos, e pensou no meio de lhe assegurar algum conforto nos dias do infortunio. Lembrou-se da associação com o fim unico de soccorros mutuos para a doença, velhice, viuvez, infancia e inhabilidade das classes operarias. Não se demorou a pôr em pratica a sua idéa, até que em 3 de fevereiro de 1839 conseguiu reunir 19 operarios, e lhes apresentou os estatutos que elaborara, e já haviam sido aprovados pelo governo em 17 de janeiro de 1838. Ficou assim creada a *Sociedade dos artistas lisbonenses*, a primeira associação que se fundou em Portugal. Desde então, empregando todos os esforços e auxiliado pelos seus companheiros, a associação foi progredindo e vigorando-se. Com o augmento dos associados no decorrer dos annos, deram-se casos que a lei não prevenira. D'aqui nasceu o desejo, que se manifestou pela discussão, de ampliar a lei, e Fernandes da Fonseca, como autor dos estatutos, receeando que a reforma apresentada fôsse approvada, e por conseguinte fôssem destruidas as suas convicções, formulou um outro projecto de estatutos, o qual se imprimiu com a data de 1844. Teve algumas discussões, mas não ficou decidido. As questões economicas são de interesse vital para os corpos de beneficencia, eram estas que serviam continuamente de pretexto para notar deficiencia nos estatutos primitivos. A Sociedade instada outra vez pela necessidade de prover estas faltas na lei, nomeou uma commissão intitulada *Commissão Legislativa*, a qual apresentou o seu trabalho a 14 de setembro de 1857. A sociedade, além dos soccorros na doença e pensões ás viuvas e orphãos, sustentava uma aula de instrucção primaria, creando mais tarde uma de instrucção secundaria. Na sala das sessões via-se collocado sobre a cadeira da presidencia, o retrato do benemerito fundador. Fernandes da Fonseca soffria de ha muito, vendo-se obrigado muitas vezes a faltar ás sessões por esse motivo; aggravando-se depois a doença, teve de transferir a residencia para Lisboa, e com a devida autorisação saiu de Queluz. A mudança, porém, não lhe trouxe melhoras, e pouco tempo depois falleceu. Ao funeral, que se realisou no cemiterio dos Prazeres, concorreram os seus consocios e associados de todas as corporações de classe que existiam em Lisboa. A' beira da sepultura discursaram: Vieira da Silva, vice-presidente do Centro Promotor; Silva Albuquerque, presidente da deputação do Gremio Popular; Ferreira da Conceição e Velloso, pela Sociedade dos Artistas, e Verissimo José Baptista, seu intimo amigo. Em commemoração da sua memoria, a camara municipal conferiu o seu nome a uma das ruas de Lisboa.

Fernandes Franco *(Antonio)*. Presbytero secular, natural da ilha de S. Miguel, e vigario na egreja da Alagôa da mesma ilha. Escreveu como testemunha ocular: *Relação do lastimoso e horrendo caso que aconteceu na ilha de S. Miguel em segunda feira 2 de Setembro de 1630*, Lisboa, 1630.

Fernandes Freire *(Domingos)*. Cavalleiro fidalgo da Casa Real, que escreveu um *Memorial da lingua arabiga*, que não chegou a publicar-se.

Fernandes Galvão *(Francisco)*. Presbytero secular, mestre em Artes, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, conego da sé da mesma cidade, D. prior de Cedofeita, arcediago de V. N. da Cerveira, etc. N. em Lisboa em 1554, e fal. em 1610. Ainda muito novo foi admittido nos domesticos da casa da infanta D. Izabel, mulher do infante D. Duarte; estudou letras humanas, Rhetorica e Philosophia no collegio da Purificação em Evora, graduando se em mestre de Artes na Universidade de Coimbra, aos 17 annos, e sem ainda ter completado 30 recebeu o grau de doutor em Theologia, em cuja faculdade regeu algumas cadeiras como lente substituto. Em 1585 passou a Roma, patrocinado pelo cardeal Alberto de Austria, governador d'este reino, então do dominio castelhano; chegando á curia romana prégou na capella Paulina, na presença do papa Sixto V e de todo o collegio apostolico. O papa concedeu-lhe uma conesia na cathedral de Coimbra, que elle renunciou em seu irmão, Duarte Galvão. Correndo a noticia de estar vago o priorado da egreja da collegiada de

Cedofeita, no Porto, se oppoz ao concurso de 11 oppositores, entre os quaes eram 4 doutorados, e saindo victorioso, obteve do pontifice o referido priorado. Foi tambem revisor dos livros prohibidos, assistindo na congregação deputada para este ministerio. No anno de 1590 foi eleito arcediago de V. N. da Cerveira. Era muito caritativo; uma grande parte das seus rendimentos dispendia-a com os pobres. Francisco Fernandes Galvão era considerado um dos melhores theologos e um dos mais conceituados prégadores do seu tempo. Muitos dos seus sermões fôram publicados posthumos, por diligencia do licenceado Amador Vieira. Para a sua biographia póde vêr-se a informação que dá o editor Pedro Craesbeeck no prologo da primeira parte dos *Sermões*, e na dedicatoria do volume *das Festas dos Santos*. Escreveu: *Sermões do dr. Francisco Fernandes Galuam Arcediago de Cerueira no Arcebispado de Braga; Primeira parte, que começa de quarta feira de cinza até a primeira oitaua da paschoa; dirigidos ao ill*.^mo^ *e reuerendissimo D. Affonso de Castelbranco, Bispo de Coimbra, Conde de Arganil, etc. traduzidos e ordenados de seus originaes pelo Licenceado Amador Vieira, prior de Trauanqua, no Bispado de Coimbra*, Lisboa, 1611; fôram reimpressos em 1615; *Sermões das Festas dos Santos; de Francisco Fernandes Galuam, doutor na Sagrada Theologia, e Arcediago de Villa noua de Cerueira no Arcebispado de Braga; dirigidos à senhora D. Caterina, senhora dos Estados de Bragança; tirados dos originaes*, etc., Lisboa, 1613; reimpressos em 1619; *Sermões das Festas de Christo Nosso Senhor; de Francisco Fernandes Galuam, etc., dirigidos ao Ill.*^mo^ *e Reverendissimo Sr. D. Fernão Martins Mascarenhas, Bispo do Algarue e Inquisidor Geral d'este Reino; tirados*, etc., Lisboa, 1616.

Fernandes Gama *(José)*. Natural de Pernambuco, e consta ter entrado na revolução de 1817. Traduziu em oitavas a *Arte de amar*, de Ovidio, e quando a impressão ia em meio, a censura mandou-a suspender e inutilisar as folhas já impressas, arrependendo-se da licença que tinha dado. Francisco de Paula Ferreira da Costa, comtudo, pôde alcançar do typographo com quem tinha intimidade, um exemplar da parte que se imprimira, e parece ser este o unico que escapou á fatal destruição. O titulo é o seguinte: *Os dous livros da Arte de amar de Publio Ovidio Nasão Sulmonense, traduzidos em portuguez por José Fernandes da Gama, Lisboa, 1787; com licença da Real Meza da Commissão geral sobre o exame e censura dos livros*; 8.º, com o texto latino em frente.

Fernandes Gato *(Belchior)*. Natural de Arraiollos. Compoz um poema heroico em 12 cantos, que ficou inédito, e cujo argumento era *Festas e torneios do serenissimo duque de Bragança*.

Fernandes de Gouveia *(Pedro)* Medico dos doidos e padre cura do hospital de Todos os Santos. Era capellão de D. João III, quando em 25 de fevereiro de 1539 foi nomeado clinico e cura do hospital. Fez-se esta nomeação *pela muita experiencia que o referido padre tinha das enfermidades dos doidos*, estipulando-se-lhe o ordenado annual de 10$000 réis em dinheiro, 1 moio de trigo, outro de cevada, 1 pipa de vinho, e 1$000 réis para as mezinhas de cada doente que curasse. El-rei dispensou-o do serviço da sua real capella, mas ficou-lhe dando a competente moradia, vestiaria e cevada. Como cura do hospital Pedro de Gouveia tambem recebia o competente ordenado.

Fernandes Lima *(José)* Professor da Arte Cirurgica, academico da Academia Real de Historia, e medico protopolitano. Era natural de Ponte do Lima. Deixou o seguinte manuscripto: *Descripção do rio Lima, virtudes medicinaes de seus banhos, nomes, natureza e virtude de seus peixes*.

Fernandes Lopes *(Antonio José)*. Editor muito conhecido em Lisboa, fallecido ha já alguns annos, e proprietario d'uma typographia, a que se dava o nome *do Futuro*, por se ter ali publicado em 1858 um jornal com este titulo. Mais tarde, em 1860, *O Futuro* e *A Discussão* fundiram-se, formando se d'esta junção *A Politica Liberal*. Fernandes Lopes esteve bastantes annos estabelecido em Lisboa com armazem e commercio de livros, a que reuniu depois uma officina typographica. Imprimiram-se ali muitas obras diversas, de historia, romances, de theatro, poesias, sermões, etc., sendo parte d'estas obras editadas por Fernandes Lopes, incluindo muitas dos mais acreditados escriptores. Foi tambem editor da nova serie do *Panorama*, nos annos de 1852 a 1858, e da *Illustração Luso-brasileira*, que durou 3 annos. Em 1853 emprehendeu e concluiu a edição das *Poesias* completas de Bocage, e pouco depois a da *Chronica da rainha D. Maria II*, por Francisco Duarte d'Almeida Araujo, 3 tomos, de 1857 a 1861. A outra empresa de maior alcance se abalançou em principios de 1865, propondo-se a reproducção das obras dos nossos antigos classicos. Encetou a execução da sua tentativa, publicando uma segunda edição do *Elucidario da lingua portugueza*, de Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, com muitos additamentos, notas, e um copioso indice geral, que na 1.ª edição não havia. Seguiram-se a esta as impressões da *Chronica da Companhia do Brazil*, do P. Simão de Vasconcellos; dos *Trabalhos de Jesus*, de Fr. Thomé de Jesus; da *Historia de S. Domingos*, de Fr. Luiz de Sousa; da *Historia Insulana* do P. Antonio Cordeiro, e *Memorial das Proezas da segunda tabola redonda*, de Jorge Ferreira de Vasconcellos. Em menos de anno e meio se publicaram todas estas obras. O editor projectava continuar, mas desanimou, em vista da pouca ou nenhuma concorrencia do publico, e viu-se obrigado a desistir do seu intento, que demandava despezas importantes, que o producto da venda nem de leve podia compensar.

Fernandes de Lucena *(Vasco)*. Diplomata que viveu no tempo dos reis D. Duarte, D. Affonso V, D. João II, e ainda nos primeiros annos do reinado de D. Manuel. Nasceu na Andaluzia, na cidade de Lucena, d'onde tomou o appellido, veiu para Portugal com seus irmãos, naturalisou-se portuguez, e casou com D. Violante d'Alvim, filha de João Lopes de Azevedo, senhor de Aguiar da Pena. Falleceu em 1499, de edade muitissimo avançada. O seu muito talento e grande erudição lhe grangearam a estima d'el-rei D. Duarte. Este monarcha o enviou em 1415, como embaixador ao concilio de Basiléa. Ardia n'essa epoca o schisma na egreja, e o papa de Roma e o papa de Avinhão disputavam entre si

o governo da christandade. Como Eugenio IV, o papa de Roma, não quizesse reconhecer o concilio de Basiléa e convocasse outro para Florença, D. Duarte, que era juntamente com seu cunhado, o duque de Borgonha, o unico principe da Europa que então reconhecia o papa de Roma, ordenou aos seus embaixadores que partissem para Florença. A embaixada constava do conde de Ourem, do bispo do Porto, de fr. João Thomé, religioso de S. Agostinho, fr. Gil Lobo, franciscano, e dos doutores Diogo Affonso Mangaancha e Vasco Fernandes de Lucena. Encontrando-se os embaixadores com Eugenio IV em Bolonha, foi Vasco Fernandes de Lucena quem proferiu a primeira oração latina, que logo lhe grangeou grandes applausos. Voltando a Portugal, assistiu ao acto solemne das Côrtes celebradas em Torres Novas em 1438, em que foi jurado D. Affonso V, recitando a oração *muito elegante, e cheia de muy doces palavras, e grandes sentenças*, como o affirma Ruy de Pina, na *Chronica de D Affonso V*, cap. 10 e 41. Foi tambem muito elogiado na oração que proferiu nas Côrtes celebradas em Evora em 1581, em que foi jurado D. João II. Vasco Fernandes de Lucena parece ter sido affeiçoado ao partido do infante D. Pedro, regente do reino, tio e sogro de D. Affonso V. Esta circumstancia, porém, não evitou que o soberano lhe consagrasse grande estima, e que em 1450 o enviasse a Roma, como embaixador ao papa Nicolau V. Foi conselheiro de Estado do referido monarcha, chanceller da Casa do Civel e até conde palatino, mercê estrangeira, que alcançou n'uma das suas embaixadas aos citados pontifices. A mais importante de todas foi aquella em que D. João II o mandou em 1484 a felicitar Innocencio VIII pela sua subida ao solio pontificio. N'essa occasião proferiu Fernandes de Lucena um discurso em latim, que deu brado em Italia. Foi ainda nomeado chronista-mór do reino e guarda-mór da Torre do Tombo, mas desistiu d'esses cargos em beneficio de Ruy de Pina, recebendo em compensação, por alvará de 4 de julho de 1496, reinando já D. Manuel, a tença mensal de 19$000 réis. Deixou em manuscripto: *Oração recitada no ajuntamento que fez dos commendadores da ordem de S. Thiago em Villa de Alcacer o Infante D. Fernando, irmão d'El-Rey D. Affonso V, governador da dita ordem.* Traduziu do latim por ordem do infante D. Pedro, para instrucção do sobrinho, D. Affonso V: *Instrucção para Principes composta por Paulo Vergerio.* Esta traducção foi feita em 1442, e ficou inedita, conservando-se juntamente com outros manuscriptos na livraria do duque de Aveiro, inquisidor geral. Traduziu tambem do latim, por ordem de D. João II, a quem dedicou a traducção: *Tres orações latinas*, com que João Lofrido, deão de Vergi e referendario do papa, sendo embaixador dos condes de Flandres, Filippe o Bom e D. Izabel, ao rei de Portugal D. Affonso V, o increpou severamente da acção detestavel da morte de seu sogro, o infante D. Pedro, acontecida nos campos de Alfarrobeira, insinuando-lhe que mandasse sepultar o seu real cadaver no convento da Batalha. Estas *orações* imprimiram-se no tomo VI das *Provas da Historia Genealogica da Casa Real*, pag. 364.

Fernandes Melicio *(Joaquim)*. Medico pela Escola de Lisboa. N. em 1 de novembro de 1794, fal. em abril de 1886. Exercia clinica em Lisboa, quando se estabeleceu o governo absoluto em 1828, e professando idéas liberaes, foi logo apontado como perigoso ao novo regimen, o que o obrigou a emigrar, para se livrar das perseguições, que o levariam á cadeia, como muitos outros, só pelo grave delicto de ser constitucional. Partiu então para o Brazil, e ao desembarcar no Rio de Janeiro, o seu primeiro cuidado foi valer-se d'algumas cartas de recommendação que obtivera, sendo uma d'ellas para o ministro do imperio. Com esta protecção, começou a apresentar-se como medico, conseguindo tornar-se logo conhecido. Em Macahé rebentou uma terrivel epidemia que fazia muitas victimas, e alguns medicos tambem succumbiram. A falta de soccorros da sciencia aggravava o mal, e o ministro do imperio, lembrando-se do medico portuguez, o mandou chamar, convidando-o a ir para Macahé, depois de lhe ponderar que o perigo era imminente, e que a epidemia nem mesmo havia respeitado os medicos. O dr. Melicio acceitou sem hesitação, e com assombro do proprio ministro, partiu para o foco da epidemia com toda a coragem e dedicação, provando assim que sacrificaria a propria vida á sua dignidade de medico e ao seu dever profissional. Chegando a Macahé, procurou combater o implacavel inimigo, que ao principio tambem o feriu, saindo triumphante d'aquella lucta que travara com uma doença que desconhecia, e n'um paiz em que era hospede. Terminada a epidemia, voltou para o Rio de Janeiro, no meio das bençãos do povo agradecido, que lhe chamava o seu salvador. Na capital do imperio foi recebido com as maiores manifestações de sympathia e admiração. Tornando novamente a manifestar-se a epidemia em Macahé, os habitantes pediam instantemente que lhe enviassem outra vez o dr. Melicio, e o ministro do imperio pediu ao benemerito medico, e o prestimoso emigrado voltou a arrostar os perigos do contagio, mas d'esta vez, como já se considerava abastado, foi unicamente exercer clinica por humanidade e por amor da sciencia. O exito d'esta expedição foi egual á antecedente. Regressando mais tarde a Lisboa, dedicou-se aos cuidados da familia e á educação dos seus filhos. O dr. Joaquim Fernandes Melicio era pae do fallecido visconde de Melicio V. *este titulo*.

Fernandes Monteiro *(Pedro)*. Commendador da commenda de Santa Maria de Fiães, de Montalegre, da ordem de Christo, do conselho de D. Affonso VI, desembargador do Paço, juiz das Coutadas Reaes, etc. N. em Monforte, fal. em Lisboa a 16 de fevereiro de 1673. Era filho de Martim Mendes Monteiro, escudeiro da Casa de Bragança e juiz dos orphãos de Monforte, e de Izabel Vaz. A sua reconhecida vocação para o estudo da jurisprudencia civil na Universidade de Coimbra, o habilitou para o cargo de desembargador da Casa da Supplicação em 9 de abril de 1644. Foi tambem secretario do principe D. Theodosio, filho de D. João IV, procurador e conselheiro da fazenda, deputado da Junta dos Tres Estados, juiz da inconfidencia, e ministro do despacho. A Fernandes Monteiro se deve a instituição da Junta do Commercio, o augmento da Fazenda Real, e a conservação das conquistas portuguezas. Fernandes Monteiro era casado com D. Constança Paim. Escreveu: *Pratica que*

fez no juramento do serenissimo principe D. Pedro, como procurador de Côrtes nas celebradas em Lisboa a 27 de Janeiro de 1668, Lisboa, sem data de impressão; *Pratica que fez no acto do juramento do serenissimo principe D. Pedro, como regente e governador dos reinos de Portugal, sendo procurador de Côrtes, nas que se celebraram em Lisboa, em 9 de Junho de 1668*, Lisboa, tambem sem data de impressão.

Fernandes de Moura *(Manuel)*. Physico do hospital de Todos os Santos. Foi nomeado em 14 de junho de 1584, com o ordenado de 30$000 réis e casas. Aprendeu medicina em Salamanca, e foi um dos mais apreciados medicos do seu tempo. Sendo convidado para reger a cadeira de Prima da sua faculdade na Universidade de Coimbra, não acceitou. Parece que morreu em 1587. Deixou alguns manuscriptos em latim.

Fernandes de Moure *(P. Antonio)*. Presbytero secular, licenceado em Theologia na Universidade de Coimbra. Era natural de Braga, e fal. em Lisboa, a 17 de maio de 1646. Tinha por paes Sebastião Moure e Martha Fernandes. Foi prégador nas diocéses de Braga e de Lamego, sendo n'esta ultima examinador synodal. Escreveu: *Compendio Moral e Resoluções de casos de consciencia*, Porto, 1625. Esta obra, e outras que compoz em latim, mereceram no seu tempo, e ainda depois, grande acceitação, e d'ellas se fizeram numerosas edições em paizes estrangeiros.

Fernandes Oliveira *(João)*. Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, cavalleiro professo da ordem de Christo, desembargador, etc. N. na cidade de Marianna, Brazil, em 1722, ignora-se a data da sua morte. Era filho do primeiro contratador de diamantes no districto diamantino, João Fernandes de Oliveira, natural da freg. de N. S.ª da Oliveira, do termo de Barcellos, e de sua mulher, Maria de S. José, natural da villa de Taboaté, na capitanía de Santos. Tinha relações de intima amizade com Sebastião José de Carvalho e Mello, mais tarde conde de Oeiras e marquez de Pombal, e pela sua influencia conseguiu ser nomeado desembargador, qualidade em que partiu de Lisboa para a sua terra natal, pelos annos de 1756 a 1758. Por ordem do conde de Oeiras, de 21 de novembro de 1761, fôram excluidos os contratadores que estavam então no gozo da exploração dos diamantes em virtude d'um contrato celebrado com o governo, sendo por aquella mesma ordem substituidos por João Fernandes d'Oliveira pae, e pelo filho desembargador. Em 1763 falleceu o primeiro, ficando o segundo auferindo todos os interesses e *onus* do mencionado contrato, até ao anno de 1771. O desembargador Fernandes Oliveira foi tão bem succedido logo desde as primeiras lavras que encetou, que em muito pouco tempo se tornou riquissimo. Em Tujuco, então arraial e hoje a rua principal da cidade Diamantina, mandou construir um palacio, vivenda mais que principesca, contendo sobretudo um grande lago, para o qual mandou construir um navio, etc.; construiu tambem uma sumptuosa egreja, muitas propriedades urbanas, compondo-se as rusticas de 16 grandes fazendas, tendo de extensão cada uma d'ellas, entre 45 e 24 legoas quadradas. Em Lisboa possuia o maior quarteirão de casas na rua do Ouro, muitas propriedades urbanas, quintas, etc. N'esta brilhante situação dominou soberanamente toda a provincia de Minas Geraes, onde era respeitado e temido. Por esse tempo a America ingleza dava principio ás guerras aa sua independencia, e esse espirito de liberdade fazia estremecer todos os povos americanos. Foi n'estas circumstancias que o marquez de Pombal julgou ser prudencia politica chamar a Lisboa o contratador de diamantes e seu particular amigo. Para a realisação d'um tal proposito, ordenou secretamente ao conde de Valladares, governador d'aquella capitanía, que fôsse a Tujuco e fizesse conduzir a Lisboa o desembargador Oliveira, por bem ou por mal. O marquez de Pombal sabia que a fortuna do contratador era enorme e em grande parte devida ás infracções de algumas das condições *impostas no contrato*; á vista d'isso tratou de por sua vez *fintar* o contratador, impondo-lhe logo que o teve seguro em Lisboa, a indemnisação de 11 milhões de cruzados. Este desfalque, porém, não abalou a fortuna do desembargador João Fernandes d'Oliveira, porque ainda lhe ficaram immensos capitaes, como se pela escriptura de instituição de morgado feita prova em Lisboa, a 4 de setembro de 1775. A'cerca d'este facto publicou-se no Rio de Janeiro um livro do dr. J. Felicio dos Santos, com o titulo de: *Memorias do districto diamantino*, onde se encontram muitos documentos authenticos.

Fernandes d'Oliveira *(Manuel)*. Presbytero, que nasceu em Torres Novas em 1637, e fal a 15 de agosto de 1708. Foi cura do logar da Zibreira no termo de Torres Novas. Escreveu uma obra, que ficou inédita, com o titulo de *Excellencias da villa de Torres Novas e suas antiguidades*.

Fernandes Pacheco *(Lopo)*. Fidalgo do tempo de D. Affonso IV; 7.º senhor de Ferreira d'Aves, meirinho-mór e rico-homem, chanceller da rainha D. Brites, mordomo-mór do infante D. Pedro, depois rei D. Pedro I, e um dos mais assignalados cavalleiros que no seu tempo houve na Europa. Fal a 22 de dezembro de 1348. Era filho de João Fernandes Pacheco, 6.º senhor de Ferreira de Aves, e de D. Estephania, filha de Lopo Rodrigues de Paiva e de Thereza de Albergaria. pela parte paterna era neto do celebre Fernão Rodrigues Pacheco, alcaide-mór do castello de Celorico da Beira, cuja lealdade é bem notoria em nossas chronicas, por sustentar muito tempo aquella praça em apertado cerco, e combater contra D. Affonso, conde de Bolonha, por não quebrar a homenagem a el-rei D. Sancho devida, e de D. Constança Affonso, filha de Affonso Eannes de Riba de Vizella, senhor de Cambra, e de D. Urraca Pires Ribeira. Lopo Vaz Pacheco, além da sua illustre fidalguia, era dotado de grande talento, prudencia e conselho, merecendo que a rainha Santa Izabel lhe consagrasse muita estima, e no segundo e ultimo testamento, que a santa rainha fez em Coimbra a 22 de dezembro de 1327, foi chamado como testemunha em primeiro logar. D. Affonso IV ligava-lhe tambem a maior confiança e estima, e o encarregou da educação do infante D. Pedro seu filho, consultando-o sobre o casamento do mesmo infante, nada querendo decidir sem o seu parecer e resolução, o que se deu no anno de 1334. Em 1338 foi nomeado pelo referido monarcha, e mandado como procurador ao termo do logar de

Castro de Ladrões, para effeito de asseutar treguas com Fernão Rodrigues de Villalobos, que vinha tambem por parte de Affonso XI, de Castella, seu genro, mediante Beruardo, bispo de Rhodes, que como legado do papa requeria pazes entre os dois reis. Não convieram no modo de se realisarem, e Lopo Fernandes Pacheco voltou a Portugal; porém depois de muitos debates, como tinha deixado todas as cousas dispostas e bem ordenadas, vieram a celebrar essas pazes por um anno, em Coimbra com o mesmo rei D. Affonso IV, no mez de agosto. Na memoravel batalha do Salado, em 1340, acompanhou o mesmo monarcha em soccorro de Affonso XI, de Castella, sendo um dos fidalgos que mais se distinguiram no acommettimento do rei de Granada, e concorreu muito para a victoria, que em grande parte se deveu ao nosso D. Affonso IV, porquanto resistindo ainda Halí Boacem, rei de Marrocos e de Bellamarino, com grande valor ao rei de Castella, veiu de todo a largar o campo, depois que o rei portuguez com a sua gente, desembaraçado já do inimigo, que tinha á sua conta, o veiu ajudar. Mandaram ambos os reis suas embaixadas ao papa Benedicto XII, a Avinhão, com as bandeiras tomadas aos moiros, e muitos d'elles captivos. Da parte de Castella foi João Martins de Leiva, e de Portugal Lopo Fernandes Pacheco, a quem o papa respondeu com muitas mercês, dando-lhe por singular honra, entre outras cousas, uma rosa de ouro, a qual elle sempre estimou, e mandou que o sepultassem com aquella mercê. Vindo em 1346 a Portugal embaixadores do rei Pedro IV, de Aragão, tratar o casamento com a infanta D. Leonor, ultima filha de D. Affonso IV, foi Fernandes Pacheco nomeado com outros fidalgos, como pessoa de muita autoridade, para os ouvir e concordar as negociações do contrato. Lopo Fernandes Pacheco foi tambem senhor da quinta de Bellas, com todo o seu senhorio e pertenças, a qual houve por troca que fez com D. Joanna Lourenço de Valadares, commendadeira de Santos, pela quinta da Margem da Arada no termo de Alemquer. *(V. Bellas, quinta de)*. Lopo Fernandes Pacheco casou duas vezes: a primeira com D. Maria Gomes Taveira, filha de Gomes Lourenço Taveira e de D. Catharina, filha de Martim Eannes: d'este consorcio houve Diogo Lopes Pacheco, valido de D. Affonso IV, um dos fidalgos que assassinaram D. Ignez de Castro. A segunda vez casou com D. Brazilda Sanches de Villalobos, filha de D. Sancho o Bravo, rei de Castella, e de D. Maria Rodrigues Villalobos. Lopo Fernandes Pacheco foi sepultado na sé de Lisboa.

Fernandes Pereira *(Elias)*. Cirurgião medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto, e professor de Mathematica e Introducção á Historia Natural no Lyceu Nacional de Aveiro, logar que ainda conserva. Escreveu: *Breves considerações sobre os effeitos physiologicos do exercicio, e da sua importancia em hygiene* (these inaugural), Porto, 1864; *Guia dos exames de admissão, ou noções sobre arithmetica, systema metrico decimal, chorographia portugueza, historia de Portugal, civilidade e grammatica portugueza; redigida em harmonia com os programmas do Governo*, Porto, 1869.

Fernandes Pinheiro *(José Feliciano)*. Bacharel em Canones, pela Universidade de Coimbra. N. na antiga villa, hoje cidade de Santos, na provincia de S. Paulo, em 9 de maio de 1774. Era filho do coronel de milicias José Fernandes Martins, e de D. Thereza de Jesus Pinheiro. Veiu para Portugal aos 18 annos de edade, e matriculou-se na Universidade, tomando o grau de bacharel em Canones em 1798. Demorou-se tres annos em Lisboa, durante os quaes traduziu algumas obras scientificas e litterarias, que se imprimiram com os titulos: *Cultura americana, que contém uma relação dos terrenos, clima, producção e agricultura das colonias britannicas no norte da America, e nas Indias Occidentaes; traduzida do inglez por José Feliciano Fernandes Pinheiro, e Antonio Carlos Ribeiro de Andrade*, Lisboa, 1799, 2 tomos; *Discursos apresentados á Mesa de agricultura obre melhoramentos internos do reino, construcção dos edificios ruraes; traduzidos do inglez*, Lisboa, 1800; *Historia nova e completa da America, colligida de diversos autores*, etc., Lisboa, 1800; *Collecção de memorias sobre os estabelecimentos de humanidade*, etc. *Traduzidas em portuguez*, Lisboa, 1801; *Relação circumstanciada sobre um estabelecimento formado em Munich a favor dos pobres; traduzida do allemão*, Lisboa, 1801. No anno de 1801 voltou Fernandes Pinheiro para o Brazil, despachado juiz das Alfandegas do Rio Grande e Santa Catharina, cuja organisação lhe foi encarregada, e ali exerceu outras commissões do serviço publico. Proclamada a constituição no Brazil em 1821, foi eleito deputado ás Côrtes Constituintes da nação portugueza, pelas provincias de S. Paulo e Rio Grande do Sul. Depois de declarada a independencia, continuou na vida politica, exercendo elevados cargos, sendo deputado, senador e ministro, recebendo tambem o titulo de visconde de S. Leopoldo. Era socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e de muitas sociedades scientificas de differentes paizes. Fal. em 1847. Publicou mais alguns livros no Rio de Janeiro.

Fernandes Prata *(P. Francisco)*. Presbytero secular; bacharel formado em Theologia. Era natural de Castello Mendo, do bispado de Vizeu. Dizem ter sido um dos theologos mais peritos na lição das escripturas e dos santos padres, que existiram no seculo XVII. Escreveu: *Tratado da declaração do Credo dos Apostolos, em que se explicam os artigos d'elle, e se põe o modo como os mysterios e cousas da fé se devem crer, etc.*, Lisboa, 1648; *Tratado dos sacramentos em commum e em particular; declara-se o que d'elles se deve crer, e a preparação que para receber a graça que dão, se requere*, Lisboa, 1651. Traduziu do latim o seguinte folheto em defeza da religião christã: *Carta que um rabbino chamado Samuel escreveu a outro rabbino chamado Isaac... Destroe-se totalmente por esta carta a lei judaica, e confirma-se a fé catholica*, Lisboa, 1651; fez se nova edição em 1673.

Fernandes de Queiroz *(Pedro)*. Cosmographo; foi o ultimo dos celebres navegadores portuguezes. N. em Evora em 1575, fal. em 1614. Distinguiu-se na arte da navegação e nas sciencias que com ella se relacionam. Navegou durante 20 annos nos mares das Indias Occidentaes. Veiu a Hespanha em 1600, seguindo logo para Roma, onde era chamado pelo duque de Sessa, embaixador hespanhol junto da côrte pontificia, para ensinar a seu filho geographia e o

conhecimento das cartas nauticas. O papa estimava-o muito, tratava-o com toda a distincção, e dispensou-lhe varias mercês. O duque de Sessa tambem lhe era muito affeiçoado, de fórma que regressando a Hespanha, foi logo encarregado d'uma expedição destinada a explorar as ilhas que ficam ao poente do Mexico. Embarcou como piloto n'uma esquadrilha commandada por Alvaro de Mendanha, e fallecendo este commandante continuou elle a derrota, levando os restos da esquadrilha a Manilla. Não podendo realisar o que desejava, voltou a Hespanha. Sendo pouco depois encarregado de nova expedição, viu-se cercado de enormes difficuldades para a levar a effeito. Segundo a opinião do grande navegador inglez Cook, foi Queiroz o primeiro a suppôr a existencia d'um continente austral, e por isso, tendo chegado n'esta expedição ao Peru, partiu de Callao a 25 de dezembro de 1605, descobriu grande parte da Oceania, sendo o primeiro a encontrar o archipelago a que Cook deu o nome de *Novas Hebridas*, e a que elle chamou *Australia do Espirito Santo*. Descobriu tambem a ilha Tahiti, e outras do archipelago da Polynesia Desejoso de colonisar as terras que explorara, solicitou de Filippe III, a quem dirigiu varias relações da sua viagem, publicada uma d'ellas em latim, a organisação d'uma expedição, mas o monarcha castelhano não quiz empregar quantias importantes n'essa empresa. Pedro Fernandes de Queiroz, comtudo, não desanimou, e dirigia-se a Lima para tentar a sua expedição, mesmo com os limitados recursos de que podia dispôr, quando falleceu em Madrid. Deixou uma obra escripta em latim ácerca do descobrimento da America Austral, e uma *Relação da sua vida*.

Fernandes Raya *(Manuel)*. Medico, formado pela Universidade de Coimbra, e poeta apreciado. Era natural de Vizeu, e exercia clinica, quando fal. em 1658. Escreveu: *Esperança enganada*. (Primeira parte), *dividida em cinco livros*, Coimbra, 1624. Segunda parte, *dividida em seis livros*, Coimbra, 1629. Parece que não publicou mais nenhum escripto.

Fernandes Ribeiro *(José)*. Escriptor portuense. Escreveu: *O instructor portuense; periodico mensal contendo differentes artigos de educação, litteratura, moral, historia, sciencias e artes, traduzidos de varias linguas, e cam estampas lithographadas*, Porto, 1844; saiu o 1.º n.º em 1 de janeiro e o n.º 12 em 5 de dezembro, formando um volume. Do segundo anno só appareceram os n.ºs 13 a 16 (janeiro a abril de 1845). Escreveu tambem: *Tratamento homœpathico da cholera, com a indicação dos meios de a prevenir, podendo servir de conselheiro ás familias na falta de medico, pelo dr. Jahr, vertido em portuguez*, Porto, 1855.

Fernandes de Sá *(Antonio)*. Esculptor estatuario Nasceu em 1874 n'uma povoação suburbana do Porto. Matriculou-se em 1888 na Academia de Bellas Artes d'aquella cidade, e ahi fez o seu curso, sendo em 1896 escolhido em concurso para ir, pensionado pelo Governo, completar em Paris os seus estudos de esculptura. Formou-se n'aquella capital, guiado por Falguiére e Pueche. E' academico de merito da Academia do Porto. Tem produzido as seguintes obras, algumas das quaes já divulgadas pela gravura nas revistas nacionaes *(Occidente*, vol. 27, pag. 153, *Portugal artistico*, Porto, 1905), : Trabalho final de pensionista enviado á Academia de Bellas Artes — *Beijo materno*, na exposição realisada no seu *atelier* da rua d'Alvares Cabral, no Porto, em abril de 1904: *Estatua de Camões* (encommendada pelo director do Museu de Artilharia de Lisboa, o general Castelbranco). Foi admittido ao *Salon* de 1898; *Rapto de Ganymedes*, que teve menção honrosa no *Salon* de 1898 e medalhas nas exposições Universal de Paris em 1900 e da Sociedade de Bellas Artes de Lisboa em 1902. Estão ainda em gesso. *Bebé*, grupo de gesso de duas irmãs; *Cabeça de velho* (bronze), adquirida por Honorio de Lima; *Desafio e cabeça de velha* (bronze) original pertencente ao governo francez. Tambem collaborou no mausoléo Valmôr, no cemiterio do Alto de S. João, em Lisboa.

Fernandes Sardinha *(Pedro)*. Primeiro bispo do Brazil. N. em Evora. Era filho de Gil Fernandes Sardinha e de Lourença Fernandes. Estudou as sciencias severas na Universidade de Paris, onde foi professor, passando depois para a de Salamanca Regressando a Portugal, foi mandado á India Oriental para exercer em Gôa os cargos de provisor e vigario geral. D. João III o elegeu depois primeiro bispo do Brazil, cuja eleição foi confirmada pelo papa Julio III, em 1551. Partiu para a nova diocese, cuja séde era na cidade de S. Salvador, onde chegou em 1 de janeiro de 1552, levando comsigo muitos ministros e ornamentos para o culto e ornatos da nova cathedral. Governava ainda no Brazil o seu primeiro governador Thomé de Sousa. O novo bispo e o governador eram creaturas dos jesuitas, e por isso viviam na melhor harmonia, o que permittiu a Fernandes Sardinha proceder á sua vontade a medidas energicas para reprimir a devassidão do clero secular, que estava então extremamente relaxado, emquanto que os jesuitas gozavam da melhor fama. Veiu, porém, em 1553 o novo governador, Duarte da Costa, com quem o bispo se não harmonisava tanto, e era menos amigo dos jesuitas. Começaram então renhidas discordias. de que resultou em 1554 os colonos e os mamelucos de Santo André assaltarem o collegio dos jesuitas de S. Paulo em Piratininga, e segundo dizem, o motivo d'este ataque foi todo em honra da Companhia de Jesus, porque os jesuitas queriam impedir a escravidão dos indios, e os colonos, a quem isso não convinha, revoltavam-se contra os promotores d'esse movimento. Fôram repellidos, mas os jesuitas, não deixaram, comtudo, de reclamar o mais severo castigo dos insultadores, e o bispo apoiou as suas reclamações. Não satisfeito com o governador, queixou-se d'elle á Côrte, e Duarte da Costa queixou-se do bispo. O prelado, ou porque fôsse chamado por D. João III, ou porque quizesse vir pessoalmente apresentar a sua queixa, o facto é que saiu da Bahia em direcção a Lisboa a 2 de junho de 1556, e a 16 naufragava nos baixos chamados de S. Francisco. Salvou-se a tripulação, e os passageiros em numero de 100, mas caíram nas mãos dos indios Caetés, quando estavam procurando ir por terra para Olinda. Eram esses dos indios mais ferozes do Brazil, e poucos escaparam á sua ferocidade, sendo tambem martyrisado o bispo Fernandes Sardinha. O sitio, onde soffreu o martyrio, ficou-se chamando *Monte do Bispo*.

Fernandes da Silva *(Julião)*. Medico que viveu no Funchal, ilha da Madeira, no seculo XVIII, e que publicou em Lisboa o seguinte livro: *Exame de sangradores.*

Fernandes Soares *(Belchior)*. Doutor em Direito Civil pela Universidade de Coimbra; ouvidor e chanceller mór das Terras do Ducado de Aveiro, juiz dos direitos reaes de Setubal etc. N. em Setubal em 1608, fal. em Lisboa a 12 de setembro de 1678. Foi tambem um dos negociadores da paz com a Hollanda, e um dos muitos advogados que intervieram na questão da successão da casa de Aveiro. Escreveu : *Allegação de Direito por o senhor D. Pedro sobre a Successão do Estado, Casa e Titulo de Aveiro,* Lisboa, 1666; saiu sem o seu o nome, e por diligencia de Bebiano Pinto da Silva, notario do Santo Officio, a quem vem attribuida no *Catalogo* da Academia. Ficaram manuscriptas as allegações ácerca do morgado de Oliveira e de D. Diogo de Faro, e um *Peculium omnius juris civilis.*

Fernandes Tavares *(João)*. Medico brazileiro, que se formou em Paris em 1823, physico-mór do reino e da real camara, etc. N. no Rio de Janeiro a 27 de dezembro de 1795, onde tambem falleceu em agosto de 1874. Era de familia nobre e rica. Frequentou os estudos primarios e secundarios, e em 1813, tendo apenas 18 annos, foi chamado para reger a cadeira de grammatica latina e rhetorica, logar em que se conservou até 1818, partindo então para a Europa com o fim de se formar em medicina. Matriculou-se na Universidade de Coimbra, indo depois frequentar as escolas de Ruão e de Paris, onde completou o curso de medicina e cirurgia, em que se formou, como acima dissémos. Voltando para o Brazil, foi nomeado medico do hospital militar do Rio de Janeiro, e em 1828 medico da Camara imperial, mostrando-lhe desde logo o imperador D. Pedro uma grande affeição, a que elle sempre correspondeu com a mais sincera dedicação, de que deu a prova mais frizante, quando D. Pedro, tendo abdicado a corôa do Brazil em seu filho, e querendo passar á Europa, o chamou, dizendo-lhe que a sua vida dependia da continuação do seu tratamento e por isso lhe pedia que não o abandonasse. O dr. Fernandes Tavares foi então o seu companheiro constante em Belle-Isle, nos Açôres, e no Mindello, indo n'esta expedição já com o cargo de inspector dos hospitaes militares. Entrou no Porto, e ali esteve com o imperador, tomando parte no cêrco d'aquella cidade, mostrando-se sempre intrépido e dedicado, tanto que na batalha de Ponte Ferreira foi muito elogiado na ordem do exercito. Durante o cêrco recebeu a nomeação de inspector geral de saude do exercito. Ao chegar ao Porto a noticia de ter desembarcado em Lisboa o duque da Terceira, o imperador partiu logo para a capital, e o dr. Fernandes Tavares acompanhou-o. Acabando a campanha, abriram-se as Côrtes em 15 de agosto de 1834, e D. Pedro tendo conhecimento do que o partido opposicionista, á frente do qual estava Rodrigo Pinto Pizarro, depois barão da Ribeira de Sabrosa, queria combater o projecto de lhe conferir a regencia, entendeu que não devia estar em Lisboa durante esses debates, mas não queria ao mesmo tempo que se dissesse que elle fugia. Pediu então ao dr. Fernandes Tavares que lhe aconselhasse ir tratar da sua saude ás Caldas da Rainha, que lhe serviria de pretexto para sair de Lisboa. O dedicado medico oppoz-se com energia a satisfazer aquelle desejo, allegando que não podia nunca aconselhar a um doente, que soffria dos pulmões, se fôsse tratar ás Caldas da Rainha. O imperador insistiu, e o dr. Fernandes Tavares teimou, e pediu uma conferencia de medicos, sendo todos unanimemente conformes com a sua opinião. D. Pedro, porém, era d'uma obstinação inquebrantavel, e apezar dos conselhos da medicina, partiu para as Caldas. O dr. Fernandes Tavares declarou então que não podia tomar a responsabilidade de similhante imprudencia, e portanto não o acompanhava nem tratava. D. Pedro, longe de se ferir com aquella energica resolução pediu-lhe que o acompanhasse, porque só elle conhecia bem a doença e podia tratal-o; que vencesse a sua relutancia e escrupulos, e não o abandonasse. O dr. Fernandes Tavares annuiu, lavrando-se um protesto formal, perante o dr. Benevides, contra o tratamento que D. Pedro queria seguir. Realisou-se o que o medico brazileiro receava; o imperador demorou-se nas Caldas apenas alguns dias, voltando no dia 23 d'agosto, já completamente perdido, fallecendo logo no mez seguinte. O dr. Fernandes Tavares, assim que se firmara o governo constitucional, alcançara largas recompensas. Fôra nomeado presidente da commissão de saude dos portos, depois physico-mór do reino; recebera a carta de conselho, e o titulo de primeiro medico da real camara. Assistiu até aos ultimos momentos do seu imperial amigo, foi quem dirigiu a operação do embalsamento, e quem preparou o coração, que D. Pedro legara ao Porto e tão bem o preparou e o acautellou para uma longa duração, que 24 annos depois a commissão que o foi examinar o achou perfeitamente intacto. Ainda hoje está depositado na egreja da Lapa, da referida cidade, ao lado do Evangelho da capella-mór. Em 1836, pela reforma do ministro Manuel da Silva Passos, foi extincto o logar de physico-mór do reino e o de inspector de saude do exercito, mas em compensação deu-se ao dr. Fernandes Tavares o logar de presidente do conselho de saude publica. A rainha D. Maria II tambem lhe consagrava a maior affeição, e foi elle quem em 1837 assistiu ao nascimento do principe D. Pedro, mais tarde rei D. Pedro V. A soberana offereceu-lhe o titulo de visconde da Ponte Ferreira, que o dedicado medico pediu licença para não acceitar. O clima de Portugal era lhe improprio, e os collegas o aconselharam que fôsse tomar ares patrios. Effectivamente retirou-se para o Brazil, d'onde não tornou a sair, mas conservando sempre a sua naturalisação portugueza. Quando estivera em Paris a formar-se, em 1823, publicára uma traducção da seguinte obra de Orfila, ampliando-a com algumas notas : *Soccorros ás pessoas envenenadas e asphixiadas, seguidos dos meios proprios a reconhecer os venenos, e para distinguir a morte real da apparente.* Tambem publicou em Paris o *Annuario historico do Brazil para os annos de 1821 e 1822*, e no Rio de Janeiro, o *Annuario* etc. para os annos de 1823 e 1824. O dr. Fernandes Tavares era tambem poeta. Em 1829 escreveu e imprimiu no Rio de Janeiro: *A Estrella do Norte; Elogio dramatico;* recitado no theatro de S. Pedro, para solemnisar o segundo consorcio do imperador com a imperatriz D. Amelia de

Leuchtemberg. Foi elle o autor da letra do hymno conhecido pelo nome de *hymno de D. Pedro*, e cuja musica é do proprio imperador. A sua composição data de 1832, na ilha de S. Miguel. Publicou muitas poesias lyricas e épicas em varios jornaes de Portugal e do Brazil. Em 1861 publicou-se um discurso seu, pronunciado n'uma sessão de maçonaria de que era membro.

Fernandes Teixeira *(Manuel)*. Patrão mór da Ribeira das Naus, muito perito na construcção de navios e no exercicio da nautica. Escreveu: *Memorial a El Rey sobre a perda da sua real fazenda por se não acudir com os remedios necessarios*, Lisboa, sem anno de impressão.

Fernandes Thomaz *(Annibal)*. Colleccionador de *ex-libris*; bibliophilo. Nasceu na Figueira da Foz a 9 de abril de 1849, e ahi reside. Publicou: *Os «ex-libris» ornamentaes portuguezes*, na revista *Portugal Artistico*, Porto, 1905.

Fernandes Thomaz *(Manuel)*. Um dos heroes dos acontecimentos politicos de 1820. N. na Figueira da Foz a 30 de junho de 1771, fal. em Lisboa na antiga rua do Caldeira, N.º 2, a Santa Catharina, a 19 de novembro de 1822. Era filho de João Fernandes Thomaz e de Maria da Encarnação, os quaes á vista do engenho precoce que o môço revelára, o mandaram para Coimbra ainda em verdes annos, a fim de seguir a carreira ecclesiastica. A vocação, porém, não o chamava para o sacerdocio e o joven estudante tomou o grau de bacharel em Canones, tendo apenas 20 annos. Dando-se primeiro á advocacia, praticou com varios jurisconsultos de Lisboa, e aperfeiçoou-se no estudo das sciencias do Direito. Em 30 de agosto de 1792 foi nomeado syndico e procurador fiscal do municipio da Figueira, sendo vereador desde 1795 a 1798. Em 1801 foi nomeado juiz de fóra de Arganil, mostrando logo na magistratura a sua energia e caracter. Em 1805 foi nomeado superintendente das alfandegas e dos tabacos nas comarcas de Leiria, Aveiro e Coimbra, mas, pela invasão franceza de 1807, tomou-se de tal desgosto pela humilhação da patria que se retirou para uma quinta sua, proximo da Figueira, e ahi permaneceu até que Wellesley, em 1808, desembarcou as suas tropas n'aquella costa, sendo então indigitado pela voz publica como a pessoa competente, na ausencia de todas as autoridades, para tratar com o commandante inglez de todos os assumptos referentes aos interesses e necessidades do exercito. O futuro lord Wellington apreciou tanto a actividade de Fernandes Thomaz que, sendo este nomeado em 1809 provedor da comarca de Coimbra, logo o general instou para que fôsse adjunto ao commissariado do exercito, sendo nomeado intendente dos viveres no quartel-general de Beresford, em 1810, onde foi incançavel de actividade, chegando a perder as noites encostado á banca, para que nada faltasse ao exercito. Em 1811, tão importantes serviços prestou junto do exercito que fazia o cêrco de Badajoz, que, pelas recommendações dos generaes, foi-lhe dada a categoria de desembargador honorario do Porto, ou o predicamento de desembargador, como então se dizia, não se lhe dando a effectividade, que só alcançou em 1817, por não ter ainda, á data do despacho, completo o triennio de provedor. De 1812 até ao findar da guerra, dois annos mais tarde, esteve Fernandes Thomaz em Coimbra e ali começou a germinação do seu grandioso plano, que devia desenvolver-se e fructificar no Porto, annos depois. Fernandes Thomaz era um erudito, já nomeado por algumas obras de Direito, que publicara, e um pensador que se preoccupava com os males da patria, cujos desastres successivos lhe enluctavam o generoso coração. O anno de 1817 ficou tristemente memoravel na historia da liberdade portugueza pelo acto de inaudita crueldade que deshonrou para sempre no nosso paiz a memoria de Beresford. O sangue de Gomes Freire de Andrade (V. *este nome*) e dos seus desditosos companheiros, com que se julgou afogar todas as aspirações liberaes, só contribuiu para as tornar mais fecundas. Indo de Coimbra para o Porto, aqui encontrou Fernandes Thomaz quem sympathisasse com as suas idéas e aspirações; viu o sentimento patriotico invadindo todos os espiritos; apreciou a indignação que elevava ao prestigio de martyres as victimas de 1817 e sentiu que essas aspirações, até ahi vagas e quasi theoricas, iam tornar-se em breve mais definidas e mais precisas. Com outro jurisconsulto notavel e verdadeiramente liberal, José Ferreira Borges, se relacionou Fernandes Thomaz na cidade do Porto, e ahi em 18 ou 21 de janeiro de 1818 se juntaram os dois para jurarem mutuamente dar a liberdade a Portugal, ou morrerem na empresa. Convocaram uma conferencia com os seus amigos José da Silva Carvalho e João Ferreira Vianna, para formularem as bases em que devia assentar o plano a seguir da sociedade, que ficou constituida sob o nome de *Synhedrio* e que tinha por fim: «Observar os acontecimentos em Portugal e Hespanha, tomando de vagar o pulso ás tendencias e ás aspirações do espirito publico.» Ajustaram reunir-se no dia 22 de cada mez na Foz para discorrerem ácêrca dos successos e das noticias do mez passado e assentarem nos propositos mais opportunos segundo as circumstancias. Juraram uns aos outros inviolavel segredo e decidiram que, se rompesse um movimento monarchico, ou uma revolução, os socios do Synhedrio acudiriam para a dirigir, guardada sempre a fidelidade devida á dynastia de Bragança. Este foi o nucleo da associação denominada Synhedrio e estas as modestas bases com que se fundou. Circumscripto aos illustres iniciadores em seu começo cresceu e alargou-se depois. Na escolha dos adeptos, discreta e resumida, sempre se antepoz a qualidade ao numero. Em 1819 compunha-se, além dos quatro inauguradores, dos socios Duarte Lessa, José Pereira de Menezes, Francisco Gomes da Silva, João da Cunha Sotto Mayor, José Maria Lopes Carneiro e José dos Santos Silva. Rodeados de silencio, antes de se aventurarem a hastear a bandeira das idéas, estes cidadãos, que se não intimidavam pela sorte das victimas de 1817, sob a ameaça visivel do cutello de algoz, apalpavam o terreno sem precipitação, e pacientes por necessidade, não se antecipavam á sentença logica do tempo e dos factos. Foi depois d'estes exordios modestos, que surgiu a revolução de 1820. Fernandes Thomaz foi a alma d'ella. O numero dos associados no Synhedrio nunca passou de treze, sendo o ultimo a a inscrever-se, em 18 de agosto de 1820, Bernardo Correia de Castro e Sepulveda, que depois prestou á causa muitissimos serviços. O espirito

da população de Lisboa, menos propenso a enthusiasmos do que os portuenses, não pareeia disposto a secundar a agitação da opinião publica do Porto. Foi assim que vindo José da Silva Carvalho á capital, com o fim de angariar adhesões, voltou profundamente desanimado e sem nada haver conseguido. Outro tanto aeonteeeu a Fernandes Thomaz que, vindo a banhos ás Caldas da Rainha, ehegou até Lisboa eom os mesmos intuitos, nada conseguiu e teve que retirar para o Porto, por saber que era aetivamente vigiado pela polieia. N'estas condições a revolta ter-se-hia talvez mallogrado se a Regeneia, eheia de pavor, não houvesse imprudentemente mandado o governador das justiças do Porto, Ayres Pinto, prender Fernandes Thomaz. O marechal inglez partira para o Rio de Janeiro a fim de alcançar mais largos poderes de D. João VI. A ausencia de Beresford foi impolitiea e inhabil. O Synhedrio alargava o ambito da sua aetividade, a ponto de concorrerem a uma reunião, que promoveu, todos os officiaes do exercito allieiados para o grande movimento. N'essa reu-

Manuel Fernandes Thomaz

nião Fernandes Thomaz poz ao serviço da causa tão entranhado amor da patria que eonverteu em adeptos fanaticos até ao sacrificio todos os que o eseutavam. A precipitação do medo da Regeneia forçou o lanee, sendo opinião dos eonspiradores militares Sepulveda, Cabreira e Antonio da Silveira, que a revolução devia rebentar. Fernandes Thomaz teve a audacia de ir a easa do proprio Ayres Pinto, de euja missão fôra avisado, dizer-lhe que não eumprisse as ordens do governo de Lisboa, porque no dia seguinte a revolta explodiria, sem que ninguem lhe podesse obstar. O mesmo referiu ao general das armas Canavarro, que prometteu retirar para Leça, fingindo-se doente. Com effeito no memoravel dia 24 de agosto de 1820 rebentou a revolução, prenderam-se em suas casas os offieiaes inglezes, propoz-se a nomeação de uma junta provisoria que governasse o reino em nome do rei, até ao seu regresso do Brazil, e d'essa junta tomou Silveira a presideneia, Cabreira a vice-presidencia, fieando Fernandes Thomaz simples vogal. O grande patriota teve o eondão de se deixar em logar seeundario sendo o primeiro Tambem a fortuna não quiz que elle sobrevivesse muito tempo á liberdade da sua patria. Hoje bem se pode isso eonsiderar uma ventura, o morrer tanto a tempo, quando a sua obra era completa, o seu eredito era ineondieional, quando facto algum ulterior lhe podia ainda fazer empallideeer o brilho do renome conquistado ou lançar suspeitas sobre a pureza das suas intenções; quando, emfim, os defeitos da obra eoncluida ainda não tinham tempo para se revelarem. Este eonjuncto de eireumstaneias aureolou de fama sem maneha e de gloria absoluta o nome prestigioso do grande patriota Fernandes Thomaz. De eomo o Synhedrio preparou, dirigiu e eonsummou, a revolução de 24 de agosto de 1820, são doeumento interessante as *Revelações e Memorias para a historia da dita revolução*, escriptas pelo consoeio José Maria Xavier de Araujo (V. *este nome*). Fernandes Thomaz, além de membro da Junta Provisional do Supremo Governo do Reino, foi deputado ás Côrtes Constituintes congregadas em 26 de janeiro de 1821, em eujos trabalhos teve parte muito activa e eouspicua, até ao eneerramento d'ellas em 4 de novembro de 1822. Aggravando-se lhe pelos exeessos e fadigas dos ultimos mezes a enfermidade ehroniea de que padeeia, e tomando de repente um earaeter agudo, que os soeeorros da medieina não puderam debellar, expirou entre dolorosos soffrimentos, temperados pela resignação, a 19 do referido mez, deixando eonsternados não só os seus amigos pessoaes, mas todo o partido liberal que lhe tributava uma especie de eulto, e via n'elle um dos mais firmes sustentaeulos do systema, para eujo triumpho eoneorrera tão poderosa e effieazmente. Os seus restos mortaes fôram sepultados, primeiro na antiga egreja de Santa Catharina, trasladados depois para a dos Paulistas, e d'esta transferidos para jazigo de familia no eemiterio dos Prazeres. No *Jornal do Commercio* de fevereiro de 1883 estão reproduzidos alguns doeumentos áeerea do obito e trasladações das einzas do eminente eidadão. O *Diccionario bibliographico portuguez* faz a seguinte rezenha dos escriptos de Fernandes Thomaz, publieadas eom o seu nome, e de alguns que os biographos lhe attribuem: *Observações sobre o discurso que escreveu Manuel de Almeida e Sousa em favor dos direitos dominicaes da corôa, donatarios e particulares;* Coimbra, na Imp. da Univ. 1814, 4.°; *Repertorio geral ou indice alphabetico das leis extravagantes do reino de Portugal, publicadas depois das ordenações, comprehendendo tambem algumas anteriores que se acham em observancia;* Coimbra, na Imp. da Univ. 1815; fol., 2 tomos. — «Obra do improbo trabalho e preciosissimo valor» lhe chama o dr. M. A. Coelho da Rocha no *Ensaio sobre a historia do Governo e da Legislação de Portugal.* Foi reimpressa ha poucos annos, porém Innoeeneio não viu exemplar do qual pudesse tirar as respectivas indicações. *Relatorio sobre o estado e administração do reino, durante o tempo da Junta Provisional do Governo Supremo, etc*, Lisboa, na Imp. Nae 1821. 4.° Foi apresentado e lido nas sessões de Côrtes, de 3 e 4 de fevereiro de 1821. Anda tambem incorporado no *Diario das Côrtes*, tomo I, pag. 32 a 46. — O geographo Balbi mencionando este doeumento diz: «Que n'elle avulta, a par de uma elo-

quencia varonil, o profundo saber do seu autor em todos os ramos da administração publica» São tambem da penna de Fernandes Thomaz, segundo o testemunho affirmativo de Xavier de Araujo, as seguintes peças officiaes, que se imprimiram avulsas, e andam reproduzidas nos periodicos politicos da epocha: *Manifesto da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino aos Portuguezes*, que começa: «Se na agitação porfiosa, que commoveu as nações da Europa, e abalou os thronos, etc.» — Datado de 24 de agosto de 1820. *A Junta Provisional do Governo aos habitantes de Lisboa.* — Começa: «O grito de cem mil almas, que n'esta cidade acclamaram solemnemente, etc.» *Proclamação dos soldados do Porto aos de Lisboa.* Fernandes Thomaz, e o seu collega nas Côrtes José Joaquim Ferreira de Moura, fôram os fundadores, e principaes (se não unicos) collaboradores do jornal politico *O Independente*, cuja publicação começou, segundo parece, com o anno de 1822, ou pouco antes, e do qual existem impressos tres tomos no formato de folio. O citado Xavier de Araujo affirma tambem de modo positivo serem d'elle os dois seguintes opusculos, que se imprimiram anonymos: *Carta do compadre de Belem ao redactor do «Astro da Lusitania» dado á luz pelo compadre de Lisboa...* Lisboa, na offic. de Antonio Rodrigues Galhardo 1820. 4.º de 19 pag.; (V. *Alves Sinval*). *Carta segunda do compadre de Belem ao redactor do «Astro da Lusitania» dado á luz pelo compadre de Lisboa.* Ibi, na mesma offic. 1821, 4.º de 22 pag. Por esse tempo, e a proposito d'essas cartas se imprimiram egualmente anonymas as seguintes, cujo autor Innocencio não pôde indicar: *Resposta de João Carapuceiro, compadre de Lisboa, ás cartas do compadre de Belem, dirigidas ao «Astro da Lusitania»;* Lisboa, na nova Imp. da Viuva Neves & Filhos, 1821, 4.º de 39 pag. *Carta do compadre de Lisboa em resposta a outra do compadre de Belem, ou juizo critico sobre a opinião publica, dirigida pelo «Astro da Lusitania»;* Lisboa, na Imp. de Alcobia, 1821. 4.º de 23 pag. *Carta analytica de João Carapuceiro, compadre de Lisboa, ao compadre de Belem,* Lisboa, na nova Imp. da Viuva Neves & Filhos, 1821. 4.º de 16 pag. *Luthero, o Padre José Agostinho de Macedo, e a «Gazeta Universal» ou Carta de um cidadão de Lisboa escripta ao Geral da congregação de S. Bernardo,* Lisboa, Typ. de Antonio Rodrigues Galhardo 1822. 4.º de 46 pag. Para a biographia de Fernandes Thomaz podem indicar-se numerosos documentos, e entre elles os impressos seguintes: Uma extensa noticia inserta no *Diario do Governo*, n.º 238, de 9 de outubro de 1822, e outra que se refere especialmente aos ultimos dias da sua vida, no mesmo *Diario*, n.º 271, de 16 de novembro do dito anno. A *Galeria dos Deputados das Côrtes geraes*, de paginas 323 a 334. O opusculo intitulado: *Discursos e poesias funebres, recitados a 27 de Novembro de 1822 em sessão da Sociedade Litteraria Patriotica, etc.* Um artigo inserto no *Mosaico*, tomo I (1839) a pagina. 163 e seguintes. O *Ensaio sobre a Historia Litteraria de Portugal*, por José Liberato Freire de Carvalho, a pag. 163. Uma memoria com o titulo: *Manuel Fernandes Thomaz, patriarcha da liberdade portugueza*, Lisboa, 1840, fol. de 3 pag. *A Carta e as Côrtes de 1826*, por José Pinto Rebello de Carvalho, a pag. 25. As citadas *Revelações e Memorias* de J. M. Xavier de Araujo, particularmente em um artigo especial de pag. 77 e 84. O *Diorama de Portugal nos 33 mezes constitucionaes*, por José Sebastião de Saldanha, a pag. 215. As *Memorias da vida de José Liberato Freire de Carvalho*, pag. 258 e seguintes. Os *Varões illustres das tres epochas constitucionaes* por Luiz Augusto Rebello da Silva, Lisboa, 1870. *Os Heroes de 1820*, publicação illustrada com os respectivos retratos, n.º 1, Lisboa.

Fernandes Thomaz *(Manuel Joaquim)*. Commendador das ordens de Christo e da Conceição de Villa Viçosa, e da imperial da Rosa do Brazil; official da Torre e Espada, e de S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia. Secretario da Universidade Coimbra, etc. Fal. a 12 de janeiro de 1880. Foi devido a este funccionario o seguinte: *Quadro completo do pessoal empregado na Universidade de Coimbra*, extrahido das respectivas folhas dos vencimentos do mez de janeiro de 1878. Coimbra, na imp. da Universidade, 1878. Dirigiu parte da publicação do *Annuario da Universidade de Coimbra*, e por este facto mereceu o elogio do *Conimbricense*.

Fernandes Thomaz *(Pedro)*. Neto de Manuel Fernandes Thomaz, um dos homens mais eminentes que iniciaram a revolução de 1820, etc. Professor de portuguez e francez na escola industrial «Bernardino Machado», na Figueira da Foz; secretario geral da Sociedade Archeologica da mesma cidade; redactor da *Gazeta da Figueira* e collaborador da *Portugalia*, magnifica revista que se publica no Porto. Escreveu: *Canções populares da Beira*, com prefacio de J. Leite de Vasconcellos; Figueira, 1896, 8.º *Manuel Fernandes Thomaz, iniciador da revolução portugueza de 1820; notas biographicas e iconographicas;* Figueira, 1899, 8.º—Tiragem para brindes separada e especial de 60 exemplares, apenas, do artigo que sahira antes nos *Elementos para a historia do concelho da Figueira*, em cuja impressão teve parte importante.

Fernandes Thomaz *(Roque Joaquim)*. Doutor e lente cathedratico jubilado da Faculdade de Philosophia na Universidade de Coimbra; deputado ás Côrtes Constituintes de 1837, e depois em varias legislaturas; vogal do Conselho Geral de Instrucção Publica, etc. Natural da Figueira da Foz, onde nasceu a 11 de fevereiro de 1807. Fal. em Lisboa a 4 de maio de 1871. Era filho do grande patriota, distincto jurisconsulto e regenerador de 1820, Manuel Fernandes Thomaz, perpetuou honrosamente a memoria de seu illustre pae. Com esmerada instrucção, dedicou-se á vida do magisterio; graduou-se a 10 de maio de 1835, e foi logo despachado lente da Faculdade. Exerceu as funcções de professor por mais de 20 annos, sendo chamado ao serviço ainda antes de se ter doutorado. Regeu a maior parte do tempo a cadeira de mineralogia e geologia. De compleição muito debil, e de saude muito precaria, a vida estudiosa aggravara-lhe os padecimentos chronicos que soffria, e algumas vezes punha os seus dias em imminente perigo. Era muito versado em litteratura, e tinha vastos conhecimentos em varios ramos de sciencia. Como professor, a feição que mais o caracterizava era o dom da clareza e da exactidão. Ninguem melhor do que elle expunha ao alcance de juvenis intelli-

geneias as mais difficeis questões e os mais complicados assumptos. No estudo da geographia physica e das theorias geogenicas fazia sempre brilhantes lições. Destinava tambem algumas lições á paleontologia e ás applicações mais importantes da mineralogia e geologia, e á exploração de minas. Antes de ser supprimido o ensino de metallurgia e docimasia, explicava aos alumnos as noções essenciaes d'estas sciencias, nos conselhos da Faculdade e do claustro tomava parte activa nas discussões, e a sua opinião era muito respeitada. Em graves questões de instrucção publica, que se discutiram no claustro, foi o adversario firme e corajoso do dr. Vicente Ferrer, medindo sempre as suas forças com tão distincto professor de Direito. Foi memoravel essa discussão. Foi eleito deputado pela primeira vez ás Côrtes Constituintes de 1837, e depois em varias legislaturas. Mereceu a honra da presidencia da camara electiva, sendo depois nomeado par de reino, e conselheiro de Estado. Na sua vida foi egualmente muito respeitado pela sua honradez e honestidade, inteireza de caracter, e firmes crenças liberaes. Não sobresahia como orador parlamentar, porque a voz, a presença, a frieza da palavra e do gesto não lhe permittiam alcançar os louros da tribuna; possuia, porém, muitos conhecimentos de administração e de sciencias economicas, de que deu provas nas poucas vezes que falou nas camaras, nos trabalhos das commissões, e nos relatorios e pareceres de que foi encarregado. Depois de jubilado foi nomeado vogal do Conselho Geral de Instrucção Publica. Por portaria de 3 de dezembro de 1867 fez parte d'uma commissão para examinar o Jardim Botanico de Coimbra. Escreveu pouco em assumptos scientificos. Publicou um opusculo e varios artigos na *Revista universal Lisbonense*, e no *Industrial Portuense*, sendo os melhores de que temos noticias os seguintes: *Instrucção Publica*, *Universidade de Coimbra*, *Sociedade e instituições agricolas*, *Auroras boreaes*, *Vulcões e tremores de terra*, *Poços artesianos*, *Constituição geologica do Alto Douro*, *Chimica agricola*, *Estradas*, *Imprensa anastica*, *etc;* O opusculo intitula-se*: A questão da creação da Faculdade de Sciencias economico-administrativas. Resposta ás «*Duas palavras*» do relator da commissão da Faculdade de Philosophia*, Coimbra. Typ. do *Observador*, 1850, 8.º gr. de 19 pag. Foi um dos principaes redactores do *Popular*, folha politica que se publicou em Coimbra; e os seus artigos distinguiram se sempre pela sã doutrina,cordura da redação, e intuitos liberaes e progressistas. N'este jornal, um dos melhores de Coimbra, collaboravam distinctos professores. Já antes o dr. Fernandes Thomaz havia collaborado com o dr. José Alexandre de Campos em outras folhas politicas. Pela fórma de suas lições, e até pelos apontamentos que dictava aos discipulos, suppomos que este professor devia possuir importantes manuscriptos scientificos. Fallecendo em Lisboa a 4 de de maio de 1871, a sua morte foi commemora la por muitos acreditados jornaes da capital e do paiz. A Faculdade de Philosophia lançou nas suas actas um voto unanime de sentimento pela perda do illustre professor, consignando em termos honrosos o merito litterario e bons serviços de tão distincto academico. Innocencio da Silva conheceu pouco da sua biographia, sendo este nosso artigo extrahido da *Memoria historica da Faculdade de Philosophia* por Joaquim Augusto Simões de Carvalho; Coimbra, 1872.

Fernandes Torres *(Pedro* ou *Pero)*. Architecto de Filippe II, de Hespanha e I de Portugal; moço da camara e escrivão do contrato das obras. N'uma carta, de 28 de julho de 1594, se lhe concedem tres moios de trigo por anno, por espaço de tres annos; e em outra, de 21 de julho de 1601, se lhe repete egual concessão. Em 8 de maio de 1597 foi nomeado mestre das obras do convento de Christo, de Thomar, logar que estava vago pelo fallecimento de Filippe Tercio. Em 1598 foi Fernandes Torres encarregado de examinar a ponte de Olivença, que as cheias do inverno antecedente haviam arruinado, e de dar a traça para a sua reconstrucção. A obra foi posta em praça, e o lanço mais baixo foi de 3:500 cruzados. Mandou-se para este effeito lançar uma finta, que seria paga pelas cidades de Elvas, Evora, Beja e Portalegre, e pelas villas de Thomar e Santarem. A carta com esta ordem, tem a data de 24 de agosto do referido anno. Em 1616, Pedro Fernandes Torres, achando-se já muito avançado em annos, e sentindo-se bastante doente, renunciou o cargo de mestre das obras do convento de Thomar, indo substituil-o Diogo Marques Lucas.

Fernandes Trancoso (*Gonçalo*). Um dos escriptores mais populares do seculo XVI, cujas obras são ainda hoje conhecidas e citadas como uma compilação interessante de novellas, dizendo mesmo Faria e Sousa, que fôram as suas historietas as primeiras novellas que se publicaram na peninsula hispanica. A seu respeito apenas se sabe que nasceu em Trancoso, e foi mestre de humanidades. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento, mas parece que já não existia em 1596, e que a 3.ª parte dos *Contos e historias*, etc., foi publicada já por seu filho Antonio Fernandes, a quem seu pae a deixara, quando falleceu. Escreveu: *Regra geral para aprender a tirar pola mão as festas, mudaueis, que vem no anno, a qual ainda que he arte antiga, está per termos mui claros; nouamente escrita*, etc.. Lisboa, 1570; tem no rosto uma portada gravada em madeira; *Contos e historias de proveito e exemplo*, Lisboa, 1585; duas partes em 1 volume; esta edição vem citada por Brunet no *Manuel du Libraire*; fez-se nova edição d'estas 1.ª e 2.ª parte, em 1589; *Terceira parte*, Lisboa, 1596. Imprimiram-se depois as tres partes reunidas n'um só volume, em Lisboa 1608, 1633, 1646, 1671, 1681, 1710, e em 1722 e 1734; as ultimas edições teem por titulo: *Historias proveitosas*; *Primeira, segunda e terceira parte; que contém contos de proveito e exemplo, para boa educação da vida humana; leva no fim a Policia e urbanidade christã*. Tambem houve uma edição em Coimbra, no anno de 1660.

Fernandes Vaz *(José Joaquim)*. Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, e lente cathedratico na referida faculdade, pertencente ao conselho dos decanos. N. em Trancoso a 4 de de março de 1837. E' filho de Francisco José Fernandes. Matriculou-se na Universidade em outubro de 1857, fez acto de formatura em 1862, e doutorou-se em 8 de dezembro de 1863, tendo por padrinho n'este acto el-rei D. Luiz I, representado pelo ministro da marinha, então José da

Silva Mendes Leal. Propondo-se a lente substituto da faculdade de Direito, foi despachado em 1864. Ha muitos annos que exerce o logar de lente de Prima, da referida faculdade. Foi deputado em diversas legislaturas, e presidente da respectiva camara em 1880; governador civil de Coimbra desde agosto de 1877 até fins de janeiro de 1878, e depois novamente desde junho de 1879 até fins de março de 1881. E' par do reino, eleito no mesmo anno, tomando posse na camara respectiva em 11 de fevereiro, e socio effectivo do Instituto de Coimbra. Escreveu: *Theses ex universo jure selectæ*, Conimbricæ, 1863; *Do credito predial; resposta aos pontos propostos pela faculdade de direito da Universidade de Coimbra: quaes sejam os principios em que deva fundar-se a reorganisação do systema hypothecario, e organisação do credito predial entre nós*, Coimbra, 1863. Foi collaborador da *Revista de legislação e de jurisprudencia*, desde 1 de maio de 1869 até 29 de abril de 1871, e d'este dia em deante um dos redactores do mesmo jornal até 1 de maio de 1880. Collaborou tambem nos jornaes de Coimbra *A Liberdade* e *Progressista*, e no de Trancoso, *O Magriço*. E' do sr. dr. Fernandes Vaz a *Minuta*, offerecida por parte da Companhia dos Caminhos de Ferro Portuguezes do Norte e Leste em recurso de revista, que foi publicada na *Revista de legislação e de jurisprudencia*, vol. XIV, pag. 56.

Fernandes Villa Real *(Manuel)*. Escriptor, consul de Portugal em Paris. N. em Lisboa em 1608, fal. em 1 de dezembro de 1652, victima da Inquisição, n'um auto da fé. Era filho de Francisco Fernandes Villa Real e de sua mulher, Violante Dias, ambos naturaes de Villa Real, da provincia de Traz-os-Montes, patria tambem de seus avós paternos, Manuel Fernandes e Gracia Garcia. Francisco Fernandes Villa Real teve no seu principio loja de fanqueiro, na Fancaria de Cima, e depois tomou o contrato das Terças, e o do priorado do Crato. Manuel Fernandes Villa Real seguiu em parte a carreira do commercio, á imitação de sua familia, mas dedicou-se tambem a outros mistéres. Ainda muito novo esteve em Tanger com o governador d'aquella praça, D. Jorge Mascarenhas, onde militou dois annos e meio á sua custa, chegando ao posto de capitão. Voltando a Portugal occupou-se alguns mezes no Alemtejo com os negocios das terças do reino e das rendas do priorado do Crato, de que seu pae tivera o contrato; mais tarde foi corretor dos reaes de Lisboa; depois em Coimbra, e nos seus campos em commissão da camara d'aquella cidade, por causa dos atravessadores do trigo, de que havia grande falta e de que mandou á capital carregados alguns navios, no que levou tres annos; e depois em Hespanha: em Sevilha, Madrid e Malaga até 1638, mudando de Malaga para França. N'este meio tempo, morando ainda no reino, casara com Izabel Dias, natural de Villa Real, que viera para Lisboa, de tenra edade, filha de Ignez Dias, ambas da raça hebraica. Em Sevilha esteve despachado para ir ás Indias de Castella, o que não se effeituou. Chegou á cidade de Ruão nos fins de outubro de 1638, com o intento de comprar algum navio n'esta cidade ou n'algum dos portos do norte da França ou em Dunquerque, para emprehender viagem, por serem ali muito baratos em consequencia da paz com Inglaterra. Achou-se o navio no Havre, e comprou-se no fim de janeiro de 1639, e parecendo conveniente accrescental-o, Villa Real o fez cortar pelo meio, e lhe augmentou uns 20 palmos de quilha. N'este concerto e nos aprestos da carga e mantimentos se passou quasi todo o anno de 1639. N'esta empresa mercantil entravam, como principaes interessados com dinheiro ou com fazendas, João Rodrigues de Moraes, seu irmão Manuel Fernandes de Moraes, do Porto, e seus cunhados. Ao começar, porém, o anno de 1640, falleceu João Rodrigues de Moraes, e com a sua morte ficou de nenhum effeito a viagem. Villa Real partiu então para Paris em agosto ou em setembro. No Havre contrahira particular amizade com o governador Fortecuyer pessoa muito da obrigação do cardeal de Richelieu, que lhe tomara grande affeição por algumas noticias que lhe fornecera, e lhe ter prognosticado o ruim successo da armada de França que n'aquelle anno fôra á Catalunha. Fortecuyer, quando Villa Real partiu para Paris, recommendou-o ao poderoso ministro cardeal de Richelieu, o qual o recebeu varias vezes, conversando ácerca das cousas de Portugal, deixando-lhe quasi perceber que desejava seguissem os portuguezes o exemplo dos catalães, e como elles, se revoltassem contra o governo de Hespanha. Pelo natal d'este anno teve Fernandes Villa Real noticia da revolução do dia primeiro de dezembro e da acclamação de D. João IV, o que se apressou a participar ao cardeal e aos outros ministros, facto que muito os alegrou, e todos lhe manifestaram os mais cordeaes affectos. Resultou, porém, que Villa Real veiu a Rochella, onde se demorou até ao carnaval de 1641, esperando os primeiros embaixadores. Havendo um falso aviso de que elles vinham por Marselha, voltou a Paris, e pouco depois em 1 de março, chegavam os embaixadores a Rochella, e sabendo que Villa Real os tinha ali esperado, lhe escreveram, dizendo que importava ao serviço d'el-rei que viesse falar com elles antes de entrarem em Paris. Os embaixadores eram o monteiro-mór Francisco de Mello e Antonio Coelho de Carvalho. Villa Real foi encontral-os em Orleans, e acompanhou-os na primeira audiencia que tiveram em Saint-Germain, pela Semana Santa, e em todas as mais até que se despediram d'el-rei de França, em meados de junho do referido anno de 1641. Era tal a estima que Villa Real gozava na côrte de França que, na audiencia a que levou o bispo de Lamego, nosso embaixador á Santa Sé, pois tambem a este serviu de mentor, Pantaleão Rodrigues Pacheco, mais tarde bispo d'Elvas, que acompanhava o prelado e devia ficar em Roma na qualidade de agente de negocios, lhe extranhou querer retirar-se para Portugal, como tencionava fazer, sendo n'ella tão bem recebido. Pela saída dos embaixadores, ficou Villa Real só em Paris representando Portugal até setembro de 1642 e correspondendo-se para esse fim com Francisco de Andrade Leitão, nosso embaixador em Hollanda, e com Antonio de Sousa de Macedo, nosso residente em Inglaterra. Em 4 de maio d'este mesmo anno desembarcou o conde da Vidigueira na Rochella, com o cargo de embaixador junto de Luiz XIII, e ali achou uma carta de Villa Real, em que lhe dizia que estava em caminho de seguir a côrte a Perpinhão; o conde, porém,

lhe respondeu que necessitava dos seus serviços, e por isso determinava que ficasse em Paris, porque lhe havia de remetter o presente que a rainha de Portugal mandava á de França, para elle lh'o entregar, e juntamente o encarregava de arranjar casa, treus e criados, o que tudo cumpriu Villa Real, de fórma que o conde da Vidigueira ao chegar a Paris no mez de agosto, depois de ter acompanhado a côrte pelo sul da França, encontrou tudo prompto conforme desejava. Por este tempo foi para Ruão sua mulher, e Villa Real tencionava ir estar com ella alguns dias, mas sendo muito sentida a sua falta para encaminhar o conde nas audiencias, addiou a sua partida para setembro, até que se realisou a primeira em 17 de agosto, em Saint-Germain. Partindo então para Ruão, ali esteve até outubro, em que o conde lhe pediu para voltar a Paris. Em novembro soube que Caramuel havia escripto um livro contra o manifesto d'este reino; mandou-o buscar a Anvers, e o conde, pelo Natal de 1642, lhe pediu, que respondesse, o que Villa Real cumpriu n'aquelle inverno, e na Paschoa seguinte de 1643, foi entregar o seu trabalho, na companhia do conde, a Saint-Germain, ao cardeal Mazarino. Pelo mez de maio succedeu a batalha de Rocroy, ganha pelos francezes contra o exercito hespanhol, e tendo ficado prisioneiros muitos portuguezes que militavam n'aquelle exercito, diligenciou o conde com o governo francez fazer a entrega dos portuguezes, e n'estas diligencias andou Villa Real durante dois mezes, até fim de setembro, sendo encarregado de lhes ir dar a liberdade. Foi depois descançar um mez em Ruão na sua casa, voltando logo a Paris afim de ali esperar e servir com o seu prestimo e experiencia o marquez de Cascaes, que D. João IV enviava por embaixador extraordinario a aprezentar os pezames ao novo rei Luiz XIV, pela morte de seu pae, Luiz XIII, saindo d'aquella cidade em junho de 1644, para acompanhar até Orleans, o marquez que recolhia ao reino. No inverno de 1645 foi a Ruão assistir ao processo que os portuguezes em França lhe haviam movido, oppondo-se a que elle exercesse o logar de consul, para que fôra nomeado no anno antecedente; indo no verão com o embaixador a N. S.ª de Liesse e a outros logares da Champanha e Picardia, e depois a Ruão e ao Havre; no resto do anno esteve em Fontainebleau e em Ruão, occupado com o referido processo; em janeiro de 1646 em Paris diligenciando livrar os commerciantes e em especial os portuguezes das taxas e contribuições que lhes pediam, o que pôde alcançar; em fevereiro acompanhou até Nantes o embaixador que se retirava para o reino, indo por sua ordem a Brest e a Roscoff fretar o navio que devia conduzil-o. Villa Real voltou depois a Paris, vendo-se obrigado a carregar sósinho com o pezado encargo de todos os negocios tocantes a Portugal, por ter adoecido Antonio Moniz de Carvalho, a cujo zêlo haviam ficado entregues pela retirada do conde, sendo um d'esses negocios o dos navios que D. João de Menezes tomou, indo por general da primeira esquadra que mandámos de soccorro á França. Outro negocio que, tambem muito o preoccupou, foi o do consul francez, João de Saint-Pé, o qual obteve sentença a favor d'este e contra os que lhe impugnavam o exercicio do cargo, confirmado por D. João IV a 23 de novembro de 1641. Sendo nomeado o conde da Vidigueira, já então marquez de Niza, novamente embaixador em França com o caracter de extraordinario, escreveu a Villa Real para que o fôsse esperar á Rochella, e este se deixou ficar em Paris durante o resto do anno de 1646, até que a 6 de janeiro de 1647, tendo recebido carta de que chegára, foi buscal-o pela posta á distancia de 60 legoas. Com o marquez residiu Villa Real até á semana de Lazaro, retirando-se depois para Ruão, onde se demorou até fins de junho. Em agosto de 1648 occupou se da casa commercial do fallecido Antonio de Caceres, que luctava com os maiores embaraços, que o proprio filho e outros interessados lhe pediram; servindo os seus interesses particulares, servia egualmente os da fazenda real na mesma casa enredados, as suas obrigações de consul, na questão de João Saint-Pé que durava ainda, e na qual o ajudou o marquez de Niza. Em 1649 veiu para Portugal com o embaixador, embarcando ambos em Saint-Nazaire, chegando a 7 de abril Lisboa a. onde o esperava o maior dos infortunios, e uma morte affrontosa. Com os seus escriptos politicos e litterarios, prestou tambem valiosos serviços. Posto que não soubesse sciencia alguma como elle proprio confessava, e conhecesse unicamente um pouco o latim, francez, italiano e arabe, dedicara-se desde muito novo a assidua leitura, de que sempre foi muito amigo, e desde muito novo começou a escrever. Data dos seus 21 annos um epitome de toda a historia de Hespanha, que deu manuscripta a D. Jeronymo Mascarenhas, assim como varias arvores genealogicas dos reis de Hespanha e d'outras familias; em principios de 1636, a instancias de certa religiosa do mosteiro de Sant'Anna, de Lisboa, escreveu um discurso intitulado *El color verde, ó la divina Celia*, que no anno seguinte se publicou em Madrid. Em 1639, para se facilitar no estudo do italiano, traduziu d'elle em hespanhol a vida do conde-duque de Olivares, do marquez de Malvezy, e no mesmo anno traduziu do francez um livro de moral : *Espelho sem adulação*. No principio do anno de 1641, desejando tornar favoravel á causa da restauração portugueza o animo do poderoso ministro de Luiz XIII, escreveu o *Epitome genealogico del eminentissimo cardenal duque de Richelieu y discursos sobre algunas acciones de su vida*, impresso no mesmo anno em Pamplona (aliás Paris, segundo elle declara), e em segunda edição publicou-se em 1642, com o titulo : *El politico christianissimo ò discursos politicos sobre algunas acciones de la vida del eminentissimo señor cardenal duque de Richelieu*. Em 1643 escreveu a resposta ao livro de Caramuel, conforme se disse, com o titulo : *Anti-Caramuel, ò defensa del Manifiesto del reyno de Portugal, que escrevio D. Juan Caramuel Lobkowizt*. Traduziu em francez e castelhano, accrescentado e emendado, o discurso do *Principe vendido*, sobre a prisão do infante D. Duarte, irmão de D. João IV, pelo imperador d'Allemanha. No mesmo anno de 1643 se imprimiu em Paris, com o fim de divulgar os successos politicos do reino, um livro intitulado: *Le Mercure portugais ou Relations politiques de la fameuse révolution d'Etat arrivée en Portugal, depuis la mort de D. Sebastien jusqu'au commencement de Jean IV à présent régnant*, e Villa Real foi encarregado pelo conde da Vidigueira da

parte mais importante d'esta publicação, isto é, de organisal-a e dirigil-a. As memorias, mandadas pelo governo portuguez, eram fornecidas pelo conde a Villa Real. Em 1644 escreveu em francez para os *Mercurios* de França uma relação de quanto succedera na acclamação de D. João IV; por este tempo tambem escreveu uma larga memoria dos reis de Portugal e das familias que d'elles procedem, que auda impressa na *Real Genealogia de França*. Escreveu outra, em francez, sobre ao papa não tocar prover os reis nem ter autoridade no seu poder temporal; imprimiu a *Lusitania Vindicata*, do arcebispo eleito de Lisboa, em latim, e tambem em francez, e traduziu-a em hespanhol. Em 1645 imprimiu *Cinco livros da decada doze da historia da India*, de Diogo do Couto; as *Rimas varias y tragicomedia del martyr de Etiopia*, do capitão Miguel Botelho do Carvalho, secretario do embaixador; as *Rythmas varias* de soror Violante do Céo; e os *Soliloquios* de Lope de Vega; escreveu e imprimiu uma carta sobre o que aconteceu em Roma ao dr. Nicolau Monteiro, representante de Portugal junto da curia romana. Em 1647 e 1648 ainda escreveu e imprimiu outros trabalhos de utilidade, e em janeiro de 1649 imprimiu um tratado de *Architectura militar ou fortificação moderna*. Ainda tencionava escrever outros livros, mas a sua prisão lh'o não permittiu. O Santo Officio teve noticia da primeira edição da obra *El politico christianissimo*, e censurou e mandou riscar algumas das suas proposições que julgou contrárias á fé e ao santo tribunal. Appareceu a segunda edição, e foi do mesmo modo observada minuciosamente e riscada nos pontos em que convein; ainda houve mais censuras. Tendo chegado a Lisboa Fernandes Villa Real em 7 de abril de 1649, foi chamado á Mesa, na Inquisição, sendo ali examinado ácerca das proposições censuradas, e retirou-se em liberdade. Fr. Ignacio Galvão, um dos censores da obra, entendia ser necessario proceder-se contra este homem e desvial-o de que pudesse no reino confirmar com a sua presença e doutrina o que dava a entender no livro, o qual, reparava o perspicaz promotor, acabava por um *vivissimus in spe* muito ajudaizado. Havendo tambem denuncia de que trouxera livros prohibidos, resolveu-se que o delato fôsse recolhido no carcere da penitencia, e em 30 de outubro entrou n'um dos medonhos carceres d'aquelle tenebroso tribunal, onde esteve tres annos, até sair para o supplicio. O seu principal denunciante foi o padre fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo, para satisfazer vinganças mesquinhas do tempo em que estivera com elle em França. O frade, apenas Villa Real chegou a Lisboa, fôra procurar o inquisidor geral, e denunciou-o pelas suas relações com pessoas desaffectas ao Santo Officio; não proseguiu nas suas diligencias, mas em outubro, vendo as grandes protecções de que dispunha, novamente o denunciou no dia 15, de que resultou a prisão na data citada. A denuncia principal era que se inclinava á lei de Moisés, que tinha contratos, sem ser pelo commercio, com os judeus de Paris, de Ruão, e d'outros portos do norte da França, e d'elles recebia livros da sua seita, etc. O processo de Fernandes Villa Real, na Inquisição, é dos mais curiosos, e foi extractado no *Occidente*, de 1894, vol. XVII, pelo erudito academico sr. Ramos Coelho, que publicou o seu estudo em separado. Tambem está referido largamente no *Diccionario bibliographico*, vol. XVI, pag. 189 a 209, e no vol. V do *Summario de varia historia*, do dr. Ribeiro Guimarães. No seu romance historico *O olho de vidro*, Camillo Castello Branco tambem trata de Manuel Fernandes Villa Real, e transcreve a sentença, a que foi condemnado. Pouco depois de ser preso, fez uma declaração em que minuciosamente contava todos os passos da sua vida. Villa Real confiava muito nos serviços que prestara, e nas relações de amizade que entretinha com muitas das principaes pessoas da côrte. De nada lhe serviu, depondo mesmo contra elle muitas pessoas que se diziam seus amigos, até o proprio marquez de Niza. A sentença foi proferida, condemnando-o á morte de garrote e na fogueira no auto da fé, que se devia realisar no dia 1 de dezembro de 1652. Chegou fidalmente este dia, e emquanto Portugal festejava o 12.º anniversario da sua independencia, celebrava-se o tenebroso auto da fé, em que soffreram morte affrontosa alguns desgraçados judeus, contando-se entre elles Manuel Fernandes Villa Real, que era christão novo, e que a Inquisição condemnara por herege, sem que attendesse aos numerosos serviços feitos ao paiz. D. João IV, a rainha D. Luiza de Gusmão, o principe, os infantes e a côrte assistiram áquelle horroroso espectaculo, em que uma das victimas foi o primeiro portuguez que no extrangeiro auxiliara a restauração de Portugal.

Fernandilho. Pov. na freg. de S. Pedro, de Vaqueiros, conc. de Alcoutim, distr. de Faro.

Fernandinho. Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu, de Povoa de Agrações, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. ‖ S. Mamede, de Ventosa, concelho de Torres Vedras, districto de Lisboa.

Fernando I, *O Formoso*; 9.º rei de Portugal. Nasceu em Lisboa a 31 de outubro de 1345, onde tambem falleceu a 22 de egual mez de 1383. Teve o cognome de *formoso* pela gentileza do seu porte. Era filho de D. Pedro I e de sua mulher, a rainha D. Constança, que falleceu ao dal-o á luz, deixando-o assim orphão dos carinhos maternaes desde o nascimento. Por morte de seu pae, succedida em 18 de janeiro de 1367, subiu ao throno, contando 21 annos de edade. A natureza concedera-lhe liberalmente todos os dons para se fazer amar do seu povo, mas a sua politica ruinosa, os escandalos que provocou, o seu caracter voluvel, louca prodigalidade e a immoralidade do seu viver, não tardaram a excitar a geral indignação, e causaram a Portugal irreparaveis damnos. D. Fernando era ambicioso, apezar da sua indolencia, grande predilecção pelos prazeres amorosos, e do seu pouco gosto pelas batalhas. Quando D. Pedro, o *cruel*, foi morto por seu irmão bastardo, D. Henrique de Trastamara, tambem pretendente ao throno de Castella, refugiaram-se em Portugal muitos fidalgos partidarios do vencido, e que tinham luctado em sua defeza. Estes fidalgos despertaram a ambição de D. Fernando, aconselhando-o a que fizesse valer os seus direitos á corôa, por sua mãe, D. Constança, promettendo-lhe que muitas cidades castelhanas seguiriam o seu partido, facto que effectivamente se deu; o povo portuguez reprovava a guerra, que só poderia ser favoravel a esses estrangeiros que D. Fernando tanto esti-

mava, mas o rei só attendia á sua ambição e, para realisar os seus intentos, não duvidou em se alliar com o rei moiro de Granada, deixando-o apoderar-se das terras que fôssem do seu partido, e permittindo-lhe que chamasse para o soccorrerem os correligionarios africanos. O neto de D. Affonso IV, vencedor do Salado, sacrificava assim á sua ambição pessoal uma grande parte da peninsula christã, que seu avô tão briosamente havia defendido. Ao mesmo tempo solicitava a alliança do rei de Aragão, dando-lhe as cidades que conquistasse, e compromettendo-se a pagar-lhe desde logo um subsidio. Aos fidalgos castelhanos que se diziam seus partidarios, concedia todas as mercês, distribuindo por elles as terras de Portugal. D. Fernando, depois de tomar estas precauções, que julgava propicias para alcançar o que desejava, invadiu a Galliza que se declarara a seu favor, mas provou logo a sua incapacidade militar e falta de gosto pelos exercicios bellicos. Na verdade, D. Henrique, apenas soube d'esta invasão, marchou para Galliza com um forte exercito, e D. Fernando, não só se retirou precipitadamente, mas confiando a D. Alvaro Pires de Castro o cuidado de dirigir a retirada, metteu-se n'uma galé e fugiu para o Porto. D. Henrique atravessou o Minho, entrou em Portugal, tomou Braga, e não podendo render Guimarães, passou a Traz-os-Montes, que devastou, tomando Bragança, Vinhaes e Miranda, e não proseguiu nas suas conquistas, porque o rei moiro de Granada atacando a Andaluzia, o obrigou a partir em soccorro da sua fronteira meridional. D. Fernando fôra para Coimbra presenceando indifferente e de longe a devastação do seu reino. Depois, ao passo que pedia em casamento a filha do rei de Aragão, e lhe enviava importantes quantias para lhe subsidiar a alliança e animal-o a fazer a guerra a Castella, negociava a paz com o rei D. Henrique, tratando egualmente o casamento com uma sua filha. As pazes afinal assignaram-se em Alcoutim em condições não muito desfavoraveis para Portugal, e com a clausula de se realisar o casamento de D. Fernando com D. Leonor de Castella. O rei de

D. Fernando I

Aragão ficou furioso, e para se vingar prendeu o thesoureiro portuguez Affonso Baraceiro, que lhe levára o subsidio de D. Fernando, e confiscou-lhe todo o dinheiro que ainda tinha em seu poder. As enormes despezas da guerra, a perda de tanto dinheiro com o rei de Aragão, as largas mercês concedidas aos fidalgos castelhanos haviam reduzido o fisco portuguez a taes difficuldades que D. Fernando viu-se obrigado a recorrer á medida da alteração das moedas. Era um recurso ficticio, de que resultou a carestia de tudo, tendo o rei de fixar taxas ao preço dos generos, vexame que fez desapparecer os generos do mercado, e produziu a fome. Como se não bastassem tantas desgraças, o futuro ainda preparava um quadro mais tenebroso; a paixão louca de que D. Fernando se possuiu por D. Leonor Telles de Menezes, mulher dissoluta, perigosa e perversa, que tanto influiu no seu animo, veiu completar a obra da ruina e perdição do reino. D. Leonor Telles era formosa, casada com um fidalgo chamado João Lourenço da Cunha, e irmã de D. Maria Telles, dama de D. Beatriz, filha de D. Ignez de Castro e irmã de D. Fernando, que vivia no mesmo paço real, passando por entreter criminosa intimidade com o proprio irmão. D. Leonor Telles costumava visitar sua irmã; n'uma d'essas visitas viu D. Fernando nos aposentos de D. Beatriz, e sentiu por elle uma paixão violenta e impetuosa. D. Fernando falou a D. Maria Telles, manifestando o amor que os encantos da irmã lhe despertara n'alma, porém D. Maria Telles, muito differente de D. Leonor, era uma senhora honestissima, e repelliu as confidencias do soberano, dizendo que não concorreria nunca para que sua irmã fôsse amante do rei. D. Fernando allegou que a queria para sua mulher, contando obter o divorcio de D. Leonor, a pretexto d'um parentesco longinquo entre ella e seu marido. Era o que D. Leonor Telles desejava, iria ser rainha, o que muito satisfazia á sua ambição. O divorcio obteve-se, a dispensa de Roma não se fez esperar; João Lourenço da Cunha, sabendo o que se passava, abandonou sua mulher, preferindo o divorcio aos perigos que poderia correr, sujeitando-se á colera d'el-rei, e refugiou-se em Castella. (V. *D. Leonor Telles*, e *Cunha, João Lourenço da*). Vencidos assim os obstaculos, o casamento realisou-se em segredo, em 1371, na egreja do convento de Leça do Balio. Pela segunda vez teve D. Fernando de desmanchar um casamento ajustado por tratados. O rei de Castella, assim como o de Aragão, acceitou as desculpas, mas vingou-se modificando o tratado d'Alcoutim com clausulas novas, todas em sua propria vantagem. Quando se tornou publico o casamento de D. Fernando, a opposição foi energica e vehemente; em Lisboa rebentou uma revolução, que obrigou o monarcha a fugir para Santarem, mas que foi cruelmente castigada, sendo os chefes presos e condemnados á morte. Em 1372 achavam-se no Porto os dois conjuges, sendo então D. Leonor Telles reconhecida como rainha de Portugal por toda a côrte; houve, porém, um fidalgo que se recusou a beijar-lhe a mão, foi D. Diniz, filho de D. Pedro I e de D. Ignez de Castro, e por isso teve de fugir para Castella (V. *Diniz, D.*). Veiu depois a guerra com Castella, que foi bem desastrosa. D. Henrique que atravessou Portugal quasi sem encontrar re-

sistencia, e veiu pôr cêrco a Lisboa, terminando a guerra com uma paz humilhante assignada em 19 de março de 1373. O reino conservou-se durante 5 annos em completa paz, e esses 5 annos fôram empregados em tomar providencias uteis e em administrar sensatamente, e foi essa a parte brilhante d'este reinado. D. Fernando tomou então medidas muito sensatas sobre o desenvolvimento da agricultura e da marinha, construiram-se navios, Lisboa foi circumdada de muralhas, fizeram se leis repressivas da mendicidade; leis animadoras do commercio; tomaram se medidas energicas contra os abusos da nobreza. No que respeita á conveniencia dos estudos mereceu um certo louvor. Fez manter e guardar os privilegios da Universidade de Coimbra, dando provas de que tomava muito a peito auxiliar os estudos do reino. Em 1376 impetrou do papa Gregorio IX uma bulla, para que se déssem graus de bacharel em qualquer licita faculdade, e se usassem as insignias d'estes graus. A provisão de 3 de junho de 1377, pela qual transferiu a Universidade para Lisboa, faz vêr que mandára vir de reinos extrangeiros alguns homens de instrucção para regerem cadeiras no *Studo*. E' muito curiosa a clausula d'essa provisão, na parte em que dá a razão da transferencia: «E vendo e considerando, que se o nosso Studo que ora staa na Cidade de Coimbra, fosse mudado na cidade de Lisboa, *que na nossa terra poderia aver mais letrados*, que averia, se o dito Studo na dita Cidade de Coimbra estevesse, *por alguns lentes, que de otros regnos mandamos vir, nom queriam leer se nom na cidade de Lisboa*... mandamos que o dito Studo, que ora staa na dita cidade de Coimbra, seja em a dita cidade de Lisboa pela guiza que ante soya estar.» Provisões em grande numero abonam o interesse que lhe merecia a Universidade, e o quanto se empenhou em promover os commodos dos lentes e dos estudantes, e em fazer guardar os foros, regalias e privilegios da mesma Uuiversidade. Nos principios do anno de 1378 iseutou-a de pagar dizimas e portagens de todas as cousas que fôssem trazidas para mantimentos das pessoas da mesma Universidade, assim por terra como por mar; mandou a todos os officiaes d'estes direitos que os não percebessem, sem embargo de qualquer defeza ou mandado em contrario, e que os respectivos escrivães registassem em seus livros esta provisão. Pouco tempo, porém, durou este movimento moralisador; infelizmente a sensualidade e a ambição, os dois vicios predominantes de D. Fernando, prejudicaram sempre o bom effeito da sua administação. A devassidão propagara-se de tal fórma, que a impudencia era completa. Os amores escandalosos da rainha com o conde de Andeiro, fidalgo hespanhol (V. *Andeiro)* não tardaram a tornar-se publicos, e o desejo incessante de cingir a corôa de Castella, lançava de novo o monarcha em deploraveis luctas. Foi o proprio conde Andeiro quem preparou a guerra, servindo como negociador secreto entre Portugal e Inglaterra para uma nova alliança contra Castella, aproveitando duplamente o mysterio em que essas negociações se envolviam para estar a sós com el-rei tratando de enganar Castella, e com a rainha tratando de enganar a el-rei. Em resultado d'estas negociações veiu a Portugal o principe conde de Cambridge com um pequeno exercito. Então todas as desgraças caíram a um tempo sobre o reino; a guerra assolava as fronteiras sem resultado de especie alguma; no mar a nossa esquadra soffreu uma terrivel derrota; os nossos alliados, os inglezes, praticavam as maiores atrocidades nas provincias; D. Leonor Telles enganava descaradamente o marido, exercendo grande imperio no seu espirito, chegando a arrancar-lhe uma ordem para se mandar matar D. João, o mestre de Aviz, que ella detestava, o qual foi salvo milagrosamente por um servidor fiel. A Egreja christã estava dividida pelo grande schisma do Occidente, e D. Fernando, que em religião tinha tão absoluta falta de principios como em moralidade, e com o seu caracter voluvel, ora reconhecia um papa ora reconhecia outro, com grave perturbação da consciencia dos seus subditos. No fim de tantos desastres, fez se a paz, dando D. Fernando sua filha D. Beatriz em casamento ao novo rei D. João I de Castella. Era uma perfidia, porque D. Beatriz, apezar de muito creança ainda, já fôra desposada com um filho do conde de Cambridge, por isso o fidalgo inglez saiu furioso de Portugal. A paz assignou se em 1383. D. Fernando sentia-se muito doente, e conhecendo que a morte se aproximava, pediu os sacramentos da Egreja, e lamentou e chorou amargamente as faltas que em toda a sua vida commettera. Teve tres filhos do seu matrimonio: D. Affonso e D. Pedro, que morreram logo depois de nascerem e D. Beatriz que foi rainha de Castella, mulher de D. João I, filho de D. Henrique de Trastamara Teve tambem uma filha bastarda, que casou com o conde de Gijon, filho bastardo do referido monarcha castelhano D. Henrique.

Fernando II *(D)*. Duque de Saxe-Coburgo-Gotha; rei de Portugal pelo seu casamento com a rainha D. Maria II. O seu nome completo era Fernando Augusto Francisco Antonio N. em Coburgo a 29 de outubro de 1816, fal. em Lisboa, no paço das Necessidades, a 15 de dezembro de 1885. Era filho do principe Fernando Jorge Augusto, duque de Saxe-Coburgo-Gotha, e de sua mulher, a princeza de Kohary, D. Maria Antonia Gabriella, filha e herdeira de Francisco José, principe de Kohary, senhor de Casabrag e d'outras terras da Hungria. Recebeu uma excellente educação, revelando logo o seu aprimorado talento artistico. Tendo D. Maria II enviuvado aos 16 annos, do seu primeiro marido, o principe Augusto de Leuchtemberg, foi D. Fernando o escolhido para novo esposo da soberana. O conde de Lavradio, D. Francisco d'Almeida Portugal, dirigiu as negociações d'este casamento, e teve o encargo de assignar o contrato matrimonial, assignatura que se realisou em 1 de dezembro de 1835, representando o conde de Lavradio a rainha, o barão de Carlowitz o duque reinante de Saxe-Coburgo, e o barão de Stockmar o principe Fernando, seu pae. N'este contrato estipulava-se que o casamento seria em Lisboa, segundo o rito da religião catholica, que logo depois do casamento receberia o principe uma pensão annual de reis 50:000$000, que se lhe conservaria por morte da rainha, no caso de ficar em Portugal, tendo então direito a um palacio para sua habitação, e 25:000$000 de reis se se retirasse para o estrangeiro; teria sempre a livre disposição dos seus bens, e os principes que nascessem d'este casamento não poderiam sair do reino sem autorisa-

ção das côrtes, nem poderiam casar sem autorisação da rainha ou do principe reinante. N'esse mesmo dia assignaram os mesmos plenipotenciarios um novo convenio, pelo qual o principe D. Fernando renunciou a parte que lhe coubesse da herança de sua mãe em terras da Hungria, em que se estipulava que a dotação do principe fôsse para as suas despezas pessoaes, continuando as despezas da Casa Real por conta da rainha, que essa dotação se elevaria de 50 a 100:000$000 de reis, em consequencia da sua renuncia á herança materna, logo que nascesse um principe herdeiro da Corôa, e que então receberia o titulo de rei; emfim que a rainha poderia conservar secretos estes artigos addicionaes, emquanto se não désse o caso do nascimento do principe. D. Maria II casou por procuração em 1 de janeiro de 1836, e logo no dia seguinte assignou o decreto nomeando D. Fernando marechal-general do exercito, e coronel honorario do batalhão de caçadores n.º 5. A 29 de março fôram nomeados para servir ás ordens os seguintes officiaes: Ferreira Sarmento, Vaz Parreira, Carlos Maria de Caula, Antonio, Francisco e Luiz de Mello Breyner, D. Manuel de Sousa Coutinho, e o conde de Saint-Léger da Bemposta. D. Fernando saiu de Coburgo, e atravessando a Belgica, embarcou em Ostende, vindo a bordo do vapor inglez *Manchester* para Lisboa, onde chegou a 8 de abril, celebrando-se a cerimonia do casamento no dia seguinte, assistindo já D. Fernando em 10, á cerimonia do encerramento das Côrtes. A sua nomeação de marechal-general foi pouco sympathica aos liberaes, e occasionou grandes discussões, mas o governo estava compromettido com a rainha, porque o principe D. Augusto já tivera essa dignidade, portanto não podia deixar de ser concedida a D. Fernando. No entretanto, o governo sempre receoso, conservou secretamente a nomeação até que o duque da Terceira, assumindo a responsabilidade, publicou o respectivo decreto em 4 de maio. No dia seguinte organisou-se a casa militar do novo commandante em chefe, sendo nomeado seu primeiro ajudante de campo o marechal Saldanha, e simples ajudantes de campo Gil Queiroz, Calça e Pina, Silva e Bastos. Em 4 de maio foi tambem D. Fernando eleito presidente da Academia Real das Sciencias. O partido radical passou a manifestar-se d'um modo decididamente hostil ao ministerio, a agitação augmentava por toda a parte, de fórma que a viagem de D. Fernando ao Porto e ás provincias passou completamente despercebida. Deu-se então o movimento conhecido pela *Belemzada* (V. *este nome*), e sendo depois extincto o commando em chefe do exercito, ficou reduzida a casa militar de D. Fernando a Saint-Léger, Calça e Pina, Ferreira Sarmento e o barão de Campanhã. O joven monarcha começou desde então a mostrar-se desvellado protector das bellas artes. A Academia das Bellas Artes de Lisboa foi fundada a 25 de outubro de 1836, e a rainha e D. Fernando declararam-se seus protectores. Por essa occasião prestou o monarcha um bom serviço ás artes portuguezas, salvando d'um inevitavel vandalismo o convento da Batalha, que visitara, e conseguindo que no orçamento das obras publicas se destinassem algumas verbas para a sua reparação e manutenção. Com o nascimento do principe real D. Pedro, em 16 de setembro de 1837, recebeu pela primeira vez o titulo de rei. Sendo eleito presidente do Conservatorio Real de Lisboa, mostrou logo quanto se interessava pelo desenvolvimento das artes scenicas em Portugal. D. Fernando era um artista distinctissimo, e bem mereceu o cognome de *Rei-Artista*, posto por Antonio Feliciano de Castilho, depois visconde de Castilho, n'um artigo que na *Revista Universal* publicou. Eram as artes o que mais preoccupava o seu fino espirito. Desenhava admiravelmente, tinha uma bella voz de barytono, de que sabia usar com mestria. Viam-n'o colleccionar obras de arte, animar os artistas portuguezes comprando-lhes quadros, auxiliando os estudos com o estimulo do seu applauso e com os recursos da sua bolsa. Apparecia em todas as festas que representavam um progresso artistico. Evitava a politica quanto possivel; caiu a constituição de 1838, restaurou-se a Carta, e D. Fernando tratava sobretudo das suas artes tão queridas, esforçava-se por salvar do abandono e do vandalismo os grandes monumentos portuguezes, Batalha, Mafra, Thomar e Jeronymos; comprava o convento da Pena, em Cintra, que tornou n'uma principesca residencia artistica. Em 1843 fez uma digressão com a rainha pelas provincias do Alemtejo e Extremadura; em 1845 fizeram nova excursão demorando-se alguns dias em Thomar, em casa do ministro do reino Costa Cabral, que n'essa occasião recebeu o titulo de conde de Thomar. Seguiu-se a revolução no Minho, chamada da *Maria da Fonte*, que deu origem á queda do ministerio. Restabeleceu-se o antigo commando em chefe, e D. Fernando foi chamado para exercer esse cargo. O monarcha nomeou para chefe do estado-maior-general o duque de Saldanha, que ao mesmo tempo era tambem nomeado commandante em chefe do exercito de operações. Seguiram-se graves acontecimentos, succederam-se mudanças politicas á victoria cartista, em 1851, o conde de Thomar malquistando-se com o duque de Saldanha, tratou-o violentamente, demittiu-o do seu cargo de mordomo-mór, o que deu logar a que o duque se pronunciasse, saindo de Lisboa á frente d'uma escolta de lanceiros, e indo sublevar os batalhões de caçadores n.ºs 1 e 5; vendo o resto do exercito um pouco hesitante, já imaginava a sua causa perdida, mas a conselho de José Estevão foi ao Porto e encontrou a guarnição d'aquella cidade insurreccionada em seu favor. A situação melhorava para o marechal d'um modo sensivel, e o governo de Lisboa viu a necessidade de entrar em campanha. D. Fernando reassumiu o commando em chefe do exercito, e marchou para Coimbra á frente d'uma divisão. Foi essa, comtudo, a hora mais amarga da sua vida. As tropas que o acompanhavam, estavam todas de coração com o marechal, os estudantes de Coimbra e as populações sentiam o mesmo enthusiasmo. Foi recebido em Coimbra quasi insultuosamente, e uma manhã viu-se desamparado por quasi toda a sua divisão. Regressou a Lisboa tristemente com o pequeno grupo de soldados que não o quizeram abandonar; o resto fugira para o Porto. A rainha viu-se obrigada a ceder, a demittir o conde Thomar e a encarregar o duque de Saldanha de organisar ministerio, entregando-lhe tambem o commando em chefe do exercito, que se viu obrigada, para maior humilhação, a retirar a

seu marido. Com a regeneração ficou o paiz mais socegado, e D. Fernando voltou á sua vida tranquilla e aprazivel, ás suas occupações predilectas; aos serões musicaes em que a sua bella voz de barytono lhe dava sempre um dos primeiros logares, á contemplação do seu phantastico palacio da Pena, em Cintra; á compra de objectos de arte, e á execução de encantadores trabalhos artisticos; entregando-se tambem um pouco a cortejar as damas, entretendo amores menos platonicos, que não eram muito do agrado da rainha. Dos seus trabalhos de gravura, apresenta-nos o conde. A Raczynski uma longa relação, no seu *Dictionnaire historico-artistique du Portugal*, de pag. 86 a 90. Esta relação, julga este escriptor prussiano, que é pouco mais ou menos, a mais completa das suas gravuras, exceptuando os primeiros ensaios, sendo algumas excellentes, tendo todas um irrecusavel testemunho do seu talento A. relação está ordenada por annos, a começar em 1837 e terminando em 1845, tendo todas a descripção e uma apreciação muito lisongeira. Em agosto de 1851 morreu o pae d'el-rei D. Fernando, e depois de tomar luto por seis mezes, deliberou a rainha fazer uma viagem pelo reino. A 15 de abril de 1852 saíram de Lisboa a rainha, D. Fernando, o principe real e o infante D. Luiz, e percorreram Villa Franca de Xira, Alcobaça, Leiria, Pombal, Coimbra e Porto, sendo por toda a parte recebidos com o maior enthusiasmo, principalmente em Coimbra e no Porto. D'esta ultima cidade passaram a Braga, Barcellos, onde pernoitaram na noite de 6 de maio, ardendo n'essa mesma noite o palacio em que se alojaram, o que poz em serio perigo a vida da familia real; seguiram a Vianna do Castello, voltando depois ao Porto e Coimbra, indo tambem a Montemór-o-Velho, á Figueira da Foz, á Marinha Grande, regressando finalmente a Lisboa. Um golpe terrivel veiu ferir o rei artista no anno de 1853, foi a 15 de novembro a morte da rainha D. Maria II, que apenas contava 34 annos de edade, deixando o principe real ainda menor, com 16 annos. O conselho de Estado reunido no paço das Necessidades, recebeu esta noticia, e foi logo em seguida cumprimentar el-rei D. Fernando, como regente, que declarou assumir a regencia em virtude da lei de 7 de abril de 1846, prestando o juramento legal. D. Maria II teve 11 filhos, 7 dos quaes sobreviveram á mãe: D. Pedro, D. Luiz, D. Maria Anna, D. João, D. Antonia, D. Fernando e D. Augusto; só 3 sobreviveram ao pae: D. Luiz, D. Antonia e D. Augusto, e actualmente existe apenas a infanta D. Antonia, duqueza de Saxe-Coburgo-Gotha. D. Fernando confirmou o ministerio que estava no poder quando a rainha morreu, e com elle governou os dois annos que durou a sua regencia. Este ministerio era presidido pelo duque de Saldanha, que tinha a pasta da guerra, Rodrigo da Fonseca Magalhães a do reino, Frederico Guilherme da Silva Pereira a da justiça, Fontes Pereira de Mello a da fazenda e a das obras publicas, e o visconde de Athouguia a da marinha e a dos negocios estrangeiros. A regeneração proseguiu na obra reformadora, que tinha iniciado. Estabeleceram-se os telegraphos electricos, a cidade do Porto teve illuminação a gaz, continuou-se o caminho de ferro do Norte e do Sul, reformou se a circumscripção administrativa, creou-se o recrutamento militar, concorreu Portugal á exposição industrial de Paris. D. Pedro V e o infante D. Luiz fizeram duas viagens ao estrangeiro, uma em 1854, outra em 1855, e a 16 de setembro d'este ultimo anno, tendo chegado D. Pedro V á maioridade de 18 annos. seu pae entregou-lhe o governo do paiz. D. Fernando, livre da regencia, resolveu fazer tambem uma viagem, e a 14 d'abril de 1856 partiu no vapor *Mindello* para Cadiz, seguindo depois a Sevilha, Gibraltar, Tanger e Granada, regressando a Lisboa a 6 de junho. Em 1857 assaltou o reino a epidemia da febre amarella, e D. Fernando concorreu com toda a generosidade para a caritativa instituição da sopa economica. Em maio de 1858 casou seu filho D. Pedro V com a rainha D. Estephania; em 1861 casou sua filha, a infanta D. Antonia, e n'este anno a morte veiu enlutar os paços reaes: em 6 de novembro falleceu o infante D. Fernando, e no dia 11 o rei D. Pedro V, cuja perda causou a maior consternação em todo o paiz. Os infantes D. Luiz e D. João estavam em viagem fóra de Portugal, e tendo D. Luiz de ser successor á corôa, D. Fernando novamente assumiu a regencia, apezar de não estar prevenida esta hypothese na referida lei de 7 de abril de 1846. A regencia durou só 3 dias, porque a 14 de novembro chegaram ao Tejo os dois infantes. D. Luiz foi acclamado rei, e D. João teve de ser victima tambem como seus irmãos da singular doença que atacara o paço das Necessidades, fallecendo a 27 de dezembro do mesmo anno de 1861. D. Luiz promulgou a nova lei de 12 de fevereiro de 1862, que dava a el-rei D. Fernando a regencia no caso da ausencia do reinante. A 6 de outubro de 1862 casou el-rei D. Luiz com Sua Magestade a rainha senhora D. Maria Pia. Tendo-se dado n'este mesmo anno uma revolta na Grecia contra o rei Othão, o qual se refugiara com sua mulher a bordo d'uma fragata ingleza, foi offerecido a D. Fernando o throno da Grecia, que elle rejeitou, dizendo que se considerava portuguez, e não que-

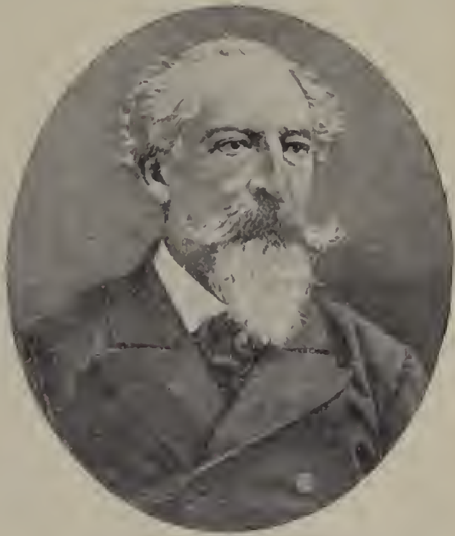

D. Fernando II

ria saír de Portugal, mesmo a troco d'uma corôa real. A 2 de maio de 1863 emprehendeu nova viagem ao estrangeiro; foi a Cadiz, atravessou a Hespanha, demorando-se a visitar as cidades mais notaveis, principalmente as que encerravam curiosidades artisticas, e em 1 de outubro regressou a Lisboa, a tempo de ser padrinho do principe real, seu neto, o actual rei senhor D. Carlos, que se baptisou a 19 do referido mez. A 2 de outubro de 1865, saiu de Portugal el-rei D. Luiz, com a rainha e seu filho D. Carlos, a visitar o rei de Italia, e novamente D. Fernando assumiu a regencia, desde 1 de outubro até 30 de dezembro do mesmo anno de 1865, dia em que os reaes viajantes regressaram a Portugal. No dia 19 de outubro de 1866, em que D. Fernando completava 50 annos, inaugurou-se a sua estatua na sala da Associação dos Artistas de Coimbra, tendo nas cinco faces do pedestal os bustos do poeta Sá de Miranda, do pintor Domingos Antonio de Sequeira, do esculptor Machado de Castro, do musico José Mauricio, e do architecto Affonso Domingues. O trabalho da estatua era de Frederico da Silva Alves Brandão. Em 1867 assumiu a regencia pela quarta vez, por terem D. Luiz e D. Maria Pia ido assistir á exposição de Paris. Foi a ultima vez que exerceu a regencia, a qual durou mez e meio. Em 1868 rebentou uma grande revolução em Hespanha, sendo a rainha Izabel expulsa do reino juntamente com todos os membros da familia real. O governo provisorio não quiz de fórma alguma que se estabelecesse a republica; lembraram-se de D. Fernando para seu rei, na esperança tambem de que no futuro se pudesse realisar a união ibérica por muitos desejada. D. Fernando, porém, fez constar officialmente que não acceitaria nunca a corôa de Hespanha, se lh'a offerecessem. Em 1869 com o casamento morganatico de D. Fernando com a condessa d'Edla, Elisa Hensler, realisado em 10 de junho em Bemfica na capella do palacio de S. Domingos, residencia da infanta D. Izabel Maria, renovou-se a questão ácêrca do throno de Hespanha, chegando a vir para Lisboa um novo ministro hespanhol, D. Angel de los Rios, para tratar especialmente d'esse assumpto. Houve as propostas mais vantajosas para D. Fernando, que por fim se decidia a acceitar, impondo além d'outras condições, que nunca as duas corôas pudessem reunir-se n'uma só cabeça. Como a união ibérica era o fim principal d'esta insistencia ficou terminada a questão, desistindo a Hespanha do seu intento. F. J. Pinto Coelho, na biographia d'el-rei D. Fernando, que escreveu, narra largamente este episodio. Em 1873 foi nomeado presidente da commissão que devia preparar a collaboração de Portugal na exposição de Vienna d'Austria, e teve sempre depois commissões identicas. Foi elle tambem em 1881, que presidiu á commissão organisadora da exposição da arte ornamental, e á sua iniciativa e á da condessa sua mulher, é que aquella exposição deveu o seu maior brilho. Havia uma sala exclusivamente adornada com objectos de que D. Fernando era expositor, e essa sala fôra arranjada pela condessa d'Edla com o mais fino gosto. Em 1877 foi com sua mulher e o infante D. Augusto visitar a exposição de Paris e a Suissa, e com a condessa voltou frequentes vezes ao estrangeiro, a fazer uso das aguas de Royat. D. Fernando começou pouco depois a soffrer a dolorosa enfermidade a que succumbiu. A sua morte foi muito sentida. O seu testamento é que causou uma deploravel impressão. Elle que fôra sempre um desvelado protector de todas as instituições beneficas e artisticas, que soccorria artistas pobres, viuvas e orphãos, nada deixava para as obras de beneficencia nem para obras de arte. A affeição que votava á condessa d'Edla fôra superior a qualquer outro sentimento. Deixou-lhe tudo de que a lei lhe deixava dispor, inclusivamente o castello da Pena, que o publico se costumava a chamar monumento nacional, que D. Fernando retinha no seu poder, mas que generosamente doaria por sua morte á terra que elle dizia ter amado tanto, ou pelo menos encorporaria nos bens da Corôa, legando-o a seu filho, rei de Portugal. A este respeito, o jornal *As Novidades* levantou uma violenta campanha, chegando a dizer que a parte referente ao castello da Pena não devia ser cumprida, pelas razões que expunha. Effectivamente a opinião publica começou a apaixonar-se por esse assumpto, que se liquidou d'um modo satisfatorio. D. Luiz encarregou o governo de tratar com a condessa d'Edla a cedencia do castello da Pena, e no fim d'algumas conferencias, a condessa acceitou a proposta que lhe fôra apresentada, cedendo por 300:000$000 reis, pagos em titulos segundo a cotação do dia, reservando, como usufructo, emquanto vivesse, uma parte que foi devidamente separada por um muro. A propriedade real da Pena continuou assim na posse da Corôa. D. Fernando tinha as seguintes honras: gran-cruz das ordens militares portuguezas, de Christo, de Aviz e de S. Thiago, de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa e da Torre e Espada; a medalha militar de ouro por bons serviços; cavalleiro da ordem do Tosão de Ouro, de Hespanha e da Santissima Annunciada, da Sardenha; gran-cruz da ordem de Ernesto Pio, de Saxe-Coburgo-Gotha; de Santo Estevão, da Austria; do Cruzeiro do Sul, de D. Pedro I, e da Roza do Brazil; de Leopoldo, da Belgica; das ordens da Corôa e do rei Frederico Augusto, de Saxonia; da Aguia Negra e da Aguia Vermelha, da Prussia; de Santo Alexandre Newsky, de Santo André, de Sant'Anna, e da Aguia Branca, da Russia; da Legião de Honra, de França; do Elephante, da Dinamarca; do Leão Neerlandez, dos Paizes Baixos; dos Serafins, da Suecia; de S. Fernando, de Napoles.

Fernando *(D).* Filho bastardo de D. Affonso Henriques. Foi alferes-mór do reino.

Fernando *(D).* Infante, filho d'el-rei D. Sancho I, e de sua mulher, a rainha D. Dulce. N. a 24 de março de 1188, fal. em Noieu a 4 de março de 1233. Foi um dos mais valorosos capitães do seu tempo. Casou em 1211 com Joanna, condessa e senhora proprietaria dos Estados de Flandres, filha do conde Balduino, que foi depois imperador de Constantinopla. Nas guerras que se deram entre a França e a Inglaterra, Flandres declarou se contra a França, e D. Fernando foi um dos primeiros generaes na batalha de Bovinas, na qual commandava a ala direita, e Reginaldo, conde de Bolonha, a esquerda; na parte contraria achava-se Filippe Augusto, rei de França, e o duque de Borgonha. A victoria foi favoravel aos francezes, e o infante D. Fernando ficou prisioneiro, havendo obrado taes proezas, que cansaram admiração aos proprios inimigos. O infante

foi levado para Paris, e ali o reteve muitas annos o rei Filippe Augusto, preso na torre do Louvre. A condessa Joauna correu em sua defeza, mas as concessões que fez ao rei trouxeram a paz e não conseguiram a liberdade do prisioneiro. Obrigada a refugiar-se junto de Filippe Augusto por causa d'um movimento popular, tratou com o rei que D. Fernando seria solto mediante 50:000 libras, a cedencia de Lille, de Douai e de Ecluse, e a renovação do juramento de vassallagem dos senhores e dos burguezes de Flandres. O infante pôde livrar-se da prisão só em 1227 no tempo de Luiz IX (S. Luiz), por mediação da rainha D. Branca, mãe d'este monarcha. Teve depois guerra com Henrique, duque de Brabante, e vindo a batalha, o venceu, e levou preso a Flandres. Passou mais tarde a compôr grandes turbulencias no condado de Namur, excitadas por Henrique de Luxemburgo, onde ganhou muitas praças por assaltos, outras por cêrco, reduzindo assim á antiga sujeição todo aquelle paiz. O infante D. Fernando não se distinguiu só na guerra, tambem na direcção do Estado deu repetidas provas de bom governo.

Fernando *(D)*. Infante, filho de D. Affonso II e da rainha D. Urraca, conhecido pelo nome de *infante de Serpa*, por ter estabelecido a sua residencia em Serpa, senhorio que lhe dera seu irmão D. Sancho II, depois d'elle ter cedido á Corôa, a troco d'uma certa somma, tudo quanto possuia, tanto o que herdara de seu pae e de sua irmã D. Leonor, princeza de Dinamarca, como o havido de outra origem. Raras vezes frequentava a côrte, mas apezar d'isso servia D. Sancho com sincera vontade, como principalmente o demonstrou na questão que resultou da successão de D. Paio, bispo de Lisboa. Quando falleceu este prelado, dois pretendentes disputavam a mitra: Sancho Gomes, que tinha a seu favor as sympathias da Corôa, e mestre João, deão da Sé, que era muito estimado em Roma. A escolha do cabido recaiu no deão, mas tendo Sancho Gomes tambem obtido alguns votos dos capitulares, o partido da côrte de que o infante de Serpa se tornou então o chefe, tomou a seu cargo fazer com que o deão cedesse o campo ao seu adversario. D. Fernando entrou em Lisboa acompanhado de homens d'armas, apoderou-se de tudo quanto possuia mestre João, incendiou-lhe a casa, sequestrou os bens de todos os parentes, e como fôsse avisado que os familiares haviam escondido na egreja differentes alfaias, correu sobre elles, mas ao vêr as portas fechadas, ordenou aos homens d'armas que arrombassem o tecto, e descessem a abril-as. Os homens d'armas recusaram-se a violar o templo, e o senhor de Serpa não desistindo do seu intento, chamou alguns sarracenos, dos muitos que residiam em Lisboa, e esses, menos escrupulosos, obedeceram promptamente, commettendo os maiores sacrilegios e sem attenderem a consideração alguma, derrubaram a cruz que estava no altar, espalharam pelo pavimento da egreja os santos oleos e as particulas sagradas. A noticia d'estas sacrilegas violencias chegaram a Roma, e o papa Gregorio IX ordenou logo terminantemente que o rei de Portugal désse prompta satisfação ao clero por tantos aggravos, acompanhando esta ordem com as mais terriveis ameaças e com o interdicto fulminado sem misericordia. D. Sancho II curvou-se submisso ás imposições da curia romana, e n'essa humilhação o acompanhou o infante D. Fernando, que, cheio de remorsos saiu de Portugal, e foi a Roma lançar-se aos pés do pontifice, que lhe perdoou o ultrage, condemnando-o, porém, a penitencias as mais severas, que o infante religiosamente cumpriu, restituindo tudo quanto sequestrára, e tambem resgatasse até onde o permittissem as suas forças, e conforme a vontade dos prelados, os damnos e affrontas feitas em geral á Egreja. Determinou-lhe egualmente rigorosos jejuns e humilhantes cerimonias a que teve de sujeitar-se, entre as quaes se contava a de ser açoitado á porta da egreja que desacatára, impondo-lhe além d'isso a obrigação de guerrear durante tres annos os sarracenos, e de ser em Portugal o defensor a todo o transe das immunidades ecclesiasticas. Não contente com estes castigos, a curia teve a habilidade de semear a discordia entre os dois irmãos, autorisando o infante a recobrar a parte dos bens que tinha herdado por morte de D. Leonor de Dinamarca, servindo de pretexto que o contrato da cessão feito com D. Sancho sobre esses bens, não podia ser válido, por ser ainda menor o infante quando se realisou. Regressando á patria tomou parte nas guerras contra os infieis dirigidas por D. Sancho, mas quando este soberano se entregou á inacção, D. Fernando, resolvido a cumprir exactamente a penitencia que lhe fôra imposta, passou a Castella, e casando com uma filha do conde Fernando Nunes de Lara, fez-se vassallo de Fernando III. Depois d'esta epoca ainda ha noticia de que o infante de Serpa serviu sob os pendões do principe D. Affonso, mais tarde Affonso X, contra os sarracenos. Desde o anno de 1243 mais nada se sabe ácêrca d'este irmão de D. Sancho II, o que faz acreditar que fallecesse n'essas guerras.

Fernando *(D.)*. Filho bastardo de D. Affonso III, e de D. Chamôa Gomes, filha do conde D. Gomes Nunes. Professou na ordem dos Templarios, e n'uma discordia que teve com outros freires militares, foi assassinado, sendo sepultado na egreja de S. Braz, de Lisboa.

Fernando *(D.)*. Um dos muitos bastardos de el-rei D. Diniz, mais conhecido pelo nome de *Fernão Sanches*. Foi muito predilecto de seu pae, que o encheu de mercês, e casou com D. Froilhe Annes de Briteiros.

Fernando *(D.)*. O infante santo; 8.º filho de D. João I e da rainha sua mulher, D. Filippa de Lencastre. N. em Santarem a 29 de setembro de 1402, fal. nos carceres de Fez em 5 de junho de 1443. Era senhor da villa de Salvaterra de Magos e seu termo, com as jurisdicções e padroados pertencentes á Corôa, tudo de juro e herdade, e para seus descendentes, por mercê de seu pae, feita na data de 21 de agosto de 1429. Foi educado com extremos de affecto, porque parecia ao principio extraordinariamente debil e de pouca vida, mas nem, por isso fôram menos perfeitos e cultivados o seu espirito e o seu caracter. Era ardentemente religioso, mas sem extremos supersticiosos. Empregava o tempo que lhe restava das suas praticas religiosas, em obras de piedade e no cuidado de sua casa e bons costumes dos domesticos, e na decencia da sua capella, a qual enriquecia, apezar de ter rendimentos inferiores aos dos irmãos, de

todos os paramentos, e fazia celebrar os officios divinos com magnificencia. Por morte de João Rodrigues de Sequeira, foi-lhe dado o cargo de perpetuo administrador e governador da ordem de Aviz, e dispensado para o ter, como teve em commenda, por bulla de Eugenio IV, do anno de 1434. Este mesmo pontificie lhe mandou offerecer o capello de cardeal pelo geral da ordem camaldulense, abbade de Santa Justina de Padua, D. Gomes Ferreira, nuncio d'este reino, o que elle recusou por humildade. Contava já 34 annos n'esta virtuosa quietação, mas como o seu animo não era menos cubiçoso de gloria, nem sentia menor valor para adquirir, a exemplo dos irmãos, um nome honroso na milicia, e para accrescentar mais seu estado, intentou sair do reino e ir a Inglaterra convidado das promessas de seu tio, Henrique IV, porém conhecendo o esforçado coração do infante D. Henrique, seu irmão, com que sempre zelava e procurava grandes empre-

D. Fernando o «Infante Santo»

sas, determinou passar com elle a Africa sobre a cidade de Tanger, e obtendo licença de el-rei D. Duarte, seu irmão, que ao principio tentou dissuadil-o d'aquelle proposito, preparou-se para a expedição. A armada saiu do porto de Lisboa em 22 de agosto de 1437, commandada pelo infante D. Henrique. Chegados a Tanger, e preparado o nosso exercito, os moiros atacaram em tão grande numero, soccorridos dos reis de Fez, Belez, Ta bilote e de Marrocos, que, apezar de ao princi pio se pelejar denodadamente, vendo-se em evidente risco de todos se perderem, fôram obrigados a render-se e a capitular, ficando o infante D. Fernando no poder dos barbaros, de quem furiosos se apoderaram em 17 de outubro do mesmo anno, com 4 fidalgos e alguns criados que se offereceram a acompanhal-os. Primeiro foi encerrado n'uma torre, onde esteve alguns dias, depois o transportaram para Arzilla, e ali soffreu muitas affrontas e improperios dos moiros durante 7 mezes successivos. No fim d'este tempo, vendo o senhor de Tanger, Zalá Benzalá, que de Portugal tardava a resolução das capitulações e a entrega da praça de Ceuta, que n'ellas se havia tratado, considerando o captivo seu, o fez passar a Fez no fim do mez de maio, entregando-o prisioneiro a Lazaraque, o moiro mais deshumano e mais barbaro, que então se conhecia. Encerrado n'uma estreita masmorra carregado de ferros, soffreu fóme e sede, e d'ali saía obrigado a exercer as mais vis occupações: limpar cavallos, varrer as estrebarias, a trabalhar na horta cavando, com o que trazia as mãos em chagas, etc. O infante soffria todos os tormentos com resignação e constancia, e do seu captiveiro escrevia a seu irmão, el-rei D. Duarte, aconselhando-o a que não entregasse a praça de Ceuta, que era mais importante do que a sua vida. Este rigoroso captiveiro ou mais propriamente martyrio, durou quasi 6 annos, até que falleceu. Os ultimos 15 mezes que viveu, passou-os encerrado n'uma escura casa contigua á latrina do alcaçar, sem ter com quem falasse nem a quem se pudesse queixar. Sendo conhecida a sua morte, Lazaraque mandou embalsamar o corpo, e para maior despreso e affronta para com o infeliz prisioneiro, o fez pendurar nú das ameias da muralha junto d'uma porta da cidade, atado pelas pernas com a cabeça para baixo; ali se celebraram jogos e festas em signal de triumpho. Passados 4 dias foi mettido n'um ataúde de madeira, e pendurado por cadeias sobre a mesma muralha, onde esteve muitos annos, até que no tempo de D. Affonso V, seu sobrinho, foi trazido a este reino, não concordando os chronistas no anno, nem a fórma como veiu transportado. Esteve depositado em Lisboa no convento do Salvador, e d'ali se transferiu para o convento da Batalha com grande pompa, sendo acompanhado pelos prelados e grandes do reino, ficando na capella de D. João I, seu pae, n'um tumulo de pedra, levantado como o de seus irmãos. Tem um altar particular onde se celebrava missa todos os dias. No retabulo está retratada a sua imagem com os grilhões, e nos varios successos de seus trabalhos. O infante D. Henrique tambem o mandou pintar no seu altar pela muita devoção que lhe consagrava. Sobre o seu tumulo está a sua estatua, em pedra.

Fernando *(D.).* Infante, filho de D. Duarte e da rainha D. Leonor, sua mulher. N. em Almeirim a 17 de novembro de 1433, fal. em Setubal a 18 de setembro de 1470. Quando seu irmão D. Affonso V subiu ao throno, foi D. Fernando jurado successôr á Corôa portugueza. Succedeu no ducado de Vizeu a seu tio, o infante D. Henrique, que o adoptou por filho e herdeiro. Foi duque de Beja (V. *este titulo*), senhor de muitas terras, 5.º condestavel do reino, 9.º mestre da ordem de Christo e 12.º da de S. Thiago. Dotado de genio aventuroso saiu secretamente do reino em 1452, dizem uns que para combater em Africa, asseveram outros que para ir visitar seu tio, D. Affonso, rei de Napoles, com a esperança de que este, por não ter filhos, o adoptasse por herdeiro. O monarcha, tendo conhecimento da partida do infante, ordenou ao conde de Odemira, capitão de Ceuta, que vigiasse o estreito para não deixar passar o navio em que fôsse D. Fernando, e este viu-se finalmente obrigado a voltar ao reino. Depois acompanhou seu irmão D. Affonso V nas guerras d'Africa, e em 1468, pondo-se á testa d'uma expedição, tomou a cidade de Anapé, a

qual arruinou, porque em consequencia da gran de extensão da praça, não podia lá deixar guarnição bastante para a sustentar e defender. Casou com a infanta D. Beatriz, sua prima, e filha do infante D. João. V. *Beja (Duques de)*.

Fernando *(D.)*. Infante, filho de el-rei D. Manuel e de sua segunda mulher, a rainha D. Maria. N. em Abrantes a 5 de junho de 1507, fal. a 7 de novembro de 1534. Era muito dedicado ás letras, e especialmente ao estudo de historia. Diz Damião de Goes, na *Chronica d'el-rei D. Manuel*, parte II, cap. XIX, que estando o infante em Flandres em serviço de seu irmão D. João III, lhe mandou pedir todas as chronicas que se pudessem achar escriptas de mão, ou imprimidas, em qualquer linguagem que fôsse. D. Fernando, segundo a tradição, reuniu uma boa collecção de livros de historia, com grande dispendio dos rendimentos da sua opulenta casa. D. João III o fez duque da Guarda e de Trancoso em 5 de outubro de 1530. Casou com D. Guiomar Coutinho, filha do 5.º conde de Marialva. V. *Coutinho (A infanta D. Guiomar)*.

Fernando *(D.)*. Infante, 7.º filho da rainha D. Maria II, e de seu marido, el-rei D. Fernando. Nasceu em Lisboa a 23 de julho de 1846, e fal. a 6 de novembro de 1861, victima da singular doença, que arrebatou tambem seus irmãos D. Pedro V e o infante D. João. O nome completo era D. Fernando Maria Luiz Miguel Gabriel Raphael Gonzaga Francisco de Assis Antonio Apolinario de Bragança e Bourbon Saxe Coburgo-Gotha. Era grã-cruz da ordem de N. S.ª da Conceição e tenente de caçadores n.º 5.

Fernando *(Mestre)*. Cirurgião do hospital de Todos os Santos, nomeado em 1539, e fallecido em 1547.

Fernando *(Casal do)*. Na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Tentugal, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || Pov. na margem direita do rio Zaire ou Congo, Africa Occidental, entre a ilha do Boi e o porto da Lenha. Fica encoberta pelo arvoredo. || Fortaleza na costa do conc. e distr. de Mossamedes, prov. de Angola, sobre o cabo Negro.

Fernando Pó. Ilha da costa occidental d'Africa, no golfo de Biafra, ao fundo do golfo da Guiné. E' a mais importante do golfo, pela posição geographica e pelo tamanho. Foi descoberta nos fins do seculo XV pelo portuguez Fernando Pó, cujo nome conservou. Pertence aos hespanhoes desde 1774.

Fernando Rei. Pov. da margem direita do rio Zaire, no distr. de Cabinda, a 33 k. da embocadura do rio.

Fernão Dias. Porto da ilha de S. Thomé, da prov. d'este nome, e na costa NE da Africa Occidental. N'elle desaguam as aguas do rio do Ouro. Tem bom ancoradouro, muito frequentado pelos navios que precisam fazer aguada. || Ponta ou cabo da bahia do mesmo nome, na costa NE da ilha de S. Thomé. || Roça na mesma ilha.

Fernão Domingues. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Ega, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra.

Fernão Gil. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Odeleite, conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Fernão Joannes. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda; 690 hab. e 179 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada na serra da Estrella, proximo da estrada da Guarda para Manteigas. O ordinario apresentava por concurso o vigario, que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10 com a séde em Mirandella. Em Fernão Joannes ha a importante industria de cobertores de lã.

Fernão João. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Fernão Luiz. Pov. na freg. de Sant'Anna de Azinha, conc. e distr. da Guarda.

Fernão Menino Pov. na freg. de S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Fernão Porco. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Fernão Vaz *(Monte de)*. Na freg. do Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja.

Fernão Velloso. Bahia na costa do distr. e prov. de Moçambique, Africa Oriental, ao N do distr. Em maio de 1830 começaram as obras d'uma fortaleza que não chegou a concluir se. A pov. tem est. telegraphica, aberta em 11 de agosto de 1903, permutando telegrammas com a metropole. || Rio da prov. de Moçambique. Desagua na bahia do mesmo nome. Solo productivo, margens insalubres. Boas madeiras de construcção, mattas espessas, bons pastos. Apparecem n'este rio hippopotamos, baleias e tartarugas.

Fernãozinhos. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Semide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Ferrã. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, do mesmo districto.

Ferradal. Pov. na freg. de Santa Maria, de Fiães, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Ferradeira. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, conc. e distr. de Faro.

Ferrador. Este officio tinha antigamente Regimento na Collecção dada pelo Senado de Lisboa em 1572. Pertencia então á *bandeira* de S. Jorge.

Ferradosa. Pov. e freg. de Santo Amaro, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. da Alfandega da Fé, distr. e bisp. de Bragança; 500 hab. e 116 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada ao N do rio Sabor. O reitor da freg. de S. Pedro, d'Alfandega da Fé, apresentava o vigario que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Assumpção, de Bouça, conc. de Mirandella, distr. de Bragança. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Miguel, de Marmeleira, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Assumpção e conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || N. S.ª do Rosario, de Valle de Figueira, conc. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu; tem caixa postal. || Designação de uma estação do caminho de ferro do Douro, entre a de Vargéllas e o apeadeiro de Alegria.

Ferrães. Pov. na freg. de S. Nicolau, de Mazarefes, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Ferragem. Pov. na freg. de Santa Leocadia e conc. de Baião, distr. do Porto.

Ferragudo. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. do Algarve, conc. de Lagôa, com. de Silves, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 1:854 hab. e 553 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e est. postal, permutando malas com Lagôa. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada na encosta d'uma serra, á entrada da bahia de Portimão, pouco acima da fortaleza de S. João. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. A mitra apresentava o cura, que tinha 70$000 réis. Tem uma egreja espaçosa, construida a requerimento da camara de Silves, a que esta freguezia pertencia, com o privilegio de nunca ser desannexada do seu termo, por carta de 21 de agosto de 1520. A freguezia foi erecta em 1749 pelo bispo do Algarve, D. Ignacio de Santa Thereza. Quando se deu a catastrophe do terremoto de 1 de novembro de 1755, o mar entrou pelas casas, destruindo mais de 20, mas não morreu ninguem. A escola de instrucção primaria foi fundada por decreto de 16 de novembro de 1839. Em Ferragudo ha uma fabrica de licores e outra de conserva de sardinha. A terra é fertil; exporta muito e optimo figo sêcco.

Vista geral do Ferragudo

Ferral. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Moutalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 768 hab. e 177 fog. Tem correio. A pov. dista 22 k. da séde do conc. e está situada a breve distancia dos rios Cavado e Rabagão. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. E' da Casa de Bragança, que apresentava o abbade, o qual tinha 300$000 réis de rendimento annual. A terra é muito fertil. Esta freg. está hoje reunida á de S. Pedro, de Covello do Gerez.

Ferrão *(Francisco Antonio Fernandes da Silva)*. Gran-cruz da ordem de S. Thiago da Espada, commendador da de Christo, par do reino, ministro de Estado, conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, antigo procurador geral da Fazenda, doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, socio da A. R. das Sciencias, deputado, etc. N. em Coimbra a 3 de julho de 1798, fal. em Lisboa em 1874. Era filho de Antonio Fernandes da Silva. Matriculou se na faculdade de Canones na Universidade de Coimbra, doutorou-se a 4 de junho de 1820. Em 1826 alistou-se como furriel na 6.ª companhia do batalhão dos voluntarios academicos, e partiu para a Beira onde entrou n'alguns combates; publicou depois um folheto em defeza do batalhão a que pertencia. Em 1828 foi nomeado pela Junta do Porto vice-conservador da Universidade, mas teve de fugir ás perseguições do partido absolutista. Terminada a guerra civil resolveu seguir a carreira judicial. De juiz da Relação de Lisboa, para que fôra nomeado em 1835, passou a procurador geral da Fazenda em 1836, conservando-se n'este cargo até março de 1847, sendo então elevado a membro do Supremo Conselho de Justiça. Em 22 de agosto d'esse anno tomou parte no ministerio, encarregando-se da pasta dos negocios da justiça, que exerceu até 18 de dezembro seguinte. Nomeado vogal da direcção do fundo especial de amortisação, foi demittido em novembro de 1850 pelo governo do conde de Thomar, sendo reintegrado em maio de 1851 em seguida ao movimento da Regeneração. Foi deputado n'algumas legislaturas, e em 5 de agosto do referido anno de 1851 novamente entrou no ministerio, como ministro da fazenda, pedindo a demissão no dia 21, para se justificar das accusações que lhe haviam feito no jornal *O Estandarte*, publicando por essa epoca um folheto para sua justificação. Sendo depois elevado ao pariato ainda em 1860 teve de se defender das accusações que lhe fizeram de haver querido exercer pressão sobre um juiz de direito, resultando d'estas accusações a camara dos pares se constituir em tribunal de justiça. Silva Ferrão publicou em sua defeza uma *Refutação á querella do procurador geral da Corôa.* Foi socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, passando a effectivo em sessão de 8 de abril de 1862. Escreveu: *Apologia dirigida á nação portugueza, para plena justificação do corpo de voluntarios academicos do anno de 1826, contra as falsas e calumniosas imputações forjadas ao mesmo corpo pelos inimigos*

do senhor D. Pedro IV, e da Carta Constitucional, Coimbra, 1827; n'este livro tem uma collecção de documentos, a relação dos individuos que compozeram o corpo dos academicos, e um extracto da sessão da camara dos deputados de 16 de março de 1827; *Repertorio commentado sobre foraes e doações régias*, Lisboa, 1848; 2 tomos; *O Cadastro e a propriedade predial, ou sobre a questão: se a organisação do cadastro póde ter logar em fórma que não só fique sendo o tombo da propriedade predial, mas fique servindo de seu titulo, para demonstração e prova do dominio e posse, e forneça base segura a um bom regimen hypothecario; relatorio offerecido á Commissão Geral do Cadastro*, Lisboa, 1849; *Observações analyticas sobre as principaes disposições da novissima reforma da Administração da Fazenda Publica estabelecida pelo decreto de 10 de Novembro de 1849; dirigidas ao ex.^{mo} sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, Antonio José d'Avila*, Lisboa, 1849; *Observações analyticas sobre o contencioso da administração da Fazenda Publica, regulado pelo decreto de 29 de Dezembro de 1849; dirigidas ao ex.^{mo} sr. Ministro, etc., Antonio José d'Avila*, Lisboa, 1850; *O uso e o abuso da Imprensa, ou considerações sobre a proposta de lei regulamentar do § 3.º do artigo 145.º da Carta Constitucional*, Lisboa, 1850; *Analyse critica e juridica, demonstrativa da improcedencia dos argumentos com que na Camara dos senhores Deputados foi sustentada a proposta de lei regulamentar do § 3.º do artigo 145.º da Carta Constitucional*, Lisboa, 1850; *Breves reflexões sobre o projecto de lei apresentado na Camara dos Dignos Pares do Reino pela sua Commissão especial com o parecer n.º 213 de 24 de Maio do corrente anno*, Lisboa, 1850; *O discurso do ex.^{mo} sr. Presidente do Conselho de Ministros, proferido sobre a questão da Imprensa, na Camara dos Dignos Pares, em sessão de 11 de Junho, refutado no que respeita á Analyse critica e juridica, etc.*, Lisboa, 1850; *A questão ácerca do fundo especial de amortisação*, Lisboa, 1850; *A questão do Alfeite; observações ácerca dos arrendamentos de longo praso, feitos pela Vedoria da Casa Real, aos srs. Duques de Saldanha e Conde de Thomar; offerecidas á Associação dos Advogados de Lisboa*, Lisboa, 1851; *A justificação do conselheiro F. A. F. da Silva Ferrão*, Lisboa, 1851; sobre este assumpto, além de varios artigos insertos em differentes jornaes, saíram tambem em separado os seguintes opusculos: *Verdadeiro estado juridico, politico e moral da questão do sr. conselheiro F. A. F. da Silva Ferrão, por um amigo da verdade*, Lisboa, 1851; *Resposta ao folheto intitulado «Verdadeiro estado juridico, politico e moral, etc.»* datado de 28 de outubro de 1851, e assignada por Luiz de Sousa da Fonseca Junior; *O sr. Luiz de Sousa da Fonseca Junior, e o amigo da verdade*, datado de 1 de novembro de 1851; *Duas palavras sobre a nova provocação do amigo da verdade, na questão do sr. conselheiro Ferrão*, datada de 28 de novembro de 1851. O dr. Silva Ferrão escreveu mais: *Codigo penal para os Estados da Prussia*, Lisboa, 1855; *Projecto de lei para um emprestimo nacional para os caminhos de ferro, estradas, pontes, docas, etc., offerecido á Camara dos Dignos Pares*, Lisboa, 1857; *Theoria do Direito penal, applicada ao Codigo penal portuguez, comparado com o Codigo do Brazil, leis patrias, Codigo e leis criminaes dos povos antigos e modernos; offerecida a S. M. I. o senhor D. Pedro II, Imperador do Brazil*, 1857; 8 tomos; *Credito predial; Codigo regulamentar, apresentado na Camara dos Dignos Pares de 12 de Julho*, 1858; foi traduzido em francez, e saiu com o titulo: *Code règlementaire du crédit foncier, présenté à la Chambre, etc Traduit par M. C. M. Avec une introduction et des notes de mr. Martons avocat*, etc. Bruxellas, 1858; *Relatorio dirigido ao Ministro dos negocios da Justiça, em 7 de maio de 1859 voltando da sua viagem a França e á Belgica*, Lisboa, 1859; *Refutação da querella dada perante a Camara dos Dignos Pares do Reino pelo Procurador geral da Corôa contra o digno par Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão, feita por elle mesmo*, Lisboa, 1860; *Parecer sobre o merecimento da causa de fallencia requerida e promovida pelo Banco de Portugal contra o commerciante da praça de Lisboa, sr. Thomaz Maria Bessone, dado em presença do accordão do Supremo Tribunal de Justiça, proferido em 7 de Março do corrente anno*, Lisboa, 1865; seguiu-se a este: *Additamento ao parecer sobre o merecimento da causa de fallencia, etc.*; *Diccionario elementar remissivo do Codigo civil portuguez com annotações e indicações juridicas*, Lisboa, 1862, 2 volumes.

Ferrão *(Francisco Henriques)*. Coronel de milicias de Manica. Fez parte do governo provisorio da provincia de Moçambique, que succedeu ao governador Paulo José Miguel de Brito, fallecido em 28 de janeiro de 1832. Demittiu-se, quando na provincia se proclamou a Carta Constitucional, a 10 de março de 1834.

Ferrão *(Joaquim José)*. Professor de ensino secundario em Gôa, etc. Escreveu: *Discurso que recitou ao... abrir e installar a nova escola de comarca em S. Mathias*, etc. Nova Gôa, 1842; *Poesias á felicissima inauguração do reinado de Sua Magestade Fidelissima El-Rei o Senhor D. Luiz I, recitadas e offerecidas ao... general visconde de Torres Novas*, etc. Nova Gôa, 1862; *Decimas dedicadas ás felicissimas bodas dos senhores reis de Portugal, D. Luiz I e D. Maria Pia de Saboya*, etc., offerecidas ao dito general e governador da India, Nova Gôa, 1862.

Ferrão. Pov. na freg. de Santa Maria, da Gavea, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Ferrão de Castello Branco *(Francisco)*. Fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo, governador da Torre de S. Julião, etc. Era natural de Lisboa, onde tambem falleceu a 15 de novembro de 1740. Era coronel do regimento de Peniche, quando foi feito prisioneiro dos hespanhoes em Ciudad Rodrigo em 1707. Quando falleceu, era governador da Torre de S. Julião. Escreveu: *Vida de S. Felix de Cantalicio, traduzida do francez*, Lisboa, 1716; *Methodo para comprehender a historia dos Papas, que contém o que se passou de mais particular em seus pontificados*, tradução do francez, Lisboa, 1719; *Modelo de conversação para pessoas polidas e curiosas; escripto pelo Abbade de Bellegarde em lingua franceza, e traduzido em portuguez*; 1.ª 2.ª e 3.ª Partes, Lisboa, 1734; 4.ª Parte, 1736, 5.ª e 6.ª Partes, 1739. Ferrão Castello Branco tem ainda mais traducções, que vem mencionadas na *Bibliotheca Lusitana*, 2.º vol. pag. 145.

Ferrari *(José de Mello)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto, que exerce actualmente clinica em Vizeu, e é medico do hospital da Misericordia da referida cidade. N. em Fragozella, no concelho de Vizeu, a 9 de novembro de 1850. E' filho de José de Mello. Defendeu these a 24 de julho de 1874. Escreveu: *Breves considerações sobre alguns assumptos importantes de pathologia geral da phtisica* (These), Porto, 1874; *Gangrena em geral; dissertação de concurso apresentada á escola medico-cirurgica do Porto*, Porto, 1874; *As amputações da coxa, perna, braço e ante-braço, encaradas pelo lado clinico; dissertação de concurso apresentada á escola medico-cirurgica do Porto*, Porto 1877; *Generalidades sobre aneurismas... dissertação de concurso apresentada á escola de medicina e cirurgia do Porto*, Porto, 1880.

Ferraria. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Purificação, de Alcanede, conc. e distr. de Santarem. ‖ S. Vicente, de Alfena, conc. de Vallongo, distr. do Porto. ‖ S. Pedro, de Barcarena, conc. de Oeiras, distr. de Lisboa. ‖ N. S.ª do O', de Barcouço, conc. de Mealhada. distr. de Aveiro. ‖ N. S.ª da Graça, de Commenda, conc. de Gavião, distr. de Portalegre. ‖ N. S.ª da Esperança, de Pataias, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. ‖ S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto. ‖ Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. ‖ S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco. ‖ S. Silvestre, do Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. ‖ Ponta ou cabo da ilha de S. Miguel, a 2:500 m. da costa; defronte d'esta ponta houve em 1811 uma formidavel explosão vulcanica, que destruiu muitos edificios da ilha, surgindo no mar um ilhéo, cessando então a explosão de substancias inflammadas, continuando os abalos subterraneos. Logo que estes findaram renovou-se a explosão, d'esta feita pavorosa. Volvidos 5 mezes, nada restava da ilha, que o mar desfez. Tambem é conhecida pelo nome de *Pico das Camarinhas*.

Ferraria de S. João. Pov. no freg. de S. Sebastião, de Cumieira, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Ferrarias. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Piedade, de Algoz, conc. de Silves, distr. de Faro. ‖ S. João Baptista, de Almansil, conc. de Loulé, do mesmo distr. ‖ O Salvador, de Aramenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre. ‖ Santa Maria e conc. de Extremoz, distr. de Evora. ‖ S. Paulo, de Maçãs de D Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. ‖ S. Sebastião, de Moiriscas, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. ‖ S. Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra. ‖ S. Pedro, de Vaqueiros, conc. de Alcoutim, distr. de Faro. ‖ Herdade na freg. de N. S.ª do Peso, conc. de Coruche, distr. de Santarem. ‖ Monte na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alcaria Ruiva, concelho de Mertola, districto de Beja.

Ferrarias Cimeiras e Ferrarias Fundeiras. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco.

Ferraz. Este appellido é nobre e antigo. Tem esta familia por armas, em campo vermelho seis bezantes de prata em duas palas, cada uma com tres faxas pretas; timbre cinco bezantes como os do escudo, postos em aspa.

Ferraz *(D. Affonso)*. Bispo da Guarda e esmoler mór de el-rei D. João I. Era natural de Aveiro.

Ferraz *(Alvaro)*. Engenheiro civil, chefe da expedição scientifica do Nyassa. N. em Castellões, conc. de V. N. de Famalicão, e pertence a uma das mais nobres familias do norte de Portugal. Fez um curso distincto que terminou em 1888. Desejando ser util á patria, partiu para a Africa na expedição de Serpa Pinto, em 1890, em que prestou muitos e bons serviços; entrou em combate capitaneando um bando de negros assoldadados, contra os selvagens makololos, que os inglezes incitavam em desfavor do dominio portuguez. A travessia d'Africa foi uma gloria para o considerado engenheiro, pela fórma brilhante como desempenhou essa commissão e outras de que se tem encarregado. Alvaro Ferraz é tambem um apreciado poeta, sendo egualmente conhecido por Alvaro de Castellões, por ter nascido na terra d'este nome. Muitas das suas poesias estão publicadas n'alguns jornaes, em que se contam *As Novidades* e *O Correio da Manhã*.

Ferraz *(Antonio Miguel da Costa de Almeida)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto, socio correspondente do Instituto de Coimbra; moço-fidalgo com exercicio no paço; administrador de concelho, etc. Nasceu em Barcellos, filho de Custodio da Costa de Almeida Ferraz de Gouvêa e de D. Maria do Carmo de Moraes Campello de Lemos e Vasconcellos. Tem exercido varios cargos importantes na sua terra natal. Como provedor da Misericordia, introduziu n'este estabelecimento grandes melhoramentos; sendo vice-presidente da camara municipal, ha poucos annos, a elle se deve a iniciativa da restauração do solar e paço em ruinas dos duques de Bragança, a fim de n'elle se fundar o museu e a bibliotheca municipaes. Como administrador do concelho, por sua iniciativa se reconstituiu o antigo pelourinho da villa de Barcellos. Sobre a sua ascendencia temos os seguintes interessantes apontamentos: E' neto de José Thomaz da Costa d'Almeida Ferraz de Gouvêa, senhor da Casa de Lavandeiras, em Barcellos, e uma das mais illustres da provincia do Minho, dos morgados de Relogio, do Hortal e de S. Miguel de Arcos, padroeiro da egreja da Misericordia de Fão, capitão-mór de Villa do Conde, etc., e de sua mulher D. Anna Maria de Araujo Pereira, filha de Domingos Antonio de Araujo Pereira, senhor da Casa do Salto, e de sua mulher D. Lourença Maria Alvares Pereira. E' segundo neto de José Antonio da Costa de Almeida Carvalho e de D. Josepha Antonia Ferraz de Gouvêa Lobo, senhores da dita Casa de Lavandeiras e de outros morgados, e aos quaes el-rei D. João V concedeu carta de brazão d'armas em 13 de julho de 1749 (Reg. no Livro 12 dos Brazões, a fols. 134). E' terceiro neto de Domingos da Costa de Almeida Carvalho e de D. Maria da Costa de Almeida, que tiveram brazão concedido em 8 de julho de 1749 (Reg. no Livro 12 a fols. 12). E' quarto neto de Fructuoso da Costa e Almeida, que foi familiar do Santo Officio e moço-fidalgo por ser filho do doutor Manuel da Costa de Almeida, cavalleiro da ordem de Christo, fidalgo

da Casa Real, lente de Canones na Universidade de Coimbra, desembargador do Paço (carta de 3 de setembro de 1698), do conselho de el-rei D. Pedro II, por carta de 16 de dezembro de 1698, e chanceller-mór do reino, como consta dos citados brazões. O sr. dr. Antonio Ferraz é, pela linha paterna, parente das familias mais illustres do Minho e nomeadamente dos senhores de Felgueiras-Simães, dos viscondes do Paço de Nespereira e dos Pinheiros de Barcellos, por sua setima avó, D. Maria Pinheiro de Gouvêa Lobo e de seu marido e primo João de Faria e Andrade, cavalleiro professo da ordem de Christo e procurador ás côrtes por Barcellos, descendente do famoso alcaide-mór do castello de Faria, Nuno Gonçalves de Faria. Pela linha materna o sr. dr. Antonio Miguel da Costa de Almeida Ferraz é neto de Antonio Cerqueira de Lemos Coelho e Vasconcellos e de sua mulher D. Anna Candida Correia Pereira de Sá Moraes Campêllo, irmã de João Felisberto Correia de Sá Moraes Campêllo, fidalgo cavalleiro da Casa Real, como se lê na sua sepultura, e a cujo avô materno, Antonio Pereira de Brito Campello, sargento mór de cavallaria, cavalleiro de Aviz e fidalgo da Casa Real, foi concedido brazão d'armas, por carta de 24 de outubro de 1774 (*Registo no Cartorio da Nobreza L.º 2.º fls. 38 v.*)

Ferraz *(Antonio Paes)*. Muito douto em Philosophia, Theologia e Mathematica. Era natural de Lisboa. Escreveu: *Prognostico e Lunario do anno de 1653, com todos os aspectos da Lua com o Sol e alterações do ar*, Lisboa, 1652; *Prognostico e Lunario do anno de 1660*, Lisboa, 1659; *Discurso astrologico das influencias da maior conjuncção de Jupiter e Marte, que succedera a 8 de agosto de 1660, observada e calculada para o meridiano de Lisboa*, Lisboa, 1661. N'esta obra prova o autor a seu modo, fundado nos principios e regras da astrologia judiciaria, e nas prophecias do Bandarra, que aquella conjuncção planetaria promettia a Portugal grandes augmentos e felicidades, e a corôa imperial a D. Affonso VI, então reinante. A historia nos mostra qual foi o complemento d'estes vaticinios.

Ferraz *(Diogo)*. Natural de Coimbra, e autor d'uma *Regra de viver em paz*, que se publicou em 1560 juntamente com o catecismo em verso composto pelo bispo-conde D. Fr. João Soares.

Ferraz *(Joaquim Simões da Silva)*. Escriptor, poeta, professor no Lyceu Nacional de Lisboa N. no Porto a 14 de janeiro de 1834, fal. em Lisboa a 26 de agosto de 1875. Destinado por seu pae a seguir a vida commercial, profissão a que elle tambem se dedicara, não tardou em mostrar certa repugnancia, aproveitando todos os momentos que lhe ficavam livres, no estudo das letras, para que tinha a maior vocação. Levado pelo ardente desejo de se instruir applicou-se com grande perseverança aos estudos preparatorios, e travando relações com Soares de Passos, Alexandre Braga e outros, que depois alcançaram bom nome entre os escriptores portuenses, começou a publicar algumas poesias nos jornaes litterarios do Porto n'essa epoca. Concluidos os estudos de humanidades matriculou-se na faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, em 1857 recebeu o grau de bacharel, estreitando-se durante essa epoca as suas relações com Soares de Passos, que lhe offereceu a sua poesia *O Firmamento*. Terminados os estudos universitarios voltou para o Porto, collaborou no *Litterario Popular*, semanario recreativo do Porto, e no *Jornal de Lisboa*, folha politica fundada pelo dr. Barbosa Leão, tendo a seu cargo parte da secção estrangeira, etc. Resolvido a seguir a carreira da advocacia, entrou para praticar, no escriptorio do jurisconsulto Almeida e Brito, tendo porém, vagado a cadeira de francez e inglez no Lyceu Nacional de Lisboa, apresentou-se ao concurso, e conseguindo ser nomeado, veiu fixar a sua residencia em Lisboa. Ao mesmo tempo que exercia as suas funcções de professor, collaborava em alguns jornaes litterarios, principalmente no *Archivo Universal*, que desde o começo foi o mais assiduo collaborador, e onde além de muitos artigos sobre instrucção e outros assumptos, publicou diversas poesias, entre as quaes se conta a que tinha por titulo *Italia*, escripta por occasião da guerra de 1859, e algumas versões de Schiller. Creando-se o Curso Superior de Letras, Silva Ferraz apresentou-se no concurso para a cadeira de philosophia transcendente, em que teve por oppositores D. José d'Almada e Sousa Lobo, imprimindo então as dissertações prescriptas pela lei, a primeira das quaes discutia a *Relação que ha entre o ecclectismo de Cousin e a philosophia allemã;* dissertação defendida em 6 de fevereiro de 1860, perante o jury de academicos da Academia Real das Sciencias. Foi reproduzida no *Archivo Universal*, tomo III, pag. 84, 101 e 115. Sendo depois accommettido por um amollecimento cerebral, abandonou completamente os estudos e os livros. Escreveu: *Harmonias da natureza*, Porto, 1852; são 8 trechos lyricos, publicados pelo autor aos 18 annos de edade, precedidos d'um juizo critico de Camillo Branco; *Resumo do cathecismo de Perseverança, ou exposição historica, dogmatica, moral e lithurgica da religião, desde a origem do mundo até os nossos dias; pelo abbade J. Gaume; versão em portuguez sobre a decima edição de Paris; seguido de uma analyse por Camillo Castello Branco*, Porto, 1853; *O verme roedor das Sociedades modernas, ou o paganismo na educação, por J. Gaume*, traduzido, etc. Porto 1856; *Cantos e lamentos*, poesias escolhidas, Porto, 1857; *Instrucção Publica*, artigo inserto no *Archivo Universal*, tomo I, 1859, n.ºs 1 e 2; *Tentativa philosophica: O eclectismo e a philosophia allemã;* saiu no tomo II, do referido *Archivo*, pag. 343, 354, e 375; *O ensino das linguas*; idem, pag. 165; *Varias poesias*, originaes e traduzidas, insertas no mesmo *Archivo; Macias o namorado; romance hespanhol em verso*, Porto, 1850; *Cantos juvenis*, Rio de Janeiro, 1854; *Bases fundamentaes da philosophia de Descartes, sua influencia no desenvolvimento da philosophia; these para o concurso da cadeira de philosophia do Curso Superior de Letras*, Lisboa, 1863; *Methodo para aprender inglez, segundo F. Alm, accommodado para o ensino dos lyceus portuguezes*, Lisboa, 1866; Na *Miscelanea poetica*, publicada no Porto em 1851, andam tambem muitas das suas poesias.

Ferraz *(José Duarte Machado)*. Foi o 1.º visconde de Santa Luzia. V. *este titulo*.

Ferraz *(José Libertador de Magalhães)*. Pharmaceutico pela Universidade de Coimbra, e estabelecido, socio da Sociedade dos Artistas da mesma cidade, e seu antigo vice-presidente. N. em Coimbra a 28 de setembro de 1834, sendo filho

de José Antonio Ferraz e de D. Rita Adelaide de Magalhães Ferraz. E' socio correspondente do Real Collegio dos Pharmaceuticos de Madrid e do de Barcelona; honorario da Sociedade Pharmaceutica Lusitana, correspondente do Centro Pharmaceutico Portuguez, e da Real Sociedade de Pharmacia de Bruxellas, honorario da Sociedade Fomento das Artes de Madrid. Foi antigo vereador da camara municipal de Coimbra. Tem o grau de cavalleiro da ordem hespanhola de Izabel a Catholica. Alcançou a medalha de ouro na exposição districtal de Coimbra em 1869. Tem collaborado em varios jornaes politicos e pharmaceuticos. Na *Revista de pharmacia*, do Porto, inseriu em 1859 um artigo intitulado, *Estudos botanicos;* forneceu alguns esclarecimentos importantes ácêrca dos estudos pharmaceuticos na Universidade para a *Gazeta de pharmacia*, de Pedro José da Silva. Em separado tem o seguinte : *Pharmaceuticos illustres de Hespanha na epoca presente; estudos biographicos*, publicação mensal, Coimbra, 1871. Este livro, segundo diz Seabra de Albuquerque na sua *Bibliographia*, anno de 1876, pag. 65, foi traduzido em hespanhol para o boletim do real Collegio de Barcelona, dando logar á continuação dos mesmos estudos, que não fôram impressos em Portugal. Escreveu mais: *Pharmacia; estudos bibliographicos*, Coimbra, 1876. N'este opusculo vem uma analyse aos *Elementos de pharmacia*, de Candido Xavier Rodrigues Cordeiro, publicados em 1874.

Ferraz *(Luiz Pedreira do Couto)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em Minas de Goyaz a 23 de junho de 1791. Serviu no batalhão academico em 1810, e foi nomeado juiz de fóra do Brazil, tendo apenas 19 annos de edade, mas desde logo adquiriu renome de magistrado tão integro e conciliador, que os povos das villas, em que servia, pediam a sua recondução. Continuou a exercer a magistratura, tomando tambem parte na politica do Brazil, e falleceu a 29 de junho de 1831.

Ferraz *(Thomaz)*. Medico de profissão que viveu no seculo XVIII. Foi professor na Universidade de Coimbra, regendo a cadeira de Vespera. Escreveu em 1621 dois tratados em latim, que ficaram inéditos.

Ferraz de Campos *(Joaquim Severim)*. Escrivão da Junta do Deposito Publico. Era natural de Lisboa, onde parece que nasceu em 1760, e que falleceu em 1813. Foi socio da Academia de Bellas Letras de Lisboa, mais conhecida pela denominação de *Nova Arcadia*. No *Ramalhete*, tomo VII, pag. 20 e seguintes, vem a sua biographia, escripta por José Maria da Costa e Silva. Escreveu : *A' morte do serenissimo Sr. D. José, principe do Brazil : Elegia*, Lisboa, 1788; saiu com as iniciaes do seu nome; *Epicedio na infausta morte do ill.^mo e ex.^mo sr. D. José Thomaz de Menezes*, Lisboa, 1790; *Rimas*, Lisboa, 1791. Este pequeno volume comprehende 24 sonetos, 7 odes, 2 cantatas, 1 idyllio, 3 eclogas, 6 epistolas, algumas glosas em decimas, e 1 poemeto em quadras octosyllabas, intitulado o *Templo da morte*. Na *Collecção das obras poeticas ao nascimento do principe D. Antonio*, e na outra *Collecção de versos*, etc , mandada imprimir em 1812 por José Pedro da Silva, veem incorporadas algumas poesias de Joaquim Severim Ferraz de Campos.

Ferraz de Macedo *(João)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa ; lente da mesma escola, regendo actualmente a 8.ª cadeira (clinica medica), medico director geral de saude e beneficencia, etc. N. em Belem a 26 de fevereiro de 1838. E' filho de João Ferraz de Macedo. Matriculou-se na Escola Medica em 1856, e concluiu o curso em 1861, defendendo these em 29 de julho, contando 23 annos de edade, obtendo o diploma com louvor. No seu curso recebeu premios nas cadeiras de pathologia externa, clinica medica, clinica cirurgica e zoologia ; e louvor em todas as cadeiras, exceptuando as 3.ª e 5.ª Ainda estudante do 3.º anno, quiz Andrade Corvo que elle fôsse ao concurso de lente substituto da cadeira de botanica da Escola Polytechnica. Em 23 de setembro de 1863 foi nomeado cirurgião do banco do hospital de S. José, passando a extraordinario a 16 de novembro de 1869 ; a director do banco a 29 de dezembro de 1883, director de enfermaria e cirurgião do hospital de Rilhafolles em 1885. Teve tambem a seu cargo a administração superior do hospital, onde prestou muitos serviços. Foi nomeado lente substituto da secção medica da Escola Medica, por decreto de 28 de fevereiro de 1878, sendo promovido a lente proprietario d'esta secção por decreto de 30 de outubro de 1879, em resultado da votação unanime realisada em 22 do referido mez, e depois d'um brilhante concurso ; ficando encarregado da regencia da 8.ª cadeira, vaga pela jubilação do professor o dr. May Figueira. Exerceu em tempo, por commissão, as funcções de cirurgião interno no hospital de marinha. E' medico do Asylo Maria Pia, fazendo parte da commissão administrativa do referido asylo ; director da enfermaria de S. Carlos, no hospital de S. José, e de Santa Margarida, no hospital Estephania ; tambem é medico encarregado da anthropometria no juizo criminal. Por decreto de 30 de janeiro de 1889 foi nomeado enfermeiro-mór dos hospitaes civis de Lisboa. Foi vereador da camara municipal de Lisboa, sendo nomeado por eleição entre os medicos da capital. Tem sido chamado para varias commissões de serviço publico, em que se contam a que foi encarregada de estudar o funccionalismo do lazareto de Lisboa em 1880, a de estudar as causas do apparecimento de febres typhoides na capital, de 1879 a 1882, commissões que fôram louvadas pelos seus trabalhos. Em agosto de 1880 foi nomeado para presidir á construcção d'uma *tenda-barraca*, annexa ao hospital Estephania, da qual se publicou uma descripção minuciosa no *Occidente*, n.ºs 105 a 107, de 1881, e n.º 1, de 1882. Tambem teve depois a nomeação conjunctamente com o architecto da camara municipal, Luiz Monteiro, para delinear o plano do hospital-barraca, que se projectava construir junto do referido hospital. O dr. Ferraz de Macedo fez parte da redacção da *Revista Medica Portugueza*, com os drs. Alves Branco, Manuel Bento de Sousa e Teixeira Marques. Foi tambem redactor do *Correio Medico*, do *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas*, etc. Tem a carta de conselho e a commenda da ordem de S. Thiago ; é socio correspondente da Academia Real das Sciencias, socio titular da Sociedade das Sciencias Medicas, e de outras corporações scientificas nacionaes e estrangeiras. Escreveu : *Algu-*

mas considerações sobre o fungo syphilitico do testiculo, these inaugural, Lisboa, 1861; saiu depois no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas*, anno de 1863, pag. 201 e seguintes; *A alimentação no estado febril*, Lisboa, 1877; these do concurso; *Tendencias da medicina actual; meios de avigorar e desenvolver o ensino na escola medico-cirurgica de Lisboa; discurso recitado na sessão solemne da abertura da mesma escola em 10 de outubro de 1878*, Lisboa, 1878; *O supposto caso de febre amarella da rua Vinte e quatro de Julho*, etc, Lisboa, 1883; é em polemica com o dr. Sousa Martins, que não só tratara d'esse caso como clinico, mas escrevera a respeito d'elle em controversia com o autor; *Parecer da commissão encarregada pelo conselho da escola medico-cirurgica de Lisboa sobre um caso suspeito de febre amarella*, Lisboa, 1880; *Duas palavras sobre o methodo de amputação adoptada em Lisboa;* saiu na *Revista medica portugueza*, de 1864; *Clinica e estatistica cirurgicas*, na mesma *Revista; Um tratamento do epiplocele traumatico*, breve memoria publicada em 1871 no *Correio medico; Das tendas ou barracas como annexos dos hospitaes civis*, memoria publicada no referido jornal e anno; *Clinica cirurgica e estatistica*, estudo inserto no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas*, em 1871 e 1872.

Ferraz de Miranda *(João Cardoso)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado, 1.º official no Ministerio do Reino, etc. E' natural de Penajoia, concelho de Lamego. Terminou o curso em 1849, sendo depois advogado em Tondella; por decreto de 6 de novembro de 1853 foi nomeado secretario interino do conselho geral de beneficencia, ficando effectivo por decreto de 11 de janeiro de 1854. Por alvará de 10 de fevereiro seguinte, teve a nomeação de administrador interino do antigo bairro do Rocio, e por alvará de 17 do referido mez e anno, inspector do velho theatro da Rua dos Condes. Por decreto de 13 de novembro ainda de 1854, foi nomeado vogal secretario da commissão creada para propor o plano mais conducente de realisar o estabelecimento de uma colonia agricola penitenciaria pelo modelo que existe em França, instituida pela sociedade paternal de Mettray. Esteve encarregado de administrar o antigo bairro alto de Lisboa, durante a ausencia do respectivo administrador e na quadra da epidemia da cholera-morbus, por alvará de 13 de maio de 1856. Foi nomeado administrador substituto effectivo por decreto de 17 de agosto de 1857, e pela portaria de 23 de outubro do mesmo anno, vogal secretario da commissão encarregada de fundar um estabelecimento que proporcionasse por diminuto preço ás classes menos abastadas uma alimentação conveniente na occasião da crise epidemica da febre amarella que flagellava a capital e louvado em portaria de 2 de outubro de 1858; em setembro d'este anno vogal da commissão encarregada de estudar a questão das irmãs da caridade existentes em Portugal; por decreto de 5 de janeiro de 1861 e de 9 de dezembro de 1862, membro da commissão nomeada para estabelecer um asylo destinado á educação de creanças abandonadas, com o legado de Manuel Pinto da Fonseca, e de redigir os respectivos estatutos, sendo por isso louvado em portaria de 11 de julho de 1863. Foi nomeado, por concurso, primeiro official da secretaria de Estado dos Negocios do Reino, por decreto de 2 de outubro de 1862, e chefe de repartição na direcção geral de instrucção publica, cargo que occupava em 1883. Por decreto de 11 de julho de 1869, secretario da commissão de inquerito no hospital de S. José; pela portaria de 14 de novembro de 1872 foi nomeado para exercer as funcções de director geral de instrucção publica durante o impedimento do respectivo funccionario. Foi deputado na legislatura de 1880, e eleito segundo secretario da respectiva camara. Ferraz de Miranda tem o habito das ordens de Christo e da Torre e Espada; a medalha humanitaria concedida pela camara municipal de Lisboa por causa dos serviços prestados durante a epidemia da febre amarella, e a commenda de numero da ordem hespanhola, de Carlos III. Collaborou no jornal *A Opinião*, e escreveu o seguinte: *Relatorio ácerca de alguns estabelecimentos de beneficencia, existentes em Londres, Paris, Belgica e Roma*, Lisboa, 1857.

Ferreira. Este appellido, segundo Villas Boas na *Nobiliarchia portugueza*, provém de Ruy Pires, bisneto de Fernão Jeremias, um dos fidalgos que vieram a este reino com a rainha D. Thereza, o qual foi o primeiro que se chamou de Ferreira, tomando este appellido de Ferreira de Aves, de que foi senhor, e é o solar d'esta familia. Tem por armas em campo vermelho 4 faxas de ouro: timbre uma ema de sua côr com uma ferradura de ouro no bico. Parece que ha outra familia d'este appellido, que é tomado da villa de Herrera, de Castella, que procede do rico-homem D. Fernando Alves Ferreira, que no tempo de D. Sancho I veiu para Portugal e se estabeleceu em Aguiar de Sousa, districto do Porto, n'uma casa que se ficou chamando Paço de Ferreira. As armas são: em campo vermelho, duas caldeiras de ouro.

Ferreira *(Agostinho)*. Presbytero do habito de S. Pedro, que nasceu no Porto a 28 de agosto de 1709; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Manuel João e de Francisca Ferreira. Escreveu: *Director dos directores para o governo das almas*, etc., Lisboa, 1738,

Ferreira *(Alexandre)*. Doutor em Direito Civil pela Universidade de Coimbra, desembargador da Relação do Porto e da Casa da Supplicação de Lisboa, deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, etc. N. no Porto a 4 de outubro de 1664, fal. em Lisboa a 9 de dezembro de 1737. Era filho de Ignacio Ferreira e de Maria Ferreira. Depois de ter aprendido no Porto as letras humanas, passou a Coimbra, matriculou-se na Universidade, em que se doutorou em Direito Civil. Foi admittido no Real Collegio de S. Paulo em 30 de novembro de 1694, e seis annos depois foi eleito lente de Instituta. Tomou posse do seu cargo na Casa da Supplicação a 13 de março de 1708, e do da Mesa da Consciencia a 7 de novembro de 1715. Foi tambem deputado do tribunal da Bulla, do conselho da rainha e da Casa de Bragança. Em 29 de abril de 1726 foi nomeado secretario da embaixada extraordinaria á côrte de Madrid, de que era embaixador o marquez de Abrantes, D. Rodrigo Annes de Sá Almeida e Menezes. A embaixada seguiu para o seu destino a 24 de fevereiro de 1727. Voltando a Portugal, foi eleito em 12 de abril de 1731 aca-

demico de numero da Academia Real da Historia Portugueza, que lhe deu o cargo de escrever as memorias das ordens militares, de que se chegaram a imprimir 2 tomos, tratando da ordem dos templarios, e parte do 3.º, sendo então suspensa a publicação por ordem da mesma academia. Este trabalho tinha por titulo: *Supplemento Historico ou Memorias e Noticias da celebre Ordem dos Templarios, para a historia da admiravel ordem de N. S. Jesus Christo; Parte* I, *Tomo* I, Lisboa, 1735; tem um frontispicio gravado, conforme trazem as obras publicadas pela Academia Real da Historia, e mais outra estampa, representando um cavalleiro templario propriamente vestido; *tomo* II, em 1735. A obra suspendeu-se, estando impressas as folhas do 3.º tomo desde paginas 1 até 154, e poucos exemplares escaparam d'estas folhas. Um curioso, que os possuía, mandou imprimir uma folha de rosto, com o titulo seguinte: *Historia das Ordens Militares, que houve no Reino de Portugal, escripta pelo Dr. Alexandre Ferreira, deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, e Academico Real, cuja impressão se suspendeu por ordem da mesma Academia;* trata das ordens de S. Miguel da Ala, da Espada de S. Thiago em Fez, dos Namorados, da Madresilva, e da Setta de S. Sebastião. O dr. Alexandre Ferreira escreveu mais: *Allegacion juridica, em que por las verdades mas solidas de la Jurisprudencia se muestra el infalible derecho com que los Reynos y Señorios de Espãna pertenecen por muerte del Rey Catholico Carlos II, al Serenissimo Señor Archiduque de Austria Carlos III, verdadeiro y legitimo Rey de la Españas*, Lisboa, 1704; *Oração com que gratulou a Academia Real de ser admittido ao numero dos seus collegas*, impressa na *Collecção dos Documentos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*, do anno de 1731.

Ferreira *(Alexandre Rodrigues)*. Doutor em Philosophia pela Universidade de Coimbra, cavalleiro da ordem de Christo, official da secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, vicedirector do Jardim Botanico de Ajuda, deputado da Junta do Commercio, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N na Bahia a 27 de abril de 1755, fal. em Lisboa a 23 de abril de 1815. Era filho de Manuel Rodrigues Ferreira. Seu pae destinava-o a tomar ordens menores em 1768 mas Alexandre Rodrigues Ferreira desejoso de estudar, obteve licença para se matricular na Universidade de Coimbra, e em 1770 partiu para Portugal, indo frequentar o curso juridico. Dois annos depois, em 1772, reformava-se a Universidade, e essa reforma fez interromper os estudos do joven brazileiro. Mas ao mesmo tempo sentindo que o impulso d'uma irresistivel vocação o chamava para o estudo da natureza, matriculou-se em philosophia, faculdade que frequentou com tanta distincção, que dois annos antes de concluir o curso, já exercia gratuitamente as funcções de demonstrador de historia natural na Universidade. A faculdade reservou uma cadeira para o joven estudante reger, mas n'essa occasião Martinho de Mello e Castro, então ministro, querendo conhecer as immensas riquezas naturaes do Brazil, pediu ao dr. Domingos Vandelli, primeiro lente cathedratico de Philosophia, que lhe indicasse quem pudesse desempenhar essas funcções, e o dr. Vandelli designou-lhe Alexandre Rodrigues Ferreira, que acceitou de bom grado esse encargo tanto em harmonia com as suas tendencias e predilecções. Foi a 15 de julho de 1778 que recebeu essa nomeação, mas não partiu logo, e ficou por ordem do governo, com outro naturalista distincto, João da Silva Feijó, a estudar o carvão de pedra da mina de Buarcos, a descrever os productos naturaes do museu real de Ajuda, e a fazer experiencias physicas e chimicas. Tomou o grau de doutor em Philosophia a 10 de janeiro de 1779, e em 1780 foi eleito socio correspondente da Academia Real das Sciencias, e nas sessões d'essa então nascente corporação leu algumas memorias importantes sobre varios assumptos scientificos. Em setembro de 1783 seguiu finalmente a saa viagem ao Brazil, e foi desembarcar no Pará. Durante 9 annos percorreu a ilha de Joannes e outros territorios do norte do Brazil e margens do rio Amazonas, fazendo investigações importantissimas, colligindo amplissimos thesouros, e ao mesmo tempo tratando tambem de assumptos historicos e de politica. Voltando ao Pará, ali exerceu os cargos de vogal das juntas de fazenda e de justiça, casou com a filha do capitão Luiz Pereira da Cunha, e em 1793 regressou a Portugal, onde foi nomeado official da secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, sendo em 1794 commissionado para administrar o Real Gabinete de Historia Natural, Jardim Botanico e annexos. A biographia do dr. Alexandre Rodrigues Ferreira vem publicada na *Revista Trimensal* do Instituto Historico Geographico do Brazil, tomo segundo, 1841, de paginas 499 a 513. Deixou muitas obras manuscriptas, em grande parte, relativas á sua viagem scientifica; parece que se publicaram só as seguintes, na referida *Revista Trimensal: Propriedade e posse das terras do Cabo do Norte pela Corôa de Portugal*, memoria escripta em 1792; tomo III, pag. 389; *Descripção da gruta do Inferno feita em Cuyabá;* tomo IV, pag. 363; *Viagem á gruta das Onças*, tomo XII, pag. 87. Diz se que no poder de Drumond, que por muito tempo foi ministro do Brazil em Lisboa, existiam ricos manuscriptos contendo noticias raras e eruditas, e exactas descripções mineralogicas e botanicas de diversas provincias do Brazil.

Ferreira *(Alipio Augusto)*. Professor de instrucção primaria na cidade do Funchal. N. na ilha da Madeira em 27 de dezembro de 1837. Escreveu: *Um sacrilegio*, romance destinado a combater o celibato clerical; saíram alguns excerptos nos jornaes litterarios madeirenses : *Revista semanal* e *Aurora do domingo; Romance em seis capitulos;* ficou inedito. Publicou varias poesias e chronicas litterarias, nos jornaes da Madeira, *Patria* e *Imprensa*, de que em tempo foi collaborador.

Ferreira *(Alvaro)*. Governador de Mossamedes, de Angola, de Moçambique, do conselho de Sua Magestade, etc. N. em 1854. Começou a sua carreira administrativa pelo governo do districto de Mossamedes, onde prestou serviços importantes. Em 1893 foi nomeado governador geral de Angola, cargo em que tambem se distinguiu. Apenas chegou a Loanda, soube que no cofre central da Fazenda existiam perto de 300:000$000 réis, immobilisados, porque então os rendimentos publicos custeavam desafogadamente as despe-

zas correntes, ainda com saldos que em breve se accumularam n'aquella consideravel somma, tratou com zelosa intelligencia de se orientar em breves dias, pelos elementos de estudo e informação indispensaveis, e no regresso a Lisboa do mesmo vapor que o conduzira a Africa, solicitou do ministerio da marinha autorisação para adquirir por intermedio e fiscalisação do governo central, á custa da provincia, uma doca fluctuante de capacidade para navios até 1:500 toneladas para o porto de Loanda; uma draga a vapor, 3 batelões de transporte, de 50 toneladas cada um, e o respectivo rebocador; abriu-se no porto um canal de navegação, e tratou-se da construcção na Europa de um transporte a vapor de 300 toneladas aproximadamente, destinado ao serviço da provincia, conducção de tropas, funccionarios e malas entre os diversos portos da costa, o que annualmente onerava os cofres publicos com uma verba importantissima. Este transporte foi o *Salvador Correia*; a dóca e a draga prestaram bom serviço ao commercio e á navegação. A iniciativa e realisação d'estes melhoramentos foi uma gloria para o distincto official de marinha. Durante tres annos do seu governo do districto de Angola, Alvaro Ferreira revelou sempre superiores faculdades administrativas, e adoptou algumas providencias de grande alcance. A junta geral de provincia, instituida pela reforma legislativa ultramarina de Rebello da Silva, em 1869, não se reunia havia 9 annos, e considerando o governador quanto esse tribunal poderia auxiliar, pelo seu estudo e voto, a resolução dos importantes assumptos de administração sobre que lhe incumbe consultar, restaurou, por assim dizer, esta util instituição official, recompondo-a para funccionar, e presidindo á sessão da sua reabertura em 25 de abril de 1894, commetteu-lhe, entre outros, o estudo e consulta sobre o regulamento provincial do trabalho livre, do serviço aduaneiro, do ensino elementar obrigatorio, da revisão dos recenseamentos concelhios, e correlativamente a remodelação da lei eleitoral e da divisão dos circulos, etc. Encravada no coração da provincia e dilatando-se desde a margem esquerda do rio Cuanza até aos ricos sertões do Bailundo, ao sul, existia a extensa região de Libollo independente da soberania effectiva de Portugal; terras ferteis, mas virgens de exploração, e emancipadas pelo nosso abandono, do dominio politico e da occupação portugueza, vindo d'ali aos mercados marginaes do Cuanza os gentios permutar nas feitorias commerciaes o oleo de palma, o caroço do *dendem* (coconote), que constituem quasi exclusivamente os generos da sua rudimentar industria agricola, prestando-se no entretanto a fecundidade do sólo ás culturas do café, ginguba, canna saccharina, das essencias productoras da gomma elastica, etc., e dos cereaes e legumes, além da creação dos gados. Pela sua excepcional situação de desamparo da autoridade civilisada, eram frequentes ali os disturbios, vexações e pilhagens, que influiam sensivelmente em prejuizo do commercio sertanejo. Alvaro Ferreira organisou em outubro de 1895 uma columna militar expedicionaria, cujo commando confiou ao coronel Lourenço Padrel, que marchou sobre Libollo para castigar alguns régulos e povos mais irrequietos e atrevidos, e em acto continuo reivindicar o territorio para a soberania e occupação nacional. Este importante feito, que assim alargou a posse dos nossos dominios em vasta área, foi conseguido com o melhor exito e em poucos dias, ficando reduzidos á vassallagem de Portugal 16 dos principaes régulos. Após essa occupação, o governo da metropole mandou em telegramma felicitar e louvar o governador Alvaro Ferreira, de que existe o relatorio com interessantes informações, publicado no *Boletim Official de Angola* de 23 de maio de 1896. Pouco depois d'aquella região recem occupada, recebeu com o maior enthusiasmo a visita do governador. Por influencia de Alvaro Ferreira foi creado um posto militar e fiscal em Congo-Iala, no districto do Congo; creou-se o districto de Lunda e fixaram-se os seus limites e os do baixo Congo. As obras publicas de Angola tambem lhe devem grandes serviços, assim como o desenvolvimento da agricultura. Em 1898 foi nomeado governador geral de Moçambique, para onde partiu em 12 de setembro d'este anno, a bordo do vapor *Herzog*. Alvaro Ferreira, sendo ainda muito novo, estando a bordo da canhoneira *Rio Lima*, teve ensejo para se distinguir valorosamente na estação de Cabo Verde e Guiné, dominando a revolta do regulo de Buba, que ameaçava tomar perigosas proporções. No rio Cacheu, tambem na Guiné, por occasião do encalhe da mesma canhoneira, foi devido á grande energia, do então 2.º tenente Alvaro Ferreira, que esse navio pôde salvar-se. Passando mais tarde á corveta *Duque da Terceira*, tambem se distinguiu, salvando as vidas dos tripulantes de um pequeno barco do Estado, que estavam prestes a morrer afogados na bahia de Loanda. Commandou depois a canhoneira *Zaire*, e tendo a seu bordo o conselheiro Marianno de Carvalho, então commissario regio, e a sua comitiva, a canhoneira foi surprehendida no canal de Moçambique por um terrivel temporal; o navio quasi desconjuntado de casco e mastreação, tendo a machina seriamente avariada pela violencia da tempestade, navegando em circumstancias muito criticas de logar e de tempo, sossobraria açoutado furiosamente durante quatro dias pelas impetuosas vagas, se o não tivesse salvado e as vidas dos que conduzia, a coragem e competencia do commandante. Este facto muito honroso para Alvaro Ferreira, foi descripto no *Diario Popular*, de 3 de setembro de 1891. Ainda em Moçambique, sendo commandante do *Zaire*, repetidas vezes provou a sua lealdade patriotica e a firmeza da sua energia e coragem, por occasião de pendencias internacionaes nas aguas d'aquella provincia, e especialmente quando um navio estrangeiro pretendia infringir tratados estabelecidos, a proposito da navegação de um dos rios da Africa Oriental Portugueza. O visconde de Soares Franco, em 1878, sendo major-general da armada, o qualificou de *official brioso;* tinha então Alvaro Ferreira 24 annos de edade. Foi um grande elogio que lhe teceu aquelle distincto almirante.

Ferreira *(Alvaro Filippe)*. Actor muito apreciado, ha annos retirado da scena. N. em Vieira a 29 de janeiro de 1848. Foi um dos discipulos mais predilectos do mestre da arte dramatica, o actor José Carlos dos Santos. Alvaro veiu para Lisboa empregar-se no commercio em que se conservou até aos 21 annos. O theatro attrahia-o, e nas horas vagas dedicava-se á arte dramatica,

representando com amadores. Deu-se um beneficio no Gymnasio, em que Alvaro representou na comedia drama em 2 actos, *Cynismo, scepticismo e crença*, e a plateia fez-lhe uma ovação. José Carlos dos Santos, que tinha então a empresa do theatro do Principe Real, assistia ao espectaculo, e ficou impressionado com o trabalho de Alvaro, achando lhe as maiores disposições para a scena. Indo falar-lhe, convidou-o a deixar a vida commercial, e a dedicar-se ao theatro, offerecendo-lhe escriptura na sua companhia. Alvaro acceitou, e o seu debute, como actor, realisou-se no theatro do Principe Real em 16 de setembro de 1868, com a comedia em 1 acto, traduzida em verso por Eduardo Vidal, *O que fazem as rozas*. Agradou extraordinariamente, e desde logo ficou consagrado actor. Guiado por José Carlos dos Santos, em poucos mezes fez notaveis progressos, passando depois para o theatro de D. Maria na mesma empresa Santos. Representou tambem no Gymnasio, Baquet e Principe Real, do Porto. Em 1876 acceitou um contrato offerecido pela actriz Emilia Adelaide, para fazer parte d'uma companhia, que ella organisara, e esteve no Porto, nas ilhas dos Açôres, seguindo depois ao Brazil, alcançando sempre fartos applausos. Regressando a Portugal, representou ainda alguns annos nos theatros do Porto e de Lisboa, até que, sentindo-se cançado, renunciou ás glorias artisticas, dedicando-se inteiramente á vida domestica, n'uma povoação da provincia do Minho, proximo de Vieira, sua terra natal, entregue a trabalhos de lavoura, e aos seus predilectos divertimentos, a pesca e a caça. O reportorio, que representou, era enorme e importantissimo. Apontaremos as seguintes peças: *A vida d'um rapaz pobre*, *A vida de um rapaz rico*, *Os homens de marmore*, *Os homens que riem*, *O marquez de Villemer*, *Morgadinha de Val-Flôr*, *Magdalena*, *Henriqueta de Caverlet*, *Luiz XI e o poeta*, *Pedra de escandalo*, *O Bastardo*, *As duas orphãs*, *A dama das camelias*, *Pedro*, *Perola*, *Fernanda*, *Taberna*, *Antony*, *Nobres e Plebeus*, *O Jogo*, *Julia*, *O Grande Galeoto*, etc.

Ferreira *(André)*. Mestre escola da collegiada de Santa Maria da Alcaçova em Santarem. Era natural de Montemór-o-Novo, e falleceu em 1 de abril de 1633, deixando em testamento o legado de 5$000 reis para um anniversario em 18 de janeiro, com missa cantada por alma do bispo D. Jorge de Athaide, capellão mór e commendatario d'Alcobaça, seu grande bemfeitor. Deixou em manuscripto: *Memorias da villa de Monte-mór*.

Ferreira *(André Avelino)*. Esculptor pouco conhecido, que foi discipulo de Joaquim Machado de Castro.

Ferreira *(Antonio)*. Fidalgo da Casa Real; doutor em Direito Civil, e lente na Universidade de Coimbra, desembargador da Casa da Supplicação, poeta afamado, etc. N. em Lisboa no anno de 1528, onde tambem fal. em 1569. Era filho de Martim Ferreira, cavalleiro da ordem de S. Thiago, escrivão da fazenda do duque de Coimbra D. Jorge, e de D. Mecia Froes Varella. Logo nos seus primeiros annos mostrou grande vivacidade e amor pelos estudos, e muita aptidão para a cultura da poesia; seus paes resolveram aproveitar tão precoce talento, e o mandaram á Universidade de Coimbra. que n'aquelle tempo estava muito florescente, não só para se aperfeiçoar nas Bellas Letras, mas para frequentar o curso de Direito Civil, que era então o principal estudo para seguir o exercicio dos cargos publicos. Antonio Ferreira não desmentiu as esperanças de seus paes, e fez-se, não só um profundo latinista e hellenista, mas alcançou grandes progressos no estudo da philosophia racional e moral; foi bom mathematico, e passava por ser um dos estudantes mais distinctos da Universidade. Concluido o curso de Direito Civil, fez um brilhante acto, tomou o grau de doutor, sendo pouco depois nomeado lente da Universidade. Ao mesmo tempo que cursava as respectivas aulas, cultivava com ardor as lições dos poetas gregos, latinos e italianos. Os seus versos fôram, na maior parte, escriptos no tempo dos primeiros estudos em Coimbra, e entre elles quasi todos os sonetos e a comedia de *Bristo*. Exercendo o magisterio, e depois o logar de desembargador da Casa da Supplicação, não deixava de dedicar-se aos trabalhos poeticos, sendo muitas das *Cartas* escriptas no tempo em que viveu em Lisboa, cartas que são consideradas verdadeiras obras primas e superiores a todas as suas outras producções. O poeta Sá de Miranda deu impulso para se adoptar na arte poetica e estylo toscano, mas as suas poesias, nem pelo numero nem pela qualidade, podiam arrastar os seus contemporaneos a imital-o; era preciso que um poeta de egual saber e de superior talento, se dedicasse de coração á empresa, e pela correcção e elegancia dos seus versos mostrasse como a poesia portugueza, proseguindo aquelle caminho, podia elevar-se á perfeição de classica. Este poeta foi Antonio Ferreira; foi elle quem sustentou a reforma proposta por Sá de Miranda, reforma que nas mãos d'este poeta se mallograria. Lendo e estudando continuamente os modelos gregos e latinos, Antonio Ferreira aspirava mais que tudo, á gloria de poeta classico, e de reformador da poesia portugueza. Foi o primeiro que introduziu nos nossos poemas a poesia descriptiva, e que presentiu o grande partido que o talento poetico podia tirar do verso solto. A sua biographia está escripta pelo professor Pedro José da Fonseca, com o titulo de *Vida do doutor Antonio Ferreira*, e saiu no tomo I, de pag. 1 a 40, da edição dos *Poemas lusitanos* do mesmo Ferreira, que Fonseca preparou e dirigiu, publicado em 1771 pelos livreiros Du Beux. Tambem se encontra a sua biographia no tomo II, pag. 74 e seguintes, do *Ensaio biographico-critico sobre os melhores poetas portuguezes*, por José Maria da Costa e Silva. O dr. Antonio Ferreira era muito considerado por D. João III, D. Sebastião, principe D. João, cardeal infante D. Henrique, e pelas principaes pessoas da côrte. Falleceu victima da peste que assaltou Lisboa em 1569. As suas obras só se publicaram perto de 30 annos depois do seu fallecimento, por iniciativa de seu filho, Miguel Leite Ferreira, que as mandou imprimir com o titulo de *Poemas lusitanos*, havendo depois varias edições, sendo a ultima em Paris, em 1865, 2 volumes, encerrando todas as obras do poeta acompanhadas d'um estudo biographico e critico, pelo conego brazileiro Fernandes Pinheiro, o qual dedicou esta edição á Academia Real das Sciencias de Lisboa, de que era socio. Bibliographia: *Poemas lusitanos do Doutor Antonio Fer-*

reira, dedicados por seu filho Miguel Leite Ferreira ao principe D. Filippe nosso senhor, Lisboa, 1598; estes poemas comprehendem a tragedia *Castro*, mas não têem as comedias de *Bristo* e do *Cioso*, que se publicaram pela primeira vez juntamente com as de Sá de Miranda, intituladas: *Vilhalpandos* e dos *Estrangeiros*, por diligencia do impressor Antonio Alvares, que n'essa edição as dedicou a Gaspar de Faria Severim, em reconhecimento de ter sido elle quem lhe fornecera da sua livraria os originaes que serviram para a impressão. O titulo com que então se publicaram, é o seguinte: *Comedias famosas portuguezas dos Doutores Francisco de Sá de Miranda e Antonio Ferreira*, Lisboa, 1622. A 2.ª edição publicou-se em 2 tomos, em 1771, com o titulo: *Poemas lusitanos do Doutor Antonio Ferreira: Segunda impressão emendada e accrescentada com a vida e comedias do mesmo poeta;* a 3.ª edição publicou-se tambem em 2 tomos, em 1829, por diligencia do impressor J. F. Rolland, com a vantagem de ter sido feita sobre a de 1598, e por isso mais correcta em alguns logares do que a de 1771. A edição mais antiga que se conhece da tragedia *Castro*, foi feita em 1587, 11 annos antes da publicação das outras obras de Ferreira; tem por titulo: *Tragedia muy sentida e elegante de Dona Ignez de Castro, a qual foy representada na cidade de Coimbra; agora nouamente accrescentada.*

Ferreira *(Antonio)*. Medico do hospital de Todos os Santos, nomeado em 27 de novembro de 1636. Despediu-se em 1661, sendo substituido por Antonio de Figueiredo Barbuda.

Ferreira *(P. Antonio)*. Jesuita; doutor e lente de Philosophia na Universidade de Evora. N. em Lisboa em 1620, fal. em Evora a 10 de janeiro de 1676. Era filho de Jorge Antunes e de Maria Ferreira. Cursava a 3.ª classe no collegio de Santo Antão, quando foi admittido na Companhia de Jesus, a 22 de agosto de 1635. Mostrou notavel engenho para todas as faculdades, de que resultou leccionar durante 5 annos humanidades e rhetorica no collegio de Coimbra. Leu depois Philosophia em Lisboa, e passando á Universidade de Coimbra e de Evora, depois de receber o grau de doutor a 25 de julho de 1661, foi lente de Vespera na referida Universidade, onde alcançou grande fama de letrado e de prégador. Dos seus muitos sermões, só se publicou o seguinte: *Demonstrações da verdade da nossa santa fé contra os erros judaicos, em o Auto da Fé que se celebrou na cidade de Evora a 21 de setembro de 1670*, Evora, 1670.

Ferreira *(Antonio)*. Cavalleiro da ordem de Christo; cirurgião da camara de D. Pedro II e de D. Catharina, sua irmã, etc. N. em Lisboa a 6 de novembro de 162 6, e fal. em 1679. Era filho de Valentim Ferreira, cirurgião e familiar do Santo Officio, e de Luiza de Moura. Tendo estudado cirurgia na Universidade de Coimbra, foi mandado a Tanger por occasião d'uma epidemia que grassava n'aquella cidade. Já então era cirurgião de males e feridas no hospital de Todos os Santos, para que fôra nomeado a 27 de dezembro de 1654. Quando regressou de Tanger, continuou a exercer o seu cargo no hospital, sendo depois nomeado cirurgião da camara de el-rei. Em 8 de março de 1662 acompanhou a Londres, como cirurgião-mór, a princeza D. Catharina que ia casar com o rei Carlos II, de Inglaterra, e ao voltar á patria continuou no hospital de Todos os Santos até á data do fallecimento. Foi tambem familiar do Santo Officio, e cirurgião dos carceres d'aquelle horroroso tribunal. Escreveu: *Luz verdadeira, e recopilado exame de toda a cirurgia*, Lisboa, 1670; e accrescentado com uma *addição breve e nova pratica do autor*, em 1693, já depois da sua morte, com um prologo de seu filho, o desembargador Ignacio Lopes de Moura. N'este livro conta Antonio Ferreira o que observou nos cadaveres em que fez dissecções anatomicas.

Ferreira *(Antonio)*. Conego magistral na sé de Lamego, commissario do Santo Officio, etc. Escreveu: *Opusculo theologico das constituições, bullas, circulares, e decretos apostolicos do S. S. P. Benedicto XIV, elucidado com varias resoluções moraes*, etc., Coimbra, 1759.

Ferreira *(Antonio)*. Esculptor, que viveu no seculo XVIII. Era filho de Dionysio Ferreira, tambem esculptor, muito habil em artes plasticas. Executou em barro numerosas figuras e grupos representando assumptos campestres ou sagrados, paisagens e combates. E' a elle que se attribuiam as estatuas ou grupos em *terra cotta*, de que M. Furrester, do Porto, possuia specimens muito interessantes. O conde A. Raczynski e lord Howard tinham trabalhos d'este esculptor. Em varias egrejas tambem se encontram, citando-se com elogio um presepio no convento da cartuxa de Laveiras, outros no da Madre de Deus e do Coração de Jesus, uma galeria de seraphins que rodeia a imagem de Christo na ermida do Senhor da Serra em Bellas.

Ferreira *(P. Antonio Alvares)*. Jesuita. N. em Chaves em 1593, fal. em Medina del Campo em 1652. Estudou Philosophia em Salamanca, e era considerado grande theologo. Entrou na Companhia de Jesus em 1612, tendo 19 annos de edade. Passou a maior parte da vida dictando Theologia moral. Na Companhia usava só do appellido Alvares, mas na seguinte obra, que escreveu, assignou-se Alvares Ferreira: *Advertencias nuevas á la letra y moralidad de los evangelios de quaresma*, etc.

Ferreira *(Antonio Carlos)*. General de brigada, 2.º commandante da 4.ª divisão militar. N. em Almoster em 8 de fevereiro de 1824, fal. em Evora a 24 de fevereiro de 1891. Assentou praça na arma de cavallaria em 1 de agosto do 1839, sendo promovido a alferes a 29 de abril de 1851, a tenente a 23 de julho de 1861, a capitão a 6 de fevereiro de 1868, a major em 25 de outubro de 1876, a tenente-coronel em 4 de agosto de 1880, a coronel a 14 de fevereiro de 1884, e a general de brigada em 23 de abril de 1890. Sendo subalterno, foi ajudante de cavallaria n.º 4, e fez parte como adjunto da commissão legisladora do campo de instrucção e manobras em Taneos, no anno de 1867. Em outubro d'este anno foi nomeado adjunto á repartição do ministerio da guerra, commissão que exerceu até maio de 1868. Fez parte como presidente, em 1879, da commissão de remonta do exercito, e exerceu por muito tempo, como tenente-coronel, o commando de cavallaria n.º 7, e por ultimo, quando coronel, o do regimento de cavallaria n.º 8. Era casado com D. Maria José de Amorim.

Ferreira *(Antonio Eduardo da Costa)*. Professor de harmonia do Conservatorio Real de

Lisboa. E' natural de Lisboa, Começou a sua carreira artistica em 1895 com o exame de dois annos do curso de rudimentos e solfejo. Seguiu tambem o curso de violoncello, em que se tornou muito apreciado. Em 1900 concluiu os cursos de harmonia, contraponto, melodia e instrumentação. Todos estes exames tiveram distincção. Em 26 de outubro do mesmo anno de 1900 foi despachado professor auxiliar interino de harmonia, e em janeiro de 1901, indo ao concurso da mesma cadeira, obteve a primasia da classificação, sendo definitivamente provido por decreto de 24 de outubro d'este anno.

Ferreira *(Antonio Fialho)*. Fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo, capitão-mór nos mares da India, etc. Era natural de Macau, onde exerceu varios cargos politicos. Passando a Gôa foi mandado á Europa pelo vice-rei Pedro da Silva para representar ao soberano o triste estado a que a India se via reduzida. Achava-se em Lisboa quando se deu a acclamação de D. João IV, e o monarcha o encarregou de levar a noticia a Macau. A relação d'esta viagem está impressa, assim como a oração por elle pronunciada na casa do Senado de Macau participando a acclamação do duque de Bragança. *Relação da viagem que por ordem de Sua Magestade fez d'este reino á cidade de Macau na China, e acclamação de El-rei N. S. D. João IV na mesma cidade e partes do sul*, Lisboa, 1643 Antonio Marques Pereira escreveu um artigo biographico de Antonio Fialho Ferreira, no *Tassi-yang-kuo*, n.º 28, 2.º anno, 13 de abril de 1865, referindo-se principalmente a duas cartas do mesmo Fialho, que se acham no *Vergel de plantas*, de fr. Jacinto de Deus. Deixou um manuscripto, que se conserva na Bibliotheca Real deMadrid, segundo o testemunho de Ferreira Gordo, nas *Memorias da Litt. da Academia* tomo III, pag. 32, tendo o titulo seguinte: *Razões á pergunta que se me fez sobre a navegação que se tem aberto da China á India pelos boqueirões de Balli, e se será acertado fazer-se viagem da China em direitura a Lisboa, e que caminho farão as embarcações; escripto em 7 de setembro de 1640.*

Ferreira *(Antonio Florencio)*. Professor de ensino primario, poeta, etc. N. em Coimbra a 12 de janeiro de 1818. Ficou orphão de pae aos 7 mezes, e quando tinha 5 annos e meio entrou para o collegio de S. Caetano, vulgarmente chamado dos *Meninos Orphãos*. Saiu d'este collegio aos 12 annos, e foi aprender a arte typographica para a imprensa da Universidade, que deixou quatro annos depois para seguir os estudos. Antes dos seus primeiros exames escreveu uns versos dedicados á actriz Clementina, que appareceram no theatro de D. Luiz. Auxiliou-o nos seus primeiros trabalhos poeticos o dr. Bernardino Carneiro, que era lente do 4.º anno juridico. Estando a banhos na Figueira da Foz escreveu o seu primeiro romance, que tem por titulo *Mysterios d'uma casa.* Em setembro de 1865 veiu para Lisboa, e matriculou-se no lyceu em latim e philosophia. Começou então a dedicar se ao estudo dos grandes poetas, estudando tambem os pintores celebres, que produziam poeticamente as suas impressões com o pincel em vez de as traduzirem com a penna. Em 1868 collaborou nas *Flôres campestres*, onde foram publicadas muitas poesias e o pequeno conto romantico, intitulado *Poesia no soffrimento;* escreveu o romance *As tres estatuas*, que se publicou mais tarde n'um jornal illustrado, e começou a ser correspondente do *Conimbricence.* N'este jornal publicou diversas poesias e uma meditação historica sobre Carthago, que saiu em folhetins. Tornou-se mais conhecido como poeta, por uma imitação ao *Noivado do sepulchro,* de Soares de Passos, que mandou imprimir, e que distribuiu pelos seus condiscipulos do lyceu. No *Conimbricense* publicou tambem *Os mysterios da campa.* Seis ou sete mezes depois, appareceu no mesmo jornal uma carta de Loanda, assignada por Lopes Lebre, em que se dizia terem sido ali tão bem recebidos aquelles versos, que José de Figueiredo Ramalhoso, mestre da banda do batalhão d'aquella cidade, lhe compozera uma musica, e que Paiva Manso a havia cantado no theatro. O *Almanach litterario* de 1872 publicou a musica e os versos, e a edição se esgotou rapidamente. Em 1869 fundou-se em Coimbra a *Bibliotheca Litteraria*, dedicada á Associação dos artistas de Coimbra, e Antonio Florencio Ferreira foi convidado para redactor. Publicou então o romance *O Anjo dos Montes.* Depois de vir para Lisboa, luctou com muitas difficuldades para continuar os estudos, e lembrou-se de assentar praça, no intuito de seguir a carreira militar, porém foi regeitado em duas juntas. Como aprendera em Coimbra a arte typographica, pediu para ser admittido como typographo no *Jornal do Commercio.* Algum tempo depois entrou para a Associação Typographica, e não tardou a ser eleito secretario da commissão administrativa. Pertenceu tambem á Associação Fraternidade Operaria, que se fundou em Lisboa, e onde exerceu os mais importantes cargos. Em 1872 appareceu o seu primeiro volume de poesias, *Arpejos d'alma*, a que a imprensa teceu grandes elogios. Para algumas das poesias publicadas n'este livro, escreveram musica J. de Figueiredo Ramalhoso, Alexandre João do Nascimento, Luiz Ferreira de Castro Soromenho, e D. Rita C. Sotto Maior Judice. Posteriormente tambem escreveram musica os professores Cordeiro, Carlos Braga e Emilio Lami. O *Album poetico-musical* publicou as musicas e as respectivas poesias em numero de 9. O *Bosquejo biographico de J. C. Mackonelt*, tambem mereceu as mais lisongeiras apreciações dos jornaes, principalmente do *Diario Illustrado* e da *Revolução de Setembro.* Antonio Florencio Ferreira foi por muitos annos revisor do *Jornal do Commercio*, e é proprietario e professor d'um collegio de ensino primario. Escreveu uma comedia em 4 actos, *Cousas do mundo*, e collaborou assiduamente no *Ramalhete do Christão*, assim como no *Paiz,* de Coimbra, *Independencia, Correio de Coimbra, Imparcial*, de Barcellos, *Imparcial de Vizeu, Luso*, de Lisboa, *Mocidade, Escola Popular*, de Agueda, *Liz, Flôr do Mondego*, etc. Tem publicado o romance *Confidencias*, e os livros de versos, *Arpejos d'alma, Idealismo e sentimento, Sonhos e flôres, As tres estatuas.*

Ferreira *(P. Antonio Gomes)*. Mestre de capella da sé de Braga. N. em 1790 e fal. em Braga em janeiro de 1876. Era latinista de muito saber, cantor muito apreciado, possuindo uma extensa voz de contralto, causando admiração a facilidade com que vocalisava. Occupou durante alguns annos a cadeira do latim no seminario diocesano de Braga, e dava tambem lições par-

ticulares em sua propria casa, onde teve aula que funccionou até ao ultimo anno da sua vida. Era bom organista, e escreveu algumas peças de musica religiosa com acompanhamento de orgão. Em Braga gozava da maior consideração e respeito, tanto pela sua illustração litteraria e musical, como pela honestidade do seu caracter. Era tambem um calligrapho musical de grande valor, e deixou numerosas copias manuscriptas que, segundo dizem, mais parecem exemplares de musica impressa.

Ferreira *(Antonio José da Silva)*. Cirurgião do banco do hospital de S. José, para que foi nomeado em 1847. Serviu nos hospitaes da cho'cramorbus em 1849, e abandonou o serviço clinico em 1 de outubro d'este mesmo anno. E' já fallecido.

Ferreira *(Fr. Antonio das Onze Mil Virgens)*. Religioso da Ordem Terceira de S. Francisco, mestre de Theologia no convento de N. S.ª de Jesus de Lisboa, secretario da Visita Geral da sua provincia, qualificador do Santo Officio, consultador da Bulla, examinador das tres Ordens Militares, protonotario apostolico, etc. Nasceu no Porto a 22 de agosto de 1717, fal. nas Caldas da Rainha a 4 de abril de 1761. Era filho de Francisco Ferreira Lisboa e de Angelina Maria dos Reis. Professou no convento de Caria a 2 de dezembro de 1736. Escreveu: *Sermão panegyrico, historico e encomiastico de Santo Antonio Rico*, Lisboa, 1747; *Sermão historico, encomiastico e chronologico de S. Francisco de Assis*, Lisboa, 1748; *Discurso moral, historico e ascetico sobre a lisonja*, Lisboa, 1748; *Oração funebre, historica e panegyrica nas exequias do Rei Fidelissimo D. João V, celebradas em Vianna do Alemtejo*, Lisboa, 1754; *Problema Marianno, recitado no 1.º de agosto de 1756 na Academia Mariannense*, Lisboa 1756; *Oração panegyrica, chronologica e historica de Santo Antonio de Lisboa, como General das Armas Portuguezas*, Lisboa, 1757.

Ferreira *(Augusto Gomes)*. Capitão de engenharia, lente da Escola do Exercito e inspector do serviço de incendios de Lisboa. N. em 5 de abril de 1854, fal. em 28 de dezembro de 1900. Era filho do industrial João Gomes Ferreira, e de sua mulher, D. Gertrudes Gomes Ferreira. Frequentou a Escola Academica, e não chegando a concluir os preparatorios para a matricula nos cursos superiores, conservou-se algum tempo no escriptorio de seu pae; não se sentindo, porém, com vocação para a vida commercial, foi concluir os preparatorios para seguir o curso de conductor de obras publicas e minas,onde obteve premio em todas as cadeiras. Fundou-se n'esta epoca o Gymnasio Club Portuguez, e Augusto Ferreira, enthusiasta pelos exercicios gymnasticos, foi um dos socios fundadores d'aquella sociedade. Terminando o curso de conductor, resolveu seguir o de engenharia, e n'esse intuito se matriculou na Escola Polytechnica, onde foi premiado em quasi todas as cadeiras, revelando d'este modo uma applicação extraordinaria e um talento notavel. Assentou praça em 1878, e concluiu o curso de engenharia militar na Escola do Exercito, sendo promovido a alferes em 10 de janeiro de 1883, a tenente em 28 de janeiro de 1885, e a capitão em 30 de junho de 1893. Em 18 de fevereiro de 1889 foi nomeado inspector geral dos incendios, logar que vagára pela aposentação de Carlos José Barreiros. N'este cargo prestou grandes serviços, sendo um dos mais valiosos a organisação do pessoal e a acquisição do importante material que a camara municipal actualmente possue para o ataque de qualquer incendio, por maior que se apresente. A Augusto Ferreira se deve a construcção das casernas da Graça e da Esperança, que são estabelecimentos modelos, na opinião dos entendidos. Nas officinas que montou, fazem-se todos os artigos precisos para as bombas, carros, escadas, mangueiras, baldes, fardamentos, archotes, ferramentas, etc., completando assim um arsenal de material de salvação publica. Em recompensa dos seus muitos serviços, foi louvado na sessão camararia de 26 de novembro de 1890, por occasião da gréve dos padeiros, e de 13 de agosto de 1896, quando se constituiram em gréve os operarios da Companhia do Gaz. Em 23 de agosto de 1894 a camara entregou-lhe o diploma e medalha *Recompense par les belles actions*, offerta do governo francez; em 6 de novembro de 1893 foi elogiado pelo ministro das obras publicas, então o sr. conselheiro Bernardino Machado, pela fórma como auxiliou o governo na gréve dos padeiros. Em 1897 foi nomeado para fazer parte da commissão technica encarregada de estudar o modelo de viaturas para transporte de enfermos e feridos, locaes de estacionamento das mesmas viaturas e meios de desinfecção. Na exposição de Paris de 1889, foi Augusto Ferreira nomeado para dirigir a missão de estudo dos operarios de diversas industrias. Quando Portugal esteve ameaçado da cholera-morbus, collaborou dedicadamente para preparar os meios preventivos da invasão da terrivel epidemia, e para organisar a defeza, no caso de Lisboa ser assaltada. Augusto Ferreira foi lente da 11.ª cadeira da Escola do Exercito.

Ferreira *(Augusto Ivo de Campos)*. Vice-almirante reformado. N. a 19 de junho de 1842, fal. a 8 de novembro de 1903. Assentou praça na armada real, tendo apenas 10 annos de edade, em 2 de setembro de 1852, como aspirante de 3.ª classe, conforme permittiam os regulamentos então em vigor, completando o curso preparatorio de marinha na Escola Polytechnica em 27 de junho de 1864, data em que foi nomeado aspirante de 2.ª classe. Em 4 de julho seguinte foi promovido a aspirante de 1.ª classe, a 14 concluiu o curso na Escola Naval, e em 20 teve a promoção de guarda-marinha. A sua primeira viagem, sendo ainda aspirante de 3.ª classe, realisou se em outubro de 1862, fazendo parte da guarnição da corveta *Estephania*, que pertencia á divisão naval que foi buscar a Genova sua magestade a rainha senhora D. Maria Pia; a segunda foi em 10 de setembro de 1863, tendo ainda o mesmo posto, a bordo do vapor *Mindello*, em viagem de instrucção nas costas de Portugal. Os tres annos de embarque, fóra dos portos do continente, completou-os em 26 de outubro de 1867, tendo saído do Tejo nos seguintes navios: na corveta *Estephania*, em 21 de agosto de 1864, encarregada de conduzir tropas á Madeira e aos Açôres; na corveta *Infante D. João*, em 5 de outubro do mesmo anno, em viagem de instrucção na costa do Algarve, estação naval de Angola, e pelos portos do Rio de Janeiro e Rio da Prata; na escuna *Napier*, em 1 de junho de 1866; na corveta

D. João I, em 22 do mesmo mez; na corveta *Infante D. João*, em 23 de setembro, e no hiate *Conde de Penha Firme*, em 13 de outubro, sempre de 1866, e em 31 de outubro de 1867 na corveta *Duque de Palmella*, estando a bordo de todos estes ultimos navios na estação naval de Angola. Foi promovido a 2.º tenente em 26 de outubro de 1867, a 1.º tenente em 18 de outubro de 1876, a capitão-tenente em 16 de março de 1885, a capitão de fragata em 25 de julho de 1889 e a capitão de mar e guerra em 31 de outubro de 1895. Durante toda a sua carreira foi encarregado de bastantes commissões de serviço, em que sempre se houve com a maior competencia. Citaremos as seguintes: vogal dos conselhos de guerra; commandante da 4.ª divisão e 11.ª companhia do corpo de marinheiros; ajudante da 1.ª direcção do Arsenal da Marinha, ajudante da Cordoaria Nacional, instructor da Escola Pratica de Artilharia Naval, encarregado de vigiar e activar os trabalhos da construcção da canhoneira *Rio Ave*, sob a direcção do Arsenal da Marinha; director do material de guerra do mesmo arsenal; sub-chefe dos depositos de marinha e material de guerra; chefe da 1.ª repartição do conselho do almirantado; vogal das commissões encarregadas de formular um projecto de regulamento para o serviço da fazenda da armada; encarregado da escolha de typos padrões em uso na armada; da de propôr ao conselho do almirantado o systema de artilharia para o serviço naval e de desembarque; vogal da commissão encarregada da revisão dos codigos da justiça e disciplina da armada e presidente das commissões encarregadas de indicar os generos que deveriam substituir-se nas tabellas das rações das praças da armada, bem como propôr quaesquer outras modificações ás mesmas tabellas, e de formular um projecto de instrucção, que regulasse o serviço dos depositos e commissão de compras, sendo tambem em 11 de julho de 1900 nomeado para, em commissão, verificar se era possivel a apropriação da praça de Peniche ou do antigo forte da Berlenga Grande, para se estabelecer ali o presidio militar da armada. Nomeado para fazer parte da commissão encarregada de rever o decreto de 19 de dezembro de 1899, relativo á reforma por equiparação afim de se reconhecer se este diploma deveria soffrer algumas alterações, em sua approvação a esse documento, que afinal lhe veiu a servir, visto que em virtude d'elle, foi reformado por equiparação, no posto de vice-almirante. Durante a sua longa carreira de official da armada exerceu varias commissões no ultramar, embarcado nos seguintes navios: corvetas *Damão*, *Duque de Palmella* e *Sagres*, fragata *D. Fernando*, e escuna *Napier*, na estação naval de Angola; barca *Martinho de Mello* e canhoneira *Zarco*, nas estações navaes de Moçambique e Gôa; transporte *India*, e canhoneira *Rio Ave*, como commandante da estação naval de S. Thomé e Principe; couraçado *Vasco da Gama*; commandante da canhoneira *Zaire*, na divisão naval de Angola, etc. Em 5 de outubro de 1898 foi nomeado commandante da divisão naval de Angola, em que se conservou até ao dia 27 de julho de 1899, estando durante esse tempo embarcado na canhoneira *D. Luiz*, e no navio deposito *India*. A ultima commissão que exerceu, foi a de chefe do estado maior da majoria general da armada, para que foi nomeado em 23 de setembro de 1899, e onde permaneceu até 19 de outubro de 1903, em que se apresentou á junta, sendo então reformado. Entre outros, teve os seguintes louvores: em 1862, pelo seu brioso procedimento no desempenho da commissão que lhe fôra confiada de transportar do porto de Genova ao de Lisboa a rainha senhora D. Maria Pia; em 1866, pelo zelo, prudencia e acerto com que se houve na commissão commettida á divisão naval, que foi á costa da America, e por se ter tornado merecedor dos elogios que recebeu das autoridades portuguezas, honrando o nome do seu paiz; em 1869, pelo bom desempenho dos serviços que lhe haviam sido confiados por occasião do bombardeamento ás habitações gentilicas dos povos da Pedra do Feitiço; em 1886, pelo zelo e interesse de que deu provas no desempenho da commissão á bahia de S. João dos Angolares, commandando a canhoneira *Zaire*, e em 19 de setembro de 1903, por ter exercido com muita proficiencia, zelo e intelligencia o cargo de chefe do estado maior da majoria general da armada. O vice-almirante Augusto Ivo de Campos Ferreira tinha as seguintes honras: cavalleiro, official e commendador da ordem de S. Bento d'Aviz; medalha de prata algarismo 2 de serviços no ultramar, e a de serviços distinctos, tambem no ultramar; medalha de ouro de comportamento exemplar; era tambem commendador da ordem de merito naval de Hespanha.

Ferreira *(Bartholomeu)*. Religioso dominicano da ordem dos prégadores, que floresceu no seculo XVI. Era natural de Lisboa, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Foi por muitos annos censor ou qualificador dos livros, commissionado para esse fim pela Inquisição, e n'essa qualidade reviu e approvou os *Lusiadas*, quando pela primeira vez se imprimiram em 1572. Foi elle tambem que em 1588 approvou para a impressão o livro *De concordia et liberi arbitrii*, do padre jesuita Luiz Molina, e publicado pela primeira vez em Lisboa, no referido anno de 1588. As doutrinas d'este livro semearam depois tantas perturbações e desordens na egreja catholica, que produziram a divisão dos partidos chamados *jansenistas e molinistas*. Fr. Bartholomeu Ferreira foi nomeado em 3 de novembro de 1576 deputado da inquisição de Lisboa, logar que ainda exercia em 1588. Em 1581 publicou: *Catalogo dos Livros que se prohibem nestes reynos & senhorios de Portugal, por mandado do Illustrissimo & Reverendissimo Senhor Dom Jorge Dalmeida, Metropolitano Arcebispo de Lisboa, Inquisidor Geral, etc., com outras cousas necessarias à materia da prohibição dos livros*. N'uma monographia historica do incansavel investigador, sr. Sousa Viterbo, ácerca de Izabel Carreira, declara-se ser esta senhora mãe de fr. Bartholomeu Ferreira, e mulher de Antonio Sygy de Velasco. N'ella se diz tambem ter sido este religioso quem denunciou á Inquisição o abalisado theologo Diogo Paiva de Andrada, e se reproduzem pela primeira vez alguns documentos do Archivo Nacional.

Ferreira *(Belchior da Costa)*. Desembargador dos Aggravos da Casa da Supplicação. N. no Algarve a 8 de fevereiro de 1767, fal. a 11 de maio de 1819. Era filho de Manuel da Costa Ferreira, que foi tambem desembargador da

Casa da Supplicação e administrador geral da Alfandega Grande de Lisboa.

Ferreiro *(Caetano Lopes)*. Presbytero secular, apreciado latinista e professor abalisado. N. em Sauto Antonio de Sá, na provincia do Rio de Janeiro em 1721, mas ignora-se a data do fallecimento. Exerceu o magisterio na sua patria, e vindo depois para Portugal, tomou ordens de presbytero em 1749. Voltando ao Brazil distinguiu-se como orador sagrado, mas, segundo consta, perderam se os seus sermões, que não chegaram a imprimir-se.

Ferreira *(Carlos)*. Natural de Lisboa e viveu no seculo XVII. Traduziu do castelhano o seguinte livro, que teve grande popularidade, e muitas edições em differentes epocas, sendo a 1.ª, segundo parece, em 1735; *Historia da Donzella Theodora, em que se trata da sua grande formosura e sabedoria, traduzida do castelhano em portuguez.*

Ferreira. *(Carlos Augusto)*. Chefe da repartição central sub-director da camara dos pares, jornalista contemporaneo, deputado pelo circulo de Setubal, e secretario da redacção do *Correio da Noite.*

Ferreira *(Carlos Eugenio)*. Pianista contemporaneo, natural de Gôa, muito apreciado, e que tem publicado algumas das suas composições de musica indiana, como a *Doente*, um delicioso *mandó* notavel no seu genero suave melopeia, com variações; as valsas *O canto de Ruominim*, *Sobre o Mandovi*, etc.

Ferreira *(Christovão)*. Cirurgião, natural do logar da Carvoeira, termo de Torres Vedras, no seculo XVII. Compoz varias comedias e poesias que ficaram ineditas.

Ferreira *(P. Christovão)*. Jesuita. N. na Zebreira, termo de Torres Vedras, em 1579, fal. em Nangazaki no anno de 1652. Era filho de Domingos Ferreira e de Martha Lourenço. Entrou na Companhia de Jesus, no noviciado de Coimbra, a 27 de novembro de 1596. Partiu para o Oriente em 1600 com 19 companheiros, e chegando a Gôa, seguiu para o Japão, onde se entregou activamente ao serviço de missionario. Sendo preso e condemnado ao supplicio das covas, em que os padecentes pendurados pelos pés e cabeça quasi sepultada, estavam agonisando por muitos dias, o padre Christovão Ferreira, depois d'algumas horas de soffrimento, para salvar a vida, abjurou a religião que prégara. Durante 19 annos conservou as novas crenças, mas por fim tornou a abraçar a religião christã, o que lhe valeu ser novamente condemnado ao supplicio, de que falleceu. Escreveu uma *Relação da perseguição contra a fé levantada no reino de Taicu no anno de 1627*, a qual se publicou traduzida em italiano, em Roma, 1691.

Ferreira *(Cosme de Baena)*. Mestre de capella na sé de Coimbra nos primeiros annos do seculo XVII, e prior do convento de S. João d'Almedina, da mesma cidade. Era natural de Evora, e aprendeu musica na cathedral, onde foi moço do coro. Foi tambem compositor muito considerado. No catalogo da livraria de D. João IV, menciona-se de Cosme de Baena Ferreira uma collecção de 21 motetes para varias festividades, e 8 responsorios de defuntos. Compoz tambem uma lição e a missa de *requiem* para as exequias que a Universidade mandou celebrar em 1611, pela morte de D. Margarida d'Austria, mulher de Filippe III. A missa era toda de canto de orgão. Barbosa Machado diz na *Bibliotheca Lusitana*, vol. I, pag. 599, que este compositor deixou manuscriptos *Enchiridion Missarum & Vesperarum*; *Officium Hebdomadæ Sanctæ; Responsorios do officio de defuntos a 4 vozes.*

Ferreira *(Fr. Eloy)*. Monge cisterciense. Era natural de Ferreira do Alemtejo. Professou no mosteiro d'Alcobaça. Deixou em manuscripto o seguinte : *Exercicios espirituaes; Vida de Santa Maria Egypciaca e de outros santos*, que se conservavam na livraria do mesmo convento.

Ferreira *(Evaristo José)*. Marechal de campo reformado, lente jubilado da Escola do Exercito, lente e director do Collegio Militar, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. em 1792, fal. em Lisboa a 7 de março de 1860. Escreveu : *Geometria e Mechanica applicadas ás Artes, ou tratado elementar d'estas sciencias, para uso dos artistas, dos fabricantes, dos mestres e directores de officinas, etc., extrahido do curso normal do Barão Charles Dupin, e accommodado ás lições da aula que d'este ensino abriu em Lisboa a Sociedade Promotora da Industria Nacional; tomo* I. *Geometria*, Lisboa, 1837 ; não consta que se publicasse a continuação ; *Idéas sobre a reorganisação do Real Collegio Militar... Dedicadas a Sua Magestade El-Rei o senhor D. Fernando*, Lisboa, 1853 ; com 2 grandes mappas.

Ferreira *(Faustino Simões)*. Doutor em leis e lente da Universidade de Coimbra. Era filho de Damaso Ferreira e natural de Santa Combadão. Doutorou-se em 28 de junho de 1801.

Ferreira *(Francisco Leitão)*. Presbytero secular, beneficiado nas egrejas de S. Thiago de Tavira, e de Santa Maria do Porto de Moz, e prior na de N. S.ª do Loreto, de Lisboa, etc. N. em Lisboa a 16 de maio de 1667, fal. a 12 de março de 1735. Era homem de grande erudição, investigador de antiguidades patrias. Exerceu o priorado da egreja do Loreto por mais de 30 annos. Foi academico da Academia Real da Historia Portugueza, socio dos Arcades de Roma, da Portugueza, e de todas as outras, que então floresciam n'este reino. Tinha fama de bom poeta. No tomo XV da *Collecção de Memorias da Academia de Historia*, vem o seu *Elogio funebre*, escripto por Diogo Barbosa Machado. Escreveu : *Affectos Lusitanos na intempestiva morte da serenissima senhora D. Izabel Luiza Josepha, infanta de Portugal*, Lisboa, 1691 ; *Auspicios encomiasticos na felicissima promoção ao cardinalato do ex.mo sr. D. Jorge Cornaro, Nuncio apostolico n'este reino*, Lisboa, 1697 ; *Memoria sepulchral, epitaphio sobre a sepultura da serenissima senhora D. Maria Izabel de Neuburg, Rainha de Portugal*, etc., Lisboa, 1699 ; *Canção panegyrica em applauso de D. Manuel Pereira Coutinho e seus filhos ;* saiu nos *Preludios encomiasticos*, etc., publicados em 1704 ; *Musa typographica : seu argumento é, que sendo servido el-rei D. João V de vêr o uso de uma imprensa, se lhe estampou este soneto extemporaneo, do qual offerece agora a glosa*, Lisboa, 1707 ; *Idéa poetica epithalamica, que serviu no arco triumphal levantado na occasião em que as magestades dos senhores reis D. João V e D. Marianna de Austria fôram á cathedral de Lisboa*, Lisboa, 1709 ; *Berço natalicio*,

dedicado ao felice nascimento do augusto primogenito das magestades de D. Pedro II e D. Maria Sophia Izabel de Neuburg, etc, Lisboa, sem data; *Dissertação apologetica em que se defende a verdade do primeiro Concilio Bracharense, descoberto e dado á luz por Fr. Bernardo de Brito*, etc., Lisboa, 1723; anda tambem no tomo III da *Collecção de Memorias da Academia Real de Historia; Nova Arte de conceitos, que com o titulo de Lições academicas, na publica Academia dos Anonymos de Lisboa, dictava e explicava*, etc., Lisboa, 1718-1721, 2 tomos; *Contas dos seus estudos academicos no Paço;* são 8, e veem insertas nos tomos, v, vi, vii, viii, ix e xi da *Collecção dos Documentos e Memorias da Academia; Catalogo chronologico-critico dos bispos de Coimbra;* no tomo iv da mesma *Collecção; Elogio funebre do rev.*^mo^ *P. Fr. Miguel de Santa Maria*, etc.; no tomo viii, idem; *Noticias Chronologicas da Universidade de Coimbra; primeira parte, que comprehende os annos que decorrem desde o de 1288 até principios de 1537*, Lisboa, 1729; andam tambem incorporados no tomo ix da citada *Collecção*. O conselheiro José Silvestre Ribeiro, na sua *Resenha da Litteratura*, pag. 36, diz o seguinte: «Livro de grande e instructiva erudição, bebida em boas fontes, e de grande proveito para quem se propozer escrever a historia litteraria do nosso paiz. E' muito para sentir que este trabalho ficasse interrompido com a morte do autor, parando pouco depois da ultima transferencia da Universidade de Lisboa para Coimbra.» Para supplemento á obra do padre Leitão Ferreira temos as *Breves noticias da Universidade*, insertas no *Jornal de Coimbra*, começando no n.º lxxi, parte 2.ª, e continuando nos seguintes, onde se encontram muitos e curiosos esclarecimentos, colhidos em fontes authenticas, que proseguem desde 1537, e findam em 1736. Existem ainda varias composições do P. Leitão Ferreira na *Fenix Renascida*, na *Eva e Ave*, de Antonio de Sousa de Macedo, nas *Memorias historicas e panegyricas* de Fr. Manuel de Sá, e na sua *Ephemeride Historial e Chronologica*, que, segundo consta, existe na Bibliotheca Nacional.

Ferreira *(Francisco Manuel)*. Fabricante de pequenos orgãos, estabelecido em Lisboa entre os annos de 1820 e 1850. Na ermida dos Milagres, á Estrella, havia um orgão d'este autor, com 45 registos, e que tinha a data de 1845.

Ferreira *(D. Francisco de Mello, 2.º conde de Tentugal, e 2.º marquez de)*. Era filho 2.º do 1.º marquez d'este titulo, D. Rodrigo de Mello, e de sua mulher, a marqueza D. Leonor de Almeida. Tomou posse da casa de seu pae em 1545, anno em que falleceu, mas não a pôde lograr pacificamente, porque D. Alvaro, filho de seu irmão mais velho, já fallecido, do mesmo nome D. Alvaro de Mello, lhe disputou a herança com um libello violento; seguiu-se uma demanda que durou muitos annos, que só terminou com a intervenção de D. João III, que impondo a sua autoridade real, conseguiu que o tio e o sobrinho viessem a um accôrdo amigavel. No anno de 1554, o soberano o mandou acompanhar a princeza D. Joanna, mãe de seu neto D. Sebastião, que depois de ter enviuvado, se retirou para Hespanha; levou uma grande comitiva de creados, vestidos de luto muito pezado, unindo-se ao duque de Bragança, seu cunhado, de cuja casa foi sempre inseparavel a do marquez de Ferreira. D. João III deu-lhe o titulo de conde de Tentugal, por carta de 6 de junho de 1556. Fallecendo, porém, o monarcha no anno seguinte, sem estar ainda o assentamento da mesma fórma què o tivera seu pae, quando lhe fôra concedido o titulo, houve duvidas sobre a nova concessão. Seguiu-se a regencia da rainha D. Catharina, durante a menoridade de D. Sebastião, e o curto reinado do infante cardeal D. Henrique, sem que o despacho se realisasse, o que muito melindrou D. Francisco de Mello, que se retirou para a sua villa de Agua de Peixes, onde residiu por muitos annos. Em 1549 casou com D. Eugenia, filha do duque de Bragança, D. Jayme IV. Na batalha de Alcacer-Kibir succumbiu seu filho primogenito, D. Rodrigo de Mello, e ficaram captivos D. Nuno Alvares Pereira de Mello, que lhe succedeu na casa, e D. Constantino de Mello. Fôram grandes as despezas que supportou a nobre casa Ferreira n'esta occasião, que se fizeram excessivas com os resgates d'aquelles fidalgos. Filippe II, de Hespanha, tomando conta de Portugal, lhe fez nova mercê do titulo de conde de Tentugal, por carta de 6 de junho de 1581, concedendo-lhe depois o de marquez de Ferreira, por carta de 20 de junho de 1586. D. Francisco de Mello foi padrinho da princeza D. Catharina, filha do duque de Bragança, D. João, mais tarde D. João IV, e rainha de Inglaterra, por ter casado com o rei Carlos II. Falleceu em Evora em dezembro de 1588. Acabou o convento do Bussaco, da ordem de S. Francisco, que seu pae havia começado.

Ferreira *(D. Francisco de Mello, 4.º conde de Tentugal e 3.º marquez de)*. Senhor das villas do Cadaval, V. N. Danços, Alvaiazere, Rabaçal, Arega, Buarcos, Anobra, Carapito, Mortagoa, Penacova, Vilalva, Villa Ruiva, Albergaria, Agua de Peixes, Peral, Cercal, Ferreira de Aves, Tentugal, etc., e dos morgados de que a condessa, sua mãe, era governadora; teve a administração da commenda de Grandola na ordem de S. Thiago, sendo cavalleiro da ordem de Christo; do conselho de estado e de guerra de D. João IV, e um dos ministros do despacho; mordomo-mór da rainha D. Luiza de Gusmão. N. em Vilalva, no Alemtejo, a 5 de agosto de 1588, e fal. a 18 de março de 1645. Era filho de D. Nuno Alvares Pereira de Mello, 3.º conde de Tentugal, que falleceu a 28 de fevereiro de 1597, o qual succedera á casa de seu pae, o 2.º marquez de Ferreira, e de sua mulher, D. Marianna de Castro, filha de D. Rodrigo de Moscoso Osorio, 4.º conde de Altamira. Succedeu em toda a casa de seu pae, sendo o 4.º conde de Tentugal, e no titulo de marquez de Ferreira a seu avô, por carta de 20 de março de 1610. Por alvará de 30 do referido mez e anno, teve tambem a mercê do titulo de marquez em mais duas vidas, para seu fiho e para seu neto. Todas estas mercês e prerogativas fôram feitas á casa Ferreira pelo rei Filippe, em attenção aos grandes merecimentos dos senhores d'esta nobilissima casa. O marquez de Ferreira acompanhou o rei castelhano quando fez a sua entrada publica em Lisboa com extraordinaria pompa. Durante o tempo do dominio hespanhol conservou-se muito tempo afastado da côrte, e estava em Evora, quando se deram os tumultos em 1637, conhecidos na historia pelo

nome de *Alterações de Evora*. Julgando, como a maior parte da nobreza, que essa sublevação não tinha fôrças para subjugar o jugo estrangeiro, procurou tranquillizar os animos do povo, mas em 1640, quando se realisou em Lisboa a revolução da independencia, partiu para Villa Viçosa e acompanhou D. João IV á capital do reino. O novo soberano o escolheu para conselheiro de estado e para um dos logares de ministro de despacho; em 1642 o nomeou mordomo-mór da rainha D. Luiza de Gusmão. Na solemnidade em que D. João IV foi jurado pelos Tres Estados do reino, em 15 de dezembro de 1640, serviu de condestavel. Casou duas vezes: a primeira, em 1609, com D. Maria do Sandoval e Moscoso, sua prima co-irmã, que falleceu a 5 de abril de 1630, filha de D. Lopo de Moscoso, 6.° conde de Altamira, e de D. Leonor de Sandoval; a segunda vez, em 16 5, com D. Joanna Pimentel, sua sobrinha, dama da rainha D. Izabel de Bourbon, que falleceu a 11 de setembro de 1657, filha de D. Antonio Pimentel, 4.° marquez de Tavara, e de D. Izabel Moscoso, irmã de sua primeira mulher. Foi filho d'este matrimonio D. Nuno Alvares Pereira de Mello, 4.° marquez de Ferreira, e 1.° duque de Cadaval. V. *este titulo*.

Ferreira *(Francisco Soares)*. Professor de primeiras letras na cidade do Porto. Escreveu: *Elementos de Grammatica Portugueza, ordenados segundo a doutrina dos melhores grammaticos, para aplanar á mocidade o estudo da sua lingua*, Lisboa, 1819.

Ferreira *(Francisco Xavier)*. General de divisão. N. em 1790, fal. no Porto a 10 de agosto de 1865. Assentou praça de cadete em maio de 1801, foi promovido a alferes em novembro de 1809; n'este posto tomou parte na guerra peninsular, e quando terminou a campanha, foi promovido a tenente em dezembro de 1814, subindo ao posto de capitão em egual mez de 1820. Embarcando para o Brazil, entrou na guerra que se travou entre portuguezes e brazileiros de 1821 a 1823, e voltando a Portugal combateu em defeza dos principios liberaes contra o partido absolutista, de 1826 a 1828. Quando rebentou a revolução do Porto, não emigrou, deixando-se ficar em Lisboa, por ordem da regencia dos Açôres, e n'esta situação se conservou, prestando bons serviços á causa constitucional, que lhe valeram muitos elogios. Depois da entrada do duque da Terceira em Lisboa, em 1833, foi promovido a major e a tenente-coronel, e nomeado assistente do ajudante general. Passando então a tomar parte activa nas operações militares, assistiu á tomada de Leiria e ás acções de Torres Novas e de Pernes, sendo elogiado pela sua bravura e intrepidez, especialmente no primeiro d'estes combates, em que lhe foi conferido o habito da Torre e Espada. Terminada a guerra civil continuou a servir na repartição do ajudante general; em dezembro de 1835 foi admittido no corpo do estado maior; em julho de 1836 nomeado chefe da direcção militar da secretaria da guerra, e em agosto seguinte commandante da guarda municipal de Lisboa. Logo em seguida á revolução realisada em setembro d'este anno, ficou exonerado d'esta commissão; entrou na revolta cartista do anno seguinte, e estando depois na 3.ª secção, foi em 1840 nomeado tenente-coronel de infantaria n.° 8. Sendo promovido a coronel continuou no commando do referido corpo de infantaria; em junho de 1847 foi graduado em brigadeiro, tendo a effectividade d'este posto em abril de 1851, ao mesmo tempo que recebia a graduação de marechal de campo e a exoneração de commandante das 3.ª e 4.ª divisões militares. Em julho de 1864 foi promovido a general de divisão e sendo reformado em novembro d'este anno, falleceu poucos mezes depois.

Ferreira *(Gaspar)*. Jesuita. Nasceu na villa de Fornos em 1574, fal. a 27 de dezembro de 1649. Passou ao Oriente, e empregou-se nas missões na China durante 40 annos, onde falleceu. Deixou escriptas varias obras na lingua chineza, e um diccionario chinez-portuguez, mas nenhum d'esses trabalhos se publicou.

Ferreira *(Gaspar)*. Sota-piloto da nau S. Thomé, que naufragou em 1589, e da qual era capitão D. Paulo de Lima. Deixou manuscripta uma relação d'esse naufragio, que se conservava ainda no seculo XVIII na livraria do conde de Castello Melhor.

Ferreira *(D. Gomes)*. Conego regrante de Santo Agostinho, que morreu em 20 de abril de 1448. Era filho de Martim Ferreira, fidalgo do tempo de D. João I. Estudou em Paris, e fez grandes progressos nas letras Passou a Roma, e o papa Eugenio IV tomou-lhe grande affeição, e o proveu na opulenta abbadia de Santa Maria de Florença, da ordem camaldulense, de que foi depois geral pela morte do doutissimo fr. Ambrosio. N'este elevado cargo deu provas de solidas virtudes e de singular intelligencia, reduzindo aquella congregação ao primitivo fervor, austeridade e clausura em que S. Romualdo a fundára. Eugenio IV o mandou mais tarde a Portugal como seu legado a tratar de negocios da maior importancia, trazendo a bulla da cruzada, que concedera a el-rei D. Duarte com muitos privilegios. Este monarcha o elegeu prior-mór do convento de Santa Cruz de Coimbra, e ali falleceu.

Ferreira *(Gonçalo Ayres)*. Foi companheiro de João Gonçalves Zarco, e escreveu uma obra com o titulo de *Descobrimento da ilha da Madeira*, que não chegou a ser publicada, mas de que Antonio Cordeiro faz menção na sua *Historia insulana*.

Ferreira *(Gregorio Martins)*. Licenceado em Canones, que viveu algum tempo em Italia, e imprimiu em Veneza em 1642 um panegyrico em verso.

Ferreira *(Henrique)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado, contador da 1.ª vara civel, etc. N. no Porto em 7 de setembro de 1838. E' filho de Manuel Luiz Ferreira, empregado publico, e de D. Antonia Carolina de Andrade Basto Ferreira. Formou-se na Universidade em junho de 1864, e d'ali saiu para a villa da Feira, onde fez o tirocinio forense, advogando até 1872. N'aquella villa exerceu o logar de vereador da camara, assim como, no impedimento do respectivo delegado, as funcções de agente do ministerio publico. Em 1872 veiu para Lisboa, onde continuou a advogar, mesmo depois de ter sido despachado em 12 de abril de 1877 contador da 1.ª vara civel. E' socio da Associação dos advogados de Lisboa. Escreveu: *Allegação de direito por parte dos AA. João Silvestre do Rego e outros na acção que movem contra os RR.*

José Gançalves Carneiro e sua mulher, 1.ª vara civel, escrivão Rodrigues. Lisboa, 1876; *Esclarecimentos ácerca das questões judiciaes entre os marquezes de Vianna e a firma Figueira & C.ª*, Lisboa, 1878. Além d'estes opusculos, encontram-se escriptos seus ácerca de assumptos forenses, devendo especializar-se as suas opiniões relativas a certas duvidas suscitadas sobre as alterações na legislação civil e do processo em Portugal, na *Gazeta da Associação dos advogados*, 2.º anno, n.ª 43 e 44; 3.º anno, n.ª 9, 41 e 43; no *Direito*, 1.º anno, n.º 32; e no *Boletim do fôro*, 1.º anno, n.ª 31 e 42. Publicou tambem uma defeza dos direitos dos contadores, no *Direito*, n.º 14, de 1879.

Ferreira *(Ignacio)*. Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra; desembargador do Porto e da Casa da Supplicação, deputado da Mesa da Consciencia, chanceller das ordens militares, desembargador do paço, collegial do Real Collegio de S. Paulo, de Coimbra, etc. Era natural de Fonte Areada, e fal. em 9 de abril de 1629. Foi um ministro de grande justiça, caridade e penitencia. Casou no Porto com D. Paula de Sá, e tendo enviuvado, pretendeu com grande instancia o habito de donato dos carmelitas descalços e tambem o da provincia dos arrabidos, e os prelados prudentemente se recusaram a satisfazer estas pretenções para não privarem o estado d'um funccionario de caracter tão recto e honesto, e a pobreza d'um tão caridoso bemfeitor. Ignacio Ferreira então fez converter a sua propria casa em convento, onde exercia muitas virtudes religiosas, especialmente a da caridade para com os pobres.

Ferreira *(Ignacio Garcez)*. Conego secular de S. João Evangelista. N. em Almada a 18 de setembro de 1680; ignora-se a data do fallecimento. Deixando a congregação em que entrára, passou a Roma em 1712, e depois a Napoles. Pertenceu á Academia dos Arcades de Roma, com o nome de *Gilmedo*. Regressando á patria, foi eleito conego penitenciario da sé de Lamego em 1733. Escreveu: *Lusiadas, poema epico de Luiz de Camões, com os augmentos de João Franco Barreto, illustrada com varias e breves notas, e com um precedente apparato do que lhe pertence;* tomo I, Napoles, 1731; tomo II, Roma, 1732.

Ferreira *(Isidoro Sabino)*. Um dos actores comicos portuguezes de maior nomeada e popularidade; era mais conhecido pelo *actor Isidoro*. N. em Lisboa a 3 de novembro de 1828, fal. na mesma cidade a 23 de setembro de 1876. Seu pae, um pobre operario da officina de carpinteiro de reparos do Arsenal do Exercito, cegou de gotta serena seis mezes antes do nascimento do futuro artista. A grande pobreza em que esta familia vivia não lhe permittiu frequentar a escola, e se aprendeu a ler e a escrever, foi comsigo proprio, pela convivencia com os rapazes ao sairem da escola, e ao esforço que empregava para adquirir a Cartilha ou Abecedario, por onde estudou. A sua grande força de vontade e o profundo desejo de se instruir, conseguiram que estudasse francez pelo mesmo processo, a ponto de chegar a representar n'esse idioma, e de viajar pela Europa sem auxilio de interprete. Ainda alcançou outros estudos, chegando a ser um dos nossos actores mais instruidos. Nas suas *Memorias*, que elle proprio escreveu, diz: «aprendam os absolutamente desprovidos de todos os meios, como na perseverança, diligencia e boa vontade, se alcança o que uma infinidade de circumstancias muitas vezes nega.» Isidoro foi aprender o officio de chapeleiro em 1839 para uma loja da rua da Prata, e ali se conservou apenas anno e meio, indo em 1842 aprender a tecelão na fabrica de Xabregas. Em 1846, pela guerra da Maria da Fonte, assentou praça no segundo batalhão movel, onde ficou sendo o n.º 13 da 3.ª companhia. Juntamente com outros companheiros da fabrica organisou uma representação que se realisou no pequeno quarto d'uma casa da rua do Sol á Graça, no sabbado e segunda feira de carnaval, fazendo o papel de Trambolho na peça *Cáe no logro o mais esperto*, e o de primeiro mentiroso, n'outra farça, chamada *Os dois mentirosos*. Este ensaio desenvolveu lhe a paixão pelo theatro, e a 13 de junho de 1846 representou n'um theatro particular ás Escolas Geraes, fazendo dois papeis: condessa de Tentugal no drama *O captivo de Fez*, e madama Limonada na farça *O enredador*. A arte fascinava-o, e não tendo outro meio de figurar em scena nos theatros publicos, conseguiu ser comparsa no theatro de D. Maria II, desde 1847 até 1849, ao mesmo tempo que se dedicava a recitar poesias, e a escrevel-as tambem. A primeira vez que se apresentou em publico representando, foi a 16 de julho de 1849 no theatro de Almada, de que elle mais tarde foi proprietario, de sociedade com o actor Taborda, seu collega, que sempre o protegeu no começo da sua vida artistica. A maneira como o publico o recebeu, foi a mais animadora e auspiciosa. Isidoro resolveu ir escripturar-se no antigo Salitre, e ali se estreou n'uma comedia em 1 acto, *Uma fraqueza*, em 30 de novembro do mesmo anno de 1849. Dedicou-se então ao desempenho de papeis dramaticos, na maior parte, até á recita de 18 de março de 1850, ultima n'aquella epoca. Como ganhava pouco e sómente ás noites que representava, acceitou o convite de ir percorrer as provincias n'uma companhia que se organisara. Esteve na Ericeira e em Torres Vedras. N'esta excursão aconteceram-lhe grandes peripecias, que o fallecido escriptor Julio Cesar Machado descreve com muita graça, na biographia que escreveu em 1859, na *Galleria Artistica*, e que Isidoro transcreveu nas suas *Memorias*. Em setembro de 1850 formou-se uma sociedade de actores no Salitre, o Isidoro fez parte da companhia; em maio de 1851 foi escripturado pela actriz Emilia das Neves, por dois mezes, para o theatro de S. João, do Porto em que debutou no drama *Gaspar o pescador*. Em 1852 fez nova excursão por diversas terras do Ribatejo. Esteve em Azambuja durante 5 mezes, em casa do rico lavrador Felix de Carvalho, que muito se lhe affeiçoou, vivendo tambem em intimidade com D. Francisco de Noronha, com cuja familia representou diversas vezes no seu palacio de Aveiras de Baixo. Adoecendo com sezões, deixou a companhia, e veiu para Lisboa, indo depois novamente trabalhar pelo officio de tecelão desde dezembro de 1852 até fevereiro de 1853, em que foi convidado para substituir o actor Lobão, que se havia retirado do theatro da Rua dos Condes. Desejando depois entrar no Gymnasio, procurou o actor Taborda, e por sua influencia foi logo acceito como discipulo debutando na comedia em

4 actos, *Atraz de uma mulher*, em 7 de abril de 1853. Agradou pouco, mas Isidoro não desanimou, e a 19 de julho d'esse mesmo anno, alcançou grande triumpho no papel de ferreiro no *Andador das almas.* D'ahi por deante, em cada papel que fazia, alcançava grandes applausos, e a sua reputação de actor foi-se accentuando cada vez mais. Em 1856 teve convite do commissario regio do theatro de D. Maria para fazer parte da sua companhia, mas Isidoro não acceitou, continuando no Gymnasio, mesmo por gratidão para com Taborda, de quem era muito amigo, e se confessava muito reconhecido. A companhia do Gymnasio foi para o Porto em 1857, e Isidoro proseguiu na sua gloriosa carreira artistica. Em dezembro d'este anno convidaram-n'o para a companhia que se estava organisando com destino ao Salitre, theatro que completamente se transformou tomando o titulo de *Variedades.* A proposta era muitissimo vantajosa para a inauguração do novo theatro, e a empresa não duvidou dar 400$000 reis ao Gymnasio pela cedencia do seu actor tão querido do publico. Comtudo, formou-se uma renhida questão, que a imprensa discutiu muito. Nas suas *Memorias* diz Isidoro. a pag. 43: «Muito mais me lisongeou o relatorio da direcção d'esse anno, em que dando parte á assembléa geral do facto, dizia assim: tivémos de pagar ao Gymnasio 400$000 reis pela rescisão do contrato do actor Isidoro, mas que são 400$000 reis para possuirmos a segunda capacidade comica de Portugal!...» A peça da abertura foi a magica *A Loteria do diabo*, em que no papel de Abdalah, Isidoro concorreu muitissimo para o exito enorme que a peça obteve durante duas epocas de successivas representações. Não acompanharemos o artista na sua gloriosa carreira, nos annos que se conservou n'aquelle theatro. *A Corôa de Carlos Magno*, grande magica em 5 actos e 26 quadros representada em 1859, tambem foi umas das corôas do actor Isidoro, no papel de escudeiro. Em 11 de junho de 1861 foi classificado actor de primeira classe pelo conselho dramatico. O conde do Farrobo, que muito se lhe affeiçoara, o convidou e ao actor Taborda para representarem no theatro da quinta do Farrobo, convidando-o depois para ensaiador no theatro das Laranjeiras. Em 1861 fez uma excursão a Evora, e á volta tornou a escripturar-se no Gymnasio, onde fez uma epoca brilhantissima. A 1 de novembro de 1863 entrou para o theatro de D. Maria, dando-se-lhe o maior ordenado da casa. Agradou então immensamente nos *Homens ricos*, *Caturras*, *Coração e arte*, *Paz domestica*, *A luva e o leque*, etc. Em quanto se construiu o theatro da Trindade, fez parte da companhia organisada por Francisco Palha, em junho de 1866, que representou na Rua dos Condes. Antes de abrir a Trindade emprehendeu uma viagem pela Europa, e a fórma como nas suas *Memorias* faz a critica sobre os actores dos diversos theatros francezes, é a prova mais eloquente de quanto o seu espirito estava desenvolvido e illustrado. Na Trindade esteve Isidoro até 1876, tendo apenas um intervallo em que descançou e deu algumas recitas no Gymnasio. A introducção da opera burlesca n'aquelle theatro, abriu-lhe novo campo ás suas tendencias da baixa comedia. Mas que consciencia e gosto artistico, até mesmo n'esses desvairamentos do agrado do publico. O papel do rei Bobeche no *Barba Azul* é um modello no genero. Isidoro começou a adoecer em 1870, os soffrimentos fôram augmentando lentamente, até que succumbiu em 1876. Todos os jornaes publicaram saudosos artigos na occasião do fallecimento. Diz o fallecido escriptor Cunha Belem, na *Gazeta Commercial* de 7 de setembro de 1884: «O actor Isidoro deixou uma grande lacuna no theatro portuguez, onde ha notabilissimos talentos, e nomeadamente talentos comicos; mas poucos, como elle, têem o condão de apresentação, aquella physionomia fadada para despertar uma gargalhada apenas apparecia, aquelles mil recursos para tornar mais comico o mais comico dos papeis, aquella graça expontanea, aquelles repentes felizes, que o tornaram glorioso collaborador dos autores mais chistosos.» Isidoro, nas suas *Memorias*, conta da

Izidoro Sabino Ferreira

fatalidade com que o n.º 13 o perseguia sempre, e a esse respeito tem ditos muito espirituosos; assim como a circumstancia de ter nascido no dia de finados, porque no anno de 1828, esse dia caiu em domingo, e passou a commemoração dos defuntos para a segunda feira 3 em que elle nasceu. Tambem nota a circumstancia de ter casado em dia de S. Bartholomeu, em que se diz andar o diabo á solta. Era muito economico, e só assim conseguiu arranjar uma fortunasinha, e comprar casa para a sua habitação. A questão de economia, e a estatistica dos papeis que representou, tambem os descreve com muita graça. Seria quasi impossivel dar uma relação exacta das peças que representou; apontaremos as seguintes em differentes epocas e em differentes theatros, além das que já falámos: *Não é com essas! Por um triz*, *Um jantar amargurado*, *Um agiota em miniatura*, *Filho familias*, *As duas bengalas*, *Olho vivo! companhia de seguros contra a peneira dos olhos*, *Familia Benoiton*, *Conspiração na aldeia*, *Procopio Baeta*, *Dois candidatos*, *Depois da meia noite*, *Cada um seu logar*, *Filha do avarento*, *Um murro e um lenço*, *O Somnambulismo do Pimenta*, *A Sociedade dos treze*, *O Villão em casa do seu sogro*, *A parteira e o dentista*, *Fossilismo e Progresso*, *Revista de 1862*, *Cosinha*, ca-

sa de jantar e sala, *Nas armas do touro*, *A filha do ar*, *O cabo da caçarola*, *Gabriel e Lusbel ou o Thaumaturgo*, *A Rosa das sete-folhas*, *A Gata Borralheira*, *As pupillas do sr. reitor*, *A creada ama*, *Fraquezas humanas*, *Anjo e demonio*, *Os pretendentes de minha mulher*, *O tio Paulo*, *Pepe-Hillo*, *E' caso! Quatro mulheres n'uma casa*, *A botija*, *Não se casem assim*, *A marqueza de Breteche*, *As duas primas*, *A capa de José*, *A joven guarda*, *Paga o justo pelo peccador*, *Uma viagem sentimental*, *Por causa d'um algarismo etc.* Escreveu e traduziu as seguintes peças: *Precisa-se d'uma senhora para viajar*, 1 acto; *Os dois irmãos unidos*, 1 acto; *A ordem é resonar*, 1 acto; *Revista do anno de 1862*, 3 actos e 6 quadros, offerecida ao conde do Farrobo; *Dois timidos*, 1 acto; *Fóra de horas*, 1 acto; *No dia de S. Bartholomeu*, 1 acto; *O clarim*, 1 acto; *Templo de Salomão*, 7 quadros; *O villão em casa do seu sogro*, 1 acto; *Uma victima de 1864*, entre acto; *O pae de toda a gente*, 3 actos, *Um homem sem inimigos*, 1 acto; *O Kean*, 5 actos; *Cada um no seu logar*, 1 acto; *As pressas de Banavente*, 1 acto; *Dois homens de bronze*, 1 acto; *Os parentes da provincia*, 1 acto; *Tres mulheres queimadas*, 1 acto; *Comedia de sala*, 1 acto; mais tarde teve o titulo de *Cavalleiro de Malta*; *Castro & Filho*, 4 actos; *A dama do lago*, 1 acto; *O falador eterno*, 1 acto; *Sem jantar*, 1 acto; *D. Quichote de la Mancha*, 4 actos e 9 quadros. Parte d'estas peças fôram impressas.—*Memorias do actor Isidoro, escriptas por elle mesmo, precedidas do retrato do autor, e d'uma carta do ex.mo sr. Francisco Palha*, Lisboa, 1876. Isidoro escreveu no *Diario de Noticias*, *Discussão*, *Diario da Manhã*, *Diario Illustrado*, e n'outras folhas litterarias, *Almanach Taborda*, etc.

Ferreira *(João Antonio de Brissac das Neves)*. V. *Neves Ferreira (João Antonio de Brissac)*.

Ferreira *(João Baptista)*. Tabellião privativo de notas na comarca de Lisboa, jornalista e escriptor dramatico. N. em Lisboa a 23 de outubro de 1801, fal. na mesma cidade a 26 de dezembro de 1877. Estudava medicina na Universidade de Coimbra, e estava proximo a completar o curso, quando vieram os acontecimentos politicos de 1828; como professava idéas liberaes, viu-se obrigado a emigrar e a assentar praça no batalhão academico. Percorreu Hespanha, França, Inglaterra e Belgica; esteve depois no cêrco do Porto com o seu batalhão, batendo-se intrepidamente, dando sobejas provas do seu enthusiastico amor pela liberdade. Terminada a guerra civil, obteve em 1834 o cartorio, a que se entregou cuidadosamente; collaborou tambem em alguns jornaes politicos e litterarios, traduziu ou imitou differentes peças para o theatro, sendo muitas d'ellas representadas. Teve epoca em que foi o traductor official dos theatros da Rua dos Condes e de D. Maria II. Tinha a alcunha do *Musica*, por empregar constantemente esta palavra em diversos sentidos. As suas relações intimas eram com os principaes artistas dos nossos theatros, com os autores e traductores dramaticos, e com os criticos da arte. E' longa a relação das peças que traduziu; temos noticias das seguintes: *A Compadrice*, comedia em 5 actos, Lisboa, 1851; *O papa jantares*, comedia em 1 acto, Lisboa, 1851; *O senhor Dumbiki*, comedia em 5 actos, Lisboa, 1845. Esta peça foi publicada pelo antigo livreiro-editor Silva, juntamente com outras duas composições dramaticas, sob o titulo de: *Peças que na noite de 29 de outubro de 1845, anniversario natalicio de sua magestade el-rei, se hão de representar no theatro de D. Maria*, contendo em primeiro logar a *Manhã d'um bello dia, ode cantata allegorica*, etc., de Mendes Leal; em segundo, a traducção de João Baptista Ferreira, e em terceiro logar, *Um par de luvas*, farça lyrica em 1 acto, de José Maria da Silva Leal.

Ferreira *(João Baptista)*. Capitão tenente da armada, lente da 3.ª cadeira da Escola Naval, etc. Assentou praça no exercito em 1882, e transferiu-se para a armada em 1883, sendo promovido a guarda-marinha em 1885. A sua primeira estação foi feita em Moçambique, e tomou parte em todos os combates ali feridos: occupação do Tungue, guerra dos vâtuas em Inhambane, e outras luctas egualmente arriscadas, sobresaindo a expedição aos namarraes, em 1887; n'esta arriscada expedição tomou parte o destemido e intrepido official de marinha commandando uma pequena força de 30 praças. Desembarcando na bahia de Conducia, dirigia-se á aringa de Matibane, quando, a 3 legoas no interior, elle e os seus, se viram atacados por indigenas em numero muitissimo superior, os quaes, estando embuscados, faziam fogo traiçoeiramente sobre os nossos e feriram gravemente com duas ballas o commandante, a quem alvejavam de preferencia, mas o destemido official apezar do seu estado gravissimo não quiz racuar, e sustido nos braços dos marinheiros, continuou com denodado esforço animando os seus e commandando-os, evitando uma derrota, conseguindo manter inalteravel rodem n'uma retirada de mais de quatro horas sob o fogo incessante do inimigo. E assim, sempre nos braços dos marinheiros, foi transportado até á praia. Depois d'uma longa doença, o bravo official regressou á patria. El-rei D. Luiz o condecorou com a Torre e Espada, e o parlamento, por proposta do fallecido estadista Barros Gomes, votou a lei que o promoveu ao posto de 2.º tenente. A carta de lei tem a data de 4 de agosto de 1887, e diz no seu 1.º artigo: «E' o governo autorisado a promover o guarda-marinha João Baptista Ferreira a segundo-tenente, por distincção em combate, dispensando-o de concluir o tirocinio de embarque e de fazer o exame pratico a que era obrigado pelos artigos 40.º e 41.º do decreto de 26 de dezembro de 1868». Depois do almirante Baptista d'Andrade, foi o sr. João Baptista Ferreira o unico a quem foi dado um posto por distincção em combate. Em 1902 teve a promoção de 1.º tenente e a de capitão-tenente, sendo louvado officialmente pela sua bravura nas campanhas da Guiné em 1881 e 1891. Desempenhou prolongadas commissões de serviço no ultramar, onde commaudou as canhoneiras *Massabi* e *Cacongo*, na ultima das quaes, de regresso ao reino, sustentou uma viagem perigosa, por causa do mau estado do navio, que voltava ao porto de armamento depois d'uma permanencia de 8 annos nos mares da Africa; ao seu muito acerto na direcção dos serviços se deve o ter chegado a canhoneira a porto de salvamento. Foi instructor da Escola Pratica d'Artilharia Naval, secretario da commissão technica d'artilharia naval, de que mais tarde veiu a ser vogal, me-

recendo sempre elogios dos seus chefes. Tambem fez parte das commissões que tiveram o encargo de reorganisar o corpo de marinheiros e apresentar o regulamento do serviço interno dos navios da armada. Escolhido para assistir em Fiume á construcção e recepção de torpedos, na casa Whitehead, destinadas ao armamento dos nossos navios, teve de ir por duas vezes á casa Krupp, em Essen, e como delegado do governo assistiu á recepção d'artilharia e munições para a canhoneira *D. Luiz* e cruzador *Adamastor*, indo depois a Leorne para a montagem da artilharia destinada a este cruzador Recebendo provas de grande apreço e consideração por parte dos estrangeiros, pela proficiencia mostrada nos serviços de que foi incumbido, ainda da sua commissão resultaram relatorios conscienciosos e um *Manual* sobre o torpedo Whitehead, publica. em 1898, escripto com a cooperação do chefe da sua commissão em Fiume. O sr. João Baptista Ferreira tem outros trabalhos de muito valor, que são os regulamentos para o serviço d'artilharia, descripção do material d'artilharia Krupp de tiro rapido, etc. Precedido d'um brilhante concurso, obteve em 1902 o logar de lente de uma das cadeiras da Escola Naval. E' condecorado com as ordens da Torre e Espada e de S. Bento de Aviz, e com as medalhas militares de prata, de bons serviços no ultramar.

Ferreira *(João Costa)*. Cirurgião no hospital de S. José, nomeado em 1757, fallecido a 17 de junho de 1773.

Ferreira *(João Cypriano)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, cujo curso terminou em 1850. Defendeu these manuscripta sobre o diagnostico do cancro Foi admittido como cirurgião extraordinario no hospital de S José em 3 de novembro de 1851, para adjunto do hospital da cholera morbus de Santa Clara em 1856, para o hospital de febre amarella da calçada de Sant'Anna em 1857, e para director de enfermaria do hospital de S. José em 16 de setembro de 1878, logar que ainda conservava em 1890. E' um habil operador, e foi ha annos vereador da camara municipal de Lisboa.

Ferreira *(João Gomes)*. Theologo, natural de Lisboa, que publicou uma obra em latim, sob o nome de Jesus Maria José, impressa em 1625.

Ferreira *(D. João Gomes)*. Bispo de Cochim. N. em Penafiel em 1851, fal. em Cochim em 3 de maio de 1897. Era filho do negociante Antonio dos Santos Gomes e de D. Maria Ferreira. Seu pae destinava-o á vida commercial. Cursou o lyceu do Porto com aproveitamento notavel, distinguindo-se especialmente no estudo da Mathematica em que revelou grande aptidão. Quando concluiu o curso do lyceu, o laureado estudante não seguiu a carreira que seu pae desejava, porque um seu tio abbade o influiu para que se dedicasse á vida ecclesiastica, tomando-o sob a sua tutella. O joven estudante entrou então no collegio das Missões Ultramarinas, de Sernache do Bomjardim, onde se tornou distincto pela sua applicação ao estudo, affirmando dotes de intelligencia pouco vulgares, e um caracter bondoso. Em 1875 terminou o curso ecclesiastico e tomou as ultimas ordens, sendo logo em maio d'esse anno mandado para o seminario de Macau com destino ao magisterio. N'este seminario leccionou a cadeira de Theologia, de desenho e outras disciplinas, e pouco tempo depois foi nomeado vice-reitor pela ausencia do reitor, o bispo Medeiros, quando este prelado esteve em Timor. Conservou-se n'este logar até 1878, em que o desejo de missionar em Timor, o levou a pedir ao seu prelado, D. Manuel Bernardo de Sousa Ennes, licença para se ir juntar aos missionarios que na Oceania se empenhavam em prégar o Evangelho. Fôram tão importantes os serviços que prestou n'esta missão, que logo á sua chegada a Timor, foi encarregado da parochia de Dilly. Cuidou então zelosamente, não só do bem espiritual dos seus parochianos, mas do bem temporal, porque organisou o registo parochial e fez a estatistica da população, em que ninguem tinha ainda pensado. Continuando na sua missão evangelica e civilisadora, percorreu toda a ilha de Timor, arrostando com todos os perigos que cercam os missionarios entre povos incultos, conseguindo, comtudo, os mais satisfatorios resultados para a religião, com a sua palavra inspirada. Tão grandes serviços valeram-lhe o ser elevado a superior da missão. No reino de Manatuto concluiu uma egreja, que o bispo Medeiros, antigo superior da missão, havia começado, e era tal a sua dedicação, que chegou elle proprio a trabalhar no novo templo, como qualquer operario, na pintura decorativa da parte interna. Tambem acabou uma casa destinada para escola, augmentou a casa da missão de Occussi e o collegio ou casa de beneficencia de Dilly. Dez annos se passaram de constante trabalho para o incançavel missionario, e em 1888 o surprehendeu a sua nomeação de bispo de Cochim. A elevada dignidade, em que fôra revestido, nada alterou a vida do modesto missionario, e D. João Gomes Ferreira foi tão prestante missionando os povos, como dirigindo e administrando a sua diocese, onde falleceu. Os restos mortaes do venerando bispo fôram transportados para Lisboa em outubro de 1902, a bordo do vapor *Zaire;* o feretro, depois de desembarcar no Arsenal da Marinha, ficou depositado na capella de S. Roque, seguindo d'ali á estação do caminho de ferro do Rocio, partindo no comboio do norte para o cemiterio da sua terra natal.

Ferreira *(João Mendes)*. Professor de Direito Civil, e patrono de causas forenses, em Extremoz. Deixou manuscripta uma obra juridica em latim.

Ferreira *(D. João da Silva)*. Clerigo secular, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, bispo titular de Tanger, etc. N. em Vermoim, termo da villa de Barcellos, em 1685; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de João da Silva e de sua mulher, Maria Ferreira. Aprendeu os primeiros rudimentos no collegio dos Meninos Orphãos, do Porto, fundado por Balthazar Guedes. Recolheu-se depois á congregação de N. S.ª da Conceição de Oliveira, pouco distante do Porto, e ali dictou artes aos congregados; passou mais tarde á Universidade de Coimbra, recebeu o grau de bacharel em Canones, sendo depois desembargador dos aggravos de Braga, juiz superintendente da casa do despacho, vigario geral do mesmo arcebispado, e conego prebendado na sua cathedral. D. João V, reconhecendo os seus elevados merecimentos, o nomeou deão da capella real de Villa Viçosa, e bispo titular de Tanger, sendo sagrado pelo cardeal patriarcha D. Thomaz d'Almeida, na egreja

patriarchal a 9 de junho de 1743. Escreveu: *Allegações juridicas porque se mostra o indubitavel direito que tem o reverendo Cabido da Sé Primaz, para obrigar os moradores das terras de Guimarães e Monte-Longo a lhe pagarem os votos de S. Thiago, pertencentes á Mesa capitular*, Coimbra, 1722; *Sermão primeiro da canonisação dos gloriosos santos Luiz Gonzaga e Stanislau Kostka, prégado no solemnissimo triduo que celebrou o Collegio de S. Paulo da Companhia de Jesus na cidade de Braga, em 27 de Julho de 1727*, Lisboa, 1728; *Compendio de doutrina christã*, Porto, 1754; *Ceremonias da visitação d'este bispado*, Porto, 1750.

Ferreira *(João de Sousa)*. Provedor da fazenda dos ausentes do Grão-Pará, onde permaneceu por muitos annos. Escreveu o seguinte livro, que dedicou ao capellão da capella real, bispo eleito do Maranhão, D. Fr. Antonio de Santa Maria Bispo Cortesão: *Noticiario Maranhense; descripção do Estado do Maranhão, suas contendas, e peregrinas circumstancias;* foi escripta em 1688.

Ferreira *(João Xavier Taborda Pignatelli)*. Cavalleiro da ordem de Aviz, coronel aggregado ao regimento de milicias da Guarda, poeta de pouco merecimento. Escreveu: *Em louvor da solemne sagração da egreja do real convento do SS. Coração de Jesus, fundado pela rainha nossa senhora D. Maria I*, Lisboa, 1789; é uma canção; *Elogio aos Restauradores de Portugal no anno de 1808: lamentos de um militar, e aviso ás nações do continente*, Lisboa, 1808; consta de 72 estancias, em versos rimados; *Ode feita á morte do serenissimo sr. D. José, principe do Brazil*, Lisboa 1788; com as iniciaes J. X. T. P. F.

Ferreira *(Joaquim)*. Actor contemporaneo. N. em 15 de março de 1855. Desde creança foi muito affeiçoado ao theatro ; fez parte d'uma sociedade de amadores dramaticos, n'um theatrinho da rua dos Cegos, onde debutou no drama *O homem de honra*. Foi muito festejado, e isso o animou a proseguir como amador dramatico. Sousa Bastos, reconhecendo-lhe muita aptidão para a scena, o escripturou em 1876 na companhia de que era empresario no theatro da Rua dos Condes. Seguindo com fortuna a sua carreira artistica, passou depois ao theatro das *Variedades*, entrando na *Ave azul* e em muitas outras peças. Mais tarde conservou-se no theatro do Principe Real algumas epocas, desempenhando sempre papeis importantes com o melhor exito. Tambem esteve no theatro de D. Maria II, onde representou no *D. Cesar de Bazan, Duque de Vizeu, Grande industrial, Fédora, Martyr, Abbade Constantino, Estatua, D. Affonso VI, Leonor Telles, Casa de Orates, Intimo* e *Madrugada* ; representou tambem no theatro d'Avenida, no *Burro do sr. alcaide*. Tem estado no Brazil por diversas vezes e em diversas companhias, sendo sempre recebido com agrado. Pelos recursos de que dispõe, é um actor muito util, tanto no drama, como na comedia, na opereta ou revista. O seu reportorio é grande e variado.

Ferreira *(Joaquim Ferreira dos Santos, 1.º barão, 1.º visconde e 1.º conde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, do conselho da rainha D. Maria II, par do reino; gran-cruz da ordem hespanhola de Izabel a Catholica; capitalista, abastado proprietario na cidade do Porto, etc. N. em Villa Meã, nos arredores do Porto, a 4 de outubro de 1782, fal. no Porto, na sua casa do Bomfim, a 24 de março de 1868. Filho de lavradores proprietarios mas pouco abastados, seus paes o destinaram á vida ecclesiastica, e n'este intuito estudou latim, logica e rhetorica; conhecendo, porém, que não tinha vocação para o sacerdocio, manifestou desejos de ir para o Brazil seguir a carreira commercial, o que muito contrariou seus paes. Embarcou então a bordo da *Nova Aurora*, que se destinava ao Rio de Janeiro. A' saída da barra do Douro o navio naufragou, mas não desistiu do seu proposito, e vindo a Lisboa, seguiu para o Rio de Janeiro, onde um parente rico o ajudou e protegeu. Favorecido por esta influencia foi prosperando no negocio, e depois de ter esta-

Conde de Ferreira

belecido importantes transacções commerciaes entre a sua casa e a praça de Buenos Ayres, dirigiu as suas vistas para a Africa, e com a idéa de alargar as suas relações com essa parte do mundo, foi tres vezes a Molumbo, onde estabeleceu varias feitorias. Em 1828 concorreu com importantes donativos para os emigrados portuguezes no Brazil; regressando depois a Portugal proseguiu no mister a que se havia dedicado, mas já em operações bancarias; os seus avultados capitaes lhe permittiram contribuir com valiosas quantias para os emprestimos que se contrahiram em defeza da causa da rainha D. Maria II. Terminada a guerra civil, e ainda posteriormente, prestou muitos serviços ao Estado nas apuradas e criticas circumstancias em que a fazenda publica se encontrou durante o periodo que decorreu até 1851, e tão poderosos fôram esses serviços, que a soberana entendeu dever remunerar o opulento capitalista, que tinha sempre os seus cofres abertos para acudir ás urgencias do thesouro, concedendo-lhe titulos de nobreza e os arminhos de par. A eleição de par do reino foi feita pela carta regia de 3 de maio de 1842, prestando juramento e tomando posse logo na sessão do dia 5, da respectiva camara. O titulo de barão de Ferreira foi concedido pelo decreto de 7 de outubro do mesmo anno, o de visconde pelo

de 22 de junho 1843, e o de conde pelo de 6 de agosto de 1850. A vida do illustre titular, depois de ter grangeado a sua enorme fortuna, foi uma continuada serie de obras de caridade e de beneficencia; o seu testamento é muito notavel e honroso para a sua memoria. O conde de Ferreira não tinha herdeiros forçados; fôra casado com uma senhora de Buenos Ayres, D. Sevéra Lastra, de quem enviuvara, e d'este consorcio houvera um filho, que fallecera tambem no Rio de Janeiro. N'uma das disposições do testamento dizia: «Convencido de que a instrucção publica é um elemento essencial para o bem da sociedade, quero que os meus testamenteiros mandem construir e mobilar 120 casas para escolas primarias de ambos os sexos nas terras que fôrem cabeças de concelho, sendo todas por uma mesma planta e com accommodações para vivenda de professores, não excedendo o custo de cada casa e mobilia a quantia de 1:200$000 réis; e prompta que esteja cada casa, será a mesma entregue á junta da parochia em que fôr construida mas não mandarão construir mais de duas casas em cada cabeça de concelho e preferirão aquellas terras que bem entenderem.» Este legado como se vê, era da importancia de 144:000$000 réis. Outra disposição dizia: «Quero que os meus testamenteiros empreguem todo o remanescente da minha fortuna... em construir, onde julgarem conveniente, um edificio para o hospital de alienados, não devendo gastar no edificio mais de uma terça parte do remanescente, e acabada a obra e mobilado o hospital, farão entregue á Santa Casa da Misericordia, d'esta cidade, não só do edificio mas tambem dos fundos sobrantes, préviamente empregados em effeitos de credito publico, que farão averbar a favôr do hospital, e á mesma Santa Casa prestarão contas da sua gerencia com respeito ao remanescente.» Este edificio é o grandioso *Hospital do conde de Ferreira*, que se vê no Porto, no sitio denominado *Cruz das Regateiras*, o qual se inaugurou em 24 de março de 1883. O projecto do edificio foi elaborado pelo professor de architectura civil da Academia Portuense de Bellas Artes, Manuel de Almeida Ribeiro, sendo depois da sua morte dirigida a construcção por Faustino José da Victoria, director das obras publicas do districto do Porto, que fez varias alterações ao primitivo plano. A fachada é d'uma simplicidade elegante e harmoniosa, coroando-lhe o frontão a estatua do fundador, de marmore de Carrára, trabalho do conhecido esculptor Teixeira Lopes. A descripção minuciosa d'este hospital encontra-se na revista *O Occidente*, vol. IV, 1883, a pag. 90 e 91. Segundo o testemunho do professor do Lyceu Central do Porto, Domingos de Almeida Ribeiro, que fôra quem escrevera o testamento, a idéa da construcção do hospital tinha sido inspirada por D. Pedro V, que falando, um dia com o conde de Ferreira, lhe indicára por casualidade a conveniencia d'um estabelecimento d'aquella natureza no Porto. Mencionaremos mais os seguintes legados: a 80 raparigas pobres e honestas um dote de 500$000 réis a cada uma; 20:000$000 reis para uma nova enfermaria no hospital da Misericordia, da cidade do Porto, tendo além do subsidio, um consultorio homœopathico para os pobres que se quizessem utilisar d'esta medicina; 20:000$000 réis á Misericordia do Porto, com obrigação de vestir 24 pobres no anniversario do seu fallecimento; legados á Misericordia do Rio de Janeiro, aos hospitaes do Terço, Carmo e S. Francisco, no Porto, a recolhimentos e outras casas de beneficencia, esmolas a viuvas pobres e honestas, etc. A 24 de março de 1878, 10.º anniversario do fallecimento do benemerito titular, fôram as suas cinzas trasladadas para um sumptuoso mausoléo no cemiterio de Agramonte, sobre o qual se collocou a sua estatua, em marmore de Carrára, trabalho do esculptor Soares dos Reis.

Ferreira *(Joaquim José)*. Tenente-coronel de engenheiros da côrte. Trabalhou como capitão de infantaria na edificação e reparo das fortalezas do Algarve, para onde fôra destacado, especialmente nas baterias, reductos e mais fortificações de Villa Real de Santo Antonio; tambem serviu na obra do canal novo de Oeiras, em 1769, na regencia d'algumas aulas da Academia de Marinha, e nas plantas e edificios da fabrica de ferro com muitas diligencias commettidas pela secretaria de Estado, de que dando exacta conta foi encarregado da reedificação de Lisboa, como na longa e perigosa marcha pelos sertões de Matto Grosso e Cuiabá, para a demarcação nos distantes dominios de Portugal e de Hespanha, dando incremento á povoação do Casal; governou Albuquerque e grangeou a estima dos indios. Em 25 de outubro de 1788, estando na capitania de Matto Grosso, foi elevado a sargento-mór de infantaria com exercicio de engenheiro. Em 1797, tendo já o posto de tenente-coronel de engenheiros da côrte, e 34 annos de bons e effectivos serviços, foi agraciado com o habito de Christo e a tença de 12$000 reis, por decreto de 22 de novembro. Recebeu tambem a mercê do habito de S. Bento de Aviz, com a tença de 12$000 réis, por decreto de 23 de abril de 1798, lançando-se-lhe o habito na egreja cathedral de Faro D'esta mercê se passou carta a 20 de maio de 1799. No archivo militar do Rio de Janeiro ha uma copia da *Carta geographica de uma ponte do Rio Negro e do rio Uaussa, levantada por Joaquim José Ferreira, capitão de engenheiros, anno de 1780.*

Ferreira *(Joaquim da Silva)*. Autor d'uma obra que se publicou em 1786, com o titulo: *Resumo, ou index dos alvarás, cartas, decretos, foraes, leis*, etc., *que alguns monarchas d'este reino passaram para bom regimen dos seus vassallos.*

Ferreira *(José)*. Eremita da ordem de Santo Agostinho, natural de Lisboa, onde tambem falleceu a 9 de agosto do anno de 1727. Era filho de Domingos Dias e de Maria Ferreira. Professou no convento da Graça, de Lisboa, a 4 de abril de 1673. Foi prégador muito acreditado. Publicou: *Sermões vários, primeira parte*, Lisboa, 1708.

Ferreira *(José)*. Cirurgião do hospital de Todos os Santos, e discipulo do medico José Rodrigues de Abreu. N. na Batalha em 1711, ignora-se a data do fallecimento, mas parece que morreu ainda novo. Era filho de José Fernandes e de Margarida Ferreira. Aprendeu cirurgia no hospital de Todos os Santos, onde teve por mestre o licenceado João de Sousa. Escreveu: *Cirurgia Stahliana medico-pharmaceutica, e cirurgico-manual, primeiro tomo*, Lisboa, 1740. E' assim o titulo que traz a *Bibliotheca Lusitania*, mas In-

nocencio declara que teve um exemplar, no qual o titulo differe um pouco : *Cirurgia medico-pharmaceutica, deduzida da doutrina Stahliana, acomodada ao curativo d'este paiz, Livro I.* Em manuscripto deixou: *Tratado das Chagas escripto no anno de 1720*, quando era praticante; *Ramilhete de Minerva;* consta de varias materias cirurgicas.

Ferreira *(P. José)*. Jesuita. N. em Peniche a 30 de março de 1693, fal. a 29 de agosto de 1741. Era filho de José Ferreira Souto e de Maria Quaresma Franca. Aprendeu os primeiros rudimentos em Peniche; vindo depois para Lisboa com seus paes, continuou o estudo de humanidades no collegio de Santo Antão; professou a 17 de maio de 1708. Acabando o curso de Philosophia na Universidade de Evora, onde recebeu o grau de mestre em artes, dictou humanidades em Lisboa durante 5 annos; escreveu diversos poemas latinos, para que tinha grande vocação. Tendo cursado Theologia, dictou-a no collegio de Coimbra, havendo lido Moral no Collegio da Ribeira Grande. Tambem foi prégador, tanto em Lisboa, como em Coimbra, Evora, e ilha de S. Miguel. Desejando ardentemente ir missionar no Japão, conseguiu licença dos superiores, e saiu de Lisboa a 31 de maio de 1741, com 5 naus de que era commandante Antonio Saldanha, mas não chegou ao seu destino, porque falleceu em viagem ao chegar ao cabo da Boa Esperança. Dos seus muitos sermões apenas publicou : *Sermão da Profissão da Reverenda Madre Quiteria de Jesus*, etc., Lisboa, 1728. Deixou manuscripta uma obra em latim.

Ferreira *(José Dias)* . V. *Dias Ferreira.*

Ferreira *(José Henriques)*. Bacharel formado em Philosophia e Medicina pela Universidade de Coimbra, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e da de Medicina de Madrid, etc. Estava no Brazil em 1771, na qualidade de medico do vice-rei marquez do Lavradio. Parece que morreu antes do anno de 1781. Em poder de seu irmão, o dr Manuel Joaquim Henriques de Paiva, deixou alguns manuscriptos, dos quaes se publicaram os seguintes : *Discurso critico, em que se mostra o damno que tem feito aos doentes os remedios de segredo e composições occultas*, Lisboa, 1785 ; *Memoria sobre a Guaxima ;* saiu no tomo I das *Memorias Economicas*, da Academia Real das Sciencias ; *Historia do descobrimento da Cochonilha no Brazil, da sua natureza, geração, colheita e utilidades*, etc ; saiu passados muitos annos no *Patriota*, jornal do Rio Janeiro, vol. III, pag. 3 a 13.

Ferreira *(José Joaquim)*. Lente substituto da Escola de Veterinaria, que falleceu em 1856. Foi creado na Casa Pia, e depois estudante da referida escola, passando então mais tarde ao corpo docente Escreveu : *Manual de hippiatrica, ou guia nacional para a escolha, o trato e aperfeiçoamento do cavallo com relação aos seus differentes serviços domesticos*, Lisboa, 1854.

Ferreira *(José Maria de Andrade)* V. *Andrade Ferreira.*

Ferreira *(José Martins)*. Era natural de S. Pedro de Roriz, junto da cidade do Porto, ou da freg. de S. Martinho do Campo, proximo de Guimarães ; muito versado nas linguas latina e castelhana, e na historia do paiz. Escreveu : *Breve relação das grandezas de Lisboa, e dos Bispos, e Senhores de titulo d'este reino, e suasconquistas*, Lisboa, 1606; *Recopylação muy certa, e verdadeira de muitas cousas, que succederam no mundo em diversos tempos, recopilada de graves autores*, Lisboa, 1608; saíram no *Prognostico para o anno de 1608*, pelo licenceado Paulo da Motta ; *Breve compendio ou summario das grandezas e cousas notaveis da comarca de Entre-Douro e Minho ; com lista dos condestaveis de Portugal e vices-reis da India*, Lisboa, 1608 ; vem no fim do referido *Prognostico ; Summario das comarcas que ha n'este reino de Portugal, com as correições, cidades e outras cousas notaveis que n'ellas ha*, Lisboa, 1609 ; saiu no fim do *Prognostico para o anno de 1609 ; Relação da lastimosa tragedia de Carlos Gotaulti, duque de Biron, marechal de França, degolado por mandado de Henrique IV*, Lisboa, 1604 ; *Relação da grande traição de um escocez, junto com seu irmão, maquinada contra Jacob VI, rei da Escocia e Inglaterra, a 5 de Agosto de 1600*, Lisboa, 1605 ; traduzida da lingua latina ; *Relação que contém os aventurosos e prodigiosos successos de João Baptista Gallinato, e como veiu a ser Rei das Provincias e Reinos de Cambaya, que está junto com o grande e potentissimo reino da China*, Lisboa, 1607. Em manuscripto deixou os dois opusculos seguintes : *Relação summaria dos autores que escreveram cousas tocantes a Portugal e suas conquistas, desde o anno de 1580 até 1629*, dedicada ao chantre da sé de Evora, Manuel Severim de Faria ; *Relação summaria dos vice-reis e governadores que houve na India desde o anno de 1497, em que se descobriu, até o de 1629*, offerecida ao referido chantre.

Ferreira *(Julio Gomes)*. Industrial, proprietario das vastas officinas de candieiros de todos os systemas de illuminação, onde trabalham perto de 200 operarios, na rua de S. Thiago, em Lisboa, tendo os depositos na rua da Victoria, sob a firma commercial de *Julio Gomes Ferreira & C.ª*. A sua industria tem-se desenvolvido especialmente em lustres de crystal e de bronze, em candieiros de phantasia, além de todos os mais trabalhos de canalisação para agua e gaz, installações completas de casas de banhos, fogões de sala, etc. A fama da sua manufactura, dentro e fóra do paiz, é geral, e está officialmente authenticada. Nas exposições de Paris de 1889 e 1900, os seus productos fôram muito apreciados, conferindo-lhe os respectivos jurys medalhas de ouro, de prata e de bronze, pelos varios artigos que expoz em differentes secções, sendo a opinião geral dos visitantes mais entendidos que os artefactos portuguezes da casa Julio Gomes Ferreira & C.ª rivalisavam com os similares das mais afamadas officinas estrangeiras, que tinham concorrido áquelle notavel certamen internacional. O critico francez Mr. Claude Viguy publicou em setembro de 1901 na importante revista universal de sciencias, artes e industrias, *L'Encyclopedie contemporaine*, o retrato do sr. Julio Gomes Ferreira, acompanhado d'um caloroso artigo em que se tecem os mais rasgados elogios aos productos d'esta casa industrial, cujas officinas estão montadas com todos os modernos aperfeiçoamentos. O sr. Julio Gomes Ferreira é um dos homens a quem a industria portugueza mais deve, pela sua iniciativa e competencia. Foi agraciado com a ordem de merito industrial.

Ferreira *(Julio Guilherme Betteneourt)*. Medico e naturalista, dedicando-se como clinico á especialidade das docuças nervosas. Nasceu em Lisboa a 22 de março de 1866, fez os seus preparatorios no Lyceu da capital e frequentou a Escola Polytechnica nos annos de 1876 a 1886. Matriculou-se seguidamente na Escola Medica, defendendo these em 1891. O seu trabalho inaugural foi *Hysteria visceral*. Entrou para o Museu de Historia Natural, onde exerce o logar de naturalista, encarregando-se especialmente das collecções herpetologicas. Os seus largos conhecimentos sobre tal materia estão desmonstrados com as importantes publicações que tem dessiminadas por diversas revistas scientificas, que lhe mereceram uma cadeira na Academia Real das Sciencias, para onde entrou em 1899, e o titulo de socio correspondente do Instituto de Coimbra. Não são menores os seus meritos como clinico. Discipulo e auxiliar do eminente psychiatra dr. Bettencourt Rodrigues, actualmente no Brazil, o nosso biographado substituiu o mestre na primeira polyclinica estabelecida em Lisboa, da qual faziam parte as summidades medicas, como Sousa Martins, Serrano, Abilio de Mascare-

Julio Guilherme Beltencourt Ferreira

nhas, Feijão, Sabino Coelho, Arantes, Bombarda, Silva Amado e Curry Cabral. Dirige a casa de saude «Maia», o principal estabelecimente lisbonense particular, para tratamento de doenças nervosas e mentaes. Extremamente activo, sem deixar de ser proficiente nos assumptos variados a que dedica a sua individualidade, o dr. Bettencourt Ferreira acompanha com todo o amor e dedicação o movimento associativ, principalmente o especial da sua profissão medica. E' socio fundador da Associação dos Medicos Portuguezes, creada em 1898, tendo sempre exercido o cargo de director, bibliothecario e redactor do *Boletim* da mesma associação. Pertence á Sociedade de Sciencias Medicas, desde 1894, e á de Geographia, de que é vice secretario da secção de Zoologia. Os seus trabalhos scientificos assás valiosos encontram-se publicados em muitas revistas, tendo algumas publicações separadas de assumptos de interesse excepcional. Grande vulgarisador scientifico, ha muitos annos collabora no *Diario de Noticias* com as *Chronicas Scientificas*, em que tem popularisado as descobertas da sciencia e da sua applicação ás artes e aos usos industriaes e domesticos; serviço relevante que muito contribuiu para tornar conhecido e apreciado o seu merito. Eis a lista das suas principaes publicações : *Hysteria visceral e dolorosa*, these inaugural (1891) defendida perante a Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, *Jornal das Sciencias physicas, mathematicas e naturaes*, da Academia Real das Sciencias de Lisboa; Memorias sobre herpetologia, trabalhos do gabinete de Historia Natural, hoje "Museu Bocage", na Escola Polytechnica, (desde 1897 até ao presente); secretaria da redacção e collaboração varia na *Revista de Educação e Ensino*, Lisboa 1890 a 1900, dirigida pelo dr. Ferreira Deusdado (Psychologia, Pedagogia, vulgarização da Sciencia). *A suggestão hypnotica na educação*, em collaboração com o prof. Ferreira Deusdado, Lisboa 1898; *Reptis da India no Museu de Lisboa e algumas palavras sobre a peçonha das cobras e os seus antidotos* (*Jorn. de sc. phys. math. nat* *a.* XVI-*1897* (por occasião do Centenario da India) publicado em 1898. *La folie au theatre*, *Hamlet*, *Revue de psychologie*, Paris abril 1900; collaboração na *Medicina Contemporanea*, hebdomadario principal das sciencias medicas em Portugal; idem na *Revista de Medicina* e *cirurgia praticas;* artigos sobre pathologia. Em especial: *Hemierania vertiginosa por neoplasia do Encephalo*, n'esta ultima *Revista*, n.° 137-1602. *Sezões ou malaria, bases para o estabelecimento da prophylaxia e therapeutica etiologica*, publicado na «Medicina Contemporanea», 1902. *Annaes das Sciencias Naturaes*, de Augusto Nobre, Porto; artigos de sciencias naturaes, *Biographia de José Anchieta*, *Noções Preliminares de Sciencias Naturaes* (para as Escolas Primarias), Lisboa 1903, 3 edições. *A Arte na Historia Natural, sobre um caso de albinismo representado n'um quadro de um pintor português do seculo* XVIII, *Separatum* da *Polytechnica*, revista de medicina e sciencias naturaes, Lisboa, 1606. *Jornal da Sociedade de Sciencias Medicas*, collaboração e direcção desde de 1892, em quasi todos os numeros até á actualidade. *Revista de Nevrologia e Psychiatria*, fundada pelo dr. Bettencourt Rodrigues em Lisboa, 1892 a 1893, collaboração sobre assumptos de psychologia e psychiatria e secretaria da redacção. No *Diario de Noticias*, jornal de grande publicidade em Lisboa, *Chronicas Scientificas*, vulgarisação; e numerosos artigos dispersos em varios jornaes e publicações, *Mala da Europa*, *Vanguarda* etc.

Ferreira *(Lazaro da Silva)*. Magistrado. N. em Lagos a 26 de novembro de 1738, onde tambem fal. a 13 de outubro de 1825. Era filho de Belchior da Costa, desembargador dos aggravos da Casa da Supplicação. Foi juiz de fóra em Espozende e Guimarães, desembargador em Gôa e ouvidor em Macau; regressando ao reino, entrou no conselho do ultramar, no supremo conselho de justiça militar, e no conselho da fazenda Foi juiz da alçada que foi ao Porto depois da occupação d'essa cidade pelo marechal francez Soult, principe da Damaleia, e n'essa melindrosa commissão houve-se com prudencia, merecendo por isso a consideração de todos.

Ferreira *(Leonel A.)*. Advogado em Macau, d'onde era natural. Escreveu: *Um brado pela verdade, ou a questão dos professores jesuitas em Macau, e a instrucção dos macaenses*, Macau, 1872; contém noticias interessantes para a historia da instrucção publica em Macau.

Ferreira *(Luiz Carlos Mardel)*. General de brigada. N. em 4 de setembro de 1844. Seguiu o curso de Marinha e assentou praça em 23 de março de 1861, quando já era guarda-marinha, requereu passagem para o exercito, saindo alferes na arma de cavallaria a 27 de dezembro de 1871, sendo promovido a tenente a 17 de janeiro de 1877, a capitão a 31 de outubro de 1884, a major a 16 de junho de 1894, a tenente-coronel a 8 de abril de 1897. Serviu na Escola do Exercito como repetidor. Em 1900 era segundo commandante do batalhão da guarda fiscal. Foi reformado em general de brigada, por ser julgado incapaz do serviço activo, em 14 de novembro de 1901, optando pelas vantagens da equiparação na conformidade do disposto nos artigos 1.° e 3.° da carta de lei de 26 de junho de 1899, e no artigo 3.° do decreto de 19 de outubro de 1901. Tem as seguintes honras: commendador, official e cavalleiro da ordem de Aviz, cavalleiro da ordem de Christo; medalha de prata de comportamento exemplar. Escreveu: *Historia da arma de fogo portatil*, Lisboa, 1887; com 4 estampas lithographadas, seguindo-se o atlas com paginas numeradas e 58 estampas chromo-lithographadas, contendo 454 figuras; *Polvoras, explosivos modernos e suas applicações*; livro I; *Polvoras*, Lisboa, 1893; é seguido d'um atlas com 54 estampas. Depois da publicação d'esta obra, foi eleito socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

Ferreira *(Luiz Gomes)*. Cirurgião em Minas Geraes, Brazil, d'onde regressou a Lisboa em 1745. Era natural da freg. de S. Pedro de Rates, na comarca de Barcellos, mas ignoram-se as datas do seu nascimento e fallecimento. Escreveu: *Erario mineral, dividido em 12 tratados*, etc., Lisboa, 1735.

Ferreira *(Luiz Machado)*. Mestre em Artes, e doutor em Canones pela Universidade de Coimbra. Foi mestre-escola da cathedral de Miranda, e apreciado prégador. Escreveu: *Sermão nas exequias do Senhor Principe D. Theodosio de saudosa memoria na Santa Sé de Miranda*, Lisboa, 1656.

Ferreira *(Fr. Manuel)*. Religioso da ordem carmelitana. N. em Lisboa, e fal. em abril de 1654. Era filho de Pedro Ferreira e de Anna Ferreira, Professou no convento do Carmo, de Lisboa em 1602. Estudou Philosophia no convento de Evora, e Theologia no de Coimbra. Foi consultor da Bulla da Cruzada; sub-prior do convento de Torres Novas, prior do de S. Romão, e commissario da Ordem Terceira da Penitencia em Lisboa; confessor das religiosas dos conventos de Tentugal, de Lagos e de Beja. No capitulo celebrado em Lisboa a 30 de abril de 1651, foi nomeado socio do provincial fr. Gaspar dos Reis. Partindo para Roma a votar no capitulo geral, em que foi eleito geral da ordem fr. Mario Venturino, não chegou áquella cidade, por ter adoecido gravemente em viagem, d'uma doença que o victimou. Escreveu: *Sermão da publicação da bulla da Santa Cruzada, prégado na sé de Lisboa*, Lisboa, 1633; *Vidas de Santos Martyres, confessores e virgens da sagrada ordem de N. S.ª do Carmo, dos quaes resa na regular observancia, e nos padres descalços por particular concessão apostolica*, Lisboa, 1645.

Ferreira *(Fr. Manuel)*. Religioso dominicano da ordem dos prégadores. N. em Evora, onde tambem falleceu a 3 de fevereiro de 1659. Era filho de Diogo Nabo e de Izabel Ferreira. Foi admittido no collegio de Santo Thomaz, de Coimbra, a 7 de dezembro de 1625. Aprendeu e ensinou as sciencias escolasticas. Foi prior nos conventos de Coimbra e de Lisboa, e reitor do referido collegio de Santo Thomaz; visitador e vigario geral da provincia, e deputado da inquisição de Evora, para que foi eleito a 17 de novembro de 1654. Escreveu: *Oração funebre nas exequias do bispo inquisidor geral D. Francisco de Castro, no convento de S. Domingos de Lisboa, a 13 de janeiro de 1653*, Lisboa, 1654.

Ferreira *(P. Manuel)*. Jesuita. N. em Lisboa em 1630, fal. em Macau a 15 de maio de 1699. Era filho de André Dias e de Barbara Ferreira. Professou no convento de Lisboa em 7 de junho de 1647. Foi professor de humanidades no collegio de Santo Antão, de Lisboa, onde recitou duas orações latinas com geral applauso, sendo a primeira sobre o santo titular do collegio e a segunda sobre S. Francisco Xavier. Passou á India em 1658; esteve preso durante uma perseguição contra os christãos. Conseguindo a liberdade voltou á Europa, em interesse da sua missão, indo de novo para o Oriente em 1694; padeceu muitos trabalhos na missão de Tunquim, onde fez muitas conversões. Escreveu: *Noticias summarias das perseguições da missão de Cochinchina, principiada e continuada pelos padres da Companhia de Jesus, offerecidas pelos mesmos missionarios a el-rei nosso senhor D. Pedro* II, Lisboa, 1700; saiu sem o nome do autor. Deixou em manuscripto: *Vocabularium linguæ Annamiticæ incipiendo á verbis Lusitanis*.

Ferreira *(P. Manuel)*. Presbytero secular, que escreveu o seguinte livro: *Soliloquios a Jesu Christo, suspiros d'uma alma arrependida*, etc., Lisboa, 1733. Traz no fim um romance em verso hendecasyllabos, com o titulo: *Arrependimento metrico de um peccador contricto*.

Ferreira *(Manuel Alvares)*. N. no Porto em 1706. Era filho de Antonio Alvares Ferreira, recebedor das sizas da mesma cidade, e concelho de V. N. de Gaia, familiar do Santo Officio, e de Leonarda Baptista Ferreira. Aprendeu letras humanas no Porto, e depois Direito Pontificio na Universidade de Coimbra. Foi desembargador na Relação Ecclesiastica, sendo eleito pelo bispo do Porto D. Fr. José Maria da Fonseca e Evora. Escreveu uma obra em latim sobre *Construcção e edificação de edificios publicos e particulares*, a qual se publicou em Protopoli em 1749; um *Tratado* tambem em latim, Portugal, 1.° e 2.° tomos, 1750. Deixou ainda outra obra em manuscripto.

Ferreira *(Manuel da Costa)*. Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra. N. em Lagos em 1735 e falleceu em 1806. Exerceu differentes cargos, como os de desembargador da Casa da Supplicação e do Paço, corregedor do Crime da Côrte, administrador geral da alfandega grande de Lisboa, feitor-mór de todas as do reino, e fiscal da Real Junta do Commercio.

Ferreira *(Fr. Manuel de Jesus de Oliveira).* Presbytero secular, doutor em Canones pela Universidade, de Coimbra, etc. N. no Porto a 31 de dezembro de 1711, fal. a 26 de setembro de 1782. Era filho de Jorge de Oliveira Ferreira e de Catharina Alvares. Desde creança se revelou um notavel talento; aos 15 annos já estava instruido nos preceitos da Grammatica, Rhetorica e Poetica. Estudou Philosophia durante 4 annos com os padres congregados e os jesuitas. Na Universidade de Coimbra applicou se á Jurisprudencia Canonica, em cuja faculdade se formou a 18 de maio de 1735, recebendo o grau de doutor a 4 de outubro de 1746. Na mesma Universidade aprendeu as linguas grega e hebraica, em que compoz alguns versos. Foi ordenado de presbytero em 1736; prégador muito apreciado, protonotario apostolico, commissario do Santo Officio, e confirmado chronista da Ordem Terceira de S. Francisco pelo geral Fr. João Vermejo no capitulo geral, celebrado em Valladolid a 31 de maio de 1740. O bispo do Porto D. Fr. José Maria da Fonseca e Evora o nomeou reitor da egreja de S. Miguel, de Oliveira de Azemeis, onde esteve muitos annos. Resolvendo entrar para a Ordem Terceira de S. Francisco, renunciou a reitoria, e professou no convento de Nossa Senhora de Jesus, de Lisboa. Chamava-se no seculo Manuel de Oliveira Ferreira, e quando tomou o habito accrescentou o nome de Jesus ao seu nome, ficando então a chamar-se Fr. Manuel de Jesus de Oliveira Ferreira. Falleceu no referido convento de N.ª S.ª Jesus, de Lisboa, legando á ordem Terceira a sua livraria importantissima. E' longo o catalogo das suas obras, tanto em latim como em portuguez, impressas e manuscriptas, cujos titulos veem mencionados na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. III, a pag. 327 a 330; mas citaremos a seguinte: *Compendio geral da historia da veneravel ordem Terceira de S. Francisco, dividida em cinco taboas, que mostram a sua instituição, prelados, mesas e fórmas dos actos espirituaes, etc., Tomo I da Historia Terciaria, offerecida á magestade fidelissima d'el-rei nosso senhor*, Porto, 1752.

Ferreira *(Manuel José).* Natural de Lisboa, onde nasceu em 1841, sendo filho de Francisco José Ferreira e de Balbina Rosa Ferreira. Estabeleceu-se em 1869, de sociedade com a casa Lisboa & C.ª, encadernadores então muito conhecidos na capital, tendo por fim a nova sociedade, que girou sob a firma commercial *Ferreira Lisboa & C.ª*, tomar a antiga casa do livreiro Fernandes Lopes, na rua Aurea. A nova firma manteve-se até 1876, e n'esse anno Manuel José Ferreira rescindiu a escriptura com os seus socios, e continuou o commercio de livros só com a sua responsabilidade. O estabelecimento foi então augmentado e reformado. Tem sido editor de numerosas e variadas publicações sobre diversos assumptos, e principalmente de livros de instrucção escolar.

Ferreira *(Manuel Lopes).* Doutor em Direito Canonico, pela Universidade de Coimbra, ouvidor no Algarve, corregedor de Lamego, etc. Era natural de Lisboa, filho de Manuel Lopes Ferreira e de Barbara Lopes. Escreveu: *Pratica criminal expendida na fórma da praxe observada n'este nosso reino de Portugal, e illustrada com muitas ordenações e leis extravagantes, regimentos e doutores*, Lisboa, 1730 a 1734, 4 tomos; reimprimiu-se no Porto em 1767; *Direcção para os syndicantes tirarem as residencias aos ministros da jurisdicção real, e aos seus officiaes*, etc., Lisboa, 1735, saiu sem o nome do autor.

Ferreira *(Manuel de Sousa).* Official de marinha no principio do seculo XIX, e achou se incluido, segundo parece, na celebre setembrizada de 1810. Imprimiu em 1818 em Lisboa um *Tratado da alagação dos navios.*

Ferreira *(Miguel.).* Embaixador mandado em 1510 por Affonso de Albuquerque ao xá da Persia, Ismael. Miguel Ferreira apresentou-se com grande luxo, e o xá da Persia o recebeu com todas as honras, e mandou com elle um embaixador a Ormuz, destinado a receber de Affonso de Albuquerque, em fórma de tributo, balas de artilharia e de espingarda. Miguel Ferreira fez uma longa narração a Affonso d'Albuquerque das cousas que vira e da magnificencia da côrte da Persia, e de lá trouxe tambem magnificos presentes. Affonso d'Albuquerque quiz mandal-o a Portugal entregar esses presentes a el-rei D. Manuel, mas a morte do grande conquistador da India não permittiu o cumprimento d'estas ordens. Em 1531 era capitão de Coromandel, praticando grandes façanhas, soccorrendo depois um rajá de Ceilão com uma pequena esquadrilha; em 1546 foi tambem em soccorro de Diu, na occasião do segundo cerco.

Ferreira *(Miguel Lopes).* Escrivão dos Contos do Reino, familiar do Santo Officio. N. em Lisboa a 28 de dezembro de 1689, fal. a 22 de abril de 1739. Era filho de Manuel Lopes Ferreira e de Maria Velloso Pereira. Escreveu: *Vida e acções de sua alteza serenissima Fr. Luiz Mendes de Vasconcellos, grão mestre da sagrada religião de Malta*, etc., *Traduzida do castelhano*, Lisboa, 1731; tem um retrato do grão-mestre da ordem de Malta, gravura de B. F. Gaio; *Epitome da vida, acções e milagres do glorioso Santo Antonio de Lisboa, illustrado com breves ponderações, e accrescentado com elogios em que celebraram a este santo Pontifices, Padres Antigos e outros graves autores; escripto por F. Miguel Pacheco, e traduzido do castelhano*, Lisboa, 1732. A Miguel Ferreira se devem tambem as edições de varios livros classicos, dos quaes alguns por sua diligencia se imprimiram pela primeira vez. Entre elles se contam as *Chronicas dos seis primeiros reis de Portugal*, a *Historia Tanger*; a *chronica de D. Sebastião*; e a reimpressão feita em 1725 da *Quarta parte da Monarchia Lusitana.*

Ferreira *(Nicolau).* Era um persa de Ormuz, que o soberano d'esta cidade mandou a Portugal a pedir paz, depois do primeiro cerco de Affonso d'Albuquerque. Em Portugal o embaixador persa affeiçoou-se ás cousas européas, fez-se christão, tomou o nome de Nicolau Ferreira, e voltou para Ormuz, onde soube conquistar tambem as boas graças de Affonso de Albuquerque, porque não só tratou com elle lealmente, como foi em Ormuz grande defensor da alliança portugueza. Affonso d'Albuquerque, depois do assassinio de Bas-Ahmed, fez Nicolau Ferreira guarda-mór do rei e tutor dos filhos Seif-ed din.

Ferreira *(Paulo).* Architecto de seculo XVII. Era filho de Diogo Botelho, mestre de carpintaria dos paços da Ribeira. D. João VI o nomeou, por alvará de 16 de fevereiro de 1646, para o

logar d'uma praça de aprender architectura, vaga pela promoção a architecto de Francisco da Silva.

Ferreira *(Pedro Augusto).* Bacharel formado em Theologia pela Universidade de Coimbra, abbade de Miragaia, no Porto, etc. N. na povoação de Corvaceira, freguezia da Penajoia, concelho de Lamego, a 14 de novembro de 1833, sendo filho de José Antonio Ferreira, que foi familiar do Santo Officio, e de D. Maria da Purificação Ferreira, abastados lavradores do Douro. Tendo estudado instrucção primaria em Penajoia, matriculou-se em 1846 no seminario de Lamego, e completando o curso em 1850, passou a Coimbra a estudar Theologia em 1851, em cuja faculdade se formou em 1856. Voltando á casa de seus paes, foi a Lamego ordenar-se de presbytero, sendo-lhe as ordens conferidas pelo bispo D. José de Moura Coutinho. Celebrou a primeira missa em 1857 na capella da sua casa da Corvaceira, e pouco depois recebeu do mesmo prelado a nomeação de examinador prosynodal e professor de instituições canonicas do seminario, onde esteve tres annos, regendo no ultimo anno a cadeira de historia ecclesiastica. N'este tempo tambem exerceu as funcções de vigario geral da diocese. Em 1861 foi apresentado e collado na abbadia de Tavora, e em 1864 passou para a egreja de Miragaia. E' vogal da commissão dos monumentos nacionaes, socio da associação dos architectos e archeologos portuguezes, da sociedade camoneana, da de geographia commercial do Porto; fundador da de instrucção da mesma cidade, etc. Tem o grau de cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição Tendo fallecido em 2 de janeiro de 1884 Augusto Soares de Azevedo Barbosa Pinho Leal, autor do diccionario *Portugal antigo e moderno*, ficou interrompida a publicação d'esta importante obra, que ia aproximadamente em meio do tomo x e do artigo *Vianna do Castello*. Os editores convidaram então para continuar e concluir, o abbade de Miragaia, que fôra um dos primeiros collaboradores, e dos mais estimados e eruditos. O tomo x foi concluido, e escreveram-se mais os xi e xii, com que se completou a obra. De collaboração com Pinho Leal, escreveu: *Maria coroada ou o scisma da Granja de Tedo*, verdadeira historia da mulher-homem, ou do homem-mulher, Antonio Custodio das Neves ou Antonia Custodia das Neves, (fallecido depois em 1888 no incendio do theatro Baquet), por Patricio Lusitano e Pantaleão Froilaz, Porto, 1879. Em alguns exemplares addicionou-lhe o abbade de Miragaia o indice e a seguinte declaração posthuma: «*Revelação posthuma*» — Patricio Lusitano e Pantaleão Froilaz são pseudonymos de Pinho Leal e Pedro Ferreira, o primeiro autor e o segundo continuador do grande diccionario chrographico *Portugal antigo e moderno.*» O abbade de Miragaia collaborou no *Almanach de lembranças luso-brasileiro*, em diversos annos; no *Asmodeu*, de Lisboa; no *Jornal do Porto*, de 1861 a 1864; no *Districto da Guarda*, de 1875 a 1891; no *Commercio Portuguez*, do Porto, 1876 a 1890; no *Dia*, de Lisboa; no *Conimbricense*, *Correspondencia da Figueira*, *Bejense*, *Dão*, *Dez de Março*, *Côa*, *Correio de Chaves* e *Correio da Beira Alta*, de Armamar, 1884 e 1885; *Vida moderna*, semanario portuense; *Intransigente* e *Voz do Douro*, da Regua; *Jornal de Viagens*, do Porto, etc. Em todos estes jornaes publicou artigos sobre archeologia, chrorographia e historia. Bibliographia: *Monumento á memoria de D. Antonio Luiz da Veiga Cabral e Camara, bispo de Bragança*, pelos condes de Samodães, padre Arthur Eduardo de Almeida Brandão, abbade Pedro Augusto Ferreira e conego Manuel Antonio Pires, Porto, 1889; n'alguns exemplares d'este livro vem o retrato do bispo, gravado na Allemanha; *Dae aos pobres*, album de producções litterarias para o bazar em beneficio do asylo Lamecense de mendicidade, Porto, 1885, com uma vista de Lamego em photographia; este album teve varios collaboradores, pertencendo ao abbade de Miragaia Pedro Augusto Ferreira, as 5 primeiras paginas e as 6 ultimas, destinadas á descripção de Lamego e a dados biographicos dos lamecenses notaveis mortos e vivos; *Descripção da camara de Armamar*, *Granja do Tédo*; folhetins no *Correio da Beira Alta* trabalho que ficou incompleto, por ter suspendido o jornal em setembro de 1885. *De Braga ao Porto por Fonte do Lima, Vianna, Barcellos, Povoa de Varzim*, etc., a parte mais desenvolvida é a que se refere a Vianna do Castello; de *Coimbra ao Porto por Gouveia, Mangualde, Celorico, Trancoso, Lamego e Regoa*; não concluiu este estudo, pois só deu noticias interessantes e completas de Gouveia, da Beira Baixa, e dos extinctos concelhos de Mello, Cabra e Folgosinho, que fôram incorporados em Gouveia; *Expedição scientifica á serra da Estrella em 1881*; comprehende 6 longas cartas, porque o autor acompanhava essa expedição como collaborador do *Districto da Guarda* e do *Commercio portuguez*; *A viação no Douro, estrada de S. Martinho e Sabroso ao Pinhão; Peregrino de Beja ou dialogos de Christovão Rebello de Macedo;* saiu no *Bejense*, de 1878 a 1882, copia de um manuscripto do seculo xvii, egual ao codice existente na Bibliotheca Municipal do Porto. O abbade de Miragaia tencionava fazer uma escolha e revisão dos seus mais importantes artigos, para os reunir em livro.

Ferreira *(Pedro Nicolau).* Bacharel em Jurisprudencia pela Universidade de Coimbra. Era natural de Lisboa. Foi para a Bahia, onde exerceu o officio de patrono de causas forenses, sendo advogado da Relação da mesma cidade. Teve natural inclinação para a poesia, e escreveu: *Parnaso americano, triumpho panegyrico em obsequio do meritissimo e preclarissimo Senhor Desembargador Ignacio Dias Madeira*, Lisboa, 1742.

Ferreira *(Pero).* Capitão, que D. Francisco d'Almeida deixou na feitoria e fortaleza de Quiloa, commandando a guarnição, que se compunha de 100 portuguezes, deixando tambem para o commercio d'aquella costa uma naveta bem tripulada.

Ferreira *(Raphael).* Jornalista e escriptor dramatico contemporaneo. Foi redactor do *Dia*, *Jornal da Noite*, e está actualmente no *Seculo*. Tem escripto para o theatro as seguintes comedias originaes: *O diabo no corpo*, em 2 actos, representada em 1890 no theatro da Alegria; *Os enganos*, 1 acto, no Gymnasio; *Diz a caldeira á certã*, 1 acto, Gymnasio; *Manobras conjugaes*, 3 actos, Gymnasio em 1901. Extrahiu d'um conto francez a opereta *O Principe Rubim*, que se representou na Trindade em 1897, e depois no theatro de D. Affonso, do Porto. Traducções: co-

medias em 3 actos, de collaboração com Sautonillo, representadas no Gymnasio: *O sogro* e *O commandante;* de collaboração com Baptista Machado: *O fidalgo da montanha*, drama em 5 actos, representado no theatro do Principe Real; *A' procura de contrato*, opereta traduzida da zarzuela *Dois canarios de café*, que se representou na Rua dos Condes.

Ferreira *(D. Rodrigo de Mello, 1.º conde de Tentugal e 1º marquez de).* N. em 1488, fal. a 17 de agosto de 1545. Eram seus paes D. Alvaro, filho do 2.º duque de Bragança, D. Fernando I, e de D. Filippa de Mello, filha do 1.º conde de Olivença, Rodrigo Affonso de Mello, senhor de Ferreira d'Aves, de Arega, da quinta d'Agua de Peixes, etc. (V. *Olivença).* De tenra edade foi levado para Castella, em consequencia da prisão e execução do duque de Bragança, D. Fernando II, e ali se conservou até 1496, em que el-rei D. Manuel permittiu que a sua familia voltasse para Portugal. D. Rodrigo foi agraciado com o titulo de conde de Tentugal em 1 de janeiro de 1504, e por morte de seu pae, succedida em 4 de março do mesmo anno, ficou sendo senhor das villas de Tentugal, Buarcos, Povoa, Pereira, Alvaiazere, Cadaval, Peral e outras terras, a que se reuniram as que lhe ficaram pelo fallecimento de sua mãe: Ferreira d'Aves, Carapito, Villar Maior, e as terras do Carvalão, Meão Minhocal, Codiceiro, e outras, assim como a alcaidaria-mór de Olivença. El-rei D. Manuel, a quem o descobrimento da India não diminuiu o ardor das conquistas de Africa em que sempre pensara, querendo augmentar os seus dominios n'aquella parte do mundo, emprehendeu tomar a cidade de Azamor, para o que mandou aprestar uma armada, que entregou á ordem de D. João de Menezes, camareiro-mór de seu filho, o principe D. João. A armada saiu de Lisboa a 26 de julho de 1508, levando a seu bordo entre outros fidalgos o conde de Tentugal. Em Africa, em differentes combates deu provas não vulgares do seu valor, e n'um dos ataques contra os moiros em Arzilla foi ferido por um pelouro d'uma peça de artilharia; por indicação de D. João de Menezes, retirou-se muito contra vontade a Tanger para se tratar dos graves ferimentos, que recebera, e de que esteve prestes a succumbir. Depois de se restabelecer voltou ao reino, e D. Manuel o recebeu com muito agrado, concedendo-lhe especiaes mercês, louvando-lhe o ardor com que pelejara, e a distincção com que sempre se houvera, mostrando sincero pezar por ter sido ferido. Em 1510 ajustara D. Rodrigo o seu casamento com D. Maria Portocarrero, filha de D. Pedro Portocarrero, senhor de muitas terras em Hespanha, pertencente a uma das principaes familias de Castella. Este consorcio não se realisou por ter fallecido aquella dama. Ainda em 1510 tratou D. Rodrigo novamente de procurar noiva, e em 1511 casou com D. Luiza d'Almeida, filha e herdeira de D. Francisco d'Almeida, vice-rei da India, já viuva de Francisco de Mendoça, alcaide-mór de Mourão e capitão de Ormuz. Não havia ainda passado dois annos, depois do casamento, quando em 1513 o duque de Bragança passou á expedição de Azamor, que gloriosamente conquistou aos moiros. Regressando a Portugal, empregou o resto da vida na côrte occupando um dos mais distinctos logares a que tinha direito, attendendo á nobreza dos seus antepassados (V. *Cadaval*), e recebendo dos soberanas varias e importantes mercês, entre as quaes se contava a do titulo de marquez de Ferreira. Tendo enviuvado, casou segunda vez com D. Brites de Menezes, filha de D. Antão de Almada, capitão-mór de Lisboa e do mar d'estes reinos, do conselho de D. João III, e de sua mulher, D. Maria de Menezes, filha de D. Rodrigo de Menezes, commendador de Grandola. Do 1.º matrimonio teve os seguintes filhos: D. Alvaro de Mello, que casou com a filha do 2.º conde de Portalegre, e falleceu em 1535; D. Francisco de Mello, que foi o 2.º marquez de Ferreira; D. Filippa de Vilhena, casada com o 3.º conde de Portalegre, e mais duas filhas que morreram solteiras. Do segundo matrimonio houve D. Alvaro de Mello, que se dedicou á vida ecclesiastica, e morreu na batalha de Alcacer-Kibir, e D. Maria de Mello, que casou com D. Constantino, filho do 4.º duque de Bragança, D. Jayme. O marquez de Ferreira e sua mulher instituiram o morgado das *Abitureiras*, de varias fazendas em Santarem, Gollegã, Pernes, Almeirim, Azinhaga e Cartaxo, que se conservou nos seus descendentes. Doou a egreja de Santa Maria da praça d'Elvas, que era do seu padroado, á cathedral d'aquella cidade, doação que só teve effeito no tempo de seu filho, o marquez D. Francisco, quando a egreja se erigiu em episcopal.

Ferreira *(Sebastião).* Cirurgião do banco do hospital de Todos os Santos, nomeado pela portaria de 25 de junho de 1673.

Ferreira *(Silvestre Pinheiro).* V. *Pinheiro Ferreira (Silvestre).*

Ferreira *(Simão).* Secretario do governador da India D. Nuno da Cunha, que muito o estimava, e a quem merecia toda a consideração. D. Nuno da Cunha descançava em Simão Ferreira todos os cuidados do governo Quando andou tratando de construir a fortaleza de Diu, e encetou para isso negociações com o sultão Bahadur, foi o secretario o embaixador que enviou ao sultão de Cambaya, o qual procedeu com muito acerto, habilidade e sobretudo com a precisa coragem para affrontar os perigos a que o expoz a caprichosa indole de Bahadur. Afinal, depois de muito tempo, Simão Ferreira conseguiu voltar são e salvo para junto do governador. A predilecção e a muita estima, com que D. Nuno da Cunha tratava o seu secretario, lhe fizeram crear muitos inimigos, que procuravam malquistar D. Nuno com o governo de Lisboa, e para alcançarem os seus fins, dirigiam as principaes baterias contra Simão Ferreira, pensando que derrubando-o a elle, mais facil seria derrubar o governador. Os invejosos tanto intrigaram, que alcançaram a demissão de Simão Ferreira, com ordem positiva de regressar ao reino. Esta noticia causou a maior impressão a D. Nuno da Cunha, e que se sentiu muito agrgravado com similhante ordem, tanto assim que, não tendo acceitado o cargo de secretario a pessoa, que do reino fôra para isso nomeada, não houve mais ninguem que o quizesse, receando incorrer no desagrado do governador. D. Nuno, porém, não deixou logo partir Simão Ferreira; esperou que terminassem as negociações da construcção da fortaleza de Diu, negociações em que o antigo secretario continuou prestando bons serviços, de fórma que elle

pudesse no seu regresso a Portugal, levar a noticia d'aquella construcção, noticia que devia ser recebida com o maior enthusiasmo, por ter sido sempre o ideal tanto do governo de el-rei D. Manuel, como do de D. João III. Porém, Diogo Botelho Pereira frustrou os seus planos, mettendo-se n'uma fusta, e atravessando os mares, para trazer a Lisboa primeiro do que ninguem, aquella importante noticia (V. *Botelho Pereira, Diogo*). Diogo Botelho Pereira era inimigo capital de D. Nuno do Cunha, e por conseguinte do secretario, e aproveitou os 20 dias que mediaram entre a sua chegada e a de Simão Ferreira, para o desacreditar quanto possivel, e intrigal-o altamente com D. João III. O monarcha estava em Evora, quando chegou Simão Ferreira, e recebeu-o com dissimulada cordealidade, mas logo em seguida deu-lhe ordem para que partisse para Lisboa, e de lá não saísse sem sua licença. Depois mandou-o prender. Só em 1550 é que, tendo sido nomeado vice-rei da India D. Affonso de Noronha, que conhecia bem o caracter e o prestimo de Simão Ferreira, obteve que fôsse nomeado seu secretario. Simão Ferreira voltou á India, e ali falleceu.

Ferreira (*Theodosio Augusto*). Musico muito estimado em Evora. N. em Extremoz a 6 de agosto de 1850, e fal. no Porto em 26 de janeiro de 1886 Orphão e pobre, foi admittido na Casa Pia de Evora a 8 de janeiro de 1861, mostrando desde logo grande aptidão para os estudos. Fez alguns exames no lyceu da mesma cidade, ao mesmo tempo que se tornava distincto como cantor e instrumentista. Com a protecção de algumas pessoas do Evora, veiu para Lisboa em 1873 estudar no Conservatorio, onde fez distinctos exames. Voltou depois para Evora, e como o exercicio da musica lhe não proporcionasse sufficientes meios de subsistencia, conseguiu empregar-se na camara municipal. No entretanto, continuou compondo musica e dirigindo festas musicaes. Infelizmente endoideceu, e sendo transportado ao hospital do conde de Ferreira no Porto, ali falleceu. Compoz 3 missas a 3 vozes e orchestra, responsorios para quinta feira Santa, e muitas outras composições religiosas, tanto com orchestra, como com orgão. Tambem escreveu muitas peças para banda militar e fanfarra, em que se conta a grande marcha, intitulada *Homenagem a Cinatti*, feita para a inauguração do busto d'este pintor. E' egualmente sua a musica da opereta em 2 quadros, *Adosinda*, poema do sr. Antonio Francisco Barata; esta opereta cantou-se no theatro de Evora, em 1881 ou 1882, e o poema imprimiu-se em Barcellos em 1896. Na Bibliotheca Nacional, dizem, que existem 3 missas e muitas outras composições religiosas de Theodosio Ferreira, vindas d'um convento de Evora.

Ferreira (*Theophilo*). Medico, professor, jornalista, etc. N. na ilha das Flôres a 17 de abril de 1840, fal. em Lisboa a 12 de dezembro de 1894. Era filho de familia muito humilde. Aos 16 annos de edade foi para S. Miguel como caixeiro do estabelecimento commercial de seu padrinho, mas a loja fechou pouco depois, e o padrinho abandonou-o. Theophilo Ferreira, não querendo ser pesado a seus paes, procurou meios de subsistencia, indo aprender a arte typographica n'uma typographia que pertencera em tempo a Antonio Feliciano de Castilho, visconde de Castilho, e fôra por elle fundada. Desejando, porém, estudar conseguiu applicar as horas disponiveis em frequentar algumas escolas, entrando depois no lyceu, onde travou relações de amizade com o dr. Theophilo Braga, então estudante, e como não tinha livros nem os podia comprar, pediu-lhe para estudar com elle, e assim durante os annos de 1856 e 1858 cursou duas aulas, continuando a trabalhar na officina, privando-se muitas vezes até de comer só para não faltar. Fundou com Theophilo Braga o jornal *O Meteoro*, cuja publicação terminou por ter sido Theophilo Ferreira despachado professor publico de instrucção primaria, a 14 de abril de 1860, para a villa da Ribeira Grande. Apezar do seu novo emprego, não deixar de escrever para varios jornaes da localidade, como a *Estrella Oriental*, *O Pyrilampo*, *A Missão*, fundando depois em 1867 com o seu amigo Francisco Maria Supico o *Forum*, que seguiu á *Estrella Oriental*, e que durou dois annos. Theophilo Ferreira casou em 1854, e como os seus meios de subsistencia eram diminutos, começou a pensar em tentativa de maior vulto, e resolveu vir para Lisboa. Matriculou-se na escola de Marvilla, foi despachado professor da freguezia de Santa Catharina, com exercicio na do Soccorro, concluiu os preparatorios que lhe faltavam, e matriculou-se no curso preparatorio para a Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. Pensava em ser medico, e n'esse intuito entrou na Escola Medica em 4 de outubro de 1873, e em 5 de julho de 1878 fez o seu acto grande, e ganhou o seu diploma. Largando os bancos da Escola Medica, foi eleito vereador, substituto da Camara Municipal, sendo encarregado do pelouro da illuminação, na falta de Moraes de Carvalho que recusara o mandato. Depois ficou vereador effectivo, com os pelouros da limpeza, rega e illuminação da cidade. Como vereador elaborou dois relatorios, que se imprimiram, com os titulos: *Breves considerações ácerca do estado da fazenda municipal* e *Os cemiterios em Lisboa*. Este ultimo relatorio terminava por *conclusões* scientificas, approvadas, na parte respectiva, pela Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa. Assistiu, commissionado pelo governo, em agosto de 1880, ao congresso internacional de ensino celebrado em Bruxellas, d'onde passou a Hollanda, Allemanha, Austria, Suissa e França, visitando os hospitaes e os homens de grande sciencia medica. Foi membro da commissão destinada a elaborar os regulamentos e programmas das leis de 2 de maio de 1878 e de junho de 1880, sendo elle o encarregado de formular os regulamentos que deviam reger a adjudicação dos premios aos autores dos melhores livros de ensino, e recompensas aos alumnos mais estudiosos. Era medico das associações Humanitaria de S. José e Humanitaria Camões; e dos monte-pios Fidelidade, Emancipação, Cosmopolita, Egualdade Philantropia, e Pelicano. Era tambem medico da Santa Casa da Misericordia, e tinha muita clinica particular. A instrucção popular mereceu-lhe sempre os mais particulares cuidados; foi director da Escola Normal de Lisboa durante alguns annos. Entrando na politica, filiou-se no partido regenerador, e foi deputado na legislatura de 1890 a 1892, pelo circulo de Horta, discursando sobre questões de instrucção, e da instituição do cabo submarino para os Açôres. Escreveu a biographia de Antonio Rodrigues Sampaio, que saiu na *Gazeta Commercial* de 14 e 15 de setembro de 1884.

Ferreira *(Thomaz Antonio Ribeiro)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado, ministro de Estado, par do reino, ministro de Portugal no Brazil, secretario geral do governo da India, advogado, jornalista, poeta muito distincto, etc. Nasceu na aldeia de Parada de Gonta, concelho de Tondella, em 1 de julho de 1831, fal. em Lisboa a 6 de fevereiro de 1901. Era filho de João Emilio Ribeiro Ferreira, proprietario e lavrador, e de D. Maria Amalia de Albuquerque. Estudou os preparatorios em Vizeu, matriculando-se depois na Universidade de Coimbra, na faculdade de Direito, formando-se em 1855, tendo feito um curso dos mais distinctos. Voltou então para a sua terra natal, abriu banca de advogado, exercendo por vezes o cargo de administrador d'um dos concelhos visinhos. Casou com D. Maria da Gloria Loureiro Correia Castello Branco. Em 1862 foi pela primeira vez deputado, sendo eleito pelo circulo de Tondella, onde gozava as maiores sympathias. N'esse mesmo anno publicou o seu poema *D. Jayme*, que lhe deu grande celebridade. A imprensa foi unanime em tecer enthusiasticos elogios ao novo poeta e ao seu immortal poema. Escreveram-se artigos e folhetins em volta do *D. Jayme;* travou-se rija polemica entre Ramalho Ortigão, visconde de Castilho, Pinheiro Chagas, Teixeira de Vasconcellos e Abreu de Gouveia Junior. No 5.º volume da *Revista contemporanea*, de 1864, o visconde de Benalcanfôr apresentou Thomaz Ribeiro no alvorecer da vida politica e litteraria; diz elle, a pag. 62: «D'entre a nova geração, honra e gloria das letras portuguezas, um novo poeta surgia, ha pouco, cingido da aureola luminosa da fama, e sagrado por applausos unanimes. Era Thomaz Ribeiro. E' uma lyra graciosa e sonora; enfloram-n'a as rosas de abril; bafejam-n'a as graças com sopro invisivel. Exhalam perfume seductor as corôas e grinaldas, flóra de Virgilio e de Theocrito, que a cingem. Sob as mãos eloquentes do poeta, como as cordas da sua lyra de marfim, electricas e inflammadas, semeiam vida e fogo e paixão». Em 11 de dezembro de 1862, a Academia Real das Sciencias de Lisboa o elegeu seu socio correspondente, passando mais tarde a socio effectivo, sendo depois vice-presidente. Em 1875 tornou a ser deputado, sendo ainda eleito em outras legislaturas. Estava filiado no partido regenerador a que prestou bons serviços, e de que foi sempre um dos mais respeitaveis membros. No tempo em que o conde de S. Januario foi governador da India, Thomaz Ribeiro serviu ali no logar de secretario geral para que foi nomeado em 1870. Na India tomou parte em todos os negocios que illustraram aquelle governo, a que o chamavam a sua elevada posição official, poderosa intelligencia, e abalisado saber. D'essa epoca ha dois livros intitulados: *Jornadas do Tejo ao Mandovy* e *Entre palmeiras*. Regressou em 1872, sendo recebido na sua provincia com o maior enthusiasmo. Exerceu tambem os cargos de governador civil do Porto e de Bragança, o de director geral do ministerio da justiça, de presidente da Junta do Credito Publico e o de vogal no tribunal de Contas. Foi pela primeira vez ministro, em fevereiro de 1878, no gabinete presidido por Fontes Pereira de Mello, encarregando-se da pasta da marinha, passando em 1879 a gerir interinamente a pasta da justiça. Em 1881 novamente tomou parte no ministerio a convite do referido estadista Fontes Pereira de Mello, tendo a pasta do reino; em outubro de 1890 foi ministro das obras publicas, tendo sido anteriormente elevado ao pariato, tomando posse na camara dos pares na sessão de 25 de janeiro de 1882. Em 1893, estando no Rio de Janeiro o distincto official de marinha, o sr. Augusto de Castilho para defeza dos interesses da colonia portugueza, deu-se uma insurreição naval, na bahia da referida cidade, contra o marechal Floriano Peixoto, de que resultou ficarem interrompidas as relações de Portugal com a Republica dos Estados Unidos do Brazil, e o sr. Augusto de Castilho ser submettido a um conselho de guerra. Depois do julgamento do distincto official, realisado em janeiro de 1895, restabeleceram-se aquellas relações, e Thomaz Ribeiro foi o estadista escolhido para representar Portugal na Republica do Brazil por nomeação de maio de 1895. O presidente, então Prudente de Moraes, dispensou-lhe todas as hon-

Thomaz Antonio Ribeiro Ferreira

ras devidas, congratulando-se por se terem reatado as relações intimas que sempre haviam existido entre os dois paizes. Thomaz Ribeiro conquistou no Brazil as geraes sympathias pela sua requintada distincção e pela fidalguia do seu trato. Quando d'ali saiu para regressar a Portugal, recebeu as mais elevadas provas de consideração da colonia portugueza e dos brasileiros de todas as classes sociaes. Em 1882, sendo Thomaz Ribeiro ministro do reino, foi por sua influencia que o governo accedeu ás representações que por vezes fizera o povo de Carnaxide, para que a imagem da Senhora da Conceição da Rocha, que existia na egreja da Sé, voltasse para aquella povoação onde fôra encontrada em 1822. A trasladação effeituou-se a 30 de setembro de 1893. Tambem por influencia do referido ministro se construiu a actual egreja *(V. Carnaxide)*. A morte de Thomaz Ribeiro foi muito sentida; no seu testamento havia a clausula de ser o enterro o mais modesto possivel, e o seu corpo ser sepultado n'um coval. Mas o que não pôde impedir foi a imponencia do acompanhamento que se notou no funeral, onde se viam os representantes da familia real, do ministerio, da imprensa, da Academia Real das Sciencias, de differentes gru-

pos politicos, albergados do Asylo d'Espie Miranda, de que Thomaz Ribeiro era presidente, e muitas pessoas de todas as classes da sociedade. A' beira da sepultura houve discursos do fallecido conde de S. Januario, e dos srs. conselheiros Campos Henriques e Silva Amado; dr. Bernardo Lucas, jornalista portuense, Fernão Botto Machado, dr. Marques Guimarães, etc. O conselheiro Thomaz Ribeiro foi um dos homens de letras mais notaveis de Portugal no seu tempo; tinha um temperamento verdadeiramente artistico, parlamentar distincto, orador fluente, sendo os seus discursos tanto na camara dos pares como na dos deputados, sempre ouvidos com a maior attenção; os seus artigos nos jornaes eram lidos com interesse, e as suas obras litterarias e poeticas recebidas com o mais phrenetico enthusiasmo. Foi fundador das *Republicas*, em 1885, semanario politico, juntamente com Luciano Cordeiro e outros, onde apreciou com desassombro os acontecimentos politicos da epoca; em 1889 fundou *O Imparcial*, diario politico, a que se seguiu a *Opinião*, cuja vida foi curta. Collaborou na *Gazeta Commercial*, *Brazil-Portugal*, *Artes e Letras*, onde publicou em 1871 um conto, intitulado *Mogarem, episodio do Oriente; Revista contemporanea*, *O Mensageiro*, illustrado pelo bem conhecido artista o sr. Jorge Collaço. Além do *D. Jayme ou a Dominação de Castella*, escreveu mais o poema *Delphina do Mal*, e os *Sons que passam*, volume em que reuniu muitas das suas poesias, entre as quaes se contam *As Novas conquistas*, recitada pela primeira vez pelo actor Tasso, no theatro D. Maria II, n'um beneficio a favor da Associação da Arte Typographica; publicou-se tambem em separado; *A Festa e Caridade*, recitada pelo actor José Carlos dos Santos, no referido theatro; *A Judia*, repetidas vezes recitada no mesmo palco pela actriz Emilia Adelaide; *Os Cegos*, escripta de proposito para uma recita realisada no theatro do Principe Real em 1866, n'um beneficio a favor dos musicos cegos da Casa Pia, banda então dirigida por Thomaz Jorge, que se tornou muito conhecido; *Os meus trinta annos*, *Fiel o Molloso*, *O Penedo da Meditação*, etc Escreveu um poemeto com o titulo de *Senhor, não!* dedicado ao Porto, a convite da commissão do centenario henriquino. Além das já apontadas, ainda se encontram poesias suas disseminadas em muitos jornaes de Lisboa e da provincia, revistas litterarias, *Almanachs de Lembranças*, etc. Tambem escreveu uma obra sobre o emprestimo de D. Miguel, e outra em 2 volumes, publicada em 1891 e 1892, intitulada *Historia de Legislação Liberal Portugueza (trabalhos das côrtes constituintes. — Revolução Liberal de 1820)*. No theatro de D. Maria II representou-se um drama em dois actos, *A Mãe do engeitado*, e *A Indiana*, entre acto que escreveu depois do seu regresso da India, em que faz a descripção de muitos dos costumes d'aquelles estados, para ser representado por Emilia Adelaide e José Carlos dos Santos.

Ferreira *(P. Vicente)*. V. *Sousa Brandão (P. Vicente Ferreira de)*

Ferreira *(Fr. Vicente Ignacio)*. Religioso da ordem Terceira de S. Francisco. N. em Mourão, no Alemtejo, a 3 de fevereiro de 1745; não se conhece a data do fallecimento. Professou em 1771. Foi mestre na sua ordem, de Philosophia e de Theologia; reitor do collegio de Evora. Desgostoso da vida claustral, saiu do convento, e passou ao estado de presbytero secular. Escreveu: *Epigrammas em grego, com versão em portuguez, á inauguração da estatua equestre do fidelissimo rei D. José I;* andam na collecção publicada com o titulo: *Academia celebrada pelos religiosos da ordem Terceira de S. Francisco*, etc. Lisboa, 1775.

Ferreira *(Vicente José)*. Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra. Em 1857 exercia clinica em Lisboa. Escreveu : *Arte de embalsamar os cadaveres*, Lisboa 1825, opusculo de 3 folhas de impressão; *Memoria sobre a utilidade e uso medicional dos banhos do Estoril, applicados ao tratamento das affecções cutaneas, e de outras molestias*, etc. Lisboa, 1839; saiu com as iniciaes V. J. F.

Ferreira. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 379 hab. e 91 fog. Tem correio e escolas d'ambos os sexos. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada entre cabeços proximos á ribeira de Villares. Pertenceu ao conc. da Torre de Dona Chama até 1855, data em que foi extincto, passando então ao de Macedo de Cavalleiros. O reitor d'esta freg. apresentava o cura que tinha 6$000 reis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. ‖ Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Minho, conc. e com. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello, arcebisp. de Braga; 1:009 hab. e 259 fog. Tem escolas para ambos os sexos. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem direita do rio Coura. A casa dos Silva Telles, de Lisboa, apresentava o abbade, que tinha 400$000 reis de rendimento. N'esta freg., em Linhares e em outras povoações visinhas, ha muitos vestigios de edificios antigos e de fortificações do tempo dos romanos. A egreja matriz é boa edificação. Ferreira pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. ‖ Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Paços de Ferreira, distr. e bisp. do Porto; 903 hab. e 256 fog. Tem escolas para ambos os sexos. A pov. dista 7 k. da sede do conc. Foi couto dos frades cruzios de S. Pedro de Ferreira, e depois dos bispos do Porto. Houve aqui um mosteiro de templarios, fundado em 1120 por D. Sueiro Viegas; em 1319 passou a ser dos cruzios. O bispo do Porto, D. João de Azevedo, uniu e annexou este convento, *in perpetuum*, á mesa pontifical da cathedral do Porto em 1475, por bulla do papa Sixto IV. D. Manuel deu-lhe foral novo em Lisboa, a 15 de setembro de 1514. O reitor era da collação ordinaria, por concurso synodal, e tinha 40$000 reis e o pé d'altar. Pertence a pov. á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. ‖ Povoações nas freguezias: Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. ‖ Santa Maria, de Beiral do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. ‖ O Salvador, de Bravães conc. de Ponte de Barca, do mesmo distr. ‖ S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. ‖ S. Pedro, de Escudeiros, conc. e distr. de Braga. ‖ S. João da Fontoura, conc. de

Rezende, distr. de Vizeu. || Ilha de S. Jorge; S. Thiago, de Ribeira Sêcca, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo. || Santo André, de Sobrado, conc. de Vallongo, distr. do Porto. || Santo Antonio, de Covões, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || Santo Antonio, de Capellins, conc. de Alandroal, distr. de Evora. || Casaes na freg. de S. Lourenço, de Arneiro das Milhariças, conc. e distr. de Santarem. || Rio do distr. do Porto, que nasce na freg. da Raimonda, passa junto de Paços de Ferreira, e entra no Sousa, com 30 k. de curso.

Ferreira do Alemtejo. Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc. e de com., distr. e bisp. de Beja, relação de Lisboa. Tem uma só freg., N. S.ª d'Assumpção. A villa é tambem conhecida só pelo nome de *Ferreira*. Esta freg. está desde muitos annos annexa á de N. S.ª da Natividade, de Villas Boas, formando uma só. Está situada na estrada real de Beja para Alcacer do Sal, proximo da margem direita da ribeira de Safins. Segundo a tradição, foi no tempo dos romanos uma cidade chamada *Singa*, na qual se tornou celebre uma lusitana, defendendo heroicamente a porta do castello da mesma cidade contra os godos e suevos, no anno de 405 da era christã. Este facto deu origem ao brazão da villa, que figura uma mulher com um malho em cada mão. Se effectivamente ali existiu a cidade de Singa, perdeu-se como muitas outras na invasão dos arabes; tambem ha opiniões de que fôsse destruida pelos godos, por causa da sua tenaz resistencia. Sobre um monte ao nascente da villa, vê-se o seu antigo castello, cercado de muralhas com barbacã e 9 torres. Este castello, dizem ter sido construido por D. Gualdim Paes, mestre da ordem do Templo, pelos annos de 1150. Proximo da villa passam as ribeiras de Valle d'Ouro e Safrius. D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 5 de março de 1516. Em 1796 appareceram aqui muitas medalhas de prata e cobre, de varios imperadores e consules romanos. As de prata fôram achadas n'um sitio entre Ferreira e Barrellas, e as de cobre n'um monte sobraneeiro ao Valle da Ribeira. Tambem appareceeram n'esta occasião varios instrumentos agrarios, domesticos e fabris, sendo todos de ferro, estando já muito oxidados. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o prior de Ferreira, que tinha differentes generos, e 20$000 reis em dinheiro; o papa apresentava o prior de Villas Boas, com 150$000 reis de rendimento. Pertence a villa á 4.ª div. mil., 8.ª brigada, grande circumscripção mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lamego. Ferreira tem Misericordia, hospital, escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. S.; feira no 3.º domingo de setembro, durando 3 dias; medicos, pharmacias, hospedarias, agencia do banco *Economia portugueza*, *montepio Julio de Vilhena*, notario, *Theatro Garrett*. O conc. compõe-se de 6 freguezias, com 8:391 hab. sendo 4:236 do sexo masc. e 4:155 do fem., n'uma superficie de 57:175 hect. A villa dista 25 k. da séde do distr. As freguezias são: N. S.ª da Conceição, de Alfundão, 719 hab. : 353 do sexo masc. e 366 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Ferreira e Villas Boas, 5:258 hab. : 2:615 do sexo masc. e 2:643 do fem.; S. Sebastião, de Figueira de Cavalleiros, 760 hab. : 409 do sexo masc. e 351 do fem.; S. Estevão, de Odivellas, 605 hab. : 335 do sexo masc. e 270 do fem.; Santa Margarida, de Pero Guarda, 597 hab. : 284 do sexo masc. e 313 do fem.; Santa Margarida do Sadão, 452 hab.: 240 de sexo masc. e 212 do fem. O conc. é todo muito fertil, sobretudo em cereaes, vinho, azeite e fructas, mas o principal commercio é vinho, trigo, queijos, gados e lã. Tambem abunda muito a caça miuda.

Ferreira A. de Almeida *(P.e João)*. Autor da 1.ª versão regular dos livros do Velho e Novo Testamento, que se publicaram em portuguez. Era natural de Lisboa e floresceu no seculo XVII. Dizem alguns que foi jesuita, e que apostatou d'esta ordem nos tempos em que andou pela Asia, mas o que passa por mais certo, é que, sendo presbytero secular, emigrara de Portugal para Hollanda, e abjurara da religião catholica romana, abraçando a calvinista, e fazendo-se sacerdote e ministro prégador do Evangelho em Amsterdam, onde viveu muitos annos. De lá se transportou para a costa de Coromandel, reino de Narsinga, e muito tempo esteve vivendo com os hollandezes de Tutucurim, sobre a costa da Pescaria. Na *Memoria* de Antonio Ribeiro dos Santos, que vem no tomo VI das de *Litteratura da Academia*, a pag. 23 a 57, discorre-se largamente ácerca da versão biblica emprehendida por Almeida, dando diversas noticias sobre tudo quanto diz respeito a essa versão e ao seu autor. Ribeiro dos Santos menciona tambem a seguinte obra do padre João Ferreira: *Differença da christandade, em que claramente se manifesta a grande desconformidade entre a verdadeira e antiga doutrina de Deus, e a falsa doutrina dos homens*, Batavia, 1668; dizem que foi depois reimpresso em Trangambar, em 1726. João Ferreira começou a sua trasladação da Biblia pela do Novo Testamento, e parece que foi só esta que pôde publicar em sua vida. A 1.ª edição saiu com o titulo: *Novo Testamento, isto é, todos os sacrosantos livros de escriptos evangelicos e apostolicos, do novo concerto de nosso fiel senhor, salvador e redemptor Jesu Christo: agora traduzidos em portuguez pelo padre João Ferreira A. de Almeida*, etc., Amsterdam, 1681. Seguiu-se a 2.ª edição, feita em 1693 pelos hollandezes estabelecidos na Asia, para uso da egreja portugueza de Batavia. A 3.ª edição, para instrucção dos indios, saiu impressa em Amsterdam, 1712; a 4.ª imprimiu-se em Trangambar, 1760; e a 5.ª em Batavia, 1773. São estas edições de que ha noticia até ao fim do seculo XVIII. No seculo passado fizeram-se tambem bastantes edições, ora do *Novo Testamento* em separado, ora fazendo parte da traducção geral da Biblia. Consta que o padre João Ferreira fizera a sua versão do *Velho Testamento* sobre o original hebraico, usando ao mesmo tempo da versão hollandeza de 1618, que passava por ser muito fiel, e da traducção castelhana, de Cypriano de Valera, da edição de 1602. Não completou porém, a obra, porque falleceu. A parte que faltava, foi depois recopilada e addicionada por Jacob Opden Akker, e o todo só veiu a publicar-se completo no meado do seculo XVIII, com o titulo seguinte: *Do Velho Testamento o primeiro tomo, que contém os SS. Livros de Moysés, Josué, Juizes e Ruth, Samuel, Reis, Chronicas, Esra,*

Neehmias, e Esther; traduzidos em portuguez por João Ferreira A. de Almeida, etc., Batavia, 1748; *Do Velho Testamento o segundo tomo, que contém os SS. Livros de Job, os Psalmos, os Proverbios, o Prégador, os Cantares, com os Prophetas mayores e menores; traduzidos em portuguez por João Ferreira A. d'Ameida, e Jacob Opden Akker, Ministros prégadores do Santo Evangelho*, etc., Batavia, 1753. Esta 1.ª edição completa, revista e novamente conferida com o original hebraico, e com algumas versões em diversas linguas, foi feita á custa da companhia Hollandeza da India Oriental. A'cerca de Ferreira A. d'Almeida e das traducções biblicas, póde vêr-se o *Chronista de Tissuary*, de Rivara, no tomo III, 1866, pag. 75 e seguintes.

Ferreira d'Almeida *(José Bento)*. V. *Almeida*.

Ferreira Alves (*José Ferreira Alves, 1.º visconde de)*. Commendador das Ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição; official da ordem da Rosa do Brazil, cavalleiro da Legião de Honra, de França, membro da Academia Nacional Agricola; fabricante e commerciante em França; antigo consul geral de Portugal n'aquelle paiz; proprietario no Havre, etc. N. a 10 de setembro de 1787, fal. em março de 1875. Era filho de Manuel Ferreira Alves, negociante em Coimbra, e de sua mulher, D. Maria Izabel da Paixão. Casou em 1821 com M.me Adele de Boye, filha de Mr. Boye, doutor em Cirurgia, e de M.me L. Laffite. O titulo foi concedido por decreto de 6 de junho de 1870. E' actual visconde, o sr. José Ferreira Alves, descendente d'aquelle titular.

Ferreira de Amaral *(Francisco Joaquim)*. V. *Amaral*.

Ferreira dos Anjos *(Polycarpo Pecquet)*. Commerciante e capitalista, par do reino, etc. Filho de Flamiano Anjos e de sua mulher D. Leonor, nasceu em Lisboa a 3 de fevereiro de 1845. Falleceu em Algés, na sua casa, *Chalet Miramar*, em 23 de julho de 1903. Tendo partido muito novo para Inglaterra fez em Manchester a sua educação commercial. Regressando ao reino entrou para o escriptorio da firma Anjos & C.ª, (V. *este nome)*, da qual fazia tambem parte seu pae, e ali praticou até mais tarde se tornar socio. Havendo desempenhado varios cargos em corporações officiaes e particulares, e tomado parte activa nos trabalhos de muitas commissões, nomeadas pelos differentes governos, para o estudo de questões e medidas de interesse publico ou da sua classe, foi mais tarde, em 1890, eleito par do reino. Modificada a camara alta e extincto o elemento electivo, foi insistentemente convidado pelo governo de então a representar a cidade de Lisboa como deputado, tomando sempre parte nas discussões de caracter economico. Por fim foi nomeado par do reino no anno de 1902. Estando á testa da casa commercial, que tem a firma Anjos & C.ª prestou sempre mais ou menos o seu concurso ao estudo de todas as questões referentes á classe de que era digno e prestante membro, contribuindo com o seu capital ou com o seu conselho para a formação de differentes emprezas nacionaes, a que pertencia. Grande proprietario, construiu em Lisboa e na Cruz Quebrada typos de edificações baratas, das quaes as da capital denominadas Villa Santa Martha, mereceram justas referencias das autoridades sanitarias por obedecerem a todos os preceitos hygienicos. Chefe de numerosa familia, e elemento importante em muitas associações de beneficencia, Polycarpo Pecquet Ferreira dos Anjos contiuuou brilhantemente as honrosas tradições da sua familia. O seu testamento, publicado na imprensa periodica, é um documento notabilissimo espelhando as mais sãs doutrinas e a vida do seu autor.

Ferreira Augusto *(Antonio)* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; juiz da 2.ª vara do Tribunal do Commercio. Foi nomeado ajudante do procurador regio junto da Relação do Porto, por decreto de 17 de fevereiro de 1887, de que tomou posse em 4 de março. Nomeado procurador regio na referida Relação, por decreto de 29 de dezembro de 1898, de que tomou posse em 10 de janeiro de 1899; em 1902 passou ao logar que actualmente occupa, de juiz do Tribunal do Commercio.

Ferreira de Aves. Villa e freg. de Santo André, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Sattam, distr. e bisp. de Vizeu; 3:675 hab. e 852 fog. Tem correio e escolas para ambos os sexos. A villa dista 14 k. da séde do conc. e está situada n'um outeiro, proximo da margem direita do rio Vouga. A pov. é muito antiga, parece que foi fundada no tempo dos romanos; sendo depois abandonada pelos arabes, permaneceu por alguns annos quasi deserta, até que D. Thereza e seu filho D. Affonso Henriques a mandaram povoar, dando-lhe foral a 24 de novembro de 1126, com muitos privilegios, elevando aquella povoação á categoria de villa, construindo um concelho independente. No referido anno de 1126 D. Thereza e seu filho deram a villa a Fernão Jeremias, fidalgo leonez, que viera em 1093 para Portugal com o conde D. Henrique. Em 1156 já metade da villa de Ferreira d'Aves pertencia aos templarios. El-rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 10 de fevereiro de 1514. Parece que os templarios não residiram aqui muito tempo, nem restauraram o castello, porque, segundo a tradição, a cantaria do antigo que existia, construido pelos romanos, foi toda empregada, mais tarde, na edificação do templo de Santo André e n'outros edificios. Os templarios, depois de se estabelecerem no castello de Soure, trocaram o castello de Ferreira d'Aves com os cavalleiros da ordem de Malta, que residiram alguns annos no sitio chamado *Cas-Freires*, onde se conservavam ainda no tempo d'el-rei D. Diniz. Ferreira d'Aves foi conc. independente durante 7 seculos, com juiz ordinario, das sizas e dos orphãos, camara, escrivães, etc. Até 1517 as villas de Ferreira d'Aves e de Villa Rei formavam um só conc., sendo a capital Castello de Ferreira; el-rei D. Manuel as dividiu então, fazendo 2 concelhos independentes. No meado do seculo passado foi supprimido o conc. de Ferreira d'Aves, passando ao de Sattam. A villa pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Ferreira d'Azevedo *(Antonio Xavier)*. Poeta dramatico. N. em Lisboa a 6 de março de 1784, fal. a 18 de janeiro de 1814. Era filho de Vicente Ferreira de Azevedo, meirinho geral dos contrabandos, em cujo cargo o filho o substituia nos seus impedimentos. Antonio Xavier obteve um emprego subalterno no tribunal da Inquisição, e quando em 1811 se organisou o commissariado

do exercito, foi nomeado escripturario do deposito de viveres em Alcantara. Apezar d'uma educação muito defficiente, e de ter apenas os rudimentos de instrucção primaria e mediocres conhecimentos das linguas hespanhola e franceza, uma vocação natural o levou a compôr para o theatro, vindo a ser um escriptor fecundissimo e bem acceite pelo publico, que applaudia as suas producções com enthusiasmo. O padre José Agostinho de Macedo, que via o theatro deserto quando se representavam os seus dramas e comedias, tinha grande inveja de Antonio Xavier, por vêr, pelo contrario, enchentes sucessivas na representação das peças do autor que tão popular se tornara. Escrevia desalmadamente contra Antonio Xavier, mas os seus escriptos descabellados e insidiosos não causavam o menor mal, e Antonio Xavier continuava a ser o autor dramatico predilecto do publico. Diz Innocencio da Silva, no *Diccionario bibliographico*, vol. I, pag. 297: «Não é que nos seus dramas houvesse orginalidade e verosimilhança na contextura das fabulas, disposição e escolha nos caracteres, colorido local, e observancia dos costumes nacionaes; porém suppria todas essas faltas, e as mais que os criticos lhe notavam, com a facilidade de inventar lances e situações de grande effeito theatral, com a vivacidade e rapidez do dialogo; com a eloquencia pathetica dos affectos, e com o interesse vivo e progressivo que sabia derramar por suas composições, ou antes imitações livres das peças francezas e castelhanas, que tomava por modêlos, e que ageitava a seu modo, para lisongear o gosto e approvação d'aquelles para quem escrevia». Dos seus trabalhos o que se tornou mais afamado, e que ainda hoje se lê com agrado, é a farça *Manuel Mendes*, eterno modêlo da velha graça portugueza. Ha annos foi reformada para o theatro moderno por João de Mendonça e Julio Rocha, dividida em 2 actos, com o titulo *O doutor Manuel Mendes Enxundia*; *A sensibilidade no crime*, drama em 3 actos, tambem o actor-autor Braz Martins transplantou para a scena moderna, com o nome de *Peccados da mocidade*. Antonio Xavier morreu novo, victima da tisica, resultado dos desregramentos da vida de bohemia a que se entregava. Das suas peças fôram impressas as seguintes, já depois da sua morte. Dramas: *Palafox em Saragoça*, 3 actos, Lisboa, 1820; *Pedro Grande ou a Escrava de Mariemburgo*, 3 actos, Lisboa, 1830; *Roberto, chefe de ladrões; O marido mandrião; As minas de Polonia; Santo Antonio livrando o pae do patibulo;* estes 4 dramas fôram publicados no *Jornal de Comedias e Variedades*, impresso em Lisboa, 1835 - 1836, de que foi editor e proprietario o livreiro Arsejas; *Zulmira*, em 2 actos e em verso, Porto, 1845; *A sensibilidade no crime; Dever e natureza; Sophia e Wilcester; As duas inglezas; O bom amigo*; *O mau amigo* (desforço pessoal, a que o levaram as provocações do padre José Agostinho de Macedo, seu figadal inimigo, que o não poupava, por elle posto em scena e figurado como protogonista d'este drama); *A preta de talentos; Santo-Hermenegildo, Euphemia e Polidoro*; *Adelli, drama magico; O divorcio por necessidade; A verdade triumphante; A paz de Pruth; Os monges de Toledo; Amor e vingança; O de sertor francez; Achmet e Rakima; A inimiga do seu sexo; A mulher zelosa.* Farças : *Manuel Mendes;* ha varias edições, sendo uma em 1818, outra em 1840. etc. *Os doidos ou o doido por amor*, Lisboa, 1839; *A parteira anatomica; O frenesi das senhoras*; (estas duas ultimas fôram publicadas no referido *Jornal de Comedias e Variedades; O eunuco; Os doidos, segunda parte; O velho chorão; O tauful fóra de tempo*; *A viuva imaginaria; O velho perseguido, etc.* Antonio Xavier escreveu e deixou muitas poesias lyricas, mas parece que todas se perderam, á excepção de dois pequenos trechos que se imprimiram na *Mnemosine Lusitana*, tomo II, 1817, n.os XVII e XXIV, e de um soneto, que anda nos *Novos improvisos de Bocage*, a pag. 39.

Ferreira Borges *(José)*. Um dos heroes dos acontecimentos politicos de 1820. Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra em 1805; advogado na cidade do Porto, sua patria, desde 1808 até 1820; secretario da Junta da Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto-Douro em 1818; membro da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, proclamada no dia 24 de agosto de 1820, como adeante largamente se descreve; deputado ás Côrtes Constituintes em 1821; conselheiro de Estado em 6 de março de 1823; emigrado em Londres desde junho do mesmo anno até fevereiro de 1827; e novamente em fevereiro do anno seguinte até setembro de 1833; supremo magistrado do Commercio e juiz presidente do Tribunal Commercial de 2.ª instancia, por carta regia de 18 de setembro do mesmo anno. Foi demittido de todos os cargos, por assim o haver requerido, em 19 de setembro de 1836. Pertenceu á Sociedade Juridica e á Sociedade dos Amigos das Letras. Era filho de um rico armador de navios da cidade do Porto, onde nasceu a 6 de junho de 1786 e onde tambem falleceu a 14 de novembro de 1838, havendo perdido totalmente a vista quatro annos antes. Era o mais velho de seus numerosos irmãos, aos quaes seu pae fizera egualmente educar com esmero e cuidado. Tendo revelado desde creança notavel talento, frequentou na sua cidade natal as cadeiras que constituiam o curso chamado de humanidades, e em 1801, tendo apenas 15 annos, partiu para Coimbra, afim de se formar em Leis. Aconselhou-lhe, porém, um lente da Universidade a quem vinha recommendado, que se formasse de preferencia em Canones. Em 1805 tomou o grau de bacharel, formando-se no anno immediato, quando completava apenas vinte annos. Tinha todas as habilitações necessarias para seguir a carreira da magistratura, mas preferiu estabelecer-se como advogado no Porto e ali foi assentar banca. Casou em 1808, tendo apenas 22 annos, mas gozando já a merecida reputação de habil advogado, muito conhecedor principalmente de questões de direito commercial, então pouco estudado no nosso paiz, e em que Ferreira Borges não tardou a ser considerado a primeira autoridade. Como tambem era poeta nas horas vagas e sobretudo grande apreciador de musica, excellente conversador e homem de agradavel e fino trato, em pouco tempo se tornou popular e bemquisto no Porto. Em 1809 entrou n'esta cidade com a invasão franceza o marechal Soult, a quem se attribue o secreto desejo de cingir a Corôa portuguesa. Queria o marechal attingir esse fim, fazendo-se querido e estimado dos povos que tinha de governar militarmente. Enten-

deu, portanto, que se devia rodear dos homens mais populares, e um dos que lhe fôram indigitados no Porto foi Ferreira Borges. Nomeou-o por conseguinte auditor da secção do interior junto ao ordenador em chefe do exercito. Era precisamente esse um logar financeiro, em que se tratava de assumptos para os quaes tinha Ferreira Borges já n'esse tempo incontestavel competencia. Desempenhou-o admiravelmente, e sobretudo de fórma a proteger os interesses dos seus compatriotas e do paiz. Um dos maiores serviços que prestou n'essa qualidade, foi o de salvar o cofre do Deposito Publico, onde havia valores na importancia de 250:000$000 réis. Todos reconheceram por tal fórma esse e outros serviços que, tendo-se desencadeado uma reacção feroz contra os *jacobinos*, confundindo-se n'essa designação os que tinham servido os francezes e os que manifestavam idéas liberaes, Ferreira Borges atravessou illeso esse periodo terrivel, sem nada perder da sua popularidade. Tambem, emquanto o governo proscrevia sem piedade os *jacobinos*, na famosa *Setembrisada* de 1810, nomeava José Ferreira Borges advogado da Relação do Porto, em 6 de agosto de 1811. Em 1818, a 22 de janeiro, foi nomeado secretario da Junta Geral da Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, sendo ao mesmo tempo syndico da camara municipal do Porto. Entretanto as idéas liberaes, que começavam a agitar os espiritos, estreitaram as relações de intima amizade, já existentes, entre Manuel Fernandes Thomaz, desembargador da Relação do Porto, e José Ferreira Borges. Como ficou indicado no artigo relativo ao primeiro, fôram estes dois patriotas os iniciadores do Synhedrio que levou a bom termo a revolução de 24 de agosto de 1820. Triumphando esta, foi na casa da camara que se reuniram os chefes do movimento, sendo Ferreira Borges, como syndico da camara, quem redigiu a acta da vereação e da nomeação do governo provisorio, de que ficou fazendo parte como secretario com voto. Constituido o governo é que então se pôde avaliar a aptidão de Ferreira Borges, bem como até onde se estendia a actividade do seu genio, na minuciosa attenção com que se prestava ao expediente de tantos e tão intrincados negocios e occorrencias que demandavam todo o seu cuidado. Diziam os que de mais perto o trataram n'este periodo notavel da sua vida que, desde os dias anteriores a 24 de agosto até que entrou com a Junta em Lisboa no 1.º de outubro, raras fôram as noites em que pôde dormir na cama e poucos os instantes que teve de socego, estando presente a todas as deliberações do governo, dictando as ordens de execução nas repartições a seu cargo e propondo, na qualidade de secretario, muitas e importantes medidas que então fôram adoptadas. Foi n'esta occasião tambem que entre elle e Fernandes Thomaz se levantou a discordia, e por tal fórma que nunca mais se reconciliaram completamente. Fôram causa d'este rompimento os versos de uma ode em que Ferreira Borges chamava a si o monopolio da gloria da salvação da patria. Fernandes Thomaz extranhou isso, o poeta exasperou-se com o melindre do collega, e nunca mais se puderam vêr. O estudo do caracter dos homens da *Revolução de vinte* encontra no de Ferreira Borges cousas extraordinarias. Elle era poeta, e o que parece incrivel, é que no momento em que tinha sobre si o immenso expediente d'um governo que estava organisando a revolução, quando pendiam sobre elle tão graves responsabilidades, é que mais se manifestou a sua actividade metrica. Muitas das suas poesias, impressas em papeis volantes e firmadas com o pseudonymo arcadico de *Josino Duriense*, fôram recitadas nos theatros do Porto. Entre ellas figura a referida ode, que se encontra publicada em algumas das biographias abaixo indicadas. Depois de ter rebentado tambem a revolução em Lisboa, e de se ter proclamado na capital outro governo provisorio, fizeram as duas juntas a sua fusão, e Manuel Fernandes Thomaz foi encarregado de dirigir os negocios da Fazenda e os do Reino, tendo por auxiliar José da Silva Carvalho e José Ferreira Borges. Quando se tratou da eleição das Côrtes Constituintes, José Ferreira Borges foi eleito deputado pela provincia do Minho. Tomando assento na camara foi eleito secretario para o primeiro mez e reeleito nos mezes seguintes. Fez tambem parte da commissão do commercio, na qual apresentou muitas propostas importantes, como conhecedor profundo que era d'esses assumptos. Nos debates politicos militou sempre no campo do radicalismo, defendendo a camara unica e o Conselho de Estado electivo e combatendo o *veto* absoluto. Foi tambem da opinião de deverem perder o caracter de cidadãos portuguezes os que se recusassem a jurar a Constituição. Em todos estes debates se mostrou orador brilhante, facil, entrando em todas as discussões, tanto quanto lh'o permittiam os frequentes incommodos de saude que principiava então a padecer. Apezar da sua popularidade não foi reeleito para as Côrtes ordinarias, e em compensação as proprias Côrtes o apresentaram a el-rei na lista triplice para o conselho de Estado. E foi elle um dos escolhidos pelo soberano, que a 6 de março de 1823 o nomeou conselheiro de Estado. Vindo a reacção da Villafrancada (V. *este nome*), Ferreira Borges percebeu que seria uma das victimas, e tratou de se pôr a salvo. Partiu para Londres, a bordo do paquete *Marlborough*, depois de ter escripto a el-rei uma carta datada de 1 de junho, que ainda foi publicada no *Diario do Governo*, porque esta folha se conservava nas mãos do ministerio liberal. Ferreira Borges residiu tres annos em Londres até que veiu a amnistia publicada depois da promulgação da Carta Constitucional. Esses tres annos fôram empregados por elle em estudos utilissimos para o paiz. O congresso constituinte determinara que se fizesse um Codigo Commercial e promettera uma recompensa de 8:000$000 réis a quem apresentasse o melhor projecto de codigo, sendo comtudo o proprio Ferreira Borges convidado verbalmente em sessão publica das Côrtes a occupar-se d'esse assumpto. Com a queda do governo liberal caducava a promessa dos 8:000$000 réis, mas isso não impediu Ferreira Borges de trabalhar assiduamente no estrangeiro para essa obra, colligindo materiaes importantissimos que lhe serviram para duas obras que publicou em Londres—*As Instituições do direito cambial portuguez*, e depois, quando se promulgou a Carta, as *Dissertações juridicas sobre os artigos 126.º e 145.º § 17.º da Carta.* Além d'isso escreveu 63 cartas de fina critica sobre os successos politicos de Portugal,

cartas que formaram um jornal intitulado *Correio interceptado*. Estabelecida a Carta Constitucional e proclamada a amnistia, voltou Ferreira Borges para Lisboa, mas passou dois annos completamente alheio á politica, vivendo retirado e entregue aos trabalhos da advocacia. Assistiu até com uma certa indifferença ao estabelecimento do regimen absoluto. Porém, quando viu que as perseguições começavam, entendeu que não escaparia facilmente, e fugiu, mettendo-se a bordo de uma fragata franceza, *Thetis*, então fundeada em Lisboa. De bordo novamente se entregou á politica, e d'ahi estimulava os revolucionarios portuguezes, espalhava o dinheiro que lhe vinha de Londres e preparava os elementos para uma revolta que se mallogrou, resultando o supplicio de varios liberaes. Ferreira Borges, tendo passado de navio para navio, porque a *Thetis* teve de sair do porto, conseguiu afinal escaparse para Inglaterra e ahi tornou a entregar-se aos seus estudos predilectos, publicando em resultado d'elles varias obras em Paris e em Londres e conservando manuscriptas outras que depois veiu a publicar em Portugal. Adeante se encontram indicadas na respectiva altura chronologica. Continuou egualmente a trabalhar no *Codigo Commercial*, que completou em 1833 e offereceu a D. Pedro a 8 de junho d'esse anno. Pouco depois entravam os constitucionaes em Lisboa, e Ferreira Borges, sabendo d'este facto, apressou-se a sair de Inglaterra e a vir para a capital portugueza, onde chegou em setembro d'esse anno, e onde teve logo a satisfação de vêr o seu *Codigo* decretado, sendo o autor tambem logo nomeado supremo magistrado do commercio e juiz presidente do tribunal commercial de segunda instancia. Tratou em seguida de organisar a administração commercial do paiz; e, depois de instituir em Lisboa a praça do commercio, foi tambem instituil-a no Porto, para onde partiu em julho de 1834. Fez dos seus trabalhos um relatorio, pelo qual lhe dirigiu o governo uma portaria de louvor em 22 de abril de 1835. O continuado trabalho, a que se entregara durante largos annos, fôra-lhe estragando a vista a ponto de lhe ser defeza toda e qualquer applicação. E não melhorou apezar d'isso, porque em meados de 1836 cegou completamente. Essa desgraça de tal fórma o affligiu, que o assaltou o mais cruciante desespero. Em setembro de 1836 rebentou a bem conhecida *Revolução de setembro*. Ferreira Borges fôra eleito pelo Porto deputado ás Côrtes que acabavam de ser eleitas. A revolução, proclamando a constituição de 1822, tornou indispensavel a dissolução d'essa camara. Ferreira Borges acolheu com tristeza a noticia d'esse successo. Cousa singular! esse homem que fôra um dos signatarios d'essa constituição que se proclamava agora de novo, esse homem que tanto contribuira para que n'ella se inscrevessem artigos radicalissimos e que fizera vivos esforços para que fôsse mais radical ainda, esse homem que fôra um dos chefes do partido exaltado de 1820, protestou contra a resurreição da sua obra e não a quiz jurar! Declarou em representação datada de 16 de setembro de 1836 que o jural-a era *incompativel com a sua honra, com os seus conhecimentos e com o seu nunca desmentido caracter!* E tanto persistiu em a não jurar, que, para não ser compellido, pediu a sua demissão de magistrado superior do commercio e de presidente do tribunal commercial da segunda instancia. Procuraram os seus amigos, os seus antigos correligionarios, dissuadil-o d'essa resolução, mas Ferreira Borges foi inabalavel. Vieira de Castro, ministro da justiça, teve de o exonerar, como elle pedia. A exoneração era a miseria e Ferreira Borges teve de se soccorrer da generosidade de um de seus irmãos que já o protegera durante o tempo da emigração. Comtudo foi ainda o mais ardente promotor e conselheiro da mallograda revolta des marechaes, iniciada em Ponte da Barca e terminada em Ruivães. O mallogro d'essa contra-revolução entristeceu-o profundissimamente. Fôra este o homem que em 1820 pugnava ardentemente pela idéa de privar dos fóros de cidadão portuguez e de expulsar do reino os portuguezes que não quizessem jurar a Constituição que elle agora se recusava a jurar! As suas opiniões tinham-se modificado lentamente. O estudo das questões de di-

José Ferreira Borges

reito e a estada em Londres tinham-lhe feito vêr a inanidade das opiniões exaltadas. Já n'uma das cartas do *Correio interceptado*, datada de 1 de junho de 1826, se manifestara essa evolução. Cego, sem recursos, demittido, retirou-se para o Porto. Ahi recebeu a noticia de ter o congresso constituinte votado, por acclamação, e sobre proposta de Passos Manuel uma pensão de 800$000 réis ao autor do *Codigo Commercial*. Pouco tempo pôde gozar a pensão porque morreu a 14 de novembro de 1838, apenas com 52 annos de edade, mas envelhecido e por assim dizer decrepito. No *Diccionario bibliographico portuguez* encontra-se a seguinte resenha dos escriptos de Ferreira Borges: *Cartas a Emilia sobre a Mythologia, por Dumoustier. Traduzidas em linguagem. Primeira parte.* Paris, 1819. Saiu com as iniciaes do seu nome J. F. B. O resto da obra nunca se publicou. *Carta ao ill.mo e ex.mo sr. commendador Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira, em resposta ao manifesto que o mesmo dirigiu ás Côrtes em 12 de fevereiro de 1821.* Lisboa, 1821.—Saiu tambem no *Patriota*, jornal politico, em os n.os 166 e 169 de 24 e 27 de abril de 1821, e no *Campeão portuguez*, vol. IV, pag., 194 e seguintes.

Carta ao ill.mo e ex.mo sr. Sebastião Drago Valente de Brito em 9 de abril de 1821.—Resposta a um manifesto que o mesmo imprimiu com data de 28 de fevereiro, Lisboa, 1821. *Cartas dirigidas a sua magestade pelas côrtes extraordinarias congregadas em Lisboa.* Reimpressas no Rio de Janeiro, 1821.—São duas, datadas de Lisboa a 15 e 19 de fevereiro do dito anno e assignadas pelo arcebispo da Bahia, presidente, e Luiz Antonio Rebello da Silva, João Baptista Felgueiras, José Joaquim Rodrigues Bastos e José Ferreira Borges, secretarios. Acham-se mencionadas sob o nome d'este ultimo nos *Annaes da imprensa nacional do Rio de Janeiro. Instituições de Direito Cambial portuguez, com referencia ás leis, ordenações e costumes das principaes praças da Europa acérca das letras de cambio.* Londres, 1825.—*Segunda edição*, melhorada com algumas notas posthumas do autor, etc. 1844. Veja-se ácerca das reimpressões d'esta, e de outras obras suas, o *Diario do Governo*, n.º 304 de 24 de dezembro de 1844. *O Correio interceptado*, Londres, 1825. Compõe-se este periodico de 63 cartas (afóra a que serve de prologo) tendo a primeira a data de 1 de novembro de 1825, e a ultima a de 24 de agosto de 1826. Ahi são examinados com critica chistosa e severa diversos actos do governo d'aquelle tempo, e se tratam muitos assumptos de interesse para a historia d'esse tempo. *Dissertações juridicas.* A 1.ª ácêrca do art. 126.º da Carta Constitucional, que diz respeito á publicidade do processo nas causas crimes. A 2.ª sobre o artigo 145.º, § 17.º da mesma Carta, que manda proceder á organisação dos codigos civil e criminal.—Londres, 1826. *Do Banco de Lisboa.* Lisboa, 1827.—Por occasião da publicação d'este opusculo saiu outro anonymo, com o titulo: *Breve ensaio para servir á historia do Banco de Lisboa.* Lisboa, 1828. O autor combate n'elle algumas asserções e doutrinas de Ferreira Borges, conteúdas no primeiro. *Allegação juridico-commercial sobre a clausula* «Livre de avaria» no contrato de risco, a favor de Manuel José de Oliveira. Lisboa, 1828. *Duas palavras sobre o chamado* «Assento dos Tres Estados do reino, juntos em côrtes na cidade de Lisboa, feito a 11 de julho de 1828.» Londres, 1828.—Saiu anonymo. Foi traduzido em francez, e publicado com o titulo: *Le bon droit et l'usurpation, ou deux mots sur la decision de l'assemblée des soi-disant Trois-Etats*, etc. Paris, 1828.—Tambem anonymo. *Cartas ao reverendo P. José Agostinho de Macedo, sobre a* «Besta esfolada.» Londres, 1829. — Sairam tambem no *Chaveco Liberal. O Chaveco Liberal*, Londres, 1829.—Este jornal em que fôram collaboradores, além de Ferreira Borges, Garrett, Midosi, e outros, começou a 9 de setembro de 1829, e findou com o n.º 17 em 30 de dezembro do mesmo anno. *Neutrality, or Non interference of Great-Britain in the present usurpation of Portugal. By a portuguese.* London, 1829. *Commentarios sobre a Legislação portugueza ácerca das avarias.* Londres, 1830.—*Segunda edição... Jurisprudencia do contrato mercantil, de sociedade mercantil, de sociedades segundo a legislação e arestos dos codigos e tribunaes das nações mais cultas da Europa.* Londres, 1830.—*Segunda edição*, accrescentada com notas ineditas do autor, etc., etc... *Synopsis juridica do Contrato de cambio maritimo, regularmente denominado contrato de risco.* Londres, 1830.—Segunda edição... *Principios de Syntelologia, comprehendendo em geral a theoria do tributo, e em particular observações sobre a administração e despezas do reino de Portugal*, etc., Londres, 1831.—Segunda edição, 1844. *Carta datada de Londres em o 1.º de agosto de 1830, a um amigo, ácerca do juramento de obediencia mandado prestar, pela regencia da ilha Terceira.* Londres. *O Palinuro* Spectata dies aderat. Londres, 1830.—Começou este jornal politico e noticioso em 2 de agosto de 1830, suscitado pela revolução de França em julho proximo e findou a 5 de dezembro do mesmo anno. *Observações sobre um opusculo intitulado* «Parecer de dois conselheiros da Corôa constitucional sobre os meios de restaurar o governo representativo em Portugal, etc.» Londres, 1832. *Revista critica da segunda edição do opusculo* «Parecer de dois conselheiros da Corôa constitucional» (Silvestre Pinheiro e Filippe Ferreira) *sobre os meios de se restaurar o governo representativo em Portugal.* Londres, 1832. *Autopsia do* «Manifesto» *do infante D. Miguel datado em 28 de março de 1832.* Londres, 1832. *Opinião juridica sobre a questão: Quem deve ser o regente de Portugal, destruida a usurpação do infante D. Miguel?* Londres, 1832. *Gerente e não regente: ou veto á doutrina anti-constitucional do § 14 do* «Manifesto» *do sr. D. Pedro de Alcantara, ex-imperador do Brazil.* Datado de Plymouth a 5 de abril de 1832. Sem logar, nem anno de impressão.—Tem no fim por assignatura as iniciaes L. V. C. M., o que, não obstante, alguns pretendem que fôra seu autor José Ferreira Borges *Instituições de Medicina forense.* Paris, 1832.—Este livro, dedicado pelo autor ao Duque de Bragança, foi o primeiro que n'esta materia appareceu em lingua portugueza, e escripto por portuguez. Ferreira Borges deu n'elle provas da sua vasta erudição, mostrando que lêra e meditara todos os autores citados. Ha *segunda edição*, 1840. *Cartilha do cidadão constitucional, dedicada á mocidade portugueza.* Londres, 1832. *Codigo Commercial Portuguez.* Primeira edição Porto, Typ. Commercial Portuense, 1836. Teve varias reimpressões, sendo uma d'ellas: *Codigo Commercial Portuguez, seguido dos appendices que contém a legislação que tem alterado alguns dos seus artigos.* Coimbra, 1857. *Instituições de Economia politica.* Lisboa 1834. *Das fontes, especialidades e excellencia da administração commercial, segundo o Codigo Commercial Portuguez (com cinco appendices).* Porto, 1835. *Memoria sobre o recurso de revista. Defeza da legislação conteúda nos artigos 115 e 116 do Codigo do processo commercial portuguez.* Lisboa, 1836. *Representação do conselheiro d'estado honorario José Ferreira Borges, resignando o logar de supremo magistrado do commercio*, etc. Lisboa, 1836. *Exame critico do valor politico das expressões* «Soberania do Povo» e «Soberania das Côrtes» *e outrosim dos bases da organisação do poder legislativo, e da sancção do rei.* Lisboa, 1837. *Memoria ou refutação do relatorio e decretos do ministro das justiças, o reverendo Antonio Manuel Lopes Vieira de Castro, na parte relativa á administração commercial* Lisboa, 1837. *Diccionario juridico-commercial.* Lisboa, 1840. Com o retrato do autor.—*Segunda edição*; Porto, 1856. Para a biographia de Ferreira Borges pódem vêr-se: *O Portuguez*, artigos de João Bernardo da Rocha.

principalmente no n.º 87, de pag. 291 a 298. *Memoria biographica*, por Agostinho Albano da Silveira Pinto, publicada na *Revista Litteraria* do Porto, tomo I (1838), pag. 157 a 159, 193 a 207, 253 a 269 e de 317 a 330. D'esta *Memoria* extratou Innocencio da Silva o que na maior parte escreveu na *Noticia* que foi publicada no *Archivo Pittoresco*, vol. II (1859) de pag. 283 a 285, 290 e 291 e 306 a 307. *Revelações e memorias para a historia da revolução de 24 de agosto de 1820*, etc. por José Maria Xavier de Araujo. Lisboa, 1846. *Varões illustres das tres epochas constitucionaes* por L. A. Rebello da Silva; Lisboa, 1870

Ferreira de Azevedo (*D. Francisco*). Clerigo secular, prégador régio, bispo eleito de Meliapor, e depois bispo de Goiaz, eleito em 19 de outubro de 1818, commendador da ordem de Christo no Brazil, etc. Escreveu: *Oração de acção de graças, que no dia 7 de março de 1816, anniversario da chegada de El-Rei N. S. ao Rio de Janeiro, recitou na capella real, Rio de Janeiro, 1816.*

Ferreira de Azevedo (*Luiz*). Professor de Jurisprudencia Canonica na Universidade de Coimbra. N. em Lisboa nos fins do seculo XVI, ignora-se a data do fallecimento. Foi desembargador da Relação do Porto em 1604, e da Casa da Supplicação, a 3 de novembro de 1609, provedor da Alfandega de Lisboa, sendo nomeado chronista-mór do reino em 26 de dezembro de 1611. Tinha fama de ser muito erudito, mas todos os seus escriptos ficaram inéditos, contando-se entre elles muitos livros genealogicos, um com o titulo de *Ditos e feitos desde o tempo de D. Sebastião*, e uma *Narração dos aprestos que se fizeram em 1596 em Lisboa para repellir a armada ingleza.*

Ferreira Barbosa (*Francisco*). Publicou em 1864, em Coimbra: *Elucidario do viajante no Porto.*

Ferreira Braga (*Arnaldo Anselmo*). Bacharel formado om Philosophia e Medicina pela Universidade de Coimbra e lente de Zoologia na Academia Polytechnica do Porto, membro do Consultorio Homœopathico Portuense, etc. E' natural do Porto. Escreveu: *Reflexões ao opusculo do sr. J. P. Reis «A Homœpathia, o que é e o que vale», Porto, 1852.*

Ferreira Braga (*João*). Engenheiro de minas, antigo vogal do conselho de districto de Lisboa, deputado, chefe da repartição de minas, cargo que exerceu pouco tempo, sendo transferido para o logar de vogal da junta consultiva de obras publicas e minas. Escreveu: *Relatorio ácerca das minas de chumbo denominadas Carcoles, Victoria, Abundante, Paquita, Airosa, La segunda, La tercera, La quinta, La sexta, La setima, La outava, La novena, na provincia de Badajoz*, Lisboa, 1875; as minas de que se trata n'este opusculo pertencem á companhia das minas e fundição de chumbo de Santa Eufemia, e ficam ao norte oriental da provincia de Badajoz, ao norte da linha ferrea de Ciudad-Real, entre as estações de Casturera e Almaden; *Resposta ao parecer sobre o relatorio que a commissão executiva apresentou á junta geral do districto de Lisboa na sessão ordinaria de maio de 1882*, Lisboa, 1882.

Ferreira Brum (*Cosme*). Cavalleiro professo da ordem de Christo. N. em Lisboa a 17 de março de 1608; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Antonio Ferreira de Brum e de D. Mecia de Fontes. Desde creança começou a applicar se á lição dos livros com tão continuado estudo, que ao chegar á edade varonil já estava perfeitamente instruido na historia sagrada e profana, letras humanas e genealogia. Casou com D. Joanna de Azevedo Pereira, filha de João de Azevedo Pereira, fidalgo da Casa Real, e de sua segunda mulher, D. Izabel de Oliveira. Deixou bastantes escriptos, que ficaram inéditos, cujos titulos veem mencionados na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol I, pag. 600.

Ferreira Caldas (*P. Antonio José*). Escriptor e archeologo, fallecido em 1884. Escreveu: *Apontamentos para a historia de Guimarães.*

Ferreira Cangalhas (*Francisco Antonio*). Architecto geral da cidade e das Aguas Livres. Era filho e discipulo de João Ferreira Cangalhas, que se formou na escola de Mafra. Foi ajudante da Casa do Risco, e teve por successor e discipulo Honorato José Pereira de Macedo e Sá. No reinado de D. Maria I projectou-se a construcção de varios edificios publicos, entre os quaes uma prisão publica e Casa de Supplicação; Cangalhas foi incumbido do desenho, sendo encommendado outro a Volkmar Machado, que parece ter tido a prefereucia.

Ferreira Cangalhas (*João Pedro*). Official do corpo de engenharia, de que pediu a demissão, dedicando-se a ser professor particular de mathematicas. Escreveu: *Opusculos de Arithmetica Universal publicados com a protecção da Academia R. das Sciencias, e dedicados ao ill.mo e ex.mo sr. D. Francisco Benedicto de Sousa Leucastre Noronha, marquez das Minas*, etc., Lisboa, 1796, 4 tomos; *Taboa das unidades de peso e medida de Lisboa e Londres, nas quaes se comprehendem as equivalencias das mesmas unidades de cada uma d'estas duas capitaes, expressas respectivamente nas da outra*, etc., Lisboa, 1813; *Taboa para a medição das pipas e toneis, calculada para uso da alfandega das sete casas, por ordem de sua alteza real*, Lisboa, 1803; a introducção, que vem na pagina XI, é dos professores mathematicos que fôram consultados sobre o assumpto pelo conselho de fazenda, em virtude do decreto de 13 de julho de 1802, com o fim de se evitarem as avaliações arbitrarias das capacidades das pipas e toneis na referida alfandega. João Pedro Ferreira Cangalhas teve um filho, chamado Eustracio, e começou ainda na infancia a doutrinal-o nas regras e principios do calculo, promettendo que se tornaria com o tempo um mathematico consummado. Em nome do filho publicou o seguinte opusculo: *Tratado completo de arithmetica pratica do papel-moeda, cujos methodos não dependem do calculo de fracções ordinarias, nem mesmo da regra dos tres*, etc., *publicado e distribuido por Eustracio Cangalhas*, Lisboa 1810.

Ferreira Cardoso (*Antonio José*). Actor contemporaneo, actualmente no theatro do Gymnasio. N. a 5 de abril de 1860. Tinha a profissão de serralheiro, assim como seu pae; sendo grande enthusiasta pelo theatro, entrou como amador para a sociedade Guilherme Cossoul. Representou pela primeira vez em 1878, na comedia em 1 acto, *Casar por annuncio.* O fallecido escriptor e ensaiador Alcantara Chaves achou-lhe muita disposição para a scena, e contratou-o no theatro do Rato em 1881, onde agradou muito nas peças: *Zé povinho, Seita Negra, Maria da Fonte,*

Quatro noivos n'um sarilho, e na *Filha do sr. Chrispim*, em que se tornou bem evidente. Em 1883 foi contratado para o Gymnasio, onde debutou na comedia em 1 acto, *A medalha da virgem*. Desde então tem-se conservado n'este theatro, accentuando cada vez mais os seus progressos artisticos, sendo hoje um dos nossos actores comicos mais afamados e populares. Na epoca de verão de 1893 fez parte da sociedade artistica que então funccionou na Trindade, e ali creou com muito exito o papel de regedor no *Brazileiro Pancracio*. No theatro da Avenida, tambem n'uma epoca de verão, representou na antiga magica *O cabo da caçarola*. N'outra epoca, julho de 1900, esteve na Rua dos Condes, representando no *Dente do Maçarico*, em que muito se distinguiu. O seu reportorio é importantissimo, por assim dizer, o reportorio quasi completo do Gymnasio nos ultimos annos. Mencionaremos as seguintes peças: *Piperlin*, *Noivos d'Alhos Vedros*, *Dr. Jójó*, *O commissario de policia*, *Casa Tamponin*, *Hotel luso-brazileiro*, *Zaragueta*, *Em boa hora o diga*, *Quem vê caras*, *Noivas do Enéas*, *Assassinio de Macario; O mesmo para duas*, *Kalifa*, *Fidalgos da Casa Moirisca*, *Os pimentas*, *Alleluia*, *O salta-pocinhas*, *O terra nova*, *Ama Sêcca*, *A ciumenta*, *Casamentos politicos*, *A empenhoca*, *O filho artificial*, *O pelintra*, *O casamento do conselheiro*, *Manobras conjugaes*, etc.

Ferreira Cardoso *(Manuel)*. Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Lamego a 11 de março de 1851. E' filho de Manuel Ferreira Cardoso. Estudou os preparatorios em 1869, matriculando-se depois na Universidade, terminando o curso de Medicina em 1877. Actualmente exerce clinica em Lisboa, onde é sub-delegado de saude e professor do Lyceu. Amador de musica, flautista muito apreciado. Escreveu: *Relatorio sobre um caso de paraplegia, consequencia de esclerose medullar, apresentado ao ex.mo professor de clinica de homens na faculdade de medicina da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1877.

Ferreira Carmo *(Eduardo Luiz)*. Capitalista na cidade do Porto. Numismata distincto, possuiu a segunda collecção de moedas e medalhas que tem havido em Portugal. Era riquissima em exemplares unicos e ineditos. Por transtornos commerciaes que soffreu a casa Ferreira Carmo, no Porto, passou a collecção para Coimbra, adquirindo a o sr. dr. Ayres de Campos. O catalogo d'esta notavel serie numismatica foi organisado pelo dr. Pedro Augusto Dias, que o publicou com o titulo *Catalogo da collecção de moedas e medalhas portuguezas e outras*, pertencentes a E. L. F. C., Porto, 1877, em 8.º de x-1 – 232, pag.

Ferreira de Carvalho *(Francisco)*. Doutor em Canones e lente da Universidade de Coimbra. N. em Lombada de Poiares, comarca de Tentugal, e é já hoje fallecido. Foi doutorado em 31 de julho de 1824.

Ferreira de Carvalho *(João)*. Foi recebedor na comarca de Louzã. Escreveu: *Tabella pela qual se facilita o lançamento do juro de 6 por cento sobre as dividas á fazenda nacional, acompanhada de breves explicações; adequada a doze mezes; e egualmente póde servir para o commercio*, Coimbra, 1871.

Ferreira de Carvalho *(P. Luiz José)*. Reitor da freguezia de Escalhão em 1815. Escreveu: *Memorias historicas ácerca da cidade de Calabria;* saíram publicadas no *Jornal do Commercio*, n.º 3:893, de outubro de 1866.

Ferreira de Castro *(Antonio Guilherme)*. General de divisão reformado. N. em Lisboa a 10 de setembro de 1839. Assentou praça em artilharia em 14 de agosto de 1862, sendo promovido a alferes em 15 de janeiro de 1868, a tenente em 31 de janeiro de 1870, a capitão em 24 de novembro de 1875, a major em 27 de julho de 1887, a tenente-coronel em 31 de agosto de 1890, e a coronel em 4 de janeiro de 1897. Foi reformado, em 10 de setembro de 1903, sendo julgado incapaz do serviço militar por ter attingido o limite da edade, optando pelas vantagens da equiparação na conformidade do disposto nos artigos 1.º 3.º da carta de lei de 26 de julho de 1899 e no artigo 3.º do decreto de 19 de outubro de 1901. Esteve em commissão nos trabalhos geodesicos da provincia de Angola, e servindo no ministerio dos estrangeiros. Foi redactor do antigo *Jornal da Noite*. E' commendador, official e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz. Escreveu: *Trabalhos geodesicos em Angola*, 1887; *Algumas reflexões ácerca da pena de morte e da indisciplina militar*, Lisboa, 1874. E' uma collecção de artigos no *Jornal do Commercio*, ordenados e mandados publicar por uma commissão de officiaes do exercito, revertendo o producto da venda para minorar as precárias circumstancias da familia do alferes Chrysostomo da Silva, que fôra assassinado por um soldado do seu regimento.

Ferreira Chaves *(José)*. Pintor de elevado merecimento, director geral dos serviços da fazenda na camara municipal de Lisboa, professor na Academia das Bellas Artes, etc. N. em Chaves a 31 de agosto de 1838. fal. em Lisboa a 9 de dezembro de 1899. Era filho de paes obscuros, e veiu muito novo para a capital afim de se dedicar aos estudos. Em 1854 matriculou-se na Academia das Bellas Artes, fazendo um curso brilhante. Foi discipulo de Antonio Manuel da Fonseca e de Metrass. Não seguiu profissionalmente a carreira artistica, e destinando-se á vida burocratica, entrou no quadro da secretaria da camara municipal como aspirante. Pôde conciliar as suas obrigações de empregado publico com as preoccupações artisticas, em que o seu talento bem se evidenciou em muitas obras que produziu Rapidamente subiu os postos na burocracia: em janeiro de 1861 era 3.º official, passando a 2.º em abril de 1870, e a 1.º em 1881. A 26 de novembro de 1890 foi nomeado em concurso e *por circumstancias de competencia e excepcional capacidade*, como está exarado nos registos municipaes, para o importante cargo de director geral dos serviços de fazenda, logar em que se aposentou annos depois Emquanto esteve na camara, foi encarregado de algumas commissões de serviço em que sempre se distinguiu, entre ellas a de limitação de terrenos na margem do Tejo. Como artista, dedicou-se especialmente á pintura de flôres, de natureza morta e ao retrato. Foi um dos membros mais dedicados da Sociedade Promotora de Bellas Artes, a cujas exposições quasi sempre concorreu, obtendo diversas medalhas. Na exposição internacional do Porto alcançou menção honrosa, e n'outra, realisada na mesma cidade, uma medalha d'ouro.

A' exposição internacional de Madrid de 1871 concorreu com o retrato de José Ignacio de Araujo e um quadro de flôres e fructos. Teve a nomeação de academico de merito em 27 de outubro de 1868, sendo eleito vice presidente da Academia em 30 de outubro de 1894, logar em que foi reeleito todos annos. Serviu interinamente de inspector da Academia, desde 27 de outubro até 14 de novembro de 1895. Pelo fallecimento do professor Miguel Angelo Lupi, regeu a cadeira de pintura historica desde 1883 até 1895, missão que desempenhou com todo o amor e dedicação, sendo um dos seus mais notaveis discipulos o sr. José Velloso Salgado. Ferreira Chaves casou por contrato anti-nupcial a 22 de fevereiro de 1873 com D. Maria Gloria de Bregaro Bulhões. No testamento legou á Academia das Bellas Artes o seu busto em marmore, esculpido por José Simões d'Almeida Junior, deixando tambem á bibliotheca da referida academia a sua livraria, que era importantissima, não pelo numero de volumes, mas pela sua escolhida qualidade. Dos seus quadros mais notaveis contam-se os retratos de Mousinho da Silveira e de José Estevão Coelho de Magalhães, que estão na grande sala das sessões da Camara Municipal. Dos seus ultimos trabalhos destacam-se dois retratos, de corpo inteiro e tamanho natural, do sr. D. Duarte de Alarcão e esposa, de Coimbra, e que figuraram no *Salon* de Paris. Ferreira Chaves tambem retocou o celebre quadro de Miguel Angelo Lupi, *O marquez de Pombal examinando a planta da cidade de Lisboa depois do terremoto de 1755*. No Museu Nacional ha um quadro seu, offerecido em 1868, representando um vaso com flôres. Era cavalleiro da ordem de S. Thiago.

Ferreira Codesso *(Joaquim)*. Professor publico de primeiras letras em Lisboa. Escreveu: *Breve tratado de orthographia; segunda edição*, Lisboa, 1826: não sabemos a data da primeira.

Ferreira da Costa *(Caetano)*. Impressor em Lisboa, que viveu no seculo XVIII. Escreveu: *Jardim da alma para recreio de todo o christão.*

Ferreira da Costa *(Eduardo Augusto)*. Governador d'Angola; major do estado maior; official ás ordens honorario de el-rei Senhor D. Carlos, etc. N. em 14 de outubro de 1865; assentou praça em 29 de julho de 1879, foi promovido a alferes em 13 de janeiro de 1886; a tenente em 25 de janeiro de 1888, a capitão em 13 de fevereiro de 1889, a major em 31 de agosto de 1899. Em 14 de abril de 1906, recebeu o titulo de conselho, inherente ao cargo de governador de provincia ultramarina. Esteve na expedição a Moçambique em 1894-1895, e na que foi combater os namarraes em 1896. Muito conhecedor das nossas campanhas e colonias africanas, publicou em 1903 o seguinte livro: *Conferencias preliminares, XV, occupação militar e dominio effectivo nas nossas colonias*. Possue as seguintes honras: Commendador da ordem da Torre e Espada; cavalleiro da de S. Bento de Aviz, official da referida ordem por serviços distinctos; medalha de ouro de valor militar; dita de prata para commemorar a expedição contra os namarraes em 1896. E' tambem official da Legião de Honra, de França.

Ferreira da Costa *(Francisco de Paula)*. Funccionario publico. N. em Lisboa a 2 de abril de 1788, fal. na mesma cidade a 31 de dezembro de 1859. Em 1810 foi empregado na Junta das munições de bôcca e provimentos para o exercito, d'onde passou em 1812 e 1813 para os commissariados portuguez e britannico; em 1815 para a inspecção geral dos quarteis e obras militares; em 1819 para a Junta da Bulla da Cruzada, accumulando por vezes alguns d'estes empregos. Dedicado partidario do infante D. Miguel, saiu de Lisboa em julho de 1833, quando o duque da Terceira aqui desembarcou, e foi unir-se ao exercito miguelista, que acompanhou até á convenção de Evora-Monte, ficando por isso demittido dos cargos que exercia. Recolheu-se então á vida particular, occupando-se principalmente com incançavel diligencia e curiosidade, em reunir alguns milhares de volumes que formavam uma excellente bibliotheca rica de manuscriptos e de livros portuguezes antigos, raros e de grande valor, comprehendendo tambem uma collecção de poemas nacionaes, impressos e manuscriptos, sendo muitos d'elles autographos. Possuia egualmente uma outra collecção muito completa, por elle formada, das obras do padre José Agostinho de Macedo, com quem teve por longos annos relações de intima amizade. Tambem conservava muitas curiosidades artisticas e numismaticas, em que despendera valiosas quantias. Depois da sua morte tudo se desbaratou, indo parar a diversas mãos, vendendo-se a maior parte por preços insignificantes. Ferreira da Costa traduziu a *Iliada de Homero*, do livro IX em deante, feita sobre uma versão hespanhola, em 3 tomos de 4.º; escreveu: *Memoria ácerca dos acontecimentos de Portugal desde 30 de abril de 1824 até 24 de julho de 1833; Varias peças de theatro*, das quaes algumas se representaram; *Tratado genealogico do Reis de Portugal*, ornado com os respectivos retratos, fructo de largas investigações, e que reduzido pelo autor á forma de *Arvore genealogica* n'um quadro de 6 palmos d'altura, existe collocado em uma das salas do paço real de Queluz; ainda deixou mais trabalhos seus manuscriptos; impressos sabemos dos seguintes: *Exposição genuina da Constituição de 1826, na qual pelo seu mesmo texto se justificam e desfazem as apparentes contradições e barbarismo que n'ella se contém; traduzida do hespanhol*, Lisboa, 1828; *A recepção de um maçon*, farça, Lisboa, 1827; *Carta dirigida ao sabio autor da Contramina, que póde servir de supplemento ao n.º 47 da mesma*, Lisboa, 1832; estes 3 folhetos saíram com as iniciaes F. P. F. C., e em todos se manifestava bem o seu odio aos principios liberaes. No entretanto, fôra elle quem fizera os extractos das *sessões das Côrtes*, que se imprimiram no *Diario do Governo*, desde 1 de fevereiro até 29 de agosto de 1821 Depois da queda do governo do infante D. Miguel, abandonou completamente a penna de pamphletario politico, e só publicou uma *Descripção da torre de Beja*, no *Panorama*, n.º 92, de 1842.

Ferreira da Costa *(João de Deus Paula)*. Empregado no commercio, jornalista, escriptor dramatico, etc. N. em Lisboa a 8 de março de 1852. E' filho de Feliciano de Paula Ferreira da Costa e de D Joanna Clementina dos Martyres Costa. Estudou no collegio que seu pae fundara, e tendo este fechado, continuou os estudos nos collegios Godinho e de Rœder. Aos 16 annos de

edade começou a sua vida activa, dedicando-se ao commercio, como empregado de carteira, tornando-se depois um habil guarda-livros, que pela sua competencia e consideração era sempre consultado sobre questões importantes de escripturação e contabilidade, sendo sempre nomeado pelo Tribunal do Commercio arbitro nas questões graves e dependentes de demorado exame, que se ventilavam. Aos 23 annos foi chamado para administrar a fabrica de fiação e tecidos de Torres Novas, onde trabalhavam perto de 500 operarios. Sempre dedicado ao ideal associativo, fundou a Associação dos empregados no commercio de Lisboa, de que exerceu o logar de guarda-livros, e foi tambem o fundador do Atheneu Commercial, creado por occasião da commemoração do centenario de Camões em 1880. Tem auxiliado egualmente outras associações, evidenciando-se sempre como orador e administrador. Um dos seus discursos memoraveis é o proferido em assembléa plenaria do Montepio Geral em 1863, apreciando o relatorio da direcção, e expondo um vasto plano tendente a dar áquella instituição novo aspecto e mais valía. No congresso das associações, presidido por José Elias Garcia, fôram enaltecidos os seus serviços e competencia, a proposito do mappa do serviço clinico por elle elaborado, da Asssociação dos empregados no commercio. Cooperou activamente como delegado da Associação de negociantes de drogas, na revisão das pautas aduaneiras, e fez parte como secretario da sub-commissão presidida por Oliveira Martins, encarregada de formular um modelo de pauta minima. Como jornalista, escreveu na *Tribuna*, *Partido Constituinte*, *Figaro*, *Democracia* e *Jornal de Lisboa*. Tambem tem escripto para o theatro; no Principe Real representaram-se com muito agrado os dramas: *O Cardeal-Rei*, *A Beata*, *A Escravatura*, o *Cerco de Bilbau* e *A Grève*. Impressos tem dois dramas historicos, baseados nas obras de Alexandre Herculano, *O Monge de Cister* e *O Alfaiate Fernão Vasques;* a comedia em 4 actos, *O Revolucionario*, o monologo *Theoria do casamento*, e o dialogo dramatico *A Mariposa*. Inéditas tem as seguintes peças: *Liberdade*, drama em 5 actos, sobre os acontecimentos de 1640; *A emigração*, drama de propaganda; *Guilherme*, drama em 5 actos; *O Heroe da Ilha Terceira*, quadro historico; *O voluntario de Lamego*, drama historico em 3 actos. Traduziu as seguintes peças: *Renata*, de Zola; os dramas *O Rei diverte-se*, de Victor Hugo; *O crime de Passy*, *O enforcado*, *O sacrilegio*, *Os almiscarados*, *O caçador de toupeiras*, *A vida d'uma actriz*, *O vendedor de limonadas*, e a comedia *As duas vélas*. Em 1872 publicou *A carta do padre Jacinto. Observações.*

Ferreira da Costa *(Rodrigo)*. Cavalleiro da Ordem de Christo; bacharel formado em Leis e em Mathematica pela Universidade de Coimbra, socio da Academia Real das Sciencias, poeta, amador de musica muito erudito, etc. N. em Setubal a 13 de maio de 1776, fal. em 1 de novembro de 1825. Seu pae era advogado em Setubal, e queria que o filho o substituisse n'aquella profissão. Rodrigo Ferreira da Costa seguiu os estudos juridicos na Universidade, de que tomou o grau de bacharel em 1800; sentindo, porém, que não tinha inclinação alguma para a advocacia, conseguiu o consentimento de seu pae para seguir o curso de Mathematica, em que se formou no anno de 1804. Apezar de ter muito merecimento só obteve em 1810 ser empregado como official na secretaria do commando geral do exercito, e n'essa qualidade fez as campanhas, até ao fim da guerra peninsular em 1814, acompanhando o ajudante-general. Em 1821 foi eleito deputado ás Côrtes Constituintes, e em 1823 provido na cadeira do 1.º anno de Mathematica da Academia Real de Marinha, que regeu por alguns annos. Era um homem de variadissima erudição e muito estudioso, não só nas sciencias philosophicas e mathematicas, mas na philologia e bellas artes. Conhecia as linguas vivas e mortas e tinha alguma disposição para a poesia, que, para desenfado de estudos mais serios, cultivava nas horas vagas. Desejou tambem conhecer toda a theoria da arte musical, que muito o captivava. O resultado dos seus trabalhos n'esta especialidade compendiou-os na seguinte obra, publicada pela Academia Real das Sciencias, o 1.º volume em 1820 e o 2.º em 1824: *Principios de musica ou Exposição methodica das doutrinas da sua composição e execução*. A apreciação d'esta obra vem publicada no *Diccionario biographico dos musicos portuguezes*, de Ernesto Vieira, 1.º volume, pag. 3?9 e seguintes. Bibliographia: *Theoria das faculdades e operações intellectuaes e moraes*, Lisboa, 1816; *A Lyra ingenua, ou os trabalhos de um moço academico*, Toulouse, 1814; saiu anonyma; 2.ª edição, com o mesmo titulo, porém muito augmentada, Lisboa, 1818; *Tratado de orthographia portugueza, deduzida das suas tres bases, a pronunciação, a etymologia, e o uso dos doutos; e accommodado á intelligencia das pessoas que ignoram o grego e o latim*, Lisboa, 1818; *Reflexões e observações prévias sobre a escolha do melhor systema de Ortographia portugueza, e deducção dos seus principios capitaes*, Lisboa, 1821; vem tambem no tomo VIII, parte I das *Memorias da Academia; Deducção philosophica da desigualdade dos sexos, e dos seus direitos por natureza*, Lisboa, 1822; *Cathecismo politico do cidadão portuguez, ou exposição dos direitos e obrigações do homem natural e social*, etc., Lisboa, 1823; *Elementos de Arithmetica e Algebra, tratadas promiscuamente em reciproca dependencia*, Lisboa, 1825; *Resumo das doutrinas contidas nos Elementos de Analyse de Bezout*, Lisboa, 1825. Publicou se posthuma: *Geometria elementar, e trigonometria rectilinea*, Lisboa, 1835; com estampas; *A Ventura; poema allegorico em quatro cantos, traduzido do francez; autor Claudio Adriano Helvecio; traductor Rodrigo Ferreira da Costa*, Lisboa, 1835. Foi publicado em obsequio á memoria do seu amigo José Ignacio de Andrade, e precedido de noticias biographicas do autor e traductor, com o catalogo das obras d'este, em que se declara ter elle tambem traduzido o *Templo de Guido*, de Montesquieu, que ficou inédito.

Ferreira da Costa *(Verissimo Antonio)*. Antigo militar da guerra peninsular, encarregado da direcção do fornecimento das tropas no departamento do Alemtejo, depois de 1834, etc. N. em Lisboa de 1774 a 1775, fal. pelos annos de 1839 a 1842. Seguindo a carreira militar, era em 1808 capitão do regimento de infantaria n.º 13, e durante a guerra da peninsula chegou ao posto de tenente-coronel commandante do mesmo regimento; nos fins do anno de 1813 ou principios de 1814, foi demittido pelo marechal Beresford, comman-

dante em chefe do exercito, segundo consta, por inimizade pessoal, que o marechal occultou com pretextos apparentes. Reduzido a paisano, vivia desempregado em Lisboa quando foi preso em maio de 1817, accusado como um dos cumplices da conspiração denominada de Gomes Freire, culpa de que alcançou justificar-se, sendo restituido á liberdade por sentença de 15 de outubro do referido anno, que condemnou 12 presos á forca, e outros a diversas penas. A liberdade obteve-a porque estivesse realmente innocente, porque Beresford o suspeitasse seu inimigo pessoal, ou pela influencia do seu compadre e amigo, D. Miguel Pereira Forjaz, depois conde da Feira, e membro da regencia. Em 1821 conseguiu do governo constitucional ser empregado na repartição do commissariado do exercito, logar que exercia quando em 1828 D. Miguel se fez acclamar rei de Portugal. Como eram bem conhecidas as suas idéas liberaes, tornou-se alvo das maiores suspeitas, e em 27 de julho do mesmo anno de 1828 foi preso, e 5 mezes depois transferido para as masmorras da Torre de S. Julião da Barra, sendo em 2 de outubro de 1831 removido para as cadeias do Porto. Restabelecido o governo constitucional, foi reintegrado no exercicio do seu emprego, e quando falleceu estava encarregado da direcção do fornecimento das tropas no departamento do Alemtejo. Ferreira da Costa era homem dotado de energia e actividade, e com instrucção especial em alguns ramos das sciencias militares. Tornou se muito conhecido como escriptor principalmente pelo seguinte folheto, que publicou em 1809, intitulado: *Manifesto das diligencias e meios que se empregaram em Lisboa relativos á restauração da liberdade da patria*; n'este folheto conta Ferreira da Costa as conspirações e esforços que se fizeram em Lisboa para se conseguir a expulsão dos francezes, emquanto Junot aqui esteve. Escreveu mais: *Ensaio de uma distribuição genealogica das sciencias e artes principaes, reduzida em fórma de arvore, para descobrir o conhecimento humano de um golpe, por C. F. G. Roth; traduzido em portuguez*, Lisboa, 1818; vem com as iniciaes V. A. F. da C.; *Collecção systematica das leis militares de Portugal, e que estão em vigor, dedicada a Sua Magestade*, etc., Lisboa, 1818, ou 1819, 4 tomos. Quando em 1820 Portugal se viu livre da tyrannia de Beresford, escreveu: *Analyse philosophica ás ordens do dia do marechal Beresford;* N'este mesmo anno ainda publicou: *Analyse sobre a disciplina do exercito.*

Ferreira da Cunha *(Jacinto Simões)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, antigo deputado, advogado, chefe aposentado da 1.ª repartição do ministerio do reino, etc. N. em Peniche a 16 de dezembro de 1840, fal. em Lisboa a 14 d'abril de 1904. Começou a sua carreira publica sendo administrador dos concelhos de Proença, Peniche, Obidos, Alcobaça e d'outras terras do reino. Em 1879 passou a exercer o cargo de secretario geral do governo civil de Evora, e depois de Coimbra. Em 1881 apresentou-se como candidato a um concurso aberto no ministerio do reino para provimento de logares de 1.º official d'aquella secretaria de Estado, em que se houve brilhantemente, e foi logo nomeado, sendo mais tarde promovido a chefe de repartição, cargo que exerceu superiormente, e em que se aposentara alguns annos antes do seu fallecimento. Entrando na politica, filiou-se no partido regenerador e foi deputado em diversas legislaturas, eleito por S. Thomé e Alcobaça, onde tinha diversas propriedades e grande influencia politica. Ultimamente pertencia ao partido regenerador liberal, e era um dos seus correligionarios mais dedicados. O conselheiro Ferreira da Cunha exerceu tambem a advocacia em S. Thomé, onde esteve alguns annos para tratar de importantes questões do Banco Ultramarino. Na mesma ilha tambem teve o logar de curador dos serviçaes, e consagrou por algum tempo á agricultura as suas attenções e grande actividade, valorisando, por sua iniciativa, alguns terrenos incultos ou mal aproveitados. Quando falleceu era socio da firma Maceira & Filhos e da Empresa de Navegação para o Algarve, e negociante da nossa praça. Era casado com a sr.ª D. Maria Julia Souto da Cunha.

Ferreira da Cunha e Sousa *(José)*. Governador civil aposentado, socio honorario da Real Associação da Agricultura Portugueza. Nasceu em Ilhavo, a 5 de abril de 1813. Depois dos estudos das primeiras letras e do latim, passou para Aveiro, onde ficou em companhia de seu avô, o capitão-mór Alexandre Ferreira da Cunha e Sousa. N'essa cidade proseguiu no estudo de humanidades, voltando já homem para a sua terra natal, onde exerceu varios cargos administrativos e judiciaes, sendo advogado de provisão. Tencionava matricular-se no 1.º anno juridico da Universidade de Coimbra em outubro de 1829, mas os successos politicos d'essa epoca mallograram-lhe o intento. Como todos os individuos do seu tempo, soffreu as vicissitudes da agitação politica do seculo passado, vendo seu pae preso durante annos nas cadeias do Sardão e Sever do Vouga. Em 11 de abril de 1840 foi nomeado 1.º official do governo civil de Aveiro, e em 1858 promovido a secretario geral, logares em que prestou relevantes serviços, pelo que foi condecorado em 14 de junho de 1845 com o habito de Christo. Em 1865 foi transferido por vinganças politicas para o districto de Faro, mas o mesmo ministro que o transferira o promoveu a governador civil de Vizeu, em 4 de junho de 1868. D'esta capital de districto passou successivamente para Leiria, Coimbra, e Santarem, e aqui se conservou muitos annos. Em todos estes districtos deixou assignalada a sua passagem, pelo zelo e competencia que demonstrou. Da sua folha de serviços constam as seguintes honras: Commendador de Christo em 14 de janeiro de 1867, conselheiro de S. M. em 17 de setembro de 1871, etc. Em Santarem prestou serviços dignos de mais especial menção, creando, por alvará de 16 de fevereiro de 1876, o museu districtal e o corpo de policia. Por occasião das terriveis cheias do Ribatejo, egualmente prestou relevantes serviços, referidos por Pinho Leal no seu *Portugal Antigo e Moderno*, como tambem o sr. Zephyrino Brandão no seu livro *Monumentos e lendas de Santarem* descreve o museu e dispensa justos encomios ao venerando magistrado. Estando á testa d'esse districto, quando morreu Alexandre Herculano, prestou ao grande historiador os maiores cuidados, durante a sua doença. Em 1879, cançado de trabalhos, pediu a aposentação, recolhendo á sua casa de Aveiro, e n'esta cidade tem exercido os cargos mais honrosos,

substituindo o juiz de Direito, sendo provedor da Misericordia, presidente da Caixa economica, etc. A sua prolongada vida tem decorrido no meio das maiores provas de estima e consideração dos seus concidadãos.

Ferreira Deusdado *(Manuel)*. Professor dos lyceus, escriptor e philosopho. Natural de Miranda do Douro. Concluiu em 1884 o Curso Superior de Letras, sendo todos os annos distincto. Frequentou tambem o Instituto de Agronomia e Veterinaria. Em 1886 fundou a *Revista de Educação e Ensino*, que se publicou até ao XVI anno. No mesmo anno foi eleito vogal do Conselho Superior de Instrucção Publica, sendo relator dos programmas das disciplinas lyceaes de Historia, Geographia e Philosophia. Em 1887 foi nomeado lente auxiliar do Curso Superior de Letras, onde fez umas prelecções de Psychologia applicada á educação. Em 1888 publicou o volume *Ensaios de philosophia actual*. Em 1889 concorreu á cadeira de Philosophia do Collegio Militar, sendo o candidato mais classificado. Em 1890 fez concurso para professor do Lyceu de Lisboa, obtendo notavel classificação. Durante muitos annos aqui esteve, passando depois para os Açôres. Representou o governo portuguez, em substituição de Emygdio Navarro, no congresso penitenciario de S. Petersburgo, sendo eleito vice-presidente. Egualmente representou Portugal no congresso da Associação franceza para o adeantamento das sciencias, reunido em 1890 em Limoges. Em 1891 foi agraciado por Alexandre III, da Russia, com a commenda e o grande officialato da ordem imperial de S. Estanislau, além do foro de gentil-homem da côrte imperial. Em 1892 foi nomeado para representar Portugal no congresso de anthropologia criminal de Bruxellas, do qual foi eleito pesidente honorario. No anno de 1894, um decreto incumbiu-o do projecto de reforma da Casa da Correcção de Lisboa e de estabelecer o ensino correccional no paiz. Ao congresso penitenciario de Paris, em 1895, enviou tres *Memorias*, que o congresso publicou e discutiu. N'este mesmo anno foi eleito socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Em 3 de março de 1897, a celebre Universidade de Lovaina o proclamou doutor em Philosophia e Letras, *honoris causa*. Em 1899 a Real Academia de Historia, de Madrid, tambem o elegeu seu socio, sendo no anno seguinte nomeado commendador da real ordem de Izabel a Catholica. Além dos escriptos que ficam indicados, temos nota das seguintes publicações: *Esboço historico da philosophia em Portugal no seculo* XIX, estudo servindo de prefacio ao livro posthumo de Cunha Seixas, *Principios geraes de philosophia*, Lisboa, 1898. *La philosophie thomiste em Portugal*, Louvain, 1898, etc. Para a sua biographia pódem vêr-se um artigo de Pinheiro Alves no *Commercio de Portugal* de 25 de maio de 1888 e a monographia *Um philosopho portuguez do seculo* XIX, por J. Bethencourt-Ferreira, Lisboa, 1902, de que apenas se imprimiram algumas folhas.

Ferreira de Figueirôa *(Diogo)*. Criado da casa do duque de Bragança D. João, depois D. João IV, rei de Portugal. Era muito perito em musica, e por isso foi cantor da capella real, nomeado em 3 de julho de 1648. N. em Arruda dos Vinhos em 1604, e fal. a 19 de maio de 1674. Compoz varias poesias, algumas das quaes se imprimiram, ficando muitas ineditas. Escreveu: *Epitome das festas que se fizeram no casamento do serenissimo principe D. João II, Duque de Bragança, com a senhora D. Luiza Francisca de Gusmão*, etc., Evora, 1633; *Desmayos de Mayo em sombras do Mondego*, Villa Viçosa, 1635; consta de prosa e verso, e contém um enredo saudoso de um estudante de Coimbra, natural de Lisboa; o autor promettia 2.ª parte, que não chegou a publicar se; *Jardim de Finamor, panegyrico ao felice nascimento do sr. Infante D. Pedro*, Lisboa, 1648; *Theatro da maior façanha e gloria portugueza*, Lisboa, 1642; é um poema de 6 cantos em oitava rima á acclamação de D. João IV; *Notabilidades do succedido nas côrtes de Amor*, 1634; Deixou em manuscripto: *Vida de Santa Thereza*, *Queixosa demonstração de maguas, na intempestiva morte do serenissimo infante de Portugal, o sr. D. Duarte, irmão do serenissimo rei D. João IV*, canção; *Soliloquios d'uma alma compungida*, etc.

Ferreira da França *(Francisco Paes)*. Mestre em Artes e licenceado em Theologia. N. em Evora, mas viveu quasi sempre em Madrid, onde foi capellão d'el-rei; fal. depois de 1668. Escreveu: *Juicio Catholico, y pio sobre la estrella del nacimiento del Principe D. Filippe Prospero hijo de los Reys D. Filippe* IV *y D. Anna d'Austria*, Madrid, 1658; *Memorial a Su Magestad por no hazer mercados para Portugal con individual nombramiento, y de dar los habitos de Aviz e Santiago a los que han perseverado en su obediencia*, Madrid, sem anno de impressão.

Ferreira Fronteira *(Francisco Antonio)*. Cirurgião medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. N. em 2 de setembro de 1837. Foi nomeado cirurgião do banco do hospital de S. José a 28 de dezembro de 1871, extraordinario em 31 de agosto de 1876, director de enfermaria em 17 de setembro de 1885. Em 1890 era medico da enfermaria de meretrizes no hospital do Desterro. Foi clinico da Santa Casa da Misericordia. Publicou a sua these inaugural, em 1865: *Algumas palavras sobre as allucinações e suas theorias.*

Ferreira Gordo *(Joaquim José)*. Doutor em Leis e bacharel em Canones pela Universidade de Coimbra, do conselho de D. Maria II, monsenhor da Patriarchal de Lisboa, bibliothecario-mór da Bibliotheca Nacional da mesma cidade, socio da Academia Real das Sciencias, etc. N. em Alhandra a 19 de março de 1758, fal. em Lisboa a 27 de abril de 1838. Foi collegial no collegio das ordens militares em Coimbra. Recebeu o grau de doutor em 20 de julho de 1783. Era um grande amador de livros; dando-se muito ao estudo da bibliographia, tanto portugueza como estrangeira. Possuia uma das melhores livrarias de Lisboa, não pelo numero de volumes, pois comprehendia pouco mais de tres mil, em que se incluiam opusculos e folhetos, mas pela escolha d'elles, abundando em obras raras de classicos latinos, portuguezes e hespanhoes, além do mais notavel que se havia publicado na lingua franceza até o seu tempo. A Academia Real das Sciencias o encarregou de ir a Madrid vêr os manuscriptos, que nas bibliothecas d'aquella côrte se podiam referir a assumptos portuguezes; encontrou bastantes, e escreveu sobre essa base: *Apontamentos para a Historia civil e litteraria de Portugal e seus dominios, colligidos de manuscriptos, assim nacionaes como estrangeiros, que exis-*

tem na Bibliotheca Real de Madrid, na do Escurial, e nas de alguns senhores e letrados da côrte de Madrid; foi impresso nas *Memorias de Litteratura da Academia*, tomo III, de pag. 1 a 92. Escreveu mais: *Fontes proximas da compilação Filippina, ou indice das Ordenações do Codigo Manuelino, e das extravagantes, de que proximamente se derivou; publicada de ordem da Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1792; 2.ª *edição, corregida e ampliada por seu autor*, 1829; *Memoria sobre os judeus em Portugal*, inserta no tomo VIII, parte 2.ª da *Historia e Memorias da Academia*, 1823, de pag. 2 a 35. Nas *Noites de insomnia*, de Camillo Castello Branco, n.º 8, pag. 81, vem publicada uma interessante carta escripta por Monsenhor Ferreira Gordo ao secretario da Academia Real das Sciencias, ácerca da quotisação dos socios para pagamento do busto do duque de Lafões.

Ferreira da Graça *(Francisco)*. Religioso carmelita calçado. Era natural de Lisboa e fal. em 1790. Foi procurador geral das provincias portuguezas da sua ordem em Roma, e depois provincial e visitador apostolico. Escreveu: *Estatutos litterarios dos religiosos carmelitas calçados da provincia de Portugal*, Lisboa, 1776.

Ferreira de Lacerda *(D. Bernarda)*. Poetisa, musica e pintora distincta. N. no Porto em 1596, fal. em Lisboa a 1 de outubro de 1644. Era filha de Ignacio Ferreira Leitão, chanceller-mór do reino, e de sua mulher, D. Paula de Sá. Casara com Fernão Corrêa de Sousa. Tinha uma vasta erudição em sciencias philosophicas, mathematicas e historicas; sabia hebraico, grego e latim, «tocava com a maior perfeição muitos instrumentos harmonicos, diz Rebello da Costa na *Descripção topographica e historica da cidade do Porto*, e na arte de debuxo e pintura ninguem houve que a egualasse.» Todas estas prendas chamaram a attenção de Filippe IV de Hespanha, que desejou nomeal-a professora de seus filhos, os infantes D. Carlos e D. Fernando, porém D. Bernarda de Lacerda não acceitou aquella honra. Os livros de versos que tornaram mais conhecido o seu nome, fôram as *Soledades do Bussaco* e *A Hespanha libertada*. As *Soledades* constam de 20 romances octosyllabos em portuguez, hespanhol, latim e italiano. A outra obra, *A Hespanha libertada*, é um poema em 2 partes e 20 cantos. A 1.ª parte foi impressa em vida da autora, em 1618, e a 2.ª imprimiu-a em 1673, sua filha, D. Maria Clara de Menezes. D. Bernarda Ferreira de Lacerda foi tambem autora dos argumentos em oitavas, que se lêem á frente dos diversos cantos da *Ulysséa* e da *Malaca conquistada*. José Maria da Costa e Silva, no tomo V do seu *Ensaio biographico critico*, dedicou um extenso capitulo ao exame das obras d'esta poetisa, que elle classifica entre os alumnos da escola italiana, e falla d'ella com respeito e louvor. *A Hespanha libertada* é muito apreciada fóra de Portugal. D. Bernarda Ferreira de Lacerda promoveu a fundação d'um convento de carmelitas descalços em Gôa.

Ferreira de Lacerda *(José)*. Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Touro, no districto de Vizeu, onde tambem fal. a 30 de maio de 1866. Era filho de José Ferreira Mathias e Silva. Doutorou-se a 26 de julho de 1863. Publicou em Coimbra em 1863: *Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas na faculdade de medicina*. A dissertação responde ao argumento seguinte: *Póde o emprego do trocarte, na abertura dos abcessos, ser constantemente preferido ao do bisturi ou lanceta? Se não póde, quaes os abcessos em que seja preferivel o bisturi ou lanceta?*

Ferreira Leão *(Miguel Leite)*. Doutor em Philosophia e lente da Universidade de Coimbra. N. em S. Pedro de Riba d'Ave, districto de Braga, em 1 de maio de 1815, fal. em 13 de janeiro de 1880. Era filho de Antonio José Ferreira Leão. Foi doutorado a 28 de junho de 1840, e por muitos annos professor de chimica inorganica na mesma Universidade, e director do respectivo laboratorio chimico. Escreveu, juntamente com os drs. Francisco Antonio Alves e Lourenço de Almeida Azevedo: *As aguas mineraes de Moledo*, Coimbra, 1871. O dr. Rodrigues de Gusmão publicou um artigo critico muito lisongeiro ácerca d'esta obra, na *Nação* de 13 de outubro de 1871. Na *Memoria historica da faculdade de philosophia*, do dr. Joaquim Augusto Simões de Carvalho, vem um relatorio do dr. Ferreira Leão ácerca do laboratorio chimico de que foi director.

Ferreira Leitão *(Ignacio)*. Cavalleiro professo da ordem de S. Thiago, fidalgo da Casa Real, doutor em Direito Civil pela Universidade de Coimbra, desembargador do Paço, etc. N. em Fonte Areada, fal. em Lisboa a 9 de abril de 1629. Era filho de Pedro Simão Ferreira Amado e de Genebra Lopes Leitão. Resolvido a seguir a carreira das armas, deixou a casa paterna, e chegando a Lisboa mudou de nome, para não ser conhecido, e estando já a bordo d'uma das galés que partiam para Cadiz, foi surprehendido por um tio, que andava a procural-o. Foi então mandado estudar na Universidade de Coimbra, e seguiu o curso de Jurisprudencia Cesarea, em que recebeu o grau de doutor. Foi admittido collegial no Collegio de S. Paulo em 6 de agosto de 1579. Exerceu os seguintes cargos: desembargador do Porto, da Casa da Supplicação, de que tomou a posse a 29 de abril de 1595, desembargador dos Aggravos a 19 de novembro de 1598; deputado da Mesa da Consciencia a 19 de fevereiro de 1603; chanceller das Tres Ordens Militares, visitador dos hospitaes das Caldas, de Santarem, e das Merceiras de Obidos, chanceller-mór do reino. Foi casado com D. Paula de Sá, filha de Gomes Correia de Lacerda e de D. Ignez de Sá e Menezes. D'este consorcio nasceu D. Bernarda Ferreira de Lacerda, poetisa. (V *Ferreira de Lacerda, Bernarda*). Escreveu: *Pratica a el-rei Filippe III, Nosso Senhor, na entrada que fez em Lisboa no dia de S. Pedro do anno de 1619*, Lisboa, 1619.

Ferreira de Lemos *(Manuel)*. Alferes de mar e guerra, muito perito na arte militar e muito versado em poesia. Querendo celebrar a recuperação da Bahia, realisada em 1625, compoz um poema intitulado *Brasilida*, dividido em 6 cantos, que dedicou a D. Jorge de Mascarenhas, marquez de Montalvão e 1.º vice-rei do Brazil.

Ferreira Leonardo *(P. Manuel)*. Presbytero secular. N. em Lisboa a 25 de abril de 1728; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Pedro da Costa e de Antonia dos Martyres. Aprendeu grammatica no collegio dos padres jesuitas, de Lisboa, e philosophia no convento de

S. Domingos. Em setembro de 1748 foi para o Pará com o bispo d'aquella diocese D. Fr. Miguel de Bulhões, e sendo este prelado transferido para o bispado de Leiria em 1761, o padre Manuel Ferreira Leonardo o acompanhou na qualidade de secretario. Escreveu: *Elogio funebre do P. M. Fr. Francisco de Santa Maria*, etc. Lisboa, 1745; *Elogio funebre, panegyrico, laudatorio e encomiastico do insigne pintor Victorino Manuel da Serra*, etc. Lisboa, 1748; foi publicado com o nome de Jeronymo de Andrade, pintor; *Elogio historico, panegyrico e encomiastico do em.mo sr. D. João da Motta e Silva, cardeal da Santa Egreja Romana, e primeiro ministro da Corôa portugueza*, Lisboa, 1748; *Relação da viagem e entrada que fez o ex.mo e rev.mo sr. D. Fr. Miguel de Bulhões e Sousa, bispo do Pará, na sua diocese*, Lisboa, 1749; saiu sem o seu nome; *Noticia verdadeira do terrivel contagio que desde outubro de 1748 até o mez de maio de 1749 tem reduzido a notavel consternação todos os sertões, terras e cidades de Belem e Grão Pará, extrahida das mais fidedignas memorias*, Lisboa, 1749; saiu sem o nome do autor; *Desenfado do povo, passatempo divertido*, etc., Lisboa, 1746; saiu em nome de José Pedro da Silva.

Ferreira de Lima *(José Antonio Ferreira de Lima, 1.º visconde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 19 de fevereiro de 1866; do conselho d'el-rei D. Luiz; commendador da ordem de N. S.ª da Conceição e da de Izabel a Catholica, de Hespanha; juiz do Supremo Tribunal de Justiça, etc. N. em Bragança a 12 de janeiro de 1804; ignoramos a data do fallecimento. Era filho de Francisco José Ferreira de Lima, negociante da praça da cidade de Bragança, proprietario e antigo capitão de ordenanças, e de sua mulher, D. Brites Ignacia. Exerceu tambem os cargos de juiz da Relação de Lisboa e de juiz conservador da nação franceza. Casou em 1857 com D. Amelia Augusta de Campos, filha natural legitimada de Manuel de Campos Pereira, proprietario, capitalista e negociante da praça do commercio de Lisboa. O titulo foi concedido por carta de 15 de janeiro de 1880.

Ferreira de Lima *(Francisco de Campos Ferreira de Lima, 2.º visconde de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, delegado do procurador regio na comarca de V. N. de Foscôa. N. a 26 de setembro de 1860. E' filho do 1.º visconde do mesmo titulo, José Antonio Ferreira de Lima, e de sua mulher, D. Amelia Augusta de Campos.

Ferreira de Lima *(P. José Dias)*. Missionario em Moçambique. N. na Povoa da Ribeira, Sardeira, logar perto da Certã. De curta edade começou a manifestar grande talento; formou-se muito novo ainda, e teve de esperar perto de dois annos para tomar ordens, partindo em seguida n'uma missão de Moçambique, como exigiam as suas aspirações. Ali se demorou muito tempo. Mais tarde dedicou-se á fundação da missão de S. Paulo, em Gaza-Messano, missão de que se tornou o superior. E' eloquente orador. Regressou a Lisboa em 1904, com a sua missão terminada.

Ferreira Lobo *(José Joaquim)*. Fidalgo da Casa Real e commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, por diploma de 6 de julho de 1882; do conselho de Sua Magestade, secretario e director geral do Tribunal de Contas, jornalista, escriptor, socio da Academia Real das Sciencias, etc. N. em Lisboa a 30 de outubro de 1837. E' filho natural do visconde de S. Bartholomeu, José Joaquim Lobo, legitimado a 18 de dezembro de 1868. Tem os cursos completos do Lyceu Nacional de Lisboa, geral e de linguas. Por decreto de 3 de agosto de 1860 foi nomeado amanuense do Tribunal de Contas, sendo promovido successivamente por concurso, a 3.º contador por decreto de 19 de junho de 1872; a 2.º por decreto de 4 de maio de 1875, a 1.º por decreto de 30 de agosto de 1882, e a chefe de repartição da contabilidade dos ministerios e verificação das ordens de pagamento, por decreto de 4 de julho de 1883. Tem exercido diversas commissões: procurador á junta geral do districto de Lisboa, no biennio de 1878-1879; vogal da commissão permanente da contabilidade publica, por decreto de 25 de junho de 1881; vogal da commissão encarregada da reforma da fazenda, do ultramar, em portaria de 12 de outubro de 1880, e membro da administração do asylo d'Ajuda, por alvará do governo civil de Lisboa de 5 de janeiro de 1877, etc. Foi um dos fundadores e membro da 1.ª direcção da Associação dos Funccionarios Publicos, em 1873; um dos fundadores e membro da 1.ª direcção do Montepio Nacional (pensões), 1882; vogal da direcção da Sociedade Promotora de Créches, 1880; vogal da junta escolar do concelho de Lisboa (biennio de 1883-1885); membro da commissão organisadora do Jardim Zoologico e de Acclimação em Lisboa, 1883; socio da Sociedade de Geographia, eleito em 1877, etc. Por serviços publicos tem recebido louvores em portarias de 13 de fevereiro de 1867 e 16 de novembro de 1872, etc. Foi antigo redactor do *Diario Illustrado, Jornal da Noite, Commercio do Porto, Novidades, Opinião popular, Ecco liberal, Patria e Rei, Diario Nacional, Monarchia, Atlantico, Portugal Litterario, Conservador, Correio de Portugal, Debates, Diario Portuguez, Tribuna, Dois Mundos*, etc. collaborador do *Diccionario Popular*, dirigido por Pinheiro Chagas; do *Diccionario universal portuguez*, do editor Henrique Zeferino; director litterario dos *Diccionarios do Povo*, publicados por David Corazzi. O sr. conselheiro Ferreira Lobo casou em 13 de agosto de 1869 com a sr.ª D. Ludovina da Conceição Amorim de Almeida. Escreveu: *Palavras de D. Pedro V*, Lisboa, 1870; *As confissões dos ministros em Portugal*, (1832 a 1871), Lisboa, 1871; *Annotações ao regimento do Tribunal de contas de 5 de novembro de 1868*, Lisboa, 1872; *Instrucção geral e historica dos serviços do ministerio da fazenda*, Lisboa, 1874; *Annotações ao regimento do Tribunal de contas de 21 de agosto de 1878*, Lisboa, 1878; As *Annotações* aos dois regimentos do Tribunal de Contas, bem como a *Instrucção geral*, fôram mandadas adoptar officialmente pelo ministerio da fazenda. No livro *Questões do Pará*, impresso em 1875, pertence-lhe o prologo, que ali occupa as paginas até XVI. O sr. conselheiro Ferreira Lobo foi tambem um dos escriptores que copiou uma das estancias dos *Lusiadas de Camões*, da edição lithographico manuscripta, ha poucos annos publicada.

Ferreira Lobo *(Rodrigo José)*. Official de artilharia na capitania da Bahia. N. em Lisboa, segundo se julga, pelos annos de 1768. Pela pro-

tecção do governador da referida capitania, D. Rodrigo José de Menezes, obteve passagem para a marinha de guerra no posto de primeiro tenente, e em poucos annos subiu a chefe de divisão, posto que exercia em 1810, commandando a esquadra que cruzava no estreito de Gibraltar. Commandou tambem a esquadra que auxiliou o exercito de terra em 1817 na repressão da revolução de Pernambuco. Achando-se no Brazil em 1822, abraçou o partido da independencia, e ficou ao serviço do imperio, onde chegou a ser vice-almirante e commandante das forças navaes do Rio da Prata. Falleceu completamente esquecido. Escreveu: *Memoria dos acontecimentos mais notaveis, pertencentes aos dois conselhos de guerra, feitos ao chefe de divisão Rodrigo José Ferreira Lobo, commandante da esquadra no estreito de Gibraltar, pelo encontro dos argelinos no dia 4 de maio de 1810*, Londres, 1815. A'cerca d'estes successos, na fórma como elle se portou, e ao procedimento que com elle se teve, publicaram-se varios opusculos escriptos em sentido muito diverso, explicando cada um a seu modo o desaire por que passou n'aquella occasião a marinha portugueza. São estes os titulos d'estas publicações: *Carta escripta de Lisboa a um official da esquadra do estreito de Gibraltar, sobre a saída e entrada dos argelinos no mesmo, e resposta em duas cartas do dito official ao seu amigo;* segundo se se diz, foi impressa em Gibraltar, 1810; *Carta que de Lisboa escreveu um amigo a outro, official de marinha na esquadra do estreito, em resposta á que d'elle recebeu, contando-lhe o successo do dia 4 de maio, dia em que a esquadra portugueza se encontrou com a argelina*, Lisboa, 1811; attribue-se a Isidoro Francisco Guimarães; *Resposta á carta que de Lisboa escreveu um amigo a outro, official de marinha na esquadra do estreito, sobre o successo do dia 4 de maio*, etc., Rio de Janeiro, 1812; dizem ser do proprio Rodrigo Lobo; *Deducção dos votos do Supremo Conselho Provisorio, que illuminaram a decisão final do Conselho de guerra, feito ao chefe de divisão Rodrigo José Ferreira Lobo*, Londres, 1817, publicada por Ferreira Lobo; *Analyse critica, ou impugnação da Memoria, que em sua defeza publicou o chefe de divisão Rodrigo José Ferreira Lobo, relativa aos dois conselhos de guerra feitos ao mesmo official, pelo encontro com os argelinos, etc., por um official de M.* Lisboa, 1821; affirma-se que fôra escripta por Isidoro Francisco Guimarães.

Ferreira Lobo (*Roque*). Escriptor de pouco merecimento. Nasceu em Torres Vedras a 26 de maio de 1743, fal. em Lisboa a 3 de outubro de 1828. Era filho de José Ferreira e de sua mulher Simôa Maria. Foi empregado no Correio Geral, sendo depois nomeado official de secretaria no Senado da Camara de Lisboa, e graduado finalmente em official maior da mesma secretaria. Escreveu: *O pae de familia doente*; *versos de Roque Ferreira Lobo*, Lisboa, 1793; *Orações gratulatorias aos annos da ser.ma sr.ª D. Carlota Joaquina, princeza do Brazil; Oração gratulatoria á ser.ma princeza do Brazil, a ser.ma sr.ª D. Maria Francisca Benedicta, mandando fundar um sumptuoso edificio para hospital de invalidos no logar de Runa*, etc., Lisboa, 1793; *Historia da feliz acclamação do senhor rei D. João IV, com uma série chronologica dos senhores reis de Portugal*, etc., Lisboa, 1803; n'este volume se encontra reproduzida textualmente a *Relação de tudo o que passou na feliz acclamação*, etc., attribuida ao P. Nicolau da Maia; a *Historia* é na sua maior parte extraída do *Portugal restaurado*, do conde da Ericeira; *Lições de um pae a uma filha sua na primeira edade; primeira e segunda parte*, Lisboa, 1803; 2.ª edição, 1814, 2 tomos; é um resumo da historia sagrada em quadras octosyllabas; *Panegyrico em louvor da ser.ma princeza do Brazil a sr.ª D. Maria Francisca Benedicta pela sua fundação de um hospital para militares invalidos, na sua quinta do logar de Runa*, etc., Lisboa, 1826; *Noites campestres*, Lisboa, 1827.

Ferreira Loureiro (*Adolpho*). General de divisão reformado; do conselho de S. M.; em commissão no ministerio das obras publicas; vogal da Commissão Central Permanente de Piscicultura; engenheiro director da 1.ª circumscripção hydraulica, no mesmo ministerio; vice-presidente da Sociedade de Geographia; membro da Commissão Central do Centenario da India, etc. Nasceu a 12 de dezembro de 1836; assentou praça em 5 de abril de 1854, e foi promovido a alferes em 20 de julho de 1858, a tenente em 20 de julho de 1860, a capitão em 30 de maio de 1865, a major em 16 de janeiro de 1884, a tenente coronel em 31 de dezembro de 1884, a coronel em 3 de abril de 1893, e a general de brigada em 23 de dezembro de 1899. Foi reformado em 10 de abril de 1902, aproveitando as vantagens da equiparação na conformidade do disposto nos artigos 1.º e 3.º da carta de lei de 26 de julho de 1899, e no artigo 3.º do decreto de 19 de outubro de 1901. E' grande official e commendador de S. Bento de Aviz, official da mesma ordem e da de S. Thiago; possue a medalha de prata de comportamento exemplar, e a de cobre para galardoar os serviços prestados pelos socios da Associação de soccorros a naufragos. E' tambem cavalleiro das ordens: Corôa de Italia e do Leão Neerlandez. Escreveu um livro de poesias, intitulado *Espinhos e amôres*, que se publicou em Coimbra, 1859. Para a celebração do centenario da India em 1898, escreveu a obra em 2 volumes, *No Oriente, de Napoles á China*, que faz parte das contribuições da Sociedade de Geographia para a celebração do referido centenario. O sr. conselheiro Adolpho Loureiro foi tambem um dos escriptores que copiaram as estancias dos *Lusiadas*, na edição lithographica manuscripta feita ha annos.

Ferreira Machado (*Simão*). Natural de Lisboa, mas que residiu em Minas Geraes, no Brazil. Escreveu *Triumpho eucharistico, exemplar da christandade lusitana... na solemne trasladação do divinissimo Sacramento da egreja da Senhora do Rosario para o novo templo da Senhora do Pilar em Villa-rica côrte da capitania das Minas, aos 24 de maio de 1733*, Lisboa, 1734. N'este livro se refere minuciosamente aquella solemnidade, com todas as circumstancias que a acompanharam.

Ferreira Marques (*Manuel Joaquim*). Vice-almirante. N. em 1831, fal. em 1901. Assentou praça em 1812, sendo promovido a guarda-marinha em 1853; a 2.º tenente em 1865, a capitão-tenente em 1872, a capitão de fragata em 1879, a capitão de mar e guerra em 1887. Commandou em 1885 a força de marinheiros do brigue *Serra do Pilar*, fazendo a occupação do Ambriz. Commandou a divisão naval da Africa Occidental, e foi

superintendente do arsenal de marinha, presidente dos conselhos de guerra, vogal do Supremo Tribunal de Guerra e Marinha, director da Escola Naval, major general da armada, etc. Recebeu uma medalha de ouro dada pelos reis dos dois Kiongs por ter salvo no mar da China 14 naufragos chinezes. Foi tambem louvado pela maneira como se houve nas commissões para que foi nomeado contra o trafico da escravatura. Tinha tambem a medalha de ouro de comportamento exemplar.

Ferreira de Mattos *(José)*. Thesoureiro-mór na cathedral da Bahia. Foi natural de Lisboa. Escreveu: *Diario historico das celebridades que na cidade da Bahia se fizeram em acção de graças pelos felicissimos casamentos dos serenissimos Principes de Portugal e Castella*, Lisboa, 1729.

Ferreira de Moura *(José)*. Cirurgião em Lisboa e no Rio de Janeiro. Nasceu em Porceiros, termo de Torres Novas, em 10 de fevereiro de 1671. Ignora-se a data do seu fallecimento. Era filho de Manuel Ferreira e de Iria Simôa. Aprendeu cirurgia com Antonio de Figueiredo, cirurgião afamado do hospital de Todos os Santos. Exerceu clinica em Lisboa e no Rio de Janeiro, e foi cirurgião do exercito do marquez das Minas de 1706 a 1709. Escreveu: *Syntagma cirurgico theorico-pratico de João Vigo, traduzido do latim em portuguez, e accrescentado com um tratado de feridas e um catalogo dos remedios para muitas e varias enfermidades; primeira parte*, Lisboa, 1713; com um frontispicio gravado a buril, que representa uma portada, adornada de figuras, tendo no meio o escudo das armas do duque de Cadaval, a quem o livro foi dedicado. A obra divide-se em 9 livros: 1.º da anatomia; 2.º dos aposthemas, 3.º das fundas, 4.º das chagas, 5.º do morbo gallico, 6.º das fracturas e deslocações, 7.º da natureza dos simplices muito uteis para uso na arte cirurgica, 8.º dos unguentos, emplastos, cerotos e outras cousas necessarias para uso da cirurgia, 9.º de additamentos.

Ferreira de Moura *(José Joaquim)*. Homem politico e jornalista; um dos heroes de 1820. N. em V. Nova de Foscôa em 1776, fal. em Lisboa a 27 de junho de 1829. Seu pae era pharmaceutico, possuia algumas propriedades em V. N. de Foscôa, e chegou a ter o posto de sargento-mór de ordenanças. Ferreira de Moura, depois de estudar os preparatorios, matriculou-se em Leis na Universidade de Coimbra, e tomou o grau de bacharel em 1800. Propondo-se a seguir a magistratura, foi despachado juiz de fóra de Aldeia Gallega do Ribatejo, logar de que tomou posse em 25 de abril de 1804, e que ainda exercia em 1807, quando o exercito francez, commandado por Junot, invadiu Portugal. Contava então 31 annos, e já nutria idéas profundamente liberaes. Diz Pinheiro Chagas no *Diccionario popular*: «N'essa epoca o partido liberal portuguez não votava grande antipathia ao imperio napoleonico, e até certo ponto com razão, porque esse governo, embora tyrannico, era herdeiro das idéas revolucionarias, e consagrava com o prestigio e com a autoridade do imperador as conquistas sociaes da Revolução. Mesmo debaixo do ponto de vista politico o cesarismo napoleonico prestava uma certa homenagem ás idéas de liberdade, porque em França funccionavam, posto que perfeitamente desvirtuados pelo servilismo, dois corpos legislativos. Enganavam-se, porém, os portuguezes, que suppunham que Junot viria aqui fundar o regimen parlamentar e acariciar as idéas liberaes da mocidade portugueza. O que elle fez, comtudo, foi tentar introduzir em Portugal, como se introduzira no resto da Europa, a nova organisação social proveniente da Revolução, e que Napoleão não fizera senão consolidar. Quiz estabelecer em Portugal o codigo Napoleão, e isso seria já um serviço enorme.» Junot encarregou José Joaquim Ferreira de Moura de trasladar o codigo para a lingua portugueza, e este jurisconsulto acceitou o encargo, desejando prestar um grande serviço á legislação do seu paiz. Esta adhesão ás idéas revolucionarias fez com que os seus compatriotas começassem a consideral-o jacobino, fazendo-lhe perseguições continuas logo que as tropas de Junot deixaram o reino. Ferreira de Moura foi demittido do seu logar de juiz de fóra. Retirou-

José Joaquim Ferreira de Moura

se então para a sua terra natal, dedicando-se á advocacia. Por essa occasião veiu um acontecimento inesperado causar-lhe profundo desgosto, pois que, vendo seu pae accusado d'um crime gravissimo, o forçou a escrever uma *Memoria juridica* em sua defeza, conseguindo que fôsse absolvido e declarado innocente, já depois de ter sido condemnado nas instancias inferiores. Foi depois restituido ao exercicio da magistratura, sendo nomeado juiz de fôra em Pinhel, cargo de que tomou posse a 3 de janeiro de 1820. Decidido apologista das idéas liberaes, enthusiasmou-se com os principios politicos proclamados no Porto, de que resultou a revolução de 24 de agosto do mesmo anno de 1820. Sendo reconhecidas as suas inabalaveis convicções, foi o seu nome indigitado para fazer parte do primeiro congresso constituinte que se organisou, sendo eleito deputado pela provincia da Beira. Intimamente ligado com Fernandes Thomaz, ao qual se associou depois na redacção do jornal *O Independente*, tomou parte muito activa nos trabalhos d'aquellas côrtes, sendo nomeado para muitas commissões importantes, das quaes varias vezes foi presidente. Não se distinguiu como orador, por ter

uma difficuldade de expressão muito sensivel, por defeito vocal, mas a sua opinião autorisada era sempre ouvida com respeito. Alcançando grande popularidade, foi reeleito simultaneamente nas côrtes de 1822, pelos circulos de Castello Branco, Trancoso, Coimbra e Aveiro. Nas duas celebres questões que se trataram ácerca do Brazil e da constituição das duas camaras, em sessão de 27 de fevereiro, foi Ferreira de Moura o que mais advogou a constituição d'uma só camara. Esta questão já havia sido tratada na Junta Preparatoria de Côrtes por uma commissão composta de Joaquim Nunes de Carvalho, Bento Pereira do Carmo e José Maria Xavier de Araujo Quando em 1823 caiu a constituição, Ferreira de Moura emigrou para Inglaterra, onde se conservou até á mudança politica trazida com a Carta Constitucional, que lhe permittiu voltar a Lisboa em 1826, mas sem recursos de vida. Vendo-se pobre dedicou-se novamente á advocacia, que exerceu por algum tempo, até que, adoecendo, se retirou para o sitio de Palhavã, onde falleceu. Em Inglaterra collaborou no celebre jornal *Padre Amaro*, de Joaquim Ferreira de Freitas. Bibliographia: *Reflexões criticas sobre a administração da justiça em Inglaterra, tanto no civel como no crime, em uma série de cartas a um seu amigo; segunda edição*, Lisboa, 1836; a primeira edição parece ter sido publicada em 1827; ha uma edição brazileira, impressa na Bahia em 1829; *Abolição da Companhia do Alto Douro, egualmente necessaria ao productor em Portugal e ao consumidor*, Londres, 1832; esta edição posthuma é reimpressão da primeira, feita em Londres em 1826, da qual passou por autor o editor do *Padre Amaro*, Joaquim Ferreira de Freitas, mas o editor da segunda edição, Ricardo Taylor, affirma que esta memoria fôra escripta por Ferreira de Moura, que por considerações pessoaes e circumstancias do tempo, não quizera por então dar-se a conhecer; *Diccionario de algibeira philosophico, politico, moral que dá de certas palavras a sua noção verdadeira*, Madrid, sem designação do anno da impressão; as indicações d'esta edição são suppostas, porque ha certeza de que foi feita em Londres; *O Catavento, dialogo entre um corcunda e dois liberaes sobre a constituição de Portugal, feita pelas côrtes de 1821-1822*, Paris, 1826; *O bota-fóra do Catavento, ou a cabeça de bacalhau fresco, burletta em dois actos, offerecida aos originaes que ella representa, por um dos seus admiradores*, Lisboa, 1827; em ambos estes opusculos tambem são suppostas as indicações, porque fôram impressas em Londres; são duas satyras politicas escriptas contra José Ferreira Borges, que durante a sua emigração em Londres dera provas de versatibilidade declarando-se contra a constituição de 1822, para que muito concorrera. Alguem attribuiu a Ferreira de Moura as *Cartas politicas de Americus* publicadas primeiro no *Padre Amaro* e depois impressas em separado, Londres, 1825, 2 tomos; outros, que se dizem melhor informados, pretendem que fôsse o autor o marquez de Abrantes no Brazil, Miguel Calmon Dupin e Almeida. Ferreira de Moura havia publicado em Lisboa, 1808, o *Codigo do processo civil, traduzido em portuguez*, com a seguinte dedicatoria: «A s. ex.ª o sr. duque de Abrantes, governador do reino de Portugal, digno interprete dos designios elevados e beneficos do grande Napoleão, submissão mui respeitosa do traductor das leis eminentes dadas ao mundo pelo maior dos vencedores e pelo mais sabio dos legisladores Offerecida no anno VIII do XIX seculo» D'esta obra fez-se uma reimpressão no Brazil, omittindo a dedicatoria, com o titulo: *Codigo do processo civil, traduzido em portuguez por J. J. F. de Moura, com notas explicativas do texto*, Rio de Janeiro, 1827. Escreveu mais: *Requerimento feito por parte de D. Thereza Jacinta da Camara, pedindo a concessão de revista na causa de appellação em que a supplicante e seu marido contendem com José Antonio dos Santos, sobre uma questão de vinculos*, Lisboa, 1828; *As côrtes geraes e extraordinarias da nação portugueza aos habitantes do Brazil*, Rio de Janeiro; tem no fim a data do paço das côrtes, a 13 de julho de 1821, e a assignatura de Ferreira de Moura, João Baptista Felgueiras e Agostinho José Freire.

Ferreira Nova. Pov. na freg. de Santa Eulalia, da prov. do Douro, conc. e com. da Figueira da Foz, distr. e bisp. de Coimbra; 1:647 hab. e 401 fog. Tem escolas para ambos os sexos, correio com serviço de posta rural, medico, fabricas de pilar de arroz. A pov. dista 13 k. da séde do conc. O prior do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra apresentava o cura, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. Foi do conc. de Maiorca, extincto em 1855, passando então ao da Figueira da Foz. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria.

Ferreira Pereira *(P. Julio de Saldanha)*. Presbytero portuense. Escreveu: *Oração funebre do serenissimo sr. D. Gaspar, arcebispo de Braga: prégada nas exequias celebradas na egreja dos Clerigos do Porto a 12 de fevereiro de 1789*, Porto, 1789.

Ferreira Pestana *(Daniel)*. Commendador da ordem de Christo, cavalleiro das de Aviz e N. S.ª da Conceição, major de infantaria, e director militar em Gôa, onde por vezes desempenhou outras commissões de serviço. N. em 1823. Escreveu: *Principios de grammatica geral applicados á lingua portugueza, publicados e offerecidos á mocidade de Gôa*, Nova Gôa, 1849; saiu com as iniciaes D. F. P.

Ferreira Pestana *(José)*. V. *Pestana*.

Ferreira Redmund *(José Cypriano)*. Poeta de pouco valor, que viveu nos fins do seculo XVIII. Escreveu: *Epicedio ao principe D. José, fallecido em 11 de setembro de 1788*, Lisboa, 1788; *Visão lyrica, em applauso do ill.mo e ex.mo sr. D. Rodrigo de Sousa Coutinho*, Lisboa, 1802; foi reimpressa na *Mnemosine Lusitana*, tomo II, 1817, de pag. 17 a 32.

Ferreira Rego *(P. Gabriel)*. Presbytero secular, fallecido pelos annos de 1790. Escreveu: *Sermões do P. Gabriel Ferreira Rego, dados á luz por J. F. R. (José Ferreira Rego)*, Lisboa, 1791 a 1792, 7 tomos; fez se 2.ª edição do tomo 1.º, em 1803; reimprimiram-se depois todos em 1818, 4 tomos.

Ferreira Reymam *(Gaspar)*. Piloto mór do reino, e cavalleiro da ordem de S. Thiago. Escreveu: *Roteiro da navegação e carreira da India, com seus caminhos e derrotas, signaes, e aguagens, e differenças da agulha, tirado do que escreveu Vicente Rodrigues e Diogo Affonso, pilotos antigos*, Lisboa, 1612.

Ferreira Ribeiro *(Manuel).* Antigo chefe dos serviços de saude das ilhas de S. Thomé e Principe e dos trabalhos de acclimação e de estatistica medica na Secretaria Geral do Ultramar; medico da expedição dos trabalhos de campo do caminho de ferro de Ambaca, em Angola; delegado do governo ao Congresso de Vienna d'Austria, occupando-se das questões de aclimação; benemerito da instrucção pelos cursos gratuitos que dirigiu. Coronel medico, condecorado por serviços distinctos e assiduos, cavalleiro de S Thiago pelos seus trabalhos enviados ao Congresso de Amsterdam, cavalleiro da Conceição pelo zelo e intelligencia com que desempenhou os deveres do seu cargo, como facultativo de 1.ª classe em S. Thomé; commendador, pelas publicações scientificas e commissões de serviço que desempenhou, comportamento exemplarissimo no cumprimento dos seus deveres, como chefe do serviço de saude. Natural de Aguas Santas, concelho da Maia, distr. do Porto, nasceu em 25 de janeiro de 1839, na pittoresca aldeia de Robordãos, sendo seus paes José Ferreira Ribeiro e D. Maria Rosa de Jesus Teixeira. Pelas tradições de familia, vida e costumes de seus antepassados, sempre o filho mais velho tinha de seguir a vida ecclesiastica, e, em tenra edade, estudou Ferreira Ribeiro no afamado collegio da Formiga, situado n'uma freguezia proxima, no antigo convento d'este nome. Devendo, portanto seguir a vida ecclesiastica, começou pelo estudo do latim, ao qual se consagrou durante cinco annos, fazendo exame em 1855 no Lyceu Nacional do Porto, e estudando em seguida as cadeiras de que precisava obter diploma, para entrar no curso que lhe estava destinado. Concluiu, com brevidade, os preparatorios para o fim a que se dedicava, obtendo louvor em Geographia e Litteratura, e matriculou se no curso de Theologia Dogmatica, que concluiu aos 19 annos, não lhe sendo, porém, concedidas as ordens de sub-diacono, em vista da sua menor edade. A dedicação ao estudo e o desejo de conhecer mundo mais vasto do que aquelle a que se limitaria na vida ecclesiastica, n'um canto de Portugal, fez-lhe abandonar a idéa de fazer-se sacerdote, e foi matricular-se na Academia Polytechnica do Porto, no 1.º anno de mathematica, no anno lectivo de 1857 a 1858. N'este curso obteve *accessit* em Physica, distincção em Botanica, e *accessit* no 1.º anno de mathematica; mas entregando-se muito á leccionação, não podia brilhar tanto nas suas aulas como desejava. Preferiu ao curso de engenheiro o da Escola Medico-Cirurgica do Porto, tornando-se aspirante a facultativo do quadro do serviço de saude da provincia de S. Thomé, logar que alcançou por concurso documental; e, tendo obtido approvação plena no acto grande, veiu apresentar-se na Secretaria da Marinha e Ultramar afim de seguir para o seu destino. Antes de partir casou com D. Maria Carlota Sieuve de Seguier, neta do fallecido jornalista Antonio Rodrigues Sampaio, demorando-se por isso tres mezes em Lisboa. Partiu depois para as ilhas de S. Thomé e Principe, que estavam então na maior miseria. Não havia ahi recursos medicos nem hygienicos de especie alguma e vendo o dr. Ferreira Ribeiro tanta fertilidade na ilha e tanta miseria, começou uma campanha em favor d'esta formosa terra, publicando uma série de artigos no *Jornal do Porto*, que se tornaram notaveis despertando a attenção publica. Foi este o seu baptismo sobre *Hygiene colonial*. Em 1871 publicou o seu primeiro livro, a respeito das ilhas de S. Thomé e Principe, o que lhe mereceu distincções e honras que o animaram a esta ordem de trabalhos, podendo affirmar-se, com o melhor fundamento, que o dr. Ferreira Ribeiro é considerado como o patriarcha da *Hygiene colonial* portugueza. São variadissimos os trabalhos que tem publicado, uns á custa do Ministerio da Marinha e Ultramar e outros á sua propria custa. Alguns d'estes trabalhos obtiveram medalhas de prata nas exposições que se fizeram sobre colonias e teem merecido levantados elogios de medicos estrangeiros. A'cerca do dr. Ferreira Ribeiro estão publicadas varias noticias bibliographicas, apparecendo a primeira, acompanhada de um bello retrato, na *Revista da Maia*, n.º 14, de abril de 1885. E' seu autor o sr. Palermo de Faria. Acha-se publicada uma biographia, largamente desenvolvida e bem documentada, na *Revista Amarella*, julho de 1904 Ahi se põem em relevo os seus principaes trabalhos. No *Seculo* n.º 6759, outubro de 1900, vem uma nota biographica, referindo-se a uma conferencia no Atheneu Commercial realisada pelo dr. Ferreira Ribeiro, divulgando os principios fundamentaes de anthropometria, de hygiene e de gymnastica, as tres forças transformadoras do organismo humano. Outra biographia se encontra na *Revista Azul*, n.º 32, janeiro de 1905. Devem mencionar-se tambem as que se acham publicadas na revista scientifica *Portugal em Africa*, n.º 131, novembro de 1904 e na revista franceza *L'Encyclopédie contemporaine*, junho de 1906. Não appareceu, no entretanto em todos estes artigos uma nota bibliographica completa, mas, pela resenha que fazemos adeante, ver-se-ha a extraordinaria somma de trabalho apresentada pelo incançavel medico, em favor das nossas colonias, e principalmente das ilhas de S. Thomé e Principe e de Angola, onde exerceu clinica. Dedicando-se ao ensino o dr. Ferreira Ribeiro alcançou nos seus cursos resultados verdadeiramente notaveis, seu-

Manuel Ferreira Ribeiro

do considerado em honrosos documentos como um benemerito da instrucção em Portugal. Tem feito numerosas conferencias e publicado varios artigos em muitos jornaes. No Congresso de Vienna d'Austria occupou um dos primeiros logares e no de Bruxellas foram apreciados com louvor os principios de hygiene que submetteu á apreciação do Congresso de Vienna d'Austria. No de Paris, em 1903, apresentou uma memoria sob o titulo de *A conquista da Africa franceza pela hygiene e pela instrucção*, que foi muito apreciada. Não duvidou o dr. Ferreira Ribeiro fazer tambem o Curso Superior de Lettras, apezar de ser medico militar e chefe dos serviços de aclimação na Direcção Geral do Ultramar. Obteve n'este curso 4 distincções. E' condecorado por serviços distinctos, tem a medalha de serviços assiduos, é cavalleiro das ordens de N. S.ª da Conceição, Christo e S. Thiago, official d'estas duas ordens, commendador da Conceição, sendo dignos da maior consideração os fundamentos de todas estas distincções. Conta o sr. Ferreira Ribeiro mais de 50 louvores e demonstrações de apreço, sendo as mais desvanecedoras as que lhe fôram conferidas, como chefe de trabalhos de aclimação, pelo conselheiro Director Geral do Ultramar. Pelos trabalhos apresentados e pelas commissões de serviço desempenhadas, merecia o dr. Ferreira Ribeiro que lhe fizessem justiça, mas desde 1892 que tem soffrido as mais crueis desillusões, e apezar de tudo isto não tem deixado de trabalhar e desenvolver a sua actividade em favor da bella cruzada que se impoz. Na impossibilidade de fazer uma analyse das suas suas principaes obras e de apreciar as differentes commissões que desempenhou, eis uma simples nota das publicações que tem feito Só ácerca da provincia de Angola, sobem ao numero de 14 essas publicações, assim intituladas: 1.ª — *As conferencias e o itinerario do viajante Serpa Pinto atravez das terras da Africa Austral nos limites das provincias de Angola e Moçambique — Bié a Shoshong, Junho a Dezembro de 1878; Estudo critico e documentado, 902 pag. in 8.º, contendo 3 cartas geographicas, 1878-1880.* — 2.ª *Hygiene Colonial*, comprehendendo preceitos e regras para se cortarem ou modificarem as doenças endemicas dos valles dos rios Cuanza e Lucala na provincia de Angola; in 8.º grande, 14 pag. e differentes tabellas; typographia Castro & Irmão, 1877, Lisboa. — 3.ª *Homenagem aos heroes que precederam Brito Capello e Roberto Ivens na exploração da Africa Austral, 1484 a 1877, ou os territorios e limites das provincias de Angola e Moçambique, demonstrados e patenteados ao mundo pelas mais antigas viagens, explorações e travessias de uma a outra costa, ao norte e ao sul, em todo o sertão da Africa meridional*, 136 pag. in 8.º gr. com 12 de preliminares, 1885. — 4.ª *Instrucções medico-hygienicas para os operarios, trabalhadores, militares, funccionarios publicos e agentes do commercio que se destinem á região de Cabinda e ás terras do Baixo Zaire, onde, por emquanto, não póde realizar-se a aclimação, nem deve tentar-se a colonisação*, 261 pag., precedidas de 10 pag. de observações prévias e seguidas de um appendice com 10 pag. em que se apresenta a estatistica dos trabalhos medico-coloniaes portuguezes comparados com a dos medicos francezes, 1886. — 5.ª *Estudos medico-tropicaes durante os trabalhos de campo para o caminho de ferro de Ambaca na provincia de Angola, 1877-1878*, 290 pag. in-folio grande, 1886. — 6.ª *Vias commerciaes dos portuguezes em toda a Africa Central nos seculos XVI e XVII ou as primeiras informações sobre os lagos, origens e cursos dos maiores rios do continente negro segundo os trabalhos do abbade Durand, Brucher e Delavand*, 130 pag. precedidas de 18 de preliminares, in-8.º pequeno 1887. — 7.ª *Estatistica medica dos hospitaes das provincias ultramarinas com referencia ao anno de 1887, gravuras do hospital de Angola, diagrammas meteorologicos e clinicos*, 352 pag.. formato grande, in-folio, 1890. — 8.ª *Moyens d'éviter les Fiévres aux Colonies de l'Afrique Tropico-Equatoriale ou les sels de quinine et l'hygiene dans le paludisme*, 362 pag., in 8.º grande, 1900. — 9.ª *A mais completa prophylaxia nas terras de paludismo maligno; trabalhos que para isso mais importa fazer*, 240 pag. em 8.º, 1901. — 10.ª *Hygienopolis antipalustres ou de protecção nas terras mais insalubres da Africa Central*, 40 pag. in 8.º, 1901, — 11.ª *La conquête de l'Afrique intertropicale française par l'instruction et par l'hygiene*, 1903. — 12.ª *Descripção physiographica da provincia de Angola, lucta pelos progressos d'esta colonia, seus bellos recursos naturaes*, 40 pag. in 8.º pequeno, 1904.— 13.ª *Instrucções hygienicas e sanitarias destinadas á expedição do sul de Angola*, 114 pag., in 8.º, Lisboa, 1906. — 14.ª *Portugal e as colonias tendo em vista principalmente a provincia d'Angola em 1904*, em 32 pag. A respeito da provincia de S. Thomé e Principe fez 11 publicações: 1.ª *Relatorio ácerca do serviço de saude na provincia de S. Thomé e Principe, no anno de 1869*, 308 pag. in 8.º grande, Imprensa Nacional, Lisboa, 1871. — 2.ª *A provincia de S. Thomé e Principe e suas dependencias*, 2.ª parte, descripção da ilha de S. Thomé, 341 pag. formando um volume com a 1.ª parte, in 8.º, Imprensa Nacional, Lisboa, 1887.— 3.ª *Guia para se colleccionar os productos para a exposição colonial de 1894*, no Porto.—4.ª *Saneamento da cidade de S. Thomé*, 350 pag. in 8º, typographia de Vicente da Silva, Lisboa, 1895. —5.ª *Mappa da cidade de S. Thomé, indicando os ventos, ar, aguas e os logares palustres*, 1 metro d'alto por 0m, 80 de largo, 1895 — 6.ª *Os saes de quinina no paludismo, meios praticos de se combaterem as febres biliosas hematuricas e outras manifestações agudas da malaria.* Roça S. Margarida, maio de 1897, 76 pag. in 8.º pequeno, Imprensa Libanio da Silva, 1897. — 7.ª *Aclimação da raça européa nas ilhas de S. Thomé e Principe*, 76 pag. in 8.º Imprensa Libanio da Silva, Lisboa, 1897. — 8.ª *Os saes de quinina no paludismo*, segunda edição, revista e augmentada, cidade de S. Thomé, outubro de 1897, 114 pag. in 8.º grande, Typographia das Difficuldades, S. Thomé, 1897. — *Questionario sobre o uso diario dos saes de quinina como preservativos ou preventivos das febres perniciosas, das febres biliosas hematuricas, das anemias e cachexias palustres*, 4 pag. in 8.º, Typographia Nacional, S. Thomé, 1897. — 10.ª *Os climas e as endemias, tomando por termo de comparação a cidade de S. Thomé*, 20 pag., in 8.º e differentes mappas nosologicos e necrologicos, tendo alguns incontestavel novidade, Imprensa Nacional de S. Thomé, 1899. — 11.ª *Regimen pathologico da cidade de S. Thomé referente ao anno de 1899*, publicado no *Boletim Official* da

provincia n.°42, outubro, 1899. Ao 6.° Congresso de hygiene e demographia em Vienna d'Austria apresentou 7 publicações: 1.ª *A verdadeira mancha da cholera e os meios da combater* (em francez). — 2.ª *Uniformidade dos estudos medico-tropicaes*, nas differentes colonias dos territorios hyperthermicos, trabalho de propaganda colonial (em francez). — 3.ª *Deducção das formulas climicas e meteorologicas* (em francez). — 4.ª *Mappas nosologicos*, para a classificação das doenças, observadas nas differentes colonias portuguezas (em francez). — 5.ª *Catalogo das obras expostas na sala de leitura do 6.° congresso internacional de demographia*, 1887, em francez). — *Regras e preceitos de hygiene mais indispensaveis nas terras do Baixo Congo*, (em portuguez). — 7.ª *Correspondencia sobre as questões de aclimação, que se deviam tratar no congresso*, estando algumas cartas impressas (em francez). Para a Sociedade Portugueza da Cruz Vermelha e por esta benemerita sociedade mandadas imprimir, fez 5 publicações: 1.ª *Ambulancias militares nas colonias*.— 2.ª *Principios geraes de hygiene militar colonial, dedicados aos distinctos medicos da expedição ás terras de Moçambique*. — 3.ª *Principes generaux d'hygiene militaire coloniale, dediés aux medecins distingués de l'expédition aux terres de Manica á Mozambique*. E' o trabalho antecedente vertido em francez. — 4.ª *Aphorismos e adagios sobre hygiene militar colonial, dedicados aos soldados e a todo o corpo da expedição ás terras de Manica em Moçambique*. — 5.ª *Mappas modelos*, para a administração hospitalar, investigações anthropometricas e anthropologicas; medicina preventiva; doenças observadas, inspecções individuaes, etc. — A respeito de *hygiene colonial* tem feito as seguintes publicações em numero de nove: 1.ª *Regras e preceitos de hygiene colonial ou Conselhos praticos aos colonos e emigrantes*, que se destinam ás nossas colonias do Ultramar, publicação official, 502 pag., in 8.° pequeno, typographia de Christovão A. Rodrigues, Lisboa, 1890. — 2.ª *Os saes de quinina no paludismo; meios praticos de se combaterem e de se evitarem as febres biliosas e outras manifestações graves da malaria*, 204 pag. in 8.°, 3.ª edição, revista e augmentada, typographia A Liberal, 1898. — 3.ª *Guia hygienica do colono nas terras mais insalubres da Africa Central*, 234 pag. in 8.°, typographia Estevão Nunes & Filhos, Lisboa, 1901. — 4.ª *Programma da hygiene colonial, curso gratuito*, 52 pag., in 8.°, typographia da Cooperativa Militar, Lisboa, 1903. — 5.ª *Questões de saude publica nas ilhas de S. Thomé e da Madeira*. — 6.ª *Lettres sur le Congo Belge*, adressée à Monsieur le Colonel Thys, em 28 pag. 1900. — 7.ª *La lutte contre la Malaria dans l'Afrique portugaise*, em 34 pag., 1906. — 8.ª *Lições praticas de hygiene individual*. A hygiene pulmonar, a gymnastica respiratoria e as Aguas Medicinaes de Entre-os-Rios. Publicação em 34 pag., in 8.°, 1905, com o retrato do autor. — *Lições praticas de hygiene colonial*, obra em 3 volumes de que está publicado o 1.° volume, com 398 pag. in 8.°, 1905. Os volumes 2.° e 3.° devem ser publicados com a maior brevidade. — A respeito de instrucção publica em Portugal tem os seguintes trabalhos: 1.° *A hygiene e a Instrucção nas Escolas primarias e medias*, em 24 pag., 1903; 2.° *O novo ensino primario e medio*, em 48 pag., 1904; 3.° *Cursos de hygiene colonial gratuitos*; 4.° *Cursos de portuguez, geographia, historia*, e outras disciplinas dos lyceus. Acerca de *Anthropometria* fez 8 publicações e differentes trabalhos: 1.ª *Folhas pessoaes*, por cada individuo que se destinava á expedição do caminho de ferro de Ambaca, 1877. — 2.ª *A expansão da familia portugueza*, conferencia na Sociedade de Geographia, 40 pag., in 8.° gr. typographia Adolpho Modesto & C.ª, Lisboa, 1888. — 3.ª *Breves instrucções anthropometricas, anthropologicas, climalogicas e ethnographicas*, 48 pag., in 8.°, typographia da Companhia Nacional Editora, 1889. — 4.ª *Posto anthropometrico n'uma das salas do Atheneu Commercial*, em 1889. — 5.ª *Cartas de acclimação*, destinadas á inspecção dos colonos, que se dirigem principalmente ás terras d'Africa, 1890 e 1891. — 6.ª *Archivos Medico-Coloniaes* n.° 5, in 8.°, typographia da revista «As Colonias Portuguezas», Lisboa, 1890. — 7.ª *Boletim anthropologico, anthropometrico e climalogico*, 67 pag., in folio, grande, Typographia do Diccionario Universal Portuguez, Lisboa, 1892.—8.ª *Trabalhos medico-coloniaes nas nossas provincias do Ultramar*, annexos á estatistica medica dos hospitaes ultramarinos de 1887, 100 pag., in folio grande, 1892. A respeito da ilha de S. Thomé e da familia Malanza fez, além d'outras, as tres seguintes publicações: 1.° *Barão d'Agua Izé, biographia e trabalhos que fez, introduzindo vegetaes uteis na ilha de S. Thomé e instituindo as culturas em grande*. — 2.° *Uma familia illustre e seus serviços prestados á ilha de S. Thomé*, — 3.° *A ilha de S. Thomé e o visconde de Malanza, como agricultor*. A synthese dos trabalhos do dr. Ferreira Ribeiro é a seguinte: 1.ª Fundou a *litteratura medica colonial*, sendo muitos trabalhos apreciados, louvados e mandados publicar, desde 1869 até 1890, por differentes ministros da marinha e ultramar, sendo-lhe concedidas, por alguns d'esses mesmos trabalhos, altas distincções. — 2.ª Lançou as *bases da hygiene colonial, da medicina preventiva e da prophylaxia das doenças observadas nas colonias*, sendo confirmados pelos trabalhos dos bacteriologistas os principios sanitarios e prophylaticos, que estabeleceu em presença dos seus estudos e observações clinicas sujeitas ao methodo comparativo, como se patenteia em differentes publicações, devendo lembrar os livros: *Guia Hygienico do colono; a mais completa prophylaxia em terras de paludismo maligno*; *Hygienopolis Antipalustres*; *Estatistica Medica Colonial Comparada, 1883 a 1887*. — 3.ª Fundou o *1.° jornal* nas ilhas de S. Thomé e Principe; escreveu o 1.° *livro medico* a respeito d'estas mesmas ilhas; foi quem publicou o 1.° livro na velha e improgressiva cidade de S. Thomé; criou o 1.° *Boletim medico*, na repartição de saude do ultramar; fez *as primeiras folhas anthropometria em Portugal*, (1877); escreveu o 1.° *livro* a respeito dos valles inferiores dos rios Cuanza e Lucalla, em Angola; escreveu o *1.° livro* sobre hygiene colonial, alcançando este trabalho 2 medalhas de prata em Exposições Coloniaes; *redigiu as primeiras instrucções hygienicas* para expedicionarios ás colonias, obtendo esta publicação menção honrosa no Congresso Colonial de Amsterdam. — 4.° *Foi medico da expedição dos estudos do caminho de ferro de Ambaca*, tendo a vivissima satisfação de não deixar enterrado no sertão de Angola nenhum dos expe-

dicionarios, que o acompanharam de Lisboa. Occupa-se d'estes factos no livro: *Estudos Medico-Tropicaes*. Estabelecem-se ahi pela primeira vez as differenças entre as terras de *eliminação* e as de *assimilação*, nas colonias; applica a *physiographia* ao estudo da região, em que se realisam os trabalhos de campo. — 5.º Alcançou um dos primeiros logares no Congresso de Vienna d'Austria pelos trabalhos que ali apresentou. Acham-se publicados alguns documentos que o comprovam — *Archivos Medico-Coloniaes* n.º 1, pag. 32, 33 e 34. Muitos d'elles foram entregues na respectiva secretaria. — 6.º Foi *o primeiro que, em Portugal, applicou as medidas anthropometricas* e vulgarisou os bons processos a empregar nas variadas pesquizas d'esta ordem de trabalhos, organisando instrucções e modelos, que se acham publicados por differentes fórmas segundo o destino ou fim que se tem em vista, *instrucções, e boletins muito especiaes (*alguns para as colonias) *cartas de acclimação para colonos, applicações a recrutas e a expedicionarios, determinação da tuberculose precoce, distincção das raças, preparação de cadastros policiaes*, etc. — Fundou o 1.º curso de hygiene colonial, propriamente individual, publicando o respectivo programma, mostrando o seu excepcional amor á sciencia que professa e aos trabalhos a que se está dedicando. O programma é um dos bons trabalhos apresentados pelo dr. Ferreira Ribeiro a respeito da hygiene colonial. — 8.º Foi o primeiro que, entre nós, estabeleceu *as regras, a que se deve attender para se applicarem os saes de quinina contra a malaria nas nossas colonias palustres*, divulgando estes principios em livros e em repetidas conferencias. Assim ficam indicados, sob um ponto de vista geral, os trabalhos que o dr. Ferreira Ribeiro tem prestado ás colonias, ficando bem em evidencia as bases em que assenta a grande obra colonial, preparada pelo incançavel medico, que, apezar das injustiças e perseguições de que tem sido victima, não dará decerto por concluidos os seus estudos e as suas luctas em favor dos que vivem e trabalham nas nossas terras do Ultramar. E bem merece por certo da patria quem assim apresenta uma larga folha de serviços e se tem sacrificado por uma causa patriotica, verdadeiramente nacional, a causa das nossas colonias em favor das quaes continúa a trabalhar com grande enthusiasmo e profunda dedicação.

Ferreira Roque *(Eugenio)*. Sangrador approvado, ou mestre de phlebotamia. Era natural de Evora e viveu no principio do seculo XVIII. Escreveu um *Tratado de Phlebotamia, pratica racional e directorio de principiantes*, Evora, 1722.

Ferreira da Rosa *(João)*. Medico formado pela Universidade de Coimbra, floresceu no seculo XVII, e residiu por muitos annos em Pernambuco. Nada consta ácerca da terra da sua naturalidade, nem se conhecem as datas do nascimento e fallecimento. Foi o primeiro medico europeu que estudou, observou e tratou a febre amarella, e essa gloria ainda ninguem até hoje, tanto nacionaes como estrangeiros, pretendeu disputar-lhe, nem a de ser o livro, que escreveu, o mais antigo em data que se publicasse sobre este assumpto, que posteriormente tanto estudaram os medicos de todas as nações, como se vê no *Dictionnaire des Sciences Medicales*, publicado em Paris em 1816, tomo XV, n'uma ampla bibliographia d'esses escriptos, figurando a pag. 344 e 371, a obra de João Ferreira da Rosa. Além dos autores d'esse diccionario, tambem outros estrangeiros teem feito rasgados elogios ao nosso medico e á sua obra, contando-se entre elles o sabio Humboldt, na *Histoire de la nouvelle Espagne*. O titulo da obra de João Ferreira da Rosa é o seguinte: *Tratado unico da constituiçam pestilencial de Pernambuco offerecido a el-rei N. S. por ser servido ordenar por seu governador aos medicos da America, que assistem aonde ha este contagio, que o compusessem para se conferirem pelo coripheo da medicina aos dictames com que he trattada esta pestilencial febre. Composto por Joam Ferreyra Rosa, medico formado pela Universidade, de Coimbra, e dos de estipendio real na dita universidade assistente no Recife de Pernambuco por mandado de sua magestade que Deus guarde*, Lisboa, 1694. O dr. Lima Leitão diz no seu *Registo Medico*, publicado em 1847, a pag. 9, a proposito d'esta obra, e da raridade d'ella: «Os exemplares d'esta edição são tão raros que só tenho noticia de um, que pertence á Bibliotheca Publica d'esta côrte. Por bem da saude publica, e por honra nacional, o governo de Sua Magestade deveria mandar fazer uma segunda edição d'este precioso livro, annotada convenientemente».

Ferreira dos Santos *(Geraldo Ferreira dos Santos e Silva, 1.º barão de)*. Fidalgo da Casa Real; commendador das ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição; e das estrangeiras, de S. Gregorio Magno, de Roma; da Corôa de Italia; e da de D. Carlos, de Hespanha, etc. N. em 31 de dezembro de 1839, e fal. ha alguns annos. Era o 5.º filho do 1.º barão de Santos, João Ferreira dos Santos Silva, e de sua mulher, a baroneza D. Carolina Augusta de La Rocque. O barão de Ferreira dos Santos tinha um dos cursos da Academia Polytechnica do Porto; foi primeiro secretario da legação em Londres e em Roma, junto do Vaticano. Casou a 19 de setembro de 1868, com D. Carolina Pereira de Paiva, filha de Francisco José de Paiva, negociante de grosso trato da praça commercial de Macau, e de sua mulher, D. Aurelia Pereira. O titulo foi concedido por decreto de 19 e carta de 14 de setembro de 1868. O brazão d'armas é o mesmo que foi concedido a seu pae, o 1.º barão de Santos: um escudo partido em pala; na primeira as armas dos Silvas, em campo de prata um leão de purpura armado de azul; na segunda pala as armas dos Ferreiras, em campo vermelho quatro faxas de ouro; timbre, o leão das armas.

Ferreira da Silva *(Alfredo)*. Artista dramatico, actualmente no theatro de D. Maria II, de que é societario. N. no Porto a 5 de abril de 1859. Matriculou-se na Universidade de Coimbra nas faculdades de Philosophia e Mathematica, seguindo os cursos até concluir o 3.º anno. Era grande enthusiasta pelo theatro, tomou parte em algumas recitas de amadores no theatro Academico, evidenciando-se com muita distincção, affirmando desde logo grandes recursos para a scena. Os phreneticos applausos que sempre alcançara, os bons creditos de amador dramatico que adquirira, o resolveram a abandonar os estudos universitarios, e a dedicar-se inteiramente ao theatro. N'este intuito saiu de Coimbra, veiu para Lisboa, e apresentou-se no theatro de

D. Maria II, em dezembro de 1887, na comedia em 1 acto *O desquite*, traducção de Jayme Séguier. Eram empresarios Rosas & Brazão. A estreia foi deveras auspiciosa. A critica e o publico dispensaram-lhe o mais lisongeiro acolhimento, e desde esse momento Ferreira da Silva ficou consagrado actor. Escripturado no referido theatro, ali entrou em differentes peças, affirmando-se dia a dia a sua reputação artistica. Representou então, sempre com muito agrado, nas peças: *Alcacer-Kibir, Leonor Telles, Velho thema, João José, Questão de dinheiro, O pantano, O Avarento, Casamento de Figaro, Noite de Natal*, etc. Desligando se depois da companhia do theatro normal, foi para a Trindade como societario da nova empresa que se organisou na epoca de 1897-1898, e ali representou as peças: *A Honra, Os dois garotos, João Darlot, O pato bravo*, etc.

Alfredo Ferreira da Silva

Saindo do theatro de D. Maria II os antigos societarios Rosas & Brazão, que vieram para o de D. Amelia, Ferreira da Silva voltou para o theatro normal como societario, sendo já classificado actor de 1.ª classe. Casou com a distincta actriz Virginia Dias da Silva. A familia e o theatro são hoje os seus unicos cuidados; possuindo uma fortuna que lhe permittia viver sem preoccupações, tem-se entregado á arte dramatica, estudando com dedicação e procurando elevar se como artista de grande valor. Ferreira da Silva é hoje um dos nossos actores mais illustrados e mais queridos do publico, e a sua carreira artistica tem sido das mais gloriosas. Na recita que a Associação dos Jornalistas promoveu em 26 de fevereiro de 1902 na sala Portugal da Sociedade de Geographia, celebrando o centenario de nascimento de Victor Hugo, tambem Ferreira da Silva tomou parte, recitando uma poesia, escripta expressamente para aquelle acto pelo poeta Guerra Junqueiro. Além das peças que já mencionámos, lembra-nos das seguintes, que compõem o enorme reportorio do distincto artista: *O pae prodigo, Ao telephone, Aventureira, Madrugada, Romanescos, Enigma, Deputado por Pompignac, Os velhos, O salto mortal, Casamento de Olympia, Um serão nas Laranjeiras, O filho doutor, O coroção de Boeage, Madame Caverlet, O Morgado de Fafe em Lisboa, O fidalgo aprendiz, O Nó cego, A consciencia dos filhos, Peraltas e secias*, etc.

Ferreira da Silva *(Antonio Joaquim)*. Bacharel formado em Philosophia pela Universidade de Coimbra, lente da Academia Polytechnica do Porto, um dos chimicos mais notaveis da actualidade, escriptor scientifico, etc. N. em Cuenjães, concelho de Oliveira de Azemeis, a 28 de julho de 18[illegible]3. E' filho de Antonio Joaquim Ferreira da Silva, e de D. Margarida Emilia Ferreira da Silva. Começou os seus estudos em 1865; esteve, de 1872 a 1874. no Seminario episcopal do Porto, cursando Theologia. Já n'essa epoca escrevia para o *Ramalhete do Christão* uns artiguinhos religiosos e moraes. Matriculou-se depois na Universidade em Philosophia, em cujo curso se tornou muito distincto, recebendo alguns premios e as maiores distincções. Tomou o grau de bacharel a 11 de junho de 1876. Foi convidado para acceitar um logar de lente n'aquella faculdade, a que elle se escusou, vindo pouco tempo depois a concorrer a um logar vago d'uma cadeira na Academia Polytechnica do Porto, para onde foi nomeado por decreto de 24 de maio de 1877. Applicou se desde então dedicadamente á chimica pratica, no laboratorio da referida Academia, onde executou o trabalho de que a camara do Porto o encarregou em 1880, sobre a analyse das aguas do rio Sousa, que em 1886 teve de defender brilhantemente em violenta polemica. Em 18[illegible]2 foi convidado pela camara do Porto para superintender na installação do actual laboratorio municipal de chimica, missão que desempenhou, depois d'umas viagens de estudo pelo estrangeiro. Foi nomeado em 10 de janeiro de 1884 director do laboratorio, que abriu em junho do referido anno. O illustre chimico, auxiliado com a collaboração dos seus distinctos collegas os professores A. d'Aguiar, J. Salgado e Wenceslau da Silva, dedicou-se então a um trabalho assiduo sobre chimica hygienica e bromatologica de que deixou bastante documentos dispersos em jornaes scientificos, e no seu livro sobre *Contribuição para a hygiene da cidade do Porto*, publicado em 1889. Posto que desde 1877 se applicasse a trabalhos de chimica toxicologica, em exames para que foi nomeado perito, sendo o mais importante o que se refere ao *Caso Gonçalves*, Porto, 1877-1891, só em 1890 é que provou o seu elevado valor como toxicologista no celebre caso Urbino de Freitas, cujos relatorios teve de defender denodadamente, com os demais peritos collaboradores, no livro *O caso medico-legal Urbino de Freitas*, publicado no anno de 1893, em portuguez e em francez. Este trabalho e as suas importantes descobertas scientificas. firmaram os seus creditos como toxicologista, justificando amplamente a sua escolha para membro analysta do conselho medico legal, em 16 de novembro de 1899, e a sua nomeação de professor de Toxicologia na Escola Superior de Pharmacia em 13 de novembro de 1902. O seu profundo

amor pelo progresso da chimica, levou o a fundar em janeiro de 1905, com o valioso concurso dos seus collegas no laboratorio, a *Revista de Chimica pura e applicada*, que é hoje a primeira publicação scientifica do paiz, e que tem merecido os maiores louvores do estrangeiro Como professor iniciou em 1880 a publicação do seu *Tratado de chimica mineral e organica* em 2 volumes, e cuja edição actual, notavel pelo rigor scientifico e pela somma de pormenores e de applicações, se tornou um precioso livro de ensino. Tem publicado trabalhos sobre chimica qualitativa e quantitativa e sobre chimica theorica, e põe toda a sua actividade ao serviço da Academia, contribuindo muito para as reformas e melhoramentos por que tem passado ultimamente. O seu alto merecimento de professor academico lhe valeram a commenda da ordem de S. Thiago, de merito scientifico, litterario e artistico, com que foi agraciado em 1885, e a sua escolha para par do reino pelo collegio scientifico de 1894. Na direcção do Laboratorio Municipal é solicitado o professor Ferreira da Silva para o estudo hydrologico das aguas minero-medicinaes do nosso paiz; continúa a serie dos seus estudos sobre a analyse d'aguas, vinhos e demais generos alimenticios, sobre analyses toxicologicas, commerciaes e chimicas, timbrando sempre em que todos os trabalhos saidos do Laboratorio levem o criterio e rigor scientificos precisos para affrontarem qualquer impugnação por violenta que seja. D'ahi as victorias alcançadas em varias contradictas e nomeadamente nas quatro que até hoje se tem salientado por sua violencia e importancia: questão das aguas do rio Sousa, caso Urbino de Freitas, questão do gonococco, e questão da salicylagem dos vinhos portuguezes. Esta ultima, de 1900-1902, nasceu do labéo que o Laboratorio Nacional d'analyses do Rio de Janeiro lançou sobre os nossos vinhos, dando-os como salicylados (isto é, como addicionados fraudulentamente d'acido salicylico). Os trabalhos analyticos do professor Ferreira da Silva, confirmados actualmente por todas as summidades chimicas estrangeiras e as suas publicações, sobre o assumpto, mostraram á evidencia que essa pretendida salicylagem provinha da existencia, em alguns dos nossas vinhos, de vestigios d'uma substancia natural dando todas as reacções do acido salicylico. A victoria d'esta campanha, da qual se póde formar idéa precisa pela leitura da documentação que o professor Ferreira da Silva deixou archivada no seu *Relance de vista sobre a questão dos vinhos portuguezes no Brazil em 1900 a 1901*, comprehendida nitidamente pelo ministerio e pelo commercio portuguez valeu-lhe, entre outras provas de consideração, uma carta de conselho, proposta pelo ministerio das obras publicas em 19 de julho de 1902, e a manifestação da Associação Commercial do Porto que com o diploma de membro honorario lhe offereceu a carta de conselho. O illustre professor é tambem lente de chimica legal e sanitaria na Escola de Pharmacia do Porto, e presidente da commissão de estudo dos methodos chimico analyticos, tendo prestado ao paiz revelantissimos serviços. É membro da Sociedade Chimica de Paris, por honrosissima proposta de Wurtz e de Friedel, em 1884. A'cerca do distincto chimico Ferreira da Silva publicou ha tempo *As Novidades Medico-Pharmaceuticas*, um elogioso artigo do lente da Escola Medico-Cirurgica do Porto, o dr. Alberto d'Aguiar. Na *Encyclopedia Portugueza* tambem vem um minucioso artigo, a pag. 724, do 4.° vol., do qual extrahimos estes apontamentos e transcrevemos alguns periodos. Bibliographia: Publicações de ensino: *Tratado de chimica elementar*, 1.° *chimica mineral*, 1.ª edição, 1880; 2.ª. 1895, 3.ª, 1902; 2.°, *chimica organica*, 1.ª ed, 1880, 2.ª, 1900; *Introducção ao estudo da chimica analytica*, 1886; *Rudimentos de chimica analytica*, 1891; *Primeiros elementos de chimica analytica*, 1895; *Primeiros elementos de analyse chimica quantitativa*, 1897— Publicações de chimica geral: *Estudo sobre as classificações chimicas dos compostos organicos*, 1877 (these de concurso).—Artigos diversos sobre *unidade chimica*, 1881; *syntheses organicas*, 1881; *thermochimica*, 1882; *ensino da chimica na Academia*, 1893, etc.; *Les carbonyles metalliques*, 1899; *O ensino de toxicologia e a reforma de pharmacia*, 1902. — Notas criticas e biographicas sobre *Henri de Saint-Claire Deville*, 1881; *J. B.*

Antonio Joaquim Ferreira da Silva

Dumas, 1884; *Ferreira Girão*, *Dr. A. L. P. Magalhães Aguiar e Castro Alvim*, 1884; *naturalista brazileiro J. Barbosa Rodrigues*, 1885; *dr. R. Fresenius*, 1897; *dr. Ch. Friedel*, 1899; *Berthelot*, 1902, etc. — Chimica Bromatologica e Sanitaria: *As aguas do rio Sousa e os mananciaes e fontes da cidade do Porto*, 1881; *Replicas aos meus criticos*, 1889, e *Contribuições para a hygiene da cidade do Porto*, 1889; contém estudos sobre aguas, vinho, leite, bebidas salicyladas, desinfecção, ladraria, etc; *O exame das aguas sobre o ponto de vista hygienico*, 1894; *As aguas dos poços do Porto*, 1894; *Os vinhos de pasto communs consumidos no Porto*, 1885; *os vinhos da circumscripção do norte de Portugal*, 1886-1889; inédito; *Vinhos e vinagres artificiaes*, 1886; *Notas e communicações diversas sobre córantes de vinhos e sua analyse*, 1886-1891, etc.; *Sur les vins de Madére*, 1896; *Artigos diversos sobre alcooes; Sur les huiles d'olives de Douro*, 1898; *O acido salicylico nos vinhos e uma causa d'erro na sua investigação*, 1900, primeira da série de 13 publicações em que o autor trata da questão da supposta salicylagem dos vinhos, reunida

e historiada no *Relance de vista sobre a questão dos vinhos portuguezes no Brazil em* 1900-1901, e terminada em *Os vinhos portuguezes genuinos condemnados como falsificados*, 1902, etc. — Chimica Hydrologica: *Memorias sobre as aguas do Moledo*, duas edições, 1895-1896; *Entre-os-Rios*, 1896; *Fonte Santa em Almeida*, 1895; *Monsão*, 1898; *Unhaes da Serra*, 1898; *Caldas da Saude*, *Santo Thyrso*, 1899; *Vidago*, 1900; *Moura*, 1902; *Canavezes*, 1902; *Taypas, S. Gemil, Ramalhoso*, etc. — Chimica Legal e Toxicologica: *Sur une nouvelle reaction de la cocaine*, 2.ª edição, 1890; *O caso medico-legal Gonçalves*, 1891; *O caso medico-legal Urbino de Freitas*, em collaboração, 2.ª edição portugueza 1892-1893 e uma edição franceza, 1893; *O emprego do sulfo selenito d'ammoniaco para caracterisar os alcaloides*, 1891; *Sur une nouvelle reaction de l'eserine*, etc.; 1893; *Sobre alguns apparelhos usados na analyse toxicologica dos alcaloides*, 1892; *Caso medico legal Silva Pereira*, em collaboração, 1894; — Quatro publicações sobre a questão do gonococco: *A dissecção critica d'um autor*, 1897; *O estado actual da questão do gonococco*, 2 edições, 1897, 1898, etc.; *Exame medico-legal do sangue*, em collaboração, 1902, etc. — Documentos do Laboratorio: *O Laboratorio municipal de chimica*, 1884; *Relatorios do Laboratorio*, de 1887 e de 1884-1896; *Catalogos de livros e material do Laboratorio*, 1894, etc. (estão ineditos os trabalhos e methodos do Laboratorio municipal). — Chimica industrial e commercial: *Determinação do poder illuminante e da pureza chimica de gaz de illuminação*, 1895, para servir de guia aos trabalhos dos ensaiadores de que o professor Ferreira da Silva é fiscal technico. Artigos sobre *analyse das materias córantes da hulha*, 1884; *Oleo de purgueira*, 1886; *Saccharina de Fahlberg, ensaio da antipyrina, mexoalho*, etc.; *Relatorio dos productos chimicos e pharmaceuticos, perfumaria, saboaria, adubos, aguas mineraes, especimen de processos de lavagem e tinturaria, apresentados á exposição industrial portugueza em* 1891-1893, etc.

Ferreira da Silva *(D. Francisco)*. Bacharel formado em Theologia e em Direito pela Universidade de Coimbra, bispo de Moçambique, etc. E' natural de Aguiar da Beira, e oriundo d'uma modesta familia. Resolvendo seguir a vida ecclesiastica, principiou os seus estudos preparatorios no seminario de Vizeu, onde cursou tambem Theologia. Terminando o curso em 1875, obteve um breve de dispensa de edade para se ordenar de presbytero, cantando a primeira missa na sua terra natal. Alguns mezes depois foi nomeado prior encommendado da freguezia de Valverde, proximo de Aguiar da Beira. Já a este tempo o novo sacerdote auxiliava os estudos de dois irmãos seus, concorrendo com todas as despezas. Conservou-se durante dois annos na freguezia de Valverde, e em 1879 foi matricular-se na Universidade de Coimbra na faculdade de Direito, que terminou com o maior aproveitamento em 1885; havia se tambem matriculado em Theologia em 1884, de que tomou o grau bacharel em 1887. Desde 1881 até 1887 accumulava os seus estudos com o logar de capellão da real capella da Universidade. Quando concluiu os estudos universitarios, o fallecido bispo de Cabo Verde, D. Joaquim Augusto de Barros, o convidou para vice-reitor do seminario d'aquella diocese, e para ali seguiu viagem em 1889, indo tambem occupar o logar de conego da Sé de Cabo Verde, para que fôra nomeado por decreto de 24 de janeiro do mesmo anno de 1889. O dr. Ferreira da Silva prestou então grandes serviços ao seminario; regeu as cadeiras de Theologia sacramental e de Philosophia; emprehendeu e realisou grandes melhoramentos no edificio que, por assim dizer, reedificou e alargou, conseguindo arranjar recursos precisos para maior admissão de alumnos, dotou o edificio com uma padaria propria; ampliou a pequena capella, reformou as alfaias e os paramentos, que estavam muito arruinados, esforçando-se por beneficiar quanto possivel a diocese. Esteve mais de 12 annos em Cabo Verde, e exerceu os seguintes cargos: presidente da junta do governo ecclesiastico de 1890 a 1893: chantre, dignidade a que foi elevado por decreto de 10 de agosto de 1893; vice-presidente da commissão de beneficencia da ilha de S. Nicolau em 1894; vogal da junta escolar por portaria do governo da provincia, de 24 de outubro de 1895, visitador da Guiné portugueza e das freguezias de Sotavento, por provisão do referido bispo D. Joaquim Augusto do Barros de 14 de fevereiro de 1896; elevado á dignidade de deão, por decreto de 27 de abril de 1899; governador do bispado por provisão de 24 de julho de 1899 e 24 de março de 1903; vigario capitular em 9 de abril de 1904. Depois do fallecimento do prelado, tomou conta da diocese, sendo innumeras as suas visitas pastoraes. Pelos relevantes serviços prestados ao seminario, foi D. Francisco Ferreira da Silva louvado por portaria do governo da provincia de 24 de setembro de 1892. Por decreto de 16 de junho de 1904 foi apresentado como bispo de Moçambique, sendo confirmado pela Santa Sé, bispo de Siene em 18 de dezembro do mesmo anno. A sagração realisou-se na sé cathedral de Lisboa em 29 de junho de 1905, sendo sagrante o sr. cardeal patriarcha, assistindo o arcebispo-bispo de Portalegre e o arcebispo de Mytilene, a familia do novo prelado, e muitos convidados. O sr. bispo de Moçambique tambem se tem entregado ao cultivo das letras, collaborando em diversas revistas e jornaes; escrevendo, além dos sermões, allocuções e pastoraes, e um volume de *Apontamentos para a historia da administração da diocese de Cabo Verde*, com photographias e mappas estatisticos. Em 1 de outubro de 1906 o digno prelado partiu para Moçambique, a bordo do vapor *Africa*, para tomar posse da sua diocese.

Ferreira da Silva *(Jeronymo)*. Conservador da Museu Industrial e Commercial de Lisboa, estabelecido junto ao edificio dos Jeronymos em Belem, etc. N. em 1839, e fal. em 22 de dezembro de 1899. Era um d'aquelles homens que devem tudo ao seu trabalho. A industria portugueza deveu-lhe muito. Foi vogal da commissão executiva da Exposição Industrial Portugueza, realisada na Avenida da Liberdade em 1888, tornando-se notavel a sua actividade nos trabalhos, e a superior intelligencia com que organisou varias secções. Foi commissionado pelo governo ás exposições de Paris em 1889 e de Anvers em 1894, como organisador das secções portuguezas n'aquelles certamens das artes e das industrias. Na Exposição Industrial Portugueza, que se inaugurou em 28 de julho de 1893 nos vastos sa-

lões do Museu Industrial e Commercial de Lisboa, tambem Jeronymo Ferreira da Silva tomou parte, prestando serviços com a sua reconhecida actividade e intelligencia. Era condecorado com differentes ordens militares portuguezas, sendo em 1893 agraciado com a do *Merito Industrial*, mercê que Jeronymo da Silva mais apreciava.

Ferreira da Silva *(José)*. Traductor, que viveu no principio do seculo XIX, natural de Santa Luzia do Sabará, na provincia das Minas Geraes, Brazil. Escreveu: *Arte do louceiro, ou tratado sobre o modo de fazer as louças de barro mais grossas*, traduzida do francez, Lisboa, 1804; com tres estampas; *Historia dos principaes lazaretos da Europa, acompanhada de differentes memorias sobre a peste*, etc.; *traduzida em portuguez*, Lisboa, 1800; *Manual pratico do lavrador, com um tratado sobre as abelhas, de Chantilly, traduzido do francez,* Lisboa, 1801; com quatro estampas; *Methodo com que se governa o estado de Ragusa, e Dalmacia, quando nos confins se percebe algum ataque de peste, ou outro mal contagioso, traduzido em portuguez*, Lisboa, 1800; *Observações sobre a propriedade da quina do Brazil, traduzidas do italiano*, Lisboa, 1801, com uma estampa.

Ferreira da Silva *(Roberto)*. Official do corpo de engenheiros, professor de Desenho da Aula Militar do Rio de Janeiro. Era natural de Lisboa, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Aprendeu os rudimentos de desenho e de pintura, e durante annos foi pintor de carruagens, ao serviço da duqueza de Cadaval. Passou ao Brazil, em 1807, quando para ali partiu a familia real, e alcançou ser despachado official do corpo de engenheiros, e nomeado professor de Desenho da Aula Militar do Rio de Janeiro. Parece que falleceu n'aquella cidade depois de declarada a independencia do Brazil. Escreveu: *Elementos de Desenho e Pintura, e regras geraes da Perspectiva*, Rio de Janeiro, 1817, com estampas; *Segunda edição, correcta e emendada*. Rio de Janeiro, 1811, com estampas.

Ferreira da Silva *(Silvestre)*. Cavalleiro fidalgo da Casa Real, professo na ordem de Christo; alferes do batalhão da praça da nova colonia do Sacramento, na America. Viveu no seculo XVIII. Escreveu: *Relação do sitio que o governador de Buenos-Ayres D. Miguel de Salcedo poz no anno de 1735 á nova colonia do Sacramento, sendo governador da mesma praça Antonio Pedro de Vasconcellos, brigadeiro das exercitos de Sua Magestade. Com algumas plantas necessarias para a intelligencia da mesma relação*, Lisboa, 1748.

Ferreira e Sousa *(D. Antonio José)* Doutor e lente substituto na faculdade de Leis, da Universidade de Coimbra, deputado, arcebispo de Lacedemonia, vigario geral do patriarchado, etc. N. em Tinhela, proximo da villa de Chaves; fal. em Lisboa a 26 de julho de 1833. Frequentou a Universidade de Coimbra, doutorando-se em leis em 1795. Era freire professo na ordem de S. Thiago, e collegial do collegio das ordens militares em Coimbra. Tendo grangeado fama de homem profundamente erudito, foi eleito deputado ás Côrtes constituintes de 1821, pelas provincias da Beira e Traz os Montes. Nas côrtes ordinarias de 1822 tornou a ser eleito, mas só como 3.º substituto pela divisão de Villa Real. Em 1824 foi nomeado vigario geral do patriarchado, e recebeu o titulo de arcebispo *in partibus* de Lacedemonia. Em 1826, quando morreu D. João VI, foi escolhido pela regencia, juntamente com o duque de Lafões e Francisco Eleutherio de Faria e Mello, para irem ao Rio de Janeiro annunciar ao imperador D. Pedro a sua subida ao throno portuguez como filho primogenito e herdeiro de D. João VI, e prestar-lhe homenagem como ao legitimo rei de Portugal. Não o impediu isso de tomar assento nos Tres Estados convocados pelo infante D. Miguel em 1828, figurando n'essa assembléa como membro do braço do povo e procurador por Chaves, e como tal assignou o assento dos Tres Estados, em que se declarava que D. Pedro IV em 1826 só fôra reconhecido graças á violencia e á corrupção. O resto da sua vida passou D. Antonio José Ferreira e Sousa afastado da politica, só entregue á leitura e ao estudo, até que falleceu victima d'um ataque de cholera-morbus. Gozou da fama de homem douto e insigne philologo; era apaixonado amador de livros, e chegou a reunir uma escolhida e vasta livraria, onde se encontravam os mais raros e os melhores classicos portuguezes. Grande parte d'esta importante livraria ardeu no incendio do palacio da rua do Machadinho, onde o arcebispo de Lacedemonia habitava. Tencionava dedicar-se á publicação de manuscriptos ou livros raros que possuia, quando a morte o surprehendeu; comtudo ainda chegou a publicar em 1829 a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, sendo devido á sua penna o prologo que precede a obra.

Ferreira de Sousa *(Bernardo Avelino)*. Official da secretaria da Intendencia Geral da Policia do Rio de Janeiro; poeta satyrico, etc. N. em Lisboa, no meado do seculo XVIII. Emigrou para o Brazil, onde conseguiu o emprego mencionado. Apezar da sua situação, que o devia aconselhar a ser moderado, tinha veia satyrica, e usava d'ella desembaraçadamente, injuriando a todos, e levantando resentimentos profundos, que lhe causaram a morte, pois, segundo consta, foi assassinado em 1822, na sua propria casa, na provincia do Rio Grande do Sul, crime movido por vingança particular provocada por algum dos muitos que as suas composições mordazes e insultuosas offenderam. Parece que uma grande quantidade de poesias de todos os generos, que conservava inéditas, se extraviara com a sua morte, e que publicou só as seguintes: *Ode ao ill.mo e ex.mo sr. Paulo Fernandes Vianna*, que era seu chefe; *Relação dos festejos que á acclamação do muito alto e poderoso o senhor Rei D. João VI, em 1817, votaram os habitantes do Rio de Janeiro, seguida de poesias dedicadas ao mesmo venerando assumpto*, Rio de Janeiro, 1818; *A Fidelidade do Brazil; elogio dramatico aos faustissimos annos de Sua Magestade Fidelissima o senhor D. João VI, Rei Constitucional*, etc., Rio de Janeiro, 1822; *Collecção de versos constitucionaes, impressos a beneficio do Montepio Litterario d'esta côrte*, Rio de Janeiro, 1821.

Ferreira do Zezere. Villa da prov. da Extremadura, séde de conc. e julgado municipal, com. de Thomar, distr. de Santarem, bisp. de Coimbra. Tem uma só freg., S. Miguel, e está situada n'uma planicie a 10 k. de distancia da margem direita do rio Zezere. A Mesa da Consciencia apresentava o prior, que tinha 500$000 reis de rendimento. A pov. é muito antiga; foi povoada em 1156 pelo mestre da ordem do templo, D. Gual-

dim Paes, que lhe deu foral. El-rei D. Diniz, em 1306, deu aos templarios o padroado d'esta freguezia. D. Manuel elevou a pov. á categoria de villa, dando-lhe foral novo em Lisboa, a 12 de março de 1513. A terra é muito abundante de excellentes aguas, encontrando-se muitas fontes, não só na villa, como em todo o concelho; é tambem muito fertil e saudavel. O seu termo, do lado do rio Zezere, é terreno pedregoso, com muitas serras de grande altura e grandes penhascos. N'um cabeço bastante elevado, separado dos mais, á beira do rio, existe a capella de S. Pedro, construcção muito antiga, de cantaria lavrada. Ferreira do Zezere pertence á 5.ª div. mil., 10.ª brigada, grande circumscripção mil. do Centro, e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. com serviço de emissão e pagamento de vales, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas permutando malas com a R. A. N.—Thomar; advogado, notario, medicos, pharmacias, agencia do banco *Commercial de Lisboa e Porto*, e das de seguros: *Tagus* e *Previdencia;* hospedarias, hospital, fabricas de telha, viveiro de vinhas americanas, sociedades de recreio: *Grupo Dramatico Ferreirense* e *Philarmonica Ferreirense*, tem a feira de S. Braz, a 3 de fevereiro, e a de S. Miguel a 29 de setembro, mercado semanal aos domingos. A villa dista 75 k. da séde do distr. O conc. compõe-se de 9 freguezias, com 3:014 fogos e 13:627 hab.; sendo 6:594 do sexo masc. e 7:033 do fem., n'uma superficie de 17:216 hect. As freguezias são: N. S.ª da Graça, de Aguas Bellas, 1:329 hab.: 615 do sexo masc. e 714 do fem.; N. S.ª da Graça, de Areias, 2:897 hab.: 1:427 do sexo masc. e 1:470 do fem; Santo Aleixo, do Becco, 1:559 hab.: 748 do sexo masc. e 811 do fem.; S. Silvestre, de Chãos, 1:298 hab: 648 sexo masc. e 650 do fem.; N. S.ª do Pranto, de Dornes, 1:140 hab.: 562 de sexo masc. e 578 do fem.; Espirito Santo, de Egreja Nova do Sobral, 1:483 hab.: 732 do sexo masc. e 751 do fem.; S. Miguel, de Ferreira do Zezere, 2:255 hab.: 1:048 do sexo masc. e 1:207 do fem.; S. Vicente, de Paio Mendes, 866 hab.: 426 do sexo masc. e 440 do fem.; S. Luiz, de Pias, 800 hab.: 388 do sexo masc. e 412 do fem. O principal commercio do concelho é madeiras de castanho e pinho, soutos, azeites, cortiça, milho, trigo e vinhos.

Ferreiras *(Quinta dos)*. Na freg. de Santo André, de Boidobra, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Ferreirim *(Convento de)*. V. *Britiande*.

Ferreirim. Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. da Beira Alta, conc., com. e bisp. de Lamego, distr. de Vizeu; 1:096 hab. e 229 fog. Tem escolas d'ambos os sexos. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem esquerda da ribeira de Barosa. N'uma elevada collina, coberta de frondosa vegetação, está a ermida de N. S.ª da Guia, com um espaçoso adro, onde se vê uma fonte de boa agua. D'este sitio se desfructa um lindo panorama. Junto á ermida estão dois cyprestes vetustos e corpulentos, que lhe dão o sub-titulo de *N. S.ª da Guia, dos Cyprestes.* A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Ferreirim de Fonte Arcada. Pov. e freg. de Santo Estevão, da prov. da Beira Alta, conc. de Sernancelhe, com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 825 hab. e 189 fog. Tem esc. para o sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 8 k. da séde do conc. Tambem se chama simplesmente *Ferreirim.* Pertenceu ao conc. de Fonte Arcada, que se aboliu em 1855. O reitor d'esta freg. apresentava o cura que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Ferreirinha. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Foz do Sousa, conc. de Gondomar, distr. do Porto; tem caixa postal. ‖ S. Pedro, de Torrados, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. ‖ S. Miguel, de Coimbrão, conc. e distr. de Leiria.

Ferreirinhas. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Avellãs de Cima, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. ‖ Santa Leocadia, de Fradellos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. ‖ Santa Maria, de Silvares, conc. de Guimarães, do mesmo districto.

Ferreiro. Antigo officio que tinha regimento proprio na collecção dada pelo Senado de Lisboa em 1572. Pertencia então á bandeira de S. Jorge.

Ferreiro. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Bustello, conc. de Penafiel, distr. do Porto. ‖ S. Thiago, de Ronfe, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Ferreiró. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Villa do Conde, distr. do Porto, arceb. de Braga; 283 hab. e 62 fog. Tem escolas d'ambos os sexos. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada n'um valle. O arcebispo apresentava o abbade, por concurso synodal, e tinha 150$000 réis de rendimento. A terra é fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. ‖ Pov. na freg. de Santa Maria, de Avioso, conc. de Maia, distr. do Porto. Tem caixa postal.

Ferreiró de Cima e Ferreiró do Fundo. Duas povoações na freg. de S. Pedro, de Ferreira, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Ferreiros. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 1:055 hab. e 239 fog. Tem escola para o sexo fem. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e passa-lhe proximo o rio Cávado. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. ‖ Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Amares, distr. e bisp. de Braga; 976 hab. e 211 fog. Tem escola para o sexo fem. e caixa post., feira todas as quartas feiras, no logar da Feira Nova. O arceb. apresentava o abbade, que tinha 440$000 réis de rendimento. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie. A egreja matriz é um templo espaçoso. Foi edificada em 1802, á custa dos parochianos. Ha n'esta freg. duas capellas muito antigas, Santa Catharina e Santa Luzia. A terra é muito fertil em cereaes, vinho verde, azeite, linho e fructas. Pelo centro da freg. passa a estrada districtal de Barcellos a Monte Alegre. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. ‖ Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Povoa de Lanhoso, distr. e arceb. de Braga; 388 hab. e 82 fog. Tem esc. para o sexo masc. A pov. dista 4 k. da séde do conc. O reitor do convento de N. S.ª da Graça (Populo),

de Braga, apresentava o cura, que tinha 20$000 réis e o pé d'altar. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias : Santa Maria, de Adaufe, conc. e distr. de Braga. || S. Martinho, de Alvarado, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, do mesmo distr. || Santa Maria, de Borbella, conc. e distr. de Villa Real. || Ilha da Madeira ; S. Braz, de Campanario, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal. || S. Salvador, de Christello, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Leocadia, de Fradellos, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Gondoriz, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S Nicolau, de Lebução, conc. de Valle Passos, distr. de Villa Real. || Ilha de S. Jorge : Santa Barbara, de Manadas, conc. de Véllas, distr. de Angra do Heroismo. || S. Thomé e conc. de Mira, distr. de Coimbra. || S. Thiago, de Moita, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Negreiros, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Lourenço, do Prado, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Ribeirão, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || O Salvador, de Rossas, conc. de Vieira, do mesmo distr. || O Salvador, de Serrazes, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Espirito Santo, de Tapeus, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || Santa Marinha, de Tropeço, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Vicente de Lafões, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || Santo André, de Villar de Lomba, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. || Santo Estevão, de Villela, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Casal na freg. de Santa Margarida, de Arrabal, conc. e distr. de Leiria. || Casal na freg. de S. João Baptista e conc. de Figueiró dos Vinhos, do mesmo distr. || Casal na freg. de N. S.ª da Graça, conc. de Pedrogam Grande, do mesmo distr. || Casal na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra. || Monte na freg. de S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem. || Valle fertilissimo da ilha Brava, archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental. Extensas culturas de algodão, vinhas, coqueiros, bananeiras. || Ribeiro que fertilisa o valle do mesmo nome, na ilha Brava ; desagua no porto dos Ferreiros. || Ribeiro da ilha da Boa Vista, archipelago de Cabo Verde. Torna muito ferteis os terrenos que percorre. || Enseada na costa ESE da ilha da Boa Vista, do archipelago e prov. de Cabo Verde, a 10 k. da ponta Orvatão. E' procurada por alguns navios, que vão ali apenas carregar sal e urzella. E' pouco segura, medindo entre 13 e 17 m. de profundidade. Chama-se *Porto dos Ferreiros.*

Ferreiros d'Além e **Ferreiros de Santo Antonio**. Duas povoações na freg. de Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra.

Ferreiros de Avões. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. da Beira Alta, conc. com., e bisp. de Lamego, distr. de Vizeu ; 773 hab. 147 fog. Tem escolas para ambos os sexos. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem esquerda do rio Douro. A mitra apresentava o abbade por concurso synodal, o qual tinha de renda 300$000 reis. A terra é fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Ferreiros da Ribeira *(Casal dos)*. Na freg. de S. João Baptista e conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Ferreiros de Tendaes. Villa e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Sinfães, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego ; 1:545 hab. e 361 fog. Tem escolas para ambos os sexos, caixa postal, permutando malas com Sinfães; feira a 28 e 29 de junho, no logar de S. Pedro de Campos, e a 23 de cada mez, no logar de Meridões. A villa dista 6 k da séde do conc. e está situada na margem direita de um ribeiro affluente do rio Douro, no declive da serra de Monte Muro. E' uma pov. muito antiga, foi concelho por muitos seculos, com casa da camara, pelourinho, cadeia, juiz ordinario, dos orphãos e das sizas, tabelliães, escrivães, etc. Este conc. ficou supprimido por decreto de 24 de outubro de 1855. Tinha duas freguezias : S. Miguel, de Oliveira do Douro e Ermida annexa, e S. Pedro de Ferreiros, que tinha 4 curatos : Bustello da Lage, Alhões, Gralheira e Ramires. Era limitado ao S. pelo conc. de Castro Daire, ao E pela ribeira de Cabrum, ao O pelo Bestança, e pelo N terminava no rio Douro. O terreno de todo o conc. é muito accidentado e escabroso, semeado de rochedos graniticos e basalticos, tem porém alguns pequenos valles, muito amenos e ferteis, principalmente na margem do Douro, onde é mais cultivado, e produz bastantes cereaes e fructas, bom vinho verde e azeite. As suas principaes industrias são a agricultura e a navegação do Douro. D. Sancho I deu-lhe foral em maio de 1210; D. Affonso III deu-lhe outro foral em Coimbra, 4 de janeiro de 1258, com grandes privilegios e fóros, elevando a povoação á categoria de villa, e mudando-lhe o julgado em concelho. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 6 de setembro de 1513, confirmando-lhe todos os seus antigos fóros, privilegios e regalias, sendo dos principaes os seguintes : os habitantes nomearem entre si um mordomo para receber os fóros e entregal-os ao rei ; não irem á guerra senão com o rei em pessoa, isto é, só eram obrigados a ir para a guerra, quando o rei fôsse, etc. O concelho tambem tinha o privilegio de reguengo, e nunca poder sair da Corôa, mas D. Affonso V annullou-lhe este privilegio, dando esta terra, em sua vida, a D. Fernando I, duque de Bragança, por doação regia de 15 de agosto de 1471, com a categoria de julgado. Ferreiros de Tendaes pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Ferreirós. Pov. e freg. de S. Christovão, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Tondella, distr. e bisp. de Vizeu ; 760 hab. e 196 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada junto da margem esquerda do rio Dão. O abbade de S. Miguel, de Papisios, apresentava o cura, que tinha 6$000 reis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com séde em Santa Comba Dão. || Povoações nas freguezias : N. S.ª dos Anjos e conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Pans, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Ferrel. Povoações nas freguezias: S. Leonardo, de Athouguia da Baleia, conc. de Peniche, distr. de Leiria. || N. S.ª da Luz, conc. de Lagos, distr. de Faro.

Ferrenha. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Envendos, conc. de Mação, distr. de Santarem. || S. Thiago, de Rio de Moinhos, conc. de Borba, distr. de Evora. || S. Thiago, de Urra, conc. e distr. de Portalegre.

Ferrenhas. Povoações nas freguezias: S. Sebastião, de Gomes Ayres, conc. de Almodovar, distr. de Beja. || N S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. de Evora.

Ferrenho. Povoações nas freguezias: S. Christovão, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora || S. Luiz, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Ferreri *(Adriano Augusto Guilherme)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 24 de abril de 1843; commendador das ordens de Aviz e de N. S.ª da Conceição; cavalleiro da Torre e Espada; condecorado com a medalha por 2 campanhas da guerra peninsular e com a cruz de ouro de Montevideu; gran-cruz da ordem de Carlos III, de Hespanha, grande official de S. Mauricio e S. Lazaro. da Sardenha; ministro de Estado, deputado, director da Escola do Exercito, marechal de campo, etc. N. em Valença a 3 de maio de 1798, fal. em Lisboa a 14 de março de 1860 Era filho de Agostinho Brandão Soares de Castro, proprietario em Valença, e de sua mulher, D. Josepha Clara de Gusmão Ferreri Assentou praça em 16 de janeiro de 1806 no regimento de infantaria n.º 21, de que era commandante seu avô materno Francisco Ferreri, e officiaes seu pae, e dois tios seus. Passando a artilharia n.º 4, estava concluindo os estudos preparatorios quando em março de 1812 foi mandado unir ao regimento, passando então a servir na brigada de artilharia, pertencente á divisão do general Trant, e, fazendo depois parte da companhia de artilharia do capitão Cox, que entrou na expedição de Alicante, foi em dezembro de 1814 despachado 2.º tenente. Matriculando-se na Academia de Marinha, seguiu com distincção o curso de Mathematica, e sendo promovido em março de 1820 a 1.º tenente, adheriu aos principios da revolução proclamada n'esse anno no Porto, e serviu como adjunto ao quartel mestre general do exercito regenerador. Estudou depois na Academia de Fortificação, e concluiu o curso de artilharia; em 1823, quando caiu o systema parlamentar, correu grave risco por mais de uma vez, em consequencia de não adherir a esse movimento, e de pretender reagir contra a vontade dos soldados que queriam marchar para Villa Franca de Xira. Graças á sua energia pôde conter os insubordinados e marchar com o destacamento que commandava, a unir-se ao regimento que estava no Porto, mas o governo absoluto, que então se estabeleceu, o desligou do corpo a que pertencia. Em 1824 foi nomeado para organisar a brigada de artilharia, que devia marchar para o Rio de Janeiro. Essa expedição, porém, não se realisou, e sobrevindo os successos da revolta da *Abrilada* no fim de abril d'esse anno, teve de se homisiar para fugir ás perseguições. Em 1826 commandou, já como capitão, a bateria montada em Traz-os-Montes, e em 1828 pronunciou-se a favor da revolução, e foi nomeado adjunto ao secretario militar da Junta do Porto. Emigrou depois com a divisão para Galliza, passou a Inglaterra, e d'ali a França. Residindo então em Paris, frequentou a Sorbonna, e em 1831 foi para a Ilha Terceira, acompanhando mais tarde o exercito liberal, que veiu desembarcar no Mindello. Logo depois da entrada de D. Pedro no Porto, foi encarregado d'uma das baterias que defendiam a passagem do rio, organisou e commandou um corpo de artilheiros nacionaes e a brigada ingleza de foguetes á Congreve. Teve tambem o commando de varios postos nas linhas do Porto; em 23 de fevereiro de 1833 foi promovido a major, sendo em setembro d'esse anno chamado a Lisboa para se encarregar do commando do districto composto do Alto do Pina, Aguias e Cyprestes. Pelos serviços que prestou n'essa commissão, foi muito elogiado, e teve o encargo de organisar e commandar o 3.º batalhão de artilharia, passando depois a tenente-coronel do segundo regimento, á frente do qual se conservou até 1836. Sendo promovido ao posto de coronel exerceu varias commissões proprias da sua arma, e a de chefe da primeira direcção do ministerio da guerra e a de director da Escola do Exercito. Foi deputado nas legislaturas de 1842 e 1849; em agosto de 1847 subiu ao posto de brigadeiro; em 13 de junho de 1849 fez parte do ministerio encarregando-se da pasta da guerra, que conservou até 27 de abril de 1851. Durante este periodo apresentou ás camaras importantes relatorios e projectos, fez promulgar muitas leis, entre as quaes se conta a organisação do exercito de 1849, a reforma do Collegio Militar do mesmo anno, reorganisação do archivo militar, do hospital de invalidos, etc. Em setembro de 1857 foi promovido a marechal de campo, e em 16 de março de 1859 novamente tomou parte no ministerio, como ministro da marinha; em 10 de março do anno seguinte, estando na camara dos deputados, foi accommettido d'uma apoplexia, de que falleceu quatro dias depois. O grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada foi-lhe concedido em virtude dos actos de valor que praticou durante o cêrco do Porto, e particularmente na acção de 24 de março de 1833, dirigindo o fogo das baterias do Fôjo, Monte Captivo e Povoa. O marechal Ferreri casou duas vezes: a primeira, a 19 de maio de 1836, com D. Maria Romana de Sousa Falcão, que falleceu em 1842; em segundas nupcias, a 24 de julho d'esse anno, com D. Maria Marcellina Cró, filha de José Maria Cró, escrivão das receitas da Alfandega das Sete Casas, e proprietario.

Ferreri *(Adriano Mauricio Guilherme Brandão de Sousa Ferreri, 1.º visconde de)*. Fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores; cavalleiro da ordem de Christo e da de Carlos III, de Hespanha; segundo secretario de legação, cargo que exerceu na côrte de Madrid; governador civil da Guarda; bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, proprietario, etc. N. em Lisboa em 1841. E' filho do marechal de campo Adriano Mauricio Guilherme Ferreri, e de sua primeira mulher, D. Maria Romana de Sousa Falcão. Casou em 1866 com a viscondessa de Passos, D. Beatriz de Passos Manuel, filha de Manuel da Silva Passos, ministro, deputado e par do reino, e de sua mulher, D. Genoveva de Sousa Girão. O titulo foi-lhe concedido por decreto de 21 de novembro, e carta de 5 de de-

zembro de 1878. O sr. visconde de Ferreri reside actualmente em Alpiarça.

Ferro *(Antonio)*. Professor de musica e diretor da capella de Portalegre, terra de que era natural. Teve por discipulos João Gomes, Manuel Leitão de Avellar e Manuel Tavares.

Ferro *(Augusto da Silva Pinto)*. Era natural da ilha Brava, e foi filho d'um militar que pelejou no cêrco do Porto no tempo da guerra civil, de 1832 e 1833. Residia na ilha de S. Vicente, e ali falleceu em julho de 1901. Augusto Ferro prestou muitos serviços pugnando sempre pelos interesses d'aquella ilha, onde exerceu por diversas vezes o cargo de presidente da camara. Travou renhidas luctas com o governo da provincia para defender as resoluções tomadas pela municipalidade a que presidia, e que visavam ao engrandecimento moral e material da ilha. Foi devido a Augusto Ferro que em S. Vicente se estabeleceram os depositos de carvão de Cory & Brothers e companhia de S. Vicente de Cabo Verde, tendo de sustentar uma enorme lucta para conseguir que a concessão d'esta ultima se realisasse. Era consul da Republica Argentina, vice-consul de França, official da instrucção publica, e condecorado com a Legião de Honra, de França.

Ferro *(João Antonio Frederico)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; escriptor e poeta. N. no Porto pelos annos de 1780 a 1785; ignora-se a data do fallecimento. Depois de expulsos os francezes em 1808, recitou nas salas da camara municipal do Porto as seguintes poesias patrioticas, que depois se imprimiram: *Odes recitadas nas tres noites em que o Senado da Camara da cidade do Porto solemnisou a feliz restauração de Portugal*, Coimbra, 1808; *Ode ao vice reitor da Universidade, e aos portuguezes, por occasião da restauração de Portugal*, Lisboa, 1808. Foi depois um acérrimo partidario do absolutismo, e redactor do *Correio do Porto*, jornal politico que advogou os principios da monarchia absoluta, e mais tarde os contestados direitos do infante D. Miguel ao throno de Portugal. Publicou-se desde 1823 até findar a guerra civil com a convenção de Evora Monte em 1834. Attribue-se-lhe um poema obsceno, impresso clandestinamente, e que tem por assumpto a invasão dos francezes no Porto em 1809, commandados pelo general Soult. Dizem ser d'elle tambem o seguinte opusculo publicado anonymo: *Desafogos poeticos de um corcunda no tempo da Constituição*, Lisboa, 1823.

Ferro. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Covilhã, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 1:798 hab. e 462 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 9 k. da séde do conc. O prior de S. Thiago, da Covilhã, apresentava o cura, que tinha 200$000 réis de rendimento. A terra é muito fertil; tem gado e caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Povoações nas freguezias: Santa Eulalia e conc. de Fafe, distr. de Braga. || O Salvador, de Lufrei, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Ilhéo no extremo SO da ilha de Porto Santo, do archipelago da Madeira. || Pico ou montanha da ilha de S. Miguel, Açôres. || Lagôa na raiz do Pico de Ferro, na ilha de S. Miguel. Junto a esta lagôa fica situada a segunda sulphatara das tres da bacia das Furnas.

Ferrocinto *(José Maria de Vasconcellos Serrão, 1.º visconde de)*. Abastado proprietario do districto de Vizeu; habilitado com o curso do 2.º anno juridico pela Universidade de Coimbra. N. a 15 de setembro de 1819; era filho de Miguel José Lopes, proprietario em Vizeu, e de sua mulher, D. Gertrudes Ludovina Serrão. O titulo foi concedido por decreto de 17 de julho, e carta de 18 de setembro de 1879.

Ferrocinto. Pov. na freg. de S. Cypriano, conc. e distr. de Vizeu.

Ferronha. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Penedono, distr. de Vizeu,

Ferronho. Pov. na freg. de S. Pedro, de Avioso, conc. de Maia, distr. do Porto,

Ferros. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Felgueiras, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Ferrugenta. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Lordello, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Martinho, de Tavarede, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Fervença. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Celorico de Basto, distr. e arceb. de Braga; 1:225 hab. e 307 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 7 k. da séde do conc. A terra é muito fertil, e produz bom vinho. As religiosas de Santa Clara, de Villa do Conde, apresentavam o reitor, que tinha réis 200$000. El-rei D. Diniz deu esta pov. a seu filho natural, D. Affonso Sanches, senhor de Albuquerque, e este a doou ás referidas freiras. Fervença pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Pov. na freg. de S. Lourenço, de Maiorga, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. N'esta pov., perto de Maiorga, em sitio de pequena altitude, humido e um pouco sezonatico é a séde da nascente da Fervença. Nos mezes de julho e agosto o clima é quente durante o dia e fresco á noite, predominando o vento noroeste. Quasi a meio da alameda em que se desenrola a estrada que vae d'Alcobaça para a estação do caminho de ferro, de Vallado, ha um desvio á esquerda. Entrando n'este desvio atravessa-se o rio sobre uma ponte de madeira, e costeando o monte chega-se a umas construcções modestas da freg. e quinta da Vestiaria, defronte da quinta da Piedade. E' ahi que em quatro pontos diversos, mas proximos, na falda d'um monte dirigido do nascente para o poente, brotam as nascentes das aguas da Fervença, tambem conhecidas pela designação de *Piedade, Vestiaria* e *Maiorga*, nomes das quintas e povoações que ficam perto. Ha 2 estabelecimentos thermaes; um particular e outro municipal. A estas afamadas aguas concorrem muitos doentes todos os annos; a epoca em que são usados os banhos é de 3 de maio a outubro, sendo o serviço medico feito pelos facultativos de Alcobaça. As aguas são limpidas, inodoras e de sabor amargo um tanto salgado. O chefe dos trabalhos praticos do laboratorio chimico da Universidade, o sr. Joaquim dos Santos e Silva, analyson-as em 1889. São de grande utilidade as aguas de Fervença em varias doenças do utero e seus annexos, n'algumas affecções do figado, especialmente na lithiase hepatica, nos engorgitamentos escrofulosos, no herpetismo, e na prisão habitual do ventre. Estas aguas tambem são ap-

plicadas internamente. No *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas*, de Lisboa, maio de 1889, pag. 135, no *Correio d'Alcobaça*, de 5 de maio e no *Correio Medico de Lisboa*, junho do mesmo anno, pag. 107, veem artigos sobre as *Thermas de Fervença*, com a analyse feita pelo professor Joaquim dos Santos e Silva. Na *Coimbra Medica*, de novembro de 1890 e de março de 1891, tambem se publicaram artigos sobre o mesmo assumpto. O livro do dr. Alfredo Luiz Lopes, *Aguas Minero-Medicinaes de Portugal*, publicado em 1892, trata egualmente das aguas da Fervença. ‖ Povoações nas freguezias: S. Paio, de Anciães, conc. de Amarante, distr. do Porto. ‖ N. S.ª do O' de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. ‖ S. Julião, de Calendario, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. ‖ S. Vicente, de Ermello, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. ‖ Santa Comba, de Fornellos, conc. de Fafe, distr. de Braga. ‖ Rio do distr. de Bragança. Nasce na serra de Nogueira, passa por Bragança, e depois de receber uma ribeira, desagua no rio Sabor, com 25 k. de curso.

Fervenças. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Cabaços, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Thiago, de Canalcova, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. ‖ Espirito Santo, de Lamas, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Fervidellas. V. *Firvidellas.*

Festa. Soleunidade religiosa ou civil, instituida em commemoração d'um facto importante. As festas são de todos os povos. Na Grecia tinham um caracter essencialmente religioso; eram consagradas aos heroes, aos deuses agricolas, etc. Os gregos tinham quatro grandes festas nacionaes: os jogos Olympicos, os jogos Pithycos, os jogos Isthmicos, e os jogos Nemeus. Em Roma, cada familia tinha as festas do lar em honra dos deuses domesticos. As festas publicas eram celebradas pelo Estado; tinham um accentuado caracter politico, porque as funcções religiosas andavam ligadas ás funcções politicas. As festas rusticas, extremamente populares, eram verdadeiras festas nacionaes. O Christianismo, desde os tempos apostolicos, celebra por meio de festas a recordação dos grandes mysterios da vida de Christo e os anniversarios dos santos e das santas. Estas festas teem sido sempre celebradas em Portugal, sendo algumas, além de religiosas, tambem populares, como as procissões do Corpo de Deus, que hoje teem perdido muito da sua influencia d'outro tempo, que ainda se notava ha talvez 50 annos; os arraiaes em festas de santos, tanto nas cidades, como em muitas povoações e aldeias. Ainda hoje se observam as festas populares de Santo Antonio, S. João e S. Pedro; pelo tempo do Natal, da Paschoa e do carnaval; as festas patrioticas: anniversarios historicos; casamentos ou outras cerimonias reaes, com folguedos e illuminações publicas; os centenarios de Camões, marquez de Pombal, infante D. Henrique, descobrimento do caminho da India, etc.; as antigas festas cavalheirescas: justas, torneios, carroceis, jogos de tavolas, etc. As festas nacionaes é que só tomaram um caracter mais accentuado, depois de se ter implantado o regimen liberal. As duas primeiras festas do constitucionalismo são a data da entrada do exercito libertador no Porto, 9 de julho de 1832, e em Lisboa, 24 de julho de 1833. Os anniversarios dos monarchas são considerados de grande gala, com feriado e musicas aos toques de alvorada e do recolher; os das mais pessoas da familia real tambem com feriado e pequena gala; etc.

Fetaes. V. *Casaes Brancos.*

Fetaes. V. *Feitaes.*

Fetal. V. *Feital.*

Feteira. V. *Feiteira.*

Feteira. Montanha vulcanica da ilha Terceira, Açôres. ‖ Cabo ou ponta da ilha de Santa Maria, de mesmo archipelago, na costa do N. ‖ Cabo ou ponta da ilha de S. Miguel, na costa SO. ‖ Cabo ou ponta da ilha do Fayal, Açôres, na costa do S. ‖ Pov. do conc. e com. da Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo, na ilha de Santa Maria. E' abundante em milho, trigo, e tem creação de gados. ‖ Pov. do conc. do Nordeste, distr. de Ponta Delgada, na ilha de S. Miguel; tem milho, algum trigo e gados. ‖ Pov. do conc, distr., bisp. e com. de Angra do Heroismo, á beira-mar. Fertil em cereaes, legumes, vinho e pescarias. ‖ Pov. e freg. do Espirito Santo, na ilha do Faial, conc., com. e distr. de Ponta Delgada. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Fica situada no litoral e a O da cidade da Horta. E' fertil em cereaes, pastos, gados e pescarias.

Feteiras. Ilha de S. Miguel; pov. e freg. de Santa Luzia, conc., com. e distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo; 2:109 hab. e 547 fog. A pov. está situada á beira-mar, assente sobre rocha. Tem est. post., trigo, milho, fructas e gados.

Feteirinha. Ilha de Santa Maria; pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, do Espirito Santo, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada.

Feteirinhas *(Quinta dos).* Na freg. de S. Sebastião, de Queiriga, conc. de V. N. de Paiva, distr. de Vizeu.

Fetile. Pov. na freg. de S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Feudal. Concernente ao feudo; do vassallo com referencia ao senhor; relativo ao feudalismo.

Feudalismo. Systema feudal, a constituição, a lei, regimen feudal, que consistia nas mutuas obrigações dos vassallos e dos senhores de terras e que vigorou na Edade-Média, e ainda depois.

Feudo. Dominio nobre e hereditario com pensão de qualquer especie. Dominio ou herdade de que o principe ou senhor faz mercê a seu vassallo com alguma obrigação. ‖ *Feudo livre;* o que se concedia por privilegio real a uma pessôa que não era nobre.

Fevereira. Pov. na freg. de S. Martinho, de Carvalhas, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Fevereiro. V. *Silva Fevereiro.*

Feveros. Pequeno rio, que nasce na freg. de Avintes, conc. de V. N. de Gaia, e vae terminar na margem esquerda do rio Douro, no logar do Esteiro, tendo apenas 1 k. de curso. Faz mover dois moinhos de pão, réga alguns campos e traz peixe miudo. Tambem se lhe dá o nome de *Fébros.*

Feyo. V. *Feio.*

Fez. Uma das cidades de Marrocos, em Africa, a maior povoação do sultanado. E' celebre na historia portugueza por ter sido nas prisões de Fez que morreu o chamado *Infante Santo*, D. Fer-

nando (V. *este nome)*, filho mais novo de D. João I, o mestre de Aviz. Depois da jornada de Tanger, ficou como refens para a restituição de Ceuta aos moiros e captivo morreu, soffrendo com resignação maus tratos de toda a especie.

Fiaca. Pov. do distr. de Inhambane, prov. de Moçambique, Africa Oriental, a O do distr. e na margem esquerda do rio do Ouro.

Fiadeiro (*João Damasceno da Silva*). Actual prior da freguezia de Santa Justa, de Lisboa, capellão das reaes capellas, prégador muito apreciado, etc. Nasceu na Covilhã em 1875. Cursou os preparatorios no collegio de S. Fiel. Frequentou depois o curso de Theologia no seminario patriarchal de Santarem, onde se ordenou em 1892, tendo 17 annos de edade. Celebrou a sua primeira missa em 1893, na egreja do Coração de Jesus, da Covilhã. Em 1894 foi nomeado capellão das reaes capellas, exercendo ao mesmo tempo o cargo de professor de latim do seminario de Santarem, em que se conservou tres annos, vindo depois para Lisboa leccionar portuguez e latim no pequeno seminario de S. Vicente. Em 1901 foi collado prior da freguezia de S. Lourenço. No anno do 1903 acompanhou sua magestade a rainha Senhora D. Amelia na sua viagem ao Mediterraneo, como capellão particular. E' professor de litteratura de sua alteza senhor infante D. Manuel. Em maio de 1905 foi transferido para a freguezia de Santa Justa, tomando posse do seu novo priorado em 2 de junho seguinte. O sr. prior Silva Fiadeiro tem-se evidenciado muito como orador sagrado. Tem a medalha da «Arcadia Romana» e a commenda «Pro ecclesia Pontificie», com que em 1905 o agraciou o pontifice Pio X, attendendo aos seus meritos litterarios e scientificos.

Fiado. Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola.

Fiães. Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Trancoso, distr. e bisp. da Guarda; 472 hab. e 113 fog. Tem esc. para o sexo fem. e est. post A pov. dista 6 k da séde do conc. O abbade de Santa Maria, de Trancoso, apresentava o cura, que tinha 3$000 réis de congrua e o pé d'altar. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n. 12, com a séde em Trancoso. || Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Valle Passos, distr. de Villa Real, bisp. de Bragança; 401 hab. e 86 fog. Tem esc. para o sexo masc. e caixa post. A pov. dista 15 k. da séde do conc. O real padroado apresentava o abbade que tinha o rendimento de 200$000 réis. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19 com a séde em Chaves. || Pov. e freg. de Santa Maria, conc. e com. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 783 hab. e 208 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada em terreno muito accidentado; é vasto o seu territorio. Houve aqui um importante convento de frades benedictinos, muito antigo, pois, segundo a tradição, já existia em 851, no tempo de D. Ramiro II, rei de Leão. Consta que era o mosteiro mais rico das Hespanhas. O convento pagava 40$000 réis á capella real, e 25$000 réis ao convento do Desterro, de Lisboa. Já era couto no tempo de D. Affonso Henriques, primeiro rei de Portugal. Tinha muitos privilegios. Na egreja d'este convento está actualmente estabelecida a freguezia Ainda se conserva em bom estado; é de architectura gothica, e tem o tecto sustentado por fortes arcarias. A entrada principal é ornada de muitas columnatas da mesma ordem architectonica, revelando a mais remota antiguidade. O interior do templo é escuro e triste; as cornijas e cimalhas são ornadas de differentes figuras, mais ou menos phantasticas. Com a extincção das ordens religiosas, o convento foi posto em venda, mas por falta de compradores, chegou a vender se em detalhe, a pedra das paredes, columnas, arcarias, telhados, portas, janellas, varandas, grades de ferro, etc. Pela pov. passa o pequeno rio Trancoso, que divide Portugal da Galliza, e entra na margem esquerda do rio Minho, 6 k. acima de Melgaço. A 1:500 m. do mosteiro, ergue-se a elevada serra de Pernidêllo, d'onde se desfructa um vastissimo panorama. A'cerca do mosteiro publicou o sr. Guilherme de Oliveira, em Lisboa, uma monographia intitulada: *Uma visita ao real mosteiro de Fiães*. Fiães pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. da Feira, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 1:151 hab. e 415 fog. Tem esc. do sexo masc, medico e pharmacia. A pov. dista 8 k da séde do conc. e está situada em terreno accidentado, mas saudavel e fertil. A egreja matriz foi reedificada no seculo XIV. O convento de cruzios, de Grijó, apresentava o cura, que tinha 100$000 réis. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. || Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Argella, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Campia, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu || Santo André, de Ervedal, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Santa Christina, de Mentrestido, conc. de V. N. da Cerveira, districto de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Oliveira do Conde, conc. do Carregal, distr. de Vizeu. || N. S.ª dos Anjos e conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Conceição, de Villar de Maçada, conc. de Alijó, distr. de Villa Real.

Fiães do Rio. Pov. e freg. de Santo André, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 294 hab. e 59 fog. Tem correio. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Montalegre para Ruivães, perto da margem esquerda do rio Cávado. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Fiães do Tamega. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com de Boticas, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 381 hab. e 81 fog. Tem correio e esc. do sexo masc. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada perto da margem direita do rio Tamega. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. Foi annexada ao conc. de Ribeira da Pena, por decreto de 26 de setembro de 1895, que aboliu o de Boticas, e voltou para este, por ter sido restaurado, por decreto de 13 de janeiro de 1898.

Fial. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Couto, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Miguel do Outeiro, conc. de Tondella, distr

de Vizeu. || S. Paio, de Oleiros, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Christovão, de Refoios de Riba d'Ave, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Villar de Moiros, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Alquerubim, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro.

Fial de Baixo e **Fial de Riba.** Duas povoações na freguezia de Santa Marinha, de Alquerubim, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro.

Fialha. Pov. na freg. de S. Gregorio, de Reguengo, conc. e distr. de Portalegre.

Fialho. As armas d'esta familia são: em campo azul tres moedas de ouro em roquete, cada uma com sua cruz do mesmo metal no remate; timbre, uma das moedas. Para a historia d'este appellido veja-se *Origem da antiquissima familia dos Fialhos de Portugal*, por A. F Barata; Barcellos, 1894.

Fialho (*Luiza Leopoldina*). Actriz muito popular. N. na Torre de S. Julião da Barra em 15 de fevereiro de 1838, fal. em Lisboa a 7 de novembro de 1891. Era filha de Luiz Cordeiro Fialho e de Josepha Pereira. Manifestando grande vocação para a arte dramatica, e luctando sua familia com muita falta de recursos, resolveu dedicar-se ao theatro. Começou, como aprendizagem, a represeutar em 1851, não tendo ainda 13 annos completos, n'um theatrinho particular que existiu na rua do Salitre, e depois no antigo theatro Garrett, da travessa do Forno aos Anjos, que ha poucos annos foi demolido. Como actriz, debutou pouco depois no theatro das Variedades, que então ainda tinha o nome *do Salitre*, em tres comedias: *Empresta-me dois pintos?*, *Maria, ou quinze annos depois*, e *Um rapto aereo*. N'esta ultima comedia representou um papel de varina, viciando muito a voz, o que lhe fez alcançar uma brilhante ovação. Aos 16 annos incompletos estreou-se na Rua dos Condes, em 21 de dezembro de 1853, na opera comica em 2 actos, intitulada *Cosimo*. Foi recebida com o maior agrado, e em pouco tempo tornou-se a figura mais proeminente do theatro, a actriz mais predilecta do publico. Luiza Fialho representou com o maior exito os principaes papeis da *Ramalhetcira*, *Graça de Deus*, *Operarios*, *Filha bem guardada*, *Isidoro o vaqueiro*, comedia que fez epoca, e o *Perdão d'acto em perspectiva*, em que era notavel no papel de Alfredo, um estudante travêsso e namorador de 13 annos de edade. Luiza Fialho conservou-se na Rua dos Condes até 1856; n'esse anno, parte da companhia passou para o theatro de D. Fernando, e Luiza Fialho acompanhou os seus collegas. Ali continuou a sua gloriosa carreira artistica, representando numerosos papeis, sempre com distincção, recebendo sempre phreneticos e enthusiasticos applausos. Lembra-nos as seguintes peças, em que então entrou: *Palavra de rei*, opera comica em 2 actos; *Lisboa em 1856*, revista em 3 actos; *Matheus o gageiro*, *Cecilia de castigo*, *Quem o alheio veste*, *O dinheiro nem sempre vence*, *Gloria e amor*, *Uma ceia em Carriche*, *Um jantar por despedida*, etc. A empresa do theatro de D. Fernando findou em julho de 1858, e depois de dois mezes de descanço voltou Luiza Fialho para o da Rua dos Condes, onde se estreou em 14 de setembro. Foi delirante a ovação com que o publico recebeu a sua dileeta actriz; platéas e camarotes estavam regorgitando de espectadores; as flôres que lhe atiravam eram em tão grande numero, que alcatifavam o palco. Estas epocas que esteve na Rua dos Condes fôram por assim dizer as epocas da sua verdadeira gloria. E' importantissimo o reportorio que então representou. Havia noites que entrava em 7 actos, e por vezes ainda nos intervallos cantava uma aria ou representava uma scena comica. Luiza Fialho tinha o timbre de voz muito agradavel, «e ninguem, como ella (diz um seu biographo) sabia dar á platéa o sentido das coplas, pronunciando-as claramente, adornando-as de engraçado e vigoroso colorido.» O fallecido maestro Joaquim Casimiro elogiava os dotes que Luiza Fialho tinha para o canto, e escreveu-lhe bastantes arias, entre as quaes figurava a intitulada *Corôas de rosas*, que obteve grande successo. Em julho de 1866 foi escripturada para as Variedades, a convite do empresario Pinto Bastos; por esta occasião tambem Luiza Fialho teve proposta para tomar parte na companhia do theatro de D. Maria II, mas não acceitou. Nas Variedades apresentou se nas duas magicas de Eduardo Garrido: *A pera de Satanaz* e *A pomba dos ovos de ouro*, e em muitas outras peças do reportorio. Em julho de 1868 foi ao Porto, e representou nos theatros de S. João e do Palacio de Crystal. Tomando depois Pinto Bastos o theatro da Rua dos Condes, Luiza Fialho fez parte da companhia que se organisou, representando com muita graça o papel de grumete no *Fagulha*, opera comica em 2 actos, com musica de Sá Noronha, e o endiabrado fidalguinho nas *Loucuras de rapaz*, musica de Freitas Gazul, opera comica em 3 actos, que subiu pela primeira vez á scena em seu beneficio. Foi depois para o theatro do Principe Real, empresa Pinto Bastos e José Carlos dos Santos, e ali representou em 1868 na *Gran duqueza de Gerolstein*, *Ponte dos suspiros*, que foi em seu beneficio, *Pelle de burro*, etc. Em 1869 tornou ao Porto, e representou nos theatros de S. João e do Palacio de Crystal. Sentindo-se já bastante doente, a popular artista foi, por conselho dos medicos, fazer uma digressão pela provincia, e quando regressou a Lisboa, ainda se contratou na Rua dos Condes em 1872, entrando na magica *Cebola mysteriosa*, e nas operettas *Noite de nupcias* e *Scenas de Coimbra*. Achando-se uma noite em scena, foi accommettida d'um pequeno ataque de paralysia. Melhorou um pouco, e no carnaval de 1873 ainda representou o *Sr. João e a Sr.ª Helena* na Rua dos Condes, Circo de Price e theatro de D. Augusto, em Alcantara. Foi a ultima vez que representou, porque se repetiu o ataque de paralysia por tal fórma, que ficou completamente entrévada. O resto da vida de Luiza Fialho foi bem doloroso; além da falta de meios com que luctava, viu fallecer seus paes, que muito estremecia e por quem sempre se sacrificara. Os seus amigos e admiradores não se esqueciam, porém, da desditosa actriz, e de quando em quando promoviam-lhe beneficios em differentes theatros e touradas no Campo de Sant'Anna. Em 1874 fez um beneficio na Rua dos Condes, que fôra o theatro das suas maiores glorias artisticas; n'essa noite, as saudosas recordações da scena a animaram a apresentar-se pela derradeira vez, recitando uma poesia, que Alcantara Chaves se encarregou de escrever. Luiza

Fialho appareceu no palco sentada n'uma cadeira, e ali se conservou, porque a terrivel enfermidade que a attingira, sómente lhe deixava livre o movimento dos braços. A poesia foi ouvida no meio da maior sensação, e a infeliz entrevada recebeu-a quasi em lagrimas. O infortunio cançou-se afinal de atormentar a triste paralytica, e a morte veiu terminar aquella amargurada existencia. Além das peças que já apontámos, mencionaremos as seguintes: *O principe verde*, *Romã encantada*, *Leilão do diabo*, *Salamanca*, *A corça branca*, *Um sapateiro industrioso*, *O 66*, *Luiza e Augusto*, *As apparencias illudem*, *O descascamilho*, *Os martyres da Polonia*, *A rainha das flôres*, *Intrigas no bairro*, *Novas intrigas no bairro*, *A familia do bailarino*, *Uma creada impagavel*, *A flor da serrania*, *Amor e loucura*, *Um namorado exemplar*, *Amor aos bofetões*, *As guardas do rei de Siam*, *A noiva de pau*, *Os encantos de Medéa*, *Um coronel no reinado de Luiz XV*, *Luiz XV e a Dubarry*, *Amor a quanto obriga*, *Amor e o Codigo*, *A nogueira da avósinha*, *A castellã*, *O que é Lisboa*, *A estrella do norte*, *Conjuração feminina*, *Martyrios de um empresario*, *Marina*, *Postilhão da Rioja*, etc.

Fialho *(Manuel)*. Jesuita. N. em Evora em 1646, fal. em 27 de dezembro de 1718. Deixou manuscripta uma obra em 4 volumes, intitulada *Evora illustrada*, de que o padre Francisco da Fonseca, da mesma Companhia de Jesus, fez um resumo, que publicou em Roma, em 1728, com o titulo de *Evora gloriosa; epilogo dos quatro tomos da «Evora illustrada» que compoz o R. P. Manuel Fialho, da Companhia de Jesus, accrescentada e amplificada*, etc.

Fialho *(Manuel Mathias Vieira)*. Bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa a 23 de maio de 1809. Era filho de Manuel Mathias Vieira Fialho de Mendonça, e de D. Maria Cecilia Aillaud. Tendo-se formado em Mathematica, tencionava doutorar-se e seguir a vida do magisterio, quando a morte o surprehendeu em 29 de abril de 1834, contando apenas 25 annos de edade incompletos. Era moço de muito talento e que dava grandes esperanças. O dr. F. de Castro Freire publicou a seu respeito um artigo no *Instituto*, vol III, pag. 274.

Fialho. Pov. na freg. de N. S.ª das Mercês, de Carvalhal Bemfeito, conc. de Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Fialho Gomes *(João Maria)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. Natural da Vidigueira, e fal. em 1 de setembro de 1886. Era filho de Marcellino Fialho Gomes. Concluiu o curso em 19 de junho de 1878, obtendo louvor, e n'esse mesmo anno publicou a sua these inaugural: *Algumas palavras sobre as causas do aborto*. Foi nomeado medico extraordinario do hospital de S. José em 14 de agosto de 1885. Era professor de hygiene e introducção na escola municipal Rodrigues Sampaio.

Fialho de Mendonça *(Manuel Mathias Vieira)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, professor de grammatica latina e advogado em Santarem, etc. Nasceu em Cabanas de Torres, termo da villa de Alemquer, em 1779; fal. em Coimbra a 14 de abril de 1813. Era filho de Manuel Vieira de Mendonça. Foi educado na cidade da Bahia, onde seu pae exerceu por algum tempo cargos de magistratura. Manifestando desde os primeiros annos notavel inclinação para os estudos e notavel disposição para a poesia, seguiu na Universidade de Coimbra o curso de jurisprudencia, no qual se formou em 1807, estabelecendo se depois em Santarem como advogado e professor de grammatica latina. Ainda era estudante quando imprimiu em Lisboa dois tomos de poesias, com o titulo de *Rimas poeticas*. Em 1808, quando rebentou a insurreição portugueza, escreveu e publicou uma poesia enthusiastica com o titulo de *Canto heroico*, e talvez fôsse por esse motivo que, em 1810, saiu de Santarem, refugiando-se em Lisboa, juntamente com os povos da Beira e da Extremadura, que fôram mandados recolher a Lisboa, para fugirem á invasão do exercito francez, commandado por Massena. N'essa precipitada vinda para Lisboa trazendo a sua mobilia e a sua livraria, perdeu-se uma grande parte d'ella, e entre os livros e manuscriptos que se perderam, desappareceu um, a traducção quasi completa da *Eneida*, de que só se publicou posthumo um fragmento no *Investigador portuguez* de dezembro de 1814, precedido de uma curta biographia do autor escripta por José Liberato Freire de Carvalho. Depois da retirada do exercito francez, Fialho de Mendonça foi viver para Coimbra, e ali adoeceu gravemente com uma febre ethica, de que veiu a fallecer, tendo 33 annos de edade. A curta biographia foi reproduzida no *Instituto de Coimbra*, vol. III, pag. 274, servindo em uma e outra parte de prologo ao fragmento da versão do livro IV da *Eneida*. Escreveu: *Rimas poeticas*, Lisboa, 1805, 2 tomos; no 1.º tomo vem a tragedia *Atrêo e Thiestes*, de que se tiraram exemplares em separado com o titulo seguinte: *Atrêo e Thiestes; tragedia de Crébillon, traduzida do francez*, Lisboa, 1805; *Canto heroico aos portuguezes*, Coimbra, 1808. Consta que deixara quasi concluido um *Diccionario juridico*, e uma excellente traducção da *Historia da conjuração de Catilina*, de Sallustio, que saiu publicada no *Instituto de Coimbra*, vol. V, pag. 189, 210, 234, 262, 285, e vol. VI, pag. 43, 87, 98, 116 e 123. Esta traducção é precedida d'uma erudita prefacção de Joaquim Alves de Sousa.

Fiandal. Pov. na freg. de Santa Quiteria, de Meca, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Fianquindi. Pov. do conc. de S. Salvador do Congo, prov. de Angola.

Fião. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Fiarresga. Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Ourosinho, conc. de Penedono. distr. de Vizeu.

Fibeda. Pov. na freg. do Salvador, de Ruivães, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Ficalho *(Antonio de Mello Breyner Telles da Silva, 2.º conde e 1.º marquez de)*. Fidalgo da Casa Real e seu mordomo-mór; 6.º senhor da Villa Verde de Ficalho e do morgado de Serpa, conselheiro de Estado effectivo, gentil-homem da camara da rainha D. Maria II e dos monarchas D. Pedro V, D. Luiz I, e do senhor D. Carlos I; ajudante de campo do duque de Bragança, D. Pedro IV, do principe D. Augusto de Leuchtemberg; el-rei D. Fernando II; par do reino, commendador de Santa Maria de Alcanêde, na ordem de Aviz, e alcaide-mór da mesma villa; com-

mendador de S. Pedro de Gouvêas e de S. Martinho de Pinhel, na ordem de Christo, etc. Nasceu a 23 de agosto de 1806, fal. em 27 de abril de 1893. Era filho do 1.º conde de Ficalho, Francisco José de Mello Breyner Telles da Silva, e de sua mulher, D. Eugenia de Almeida, que depois de viuva teve os titulos de marqueza e de duqueza de Ficalho. Os nomes dos seus avós encontram-se nas paginas brilhantes da nossa historia : tomada da praça de Mourão cerco de Badajoz, batalha das linhas d'Elvas, etc. Succedeu na casa de seu pae e no titulo de conde, a 25 de agosto de 1812. Descendente de militares illustres, o marquez de Ficalho seguiu a carreira das armas, e tomou parte nas campanhas da liberdade como ajudante de campo do duque de Bragança D. Pedro, desde que o imperador aportou á ilha Terceira em 30 de março de 1832, até ao seu fallecimento em 24 de setembro de 1834. Na Terceira distinguiu-se muito na batalha do dia 11 de agosto de 1829, na villa da Praia da Victoria. Esteve no cêrco do Porto entrando na maior parte

Marquez de Ficalho

das batalhas que então se feriram, obtendo em combate um posto de accesso pela sua intrepidez e valor. Desembarcou com o duque da Terceira no Algarve, onde tambem entrou em combates, e apenas chegou a Lisboa apressou-se á libertar sua valorosa mãe, que tinha sido encerrada no convento de Carnide. Foi eleito par do reino por carta regia de 30 de abril de 1826, de que prestou juramento e tomou posse na sessão na respectiva camara de 16 de agosto de 1834. Acompanhou desde Munich a Lisboa o principe D. Augusto Carlos, duque de Leuchtemberg e de Santa Cruz, principe de Eischstaed, primeiro marido de D. Maria II. Foi ajudante de campo d'el-rei D. Fernando II, até pedir a sua exoneração de official do exercito, que lhe foi concedida com as honras de tenente-coronel. Casou em 14 de setembro de 1834 com D. Maria Luiza Braamcamp d'Almeida Castello Branco, dama de honor das rainhas D. Maria II, D. Estephania, e D. Maria Pia, filha do 1.º conde e 1.º visconde de Sobral, com grandeza, e 2.º barão do mesmo titulo, Hermano José Braamcamp de Almeida Castello Branco. O marquez de Ficalho era associado provincial da Academia Real das Sciencias de Lisboa, vogal effectivo do conselho de Agricultura, Commercio e Industria. Possuia as seguintes honras : gran-cruz da ordem de Christo, e da antiga e muito nobre ordem da Torre e Espada ; gran-cruz das ordens da Rosa, do Brazil ; da Aguia Vermelha, da Prussia ; de Carlos III, de Hespanha, e de Santo Estanislau, da Russia. O titulo de marquez, *de juro e herdade*, foi concedido em 4 de abril de 1834.

Ficalho *(Francisco José de Mello Breyner Telles da Silva, 1.º conde de).* Veador da princeza D. Maria Benedicta, filha de el-rei D. José, e irmã da rainha D. Maria I ; alcaide-mór das villas de Alcanêde e Pernes, commendador de Alcanêde na ordem de Aviz ; 5.º senhor da Villa Verde de Ficalho e do morgado da villa de Serpa ; commendador das commendas de S. Martinho, de Pinhel, de Santa Maria Via-Todos, e de S. Pedro, de Gouvêas, todas na ordem de Christo ; tenente-coronel no regimento de infantaria n.º 8, etc. N. a 17 de outubro de 1781, fal. em Salamanca a 25 de agosto de 1812. Era filho de Antonio José de Mello, 4.º sr. de Ficalho, alcaide-mór das villas de Alcanêde e Pernes, commendador das commendas acima citadas ; cavalleiro professo na ordem de Christo, etc. (V. *Mello, Antonio José*), casado com D. Maria Margarida Xavier de Lima, filha dos 1.os marquezes de Ponte de Lima. Seguindo como seu pae a carreira das armas, o conde de Ficalho era major de infantaria n.º 13 em principios do anno de 1810, e tendo-se demorado sem licença em Lisboa, e allegando para justificar essa falta que estava doente, o marechal Beresford mandou-o prender, obrigou-o a pedir a demissão, mandando publicar na ordem do dia de 19 de janeiro do referido anno, a seguinte declaração : «Que a perda para o exercito d'uma pessoa que desejava deixar o serviço, quando todo o reino era chamado a elle para se oppor ao inimigo, como fazia o ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Francisco de Mello, não seria lamentada pelos officiaes e soldados portuguezes assim como o não era por fórma alguma por elle marechal, que desejava tirar do exercito pessoas que em um tempo tal, podendo passear e frequentar os theatros, se achavam sómente incapazes para fazer face ao inimigo do seu principe e da sua patria » Este aspero procedimento do marechal occasionou grandes queixas do marquez das Minas, que sendo proximo parente de Francisco de Mello, e um dos governadores do reino, se julgou tão aggravado, que nunca mais voltou ao conselho. As reclamações fôram levadas até ao principe regente, D. João, que estava no Brazil, mas o principe deu razão ao general inglez, que para introduzir a disciplina no exercito, não attendia á posição nem á ligação dos individuos que elle julgava merecedores de censura ou de castigo. O brioso fidalgo, julgando-se ferido na sua honra, querendo desafrontar-se, foi assentar praça de voluntario, e de tal modo se portou, que o commandante em chefe no dia 6 de junho de 1811, publicou uma ordem do dia especial para louvar aquelle que pouco mais de um anno antes tão asperamente accusára. Essa ordem do dia diz o seguinte : «S. ex.ª o sr. marechal deseja que o exercito se lembre da ordem do dia

19 de janeiro de 1810. S. ex.ª deu então esta ordem convencido de que era justa e que convinha ao serviço de S. A. R. o principe regente nosso senhor, porém agora sente a maior satisfação em a fazer lembrar ao exercito para dissipar toda a impressão desfavoravel que ella possa ter produzido no caracter e honra do official que fez o seu objecto, o ill.mo e ex.mo sr. Francisco de Mello. O sr. marechal tem depois testemunhado, elle mesmo, os desejos d'este fidalgo de servir o seu principe, apezar do estado da sua saude, que tendo-o muitas vezes obrigado a deixar o exercito, tem sempre voltado para elle o mais depressa que lhe tem sido possivel; elle se tem mostrado digno em todo o ponto de vista da approvação do sr. marechal, e finalmente sendo ferido em Albuera, apezar d'isso não deixou o campo da batalha. O sr. marechal julga ser uma justiça devida á pessoa de que fala na dita ordem e á nação retractar-se de quanto esta disse não só em consequencia das provas em contrario que depois tem tido, como tambem pelo merecimento da pessoa de que falou; e em similhantes casos s. ex.ª sentirá sempre grande prazer quando tiver de retractar-se. O sr. marechal não faltará a recommendar a S. A. R. se digne restabelecer o ill.mo e ex.mo sr. Francisco de Mello no posto e antiguidade que tinha, como se não houvesse saído d'elle. O sr. marechal não póde deixar de sentir o mau estado de saude d'este fidalgo, pois que muitas vezes tem sido testemunha dos terriveis effeitos que o impedem de servir com o ardor e constancia que deseja.» A reparação era sem duvida completa, mas Francisco de Mello tinha sido profundamente ferido nos seus brios militares, e só julgou o seu brazão limpo da mancha que Beresford lhe estampára, quando atravessado pelas balas do inimigo caiu á frente do regimento de infantaria n.º 18, de que então era coronel, na batalha no campo dos Arapiles, em Salamanca. O titulo de condessa de Ficalho havia sido dado em 25 de abril de 1769 a D. Izabel Josepha Breyner, mulher de Francisco de Mello Breyner, 3.º senhor de Villa Verde de Ficalho, a qual havia enviuvado, e que desde novembro de 175[illegible] era dama de honor do Paço, e acompanhou em 1778 a rainha viuva de D. José, D. Marianna Victoria, como camareira-mór, quando foi á côrte de Hespenha visitar seu irmão Carlos III. D. Izabel Breyner era avó de Francisco de Mello, e o titulo de conde foi renovado em seu favor. O conde de Ficalho casou em 22 de setembro de 1803 com D. Eugenia d'Almeida, filha dos 3.os marquezes de Lavradio, camareira-mór da rainha D. Maria II, antiga dama honor do Paço, dama da ordem de Santa Izabel. D'este consorcio houve os seguintes filhos: D. Maria Margarida, que foi dama de honor das rainhas D. Maria II, D. Estephania e Senhora D. Maria Pia, e casou com D. Thomaz de Assis Mascarenhas, 4.º filho dos 4.os condes de Obidos. — Antonio de Mello, o 1.º marquez de Ficalho. — Luiz de Mello, foi o 2.º conde de Sobral, casado com D. Adelaide Braamcamp d'Almeida Castello Branco, dama da rainha D. Maria II, filha primogenita e herdeira do 1.º conde de Sobral. — José de Mello, cavalleiro da ordem de S. João de Jerusalem, casado com D. Maria Antonia Candida da Costa Zagallo, filha e herdeira de José Maria da Silva Zagallo, morgado e proprietario na villa de Extremoz, Elvas, etc. — Francisco de Mello, que foi o 2.º conde de Mafra, ajudante de campo de el-rei D. Fernando II, general de brigada, etc. (V. *Mafra*). A condessa de Ficalho viuva, D. Eugenia d'Almeida, foi uma heroina. N'um artigo, publicado no *Occidente* de 1893, vol. 16.º pag. 107, diz D. João da Camara, falando d'esta illustre senhora, referindo-se á partida dos seus filhos para as campanhas da liberdade: «A condessa de Ficalho chamou os filhos e mandou-os partir. Despediu-se d'elles no oratorio.—«Meus filhos: Só Deus dá a virtude, e o valor é uma virtude. Peçam a Deus lhes dê valor.» — Os filhos ajoelharam em frente do altar e a condessa orou com elles. Depois levantaram-se e vieram beijar-lhe a mão. Nem uma só linha se moveu n'aquelle rosto, nem um calafrio passou por aquelle corpo; aquellas entranhas, que haviam dado vida áquelles que ella talvez mandava agora para a morte, ninguem diria que houvessem estremecido. Elles beijaram-lhe a mão e saíram. Quando, minutos depois, os criados entraram no oratorio, a condessa de Ficalho estava desmaiada sobre os degraus do altar, hirta, vencida emfim, mas tarde, para que os outros a não vissem, os outros que tinham de vencer. Cruelmente pagou no carcere o seu egoismo». A condessa foi encerrada no convento de Carnide, e as freiras, desmoralisadas pelo fanatismo politico, tratavam n'a com barbaridade, dirigindo-lhe sempre insultos. A infeliz senhora soffria resignada, n'aquelle martyrio que durou longos mezes De tempos a tempos conseguia saber noticias, de que os filhos ainda viviam. Estas noticias eram dadas por um santo padre, que, para as freiras não desconfiarem, as envolvia em blasphemias e improperios. Quando em 1833 o marquez de Ficalho, entrou em Lisboa com o duque da Terceira, correu logo a Carnide a libertar sua mãe, d'aquelle terrivel flagello. Dias depois de recuperar a liberdade, a infeliz senhora, em cumprimento d'uma promessa, subia descalça a calçada da Graça. Os curiosas apinhavam-se, o povo cumprimentava-a com respeito, e diziam uns para os outros; «Deixem passar, é a mãe dos Ficalhos». A rainha D. Maria II deu-lhe o titulo de marqueza, no referido anno de 1833, elevando-a a duqueza, por decreto de 14 de maio de 1836. A duqueza de Ficalho nascera a 22 de setembro de 1784, e fal. a 2 de janeiro de 1859.

Ficalho *(Francisco Manuel de Mello, 3.º conde de).* Fidalgo da Casa Real e seu mordomo-mór, gentil-homem da camara d'el-rei D. Luiz I, e do Senhor D. Carlos I; conselheiro de Estado effectivo, par do reino, lente cathedratico da cadeira de Botanica da Escola Polytechnica de Lisboa, lente e director do Instituto Agricola da mesma cidade, hoje Instituto da Agronomia e Veterinaria; socio effectivo da Academia Real das Sciencias e da Sociedade de Geographia, addido de legação; alferes dos extinctos batalhões nacionaes, escriptor, etc. N. a 27 de julho de 1837, fal. a 19 de abril de 1903. Era filho do marquez de Ficalho, Antonio de Mello Breyner Telles da Silva, e de sua mulher, D. Maria Luiza Braamcamp de Almeida Castello Branco. Comquanto succedesse a seu pae no marquezado, não usou nunca o titulo de marquez. Matriculou-se na Escola Polytechnica em 1855, e foi um dos estudantes mais distinctos e premiados, concluindo brilhan-

temente o curso em 15 de julho de 1860. No concurso aberto n'este anno para o prehenchimento da vaga de lente substituto da cadeira de Botanica, da mesma escola, deu tão exuberantes provas do seu grande valor intellectual e dos seus profundos conhecimentos scientificos sobre a especialidade d'aquella cadeira, que, por decreto de 2 de janeiro de 1864 era nomeado para aquelle logar. Por morte de Andrade Corvo ficou regendo a referida cadeira, sendo investido na sua posse por decreto de 27 de janeiro de 1890. O conde de Ficalho casou em 1862, com D. Josepha de Menezes de Brito do Rio, dama de honor da rainha senhora D. Maria Pia, filha de D. Pedro Pimentel de Menezes Brito do Rio, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, senhor de vinculos na ilha Terceira; e de sua mulher, D. Maria Kruz. O conde de Ficalho foi elevado a par do reino por carta regia de 29 de dezembro de 1881, de que prestou juramento e tomou posse na sessão da respectiva camara de 4 de fevereiro de 1882. A data da concessão do titulo de conde é de 16 de junho de 1862. Exerceu diversas commissões diplomaticas, e foi quem representou Portugal, como embaixador extraordinario, nas cerimonias do coroação do czar da Russia em junho de 1896. O seu nome foi por vezes lembrado em differentes situações politicas para ministro dos extrangeiros, mas nunca fez parte de ministerio algum. Era gran-cruz da ordem de Carlos III, de Hespanha, e cavalleiro das seguintes ordens: Leopoldo da Belgica, Leão dos Paizes Baixos, Aguia Vermelha da Prussia, Legião de Honra de França, S. Mauricio e S. Lazaro de Italia e Ernesto Pio de Saxe-Coburgo. Os seus trabalhos litterarios e historicos são muito apreciados. Collaborou em diversas publicações litterarias e scientificas. No antigo jornal *O Reporter* escreveu um curioso artigo, intitulado: *Quadro de cos'umes e paizagens alemtejanas.* Muito dedicado á historia do paiz, era principalmente a India que lhe merecia mais attenção. Quando falleceu, andava trabalhando n'uma obra, que parece ter ficado por concluir, ácerca dos portuguezes na India; d'esta obra destacou uma monographia, com o titulo de *Viagens de Pero da Covilhã*, que publicou em 1898, a qual constitue um livro muito curioso e interessante da nossa historia indiana nos seculos XV e XVI. Escreveu mais: *Flóra dos Luziadas*, por occasião das festas do tricentenario de Camões, em 1880; *Plantas uteis da Africa portugueza*, Lisboa, 1884; obra de muito valor para o estudo da flora medicinal; *Garcia da Orta e o seu tempo*, Lisboa, 1886; commentario aos *Colloquios* d'esse homem de sciencia; *Colloquios dos simples e drogas da India* por *Garcia da Orta*, edição annotada, 2 vol., 1891-1895. Os seus ultimos trabalhos litterarios fôram publicados na revista *A Tradição*, de Serpa, sob os titulos: *Serpa sob o dominio dos sarracenos* e *Influencias mosarabes na linguagem dos pastores alemtejanos.* Na 21.ª serie do *Boletim* da Sociedade de Geographia de Lisboa, N.º 5, de maio de 1903, está publicado o elogio do conde de Ficalho, escripto pelo sr. conde de Arnoso. N'este elogio se mencionam os inéditos deixados pelo illustre professor.

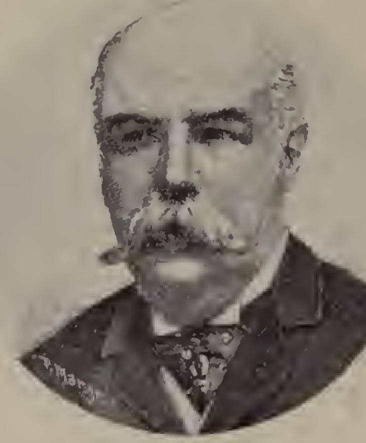

Conde de Ficalho

Ficalho. V. *Villa Verde de Ficalho.*

Fidalgo. O titulo castelhano de *hidalgo* foi introduzido em Portugal no reinado de D. Affonso III, pronunciando-o nós *fidalgo*, para distinguir os cavalleiros e escudeiros de nobreza herdada ou linhagem, de aquelles que apenas gozavam taes titulos em virtude de graça especial do soberano. *Fidalgo* quer dizer *filho d'algo*, isto é, que tem *alguma cousa* em bens ou em condição nobre. E' assim que o referido monarcha diz, no foral concedido a Villa Real, que alcaide-mór do castello, quando o houvesse, seria *filium d'algo*, nascido em Portugal e que *vingasse* 500 soldos, querendo isto dizer que receberia annualmente tal quantia do soberano. Dizem varios autores que n'este passo do foral se não prescreve quantia dada pelo rei, mas sim se preceitua que, no caso de ser morto o alcaide-mór, receberiam os herdeiros 500 soldos dados pelo assassino em razão da nobreza da sua victima. Inclinamo-nos decididamente para a primeira interpretação de *vingar*, tanto mais que D. Affonso V tambem determinou aos fidalgos do reino que entrassem para o serviço da sua real casa, se inscrevessem como *moradores* no paço, percebendo varias *moradias*, que eram umas certas pagas annuaes, dadas consoante os serviços de cada um ou segundo a sua gerarchia D'aqui a classificação que se fez dos fidalgos, cujas categorias se systematisaram em duas ordens ou classes, tendo cada uma tres graus: *Primeira ordem — 1.º grau:* fidalgo-cavalleiro; *2.º grau:* fidalgo-escudeiro; *3.º grau:* moço fidalgo. *Segunda ordem — 1.º grau:* cavalleiro-fidalgo; *2.º grau:* moço da camara; *3.º grau:* escudeiro-fidalgo. De todos estes titulos de nobreza apenas hoje se conservam dois: o de *moço-fidalgo* e o de *fidalgo-cavalleiro.* A's seis categorias apontadas correspondiam differentes *moradias;* porém, gradualmente, podia-se transitar da categoria mais baixa para a mais elevada. Não era raro ver um escudeiro-fidalgo da segunda ordem ascender a fidalgo-cavalleiro de primeira nobreza; era-lhe todavia forçoso passar por todos os graus nobiliarchicos apontados. Durante algum tempo fôram designados por *fidalgos com exercicio* sómente aquelles que serviam o soberano, mas depois generalisou-

se esta denominação a todos os nobres, embora affastados do paço. A simples prova de ser filho legitimo de pae fidalgo era o bastante para adquirir o primeiro foro de nobreza. Por isso se chama filhamento ao acto pelo qual se concedia aquella distincção. Gozar *foro de fidalgo* quer dizer haver sido feito fidalgo quando o pae o não era, e o foro podia ser conferido pelos principes e infantes: mas para fazer fidalgos era necessaria a sancção do rei. Os duques de Bragança tinham a prerogativa de darem fidalguia, mas as suas nomeações careciam egualmente da confirmação regia. Consultando as velhas *Ordenações* muito se encontra de interessante ácerca de fidalgos. Entre as disposições mais curiosas indicaremos as seguintes: — Se alguem se fizer fidalgo, ou se nomear, não o sendo, tem pena de cem cruzados e paga as custas em tres dobros. — Fidalgo que tira moça de casa de seu pae por sua vontade e por affagos ou induzimentos que lhe fez, é riscado dos livros de el-rei, e perde toda a tença que d'elle tiver, sendo degredado para Africa até mercê d'el-rei. — Fidalgos não comprem para regatear. — Fidalgos e cavalleiros e similhantes pessoas não pódem ser presos por dividas, nem por casos crimes leves, senão com homenagem. — Fidalgos de solar teem credito em suas escripturas, como se fôssem publicas. — Fidalgos não pódem ser mettidos a tormentos senão em caso de crime de lesa magestade ou de aleivosia, falsidade, moeda falsa, testemunho falso, feitiçaria, alcovitaria, furto, etc. Muitas outras disposições secundarias se consignam nos diversos titulos das *Ordenações* affonsinas, manuelinas e filippinas.

Fidalgo. Bahia na costa SE da ilha de S. Nicolau, da prov. de Cabo Verde, Africa Occidental, entre a ponta do Guincho e a da Vermelharia. ‖ Ponta ou cabo da costa SE da ilha de S. Nicolau, da prov. de Cabo Verde.

Fidelissimo. Tratamento conferido a el-rei D. João V e seus successores por um *motu proprio* do pontifice Benedicto XIV, datado de 21 de abril de 1749.

Fidié *(João José da Cunha).* Tenente-general reformado, commendador da ordem de Aviz, director do Real Collegio Militar, etc. N. nos fins do seculo XVIII, fal. em 1856. Assentou praça como cadete em janeiro de 1809 no regimento de infantaria n.º 10, tomou parte na guerra da peninsula, assistindo ás batalhas do Bussaco, Albuera, Victoria, Pyrenéos, Nivelle, Nive, Orthez e Tolosa, aos sitios de Olivença e Badajoz, e a diversos combates e acções que se feriram até ao fim da campanha. Offereceu-se depois para ir na divisão dos voluntarios de el-rei a Montevideu, mas não foi admittido por ser tenente moderno. Em 1817 embarcou para o Brazil uma divisão portugueza, e como o seu regimento não havia sido nomeado para essa expedição, trocou com um official de infantaria n.º 15, conseguindo assim partir para a America, onde serviu em 1817 e 1818. Foi ajudante de ordens do governador da ilha da Madeira em 1819 e 1820, sendo nomeado em dezembro de 1821 governador das armas da provincia de Piauhy. Voltando então de novo ao Brazil tomou posse d'aquelle cargo em agosto de 1822, e marchando logo para a villa de Parahiba sustentou uma renhida lucta com os partidarios da independencia. Chamado pelas autoridades de Caxias, foi dirigir a defeza d'essa villa, mas crescendo as forças dos revoltosos ao passo que as dos defensores iam diminuindo pelas privações e pelo desalento, a praça rendeu-se e Fidié foi preso e mandado oito mezes depois entre uma escolta para a cidade de Oeiras. Transferido para a Bahia, passou ao Rio de Janeiro onde ficou encarcerado na fortaleza da Villa Ganhão, até que D. Pedro lhe deu liberdade, permittindo-lhe que regressasse a Portugal. Em 1825 foi nomeado primeiro commandante do Real Collegio Militar, e por vezes durante a ausencia do director, ficou encarregado da direcção d'este estabelecimento até que, saindo de Lisboa e apresentando-se no Porto ao duque de Bragança, foi por elle nomeado sub-director do arsenal d'aquella cidade. Regressando depois a Lisboa, foi director effectivo do Collegio Militar desde 1837 a 1848, anno em que teve a sua exoneração, reformando-se em 1854 no posto de tenente-general. Escreveu: *Breves esclarecimentos ácerca do Collegio Militar, offerecidos ás Côrtes,* Lisboa, 1843; *Varia fortuna de um soldado portuguez;* é uma memoria de interesse pessoal, e comprovativa das preterições que allegava ter soffrido no accesso a postos superiores.

Fidié *(José Maria d'Almeida Garcia).* General de divisão reformado; engenheiro muito considerado. N. em 1828, fal em 3 de abril de 1900. Assentou praça em 1848, sendo promovido a alferes em julho de 1852, a tenente em agosto de 1854, a capitão em 22 de maio de 1865, a major em 16 de janeiro de 1876, a tenente-coronel em 8 de julho de 1880, a coronel em 25 de fevereiro de 1885, e a general de brigada em 30 de dezembro de 1893. Em 4 de janeiro de 1897 foi reformado no posto de general de divisão. Era grande official da ordem de Aviz, commendador e cavalleiro da mesma ordem, e possuia a medalha de comportamento exemplar.

Fieis de Deus. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Arvore, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. ‖ O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. ‖ N. S.ª da Conceição e conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. ‖ Santa Maria, de Terroso, do mesmo conc. e districto.

Figaniére *(Cesar Henrique de).* Capitão de mar e guerra. Natural de Marselha, fal. em Lisboa a 31 de outubro de 1830. Havendo militado com distincção na marinha de guerra franceza, teve de emigrar em 1792, pela sua adhesão á causa dos Bourbons. Admittido depois, com a graduação de tenente, na marinha de guerra ingleza, passou a servir na marinha de guerra portugueza em 1797, por especial recommendação dos lords do almirantado, sendo lhe conferido, por decreto de 15 de julho do dito anno, o posto de capitão tenente da Armada Real. Foi naturalisado portuguez a 24 de outubro de 1821, por decreto das Côrtes Constituintes. Quando falleceu tinha a graduação de capitão de mar e guerra. Casou em 18 de dezembro de 1797 com D. Violante Rosa Morão, filha do bacharel João Carlos Morão Pinheiro, jurisconsulto, advogado de numero da Casa da Supplicação, e advogado da Corôa e Fazenda Real, e de sua mulher D. Leonor Violante Rosa do Valle. Cesar de Figaniére era cavalleiro das ordens de S. Bento de Aviz e da Torre e Espada e da de S. Luiz de França;

condecorado com a medalha americana de Cincinnato.

Figaniére *(Frederico Francisco Stuart de Figaniére e Morão, 1.º visconde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real; cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição; gran cruz da ordem de Sant'Anna, da Russia; enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Portugal junto á côrte de S. Petersburgo; socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa desde 26 de novembro de 1863, e effectivo da Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes; socio honorario do Instituto de Coimbra; socio correspondente do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil, desde 14 de agosto de 1863; socio professor correspondente da Academia de Jurisprudencia e Legislação de Madrid; socio academico da Academia de Lingua Universal da mesma cidade; membro honorario do Cobden Club de Londres. N. em New-York a 2 de outubro de 1827. E' filho do conselheiro Joaquim Cesar de Figaniére e Morão *(V. o artigo seguinte)*, e de sua segunda mulher, D. Celina Catharina Stuart Gilfillan. Seguiu o curso de bacharel em Letras, e os de Sciencias Physicas e Chimicas, e Sciencias Moraes e Politicas na Universidade de Paris. Casou a 30 de novembro de 1848 com D. Josephina Hunt, filha unica do general dos Estados Unidos da America, Samuel James Hunt, e de sua mulher, D. Elisabeth Innis Vail. Foi agraciado por el-rei D. Luiz com o titulo de visconde de Figaniére, por decreto de 25 e carta de 31 de maio de 1870, pelos serviços que prestou no exercicio das suas funcções diplomaticas desde 1847, e como testemunho de consideração pela memoria de seu pae. Tem por brazão d'armas: escudo esquartelado: no primeiro, partido em pala, as armas de Figaniére e Monier, em campo vermelho meia aguia negra armada de ouro, em campo de prata uma figueira de verde, e assim o contrario; no segundo as armas dos Pinheiros, em campo de prata cinco pinheiros de verde em aspa; no terceiro as de Stuart-Bute, em campo de ouro orla dobrada e floreteada de vermelho, tendo no centro uma faxa enxequetada de azul e prata; timbre, um cometa de ouro, tendo a cauda para a parte direita do escudo. O sr. visconde de Figaniére serviu algum tempo como secretario interino dos negocios de Portugal em Londres, durante a ausencia do ministro-conde do Lavradio; passou depois a secretario effectivo da Legação de Portugal no Rio de Janeiro, nomeado por decreto de 12 de dezembro de 1862, onde tambem exerceu por alguns mezes as funcções de encarregado de negocios. E' autor de varias publicações litterarias em portuguez, francez e inglez. A sua obra *Memorias das rainhas de Portugal* é muito apreciada; a este respeito póde vêr-se a *Revista Contemporanea* de Turim, vol. xx, de 1860, pag. 135, e o *Instituto*, de Coimbra, vol VIII, pag. 91, e vol. IX, n.º 1. Publicou se esta obra em Lisboa, 1859. Citaremos mais os seguintes escriptos: *A Chronological Table of the European Emperors, Kings, and Sultans, of the Popes, and of the Doges of Venice, from the year of our Lord 800 to the present day, so arranged that at a glance all contemporary Sovereigns may be found*, New-York, 1850; *Notes taken during a trip to Santarem, Batalha and Alcobaça*, New-York, 1852; *Catalogo dos manuscriptos portuguezes existentes no Museu Britannico, em que tambem se dá noticia dos manuscriptos estrangeiros relativos á historia civil, politica e litteraria de Portugal e seus dominios, e se transcrevem na integra alguns documentos importantes e curiosos*, Lisboa, 1853; este *Catalogo* mereceu algumas observações do jornal de Londres *The Critic*, n.º 328, de dezembro de 1854, a pag. 638; *A guerra e o commercio livre; ensaio*, Lisboa, 1854; *Artigo ácerca da reclamação feita ao Governo portuguez pelo apresamento do corsario americano «General Armstrong»;* foi escripto em francez e publicado em Paris no jornal politico *L'Assemblée nationale* de 9 de julho de 1850; e uma traducção do mesmo artigo appareceu em portuguez no jornal *A Lei*, sendo depois reproduzido no *Diario do Governo* n.º 174, de 26 do referido mez; *Carta ao director da «Semana», datada de Londres a 5 de novembro de 1851, ácerca do magnetoscopio de Rutter;* saiu no vol. II, n.º 37, do mesmo jornal, acompanhado da competente estampa, e foi transcripta no *Esculápio*, de 21 de dezembro de 1851 a 21 de janeiro de 1852; *Carta ao redactor do «Panorama», datada de Londres a 8 de fevereiro de 1853, com a descripção do bote tubular salva-vidas de Richardson;* saiu no vol. II da 3.ª serie d'esse jornal, no n.º 9, com uma gravura; *Alguns documentos ácerca do conde de Avranches;* saiu no *Panorama*, 3.ª serie, vol. v, n.º 9, precedidos de reflexões historicas; *Ensaio sobre o valor representativo dos metaes preciosos no meado do seculo* XIII; no mesmo jornal e no mesmo volume, n.º 15; este *Ensaio*, refundido e ampliado pelo autor, saiu de novo no fim das *Memorias das Rainhas de Portugal*, de pag. 311 a 329; *Vasco Peres, the cooper of Alcobaça. By a new contributor*, este romance (*O Tanoeiro d'Alcobaça*) pertence á epoca de D. João I, e seus incidentes enlaçam com os successos da batalha d'Aljubarrota; foi escripto em inglez, e saiu no semanario illustrado *The New-York Ledger*, n.ºs 35 a 42 (de novembro a 2 de dezembro) de 1861, sem o nome do autor; foi precedido dos 3 seguintes contos, publicados no dito jornal e no mesmo anno: *The Shoemaker of Seville*, n.º 8, de 27 de abril; *The Phantom's cave*, n.º 11 de 18 de maio; e *A Millionaire's revenge*, n.º 14 de 8 de junho; *A liberdade e a legislação, vistas á luz da natureza das cousas*, Petropolis, 1866.

Figaniére e Morão *(Joaquim Cesar de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, do conselho de S. M.; commendador das ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição; enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Portugal nos Estados Unidos da America; socio honorario da Academia de Sciencias e Litteratura de Maryland, da Sociedade Historica de Philadelphia, do Instituto Nacional de Washington e do Instituto Historico-Geographico do Brazil; membro effectivo da Sociedade Ethnologica Americana de New York, etc. N. em Lisboa a 7 de outubro de 1798, fal. em Brooklin, estado de New-York, a 24 de dezembro de 1866. Era filho de Cesar Henrique de Figaniére, capitão de mar e guerra, e de sua mulher, D. Violante Rosa Morão. Casou em primeiras nupcias com D. Celina Catharina Stuart Gilfillan, filha de James Stuart Gilfillan, oriundo da Escocia, e de D. Catharina Green. Enviuvando em agosto de 1825, passou a segundas nu-

peias com sua cunhada, D. Catharina Stuart Gilfillan. O conselheiro Joaquim Cesar de Figaniére e Morão, no desempenho das suas funcções, que exerceu por largos annos com distincção e proveito do paiz, teve a fortuna, na sua missão junto á côrte do Rio de Janeiro, em 1839 e 1840, de pôr termo ao trafico da escravatura que se fazia ali á sombra da bandeira portugueza. Foi um dos iniciadores da Sociedade Portugueza de Beneficencia d'aquella capital, que tantos serviços prestou aos nossos compatriotas. Mais tarde, na missão em Washington, obteve a restituição de avultadas sommas que, por parte dos Estados Unidos, fôram exigidas aos importadores de vinhos portuguezes de 1840 a 1846, por uma errada interpretação do tratado entre os dois paizes. A sua correspondencia sobre as debatidas reclamações americanas, e sobre as antigas reclamações portuguezas contra os Estados Unidos, pelas presas feitas sob a bandeira de Artigas, chefe da *Banda Oriental*, foi impressa em Washingtou em 1836 por ordem do Congresso, e por vezes elogiada. Este diplomata foi o primeiro que suggeriu e fez inserir no tratado de Commercio entre Portugal e a Nova Granada, de 9 de abril de 1854, a clausula de que seriam submettidas á arbitragem de uma terceira potencia as questões de conflicto que se suscitassem entre as duas partes contratantes, clausula civilisadora, e hoje geralmente adoptada. A apreciação que a imprensa periodica dos Estados Unidos fez do merito e qualidades do conselheiro Figauiére e Morão, na occasião do seu fallecimento, é sobremaneira honrosa á sua memoria. Alguns jornaes de Lisboa tambem escreveram artigos elogiosos, sobresaindo o que lhe dedicou o conselheiro José Silvestre Ribeiro, na *Revolução de Setembro* de 24 de janeiro de 1867, sob a epigraphe: *Um diplomata que honrou lá fóra a sua patria*. Escreveu: *Descripção da Serra Leôa e seus contornos, escripta em doze cartas, e offerecida á Sociedade Litteraria Patriotica*, Lisboa, 1822; *The Four Ages of Life; Agift for every age; Translated from the French of the Count de Segur, Member of the French Academy*, New-York, 1826; *Who is the legitimate King of Portugal; A Portuguese Question; submitted to imparcial men. By a portuguese residing in London*; *Translated from the portuguese*, Philadelphia, 1829; é traducção do opusculo de Paulo Midosi: *Quem é o legitimo rei de Portugal?*, de que o proprio autor publicou tambem n'aquelle anno outra traducção ingleza, dedicada a lord Holland; *Observações, que a algumas expressões do deputado Joaquim Antonio de Magalhães, em sessão de 30 de junho de 1840, nas côrtes portuguezas, fez o ex-ministro de Portugal no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1840.

Figaniere e Morão *(Jorge Cesar de)*. Chefe da repartição da secretaria de Estado dos Negocios Extrangeiros, membro do Conservatorio Real de Lisboa, do conselho de S. M., etc. N. no Rio do Janeiro a 4 de abril de 1813, fal. em Lisboa em 1887. Era filho de Cesar Henrique de Figaniére, e de sua mulher, D. Violante Rosa Morão; irmão mais novo de Joaquim Cesar de Figauiére e Morão e tio do visconde de Figaniére. (V. *estes nomes*). Quando a sua familia veiu para a Europa, Jorge Figaniére acompanhou-a. Estava em Lisboa no tempo das luctas da liberdade, e pelas suas idéas altamente liberaes teve de emigrar, partindo para Inglaterra a 24 de abril de 1831; fez parte da expedição que de Belle-Isle foi para a Terceira em 1832, e apenas chegou áquella ilha, alistou-se no regimento de Voluntarios da Rainha. Acompanhou o exercito libertador que veiu desembarcar nas praias do Mindello a 8 de julho do mesmo anno, e foi gravemente ferido no reconhecimento de Vallongo a 22 do referido mez. Era muito dedicado ao imperador D. Pedro, e contava apenas 19 annos de edade, quando, no cerco do Porto, cercado de inimigos, foi nomeado, a 2 de dezembro ainda de 1832, empregado na secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, começando assim a sua carreira de empregado publico. Em 10 de abril de 1844 passou á secretaria dos Negocios Estrangeiros, com a graduação de official ordinario, a que fôra promovido por decreto de 16 de julho de 1842. Emquanto se dedicou ao serviço publico, entregava-se tambem com interesse aos estudos historicos, e depois de estar restabelecido o governo constitucional começou a mostrar o resultado d'esses estudos. publicando em 1838 o *Epitome chronologico da Historia dos Reis de Portugal*. Auxilion Alexandre Herculano e outros escriptores, que se empenhavam em fundar em Portugal publicações periodicas instructivas e uteis. Inseriu no *Panorama* uma serie de artigos sobre a *Instituição das ordens militares*, saindo o 1.º, *ordem de Aviz*, no dia 28 de setembro de 1839; o 2.º, *ordem de S. Thiago*, 16 de fevereiro de 1840; o 3.º, *ordem de Christo*, 28 de março do mesmo anno. Para a *Revista Universal Lisbonense* mandou em 1841 um artigo intitulado: *Bibliographia artistica, Catalogo das obras impressas em vulgar sobre Bellas Artes*, que saiu a 4 de novembro; outro, em 1848, *Casas mortuarias*, que se publicou em 15 de junho. Trabalhava, no entretanto, activamente em empregar os elementos indispensaveis para a sua obra capital, *Bibliographia historica*, que deu por concluida em 1842, vindo a publicar-se em 1850. Jorge Cesar de Figaniére passou depois a empregado do ministerio dos negocios estrangeiros, conforme dissémos, e ali prestou muitos serviços. Em 1861 foi encarregado, juntamente com Rodrigo Felner, de examinar o estado em que se encontrava o archivo chamado do Pateo das Vaccas. O relatorio que fez d'esse exame, foi publicado na integra do relatorio que o ministro dos negocios estrangeiros apresentou n'aquelle mesmo anno á camara. Em 1864 foi escolhido para secretario do conde de Avila, mais tarde duque de Avila e Bolama, encarregado de estudar a questão de Bolama, em qee os Estados Unidos iam ser arbitros. Sobre este assumpto escreveu em 1866 um artigo interessante, que se reimprimiu em 1870 na *Gazeta do Povo*. Tambem escreveu umas *Breves considerações ácerca do direito que a corôa de Portugal tem á soberania da ilha de Bolama*, que saíram impressas no *Livro Branco* relativo a esta questão. Foi egualmente Jorge Cesar de Figaniére quem coordenou e colleccionou os documentos relativos á *Questão sobre o direito da corôa de Portugal á parte sul da bahia de Lourenço Marques*, sendo tambem redigidos por elle bastantes documentos publicados nos *Livros Brancos*, desde 1872 até 1877. Em 20 de dezembro de 1869 foi nomeado sub-director da direcção politica do ministerio dos negocios estrangeiros; em 18 de junho de 1870 recebeu a mercê

da carta de conselho; em 5 de fevereiro de 1881 foi promovido a director geral dos negocios politicos, ficando com a categoria de ministro plenipotenciario de segunda classe. Por se vêr physicamente impossibilitado de continuar no exercicio d'aquellas funcções, por ter soffrido um ataque de paralysia, requereu a sua aposentação, que lhe foi concedida por decreto de 19 de janeiro de 1382, *em attenção aos seus longos, effectivos e bons serviços, e ao zêlo e intelligencia com que pelo espaço de quarenta e nove annos serviu o estado.* Jorge Cesar de Figaniére era commendador da ordem de Christo; condecorado com a medalha de D. Pedro e D. Maria, das campanhas da liberdade, algarismo n.º 3; gran-cruz da ordem de Izabel a Catholica, de Hespanha; commendador de numero extraordinario de Carlos III, tambem de Hespanha; commendador da do Salvador, da Grecia; da de S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia; de Wasa, da Suecia; da Rosa do Brazil; condecorado com a ordem imperial ottomana do Nichan Iftihar; socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, eleito na sessão de 9 de julho de 1874, do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil; da Real Sociedade de Geographia de Londres; socio effectivo da Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes; vogal effectivo da commissão central permanente de geographia, e um dos socios fundadores da Sociedade de Geographia de Lisboa. Casou com D. Eugenia Augusta do Valle, filha de José Joaquim Raphael do Valle, primeiro official do ministerio da Guerra, e de sua mulher, D. Izabel Perpetua Saint-John. Jorge Cesar de Figaniére, além de muito erudito, era tambem um colleccionador infatigavel, que alcançara formar uma bibliotheca verdadeiramente admiravel, como se pôde vêr depois da sua morte. Diz Innocencio da Silva, no *Diccionario Bibliographico*, vol. IV, pag. 166 e 167: «A' custa de perseverança, não poupando diligencia e dispendio, tem conseguido reunir uma copiosa e selecta collecção, que, comprehendendo muitos livros raros, e de estima, e muitos retratos, cartas e gravuras de preço, é sobretudo abundantissima em opusculos e papeis varios portuguezes, saídos das nossas typographias nos seculos XVI e seguintes até o actual, todos pouco vulgares, e entre elles alguns de primeira raridade.» Desde 1859 data em que se publicou o referido 4.º vol. do *Diccionario Bibliographico*, até á data da sua morte, Jorge de Figaniére continuou sempre enriquecendo a sua collecção, que estava principalmente riquissima no que dizia respeito a assumptos geographicos e ás nossas descobertas. Além dos escriptos já mencionados, citaremos os seguintes: *Alvaro Gonçalves Coutinho, o Magriço, defensor das damas portuguezas*, saiu no *Correio das damas*, de 1 de abril de 1836; quatro *Commemorações* do mez de março, publicadas em 1843 no tomo II da *Revista Universal Lisbonense*, a pag. 208, 307, 323 e 334; *Moedas correntes no reino, que se cunharam em Portugal e no Brazil durante o reinado de D. João V*, no *Panorama*, de 14 e 21 de julho de 1855; *A Biblia dos Jeronymos*, no *Archivo pittoresco*, em junho de 1858; foi em parte reproduzida por Vilhena Barbosa no que escreveu ácerca da mesma *Biblia* no tomo I dos seus *Estudos historicos e archeologicos*, pag. 14 a 21; *Alguns documentos interessantes para a historia das reclamações feitas pelos Estados Unidos da America a Portugal;* traduzidos do inglez, e publicados no jornal *A Esperança*, em 1853, n.ºs 145, 147, 150 e 154, precedidos de um pequeno artigo da redacção; *A grammatica japoneza, publicada em Leyde, no anno de 1868, pelo dr. Hoffmann;* saiu no *Jornal do Commercio*, de 27 de janeiro de 1869; *A'cerca da versão ingleza feita por mr. Buckingham Smith, e impressa em Nova York em 1866, da obra portugueza «Relação do descobrimento e conquista da Florida»;* no referido jornal de 25 de abril de 1869; *A Real Sociedade Geographica de Londres;* no mesmo jornal, 28 de dezembro de 1872; *Lacerda's Journey to Casembe in 1789, translated and annotated by Captain R. F. Burton*, no mesmo jornal, de 12 de novembro de 1873; *Inscripções sepulchraes em Ormuz;* no mesmo jornal, 3 de junho de 1874; *Carta dirigida ao sr. conselheiro José Silvestre Ribeiro, em que se trata da creação da impressão regia no Rio de Janeiro*, seguida da *Resposta* á mesma carta; no *Diario Illustrado*, de 1 e 2 de dezembro de 1874; a ellas se referiu Joaquim Martins de Carvalho, no *Conimbricense* de 5 do referido mez e anno; *Carta ao redactor do Conimbricense ácerca do periodico litterario intitulado «O Anonymo»*. No *Conimbricense* de 26 de maio de 1877; artigo a proposito da obra Teixeira de Aragão, *Descripção geral e historica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal;* no *Diario de Noticias* de 25 de outubro de 1877; este artigo foi depois reimpresso em folha de grande formato, á maneira de programma, com estampas; *Numismatica portugueza*, no *Boletim da Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes*, tomo I, 2.ª serie, 1874, n.º 2, pag. 26 a 28; *Cemiterios publicos; providencias que se deram nos fins do seculo passado para a sua construcção em Lisboa*, no mesmo *Boletim*, tomo I, 2.ª serie, 1876, n.º 10, pag. 155 e 156; *Sphragistica brazileira; dominio hollandez;* com uma estampa; no mesmo *Boletim*, tomo II, 2.ª serie, 1878, n.º 7 pag. 106 a 108; *Bairros de Roma*, nota inserta no tomo III, parte I, pag. 227 a 236, dos *Fastos de Ovidio*, traducção do visconde de Castilho. A'cerca da *Bibliographia historica*, em que já se falou, publicou-se em 1850, com o seguinte titulo: *Bibliographia historica portugueza, ou Catalogo methodico dos autores portuguezes, e de alguns estrangeiros domiciliarios em Portugal, que trataram da Historia civil, politica e ecclesiastica d'estes reinos e seus dominios, e das nações ultramarinas; e cujas obras correm impressas em vulgar: onde tambem se apontam muitos documentos e escriptos anonymos que lhe dizem respeito;* no fim d'esta obra vem a transcripção dos juizos e das apreciações criticas, que por occasião do seu apparecimento, apresentaram varios jornaes de Lisboa. A *Bibliographia historica* foi começada a escrever em 1841 e acabada em 1844; tem descriptas 1:994 obras e opusculos de todos os formatos e dimensões, dando a conhecer ao publico pela primeira vez alguns dos nossos mais raros monumentos historicos, ou fôram corrigidas as inexactas descripções que de outros haviam feito os bibliographos anteriores. Diz Innocencio da Silva, no vol. IV do *Diccionario Bibliographico* pag. 166. «E' para sentir a deliberação tomada pelo autor, de não levar suas indagações para deante do anno de

1842, em que deu a obra por finda, omittindo por conseguinte a noticia de tudo o que de então até 1850, em que o imprimiu e d'ahi para cá, appareceu impresso entre nós em tão importante ramo». Esta obra foi approvada pelo conselho geral de instrucção publica para poder ser consultada nas cadeiras de historia de instrucção secundaria, conforme a portaria de 11 de agosto de 1863, inserta no *Diario de Lisboa*, de 25 do dito mez e anno. Innocencio da Silva, u'um parecer datado de 12 de maio de 1871, dizia: «Esta monographia, que comprehende a descripção e indicações bibliographicas relativas a 1:991 obras, todas ocularmente verificadas pelo autor, constitue de certo um valioso trabalho, fructo de acuradas investigações, e sobretudo notavel pela escrupulosa exactidão com que foi elaborado, como de quem se propoz dar unica e exclusivamente conta do que tivesse visto, não confiando em informações e apontamentos alheios, que muitas vezes induzem a erro. Era, além d'isso, quando saiu a publico, uma obra por assim dizer original entre nós sob o ponto de vista escolhido pelo autor, e disposta com methodo e regularidade taes, que prestava, e ainda agora presta, indispensaveis subsidios a todos que pretendem conhecer a historia do paiz. Ahi appareceram pela primeira vez descriptos com minuciosa exactidão, os titulos de muitos livros e opusculos menos conhecidos, e de alguns quasi de todo ignorados dos nossos bibliographos.»

Figueira. Esta familia procede de Gonçalo Figueira, que veiu a Portugal em tempo de el-rei D. Fernando, e dizem ser dos Figueirôas de Galliza, cujo appellido se mudou em *Figueira* E parece assim ser, porque as suas armas são as mesmas das dos Figueirôas, em campo de ouro cinco folhas de figueira verde, a que acrescentaram uma bordadura vermelha cheia de chaves de prata, porque alguns d'elles se uniram com os Chaves. V. *Figueiroa*.

Figueira *(Antonio Bento).* Poeta. Nasceu em Setubal a 21 de outubro de 1681, fal. a 5 de julho de 1713. Era filho do capitão Filippe Figueira e de D. Maria Vidal de Carvalho. Foi muito inclinado á poesia, e compunha versos de todo o genero. Das suas poesias podiam formar-se dois volumes, merecendo entre ellas mais distincção a comedia *La Corona por Justicia*, que se representou no palacio do infante D. Miguel, filho de D. Pedro II.

Figueira *(Carlos Miguel Augusto May).* Grancruz da ordem de N. S.ª da Conceição, commendador da de S. Thiago, e cavalleiro da de Torre e Espada; bacharel formado em Medicina e Philosophia pela Universidade de Coimbra, doutor em Medicina pela Universidade de Bruxellas, lente jubilado da Escola Medico Cirurgica de Lisboa, medico da Real Camara, aposentado, etc. N. em Lisboa a 29 de setembro de 1829. E' filho de Sebastião Antonio Figueira. Formou-se em 1855 nas faculdades de Medicina e Philosophia em Coimbra, e doutorou-se em 2 de dezembro do mesmo anno, em Bruxellas. Foi nomeado medico extraordinario do hospital de S. José em 8 de novembro de 1856, para adjunto do hospital da Cholera Morbus de Santa Clara, no referido anno de 1856, e para director do hospital da Febre Amarella no Desterro, em 1857. Por decreto de 1 de março de 1859 foi nomeado, precedendo concurso, lente segundo substituto da secção medica da Escola Medica. Promovido a lente proprietario da mesma secção por decreto de 14 de dezembro do mesmo anno, foi collocado na 8.ª cadeira, clinica medica, que vagára pela jubilação do professor Abranches Bizarro. Em agosto de 1870 foi nomeado medico da tarde do hospital de S. José, e para a clinica do hospital de Rilhafolles em 16 de janeiro de 1872. Foi jubilado como lente da Escola Medica por decreto de 24 de outubro de 1879. O dr. May Figueira é socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e da Sociedade Anatomica de Paris; socio titular da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, do conselho de S. M. Tem a medalha da febre amarella, conferida pela camara municipal de Lisboa, por serviços prestados durante esta epidemia em 1857. Foi o dr. May Figueira quem introduziu em Portugal os estudos de microscopia, regendo pela sua iniciativa em 1863 um curso particular sobre tal assumpto. Em 1864 repetiu este curso mais ampliado. Collaborou na *Pharmacopêa Portugueza*, de 1876, na *Gazeta Medica* e no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas*, onde tem publicado importantes artigos, entre os quaes mencionaremos os seguintes que saíram em separado: *Do Ophthalmoscopio e das suas applicações, extrahido da «Gazeta Medica de Lisboa»*, n.os 101 e 102, Lisboa, 1857; *Planta cryptogamica da ordem dos cogumelos, do genero Aspergillus, especie Glaucus (Fries) achada no pulmão humano*, (extrahido do *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, n.º 12, outubro de 1862), Lisboa, 1862; *Discurso recitado na abertura da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa em 5 de outubro de 1863*, Lisboa, 1863; foi reproduzido na *Gazeta Medica* de 1863, a pag. 592 e 622, e no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas*, tomo XXVIII, de 1864; *Observações de um caso de hermaphrodismo, masculino*, Lisboa, 1864; *Memoria sobre as injecções sub-cutaneas*, publicada nas *Memorias da Academia Real das Sciencias*, nova serie, 1.ª classe, tomo IV, parte 1.ª e tambem no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas*, tomo XXXI, de 1867. A sua these do concurso, intitulada *Calor animal*, escripta em 1859, ficou manuscripta.

Figueira *(Christovão Martins).* Architecto. Serviu de engenheiro da provincia do Alemtejo, desde 14 de outubro de 1712 até 3 de outubro de 1714, assistindo ás obras de fortificação de Extremoz. Em 12 de março de 1716 foi nomeado sargento-mór de engenheiro *ad honorem* das ilhas de Cabo Verde, em substituição de José Gomes Correia, que tinha fallecido. Em 18 de março de 1719 foi nomeado no mesmo posto para o reino de Angola.

Figueira *(Diogo Nunes).* Bacharel formado em Theologia pela Universidade de Coimbra; conego e thesoureiro da sé de Evora, deputado da inquisição da mesma cidade, etc. N. em Mertola, e fal. em 28 de junho de 1613. Era filho de Fernando Dias e de Violante Nunes de Negreiros. Estudou na Universidade Theologia e Direito Civil. Depois de receber o grau de bacharel foi admittido no Collegio Real de S. Paulo, de que tomou posse a 16 de novembro de 1571. Em 15 de dezembro de 1578 foi eleito deputado da inquisição de Evora. El-rei D. Sebastião o promoveu na mitra do Congo, que rejeitou, assim

como a do Japão, que lhe offereceu o cardeal rei D. Henrique, e a de Angra, offerecida por Filippe II, de Hespanha, que o destinava para seu agente na curia romana, e para o padroado-mór de Aviz. A todas estas dignidades se recusou, acceitando unicamente o cargo de secretario do arcebispo de Evora, D. Theotonio de Bragança, governando por duas vezes o arcebispado. Renunciou depois os logares de conego e de thesoureiro-mór em dois sobrinhos, e retirou-se para Mertola, recolhendo-se no convento que n'uma quinta que possuia, fundou em 1612 para os religiosos de S. Francisco da provincia de Xabregas, e ali falleceu. Foi muito apreciado poeta latino, e muito erudito n'esta lingua, no grego e no hebraico. Deixou manuscriptos dois livros em latim.

Figueira *(D. José de Castello Branco Correia e Cunha Vasconcellos e Sousa, 1.º conde da).* Veador da princeza do Brazil D. Maria Benedicta, viuva do principe D. José; commendador de Santa Maria de Gulfar e de S. Pedro de Valle de Ladrões, ambas na ordem de Christo; par do reino; gran-cruz das ordens de N. S.ª da Conceição, da Torre e Espada, e da de Carlos III, de Hespanha; brigadeiro reformado, governador e capitão-general da provincia de S. Pedro de Rio Grande do Sul no Brazil, etc. N. em Salvaterra de Magos a 5 de fevereiro de 1788, fal. em Lisboa a 16 de março de 1872. Era filho do 1.º marquez de Bellas, José Luiz de Vasconcellos e Sousa, e de sua mulher, a marqueza D. Maria Rita de Castello Branco Correia e Cunha. O conde da Figueira serviu de reposteiro-mór nos actos da acclamação e do funeral de D. João VI. Exerceu o cargo de governador e capitão-general da provincia do Rio Grande do Sul, desde julho de 1818 até 1821, durante o periodo em que esta provincia pertenceu a Portugal, exercendo n'esta qualidade o cargo de commissario por parte de Portugal na convenção de limites effectuada n'esta mesma provincia e a de Montevideu, Buenos-Ayres. N'este mesmo governo o substituiu no mencionado anno de 1821 o futuro duque de Saldanha, que foi o ultimo governador portuguez d'aquella provincia. A gran-cruz da ordem da Torre e Espada foi-lhe concedida em remuneração do distincto serviço prestado na acção de Toguarembá, no Rio Grande do Sul em 22 de janeiro de 1820. O conde da Figueira fez parte da expedição portugueza que foi á cidade de Pernambuco em 1817, e serviu de ajudante do infante D. Miguel, commandante em chefe em 1823. A carta régia de 30 de abril de 1826 o elegeu par do reino, de que prestou juramento e tomou posse na sessão da respectiva camara de 31 de outubro do mesmo anno. O conde de Figueira era grande de Hespanha de 1.ª classe, marquez d'Olias e de Zursial, na Catalunha, e marquez de Mortara, no ducado de Milão. Foi um fidalgo sempre dedicado ao partido legitimista. Casou a 29 de agosto de 1804 com D. Maria José de Mello Menezes e Silva, senhora dos morgados da Figueira e Landeira, que falleceu no Rio de Janeiro a 4 de maio de 1818, filha unica e herdeira de D. José de Mello Homem, senhor dos referidos morgados, moço-fidalgo com exercicio no Paço, coronel das ordenanças da côrte, etc., e de sua mulher, D. Maria Ignez de Almeida. Passou a segundas nupcias a 11 de fevereiro, do anno de 1822, com D. Maria Amalia Machado de Mendoça Eça Castro Vasconcellos Orosco e Ribera, que falleceu a 28 de dezembro do anno de 1863, senhora da Quinta da Torre e de varios vinculos, filha unica e herdeira de Luiz Machado de Mendoça Eça Castro e Vasconcellos, 10.º senhor das Terras de Entre Homem e Cávado, senhor da quinta da Torre do vinculo de Mendoças Ave Maria; moço fidalgo com exercicio no Paço; alcaide mór das villas de Mourão, do Seixo de Ervedal, do Casal, e de Sameixe; etc, casado com D. Marianna Saldanha e Oliveira, filha dos 1.ºs condes de Rio Maior, João Vicente de Saldanha Oliveira e Sousa Juzarte Figueira e D. Maria Amalia de Carvalho Daun. O titulo de conde da Figueira foi concedido por D. João VI, sendo ainda regente, por decreto de 13 de maio de 1810. Os condes da Figueira são hoje os representantes do 1.º marquez de Montebello, Felix Machado de Castro e Vasconcellos, commendador de Coucieiro na ordem de Christo, que teve a mercê de conde e de marquez em Portugal, fazendo muitos serviços a esta corôa na côrte de Madrid. Foi o marquez uma das maiores glorias do nosso paiz. (V. *Montebello*). A primeira condessa da Figueira, pelo seu casamento, era sua bisneta.

Figueira *(D. José Luiz Machado de Mendóça Eça de Castello Branco Vasconcellos, 2.º conde da).* Official-mór da Casa Real; senhor dos vinculos de Mendoça Ave Maria e Eças. N. a 1 de outubro de 1828. E' filho do 1.º conde da Figueira, D. José de Castello Branco, e de sua segunda mulher, D. Maria Amalia Machado de Mendoça Eça Castro Vasconcellos Orosco e Ribera. Casou a 28 de outubro de 1854 com D. Izabel Maria de Oliveira Pinto da França, que falleceu a 18 de novembro de 1878, filha dos 1.ºs condes de Fonte Nova, Bento da França Pinto de Oliveira e D. Maria José Tovar da Costa. O sr. conde da Figueira foi mestre sala da Casa Real, sendo exonerado, a seu pedido, em 1905, substituindo-o n'aquelle elevado cargo o sr. conde de Figueiró. Por decreto de 4 de fevereiro do referido anno teve a mercê de gran-cruz e commendador da ordem de N. S.ª da Conceição. O titulo de conde foi renovado em duas vidas, por decreto de 22 de dezembro de 1881. Seu filho, o sr. D. Luiz Machado Castello Branco tambem foi agraciado com o referido titulo, sendo hoje o 3.º conde da Figueira. N. a 29 de outubro de 1861.

Figueira *(Josepha Ayala).* V. *Obidos (Josepha de).*

Figueira *(Luiz).* Jesuita e missionario no Brazil. N. em Almodovar em 1574, segundo uns; em 1575, segundo outros. Em 1602 passou á America, e durante 20 annos se empregou nos trabalhos das missões. Regressando a Portugal, voltou ao Maranhão em 30 de abril de 1613, e naufragou na Bahia do Sol, onde falleceu com outros companheiros, em 1 de julho do mesmo anno de 1613. Escreveu uma *Arte da Grammatica da lingua brazileira,* que se publicou em Lisboa, em 1687. Parece ser esta a 2.ª edição, e que a 1.ª saiu em 1621. Posteriormente fizeram-se outras edições, tendo nota da seguinte *Arte da grammatica da lingua do Brazil,* Lisboa, 1795, 1 vol. 8.º

Figueira *(D. Fr. Pedro).* Eremita da ordem de Santo Agostinho. Era natural do Algarve. Foi prelado em varios conventos, e bispo de S. Thomé, eleito em 1614. Renunciando a esta digni-

dade voltou ao reiuo, mas falleceu no mar em 16 de maio de 1620, mesmo á vista da sua patria.

Figueira *(Pedro Cervantes de Carvalho).* Escrivão da administração do concelho de Peniche, que falleceu em novembro de 1881. Escreveu: *A industria de Peniche*, comprehendeudo: 1.° Noticia e informação ácerca do estado actual da industria das rendas; 2.° Noticia sobre a industria da pesca; Peniche, 1863. Entrou na collecção intitulada *Bibliotheca das fabricas*, publicada pela Associação Promotora da Industria Fabril, Lisboa, 1865.

Figueira. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Alta; conc., com. e bisp. de Lamego, distr. de Vizeu; 741 hab. e 165 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada junto da margem direita da ribeira Barosa. O cabido da sé de Lamego apresentava o abbade, que tinha 800$000 réis de rendimento. A pov. pertence á 2.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.° 9, com a séde em Lamego. || Pov. e freguezia de S. Miguel, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mogadouro, distr. e bisp de Bragança. Está annexa, para effeitos civis á freg. de Mogadouro, e dista 14 k. da séde do conc. Está situada na falda d'uma serra. O padroado real apresentava o cura, que tinha 300$000 réis e o pe d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 10, com a séde em Mirandella. || Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Alcabideche, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Avellãs de Cima, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || S. Cosme, de Besteiros, conc. de Paredes, distr. do Porto; tem correio com serviço de posta rural. || S. Sebastião, de Budens, conc. de Villa do Bispo, distr. de Faro; tem caixa postal. || S. Thiago, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || N. S.ª da Graça, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira-a-Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || Santa Marinha de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Romão de Aregos, conc. de Rezeude, do mesmo distr. || N. S.ª da Encaruação, de Benedicta, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco. || Herdade na freg. do Monte, de Valle de Guizo, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || Serra no distr. de Bragança, na freg. do mesmo nome; mede 5 k. de comprimento e 289 m. de Altura. || Ribeiro no mesmo distr. de Beja. N. nas proximidades de Beringel e, depois de passar por esta villa, entra no Sado, com 45 k. de curso.

Figueira Algôso. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Travanca, conc. de Mogadouro, distr. de Bragança.

Figueira de Azoia. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Samuel, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Figueira de Baixo e **de Cima.** Duas povoações na freg. de S. Miguel, de Adaval, conc. de Redondo, distr. de Evora.

Figueira e Barros. Villa e freg. de S. Braz, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Aviz, distr. de Portalegre, arceb. de Evora; 819 hab. e 127 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. permutando malas com Aviz. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem direita da ribeira de Aviz. O Tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o prior. Foi concelho com camara, juizes, etc. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Santarem, em 1 de outubro de 1510. A villa era commenda da ordem de Aviz, Barros foi pov. independente até fim do seculo XVII, e tinha por orago N. S.ª de Barros. Tambem era commenda de Aviz, e por isso o tribunal da Mesa da Consciencia tambem apresentava o capellão curado. A villa tem Misericordia e hospital. A terra é fertil, e pertence á 4.ª div. mil. e ao ditr. de recrut. e res. n.° 22, com a séde em Abrantes.

Figueira de Castello Rodrigo. Villa da prov. da Beira Baixa, séde de conc. e de com., distr. e bisp. da Guarda, relação do Porto. Tem uma freg., S. Vicente. Esta villa era apenas uma aldeia e freguezia do concelho de Castello Rodrigo, porém, pela aspereza da sua posição, a villa foi decaindo, emquanto que a povoação da Figueira ia prosperando, e por este motivo foi elevada á categoria de villa em 25 de junho de 1836, sendo para aqui mudada, n'esse mesmo anno, a capital do concelho, que até então estava em Castello Rodrigo, ficando conhecido por concelho da Figueira de Castello Rodrigo. Os foraes e mais honras, privilegios e armas de Castello Rodrigo, são hoje as d'aqui. Está situada a villa na margem esquerda da ribeira de Aguiar e a O da margem direita do Côa. A 2 k. encontram-se o mosteiro e a egreja de Santa Maria de Aguiar; o convento em ruinas, mas a egreja ainda está bem conservada (V. *Castello Rodrigo*). Foi junto a este convento que se feriu a notavel batalha da *Salgadella* entre portuguezes e castelhanos depois da restauração de 1640, e que foi ganha pelos portuguezes, tendo o duque de Ossuna, commandante do exercito hespanhol, de fugir de noite disfarçado em frade. A terra é fertil e pertence á 2.ª div. mil., 4.ª brigada, grande circumscripção mil. do Centro, e ao distr. de recrut. e res. n.° 12, com a séde em Trancoso. O papa e o bispo apresentavam alternativamente o vigario, que tinha 70$000 réis e o pé d'altar. Figueira de Castello Rodrigo tem escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr., com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas permutando malas com a R. A. D. — Barca d'Alva, e R. A. B. A.— Pinhel; feira na quinta feira seguinte ao 3.° domingo de cada mez, e outra nos dias 18 e 19 de agosto; romaria a 15 de agosto a N. S.ª da Guia; advogados, medicos, pharmacias; agencia do Banco de Portugal; hospedarias, fabrica de moagens a vapor; theatro *Club Figueirense*. O conc. compõe-se de 17 freg. com 3:731 fogos, e 14:697 hab., sendo 6:887 do sexo masc. e 7:810 do fem., n'uma superficie de 48:034 hect. As freguezias são: N. S.ª da Alagôa, de Algodres, 959 hab.: 438 do sexo masc. e 521 do fem.; S. Pedro, de Almofalla, 1:066 hab.: 517 do sexo masc. e 549 do fem; N. S.ª do Reclamador, de Castello Rodrigo, 511 hab.: 254 do sexo masc. e 257 do fem.; Santa Maria Maior, de Cinco Villas, 567 hab.: 277 do sexo masc. e 290 do fem.; S. Miguel, de Colmeal, 410 hab.: 198 do sexo masc. e 212 do fem.; N. S.ª dos Anjos, de Escalhão,

2:340 hab. : 1:029 do sexo masc. e 1:311 do fem.; S. Miguel, de Escarigo, 507 hab. : 245 do sexo masc. e 262 do fem. ; S. Vicente, de Figueira de Castello Rodrigo, 1:531 hab. : 713 do sexo masc. e 818 do fem. ; N. S.ª dos Anjos, de Freixeda do Torrão, 857 hab. : 397 do sexo masc. e 460 do fem. ; Santa Marinha, de Matta de Lobos, 1:478 hab : 706 do sexo masc. e 772 do fem. ; N. S.ª das Candeias, de Penha de Aguia, 384 hab. : 182 do sexo masc. e 202 do fem. ; Espirito Santo, de Quintã de Pero Martins, 633 hab. : 318 do sexo masc. e 315 do fem. ; S. Vicente, de Reigada, 761 hab. : 353 do sexo masc. e 408 do fem.; S. Gregorio, de Valle de Affonsinho, 300 hab. : 152 do sexo masc. e 148 do fem. ; N. S.ª da Conceição, de Vermiosa, 871 hab. : 388 do sexo masc. e 483 do fem. ; S. Miguel, de Villar de Amargo, 504 hab. : 240 do sexo masc. e 264 do fem. ; N. S.ª dos Prazeres, de Villar Turpim, 1:018 hab. : 480 do sexo masc. e 538 do fem. O principal commercio de todo o conc. é cereaes, vinhos, azeite, lãs, batatas e gados. Em Figueira de Castello Rodrigo teem-se publicado os seguintes jornaes: *Côa (O)* — 6 de junho de 1889 ; *Echos da Marofa* — 15 de maio de 1903. Além d'estes jornaes foi aqui publicado tambem o numero unico : *Em plena festa* — 1898.

Figueira Chã. Pov. na freg. de S. Mamede, de Serzedo, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Figueira do Coxo. Vasta planicie ao N da ilha de S. Nicolau, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Termina na ponta de E, tendo uns 15. k. de extensão. Ainda no seculo XVII se via coberta de algodoeiros.

Figueira e Fonte. Duas povoações contiguas na freg. de S. Salvador, de Trofa, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Figueira da Foz. Cidade da provincia do Douro, séde de conc. e de com., distr. e bisp. de Coimbra, relação do Porto. Tem uma só freg., S. Julião. Está situada no angulo septentrional da foz do rio Mondego, margem direita nas praias do Oceano Atlantico, com porto fortificado e de grande movimento, defendido por uma doca construida ha talvez 30 annos. Fica distante de Coimbra 44 k.; é quasi toda plana e muito populosa. No seculo XVIII era apenas uma aldeia de 300 moradores em toda a freguezia, do conc. de Montemór-o-Velho; comtudo a pov. é muito antiga, estando aqui estabelecida a alfandega da villa de Buarcos (V. *este nome*). No tempo dos nossos primeiros monarchas, quando a côrte permanecia em Coimbra, era da Figueira que saiam as nossas

Avenida «Saraiva de Carvalho»

Figueira dos Cavalleiros. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Ferreira, distr. e bisp. de Beja ; 760 hab. e 166 fog. Tem correio. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda da ribeira da Figueira. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o prior, collado, que tinha diversos generos e 10$000 réis em dinheiro. A terra é muito fertil, e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. Dizem que o nome d'esta terra provém de residirem ali, segundo a tradição, 20 cavalleiros que tinham optimos cavallos, famosos em toda a provincia.

armadas. D. José I, ou antes o seu ministro marquez de Pombal, elevou-a á categoria de villa em 12 de março de 1771, creando se no mesmo decreto um juiz de fóra e a comarca, composta dos coutos de Maiorca, Alhadas, Quiaios, Tavarêde e Lavos, das villas de Buarcos e Redondos, e dos concelhos e territorios ao S do rio, chamado *Carnide* ou *Louriçal*, desde onde principiava o districto da ouvidoria do Pombal até ao Moinho do Almoxarife, o que tudo fazia parte do conc. de Montemór-o-Velho. Foi o seu primeiro juiz de fóra o bacharel Bento José da Silva. O desenvolvimento progressivo do commercio, o augmento consideravel da população, que desde 1850 se tem

notado, e as grandes edificações que se teem feito depois de 1834, tornaram Figueira de tanta importancia, que em 1882 alcançou os fóros de cidade. Diversas causas determinaram tão repentino progresso: o seu porto de mar, a facil communicação com o centro da prov., e principalmente com a cidade de Coimbra e terras das margens do Mondego, por via d'este rio, a concorrencia de numerosas familias aos banhos do mar, assim como o importante commercio de sal, do carvão de pedra, dos vinhos da Bairrada, dos cereaes e fructas da Beira. Tem a Associação Commercial para proteger os interesses do commercio, e a casa da Alfandega que nos fins do seculo XVIII ainda pertencia ao couto de Tavarede, onde residiam todas as autoridades. Diz a tradição que a Figueira foi arrasada completamente pelos arabes em 717, ficando n'essa occasião sómente a egreja de S. Gião, ou S. Julião; depois vieram para aqui estabelecer-se alguns pescadores, mas por muito tempo não houve povoação importante, porque á foz do Mondego se chamava *Foz do Mondego de Buarcos*, onde primitivamente estava a alfandega. Em tempos remotos houve na Figueira um convento de freiras ou de devotas, com o nome da *Esperança*, que se extinguiu já no tempo do marquez de Pombal, sendo incorporado no recolhimento de Pereira. A praia da Figueira é um vasto areal, muito pittoresco, que se estende desde o forte de Santa Catharina até Buarcos; é uma das melhores e das mais vistosas praias de Portugal, e na epoca balnear costuma ser frequentada por muitas familias do paiz e de Hespanha. Como a affluencia dos banhistas se tornava importante, formou-se em 1861 uma companhia constructora, por iniciativa de Antonio Maria Pereira da Silva, para se erigir um novo bairro, junto ao forte de Santa Catharina. E' o afamado Bairro Novo, hoje, por assim dizer, o logar mais animado da Figueira, onde se vêem propriedades muito bem construidas e de elegante architectura, que na maior parte pertencem á referida companhia constructora. Do forte de Santa Catharina avistam-se lindissimos panoramas, e é elle que serve de farol para a entrada das embarcações; está á beira do Oceano, sobre enormes rochedos. D'este castello conta-se o seguinte facto heroico de Bernardo Antonio Zagallo, sargento de artilharia do corpo de voluntarios academicos. O forte estava em poder dos francezes do commando de Junot. O vice-reitor da Universidade, Manuel Paes de Aragão Trigoso, que o povo acclamara governador de Coimbra, vendo grande conveniencia á causa popular na tomada d'este castello, tanto para se tirarem aos francezes as armas e munições de guerra, de que se notava grande falta, como para estabelecer communicações com a esquadra ingleza, encarregou esta expedição ao destemido sargento Zagallo, o qual saiu de Coimbra a 25 de junho de 1808 á frente d'um destacamento de 40 bravos camaradas, levando ordens terminantes de Trigoso a todas as autoridades das terras por onde passassem, para lhes darem o auxilio e gente que pudessem. Zagallo entregou o commando do destacamento a Antonio Ignacio Cayolla, sargento do regimento de Peniche, ordenando-lhe que marchasse até Montemór-o-Velho pela margem esquerda do Mondego, e elle, com 4 cavalleiros, seguiu pela direita. Pelas terras onde passavam, acclamavam a nossa independencia, a que os povos annuiam com o maior enthusiasmo, descobrindo por toda a parte as quinas portuguezas. Reunidos em Montemór-o-Velho proseguiram a marcha de noite, e ás 7 horas da manhã do dia 26 chegaram á Figueira, levando a mais uns 3:000 paizanos armados de lanças, paus, foices, etc. A villa foi atacada por duas divisões, sendo aprisionados 11 francezes, que andavam fóra do castello, e pondo-se sentinellas á porta da casa do governador. Dirigiram-se depois ao forte, que Zagallo tencionava fazer render por capitulação, porém os paizanos que o acompanhavam, e a que já se havia juntado o povo da villa, impacientes por se

Praia de banhos da Figueira da Foz

lançarem sobre os *jacobinos*, corriam indiscretamente a atacar o castello, o que obrigou Zagallo a pôr-se á frente para os fazer parar. Então os francezes deram uma descarga de mosquetaria que não causou mal algum. O commandante do castello era um portuguez, tenente de engenheiros. Cercado o castello, Zagallo intimou os francezes a que se rendessem sob pena de serem todos passados á espada. O commandante respondeu que não podia render-se, porque se o fizesse, seria infallivelmente assassinada a sua familia, que estava em Peniche no poder dos francezes. Mas os soldados achavam-se desprevenidos de mantimentos e proximos a renderem-se á discrição, quando no dia 27 Zagallo recebeu ordem de recolher immediatamente a Coimbra. Não lhe soffria o animo abandonar assim uma empresa tão bem encaminhada, pelo que propoz ao commandante do castello a capitulação, podendo os francezes retirar para Peniche com espingardas e mochilas, mas sem polvora nem balas. A proposta foi acceite, e estando os francezes para embarcar, atravessando o rio em caminho de Peniche, quiz o povo fiscalizar se elles cumpriam as condições, e apezar de lhe acharem vasias as patronas, lhe encontraram muitos maços de cartuxos escondidos nas mochilas e nos bolsos. Como infractores do tratado, ficaram os francezes prisioneiros; a bandeira portugueza foi arvorada ao som d'uma salva real, poz-se guarnição no castello, dando-se-lhe por governador o major Soares. O destacamento regressou a Coimbra levando os prisioneiros e as suas armas, e 5 peças de artilharia de campanha que tinham achado no castello. A Figueira soffreu bastantes calamidades. Em 1580, Gregorio Ganchagui, alferes de Filippe II, com o pretexto de procurar o prior do Crato, D. Antonio, entrou no convento de Santo Antonio com uma importante força de soldados castelhanos, que ahi praticaram as maiores violencias, roubos e sacrilegios. Em maio de 1602, 7 naus inglezas aportaram a Buarcos, e desembarcando muitos soldados saquearam e incendiaram aquella villa, seguindo depois á Figueira que tambem saquearam, demorando-se 6 dias, entrincheirados no convento, e guarnecendo os fortes. O reitor da Universidade, D. Affonso Furtado de Mendonça, teve noticia d'este facto, e correu logo em soccorro de Buarcos e de Figueira com um escolhido corpo de academicos e populares, em numero superior a 500 homens; o bispo de Coimbra, D. Affonso de Castello Branco, que estava em Lavos, juntou ali mesmo muita gente de Soure, Pombal, Condeixa, Ega e Redinha, e veiu em soccorro das duas praças atacadas, porém os inglezes, tendo sabido que os vinham atacar, embarcaram uma noite muito em segredo, e não sendo encontrados não pôde haver combate. Todos quanto vinham soccorrer este povo, tiveram tanta compaixão, que lhe deram todo o dinheiro e mantimentos que traziam. O prior geral de Santa Cruz mandou 3 barcos carregados de pipas de vinho, pão cozido, grande porção de carne de vacca, muitos carneiros, e algum dinheiro, que tudo se distribuiu pelo povo. Tambem mandou duas pipas de vinho para os frades e algum dinheiro para repararem as perdas do convento. Tendo Massena invadido Portugal em 1810, os povos de varias localidades, horrorisados pela chegada dos francezes, se refugiaram na Figueira. A agglomeração de tanta gente, que não tinha casas para se hospedar, e que luctava com falta de meios, desenvolveu muitas molestias contagiosas, que juntamente á fome victimaram mais de 5:000 pessoas. Os cadaveres fôram quasi todos enterrados n'um campo junto á estrada que da cidade conduz á fonte da Varzea. Em 1812 se erigiu em frente do terreno que serviu de cemiterio um alto cruzeiro de pedra, simples e sem lavor, que actualmente está vedado por uma grade de ferro, em cujo pedestal se gravou uma extensa inscripção latina. A pag. 215 e 216 da 1.ª parte da *Collecção de Elementos para a historia do concelho da Figueira*, do sr. Pedro Fernandes Thomaz, vem a descripção do monumento com a narrativa dos factos, que lhe deram origem. Foi nas praias do concelho da Figueira da Foz que desde 2 até 5 de agosto de 1808 desembarcaram 13:000 homens de tropas inglezas, que, sob o commando de lord Wellington, vieram em auxilio de Portugal. A egreja matriz, de S. Julião, é um templo muito antigo e muito espaçoso. No *Livro Preto* da sé de Coimbra se encontra a doação d'esta egreja feita pelo abbade Pedro á mesma sé, sendo bispo D. Cresconio, que esteve no bispado desde 1092 até 1098. A egreja é de fabrica singela e nada tem de notavel. Foi reconstruida no principio do seculo XVIII. O primitivo hospital da Misericordia era no antigo convento de Santo Antonio, junto á egreja do mesmo nome, e foi fundado em 1839 pelo benemerito filho da Figueira João da Silva Soares, mas a sua abertura só se realisou em março de 1842. O actual edificio foi começado em 1866, sendo provedor da Misericordia Julio da Fonseca Mario, que luctou com bastante falta de dinheiro, e não pôde concluir a obra. Em 1882, o provedor Affonso de Barros trabalhou dedicadamente para a sua conclusão, e obteve valiosos donativos particulares, conseguindo que em 25 de setembro de 1884 fôsse lançada a primeira pedra da parte a completar do edificio. Afinal, em 1887, estavam terminadas as obras. A capella da Misericordia é muito antiga, foi construida em 1725, como se lê no fecho do arco da entrada; estava bastante arruinada, sendo tambem Affonso de Barros quem a restaurou. Communicando com a capella da Misericordia, separada apenas por uma porta de grades que dá para o corpo da capella, fica a que pertence á irmandade dos Terceiros. Em 1873 appareceram na Figueira, em rochas á beira-mar, palhetas de ouro, e em dezembro d'este anno foi registada na camara uma mina de ouro. Na Figueira da Foz organisou se, sob a direcção do dr. Antonio dos Santos Rocha, um museu de anthropologia pre-historica, que foi dotado com uma valiosa collecção de exemplares, encontrados em varias escavações realisadas sob a direcção do mesmo senhor. O museu occupa tres salas espaçosas no edificio do antigo paço dos condes da Figueira. Este paço foi construido no seculo XVII por D. João de Mello, filho de D. Jorge de Mello, védor da rainha D. Luiza de Gusmão, mulher d'el-rei D. João IV, e de D. Magdalena de Tavora. Fôra bispo de Elvas, Vizeu e de Coimbra, e falleceu em 28 de junho de 1704, deixando o paço a seu sobrinho D. Antonio José de Mello, cujos descendentes são os condes da Figueira. Actualmente pertence ao dr. João Antunes de Macedo. Comtudo, o palacio é ainda hoje conhecido

pelo nome de *paço*, como o vulgo designava antigamente as residencias dos fidalgos, que tinham no titulo nobiliarchico o nome da terra em que essa residencia era edificada. N'este edificio são dignos de vêr-se os bellos e raros azulejos que revestem as paredes; são das manufacturas hollandezas de Delft, e tornam-se notaveis pela perfeição e variedade dos desenhos; são de tamanho regular, e em cada um d'elles está uma paizagem ou um cavalleiro antigo São variadissimas as paizagens, e as posições dos cavalleiros, encontrando-se com difficuldade duas eguaes em um numero tão consideravel de azulejos N'este palacio foi recebido el rei D. Luiz I, quando veiu a esta cidade, por occasião de ser inaugurado o caminho de ferro da Pampilhosa á Figueira. O primeiro theatro um pouco regular que teve a Figueira, e que funccionou desde 1820 até 1823, representando n'elle companhias de amadores, era estabelecido no pavimento terreo d'este palacio, o qual foi destruido por um incendio que pouco prejudicou o edificio. Na Figueira nota-se tambem o excellente mercado. E' de grandes dimensões, de fórma quadrangular, cercado em volta por logares ou pequenos estabelecimentos, sendo inteiramente coberto por uma alta cupola de ferro. E' ali que se faz a venda do peixe, da fructa, hortaliças, etc. O movimento é enorme, especialmente na epoca balnear. Em frente fica a espaçosa Praça José Luciano, ajardinada, obra importante, que, segundo dizem, custou 120:000$000 de réis á camara municipal. São ali muito divertidas as festas de Santo Antonio, S. João e S. Pedro, com especialidade a de S. João, que é o mais festejado, e a que concorre muita gente dos arredores. A festa de S. Pedro pertence mais aos pescadores. Figueira é séde e estação principal da Companhia dos Caminhos de ferro da Beira Alta, e estação *terminus* da linha de Oeste da Companhia Real (Lisboa a Torres Vedras-Figueira). O theatro do Principe D. Carlos foi construido entre os annos de 1871 a 1874, funccionando pela primeira vez em 8 de agosto de 1874. Está situado na Praça do Commercio, em terreno conquistado ao mar pelas obras da barra, e cedido pelo Estado por carta de lei de 1871. O projecto e direcção da obra fôram confiados ao engenheiro sr. Adolpho Ferreira Loureiro. O theatro, tanto no exterior como no interior, tem uma apparencia simples, e graciosa. Tem platéas e tres ordens de camarotes, um amplo vestibulo, sobre o qual está uma grande sala de baile. O custo do edificio é avaliado em 14:200$000 réis. No topo septentrional da mesma praça vê-se o pelourinho, que é muito elegante. Parece obra do seculo XVIII pelo desenho do escudo portuguez, que se vê incastoado no capitel do seu remate, e sobretudo pela graciosa helice de pedra que cinge a columna a todo o comprimento, e que ficou sendo o symbolo eterno, na peninsula, das opressões do jesuitismo e da inquisição. A sua construcção talvez fôsse em 1771, quando Figueira foi elevada á categoria de villa. Figueira possue muitos e elegantes edificios e propriedades modernas, ruas e praças espaçosas, avenida Saraiva de Carvalho, bons hoteis, escolas d'ambos os sexos, collegios, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N. e R. A. Lisboa — Figueira; a nova casa da Camara Municipal, que se inaugurou em 1 de janeiro de 1898; o Jardim Infante D. Henrique e a matta da Misericordia. Tem

Egreja Matriz

duas praças de touros; a praça antiga pertence á Misericordia, e a moderna, foi edificada no Viso por uma sociedade; casinos importantes, sendo o principal o *Peninsular*, estabelecido onde foi o antigo theatro circo *Saraiva de Carvalho*, circo que se havia inaugurado em 4 de setembro de 1884. O Casino Peninsular é uma elegante casa de recreio, com sumptuosas salas de baile, de concertos, de jogos, e lindos parques. Figueira pertence á 5.ª div. mil., 10.ª brigada, grande circumscripção mil. do Centro, e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria. Tem advogados, notarios, medicos, pharmacias, agencias bancarias dos bancos, *Alliança*, *Banco do Minho*, *Lisboa & Açôres*, *London and Brasilian Bank*,

Nacional Ultramarino, *Banco Commercial de Lisboa*, *Banco Commercial do Porto*, *Crédit-Franco-Portugais*, *Banco Economia Portugueza*, etc.; agentes das companhias de seguros: *A Commercial*, *A portuense*, *Bonança*, *Fidelidade*, *Indemnisadora*, *Internacional*, *Portugal*, *Probidade Reformadora*, *Segurança*, *Tagus*, *Union y el Fenix*, *Urbana Portugueza*, *Commercial Union*, *l'Urbaine*, *Mutual Reserva Life*; associações de classe; fabricas de conserva, de gazozas e de tijolo; corpo consular: vice-consul da Belgica, dos Estados Unidos do Brazil, França, Hespanha, Republica Argentina, Hollanda, Inglaterra, Italia, republicas da Bolivia e do Uruguay, Suecia, Noruega e Dinamarca; minas de carvão exploradas pela Empreza Exploradora das minas e industrias do Cabo Mondego; sociedades de recreio: *Assembléa Figueirense*, *Associação Naval Primeiro de Maio*, *Gymnasio Club Figueirense*, *Real Philarmonica 10 de agosto*, *Troupe Musical Gounod*; typographias. Tem bons passeios á Varzea, Tavarede, Cabo Mondego e á Lapa. Figueira foi patria do illustre patriota Manuel Fernandes Thomaz, um dos heroes de 1820. O conc. compõe-se de 11 freguezias com 11:325 fog. e 43:053 hab., sendo 20:082 do sexo masc. e 22:935 do fem., n'uma superficie de 28:370 hect. As freguezias são: S. Pedro, de Alhadas, 4:365 hab.: 2:071 do sexo masc. e 2:294 do fem.: S. Theotonio, de Brenha, 776 hab.: 340 do sexo masc. e 436 do fem.; S. Pedro, de Buarcos, 5:033 hab.: 2:256 do sexo masc. e 2:777 do fem.; Santa Eulalia, de Ferreira-a-Nova, 1:647 hab.: 799 do sexo masc. e 848 do fem.; S. Julião, de Figueira da Foz, 6:243 hab.: 2:788 do sexo masc. e 3:455 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Lavos, 7:967 hab.: 3:760 do sexo masc. e 4:207 do fem.; S. Salvador, de Maiorca, 2:490 hab.: 1:190 do sexo masc. e 1:300 do fem.; N. S.ª do O', de Paião, 5:924 hab.: 2:834 do sexo masc. e 3:090 do fem.; S. Mamede, de Quiaios, 4:805 hab.: 2:212 do sexo masc. e 2:593 do fem.; S. Martinho, de Tavarede, 1:873 hab.: 905 do sexo masc. e 968 do fem.; Santo Aleixo, de Villa Verde, 1:912 hab.: 927 do sexo masc. e 985 do fem. O principal commercio do conc. é vinho, pinho em rama, madeira, arroz, sal, carvão e peixe. Os generos que mais exporta consistem em vinhos, azeite, fructas, cereaes, e o sal extrahido das marinhas proximas da cidade. || Bibliographia: *Antiguidades prehistoricas do concelho da Figueira*; Coimbra, 1888. *Materiaes para a historia da Figueira nos seculos* XVII e XVIII, Figueira 1893. *Memorias sobre a antiguidade*, Figueira, 1897. D'estes tres livros é autor o dr. Antonio dos Santos Rocha. Na Figueira da Foz teem-se publicado os seguintes jornaes: *Annunciador (O)*, 3 de agosto de 1905; *Beira-Mar (A)*, 1894; *Boletim da Sociedade Archeologica*, 1904; *Commercio da Figueira (O)*, 1 de janeiro de 1880 a 1881; *Correio da Figueira*, 1 de janeiro de 1889 a 1898; *Correspondencia da Figueira*, 19 de junho de 1876 a 1894; *Correspondencia da Figueira*, junho de 1902, em publicação; *Echos da Figueira*, 16 de julho de 1882; *Figueira*, 7 de dezembro de 1903 a 1904; *Figueirense (O)*, 1.º 9 de agosto de 1863 a 1864; o primeiro jornal publicado na Figueira da Foz; *Figueirense (O)*, 2.º, 21 de janeiro de 1900 a 1902; *Gazeta de Annuncios*, 1891; *Gazeta da Figueira*, 1.º, 3 de julho de 1887 a 27 de dezembro de 1889; *Gazeta da Figueira*, 2.º, 1894; em publicação; *Legislação Medico-Pharmaceutica*, 27 de novembro de 1902; *Messe (A)*, março a 1 de abril de 1889; *Operario (O)*, 25 de agosto de 1889 a 22 de outubro de 1890; seguindo com o titulo *Operario Figueirense* de 1890 a 1893; *Pela Republica*, 1905; *Petiz (O)*, 1905; *Philarmonico Portuguez*, 1898, em publicação; *Povo (O)*, 1903; *Povo da Figueira (O)*, 1.º, 1895 a 1899; *Povo da Figueira (O)* 2.º, 1901; *Rapaz (O)*, 1905; *Razão (A)*, 27 de janeiro de 1904; *Recreio Litterario*, 1 de setembro de 1903; *Revista da Figueira*, abril de 1903; *Revista Litteraria*, 1904;

Doca da Figueira da Foz

Voz da Justiça (A), 1902, em publicação. Além d'estes jornaes tambem ali fôram publicados os numeros unicos: *Bombeiro Figueirense (O)*, 19 de dezembro de 1884; *Cidade da Figueira da Foz (A) ao Exercito Portuguez*, 1 de fevereiro de 1897; *Esguicho (O)*, 25 de fevereiro de 1906; *Caridade (A)*, 1903; *Desaffronta*, 1 de novembro de 1903; *Gloria aos Vencidos*, 1904; *Mealheiro (O)*, 1885; *Oito de Maio (O)*, 1890; *Praia (A)*, 1903; *Saudação*, 1903.

Figueira de Lorvão. Pov. e freg. de S João Baptista, da prov. do Douro, conc. e com. de Penacova, distr. e bisp. de Coimbra; 1:847 hab. e 471 fog. Tem correio com serviço de posta rural, esc. do sexo masc., pharmacia, fabrica de manteiga. A pov. dista 5 k. da séde do conc. As freiras bernardas de Lorvão apresentavam o vigario, que tinha 60$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil, e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra.

Figueira do Matto. Pov. na freg. de S. Mamede, de Serzedo, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Figueira de Negreiros *(Manuel)*. Jurisconsulto natural de Mertola. Foi lente da Universidade de Coimbra, e depois ouvidor do mestrado de S. Thiago na comarca e ouvidoria de Setubal e corregedor d'Almada. Publicou em 1613 um tratado sobre testamentos, escripto em latim.

Figueira do Outeiro. Pov. na freg. de N. S.ª do Desterro, de Pousos, conc. e distr. de Leiria.

Figueira da Porta. Pov. na freg. de S. Miguel, de Baltar, conc. de Paredes, districto do Porto.

Figueira Redonda. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Figueiral. Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu, de Bensafrim, conc. de Lagos, distr. de Faro. || O Salvador, de Castellões, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Parada, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Conceição e conc. de Silves, distr. de Faro. || Pov. na ilha de Santa Maria, archipelago dos Açôres, onde existem consideraveis camadas de terreno calcareo.

Figueiral de Baixo e **de Cima.** Duas herdades na freg. de S. Pedro, de Monte Vil, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Figueiras. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. do Porto; 263 hab. e 76 fog. Tem caixa post. A pov. dista 14 k. da séde do conc., e passam-lhe proximo os rios Douro e Tamega. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. Tambem é conhecida sómente pelo nome de *Figueira*. || Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. de Louzada, distr. e bisp. do Porto; 484 hab. e 128 fog. A pov. dista 5 k. da séde do conc. O bispo do Porto e o bailio de Leça apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 450$000 réis de rendimento. E' terra fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Beiral do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || Ilha Graciosa; Santa Cruz, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo. || O Salvador, de Delães, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || N. S.ª do Rosario, de Marinha Grande, conc. e distr. de Leiria. || N. S.ª dos Milagres, do mesmo conc. e distr. || S. Romão, de Milhazes, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago, de Rio Meão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Ilha de S. Jorge; N. S.ª do Rosario, de Rosaes, conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo; a pouco mais de 1 k. a N O da villa das Vélas. || N. S.ª da Expectação, de Souzella, conc. da Louzada, distr. do Porto. || S. Mamede, de Ventosa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Purificação, de Ventosa, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || Casaes nas freguezias: S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Santa Catharina, de Anóbra, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Cardósas, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Cazével, conc. e distr. de Santarem. || N. S.ª da Consolação, de Cezimbra-Castello; conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa. || Santo Varão, de Lamarosa, conc. e distr. de Coimbra. || S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || N. S.ª da Annunciação e conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Manique do Intendente, conc. de Azambuja, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição, de Paio de Pelle, conc. de V. N. da Barquinha, distr. de Santarem. || Herdade na freg. de N. S.ª da Conceição, de Azinheira dos Barros, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || S. João Baptista e conc de Coruche, distr. de Santarem. || Monte na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alcaria Ruiva, conc. de Mertola, distr. de Beja. || Monte na freg. de Sant'Anna da Serra, conc. de Ourique, do mesmo distr. || Monte na freg. de Santo Antonio, de Arcos, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Monte na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Ferreira do Alemtejo, distr. de Beja. || Monte na freg. de S. Sebastião, de Gomes Ayres, conc. de Almodovar, do mesmo distr. || Monte na freg. de Santa Clara, de Louredo, conc. e distr. de Beja || Pov. no centro da ilha de S. Jorge, Açôres, coberta de lavas expellidas pelos vulcões em 1580 e 1808. || Ponta ou cabo da ilha do Faial, Açôres, a O S O da ponta dos Cedros. Entre estas duas pontas ha uma ampla bahia abrigada dos ventos de S E e E N E pelo Sul.

Figueiras de Baixo e **de Cima.** Dois montes na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Querença, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Figueiras e **Ferral.** Duas povoações reunidas na freg. de Santa Maria, de Penha Longa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Figueiras Pôdres. Povoações nas freguezias: S. Sebastião, de Cumieira, conc. de Penella, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Graça, de Torre de Valle de Todos, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Figueiredo. Este appellido procede de Goesto Ansur, que em tempo de Mauregato, rei de Leão, livrou do poder dos moiros, que as levavam ao rei de Cordova, a seis donzellas christãs, do tributo das cem que em cada um anno se pagava, matando-os valorosamente, no logar de Figueiredo, do conc. de Vouzella, que é hoje conhecido por Figueiredo das Donas, que ficou sendo o solar d'esta familia. Goesto Ansur tomou o appel-

do de *Figueiredo*. As suas armas são em campo vermelho cinco folhas de figueira verdes em aspa, perfiladas de ouro; timbre dois braços de leão, de vermelho, em aspa, cada um com sua folha de figueira na garra. *(V. Ansur)*. Variam comtudo as opiniões da origem da terra e da occasião em que se tomou este appellido. Na Galliza, aponta-se a villa de Mondoñedo, com a mesma tradição, reflectida na velha canção do *Figueiral, figueiredo*, inserta na *Monarchia Lusitana* (part. 2, liv. 7.º, cap. IX, fol. 296. v.). Os genealogistas mais conceituados apontam como o primeiro que usou o appellido de Figueiredo a Soeiro Martins de Figueiredo, que viveu no reinado de D. Affonso III, e casou duas vezes, a primeira com D. Estevinha Pires, e a segunda com D. Urraca, a qual por não ter filhos fez certas doações ao mosteiro de Santa Cruz, de Coimbra, com encargos de missas e anniversarios. No tempo de D. Diniz era Vasco Esteves o possuidor da quinta e honra de Figueiredo, e conforme as *Inquirições* d'aquelle reinado succedeu-lhe seu filho Ruy Vasques de Figueiredo, que teve, de Toda Fernandes, a Fernão Rodrigues de Figueiredo, que foi escudeiro de D. Diniz e legitimado para succeder na honra de Figueiredo ; etc.

Figueiredo *(D. Alberto Caetano de)*. Jesuita. N. em Santarem a 24 de maio de 1699 ; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Manuel de Figueiredo Vaz e de Marianna da Costa. Entrou na ordem dos clerigos regulares, e vestiu a roupeta monachal no convento de N. S.ª da Divina Providencia, de Lisboa, a 8 de abril de 1720. Em 13 d'este mez partiu para a India como missionario, e professou solemnemente na casa professa dos jesuitas de Gôa, a 22 de setembro de 1721. Missionou durante 14 annos no Oriente, e quando regressou a Portugal foi nomeado preposito da Companhia de Jesus. Publicou alguns dos seus sermões.

Figueiredo *(Alfredo dos Santos)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, sub-delegado do saude na 5.ª circumscripção, Carnide e Bemfica, socio da Academia Real das Sciencias, etc. N. em 5 de setembro de 1861 ; terminou o curso em 1884, e n'esse anno publicou a sua these inaugural sobre o *Lyrio dos valles*. Foi nomeado cirurgião interino do banco do hospital de S. José em 15 de fevereiro de 1885, definitivo em 16 de julho do mesmo anno, e extraordinario em 20 de fevereiro de 1890. Exerce tambem clinica particular.

Figueiredo *(Anthero de)*. Escriptor e poeta contemporaneo. N. em Coimbra em 1867. Matriculou-se em 1885 na faculdade de Medicina na Universidade de Coimbra ; não chegou, porém, a formar-se, e interrompendo o curso, foi viajar pela Suissa, Italia e Austria. Em 1891 fez outra viagem ao estrangeiro, percorrendo a America do Norte e depois a Inglaterra. No seu regresso a Portugal publicou um pequeno livro intitulado *Tristia*. Não proseguiu no estudo de medicina, matriculou-se no Curso Superior de Letras, e completou este curso, sendo bem classificado em quasi todas as cadeiras. Por essa epoca publicou o seu segundo livro, *Além*; em 1897 appareceu o seu terceiro livro, *Partindo da terra*, de que a critica muito se occupou lisongeiramente. Tem publicado ainda: *Palavras d'Angelo, Recordações e viagens;* e a comedia em 3 actos, *Estrada nova*, que se representou no theatro D. Amelia e no theatro de S. João no Porto. O sr. Anthero de Figueiredo tem tambem collaborado em muitos jornaes litterarios.

Figueiredo *(Antonio de)*. Freire professo da ordem de S. Thiago e prior d'uma egreja de Campo de Ourique. Era natural de Santarem; professou no convento de Palmella. Foi muito erudito em Theologia moral, e escreveu uma obra que ficou inedita com o titulo *De Sacramentis ingenere et specie*.

Figueiredo *(Antonio de)*. Cirurgião no hospital de Todos os Santos. Foi nomeado em 17 de janeiro de 1673 ajudante de Antonio de Freitas, licenceado e cirurgião, sendo exonerado d'este logar em 2 de julho de 1676. Em 10 de outubro de 1677 foi nomeado cirurgião dos males, e em 5 de dezembro de 1681 cirurgião dos feridos. Falleceu a 16 de maio de 1717.

Figueiredo *(Antonio Candido de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, chefe da primeira repartição da direcção geral do Ministerio da Justiça, professor do lyceu de Lisboa, advogado, escriptor, jornalista, poeta, etc. Nasceu na freguezia de Lobão, concelho de Tondella, a 19 de setembro de 1846. Começou em Viseu os seus estudos preparatorios para as aulas ecclesiasticas, e sendo admittido em 1863 como collegial ordinario no seminario episcopal da mesma cidade, ali concluiu o curso de Theologia a 19 de junho de 1867, com approvação plena. A sua familia o destinava para padre, mas o joven estudante sentia-se com pouca vocação para aquella vida, de que desistiu completamente, mas não tão cedo que não tivesse já recebido a primeira ordem sacra. Desde muito creança que se lhe manifestava grande predilecção pelas letras; aos 12 annos já fazia versos, e escreveu umas decimas na parede da ermida do Crasto, que o tornaram afamado em toda a aldeia. Sendo estudante, logo em 1861 começou a collaborar n'alguns jornaes de Viseu e de Coimbra. Desejando abandonar de vez a vida ecclesiastica, conseguiu á custa de largos dispendios e de porfiados esforços que o papa Leão XIII o dispensasse da ordem sacra que tinha recebido, que o impedia de casar catholicamente. Seguiu depois na Universidade os estudos juridicos, matriculando-se em Direito em outubro de 1869, em cuja faculdade se formou a 8 de junho de 1874. Ao sair do seminario de Viseu, já tinha concluido os *Quadros cambiantes*, collecção dos seus primeiros versos, que se publicaram em Coimbra em 1867, e que tiveram segunda edição em 1874, com o retrato do autor, e um appendice, em que o editor colligiu as apreciações criticas que do livro haviam feito, em diversos jornaes, Mendes Leal, A. X. Rodrigues Cordeiro, Simões Dias, José Silvestre Ribeiro, Castilho, Pinheiro Chagas, e outros. O *Aristarco Portuguez*, livro de critica publicado em Coimbra em 1869, tambem lhe consagrou palavras muito elogiosas. Até 1874 havia já publicado varios livros e pamphletos em prosa e em verso: *Pyrilampos, prosas varias, biographias, trechos historicos e humoristicos, folhetins*, etc., Coimbra, 1868; *Um anjo martyr*, poema lyrico, Lisboa, 1868; *Generalização da historia do direito romano*, Elvas, 1870; *Tasso*, poema dramatico em 7 cantos, baseado em factos do seculo XVI, Lisboa, 1870; *As*

Parietárias, collecção de poesias, vol. VI dos *Brindes* do «Diario de Noticias», publicado em 1870; *A liberdade da industria nas suas relações com a economia politica e com a historia da civilização*, Porto, 1872; *O Municipio e a descentralização*, analyse academica a proposito da reforma administrativa, aventada por Antonio Rodrigues Sampaio, Coimbra, 1872; *Introducção á sciencia das finanças*, Coimbra, 1874; *Morte do Yaginadatta*, episodio em versos portuguezes do poema epico sanscrito, o *Ramayana*, Coimbra, 1873; *O poema da miseria*, canticos e threnos, Coimbra, 1874. Estas publicações lhe valeram o ser eleito socio correspondente da Academia Real das Sciencias em 3 de fevereiro de 1874. A Academia de Jurisprudencia e Legislação, de Madrid, o elegeu por unanimidade seu professor correspondente em 14 do referido mez e anno. O Instituto de Coimbra já o havia nomeado seu socio em 1871. Em 1874 tambem se realizou o seu casamento com a distincta poetisa D. Marianna Angelica de Andrade, que falleceu em novembro de 1882. (V. *Andrade)*. Em 1874, 1875 e 1876 desempenhou officialmente algumas commissões de instrucção publica, que lhe foram incumbidas pelo Ministerio do Reino, sendo egualmente nomeado inspector das escolas do districto de Coimbra. Em 1876 inscreveu-se como advogado nos auditorios de Lisboa, estabelecendo o seu escriptorio de parceria com o sr. dr. Julio de Vilhena. Ainda, em 1876, constituiu com Luciano Cordeiro, Candido de Moraes, Rodrigo Pequito e Emiliano Bettencourt, a commissão fundadora da Sociedade de Geographia. Por decreto de 3 de maio de 1877, foi nomeado, com precedencia de concurso, conservador privativo do registo predial na comarca de Pinhel, tendo transferencia para Fronteira, por decreto de 7 de junho do mesmo anno, e poucos mezes depois nova transferencia para Alcacer do Sal, onde tambem exerceu o cargo de presidente da camara. Em 1878, sob proposta dos orientalistas Oppert e Guiard, foi eleito membro titular da Sociedade Asiatica, de Paris. Em 1881 teve a nomeação de secretario geral da secretaria da Bulla da Cruzada; em 1882 a de professor provisorio do lyceu de Lisboa; obtendo por fim, por concurso, o logar de segundo official da secretaria da Justiça, sendo actualmente chefe da primeira repartição da direcção geral do mesmo ministerio. Em 1893, foi governador civil de Villa-Real, no ministerio Dias Ferreira, publicando depois o opusculo *O governo civil de Villa*, que é uma exposição dos serviços que prestou n'aquelle logar. Tem collaborado nos seguintes jornaes e em outras publicações: *Panorama*, nova série, de 1856 a 1863; *Aljubarrota, Lusitano, Progresso, Bem Publico, Voz feminina, Revista dos Monumentos sepulchraes, Noticias (*depois *Diario Popular), Almanach de lembranças, Grinalda, Chrysalida, Paiz, Tribuno popular, Independencia, Recreio litterario, Hymnos e flôres, Repositorio litterario, Folha, Panorama photographico, Bracarense, Almanach familiar de Braga, Viriato, Jornal de Vizeu, Gazeta Setubalense, Democracia*, de Elvas. Foi redactor litterario do *Districto da Guarda.* Em 1867 fundou em Fornos de Algôdres, juntamente com A. A. da Motta Felix, a *Gazeta da Beira*, que redigiu até ao n.º 10; em 1875, a revista litteraria *O Cenaculo.* De 1875 a 1876 fez parte da redacção do *Jornal do Norte*, na parte litteraria e noticiosa, a convite de Teixeira e Vasconcellos, a quem substituiu por algum tempo na redacção d'uma das secções da *Correspondencia de Portugal.* Em 1886 fundou e redigiu a *Capital;* e, antes d'isso, em 1884, foi director do *Diario de Portugal;* e com Simões Dias e visconde de Sanches de Frias redigiu o diario *Globo.* Actualmente é redactor do *Diario de Noticias,* onde tem publicado chronicas litterarias, que assigna com o pseudonymo de Cedef, e uma secção, intitulada *Falar e escrever.* O sr. Candido de Figueiredo pertence a muitas associações artisticas e litterarias. Além das publicações já mencionadas, contam-se as seguintes: *As escolas ruraes*, conclusões da inspecção official feita pelo autor ás escolas

Antonio Candido de Figueiredo

primarias do districto de Coimbra, Lisboa, 1876; *As creanças*, poemeto, Lisboa, 1877; *Homens e letras*, galeria de poetas contemporaneos, Lisboa, 1881; *O Manual dos jurados*, Lisboa, 1876; a *Má lingua de um bacharel em mystica*, com o pseudónymo *Lourenço de Braga; Usufruto e fideicommisso*, estudo juridico. Nos *Brindes* do *Diario de Noticias*, publicou mais: *As Espingardeiras*, vol. 25, de 1889; *O Bacharel Ramires*, vol. 29, de 1893; *Um drama na aldeia*, vol. 30, de 1894; *Chrysantemos* (poesias*)*, vol. 32, de 1896; *Amores d'um marinheiro*, narrativa historico-romantica, volume 34, 1898. O *Bacharel Ramires* publicou-se tambem na *Collecção de Antonio Maria Pereira*, de que fórma o vol. 29, juntamente com os contos: *A mulher que ri, Um crime ha cinco annos, O coração de um banqueiro, As Espingardeiras, A Estanqueira, O Carmelita*, onde conta memorias de sua familia e recordações da sua infancia. Traduziu e publicou o livro de Franck, *Moral para todos*; o romance de Alvarez Perez,

Os companheiros de Vasco da Gama; a comedia de Malefille, *Duas viuvas*, que se representou no Gymnasio em fevereiro de 1875; *O ultimo abencerragem*, de Chateaubriand, em 1864; *A Pomba*, de Alexandre Dumas, em 1872; *Os dois tamanquinhos*, *O Ramo de Lilaz*, e o *Bébé*, de Ouida, em 1875; *O direito penal na India; Nictaginias*, collecção de versos, etc. Collaborou no *Diccionario Popular*, dirigido por Pinheiro Chagas; na *Revista de Portugal e Brazil*, *Occidente*, etc. No vol. XVII do *Instituto*, de Coimbra, de 1873, publicou os primeiros capitulos d'uma obra intitulada *A India antiga*, que fôram traduzidos em francez, e commentados por Blanc, da academia do Gard, e se publicaram nos *Annales de philosophie chrétienne*, tomo x da 6.ª série. 1876; escreveu os primeiros 16 capitulos d'uma obra de sciencia popular sobre geologia, astronomia, biologia, chronologia, historia, etc. Esses capitulos saíram com o pseudonymo de Luiz de Lencastre, e teem por titulo *Cartas de Coimbra*, 1869. Publicou em 1 de janeiro de 1900 um conto illustrado, o *Arminho*. Está impresso n'uma nitida *plaquette;* tem 16 paginas, e foi distribuido pelos seus amigos, em signal de boas festas. Em differentes jornaes de Lisboa tem publicado, sob o pseudonymo de *Caturra*, interessantes artigos sobre a lingua portugueza. Tambem tem publicado as *Lições praticas da Lingua Portugueza*, em 3 volumes, obra que todos os dias vae augmentando com as consultas que lhe dirigem sobre a lingua materna. No seu *Novo Diccionario da Lingua Portugueza* recolheu cerca de 45:000 vocabulos que andavam dispersos. Traduziu do italiano as tres obras de Mantegazza, *Problema, do Casamento*, *Fisiologia do amor e Fisiologia da mulher*, bem como o *Manual da sciencia da linguagem;* de Sieukiewicz o drama *Vencer ou morrer;* do francez o *Vamiré* de J. H. Rosny; do hespanhol quasi todas as *Doloras* de Campoamor; etc. As suas mais recentes publicações são: a obra *Falar e escrever, novos estudos práticos da lingua portugueza, ou consultorio popular de enfermidades da linguagem*, Lisboa, 1906, 2 volumes, de 336 paginas cada um, estando agora em via de publicação o 3.º volume; *O que se não deve dizer*, estudos filologicos, 1 vol., 1902; *Estrangeirismos*, 1 vol., 1903, de que se fez 2.ª edição em 1906; *Problemas da linguagem*, 1 vol., 1905; *Figuras litterarias*, nacionaes e estrangeiras, 1 vol., 1906. No Brazil, é correspondente litterário do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, e do diario *Estado de S. Paulo*. A publicação do seu *Novo Diccionario da Lingua Portugueza* mereceu-lhe, em 1902, a rara distincção de ser eleito membro da Real Academia Hespanhola, por proposta de Juan Valera e dos sabios Mir e Cortázar. O sr. Candido de Figueiredo é tambem membro do congresso dos orientalistas, de Londres, e cavalleiro da ordem da Cruz Branca, de Italia; membro honorário de *Gremio Litterario do Pará*, etc.

Figueiredo *(Antonio Carvalho de)*. Medico-cirurgião pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa; medico do partido municipal de Loures e sub-delegado de saude no mesmo concelho. Pertence á Sociedade de Sciencias Medicas e tem collaborado em diversas revistas scientificas. Filho de Antonio Carvalho de Figueiredo, pharmaceutico, e de D. Amalia Magna Farinha de Figueiredo. Nasceu a 27 de abril de 1853 no logar do Barro, freg. de Loures, então do conc. dos Olivaes e hoje do de Loures. Aprendeu as primeiras letras na sua aldeia e estudou em Lisboa os preparatorios, para o curso medico, que tambem seguiu ininterruptamente e completou na capital em 1879, fazendo acto grande, com louvor, em 15 de julho d'esse anno. Desde 8 de agosto seguinte que exerce clinica em Loures. De junho de 1885 a abril de 1886 foi medico municipal, interino, do concelho de Cintra. Em 30 de abril d'este ultimo anno foi provido no logar de medico municipal do concelho de Loures, para o qual foi tambem foi nomeado sub-delegado de saude em 12 de abril de 1887. Na revista lisbonense *A Medicina Contemporanea* publicou em 1887 e 1888 a historia clinica, com o respectivo exame microscopico por elle feito, d'uma creança de 3 mezes e 23 dias que expelliu, por uma vez, seis tenias ellipticas. Em 1894 publicou no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas* um artigo ácerca da epidemia da cholerina, que n'aquelle anno grassou em Loures e arredores ao mesmo tempo que em Lisboa. Em 1904 deu a publico n'*A Medicina Contemporanea* um trabalho intitulado *Sobre a existencia do «Anopheles bifurcatus» em Portugal*. Esta memoria, que saiu depois em separado, foi considerada irreprehensivel pelos professores drs. Ricardo Jorge e Moraes Sarmento. N'ella se descreve uma variedade inedita do dito mosquito, transmissor das sezões, que o autor denominou *Portucalensis*. Dedicando-se á bacteriologia, em 1888, só com os seus livros, n'um pequeno laboratorio que organisou e montou em casa, começou a estudar essa especialidade e nelle fez, em 1889, observações que fôram publicadas em julho d'esse anno na dissertação inaugural *O microbio do carcinoma*, de fim do curso do professor Camara Pestana, mais tarde director do Real Instituto Bacteorologico. Tambem em 1889 e 1890 effectuou no seu laboratorio de Loures o primeiro estudo bacteriologico conhecido da doença do somno, servindo-se para isso de um preto, Hebo, em tratamento no hospital de S. José, de Lisboa. Este estudo foi publicado em 1891 na dissertação inaugural do dr. Antonio Francisco de Azevedo apresentada á Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. Para a continuação d'estes trabalhos, outros doentes, com egual padecimento, vieram de Africa mandados pelas autoridades coloniaes para os hospitaes de Lisboa. Recebeu então o dr. Carvalho de Figueiredo autorisação do ministro da Marinha, conselheiro Ferreira do Amaral, para observar e estudar os doentes do hospital da Marinha, o que não pôde effectuar por falta de saude muito prolongada.

Figueiredo *(Antonio João Frederico Gonçalves de)*. Escriptor indiano. N. em Nova Gôa, e fal. em 1867. Publicou em Margão o *Almanach litterario para 1866*, e o *Almanach litterario para 1867*.

Figueiredo *(Antonio Joaquim de)*. Gravador e desenhador. Era filho de João de Figueiredo, director da escola de gravura e desenho do arsenal do exercito, no seculo XVIII, e succedeu n'este logar a seu pae. E' citado por Cyrillo Wolkmar Machado, nas suas *Memorias*.

Figueiredo *(Antonio Joaquim de)*. Bacharel formado em Philosophia pela Universidade de Coimbra; doutor em Medicina pela Universidade

de Montpellier, etc. N. em Coimbra a 10 de agosto de 1807, fal. em Wisbaden a 14 de agosto de 1867. Era filho do lente da Universidade Jeronymo Joaquim de Figueiredo. Matriculando-se em Coimbra, formou-se em 1823 na faculdade de Philosophia, e começou o curso de Medicina, que não concluiu. Em 1826 sustentou com as armas a causa da liberdade, contra a vontade e as ordens de seu pae, que professava idéas absolutistas, e d'essas differenças de politica nasceu entre os dois tão grande inimizade que Antonio Joaquim de Figueiredo chegou a ser accusado de cumplicidade no assassinio de seu pae. Jeronymo Joaquim de Figueiredo foi um dos lentes assassinados em Condeixa em a 18 de março de 1828. (V. *Figueiredo, Jeronymo Joaquim de)*. A accusação, porém, não tinha fundamento, e assim o declarou a sentença que o absolveu, sentença que se não póde duvidar da sua justiça, em vista do accusado ser um liberal convicto e muito conhecido. Antonio Joaquim de Figueiredo, não se considerando seguro, emigrou para França, e seguiu os estudos de medicina na Universidade de Montpellier, onde recebeu o grau de doutor. Terminada a campanha em 1834, voltou á patria. Traduziu e annotou o *Curso de agricultura e de economia rural* de Raspail, que serviu de compendio na Universidade. A'cerca d'esta traducção se levantou uma acalorada polemica entre o traductor e Antonio Feliciano de Castilho, a cujo respeito se pode vêr a *Revista Universal*, tomo II, pag. 409. Escreveu tambem uma *Bibliotheca agronomica*, um *Curso de economia agricola* e *Estudos sobre o linho da Nova Zelandia*. Este trabalho foi publicado nas Memorias da Academia Real das Sciencias, e muito elogiado pelos socios a quem se encarregou a sua censura. Escreveu mais: *Relatorio dos trabalhos da Classe de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes da Academia Real das Sciencias de Lisboa desde a sua installação no 1.º de Março de 1852 até 16 de junho de 1854*, Lisboa, 1854. Redigiu com os doutores Pulido e Simas a *Revista Medica de Lisboa, Jornal de Medicina e Sciencias accessorias*, Lisboa, 1844 a 1846. Foi socio e secretario perpetuo da classe de sciencias physicas, mathematicas e naturaes da Academia, membro honorario da Sociedade Pharmaceutica Lusitana, vogal do conselho geral do commercio, agricultura, e manufacturas no Ministerio das Obras Publicas. Quando se deu a reforma do ensino agricola em Portugal, foi nomeado lente da cadeira de economia e legislação agricola, administração e contabilidade rural no Instituto de Lisboa. Em 1856 saiu de Portugal com o proposito de alargar os seus conhecimentos scientificos, e depois de estar algum tempo em França passou á Allemanha. Accommettido d'um ataque de alienação mental, suicidou-se afogando-se em Wisbaden. Tambem se assignava *Antonio Joaquim de Figueiredo e Silva*.

Figueiredo *(Antonio Joaquim Nogueira)*. Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra. Era natural de Santarem, e filho de Bernardo José Lopes Nogueira. Doutorou-se a 25 de julho de 1802. Ignoram-se as datas do seu nascimento e fallecimento.

Figueiredo *(Antonio José de)*. Escrivão das Bullas na Nunciatura de Lisboa. N. n'esta cidade a 13 de abril de 1819, onde tambem falleceu a 19 de janeiro de 1904. Aos 15 annos teve de sair de Portugal, acompanhando as pessoas a quem estava ligado, e que em 1834 se viram obrigadas a emigrar por pertencerem ao partido miguelista. Refugiando-se então na Italia, cursou nos collegios de Roma e de Napoles os estudos de humanidades, que terminou com muito aproveitamento e distincção. Começara os estudos superiores, e frequentava o segundo anno do curso philosophico triennal no Collegio Romano (que tem as honras e prerogativas de Universidade e confere graus aos alumnos), quando motivos de interesse particular o determinaram a vir a Portugal, onde obteve em 1841, por concurso, a cadeira de lingua latina de Villa Nova de Constancia, da qual não chegou a tomar posse, por entrar em 1842 para a Nunciatura Apostolica, onde fôra nomeado escrivão das Bullas, mercê conferida pelo papa Gregorio XVI, que veiu a verificar-se só em 1852, servindo até este anno de archivista e de secretario interino. Era um abalisado professor de latim, falando correctamente esta lingua, bem como o grego, o italiano e o francez. Tinha o grau de cavalleiro e a commenda da ordem de N. S.ª da Conceição, o habito de Christo, que lhe fôra dado pelo fallecido rei D. Fernando, emquanto regente, e o de cavalleiro da ordem de S. Gregorio Magno, de Roma, concedida pelos serviços prestados á Santa Sé. O commendador Antonio José de Figueiredo fundou o *Echo de Roma*, jornal de que foi proprietario e redactor; collaborou no *Bem Publico*, no *Panorama* e no *Archivo Pittoresco*. Coadjuvou o visconde de Castilho na traducção dos *Fastos*, de Ovidio, e ali publicou duas notas, que veem appensas no tomo I, pag. 287 a 291, e 298 a 306: a 1.ª *Dos dias romanos;* a 2.ª *Do anno, mezes e dias romanos*. Castilho considerava-o como um dos maiores eruditos do seu tempo. Escreveu uma serie de artigos, que se publicaram no *Diario do Governo* em 1846, descrevendo as cerimonias que se observam em Roma por occasião da morte dos papas, e da eleição, sagração e coroação de seus successores, e bem assim do direito que teem as principaes corôas catholicas para excluir da eleição algum proposto, que lhes não mereça confiança; discutindo n'esta parte um ponto de historia portugueza, que parece não havia sido até então convenientemente notado. Escreveu mais: *Traducção da primeira Encyclica dirigida pelo papa Pio IX a toda a Egreja catholica;* tambem inserta no *Diario do Governo* de 1846; a que se seguiram, publicados em outros jornaes, e avulsas, outras similhantes peças, e entre ellas a versão do *Estatuto* que o mesmo pontifice outorgara aos seus subditos em 1848; *De immaculato B. Virginis conceptu: Disquisitio theologica*, Olyssipone, 1849; publicou esta obra do P. Perrone, theologo e lente do Collegio Romano, addicionando-lhe uma dissertação historica em latim, ácerca do culto d'aquella crença em Portugal; *Da immaculada Conceição de Maria; Dissertação polemica do Cardeal Lambruschini, vertida da lingua italiana na portugueza por D. Fr. Fortunato de S. Boaventura*, Lisboa, 1849; addicionou a esta obra inédita uma advertencia preliminar, e introducção historica sobre a materia do texto, com algumas notas illustrativas do mesmo texto; *Roma destinada pela providencia para a liberdade dos Papas;* dissertação do abbade Cop-

pi, traduzida e publicada em 1852; *Historia da vida e martyrio do beato João de Brito*, etc. 2.ª edição publicada em 1852, addicionada como editor com uma prefacção, uma memoria e varias notas á primeira edição, conteudo bastantes noticias curiosas; fôra a 1.ª edição publicada em Coimbra, 1722, escripta por Fernando Pereira de Brito; *Conferencias sobre a definição dogmatica da immaculada Conceição de Maria, escriptas na lingua italiana pelo conego João Baptista Valeri e traduzidas, etc.*, Lisboa, 1855; *A questão romana, ou resposta ao folheto «O Papa e o Congresso»*, traduzida do italiano, e precedida da traducção da encyclica do papa Pio IX de 19 de janeiro de 1860, Lisboa, 1860; *Primeira embaixada do Japão á Europa*; serie de artigos publicados no *Archivo Pittoresco*, vol. VI, 1862, e rubricados com as iniciaes A. J. F. Escreveu tambem uma grammatica latina.

Figueiredo *(Antonio Lopes de)*. Bacharel formado em Theologia, conego arcipreste da sé primaz de Braga, professor de Theologia no seminario da mesma cidade, commendador da ordem de Christo, etc. N. em Coimbra a 28 de julho de 1836, fal. em Braga a 13 de setembro de 1890. Escreveu: *Discurso pronunciado pelo conego da Sé Primaz das Hespanhas, Antonio Lopes de Figueiredo, no templo do Populo, em Braga, por occasião da benção da bandeira do regimento de infantaria n.º 8, em 31 de julho de 1883*, Braga, 1884. Este sermão foi publicado pela primeira vez na *Gazeta Militar*, mas tendo saido muito incorrecto e até trastornado, foi novamente impresso em folheto a pedido dos officiaes do referido regimento, e corrigido pelo autor. O conego Figueiredo havia pronunciado outro discurso na egreja dos Congregados, tambem de Braga, quando se benzeu a anterior bandeira, em 9 de julho de 1871, dia em que se commemora na mesma cidade o desembarque do exercito libertador. Este discurso não foi impresso.

Figueiredo *(Antonio Pedro)*. Cavalleiro professo na ordem de Christo, capitão-mór no termo da villa de Torres Novas. Era filho de Manuel da Silva Antunes e de sua mulher D. Antonia Paula de Figueiredo, pessoas nobres dos respectivos appellidos. D. Maria I lhe concedeu em 17 de outubro de 1784 o seguinte brazão, que se acha registado no L. III do *Registo de Brazoens e Armas da Nobreza e Fidalguia d'estes Reinos e suas conquistas*, a fol. 175, v.: Escudo partido em pala. Na primeira as armas dos Silvas, que são em campo de prata um leão de purpura armado de azul. Na segunda as dos Figueiredos, que são em campo vermelho cinco folhas de figueira perfiladas e nervadas de ouro postas em santor. Elmo de prata aberto guarnecido de ouro. Paquife dos metaes e côres das armas. Timbre dos Silvas, que é o leão do escudo, e por differença uma brica azul com um farpão de prata.

Figueiredo *(Antonio Pereira de)*. V. *Pereira de Figueiredo.*

Figueiredo *(Ayres Gonçalves de)*. Fidalgo, a quem D. Fernando I, pelos muitos serviços que d'elle tinha recebido, fez mercê d'uma herdade, á ponte do Guadiana, no Alemtejo, por carta de 11 de julho de 1376. Era filho de Gonçalo Garcia de Figueiredo e de D. Constança Rodrigues de Figueiredo. Descendia por varonia d'um antigo regulo da Galliza, de nome Fernando. Teve por filho a Gonçalo do Tegal. Ayres de Figueiredo era natural de Alcacer do Sal e alcançou grandes distincções nas armas, tendo servido durante os reinados de D. Affonso IV, D. Pedro I, D. Fernando I e D. João I. Este ultimo monarcha lhe deu tambem as terras da Maia, de Gaia, e outras. Tendo já noventa annos de edade se achou na tomada de Ceuta, com seus filhos e soldados á sua custa. O infante D. Henrique, vendo o armado, lhe disse: «que descançasse pois era tempo». Respondeu o velho fidalgo: «que estimava achar-se n'aquella empresa porque sabia não podia ter mais honradas exequias para sua sepultura do que acabar em tão honrada obra». Foi casado com Leonor Pereira, que lhe levou em dote a terça parte da villa de Aveiro.

Figueiredo *(Belchior de)*. Jesuita. N. em Gôa em 1529, onde tambem falleceu a 3 de julho de 1607. Professou em 1554. Andou missionando nas ilhas Molucas; em 1569 partiu para as missões do Japão e da China. Foi mestre de noviços e reitor do collegio de Funay. Escreveu diversas cartas, do Japão e da China, aos padres da Companhia.

Figueiredo *(Christovão de)*. Pintor que vivia no tempo de D. João III, em 1540. E' citado n'um documento relativo a Garcia Fernandes, pintor, que viveu na mesma epoca.

Figueiredo *(Cypriano de)*. Corregedor da ilha Terceira em 1579; foi elle quem incitou a ilha a sustentar e a defender a causa de D. Antonio, prior do Crato. Caracter honesto e intrepido, tomou o governo da ilha e animou com a sua firmeza os habitantes que, logo depois da resolução patriotica, não tinham podido eximir-se a um verdadeiro panico, sabendo que, no momento em que proclamavam rei D. Antonio, perdia elle a batalha de Alcantara, e fugia de villa em villa deante de D. Sancho d'Avila. Mas tanto conseguiu enthusiasmal-os, que pouco depois o maior trabalho, que elle tinha, era cohibir as demasias que queriam praticar contra os partidarios dos Filippes. A moderação de que deu provas, fez com que o accusassem de fraco, e com que tentassem persuadir a D. Antonio que este homem, que tantas provas de dedicação lhe dera, estava prompto a trahil o, só porque queria que se não commettessem atrocidades que só podiam deshonrar a causa da independencia D. Antonio deu ouvidos á perfidia, e, ingrato e cego, demittiu Cypriano de Figueiredo, substituindo-o por Manuel da Silva, que fez conde de Torres Vedras. Foi o signal da perda do ultimo baluarte da sua causa. Foi durante o governo de Cypriano de Figueiredo que os terceirenses repelliram a expedição hespanhola de D. Pedro Valdez.

Figueiredo *(Diogo Affonso de)*. Vassallo d'el-rei D. Fernando I, o qual lhe fez mercê da quinta de Santo André de Azurara, de juro e herdade, por muitos serviços, em 3 de dezembro de 1417 (1379), do Celeiro da Maceira no julgado do Vouga, do prestamo das Quebradas e da Marinha, junto á villa da Feira. Foi védor do infante D. João, irmão de el-rei D. Fernando I. Diogo de Figueiredo foi o instrumento de que se serviu D. Leonor Telles para aquelle infante matar a mulher. Casou com Constança Rodrigues Pereira, viuva de Gonçalo Garcia de Figueiredo, seu primo.

Figueiredo *(Diogo Carvalho de)*. N. em San-

tarem a 26 de julho de 1685, onde tambem falleceu a 7 de julho de 1706. Era filho de Antonio de Figueiredo da Costa, capitão da ordenança e vereador do senado de Santarem, e de sua mulher, Domingas Marinha. Applicou-se na Universidade de Coimbra ao estudo de Direito Civil, e foi muito perito em Mythologia, Poetica e Oratoria, de cujas sciencias deu manifestas provas em muitas academias, onde era escutado com enthusiasmo. Falleceu com 21 annos de edade. Deixou os seguintes manuscriptos: *Lenitivos na dôr na morte da Serenissima Infanta de Portugal a Senhora D. Thereza, filha dos Monarchas D. Pedro II e D. Maria Sofia Izabel Neuburgo; Obras son amores, y no buenas razones*, comedia; além de muitas lôas, autos e outras obras poeticas.

Figueiredo *(Diogo Gomes de)*. Militar e poeta do seculo XVII. N. em Lisboa, onde tambem falleceu a 30 de setembro de 1685. Era filho de João Gomes Quaresma, escrivão dos Armazens Reaes. Dedicando-se á carreira das armas, embarcou em Lisboa a 24 de setembro de 1626, com a praça de aventureiro na armada de que era general D. Manuel de Menezes, e padeceu um lastimoso naufragio nas costas da Gascunha, a 12 de janeiro do anno seguinte. Passando mais tarde ao exercito de terra, assistiu em 1658, como mestre de campo, com o seu regimento á defeza de Elvas contra os castelhanos. Sendo promovido a general de artilharia, prestou bons serviços na praça de Almeida, quando em 1663 o duque de Ossuna quiz tomal-a por assalto, e elevado a sargento-mór de batalha, tomou parte na batalha de Montes Claros, a 17 de junho de 1665. Os trabalhos da guerra, comtudo, não o impediram de cultivar as letras e a poesia, sendo alumno da Academia dos Instantaneos, instituida em casa de Fernando Correia de Lacerda, mais tarde bispo do Porto, onde os seus versos sempre se ouviam com geral applauso. Diogo Gomes de Figueiredo era commendador d'uma das commendas da Casa da India da ordem de Christo, um jogador das armas muito apreciado, e foi mestre de esgrima dos filhos de D. João IV. Escreveu: *Ode Funeral á morte da Senhora D. Maria de Athayde;* saiu impressa a pag. 35 das *Memorias Funebres*, dedicadas a esta senhora, Lisboa, 1650; *Canção á morte do Mestre de Campo General André de Albuquerque com um mote glossado ao mesmo assumpto;* saiu impresso no Panegyrico que a este heroe consagrou o dr. João de Medeiros Correia, Lisboa, 1661. Deixou manuscriptos: *Destreza das Armas; Poesias varias*, 3 tomos; *Sessenta caprichos*; consta de discursos, etc.; *Memorial da pratica do Montante que inclue 16 regras simplices, e 16 compostas, dado em Alcantara ao Serenissimo Principe D. Theodosio em 10 de Maio de 1651*, etc.

Figueiredo *(Diogo Gomes de)*. Tenente-general de artilharia do reino. Era filho do antecedente. Dedicou-se muito a estudos genealogicos, e deixou manuscriptos 6 volumes in folio de *Familias do reino de Portugal*, cujos autographos se guardavam na livraria dos duques de Cadaval. Falleceu a 12 de fevereiro de 1684; foi casado com D. Maria de Menezes.

Figueiredo *(Francisco de)*. Pintor do seculo XVIII. Tinha fama de ser perfeito na execução dos seus trabalhos, mas era conhecido tambem pelo seu espirito lunatico e extravagante. São suas as pinturas do tecto da egreja das Chagas, e o da antiga egreja de S. João da Praça, em Lisboa.

Figueiredo *(Francisco Coelho de)*. Tenente-coronel reformado de cavallaria; era irmão mais novo do autor dramatico Manuel de Figueiredo *(V. este nome)*. N. em Lisboa a 4 de outubro de 1738, e fal. em 1822. Na sua vida militar nada teve digno de menção, reformando-se no posto acima mencionado. Era homem muito excentrico, mas dotado de certa philosophia, e muito affeiçoado ao irmão, a quem se confessava infinitamente grato, e como reconhecimento d'essa gratidão publicou, depois da morte do autor, succedida em 1801, 2 volumes de *Obras lyricas*, que se imprimiram na Imprensa Nacional. E' uma impressão adornada com uma estampa allegorica e boas vinhetas, tudo feito sobre desenhos de Domingos Antonio de Sequeira, e gravado por G. F. de Queiroz. Tambem publicou o theatro, que o irmão deixara manuscripto, de 1804 até 1815, que fórmam 13 volumes, a que elle juntou mais um, o 14.º, que é quasi todo de sua propria lavra, tendo por titulo: *O Portuguez teimoso, Melancolia entretida, ou Semsaborias amontoadas*, em que dá incessantes provas do seu genio folgazão e sentimentos patrioticos, entremeando varias noticias, memorias e anecdotas de toda a especie. Este volume começou a imprimir-se em 1815, e só ficou acabado em 1821, sendo durante o periodo decorrido successivamente augmentado pelo autor com addicionamentos e notas, que lhe iam occorrendo. Tiraram-se apenas 150 exemplares, e por isso falta em muitas collecções do *Theatro* de Manuel de Figueiredo, que ordinariamente acabam com o vol. XIII. Em 1816 publicou: *Agradecimento de um homem á memoria de outro homem virtuoso, sabio e philosopho*. E' uma especie de elogio historico ou noticia biographica do professor Pedro José da Fonseca. Os dois irmãos viveram muitos annos no sitio de Arcolena, em Belem, e por morte de Manuel Figueiredo ficou o irmão vivendo em companhia d'um creado. Tinham no sitio a fama de pessoas bemfazejas e do amigos dos pobres. No *Jornal do Commercio* de 13 de outubro de 1866, vem com o titulo de *Reminiscencias* uma longa carta, assignada com um *R*, na qual se descrevem antiguidades e memorias de Arcolena, e se lêem alguns pontos biographicos da vida dos dois irmãos Figueiredos.

Figueiredo *(P. Francisco de Paula)*. Presbytero secular, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, considerado como o primeiro orador sagrado do seu tempo. N. em Aveiro a 9 de novembro de 1768, fal. no hospital dos clerigos do Porto, a 23 de setembro de 1803. Era filho do dr. Antonio Marques de Figueiredo e de D. Anna Joaquina do Sacramento Tavares de Araujo. Frequentou a Universidade, e formou-se pelos annos de 1792 a 1793; foi depois viver para o Porto, onde adquiriu grande fama de prégador. O seu contemporaneo e apreciado poeta portuense João Evangelista de Moraes Sarmento lhe dirigiu sobre este assumpto um soneto altamente elogioso, que é o primeiro na *Collecção das poesias* d'este poeta. Foi o padre Francisco de Paula Figueiredo o precursor da orthographia sonica que tão discutida foi em 1879, porque adoptou uma orthographia sua, baseada sómente na pronuncia. Escreveu: *Santarenaida: poema heroi-comico*, Coimbra, 1792; cons-

ta de 8 cantos, em versos hendecasyllabos soltos; foi composto e publicado pelo poeta, aos 24 annos de edade; é qualificado de *excellente* pelo academico Rodrigo Ferreira da Costa, na sua *Memoria sobre o melhor systema de Orthographia*, inserta nas da *Academia Real das Sciencias*, tomo VIII, parte I, a pag. 106; Figueiredo seguiu n'este canto um systema orthographico peculiar, fundado sómente na pronuncia. O dr. Theophilo Braga, nos seus *Estudos da edade media*, a pag. 245 a 247, tambem faz a critica d'este poema; *Duas odes* dirigidas ao seu amigo e condiscipulo na Universidade Antonio Soares de Azevedo, as quaes veem insertas a pag. 42 e 50 dos *Poemas de Azevedo*, impressos em 1794; *Sermões; tomo primeiro*, Lisboa, 1803; o volume seguinte, que o autor promettia, não chegou a imprimir-se; *Ode á gravidação da princeza a sr.ª D. Carlota, etc.*, Coimbra, 1794; *Capricho com que se ha de celebrar a futura successão*, etc., Coimbra, 1794; *Ode recitada no pateo da Universidade á face da Academia, no outeiro da vespera da funcção em acção de graças a Deus pela verificação dos signaes da desejada successão em nossa princeza a serenissima senhora D. Carlota Joaquina*, Coimbra, 1793.

Figueiredo *(Francisco Pereira de)*. Lente de zoologia na Escola Polytechnica e de introducção no Instituto Maynense na Academia Real das Sciencias. N. em 15 de janeiro de 1836, fal. a 29 do mesmo mez, de 1880. Foi interno do hospital da febre amarella na calçada de Sant'Anna, por despacho de 23 de setembro de 1857. Nomeado cirurgião do banco do hospital de S. José em 6 de março de 1860, e extraordinario em 8 de maio de 1867. Publicou umas lições lithographadas sobre zoologia, botanica, etc.

Figueiredo *(Gaspar Pires de)*. Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Torres Novas. Era filho de Fernão Gonçalves e de Vicencia da Cruz. Frequentou a faculdade de Medicina na Universidade, onde recebeu o grau de doutor; foi collegial do Collegio Real de S. Paulo, a 13 de dezembro de 1634, e conductario com privilegios de lente, de cujo logar tomou posse a 10 de outubro de 1636. Deixou manuscriptos 3 volumes de Medicina, sendo o principal o que tem por titulo: *Das virtudes das plantas e hervas que produz o valle de Torres Novas*.

Figueiredo *(Gomes de)*. Escriptor do seculo XVII. Era formado em Leis pela Universidade de Coimbra. Deixou impresso: *Parecer ao serenissimo infante D. Pedro, para que acceite a paz que lhe offerece a côrte de Madrid, em 27 de janeiro de 1668*.

Figueiredo *(D. Gonçalo)*. Bispo de Vizeu. Nat. de Alcacer do Sal. Era irmão de Ayres Gonçalves de Figueiredo. Parece ter fallecido em 21 de maio de 1328.

Figueiredo *(Gonçalo Garcia de)*. El rei D. Pedro I deu a este fidalgo a alcaidaria do castello da Feira e fel-o aio do infante D. Pedro, seu filho.

Figueiredo *(Gonçalo Gomes de)*. Rico-homem, vassallo de el-rei D. Fernando I.

Figueiredo *(Henrique de)*. Serviu na India, sendo general dos galeões em 1711, e foi nomeado governador do Estado. Voltando a Portugal, em 1713, foi nomeado governador e capitão general de Angola. Fal. em 5 de abril de 1723.

Figueiredo *(Jeronymo Joaquim de)*. Cavalleiro professo na ordem de Christo, doutor em Medicina, e lente de Materia medica e pharmacia da Universidade de Coimbra; socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. em Muxagata, comarca de Linhares, em 1772, e morreu assassinado em Condeixa a 18 de março de 1828. Foi doutorado em 7 de julho de 1799. Terminou n'este anno os seus estudos obrigatorios, mas nem por isso deixou de os continuar voluntariamente até ao fim da vida, que toda consumiu com dedicação na cultura das sciencias e serviço do Estado. Foi depois nomeado lente de materia medica e pharmacia. Quando em 1809 grassaram muitas doenças em Coimbra, Figueiredo, que já então era lente substituto e director do hospital, representou sobre a urgente necessidade de evitar alguma epidemia; soccorreu-se ao celebre chimico Thomé Sobral, lente de Philosophia na Universidade, e de commum accôrdo, desempestaram o hospital, a cadeia, os collegios da Trindade e da Graça, varios edificios publicos e particulares, ruas e praças da cidade. Foi n'esta calamitosa crise a primeira vez que em Portugal se fez uso do methodo de Guiton de Morveau de fumigações chloricas. Os importantes serviços, que prestaram á humanidade enferma os doutores Sobral e Figueiredo, constam d'um valioso escripto que publicaram com o titulo *Diario das operações que se fizeram em Coimbra, afim de se atalharem os progressos do contagio que n'esta cidade se declarou em Agosto de 1809*, etc.; saiu impresso na *Minerva Lusitana* e depois no *Jornal de Coimbra*, n.º XXII, de outubro de 1813. Dedicado apaixonadamente ao estudo dos ramos da cadeira que regia, renunciou a todo o descanço, aos commodos da propria casa, e veiu habitar para junto do dispensatorio pharmaceutico do hospital da Universidade, e ali trabalhava incessantemente vigiando os processos de varias experiencias chimicas, que fazia para esclarecer diversos pontos da sciencia. Foi encontral-o entregue a estas preoccupações o convite para tomar parte na deputação de lentes e conegos de Coimbra, que por ordem da Universidade e do cabido, vinha a Lisboa cumprimentar o infante D. Miguel, que recentemente chegara de Vienna d'Austria. A deputação compunha-se dos doutores Matheus de Sousa Coutinho, Jeronymo Joaquim de Figueiredo e Antonio José das Neves e Mello; e a do cabido do deão Antonio de Brito e do conego Pedro Falcão Cotta e Menezes. Saíram de Coimbra na tarde de 17 de março de 1828, e vieram dormir na mesma noite a Condeixa, trazendo em sua companhia o dr. Matheus Coutinho o sobrinho José Candido de Sá Pereira e Castro, o dr. Neves e Mello seu filho Antonio Augusto das Neves e Mello, o conego Pedro Falcão seus sobrinhos Estevão e Manuel Falcão Cotta e Menezes Por essa epoca existia em Coimbra uma sociedade secreta composta quasi toda de estudantes, com o titulo de *Divodignos*. D'esta sociedade saíram 13 estudantes que, na opinião de alguns, iam directamente encarregados de assassinar os membros da deputação, e segundo outros, de só lhes tirarem as felicitações que levavam a D. Miguel, da parte das corporações que representavam, assim como a relação, que diziam ser portadores, dos lentes e estudantes liberaes que deviam ser perseguidos pelas suas idéas politicas. Os referidos estudantes

vieram na mesma noite de 17 de agosto ficar n'uma quinta proximo de Condeixa, na madrugada do dia 18 continuaram a jornada, e no sitio do Cartaxinho, a 5 k. de distancia, esperaram a deputação. Os desprevenidos viajantes fôram surprehendidos, obrigados a apear-se dos cavallos que os conduziam, ficando mortos os lentes Jeronymo Joaquim de Figueiredo e Matheus de Sousa Coutinho; feridos o deão Antonio de Brito, o conego Pedro Falcão Cotta e Menezes, e José Candido de Sá Pereira e Castro, sobrinho do dr. Matheus. Os assaltantes fugiram, mas conseguiu se ainda prender nove, que fôram enforcados em Lisboa a 20 de junho do mesmo anno de 1828. Um dos quatro, que puderam fugir, Antonio Maria das Neves Carneiro, do Fundão, foi descoberto annos mais tarde, em Hespanha, d'onde veiu preso para Lisboa, sendo tambem enforcado, a 8 de julho do anno de 1830. Tal foi o desastroso fim do estudioso e prestimoso lente de Coimbra, Jeronymo Joaquim de Figueiredo, uma das infelizes victimas da tragedia, que na historia das nossas luctas civis ficou conhecida pelo nome de *Assassinio dos lentes de Coimbra*. O dr. Figueiredo escreveu: *Flora pharmaceutica e alimentar portugueza, ou tratado d'aquelles vegetaes indigenas de Portugal, e outros n'elle cultivados, cujos productos são usados, ou susceptiveis de se usarem como remedios e alimentos*, etc Lisboa, 1825. Diz Innocencio da Silva, a pag 266 do vol. III do *Diccionario Bibliographico*: «Na opinião de avaliadores competentes é uma obra magistral que muito honra a memoria do autor, e um monumento de gloria para a Universidade e para a nação portugueza». O dr. Figueiredo foi collaborador do *Jornal de Coimbra*, onde publicou algumas observações sobre a quina do Rio de Janeiro, dando uma succinta noticia do *Phelandrium Aquaticum* (funcho de agua, ou cicutaria dos peixes), e tratando de outras plantas sob vistas pharmacologicas.

Figueiredo *(João de)*. Gravador. N. em Aveiro em 1725, fal. em Lisboa a 10 de janeiro de 1809. Aprendeu em Aveiro a desenhar, a modelar e a gravar medalhas. Em 1749, tendo 24 annos de edade, veiu para Lisboa, entrou na Fundição do Arsenal do Exercito como gravador de armas, e logo adquiriu grandes creditos, chegando a fazer escola. Teve muitos discipulos, que aprenderam a desenhar, a gravar ao buril, e a trabalhar nos metaes. Contavam-se entre elles seu filho Francisco Xavier de Figueiredo e Cypriano da Silva, que entraram para a Casa da Moeda; Manuel Tavares, José Joaquim Freire, Antonio José dos Santos e Vicente Jorge, que fôram para o Museu de Belem, na qualidade de desenhadores de historia natural. Em 1775 gravou João de Figueiredo uma medalha de 3 pollegadas de diametro, representando a estatua equestre de D. José I, que foi copiada em diversos metaes e em porcelana, por Bartholomeu da Costa. Tambem é gravura sua, assignada, a placa com o desenho do apparelho que elevou a estatua equestre. A porcelana, que Bartholomeu sabia fazer, era tão clara e tão diaphana como a da China, tendo a vantagem de resistir muito mais ao ferro e ao fogo. Em 1782 gravou o retrato de D. Maria I, para camapheus, em porcelana do referido Bartholomeu, e que serviam para anneis. Gravou as effigies de D. Maria I e de D. Pedro III, seu marido; era uma medalha de duas pollegadas de diametro, que foi feita na occasião de se collocar a primeira pedra na Basilica do Coração de Jesus. Esta medalha era trabalhada em diversos metaes. Em 1785 gravou para a Academia das Sciencias uma outra medalha, representando a rainha assentada offerecendo a Minerva uma corôa de louro; esta medalha devia de ser dada em premio aos estudantes da Academia. Em 1790 gravou outra com a effigie de Nossa Senhora da Conceição, para ser concedida como premio aos estudantes do Collegio dos Nobres e do de S. João Baptista. No anno seguinte gravou outra para os seminaristas do Crato. Obteve primeiramente uma pensão de 1$200 réis por dia, mais tarde uma gratificação de 100$000 réis annuaes. Seu filho, Antonio Joaquim de Figueiredo, succedeu-lhe na direcção da Escola. V. *Figueiredo (Antonio Joaquim de)*.

Figueiredo *(João José de)*. Major reformado; professor de ensino livre, director do Lyceu Polytechnico, etc. N. em Abrantes a 22 de janeiro de 1852, fal. em Lisboa a 13 de outubro de 1902. Descendia de paes muito humildes, que desejavam que elle seguisse a vida ecclesiastica. Estudou com muito boa vontade e aproveitamento, dando entrada alguns annos depois no seminario de Santarem, onde estudou os preparatorios para as sciencias positivas. Resolvendo por fim deixar a vida religiosa, veiu para Lisboa, e á custa de muitos sacrificios, dando lições de portuguez e latim, conseguiu sustentar se e concluir os preparatorios. Assentou praça em infantaria n.º 11 em 24 de outubro de 1873, matriculou-se na Escola do Exercito, e ali acabou o curso. Foi promovido a alferes a 27 de dezembro de 1876, a tenente a 31 de outubro de 1884, a capitão a 17 de julho de 1889, sendo reformado em major a 16 de julho de 1901, aproveitando as vantagens da equiparação na conformidade do disposto nos artigos 1.º e 3.º da carta de lei de 26 de julho de 1899, e no artigo 3.º do decreto de 19 de outubro de 1901. Quando concluiu o curso da Escola do Exercito continuou, como professor autorisado, dando lições de portuguez, latim e mathematica, a particulares e em collegios e asylos. Resolveu um dia estabelecer um collegio, arranjou um socio e em pouco tempo inaugurava-se na rua Formosa o *Lyceu Peninsular*, que prosperou de tal fórma, que teve de mudar-se para o palacio do largo do Conde Barão, onde estivera o Collegio Europeu, e hoje está a empresa *Editora*. Dois annos depois o socio terminou a sociedade, ficando elle só o proprietario, recebendo Figueiredo em dinheiro a parte que lhe competia. Resolveu então fundar outro collegio, e estabeleceu na calçada do Combro o Lyceu Polytechnico, que dirigiu até que falleceu. A instrucção mereceu-lhe sempre os maiores cuidados, e a seu favor trabalhou incessantemente, desde 1874, em que começou a exercer as funcções de professor de ensino livre. Ensinava tambem nos seus collegios gratuitamente, alguns discipulos pobres. João José de Figueiredo era cavalleiro da ordem de Aviz, e tinha a medalha de cobre de comportamento exemplar.

Figueiredo *(João Manuel de)*. Cantor. Aprendeu musica na aula da sé de Lisboa, onde foi moço do côro e depois cantor. Fez parte da companhia de opera comica, que funccionou no antigo

theatro da Rua dos Condes em 1842. Tinha uma boa voz de tenor, e era muito conhecedor de musica. Estreou-se n'aquelle theatro cantando a opera comica *D. Branca*, de Boieldieu, cantando em seguida o *Barbeiro de Sevilha*, o *Fra-Diavolo*, e outras peças em que sempre se distinguiu. Tomou tambem parte em algumas recitas do theatro do conde do Farrobo, nas Larangeiras, e cantou a solo frequentes vezes nas academias e saraus particulares. Em 1844 e annos seguintes fez parte da companhia do theatro de S. Carlos como segundo baixo. Foi um dos fundadores da *Academia Melpomenense*, em 1845, e exerceu diversos cargos no *Montepio Philarmonico*. Falleceu a 17 de abril de 1867.

Figueiredo *(Joaquim José de Figueiredo, 1.º visconde de)*. Commendador da ordem de Christo; proprietario. e negociante de grosso trato da praça commercial do Porto; foi eleito por mais de uma vez para os cargos municipaes e para os de presidente da direcção e director do Banco Commercial da mesma cidade, cargo que exerceu por alguns annos. N. no Porto a 2 de outubro de 1807, fal. a 22 de fevereiro de 1876. Era filho de Joaquim José de Figueiredo, tambem proprietario e negociante da praça do Porto, e de sua mulher, D. Aurora Felizarda Brandão. O titulo foi concedido por decreto de 15, e carta de 22 de dezembro de 1862.

Figueiredo *(José de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; 1.º official da 4.ª repartição da direcção geral da instrucção publica, no Ministerio do Reino. N. no Porto em 21 de dezembro de 1871. E' muito dedicado a assumptos de arte. Escreveu e publicou: *Portugal na exposição de Paris* e *O legado Valmor*. Tem collaborado no *Primeiro de Janeiro*, *Diario da Tarde*, *Novidades*, *Dia*, etc. Por decreto de 11 de fevereiro de 1904 foi nomeado academico de merito da Academia Real de Bellas Artes de Lisboa.

Figueiredo *(José Antonio de)*. Organista da Egreja Patriarchal e compositor de musica. N. em Lisboa em 1766, e fal. pouco depois do anno de 1836. Era filho de Caetano José de Figueiredo, cirurgião, e de Gertrudes Margarida. Entrou no Seminario Patriarchal em 1 de dezembro de 1774, onde aprendeu musica e a cantar. Foi nomeado organista da Patriarchal em 1800. Tambem compoz musica. No archivo da Sé existem as seguintes obras suas: quatro psalmos, vesperas de Nossa Senhora, e uma *Tota pulchra*, tudo a 4 vozes e orgão, tendo esta ultima a data de 1808.

Figueiredo *(José Caetano de)*. Official maior da Junta do Commercio e da secretaria do tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens. N. em Lisboa entre os annos de 1740 e 1750, e fal. em 1818. Era grande enthusiasta pelo theatro, mas no seu tempo o nosso theatro moldava-se pelo hespanhol, e as peças que se representavam, eram em geral traducções ou imitações das peças representadas em Hespanha. Alguns fidalgos resolveram então fundar no sitio do Salitre uma especie de club, em que ao lado de outros divertimentos havia tambem o theatro. José Caetano de Figueiredo e alguns outros socios d'este club tomaram a si o encargo de reformar o theatro nacional, e para isso dedicaram-se, não só a ensinar aos actores a declamação, a estabelecer a *mise-en-scene* regular e acertada, mas para que nada faltasse, tomaram a seu cargo traduzir para a nossa lingua algumas das peças mais apreciadas do reportorio francez, e de compôr algumas originaes. Figueiredo foi um dos mais devotados reformadores do theatro portuguez, mas dos seus trabalhos dramaticos poucos se imprimiram. O club do Salitre tinha um theatro annexo, que ficou com aquelle nome, tomando em 1858, depois de reformado, o titulo de *Variedades*, o qual se demoliu quando começaram as obras da Avenida da Liberdade. No *Ramalhete*, vol. VI, pag. 258 e seguintes, vem um artigo biographico-critico a seu respeito, escripto por J. M. da Costa e Silva. Escreveu: *Ode á inauguração da estatua equestre d'el-rei D. José I;* sem a data da impressão, mas deveria ser em 1775; vem tambem reproduzida no referido artigo, a pag. 274; *Ode na feliz acclamação da Rainha nossa senhora*, sem data; mas deve ser de 1777; *Epithalamio aos felicissimos desposorios do ex.*[mo] *sr. D. Miguel da Silva Pessanha com a ex.*[ma] *sr. D. Maria da Piedade e Noronha*, Lisboa, 1784; *Ode á sentida morte da ex.*[a] *sr.*[a] *condessa de Soure*, Lisboa, 1790; saiu com as iniciaes J. C. de F.; *Alzira, tragedia de Mr. Voltaire, traduzida em versos portuguezes*, Lisboa, 1785, sem o nome do traductor; *Novo entremez da Castanheira, ou a Brites Papagaia*, saiu sem o seu nome, teve repetidas edições e foi muitas vezes representado nos theatros de Lisboa; *Pequeno drama para se representar no theatro do Salitre em obsequio dos felicissimos annos da rainha nossa senhora*, Lisboa, 1787. Deixou manuscripto um drama, intitulado *As Molucas*, que se representou com grande applauso no theatro do Salitre em 1817, uma traducção da *Arte Poetica*, de Boileau, e muitas poesias em diversos generos, que tudo parece ter-se extraviado depois da sua morte.

Figueiredo *(José Carlos de)*. Segundo tenente do real corpo de engenheiros. Por decreto de 3 de novembro de 1802, foi promovido a primeiro por serviço de campanha. Era natural de Lisboa, e filho de José Carlos de Figueiredo. Desertou, e foi apresentar-se ao serviço do exercito liberal na ilha Terceira e teve a graduação de coronel por serviços prestados nos Açôres.

Figueiredo *(José Ribeiro)*. Escriptor, que traduziu do francez a *Historia da restauração de 1640, com um resumo desde a fundação da monarchia*, etc. *e continuação até á regencia do sr. D. Pedro II*; Coimbra, 1843. E', pouco mais ou menos, um extracto das *Revolutions de Portugal*, do padre Vertot.

Figueiredo *(Lopo de)*. Escrivão de fazenda do duque de Bragança, D. Fernando II, a quem atraiçoou entregando a D. João II os elementos para os processos que levou ao cadafalso o illustre fidalgo (V. *Bragança*). Precisando o duque d'uns documentos que tinha em Villa Viçosa, encarregou o bacharel João Affonso, vêdor da sua fazenda, de os ir buscar ao seu cofre secreto, onde estavam guardados. João Affonso não pôde cumprir essa missão, e confiou a chave do cofre a um seu filho, que para procurar estes documentos acceitou o auxilio de Lopo de Figueiredo. Encontrando este no cofre muitas cartas compromettedoras que provavam evidentemente as intelligencias secretas, que o duque, seu amo, tinha com os reis de Castella, apossou-se d'ellas, e saindo ás escondidas de Villa Viçosa foi a Evo-

ra mostral-as a D. João II. O monarcha contente com esta descoberta, restituiu as cartas a Lopo de Figueiredo, ordenando-lhe que as collocasse no mesmo logar, afim de poder continuar a servil-o, sem que o duque desconfiasse. Ruy de Pina diz na *Chronica de D. João II*, que o traidor Lopo de Figueiredo, ao apresentar as alludidas cartas ao monarcha, declarara que procedia assim unicamente porque era leal vassallo e bom christão, e porque reciava muito dar contas a Deus de fundamentos de tanto mal se por sua culpa se atalhasse, e no tratado que elle proprio escreveu, diz era guiado apenas pelos deveres de bom cidadão. O manuscripto do *Tratado* de Lopo de Figueiredo, que existia na livraria das Necessidades, foi publicado nos *Annaes das Sciencias e Letras* em 1857.

Figueiredo *(Fr. Lucas de)*. Religioso da ordem de S. Jeronymo. Era natural de Evora, e falleceu no mosteiro de S. Marcos junto de Coimbra, no anno de 1575. Professou no convento de N. S.ª do Espinheiro, a 21 de junho de 1549. Foi muito perito na pratica das cerimonias ecclesiasticas. Escreveu: *Declaração das regras do Breviario Romano novo, dirigidas ao reverendo sr. D. João de Mello, arcebispo de Evora; e no cabo vão os Santos, que hão de celebrar no breviario de Evora*; Evora, 1573.

Figueiredo (*Luiz Antonio de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; juiz do Supremo Tribunal de Justiça. N. em Bemfeita a 20 de agosto de 1825. E' filho de Luiz Antonio Marques Correia e de D. Helena Maxima de Figueiredo. Realisou a sua formatura em 15 de julho de 1853. Foi alguns annos advogado em Arganil, contador e distribuidor da mesma comarca. Em 1858 teve a nomeação por concurso, de juiz de direito substituto para a comarca de Loanda, entrando na effectividade do cargo em 1860, e na de juiz da relação em 1862, sendo transferido para a metropole em 1865, indo servir na comarca de Niza. Exerceu muitas e importantes commissões na provincia de Angola, pelo que mereceu louvores das autoridades supremas, como consta dos *Boletins* officiaes da mesma provincia. Em 1867 foi agraciado com a commenda da ordem de Christo, em attenção aos bons serviços prestados no ultramar. E' juiz de 1.ª classe desde 1877, serviu em 1883 na comarca de Castello Branco, e actualmente é juiz do Supremo Tribunal de Justiça. Escreveu : *Indice dos boletins officiaes da provincia de Angola desde a sua origem 1845 até 1862, inclusivé* Loanda, 1866.

Figueiredo *(Luiz Botelho Fróes de)*. Philosopho e canonista, como elle se intitulava nas suas obras. N. em Santarem em dezembro de 1675, fal. em Alicaute a 15 de outubro de 1720. Era filho de Ignacio de Mattos de Figueiredo Torres e de D. Helena de Anhaya e Sousa, ambos da principal nobreza de Santarem. Estudou Direito canónico e Philosophia na Universidade de Coimbra, passando depois á côrte, onde tirou brazão d'armas a 23 de dezembro de 1706, em que provava a nobreza da sua ascendencia. Por ordem de D. Pedro II examinou e descreveu o sitio de Peniche, para n'elle se fazer certa obra. Desenganado de não alcançar uma pretenção que desejava, recolheu-se ao seminario do Varatojo, mas não pôde conservar-se, porque o seu temperamento o não deixava observar como devia as leis d'aquelle instituto. Abandonou então a patria, e foi para Madrid. Casou em 28 de agosto de 1715 com D. Josepha Rita Fernandes de Montojo, filha de D. Diogo Fernandes de Montojo, coronel engenheiro, e de D. Izabel de Pineda Maldonado. O rei de Castella, Filippe V, lhe fez mercê de o incorporar na Universidade de Alcalá de Henares, onde se graduou valendo-se dos annos que tinha frequentado a de Coimbra. Voltou a Madrid com a fama de grande letrado, e foi nomeado advogado dos Conselhos Reaes ; teve o despacho de corregedor de Alicante, mas parece não ter chegado a exercer esse cargo por a morte o surprehender. Deixou as seguintes obras : *Hypochsis funebre em lagrimas tragicas, com que Ullysséa enternecida combate o marmore que esconde nas primeiras auroras da vida a melhor luz de Portugal, eclypsada na serenissima infanta a Sr.ª D. Thereza Josepha Xavier*, etc., Lisboa, 1704; Discurso em prosa ; *Phalarismo infancidiario deplorado com suspiros luctuoss na sepultura de ex.mo sr. D. João de Castro, almirante de Portugal*, etc., Lisboa, 1705 ; *Esperanças animosas, felicidades de Portugal empenhadas e desempenhadas na pessoa do sr. rei D. Pedro antes da vinda de Carlos III*, etc., *e desempenhadas na pessoa do sr. rei D. João V*, etc., Coimbra, 1708 ; *Modo eficacissimo de orar ás onze mil virgens, para conseguir o seu patrocinnio*, Lisboa, 1711 ; outra edição, 1715 ; *Ponte segura no golfo da vida no estreito passo da morte*, etc., Lisboa, 1717 ; 2.ª edição ; 1753 ; *Côro celeste a quatro vozes ; vida musica em solfa metrica da esclarecida augustiniana Beata Rita;* duas edições no mesmo anno de 1714, sendo a primeira dedicada a Silvestre Peixoto da Silva, e a segunda a Ignacio Pedro de Mello ; *Epitome de vida de S. Pedro de Alcantara, monstro da penitencia, gloria maior da familia seraphica*, Lisboa, 1714 ; *Queixas de amor divino*, etc., Coimbra, 1717 ; 2.ª edição, Porto, 1741. Ainda publicou outras obras em Hespanha, e deixou alguns manuscriptos.

Figueiredo (*Luiz Torquato de Lemos*). Official da secretaria d'Estado dos Negocios da Fazenda, e administrador geral da Imprensa Nacional em 1822. E' a este homem que algumas pessoas pretendem attribuir a composição das tres celebradas epistolas, que algum tempo correram manuscritas com o titulo de *Verdades singelas ou Cartas de Anelio*, e que, apparecendo depois impressos sob o de *Voz da Razão*, teem passado por obra de José Anastasio da Cunha. V. *este nome*.

Figueiredo *(Manuel de)*. Mestre de Mathematica, Cosmographia, e arte da navegação ; cosmographo-mór do reino, etc. Era natural de Torres Novas e viveu no seculo XVII. Alguns sabios estrangeiros teem falado do seu nome com elogio, incluindo-o no numero dos mathematicos portuguezes dignos de memoria. Deixou impressos os seguintes escriptos: *Chronographia, Reportorio dos tempos, no qual se contém seis partes; Scilicet dos tempos, esphera, cosmographia e arte de navegação, astrologia rustica e dos tempos, e pronosticação dos Eclipses, Cometas e Sementeiras, o Calendario romano com eclipses até 630* ; *e no fim o uso, e fabrica da Balestilha, e Quadrante geometrico com um tratado dos Relogios*, Lisboa, 1603 ; *Roteiro e Navegação das Indias Occidentaes, Ilhas Antilhas do mar Oceano Occidental, com suas derrotas, sondas, fundos e conhecenças*,

Lisboa, 1609.[1] Ribeiro dos Santos e outros dão esta edição como de 1608. Estes *Roteiros*, que são os mesmos que depois imprimiu emendados Antonio Mariz Carneiro em 1655, andam tambem incorporados no tratado seguinte: *Hydrographia, Exame de pilotos, no qual se contém as regras que todo o piloto deve guardar em suas navegações, assim no sol, variações da agulha, como cartear com algumas regras da navegação de Leste a Oeste, com mais o Aureo Numero, Epactas, marés e altura da estrella polar, com os roteiros de Portugal para o Brazil, Rio da Prata, Guiné, S. Thomé, Angola, Indias de Portugal, e Castella*, Lisboa, 1608; outra edição em 1614. Esta obra foi vertida em francez por Nicolas Le Bou, segundo diz Jean Tellier de Dieppe, no *Traité de Cosmographie*, impresso em 1619, declarando o seguinte ácerca de Nicolas le Bon, a quem chama *Grand navigateur*. «Le memoire d'un tel personnage nous doit être honorable pour avoir obligé les français en la traduction de ce livre, *dans le quel nous avons plusieurs bons enseignements pour l'art de la navigation*» Manuel Figueiredo escreveu mais: *Prognostico do cometa que appareceu em setembro de 1604*, Lisboa, 1605. Tambem mandou imprimir *emendado e accrescentado* o *Tratado da pratica da Arithmetica* de Gaspar Nolas, em 1607, de que houve outras edições em 1679 e 1716.

Figueiredo *(Manuel de)*. Cavalleiro da ordem de Christo; official maior da secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, poeta e escriptor dramatico, etc. N. em Lisboa a 15 de julho de 1725, fal. na mesma cidade a 27 de agosto de 1801. Aprendeu calligraphia com o professor Manuel de Andrade de Figueiredo, e desenho com André Gonçalves, pintor muito estimado no seu tempo. Estudou o curso de humanidades nas aulas da Congregação do Oratorio e depois na Universidade de Coimbra. A sua instrucção era copiosa e variada, pelo conhecimento que adquirira na leitura constante dos melhores auctores, das linguas latina, italiana, ingleza, hespanhola e franceza. Tendo terminado os estudos em 1745, partiu para Hespanha, d'onde regressou em 1753 Parte d'este tempo foi empregado em commissão do governo a proposito do tratado de limites. Regressando a Lisboa foi nomeado official maior nos ministerios dos Extrangueiros e da Guerra, logar que exerceu até 17 de novembro de 1797, data em que foi aposentado, mas acceitando unicamente o pouco de que precisava para viver. Foi um dos fundadores da Arcadia Ulyssiponense, com o nome de *Lysidas Cynthio*, por proposta de Correia Garção. Manuel de Figueiredo era dotado d'uma probidade incorruptivel e de modestia exemplar, valedor e beneficente, um verdadeiro philosopho pratico. Viveu sempre celibatario, e por morte de seus paes, succedida nos annos de 1764 e 1765, conservou-se até que falleceu, em companhia de seu irmão mais novo, Francisco Coelho de Figueiredo, que tinha para com elle um respeito pouco menos de filial. No *Ramalhete*, tomo III, pag. 406, vem um artigo a seu respeito, escripto por José Maria da Costa e Silva; Canaes, nos *Estudos biographicos*, tambem publicou um artigo, a pag. 314. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa existe o seu retrato de meio corpo, trabalho do pintor José Thron, que foi offerecido por Francisco Coelho de Figueiredo, que tambem ali depositou todos os manuscriptos e autographos do irmão. Manuel de Figueiredo, ainda muito creança, já se tornara apaixonado pelo theatro, desde que assistira a um espectaculo da companhia hespanhola de Antonio Rodrigues, no Pateo das Arcas, em que se representou a peça *Reynar despues de morir*, de Guevara. Ainda não tinha completado 15 annos quando começou a compôr versos, causando a admiração dos collegas, mas o padrinho, que muito o protegia, lhe prohibiu de continuar, para não prejudicar outra carreira mais util. Mas a sua paixão pela litteratura dramatica não desanimou. Só pensava na reforma do theatro portuguez. Os seus primeiros ensaios dramaticos datam do anno de 1756. Innocencio da Silva, no vol. V do *Diccionario bibliographico*, a pag. 432, diz o seguinte: «Póde dizer-se que a idéa fixa de Manuel de Figueiredo durante os vinte annos decorridos de 1756 a 1777, em que abandonou de todo a poesia, foi a reforma do theatro portuguez, do modo como elle a comprehendia, e do qual nos instrúem os prologos, e mais que tudo os cinco discursos que recitou na Arcadia, e que andam impressos no tomo I das suas *Obras Posthumas*. N'elles analysa á luz da critica tudo o que diz respeito á composição da comedia, e esforça se por mostrar as incongruencias do que então passava por melhor no gosto pervertido dos amadores da scena. Acompanhando a doutrina com o exemplo, escreveu successivamente no referido periodo não menos de quarenta e um dramas, em que entram vinte e quatro comedias originaes e cinco imitadas ou traduzidas; e doze tragedias, das quaes são originaes oito, e traduzidas quatro. Algumas d'estas peças fôram representadas; mas parece que a acceitação e applauso do publico paravam muito áquem da expectativa do autor, que não descoroçoava; e afinal resolveu-se em 1773 a dar á luz o seu theatro, de que chegou ainda a imprimir tres tomos. Foi então que viu dissipadas de todo as illusões, porque os exemplares dormiam somno profundo e imperturbavel nas lojas dos livreiros, e o fructo das suas economias achava-se inteiramente exhausto com os gastos da impressão! Quando passados vinte e cinco annos, no de 1798, foi mister desobstruir um dos armazens da Impressão Regia da papelada inutil que ali se empilhara, saíram de envolta com o mais os tres volumes do *Theatro* de Figueiredo, que, para se não perder tudo, fôram com seu beneplacito vendidos para embrulhos. Pesaram sessenta e tres arrobas, e o producto, á razão de 1$800 reis, subiu a 113$400 reis! Eis aqui o resultado das fadigas dramaticas de Manuel de Figueiredo em vinte annos de estudos!» Francisco Coelho de Figueiredo, querendo perpetuar a memoria de seu irmão, publicou todo o seu theatro, que se compõe de 13 tomos, accrescentando o tomo XIV, conforme já dissemos (V. *Figueiredo, Francisco Coelho de*). Garrett fala muito agradavelmente d'estas obras dramaticas, nas *Viagens na minha terra*, capitulo IX; e dr. Theophilo Braga, na sua *Historia do Theatro portuguez*, diz que de todos os poetas que escreveram para o theatro portuguez, Manuel de Figueiredo foi o que teve verdadeiramente a consciencia da sua missão. O conego Villela da Silva, a pag. 17, das suas *Observações criticas sobre o Ensaio Estatistico* de Balbi, es-

ereveu o seguinte: «Foi um dos que mais contribuiram para a restauração da poesia portugueza, e que mais honra fazem á nação com os seus escriptos. O seu theatro nos manifesta um homem, não só conhecedor da lingua em que escrevia, e que mais que nenhum outro soube apropriar á poesia dramatica a metrificação que lhe convem, mas um philosopho, que conhecia a fundo o coração humano, e que não ignorava as regras do genero da poesia a que se applicou com especialidade. Tudo quanto nos resta dos gregos e romanos, e tudo quanto n'este genero tinham até o seu tempo produzido de melhor os francezes, italianos, inglezes e hespanhoes, era por elle conhecido, e com mui delicada critica entendido. As suas prefacções ou prologos são o mais authentico testemunho d'esta verdade, e deverão ser tidas em grande apreço por todos os bons entendedores.» Relação do seu theatro, que se imprimiu desde 1804 até 1815 : 1.º tomo : *A Escola da moeidade* e *Perigos da educação*, comedias em 3 actos ; *O Dramatico afinado*, 1 acto. — 2.º tomo : *Os Paes de familias*, e *Apologia das damas*, comedias em 3 actos ; *Osmia, a Lusitana*, drama em 3 actos. — 3.º tomo : *Fastos de amor e amizade*, *Mappa da Serra Morena, por outra o Jogo* e *O Fatuinho*, comedias em 3 actos. — 4.º tomo : *A Mulher que o não parece* e *Poeta em annos de prosa, ou os Séccas*, comedias em 3 actos ; *Iguez*, tragedia em 3 actos. — 5.º tomo : *A Grifaria*, epopeia-comico-dramatico-heroica, em 4 cantos ; *Alberto Virola* comedia em 1 acto. — 6.º tomo : *Os Censores do theatro* e *O Ensaio comico*, comedias em 1 acto; *As Irmãs*, tragedia em 3 actos.— 7.º tomo : *A Velha garrida*, comedia em 5 actos, de Quinault; *A Sciencia das damas e a pedantaria dos homens*, em 5 actos, de Molière ; *O Jogador*, em 5 actos, de Regnard. — 8.º tomo : *O Cid* e *Cinna, ou a clemencia de Augusto*, tragedias em 5 actos, de Corneille ; *Catão*, tragedia de Adisson, 5 actos, traduzida do original inglez. — 9.º tomo: *O Impostor Rawedoto*, comedia em 3 actos, de Andalgo Tolerdermio, pastor arcade, traduzida do italiano ; *O Cioso*, comedia em 3 actos do dr. Antonio Ferreira, expurgada segundo o melindre das duvidas do nosso seculo ; *Ifigenia em Aulide*, tragedia em 3 actos, de Euripedes. — 10.º tomo : *A Mocidade de Socrates* e *O Acrédor*, comedias em 3 actos ; *Andromaca*, tragedia em 3 actos. — 11.º tomo : *O Homem que o não quer ser*, comedia em 3 actos ; *Lucia, a hespanhola*, tragedia em 3 actos ; *Fragmentos d'uma comedia*. — 12.º tomo : *O Avaro dissipador*, *O Indolente miseravel* e *O Fidalgo da sua propria casa*, farças em 3 actos. — 13.º tomo : *Edipo*, tragedia em 5 actos ; *João Fernandes feito homem*, *O Farçola* e *O Passaro bisnau*, comedias em 3 actos. O tomo 14.º tem apenas de Manuel de Figueiredo uma comedia em verso castelhano, intitulada : *El engano escarmentado*, alguns pequenos fragmentos e algumas cartas dirigidas a diversos amigos. *Obras posthumas de Manuel de Figueiredo*, etc., Lisboa, 2 tomos ; o 1.º publicado em 1804 e o 2.º em 1810, ornados com uma estampa allegorica, tendo no centro o busto do autor, e de numerosas vinhetas, executadas sobre desenhos de Sequeira. Comprehendem estes volumes poesias diversas, os discursos recitados na Arcadia ; os *Elogios* de D. Fernando Antonio de Lima e da infanta rainha de Hespanha D. Maria Barbara.

Figueiredo *(Fr. Manuel de)*. Eremita da ordem de Santo Agostinho, chronista da sua provincia, prégador muito apreciado no seu tempo, etc. N. em Campo Maior nos fins do seculo XVII, fal. em Lisboa, no convento da Graça, a 19 de novembro de 1774. Era filho de Sebastião Pegado de Abreu e de Izabel Pinta, ambos de familias nobres e opulentas. Professou no referido convento da Graça a 6 de abril de 1711, onde aprendeu e ensinou as sciencias escolasticas até jubilar em Theologia. Em 1722 foi prior no convento de Angra, e em 1726 no de Lisboa ; examinador das tres ordens militares e consultor da Bulla da Cruzada. Escreveu : *Voz allegorica, que sendo o assombro dos homens nas montanhas de Judéa, foi o terror dos leões no sitio de Campo-Maior, o grande Baptista, inclito e soberano asylo da mesma praça*, etc., Lisboa, 1718 ; é um sermão gratulatorio, no anniversario da victoria que obrigara os castelhanos a levantarem o sitio da referida praça, depois de cinco mezes de duração; *Oração funebre nas solemnes exequias que na egreja de Santa Justa fez a irmandade de Santa Cecilia em 11 de dezembro de 1736 ao seu perpetuo provedor o ex.mo sr Diogo de Mendonça Côrte Real, do conselho de Sua Magestade*, etc., Lisboa, 1737 ; *Festivo dia, que a toda a egreja deu o seu sol, o principe dos patriarchas e doutor eximio Santo Agostinho, apparecendo seu sagrado corpo na cidade de Pavia a 1 de outubro de 1691*, etc., Lisboa, 1728 ; *Noticia do lastimoso estrago que na madrugada do dia 16 de Setembro de 1732 padeceu a villa de Campo Maior, causado pelo incendio com que um raio, caído no armazem da polvora, arruinou as torres do castello, e com ellas as casas da villa*, Lisboa, 1732 ; no mesmo anno saiu outra edição em nome de Antonio Dias da Silva e Figueiredo, irmão do autor ; *Palestra da oratoria sagrada, onde se discutem os fundamentos dos differentes methodos e diversos estylos de prègar ; theorica em reflexões analyticos, criticas e apologeticas : pratica em sermões respectivos aos methodos examinados*, Lisboa, 1759 ; *Sermão, que na acção de graças pelo feliz nascimento do serenissimo Principe da Beira mandou celebrar o Senado da Camara de Lisboa na egreja de Santo Antonio dos Capuchos, de que elle é padroeiro*, etc., Lisboa, 1761 ; *Ecco da santidade continuado no immemorial culto do beato Gonçalo de Lagos, da ordem de Santo Agostinho da provincia de Portugal ; agora mais expressivo e mais sonoro na sentença da sua continuação e approvação*, etc., Lisboa, 1765 ; *Oração funebre nas solemnissimas exequias que no convento da Graça de Lisboa oriental celebrou a nobilissima irmandade dos Passos em 17 de fevereiro de 1727, a seu provedor o ex.mo sr. D. Nuno Alvares Pereira de Mello, 1.º duque do Cadaval*, etc., Lisboa, 1727 ; *Epitome da vida e prodigios de Santa Rita de Cassia, acclamada advogada dos impossiveis*, etc., Lisboa, 1728 ; *Sermão nas exequias que, no convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa oriental, celebrou em 24 de maio de 1735 a veneravel ordem Terceira de Santo Agostinho ao seu prior o ex.mo sr. D. Filippe de Mascarenhas, 2.º conde de Coculim*, etc.; este sermão foi publicado com mais dois sobre o mesmo assumpto, por differentes autores, com o titulo : *Orações funebres que se recitaram nas exequias do ex.mo sr. D. Filippe de Mascarenhas, 2.º conde de Coculim*, etc., Lisboa, 1735 ; *Oração fu-*

nebre nas solemnes exequias que na matriz de Campo Maior em 17 de março de 1737 mandou fazer ao serenissimo sr. fr. D. Antonio Manuel de Vilhena, principe soberano de Malta, o ex.mo sr. D. Sancho Manuel de Vilhena, etc., Lisboa, 1738. Fr. Manuel de Figueiredo continuou o *Flos santorum augustiniano*, começado por fr. José de Santo Antonio, que publicara até ao 3.º volume. O vol IV contém *os santos de setembro*, e imprimiu-se em 1737. Ainda deixou publicados mais alguns sermões.

Figueiredo (*Fr. Manuel de*) Religioso da ordem de S. Bernardo, no convento de Alcobaça, chronista da sua ordem, etc. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento, mas parece que vivia ainda em 1793. Era homem muito erudito. Escreveu: *Relação das acções com que no real mosteiro de Alcobaça se renderam a Deus as graças pelos felicissimos annos de el-rei D. José I; celebrando-se a inauguração da estatua equestre collocada na praça do Commercio*, Lisboa, 1775; sem o nome do autor; consta de prosas e versos, sendo parte d'estes em latim; *Carta a respeito da heroina de Aljubarrota, Brites de Almeida, que com a pá do seu forno matou sete soldados do exercito inimigo*, Lisboa, 1776; tem no fim as iniciaes F. M. F; *Dissertação historico-critica em que claramente se mostram fabulosos os factos com que está enredada a vida de Rodrigo, rei dos Godos; que este monarcha na batalha de Guadalete morreu; que são apocriphas as peregrinações milagrosas da imagem de Nossa Senhora, venerada no termo da villa da Pederneira; que não é verdadeira a doação que muitos crêem fez á mesma Senhora D. Fuas Roupinho, governador de Porto de Moz*, Lisboa, 1786; *Segunda dissertação historica e critica, em que se mostra morreu na batalha de Guadalete Rodrigo, rei dos Godos, e ultimo dos que reinaram na Hespanha*, Lisboa, 1793; *Introducção para a historia ecclesiastica do bispado Lamecense*, Lisboa, 1787; *Dissertação historico-critico-apologetica, e convincente, da novissima opinião que seguiu: que o infante D. Luiz, duque de Beja, fôra desherdado do direito de successão do reino pela desigualdade do casamento*, Lisboa, 1788; foi escripta para impugnar o *Manual Chronologico*, publicado pelo impressor Ameno sob o pseudonymo Lucas Moniz Cerafino, no qual se dava como certa a opinião que Figueiredo refuta n'este opusculo; *Descripção de Portugal, apontamentos e notas da sua historia antiga e moderna, ecclesiastica, civil e militar*, Lisboa, 1788; tem junto: *Supplemento á Descripção de Portugal, em satisfação da carta que um prelado do reino escreveu ao autor da mesma obra*, Lisboa, 1788; estas obras trazem as iniciaes F. M. D. F. C. D. C D. P. E. A., que significam: Fr. Manuel de Figueiredo chronista dos cistercienses de Portugal e Algarves; *Provas da votiva acção do primeiro monarcha de Portugal, que na marcha para escalar Santarem prometteu a Deus a fundação de um mosteiro cisterciense, se pelas intercessões de S. Bernardo ficasse senhor da fortaleza que ia atacar*, Lisboa, 1788; *Origem verdadeira do conde D. Henrique, soberano independente de Portugal, e por varonia da casa de Borgonha ducado, terceiro neto de Hugo Capeto, rei de França*, etc. Lisboa, 1789; *Dissertação historico-critica para distinguir D. Pedro Affonso, filho do conde D. Henrique, de D. Pedro Affonso, filho d'el rei D. Affonso Henriques*, etc., Lisboa, 1789; *Mappa nominal de todos os abbades de Alcobaça, Geraes da Congregação de S. Bernardo, com todas as declarações e circumstancias que os fazem conhecidos*, Lisboa, 1789; *Dissertação historica e critica, que mostra não deu o senhor rei D Affonso Henriques ao mosteiro real de Santa Cruz de Coimbra o dominio temporal de Leiria; nem na jurisdicção ecclesiastica que lhe doou foi comprehendida a villa de Aljubarrota*, etc., Lisboa, 1790; *Vida da augustissima rainha Santa Thereza, filha do segundo rei de Portugal, e religiosa cisterciense; escripta por José Ferreira Bayão; supplementada com dissertações, notas e documentos, e offerecida á senhora D. Abbadessa do mosteiro de Lorvão*, etc., Lisboa, 1791; *Dissertação historico-critica para apurar o catalogo dos Chronistas móres do reino e ultramar*, Lisboa, 1789; *Satisfação aos reparos e perguntas, que fez um viajante historiador portuguez, examinando os retratos dos augustissimos monarchas portuguezes, que estão na hospedaria do real mosteiro de Alcobaça*, Lisboa, 1792; sem o nome do autor; *Resposta que deu a um Marechal das provincias do Norte, sobre o berço do papa S. Damaso, o primeiro do nome*, Lisboa, 1793; *Vida de Ernesto Gedeão, barão de Laudon, conde do Sacro Imperio Romano, etc.; vertida da lingua hespanhola na portugueza, com uma bem historiada descripção de Belgrado; addicionada pelo traductor com peças e notas justificativas*, etc, Lisboa, 1793; *Catalogo das obras impressas e manuscriptas do chronista dos Cistercienses em Portugal e Algarves, Fr. Manuel de Figueiredo*, Lisboa, 1792. Deixou manuscripta a seguinte obra: *Abreviadas memorias do mosteiro de Santa Maria de Aguiar, da congregação de Santa Maria de Alcobaça, da ordem de S Bernardo, que offerece ao rev.mo sr. Fr. Manuel Soares, D. Abbade do mesmo mosteiro, donatario das villas da Torre de Aguiar no reino de Portugal e Bouça no reino de Leão, etc., Fr. Manuel de Figueiredo, chronista cisterciense de Portugal e Algarves*, Anno 1785. Este manuscripto pertencia a João Correia Ayres de Campos, de Coimbra Na Bibliotheca de Evora dizem existir nove cartas de Fr. Manuel de Figueiredo para o arcebispo de Evora, D. Fr. Manuel do Cenaculo.

Figueiredo (*P. Manuel de*). Jesuita. N. em Coimbra em setembro de 1688. Era filho de Simão Rodrigues e de Domingas da Trindade. Professou a 4 de julho de 1704. No anno de 1708 passou á India, e depois de aprender as sciencias escolasticas, dedicou se ao mister de prégador. Escreveu: *Oração funebre nas exequias do Ill.mo e Ex.mo Sr. D. Luiz de Menezes, conde da Ericeira e marquez de Louriçal, duas vezes vice-rei, e capitão-general da India, na Egreja do Bom Jesus da Casa Professa de Gôa, em 21 de Julho de 1742*, Lisboa, 1743; *Sermão de acção de Graças pela victoria que alcançou o Ill.mo e Ex.mo Sr. marquez de Castello Novo, conde de Assumar, vice rei e general da India de Bonsuló inimigo do Estado, prégado a 5 de maio de 1746 na Sé Primacial de Gôa*, Lisboa, 1747; *Sermão de acção de Graças pelas victorias que alcançou o Ill.mo e Ex.mo sr. marquez de Castello Novo, vice-rei e capitão general da India, no ataque de Teracol a 23 de Novembro, dia em que se publicava a fama da Novena de S. Francisco Xavier, e no rendimento da praça de Rarim no dia da festa do mes-*

mo Santo, prégado em Gôa na Casa Professa da Companhia de Jesus em 6 de Janeiro de 1746, Lisboa, 1748; *Oração funebre panegyrica d'el-rei D. João V*. Vem no livro: *Eccos funebres das vozes saudosas que chegaram de Portugal á India pela morte do muito alto e fidelissimo rei o sr. D. João V, communicadas ao mesmo reino de Portugal pelos religiosos da Companhia de Jesus da provincia de Gôa*, Lisboa, 1753.

Figueiredo *(Manuel Adelino de)*. Bacharel formado em Philosophia, secretario geral do governo civil dos districtos de Bragança e do Porto, servindo ali de governador civil interinamente; commendador da ordem de Christo. Era natural de Coimbra e morreu em janeiro de 1865. O dr. Augusto Filippe Simões inscriu na *Folha do Sul*, de Evora, um artigo necrologico muito honroso para a memoria do finado. Publicou muitos artigos no *Jornal do Porto* sobre agricultura, quando tinha a seu cargo a secção agricola d'aquelle jornal. Estes artigos reuniu os depois em livro, que publicou em Coimbra em 1861, com o titulo de *Estudos de agricultura*.

Figueiredo *(Manuel Gouveia de)*. Presbytero e domestico da casa do arcebispo de Braga D. Luiz de Sousa. Acompanhou este prelado na embaixada que fez a Roma por nomeação de D. Pedro II. em 1675, e voltou ao reino em 1682. Escreveu: *Itinerario da Jornada do Arcebispo de Braga D. Luiz de Sousa, de Braga a Roma, e de Roma a Portugal*; ficou em manuscripto, que se conservava na livraria do convento dos Caetanos, de Lisboa.

Figueiredo *(Manuel Peres de)*. Ecclesiastico o escriptor. N. em Vizeu a 6 de abril de 1650, fal. a 2 de março de 1716. Era filho de João Baptista de Figueiredo e de Catharina Peres. Entrou muito novo na Companhia de Jesus, que depois abandonou, indo estudar Direito canonico na Universidade de Coimbra. Foi abbade de N. S.ª de Figueiró, mas renunciou a abbadia para exercer o cargo de promotor, e mais tarde o de provisor do bispado de Vizeu, em que fôra provido pelo bispo D. Jeronymo Soares. Deixou manuscriptos alguns sermões prégados em differentes solemnidades, e um volume de *Discursos sagrados e politicos*.

Figueiredo *(Manuel Ribeiro de)*. Professor de latim em Santo Thyrso. Escreveu; *Discurso no 33.º anniversario da morte de sua magestade imperial o sr. D. Pedro IV, celebrado na real capela de Nossa Senhora da Lapa, em 24 de setembro de 1867*, Porto, 1867.

Figueiredo *(Martinho de)*. De cujas circumstancias pessoaes nada se sabe Deixou impressos uns *Commentarios* em latim ao prologo da *Historia natural* de Plinio, que fôram publicados em 1529, e dedicados a D. João III.

Figueiredo *(Martinho Fernandes)*. Escriptor que viveu no tempo de el-rei D. Manuel, e escreveu uma obra que ficou inédita, chamada: *Viagem de Pedro de Azambuja á Persia e Arabia*.

Figueiredo *(Matheus Castanho de)*. Mestre em Artes e bacharel em Theologia, pela Universidade de Coimbra; vigario de S. João, de Loure, e prior da egreja de S Salvador, de Meirão, no termo de Penamacôr. Nasceu em Aveiro em 1660, fal. em 1704. Era filho de Manuel Castanho de Figueiredo. Deixou impressa uma obra com o titulo: *Sete mysterios do patriarcha S. José*, etc., Coimbra, 1693; e algumas outras obras manuscriptas.

Figueiredo *(Miguel Augusto de Sousa)*. General de divisão reformado. N. em 1 de novembro de 1840, fal. em 13 de fevereiro de 1901. Assentou praça em 8 de agosto de 1859, sendo despachado alferes em 3 de janeiro de 1866, promovido a tenente em 21 de janeiro de 1868, a capitão em 21 de abril de 1868, a major em 11 de julho de 1884, a tenente-coronel em 31 de outubro de 1884, a coronel em 30 de junho de 1893, a general de brigada em 1900, poucos mezes antes de ter pedido a sua reforma, que lhe foi concedida a 22 de novembro do referido anno. Fez a sua carreira no corpo do Estado Maior, e por muitos annos foi chefe da 2.ª divisão militar. Quando recebeu a reforma, era director geral do serviço do estado maior. Tinha o grau de cavalleiro e a commenda da ordem de Aviz.

Figueiredo *(Pedro Maria de)*. Era natural do Porto, e muito dedicado ao estudo da historia portugueza, de genealogia, e arte de brazão. Deixou em manuscripto: *Chronica summaria dos Reis de Portugal*, etc. *Livro da Nobreza Portugueza, e suas armas de cidades, e homens, brevemente explicados.*

Figueiredo *(Pedro Feliciano de Oliveira de)*. Coronel das extinctas milicias em Macau. Nasceu em Portugal, mas viveu por muitos annos em Macau. Escreveu: *Vert-Vert, poema, composto em francez por J. B. Gresset, e traduzido em verso solto*, Macau, 1838; *Epitome da historia antiga, particularmente da historia da Grecia, composto em francez para uso dos discipulos da Real Escola Militar de Paris, traduzido*, etc., Macau, 1842.

Figueiredo *(Pedro José de)*. Nasceu em Lisboa a 29 de junho de 1762, fal. na mesma cidade a 11 de fevereiro de 1826. Era filho de Caetano José de Figueiredo, cirurgião da camara da rainha D. Maria I, e de D. Gertrudes Margarida de Figueiredo. Cursou em Lisboa os estudos de humanidades, aprendendo grammatica latina no collegio irlandez S. Patricio, a lingua grega com o professor régio José Januario Lombardi; philosophia com Agostinho José da Costa, e rhetorica com Francisco de Salles. Foi depois professor d'estas duas disciplinas no seminario patriarchal de Santarem. Dotado de natural vocação e sendo muito estudioso, tornou-se muito versado nos ramos das boas letras, e especialmente no conhecimento da historia, philologia e bibliographia portuguezas. A Academia Real das Sciencias de Lisboa o elegeu seu socio correspondente, nomeando-o depois revisor da sua imprensa, logar que occupou por muitos annos, sendo afinal promovido a substituto de socio effectivo na classe de litteratura. Em setembro de 1820 o governo o nomeou censor dos livros e papeis que tivessem de se imprimir. Ainda foi encarregado d'outras commissões pelo governo, mas, pouco favorecido da fortuna, os lucros que alcançava não lhe evitavam o passar privações nos ultimos annos da sua vida, devendo muitas vezes a subsistencia á liberalidade dos seus amigos. Depois d'uma enfermidade longa e dolorosa, falleceu muito pobre n'um quarto que occupava havia muitos annos n'um primeiro andar na actual travessa da Palmeira, que então se chamava de S. Francisco de Paula. Diz-se que pouco antes

de morrer queimara uma parte dos seus manuscriptos; os que escaparam, em que, segundo consta, se incluia uma porção de apontamentos e noticias bibliographicas, colligidos com intento de addicionar ou refundir a *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, juntamente com a sua pequena mas escolhida livraria, fôram comprados pelo bispo de Leiria que os offereceu ao seminario episcopal da mesma cidade. Para a biographia do dr. José de Figueiredo vejam-se as *Observações criticas sobre o Ensaio Estatistico* de Balbi, pelo conego Villela da Silva, n'uma nota de pag. 75 a 78, e o *Elogio historico* recitado na Academia das Sciencias por Manuel José Maria da Costa e Sá, inserto na *Historia e Memorias da Academia*, 2.ª série, tomo II, parte 1.ª, 1848, pag. 1 a 7. Escreveu: *Arte da Grammatica portugueza, ordenada em methodo breve, facil e claro, offerecida a Sua Alteza Real o ser.mo sr. D. Antonio, principe da Beira*, Lisboa, 1799; sem o nome do autor no frontispicio; saiu 2.ª edição em 1804, e 3.ª edição *para uso do Collegio Real dos Nobres e do Seminario do patriarchado*, Lisboa, 1811; diz-se que tambem houve uma edição publicada na Bahia. Esta *Grammatica* foi censurada em alguns pontos por Jeronymo Soares Barbosa, e particularmente no que diz respeito á phrase que dá começo á dedicatoria (V. a *Grammatica Philosophica* de J. S. Barbosa, pag. 420). Figueiredo redarguiu longamente, confutando taes censuras, e preparava-se para publicar de novo a sua obra, additada e reformada, mas a morte não lhe permittiu satisfazer esse desejo. O manuscripto que já estava elaborado foi vendido á casa Viuva Bertrand & Filhos, que publicou a 4.ª edição em 1837, com o seguinte titulo: *Arte da Grammatica portugueza, em methodo breve, facil e claro, reformada n'esta quarta edição para uso do Collegio real dos Nobres, e do Seminario do Patriarchado por Pedro de Figueiredo*, etc. As annotações illustrativas, refutatorias dos reparos e censuras que se lhe dirigiram, correm de pag. 115 até ao fim do volume. Escreveu mais: *Retratos e Elogios dos Varões e Donas que illustraram a nação portugueza*, etc.; começou a publicar-se em julho de 1806, e continuou com interrupções até 1817; teve tambem alguns outros collaboradores, mas a maior parte das biographias fôram escriptas por Figueiredo. *Carta em resposta de certo amigo da cidade de Santarem, em que se lançou os fundamentos sobre a verdade ou incerteza da morte d'el-rei D. Sebastião na batalha d'Alcacer Kibir*, Lisboa, 1808; sem o nome do autor; *Dissertação historico-juridica da senhora D. Thereza, mulher do conde D. Henrique*, saiu nas *Memorias de Litteratura* da Academia Real das Sciencias, tomo VIII, sem o nome do autor; *Sentimentos do Juiz do Povo*, etc., Lisboa, 1808; *Razão e mais razão*, etc., Lisboa, 1821; *Sentença proferida na casinha da Almotaçaria pelo supremo Juizo da Inconfidencia Litteraria, na sessão XI sobre o quarto tomo das «Obras poeticas de Manuel Maria Barbosa du Bocage», dada á luz para desengano dos patetas*, Lisboa, 1813; saiu anonymo. Pertencem-lhe as annotações espalhadas pelos diversos tomos da *Historia do Brazil*, publicada por Desiderio Marques Leão; accrescentou cinco para seis mil vocabulos no *Diccionario da Lingua Portugueza* de Antonio de Moraes da Silva, na edição 3.ª que se fez em 1823. São suas as duas *Orações* que o conego João Rodrigues Lima de Sequeira recitou e que fôram publicadas em seu nome, sendo a 1.ª *Oração funebre nas exequias do dr. Francisco José da Costa, recitada no Seminario Patriarchal da villa de Santarem em 10 de maio de 1813;* a 2.ª *Oração exhortatoria que na Basilica Patriarchal de Santa Maria Maior recitou aos eleitores de comarca, em 24 de dezembro de 1820.* Deixou os seguintes manuscriptos: *Diccionario da Lingua Portugueza;* obra em que trabalhara por mais de 40 annos, segundo diz um dos seus biographos; *Oração de abertura dos estudos, recitada em 1801 no Real Collegio de N. S.ª da Conceição do Patriarchado; Relação da solemnidade com que Sua Alteza Real foi recebido no Collegio Real do Patriarchado no dia 21 de março de 1805, e juntamente a Oração que n'esse acto lhe dirigiu; Noticia da fundação e instituição do dito Real Collegio; Varias censuras e pareceres academicos*, e outros em assumptos que se lhe incumbiram por diversas secretarias e repartições do Estado, etc.

Figueiredo *(P. Rodrigo de).* Jesuita. N. em Coruche nos fins do seculo XVI, fal. em 9 de outubro de 1642. Era filho de Alvaro Ferreira e de Maria Barreto. Professou a 17 de fevereiro de 1608. Cursou Philosophia na Universidade de Evora, e foi depois estudar Theologia em Roma. Regressando ao reino, embarcou para o Oriente em 1618, e chegando a Gôa acabou os seus estudos theologicos, navegando para a China em 1622. Durante doze annos entregou-se aos trabalhos das missões, até que falleceu. Deixou escriptas varias obras, que ficaram inéditas.

Figueiredo *(Sebastião Gomes de).* Reitor do collegio de S. Pedro, de Braga, e conego da sé da mesma cidade. N. na villa de Avelloso, do bispado de Lamego, fal. em Lisboa a 18 de abril de 1611. Era filho de Francisco Ribeiro da Fonseca e de D. Brites de Vasconcellos. Estudou as sciencias escolasticas em Coimbra, d'onde passou á Universidade de Salamanca, sendo admittido como collegial do Collegio de Santa Maria Magdalena, e ali dictou Philosophia. Regressando a Portugal foi provido no reitorado do collegio de S. Pedro, de Braga, e obteve na cathedral d'esta cidade um canonicato, de que tomou posse em 1587. Foi-lhe offerecida a mitra de Cabo Verde, que rejeitou, acceitando depois a nomeação de prelado de Thomar cabeça da ordem militar de N. S. Jesus Christo. Escreveu: *Milicia Christiana de los tres inimigos del alma*, Salamanca, 1596. Publicou mais dois livros em latim.

Figueiredo. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 305 hab. e 72 fog. A pov. dista 6 k. da séde do conc. Um dos conegos da sé de Braga apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. e com. de Amares, distr. e arceb. de Braga; 546 hab. e 140 fog. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie, perto da margem direita do rio Cávado. O ordinario apresentava o abbade, por concurso synodal, e tinha 400$000 réis de rendimento. O terreno é muito fertil. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg.

de S. Paio, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 270 hab. e 65 fog. Tem esc. do sexo fem. A pov. dista 5 k. da séde do conc. O prior do convento de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, apresentava o vigario, que tinha 11$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20 com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 555 hab. e 108 fog. Tem caixa post e esc. do sexo masc. A pov. dista 11 k. da séde do conc., e está situada na serra de Cabeço da Rainha. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. || Povoações nas freguezias: Santos Cosme e Damião de Azere, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santissimo Sacramento, de Burgo, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural. || Santa Maria, de Cepellos, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Miguel, de Cunha, conc. e distr. Braga. || O Salvador, de Folgosa, conc. de Maia, distr. do Porto. || S. Pedro de France, conc. e distr. de Vizeu. Tem correio com serviço de posta rural. || Santo Isidoro, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Santa Eulalia, de Margaride, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Martinho, de Moimenta, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Romão, de Nogueira, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Oliveira, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || S. Miguel, de Paredes, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, do mesmo distr. || S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || S. Thiago de Riba d'Ul, conc de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Rio de Moinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S Thiago, de Silvalde, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Thaide, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Maria dos Olivaes e conc. de Thomar, distr. de Santarem. || S. Pedro Fins, de Torno, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Thiago e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || O Salvador, de Touraes, conc. de Ceia, distr. da Guarda. || S. Miguel, de Villa Franca, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Rio da prov. do Alemtejo; passa pela villa de Niza, e vae desaguar na margem esquerda do Tejo.

Figueiredo de Alva. Pov. e freg. do Salvador, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. Pedro do Sul, distr. e bisp. de Vizeu; 833 hab. e 212 fog. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 6 k. da séde do conc. O arcediago de Vizeu apresentava o cura, que tinha 10$000 réis de congrua e o pé d'altar. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Figueiredo de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Paio, de Pinheiro da Bemposta, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Figueiredo Barbuda *(Antonio)*. Medico do hospital de Todos os Santos, que se encontra nomeado em 26 de abril de 1662; falleceu em setembro de 1666.

Figueiredo Carmona *(Theodoro Gil de)*. Capitão de infantaria, actualmente em serviço no ministerio do reino. N. em 7 de janeiro de 1857, em Ricafé, districto de Bragança. E' filho de José Antonio de Lima Carmona e de D. Anna Rachel Carolina Gil de Figueiredo Sarmento. Seu pae era capitão de cavallaria, que muito se distinguiu nas campanhas da liberdade e na divisão que foi a Hespanha consolidar o throno de Izabel II. Dedicando-se á carreira das armas, assentou praça em infantaria n.º 10, que estava aquartelado no Porto, a 17 de setembro de 1878; fez o curso d'esta arma e o da Escola Polytechnica de Lisboa, saindo alferes a 21 de setembro de 1887; seguiu depois o curso de engenharia civil, o qual terminou em 1891. Foi promovido a tenente em 24 de fevereiro de 1894, e a capitão em 24 de agosto de 1900. Em 1891, precedendo concurso, obteve despacho de professor effectivo para o lyceu de Faro, d'onde foi transferido como aggregado para o Lyceu Central de Lisboa, sendo despachado effectivo em 26 de outubro de 1897 para este mesmo lyceu, onde ainda se conserva. Em 23 de janeiro de 1893 casou com D. Virginia Julia da Conceição Reis, filha de Boaventura Reis, commerciante da praça de Lisboa.

Figueiredo Carvalho *(Lopo José de)*. Medico e escriptor, delegado de saude e professor do lyceu da Guarda; medico da Misericordia e do caminho de ferro da Beira Alta. Tem vinculado o seu nome a obras importantissimas da sua especialidade na campanha iniciada no nosso paiz contra a tuberculose. Tem prestado muitos e bons serviços na cidade da Guarda á assistencia dos tuberculosos, e foi á Suissa estudar as melhores installações de sanatorios para combater esta terrivel enfermidade. E' antigo presidente do centro progressista da referida cidade. Os seus trabalhos, alguns dos quaes fôram apresentados em diversos congresses, são os seguintes: *Uma epidemia de febre typhoide no concelho da Guarda*, 1894; *Os tuberculosos na Guarda*, trabalho apresentado no congresso de medicina em Coimbra, 1895; *Prophilaxia da tuberculose na Guarda*, 1895; *Orotherapia na tuberculose pulmonar*, 1898; *Um caso de acromigalia*, 1899; *As causas da febre typhoide em Portugal*, 1897; *Peste bubonica* (relatorio sobre um caso suspeito), 1899; *Curabilidade da tuberculose pulmonar*, trabalho apresentado no congresso de medicina em Lisboa, 1900. Foi, em Coimbra, redactor dos jornaes de medicina: *Estudos medicos* e *Coimbra medica*; fez parte da redacção do *Movimento medico*, de Coimbra, da *Revista de medicina e de cirurgia* e da *Medicina e Cirurgia*, publicações de Lisboa.

Figueiredo Castello Branco *(José Barbosa Canaes)*. Bibliothecario-mór da Bibliotheca Nacional de Lisboa, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa e da Academia Real de Historia de Madrid. N. em Soure pelos annos de 1804, fal. em Lisboa, victima da febre amarella, em 22 de novembro em 1857. Frequentou o curso de Theologia na Universidade de Coimbra, estando no 5.º anno de 1825, mas parece que não chegou a formar-se. Era tido por muito versado em questões genealogicas e passava por ser grande indagador das nossas antiguidades. Deixou publicadas diversas obras, mas algumas in-

completas. Nas *Memorias* da Academia Real das Sciencias se encontram trabalhos d'este escriptor, alguns dos quaes se imprimiram em separado. Foi nomeado Bibliothecario-mór em 1851. Relação dos seus escriptos: *A Maçonaria descoberta*, Lisboa, 1829; uma folha de impressão que devia continuar periodicamente, mas de que saiu só o n.º 1, segundo parece, *Costados das familias illustres de Portugal, Algarves, Ilhas e Indias; obra que a el-rei fidelissimo, o muito alto e poderoso senhor D Miguel I, offerece o seu autor*, etc., Lisboa, 1829, tomo I; O tomo II saiu com outro titulo: *Arvores de costados das familias nobres dos reinos de Portugal e Algarves, e dominios ultramarinos, que offerece ao muito alto e muito poderoso*, etc., Lisboa, 1831; a obra completa deveria constar de 4 tomos; dos publicados contém o 1.º as familias titulares do reino, a primeira parte do 2º trata das familias nobres da provincia do Minho, etc.; *Costados de quatro avós de Ayres Guedes Coutinho Garrido, fidalgo cavalleiro da Casa Real*, etc., *seguido de notas*, Lisboa, 1829; *Costados de cinco avós de João Carlos Fco Cardoso de Castello Branco e Torres, fidalgo cavalleiro da Casa Real, etc, seguidos de notas*, Lisboa, 1829; *Costados de seis avós de João de Mello e Sousa da Cunha Souto Mayor, moço fidalgo com exercicio no paço*, etc., *seguido de notas*, Lisboa, 1830; sem o nome do autor; *Biographia Lusitana, ou quadro historico da vida e acções dos varões e donas illustres portuguezes; dividida em vinte volumes; pela Sociedade do Anomalo;* tomo I, Lisboa, 1837. Esta obra começada e publicada sem o seu nome, devia sair periodicamente, como se vê da introducção que a precede como elle diz, que em cada um dos 20 volumes se comprehenderia 5 decadas, apontando em seguida os 50 nomes que tinham de entrar no 1.º tomo; por esta conta a obra estava marcada para 1.000 biographias; saíram, porém, apenas 3, que fórmam um pequeno caderno, que são as de D. Affonso Henriques, 1.º rei de Portugal; D. Affonso, 1.º duque de Bragança; e Diogo Cam, descobridor do Congo, (que ficou incompleta), sendo acompanhadas dos respectivos retratos lithographados. Simultaneamente publicava mais duas collecções, a 1.ª com o titulo de *Miscellanea constando de peças inéditas, memorias, artigos de variedades instructivas e recreativas, e de varios outros objectos; pela Sociedade do Anomalo*, Lisboa, 1837, chegou só a pag. 48. — 2.ª *Manual do cozinheiro e da cozinheira, contendo as receitas mais simples para ter boa mesa com economia, seguido dos melhores processos para pastelaria e copa*, etc. *ornado de estampas; pela Sociedade do Anomalo*, Lisboa, 1837, chegou até á pag. 44. N'esta publicação foi auxiliado por outras pessoas que concorreram com a maior parte dos artigos. Escreveu mais: *Titulos conferidos á nobreza do reino*, Lisboa, 1836; só se imprimiu uma folha; *O Catholico*, jornal publicado em 1842, que depois foi substituido em janeiro de 1843 pelo *Jornal da Sociedade Catholica; Estatuto da Sociedade Catholica promotora da moral evangelica na monarchia portugueza*, Lisboa, 1843; *A Sociedade Catholica defendida dos seus inimigos; primeira e segunda parte;* Lisboa, 1845; parece que saiu sem o nome do autor; *O Escudo christão*, Lisboa, 1848 a 1849; jornal que chegou só até ao n.º 11; *Historia genealogica da nobreza do reino;* está impressa de pag. 1 até 96, sem frontispicio, comprehendendo noticias genealogicas e historicas pertencentes ás familias dos appellidos: Cunha, Pereira, Coutinho, Henriques de Portugal, Sanches e Coberturas; não continuou; *Contestação ás allegações contra o titulo de Penamacor*, Lisboa, 1845; saiu sem o seu nome; foi escripta na occasião de muitos levarem a mal a renovação do referido titulo, que D. Maria II havia concedido; *Inscripções romanas existentes em Portugal, com suas explicações;* saiu no tomo I das *Actas da Academia Real das Sciencias*, de pag. 385 a 395; *O Mordomo do rei, memoria offerecida á Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1851; saiu tambem na 2.ª serie, tomo III, parte 1.ª, das *Memorias da Academia; Apontamentos ácerca da villa de Soure*, Lisboa, 1851; saiu tambem no referido volume das *Memorias da Academia; Carta ao sr. Antonio Luiz de Sousa Henriques Secco, ácerca da sua censura aos «Apontamentos da villa de Soure»*, Lisboa, 1851; *Noticia chronologica dos condes de Castella*, Lisboa, 1854; saiu tambem nas *Memorias da Academia*, nova serie, classe 2.ª, tomo I, parte I; *Apontamentos sobre as relações de Portugal com a Syria no seculo XII*, Lisboa, 1854; saiu no referido vol. tomo I e parte I; *Estudos biographicos, ou noticia das pessoas retratadas nos quadros historicos pertencentes á Bibliotheca Nacional de Lisboa*, Lisboa, 1854. «E' curioso saber-se, diz José Silvestre Ribeiro, no vol. XIV da *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal*, a pag. 74, que havia uma grande *collecção de retratos* proveniente dos extinctos conventos, quadros de um valor quasi sempre nullo como pinturas, mas de um relativo interesse historico, como effigies de homens que se singularisaram nas religiões por saber ou por virtudes. De 400 d'estes quadros ha noticia correspondente a cada um, colligida e impressa pelo bibliothecario-mór José Barbosa Canaes de Figueiredo Castello Branco. Eram ainda numerosos aquelles que a descripção não pôde abranger. Pedinse a venda d'estes em beneficio do cofre da Bibliotheca, ouvindo-se préviamente a Academia das Bellas Artes.» As noticias que acompanham os retratos, notas e reflexões que se encontram n'esta obra, são instructivas e curiosas, e mostram a erudição ecclesiastica do autor, e as doutrinas e opiniões que professava em assumptos de padroado, concordatas, bullas, inquisição, jesuitas, etc. Na mesma obra se encontram tambem varias noticias topographicas, e da historia ecclesiastica d'algumas cidades e povoações, tanto do continente de Portugal, como dos seus dominios ultramarinos. Além do referido, ainda se publicou: *Collecção de arvores de costado; caderno* I, Lisboa, 1855; ficou interrompida a publicação logo n'este primeiro numero; *Estudos sobre a origem e progressos dos reinos de Navarra e Aragão até D. Sancho, o forte, e D. Ramiro, o monge;* imprimiu-se de 1854 a 1855, chegando só a pag. 304; os *Estudos* propriamente ditos, findam na pag. 229, seguindo-se uma *Taboa chronologica dos factos*, que termina na pag. 251, continuando de pag 253 em deante um *Appendice de documentos*, dos quaes ficaram impressos 16 e parte do 17.º, todos em latim. Consta que em 1828 Canaes compozera e pretendera imprimir, assignado com o nome de *Uma victima do despotismo*, certo opusculo, que intitulára *Clamor da justiça*, o

qual, sendo então por elle submettido á censura do patriarchado, e pelo vigario geral mandado distribuir para exame ao padre José Agostinho de Macedo, este veiu com tal informação, ou parecer, que a licença foi immediatamente recusada. A data da informação é de 15 de agosto do mesmo anno de 1828. Em vista da censura do padre José Agostinho de Macedo, Canaes modificou o seu trabalho, que veiu a publicar-se ainda em 1828, com o titulo: *Um grito só*, sem nome do autor, tendo no fim *A victima do despotismo*.

Figueiredo das Donas. Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Vouzella, distr. e bisp. de Vizeu; 474 hab. e 124 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e passa-lhe proximo o rio Vouga. O vigario de S. Pedro do Sul apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. Ha aqui um antiquissimo paço acastellado em ruínas, que, segundo consta, foi solar do celebre D. Goesto Ansures, progenitor dos *Figueiras*, *Figueiredos* e *Figueirôas*, que se tornou celebre por ter livrado umas donzellas do poder dos moiros, que eram condemnadas ao tributo de cem donzellas, que se pagava ao califa de Cordova. V. *Ansures* e *Figueiredo*.

Figueiredo Freire *(José Homem de)*. Doutor em Philosophia e lente da Universidade de Coimbra. N. em S. Pedro do Sul, e fal. na Figueira da Foz em setembro de 1837 estando em uso dos banhos. Era filho de João Homem Rebello. Doutorou-se em 31 de julho de 1807. Exerceu o magisterio por largos annos com boa reputação. Regeu varias cadeiras, permanecendo até á sua morte na de Physica, onde succedeu ao dr. Constantino Botelho. Deixou importantes manuscriptos em poder da sua viuva, a quem fôram pedidos por alguns membros da faculdade. Em congregação de 13 de abril de 1842 declararam dois vogaes que tinham conservado em sua mão os manuscriptos de Botanica e de Physica do dr. José Homem de Figueiredo Freire, mas que iam restituil-os á viuva. Além dos manuscriptos, publicou as seguintes obras: *Catalogo das plantas naturaes e exoticas, que se encontram em S. Pedro do Sul; Monographia das plantas cryptogamicas; Methodo pratico de trabalhar com as machinas de physica.*

Figueiredo de Lemos *(D. Luiz de)*. Bispo da Madeira. N. na ilha de Santa Maria, Açôres, em 21 de agosto de 1544, fal. em 1608. Era filho de Miguel de Figueiredo de Lemos e de sua mulher Ignez Nunes Velho. Fez os seus estudos em Coimbra. Foi vigario de S. Pedro, em Ponta Delgada, d'onde passou a deão da sé de Angra, cargo que exercia em 1582. D'este logar foi elevado a bispo da Madeira. Convocou um synodo, que celebrou na sé do Funchal em 29 de junho de 1597. N'elle se fizeram e se publicaram constituições extravagantes, em addição ás que tinham sido feitas em 1578, sendo bispo D. Jeronymo Barreto. Em 1601 mandou reimprimir estas accrescentando-as com as feitas em seu tempo.

Figueiredo Pimentel *(D. Carlos Maria de)*. V. *Annunciação* (*D. Carlos de*).

Figueiredo e Quelha. Duas povoações reunidas na freguezia de S. Clemente, de Basto, concelho de Celorico de Basto, districto de Braga.

Figueiredo e Sá *(Filippe Manuel de)*. E' conhecido como traductor de varios romances, quasi todos hespanhoes, e publicados por meio de subscripção. Temos conhecimento dos seguintes: *A Marqueza de Bellaflôr, romance historico, de D. Venceslau Aygnals de Izco*, Lisboa, 1849, 2 tomos; *O Patriarcha do Valle, ou a linda hespanhola; romance de D. Patricio de la Escossura*, Lisboa, 1851 e 1852, 4 tomos; *D. Urraca de Castella, romance historico hespanhol*, Lisboa, 1853, 2 tomos; *D. Branca de Navarra*, idem, Lisboa, 1852 e 1853, 2 tomos: *O bezerro de ouro;* novella *de Frederico Soulié*, Lisboa, 1854, 4 tomos; *Florinda, ou o palacio encantado; romance historico de D. Juan de Deus Mora*, Lisboa, 1856, 2 tom.; *Pelayo, ou o restaurador de Hespanha*, do mesmo autor, Lisboa, 1857, 2 tomos; *As ruinas do meu convento; historia contemporanea, traduzida do hespanhol*, Lisboa, 1858 e 1859, 2 tomos.

Figueiredo e Silva *(Antonio Joaquim de)*. V. *Figueiredo (Antonio Joaquim de)*.

Figueiredo e Sousa *(Luiz José de)*. Medico do hospital de S. José, nomeado em 1792. Foi suspenso em 6 de dezembro de 1810 por ordem do enfermeiro-mór D. Francisco de Almeida, sendo depois aposentado em 7 de janeiro de 1813. Falleceu em 11 de fevereiro de 1833.

Figueiredo e Sousa *(Manuel Paes de)*. Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra, lente de prima e decano da mesma faculdade. Era natural de Cannas de Senhorim, e filho de João Paes de Figueiredo e Sousa. Fal. em 19 de julho de 1872. Doutorou-se a 28 de julho de 1841.

Figueiredos *(Quinta dos)*. Na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

Figueirinha. Povoações nas freguezias: S. Antonio, de Ameixial, conc. de Loulé, distr. de Faro. | S. João Baptista, de Coucieiro, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Marcos de Ataboeira, conc. de Castro Verde, distr. de Beja. Tem est. do Caminho de Ferro de Sul e Sueste, entre as de Outeiro e Carregueiro. || N. S.ª da Conceição, de Redinha, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Vade, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Casal na freg. de N. S.ª da Purificação e conc. de Oeiras, distr. de Lisboa.

Figueirinhas. Povoações nas freguezias: S. Julião, de Calendario, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || N. S.ª da Assumpção, de Freixianda, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Figueiró *(Antonio de Vasconcellos e Sousa, conde de)* Fidalgo da Casa Real; mestre sala da casa de Sua Magestade el-rei senhor D. Carlos, por decreto de 14 de janeiro de 1905, substituindo o sr. conde da Figueira, que até então exerceu aquelle elevado cargo; veador de sua magestade a rainha senhora D. Amelia; par do reino, eleito em 1901, etc. E' oriundo d'uma familia illustre, e apparentado com as mais nobres familias de Portugal. Seu pae foi um antigo diplomata, que no Brazil deixou prestigiosamente assignalada a sua individualidade. Encetou a carreira diplomatica como addido em Madrid; em 1895 fez concurso para segundo secretario de legação, e é hoje primeiro secretario servindo no

gabinete. E' um verdadeiro *gentleman*, um *sportman* distincto, impondo-se pela correcção do seu porte aristocratico e educação finissima. Nas antigas touradas chamadas de *fidalgos*, tambem por vezes tomou parte na lide como bandarilheiro. Em 1897 foi graciado com o titulo de conde de Figueiró, titulo que anda ligado desde o tempo de D. João IV. aos viscondes de Penaguião e de

Conde de Figueiró

Villa Nova de Portimão, e marquezes de Castello Melhor. Os antigos condes de Figueiró eram descendentes do duque de Coimbra, D. Jorge de Lencastre, commendador-mór das ordens de Aviz e de S. Thiago, filho bastardo legitimado de el-rei D. João II. O sr. conde de Figueiró é casado com a sr.ª D Josepha Sandoval de Vasconcellos, pertencente a uma das mais illustres familias de Hespanha, que é hoje a sr.ª condessa de Figueiró, dama camarista da rainha senhora D. Amelia.

Figueiró *(Francisco de Vasconcellos, 1.º conde de)*. Era filho de Manuel de Vasconcellos, senhor do morgado de Esporão e de V. N. de Foscôa, commendador de Izeda na ordem de Christo, presidente da camara de Lisboa, regedor das justiças, e do conselho de Estado de Portugal em Madrid, e de sua mulher D. Luiza de Vilhena de Mendoça, dama da infanta D. Maria, e filha de João Nunes da Cunha, senhor do morgado da Coutadinha, filho segundo de D. Nuno da Cunha, governador da India. D. Francisco de Vasconcellos fal. em Madrid no anno de 1653, e era casado com D. Anna de Vasconcellos e Menezes. O titulo foi concedido em tres vidas por Filippe III, de Castella, a seu pae, por serviços prestados, sendo D. Francisco quem primeiro gosou d'essa mercê. Usava do mesmo brazão da casa dos duques de Aveiro como descendentes do duque de Coimbra, D. Jorge de Lencastre: as armas reaes do reino, com um filete negro em contrabanda; timbre, um pelicano com as azas abertas picando o peito, com 6 bezantes nas azas, e um no peito.

Figueiró *(D. José Luiz de Lencastre, 3.º conde de)*. Commendador-mór d'Aviz, etc. N. em Evora em agosto de 1639, fal. em Lisboa a 11 de dezembro de 1687. Era filho do 2.º conde de Figueiró, D. Pedro Luiz de Lencastre, e de sua mulher, D. Magdalena de Lencastre. Succedeu na casa de seu pae, e foi o 3.º conde de Figueiró, de que se lhe passou carta a 29 de setembro de 1658, declarando-se ser esta a terceira vida com que esta mercê fôra concedida a seu visavô Manuel de Vasconcellos, sendo a primeira em Francisco de Vasconcellos, e nas outras duas entrariam os seus descendentes, ou as pessoas que em falta d'elles succedessem na casa. A honra de commendador-mór foi-lhe concedida por carta de 17 de outubro de 1673; teve tambem todas as commendas e alcaidarias-móres, que possuiu seu avô, e tendo succedido, por morte da condessa sua mãe, na casa de Sortelha, veiu pelo fallecimento de sua avó materna a succeder no condado de Villa Nova de Portimão, engrossando em rendas a sua grande casa, por ter recaído n'ella duas tão illustres, tornando-a assim uma das mais ricas e mais poderosas do reino. Foi vereador do pelouro de saude do senado de Lisboa, por decreto de 7 de novembro de 1672. Casou em 31 de julho de 1664 com D. Filippa de Vilhena, filha de João Rodrigues de Sá, conde de Penaguião, e de sua mulher, D. Luiza Maria de Faro. Falleceu sem deixar successão, ficando extincto aquelle titulo.

Figueiró *(D. Pedro de)*. Mestre em Artes, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra; conego regrante do convento de Santa Cruz, grande orientalista, etc. N. em Figueiró, no bispado de Coimbra, de que tomou o appellido. Fal. a 11 de janeiro de 1592. Era filho de João de Faria e de Izabel da Fonseca, ambos descendentes de familias nobres. Applicou-se ao estudo das sciencias escolasticas, dedicando-se tambem ao das linguas orientaes na Universidade, principalmente na hebraica, em que se tornou tão perito, que lhe grangeou o epitheto de *o hebreu*. Professou em 1543, e doutorou-se em 1565. Deixou impressos alguns volumes de *Commentarios* á sagrada escriptura, escriptos em latim.

Figueiró *(D. Pedro Luiz de Lencastre, 2.º conde de)*. Era filho de D. Francisco Luiz de Lencastre, 3.º commendador-mór de Aviz, e de sua mulher, D. Filippa de Mendoça, dama da rainha D. Margarida d'Austria; sobrinho do 1.º conde de Figueiró, irmão de sua mãe. Falleceu a 21 de julho de 1658. D. Pedro não succedeu na casa de seu pae, nem na commenda de Aviz, porque falleceu primeiro, mas succedeu no titulo a seu tio, que falleceu em 1653. Foi-lhe concedida a mercê de moço fidalgo, por alvará de 7 de fevereiro de 1625, com fôro e moradia. No entretanto, D. Pedro não succedeu na casa de Figueiró, que era da condessa D. Anna de Menezes e Vasconcellos, mulher de seu tio, o 1.º conde, succedeu só no condado por mercê de D. João IV, attendendo á sua nobreza, em carta de 19 de maio de 1654, e foi senhor de Villa Nova de Foscôa e do morgado de Esporão. Quando D. João IV instituiu o tribunal da Junta dos Tres Estados, foi o conde de Figueiró um dos primeiros ministros nomeados. Pelo seu casamento teve o senhorio de Goes e o condado de Sortelha. Casou em 16 de fevereiro de 1630 com D. Magdalena de Lencastre, filha segunda de D. Luiz da Silveira, 3.º conde de Sortelha, e de sua mulher, D. Maria de Vilhena, condessa de Villa Nova.

A condessa D. Magdalena veiu a herdar a casa de seu pae por morte de sua irmã mais velha, a condessa de Villa Nova D. Branca de Vilhena da Silveira, e succedeu nas terras, morgados e mais senhorios da casa de Sortelha.

Figueiró. Pov. e freg. de Santa Christina, da prov. do Douro, conc. e com. de Amarante, distr. e bisp. do Porto; 882 hab. e 252 fog. Tem escolas para ambos os sexos, medico e pharmacia. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Amarante para Louzada. E' tambem conhecida por *Santa Christina de Figueiró*. Pertenceu ao conc. de Santa Cruz de Riba-Tamega, que foi supprimido em 1855. O arcebispo de Braga apresentava o abbade, por concurso synodal, que tinha o rendimento de 500$000 réis. A terra é muito fertil, e cria gado de toda a qualidade. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. de Amarante, distr. e bisp. do Porto; 1:553 hab. e 409 fog. Tem correio com serviço de posta rural, e esc. do sexo masc. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada entre duas serras perto do rio Odres. O reitor de Villa Cova da Lixa apresentava o vigario, que tinha 100$000 réis. A terra é fertil e cria muito gado. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. A povoação tambem é conhecida pelo nome de *S. Thiago de Figueiró*, e até 1855 foi do conc. de Santa Cruz de Riba Tamega, supprimido n'esse anno. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. de Paços de Ferreira, distr. e bisp. do Porto; 584 hab. e 150 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e caixa post. A pov. dista 3 k. da séde do conc. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Christellos, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Cypriano, conc. e distr. de Vizeu. Tem est. post., e est. do Caminho de Ferro, no ramal de Santa Combadão a Vizeu, entre as de Torre de Eita e de Tondellinhas. || S. João Baptista, de Mosteiro, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Ribeira do distr. de Portalegre. N. nas proximidades de Alpalhão, e vae desaguar no rio Tejo, acima de Villa Flôr, com 40 k. de curso.

Figueiró de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Maria, de Bagunte, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Figueiró do Campo. Pov. e freg. de S. Thiago Apostolo, da prov. do Douro, conc. e com. de Soure, distr. e bisp. de Coimbra; 1:126 hab. e 328 fog. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda da Ribeira da Ega. A abbadessa do convento de freiras bernardas, de Cellas, apresentava o vigario, que tinha 120$000 réis. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar.

Figueiró da Granja. Villa e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Fornos d'Algôdres, distr. da Guarda, bisp. de Vizeu; 864 hab. e 199 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e est. post. A villa dista 6 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Mondego, e é tambem conhecida só pela designação de *Figueiró*. Foi concelho com camara, juizes e mais officiaes. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 24 de julho de 1518. Era do convento de Tarouca. O ordinario apresentava o abbade, que tinha 300$000 de rendimento. A villa é fertil e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12 com a séde em Trancoso. Em 1811 houve n'esta villa um pequeno combate entre as tropas portuguezas e as francezas.

Figueiró da Serra. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Gouveia, distr. e bisp. da Guarda; 1:126 hab. e 261 fog. Tem escolas para ambos os sexos, caixa post. e uma fabrica de lanificios A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada na serra da Estrella, sobre a falda de um monte. Tambem se encontra só com o nome de *Figueiró*, Esta freg. foi commenda da ordem da Malta pelo que tinha muitos e grandes privilegios. O commendador d'esta ordem apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé de altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Figueiró dos Vinhos. Villa da prov. da Extremadura, séde de conc. e de com., distr de Leiria, bisp. de Coimbra. Tem uma só freg., S. João Baptista. Dista 50 k. da séde do distr. e está situada n'uma planicie amena, fertil e saudavel, passando-lhe proximo os rios Zezere e Pera. O seu nome deriva de muitas figueiras e excellentes vinhas que circumdam a villa. D. Pedro Affonso, filho natural de D. Affonso Henriques, a povoou em 1174, dando-lhe foral com muitos privilegios em maio do mesmo anno, ou no de 1176. Em 1181 o rei moiro de Sevilha saqueou a povoação e arrazou-a completamente, marchando depois a cercar Santarem, onde estava D. Affonso I; mas seu filho, mais tarde D. Sancho I, correu em soccorro de seu pae, e os moiros fôram derrotados, sendo perseguidos por D. Sancho até Sevilha. A povoação ficou reduzida a um estado miseravel, e em 1187 era apenas uma aldeia sujeita a Pedrogão Grande. D. Sancho I a mandou então povoar, e estando em Santarem, confirmou o foral que lhe dera seu irmão D. Pedro Affonso, e elevou-a á categoria de villa. D. Affonso II confirmou tambem este foral, em Santarem, no anno de 1218. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 16 de abril de 1514. As armas da villa são: em campo de oiro, cinco folhas verdes de figueira, orladas d'esta legenda: *Por Deus e pela patria*. Era séde de comarca, mas em 1875 tiraram-lhe essa, em proveito de Pedrogão Grande. A transferencia causou o mais profundo desgosto aos habitantes da villa, que não descançaram emquanto a comarca se não estabeleceu de novo em Figueiró dos Vinhos, o que só conseguiram depois de 20 annos de insistente lucta, a 16 de setembro de 1895, pela interferencia do sr. conselheiro João Franco, então ministro do reino. Quando a noticia chegou á villa, houve enthusiasticos festejos e illuminações, e em testemunho de reconhecimento por quem tanto se interessára pela restauração da séde da comarca de Figueiró, resolveu a camara municipal que o antigo *Largo dos Paços do Concelho* se ficasse denominando *Largo do Conselheiro João Franco*. Houve n'esta villa um convento de frades carmelitas descalços, fundado em 1601 pelo vigario fr. Antonio de Evora, auxiliado por D. Pedro de Alcaçova e Vasconcellos, e outro de

freiras franciscanas, fundado em 1549 por Izabel da Conceição, Anna de Jesus, Justina do Salvador e Catharina da Conceição, naturaes d'esta villa. O collegio novo de Santa Cruz de Coimbra apresentava o prior, que tinha 200$000 réis. No convento dos carmelitas está installado o hospicio da Misericordia. A egreja é de abobada de tijolo e tem alguns altares notaveis. N'ella estão sepultados D. Pedro d'Alcaçova e Vasconcellos, sua mulher D. Maria de Menezes, o conde de Figueiró D. Francisco de Vasconcellos, e sua mulher D. Anna de Vasconcellos e Menezes. A torre acastellada, contigua ao edificio da cadeia, foi construida em 1552, segundo se lê n'uma inscripção esculpida na mesma torre. Do antigo castello que se presume ser do tempo dos moiros, fez o seu solar o primeiro marquez de Castello Melhor, neto do grande ministro e valido de D. Affonso VI. Completamente transformado, estão ali installadas a escola e a estação telegrapho-postal. A' entrada do cemiterio vêem-se esculpidas duas quadras expressamente escriptas para ali pelo poeta João de Deus. A egreja matriz é um templo vasto e de remota antiguidade. O tecto appoia-se em oito columnas de granito; tem seis altares, e é muito apreciavel a obra de talha do altar-mór. As paredes são guarnecidas com alguns quadros antigos. No côro ha um orgão, que tem a data de 1689. A' entrada da egreja, do lado direito, está o tumulo de marmore de D. Ruy Mendes Vasques e sua mulher. N'este tumulo está esculpido o brazão da familia, que era de elevada nobreza, acompanhado d'uma inscripção. A egreja foi ultimamente reconstruida, por subscripção. Os notaveis artistas Simões de Almeida, esculptor, e José Malhôa, pintor, tambem contribuiram com obras d'arte. O primeiro com duas esculpturas, *S. João Baptista* e *Senhor dos Afflictos*, e o segundo com o magnifico quadro do altar-mór *O baptismo de Christo*. Este quadro tem 4m.70 de altura e 2m,70 de largura, e foi expressamente pintado para este altar. Em Figueiró dos Vinhos ha escolas para os dois sexos, est. telegr. post. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegr., cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas permutando malas com a R. A. N.-Thomar; advogados, medicos, pharmacias, agencias bancarias, e das companhias de seguros *Internacional, Popular, Previdencia*, e *Tagus*; fabricas de cortumes, de fiação e tecelagem, typographias, hoteis, sociedades de recreio: *Club Figueiroense, Sociedade Artistica Figueiroense*, e theatro; feira de gado todos os terceiros domingos de cada mez e de 26 a 28 de julho; mercado semanal, aos domingos. A villa teve voto em côrtes, com assento no banco 15°. Pertence á 5.ª div. mil., 10.ª brigada, grande circumscripção mil. do Centro, e ao distr. de recrut. e res. n.° 15, com a séde em Thomar. O edificio da camara municipal é um dos mais elegantes da villa. As aguas são abundantes e boas, e as terras de Figueiró dos Vinhos produzem vinho, centeio, legumes, hortaliças, azeite e muita fructa. Tem muito gado e caça, e os rios Zezere, Alge e Pera trazem bom peixe. O conc. compõe-se actualmente de 4 freguezias, com 9:324 habitantes, sendo 4:320 do sexo masc. e 5:004 do fem., n'uma superficie de 18:141 hect. As freguezias são: N. S.ª da Graça, de Aguda, 2:094 hab. : 993 do sexo masc. e 1:101 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Arega, 1:441 hab. : 695 do sexo masc. e 746 do fem.; N. S.ª da Graça, de Campello, 2:002 hab. : 861 do sexo masc. e 1:141 do fem.; S. João Baptista, de Figueiró dos Vinhos, 3:787 hab. : 1:771 do sexo masc. e 2:016 do fem O principal commercio do concelho é vinho, azeite, cereaes e madeira de castanho. *Jornaes :* Teem aqui sido publicados : *Echo de Figueiró*, abril de 1906 ; *Escola do Povo*, 23 de setembro de 1899, *Figueiroense (O)*, 21 de agosto de 1897, em publicação ; *Figueiroense (O)*, 1898 ; *Primavera (A)*, abril de 1901 ; e *Zezere (O)*, 5 de outubro de 1895 a 5 de junho de 1897.

Figueirôa. Déram principio a este appellido cinco cavalleiros irmãos, chamados Pedro, Sancho, Fernando, Sueiro e Affonso, da familia dos Fernandes de Temez, tronco da casa de Cordova, os quaes no logar de Figueirôa, do campo de Petoburdelo, entre as cidades da Corunha e Betanços no reino de Galliza, defenderam trinta donzellas, que os moiros levavam em satisfação do celebrado tributo promettido por Mauregato (V. *Ansures*), entre as quaes iam Sancha e Momerana suas irmãs, deixando n'aquelle sitio o solar de Figueirôa, de que fôram progenitores. As suas armas são cinco folhas de figueira de verde em aspa; timbre, um braço vestido de vermelho, com um ramo de figueira na mão, de ouro, com cinco folhas de figueira verdes.

Figueirôa *(Alexandre de)*. Secretario da rainha D. Luiza de Gusmão, mulher d'el-rei D. João IV. N. em Lisboa, onde tambem falleceu a 2 de dezembro de 1665. Era filho de Duarte de Figueirôa e de D. Maria de Sampaio. Casou com D. Maria Pacheco de Lima. Pertenceu á Academia dos Singulares e compoz muitas poesias em latim, sendo apenas publicados dois epigrammas.

Figueirôa *(Ayres Peixoto de)*. Almotacé do senado da camara d'Elvas, eleito em 28 de setembro de 1649.

Figueirôa *(Francisco Carneiro de)*. Doutor em Direito Civil pela Universidade de Coimbra, lente e reitor da mesma Universidade, conego das sés de Vizeu, Guarda, Porto e Lisboa, deputado do conselho geral, inquisidor da inquisição de Lisboa, etc. N. no Porto, e ali falleceu em edade muito avançada, a 8 de agosto de 1744. Era filho de João de Figueiredo Pinto, contador de Fazenda real, e de D. Maria Carneiro Barros. Aprendeu as primeiras letras no Porto, passando depois á Universidade de Coimbra, onde recebeu o grau de doutor, entrando depois no collegio de S. Pedro a 27 de julho de 1691 ; foi lente de Instituta a 23 de novembro de 1693. Em 14 de outubro de 1722 teve a nomeação de reitor, tomando posse a 17 de dezembro do mesmo anno. Exerceu este cargo durante 22 annos, até á data do fallecimento, prestando sempre os mais relevantes serviços á Universidade. Alcançando na secretaria grande quantidade de elementos historicos, elaborou as *Memorias da Universidade de Coimbra*, que veiu a publicar o beneficiado Francisco Leitão Ferreira. Deixou varias composições, e entre ellas um *Regimento* do Santo Officio, illustrado com reflexões, obra em 3 volumes in folio.

Figueirôa *(Francisco da Fonseca)*. Cirurgião-mór do hospital real do Porto. N. em 28 de fevereiro de 1709 ; ignora-se a data do fallecimento Era filho de Pedro da Fonseca Ferreira e de

Francisca de Mattos. Aprendeu grammatica no collegio dos jesuitas, estudou Philosophia na congregação do Oratorio. Instruido na arte cirurgica por seu pae, o substituiu por muitos annos na cadeira, que elle regía no hospital. Publicou duas obras em latim, no Porto, 1748 e 1756. Deixou tambem duas em manuscripto.

Figueirôa *(Fr. Gregorio de)*. Religioso da ordem de S. Bento, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. N. em Vianna do Castello a 14 de janeiro de 1651, fal. no convento de Tibães a 28 de dezembro de 1709. Era filho de Antonio Francisco Lobato e de Anna Villas Boas Professou no convento de S. Salvador, de Rendufe, a 19 de abril de 1665. Foi abbade do convento de S. Martinho, de Cucujães, de S. Bento da Victoria, no Porto, e Santo Thirso, de Riba d'Ave, e procurador geral na côrte de Lisboa. Teve fama de bom prégador. Dos seus muitos sermões só publicou um da terceira dominga do advento, prégado na sé de Coimbra em 1682.

Figueiros. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Extremadura, conc. de Cadaval, com. de Torres Vedras, distr. e patriarc. de Lisboa; 1:533 hab. e 238 fog. Tem caixa post. e escolas d'ambos os sexos. A pov. dista 7 k. da séde do conc. Até 1855 foi do conc. de Alcoentre, que ficou supprimido n'este anno. Pelo decreto de 26 de setembro de 1895, que extinguiu o conc. de Cadaval, foi annexada ao de Rio Maior, mas voltou ao de Cadaval, onde se conserva, depois de ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. A pov. pertence á 1.ª div. mil mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 5, com a séde em Lisboa. A terra é muito fertil. O prior e beneficiados de Obidos, apresentavam o cura, que tinha diversos generos.

Figueirosa. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Bordonhos, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Fijó *(Antonio de Castro Pereira Corte Real, conde de)*. Antigo deputado, e rico capitalista. Tinha a sua casa na villa da Feira. Exerceu varias vezes o logar de juiz substituto da comarca da referida villa. Foi deputado nas legislaturas de 1881, 1884 e 1895. Fal. em 20 de maio de 1905.

Fijó. Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Feitosa, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Ferreira, conc. de Paredes de Coura, do mesmo distr. || S. Martinho, de Frazão, conc. de Paços de Ferreira. distr. do Porto. || S. Estevão e Santa Tecla, de Geraz do Minho, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Julião, de Passos, conc. e distr. de Braga. || S. Miguel, de Rebordosa, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Filgueira. Appellido que foi tomado certamente do concelho de Felgueiras, onde esta familia teve por sem duvida o seu illustre solar. Descende de Lourenço Filgueira, alcaide-mór do castello de Frojães em tempo d'el-rei D. Pedro I. São suas armas, em campo azul nove lisonjas de prata, em tres palas; timbre, um lobo azul, nascente e lisonjado de prata.

Filha Boa. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, de Carvoeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Filhadella ou **Folhadella.** Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com. e distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 1:590 hab. e 366 fog. Tem escolas para ambos os sexos. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada junto da margem esquerda do rio Corgo. A mitra apresentava *in perpetuum* o vigario, que tinha 120$000 réis de rendimento. A terra é muito fertil, tem caça, e cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Filhagosa. Pov. da freg. de S. Miguel de Tresminas, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real.

Filhamento. Acto pelo qual se concedia a distincção do titulo de *fidalgo* a filho de fidalgo. Segundo o regimento de 3 de junho de 1572 e o alvará de 15 de dezembro de 1589 os filhamentos concedidos pelo soberano expediam-se todos por consulta verbal do mordomo-mór.

Filho das hervas. V. *Hervoeira.*

Filhós. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Bogalhos, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Filinto Elysio. Pseudonymo pelo qual era mais conhecido o poeta Francisco Manuel do Nascimento. V. *este nome.*

Filippa *(D)*. Rainha de Portugal, mulher de D. João I. N. em Inglaterra no anno de 1359, fal. em Sacavem, victima da peste, em 18 de julho de 1415. Era filha do duque de Lancastro, João de Gand, filho do rei Eduardo III, e de sua mulher, a duqueza D. Branca. O duque de Lancastro foi casado duas vezes, e teve duas filhas de sua primeira mulher: a primeira D. Catharina e a segunda D. Filippa. Tendo enviuvado passou a segundas nupcias com D. Constança, filha primogenita do rei D. Pedro, de Castella, cognominado o *cruel*. Por morte d'este soberano, a quem faltou successão masculina, aspirava o duque de Lancastro á monarchia hespanhola, de quem já se declarava e se chamava rei, e para fazer valer os direitos á successão e de herança, se passou a Portugal com uma poderosa armada, para com a força adquirir um imperio, que elle chamava o patrimonio de sua mulher. Entre o duque e D. João I havia um tratado de alliança, e apezar do nosso monarcha se ter tornado já independente, derrotando as forças da Hespanha com o valor do seu braço, temendo-se de nova invasão, queria as tropas do duque como um auxilio, que tinha dois fins: o primeiro segurar a nossa independencia, o segundo conquistar os reinos de Castella e de Leão para o duque, a quem pertenciam por sua segunda mulher. Para estreitar mais a alliança e tornar reciprocos os interesses, offereceu o duque a D. João I uma de suas filhas em casamento, e o monarcha portuguez, com muito prudente conselho, recusou a mais velha, apezar de ter maior dote e direito á successão de Hespanha, e escolheu a segunda filha, D. Filippa. Trataram-se das condições para os regios desposorios, que se celebraram no Porto a 2 de fevereiro de 1387, porque, tendo o rei passado a Guimarães a tratar de negocios de alta ponderação, não quiz demorar mais o casamento por se vêr entrado na quaresma, tempo em que a Egreja suspende as bençãos matrimoniaes. Havia-se procedido antecedentemente á dispensa do papa Urbano VI, por el-rei ser professo na ordem militar de Aviz e seu grão-mestre. D. Fi-

lippa viera para o Porto, e alojara-se no paço episcopal, e D. João hospedara-se no mosteiro de S. Francisco. A cerimonia nupcial realisou-se como dissémos a 2 de fevereiro, na sé do Porto, sendo celebrante o bispo D. João, III do nome, e 37.º na ordem dos bispos d'aquella diocese. O chronista Fernão Lopes descreve minuciosamente o casamento, que se fez com toda a pompa. A rainha não teve nenhuma prepouderancia politica, mas influiu poderosamente no trato e convivencia, bem como na linguagem da côrte. D. Filippa foi um modelo de virtudes domesticas; no paço profanado pela dissoluta rainha D. Leonor Telles, conseguiu que entrasse a castidade, as virtudes familiares, e em torno da sua mesa de

D. Filippa

costura se agrupavam seus filhos, que fôram dos homens notaveis, de que Portugal muito se honra: D. Duarte, que succedeu a seu pae no throno, principe tão estudioso e instruido, que mereceu o cognome de *eloquente;* D. Henrique, que se applicou aos estudos da Cosmographia e da Navegação, e que encetou os grandes descobrimentos, que tanto engrandeceram o reino; o infante D. Pedro, homem superior, regente do reino na menoridade de seu sobrinho e genro D. Affonso V, e que victima das intrigas palacianas, morreu na batalha d'Alfarrobeira; D. Fernando, conhecido pelo *infante santo*, que falleceu captivo nos carceres de Fez. Quando D. João I emprehendeu a conquista de Ceuta, não só foi sabedora, mas promotora da sua realisação, e quiz que os infantes seus filhos acompanhassem seu pae; ella propria quiz cingir as espadas a seus filhos, animando-os, e exhortando-os á victoria para honra do paiz e da religião. Sendo atacada pela peste, que se declarara em differentes pontos de Portugal, quando se dispunha a partir para o convento de Odivellas, estando já no Tejo a esquadra que devia conduzir seu marido e seus filhos á conquista de Ceuta, falleceu em Sacavem, mesmo na vespera da partida. A rainha era d'uma excessiva caridade; os desamparados de todas as classes encontravam n'ella uma carinhosa mãe e desvelada protectora. Depois do seu casamento, uma das suas primeiras preoccupações foi descobrir os retirados domicilios da indigencia, onde ella tanto mais soffre, quanto menos se manifesta. O seu palacio, onde quer que residia, era o paradeiro mais certo dos pobres. Era tambem muito piedosa; fundou muitos templos e mosteiros; uma capella a que fez doação d'umas casas de Lisboa e d'outras em Torres Novas, com vinhas e olival; esta capella era servida pelos frades do mosteiro de Alcobaça. D. Filippa adoptou como sua, a divisa de seu marido — *por bem* — a que déra causa um facto acontecido n'uma das salas do palacio real de Cintra, conhecida pela *sala das pêgas* (V. *Cintra, palacio real de*). A morte da rainha D. Filippa de Lancastro causou a mais pungente e sincera consternação. O seu corpo foi conduzido para o mosteiro de Odivellas, sendo sepultado no antecôro das freiras, em tumulo, onde permaneceu 14 mezes, no fim dos quaes foi trasladado para o convento da Batalha, para um magnifico tumulo de marmore, na capella dos reis, onde se lê um grande epitaphio latino, em que se relatam as suas virtudes, e se contam seus gloriosos ascendentes, e as acções memoraveis da sua vida. Póde-se ler este epitaphio nas *Memorias para a historia de el-rei D. João I*, do academico José Soares da Silva. Sobre o tumulo se vê a sua estatua de corpo inteiro. Do epitaphio traduziu fr. Luiz de Sousa o seguinte, do texto latino: «Foi esta senhora um modelo e regra de virtude conjugal para casadas, guia e ensino para donzellas, meio e occasião de toda a honestidade para o reino, e, por que não faltasse em nada, tiveram n'ella os que a serviam uma mestra muito discreta, e grave, da graça e galantaria do palacio e de toda a politica cortezã.»

Filippa *(D.).* Filha do infante D. Pedro, regente do reino e duque de Coimbra, e de sua mulher, D. Izabel de Aragão, filha de D. Jayme, 2.º conde de Urgel, e de D. Izabel, filha de D. Pedro IV, de Aragão. N. em Coimbra em 1435, e fal. a 25 de julho de 1497. Foi baptisada com o nome de D. Filippa, em memoria de sua avó, a rainha D. Filippa, mulher de D. João I. Muito religiosa, recolheu se ao mosteiro de Odivellas, da ordem de S Bernardo, e ali viveu 17 annos entregue á pratica das maiores devoções, fallecendo com 56 annos de edade. Animada de fervoroso espirito, sem lhe causar impedimento a sua elevada gerarchia nem a delicadeza do seu sexo, emprehendeu uma peregrinação ao sepulchro de S. Thiago, para obter as indulgencias do mesmo santo, cuja jornada realisou a pé, dispendendo copiosas esmolas pela pobreza. Com heroico animo soffreu o fatal golpe da infausta morte de seu pae, na batalha de Alfarrobeira. D. Filippa foi senhora muito virtuosa e versada

em differentes linguas. Era apreciavel escriptora e artista. Escreveu: *Nove estações ou meditações de Paixão, mui devotas para os que visitam as egrejas quinta feira de Endoenças;* parece que se imprimiu este livro no tempo da regencia de D. Catharina, viuva de D. João III, na menoridade de el-rei D. Sebastião; *Conselho e voto da senhora D. Filippa... sobre as Terçarias e guerras de Castella,* Lisboa, 1643, publicada por diligencia do chronista-mór Fr. Francisco Brandão, que lhe juntou uma breve noticia d'esta senhora, e algumas outras explicações para melhor intelligencia. Deixou em manuscripto: *Pratica feita ao senado de Lisboa em tempo que receava algum tumulto.* Traduziu do latim: *Tratado da vida solitaria, composto por S. Lourenço Justiniano;* traduziu do francez: *Evangelhos e homilias de todo o anno.* Este livro escripto pela propria mão de D. Filippa, com varias imagens e figuras debuxadas, em cuja arte era muito perita, deixou como ultimo penhor do seu affecto ao convento de Odivellas, onde se conservava ainda no seculo XVIII, no tempo de Barbosa Machado, autor da *Bibliotheca Lusitana.*

Filippa *(D.).* Infanta, filha de el-rei D. Duarte. N. em Santarem a 27 de novembro de 1430, fal. e a 24 de março de 1439, com as primeiras ameaças de peste, que assolou, o reino.

Filippe II de Hespanha e I de Portugal. *O Prudente.* Nasceu em Valladolid em 1527, falleceu no Escurial a 13 de setembro de 1598. Era filho de Carlos V, imperador da Allemanha, e da imperatriz D. Izabel, filha d'el-rei D. Manuel, de Portugal. Casou em 15 de novembro de 1543, contando 16 annos de edade, com a infanta D. Maria, que tambem contava a mesma edade, filha de D. João III e da rainha D. Catharina, a qual falleceu dois annos depois, a 12 de julho de 1545. Ficando viuvo aos 18 annos, Filippe assim se conservou até 1554, em que casou com Maria Tudor, rainha de Inglaterra, e foi residir em Londres, mas tornou-se tão pouco sympathico aos inglezes, que estes, com o maior prazer o viram partir em 1555 para os Paizes-Baixos, cujo governo Carlos V lhe cedeu, como anteriormente lhe cedera, um anno antes, o governo de Napoles e da Sicilia, e como lhe cedeu mais tarde, em 1556, a corôa de Hespanha, quando completamente abdicou para se recolher no mosteiro de S. Justo. Filippe enviuvou tambem da rainha de Inglaterra, fallecida em 1558, e tornou a casar, pela terceira vez, com a princeza de França, Izabel de Valois, filha de Henrique II. Não seguiremos a vida d'este monarcha, senão depois de se ter apoderado de Portugal em 1580. Depois da morte d'el-rei D. Sebastião na funesta batalha de Alcacer-Kibir, Filippe pensou na posse do throno portuguez, com as maiores esperanças, por vêr acclamado o cardeal D. Henrique, velho decrepito, de quem não se podia recear successão. Era, porém, preciso antes da sua morte, assegurar a posse do throno, e para isso empenhou todos os meios, intrigas e dinheiro para ganhar ao seu partido a côrte de Portugal, conseguindo assim chamar para seu lado muitos fidalgos portuguezes. Os pretendentes, que eram sete, disputavam entre si a posse do reino, mas, d'esses sete, contavam-se cinco que baseavam as suas pretenções em fundamentos acceitaveis. Estes cinco eram: Filippe de Hespanha, que allegava ser filho de D. Izabel, filha primogenita de D. Manuel, que casara com Carlos V; o duque de Saboya dizia ser filho da infanta D. Beatriz, filha do referido monarcha, que casára com seu pae, o duque de Saboya; D. Antonio, prior do Crato, allegava ser filho natural do infante D. Luiz, egualmente filho d'el-rei D. Manuel; o duque de Parma, o ser neto, por sua mãe, do principe D. Duarte, filho tambem de D. Manuel; e a duqueza de Bragança, D. Catharina, allegava ser filha do mesmo principe. Os dois, que menos direito mostravam, eram Catharina de Medicis, rainha de França, dizendo-se descendente de D. Affonso III e de sua primeira mulher, a condessa Mathilde de Bolonha, e finalmente o papa, que se dizia herdeiro natural dos cardeaes, e

Filippe II de Hespanha e I de Portugal

entendia portanto dever usufruir o reino que um cardeal governava como podia usufruir uma quinta de que fôra possuidor. Os cinco primeiros é que apresentavam titulos valiosos, e entre esses só tres disputavam seriamente entre si a corôa: Filippe, D. Antonio, prior do Crato, e a duqueza de Bragança. Com a morte do cardeal D. Henrique ainda mais se accendeu a intriga. Christovão de Moura, o portuguez renegado que estava sendo em Portugal o agente infernal do rei de Hespanha, conhecido pelo *demonio do meio dia,* enleava tudo nas rêdes da sua diplomacia corruptora, espalhando ouro castelhano, com que comprava as consciencias que quizessem vender-se. Filippe II, em Hespanha, seguia com anciedade a marcha dos acontecimentos, e de lá dirigia os planos e auxiliava a politica do seu emissario. O reino ficara entregue a cinco governadores vendidos a Christovão de Moura, os quaes, receando do povo que se agitava, hesitavam em reconhecer Filippe como rei

de Portugal. Vendo isto, o monarcha castelhano dispoz-se a conquistar o reino pela força das armas, empresa facil, porque os governadores das praças já eram, na maior parte, creaturas de Christovão de Moura. D. Antonio, prior do Crato, fizera-se acclamar em Santarem, mas dispunha de poucas tropas. Apezar d'isso, Filippe reuniu um poderoso exercito, cujo commando confiou ao general duque d'Alba; confiou ao marquez de Santa Cruz o commando d'uma esquadra, e conservou-se proximo da fronteira de Badajoz. O duque d'Alba marchou sobre Setubal; conquistando facilmente o Alemtejo, atravessou para Cascaes na esquadra do marquez de Santa Cruz, marchou sobre Lisboa, derrotou o prior do Crato na batalha d'Alcantara, a 4 de agosto de 1580, perseguiu-o até á provincia do Minho, e preparou emfim o reino para receber a visita do seu novo soberano. (V. *Antonio, D.*). Filippe, em 9 de dezembro, atravessou a fronteira, entrou em Elvas, onde se demorou dois mezes recebendo n'esta sua visita os cumprimentos dos novos subditos, sendo um dos primeiros que o veiu saudar o duque de Bragança. A 28 de fevereiro de 1581 saiu de Elvas, atravessou triumphante e demoradamente todo o paiz, e a 16 de março entrou em Thomar, para onde convocára côrtes, e alli distribuiu as primeiras recompensas, e ordenou os primeiros supplicios e confiscos, e recebeu a noticia de que todas as colonias portuguezas haviam reconhecido a sua soberania, exceptuando a ilha Terceira, onde se arvorára a bandeira do prior do Crato, que fôra ali jurado rei de Portugal a 16 de abril de 1581. N'essas côrtes prometteu Filippe II respeitar os fóros e as isenções de Portugal, e nunca lhe dar para governador senão um portuguez ou um membro da familia real. Entendendo que devia demorar-se algum tempo no territorio portuguez, expediu de Lisboa as tropas que subjugaram, depois de porfiada lucta, a resistencia da ilha Terceira, em que D. Antonio fôra auxiliado pela França, e só partiu para Hespanha, quando a victoria naval de Villa Franca, em que o marquez de Santa Cruz destroçou a esquadra franceza em 26 de julho de 1582, lhe garantiu a definitiva submissão da referida ilha. Nomeando para vice-rei de Portugal seu sobrinho, o cardeal-archiduque Alberto, e depois lhe ter aggregado um conselho de governo, e de ter nomeado os membros do conselho de Portugal, que devia funccionar em Madrid, partiu finalmente a 11 de fevereiro de 1583 para Hespanha. A 29 de agosto conquistava o marquez de Santa Cruz a ilha Terceira. A nova monarchia hispano-lusitana era opulentissima ; abrangia na Europa toda a peninsula iberica, Napoles, Sicilia, Milão, Sardenha e Belgica actual ; na Asia as feitorias portuguezas da India, da Persia, da China, da Indo-China, e a da Arabia; na Africa: Angola, Moçambique, Madeira. Cabo Verde, S. Thomé e Principe, Canarias, toda a America menos algumas das Antilhas, parte dos actuaes Estados-Unidos e o Canadá, e umas porções de terrenos na Guyana ; na Oceania tudo o que então havia conhecido e pertencente aos europeus. Nenhuma outra nação ali fôra ainda assentar dominio. As Molucas eram a parte mais importante d'essas possessões. A Europa principiou a assustar-se com este poderio colossal, receosa de que por este caminho Filippe chegasse a realisar o sonho ambicioso de monarchia universal. Succederam se então importantes acontecimentos politicos, em que a Inglaterra aproveitou para se vingar de Filippe, de quem se considerava offendida. As cousas complicaram-se gravemente porque Izabel, de Inglaterra, mostrou-se disposta a auxiliar as pretenções do prior do Crato, e o almirante Drake, por ordem superior, invadiu as colonias hespanholas, que eram tambem as portuguezas, saqueando Cabo Verde, tomando o castello do Cabo de S. Vicente, e apresando quantos galeões americanos cruzavam nos mares dos Açôres. Foi então que Filippe organisou a celebre Armada Invencivel, commandada pelo duque de Medina Sidonia, que uma tempestade anniquilou por completo, em junho de 1588. (V. *Armada Invencivel*). As ambições de Filippe II fôram profundamente ruinosas para as nossas colonias. Em 1589 fechara aos inglezes os portos portuguezes e em 1594 fechou-os tambem aos hollandezes. D'ahi resultou que não podendo nem uns nem outros vir buscar a Portugal os generos do Oriente, lembraram-se de ir á fonte d'esse commercio. Os hollandezes começaram a apparecer no seu tempo no Oriente, onde a nossa decadencia era sensivel, e onde depois da perda da nossa independencia só dois capitães illustres, D. Paulo de Lima Pereira e André Furtado de Mendonça, tinham mantido nobremente a honra da bandeira portugueza. Os inglezes salteavam as nossas possessões mais proximas, Cabo Verde e os Açôres, mas não tardariam tambem a apparecer no Oriente favorecendo a natural reacção dos indigenas contra o nosso dominio. Em Portugal houve duas tentativas de revolta, promovidas pela apparição de dois homens em quem o povo julgou vêr D. Sebastião, e que por isso tiveram a denominação de rei de Penamacor e de rei da Ericeira. O motim promovido por este ultimo tomou proporções gravissimas, e foi reprimido d'um modo sanguinario e violentissimo. Filippe II, apezar da destruição da Armada Invencivel, não desistiu das suas expedições contra a Inglaterra, e ainda em 1596 enviou uma á Irlanda que tambem os temporaes dispersaram, perdendo a Hespanha n'este desastre 40 navios. Filippe enviuvou pela terceira vez, e casou novamente com uma segunda prima, Anna d'Austria, que falleceu em 1580, quando estava com seu marido em Badajoz, seguindo o progresso das armas castelhanas em Portugal, deixando o pela quarta vez viuvo. Filippe II teve uma serie de primeiros ministros notaveis : o duque d'Alba, que morreu em Lisboa dois annos depois da conquista ; o principe d'Eboli que morreu muito antes do rei ; Antonio Peres, que lhe sobreviveu, mas que elle perseguiu implacavelmente; o cardeal de Granville, que depois de ter perdido todo o valimento, o recuperou e foi chamado de Napoles para ficar como regente do reino em Madrid, emquanto o rei vinha a Portugal ; e Christovão de Moura, que foi o valído da ultima hora, o que recebeu o seu derradeiro suspiro e as suas derradeiras confidencias. Pouco tempo antes de morrer, o cardeal-archiduque Alberto, vice-rei de Portugal, fôra nomeado soberano de Flandres, e para o substituir em Portugal nomeou um conselho composto do arcebispo de Lisboa, dos condes de Portalegre, de Sabugal e de Santa Cruz, e de Miguel de Moura. Foi este o

ultimo acto importante do seu reinado. Com a Universidade de Coimbra deu-se o seguinte facto, logo no começo do reinado de Filippe. Em fevereiro de 1580, pouco depois da morte do cardeal rei D. Henrique, apresentou-se ao claustro da Universidade o dr. João Nogueira, com uma provisão dos governadores do reino, na qual permittiam a todos os lentes, que não fôssem desembargadores, dar o seu parecer dentro de oito dias, sobre a successão do throno. Quiz, porém, a má estrella da Universidade, que D. Antonio, prior do Crato, lhe escrevesse uma carta, datada de Santarem aos 20 de junho do mesmo anno, dando conta de ter sido acclamado rei em diversos logares do reino. A Universidade resolveu em claustro que se fizesse uma procissão, em acção de graças, desde a sua capella até Santa Cruz; e no mesmo claustro fôram eleitos, para irem dar obediencia ao nosso rei, reconhecel-o como tal e fazer-lhe a entrega da protectoria, o reitor Fernão Moniz Mascarenhas e fr. Luiz Sottomaior. Em 13 de de dezembro voltou o reitor, e disse em claustro que era desnecessrio dar conta do desempenho da sua missão, pois de todos era já sabido que o rei de Castella estava reconhecido como rei de Portugal. Em vista d'esta declaração deliberou-se que o proprio reitor, encarregado havia pouco de cumprimentar o prior do Crato, fôsse agora com os lentes da sua escolha, dar obediencia a Filippe I. Este acto cerimonial realisou-se em Elvas a 20 de dezembro de 1580, sendo a Universidade representada por D. Jorge de Athaide e D. Affonso Castello Branco. Tornou-se a fazer outra procissão solemne, quando o reitor, em voltando, trouxe carta de el rei, datada de Elvas a 25 de fevereiro de 1581, na qual significava o contentamento que sentira pela obediencia da Universidade, e com o ser declarado seu protector. Mas Filippe não era homem que deixasse sem castigos os sentimentos que a Universidade manifestara ao prior do Crato. Pedro de Alpoim, collegial de S. Pedro e lente do Codigo, foi degolado em Lisboa; fr. Luiz de Sottomaior privado da cadeira grande de Escriptura; fr. Agostinho da Trindade, da de Escotte; fr. Luiz foi depois restituido, mas fr. Agostinho ausentou-se para França, e foi lente de Theologia na Universidade de Tolosa; João Rodrigues de Vasconcellos, que trouxera a carta do prior do Crato, foi preso e morreu na prisão. Outro facto é tambem digno de narrar-se; pela provisão de 9 de março de 1583 foi Manuel de Quadros nomeado visitador e reformador da Universidade; tomou posse do cargo e prestou juramento a 21 de março do mesmo anno. O visitador vinha encarregado de construir escolas para a Universidade, mas os seus esforços estacaram afinal pela falta de dinheiro. A Universidade pediu a Filippe I que lhe cedesse os paços reaes para n'elles se assentarem as escolas, que lá estavam havia já 40 annos. O rei respondeu, em 30 de setembro do referido anno de 1583, que, embora desejasse fazer muitas mercês á Universidade, não era conveniente a seu serviço dar-lhe os seus paços, que aliás, em sendo desoccupados pela Universidade, tencionava mandar concertar, para poder em algum tempo ir a elles, como desejava. Filippe nunca realisou o desejo que disse ter de ir aos paços de Coimbra. Annos depois, em 1597, o mesmo monarcha vendeu á Universidade esses mesmos paços por 30 mil cruzados. N'este sentido foi expedido um alvará em 17 de maio de 1597, e se fez a carta de venda, em nome d'el-rei, a 16 de setembro do mesmo anno. No reinado de Filippe I recebeu a Universidade estatutos por duas vezes, uma em 1592, sendo trazidos de Madrid pelo dr. Antonio Vaz Cabaço, resultantes da reformação operada por Manuel de Quadros; outra, os novos estatutos confirmados em 8 de junho de 1597, e trazidos de Madrid pelo dr. Ruy Lopes da Veiga. Filippe I, o rei ambicioso e deshumano, que todos esmagava com o seu feroz despostismo, falleceu coberto de vermes e de ulceras, depois d'um doloroso e demorado soffrimento.

Filippe III de Hespanha, e II de Portugal, *O Pio.* Nasceu em Madrid em 1578, onde tambem falleceu em 31 de março de 1621. Era filho

Filippe III de Hespanha e II de Portugal

de Filippe II, o de sua quarta mulher, D. Anna d'Austria. Subiu ao throno em 1598, contando 20 annos de edade. Tinha um caracter fraco, apathico e irresoluto, e foi completamente dominado pelo seu ministro duque de Lerma, D. Christovão de Moura, que fôra elevado a marquez de Castello Rodrigo, e nomeado vice-rei de Portugal, o que muito indignou os portuguezes, apezar da sua administração ser das mais habeis, segundo consta. O duque de Lerma procurava um pouco favorecer Portugal e cimentar a união dos dois reinos da peninsula, adoptando medidas de grande importancia. Assim tratou tanto quanto possivel do desenvolvimento da marinha, aboliu os portos seccos, as alfandegas, abriu os portos de Portugal ao commercio inglez, e por algum tempo tambem os teve abertos ao commercio hollandez, mas essa ultima medida pouco

tempo durou, o que prejudicou muito Portugal. Em 1609, vendo que não podia luctar por mais tempo com os estados da Hollanda, assignou com elles uma tregua de doze annos, mas tão ineptamente procedeu o marquez de Castello Rodrigo que, assignando a tregua na Europa, deixou que continuassem as hostilidades nas colonias, onde mais prejudiciaes eram ao paiz. Por essa mesma epoca publicou Filippe III um edito expulsando definitivamente de Hespanha os descendentes dos moiros. Depois da conquista de Granada por Fernando o Catholico, esses moiros tinham sido forçados a abraçar o Christianismo, formavam uma massa de população submissa, industriosa, cultivando admiravelmente a terra e enriquecendo o Estado, mas o fanatismo hespanhol não lhes perdoava a sua origem. A sua expulsão foi uma grande fatalidade para a peninsula, que perdeu perto de um milhão dos seus habitantes mais industriosos, e arruinou a sua agricultura e a sua industria. D'esses desgraçados, os que se recusavam a abandonar a patria, eram perseguidos como féras e assassinados, ficando sómente as creanças de menos de 7 annos, que se venderam como escravas, depois de se baptisarem. Esta expulsão dos moiros não foi movida só pelo fanatismo, porque Filippe III tratava ao mesmo tempo com os judeus de Portugal para os proteger contra os rigores da Inquisição, a troco d'um subsidio importante. Ao marquez de Castello Rodrigo succedera no governo de Portugal o bispo de Coimbra, a este o bispo de Leiria, voltára depois ao marquez, novamente ao bispo de Leiria, ao arcebispo de Braga, ao arcebispo de Lisboa, e finalmente ao marquez de Alemquer, hespanhol de origem, e que por conseguinte estava completamente fóra das condições estipuladas pelas côrtes de Thomar. O descontentamento dos portuguezes era geral, e Filippe III, que não o ignorava, emprehendeu uma viagem a Portugal, resolução que muito applaudiu o novo ministro e valído, o duque de Uzeda, filho do duque de Lerma, que descahira do valimento real, e se havia afastado da côrte. A viagem realisou-se em 1619. D'ella ficou a interessantissima narrativa illustrada de João Baptista Lavanha, e que, embora impressa em Madrid, o foi á custa da cidade de Lisboa. O soberano foi acolhido por toda a parte com o maior enthusiasmo, as camaras e as corporações portuguezas gastaram enormes sommas para uma pomposa recepção, esperando grandes proveitos d'esta viagem, imaginando que o soberano daria providencias contra os damnos de que todos se queixavam das arbitrariedades dos governadores. Filippe III, porém, nada fez, nem sequer soube captivar sympathias. Insinuou-se-lhe que fizesse de Lisboa a capital da vasta monarchia hespanhola, e Filippe nem se dignou responder; os fidalgos e os jurisconsultos queixaram-se de que nem recebiam mercês, nem eram empregados nos tribunaes, nas embaixadas, nas universidades hespanholas, e Filippe não fez o minimo caso d'estas reclamações. O duque de Uzeda, muito menos habil que seu pae, tratou com aspereza o duque de Bragança, que viera tambem prestar homenagem á magestade castelhana. Depois de estar alguns mezes em Lisboa, sem fazer mais do que causar grandes despezas aos seus subditos portuguezes, Filippe retirou-se em outubro do referido anno de 1619, deixando Portugal descontentissimo, aggravando-se ainda mais esse descontentamento, depois da sua saida, com a reconducção do marquez de Alemquer no cargo de vice-rei de Portugal. Na India, comtudo, mantinha-se o nosso dominio, ainda que a muito custo; os hollandezes já tinham tentado tomarnos as Moluccas, Malaca e Moçambique, mas batidos por André Furtado de Mendonça e Estevão de Ataide, haviam desistido d'essa empresa. Na America tambem os hollandezes ainda não tinham atacado as nossas colonias. Filippe III casou com D. Margarida d'Austria, filha do archiduque Carlos, no dia 18 de abril de 1599. Ao sair de Portugal Filippe adoeceu gravemente em Covarrubias, e nunca mais se restabeleceu, fallecendo pouco mais d'um anno depois. Diz-se que a sua morte foi devida ao rigor de etiqueta, porque sentindo-se muito incommodado com o calor d'um brazeiro, teve de o supportar emquanto não appareceu o fidalgo, que pela sua gerarchia, segundo as praxes palacianas, era encarregado de o fazer remover para outro logar. No *Panorama*, vol. II da 2.ª serie, 1843, a pag. 218, 238 e 253, vem uma narrativa intitulada *O Brazeiro*, em que se descreve este facto. No seu reinado publicou-se a reforma das *Ordenações do reino*, que Filippe II tratou logo no começo do seu reinado; apezar de já estar concluida em 1597, só veiu a publicar-se em 1603. São as conhecidas ordenações denominadas *Filippinas*, e que na ordem dos tempos fôram precedidas pelas intituladas *Affonsinas* e *Manuelinas*.

Filippe IV de Hespanha e III de Portugal, *O Grande*. Nasceu em Madrid a 8 de abril de 1605, onde tambem falleceu a 7 de setembro de 1665. Era filho de Filippe III, de Hespanha, e da rainha sua mulher, D. Margarida d'Austria. Em 14 de julho de 1619 foi jurado principe de Portugal, e aos 16 annos de edade, em 1621, succedeu no throno por morte de seu pae. Logo no começo do seu reinado chamou para junto de si D. Gaspar de Guzman, que fez conde-duque de Olivares, que se tornou o seu ministro e valído homem em que depositava a maior confiança e a quem entregou completamente a administração dos negocios do Estado. O novo valído era mais activo e mais intelligente que os anteriores ministros, os duques de Lerma e de Uzeda, mas pela sua má politica, foi mais prejudicial do que elles ao rei e aos paizes que governava. Julgando conseguir os seus fins adoptando medidas rigorosas, tomou taes providencias com relação a Portugal, que provocou a maior resistencia. O que os portuguezes acceitaram de bom grado, serenando mais os animos irrequietos, foi a demissão do marquez de Alemquer, que era o vice-rei de Portugal, substituindo-o por uma junta de tres membros, composta do conde de Basto, D. Nuno Alvares Portugal e o bispo de Coimbra. Seria decerto um bom ensejo para se entrar n'uma politica conciliadora, muito mais, conhecendo-se a irritação que lavrava em Lisboa e nas provincias, mas o conde-duque não viu ou não quiz vêr a gravidade da situação, e seguiu um caminho cheio de precipicios. Promulgou, em nome do rei, decretos sobre bens da Corôa, sobre a fiscalisação financeira, que feria os interesses do povo, decretos que começaram a suscitar grande indignação; arrancou tributos ao paiz, a titulo de subsidios voluntarios, publicou um decreto mandando

fechar outra vez os portos do reino aos hollandezes, medidas que muito contribuiram para a ruína do paiz, que tivera algumas esperanças de lucrar com a actividade e intelligencia do novo ministro e valído. A esta situação pouco tranquillisadora sobrevieram factos que seriamente inquietavam o conde-duque, e que o obrigavam a empregar toda a energia A tregua com as Provincias Unidas estava concluida, e a lucta recomeçava não muito desvantajosa na Europa, onde Spinola mantinha o prestigio das armas hespanholas, mas nas colonias, onde o desmoronamento estava sendo completo, principalmente nas colonias portuguezas menos protegidas que as de Hespanha, pelo egoismo inepto do governo de Madrid. Em 1623, Ormuz caiu em poder dos persas auxiliados pelos inglezes; em 1624, os hollandezes tomaram a Bahia; no entretanto, Macau e a Mina fôram heroicamente defendidas, repelliram os hollandezes, e a Bahia foi-lhes reconquistada em 1625, por uma forte esquadra, que o conde-duque de Olivares mandou rapidamente aprestar, com o auxilio do patriotismo portuguez, então vivamente excitado. Comtudo, o ministro bem calculava que os hollandezes deveriam continuar a inquietal-o, porque a França alliara-se com os protestantes da Allemanha, com a Dinamarca e a Hollanda, sendo um dos planos d'esses alliados o enfraquecimento da Hespanha pelos repetidos assaltos dados ás suas colonias pelas esquadras hollandezas. Para resistir áquella alliança, entendeu Olivares que devia ligar fortemente os differentes reinos que constituiam a monarchia hespanhola, quebrando os fóros e as isenções que cada um d'elles guardava com a maior tenacidade. Para realisar esse plano começou por enfraquecer os diversos reinos, exigindo-lhes pesados impostos, especialmente a Portugal, que no plano tributario occupava o primeiro logar. O conde-duque de Olivares, de tal fórma o opprimiu que o povo se revolucionou, cançado de tantas violencias. Não tendo já sobre que lançar impostos, chegou até a tributar as maçarocas, o que amotinou as regateiras do Porto, que correram á pedrada Francisco de Lucena, que fôra ali encarregado de distribuir e cobrar o novo imposto. (V. *Maçarocas, imposto das*). Os governadores do reino, o conde de Basto e D. Affonso Furtado de Mendonça eram os primeiros a protestar contra os inauditos tributos e tão repetidas vexações, ponderando ao governo de Madrid que o povo, já tão opprimido e massacrado, poderia reagir energicamente, mas os seus protestos não fôram ouvidos, e o implacavel ministro castelhano ainda mais aggravou os impostos, recommendando aos agentes fiscaes que procedessem com o maximo rigor contra os que não pagassem pontualmente. Era d'uma soffreguidão insaciavel; Olivares empregava mil fórmas para arrancar dinheiro a Portugal, já alcançando dos christãos novos milhão e meio de cruzados a troco de um indulto que lhes offerecia, já levantando emprestimos, que eram verdadeiros tributos, já promovendo subscripções, a que dava o nome de voluntarias, a pretexto de soccorrer as colonias As ordens do conde-duque de Olivares tinham habeis executores em Diogo Soares, secretario do conselho de Portugal em Madrid, e no seu parente, o celebre Miguel de Vasconcellos, nomeado escrivão de fazenda e secretario de Estado de Portugal, quando a duqueza de Mantua, parenta d'el-rei, foi nomeada em 1634 vice-rainha de Portugal. Este homem tornou-se justamente odioso aos portuguezes pelo modo como desempenhava a sua missão de secretario de Estado. Os impostos eram cada vez mais odiosos. Olivares tivera a idéa de obrigar os portadores de titulos de divida publica a um emprestimo forçado, mandando que os thesoureiros das alfandegas retivessem um trimestre de juros aos portadores, a quem os pagavam. Com esta simplicidade entendia tambem Miguel de Vasconcellos que se deviam cobrar os tributos. Foi elle quem lembrou que, em vez de se lançarem tributos novos n'este ou n'aquelle genero, se lançasse ao reino de Portugal uma finta de 500:000 cruzados, finta que as camaras distribuiriam depois entre os contribuintes como

Filippe IV de Hespanha e III de Portugal

lhes aprouvesse. A paciencia popular estava esgotada; de tantos sacrificios e vexames resultara o povo revolucionar-se. Em Evora romperam os tumultos e com toda a energia, em que tanto se salientou o celebre Manuelinho d'Evora. Comtudo, tomaram um caracter exclusivamente democratico, que foi muito prejudicial, porque a nobreza em vez de se alliar á insurreição, viu-se insultada pelo povo, e o mais que pôde fazer, em attenção ao patriotismo, foi apresentar-se como medianeira deixando a revolução entregue ás suas proprias forças, mas o movimento propagou-se com bastante rapidez no Alemtejo, Algarve, Porto e em alguns pontos do Minho. Faltava, porém, um chefe, direcção e unidade n'este impeto revolucionario. Olivares aproveitou-o como pretexto para trazer tropas castelhanas a Portugal, punindo severamente os revoltosos de Evora, e tornando ainda mais despotico e oppressor

o jugo que fazia pezar sobre Portugal. Esperava que o povo portuguez reagisse de novo, dando-lhe pretexto para poder anniquilar completamente a nossa autonomia. Tomára para isso todas as precauções necessarias. Fôra chamando a Hespanha pouco a pouco os principaes fidalgos portuguezes, invocando differentes pretextos, mas na realidade para tirar á revolução, que esperava, os seus naturaes chefes; mandava alistar em Portugal terços que remunerava bem para irem servir em Flandres, apoderava-se de todos os navios portuguezes, e déra ordem á esquadra de D. Antonio de Oquendo que viesse para Lisboa, afim de dar força á proclamação da união definitiva de Portugal com a Hespanha. Receando que o duque de Bragança se resolvesse a capitanear uma insurreição, resolveu Olivares enleal-o de tal modo que, ou se declarasse formalmente em opposição ao governo hespanhol, e então seria um pretexto para o obrigar a saír do reino, ou se tornasse cumplice do dominio hespanhol, fazendo-se executor das suas ordens mais odiadas. D. João acceitou o cargo de presidente de uma junta de defeza do reino, e n'essa qualidade veiu até Almada, onde os fidalgos lhe pediram para omar a Corôa. D. João recusou, mas se a sua timidez o impedia de se lançar no caminho da revolução, o seu natural bom senso fazia com que se escapasse dos laços de Olivares, e evitasse a posição falsa em que o ministro castelhano o pretendia collocar, procedendo de modo que todos percebessem que elle andava ali forçado e tratando dos interesses do nosso paiz. Procurando por todas as fórmas desprestigiar, desmoralisar e enfraquecer Portugal, Olivares não hesitava em recommendar a Miguel de Vasconcellos que promovesse tanto quanto possivel a deshonra e o descredito das familias nobres, fazendo com que se lhes seduzissem as filhas, indicação que pareceria phantasiada, se não estivesse publicada a correspondencia sobre este assumpto, entre Diogo Soares e Miguel de Vasconcellos. Os planos do conde-duque d'Olivares não se realisaram, porque a esquadra do almirante Oquendo foi derrotada pelos hollandezes na batalha do Canal, porque a guerra dos Trinta Annos recrudesceu, achando-se a Hespanha a braços com todo o poder da França, porque a Catalunha, que via os seus fóros já supprimidos violentamente por Olivares, respondeu á oppressão com a revolução, e, expulsando o vice-rei e as tropas castelhanas, declarou-se em insurreição aberta. Os acontecimentos das colonias, que estavam cada vez em peores circumstancias, tendo-nos tomado os hollandezes Pernambuco, Parahyba, Maranhão, S. Jorge da Mina e Malaca, indignavam seriamente os portuguezes que já tinham reagido com toda a energia contra a imprudencia com que o conde-duque de Olivares quizera mandar em soccorro do Mexico uma esquadra, equipada á custa do thesouro portuguez e destinada ao Brazil. A noticia da insurreição da Catalunha veiu agitar ainda mais a opinião publica. Olivares aproveitou esse acontecimento para arrancar mais tropas a Portugal, e chamar a Madrid quantos fidalgos pôde, sendo o primeiro que chamou o duque de Bragança. Em Lisboa conspirava um grupo de fidalgos de accôrdo com João Pinto Ribeiro, procurador do duque de Bragança, para lhe darem a Corôa. D. João, vendo que não podia desobedecer ás ordens do governo de Hespanha, que o chamava a Madrid, senão pondo-se á frente da revolução, deu o seu consentimento, e o glorioso dia primeiro de dezembro de 1640 raiou finalmente, em que Portugal readquiriu a sua independencia depois de 60 annos de ignominiosa oppressão sob o dominio de tres monarchas castelhanos. Filippe IV de Hespanha e III de Portugal, emquanto o seu ministro e valido conde-duque de Olivares governava abertamente, cavando com os seus planos e as suas theorias a ruina de Hespanha, empregava o tempo divertindo-se, caçando, escrevendo comedias, namorando actrizes, com especialidade Maria Calderon, de quem teve um filho, que foi depois D. João d'Austria, um dos generaes hespanhoes de maior nomeada; e fazia-se retratar por Velasquez e Rubens. Apezar da sua indifferença, causou-lhe uma certa sensação a perda de Portugal, e desde então começou a desgostar-se do valido, que não tardou a substituir por D. Luiz de Haro. Deram-se em seguida grandes batalhas, como as das Linhas d'Elvas, do Ameixial, de Castello Rodrigo, terminando a campanha da Independencia com a de Montes Claros, em 1665. Filippe falleceu pouco depois d'esta batalha. Tinha casado com D. Izabel de Bourbon, filha de Henrique IV, de França.

Filippe (*Bartholomeu*). Bacharel em Canones pela Universidade de Salamanca, e doutor em Direito pontificio pela de Coimbra, onde foi lente por muitos annos. Nasceu em 1480 em Lisboa, e fal. em Coimbra com 110 annos de edade, em 25 de outubro de 1590. Depois dos primeiros estudos passou a Salamanca, em cuja Universidade tomou o grau de bacharel em Canones, vindo depois para a de Coimbra, doutorando-se a 7 de outubro de 1538. Leu uma cathedrilha de Canones em 13 de outubro de 1539, passando depois a lente de Direito a 3 de novembro de 1547, e por fim á cadeira de Vespera em 1554. Foi muito versado em Jurisprudencia Canonica e Civil. Deixou varias obras sobre estas duas faculdades. Para a sua impressão lhe foi consignada no anno de 1581 uma pensão de 100$000 réis, que recebeu até 1589. Casou com uma sobrinha, de quem não teve descendencia. O nome das suas obras impressas em latim vem mencionado na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, assim como o de alguns manuscriptos, no vol. I, pag. 461 e 462. Além d'estas obras, escreveu em castelhano: *Tratado del consejo y de los consejeros de los Principes, dirigido al muy alto y Serenissimo Señor Cardenal Alberto, Legado y Archiduque Daustria*, Coimbra, 1584.

Filippe (*Carlos Barral*). Medico pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa. N. em V. N. da Barquinha a 28 de setembro de 1859. Terminou o curso em 1885, publicando n'esse mesmo anno a sua these inaugural sobre a *Colica hepatica calculosa*. Foi nomeado cirurgião interino do banco do hospital de S. José em 15 de setembro de 1887, e definitivo em 27 de fevereiro de 1890. Actualmente exerce clinica em Lisboa, e é sub-delegado de saude da 17.ª circumscripção, composta das freguezias de S. Thiago, Castello e Santo André.

Filippe (*José*). V. *Rebello (José Filippe de Andrade)*.

Filippe (*Mestre*). Medico de el-rei D. Manuel,

muito perito em astronomia, e foi lente d'esta cadeira na Universidade, instituida por aquelle monarcha em 1518. Stockler dá toda a importancia á creação d'esta cadeira d'Astronomia na Universidade como reveladora do interesse, que ao soberano inspirava o desenvolvimento da navegação, á qual tão de perto aproveitavam os conhecimentos astronomicos. A mestre Filippe succedeu na regencia da cadeira o bacharel Thomaz de Torres, medico e astrologo d'el-rei D. Manuel, que a regeu até 1537, anno em que a Universidade se transferiu para Coimbra.

Filippe. Ilha das Flôres; pov. na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Fajãsinha, conc. das Lagens das Flôres, distr. da Horta. ‖ Quinta na freg. de N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Filippinas *(Ordenações)*. Chamavam se *ordenações* ás nossas antigas leis compiladas em codigos. As primeiras fôram as denominadas *Affonsinas*, que D. João I mandou coordenar, e que se continuaram nos reinados seguintes, de D. Duarte e D. Affonso V (V. *Affonsinas, Ordenações)*. As *Filippinas* fôram compiladas por ordem de Filippe II de Hespanha e I de Portugal, e ficaram assim conhecidas. Da redacção d'estas ordenações fôram encarregados os desembargadores do paço Paulo Affonso e Pedro Barbosa, occupando-se tambem d'este trabalho os jurisconsultos Damião de Aguiar e Jorge Cabedo. As ordenações filippinas concluiram-se em 1597, e começaram-se a imprimir ainda em vida do referido monarcha, e seu filho, Filippe II de Portugal, mandou continuar e concluir a impressão, dando á compilação a fôrça de lei, como se vê da seguinte carta de 11 de janeiro de 1603: «... Porquanto ElRei meu senhor e pae, que santa gloria haja, pelas causas, que a isso o moveram, mandou por pessoa do seu Conselho e Desembargo copilar as Ordenações e Leis, que fôram feitas em tempo d'el Rei Dom Manuel de gloriosa memoria, meu bisavô, e fazer nova copilação, a qual se não acabou de imprimir em dias de sua vida: Vendo nós quam necessaria obra era, mandámos que se acabasse de imprimir, e publicasse da fórma e modo, em que estava feita em tempo del Rei meu senhor e pae; a qual approvamos e confirmamos, e queremos, que em todos nossos reinos e senhorios de Portugal se guardem e pratiquem, e valham para sempre, etc.» As ordenações vieram afinal a publicar se em 1603. Mais tarde, depois da revolução de 1640, os Tres Estados pediram em côrtes a D. João IV a reformação e nova recopilação das Ordenações, o que aquelle monarcha não pôde fazer por causa das lides da defeza do reino, antes entendeu que as devia confirmar, como de feito confirmou pela lei de 29 de janeiro de 1643.

Filla. Pov. do conc. de Malange, distr. e com. de Loanda, prov. e bisp. de Angola ao S do conc. e na margem direita do rio Gingc.

Fim de Villa. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Bravães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. ‖ Santa Maria, de Faria, conc. de Barcellos, distr. de Braga. ‖ Santa Marinha, de Tropeço, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Finados. Pov. na freg. de S. Paio e conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Finanças. Administração dos dinheiros publicos, rendimentos do thesouro, seu emprego, etc. V. *Divida publica*. Bibliographia : *Opiniões do deputado Roma, sobre as finanças de Portugal*, Lisboa, 1841. *Reflexões sobre a questão financeira em 1856*, por Carlos Morato Roma, Lisboa, 1856. *A questão financeira*, em 1856 por A. P. Lopes de Mendonça, Lisboa, 1856. *Exame critico das causas proximas da actual situação financeira* por A. A. da Silveira Pinto, Lisboa, 1843. *O Deficit*, por João Mousinho d'Albuquerque, Lisboa, 1867.

Finda Ambumba. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola.

Finiam *(Esteiro)*. Confluente do rio Casamansa, no conc. de Cacheu, prov. da Guiné, Africa Occidental, entre os rios de Finiam e Djanny. ‖ Rio confluente do Casamansa, no conc. de Cacheu, áquem de Zeguichor.

Finta. Tributo lançado em proporção dos rendimentos de cada um; tributo que nos pagam em pannos os reis indigenas de Timor.

Finzes. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Bougado, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. ‖ S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Fiolhaes. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Louredo, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

Fiolhal. Pov. na freg. de S. Braz, de Castanheiro, conc. de Carrazeda de Anciães, distr. de Bragança.

Fiolhoso. Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Murça, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 786 hab. e 163 fog. Tem correio, e feira no dia 6 de cada mez. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada perto do rio Tinhella. E' muito abundante em aguas. O cabido da collegiada de N. S.ª da Oliveira, de Guimarães, apresentava o cura, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e reserva n.º 19 com a séde em Chaves.

Fiolí. Pov. do conc. de Ambaça, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Fiopes. Pov. na freg. de S. Pedro, de Capareiros, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Fioso. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Crestuma, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Fipué. Prazo da Corôa, no distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Pertenceu á ordem de S. Domingos, que o comprou aos gentios maraves.

Firma. A assignatura de alguem, manuscripta gravada ou impressa: fac-simile do nome de alguem, por extenso ou em breve, chancella. Nome, ou nomes, sob que gíra uma casa commercial.

Firme *(Manuel Martins)*. Mestre de esgrima, que viveu no seculo XVIII, natural de Evora. Escreveu: *Espada firme, ou firme tratado para o jogo da espada preta e branca*, Evora, 1744.

Firmo *(Joaquim Ferreira dos Santos)*. Escriptor. N. em Lisboa a 30 de junho de 1843, onde tambem fal. a 12 de março de 1868. Era filho de Francisco José dos Santos Firmo e de D. Maria da Conceição da Costa Firmo. Escreveu : *Novas tabellas de comparação das medidas antigas a metricas e das metricas ás antigas, seguidas de exercicios para multiplos e submultiplos*, Lisboa 1860; *Noticia sobre a fundação do mosteiro e egreja da*

Madre de Deus, Lisboa, 1867. Publicou tambem muitos artigos na *Illustração Popular*, na *Chronica dos theatros;* folhetins no *Braz Tisana* e *Diario Popular*, de 1867.

Firmo *(Mathias José de Oliveira dos Santos)*. Empregado na secretaria da Associação dos Advogados. N. em Lisboa a 5 de março de 1841, onde tambem fal. ha annos. Era filho de Francisco José dos Santos Firmo e de D. Maria da Conceição Firmo. Escreveu : *Noticia sobre a vida e escriptos do infante D. Henrique*, Lisboa, 1866 ; *Noticia sobre a vida de D. Vasco da Gama*, Lisboa, 1867 ; *A civilisação portugueza ; apontamentos historicos*, Lisboa, 1871 ; era dedicado ao irmão do autor, Joaquim Ferreira dos Santos Firmo, que fallecera pouco tempo antes ; *Noticia sobre a vida de Pedro Alvares Cabral*, Lisboa, 1875. Collaborou no *Jornal do Commercio*, *Diario de Noticias*, *Diario Popular*, *Independencia Nacional*, *Illustração Popular*, *Diario de Avisos*, *Expressão da verdade*, *Boletim judicial*, *Archivo contemporaneo*, *Jornal da Noite*, *Revolução de Setembro*, etc. Entre os seus artigos e estudos historicos, criticos e biographicos, contam-se os seguintes : *A egreja do Carmo e a associação dos architectos civis portuguezes ;* no *Jornal do Commercio* de novembro de 1865 ; referia-se tambem a um estudo que o autor enviara á mesma associação, e a que déra o titulo : *Noticia sobre a instituição do convento do Carmo e biographia do condestavel D. Nuno Alvares Pereira*, etc. ; *Da administração da justiça em Portugal ;* no *Diario Popular*, de 15 e 17 de fevereiro de 1868 ; *D. João II e Christovão Colombo*, no *Diario de Avisos*, de 10 e 20 de agosto de 1873 ; *O jurisconsulto portuguez Manuel Alvares Pegas*, no mesmo jornal, de 17 e 30 de outubro, e 16 de novembro de 1873 ; e no *Jornal do Commercio* de 12 de janeiro de 1883 ; *O prior do Crato e as suas pretensões á corôa de Portugal ;* no *Jornal do Commercio* de 20, 21, 22, 28, 29 e 30 de novembro de 1878 ; *A advocacia em Portugal ;* no mesmo jornal de 17 de setembro de 1880 ; *Paschoal José de Mello Freire dos Reis ;* no mesmo jornal, de 26 de setembro de 1882 ; foi lido pelo dr. Antonio Holtreman na sessão solemne da Associação dos Advogados celebrada no dia antecedente ; *Embaixada Iberica de Carlos V a Portugal*, no mesmo jornal, de 1, 17 e 21 de dezembro de 1882 ; *O jurisconsulto Alvaro Vaz ou Velasco*, no mesmo jornal, de 27 de setembro de 1883 ; *O jurisconsulto Ricardo Raymundo Nogueira*, no mesmo jornal, de 8 de novembro de 1883. O autor preparava outro estudo sobre o *Infante D. Henrique*, e a *Historia summaria da democracia portugueza.*

Firvidas. Pov. na freg. de S. Vicente, de Chã, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Firvidellas. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga ; 299 hab. e 52 fog. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada a curta distancia dos rios Cávado e Rabagão. O reitor de Santa Maria de Viade, de Barroso, apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Fiscal. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Amares, distr. e arceb. de Braga ; 673 hab. e 158 fog. Tem correio e escolas para ambos os sexos. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada perto da margem esquerda do rio Homem. A mitra apresentava o abbade, por concurso synodal, o qual tinha de rendimento 250$000 réis. A egreja matriz, que nada tem de notavel, foi construida em 1739. A terra é fertil em cereaes, vinho verde e fructas. Pelo centro da freguezia corre o ribeiro, chamado *Villouços*, que principia na freguezia da Torre e acaba na margem esquerda do rio Homem. com 2 k. de curso. N'esta freguezia fica situada a casa e quinta da *Tapada*, que se tornou historica por ter sido fundada, no seculo XVI, pelo poeta Francisco Sá de Miranda. Fiscal pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Villarinho, conc. de Louzã, Coimbra.

Fivida. Pov. na freg. de S. Martinho, de Sande, conc. Marco de Canavezes, distr. Porto.

Fixi-Angongo. Pov. do conc. de Pungo-Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Flamenga. Pov. na freg. de S. Julião, de Friellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Flamengo *(Francisco Augusto da Silva)*. Pintor decorador e de genero. N. em Setubal, onde vive, a 26 de fevereiro de 1852. Filho de João Antonio Flamengo e D. Mariana Ignacia da Silva. Desde cedo se dedicou á arte, mas não frequentou estudos regulares. Fez a aprendizagem e aperfeiçoamento com dois pintores seus conterraneos, João Eloy Ferreira do Amaral e Pereira Junior. Os seus trabalhos mais importantes são, entre outros quadros, os seguintes: *As tres Virtudes*, no tecto da egreja da Misericordia de Alcacer do Sal; *Virgem da Conceição*, em Beja, no tecto da egreja da mesma invocação; *S. Paulo*, no tecto da egreja de Salvaterra de Magos; a *Virgem*, no tecto da egreja de S. Francisco em Setubal; *Cabeça de ancião*, quadro de estudo pertencente ao sr. Venancio Olympio Ferreira Torres, de Setubal ; etc. São trabalho d'este tão modesto quão apreciavel artista os retratos a oleo de todos os bemfeitores da Misericordia de Setubal. No genero de natureza morta tem dois magnificos quadros no palacete do sr. Antonio José Baptista, na mesma cidade. A decoração do palacete tambem lhe pertence. Decorou, a claro-escuro, a egreja de S. João de Deus em Montemór-o-Novo, e o tecto da egreja do Coração de Jesus, em Setubal. Tambem restaurou a pintura da sala das sessões dos paços do concelho da referida cidade. O sr. Francisco Augusto, digno discipulo dos pintores seus conterraneos, conhece muito bem os segredos dos varios processos de pintura decorativa, claro-escuro a tempera, a oleo, a pintura a fresco, etc.

Flamengo. Pov. na freg. de S. Miguel, de Barreiros, conc. de Maia, distr. do Porto. || Porto da ilha de S. Vicente, Africa Occidental, na costa de E. || Rio do conc. e distr. de Mossamedes, prov. de Angola.

Flamengos. Pov. e freg. de N. S.ª da Luz, na ilha do Faial, conc., com. e distr. de Horta, bisp. de Angra do Heroismo ; 1:893 hab. e 525 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e est. post., permutando malas com Lisboa-Horta. A pov. dista 3 k. da séde do conc., e é a primeira regular que teve a ilha. Produz trigo, milho, boa laranja ; cria bom gado. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo.

Flandres. Região da Europa Occidental, que foi dividida em tres partes distinctas. Uma d'ellas, a que antigamente se chamava Flandres franceza, faz hoje parte do territorio da França e constitue o departamento do Nord. As outras duas, a Flandres Oriental e a Occidental, constituem duas provincias do reino da Belgica e formam a Flandres moderna. As relações politicas e commerciaes de Portugal com Flandres tiveram grande importancia, abrangendo não só os productos das industrias como os das artes. As relações d'estes dois Estados datam desde o começo da monarchia. O conde de Flandres, Filippe d'Alsacia, desposou D. Mathilde, filha de D. Affonso Henriques. Na conquista de Lisboa aos moiros tambem tomaram parte os cruzados flamengos. No seculo XIII, na feira de Lille já se mencionam os portuguezes. Estes commerciantes estavam no meado do seculo XIV tão bem estabelecidos que alcançaram privilegios especiaes. Flandres exportava numerosos tecidos de variada especie. Os portuguezes davam-lhe em troca, fructos e vinhos. No seculo XVI muitos flamengos, commerciantes e artistas, vieram para Portugal, attrahidos pelas riquezas do Oriente. Flandres e Portugal estiveram ambos sob o dominio dos Filippes.

Flandres. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Flaudy. Aldeia pertencente á divisão Etly-Pahw, no concelho de Nagar-Avely, na India.

Flôr da Rosa. Pov. e freg. de N. S. das Neves, da prov. do Alemtejo, conc. do Crato, com., distr. e bisp. de Portalegre; 656 hab. e 149 fog. Está situada na estrada de Alpalhão para o Crato. Tem esc. para o sexo masc. e correio com serviço de posta rural; feira a 1 de janeiro, na primeira sexta feira de março, e a 15 de agosto, sendo importante em gados e cereaes. Pertence a pov. á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. Foi do grão-priorado do Crato, pelo que pertence hoje ao patriarchado. O grão-prior apresentava o cura, que tinha differentes generos, vinho, azeite, e 4$000 réis em dinheiro. O grão-prior, D. Alvaro Gonçalves Pereira, pae do condestavel D. Nuno Alvares Pereira, fundou em 1356 um templo dedicado a N. S.ª das Neves, e mais vulgarmente conhecido pelo nome de N. S.ª da Flôr da Rosa. A imagem da Senhora achou-se escondida no mesmo local onde está hoje a egreja. Consta que existiu em tempos muito remotos outra egreja, a que pertencia a imagem apparecida, e um convento de monges da ordem benedictina, que os moiros destruiram completamente em 716. Outros dizem que o convento estava sobre o monte visinho, onde se vê uma capella dedicada a S. Bento, e que a imagem de N. S.ª da Flôr da Rosa pertencia á egreja d'este convento. A egreja actual é de architectura gothica e de excellente fabrica; tem uma só nave, de fórma crucial, o arco cruzeiro é muito alto. Está ali sepultado o fundador n'um tumulo de marmore. Suppõe-se que foi seu filho, o condestavel, quem mandou erigir este monumento. O tumulo ergue-se no meio do templo, em fórma de tumba, lavrado em pedra, tendo nas cabeceiras duas cruzes, uma liza de Malta, e outra floreteada, que deverá ser dos Pereiras. No cruzeiro ergue-se outro tumulo, tambem de marmore, sobre seis leões, em que descançam os restos mortaes de D. Diogo Fernandes de Almeida, 6.º grão-prior do Crato, irmão do primeiro vice-rei da India, D. Francisco de Almeida. O edificio da egreja da Flôr da Rosa cabe-lhe mais o nome de castello, que de templo. Foi aqui o alcaçar do fundador, e devia então ser uma fortaleza inexpugnavel, porque é

Ruinas do convento e egreja de Nossa Senhora da Flôr da Rosa

todo construido de boa cantaria e coroado em toda a sua extensão de ameias, guaritas e cubêllos, recordando o tempo em que os portuguezes defendiam das proprias egrejas, a patria e a liberdade. A imagem de Nossa Senhora, que se vê no altar-mór, é de marmore e de prim rosa esculptura, apezar da sua muita antiguidade. A egreja está hoje em ruínas. E' uma das raras construcções religiosas seculares e militares, que ainda existem no paiz; apezar de ter resistido á acção dos seculos, que pouco a pouco a ia deteriorando, o grande temporal de 11 de janeiro de 1897, que tantos prejuizos causou no paiz, a arruinou completamente. A abobada da capella-mór desabou, ficando debaixo dos escombros a parte mais ricamente artistica d'este edificio. As cellas de ha muito que estavam desmoronadas, o claustro de oito arcadas, abandonado e transformado n'um matagal; só restava a egreja, que ficou em ruinas por effeito d'aquelle terrivel temporal. Em Flôr da Rosa ha a importante industria do fabrico de barro em louça ordinaria. Esta louça tem a qualidade de resistir muito ao fogo, e por isso é muito procurada, tendo grande extracção, até fóra da provincia. Em 1 de junho de 1801 houve n'esta povoação um combate entre portuguezes e hespanhoes, em que estes ficaram vencedores. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Almelaguez, conc. e distr. de Coimbra.

Flora e Pomona *(Sociedade)*. Installada em Lisboa a 3 de janeiro de 1854, esta sociedade fez a sua primeira exposição no antigo Passeio Publico nos dias 12, 13 e 14 de maio do mesmo anno, de variadas e interessantes plantas, pela maior parte indigenas dos tropicos. El-rei D. Fernando, na qualidade de presidente da mesma sociedade, nomeou um jury para julgar do merecimento das plantas ali apresentadas, sendo então os expositores mais distinctos premiados com medalhas de ouro e de prata, cunhadas na Casa da Moeda de Lisboa, e alguns com menções honrosas. Lopes Fernandes na sua *Memoria das Medalhas* reproduz a seguinte: FLORAE ET POMONAE SOCIETAS = Figuras de Flora, Ceres e Pomona, com os seus emblemas. No exergo = III JAN. MDCCCLIV e por baixo o nome do gravador — F. B. FREIRE, F. No reverso a inscripção em quatro linhas PRAEMIO FOVET ET AUGET, e corôa de fructos, flôres, e espigas de trigo, circumdando a legenda.

Florão. Especie de coche pequeno, com estribos ou portinholas, e de cortinas em logar de vidros

Florenças. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Braz, do Arco da Calheta, conc. da Calheta, distr. do Funchal; || Bairro na freg. de S. Pedro, de Ponta do Pargo, do mesmo conc. e districto.

Flôres. E' familia oriunda de Salamanca. Os que vieram a Portugal tem por brazão: um escudo partido em pala: a primeira de prata e um leão vermelho, e mantelado de azul, semeado de flôres de liz de ouro; na segunda, de vermelho, e seis caldeiras de ouro em duas palas, com uma bordadura azul cheia de cruzes de prata, como as de Malta; timbre, um porco-espinho com as pernas de ouro. Os de Castella usavam de outras armas.

Flores *(Ilha das)*. Uma das nove ilhas do grupo occidental do archipelago dos Açôres, e denominação d'uma comarca do districto da Horta, cuja séde é na villa de Santa Cruz. Está situada no Oceano Atlantico, e orientada no rumo O N O. Dista 475 k. da ilha de Santa Maria, 385 de S. Miguel, 270 da Terceira, 205 da Graciosa, 200 de S. Jorge, 195 do Pico, 175 do Faial e pouco mais de 15 da ilha do Corvo, que é a sua visinha mais proxima. Tem 18 k. de comprimento N a S, 11 de largura média e 160 k. quadrados de superficie. A costa, alta e escarpada, tem um desenvolvimento de 491 kilometros. Abrem se n'ella algumas bahias, cabos e ilhéos. O principal porto da ilha, vulgarmente conhecido por *porto* ou *bahia de Santa Cruz*, é na costa oriental. Limita-o ao N a ponta do mesmo nome, que é o mais notavel d'aquella costa, e ao S a ponta Cabreira. Na costa occidental, além das enseadas de S. Pedro e Cantario mais ao N, abre-se a larga enseada da Ribeira Grande, limitada ao N pela ponta dos Bredos e ao S pela das Cantarinas. A bahia de Santa Cruz está abrigada dos ventos N e SSO por O, e a da Ribeira Grande dos ventos N e SSE por E. A enseada chamada da Agua Quente fica na costa SO. A ilha das Flôres é muito montanhosa, especialmente na parte SE. Como é de origem vulcanica, tem soffrido tremores de terra; mas a acção metamorphica dos fogos subterraneos já ha muito que se não faz sentir; nas emanações sulfurosas de agua quente d'alguma das suas fontes ha vestigios de vulcões extinctos. As principaes elevações da ilha são: Morro Grande, Pico Caboco. Lombo da Vacca, o Monte a O das Lagens, Pico Casino, Pico Francisco, e o Pico de João Martins. Em junho de 1773 occorreu um tremor de terra, que fez diminuir mais de 18 m. de altura d'uma montanha existente no logar chamado Ribeira do Campanario. Apezar das grandes ventanias a que a ilha está sujeita, o clima é excellente e o ar puro e secco. O solo é fertil pela abundancia d'aguas potaveis, sendo tambem notaveis as aguas mineraes. A ilha das Flôres comprehende dois concelhos, o de Lagens das Flôres e o de Santa Cruz das Flôres. (V. *estes nomes*). O seu primeiro povoador foi Guilherme da Silveira. Filippe I deu-a a D. Francisco de Mascarenhas, sendo a doação confirmada, por morte d'este, a D. Martinho de Mascarenhas. D. Pedro II deu-a em 1685 ao conde de Santa Cruz, ao qual succedeu o marquez de Gouveia, e depois ao duque de Aveiro, passando á Corôa, quando se extinguiu esta nobre casa. O duque mandou muita gente para ali, com o intuito de que as artes e officios tivessem o preciso desenvolvimento, e por essa epoca chegou a população a elevar-se a 8:000 habitantes. Actualmente a população dos dois concelhos reunidos, de Lagens e de Santa Cruz, pelo censo de 1900, é de 8:141. D'entre os mais dedicados filhos d'esta ilha, é digno de menção o fallecido Antonio Vicente Peixoto Pimentel, que creou na villa de Santa Cruz uma bibliotheca popular, a primeira que se viu ali, e doou ao municipio o vasto edificio d'um convento, de que seus avós haviam sido padroeiros, e que depois da extincção das ordens religiosas, foi reintegrado na sua casa. Doou o para que fôsse transformado n'um hospital. As principaes producções da ilha das Flôres são: trigo, milho, centeio, cevada, batatas, inhame, fava, feijão, ervilha, laranja, limão e castanha. Abunda em mattas de boa madeira de construcção, e tem gado de toda a qualidade. O commercio consiste na exportação de madeiras

de zimbro e de algum gado, manteiga e feijão. A industria encerra-se na exploração de fornos de cal, fabricas de telha e manufacturas de linho e lã, sendo muito apreciadas as colchas que ali se fabricam, as quaes são de côres sempre vivas e bem matizadas. Ha tambem na ilha uma mina de zinco calaminar e grandes depositos de barro muito leve, com que se fazem bons cachimbos. A ilha das Flôres é frequentada pelos navios norte-americanos, e especialmente pelas baleieiras, que vão ali abastecer-se. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Borbella, conc. e distr. de Villa Real. || Santa Cecilia, de Bemfeita, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || Bacia maritima comprehendida entre a ilha das Flôres ao S, e ao N as pontas meridionaes de Celébes.

Flores de liz. Moeda cunhada em 1360. V. *Franco.*

Florim. Moeda lavrada a primeira vez em Florença na segunda metade do seculo XIII, que se encontra mencionada em alguns documentos *frolença*. Pela sua boa lei (23 ¾ quilates) eram muito apreciados e correntes em todos os estados da Europa. Os chamados de Aragão, mandados lavrar por Pedro IV no anno de 1346, foi-lhes baixada a lei a 18 quilates. D. Fernando I fez cunhar florins de ouro em Barcelona para pagar com elles a ajuda do rei de Aragão contra Henrique de Castella. Na lei de 16 de outubro de 1438 declara-se que o *frolim* de Aragão valia 70 reaes brancos. N'um documento de Pendorada de 1355, conservado por Viterbo no *Elucidario*, vem que a *frolença* valia *tres libras.* Outros documentos chamam-lhes *frolys* por causa da flôr de liz que tinham os de Florença. Houve-os de ouro e de prata, em Portugal, cunhados no anno de 1380.

Focinho de Cão. Monte ou pico da ilha do Principe, prov. de S. Thomé, Africa Occidental, na parte O da ilha. E' adjacente á ponta das Agulhas, semelhando uma guarita vista do mar.

Focinho de Doninha. Ponta situada a S O da bagia de Lourenço Marques, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Focoso. Pov. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Fofim d'Aquem e **Fofim d'Além**. Duas povoações na freg. de S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Fogaça. Familia muito antiga de Portugal, que já se encontra no tempo de D. Affonso Henriques. Tem por armas um escudo franxado; no primeiro e ultimo quarteis em campo vermelho cinco palas em bastões de ouro que alcançam um e outro quartel, nos dos lados em campo de ouro uma fogaça em cada um de azul realçada de prata; timbre, um feixe de lenha ardendo. Outros usam escudo de ouro com tres rosas da sua côr com os pés e folhas verdes postas em roquete; timbre, um fogacho ardendo.

Fogaça *(Antonio).* Poeta. Fal. em Coimbra, ainda muito novo, a 27 de novembro de 1898. Era natural de Barcellos. Cursou a faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, e falleceu quando cursava o 3.º anno. Deixou muitas poesias disseminadas por diversos jornaes e revistas, e publicou um volume de versos, com o titulo de *Versos da Mocidade*, que foi muito apreciado pela imprensa. Collaborou tambem na *Revista Moderna*, jornal do Porto. Dos *Versos da Mocidade* fez-se uma nova edição no Porto, em 1903.

Fogaça *(João).* D'este escriptor só se sabe que traduziu do francez a obra seguinte: *Discurso e Relaçam breve e verdadeira das cousas mais notaveis que aconteceram no memoravel cerco da muito nomeada cidade de Paris e defensam della pollo Duque de Nemurs contra o Vandome; Treslladado do francez em portuguez per Joam Fogaça*, Lisboa, 1591.

Fogaça *(Fr. João).* Eremita da ordem de S. Paulo. N. em Lisboa em 1589, fal. na mesma cidade a 2 de agosto de 1658. Era filho de Francisco Fogaça, escrivão da Correição do Civel, e de Luiza da Silva. Professou no convento da Serra d'Ossa a 31 de agosto de 1608. Estudou a arte musical com o mestre Duarte Lobo, sendo um dos melhores estudantes da sua escola. D. João IV estimava-o pelo seu reconhecido merecimento, e deu-lhe uma tença annual de 48$000 réis. Foi definidor e reitor de dois conventos; como não era ambicioso, recusou-se a acceitar outras prelazias com o pretexto do serviço d'el-rei. Por ser um bom calligrapho, escreveu tres livros para o côro do convento da Serra d'Ossa, onde foi mestre, sendo um das festas dos Santos, e outro das de Nossa Senhora. No catalogo da livraria de D. João IV encontram-se as seguintes composições de fr. João Fogaça: *Missa de requiem* e as 8 lições das matinas de defuntos, a 8 vozes; *libera-me*, a 6 vozes; 5 motetes a 4 vozes.

Fogaça *(Lourenço Annes).* Cavalleiro do tempo de D. João I, e que este monarcha, quando ainda era mestre de Aviz, nomeou embaixador em Inglaterra, sendo elle quem negociou o tratado de alliança, pelo qual vieram a Aljubarrota os bésteiros inglezes, que serviram de grande auxilio. Continuou depois a ser encarregado d'outras commissões diplomaticas. Na ida a Inglaterra foi acompanhado pelo mestre de S. Thiago. Para esta embaixada fez o concelho de Lisboa as despezas a que se refere a carta régia de 25 de agosto da era de 1428 (anno de 1390).

Fogaça. Bolo que se offerece nas festas dos santos, e que em muitas partes se vende em leilão publico com a condição do arrematante dar outro melhorado no anno seguinte. Pensão de fôro que se paga em generos, e cuja importancia varía segundo os foraes. Originariamente, as fogaças eram uns bolos cozidos sob o borralho, a que os latinos chamavam *subciniricios*. O uso d'estes bolos é muito mais antigo do que a monarchia, pois, seguramente, deve datar do tempo dos romanos. Consistiam n'uns pequenos pães redondos e chatos, proprios para serem facilmente cozidos, ou para melhor dizer, assados. N'algumas terras de Portugal, principalmente nas provincias do norte, chamavam-lhe *bolo do borralho.* Mais tarde deu-se o nome de *fogaças* a grandes pães de trigo, ovos e manteiga, cosidos no forno, attingindo alguns um grande volume. Convertidos os lusitanos ao Christianismo, começaram a collocar sobre os altares *offertas*, que consistiam em maiores ou mais pequenas *fogaças*, mais ou menos aperfeiçoadas. Depois fôram tambem depondo outras offertas, a que egualmente davam o nome de *fogaças*, porque eram comestiveis. Com o andar dos tempos, os vassallos, colonos e emphyteutas vinham offerecer ao rei ou ao senhorio, pelas festas, ou quando elles vinham ás terras, seus presentes de fogaças, e foi assim que crearam contra si proprios um fôro, vindo o que

então era uma deferencia e uma attenção, a converter-se n'um fôro. Muitos foraes e emprazamentos impõem o fôro ou *reconhecença* de fogaças, mais ou menos volumosas.

Fogaças. Pov. na freg. do Salvador, de Figueiras, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Fogo. Dá se este nome a uma familia que cozinha no mesmo lar. Nas nossas antigas leis civis e ecclesiasticas, nos tombos, foraes, emprazamentos, etc., chamava-se *fogo inteiro* se o chefe da familia era casado, e *meio fogo*, se era solteiro ou viuvo. Em regra o proprietario casado pagava sempre para a egreja o dobro do que pagava o viuvo ou o solteiro. Se na mesma casa ha mais do que uma cozinha em serviço para familias que vivam em separado, são tantos os fogos, como os lares. Finalmente, nos documentos antigos, e para o que fica dito, lar, fogo e familia, são synonimos. || *Casal de fogo morto* é o que está deshabitado, reduzido a matto e sem cultura. *Direito de fogo morto* era o que tinha a pessoa que roteava a terra brava e inculta ou abandonada, de não poder ser expulso pelo directo senhorio d'aquellas terras. Em 1240, achando-se de *fogo morto* todo o teritorio de Idanha a Velha, mandou D. Sancho II, a 16 de março, que fôsse todo povoado até ao ultimo dia do mez de maio proximo, sob pena de perderem o que seu fôsse, os que o não fôssem povoar (os que d'aqui eram proprietarios ou herdeiros), sob pena de se julgarem propriedades de *fogo morto*.

Fogo *(Ilha do)*. Uma das do archipelago de Cabo Verde, pertencente ao grupo de Sotavento, assim chamada por causa do seu elevado pico, com cerca de 3:000 m. de altitude, em que ha um vulcão, que tem tido varias erupções. A ilha do Fogo constitue um concelho de primeira classe, cuja séde está na villa de S. Filippe, sendo o administrador tambem o seu chefe militar. Tem 4 freguezias: N. S.ª da Conceição, S. Lourenço, N. S.ª d'Ajuda e Santa Catharina, O primitivo nome dado a esta ilha, em seguida á sua descoberta, foi *S. Filippe*. Segundo Lopes de Lima, este nome ficou substituido pelo de *ilha do Fogo*, pouco depois dos seus habitantes terem visto a primeira manifestação vulcanica, succedida proximamente em 1675. A ilha foi mandada povoar em 1461 pelo infante D. Fernando com alguns dos seus creados, e erigida em capitania por elrei D. Manuel em 1510, sendo o seu primeiro donatario Fernão Gomes, que fundou a villa de S. Filippe. Em 1520 o conde de Penella recebeu-a em doação; em 1566 teve por donatario a D. João de Vasconcellos e Menezes, afim de servir de dote a este fidalgo quando casou com D. Joanna de Sá, camareira da rainha. Desde o tempo de D. João IV principiou a ter governadores de nomeação régia. Os unicos portos para navios que tem a ilha são os de N. S.ª da Conceição e Villa. E' montanhosa e muito fertil, mas os trabalhos agricolas luctam com a falta d'agua, que é enorme. Quando as chuvas cáem com regularidade, os campos produzem milho, feijão, mandioca, aguardente e canna de assucar, tabaco e muito bom café. Tambem ali se encontra creação de gado vaccum e caprino. Ha em toda a ilha uma grande falta de mattos, o que dá origem a consideraveis estiagens; sendo n'esta ilha onde a falta de chuvas mais se faz sentir. As crises alimenticias que se seguiram ao anno de 1730, mataram de fome mais de dois terços da sua população, segundo narrações do naturalista Feijó. As povoações principaes, além da capital, são: Santa Catharina, Mosteiros e S. Jorge. O clima é um dos mais salubres do archipelago; no sul é secco, e humido ao norte. A região do sul formada por uma grande superficie plana e ligeiramente inclinada, está sujeita a séccas, mas na parte de NE, onde está o pico, ha sempre chuva mais ou menos abundante. A constituição d'esta ilha é, como todas as outras do archipelago, de origem plutonica. O naturalista Felix Capello, que a estudou debaixo do ponto de vista geologico, e cujo relatorio se encontra publicado nos boletins officiaes da provincia de Cabo Verde, do anno de 1857, diz que constituem esta ilha dois grupos de rochas distinctas. O primeiro grupo é composto d'um massiço de rochas basalticas impellidas do interior por qualquer commoção interna; o segundo grupo é formado ainda por basaltos, wakes, argilas d'origem basaltica, e spiliti-tufos basalticos, etc. A ilha do Fogo é um vulcão em actividade, sendo as suas manifestações actuaes apenas traduzidas por fumos mais ou menos espessos que sáem pelo cone que se formou modernamente. Ha noticia de ter havido onze erupções importantes desde 1675 até 1857. A de 1799 foi temerosa e deixou uma tristissima recordação. Depois da chuva de areias e cinza principiou a correr da cratera grande quantidade de lavas, cuja corrente durou 27 dias, enchendo a ribeira de Palhacarga, convertendo-a em um monte oblongo. Arrastou casas e gados e assolou muitas fazendas. Penetrou no mar onde matou peixes. Formou-se por essa occasião uma bahia na praia, rebentaram duas fontes de agua doce, que ainda existem. A erupção de 1816 durou 27 dias destruindo fazendas, casas e gado, e correndo lava pelo Oceano até grande distancia por 5 dias. As ascensões ao vulcão da ilha do Fogo teem sido muito poucas; desde a primeira, feita pelo naturalista Feijó em 1795, apenas 12 se tem seguido até á actualidade. A ultima foi feita ha poucos annos pelo explorador portuguez Francisco Newton. A industria d'esta ilha é pouca; fabricam-se, comtudo, pannos de algodão, de que os naturaes fazem casacos e calças, de grande duração, não obstante o fabrico ser bastante primitivo; tambem a industria indigena produz colchas de algodão muito apreciadas, mas que com difficuldade se obtéem, e é importante o fabrico de aguardente de canna e do azeite de purgueira. Os productos mineraes são: pedra calcarea, pedra pomes, enxofre, nitro e ferro. Na ilha do Fogo ha escolas para ambos os sexos, camara municipal, advogados e correio.

Fogo de artificio. V. *Pyrotechnia*.

Fogueira. Pov. na freg. de S. Vicente, de Sangalhos, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural.

Foia. Pov. na freg. do N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || Pico da serra de Monchique, que tem 1:277 m. acima do nivel do mar. Tem 7 k. de diametro e 26 de circumferencia, fermando no topo um plano inclinado para o O, onde se encontra uma fonte muito abundante de excellente agua.

Foios *(Fr. Christovão de)*. Religioso da ordem de Santo Agostinho. N. em Athouguia, do patriarchado de Lisboa, e fal. no Collegio de Santo

Agostinho, de Coimbra, a 1 de março de 1723. Era filho de Pedro de Toar Henriques e de Brites de Foios. Professou no convento da Graça, de Lisboa, a 6 de janeiro de 1656. Aprendeu Philosophia e Theologia, faculdades que depois dictou aos seus domesticos no Collegio de Coimbra. Viveu alguns annos na curia romana, grangeando a sympathia do papa Alexandre VIII, que o quiz elevar á dignidade episcopal, que fr. Christovão de Foios não acceitou. Regressando a Portugal, foi nomeado qualificador do Santo Officio, e examinador das Tres Ordens Militares. Escreveu: *Oração pathetica do descobrimento da Cruz no Real Collegio de Nossa Senhora da Graça, de Coimbra*, Coimbra, 1669; *Sermão do glorioso S. Francisco de Borja no Real Collegio da Companhia de Jesus, de Coimbra, no quarto dia do Oitavario, em que se celebrou a sua canonisação no anno de 1671*, Coimbra, 1672; *Sermão da quinta dominga da Quaresma na Capella Real*, Lisboa, 1674.

Foios *(Fr. Francisco de)*. Religioso da ordem de S. Bernardo; doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. N. no logar da Carvoeira, junto a Turcifal, do patriarchado de Lisboa; fal. a 30 de outubro de 1693. Professou no mosteiro de Alcobaça a 16 de novembro de 1648. Foi conductario com privilegio de lente, cargo de que tomou posse a 19 de abril de 1684, e prégador muito apreciado no seu tempo. Quando andava compondo um novo curso de Theologia, falleceu. Escreveu: *Sermão Panegyrico do Lausperenne que se principiou no Real Mosteiro de Alcobaça em dia da Apresentação de Nossa Senhora do anno de 1672*, Lisboa, 1673; *Tratado juridico em que mostra o direito que os Abbades do Mosteiro de Salzedas tem para exercitarem toda a jurisdicção ordinaria e episcopal em seu Couto, e Territorio, que consta de sete freguezias;* foi composto em 1680, e ficou inedito, assim como um volume de *Sermões varios.*

Foios *(P. Joaquim de)*. Presbytero da congregação do Oratorio de Lisboa. N. em Peniche em 1733, fal. em Lisboa na casa de N. S.ª das Necessidades a 26 de dezembro de 1811. Era filho de Nicolau da Matta Foios da Horta, e de sua mulher, Maria Negrão Louzada. Entrou na congregação do Oratorio a 10 de abril de 1752, onde por muito tempo foi professor de Rethorica e de Latinidade. Exerceu os cargos de censor regio do Desembargo do Paço, de chronista da Casa de Bragança, etc. Foi socio da Arcadia Ulyssiponense, da Academia Real das Sciencias de Lisboa, director da classe de Litteratura das Sciencias de Lisboa, director da classe de Litteratura da mesma academia, etc. Escreveu: *Oitavas ao Terremoto, e mais calamidades que padeceu a cidade de Lisboa no 1.º de Novembro de 1755*, Lisboa, 1756; sairam com o nome supposto de Nicolau Mendo Osorio; *Hyppolito de Euripedes, vertido de grego em portuguez pelo Director de uma das classes da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, 1803; é em verso e tem em frente o texto grego; *Sonetos elegiacos, á gloriosa morte do insigne Horacio Nelson; compostos por um anonymo, e offerecidos por Antonio José da Guerra a um seu amigo*, Lisboa, 1805; *Dois sonetos*, dirigidos á Grã-Bretanha; meia folha de papel, no formato de 4.º, sem declaração do logar da impressão, mas tendo cada um d'elles no fim as datas de 19 e 23 de agosto de 1808; sem o seu nome; *Memoria sobre a poesia bucolica dos poetas portuguezes*, saiu no tomo I das *Memorias de Litteratura* da Academia Real das Sciencias, impresso em 1792, e depois reproduzida no tomo I da *Historia e Memorias*, da mesma Academia, 1797; *Memoria sobre qual convém ser a geira portugueza;* inserta nas *Memorias economicas* da Academia, tomo IV; *Cyropedia de Xenophonte, traduzida do grego;* offerecida por elle manuscripta á Academia. O padre Foios foi o editor que em 1781 publicou a *Lusitania transformada* de Fernão Alvares do Oriente, com uma prefacção sua e um indice philologico das palavras e phrases usadas pelo autor, acompanhadas de reparos e observações criticas, etc.

Foios. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Sabugal, distr. e bisp. da Guarda; 682 hab. e 146 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 20 k. da séde do concelho e está situada na estrada de Sabugal para a Aldeia do Bispo. O vigario da Nave apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Foios Pereira *(Mendo de)*. Bacharel em Jurisprudencia Cesarea, pela Universidade de Coimbra; juiz do civel em Lisboa, e escrivão do senado da mesma cidade, poeta, etc. N. em Thomar em 1643, fal. em Lisboa a 5 de setembro de 1708. Era filho de Mendo de Foios Pereira, desembargador da Casa da Supplicação, e de D. Maria Correia de Silvella. Foi enviado á côrte de Madrid, e depois secretario de Estado de D. Pedro II, por carta de 20 de agosto de 1686. Casou com D. Julianna Maria Jordão, de quem não teve descendencia. Compoz muitos versos, de que se poderia formar um grosso volume, mas sómente se publicou o seguinte: *A la muerte del Excellentissimo Senhor Marquez de Tavora, cancion;* saiu no *Compendio Panegyrico da vida e acções d'este heroe*, a pag. 108, Lisboa, 1674; *Canção á batalha de Montes Claros no anno de 1665;* saiu no tomo V da *Fenix Renascida*, Lisboa, 1728, de pag. 258 até 261; *Soneto em applauso do celebre Jurisconsulto Manuel Alvares Pegas*, Lisboa, 1670.

Foito *(Alexandre Augusto das Neves)*. Actor, natural de Lisboa. Fal. no Rio de Janeiro, victima da febre amarella, em 1885, tendo de edade 35 annos, pouco mais ou menos. Era official de encadernador, mas o seu enthusiasmo pelo theatro o obrigava a descuidar-se do seu officio, dedicando-se a ler comedias, a frequentar os theatros, até que um dia se resolveu abandonal-o completamente, e seguir a sua ardente vocação para a scena. Fez a sua estreia na Trindade, em 18 de janeiro de 1868 n'um pequeno papel da peça de Victorien Sardou, *A Conspiração na aldeia.* Continuando assim a sua carreira artistica, sempre com agrado do publico, passou depois ao Porto, e representou nos theatros do Principe Real e Baquet, fazendo os principaes papeis, tornando-se em pouco tempo o actor mais predilecto do Porto. Era um artista intelligente e muito util a uma empresa. Voltou novamente a Lisboa, onde já foi recebido como um artista de valor, manifestando logo na primeira peça em que se apresentou, que muito estudara e aproveitara durante o tempo que estivera ausente.

Tinha um genio muito emprehendedor e activo. Estava no Porto, quando o artista Cascabel, o homem Camaleão, ali exhibiu os seus trabalhos. Depois d'aquelle artista se retirar, Foito annunciou para o seu beneficio o mesmo trabalho, e perante um publico numeroso fez as doze transformações do vestuario, com a mesma perfeição do artista francez. Outro seu arrojo. Quando a «Rainha das Aguas» esteve no Porto, tanto pensou no caso, tanto scismou, que em seu beneficio, quinze dias depois, apresentou os mesmos trabalhos. Mandou fazer um grande *aquarium*, encheu-o d'agua, e metteu-se dentro. O publico fez-lhe uma calorosa ovação, e invadiu o palco a vêr o que estava dentro do *aquarium*, e encontrou agua verdadeira. Influindo-se a ir ao Brazil, contratou-se com a empresa Manzoni, e foi para o Rio de Janeiro, onde agradou muitissimo, conquistando em menos d'um anno um importante logar entre os primeiros artistas. Infelizmente a febre amarella assaltou-o, e no fim de tres dias succumbiu. Do seu reportorio tanto de Lisboa como do Porto, mencionaremos as seguintes peças: *Cozinha, casa de jantar e sala*, *Viver de Paris*, *Tagarellas*, *Medicos*, *Barbeiro de Sevilha*, *Pupillas do sr. reitor*, *Gata borralheira*, *Andador das almas*, *A Bella Helena*, *Os Apostolos do mal*, *A filha da senhora Angot*, *Orpheu nos infernos*, etc.

Foitos. Pov. na freg. de S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Fojacal de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Thiago, de Cividade, conc. e distr. de Braga.

Fojo. Povoações nas freguezias: Santa Christina, de Agrella, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Pedro, de Arcos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Arcozello, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de Cavez, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Thomé, de Cousso, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Cocujães, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Lourenço, de Durrães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago, de Espargo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Sebastião, de Espinhal, conc. de Penella, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro de France, conc. e distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Infias, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || S. Julião, de Moreira do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª d'Assumpção, de Querença, conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Jeronymo, de Real, conc. e distr. de Braga. || S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Rio Frio, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Sebastião, de Sernache de Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || S. João Baptista, de Silva Escura, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || S. Thiago e conc. de Tavira, distr. de Faro.

Fojo de Além. Pov. na freg. do Salvador do Mundo, de Almoster, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Fojo Arrancado. Povoação na freguezia de Santa Comba, de Villa Fonche, concelho de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Fojo Lobal. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 233 hab. e 67 fog. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada proximo do rio Neiva. O reitor de Cabaços apresentava o vigario, que tinha 20$000 réis de congrua e o pé d'Altar. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Fojo do Meio. Pov. na freg. de N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. de Evora.

Fojo da Serra. Pov. na freg. de S. Vicente, de Troviscal, conc. da Certã. distr. de Castello Branco.

Fojôgo e Costa. Dois logares reunidos, na freg. de S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Fojos. Pov. na freg. de Santa Maria, de Outeiro, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Folão. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Arcozello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Fiães, conc. de Melgaço, do mesmo distr. || S. Pedro, de Oliveira, conc. e distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Panque, conc. de Barcellos, do mesmo districto.

Folar. Direito parochial, que se cobra pela Paschoa, e que consiste em um bolo, ovos, gallinhas ou em uma moeda, ordinariamente de prata; bolo que nas provincias é costume mandar aos noivos no dia do casamento. || *Tirar o folar*; a visita que no domingo de Paschoa e dias seguintes o parocho faz aos seus parochianos para lhes dar as boas festas, e cobrar o referido direito parochial.

Folgada. Herdade na freg. de Santa Victoria, de Ameixial, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Folgado. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pelariga, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Folgados. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral, de Monte Agraço, distr. de Lisboa.

Folgarosa. Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Castanheira do Vouga, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || Santa Suzana, de Maxial, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Dois Portos, do mesmo conc. e districto.

Folgas. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Chouto, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Folgorosa. Pov. na freg. de S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Folgosa *(Jeronymo d'Almeida Brandão e Sousa, 1.º barão da)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 30 de dezembro de 1840; do conselho da rainha D. Maria II; commendador da ordem da N. S.ª da Conceição; negociante de grossso trato da praça commercial de Lisboa; abastado proprietario e capitalista; coronel do regimento de artilharia nacional, etc. N. em Mortagoa a 30 de setembro de 1801, fal. em Lisboa a 10 de julho de 1848. Era filho de Francisco d'Almeida e Sousa, proprietario do officio de monteiro mór da mesma villa; commerciante em Lisboa, inscripto na segunda classe na Mesa do

Bem Commum dos Mercadores, e de sua mulher, D. Maria Thereza Brandão. Francisco d'Almeida e Sousa, pela sua fidelidade ao partido liberal esteve preso no Limoeiro, onde falleceu em 1831, victima dos maus tratos. O governo constitucional conferiu á sua viuva, por decreto de 10 de agosto de 1836, uma pensão annual de 60$000 réis, que lhe foi paga desde o dia do fallecimento de seu marido. O barão da Folgosa foi thesoureiro geral da extincta Alfandega das Sete Casas, tendo sido anteriormente recebedor da mesa dos vinhos da referida alfandega. Assim como seu pae, tambem foi commerciante de Lisboa inscripto n'uma das classes da Mesa do Bem Commum dos Mercadores. Casou em 15 de abril de 1824, com D. Maria Joaquina da Rocha Castro, filha de José Joaquim de Castro, negociante da praça commercial de Lisboa, matriculado perante o tribunal da Junta do Commercio, Fabricas e Navegação, proprietario, e de sua mulher D. Maria Francisca da Rocha. O titulo de barão foi concedido em uma só vida, por decreto de 8, e carta de 10 de novembro de 1843. A baroneza da Folgosa passou a segundas nupcias em 6 de junho de 1850, com Alberto Carlos Cerqueira de Faria, (V. *Faria, Alberto Carlos Cerqueira de*). Pelo seu casamento, perdeu o direito de usar do titulo de baroneza. O barão da Folgosa teve descendencia de ambos os matrimonios, sendo filha do primeiro a fallecida condessa de Geraz de Lima, D. Julia Sophia Brandão e Sousa da Fonseca Magalhães V. *Geraz de Lima*.

Folgosa *(Antonio de Sousa e Sá, conde da)*. E' o sr. conde actual, viuvo da fallecida condessa de Geraz de Lima, que com elle casára em Braga, em terceiras nupcias, a 10 de novembro de 1880. O sr. conde da Folgosa nasceu em Ponte da Barca a 9 de maio de 1845, e é filho de Agostinho Antonio de Sá, proprietario, e de sua mulher, D. Rosa Maria de Sousa. E' lavrador e agricultor na freguezia da Folgosa, do concelho de Armamar, districto de Vizeu. Reside em Lisboa, e possue na Junqueira a celebre quinta e palacio, que foram da condessa da Ega.

Folgosa. Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Armamar, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 516 hab. e 29 fog. Tem escola do sexo fem. e caixa post., permutando malas com a R. A. D. Está situada a pov. na margem esquerda do rio Douro, a 5 k. da séde do conc., e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Folgosa, até 1855, foi do conc. de Barcos, que n'esse anno se extinguiu. A freguezia é muito antiga, calcula-se ser do tempo dos godos. Diz-se que nos documentos do mosteiro de Salzedas constava que D. Sancho I lhe dera foral em 1188, mas não está averiguado. O reitor d'Armamar apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é muito fertil; produz muito azeite e bom vinho; no territorio da freguezia ha importantes quintas, sendo uma das melhores a que pertenceu ao convento de Salzedas; foi depois dos herdeiros do estadista Rodrigo da Fonseca Magalhães, e é hoje do sr. conde da Folgosa; e a de Valmôr, que pertenceu ao fallecido 1.º visconde d'este titulo, José Isidoro Guedes, passando depois a seu sobrinho e herdeiro, Fausto de Queiroz Guedes, 2.º visconde, tambem já fallecido, e é hoje de sua viuva, a sr.ª viscondessa de Valmôr. || Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. de Maia, distr. e bisp. do Porto; 1:144 hab. e 254 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada junto d'uma ribeira affluente do rio Leça. A terra é muito fertil e cria muito gado bovino, que exporta para Inglaterra. O bispo e o mosteiro da ordem de S. Bento, de Santo Thirso, apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimento. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Povoações nas freguezias: S. Pedro e conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || Santa Maria e conc. de Goes, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Pedro, de Lordosa, conc. e distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Parada de Thodéa, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Folgosa da Magdalena e **Folgosa do Salvador.** Duas povoações na freg. de S. Thiago, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Folgosas. Pov. na freg. de Santa Maria, de Fregim, concelho de Amarante, districto do Porto.

Folgosinho. Villa e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Gouveia, distr. e bisp. da Guarda; 1:415 hab. e 345 fog. Tem escolas d'ambos os sexos, medico e est. post. A villa dista 7 k. da séde do conc. e está situada na serra da Estrella, na margem esquerda e junto á origem d'um affluente do rio Mondego. D. Sancho I a mandou povoar em 1188, e deu-lhe foral, que D. Affonso II depois confirmou em outubro de 1217. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 20 de setembro de 1512. Os duques de Lafões fôram seus donatarios, e apresentavam o vigario, que tinha de rendimento 50$000 réis. A villa tem abundancia de carvão, lenha, castanha, gado e caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. na freg. de Santa Marinha, de Tropeço, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Folgoso. Grande aldeia da prov. do Douro, na freg. de S. João Baptista, de Raiva, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. Está bem situada e o seu terreno é fertil em cereaes, azeite e bom vinho verde. Ha aqui duas importantes fabricas de papel, sendo o motor de ambas a agua do rio Arda, que passa ao NO, pelo fundo da pov. a distancia de um k. Nas immediações de Folgoso, nas duas margens do rio Arda, tem apparecido muitas mós de moer ouro, do tempo dos arabes, que revelam grande antiguidade e bastante uso. Entre duas d'estas mós collocavam o minerio, e depois de bem triturado procediam á lavagem, para separarem da terra as particulas ou palhetas de ouro. Tambem por aqui se encontram varias galerias abertas pelos arabes para extracção de metaes. Ha em Folgoso uma capella dedicada a S. Lourenço. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Antime, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Salvador, de Salvador do Monte, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Folgoselhe. Pov. na freg. de S. Mamede, de Castanheira do Vouga, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Folhada. Pov. e freg. de S. João Baptista, da

prov. do Douro, conc. e com. de Marco de Canavezes, distr. e bisp. do Porto; 812 hab. e 198 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada perto do rio Tamega. A mitra apresentava o abbade, que tinha 400$000 réis de rendimento annual. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Folhadal. Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira; N. S.ª de Guadelupe, de Porto da Cruz, conc. de Machico, distr. do Funchal. || N. S.ª da Conceição e conc. de Nellas, distr. de Vizeu. Tem est. post. || S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, do mesmo districto.

Folhadella. V. *Filhadella.*

Folhadosa. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Ceia, distr. e bisp. da Guarda; 510 hab. e 137 fog. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post, permutando malas com Ceia. A pov. dista 5. k. da séde do conc. O cabido da sé de Coimbra apresentava o prior, que tinha 200$000 réis annuaes. A terra é fertil, e tem muita caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Folharido. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Silva Escura, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Folhense. Pov. na freg. de S. Miguel, de Junqueira, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Folhetim. Parte da pagina d'um periodico, ordinariamente a parte inferior e em toda a largura, destinada a assumptos litterarios, romances, contos, notas de actualidade, noções scientificas, etc. O folhetim é de origem franceza; nasceu no tempo do Consulado. Foi o padre Geoffroy quem começou a publicar a sua critica dramatica na parte inferior do *Jornal dos Debates*, attrahindo assim a leitura pela novidade. Até então as noticias de critica theatral, litteraria, d'arte ou sciencia, publicavam-se no corpo do jornal. Hoje, porém, o folhetim é quasi exclusivamente destinado a romances, tanto em Portugal como nos jornaes estrangeiros.

Folhetinista. Escriptor que se dedica a escrever folhetins. Em Portugal tornaram se muito conhecidos, publicando revistas dos acontecimentos semanaes, artigos de critica theatral, litteraria e scientifica, os seguintes: A. P. Lopes de Mendonça, Julio Cesar Machado, Barão de Roussado, Visconde de Benalcanfôr, Eduardo Coelho, Alberto Pimentel, Camillo Marianno Froes, etc.

Folheto. Livro de poucas paginas, brochado.

Folhinha. Pequeno folheto com calendario; almanach (V. *este nome*). São interessantes as seguintes: «Folhinha Constitucional para os Reinos de Portugal e Algarves, anno de 1822, segundo depois do bissexto e da Regeneração Portugueza. Ordenada por H. D. Wenck, e J. P. Norberto Fernandes». Lisboa, Impres. de João Baptista Morando, in 16.º — Com um mappa contendo — «Resumo da estatistica da população de Portugal». (Folha de dobrar); «Folhinha Nacional, civil e ecclesiastica, para o reino de Portugal e Algarve: com mais extensão para a cidade de Lisboa em o anno de 1823, terceiro depois do bissexto.—Traduzida pelo professor publico A. M. do Couto, e por A. J. S. Terra. Lisboa, Impres. de Alcobia, 1822, in 16.º Folhinha Nacional, Civil e Ecclesiastica para o Reino de Portugal e Algarve.—Com mais extensão para a cidade de Lisboa em o anno de 1823, 1827; redigida pelo professor publico A. M. do Couto e A. J. S. Terra. Lisboa, Impr. de Alcobia; Typ. de Eugenio Augusto, 1822-1826, in fol. 4 folh. vol. impr. só no recto; cada uma contem um semestre. Folhinha dos pobres, ecclesiastica, civil e curiosa para o reino de Portugal e Algarves, anno de 1828, 1834, 1852, 1856, 1859, 1860. —Por Antonio José da Rocha. Lisboa Typ. de Eugenio Augusto; de Antonio José da Rocha e de Maria da Madre de Deus, 1827-1859, in. fol. Sete folh. vol. (*As folhinhas dos annos de 1828, 1834 sahiram com os iniciaes A. J. da R.; a de 1834 foi impressa só no recto, em duas folhas, dividida em semestre*; *as de 1852, 1856, 1859, 1860 teem as iniciaes e appellido «Rocha» in extenso.)* Folhinha constitucional ecclesiastica, historica, e civil, para o reino de Portugal, e Algarves; porém mais ampla para Lisboa em o anno bissexto de 1828. Lisboa, Typ. de Simão Thaddeo Ferreira, 1827, in. fol. obl. 2 fol. vol. imp. só no recto. Em 2 sem. Folhinha ecclesiastica e civil para os reinos de Portugal, Algarves e ilhas adjacentes com o anno de 1828. Lisboa, Imp. de Alcobia, 1827, in. fol. obl. 2 folh. vol. imp. só no recto. Em dois semestres. Folhinha ecclesiastica, e civil para uso dos reinos de Portugal, e Algarves e Ilhas Adjacentes, principalmente para a cidade de Lisboa em o anno bissexto 1828, 1837 (1.º depois do bissexto, 1838 (2.º depois do bissexto, 1839 (3.º depois do bissexto). Lisboa, Imp. de Alcobia, 1827—38, in. 16.º (A redacção das folhas do rosto d'estas folhinhas é differente: sahiram com os seguintes titulos: a de 1838.—«*Folhinha Constitucional, Civil e politica*», e as de 1837, 1839 «*Folhinha Constitucional e ecclesiastica, civil e politica*».) Folhinha ecclesiastica, e constitucional, historica e civil, para o anno bissexto de 1828, em o reino de Portugal, e dos Algarves, e Ilhas adjacentes, accommodada as circumstancias politicas, e sabedoria, que reluzem na *Carta Constitucional*. Dada á nação portugueza. Pelo seu legitimo Rei... Senhor D. Pedro IV.—Redigida por Antonio Maria do Couto... e Agostinho Ignacio dos Santos Faria. Lisboa, Typ. de Sim. Thaddeo Ferreira, 1827, in. 16.º (Publicou-se no mesmo anno uma edição especial, egual no texto, mas com frontispicio differente e illustrada com os ret. de D. Maria II, de D. Pedro I, e de D. Miguel.) Folhinha da Terceira para o anno de 1832, bissexto. Angra, Imprensa do Governo, 1832, in. 8.º Folhinha constitucional para os annos de 1834, segundo depois do bissexto. — 1836 bissexto. Lisboa, Impr. de João Nunes Esteves e Filho, 1835, in. 16.º Folhinha ecclesiastica para os reinos de Portugal e Algarves para o de 1834. —2.º depois do bissexto. S. C n. d. In fol. 1 folh. vol. Folhinha constitucional, Ecclesiastica, Historica e Civil para o Reino de Portugal, Algarves e Ilhas Adjacentes, em o anno bissexto. — 1836 por seus auctores Couto e Terra. Lisboa, Typ. de R. D. Costa. Rua Direita de S. Paulo n.º 10-A, 1,º andar, 1835, in fol. a impr. em obl. 1 fol. vol. Folhinha dos pobres, civil, e ecclesiastica para o reino de Portugal—Por Antonio José da Rocha.—Para 1836. Folhinha Constitucional, e ecclesiastica, civil e politica, para uso dos Reinos de Portugal e Algarves, e Ilhas Adjacentas,

principalmente para a cidade de Lisboa, em o anno de 1837, 1.º depois do bissexto—1839 depois do bissexto. Lisboa, Imp. Alcobia, 1836—38. in. 16.º Folhinha Constitucional, civil e politica, para uso dos reinos de Portugal e Algarves e Ilhas Adjacentes, principalmente para a cidade de Lisboa, em o anno de 1838 (2.º depois do bissexto); Lisboa, 1837. Folhinha Historica ou Diario Lusitano para o anno de 1841, 1.º depois do bissexto.— Ordenado por F. A. M. Bastos. Lisboa, Typographia de J. A. S. Rodrigues, Rua da Condeça, n.º 19, 1840, in 16.º (Começou com o tit.: «*Diario Lusitano, Ecclesiastico, Historico e Civil*».) Folhinha Açoriana, Michaelense, civil, ecclesiastica, historica, agricola e politica.— Para o anno de 1844, bissexto. —Augmentada, correcta e coordenada, por... Anno de 1843.—Na Typ. de Macedo em P. Delgada, in 16.º *(Pouco vulgar)*. Folhinha de pobres, ecclesiastica, historica e civil para o reino de Portugal.—Ordenada para os annos de 1844, bissexto; 1846, 2.º depois do bissexto.—Por A. J. D. Lisboa, Typ. de Antonio Lino d'Oliveira, Portas de St.º Antão, n.º 9, 1843-1846, in 16.º Folhinha historica e civil e ecclesiastica para o reino de Portugal e Algarves—1847, 1848, 1849.—Por Antonio José da Rocha. Lisboa, Typ. de Antonio José da Rocha, aos Martyres, n.º 13, e Rua da Vinha n.º 38, (Bairro Alto), 1846-48, in 16.º *Folhinha ecclesiastica e historica e estatistica de Gôa.* Publicaram-se os annos de 1840 a 1845, em 16 pag. Folhinha ou Diario auxiliador de horteloens, pescadores, jardineiros, lavradores, pomareiros e caçadores com os tempos e luas calculadas para os annos de 1850, 1851... por Antonio de Sousa, Astronomo lusitano, da Borda d'Agua. Lisboa, Typ. de Mathias José Marques da Silva, 1849-1850, in 8.º (Começou com o titulo «*Lunario ou Novo Prognostico Diario*», *em 1844 a 1849,)* Folinha civil e ecclesiastica de Gôa, com varias noticias curiosas e uteis a toda sorte de pessoas. Por Miguel Vicente d'Abreu. Para o anno de 1850. Nova Goa, Impr. Nacional, in. 8.º

Folia. V. *Dança*.

Folia. Pov. na freg. de S. João Baptísta, de Remoães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Folles *(Casal dos)*. Na freg. de S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria.

Folões. Pov. na freg. de S. Paio, de Carvalhal, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Folqman *(P. Carlos)*. Presbytero secular, e capellão da capella de S. Bartholomeu da nação allemã, sita na egreja de S. Julião, de Lisboa. Nasceu n'esta cidade, em 1704, mas ignora-se a data do fallecimento. Era filho de paes allemães, Lucas Folqman e Joanna Vanderstoop. Escreveu: *Grammatica hollandeza, ou methodo compendioso para aprender a bem falar e escrever a lingua hollandeza*, Lisboa, 1742; reimprimiu-se em 1804; *Diccionario Portuguez e Latino, no qual as dicções e phrases da lingua portugueza... se acham clara e distinctamente vertidas na latina, e autorisadas com exemplos dos autores classicos*, Lisboa, 1755; *Nomenclatura portugueza e latina das cousas mais communs e visiveis*, Lisboa, 1762.

Folque *(Filippe)*. Do conselho de Sua Magestade, fidalgo da Casa Real, doutor em Mathematica pela Universidade de Coimbra, general de divisão da arma de engenharia, lente da Escola Polytechnica, director geral dos trabalhos geodesicos do reino, mestre de Mathematica dos filhos da rainha D. Maria II, commendador das ordens de Aviz, da Conceição, de S. Thiago, e d'outras estrangeiras; socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. em Portalegre a 28 de novembro de 1800, fal. a 27 de dezembro de 1874. Era filho do general Pedro Folque, e de sua mulher D. Maria Michaela de Sousa. Assentou praça de voluntario na armada como aspirante de piloto em 1817, passando depois á Universidade a seguir o curso de Mathematica, em que se doutorou a 20 de julho de 1826. Logo em seguida foi nomeado ajudante do director das obras do Mondego, e em 1827 ajudante do Observatorio da Universidade. Provido depois em um logar de lente da Academia de Marinha, passou ao exercito como tenente de engenheiros em 1833, quando terminou a guerra civil, e em fins de 1836 ficou servindo ás ordens de seu pae nos trabalhos da triangulação do reino onde prestou bons serviços, sendo por fim encarregado da direcção superior d'esses trabalhos. Desempenhou diversas commissões de serviço publico, manifestando sempre os seus vastos conhecimentos e superior intelligencia. Quando se creou a Escola Polytechnica foi nomeado lente de Astronomia, e redigiu as lições d'aquella sciencia, que explicava aos alumnos, sendo esse seu trabalho um modelo de clareza e de precisão. Para o serviço da commissão geodesica compoz tambem varios trabalhos que se imprimiram. Na collecção da Academia Real das Sciencias de Lisboa encontram-se varias memorias suas ácerca dos trabalhos geodesicos em Portugal. Filippe Folque acompanhou D. Pedro V nas suas duas viagens ao estrangeiro, em 1854 e 1855. Foi um dedicado auxiliar de Almeida Garrett na fundação do Conservatorio. Folque era um apreciado flautista. Como membro activo da sociedade creada por Garrett, desempenhou gratuitamente as funcções de conservador da escola de musica, e até tomou parte nas festas escolares, como executante na orchestra e como solista. Na sessão solemne do Conservatorio, effectuada a 21 de dezembro de 1841 na sala dos actos da Escola Polytechnica, ultima a que assistiu Garrett, figura tambem o seu nome no respectivo programma. Nos primeiros annos de existencia do Conservatorio não havia aula de flauta, não havendo portanto alumno ou professor que executasse este instrumento na orchestra, e para supprir esta falta, aquelle benemerito amador, que possuia com respeitavel competencia uma cathedra no ensino superior das sciencias, não duvidava sentar-se ao lado dos alumnos de musica. Adriano Balbi, no *Essai Statistique*, faz menção de Filippe Folque n'esta especialidade, mas sómente o cita pelo appellido, denominando-o official de marinha, posto que Folque occupava em 1822, quando Balbi escreveu o seu livro. Antonio Feliciano de Castilho, depois 1.º visconde de Castilho, foi seu condiscipulo e amigo, e dedicou-lhe uma epistola epithalamica, na occasião do seu casamento, e se publicou nas *Escavações poeticas*, pag. 210 e seguintes. Escreveu: *Memoria sobre os trabalhos geodesicos executados em Portugal*, Lisboa, 1844; com duas estampas, saiu tambem nas *Memorias da Academia*, tomo I, parte I, serie 2.ª; *Continuação da Memoria sobre os trabalhos geodesicos*

em Portugal, Lisboa, 1848; e no tomo iv, parte i da 2.ª serie *das Memorias*; *Continuação da Memoria sobre os trabalhos geodesicos*; Lisboa, 1850; com a carta da triangulação do reino, e no tomo ii, parte ii, da serie 2.ª das *Memorias; Continuação da Memoria sobre os trabalhos geodesicos*, etc., Lisboa, 1851; e no tomo iii, parte i, da referida série; *Memoria sobre os trabalhos geodesicos executados em Portugal* (4.ª epoca), Lisboa, 1851, e tambem no referido tomo iii das *Memorias; Continuação da Memoria sobre os trabalhos geodesicos*, etc.; Lisboa, 1856; com 5 estampas, tambem no tomo iii, parte ii da 2.ª série das *Memorias*; *Diccionario do serviço dos trabalhos geodesicos e topographicos do reino*, Lisboa, 1851; *Instrucções pelas quaes se devem regular o Director e Officiaes encarregados dos trabalhos geodesicos e topographicos, seguidas da descripção e rectificação do theodolito*, Lisboa, 1850; *Trabalhos geodesicos e topographicos do reino*, Lisboa, 1850; *Varias reflexões a um artigo do ill.mo e ex.mo sr. Marino Miguel Franzini sobre os trabalhos geodesicos e topographicos do reino*, Lisboa, 1850; *Taboa para determinar a influencia do erro dos angulos sobre o calculo dos lados do triangulo*, Lisboa, 1854; *Taboas para o calculo trigonometrico das cotas de nivel*, Lisboa, 1854; *Taboas para o calculo da reducção ao centro*, Lisboa, 1854; *Taboas para o calculo das distancias á meridiana*, Lisboa, 1855; *Instrucções para a execução, fiscalização e remuneração dos trabalhos e geodesicos e chorographicos do reino*, Lisboa, 1858; com 3 estampas. *Elementos de Astronomia, coordenados para uso dos alumnos da Escola Polytechnica, 1.ª e 2.ª parte*; saíram lithographados, 2 tomos; *Advertencia e reflexões*, no tomo vii da *Collecção de noticias para a Historia e Geographia das Nações Ultramarinas*, publicada pela academia Real das Sciencias; *Taboas para o calculo trigonometrico das cotas de nivel*, Lisboa, 1864; *Collecção de taboas para facilitar varios calculos astronomicos e geodesicos*, Lisboa, 1865; *Relatorio ácerca do estado do observatorio astronomico da Marinha, com a noticia historica d'este estabelecimento;* saiu no *Diario de Lisboa*, de 30 de agosto de 1866, e foi transcripto na *Gazeta de Portugal* de 31 de agosto e 1 de setembro; *Rapport sur les travaux géodésiques du Portugal, et sur l'etat actuel de ces mêmes travaux; pour être présenté à la Commission permanente de la Conférence internationale*, Lisbonne, 1868, com um mappa; *Relatorio dos trabalhos executados no instituto geographico durante o anno economico de 1866-1867*, Lisboa, 1868; *Relatorio dos trabalhos*, etc., *nos annos de 1867-1868*, Lisboa, 1869; *Instrucção sobre o serviço geodesico de primeira ordem*, Lisboa, 1870. No tomo ii da versão dos *Fastos* de Ovidio, pelo visconde de Castilho, vem uma nota, com o titulo: *Contagem decimal*, de pag. 225 a 229. No *Inquerito ás Repartições de Marinha*, etc., tomo ii, veem dois depoimentos seus.

Folque *(Pedro)*. Tenente general do nosso exercito. Nasceu em Stays, povoação da Catalunha, perto dos Pyrinéos, a 30 de abril de 1744, fal. com 104 annos a 6 de abril de 1848. Era filho de Pedro Folque e de D. Josepha Brun, proprietarios abastados d'aquelles sitios. Destinado pela sua familia para a vida ecclesiastica, frequentou os respectivos estudos, mas reconhecendo que não tinha vocação para aquella vida, abandonou a patria em 1763, vindo para Portugal decidido a seguir a carreira da marinha. Estudou Mathematica nas aulas, que então existiam no convento dos monges benedictinos, e quando a Academia de Marinha se instituiu. em 1780, foi um dos seus primeiros discipulos. Estudando com muita applicação e approveitamento, e alcançando sempre premios, quiz antes de concluir o ultimo anno lectivo do curso embarcar n'uma das naus da India, e tendo feito exame de navegação por um aviso especial, foi n'essa primeira viagem que lhe coube a gloria de ser o primeiro que fez calculos de longitude a bordo dos navios de guerra. Na volta d'essa viagem, tendo morrido a bordo o primeiro piloto, pediu o commandante a Pedro Folque que se encarregasse da navegação e pilotagem da nau, e sendo por elle acceite esta incumbencia, desempenhou-a perfeita e cabalmente. Por occasião d'uma viagem a Gôa offereceu-lhe o vice-rei um logar de lente na Academia de Marinha, mas não acceitou, e continuou embarcado até que, chegando uma vez a Lisboa, foi convidado pelo dr. Ciera, que dirigia os trabalhos da carta geographica do reino, para o coadjuvar n'esse importante serviço. Acceitou esta commissão, e em 1791 foi despachado ajudante de engenheiro, frequentando tambem a Academia de Fortificação, cujo curso terminou distinctamente. Em 1796 foi promovido a capitão, ajudando sempre o dr. Ciera nos trabalhos da triangulação, e tanto lhe queria o illustre mathematico, que tendo o governo em 1800 nomeado Pedro Folque para servir na Bahia com o posto de tenente-coronel, o dr. Ciera declarou que não podia dispensar esse official, e o despacho ficou sem effeito. Depois de interrompidos os trabalhos geodesicos, continuou servindo em varias commissões, sendo em 1821 escolhido para capitão general de S. Paulo e Minas Geraes, cargo que resignou, não chegando a sair de Portugal. Quando em 1827 era inspector dos telegraphos, recebeu ordem para, na digressão que ia fazer, tratar do estabelecimento das linhas telegraphicas, verificar o estado das pyramides levantadas no tempo do dr. Ciera, mas essa ordem não passou da *Gazeta*, e depois a guerra civil não permittiu que se prestasse attenção a esses assumptos. Terminando a campanha, Pedro Folque foi encarregado da direcção dos trabalhos geodesicos e nomeado commandante geral de engenharia. Quando falleceu tinha, o posto de tenente-general. E' attribuido a Pedro Folque um *Diccionario militar*, que se publicou em 1827. E' um systema ou regimento de signaes para communicações telegraphicas.

Folque *(Pedro Romano)*. Coronel de engenharia em serviço do ministerio das Obras Publicas Nasceu em Cabo Verde a 8 de março de 1848. E' filho do tenente-coronel de cavallaria Diogo de Sousa Folque e de D. Joanna Romana; neto do tenente-general Folque. (V. *o artigo antecedente)*. Tem o curso geral da Escola Polytechnica e o de engenharia da Escola do Exercito. Assentou praça em 18 de setembro de 1866; foi promovido a alferes em 9 de dezembro de 1873, a tenente em 28 de dezembro de 1875, a capitão em 6 de setembro de 1876, a major em 15 de abril de 1887, a tenente coronel em 30 de junho de 1892, e a coronel em 21 de novembro de 1895. Tem sido encarregado de varias commissões de

serviço publico, manifestando sempre grande actividade, especialmente nas do caminho de ferro. Entre essas commissões figuram longos trabalhos em Africa, onde tambem dirigiu linhas ferreas, e do abastecimento das aguas em Loanda. Foi director fiscal da construcção do caminho de ferro da Beira Baixa, director da construcção de pharoes, director dos edificios publicos e pharoes. Actualmente é director dos serviços da carta agricola. O sr. coronel Pedro Romano Folque tem o grau de official e a commenda da ordem de Aviz. Publicou em 1866 um folheto com o titulo: *Aproveitamento da força das marés no Seixal; rapida analyse da questão.* Teve 2.ª edição em 1885.

Folques. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Arganil, distr. e bisp. de Coimbra; 1:235 hab. e 367 fog. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada junto da ribeira do mesmo nome. Houve aqui um convento de frades cruzios (V. *Arganil*). O collegio da Sapiencia de Coimbra (cruzios) apresentava annualmente o cura, que tinha réis 60$000 annuaes. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 23 com a séde em Coimbra. || Ribeira do distr. de Coimbra. N. proximo de Arganil, passa por esta villa, e pela freg. de Folques, e entra no rio Alva com 15 k. de curso. Tambem se denomina *Ribeira de Arganil.*

Fonção. Pov. na freg. do Salvador, de Roge, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Fondegos. Pov. na freg. de S. Pedro, de Riba de Moiro, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Fondogos (*Casal dos*). Na freg. de S. Pedro, de Alverca, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa,

Fonina (*Casal de*). Na freg. de S. João Baptista, de Pedrogão, conc. de Torres Novas, districto de Santarem.

Fonseca. Este appellido vem de Garcia Rodrigues, d'onde tambem provém o de Coutinho (V. *este nome*), o qual constituiu residencia na Honra de Fonseca, dando este nome aos seus descendentes, sendo o primeiro que d'elle usou Mem Gonçalves da Fonseca, que dotou e fundou o mosteiro de Mancellos. Não teem n'este reino casa titular, porque os principaes passaram a Castella no tempo de D. João I, e fundaram a casa dos marquezes de Orellana, e outros morgados. Tem as mesmas armas, de que usam os Coutinho, que são: em campo de ouro, cinco estrellas sanguinhas de cinco raios postas em santor; timbre um leopardo ou touro vermelho, armado de ouro e uma estrella do mesmo metal na espadoa.

Fonseca (*Alexandre José da*). Arcipreste e prior da freg. de S. Thiago, de Vagos, antigo professor do seminario e do lyceu de Aveiro. Foi agraciado com o titulo de conselho em 21 de outubro de 1903.

Fonseca (*Fr. Alvaro da*). Religioso da ordem carmelitana. N. no logar de Escarrigo, termo de Castello Rodrigo, e fal. em Evora a 2 de maio de 1664. Era filho de Francisco da Fonseca Osorio, juiz da alfandega de Setubal, e de Catharina Rodrigues. Recebeu o habito no convento do Carmo, de Lisboa, a 27 de novembro de 1610, e professou a 28 do mesmo mez de 1611. Ensinou aos seus domesticos humanidades e a lingua latina. Foi sub-prior dos conventos de Setubal e Vidigueira, mestre dos noviços em Moura e Lisboa. Applicou-se ao estudo da genealogia, em que se tornou muito perito. Deixou manuscriptos alguns trabalhos genealogicos.

Fonseca (*Amaro da*). Um dos cirurgiões mais apreciados do seu tempo. Era natural de Lisboa e viveu no seculo XVII. Escreveu: *Tratado da Gonorréa, e outras causas*, saiu impresso na 4.ª edição da *Cirurgia* de Antonio da Cruz, publicada em 1649.

Fonseca (*André Pinto da*). Capitão-mór da prov. de Moçambique. Tomou posse da capitania em 17 de janeiro de 1675, e falleceu mezes depois. Tinha sido juiz da alfandega de Gôa, capitão do forte dos Reis Magos, do Prazo de S. Lourenço e da enseada de Diu; foi feitor em Gôa, vêdor da fazenda em Ceilão e capitão de Mombaça.

Fonseca (*André Velho da*). Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra. Foi nomeado ouvidor de Angola, e observou com curiosidade essa região, da qual escreveu um grande volume com o titulo de *Historia do reino de Angola*, cujo manuscripto existia na bibliotheca do chantre da sé de Evora Manuel Severim de Faria.

Fonseca (*Antonio da*). Medico, que exerceu a sua arte em Flandres e no Palatinado, quando n'essas provincias grassou pelos annos de 1620 e 1621 uma terrivel epidemia, sobre a qual escreveu um tratado em latim, que se publicou em 1623.

Fonseca (*Antonio*). Cirurgião dos males no hospital de Todos os Santos, provido em 22 de fevereiro de 1629. Falleceu em 10 de outubro de 1651.

Fonseca (*Fr. Antonio da*). Religioso da ordem de S. Domingos. Era natural de Lisboa, e filho do dr. Antonio Corrêa, fundador do convento de Sant'Anna, de Vianna do Castello, da referida ordem. Depois de ter estudado em Lisboa as sciencias escolasticas, passou á Universidade da Sorbonna, e ali aprendeu as linguas grega e hebraica, doutorando-se em 6 de janeiro de 1542. A fama da sua grande erudição fez com que D. João III, quando reformou a Universidade de Coimbra, o chamasse para reger a cadeira de Vespera da Sagrada Escriptura, da qual tomou posse em 1544, e onde se conservou por muitos annos. Fr. Antonio da Fonseca foi um dos primeiros prégadores do seu tempo, e, segundo diz fr. Luiz de Sousa, foi o primeiro que introduziu em Portugal o sentido litteral da Escriptura.

Fonseca (*P. Antonio da*). Presbytero secular. N. em Lisboa em junho de 1676. Foi para Pernambuco, tendo tres annos, com seus paes, Cypriano da Fonseca e Francisca Maria. Ali aprendeu as letras humanas e poesia latina; aprendeu depois Philosophia na Congregação do Oratorio, e Theologia especulativa no collegio dos padres jesuitas. Quando regressava a Portugal em 1710, ficou captivo dos moiros no dia 14 de outubro, e sendo levado a Argel foi vendido em praça publica a 5 de novembro seguinte. Só em 1713 é que, depois de ter soffrido muitos trabalhos, conseguiu ser resgatado por 600$000 réis. Restituido a Portugal ordenou-se de presbytero, e applicou-se ao estudo de Theologia Moral no Real Collegio de N. S.ª da Escada, fundado em

Lisboa pela rainha D. Catharina, mulher de D. João III, dos frades dominicanos; passou depois á Universidade de Coimbra, onde defendeu com grande applauso, em 23 de julho de 1736, conclusões sobre a materia de *officio et potestate Judicis Delegati*, compostas em verso heroico, o que lhe valeu o grau de bacharel a 6 de outubro de 1738. Foi por muitos annos capellão do convento da Annunciada, de Lisboa, de freiras da ordem de S. Domingos. Deixou impressas em latim algumas poesias religiosas.

Fonseca *(Antonio Affonso Maria Vellado Alves Pereira da).* Doutor e lente cathedratico de Philosophia na Universidade de Coimbra. N. em Lisboa em 1873, e fal. em Lamego a 11 de outubro de 1903. Era filho do dr. Antonio Alves Pereira da Fonseca, e de sua mulher, D. Laurinda Affonso Vellado. No seu curso em Coimbra obteve as melhores classificações, e doutorou-se aos 23 annos de edade, a 4 de julho de 1897. Foi em seguida despachado lente substituto. Filiando-se no partido progressista, tomou parte, como deputado, n'algumas legislaturas, sendo eleito pelo Porto, e ultimamente por Penafiel. Pouco tempo regeu a sua cadeira na Universidade, por ter sido nomeado inspector das escolas normaes de Lisboa. Muitos mezes antes de fallecer, sentia-se doente, queixando-se de insomnias e de allucinações, e por conselhos de medicos e de amigos dedicados, procurou melhoras em Paris, onde esteve algum tempo internado n'uma casa de saude. A sciencia nada pôde, e o joven lente cathedratico succumbiu aos 30 annos incompletos.

Fonseca *(Antonio Alves Pereira da).* Conceituado jurisconsulto; bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em Lamego a 23 de maio de 1834, fal. em Lisboa a 1 de novembro de 1894. Era filho de Joaquim Alves da Fonseca, que esteve preso no castello no tempo da campanha da Liberdade, pelo crime de professar idéas constitucionaes. Frequentou no lyceu de Lamego os preparatorios, obtendo nos exames muitas distincções, e quando os concluiu foi matricular-se em Coimbra na faculdade de Direito, curso que completou, aos 20 annos de edade, a 23 de maio de 1854. Foi em seguida para Lamego, e abriu banca de advogado, conservando-se assim até 1860, anno em que por motivos particulares deixou a patria e a familia, e veiu para Lisboa requerer o logar de delegado, que não pôde obter, apezar de ser um dos mais distinctos concorrentes. Começou então a advogar em Lisboa, tornando-se notavel na causa em que defendeu os réos Silveiras accusados de fabricarem moeda falsa, no processo promovido pelo Banco de Portugal, conseguindo que um d'elles ficasse absolvido; tambem em 1880, no processo promovido pelo Banco Ultramarino, defendeu brilhantemente um dos réos. Dedicando-se á politica, filiou-se no partido progressista, sendo deputado em diversas legislaturas, eleito pelos circulos de Regoa e da Agueda. Casou em 1873 com D. Laurinda Affonso Vellado, filha do 1.º barão e 1.º visconde de Freixo, Antonio Affonso Vellado, e de sua mulher, D. Laurinda Ribeiro Louzada. O dr. Alves da Fonseca foi collaborador do jornal de jurisprudencia, *O Direito.*

Fonseca *(Antonio Bellarmino Correia da).* Doutor e lente de Theologia na Universidade de Coimbra. N. na Aldeia das Dez, concelho de Arganil; ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de João da Fonseca Roque. Doutorou-se em 24 de novembro de 1822.

Fonseca *(Antonio Belard da).* Engenheiro adjunto da 3.ª direcção dos serviços fluviaes e maritimos, no ministerio das Obras Publicas; deputado, etc. N. em 18 de janeiro de 1874; assentou praça em cavallaria a 30 de julho de 1892, sendo promovido a alferes em 5 de novembro de 1898, e a tenente em 1 de dezembro de 1903. Tem a medalha militar de cobre, de comportamento exemplar, e foi agraciado com o grau de official da ordem de S. Thiago, do merito litterario, artistico e scientifico, por decreto de 25 de junho de 1904.

Fonseca *(P. Antonio Lopes da).* Presbytero do habito de S. Pedro, e mestre de ceremonias do arcebispo de Braga D. Luiz de Sousa. Acompanhou este prelado na jornada que fez com o caracter de embaixador a 18 de setembro de 1675. Escreveu a seguinte obra, que ficou inedita: *Memorias para a vida do Arcebispo de Braga D. Luiz de Sousa.*

Fonseca *(Antonio Manuel da).* Professor de pintura historica na Academia das Bellas Artes de Lisboa; pintor da Real Camara, e mestre de sua magestade e altezas reaes, etc. N. em Lisboa a 27 de setembro de 1796, fal. na mesma cidade a 4 de outubro de 1801. Era filho de João Thomaz da Fonseca, tambem pintor de historia, e de quem recebeu as primeiras lições. Foi discipulo da escola de desenho dos Caetanos, mas a sua grande disposição para a arte de pintura o levou a procurar mais vasto campo para o seu estudo e desenvolvimento. Pôde realisar as suas aspirações indo estudar a Roma, subsidiado pelo Estado e pelo conde do Farrobo. No tecto d'uma das salas do palacio d'este opulento capitalista, na quinta das Laranjeiras, havia já pintado a sua bella composição do *Rapto das Sabinas*, que elle veiu depois a restaurar em 1880. A data de 1822 lê-se por debaixo do seu retrato, que elle collocou em um dos cantos da sala; n'outro canto, junto á janella, via-se o do architecto João Baptista Hilbradt, que dirigira as mudanças e os embellezamentos que n'aquella epoca se haviam feito no referido palacio. Em Roma teve por mestres Camuccini e Pozzi, e fez copias dos grandes autores, como Raphael Sanzio, Domenico Zampiéri, Carlos Dolce, e outros. Ali permaneceu entre os annos de 1822 a 1826, e tendo-se declarado a guerra civil em Portugal, conservou-se em Italia até 1834, anno em que regressou á patria. Em diversas terras d'aquelle paiz deixou muitas das suas obras, das quaes se conta um quadro existente em Milão: *Camões invocando as Tagides*, e os seguintes: *A victoria da Paz, A resurreição de Lazaro*, e uns retratos do conde e da condessa Ferragio. Quando a Academia das Bellas Artes de Lisboa se fundou, por decreto de 25 de outubro de 1836, foi Antonio Manuel da Fonseca nomeado professor de pintura historica. Na primeira exposição da Academia, realisada em 1843, apresentou o seu quadro, de tamanho natural, *Eneas salvando Anchyses do incendio de Troia*, quadro que foi depois reproduzido no *Jornal das Bellas Artes*, dirigido por Almeida Garrett, e a seu respeito escrevia este distincto escriptor, que era a obra mais importante que

tinha appareeido em Portugal, desde a morte de Sequeira. A'cerca do quadro *Enéas* vejam-se as *Reflexões* de Almeida Coutinho (Henrique Ernesto). As mais notaveis copias feitas em Roma, confórme dissémos, e que existem actualmente no Museu Nacional das Bellas Artes, tendo antes pertencido ao conde do Farrobo, fôram a *Transfiguração de Christo*, de Raphael Sanzio; *Communhão de S. Jeronymo*, de Domenico Zampiéri, mais conhecido pelo nome de Domenichino. Além d'estas copias, podemos citar os seguintes quadros: *A visitação de Nossa Senhora*, *A sacra familia*, *A Senhora da Caridade*, *Jesus entre os doutores* e *A morte de Affonso d'Albuquerque*. Nos muitos retratos, que pintou, destacam-se os de D. Maria II e de D. Pedro V. Nos seus trabalhos decorativos contam-se tambem: um

Antonio Manuel da Fonseca

medalhão e quatro sobreportas no palacio do conde do Farrobo, quinta das Laranjeiras, que já citámos, e varios outros trabalhos no palacio do mesmo fidalgo, no largo do Quintella, que pertence hoje ao sr. dr. Carvalho Monteiro. O fresco. *Gloria de S. Nicolau*, pintado no tecto da egreja de S. Nicolau, de Lisboa, é tambem um trabalho notavel. Era pintor da Casa Real desde 1847. Fonseca tambem se dedicou á esculptura, produzindo algumas obras notaveis, destacando-se entre outras, o baixo relevo de Prometheu e o grupo *Adonis luctando com o javali*, que el-rei D. Fernando adquiriu, e mandou a Paris fundir em bronze. O conde de Raczynski, no seu *Diccionario* e nas suas *Cartas*, dedica uns artigos muito elogiosos ácerca d'este notavel artista, apreciando todas as suas obras. Manuel Antonio da Fonseca era cavalleiro e commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de N. S.ª da Conceição, e tinha o habito da ordem da Rosa, do Brazil. Era membro do Instituto de França e de varias outras academias e associações artisticas. Nas notas appensas pelo visconde de Juromenha á sua nova edição das *Obras de Luiz de Camões*, no tomo I, pag. 427, encontram-se noticias resumidas da vida artistica de Antonio Manuel da Fonseca. A enumeração de todos os seus trabalhos, tanto em Roma como em Portugal, até ao anno de 1862, vem no catalogo posto á frente do tomo I da versão dos *Fastos* de Ovidio, pelo visconde de Castilho, a pag. LXXI. No tomo II da mesma versão a pag. 365, ha d'elle uma breve nota, intitulada: *Pintura encaustica usada pelos antigos romanos*. Publicou com o seu nome: *O quadro de Enéas: carta dirigida aos Redactores da Imprensa Portugueza*, Lisboa, 1855, fol. gr., de 15 pag. com duas gravuras. Contém particularidades interessantes e noticiosas da sua vida artistica. Tambem publicou: *Programma allegorico ácerca do quadro, vulgarmente chamado pano de bôca, do Real Theatro de S. Carlos*, Lisboa, 1825.

Fonseca *(Antonio Manuel da)* Commendador das ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição; do conselho de S. M.; abastado proprietario e capitalista, um dos directores da Companhia das Aguas de Lisboa, quando ella se instituiu, e um dos seus maiores accionistas, etc. N. na freguezia de Avanca, do concelho de Estarreja, a 22 de dezembro de 1803, fal. em Lisboa a 8 de agosto de 1882. Era filho de Antonio José da Fonseca e de D. Maria Rosa da Fonseca. Dedicando-se á vida commercial, partiu ainda muito novo para o Rio de Janeiro, onde passados alguns annos conseguiu á força de muita actividade, ser proprietario d'uma das casas de fazendas por atacado mais importantes do Brazil. Do desenvolvimento da sua carreira commercial provieram-lhe grandes lucros, e quando se viu possuidor de avultada fortuna veiu a Portugal, casou com D. Maria Candida da Gama, senhora portuense, e voltou novamente para o Rio de Janeiro. Tendo fallecido sua mulher, passou a segundas nupcias com D. Constança d'Oliveira, natural do Brazil. Avultadas esmolas que deu aos asylos de Lisboa, e outras obras de caridade, lhe valeram o ser agraciado com uma commenda, e annos depois com a carta de conselho. Deixando mais tarde a sua casa commercial do Rio de Janeiro a pessoas a quem déra sociedade, regressou a Portugal, e fixou a sua residencia em Lisboa. Tornou-se então muito conhecido pelas brilhantes *soirées* que dava no seu palacio, onde se reunia a melhor sociedade de Lisboa. Em seguida a um d'estes bailes, deu a um asylo dois ou tres contos de réis em inscripções. Estas festas terminaram por causa do fallecimento de sua segunda mulher, succedido a 3 de dezembro de 1878. O commendador Antonio Manuel da Fonseca fundou uma escola no sitio de Villar Paraizo, concelho de Villa Nova de Gaia, onde possuia uma vasta propriedade.

Fonseca *(Antonio Pinto da)*. Capitão-general do sul na India Oriental, onde militou, assim como em Flandres, França e Allemanha. Era filho de Balthazar Pinto Camello, senhor da quinta de Val de Corregedor de Cabo Verde, e de Filippa de Mattos. Na chronica da provincia da Madre de Deus da India Oriental se encontra uma carta d'elle, escripta em 25 de outubro de

1628, pedindo ao papa Urbano VIII a beatificação d'um religioso d'aquella provincia.

Fonseca *(Antonio Pinto da)*. Fidalgo, cavalleiro de Malta, que serviu na Allemanha com o posto de coronel no tempo em que o nosso infante D. Duarte ali militou. Encarregado pelo infante de metter soccorro n'uma praça que estava sitiada, conseguiu o intento, mas recebendo nove feridas morreu n'essa empresa.

Fonseca *(Antonio Rebello da)*. Era natural de Lamego. Muito instruido no estudo da historia sagrada e profana, e principalmente em genealogia, escreveu a seguinte obra que ficou manuscripta: *Nobiliario da comarca de Lamego, principalmente de Fonsecas e Rebellos.*

Fonseca *(Antonio Rodrigues Chaves Pereira da)*. Bacharel em Canones pela Universidade de Coimbra, autor d'um *Elogio historico de D. João VI*, em verso solto, Porto, 1825.

Fonseca *(Antonio Thomaz da)*. Director da Academia Real de Bellas Artes de Lisboa, professor de desenho e ornato, na mesma academia;

Antonio Thomaz da Fonseca

lente de desenho do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa, director do Museu de Bellas Artes, etc. N. em Lisboa pelos annos de 1822 ou 1823, fal. a 17 de dezembro de 1894. Era filho do professor da referida academia, Antonio Manuel da Fonseca (V. *este nome*), e neto do pintor historico e professor da Escola dos Caetanos, João Thomaz da Fonseca. Artista por nascimento não desmereceu em merito a seu pae e a seu avô. Em 19 de agosto de 1844 partiu para Munich, onde contava entregar-se a serios estudos na arte de pintura, para que manifestava as mais felizes disposições, mas demorou-se ali apenas um anno. Comtudo, não abandonou o projecto de continuar os seus estudos na Allemanha, e com effeito, para ali voltou em agosto de 1846. Foi admittido no *atelier* do director Cornelius, tendo a fortuna de ser incluido no numero dos discipulos d'este professor. Completou os estudos no estrangeiro, estando tambem em França, na Italia e na Inglaterra, frequentando as grandes escolas e visitando os grandes museus d'arte. Regressando a Lisboa foi provido na cadeira de desenho e ornato da Academia das Bellas Artes, e em 1878 foi nomeado director da mesma academia, pelo fallecimento de Joaquim Pedro de Sousa, que então occupava aquelle logar. Mais tarde teve a nomeação de lente de desenho do Instituto Industrial e Commercial, e em 1882, quando se creou o Museu de Bellas Artes, foi escolhido para seu director, cargo inherente ao de director da academia. Antonio Thomaz da Fonseca foi o architecto do monumento dos Restauradores na Avenida da Liberdade; fez o projecto e dirigiu as obras. São seus os trabalhos de construcção do palacio do marquez de Penafiel, ás Pedras Negras, que fôram executados tambem sob a sua direcção; e o projecto para o monumento a D. Pedro IV, que obteve o segundo premio. Antonio Thomaz da Fonseca fez parte da commissão executiva da exposição retrospectiva da arte ornamental, realisada em Lisboa em 1882. Tinha a commenda da ordem de Carlos III, de Hespanha, e era socio do Gremio Artistico e da Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes.

Fonseca *(Augusto d'Arzilla)*. Doutor em Mathematica pela Universidade de Coimbra, e lente de Geometria descriptiva na mesma Universidade. N. no Funchal, e é filho de Manuel José da Fonseca. Foi doutorado a 27 de julho de 1884.

Fonseca *(Balthazar Luiz da)*. Este escriptor só se conhece por ter publicado em Lisboa em 1789 com o seu nome, o seguinte: *Auto de Santa Genoveva, Princeza de Brabante*

Fonseca *(Bartholomeu Soares da)*. Latinista N. em Fornos, no bispado de Vizeu, a 4 de dezembro de 1673; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Manuel Rodrigues e de Izabel Ferreira. Foi lente de humanidades em Lisboa. Deixou impressas varias elegias em latim e duas obras grammaticaes.

Fonseca *(Belchior de Pina da)*. Prior da freg. de N. S.ª da Assumpção, de Vilhó, no bispado de Coimbra Era natural da Guarda. Foi notario apostolico e secretario do synodo, que o bispo da Guarda, D. Francisco de Castro, celebrou a 20 de novembro de 1621.

Fonseca *(Bernardo da)*. N. na cidade de Coulão, situada nas costas do Malabar, na India Oriental. Contava poucos annos de edade quando veiu para Portugal na companhia de seus paes, Bernardo da Fonseca Osorio, fidalgo da Casa Real, capitão-mór de Coulão, e D. Luiza Lopes Pestana. Cursou a Universidade de Coimbra, e passou depois a Roma, onde se applicou ao estudo da lingua hebraica. Regressando a Portugal em 1603, foi thesoureiro na cathedral de Faro. Compoz algumas obras, que ficaram ineditas.

Fonseca *(Braz Ribeiro da)*. Doutor na faculdade de Jurisprudencia Cesarea, pela Universidade de Coimbra. N. no logar de Nabainhos, termo da villa de Gouveia, e fal. a 17 de dezembro de 1690. Era filho de Miguel Ribeiro Fur-

tado e de Leonor Fonseca do Amaral Cursou a Universidade, e depois de se doutorar, entrou no collegio de S. Pedro a 23 de julho de 1654, onde foi lente de Instituta a 19 de julho de 1662; dos Tres Livros a 19 de novembro de 1667; de Digesto Velho a 4 de outubro de 1671; de Vespera a 30 de outubro de 1676, e depois de Prima a 28 de julho de 1678, em que jubilou a 6 de dezembro de 1682, sendo reconduzido a 9 de julho de 1683. Foi desembargador dos aggravos na Casa da Supplicação, de que tomou posse por seu procurador o desembargador Christovão Alvares Coelho, e desembargador do paço.

Fonseca *(P. Caetano da).* Jesuita. N. em Lisboa a 17 de novembro de 1694; ignora se a data do fallecimento. Era filho de Pedro de Correia da Silva e de Maria de Santo Antonio. Recebeu o habito, ainda não tinha 16 annos, a 31 de março de 1710. Foi professor de Humanidades, Rhetorica e Theologia na Universidade de Evora, e procurador da Companhia de Jesus em Roma. Publicou um dos seus muitos sermões.

Fonseca *(Chrispiniano da).* Escriptor e jornalista, que depois de luctar desesperadamente, conseguiu fazer o curso de engenharia, emigrando depois para o Brazil, fallecendo ainda muito novo no Rio de Janeiro a 14 de fevereiro de 1894. Foi ali redactor do jornal *O Paiz*, onde, dizem, deixou trabalhos valiosos.

Fonseca *(D. Fr. Christovão da).* Religioso da ordem da Trindade; doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, reitor do collegio da sua ordem na mesma cidade, etc. N. em Lisboa no meado do seculo XVI, fal. a 28 de janeiro de 1616. Era filho de Diogo da Fonseca, cavalleiro da ordem de Christo, e de D. Izabel da Palma. Professou no convento de Lisboa a 24 de julho de 1570. Estudou Direito Canonico na Universidade de Coimbra, e depois Theologia no convento da Trindade da mesma cidade, recebendo as insignias doutoraes na referida Universidade. Foi por duas vezes reitor do collegio de Coimbra, duas vezes ministro do convento de Lisboa, e sendo eleito provincial em 1589, mandou edificar a casa da livraria do convento na côrte, concorrendo para ella com grande numero de livros, e mandou imprimir os hymnos e antiphonas em cantochão para que uniformemente se cantassem em toda provincia. Foi inquisidor e deputado do conselho geral do Santo Officio em 13 de janeiro de 1612, provisor e presidente da relação ecclesiastica de Evora, e depois coadjutor do arcebispo d'essa diocese com o titulo de bispo de Nicomedia. El-rei Filippe o nomeou prelado de Thomar, visitador e reformador do convento de Santos das commendadeiras da ordem de S. Thiago, e successor do bispo de Elvas, mas não chegou a gozar essa dignidade, pelo seu fallecimento. Juntamente com fr. Bartholomeu de Paiva compoz e reformou as constituições da sua ordem, que fôram impr ssas em 1691. Deixou varias obras manuscriptas.

Fonseca *(P. Christovão da).* Jesuita, prégador, professor e compositor de musica. N. em Evora em 1681, e fal. em 19 de maio de 1728. Era filho de João Duarte e de Luiza da Fonseca. Professou no noviciado d'aquella cidade a 25 de janeiro de 1699, e veiu depois para Lisboa ser mestre da capella na casa professa de S. Roque. N'aquella epoca era costume celebrar-se n'essa egreja um solemne *Te-Deum* no fim do anno, a que assistia a côrte; os jesuitas davam um grande apparato a esta solemnidade, na qual a musica tinha parte principal, distinguindo-se especialmente pelo grande numero de vozes. *No Te-Deum* de 1719, foi a musica composta e dirigida pelo padre Christovão da Fonseca, e ali se reuniram os melhores musicos que então existiam. Para o *Te-Deum* do fim do anno de 1720 serviu a mesma composição, repetida ou renovada. Em julho e agosto de 1727 nas pomposas festas que os jesuitas celebraram em S. Roque pela canonisação dos santos Luiz Gonzaga e Estanislau Kostka, festas que duraram muitos dias, houve em 9 de agosto vesperas solemnes com musica do padre Christovão da Fonseca. Pouco tempo depois d'estas festas, o mestre de capella de S. Roque foi accommettido d'um ataque apoplectico, e indo tomar os banhos das Caldas da Rainha, soffreu na volta a Lisboa segundo insulto, de que falleceu no caminho, contando 46 annos de edade.

Fonseca *(Fr. Damião da).* Religioso dominicano da ordem dos prégadores. N. em Lisboa a 27 d'abril de 1573; não se conhece a data do fallecimento, mas consta que vivia ainda em 1627. Era filho de Duarte da Costa e de D. Anna da Fonseca. Entrando para a ordem no convento de Valencia, Hespanha, em 1588, foi nomeado para defender conclusões no capitulo geral celebrado em Napoles no anno de 1600, e d'essa cidade passou a Roma, d'onde voltou ao seu convento de Valencia. Recebeu o grau de doutor em Theologia, e regeu uma cadeira d'esta faculdade; indo pela segunda vez a Roma, foi eleito mestre da ordem. Saiu de Roma a 25 de setembro de 1616, com o titulo de commissario e visitador geral para pacificar as discordias e reduzir ao estado primitivo da religião as provincias da Polonia e da Russia. Depois de se empregar durante tres annos com grande zelo no desempenho d'essa commissão voltou a Roma, onde segundo parece veiu a fallecer. Escreveu: *Justa expulsion de los Moriscos de España, con la instrucion, apostasia, y traicion delles; y repuesta a las dudas, que se ofrecieron ácerca desta materia*, Roma, 1612; dizem ser obra de muita erudição e doutrina, e que o autor compoz no espaço de um mez; foi traduzida em italiano, e saiu impressa em Roma, em 1611, antes de apparecer a edição hespanhola; *Relacion de lo que passo en la expulsion de los moriscos del reyno de Valencia; en a qual juntamente se trata del fim que hizieron estes miserables desterrados*, etc., Roma, 1612. Por uma advertencia impressa no verso da portada, consta que esta obra é inteiramente diversa da *Justa expulsion de los moriscos de España.* E' muito instructiva para a historia de Hespanha d'aquella epoca, e o autor fala como testemunha de vista, pois habitava em Valencia no tempo em que o governo adoptou e fez executar barbaramente tão cruel medida.

Fonseca *(Diogo da).* Corregedor da frota que levou a Africa o exercito, que foi perder-se em Alcacer-Kibir; foi elle que deu indirectamente origem á lenda dos falsos D. Sebastião. Effectivamente achava-se em terra, em Arzilla, depois da derrota, quando lhe vieram dizer que o rei de Portugal entrára á noite na cidade, procurando occultar-se ás vistas de todos como envergonha-

do da derrota. Diogo da Fonseca foi procural-o e encontrou um moço cavalleiro, chamado Diogo de Mello, que lhe confessou que na vespera se fizera passar por D. Sebastião, para que lhe abrissem as portas da cidade, e que lhe pedia lhe désse fuga, porque receava não sair vivo das mãos do povo, se este conhecesse o ardil. Diogo da Fonseca teve a culpada condescendencia de guardar segredo a esse respeito, e de deixar correr o boato de que el-rei D. Sebastião estivera em Arzilla. Debalde depois, a bordo da frota e em pleno conselho, declarou que tudo fôra mentira, e contou minuciosamente o que se passára. O boato espalhára se, e não havia meio já de se desmentir de fórma que o povo acreditasse o desmentido. Por uma coincidencia singular, quando appareceu em Portugal o primeiro falso D. Sebastião, conhecido pelo nome de *rei de Penamacor*, foi Diogo da Fonseca quem lhe instaurou processo, e quem o condemnou ás galés. Quando appareceu o segundo falso D. Sebastião, o chamado *rei da Ericeira*, foi ainda Diogo da Fonseca quem o perseguiu e capturou, tendo tido do archiduque Alberto, vice-rei de Portugal, poderes discricionarios, de que largamente abusou. Durante muito tempo correu o sangue a jorros na provincia da Extremadura; Diogo da Fonseca desejava dar provas do seu zelo, e foi o terror de Mafra, Torres Vedras e Ericeira. A forca estava permanente; era tanto o sangue derramado, que o archiduque Alberto se viu obrigado a pôr termo aos excessivos rigores do corregedor Diogo da Fonseca, que se tornara d'um servilismo sanguinario para com a realeza hespanhola, procurando ser agradavel, perseguindo e castigando os seus compatriotas, que se não mostravam affectos ao rei castelhano. Diogo da Fonseca foi um digno antecessor de Miguel de Vasconcellos.

Fonseca *(Duarte Manuel da).* Foi o autor d'um *Mappa estatistico e descriptivo da villa de Inhambane*, que se imprimiu em Nova Gôa. Este *mappa* é citado como *interessantissimo*, a pag. 236 da *Lista geral dos officiaes e empregados da Marinha e Ultramar, referida ao 1.º de de novembro de 1850*, por Luiz Travassos Valdez.

Fonseca *(Elias Antonio da).* Mestre de primeiras letras na freguezia das Mercês, profissão que exerceu durante muitos annos. N. em Lisboa em 1780, e morreu nos fins do anno de 1833 ou principios de 1834. Escreveu e publicou em Lisboa, com o pseudonymo de Eliano Aonio, o seguinte: *Versos de Eliano Aonio*, Lisboa, 1806; saíram periodicamente 6 folhetos de 16 pag.; *Lisarda, ou a dama infeliz, novella portugueza; Dorothéa, novella*, 1816; *Jaquelina, novella*, 1817; *Guilherme, ou a esposa encontrada, novella*, 1818; *Sofia, ou o consorcio violentado, novella*, 1818; *Armindo e Theotonio, ou a consorte fiel*, 1819; *Menandro e Laurentina*, 1819; *A força d'uma paixão, historia verdadeira*; saiu em nova edição, 1840; *Obras poeticas de Beliza, publicadas por Eliano Aonio*, 1825; 2 folhetos; *Elegia á morte de Sua Magestade o senhor D. João VI*, 1826.

Fonseca *(Faustino da).* Escriptor e jornalista. Nasceu a 1 de abril de 1871 em Angra do Heroismo, onde cursou com distincção o lyceu, com destino á carreira militar que as consequencias da revolta de 31 de janeiro de 1891 lhe não deixaram seguir. Estreou-se na imprensa em 1887 no numero unico *A Commemoração* (do 1.º de dezembro de 1640). Ainda em Angra dirigiu *O Noticiarista* (1889), e collaborou no *Angrense, Imparcial, Luctador, Districto d'Angra, Commercio, Artista, Voz do Povo, A Instrucção*, etc. Em Lisboa acompanhou o celebre grupo de *A Patria*, (1890), tomando parte nas agitações promovidas pela Associação Academica, de que foi membro do conselho fiscal, e vogal da commissão revisora de contas da Caixa de Soccorros a estudantes pobres. Escreveu artigos politicos no jornal republicano academico *A Justiça*, que succedeu á *Patria;* inscreveu-se no *Batalhão de Voluntarios Academicos*, que se offereceu ao governo para ir defender Lourenço Marques, e foi um devotado propagandista da *Subscripção Nacional*, organisando festas, e enviando-lhe de Angra donativos na importancia de 127$280 réis. Consagrando-se ao jornalismo, collaborou na *Batalha*, e foi desde 1893 redactor politico de *A Vanguarda*, que dirigiu de 10 de novembro de 1895 a 3 de janeiro de 1898. Soffreu prisões politicas em 1890, 1891 e 1892, sendo lhe n'esse anno instaurado um grave processo, de que foi amnistiado em 1893. A dictadura 95-96 crivou a *Vanguarda* de dezenas de processos, para pôr termo á sua resistencia. Respondendo pessoalmente a uma das querellas, movida pela Camara por causa do seu protesto contra uma offensa á *Subscripção Nacional*, foi condemnado, e cumpriu 3 mezes de prisão (1896), o que originou o seu livro *Trez mezes no Limoeiro*, de que fôram rapidamente exgotadas duas edições, e os *Dramas do Limoeiro* (1897) a nossa primeira peça social, que deu grande numero de representações. As flagrantes descripções do horror dos carceres levaram o governo a reformar o regimen d'aquella cadeia. Dirigiu mais a revista litteraria *Alma Nova* (1895), e collaborou no *Correio da Manhã, Seculo, 31 de Janeiro, Propaganda, Rectidão, Debate, Mundo, Paiz, Lucta, Diario de Manaus, Arauto* (da California), *Folha da Tarde. Voz do Operario, Brazil-Portugal, Serões*, etc. Para o theatro, além dos *Dramas do Limoeiro*, escreveu *Patria e Liberdade* (1892); *O Mar*, poesia dramatica recitada pelo actor Araujo Pereira (1898); traducção da *Dama de Oiros* (1899); *A descoberta da India* (1898). O concurso para que escreveu esse drama, mereceu-lhe o energico pamphleto *O escandalo dos dramas do concurso do centenario da India* (1898). Tendo-se estreado como escriptor com um livro de versos *Lyra da Mocidade*, em que avulta o intuito social, sua principal preoccupação, é na historia e no romance que nos dá a maior producção. Investigando profundamente, e renovando a historia, tem visto os seus trabalhos elogiosamente citados por Theophilo Braga no *Album Açoriano*, e na *Historia da poesia popular portugueza*, e por Rocha Pombo na *Historia do Brazil*, que tomou para base a sua *Descoberta do Brazil*. Este livro, que é por assim dizer a historia da civilisação portugueza, além da unanime consagração da imprensa de Portugal e Brazil, mereceu ao autor os diplomas de socio do *Instituto Portuguez de Pernambuco*, do *Instituto de Coimbra*, e a apresentação da sua candidatura a socio da *Academia Real das Sciencias*. Producto das suas investigações no seculo XVI, deu-nos mais os livros *Pedro Alvares Cabral, O descobrimento do caminho maritimo para a India*, e o romance *Beijos por lagrimas* (casamento de D. Manuel com D. Izabel).

Do seculo xiv deu-nos os romances *Arraia Miuda* (1906), que é a historia social do povo portuguez; *Padeira de Aljubarrota*, (1901), 2 vol.; *Os filhos de Ignez de Castro* (1905), e *Ignez de Castro* (1905), 4 volumes, já na 2.ª edição. A revolução de 1640, assumpto do drama *Patria e Liberdade*, é tambem a base do romance *As mulheres portuguezas na restauração de Portugal* (1902), 3 vol. As luctas liberaes, que conhece como poucos escriptores, pelas tradições da sua t rra e dos

Faustino do Fonseca

seus *(V. Fonseca, Faustino José da.)*, são o assumpto do livro *El-rei D. Miguel*, chronica popular do absolutismo; e do pittoresco romance *Os Bravos do Mindello*, passado na ilha Terceira. Em 1899 casou com a escriptora e pintora D. Virginia da Fonseca (V. *Fonseca, Virginia da)*. Além das associações que referimos, Faustino da Fonseca foi fundador e secretario da *Associação de Jornalistas e homens de letras*, fundador e director da *Associação de Imprensa Portugueza*, presidente da direcção da *União Angrense* (1883), fundador e director da *Academia litteraria de Lisboa*, e membro activo da *Societé d'études portugaises*, de Paris, etc. Estreando-se como conferente na associação academica *Amizade e Instrucção* (Angra 1886), tem sido devotado propagandista associativo, tendo feito conferencias em quasi todas as associações de Lisboa, e tomando parte em muitos comicios politicos. E' hoje membro da Commissão municipal republicana de Lisboa. A sua obra litteraria vae em cerca de 30 volumes.

Fonseca *(Faustino José da)*. Official do exercito libertador. N. em Lisboa a 17 de fevereiro de 1808, fal. em Angra do Heroismo a 9 de junho de 1868. Alistou-se voluntariamente em infantaria 13, a 15 de maio de 1823, quando povo e tropa se offereceram para a defeza da liberdade, vencida na Villafrancada, treze dias depois. Toma parte na batalha de Coruche da Beira contra as forças absolutistas (1827). Em 1828 é demittido, como liberal; emigra e vae ter á ilha Terceira, onde casa. (V. *o artigo anterior, relativo a seu neto)*. Desembarca no Mindello, ganha a Torre e Espada na batalha de Ponte Ferreira, e faz o cerco do Porto, e o resto da campanha no bravo regimento de infantaria 18. Vae em seguida combater pela liberdade na divisão auxiliar de Hespanha, e por fim toma parte no pronunciamento da Patuléa, sendo desterrado. Promovido a major e collocado na disponibilidade, reforma-se em 1850. Era cavalleiro da ordem de Aviz e da Torre e Espada, e tinha a medalha da divisão auxiliar de Hespanha e das Campanhas da Liberdade.

Fonseca *(Felix Feliciano da)*. Com este nome, de que não ha certeza de que seja verdadeiro ou supposto, fôram publirados em Lisboa no meado do seculo xviii alguns papeis noticiosos, ou relações avulsas de successos notaveis, entre os quaes se contam os seguintes, com a data de 1753: *Relação dos felicissimos successos obrados na India Oriental, em o vice-reinado do ill.mo e ex.mo sr. Marquez de Tavora... extrahida de algumas cartas remettidas a esta côrte; Relação verdadeira de dois casos dignos de memoria, que aconteceram junto a Faro, cidade do reino do Algarve; valor e brio com que se houveram os naturaes d'aquelle reino com os alevantados, preza que fizeram*, etc.; *Relação do que aconteceu aos demarcadores portuguezes e castelhanos no sertão das terras da Colonia; opposição que os indios lhe fizeram*, etc.

Fonseca *(Fernando Solis da)*. Mestre em Artes e professor de Medicina na Universidade de Coimbra, onde exercia o magisterio pelos annos de 1584 e 1585. Era natural de Lisboa, mas desconhecem-se as datas do nascimento e fallecimento. Tomou o grau de mestre em Artes a 4 d'outubro de 1575. Escreveu: *Regimento para conservar a saude e vida, dividido em dois dialogos: o primeiro trata das seis cousas não naturaes; o segundo das qualidades do ar, sitios e mantimentos do termo de Lisboa*. O autor segue em muitos logares d'este livro a Luiz Mendes de Vasconcellos no *Sitio de Lisboa*, sem o citar, d'onde transcreve varios trechos. Parece que foi o primeiro tratado hygienico, que se publicou em Portugal.

Fonseca *(Fr. Francisco da)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho; doutor em Theologia e lente da Universidade de Coimbra. N. em Villa Franca de Xira, e fal. a 14 de setembro de 1643. Era filho de João de Barros e de Estacia de Abreu. Professou no convento da Graça, de Lisboa, a 2 de fevereiro de 1577. Foi mestre nos claustros da sua religião, e depois de se ter doutorado em Theologia a 31 de julho de 1607, foi lente de Escriptura, de que tomou posse a 25 de julho de 1609; da cadeira de Durando a 9 de março de 1618, de Escoto a 27 de novembro de 1613, onde jubilou com igualações á de Vespera. Deixou manuscriptas varias obras theologicas.

Fonseca *(P. Francisco da)*. Jesuita. N. em Evora a 12 de outubro de 1668, fal. em Roma a 3 de maio de 1738. Chamava-se no seculo Francisco Duarte. Era filho de João Duarte e de Luiza da Fonseca. Estudou na Universidade de

Evora as letras humanas e Philosophia em que recebeu o grau de mestre, e foi admittido na Companhia de Jesus, no noviciado de Lisboa, a 4 de julho de 1686. Por ser muito versado em humanidades, as foi ensinar no collegio do Funchal, d'onde voltou, soffrendo na viagem um terrivel naufragio a 27 de janeiro de 1696, de que escapou milagrosamente. Em 1708 acompanhou, na qualidade de confessor, a Fernando Telles da Silva, conde de Villar Maior, quando este fidalgo foi por embaixador á côrte de Vienna concluir os desposorios do D. João V com a rainha D. Maria Anna d'Austria. Em 1715 voltou á mesma côrte com o P. Alvaro Cienfuegos, ministro de Carlos VI em Lisboa, para tratar o negocio da testamentaria do almirante de Castella D. João Thomaz Henriques de Cabrera, e tendo concluido esse negocio, foi a Roma com o mesmo padre Cienfuegos, que fôra eleito cardeal em 30 de setembro de 1720, e ali assistiu com elle alguns annos tratando tambem dos negocios que de Portugal lhe haviam sido incumbidos, como procurador geral das missões do Oriente. Por duas vezes foi á Sicilia a tomar posse, em nome do referido cardeal, do bispado de Catania e arcebispado de Monreal. Voltando da curia, passou a Portugal, e pouco depois retirou-se novamente a Roma, fallecendo na casa professa d'aquella cidade. Escreveu: *Embaixada do conde de Villar Maior Fernando Telles da Silva á côrte de Vienna, e viagem da rainha nossa senhora D. Maria Anna de Austria, de Vienna á côrte de Lisboa; com uma noticia das provincias e cidades por onde se fez a jornada*, Vienna, 1717. Setenta annos depois imprimiu-se um resumo ou extracto d'esta obra, com o titulo seguinte: *Relação verdadeira da jornada que desde Lisboa fez á côrte de Vienna d'Austria o conde de Villar Maior, como embaixador do senhor rei D. João V, a pedir ao imperador Joseph seu irmão, e á imperatriz viuva sua mãe, a sr.ª D. Maria Anna de Austria para rainha de Portugal... com uma breve descripção das terras por onde transitou; para instrucção dos curiosos; tudo escripto por um ecclesiastico douto, que o conde levava por confessor... impresso a primeira vez em Vienna anno de 1717;* Lisboa, 1787. O conselheiro José Silvestre Ribeiro escreveu ácerca d'esta obra, no *Jornal do Commercio* de 12 de outubro de 1866, um artigo, no qual se prova com exemplos tirados do proprio livro, que o padre Fonseca foi *um escriptor muito engraçado e escrupulosamente justiceiro*. Escreveu mais: *Evora gloriosa*; *Epilogo dos quatro tomos da «Evora Illustrada» que compoz o R. P. Manuel Fialho, da Companhia de Jesus, accrescentada e amplificada*, etc., Roma, 1728; o referido escriptor José Silvestre Ribeiro, falando d'esta obra na sua *Resenha da Litteratura Portugueza*, pag. 26, chama-lhe: «composição a que presidiu um admiravel espirito de ordem, tornando a sua disposição sobremaneira methodica, regular e clara»; *Compendio da vida de S. João Nepomuceno*, etc., Vienna, 1708; edição depois em Lisboa, 1712; saiu com o nome supposto de Affonso Franco; *Maria Santissima, Mystica cidade de Deus, breve compendio da vida e mysterios de Maria, que nas obras da veneravel Madre Soror Maria de Jesus d'Agreda se contém... Recopilação das mesmas obras;* Lisboa, 1738; sem o nome do autor; fez-se nova edição em 1746, *accrescentada n'esta ultima impressão com as doutrinas que a Virgem Santissima deu a sua serva, para maior intelligencia dos mysterios, que se comprehendem na obra; Breve resumo da Vida do ven. P. Antonio Vieira;* saiu traduzida em castelhano no principio das obras do referido padre; Barcelona, 1734; e Pamplona, 1735; *Noticia dos Santos da Allemanha por todos os mezes do anno;* parece que ficou incompleta. Em manuscripto deixou: *Tratado das Canonisações pelas duvidas que se oppozeram á Beatificação do rev. Padre José Anchieta da Companhia de Jesus*.

Fonseca (*Francisco Duarte Pinto da*). Parece ser este o nome d'um official de artilharia, que em 1797 publicou em Lisboa o seguinte livro: *Memoria dos successos da guerra dos Pyrinéos Orientaes entre Hespanha e França, exactamente observados e examinados desde o dia do desembarque do exercito portuguez em Rozas, até o seu reembarque em Barcelona em 28 de outubro de 1795; por F. D. F. L. V., official de artilharia do mesmo exercito*. O nome que deram a Innocencio da Silva, como sendo o do autor, não combina com as iniciaes escriptas no livro. Innocencio ainda diz, no vol. VI, do *Diccionario Bibliographico*, a pag. 181, que n'este livro se pódem colher algumas noticias mais circumstanciadas, ácerca da parte que a tropa auxiliar portugueza tomou n'aquella campanha, que ficou vulgarmente conhecida entre nós pela denominação de *Campanha de Roussilhão*.

Fonseca (*P. Francisco Gomes da*). Presbytero secular. Escreveu: *Hymnodia Lusitana, ou os hymnos traduzidos em poema portuguez concernente ao texto e metro latino adjunto, segundo a serie do Breviario Romano*, etc., Lisboa, 1786.

Fonseca (*Francisco Lourenço da*). Negociante no Brazil, para onde foi muito creança para se entregar á vida commercial, e onde permaneceu perto de 30 annos. Nasceu em 1818, e falleceu a 9 de março de 1906. O commendador Francisco Lourenço da Fonseca passou o melhor sua mocidade na provincia do Rio Grande do Sul, no Brazil. Com o seu trabalho activo e intelligente conseguiu angariar avultados bens de fortuna. Prestou muitos serviços á colonia portugueza d'aquella provincia, entre os quaes se contam a fundação do seu hospital e capella. Vindo para Portugal em 1862, entrou logo para a direcção do Asylo de Santa Catharina, e na sua gerencia de muitos annos prestou os mais desvellados e caridosos serviços. Fundara-se em 1861 a Real Sociedade Promotora de Bellas Artes, sendo os seus estatutos approvados por decreto de 8 d'agosto d'aquelle anno, e o commendador Lourenço da Fonseca tornou-se um dos seus importantes subscriptores. Exerceu durante 10 annos o cargo de thesoureiro, e prestou tão valiosos serviços, que el-rei D. Luiz, que era o presidente, o agraciou com a commenda da ordem de Christo, recebendo tambem o diploma de academico de merito. Organisou-se uma commissão para se construir um monumento a Luiz de Camões, que seria inaugurado em 1880, a 10 de junho, commemorando o tricentenario da sua morte, sendo o esculptor e professor da Academia das Bellas Artes, Victor Bastos o encarregado de esculpir a estatua. A essa commissão logo se associou o commendador Fonseca, sendo um dos membros mais prestantes, obtendo donativos da colonia portugueza no Bra-

zil, que serviram de poderoso auxilio. Pertenceu depois á vereação da camara municipal de Lisboa, e o seu nome ficou vinculado aos melhoramentos que se fizeram nos passeios da Estrella e de S. Pedro d'Alcantara, na arborisação dos largos e das praças, embellezamento dos chafarizes, etc. Pela sua iniciativa se deve em grande parte a construcção da Avenida da Liberdade, como se vê da sua proposta apresentada na sessão da camara de 24 de janeiro de 1876, e que em seguida transcrevemos 114 do *Archivo Municipal* pag.: «Senhores. Proponho que a Camara Municipal de Lisboa solicite, com urgencia, do governo, uma lei de expropriação, por zonas, afim de lhe conceder o terreno preciso para o rompimento de uma avenida que parta em toda a largura do Passeio do Rocio, e pelo valle que medeia entre as ruas do Salitre e S. José, com direcção a S. Sebastião da Pedreira ; alongando-se e alargando-se convenientemente para se formarem novas praças e ruas, de sorte que se dêem a esta Camara terrenos espaçosos para novas edificações e embellezamentos em tudo dignos d'esta cidade, a mais bem situada da Europa, e a mais favorecida da Providencia, pela amenidade do seu clima.» A obra depois realisou-se contribuindo devotadamente Rosa Araujo, então presidente da Camara *(V. Araujo, José Gregorio da Rosa)*. Foi tambem um dos membros mais dedicados e enthusiastas da Commissão Central Primeiro de Dezembro de 1640, onde exerceu os cargos de thesoureiro e de vogal da commissão executiva. Por sua iniciativa se levantou o monumento dos Restauradores da Independencia Nacional de 1640, na praça do mesmo nome na Avenida da Liberdade. Para a realisação do monumento tambem promoveu, juntamente como visconde de Sanches de Baena, uma valiosa subscripção da colonia portugueza no Brazil, como consta das actas da referida Commissão, datadas de 19 de setembro, 17 de outubro e 12 de dezembro 1871. Tambem foi presidente da Junta do recenceamento militar e maritimo. O commendador Fonseca casou com D. Maria José Gaia da Fonseca. D'este consorcio, entre outros filhos, houve o dr. Francisco Lourenço da Fonseca, medico especialista de doenças dos olhos (V. *o artigo seguinte*), e o dr. Alvaro da Fonseca, medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, sub-delegado de saude substituto, e que exerce clinica n'esta capital.

Fonseca *(Francisco Lourenço da)*. Medico ophtalmologista, pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. N. no Rio Grande do Sul a 10 de junho de 1848, fal. em Lisboa a 6 de julho de 1902. Era filho do commendador Francisco Lourenço da Fonseca (V. *o artigo antecedente*), e de D. Maria José Gaia da Fonseca. Seus paes, reconhecendo-lhe uma pronunciada tendencia para a litteratura, sciencias e bellas artes, vieram do Brazil para Portugal, nos principios do anno de 1860, com o proposito de lhe desenvolver as faculdades por meio de estudos bem encaminhados. Concluidos os preparatorios matriculou-se na Escola Polytechnica, onde cursou com toda a distincção engenharia civil até ao 4.º anno do curso. A sua vocação, porém, levou-o a mudar a direcção dos estudos, e a dedicar-se de preferencia ás sciencias medicas. Passou á Escola Medico-Cirurgica de Lisboa em 1871, completando o curso em julho de 1876, defendendo a sua these inaugural sobre a *Atrophia do nervo optico*, que n'esse mesmo anno publicou. Na Academia das Bellas Artes, tambem na epoca em que se matriculou na Escola Medica, foi um dos alumnos mais distinctos sendo premiado em todos os exames. O estudo medico a que se entregou com mais dedicação foi o da ophthalmologia. Attrahido pelas maravilhosas curas do afamado medico especialista Van der-Laan, conseguiu ainda durante o curso, ser seu discipulo e ajudante, e, depois de o concluir, seu collega no consultorio. Em janeiro de 1878 foi nomeado medico-oculista da Real Casa Pia de Lisboa. Realisou tres viagens scientificas por toda a Europa: a primeira no anno de 1878, em que visitou as clinicas de doenças de olhos dos doutores Lopez Ocaña e Carrera y Aragó, em Hespanha; as de Wecker, Meyer, Landolt, Golezowski, em Paris; Reymond, Quagliuo. Sperino, Castorani, e outros no norte da Italia, a de Becker (Heidelberg) e a do celebre Danders (Utrecht). Na segunda viagem frequentou, além das principaes de Paris, as clinicas dos doutores Gayert, de Lião; a de Homer (Suissa), a do immortal Arlt (Vienna d'Austria) e Hirshiberg (Berlim). A terceira em 1889, em longa digressão pela Europa visitou a clinica de Noerdenson em Stockholmo, e com assiduidade as de mais nomeada em Paris. Tambem não esqueceu os grandes hospitaes exclusivamente de doenças dos olhos, visitando, entre outros, o hospicio *Des Quinze Vingts*, de Paris, e *Osped le Maggiore*, de Turim. Estabeleceu depois em Lisboa, na praça de Luiz de Camões, um consultorio especialista de doenças dos olhos, que era muito concorrido. Com o seu caracter bondoso tratava gratuitamente todos os pobres que recorriam ao seu auxilio, fornecendo-lhes os medicamentos, hospedando-os por muitas vezes na sua propria casa, sustentando-os e vestindo-os emquanto durava o tratamento. O nome do dr. Lourenço da Fonseca tornou-se popular no paiz pelas importantes curas que realisou, e no estrangeiro pelos seus livros sobre as referidas enfermidades, escriptos tanto em portuguez como em francez. Conforme dissémos, fôra discipulo laureado na Academia das Bellas Artes, e antes de se dedicar seriamente aos seus trabalhos medicos, cultivara a pintura, a poesia e a litteratura romantica. Aos 13 annos escreveu os seus primeiros versos; aos 15, juntamente com Luciano Cordeiro, dr. Alves Crespo, Gervasio Lobato, e outros, todos companheiros dos estudos, fundou *O Clamor academico*, que foi o predecessor d'uma serie de jornaes litterarios: *Voz academica*, *O Polytechnico*, *Estudos academicos*, *Club* e *Colibri*. Em 1878, de collaboração com o dr. Van-der-Laan, publicou o *Periodico de Ophthalmologia Pratica;* o do 2.º anno saiu em 1880; e do 3.º, em 1881, publicaram-se apenas dois numeros. No anno de 1880 tambem publicou o *Archivo ophtalmo-therapico de Lisboa*, que saía duas vezes por mez; formaram-se 8 volumes, terminando em dezembro de 1887. Muitos dos seus artigos insertos n'este *Archivo*, fôram traduzidos e transcriptos nos mais celebrados periodicos estrangeiros. Com o dr. Moura Brazil, o medico-oculista mais notavel do Brazil, fundou a *Revista Brazileira de Ophthalmologia*. Collaborou em jornaes scientificos de Portugal, e nos do Brazil, Hespanha, França e Allemanha; foi correspondente litterario dos importantes jor-

naes parisienses: *Révue générale de Ophthalmologie* e *Archives de Ophthalmologie*. Em 1893 inseriu no *Seculo* uma série de artigos, intitulados *O Amazonas;* era um jornal da viagem, em que narrava as suas impressões de viagem a este formoso rio. Alguns annos antes de fallecer, resolvera ir ao Brazil levar o auxilio da sua sciencia, e para lá se foi estabelecer. Esteve em Buenos Ayres, e d'ali regressou a Lisboa, onde chegou a 3 de julho de 1902, soffrendo uma terrivel doença, vindo a succumbir tres dias depois no Grande Hotel Central, onde se hospedara. O dr. Lourenço da Fonseca era membro da Academia Real das Sciencias de Lisboa, do Instituto

Francisco Lourenço da Fonseca

de Coimbra, da Sociedade de Geographia de Lisboa, da Academia de Medicina e Cirurgia e Instituto hydrotherapico de Madrid, da Société Française de Ophthalmologie, das academias medico-pharmaceuticas de Barcelona e de Cadiz. Tinha o grau de cavalleiro das ordens de Christo, S. Thiago, e de Izabel a Catholica de Hespanha, etc.; era medico da Real Casa Pia e da Casa de Saude Lisbonense. Sobre medicina escreveu e publicou os seguintes livros: *Notas estatisticas e observações clinicas do consultorio de Lourenço da Fonseca;* 1.º trimestre, agosto a novembro de 1879; Lisboa, 1879; *Boletim geral do Consultorio Oculistico de Lourenço da Fonseca*, medico-oculista da Real Casa Pia, etc., de agosto de 1879 a janeiro de 1881, Lisboa, 1881; publicaram-se 5 boletins, sendo o ultimo de agosto de 1888 a junho de 1890; *Relatorio da secção de Ophthalmologia, Expedição scientifica á serra da Estrella, promovida pela Sociedade de Geographia de Lisboa*, em 1881; *Hygiene da vista nas escolas; Le fond de l'œil dans quelques maladies moins frequentes de la retine, du nerf optique et de la choroïde*, Lisboa, 1883; este seu valioso trabalho e estudo valeu-lhe o ser felicitado pelos illustres medicos Wecker, Meyer, etc.; *Atlas ophthalmoscopico com desenhos do natural*, Lisboa, 1888; *Sobre a technica da operação da cataracta; cabellos nos olhos* (escripto popular), *Ophthalmia dos recem-nascidos* (escripto popular), Parahyba, 1892; *De alguns specimens da flora brazileira, que no Brazil tem applicação no tratamento das enfermidades dos olhos*, Parahyba, 1893. Os seus trabalhos litterarios e poeticos, são: *Entre saudades, Un printemps*, em prosa e verso; *1818, Memorias de meu pae; N'um vôo de andorinha*, narrativas de viagem; *O sangue (perfil de mulher)*, poema; *Excerptos da carteira de um viajante; De polo a polo*, narrativas de viagem; *Ultimos cantares*, poesias; *Annito*, poema; *No Douro e Tejo*, 2 vol. de poesias; *Azul e Negro* e *Goivos da aldeia*, romances; *Na rêde; Lendas do Universo; O Martyrio d'uma mulher honesta*, etc.

Fonseca *(Francisco Pereira Rebello da)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, desembargador da Relação do Porto, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. Fal. pouco antes do anno de 1814. Escreveu: *Descripção economica do territorio que vulgarmente se chama Alto-Douro*; saiu nas *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias*, tomo III; *Memoria sobre a cultura das vinhas, e manufacturas do vinho;* saiu nas *Memorias da Agricultura, premiadas pela Academia Real das Sciencias*, tomo II.

Fonseca *(Francisco Xavier dos Santos da)*. Jurisconsulto; bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, advogado da Casa da Supplicação, procurador da Fazenda Real da repartição das Sete Casas, e procurador da mitra patriarchal, de que tomou posse a 5 de junho de 1744. N. em Lisboa a 21 de abril de 1707. Ignora se a data do fallecimento. Era filho de Antonio dos Santos e de Antonia Maria da Fonseca. Estudou Grammatica no collegio dos jesuitas, e Philosophia na Congregação do Oratorio; applicou-se na Universidade á sciencia dos sagrados Canones, em que recebeu o grau de bacharel a 6 de abril de 1728. Voltando para Lisboa, depois de ser admittido no numero dos advogados da Casa da Supplicação, foi nomeado desembargador do paço a 24 de outubro de 1721. Era muito versado na historia sagrada e profana, e academico dos Arcades, com o nome de *Lysidas*. Escreveu varias obras juridicas, entre as quaes se contam as *Addições ás Remissões ás ordenações* do dr. Manuel Barbosa. São 2 volumes in folio, escriptos em latim, e que se imprimiram em 1732 e 1739.

Fonseca *(Gabriel da)*. Medico. N. em Vizeu na segunda metade do seculo XVI, e fal. em Roma a 20 de maio de 1668. Foi lente de medicina nas Universidades de Pisa e de Roma, e medico dos papas Innocencio X e Alexandre VII. Deixou impressa em Roma uma obra escripta em latim, sobre medicina.

Fonseca *(Gaspar Joaquim da)*. Esculptor. N. em Vizeu, em 1796, fal. com 33 annos de edade, em 1829 Veiu para Lisboa aos 7 annos, e durante tambem 7 annos estudou com o professor Joaquim José de Barros Laborão. Trabalhava em pedra e em madeira, com muito talento. Em 1822 foi nomeado adjunto na escola de esculptura.

Fonseca *(Gaspar Leitão da)*. Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra; academico supranumerario da Academia Real da Historia Portugueza, etc. N. em Thomar a 13 de janeiro de 1680, e parece que ainda vivia em 1759. Era filho de Sebastião Leitão da Fonseca e de Anna Leitão. Depois de ter estu-

dado letras humanas, oratoria e mythologia, passou á Universidade, e ali se applicou ao estudo de Jurisprudencia Pontificia, recebendo o grau de bacharel n'esta faculdade. Não seguiu, porém, a carreira do fôro, e viveu dos seus rendimentos, sem se occupar em empregos, dedicando-se á poesia. Escreveu muito em prosa e em verso, podendo se vêr os titulos d'estas composições na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. II, pag. 359. Deixou muitos manuscriptos, e entre elles *O Irenidos*, poema heroico da vida e martyrio de Santa Iria Publicou tambem o seguinte poema castelhano em 10 cantos ou romances hendecasyllabos, intitulado: *La Izabel, a la Devocion de la augustissima señora D. Marianna de Austria, Reyna de Portugal; poema mystico*, Lisboa, 1731.

Fonseca *(D. Gaspar do Rego da).* Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra; bispo do Porto, etc. N. em Villar Maior em 1576, fal. em Lisboa a 13 de julho de 1639. Era filho de Daniel do Rego e de Leonor da Fonseca. Foi vigario geral, provisor e visitador dos bispados da Guarda, Coimbra, Braga e Lisboa, acompanhando sempre o prelado D. Affonso Furtado de Mendonça, e depois coadjutor do arcebispo de Lisboa, D. João Manuel, com o titulo de bispo de Targa. Sendo nomeado bispo do Porto por Filippe III, foi a Madrid por mandado d'aquelle monarcha, e assistiu na côrte fazendo parte da Junta dos Tres Estados. Regressando a Portugal, adoeceu durante a jornada, fallecendo quando chegou a Lisboa. Deixou impressa uma obra em latim, e em manuscripto um *Livro das egrejas e beneficios da Comarca de Villa Real, arcebispado de Braga*, etc.

Fonseca *(Gastão Baptista da)*. Tachygrapho da camara dos deputados, jornalista, escriptor e poeta. N. em Vizeu em 1835, fal. em Lisboa a 15

Gastão Baptista da Fonseca

de agosto de 1884. Era filho de José Baptista Gastão, secretario geral do districto de Vizeu, advogado, redactor em chefe do Diario da Camara dos Deputados, etc. *(V. Gastão)*, e de sua mulher, D. Maria Dorothéa Gastão da Fonseca. Dedicando-se á politica, filiou-se no partido regenerador. Muito amigo de Pedro Correia, foi um dos que mais trabalharam energicamente para que se sustentasse o *Diario Illustrado*, a cuja fundação assistira, em junho de 1872, conservando-se na sua redacção até que falleceu. Foi primeiro tachygrapho da camara dos deputados, sendo um dos mais habeis e dos mais antigos, servindo tambem muitas vezes de redactor. Além do *Diario Illustrado*, collaborou em outros jornaes, onde se encontram muitas das suas poesias. Fundou em 1879 o semanario humoristico *O Pae Anselmo*; publicou em 1872 um gracioso poemeto critico, intitulado: *Os paes da mãe patria;* traduziu em versos portuguezes a opera do visconde d'Arneiro, *O Prodigio, ou O Elixir da Mocidade*, que se cantou em S. Carlos pela primeira vez em 31 de março de 1876, que saiu impressa n'essa mesma occasião, com o original em italiano e a traducção portugueza. Na collecção de romances, intitulada *Collecção Pedro Correia*, ha muitos que fôram por elle traduzidos, assim como n'outra collecção, publicada tambem por Pedro Correia, de romances de Alexandre Dumas. Gastão da Fonseca era muito considerado e muito estimado. Falleceu na edade de 49 annos, victima da tuberculose.

Fonseca *(Henrique de Sousa da).* General de divisão reformado, tendo pertencido á arma de artilharia, chefe de secção da repartição das obras publicas do respectivo ministerio, e cavalleiro das ordens de Aviz e de N. S.ª da Conceição. N. em 1813, fal. em Lisboa a 3 de abril de 1855. Escreveu: *Discurso recitado por occasião da abertura das aulas de primeiras letras e de mathematica estabelecidas no 1.º regimento de artilharia*, Lisboa, 1843.

Fonseca *(Isaac Abohab da).* Judeu portuguez. N. em Castro Daire, e fal. em 1692 ou 1693. Tinha 7 annos de edade quando foi levado para Hollanda por sua familia, que se vira obrigada a emigrar. Ali foi discipulo de Uriel da Costa, mostrando sempre grande talento. Parece que passou ao Brazil com os conquistadores hollandezes de Pernambuco, e regressando depois a Amsterdam, exerceu cargos elevados na synagoga portugueza. Em Amsterdam conheceu o padre Antonio Vieira, que admirou muito o seu talento e o seu saber, principalmente as qualidades que manifestava nos sermões, genero que o padre Antonio Vieira podia bem apreciar. Estes sermões eram em portuguez e prégados na synagoga portugueza. Parece que algum se publicou, mas as obras de Abohab da Fonseca, são, na maior parte, escriptas em castelhano e em hebraico. Entre as obras em castelhano, nota-se uma paraphrase commentada do Pentateuco, pela qual Antonio Ribeiro dos Santos professava grande admiração. Foi impressa em Amsterdam em 1675.

Fonseca *(João da).* Sargento-mór do reino do Algarve. Serviu pelo espaço de 33 annos em diversos reinos da Europa, e voltando a Portugal em 1573, no tempo em que se procedia a grandes preparativos para a expedição de Africa, foi nomeado sargento-mór no Algarve. Escreveu a seguinte obra, que não chegou a imprimir-se: *Dialogo e discurso militar sobre o officio de sargento-mór.* O manuscripto existia na bibliotheca do marquez de Valença.

Fonseca *(P. João da)*. Jesuita; lente de Philosophia na Universidade de Evora, reitor do noviciado de Lisboa, etc. N. em Vianna do Alemtejo em 1632, e fal. em Lisboa, no collegio de Santo Antão, a 1 de outubro de 1701. Era filho de Bartholomeu Sondo e de Angela Coelho. Entrou na Companhia de Jesus aos 17 annos de edade, no noviciado de Evora, a 19 de janeiro de 1649, e professou a 15 de agosto de 1650. Foi professor da Universidade de Evora durante 4 annos, e visitador do Collegio do Funchal. Missionou nas villas de Abrantes, Alcacer do Sal, Castello de Vide, e cidade de Beja. Foi mestre do noviciado de Coimbra; perfeito dos Irmãos do Recolhimento de Evora. Distinguiu-se muito na Theologia ascética. Escreveu: *Norte espiritual da vida christã, pelo qual se deve governar o que deseja acertar em o caminho da perfeição*, Coimbra, 1687; 2.ª edição, 1721; *Espelho de penitentes*, etc., Evora, 1687; *Escola da doutrina christã, em que se ensina o que é obrigado a saber todo o christão*, Evora, 1688; 2.ª edição, 1750; *Guia de enfermos moribundos, e agonisantes*, Lisboa, 1689; *Instrucção espiritual para antes e depois da sagrada communhão*, Lisboa, 1689; *Allivio de queixosos na morte dos que amaram em vida, e como se hão de consolar c haver no seu estado os que enviuvarem*, Lisboa, 1689; *Antidoto da alma para medicina de escrupulos, remedio de tentados, e preservativo de enganos e illusões*. Lisboa 1690; *Sylva moral e historica, que contém a exp,icação e discursos moraes de diversas materiasl, confirmadas com seis centurias de exemplos escolhidos, c historias selectas*, Lisboa, 1696; *Satisfação de aggravos, confusão de vingativos, por modo de dialogo entre um eremita e um soldado*, Evora, 1700.

Fonseca *(João da)*. Cirurgião do hospital de Todos os Santos, nomeado em 1676. Falleceu em 1708.

Fonseca *(Fr. João Marianno de Nossa Senhora do Carmo da)*. Religioso da ordem de S. Francisco da provincia dos Algarves Não se sabe a data do nascimento nem do fallecimento. Era ardente partidario do infante D. Miguel, e em 1834, quando se aboliram as ordens religiosas, secularisou-se, e foi reitor d'um collegio até que falleceu. João Francisco Dubraz, nas suas *Recordações dos ultimos quarenta annos*, a pag. 90 e 91, e 235, dá algumas noticias a seu respeito. Escreveu: *Relação da revolução de Campo Maior em 1808, dada á luz por Francisco Cesario Rodrigues Machado*, Lisboa, 1813. Parece que esta publicação foi feita contra vontade do autor.

Fonseca *(João Mendes da)*. Presbytero secular, conego da sé de Lamego. Era natural da mesma cidade. Escreveu: *Interpretação literal ás Satyras de Persio, com algumas annotações*, Lisboa, 1785; *Instrucções praticas e necessarias sobre os ritos e cerimonias da Missa resada e cantada*, Porto, 1787; *Memoria Chronologica dos excellentissimos Prelados que teem existido na cathedral de Lamego, desde o meio do sexto seculo até ao octogesimo oitavo anno do decimo oitavo*, Lisboa, 1789.

Fonseca *(João Pinheiro da)*. Fidalgo da Casa Real; cavalleiro professo da ordem de Christo; doutor e lente das cadeiras do Codigo e do Digesto Velho, na faculdade de Leis na Universidade de Coimbra; collegial e reitor do Collegio de S. Pedro da mesma cidade; desembargador com exercicio em uma das Casas dos Aggravos da Supplicação; juiz dos cavalleiros das ordens militares em 1753; juiz conservador da Nação Britannica em 1754. Falleceu em 21 de junho de 1768. Era filho de Manuel Pinheiro da Fonseca, proprietario abastado, e de sua mulher D. Maria Izabel Monteiro. Pinheiro da Fonseca foi o segundo administrador da capella de N. S.ª do Pilar. Casou em 1741, ou 1742, com D. Maria Angelica da Silva Vieira, que pelo padrão de 25 de abril de 1730 tinha a mercê do habito de Christo, com a tença de 12$000 réis annuaes para a pessoa que com ella houvesse de casar, cuja mercê lhe fôra feita em virtude do legado e justificação dos serviços militares praticados na India por seu primo João de Sousa Machado Magalhães e Menezes, que para ali tinha ido servir com praça de voluntario. Esta senhora era filha de Domingos Vieira da Silva, fidalgo cavalleiro da Casa Real, sargento-mór das ordenanças do concelho de Vieira, familiar de Santo Officio, abastado proprietario e negociante de grosso trato da praça commercial de Lisboa, casado com D. Paschoa Maria dos Anjos.

Fonseca *(João Ribeiro da)*. Doutor em Direito Civil, e lente da Universidade de Coimbra, desembargador da Relação do Porto e da Casa da Supplicação. N. na Torre de Moncorvo e fal. em Sernancelhe a 12 de setembro de 1715. Era filho de Francisco de Moraes Mesquita e de Maria de Castro Osorio, ambos de familias nobres. Depois de ter estudado Humanidades e alcançado o grau de mestre em Artes, cursou Jurisprudencia Cesarea na Universidade de Coimbra, e depois de se doutorar foi admittido a collegial do Collegio Real de S. Paulo em 1688. Foi lente de Instituta em 1690, do Codigo em 1695, dos Tres Livros em 1698, de Vespera em 1704, e de Prima em 1707, em que foi reconduzido em 1710. Renunciou ao canonicato da cathedral de Miranda para poder contrahir matrimonio. Tomou posse do logar de desembargador da Casa da Supplicação a 11 de outubro de 1708. Falleceu quando estava despachado conselheiro da Fazenda.

Fonseca *(D. Fr. João Seixas da)*. Religioso da ordem de S. Bento, bispo de Areopoli, etc. N. no Rio de Janeiro a 6 de maio de 1681; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Francisco Seixas da Fonseca e de Maria da Rocha Funsa. Professou no convento da Bahia a 16 de julho de 1713, e ali estudou as sciencias severas. Passando a Roma mereceu as sympathias do papa Clemente XII, que o fez bispo de Areopoli no consistorio de 28 de setembro de 1733, em cuja dignidade foi sagrado na egreja de Santo Antonio dos portuguezes. Publicou em 1732 um livro de *Sonatas de Cravo compostas por Ludovico Justini de Pistoya, insigne tangedor d'este instrumento*, o qual dedicou ao infante D. Antonio na lingua italiana, e que traduziu na portugueza.

Fonseca *(João Thomaz da)*. Professor de pintura historica na Escola dos Caetanos N. em Lisboa em 1754, fal. na mesma cidade em 1835. O conde Raczynski, no seu *Dictionnaire historico-artistique de Portugal*, a pag. 99, fala d'um tecto pintado por elle n'uma casa em que o distincto critico habitou, e representando *Apollo* n'um carro. Era pae do professor de pintura historica Antonio Manuel da Fonseca.

Fonseca *(João Vicente Barros da).* Tenente-coronel do corpo de medicos militares; inspector de saude na 1.ª divisão militar. N. em Faro a 13 de janeiro de 1847. E' filho de Francisco dos Santos da Fonseca. Seguiu o curso de medicina na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, o qual concluiu a 25 de julho de 1874, sendo approvado com louvor. Publicou n'esse anno a sua these: *Algumas palavras sobre o valor da analyse das urinas na diagnose.* Foi tenente em 2 de dezembro de 1874, capitão em 28 de janeiro de 1885, major em 10 de novembro de 1899, a tenente-coronel em 14 de outubro de 1903. Em 1883 era cirurgião-ajudante de artilharia n.º 1, e ha muitos annos medico da real camara. E' commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de S. Bento de Aviz, official por serviços distinctos da mesma ordem, e cavalleiro da de S. Thiago; tem as medalhas de prata da classe de bons serviços e de comportamento exemplar.

Fonseca *(Joaquim Bento da).* Cavalleiro da ordem de Aviz; capitão de fragata, governador das ilhas de S. Thomé e Principe. N. pelos annos de 1776; não se sabe a data do fallecimento. Seguiu a carreira maritima, e em 1830 o governo do infante D. Miguel o nomeou governador de S. Thomé e Principe, sendo capitão de fragata. Occupou este logar até 1834, em que se tornou detestado pelas arbitrariedades e violencias que commetteu. Quando chegou a S. Thomé a noticia de ter triumphado a causa liberal, os habitantes d'aquella ilha o prenderam, e vindo para Lisboa, foi julgado pelo Supremo Conselho de Justiça Militar, e condemnado a prisão perpetua no presidio de S. José de Encoge. A sentença tem a data de 17 de setembro de 1835, e foi publicada no *Diario do Governo*, n.ºs 244 e 245, do mesmo anno de 1835. Não está averiguado se falleceu antes ou depois de partir para o degredo. Escreveu: *Memoria hydrographica, contendo reflexões sobre as viagens dos celebres navegadores, que teem feito o giro do globo; e a necessidade de uma nova viagem do mesmo genero,* etc., Lisboa, 1824; este trabalho havia já sido publicado, na sua maior parte, com o titulo de *Reflexões*, etc., no *Patriota*, jornal do Rio de Janeiro, de 1813, n.ºs 1 e seguintes do tomo II; *Prospecto de um roteiro sobre a navegação do mar da China, para servir de instrucção nas derrotas contra-monção,* etc.; *deduzido dos trabalhos hydrographicos de Horsburgh, e de outros navegadores, assim nacionaes como estrangeiros,* Lisboa, 1822; *Carta dirigida ao redactor do «Journal des Debats,» por um official da marinha franceza, e resposta á mesma por um official da marinha portugueza*, Lisboa, 1822; *Memoria sobre as ilhas de S. Thomé e Principe*, etc., Lisboa, 1823.

Fonseca *(Joaquim José Urbano da).* Doutor em Leis e lente da Universidade de Coimbra. Era natural de Beja e filho de José Urbano da Fonseca. Doutorou-se a 18 de dezembro de 1806.

Fonseca *(Joaquim Maria da).* Cirurgião medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto, e doutor em Medicina e Cirurgia pela faculdade de Heidelberg. N. em Ovar a 17 de outubro de 1831, sendo filho de Ignacio Joaquim da Fonseca. Defendeu these a 3 de março de 1864, a qual publicou e tem por titulo: *Prenhez extrauterina*

Fonseca *(José da).* Lexicographo. N. em 1788, fal. em Paris em dezembro de 1866. Depois de ter estudado desenho e pintura, foi em 1817 para Paris, onde se entregou ao ensino e á redacção de diccionarios e de compendios, grangeando assim uns parcos meios de subsistencia. Relação dos seus escriptos: *Epitome da historia antiga, para uso da mocidade portugueza nas primeiras classes; traduzido do francez*, Paris, 1822; *A Pintura, poema em 3 cantos, offerecido ao muito alto e muito poderoso sr. D. Miguel I*, etc, Paris, 1829; os cantos intitulam-se o *Desenho*, a *Côr* e a *Invenção; Diccionario da lingua portugueza recopilado de todos os que até o presente se tem dado á luz*, Paris, 1830; *segunda edição*, 1836; *Diccionario de synonimos portuguezes* servindo de 2.º tomo do antecedente diccionario, Paris, 1830; *Novo Guia da conversação em francez e portuguez, ou escolha de dialogos familiares sobre varios assumptos; precedido d'um copioso vocabulario de nomes proprios, com a pronuncia figurada*, etc., Paris, 1836; 2.ª edição, 1853; no Rio de Janeiro fez se uma edição em 1849. N'estes diccionarios collaborou José Ignacio Roquette, sendo esses livros mais conhecidos por *Diccionarios Roquette*. Publicou ainda: *Novo Diccionario francez-portuguez, composto sobre os melhores e mais modernos diccionarios das duas nações, e particularmente sobre os novissimos de Boiste, Laveaux, Raymond*, etc., *offerecido á mocidade estudiosa de Portugal e Brasil*, Paris, 1836; 2.ª edição, 1850; o *Novo Diccionario portuguez-francez* foi publicado por José Ignacio Roquette, Paris, 1841; 2.ª edição, 1850; *Prosas selectas, ou escolha dos melhores pedaços dos autores portuguezes antigos e modernos*, Paris, 1837; 2.ª edição, Lisboa, 1838; *A insurreição na China, desde sua origem até á tomada de Nankin, obra composta em francez por MM Callery e Yvan, e traduzida em portuguez*, Paris, 1853; com um retrato; *Grammaire portugaise de L. P. Siret, augmenté d'une phrascologie et de plusieurs morceaux extraits des écrivains portugais et français les plus estimés, avec text en regard*, Paris, 1854; *Aventuras de Telemaco, seguidas de Aristonoo e das de Ulysses, para uso da mocidade; obra inteiramente nova*, Paris, 1854; com 4 estampas; *Vinhola dos proprietarios, ou as cinco ordens de architectura, segundo J. Barozio de Vignola; seguido da carpintaria, marcenaria e serralhoria por Thiollet, traduzido em portuguez*, Paris, sem data; com 48 estampas. Parece que ainda publicou mais algumas composições e traducções. José da Fonseca collaborou no *Contemporaneo*, jornal portuguez, que se publicou em Paris no anno de 1819, e é seu o artigo que se encontra no tomo II a pag. 151, assignado com as iniciaes J. F., *Noticia sobre a vida e escriptos de Filinto Elysio.* Dirigiu por vezes as edições de varias outras obras emprehendidas em diversas epocas em Paris pela casa do livreiro-editor J. P. Aillaud, taes como o *Parnaso lusitano* em 1826, no qual é sua a escolha das peças, e muitas notas espalhadas por todos os volumes da collecção, especialmente as que teem por fim autorizar o systema de orthographia etymologica e classica, que na obra se empregou; a edição feita em 1835 do poema de José Agostinho de Macedo, *Os Burros*, notavelmente alterado; a dos *Lusiadas* de Camões feita em 1846, etc. Apezar de todos estes trabalhos, José da Fonseca passava muitas privações; el rei D. Pedro V, quando esteve em Paris, soube das precarias circumstancias a que

estava reduzido o pobre escriptor, e mandou-lhe dar uma pensão, segundo se diz. José da Fonseca, tendo 78 annos de edade, foi atropellado por uma carruagem e recolhido no hospital da Caridade, onde falleceu.

Fonseca *(José Elias da).* Cirurgião e lente de cirurgia no hospital de S. José, que falleceu no principio do anno de 1757. Foi nomeado cirurgião dos males em 18 de outubro de 1740, sendo promovido em 29 de abril de 1750 a um dos dois logares de lente de cirurgia creados n'esta data, com ordenado de 150$000 réis e casas. Quando era cirurgião dos males tinha mais 30$000 réis por anno para compôr e applicar o remedio para o tratamento da syphilis, que o hospital havia comprado ao castelhano Garneria.

Fonseca *(José Gonçalves da).* Escriptor que viveu no seculo XVIII. Foi autor da seguinte obra: *Navegação feita da cidade do Grão-Pará até á boca do rio da Madeira pela escolta que por este rio subiu ás minas do Matto-grosso, por ordem mui recommendada de Sua Magestade Fidelissima no anno de 1749; escripta no mesmo anno;* é o n.º 1.º do tomo IV da *Collecção de noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas, publicadas pela Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1826. E' um diario da navegação e jornada feita por uma escolta que, saindo do Pará a 14 de julho de 1749, chegou no fim de nove mezes ao porto da Pescaria, em Matto Grosso, a 14 de abril de 1750. Esta obra foi reproduzida com outro titulo nas *Memorias do Maranhão*, de Candido Mendes d'Almeida, tomo II, pag. 267 a 416, e traduzida em inglez para figurar na collecção publicada em 1875, com o titulo de: *Explorations made in the Valley of the River Madeira, from 1749 to 1868.* Escreveu mais: *Noticia da situação de Matto Grosso e Cuyabá: estado de uma e outras minas e novos descobrimentos de ouro e diamantes;* saiu na *Revista trimensal do Instituto historico e geographico do Brazil*, vol. XXIX, parte I, pag. 352 a 394; *Carta hydrographica, em que se descreve as origens de varios e grandes rios da America meridional portugueza, muito especialmente o nascimento do rio da Madeira e rumos da sua direcção, com os rios que lhe são collateraes, até entrar no famoso rio das Amazonas; observado tudo exactamente por ordem de sua magestade fidelissima no anno de 1750,* etc. O original existe no archivo militar do Rio de Janeiro. V. *Catalogo da exposição de historia*, pag. 166, n.º 1715.

Fonseca *(José Manuel Crispiniano da).* Juiz de direito. Presidente do conselho governativo da provincia de Moçambique, por morte do governador Coelho do Amaral, que falleceu em 14 de dezembro de 1873.

Fonseca *(José Nicolau da).* Medico, natural e *gãocar (*descendente dos fundadores e administradores da aldeia*)* de Colvalle, da comarca de Bardez em Gôa. N. em 14 de fevereiro de 1837, sendo filho de Vicente João da Fonseca e de D. Anna Quiteria Lobo, proprietarios na mesma aldeia. Cursou as primeiras letras e a instrucção secundaria na comarca da sua naturalidade; continuou depois os estudos em Bombaim, e seguiu o curso de medicina no collegio de Grant, o qual terminou em 1862. No interesse dos seus compatricios residentes em Bombaim, fundou tres institutos pios, a sociedade de S. Francisco Xavier, para auxiliar as pessoas pobres na sua subsistencia e nos seus estudos; a sociedade de temperança, e a sociedade economica, especie de caixa economica. Tambem concorreu para a construcção d'um templo, propriamente portuguez, na mesma cidade, e como monumento significativo da influencia do real padroado no Oriente. José Nicolau da Fonseca collaborou na *India catholica* e animou com os seus relevantes serviços a Sociedade dos Amigos das Letras, a que presidiu mais de 10 annos consecutivos, e onde fez prelecções e conferencias, com outros distinctos cavalheiros, ácerca de varios assumptos scientificos e litterarios. A sua applicação ao estudo e a sua vida laboriosa levaram o governo britannico a convidal-o para tomar parte na collaboração da historia geral da India, escrevendo o tomo destinado á historia, archeologia e estatistica da India portugueza. Em 1879 a colonia portugueza de Bombaim, sabendo que José Nicolau da Fonseca ia retirar-se por causa dos seus estudos archeologos, enviou-lhe um convite, e creou tres premios com o seu nome para uma escola do sexo feminino. Em 1882 mandou reedificar na aldeia natal a capella que pertencera ao abbade Faria (V. *Faria, José Custodio de).* Por suas experiencias chimicas conseguiu extrahir da seiva do coqueiro assucar crystallisado, o que lhe valeu elogios em differentes folhas, por ser trabalho extremamente vantajoso para o desenvolvimento d'essa industria, etc. Escreveu: *Discursos recitados na occasião da inauguração, e nas sessões publicas e solemnes dos anniversarios da Sociedade dos Amigos das Letras, seguidos de um summario de seus relatorios*, Bombaim, 1872; *Historia, archeologia e estatistica de Gôa, em 1878*, escripta em inglez; o governo britannico elogiou este trabalho, e autorisou o seu autor a mandal-o imprimir em portuguez e francez; *Progresso e decadencia do imperio portuguez no Oriente; Historia, archeologia e estatistica de Damão e Diu; Antiguidades de Gôa; Historia da introducção do christianismo na India portugueza; Historia antiga e moderna da India; Assumptos varios relativos á India.*

Fonseca *(José Victorino Freire Cardoso da).* Estudante da Universidade de Coimbra e poeta, que falleceu muito novo, d'uma enfermidade que o privara do uso da razão. Castilho, na *Revista Universal*, de 1845, copiando alguns dos seus versos, escreve que elle nascera para a poesia e cultivava-a com amor e fortuna na sua mocidade, mas que a politica e os enfados da vida real o roubaram ás musas. Na referida *Revista Universal* veem publicadas duas das suas composições poeticas, com a assignatura de J. V. F. C. da Fonseca, *As flôres de Doris* e *O lyrio.*

Fonseca *(Lourenço da).* Corregedor da côrte de D. João II, que reduziu a um unico os *Cinco livros das ordenações do Reyno no tempo de D. Duarte*, obra que ficou inédita. Era filho segundo de Martim da Fonseca e de Catharina Cerveira

Fonseca *(Manuel da).* Natural do logar de Reriz e prior da egreja de S. Julião de Cambra, no bispado de Vizeu. Foi muito dado a estudos genealogicos, e escreveu uma *Genealogia dos Almeidas desde o tempo de Lucio Catelio Severo Bracarense do qual deduz esta familia*, obra que não chegou a imprimir-se.

Fonseca *(Fr. Manuel da)*. Eremita da ordem de Santo Agostinho, que viveu no seculo XVII. N. em Villa Viçosa. Era filho de Gaspar da Fonseca e de Joanna Cid. Professou a 9 de janeiro de 1616. Passando ao Oriente, falleceu no convento de Gôa. Deixou manuscriptos 3 volumes de *Annotações sobre as obras de S. João Chrysostomo*, os quaes se conservavam no convento da Graça, de Lisboa.

Fonseca *(P. Manuel da)*. Presbytero do habito de S. Pedro. N. em Pombal. Escreveu: *Vida de S. Caetano*, Lisboa, 1673, dedicada ao bispo de Lamego D. Fr. Luiz da Silva.

Fonseca *(P. Manuel da)*. Jesuita. Era natural de S. Paulo, no Brazil. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Escreveu: *Vida do veneravel P. Belchior de Pontes, da Companhia de Jesus da provincia do Brazil*, Lisboa, 1752. Dizem que este livro é curioso pelas noticias historicas e politicas que n'elle se contém de envolta com o assumpto principal. Foi mandado supprimir e recolher pelo edital da Mesa Censoria de 10 de junho de 1771. Alguns capitulos achamse reimpressos na *Revista do Instituto do Brazil*, tomo III, pag 261 e seguintes.

Fonseca *(Manuel José da)*. Cirurgião natural de Teixoso, termo da Covilhã. Era filho de Manuel da Fonseca e de Maria Francisca. Aprendeu a arte de cirurgia, em que se tornou muito perito. Escreveu: *Exame de sangradores, que em fórma de Dialogo ensina aos Mestres o que sómente devem perguntar, e aos discipulos o que se comprehende na arte de sangrar*, etc., Lisboa, 1745; parece que teve outras edições em 1757, 1769, 1786 e 1813.

Fonseca *(Manuel Machado da)*. Prior da freguezia de S. Christovão, de Lisboa, d'onde era natural e onde falleceu victima da peste, que assolou a capital em 1599. Era poeta e apreciado genealogico. Deixou manuscriptos varios trabalhos genealogicos e differentes composições poeticas.

Fonseca *(P. Manuel Nunes da)*. Presbytero secular, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, reitor da sé da mesma cidade, examinador synodal, etc. N. em Coimbra em 1778, onde tambem falleceu em 1826. Escreveu: *Os Martyres, ou a religião christã em triumpho, por F. A. de Chateaubriand; trasladados em vulgar sobre a ultima edição de Paris emendada pelo autor*, Lisboa, 1816, 6 tomos; *Luz da Razão, ou moral e direito universal*, Coimbra, 1823; *Fala de um parocho aos seus freguezes, feita no acto da eleição dos compromissarios e eleitores da sua parochia, para lhes explicar o direito com que a nação vae formar a Constituição*, etc., *offerecida aos portuguezes por* *** Porto, sem anno de impressão, mas no prologo tem a data de 18 de novembro de 1820; *O Anjo da infancia*, opusculo; *Cancioneiro da piedade;* um folheto com versos allusivos á paixão de Jesus Christo, que costumava distribuir aos moços seus parochianos, que melhor sabiam doutrina, etc.; *Archivos da religião christã, ou jornal especialmente destinado á instrucção religiosa e moral, e a combater o erro e a impiedade*, Coimbra, 1823. Esta publicação saía em folhetos mensaes, e começou em julho do referido anno, sendo Nunes da Fonseca o editor e o principal redactor; a collecção completa fórma 2 tomos. D'estes *Archivos* se extrahiu e publicou em separado a peça seguinte, que entrára no 2.º n.º, e que parece ser, no todo ou em parte, obra do proprio Fonseca: *Voz da sã razão, ou resposta ao impio autor do folheto intitulado «Voz da Razão»*, Coimbra, 1823; escripta em quadras octosyllabas.

Fonseca *(Manuel Pinto da)*. V. *Pinto da Fonseca (Manuel)*.

Fonseca *(Manuel Themudo da)*. Presbytero secular. N. na Certã, e fal. a 21 de outubro de 1652. Era filho de Manuel Fernandes e de Anna Themudo da Fonseca. Estudou na Universidade de Coimbra Direito Pontificio. Foi governador e administrador do bispado do Brazil, governador do bispado de Portalegre, e mais tarde bispo, eleito pelo bispo D. Rodrigo da Cunha em 9 de setembro de 1642; desembargador, vigario geral e juiz dos residuos do arcebispado de Lisboa, juiz do Tribunal da Legacia Apostolica, que exerceu durante 16 annos, e prior da freguezia de S. Jorge, da capital, d'onde passou á de S. Thomé. Deixou impressos 4 volumes de *Decisões do senado archiepiscopal lisbonense*.

Fonseca *(Narciso Antonio da)*. Commendador da ordem de Christo; conego e deão da sé episcopal de Angra do Heroismo, etc. Fal. em agosto de 1869. Foi professor de Grammatica latina na referida cidade, e redactor do jornal politico *O Iris da Terceira*, publicado em Angra, desde 1837 até 9 de abril de 1842. Recebeu a mercê da commenda da ordem de Christo em 1861. Escreveu: *Memoria justificativa*, etc., Lisboa, 1844.

Fonseca *(Nicolau da)*. Medico e musico; mestre de capella na sé de Lisboa, e conego da quarta prebenda. Era natural de Lisboa, e foi discipulo do professor Duarte Lobo. Parece que não exerceu clinica. No catalogo da livraria de D. João IV apparece Nicolau da Fonseca como autor de 3 villancicos: 2 do Natal a 4 e a 6 vozes; outro do Sacramento, egualmente a 4 e a 6 vozes.

Fonseca *(Paulo Romeira da)*. Escriptor, jornalista, deputado, etc. N. no logar de Sanguinhal, do concelho de Obidos, a 7 de abril de 1823; fal. no logar de Tagarro, a 24 de setembro de 1859. Dotado de muita intelligencia, desde tenra edade mostrou decidido gosto pela litteratura, em que fez grandes progressos, sem nunca deixar a carreira do commercio e da agricultura a que se dedicara, sem ter nunca frequentado cursos regulares. Sendo eleito deputado em 1857 e 1858, entrou com acerto em varias questões, e o districto votou-lhe agradecimentos e louvores pelo modo como se houve na questão dos arrozaes. Pertenceu a algumas empresas jornalisticas Sem o seu nome escreveu e publicou: *O municipio do Cadaval (Exposição historica documentada)*, Lisboa, 1856; com um mappa topographico dos concelhos de Obidos e Cadaval; a questão versava ácerca da conservação n'este concelho das freguezias de Carvalhal e Bombarral, que lhe haviam sido aggregadas, pertencendo d'antes ao concelho de Obidos. Em defeza dos creditos de seu pae tambem publicou em 1856 um opusculo com o titulo de: *O Municipio de Obidos*.

Fonseca *(D. Pedro da)*. Foi eleito cardeal em 1419, e passou á Italia, fallecendo em Tivoli em 1422. Ficou sepultado em Roma.

Fonseca (*P. Pedro da*). Jesuita; Doutor em Theologia pela Universidade de Evora. N. em 1528 no logar da Cortiçada, pertencente ao priorado do Crato; fal. a 4 de novembro de 1599. Era filho de Pedro da Fonseca e de Helena Dias. Entrou na Companhia de Jesus no noviciado de Coimbra a 17 de março de 1548. Sendo ainda estudante, quando se dava principio á Universidade de Evora em 1551, passou com outros religiosos do collegio de Coimbra áquella cidade, onde teve por mestre fr. Bartholomeu dos Martyres, que foi arcebispo de Braga. N'aquella Universidade foi lente em Artes, e tanto se distinguiu pelo seu talento e erudição, que lhe chamavam *Aristoteles Lusitano.* Doutorou-se em 1570, assistindo áquelle acto el rei D. Sebastião, o cardeal D. Henrique e o infante D. Duarte, duque de Guimarães. O padre Pedro da Fonseca foi visitador da provincia e preposito da Casa Professa de S. Roque. Devido á sua iniciativa se estabeleceu em Lisboa a casa dos Cathecumenos, o recolhimento dos orphãos no Castello, a casa das Convertidas, o collegio dos Hibernios, e o convento de Santa Martha, fazendo com que o arcebispo de Lisboa, D. Jorge d'Almeida, o tomasse debaixo da sua protecção. Filippe I de Portugal, attendendo ao seu elevado merecimento, o nomeou um dos ministros encarregados de reformarem o reino, e o papa Gregorio XIII entregou á sua direcção graves negocios em que era interessada a Egreja.

Fonseca (*Pedro José da*). Philologo; professor regio de Rhetorica e Poetica em Lisboa; foi um dos fundadores da Academia Real das Sciencias, etc. N. em Lisboa em 1737, onde tambem fal. a 8 de junho de 1816. Foi nomeado em 1759 professor regio, sem ser precedido de exame, circumstancia que não se déra com outro algum professor da sua faculdade, e tomou posse da sua cadeira de Rhetorica e Poetica em outubro do referido anno. Depois d'alguns annos de exercicio foi transferido para o Real Collegio dos Nobres para leccionar a referida cadeira. Em 1804, pouco mais ou menos, jubilou, em attenção á sua avançada edade e aos seus soffrimentos. Como socio fundador da Academia Real das Sciencias, confirmado por aviso regio de 24 de dezembro de 1779, assistiu já na qualidade de socio effectivo da classe de litteratura á primeira sessão que se celebrou, em 16 de janeiro de 1780. Foi eleito director da typographia da referida academia, e tambem da commissão encarregada em 28 de junho de 1780 da composição do *Diccionario da lingua portugueza*, publicado pela Academia. A 27 de março de 1790 passou á classe de socio veterano. O *Diccionario* tinha tres collaboradores principaes, que eram quasi os unicos, Agostinho José da Costa de Macedo, Bartholomeu Ignacio Gorge e Pedro José da Fonseca, e d'estes merece Fonseca especial menção, por ser a elle que se deve, além da parte que lhe coube da letra A, todas as peças accessorias que a este precedem no volume, isto é, a *Dedicatoria*, *Planta* e *Catalogo dos autores*, tudo trabalhos de muita erudição, e exclusivamente seus, segundo o testemunho de Innocencio, que affirma no vol. II do *Diccionario bibliographico*, a pag. 137, ter verificado em grande parte os autographos, que viu da sua propria letra. As vigilias e fadigas que isto lhe custou, arruinaram-lhe de todo a saude já muito arruinada; os seus dois companheiros, no fim d'alguns annos cegaram, e nunca mais recuperaram a vista. O *Diccionario* interrompeu por fim a publicação, e nunca mais continuou. Pedro José da Fonseca luctava com muitas difficuldades, por falta de recursos; vivia na companhia de duas sobrinhas e d'uma orphã que seus paes haviam recolhido em casa, que auxiliavam o venerando ancião com os escassos lucros dos seus trabalhos feminis. Achando-se assim em tão afflictivo estado, os seus consocios da Academia resolveram prestar-lhe algum beneficio, fazendo que, a expensas do cofre d'aquelle estabelecimento scientifico, se comprassem em 1813 os seus manuscriptos, tanto originaes como traducções, pela importancia de 300$000 réis, pagos a prestações, das quaes recebeu a ultima em 29 de dezembro de 1814. Nos ultimos dois annos da sua vida, valeu-lhe de muito a boa amizade d'um seu antigo condiscipulo na aula de Rhetorica do collegio de Santo Antão, Francisco Coelho de Figueiredo, que se confessava muito reconhecido a Pedro José da Fonseca, por elle se ter encarregado da revisão e correcção typographica dos volumes do *Theatro* de Manuel de Figueiredo, que elle começara a publicar em 1804, como affectuoso culto á sua memoria (V. *Figueiredo*). Pedro José da Fonseca reviu do tomo IV em deante até quasi todo o XIV. Figueiredo auxiliou o muito n'aquelles dois annos, e ainda em 1816, logo depois da morte do desditoso professor de Rhetorica, escreveu e publicou um folheto biographico, com o titulo: *Agradecimento de um homem á memoria de outro homem virtuoso, sabio e philosopho.* Francisco Coelho de Figueiredo depositou na Bibliotheca Nacional de Lisboa os manuscriptos de Fonseca. Bibliographia: *Oração latina recitada na abertura da sua aula de rhetorica; Parvum Lexicon Latinum Lusitana interpretatione adjuta, ad usum Lusitanorum Adolescentium*, etc., Lisboa, 1762; fizeram-se mais edições d'esta obra, das quaes sabemos as de 1793, 1808 e 1819; esta ultima foi feita por diligencia do professor Miguel le Bourdiec; *Elementos de Poetica, tirados de Aristoteles, de Horacio, e dos mais celebres modernos*, Lisboa, 1765; obra dedicada a Paulo de Carvalho de Mendonça, irmão do 1.º marquez de Pombal; foi reimpressa em 1781, e depois em 1804; *Orações selectas de Cicero*, em latim, coordenadas para uso do Real Collegio dos Nobres; *Diccionario Portuguez e Latino*, Lisboa, 1771; outras edições em 1791, 1815, 1339; ha ainda a que vem marcada com *6.ª edição mais correcta e accrescentada*, Lisboa, 1852; *Institutionum rhetoricorum libri tres ex M. Fab. Quintiliano de prompti; a Pedro José da Fonseca;* não se sabe a data da 1.ª edição, mas a 2.ª é em 2 tomos, Lisboa, 1802; *Tratado dos affectos e costumes oratorios, considerados a respeito da eloquencia, dividido em duas partes*, Lisboa, 1793; *Tratado da versificação portugueza, dividido em duas partes*, Lisboa, 1777; saiu sem o seu nome; nova edição em 1817; *Diccionario abreviado da fabula, para intelligencia dos poetas, dos paineis e das estatuas, cujos argumentos são tirados da historia poetica, por Mr. Chompré, licenceado em Direito, agora traduzido do francez em portuguez*, Lisboa, 1785; nova edição em 1836; sem o nome do traductor; *Arte poetica de Q. Horacio Flacco; epistola aos Pisões, traduzida em portuguez, e illustrada com*

escolhidas notas dos antigos e modernos interpretes, e com um commentario critico sobre os preceitos poeticos, lições varias e intelligencia dos logares difficultosos, Lisboa, 1790; *Diccionario da lingua portugueza, publicado pela Academia Real das Sciencias; tomo* I, 1793; *Rudimentos da Grammatica Portugueza, commodos á instrucção da mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons autores*, Lisboa, 1790; *Rudimentos de ortographia portugueza*, Lisboa, 1809; tanto esta como a antecedente, publicaram-se sem o nome do autor; *Vida do doutor Antonio Ferreira;* saiu de pag. 1 a 40 do tomo I da edição dos *Poemas Lusitanos*, do mesmo Ferreira, que Fonseca preparou e dirigiu, e que foi publicada pelos livreiros Du-Beux em 1771: *Ecloga no felicissimo nascimento do ser.*^mo^ *Principe da Beira*, Lisboa, 1761; é escripta em tercetos hendecasyllabos; *Invectiva ou satyra contra os maus poetas*, Lisboa, 1767; saiu com o nome de Verissimo Lusitano; publicou-se depois em 1785; veiu tambem no *Patriota*, jornal do Rio de Janeiro, tomo I, 1813; *Ode ao ill.*^mo^ *e ex.*^mo^ *sr. D. Thomaz Xavier de Lima, visconde de Villa Nova da Cerveira, ministro e secretario de estado*, etc., Lisboa, 1777; *Satyra do Homem, composta em francez por Boileau Despreaux, trasladada em verso solto portuguez, por* ***, Lisboa, 1800. Catalogo dos manuscriptos, que o professor Pedro José da Fonseca vendeu á Academia Real das Sciencias, que Innocencio da Silva menciona; *Entretenimento de varia lição sobre assumptos moraes, historicos e litterarios, com escolha extrahidos e compilados de bons autores portuguezes e estrangeiros;* 4 tomos; *Passatempo proveitoso*, 2 tomos. *Os historiadores portuguezes notados de varios erros, enganos, descuidos e omissões, em que incorreram, segundo as observações feitas por criticos judiciosos, afim de que a sua leitura seja proveitosa e livre de duvidas*, 2 tomos; *Diccionario abreviado das antiguidades, para servir á intelligencia da historia antiga, tanto sagrada como profana, e á dos autores gregos e latinos; traduzido do francez em portuguez*, 2 tomos; *Diccionario das antiguidades de Portugal, para servir á intelligencia da historia antiga d'este reino*, 2 tomos; *Catalogo ecclesiastico e chronologico, no qual summariamente se indica a instituição primitiva das festividades e cerimonias da egreja catholica; as epocas da canonisação de alguns santos modernos, e dos concilios geraes; a fundação das principaes ordens militares e religiosas; o principio dos scismas e das heresias*, etc., 1 tomo; *Promptuario de apophtegmas e ditos silenciosos, moraes, instructivos e graciosos, tanto dos antigos como dos modernos promiscuamente em centurias, para fazer a sua leitura mais commoda e deleitavel; Primeira e segunda parte*, 2 tomos; *Relação verdadeira dos trabalhos que o governador D. Fernando do Souto, e certos fidalgos portuguezes passaram no descobrimento da provincia da Florida; agora novamente feita por um fidalgo d'Elvas*, 1 tomo; *Conversações de Phocion sobre a relação da moral com a politica; traduzidas do grego de Nicocles por mr. o Abbade de Mably, com varias notas, e agora trasladadas do francez em linguagem portugueza;* 1 tomo; *Considerações sobre os costumes do seculo passado, ou decimo-oitavo, por mr. Duclos; agora traduzidas do francez em portuguez*, 1 tomo; *O commercio e o governo, considerados relativamente um ao outro; obra elementar, por o Abbade de Condillac; traduzida do francez em portuguez*, 1 tomo; *Primeira parte das chronicas dos reis de Portugal, reformadas pelo licenceado Duarte Nunes do Leão, desembargador da Casa da Supplicação, e reimpressas agora com o additamento de notas criticas, e o de um resumo no fim de qualquer d'ellas, em que se recopilam os successos mais notaveis da historia portugueza ali declarados ou omittidos; a reimpressão deve fazer se em 2 tomos de 4.º*; 2 tomos; *Principios da litteratura, por mr. o Abbade Batteux, compostas na lingua franceza e traduzidas na nossa vulgar, para uso e instrucção da mocidade portugueza, com as mudanças a isso accommodadas*, 5 tomos; *O Luxo; dissertação formada das opiniões de varios autores a favor, e contra este assumpto moral e politico*, 1 vol.; *Pensamentos de Cicero, traduzidos do latim em linguagem portugueza, para servirem á educação da mocidade*, 1 tomo.

Fonseca *(Fr. Raphael da)*. Religioso dominicano da ordem dos prégadores; doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. Era natural de Aveiro, e filho de Antonio da Fonseca e de Catharina Nogueira, Tomou o habito de S. Domingos a 20 de maio de 1601, e professou solemnemente a 26 do referido mez do anno de 1602. Foi vigario geral. Escreveu varias obras theologicas, que ficaram inéditas, publicando-se apenas o *Parecer sobre uma duvida em que foi consultado*, que anda nas *Decisões* do dr. Manuel da Fonseca Themudo.

Fonseca *(Raphael Lemos da)*. Cavalleiro da ordem de Christo; bacharel formado em Direito Civil em 1655, pela Universidade de Coimbra, advogado da Casa da Suplicação, etc. N. em Lisboa em 1634, ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Leonardo da Costa Leal, escrivão dos aggravos da Casa da Supplicação e cavalleiro da ordem de Christo. Por morte de sua mulher, abraçou a vida ecclesiastica, ordenando-se de presbytero. Escreveu a seguinte obra: *Commento portuguez dos quatro livros de Instituta do imperador Justiniano, ou breve resumo do Direito Civil*, etc., *Primeira e segunda parte*, Lisboa, 1656.

Fonseca *(Ricardo Porphyrio da)*. Organista da egreja ingleza do Funchal, fallecido em 1858. Fôra discipulo de João Fradesso Bello. Compoz muitos hymnos para a egreja anglicana, sonatas para piano, e uma symphonia.

Fonseca *(Roberto da)*. Escriptor, natural de Lisboa, de quem apenas se sabe, que foi autor d'um romance em verso, intitulado: *Relação verdadeira de dois milagres, que na cidade de Cassia e Monreal em Italia obrou Deus pela intercessão da Bemaventurada Santa Rita de Cassia, e do B. André de Monreal*, etc., Lisboa, 1730.

Fonseca *(Rodrigo da)*. Professor de Medicina, natural de Lisboa, e que falleceu em Roma em 1622. Foi medico muito apreciado; a fama do seu profundo talento chegou a Italia, e d'ali recebeu convite em 1606, com a promessa de vantajosa recompensa, para reger a cadeira de Prima na Universidade de Piza. Passou depois a Padua no exercicio da referida cadeira. Publicou algumas obras em latim.

Fonseca *(P. Simão da)*. Presbytero. N. na Guarda, segundo uns, ou em Trancoso, segundo outros. Fal. em 1668. Foi abbade da freguezia de

S. João de Sabugal em Riba-Ca, vigario geral do bispado de Lamego, grande letrado, bom genealogico e poeta. Escreveu: *Quinas libertadas*, poema heroico á acclamação de D. João IV, dedicado a D. Alvaro de Abranches e Camara, do conselho de Estado e da Guerra, seu capitão general na provincia da Beira. Deixou em manuscripto: *Commentario ás ordenações do Reino de Portugal* e *Genealogia dos Fonsecas*.

Fonseca *(P. Theotonio Pinto da)*. Presbytero secular. Escreveu: *Norte e guia para o caminho do céo, e definições moraes dos dez mandamentos da lei de Deus, tiradas das divinas e humanas letras, por fr. Affonso Guerrero, traduzido do castelhano*, etc., Lisboa, 1761.

Fonseca *(Thomaz da)*. Colligiu e publicou em Coimbra, 1900, o volume de *Versos d'um cavador*, de Manuel Alves, poeta popular.

Fonseca *(Vellado da)*. V. *Fonseca (Antonio Affonso Maria Vellado Alves Pereira da)*.

Fonseca *(D. Fr. Vicente da)*. Arcebispo de Gôa, de 1580 a 1586. Era religioso da ordem de S. Domingos, e falleceu quando regressava a Portugal. No seu tempo celebrou-se o terceiro concilio provincial, em que abjuraram a sua heresia o bispo syriaco de Augamales, e o nestoriano Max Abrahão.

Fonseca *(Virginia da)*. Escriptora e pintora, D. Maria Virginia Teixeira de Sousa Adão da Fonseca. N. em Angra do Heroismo a 14 de outubro de 1875. Como discipula do pintor Conceição e Silva, concorreu ás exposições do Gremio Artistico de 1896 e 1897. Illustrou a 1.ª edição do romance *Ignez de Castro*, de seu marido, Faustino da Fonseca (V. *este nome*). Dirigiu a *Moda Illustrada* nos annos de 1901, 1902 e 1903, tornando-a a nossa primeira publicação feminista. Traduziu os *Dramas da Côrte*, de Ladoucette; *Os amores de Pedro o Grande*, de Launay; *Casta e Deshonrada*, de Merouvel; *Os amores de Napoleão*, de Carolus; *D. Quixote de la Mancha*, de Cervantes; etc.

Virginia da Fonseca

Fonseca. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de S. João da Fontoura, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto.

Fonseca Amaral *(Antonio da)*. Publicou em Evora, 1881, um folheto com a glosa da estrophe camoneana *Estavas linda Ignez posta em socego*.

Fonseca Benevides *(Francisco da)*. V. *Benevides*.

Fonseca e Camões *(Gonçalo Lopes de Carvalho)*. Sexto senhor de Negrellos e de Abbadim; escriptor. N. em Guimarães a 10 de janeiro de 1664, e fal. a 18 de outubro de 1694. Era filho de Luiz Lopes de Carvalho, quinto senhor dos referidos morgados, e de D. Anna da Silva. Foi muito applicado ao estudo da Genealogia, mas a morte veiu arrebatal-o aos 30 annos de edade, quando o seu talento dava grandes esperanças d'um futuro brilhante. Deixou manuscripta uma collecção de *Arvores genealogicas que comprehendera as familias que pertencem á sua casa com as armas e brazões illuminados*.

Fonseca Cardoso *(Arthur Augusto)*. Capitão de infantaria em commissão na provincia de Angola; secretario da revista scientifica *Portugalia*. N. a 8 de fevereiro de 1865; assentou praça a 22 de outubro de 1881, sendo promovido a alferes em 7 de março de 1891, a tenente a 19 de novembro de 1896, a capitão a 17 de maio de 1904. Tem as seguintes medalhas de prata: de valor militar; de comportamento exemplar; para commemorar a expedição á India em 1895; para commemorar a campanha de Bailundo em 1902. Por despacho de 10 de março de 1906 foi agraciado com o grau de cavalleiro da ordem de S. Thiago, do merito litterario, scientifico e artistico.

Fonseca Charcon *(Fernando da)*. Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Pinhel a 30 de setembro de 1680; ignora se a data do fallecimento, mas sabe-se que vivia ainda em 1747. Era filho de Antonio da Fonseca Costa e de Leonor Gomes. Exerceu clinica em Lisboa por muitos annos. Escreveu: *Dissertação medica, e novo methodo de curar febres ardentes, malignas, petichiaes, e outras doenças, applicando-lhe só o facilissimo remedio da agua pura, que se expõem á observação dos professores, e utilidade publica*, Lisboa, 1737; saiu com o nome supposto de Ambrosio de Miranda.

Fonseca Coutinho *(Augusto da)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; governador civil de Angra do Heroismo, deputado, etc. N. em Portalegre, em 1859, fal. em 1 de novembro de 1887. Era filho segundo de João da Fonseca Coutinho, (V. *o artigo seguinte*). Formou-se a 16 de julho de 1879, tendo 21 annos de edade. Exerceu a advocacia em Portalegre, e durante alguns annos serviu na mesma comarca na qualidade de juiz de Direito, primeiro substituto. Por decreto de 20 de novembro de 1884 foi nomeado governador civil de Angra do Heroismo, cargo em que prestou muitos serviços. Mais tarde teve transferencia para o districto de Bragança. Foi deputado em diversas legislaturas, sendo a primeira vez eleito em 21 de agosto de 1881, pelo circulo de Portalegre, no anno em que seu pae falleceu. Nas tres ultimas sessões ordinarias da legislatura de 1882 a 1884, soube o dr. Augusto da Fonseca Coutinho continuar nobremente as tradições de seu pae, propugnando solicitamente pelos legitimos interesses dos seus conterraneos. Como deputado, fez parte d'algumas commissões importantes, sendo uma d'ellas a que foi nomeada para estudar os projectos

da reforma eleitoral. Collaborou em diversos jornaes politicos e litterarios de Lisboa e de Coimbra. Era membro das sociedades de Geographia de Lisboa e do Porto.

Fonseca Coutinho *(João)*. Moço fidalgo com exercicio, por carta de D. João VI, passada no Rio de Janeiro a 15 de julho de 1819, deputado, presidente e vereador da camara municipal de Portalegre, etc. N. em Lisboa a 3 de maio de 1812, e fal. a 19 de abril de 1881. Era filho do dr. Luiz Freire da Fonseca Coutinho, fidalgo de linhagem e desembargador do Paço, e de D. Maria Luiza Paes de Mendonça. Estudou humanidades no Real Collegio das Artes, de Coimbra, frequentou os dois primeiros annos das faculdades de Direito e Mathematica, não podendo, porém, concluir as formaturas por causa da guerra civil. Durante esse tempo de luctas esteve em Paris, para onde partiu em 1832, regressando a Portugal em 1835. Estabeleceu se então em Portalegre, onde sua familia possuia importantes propriedades, e tornou-se um verdadeiro benemerito d'aquella cidade, podendo dizer-se que a maior parte dos melhoramentos que se realisaram fôram devidas á sua iniciativa e influencia. Como deputado representou o circulo de Portalegre em legislaturas successivas, desde 1857 até 1865. Pertenceu á camara municipal d'aquelle concelho, como vereador e presidente, de 1842 a 1873, só com a interrupção do biennio de 1862 a 1864, em que não acceitou a eleição. Foi provedor da Misericordia, e por muitas vezes procurador á junta geral e conselheiro do districto. Recusou a commenda da ordem da Conceição, com que o agraciaram, e recebeu do ministro Rodrigo da Fonseca Magalhães uma portaria de louvor, em 1854, por ter construido á sua custa uma cadeia em Portalegre, condoído da sorte dos desgraçados que augmentavam as suas miserias consumindo a vida em antros infectos.

Fonseca Coutinho *(Luiz da)*. Escriptor muito versado nas disciplinas mathematicas e experiencias philosophicas. Escreveu uma *Arte da agulha fixa e do modo de saber por ella a longitude*, offerecida ao Conselho Real, que ficou manuscripta.

Fonseca Esguelha *(Miguel Joaquim da)*. Commendador da ordem de Christo; cirurgião medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa; administrador do concelho de Villa Franca de Xira, logar que exercia em 1862. N. n'esta villa em 1808, fal. a 10 de janeiro de 1873. Escreveu: *Algumas considerações ácerca dos meios propostos para o tratamento dos polypos; particularmente do methodo da extirpação ou arrancamento*, Lisboa, 1837.

Fonseca e Evora *(D. Fr. José Maria da)*. Religioso da ordem de S. Francisco, bispo do Porto, etc. Chamava-se no seculo José Ribeiro da Fonseca Figueiredo e Sousa. N. em Evora a 3 de dezembro de 1690, fal. no Porto a 16 de julho de 1752. Era filho de Manuel Ribeiro da Fonseca Figueiredo, que serviu de tenente de cavallos á Casa d'Austria em Milão e Flandres, e de D. Anna Maria Barros da Gama Michão. Estudou na Universidade de Evora, onde recebeu o grau de Mestre em Artes, assim como em Direito Pontificio, que estudou depois na de Coimbra. Partiu em 1712 para Roma, com o marquez de Fontes, depois marquez de Abrantes, D. Rodrigo Annes de Sá Almeida e Menezes, embaixador extraordinario na Curia Romana, no pontificado de Clemente XI. Em Roma recebeu José Maria da Fonseca as insignias doutoraes em um e outro direito; para cumprir o voto que fizera n'uma enfermidade que o assaltara, de ser religioso franciscano, vestiu o habito d'esta ordem no convento de Ara Cœli a 8 de dezembro do referido anno de 1712. Dictou philosophia e theologia. Exerceu os maiores cargos da sua ordem; perfeito do capitulo geral romano a que presidiu o papa Innocencio XIII; secretario-procurador da ordem, devendo-se á sua actividade a canonisação e beatificação de 8 santos franciscanos, celebrada com magnifica pompa; superior e prelado geral de toda a familia serafica a cuja eleição assistiu Clemente XII; visitador e reformador apostolico de toda a religião, etc. Por sua influencia foi collocada na egreja do Vaticano a estatua de S. Francisco, em habito de observante, luctando contra os obstaculos oppostos pelos claustraes e capuchinhos, instigados pelos seus cardeaes seus protectores. Por conseguir tão ardua empresa, mereceu que lhe gravassem os religiosos da reformada Providencia de Napoles, uma inscripção em latim. Erigiu novas aulas de philosophia e de theologia especulativa e moral no convento de Ara Cœli, e para que se eternisasse a memoria d'este beneficio, lhe gravou a communidade uma inscripção em latim. Tanto esta como a que acima citámos, veem publicadas na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, a pag. 868 do vol. II. No mesmo convento instituiu uma livraria numerosa, tanto de livros impressos, como manuscriptos, e que é uma das que mais se admiram em Roma. Em recompensa d'este grande e litterario dispendio, o papa Clemente XII lhe concedeu por um Breve expedido a 20 de setembro de 1727, a administração d'esta bibliotheca dentro e fóra da ordem por todo o tempo da sua vida, com faculdade de tomar bibliothecarios e outros ministros que fôssem precisos. Foi presidente das Salinas em Roma, theologo nomeado por Benedicto XIII para o concilio Lateranense, consultor das sagradas congregações do Indice, Indulgencias, Reliquias e Ritos, votante consistorial e da Visita Apostolica, consultor e qualificador da Suprema e Universal Inquisição, examinador synodal romano, e depois de bispos e arcebispos, juiz arbitro em diversas controversias, e commissario apostolico em varios pontos. Tambem exerceu ministerios politicos: conselheiro aulico do imperador Carlos VI, intendente dos negocios do rei da Sardenha na Curia, e plenipotenciario da côrte portugueza nos pontificados de Benedicto XIII, Clemente XII - Benedicto XIV. Fez parte de differentes academias, e da Real Historia Portugueza de Lisboa. Foi quem restaurou o convento de Palazzola, que fica distante 15 k. da velha cidade de Roma; o convento foi reedificado desde os alicerces e ampliado. A'cerca d'este facto publicou em 1904 o sr. visconde de S. João da Pesqueira, que esteve em Roma, uma curiosa obra, que tem por titulo *Palazzola*, onde se encontra a biographia, retrato e brazão de D. Fr. José Maria da Fonseca e Evora. D. João V o elegeu bispo do Porto a 10 de fevereiro de 1739, cuja dignidade acceitou, depois de ter recusado alguns bispados que lhe haviam sido offerecidos em Italia. Regressou a Lisboa, onde chegou a 18 de dezembro de 1740.

e foi sagrado pelo cardeal patriarcha D. Francisco de Saldanha, na Basilica Patriarchal a 12 de março de 1741. Depois de ter partido de Roma, ergueu-se-lhe uma estatua de marmore, para perpetuar a sua memoria, na livraria, que elle fundara, do convento de Ara Cœli, gravando-se-lhe uma grande inscripção latina. Quaudo foi tomar posse da diocese do Porto, foi ali recebido pomposamente e com enthusiasmo. Deixou muitas obras em latim, impressas e manuscriptas, cujos titulos se pódem vêr no vol. II, da *Bibliotheca Lusitana*, a que já nos referimos.

Fonseca Henriques *(Francisco da)*. Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra, medico d'el-rei D. João V, etc. Era mais conhecido pelo appellido de *Mirandella*, por ser natural d'esta villa, onde nasceu a 6 de outubro de 1665; fal. em Lisboa a 17 de abril de 1731. Era filho de Gabriel Pereira e de Gracia Mendes. Escreveu: *Tratado unico do uso e administração do Azougue. nos casos em que é prohibido*, Lisboa, 1708; *Medicina Lusitana: soccorro delphico aos clamores da natureza humana para total profligação de seus males; dividido om tres partes*, etc.. Amsterdam, 1710; segunda *impressão correcta e augmentada* pelo proprio autor, idem, 1731; n'estas edições vem tambem o *Tratado do Azougue* já citado, e a de 1731 traz mais a *Dissertação dos humores naturaes do corpo humano;* houve outra edição no Porto, 1750; *Anchora medicinal para conservar a vida com saude*, etc, Lisboa, 1721; houve duas edições em 1731, sendo uma impressa na officina Augustiniana, e outra na officina de Miguel Rodrigues, e á sua custa; ha outras edições em Lisboa nos annos de 1740 e 1754; *Aquilegio medicinal em que se dá noticia das aguas de caldas, de fontes, rios, poços, lagoas, e cisternas do reino de Portugal e dos Algarves... dignos de particular memoria*. Lisboa, 1726. Todos os escriptos d'este autor são reputados classicos em linguagem, principalmente nas vozes facultativas da sciencia. Foi, no seu tempo, um medico muito distincto e erudito, merecendo grande consideração dos contemporaneos. Além das obras mencionadas, escreveu mais algumas em latim, cujos titulos se pódem vêr na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, tomo II, pag. 148.

Fonseca Luzio *(Pedro da)*. Mestre da capella dos duques de Bragança em Villa Viçosa em 1640. Foi discipulo de Manuel Rebello. Compoz varias obras que ficaram ineditas e archivadas na Bibliotheca Real de Musica, como consta do catalogo da livraria de D. João IV.

Fonseca Magalhães *(Rodrigo da)*. V. *Magalhães*.

Fonseca e Paiva *(Sebastião da)*. Freire professo da ordem militar de S. Thiago; mestre de musica e poeta; socio da Academia dos Singulares, etc. N. em Lisboa em 1625, fal. com 80 annos de edade, no convento da sua ordem, em Palmella, no anno de 1705. Era filho de Manuel Rodrigues Cabrita, e de Maria da Fonseca e Paiva. Exerceu no referido convento o cargo de mestre de musica, que já havia exercido anteriormente no hospital de Todos os Santos. Em 1662 acompanhou a Inglaterra, como mestre de sua capella, a infanta D. Catharina, filha de D. João IV, que ia casar com o rei Carlos II. Quando voltou á patria recebeu o habito da ordem de S. Thiago, no convento de Palmella, a 5 de outubro de 1676, da mão do presidente Fradique Pereira, sendo prior-mór D. Antão de Faria. Na Academia dos Singulares, a que pertenceu, foi por vezes eleito presidente. Escreveu: *A Santo Antonio alistar-se por soldado; redondilhas*; sem nome do autor, nem data, mas parece ter sido de 1665; *Relação dedicada á serenissima senhora Rainha da Grã-Bretanha, da jornada que fez de Lisboa até Portsmouth*, Londres, 1662; é um romance em versos octosyllabos; *Relação dedicada á magestade de Carlos e Catharina, reis da Grã-Bretanha, da jornada que fizeram de Portsmouth até Antoncourt, e entrada em Londres*, Londres, 1662; *Relação das festas do palacio, e grandeza de Londres, dedicada á serenissima Rainha da Grã-Bretanha*, Londres, 1663; *Applausos festivos, e solemnes triumphos com que os heroes portuguezes celebraram o casamento dos monarchas D. Affonso VI e D. Maria Francisca Izabel de Saboia*, Lisboa, 1667; *Relação da feliz chegada da serenissima senhora D. Maria Sophia, rainha de Portugal, á cidade de Lisboa em 1 de agosto de 1687, e descripção da parte da Casa da India*, Lisboa, 1687. *Segunda parte da relação do triumpho que fez a cidade de Lisboa, quando os monarchas de Portugal fôram á Santa Sé d'esta côrte, e noticia dos arcos triumphaes*, Lisboa, 1687; *Relação da magnifica e sumptuosa pompa funeral com que o Real convento de Palmella da ordem de S. Thiago, celebrou as exequias da serenissima rainha Nossa Senhora D. Maria Sophia Izabel de Neuburg*, Lisboa, 1699 No tomo I da *Academia dos Singulares de Lisboa, dedicada a Apollo*, publicação feita em 1665, encontram-se d'este autor uma *Oração recitada a 4 de outubro de 1663*, e varias poesias; no tomo II, 1668; *Oração recitada a 29 de janeiro de 1664;* outra *Oração* em verso, e diversas poesias. No *Forasteiro admirado*, vem um romance seu no genero burlesco.

Fonseca Pereira *(José Diogo da)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, corregedor da comarca de Angra, na ilha Terceira, etc. Nasceu em Peniche, pelos annos de 1780, fal. em 1864. Serviu alguns annos na magistratura, e era corregedor em Angra em 1826, quando se jurou a Carta Constitucional, que elle acolheu com enthusiasmo. Depois de 1833 entrou na vida particular, retirando-se para Peniche, onde se conservou afastado da politica, recusando-se sempre a acceitar quaesquer empregos publicos, até que em maio de 1846, subindo ao poder o ministerio liberal, acceitou sómente por dedicação patriotica o cargo de administrador do concelho, logar de que pediu a demissão, apenas teve conhecimento do golpe de Estado de 6 de outubro. Em 1847 foi um d'aquelles que julgaram a honra nacional offendida pelas investigações historicas de Alexandre Herculano, e escreveu sobre essa questão um folheto intitulado: *O primeiro tomo da Historia de Portugal por Alexandre Herculano, considerado em relação ao juramento de Affonso Henriques*. Fonseca Pereira foi correspondente do *Progresso*, do *Portuguez*, da *Atalaya Catholica*, de Braga. Escreveu além do folheto citado: *Breve discurso, que aos honrados habitantes da ilha Terceira, no dia do juramento da Carta Constitucional dirige... e offerece o Corregedor de Angra*, etc., Lisboa, 1826; *Grito da liberdade contra um dos seus maiores inimi-*

gos, e pelos povos sempre aborrecido systema de tributos directos, Lisboa, 1845.

Fonseca Pimentel *(D. Leonor da)*. Esta celebre portugueza, que tão afamada se tornou na republica napolitana de 1798, nasceu em Roma a 13 de janeiro de 1752. Era filha de Clemente Henrique da Fonseca Pimentel e de Catharina Lopes. Os seus parentes viviam em Beja na segunda parte do seculo XVIII. Quando em 1760 se romperam as relações entre o governo portuguez e a Curia Romana, Clemente Henrique da Fonseca Pimentel saiu de Roma com sua familia, e partiu com Leonor ainda creança para Napoles. Estudou sciencias sob a direcção do professor Spallanzani. Muito nova ainda revelou grande talento poetico, e tinha apenas 16 annos quando principiou a fazer versos, que mereciam os maiores applausos. Em 1777 escreveu um drama allegorico, intitulado: *Il trionfo della virtu*, dedicado ao marquez de Pombal, com palavras de grande enthusiasmo por Portugal, que não fôra o seu berço, mas de que era filha, e pelo genio do grande ministro. A idéa do drama foi-lhe suggerida pelo mallogrado attentado do genovez João Baptista Pele contra a vida do marquez de Pombal. Em todo o entrecho do drama se manifesta bem claramente o enthusiasmo de Leonor da Fonseca Pimentel pela patria de seu pae; é preciso notar que falava e escrevia correctamente o portuguez, como se prova por uma carta que escreveu ao arcebispo de Evora, D. Fr. Manuel do Cenaculo, que se conserva na bibliotheca d'aquella cidade, e pela traducção que fez para o italiano da *Analyse da profissão de fé* do padre Antonio Pereira de Figueiredo. Pelo seu espirito e gentileza foi dama de honor da rainha Maria Carolina, mulher de Fernando IV, de Napoles, e casou em 1784 com o marquez de Fonseca. As suas idéas eram, comtudo, extremamente liberaes, e em 1789 pronunciou-se com enthusiasmo pelos principios da revolução franceza, e o seu salão em Napoles tornou-se o centro da reunião dos liberaes e de opposição contra a côrte. Quando em 1798 entraram em Napoles os francezes commandados pelo general Championnet, obrigando o rei a refugiar-se na Sicilia, proclamou-se na cidade a republica, que tomou o nome de *Republica parthenopéa*, e Leonor da Fonseca Pimentel poz-se á frente d'aquelle movimento, encarregando-se de redigir o jornal official da Republica, o *Monitor Parthenope*, e exercendo grande influencia no governo republicano, em que desempenhava o papel que madame Roland desempenhara na Republica Franceza. Era immensa a sua popularidade; uma vez no theatro de S. Carlos, o publico exigiu que cantasse a *Marselheza Napolitana*, que ella effectivamente cantou, sendo alvo da mais calorosa ovação. Defendeu sempre no seio do governo os principios moderados, oppondo-se aos desvariôs exaltados. Apezar d'isso, quando caiu a Republica Parthenopéa, foi Leonor da Fonseca Pimentel a primeira victima, sendo perseguida e accusada de haver trahido a dynastia. A sua condemnação era inevitavel, e a heroica republicana foi enforcada na praça do Mercado em julho de 1799. Leonor caminhou serenamente para o supplicio, entre os gritos do povo, que tanto a haviam applaudido, e ao chegar á praça do Mercado recitou com toda a tranquillidade o verso de Virgilio:

Forsan hæc olim meminisse iuvabit.

Leonor da Fonseca Pimentel foi um dos vultos mais sympathicos da revolução italiana, e o seu nome figura no *Pantheon dei martiri*. Os diccionarios estrangeiros dão-n'a como hespanhola, apezar d'ella propria dizer na dedicatoria do *Il trionfo della virtu* que é filha de Portugal. O dr. Augusto Filippe Simões publicou a sua biographia e retrato nas *Artes e Letras*, numeros 11 e 12, de 1872. Alexandre Dumas, no seu romance *A San Felice*, tambem descreve esta heroina. O sr. Arthur Lobo d'Avila, no seu romance commemorativo *Os Caramurús*, egualmente se refere á matyr napolitana. Na obra do sr. Antonio de Portugal de Faria, *Portugal e Italia*, Leorne, 1900, encontra-se reproduzida a biographia de Leonor Pimentel, por Joaquim de Araujo, elucidada com varios documentos comprovativos.

Fonseca Pinto *(Abilio Augusto da)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, etc. N. n'esta cidade a 27 de maio de 1830, etc. onde tambem fal. em 13 de outubro de 1893. Era filho de Alexandre da Fonseca e Silva, e de D. Maria Amelia da Fonseca Sá Esteves. Seu pae, liberal convicto, soffreu um captiveiro forçado pelas circumstancias da politica absolutista, mantendo-se escondido no edificio do correio de Coimbra, de que era administrador seu cunhado, Antonio Lopes de Sá Esteves, por espaço de 6 annos, até á restauração liberal de 1833. Os seus perseguidores por vezes fizeram buscas rigorosas no edificio do correio, porém não conseguiram nunca descobrir o logar onde elle se occultava. Foi durante esta situação tão triste que nasceu Abilio da Fonseca Pinto. Crescendo e desenvolvendo-se, apenas a creança começou a pronunciar algumas palavras, ensinaram-lhe a pronunciar o nome de *tia Thomazia* em vez do nome de *pae*, receando de que inconscientemente o pequenino Abilio pudesse compromettter-lhe a vida, dando-lhe este dôce nome; só na edade de tres annos, em 1833, é que Fonseca Pinto ouviu pela primeira vez pronunciar o nome de *pae*. Estudou no lyceu de Coimbra os preparatorios, e em 1847 matriculou-se em Direito na Universidade, tomando o grau de bacharel em 1852. Os profundos conhecimentos que foi adquirindo, o tornaram tão distinctamente illustrado, que em abril de 1859 foi votado por unanimidade socio effectivo do Instituto de Coimbra. A sua influencia de tal fórma se fez sentir n'esta agremiação litteraria e scientifica que o jornal o *Instituto* decerto lhe deve ainda a sua existencia. Em 15 de janeiro de 1865 foi nomeado revisor litterario da Imprensa da Universidade, logar que lhe foi confirmado por carta de mercê de 12 de maio do mesmo anno. Por decreto de 24 de dezembro de 1885 foi nomeado administrador da referida imprensa, precedendo concurso, cargo que já exercia interinamente desde 1882. Collaborou nos seguintes jornaes scientificos e litterarios de Coimbra: *O Instituto*, *Recreio juvenil*, *Litteratura illustrada*, *Estreia Litteraria*, *Preludios litterarios*, *Iris*, etc. Nos vol. IV e seguintes do *Instituto* publicou: *Conimbricenses illustres*; *esboços biographicos;* é uma serie de artigos, em que o autor compilou com interesse e curiosidade noticias biographicas de monarchas, sabios, litteratos e artistia distinctos, naturaes de Coimbra ou de suas ms-

mediações, pela ordem que se segue: 1.º Diogo Paiva de Andrada; 2.º José Mauricio; 3.º D. Sancho II; 4.º Francisco José Duarte Nazareth; 5.º Francisco de Sá de Miranda; 6.º D. Antonio da Visitação Freire de Carvalho; 7.º José Liberato Freire de Carvalho; 8.º Francisco Freire de Carvalho; 9.º Joaquim Machado de Castro; 10.º D. Affonso II; 11.º D. Affonso III; 12.º D. Affonso IV; 13.º Bento Sanches d'Orta; 14.º Maria Cecilia Aillaud Vieira, etc. No vol. VIII do mesmo jornal inseriu: *Commemorações historicas.* Publicou mais: *Flôr de marmore, carta familiar das Lições de geographia; Centenario pombalino, allocução; Cartas selectas; Parnaso Marianno; Tricentenario de Camões-Ignez de Castro*, etc.

Fonseca Pinto *(David da).* Escriptor e jornalista. N. em Cacheu, na Africa, e passou alguns annos mais tarde ao Brazil, onde ficou depois de proclamada a independencia do imperio, na qualidade de brazileiro adoptivo. Em 1825 e 1826, foi redactor n'essa provincia do jornal *A Minerva*. Em 1831 regressou á Europa, quando houve um vivo movimento no Brazil contra os portuguezes que tinham ficado na America como brazileiros adoptivos, e veiu para Lisboa depois do dia de 24 de julho de 1833. O governo de D. Pedro encarregou-o da redacção da *Chronica Constitucional*, que substituiu a *Gazeta de Lisboa*, e precedeu o *Diario do Governo*. Só teve esse encargo emquanto o exercito do infante D. Miguel occupou Santarem; depois da Convenção de Evora Monte foi substituido por José Maria da Costa e Silva, mas continuou no seu mister do jornalista, sendo em 1836 collaborador do *Diario do Povo*, assignando os seus artigos com a inicial *D.* N'esse mesmo anno foi nomeado secretario do governo de Cabo Verde; desempenhou um papel importante nas intrigas em que se achou envolvido o governador Joaquim Pereira Marinho, que na sua *Memoria* justificativa lhe dirige graves accusações. Voltando a Lisboa foi nomeado em 1839 redactor do *Diario da Camara dos Deputados*, sendo ao mesmo tempo empresario d'essa folha, que era empresa particular n'essa epoca. Despachado de novo para Africa, lá falleceu pouco tempo depois.

Fonseca Rebello *(P. Alberto da).* Presbytero secular; bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra. Escreveu: *Historia abreviada de Alexandre Magno, Rei da Macedonia, e dos particulares successos na conquista da India, com a noticia do principio que teve no mundo a idolatria*, Lisboa, 1753. Parece que a edição foi consumida quasi toda pelo fogo na loja do editor o livreiro Manuel da Conceição, loja que ardeu no incendio que se seguiu ao terremoto de novembro de 1755.

Fonseca Saraiva *(Bernardo da).* Vigario geral do arcebispado de Braga, poeta e jurisconsulto. Era natural de Braga, filho de Heitor Cella Falcão e de sua mulher Paulina da Fonseca. No certamen que a Universidade de Coimbra consagrou no anno de 1625 á canonisação da rainha Santa Izabel, escreveu por insinuação do bispo d'esta cidade D. João Manuel, que muito o estimava, um poema latino, que contava 759 versos heroicos, cujo assumpto era a intervenção da santa rainha nas guerras entre D. Diniz e seu filho D. Affonso. O poema saiu impresso sem o nome do autor, a folhas 37 do livro intitulado: *Santissimæ Reginæ Elisabethæ poeticum Certamen.* etc. Conimbricæ, 1626.

Fonseca da Silveira *(Manuel Martins).* Mestre em Artes pela Universidade de Evora; bacharel formado em Canones pela de Coimbra. N. em Estremoz a 15 de março de 1697, e fal. na segunda metade do seculo XVIII. Era filho de Manuel de Fontes Roaz e de Francisca da Silveira Borralha. Estudou Philosophia na Universidade de Evora, onde recebeu o grau de mestre em Artes, conforme dissémos, passando depois á de Coimbra. Foi parocho da freguezia de Santa Maria da Gloria no termo de Extremoz, e prégador muito apreciado. Dos seus sermões, que podiam formar um grosso volume, só se publicou em 1743, o da *Transfiguração de Christo*, que foi prégado na egreja de Santo André, de Extremoz.

Fonseca Torrie *(João Stuart da).* Cirurgião medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto. Entrou no serviço do Ultramar, e chegou a ser chefe do serviço de saude no Estado da India. Era muito considerado, como um medico de verdadeiro talento. Fal. em Nova Gôa em agosto de 1884. Escreveu: *A cholera morbus*, Nova Gôa, 1868; *Estatistica medica dos hospitaes da India portugueza referida ao anno de 1871*, Nova Gôa, 1873.

Fontainha. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Consolação, de Alvados, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || O Salvador, de Ceivães, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Encourados, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho, de Espinho, conc. e distr. de Braga. || Santa Marinha, de Mogege, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo districto. || N. S.ª da Piedade, do conc. do Porto Santo, distr. do Funchal, archipelago da Madeira. || Bairro da cidade de Nova Gôa, India. Tem nascente de magnificas aguas, ainda que pouco abundante.

Fontainhas *(José Cordeiro Feio, 1.º visconde das).* Do conselho da rainha D. Maria II, de D. Pedro V e de D. Luiz I; fidalgo cavalleiro da Casa Real; bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra; lente jubilado da Escola Polytechnica de Lisboa, lente da referida faculdade na antiga Academia de Marinha, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, marechal de campo reformado, abastado proprietario e capitalista; antigo director do Banco de Lisboa, etc. N. em Beja a 19 de março de 1787, fal. em Lisboa a 3 de novembro de 1884. Era filho de Manuel Antunes Feio, proprietario em Beja, e de sua mulher, D. Anna Marcelina da Cruz. Formou-se em Mathematica na Universidade de Coimbra. Seguindo a carreira militar, reformou-se no posto de marechal de campo em 1860. Depois de ter sido lente de Mathematica na Academia de Marinha, passou á Escola Polytechnica, por decreto de 28 de janeiro de 1837, que nomeava lente d'aquella escola superior varios individuos que, na mesma qualidade, haviam pertencido á Academia de Marinha ou ao Collegio Militar. Os lentes então nomeados, além de José Cordeiro Feio, fôram: José de Freitas Teixeira Espinola Castello Branco, Albino Francisco de Figueiredo e Almeida, Filippe Folque, Guilherme José Antonio Dias Pegado e João Ferreira Campos. Regeu por muitos annos a primeira cadeira de Mathematica, até que se ju-

bilou. José Cordeiro Feio casou com D. Izabel Rosa Mariz, e tendo enviuvado passou a segundas nupcias com D. Maria Rita da Silveira, filha de Francisco de Paula da Silva e de sua mulher, D. Maria Rita da Silveira, que falleceu a 25 de setembro de 1881. Era commendador das ordens de Aviz e de N. S.ª da Conceição. O titulo foi-lhe concedido por decreto de 31 de julho, e carta de 12 de agosto de 1865. O seu brazão d'armas era um escudo esquartelado, sendo o primeiro superior da direita carregado com quatro cordeiros de prata andantes, e acantonados sobre campo verde ; o primeiro superior da esquerda interceptado por tres bandas de prata sobre campo de purpura, e assim o alterno ; o segundo inferior da esquerda carregado com cinco estrellas de ouro de seis raios cada uma, collocadas em cruz sobre campo azul. Este brazão foi concedido ao visconde das Fontainhas por alv. de 14 de novembro e carta de 29 de dezembro de 1865. Escreveu : *Trigonometria rectilinea e spherica*, Lisboa, 1825; com uma estampa ; foi escripta para servir de texto nas lições da cadeira do 3.º anno da Academia Real de Marinha, e continuou a ser depois adoptada na Escola Polytechnica ; *Elementos de Arithmetica*, Lisboa, 1827 ; foi depois adoptada servindo de compendio na primeira cadeira da referida escola ; fez-se outra edição com algumas correcções e additamentos de seu autor ; houve 3.ª edição com additamentos sobre as operações abreviadas de multiplicação e divisão, com a apreciação de numeros aproximados, e systema metrico e de numeração, Lisboa, 1864 ; esta edição foi publicada pela Academia Real das Sciencias, que para esse fim solicitou o consentimento do autor, como se vê da carta inserta á frente do volume; *Deducção analytica das principaes formulas da Trigonometria spherica;* saiu no tomo x, parte 2.ª da *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias*, 1830, de pag. 208 a 220 ; *Memoria sobre a theoria dos calculos das raizes e potencias indicadas, reduzida a regras claras e sujeita a demonstrações rigorosas ;* offerecida á Academia Real das Sciencias.

Fontainhas. Povoações nas freguezias : S. Miguel, de Gandra, conc. de Paredes, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || Santa Eulalia, de Balazar, conc. de Povoa de Varzim, do mesmo distr. Tem correio com serviço de posta rural. || Santa Maria de Abbade de Vermoim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de Abitureiras, concelho e districto de Santarem. || N. S.ª das Neves, de Abiul, concelho dePombal, districto de Leiria. || Santa Maria, de Airães, concelho de Felgueiras, districto do Porto. || N. S.ª da Conceição e concelho de Albufeira, districto de Faro. || S. João Baptista, de Alegrete, conc. e distr. de Portalegre. || O Salvador, de Aramenha, conc. de Marvão, do mesmo distr. || S. Pedro, de Barcarena, conc. de Oeiras, distr. de Lisboa. || S Estevão, de Barrozas, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro. || S. Pedro, de Beberriqueira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Ilha da Madeira ; S. Sebastião e conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal. || S. Salvador, de Carregosa, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. || S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Santa Eulalia, de Ferreira-a-Nova, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || S. João Baptista, de S. João da Madeira, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Lanhellas, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. Silvestre e conc. da Louzã, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Mioma, conc. de Sattam, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Piedade, de Monte Redondo, conc. e distr. de Leiria. || S. Martinho, de Paços de Gaiollo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Palmaz, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Ilha da Madeira, N. S.ª dos Remedios, de Quinta Grande, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal. || S. Nicolau, conc. e distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco. || Santa Maria de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Vallega, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Varzea dos Cavalleiros, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || S. Miguel, de Varziella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Casal na freg. de S. João Baptista, de Pedrogão Pequeno, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Tentugal, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || Casal na freg. do Espirito Santo, de Valle de Cavallos, conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || Denominam-se *Fontainhas* duas estações do Caminho de Ferro : uma na linha de sueste, ramal de Portimão, entre as de Albufeira e Patã ; outra na linha de Povoa de Varzim, entre as de Rates e Goudifellos.

Fontainhas. Olhos d'agua que rebentam no meio da praia de Paço d'Arcos, formando uma lagôasinha rodeada de grandes penedos. E' um sitio agradavel de verão, porque serve de recreio vêr junto á superficie do Tejo, no centro de alvissimo areal, e entre rochas de fórmas variadas, um pequeno lago de agua crystallina, onde borbulham continuamente diversas nascentes. No inverno desapparece o lago, porque o invadem e desfazem as ondas embravecidas. Ainda assim, é de grande effeito vêr as vagas quebrando-se contra os rochedos, elevando-se a grande altura, para logo cairem em chuva de branca espuma sobre as mesmas rochas, tornadas então em vistosas cascatas.

Fontainhas de Ceissa. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Ceissa, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Fontainhas do Meio. Pov. na freg. de S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Fontainhas da Serra. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Fontainho. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Cabril, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Fontaiscos. Pov. na freg. de S. Vicente, de Ponte, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Fontalva *(Alfredo Ferreira dos Anjos, conde de)*. Ministro de Portugal, em Berne, distincto *sportman*, abastado proprietario. Pertence á familia dos antigos capitalistas e importantes negociantes da praça commercial de Lisboa, Anjos & C.ª. Foi discipulo do fallecido professor de equitação Antonio de Figueiredo. Realisou ha

annos uma arrojada empresa, a viagem em *mail-coach* de Lisboa a Paris, fazendo este longo trajecto entre as duas cidades em quatro mezes, esta viagem foi citada em todo o mundo elegante. Evidenciou-se muito em touradas de amadores, corridas de cavallos e caçadas, tendo sempre o primeiro logar. Na diplomacia occupou tambem um logar distincto, desempenhando as funcções de ministro de Portugal em Berne, cargo de que foi exonerado a seu pedido, passando á disponibilidade em 4 de dezembro de 1890. Foi-lhe conferido o titulo de conde de Fontalva por carta regia de janeiro de 1890. Como proprietario de vastos terrenos em Queluz, annuiu á divisão da propriedade para differentes edificações, contribuindo d'esta forma para o embellezamento e importancia d'aquella povoação.

Fontana. A familia d'este appellido parece proceder de Castella, e tem o seguiute brazão d'armas: em campo verde e florido uma fonte de prata redonda com duas bicas de que corre agua, a fonte levantada e duas aguias bebendo no chafariz da mesma fonte, coroadas; a côr do alto do escudo é azul celeste.

Fontana *(Caetano).* A'cerca d'este artista, que pertenceu á orchestra do theatro de S. Carlos, transcrevemos o seguinte do *Diccionario biographico dos musicos portuguezes*, de Ernesto Vieira, vol. 1, pag. 423 e 424: «Emigrado politico italiano, natural de Milão, que veiu para Lisboa em 1835. Como tivesse cultivado a arte musical e possuisse para ella notavel vocação, tocando bem harpa, piano e instrumentos de arco, dedicou-se aqui ao exercicio profissional da musica, contratando-se para harpista da orchestra de S. Carlos. Aquella orchestra não tinha tido até então harpista effectivo, sendo portanto Caetano Fontana o primeiro que desempenhou esse logar. Foi o conde do Farrobo quem o protegeu nos primeiros tempos, apresentando-o nas suas festas das Laranjeiras. Em 18 de abril de 1836 promoveu Fontana um espectaculo no theatro de S. Carlos em seu beneficio; executou com a cantora Luiza Mathey, que era tambem pianista, um duetto de piano e harpa composto por elle. O irmão da cantora, Carlos Mathey, recitou uma ode á memoria de Bellini, composição tambem de Caetano Fontana, dedicada á filha do conde do Farrobo, D. Maria Joaquina Quintella. Em 21 de outubro fez outro beneficio em que tambem tocou a solo. Repetidas vezes depois d'isso se fez ouvir n'aquelle theatro, sendo sempre muito applaudido e merecendo em 1837 um artigo elogioso no *Entre-acto*, o jornal d'Almeida Garrett. Em julho de 1844 apresentou-se dando um concerto com seus tres filhos, o que produziu enorme sensação. Achilles, o mais velho, que apenas contava 13 annos de edade, executou no piano umas variações de Hertz com acompanhamento de orchestra; Galeazzo, que tinha 11 annos, tocou umas variações para harpa com orchestra, e com o pae um duetto de harpas acompanhado por Achilles; Alfredo, o mais novo e tambem o de mais precoce talento, tocou um trecho no violino. Os dois irmãos mais velhos cantaram, vestidos a caracter, o duetto da opera *Chiara di Rosemberg*. A *Revista Universal Lisbonense*, o importante jornal litterario redigido por Castilho, dedicou a esta sensacional apresentação da familia Fontana, um extenso artigo cheio de enthusiasticos louvores. Estes espectaculos repetiram-se mais vezes, porque Caetano Fontana fazia todos os annos um beneficio; os filhos mostravam sempre notaveis progressos, animados por estas apresentações; Alfredo, principalmente, revelava-se um verdadeiro prodigio, tocando violino, piano e harpa com egual facilidade. Era n'esse tempo a harpa um instrumento muito estimado na nossa primeira sociedade, e Caetano Fontana tinha numerosas discipulas. N'um concerto realisado na *Assembléa Philarmonica*, a 17 de novembro de 1849, tomaram parte na orchestra nove harpistas; quatro senhoras: D. Carolina Smith Rosier, D. Mathilde de Futscher, D. Sophia Cossoul e D. Theodolinda Veiga; cinco homens: Caetano Fontana e seus dois filhos, Guilherme Cossoul e Antonio Serzedello Junior. Todavia, apezar da sua grande vocação musical, Alfredo Fontana seguiu a carreira das armas, alistando-se no exercito italiano onde chegou a um posto superior. O sr. Achilles Fontana dedicou-se pela sua parte ao commercio, e dos seus antigos estudos musicaes conservou sómente o gosto pela arte, que tem satisfeito sendo um dos mais activos membros fundadores da orchestra da Real Academia de Amadores, como excellente contrabaixo. Só Galeazzo é que seguiu a carreira artistitica, com grande brilho mas pouca fortuna, porque infelizmente teve prematuro fim» Caetano Fontana era formado em Direito, nasceu em Milão a 11 de abril de 1800, e fal. em Lisboa em 1884. Casou com D. Maria Cots. Galeazzo nasceu em Milão a 23 de julho de 1833, e fal. em Lisboa victima da tisica, a 15 de julho de 1875. Tomou parte em muitos concertos, tocando a solo, tanto no theatro de S. Carlos como nos saraus das Laranjeiras e concertos das academias. Em 1847, aos 14 annos, já substituia o pae na orchestra, e desde então occupou esse logar, até que a doença o prostrou. Ainda muito creança foi escripturado para o theatro da Cruz em Madrid. Quando se soube da sua escriptura, os professores da orchestra quizeram vêl-o, e ficaram indignados de que alguem os obrigasse a admittir no seu gremio uma creança. Fontana, estranhando as repugnancias dos mestres, pediu que o deixassem dar um concerto, em que lograsse manifestar o seu valor aos mestres. Propoz-se isto á empresa; sem contrato previo effeituou-se o concerto, e a creança foi tocar de graça. Produziu tão extraordinario effeito, que os velhos professores vieram anciosos de commoção abraçar o joven artista. Assim foi a estreia, o prefacio da brilhante carreira artistica de Fontana, que infelizmente teve tão curta duração.

Fontanellas. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Fontanheiras. Pov. na freg. de S. Pedro, de Santar, conc. de Nellas, distr. de Vizeu. || Quinta na freg. de S. Miguel e conc. de Fornos de Algodres, distr. da Guarda.

Fontão. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga: 665 hab. e 164 fog. tem est. post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada junto da margem direita do rio Lima. As freiras benedictinas do convento do Salvador, de Braga, apresentavam o viga-

rio, que tinha 80$000 réis annuaes. A pov. é fertil. e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves, de Angeja, concelho de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Carvalhosa, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Domingos, de Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || S. Mamede, de Castanheira do Vouga, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Salvador, de Dornellas, conc. de Amares, distr. de Braga. || O Salvador, de Fervença, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Thomé, de Friande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Miguel, de Gemeos, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Santa Maria Maior, de Loriga, conc. de Ceia, distr. da Guarda. || O Salvador de Lufrei, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Julião, de Mouranho, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || S. Thiago, de Pias, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Refojos de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Pedro, de Roris, conc. de S. Thirso, distr. do Porto. || S. Martinho, de Sardouva. conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Sôza, conc. de Vagos, distr. de Aveiro. || Santa Marinha, de Tropeço, conc. de Arouca, do mesmo distr. || Quintas na freg. de N. S.ª da Graça, de Vella, conc. e distr. da Guarda.

Fontão de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. do Salvador, de Cabeça Santa, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Fontão Bom. Pov. na freg. de S. Martinho, de Varzea do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Fontão Cimeiro e Fontão Fundeiro. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Graça, de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Fontão Covo. Pov. na freg. de Santo André, de Guilhadezes, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Fontão Longo. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Tropeço, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Fontareira. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Palmaz, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Fontaura *(M. Queiroga Carneiro)*. Escreveu: *Instrucções de numismatica para uso da mocidade estudiosa e dos curiosos em gabinetes de medalhas antigas*. Porto, 1844.

Fonte *(Quinta da)*. Em Albarraque, freg. de N. S.ª de Belem, de Rio de Moiro, d'onde dista 1,5 k. Pertence actualmente ao sr. Luiz Ferreira Lima. || Quinta em Calhariz de Bemfica, na freg. de N. Senhora do Amparo. V. *Bemfica*.

Fonte. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Amorim da Nobrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Aborim, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Alheira, do mesmo conc. e distr. || Santa Marinha, d'Alquerubim, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Alvaredo, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do do Castello. || Santa Maria, de Alvora, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Annaes. conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr.. || S. Miguel, de Arcozello, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Estevão, de Bastruço, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª das Neves, de Bella, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Cosme, de Besteiros, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Martha, de Bouro, conc. de Amares. distr. de Braga. || S. Pedro, de Braga, Maximinos, conc. e distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Cabanellas, conc. de Vila Verde, do mesmo distr. || N. S.ª da Purificação, de Cachoeiras, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || S. João Baptista, de Campos, conc de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Caparciros, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago de Carreira, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || N. S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. de Aneião, distr. de Leiria. || Santa Maria, de Christello Covo, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Custoias, conc. de Bouças, distr. do Porto. || Santo André, de Fermentellos, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || Santa Leocadia, de Fradellos, conc. de V. N. de Famalicão, dist de Braga. || O Salvador, de Gallegos, conc. de Penafiel, distr do Porto. || Ilha da Madeira; N. S.ª da Luz, de Gaula, conc. de Santa Cruz; S. Gonçalo, conc. do Funchal, ambas do distr. do Funchal. || N. S.ª da Visitação, de Guia, conc. de Albufeira, distr. de Faro. || S. Julião, de Lage, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Lanhellas, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. Lourenço, de Lapella, conc. de Monsão, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Lara, do mesmo conc. e distr. || S. André, de Lever, conc. da Feira distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Lavelhe, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Louredo, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Paio, de Merelim, conc. e distr. de Braga. || Ilha da Madeira; N. S. do Monte, conc. e distr. do Funchal. || S. Christovão, de Nogueira do Cravo, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Christina, de Padreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Palmeira, conc, e distr. de Braga. || O Salvador, de Pedragaes, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Pedro, de Pedroso, conc. do V. N. de Gaia. distr. do Porto. || O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Thomé, de Prosello, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Thiago, de Rebordões conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Ribeira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Rio de Moinhos, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || O Salvador, de Rossas, conc. de Vieira, distr. de Braga. || O Salvador, de Ruivães, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Pedro, de Samodães, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Santa Eulalia, de Sanguedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Adrião, de Santão, conc. de Felgueiras, districto do Porto. || S. Mamede, de Serzedo, conc. de V. N. de Gaia, do mesmo distr. || S. Pedro Fins, de Tamel, conc. de Barcellos, distr. de Braga. Santa Maria, de Tavora, concelho de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. André, de Tellões, concelho de Amarante, distr. do Porto. || S. Miguel, de Trezouras conc.

de Baião, do mesmo distr. || Santa Maria, de Ul, concelho de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Comba, de Villa Fouche, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real, || S. Estevão, de Villar das Almas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Casaes na freg. de N. S.ª d'Ajuda, de Vestiaria, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Casal na freg. de N. S.ª da Purificação, de Assentiz, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Romão, de Cabeça, conc. de Ceia, distr. da Guarda. || Casal na freg. de N. S.ª da Graça, de Ega, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de S. João Baptista e conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || Casal na freg. de S Vicente, de Formigaes, conc. de V. N de Ourem, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Miguel, de Juncal, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. da Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || Casal na freg. de S. Estevão, de Pussos, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Rochedo de fórma conica, fronteiro á ponta da Raia, na costa ONO da ilha do Porto Santo, archipelago da Madeira.

Fonte de Alcaide. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Senhorim, conc. de Nellas, distr. de Vizeu.

Fonte da Aldeia. Pov. na freg. de S. Christovão, de Villa Chã de Braciosa, conc. de Miranda do Douro, distr. de Bragança.

Fonte d'Além. Pov. na freg. de S. Miguel, de Christello, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Enxara do Bispo, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Fonte de Algueira. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Villa de Punhe, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Fonte das Almas. Pov. na freg. de S. Miguel, de Villa Pouca da Beira, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Fonte dos Almocreves. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal.

Fonte do Alqueire. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Fonte da Amendoa. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Amendoa, conc. Mação, distr. de Santarem.

Fonte Andrade. Pov. na freg. de Santa Maria da Deveza e conc. de Castello de Vide, distr. de Portalegre.

Fonte de Angião. Pov. na freg. de S. Salvador, de Covão do Lobo, conc. de Vagos, distr. de Aveiro. Tem caixa postal.

Fonte Anna. Varzea paludosa nas terras adjacentes á cidade da Praia, da ilha de S. Thiago, do archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental, de cujas aguas salobras se servia a população pobre, e ainda hoje se serve, quando a canalisação que conduz as de Monte'agario está interrompida. Esta agua tem um cheiro sulfureo pronunciado e sabor repugnante. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Lamellas, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Fonte Antiga. Pov. na freg. de S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Fonte de Apra. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Fonte da Aranha. Pov. na freg. de S. Pedro, de Almargem do Bispo, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Fonte-Arcada *(Antonio Francisco Jacques de Magalhães, 4.º visconde de)*. Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, por successão a seus maiores, alvará de 11 de outubro de 1802; par do reino, 6.º alcaide-mór de Castello Rodrig , 10.º senhor de juro e herdade dos Paúes da Bordeira e Bordalête, e Casal das Areias em Lagos, instituido em 1516 por doação regia; administrador dos vinculos de Chellas e Quinta do Cuteiro, no Tojal; da Quinta da Bichinha, em Alemquer; e do vinculo d'Andrades na ilha da Madeira; cavalleiro da antiga e muito nobre ordem da Torre e Espada; deputado, administrador geral do districto administrativo de Leiria, coronel aggregado ao extincto regimento de milicias de Torres Vedras, e depois coronel commandante dos extinctos regimentos de milicias de Lisboa Occidental; do 6.º batalhão nacional fixo de Lisboa, etc. N. no Campo Grande a 25 de maio de 1793, fal. em Lisboa a 19 de agosto de 1880. Era filho do 3.º visconde de Fonte-Arcada, João Antonio Jacques de Magalhães, e de sua mulher, D. Maria Barbara da Camara Figueiredo Cabral. Succedeu na casa do seu pae em 1822. Mostrando capacidade politica e grande enthusiasmo pelas idéas liberaes, foi eleito deputado para a primeira legislatura ordinaria, que se seguiu á revolução de 1820, isto é, foi deputado em 1822, contando apenas 29 annos de edade. Sendo um dos membros mais novos da camara, foi um dos seus secretarios. Succedendo a revolta da Villafrancada desappareceu da politica, e só se tornou a falar d'elle em 1825, em que entrou no serviço militar como capitão aggado ao regimento de milicias de Torres Vedras em 14 de novembro, sendo logo em 13 de dezembro seguinte promovido ao posto de coronel aggregado ao mesmo regimento. Proclamando-se em 1826 a Carta Constitucional outhorgada por D. Pedro IV, o visconde de Fonte-Arcada foi nomeado, por decreto de 29 de agosto, coronel commandante do regimento de milicias de Lisboa Occidental, posto em que se conservou até ao golpe de Estado do infante D. Miguel, requerendo então a sua demissão, que lhe foi concedida por decreto de 22 de fevereiro de 1828. Encontra-se de novo em 1833, adherindo com enthusiasmo á restauração da Carta Constitucional. Sendo organisados os batalhões nacionaes, foi nomeado coronel commandante do 6.º batalhão fixo, por decreto assignado com a data de 14 de setembro de 1833. Foi o visconde de Fonte-Arcada um dos bravos militares que mais contribuiram para a defeza das linhas de Lisboa contra as tropas miguelistas que cercavam a capital. A' frente do seu batalhão, sustentou valentemente no referido dia 14 de setembro um combate contra as tropas inimigas que o atacavam á baioneta, defendendo o forte do Alto de S. João, recebendo pela bravura com que se portou, a commenda da ordem da Torre e Espada. Nas primeiras eleições a que se procedeu, depois de concluidas as luctas politicas, para a nova constituição da camara dos deputados, o visconde da Fonte-

Arcada foi eleitor de provincia pelo circulo de Aldeia Gallega da Merceana, e eleito deputado pela provincia da Extremadura em 3 de agosto de 1834. Por carta regia de 1 de outubro de 1835 foi eleito par do reino, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara, na sessão de 3 de janeiro de 1836. N'este anno rebentou a revolução de setembro, que poz em vigor a Constituição de 1822, acabando por conseguinte com a segunda camara, e o visconde de Fonte Arcada foi nomeado coronel commandante do 3.º batalhão provisorio de Lisboa, por decreto de 1 de dezembro. Nas Côrtes Constituintes de 1837 tornou a ser deputado, eleito pelo circulo de Alemquer. O decreto de 10 de abril de 1838 o nomeou administrador geral do districto de Leiria. Em 1840 foi eleito vereador e presidente da camara municipal de Aldeia Gallega da Merceana, cargos que por virtude de reeleição successiva exerceu até 1843. Depois da nova restauração da Carta Constitucional em 1842 voltou a occupar a sua cadeira na camara dos pares, e em 1851 foi nomeado vereador da camara municipal de Lisboa. O visconde de Fonte Arcada foi por vezes collaborador de varias folhas politicas, redigidas segundo o principio da ordem, moderação e liberdade regrada que inalteravelmente professou, e que serviram de norma ao seu procedimento em todos os tempos. Em 1838 e 1839 teve parte na redacção do *Constitucional*, junctamente com José Baptista Gastão, Claudio Lagrange, e outros; em 1840 collaborou no *Portuguez*, de que era redactor principal José Maria Eugenio d'Almeida; em 1865, para se tratar de uma grave enfermidade, foi á ilha da Madeira, saindo de Lisboa em 15 de setembro, e demorando-se no Funchal até meado do mez de maio de 1866, collaborou na *Flôr do Oceano*, semanario politico, litterario e religioso. Collaborou tambem na *Revista Universal*. O titulo de visconde com grandeza foi em verificação de vida concedida no mesmo titulo de seu pae, e verificado por carta de 11 de abril de 1823. O visconde de Fonte-Arcada casou em 7 de fevereiro de 1853 com D. Maria Izabel Raposo de Sousa d'Alte Espargosa, filha de José Maria Raposo de Andrade Sousa d'Alte Espargosa, fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão a seus maiores, tenente da Guarda Real dos Archeiros, commendador de S. Pedro de Serracinos na ordem de Christo, bispado de Bragança, da ordem de N. S.ª da Conceição, cavalleiro da Torre e Espada, casado com D. Maria Carlota de Vadre Almeida Castello Branco. O seu brazão d'armas é o dos Magalhães; em campo de prata, tres faxas xadrezadas de vermelho e prata; timbre, um abutre de prata armado de ouro. O visconde de Fonte-Arcada escreveu: *Relatorio apresentado á Junta Geral do districto de Leiria*, como administrador geral do mesmo districto, em 15 de julho de 1838; saiu no *Constitucional*, de 17 de agosto do mesmo anno; *Relatorios apresentados á camara municipal de Lisboa*, Lisboa 1852. Para desenfado dos seus ocios politicos escreveu muitas poesias lyricas originaes, e traducções de outras de Silvio Pellico, de Gray e Campbell, que ficaram inéditas.

Fonte-Arcada *(Antonio Jacques de Magalhães, 2.º visconde de)*. Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, por alvará de 11 de abril de 1775; 4.º alcaide-mór de Castello Rodrigo; 8.º senhor de juro e herdade do vinculo dos Pañes da Bordeira e Bordalête, e Casal das Areias em Lagos; administrador de outros vinculos; tenente-coronel do regimento de infantaria de Cascaes, que depois teve o n.º 19, o qual prestou muitos serviços militares na praça de Mazagão e no reino de Angola; familiar do Santo Officio, por carta de 15 de outubro de 1754. N. em novembro de 1716, fal. a 16 de abril de 1776. Era filho de João Jacques de Magalhães, do conselho de el-rei D. João V; fidalgo de geração, familiar do Santo Officio; alcaide-mór de Castello Rodrigo, senhor dos vinculos já mencionados, e do vinculo dos Andrades na ilha da Madeira; coronel de infantaria da praça d'Almeida, que teve depois o n.º 23; governador e capitão da praça de Mazagão, em Africa, onde mereceu o cognome de *Reformador* d'aquella praça, pelo muito zelo da Fazenda Real e disciplina militar; governador e capitão general do reino de Angola, em 1737; casado com D. Marianna Ignacia de Menezes. O 2.º visconde de Fonte-Arcada era 2.º neto do 1.º visconde do mesmo titulo, Pedro Jacques de Magalhães. Casou com D. Antonia Marianna de Nóronha, filha de D. José de Noronha e de sua mulher, D. Marianna Izabel das Montanhas Ribeiro Soares. O titulo foi concedido em duas vidas.

Fonte Arcada *(João Antonio Jacques Magalhães, 3.º visconde de)*. Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, por alvará de 14 de abril de 1771; 5.º alcaide-mór de Castello Rodrigo; commendador de S. Thiago de Alfaiates na ordem de Christo; 9.º senhor de juro e herdade do vinculo dos Pañes da Bordeira e Bordalête, e Casal das Areias, em Lagos, por doação regia feita por el-rei D. Manuel em 1516 a Pedro Jacques, com o privilegio de fidalgo; administrador dos vinculos já mencionados; tenente-coronel de infantaria, sem accesso na 1.ª Plana da Côrte, e antes major de infantaria do regimento de Freire de Andrade, que teve depois o n.º 4; coronel das ordenanças da côrte. N. a 5 de novembro de 1765, e fal. a 2 de novembro de 1822. Era filho do 2.º visconde da Fonte-Arcada, Antonio Jacques de Magalhães, e de sua mulher, D. Antonia Marianna de Noronha. Succedeu na casa de seu pae a 16 de abril de 1776, e casou a 15 de agosto de 1792 com D. Maria Barbara da Camara Figueiredo Cabral, 3.ª filha de D. Pedro da Camara Figueiredo Cabral, veador da rainha D. Maria I; gentil-homem da camara do principe D. João, depois D. João VI; 15.º senhor do morgado de Belmonte, e 3.º dos Maninhos da Covilhã, casado com D. Marianna de Menezes e Tavora. O titulo foi renovado por carta de 6 de dezembro de 1777.

Fonte-Arcada *(Pedro Jacques de Magalhães, 1.º visconde de)*. Fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores; do conselho de D. Pedro II; conselheiro de guerra, 1.º alcaide de Castello Rodrigo, senhor do Paúl e Quinta de Bordalête em Lagos; illustre general do tempo da guerra da Restauração de 1640, etc. N. no Sobral, termo da villa de Alverca, e fal. a 8 de dezembro de 1688. Era filho de Henrique Jacques e de D. Violante de Vilhena. Entrando na carreira militar na guerra da America, deu ali manifestas provas de bravura e de intrepidez, e passando depois a Carthagena, achava se n'esta cidade quando se deu a revolução de 1640. Como é sabido, um dos

primeiros cuidados do novo soberano foi chamar á patria os fidalgos portuguezes que estavam longe, e para isso mandou a Carthagena um emissario com documentos precisos para facilitar o regresso do conde de Castello Melhor e dos outros nobres que a sorte havia levado a tão remotas paragens. Apezar de ser descoberto pelas autoridades hespanholas o intento do enviado de D. João IV, o conde de Castello Melhor não desanimou, e pensando no arrojado projecto de se apoderar dos galeões surtos no porto, ganhar os navios carregados de prata que deviam recolher a Hespanha, e entrar em Lisboa com essa rica presa, buscou auxiliares, encarregando Pedro Jacques de Magalhães de ganhar os animos de tres capitães que podiam concorrer efficazmente para o resultado da empresa. Magalhães falou a um dos officiaes, que em vez de prestar o auxilio desejado, foi avisar o governador do que se tratava, resultando a prisão de todos quantos as autoridades julgaram ter conhecimento d'esse projecto. Pedro Jacques de Magalhães foi levado á presença dos juizes, e negou tudo abertamente, e apezar de ser sujeito a tratos, conservou sempre inalteravel resolução e constancia, o que de nada lhe valeu, pois foi condemnado a dez annos de degredo para fóra de Carthagena e seu districto. Assim que se lhe offereceu ensejo passou a Cadiz, d'onde veiu a Portugal. Tendo exercido o cargo de governador de Olivença, assistiu como voluntario ao ataque de Valença em 1646, em que ficou ferido. Em outubro de 1653 saiu de Lisboa com o pôsto de general da armada que se dirigiu a Pernambuco, e ahi prestou valioso auxilio a Francisco Barreto Menezes que governava o exercito d'aquella capitania, soccorrendo-o por mar com os navios de guerra, e artilharia e gente que lançou em terra, concorreu poderosamente para a derrota dos hollandezes que occupavam as fortalezas do Recife em 26 de janeiro de 1654. Voltando ao reino, foi nomeado em 1658 general de artilharia do exercito do Alemtejo que estava no sitio de Badajoz, assistiu á batalha sobre o forte de S. Miguel a 22 de julho. Esteve tambem na batalha das linhas d'Elvas a 14 de janeiro de 1659, cuidando de tudo o que tocava á administração de artilharia, recebendo por este serviço a mercê em duas vidas, do Paúl da Bordeira, junto á cidade de Lagos. Em 1663 foi nomeado mestre de campo general da provincia da Beira, e pôz a praça mais importante em estado de defeza, e reunindo alguns soccorros marchou para o Alemtejo, onde tomou parte distinctamente na recuperação da cidade de Evora, em 4 de junho de 1663, em que ficou ferido n'uma das mãos; assistiu ao choque de Degebe e á batalha do Ameixial, em 8 de junho do mesmo anno, e voltando depois á Beira encarregado do governo do partido de Almeida, ainda n'esse anno de 1663 tomou e saqueou algumas villas hespanholas proximas da fronteira. Em 24 de junho de 1664, na jornada e conquista de Alcantara, foi ferido n'uma perna, de que lhe resultou ficar aleijado. Vindo o duque de Ossuna, commandante das tropas castelhanas, sitiar Castello Rodrigo, sustentou e defendeu a posição das armas portuguezas, ganhando a batalha de 7 de julho de 1664 (V. *Castello Rodrigo, combate de).* Assistiu egualmente á rendição do forte da Guarda, e á batalha de Montes Claros, sob o commando do general marquez de Marialva, em 17 de julho de 1665. Foi ainda á provincia de Entre Douro e Minho em soccorro do conde do Prado, e voltando a Almeida, ainda no anno seguinte, obteve sobre os hespanhoes algumas vantagens, derrotando-os em pequenos combates que se deram ainda na fronteira. Pedro Jacques de Magalhães tomou assento nas côrtes dos Tres Estados convocadas em 1 de janeiro de 1668, em que D. Affonso VI foi deposto do throno, e o infante D. Pedro jurado principe herdeiro, sendo depois reconhecido como rei D. Pedro II. Por carta de 6 de fevereiro de 1671 foi agraciado com o titulo de visconde de Fonte-Arcada; a 5 de novembro de 1675 teve tambem a nomeação de familiar do Santo Officio. N'este anno foi mandado em soccorro dos hespanhoes, que os moiros haviam sitiado em Oran. Vencendo muitas difficuldades e arrostando muitos perigos, conseguiu introduzir na praça o soccorro, e foi esta a ultima acção militar que se conhece do bravo general. Posteriormente commandou a armada que saiu de Lisboa para conduzir a Portugal o duque de Saboya ajustado para casar com a princeza D. Izabel, filha de D. Pedro II. O visconde de Fonte-Arcada casou na ilha da Madeira com D. Luiza da Silva, filha de Manuel Dias de Andrade, moço fidalgo, administrador da Junta Geral do Commercio da referida ilha, e de sua mulher, D. Brites da Silva, filha de João Rodrigues, morgado da Magdalena, tambem na Madeira. Tendo enviuvado, passou a segundas nupcias com D. Maria Vicencia de Vilhena, filha de Antonio Correia Baharem, e de sua mulher D. Antonia de Vilhena. D'ambos os matrimonios houve descendencia.

Fonte-Arcada. Villa e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Alta, conc. de Sernancelhe, com. de Moimenta da Beira, distr. do Vizeu e bisp. de Lamego; 915 hab. e 242 fog. Tem est. post. e esc. do sexo masc. A villa dista 8 k. da séde do conc. e está situada n'um alto, cercada de grandes penhascos, nas proximidades do rio Tavora. Foi conc. quasi tão antigo como a monarchia, o qual se supprimiu em 24 de outubro de 1855. A pov. é muito antiga. Teve foral em fevereiro de 1193 dado por D. Sancha Vermuis, senhora d'esta villa, e seus filhos. Outros dizem que este foral foi dado em 16 de fevereiro de 1231. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 10 de fevereiro de 1514. A Universidade de Coimbra apresentava o vigario, que tinha 120$000 réis annuaes. A terra é fertil e cria muita caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9 com a séd em Lamego. || Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Povoa de Lanhoso, distr. e arceb. de Braga; 1:823 hab. e 419 fog. Tem esc. do sexo masc. Grande parte d'esta freg. pertence á villa de Povoa de Lanhoso. Foi couto com justiças proprias e 9 freguezias. A egreja matriz foi de um mosteiro de frades bentos, que fundou o rico homem D. Godinho Fafes em 1067. Este convento passou depois a abbadia secular de commendatarios. Não se sabe quando acabou o convento, mas parece que ficou supprimido depois de 14.4. A terra é muito fertil; cria muito gado, que exporta para Inglaterra. O sacro collegio patriarchal apresentava dois vigarios, com alternativa egual, que curavam a freguezia. Cada

vigario tinha 90$000 réis annuaes. V. *Povoa de Lanhoso.* || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. do Porto; 907 hab. e 242 fog. Tem escolas d'ambos os sexos. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades do rio Sousa. Houve aqui um convento de freiras benedictinas, muito antigo, que no seculo XVI foi encorporado no de S. Bento da Ave Maria, do Porto. N'este convento de Fonte Arcada viveu a riquissima viuva D. Froila Herminges, familiar da ordem do Templo, que em 1228 fez uma amplissima doação aos templarios, de todos os bens que possuia nos tres reinos de Portugal, Leão e Castella. Tendo-lhe morrido a mãe e um seu filho, ainda herdou terras e egrejas nos bispados de Lamego, Braga e Coimbra, que tudo deu aos templarios em 1239. Pela extincção d'esta ordem, em 1311, passou o convento e todas as terras de D. Froila a constituir em 1319 uma boa commenda de Christo. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o reitor, que era freire de Christo, e tinha 50$000 réis e o pé d'altar. A egreja matriz só podia ser visitada pelo bispo da diocese, que recebia 40$000 réis por cada visita, dados pela commenda. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Souto, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, || N. S.ª da Consolação, de Valle de Azares, conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda. || S. João Baptista, de Vil do Souto, conc. e distr. de Vizeu. || Quintas na freg. de S. João Baptista (sé), conc. e distr. de Bragança.

Fonte - Arcadinha. Pov. na freg. de Santo Eusebio e conc. de Aguiar da Beira, distr. da Guarda.

Fonte d'Arga. Pov. na freg. de Santa Maria, de Geraz do Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Fonte da Baite. Pov. na freg. de S. Pedro, de Palhaça, conc. de Oliveira do Bairro, distr de Aveiro.

Fonte de Baixo. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Veiros, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro.

Fonte Barreira *(Monte da).* Pov. na freg. de S. Pedro, de Marateca, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Fonte do Bastardo. Ilha Terceira; pov. e freg. de Santa Barbara, conc. e com. da Praia da Victoria, distr. e bisp. de Angra do Heroismo; 705 hab. e 109 fog. A pov. fica situada no interior da ilha, em terreno alto, a NE de S. Sebastião e a NO do Cabo da Praia. Tem caixa postal e esc. do sexo masc. E' fertil em cereaes e cria muito gado. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo.

Fonte - Bella *(Amancio Gago da Camara, 2.º barão da).* Fidalgo da Casa Real; proprietario abastado em Ponta Delgada. N. n'esta cidade a 8 de abril de 1815, onde tambem fal. na avançada edade de 90 annos, em julho de 1905. Era filho de Gil Gago da Camara, proprietario, e de sua mulher, D. Branca Guilhermina do Couto. Possuia uma grande fortuna, que despendia largamente em obras de caridade, devendo-lhe valiosos serviços os hospitaes, as misericordias e os asylos da ilha de S. Miguel. Foi tambem installado á sua custa o laboratorio bacteroologico do hospital de Ponta Delgada, que dizem ser modelar. Casou em 20 de janeiro de 1815 com D. Iguez Silveira de Andrade, filha de José Jacinto de Andrade Albuquerque Bettencourt, e de sua mulher, D. Marianna Augusta da Silveira. D'este matrimonio houve quatro filhos: Jayme Gago da Camara, que nasceu a 30 de abril de 1847 e falleceu em 1865; Jacinto Gago da Camara, que nasceu a 25 de novembro de 1851 e foi o 3.º barão da Fonte-Bella, já hoje fallecido; Amancio da Silva Gago da Camara, que nasceu a 17 de dezembro de 1852, e casou a 25 de outubro de 1877 com D. Clara Rebello Borges de Castro, filha dos 1.ºs viscondes de Santa Catharina, e é actualmente o sr. conde de Fenaes, que reside em Ponta Delgada; D. Marianna Gago da Camara, que nasceu a 5 de novembro de 1856, e casou a 16 de abril de 1873 com o dr. Francisco Machado de Faria e Maia, fidalgo da Casa Real, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. O titulo de barão de Fonte-Bella foi concedido por decreto de 18 de janeiro de 1870 e carta de 17 de maio de 1871.

Fonte - Bella *(Jacinto Ignacio Rodrigues da Silveira, 1.º barão da).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 7 de novembro de 1822; do conselho da rainha D. Maria II; par do reino, por carta regia de 3 de março de 1842, de que não chegou a tomar posse; commendador da ordem de Christo; abastado proprietario, capitalista e negociante de grosso trato da praça de Ponta Delgada. N. a 13 de outubro de 1785 e falleceu em Ponta Delgada a 30 de dezembro de 1868. Era filho de Jacinto Ignacio da Silveira, cavalleiro professo na ordem de Christo; negociante na referida praça de Ponta Delgada, e de sua mulher, D. Jacinta Rosa de Medeiros Miranda Araujo O barão da Fonte-Bella serviu nos annos de 1833 e 1834 no cargo de conselheiro de Prefeitura da provincia oriental dos Açôres. Casou em 8 de outubro de 1815 com D. Marianna Izabel de Menezes e Amorim, filha de Domingos Lopes Soeiro do Amorim, proprietario, e de sua mulher, D. Francisca Eusebia de Menezes Lemos de Carvalho, filha de José de Menezes Lemos e Carvalho. O titulo de barão de Fonte-Bella foi concedido por decreto de 3 e carta de 12 de março de 1836. O seu brazão d'armas consta d'um escudo partido em pala; na primeira as armas dos Mirandas, em campo de ouro uma aspa vermelha entre quatro flôres de liz verdes; na segunda as armas dos Silveiras, em campo de prata tres faxas vermelhas. A baroneza de Fonte-Bella, depois de enviuvar, recebeu o titulo de condessa por decreto de 12 de outubro de 1870.

Fonte da Bica. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

Fonte do Bispo. Pov. e freg. de Santa Catharina, da prov. do Algarve, conc. e com. de Tavira, distr. de Faro, bisp do Algarve; 3:176 hab. e 741 fog. Tem escolas para ambos os sexos e est. post. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada na encosta de um monte, junto da margem direita da ribeira d'Asseca. Tambem é conhecida pela denominação de Santa Catharina da Fonte do Bispo. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro.

A egreja é de tres naves. O bispo do Algarve apresentava o cura, o qual não tinha renda certa recebendo diversos generos dos seus parochianos. A terra é abundante em alfarroba e azeite.

Fonte-Boa (*Joaquim Augusto Burlamaqui Marécos, 1.° barão e 1.° visconde da*). Fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores, proprietario abastado no districto de Santarem, deputado etc., N. a 21 de agosto de 1805, fal. a 25 de abril de 1857. Era filho de Francisco de Paula Marécos, proprietario em Santarem, e de sua mulher, D. Marianna Henriqueta Burlamaqui Marécos, filha de Carlos Cesar Burlamaqui, cavalleiro da ordem de Christo, capitão de infantaria da Legião, e governador de Piauhi, no Brazil. O visconde da Fonte Boa casou a 22 de setembro de 1835 com D. Henriqueta d'Almeida de Sousa e Sá Mello e Lencastre, já viuva de D. Antonio d'Aguilar Monroy da Gama e Menezes, moço fidalgo com exercicio na Casa Real; commendador da ordem de Christo; senhor dos morgados da Tarrosa e de Revêlhos; official de cavallaria. D. Henriqueta era senhora do morgado do Espirito Santo da Cavallaria, e das de S. João Baptista de Valladares, de S. Salvador de Coimbra, e de N. S.ª da Conceição de Casainho. Falleceu, sendo baroneza de Fonte-Boa, em Santarem, a 19 de setembro de 1843, por seu segundo marido ter recebido posteriormente o titulo de visconde. Em segundas nupcias casou em 1838 com D. Maria Henriqueta Portella S. Romão Botelho da Cunha Rebello, que nasceu em Santarem a 20 de agosto de 1826, e é já hoje fallecida. Eram seus paes Antonio José Botelho da Cunha, fidalgo da Casa Real, coronel do extincto regimento de milicias de Santarem, e proprietario n'aquelle districto; e D. Maria Victoria Portella S. Romão. O titulo de barão foi concedido em uma só vida, por decreto de 11 de fevereiro de 1840 e carta de 14 de maio de 1842; o de visconde por decreto de 8 de setembro de 1845. O brazão d'armas consta d'um escudo partido em pala: na primeira as armas dos Pereiras, em campo vermelho uma cruz de prata florida e vasia do campo; e na segunda pala, as armas dos Marécos, em campo de prata duas torres negro assentados sobre ondas de azul. E por differença, uma brica de prata com um farpão. Do segundo matrimonio houve uma filha, D. Maria Victoria, que nasceu a 26 de setembro de 1848, e fal. a 30 de janeiro de 1875. Foi a 2.ª viscondessa de Fonte-Boa, em verificação de vida concedida no mesmo titulo a seu pae, o 1.° visconde, por decreto de 8 de novembro de 1845. Casou em janeiro de 1866 com José Luiz de Brito Seabra, proprietario e lavrador na villa de Salvaterra de Magos.

Fonte-Boa. Pov. e freg. do Salvador. da prov. do Minho, conc. e com. de Espozende, distr. e arceb. de Braga; 951 hab. e 185 fog. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 5 k. da séde do conc. O ordinario apresentava por concurso o abbade, que tinha 1:100$000 réis annuaes. Pouco acima da Barca do Lago, n'esta freguezia, estão as ruinas d'um castello, no sitio chamado *Crasto*, que parece ser obra dos romanos. A freguezia chega até ao sitio, que tem o nome de *Poço da Batalha* e é tradição que se deu aqui a uma grande batalha entre christãos e moiros, e fugindo estes até um ribeiro affluente do rio Cavado, ali fôram acabados de derrotar, ficando o ribeiro, por causa do muito sangue que correu, conhecido pelo *Rio Tinto* A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 3, com a séde em Vianna do Castello. ‖ Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Chelleiros, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. ‖ N. S.ª da Expectação, de Valle de Santarem, conc. e distr. de Santarem. Tem est. postal.

Fonte-Boa da Brincosa. Pov. na freg. de N. S.ª do O' do Porto, de Reguengo da Carvoeira, conc. de Mafra, distr de Lisboa.

Fonte-Boa dos Nabos. Pov. na freg. de S. Pedro, da Ericeira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Fonte do Boi. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Ribeira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Fonte Bonza. Pov. na freg. de S. Paio, de Mozellos, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna de Castello.

Fonte Brauça. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Rio Frio, conc. de Arcos do Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Fonte da Bugia e Lesirão. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Braz, do Arco da Calheta, conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Fonte dos Cães. Pov. na freg. de S Sebastião, de Alfarellos, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Fonte da Cal (*Herdade da*). Na freg. de S. Bento do Zambujal, conc. de Redondo, distr. de Evora.

Fonte do Calhariz. Pov. na freg. de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.° bairro de Lisboa.

Fonte Cançada. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Fonte Carreira. Pov. na freg. do Salvador, de Cabeça Santa, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Fonte Carriça. Pov. na freg. do Salvador, de Villar de Nantes, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Fonte do Carvalho. Pov. na freg. de S. Mamede, de Deo-Christe, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Fonte dos Castanheiros. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Lousado, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Fonte da Catharina. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. de Ourem, distr de Santarem.

Fonte Cerdeira. Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Freixo, conc. de Almeida, distr. da Guarda.

Fonte Chã. Pov. na freg. de S. Paio, de Pinheiro da Bemposta, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Fonte Christovã. Pov. na freg. de S. Thiago, de Atheães, conc de Villa Verde, distr. de Braga.

Fonte de Cima. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Lamellas, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Fonte Coberta. Pov. e freg. de S. Romão, da prov. do Minho, conc e com. de Barcellos, distr. de Braga; 225 hab. e 53 fog. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada perto da margem direita do rio Este. O reitor de S. João de Silveiros apresentava o vigario, que tinha 70$000

réis annuaes. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias : S. Miguel, de Lavradas, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Molares, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de Zambujal, conc de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra.

Fonte Coberta e Pinhal. Pov. na freg. de Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Fonte dos Coelheiros. Pov. na freg. do Salvador, de Aramenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Fonte do Concelho. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Fonte do Corcho. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Fonte Cortiça. Pov. na freg. de Santa Maria da Alcaçova e conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Fonte do Cortiço. Povoações nas freguezias : S. Thiago e conc. de Castello de Vide, distr de Portalegre. || S. Domingos, de Fortios, conc. e distr. de Portalegre. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Espirito Santo, de Tapeus, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Fonte da Costa. Pov. na freg. de S. Salvador, de Covão do Lobo, conc. de Vagos, distr. de Aveiro.

Fonte de Couce. Pov. na freg. de Santa Suzana, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Fonte - Cova. Povoações nas freguezias : S Martinho, de Campo, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S Mamede, de Este, conc. e distr. de Braga. || S. Martinho, de Lago, conc. de Amares, do mesmo distr. || N. S.ª da Piedade, de Monte Redondo, conc. e distr. de Leiria. || Santa Maria de Nine, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Martinho, de Paço Vedro de Magalhães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Ponte, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Turiz, conc. de Villa Verde, do mesmo districto.

Fonte Cova e Pacinhos. Pov. na freg. de S. Pedro, de Valle, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Fonte Cruzada. Ilha da Madeira ; pov. na freg. de S. Bento, de Ribeira Brava, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Fonte do Cuco. Povoações nas freguezias : S. Thiago, de Custoias, conc. de Bouças, distr. do Porto || O Salvador, de Mattosinhos, do mesmo conc. e districto.

Fonte de Dom João. Pov. na freg. de S. Matheus, de Junceira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Fonte de Eguas *(Casal da)* Na freg. de S. Thiago, de Castellões, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Fonte da Eira. Povoações nas freguezias : S. João Baptista, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Lourenço, conc. e distr. de Portalegre.

Fonte das Eiras. Pov. na freg. de Santa Margarida, de Fundada, conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Fonte Errada. Povoações nas freguezias : Santo Antonio, de Covões, conc. de Cantanhede distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição, de Febres, do mesmo conc. e districto.

Fonte Escura. Pov. na freg. de S. Martinho, de Cocujães, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Fonte Estevão. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Golães, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Fonte Faneca. Ilha Terceira ; pov. na freg. de N. S.ª de Belem, de Terra Chã, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Fonte Ferrenha. Pov. na freg. de S. Francisco, da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Fonte da Figueira. Povoações nas freguezias : N. S.ª da Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || N. S.ª das Neves e conc. de Borba, distr. de Evora.

Fonte Fisca. Pov. na freg. do Salvador, de Penamaiór, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Fonte dos Fornos. Pov. na freg. de S. Lourenço, conc. e distr. de Portalegre.

Fonte do Frade. Pov. na freg. de S. Pedro, de Deão, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Fonte do Frade e Cruz dos Pomares Ilha da Madeira ; pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Estreito de Camara de Lobos, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

Fonte Fria. Povoações nas freguezias : Espirito Santo, de Castello, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || N. S.ª d'Assumpção, de Freixianda, conc. de V. N. de Ourem, distr de Santarem. || Santa Maria Magdalena, de Matança, conc. de Fornos de Algodres, distr. da Guarda || N. S.ª da Esperança, de Ribeira de Niza, conc e distr. de Portalegre. || Santa Eugenia, de Rio Côvo, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || N. S.ª das Neves, de Villares, conc. de Murça, distr. de Villa Real.

Fonte Gallega. Povoações nas freguezias : N. S.ª da Conceição e conc. de Ancião, distr. de Leiria. || S. Paulo, de Maçãs de D Maria, conc. de Alvaiazere, do mesmo districto.

Fonte do Garcia. Ilha da Madeira ; pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

Fonte de Gatos. Pov. na freg. de S. Pedro, de Vade, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Fonte de Gôda. Pov. na freg de S. Vicente, de Ponte, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Fonte da Gota. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Fonte Grada. Povoações nas freguezias : N. S.ª da Conceição, de Ponte do Rol, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || S. Thiago, do mesmo conc. e districto.

Fonte Grande. Ilha da Madeira ; pov. na freg. e conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

Fonte da Granja Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Lanheses, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Fonte Grossa. Pov. na freg de Santa Martha, de Portuzello, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Fonte do Grou. Pov. na freg. do Salvador, de Covão do Lobo, conc. de Vagos, distr. de Aveiro.

Fonte da Insua. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sá, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Fonte Janim. Pov. na freg. de Santa Leocadia, de Geraz do Lima, conc. e distr. de Vianna de Castello.

Fonte Joanne. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro

Fonte do Jordão. Ilha de Santa Maria; pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, do Espirito Santo, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada.

Fonte Ladrão. Pov. na freg. de S. Pedro, de Silva, conc. de Miranda do Douro, distr. de Bragança.

Fonte da Lage. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Fonte do Lameiro (*Quinta da*). Na freg. de S. Martinho e conc. da Covilhã, districto de Castello Branco.

Fonte Leite. Pov. na freg. de S. Romão, de Coronado, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Fonte Limpa. Pov. na freg. de S. Matheus, de Alváres, conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Fonte Longa. Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Carrazeda de Anciães, distr. e bisp. de Bragança; 658 hab. e 157 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 4 k da séde do conc. e está situada em serra na estrada de Carrazeda para Moncorvo. O reitor de Salvador de Anciães apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis. E' muito abundante de aguas. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10 com a séde em Mirandella. ‖ Pov. e freg de Santa Maria Magdalena, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Mêda, distr. da Guarda, bisp. de Lamego; 582 hab. e 162 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa postal. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada na estrada que vae de Mêda para V. N. de Foscôa. O vigario de Longroiva apresentava o cura, que tinha 40$000 réis. Pertence a pov. á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. Fonte Longa foi annexada, por decreto de 12 de junho de 1895, ao conc. de V. N. de Foscôa, por ter sido suspenso o de Mêda, e voltou a este, que ficou restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. ‖ Povoações nas freguezias: Santa Magdalena, de Alcobertas, conc. de Rio Maior, distr de Santarem. ‖ S. Miguel de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. ‖ N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco.

Fonte da Longra. Pov. na freg. de S. Silvestre, de Bezelga, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Fonte do Lopo. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Luz, de Gaula, conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal.

Fonte do Louro (*Quinta da*). Na freg. de Santa Maria, de Olivaes, 1.º bairro de Lisboa.

Fonte de Maio. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação e conc de Oeiras, distr. de Lisboa Fica no extremo N da pov. de Paço d'Arcos

Fonte dos Marcos. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Fonte de Maria Gins. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Aguieiras, conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Fonte do Martel. Pov. na freg. de S. Baptista, de Tocha, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Fonte da Matta. Pov. na freg. do Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Fonte do Matto (*Antonio da Cunha Silveira de Bettencourt, 1.º barão da*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 17 de abril de 1816; antigo sargento de ordenanças da ilha Graciosa; abastado proprietario na mesma ilha. Fal. a 29 de janeiro de 1873. Casou a 17 de julho de 1812 com D. Izabel Forjaz de Lacerda, filha de Manuel Garcia da Rosa, desembargador da Casa da Supplicação e proprietario, casado com D. Izabel Josepha Forjaz de Lacerda. O titulo de barão foi concedido por decreto de 2 de julho de 1860.

Fonte do Matto (*Bartholomeu Alvaro da Cunha Silveira de Bettencourt, 2.º barão e 1.º visconde da*). Fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores; abastado proprietario na ilha da Graciosa. N. a 13 de fevereiro de 1818. Reside actualmente em Fraião, Braga. E' filho do 1.º barão do mesmo titulo, Antonio da Cunha Silveira Bettencourt, e de sua mulher, D. Izabel Forjaz de Lacerda. Casou em 1851 com D. Joaquina Leonor de Simas e Cunha, filha de Joaquim Ignacio de Simas e Cunha, fidalgo da Casa Real e coronel das extinctas milicias do Faial, e de sua mulher, D. Custodia Libania de Bettencourt. O titulo de barão foi elevado a visconde por decreto de 13 de novembro de 1873, e carta de 20 de agosto de 1876.

Fonte do Matto. Ilha Graciosa; pov. na freg. de S. Matheus, da Praia da Graciosa, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo. Produz cereaes e vinho.

Fonte de Mendo. Pov. na freg. do Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Fonte Mercê. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Agua Revez, conc. de Valle Passos, distr. de Villa Real.

Fonte do Milho. Pov. na freg. de Santos Cosme e Damião, de Garfe, conc. de Povoa do Lanhoso, distr. de Braga.

Fonte Moninho. Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Varzea, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Fonte da Moira. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Aldoar, 2.º bairro (occidental) do Porto. ‖ S. Martinho, de Lordello do Ouro, do referido bairro do Porto.

Fonte do Moiro. Povoações nas freguezias: S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro. ‖ Santa Marinha e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real.

Fonte Mulhe. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Aboim da Nobrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Fonte da Murta. Pov. na freg. de S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro.

Fonte Murteira Pov. na freg. do Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Fonte Nogueira. Pov. na freg. de S. Pedro e conc de Castro-Daire, distr. de Vizeu.

Fonte-Nova (*Bento da França Pinto d'Oliveira, 1.º barão, 1.º visconde, e 1.º conde da*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 14 de junho de 1824; administrador do morgado da Fonte-Nova, gran-cruz da ordem de S. Bento de

Aviz, commendador da de Christo, cavalleiro da Torre e Espada, deputado, etc. Nasceu no Porto a 6 de novembro de 1793, e fal. em Lisboa a 14 de dezembro de 1852. Era filho de Luiz Paulino d'Oliveira Pinto da França, fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador d'Africa na ordem de Christo, etc. *(V. Pinto da França)*, e de sua mulher D. Maria Barbara Garcez Pinto Madureira Tinha 12 annos, quando se alistou ao exercito; foi reconhecido cadete, e como tal pertencia ao regimento de cavallaria n.º 9, em que seu pae era capitão, quando esse corpo foi dissolvido pelo general Junot. Voltou depois ao serviço militar na revolução contra os francezes, sendo despachado alferes; tomou parte na guerra da peninsula, obtendo o posto de tenente em 1809, e o de capitão na batalha de Salamanca, onde manifestou a mais heroica intrepidez. Terminada a guerra foi com seu pae para o Brazil, tendo a promoção de major, seguindo na America os postos de tenente-coronel e coronel. Regressando á patria, foi nomeado em 1826 commandante de cavallaria n. 3, e graduado na patente de brigadeiro. Abraçando a causa da revolução proclamada no Porto em 1828, deixou a patria, e reunindo-se nos Açôres aos bravos que defendiam ali a causa da liberdade, fez parte da expedição enviada a Portugal, e veiu desembarcar nas praias do Mindello em 1832, á frente do batalhão de officiaes cujo commando lhe fôra confiado. Durante a guerra civil prestou valiosos serviços, e depois da Convenção de Evora-Monte foi nomeado governador da praça de Elvas e da força ali estacionada ficando, considerado em commissão especial e recebendo directamente as ordens do ministerio da guerra ou do estado maior imperial. Encarregado em agosto de 1834 do governo militar da provincia do Douro, exerceu este cargo até setembro de 1836, em que foi exonerado. Em 1 de outubro de 1835 recebeu a mercê do titulo de barão de Mondim, sendo logo por decreto de 20 de novembro seguinte, mudado no de Fonte-Nova, de que tirou carta a 30 de janeiro de 1837. Este titulo foi elevado ao de visconde, por decreto de 10 de março de 1842, sendo mais tarde ao de conde, em duas vidas, por decreto de 2 de junho de 1851. O conde da Fonte-Nova commandou a 2.ª e a 5.ª divisões militares, e quando se deu em 1844 a revolta de Torres Novas, foi collocado á frente da divisão que se organisou para debellar esse movimento, e com a qual cercou a villa d'Almeida, que se rendeu no fim de dois mezes, a 28 de abril. Foi deputado na legislatura de 1839 a 1841, marechal de campo e tenente-general, encarregado da 1.ª divisão militar em 1847; vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar, e par do reino, por carta régia de 15 de dezembro de 1849, de que tomou posse na respectiva camara na sessão de 7 de janeiro de 1850. Era condecorado com a medalha por 5 campanhas da guerra peninsular, e com as medalhas de honra, pelo soberano hespanhol, nas batalhas de Victoria e de Albuhera; tinha a gran-cruz da ordem de Carlos III de Hespanha. Casou a 21 de maio de 1820 com D. Maria José Tovar da Costa, filha de Salvador Pereira da Costa, subdito brazileiro, coronel de infantaria do exercito do Brazil e addido militar junto da legação do referido imperio na côrte de Lisboa; e de sua mulher, D. Rita Candida de Sousa. A condessa da Fonte-Nova sobreviveu a seu marido, vindo a fallecer em 1871.

Fonte Nova *(Luiz Paulino d'Oliveira Pinto da França, 2.º conde da)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão a seus maiores; administrador do vinculo da Fonte-Nova; commendador da ordem de Christo; cavalleiro das ordens de N. S.ª da Conceição, de S. Bento de Aviz e da Torre e Espada; par do reino, coronel de infantaria, exercendo o logar de secretario do Tribunal Superior de Guerra e Marinha. Nasceu a 11 de dezembro de 1821, e falleceu ha bastantes annos. Era filho do 1.º conde do mesmo titulo (V. *o artigo antecedente*) e de sua mulher, a condessa D. Maria José Tovar da Costa. O titulo de conde foi em verificação da segunda vida concedida no de seu pae. A carta régia da eleição de par do reino tem a data de 5 de março de 1853, tomando posse na respectiva camara na sessão de 7 do referido mez e anno. Casou em 7 de julho de 1871 com D. Maria de Jesus Machado de Castello Branco, 6.ª filha dos 1.ºs condes da Figueira, já viuva de Antonio Augusto de Almeida Portugal Correia de Lacerda, fidalgo da Casa Real; socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa; coronel do Corpo de Estado Maior; governador geral da provincia de Moçambique; commendador das ordens de Christo e de Aviz; cavalleiro da Torre e Espada, e da ordem hespanhola de Izabel a Catholica, o qual falleceu em Moçambique a 31 de agosto de 1868.

Fonte-Nova. Povoações nas freguezias: Santo Antonio de Arcos, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || S. Vicente, de Cidadelhe, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Santo André, de Codeçoso, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Maria, de Corvite, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Martinho do Bispo, conc. e distr. de Coimbra. || Casal na freguezia de S. Miguel, de Cardosas, concelho de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || Casal no freg. de S. João Baptista, de S. João da Ribeira, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

Fonte do Oleiro. Povoações nas freguezias: S. João Baptista e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || S. Pedro, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª do Desterro, de Pousos, conc. e distr. de Leiria.

Fonte d'Olho. Pov. na freg. de S. Martinho, de Coura, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Fonte de Onéga. Pov. na freg. de S. Thiago, de Sequiade, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Fonte de Ouro. Povoações nas freguezias: N. S.ª dos Prazeres, de Aljubarrota, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Fonte do Outeiro. Pov. na freg. de Santa Christina, de Nogueira, conc. da Louzada, distr. do Porto.

Fonte do Palheiro. Pov. na freg. de S. Vicente do Paul, conc. e distr. de Santarem.

Fonte da Pedra. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Achete, conc. e distr. de Santarem. || S. Pedro, de Almargem do Bispo, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Ilha da Madeira; freg. e conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal. || Santa Eulalia de Besteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc. de Portimão, distr. de Faro.

Fonte Pedrinha. Pov. na freg. de S. Verissimo, de Valbom, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Fonte Penedo. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Odeleite, conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Fonte da Pereira. Pov. na freg. de S Thiago, de Filhadella, conc. e distr. de Villa Real.

Fonte da Pipa. Povoações nas freguezias: N. S.ª dos Anjos, de Villa Verde dos Francos, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || S. Thiago, e conc. de Almada, do mesmo districto.

Fonte da Prata. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Alhos Vedros, conc. da Moita, distr. de Lisboa.

Fonte do Queijo (*Herdade da*). Na freg. de S. Thiago do Escoural, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Fonte Quente. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Alhadas, conc. da Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Encarnação, de Benedicta, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Fonte Rainha. Pov. na freg. de S. Christovão, conc. e distr. de Villa Real.

Fonte Ramalha. Pov. na freg. de Santa Maria, de Pinheiro Grande, conc. de Chamusca, distr. de Santarem

Fonte da Rata. Pov na freg. de S. Thiago, de Silvalde, conc. da Feira. distr. de Aveiro.

Fonte do Rei. Povoações nas freguezias: S. Thiago e conc. de Povoa do Lanhoso, distr. de Braga. || S. Salvador, de Covão do Lobo, conc. de Vagos, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Padreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Fonte Ribeiro. Pov. na freg. de S. Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real.

Fonte do Rodrigo. Pov. na freg. de S. Thiago, conc. de Alandroal, distr. de Evora.

Fonte do Ruivo. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto.

Fonte Salgada. Pov. na freg. de Santa Maria do Castello e conc. de Tavira. distr. de Faro.

Fonte do Salgueiro. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Areias, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Fonte Santa. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Braz de Alportel, conc. e distr. de Faro. || N. S.ª d'Assumpção, de Cacella, conc. de Villa Real de Santo Antonio, do mesmo distr. || N. S.ª do Monte, de Caparica, distr. de Almada. || S. Thiago, de Evora d'Alcobaça, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria. || Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Santo André e conc de Mafra, do mesmo distr || N. S.ª do Rosario, de Marinha Grande, conc. e distr. de Leiria || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Paio de Pelle, conc. de V. N. da Barquinha, distr. de Santarem.

Fonte Santa de Baixo e **de Cima.** Duas povoações na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cercal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Fonte Secca. Povoações nas freguezias: S. Aleixo, de Becco, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S. João Baptista, de S. João de Vêr, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Vandoma, conc. de Paredes, distr. do Porto || Fóros da freg. de N. S.ª da Annunciação e conc. de Redondo, distr. de Evora.

Fonte Senhora. Pov. na freg. de Santa Senhorinha, de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Fonte da Serra. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Ribeira de Niza, conc. e distr. de Portalegre.

Fonte da Sêsta. Pov. na freg. de Santa Christina, de Serzedello, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Fonte do Soeiro. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Pardaes, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora,

Fonte do Souto. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Areias, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Fonte e Sumil. Dois logares reunidos na freg. de S. Pedro, da Castanheira, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Fonte da Telha. Povoações nas freguezias: Santa Cruz, conc. de S Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Purificação, de Pontével, conc. do Cartaxo, distr. de Santarem.

Fonte do Til. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Braz, do Arco da Calheta, conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Fonte do Touro. Pov. na freg. de S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro.

Fonte de Ufe ou **Fontedufe.** Pov. na freg. de S. Romão, de Milhazes, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Fonte da Urze. Pov. na freg. de Santa Cruz, de Lamas de Orelhão, conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Fonte da Vacca. Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Santa Cruz da Trapa, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Fonte do Valle. Pov. na freg. de S. Thiago, de Fontão, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Fonte de Valle Penteeiro. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Barqueiros, conc. de Mesão Frio, distr de Villa Real.

Fonte da Varzea. Pov. na freg. de S. Paio, de Guimarei, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Fonte Velha. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Custoias, conc. de Bouças, distr. do Porto. || S. Verissimo, de Lagares, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || N. S.ª da Annunciação, de Pombalinho, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Fonte da Venda. Pov. na freg. de S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro.

Fonte da Vide. Pov. na freg de N S.ª da Purificação, de Serra, conc de Thomar, distr. de Santarem.

Fonte de Villa. Pov. na freg. de S. Thiago, de Urra, conc. e distr. de Portalegre. || Pov na ilha do Fogo, prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Fonte da Villa Gateira. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, da Varzea, conc. e distr. de Santarem.

Fonte do Zambujo de Baixo, do Zambujo de Cima, do Zambujo do Meio. Tres povoações na freg. de S. Marcos, de Pereiro, conc. de Alcoutim, distr. de Faro.

Fontedarias. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Peuascaes, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Fonteita. Pov. na freg. de S. Thiago, de Andrães, conc. e distr. de Villa Real. Tem correio com serviço de posta rural.

Fontella. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Adaúfe, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago, de Areias, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Clemente, de Basto, conc de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Miguel, de Gonça, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Martinho, de Moreira de Rei, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Martinho, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Conceição, de Rossas, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Marinha, de Verdoejo, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Casal na freg. de Santo Aleixo, de Villa Verde, conc. da Figueira da Foz, distr. de Coimbra. Tem apeadeiro na linha do caminho de ferro de Coimbra á Figueira da Foz, entre o apeadeiro de Santo Aleixo e est. da Figueira.

Fontellas. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 1:666 hab. e 337 fog. Fica n'esta freg. o estabelecimento de banhos das Caldas de Moledo. Tem hotel, medico e pharmacia. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Douro. A mitra apresentava o abbade, que tinha 1:200$000 réis de rendimento. A terra produz muito bom vinho e fructas; poucos cereaes; tem caça, e muito peixe que traz o rio Douro. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. || Povoações nas freguezias: S. João Baptista, da Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Pedro, de Athei, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || S. Miguel, de Bairros, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Estevão, de Cantellães, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Cedrim, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Lousa, conc. de Loures, distr. de Lisboa. || S. Thiago, de Rebordões, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Domingos, de Regueugo Grande, conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa.

Fontellas de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Eulalia, de Constance, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Fontello. Villa e freg. de S. Domingos, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Armamar, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 1:030 hab. e 229 fog. Tem escolas para ambos os sexos e est. post. A villa dista 5 k. da séde do conc., e está situada na margem esquerda do Douro, e na direita d'um seu pequeno affluente. Foi antigo concelho com camara, juizes e mais officiaes proprios, que tudo ficou supprimido em 1834. D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 17 de maio de 1514. A mitra apresentava o vigario, que tinha 60$000 réis. N'esta freg. está a elevada serra de S. Domingos, onde se vê a capella com a invocação d'este santo, que fica no vertice do monte. Diz a tradição que no sitio onde existe a capella, houve um castello dos moiros. Na falda d'esta serra vê-se a extensa Veiga de Naçarães, onde se julga ter sido o primitivo assento da cidade de Lamego. Consta que pelos annos de 100 da era christã houve ali uma grande batalha entre romanos e lusitanos, ficando estes derrotados; a cidade foi incendiada e completamente arrasada, e os lusitanos, que escaparam, vieram fundar a actual cidade de Lamego. Alguns escriptores pretendem que esta devastação se deu, estando já a cidade no sitio actual. A terra é aprazivel e fertil, principalmente em cereaes e bom vinho que produz em grande abundancia. A villa pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Povoações nas freguezias: S. Pedro de Abbaças, conc. e distr. de Villa Real. || Santa Marinha, de Annaes, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, || S. Julião, de Calendario, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Salvador, de Estorãos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Fradellos, conc. e distr. de Braga. || S. Martinho, de Gandra, conc. de Espozende, do mesmo distr. || O Salvador, de Medrões, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || O Salvador, de Meixomil, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Martinho, de Moure, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Miguel, de Soutello, do mesmo conc. e distr. || S. Verissimo, de Tamel, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Fontello. Quinta dos bispos de Vizeu situada nas proximidades d'esta cidade. Não se sabe quando este vasto terreno começou a ser quinta, mas do que ha certeza é de ser muito antiga, pois, segundo dizem, consta d'um documento que existe no archivo do cabido da cathedral de Vizeu, que esta quinta já era propriedade da mitra desde 1159, em que o bispo D. Odorio a comprou a Ximenes Mendes e a seus filhos, Pedro e João. O chronista da Companhia de Jesus, Balthazar Telles, diz que: «D. Miguel da Silva, bispo de Vizeu, fizera esta famosa quinta, junto da cidade, com paços pontificaes com grande magnificencia, para habitação dos prelados d'esta diocese e que dentro da quinta se estendiam grandes ruas cobertas de parreiraes, bosques mui frescos, tanques mui formosos, fontes de grande artificio e outras notaveis curiosidades; entre as quaes se viam gaiolas d'arame, de tal altura e capacidade, que dentro d'ellas voavam os passaros livremente; criando nas arvores que ficavam dentro d'estas vastas rêdes» Observa Pinho Leal, no vol. 3.º do *Portugal antigo e moderno*, pag. 210, que apezar d'esta quinta ser uma das melhores e das mais vastas da provincia e ter grande abundancia de agua e uma extensa matta, e dever grande parte dos seus melhoramentos a D. Miguel da Silva é provavel que Balthazar Telles errasse quanto ao fundador, e exaggerasse quanto á magnificencia. Tambem alguns escriptores, continua Pinho Leal, sustentam que a quinta pertenceu aos duques de Vizeu, e que fôra por elles doada á mitra diocesana, o que é erro, porque já era da mitra muito antes do nascimento do infante D. Henrique, que foi o primeiro duque de Vizeu. Pinho Leal transcreve o documento, acima referido.

Fontellos. Pov. na freg. de S. Vicente, de Ponte, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Fontemanha. Pov. na freg. de S. Thiago, de Moita, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

Fonterma. Pov. na freg. de Santa Maria da Alcaçova e conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Fontes. E' familia da provincia do Alemtejo. Tem por armas um escudo partido em pala, tendo na primeira, em campo de prata, tres faxas de azul com tres flôres de liz de ouro cada uma; orla vermelha com oito aspas de ouro; na segunda pala, em campo verde, uma banda de prata lisa.

Fontes *(Francisco de).* Grammatico e poeta do seculo XVII Escreveu um *Libellus apologeticus pro Justo Lipsio et Eriao Phiteano* impresso em 1618, e compoz as inscripções dos arcos triumphaes com que Lisboa recebeu a Filippe II no anno de 1619.

Fontes *(D. Francisco Sá de Menezes, 4.º conde de Penaguião e 1.º marquez de).* Camareiro-mór de D. Affonso VI, do seu conselho e deputado da Junta dos Tres Estados. Ignora-se a data do nascimento e falleceu em 1677. Era filho do 3.º conde de Penaguião, João Rodrigues de Sá. e de sua mulher, D. Luiza de Faro. Casou com D. Joanna de Lencastre, viuva de Ruy Telles de Menezes e Castro, 2.º conde de Unhão, filha de D. Rodrigo de Lencastre, commendador de Coruche, na ordem de Aviz, alferes-mór da mesma milicia, e capitão general de Tanger; e de D. Ignez de Noronha, filha dos 1.ºs condes de Aveiras. O titulo de marquez de Fontes foi concedido por D. Affonso VI em 1658, de que se passou carta a 2 de janeiro de 1659. Falleceu victima d'um desastre, sendo ferido por uma granada que lhe rebentou, querendo observar os seus effeitos.

Fontes *(D. João Rodrigues de Sá e Menezes, 5.º conde de Penaguião e 2.º marquez de).* Era filho do 1.º marquez. N. a 11 de setembro de 1674, e fal. com 14 annos de edade incompletos, a 10 de março de 1688. Estava já ajustado o seu casamento com D. Izabel de Lorena, filha do 1.º duque de Cadaval, D. Nuno Alvares Pereira de Mello. Esta senhora veiu depois a casar com um seu irmão, D. Rodrigo Annes de Sá Menezes e Almeida, que foi o 3.º marquez de Fontes, titulo que depois se mudou para o de Abrantes. V. *Abrantes* e *Penaguião.*

Fontes *(Matheus de).* Mestre de capella d'elrei D. Manuel, e conego da sé de Lisboa. Consta que vivia ainda em 1516.

Fontes. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Santa Martha de Penaguião, com. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 1:992 hab. e 473 fog. Tem escolas d'ambos os sexos, correio, medico, e mercado a 25 de cada mez, no logar de Viso. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada na falda da serra do Marão na margem direita do rio Corgo, affluente do Douro. A pov. é muito antiga; foi villa e couto. D. Sancho I deu lhe foral em 1202, que D. Affonso II confirmou com todos os seus privilegios, em Coimbra, em julho de 1218. D. Manuel deu-lhe novo foral, em Evora, a 15 de dezembro de 1519. O commendador da ordem de Malta apresentava o vigario, que tinha apenas o pé d'altar. A terra é fertil, sobretudo em vinhos. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. Pelo decreto de 26 de setembro de 1895 foi a pov. de Fontes aunexada ao conc. de Peso da Regoa, que supprimiu o de Santa Martha de Penaguião, para onde voltou, por ter sido restaurado este concelho pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Alcantarilha, conc. de Silves, distr. de Faro. || Santa Marinha, de Alquerubim, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro. || Ilha da Madeira: Santo Antonio, conc. e distr. do Funchal. || S. Thiago, de Arcozello, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Mamede, de Coronado, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || N. S.ª da Gaiolla, de Córtes, conc. e distr. de Leiria. || Ilha Graciosa; Santa Cruz, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo. || S. Thiago, de Estombar, conc. de Lagôa, distr. de Faro. || Ilha da Madeira; N. S.ª da Graça, de Estreito de Camara de Lobos, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal. || Santa Maria, de Freixo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || O Salvador, de Joanne, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santos Cosmes Damião, de Lobreira, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Salvador, de Paderne, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Paramio, conc. e distr. de Bragança. || S. Miguel, do Pinheiro. conc. de Mertola, distr. de Beja. || Ilha da Madeira; N. S.ª dos Remedios, de Quinta Grande, conc. de Camara de Lobos; S. Bento de Ribeira Brava, conc. de Ponta do Sol, ambas do distr. do Funchal. || Santa Martha, de Serzedello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Serzedo, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Thiago, de Sontello de Aguiar, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real. || O Salvador, de Souto, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Silvestre, de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Fontes Barrosas. Pov. na freg. de S. Bento, de Castro de Avellãs, conc. e distr. de Bragança.

Fontes Ferrinhas. Pov. na freg. de Santo Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Fontes Longeiras. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alcantarilha, conc. de Silves, distr. de Faro.

Fontes Pereira de Mello. V. *Pereira de Mello.*

Fontes Pereira de Mello *(Antonio Maria Fontes Pereira de Mello Ganhado, marquez de).* Moço fidalgo da Casa Real, bacharel formado em Philosophia e Mathematica pela Universidade de Coimbra, tenente-coronel do estado maior de engenharia, sub-inspector do serviço de engenharia no campo entrincheirado de Lisboa, par do reino, deputado, etc. Nasceu na ilha Brava, do archipelago de Cabo Verde, a 29 de dezembro de 1849; falleceu em Paris a 22 de maio de 1906. Era filho de Vicente Rodrigues Ganhado, official superior de marinha, e de sua mulher D. Maria Henriqueta de Fontes Pereira de Mello, irmã do fallecido estadista d'este appellido, a qual fôra agraciada com o titulo de marqueza de Fontes Pereira de Mello em duas vidas. e falleceu ha pouco tempo. Assentou praça em 12 de novembro de 1863, sendo promovido a alferes em 27 de dezembro de 1876, a tenente em 30 de dezembro de 1878, a capitão em 31 de outubro de 1884, a major em 21 de novembro de 1895, a tenente-coronel em 21 de dezembro de 1901. Era um dos mais dedicados correligionarios do partido rege-

nerador. Foi eleito deputado a primeira vez em 1879 pelo circulo de Alcobaça, mas não se verificou a eleição, por questões politicas. Pelo mesmo circulo saiu eleito em 1881 e 1883; e pelo do Fundão, em março de 1887, em outubro de 1889, e depois em 1890. N'este anno foi eleito par do reino, tomando posse na respectiva camara a 8 de agosto. Em 1878, como ajudante d'ordens do general José Paulino de Sá Carneiro, assistiu ás manobras militares que se realisaram em França, e por algumas vezes representou a Companhia Real dos Caminhos de Ferro em diversos

Marquez de Fontes Pereira de Mello

congressos. Entre os cargos que exerceu, contam-se o de administrador delegado e director technico da referida Companhia nomeado em junho de 1884, e administrador da Companhia de Moçambique por nomeação do governo. O titulo de marquez foi em verificação de vida, concedida no de sua mãe. Casou com a srª D. Maria Emilia Cabral, filha do actual sr. conde de Cabral e de sua mulher, a fallecida condessa D. Margarida Angelina Pinto Esteves Costa. O marquez de Fontes Pereira de Mello era official e cavalleiro da ordem de Aviz, commendador da de Carlos III, de Hespanha; cavalleiro da Corôa de Ferro, de Austria, e da Legião de Honra, de França Tinha a medalha de prata de comportamento exemplar. Tendo ido a Paris a 14 de maio de 1906, succumbiu dias depois, victima d'uma congestão cerebral.

Fontes e Quebradas. Ilha da Madeira; na freg. e conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

Fontesteiro. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, districto de Villa Real.

Fontiella. Pov. na freg. de S. Romão, de Coronado, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Fontinha. Povoações nas freguezias: Ilha Terceira; S. Bento, conc. e distr. de Angra do heroismo. || S. Miguel, de Creixomil, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Ilha das Flôres; N. S.ª dos Remedios, de Fajãsinha, conc. de Lagens das Flôres, distr. de Horta. || N. S.ª da Conceição, de Febres, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || Ilha Terceira; S. Miguel, de Lagens, conc. de Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo. || S. Christovão, de Nogueira do Cravo, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Ilha do Porto Santo; N. S.ª da Piedade e conc. de Porto Santo, distr. do Funchal. || S. Martinho, de Salreu, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Sandim, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Pedro, de Segadães, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || Ilha da Madeira; freg. no conc. de S. Vicente, distr. do Funchal. || S. Bartholomeu, de Villa Cã, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Miguel, de Villarinho, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Casal na freg. de Santa Maria dos Olivaes e conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Fontinhas. Ilha Terceira; pov. e freg. de N. S.ª da Pena, conc. e com. de Praia da Victoria, distr. e bisp. de Angra do Heroismo; 1:398 hab. e 331 fog. Tem escolas para ambos os sexos e est. post. A pov. dista 1 k. da séde do conc. e está situada em terreno elevado, a 500 m. a NO da Villa da Praia e a outros tantos da pov. das Lagens. Tem abundancia de aguas e de gados; cereaes e legumes. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo.

Fontinho. Pov. na freg. de S. Estevão, de Villela, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Fontões. Povoações nas freguezias: Santos Cosme e Damião, de S. Cosmado, conc. de Armamar, distr. de Vizeu. || Santa Eulalia, de Margaride, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Fontoura. Familia procedente das Asturias, e que passou a Portugal. As suas armas são um escudo partido em pala; na primeira, em campo verde, uma fonte de ouro redonda e alta de que corre agua na bacia por duas bicas; na segunda, em campo de prata, uma arvore de sua côr e um estandarte vermelho com haste de ouro mettida na arvore; junto d'esta um lebreu preto preso á mesma arvore por uma cadeia de ouro.

Fontoura. Pov. na freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Rezende, distr. e bisp. de Lamego; 1:551 hab. e 418 fog. Tem esc. para o sexo fem. A pov. dista 5 k. da séde do conc. Tambem é conhecida por *S. João da Fontoura*. Está situada na margem esquerda do rio Douro. O reitor de S. Martinho de Moiros apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. Esta freg. é fertil em todos os generos agricolas, e produz muito vinho e azeite. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Valença, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 1:002 hab. e 256 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada na estrada que vae de Valença a Ponte do Lima A terra é muito fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: O Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || O Salvador e conc de Ilhavo, distr. de Aveiro. || S. Christovão, de Rio Mau, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Pedro, de

Sermonde, conc. de V. N. de Gaia, do mesmo districto.

Fóra. Pov. na freg. de S. Mamede, de Madail, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Fóra dos Arruamentos. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Almeirim, distr. de Santarem.

Foral. Carta de lei que os monarchas concediam ás terras que conquistavam, que fundavam ou que se desenvolviam, e que regulava o modo de se administrar, de lançar tributos e estabelecer outros privilegios; carta de privilegios concedidos a individuos ou corporações; regulamentos especiaes por onde se administravam no antigo regimen certas repartições publicas; logar onde antigamente se administrava justiça, que era ordinariamente junto das egrejas; carta de aforamento de terras; fôro. Santa Rosa de Viterbo, no seu *Elucidario*, dá a seguinte definição: «Codices particulares, ou cadernos de leis municipaes de uma cidade, villa, concelho, julgado e ainda dos moradores ou caseiros de uma quinta ou herdade» Coelho da Rocha, no *Ensaio sobre a Historia do Governo e Legislação de Portugal*, diz: «Leis particulares e variadas que regiam cada um dos pequenos districtos ou concelhos do reino, dadas não só pelos reis, mas tambem pelos outros senhorios nas terras de que eram donatarios» Os foraes são de origem gotica, mas alguns escriptores sustentam que os romanos tambem davam carta de foral ás terras que pretendiam beneficiar. Sobre este assumpto diz Pinho Leal, no *Portugal antigo e moderno*, VOL. III, pag. 212, que é um erro manifesto, porque os romanos davam por um *decreto* do senado, ou por uma *carta* do imperador, *privilegio de colonia romana*, ou elevavam á categoria de *convento juridico*, *com as honras e prerogativas de cidade do antigo direito latino*, as importantes povoações que queriam engrandecer; e tambem davam estes privilegios (os imperadores) com o fim de atrahirem adhesões e crearem partido, o que lhes era necessario, nas continuas guerras civis em que andavam envolvidos. Sertorio, chefe dos lusitanos depois de Viriato, o *antigo*, adoptou para a Lusitania todos os usos, costumes e legislação dos romanos, dando muitos d'aquelles privilegios; mas a isto não se póde nem se deve chamar *foraes*, porque estes tinham fins quasi totalmente diversos, e até a sua redacção era differente. Quando no seculo V as hordas semi-selvagens do norte dividiram entre si os innumeros paizes que constituiam o immenso imperio romano, os que occuparam as Gallias e as Hespanhas, fôram pouco a pouco modificando e civilisando seus barbaros costumes e perdendo a sua ferocidade; porque já então n'estes paizes havia a dominação romana derramado as suas luzes, as suas leis e costumes. Não levou muitos annos que as raças germanicas se não misturassem com as peninsulares e formassem um só povo. Então os reis godos trataram de promulgar leis tanto sobre a religião, como sobre os diversos ramos de administração publica, e direito de propriedade. Todas estas leis e regulamentos que as explicavam, eram feitas pelos concilios, formados dos bispos e dos *senhores*, e estes procuravam estabelecer legal e solidamente o seu dominio sobre a propriedade e o seu despotismo sobre o povo. D'aqui nasceram os *foraes*. A peninsula iberica cáe no principio do seculo VIII em poder dos sarracenos, e o poder dos *senhores* godos acabou. Pelayo, senhor godo, de sangue real, junta nas cavernas de Covadonga o nucleo d'essas legiões que, depois de uma guerra de mais de 500 annos, conseguiram expulsar os arabes das Hespanhas. Tornam depois a resuscitar as leis, a religião e os costumes goticos; e novos *foraes* se vão dando ás terras resgatadas do poder dos musulmanos.» Os foraes mais antigos de Portugal fôram dados pelo conde D. Henrique e por sua mulher D. Thereza, por varios senhores de terras, bispos, conventos e mestrados, no fim do seculo XI e principio do XII. Todos os reis da primeira dynastia deram foraes, porém D. Diniz foi quem mais generosamente distribuiu privilegios pelos povos. Os da segunda dynastia continuaram da mesma fórma até D. João II, mas no reinado de D. Manuel era tanta a confusão e irregularidade que se notava nos foraes, que ficaram sendo conhecidos por *foraes velhos*, que este monarca decidiu dar foraes a todas as terras do seu reino, e a que se chamaram *foraes novos*. Na carta regia de 22 de novembro de 1497, escripta em Evora por Vicente Pires, ordenou a reforma e a factura dos novos foraes, sendo a commissão composta pelos doutores Ruy Boto, do seu conselho e chanceller-mór, João Façanha, desembargador do Paço, e de Fernão de Pina, cavalleiro, que era o escrivão N'esta carta mandou recolher os originaes de todos os foraes de todas as cidades, villas e logares do reino, para se fazerem os novos. Este trabalho abrangeu todo o reinado de D. Manuel, e depois da morte d'este soberano poucos mais se deram, e a esses se chamaram *foraes novissimos*. O primeiro foral foi o de Lisboa, de 7 de agosto de 1500. A Ruy de Pina coube a missão de redigir os foraes, e para bem a desempenhar visitou todas as provincias do reino, excepto o Algarve, pelos annos de 1513 a 1517. O anno de 1514 foi aquelle em que se reformou maior numero de foraes, nada menos de 237. Não ha collecção completa de foraes; dizem que a relação mais exacta, das terras que os teem, é a *Memoria* que escreveu Francisco Nunes Franklin, socio da Academia Real das Sciencias, publicada em 1816 por ordem da mesma Academia, saindo segunda edição em 1825. Nos foraes encontrava-se o imposto directo em dinheiro; havia penas pecuniarias para as infracções e impostos indirectos, taes como: *a portagem, açougagem, alcavala, siza e dizima*. Fôram tambem estabelecidos impostos em generos e serviços, taes como: *montado, montadego* ou *montadigo*, consistindo em dar ao fisco uma vacca de cada manada e quatro carneiros de cada rebanho, que de fóra viesse pastar ao termo da povoação; *condado*, tributo de caça; *azaria*, quinto real sobre despojos de guerra, correrias; *martinega*, prestação em dinheiro paga pelo S. Martinho; *almocrevaria*, recovagem ou carreira que os almocreves faziam em serviço do rei, etc. O systema tributario antigo foi substituido pelo moderno, que tentou fundar a egualdade perante a lei não admittir privilegios, como se decretou em 1820, 1822 e 1826; veiu o decreto de 13 de agosto de 1832 que acabou com os foraes, direitos reaes, jugadas, rações, foros, serviços pessoaes, doações regias, revogando tudo, declarando tudo extincto na parte que tinha natureza tributaria e se baseava em foral. Sobre os foraes teem escripto varios

autores. V. *Ferrão (Francisco Antonio da Silva)*, *Fernandes Cicouro*, etc.

Foral Pov. na freg. de S. Martinho, de Moreira de Rei, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Foramontãos. Assim se chamavam antigamente aos emphyteutas, colonos ou caseiros, que pagavam ao directo senhorio, como parte da pensão, o *foro de montaria* ou *de monte*. Segundo alguns foraes ou prazos, era pago em caça; segundo outros, era a obrigação de correrem os montes com armas e cães na companhia do senhorio ou do seu mordomo. Nas *inquirições* de D. Affonso. III achou-se, na freguezia de S. Miguel de Queiran, que o logar de Nouman ou Louman, fôra dado por D. Affonso Henriques, em 1134, a Pelagio Vozzio. Em 1290, nas *inquirições* de D. Diniz achou-se que em Nouman moravam uns 12 homens, cujos casaes eram coutados, e elles eram *foramentãos*. Em Ventosa tambem se encontrou que o casal de *Covêllo* era foreiro ao rei e seus colonos *foramontãos*. Em Vouzella, a maior parte da herdade de *Paços de Vilharigues* era de *foramontãos* d'el rei. Havia foramontãos do rei, dos fidalgos, das ordens religiosas e de cavallaria, e de alguns bispos e abbades.

Forca. Povoações nas freguezias: Espirito Santo, de Carregal, conc. de Sernancelhe, distr. de Vizeu. || Ilha da Madeira; S. Gonçalo, conc e distr. do Funchal. || S. Miguel, de Varziella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Monte na freg. de Santa Maria, de Panoias, conc. e distr. de Braga. || Ponta ou cabo na ilha de Santa Maria, archipelago dos Açôres, na costa SO. Existe n'este cabo uma pequena fortaleza. Com a ponta Marvão fórma os extremos do porto ou enseada da villa do Porto.

Fôrca. Apparelho formado de tres espeques que servia para o supplicio da estrangulação. Em Portugal houve este patibulo, a que eram condemnados os grandes criminosos. Tambem nas luctas civis de 1828 até julho de 1833 serviu para criminosos politicos, assim julgados por professarem idéas liberaes, a que davam o nome insultante de *malhados*. Com a abolição da pena de morte em Portugal, deixou de existir este supplicio. O ultimo enforcado foi o assassino Mattos Lobo, em 1842.

Forca da Lomba. Pov. na freg. de S. Paio, de Pico de Regalados, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Forcada. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Agua de Cima, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || Santissimo Sacramento, de Burgo, conc. de Arouca, do mesmo distr. || S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Gondufe, do mesmo conc. e distr. || Santa Eulalia, de Lanhezes, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Forcadas. Pov. na freg. de Santa Maria, de Tavora. conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Quinta na freguezia de Santa Maria Magdalena, de Matança, conc. de Fornos de Algodres, distr. da Guarda.

Forcado. Povoações nas freguezias: Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || S. Cosme de Gondomar, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || Santo André, de Tellões, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Forcalhos. Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Sabugal, distr. e bisp. da Guarda; 537 hab. e 131 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 23 k. da séde do conc. e está situada em elevação na fronteira de Hespanha O reitor d'Alfaiates apresentava o cura, que tinha 5$500 réis de congrua e o pé d'altar. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21 com a séde em Castello Branco.

Foreiro *(Fr. Francisco)*. Religioso dominicano da ordem dos prégadores, doutor em Theologia. N. em Lisboa no anno de 1523, fal. em Almada a 10 de fevereiro de 1581. Era filho de N. Navarro e de Filippa Foreiro, descendentes de familias nobres. Seu pae era irmão de Sebastião Navarro, escudeiro fidalgo da casa do cardeal infante D. Henrique, e sua mãe era irmã de Simão Dias de Calvos, moço da camara d'el-rei, casado com Brites de Azevedo. Dias Calvo e sua mulher, por sua morte, deixaram todos os bens que possuiam, ao convento de S. Paulo, de Almada, que fôra fundado por seu sobrinho, fr. Francisco Foreiro. Este religioso professou no convento de S. Domingos, de Lisboa, a 2 de fevereiro de 1539. Estudou humanidades e tornou-se tão perito nas linguas latina, grega e hebraica, que D. João III resolveu mandal-o cursar Theologia na Universidade de Paris. Regressou a Portugal com a fama de conceituado professor e apreciado prégador. D. João III e seus irmãos, os infantes D. Henrique e D Luiz, consagravam-lhe o maior respeito e consideração pelo seu elevado talento e erudição, e D. Luiz o escolheu para mestre de seu filho, o infante D. Antonio, que depois foi o prior do Crato, tão conhecido na historia pelas suas pretensões ao throno portuguez. D. João III o nomeou seu prégador com o ordenado de 50$000 réis, por alvará de 23 de dezembro de 1555. Em 1561 foi um dos theologos que D. Sebastião mandou ao concilio tridentino. N'esse congresso veneravel e autorisado manifestou a sua grande competencia; todas as quintas feiras de quaresma prégava perante aquella doutissima assembléa, que se enlevava em ouvil-o. Como era muito versado em varias linguas, mandou n'uma occasião em que subia ao pulpito, perguntar aos cardeaes pelo mestre de cerimonias, em que edioma lhe ordenavam que prégasse, o que causou o maior espanto a todo o auditorio. Os legados do concilio, reconhecendo o seu muito talento, determinaram na sessão 18, celebrada a 26 de agosto de 1562, que fôsse secretario da junta deputada para condemnar os livros mais dignos do fogo que da voz publica, cujo logar exerceu com tanta competencia, que sendo elle o primeiro que o teve, ficou perpetuado na ordem dos prégadores assim como o de mestre do Sacro Palacio, a que deu principio o patriarcha S. Domingos. A elle se deve a reforma do *Breviario* e *Missal Romano*, sendo auxiliado por D. Fr. Leonardo Marino, arcebispo lancianense, e D. Fr. Francisco Fuscarario, bispo de Modena, ambos da ordem dominicana. Com estes dois prelados compoz tambem o *Catecismo Romano*, motivo porque não veiu para Portugal com os outros theologos portuguezes que assistiram ao concilio, como affirma S. Carlos Borromeu n'uma carta escripta a el-rei D. Sebastião em 1 de novembro de 1564. Os prelados do Con-

cilio o enviaram a Roma para tratar pessoalmente com o pontifice Pio IV negocios em que era interessada a Egreja Catholica. O papa recebeu-o com toda a benevolencia, e lhe ordenou que fôsse o director espiritual de seu sobrinho, o cardeal Carlos Borromeu, que a Egreja mais tarde canonisou. Regressando a Portugal, foi prior no convento da sua ordem, de Lisboa, passando a provincial em 1568. Foi confessor dos monarchas D. João III e D. Sebastião, e da infanta D. Maria, filha de el-rei D. Manuel, a cuja morte assistiu; qualificador do Santo Officio e deputado da Mesa da Consciencia e Ordens. Em 1569 fundou o convento de S. Paulo, em Almada, da ordem dominicana, onde falleceu e jaz sepultado (V. *Almada*). Deixou impressos uns commentarios em latim ás profecias de Izaias, e manuscriptos uns commentarios a todos os livros dos prophetas.

Forja Rocha notavel situada entre os rochedos da costa e os da cidade do Funchal. A agua n'esta rocha, passando através d'uma fenda, é arrojada a grande altura, proporcional á fôrça impulsiva da onda.

Forjães. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Minho, conc. e com. de Espozende, distr. e arceb. de Braga; 1:301 hab. e 279 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e uma feira quinzenal, aos sabbados (alternados), que costuma ser muito concorrida pelos habitantes das freguezias proximas. A pov. dista 8 k. da séde de concelho e está situada perto do Oceano, na estrada que segue para Vianna do Castello e para Barcellos. O D. abbade benedictino do convento de Palme apresentava o vigario, que tinha 70$000 réis. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João da Fontoura, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Forjão. Pov. na freg. de S. Thiago, de Valladares, conc. de Baião, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Forjaz *(Fr. Antonio).* Religioso da ordem dos eremitas calçados de Santo Agostinho. N. no logar de Peral, concelho de Cadaval, a 12 de maio de 1740; ignora-se a data do fallecimento. Era da casa dos condes da Feira, e irmão de D. Fr. Joaquim Forjaz Pereira Coutinho, religioso da mesma ordem, e D. prior-mór da ordem militar de S. Bento de Aviz, fallecido em 1798, para cujo logar, depois da sua morte, foi nomeado Fr. Antonio Forjaz. Este religioso tambem exerceu o cargo de provincial, sendo eleito em 1796. Publicou apenas a seguinte pastoral: *Carta Pastoral, dirigida a todos os conventos da sua jurisdicção, dada á luz pelos religiosos seus subditos do convento de N. S.ª da Graça*, Lisboa, 1794.

Forjaz *(D. Manuel Pereira).* Governador de Angola, que falleceu de repente a 12 de abril de 1611. O seu governo despotico e violento começou por ser mandado preso para Lisboa o seu antecessor Manuel Cerveira Pereira e o capitão de Cambambe. Ficando este presidio sem governador, foi assaltado pelos negros, de fórma que Balthazar Rebello de Aragão, que tivera a incumbencia de tentar a travessia de Africa de Angola a Moçambique, viu-se obrigado a retroceder em soccorro de Cambambe. Com o seu despotismo impoz aos seus vassallos um tributo de 12:000 cruzados em proveito exclusivo dos governadores. Repelliu do Zaire os corsarios hollandezes.

Forjaz *(D. Miguel Pereira).* Foi conde da Feira. V. *este titulo.*

Forjó *(P. José Theotonio Canuto de).* Presbytero secular. N. no Gradil a 19 de janeiro de 1762, fal. em Lisboa no mez de agosto de 1844. Foi por muitos annos professor de grammatica e lingua latina em Lisboa, e serviu algum tempo como capellão no convento de Chellas. Soffreu perseguições politicas, sendo preso em 1810, accusado de *jacobinismo.* Adheriu com enthusiasmo á revolução de 1820, e no periodo de 1828 a 1833 esteve preso como constitucional, recobrando sómente a liberdade, quando venceu a causa liberal. No anno de 1836 perdeu completamente a vista, conservando todavia as suas faculdades intellectuaes até fallecer. Escreveu : *Todas as obras de Caio Cornelio Tacito, com o texto latino em frente, com os supplementos latinos de Gabriel Brotier, a vida do imperador Trajano pelo mesmo, e outras peças analogas*, etc. *Tudo posto em linguagem e illustrado com notas historicas, criticas e philosophicas*, Lisboa, 1821 ; publicou-se apenas este volume, ficando inedita o resto da obra, apezar dos inuteis esforços empregados para realisar a impressão ; parece que o manuscripto ficara depois no poder de Rodrigo da Fonseca Magalhães ; *Memoria em que deu o seu parecer ao convite da Junta do Governo Supremo do Reino em 24 de outubro* (ácerca do processo que deveria seguir-se na convocação das côrtes), Lisboa, 1820 ; *Ode por L. F.* (Leucacio Fido era o seu nome arcadico) *aos seus amigos em 11 de outubro de 1815*, Lisboa, 1825 ; saiu mais correcta no *Parnaso Lusitano*, impresso em Paris em 1826; *Ode «A ventura nacional» por occasião da regeneração politica de 24 de agosto de 1820*, Lisboa, 1820, *Ode a Elpino Duriense*, saiu no *Contemporaneo*, tomo II, pag. 93, Paris, 1820 ; *Ode ao Saldanha*, foi impressa anonyma em 1826 ; *O verdadeiro hymno constitucional*, tambem anonymo, Lisboa, 1826.

Forles. Pov. e freg. de Santa Luzia, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Sattam, distr. e bisp. de Vizeu. Está annexada civilmente á freg. de Ferreira d'Aves, e reunida á do Espirito Santo, de Aguas Boas. Estas duas freguezias comprehendem 471 hab. e 118 fog. A pov. dista 20 k. da séde do conc. e fica situada proximo da margem esquerda do rio Paiva. O abbade de Ferreira d'Aves apresentava o cura, que tinha 8$000 pois e o pé d'altar. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Formal. Povoações nas freguezias: Santo André, de Lever, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Vicente de Pereira Jusã, conc. de Ovar, do mesmo distr. || S. Thiago, de Silvalde, conc da Feira, do mesmo districto.

Formão. Povoações nas freguezias : Santa Maria, de Cepellos, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Thiago, de Roufe, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Formarigo. Pov. na freg. de S. Thomé, de Penalva d'Alva, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Formariz. Pov. e freg de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. e com. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga ;

917 hab. e 207 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada perto do rio Coura. Os viscondes de V. N. da Cerveira apresentavam o abbade, que tinha 300$000 réis annuaes. No mais elevado monte d'esta freguezia estão as ruinas d'uma grande fortaleza, a que se dá ainda hoje o nome de *Crasto.* Julga-se que fôsse obra dos romanos, porque a pouca distancia passava uma das vias romanas, ou ramal d'ella, que se dirigia a Astorga. A terra é muito amena e fertil ; nos seus montes ha abundancia de caça grossa e miuda. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. cujo orago é S. Pedro, que está reunida á freg. de S. João Baptista, de Villa do Conde, formando ambas uma só freguezia, distr. do Porto. O abbade de S. Salvador, de Tonginhó, apresentava o vigario. que tinha 30$000 réis annuaes. || Povoações nas freguezias : S. Thomé, de Bitarães, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santo André, de Tellões, conc. de Amarante, do mesmo districto.

Formas. Pov. na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Formentãos. Povoações nas freguezias : O Salvador, de Penamaior, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Pedro, de Seudas, conc. e distr. de Bragança || Santa Christina, de Tendaes, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Formentões. Pov. na freg. de Santa Maria, de Passos, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real. Tem estação postal.

Formiga. Povoações nas freguezias : S. Matheus, de Bunheiro, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Campanhã, 1.º bairro, oriental, do Porto. || N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || Santa Marinha, de Louzado, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Pedro, de Pardilhó, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Cypriano, de Refontoura, conc. de Felgueiras, distr do Porto. || S. Mamede, de Ribeirão, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Thiago, de Sampriz, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Casaes na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Azambuja, distr. de Lisboa.

Formigaes. Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. da Extremadura, conc. e com. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa ; 519 hab. e 121 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 16 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem esquerda do rio Nabão. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha diversos generos e 24$000 réis em dinheiro. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar.

Formigal. Povoações nas freguezias : S. Mamede, de Alentem, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Bartholomeu, de Barqueiros, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || N. S.ª d'Assumpção, de Barrô, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Espite, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem. || S. Adrião, de Macieira de Rates, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Miguel, de Rans, conc. de Penafiel, distr. do Porto || Santo Antonio, de Salir dos Mattos, conc. das Caldas das Rainha, distr. de Leiria. || Santa Christina, de Serzedello, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª da Graça, de Vinha da Rainha, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Formigas. Grupo de rochedos, sempre a descoberto, do archipelago dos Açôres. Alinham-se no rumo de NE, a 55 k. S, e 37° E da ponta da Retorta da ilha de S. Miguel, e a 35 k. N e 19° E da ponta do Castello da ilha de Santa Maria. Consideram-se como sendo, talvez, os fragmentos d'uma ilha que mal se elevou acima do nivel do Oceano Atlantico. Foi este grupo de rochedos a primeira parte do archipelago açoriano que os descobridores encontraram. São 8 os cachopos mais elevados, medindo 20 m. acima do nivel do mar o mais alto de todos elles. Vistos de longe parecem uma grande povoação. As vagas, elevando-se aqui a prodigiosas alturas, despenham se sobre elles com fervoroso estrondo. Os navegantes que mais arrojadamente se teem approximado d'estes cachopos e ahi procedem a sondagens, não encontram fundo.

Formigos *(Casaes dos).* Na freg. de S. Thiago e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Formigosa. Povoações nas freguezias : S. João Baptista, de Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga, || Santa Maria, de Oliveira, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Oliveira do Douro, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santa Maria, de Silvares, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Formigoso. Serra do distr. de Vianna do Castello. Fica junto da freg. de Arcozello, e é uma ramificação da serra da Labruja.

Formigueira. Povoações nas freguezias : S. Pedro, de Alverca, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || S. Miguel, de Frossos, conc. e distr. de Braga. || S. Cypriano, de Pinheiros, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Formigueiro. Povoações nas freguezias : S. André, de Frades, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Verissimo, de Luzio, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. André, de Rio Douro, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Formil. Pov. na freg. de S. Claudio, de Gostei, conc. e distr. de Bragança.

Formillo. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Granja Nova, de Mondim da Beira, conc. de Tarouca, distr. de Vizeu.

Formôa. Pov. na freg. de Sant'Anna de Cambas, conc. de Mertola, distr. de Beja.

Formotellos. Pov. na freg. de S. Pedro, de Lordosa, conc. e distr. de Vizeu.

Formosa. Pov. na freg. de Sant'Anna do Matto, conc. de Coruche, distr. de Santarem. || Bahia no extremo meridional da prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Formoselha. Pov. na freg. de S. Martinho, de Santo varão, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural e est. do Caminho de Ferro na linha do Norte, entre a de Alfarellos e o apeadeiro de Pereira. Foi n'esta pov. que existiu o solar dos Pimenteis d'Almeida, familia, confundida hoje com a des Amados de Pereira e dos da quinta

da Arrocha pelo casamento do capitão-mór de Pereira João Maria de Mello Ramalho Pimentel d'Almeida, representante da casa dos Pimenteis d'Almeida de Formoselha, com sua prima D. Marianna Antonia Amado da Cunha e Vasconcellos, representante e herdeira de toda a casa dos referidos Amados. Havia em Formoselha uma outra casa vinculada de que foi herdeira e administradora D. Maria Franco, filha de Antonio Luiz Franco e de D. Sebastiana da Fonseca Camelo. Esta D. Maria Franco foi casada com Christovão da Fonseca e Lemos, cavalleiro de Christo e senhor da casa dos Fonsecas de Sernache, filho de Francisco da Fonseca, senhor da mesma casa, e neto de Manuel da Fonseca, o qual falleceu em Extremoz na guerra da Acclamação, concorrendo a ella com a gente de Sernache que commandava. No livro I dos Misticos, a fol. 240 (Torre do Tombo), encontra-se a carta de privilegios concedida aos povoadores de Formoselha por el-rei D. Manuel. Por esta carta deu o soberano ao conde de Penella, seu sobrinho, a jurisdicção civel d'aquelle logar. A carta é a seguinte: «D. Manuel. etc., etc., etc. — A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que o conde de Penella, meu muito amado sobrinho, nos disse como no seu logar de Formoselha, que é no campo de Montemór-o-Velho, elle e o conde seu pae, e avós, de tempo immemorial tinham jurisdicção do civel, e faziam ahi os juizes e os punham de sua mão, e que os moradores do dito logar são privilegiados de não servirem em caminhos, pontes, fontes da dita villa de Montemór em cujo termo quanto a jurisdicção do crime o dito logar de Formoselhe jaz, e isso mesmo são esses seus lavradores privilegiados de não pagarem fintas, talhas, lançadas pelos officiaes do concelho da dita villa de Montemór, á qual não são sujeitos em cousa alguma, e que a jurisdicção do civel por qualquer guisa possa pertencer, e n'esta posse estiveram de tempo immemorial até ao presente sem contradição de nenhuma pessoa. Pedindo-nos que por quanto dos ditos privilegios e jurisdicção não acham cartas nem doações nos prouvesse aprovarmos e havermos por boa sua posse, ácerca de todo o acima conthendo»... «e sua segurança lhe mandamos dar esta carta, por nós assignada, etc. Lisboa, 11 de novembro de 1503.

Formosellos. Pov. na freg. de S. Pedro, de Cerva, conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real.

Formozem. Pov. na freg. de S. Thiago, de Carreira, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Formoso. Ilheu da costa occidental da ilha de S. Thomé, provincia d'este nome, Africa Occidental, ao N dos ilhéus de S. Miguel e Gabado.

Fornalha. Povoações nas freguezias: S Christovão, de Abbação, conc. de Guimarães, distr. de Braga. Tem caixa postal. || S. Thiago e conc. de Castro-Marim, distr. de Faro. || N. S.ª do Pé da Cruz, de Santa Cruz, conc. de Almodovar, distr. de Beja. || N. S.ª da Graça, de Moncarapacho, conc. de Olhão, distr. de Faro. || S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, do mesmo distr. || Monte na freg. de Sant'Anna da Serra, conc. de Ourique, distr. de Beja. || N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. N'este logar, no fundo d'um valle brota uma nascente de agua mineral quente, em sitio despovoado. E' aproveitada para um modesto estabelecimento thermal, que é geralmente frequentado pelos doentes pobres do sul do Alemtejo e de parte do Algarve. São applicadas ao tratamento do rheumatismo, das doenças cutaneas, e de algumas dyspepsias.

Fornalhas. Povoações nas freguezias: S Romão, de Alferce, conc. de Monchique, distr. de Faro. || N. S.ª da Esperança, de Paderne, conc. de Albufeira, do mesmo districto

Fornaria. Pov. na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Forneiro e Garachico. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N S.ª da Graça, de Estreito de Camara de Lobos, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

Forneiros. Pov. na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. de Batalha, distr. de Leiria.

Fornello. Pov. na freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Villa do Conde, distr. do Porto, arceb. de Braga; 843 hab. e 201 fog. Tem escolas d'ambos os sexos. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada junto da margem esquerda do rio Ave. As freiras do Vairão apresentavam o cura, que tinha 30$000 réis e o pé d'altar. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Arcozello das Maias, conc. de Oliveira dos Frades, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Cavallões, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Comba, de Fornellos, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Pedro, de Paús, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Serzedello, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga || S. Bartholomeu, de Villa Cova, conc. de Fafe, do mesmo districto.

Fornello do Monte. Pov. e freg. de S. Estevão, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Vouzella, distr. e bisp. de Vizeu; 576 hab. e 143 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada na serra do Caramullo. O vigario de Santa Maria da Ventosa apresentava o cura, que tinha 30$000 réis e o pé d'altar. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão

Fornello e Outeiro. Duas povoações reunidas na freg. de Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Fornellos *(Fernando Maria Pereira dos Santos, 2.º barão de).* Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, guarda-roupa honorario d'el rei D. Luiz I; commendador da ordem do Santo Sepulchro de Jerusalem, de Roma, abastado proprietario em Mesão Frio e da quinta da Torre Nova no concelho de Rezende; governador civil de Coimbra, e ha muitos annos recebedor no 4.º bairro de Lisboa. N. a 7 de maio de 1839. E' filho do 1.º barão de Fornellos, José Joaquim Pereira dos Santos, e de sua mulher, D. Bernarda Julia da Silva Pereira. O titulo foi em verificação de vida concedida no de seu pae, renovado por decreto de 14 e carta de 25 de janeiro de 1861. Casou em 28 d'abril de 1855 com sua prima, D. Augusta Pereira dos Santos. Tem o seguinte brazão, que lhe foi concedido por alvará de 6 e 28 de junho de 1863: escudo esquartelado, tendo o superior da direita carregado com uma cruz de prata florida, vazia, em campo car-

mezim; e o superior da esquerda carregado com um leão carmezim armado d'azul e rompente, sobre campo de prata, e assim os seus alternos; coronel de barão, tendo por timbre uma cruz carmezim florida e vazia entre duas azas de aguia douradas.

Fornellos *(José Joaquim Pereira dos Santos, 1.º barão de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 7 de março de 1843; commendador da ordem de Christo, tenente-coronel reformado, antigo recebedor geral da provincia da Beira Alta, abastado proprietario no concelho de Rezende. N. a 16 de julho de 1786, e fal. a 9 de janeiro de 1852. Era filho de Antonio Pereira dos Santos, proprietario, e de sua mulher, D. Maria Joaquina Ferreira de Barros, senhora da quinta da Torre Nova, no concelho de Rezende, filha e herdeira de Leonel Pereira de Barros, e de sua mulher D. Francisca Thereza Leite Loureiro. O barão de Fornellos commandou em 1832 o batalhão movel da Beira. Casou em 18 de outubro de 1835 com D. Bernarda Julia da Silva Pereira, filha de Bento da Silva, cavalleiro da ordem de Christo e proprietario, e de sua mulher, D. Maria Joanna Pereira. O titulo foi concedido por D. Maria II, por decreto de 15 de outubro e carta de 2 de dezembro de 1851.

Fornellos. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 412 hab. e 82 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 5 k. da séde do conc e está situada na margem esquerda do rio Cávado. Foi da ordem de Christo. A mitra apresentava o reitor, que tinha 80$000 réis de rendimento. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de Santa Comba, da prov. do Minho, conc. e com. de Fafe, distr. e arceb. de Braga; 512 hab. e 122 fog. A pov. dista 5 k. da séde do conc.; passa-lhe proximo o rio Vizella. Pertence á 6.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Sinfães, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 1:241 hab. e 297 fog. Tem escolas d'ambos os sexos e caixa post. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada perto da margem direita do rio Paiva. Era do conc. de S. Fins, que se suppimiu em 24 de de outubro de 1855, passando então para o de Sinfães. O papa e a mitra apresentavam o abbade, que tinha 450$000 réis annuaes. A terra é fertil e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Santa Martha de Penaguião, com. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real e bisp. de Lamego; 513 hab. e 164 fog. Tem escolas d'ambos os sexos e caixa post. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada na falda da serra do Marão. O commendador de Fontes, da ordem de Malta, apresentava o cura, que tinha de rendimento 40$000 réis e o pé d'altar. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. A pov. de Fornellos foi annexada ao conc. de Villa Real, por decreto de 26 de setembro de 1895, que supprimiu o de Santa Martha de Penaguião, e voltou para este, por ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. || Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 1:024 hab. e 245 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 5 k. da séde do conc. A mitra apresentava o reitor, que tinha 140$000 réis annuaes. Foi commenda de Christo. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: N. S.ª do Rosario, de Louredo, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Santa Christina, de Meadella, conc. e distr de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Outeiro Maior, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || O Salvador, de Tangil, conc. de Monsão, distr. de Vianna da Castello.

Fornia. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Azueira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. Silvestre e conc de Louzã, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição, de Piodão, conc. de Arganil, do mesmo districto.

Fornias. Povoações nas freguezias: Santa Eufemia e conc. de Penella, distr. de Coimbra. || S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Forniço. Pov. na freg. de S. Pedro de France, conc. e distr. de Vizeu.

Forninho. Pov. na freg. de Thiago, de Custoias, conc. de Bouças, distr. do Porto. || Herdade na freg. de N. S.ª do Monte, de Valle de Guizo, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Forninhos. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. da Beira Baixa, conc. de Aguiar da Beira, com. de Trancoso, distr. da Guarda, bisp. de Vizeu; 507 hab. e 140 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem direita do rio Dão. Pertence á 2.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Forno. Povoações nas freguezias: Santo Antão, de Arga de Cima, conc. de Coimbra, distr. de Vianna do Castello. || Ilha de Santa Maria; Santa Barbara, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada || S. Pedro, de Capareiros, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Lourenço, de Durrães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Lara, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. João de Loureiro, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Margaride, conc de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, do mesmo distr. || S. Miguel, de Sago, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador, de Victorino das Donas, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || Santa Maria, de Villar do Torno, conc. de Loudada, distr. do Porto. || Casaes na freg. de S. Pedro, de Lousa, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Forno de Baixo. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Aguada de Cima, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Rio de Moinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Forno Branco. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Febres, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Forno da Cal. Pov. na freg. de Santa Maria da Alcaçova e conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Forno de Cima. pov. na freg. de S. Martinho, de Rio de Moinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Forno do Côrte Real. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Forno da Forcada. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Aguada de Cima, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Forno da Telha. Povoações nas freguezias: N. S.ª dos Prazeres, de Aldeia Gallega da Merceana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || N. S.ª do Rosario, de Marinha Grande, conc. e distr. de Leiria. || Casal na freg. de Santa Maria, de Cazevel, conc. e distr. de Santarem.

Forno Telheiro. Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Celorico da Beira, distr. da Guarda, bisp. de Vizeu; 1:102 hab. e 239 fog. Tem escolas para ambos os sexos, est. post., medico, e uma fabrica de telha. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem direita do rio Mondego. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Quinta na freg. de S. Miguel de Villa Boa, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Forno Velho. Pov. na freg. de S. Pedro, de Figueiredo, conc. de Amares, distr. de Braga.

Fornos. Pov. e freg. de S. Pelagio, da prov. do Douro, conc. e com. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 1;565 hab. e 405 fog Tem esc. de sexo masc., medico e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada a 1 k. da margem esquerda do rio Paiva, e a 1 da margem esquerda do rio Douro. A freg é muito abundante d'aguas e muito fertil em todos os generos de agricultura. Cria bastante gado e algumas colmeias. Nos seus montes ha muita caça, e é farta de peixe, que se pesca nos rios Douro e Paiva. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto. || Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Freixo de Espada á Cinta, com. de Moncorvo, distr. e bisp. de Bragança; 719 hab. e 574 fog. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e fica situada no alto d'um monte, e a pequena distancia da margem do rio Douro. Os beneficiados da villa de Freixo de Espada á Cinta apresentavam o vigario, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov e freg. de Santa Marinha, da prov. do Douro, conc. e com. de Marco de Canavezes, distr. e bisp. do Porto; 1:193 hab. e 226 fog. Esta pov. está reunida á de S. Nicolau, cujo orago é o mesmo santo. E' n'esta aldeia que está a séde do conc. de Marco de Canavezes. Tem escolas para ambos os sexos. || Pov e freg. do Salvador da prov. do Douro conc. e com da Feira, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 718 hab. e 162 fog. A pov. dista 2 k. da séde do conc. O papa e o bispo do Porto apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 330$000 réis annuaes. A terra é fertil: pertence á 5. div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Consolação e conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa. || S. Mamede, de Guizande, conc da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Jazente, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. João Baptista e conc. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Expectação, de Selhariz, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Sobral Grande, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra. || S. Thiago, de Trouxemil, conc. e distr. de Coimbra. || Santa Eulalia, de Venade, concelho de Caminha, distr. de Vianna do Castello.

Fornos d'Algodres *(Alexandre d'Abreu Castello Branco Cardoso e Mello, 2.º conde de).* Fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores; commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, antigo official de infantaria, etc. Nasceu a 5 de maio de 1806, e falleceu ha bastantes annos. Era filho de João d'Abreu Castello Branco Cardoso e Mello, fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 30 de junho de 1822, senhor de muitos vinculos, cavalleiro professo da ordem de Christo, etc., e de sua mulher D. Antonia Clara d'Abreu e Mello de Magalhães e Motta. O conde de Fornos d'Algodres serviu alguns annos no ultramar, com o posto de alferes, ajudante de ordens do seu irmão mais velho, o general Nicolau d'Abreu, capitão general e governador da provincia de Angola em 1824. Succedeu na casa de seus paes, e nos vinculos da Annunciada em Fornos, Terra de Tavares, Travanca, Junceas, Fail, e Bruceiras no Alemtejo, Covilhã, S. Francisco da villa de Penella, e de Villa Marim no Douro, a seus irmãos, o referido Nicolau d'Abreu, que morreu em 1835, e o 1.º conde de Fornos de Algodres, João Maria d'Abreu, fallecido em 1878, sem deixarem successão. Casou a 5 de dezembro de 1834 com D. Maria Emilia de Mello Mendonça Abreu Magalhães, sua prima, filha de Manuel Nicolau Cardoso Homem d'Abreu Magalhães, fidalgo da Casa Real, administrador do vinculo de Santa Christina, situado em Vizeu; e de sua mulher, D. Maria José de Mendonça Cisneiros Allemão. O titulo de conde, que recebeu em 17 de junho de 1875, foi em verificação da segunda vida concedida no de seu irmão, o 1.º conde. O brazão d'armas consta d'um escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Abreus, em campo vermelho, cinco azas de ouro em sangue nas cortaduras, postas em santor; no segundo quartel as armas dos Castellos Brancos, em campo azul um leão de ouro armado de vermelho; no terceiro quartel as armas dos Cardosos, em campo vermelho dois cardos verdes com alcachofras floridas de prata, com raizes e perfis de ouro, entre dois leões batalhantes; e no quarto quartel as armas dos Mellos, em campo vermelho seis bezantes de prata entre uma cruz dobre e bordadura de ouro. Timbre, o dos Abreus, uma das azas do escudo.

Fornos d'Algodres *(João Maria Abreu Castello Branco Cardoso e Mello, 1.º visconde e 1.º conde de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 20 de maio de 1823; do conselho da rainha D. Maria II, de D. Pedro V e de D. Luiz I; gran-cruz das ordens de Christo, da de N. S.ª da Conceição, e da de Izabel a Catholica, de Hespanha; doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, par do reino, juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, governador civil de Coimbra, Braga, Porto, Guarda e Funchal; desembargador da Relação da cidade de Gôa, na India, e juiz de fóra da villa de Ovar. N. em Fornos d'Algodres a 28 de maio de 1789, fal. em Lisboa a 7 de janeiro de 1878. Era filho segun-

do de João d'Abreu Castello Branco Cardoso e Mello, e de sua mulher, D. Antonia Clara d'Abreu e Mello de Magalhães e Motta. Frequentou o curso de Direito na Universidade de Coimbra, apenas o concluiu, foi despachado juiz de Ovar, onde procedeu a muitas obras de utilidade publica. Nomeado desembargador da Relação de Gôa com assento na Casa da Supplicação, achou-se envolvido nas intrigas revolucionarias da capital da India, pelo que foi proscripto para Bardez, d'onde passou a Bombaim, regressando mais tarde a Portugal. Exerceu depois o cargo de governador civil dos districtos acima mencionados, e o de conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça. Foi eleito par do reino por carta regia de 3 de março de 1853, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara na sessão de 21 de janeiro de 1854. Seu irmão mais velho, Nicolau d'Abreu Castello Branco, nasceu em Fornos d'Algodres a 20 de maio de 1781; foi official de cavallaria, sendo elevado a coronel em 18 de dezembro de 1820, a brigadeiro em 14 de fevereiro de 1831, e a marechal de campo em 6 de novembro de 1833. Foi do conselho de D. João VI, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, cavalleiro da de Aviz; condecorado com a medalha da guerra peninsular, e com as de honra, dadas pelo rei de Hespanha, por varias batalhas. Foi governador geral da provincia de Angola em 1823 Sendo sempre dedicado ao partido realista, falleceu solteiro em 1835, ainda em vida de seu pae, por isso lhe succedeu na casa e em todos os vinculos já citados seu irmão João Maria de Abreu Castello Branco. O titulo de visconde foi concedido em duas vidas, por decreto de 30 de setembro de 1851, e o de conde, tambem em duas vidas, por decreto de 31 de julho de 1865. Casou a 20 de novembro de 1827, com D. Maria Luiza de Sousa Pimenta de Saavedra Santa Martha, filha e herdeira de Manuel José Pimenta, capitão-mór da villa de Macacú, do Brazil, e de sua mulher, D. Anna Lopes Freire Lobo. Tendo enviuvado em 13 de fevereiro de 1876, passou a segundas nupcias em 29 de setembro de 1877, com sua sobrinha, D. Maria José d'Abreu Castello Branco, filha de seu irmão Alexandre d'Abreu Castello Branco, que foi o 2.º conde de Fornos d'Algodres, por não haver descendencia dos dois matrimonios do 1.º conde. A condessa D. Maria José d'Abreu Castello Branco, ficando viuva em 1878, casou outra vez em 11 de agosto de 1881, com o 1.º barão e 1.º visconde de Lobata, João Antonio de Araujo da Costa, fidalgo cavalleiro da Casa Real e commendador da ordem de Christo, perdendo assim o direito de usar do titulo de condessa, que lhe provinha de seu primeiro marido, devendo adoptar o de viscondessa de Lobata, pelo seu segundo consorcio.

Fornos d'Algodres *(José Maria d'Albuquerque Pimentel de Vasconcellos e Soveral, 1.º barão de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 17 de janeiro de 1826; senhor de varios vinculos em Fornos d'Algodres, Figueiró da Granja e Quintella d'Azurara; commendador da ordem de Christo; cavalleiro das ordens de S. Bento de Aviz, e da antiga ordem da Torre e Espada; condecorado com a medalha por 4 campanhas da guerra peninsular; deputado, coronel de infantaria. N. em Figueiró da Granja a 1 de março de 1793, e fal. a 14 de novembro de 1849. Era filho de José Bernardo d'Albuquerque Pimentel de Vasconcellos e Soveral, fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 3 de agosto de 1825, administrador dos vinculos já mencionados, e de sua mulher, D. Maria Antonia Pinto de Sá Machado. Alistou-se no exercito, quando em junho de 1808 se deu a revolução contra os francezes, e foi despachado alferes em 1810. Tomou parte muito activa na guerra da peninsula, ficando gravemente ferido na batalha de Salamanca. Em 1820 foi promovido a capitão, e seguindo a causa liberal, emigrou no anno de 1828 para a ilha Terceira, tomando parte na expedição que veiu desembarcar no Mindello. No cêrco do Porto entrou em varias acções e combates, recebendo um ferimento em 29 de setembro de 1832, e ganhando pela sua bravura na batalha d'Asseiceira o habito da Torre e Espada. Em agosto de 1832 foi promovido a major, em julho de 1834 a tenente coronel, e em 1837 a coronel. Commandou alguns annos o regimento de infantaria n.º 6, e foi deputado na legislatura de 1843. Casou em 6 de junho de 1841 com D. Josepha Adelaide Teixeira de Aguilar, filha de Francisco Teixeira Rebello Bravo Pacheco de Aguilar, fidalgo da Casa Real, senhor de vinculos em Cevadim, Castro Daire e Braga, e de sua mulher, D. Maria Ludovina de Lemos Alvim e Carvalho. O titulo foi concedido por D. Maria II por decreto de 2 de julho de 1842, e carta de 20 de março de 1843.

Fornos d'Algodres *(Manuel Nicolau d'Abreu Castello Branco Cardoso de Mello, 3.º conde de)*. Fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores; bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N a 26 de julho de 1839. Era filho do 2.º conde do mesmo titulo, Alexandre d'Abreu Castello Branco Cardoso e Mello, e da condessa sua mulher, D. Maria Emilia de Mello Mendonça Abreu Magalhães. Foi secretario geral do governo civil de Leiria. Casou a 13 de janeiro de 1869 com D. Eduarda Henriqueta d'Abreu Castello Branco do Amaral e Sousa, sua prima, e 2.ª viscondessa de Fornos d'Algodres, em verificação de vida, que no referido titulo fôra concedido a seu tio, o 1.º conde e o 1.º visconde de Fornos d'Algodres, a qual era filha de Bernardino do Amaral de Sousa e Menezes, fidalgo da Casa Real, senhor do morgado de Villa Mendo de Azurara, antigo capitão-mór da villa de Linhares, etc.; e de sua mulher, D. Maria do Carmo d'Abreu Castello Branco. Esta senhora falleceu a 18 de janeiro de 1879, sem deixar successão, e o sr. conde de Fornos d'Algodres passou a segundas nupcias em 14 de agosto de 1880, com D. Maria d'Assumpção d'Almeida Correia de Sá, filha de José Correia de Sá Benevides, fidalgo de geração, e de sua mulher, D Eugenia d'Almeida Soares Portugal Lencastre e Silva, filha unica e herdeira da casa dos marquezes de Lavradio e condes d'Avintes. O actual sr. conde de Fornos d'Algodres reside em Santarem.

Fornos d'Algodres. Villa da prov. do Douro, séde de conc. e de com., distr. da Guarda, bisp. de Vizeu, relação do Porto. Tem uma só freg., S. Miguel. Está situada n'um terreno accidentado, perto da margem direita do rio Mondego, mas o seu territorio é fertil em todos os generos de agricultura; cria muito gado e colmeias, e nos

seus montes apparece bastante caça. A villa era dependente da pov. de Algodres, que é muito mais antiga, e fica a 3 k. de distancia para o sul. E' hoje a capital do antigo conc. de Algodres, vindo para esta villa os tribunaes, casa da camara, etc. Eram senhores d'esta villa os condes de Linhares, e depois passou á Casa do Infantado. O seu foral é tambem o de Algodres; o primeiro que teve, foi dado por el-rei D. Diniz, em Lisboa, a 6 de março de 1311. D. Manuel deu-lhe novo foral, em Lisboa, a 20 de maio de 1514. Passa pela villa a estrada real de Mangualde a Celorico da Beira. Tem Misericordia, hospital, escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr., com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas postaes, permutando malas com a R. A. B. A.; est. do caminho de ferro, na linha da Beira Alta, entre as de Celorico da Beira e Gouveia; advogados, agencias da *Companhia Economia Portugueza*, e das companhias de seguros, *A Internacional* e *Fidelidade;* hotel, medicos, pharmacia; sociedades de recreio: *Associação fraternal, Club União. Philarmonica Fornense, Theatro Recreativo;* feira nas segundas feiras seguintes ao primeiro e terceiro domingos de cada mez no mercado fechado da villa. Annualmente, no segundo domingo de outubro, faz-se uma romaria e festividade a N. S.ª da Graça, a qual dura tres dias e costuma ser muito concorrida. A villa pertence á 2.ª div. mil., 4.ª brigada, grande circumscripção mil. do Centro, e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. O concelho comprehende 15 freguezias. com 1:965 fog., e 10:066 hab., sendo 4:832 do sexo masc. e 5:234 do fem., n'uma superficie de 11:757 hect. A villa dista 36 k. da séde do districto. As freguezias são as seguintes: Santa Maria Maior, de Algodres, 846 hab.: 413 do sexo masc. e 433 do sexo fem.; Santo Antonio, de Casal Vasco, 526 hab.: 243 do sexo mas. e 283 do fem.: S. Pelagio, de Cortiçô, 411 hab.: 189 do sexo masc. e 222 do fem.; N. S.ª da Graça, de Figueiró da Granja, 864 hab.: 411 do sexo masc. e 453 do fem., S. Miguel, de Fornos d'Algodres, 1:863 hab.: 911 do sexo masc. e 952 do fem.; N. S.ª da Graça, de Fuinhas, 351 hab.: 160 do sexo masc. e 191 do fem.; S. Pedro, de Infias, 176 hab.: 91 do sexo masc. e 85 do fem.; S. Thiago Maior, de Juncaes, 1:128 hab: 548 do sexo masc. e 580 do fem.; S. Sebastião, de Maceira, 523 hab.: 244 do sexo masc. e 279 do sexo fem.; Santa Maria Magdalena, de Matança, 733 hab.: 350 do sexo masc. e 383 do fem.; S. Miguel de Muxagta, 681 hab.: 327 do sexo masc. e 354 do fem.; Santa Agueda, de Queiriz, 475 hab.: 241 do sexo masc. e 234 do fem.; N. S.ª da Graça, de Sobral Pichorro, 659 hab: 328 do sexo masc. e 331 do fem.; N. S.ª das Boas Novas, de Villa Chã, 267 hab.: 120 do sexo masc. e 147 do fem.; N. S.ª da Graça, de Villa Ruiva, 563 hab.: 256 do sexo masc. e 307 do fem. O principal commercio de todo o concelho é queijo, vinho, azeite, batata, centeio e milho. *Jornaes:* Publicaram-se aqui a *Gazeta da Beira*, 15 de setembro de 1867, suspendendo no n.º 64!; *União (A)*, 1 de janeiro de 1886.

Fornos de Cal. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Fornos de Ledra. Pov. na freg. dos Santos Reis, de Lamalonga, conc. de Macedo de Cavalleiros, distr. de Bragança.

Fornos de Maceira Dão. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu; 1:633 hab. e 395 fog. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. A povoação dista 5 k. da séde do conc. e fica situada junto do rio Dão. O ordinario apresentava, por concurso, o vigario, que tinha 40$000 réis. A terra é fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14 com a séde em Santa Comba Dão.

Fornos do Pinhal. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Valpassos, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 696 hab. e 189 fog. Tem escola do sexo masc. e est. post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada perto da margem direita do rio Rabaçal. A pov. é abundante d'aguas, tem estrada para Chaves, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Fôro. Carta ou patente de nobreza. || Privilegio, uso, direito estabelecido em carta de lei ou foral, ou por direito consuetudinario. || Pensão annual que o foreiro ou rendeiro é obrigado a pagar ao senhorio directo. || Logar onde se administra justiça; tribunal. Segundo os bons autores latinos, a palavra *forum* não só significa a *praça em que se celebravam as assembléas do povo*, pouco mais ou menos os nossos actuaes *meetings* ou *comicios, mas as praças em que se faziam feiras e mercados publicos.* Tambem se dava o nome de *forum* ao logar em que se faziam as audiencias publicas e em que litigavam as partes. E' por isso que se chamam ainda hoje *forenses* a todas as demandas e causas de *foro.* Da palavra *forum* derivam o *fôro ecclesiastico*, o *fôro militar* o *fôro interno*, o *fôro externo*, o *fôro secular*, etc. Os romanos davam o nome de *Fora venalia* ás praças em que se faziam feiras ou mercados; e *Fora civilia* ás destinadas para administração de justiça. A estas tambem chamavam *Fora judicialia.* Os romanos, á maneira que iam conquistando reinos, estabeleciam n'elles, á imitação de Roma, estas praças, dando-lhes tambem o nome de *forum.* D'esta fórma, tiveram principio muitas cidades na Italia, França, Hollanda, Hespanha, etc.

Fôro. Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira; N. S.ª da Graça, de Estreito de Camara de Lobos, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal. || S. João Baptista, de Gatão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Pov. ao Tojalinho, freg. de Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Fôro Morto (*Casal do*). E' aquelle que está livre e isento de qualquer fôro ou pensão, por doação, compra, troca ou outro qualquer titulo.

Fôro Novo. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Gatão, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Foroca. Pov. na freg. de S. Pedro, de Caparei-cone e distr de Vianna do Castello.

Fôros. Pov. na freg de N. S.ª d'Assumpção, de Freixo, conc. de Redondo, distr. de Evora.

Fôros Novos e **Fôros Velhos.** Duas povoações na freg. de S Paulo, de Salvaterra de Magos, conc. e distr. de Santarem.

Fôros de Santa Martha. Pov. na freg. de

Santa Martha, de Bemfica, conc. de Almeirim, distr. de Santarem.

Forrester *(José James Forrester, 1.º barão de).* Commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de N. S.ª da Conceição; commendador da ordem de Izabel a Catholica e cavalleiro da de Carlos III, ambas de Hespanha; cavalleiro da ordem dos Santos Mauricio e Lazaro, da Sardenha; condecorado com as medalhas de ouro de merito de primeira classe da Austria, Estados Pontificios, França e Russia. Nasceu na Escocia a 27 de maio de 1809 e fal. no Porto a 12 de maio de 1861. Veiu viver no Porto em 1831, na companhia d'um seu tio, Diogo Forrester, negociante d'esta cidade, e sob cuja direcção se dedicou á carreira commercial. Homem de genio incançavel, e dotado de robusta constituição e de fina intelligencia, trabalhou constantemente para elevar os créditos da sua casa commercial, e a favor do paiz em que viera estabelecer-se, o que lhe fez grangear as sympathias dos portuenses mais distinctos. Na exposição de Paris de 1855, e nas da Sociedade Agricola do Porto, ganhou as merecidas recompensas pelos productos que apresentou. O barão de Forrester foi o negociante inglez a quem o Douro mais deve: foi o autor do grande *Mappa do Douro* e de differentes opusculos relativos ao Douro e aos nossos vinhos, cujos titulos adeante citaremos. No Douro empregou avultadas quantias e trabalhou muito, levantando elle proprio a planta d'este rio e das suas margens desde o Atlantico até Hespanha. Era grande enthusiasta pela provincia do Douro, e tinha ali grandes interesses como um dos primeiros negociantes de vinho. N'aquelles tempos os caminhos entre o Porto e o Alto Douro eram terriveis, e Forrester preferia fazer a viagem embarcado; para levantar a planta do Douro teve tambem de o cruzar muitas vezes e de estanciar n'elle muito tempo, e por isso mandou construir um barco para seu uso. O typo era o dos barcos *rabellos*, porque a navegação do Douro não admittia outros; era, porém, o *barco rabello* mais luxuoso que tem sulcado as aguas d'aquelle rio desde o mar até á Hespanha. Foi construido a capricho, bem pintado, bem mobilado, com moveis elasticos, mesa de jantar, cadeiras, cozinha, leitos, boa frasqueira, etc., e com toldo ou coberta de madeira com vidraças. Sendo um barco pequeno, deu ali jantares esplendidos a muitos dos seus amigos, e n'elle fez muitas viagens do Porto até á Hespanha, residindo mezes durante as suas viagens e estudos. A tripulação era formada por marinheiros valentes, escolhidos, e os mais peritos na navegação do Douro, a quem sustentava, pagava generosamente, e deu um vistoso uniforme. Em 11 de maio de 1861, estando hospedado na quinta do Vesuvio, pertencente ao par do reino e grande capitalista Francisco José da Silva Torres, casado com D. Antonia Adelaide Ferreira, combinou-se um passeio á quinta da Regoa, dos mesmos proprietarios, em que iriam elles com o barão de Forrester e mais pessoas d'aquella illustre familia. Como o barco do barão se não achava ali, armou-se um outro, e o passeio realisou-se no dia seguinte, mas com tanta infelicidade, que o barco naufragou alguns kilometros de distancia da quinta do *Vesuvio*, no logar chamado *Cachão da Valleira*. Acudiram logo outros barcos, e das 16 pessoas que iam a bordo, incluindo o arraes e marinheiros, salvaram-se 13 com muita difficuldade, morrendo o barão, um criado e uma criada. A morte do infeliz titular causou profunda magua; foi elle uma das victimas do Douro, que muito amava, e não ha memoria de subdito britannico, a quem este rio deva tanta dedicação e tantos serviços. Nas nossas bibliothecas publicas e particulares, em alguns dos nossos bancos e em muitas das principaes casas de commercio se encontram exemplares do *Mappa do rio Douro,* levantado gratuita e muito espontaneamente pelo barão de Forrester, e por elle mandado gravar em Londres, e gratuitamente distribuido, o que representa um brinde de muitos contos de réis feito a Portugal e ao Douro. O mappa mede 3,^{m}0 de comprimento e 0^{m},68 de largura. D'elle se fez na Lithographia Lusitana uma reducção pela casa editora Magalhães & Moniz, do Porto, quando em 1871 publicou o *Douro illustrado* do fallecido visconde de Villa Maior. O barão de Forrester casou em 10 de maio de 1836 com Miss Elisa Cramp, filha de Guilherme Cramp, director de alfandegas no condado de York, em Inglaterra. O titulo foi concedido por decreto de 25 de abril de 1855. O *Jornal do Commercio* de 13, a *Politica Liberal* de 16 de maio de 1861, e os jornaes portuenses da mesma epoca, publicaram artigos muito elogiosos, por occasião do seu fallecimento. *O Archivo Pittoresco*, volume IV, n.º 43, tambem inseriu a sua biographia com retrato. Bibliographia: *Uma ou duas palavras sobre o vinho do Porto, dirigidas ao publico britannico em geral, e com especialidade aos particulares*, etc., Porto, 1844; *Vindicação de José James Forrester contra as imputações a elle feitas no parecer da Associação Commercial do Porto de 15 de março de 1845*, Porto, 1845; *Considerações ácerca da carta de lei de 21 de abril de 1843, e resultado que se tem colhido para o paiz vinhateiro do Alto Douro, e commercio dos vinhos do Porto*, Porto, 1849; *O Douro portuguez, e o paiz adjacente, com tanto do rio quanto se póde tornar navegavel em Hespanha*, grande mappa levantado por diligencia do sr. Forrester, e gravado á sua custa em Londres. A'cerca d'este trabalho, pódem vêr-se os seguintes opusculos: *Correspondencia de illustres corporações em Portugal ácerca do melhoramento da navegação do rio Douro, e sobre os mappas do mesmo e do paiz vinhateiro*, 1843; *Documentos relativos ás obras topographicas de José James Forrester sobre o paiz vinhateiro do Alto Douro e Rio Douro, mandadas publicar pela ex.^{ma} camara municipal do Porto*, 1848; *Considerações geraes sobre a constituição geologica do Alto Douro* (demarcado conforme a Carta topographica do cavalheiro José James Forrester), por José Pinto Rebello de Carvalho, Porto, 1848; *Documentos descriptivos, que dizem respeito ás obras topographicas do rio Douro, e do seu paiz vinhateiro, pelo negociante do Porto e lavrador*, etc., 1851. Escreveu mais: *Mappa do paiz vinhateiro do Alto Douro*, mappa topographico de 90 c. de comprimento e 44 de largura; fizeram-se diversas edições; *O commercio do vinho do Alto Douro*, Porto, 1844; *Uma palavra de verdade, sobre o vinho do Porto*, Porto, 1844; *Appendice á vindicação de José James Forrester*, etc., Porto, 1845; *Representation made by Offley, Webber & Forrester, of Oporto, to their correspondents, respecting*

the recent discussions on the subject of Port-wine, Oporto, 1845; *Mr. Forrester's vindication from the aspersions of the Commercial Association of Oporto; and his answer to the Judge, and late Member of the Cortes, Bernardo de Lemos Teixeira de Aguilar*, London, 1845; *Third representation made by Offley Webber & Forrester of Oporto, to their correspondents, respecting the recent discussions on the subject of Port-wine*, Oporto 1846; *Carta de J. J. Forrester refutando varias asserções feitas pelo sr. João Forster*, etc., Porto, 1852; *The Oliveira Prize-Essay on Portugal, with the evidence regarding that country taken before a committee of the House of Commons in May, 1852*, etc., London; com o mappa do paiz vinhateiro do Alto Douro, e uma gravura da medalha que foi conferida ao autor pelo jury de Londres; *Memoria sobre azeites do Douro*, Porto, 1856; havia sido primeiramente publicada no *Jornal Agricola do Porto*, n.º 3; *Algumas palavras sobre a exposição de Paris, offerecidas aos seus amigos*, Porto, 1856; *Memoria sobre o curativo da molestia nas videiras*, Porto, 1857; *A verdadeira causa da crise commercial no Porto*, Porto, 1859; *Provas de verdade contra provas de vinho ou mais «Uma ou duas palavras» sobre os vinhos do Porto*, Porto, 1859; *Portugal and its capabilities*, etc. O barão de Forrester ainda escreveu artigos e cartas para varias publicações periodicas.

Fortaleza. Fortificação, praça de guerra, castello, forte. || Em heraldica, é o movel da armaria onde se representa uma muralha redonda ou de seis lados com uma torre, ou uma muralha com torre ou torreão no meio e quatro guaritas ou ameias em roda.

Fortaleza. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Tavira, distr. de Faro. || Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola.

Fortaleza Real. Nome por que se designavam 3 baluartes actualmente em ruinas, S. Braz, Cavalleiros e Santa Martha, dos 5 mandados construir no tempo dos Filippes, na cidade de Ribeira Grande, ilha de S. Thiago, archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental.

Forte. Fortaleza, reducto, pequena praça fortificada.

Forte. Moeda de prata mandada lavrar por D. Diniz; tinha o valor de 40 réis. Havia tambem meios-fortes valendo 20 réis; de um lado tinha as cruzes de Christo com o nome do rei na orla e do outro o escudo real com a letra: *Adjutorium nostrum in nomine Domine*. D. Fernando I mandou tambem bater moeda de meio-forte com o valor de 20 soldos, que valia 29 réis e 2 ceitis, e que depois desceu a 16.

Forte. Povoações nas freguezias: S. Felix, de Marinha, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Martinho e conc. de Penafiel, do mesmo distr. || N. S.ª da Expectação, de Souzella, conc. de Louzada, do mesmo distr. || S. Thiago, de Urra, conc. e distr. de Portalegre || Monte na freg. de N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. de Evora.

Forte dos Apostolos. Pov. na freg. de S. Thiago, de Urra, conc. e distr. de Portalegre.

Forte da Barra. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Ilhavo, distr. de Aveiro.

Forte de Betul. Reducto do distr. e prov. de Salsete, India, na foz do rio do Sal. Foi mandado construir durante o governo interino de Lopes de Lima.

Forte do Conde ou do Ferragudo. Pov. na freg. de S. Romão, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Forte das Maias. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação e conc. de Oeiras, distr. de Lisboa.

Forte de Nossa Senhora da Graça. Pov. na freg. de Santa Maria da Alcaçova e conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Forte de Santa Catharina. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

Fortes. Familia descendente de Fortes Bermudo ou Fortim Bermudo, cujo nome se converteu depois em appellido. As suas armas são: em campo vermelho um castello de prata, e á porta d'elle um homem armado de armas brancas com uma lança de ouro na mão e ferro de negro, orla liza de azul; timbre, um braço armado com uma lança como a do escudo.

Fortes *(Agostinho)*. Professor de ensino livre e jornalista. Nasceu na villa de Mourão, distr. de Evora, a 26 de outubro de 1869. Vindo para Lisboa, em 1878, aqui fez o curso dos lyceus e o Curso Superior de Letras. Por portaria de 19 de

Agostinho Fortes

março de 1901 foi nomeado director da Escola Estephania, de sua fundação, em Arroios. Além das publicações adeante indicadas, tem escripto muitos artigos de fundo em varios jornaes politicos, taes como o antigo *Paiz*, o *Mundo*, a *Vanguarda*, etc. No actual *Paiz* está publicando umas lições de historia patria para o povo, que attingem já o seculo XIV. Tem feito numerosas conferencias publicas, constituindo algumas uma determinada série. Assim, em 1900, realizou na Academia de Estudos Livres as de sociologia e em 1904 a 1906 as de historia patria, que ainda

proseguem. Tem prestes a publicar um estudo sobre D. João V. Muito affeiçoado á litteratura grega, que conhece dos originaes, concorreu em 1904 á cadeira de historia antiga, medieval e moderna do Curso Superior de Letras. A sua dissertação para este concurso intitula se *O Hellenismo ou persistencia da cultura hellenica atravez da civilisação*. Nos congressos maçonicos peninsulares de Lisboa, em 1905, e nacional da Figueira da Foz, em 1906, defendeu varias theses, que estão publicadas, com os titulos: *Escola laica*, Lisboa, 1905; *Se a sciencia elevou á categoria de leis necessarias o determinismo, como condição de toda a actividade psychologica; a variabilidade, como condição de todo o progresso*; *a lucta pela existencia, como condição de seleção natural, em que termos se devem definir, socialmente falando, a liberdade, a egualdade e a fraternidade;* Lisboa, 1906; *A Maç.·., como instituição social, deve adaptar-se ás condições historico-politicas dos povos, onde se acha estabelecida, ou deve acompanhar a evolução geral das multiplas conqnistas do pensamento humano?* — Lisboa, 1906. *Plano de remodelação social e de combate contra a reacção, apresentado e offerecido, em junho de 1901, á R.·. L.·. José Estevam.*

Fortes *(Manuel de Azevedo)*. Cavalleiro da ordem de Christo, sargento-mór de batalha, engenheiro-mór do reino; academico da Academia Real de Historia, etc. N. em Lisboa em 1660; fal. a 28 de março de 1749. Indo para Madrid aos 10 annos de edade, estudou humanidades no Collegio Imperial, frequentando depois Philosophia na Universidade de Alcalá, estudando mais tarde Theologia, Mathematica, e novamente Philosophia, em França, no collegio de Plessis. Em concurso, obteve a cadeira de Philosophia na Universidade de Siena, na Italia e depois de a ter regido por espaço de seis annos, regressou a Portugal, onde lhe foi dada a patente de capitão de infantaria, e o logar de substituto na cadeira de Mathematica na aula da Ribeira das Naus. Sendo tenente mestre de campo general, patente que recebera em 19 de fevereiro de 1705, passou a occupar o posto de coronel e de governador da praça de Castello de Vide, e o de engenheiro-mór do reino, por carta de 23 de outubro de 1719. Em 1734 reedificou Campo Maior, arruinada por um raio, e em 1735 construiu quatro armazens de polvora, em Elvas, Campo Maior, Olivença e Extremoz. Delineou uma nova praça na villa da Ribeira. Manuel de Azevedo Fortes foi um dos primeiros cinco academicos da Academia Real da Historia. Deixou, por sua morte, um legado á Misericordia de Lisboa, para na vespera da Annunciação de Nossa Senhora se distribuir roupas brancas pelas enfermarias do hospital de Todos os Santos. Em 20 de novembro de 1705 lhe foi concedido o habito da ordem de Christo, como cavalleiro noviço, sendo na mesma data mandado armar cavalleiro na capella dos paços da Ribeira ou na egreja de N. S.ª da Conceição. Para a sua biographia veja-se o *Elogio historico*, por José Gomes da Cruz. Escreveu: *Representação a Sua Magestade sobre a fórma e direcção que devem ter os engenheiros, para melhor servirem n'este reino e suas conquistas*, Lisboa, 1720; *Tratado do modo o mais facil e o mais exacto de fazer as cartas geographicas, assim da terra como do mar, e tirar as plantas das praças, cidades e edificios com instrumentos, e sem instrumentos*, Lisboa, 1722; com 7 estampas; n'este livro extractou as regras de Deschales e Ozanam, servindo-se egualmente das duas obras *Engenheiro francez moderno*, e *Methodo* de levantar as plantas; não fazendo escrupulo de copiar este ultimo á letra, quando assim lhe pareceu conveniente, o que elle proprio confessa no seu proemio, para não ser taxado de plagiario, etc.; *O Engenheiro portuguez, dividido em dois tratados*; *tomo* I, *que comprehende a geometria pratica sobre o papel, e sobre o terreno; o uso dos instrumentos; o modo de desenhar e dar aguadas nas plantas militares*; *no appendice a trigonometria rectilinea*, Lisboa, 1728; com 11 estampas e o retrato do autor: *tomo* II, *que comprehende a fortificação regular e irregular, o ataque e defensa das praças; e no appendice o uso das armas de guerra*, Lisboa, 1729; com um frontispicio lavrado e 22 estampas. Innocencio da Silva, no vol. V do *Diccionario bibliographico*, a pag 270, faz a seguinte apreciação: «Obra magistral, bem escripta e coorde-

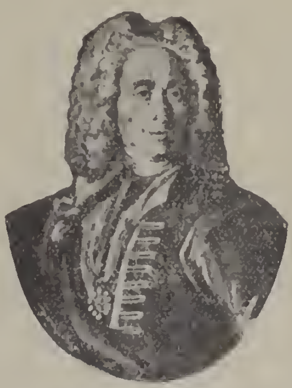

Manuel d'Azevedo Fortes

nada, e que formava um tratado de fortificação e de ataque e defensa de praças, tão completo como os melhores que até áquelle tempo se haviam publicado nos paizes mais cultos da Europa. Estes livros, juntamente com a *Logica racional*, serviram por muitos annos de instrucção e premio aos discipulos que mais se distinguiam na escola militar da engenharia: e essa circumstancia serve para explicar o motivo de apparecerem ainda muitos exemplares encadernados com apuro notavel, e até ás vezes com luxo.» Escreveu mais: *Oração academica, pronunciada na presença de Suas Magestades, indo a Academia ao paço em 22 de outubro de 1739*; sem indicação de logar, anno, etc.; *Logica racional, geometria e analytica; obra utilissima e absolutamente necessaria para entrar em qualquer sciencia, e ainda para todas os homens que em particular quizerem fazer uso do seu entendimento*, Lisboa, 1744; com o retrato do infante D. Antonio, a quem foi dedicada; *Breve discurso sobre o segredo do famoso medico Mr. Revel, de uns pós sympathicos que excitam o suor*, Lisboa, 1729; *Evidencia apologetica e critica sobre o primeiro e segundo tomo das «Me-*

morias militares», *pelos praticantes da Academia militar d'esta côrte*, Lisboa, 1733; sem o nome do autor. Na *Collecção dos Documentos e memorias da Academia Real de Historia*, nos tomos IV e V, vem duas *Contas* dos seus estudos, etc.

Fortes. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Visitação, de Odeleite, conc. de Castro Marim, distr. de Faro. || S. Romão, de Ucha, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Fortes de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Pedro, de Beberriqueira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Fortificação. Parte da sciencia militar que trata do traçado, construcção, defeza e ataque das praças de guerra e mais pontos fortificados. O principio essencial da fortificação consiste em organisar, entre o defensor e o assaltante, um obstaculo que se opponha á marcha para a frente d'este ultimo, protegendo além d'isso o defensor contra os projecteis inimigos, e que permitta ao mesmo tempo a este defensor lançar os seus contra o assaltante. O principio essencial da fortificação moderna consiste principalmente, póde dizer-se, no emprego de meios, taes como caminhos de ferro interiores e outros que permittem assegurar ao material e ao pessoal da defeza a maior mobilidade possivel, emquanto que por todas as especies de engenhos, chamados de defeza accessoria, se procurará impedir ou retardar os movimentos dos assaltantes. || Bibliographia: V. *Fortes (Manuel de Azevedo)*.

Fortim. Pov. na freg. de S. Pedro, de Vaqueiros, conc. de Alcoutim, distr. de Faro.

Fortinhaes. Pov. na freg. do Salvador, de Pedragaes, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Fortios. Pov. freg. de S. Domingos, da prov. do Alemtejo, conc., com., distr. e bisp. de Portalegre. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com o serviço de posta rural. A pov. dista 7 k. da séde do conc. Esta freg. está annexa. para effeitos civis, á de S. Lourenço, de Portalegre. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22 com a séde em Abrantes.

Fortoinhos. Pov. na freg. de S. Thomé, de Abbação, concelho de Guimarães, districto de Braga.

Fortuna *(João d'Oliveira Penha)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, poeta contemporaneo, antigo advogado em Braga, logar que ainda exerce. Nasceu n'esta cidade a 29 de abril de 1839. E' filho de José Joaquim Penha Fortuna. Matriculou-se na Universidade na faculdade de Theologia, em que não proseguiu, seguindo a de Direito, formando-se no anno de 1873. Em 1874 era juiz ordinario do julgado da sé de Braga, e desde 1881 que exerce a advocacia na referida cidade. De 1868 a 1873 dirigiu o jornal litterario *A Folha, microscomo litterario*, que se publicou em Coimbra, tendo por companheiros na redacção os fallecidos poetas Gonçalves Crespo, Simões Dias e Francisco Gomes de Amorim, e os srs. Guerra Junqueiro, Frederico Laranjo, Candido de Figueiredo, Alberto Pimentel, etc. Publicaram-se ao todo 24 numeros, saindo o 1.º a 25 de novembro de 1868. Em 1875, estando em Braga, redigia a revista litteraria *Republica das letras*, que se publicava no Porto, mas de que sairam apenas 3 fasciculos. A seu respeito encontram-se apontamentos biographicos na *Bibliographia da imprensa da Universidade*, de Seabra de Albuquerque; na *Renascença*, fasciculo IV, 1878, artigo de Gonçalves Crespo, acompanhado de retrato; no livro do sr. Candido de Figueiredo, *Homens e Letras*, publicado em 1881, a pag. 193 e 362 D'este livro transcrevemos o seguinte, que vem a pag. 193: «João Penha, de uma individualidade tornou-se um symbolo; excentrico como um yankee, grave como um espartano, independente como um barbaro, escovado como um parisiense, o seu todo tinha a natureza de um iman singular, e o seu nome, o nome de *João*, sem mais nada, era pronunciado por centenares de bocas com o mesmo laconismo intelligente e amigo, com que se diz: a arte, o mestre, a bohemia». A pag. 200 lê-se o seguinte: «João Penha deitava-se ás duas ou tres horas da manhã, e não adormecia logo. Desde que se deitava até que apagava a luz, é que elle compunha os seus adoraveis sonetos. Muitos d'estes sonetos fôram publicados com o titulo generico de *Vinho e fel*. De facto sob um véo transparente de alegrias phantasticas, avulta a ironia acerba da desventura estoica, que não quer desnudar-se a olhos profanos, e que não implora lagrimas nem compuncções alheias. Na fórma, isto é, na versificação e na linguagem, não conheço poeta que possa legitimamente antepôr se a João Penha. Temol-os mais imaginosos, mais ardentes, mais fecundos e inspirados; temol-os tão artistas e vernaculos como elle; mais não». Os sonetos a que se refere o dr. Candido de Figueiredo, publicaram-se em Lisboa em 1892, n'um volume, com o titulo: *Rimas*, dividido em 4 partes: *Vinho e fel*, *Violão nocturno*, *Onofre*, *Lyra de Pangloss*.

Fortuna *(Luiz Vicente)*. Era natural de Pocariça, concelho de Cantanhede. N. em 15 de janeiro de 1798; ignora-se a data do fallecimento. Era filho d'um cirurgião, que exercia clinica na referida povoação de Pocariça. Foi discipulo do apreciado clinico dr. Thomé Rodrigues Sobral. Parece que fez exame de pharmacia em Coimbra, no anno de 1814. Era socio correspondente da Sociedade Pharmaceutica Lusitana. Escreveu: *Juizo critico sobre o regimento dos preços dos medicamentos com reflexões em que se prova a sua inutilidade e consequencia*, Porto, 1851; *Parecer ácerca da reforma pharmaceutica, offerecido aos seus collegas e amigos*, Porto, 1857; *Reforma pharmaceutica ou a pharmacia emancipada, offerecida á sociedade pharmaceutica lusitana*, Porto, 1860.

Fortuna *(Ricardo José)*. Ponto nos theatros nacionaes desde o anno de 1800, e por ultimo no de D. Maria II, sendo aposentado pela sociedade dos actores em 1851. N. em Lisboa 1766, e fal. com 84 annos de edade, a 8 de novembro de 1860. Foi frequentador do celebrado botequim do Nicola e amigo intimo do poeta popular Manuel Maria Barbosa du Bocage, com quem conviveu. No *Jornal do Commercio* de 11 de novembro de 1860 vem um artigo commemorando a sua morte. Todos os actores lhe consagravam grande estima, principalmente Epiphanio, Tasso e Theodorico. Compoz ou deu em seu nome para o theatro varias farças e entremezes que se representaram com applauso, das quaes fôram algumas impressas, e publicou tambem varias poesias em pequenos folhetos. Do que está impresso, sabemos das seguintes farças: *Astucias de*

Zanguizarra, Lisboa, 1819; *O velho perseguido*, Lisboa, 1832; *O aviso da Gazeta*, Lisboa, 1843; *Pagar o mal que não fez; Tributo de gratidão, que no convalecimento da sua mortal enfermidade compoz e escreveu... em reconhecimento do soccorro que obteve do seu amigo João José de Sousa e Silva*, Lisboa, 1827; são versos de varias especies; n'este folheto declara ter então 51 annos de edade; *Por se ter perpetrado o horroroso e sacrilego desacato no templo da freguezia dos Anjos da cidade de Lisboa, na noite de 21 de março de 1830*, Lisboa 1830; *Decimas que compoz R. J. F., e recitou o maravilhoso actor Theodorico Baptista da Cruz no theatro da Rua dos Condes, na farça intitulada «O autor entalado», e na «Enfermaria dos doidos»*. Lisboa, 1830; *Decimas que compoz R. J. F. e se recitaram em diversas farças no theatro portuguez da Rua dos Condes*, Lisboa, 1830; *Fabula de Leandro e Hero, divididda em duas partes*, Lisboa, 1830; *O vaticinio de Jove; elogio dramatico para se representar no theatro da Rua dos Condes, no dia natalicio do senhor D. Miguel I*, etc., Lisboa, 1831; *Elegia no fallecimento do muito eloquente e sapientissimo orador portuguez, o P. José Agostinho de Macedo*. Lisboa, 1832; *Elegia ao tristissimo fallecimento do sr. Theodoro José Borges, verdadeiro realista*, Lisboa, 1830; *Elegia que compoz Ricardo José Fortuna ao tristissimo, lamentavel e pranteado fallecimento do muito distincto artista dramatico portuguez Epiphanio Aniceto Gonçalves, de saudosa e sempiterna memoria*, etc., Lisboa, 1857.

Fortunho. Pov. na freg. de S. Thomé do Castello, conc. e distr. de Villa Real.

Fortunhos. Pov. na freg. de S. Thiago, de Ourilhe, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Forxim. Pov. da prov. de Gôa, na India.

Fossado. Antigo serviço militar, que consistia n'uma expedição ou cavalgada, que ia a terras inimigas colher fructos, talar campos, saquear, etc. O fossado compunha-se de cavalleiros, escudeiros e tropas regulares, e de gente de toda a casta, muitas vezes até mulheres e rapazes, para trazerem o que se pilhasse. Os proprios reis, infantes e bispos, tomavam parte nos *fossados*, sem terem por isso desdouro. Os fossados eram organisados repentinamente, para caírem de surpreza na terra inimiga.

Fosso. E' um dos elementos da fortificação militar, onde constitue geralmente o primeiro obstaculo encontrado pelo assaltante. Está comprehendido entre dois taludes; aquelle que o assaltante tem de escalar chama-se *escarpa;* o outro é a *contra escarpa* Os fossos das praças fortes estão algumas vezes cheios de agua; mas frequentemente tambem a fortificação está estabelecida em fossos seccos. N'este caso, o fundo do fosso é formado de dois planos ligeiramente inclinados para uma regueira longitudinal destinada a receber as aguas fluviaes. Finalmente, certos fossos pódem ser inundados á vontade, por meio de processos especiaes. A largura dos fossos, a principio augmentada pouco a pouco até attingir 30 ou 40 m., foi diminuida quando se reconheceu a necessidade de cobrir as escarpas, defendendo-a dos tiros longinquos da artilharia, mas não foi reduzida além de 8 ou 10 metros. A profundidade regula geralmente entre 4 e 10 metros.

Fôta. V. *Touca*.

Foto. Pov. do conc. da Barra do Bengo, distr. e com. de Loanda, da prov. de Angola, entre as margens dos rios Cuanza e Bengo.

Fotto. Pov. do conc. Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Foubres. Pov. na freg. de Santo André, de Jou, conc. de Murça, distr. de Villa Real.

Foulão. Reino do setimo districto da prov. dos Bellos, da ilha de Timor, Oceania. Tem minas de ouro.

Foupana. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Moncarapacho, conc. de Olhão, distr. de Faro. || Ribeira do distr. de Faro. Nasce na serra do Caldeirão, e lança-se na ribeira de Odeleite, com 60 k. de curso.

Fouto. Pov. na freg. de Santa Margarida, de Fundada, conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Foya. V. *Foia*.

Foyos. V. *Foios*.

Foz *(Gil Guedes Correia de Queiroz, 1.° barão, 1.° visconde e 1.° conde da)*. Fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores; gentil-homem honorario da camara d'el-rei D. Luiz I, com exercicio na de seu pae, el-rei D. Fernando II, de quem foi tambem ajudante de campo; 6.° administrador do morgado denominado *Mão por Cão*, e da herdade do Monte do Olival, sita no antigo couto de Extremoz; padroeiro, por successão a seus maiores do extincto convento de Santo Antonio dos Capuchos da provincia da Piedade, na citada villa; gran-cruz da ordem de Aviz, cavalleiro da antiga e muito nobre ordem da Torre e Espada, general de divisão, etc. Nasceu em Santarem a 16 de julho de 1795, fal. em Lisboa a 27 de fevereiro de 1870. Era filho illegitimo de Tristão Guedes Correia de Queiroz Castello Branco, fidalgo da Casa Real, administrador do morgado acima mencionado, padroeiro do referido convento de Extremoz, capitão do regimento de cavallaria de Santarem, que depois teve o n.° 10, etc. O capitão Queiroz falleceu em Lisboa a 24 de outubro de 1808, no estado de solteiro, deixando testamento em que legitimou e reconheceu por seu filho a Gil Guedes Correia, e como tal herdeiro de todos os seus bens livres, de vinculo e de prazos, bem como de todos os serviços que elle, seus paes e avós haviam feito á Corôa Real, podendo supplicar a remuneração d'elles. O alvará da legitimidade tem a data de 16 de janeiro de 1816, e o despacho do tribunal do Desembargo do Paço a de 12 do referido mez e anno. Entrou no serviço militar em 10 de outubro de 1812, e sendo alferes de cavallaria n.° 6 tomou parte na guerra peninsular até ao fim da campanha, em 1814. Offerecendo-se depois para tomar parte na divisão destinada a Montevideu, foi promovido a tenente e nomeado assistente do quartel mestre general d'essa expedição. Embarcando para o Brazil, entrou na lucta que se travou em 1816 no Rio da Prata, sendo elogiado em varias ordens da divisão, e promovido a capitão para o primeiro corpo de cavallaria, regressou a Portugal. Foi então collocado no regimento de cavallaria n.° 2; combateu as forças do conde de Amarante em 1823, e nos annos de 1826 e 1827 defendeu tambem a causa liberal ás ordens do general da provincia do Alemtejo. Logo depois da chegada do infante D. Miguel, recebeu a sua de-

missão do exercito, e saiu de Lisboa indo reunir-se na ilha Terceira aos defensores da causa constitucional. Veiu na expedição que desembarcou em 8 de julho de 1832 nas praias do Mindello, e tomou parte no cêrco do Porto, distinguin-se logo na batalha do dia 29 de setembro, e em muitos outros combates, que lhe alcançaram o habito da Torre e Espada, e a graduação e depois a effectividade do posto de major. Deixou o logar que exercia, de assistente do ajudante general, para servir como primeiro ajudante d'ordens do general Solignac, e quando este se retirou para França, foi nomeado chefe do estado-maior do tenente-general Thomaz Guilherme Stubbs, mais tarde visconde de Villa Nova de Gaia, sendo depois ajudante de campo do imperador D. Pedro, e promovido a tenente-coronel. Até ao fim da campanha continuou o bravo militar a distinguir-se em differentes batalhas, pelo que recebeu grandes louvores, sendo-lhe tambem dada pelo governo hespanhol a cruz de S. Fernando, em attenção aos bons serviços prestados ás ordens do general Rodil. Em julho de 1834 foi promovido a coronel, e commandou o regimento de cavallaria n.º 1, á frente do qual se conservou, até que em seguida á revolução de setembro pediu e obteve a exoneração do commando, retirando se então para a sua casa do Alemtejo. Em março de 1840 foi nomeado membro da commissão da sua arma no ministerio da guerra, e depois chefe do estado-maior da 2.ª divisão militar, havendo tambem servido algum tempo de chefe interino da primeira direcção do ministerio da guerra. Em julho de 1843 foi nomeado governador da praça d'Elvas, e pela fórma como se portou na revolta de Torres Novas, recebeu grandes louvores e a graduação do posto de brigadeiro, sendo-lhe egualmente dada a consideração de ajudante de campo de el-rei D. Fernando, logo que este principe chegou a Lisboa, tendo a effectividade d'este cargo em setembro de 1845. Em 1851 foi promovido a marechal de campo, em 1860 a tenente general, e em 1864 a general de divisão, continuando sempre ao serviço d'el-rei D. Fernando como ajudante de campo e camarista. Falleceu no paço das Necessidades. O conde da Foz era gran-cruz da ordem de S. Bento de Aviz, cavalleiro da antiga e muito nobre ordem da Torre e Espada; tinha a medalha por duas campanhas da guerra peninsular, e a Estrella de ouro de Montevideu, pelas campanhas do Rio da Prata; era tambem gran-cruz das ordens hespanholas de Carlos III e de Izabel a Catholica; de Leopoldo da Belgica, dos Santos Mauricio e Lazaro da Sardenha, de Ernesto Pio de Saxe-Coburgo-Gotha, e official da Legião de Honra, de França. O titulo de barão foi concedido por decreto de 21 de outubro de 1843, o de visconde por decreto de 15 de setembro de 1855, e o de conde em duas vidas, por decreto de 30 de setembro de 1862. Casou em 14 de setembro de 1847 com D. Marianna Georgina Palha de Faria Lacerda, dama da ordem das Damas Nobres de Maria Luiza, de Hespanha, filha do desembargador da Casa da Supplicação e proprietario. José Pereira Palha de Faria Guião, fidalgo da Casa Real, por alvará de 21 de novembro de 1815, e de sua mulher D. Maria do Carmo de Faria Lacerda. D'este matrimonio houve dois filhos: o actual sr. marquez da Foz, Tristão Guedes Correia de Queiroz, e José Guedes de Queiroz, engenheiro civil, bacharel em Mathematica pela Universidade de Coimbra. A condessa da Foz nasceu em 23 de setembro de 1824, sobreviveu a seu marido, e falleceu em 1898.

Foz *(Tristão Guedes de Queiroz Correia Castello Branco, 2.º conde e 1.º marquez da).* Official-mór honorario da Casa Real e proprietario. N. em Lisboa a 9 de maio de 1849. Foi um dos concessionarios da linha do Caminho de Ferro da Beira Baixa, no ramal de Santa Comba Dão a Vizeu, e da linha de Foz-Tua a Mirandella, contratos approvados pelo alvará de 1 de outubro de 1885. O titulo de conde da Foz foi em verificação de vida concedida no de seu pae, o 1.º conde, renovado por decreto de 25 de janeiro de 1867; o de marquez foi concedido em 1886. Casou em 1870 com D. Maria Luiza Infante Baião Mattoso, filha de Justino Maximo Baião Mattoso, par do reino, abastado proprietario na villa de Frades, no districto de Beja, e de sua mulher, D. Maria José Infante Pessanha, que falleceu a 21 de fevereiro de 1871, sem deixar successão. O sr. marquez do Foz casou em segundas nupcias, a 14 de janeiro de 1878, com D. Maria Christina da Silva Cabral, filha do sr. conde de Cabral, e de sua mulher D. Margarida Angelina Pinto Esteves Costa. A sr.ª marqueza da Foz nasceu a 25 de julho de 1853, e falleceu em 1898. Foi tambem agraciado, com o titulo de conde da Foz, seu filho, o sr. Gil Pedro Paulo Guedes Cabral Correia de Queiroz e Castello Branco, que nasceu em Lisboa a 29 de junho de 1880.

Foz. Uma das freguezias da cidade do Porto, cujo orago é S. João Baptista. Tem 5:813 hab. Pertence ao bairro occidental. Está situada no angulo setentrional da foz do Douro, em sitio levemente accidentado, muito fertil e saudavel, ficando-lhe o rio ao S e o Oceano a O. E' um dos melhores arrabaldes do Porto. Possue uma bonita praia, muito concorrida na epoca balnear, desde junho a outubro. A praia estende-se desde a Cantareira até ao Castello do Queijo, com boas commodidades para os banhistas. Em 1400 já existia uma pequena povoação de pescadores na margem direita do Douro, junto á sua foz. Aquelle territorio constituia então um couto pertencente aos religiosos da ordem de S. Bento, de Santo Thirso, tendo justiças proprias. O D. abbade do referido mosteiro de Santo Thirso apresentava o vigario, que era sempre um d'aquelles frades, o qual tinha 150$000 réis de rendimento. No cartorio do convento de Arouca, dizem, que existe a doação da ermida de S. João da Foz do Douro, que depois foi de Santo Thirso, feita por D. Affonso I, em 1145, ao mosteiro de S. Miguel de Riba Paiva, que já era mosteiro *duplex* em 989. Vendo os frades que a aldeiasinha crescia e prosperava de anno para anno, edificaram no pontal onde o Douro mistura as suas aguas com as do Oceano, um hospicio com sua egreja, e ali fôram viver dois religiosos sendo encarregados de ministrar aos pobres pescadores os sacramentos. A egreja era consagrada a S. João, e ficou se chamando de S. João da Foz, pela sua posição, e com este nome ficou designado aquelle local. D. Manuel deu-lhe foral, em Evora, a 20 de novembro de 1519. A'cerca do castello conta-se, que em 1560, a rainha D. Catharina, sendo regente do reino na menoridade de el-rei D. Sebastião,

seu neto, mandou ao Porto João Gomes da Silva com a missão de fortificar as costas maritimas d'aquella cidade. Gomes da Silva começou a construcção da fortaleza, mas parece que a camara se recusou a concorrer com as despezas da obra, e Gomes da Silva embargou e sequestrou logo as rendas da cidade e das imposições. A camara reagiu, conseguindo que no anno seguinte se levantasse o sequestro, obrigando-se a pagar annualmente 120$000 réis para a guarnição da fortaleza, A construcção do castello, porém, ficou só nos alicerces. Os Filippes, pelo receio de que os inimigos de Castella desembarcassem em Portugal e nos auxiliassem na recuperação da nossa independencia, trataram da defeza dos portos maritimos portuguezes. Filippe III, depois de mandar fortificar Lisboa e outros portos, ordenou que se construisse um castello na Foz do Douro. O logar escolhido foi o mesmo onde Gomes da Silva começara a primitiva construcção, e em que pescar ou vender peixe, pagavam os emolumentos em especie, entregando os pobres pescadores ao governador as melhores peças de pescado que tinham nos seus barcos. A pov. continuava prosperando, mas não passava de terra de pescadores, e as casas eram quasi terreas, Aos banhos do mar, na sua vistosa e aprazivel praia, é que a pov. deve o seu actual engrandecimento. A parochia foi mudada da egreja antiga, que ficava dentro do castello, para um novo templo, edificado a meia encosta da collina. E' vasto, de architectura singela, e tem bonitos altares de talha dourada. Da egreja velha do castello só ficou a capella-mór servindo de capella militar; o corpo da egreja foi demolido. D. João IV deu do seu bolsinho particular 6:000 cruzados para a edificação do novo templo, e os religiosos do convento de Santo Thirso pagaram as restantes despezas. Tanto o castello como a pov. soffreram muito com o cêrco do Porto, mas quando terminou a

Foz — Passeio Alegre

estava o hospicio e egreja de S. João Baptista, e assim ficaram ambos no interior da fortaleza. As obras fôram vagarosas, de que resultou não estarem ainda concluidas quando rebentou a revolução de 1 de dezembro de 1640. D. João IV as mandou continuar apenas subiu ao throno, ficando concluido o castello em 1647, tendo 4 baluartes, 1 revelim, e largos e profundos fossos do lado de terra. Foi guarnecido com 18 peças de artilharia, 12 de bronze e 6 de ferro, sendo conhecido pelo *Castello de S. João da Foz do Douro*. Os marquezes de Fontes gozavam da regalia de nomear, com approvação régia, os governadores d'esta fortaleza, a cujo cargo correspondiam grandes proventos, pois que todos os navios, nacionaes e estrangeiros e embarcações costeiras, que entravam ou saíam a barra, pagavam certa quantia ao governador, segundo a sua nacionalidade e lotação. Até os barcos de pesca de quaesquer partes do reino, que fôssem ao Douro guerra civil foi-se reparando e mesmo augmentando; todos os annos se viam novas edificações; as ruas illuminaram-se, os passeios arborisaram-se; fez se uma boa estrada para a cidade, e estabeleceu-se um caminho de ferro americano, feito em setembro e outubro de 1871, que foi o primeiro que appareceu em Portugal. Esta estrada tem 6 k. desde a Porta Nobre até á Foz, e é um passeio agradavel, arborisado e ornado de casas. Na Foz ha um bom jardim, o Passeio Alegre, e um passeio muito pittoresco á beira-mar, chamado a Avenida dos Carreiros. Esta freguezia tem mais as capellas de Santa Anastacia, N. S.ª da Lapa e N. S.ª da Conceição. Tinha antigamente mais duas: a de S. Miguel, que serviu depois de casa de conferencia dos pilotos, construida sobre um pontal de rochedos que entra pelo rio, e a de N. S.ª da Luz, onde está actualmente o Farol da Luz e um telegrapho maritimo. O castello ainda se conserva menos mal con-

servado. Depois da guerra chamada da *Maria da Fonte*, de 1846 e 1847, o governo mandou recolher a sua artilharia a Lisboa, deixando-lhe apenas duas peças velhas de pequeno calibre, para os signaes dos navios que demandam a barra. Em 1865 mandaram lhe mais 3 ou 4 peças do systema antigo. Tem um governador e uma companhia de veteranos de guarnição. O hospicio dos frades serve de casa do governador. Na praia contigua ao castello e a pouca distancia, está a casa chamada *Salva-vidas*. E' edificio de solida construcção, fundado sobre rochedos. Foi o infante D. Miguel quem o mandou construir em 1830, para se prestarem ali promptos soccorros aos naufragos. Em 1835, o governo vendeu este edificio por 800$000 réis. A casa do Salva-Vidas foi depois residencia particular durante 17 annos. A falta d'este humanitario edificio sentiu-se muito em 29 de março de 1852, quando se deu o lamentavel naufragio do vapor *Porto*, em que morreram mais de 60 pessoas. N'esse mesmo anno se instituiu então a *Real Sociedade Humanitaria*, que obrigou o governo a expropriar a casa do Salva-Vidas, o que lhe custou 5:000$000 réis, ficando desde então convertida em hospicio de naufragos, administrada pela referida sociedade, governador civil e camara; ali se encontram bastantes barcos salva-vidas, boias de salvação, apparelhos de electricidade, cabos, etc. Na freguezia da Foz ha uma assembléa, club, theatro, escolas para ambos os sexos e corre a linha telegraphica; posto fiscal da alfandega do Porto, n'uma casa que se construiu em 1841 no sitio da Cantareira, junto da antiga capella de S. Miguel, onde é o principal caes da população. || Povoações nas freguezias: Santa Maria Magdalena, de Agadão, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Paio, de Arcos, conc. e distr. de Braga. || S. João Baptista, de Bico, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Caparciros, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Gestaçô, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Mamede, de Matta Moirisca, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Santa Maria, de Meinedo, conc. de Louzada, distr. do Porto. || N. S.ª da Visitação, de Odeleite, conc de Castro Marim, distr. de Faro. || S. Miguel, de Pena, conc. e distr. de Villa Real. || S. Martinho, de Sande, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Thiago e conc. de Tavira, distr. de Faro. || S. Martinho, de Ventosa, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Ribeiro do distr. de Lisboa. N. na serra de Cintra, e vae desaguar no Oceano, entre o forte do Guincho e a ponta da Galé, depois de 6 k. de curso.

Foz do Açôr. Pov. na freguezia de S. Romão, de Alferce, concelho de Monchique, districto de Faro.

Foz d'Alge. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Arega, conc. de Figueiró dos Vinhos. distr. de Leiria. Houve aqui no seculo XVIII um celebre estabelecimento de fundição de artilharia. V. *Arega*.

Foz da Amieira. Pov. na freg. de S. Thiago e S. Matheus e conc. de Sardoal, distr. de Santarem.

Foz de Amieiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Foz do Arelho. Pov. na freg. de N. S.ª dos Martyres, de Serra do Bouro, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Foz de Arouce *(Francisco Augusto Furtado de Mesquita Paiva Pinto, 1.º visconde da)*. Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, por alvará de 25 de agosto de 1855, por successão a seus maiores; doutor em Direito pela Universidade de Coimbra; administrador do morgado da Foz d'Arouce, e d'outros vinculos e capellas n'elle encabeçados: o de Perdigões, instituido em 1558; Foz de Arouce e Castello Novo em 1646, 1673 e 1675; o dos Cortêzes em 1692; mais dois vinculos na Foz de Arouce em 1741 e 1746, sem dependencia de approvação e confirmação regia, por serem anteriores á lei do 3 de agosto de 1770, que exigia essa formalidade, e ora registados no governo civil de Coimbra, em virtude da lei de amortisação vincular de 30 de agosto de 1786; antigo deputado, etc. N. em Foz de Arouce a 22 do maio de 1832, fal. no seu solar de Famalicão de Anadia, a 29 de janeiro de 1901. Era filho de Francisco Furtado de Mesquita Paiva Pinto, fidalgo da Casa Real, administrador do vinculo de Foz de Arouce e d'outros a elle reunidos, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, antigo monteiro-mór da villa de Sequins; e de sua mulher, D. Luiza Benedicta Soares Pinto de Mascarenhas Castello Branco, filha de José Antonio Soares Pinto de Mascarenhas Castello Branco Garcia Fragoso do Amaral, desembargador da Casa da Supplicação, senhor do morgado de Santa Marinha, e Póvoa de Cervães. Matriculou-se no curso de Direito na Universidade em outubro de 1848, recebeu o grau de bacharel a 8 de maio de 1852, concluindo a sua formatura a 7 de junho de 1853, tendo obtido uma *distincção* no primeiro anno; a 4.ª *distincção* no segundo, e 2.º *accessit* no quinto. Em 1853-1854 frequentou o sexto anno, fazendo acto de conclusões magnas a 12 de julho de 1854, e exame privado a 22 do mesmo mez, em que lhe foi conferido o grau de licenceado, sendo-lhe oito dias depois, no dia 30, conferido o grau de doutor. Casou a 18 de abril de 1860 com D. Maria Joanna de Bourbon Mello Giraldes de Sampaio Pereira, filha dos 1.ºs marquezes e 2.ºs condes da Graciosa, Fernando Affonso Giraldes de Mello Sampaio Pereira e D. Maria José Caldeira Pinto de Albuquerque Leitão. O titulo de visconde foi concedido por decreto de 14, e carta de 24 de agosto de 1866. O brazão d'armas consta do seguinte: escudo esquartelado, no primeiro quartel as armas dos Paivas, em campo azul tres flôres de liz d'ouro postas em banda; no segundo as armas do Pintos, em campo de prata cinco crescentes de lua vermelhos com as pontas para cima em santor; no terceiro quartel as armas dos Furtados, que são: escudo franxado de verde e ouro, e sobre o verde uma banda vermelha coticada de ouro, e sobre o ouro um S negro; no quarto as armas dos Mesquitas, em campo de ouro cinco cintas vermelhas com fivelas e passadores de prata postas em banda, com orla azul com sete flôres de liz de ouro.

Foz de Arouce. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. de Louzã, distr. e bisp. de Coimbra; 1:374 hab. e 364 fog. Tem esc. de sexo masc., est. post. permutando malas com Louzã e Coimbra, e uma fabrica de fiação. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada na mar-

gem esquerda do rio Ceira, junto da sua confluencia com o Arouce, em terreno muito accidentado, mas com alguns valles ferteis. Foi povoada pelo conde D. Sisnando, governador de Coimbra, em 1080, coustruindo-lhe então o castello. V. *Arouce*. Ficando abandonado em consequencia de continuas guerras, D. Affonso I a povoou de novo em 1150. Em Foz de Arouce, os francezes, commandados pelo general Massena, fôram atacados em fevereiro de 1811 pelo exercito luso-anglo, retirando se os francezes vencidos para a provincia do Alemtejo. A abbadessa do convento de Lorvão apresentava o vigario, que tinha 100$000 réis de rendimento. Pertence a pov. á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra.

Foz do Arroio. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, districto de Faro.

Foz de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Maria, de Ferreiros de Avões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Foz dos Barrancos. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro.

Foz do Bésteiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro.

Foz do Cabrão. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa Velha de Rodam, distr. de Castello Branco.

Foz do Carvalho. Pov. na freg. de S. Romão, de Alferce, conc. de Monchique, distr. de Faro.

Foz do Carvalhoso. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Foz da Certã. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. Esta pequena povoação asseuta n'uma aprazivel planicie, e tem um clima regular e saudavel durante o verão. Proximo da ponte feita sobre o rio Zezere, na estrada que vae de Thomar para Castello Branco, brota uma nascente de agua mineral, que é conhecida pelas denominações da *Foz da Certã* e de *Valle da Ursa*. As aguas são limpidas, incolores, inodoras, de sabor acidulo, e de temperatura egual á das aguas nascentes communs das proximidades. As aguas fôram analysadas em 1892 no laboratorio do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa, e são classificadas de frias, hyposalinas, sulfatas sodica-aluminosa. Applicam-se em uso interno nas diarrheas, dilatações do estomago, etc.; e em uso externo contra as ulceras das pernas, conjuntivites o keratites, etc.

Foscôa. V. *Villa Nova de Foscôa.*

Foz da Cova. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Colmeal, conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Foz Dão Pov. na freg. de S. Martinho. de Ovoa, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. Ha aqui a confluencia do rio Dão com o Mondego. Tem correio com serviço de posta rural.

Foz do Farelo. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Foz Giraldo. Pov. na freg. de S. Bartholomeu de Orvalho, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Foz da Insua. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Foz da Lontreira. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Foz da Maceira. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Foz do Machio. Pov. na freg. de S. Matheus, de Alváres, conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Foz do Moura. Pov. na freg. de Santa Luzia, de Pomares, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Foz do Pereiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Foz do Porqueiro *(Casal da)*. Na freg. de Santa Luzia, de Pomares, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Foz da Regueira do Gondufo. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpcão, de Vide, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Foz do Ribeiro. Pov. na freg. de S. Domingos, de Cabril, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Foz do Rio. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Purificação, de Asseiceira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Foz do Sabor. Pov. na freg. de S. Braz, de Cabeça Boa, conc. de Torre de Moncorvo, distr. de Bragança.

Foz das Sardeiras. Pov. na freg. de N. S.ª da Victoria, de Mosteiro, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Foz do Sousa. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Douro, conc. de Gondomar, com., distr. e bisp. do Porto; 2:300 hab. e 568 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada na foz do rio Sousa, n'um terreno montuoso. O reitor do collegio da Graça, de Coimbra, apresentava o reitor, que tinha 180$000 réis de rendimento. O termo da freguezia é fertil em milho, legumes, linho e vinho. Tem muitos pinhaes e bastante caça. Tambem é conhecida só pelo nome de *Sousa*, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto.

Foz-Tua. Pov. e freg. de S. Braz, de Castanheiro, conc. de Carrazeda de Anciães, distr. de Bragança. Tem caixa post., e est. na linha do caminho de ferro do Douro, d'onde parte o ramal de Mirandella.

Foz dos Valles Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Frade. Homem que faz parte d'uma ordem religiosa, cujos membros seguem certa regra, e vivem separados do mundo social.

Frade. Familia de Portugal, cujo appellido é patronimico de Fradique ou Frade Valdisque, como nos primeiros seculos se usava. D. Affonso V deu a Alvaro Affonso Frade as seguintes armas: escudo esquartelado com uma cruz vermelha, no primeiro quartel em azul um bezante de prata, no segundo em prata uma estrella vermelha e assim os contrarios; o contra-chefe ondado de agua, e por timbre uma aspa vermelha com uma estrella de prata.

Frade *(Belchior Braz)*. Capellão da Casa Real e mestre-escola da cathedral de Gôa Acompanhou o arcebispo D. fr. Aleixo de Menezes na viagem que este prelado fez em 1599 ás serras do Mala-

bar. A'cerca d'esta viagem escreveu um volume, que ficou manuscripto, mas do qual extraiu muitas noticias fr. Antonio de Gouveia para a obra que escreveu sobre o mesmo assumpto. O titulo é o seguinte: *Itinerario de tudo o que passou desde que o senhor Arcebispo Primaz D. Fr. Aleixo de Menezes saiu de Gôa até que voltou a esta cidade.*

Frade (*João Alvares*). Creado da Casa de Bragança, que deixou ineditas algumas poesias, entre as quaes se conta: *Ecloga pastoril, interlocutores Fradelio, Denio e Laurena*, dedicada ao duque de Bragança, D. Theodosio III. Este manuscripto conservava-se na Bibliotheca Real.

Frade (*Vasco Fernandes*). D'este escriptor apenas se sabe que deixou manuscriptos uns *Dialogos da vida solitaria*.

Frade. Casaes nas freguezias: N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || O Salvador, de Pombeiro, conc. de Arganil, distr. de Leiria. || Monte na ilha de S. Nicolau, archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental.

Fradeira. Pov. na freg. de Santa Maria, de Silva, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Fradellos. pov. e freg. de Santa Leocadia, da provincia do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 1:078 hab. e 260 fog. Tem esc. do sexo masc. e est post. A pov. dista 9 k da séde do concelho e está situada proximo da margem direita do rio Ave. A mitra apresentava o abbade, que tinha de rendimento 600$000 réis annuaes. A terra é fertil, e tem creação de gado, principalmente do bovino, que exporta. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. No volume de manuscriptos n.º 156 da Bibliotheca Nacional de Lisboa, intitulado *Historia ecclesiastica do Porto*, a fol. 51, encontra-se a copia authentica d'uma carta d'el-rei D. Diniz confirmando outra de D. Affonso III, datada do Porto a 30 de outubro de 1260, sobre a Houra de Fradellos no julgado de Vermoim. Entre outras indicações interessantes, diz-se n'esse documento que a Honra de Fradellos pertencia a Affonso Sanches, vassallo do infante D. Pedro, e que nas *Inquirições* de D. Affonso II constava ser a dita terra de D. Martim Pires Lameira, e que abrangia todo o valle de Fradellos de Cima, desde Ferreiros até Santa Locaya, e que ahi moravam 25 homens, etc. A Honra de Fradellos passou depois para a posse do convento de Santa Clara de Villa do Conde, naturalmente por morte do referido Affonso Sanches, que não seria outro senão D. Affonso Sanches, filho natural de el-rei D. Diniz e fundador d'aquelle convento. || Pov. na freg , conc. e distr. de Braga. O orago é S. Martinho. Esta pov. está ha muitos annos reunida á de S. Bartholomeu, de Tadim, formando ambas uma só freguezia, sendo o orago S. Bartholomeu, (V. *Tadim e Fradellos*). || Pov. na freg de Santo André, de Frande, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Frades. Pov. e freg. de Santo André, da prov. do Minho, conc. e com. de Povoa de Lanhoso, distr. e arceb. de Braga ; 337 hab. e 93 fog. Tem correio. A pov. dista 5 k. da séde do conc. Os condes de Unhão apresentavam o abbade, que tinha 200$000 réis de rendimento annual. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias : S. Romão, de Edral, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. || S. André, de Portella, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Ruivães, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Herdade na freg. de S. Romão, do Sadão, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || Ponta ou cabo da ilha de Santa Maria, Açôres, na costa O, a pouco mais de 7 k. da bahia de S. Lourenço. || Ponta ou cabo na costa E da ilha do Porto Santo, archipelago da Madeira ; fronteiro fica lhe o ilhéo denominado de Cima. || Rio da ilha do Principe, prov. de S. Thomé, Africa Occidental, a NON da cidade de Santo Antonio. E' muito caudaloso. N. no monte dos Frades, correndo na direcção NE, e indo desaguar na bahia de Santo Antonio. Entre este rio e o do Papagaio acha-se a cidade de Santo Antonio. Denomina se tambem *Ribeira Grande.* || Pico ou monte da ilha do Principe, prov. de S. Thomé, assente quasi na parte central da ilha. || Ponta ou cabo da costa do conc e districto de Benguella, provincia de Angola. Fórma a extremidade O da bahia dos Elephantes. || *Penedos dos Frades*; são tres penedos na costa do conc. e distr. de Benguella, prov. de Angola, no parallelo da ponta dos Frades, cerca de 230 m. a O da mesma ponta. Elevam-se 3 a 4 metros acima do nivel do mar.

Frades de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Apresentação, de Lavre, concelho de Montemór-o-Novo, districto de Evora.

Frades do Rio. Pov. na freg. de S. Mamede, de Cambezes do Rio, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Fradesso da Silveira (*Joaquim Henriques*). V. *Silveira* (*Francisco Henriques Fradesso da*).

Fradigas Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Vide, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Fradilhão. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Serro Ventoso, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Fradinho de Braga. Assim era tambem conhecido fr. João d'Asceusão, o santo varão de que já falámos a pag. 787 e 788 do 1.º volume d'este diccionario.

Fradizella. Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. de Traz os Montes, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp de Bragança; 639 hab. e 1?2 fog. Tem correio com serviço de posta rural, e esc. do sexo masc. A pov. dista 19 k. da séde do conc. e está situada entre os rios Rabaçal e Tutella. Era do conc. da Torre de Dona Chama, que foi supprimido em 1855. O abbade de Guide apresentava o cura, que tinha 40$000 réis de rendimento. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Fraga ou Fragoa. Familia oriunda da Beira, e que depois passou á ilha Terceira. As suas armas são: em campo de prata um monte de sua côr ardendo em chammas de fogo; timbre o mesmo monte.

Fraga. Povoações nas freguezias : S. Pedro, de Athei, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || N. S.ª d'Assumpção, de Barrô, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Bartholemeu, de Campello, conc. de Baião, distr. do Porto. ||

S. Jorge, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Viauua do Castello. || O Salvador, de Medrões, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. João Baptista, de Meiomães, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Santa Marinha, de Pedreira, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santos Cosme e Damião, de Podame, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Sub-Portella, couc. e distr. de Vianua do Castello. || Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Vicente da Beira, couc. e distr. de Castello Brauco. || S. Pedro, de Folgosinho, conc. de Gouveia, distr. da Guarda.

Fraga de Fonseca. Pov. na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto.

Fragas. Povoações nas freguezias : Santa Tecla, de Basto, couc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Sauta Maria, de Rozem, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Fragata. Pequeua pov. do couc. e ilha de S. Nicolau, com. de Barlavento, prov. e archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental. || Ponta ou cabo no extremo SE da ilha do Sal, archipelago e ilha de Cabo Verde. Esta ponta e a do Sul fórmam os extremos da bahia do Portinho.

Fragoa ou Fragua. Povoações nas freguezias : S. Nicolau e conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || N. S.ª da Natividade, de Mosteiriuho, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Mamede, de Talhadas, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Fragoas ou **Fraguas.** Villa e freg. de S. Pelagio, da prov. da Beira Alta, conc. de V. N. de Paiva, com. de Sattam, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego ; 510 hab. e 142 fog. Está situada na margem direita do rio Paiva, em terreno muito accidentado e pouco fertil. Antigamente chamava-se *Frávegas.* D. Thereza, mãe de D. Affonso Henriques, já depois de viuva, coutou esta villa em 1128, que por muito tempo se ficou chamando *Couto de Frávegas.* D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 16 de julho de 1514. Já n'este foral se lhe dá o uome de *Fragoas.* O reitor de Barrellas apresentava o cura, que tinha 30$000 réis annuaes. Fragoas foi conc. e até 1855 pertenceu á com. de Moimenta da Beira. Este antigo conc. supprimiu-se pelo decreto de 7 de setembro de 1895, sendo annexada a villa ao de Sattam. O decreto de 13 de janeiro de 1898 restaurou-o dando-lhe o nome de *V. N. de Paiva*, e assim ficou conhecida a antiga povoação de Barrellas (V. *estes nomes)*, sendo a séde na mesma villa, e a da com. de Sattam, a que pertence, na Villa da Egreja, que é a séde do conc. de Sattam. Fragoas pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. u.º 9, com a séde em Lamego. Tem escolas para ambos os sexos, est post. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio, e de encommendas postaes, permutando malas com a R. A.B. A. Comprehendia o conc. de Fragoas 7 freguezias, que são as mesmas que pertencem actualmeute ao de V. N. de Paiva. || Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. da Extremadura, couc. e com. de Rio Maior, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa ; 789 hab. e 171 fog. Tem est. post. e esc. do sexo masc. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda da ribeira de Alcoberta, perto da estrada de Alcanede para Rio Maior. Pertenceu ao conc. de Alcanede, que foi supprimido em 1855, passando então para o de Rio Maior. Em Fragoas ha minas de ferro. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que recebia só alguns generos. Fragoas era da ordem de Aviz, da commenda de Alcanede ; é terra fertil em cereaes, e pertence á 1.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa. || V. *Mosteiro de Fragoas* e *Ribeira de Fragoas.*

Fragoinhas. Pov na freg. de S. Martinho, de Soalhães, conc. de Marco de Cauavezes, distr. do Porto.

Fragosas. Casal na freg. de S. Thiago, de Evora d'Alcobaça, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Fragosella *(José Pereira Loureiro, 1.º visconde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real ; commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, capitalista, abastado proprietario no Alto Douro, negociante de grosso trato na praça commercial do Porto. O titulo foi-lhe concedido por decreto de 25, e carta de 31 de maio de 1870.

Fragosella. Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Beira Alta, conc., com., distr. e bisp. de Vizeu ; 1:154 hab, e 294 fog. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 5 k. da séde do conc., e está situada perto da margem do rio Dão, passando a E da freguezia e rio Sattam. A mitra apresentava o cura, que tinha 30$000 réis de rendimento. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Fragosella de Baixo e **de Cima.** Duas povoações na freg. de N. S.ª da Graça, de Fragosella, couc. e distr. de Vizeu.

Fragosellas. Pov. na freg. de S. Facundo, de Covas do Rio, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Fragoso. Familia illustre de Genova, da qual já existiam em Portugal alguns membros no tempo d'el rei D. Diniz. As suas armas são : em campo azul tres soes de ouro com seus raios do mesmo postos em roquete ; timbre, um lobo cerval da sua côr.

Fragoso *(P. Baptista)*. Jesuita. N. em Alagôa, termo de Silves, em 1559 ; fal. a 3 de outubro de 1639. Era filho de João Ferreira e de Catharina Fragoso. Deixou aos 10 annos a casa paterna para entrar na Companhia de Jesus, professando no collegio de Evora a 9 de janeiro de 1577. Foi mestre de Theologia em Lisboa, Evora e Braga. Falleceu no collegio de S. Paulo d'esta ultima cidade. Deixou publicados 3 volumes, com o titulo de *Regiminis republicæ christiannæ*, etc., 1652, 1667 e 1668 ; fôram reimpressos em 1737. Em manuscripto deixou *Decisiones Bracharenses.*

Fragoso *(Damasio Jacinto)*. Doutor jubilado em Theologia, e lente de Vespera n'esta faculdade na Universidade de Coimbra. N. em Evora, e fal. em Coimbra em 1898. Era filho de Jacinto Manuel Fragoso. Doutorou-se em 30 de julho de 18 4. Em 1885 representou a sua faculdade na sessão do Conselho Superior de Instrucção Publica.

Fragoso *(João)*. Medico muito conceituado, e cirurgião muito perito. Era natural de Lisboa, e filho de Simão Fragoso. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Foi cirurgião-mór da

rainha D. Catharina, mulher de D. João III, e n'esta qualidade acompanhou a infanta D. Izabel, filha d'el-rei D. Manuel, quando partiu em 1526 para casar com o imperador Carlos V d'Allemanha. Deixou algumas obras sobre medicina, escriptas em latim e hespanhol, que se imprimiram em Madrid nos fins do seculo XVI e principios do XVII.

Fragoso *(João de Mattos)*. Cavalleiro professo, na ordem de Christo, e poeta do seculo XVI. N. em Alvito, e fal. em Madrid a 18 de maio de 1692. Era filho de Antonio Fragoso de Mattos e de D. Anna de Sousa. Passou a maior parte da vida em Madrid. Estudou Philosophia na Universidade de Evora. Escreveu numerosas comedias, todas em castelhano, sendo algumas muito apreciadas e elogiadas pelos homens de letras de Hespanha No *Panorama*, de 1866, n.os 32 e 34, vem a seu respeito um estudo biographico-critico. Algumas das suas comedias fôram traduzidas em portuguez, e faziam parte da collecção de farças chamadas de cordel. Eis o seu theatro: *Amor, lealtad ventura: El amor hace valientes, Amor hace hablar los mudos, Alla se verá, El bruto de Babilonia, A su tiempo el desengaño, La corsaria catalana, Aristómanes Messenio, Callar siempre es lo mejor, El divino calabrez, San Francisco de Paula; Lórenzo me llamo, ó el carbonero de Toledo; El nuevo mundo en Castilla, La innocencia perseguida, El letrado del cielo, Los dos prodigios de Roma, La razon vence al poder, El mejor par de los doce, Com amor no hay amistad, Los bandos de Ravena y fundacion de la camandula, Caer para levantar, El galan de su mujer, El hijo de la piedra, San Felix; La dicha por el desprecio, Estados mudan costumbres, El crisol de la lealtad, ó pocos bastan si son buenos; El fenix de Alemania, Santa Christina; Los indicios sin culpa, Los delincuentes sin culpa, y bastardo de Aragon; Las fortunas de Isabela, El genizaro da Hungria, ó aleman Frederico; El impossible mas facil La devocion del Santo Angel de la guardia, El marido de su madre, San Gregorio; El defensor de la fé y principe prodigioso, El yerro del entendido, La tia de la menor, San Geronimo, No está el matar en vencer, El sabio en su retiro y villano eu su rincon, Juan labrador; El redentor cautivo, La venganza en el despecho, y tirano de Navarra; Riesgos y alivios de um manto, El mayor casamentero, El traidor contra su sangre, y siete infantes de Lara; San Froilan, el segundo Moisés; San Gil de Portugal, Santa Isabel, rainha de Portugal; La mas heroica fineza y fortuna de Isabella, Poco aprovechan avisos cuando hay mala inclinacion, La mugèr contra el consejo, El mudable arrepentido, Solo piedoso es mi hijo, Ver y crer, El vaquero emperador, ó Tamorlan de Persia; Oponerse á las estrelas, La ocasion hace al ladron, El Job de las mugeres, ó Santa Isabel, reina de Hungria.* Publicou outras poesias e entremezes cujos titulos se pódem vêr na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, tomo II, pag 696 e 697.

Fragoso *(José Bento de Barahona)*. Deão da sé de Faro. N em Lagos em 1776, fal. em janeiro de 1852. Era filho do desembargador João Antonio de Barahona Fragoso. Cursou a Universidade de Coimbra, e tomou o grau de licenceado em Leis. Eleito vigario capitular quando morreu o bispo D. Francisco Gomes, ficou governando o bispado, grangeando as geraes sympthias.

Fragoso *(Luiz dos Santos)*. Sargento-mór do terço da guarnição da praça de Olivença em principios do seculo XVIII. Escreveu uma obra com o titulo de *Escola militar*, que ficou inédita, dedicada ao marquez de Abrantes, Rodrigo Annes de Sá Almeida e Menezes, mestre de campo do referido terço em 1704.

Fragoso *(Manuel)*. Militou na India no tempo de Affonso de Albuquerque. Este governador o mandou juntamente com Antonio de Miranda explorar o reino de Sião, e em resultado d'esta missão, escreveu: *Dos trajos, costumes e mercadorias do reino de Sião*, obra que Affonso d'Albuquerque mandou a Garcia de Noronha, para que este a remettesse para Portugal, afim de ser offerecida a el-rei D. Manuel.

Fragoso *(Sebastião da Guarda)*. Doutor em Direito Canonico, e lente da Universidade de Coimbra. Nasceu em Lisboa, onde tambem fal. a 20 de dezembro de 1675. Era filho de Cosme da Guarda e de Cecilia de Fontes. Depois de receber as insignias doutoraes foi admittido no Collegio Real de S. Paulo a 2 de agosto de 1637. Foi conego doutoral das sés de Vizeu, Guarda, Coimbra e Lisboa, em que foi provido a 13 de fevereiro de 1668; desembargador da Casa da Supplicação com exercicio a 3 de setembro de 1650; dos aggravos a 27 de fevereiro de 1653; desembargador do Paço e commissario da Bulla da Cruzada em 1663. A Universidade de Coimbra o elegeu, assim como aos lentes d'outras faculdades, para em seu nome beijar a mão d'el-rei D. Affonso VI, pela sua elevação ao throno, e o mesmo praticou para com D. Pedro II no principio da sua regencia, e pelo seu primeiro casamento, celebrado em 31 de março de 1668. Escreveu varias obras de Jurisprudencia em latim, que ficaram inéditas, sendo unicamente publicado um parecer nas *Decisões* do dr. Manuel Themudo da Fonseca.

Fragoso. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 1059 hab. e 271 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 10 k. da séde do conc Foi couto da Casa de Bragança, pelo que tinha grandes privilegios. Era ouvidor perpetuo d'este couto o abbade da freg. de Abbade de Neiva. que nomeava aqui os juizes, e recebia lutuosas, coimas e gado do vento (V. *estes nomes*). A Casa de Bragança apresentava o reitor, que tinha 150$000 réis. Os dizimos fôram dados pela mesma casa ao thesoureiro-mór de Barcellos. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Fragoso Amado *(Antonio José de Brito)*. Major reformado. N. em Montemór-o-Novo em 1804, fal. em 21 de novembro de 1878. Era filho Valerio Maximo de Brito Fragoso Amado. Assentou praça de voluntario no regimento de cavallaria n.º 5, em 25 de fevereiro de 1823, tendo 19 annos de edade, e foi reconhecido cadete em 12 de novembro do mesmo anno. Em 1826 acompanhou o seu regimento na divisão de operações do commando do brigadeiro Saldanha no Algarve, e em 1827 foi no esquadrão do mesmo regimento, que sob o commando do capitão Calça e Pina fez parte das forças commandadas pelo coronel Bento da França, que combateram os miguelistas em Portalegre e em Elvas no mez d'abril do referido anno. Em 1828 foi preso e conduzido para

as prisões de Setubal, onde se conservou até á entrada da divisão expedicionaria do duque da Terceira, a quem se apresentou em 22 de junho de 1833, sendo mandado servir em cavallaria n.º 11, que passou depois a n.º 4, com o qual fez desde então a campanha até á convenção de Evora-Monte, na qualidade de soldado aspirante a official. Foi promovido a anspeçada em 11 de fevereiro de 1835, a cabo em 14, a furriel em 18, a segundo sargento em 25 de agosto, e a primeiro sargento em 1 de setembro de 1836. Combateu na serra do Algarve contra as guerrilhas, de 30 de outubro de 1836 a 29 de agosto de 1837, e de 26 de outubro d'este anno a 30 de abril de 1838. Em 29 de agosto de 1837 foi promovido a alferes para o regimento de cavallaria n.º 4, com antiguidade de 28 de julho, passando em 30 de março de 1838 ao regimento de cavallaria n.º 5, sendo logo mandado fazer serviço em cavallaria n.º 6, recolhendo ao n.º 5 em 20 de abril do mesmo anno. Em 19 de maio de 1842 passou á 3.ª secção do exercito, sendo collocado em cavallaria n.º 5 em 30 de julho de 1846, e promovido a tenente para o mesmo regimento em 21 de agosto seguinte, com antiguidade de 15 de fevereiro de 1845. Compromettido com os acontecimentos politicos de 1846, foi considerado demittido em virtude do decreto de 4 de dezembro, e depois da convenção de Gramido, sendo-lhe applicada a amnistia de 28 de abril de 1847, foi collocado na 3.ª secção do exercito, denominada depois *disponibilidade*. Graduado no posto de capitão em 26 de junho de 1851, com antiguidade de 29 de abril, foi collocado em cavallaria n.º 5 em 16 de julho de 1852, e promovido a capitão effectivo para cavallaria n.º 3 em 10 de novembro de 1855. Em 1 de dezembro de 1857 regressou ao regimento de cavallaria n.º 5, sendo reformado, como requereu, por decreto de 15 de setembro de 1863, com o posto de major, por ter sido considerado capitão em 29 de agosto de 1850 e major de 10 de agosto de 1863. Em 3 de junho de 1868 foi nomeado membro da commissão districtal do recrutamento de Evora, Fragoso Amado era cavalleiro da ordem militar de S. Bento de Aviz, e condecorado com a medalha das campanhas da Liberdade, algarismo n.º 2.

Fragoso Cerqueira *(Antonio)*. Medico do hospital de Todos os Santos, nomeado em 1 de abril de 1699. Falleceu em 11 de março de 1733. Foi tambem medico das visitadas e recolhidas do Limoeiro.

Fragoso Tavares *(José Eduardo)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. Nasceu em Alcaçovas em 30 de janeiro de 1854. E' filho de Francisco Antonio da Cunha Abreu Tavares. Terminou o curso em 1878, defendendo these no dia 16 de julho, a qual foi publicada no mesmo anno, e tem por titulo: *Estudos clinicos de alguns dos traumatismos da uretra*. Em 14 de agosto de 1885 foi nomeado medico extraordinario do hospital de S. José, e em 9 de dezembro, professor substituto da escola da enfermaria. No hospital foi instituido um curso para enfermeiros, por portaria do ministerio do reino de 28 de janeiro de 1886, e por proposta do enfermeiro-mór, então o fallecido dr. Thomaz de Carvalho. Este curso existiu sómente até 1889, em que foi supprimido por não dar os resultados que se esperavam. Os professores d'este curso fôram o dr. Arthur Ravara, effectivo, e o dr. José Eduardo Fragoso Tavares, substituto. Foi tambem sub-delegado de saude interino em 1885. Actualmente é medico addido do Instituto Central de Hygiene, e medico director da enfermaria de Sant'Anna, no hospital Estephania. Exerce egualmente clinica em Lisboa.

Fragoso Van-Zeller *(José Aleixo Falcão de Gamboa)*. Poeta, que vivia nos primeiros annos do seculo XIX na ilha da Madeira, onde possuia bens de fortuna De 1809 a 1810 esteve preso por circumstancias politicas, e depois de 1815 estabeleceu residencia definitiva em Lisboa ou no Porto. Tinha fama, no seu tempo, de primoroso poeta. Attribuem-lhe uma *Elegia* á morte do deão Lopes Rocha, e a *Ode* á morte de João Manuel d'Abreu, inserta no *Portuguez*, tomo III, pag. 105 a 107, assignada *por um portugues seu amigo*. Tem muitos versos publicados no *Investigador portuguez*, sem o seu nome.

Fragosos. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Seixezello, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Fragueira. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Castello de Vide, distr. de Portalegre.

Fraguil. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Fragulhão. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Fraião *(Francisco Manuel de Oliveira Carvalho, visconde de)*. Director e professor da Escola industrial de Braga, capitalista, etc. Frequentou o curso da Academia das Bellas Artes do Porto, de que foi estudante sempre laureado. E' chefe do partido regenerador em Braga, onde reside, e já exerceu o cargo de administrador d'aquelle concelho na situação regeneradora. Em 1903, o *Jornal de Braga* prestou-lhe uma sympathica homenagem no dia 29 de julho, anniversario do seu natalicio, publicando um numero especial, illustrado com o seu retrato, e collaborado pelos srs. dr. João Penha, visconde da Torre, dr. Braulio Caldas, Albano Bellino, e outros.

Fraião. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 182 hab. e 45 fog. Tem esc. para o sexo fem. A pov. dista 2 k. da séde do conc. O arcediago de Olivença, da sé de Braga, apresentava o vigario, que tinha de rendimento 50$000 réis. Passa proximo da pov. a estrada real de Braga a Guimarães. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Beiriz, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || Santa Maria, de Gallegos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Verissimo, de Tamel, do mesmo conc. e districto.

Fralda. V. *Armadura*.

Fraldeu. Povoações nas freguezias: O Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || Santa Maria e conc. de Obidos, distr. de Leiria.

Fraldrem. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Cova, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Framão. Quinta na freg. de N. S.ª da Graça, do Figueiró da Granja, conc. de Fornos de Algodres, distr. da Guarda.

Framil. Pov. na freg. de S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Framillo. Povoações nas freguezias: Santo

André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Foz de Arouce, conc. de Louzã, do mesmo districto.

Franca. Nome d'uma familia que deu a Portugal uma brilhante successão de cavalleiros, navegadores e guerreiros. O conde D. Pedro, na sua nobiliarchia, dá o principio d'esta familia nos condes de Horn, representados ainda hoje na Belgica pelos condes de Horn, e em França pelos Montmorency. D. Gulielmo e D. Roberto de la Horn ou de Licorne, que d'ambas as maneiras se encontra o nome, faziam parte da armada de cruzados, que auxiliou D. Affonso Henriques a conquistar Lisboa, fixando-se depois em Portugal, anno de 1147, onde fôram senhores e alcaides-móres de Athouguia, que coube em successão á sua descendencia. Giraldo Gonçalves, senhor d'Athouguia, bisneto de D. Roberto, casou com D. Thereza Pires, bisneta de D. Ligel, outro d'esses cruzados, e de D. Pedro Viegas, primeiro alcaide de Lisboa e do castello de Palmella. Ruy Gonçalves o Franco, neto de Giraldo Gonçalves, casou com D. Constança Martins, de quem teve uma filha, D. Izabel Franca, a qual casou com Affonso Franche, filho segundo do almirante-mór da republica de Genova, João Franche. Este casamento soffreu grande opposição, e para se realisar, deram-se peripecias mais ou menos romanescas, tendo Affonso Franche de escalar uma torre para obter a sua dama. Ruy Gonçalves recebeu do genro a alcunha de *Franco*, por que é distinguido entre os de sua linhagem, e o nome de Franca ou Franqua tomou um logar distincto na nobiliarchia portugueza. Os descendentes de D. Roberto usavam o escudo de prata com quatro palas de azul e assim se encontrava na sala de armas dos condes de Barcellos. Os Francas figuram no livro das armas de el-rei D. Manuel com o escudo tambem de prata, mas as palas já são de sinople, ou verdes, e o escudo é cortado por uma banda de prata e de verde. Tem por timbre as duas cabeças de lança com que Affonso Franche ajudou a sua romanesca escalada.

Franca *(Antonio Correia da)*. Fidalgo da Casa Real, como todos os seus ascendentes, por alvará de 1647; commendador de Santa Maria do Castello Rodrigo, de S. Miguel do Outeiro, commendador e alcaide-mór de Alvalade, tudo na ordem de Christo. Era filho segundo de André Dias da Franca, e herdou a casa de seu pae pela morte de seu irmão mais velho, Belchior da Franca. Sendo muito novo, pois contava apenas 15 annos de edade, e ainda em Tanger, querendo experimentar a tempera da sua primeira armadura, presente que lhe dera seu pae, então governador, com dois escudeiros, saiu desapercebido da praça contra um troço de cavalleiros arabes, e quando lhe acudiram, jazia morto um dos escudeiros, estando os moiros já em retirada. Foi preso á ordem de André Dias da Franca por ter desobedecido ás ordens terminantes que prohibiam taes sortidas. Pouco tempo depois foi armado cavalleiro na capella de Nossa Senhora a Franca. Esta imagem era da particular devoção dos cavalleiros de Tanger, e segundo conta a lenda, foi achada por Lançarote da Franca, noivo infeliz de D. Anna de Mendoça, em terras d'Africa, livrando-o n'essa occasião de um apertado lance em que se envolvera com os moiros. Antonio Correia da Franca casou com D. Leonor Maria de Mello e Ribadeneyra de Aragão, 11.ª senhora de Alte, de Seliz, de Ator, da capella dos Mellos, etc., filha e herdeira de Manuel de Athaide de Ribadeneyra, senhor de Alte e de Ator, alcaide-mór de Albufeira; e de D. Izabel de Mello e Aragão

Franca *(André Dias da)* Foi o ultimo dos alcaides-móres de Tanger e seu governador, e mais tarde alcaide-mór e governador de Tavira; commendador de S. Miguel do Outeiro e de Santa Maria de Castello Rodrigo e senhor de toda a casa dos seus avós. Não acceitou nunca dos reis Filippes honrarias que lhe offereceram; retirado na sua alcaidaria-mór continuou a guerrear os moiros, em vez de engrossar, como tantos outros, o sequito dos usurpadores arrastando comsigo algum titulo, como premio da sua adhesão. Quando alvoreceu a Restauração do 1.º de dezembro de 1640, sacudiu de Tanger os de Ceuta, e em 1643, prendeu u'uma noite o conde de Sarzedas e outros fidalgos que intrigavam, n'uma conspiração urdida por D. Lopo da Cunha, com o fim de restituir Tanger ao dominio de Hespanha, e por lhe parecer que seu filho mais velho, Belchior da Franca, *não concorrera á feliz acclamação de Vossa Alteza com a natural diligencia*, remetteu-o preso para o reino, juntamente com os outros conspiradores. D João IV louvou-lhe muito este feito, e a Hespanda viu com espanto tanto valor e abnegação, e d'elle proveiu a André Dias da Franca a alcunha de *Restaurador*, cabendo lhe tambem o de *Conservador*, porque, nomeado governador e capitão-general de Tanger, conservou em porfiada lucta a praça contra castelhanos e moiros. Pouco depois resignou o seu governo, e recusou a mercê do titulo de conde, que lhe foi offerecido. André Dias da Franca voltou a Portugal, passando ao Algarve, onde sua familia possuia vastos dominios, fixando a residencia no seu palacio de Tavira, que é hoje a séde da camara municipal d'essa cidade. Belchior da Franca obteve o perdão de D. João IV, mas enamorando-se d'uma filha do marquez de Villa Real, acompanhou este fidalgo na opposição á nova dynastia, e tomou parte na conspiração de 1641, que o levou ao patibulo com o referido marquez e seu filho, o duque de Caminha Na vespera da execução os dois namorados casaram no carcere, e a desventurada noiva, no dia seguinte entrou n'um convento.

Franca *(Diogo Lopes da)*. Mais conhecido pelo *velho de Alcacer*. Era filho de Lançarote da Franca, que falleceu em Tanger. Foi seis vezes governador de Tanger bem como de Ceuta; commendador de S. Miguel do Outeiro na ordem de Christo, capitão de notavel esforço e muito da privança de D. Sebastião. Não quiz acceitar o titulo de Dom por *não carecer o seu nome d'esse lustre*, e depois d'uma longa carreira de gloriosas façanhas, veiu a morrer com mais de 80 annos de edade, na batalha de Alcacer Kibir, em que tomou parte com 3 filhos e 4 netos, abrindo a marcha da hoste portugueza á frente dos valorosos cavalleiros de Tanger. Contam as chronicas que, quando D. Sebastião já desesperado da victoria, declarava que só lhe restava morrer, Diogo Lopes da Franca, contendo o infeliz monarcha, respondeu: *Nós primeiro*! E assim o cumpriu. Os seus descendentes inscreveram essas honrosas palavras nas suas armas.

Franca *(Diogo Lopes da)*. Presbytero secular natural de Santarem, que viveu muitos annos em Roma, onde possuiu alguns beneficios rendosos. Era filho de Antonio Dias e de Lucrecia Nunes. Fal. em Roma a 25 de março de 1649, e foi sepultado na egreja de Santo Antonio dos portuguezes. Em 1828 publicou em italiano o seguinte livro: *Guida de perfettione e spechio dell'anima.*

Franca *(Jorge Mendonça da)*. Fidalgo da Casa Real; cavalleiro da ordem de Christo; capitão de cavallos nas praças de Ceuta e Tanger, e de infantaria nas galés da Hespanha, dando sempre provas de grande valor militar. Viveu no seculo XVII, e escreveu uma *Tabella* genealogica dos reis de Marrocos e de Fez, e de toda a Barbaria.

Franca *(Lançarote da)*. Celebre capitão que activamente collaborou com o infante D. Henrique uas suas navegações de descoberta, e foi o primeiro capitão da armada que se lançou de foz em fóra, chegando em 1445 á bahia de Arguim, e descobrindo em 1487 a foz do Senegal e as ilhas de Cabo Verde, onde ainda hoje uma tem por sua causa o nome de Lançarote. Casou com D. Izabel da Costa, filha de Soeiro da Costa, um dos doze de Inglaterra, e o esforçado cavalleiro que pelejou uas cinco partidas do mundo.

Franca *(Lançarote da)*. Secretario de Estado de D. João II. Era noivo de D. Anna de Mendoça, de quem oste monarcha fez sua amante e mãe do duque de Coimbra, D. Jorge. Cego de paixão, Lançarote da Franca lançou-se em todas as conspirações urdidas pelos seus parentes, os Castellos Brancos, contra D. João II, chegando a arrancar da espada para o investir, quando elrei o surprehendeu n'uma reunião de conspiradores, de que foi salvo pela dedicação de D. Izabel Correia, filha de Lourenço Correia de Azevedo, commendador de Alconchele, com quem mais tarde veiu a casar. Lançarote da Franca morreu em Tanger ás mãos dos moiros, estando ali a servir uma commenda.

Franca *(Miguel da)*. Presbytero, natural de Santarem. Era filho de Antonio Dias Franca e de Lucrecia Nunes. Foi licenceado em Canones. Era muito perito na lingua italiana, e d'ella traduziu: *Relação historica da fundação do Convento de Bassora, escripta por Fr. Basilio de S. Francisco, seu irmão, em 2 de fevereiro de 1636.* Esta traducção ficou manuscripta.

França. Este appellido procede de João França, filho de João França, segundo de nome, duque de Alençon, que vindo a Portugal, n'elle casou e deixou filhos com o appellido de *França.* As suas armas são: em campo azul flôres de liz de ouro sem numero com uma banda de prata, orla vermelha, com 8 bezantes de prata.

França *(Affonso de)*. Militar que em 1541 foi na companhia de D. Christovão da Gama á Abyssinia, auxiliar o imperador, que se via em perigo de perder os seus estados pela guerra que lhe promovia o scheick de Zeilá. D. Christovão da Gama commandando o pequeno exercito portuguez, de que fazia parte Affonso de França, conseguiu em duas batalhas successivas derrotar as forças do scheick de Zeilá. A terceira batalha foi prejudicial para os abexins, e n'ella foi morto D. Christovão da Gama, mas succedendolhe Affonso Caldeira, e em seguida Ayres Dias, de novo os portuguezes tiveram vantagens, e as tropas inimigas fôram destroçadas completamente e morto o scheick. Portugal salvára a independencia da Abyssinia, e passou então a exercer uma legitima preponderancia. Affonso de França ali se conservou recebendo favôres e mercês do imperador. Pouco se sabe da vida d'este militar, que passou largos annos n'aquellas longinquas paragens; apenas consta que foi empregado pelo imperador em traduzir na lingua do paiz os escriptos dos embaixadores mandados pelo rei de Portugal a esse soberano.

França *(Antonio Ferreira)*. Nasceu na Bahia a 14 de janeiro de 1771, onde tambem falleceu a 9 de março de 1848. Era filho de Joaquim Ferreira França e de D. Anna Ignacia de Jesus França. Fez os seus primeiros estudos na sua patria, sentindo depois um vivo desejo de cursar a Universidade de Coimbra, que seu pae não consentiu. Então o joven estudioso, que já revelava um caracter original e resoluto, escondeu-se a bordo d'um navio que seguia para Portugal. No mar alto o capitão encontrou aquelle passageiro que não esperava, e arribou para o deixar em terra. Sua mãe e sua madrinha vendo o desejo ardente do pobre rapaz, quotisaram-se para lhe darem os meios indispensaveis, seu pae tambem condescendeu por fim, e Antonio Ferreira França alcançou vir matricular-se em Coimbra, onde cursou as tres faculdades de Medicina, Mathematica e Philosophia, obtende premio em todas e em todos os annos. Formando-se nas tres faculdades, voltou para a Bahia, onde foi provido n'uma cadeira de Geometria, e depois n'uma de medicina, quando ali se instituiu aquella faculdade. Quando rebentou a revolução da independencia do Brazil, era vereador da camara municipal da sua terra. Seguiu as idéas patrioticas, e tomou depois grande parte na politica, como deputado, sendo muitas vezes reeleito; foi medico da imperial camara, professor de grego e director do lyceu da Bahia.

França *(Bento da)*. V. *Oliveira Salema (Bento da França).*

França *(Feliciano da Cunha)*. Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, advogado de causas forenses em Lisboa, etc. N. n'esta cidade a 18 de outubro de 1719; ignora-se a data da sua morte, mas sabe-se que vivia ainda em 1760. Era filho de Luiz da Cunha França e de Thereza de Jesus. Estudou Grammatica no collegio de Santo Antão, e Philosophia na Congregação do Oratorio. Passou depois á Universidade de Coimbra, e matriculou-se em Jurisprudencia canonica, recebendo o grau de bacharel a 17 de janeiro de 1745, formando-se a 14 de maio do mesmo anno. Regressando a Lisboa, exerceu a advocacia. Publicou em latim algumas obras juridicas. Em portuguez só saiu: *Arestos ou Decisões dos Senados d'este reino de Portugal*, Lisboa, 1751.

França *(Gonçalo Soares da)*. Presbytero. N. na Bahia em 1632; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Luiz Barbalho de Negreiros e de D. Luiza Côrte Real. Estudou as sciencias escolasticas no collegio da Companhia de Jesus, recebendo depois as ordens de presbytero. Dedicou-se muito ao estudo da historia sagrada e profana, e tanto se distinguiu que foi eleito academico supranumerario da Academia Real da Historia Portugueza. Era tambem poeta. Publicou diversas poesias, entre as quaes meu-

cionaremos *Brazilia, poema heroico do Descobrimento do Brazil.*

França *(Henrique de).* Cavalleiro fidalgo da Casa Real, que em 1602 foi agraciado com um dos tres logares de pensionista de architectura, vago por Francisco Frias. O alvará que o nomeia diz que esta mercê lhe foi dada em attenção a haver muito tempo que estudava architectura. Em 1611 foi substituido por Eugenio de Frias, por el-rei lhe ter feito mercê d'uma praça de engenheiro no reino de Napoles.

França *(José Luiz).* Jurisconsulto, etc. N. no Rio de Janeiro, fal. em Lisboa em 17?0. Sendo protegido pelo marquez de Pombal, subiu rapidamente aos elevados cargos da magistratura. Apezar d'essa protecção, quando D. Maria I instaurou um processo contra o notavel estadista, não teve duvida em acceitar a nomeação de um dos juizes que o devia interrogar. Serviu depois na Casa da Supplicação de Lisboa, sendo em seguida despachado chanceller da Relação do Rio de Janeiro, logar que desempenhou com muita competencia; por ordem superior fez um reportorio da legislação financeira vigente na colonia, reportorio muito habilmente commentado. Tendo nomeação para o Supremo Tribunal do Conselho de Fazenda de Lisboa, para aqui partiu em 1790, mas pouco tempo exerceu este cargo, porque falleceu.

França *(P. Luiz Gonzaga da).* Cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição; capellão-cantor da egreja patriarchal de Lisboa, e mestre de cantochão na aula que antigamente ali funccionava. Falleceu em 1840. Exerceu o seu cargo de cantor da Patriarchal desde 1820 até 18?0. Escreveu: *Compendio ou explicação methodica das regras geraes necessarias para a intelligencia do cantochão, tanto theorica como pratica*, Lisboa, 1831.

França *(Pinto da)* V. *Pinto da França.*

França *(Ricardo José Rodrigues).* Capitão-tenente da marinha, que adquiriu uma celebridade passageira com o pronunciamento do batalhão do arsenal em 1838. Fôra sargento da extincta brigada, um dos denominados *mar e guerra*, emigrára em 1828, e fôra promovido depois a tenente da armada. Por occasião das luctas entre setembristas e cartistas salientou-se, como setembrista exaltado; estava no arsenal de marinha, de que era inspector, á frente d'um club, que começava a rivalizar em influencia com a Associação Civica, até então omnipotente. O ministerio quizera mandal-o para a India, mas a charrúa em que devia partir, teve de demorar a viagem, por causa do tempo, e França continuou a ser agitador em Lisboa. Quando saiu do poder o barão de Bomfim, promovendo assim uma crise ministerial, o club dirigido por França agitou-se vivamente, protestando contra as tendencias que a rainha D. Maria II mostrava para organisar um ministerio moderado, vendo n'isso uma tentativa para effeituar a transição para os cartistas. A agitação chegou a tal ponto, que o administrador geral do districto de Lisboa, Soares Caldeira, promoveu na guarda nacional uma representação á rainha, para que não formasse ministerio senão com homens que déssem séria garantia de respeito pela constituição de 1838. França mandou pegar em armas ao batalhão do arsenal, e n'este estabelecimento se juntaram tambem algumas fracções de outros batalhões nacionaes, dispostos a fazer um pronunciamento para impedirem que o poder caisse nas mãos dos cartistas. Vendo isto, o ministro do reino demittiu em 7 de março de 1838 o administrador geral, nomeando para o substituir Antonio Bernardo da Costa Cabral, mais tarde conde e marquez de Thomar. O novo administrador geral deu logo provas de grande energia. No dia 9 de março manifestou se o pronunciamento; o arsenal appareceu armado e hostil. Costa Cabral mandou-o immediatamente cercar pelas tropas da guarnição, que obêdeceram sem hesitar, ao passo que o resto da guarda nacional se conservou alheia á revolta. Vendo-se isolado e cercado, França resignou-se a depôr as armas, e como todos desejassem que esses acontecimentos tivessem um pacifico desenlace, não houve duvida em se chegar a um accôrdo. França saiu do arsenal, e foi encontrar-se com o visconde de Reguengo no antigo botequim de *Marcos Filippe*, situado no largo do Pelourinho, e ali se assignou a seguinte convenção que ficou conhecida por aquelle nome: «1.ª condição. Que o batalhão do arsenal, e a guarda nacional no mesmo reunida, sairão até ás 3 horas da tarde.—2.ª Que á porta do arsenal ficará uma guarda, escolhida pelo administrador geral d'entre os batalhões da guarda nacional.—3.ª Que apenas desfilar o batalhão do arsenal, desfilará tambem para os seus quarteis a tropa de linha. —4.ª Que se não perseguirá pessoa alguma das que tomaram parte nos acontecimentos do dia por qualquer sorte que fôsse. Assignados: visconde do Reguengo, Christiano, capitão do 14.º batalhão da guarda nacional, Camellos, major do 15.º dito, Ricardo José Rodrigues França.» A convenção de Marcos Filippe cumpriu-se, porque os batalhões saíram, destroçaram no Rocio, e até os guardas nacionaes, que iam profundamente irritados, despedaçaram as armas de encontro ás esquinas, mas n'esse mesmo dia era assignado o decreto que demittia França das suas funcções de inspector do arsenal, e que dissolvia o batalhão dos empregados. A condição 4.ª da convenção de Marcos Filippe deixára, portanto, de se cumprir. A guarda nacional agitou-se de novo; Costa Cabral reuniu os commandantes dos batalhões para vêr a fórma de manter a ordem. Os commandantes declararam que julgavam indispensavel a presença de França como directamente interessado na questão, mas tanto França como os commandantes declararam terminantemente, que não respondiam pela ordem publica, senão no caso de ser revogada tanto a demissão de França como a dissolução do batalhão do arsenal. Julio Gomes da Silva Sanches retirara-se do ministerio, mas esse passo não os satisfazia. A rainha e o presidente do conselho, visconde de Sá da Bandeira, persistiram em não ceder, e d'ahi resultou o pronunciamento de 13 de março de 1838, que foi muito mais serio. Travou-se combate entre os batalhões nacionaes e a tropa de linha commandada pelo proprio visconde de Sá da Bandeira e pelo barão de Bomfim. No Rocio houve bastantes mortos e feridos, mas a guarda nacional foi batida depois de breve combate, e a inquietação publica serenou. Rodrigues de França, que durante 5 ou 6 dias fôra o querido das turbas lisbonenses, por cuja causa se derramara tanto sangue, caiu de novo na obscuridade. Col-

locara-se n'uma posição impossivel. Os setembristas não podiam readmittil-o na actividade, porque elle fôra um auxiliar inconsciente dos reaccionarios; estes, quando triumpharam, tambem não o puderam vêr com bons olhos, e não se mostravam dispostos o acceital-o. Collocado na disponibilidade, retirou-se á vida particular, e foi viver para Almada. Não se conhece a data do falleeimento, mas sabe-se que foi devido a um desastre. Andando á caça, feriu se gravemente n'uma das mãos, e não querendo amputar o braço como os medicos aconselhavam, proveiu lhe uma gangrena, a que succumbiu.

França. Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 513 hab. e 111 fog. Tem esc. do sexo fem., correio, e minas de estanho. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e fica situada entre montanhas, na margem direita do rio Mação. Esta freguezia é muito antiga; consta que já existia em 1356. O reitor de Rabal apresentava o cura, que tinha 7$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

França e Amaral *(Luiz Correia de)*. V. *Amaral (Luiz Correia França e)*.

França *(Manuel de Lima)*. Medico do hospital de Todos os Santos, desde 1659 até 1674.

França e Horta *(Antonio José da)*. Bacharel formado em Philosophia e Mathematica pela Universidade de Coimbra. N. em Faro em 1753, fal em Lisboa em 1823. Era filho de João Carlos de Miranda e Horta e de D. Maria Benta. Foi conego da sé de Faro, mas abandonou a egreja para seguir a vida militar, sentando praça no regimento de infantaria de Tavira. Sendo já tenente-coronel aggregado, do regimento de artilharia da Côrte, foi posto fóra por Junot, em 1 de agosto de 1808, por ter ido para o Brazil. Teve depois a nomeação de capitão-general e governador da provincia de S. Paulo, logar que depois deixou em 1818. Foi reformado em marechal de campo, e nomeado conselheiro da fazenda do Rio de Janeiro, d'onde regressou ao reino, com a familia real, em 1821.

France. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Alta, conc., com., distr. e bisp. de Vizeu; 2:380 hab. e 588 fog. Tem esc. do sexo fem. e caixa post. A pov dista 11 k. da séde do conc. e está situada perto do rio Sattam. O papa e o bispo apresentavam alternativamente o vigario, que tinha 120$000 réis annuaes. A pov. é fertil; tem gado e caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. A pov. tambem é conhecida pelo nome de *S. Pedro de France*. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Moreiras, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || S. Thiago, de Soppo, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Francelha. Pov. na freg. de Santa Maria, de Pinheiro, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Francelheira. Pov. na freg. de S. Paulo, de Amor, conc. e distr. de Leiria.

Francellos. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Golpilhares, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santa Maria, de Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de Villar de Maçada conc. de Alijó, distr. de Villa Real.

Francez *(João Affonso)*. Apenas se sabe que foi muito perito na arte da navegação, e que deixou inédito um *Roteiro* do descobrimento das ilhas novas.

Francez *(Manuel Bocarro)*. Doutor em Medicina e Mathematica pelas Universidades de Montpellier, Alcalá e Corunha, e licenceado pela de Coimbra. N. em Lisboa em 1588, fal. em Florença em 1662. Segundo alguns affirmam, estudou em Roma Astronomia com os professores Galileo e Kepler. Viajou por diversos paizes da Europa, sendo em todos respeitado como um homem sabio e erudito. O imperador d'Austria, Fernando III, o agraciou em 1647 com o titulo de Conde Palatino. Parece averiguado, que o medico Bocarro professou a religião judaica, tendo o nome de Jacob Rosaly ou Rosales. Nas suas obras, ora se intitulava *medico, philosopho e mathematico lusitano*, ora *medico e astrologo, natural de Lisboa*, e em algumas punha os qualificativos de *nobre e conde Palatino*. Depois de certa epoca, notou-se que em algumas obras accrescentava aos seus appellidos o de *Rosales* Além d'outras obras em latim, cujos titulos se pódem vêr na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. III, escreveu em portuguez as seguintes: *Tratado dos cometas que appareceram em novembro passado de 1618*, composto pelo *licenceado*, etc, *dirigido ao illustrissimo senhor Dom Fernão Martins Mascarenhas, bispo e inquisidor geral n'estes reinos e senhorios de Portugal*, etc., Lisboa, 1619; tem gravurinhas intercaladas no texto; e o verso da ultima folha é só occupado com as gravurinhas dos cometas; *Anacephaleosis da monarchia lusitana, pelo doutor..., dirigidos ao senhor d'ella El-Rei N. Senhor, Lisboa, 1624*, tendo no centro as armas portuguezas; Lisboa, 1624; é só a primeira parte das quatro em que a obra se dividia, ficando as outras tres manuscriptas Seguem-se no volume, na referida parte, que se intitula *Estado astrologico*, umas *Annotações chrysopeas e astrologicas*, em prosa. A dedicatoria d'este poema é feit a Filippe III: «Dedicatoria a el-rei N. Senhor no seu conselho de Portugal na côrte de Madrid.» D'esta parte publicada se fez nova edição em 1809, sendo supprimidas as *Annotações*. Por edital da Real Mesa Censoria de 9 de dezembro de 1774 foi este livro mandado queimar publicamente por mão do algoz, na praça do Rocio. Pelo mesmo edital fôram egualmente prohibidos, sem comtudo se decretar contra elles a pena de fogo, outros dois do mesmo autor, cujos titulos são: *Luz pequena lunar e estellifera da Monarchia Lusitana, explicação do primeiro Anacephaleoses impressa em Lisboa, 1624*, Roma, 1626; *Status astrologicus Anacephaleoses primæ Monarchiæ in quo continentur miranda prognostica super Regnorum Hispaniarum*, etc., Hamburgo, 1644, segundo uns, ou 1626, segundo outros. No catalogo da livraria de Isaac da Costa, a pag. 105, vem citada a seguinte obra, que parece ser completamente desconhecida dos bibliographos: *Brindis nupcial e ecloga panegyrica, representada nas vodas dos senhores Isaac e Sara Abuy*, Hamburgo, 1632; traz o nome de Jacob Rosaly. Das obras de Bocarro fizeram-se tambem edições em Hamburgo, Roma, Amsterdam e Florença. Na

Bibliotheca Nacional de Lisboa existe, na secção dos reservados, um volume composto de algumas publicações do dr. Bocarro; na Bibliotheca de Evora tambem se encontram papeis, autographos ou copias, entre elles duas copias eguaes d'uma carta para um nobre francez residente em Lisboa em 1627, e outra carta dirigida a Francisco de Sousa Coutinho, recem-chegado a Lisboa da embaixada de Roma a 27 de maio de 1659.

Francez *(D. Manuel da Silva).* Presbytero secular, formado em Canones pela Universidade de Coimbra. Nasceu em Torres Vedras e fal. em Lisboa a 12 de outubro de 1727. Era filho de Luiz Francez da Silva e de Maria Machado da Silva. Aos 17 annos obteve um beneficio na egreja matriz de Santa Maria do Castello. Estudou Philosophia no convento de Santo Antonio do Varatojo, passando depois a cursar a Universidade. O bispo do Porto, D. Fernando Correia de Lacerda, o escolheu para seu desembargador, e depois provisor e vigario geral. Governou algum tempo a diocese durante a ausencia do bispo D. João de Sousa, que fôra eleito em 1684, e quando este prelado foi transferido para Braga, o nomeou provisor do arcebispado e reitor do seminario; sendo em 1703 elevado á mitra de Lisboa, o elegeu seu vigario geral, e depois seu coadjutor, recebendo então o titulo de bispo de Tagaste. Escreveu: *Constituições synodaes do bispado do Porto, novamente feitas e ordenadas pelo ill.mo e rev.mo sr. D. João de Sousa, bispo do dito bispado*, etc., Coimbra, 1690; *Regimento do auditorio ecclesiastico do bispado do Porto, e dos officiaes da justiça ecclesiastica do mesmo bispado, tirado do antigo, mudado e accrescentado*, Coimbra, 1690. Houve outra edição, Lisboa, 1726. As duas obras reunidas se reimprimiram em Coimbra, 1735.

Francina *(Manuel Alves de Castro).* Só se conhece este nome pela seguinte publicação: *Elementos grammaticaes da lingua bunda, offerecidos a sua magestade fidelissima o sr. D. Luiz I pelo dr. Saturnino de Sousa e Oliveira, e Manuel Alves de Castro Francina*, Loanda, 1864.

Francisca *(D.).* Infanta de Portugal, filha de el-rei D. Pedro II e da rainha sua segunda mulher, D. Maria Sophia de Neuburgo. Nasceu em Lisboa a 30 de janeiro de 1699, e falleceu no estado de solteira a 15 de julho de 1736, contando 37 annos de edade. A sua morte foi muito sentida, e os poetas do tempo compozeram elegias que se reuniram depois em volume. V. *Novaes Pacheco.*

Francisca *(Casal da).* Na freg. de N. S.ª da Graça, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Franciscana. Religiosa da ordem de S. Francisco de Assis. As franciscanas ou *clarissas* fôram instituidas pela sua primeira abbadessa, Santa Clara de Montefalco. A sua regra é pouco mais ou menos a dos franciscanos observantes.

Franciscanos. Religiosos da ordem de S. Francisco de Assis. Este santo varão denominara por piedade *minoristas* ou *frades menores* os religiosos que abraçaram a sua regra. O nome de *frades menores* conservou-se; no entretanto, designam se mais commummente *franciscanos*. Segundo a regra approvada em 1215 pelo papa Innocencio III, e approvada solemnemente por Honorio III em 1223, os franciscanos, para ensinarem aos homens o desdem pelas riquezas, são obrigados a observar em si mesmo uma pobreza absoluta, devendo viver de esmolas e prégar o evangelho aos pobres. Vestidos com um habito de burel, cinzento ou de côr mais ou menos carregada, cintados com uma longa corda com nós, os franciscanos só possuem, por calçado, sandalias de couro. O fundador quiz que a ordem fôsse governada por um *ministro geral;* cada provincia por um *ministro provincial;* cada convento por um *guardião*. Em epocas fixas celebrava-se capitulo geral. Logo depois da sua fundação, os franciscanos espalharam-se rapidamente por Italia, França, Hespanha e Portugal, e em capitulo realizado em 1223, na presença de S. Francisco, já reunia mais de 5:000 frades. Em 1264 possuiam 8:000 casas, e o seu numero augmentou durante a edade média, apezar das questões intimas em que se debateram estes religiosos. Os franciscanos tiveram em Portugal 29 conventos de frades e 25 de freiras, sendo os dois primeiros fundados por fr. Zacharias e fr. Gualter, mandados a Portugal em 1217 por S. Francisco de Assis. Os dois religiosos italianos fôram muito bem acolhidos, não só pelo povo, que recebia sempre com extremo favor as ordens mendicantes, mas pela infanta D. Sancha, que até lhes franqueou o seu palacio d'Alemquer, e em Alemquer e Guimarães se fundaram os dois primeiros conventos que existiram no reino. Esta ordem religiosa dependeu da provincia de Hespanha, até esta se dividir em tres provincias: Castella, Aragão e S. Thiago. A esta ultima ficou pertencendo Portugal até 1378, epoca em que se separou por causa da guerra que ardia entre Portugal e Castella, e tambem porque na lucta religiosa então travada, Portugal era pelo papa de Roma (Urbano VII), e Castella pelo anti-papa de Avinhão (Clemente). Mais tarde, terminada esta lucta e restabelecida a paz espiritual sob a autoridade apostolica do papa Martinho, a Hespanha pretendeu voltar á antiga união, mas não pôde conseguil-o, porque os franciscanos de Portugal souberam sustentar a sua independencia.

Franciscas. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Francisco *(D.).* Conego regrante de Santo Agostinho, prior do convento de S. Vicente de Fóra, de Lisboa em 1540. Escreveu: *Descripção e debuxo do convento de Santa Cruz de Coimbra*, Coimbra, 1541.

Francisco *(D.).* Infante de Portugal, 3.º filho de D. Pedro II, e de sua segunda mulher, D. Maria Sophia de Neuburgo. Nasceu em Lisboa a 25 de maio de 1691, fal. a 21 de julho de 1742, na quinta de Bernardo Freire de Sousa junto a Obidos. (V. *Gazeta de Lisboa*, N.º 30 do 24 de julho de 1742). Foi grão-prior do Crato. Tornou-se tristemente celebre pela perversidade da sua indole. Ainda muito novo, consistia um dos seus mais dilectos divertimentos, para mostrar a sua pericia em atirar ao alvo, fazer fogo sobre os pobres marujos, que no serviço de bordo se empoleiravam nos mastros dos navios surtos no Tejo, e que o saudavam quando o viam passar pelo rio. Em Queluz, onde ia muitas vezes, era o terror de toda a gente pelas crueldades que praticava. O infante D. Francisco era ambicioso, e parece quo alimentava a idéa de usurpar a corôa a seu irmão D. João V, assim como seu pae

havia feito a seu tio, el-rei D. Affonso VI; por isso, para em tudo seguir aquelle exemplo, quando D. João V saía de Lisboa, chegava a incommodar a rainha D. Maria Anna d'Austria, sua cunhada, fazendo-lhe côrte descarada e inconveniente, procurando indispôl-a com o marido, não com instinctos de amor, mas com intuitos ambiciosos. Consta que a rainha, receando muito do seu caracter, procurou por todos os meios impedir a devota peregrinação que o rei projectava a N. S.ª do Loreto, na Italia. Os seus lisongeiros dizem, que tinha grandes conhecimentos de nautica, theoricos e praticos. Rebello da Silva, na *Mocidade de D. João V*, e A. F. Barata, nos *Jesuitas da côrte*, falam d'este antipathico personagem, que só se distinguiu pela sua crueldade e ambição. O infante D. Francisco, comquanto se tivesse conservado celibatario deixou dois filhos de D. Marianna de Sousa, que morreu n'um quarto que habitava no convento de Sant'Anna, de Lisboa, por occasião do terremoto de 1 de novembro de 1755. D'esses dois filhos do infante, um, D. Pedro, falleceu em 1741, e o outro, D. João, reconhecido para todos os effeitos como sobrinho natural d'el-rei D. João V, foi capitão general das armadas reaes e galeões de alto bordo, mordomo mór, conselheiro de Estado e guerra, e senhor de uma grande casa, precedendo a todos os titulares da côrte nas funcções em que esta se reunia na presença do monarcha.

Francisco *(P. Julio)*. Escreveu: *Allegação juridica a favor da Congregação do Oratorio da cidade de Lisboa Occidental em resposta á que mandaram fazer e imprimir o Prior e Beneficiado de S. Nicolao*; Lisboa, 1730.

Francisco *(Manuel José)*. Tenente reformado. Nasceu em Rio Caldo, concelho das Terras de Bouro, em 1788, fal. a 11 de novembro de 1878, com 90 annos de edade. Era filho de Domingos Francisco. Assentou praça como voluntario aos 20 annos no exercito de 1.ª linha, em 25 de julho de 1808, e fez toda a campanha peninsular. Em 27 de maio de 1819 foi promovido a alferes para o ultramar, e recolhendo ao reino em 1828 foi collocado como segundo tenente no regimento de artilharia n.º 1, a 5 de junho d'esse anno, destacando em 2 de agosto para os Açôres. Pertencendo á guarnição da ilha de S. Miguel, quando foi tomada pelo exercito libertador, ficou feito prisioneiro em 2 de agosto de 1831, sendo mandado para o deposito de prisioneiros na ilha de Santa Maria em 2 de junho de 1832, d'onde recolheu a Lisboa, como alferes amnistiado em 10 de setembro de 1834. Em virtude do decreto de 23 de outubro de 1851, que extinguiu a classe dos amnistiados, foi collocado na disponibilidade por decreto de 9 de dezembro seguinte, e reformado no posto de tenente em 20 da março de 1852.

Francisco *(Manuel Moacho)*. Nasceu em Campo Maior a 22 de novembro de 1684; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Diogo Lopes Moacho Francisco e de Maria Mexia. Professou na ordem de Christo no real convento de Thomar, em 14 de julho de 1708. Depois de obter os beneficios da Real Egreja da Conceição, de Lisboa, hoje conhecida por Conceição Velha, e da collegiada de Santa Maria da villa de Niza, e da collegiada de Santa Maria dos Olivaes, de Thomar, foi nomeado reitor pela Mesa da Consciencia e Ordens, do Real Collegio dos Meninos Orphãos, de Lisboa, logar de que tomou posse a 18 de agosto de 1714. Escreveu: *Obsequiosa demonstração do andor em que o Collegio de Jesus dos Meninos Orphãos da Côrte de Lisboa acompanhou a solemne e festiva procissão de graças, que pelo felice nascimento do serenissimo infante, o Senhor D José agora principe, se celebrou na tarde de domingo 2 de setembro do anno de 1714*, etc., Lisboa, 1714; *Demonstração, que os Meninos Orphãos do Collegio Real de Jesus cantaram na procissão pelas ruas de Lisboa, na illuminada e festiva noite de 25 de setembro de 1716, em louvor do Senhor D. Manuel, infante de Portugal*, etc.

Francisco *(Mestre)*. Physico do hospital de Todos os Santos, nomeado em 1512.

Francisco *(Pedro)*. Jesuita. Nasceu em 156?, na Cortiçada, na segunda metade do seculo XVI; ignora se a data do fallecimento. Era filho de Simão Francisco e de Francisca Lopes. Professou, aos 19 annos de edade, no noviciado de Coimbra a 9 de janeiro de 1588. Escreveu: *Das imagens e casas mais celebradas de Nossa Senhora em o reino de Portugal.*

Francisco *(Roque)*. Ourives do ouro e ensaiador-mór das casas da Moeda d'este reino. Nasceu em S. Miguel das Caldas, termo de Guimarães, a 16 de agosto de 1659. Era filho de Domingos Francisco e de Izabel Fernandes. Escreveu: *Verdadeiro resumo do valor do ouro e prata*, Lisboa, 1694. Publicou-se 2.ª edição *accrescentado com uma instrucção para os ourives ligarem o ouro fino com certeza*, Lisboa, 1759. Saiu 3.ª, conforme a 2.ª edição, Lisboa, 1757.

Franco. O seguinte brazão foi concedido em 1687 a Bartholomeu Franco: em campo verde um penhasco de sua côr, e sobre elle um castello de prata lavrado de preto com portas e frestas da mesma côr preta, e o contra chefe ondado de agua; timbre, o mesmo castello.

Franco. A'cerca d'esta moeda, escreve Fernão Lopes que, no começo do governo do mestre de Aviz, corria o *franco* de ouro, reputado em 4 *libras*. Esta moeda era corrente em França desde João II, o *bom*, e Carlos V (1350 a 1380). Quando representava o rei a cavallo, chamavam-lhe *franco a cavallo*, e se estava a pé, *franco a pé*. Tambem era conhecido por *flôr de liz*, pela razão do campo estar semeado d'estas flôres. No *Livro de conselhos de el-rei D. Duarte*, diz Aragão, que se dão a estas moedas duas variantes em toque e peso.

Franco *(André)*. Cavalleiro professo da ordem de S. Thiago; bacharel formado em Direito pontificio pela Universidade de Coimbra; prior de Samora Correia, juiz geral das ordens, desembargador dos aggravos da Casa da Supplicação, deputado do tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens, e por fim secretario da rainha D. Luiza Francisca de Gusmão, mulher de D. João IV. N. em Lisboa, onde tambem fal. a 24 de outubro de 1659. Era filho de Manuel Francisco e de Catharina de Oliveira. Recebeu o habito da ordem de S. Thiago, no convento de Palmella, a 3 de setembro de 1600, e passando depois a Coimbra se applicou ao estudo do Direito pontificio na Universidade. Do seu cargo na Casa da Supplicação tomou posse a 7 de novembro de 1642.

Franco *(P. Antonio)*. Jesuita; professor de humanidades na ilha de S. Miguel, mestre de

noviços em Lisboa, perfeito do recolhimento dos irmãos de Evora, e reitor do collegio de Setubal. N. em Montalvão, bispado de Portalegre, em 1662, fal. em Evora a 3 de maio de 1732. Professou a 26 de julho de 1677. Escreveu: *Promptuario da Sintaxe, dividido em duas partes*, Evora, 1699; houve outras edições, em 1716, 1730, 1743 e 1750; *Imagem da virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio do Espirito Santo de Evora*, Lisboa, 1714; *Imagem da virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus na Côrte de Lisboa*, Coimbra, 1717; *Imagem da virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio de Coimbra, tomo* I, Evora, 1719; *tomo* II, Coimbra, 1719. Estas tres obras do P. Franco são estimadas, e equivalem no seu todo á chronica da Companhia de Jesus n'este reino, contendo muitas noticias historicas de grande valor, e alguns documentos interessantes. Escreveu mais: *Imagem do Collegio Apostolico no glorioso Padre S. Antonio de Padua nos treze dias de sua devoção*, Lisboa, 1709; outra edição, Evora, 1716, sem o nome do autor; *Indiculo Universol: contém distinctos em suas classes os nomes de quasi todas as cousas que ha no mundo, e os nomes de todas as artes e sciencias*, Evora, 1716, saiu auonymo, e é traducção do que em francez escreveu o P. Francisco Pomey, augmentado porém com muitos vocabulos; foi reimpresso, *correcto e accrescentado*, Lisboa, 1804, tambem sem o nome do traductor; *Contramina grammatical com que se desvanessem diversas notas e assumptos, que um curioso imprimiu contra as grammaticas e em especial contra a Arte do Padre Manuel Alvares*, Evora, 1731; saiu com o nome supposto de Francisco da Costa Eborense, e teve por fim defender a *Syntaxe* do P. Alvares e o *Promptuario* do autor, contra o que a respeito de ambos escrevera Manuel Coelho de Sousa, na *sua Explicação das partes da Oração; Novena da esclarecida virgem e martyr Santa Barbara*, Evora, 1725; tambem se publicou sem o nome do autor.

Franco *(Domingos)*. Piloto. Era natural de Peuiche, e escreveu: *Nova derrota para a navegação do Maranhão;* saiu impressa com o *Regimento dos pilotos.*

Franco *(Francisco)*. Medico, lente da Universidade de Coimbra, medico de D. João III. Era natural de S. Filippe de Jativa, na provincia de Valencia, Hespanha, e viveu no seculo XVI. Estudou medicina na Universidade de Alcalá, pelos annos de 1543. Vindo para Lisboa foi lente da Universidade de Coimbra e medico de D. João III. Depois da morte d'este monarcha, saiu de Portugal, e foi lente de prima na Universidade de Sevilha; n'esta cidade publicou em 1569, o seguinte, escripto em castelhano: *Libro de enfermedades contagiosas, y de la preservacion dellas; De la nieve y del uso della.*

Franco *(Gaspar dos Reis)*. Medico do seculo XVII. N. em Evora, estudou Philosophia na Universidade d'esta cidade, obtendo o grau de mestre em Artes, indo depois estudar medicina em Salamanca Era descendente de familias nobres. Exerceu clinica por muitos annos gozando dos melhores creditos, em Carmona na Andaluzia, pelo que se intitulava *Urbis Carmonensis medico, jurato.* Publicou; *Elysivs ivcvndarvm qvæstionvm campvs*, Bruxellas, 1661.

Franco *(João)*. V. *Franco Pinto Castello Branco (João Ferreira).*

Franco *(Fr. João)*. Religioso dominicano da ordem de S. Domingos. Nasceu em Lisboa; desconhecem-se as datas do nascimento e fallecimento, mas sabe-se que vivia ainda em 1759. Era filho de Antonio Francisco e de Maria Franco. Professou no convento de Azeitão a 15 de junho de 1704. Foi prior do convento de S. Domingos, de Lisboa, eleito em 1754, apresentado em Theologia e qualificador do Santo Officio. A maior parte da sua vida religiosa foi dedicada ao pulpito. Escreveu: *Sermões varios*, 12 volumes, que se publicaram em Lisboa nos annos de 1734 a 1741 e 1757. Das muitas obras asceticas d'este autor, tornaram-se mais conhecidas as seguintes: *Mestre da vida, que ensina a viver e morrer santamente*, Lisboa, 1731; fizeram-se muitas edições, contando-se 8, só até 1747. Houve outra edição em Lisboa, 1757; *Mestre da Virtude renovado, segunda parte do Mestre da Vida*, etc., Lisboa, 1750; *Vida portentosa da serva de Deus D. Thomazia de Jesus, terceira professa da ordem de S. Domingos, que morreu no convento do Salvador de Lisboa, em 23 de maio de 1755*, Lisboa, 1757.

Franco *(João Chrysostomo Pereira)*. Coronel de infantaria n.º 12. Nasceu na Guarda a 6 de junho de 1851. Tem o curso da Escola do Exercito. Assentou praça a 14 de agosto de 1867, sendo despachado alferes em 19 de janeiro de 1870, promovido a tenente em 18 de agosto de 1875, a capitão em 8 de novembro de 1882, a major em 29 de dezembro de 1892, a tenente-coronel em 7 de abril de 1896, e a coronel em 10 de maio de 1899. Possue as seguintes honras: o grau de cavalleiro da ordem de Aviz e a commenda por serviços distiuctos, da mesma ordem; a medalha de ouro de bons serviços, e a de prata de comportamento exemplar. Escreveu: *Legislação militar, principaes disposições que constituem materia de execução permanente desde 1864 a 1888, colleccionadas dos documentos officiaes.* Publicou-se a 2.ª edição, ampliada com as disposições de 1888; imprimiu-se tambem separadamente a legislação referente a este anno.

Franco *(Joaquim das Neves)*. Commendador da ordem de S. Bento de Aviz, condecorado com a medalha de tres campanhas da guerra peninsular, coronel do corpo de engenheiros, lente jubilado da Escola do Exercito, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. Nasceu na Gollegã em 1793, fal. a 28 de janeiro de 1854. Escreveu: *Ensaio sobre minas militares, escripto segundo a doutrina dos melhores autores, para instrucção dos discipulos da Escola do Exercito, publicado por ordem da Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1844.

Franco *(José Pedro da Silva)*. Bacharel em Jurisprudencia canonica, pela Universidade de Coimbra. N. em Santarem a 13 de dezembro de 1729; não se sabe a data do fallecimento. Era filho de Francisco da Silva Franco, escrivão proprietario das novas Lezirias da Patriarchal, e de Francisca Maria de Jesus. Estudou grammatica no collegio dos jesuitas, de Santarem, e passou á Universidade, onde seguiu o curso de Jurisprudencia canonica. Escreveu: *Expressão obsequiosa de um affecto mais reverente no glorioso dia em que o Illustrissimo e Excellentissimo D. José, le-*

gitimo successor da Excellentissima Casa de Atalaia, conta dois annos de edade, Lisboa, 1735; *Gratulatorio metrico em os reverentes cultos que á Virgem Santissima da Piedade da villa de Santarem lhe tributaram os nacionaes d'esta villa*, etc., Lisboa, 1753; *Theatro panegyrico em que as nove musas do Parnaso representam a exaltação do Eminentissimo e Reverendissimo Cardeal D. José Manuel, sublimado ao throno Prelaticio de Patriarcha de Lisboa*, etc., Lisboa, 1754.

Franco (*Lourenço*). Cavalleiro da Casa Real e da ordem de Christo. Foi mestre das obras da cidade de Ceuta, onde os moiros o mataram. El-rei D. Sebastião, attendendo a esta circumstancia, concedeu á viuva, Maria de Moredo, o logar de primeiro escrivão da cidade de S. Jorge da Mina, para quem casasse com uma sua filha. O alvará da concessão d'esta mercê tem a data de Lisboa 20 de maio de 1569.

Franco (*Manuel Antonio Monteiro de Campos Coelho da Costa*). Escriptor, natural de Azeitão, e que viveu no seculo XVIII, sendo filho de Antonio Monteiro de Campos. Escreveu: *Tratado pratico, juridico, civel e criminal*, dividido em tres partes, etc., Lisboa, 1765; *Tratado pratico, juridico e civel*, dividido em duas partes, etc., Lisboa, 1768; *Historia da vida e morte de Maria Estuarda, rainha da Escocia, Inglaterra, Irlanda*, etc., offerecida a seu pae, Lisboa, 1755; *Na felicissima acclamação do muito alto e poderoso rei de Portugal, o Fidelissimo Senhor D. José I*, Lisboa, 1750; *Discurso sobre a historia universal... pelo sr Jacob Benigno Bossuet, offerecido ao ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. José de Seabra da Silva*, Lisboa, 1772, 4 tomos. Em 1830 saiu outra versão differente, sem o nome do traductor.

Franco (*Marcellino Augusto*). Actor contemporaneo, actualmente afastado da scena. Nasceu em Lisboa a 6 de setembro de 1846. Era fabricante de sedas, e um amador dramatico muito apreciado. Resolvendo seguir a vida d'actor, acceitou o convite da empresa do antigo theatro da Rua dos Condes, José Romano e Villar Coelho, que o escripturou para a sua companhia. Estreou-se no drama, em 3 actos, *Simão o Tanoeiro*, original de José Romano, e agradou muito. Proseguiu a sua vida artistica, distinguindo-se na opereta e na revista, passando depois ás Variedades, onde entre outros papeis, se salientou muito na magica de Parizini, *O cofre dos encantos*. Esteve no theatro do Principe Real, em que desempenhou o papel de Fritz na *Grã-Duqueza de Gerolstein*, e voltou para o theatro da Rua dos Condes; teve depois escriptura nos Recreios, Gymnasio, no actual theatro da rua dos Condes, etc. Nas antigas revistas de Antonio de Menezes, o *Argus*, *O Tutti-li-mundi* e *Etc. e tal*, tornou-se muito popular, no papel de *Zé povinho*. No Gymnasio revelou uma nova aptidão para a scena, entrando em grande parte do reportorio de comedias, salientando-se em muitas d'ellas, sendo sempre muito applaudido. Do seu reportorio, que é importante, lembram-nos as seguintes peças: *Dois dias no Campo Grande*, *Loucuras de rapaz*, *O Major*, *O nariz de cêra*, *O morto vivo*, *Sonho realisado*, *Madrinha de Charley*, *Intrigas no bairro*, *Lischen e Fritzchen*, *Flôr de Chá*, *Joanna do Arco*, *Os homens que riem*, *O lenço branco*, *Os talismans do Diabo*, *O processo da luz electrica*, *A filha do saltimbanco*, *Dois amantes do hig-life*, *Beldemonio*, *Espelho da verdade*, *Pim !pam! pum!*, *Os ovarinos*, *As medicas*, *Jucunda*, *De portas a dentro*, *O homem das meias*, *Durand Durand*, *Cocard e Bicoquet*, *O gatuno*, *A tia Maria*, *Padre, filho, espirito santo*; *Zaragueta*, *O hotel de livre cambio*, etc.

Franco (*Theodoro*). Religioso da Congregação do Oratorio, de S. Filippe Nery. N. em Peniche a 31 de dezembro de 1697; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de José Ferreira Souto e de Maria Quaresma Franco. Professou no convento da villa de Extremoz a 18 de dezembro de 1712. Foi lente de Theologia, qualificador do Santo Officio, examinador do Crato, e consultor da Bulla da Cruzada. Escreveu: *Sermão do glorioso patriarcha S. Joaquim, pae da mãe de Deus*, etc., Lisboa, 1737; *Desafogo saudoso na preciosa morte e sentidissimo transito do sempre augusto, fidelissimo e magnifico rei de Portugal D. João V, succedida a 31 de julho de 1750*, Lisboa, 1750; saiu com o nome supposto de Dorotheo Quaresma Penichense. Deixou alguns manuscriptos.

Franco. Pov. e freg. de N. S.ª da Expectação, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp. do Bragança. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. A pov. está situada na estrada de Mirandella para Villa Real, distante 15 k. da séde do concelho. O vigario da freg. de Santa Cruz, de Lamas de Orelhão, apresentava o cura, que tinha 40$000 réis annuaes. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. ‖ Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. da Figueira da Foz, distr. de Coimbra. ‖ S. Pedro, de Villarinho, conc. de Louzã, do mesmo districto.

Franco e Almodovar (*Emilio Ernesto Franco, 1.º visconde, 1.º conde de Franco, e marquez de*). Commendador das ordens de Christo, de N. S.ª da Conceição, e da Rosa do Brazil, cavalleiro da Legião de Honra, de França, gran-cruz da ordem militar de Jerusalem, subdito brazileiro, conhecido capitalista e abastado proprietario. N. no Maranhão em 2 de agosto de 1835. E' filho de José Gonçalves de Azevedo Franco, e de sua mulher, D. Anna Rita Sarmento. Seguiu desde os mais tenros annos a vida commercial na casa bancaria bem conhecida, fundada por seu pae, com a firma commercial de *José Gonçalves Franco & Filhos*, ao lado de seu irmão, o fallecido visconde de Falcarreira (V. *este titulo*). O seu caracter bondoso começou a manifestar-se n'uma propaganda de caridade, que tornou o seu nome apreciado como o de um benemerito e d'um philantropo. Não ha instituição de caridade nem obra alguma caritativa, em que não figure o nome do sr. marquez de Franco e Almodovar. As esmolas valiosas com que beneficiou as créches, os albergues nocturnos, a kermesse da Junqueira, realisada ha annos, e outras, a sociedade de Beneficencia Brazileira em Portugal, a de Beneficencia Franceza e da Cruz Vermelha, são provas sufficientes que bem demonstram o seu caracter bondoso e caritativo. O distincto titular é presidente da assembléa geral e socio benemerito da referida Associação de Beneficencia Brazileira, que em signal de reconhecimento inaugurou o seu retrato n'uma das suas salas, como benemerito, em 30 de junho de 1890; é tam-

bem vice-presidente e vogal da commissão central da Sociedade da Cruz Vermelha. Por decreto de 23 e carta de 30 de setembro de 1875, foi-lhe concedido o titulo de visconde de Franco, por muitos serviços prestados a bem da instrucção e da beneficencia em Portugal e no Brazil. Este titulo foi elevado ao de conde e de marquez, e por ultimo ao de marquez de Franco e Almodovar.

Franco Barreto *(João)*. Licenceado em Direito canonico pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa em 1600; ignora se a data do fallecimento, mas sabe-se que vivia ainda em 1674 Era filho de Bernardo Franco e de Maria Barreto. Frequentou os primeiros estudos no collegio de Santo Antão, e seguindo depois a carreira das armas, embarcou em 1624 na armada que foi á Bahia arrancar esta cidade do poder dos hollandezes que a tinham conquistado. Voltando a Portugal, abandonou a vida militar, e continuou os seus estudos para seguir tambem a vocação que o chamava para as letras, escrevendo e publicando em 1631 a sua primeira obra, intitulada *Cyparisso*, fabula mythologica, obra muito elogiada pelo abalisado escriptor D. Francisco Manuel de Mello. Foi depois formar-se em Canones a Coimbra, e para poder estudar sem embaraços pecuniarios, acceitou o cargo de mestre de humanidades dos filhos do monteiro-mór do reino, Francisco de Mello. Em 1640, porém, por obrigações d'esse cargo, viu se obrigado a acompanhar a Lisboa os seus discipulos, que vinham beijar a mão ao novo rei de Portugal, D. João IV. Francisco de Mello ficou tão agradavelmente impressionado pela sua intelligencia e erudição, que sendo nomeado em 1641 para ir a França como embaixador, na companhia do dr. Antonio Coelho de Carvalho, o escolheu para seu secretario, e não teve de arrepender-se, porque lhe foi muito util n'aquella missão. João Franco Barreto havia casado com uma senhora da villa de Redondo, de quem tivera um filho, que professou, e uma filha, que morreu solteira. Quando voltou de França estava viuvo, e levado pelo desgosto ou pelo desejo de ter uma vida pacifica e descançada, tomou ordens ecclesiasticas, sendo nomeado parocho d'uma freguezia de Redondo, onde casára; teve depois transferencia para o Barreiro, e exerceu as funcções de vigario da vara. Desde então entregou-se exclusivamente a trabalhos litterarios. Escreveu: *Cyparisso, fabula mythologica*, Lisboa, 1631; *Relação da viagem que a França fizeram Francisco de Mello, monteiro-mór do reino, e doutor Antonio Coelho de Carvalho, por embaixadores extraordinarios do rei e senhor nosso D. João o IV a el-rei de França Luiz XIII, cognominado o «Justo»*, Lisboa, 1642; *Catalogo dos christianissimos reis de França, e das rainhas suas esposas, prosapia sua, com os annos de sua vida e reinado, e onde estão enterrados*, Lisboa, 1642: *Eneida portugueza, com os argumentos de Cosme Ferreira de Brum; dedicada a Garcia de Mello, monteiro-mór do reino*, etc, Lisboa, 1664; tem no fim: *Diccionario de todos os nomes proprios e fabulas, que n'estes seis livros de Virgilio se contém*, etc.; *Parte* II, *que contém os ultimos seis livros de Virgilio*, Lisboa, 1670; no fim tambem tem: *Diccionario dos nomes proprios e fabulas, conteudas n'estes seis livros*; fez se 2.ª edição. em 1763; 2 tomos; 3.ª em 1808, 2 tomos; *Orthographia da lingua portuguesa, offerecida ao senhor Francisco de Mello*, etc, Lisboa, 1671; tem no fim: *Regras geraes de orthographia portuguesa por o licenceado Duarte Nunes, com a resposta do autor; Flos Sanctorum, historia das vidas e obras insignes dos Santos; Parte 1.ª, pelo P. Pedro de Ribadeneyra, da Companhia de Jesus, e outros autores; traduzido do castelhano em portuguez*, Lisboa, 1674; outra edição em 1704, 2 tomos. João Franco Barreto ainda deixou outras obras, que veem indicadas na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. II, pag. 664. Entre estas obras se conta a *Bibliotheca portugueza*, que era uma obra de largo alcance, que se antecipou á de Barbosa Machado, a qual ficou inédita, depois de estar completamente prompta, até com as licenças para a impressão. Os manuscriptos todos, deixados por este escriptor, perderam-se, infelizmente.

Franco de Castro *(Alfredo Carlos)*. N. em Lisboa a 2 de agosto de 1840. E' filho de João Antonio Franco de Castro. Frequentou a Escola Polytechnica de Lisboa, mas resolvendo seguir a vida commercial, abandonou os estudos. Escreveu: *D. Alvar de Zuniga; factos do reinado de Filippe III em Portugal*, Lisboa, 1862; traz o retrato do autor; a'ém do romance contém o volume mais alguns trechos em prosa, intitulados: *Faze bem, não olhes a quem; O orgulho, o remorso, o amor proprio, Paulo e Maria, Daniel; Noites portuguezas*, Lisboa, 1865; comprehende alguns pequenos romances originaes: *Julia, ou recordações da ilha da Madeira*, Lisboa, 1865. Collaborou tambem no *Jornal para todos*, na *Politica liberal*, etc.

Franco de Mattos *(José Lourenço)*. Capitão de cavallaria. N. em 1821 e fal. a 13 de outubro de 1873. Assentou praça em 2 de janeiro de 1841. Sendo tenente do regimento de lanceiros, n.º 2, escreveu e publicou o seguinte: *Plano de organisação para a arma de cavallaria, precedido de considerações geraes sobre a utilidade e futuro da cavallaria; dedicado a sua alteza, o senhor infante D. Augusto*, etc., Lisboa, 1865.

Franco da Motta *(Salvador)*. Era discipulo de numero da Academia Militar da Côrte, quando a 6 de maio de 1766 foi nomeado, juntamente com Isidoro Paulo Pereira, ajudante de infantaria, com exercicio de engenheiro. Conhece se d'elle o seguinte trabalho: *Carta da capitania do Rio de Janeiro, tirada por ordem do Ill.mo e Ex.mo Sr. Conde da Cunha pelo capitão-engenheiro Salvador Franco da Motta no anno de 1767.*

Franco Pinto Castello Branco *(João Ferreira)*. Estadista contemporaneo, actualmente presidente de conselho de ministros, ministro e secretario de Estado dos Negocios do Reino; conselheiro de Sua Magestade e de Estado. Nasceu no Alcaide, conc. do Fundão, em 14 de fevereiro de 1855. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra em 1875. Entrando na carreira administrativa, tem desempenhado e servido os seguintes cargos, os quaes conquistou em concurso, por provas publicas, com a classificação de distincto: Delegado do procurador regio nas comarcas de Sattam, Baião, Alcobaça, e Lisboa (2.ª vara) desde janeiro de 1877 a janeiro de 1885; chefe de serviço na administração geral das alfandegas desde outubro de 1885 a novembro de 1886; administrador geral, interino, das alfande-

gas desde fevereiro de 1886 até dezembro do mesmo anno; auditor do tribunal do contencioso fiscal aduaneiro, logar para que foi despachado em 1886 e cujo exercicio muito aprecia. Logo nos bancos da Universidade se salientou pela vivacidade do seu espirito e pela energia do seu caracter, qualidades affirmadas mais tarde nas luctas partidarias, que lhe déram o papel importantissimo que hoje desempenha na politica portugueza. Foi eleito a primeira vez deputado em 1884 pelo circulo de Guimarães, quo só deixou de representar em Côrtes quando as circumstancias contrariaram os propositos dos seus eleitores. Sendo então incompativeis o logar de delegado e o cargo de deputado, optou por este, perdendo o que tinha na magistratura judicial. Pouco depois da sua eleição travou-se o conhecido conflicto entre Braga e Guimarães, e foi com a maior energia que advogou a causa da cidade que lhe déra os seus suffragios. A lucta durou mais de um anno e prendeu bastante as attenções do paiz. Então se manifestaram bem claramente o talento e o caracter do deputado de Guimarães, o qual recebeu calorosas manifestações de sympathia dos seus eleitores. Na sessão legislativa de 1887 proferiu differentes discursos notaveis, apreciando as mais importantes questões, tanto politicas e administrativas como economicas e financeiras. Podem citar-se os relativos á *Outra metade*, *porto de Lisboa*, *porto de Leixões*, *pauta das alfandegas*, etc. Combatendo vivamente o gabinete progressista, que esteve no poder de 1886 a 1890, não tardou o seu nome a ser indicado para fazer parte do primeiro ministerio que o partido regenerador organisasse. Em 14 de janeiro de 1890 foi effectivamente chamado aos conselhos da Corôa, sendo lhe confiada a pasta da Fazenda, no ministerio presidido por Antonio de Serpa Pimentel, que substituira o gabinete progressista, da presidencia do sr. José Luciano de Castro. Ao fim de oito mezes, em 12 de outubro de 1890, cahiu o ministerio, e então publicou o celebre relatorio sobre o estado em que se encontravam as finanças do paiz, documento que provocou as mais vivas discussões Em 1891, tendo succedido á situação progressista o gabinete presidida pelo general João Chrysostomo d'Abreu e Sousa, novamente ascendeu aos conselhos da Corôa. Foi-lhe d'esta vez confiada a pasta das Obras Publicas, que geriu desde 21 de maio de 1891 até 14 de janeiro de 1892, data da queda do ministerio. São d'esta epoca as reformas dos Institutos e escolas industriaes e agricolas, e varias medidas promulgadas a fim de promover o desenvolvimento industrial e economico. Entre outros diplomas, apresentou ao parlamento o da creação dos privilegios de introducção de novas industrias, que, não chegando então a ser convertido em lei por ter cahido o ministerio, foi depois aproveitado e tornado lei do paiz, por decreto de 1892, ainda em vigor. Inclinado ao proteccionismo, tomou parte activa na confecção das pautas proteccionistas de 1892, collaborando, na sua qualidade de presidente da commissão de Fazenda da camara dos deputados, com o respectivo ministro, Oliveira Martins. Foi durante a sua gerencia que se inaugurou o caminho de ferro da Beira Baixa, visitando el-rei o senhor D. Carlos e a rainha senhora D. Amelia, pela primeira vez como soberanos, as provincias do norte do paiz. Desde julho de 1891 até 16 de novembro do mesmo anno foi, tambem interinamente, ministro da Instrucção Publica e Bellas artes. Na situação politica de fevereiro de 1893 a 1897, geriu a pasta do Reino. Por essa occasião decretou as reformas da instrucção secundaria, do codigo administrativo (1895), da lei eleitoral, estabelecendo as incompatibilidades e limitando o numero de empregados publicos na camara, dos regulamentos de sanidade maritima, a lei contra os anarchistas, a reducção das circumscripções concelhias e comarcãs; etc. Estas e outras medidas e alguns actos de força, como a suppressão das Associações Commercial, e dos Lojistas de Lisboa, a ordem mandando saír do reino a Salmeron, caudilho republicano hespanhol, provocaram acaloradas discussões e prenderam por muito tempo as attenções do paiz. O estadista não affrouxou, porém, na sua acção governativa

João Ferreira Franco Pinto Castello Branco

e redobrou de esforços para acabar com a anarchia das classes que no seu entender eram contra a ordem publica. Em julho de 1900, na nova situação regeneradora, o sr. João Franco não entrou no ministerio, e desde logo se julgou que não eram inteiramente cordeaes as relações politicas entre o sr. Hintze Ribeiro, chefe do partido regenerador e presidente do gabinete, e o sr João Franco. Na imprensa escrevia-se que não concordando este estadista com os processos administrativos, seria natural um rompimento. A scisão começou a evidenciar-se quando, na sessão de 13 de fevereiro de 1901, o sr. João Franco proferiu sobre as concessões no Ultramar um discurso que não agradou ao governo, e que o presidente de conselho considerou de opposição declarada. Na sessão de 14 de maio, o deputado sr. Malheiro Reymão atacou vivamente o projecto relativo á contribuição industrial, e no dia seguinte o sr. João Franco atacou tambem esse projecto, explicando desassombradamente á camara as razões de ordem politica e economica que o levavam a combater esse projecto. Estes discursos causaram viva impressão e produziram os acontecimentos politicos que

tiveram por desfecho a dissolução da camara electiva, medida governamental que foi motivo de grandes controversias. Revogada tambem a lei eleitoral e substituida pela de 8 de agosto de 1901, que alterou por completo a anterior, realizaram-se as eleições geraes, ficando fóra da camara o sr. João Franco e quasi todos os seus amigos politicos. Estava, pois, consummada a scisão, e iniciada a existencia d'um novo grupo politico, que tomou o titulo de partido regenerador-liberal, ou *franquista*, derivando esta ultima designação do appellido por que é mais geralmente conhecido o seu chefe. Cinco annos decorridos, as circumstancias da administração do paiz e uma activa propaganda partidaria, grangearam ao *franquismo* valiosas e numerosas adhesões. O contrato dos tabacos e outras questões, que apaixonaram a opinião publica, inutilisaram os esforços dos dois partidos, progressista e regenerador, derrubando varios ministerios. Em maio de 1906 o paiz estava cançado de tanta lucta e foi forçoso que subisse ao poder um grupo politico, que sem compromissos anteriores pudesse liquidar e regular as importantes questões pendentes. O novo ministerio ficou composto dos srs. João Franco, presidente do conselho com a pasta do reino; Ernesto Driesel Schrœter, fazenda; Luiz Cypriano Coelho de Magalhães, extrangeiros; Ayres de Ornellas e Vasconcellos, marinha; Antonio Carlos Coelho de Vasconcellos Porto, guerra; José de Abreu do Couto Amorim Novaes, justiça; e José Malheiro Reymão, obras publicas. Até ao momento em que é redigido este artigo o primeiro ministerio regenerador-liberal tem desempenhado o programma do seu chefe, valiosamente appoiado pelo partido progressista, e estes dois partidos reunidos formam a denominada concentração-liberal. Liquidada a questão já irritante dos tabacos com o novo contrato dos tabacos de outubro de 1906, dedicou-se o sr. João Franco á implantação das suas reformas, apresentando ao parlamento as da contabilidade publica, da responsabilidade ministerial, de imprensa, de repressão anarchista, etc., etc. Sempre usando da sua proverbial energia tornou memoravel na historia da nossa politica a sessão de 20 de novembro de 1906, com a expulsão violenta do parlamento dos deputados republicanos, drs. Affonso Costa e Alexandre Braga. Em toda esta sessão legislativa o sr. João Franco tem proferido notaveis discursos, em que bem se mostra a sua envergadura de estadista, perante as mais accidentadas pugnas partidarias. Por decreto de 16 de julho de 1906 foi agraciado com a gran-cruz e commenda da ordem da Torre Espada, por serviços distinctos e relevantes. A respectiva carta regia é uma prova de elevada estima e consideração prestada por el-rei. Em 1905 o sr. A. de Almeida Frazão colligiu e publicou em Coimbra um volume de *Discursos politicos do senhor conselheiro João Ferreira Franco Pinto Castello Branco.*

Francos *(Fernando da Fonseca Mesquita e Solla, 1.º barão e 1.º visconde de).* Ministro e secretario de Estado dos negocios da guerra, par do reino, commendador das ordens de N. S.ª da Conceição, e da Torre e Espada; cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, commendador da de Carlos III, de Hespanha; brigadeiro, commandante geral das guardas municipaes, deputado nas legislaturas de 1840 a 1846, etc. N. a 1 de dezembro de 1795; fal. a 14 de dezembro de 1857. Era filho de Luiz de Solla Telles, proprietario na villa d'Arreigada, e de sua mulher D. Leonor Thereza de Castro, filha de José Henriques de Castro, proprietario na villa da Covilhã, e de sua mulher, D. Brites Maria Theodora. Entrou no serviço do exercito no deposito de Mafra, como alumno do Real Collegio Millitar em agosto de 1813, sendo despachado alferes em 1814, e promovido a tenente em 1820. Emigrando em 1828 para Inglaterra, por causa das suas idéas liberaes, passou ao Rio de Janeiro, e dirigindo-se depois a Brest fez parte da expedição de Belle-Isle. Tendo desembarcado nas praias do Mindello com o batalhão de officiaes, a que pertencia, foi logo nomeado assistente do quartel mestre general e promovido a capitão, indo servir no estado maior da 2.ª divisão, quando veiu o general Solignac, voltando depois ao seu antigo logar de assistente, até que, por occasião da partida de D. Pedro para Lisboa, foi nomeado ajudante de ordens do general Saldanha. No cêrco do Porto distinguiu-se nas acções de 4 e 24 de março, e na batalha do dia 25 de julho, devendo-se-lhe o não terem os soldados do exercito miguelista forçado a posição de Francos, que era o ponto mais fraco das linhas do Porto. O general Saldanha, ao relatar ao governo a fórma por que o seu ajudante se comportara n'aquelle dia, fez-lhe tão elevados elogios, que o capitão Solla foi promovido ao posto de major. Até ao fim da campanha proseguiu dando provas da maior valentia e coragem, principalmente nas acções de 18 de agosto no Porto, de 5 de setembro e 10 de outubro em Lisboa, em Pernes e na batalha de Almoster, pelo que lhe foi dada a commenda da ordem da Torre e Espada. Em agosto de 1835 partiu para Angola, como secretario do governo da provincia, e voltando ao reino, em 1838, foi nomeado em principios do anno de 1840, chefe do estado maior da 3.ª divisão militar, permanecendo n'esta commissão até 1843, em que, sendo já coronel, tomou o commando do regimento de granadeiros da rainha. Com este corpo, onde se conservava por muitos annos, entrou na lucta civil de 1846, conhecida pelo nome de Maria da Fonte, sendo-lhe então dado o titulo de barão de Francos por decreto de 20 de janeiro de 1847, pelos serviços prestados na acção de Torres Vedras, succedida em 22 de dezembro do referido anno de 1846. Em 8 de janeiro de 1848 foi nomeado ministro da guerra, cargo que exerceu até 29 de janeiro de 1849; em 1 de maio de 1851 encarregou-se interinamente das pastas da guerra e da marinha, deixando-as a 17 d'esse mesmo mez, quando o marechal Saldanha chegou triumphante a Lisboa, depois da Regeneração. Recebeu mais tarde a graduação de brigadeiro e o commando da guarda municipal de Lisboa, sendo eleito par do reino em 1853, e elevado ao titulo de visconde, por decreto de 30 de junho de 1854. Pedindo a exoneração do commando em agosto de 1856, retirou-se para a sua casa da Arreigada, e ali falleceu, no estado de solteiro, herdando o titulo seu sobrinho, José Henriques de Castro Solla, actual visconde de Francos. (*V. o artigo seguinte*) Escreveu: *Memoria sobre a provincia de Angola*, publicada no *Diario do Governo*, n.º 163, de 12 de julho de 1838.

Francos *(José Henriques de Castro Solla, 2.º visconde de)* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador das ordens de N. S.ª da Conceição, de Christo, S. Bento de Aviz e Torre e Espada; condecorado com as medalhas de prata de valor militar e de comportamento exemplar, capitão de infantaria reformado, etc. N. a 9 de abril de 1820; e seguiu os respectivos postos, reformando-se em capitão a 4 de julho de 1867. Era filho de José Henriques de Castro Solla, proprietario no concelho de Almeida, thesoureiro pagador do districto da Guarda, e de sua mulher, D. Anna Carolina Mendes Pereira. Casou a 16 de maio de 1861 com D. Fortunata Augusta de Castro Pereira, filha de José Antonio de Castro e Pereira, fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 2 de junho de 1870, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, capitalista e negociante de grosso trato da praça commercial do Porto; e de sua mulher D. Antonia Margarida Mendes Pereira. Succedeu no titulo de visconde de Francos a seu tio, tendo o decreto da renovação a data de 30 de abril de 1858. N'este titulo foi concedida mais uma vida, por decreto de 22 de junho de 1870. O sr. visconde de Francos reside no Porto.

Francos. Povoações nas freguezias: S. Silvestre, de Bezelga, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || O Salvador de Ramalde. 2.º bairro (occidental) do Porto. || N. S.ª de Belem, do Rio de Moiro, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Frandosa. Pov. na freg. do Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Franklin *(Francisco Nunes)*. Official maior do Archivo Nacional, chronista da Casa de Bragança, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa. N. na cidade do Recife, Pernambuco, a 23 de julho de 1778, fal. em Lisboa a 2 de dezembro de 1833. Estudou humanidades na terra da sua naturalidade, onde tambem militou, tendo praça assente na tropa de linha. Veiu depois para Lisboa, e foi matricular-se na Universidade de Coimbra nos cursos de Philosophia e de Mathematica. Sentindo-se, porém, com pouca disposição de proseguir nos estudos, e abandonou a Universidade, e voltou para Lisboa em 1802, e conseguiu ser empregado no Archivo da Torre do Tombo. Aprendeu paleographia com o professor João Pedro Ribeiro, e por morte de Antonio Ribeiro dos Santos, obteve o logar de chronista da Casa e Estado de Bragança, que lhe foi conferido por alvará de 21 de junho do 1821. Em agosto de 1833 foi provido interinamente no logar de guarda-mór do Archivo, que pouco tempo o desempenhou, por a morte o surprehender. Escreveu: *Memoria breve de D. Jorge da Costa, cardeal de Lisboa... vulgo o cardeal d'Alpedrinha*, inserta no tomo VIII, parte I, das *Memorias da Academia Real das Sciencias*; *Memoria para servir de indice dos Foraes das terras do reino de Portugal e seus dominios; publicada por ordem da Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1816; 2.ª edição, correcta e augmentada, em 1825. Apresentou tambem á Academia as seguintes obras, que ficaram manuscriptas: *Chronica do primeiro duque de Bragança; Catalogo dos chronistas de Portugal.*

Franqueada. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Franqueira. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Cabreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Conceição e conc. de Silves, distr. do Faro. || Serra na Beira Alta. E' uma das ramificações da serra do Bussaco.

Franqui. Familia italiana que de Genova passou a Portugal no reinado de D. João I, estabelecendo se no Algarve. Serviu em Africa, e mudou depois o seu appellido no de França. As suas armas são: em campo sanguinho tres corôas de oiro abertas postas em roquete, chefe de prata com uma cruz vermelha e firmada no escudo; timbre, meio cavallo branco com as crinas crespas.

Franquia. Este termo refere-se a certas immunidades que no estrangeiro tem o agente diplomatico. Distingue-se: 1.ª a franquia da casa do agente (as autoridades locaes não pódem, em principio, penetrar n'ella sem consentimento do agente, para exercerem quaesquer actos officiaes do seu cargo); 2.º a franquia de impostos (o agente diplomatico fica isento, especialmente, das contribuições pessoaes e aboletamentos. Paga, porém, os impostos indirectos e o imposto territorial para os immoveis que possue no paiz); 3.ª a franquia do bairro. Esta franquia, que já não existe, consistia, no seculo XVII e mesmo no XVIII, no direito para um agente diplomatico, arvorando sobre a porta do seu palacio as armas do seu soberano, de franquear da jurisdicção local todas as casas situadas no bairro em que ficava situada a sua. || *Franquia postal.* Pagamento de porte de cartas, de jornaes, de pequenas encommendas, etc.

Franzia *(Quinta do)*. Na freg. de Santa Maria Maior, de Almacave, concelho de Lamego, distr. de Vizeu.

Franzina. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça e conc. de Móra, distr. de Evora.

Franzinhal. Pov. na freg. de Santa Agueda. de Carlão, conc. de Alijó, distr. de Villa Real, Tem est. postal.

Franzini *(Marino Miguel)*. Do conselho de D. João VI, grau-cruz e commendador da ordem de Christo; brigadeiro da extincta brigada real de marinha; encarregado, e depois director do Archivo Militar, presidente da commissão da Estatistica e cadastro do reino; inspector da Cordoaria Nacional, deputado, par do reino, ministro de Estado, vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. em Lisboa a 21 de janeiro de 1779, onde tambem falleceu a 29 de novembro de 1861. Era filho do professor de Mathematica da Universidade de Coimbra, Miguel Franzini (V. o *artigo seguinte*). Seguindo a carreira da marinha levantou durante os cruzeiros cartas hydrographicas, excellentes na opinião dos entendidos, e fez importantes observações. Passou depois ao exercito, e quando este foi dissolvido pelo general francez Junot, pouco depois da sua entrada em Portugal, Franzini tinha o posto de major de engenheiros, e era empregado no Archivo Militar. Junot, organisando a Legião Portugueza, nomeou-o official do estado maior, conservando a patente de major. A Legião teve ordem de partir para França, e Franzini acompanhou-a, mas conseguiu não chegar a atravessar os Pyrenéos. Depois de tomar parte na defeza de Saragoça, regressou a Portugal, e novamente entrou no serviço da marinha de guerra. Em 1813

publicou uma carta maritima da costa de Portugal, acompanhada d'um roteiro circumstanciado, e em 1815 mandou imprimir umas *Instrucções estatisticas*, que em 1814 compilára por ordem do principal Sousa. Em 1816 começou em Lisboa a fazer observações meteorologicas, que fôram as primeiras que se fizeram em Portugal, e proseguindo com dedicação esse trabalho, apresentou á Academia das Sciencias os resultados que obtivera, e que a Academia mandou publicar na collecção das suas *Memorias*. Quando em 1820 se tratou de estabelecer o systema liberal, Franzini trabalhou activamente para que essas idéas triumphassem, e sendo eleito deputado ás Côrtes constituintes de 1821, publicou umas *Reflexões* sobre a organisação do exercito estabelecida em 1816, que dizem ser muito interessantes e dignas de apreço pelos mappas estatisticos que as acompanham. Nomeado inspector da Cordoaria, publicou a conta da receita e despeza d'esse estabelecimento e dos outros que lhe estavam annexos em 1820; n'esse livro comprehende tambem memorias de grande utilidade para a historia do estabelecimento. A's sessões das Côrtes ordinarias de 1822 assistiu egualmente como deputado. Dedicando-se ao estudo das circumstancias financeiras do paiz, publicou um *Ensaio* sobre o orçamento da divida publica, receita e despeza do thesouro no anno de 1826. Depois de 1834 ainda foi eleito deputado em varias legislaturas. Em 22 de agosto de 1847 entrou no ministerio, encarregando-se da pasta da fazenda, a qual conservou até 18 de dezembro do mesmo anno. Voltou aos conselhos da Corôa, sendo ministro interino da justiça e fazenda em 1 de maio de 1851, e deixando a pasta da justiça no seguinte dia 22, foi nomeado ministro effectivo da fazenda, cargo em que permaneceu até ao dia 5 de agosto. Apezar dos seus trabalhos parlamentares e do governo, não deixou nunca de se entregar ás suas observações meteorologicas, apresentando á Academia os resultados d'essas observações que teem grande valor, porque sobre esse importante assumpto nada mais existe em Portugal até á organisação do observatorio do Infante D. Luiz na Escola Polytechnica. Ainda em 1856 e 1857 Franzini compoz uns mappas do movimento mesologico de Lisboa, que tambem são valiosos por se referirem á epoca em que a capital foi devastada pelas terriveis epidemias da cholera-morbus e da febre amarella. Em 17 de maio de 1861 foi eleito par do reino, mas pouco sobreviveu a esta distincção. Bibliographia: *Carta maritima da costa de Portugal, composta de tres folhas em papel de grande formato, gravadas em Londres por Arowsmith; á qual se ajunta um «Roteiro circumstanciado», que não só descreve a costa com exacção, mas analysa o trabalho da mesma carta*, Lisboa, 1813; *Instrucções estatisticas, compiladas em 1814 por ordem do ex.*[mo] *e rev.*[mo] *sr. Principal Sousa*, Lisboa, 1815; *Reflexões sobre o actual regulamento do exercito de Portugal, publicado em 1816; ou analyse dos artigos essencialmente defeituosos e nocivos á nação*; *com o projecto de um plano de organisação para o mesmo exercito, illustrado com mappas da povoação do reino* etc., Lisboa, 1820; tem no fim um mappa desdobravel da população; *Observações meteorologicas, feitas na cidade de Lisboa nos annos de 1816 e 1817, acompanhadas de varias reflexões sobre o estado e applicação da meteorologia, offerecidas á Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1818; com 3 estampas; saíram tambem no tomo v, parte II, da *Historia e Memorias da Academia*, pag. 91 a 125; *Relação da viagem aerostatica, feita em Lisboa no dia 14 de março de 1819 por Eugenio Robertson, e dirigida por seu pae Estevão Gaspar Robertson*, etc., *offerecida á Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1819; traz o retrato do aeronauta, gravado a buril; *Conta da receita e despeza da Cordoaria nacional e real de Lisboa, e dos annexos estabelecimentos de beneficencia e reclusão, pertencente ao anno de 1820*, Lisboa, 1821; *Ensaio sobre o orçamento da divida publica, receita e despeza do Thesouro do reino de Portugal no anno de 1826, e reflexões sobre o deficit e a divida existente, comparada á de outras nações*, etc., Lisboa, 1827; *Considerações ácerca da renda total da nação portugueza, e sua distribuição por classes*, etc., Lisboa, 1813; tinha já sido publicado na *Revista Universal Lisbonense*; *Reflexões ácerca dos prejuizos que resultariam ao Thesouro, e a seus credores, alterando-se as disposições do decreto de 9 de dezembro de 1847, que fixou o valor das notas do Banco de Lisboa*, etc., Lisboa, 1848; *Artigo extrahido da «Revista Universal Lisbonense», com prévia autorisação do seu autor*, Lisboa, 1849; é uma carta de Franzini e a reproducção de um antigo que está publicára no *Diario do Governo*, n.º 7, 1849, ácerca da *Memoria* apresentada á Academia Real das Sciencias pelo engenheiro Bonnet, sobre explorações scientificas feitas no Algarve; *Noticia ácerca dos trabalhos da Commissão geologica dirigida por mr. Charles Bonnet, nas suas explorações á provincia do Alemtejo em 1849*, Lisboa, 1850; tambem está publicada na *Revista Universal*, de 21 de fevereiro de 1850, e no *Diario do Governo* n.º 51, do mesmo anno; *Breves reflexões sobre o folheto do sr. Filippe Folque, que tem por titulo «Trabalhos geodesicos e topographicos do Reino*, Lisboa, 1850; *Noticias estatisticas sobre a extensão e população de Portugal, e ilhas do Oceano Atlantico*; saíram no *Almanach de Lisboa* para 1826, pag. 1 a 23; *Mappa geral da primeira serie de observações feitas em Lisboa, ácerca das chuvas que caíram desde o anno de 1816 até julho de 1826*; *Segunda serie de observações, que começam em março de 1835 e findam em 1855*; saíram estes mappas, precedidos de varias considerações sobre o assumpto, no *Diario do Governo* n.º 59, de 11 de março de 1859; *Mappa do movimento necrologico de Lisboa e Belem, comprehendendo o numero de cadaveres sepultados nos tres cemiterios, S. João, Prazeres e Ajuda, no anno de 1857*; seguido de explicações, notas e observações correlativas; saiu no *Diario do Governo*, n.º 41, de 22 de fevereiro de 1858; *Observações meteorologicas feitas em Lisboa desde 1822 em deante*. Muitas d'estas observações andam insertas em varios jornaes scientificos e litterarios; as concernentes ao anno de 1835 estão no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, a contar do tomo I; as de 1842 na *Revista Universal Lisbonense*, tomo II; as de dezembro de 1847 a julho de 1848, no dito jornal, tomo I da 2.ª serie, 1848-1849, começando a pag. 145 por umas *Considerações ácerca do clima de Lisboa*; continuadas no tomo II, 1849-1850, as de agosto de 1849 a junho de 1850, etc. Nos *Fastos*, de Ovi-

dio, traducção de Antonio Feliciano de Castilho, tem uma nota, intitulada *A meteorologia e o seu porvir*, no tomo III, pag. 578. Escreveu mais: *Roteiro das costas de Portugal ou instrucções nauticas para intelligencia e uso da carta reduzida da mesma costa e dos planos particulares dos seus principaes portos;* Lisboa, 1812.

Franzini *(Miguel)*. Mathematico italiano, natural de Veneza, que veiu para Portugal a convite do marquez de Pombal, quando em 1772 se reformou a Universidade de Coimbra. Foi lente da sua faculdade n'este estabelecimento scientifico, e por decreto de 9 de outubro foi ordenado, que, assim como outros lentes, recebesse o grau de doutor, e se incorporasse na faculdade de Philosophia. Franzini tambem exerceu o cargo de professor do principe D. José, e de D. João, mais tarde rei D. João VI. Em 1793 obteve permissão para visitar a terra da sua naturalidade, regressando depois a Coimbra. Falleceu em 1810, de edade muito avançada.

Frariz. Pov. na freg. do Salvador, de Lufrei, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Fratel. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Baixa, conc. de Villa Velha de Rodam, com. e distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 2:277 hab. e 561 fog. Tem escolas para ambos os sexos, est. post.; feira de gado a 21 e 22 de setembro; est. do caminho de ferro, na linha da Beira Baixa, entre as de Villa Velha de Rodam e Barca da Amieira. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem direita do rio Tejo, passando-lhe por meio a estrada, que vae de Villa Velha de Rodam para Abrantes. A terra é muito fertil; cria muito gado, e nos seus montes ha abundancia de caça miuda e grossa. O povo apresentava o cura, que tinha 100$000 réis annuaes. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Frazão. Familia, cujo appellido foi tomado da honra de Frazão, no concelho de Refoios, onde tinha o seu solar. As suas armas são: em campo de prata um chaveirão de prata firme entre tres flôres de liz de ouro; timbre, o chaveirão e em cima d'elle uma flôr de liz do escudo.

Frazão. Villa e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Paços de Ferreira, distr. e bisp. do Porto, 1:168 hab. e 308 fog. Tem esc. para o sexo masc. e caixa post. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Sousa. D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 13 de novembro de 1514. O papa e o mosteiro benedictino de Santo Thirso apresentavam alternativamente o reitor, que tinha réis 90$000. A terra é fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto.

Frazoeira. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, de Dornes, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Frazões. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Turquel, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Frazomeira. Pov. na freg. de S. Thiago, de Alvaro, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Fréamunde. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. de Paços de Ferreira, distr. e bisp. do Porto; 1:597 hab. e 367 fog. Tem escolas para ambos os sexos, est. post., notario, pharmacia, fabricas de cêra, Associação de soccorros mutuos freamundense, feiras annuaes, a 13 de junho, 5 e 6 de agosto, e 13 de dezembro; mercado nos dias 13 e 27 de cada mez. A povoação dista 4 k. da séde do conc. E' muito antiga, pois já em 1288, nas *Inquirições Reaes*, se menciona como povoação antiga, e tendo ali a Ordem do Hospital 8 casaes. A Casa do Infantado apresentava o reitor, que tinha 40$000 réis de rendimento. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto.

Frécha *(Ordem da)*. Esta ordem de cavallaria foi instituida por el-rei D. Sebastião em 1576, em commemoração do santo do seu nome, que foi morto ás fréchadas pelos guardas de Maximiano. Começou aquelle monarcha por fundar um templo para cabeça da ordem, junto á alfandega de Lisboa, do qual hoje não ha memoria. A unica indicação que existe da instituição da ordem acha se na egreja de S. Vicente de Fóra, onde pelos frisos ha fréchas cruzadas, postas em aspa. Baptista de Castro, no seu *Mappa de Portugal*, diz que Filippe II mandou demolir aquelle templo, applicando os seus materiaes ao de S. Vicente de Fóra.

Fréchas. Villa e freg. de S. Miguel, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mirandella; distr. e bisp. de Bragança; 435 hab. e 167 fog. Tem esc. do sexo masc., est. post. e est. do caminho de ferro, na linha de Mirandella a Foz-Tua, entre as de Cachão e Latadas. A villa dista 8 k. da séde do conc., e está situada proximo da margem esquerda do rio Tua. D. Manuel deu lhe foral novo, de que se não conhece a data, mas devia ser depois de junho de 1510. O reitor de S. Lourenço, de Lillela, apresentava o vigario, que tinha 90$000 réis de rendimento. A villa pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Fréches. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Trancoso, distr. e bisp. da Guarda; 1:111 hab. e 245 fog. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. e mercado no primeiro domingo de cada mez. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada na estrada real de Trancoso para Celorico da Beira. O antigo orago d'esta freg. era N. S.ª da Graça. O real padroado apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis de rendimento. A terra é fertil; cria gado e tem caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Frederico *(João José Antonio)*. Director da alfandega de Bissau, advogado na ilha de S. Thiago, de Cabo Verde, delegado da Corôa, juiz de direito e juiz dos orphãos; cavalleiro da ordem militar de N. S. Jesus Christo. Nasceu a 22 de setembro de 1799 na Ribeira de S. Domingos, freg. de S. Nicolau Tolentino, da ilha de S. Thiago, no logar denominado Figueira-Branca. Falleceu a 20 de abril de 1846, em viagem para Bissau. Fôram seus paes João Frederico Hopffer, filho de Christovão Augusto Hopffer, e Sabina Francisca, da villa de Uffenheim, na Allemanha. Seu avô paterno foi João Frederico Erasmo de Hopffer, barão d'este ultimo appellido por diploma de José II, imperador d'Austria. Seu pae, saindo da casa paterna, dirigiu-se a Hollanda

onde embarcou para Batavia, e, como o navio tocasse na ilha de S. Thiago, deliberou ficar ahi. Instruido nas linguas e na sciencia medica, a que se destinava, foi logo muito considerado. Em pouco tempo aprendeu a lingua portugueza, sendo feito secretario do governador geral da provincia de Cabo Verde. que era o tenente-coronel Antonio Machado Faria e Maia (1784). Casou com D. Maria Serafina dos Santos Ribeiro de Macedo, filha legitima do dr. Manuel Ribeiro de Macedo, descendente do celebre desembargador da Supplicação Duarte Ribeiro de Macedo. Falleceu na referida ilha, na sua casa da Ribeira de S. Domingos, a 1 de fevereiro de 1801; e sua mulher falleceu a 28 de janeiro de 1808. João Frederico ficou então entregue aos cuidados do illustrado conego da sé Manuel Rodrigues da Silva Fonseca, que muito cuidou da sua educação e instrucção. Em 12 de fevereiro de

João José Antonio Frederico

1820, casou com D. Maria dos Santos Monteiro. Dedicando-se ao estudo da jurisprudencia, adquiriu grande copia de conhecimentos e tornou-se um advogado distincto e triumpante, defendendo causas importantes e rendosas. Reconhecido como affecto á causa de D. Pedro IV, foi muito perseguido pelos absolutistas, e, nas vesperas de ser preso, conseguiu embarcar para a America do Norte, a bordo da escuna *Seline & Jane*, no dia 13 de dezembro de 1831. Visitou varios paizes da America e passou depois á Gorée, Gambia, Serra Leôa, Rio Nuno e Bissau, sendo aqui novamente perseguido como liberal. Só em 1834, quando triumphou o liberalismo, é que voltou a S. Thiago. Desempenhou então os cargos acima indicados de delegado da Corôa, juiz de direito e dos orphãos, e no exercicio d'estas funcções recebeu o grau de cavalleiro de Christo. N'esse anno de 1834, é que o batalhão Açoriano foi enviado por castigo para Cabo Verde, se insurreccionou e proclamou D. Miguel, fuzilou todos os officiaes liberaes, saqueou a Villa da Praia, e não matou João Frederico que a tempo se retirou para a Figueira-Branca, onde se organisou a força que marchou contra o regimento insurrecto, que teve de abandonar a terra, embarcar e seguir mar fóra. Logo a seguir foi nomeado governador geral o coronel Joaquim Pereira Marinho, em 1835, homem de caracter duro e disciplinador. Durante o seu governo descobriu se a conspiração geral dos escravos para matarem os senhores. Procedeu-se a uma rigorosa devassa, que apurou quaes os cabeças da conspiração, sendo representado o Ministerio Publico por João José Antonio Frederico. Os cabeças fôram condemnados á morte e o governador determinou fôssem fuzilados immediatamente. O delegado do ministerio publico poz embargos á execução immediata, allegando que a sentença não devia ser executada sem a sancção do poder moderador, em conformidade com o disposto na Carta Constitucional já em vigor. O governador não acceitou o embargo e os escravos fôram fuzilados. O delegado protestou, e o seu protesto foi acceito e applaudido pelo governo da metropole, e o governador geral demittido. Homem de clara percepção, dado ao estudo a que consagrava muitas horas por dia, possuindo uma farta livraria de notaveis autores latinos, francezes, inglezes e portuguezes, deixou escriptos que comprovam sua intelligencia, erudição e bom senso: *1.º Vida de João José Antonio Frederico escripta por elle mesmo; 2.º Discursos de J. J. A. Frederico sobre a decadencia das Ilhas de Cabo Verde; 3.º Noticias e informações sobre alguns paizes da America do Norte, sobre Gorée, Gambia, Serra-Leôa, Rio Nuno, visitados por J. J. A. Frederico; 4.º Reflexões sobre Bissau*, etc., etc. Desejando voltar para Bissau, onde esteve em 1833 e 1837, solicitou e obteve ser despachado segunda vez director da respectiva alfandega, cargo então de pingue rendimento. Na sua ultima viagem para Bissau, debaixo de um formidavel temporal, estando no convez a observar o Oceano agitadissimo, uma onda arrastou varias pessoas e entre ellas João Frederico, que se achava envolvido em um grande capote, e apezar de ser um bom nadador foi logo para o fundo e não mais tornou a apparecer. Isto succedeu a 20 de abril de 1846, quando tinha apenas 46 annos de edade. O retrato que reproduzimos foi tirado na America ingleza no anno de 1832. Do seu casamento houve seis filhos, entre elles o dr. Hopffer. (V. *este nome*).

Freeiro. Antigo officio que tinha regimento na collecção dada pelo senado do Lisboa em 1572.

Fregim. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Amarante, distr. e bisp. do Porto; 1:141 hab. e 261 fog. Tem escolas para ambos os sexos e est. post. A pov. dista 5 k, da séde do conc. Até 1855 foi do conc. de Santa Cruz de Riba Tamega, que n'esse anno se suppriminu. O commendador da ordem de Malta, da casa de Calhariz, apresentava o reitor, que tinha 120$000 réis O reitor era freire da referida ordem. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil., e ao distr. de recrut e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Freguezes Novos. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Luz e conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Frei. Abreviatura de *freire* e *frade*, que se escreve ordinariamente *Fr.*, precedendo os nomes dos frades e dos cavalleiros das ordens religiosas e militares.

Frei Domingos. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Benedicta, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Frei João. Pov. na freg. de S, João Baptista, de Carvoeiro, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Frei Moninho. Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Mosteirinho, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Freigil. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Rezende, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 637 hab. e 172 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 8 k. da séde do conc., e está situada perto da margem esquerda do rio Douro. Foi do conc. de Arégos até 1855, em que ficou supprimido. A mitra apresentava o abbade, que tinha 400$000 réis annuaes. A terra é fertil, e produz bom vinho. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Trancoso.

Freimonte. Pov. na freg. de S. Thiago, de Fonte Arcada, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Freineda. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. d'Almeida, distr. e bisp. da Guarda; 695 hab. e 158 fog. Tem escolas para ambos os sexos, est. post., permutando malas com a R. A. B. A.; est. do caminho de ferro, na linha da Beira Alta, entre as de Villar Formoso e Cerdeira; medico, pharmacias; feira annual de Santa Eufemia, nos dias 15 e 16 de setembro, e em 5 de agosto a de N. S.ª de Lourdes; mercado nos dias 16 de cada mez. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada perto da margem direita do rio Côa. O vigario de Castello Bom apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Freira. Religiosa professa; soror, monja. ‖ *Freira secular*, a que fez todos os votos menos o de clausura.

Freiras. Pov. na freg. de S. Pedro, conc. e distr. de Faro. ‖ Casaes nas freguezias: Santa Catharina, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. ‖ S. Miguel, de Licêa, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. ‖ S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. ‖ N. S.ª da Conceição, de Salvada, conc. e distr. de Beja. ‖ Horta na freg. de S. Domingos de Anna Loura, conc. de Extremoz, distr. de Evora. ‖ Monte na freg. de Santo Antonio, de Vaiamonte, conc. de Monforte, distr. de Portalegre. ‖ Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santo Antonio, conc. e distr. do Funchal.

Freire *(Agostinho José)*. Bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra; ministro e conselheiro de Estado, deputado, par do reino, major do exercito, etc. N. em Evora a 28 de agosto de 1780, fal. em Lisboa a 4 de novembro de 1836. Ainda muito creança veiu para Leiria com seu pae, que tinha egual nome, e ali frequentou os primeiros estudos; seguiu depois para Lisboa a estudar humanidades, passando mais tarde a Coimbra, onde cursou a faculdade de Mathematica, tomando o grau de bacharel em 1807 ou 1809. Terminados os estudos recolheu-se a casa de seu pae, situada no logar de Vidaes, do districto de Leiria, mas o vivo desejo de combater pela independencia da patria contra os francezes, o obrigou a alistar-se no regimento de infantaria n.º 10, a 16 de outubro de 1809, sendo logo promovido a alferes. Com este posto tomou parte n'algumas batalhas da guerra peninsular, conquistando pela sua bravura a promoção a tenente em junho de 1811. Regressando a Portugal depois de ter assistido ás batalhas de Albuera, Vitoria e Pyrenéos, foi promovido a capitão em 1815. Tendo terminado a campanha peninsular, matriculou-se na academia de fortificação, onde estudou dois annos, não chegando a concluir o curso, por haver sido nomeado assistente do quartel-mestre general do exercito. Em

Agostinho José Freire

dezembro de 1820 foi nomeado major, e eleito deputado ás côrtes constituintes pela provincia da Extremadura. Na sessão preparatoria de 24 de janeiro de 1821, foi eleito por 50 votos para a commissão, que devia examinar os diplomas dos cinco deputados incumbidos de verificar os poderes e titulos dos outros membros da assembléa; logo n'essa primeira reunião manifestou os seus sentimentos liberaes, propondo com muito enthusiasmo, patriotismo e grande dedicação pela liberdade, que fôsse qual fôsse a formula do juramento, se lhe accrescentassem as seguintes palavras: «...que nem perigo, nem violencia, nem poder algum impediriam que se désse á nação a liberdade que ella reclama, e lhe foi solemnemente promettida.» Tomou parte muito activa em todos os trabalhos d'aquellas côrtes, occupando seguidamente os logares de secretario, de vice-presidente e de presidente; e não obstante a situação especial em que o collocou a escolha que d'elle fizera a assembléa, muitas vezes ergueu a sua voz em defeza de principios, e de idéas de incontestavel alcance para a prosperidade da patria, a que dedicadamente se devotá-

ra. Nem a fórma extranha e inexplicavel como fôra esquecida a sua patriotica proposta ácerca do juramento, na primeira sessão preparatoria, lhe fez esmorecer o animo no desempenho da missão que tinha recebido dos eleitores da provincia da Extremadura. Apezar de approvado pelo congresso o referido additamento, a commissão incumbida de redigir a formula do juramento, pozera de parte a proposta de Agostinho José Freire, que soffreu por isso a primeira decepção na sua vida parlamentar. Na sessão de 7 de fevereiro de 1821 propoz a maneira de serem remunerados e honrosamente despedidos do serviço de Portugal, os officiaes inglezes. A 15 do mesmo mez defendeu com energia, n'um eloquente discurso, a liberdade da imprensa. Fôram numerosas as leis e disposições em que Agostinho José Freire collaborou, sendo membro das memoraveis côrtes de 1821, não deixando de comparecer a todas as sessões, e tomando parte distincta nos debates. Para as côrtes de 1822 foi reeleito por Leiria e Lisboa, continuando na camara a sua gloriosa carreira parlamentar. Em consequencia dos acontecimentos politicos, que ficaram conhecidos pelo nome de *Villafrancada*, viu-se obrigado a embarcar a 15 de junho de 1822 com destino a Jersey, d'onde passou a Paris, percorrendo depois algumas provincias de França, Allemanha, Suissa e Inglaterra. Voltou a Portugal em seguida ao juramento da Carta Constitucional e foi reintegrado no posto de major de engenheiros, corpo para que havia sido transferido em maio de 1821, sendo então mandado servir como ajudante de ordens e depois como chefe do estado-maior do marquez de Angeja. Servindo em toda a campanha contra o marquez de Chaves, voltou a Lisboa quando falleceu o general com quem servia, e foi então encarregado de organisar um plano de defeza do sul do Tejo, sendo ao mesmo tempo nomeado para tomar parte na junta incumbida de formular a ordenança de infantaria. Apenas o infante D. Miguel desembarcou em terra portugueza, o valente militar da guerra da peninsula saiu do reino, e foi reunir-se a D. Pedro IV em Belle-Isle, partindo d'ali com o imperador para os Açôres, e ao desembarcar em Angra do Heroismo, logo D. Pedro o nomeou ministro da guerra e interino da marinha. Depois de haver prestado serviços importantissimos para a organisação do exercito liberal e para os aprestos da esquadra que o devia transportar ao reino, acompanhou a expedição que veiu desembarcar nas praias do Mindello; o politico tornou a ser soldado, distinguindo-se em varias acções nas linhas do Porto, especialmente no dia 29 de setembro de 1832. Durante toda a lucta continuou no cargo de ministro da guerra, trabalhando activamente em prestar elementos de defeza para a causa da rainha D. Maria II, e ainda depois de terminada a guerra civil, foi em 27 de março de 1834 encarregado de ir ao quartel general tomar as disposições convenientes para a pacificação geral do reino, e evitar os serios acontecimentos que alguns mais exaltados queriam realisar. Em 24 de julho d'esse anno foi nomeado conselheiro de Estado, e sendo eleito deputado pelas provincias da Extremadura e do Minho, apresentou nas côrtes, como ministro, um desenvolvido relatorio, que constitue um documento valioso e muito interessante para a historia da guerra civil. Tem por titulo: *Relatorio do ministerio dos negocios da guerra*, Lisboa, 1834; com 16 mappas, E' da administração desde 3 de março de 1832 nas ilhas dos Açôres, até 4 de setembro de 1834. Em 24 de setembro deixou a pasta da guerra para se encarregar da da marinha, e em 15 de fevereiro de 1835 passou para o ministerio do reino, conservando-se n'este logar até 27 de maio em que o gabinete foi demittido. Além dos serviços distinctos que prestou no ministerio da marinha, desenvolvendo a mesma actividade que manifestara no da guerra, adoptou como ministro do reino medidas dignas de menção. Elaborou as instrucções para a organisação dos estatutos da Academia das Bellas Artes, creou o conselho de Beneficencia, introduziu melhoramentos na Bibliotheca Publica, na Casa Pia, etc. Quando se demittiu o ministerio, foi recolher-se no Real Collegio Militar, do qual fôra nomeado director em 15 de fevereiro de 1834. Tambem procedeu a grandes melhoramentos n'este estabelecimento de educação militar. Sendo elevado ao pariato, tornou novamente a encarregar-se da pasta do reino em 20 de abril de 1836. A revolução de setembro d'esse anno o obrigou a pedir a demissão e a adoptar o proposito de se recolher á vida particular, abandonando completamente a politica, mas na manhã de 4 de novembro do referido anno de 1836, a rainha o mandou chamar ao paço de Belem, e quando para ali se dirigia, alguns soldados da guarda nacional postados na calçada da Pampulha, o assassinaram. Assim terminou a existencia, victima da revolução que se denominou *Belemzada*, um dos homens mais notaveis nas campanhas da liberdade, um estadista que tantos serviços prestara.

Freire *(Alexandre de Sousa)*. Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, cavalleiro professo da ordem de Christo, etc. N. em Lisboa, e fal. na Bahia em novembro de 1741. Era filho de Bernardino de Tavora e Sousa, commissario da cavallaria do Alemtejo, governador de Mazagão e Angola, e de sua mulher, D. Maria Magdalena Josepha de Sousa. Depois de estudar as letras humanas e Philosophia, tomando o grau de Mestre em Artes, applicou-se ao estudo da Theologia, em que se doutorou. Foi collegial do Real Collegio de S. Paulo de Coimbra, onde entrou a 28 de janeiro de 1697. Preferindo depois, seguir a carreira das armas, passou á Bahia, e foi mestre de campo de um terço, governador e capitão-general do Estado do Maranhão em 1729. Casou com D. Leonor Maria de Castro, filha herdeira de André de Brito de Castro, provedor da alfandega da Bahia, e de D. Maria Francisca Leite. Em 1736 publicou, com o nome supposto de Francisco Xavier Salazar, uma obra intitulada: *Affectos do Rosario meditado offerecido aos devotos da Virgem Maria.*

Freire *(Anselmo Braamcamp)*. Moço-fidalgo com exercicio na Casa Real, por successão a seus maiores, proprietario, archeologo e genealogista, par do reino, escriptor, etc. N. em 1 de fevereiro de 1849. E' filho do 1.º barão d'Almeirim, Manuel Nunes Freire da Rocha, fidalgo cavalleiro da Casa Real, cavalleiro professo da ordem de Christo, casado com D. Luiza Maria Joanna Braamcamp; irmão do barão de Almeirim, o sr. Manuel Braamcamp Freire, e sobrinho, por lado de sua

mãe, do fallecido estadista Anselmo José Braamcamp. Está aparentado com as casas Ficalho, Mafra, Sobral, etc. Foi feito par do reino em 25 de maio de 1887. Casou em 6 de fevereiro de 1869 com sua segunda prima, D. Maria Luiza da Cunha Menezes, filha de Manuel da Cunha Menezes, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, cavalleiro da ordem Soberana de S. João de Jerusalem, e da ordem militar de S. Fernando, de Hespanha, capitão de infantaria, filho dos 4.os condes de Lumiares, e de sua mulher, D. Constança de Saldanha e Castro Riba-Fria, viuva do 5.º conde de Lumiares. São bem conhecidas as suas obras: *Brazões da sala de Cintra*, 2 vols.,

Anselmo Braamcamp Freire

Lisboa, 1899; *As sepulturas do Espinheiro*, Lisboa, 1901; *O Conde de Villa Franca e a Inquisição*, Lisboa, 1899; *Indice do Cancioneiro Geral de Garcia de Rezende* e *Autos de Gil Vicente*, divididos em duas partes distinctas, de collaboração com o actual sr. visconde de Castilho. Estas obras tiveram tiragem muito resumida, sendo os exemplares distribuidos por seus amigos. No *Jornal do Commercio* tem publicado varios trabalhos, mais ou menos extensos e completos. A empresa a que mais se dedicou ultimamente é a publicação do *Archivo Historico Portuguez*, de que foi um dos fundadores, em 1903, e de que tem sido um dos collaboradores mais importantes. N'elle se encontram artigos dignos de menção, taes como: *O almirantado da India* (data da sua creação); *Cartas de quitação de el rei D. Manuel*, *As conspirações no reinado de D. João II: Auto do Conselho havido no Espinheiro em 1477*; *O livro das tenças de el rei; A Chancellaria de D. João II; Inventario da guarda-roupa de D. Manuel; A Chancellaria de D. Affonso V; Povoação de Entre e Minho Douro no seculo* XVI, etc. D'alguns d'estes trabalhos tem-se feito uma separata.

Freire *(Fr. Antonio)*. Religioso dominicano, da ordem dos prégadores, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, apreciado prégador, etc. Nasceu em 1485, fal. no convento de Lisboa a 8 de maio de 1575. Professou no convento de S. Domingos de Bemfica. Governou os conventos de Coimbra, Porto, Bemfica e de Evora, chegando a ser por tres vezes vigario geral da provincia. Foi confessor de el-rei D. João III e de seu filho, o principe D. João, que foi o pae d'el-rei D. Sebastião. Deixou manuscriptas algumas obras religiosas em latim, cujos titulos se pódem vêr na *Bibliotheca Lusitana* de Barbosa Machado, vol. I.

Freire *(Fr. Antonio)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho. N. em Beja em 1568, fal. em Lisboa 2 de setembro de 1634. Era filho de Gomes Freire de Andrade, que falleceu na batalha de Alcacer Kibir, e de D. Leonor de Cardenas Freire. Professou no convento da Graça, de Lisboa, a 16 de janeiro de 1585. Foi mestre de Theologia na sua ordem, qualificador do Santo Officio e deputado da Inquisição de Lisboa, provido a 4 de outubro de 1617. Escreveu: *Thesouro espiritual com seu commento theologico, e duas praticas espirituaes; e uma breve exposição do Pater noster; dedicado a D. Antonia da Silva, freira mantelata da ordem do glorioso P. Santo Agostinho*, Lisboa, 1624; *Manual dos Evangelhos em versão paraphrastica e meditações, tomo* I, Lisboa, 1626; não chegou a publicar-se mais tomo algum; *Elogio do Livro «Primor e honra da vida soldadesca do Estado da India»*; anda publicado junto a esta obra, que o mesmo Fr. Antonio Freire corrigiu para se imprimir, Lisboa, 1630.

Freire *(Fr. Antonio)*. Religioso da ordem da Trindade. Nasceu em Lisboa, onde tambem falleceu já muito edoso, no convento da sua ordem, em 5 de novembro de 1644. Era filho de Simão Freire, contador dos Contos do Reino, e de Antonia Correia. Professou no convento da Trindade, de Lisboa, a 16 de janeiro de 1621. Escreveu: *Rosario de Nossa Senhora com os evangelhos que a Egreja canta em seus mysterios, distribuidos por cada dez Ave Marias com os cinco psalmos que começam pelas letras de Maria*, Lisboa, 1629; *Officio particular em louvor do principe dos Anjos o glorioso Archanjo S. Miguel*, Lisboa, 1641; outra edição em 1701; *Disparates mui graciosos*, Lisboa, 1612.

Freire *(P. Antonio)*. Jesuita. N. em Braga em 1584, fal. em Coimbra a 13 de março de 1650. Era filho de João Freire e de Sabina de Ramos. Entrou na Companhia de Jesus a 22 de junho de 1600. Deixou manuscriptos uns commentarios aos seis primeiros livros da *Thebaida*, de Estacio Papinio.

Freire *(Antonio Lopes)*. Escriptor militar, cujo nome apenas se conhece pela seguinte obra: *Relação da grande victoria, que no dia 17 de julho do anno presente de 1775 alcançou dos moiros o invencivel presidio da cidade de Ceuta; contra todas as circumstancias da batalha, segundo se collige d'uma carta remettida da mesma praça á cidade de Sevilha, a substancia da qual vae, para maior prova da verdade, copiada no fim d'esta Relação*. Sem indicação de anno, nem do logar da impressão.

Freire *(Bernardo de Meirelles)*. Nasceu no Porto a 19 de agosto de 1681; ignora se a data

do fallecimento. Entrou na Companhia de Jesus, mas, abandonou-a mais tarde, e foi abbade de Santa Eulalia de Constança. Deixou manuscriptas algumas poesias latinas e muitos dos seus sermões.

Freire (*Casimiro*). Jornalista e industrial, socio da firma Casimiro Freire & Companhia, commissarios de cereaes no largo do Terreiro do Trigo. Foi quem fundou em 18 de maio de 1882 a Associação de Escolas Moveis pelo methodo João de Deus, benefico instituto que tem sido de grande utilidade. O sr. Casimiro Freire é um apostolo devotado da instrucção popular, e seguramente o primeiro propagandista do referido methodo em Portugal. Era amigo e admirador de João de Deus, o grande poeta, e conservou-se fiel á sua memoria e aos seus ideaes pedagogicos. Por occasião do *ultimatum* inglez, em 1891, era director da Associação Commercial de Lisboa, que pouco depois foi dissolvida. Foi pelos seus notaveis trabalhos que elle logrou orientar o movimento d'essa epoca. Desde então, o seu projecto, principalmente brilhante pelas estatisticas, em que é muito versado, tem sido de grande proveito para todos que se occupam de assumptos economicos e financeiros. Sempre solicito e zeloso para com o instituto que fundou, e de que é thesoureiro, ainda em maio de 1904 lhe promoveu um beneficio no Salão da Trindade. || Bibliographia: *Casimiro Freire e as escolas moveis João de Deus*, artigo do sr. Antonio de Campos Junior, no n.º 106 do *Passatempo*, fevereiro de 1905.

Freire (*Christovão*). Jesuita. Era natural de Arzilla, e filho de Antonio Freire e de Maria de Abreu. Entrou no noviciado da Companhia de Jesus, de Lisboa, a 18 de abril de 1555. Partiu depois para as missões do Oriente. Escreveu: *Cartas annuas do Japão no anno de 1627*.

Freire (*Cypriano Ribeiro*). Do conselho de Sua Magestade, presidente da Real Junta do Commercio, enviado extraordinario á côrte de Londres, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, da Sociedade Real, e dos Antiquarios de Londres, da Philosophia de Philadelphia, etc. Nasceu em 1749; fal. em Lisboa a 4 de junho de 1824. Destinava-se á vida commercial, e para isso frequentou os respectivos estudos na aula de novo creada em Lisboa; seu [illegible]o, porém, protegido pelo marquez de Pombal, abandonou o seu proposito, e dedicou-se á diplomacia, sendo nomeado em 1774 secretario da nossa legação em Londres, e encarregado pelo grande estadista de estudar principalmente as questões commerciaes, industriaes e financeiras, devendo sobre esses assumptos corresponder-se directamente com elle. Quando o nosso ministro na côrte de Londres, Luiz Pinto, veiu a Lisboa, ficou-o substituindo Cypriano Ribeiro Freire, e depois, quando em 1788 saiu definitivamente de Londres para vir tomar conta da pasta de que fôra encarregado no novo ministerio, ficou Cypriano Ribeiro Freire encarregado dos negocios de Portugal na Gran-Bretanha, onde permaneceu até 1791, anno em que foi nomeado residente nos Estados Unidos da America. Em 1796 partiu para o Novo Mundo e sendo elevado em 1799 a ministro plenipotenciario, voltou á patria no anno seguinte. Estava nomeado enviado extraordinario e ministro plenipotenciario na Dinamarca, quando Napoleão, irritado ao saber que se havia concluido a paz de Badajoz, obrigou o nosso governo a mandar a Hespanha um plenipotenciario, e foi Cypriano Ribeiro Freire o escolhido. Depois de vencer numerosas difficuldades e de sustentar uma verdadeira campanha diplomatica, conseguiu finalmente ajustar o tratado de 29 de setembro de 1801, que apezar de ser muito gravoso, foi ainda muito mais benevolo do que aquelle que Napoleão queria que fôsse assignado pelo governo de Lisboa. Regressando a Portugal em 1808, foi em setembro nomeado inspector do real erario, e secretario do governo na repartição dos negocios estrangeiros, cargo que deixou em setembro de 1801, conservando o de inspector do real erario; em 1810 teve a nomeação de presidente da Junta do Commercio. Em 1814 foi mandado a Londres para liquidar as contas dos emprestimos contrahidos desde 1801, e depois de concluida esta commissão, voltou a exercer os seus antigos logares, e o de presidente da Real Junta dos Juros que lhe foi dado em 1820. As côrtes constituintes de 1821 o exoneraram de todos os seus cargos, mas tornou mais tarde a ser reconduzido, recebendo tambem a nomeação de presidente e inspector do Real Collegio dos Nobres. Cypriano Ribeiro Freire escreveu algumas memorias sobre finanças e economia politica, que não chegaram a imprimir-se. || Bibliographia: V. *Elogio historico de Cypriano Ribeiro Freire* pelo conselheiro José Maria da Costa e Sá, Lisboa, 1842.

Freire (*Fr. Domingos*). Religioso dominicano da ordem dos prégadores, deputado da inquisição de Coimbra, de que tomou posse a 17 de março de 1667, etc. Nasceu no Porto e fal. a 6 de janeiro de 1685. Era filho de Antonio de Lima e de Maria Freire. Foi nomeado deputado do conselho geral do Santo Officio, mas não chegou a exercer esse logar por ter fallecido. Escreveu: *Vida admiravel e morte preciosa da bemaventurada Santa Rosa de Santa Maria, natural da cidade de Lima, Religiosa da terceira ordem de S. Domingos; recopilada em lingua latina por Fr. Leonardo Hansen, e traduzida em portuguez*, Lisboa, 1669; *Varios officios proprios dos Santos da ordem dominicana*. Ficou inédita.

Freire (*P. Francisco*). Jesuita. N. em Extremoz em 1597, fal. em Lisboa, no collegio de Santo Antão, a 16 de setembro de 1644. Era filho de Manuel Alvares e de Anna Rodrigues. Recebeu o habito no collegio da Companhia de Jesus, de Evora, a 25 de janeiro de 1611. Depois de ter estudado humanidades e lingua latina, e de as ter ensinado no collegio de Coimbra, foi mandado a Roma estudar Theologia. Regressando a Portugal leu um curso de artes na Universidade de Evora, e por muitos annos Theologia Moral. Foi tambem prégador muito conceituado. Deixou impressas algumas obras em latim, e entre ellas uma defeza da acclamação de D. João IV, que se imprimiu em Amsterdam em 1642, com o titulo: *Apologia veritatis et justitiæ*. Tambem deixou alguns manuscriptos em latim.

Freire (*Francisco de Borja*). Gravador, abridor de cunhos de moedas e medalhas. N. em 1791 fal. a 12 de janeiro de 1869. Era discipulo de Francisco Xavier de Figueiredo, e foi admittido como praticante na Casa da Moeda de Lisboa por portaria de 7 de janeiro de 1814. Em 11 de março de 1822 foi encarregado pelo Banco de

Lisboa de abrir as chapas para as suas notas. Promovido a segundo abridor de cunhos, armas e medalhas, por decreto de 5 de março de 1830, foi confirmado no mesmo logar em 21 de agosto de 1833. Por portaria de 12 de janeiro de 1836, foi mandado a Londres para se aperfeiçoar na sua arte, onde, por espaço de seis mezes, sob a direcção do habil artista Taylor, se exercitou no desenho e em abrir nos metaes, recolhendo ao reino a 9 de novembro de 1837. Borja Freire tem sem duvida um logar distincto entre os nossos artistas abridores; além dos cunhos officiaes para moedas e sellos, produziu grande numero de medalhas que attestam o seu merito. Em 1 de junho de 1842, por fallecimento de José Antonio do Valle, foi nomeado para servir interinamente de primeiro abridor da Casa da Moeda, logar em que o decreto de 12 de outubro de 1853 o tornou effectivo. Foi aposentado a 7 de dezembro de 1864.

Freire *(Francisco de Brito).* Capitão de cavallaria na provincia da Beira; governador da praça de Jerumenha, no Alemtejo, conselheiro de guerra, etc. N. em Coruche, e fal. em Lisboa a 8 de novembro de 1692. Era filho de Antonio Froes de Andrade, fronteiro de Tanger, e de D. Catharina Freire. Foi por duas vezes almirante da armada portugueza no Brazil, e foi quem assignou as capitulações com os hollandezes, em 26 de janeiro de 1654, de que resultou o recuperarmos o nosso dominio em Pernambuco em 1654. Sendo nomeado em 24 de março de 1669 para conduzir D. Affonso VI á ilha Terceira, recusou-se a aceitar esta missão, apezar de lhe ser offerecido o titulo de visconde e de governador perpetuo de Jerumenha. Falleceu com mais de 70 annos de edade. Foi casado com D. Maria de Menezes, filha de Pedro Alvares Cabral, senhor de Azurara, e alcaide-mór de Belmonte, e de sua mulher D. Leonor de Menezes, filha de D. João de Menezes, alcaide-mór de Penamacor. Escreveu: *Nova Lusitania; historia da guerra brazilica; decada primeira, á purissima alma e saudosa memoria do principe D. Theodosio,* Lisboa, 1675. A segunda decada, que devia conter a restauração de Pernambuco, diz-se que ficára imperfeita por morte do autor, e nunca se imprimiu Na primeira descrevem-se as guerras contra os hollandezes até ao anno de 1638. Escreveu mais: *Relação da viagem que fez ao Brazil a armada da Companhia, anno de 1655*, Lisboa, 1657; foi depois incorporada na obra antecedente. De Francisco de Brito Freire ha quatro decimas applaudindo o livrinho *Flôres del desierto* de Fr. Paulino da Estrella, as quaes estão impressas no principio do referido livrinho, na edição de 1667.

Freire *(Francisco de Brito).* Senhor do morgado de Santo Estevão, cuja capella está situada no convento de N. S.ª de Jesus, de Lisboa, hoje freguezia das Mercês. Nasceu em Lisboa, e fal. a 5 de fevereiro de 1705. Era filho de Gaspar de Brito Freire, senhor do referido morgado, que fôra instituido por seu pae, e de D. Francisca da Silveira. Dedicou se muito aos estudos genealogicos, e deixou manuscriptos varios tomos de *Familias de Portugal.* Foi casado com D. Maria Thereza de Tavora, filha de Luiz de Miranda Henriques, commendador de Alcaçova de Elvas, e alcaide-mór da Fronteira, e de D. Francisca de Tavora.

Freire *(Francisco de Castro).* Commendador da ordem de Christo, do conselho de Sua Magestade, doutor e lente jubilado da faculdade de Mathematica, e vice-reitor da Universidade de Coimbra; vogal do Conselho Superior de Instrucção Publica; provedor da Misericordia de Coimbra, presidente do Instituto da mesma cidade, socio de varios institutos e de varias academias scientificas e litterarias, poeta, etc. A'cerca da data do nascimento, transcrevemos da *Gazeta Commercial*, de 25 de janeiro de 1885, o que diz um dos seus biographos, o fallecido conselheiro dr. Antonio José Teixeira, que foi seu discipulo e amigo intimo: «Francisco de Castro Freire nasceu na freguezia de S. Silvestre, do concelho de Coimbra, em 30 de abril de

Francisco de Castro Freire

1811, e não a 23 de setembro de 1809, como dizem os seus biographos, guiados por ventura pelo documento archivado na secretaria da Universidade, relativo a um irmão mais velho, que tinha o mesmo nome. N'aquelle tempo os registos parochiaes eram muito deficientes; e não havia n'elles a designação d'ordem nos homonymos, o que produzia por vezes bastante confusão.» O dr. Castro Freire falleceu repentinamente em Niza a 10 de março de 1884. Era filho de Francisco Antonio de Castro, major de milicias reformado, e de D. Maria Ermelinda Freire de Macedo. Depois de aprendidos os primeiros rudimentos na escola de instrucção primaria da sua aldeia, veiu estudar para Coimbra instrucção secundaria com o erudito dr. José Manuel de Lemos, que depois foi lente de Theologia e vice-reitor da Universidade, e mais tarde bispo de

Coimbra. Em poucos annos o pequeno Castro de S. Silvestre, como costumavam chamar-lhe na cidade, obtinha approvação nas disciplinas exigidas, e matriculava-se no primeiro anno da faculdade de Mathematica em outubro de 1824, tendo de edade 14 annos incompletos, continuando com o seu antigo professor o estudo das linguas, incluindo o grego, de que mais tarde precisaria, se viesse a tomar o grau de doutor. Desde creança que Francisco de Castro Freire se dedicara á leitura dos nossos classicos, que de principio lhe explicava o dr. José Manuel de Lemos, principalmente á leitura de Camões, fr. Luiz de Sousa e de padre Antonio Vieira, aprendendo assim a cultivar a poesia e a conhecer as bellezas dos escriptores portuguezes. Recitava os mais bellos episodios dos *Lusiadas*, na *Fonte das Lagrimas*, na *Lapa dos Esteios*, no *Cêrco dos Jesuitas*, na *Quinta de Villa Franca*, no *Penedo da Saudade*, na *Ribeira de Coselhas*, e nos *Salgueiraes*. O joveu estudioso já compunha versos, que só mostrava ao seu mestre e amigo, para revêr ou rasgar, mas que o douto professor achava lindissimos. Com a entrada para a Universidade deixou por então a poesia, para se entregar aos cuidados de homem de sciencia. As luctas politicas não lhe permittiram que o curso se concluisse no praso marcado nos estatutos da Universidade; só terminou em 1830, anno em que tomou o grau de bacharel e fez acto de formatura. Depois de restabelecido o governo constitucional em 1834, Francisco de Castro Freire matriculou-se como repetente na faculdade. Como se tornava então notavel a falta de lentes, e era bem reconhecido o seu superior talento, foi Castro Freire incumbido, em 1835, da regencia de varias cadeiras, serviço relevante que desempenhou por fórma tal que mereceu a graça de ser dispensado de fazer acto de conclusões magnas, tomando o capello em 31 de julho de 1836, sendo logo despachado para o magisterio academico. O lente de Mathematica manteve, durante os longos annos do seu exercicio, os mesmos justificados creditos do tempo de estudante distinctissimo. A Universidade, porém, resentia-se muito desde a demissão dada ao marquez de Pombal, com o governo que se seguiu, e as continuas luctas em que desde o começo do seculo andava envolvido o paiz. Castro Freire, em collaboração com o dr. Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto, seu collega, traduziu então para uso da Universidade o curso completo de mathematicas puras de Luiz Benjamim Francœur, autor de limitada reputação, mas que reunia a grande vantagem de tratar concisamente toda aquella sciencia nas condições em que as escolas européas as ensinavam. Este apreciavel trabalho foi o primeiro, entre muitos, a que o douto professor se entregou com a maior dedicação, já revendo conscienciosamente o compendio adoptado, a que fez importantes additamentos e valiosas correcções, já dedicando-se á composição de obras proprias, como a *Mechanica dos corpos solidos*, em que resumiu com admiravel perfeição os escriptos de Poisson, e introduziu as doutrinas que posteriormente se tinham inventado. Com o mesmo collega publicou uma *Geometria elementar theorica e pratica*, que foi adoptada nas aulas de instrucção secundaria, e que tem tido bastantes edições. E' seu tambem o *Manual do agrimensor*, destinado a substituir com vantagem o *Tratado de Agrimensura* do celebre padre Estevão Cabral, cuja edição se esgotára ha muito, e carecia de ser aperfeiçoada com as doutrinas da sciencia moderna. Fôram estes, além de varios artigos insertos no *Instituto* de Coimbra, os principaes estudos mathematicos do distincto professor, que se publicaram durante os 73 annos da sua vida. A Mathemathica era campo estreito para o engenho, que possuia tão variadas aptidões; Francisco de Castro Freire, que ao entrar para a faculdade, conforme dissémos, abandonara a poesia, tornou de novo aos seus trabalhos poeticos, que appareceram publicados na *Chronica litteraria da nova Academia dramatica*, no *Trovador*, na *Revista academica*, no *Prisma*, nos *Preludios litterarios*, no *Instituto*, e em outros jornaes, tanto de Coimbra, como d'outras localidades. Em 1861, um seu admirador conseguiu, a muito custo, a permissão de reunir em volume todas aquellas poesias, perdidas nos diversos jornaes. E' o volume de versos publicado com o titulo de *Recordações poeticas*, onde se encontram as traducções de Lamartine e de Pauline de Flaugergues. Em 6 de outubro de 1862 inaugurou-se na sala grande do paço da Universidade o retrato de el-rei D. Luiz I, o foi o dr. Francisco de Castro Freire, lente de prima e decano da faculdade de Mathematica, quem recitou a allocução festiva, que se imprimiu e se publicou. A casa de Castro Freire em Coimbra constituia um dos pontos de reunião dos homens de letras e de sciencia. N'essas reuniões nasceu a idéa de redigir um *Manual para o exame de habilitação do magisterio de instrucção primaria*, publicado depois em 1868, com a collaboração do dr. Joaquim Freire de Macedo. Foi tambem n'essas reuniões que alguns dos seus amigos o resolveram a acceitar a provedoria da Misericordia, que por duas vezes exerceu com a maior distincção; bem como o logar de provedor á junta geral do districto, corporação que logo o escolheu para o cargo de presidente. Castro Freire foi jubilado a 15 de março de 1866, mas era tal a confiança na sua grande illustração, que em 1872, quando a Universidade celebrou o centenario da sua reforma, e resolveu publicar memorias historicas das cinco faculdades que a constituem, foi convidado para escrever a d'aquella de que fôra ornamento, a qual tem por titulo: *Memoria historica da faculdade de Mathematica, nos cem annos decorridos desde a reforma da Universidade em 1772 até ao presente*. Desde o anno de 1863 foi constante collaborador das *Ephemerides Astronomicas*. Em 1879 dirigiu a publicação do *Novo diccionario francez-portuguez, com a pronuncia de francez figurada, composto á vista dos diccionarios antigos e modernos*, editado pela casa Aillaud de Paris em 1879. Castro Freire era casado com D. Maria Antonia de Castro Freire de Macedo. Foi vice-reitor da Universidade desde 15 de dezembro de 1875 até ao anno de 1883, anno em que pediu e obteve a sua exoneração, e partiu para casa de seu irmão, em Niza, o facultativo Julio de Castro Freire, no intuito de descançar dos trabalhos administrativos, e de rever os seus *exercicios de lingua patria*, como por modestia chamava ás primorosas traducções de Lamartine, e a todas as suas lucubrações poeticas. Foi ali que repentinamente falleceu, junto de seu irmão e de sua

esposa, que o acompanhara. Na *Gazeta Commercial*, já citada, n.º 314 e seguintes, vem uma minuciosa biographia que, apezar de não vir assignada, sabemos ter sido escripta pelo director politico d'esse jornal, o conselheiro dr. Antonio José Teixeira, em que tambem vem transcripta a traducção de Castro Freire, do poema de *Job*, de Lamartine. D'esta biographia extrahimos grande parte dos apontamentos e transcrevemos alguns periodos. Bibliographia: *Curso completo de Mathematicas puras por L. B. Francœur, traduzido do francez*, Coimbra, 1838 a 1839, 2 tomos; *segunda edição correcta, e consideravelmente augmentada*, Coimbra, 1853-1858; 4 tomos; *Elementos de Mechanica racional dos solidos*, Coimbra, 1853; *Geometria theorica e applicada, extrahida principalmente das Geometrias de Francœur e Sonnet*, Coimbra, 1859; *Recordações poeticas*, Coimbra, 1861; *Allocução recitada na sala grande do paço da Universidade, por occasião da inauguração do retrato de S. M. el rei o senhor D. Luiz I, no fausto dia 6 de outubro de 1862, pelo lente de prima, e decano da faculdade de mathematica*, etc., Coimbra, 1862; *Relatorio da administração da santa Casa da Misericordia de Coimbra, de 27 de julho de 1861 a 14 de julho de 1862, pelo provedor*, etc., Coimbra, 1862; Idem, de *27 de julho de 1864 a 26 de julho de 1865*, Coimbra, 1865; *Additamento* ao n.º 226 dos *Elementos de Mechanica dos solidos;* saiu no *Instituto de Coimbra*, vol. IX, pag. 41; *Geometria elementar theorica e pratica, por Francisco de Castro Freire e Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto; Terceira edição correcta e muito augmentada, approvada pelo conselho geral de Instrucção Publica*, Coimbra, 1863; *Manual do agrimensor*, Paris, 1866; *Manual para o exame de habilitação do magisterio de instrucção primaria*, Paris, 1868; 2 tomos, tendo o 1.º um mappa de pesos e medidas, e ambos gravuras intercaladas no texto; *Elogio historico de Francisco Antonio de Mello*, publicado nas *Memorias do Instituto de Coimbra*, e no principio da 2.ª edição obra do referido Mello, *As minhas prisões*, publicada em 1856.

Freire *(Francisco da Costa)*. Senhor da casa de Pancas e dos logares de Orca e Atalaia da Beira; foi governador e capitão general da ilha da Madeira; serviu com o posto de capitão de cavallaria na guerra da successão de Hespanha. Falleceu em 1729.

Freire *(Francisco José)*. Religioso da Congregação de S. Filippe Nery, mais conhecido por *Candido Lusitano*. N. em Lisboa, a 3 de janeiro, ou a 3 de setembro de 1719, fal. em Mafra a 5 de julho de 1773. Era filho de Joaquim Freire Belles e de Joanna Maria Joaquina Corsini. Cursou humanidades nas aulas do collegio de Santo Antão, da Companhia de Jesus, e na casa de S. Caetano, dos clerigos theatinos. Estudou tambem as linguas franceza e italiana, que então não eram vulgares. Depois de concluir estes estudos, esteve alguns annos como familiar, ou gentil-homem, em casa do cardeal patriarcha de Lisboa, D. Thomaz d'Almeida. Movido por vocação ou por causas que ficaram ignoradas, deixou o serviço d'aquelle prelado, e foi vestir o habito dos congregados de S. Filippe Nery, no convento do Espirito Santo, de Lisboa, a 23 de janeiro de 1752. Francisco José Freire foi um dos fundadores da Arcadia, com o nome poetico de *Candido Lusitano*. Este nome, porém, já elle adoptara anteriormente, como pseudonymo na *Illustração critica á carta de um philologo de Hespanha*. Para cooperar no movimento arcadico, traduziu a *Arte poetica*, de Horacio, e a *Athalia*, de Racine; escreveu as *Maximas sobre a arte oratoria*, o *Mentor de Philandro*, a *Arte historica*, e o *Diccionario poetico*. Uma das suas obras mais importantes passa por ser a *Vida do Infante D. Henrique*, traduzida do francez em 1781. Francisco José Freire nunca obteve do marquez de Pombal a mais insignificante mercê, apezar de trabalhar tanto no sentido que o grande ministro desejara,

Francisco José Freire

e de lhe escrever numerosas dedicatorias. Viveu pobre, chegando a receber esmolas, apezar de ser membro da Congregação do Oratorio. Para a sua biographia póde vêr-se a *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, tomo II, pag. 165, e tomo IV, pag. 134; *Archivo pittoresco*, vol. VIII, 1865, pag. 193, acompanhado de retrato; Cunha Rivara, na prefacção publicada no principio das *Reflexões sobre a lingua portugueza;* Canaes, nos *Estudos biographicos*, pag. 251; *O cidadão Litterato*, jornal de Coimbra, n.º 1, de 1821, pag. 35. O catalogo das suas numerosas obras, que se considera mais completo, é o que Rivara apresentou na prefacção citada. Nos vol. II e IX, do *Diccionario bibliographico*, de Innocencio Francisco da Silva vem uma longa relação das suas obras em latim e em portuguez, impressas e manuscriptas. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa existe o seu retrato. A maior parte das obras ineditas existem na Bibliotheca de Evora, em seus originaes autographos, que fôram comprados por D. Fr. Manuel de Cenaculo no espolio da condessa de

Vimieiro, D. Thereza de Mello Breyner, em cuja livraria abundavam estas e outras obras tambem ineditas.

Freire *(Fulgencio)*. Jesuita. Era feitor em Baçaim quando entrou na Companhia de Jesus, como coadjutor temporal, e d'este estado não quiz saír, apezar dos rogos dos superiores. Foi destinado a ser companheiro do padre Gonçalo Rodrigues, em 1555, quando partiu com o embaixador Diogo Dias, mandado pelo vice-rei Pedro de Mascarenhas ao imperio da Ethiopia, onde missionou. Voltando a Gôa, passou novamente áquelle imperio no anno de 1560, em cuja viagem foi aprisionado por 4 galés de turcos, commandadas pelo pirata Çofar; seguiu depois para o Cairo com outros portuguezes tambem captivos. Soffreu dolorosos trabalhos, e só conseguiu ser resgatado em 1562. Foi então a Roma, voltando mais tarde a Lisboa, em 1569, mas pouco tempo depois embarcou para a India, em 1571, e morreu victima do naufragio que soffreu o navio que o conduzia. D'elle ha impressas algumas cartas relatando as tribulações que padeceu no captiveiro. Uma d'estas cartas foi impressa em Veneza, no anno de 1662.

Freire *(Henrique)*. V. *Soares Freire (Henrique Augusto da Cunha)*.

Freire *(Jeronymo do Carvalhal)*. Escriptor natural de Beja, e que viveu no seculo XVII. Deixou inéditas umas *Memorias historicas da cidade de Beja*.

Freire *(João)*. Presbytero da ordem militar de S. Thiago, cujo habito recebeu no convento de Palmella. Foi prior d'uma egreja do Algarve. Escreveu uma obra com o titulo: *Do modo como se devem fazer as visitas nas egrejas da ordem militar de S. Thiago*, obra que o bispo D. Jeronymo Osorio louvou e julgou digna de impressão.

Freire *(Fr. João)*. Religioso na ordem de Santo Agostinho; doutor em Theologia e lente da Universidade de Coimbra; muito perito nas linguas grega e hebraica. N. em V. N. de Gaia em 1618, fal. em Coimbra a 7 de agosto de 1670. Era filho de Antonio Ferreira de Lima e de Maria Freire. Professou no convento da Graça, de Lisboa, a 21 de novembro de 1634. Doutorou-se em 30 de julho de 1654. Escreveu: *A Cortezã da Gloria, ou vida da Beata Veronica, religiosa no convento de Santa Maria de Milão*, Lisboa, 1671.

Freire *(P. João)*. Jesuita. N. em Lisboa em 1580, fal. a 25 de julho de 1620. Era filho de Braz Fernandes e de Margarida Nunes. Professou no noviciado de Coimbra a 24 de abril de 1596. Foi mestre de Humanidades e da Sagrada Escriptura Deixou impressos uns commentarios em latim ao Livro dos Juizes.

Freire *(João Antonio)*. Natural da villa do Couto do Mosteiro, conc. de Santa Comba Dão. Escreveu: *Memoria sobre o melhoramento da nação; trata se sobre a agricultura e fabricas, unico objecto que póde fazer a independencia nacional; mostra-se o plano para Portugal poder ser agricultado em poucos annos, sem para isso cooperar com dinheiro nem o publico; mostra-se a melhor maneira de se promoverem os estabelecimentos de todos os generos de tecidos, e os melhores locaes para elles, e d'onde se pódem tirar os fundos para estes estabelecimentos*, Lisboa, 1820. Este opusculo é dividido em duas partes, uma que o autor denomina *Discurso*, pag. 3 a 24; e a outra, que tem o titulo seguinte: *Segunda parte d'este discurso, em que se trata do objecto de um plano sobre a agricultura e outras lembranças*, etc, pag. 24 a 41, declarando ahi o autor que esta memoria fôra apresentada á Academia Real das Sciencias na sessão de 24 de junho de 1820.

Freire *(João Nunes)*. Presbytero secular, capellão-mór da Misericordia do Porto, e professor da lingua latina na mesma cidade. N. no Porto, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era muito versado nas letras humanas e lição dos poetas e oradores antigos. Escreveu: *Annotações aos generos e preteritos da arte nova*, Porto, 1635; outras edições em Coimbra, 1673, 1676 e 1684; *Annotações ad Rudimenta Grammaticæ nas Regras mais geraes d'ella*, etc., Porto, 1643; outras edições em Coimbra, 1656 e 1676; *Margens da syntaxe, com a construcção em portuguez, posta na Interlinea do Texto das Regras d'ella pela Arte do P. Manuel Alvares da Companhia de Jesus*, Porto, 1644; outras edições em Coimbra, 1643 e 1684; *Os Campos Elysios*, Porto, 1626. Traduziu em oitava rima a *Thebaida* de Publio Etacio Papinio.

Freire *(João Pedro da Costa)*. Alferes do regimento de voluntarios reaes de milicias de Lisboa oriental. Escreveu: *A sua magestade o muito alto e poderoso senhor rei D. Miguel I... Ode, pelo seu humilde e fiel vassallo*, etc., Lisboa, 1831.

Freire *(João de Sousa)*. Governou por duas vezes a colonia de Moçambique; da primeira, entre 1670 e 1673; e da segunda, entre 1676 e 1682. No seu tempo se creou a alfandega, se declarou livre o commercio dos rios de Moçambique para todos os portuguezes, e se tratou da colonisação de Cuama, Sena e Tete.

Freire *(José Antonio da Silva)*. Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, desembargador, juiz e promotor do Tribunal da Nunciatura Apostolica e advogado da Casa da Supplicação. N. em Lisboa em 1730, e fal. muito edoso em 1818 ou 1820. Escreveu: *O espião patriotica* (pamphletos politicos); saíram duas partes, parece que em 1811, com o titulo de *O Espião patriota, ou cartas de Paulo Mendes Mirrado a um seu amigo de Lisboa, participando-lhe os passos do exercito francez depois da invasão de Portugal*; *Disparates litterarios, charlatanarias, pedantismos e naufragios de entendimento dos inculcados eruditos; dialogo entre os bachareis Estanislau Lopes e Eustaquio Joaquim de Meirelles; obra posthuma dada á luz por A. P. C. G.*, Lisboa, 1812; teve 2.ª parte, publicada em 1813; *Cumprimento gratulatorio a Lord Wellington*, Lisboa, 1814; *Ao ex.mo e rev.mo sr. D José II, cardeal patriarcha da santa egreja de Lisboa*, Lisboa, 1794; *Demonstração do erro e demencia dos partidistas do governo francez; offerecido aos portuguezes*, Lisboa, 1809; *Apologia dos ecclesiasticos armados para defensa da patria*, Lisboa, 1809; *Cumprimento gratulatorio epigrammatico dirigido ao ill.mo e ex.mo sr. duque de Victoria*, Lisboa, 1815. E' uma inscripção latina, acompanhada d'uma carta em portuguez.

Freire *(José Luiz Ferreira)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; do conselho de Sua Magestade, deputado, par do reino, etc. Em 1868 foi administrador do concelho de Cantanhede, quando em Lisboa se deu o motim popular, conhecido por *Janeirinha*. Era mui-

to dedicado ao fallecido estadista Barjona de Freitas, e em 1870 cedeu a seu favor a candidatura de deputado da opposição por Cantanhede, que os seus amigos lhe haviam offerecido. A sua dedicação por Barjona de Freitas foi sempre a mesma até que aquelle estadista se retirou da politica. O sr. conselheiro Ferreira Freire não pretendeu nunca qualquer emprego ou beneficio pessoal da politica. Está hoje filiado no partido franquista, e tem pelo seu chefe a mesma dedicação que consagrára a Barjona de Freitas Por decreto de 22 de junho de 1872 foi agraciado com a commenda da ordem de N. S.ª da Conceição, mercê que renunciou; em 1896 acceitou a carta de conselho, sendo ministro o sr. conselheiro João Franco, e foi devido a reiteradas instancias d'este seu amigo. Quando se deu a scisão de 1901, foi ainda o sr. conselheiro João Franco que o demoveu da idéa d'uma nova tentativa de renuncia. Todo o seu interesse e cuidado concentrou no seu concelho de Cantanhede, e á sua acção, como politico e á sua administração como presidente da camara d'aquelle concelho, e como procurador, varias vezes, á junta geral de Coimbra, deveu Cantanhede o inicio no caminho dos progressos e melhoramentos materiaes e moraes, e a maior parte dos que hoje possue. Com o maior desinteresse tem cedido mais vezes a sua candidatura por Cantanhede a homens distinctos na nossa politica, e ainda nos ultimos annos a cedeu ao sr. general Dantas Baracho, que representou a opposição, sendo eleito por aquelle circulo O sr. conselheiro Ferreira Freire foi nomeado par do reino em 28 de maio de 1906.

Freire *(José Rodrigues)*. D'este escriptor apenas se conhece o seguinte trabalho: *Relação da conquista do gentio Xavante, conseguida pelo ill.mo e ex.mo sr. Tristão da Cunha Menezes, governador e capitão general da capitania de Goyaz*, Lisboa, 1790. Consta que esta relação tambem sahiu publicada na *Revista trimensal* do Instituto do Brazil.

Freire *(José Vaz)*. Bacharel em Canones pela Universidade de Coimbra, e advogado em Braga Nasceu n'esta cidade em 1652; fal. a 24 de junho de 1705. Era filho de Antonio Vaz Peixoto e de Izabel da Costa. Escreveu: *Pratica Delegationem Criminalium vulgo Alçadas*, Coimbra, 1700. Em manuscripto deixou um volume de *Poesias*, e *Pratica Civil*.

Freire *(Luciano)*. Professor e academico de merito da Academia Real das Bellas Artes, de Lisboa. Nasceu na mesma cidade em 1864, cursou a referida Academia Real de Bellas Artes, onde concluiu em 1886 o curso de pintura historica, completando os seus estudos em successivas viagens ao estrangeiro. Debutou na exposição da Sociedade Promotora de Bellas Artes, em 1887, com a apresentação do quadro *D. Sebastião*, que pertence á Camara Municipal de Lisboa, á qual egualmente pertence um esboceto representando *Martim de Freitas ante o tumulo de D. Sancho*, concurso aberto pela mesma corporação em 1889. Abandonando a pintura historica, dedicou se á pintura de genero produzindo entre outros quadros o intitulado *Catraeiros*, que figura no Museu Nacional, que lhe valeu o titulo de academico de merito da Academia Real de Bellas Artes de Lisboa (1895), da qual é hoje secretario. Nas ultimas exposições do Gremio Artistico, manifestou tendencia para o symbolismo, apresentando os quadros *Perfume dos Campos* e *Eterno Escravo*. Rege desde 1896 a cadeira de modelo vivo na Escola de Bellas Artes de Lisboa. Tem

Luciano Freire

collaborado na parte artistica de algumas revistas e publicações illustradas.

Freire *(Luiz de Brito)*. Capitão general da prov. de Moçambique, Sena, Rios de Sofala e suas fortalezas. Começou a exercer o seu logar em 22 de janeiro de 1707 e falleceu no mesmo anno.

Freire *(Manuel)*. Cavalleiro professo da ordem de Christo; doutor em Medicina e lente da Universidade de Coimbra. N. em Arrifana de Sousa, e fal. a 23 de dezembro de 1691. Era filho de Paschoal Freire e de Catharina Duarte. Applicou-se na Universidade ao estudo de Medicina, e sendo conductario a 29 de setembro de 1655, lhe deram privilegios de lente subindo a reger a cadeira de anatomia a 26 de novembro de 1671 e a de Avicena em 15 de novembro de 1691. Tinha fama de insigne medico. Escreveu em latim uma obra sobre medicina, que em grande parte se encontra traduzida no *Portugal medico*, de Braz Luiz de Abreu.

Freire *(Manuel Maria Coutinho d'Albergaria)*. Exerceu cargos superiores administrativos em Ponta Delgada, ilha de S. Miguel. Escreveu: *Relatorio apresentado á junta geral do districto* (Ponta Delgada) *sobre a administração da mesma em 1 de dezembro de 1845;* saiu no n.º 41 do *Cartista dos Açôres*, de 4 de dezembro de 1845; *Apontamentos da historia contemporanea, ilha de S. Miguel*, Lisboa, 1846.

Freire *(Manuel da Rocha)*. Licenceado em Direito Civil pela Universidade de Coimbra. N. em Barcellos. Escreveu: *Regra Militar offerecida ao serenissimo principe D. Theodosio nosso senhor; com uma relação do que fez a villa de Barcellos, depois que foi acclamado Rei e Senhor Sua Magestade, até o primeiro de janeiro de 1642*, Lisboa, 1642. Esta obra compõe-se de duas partes distinctas: a primeira é a *Regra Militar*, de autor anonymo, que declara ter sido já impressa em 1541 no reinado de D. João III; a outra é a

Relação do que fizeram os moradores de Barcellos, etc., sendo unicamente esta que tem por autor Manuel da Rocha Freire. Esta obra foi reimpressa ha annos, sob a direcção do dr. Pereira Caldas, erudito bibliographico bracarense.

Freire *(Manuel Thomaz da Silva)*. Secretario da Recebedoria Geral de Malta, em Portugal. N. em Vianna do Castello a 8 de janeiro de 1716; ignora se a data do fallecimento. Era filho de Thomaz Marinho da Silva e de Joanna Francisca Barbosa de Lima. Escreveu: *Breve relação do estado presente da ilha de Malta, escripta em fórma de carta*, etc., Lisboa, 1751; *Succinta relação panegyrica da embaixada que a sagrada religião de Malta e sua alteza eminentissima seu serenissimo grão-mestre mandaram á Soberana fidelissima magestade do rei D. José I, nosso senhor*, Lisboa, 1751; *Assombros de Portugal pelo felicissimo governo presente*, Lisboa, 1751. Deixou alguns manuscriptes, cujos titulos veem publicados na *Bibliotheca Lusitana*, vol. IV, pag. 251.

Freire *(Pedro Lufina)*. Capellão d'el-rei D. João IV, beneficiado na matriz do logar de Sacavem, notario da inquisição de Lisboa, de que tomou posse a 16 de setembro de 1648; administrador geral da côrte, fortalezas da Barra, Cascaes, Peniche, e provincia da Extremadura. Nasceu em Lisboa, onde tambem falleceu a 13 de novembro de 1685. Escreveu: *Semana consagrada a Jesus Maria José, Meditações e devoções para todos os dias da semana*, Lisboa, 1676; fez-se outra edição em 1721.

Freire *(Simão)*. Era natural de Lisboa, e escreveu a seguinte obra, que ficou inédita: *Relação do que resultou da resenha geral que se fez em 8 de abril de 1639 por mandado da Princesa Margarida da gente de guerra d'esta cidade de Lisboa.*

Freire *(Tristão Soares)*. Cavalleiro da ordem de Christo. N. em Santarem, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de Domingos Lopes Freire e de Maria Soares. Passando ao Brazil, casou com D. Catharina da Costa, filha do licenceado André Coelho e de D. Gracia da Costa. Quando succedeu a acclamação de D. João IV, vivia em Madrid com seu filho Antonio Freire de Andrade e sua filha, D. Catharina Freire de Andrade, casada com Francisco Castilho, cavalleiro da ordem de Calatrava e corregedor de Ronda. Parece que pelo facto de estar aparentado com este hespanhol, foi considerado partidario de Hespanha, porque os bens que possuia em Santarem lhe fôram confiscados. Conseguiu, porém, justificar-se, provando que nunca seguira o partido de Castella, e os bens tornaram a ser-lhe entregues. Deixou manuscripta a seguinte obra: *Castella enganada com o Reino de Portugal, e desenganada com a acclamação de el rei D. João IV.*

Freire *(Vasco)*. Juiz dos orphãos na cidade de Beja nos principios do seculo XVII. Era natural de Abrantes. Escreveu um volume que ficou inedito, com o titulo de *Antiguidades de Beja.*

Freire. Pov. na freg. de Santa Maria, de Adaufe, conc. e distr. de Braga.

Freire do Amaral *(José Lobo)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; vogal effectivo do Tribunal de Contas, antigo deputado, da nação, par do reino; etc. Nasceu em Gramaços, do concelho de Oliveira do Hospital, a 13 de janeiro de 1850, sendo filho do dr. Francisco Freire Lobo do Amaral e de D. Antonia Delfina Garcia. Concluiu a sua formatura em 1876, e já com tendencia para a politica, fez as suas primeiras armas nas eleições do Club Academico, que ao tempo eram mais renhidas e disputadas que as eleições geraes. Alguns mezes depois da sua formatura foi nomeado 1.º official do governo civil de Leiria, onde se conservou bastantes annos, ganhando as maiores sympathias como homem e como funccionario. Foi vogal do conselho d'aquelle districto e da commissão districtal, até que em 1884 veiu, por transferencia, para o governo civil de Lisboa, assumindo a direcção da primeira repartição da respectiva secretaria. Em 1885 foi eleito, por Lisboa, delegado effectivo do collegio districtal. N'este mesmo anno foi nomeado, por alvará de 7 de abril, membro da commissão de contabilidade do corpo de policia civil de Lisboa. Por alvará de 12 de janeiro de 1886 foi nomeado secretario do tribunal ordinario do contencioso administrativo do districto de Lisboa. Por occasião dos conflictos entre as cidades de Braga e Guimarães, e ainda quando chefe da repartição do governo civil de Lisboa, foi nomeado secretario particular do governador civil d'este districto, que, na mesma occasião foi interinamente administrador do districto de Braga. Por decreto de 5 de agosto de 1886 teve a nomeação de chefe da 3.ª repartição da direcção geral das contribuições directas, no ministerio da Fazenda, onde exerceu varias commissões de serviço, inherentes a este logar, e outros para que foi nomeado, como vogal do jury dos concursos para o provimento dos logares dos antigos inspectores da fazenda, por portaria de 21 de novembro de 1887, e de director geral interino por varias vezes e por diversas portarias, cargo que depois desempenhou por anno e meio. Foi encarregado por mais de um ministro de trabalhos importantes, sendo louvado pelas portarias de 31 de dezembro de 1887, 16 de julho de 1888, 27 de novembro de 1893 e de 29 de setembro de 1900. Por decreto de 7 de março de 1886 foi-lhe conferida a mercê do titulo de conselho; tem tambem a commenda de Izabel a Catholica, de Hespanha. Por decreto de 4 de setembro de 1900 foi nomeado vogal effectivo do Tribunal de Contas, cargo de que tomou posse em 1 de outubro seguinte: Por carta regia de 28 de maio de 1906 foi nomeado par do reino. O sr. Freire do Amaral é socio da Sociedade de Geographia desde muitos annos, e socio honorario de diversas instituições de beneficencia, por serviços que lhes tem prestado. Foi deputado em duas legislaturas, sendo eleito pelos circulos de Faro e de Oliveira do Hospital. Este concelho deve lhe muitos serviços, em que se conta a creação d'um hospital; por sua influencia conseguiu a camara municipal o antigo convento de Villa Pouca da Beira, para se estabelecer o hospital.

Freire de Andrade *(Alfredo Augusto)*. Major de engenheiros ao serviço do ministerio da marinha, actualmente governador geral de Moçambique; official ás ordens honorario de Sua Magestade El-Rei Senhor D. Carlos; lente da 20.ª cadeira da Escola do Exercito; director das minas de Manica, etc. N. a 19 de dezembro de 1859. E' filho do fallecido vice-almirante Bento

Maria Freire de Andrade. Assentou praça em 29 de agosto de 1877, sendo promovido a alferes em 10 de janeiro de 1883, a tenente em 28 de janeiro de 1885, a capitão em 30 de junho de 1893 e a major em 25 de novembro de 1903. Tem o curso da sua arma e o da escola de minas de Paris, em que obteve as melhores classificações em todos os annos. E' um notavel engenheiro militar, civil e de minas, muito conhecedor das nossas possessões africanas. A biographia colonial do major Freire de Andrade é das mais honrosas. A sua estreia em Africa foi em 1890, como chefe da commissão de minas encarregada de estudar os recursos mineiros da provincia de Moçambique e territorios adjacentes. Esse estudo durou largos annos, alcançando os melhores resultados praticos e scientificos, devendo-se-lhe toda a legislação mineira, que hoje ali vigóra. Não se contentou, porém, com o percorrer a provincia, foi ao Rand e a Johannesburgo, vêr como se fazia a exploração mineira, e os seus serviços fôram considerados tão importantes, que lhe mereceram significativas distincções dos collegas e sabias corporações estrangeiras. Antonio Ennes, sendo commissario regio da provincia de Moçambique, encoutrou-o chefe d'uma commissão de minas e de agrimensura, já depois dos relevantes serviços da delimitação da fronteira luso-transvaliana, de tal maneira se lhe affeiçoou, que fez d'elle o seu mais constante e indispensavel collaborador. São um documento dos mais honrosos e o penhor mais indiscutivel dos seus muitos merecimentos, as palavras que aquelle grande estadista e superior homem de letras lhe dedica na *Guerra d'Africa em 1885*. A campanha de 1895, em que tanto se distinguiu Mousinho d'Albuquerque, veiu interromper a sua commissão de serviço, chamando-o ás fileiras. Os serviços, que então prestou o bravo official, fôram largamente descriptos por Antonio Ennes. Freire de Andrade enredou todas as terras em rebeldia nas malhas d'uma serie de postos militares, que são verdadeiros modelos de castramentação africana. A occupação tornou-se effectiva, e a revolta teve que ceder ante as imposições da sciencia, e d'uma valentia calculada e reflectida, que deu ao valente militar os fóros de official distincto e de profissional habilissimo. Em Magul, commandando apenas 275 praças européas, sustentou durante tres horas um combate contra seis mil homens dos soldados mais aguerridos do celebre potentado Gungunhana, obrigando-os a fugir, deixando o campo juncado de cadaveres. Esta victoria constitue um dos mais bellos feitos d'armas d'essas gloriosas operações. As suas brilhantes qualidades militares estavam evidenciadas; ia agora exemplificar os seus dotes administrativos. Governou interinamente a provincia, orientou-se em todos os problemas que pesavam sobre aquella colonia, e affirmou-se um homem de governo pertinaz e energico. Ainda não conta 50 annos de edade, e os seus valiosos serviços são já em grande escala; como explorador, deve-se-lhe o primeiro estudo de todo o curso de Incomati e o levantamento da maior parte do interior de Moçambique; como engenheiro, os trabalhos de delimitação da fronteira d'esta provincia desde Lourenço Marques até Manica; como mineralogista, o reconhecimento geologico, em todas as suas minudencias scientificas, dos territorios portuguezes ao sul do Zambeze; como soldado, ao lado de Paiva Couceiro, n'um continuo desafio de bravuras e heroismos, a pacificação de Lourenço Marques em 1895; como administrador, a valorisação da região mineira de Manica, que á sua iniciativa e superior competencia deve o estado

Alfredo Augusto Freire de Andrade

de prosperidade e de importancia a que chegou. *A Exposição* que Freire d'Andrade dirigiu ao presidente do conselho administrativo da companhia de Moçambique, sobre os factos determinantes da sua attitude como director das minas de Manica, e da sua exoneração de tão importante cargo, é um trabalho valioso e interessante. Pela demissão pedida em 1906 pelo sr. conselheiro João de Azevedo Coutinho, do logar de governador geral de Moçambique, foi nomeado para o substituir o major Freire de Andrade. O bravo official possue as seguintes honras: commendador e official da ordem da Torre e Espada, cavalleiro e official da de Christo, e official da de S. Thiago. Tem as medalhas: de ouro de valor militar; de prata de comportamento exemplar; de ouro de serviços no ultramar, e de prata para commemorar a expedição a Moçambique em 1894-1895.

Freire de Andrade *(Augusto Eduardo)*. Coronel de infantaria reformado. N. em Vizeu a 3 de agosto de 1843, fal. em Coimbra a 13 de novembro de 1906. Era filho de João Cardoso Freire de Andrade e de D. Anna Augusta Freire de Andrade. Assentou praça em 8 de agosto de 1860, como voluntario, no regimento de infantaria n.º 9, sendo promovido a alferes em 7 de julho de 1873 para infantaria n.º 17, passando depois a infantaria n.º 6 em 16 do referido mez e anno; a infantaria n.º 3 em 2 de março de 1875; a infan-

taria n.º 1 em 3 de julho de 1877; foi promovido a tenente em 18 de setembro de 1878 para caçadores n.º 3; passou a infantaria n.º 10 em 10 de agosto de 1880; promovido a capitão em 31 de outubro de 1884 para infantaria n.º 21, passando a infantaria n.º 20 em 19 de dezembro do mesmo anno; elevado a major em 4 de janeiro de 1896 para caçadores n.º 7; a tenente coronel em 31 de outubro de 1900. Teve a reforma em 10 de agosto de 1903, indo desde então residir em Coimbra. Emprehendeu e levou á sua realisação um melhoramento importantissimo n'essa cidade, arriscando capitaes que muitos consideravam empresa arriscadissima; mas resistindo a todas as contrariedades, conseguiu dotar Coimbra com o serviço de carros americanos por tracção animal. Mais tarde, conhecendo que a empresa, ao contrario do que se julgava, era de molde a ser explorada com vantagem, trabalhou e conseguiu que no Porto fôsse organisada a Companhia Carris de Ferro de Coimbra, para substituir a tracção animal pela tracção electrica, que foi um dos mais uteis e mais importantes melhoramentos. Passado tempo tambem alcançou organisar uma companhia dramatica permanente, com artistas da capital. Era casado com a sr. D. Christina Noronha de Andrade. Tinha o grau de cavalleiro e de official da ordem de Christo, e a medalha de prata de comportamento exemplar.

Freire de Andrade *(Bento Maria)*. Vice almirante reformado. N. em 1828, e fal. a 19 de outubro de 1903. Assentou praça aos 15 annos,

Bento Maria Freire de Andrade

como aspirante a guarda marinha, em 17 de outubro de 1843; foi promovido a guarda-marinha graduado em 20 de maio de 1845, a effectivo em 28 de abril de 1848, a 2.º tenente em 6 de novembro de 1851, a 1.º tenente em 9 d'abril de 1862, a capitão-tenente de em 12 de setembro 1871, a capitão de fragata em 16 de agosto de 1876, a capitão de mar e guerra em 31 de dezembro de 1883, e a contra-almirante em 27 de fevereiro de 1890. Sendo guarda-marinha e até 1.º tenente, desempenhou o serviço por cinco annos consecutivos a bordo de diversos navios na costa d'Africa, na repressão da escravatura, e no Brazil, onde esteve por occasião da revolta do Pará. Voltando a Portugal completou em 5 de agosto de 1858 o curso de engenheiro hydrographo. Entre outras commissões de serviço que exerceu, superintendeu nas seguintes: trabalhos da secção hydrographica; trabalhos geodesicos e chorographicos do reino; levantamento da planta dos campos de Coimbra inundados pelas cheias do Mondego, etc. Foi lente da 9.ª cadeira da Escola Naval, nomeado por decreto de 29 de novembro de 1887; professor de hydrographia na referida escola, nomeado em 20 de maio de 1885; commissario especial por parte do governo portuguez para proceder á demarcação das aguas territoriaes nas zonas maritimas entre Portugal e Hespanha, director interino da Escola Naval, vogal interino da junta consultiva da marinha, e effectivo da commissão de pharoes e balisas e do conselho de administração naval. E' do vice-almirante Freire de Andrade o relatorio do projecto de illuminação maritima dos archipelagos da Madeira e dos Açôres, sendo mais tarde nomeado chefe da commissão encarregada de escolher n'aquelle archipelago os portos para para o estabelecimento dos pharoes. O vice-almirante Freire de Andrade foi reformado n'este posto por decreto de 28 de novembro de 1895, por ter attingido o limite da edade. Serviu nos seguintes navios: brigue *Serra do Pilar*, vapor *Mindello*, *Barão de Lazarim*, brigue *Douão*, corveta *8 de Julho*, chalupa *Principe Real*, escuna *Conde de Faial*, brigue *Moçambique*, vapor *Infante D. Luiz*; o primeiro cruzando as aguas do Algarve, o segundo quando foi buscar deportados ao Porto, o terceiro no transporte de tropas a Setubal e á costa do sul de Portugal, e os restantes em commissões especiaes a Argel e a Vigo, n'uma estação naval em Pernambuco, n'outra em Angola, cruzeiros na costa norte de Portugal e nos Açôres, etc. O vice-almirante Freire de Andrade possuia o grau de grande official da ordem de Aviz, e a medalha de ouro de comportamento exemplar.

Freire de Andrade *(Gomes)*. V. *Andrade*.

Freire de Andrade *(Jacinto)*. V. *Andrade*.

Freire Carrolas *(João)*. Poeta latino muito considerado nos fins do seculo XVI. Era natural de Torres Novas e filho de Lopo Carrolas, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher, D. Leonor Freire de Andrade. Partiu para a India, onde viveu alguns annos, regressando ao reino em 1596, a bordo da nau *S. Filippe*. Fal. na ilha de S. Miguel. Escreveu: *Epigrammata in laudem omnium Sanctorum*, etc, publicado em 1586.

Freire de Carvalho *(André)*. Fidalgo da Casa Real; cavalleiro professo na ordem de Christo; commendador de Santa Maria Magdalena de Parada, da mesma ordem, desembargador da Casa da Supplicação, de que tomou posse a 24 de abril de 1698, e conservador da Casa da Moeda. N. em Lisboa, onde tambem fal. a 6 de abril de 1712. Era filho de Manuel Botelho de

Carvalho, fidalgo e copeiro da Casa Real, e de D. Marianna de Sande, filha de Manuel da Silveira de Sande, estribeiro-mór da rainha D. Luiza Francisca de Gusmão, e de D. Ignez de Mattos. Sendo o vereador mais antigo do senado de Lisboa, quando el-rei D. João V casou com D. Maria Anna d'Austria, foi quem proferiu o discurso gratulatorio, em nome da cidade de Lisboa, na sé cathedral, o qual se imprimiu em 1709: *Oração na presença de Suas Magestades El-Rei D João V e a Rainha D. Maria Anna d'Austria, Nossos Senhores, quando fôram em acção de graças á Sé de Lisboa em 22 de dezembro de 1708.* Freire de Carvalho foi casado com D. Catharina de Mattos.

Freire de Carvalho *(D. Antonio da Visitação).* Conego regrante da ordem de Santo Agostinho, professor de Historia e de Geographia nas aulas publicas do mosteiro de S. Vicente de Fóra, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa. N. em Monte-São, proximo de Coimbra, em 1769, fal. em 1 de março de 1804, antes de completar 35 annos de edade. Era filho de dr. Ayres Antonio Antunes Freire, e de D. Maria Joaquina Sequeira de Carvalho; irmão mais velho de Francisco Freire de Carvalho e de José Liberato Freire de Carvalho (V. *estes nomes*). Professou no convento de Mafra, e concluindo os estudos com applauso dos professores, apresentou-se n'um concurso para o magisterio no seu convento, mas ficou reprovado, concorrendo para isso o ter se manifestado a favor dos principios liberaes. Passando então para o convento de Grijó, e depois para o de S. Vicente de Fóra, foi n'este nomeado professor de historia e de geographia, sendo tambem admittido como socio na Academia Real das Sciencias, por intervenção do duque de Lafões. A sua biographia vem publicada na *Bibliotheca Familiar e Recreativa*, de 1837, pag. 223; nas *Actas da Academia Real das Sciencias*, tomo I, pag. 106, vem uma noticia a seu respeito, escripta pelo irmão José Liberato Freire de Carvalho. Bibliographia: *Memoria sobre a justiça dos motivos que teve o senhor rei D. João II para rejeitar os projectos de navegação de Christovão Colombo;* saiu posthuma, publicada (bem como as 4 seguintes) pelo seu referido irmão José Liberato, no *Investigador portuguez em Inglaterra*, n.º XXX, de pag. 197 a 212; *Memoria em que se mostram as vantagens do estudo da Geographia nautica nas Reaes Aulas da Marinha, e o plano do seu ensino;* no *Investigador*, n.º XXXI, de janeiro de 1814, pag. 403 a 412; transcripta depois, sem o nome do autor, no tomo I do *Guarda-Livros Moderno; Memoria sobre a utilidade de applicar as manufacturas das nossas materias primeiras aos progressos da Agricultura;* no *Investigador*, n.º XXII, de pag. 570 a 578; *Memoria sobre a condição domestica e politica da classe indigente nos primeiros seculos da Monarchia;* no *Investigador* n.º XXXIII, pag. 1 a 11; *Observações sobre a divindade que os Lusitanos conheceram debaixo da denominação de Endovelico;* no *Investigador*, n.º XXXIV, pag. 149 a 160; *Vida de Fr. Bernardo de Brito, para servir de preliminar á reimpressão da «Monarchia Lusitana»*, no *Investigador*, n.º XXXV, pag 379 a 396, e continuada no n.º seguinte, pag. 599 a 614; já havia sido impressa no tomo I da *Collecção dos principaes historiadores portuguezes*, publicada pela Academia Real das Sciencias, 1806; *As Variedades*; especie de publicação periodica, por elle começada em janeiro de 1801 e que findou em 1804, por causa do seu fallecimento; foi muito coadjuvado por José Liberato Freire de Carvalho, que escreveu e traduziu muitos artigos. A publicação compunha-se de cadernos de 3 a 5 folhas de impressão no formato de 8.º, comprehendendo, além de noticias biographicas de muitas personagens celebres, de anecdotas, maximas, sentenças, antiguidades, etc., uma serie de pequenas novellas traduzidas do francez. Foi a primeira obra recreativa, que entre nós se publicou com semelhante plano, e que teve o melhor acolhimento do publico. Escreveu mais: *Ao serenissimo Principe do Brazil, pela beneficentissima protecção com que se digna honrar o real Collegio de Mafra, consagram: «Regras de Rhetorica e Poetica» D. Antonio da Visitação, conego regular, e Marianno José Pereira, collegial do mesmo collegio; presidente, D. Luiz da Senhora do Carmo;* Lisboa, 1787.

Freire de Carvalho *(Francisco).* Religioso da ordem dos eremitas calçados de Santo Agostinho; conego da Sé Patriarchal de Lisboa, reitor do Lyceu Nacional da mesma cidade, commissario dos estudos, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa e do Instituto Historico Geographico do Brazil, etc. N. em Monte-São, perto de Coimbra, a 25 de outubro de 1779, fal. em Lisboa a 20 de abril de 1854. Era irmão de D. Antonio da Visitação Freire de Carvalho e de José Liberato Freire de Carvalho (V. *estes nomes*). Aprendeu as primeiras letras em Monte-São e na quinta da Tapada. Aos 13 annos, pouco mais ou menos entrou no Seminario Episcopal de Coimbra, aos 16 vestiu o habito de frade de Santo Agostinho, passou o triennio do noviciado do convento da Graça, de Lisboa, depois foi para o collegio da Graça, de Coimbra; frequentou a Universidade, e veiu afinal concluir os estudos no collegio de Santo Agostinho, de Lisboa. Em seguida defendeu theses, habilitando se para o magisterio, e em 1805 recebeu o diploma de lente substituto de Philosophia e de Theologia. Em 1806 foi nomeado prior do convento de Castello Branco, sendo encarregado de reger a cadeira regia de Philosophia racional e a diocesana, que era de Theologia moral. Em 1811 voltou para o convento de Coimbra, onde regeu diversas cadeiras de Theologia. Em 1814 foi nomeado lente substituto das cadeiras de Rhetorica, de Historia e de Antiguidades. Regeu a cadeira desde 1815, e em 1817 foi nomeado lente proprietario. Durante a sua regencia prestou relevantes serviços. No anno de 1820 secularisou-se por um breve pontificio. Em 1821 foi nomeado deputado da real junta directora dos estudos e escolas do reino; em setembro de 1823 teve a demissão d'este logar, e em 1824 a suspensão perpetua do ensino publico, dando-se como pretexto a sentença d'uma alçada, que foi a Coimbra julgar os disturbios de uns estudantes, em que Francisco Freire de Carvalho nega ter tomado parte; para a suspensão do logar de deputado da junta directora não se allegou motivo algum. O facto era que as idéas liberaes, que o animavam, não se conformavam com a politica do tempo. No entretanto, no principio do anno de 1826, por carta regia passada pela infanta D. Izabel Maria, em nome de D. Pedro IV, foi Francisco Freire de

Carvalho restituido á sua cadeira e indemnisado do prejuizo que tivera, ordenando-se-lhe, comtudo, que ficasse exercendo interinamente o logar de professor de Rhetorica e Poetica no Real Estabelecimento do Bairro Alto de Lisboa. Conta-se que o proprio Freire de Carvalho affirmava que esta resolução fôra ainda tomada por D. João VI, apezar de só ter sido executada depois da sua morte Quando o infante D. Miguel chegou a Lisboa, foi de novo demittido, nos principios de fevereiro de 1829. Receando que a perseguição se não limitasse, por serem bem conhecidas as suas idéas liberaes, Francisco Freire de Carvalho emigrou para o Brazil, onde esteve perto de cinco annos como professor particular, residindo em S. João d'El-Rei. Ali, além de outras obras, escreveu dois sermões, sendo um d'elles ácerca da morte do medico italiano Badaró, e o outro ao anniversario do dia 25 de março, sendo ambos impressos na typographia do *Astro de Minas*, jornal, em que, segundo consta, inseriu alguns artigos de polemica politica. Quando se restabeleceu o governo constitucional, resolveu voltar ao reino, e ainda no Brazil foi reintegrado no seu logar, por decreto de 3 de agosto de 1833. Desembarcou em Lisboa a 11 de maio de 1834, e poucos dias depois recebeu a nomeação de commissario dos estudos de Lisboa e provincia da Extremadura. Em junho foi nomeado conego da cathedral de Lisboa, e restituido ao logar de vogal da junta directora dos estudos e escolas do reino, continuando a ser commissario dos estudos, e nomeado para inspeccionar a Aula de Commercio. Tambem recebeu a nomeação de governador do bispado do Funchal, mas pediu para não acceitar esse cargo. Em 1835 houve uma tentativa de reforma da instrucção, devendo estabelecer-se em Lisboa o conselho superior de instrucção publica, para o qual Freire de Carvalho foi nomeado vogal e secretario. Chegou a formar-se secretamente, mas a reforma desfez-se, por ter caido o ministerio, e Francisco Freire de Carvalho voltou aos seus antigos empregos. Organisando se em 1838 o lyceu de Lisboa, foi nomeado professor da cadeira de Oratoria, Poetica e Litteratura Classica, principalmente da portugueza, pedindo por esse motivo a sua exoneração de vogal da junta directora dos estudos que funccionava em Coimbra. Em 1840 entrou na Academia Real das Sciencias de Lisboa, como socio effectivo, sendo ao mesmo tempo nomeado provedor do recolhimento de Nossa Senhora do Amparo, a S. Christovão. No mez de junho de 1845 foi nomeado reitor do lyceu de Lisboa. Ainda se encarregou de algumas commissões importantes. A imperatriz do Brazil, viuva de D. Pedro IV, o escolheu para professor de sua filha, a princeza D. Maria Amelia, logar que exerceu até fevereiro de 1853, data do fallecimento d'esta princeza, a cuja memoria dedicou uma das suas composições. Para a biographia de Francisco Freire de Carvalho vejam se os apontamentos por elle proprio escriptos, e que saíram posthumos no *Instituto* de Coimbra, vol IX, 1862, pag. 162 a 164. Bibliographia: Obras elementares e philologicas em prosa: *Lições elementares d'Eloquencia nacional*, *offerecidas á mocidade de ambos os hemispherios*, Rio de Janeiro, 1834; *segunda edição correcta e augmentada*, Lisboa, 1840; *Terceira edição correcta e augmentada*, Lisboa, 1844; *5.ª edição*, Lisboa, 1856; não conhecemos a data da 4.ª edição; *Lições elementares de Poetica nacional, seguidas de um breve ensaio sobre a critica litteraria, para uso da mocidade de ambos os hemispherios*, Lisboa, 1840; 2.ª edição, Lisboa, 1851; estes dois tratados reunidos fórmam, segundo diz o autor, *«um curso completo de litteratura nacional, escripto em portuguez e para portuguezes, obra que apparecia entre nós, pela primeira vez»; Primeiro ensaio sobre a historia litteraria de Portugal, desde a sua mais remota origem até o presente tempo, seguido de differentes opusculos, que servem para sua maior illustração, e offerecido aos amadores da litteratura portugueza em todas as nações*, Lisboa, 1845; *Lições de boa moral, de virtude e de urbanidade, escriptas em hespanhol por D. José Urcullu, e traduzidas em portuguez*, Lisboa, 1838; 2.ª edição; Lisboa, 1847; *Cartas sobre a educação do bello sexo, compostas no idioma hespanhol por uma senhora americana, e vertidas para o portuguez*, Lisboa, 1851; *Biographia de Manuel Fernandes Thomaz, e D. Antonio da Visitação Freire de Carvalho;* saídas na *Collecção de retratos e biographias das personagens illustres de Portugal*, publicada em Lisboa, 1840; *Memoria que tem por objecto revindicar para a nação portugueza a gloria da invenção das machinas aerostaticas*, Lisboa, 1844; e no tomo I, parte I, da 2.ª serie das *Memorias da Academia; Additamento á dita memoria;* saiu nas *Actas da Academia*, tomo I, 1849; de pag. 193 a 219; *Memoria sobre a antiguidade e emprego da artilharia na Hespanha, e remota data da sua introducção*, Lisboa, 1844; e no tomo I, parte II, da 2.ª serie das *Memorias da Academia; Cartas de Plinio segundo, traduzidas em portuguez;* saíram nas *Actas da Academia*, 1839-1850. Consta que apresentára á Academia, porém não se publicaram, uma *Memoria sobre o genero em poesia denominado «romantico» e sua comparação com o denominado «classico»*; e uma *Analyse critica do poema «Os Lusiadas»* (incompleta). Dirigiu, preparou, corrigiu e annotou copiosamente a edição critica dos mesmos *Lusiadas*, que se imprimiu em 1843, a qual fez preceder d'uma *advertencia* critico philologica, que occupa de pag. IX a XVII, e seguir *de notas e variantes*, que começam a pag. 293 e findam com o volume, a pag. 367.—Poesias: *Epistola a M. M. de B. du Bocage*, inserta no folheto *A virtude laureada*, a pag. 56; *Epistola* ao mesmo: saiu nos *Novos improvisos de Bocage*, a pag. 77; *Pranto na morte de Bocage*, no folheto *Collecção de poesias á memoria de M. M. de B. du B*, impresso em 1806, a pag. 44, trazendo as iniciaes *Fr. Freire. Ode ao ex.*[mo] *sr. Bernardo Correia de Castro e Sepulveda*, no *Portuguez Constitucional*, jornal publicado em 1820, de 1 de dezembro, com as iniciaes *Fr. F. F. de C.*; *Epistola á Marqueza d'Alorna, em 20 de julho de 1829, por occasião da partida do autor para o Brazil*; nas Obras Poeticas da mesma senhora, tomo II, pag 75; *Ode ao muito fausto restabelecimento da saude de S. M. I. o senhor D. Pedro I*, Rio de Janeiro, 1829; *As Georgicas de P. Virgilio Marão, novamente vertidas do original latino em verso portuguez, acompanhadas de annotações explicativas*, Lisboa, 1819; *Traducções de algumas elegias dos «Tristes» de Ovidio;* saíram no *Instituto de Coimbra*, tomo II; *A' saudosissima memoria de um anjo, que da terra voou para o céo no dia 4*

de fevereiro de 1853, a Serenissima senhora Princeza D. Maria Amelia, Lisboa, 1853.

Freire de Carvalho *(José Antonio)*. Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, cavalleiro professo na ordem de Christo, etc. Nasceu em Barcellos em 1744, e fal. em Braga em 1812. Foi juiz de fóra na villa de Amarante, chanceller da Relação Ecclesiastica de Braga, com a graduação de desembargador da Relação do Porto. Consta que merecêra particular estima aos arcebispos D. Gaspar e D. Fr. Caetano Brandão, que muitas vezes o consultavam sobre negocios difficeis, como homem muito versado em direito ecclesiastico e em Theologia. Por sua morte deixou os seguintes manuscriptos: *Arvore genealogica* (illuminada) *das acções*, etc; *Arvore rhetorica*, intitulada: *Eloquencia universal*, etc.; *Arvore genealogica de toda a versificação latina*, etc.; *Illuminatio Juris*, fol., 7 tomos; trata de todas as regras e disposições do Direito commum, por ordem alphabetica, nos differentes ramos civil, criminal, canonico e ecclesiastico. Esta obra é escripta em latim, com algumas annotações em portuguez.

Freire de Carvalho *(José Liberato)*. Religioso da ordem de Santo Agostinho, escriptor, jornalista, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, socio honorario da Academia de Bellas Artes da mesma cidade, membro correspondente da 1.ª classe do Instituto Historico de Paris, etc. Nasceu em Monte-São, nos arredores de Coimbra, a 20 de julho de 1772, fal. em Lisboa a 31 de março de 1855. Era irmão de D. Antonio da Visitação Freire de Carvalho e de Francisco Freire de Carvalho *(V. estes nomes)*. Passou a sua infancia na vivenda paterna de Monte-São, e aos 15 annos de edade fazia exame de latim no convento de Santa Cruz, de Coimbra, em cuja congregação pretendia ser admittido para satisfazer a vontade de parentes e amigos, que instantemente a isso o aconselhavam. Sem reflexão, para avaliar o passo que ia dar, tomou o habito em 12 de outubro de 1787, ficando no proprio convento de Santa Cruz, por ser esse o desejo de sua mãe, que muito o estremecia. Ali estudou Philosophia e Theologia, mas não se aliavam ao seu espirito os deveres do claustro, muito mais em Santa Cruz, onde os conegos por estarem n'uma cidade e na séde d'uma diocese, ainda tornavam mais rigorosos. Não lhe passavam desapercebidos os rumores, que precederam o grande abalo social, que transformou o viver da nação franceza, e que lançou as bases da sociedade moderna em toda a Europa. Freire de Carvalho, estudioso e investigador pertinaz, trocava os compendios de Theologia pelos livros dos philosophos que tinham preparado os acontecimentos da epoca, e não perdia o ensejo de ler o *Correio da Europa*, jornal que transmittia as noticias circumstanciadas do que se passava em França. Assim, ao mesmo tempo que se distrahia dos estudos, fortalecia as suas convicções liberaes. Não se podendo conformar com os rigores do convento de Santa Cruz, solicitou e obteve transferencia para o de Refoios, em que os deveres religiosos eram mais moderados. Aos 23 annos, em 1795, foi a Braga receber das mãos do arcebispo D. Fr. Caetano Brandão as primeiras ordens sacras, e mais tarde as de diacono e de presbytero, com as quaes alcançou tambem a sincera estima do venerando prelado. Por esse tempo se lhe revelou o instincto de escriptor, e encetou os seus trabalhos litterarios com a traducção da *Arte de pensar*, de Condillac, que se imprimiu em 1794, e cuja edição totalmente se esgotou. Tornou-se tão afamado, pelo seu muito talento e muito saber, que em 1800 foi escolhido para professor de Logica nas escolas de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, onde ao lado de seu irmão mais velho, D. Antonio da Visitação, que tambem ali era professor, travou conhecimento com o poeta Bocage, Gomes Freire de Andrade e outros homens importantes d'aquella epoca. A sua nomeação para o professorado o obrigou a transferir a residencia para a capital. Tratava-se então de organisar a maçonaria em Portugal, e segundo elle proprio confessa nas suas *Memorias*, mais por curiosidade do que por outro qualquer sentimento, filiou-se na loja *Fortaleza*, depois de persuadido de que os principios d'esta seita em nada contrariavam os deveres da sua posição. Algum tempo depois foi nomeado professor proprietario da cadeira de Rhetorica e de Eloquencia na referida escola de S. Vicente, e teve a infelicidade de perder seu irmão D. Antonio, o que lhe causou um profundissimo desgosto, obrigando-o, para se convalescer da doença moral que o atacou, a retirar-se a Bemfica e d'ali á Figueira, onde recebeu a noticia de que fôra honrado com o titulo de grande orador para a primeira grande loja maçonica que se estabelecera em Portugal. Voltando a Lisboa em outubro de 1804, continuou com os seus trabalhos de professor, e n'esse mesmo anno a Academia Real das Sciencias o elegeu seu socio effectivo, em 21 de novembro, principiando desde logo a frequentar as sessões com a maior pontualidade, até que a intolerancia ali manifestada, e mais tarde o exilio, o afastaram completamente da Academia. O odio implacavel que votava á Inquisição, que sempre qualificou de estupida, hypocrita e cruel, promoveu-lhe muitas perseguições e incommodos até ao fim do anno de 1805, em que a intendencia da policia o intimou a sair immediatamente de Lisboa, por se julgar perigosa a sua permanencia em S. Vicente. D. José do Loreto, nome que adoptara quando entrara para Santa Cruz de Coimbra, escolheu o convento de Grijó para seu retiro, e ali se conservou até 1808. Veiu a invasão franceza, a partida da familia real para o Brazil, dando-se no paiz uma mudança completa de regimen, e o nosso conego aproveitou o ensejo para regressar a Lisboa, sendo recebido em S. Vicente pelos seus confrades com as maiores manifestações de amizade. Saudades da familia o levaram a Coimbra, onde soffreu muitas privações e trabalhos, vivendo com muito pouco respeito pela clausura. Em 1810 os francezes commandados pelo general Massena, depois da batalha do Bussaco, entraram em Coimbra e ali deixaram os seus feridos. Como tinham de marchar para a frente, Massena quiz levar alguns refens, que lhe respondessem pela segurança dos feridos. Um d'esses refens foi Freire de Carvalho, que tendo sido conduzido traiçoeiramente para fóra da cidade, foi depois obrigado a acompanhar Massena como prisioneiro, supportando inclemencias inauditas, chegando a sentir fome e a não ter camisa para vestir. Só em Santarem é que pôde utilizar algum dinheiro, que

conseguiu salvar da rapacidade dos francezes, e até d'alguns portuguezes, comprando então os objectos mais indispensaveis O exercito francez depois de se ter demorado algum tempo em Santarem, onde Massena esperava as ordens de Napoleão, partiu a marchas forçadas para Torres Novas, seguindo ainda mais para o norte. A esta circumstancia deveu o erudito professor das escolas de S. Vicente a mudança radical que se operou na sua vida futura. Passando o exercito em Foz de Arouce, conseguiu escapar á vigilancia das sentinellas, que sempre o guardavam, e no meio da confusão d'aquella retirada tumultuosa pôde alcançar Coimbra, onde se conservou escondido até que Massena se distanciou para o centro da Beira. Não durou, porém, muito tempo a liberdade que já ia gozando na companhia de parentes e amigos, porque em 1811 recebeu ordem do governo de Lisboa para se recolher ao convento de Santa Cruz, onde teria de ficar incommunicavel. Na reclusão dedicou se a traduzir os *Annaes de Tacito,* trabalho que em 1813 concluiu, e n'esse anno teve ordem de se retirar sem perda de tempo ao convento de Refoios do Lima, onde lhe seria expressamente prohibido communicar com qualquer pessoa extranha. Antes de partir para a nova reclusão obteve licença de se despedir do seu amigo intimo José Ferreira Pinto, o qual lhe pediu que, ao passar pelo Porto, o procurasse disfarçadamente na casa que possuia n'aquella cidade. Freire de Carvalho assim procedeu, e com a maior surpreza ali encontrou um passaporte em nome de *Manuel Rodrigues*, que lhe permitiu escapar-se, fingindo-se creado d'um negociante inglez, passando á Corunha, onde embarcou para Inglaterra. Então despojou-se dos habitos monacaes, largando por absoluto uma vida para que nunca tivera vocação. O frade transformara se no politico revolucionario, de quem a patria ainda havia de receber assignalados serviços. Até accrescentou ao seu nome o de *Liberato*, em commemoração de ter conquistado completa liberdade, chamando-se desde então *José Liberato Freire de Carvalho* em vez de *José Freire de Carvalho* que sempre usára, e o de D. José do Loreto, que adoptára na religião. Apenas chegou a Inglaterra foi logo apresentado e relacionado com todos os portuguezes de elevada posição social, que constituiam a nossa colonia em Londres, sendo tambem aproveitada a sua notavel aptidão jornalistica. Em janeiro de 1814 confiaram-lhe a redacção do *Investigador portuguez*, jornal que muito se occupava das cousas de Portugal, e que exercia grande influencia nos homens que então dirigiam os negocios do nosso paiz, e essa influencia augmentou consideravelmente na opinião publica, a ponto do conde de Palmella, representante de Portugal em Londres, querer convertel-o em orgão do governo, a que ia faltando a popularidade, por cada vez mais se distanciar das indicações dos homens que representavam as aspirações populares. A tentativa fôra realisada com toda a finura d'um distincto diplomata, mas em resposta, Freire de Carvalho dirigiu uma carta de recusa, repellindo com toda a nobreza e diplomacia a proposta de serem submettidos a censura prévia os seus artigos. Esta recusa deu em resultado, que a côrte do Rio de Janeiro suspendesse a protecção que dava ao jornal, desde o tempo do seu primitivo proprietario, com um numero avultado de assignaturas, e o *Investigador portuguez*, apezar do favor do publico, não lhe bastando a receita para sustentar-se, interrompeu a publicação, que fôra, por assim dizer, redigida quasi exclusivamente por José Liberato Freire de Carvalho desde 1816 até 1818. Indo depois a Paris, em visita de estudo, voltou a Londres e começou a publicar um novo jornal, de que foi o principal redactor. Chamava-se o *Campeão portuguez*, folha francamente revolucionaria, uma das que mais ardentemente contribuiram para as mudanças politicas, que não tardaram a realisar-se em Portugal. Em 1820, os portuguezes residentes em Londres, sabendo dos acontecimentos politicos de Lisboa, mandaram uma mensagem de felicitação aos poderes de Estado, de que foi portador José Liberato Freire de Carvalho. Depois de atravessar demoradamente a França e a Hespanha, o mensageiro chegou a Lisboa em 1821, e foi alvo das maiores attenções e sympathias. O ministro Silvestre Pinheiro lhe offereceu repetidas vezes os logares de nosso representante em Madrid, em Paris, e em Roma. José Liberato recusou sempre aquelles elevados cargos, e só a muito custo é que se decidiu a acceitar o de secretario da nossa embaixada em Paris. Não chegou, porém, a realisar-se essa nomeação, por ter José Liberato entrado, por decreto real, como addido no gabinete do ministro dos negocios estrangeiros. As intrigas politicas não tardaram a obrigal-o a deixar aquelle logar, compellindo-o a entrar de novo e com desassombrada independencia na vida jornalistica. Fundou o *Campeão Portuguez em Lisboa*, em que escreveu artigos importantissimos ácerca da separação do Brazil. Foi energica esta campanha contra o principe real D. Pedro, que se manifestou independente das côrtes de Lisboa Nas eleições que seguiram ás côrtes constituintes foi eleito deputado por Vizeu, obtendo tambem muitos votos como supplente, em differentes circulos do norte do reino. Depois do movimento da Villafrancada, foi mandado, por ordem d'el-rei, sair de Lisboa em direcção a Coimbra, onde lhe era marcado o desterro, que durou até 1825, em que ficou livre de transitar por onde quizesse, mas José Liberato só em janeiro de 1827, já depois de outorgada a Carta Constitucional, é que voltou a Lisboa, onde o então conde de Saldanha o reintegrou no seu logar de official no ministerio dos negocios estrangeiros, e o incumbiu da redacção da *Gazeta de Lisboa*, que estava nas mãos de Rademaker, sendo orgão perigoso para a liberdade. A direcção de José Liberato durou pouco tempo, assim como o ministerio Saldanha, que a infanta regente D. Izabel Maria demittiu, pretendendo entregar a regencia ao infante D Miguel. José Liberato foi tambem demittido do seu logar no ministerio dos estrangeiros. Quando chegou a Lisboa o infante, receando perseguições pelo seu crime de ser convicto liberal, tratou de se homiziar em differentes sitios até que nos fins de novembro de 1828 emigrou para Inglaterra, onde se demorou, vivendo retirado das agitações politicas, escrevendo algumas memorias historicas. Foi durante esse periodo que se fizeram as tentativas de mandar para o Rio de Janeiro os emigrados que estavam no deposito de Plymouth, e que formava a expedição da Terceira, constituindo mais tarde

o corpo de bravos que veiu desembarcar a 7 de julho de 1832 nas praias de Mindello. José Liberato foi de Londres para Paris na companhia de Saldanha, e ali souberam o estado deploravel da guarnição do Porto. Este general fez todos os esforços, venceu todos os obstaculos, fretou em Portsmouth um navio, o *Hyperion*, a bordo do qual chegou, com José Liberato e outros companheiros, no dia 26 de janeiro de 1833, á vista da Foz, entrando no Porto dois dias depois. A sua chegada foi um enthusiasmo para a população. Terminada a lucta, José Liberato Freire de Carvalho veiu para Lisboa, onde foi convidado para ministro pelo grupo que conspirava contra a situação. A tentativa mallogrou-se, tendo-se José Liberato recusado sempre a acceitar aquella pasta Foi nomeado archivista da camara dos pares e eleito deputado pela Madeira, cargo de que tomou posse em 3 de outubro de 1834. A sua vida parlamentar foi notavel n'este periodo. Da sua iniciativa existem resoluções de largo alcance liberal, podendo apontar-se, entre muitas, a que se refere á exclusão e exautoração do infante D. Miguel e de todos os seus descendentes. Dissolvida a camara em 1836, procedeu-se a nova eleição, em que o governo perdeu no Porto. Os acontecimentos politicos, que succederam, deram em resultado restabelecer-se a 9 de setembro do referido anno a constituição de 1822. Pela terceira vez foi José Liberato eleito deputado, tomando assento na camara entre os membros da opposição, votando, ao tratar-se da reforma constitucional, que houvesse duas assembléas legislativas, uma temporaria, outra vitalicia, mas ambas electivas. Seguiram-se os movimentos revolucionarios em que se manifestou Costa Cabral, e a contenda dos marechaes, dando logar a que no paiz se constituissem muitas facções politicas. Os acontecimentos aggravaram-se o mais possivel; foi votada uma nova constituição e abolida a camara dos pares, sendo, por conseguinte, José Liberato dispensado do serviço de archivista Manuel da Silva Passos o nomeou então administrador da Imprensa Nacional, logar em que depois foi aposentado a 24 de agosto de 1838. Voltando á vida particular, limitou-se a ir ás quartas feiras á Academia Real das Sciencias, de que era socio desde 22 de novembro de 1801; recebeu os diplomas de socio honorario da Academia Real das Bellas Artes em 19 de maio de 1837, e de socio correspondente do Instituto Historico de Paris em 20 de março de 1835. Ao ser reformada a Academia Real das Sciencias recusou nobremente o diploma de socio supranumerario que lhe offerecia aquella corporação, depois de por muitos annos o contar no numero dos socios effectivos, e tendo-o já eleito uma vez presidente. Era dotado da maior independencia; durante toda a sua vida nunca solicitou graça ou recompensa dos seus serviços. Para perpetuar a sua memoria, instituiu-se um club-escolar com o seu nome, que ficava proximo ao Carmo. Na *Gazeta Commercial*, de 24 e 28 de maio, 10 de junho e 8 de julho de 1885, vem uma desenvolvida biographia d'este distincto liberal. E' vasta a sua bibliographia: *Arte de pensar do abbade de Condillac, trasladada em linguagem portugueza*, Coimbra, 1794; fez-se 2.ª edição em 1818; *O Campeão portuguez, ou o amigo do rei e do povo; jornal politico, publicado todos os quinze dias para advogar a causa e interesses de Portugal*, Londres, 1819 a 1821; 4 tomos, começando em 1 de julho de 1819 e acabando em 16 de junho de 1821; *O Campeão portuguez em Lisboa, ou o amigo do povo e do rei constitucional; semanario politico para advogar a causa e interesses da nação portugueza em ambos os mundos, e servir de continuação ao Campeão portuguez em Londres*, Lisboa, 1822 e 1823; 3 tomos, saindo o 1.º numero em 6 de abril de 1822 e o ultimo a 31 de maio de 1823; *Ensaio historico-politico sobre a constituição e governo do reino de Portugal, onde se mostra ser aquelle reino desde a sua origem uma monarchia representativa, e que o absolutismo, a superstição e a influencia da Inglaterra são as causas da sua actual decadencia*, Paris, 1830; foi escripta esta obra durante a sua emigração em Londres, nos annos de 1829 e 1830; saiu tambem em francez com o mesmo titulo *Essai historico-politique*, etc., vertido pelo dr. Francisco Solano Constancio; do original fez-se 2.ª edição em 1843; *Os Annaes de Cornelio Tacito, traduzidos em linguagem portugueza, offerecidos á sua patria e aos seus amigos*, Paris, 1830; 2 tomos; os dois primeiros livros já tinham sido impressos em folhas separadas, que se distribuiram juntamente com os numeros do *Campeão portuguez*, a cujo vol. IV costuma reunir-se essa parte impressa, que tem rosto especial como se segue: *Os Annaes de Cornelio Tacito, trasladados em linguagem portugueza, e agora por a primeira vez impressos e publicados, O. D. C. aos subscriptores do «Campeão portuguez», José Liberato Freire de Carvalho*, Londres, 18_0; esta traducção foi começada em 1809 ou 1810, e concluida em Coimbra pelos annos de 1823 ou 1824; *Reflexões sobre um paragrapho do Manifesto do senhor D. Pedro, duque de Bragança, datado de 2 de fevereiro de 1832*, Londres, 1832; *Ensaio politico sobre as causas que prepararam a usurpação do infante D. Miguel no anno de 1828, e com ella a queda da Carta Constitucional do anno de 1826*, Lisboa, 1840; parece que teve 2.ª edição em 1842; *Memorias com o titulo de Annaes para a historia do tempo que durou a usurpação de D. Miguel*, Lisboa, 4 tomos, o 1.º em 1841, o 2.º e o 3.º em 1842, e o 4.º em 1843; *A Carta e os vinte e dois annos de edade*, Lisboa, 1848; *Os Mysterios de Londres, por sir Francis Trolop, traduzidos em portuguez*, Lisboa, 1845; 3 tomos; *Os Amores de Paris, romance traduzido do francez*, Lisboa, 1849; sem o nome do traductor. Os seguintes são tambem traducções do francez: *O rapazinho Piquillo Alliaga*, etc., Lisboa, 1850; *Antonia, ou a menina das montanhas*, etc, Lisboa, 1851; *Historia da Bastilha*, etc.; *O Mascara de ferro*, etc; *Memorias da vida de José Liberato Freire de Carvalho, anno de 1854*, Lisboa, 1855; acompanhadas d'um retrato do autor, gravado em Londres em 1820; fôram impressas posthumas, por meio de subscripção. Ha ainda publicado o seguinte: *Discurso pronunciado na sessão da Sociedade Litteraria Patriotica de Lisboa em 24 de julho de 1822, commemorativa dos hespanhoes mortos em Madrid a 7 de julho do dito anno em defeza da Constituição*; saiu em folheto impresso com o titulo de *Sessão extraordinaria*, etc., Lisboa, 1822; *Breve noticia biographica de seu irmão D. Antonio da Visitação Freire de Carvalho*; lida na Academia Real das Sciencias, e inserta no tomo I das Actas, 1849, de pag. 106 a 114. Redigiu em 1827 durante

alguns mezes a *Gazeta do Lisboa.* Escreveu em principio varios artigos no *Paquete de Portugal*, publicado em Londres nos annos de 1828 e seguintes, mas não continuou, por se não conformar a politica do jornal com a sua. Em 1840 apresentou na Academia Real das Sciencias um trabalho, que, segundo parece, não chegou a imprimir-se: *Memoria sobre a influencia do christianismo no desenvolvimento do espirito humano, e na geral civilisação do mundo.* Deixou manuscriptos: *Catão, ou o entretenimento sobre a liberdade e as virtudes politicas; Introducção a uma historia philosophica dos papas.*

Freire da Cunha *(João Pinheiro).* Professor de grammatica latina e portugueza em Lisboa, etc. Nasceu n'esta cidade a 23 de abril de 1738, fal. em junho de 1811. Instituiu em 1772 uma sociedade com o titulo de Academia Orthographica, que durou mais de 30 annos, e d'ella existe memoria em alguns trabalhos impressos. Escreveu: *Breve tratado de orthographia para os que não frequentaram os estudos;* houve mais edições, sendo a 6.ª *mais accrescentada e correcta que as precedentes*, Lisboa, 1788; a 8.ª *mais correcta*, Lisboa, 1814; *Conjugações portuguezas regulares e irregulares, methodicamente ordenadas para uso dos seus academicos nacionaes e de toda a mais mocidade estudiosa*, Lisboa, 1791; *Generos portuguezes conhecidos pelas regras da terminação, uteis para não errar a concordancia dos adjectivos em nossa linguagem; segunda impressão accrescentada*, Lisboa, 1798; *Adivinhações curiosas e instructivas*, Lisboa, 1798; *Reino da Poesia, descripção geographica metrificada*, Lisboa, 1801; segunda edição em 1806; appareceu ainda outra edição em 1827; *Filosophia vulgar, ou proverbios da linguagem portugueza, interpretados*, etc.; tomo I, *comprehendendo os proverbios serios e conceituosos* Lisboa, 180-; *Grazinação frenetica de dois ginjas carecas, insultados pela rapaziada por usarem de fabrica certa* (em verso), Lisboa, 1809; *Genealogia paperifera, ou verdadeira arvore da geração do ill.mo sr. D. Papel* (em verso) Lisboa, 1811; *Theses da grammatica portugueza; systema Pinheiriense, que, recitada a oração de abertura do 3.º curso da Academia Orthographica Portugueza, auxiliando João Pinheiro Freire da Cunha, sustentará Francisco Solano Pereire de Campos, socio da Academia, na ante-sala do Senado da Camara*, etc., Lisboa, 1807.

Freire de Figueiredo *(Abilio Abranches).* Bacharel formado em Leis, pela Universidade de Coimbra. Era natural de Pizão de Coja, comarca de Arganil, e filho de Bernardo de Figueiredo Ferrão Freire. Foi matriculado na Universidade em 1824. No periodo decorrido de 1828 a 1833 exerceu alguns cargos de magistratura de primeira classe; esteve depois alguns annos fóra do serviço publico, até que tornou a ser admittido, primeiro como administrador do concelho de Alemquer, e depois como secretario geral e governador civil do districto de Santarem, passando successivamente a exercer o mesmo cargo em outras localidades. Durante algum tempo foi redactor principal do periodico politico legitimista *O Portugal Velho*, que em 1838 se começara a publicar com o titulo de *O Alcance, jornal politico e de instrucção*, saindo o n.º 1 em 31 de julho; tendo por seu redactor, Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro; continuou com o mesmo titulo até 19 de setembro de 1839, passando a tomar a denominação de *Portugal Velho* a 21 de setembro, durando até 14 de agosto de 1840, compondo-se até esse tempo a collecção de 5 tomos; parece que ainda continuou, porque dizem existir na Bibliotheca Nacional os tomos 7.º e 8.º, correspondentes aos annos de 1842 e 1843. Albino Abranches collaborou em 1836 com seu irmão Alipio Freire de Figueiredo, no *Repertorio alphabetico da Legislação.*

Freire de Oliveira *(Eduardo).* V. *Oliveira (Eduardo Freire de).*

Freires. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Benedicta, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Freiria. Pov. e freg. de S. Lucas, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Torres Vedras, distr. e patriarch. de Lisboa; 1:693 hab. e 364 fog. Tem escola do sexo masc. e est. post. permutando malas com Torres Vedras. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada proximo de uma pequena ribeira. O prior de S. Pedro, de Torres Vedras, apresentava o cura, que tinha differentes generos e 6$000 réis em dinheiro. A terra é fertil e pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa. Tambem é conhecida pala designação de *Ferreira de Campos.* Foi annexada ao conc. de Mafra por decreto de 26 de setembro de 1895, e por decreto de 13 de janeiro de 1898 voltou para o de Torres Vedras. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Almoster, conc. e distr. de Santarem. || S. Christovão, de Caranguejeira, conc. e distr. de Leiria. || S. Domingos, de Carmões, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Santa Marinha, de Forjães, conc. de Espozende, distr. de Braga. || N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Conceição e conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || O Salvador e conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real. || Santo André, de Jou, conc. de Murça, do mesmo districto.

Freiriz. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 482 hab. e 128 fog. A pov. dista 7 k. da séde do conc. Foi villa, hoje extincta, e conto com as respectivas justiças. A casa dos Menezes apresentava o abbade, que tinha réis 300$000 annuaes. Pertence a pov. á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. na freg. de S. Thiago, da Gemieira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Freita. Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Caniçada, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Fornos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Miguel, de Refoios de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Thiago, de Romarigães, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Thomé, de Travassos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Pedro, de Valle, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Montanha granitica muito alta e ingreme, na prov. do Douro. E' um ramo da *Gralheira*, e poucos mezes deixa de ter neve no seu alcantilado cume. Apenas produz pouco e enfezado matto rasteiro do meio para cima, mas para baixo, nas vertentes de ONO é povoada de varias e ferteis aldeias, que dominam o valle de Arouca.

Freitas. A familia d'este appellido procede de Diogo Gonçalves, que morreu na batalha de Ourique, filho de Gonçalo Ovequez, o fundador do mosteiro de Cette, e de sua mulher, D. Urraca Mendes, irmã de D. Fernão Mendes de Bragança, cuuhado de el rei D. Affonso Henriques, da qual houve a D. João de Freitas, que foi o primeiro que tomou este appellido do julgado de Freitas, junto a Guimarães, solar d'esta familia. Tem por armas, em campo vermelho cinco estrellas de ouro em santor; timbre, dois braços de leão de ouro em aspa; alguns põem-lhe na garra uma alabarda de prata com o cabo vermelho.

Freitas *(Antonio de)*. Doutor em Direito Civil pela Universidade de Coimbra. Nasceu em Tanger, e foi autor da seguinte obra: *Primores politicos e regalias do nosso Rei, offerecido a El-Rei D João IV*, Lisboa, 1641.

Freitas *(Antonio de)*. Licenceado e cirurgião no hospital de Todos os Santos. Foi nomeado por provisão da mesa em 23 de outubro de 1651. Sendo aposentado em 1681, não acceitou a aposentação, e por isso desde 20 de janeiro de 1682, foi repartido pelos outros cirurgiões em exercicio o ordenado que elle não queria receber.

Freitas *(Antonio de Abreu)*. Fidalgo da Casa Real; capitão de mar e guerra Era filho de Sebastião de Abreu. Prestou muitos serviços na guerra da Acclamação de D. João IV. Falleceu junto da barra de Setubal, brigando valentemente com o navio do seu commando contra alguns navios inglezes.

Freitas *(Antonio Alfredo Barjona de)*. Tenente-coronel de artilharia, em serviço no ministerio da Marinha, governador geral de Cabo Verde, antigo deputado, agricultor muito considerado, etc. N. em 14 de abril de 1860. E' filho do fallecido estadista Augusto Cesar Barjona de Freitas. Assentou praça em 10 de outubro de 1876; foi promovido a alferes em 4 de janeiro de 1882, a tenente em 16 de janeiro de 1884, a capitão em 11 de junho do mesmo anno, a major em 30 de dezembro de 1893, e a tenente-coronel em 7 de novembro de 1901. Em 1903 foi nomeado governador geral de Cabo Verde, para onde partiu no exercicio das suas funcções. Tomou parte no congresso vinicola nacional que se realisou nos dias 5, 6, 7 e 8 de fevereiro de 1900, promovido pela Real Associação de Agricultura Portugueza, presidindo na cerimonia da abertura sua magestade el-rei Senhor D. Carlos. N'este congresso, o sr. Barjona de Freitas foi o relator do parecer concernente ao imposto de consumo e real d'agua. Tambem tomou parte no congresso de leitaria, olivicultura e industria do azeite, realisado pela referida Associação da Agricultura Portugueza, nas salas da Sociedade de Geographia, o qual foi inaugurado solemnemente no dia 7 de maio de 1905 com a assistencia de suas magestades el rei Senhor D. Carlos e rainha Senhora D. Amelia, e do sr. infante D. Affonso. Teem sido muitos os serviços prestados á agricultura pelo sr. tenente-coronel Barjona de Freitas, como bem o confirmam os relatorios dos referidos congressos. No seu governo da provincia de Cabo Verde, n'uma epoca de intensa crise de fome, soube, com superior criterio e profundo conhecimento de administração colonial, livrar aquella importante colonia dos males que a affligiam. Da maneira como a administrou e do zelo com que lhe estudou as condições de desenvolvimento agricola, falam eloquentemente as suas communicações feitas á Sociedade de Geographia, sobre a provincia de Cabo Verde. Foi o autor do primeiro projecto apresentado ao parlamento para a constituição dos syndicatos agricolas, que vieram prestar uteis serviços á agricultura, sendo o primeiro o *Syndicato agricola de Montemór-o-Velho*, que elle fundou e era director. O sr. tenente-coronel Barjona de Freitas possue as seguintes honras: official da ordem de S. Bento de Aviz, e commendador da mesma ordem por serviços distinctos; a medalha de prata de comportamento exemplar, e a cruz de 2.ª classe da ordem militar, de Hespanha.

Freitas *(Fr. Antonio de Sant'Anna)*. Religioso da ordem de S. Francisco; doutor em Philosophia pela Universidade de Coimbra. Era natural do Porto, e filho de Domingos Luiz da Silva Souto e Freitas. Doutorou-se em 19 de julho de 1801.

Freitas *(Augusto Cesar Barjona de)*. V. *Barjona de Freitas*.

Freitas *(Antonio Coelho de)*. Presbytero secular, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, reitor e capellão da egreja de S. Salvador de Mattosinhos, onde esteve durante 54 annos. Era natural de Coimbra e fal. a 24 de dezembro de 1736. Escreveu: *Tratado da veneranda e prodigiosa Imagem do Senhor de Bouças de Mattosinhos, em que se contém o manifesto da procissão solemne em que foi levado á cidade do Porto pela necessidade das doenças em 2 de abril de 1699*, Coimbra, 1699.

Freitas *(Antonio Gregorio de)*. Cavalleiro das ordens de Christo, d'Aviz e de N. S.ª da Conceição; capitão de mar e guerra da armada nacional e real. Exerceu tambem o logar de capitão das galeotas. Era natural de Lisboa, e assentou praça, ainda muito creança, a 3 de setembro de 1800, e fal. depois do anno de 1860. Escreveu: *Tratado de navegar, ou esclarecimentos precisos em caso de duvida, muito util aos navegantes, e com especialidade aos principiantes, que se dedicam á Marinha, e Pilotagem*, 1823; *Roteiro das Costas do Maranhão e Ceará*, 1823; *Novo Diccionario da Marinha de guerra e mercante, contendo todos os termos maritimos, astronomicos, construcção e artilharia naval, com um appendice instructivo de tudo o que deve saber a gente do mar*, Lisboa, 1855.

Freitas *(D. Cosme de)*. Conego da ordem de Santo Agostinho. N. em Coimbra, onde tambem falleceu a 11 de dezembro de 1610. Era filho de João de Freitas e de Estephania de Moraes. Professou no convento de Santa Cruz, de Coimbra, em 1550 Applicou-se muito ao estudo das linguas latina, grega e hebraica, e ao da Philosophia e Theologia, que muitos annos dictou aos seus domesticos. Compoz muitas poesias em latim, publicando-se apenas dois epigrammas.

Freitas *(Domingos Maria Dias Pereira de)*. Poeta e jornalista; empregado do Ministerio do Reino; professor do ensino secundario. Nasceu no logar da Lameira das Espadanas, freg. de S. Miguel, de Vizella, a 10 de fevereiro de 1852; fal. em Espinho, a 18 de setembro de 1905. Fôram seus paes Manuel Dias Pereira de Freitas e D. Guilhermina Candida Dias, professora. Estudou as primeiras letras na aula regia da freguezia, de que era professor o sr. Antonio Pereira

da Silva Caldas, a quem Dias Freitas, n'uma dedicatoria da *Grinalda Christan*, chama seu venerando mestre. Passando a Braga, encetou os estudos do Lyceu, que frequentou com applicação. Muito novo mostrou notaveis aptidões para a litteratura. O seu primeiro livro de poesias, intitulado *Primicias*, escripto aos 11 annos, patenteou ao publico um talento precoce, que, depois se affirmou na serie ininterrupta de publicações adeante indicadas. N'ellas se manifestam as varias feições do escriptor: poeta, prosador, jornalista, traductor, dramaturgo, professor, etc. Em Braga, redigiu o jornal litterario *A Borboleta*, encontrando-se nelle muitas das suas mais apreciaveis producções. Como jornalista, collaborou no *Bracarense*, em muitos outros jornaes do paiz, e no *Correio da Manhã*, de Lisboa; como traductor, deixou publicada a importante obra *Anno Christão;* como professor, regeu em varios collegios as disciplinas do curso dos Lyceus; e como dramaturgo, muitas vezes fôram applaudidas nos collegios as suas obras, principalmente de caracter moral. O justo titulo de poeta deve-o ao seu livro *Inspirações do Visella*, escripto aos 15 annos e em cujas paginas idealisa a encantadora natureza do seu formosissimo torrão natal. Foi este livro prefaciado pelo dr. Pereira Caldas. A *Grinalda Christan* é um poema em que se espelha a alma do crente sincero. No respectivo prologo, o rev. Senna Freitas, salienta o valor da obra. Bibliographia: *Primicias*, tentamens litterarios, 1 vol.; *Inspirações do Visella*, ensaios poeticos, 1 vol.; *Goivos*, romance, 1 vol.; *Solidões*, subjectivismo, 1 vol.; *Obeliscos*, ensaios de critica, 1 vol.; *A borboleta*, hebdomadario de litteratura, 3 vols.; *A Egreja Catholica, unico poder tolerante e liberal*, versão annotada, 1 vol.; *Ridendo*, humorismos, 1 vol; *Biographia de Almeida Braga*, 1 vol.; *Reflexões christãs para todos os dias do anno*, de Nepveu, versão, 2 vols.; *Suspiros*, de Santo Agostinho, versão prefaciada, 1 vol.; *Recreios litterarios*, prosas e versos, 1 vol; *O Punhal do Vesuvio*, romance historico, versão, 1 vol; *O Anno Christão*, de Croiset, versão, compilação e additamento, 1 tomo; *A deshoras*, romance, 1 vol.; *O Padre Nosso*, *Meditações de Santa Thereza de Jesuz*, versão, 1 vol.; *Curso de Portuguez e de Litteratura em cinco mappas; Preceitos rhetoricos e Versificação*, folheto; *Os portuguezes no Brazil* (Galeria biographica), Lisboa, 1892, publicados 5 numeros com as biographias de Boaventura Gaspar da Silva Barbosa, Conde do Alto Mearim, visconde Faro e Oliveira, Luiz José de Mattos e dr. Manuel Homem de Bettencourt. *Grinalda Christan*, Braga, 1904, collecção de poesias, a ultima publicação de Dias Freitas. No *Visellense*, de 5 de abril de 1905, acha-se publicado o seu retrato, com biographia.

Freitas *(Ernesto de)*. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. Era natural do Brazil, e fal. em Lisboa a 22 de junho de 1889. Veiu muito novo para Portugal entregue aos cuidados d'um seu tio, que era professor no Collegio das Artes, de Coimbra, e foi debaixo dos seus auspicios que se habilitou para se matricular na Universidade, onde seguiu com distincção o curso de Direito. O dr. Ernesto de Freitas, além de distincto advogado, era um profundo latinista. Dedicando se aos estudos classicos, conseguiu formar uma notavel collecção de livros apreciaveis e raros, latinos e portuguezes. Citava de cór muitos trechos dos classicos latinos, e verteu e mandou imprimir, com profusão de notas, uma *Imitação de Christo*, que lhe valeu distincções honrosissimas de algumas academias estrangeiras, de homens eminentes d'aquelle tempo, e do papa Leão XIII. A Academia Real das Sciencias tambem lhe conferiu o titulo de socio. Versado em Direito ecclesiastico, era o dr. Ernesto de Freitas frequentemente consultado por muitas notabilidades do paiz, e defendeu causas importantes d'esta ordem juridica. Devido á sua penna existem documentos soltos e numerosos, colleccionados em processos importantes, e outros impressos. Nos tribunaes era um acerrimo e vigoroso argumentador; no julgamento de Vieira de Castro, processo que tanta sensação causou em Lisboa, foi um dos advogados accusadores, e a fórma, como se houve, foi uma prova evidente da energia e violencia cem que argumentava. Sendo ainda muito moço e estudante, tomou parte nas luctas da Liberdade, alistando se no batalhão academico de Coimbra. Quando o batalhão estava no Porto, organisou-se com o maior segredo uma expedição ao Algarve, e como observasse que não o escolhiam entre os expedicionarios, foi elle proprio apresentar se a D. Pedro IV, pedindo que o incluissem na expedição, e conseguiu o seu desejo. A sua coragem e patriotismo valeram-lhe mais tarde a consideração e amizade dos duques de Saldanha e da Terceira, e de outros generaes da campanha da Liberdade. Tendo estes precedentes para fazer fortuna no mundo politico, o dr. Ernesto de Freitas conservou-se sempre independente, sem nunca se manifestar por partido algum. Escreveu: *Considerações sobre o opusculo publicado no Rio de Janeiro com o titulo «Considerações relativas ao beneplacito e recurso á corôa», pelo conselheiro de Estado, Marquez de S. Vicente; Os orizes conquistados, ou noticia da invasão dos Orizes procazes, povos barbaros e guerreiros do sertão de Brazil.*

Freitas *(Francisco de Paula da Silva)*. Organista e pianista, nascido ainda no seculo XVIII, e fal. em maio de 1841. Em 1794 era organista da egreja da Conceição Velha; alguns annos depois foi nomeado organista da Basilica de Santa Maria, hoje sé patriarchal, e em 1819 exercia o logar de maestro no theatro de S. Carlos, juntamente com Carlo Coccia.

Freitas *(Gregorio de)*. Nasceu em Setubal a 9 de maio de 1701, ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Leandro de Freitas e de Domingas dos Santos. Foi muito versado nas linguas latina, grega, italiana, franceza e hespanhola. Possuia uma numerosa e escolhida livraria, que por ser muito affeiçoado aos livros, conseguiu reunir á custa de muita despeza; livraria que na opinião de Barbosa Machado era no seu tempo a mais selecta que existia na sua patria. Diz Innocencio da Silva, no vol. III, pag. 163 do *Diccionario bibliographico*, que, segundo informações que obteve, foi esta livraria comprada pela condessa do Vimieiro, D. Thereza de Mello Breyner, e por morte d'esta senhora passou, tambem por titulo de compra, com os demais livros que lhe pertenciam, para o poder do arcebispo D. Fr Manuel do Cenaculo. Sendo assim, deveriam ser incluidos os manuscriptos da propria composição de Gregorio de Freitas, e entre estes os

seus *Annaes typographicos do reino de Portugal, supplemento aos de Maittaire no que respeita a Portugal, escriptos em 1750*, os quaes não poderiam deixar de conter noticias curiosas e instructivas para a nossa bibliographia. Innocencio ainda accrescenta: «Assegura-me, porém, pessoa que procurou com empenho esta, e outras obras de Gregorio de Freitas na Bibliotheca de Evora, onde deveriam conservar-se, a ser verdade o que deixo referido, que depois de cuidadosa investigação, soubera que taes livros não existem ali, nem mesmo ha memoria que existissem em tempo algum». Na Bibliotheca Nacional de Lisboa, vimos porém, ainda ultimamente, o manuscripto original: *Apontamentos para os Annaes typographicos do Reyno de Portugal e conquistas, feitos por varios livros que vio Gregorio de Freytas, natural de Setuval.* Escreveu: *Catalogo dos sujeitos naturaes de Setubal, que a tem enobrecido com os seus escritos e composições;* no fim tem um *Index dos Santos e Pessoas virtuosas, e outros varões illustres naturaes da mesma villa.* Barbosa Machado diz que o autor lhe remetteu este catalogo em 2 de abril de 1743, e que d'elle aproveitou varias noticias para a *Bibliotheca Lusitana.* Escreveu mais: *Historia da Academia Problematica de Setubal; Historia da villa de Setubal*, e *Familias de Setubal.*

Freitas *(Ignacio José Maria de).* Foi o mais notavel violinista que existiu em Lisboa nos fins do seculo XVIII e principios do XIX. N. n'esta cidade em 1779, e fal. em 1815. Era filho de João Nicolau de Freitas, contador e distribuidor geral dos orphãos. Sendo reconhecida a sua vocação para o estudo da musica, seu pae o entregou ao professor Francisco Solano, que foi o seu mestre de acompanhamento e contraponto; sendo seu professor de rebeca José Palomino. Ainda muito novo já brilhava como notavel concertista nos theatros e academias, e foi nomeado musico da real camara. Foi primeiro rabeca no theatro do Salitre, logar que occupava em 1805, e chefe da orchestra no theatro da Rua dos Condes; tanto para um como para o outro theatro escreveu muitos bailados, arias, córos e coplas para diversas peças, symphonias, etc. Compoz tambem alguns concertos para violino, e um quartetto para instrumentos de corda. O jornal *Neorama* publicou em 7 de outubro de 1843 um desenvolvido elogio d'este violinista compositor. As suas composições para o theatro eram frequentemente executadas, e o seu nome memorado com louvor. As seguintes noticias de espectaculo da Rua dos Condes, nos annos de 1824 e 1825, justificam a consideração que se ligava ao seu merecimento. Em 1824 : «...Terminada a tragedia se executará uma pequena e muito jocosa peça que se intitula *O Morgado de Pastello*, concluindo esta com um lindo e gracioso *Quintetto*, composto pelo insigne professor Ignacio de Freitas, cuja saudosa memoria durará emquanto houver amadores de musica.» Em 1825 : « . Os professores da orchestra hão de executar uma brilhante symphonia, composição do muito celebre mestre Ignacio de Freitas, cujas producções são sempre escutadas com prazer, e o fazem lembrado com saudade.»

Freitas *(Illydio Floro Pereira de).* Medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto. N. em Vizella a 21 de dezembro de 1846, e falleceu pouco antes de 1884. Era filho de José de Freitas e Oliveira. Defendeu these em 20 de julho de 1869. Escreveu: *Da hydrotherapia e suas applicações therapeuticas; dissertação para acto grande, apresentada á escola medico-cirurgica do Porto;* Porto, 1869.

Freitas *(Joaquim Agostinho de).* Professor regio de Grammatica Latina em Queluz. Era um enthusiasta partidario do infante D. Miguel. Escreveu: *Resposta ás proposições incluidas no folheto intitulado «Os Sebastianistas por José Agostinho de Macedo»*, Lisboa, 1811; *Votos de fidelidade que faz o povo portuguez ao seu Principe Regente*, Lisboa, 1812; *Elogio, que pelos ultimos acontecimentos que salvaram a nação portugueza, etc.; dedica ao ser.mo infante D. Miguel, commandante em chefe do exercito*, Lisboa, 1824.

Freitas *(Joaquim Ignacio de).* Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, revisor e director da imprensa da Universidade, philologo, etc. N. em Guimarães em 1772, fal. em Coimbra em 1 de fevereiro de 1831. Era filho de Domingos José de Freitas. Matriculou-se em 30 de outubro de 1788 no primeiro anno do curso juridico, e depois de receber o grau de bacharel, seguiu a carreira da magistratura, sendo no Real Collegio das Artes professor de Rhetorica e de Philosophia, e depois de Grammatica e lingua latina. Em 4 de novembro de 1814 foi nomeado revisor da imprensa da Universidade, logar em que prestou muitos e bons serviços, apezar dos conflictos em que andou constantemente com o director da mesma imprensa, Joaquim Maria Coelho. Assim reeditou, emendando muitos erros das primeiras edições, uma *Collecção chronologica dos assentos da Casa de Supplicação do civel; a Collecção chronologica das leis e provisões de el-rei D. Sebastião*, e para accrescentar a esta ultima obra compilou mais algumas leis e provisões de D. Sebastião, e outras dos Filippes, anteriores á publicação das ordenações filippinas, e publicou-as em 1819 N'esse mesmo anno publicou tambem uma *Collecção chronologica das leis posteriores á compilação das ordenações do Reino, desde 1603 até 1761* em 6 volumes. Joaquim Maria Coelho falleceu em 2 de junho de 1821, e em 1824 foi Joaquim Ignacio de Freitas nomeado director da imprensa da Universidade. Continuou a publicar as obras que emendava, que em seguida mencionamos. Encontrando seus erros na *Chronologia mathematica e historica* do padre Francisco de Arautes, não pôde conter-se em os rectificar, que era a sua maior preoccupação, e d'isso resultou uma viva polemica, que o seu adversario sustentou no *Correio do Porto*, obrigando Joaquim Ignacio de Freitas a escrever e a publicar alguns pequenos folhetos. Algumas das suas obras saíram com as iniciaes J. I. de Freitas e outras anonymas. Bibliographia: *Collecção chronologica dos assentos da Casa da Supplicação e do Civel; segunda edição augmentada com 37 assentos, e diligentemente emendada dos frequentes erros e faltas da primeira*, Coimbra, 1817; *Collecção das leis e provisões d'el-rei D. Sebastião, por Francisco Correia; agora novamente reimpressas por ordem chronologica, e uma numeração de paragraphos que em algumas faltava; seguidas de mais algumas leis, regimentos, e provisões do mesmo reinado, ordenado* por J. I. de F., Coimbra, 1818: *Collecção chronologica de varias leis, pro-*

visões, e regimentos d'el-rei D. Sebastião, para servir de Appendix á nova edição dos que colligira Francisco Correia em 1570; com algumas mais de Filippe II e III, anteriores á publicação de suas Ordenações em 1603; ordenado tudo e correcto, conforme as primeiras edições e manuscriptos authenticos, Coimbra, 1819; *Collecção chronologica das leis extravagantes, posteriores á nova compilação das Ordenações do Reino, publicadas em 1603; desde este anno até o de 1761, conforme as collecções Vicentinas e seu appendix*, etc., *recenseadas todas, acuradamente revistas, e frequentemente emendadas de muitos erros e faltas*, Coimbra, 1819, 6 tomos; *Supplemento de que, como parte integrante, se devem provêr todos os que tiverem a minguada e incorrecta edição da descripção de Portugal por D. N. do Leão, reimpressa em Lisboa, 1785, 8.º por Borel, Borel e Companhia; segue se ao Supplemento uma larga errata, cuja mór parte é egualmente applicavel á mesma 1.ª edição;* Coimbra, 1825; *Sonetos a Dona Guiomar, filha do doutor Pedro Nunes, sobre a cutilada que deu em Coimbra; extrahidos de um antigo manuscripto em 4.º, em que miscellaneamente se acham colligidas muitas peças curiosas em prosa e verso, pelo proprio punho do collector Gil Nunes do Leão, contador dos Contos do Reino e Casa, sobrinho do desembargador Duarte Nunes do Leão; segunda edição mais accrescentada*, Coimbra, 1826; *Considerações das lagrimas que a Virgem nossa senhora derramou na sagrada paixão, repartidas em dez passos, para a devoção dos dez sabbados, pelo P. Fr. Luiz de Sousa, da ordem de S. Domingos; nova edição, conforme á primeira de Lisboa, por Gerardo da Vinha, 1625*, Coimbra, 1827; *Errata para servir de appendix á «Compilação de varias obras do insigne João de Barros, reimpressas em beneficio publico pelos monges da real Cartuxa de Evora», publicada por egual motivo pelo autor do Supplemento e errata á «Descripção do reino de Portugal por D. N. do Leão»*, etc, Coimbra, 1830; *Suspiros e saudades de Deus exhalados e expostos em breves canticos, reduzidos e imitados dos Affectos Santos* (Pia Desideria) *do D. Hermanno Hugo, da Companhia de Jesus, pelo veneravel P. Fr. Antonio das Chagas*, etc.; *acuradamente reimpressos n'esta ultima edição, expurgada dos muitos erros das anteriores*, Coimbra, 1830; *Soneto sobre a morte de Jesus-Christo, traduzido do italiano*, Coimbra, 1828; *Advertencia;* precedido d'esta unica palavra, sem mais rosto ou declaração, apparece um caderno de 30 paginas em 4.º, contendo uma larguissima e bem trabalhada errata do *Compendio da Doutrina Christã* por Fr. Luiz de Granada, da edição de Coimbra de 1789; *Ode a Martim de Castro do Rio, senhor de Barbacena*, etc,, Coimbra, 1823; esta ode, escripta por André Falcão de Rezende, foi publicada por Joaquim Ignacio de Freitas, como specimen da edição que se propunha fazer das *Poesias* da mesmo Rezende; *Breve resposta ao anonymo inserido no «Correio do Porto»* n.º 130, Coimbra, 1826. Foi Joaquim Ignacio de Freitas quem dirigiu e preparou a edição critica, que dos *Lusiadas* se fez na imprensa da Universidade em 1800, enriquecida por elle com um indice de palavras locupletissimo, e é tambem da sua penna a *Prefacção* que vem no tomo I das *Ordenações do reino de Portugal*, impressa na mesma imprensa em 1824.

Freitas (*Joaquim Ferreira de*). Usava tambem dos nomes *Joaquim José Ferreira de Freitas* e *Joaquim Salustiano Ferreira de Freitas*. Era mais conhecido pelo *Padre Amaro*. N. no Funchal no ultimo quartel do seculo XVIII, fal. em Londres a 20 de julho de 1831. Destinado pela sua familia á vida claustral, entrou na ordem de S. Francisco, depois dos primeiros estudos, professou, e segundo se julga, chegou a tomar ordens sacras, applicando-se ao ensino da Rhetorica. Os pormenores da sua vida n'este primeiro periodo são desconhecidos; não se sabe como se secularisou, abandonando a carreira religiosa que encetára, mas suppõe-se que influiria principalmente o espirito revolucionario da epoca, que despertando energicamente em França, d'ali irradiou por toda a Europa. Espirito aventureiro, Ferreira de Freitas adoptou a França por sua patria, pondo-se ao serviço de Napoleão. Em 1810 entrou em Portugal com o exercito do general Massena, e com elle voltou para França. Sendo empregado na administração do exercito francez, viu a sua nova carreira interrompida com a queda do grande capitão, e foi obrigado a lançar mão de outro modo de vida. Prova-o um documento curioso, em que sua alteza real o duque de Angouleme autorisa Joaquim Ferreira, fornecedor dos viveres para a guarnição de Toulouse, e ex-empregado do exercito, a usar a condecoração da *Flôr de Liz*. Este diploma é datado de Toulouse, em 20 de julho de 1814, e assignado pelo conde de Damas. O ex commissario dos exercitos imperiaes entendeu dever pôr-se ao abrigo das represalias politicas que ensanguentavam a França, e pediu aquella condecoração, que patenteava bem claramente a sua adhesão ao novo governo. Tempo depois estava em Paris á frente d'um gabinete de leitura. Caiu mais tarde em grande miseria, e sem meios de pagar um quarto, andou errante, perdido em Paris, dormindo durante um mez nas salas de bilhar. Lembrou-se de Inglaterra como refugio á sua dolorosa situação, e em 1820 achava-se em Londres publicando o celebre semanario politico *O Padre Amaro*, cujo primeiro numero saiu em janeiro d'esse anno. Viveu então entre os emigrados portuguezes, e d'essa epoca data a sua celebridade no mundo politico. O homem obscuro da vespera, o frade que abandonara a patria e a religião em que professara, servindo nas fileiras do inimigo e pisando com elle as terras de Portugal, viu-se de repente occupando um dos primeiros logares entre os escriptores politicos portuguezes, procurado e festejado pelas mais altas personagens, apreciado e temido pelos seus collegas, e exercendo já uma notavel influencia na opinião publica de Portugal e Brazil. Encarregando-se de defender e advogar a independencia d'esta nossa antiga colonia, Ferreira de Freitas, que por este tempo começava a ser mais conhecido pelo nome de *Padre Amaro*, recebeu por este e outros serviços feitos a D. Pedro, então imperador do Brazil, uma pensão vitalicia importante, pois que era de 600 libras annuaes, que lhe foi suspensa nos ultimos annos da sua vida. Trabalhador infatigavel, empregava todas as horas de que podia dispôr, estudando as questões da politica contemporanea, ou escrevendo alguma obra de que o incumbiam. Uma d'ellas foi a *Memoria* sobre a morte de Gomes Freire de An-

drade, encommendada pelo marechal Beresford, para se defender das accusações do partido liberal portuguez que o indicava como causador da morte d'aquelle desditoso general. Escreveu outro livro, *Coup d'œil sur l'etat politique du Brésil au 12 de novembre de 1823,* que foi publicado em 1824; era resposta a um escriptor francez, Alphonse de Beauchamp, autor d'uma *Historia do Brazil.* Em 1826 fundou um novo jornal, *O Cruzeiro*, de que só sairam alguns numeros. N'esse anno deixou de se publicar o *Padre Amaro*, e começou a apparecer o *Appendice ao Padre Amaro,* que durou até 1830, formando 6 volumes, que reunidos aos 12 que teve o *Padre Amaro*, prefazem 18 volumes ao todo, constituindo a collecção completa d'esta obra interessantissima, muito util para quem quizer estudar a historia politica de Portugal, de 1820 a 1830. Anteriormente o incançavel jornalista redigira um jornal em inglez, destinado á America, chamado *The american monitor,* de que saíram 2 volumes. Data d'essa epoca a *burletta* em 2 actos *O bota-fóra do Catavento ou a cabeça de bacalhau fresco*, que traz a data de 2 de janeiro de 1827, e diz no frontispicio, que saiu da officina typographica do Arco do Cego, em Lisboa, e no anno de 1828, mas que foi escripta e publicada em Londres, e offerecida ao jurisconsulto José Ferreira Borges, n'uma dedicatoria em que transluz a mais ironica apreciação das suas qualidades; o *Bota-fóra* teve por fim ridiculisar Ferreira Borges, que é o *José Casca, o Catavento* da comedia. A ultima empresa, a que Ferreira de Freitas se propoz, foi a intitulada *Bibliotheca historica, politica e diplomatica da nação portugueza.* Ahi vem o nome de Joaquim José Ferreira de Freitas, cavalleiro da ordem imperial do Cruzeiro, que D. Pedro lhe déra em recompensa dos seus serviços. O tomo I, unico que saiu, foi publicado em Londres em 1830, e é dedicado ao marquez de Palmella então embaixador extraordinario e plenipotenciario de Portugal em Inglaterra. Na introducção justifica o autor com boas razões a necessidade da obra que emprehendeu; o volume compõe-se de documentos officiaes respectivos ao periodo da nossa historia de agosto de 1806 até outubro de 1808. Ferreira de Freitas era gastador e amigo do fausto e dos prazeres; quando os seus companheiros lhe falavam a esse respeito, respondia que a sua pena era não poder andar vestido como o papa nas grandes cerimonias em S. Pedro. Vira muito mundo, e escapára a muitos perigos na sua aventurosa vida; ganhára com essa longa experiencia uma imperturbavel serenidade, que nunca perdeu nos transes mais afflictivos. Accommettido por uma grave doença, saiu de Londres, por conselho dos medicos, e foi procurar nos ares e nas aguas de Cheltenham, no Gloucestershire, lenitivo, ao mal que o atormentava. Parece que se não deu mal com esta mudança, mas a falta de meios e os seus negocios o obrigaram a voltar para Londres, onde peorou consideravelmente. Convencendo se que não escapava, quiz fazer o seu testamento deante do padre Marcos, de Francisco Zacharias e de muitos outros emigrados que cercavam o seu leito. O padre Marcos, sabendo que elle nada possuia, tentou dissuadil-o; o padre Amaro então impacientando-se, depois de ouvir as allegações do seu amigo, lhe disse: «O' Marcos, quem morre? sou eu, ou és tu? Se és tu, deita te aqui, que eu escrevo, e se sou eu, ouve e escreve. Deixa-me morrer á minha vontade.» Esta resposta ficou bem conhecida e todos os seus biographos a repetem. O testamento chegou a fazer-se, relativamente á pensão de 600 libras esterlinas que lhe havia sido suspensa, e a que elle se considerava com direito dizendo que a suspensão, fôra obra dos seus inimigos. A doença aggravára-se, e Ferreira de Freitas deixou de existir, sendo o seu funeral feito á custa d'uma subscripção. Não padece duvida é que foi uma das figuras mais originaes da emigração portugueza. E' asssim intitulada a memoria que escreveu em justificação de Beresford: *Memoria sobre a conspiração de 1817, vulgarmente chamada a conspiração de Gomes Freire, escripta e publicada por um portuguez, amigo da justiça e da verdade*, Londres, 182?, com uma estampa. No mesmo anno foi reimpressa em Lisboa, mas sem a estampa. Ferreira de Freitas deixava por testamenteiros os seus crédores, que eram os livreiros e industriaes inglezes. Parece que sempre foi paga, a pensão de 5 annos que estivera suspensa, na importancia de 3:000 libras, que receberam os credores.

Freitas *(José Antonio de).* Antigo professor da Escola Academica, escriptor, socio correspondente da Academia Real das Sciencias, etc. N. no Maranhão a 10 de abril de 1849. E' filho de E. de Freitas e de D. Rita de Cassia de Sousa Freitas. Apezar de sempre se conservar cidadão brazileiro, não podemos deixar de o incluir n'este nosso trabalho, porque tem passado em Portugal a maior parte da sua vida. Veiu para Lisboa em creança, estudou os preparatorios na Escola Academica; concluiu o curso de artilharia na Escola Polytechnica, e o Curso Superior de Letras. Podia ter entrado para a Escola do Exercito, e seguir a carreira militar, mas exigia-se a naturalisação, e não se prestou a essa formalidade, por não querer renunciar á terra do seu berço, apezar de viver longe d'ella. Emquanto frequentou os preparatorios, exerceu o magisterio, leccionando latinidade, mathematica, chimica, e physica elementares, e introducção á historia natural, na Escola Academica E' autor de muitas composições litterarias, e de apreciaveis artigos scientificos, publicados em diversos jornaes. No *Jornal do Domingo*, de que era director Pinheiro Chagas, inseriu uma serie de artigos sob a designação de *Sciencia popularisada.* E' correspondente litterario effectivo do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, desde 1886, para onde envia interessantes chronicas politicas, artisticas e litterarias da vida portugueza. Sendo ainda estudante escreveu uns versos para serem cantados com a musica do fado, e d'esses versos compoz depois a poesia comica *São horas.. vou-me raspando,* que o actor Valle recitou no Gymnasio. A poesia está publicada no *Almanach Taborda*, para 1871. Escreveu: *Estudos criticos sobre a litteratura do Brazil;* I —*O Lyrismo brazileiro*, Lisboa, 1877; é acompanhada d'uma carta do barão de Santo Angelo, consul geral do Brazil em Lisboa; *A razão na guerra*, critica da evolução historica do direito das gentes; *As pretenções argentinas,* serie de estudos sobre a questão dos limites do Brazil com a Republica Argentina, publicada com outros estudos do barão de Capanema. O sr. José Antonio de Freitas pres-

tou á sua patria um serviço importantissimo de descobrir nos archivos portuguezes, a'ém de outros documentos de alcance, o *direito escripto* do Brazil, isto é, a correspondencia relativa ao tratado de 177. Orador fluente e valioso, a sua voz faz-se sempre ouvir em nome da redacção do *Jornal do Commercio*, quando se trata d'alguma homenagem ao Brazil, como no banquete realisado na Sociedade de Geographia em honra de Campos Salles, presidente da Republica, na sessão commemorativa das relações luso-brazileiras, em que falou depois do presidente do conselho de ministros, ministro dos estrangeiros e grandes escriptores portuguezes, nas recitas em homenagem á officialidade do *Benjamim Constant*, no espectaculo offerecido a Arthur de Azevedo, etc. A pedido do actor Brazão traduziu o drama de Alexandre Dumas, pae, *Kean*, e as tragedias de Shakespeare, *Othello* e *Hamlet*. A traducção das duas tragedias foi feita sobre o original inglez, e accommodada á scena moderna. Publicaram-se n'um volume em 1882, sendo *Othello* precedido d'um interessante prefacio sobre o theatro do grande poeta inglez, e *Hamlet* d'um estudo sobre o caracter do sombrio personagem, baseado nos trabalhos scientificos do medico Charcot. A opinião, tão francamente emittida, de que Hamlet era um hysterico, provocou viva discussão em que entraram Pinheiro Chagas, Sousa Monteiro, Oliveira Martins, e outros escriptores. Tres ou quatro annos depois a sua opinião foi fortalecida por varios sabios francezes e allemães, que nos seus eruditos trabalhos sobre o theatro de Shakespeare, classificaram tambem Hamlet como um nevrotico. Traduziu egualmente a peça de Echegaray, *Loucura ou santidade*; a peça allemã em 5 actos, *Guerra em tempo de Paz*, e a peça ingleza, em 4 actos, *O Bibliothecario*.

Freitas *(José Gomes de)*. Cavalleiro da ordem de Christo, bacharel em ambos os Direitos pela Universidade de Coimbra. e syndico do hospital real de Todos os Santos. Escreveu: *Allegação de direito feita a favor da fazenda dos pobres do Hospital Real, na causa em que foi parte o desembargador do Paço Gregorio Pereira Fidalgo, como procurador de Fernão de Brito de Mello, estante na India, em que se faz evidente a nullidade da sentença que este houve a seu favor, e manifesta injustiça d'ella, composta por José Gomes de Freitas, bacharel formado em um e outro direito, que serviu de syndico vinte e quatro annos, fazendo n'elle os maiores serviços que nenhum dos seus antecessores fizera*, etc.; sem indicação do logar nem do anno em que se imprimiu, mas presume-se que fôsse em Amsterdam.

Freitas *(José Joaquim Rodrigues de)*. Engenheiro, lente da Academia Polytechnica do Porto, deputado, jornalista, escriptor, etc. N. no Porto a 24 de janeiro de 1840, onde tambem fal. a 28 de julho de 1896. Matriculou-se na referida Academia sendo premiado em todos os annos do curso de engenharia, que terminou em 1861, recebendo a sua carta de engenheiro de pontes e estradas. Em dezembro do mesmo anno foi despachado para o logar de substituto das cadeiras de commercio e economia politica da Academia Polytechnica, e em maio de 1867 foi promovido a professor proprietario da referida cadeira. Filiado no partido republicano, a cidade do Porto o elegeu deputado na legislatura de 1870 a 1874, e sendo o unico do seu partido n'uma camara totalmente monarchica, soube pelos seus discursos patrioticos e monumentaes arrancar murmurios de admiração n'uma assembléa hostil ás suas idéas, porque, da fórma como apresentava os argumentos, sabia dominar os proprios adversarios. A seu respeito dizia o barão de S. Clemente, nas *Estatisticas e biographias parlamentares portuguezas*: «Rodrigues de Freitas discutia com grande tranquillidade de animo, e occupava-se strictamente do assumpto para que pedia e obtinha a palavra. Jámais a paixão partidaria o guiou na manifestação do seu pensamento e do seu voto; fazia-o com a mais completa isenção e desprendimento. Teve sempre deante de si os ministros, e só os ministros, para os accusar, censurar ou louvar, segundo o seu proceder nos actos governativos, e nada mais. Os projectos que vinham á téla parlamentar, discutia-os pelo que assim eram, e não pela origem d'elles. Expressava-se franca, clara e distinctamente, dizendo o que sentia e reputava o bem da sua patria. Professava principios politicos um pouco avançados, que defendia com desassombro, coragem e dignidade. A analyse das medidas submettidas á apreciação das Côrtes, era feita com rigor, mas ao mesmo tempo, com a maior e mais completa imparcialidade. Os seus discursos, apezar de, por vezes, serem um tanto acrimoniosos, mas sempre respeitosos, eram escutados com attenção e ouvidos com cuidado, e aos quaes não era muito facil dar satisfatoria e completa resposta.» Estas palavras do barão de S. Clemente, que era de politica opposta á de Rodrigues de Freitas, são insuspeitas, porque o distincto escriptor e funccionario publico era tão considerado por todos que frequentavam as camaras legislativas, que os deputados de todas as côres politicas o consultavam com absoluta confiança nas suas informações. Mas o proprio Rodrigues de Freitas se definiu na sessão parlamentar de 18 de maio de 1874, por este modo: «Professor e escriptor, vim para aqui, e do officio de professor e escriptor sei construir a minha independencia, e espero mantel-a sempre como a tenho sustentado até agora. Sou dos que crêem na energia e na iniciativa individual; sou dos que teem confiança no trabalho proprio. Não preciso mendigar nada das intrigas politicas, as quaes eu abomino e detesto. A minha democracia não tem ambições.» Rodrigues de Freitas fez parte das redacções dos jornaes *Ecco Popular* e *Pedro V*, foi collaborador effectivo do *Commercio do Porto*, onde publicou artigos ácerca de assumptos economicos e de administração publica. Todos os seus artigos insertos no primeiro logar d'aquelle jornal, são firmados pelas iniciaes R. F. e depois com os appellidos de Rodrigues de Freitas. Foi correspondente dos jornaes de Lisboa: *Correspondencia de Portugal*, *Jornal do Commercio*, *Seculo*, e de diversas revistas de Portugal e Brazil, etc. Escreveu: *Uma viagem em Portugal;* saiu no *Almanach commercial, fabril, judicial e administrativa do Porto para 1855*. Porto, 1854. Esta viagem é versão da que em inglez, com o titulo de *Hinst to travellers in Portugal*, escrevera e imprimira em Londres o reverendo Eduardo Withely, director ecclesiastico da communhão anglicana na cidade do Porto. Escreveu mais: *A Egreja*, *Cavour* e

Portugal, Porto, 1864; sem o nome do autor; *Breves reflexões sobre a questão bancaria*, Porto, 1864; *Discurso pronunciado na Academia Polytechnica do Porto no dia 1 de outubro de 1867*, Porto, 1867; *Notice sur le Portugal*, Paris, 1867. E' um importante relatorio, ou estudo ácerca do estado administrativo, economico, industrial e commercial de Portugal, com mappas e tabellas estatisticas, etc.; foi encarregado d'este trabalho pelo ministerio das obras publicas em 1866, e só pôde concluil-o em março de 1867, sendo depois entregue a versão para francez a Pedro Affonso de Figueiredo, depois visconde de Wildik, para

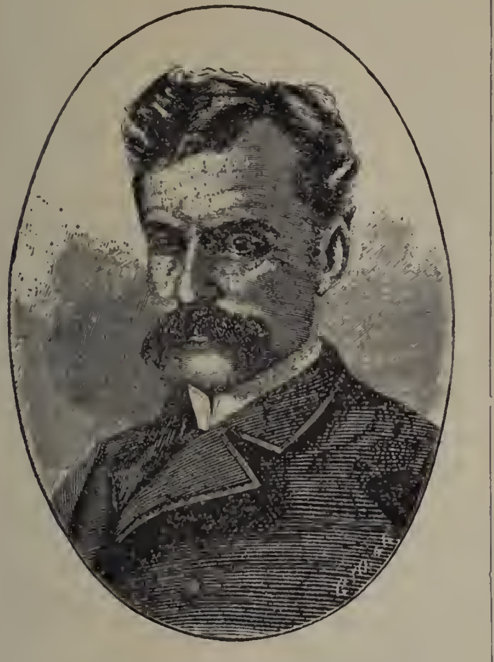

José Joaquim Rodrigues de Freitas

servir como introducção ao catalogo dos productos da industria portugueza na exposição de Paris. Publicou ainda: *Discursos parlamentares proferidos na camara dos deputados em 1870-1871*, impressos em separado para serem distribuidos aos eleitores do Porto; *Crise monetaria e politica de 1876; causas e remedios*, Porto, 1876; a este proposito saiu em Aveiro o seguinte opusculo, escripto por Agostinho Duarte Pinheiro e Silva, então presidente da camara municipal d'aquelle concelho: *O exclusivo da circulação fiduciaria, carta ao ill.^mo^ e ex.^mo^ sr. J. J. Rodrigues de Freitas*, etc., Porto, 1877; *O Portugal contemporaneo do sr. Oliveira Martins*, Porto, 1881. No anno de 1906, no Porto, alguns dos amigos de Rodrigues de Freitas reuniram muitos dos seus principaes artigos, dispersos em varias revistas de Portugal e Brazil, e com elles formaram um volume, com o titulo de *Paginas soltas*, acompanhado do retrato do autor, precedidas d'um preambulo escripto pela sr.ª D. Carolina Michaelis de Vasconcellos, e d'um prefacio pelo sr. dr. Duarte Leite Pereira. O livro abrange varios estudos economicos e sociaes, uma larga apreciação do autor do *Conde Soberano de Castella*, Oliveira Marreca, considerado como economista; questões de ensino secundario, questões coloniaes; o anarquismo, a evolução religiosa; a missão da mulher; as crises commerciaes, etc.

Freitas *(José Maria de)*. Professor de violino no Conservatorio Real de Lisboa, 1.º violino na orchestra da Real Camara, e na do theatro de S. Carlos, etc. N. em Lisboa a 6 de junho de 1808, sendo filho de Ignacio José Maria de Freitas (V. *este nome*), e fal. na mesma cidade em 15 de dezembro de 1867. Aos 6 annos de edade já revelava, como seu pae, uma grande aptidão para a musica; estudou violino com os italianos Giuseppe Gallo, ou Galli, e Luigi Gressoni. Ainda muito novo já se apresentava como concertista e era primeiro violino de orchestra. Em 23 de fevereiro de 1824, no concerto que Giuseppe Galli deu no theatro de S. Carlos em seu beneficio, José Maria de Freitas, apresentado pelo professor, executou um *concerto com variações*. Seguiu-se a guerra civil, e o joven musico assentou praça, servindo com dedicação nos batalhões voluntarios constitucionaes, em que soffreu muitos trabalhos, como um dos mais estrenuos defensores da liberdade. Quando terminaram as luctas civis, entrou para 1.º violino da Real Camara e do theatro de S. Carlos. Figurou muito como solista nos concertos das academias e nos *Concertos populares*. Era homem muito considerado e muito dedicado á sua classe. Foi um dos fundadores do Montepio Philarmonico em 1834, e da Associação Musica 24 de Junho de 1842, desempenhando n'essas corporações e na irmandade de Santa Cecilia diversos cargos, e prestando-lhes valiosos serviços. Exerceu por mais de 40 annos o logar de violino na orchestra do theatro de S. Carlos, sendo depois elevado a regente d'orchestra das danças, e finalmente o primeiro rabeca, desempenhando estes dois logares muitos annos. José Maria de Freitas foi nomeado professor de violino no Conservatorio, em substituição de Filippe Real, a 27 de abril de 1863. Era condecorado com o habito da ordem de Christo, e com a medalha de D. Pedro e D. Maria.

Freitas *(Justino Antonio de)*. Doutor e lente na faculdade de Direito pela Universidade de Coimbra, deputado, vogal do Conselho Geral de Instrucção Publica, socio do Instituto de Coimbra, etc., N. no Funchal a 17 de setembro de 1804, fal. em Lisboa a 28 de novembro de 1865. Era filho de Manuel Antonio de Freitas. Destinando-se á carreira das letras, seguiu com muita distincção o curso de Direito, formando-se em 1 de março de 1836, e doutorando-se em 9 de abril de 1837. Ainda estudante casou com D. Maria Leocadia Barjona, filha do lente de Philosophia dr. Manuel José Barjona, e irmã do lente cathedratico de Medicina, o dr. Antonio Joaquim Barjona. D'este consorcio houve uma filha e dois filhos, sendo o primogenito o fallecido estadista Augusto Cesar Barjona de Freitas. Frequentando ainda a Universidade, apenas tomou o grau de bacharel, dedicou-se á advocacia e com tanto interesse, que chegou a ser conhecido como o mais habil dos advogados do seu tempo nos auditorios de Coimbra. Retirou-se depois para Lisboa, onde manteve os mesmos creditos, sendo

muitas vezes encarregado de causas difficeis e graves. Em Justino de Freitas, além do natural talento e da sua não vulgar erudição das causas forenses, havia como a inspiração artistica da advocacia, e nos ultimos annos da sua vida, prendia-o á banca de advogado mais o amor fanatico pelo exercicio da Jurisprudencia do que os interesses que obtinha da sua honrosa profissão. A sua carreira academica não foi muito feliz; dotado de convicções liberaes, apezar do seu nome ser ainda obscuro, soffreu bastante por andar ligado a seu cunhado, que pela liberdade soffrera largos annos no exilio. Justino de Freitas partilhou tambem da sorte e das perseguições de que fôram victimas os moços academicos, e expiou largo tempo na cadeia de Coimbra o crime das suas idéas liberaes. Terminada a guerra civil, recuperou a liberdade, e foi restituido ás suas occupações do tribunal e do estudo. Entrou para o magisterio na Universidade, como substituto extraordinario, por decreto de 22 de abril e carta regia de 5 de maio de 1840, e passando a substituto ordinario por decreto de 28 de junho e apostilla de 27 de julho de 1843, depois de ter exercido por algum tempo o cargo de official maior do governo civil de Coimbra, onde fixára a sua residencia. Não perdendo nunca o affecto ás luctas por vezes arriscadas da politica militante, não podia ficar indifferente aos acontecimenos de 1846, e o seu nome gozava de tanta autoridade, que, installando-se em 16 de maio d'este anno a commissão preparatoria, presidida por José Alexandre de Campos, que no dia seguinte procedeu á eleição da junta de governo, com os commandantes das forças populares, e havendo a commissão creado quatro repartições, do reino, justiça, guerra e fazenda, o dr. Justino de Freitas foi nomeado para a primeira, sendo seu cunhado, o dr. Barjona de Freitas, encarregado da ultima, tendo por collegas os drs. Francisco José Duarte Nazareth e Agostinho de Moraes Pinto de Almeida; n'essa miniatura de ministerio revelou logo o dr. Justino de Freitas o seu tacto administrativo e altas faculdades de estadista, apezar da junta ter funccionado muito pouco tempo, pois resolveu dissolver-se em 9 de junho, por haver subido ao poder o governo presidido pelo duque de Palmella, sendo elogiado pelo ministro do reino, Mousinho d'Albuquerque, em portaria de 13 do referido mez, mas conservando-se ainda no exercicio de funcções até aos tumultuarios acontecimentos a que deu logar, em 6 de julho, a chegada de Rodrigo da Fonseca Magalhães, nomeado chefe civil superior do segundo circulo administrativo, cargo de que não chegou a tomar posse. A vida politica do dr. Justino de Freitas foi sempre agitada e activa até ao movimento revolucionario de 1851, a que elle adheriu logo, sendo dos mais prestimosos e dedicados membros do novo partido da Regeneração, que se constituiu, e em que militou até ao seu fallecimento. O ensino do direito administrativo na Universidade estava pouco desenvolvido, achando-se este ramo das sciencias juridicas associado a outros n'uma só cadeira, e foi o dr. Justino de Freitas um dos que muito concorreram para o desdobramento d'aquella disciplina; mais tarde creou-se um curso especial de direito administrativo, partilhando das lições das faculdades de Direito e Philosophia; creada a nova cadeira, foi elle encarregado da sua regencia, sendo despachado lente cathedratico por decreto de 4 e apostilla de 24 de novembro de 1852. Desde esta epoca foi eleito deputado em varias legislaturas, e era tão respeitada a sua palavra pelo seu profundo saber e muita erudição, como era proficuo o seu aturado trabalho nas commissões parlamentares e extra-parlamentares, de que fez parte. Foi por vezes indigitado para ministro da justiça, dizendo se até que, em 1855, chegara a estar lavrado o decreto, mas obstavam sempre os incidentes imprevistos da intriga dos partidarios. Sendo membro do Conselho Superior de Instrucção veiu fixar a residencia em Lisboa, quando o Conselho, transferido de Coimbra, tomou o nome de Junta Consultiva, e aqui entregava-se ao mesmo tempo aos deveres do seu cargo, ás occupações exigentes da politica, e ao exercicio da advocacia, cooperando, pela sua elevada posição e influencia, para que se acabasse na Universidade o velho systema de provimento das substituições no magisterio pelas provas dos oppositores das faculdades por ordem de antiguidade, abrindo-se nova era de concursos, que chamaram ao magisterio academico os mais notaveis e promettedores dos talentos novos. Foi redactor principal do *Academico*, jornal politico e litterario publicado em Coimbra, de 11 de janeiro de 1836 a 28 de julho do mesmo anno. Saíram só 9 numeros. Escreveu: *Manual dos Juizos Eleitos e seus Escrivães*, Coimbra, 1860; *Manual do rendeiro*, etc., Coimbra, 1854; *Instituições de Direito administrativo portuguez*, Coimbra, 1857; fez-se 2.ª edição correcta e augmentada, em 1861. Tambem publicou alguns artigos na *Gazeta dos Tribunaes*.

Freitas (*Lourenço de*). Jesuita. Nasceu em Lisboa em 1541; fal. no collegio de Evora, a 28 de julho de 1580. Era filho de Roque Fernandes e de Izabel Fernandes. Professou a 16 de agosto de 1558. Foi letrado muito considerado, dictando dois cursos, de Philosophia em Coimbra, e Theologia especulativa e moral em diversos collegios Deixou alguns manuscriptos, e uma obra impressa, em latim.

Freitas (*Lourenço José Pereira de*). Presbytero secular e beneficiado da sé de Faro. Vivia nos fins do seculo XVIII e principios do XIX. Escreveu: *Oração funebre, recitada na santa egreja cathedral de Faro, no dia 30 de janeiro de 1817, nas exequias do bispo do Algarve D. Francisco Gomes de Avellar*, Lisboa, 1817.

Freitas (*Luiz Antonio Gonçalves de*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, antigo deputado, chefe da 2.ª repartição do Governo Civil de Lisboa, escriptor e poeta, etc. Nasceu no Funchal a 23 de fevereiro de 1859, fal. em Lisboa a 29 de outubro de 1904. Era filho de Antonio Gonçalves de Freitas, antigo director geral das Contribuições Directas. Depois dos estudos preparatorios, foi matricular-se na Universidade, formando se em 12 de julho de 1880, depois d'um curso brilhante. Os trabalhos litterarios fôram sempre a sua paixão. Aos 12 annos de edade, em 1871, publicou o seu primeiro livro original, intitulado: *Phantasias, ensaios litterarios*, e a sua traducção do *Monge de Krunsmunster*, de Alphonse Karr. Gonçalves de Freitas foi tambem administrador de concelho, deputado e secretario do governador civil. Collaborou

em diversas publicações litterarias e politicas, e foi redactor principal do jornal *A Patria*. Dedicou-se muito a cousas de theatro, chegando a ser socio e director d'uma empresa no theatro da Avenida. Escreveu o livro de poesias, *Impressões*, com uma carta prefacio de Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos, Coimbra, 1878; com o retrato do autor; *Magdalena*, *quadro biblico*, Lisboa, 1880; *Oscillações*, poesias. Para o theatro escreveu, expressamente para ser representada pelo curso do 5.º anno juridico de 1879-1880, a opereta phantastico-burlesca em 3 actos e em verso, *A Pupilla do Beltrão*, que se exhibiu no theatro Academico em 17 de abril de 1880. Escreveu mais: *Noite de nupcias*, em 1 acto, representada no Gymnasio a 16 de janeiro de 1886, em beneficio de Leopoldo de Carvalho, e mais tarde nos theatros da Rua dos Condes e da Avenida; *Pif! paf!* opera comica de grande espectaculo, em 4 actos, representada em 31 de julho de 1887 na Rua dos Condes. Para o theatro da Avenida traduziu juntamente com Sousa Bastos, a opereta em 3 actos, *Josephina vendida por suas irmãs*. Publicou: *A' beira do abysmo*, 1 acto, em verso; *Sob as cinzas*, 1 acto, em verso, traduzida de Charles Mérouvel; *O Club dos perigosos*, drama em 5 actos e 8 quadros; *Rachel*, drama em 4 actos, traducção livre em verso. Deixou manuscriptas: *Por causa d'um cabello*, comedia em 5 actos; *Peccados da mocidade*, drama em 5 actos; *Velha farça*, opereta em 3 actos.

Freitas *(Manuel de)* Professor de Logica, e das linguas ingleza e franceza na cidade da Bahia. Nos frontispicios das obras intitula-se brazileiro, mas não designa a terra da sua naturalidade. Escreveu: *Nova Grammatica ingleza e portugueza, dedicada á felicidade e augmento da nação portugueza; selecta dos melhores autores*, Rio de Janeiro 1810; outra edição feita em Liverpool, 1812; *Leitura instructiva e recreativa, ou idéas sentimentaes sobre a faculdade do entendimento chamada gosto*, etc., *extrahido livremente do inglez*, Liverpool. 1813.

Freitas *(Manuel Luiz Vianna de)*. Escriptor e poeta, natural do Funchal, onde nasceu a 28 de maio de 1820, e falleceu a 29 de maio 1861. Compoz varias poesias que se publicaram em diversas folhas politicas e litterarias, e o drama *D. Luiz de Athaide*, que lhe valeu o diploma de socio correspondente do Instituto dramatico de Coimbra.

Freitas (*Martim de*). Alcaide de Coimbra, celebre pelo acto de lealdade que praticou durante as luctas que em Portugal se travaram entre D. Sancho II e D. Affonso III, seu irmão. Não sosobreviveu documento que o comprove, mas Alexandre Herculano mesmo confessa que d'estas epocas tumultuosas poucos escaparam ao dente roedor do tempo ou ás mãos destruidoras dos homens. Ao mesmo tempo, uma passagem do *Nobiliario*, do conde D. Pedro, attestando que foi Coimbra a unica terra que se conservou por D. Sancho II, demonstra a possibilidade da tradição na falta de mais seguro testemunho. Assim. diz-se que Martim de Freitas, alcaide do castello de Coimbra, resistiu sempre a D. Affonso, até que se recebeu noticia da morte do rei exilado. Então o alcaide, pedindo um seguro ao conde de Bolonha, saiu da cidade e foi a Toledo certificar-se da morte do seu monarcha. Aberto o caixão, o leal cavalleiro depositou as chaves do castello no braço do cadaver, e tirando-lh'as depois, voltou a Portugal a entregal-as a D. Affonso III, que ficou maravilhado d'este acto de fidelidade.

Freitas (*Fr. Seraphim de)*. Doutor em Direito canonico pela Universidade de Coimbra. Era natural de Lisboa, e viveu nos fins do seculo XVI e principios do XVII. Passando a Valladolid entrou na ordem militar de N.ª S. da Mercê. Foi lente na Universidade d'aquela cidade e conservador das ordens militares de Portugal nos reinos de Castella. Deixou impressas varias allegações juridicas em latim e hespanhol, e uma obra n'aquella lingua *(De justo imperio Lusitanorum asiatico)* em que defendia a justiça do dominio portuguez no imperio asiatico contra a liberdade dos mares proclamada por Hugo Grocio. A obra de Freitas está traduzida em francez com o titulo *Freitas contre Grotius*.

Freitas (*Thomaz de Aquino Bello de)*. Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra. Parece que foi natural do Porto ou ter tido residencia n'esta cidade, pela publicação da seguinte obra: *Henriada, poema epico composto na lingua franceza por Mr. de Voltaire, traduzido* (em verso) *na portugueza, e illustrado com algumas notas*, Porto, 1789; segunda edição, Rio de Janeiro, 1812.

Freitas *(Vicente Urbino de)*. Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, curso que terminou em 1874, depois de obter as mais honrosas distincções academicas. E' natural do Porto, e para esta cidade veiu residir e exercer clinica com muitos bons creditos, alcançando passados annos, por concurso, uma das cadeiras de lente da Escola Medico-Cirurgica. O nome do dr. Urbino de Freitas tornou-se especialmente conhecido no paiz e fóra d'elle, pelo tratamento da horrorosa doença *Morpheia*, conseguindo por processos e applicações de sua exclusiva indagação, se não a cura radical, pelo menos extraordinarias e maravilhosas melhoras de muitas pessoas atacadas d'aquelle terrivel mal. Nos principios de abril de 1890 foi accusado do crime de envenenamento, commettido contra 5 pessoas de sua familia em fins de março antecedente, sendo uma das primeiras victimas um seu cunhado que fallecera em 2 de janeiro d'aquelle anno e que se provou ter sido envenenado Depois do interrogatorio do accusado e de muitas testemunhas, o dr. Urbino de Freitas foi preso em 15 de abril e encerrado na cadeia da Relação. Continuaram as investigações em que se apuraram circumstancias deveras desfavoraveis e compromettedoras para o réo. Este processo foi muito demorado, e despertou a geral curiosidade e attenção pela sua importancia. O julgamento começou a 20 de novembro de 1893, sendo juiz o dr. Ernesto Kopke da Fonseca Gouveia, delegado do ministerio publico o dr. Miguel Maria Guimarães Pestana da Silva, e advogado da defeza o dr. João Carlos Freire Themudo Rangel. O dr. Alexandre Braga, pae do actual advogado d'este nome, era o seu principal defensor, mas não pôde comparecer, por ter sido accommettido dias antes d'uma congestão cerebral, que o inutilisou para os debates, e foi a causa da sua morte. As audiencias proseguiram nos dias 25, 28, 29 e 30 do referido mez de novembro, prolongando-se esta ultima, dando-se a leitura dos quesitos já depois das tres horas da madrugada de 1 de de-

zembro sendo o réo condemnado na pena de prisão maior cellular por 8 annos, seguida de degredo por 20 annos, ou na alternativa na pena de degredo por 28 annos, com prisão 8 annos no logar do degredo, devendo ser em qualquer dos casos o degredo em possessão de primeira classe. O dr. Urbino de Freitas veiu para Lisboa, acompanhado d'uma escolta, e encerrado no Limoeiro, entrando depois na Penitenciaria a 28 de maio de 1894. O condemnado, tendo cumprido a sentença na sua primeira parte, foi remettido para Africa, e tendo já terminado o degredo devido a diversas concessões e commutações de pena durante este longo periodo, partiu para o Brazil, onde lhe não tem sido permittido exercer clinica. No 3.º volume da *Galeria dos criminosos celebres em Portugal*, publicada em 1898, vem minuciosamente descripto todo o processo.

Freitas. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. e com. de Fafe, distr. e arceb. de Braga; 685 hab e 166 fog. Tem esc. do sexo feminino. A pov. dista 8 k. da séde do conc. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20 com a séde em Amarante. As religiosas do convento dos Remedios, de Braga, apresentavam o reitor, que tinha 11$600 réis de congrua e o pé d'altar. E' aqui o paço e o solar dos Freitas || Povoações nas freguezias: S Thiago, de Burgães, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto || O Salvador, de Cabreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Covide, conc. de Terras do Bouro, distr. de Braga. || O Salvador, de Freixo de Baixo, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Thiago, de Rebordões, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || S. Verissimo, de Tamel, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santo André, de Tellões, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Estevão, de Villar das Almas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Freitas *(Poço das)*. Celebre lagôa na provincia de Traz-os-Montes, na Ribeira de Terva, 18 k. a SO de Chaves, entre a freg. de Ardãos e as aldeias de Sapêllos, povoação da freg. de Sapiães, e Nogueira, da freg. de Bobadella. E' uma vasta escavação mineira dos romanos ou dos arabes. Terá uns 45 m. de comprimento e 25 de largura. Filippe IV, de Hespanha, e III de Portugal, concedeu em 1638 a Felix Machado da Silva Castro e Vasconcellos, 1.º marquez de Monte-Bello, proprietario, então, d'estes terrenos, uma provisão para explorar aquellas minas por tempo de 5 annos.

Freitas Barros *(Manuel)*. Tenente-coronel de infantaria, escriptor dramatico, etc. N. em 1 de outubro de 1850; assentou praça em 5 de agosto de 1869, foi promovido a alferes em 13 de janeiro de 1874, a tenente em 27 de abril de 1880, a capitão em 30 de setembro de 1885, a major em 7 de julho de 1897, a tenente-coronel em 25 de setembro de 1902. E' cavalleiro e official da ordem de Aviz, e tem a medalha de prata de comportamento exemplar. Muito dedicado ao theatro, escreveu a comedia em 1 acto, *Scenas de Coimbra*, e a opereta em 1 acto, *Que noite de nupcias*, que se representaram no theatro da Rua dos Condes em 20 de março de 1872, em beneficio da actriz Luiza Fialho; *A Cebola mysteriosa*, magica em 3 actos e 18 quadros, que se representou no mesmo theatro a 18 de janeiro de 1873; o monologo *Uma praça de reserva*, que foi recitada pelo actor Samuel. Estando no Porto em 1875, ali fez representar no theatro Baquet duas operetas originaes: *O pastor soldado*, em 3 actos, e *O x da Gata*, em 1 acto. Para o theatro Academico, de Coimbra, imitou uma opereta em 2 actos, *O Granadeiro*. Em Vizeu, onde se demorou nove annos, representaram-se por amadores duas suas peças originaes: *O dote de meu tio*, opereta n'um acto e *Os polos do casamento*, comedia em 3 actos : *A fina flôr*, tragedia burlesca em 3 actos, e as imitações: *Anno Bissexto*, comedia-drama em 1 acto; *O Diplomata*, em 2 actos, e *Um noivo sem fato*, em 1 acto.

Freitas Branco *(Fidelio de)* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. E' natural do Funchal. Veiu muito novo para Coimbra, onde estudou todos os preparatorios, formando-se em Direito no anno 1884. Exerceu por alguns annos a advocacia em Lisboa, até que se decidiu a dedicar-se á agricultura, occupando-se na plantação de vinhedos nas suas propriedades do Alemtejo. Entrando na politica alistou-se no partido regenerador, e foi deputado pela primeira vez em 1887, continuando a ser eleito em quasi todas as legislaturas até 1901, pelo circulo de Reguengos. Hoje pertence ao partido regenerador-liberal.

Freitas Branco *(J. de)*. Escriptor. N. no Funchal em 5 de agosto de 1855. Matriculou-se em 1871 na Universidade de Coimbra nos cursos de Mathematica e Philosophia, vendo-se obrigado a interromper os estudos no fim do 2.º anno, por motivo de gravissima doença. Recolheu-se então ao Funchal, onde se restabeleceu, e um anno depois partiu para o estrangeiro a completar a sua educação. Durante o tempo que se demorou na terra natal traduziu e publicou a celebre obra de Douglas Jerrold, *Mrs. Candle's Curtain Lectures*. Esteve em Inglaterra, e depois em Vienna d'Austria, onde aprendeu tambem composição musical. Passados annos seguiu para França. N'estes paizes que percorreu, adquiriu especiaes conhecimentos, não só das linguas como das suas litteraturas, e regressando a Portugal, começou a tornar conhecidos os nomes dos principaes escriptores estrangeiros, especialmente os scandinavos, até então completamente desconhecidos mesmo em França. Publicou interessantes estudos e criticas litterarias sobre Ibsen, Rudyort, Kipling, Maeterlink. Traduziu a *Casa de boneca*, de Ibsen, muito antes ainda da se falar em França n'este autor; traduziu depois *Os Esteios da sociedade*, do mesmo escriptor, e a peça de Bjornson, *Uma fallencia*. Muito familiarisado com a lingua allemã, tem traduzido, entre outras peças, *Os penedos do Inferno*, de Blumenthal, e *O fim de Sodoma*, de Sudermann, ambas representadas no theatro de D. Maria II. No Gymnasio tem apresentado: *Aranha de ouro*, *Festa de inauguração*, *O califa Haroun-Al-Raschid*, *Os innocentes*, *O gatuno*, *Mestres e aprendizes*, *A guerra ao vinho*, *etc.* Na Trindade tambem se representaram as suas traducções : *O homem das mangas* e a *Honra*.

Freitas Branco *(P. João Manuel de)*. Vigario de S. Jorge, na ilha, da Madeira. Morreu emigrado no Rio de Janeiro em 1831. Escreveu, além de outros sermões, o seguinte: *Oração de acção de graças, que na solemnidade do anniversario do dia 28 de janeiro de 1821 prégou na cathedral d'esta cidade, etc.* Funchal, 1822.

Freitas Branco *(Luiz de)*. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado em diversas legislaturas, director geral da direcção dos negocios ecclesiasticos no ministerio da justiça, e secretario geral do ministerio, etc. N. no Funchal a 19 de agosto de 1829, e fal. em 1881 Era filho de Fidelio de Freitas Branco e de D. Silvana de Freitas Branco. Concluiu o curso em 1852. Foi deputado em diversas legislaturas, eleito pelo Funchal e por Monsão. Tinha a carta de conselho, e condecorações de varias ordens. No *Diario da Camara dos senhores deputados* vem um discurso e um parecer ácerca da questão do real padroado, discutida na camara em 1858. O *Districto do Funchal* de 16 de novembro de 1881, publicou uma noticia biographica, pouco depois do seu fallecimento.

Freitas Brito *(Diogo Maria de)*. Empresario do Real Theatro de S. Carlos durante algumas epocas lyricas, e de outras empresas nos antigos Recreios Whittoyne, etc. N. a 23 de dezembro de 1840. Foi estudante na Escola Academica, e depois dedicou-se ao estudo da Medicina, que abandonou para se fazer commissario de bordo. Mais tarde conseguiu ser amanuense no ministerio da marinha, logar em que está hoje reformado. N'esta epoca traduziu algumas peças para o theatro, que se representaram na Rua dos Condes. Em 1876 entrou como socio d'uma empresa de accionistas, organisada por Pedro Jorge Pacini para explorar o theatro de S. Carlos. Apezar de Pacini ser o director, e de haver uma administração composta de differentes cavalheiros, a alma da sociedade era Freitas Brito. A sociedade dissolveu-se em 1878, e o theatro foi adjudicado a Freitas Brito & C.ª Esta empresa tambem terminou, tomando conta do theatro Antonio de Campos Valdez, e uma administração nomeada pelo governo. Freitas Brito ainda tornou a ser empresario, conservando-se até 1897, em que o theatro foi adjudicado a José Pacini, actual empresario. A sua direcção foi por vezes brilhante, trazendo a Lisboa verdadeiras notabilidades, e fazendo cantar operas novas com bello exito. Freitas Brito foi tambem empresario nos antigos Recreios Whittoyne, onde apresentou diversas companhias que fizeram successo. Teve uma typographia, em que se imprimiram diversas obras, a *Gazeta Commercial*, o *Imparcial* e outros jornaes. Intitula-se hoje *Companhia Typographica*.

Freitas Carneiro *(Celso Herminio)*. Caricaturista. N. em 1871, fal. em março de 1904. Começou desde muito creança a demonstrar verdadeira vocação para o desenho, vocação que se foi accentuando até collaborar em varios jornaes, como o *Microbio*, *O Berro*, *Patria*, *Branco e negro*, etc. Foi militar durante algum tempo, mas em breve se aborreceu d'aquella vida, que abandonou para se entregar completamente á sua vocação artistica. Foi ao Rio de Janeiro em companhia do jornalista, sr. Fernando Mendes, e ali se tornou conhecido como collaborador artistico do *Jornal do Brazil*. Regressando a Portugal collaborou na *Parodia*, *Carantonha*, *Brazil-Portugal*, e no *Diario de Noticias*. Foi ainda Celso Herminio quem fez os desenhos para a ornamentação da Avenida da Liberdade, por occasião das festas carnavalescas do anno de 1904.

Freitas Carneiro *(Decio Gaudencio de)*. Jornalista e escriptor contemporaneo, irmão de Celso Herminio, a quem se refere o artigo anterior. Mais conhecido por Decio Carneiro. Foi redactor do *Jornal da Manhã*, do *Reporter*, onde sustentou por muito tempo a secção litteraria, subscrevendo-a com o pseudonymo *Decar*, e da *Revista Couros e Pelles*. Dedica-se a estudos de historia litteraria; publicou em março de 1898 um opusculo politico e um estudo sobre o poeta Sá de Miranda. Tambem collaborou na edição dos *Lusiadas* lithographico—manuscripta que ha annos se publicou

Freitas e Costa *(Luiz Theodoro de)*. Medico-cirurgião pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa; poeta e escriptor. E' delegado de saude na 7.ª circumscripção sanitaria, Belem e Ajuda Como poeta e escriptor tem collaborado em diversos jornaes. Publicou um livro de versos, com o titulo: *Filigranas*, Porto, 1880 Foi tambem um dos escriptores que collaborou na edição lithomanuscripta dos *Lusiadas* de Camões, publicada ha annos.

Freitas Fortuna *(João Antonio de)*. Commerciante e escriptor. N. no Porto a 21 de julho do 1840. E' filho de João Antonio de Freitas Junior, e de sua mulher, D. Emilia Marques de Freitas. Não podendo, depois da sua primeira instrucção, dedicar-se a estudos superiores, cursando as aulas, como desejava, entrou na vida commercial para auxiliar seu pae, não perdendo, comtudo, todas as occasiões de se instruir, com a lição de bons livros, especialmente com os de assumptos economicos e politicos; e assim conseguiu uma copia de conhecimentos, que o distinguiram na sua classe, reunindo ao mesmo tempo uma bibliotheca, que na especialidade e respectiva aos referidos estudos, é das mais importantes do paiz. Além d'isso, Freitas Fortuna fez algumas digressões ao estrangeiro, que lhe fôram muito uteis e proveitosas. Quando a Sociedade de Geographia de Lisboa não tinha subsidio algum do Estado e lhe escasseavam os meios para a publicação regular do seu *Boletim*, a primeira pessoa que se offereceu para fazer a impressão á sua custa, foi Freitas Fortuna, facto que ficou honrosamente registado nas actas d'aquella sociedade. Escreveu: *O projecto de reconstituição do banco de Portugal e o commercio*, Porto 1877; n'este opusculo, dedicado á praça do Porto, discute o autor o projecto de lei apresentado ás côrtes n'aquella epoca, ácerca da reconstituição do banco de Portugal, que combate; e allude especialmente a um opusculo intitulado a *Reorganisação do banco de Portugal* e ao livro os *Bancos em Portugal* de José Joaquim Pinto Coelho, de cujos algarismos se serviu para esta analyse; *Carta de João Antonio de Freitas Fortuna, relativa aos projectos de reforma da lei das sociedades anonymas reguladas pela carta de lei de 22 de junho de 1867, Porto, 1878.*

Freitas Gazul *(Francisco de)*. Professor de musica da Real Camara e da Sé Patriarchal; de rudimentos e solfejos no Conservatorio Real de Lisboa, compositor de musica muito apreciado, etc. N em Lisboa a 30 de setembro de 1842. E' filho do professor de musica do Collegio dos Nobres e depois do Conservatorio, Francisco Gazul, e de sua mulher, D. Maria Candida Freitas Gazul (V. *este appellido.)* Depois dos primeiros estudos, matriculou-se no Conservatorio, em 1856, no curso de rudimentos, de que era professor Filippe Real, seguindo o de violoncello com João Jor-

dani, e por morte d'este professor, com Guilherme Cossoul até concluir o curso. Conjuntamente estudava harmonia, contraponto e fuga, sob a direcção de Monteiro d'Almeida. Em todos os exames lhe fôram conferidos os primeiros premios, como no de rudimentos em que recebera uma medalha de ouro. Francisco de Freitas Gazul foi sempre considerado um dos alumnos mais intelligentes e dos mais applicados, merecendo sempre a maior estima e distincções dos professores. Por occasião dos exercicios publicos, a direcção do Conservatorio, por conselho de Monteiro d'Almeida, encarregou-o de instrumentar com elle os celebres coros de Rossini, *Fé, Esperança, e Caridade*, para serem cantados pelos alumnos. Mas a inspiração de Freitas Gazul ia mais além, e compoz uma symphonia, que os alumnos executaram. Em 1850 o maestro Cossoul foi nomeado director da orchestra do theatro de S. Carlos, e chamou para seu lado Francisco de Freitas Gazul. Oito annos depois, em 1867, abrindo se concurso para o preenchimento d'uma vaga de 2.º violoncello, nas operas, e de 1.º nos bailados, Gazul concorreu, e foi o primeiro classificado. Em 1875, a empresa do theatro de S. João, do Porto, vendo-se em embaraços, por se ter despedido o maestro ensaiador D. Antonio Refraraz no meio da epoca lyrica, convidou Freitas Gazul para o substituir, o que este acceitou, depois do consentimento da Associação Musica 24 de Junho a que pertencia. Ali ensaiou e dirigiu as operas *Linda de Chamounix*, *Guilherme Tell*, *Barbeiro de Sevilha*, *Baile de mascaras*, *Sonnambula*, *Othello*, *Traviata*, etc. Regressando a Lisboa esteve algum tempo maestro do theatro da Rua dos Condes, onde escreveu musica para varias operetas e magicas; coordenou a musica para as parodias da *Lucrecia Borgia*, *Traviata* e *Elixir d'amor*, arranjou musica para varias peças do theatro de D. Maria II, até que por fim Francisco Palha o contratou para ensaiador no theatro da Trindade, quando o maestro Rogel deixou aquelle logar. Ali se conservou bastantes annos, e são muitas as operetas que então se cantaram, para que escreveu a musica. Gazul compoz a opera em 4 actos, *Frei Luiz de Sousa*, com destino ao theatro de S. João, do Porto, mas a empresa acabou, e por isso não foi a effeito o seu desejo. Não pensou em a fazer cantar em S. Carlos, mas o empresario Campos Valdez, indo a sua casa, em 1883 pouco mais ou menos, deparou com a partitura sobre a mesa de trabalho, e logo resolveu apresental-a no seu theatro; infelizmente, porém, falleceu em Paris em 1889 sem ter realisado aquelle proposito. Afinal a opera veiu a cantar-se a 19 de março de 1891, sendo empresario o maestro Augusto Machado. Fôram interpretes os seguintes artistas: Theodorini, Brambilla, Gabrielesco, Menotti, Wulmann, Mastrobuono, Carbone, Soldá e Ghidotti. Em 1895 foi ao Rio de Janeiro com a companhia de Sousa Bastos, onde tambem foi muito victoriado. Actualmente faz parte do sextetto que toca no theatro de D. Maria II. Não é só no theatro que Freitas Gazul tem dado provas do seu elevado merecimento como compositor, tambem se tem dedicado á musica sacra, e são muitas as suas composições religiosas executadas nos nossos templos. Francisco de Freitas Gazul tem o grau de official da Ordem de S. Thiago, do merito scientifico, litterario e artistico. E' longa a relação dos seus trabalhos, que mencionaremos por partes, além da opera *Frei Luiz de Sousa*, em que já falámos: Musica sacra: *Libera-me*, a 4 vozes e pequena orchestra; *Libera me*, com solos, côro e grande orchestra, dedicado a Guilherme Cossoul que obteve o 1.º premio na exposição industrial da Avenida da Liberdade, em 1888; *Missa de Requiem*, a tenores e baixos; *Setenario; Missa* a 3 vozes, estylo imitativo; *Missa* a 4 vozes, a sólo, côro e grande orchestra, que obteve o 1.º premio na referida exposição; 5 *Missas* para pequena orchestra e a 3 vozes; *Missa* para orchestra maior e 2 pianos, composta para uma solemnidade celebrada em Evora; *Te-Deum* com côro e grande orchestra; *Te-Deum* a 3 vozes e pequena orchestra, e outro a 2 vozes.— Musica de camara: 4 *Quartettos* para instrumentos de corda. — Operetas cantadas na Trindade e em outros theatros: *Os Annos da menina*, 1 acto; *O Brazileiro Pancracio*, 3 actos; *O Cento e tres*, 1 acto; *A Cigarra*, 3 actos; *A Damnação do Fausto*, 4 actos; *Uma Experiencia*, 1 acto; *Furias de amor*, 1 acto; *Garra de Leão*, 3 actos; *O Homem da Bomba*, 3 actos; *O Larmanjat*, 3 actos; *Loucuras de rapaz*, 3 actos; *O Minuete*, 2 actos; *A Mocidade de Figaro*, 3 actos; *Os Morangos*, 1 acto; *A Noiva*, 3 actos; *O Piparote*, 3 actos; *A Ponte do diabo*, 3 actos; *A Herança do Tambor-mór*, 3 actos; *O Rei Kalakana 37*, 2 actos; *O Reino das mulheres*, 3 actos; *A Marquezinha*, 1 acto; *Revista do anno de 1875* 3 actos; *Roupa de francezes*, 3 actos; *Sal e pimenta*, 3 actos; *As seis partes do mundo*, 4 actos; *Tres dias na berlinda*, 3 actos; *O Trinta e sete da 4.ª*, 2 actos; *A Viagem á roda do mundo*, 3 actos; *As Violetas*, 1 acto; *Retalhos de Lisboa*, 3 actos; *O Reino da bolha; Harem d'El-*

Francisco de Freitas Gazul

Rei. — Magicas : *A Cauda de Belzebuth*, 3 actos; *A Cebola mysteriosa*, 3 actos ; *Satanaz Junior*, 3 actos ; *Os Sete castellos do diabo*, 4 actos ; *A Fada do amor*, 3 actos. — Musica para dramas : *A Caridade*, 5 actos ; *Homens e féras*, 4 actos ; *Os Homens do povo*, 2 actos ; *O Porta-bandeira do 99.º de linha*, 5 actos. — Oratorias : *A Conversão de S. Paulo*, 3 actos ; *Santa Quiteria de Meca*, 3 actos. — Parodias : *O Elixir d'amor*, 3 actos ; *Lucrecia Borgia*, 3 actos ; *Norma*, 3 actos ; *A Traviata*, 4 actos. — Marchas : *Guttenberg*, para orchestra e banda ; *Guttenberg*, para grande banda ; *Marcha* para orchestra ; *Marcha triumphal*, para grande orchestra e banda completa, expressamente composta a convite da commissão executiva da exposição industrial na Avenida da Liberdade em 1888. — *Suite d'orchestre*, composta de 3 numeros : 1.º *Escala diatonica*, 2.º *Escala chromatica*, 3.º As duas antecedentes em imitação. Tem escripto varias symphonias, muitas peças para banda, e instrumentado differentes operetas. Juntamente com o maestro Augusto Machado escreveu a musica para o drama *Affonso d'Albuquerque*, que actualmente se representa no theatro de D. Maria II.

Freitas Honorato (*D. Antonio José*). Arcebispo Primaz de Braga, par do reino, doutor e lente de Theologia pela Universidade de Coimbra. N. n'esta cidade a 16 de outubro de 1820, fal. em Braga a 28 de dezembro de 1898. Era filho de Jeronymo José de Freitas e de D. Symphorosa Maria Vieira. Destinando se á vida ecclesiastica, estudou os preparatorios, tomando successivamente as ordens menores e sacras, matriculando-se depois em Theologia na Universidade no anno de 1837; concluiu o curso com muita distincção e obtendo alguns premios, a 5 de julho de 1844. Doutorou-se em 27 de julho de 1845. Logo em 1846 foi nomeado prior de Santa Cruz de Coimbra, sendo ao mesmo tempo oppositor, e lente substituto da sua faculdade. Cumulativamente exerceu o professorado de sciencias ecclesiasticas no seminario da diocesse de Coimbra, onde tambem foi examinador synodal. Sendo em 1855 nomeado lente cathedratico de Theologia, teve de resignar o priorado de Santa Cruz, e passou a exercer os deveres de magisterio effectivo, que já antes exercera como substituto. Em attenção aos serviços prestados como parocho e examinador synodal, foi nomeado conego honorario da sé da referida cidade. Em 1851 fôra eleito ministro da Ordem Terceira da Penitencia, durante dois trienios, em que prestou relevantes serviços, pelo que, em sessão de 28 de maio de 1857, a junta geral d'aquella irmandade lhe concedeu o honroso titulo de *Protector do Hospital*. Coimbra deve-lhe muitas e uteis iniciativas, como a da inauguração, em 16 de setembro em 1855, do Asylo da Mendicidade de que foi um dos fundadores, e o restabelecimento das festas da rainha Santa Izabel em 1852, que desde 1832 estavam abandonadas. Nos principios do anno de 1873 foi escolhido para o elevado cargo de provisor e vigario geral do patriarchado de Lisboa, de que tomou posse pouco depois. N'esse mesmo anno foi preconisado arcebispo de Mitylene, no consistorio de 25 de julho, sendo sagrado em S. Vicente de Fóra a 5 de outubro seguinte. Em 1877, em renumeração dos seus serviços, el-rei D. Luiz i o agraciou com a carta de conselho. O fallecido patriarcha D. Ignacio soffreu longos annos uma gravissima doença, a que por fim succumbiu, e durante o seu impedimento, o arcebispo Freitas Honorato dirigiu os negocios do patriarchado, e por tal fórma se houve, que pela morte d'aquelle illustre prelado, foi eleito vigario capitular, cargo que exerceu até á posse do actual patriarcha D. José. Em 1883 vagou o arcebispado de Braga, por ter resignado aquella dignidade o arcebispo D. João Chrysostomo de Amorim Pessoa, e foi o arcebispo de Mitylene, D. Antonio de Freitas Honorato; apresentado á respectiva cadeira primacial, sendo preconisado no consistorio de 9 de agosto do mesmo anno de 1883. A 3 de outubro tomou posse por procuração, e a 25 pessoalmente, da referida archidiocese. O arcebispo D. Antonio de Freitas Honorato era muito considerado e respeitado pelo seu caracter bondoso, caritativo, recto e justiceiro. A sua morte foi muito sentida. A cidade de Braga vestiu-se de luto, em muitos dos seus edificios se pôz a bandeira nacional a meia haste, os sinos das egrejas dobraram constantemente, e as repartições publicas fecharam se por tres dias.

Freitas Jacome (*José Carlos de*). Escrivão da 4.ª vara do tribunal da Boa Hora, jornalista poeta, etc, N. em Thomar em 1808, e fal. em Lisboa a 6 de dezembro de 1888. Era mais conhecido pelo nome de *José Carlos poeta*, Foi empregado no ministerio da guerra, mas tomando parte muito activa na revolução liberal, esteve preso em Almeida, passando muitos perigos e privações. Serviu nos batalhões nacionaes, em epocas muito agitadas, no posto de capitão. Quando esses batalhões fôram dissolvidos, conservaram-se as honras a todos os officiaes, e alguns d'aquella patente tiveram a graduação de major. Terminadas as luctas civis, Freitas Jacome foi despachado escrivão de Direito para os tribunaes de primeira instancia, sendo depois escrivão da 4.ª vara, cargo que conservou até á sua morte. Era official da ordem da Torre e Espada, cavalleiro da de Christo, commendador das de Carlos III e de Izabel a Catholica, de Hespanha. Tinha as medalhas das campanhas da Liberdade n.ºs 1 e 2, a de comportamento exemplar, e tambem a da febre amarella, conferida pela camara municipal de Lisboa. Foi um dos maiores influentes do theatro de S. Carlos, chegando a ter ardente paixão pela opera lyrica e pelos artistas; nas epocas em que deram brado os partidos que se formavam entre os frequentadores enthusiastas, disputando-se os merecimentos d'uma ou outra cantora, havendo rivalidades e grandes discussões, Freitas Jacome era um dos mais ardentes contendores na defeza das artistas da predilecção do seu partido. Collaborou nos jornaes: *A Esperança*, *A Reforma*, *O Popular*, *O Arauto;* fundou em 1840 um jornal de theatros, intitulado *O Entre-acto.* Tendo-se relacionado com alguns jornalistas hespanhoes, foi correspondente do jornal politico *A Iberia*, de Madrid, até ao seu fallecimento. No *Diario de Noticias* e *Correio da Manhã* publicou varios folhetins sobre assumptos musicaes, de que mais especialmente tratava, como verdadeiro conhecedor da arte, que lhe devia mais predilecção. Em 1882 publicou um folheto de 16 paginas. *Apontamentos biographicos de D. Praxedes Mateo Sagasta*, acompanhado do retrato d'este grande estadista hespanhol, que elle muito admirava.

Freitas Oliveira *(Jacinto Augusto de)*. V. Oliveira *(Jacinto Augusto de Freitas)*.

Freitas Themudos. As armas d'esta familia são: em campo azul uma aguia de duas cabeças de ouro e estendida com os pés sobre uma cabeça de moiro com turbante de prata e vermelho e um cordão de S. Francisco de sua côr com os nós de ouro em orla; timbre, dois braços de leão, de ouro em aspa, com uma alabarda de prata com haste vermelha nas garras.

Freixa. Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Estorãos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Villarinho do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

Freixeda. Pov. e freg. de Santo André, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança; 269 hab. e 70 fog. Tem correio. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e fica situada entre montes. Está annexada para effeitos civis á freg. de Villa Verde, do mesmo concelho. O reitor de Mirandella apresentava o cura, que tinha 60$000 réis. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res, n.º 10, com a séde em Mirandella. Tem abundancia d'aguas, e vestigios de duas povoações arabes. || Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Capelludos, conc. de Villa Pouca de Aguiar distr. de Villa Real. || S. Nicolau, de Salsas, conc. e distr. de Bragança.

Freixeda do Torrão. Pov. e freg. de N, S.ª dos Anjos, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Figueira de Castello Rodrigo, distr. e bisp. da Guarda; 857 hab. e 270 fog. Tem escolas de ambos os sexos e caixa post. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada n'um valle. O ordinario apresentava o abbade, por concurso, que tinha 200$000 réis. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Freixeda de Villar. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Villar de Besteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Freixedas. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Pinhel, distr. e bisp. da Guarda; 1:595 hab. e 401 fog. Tem escolas d'ambos os sexos, mercado no 4.º domingo de cada mez, e est. telegr. e post., permutando malas com a R. A. B. A. Dista a pov. 13 k. da séde do conc., e passa-lhe proximo a ribeira de Massueime. O real padroado apresentava o vigario, que tinha 40$000 de rendimento. A terra é fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Freixedello. Povoações nas freguezias: Santa Maria Magdalena, de Grijó de Parada, conc. e distr. de Bragança.

Freixedinha. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação e conc. de Mirandella.

Freixeiro. Pov. na freg. de Santa Maria, de Caires, conc. de Amares, distr. de Braga.

Freixial. Antiga villa da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Trancoso, distr. e bisp. da Guarda. Está hoje annexada á freg. de Villa Garcia. O orago era N. S. das Neves, o mesmo da referida freguezia. Freixial teve foral, dado por D. Sancho Fernandes, prior da ordem do Hospital, em abril de 1112; D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 19 de julho de 1515. O abbade de Santa Maria, de Trancoso apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. || Logar muito pittoresco na freg. de N. S.ª da Purificação, de Bucellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa. Está situado n'uma baixa, cercado de vinhas e de pomares, cortado por um riacho que corre por entre eachopos frondentes. Toda a estrada que liga Bucellas com o Valle de S. Guião, onde fica o logar de Freixial, é de imponente vegetação. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Santa Margarida, de Arrabal, conc. e distr. de Leiria || Herdade na freg. de N. S.ª da Boa Fé, conc. e distr. de Evora, || Herdade na freg. de Santa Suzana, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de Santa Justa, de Girabolhos, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Freixial d'Além e Freixial do Meio. Duas povoações na freg. de Santa Magdalena, de Aldeia Gavinha, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Freixial do Campo. Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. da Beira Baixa, conc., com. e distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 456 hab. e 116 fog. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 12 k. da séde do conc. O vigario da freg. de S. Vicente da Beira apresentava o cura, que tinha 9$200 réis de congrua e o pé d'altar. Pertence á 2.ª divisão mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Freixial de Cima. Pov. na freg. de N. S.ª das Virtudes, de Ventosa, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Freixial dos Potes. Pov. no conc. de Fundão, distr. de Castello Branco, cujo orago é S. Sebastião. Está annexa á freg. de Santo André, de Telhado. V. *Telhado e Freixial*.

Freixianda. Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da provincia da Extremadura, concelho e com. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 3:522 hab. e 771 fog. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. permutando malas com V. N. d'Ourem, medico e pharmacias: feira no 3.º domingo de cada mez. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada perto da margem direita do rio Nabão. O cabido da collegiada de Ourem apresentava o cura, que tinha 12$000 réis annuaes. A terra é fertil, e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. || Ribeira no distr. de Santarem. Nasce nas immediações de Abiul, e depois de 10 k. de curso, vae desaguar no rio Nabão.

Freixiandas. V. *Freixianda*.

Freixieira *(Casaes da)*. Na freg. de S. Pedro, de Lousa, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Freixieirinho. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cardigos, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Freixieiro. Pov. Na freg. de S. Pedro, de Bitello, concelho de Celorico de Basto, distr. de Braga. E' n'esta pov. que está a séde do conc. (V. *Celorico de Basto)*. Freixieiro foi villa. || Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Areias, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Miguel, de Aves, do mesmo conc. e distr. || S. Bartholomeu de Barqueiros, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || S. Bartholomeu, de Campello, conc. de Baião, distr. do Porto. || N. S. da Assumpção, de

Cardigos, conc. de Mação, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Guardizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Thiago, de Infesta, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello || S. Mamede, de Perafita, conc. de Bouças, distr. do Porto. || S. Paio de Perelhal, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Tregosa, do mesmo conc. e districto.

Freixieiro de Soutello. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc., com. e distr de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 452 hab. pelo ultimo censo de 1900, e 121 fog. A egreja era do padroado dos condes de Aveiras, a quem pertencia a apresentação do parocho, que tinha 220$000 réis de rendimento. Estes fidalgos haviam tomado posse a 10 de fevereiro de 1776, por titulo passado em nome do dr. José Maria Pinto Brochado, provisor. Os fóros, que se pagavam ao antigo hospicio, ficaram pertencendo á egreja; eram dos habitantes de Freixieiro de Soutello, de S. Pedro, Affife, Carreço, Ancora, Riba de Ancora e Gontinhães. A egreja tambem pagava alguns generos á collegiada de Santo Estevão, de Valença; ao seminario de S. Pedro, de Braga, 633 réis no dia de S. João, e á camara de Vianna do Castello 320 réis. A maior parte d'esta freg. fica na margem esquerda do rio Ancora, pertencendo esta parte á freg. de S. Pedro, que a limita pelo poente; a parte que fica na margem direita pertenceu á freg. de Riba d'Ancora, por isso se vê que a freg de Freixieiro de Soutello se formou das de S. Pedro e de Riba d'Ancora. S. Pedro foi uma abbadia importante. Hoje muito resumida, e não podendo sustentar-se, annexou-se á de Freixieiro de Soutello, tanto no civil como no religioso. A egreja parochial fica na parte situada na margem direita do rio Ancora. A parte da margem esquerda, a maior, é ligada por uma ponte reconstruida modernamente, alta e sólida, d'um só arco, sobre o rio Ancora, a poucos metros da egreja. Parece que existiu aqui um convento ou hospicio, com espaçosos terrenos junto do rio até á ponte, onde havia uma egreja da invocação de S. Martinho. Quando se formou a freg. de Freixieiro de Soutello, ficaram os terrenos para passal do parocho, a casa annexa á egreja para a sua residencia, e a egreja para a séde da freg. Mais tarde destruiu-se a egreja primitiva, e em 1717 o abbade Bernardo Pereira de Carvalho construiu a que actualmente existe. O frontispicio com a sua torre é de boa cantaria, olha para o poente, e é da ordem toscana incompleta. Por cima da porta principal lê-se o seguinte: «Sendo abbade d'esta freguezia Bernardo Pereira de Carvalho, commissario do Santo Officio em 1717.» O cemiterio que fica junto, construiu-se em 1886. Tanto a casa do parocho como a egreja fôram ha pouco tempo reformadas, sendo esta assoalhada e coberta de telha franceza. Foi obra do referido abbade a primitiva ponte de um só arco, que foi destruida pela cheia de novembro de 1865, que destruiu tambem a ponte de Ancora, de 3 arcos na estrada de macadam. A ponte actual é do mesmo modelo que a antiga. No sitio do Rio d'esta freg. fica a capella de N. S.ª da Cabeça, situada no alto d'um pequeno outeiro, coberto de velhos sobreiros, junto ao logar de Ermello, tudo entre montes, do nascente, sul e poente. A capella tem na parte principal a era de 1701, com um *A* no principio, e um *B* no fim, que quer dizer *Abbade Bernardo*. Dentro, do arco cruzeiro, tem a inscripção: «Foi fundada esta capella em 1703 pelo abbade Bernardo Pereira de Andrade». Costuma fazer-se uma romaria a N. S.ª da Cabeça no domingo do Espirito Santo e na segunda feira seguinte, sendo esta a mais concorrida pelos povos dos arredores. A'cerca d'esta romaria vem publicada uma descripção no *Diario de Noticias* de 22 de maio de 1888. A terra é fertil, cria gado e tem caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Tem est. post. permutando malas com a Lagarteira.

Freixiel. Villa e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Villa Fôr, distr. e bisp. de Bragança; 1:107 hab e 264 fog. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. A pov. dista 6 k. da séde do conc, está situada n'um valle, proximo da margem esquerda do rio Tua, n'uma baixa, cercada de elevados montes. O clima é pouco saudavel. O commendador de Poiares, da ordem de Malta, apresentava o vigario, que tinha 30$000 réis e o pé d'altar. A villa pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Freixinho. As armas d'esta familia são: em campo vermelho com o contra-chefe de agua de prata e azul e d'elle sáe um freixo de sua côr perfilado de ouro, e seis lanças com os ferros de prata e as hastes de ouro arrimadas ao freixo, tres de cada banda; timbre, o freixo do escudo.

Freixinho. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Alta, conc. de Sernancelhe, com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp de Lamego; 532 hab. e 113 feg. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 6 k. da séde do conc., e está situada na margem direita do rio Távora. O reitor de Fonte Arcada apresentava o cura, que tinha 40$000 réis de rendimento. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Lamegal, conc. de Pinhel, distr. da Guarda.

Freixiosa. Pov. e freg. de Santa Luzia, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu; 668 hab. e 153 fog. Tem esc. do sexo masc., caixa post. e mercado de gado lanigero no terceiro domingo de cada mez. A pov. dista 7 k. da séde do conc., e está situada na estrada real de Mangualde para Celorico da Beira. O reitor da freg. de S. João, de Mangualde, apresentava o cura, que tinha 6$500 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. || Povoações nas freguezias: Santa Eufemia e conc. de Penella, distr. de Coimbra. || S. Christovão, de Villa Chã de Braciosa, conc. de Miranda do Douro, distr. de Bragança.

Freixo *(Antonio Affonso Vellado, 1.º barão e 1.º visconde do).* Fidalgo da Casa Real; commendador da ordem de N S.ª da Conceição; abastado proprietario e capitalista, negociante de grosso trato da praça commercial do Porto. N. a 1 de outubro de 1819, e já falleceu ha annos. Era filho de Caetano Affonso Vellado, proprietario, e de sua mulher, D. Maria Rosa de Jesus da

Cunha. Casou em 1844 com D. Laurinda Ribeiro Louzada, filha de Caetano José Ribeiro Louzada, proprietario, e de sua mulher, D. Genoveva Maria da Conceição. O titulo de barão foi concedido por decreto de 3 de outubro de 1865, e o de visconde em 1 de agosto e carta de 1 de outubro de 1872. O brazão foi concedido por alvará de 10 de fevereiro de 1857: escudo partido em pala; na primeira, as armas dos Affonsos, escudo partido em pala, a primeira cortada em faxa; na primeira, em campo de ouro, uma aguia negra de duas cabeças, estendida e armada de sanguinho; na segunda, em campo verde, um castello de prata; na segunda pala, em campo de prata, um leão vermelho, armado de azul; na segunda pala do escudo principal, as armas dos Cunhas, em campo de ouro, nove cunhas d'azul postas em tres palas; e por differença, uma brica vermelha com um bezante de prata. Timbre, o dos Affonsos: a aguia do escudo.

Freixo. Pov. e freg. de N. S.ª da Natividade, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. d'Almeida, distr. e bisp. da Guarda; 505 hab. e 118 fog. Tem esc. do sexo masc., correio com serviço de posta rural. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e fica junto das ribeiras das Cabras. Era do conc. de Castello Melhor, que foi supprimido em 24 de outubro de 1855. O vigario de S. Vicente apresentava o cura, que tinha 30$000 réis de rendimento. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. e freg. de S. Julião, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 1047 hab. e 245 fog. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. que funcciona no logar da Feira. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e fica a pequena distancia do rio Neiva. N'esta freg. está o antiquissimo castello de Curutelo, com sua torre e muralhas, que foi d'uns fidalgos appellidados Curutelos. Sobranceira ao castello, em outro monte mais elevado, está a antiquissima capella de S. Christovão dos Milagres, tendo em roda um alto muro, que lhe mandou fazer D. Agostinho de Castro e Jesus, arcebispo de Braga, para a abrigar dos temporaes. O reitor de S. Miguel, de Alvarães, apresentava o vigario, que tinha 80$000 réis e o pé d'altar. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Redondo, distr. e arceb. de Evora; 596 hab. e 115 fog. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural, permutando malas com Redondo. A pov. dista 9 k. da séde do conc., e está situada na margem direita da ribeira do mesmo nome. A terra é fertil. Esta freg. está annexada civilmente á de Redondo. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Marco de Canavezes, distr. e bisp. do Porto; 569 hab. e 130 fog. Tem esc. do sexo masc., e est. post. permutando malas com Marco de Canavezes. A pov. dista 3 k. da séde do conc. O reitor de Tuias apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Alviobeira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || S. Martinho, de Guilhabreu, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. João, de Loureiro, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Silvestre e conc. de Louzã, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Perre, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Riba de Moiro, conc. de Monsão. distr. de Vianna do Castello. || S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro. || O Salvador, de Serrazes, conc. de S Pedro do Sul, distr. de Vizeu. Tem caixa post || N. S.ª da Graça, de Torre de Valle de Todos, conc. de Anciäo, distr. de Leiria. || S. Thomé, de Travassos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Villa Verde, conc. de Alijó, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Villarinho, conc. de Louzã, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural || Casaes na freg. do Espirito Santo, de Landal, conc das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Casal na freg. de N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, do mesmo conc. e distr. || Casal na freg. de S. João Baptista, de Pedrogão, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Freixo de Baixo. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. de Amarante, distr. e bisp. do Porto; 609 hab e 125 fog. Tem correio. A pov. dista 6 k. da séde do conc. O prior do convento dos frades dominicanos, de S. Gonçalo de Amarante, apresentava o cura, que tinha 40$000 réis. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20 com a séde em Amarante.

Freixo de Cima. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. de Douro, conc. e com. de Amarante, distr. e bisp. do Porto; 682 hab. e 155 fog. Tem escola do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 7 k. da séde do conc., e está situada entre dois montes. O prior do convento de S. Gonçalo de Amarante apresentava o cura, que tinha 45$000 réis de rendimento. A terra é fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Freixo de Espada á Cinta. Villa da prov. de Traz os-Montes, séde de conc. e julgado municipal, com. de Moncorvo, distr. e bisp. de Bragança. Tem uma só freg., S. Miguel. Está situada em terreno plano, 4 k ao N do rio Douro, que divide aqui Portugal de Hespanha. E' povoação muito antiga, mas sobre a epoca da fundação, a etymologia do nome e a origem do brazão d'armas, as noticias, que se conhecem, são muito duvidosas. João de Barros, nas suas *Antiguidades de Entre Douro e Minho*, dá-lhe por fundador um fidalgo de appellido Feijão, primo de S. Rosendo, que morreu em 977, e diz que, por esse fidalgo trazer por armas uns freixos e uma espada, ficaram o freixo e espada por nome e armas á villa. Segundo a tradição, um capitão gôdo, chamado Espadacinta, chegando áquelle sitio cançado d'uma batalha, e deitando-se á sombra d'um grande freixo, que existia ali, deu á arvore o nome de *Freixo de Espada á Cinta*, e este nome passou á povoação, que pouco depois se começou a fundar, a qual, em memoria d'este facto, tomou por brazão o *freixo* e a *espada*, em campo de purpura. No principio do seculo XVIII ainda se via junto da egreja matriz da villa, um freixo colossal, cercado de assentos de

pedra, que merecia grande estima aos habitantes, por o considerarem o mesmo freixo da lenda. Estas noticias são incertas, mas a verdade é que no principio da monarchia esta villa soffreu muito com as guerras de Castella. Nas dissensões que se deram entre D. Affonso II e suas irmãs, entrando os leonezes no reino em favor das infantas, foi a villa por elles roubada e assolada. No reinado de D. Sancho II veiu pôr-lhe cerco o infante D. Affonso, filho de D. Fernando III, de Castella; os habitantes de Freixo de Espada á Cinta defenderam-se valorosamente, pelo que os leonezes tiveram de levantar o cêrco e retirarem-se vergonhosamente. El-rei D. Diniz edificou o castello em 1310, o qual está situado sobre um outeiro contiguo á villa. Em 1342 os habitantes da villa pediram a D. Affonso IV, que lhe fôsse dada a *terça* da sua egreja, para concluir as muralhas da villa, o que o rei concedeu. Depois, com essas mesmas *terças* fizeram a egreja, que fôra principiada por D. Diniz; comtudo o rendimento da *terça* não chegou para a conclusão do templo, que esteve muitos annos incompleto. Em 1650 ainda faltava o côro, o pulpito e os remates. Já então as *terças* de todo o reino pertenciam á Corôa, pelo que os habitantes de Freixo pediram a D. João IV a *terça* d'aqui, para a conclusão da sua egreja, que é de cantaria lavrada, com abobada tambem de cantaria. D. Sancho II deu lhe o titulo de villa em 1240, mas não consta que lhe désse foral. O primeiro que teve foi dado por D. Affonso III, sem data. D. Manuel deu-lhe foral novo, esquecendo tambem a data, mas deve ser posterior ao dia 1 de junho de 1510. Tambem tem uma sentença de foral, dada a favor da Corôa, datada de 6 de junho de 1533. A villa é fertil em cereaes, azeite, vinho, amendoa; fructos tem poucos. Teve uma grande industria, a creação de bichos de seda, e exportava para todo o reino muita variedade de manufacturas de seda, principalmente tafetás e meias. Freixo de Espada á Cinta tinha voto em côrtes, com assento no 1.° banco. Na villa ha varias ermidas e bastantes fontes, mas a agua parece não ser boa. Perto da villa ha uma collina chamada *Cabeço de S. Braz*, tendo no seu cume a capella de N. S.ª dos Montes Ermos. Pertence a villa á 6.ª div. mil., 12.ª brigada, grande circumscripção mil. N e ao distr. de recrut. e res. n.° 10, com a séde em Mirandella. Em todas as primeiras segundas feiras do mez ha um mercado de gado suino, e a 5 e 6 de agosto uma feira denominada a *Feirinha*. A villa tem alfandega, Misericordia, escolas para ambos os sexos, est. telegr. e post. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. D. Barca d'Alva; advogados, medicos, pharmacia, hospedarias, agencia bancaria, do *Bragança, Commercial de Lisboa*, e do *Porto*; fabrica de moagens. O concelho comprehende 6 freguezias, com 1:731 fog. e 6:878 hab., sendo 3:391 do sexo masc. e 3:487 do fem., n'uma superficie de hect. 28:233. As freguezias são: Santa Eulalia, de Fornos, 719 hab.: 341 do sexo masc. e 378 do fem.; S. Miguel, de Freixo de Espada á Cinta, 2:297 hab.: 1:116 do sexo masc. e 1:181 do fem.; Santo Antão, de Lagoaça, 1:494 hab.: 745 do sexo masc. e 749 do fem.; S. João Baptista, de Ligares, 1:092 hab.: 561 do sexo masc. e 531 do fem.; Santo Isidoro, de Mazouco, 384 hab.: 188 do sexo masc. e 196 do fem.; S. Pedro, de Poiares, 892 hab.: 440 do sexo masc. e 452 do fem. O principal commercio do concelho é vinho, azeite, amendoa, lãs, cereaes e fructas. || Bibliographia: *Descripção da villa de Freixo de Espada á Cinta e cousas mais notaveis d'ella e seu districto*, 1721, manuscripto n.° 222 da Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Brazão da villa de Freixo de Espada á Cinta

Freixo de Numão. Villa e freguezia de S. Pedro, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de V. N. de Foscôa, distr. da Guarda, bisp. de Lamego; 1:121 hab. e 244 fog. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. permutando malas com a R. A. D., est. do caminho de ferro, na linha do Douro, só com o nome do Freixo, entre as do Pocinho e Vesuvio; medico e pharmacias. A villa dista 8 k. da séde do conc., e está situada na margem esquerda do rio Douro e d'um seu affluente. A Universidade de Coimbra apresentava, por concurso, o vigario, que tinha de rendimento 100$000 réis. Freixo era uma aldeia e freguezia do conc. de Numão, e como fôsse prosperando e a capital do conc. decahindo, passou para aqui a séde do concelho, até que este foi extincto em 1855. A villa é pequena, mas o seu terreno é fertil em cereaes, bons vinhos, fructas, etc. El-rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 22 de agosto de 1512. A villa pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 12, com a séde em Trancoso.

Freixo da Serra. Pov. e freg. de N. S.ª da Expectação, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Gouveia, distr. e bisp. da Guarda; 635 hab. e 148 fog. Tem escolas para ambos os sexos, correio com serviço de posta rural, e uma fabrica de lanificios. A pov. dista 8 k. da séde do conc., e está situada na serra da Estrella sobre a falda d'um alto monte. Tem estrada para Gouveia e Figueiró da Serra. O commendador de Oliveira do Hospital e o vigario de Folgosinho, apresentavam alternativa e annualmente o cura, que tinha 35$000 réis de rendimento. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 12, com a séde em Trancoso.

Freixo Verde. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Freixofeira. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Turcifal, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Freixos. Casal na freg. de S. Lourenço, de Taveiro, conc. e distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de Santo André, de Boidobra, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Frejufe. Pov. na freg. de Santa Maria, de Silva Escura, conc. de Maia, distr. do Porto.

Frende. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov.

do Douro, conc. e com. de Baião, distr. e bisp. do Porto; 652 hab e 176 fog. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc., e está situada proximo da margem direita do rio Douro, em terreno muito accidentado, mas com muito ferteis valles. Produz muito bom vinho. A mitra apresentava o abbade, por concurso, que tinha 60$000 réis de rendimento annual. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Fresca *(Casal da)*. Na freg. de N. S.ª da Salvação e conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

Frescalhota *(Quinta da)*. Na freg. de N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa.

Fresno. Rio do distr. de Bragança. N. na freg. de Malhadas, rodeia a villa de Miranda, e entra no Douro com 10 k. de curso.

Fresta. V. *S. João da Fresta.*

Fresulfe. Pov. e freg. de S. Estevão, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Vinhaes, distr. e bisp. de Bragança; 346 hab. e 80 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada junto da serra de Mofreita. A mitra apresentava o abbade, por concurso, que tinha 150$000 réis annuaes. Fresulfe pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Frexes. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Friães. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Maucellos, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Estevão, de Moldes, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural. || Santa Maria, de Silva Escura, conc. de Maia, distr. do Porto. || Santa Maria Magdalena e conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || Santa Maria, de Veade de Baixo, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Friamil. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Friande. Pov. e freg. de Santo André, da prov. do Minho, conc. e com. de Povoa de Lanhoso, distr. e arceb. de Braga: 427 hab. e 129 fog. A pov. dista 10 k. da séde do conc., e fica situada junto da margem esquerda do rio Cávado. Foi até 1855 do conc. de S. João de Rei, que n'esse anno se supprimiu. O reitor da freg. de Santa Maria, de Veade, apresentava o vigario, que tinha 40$000 annuaes. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Thomé, da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto; 493 hab. e 154 fog. Tem esc. do sexo masc., e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 3 k. da séde do conc. O D. abbade benedictino, do mosteiro de Pombeiro, apresentava o vigario, que tinha 140$000 réis annuaes. A esta freg. está annexada desde o fim do seculo XVIII a de Pinheiro, cujo orago era S. Thiago. Friande pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: S. Simão, de Gouveia, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Marinha de Oleiros, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa'Anna, de Serapicos, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real.

Frião. Pov. na freg. de S. Christovão, de Refojos de Riba d'Ave, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Frias. Familia oriunda das Asturias, que procede de um de dois irmãos, que ganharam aos moiros a cidade de Frias. junto ao rio Ebro, no tempo d'el-rei D. Pelayo. As suas armas são: em campo de prata, uma torre de azul entre dois lões de sua côr trepantes, assentada junto de um rio de agua que é o contra-chefe, orla vermelha com oito aspas de ouro; timbre, a torre do escudo.

Frias *(P. Antonio João de)*. Mestre em Artes. e vigario da egreja de Santo André, de Gôa, etc, N. em Tataulim, suburbios d'essa cidade, em 1664, onde tambem fal. a 25 de junho de 1727. Administrou a referida egreja de Santo André, exercendo juntamente os cargos de notario apostolico, promotor do Juizo Ecclesiastico, e procurador da mitra primacial d'aquelle arcebispado. No fim de 23 annos foi transferido para a agreja de Sant'Anna, de Tatanlim, sua patria. Escreveu: *Aureola dos Indios e Nobiliarchia Bracmana; tratado historico, genealogico, panegyrico e moral*, Lisboa, 1702; tem um frontispicio aberto em chapa de metal, e n'elle gravado o escudo das armas do marquez de Marialva, a quem a obra foi dedicada.

Frias *(Joaquim Ignacio de)*. Presbytero secular, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra; professor de Rhetorica em Pinhel, prégador e poeta muito apreciado. N. em Olivença, então pertencente a Portugal, a 6 de março de 1749, fal. em Algodres a 12 de setembro de 1805 Era filho de Manuel de Frias, e de D. Maria Jacinta Pegado da Gama, ambos descendentes de familias muito distinctas. Ficando, tanto elle como sua irmã, D. Josepha Amalia de Frias, orphãos ainda na adolescencia, tiveram um tio, que era prior de Arganil, que se esmerou na sua educação. Joaquim Ignacio de Frias, depois de tomar ordens de presbytero secular, foi matricular se na Universidade no curso de Canones, que completou com distincção, tomando o grau de bacharel. Passou depois a reger uma cadeira de Rhetorica em Pinhel, e grangeou grande reputação como prégador; consta, que por ser extremamente acanhado e modesto, não podia conservar-se serenamente na presença de numeroso auditorio, e por isso os seus sermões produziam melhor effeito lidos, do que ouvidos prégar. Deixou manuscriptos muitos sermões e muitos versos. Falleceu victima da sua dedicação humanitaria, por occasião d'uma epidemia, que se manifestou em Algodres. Sua irmã, ficou herdeira de todos os seus bens; e a sua escolhida e numerosa livraria, considerada uma das mais selectas da provincia da Beira, pertenceu a seu sobrinho, o general Osorio, filho de sua irmã, que casára com João Osorio de Castro. Dos seus escriptos parece que só se publicaram os dois seguintes: *Thesouro de meninas, ou dialogo entre uma sabia aia, e suas discipulas da primeira distincção, por M.me Le Prince de Beaumont, traduzido em portuguez*, etc., Lisboa, 1774; 2 tomos. Fizeram-se d'esta obra muitas edições, sendo a 8.ª em 1830. Em 1852 ainda se reimprimiu; *Thesouro de adultos, ou dialogos entre uma sabia mestra e suas discipulas, composto na lingua franceza por Madame Le Prince de Beaumont, e tradu-*

zido na portugueza, Lisboa, 1795; 4 tomos; 2.ª edição, 1818.

Frias *(José Maria Correia de)*. Jornalista portuguez, que passou a maior parte da vida no Maranhão, conservando sempre a sua nacionalidade. N. em Lisboa em 1828, e fal. no Maranhão a 29 de janeiro de 1903. Era filho de Joaquim José de Frias, militar que fez a campanha peninsular, como chefe de veterinaria, e de sua mulher, D. Caetana Maria de S. Bernardo. Em 1842, tendo 14 annos de edade, partiu para o Maranhão, em companhia de seu pae, de quem mais tarde foi o amparo. Ali se dedicou ao jornalismo, sendo, quando falleceu, o decano dos jornalistas e o proprietario editor da mais antiga folha d'essa localidade, *O Diario do Maranhão*, ha muitos annos impresso em typographia propria, cujos trabalhos fôram premiados na exposição industrial do Rio de Janeiro de 1866. A colonia portugueza do Maranhão deve-lhe grandes serviços, como o da edificação do Hospital Beneficente, etc. Era um jornalista consciencioso e severo, tendo francas as columnas do seu jornal ao progresso e bem geral da terra, onde era geralmente considerado, como homem de bem, laborioso e de grande erudição. Escreveu uma *Memoria sobre a typographia maranhense*, para acompanhar os productos que enviou á referida exposição. D'esta memoria serviram-se para trabalhos posteriores o dr. Cesar Marques e Joaquim Serra, conhecidos escriptores brazileiros.

Frias *(Luiz de)*. Architecto da Casa Real. Era filho de Theodosio de Frias e de D. Leonor Pereira; neto de Nicolau de Frias, tambem architectos (V. *estes nomes*). Foi moço da camara de Filippe II, de Portugal, e por alvará de 11 de novembro de 1610 obteve o logar de architecto da Casa Real, que vagara pela promoção de seu pae a mestre das obras dos paços reaes de Lisboa. Conservou-se n'este logar até 1634, anno em que por morte de seu pae, foi nomeado para o cargo que elle exercia, de mestre das obras dos paços reaes. Em 1638 estava em Coimbra tratando da obra do caes, sendo encarregado na vistoría que effeituou a 24 de fevereiro, de fazer a traça de um caes em *prol e utilidade da cidade com a segurança possivel para a conservação della e melhor modo que possa ser para que o dito rio não faça nojo, perda e dano que nella faz.* Na vereação de 5 de março fôram approvados os desenhos de Luiz de Frias. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento, mas parece que a morte succedeu em 1641 por ser n'este anno nomeado seu filho, Theodosio de Frias, para o logar que elle occupava, de mestre dos paços reaes da Ribeira. Foi familiar do Santo Officio, e superintendente do jardineiro e mais empregados do palacio e quinta real de Alcantara. Luiz de Frias tambem ajuntava ao seu appellido, por vezes, o de *Pereira*, que era o de sua mãe, encontrando se n'alguns documentos o seu nome *Luiz de Frias Pereira*, assim como o de seu filho, *Theodosio de Frias Pereira*. Foi casado duas vezes; a primeira, com Francisca da Matta, filha de Gaspar Rodrigues da Matta e de Maria da Fonseca, havendo d'este matrimonio um filho, Theodosio de Frias, acima citado, que tomou o nome do seu avô paterno. Em segundas nupcias, casou com Antonia da Cruz, filha de Jorge Fernandes e de Filippa Delgado.

Frias *(Nicolau de)*. Architecto. Era natural de Lisboa, e filho de Pero de Frias, carpinteiro e imaginario, que vivia em Alfama, e de sua mulher, Izabel Lopes. Fal. a 11 de julho de 1610. Dizem ser obra de Pero de Frias o retabulo da capella-mór da egreja do Carmo, de Lisboa, executado em madeira, pelos annos de 1510, Nicolau de Frias estabelecera em sua casa uma escola-officina, onde, além de se aprender a debuxar e a traçar, se aprendia a marcenaria. Tinha tambem a obrigação official de ensinar architectura. Um documento de 23 de junho de 1588, publicado no *Gabinete Historico*, do padre Claudio da Conceição, diz que Nicolau de Frias era mestre das obras das egrejas do arcebispado de Lisboa, e mestre das obras na cidade, que em tempo de D. Sebastião fôra mandado medir as aguas da agua livre, e que o mesmo fizera depois da viuda a Portugal do rei Filippe II, de Castella. Nicolau de Frias, juntamente com o architecto Filippe Terzo, acompanhou el-rei D. Sebastião na jornada de Alcacer-Kibir, no cargo de sitiador de campo, ficando ambos prisioneiros. Filippe Terzo foi resgatado por ordem do cardeal-rei D. Henrique, e não se sabe se Nicolau de Frias tambem deveu a liberdade a este monarcha, o que se sabe é que esteve captivo durante um anno, e que em attenção a este facto e a outros serviços que prestou, recebeu em 1599 a tença de 20$000 réis por anno com o habito de Christo, começando a receber 15$000 reis desde o anno de 1587, e os 5$000 réis de 22 de novembro de 1592 em deante. A carta de tença e do habito de Christo, foi passada por Filippe I, de Portugal, em Belem a 27 de maio de 1599. Em abril de 1586 deu o risco para a obra de carpintaria da nave do meio da egreja de Santa Catharina de Monte Sinai. Por morte de Filippe Terzo succedeu Nicolau de Frias no cargo de mestre das obras dos paços da Ribeira, que elle exercia, para que foi nomeado em 11 de junho de 1597. Trabalhou tambem no convento de Christo, de Thomar, não sendo, porém, estes seus trabalhos os mais importantes. Casou com Anna Baleira, natural de Torres Novas, e ali viveram algum tempo.

Frias *(Sebastião Pereira de)*. Architecto e engenheiro-militar, escrivão dos orphãos da villa de Alcanede, etc. Era natural de Pernes, e filho de Theodosio Pereira de Frias. Durante a guerra da Restauração prestou muitos serviços como engenheiro militar. Esteve na praça de Elvas, quando os hespanhoes lhe puzeram cêrco; assistiu ás campanhas do Alemtejo em 1643 e 1644; foi depois a Setubal assistir ás obras das fortalezas de Outão e S. Filippe, onde trabalhou com todo o cuidado; deu principio á atalaia da fortaleza de S. Theodosio, em Cezimbra, no anno de 1652, á fortificação do castello de Palmella. Passando depois á provincia do Minho na companhia de João Nunes da Cunha, fez o plano das fortificações das praças de Caminha, Villa Nova e Valença, indo depois no mesmo serviço á provincia de Traz-os-Montes. Em 1663 foi á praça de Setubal tratar tambem da sua fortificação, quando o inimigo estava sobre a cidade de Evora. Em recompensa de todos estes serviços, o principe regente, D. Pedro, depois D. Pedro II, passou um alvará, que tem a data de Lisboa, 21 de maio de 1671, promettendo lhe, além de outras mercês, um cargo de justiça ou de fazen-

da. Em virtude d'este alvará de promessa, o mesmo principe lhe fez mercê da propriedade do cargo de escrivão dos orphãos da villa de Alcanede, por alvará de 12 de julho do referido anno, passado pela chancellaria em 28 do mesmo mez, Lisboa 12 de agosto de 1671.

Frias *(Theodosio de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, architecto e mestre das obras da cidade de Lisboa e seu arcebispado, juiz da balança da Casa da Moeda, da mesma cidade, etc. Era natural de Lisboa, e filho de Nicolau de Frias; fal. na mesma cidade a 11 de novembro de 1634. Por alvará de Filippe II, de Portugal, passado em Madrid, a 23 de março de 1600, foi-lhe concedida a mercê de 100 cruzados por anno para servir nas fortificações do reino, e nas mais cousas que o engenheiro-mór lhe ordenasse. Theodosio de Frias servia então em Madrid. Por carta do referido monarcha, com a data de Lisboa, a 6 de outubro de 1601, foi nomeado juiz da balança da Casa da Moeda da mesma cidade, e recebedor do dinheiro das partes vivas da Mina, cargo que tinha vagado pelo fallecimento de Pedro Homem Soares. Por alvará de Lisboa, 21 de fevereiro de 1603, ainda Filippe II o nomeou architecto da Casa Real, em substituição de Domingos da Motta, que tinha fallecido. Em alvará passado em Lisboa a 20 de abril de 1605, no mesmo reinado, teve o encargo da superitendencia das obras que se haviam de fazer na quinta e palacio d'Alcantara, que pertencera a João Baptista Rovelasco. A 3 de agosto de 1610, ainda no reinado de Filippe II, foi-lhe dado o logar de mestre das obras dos paços reaes da Ribeira por fallecimento de seu pae; e por alvará de 9 de maio de 1612 foi nomeado almoxarife dos referidos paços. Na corrida de touros com que se solemnisou em 1605, o nascimento do principe real, mais tarde Filippe III de Portugal, foi Theodosio de Frias, ajudado pelo mestre carpinteiro Antonio Jorge, quem marcou os espaços para os palanques que se haviam de construir. Foi tambem Theodosio de Frias quem fez o plano para a egreja de S. Sebastião da Moiraria, de Lisboa, como se prova pelo alvará de Lisboa, 10 de dezembro de 1624. No vol. I do *Diccionario dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes*, de Sousa Viterbo, de pag. 389 a 395, veem publicados os documentos relativos a estas nomeações, assim como os dois alvarás passados por Filippe III, sendo o primeiro a 25 de abril de 1625, permittindo a Theodosio de Frias que por seu fallecimento, nomeasse para o cargo, de que era proprietario, de juiz da balança da Casa da Moeda e de recebedor do ouro das partes vivas da Mina, um dos seus filhos ou genro, tendo para isso aptidões. O segundo alvará, com a data de 15 de março de 1633, permittia-lhe que nomeasse para o referido logar, seu neto, do mesmo nome, filho de seu filho Luiz de Frias, o que na realidade succedeu, passando-se carta em Lisboa, a 3 de março de 16 8. A carta em fórma foi passada a 14 de fevereiro de 1641, e acha-se registada na chancellaria de D. João IV. Ha outro alvará, passado a 27 de junho de 1623, tambem por Filippe III, que se refere a uma mercê concedida a uma filha de Theodosio de Frias, que casara em Leiria com Manuel Conceiro da Fonseca, meirinho dos pinhaes d'aquella cidade. Tendo este fallecido, deixando tres filhas e a mulher ainda moça, o monarcha, a pedido de Theodosio de Frias, fez mercê do referido cargo a quem casasse com uma das suas netas. Theodosio de Frias casou com D. Leonor Pereira, de quem enviuvou a 18 de dezembro de 1627. Era natural de Ceuta, em Africa, e filha de Luiz Ribeiro Pereira, cavalleiro da ordem de Christo, e de Maria Luiza. Passou a segundas nupcias com Filippa de Oliveira.

Frias *(Theodosio de)*. Architecto da Casa Real, juiz da balança da Casa da Moeda, familiar do Santo Officio; superintendente do jardineiro do palacio de Alcantara, cargos que herdara de seu avô, que tivera o mesmo nome, e por esse motivo era conhecido por Theodosio de Frias *o moço*. Era filho de Luiz de Frias, e de sua primeira mulher, Francisca da Matta. Assim como seu pae, usava por vezes o appellido de *Pereira*, assignando-se Theodosio de Frias Pereira. Em 1631 foi nomeado para um dos logares de aprender architectura, por alvará de 9 de setembro. D. João IV conservou Theodosio de Frias na administração da quinta de Alcantara, pelos alvarás de 3 de janeiro de 1641 e de 3 de outubro de 1641. Por decreto de 26 de janeiro de 1641 foi nomeado mestre dos paços da Ribeira, logar vago pelo fallecimento de seu pae. Obteve tambem o logar de architecto do castello de S. Jorge, que fôra exercido pelos seus antepassados. Tem este alvará a data de 30 de dezembro de 1642.

Frias *(Casal de)*. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Pousaflôres, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Frias de Castilho *(Valeriano)*. Homem muito entendido em architectura. Sendo thesoureiro da capella de D. Fr. Agostinho de Castro, arcebispo primaz de Braga, foi chamado a superintender nas festas da trasladação de D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, para ordenar a eça, que tinha de servir na trasladação. Valeriano Frias de Castilho tambem era poeta. Ha d'elle um soneto encomiastico, que vem no poema *Argentina y Conquista del Rio de la Plata*, por D. Martin del Barco Centenera, publicado em Lisboa em 1602. Vem reproduzido na obra do dr. Sousa Viterbo, *Poesias de autores portuguezes em livros de escriptores hespanhoes*.

Frias de Cima. Pov. na freg. de Santa Cruz e conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro. Tem caixa postal.

Friastellas. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 421 hab. e 98 fog. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Barcellos para Ponte do Lima, passando-lhe proximo o rio Neiva. O reitor de S. Pedro de Calvello apresentava o vigario, que tinha 11$000 réis de congrua e o que rendia o pé d'altar. Originariamente foi abbadia. A terra é fertil e tem muita caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Frida de Agua. Pov. na freg. de S. Miguel, de Baltar, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Fridão. Pov. e freg. de S. Faustino, da prov. do Douro, conc. e com. de Amarante, distr. e bisp. do Porto; 469 hab. e 101 fog. Tem esc. do sexo fem. e est. post. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Tamega, na estrada de Mondim de Basto para Amarante. Pertence á 6.ª div. mil, e ao distr. de

recrut. e res. n. 20, com a séde em Amarante.

Fridouro. Pov. na freg. de S. Pedro, de Bellazaima, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Frieira. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Aureade, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Purificação, de Macedo do Matto, conc. e distr. de Bragança.

Friellas. Pov. e freg. de S. Julião, da prov. da Extremadura, conc. de Loures, com. distr. e arceb. de Lisboa; 279 hab. e 69 fog. Tem caixa postal. A pov. está situada proximo da estrada de de Loures, nas faldas d'uns montes pouco elevados tendo na frente extensas campinas. Do cume d'estes montes se disfructa um panorama pittoresco. A pov. divide-se principalmente em duas partes: uma, Friellas propriamente dita, que é a pov. principal, e que cerca a egreja; outra a Ponte de Friellas, afastada meio kilometro aproximadamente. Ao N é limitada pela freg. do Tojal, ao S pela da Povoa de Santo Adrião; a L pelas de Unhos e Appellação, e a O pela de Loures. Não consta que haja noticia alguma da sua fundação, mas parece que foi D. Affonso Henriques ou D. Sancho I quem deu principio á povoação de Friellas, por já existir ali n'aquella epoca uma egreja ou capella, segundo se lê na *Historia Ecclesiastica da Egreja de Lisboa*, do arcebispo D. Rodrigo da Cunha, com referencia ao bispo D. Sueiro Annes, a pag. 99 § C, da Parte I: «No 1.º de maio de 1191 fez divisão das egrejos do bispo e cabido, e dos direitos de cada um para atalhar as duvidas, que cada dia se levantavam entre os conegos e os prelados. Deu a sua prebenda e a egreja de S. Pedro de Alfama, para a fabrica, e tomou para si as de Sacavem, Friellas, Unhos e Villa Verde, que até então pertenciam á dita fabrica. «El-rei D. Diniz, visitando os arrabaldes de Lisboa, achou-os tão pittorescos e apraziveis, que n'elles fundou alguns palacios, distinguindo-se pela sumptuosidade o que edificou em 1313 no logar de Friellas, junto do qual erigiu uma capella dedicada a Santa Catharina, a que consagrava a maior devoção. Todos os annos aquelle monarcha passava a estação calmosa no seu novo palacio, em companhia de sua mulher, a rainha Santa Izabel. Os reis que se seguiram, D. Affonso IV, D. Pedro I e D. Fernando I, vinham por vezes residir alguns dias n'aquelles paços, e este ultimo monarcha fez doação á rainha D. Leonor Telles, em sua vida, dos reguengos de Friellas e de Unhos, a 1 de dezembro de 1371. Com as guerras que então se travaram com o rei Henrique II de Castella, que pretendia o throno de Portugal, os castelhanos vieram sitiar Lisboa, e incendiaram o palacio de Friellas e muitos outros edificios. Havia-se organisado por este tempo a ordem religiosa de S. Jeronymo, e D. Fernando I, em 20 de novembro de 1378, fez doação do que restava do palacio e da quinta aos monjes da nova ordem monastica, para ali fundarem um convento. A doação, porém, não foi a effeito. Por doação de D. João I, feita em 1384, ficou D. Nuno Alvares Pereira senhor dos reguengos de Friellas, Sacavem, Unhos e outras terras, que depois o condestavel legou a seu neto D. Affonso, que foi o primeiro duque de Bragança. Os habitantes de Friellas e d'outros logares visinhos costumavam todos os annos, pelo S. João, vir ao convento do Carmo festejar o condestavel com cantos, musicas e folganças proprias d'aquelle tempo, e os de Friellas ainda mais se distinguiam, por trazerem azeite para a lampada do sepulchro de fr Nuno de Santa Maria, nome que elle tomara, quando professara. Com o decorrer dos annos o edificio desmantelou-se completamente, e os seus materiaes se applicaram a outras construcções Pertencia então ao conde da Ribeira Grande, e procedendo este fidalgo, em 1670, a escavações, encontrou vestigios e as ruinas do antigo palacio de D. Diniz e da capella de Santa Catharina, descobrindo-se tambem uma formosa taça de marmore um pavimento de marmore de côres, em xadrez. Parece que esta quinta, é a que se ficou chamando do *Silverio*, situada a O da egreja de Friellas, porque se vê ainda ali uma ermida de boa construcção coroada d'uma cupula, cuja fundação os habitantes attribuem aos moiros, mas que não se póde assim considerar, pois que n'uma especie de torre que se ergue no angulo direito da frente, se vê um relogio de sol, e a inscripção: *1643 VICNAE* que se póde talvez interpretar *VI Calendas Novembri Anno 1643*, que em vulgar quer dizer: *6.º dia de novembro, anno e era de 1643*. A tradição diz que a ermida era dedicada a S. Cyriaco, e que até ao terremoto de 1755 ali se celebrou missa, conservando-se com todo o recato e respeito. A egreja de Friellas, é antiquissima; o altar-mór é de marmore, distinguindo-se pela esculptura. Aos lados tem dois nichos com as imagens de S. Julião (orago) e de Santa Basilissa. Além d'este altar, ha mais quatro lateraes. O tecto foi n'outro tempo pintado e dourado com bonitos arrendados e arabescos, porém depois fez-se de novo, ficando muito prejudicado. A egreja tinha ricas alfaias e paramentos, mas no tempo dos francezes, e parece que ainda depois, fôram todos roubados. O grande tremor de terra de 11 de novembro de 1858 arruinou muito a egreja, e talvez chegasse depois a desabar, se não lhe fizessem uns pequenos reparos em dezembro de 1862, devidos á piedade de alguns filhos da terra. O prior era apresentado pela abbadessa do convento de Odivellas, o qual tinha 300$000 réis de rendimento annual. Hoje o prior recebe de congrua 158$000 réis e o pé d'altar. Em Friellas ha um esteio ou braço do rio Tejo, que entrando por Sacavem n'este logar, recebe as aguas dos riachos vindas de Odivellas, Tojal e d'outros pontos. Foi n'outro tempo navegavel até á Mealhada, e com as suas aguas fertilizava estes campos, e alimentava o commercio constituindo boa communicação fluvial com Lisboa e outras terras. Hoje está quasi tudo entulhado, e só saveiros e barcos de pequena lotação n'elle pódem navegar, nas aguas vivas, até á casa do Mocho. Este entulhamento tem causado grande prejuizo á industria agraria d'este povo e dos circumvisinhos. Em Friellas ha dois poços d'agua potavel, o da *Corredoura* e o da *Quintinha*. Ha uma fonte publica que fica na estrada que vae para a povoação da Appellação, e duas particulares, uma na quinta do *Serpa* e outra na *Anadia*. A freguezia communica-se com a estrada real de Torres Vedras, por uma ponte de cantaria construida no seculo passado pela camara municipal de Lisboa. No reinado de D. Maria II foi creada uma escola de instrucção primaria, por uma portaria do governo. Os campos de Friellas são muito ferteis

e productivos. A pov. pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 5, com a séde em Lisboa.

Friestas. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Minho, conc. e com. de Valença, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 703 hab. e 169 fogos. Tem caixa postal. A povoação dista 6 kilometros da séde do concelho, e fica, situada na margem esquerda do rio Minho. O real padroado apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis annuaes. A freguezia é muito antiga; já no tempo d'el-rei D. Diniz era abbadia. Junto está o convento de benedictinos de S. Fins, e que por isso tambem se lhe dá o nome de *Sanfim de Friestas.* A terra é muito fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Frijão. Pov. na freg. de S. Salvador, de Giuzo, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Frio ou Rio Frio. Pequeno rio, que nasce em Cadima, faz um semicirculo para N e E, e entra na margem direita do Mondego, acima de Montemór-o-Velho, com 30 k. de curso. || Pequeno rio na prov. de Traz-os-Montes; nasce na freg. de Rio Frio, e vae desaguar na margem esquerda do Sabôr. || Rio do distr. de Mossamedes, prov. de Angola. Corre na direcção de E para O, desaguando na epoca das chuvas na angra Fria ou golfo *Frio.*

Friões. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Valpaços, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 1:506 hab e 410 fog. Tem esc. do sexo fem. A pov. dista 10 k. da séde do conc., e fica situada na estrada de Chaves para Valpaços. A Casa de Bragança era donataria d'esta freg. e apresentava o reitor que tinha 120$000 réis por anno. A terra é fertil, cria muito gado, e nos seus montes ha muita caça, grossa e miuda. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Friume. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Ribeira de Pena. distr. de Villa Real.

Friumes. Pov. e freg. de S. Matheus, da prov. do Douro, conc. e com. de Penacova, distr. e bisp. de Coimbra; 1129 hab. e 297 fog. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 5 k. da séde do conc, e está situada perto da margem esquerda do rio Alva. Foi do conc. de Poiares até 1855. O prior de Penacova apresentava annualmente o cura, que tinha 30$000 réis de rendimento. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra.

Froes Appellido patronimico do nome proprio de Froilo que teve D. Froilo Paes, cavalleiro do tempo do conde D. Henrique e de D. Affonso Henriques, do qual descende a familia do appellido Froes. As armas são: em campo azul tres crescentes de ouro apontados, que fazem um triangulo; timbre, uma pomba de prata com o bico e pés vermelhos, e no bico um ramo de ouro florido de azul.

Froes *(Antonio Cardim).* Governador de Moçambique desde 1726 a 1730. Foi no seu tempo, que em 1729 perdemos definitivamente Mombaça, assim como a ilha de Pati. Em 1 de janeiro de 1716 tinha sido nomeado general de Moçambique, Rios de Senna e suas conquistas. Por ordem do vice-rei da India, Vasco de Menezes, combateu o pirata Angriá (V. *este nome),* causando-lhe grandes perdas.

Froes *(Camillo Marianno).* Escriptor e poeta, que vive ha muitos annos em Paris. N. em Lisboa a 1 de fevereiro de 1866. Era filho de Camillo Francisco Froes, antigo mercador de lãs e sedas, estabelecido na rua Augusta, e de sua mulher, D. Maria das Prazeres Roussado Froes. Apezar de manifestar notavel talento e muita vivacidade, seus paes não o mandaram cursar estudos regulares em aulas publicas, e deram-lhe professores particulares. Com estes estudou Marianno Froes algumas sciencias e artes, dedicando-se especialmente á da pintura, em que teve por professor o fallecido lente da Academia das Bellas Artes Thomaz José da Annunciação, chegando a produzir varios quadros, que figuraram na exposição de 1858, realisada na sala do risco do Arsenal da Marinha. Entregando-se tambem á litteratura amena, e de preferencia no genero humoristico, publicou muitos folhetins no *Diario de Noticias,* nos primeiros annos da sua publicação, usando n'alguns d'elles do pseudonymo *Barão de Bougival;* escrevendo em francez, tambem se assignava *Baron de Bougival.* No referido jornal encontram-se muitas e interessantes cartas escriptas de varios paizes, durante as suas viagens a França, Inglaterra, Hespanha, etc.; a traducção do romance *Vingança de Feringhea,* e uma serie de pequenos artigos sobre *Hygiene popular* e *Chimica popular.* Foi collaborador do *Boudoir,* jornal litterario, publicado em 1864, e da *Autonomia Portugueza,* em 1869, onde imprimiu a traducção do romance de Léon Gozlan, *O Elephante branco.* Tambem publicou diversos folhetins na *Revolução de Setembro, Noticiario portuguez, Ecco de Portugal, Lisbonense* e *Alcyon,* de Ponta Delgada, e collaborou nos *Almanachs Taborda, Comico, das Gargalhadas,* etc Dos seus escriptos, publicaram-se em separado, os seguintes: *Novo codigo do amor; livrinho economico e indispensavel para os que namoram, util para os que hão de namorar, e divertido para os que namoraram,* Lisboa 1860; *Album chulo-gaiato, ou collecção de receitas para fazer rir,* Bruxellas, 1862; sem o nome do autor; e com o logar e typographia suppostos, porque foi impresso em Lisboa; *Caricaturas á penna, esbocetos litterarios em prosa e verso,* Lisboa, 1862, com o retrato do autor; *Thereza Demonio, romance de Henrique de Koch, traduzido livremente,* com uma introducção do traductor, Lisboa, 1863; *Grande, espantoso e horripilante processo dos Mata-gatos!! (Parodia ao Processo dos Thugs estranguladores),* Lisboa, 1866. Esta parodia saiu de principio em folhetins no *Diario de Noticias,* como seguimento ou continuação de outros, ahi tambem publicados, e de que se fez egualmente uma edição em volume separado, com o titulo de *Processo de Thugs extranguladores.*

Froes *(P. João).* Jesuita. Natural de Portalegre, e fal. em 1638. Era filho de Diogo Froes e e de Margarida Vellez. Entrou para a Companhia de Jesus, no noviciado de Evora, a 7 de julho de 1608. Passou ao Japão em 1624, e ali se dedicou aos trabalhos das missões. Escreveu varias obras religiosas, que ficaram indictas.

Froes *(P. Luiz).* Jesuita, missionario do Japão. N. em Beja, e morreu em Nangasaki, no Japão, a 8 de julho de 1597. Partiu para a India em 1548. Escreveu 66 cartas das suas missões, sendo algu-

mas na lingua italiana, e 26 incorporadas nos 2 tomos das *Cartas do Japão e China*, etc., impressos em Evora em 1598. Na mesma collecção vem a seguinte, que se publicou em separado com o titulo: *Carta do Padre Luiz Froes da Companhia de Jesus. Em a qual dá relação das grandes guerras, alterações e mudanças que houve nos Reinos do Japão, e da cruel perseguição que o rei universal alevantou contra os padres da Companhia, e contra a christandade*; etc., Lisboa, 1589. Reimprimiu-se em Coimbra, em 1590, com o titulo: *Relação das grandes alterações e mudanças que houve em os Reinos do Japão em os annos de 87 e 88; e da perseguição que o rei de todo o imperio levantou contra a christandade*, etc.

Froes *(Ricardo Gomes Rosado Moreira)*. Cavalleiro professo na ordem de Christo; lente da cadeira do primeiro anno da Aula do Commercio, onde serviu como tal perto de 40 annos, até ao anno de 1833, em que foi demittido ou aposentado. Era juntamente escripturario da contadoria da Junta do Commercio Escreveu: *Juros compostos, obra muito necessaria para os estudantes do primeiro anno da Aula do Commercio*, publicada em Lisboa, depois do anno de 1810.

Froes *(Sebastião Jorge)*. Doutor em Medicina, e lente da Universidade de Coimbra. Era filho de Manuel Jorge. Viveu no seculo XVII. Escreveu em latim uns commentarios a Galeno e a Avicena, e outras obras de sua especialidade, que se não publicaram.

Froia. Pov. na freg. de S. Martinho, de Penacova, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Ribeira do distr. de Castello Branco. E' formada por diversas ribeiras que nascem nas immediações de Sobreira Formosa, atravessa a estrada real de Abrantes a Castello Branco, e depois de um curso de 25 k., lança-se na ribeira Ocreza,

Frolença V. *Florim*.

Frolos *(João)* Almoxarife dos mantimentos em Cochim, no tempo de D. Francisco d'Almeida. Era seu escrivão Ruy Temudo.

Fromezinho. Pov. na freg. de S. Romão, de Carvalhosa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Frondoni *(Angelo)*. Musico italiano, nascido em Parma em 1812, e que veiu para o theatro de S. Carlos, como maestro, em 1838, sendo empresario o conde do Farrobo, fallecendo em Lisboa a 4 de junho de 1891. As primeiras producções que apresentou em S. Carlos fôram dois bailados: *A ilha dos portentos*, em 21 de janeiro de 1839, e a *Volta de Pedro o Grande de Moscow*, em 20 de março do mesmo anno. Foi nomeado n'esta epoca professor de canto no Conservatorio, mas não permaneceu no exercicio d'essas funcções, por não fazer parte do quadro legal de professores. Em 1841, a 22 de março, cantou-se a farça italiana n'um acto, *Um terno al loto*. Deixando o conde do Farrobo a empresa de S. Carlos, Frondoni tambem deixou de ser maestro d'aquelle theatro, e dedicou-se ao professorado. Na Rua dos Condes teve um grande successo a pequena farça em 1 acto, *O Beijo*, imitação de Silva Leal, que pela primeira vez se representou a 26 de novembro de 1844. A musica tornou-se muito popular, especialmente as coplas da *Saloia*, sendo publicada pelo editor Sassetti. Escreveu musica para outra farça em 1 acto, *O Caçador*, que se cantou tambem na Rua dos Condes a 25 de março de 1845; em 6 de janeiro de 1846 ainda outra com o titulo de *Um bom homem d'outro tempo*, cuja musica foi muito elogiada. Nas luctas civis da *Maria da Fonte*, escreveu com enthusiasmo o *Hymno do Minho*, que se tornou muito popular, e que o governo do conde de Thomar prohibiu que se cantasse e tocasse. Este hymno, tambem conhecido pelo de *Maria da Fonte*, causou-lhe muitos dissabores, a ponto de se vêr obrigado a esconder-se para não ser preso, e D. Maria II, sempre solicita em honrar os artistas distinctos, nunca o recebeu no paço. O conde do Farrobo é que sempre o estimou, e para o theatro das Laranjeiras encommendou lhe a opereta em 1 acto, em francez, *Mademoiselle de Mérange*, que se cantou a 11 de junho de 1847. Escreveu musica para outras operetas: *Qual dos dois?* no Gymnasio; *1762 ou os amores d'um soldado*, *A Bruxa*, *O Capellão do regimento*, representadas em 1850. Continuou a escrever musica para muitas comedias e dramas, sendo as mais notaveis a do *Gabriel e Lusbel ou o Thaumaturgo*, peça popular de Braz Martins; *O Rei e o Eremita*, *O defensor da Egreja*, *A familia do colono*. Foi director d'uma companhia de opera comica italiana, que se organisou no theatro de D. Fernando em 1859. Quando se construiu o theatro da Trindade, Francisco Palha propoz-se a explorar a opera comica burlesca, e chamou Frondoni para maestro. Escreveu então a ballada que se cantou no drama *As Pupillas do senhor reitor*. Conservou-se n'aquelle theatro desde 1868 até 1873, escrevendo musica para differentes peças, em que contam: *A gata borralheira*, *A rosa de sete folhas*, *Tres rocas de cristal*, *O rouxinol das salas*, etc. Em 1870 tambem escreveu musica para o drama *Evangelho em acção*, representado no Gymnasio. Na epoca de 1873-1874 esteve como maestro em S. Carlos. Em 1874 apresentou no theatro do Principe Real a opera burlesca, *O filho da senhora Angot* Pretendeu propagar o canto orpheonico, e para isso empregou grandes diligencias, publicando artigos em jornaes, sollicitando auxilio de pessoas importantes, abrindo até um curso gratuito. Chegou a obter meio de ir a Paris e á Belgica em 1880, afim de ouvir as grandes sociedades de canto coral. Em 1881 foi ao Porto para vêr se conseguia o que em Lisboa lhe offerecia mil obstaculos. Nada pôde alcançar, o que muito o desgostou, caindo por fim em grande misantropia. Frondoni era tambem muito inclinado á litteratura. Não só se interessava por tudo quanto se passava no mundo litterario, como escreveu artigos e versos que fez publicar. Em 1854 appareceram na *Revolução de Setembro* dois folhetins intitulados : *Da Poetica em musica*; em dezembro de 1867, no mesmo jornal com o titulo: *Effeitos de musica*. Em 1861 publicou um soneto em italiano na *Revista Contemporanea*, dedicado á memoria de D. Pedro V. Em 1880, por occasião das festas do centenario de Camões, publicou uma composição para canto sobre fragmentos d'uma poesia de Castilho, intitulada: *Camões e o Jau*. No *Diccionario biographico de musicos portuguezes*, de Ernesto Vieira, vol. I, pag. 437 e 438, veem mencionadas mais composições de Frondoni, tanto litterarias como musicaes.

Fronhas. Pov. na freg. de S. Martinho da Cortiça, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Fronteira *(D. Fernando Mascarenhas, 3.º conde da Torre, e 2.º marquez de)*. Senhor do morgado

da Gocharia, donatario da mordomia-mór de Faro, que se compõe de certos direitos reaes da referida cidade; commendador das commendas de S. Thiago de Torres Vedras, S. Nicolau de Carrazedo, e S. Miguel de Linhares, de Fonte Arcada; alcaide-mór e commendador do Rosmaninhal, com a alcaidaria-mór no da Guarda, todas na ordem de Christo; governador e capitão general do Algarve em tempo de paz, etc. N. a 4 de dezembro de 1655, fal. a 22 de fevereiro de 1729. Era filho do 1.º marquez de Fronteira, D. João Mascarenhas, e de sua mulher, D. Magdalena de Castro, filha de D. Francisco de Sá e Menezes, 3.º conde de Penaguião, camareiro-mór. Serviu na paz, sendo capitão de cavallaria na côrte, e mestre de campo d'um terço de infantaria. Fez parte da armada a Saboia em 1682, como governador da nau *Santo Antonio de Padua*. Na guerra, em 1704, depois de ter occupado o posto de general de artilharia, foi governador das armas na provincia da Beira, e com as tropas do seu partido se uniu ao exercito dos alliados, commandado pelo marquez das Minas, que acompanhou a Madrid em 1706. Depois do anno de 1709 teve a nomeação de governador das armas do Alemtejo, e em 1710 a de vedor da Fazenda, da repartição dos Armazens e India. Foi presidente do desembargo do Paço; em 15 de setembro de 1711 foi nomeado conselheiro de Estado, e em 1727 mordomo-mór da rainha D. Maria Anna d'Austria. Foi tambem censor perpetuo da Academia Real de Historia, quando esta se instituiu em 1720, e na collecção das memorias d'essa agremiação se encontram algumas contas dos seus estudos, e varias orações por elle recitadas. Herdou de seu pae o titulo de marquez e toda a sua casa. Casou com D. Joanna Leonor Toledo e Menezes, filha de D. Jeronymo de Athaide, 6.º conde de Athouguia, e de sua segunda mulher, D. Leonor de Menezes.

Fronteira *(D. Fernando José de Mascarenhas 5.º conde da Torre e 4.º marquez de)*. Commendador das commendas de N. S.ª da Conceição, do Rosmaninhal; de S. Thiago, de Torres Vedras; de S. Miguel de Linhares; de Santa Christina, de Affife, de S. Nicolau, de Carrazedo de Montenegro; de S. Thiago, de Fonte Arcada; deputado da Junta dos Tres Estados. N. e 16 de agosto de 1717, e fal. em Bemfica a 14 de agosto de 1765. Casou a 6 de outubro de 1737 com D. Anna de Lencastre, 3.ª filha dos 5.ºˢ condes de V. N. de Portimão. Fallecendo sem descendentes, succedeu na casa e no titulo, seu irmão D. Luiz Mascarenhas V. *5.º marquez d'este titulo*.

Fronteira *(D. João Mascarenhas, 2.º conde da Torre, e 1.º marquez de)*. Senhor dos morgados de Coculim e Verodá, na India, commendador das commendas já citadas, e mais das de S. Martinho de Pinho, etc.; mestre de campo general na provincia da Extremadura, etc. N. em Lisboa a 18 de julho de 1633, e fal. na mesma cidade a 16 de setembro de 1681. Era filho de 1.º conde da Torre, D. Fernando Mascarenhas, e de D. Maria de Noronha, filha de D. Luiz Lobo da Silveira, senhor de Sarzedas. Em 1657 passou á provincia do Alemtejo, com o posto de mestre de campo. Foi depois mestre de campo general da provincia do Minho, e voltou ao Alemtejo como general de cavallaria tomando então parte na campanha de 1662. Foi governador de Campo Maior; esteve no sitio de Badajoz, na empresa de Valença de Alcantara, recuperação de Mourão, na batalha do Canal em 1663, em soccorro de Evora: na das Linhas d'Elvas, do Ameixial e Montes Claros, distinguindo-se sempre pelo seu valor. Terminada a guerra com a Hespanha, foi nomeado mestre de campo general da côrte na provincia da Extremadura; védor da Fazenda, conselheiro de Estado e da guerra; gentil-homem da camara do principe D. Pedro. Casou a 29 de julho de 1651 com D. Magdalena de Castro, filha de Francisco de Sá de Menezes, 3.º conde de Penaguião, e da condessa D. Joanna de Castro, filha de João Gonçalves de Athaide, 4.º conde de Athouguia. Tendo enviuvado, foi grão-prior do Crato, da ordem de S. João de Malta. Recebeu a mercê do titulo de marquez de Fronteira, por decreto de 7 de janeiro de 1670. A mercê de *Dom* foi concedida em 1 de janeiro de 1496, por D. Affonso V, ao chefe da casa de Mascarenhas, D. Fernão Martins Mascarenhas e a seus descendentes (V. *Mascarenhas, Fernão Martins)*. Foi este fidalgo o fundador da sumptuosa quinta e palacio em Bemfica, cuja descripção já fizemos no 2.º volume do *Portugal*, a pag. 276. O local onde está situado o palacio e a quinta chamava-se então *Morgado-novo*, e eram terras pertencentes aos Mascarenhas. O brazão d'armas dos marquezes de Fronteira, é o dos Mascarenhas: em campo de purpura, tres faxas de ouro; elmo de prata, aberto, e por timbre um leão de purpura, armado e lampassado de ouro. O marquez de Fronteira deixou alguns manuscriptos.

Fronteira *(D. João Mascarenhas, 4.º conde da Torre, e 3.º marquez de)*. Era filho do 2.º marquez D. Fernando Mascarenhas, de quem herdou casa e titulo. Casou com D. Helena de Lencastre, filha dos 4.ºˢ condes de V. N. de Portimão.

Fronteira *(D. José Luiz Mascarenhas, 5.º marquez de)* Veador da princeza D. Maria Benedicta, do conselho da rainha D. Maria I, senhor da villa de Fronteira, na ordem de S. Bento de Aviz; senhor donatario do mordomado de Faro, commendador das commendas de N. S. da Conceição, de Rosmaninhal, etc. N. a 14 de março de 1721, e fal. em Bemfica a 25 de março de 1799. D. José Luiz Mascarenhas era conego da sé de Lisboa, porém, extinguindo-se a successão da casa de Fronteira pelo fallecimento do 4.º marquez, sem descendentes nem ascendentes, em 1765, el-rei D. José I consentiu na renuncia do beneficio ecclesiastico, e o proveu, por decreto de 21 de março de 1769, no titulo de marquez de Fronteira, em sua vida, e nas outras mercês de bens da Corôa e ordens de que tinha mercê desde bastantes annos a casa dos seus maiores, Casou em 30 de novembro de 1771 com D. Marianna Josepha de Vasconcellos, filha dos 1.ºˢ marquezes e 4.ºˢ condes de Castello Melhor.

Fronteira *(D. João José Mascarenhas Barreto, 7.º conde da Torre, e 6.º marquez de)*. Senhor dos morgados já citados, que herdou de seus paes; donatario da mordomia-mór de Faro; veador da princeza D. Maria Benedicta; commendador das commendas já mencionadas, todas na ordem de Christo; capitão de cavallaria. N. a 13 de janeiro de 1778, e fal. no palacio de Bemfica a 24 de fevereiro de 1806, Era filho do 5.º marquez, D. José Luiz Mascarenhas, e de sua mulher, D. Marianna Josepha de Vasconcellos. Succedeu na casa e titulos de seu pae em 25 de março de 1799.

Casou a 10 de novembro d'este anno, com D. Leonor Benedicta de Oyenhausen e Almeida, condessa de Oyenhausen, na Austria, que nasceu no Porto a 30 de novembro de 1776, e fal. em Bemfica a 18 de outubro de 1850, 1.ª filha do conde de Oyenhausen Gravenburgo, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Portugal junto da côrte de Vienna. Sua mãe era a 4.ª marqueza de Alorna, D. Leonor d'Almeida Portugal. V. *Alorna*.

Fronteira (*D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto, 5.º marquez de Alorna, 8.º conde da Torre e 7.º marquez de*). Védor honorario da Casa Real, par do reino; 7.º senhor de Fronteira, 8.º senhor dos morgados da Torre da Vargem, senhor de Coculim e Verodá, na India; 15.º senhor da quinta das Chantas, no termo de Santarem; 13.º senhor da quinta da Goncharia, em Almeirim; donatario na mordomia mór de Faro; marechal de campo reformado; gran-cruz da ordem de Christo; commendador na mesma ordem, das commendas de Santa Christina, de Aflife, de N. Sª. da Conceição, de Rosmaninhal; de S. Miguel, de Linhares; de S. Nicolau, de Carrazedo de Monte Negro; de S. Thiago, de Fonte Arcada; de S. Thiago, de Torres Vedras. Gran-cruz da ordem da Torre e Espada, official e cavalleiro da mesma ordem; gran-cruz das ordens de Carlos II, de Hespanha; da Aguia Vermelha, da Prussia; de S. Gregorio Magno, de Roma; de Alberto o Valoroso, da Saxonia; de S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia, e da Rosa, do Brazil; condecorado com a medalha das campanhas da Liberdade, algarismo 9, e com as medalhas por bons serviços, valor militar e comportamento exemplar. N. em Lisboa a 11 de janeiro de 1802, e fal. na sua quinta de Bemfica, a 19 de fevereiro de 1881. Era filho de D. João José Mascarenhas Barreto, 6.º marquez de Fronteira, e de sua mulher, D. Leonor Benedicta de Oyenhausen e Almeida. Mal conheceu seu pae, que falleceu em 1806, e herdou todos os bens da casa; o principe regente D. João o agraciou com os titulos e bens da Corôa, de que os seus antepassados gozavam, em portaria de 17 de maio de 1811, e supplementos de 24 de setembro de 1814 e 26 de abril de 1815. Assentou praça de cadete a 8 de maio de 1818, tendo 16 annos, na primeira companhia de granadeiros do regimento de infantaria n.º 4, sendo promovido a alferes do regimento n.º 1 da mesma arma em 10 de dezembro de 1820. Em 14 de fevereiro de 1821 casou com D. Maria Constança da Camara, dama da ordem de Santa Izabel, mais tarde, dama de honor das rainhas D. Maria II, D. Estephania e D. Maria Pia; era filha de D. Luiz Gonçalves da Camara Coutinho Pereira de Sande, 11.º senhor das Ilhas Desertas, de Regalados, e do morgado da Taipa; alcaide-mór de Torres Vedras, casado com D. Maria de Noronha, filha dos 7.ºˢ condes dos Arcos. Em 1820, o chefe da revolução liberal, o general Sepulveda, o nomeou seu ajudante de campo, conservando-o no seu estado maior até á queda do governo constitucional. Não querendo annuir ao movimento da Villafrancada em maio de 1823, foi collocado no 7.º regimento de cavallaria, de guarnição em Torres Novas. Voltou depois a Lisboa, e foi mandado servir no regimento n.º 4 da mesma arma, poucas semanas antes da revolta de 30 de abril de 1824. Esteve então preso na torre de Belem, e depois na praça de Peniche, correndo os mais serios perigos de vida, pois esteve quasi a ser fusilado. Saindo da prisão obteve licença para sair do reino, e em companhia de sua mulher percorreu parte da Europa, regressando á patria depois de ser outhorgada a Carta Constitucional em 1826. Foi eleito par do reino, por carta regia de 30 de abril d'este anno, não tomando logo posse, por estar ainda na menoridade, que então se contava de 25 annos. Começando as luctas do partido do infante D. Miguel, o general conde de Villa Flôr tomou o commando das armas da provincia do Alemtejo nos fins de novembro do referido anno de 1826, e nomeou o marquez de Fronteira seu ajudante de campo. Tomou parte no combate de Arronches,

D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto 7.º marquez de Fronteira

e foi recommendado pelo seu comportamento n'esta acção, sendo elle o portador da participação do combate á regente, a infanta D. Izabel Maria. O conde de Villa Flôr passou ás provincias da Beira, Traz-os-Montes e Minho, conservando sempre o marquez ás suas ordens. N'esta qualidade esteve na batalha de Coruche. e nos combates de Ponte da Barca e do Prado. Tendo em 9 de janeiro de 1827 deposto as armas os corpos rebeldes, findou a campanha, conservando-se o marquez no quartel general do conde de Villa Flôr, que teve a nomeação de governador das armas do partido do Porto, e n'elle egualmente se conservou, quando aquelle general commandou a força armada de Lisboa. Em julho de 1827 houve tumultos serios na capital, com o fim de obrigar a regente a nomear um ministerio que fôsse presidido por Saldanha. Aos miguelistas convinha accusar de cumplicidade n'estes tumultos pessoas importantes pela sua gerarchia social, e por isso o intendente da policia recebeu varias denuncias em que se accusava o marquez de Fronteira de ter empenhado os seus esforços na direcção d'aquelles movimentos. A esta revolução se ficou chamando a *Archotada*. Na sessão da camara

dos pares de 5 de fevereiro de 1828 prestou juramento e tomou posse o marquez de Fronteira, e logo o ministerio publico remetteu á camara um processo em que o novo par estava pronunciado como cabeça de motim. Em 22 de fevereiro seguinte ficou absolvido, quando o infante D. Miguel chegou a Lisboa. Constando-lhe que pretendiam prendel-o, apezar de ter sido absolvido, emigrou para Inglaterra, passando depois a Paris. Tendo adoecido n'essa cidade, não tomou parte na conhecida tentativa do vapor *Belfast*, onde vieram á costa do Porto, Saldanha, Palmella e o conde de Villa Flor, mas o governo de D. Miguel, acreditando que elle fôra um dos da expedição, mandou-o processar com os outros, e sequestrou lhe os bens. Sabendo, porém, mais tarde que o marquez estava doente em Paris, mandou suspender o processo e levantar o sequestro. O marquez declarou então no *Journal des Debats*, que se não tinha tomado parte na expedição de *Belfast*, fôra por motivo da doença, e que não reconhecia outra rainha senão D. Maria II. Esta declaração valeu-lhe um novo sequestro, ficando privado de todos os seus bens até á entrada do exercito libertador na capital. Assim que o ordenaram, reuniu-se ás forças que sustentavam a dynastia e a Carta nos Açôres. Partiu para a ilha Terceira, e continuou no logar de ajudante de campo do general conde de Villa Flôr; desembarcou com elle nas praias do Mindello, a 8 de julho de 1832, e ás suas ordens entrou na batalha de Ponte Ferreira, a 23 de julho, em que foi graduado no posto de capitão; e quando se reformou a ordem da Torre e Espada, foi condecorado com a medalha de cavalleiro, com a data do dia da batalha. Assistiu tambem ao combate de Souto Redondo, e todo o tempo que o conde de Villa Flôr commandou o exercito liberal durante o cêrco do Porto, esteve seu ajudante de campo. Quando D. Pedro IV assumiu o commando em chefe, nomeou o seu official ás ordens. Tomando o conde de Villa Flôr o commando da ala direita das linhas do Porto e da 1.ª divisão do exercito, o marquez voltou ao seu quartel general. Foi tambem recommendado pela sua conducta no combate das Antas. Acompanhou o general, já então duque da Terceira, na expedição do Algarve, fez a campanha d'esta provincia e a do Alemtejo, esteve na batalha de Cacilhas, continuando sempre ás ordens d'aquelle general durante os sitios de Lisboa e de Santarem, e acompanhou-o depois ao norte do paiz. Assistiu á entrada de Coimbra e á batalha de Asseiceira, onde recebeu o grau de official da Torre e Espada. Estava em Evora-Monte quando se deu a convenção em 27 de maio de 1834, e o duque da Terceira lhe deu ordem de acompanhar o general Lemos aos postos avançados do exercito de D. Miguel, sendo em seguida mandado como parlamentar á praça de Elvas communicar ao governador o resultado da convenção, e intimal-o a render se. Terminada a campanha da Liberdade, o marquez de Fronteira foi collocado no regimento de lanceiros n.º 1, que se organisou n'aquella epoca, sendo nomeado commandante do 3.º esquadrão. Convocadas as côrtes foi um dos 13 pares, que, guardando com a devida honra o seu juramento á Carta e á dynastia, installaram novamente a referida camara. A revolução de 8 de setembro de 1836 supprimiu a camara, e em 1837 instaurou se o congresso constituinte, em que o marquez de Fronteira foi eleito deputado por Lisboa. Depois de votada a nova constituição de 1838, foi tambem deputado, eleito por Bragança. Em 1840 organisou o 2.º batalhão do Commercio, mas teve de abandonar o commando para acompanhar o duque da Terceira ás provincias do norte. Em 1842 restabeleceu-se a camara dos pares, e n'esse anno, commandando o duque da Terceira a 1.ª divisão militar, realisou-se no Porto a restauração da Carta, e a junta que a proclamara, marchou sobre Coimbra; a rainha ordenou então ao marquez de Fronteira o desempenho da commissão espinhosa de ir ao encontro da junta e das forças da provincia do norte, commandadas pelo barão de Santa Maria, e no regresso á capital foi elogiado pelo ministro da guerra, José Jorge Loureiro pela fórma como se houvera no cumprimento d'aquella commissão. Em 1846 rebentou a revolução chamada da *Maria da Fonte*, e o marquez de Fronteira foi nomeado governador civil de Lisboa, cargo que exerceu, com uma pequena interrupção, até 1851. N'esta epoca foi encarregado pelo primeiro ministro, o general Saldanha, de organisar os corpos de voluntarios nacionaes da capital, e de tomar o commando geral d'esses corpos. Antes da batalha de Torres Vedras em 23 de dezembro de 1846, estando Lisboa ameaçada pelas forças da Junta do Porto, occupou as linhas da capital com os ditos corpos, merecendo elogios do governo pelo bom serviço que fizera. Em 1847 foi elevado a gran-cruz da ordem da Torre e Espada. Conservou o commando dos corpos nacionaes e o cargo de governador civil até 1851, como dissémos, anno em que rebentou a revolta conhecida pela Regeneração, tendo elle empregado todos os meios de que podia dispôr, para evitar que a revolta triumphasse na capital. Saldanha foi nomeado presidente do conselho de ministros, e o marquez entendeu na sua dignidade o demittir-se dos cargos que exercia. Saiu brigadeiro por antiguidade, em 10 de julho de 1851, e não lhe convindo ficar por mais tempo no serviço effectivo, pediu e obteve a reforma no posto de marechal de campo, reforma, que lhe foi melhorada por um decreto honroso, em 11 de maio de 1869, pelo ministerio Sá da Bandeira. Por occasião do casamento de D. Pedro V, em maio de 1858, foi nomeado mordomo-mór da casa da rainha D. Estephania, cargo que exerceu até ao fallecimento d'aquella virtuosa senhora, succedido em julho de 1859. Quando falleceu D. Pedro V e o infante D. João, em 1861, o duque de Saldanha, que era o mordomo-mór da Casa Real, adoeceu, e o marquez de Fronteira foi substituil-o n'esse elevado cargo. No casamento de D. Luiz I, em 1862, foi nomeado mordomo-mór da casa da rainha senhora D. Maria Pia. Alguns annos depois, por motivos particulares, pediu a demissão, que lhe foi concedida. O marquez de Fronteira era neto pelo lado de sua mãe, da grande poetisa, marqueza d'Alorna (V. *este titulo*). O titulo de marquez de Alorna foi-lhe dado em 22 de outubro de 18`9, ficando desde então reunido ao de Fronteira, que lhe foi renovado em julho de 1844. Diz-se que deixou manuscriptas algumas memorias valiosas. Do seu matrimonio houve uma unica filha e herdeira, D. Maria Mascarenhas, que nasceu a 27 de maio de 1822, e casou

com Pedro João de Moraes Sarmento, elevado pelo seu casamento a conde da Torre, e depois a marquez de Fronteira (V. *o artigo seguinte*). O illustre fidalgo assistiu em França á coroação de Carlos X e a todas as festas que por essa epoca se realisaram nas Tulherias. Tinha verdadeira paixão pelas artes, e em Roma viveu na convivencia do nosso pintor Sequeira.

Fronteira (*Pedro João de Moraes Sarmento, 9.° conde da Torre, 6.° marquez de Alorna, e 8.° marquez de*). Era tambem 2.° barão da Torre de Moncorvo, em verificação de vida concedida no titulo de seu pae; par do reino; official mór da Casa Real; antigo gentil-homem da camara de D Luiz I, com exercicio na camara de el rei D. Fernando II; camarista de sua magestade el-rei senhor D. Carlos I, commendador da ordem de Christo, cavalleiro da ordem soberana de S. João de Jerusalem, de Roma; grande official da ordem de Nichaf Intikar, de Tunis; official da ordem de Leopoldo, da Belgica; segundo secretario de legação, provedor do Asylo de D Maria Pia. N. em Copenhague a 27 de dezembro de 1829, fal. em Bemfica a 10 de fevereiro de 1903. Era filho do 1.° barão e 1.° visconde da Torre de Moncorvo, Christovão Pedro de Moraes Sarmento, e de sua primeira mulher, D Carolina Guilhermina Jordan. Casou a 12 de maio de 1856, com D. Maria Mascarenhas Barreto, 9.ª condessa da Torre, e actual viuva, sr.ª marqueza de Fronteira e Alorna, dama honoraria das rainhas D. Estephania e senhora D. Maria Pia, a qual nasceu a 27 de maio de 1822; filha unica e herdeira dos 7.ºˢ marquezes de Fronteira, 5.ºˢ marquezes de Alorna, e 8.ºˢ condes da Torre. A senhora marqueza tambem copiou uma das estancias dos *Lusiadas*, na edição lithographico-manuscripta ha annos publicada. Succedeu na casa de seu pae a 19 de fevereiro de 1881. Pelo seu casamento, ficou o 2.° barão da Torre de Moncorvo autorisado a usar do titulo de conde da Torre, por decreto de 29 de maio de 1856, e o marquez de Fronteira e de Alorna, por decreto de 6 e carta de 25 de maio de 1881. O titulo de barão da Torre de Moncorvo fôra renovado, em verificação da segunda vida, a 8 de novembro de 1848. A data da carta regia que o elegeu par do reino é de 16 de maio de 1874, prestando juramento e tomando posse na respectiva camara na sessão de 5 de janeiro de 1875. O marquez de Fronteira foi educado em Londres; era um verdadeiro artista; amava em extremo a musica, de que se tornou um apreciado cultor; foi um dos fundadores e directores da Real Academia dos Amadores de Musica. Tinha tambem grande predilecção pelas rosas, e o seu jardim era um dos mais bellos de Lisboa. Ninguem, como elle, possuia uma collecção de rosas tão preciosa, não havendo uma só qualidade que não possuisse. Dedicava se egualmente á photographia. Não tinha filhos, mas interessava-se em extremo pelas creancinhas, que constituiam o seu encanto. Os creados de sua casa, quando o cançaço ou a doença os inutilisavam, continuavam habitando n'uma dependencia do palacio, onde nada lhes faltava, até que falleciam.

Fronteira. Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc. e de com., distr. de Portalegre, arceb. de Evora. Tem uma só freg., N. S.ª da Atalaia, nome que, dizem ter-lhe sido posto pela rainha Santa Izabel. Está situada em terreno elevado e plano, entre a margem esquerda da ribeira Auna Loura, e a direita da de Lupe. A primeira fundação da villa foi em 1226, n'um outeiro, a que chamam *Villa Velha*, onde estava então uma atalaia *fronteira* aos moiros de *Viamonte*, de cuja circumstancia tomou o nome, sendo o seu fundador, segundo parece, D. Fernando Rodrigues Monteiro, 4.° mestre da ordem de S. Bento de Aviz. Alguns autores pretendem que foi el-rei D. Diniz quem a fundou pelos annos de 1290. O que merece mais credilidade é que a *Villa Velha* fôsse fundada por D. Fernando Rodrigues Monteiro, e que estando muito arruinada com as guerras dos moiros, D. Diniz, querendo reedifical-a, a mudasse para o sitio em que actualmente está, que fica fronteiro á Villa Velha. D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, em 1 de junho de 1512 e entre as suas prerogativas tinha a de ter voto em côrtes, com assento no 12.° banco. Attribue-se a D. Diniz o castello com duas torres ainda bem conservadas, além de outras em ruinas. Eram 7 as que desappareceram. A villa era cercada de muralhas torreadas, que estão destruidas em grande parte. O seu brazão d'armas é simplesmente um escudo de prata em branco, sem divisa alguma. A egreja parochial é de magestosa fabrica; teve collegiada com quatro beneficiados. Existe n'esta egreja um altar de marmore branco e preto de rara belleza. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o prior, que tinha differentes generos e 20$000 réis annuaes. A egreja de Nossa Senhora foi construida em 1604; tem as paredes revestidas de azulejos, e os altares com embutidos. Em Fronteira houve um convento de Santo Antonio dos Capuchos da provincia da Piedade. Tem Misericordia e hospital, escolas para ambos os sexos, est. telegr. e post. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. L.; medicos, pharmacias, hoteis, agencia da Companhia de seguros, *A Internacional;* fabrica de moagens, sociedades de recreio: *Fronteirense* e *Artistica;* feira de S. Pedro, a 29 e 30 de junho. A villa pertence á 4.ª div. mil., 7.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.° 22, com a séde em Abrantes. O concelho comprehende 3 freguezias, com 795 fog. e 3:392 hab., sendo 1:676 do sexo masc. e 1:716 do fem., n'uma superficie de 37:942 hect. As freguezias são: N. S.ª da Atalaia, de Fronteira, 2:455 hab.: 1:179 do sexo masc. e 1:276 do fem.; Santo Amaro, 582 hab.: 311 do sexo masc. e 271 do fem.; S. Saturnino, de Vallongo, 355 hab.: 186 do sexo masc. e 169 do fem. O territorio de todo o conc. é abundante em cereaes, e nos seus vastos montados se cria muito gado, principalmente porcos. Apparece tambem muita caça. O commercio é, especialmente, em cereaes, azeite, lãs e gado. Pelo conc. passa o rio Aviz, que traz muito peixe. Nos arredores da villa, n'um sitio chamado *Cerejeira*, que fica no valle da Amoreira, viam-se no principio do seculo XVIII, vestigios de edificios antiquissimos, e acharam se n'essa epocha muitas peças de ouro, que se reputaram romanas, de grande valor pelo seu peso e antiguidade. Foi n'este conc., proximo á aldeia dos Atoleiros, que se deu a batalha que ficou assim conhecida, a 6 de abril de 1384, na qual D. Nuno Alvares Pe-

reira derrotou o exercito castelhano. (V. *Atoleiros*) Uma das curiosidades, que se notam em Fronteira, é a torre do relogio, construida em 1613. || Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu, de Bensafrim, conc. de Lagos, distr. de Faro. || S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro. || Hortas na freg. do Espirito Santo, de Azinhal, conc. de Castro Marim, do mesmo districto.

Fronteiro. Nome dado antigamente aos capitães das praças, que ficavam nas raias ou limites do reino, não só em Portugal, como nas possessões africanas. Além d'estes fronteiros, havia em cada comarca um fronteiro-mór, que fazia o officio de capitão general da gente da sua circumscripção, para assim se poder acudir promptamente e em boa ordem, ás entradas que o inimigo fizesse no reino. Os fronteiros eram sempre escolhidos entre os fidalgos mais illustres por nascimento e meritos, e até infantes As chronicas de D. Affonso V, D. Fernando I e de D. João I dão noticias d'este cargo.

Fronteiros. Pov. na freg. de S. João Baptista. de Pedrogão Pequeno, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Frontelheiro. Pov. na freg. de S. Paulo, de Maçãs D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Frossos. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 642 hab. e 137 fog. A pov. dista 3 k. da séde do conc. O thesoureiro-mór da sé de Braga apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis annuaes. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8. com a séde em Braga. | Pov. e Freg. de S. Paio, da prov. do Douro, conc. e com. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 656 hab. e 202 fog. Tem esc. do sexo masc., e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 6 k. da séde do conc, e fica situada na margem direita do rio Vouga, que fórma aqui uma bella pateira navegavel, que tem 450 m. de comprimento, e 260 de largura. D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 22 de março de 1514. O reitor da freg. de S. João de Loure apresentava o cura, que tinha 9$500 réis de congrua, e o pé d'altar. A terra é muito fertil, principalmente em milho. E' muito abundante de peixe do rio e do mar. Cria muito gado. Pertence á 5.ª div mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. || Pov. na freg. de S. Claudio, de Curvos, conc. de Espozende, distr. de Braga.

Frota. Familia descendente d'um cavalleiro dos que vieram n'uma frota do norte, e pelejaram em Alcacer, o qual, ficando em Portugal, foi chamado *O da Frota*. Teve por armas um escudo cortado em faxa; a primeira de ouro e a segunda de vermelho com um leão entrecambado d'estes esmaltes; timbre, um leão de ouro nascente armado de vermelho.

Froufe. Povoações nas freguezias: S. Miguel de Entre Ambos os Rios, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Gondelães, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Frovo. V. *Alvares Frovo.*

Fructa de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Pedro, de Espinho, conc. de Mortagoa, distr de Vizeu.

Fructuoso (*Gaspar*). Doutor em Theologia e Mestre em Artes pela Universidade de Salamanca N. em Ponta Delgada em 1522, onde fal. em 25 de agosto de 1591. Foi parocho da egreja matriz da Ribeira Grande, e rejeitou a mitra do bispado de Angra do Heroismo, que lhe foi offerecida. Deixou em manuscripto a obra mais tarde publicada, com muitas notas, pelo dr. Azevedo : *Saudades da terra ou historia das ilhas dos Açôres desde o seu descobrimento*. Antonio Cordeiro aproveitou-se muito d'esta obra para a sua *Historia insulana*. Encontram-se interessantes dados biographicos d'este consciencioso chronista dos Açôres no *Archivo dos Açôres*, vol. 1, pag. 403, vol. II, pag. 274, vol. X, pag. 486. Veja-se tambem *Bibliotheca Açôriana*, vol. 1, pag. 129. O largo que rodeia a egreja matriz na Ribeira Grande tem o seu nome.

Fructuoso (*S.*). Bispo de Braga no tempo dos gôdos. Sepultou se em S. Thiago, de Compostella.

Fructuoso (*S*). Abbade de Santa Maria de Constantina, proximo de Villa Real, no tempo do arcebispo de Braga Eleuterio. Era natural da provincia de Traz-os-Montes. Visitou Jerusalem e Roma, e falleceu na sua abbadia, onde foi sepultado na capella-mór.

Fructuoso. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Tazem, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real.

Frugende. Pov. na freg. de S. Pedro, de Friões, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real.

Fucca de Cima. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Fucial. Pov. do conc de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola.

Fuece. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Fuião. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Fuinhas. Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. do Douro, conc. e com. de Fornos d'Algodres, distr. da Guarda, bisp. de Vizeu; 351 hab. e 86 fog. Tem esc. do sexo fem. e caixa post. A terra é pouco fertil em cereaes e fructas, por causa da frialdade do seu clima, mas abundante de aguas, e produz bastante azeite e castanhas. Nos seus montes apparece muita caça, grossa e miuda O vigario de Algodres apresentava o cura, que tinha 6$500 reis de congrua e o pé d'altar. A terra pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut, e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Fujaco. Povoações nas freguezias : Santo Adrião, de Sul, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Christovão, de Gondomil, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Fujacos. Pov. na freg. de S. Miguel, de Recardães, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Fula Zuze. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Fulandy. Pov. da praganá de Calounu Pacary, distr. e com. de Damão, prov. e arceb. de Gôa, na India.

Fulla. Pov. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Fuma. Pov. situada a S O do presidio de Bembe, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Fumadinha (*Quinta da*). Na freg. de Santo Eusebio e conc de Aguiar da Beira, distr. da Guarda.

Fumbe. Prazo da Corôa, no distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Pertenceu á ordem de S. Domingos, antes de ser incorporada no Estado.

Fumbo. Uma das maiores ilhas do archipelago de Quirimba ou Cabo Delgado, distr. d'este nome, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Mede mais de 4 k. de comprimento por 3 de largura. Os habitantes residem em pequenas casas volantes de madeira. Produz algum café, milho, mandioca, feijão, pimenta e urzella. Tem excellentes madeiras.

Fumegi. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Fumeiros. Pov. na freg. de S. Pedro, conc. e distr. de Faro.

Fumò. Um dos quatro grandes rios do distr. de Lourenço Marques, prov. de Moçambique, Africa Oriental. N. no interior do continente africano, e vae desaguar na bahia Formosa ou de Lourenço Marques. Denomina-se tambem *Rio Inhahora*.

Funar. Reino do 2.º distr. da prov. dos Bellos, ilha de Timor, Oceania, no centro da ilha.

Funccionalismo. V. *Burocracia*.

Funchaes. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Querença, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Funchaes e Fialho. Pov. na freg. de S. Martinho, de Estoy, conc. e distr. de Faro.

Funchal *(Agostinho de Sousa Coutinho, marquez de).* Foi o 9.º filho do 3.º conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho Teixeira de Andrade, e de sua mulher, D. Anna de Mendonça Rolim de Moura Barreto. N. a 3 de março de 1866. E' bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. Dedicando-se á magistratura, foi nomeado delegado do procurador regio na comarca de Torres Vedras, por decreto de 20 de setembro de 1890, sendo transferido para Cintra por decreto de 30 de julho de 1892. Teve a nomeação de secretario da Procuradoria Regia de Lisboa por decreto de 25 de abril de 1895, sendo exonerado, a seu pedido, por decreto de 27 de junho de 1906. Foi governador civil do districto do Funchal, desde 23 de dezembro de 1899 até 25 de junho de 1900.

Funchal *(D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho, 1.º conde e 1.º marquez de).* Gran-cruz da ordem de S. Thiago da Espada, e condecorado com outras nacionaes e estrangeiras; embaixador em Londres, etc. N. em Chaves, e fal. em Inglaterra em dezembro do 1832. Foi irmão do 1.º conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Serviu diversos cargos e missões diplomaticas, começando pela de enviado na côrte de Copenhague, para que foi nomeado em 1788, passando depois a Turim, e terminando pela de embaixador em Londres, que exerceu bastantes annos. Falleceu solteiro, e sem vêr terminada a guerra civil de Portugal, em que tomara o partido da rainha D. Maria II, a que prestou todo o serviço ao seu alcance. Era dotado de talento e de instrucção variada; frequentou na Universidade de Coimbra a faculdade de Leis, em que tomou o grau de licenceado. São-lhe geralmente attribuidos os seguintes opusculos, com quanto alguns saissem anonymos e outros com nomes diversos; *La guerre de la Peninsule sous son véritable point de vue, ou lettre á Mr. l'Abbé F.;* esta obra foi escripta por elle na lingua italiana, e impressa em 1816; saiu depois traduzida em francez pelo general Pamplona, Paris, 1819, com o referido titulo, e depois em portuguez, tambem sem nome do traductor, com o titulo: *A guerra da Peninsula debaixo do seu verdadeiro ponto de vista, ou carta ao sr. Abbade F., a respeito da historia da ultima guerra, traduzida do italiano*, Lisboa, 1820; *Les quatre coincidences des dates*, Paris, 1819; saiu traduzido no *Campeão portuguez*, n.ºs 5 e 6 do mesmo anno, e no *Museu litterario*, n.º 3, pag. 71 a 87; *Resposta publica á denuncia secreta, que tem por titulo «Representação que a Sua Magestade fez Antonio de Araujo de Azevedo em 1810», offerecida ao juizo do publico e da posteridade, por seu autor R. da C. Gouveia*, Londres, 1820; o assumpto d'este escripto é a defeza e justificação dos dois irmãos condes de Linhares e do Funchal, com respeito ás accusações gravissimas que contra elles fizera Antonio de Araujo; *Notas ao pretendido Manifesto da Nação Portugueza aos Soberanos da Europa, publicado em Londres a 5 de dezembro de 1820*, Londres, 1821; este escripto, depois de impresso, ficou algum tempo guardado em poder do autor, que só veiu a publical-o depois da mudança politica de junho de 1823, fazendo se então preceder da seguinte: *Introducção ás Notas supprimidas em 1821, ou raciocinio sobre o estado presente e futuro da monarchia portugueza*, Londres, 1823; *Supplemento ou explicação do que se acha escripto de pag. 53 a 60 da Introducção ás notas supprimidas*, Paris, 1824; estas 3 peças costumam andar reunidas em um só volume; as *Notas ao Manifesto* tiveram 2.ª edição, em Londres, 1830 ou 1832; *Carta a El rei nosso senhor, escripta pelo Conde do Funchal quando foi nomeado um dos Governadores do Reino em 1819; inclusa em um officio dirigido ao Secretario de Estado Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal, e despacho em resposta d'este Ministro de Estado*, Paris, 1821; *Instrucções dadas ao Nuncio de Sua Santidade, que passou a Portugal no reinado do Senhor rei D. João III, com uma advertencia preliminar do editor*, Londres, 1824; a *Advertencia* é que foi impressa n'este anno, porque a traducção já o estava desde 1812, como na mesma *Advertencia* se declara. O conde tendo traduzido este escripto, e imprimindo-o com intento de o publicar, por alguma razão particular ou por mero capricho, mudou de tenção, conservando o 12 annos secreto; no fim d'elles juntou-lhe a advertencia; e por ultimo resolveu que só se publicaria depois do seu fallecimento. Escreveu mais: *Note circulaire addressée par le Comte du Funchal*, etc. *a leurs excellences Messieurs les Ambassadeurs, Envoyés et Ministres plénipotenciaires accredités à la cour de Londres*, Londres, 1815; *Memorandum secret de Cheltenham, ou lettre confidentielle écrite de Cheltenham a Mr. M. P., et Sous-Secrétaire d'Etat, touchant la conduite du Comte du Funchal dans ses dernières négotiations avec le Ministère Anglais*, etc., Londres, 1823; *Considerações sobre o estado de Portugal e do Brazil, desde a sahida d'El-rei de Lisboa em 1807 até ao presente*, datado de Londres a 4 de junho de 1822. O conde Funchal foi tambem autor de varios artigos anonymos publicados em diversos numeros do *Investigador portuguez* sobre a defeza do tratado de commercio feito com a Inglaterra em 1810. Foi elle que em 1807 publicou em Londres O *Ensaio sobre os principios de Mechanica*, obra posthuma do seu mestre José Anastasio da Cunha, que saiu com as iniciaes do seu nome D. D. A. de S. C.

Funchal *(D. Gabriella de Sousa Coutinho, marqueza de).* Dama camarista das rainhas D. Estephania e da senhora D. Maria Pia; dama das ordens de Santa Izabel, de Portugal, e de Maria Luiza, de Hespanha. Nasceu a 6 de outubro de 1825, falleceu em maio de 1895. Era filha do 2.º conde de Linhares, D. Victorio Maria Francisco de Sousa Coutinho, e de sua mulher, a condessa D. Catharina Julianna de Sousa Holstein; tia do actual sr. marquez do Funchal. Quando em 1858 se realisou o casamento de D. Pedro V, foi nomeada dama camarista da nova rainha D. Estephania, que falleceu no anno seguinte. Acompanhou a rainha senhora D. Maria Pia, na sua viagem de Italia a Lisboa em 1862, na occasião do seu casamento com el-rei D. Luiz I. Em 1883 teve a nomeação de camareira-mór, depois da morte da condessa de Sousa Coutinho. Em maio de 1886, D. Luiz I concedeu-lhe o titulo de marqueza do Funchal. Era directora de varios asylos da infancia desvalida e de outras instituições de benificencia, e directora effectiva do asylo da Ajuda.

Funchal *(Districto administrativo do)* Constituido pelas ilhas da Madeira, Porto Santo, Deserta e Selvagens, as quaes formam o archipelago da Madeira (V. *todos estes nomes).* A ilha da Madeira tem cerca de 500 kilom. quadrados de superficie; é montanhosa, prolongando-se de um a outro extremo da ilha uma serra, cuja altitude media é de 1:800 metros. O ponto mais elevado é o pico Ruivo, cuja altura é computada em 2:500 metros, e que se apresenta coberto de verdura quasi até ao cume. Outros picos se erguem sobre os planaltos adjacentes, abrangendo alguns d'estes, extensas superficies, cobertas de esplendida vegetação. Um dos planaltos mais notaveis é o do Paul da Serra, na altitude média de 1:000 metros. E' magestoso o panorama que ali se desfructa com a vista dos frondosos arvoredos, nas numerosas depressões por onde correm os regatos que affluem á ribeira da Janella ou á do Rabaçal, que vae tambem juntar-se a esta ultima. As aguas do Rabaçal são aproveitadas para irrigação dos terrenos adjacentes, por meio de levadas, cuja construcção, começada no seculo XVI, ainda modernamente se teem continuado, de fórma a aproveitar os varios mananciaes das freguezias dos concelhos da Calheta e Porto Moniz. As costas da ilha, que são em geral alcantiladas, offerecem poucos abrigos. O porto mais importante, ainda que desabrigado, é o do Funchal. Além d'este encontram se o de Camara de Lobos, o Porto Novo, e de Santa Cruz, de Machico, e o Porto Moniz, quasi todos tambem desabrigados. As pontas principaes são as de S. Jorge, Delgada, Tristão, Paio, Garajau e S. Lourenço. A villa do Porto Santo tem 50 kilom. quadrados de superficie. E' montanhosa, mas as suas eminencias não excedem a 600 metres, sendo o pico do Facho o mais elevado. A ilha tem pouca arborisação e não abundam as aguas. O porto offerece abrigo seguro, excepto contra os ventos do sul. As costas são escarpadas, apresentando entre outras as pontas Branca, Santa Cruz e Frades. As ilhas Desertas e as Selvagens não teem importancia. A agricultura é a principal riqueza do districto, mas tem passado por varias alternativas no que respeita aos artigos de cultura predominante. As producções principaes são: vinho, trigo, milho, cevada, centeio, batata, legumes, castanha, inhame, nozes, mel, laranja, limão, cera, aguardente, azeite, canna de assucar, ananaz, banana, etc. A producção pecuaria é pouco consideravel, especialmente no que respeita ao gado lanigero e caprino. A industria fabril limita-se ao fabrico do assucar e da aguardente, sabão, chapéos de palha, cerveja, preparação de couros, artigos de verga e de madeira, e bordados. Estes ultimos, e os tecidos de palha e de vime, a fabricação de manteiga, a tecelagem da lã e do linho, embora constituam na sua grande parte industrias caseiras, são de grande importancia no total da producção do districto. O movimento maritimo é consideravel, sendo o porto do Funchal frequentado por navios de todas as nacionalidades. O districto está dividido em dez concelhos: Calheta, Camara de Lobos, Funchal, Machico, Ponta do Sol, Porto Moniz, Sant'Anna, Santa Cruz, S. Vicente e Porto Santo. Ecclesiasticamente constitue um bispado, suffraganeo da provincia lisbonense. A instrucção superior é ministrada no districto pela Escola medico-cirurgica do Funchal, e a secundaria por um lyceu e uma escola industrial. A instrucção primaria é dada em mais de cem escolas para os dois sexos. A ilha da Madeira, cujo clima é aconselhado pelos homens de sciencia como um dos mais convenientes para as affecções pulmonares, é muito visitada de estrangeiros e a sua capital acha-se ligada pelo cabo telegraphico submarino a Portugal e Inglaterra. A superficie de todo o districto é de 815 kilometros quadrados, e a população de 150:528 hab : 72:262 do sexo masc. e 78:266 do feminino. Ha no Funchal duas fortalezas; um castello, tres fortes e uma bateria de 2.ª ordem. O concelho do Funchal conta 9 freguezias, sendo 5 na cidade, e todas com 43:953 hab.: 20.812 do sexo masc. e 23.141 do feminino. As freguezias são: Monte, Nossa Senhora do Monte, com 3 361 hab.: 1.613 do sexo masc. e 1.748 do fem ; Santa Luzia, com 4 718 hab : do sexo masc. 2.076 e 2 642 do fem ; Santa Maria Maior, com 5.760 hab : 2.738 do sexo masc. e 3 022 do fem.; Santo Antonio, com 7 274 hab : 3.566 do sexo masc. e 3.708 do fem.; S. Gonçalo com 3.979 hab.: 2.006 do sexo masc. e 1.973 do fem.; S. Martinho, com 5 550 hab.: 2.663 do sexo masc. e 2.887 do fem ; S. Pedro, com 6.493 hab.: 2.819 do sexo masc. e 3.674 do fem.; S. Roque com 2.752 hab.: 1 265 ao sexo masc. 1 487 do fem., N. S.ª da Assumpção, 4:066 hab.: do sexo masc. 1:923, e do fem.

Funchal. Cidade da ilha da Madeira (V. *este nome),* cabeça de conc., de com., e de districto; relação de Lisboa E' a capital da ilha e está dividida em quatro freguezias: Santa Luzia, Santa Maria Maior, S. Pedro, e N. S.ª da Assumpção (*sé).* A totalidade da população da cidade, conforme os respectivos censos, tem sido a seguinte: Em 1864, 17:677 hab ; em 1878 19:752 hab.; em 1800, 18:778 hab.; em 1900, 21:037 habitantes. E' séde de bispado, suffraganeo da prov. ecclesiastica metropolitana lisbonense: pertence ao commando militar da Madeira, de que tambem é séde, bem como do distr. de recrut. e res. n.º 27. Está situada na costa meridional da ilha, entre o cabo Garajau e a ponta da Cruz, á beira-mar, parte no dorso d'um monte coroado pelo castello do Pico de S. João e outra parte

n'um valle delicioso, banhado pelas aguas da bahia ou porto do Funchal. Dista de Lisboa 1:050 kilometros. O panorama da cidade, vista do mar, é, além de pittoresco, surprehendente. Nas vertentes dos elevados terrenos acham-se dispostos viçosos jardins, formosas quintas, verdejantes arvoredos e abundantes vinhas. Este conjunto impressiona agradavelmente os que o admiram. As paredes alvejantes das casas campestres, trepadas pelas montanhas, ainda dão mais realce á paizagem, já de si formosissima. A povoação do Funchal foi fundada por João Gonçalves Zarco, um dos descobridores da Madeira, logo depois de entrar na posse da capitania de metade da ilha, e teve esse nome ao que parece derivado dos funchos que se encontravam no valle em que foi fundada. Simples povoação nos seus principios, desenvolveu-se rapidamente, sendo em 1451 creada villa por el-rei D. Affonso V, que lhe deu foral, ampliado em 1472. Grandes fôram os progressos do desenvolvimento da industria agricola em terrenos de tão notavel fertilidade, e especialmente pela cultura da canna do assucar e da vinha, introduzidas ali pelos patrioticos desvelos do infante D. Henrique. Os preciosos vinhos da Madeira desde cedo tiveram fama. El-rei D. Manuel elevou-a á categoria de cidade em 1508, e a

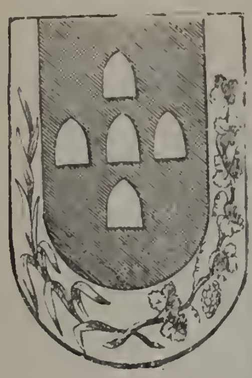

Brazão da cidade do Funchal

commetteram, saqueando-a e levando comsigo valores calculados em mais de 200 contos de réis. Em 1801 caiu o Funchal nas mãos dos inglezes, que o abandonaram pouco depois para tornarem a occupal-o em dezembro de 1807. No porto do Funchal pódem fundear dez ou doze navios abrigados de todos os ventos, menos dos do S, e protegidos pelo *Ilhéo* artilhado, que juntamente com uma cortina de dez fortins e o castello de S. João, defendem não só a cidade como tambem o pôrto. O castello de S. João, a principal cidadeia, domina a cidade. Interiormente a povoação corresponde ao que se espera. quando observada do porto. As numerosas ruas, travessas e calçadas, apezar de estreitas e tortuosas no seu maior numero, teem um aspecto muito agradavel e pittoresco. Tem oito pontes que põem em communicação as margens das tres ribeiras que a cortam em toda a sua extensão e que são denominadas de João Gomes, Santa Luzia e de S. Pedro. Tem, entre outros, tres excellentes mercados, um do peixe, outro da fructa e outro dos legumes e hortaliças. Dos passeios, praças e largos, a maior parte dos quaes estão arborisados, são mais importantes a praça da Constituição, junto do hospital da Misericordia e da egreja cathedral, e que é o principal ponto de reunião e o passeio preferido; as praças da Rainha e da Imperatriz, na fortaleza de S. Lourenço, fronteira ao palacio do governador, ao lado da praia; a praça Academica, que foi importante, e hoje é pouco frequentada, a da Concordia; a celebre capella dos Ossos, assim chamada por ter as paredes forradas de milhares de caveiras; o caminho do Til, junto da praia, e o largo do Pelourinho. A rua da Carreira, ampla e formosa, é a mais importante arteria da cidade. Muitas ruas teem pelo centro pequenos regatos, que contribuem bastante para

Vista geral da cidade do Funchal

séde episcopal em 1514. No anno de 1537 creou-a metropolitana o papa Clemente VII, mas pouco tempo durou esta preeminencia. A rapida prosperidade do Funchal attrahiu em 3 de outubro de 1566 um bando de piratas francezes, que a ac-

o seu asseio. As ribeiras, acima indicadas, no inverno tornam-se caudalosas e causam terriveis inundações. Possue a cidade excellentes edificações particulares. As casas, em geral construidas de pedra, são alvissimas e teem varios anda-

res. Nos pavimentos terreos ha excellentes estabelecimentos. Alguns edificios publicos merecem menção especial. A sé, fundada em tempo

Palacio do Governador

de el-rei D. Manuel, é um vasto templo de tres naves, de architectura gothica, contendo 10 capellas, em que ha trabalhos magnificos de talha dourada. Tem as paredes revestidas de marmores

Forte de S. João do Pico

e o tecto é em madeira de cedro com relevos de talha. Dos antigos conventos, o mais notavel é o de Santa Clara, de franciscanos, fundado por João Gonçalves Zarco. Conserva-se em bom estado o edificio do collegio da invocação de S. João Evangelista e a egreja dos Jesuitas. Na praça da Constituição existiu o convento de S. Francisco. Das egrejas, em numero de dezenove, as mais dignas de menção são as parochias de S. Pedro, Santa Luzia e Calhau ou Santa Maria Maior (sé). Merece tambem citar se a capella das Almas, construcção aberta na rocha. Além d'estes templos ha outros edificios e estabele-

mentos importantes, taes como: o palacio do governo, o paço episcopal, o seminario, o quartel militar de S. João, a alfandega, a casa da associação commercial, e grande numero de estabelecimentos de beneficencia; hospital militar, asylo de mendicidade, o convento do Bom Jesus, convertido em recolhimento de viuvas e de mulheres casadas separadas dos maridos; o convento de Santa Izabel, annexo á Misericordia, para residencia dos orphãos; o asylo de infancia desvalida; o theatro D. Maria Pia, etc. Na cidade do Funchal ha tambem o hospicio chamado da Princeza Amelia, fundado pela imperatriz duqueza de Bragança em memoria de sua filha, que falleceu no Funchal, em fevereiro de 1853, na quinta Lambert; é para tratamento das pessoas O convento das Mercês, mais conhecido pelo das Capuchas, foi como outros transformado em hospicio. N'estes conventos faziam se trabalhos admiraveis em flores artificiaes, de cera e pennas, e doce de batata. Além das escolas de instrucção primaria e secundaria, publicas e particulares, tem um lyceu, uma escola medico-cirurgica, escola industrial — *Antonio Augusto de Aguiar*; um seminario excellente, uma bibliotheca municipal e varios outros estabelecimentos de leitura, clubs, sociedades de recreio e philarmonicas, associação commercial, tres capellas e dois cemiterios de protestantes inglezes, o da Laranjeira ou dos Residentes, e o dos Adventicios, egreja evangelica, uma synagoga e um pequeno cemiterio de judeus na parte oriental da cidade.

A fonte do Monte

pobres atacadas de molestias pulmonares. Januario Justiniano de Nobrega escreveu a seguinte obra: *Visita de Sua Magestade a Imperatriz do Brazil, viuva, duqueza de Bragança, á ilha da Madeira e fundação do Hospicio da Princeza D. Maria Amelia;* foi publicada no Funchal, por Julio da Silva Carvalho, depois da morte do seu autor. O edificio e o jardim, no centro do qual está collocado, foi tudo delineado por Maximiliano, imperador do Mexico, quando era ainda archiduque. Entre as construcções antigas, ha poucas interessantes, a não ser o Granel do Poço, onde dizem alguns que residiu Christovão Colombo, e duas janellas gothicas na rua da Boa Viagem. Dos conventos de freiras pertencem á ordem de S. Francisco os de Santa Clara e da Encarnação. Fabricas de manteiga, moagens, sabão, alcool, assucar, cerveja, gazoza, chapéos, louça, etc. Tem elevador do sitio do Pombal ao Monte. Capitania do porto, estação electro-semaphorica e de saude, hoteis inglezes e portuguezes typographias, etc. Estação telegrapho-postal, de 1.ª classe, com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras, obrigações e vales. Alem de todas as repartições e serviços publicos e particulares d'uma cidade de primeira ordem, tem o Funchal: Agencias dos bancos de Portugal e Nacional Ultramarino; agencias das companhias de seguros: *Bonança*, *A Commercial*, *Confiança portuense*, *Douro*, *Equidade*, *Fenix*, *Garantia*, *Imperial*, *North British Mercantil*, *Portugal*, *Tagus*, *Probidade*, *Ultrama-*

rina; de seguros de vida: *Garantia do Amazonas, Mutual Life*, etc. Consulados: Allemanha, Austria, Belgica, Dinamarca, Estados Unidos da America, do Brazil, França, Hespanha, Hollanda, Italia, Noruega, Suecia, Inglaterra, Republica Argentina, Russia e Venezuela. O Funchal é patria de alguns homens illustres, entre os quaes: João Fernandes Vieira, Paulo Perestrello da Camara e Luiz Gonçalves da Camara, etc. Os arrabaldes da cidade são afamados pela sua muita

Edificio da Camara Municipal

formosura e amenidade, como a Camacha, Palheiro, Choupana, etc. Os pomares, as hortas, vinhas palmeiras e bananeiras que vestem as collinas; os bosques que cobrem os valles; as arvores e plantas dos tropicos, que por toda a parte crescem a par das da Europa, ostentando a mais pomposa vegetação; ribeiros de purissimas aguas despenhando se de cima das rochas, tudo torna encantador os suburbios do Funchal. Entre as quintas mais importantes ha vivendas sumptuosas pertencendo algumas a subditos inglezes, que sempre se distinguiram pelo seu apreço a esta cidade. O sr. Guilherme Read Cabral escreveu um romance historico, *Angela de Santa Clara*, que se publicou em 1895, no Funchal. Traz noticias interessantes d'esta cidade, e da Madeira, no começo do seculo XIX, quando os inglezes estiveram de posse do Funchal em 1801 e 1807. || Bibliographia : V. *Madeira*.

Funchal *(Jornaes publicados no). Academia (A)*, 28 de outubro de 1900; *Academico (O)*, 22 de maio a julho de 1884; *Agricultor Madeirense (O)*, 26 de março a 29 de dezembro de 1851; *Amigo do Povo*, 26 de janeiro de 1850 a 27 de abril de 1854; *Archivista (O)*, 7 de dezembro de 1850 a 27 de dezembro de 1851, seguido pelo jornal *A Ordem; Archivo Litterario*, 15 de abril de 1833; *Atalaia*, 5 de maio de 1832; *Atalaia da Liberdade*, 24 de abril a 29 de maio de 1828; *Athleta (O)*, 14 de dezembro de 1877 a meados de 1879, provindo do *Popular; Aurora (A)*, 1897; *Aurora do Domingo*, 5 de janeiro de 1862; *Aurora Liberal*, 1 de dezembro de 1845 a junho de 1873; *Aurora Litteraria*, 1 de janeiro 1868; *Aurora Litteraria (A)*, 29 de abril a 5 de junho de 1875; *Baratissimo (O)*, 17 de julho a 9 de outubro de 1852; *Beija-Flor (O)*, 7 de abril a 29 de setembro de 1842; *Boletim Judicial*, 22 de novembro de 1877 a 11 de abril de 1878; *Boletim Mensal da Obra Diocesana de São Francisco de Salles*, 1894; *Boletim Official do Districto Administrativo do Funchal*, 1 de março de 1862 a 31 de novembro de 1863; *Boletim Official*, 2 de maio a 27 de junho de 1847; *Campo Neutro (O)*, 1 de setembro de 1861 a 13 de janeiro de 1862; *Chronica (A)*, 3 de março de 1838 a 12 de dezembro de 1840, seguido pelo jornal *O Defensor; Clamor Publico (O)*, 19 de março de 1892; *Combate (O)*, 1890; *Commercio do Funchal*, 15 de novembro de 1866 a 9 de fevereiro de 1867; *Commercio da Madeira (O)*, dezembro de 1896; *Correio do Funchal*, 5 de junho de 1867 a 10 de janeiro de 1868; *Correio do Funchal*, 2 de janeiro de 1897; *Correio da Madeira*, 3 de fevereiro de 1849 a 8 de agosto de 1851, seguindo ao *Defensor*, foi continuando pelo *Progressista; Correio da Manhã (O)*, 1 de dezembro de 1884; *Correio da Tarde*. 9 de junho de 1901; *Crepusculo (O)*, 15 de fevereiro a 31 de junho de 1865;

Cruz (A), 21 de julho de 1901; *Defensor (O)*, 4 de janeiro de 1840 a 18 de maio de 1847, provindo da *Chronica* foi seguido pelo *Correio da Madeira; Defensor da Liberdade (O)*, 2 de junho de 1827 a 26 de abril de 1828; *Democrata (O)*, 7 de abril de 1901; *Diario do Commercio (O)*, 9 de setembro de 1896, em publicação; *Diario do Funchal*, janeiro de 1876, a 14 de junho de 1878; *Diario da Madeira*, 3 de novembro de 1880 a junho de 1881; *Diario da Manhã*, 8 de junho de 1882; *Diario de Noticias*, 11 de outubro de 1876, em publicação; *Diario Popular*, 18 de dezembro de 1882; *Diario Popular*, 1897, em publicação; *Diario da Tarde*, de maio 1882 a março de 1884; *Direito (O)*, 21 de outubro de 1857, em publicação; *Discussão (A)*, 8 de fevereiro de 1855 a 23 de agosto de 1856; *Districto (O)*, 25 de maio de 1893; *Districto do Funchal*, 15 de janeiro de 1863 a 5 de agosto de 186?, mudando depois o titulo para o de *Gazeta da Madeira*; *Districto do Funchal*. abril de 1886, em 1889 continuava; *Districto do Funchal*; 24 de maio a 15 de julho de 1877; *Echo Academico*, 1896; *Echo da Revolução*, 27 de junho de 1846 a 30 de janeiro de 1847, succedeu ao *Imparcial* e foi seguido pelo *Madeirense; Echo de Santa Cruz*, 24 de setembro de 1877 a 16 de março de 1878; *Epoca (A)* 1.º, 6 de setembro 1886; *Epoca (A)* 2.º. 14 de janeiro de 1895; *Espora (A)*, 5 de junho de 1891; *Estreia Litteraria*, 1 de janeiro a 2 de julho de 1874; *Estreia Academica*, 10 de agosto de 1867, substituindo *A Ordem*, foi seguido por outro jornal de nome *A Razão; Funchalense (O)*, 3 de fevereiro a maio de 1827; *Funchalense (O)* 1.º 2 a 21 de julho de 1847; *Funchalense (O)* 2.º, 17 de abril de 1859 a 13 de junho de 1861; *Funchalense (O)* 3.º, 1 de setembro de 1836; *Fuzão (A)*, 21 de janeiro a 18 de julho de 1868, seguindo pela *Imprensa Livre*; *Gazeta da Madeira*, 1 de fevereiro de 1866 a 14 de novembro de 1868, que substituiu o *Districto do Funchal; Grinalda Madeirense*, 14 de março a maio de 1880; *Heraldo da Madeira*, 1904, em publicação; *Ilha da Madeira*, 8 de setembro a outubro de 1878; *Imprensa (A)*, 24 de julho de 1861 a 29 de dezembro de 1863; em sequencia do jornal *A Patria; Imparcial (O)* 1.º, 14 de abril de 1840 a 20 de junho de 1846, continuado pelo *Ecco da Revolução; Imparcial (O)* 2.º, 1889; *Imprensa Livre*, 1868 a março de 1870, vindo do jornal *A Fuzão* e sendo seguido pelo *Regenerador; Independente (O)*, 20 de agosto de 1846 a 15 de maio de 1847; *Independente (O)*, 2 de julho a agosto de 1881; *Jornal (O)*, março de 1906; *Jornal do Commercio do Funchal*, 15 de julho a 19 de novembro de 1879; *Jornal do Funchal*, 31 de outubro de 1878 a janeiro de 1879; *Jornal da Manhã*, 6 de fevereiro de 1887; *Jornal de Noticias*, 31 de março de 1886; *Jornal do Povo*, 22 de janeiro de 1888; *Justiça (A)*, 27 de março de 1858 a 26 de junho de 1861, succedendo ao *Clamor Publico; Lampada (A)*, 21 de novembro

A Pontinha — Ilhéo artilhado — Porto de abrigo em dias de temporal

dezembro de 1875; *Estudante (O)*, 1 de fevereiro de 1880; *Estado (O)*, 12 de junho de 1851 a 10 de julho de 1853: *Faiscas (As)*, março a junho de 1883; *Flor do Oceano*, 1828; *Flor do Oceano*, 15 de novembro de 1831 a 22 de outubro de 1840; *Flor do Oceano (A)*, 1 de setembro de 1860 a 31 de dezembro de 1872 a 18 de dezembro de 1873; *Latego (O)*, 12 de junho de 1889 a setembro de 1890; *Lei (A)*, 11 de julho de 1861 a 25 de janeiro de 1862; *Lei (A)*, 23 de janeiro a fevereiro de 1879; *Lei (A)*, 6 de dezembro de 1873 a 20 de junho de 1877; *Liberal (O)* 1.º, 15 de dezembro de 1875; *Liberal*

(O) 2.º 1885; *Liberdade (A)* 1.º, 12 de março a 22 de abril de 1770; *Liberdade (A)* 2.º, 20 de novembro de 1878; *Lucta (A)*, 11 de fevereiro de 1888;

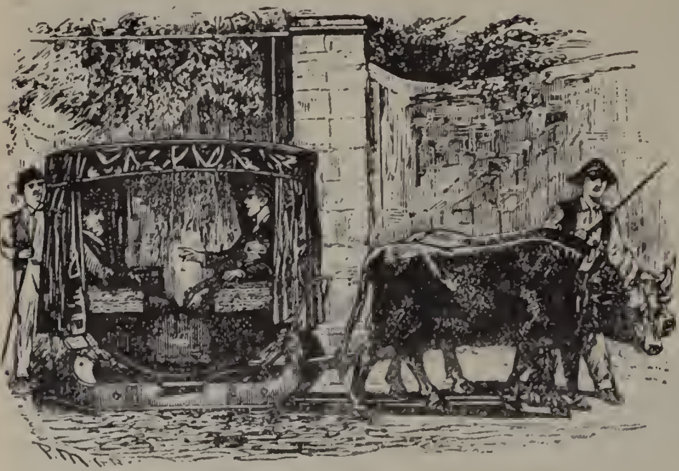

Carro de passeio

Luz (A), 21 de maio de 1851 a 1882; *Maceta de Santa Cruz*, 19 de novembro de 1878; *Madeira (A)* 1.º, 2 de abril de 1857 a 30 de abril de 1858; *Madeira (A)*. 2.º, 1894; *Madeira (A)* 3.º, 30 de abril de 1897; *Madeira Liberal*, 1.º, 24 de julho a 25 de dezembro de 1872, seguido pelo *Oriente do Funchal; Madeira Liberal (A)*, 12 de agosto de 1892; *Madeirense*, 30 de janeiro de 1847, nascido do *Ecco da Revolução; Madrugada*, 1903; *(Meteoro (O)*, 31 de outubro a 14 de novembro de 1856; *Monarchia (A)*, 19 de agosto de 1884; *Monoculo*, 14 de abril de 1889; *Montaquit*, 1888; *Mulher (A)*, 4 de março de 1883; *Noticioso (O)*, 22 de outubro de 1862 a 22 de janeiro de 1866; *Novidades (As)* 1.º, 26 de julho de 1866 a julho de 1868; *Novidades (As)*, 2.º 18 de novembro de 1881; *Official da Ronda*, 1866; *Onda (A)*, 12 de setembro a 15 de dezembro de 1871; *Opinião (A)*, 1890; *Ordem (A)*, 5 de janeiro de 1852 a 1 de outubro de 1860, sendo continuação do *Archivista* e depois substituido pela terceira *Flor do Oceano*; *Oriente do Funchal (O)*, 8 de fevereiro a 10 de junho de 1873, sendo o successor do jornal *Madeira Liberal; Paiz (O)*, 5 de janeiro de 1865 a 30 de julho de 1866; *Palco (O)*, 1883; *Paquete (O)*, 7 de fevereiro de 1874 a setembro de 1875; *Patria (A)*, 2 de abril a 2 de julho de 1862, seguiu-se-lhe a *Imprensa; Patriota Funchalense*, 28 de janeiro de 1821 a 16 de agosto de 1823, o primeiro jornal da ilha da Madeira; *Penumbra Litteraria*, 1 de junho a agosto de 1876; *Popular (O)*, 1.º, agosto de 1868; *Popular (O)* 2.º, 1874 a novembro de 1877, succedendo-lhe *O Athleta; Portugal*, 11 de janeiro de 1891; *Povo (O)*, 1 de janeiro de 1883 a 7 de janeiro de 1888, do qual nasceu *A Lucta; Prégador Imparcial da Verdade e da Justiça e da Lei*, 17 de fevereiro a 27 de dezembro de 1824; *Primavera (A)*, 12 de outubro de 1882; *Progressista (O)*, 21 de agosto de 1851 a 4 de novembro de 1854, seguindo-se ao *Correio da Madeira; Progresso (O)*, 24 de julho a setembro de 1879; *Quinzena Religiosa*; *Raio da Madeira (O)*, 9 de setembro de 1864 a 14 de dezembro de 1865; *Razão (A)*, 11 de setembro de 1867 a 1870, para substituir a *Flor do Oceano; Realista (O)*, 1828 a 1829; *Rebate (O)*, 23 de abril de 1901 a 22 de outubro de 1902; *Reclame (O)*, 1890; *Recreio (O)*, 1.º, 1 de maio de 1863 a 13 de julho de 1864; *Recreio (O)* 2.º, 19 de setembro de 1897; *Reforma (A)*, 16 de outubro de 1858 a 16 de julho de 1861; *Regedor (O)*, 27 de abril a 15 de junho de 1823; *Regedor Filho (O)*, 14 de fevereiro a 25 de maio de 1828, para substituir *O Regedor; Regeneração (A)*, 4 de janeiro a 6 de abril de 1871, que succedeu á *Imprensa Livre; Religião e Progresso*, 15 de novembro de 1879; *Republica (A)*, 24 de outubro de 1883; *Revista Judicial*, 27 de julho de 1865; *Re-*

Carrinho do Monte

vista Juridica, 20 de outubro de 1870 a 2 de julho de 1877; *Revista Madeirense*, 18 de novembro de 1900; *Revista Semanal*, 2 de junho de 1861 a

10 de junho de 1862; *Semana Illustrada*, 3 de abril de 1898; *Semanario Official*, 6 de maio de 1854 a 15 de fevereiro de 1860; *Sentinella (A)*, 8 de fevereiro a 19 de julho de 1866; *Tribuna Academica (A)*, 4 de fevereiro de 1897; *Trip-Trap (O)*, 9 de janeiro de 1898; *Tribuna (A)*, 24 de setembro a 21 de dezembro de 1850; *Tribunal Secreto*, 1844; *Verdade (A)*, 1.°, 20 de fevereiro a 29 de maio de 1858; *Verdade (A)*, 2.°, 23 de janeiro de 1875 a 18 de janeiro de 1894; *Vergasta (A)*, 1 de outubro de 1873 a 6 de dezembro de 1876; *Voz do Operario (A)*, 2 de abril de 1899; *Voz do Povo (A)*, 17 de maio de 1860; *Voz Publica (A)*, 20 de janeiro de 1896; *Zé Povo (O)*, 10 de novembro de 1894. Alem d'estes jornaes tambem foram ali publicados os numeros unicos seguintes: *Caballeiro de Greno*, 1888; *Luiz de Camões*, 10 de junho, 1880; *Madeira Illustrada (A)*; *Montagut*, 10 de maio de 1888; *Patriota (O)*, 14 de fevereiro de 1890.

Transito em rêde

Funchal. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Aldoar, 2.° bairro (occidental) do Porto. || N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de Santa Cruz e conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo.

Funcheira (*Monte da*). Na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Messejana, conc. de Aljustrel, distr. de Beja.

Funcho. Pov. na freg. de S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro.

Funchosa de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Visitação, de Odeleite, conc de Castro Marim, distr. de Faro.

Fundão. Villa da prov. da Beira Baixa, séde de conc. e de com., distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda, relação de Lisboa. Tem uma só freguezia (S. Martinho), com 3:195 hab.: 1:551 do sexo masculino e 1:644 do feminino. Pertence á 2.ª div. mil. e ao 16.° distr. de res. do exercito com a séde em Castello Branco. A villa dista 44 k. da séde do districto; divide-se em dois arcyprestados, um ao norte e outro ao sul da serra da Gardunha, onde se encontra situada. A jurisdicção d'este ultimo tambem se exerce no conc. de S. Vicente da Beira. O Fundão é cabeça de concelho desde 1747, anno em que se desannexou do da Covilhã. E' povoação em extremo aprazivel pela sua situação, pois os formosos campos, cobertos de pomares, são regados pelas aguas que manam da serra coberta de frondosos castanheiros, cuja extensa matta se deve a el-rei D. Diniz. Entre estas arvores havia d'antes verdadeiros colossos de enorme circumferencia. Segundo a tradição, o sitio denominado a Levada foi assento de uma povoação que precedeu a actual villa. Da Levada existem apenas vestigios. Em 1854 ainda havia as ruinas de uma capella, de que era orago S. Gregorio. Por uma provisão de 4 de fevereiro de 14 3, se vê que foi ahi a tratar de arrendar e aforar varios terrenos Ruy Peres. Sob o titulo de alcaidaria-mór tambem se cobravam muitos foros e pensões que foram extinctas em 1834, e que dos bens que a constituiam no Fundão e arredores se fez um tombo em 1688. Abandonando a primitiva localidade, a povoação da Levada veiu fixar-se nos sitios chamados Quintã e Quintãsinha, hoje bairro de Santo Antonio, o primeiro, e da Senhora da Conceição, o segundo, onde mais se desenvolveu. Ligando-se com o tempo, os dois logares, constituiu-se o Fundão, que attingiu no meado do seculo XVIII o maior engrandecimento. N'elle viviam familias muito importantes por sua nobreza e haveres, como o attestam os palacios brazonados que ainda existem. N'esses tempos de passada grandeza as fabricas de fiação e tecidos ahi faziam ouvir o ruido dos seus muitos teares. A quéda do marquez de Pombal, depois as luctas originadas pela invasão dos francezes e mais tarde as da guerra civil, affastaram do Fundão aquellas familias, começando um periodo de declinação. Em 1881 ou 1882 foi apeado o pelourinho, veneranda insignia da autonomia municipal, mas recentemente a camara do Fundão resolveu repôr no seu logar esse monumento, aproveitando os restos do primitivo. Outro monumento, singelo e despretencioso, é o cruzeiro do convento de Santo Antonio, que, não sendo uma obra de arte, marca comtudo um logar encantador, d'onde se descobre um largo horizonte. Acha-se pro-

ximo da egreja do convento, que foi fundado em 1522, pelo bispo de Ceuta, D. Fr. Diogo da Silva, primeiro inquisidor-mór, mas que pela sua bondade não tardou em resignar o cargo. D'esta posição elevada avista-se todo o valle do Zezere limitado pela serra da Estrella e semeado de muitas povoações e casas de quintas. Pelo panorama, que d'ali se goza, constitue um passeio agradabilissimo, bem como o de S. Pedro Novo e o da estrada que conduz a Alpedrinha. A egreja matriz da villa data de 1707; tem uma só nave, comquanto seja espaçosa. O seu altar-mór é muito elegante e feito de talha dourada, o que o torna muito apreciavel. O edificio dos paços do concelho ergue-se n'uma vasta praça; foi construido no meado do seculo XVIII e n'elle se accommodam a secretaria e sala das sessões da camara, o tribunal, a conservatoria, a repartição de fazenda, a escola de portuguez e francez, a cadeia, etc. Defrontando com os paços municipaes está o edificio do *Casino Fundanense*, começado a construir em 14 de março de 1896 por iniciativa particular, em que teve a maior parte o fallecido José Germano da Cunha, que ao Fundão prestou relevantes serviços, com a sua penna e a sua energia. Entre os edificios particulares, ha alguns muito bons. Na villa existem varios chafarizes de fina agua. Ha no limite do Fundão duas capellas dedicadas a S. Pedro, achando-se a mais antiga profanada. Foi construida em tempos remotos, e existe na quinta que foi de Frederico Godinho de Sampaio e Mello. A outra é de construcção moderna e está situada no alto antigamente denominado de S. Pedro. Ha ainda uma capella de Santo Antonio, que data de 1574. Possue Misericordia e hospital, desde 1516; escolas para ambos os sexos, theatro fundado em 1860; casino; typographia, fabricas de lanificios e de chapéos, est. post. e telegraphica com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. Leste. Entre os seus estabelecimentos commerciaes, contam-se alguns importantes; agencias dos bancos de Portugal, Commercial, Alliança, Lisboa & Açores, e de seguros: *Tagus*, *Previdencia*, *Probidade*, *Portugal*, etc. Tem estação do caminho de ferro na linha da Beira Baixa, entre a de Alcaide e o apeadeiro de Alcaria, a qual foi inaugurada em 5 de setembro de 1891. Todos os mezes, na segunda 2.ª feira, se realisa na villa do Fundão um mercado, além de duas importantes feiras annuaes. Uma é a 25 de abril e outra a 20 de outubro, sendo principalmente para venda e troca de gado, a que concorrem muitos ciganos, com os seus negocios, ás vezes bem curiosos e engraçados. O Fundão é patria de alguns homens illustres, antigos e modernos, cuja enumeração se pode vêr na obra abaixo indicada. O conc. comprehende 29 freg.ª com a população de 35:439 hab.: 17:368 do sexo masc. e 18:081 do feminino. As freguezias são: Alcaide (S. Pedro) com 1:294 hab.: 601 do sexo masc. e 471 do fem.; Alcaria (S. João Baptista) com 966 hab.: 493 do sexo masc. e 471 do fem. Alcongosta (Nossa Senhora da Annunciação), com 1:032 hab.: 547 do sexo masc. e 485 do fem.; Aldeia de Joannes (S. Pedro), com 622 hab.:

Paços do concelho

439 do sexo masc. e 494 do fem.; Aldeia Nova do Cabo (Nossa Senhora do Pé da Cruz), com 933 hab.: 439 do sexo masc. e 494 do fem.; Alpedrinha (S. Martinho), com 1819 hab.: 856 do sexo masc. e 963 do fem.; Atalaia do Campo (S. João Baptista), com 663 habitantes: 321 do sexo masculino e 342 do feminino; Barroca (S. Sebastião), com 892 hab.: 418 do sexo masc. e 474 do fem.; Bogas de Baixo (S. Pedro), com 554 hab.: 275 do sexo mas. e 279 do fem.; Bogas de Cima (S. Jeronymo), com 729 hab.: 378 do sexo masc. e 351 do fem.; Capinha (S. Sebastião), com 1494 hab.: 755 do sexo masc. e 739 do fem.; Castellejo (Nossa Senhora da Silva) com 1478 hab.: 732 do sexo masc. e 746 do fem.; Castello (Nossa Senhora da Graça), com 1 528 hab.: 785 do sexo masc. e 743 do fem; Donas (Santa Maria), com 1.069 hab: 560 do sexo masc. e 509 do fem.; Escarrigo (S. Sebastião) com 467 hab. 239 do sexo masc. e 218 do fem.; Fatella (S. João Baptista) com 1.530 hab.: 767 do sexo masc. e 763 do fem; Fundão (S. Martinho) com 3.195 hab.: 1551 do sexo masc. e 1644 do fem.; Janeiro de Cima (Nossa Senhora da Ascensão) com 611 hab.: 304 do sexo masc. e 307 do fem.; Lavacolhos (Santo Amaro) com 648 hab., 325 do sexo masc. e 223 do fem.; Orcas e Zebras (S. Francisco de Assis e Nossa Senhora da Ascensão) com 1721 hab.: 839 do sexo masc. e 882 com 1.344 hab.: 630 do sexo masc. e 714 do fem.; Soalheira (S. Lourenço), com 1.053 hab.: 486 do sexo masc. e 567 do fem.; Souto da Casa (S. Pedro) com 1 544 hab.: 766 do sexo masc. e 778 do fem.; Telhado (Santo André) com 1.013 hab.: 495 do sexo masc. e 518 do fem.; Valle de Prazeres e Matta (S. Bartholomeu) com 2 878 hab.: 1.422 do sexo masc. e 1456 do fem.; e Valverde (S. Miguel) com 804 hab.: 387 do sexo masc. e 417 do feminino. O concelho do Fundão tem uma flora riquissima e abundante, especialisando-se as vinhas, castanheiros, oliveiras, e muitas perciras, apreciaveis e afamadas pelo numero e qualidades, macieiras, pecegueiros, figueiras, cujos fructos constituem um notavel commercio. || *Jornaes*: Teem sido publicados aqui os seguintes: *Apostolo da Verdade (O)*, 26 de maio de 1870 a 28 de julho de 1871, o primeiro jornal publicado no Fundão, e ao qual succedeu *O Campeão da Beira*; *Annunciador da Beira* — novembro de 1878; *Beira (A)*, 28 de agosto de 1898; *Beira Baixa (A)*, 8 de outubro de 1899; *Beira Baixa (A)*, 4 de outubro de 1891; *Beira Baixa (A)* 8 de novembro de 1903; *Campeão da Beira (O)* 12 de agosto de 1871 a 22 de maio de 1873, succedendo ao *Apostolo da Verdade*, foi continuado pelo *Clamor Popular*; *Clamor Popular (O)* 17 de julho de 1873 a 1874; que se seguiu ao *Campeão da Beira*; *Correio da Beira (O)*, 6 de

Egreja da Misericordia e Hospital civil

do fem.; Pero Vizeu e Valles (Nossa Senhora da Consolação) com 1.531 hab.: 723 do sexo masc. e 808 do fem.; Povoa da Atalaia (Santo Estevão), com 800 hab.: 373 do sexo masc. e 427 do fem; Salgueiros (S. Bartholomeu), com 1237 hab.: 592 do sexo masc. e 645 do fem.; Silvares (Sant'Anna) novembro de 1901; *Echos da Gardunha*, 9 de agosto de 1900; *Escapello (O)* 8 de setembro de 1898; *Folha do Fundão*, 12 de janeiro de 1902, em publicação; *Horas de ócio*, 18 de novembro de 1906, em publicação; *Jornal do Fundão* 1898, em publicação; *Moscardo (O)* 12 de novembro de

1871; *Perseguição á imprensa*, 8 de setembro de 1879; *Piparote (O)* 1894; *União*, 4 de janeiro de 1900. || Bibliographia: *Apontamentos para a historia do concelho do Fundão*, Lisboa, 1892; *O Fundão, breve noticia illustrada*, Lisboa, 1898. Ambos estes estudos, trabalhos muito interessantes, são moeda, e de artilharia. || Bibliographia: *Fundidores de artilharia;* estudo historico de Sousa Viterbo; *Manual do Fundidor*, por Francem da Silveira, Lisboa, 1900.

Fundo. Pov. na freg. de S. Martinho, de Parada Thodéa, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Chafariz das oito bicas

de José Germano da Cunha *(V. este nome)*, a quem o Fundão deve tambem outros serviços de grande valia, como acima ficou dito.

Funda. Pequena pov. do conc. de S. Nicolau e com. de Barlavento, na ilha de S. Nicolau, archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pov. do conc. de Malange, distr. e com. de Loanda, bisp. de Angola. || Pov. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, provincia de Angola.

Funda Antoáde. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, provincia de Angola.

Fundada. Pov. e freg. de Santa Margarida, da prov. da Beira Baixa, conc. de Villa de Rei, com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp de Portalegre; 1:439 hab. e 265 fog. Tem escola do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 5 k da séde do conc. O vigario de Villa de Rei apresentava o cura, que tinha 8$600 réis e o pé de altar. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 15 com a séde em Thomar.

Fundão. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Mozellos, conc. da Feira, distr. de Aveiro || S. Vicente, de Troviscal, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Fundidor. Officio que tinha regimento proprio na collecção dada pelo senado de Lisboa, em 1572. Havia fundidores dos varios metaes, de

|| Pov. na freg. de S. Mamede, de Madail, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Casal na freg. de S. Miguel de Fornos de Maceira Dão, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || Pov. do conc. de Bengo, distr. e com. de Loanda, prov. e bisp de Angola, situada na margem esquerda do rio Bengo.

Fundo da Aldeia. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Anreade, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || S. Thiago de Codal, do mesmo conc. e distr. || Santa Eulalia de Besteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Santo André, de Gião, conc. da Feira, distr. de Aveiro || S João Baptista, de Silva Escura, conc. de Sever do Vouga, do mesmo distr. || Nossa Senhora da Expectação, de Valladares, concelho de S. Pedro do Sul, districto de Vizeu. || S. João Baptista, de Villa Cova de Perrinho, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Fundo da Lameira. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Fundo do Logar. Pov. na freg. de Santa Maria, de Pindello, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Fundo da Lomba. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pedrogão Pequeno, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Fundo de Oleiros. Pov. na freg. de Santo Adrião, de Oleiros, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Fundo da Portella. Pov. na freg de N. S.ª da Purificação, de Villa Chã, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Fundo do Povo. Pov. na freg. de Santa Eulalia de Besteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Fundo da Praia. Ilha do Faial; pov. na freg. de N. S.ª da Graça, da Praia do Almoxarife, conc. e distr. de Horta.

Fundo da Ribeira. Pov. na freg. de N S.ª d'Assumpção, de Semide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Fundo de Villa. Povoações nas freguezias: Santa Eufemia, de Agilde, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Maria dos Anjos, conc. de Vieira, do mesmo distr. || S. Pedro, de Arreigada, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Christovão, de Cabanas, conc. do Carregal, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Coucieiro, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Covas, do mesmo conc. e distr. || Nossa Senhora da Conceição, de Esmolfe, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Fareja, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Thiago, de Figueiró, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Thiago, de Fonte Arcada, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || O Salvador, de Gallegos, do mesmo conc. e distr. || Santos Cosme e Damião, de Garfe, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Vicente de Germil, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Gestaçô, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Mamede, de Gomide, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Egreja Nova, conc. de Barcellos, po mesmo distr. || S. João Baptista, de S. João da Madeira, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Labruge, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S Martinho, de Mancellos, conc. de Amarante, do mesmo distr. || S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Thiago, de Milheirós, conc. de Maia, distr. do Porto. || Santo Estevão, de Moldes, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Moreira, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Paio, de Moreira de Conegos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Mamede, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santa Christina, de Nogueira, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Sebastião, de Passos, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Vicente, de Passos, conc. de Fafe. do mesmo distr. || S. Bento, de Pedraido, do mesmo conc. e distr. || O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, do mesmo distr. || S. Miguel, de Sago, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. Tem correio com serviço de posta rural. || S Gens, de Salamonde, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Santo Isidoro, de Sanche, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Martinho, de Sande, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || Santo André, de Sanhoane, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Martinho, de Soalhães, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto || S. Miguel, de Soutello, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria Maior e conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || Santa Maria, de Teixeiró, conc. de Baião distr. do Porto. || S. Martinho, de Valdigem, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Pedro, de Varzea de Abrunhaes, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S Faustino, de Viariz, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Mamede, de Villa Chã, conc. de Villa do Conde, do mesmo distr. || S. Pedro, de Villar de Ferreiros, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real.

Fundoa. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Roque do Faial, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

Fundoaes. Pov. na freg. de S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Fundoães. Pov. na freg. do Salvador, de Fervença, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Fundões. Povoações nas freguezias : Santa Eulalia, de Arnozella, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Thiago de Cassurrães, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || Ilha Terceira; S. Miguel, de Lagens, conc. da Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo || Santa Eulalia, de Ordem, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Maria, de Sobrado de Paiva, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Santa Marinha, de Villa Verde, conc. de Alijó, distr. de Villa Real.

Funduras. Ilha Terceira; pov. na freg. de Santa Cruz e conc. da Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo.

Fungalvas. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Assentiz, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Funquilla. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Funquinho. Baixo fronteiro á ponta das Cabaceiras, da costa da Guiné, Africa Occidental. Com os baixos Bote e Cabaceiras fórma um canal muito estreito e perigoso para as embarcações.

Funta. Enseada na costa do conc. do Ambriz, prov. de Angola, entre os rios Muculo ao norte e Cousa ao sul.

Funtão. Pov. na freg. de S. Martinho, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Funtão de Baixo e **de Cima.** Duas povoações na freg. do Salvador, de Cabeça Santa, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Funzi. Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola.

Fura. Serra das terras de Sofala, prov. de Moçambique, Africa Oriental, a N O das terras do reino de Chingamira, nos Muzururos, e ao S do presidio do Zumbo. Suppõe-se que contém valiosos depositos auriferos. V. *Abutua*.

Fura Casas. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Gestaçô, conc. de Baião, distr. do Porto.

Fura Montes. Pov. na freg. de Santa Maria, de Campanhã, 1.º bairro (oriental) do Porto.

Furada. V. *Aforada*.

Furada. Pov. na freg. de Santa Maria, de Covas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Ponta ou cabo na costa N da ilha de S. Miguel. || Ponta ou cabo na costa N da ilha de S. Jorge,

Açôres. || Ponta ou cabo na costa O da ilha de S. Thomé, da prov. do mesmo nome.

Furado. Ilha da Madeira; pov. na freg de S. Bento, de Ribeira Brava, conc. da Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Furados. Pov na freg. de Santa Marta, de Serzedello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Furadouro. Pov e freg. do Espirito Santo, da prov. do Douro, conc. e com. de Condeixa-a-Nova, distr. e bisp. de Coimbra; 500 hab. e 115 fog Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 5 k da séde do conc Era commenda da ordem de Christo. A Mesa da Consciencia apresentava o vigario, que tinha 80$000 réis annuaes. A terra é fertil, e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23 com a séde em Coimbra. || Pov. e freg. de S. Simão, de Oyan, da prov. do Douro, conc. de Oliveira do Bairro, com. de Anadia, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 2:944 hab. Tem escolas para ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural, permutando malas com Ovar. Ha n'esta pov. uma espaçosa praia de banhos, que é muito concorrida na estação balnear. No Furadouro, depois dos incendios de 1881 e 1892, que devoraram a maior parte das casas de madeira, tem-se edificado boas e amplas casas de pedra, e abriram-se ruas e avenidas, que tornam a povoação desafogada e hygienica, dando-lhe um aspecto attrahente e moderno. Os arruamentos obedecem a um plano regular, e são feitos segundo a planta mandada elaborar pela camara municipal de Ovar. Em Furadouro ha dois passeios muito agradaveis aos banhistas: a avenida na direcção norte-sul, e a estrada, que vae da estação do caminho de ferro a Ovar, passando no Carregal, á beira da ria de Aveiro, que tem ali a sua nascente. A estrada é ornada de eucalyptos, que lhe dão um tom pittoresco. Ali se realisam pescarias, *pic nics*, passeios em barcos, e caçadas ás aves aquaticas e ribeirinhas. Na povoação ha a Assembléa, que foi construida em 1890. E' uma casa espaçosa, onde durante a epoca balnear se effeituam muitos divertimentos. Junto ficam situados o hotel, tendo annexos o Café Cerveira e sala de bilhar, que se construiram em 1887 e 1889. Uma grande parte da população de Ovar, em chegando o mez de maio, estabelece a sua residencia na costa de Furadouro para o exercicio da pesca, ramo principal do seu commercio Na praia ha duas capellas com a designação de *velha* e *nova* capella do Senhor da Piedade. A primeira, fundada no meado do seculo XVIII, no local onde hoje termina a estrada que vae da praia á povoação, era construida primitivamente de madeira, em fórma de oratorio, mas logo depois foi transformada, á custa de esmolas, n'uma capella de pedra e cal. Reconhecendo-se, porém, que estava em muito acanhadas condições, construiu se outra capella, mais ampla e mais conforme a satisfazer ás necessidades do culto. Pelo andar dos tempos tornou-se mais precisa a construcção de nova capella, pois que a antiga estava quasi completamente soterrada pelas areias movediças. Uma commissão fez erigir, a expensas publicas, no largo de D. Maria Pia, uma outra capella, que ficou conhecida pela *Capella nova*. A devoção pela primitiva ermida não esmoreceu, sendo sempre grande a concorrencia dos fieis, e por esse motivo, em 1896, uma commissão dos habitantes de Ovar fez reformar inteiramente a antiga capella, elevando-a acima do solo, e conservando-lhe a mesma fórma da primitiva. Actualmente o culto divino é exercido em ambas, o que fica muito commodo para a população que se tornou numerosa, principalmente na epoca balnear. Nos fins de setembro costuma fazer-se uma grande festividade no Senhor da Piedade, vulgarmente conhecida pela *festa do mar*, por ser feita por meio de subscripção aberta entre o publico e as companhas de pesca. E' uma das mais concorridas e das mais animadas do districto de Aveiro. A procissão, em que se incorporam todos os pescadores, ao passar pelos barcos e apparelhos das companhas, pára por instantes, voltam-se os andores para o mar, e todos os pescadores se ajoelham, ao passo que á porta dos armazens dos mesmos apparelhos se deita grande quantidade de foguetes. Na estrada entre o Carregal e a praia encontram-se muitas quintas particulares. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Dois Portos, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || S. Miguel, de Lagcosa, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || N. S.ª da Conceição, de Sabacheira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Furna. Povoações nas freguezias: Ilha do Pico; Santo Antonio, conc. de S. Roque do Pico, distr. de Horta. || Ilha da Madeira; S. Bento, de Ribeira Brava, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || N. S.ª da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || Pov. da freg. de S. João Baptista, conc. de Brava e com. de Sotavento, ilha Brava, archipelago e prov. de Cabo Verde || Pequeno porto da ilha Brava, na costa S E. Communica-se com a villa da Povoação por excellente estrada. Dista da ilha de S. Thiago, do mesmo archipelago, perto de 115 k Mede uns 400 m. de comprimento por 200 de largura, e 55 de profundidade. Bom porto abrigado dos ventos e da violencia do mar. E' limitado por duas pontas ou cabos que distam entre si 220 metros. E' n'este porto que estão os armazens e a alfandega da ilha. Frequentam-n'o bastante os navios baleeiros.

Furna de Pedro Dias. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Jorge, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

Furnada de Palmas. Bahia da costa da prov. da Guiné, Africa Occidental, entre o rio Cappatches ao norte e o cabo da Verga ao sul.

Furnadouro. Pov. na freguezia de S. Thomé, de Estorãos, concelho de Fafe, districto de Braga.

Furnas. Pov. e freg. de Sant'Anna, da ilha de S. Miguel, conc. e com. da Povoação, distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo; 2:194 hab. e 519 fog. Tem escolas para ambos os sexos e est post. permutando malas com Ponta Delgada. Tem creação de gados e abundancia de cereaes. Pertence ao commando militar dos Açôres, e ao distr. do recrut. e res. n.º 16, com a séde em Ponta Delgada. Proximo da povoação ficam as magnificas nascentes de aguas thermaes, denominadas do *Valle das Furnas*, possuindo um bom estabelecimento de banhos, explorado pelo

governo. O valle é ameno e pittoresco, coberto de luxuriante vegetação e cercado por alterosas montanhas. E' memoravel pelos seus ricos mananciaes de aguas salutiferas, brotando umas com atterradora violencia, outras com relativa brandura, e algumas com a placidez de um manso riacho. Estas aguas fôram descriptas pela primeira vez e incompletamente analysadas em 1791 pelo dr. Guilherme Gourlay, mas só scientifica e methodicamente utilisadas em 1870, quando a junta geral do districto de Ponta Delgada resolveu crear uma estação medica n'aquelle valle Foi então encarregado do estudo clinico das aguas o chimico francez Mr. Fouqué, emquanto que do estudo dos seus effeitos therapeuticos ficou encarregado o dr. Philomeno da Camara Mello Cabral. Tanto estas como as outras aguas thermaes, que existem na ilha de S. Miguel, são aproveitadas ha tres seculos, mas foi o governador da ilha D. Manuel da Camara, quem, no anno de 1613, mandou construir a primeira casa junto ás thermas, e a pequena ermida dedicada a Nossa Senhora da Conceição. Por este tempo era o Valle das Furnas frequentado por alguns pastores. Em 1615 já se viam algumas cabanas junto á ermida, e d'estas construcções fôram apparecendo mais, em 1616, quando os anachoretas Diogo de Barros e Manuel Fernandes sairam de Lisboa para ali viverem como eremitas. Um violento terremoto seguido d'uma terrivel erupção vulcanica destacada do *Salto do Tejo*, destruiu aquellas edificações, em 1630, matando muita gente, e arrasando a fabrica para a exploração da pedra pome, que tinha sido ali estabelecida. Este desastre fez abandonar as thermas durante alguns annos. Em 1640 os jesuitas tinham já construido uma nova ermida com a invocação de Nossa Senhora da Alegria, e attraido alguns doentes ao uso das aguas. Até ao principio do seculo XVIII, porém, não houve a mais modesta installação balnear. Ainda em 1782 os banhistas armavam com ramos de arvores umas ligeiras choupanas onde mettiam caixões de madeira, que depois enchiam com a agua que mais lhes appetecia. As primeiras choças de colmo com tinas de madeira datam de 1791, mas a primeira casa de alvenaria só foi feita em 1792. Pela iniciativa do corregedor João José da Veiga, e por subscripção, foi construido em 1816 o estabelecimento thermal, a que chamaram *Quenturas*, depois demolido quando as aguas fôram encanadas para o novo balneario. Em seguida edificaram-se os estabelecimentos thermaes das *Misturas* e o da *Ribeira*, sendo administrados, em tempo, pela camara municipal de Villa Franca, passando depois a sua posse para a camara da Povoação, quando em 1839 foi elevado este logar á categoria de villa. Em 1863 começou a construir-se o grande edificio thermal que existe actualmente. A maior concorrencia de banhistas é nos mezes de julho a setembro. Ha ali o importante Hotel Furnense, outro mais modesto, tambem muito commodo, e diversas casas particulares que recebem hospedes. Os frequentadores teem uns aprazíveis passeios, como o jardim chamado Passeio do Tanque, o do Parque, a visita ás notaveis Caldeiras, jardins particulares, etc. As mais recommendaveis excursões, de carruagem, são á Ponte dos Tambores, á Lagôa das Furnas, ao Ecco, Pico da Vigia, etc. *(V. S. Miguel, Ilha de)*. Uma estrada de regular construcção liga a pov. das Furnas com a cidade de Ponta Delgada. ‖ Ilha Terceira; pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Regatos, conc. e distr. de Angra do Heroismo. ‖ Ilha Graciosa; pov. na freg. de S. Matheus, de Praia da Graciosa, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo.

Furnas e Amoreira. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Braz, de Campanario, conc. de Camara de Lobos, distr. de Funchal.

Furnas de Enxofre. Pov. da ilha Terceira, onde se observam exhalações sulfurosas através das fendas do solo.

Furnasinhas. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Odeleite, conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Furninha. Pov. na freg de S. Pedro de Lomba, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Furoca. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Capareiros, conc. e distr. de Vianna do Castello. ‖ Santa Maria, de Geraz do Lima, do mesmo conc. e districto.

Furtado. Familia que descende de D. Furtado de Mendonça, filho de D. Leonor Furtado, senhora de Mendebel e filha de Fernão Paes de Lara, a quem chamaram o *Furtado*, por haver nascido do casamento clandestino da rainha D. Urraca com o conde D Pedro Gonçalves de Lara. Tendo vindo para Portugal com a rainha D. Brites, mulher de D. Affonso III, D. Fernando Iniges de Mendonça Furtado, d'elle descendem os Furtados de Mendonça, que tem havido em o nosso paiz. As armas d'esta familia são: escudo franxado; nos quarteis alto e baixo em campo verde uma banda vermelha coticada de ouro, nos das ilhargas em campo de ouro um S ou fusil de cadeia de negro; timbre, uma asa de ouro com um S de negro. Os de Castella trazem em campo vermelho dez folhas de golfão de prata em tres palas.

Furtado *(Antonio Candido Cordeiro Pinheiro)*. Brigadeiro reformado. Nasceu em Loanda em março de 1775, e falleceu a 6 de abril de 1862. Era filho do marechal de campo Luiz C. Cordeiro Pinheiro Furtado e de D. Anna Maria Joaquina. Entrou no serviço naval como aspirante a guarda marinha em 16 de setembro de 1791, e passou depois para o exercito. Serviu em diversas commissões, e foi administrador da Casa Pia, de Lisboa, nos annos de 1826 e 1827. Estando no exercicio d'este cargo, deu ao intendente geral da policia uma exposição ou relatorio circumstanciado do estado d'aquelle estabelecimento, que então era dirigido e superintendido pela Intendencia da Policia. Esta exposição imprimiu-se. Escreveu: *Elementos da Arte veterinaria; materia medica racionavel ou resumo dos medicamentos considerados nos seus effeitos, por C. Bourgelat; traduzido em portuguez, augmentado e publicado com notas de J. B. Huzard*, etc., Lisboa, tomo I, 1821; tomo II, 1822. Não traz no frontispicio o nome do traductor, mas no fim da dedicatoria por elle feita ao barão de Quintella, vem assignado com as iniciaes A. C. C. P. F. Tambem com as mesmas iniciaes ou anonymos se imprimiram varias traducções suas de novellas ou romances francezes.

Furtado *(Diogo de Mendonça)*. Governador do Brazil no seculo XVII, cargo em que succedeu a

D. Luiz de Sousa. Foi durante o seu governo que os hollandezes atacaram pela primeira vez as nossas possessões americanas, começando pela Bahia, cuja defeza, tentou organisar, sendo, porém, mallogrados os seus esforços por serem as forças de que podia dispôr, muito inferiores ás do inimigo. A Bahia era então a capital do Brazil e vivendo na sua opulencia, sem pensar em guerra, estava pouco fortificada; tinha 4 fortalezas: a de Santo Antonio ao Sul, a de Tagagipe e S. Filippe ao norte, e a de S. Marcello, situada n'um ilhéo no meio do porto, todas com guarnição deficiente. A esquadra hollandeza compunha se de 23 naus e 3 hiates, muito bem artilhada, com a tripulação de 1:600 marinheiros e 1:700 homens de desembarque, sendo commandada por Jacob Willekens, levando por vice-almirante Pieter Pieterzorn Heiyn, e o general das tropas de terra, nomeado tambem governador das terras conquistadas, Van-Dorth. A esquadra partiu de differentes portos da Hollanda nos principios de 1624, reuniu-se nas alturas de Cabo Verde a 26 de março, e chegou á Bahia a 4 de maio. Sobresaltado com a noticia da vinda dos hollandezes, Diogo de Mendonça Furtado chamou a toda a pressa os moradores da Reconcava, os quaes vieram dos seus campos; não vendo, porém, apparecer immediatamente a esquadra, gente buliçosa e inquieta, voltaram aos engenhos que tinham deixado desamparados. A esquadra entrou a barra, e rompeu fogo contra as fortalezas e 15 navios que estavam fundeados no porto. A defeza foi miseravel. Os navios resistiram e a fortaleza de S. Marcello, emquanto o vice-almirante hollandez não enviou tres lanchas, que tomaram 7 navios e incendiaram os outros 8. As fortalezas renderam-se afinal, e a cidade estava quasi deserta, quando os hollandezes desembarcaram. Diogo de Mendonça Furtado conservou-se no seu palacio, defendendo-se calorosamente, procurando a morte, por se vêr desamparado e derrotado, mas teve a sorte de escapar, ficando prisioneiro no poder dos inimigos, que o levaram para a Hollanda.

Furtado *(Eusebio Candido Cordeiro Pinheiro)*. Fidalgo da Casa Real, por alvará de 11 de janeiro de 1827; commendador da ordem de S. Bento de Aviz, tenente-coronel reformado, commandante geral do regimento de engenharia, governador do castello de S. Jorge, etc. N. em 1777, em Loanda, e fal. em Lisboa, no hospital militar da Estrella, a 18 de outubro de 1861. Era filho do marechal de campo Luiz Candido Cordeiro Pinheiro Furtado e de D. Anna Maria Joaquina. Assentou praça de cadete em 1790, como aspirante de marinha, tendo 13 annos de edade; em 1796 foi despachado 2.º tenente da armada, sendo em 1801 transferido para o exercito com o posto de capitão engenheiro. No principio do anno de 1829 era tenente-coronel do corpo de engenheiros, e embarcou para a ilha Terceira, onde chegou a 5 de abril, indo reunir-se ao exercito liberal. Encarregado da direcção das fortificações da referida ilha, prestou importantes serviços; acompanhou para Portugal a expedição de D. Pedro em 1832; em agosto d'este anno foi graduado em coronel, e em 25 de julho de 1833 recebeu a effectividade d'esse posto. A sua fidelidade á Carta Constitucional accarretou-lhe alguns dissabores em 1837, mas cessando todo o processo que contra elle se havia instaurado em consequencia da amnistia do anno seguinte, foi promovido a brigadeiro em 1842. Sendo nomeado governador do castello de S. Jorge, conservou-se n'este cargo até junho de 1846, e durante o tempo do seu governo mandou fazer muitas obras no castello. Nomeado depois commandante geral de engenharia, foi reformado em 1857. Era casado com D. Luiza Candida da Costa Furtado. Escreveu: *Memoria historica de todo o acontecido no dia eternamente fausto 11 de Agosto de 1829, em que se ganhou a victoria da villa da Praia, para servir de refutação e resposta á carta do chronista-mór do reino João Bernardo da Rocha*, etc., Lisboa, 1835; tem 5 mappas em grande formato; *Collecção de varios documentos, tirados de muitos outros, que comprovam os serviços honrosos do marechal de campo, commandante geral do real corpo de Engenheiros Eusebio Candido*, etc., Lisboa, 1848; com um mappa desdobravel. Como refutação a este folheto, saiu outro anonymo, cujo titulo é: *Collecção de varios documentos, tirados de muitos outros, que comprovam os serviços deshonrosos do marechal de campo commandante do real corpo de Engenharia Eusebio Candido*, etc., Lisboa, 1848. Escreveu mais: *Ao dia eternamente fausto 10 de Fevereiro de 1842, no terceiro anniversario do restabelecimento da Carta Constitucional de 1826; ao ill.*^mo^ *e ex.*^mo^ *sr. Duque da Terceira*, soneto e elogio em verso; Lisboa, 1845. Deve-se-lhe a publicação, por elle feita em 1 53, da curiosissima e até então inédita *Planta da cidade de Lisboa, delineada por João Nunes Tinoco, architecto de Sua Magestade em 1650;* uma folha grande, na lithographia da Imprensa Nacional de Lisboa

Furtado *(P. Francisco)*. Jesuita. N. na ilha do Faial em 1588, fal. no collegio de Macau a 21 de novembro de 1653. Era filho de Gaspar de Lemos e de Maria de Aboim da Silveira. Entrou aos 21 annos de edade, no collegio dos jesuitas, de Coimbra, onde recebeu a roupeta da ordem a 16 de abril de 1609. Passou depois ao Oricute, e missionou no Japão, no largo periodo de 32 annos. Compoz na lingua sinica uma obra para provar a existencia de Deus, e outra em hespanhol sobre os ritos chinezes.

Furtado *(P. Francisco)*. Jesuita. N. em Gouveia a 12 de março de 1740; ignora-se a data do fallecimento, mas consta que vivia ainda em Roma em 1826. Professou em 1 de setembro de 1755, contando apenas 15 annos de edade. Sendo extincta a Companhia de Jesus em Portugal pelo decreto de 16 de setembro de 1759, fôram confiscados todos os bens para o Estado, e banidos do reino os jesuitas, deixando todavia áquelles ainda não professos do quarto voto livre o arbitrio de ficarem, comtanto que largassem a roupeta da ordem. O padre Furtado, estava n'este caso, mas não quiz abandonar os seus confrades, e preferiu embarcar com elles para Roma, em um dos navios afretados pelo governo portuguez para os transportar. Em 1774 sobreveiu a extincção total da ordem pela bulla de Clemente XIV, e o padre Francisco Furtado ficou reduzido á extrema pobreza, sem bens, longe da patria e dos parentes, até que no fim de algum tempo conseguiu, por alguma valiosa protecção, que ainda conservava, ser nomeado director do hospital, ou collegio de Santo Antonio dos Portuguezes em Roma. Man-

tendo sempre grande amor pela sua patria, fez varias tentativas para que lhe fôsse permittido voltar a Portugal, mas os seus esforços fôram sempre inuteis. Teve de persistir em Roma, soffrendo pelo decorrer do tempo novas privações, molestias e dissabores, de que se queixa amargamente nas composições que d'elle nos restam. Quando, passados 40 annos, o pontifice Pio VII restabeleceu em Roma em 1814 o instituto da Companhia de Jesus, o padre Francisco Furtado foi um dos 86 jesuitas, ainda existentes, que envergaram de novo a roupeta. Parece que desde a adolescencia se applicara á poesia portugueza. Fôram numerosos os seus escriptos, dos quaes ha noticia dos seguintes: *Historia de Portugal*, em 9 livros, escripta em latim, contendo chronologicamente a descripção dos feitos e cousas dos portuguezes; *A Quinta, ou casa de campo*, poema didactico em 36 cantos, em 8.ª rima, no qual expunha todos os preceitos da agricultura, e tratava cabalmente de todos os trabalhos campestres; outro *Poema*, em 9 cantos, em que se tratava da creação das aves domesticas; *Olyssipo libertada*, poema heroico de 20 cantos em 8.ª rima, cujo assumpto era a conquista de Lisboa por D. Affonso Henriques; *Traducção completa do Psalterio de David*, em versos lyricos, feitos sobre o original hebraico; *Traducção dos seis primeiros livros da Odysséa de Homero*, em 8.ª rima, feita sobre o original grego; *Obras completas de Virgilio*, traduzidas em 8.ª rima. Estes trabalhos extraviaram-se, pela maior parte, ainda em vida do autor. O visconde da Carreira, sendo embaixador em Roma, obteve o manuscripto d'uma obra importante, que é a *Traducção completa das Georgicas de Virgilio*, de que o referido diplomata trouxe uma copia para Portugal. D'este manuscripto se publicaram em Paris, 1816, umas interessantes notas que o P. Furtado fez na sua traducção das Georgicas, juntamente uma noticia muito succinta da vida do padre, escripta em latim, reunido tudo n'um folheto, com o titulo: *Appendice ás Georgicas de Virgilio*. Escreveu mais: *Memorial dirigido á rainha D. Maria I* pedindo-lhe a revocação do desterro em que estava; saiu no *Ramalhete*, de 1842, tomo v, a pag. 223, continuando successivamente a pag. 232, 240, 247, 256 e 263, mas sem o nome do autor; *Ensaio hydrografico do Piemonte, por José Theresio Michelotti, antigo professor de mathematica na Universidade de Turim; traduzido em portuguez pelo P. Francisco Furtado de Mendonça*, Roma, 1803, com 4 cartas hydrographicas.

Furtado *(Fr. Francisco da Rocha Martins)*. Religioso da ordem de S. Jeronymo; bacharel formado em Theologia pela Universidade de Coimbra e professor de Latinidade no Lyceu Nacional de Lisboa. N. no Porto em 22 de abril de 1794, fal. em Lisboa em agosto de 1852. Dedicando-se á vida religiosa entrou na congregação de S. Jeronymo em 1807 no convento de Belem. Estudou Theologia na Universidade, sendo premiado em todos os annos, e depois de concluido o curso voltou para Lisboa, onde exerceu o magisterio publico, sendo professor de latim e fazendo ao mesmo tempo as prelecções philosophicas e theologicas que lhe pertenciam como mestre da sua congregação, na qual exerceu differentes cargos até ao de D. abbade prelado, para que foi eleito em 1825. Sendo geralmente conhecidas as suas idéas liberaes, foi perseguido em 1823; e por este mesmo motivo tambem foi em 1831 preso e deportado para o Alemtejo. Regressando á capital, tornou á sua profissão de professor. Extinctas as ordens religiosas em 1834, secularisou-se, e em 1835 foi nomeado lente de latim no estabelecimento de estudos do Bairro Alto, que se abriu no hospicio de S. João Nepomuceno; depois regeu a mesma cadeira no Lyceu Nacional de Lisboa. Prégou grande numero de sermões, que não consta que se imprimissem e traduziu as obras de Horacio, mas com a sua prisão fôram-lhe apprehendidos todos os papeis, e d'esse trabalho litterario nunca se soube qual fôsse o destino.

Furtado *(Gregorio de Mendonça)*. Tenente-coronel do regimento de cavallaria n.º 19 em 1817. Escreveu: *Instrucção secreta roubada a Frederico II rei da Prussia, que contém as ordens particulares expedidas aos officiaes do seu exercito principalmente as de cavallaria, para se conduzirem na guerra, traduzida do original allemão em francez pelo principe de Ligne, e na lingua portugueza por...* etc, Lisboa, 1803; *Ordenança de companha, destinada ás tropas ligeiras, e aos officiaes que servem nos postos avançados, extrahida d'uma instrucção de Frederico II, aos seus officiaes, e addicionada com algumas doutrinas dos melhores escriptores modernos*, Lisboa, 1809.

Furtado *(P. João)*. Jesuita. Nasceu em Lisboa em 1628, e fal. no collegio de Coimbra a 5 de fevereiro de 1700. Era filho de Antonio de Gouveia de Mendonça e de Izabel Pereira. Entrou na Companhia de Jesus, no noviciado de Lisboa, a 20 de novembro de 1644. Aprendeu as letras humanas no collegio de Coimbra, e dictou Philosophia e Theologia no de Evora. Exerceu em Roma o cargo de revisor dos livros da Companhia de Jesus, e voltando a Portugal foi o decano de Theologia no collegio de Coimbra, e prefeito do recolhimento do mesmo collegio. Deixou manuscripta uma obra em latim, 7 volumes, *Theologia Moral*, etc.

Furtado *(Jorge Candido Pinheiro)*. General de divisão, reformado, ministro da guerra, ajudante de campo honorario de el-rei senhor D. Carlos, deputado, par do reino electivo, etc. N. em Lisboa a 10 de outubro de 1810, onde tambem falleceu, a 29 de janeiro de 1898. Era filho de Eusebio Candido Cordeiro Pinheiro Furtado (V. *este nome)*, e de D. Luiza Candida da Costa Furtado. Assentou praça de cadete, tendo 19 annos de edade, a 10 de maio de 1829, passando do deposito de cadetes ao batalhão de caçadores n.º 5. Sentindo logo o mais ardente desejo de combater pela liberdade da patria, livrando-a da oppressão do poder absoluto, emigrou para a ilha Terceira a reunir-se aos valorosos portuguezes, que tinham ali proclamado a liberdade. Pinheiro Furtado embarcou com outros emigrados, mas o governo absolutista, tendo noticias d'este embarque, mandou immediatamente uma canhoneira em perseguição do navio que os conduzia, não conseguindo abordal-o. Chegando á ilha Terceira tomou logo parte na memoravel batalha da Villa da Praia da Victoria, em 11 de agosto do referido anno de 1829. Foi este o seu baptismo de fogo. Desde então tomou parte no resto da campanha dos Açôres; na conquista da ilha do Pico em 21 de abril de 1831, na de S. Jorge em 9 de maio, na do Faial em 23 de

junho o na de S. Miguel, em que assistiu á batalha da Ladeira Velha em 1 de agosto. Sendo ainda cadete de caçadores n.º 5, desembarcou com a expedição que veiu a Portugal, nas praias do Mindello em 8 de julho de 1832. Assistiu a todas as batalhas, acções e combates, em que entrou o seu batalhão, tornando-se notavel na batalha de Ponte Ferreira, em 23 do referido mez de julho. Por decreto de 30 de novembro de mesmo anno de 1832 foi promovido a alferes, por distincção. Terminada a campanha da Liberdade, obteve o posto de tenente para o regimento de infantaria n.º 1, por decreto de 24 de julho de 1834, e sem ainda ter descançado das passadas luctas, fez parte, como ajudante do seu regimento, da divisão auxiliar á Hespanha, desde 24 de novembro de 1835 até setembro de 1837. Pela sua bravura na batalha de Zambrana, o governo hespanhol agraciou-o com o grau de cavalleiro de 1.ª classe da medalha de S. Fernando, honra equivalente á ordem portugueza da Torre e Espada. Por decreto de 29 de janeiro de 1840 foi collocado no batalhão naval; promovido a capitão a 5 de fevereiro de 1845, e a major commandante de artilharia de Cabo Verde, por decreto de 1 de julho do mesmo anno, partiu para aquella nossa provincia, onde desempenhou varias commissões, servindo de vogal do conselho do governo e sendo em ordem de 7 de abril de 1847 louvado pelos serviços que prestara. Voltou a servir no batalhão naval por decreto de 20 de julho de 1849, ficando major do exercito do continente a 29 de abril de 1851. Commandou o batalhão até que este foi extincto por decreto de 22 de outubro. Por decreto de 18 de agosto de 1859 teve a nomeação de commandante da 2.ª secção de infantaria do deposito geral de recrutas, e encarregado, quando esse deposito se supprimiu, de tomar conta do casco do mesmo deposito. Promovido a tenente-coronel a 13 de agosto de 1861, e collocado em infantaria n.º 3 e depois em cavallaria n.º 12, desempenhou varias commissões de serviço, taes como a de ajudante do general barão do Rio Zezere, encarregado na inspecção dos corpos de infantaria. Por decreto de 13 de dezembro de 1864 foi promovido a coronel, e commandou os regimentos de infantaria n.ºs 1 e 18. O decreto de 18 de agosto de 1875 o promoveu a general de brigada, e o de 23 de janeiro de 1884 a general de divisão. Estava inspeccionando a companhia de correcção n.º 2, quando, pelo decreto de 31 de outubro ainda de 1884 foi nomeado inspector geral da sua arma. Por decreto de 14 de novembro de 1889 passou a commandar a 3.ª divisão militar, no Porto, voltando á situação anterior de inspector geral de infantaria, por decreto de 23 de abril de 1890. Por decreto de 5 de janeiro de 1891 foi nomeado commandante de campo honorario de sua magestade el-rei senhor D. Carlos I. Quando no começo do anno de 1892, o sr. conselheiro Dias Ferreira organisou ministerio, convidou o valente militar para ministro da guerra, e este, apezar de já ser octogenario, acceitou aquelle espinhoso cargo, ainda que com bastante sacrificio. O decreto tem a data de 18 de janeiro de 1892. Não fez discursos nas camaras, porque lhe faltavam dotes oratorios, e mesmo a sua avançada edade não lh'os permittia, mas em compensação, pelo seu profundo conhecimento e pratica da vida militar, a sua gerencia na pasta da guerra foi uma das mais sensatas, segundo a opinião dos seus correligionarios politicos. O general Pinheiro Furtado foi presidente do tribunal superior de guerra e marinha, e por fim, pelo limite da edade, reformou-se, sendo collocado no quadro auxiliar do exercito. Era o presidente da commissão superior de guerra. Foi muito dedicado ao marechal duque de Saldanha, Fontes Pereira de Mello e ao dr. Dias Ferreira. Além da medalha de S. Fernando, de Hespanha, possuia as seguintes honras; gran-cruz e commenda da ordem de Aviz; commenda e grau de cavalleiro da Torre e Espada; commendador da de S. Thiago e de Christo; cavalleiro da de N. S.ª da Conceição. Tinha 6 medalhas das campanhas da liberdade, a medalha de prata commemorativa dos serviços na divisão auxiliar de Hespanha de 1835 a 1837. Era tambem commendador da ordem de S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia, e de numero extraordinario de Carlos III, de Hespanha.

Furtado *(José de Almeida)*. Pintor, conhecido pela alcunha da *Gata*. Nasceu em Vizeu em 1778, onde tambem falleceu em 1831. Desde tenra edade mostrou muito gosto e vocação para o desenho. Aos 12 annos começou os seus estudos artisticos no Porto, indo depois continual-os em Lisboa no collegio de S. Lucas, chamado do Castello, passando mais tarde á escola real, de que eram professores Barros e Magalhães. Copiou para o concurso uma gravura de Santa Petronilla, de Guercin, que obteve o 3.º premio; dedicou-se depois á miniatura, e trabalhou n'este genero para uma fabrica de caixas de tabaco, sem comtudo deixar os seus estudos. Viveu em Lisboa durante 10 annos, regressando á sua terra natal no fim d'este tempo. Uma doença grave que teve na perna esquerda, o obrigou a amputal-a. Em 1807 partiu para Hespanha; demorou-se muito tempo em Ciudad Rodrigo, em Salamanca, onde tirou o retrato a muitos officiaes e soldados francezes. Tambem tirou o retrato do marquez e da marqueza de Almarza, da marqueza de Carvajal, de D. Carlos, de Hespanha, etc. Casou em 1811, e em 1818 foi nomeado primeiro director da escola de desenho de S. Eloi, de Salamanca. Em 1825 pintou a oleo retrato, em corpo inteiro, do governador militar de Ciudad-Rodrigo. As saudades da sua terra natal o obrigaram a rejeitar offertas vantajosas que teve de Madrid, de Sevilha, e mesmo de Lisboa. Queria estar livre para poder voltar para Vizeu quando quizesse, e com effeito ali voltou, conservando-se até ao seu fallecimento. A miniatura era a sua especialidade, e n'este genero passa por ter sido o melhor pintor portuguez do seu tempo, mas ao terminar a guerra peninsular, não recebendo encommendas sufficientes, e não querendo estar ocioso, pintou muitos retratos a oleo, bandeiras para confrarias e alguns quadros religiosos, entre os quaes se nota o de *S. Francisco de Assis*, que existe na sacristia da sé de Vizeu. N'esta cidade e na de Salamanca, dizem, que ha tectos e salões pintados por elle a oleo e a tempera.

Furtado *(P. José da Rocha Martins)*. Religioso da ordem de S. Jeronymo, e depois da extincção das ordens religiosas, prior da freguezia de Santa Justa, de Lisboa. Era irmão do dr. Francisco da Rocha Martins Furtado *(V. este nome)*. Foi eleito arcebispo de Gôa, mas não acceitou esta dignidade. Nasceu em 1789, e fal. a 19 de de-

zembro de 1860, sendo prior da freguezia de Santa Justa. O *Jornal do Commercio*, de 21 do referido mez, e outros periodicos, publicaram commemorações necrologias. Teve fama de eloquente e conceituoso prégador, mas dos seus sermões parece que sómente se imprimiu : *Oração funebre, recitada nas exequias celebradas na egreja de S. Nicolau pela alma do muito alto e muito chorado duque de Bragança, o senhor D. Pedro de Alcantara*, Lisboa, 1835. Deixou varios manuscriptos, em que se contava: *Genealogia das familias nobres brazileiras, sua origem, armas e brazões; Cura do Cancro* (carcinoma) *Medicina indigena ; Estudos archeologicos do Brazil*; *Historia da minha vida.*

Furtado *(Fr. Manuel)*. D'este religioso apenas se sabe que escreveu: *Relação do terremoto que em 25 de Junho de 1563 houve na ilha de S. Miguel.*

Furtado (*P. Miguel*). Jesuita; formado em Theologia pela Universidade de Coimbra. N. em Maçans de Caminho, e fal. em Braga a 7 de março de 1708. Chamava-se no seculo Miguel Frazão Furtado. Foi lente de prima de Theologia no collegio de Coimbra, qualificador do Santo Officio e reitor do collegio de Braga. Escreveu: *Sermão do auto da fé, que se celebrou em Coimbra a 2 de março de 1704*, Coimbra, 1704.

Furtado *(Thadeu Maria de Almeida)*. Professor de desenho historico da Academia de Bellas Artes do Porto. N. em 1813, e fal. n'esta cidade a 12 de março de 1906. Era filho do pintor José d'Almeida Furtado *(V. este nome)*. Depois de viver algum tempo em Vizeu, foi para o Porto, dedicando-se a leccionar desenho. Em 1843, precedendo concurso, teve a nomeação de lente substituto de desenho historico da Academia de Bellas Artes, sendo em 1866 secretario, e em 1868 professor proprietario. Em 1881 jubilou-se Foi agraciado com o grau de cavalleiro da ordem de S. Thiago, e com a commenda do Izabel a Catholica, de Hespanha. Entre as suas obras citaremos: *Retrato do visconde de Beires, S. Francisco de Assis, Socegado entretenimento artistico, Contemplação de miniatura, Lição de geographia mathematica, O Preguiçoso, A orphã, Desenhando um retrato, Estudante copiando gesso, Vindo dos campos, Viriato* e *Morte de D. Maria Telles.*

Furtado. Povoações nas freguezias: Santa Maria Maior, de Algodres, conc. de Fornos de Algodres, distr. da Guarda || N. S.ª da Visitação, de Belver, conc. de Gavião, distr. de Portalegre. || S. Pedro, de Sandomil, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Furtado e Albuquerque. V. *Lavradio.*

Furtado Coelho (*Eusebio Candido Cordeiro Pinheiro*). Segundo official da secretaria do governo civil de Vianna do Castello, e chefe das repartições de Estatistica e Contabilidade; secretario do governo geral da provincia de Moçambique, etc. Falleceu ha bastantes annos. Escreveu: *Estatistica do districto de Vianna do Castello*, Lisboa, 1861; com 57 mappas demonstrativos; é distribuida em 6 partes: *1.ª População, 2.º Industrias (Agricultura, Mineralogica, Manufactora, Commercial, Pesca) 3.º Administração financeira e municipal, 4.º Beneficencia, 5.ª Instrucção publica, 6.ª Justiça criminal.* Foi mandada imprimir por ordem do ministerio das Obras Publicas, e saiu como *Supplemento ao Boletim do mesmo ministerio*, de dezembro de 1860. E' precedida d'uma introducção official, em que se contém *Noções da estatistica em geral, e da sua applicação ao estudo dos factos sociaes.*

Furtado Coelho (*Luiz Candido Cordeiro Pinheiro)* Artista dramatico. N. em Lisboa a 28 de dezembro de 1831, fal. em Pedrouços a 13 de fevereiro de 1900. Era filho de João Pedro Coelho, empregado nas repartições superiores da Fazenda, e de sua mulher, D. Lucia da Costa Cordeiro Pinheiro Furtado. Descendente de uma familia de militares, estava indicada a sua carreira, e n'esse intuito frequentou a Escola Polytechnica, mas não completou o curso, por causa da guerra civil de 1846, que fechou as aulas. Foi então nomeado amanuense do ministerio da guerra. Desde muito novo se apaixonou pelas cousas de arte, dedicando-se especialmente á musica, mas a sua idéa predominante era o theatro, para que sentia irresistivel vocação. Em 1851 foi a Vianna do Castello visitar seus paes, e ali entrou n'uma recita particular, desempenhando a parte de protagonista do drama *O pagem de Aljubarrota*, de Mendes Leal. Recebeu numerosos applausos que muito o enthusiasmaram, e ao regressar a Lisboa, ainda influenciado pelo seu triumpho scenico, organisou no antigo theatro de D. Fernando um espectaculo em beneficio d'uma familia pobre. N'essa noite apresentou-se como pianista, sendo muito applaudido. Mas a arte dramatica continuava a sorrir lhe, e não querendo desgostar seus paes, entrando no theatro, resolveu deixar definitivamente o logar de amanuense do ministerio da guerra, e partir para o Brazil, com o pretexto de se empregar no commercio. Em outubro de 1855 embarcou para o Rio de Janeiro, onde se entregou inteiramente á vida do palco. Conversando um dia com o empresario do Gymnasio d'aquella cidade, este achou-lhe tanta competencia em assumptos theatraes, que o escolheu para director do seu theatro, que d'ahi em deante transformou completamente, fazendo uma verdadeira revolução na arte. N'esse tempo começou a collaborar no *Correio Mercantil* e em outros jornaes fluminenses. sendo bem recebido pelos jornalistas. A sua estreia como actor realisou-se em Porto Alegre em agosto de 1857, no papel de Raphael Didier, do drama *As mulheres de marmore*, e essa feliz estreia manifestou logo o actor que mais tarde se havia de tornar notavel em tantos papeis de differentes generos. Em 1858 representou pela primeira vez no Gymnasio, do Rio de Janeiro; a comedia *Por direito de conquista*. Foi um completo triumpho; em seguida, n'uma recita em seu beneficio, representou o drama *Pedro*, de Mendes Leal, em que teve uma das suas maiores glorias, sendo delirantemente applaudido. Fundou o theatro das Variedades, de que se fez emprezario, director e ensaiador, e entre outras peças, representou um drama, escripto por um escriptor brazileiro, *Omphalia.* Desde então a sua carreira artistica foi uma serie de triumphos; percorreu todas as cidades do Brazil, sendo sempre recebido por toda a parte com as mais enthusiasticas ovações. Nas terras onde esteve, recebeu diplomas que todas as sociedades beneficentes lhe conferiam, proclamando-o socio benemerito ou honorario em attenção aos serviços prestados aos pobres, para quem cedia beneficios com a maior generosidade. Fundou os theatros de S. Luiz, que está hoje demolido, e

o de Lucinda, que vendeu a uma sociedade exploradora. Furtado Coelho era um apreciado pianista, muito conhecedor da arte musical, e compoz musica para diversas operetas, e para a magica *Pera de Satanaz*, valsas que se tornaram populares no Brazil, etc. Trouxe a Portugal a novidade do copophone, instrumento que a sua imaginação creára e aperfeiçoara no mais alto grau. De passagem para Lisboa tocou o novo instrumento nas salas da nossa legação em Londres, sendo depois apresentado no palacio real, onde foi muito felicitado. A instancias da Real Sociedade Portugueza Amante da Monarchia e Beneficente do Rio de Janeiro, el rei D. Luiz I o agraciou em 3 de agosto de 1869 com o grau de cavalleiro da ordem de S. Thiago; em 19 de novembro de 1870 foi elevado a official da mesma ordem. Em 1872 casou no Rio de Janeiro com a actriz Lucinda Simões, de quem mais tarde se divorciou. Esteve em Lisboa, representando com sua mulher, n'uma companhia que elle organisou no velho theatro das Variedades, estreando se a 26 de outubro de 1876 com o drama *Dalila*. Representaram depois nos theatros do Principe Real, Gymnasio e Recreios. E' longo o seu reportorio, e todo muito importante. Além das peças mencionadas, sabemos das seguintes, tanto no Brazil como em Lisboa: *O Supplicio d'uma mulher*, *A Redempção*, *O Lenço Branco*, *O Demonio familiar*, *A morgadinha de Valflor*, *Lucia Didier*, *O Agiota*, *O remorso vivo*, *O actor*, *A actriz*, *Amor da arte*, *O sapatinho de setim*, *A vida d'um rapaz pobre*, *Os intimos*, *A estatua de carne*, *Demi monde*, *Thereza Raquin*, *Herança do sr. Plumet*, *Justiça*, *Raphael*, *Purgatorio e Paraizo*, *Probidade*, *Gaiato de Lisboa*, *Mysterio de familia*, *O Anjo da meia noite*, *Amores de Bocage*, *Os solteirões*, *Drama de familia*, *Antony*, *O Barbeiro de Sevilha*, *Honra da familia*, etc. Ultimamente já não representava, mas era ensaiador d'algumas companhias no Rio de Janeiro, realisando annualmente a sua festa artistica. Tendo dissipado umas poucas de fortunas, veiu afinal para Lisboa, vivendo pobremente com suas irmãs, onde alguns amigos o procuraram e protegeram até ao seu fallecimento. No funeral fizeram se representar todas as emprezas theatraes. Escreveu: *O agiota*, drama em 5 actos e 1 prologo, representado pela primeira vez no theatro de D. Maria II em 30 de setembro de 1855, Lisboa, 1857; *Poesias e Theatro de L. C. Furtado Coelho, I.—Sorrisos e prantos, poesias*, Lisboa, 1855; deviam seguir-se outros volumes, que não chegaram a publicar-se. Parece que ficaram manuscriptas as seguintes peças: *Amor da arte*, comedia drama em 4 actos, *Um episodio da vida*, idem em 3 actos; *Nem por muito madrugar amanhece mais cedo*, proverbio n'um acto; *Procure me depois de ámanhã*, comedia n'um acto. Em Lisboa collaborou nos jornaes litterarios, *Revista Popular* e *Semana theatral*, e no jornal politico, *Imprensa e Lei*, como folhetinista. Foi em 1853 um dos dois primeiros redactores do *Jornal do Commercio*, durante a primeira serie da sua publicação.

Furtado de Mello *(Roque Francisco)*. Cavalleiro da ordem de Christo; formado em Direito pela Universidade de Coimbra, desembargador, etc. Foi em 1822 aposentado pela Regencia, e protestou contra essa aposentação, publicando o seguinte folheto: *Exposição justificativa sobre o despacho intempestivo da Regencia que o aposentou*, Lisboa, 1822. Parece que falleceu, pouco mais ou menos, em 1842.

Furtado de Mendonça *(D. Affonso)*. Doutor em Canones e reitor da Universidade de Coimbra; bispo da Guarda e de Coimbra, arcebispo de Braga e de Lisboa, etc. N. em Lisboa em 1561, onde tambem falleceu a 2 de junho de 1630. Era filho de Jorge Furtado de Mendonça, commendador das entradas, padrões e reprezas da ordem de S. Thiago, e de D. Mecia Henriques, filha de D. Pedro de Sousa, alcaide-mór de Beja, senhor de Beringel e do Prado. Começou os estudos em Lisboa, seguindo-os depois na Universidade de Coimbra, sendo pensionista e collegial do collegio de S Pedro. A Universidade indigitou em 1597 tres candidatos ao logar de reitor, e entre esses, Filippe I escolheu Affonso Furtado de Mendonça, que a esse tempo era deão da sé de Lisboa; a nomeação tem a data de 19 de julho do referido anno, tomando posse e prestando juramento em claustro de 28 de outubro. O seu governo terminou a 4 de janeiro de 1605. No anno de 1599 houve em Coimbra uma temerosa peste, e por esse motivo se fecharam as escolas em 5 de fevereiro, reabrindo a 3 de janeiro de 1600. Affonso Furtado de Medonça demorou-se em Coimbra até 4 de maio do referido anno de 1599, e só então é que saiu com os deputados Gabriel da Costa e Antonio Homem, para fugirem ao contagio, não deixando, comtudo, o seu governo. Foi este reitor que mandou fazer dois geraes novos nos Paços da Universidade, e uma casa para livraria, encommendando a Pedro de Mariz, revisor da imprensa e bibliothecario, que mandasse vir de Veneza alguns livros, sendo a despeza que se fez com a compra d'esses livros, de 500$000 réis, quantia muito importante n'aquelle tempo. Acabava de chegar á Universidade o visitador e reformador D. Francisco de Bragança, quando Affonso Furtado de Mendonça foi nomeado conselheiro de Estado no conselho de Portugal, para o logar ecclesiastico que fôra até então desempenhado pelo bispo capellão-mór D. Jorge de Athaide. Deixando então o cargo de reitor, em que o substituiu fr. Egydio da Apresentação, retirou-se para Madrid. Tempo depois foi nomeado presidente da Mesa da Consciencia e Ordens, e a 13 de fevereiro de 1610 eleito bispo da Guarda. Ali tratou de preparar para poderem ser reimpressas, as *Constituições Synodaes da sua diocese*, que pela primeira vez se haviam imprimido em 1500. Em 1616 foi transferido para o bispado de Coimbra, fazendo-lhe a Universidade uma recepção solemne. Teve assento nas côrtes que se celebraram em Lisboa a 14 de julho de 1619. N'esse mesmo anno foi eleito arcebispo primaz de Braga, onde se conservou até 1626, em que se transferiu para o arcebispado de Lisboa, por ter fallecido o arcebispo D. Aleixo de Menezes. Tambem em 1626 foi nomeado governador do reino juntamente com os condes de Basto e de Portalegre. Em 1627 este fidalgo retirou-se, desgostoso com o caminho que iam tomando os negocios do paiz, e ficaram governando sómente o arcebispo com o conde de Basto. Atravessaram uma epoca bem critica os dois governadores: perdiam-se as colonias, naufragara a esquadra de Manuel de D. Menezes, e eram horrorosos os vexames financeiros. D'estas

angustias se livrou D. Affonso Furtado de Mendonça, porque a morte o veiu surprehender. Diz se que tambem concorrera muito para o seu fallecimento o desacato commettido na egreja de Santa Engracia em janeiro de 1630, que lhe causou profundo desgosto. O seu cadaver foi sepultado na capella-mór da sé de Lisboa.

Furtado de Mendonça *(André)*. Um dos ultimos heroes da India. Era filho de Affonso Furtado de Mendonça, commendador de Borba e de Rio Maior, e de D. Joanna Pereira. Na India tinha o renome de *gram capitão*, e era o terror nos campos de batalha. Passou ao Oriente, e em 1591 o vice-rei da India, Mathias de Albuquerque, o mandou de Gôa como commandante d'uma armada de 20 vélas contra o rajá de Jafanapatão, que juntamente com o de Candia, havia declarado guerra contra os habitantes da ilha de Ceilão, tanto naturaes como estrangeiros, commettendo grandes tyrannias contra os que professavam a lei christã. O rajá de Jafanapatão intitulava se rei dos reis, pela sua arrogancia e confiança no seu poder. Chegando á costa de Calicut, André Furtado de Mendonça encontrou tres naus de Meca com numerosa guarnição de turcos, e outra bem armada de canhões e de todo o genero de armas. N'aquelle mar navegava ao mesmo tempo o corsario Coti Muça com 14 ou 22 galés. Encontraram-se as armadas, e apezarem de ser muito deseguaes as nossas forças com as dos inimigos, estes ficaram completamente vencidos, sendo as galés rendidas, despojadas, e entregues ao fogo, tendo Coti Muça a fortuna de escapar, nadando. Depois d'esta victoria, a esquadra de André Furtado de Mendonça aportou a Meuar, encontrou outra nau inimiga, e travando-se renhido combate, que durou muitas horas, a victoria foi por fim declarada a favor dos portuguezes. Faltava a empresa mais difficil, o ataque da cidade. Descançaram n'aquella noite, e na madrugada seguinte, 27 de janeiro do referido anno de 1591, desembarcaram as forças, e cortando todos os embaraços, seguiram valentemente até ao palacio real. O regulo indiano foi morto e mais o seu filho mais velho. O segundo filho pediu de joelhos que lhe concedessem a vida, e André Furtado de Mendonça concedeu-lh'a, e fez com que todos o reconhecessem como seu rei, conseguindo d'esta fórma o socego e a tranquillidade d'aquelles povos. Em 1598 destroçou o pirata Cunhale, e destruiu uma fortaleza que elle erigira nas terras de Samori e de Calicut. Em 1603 foi governador das ilhas Molucas, d'onde expulsou os hollandezes de Amboino, e em 1605 passou a governar Malaca. Tornou-se o terror dos hollandezes, que persistentes e tenazes haviam conseguido insinuar se no Oriente, fazendo-nos concorrencia ao commercio, tomando-nos um certo numero de feitorias e fortalezas na costa d'Africa, e rivalisando quasi com os portuguzes no dominio dos mares. Porém, quando tentaram introduzir se na India e conquistar as nossas fortalezas, numerosos desastres assignalaram a sua tentativa. Não desanimaram, porém, e a fortuna afinal coroou a sua constancia, mas as derrotas precederam as victorias. Era André Furtado governador, quando em 30 de abril de 1606 appareceu em frente de Malaca uma esquadra hollandeza de 11 navios com 1:500 homens de desembarque, commandados pelo almirante Cornelius Matalief. A fortaleza tinha de guarnição apenas 145 homens, porque se não esperava o ataque, mas André Furtado, costumado sempre a vencer, ousou fazer sortidas que fôram tão felizes, que Matalief preferiu aos assaltos o bloqueio rigoroso. Além das forças de que dispunha, tinha a alliança de todos os regulos visinhos de Malaca, dois dos quaes, o de Jalhor e Singapura, o auxiliavam com tropas, mas a intrepidez e actividade de André Furtado pareciam transformar em leões os soldados da pequena guarnição da fortaleza. Depois de tres mezes de bloqueio, Matalief, sabendo que o vice rei vinha em auxilio da fortaleza, desistiu do seu intento, e retirou, deixando André Furtado victorioso. Em 1609 succedeu interinamente ao governador da India o arcebispo D. Aleixo de Menezes, mas chegando n'esse mesmo anno o novo vice-rei Ruy Lourenço de Tavora, André Furtado de Mendonça entregou-lhe o governo, e partiu para o reino. mas depois de passar o Cabo da Boa Esperança, sobreveiu-lhe a morte a 15 de abril de 1610, e o seu cadaver foi trazido para Lisboa, sendo sepultado no convento da Graça.

Furtado de Mendonça *(André)*. Doutor em Theologia, mestre em Artes e reitor da Universidade de Coimbra. Era filho de João Furtado de Mendonça, capitão general de Angola. Falleceu em Guimarães a 21 de julho de 1676. Foi nomeado reitor da Universidade a 16 de setembro de 1667, e tomou posse a 6 de outubro seguinte, terminando o seu governo a 21 de fevereiro de 1673, saindo por ter sido confirmado bispo de Miranda. Foi tambem conego e deão da sé de Lisboa, do conselho de D. Affonso VI, deputado da Junta dos Tres Estados, e D. prior de Guimarães.

Furtado de Mendonça *(Francisco)*. Fidalgo que viveu no seculo XVII. Era irmão de Pedro de Mendonça, guarda-mór e um dos principaes acclamadores de D. João IV. Foi alcaide-mór de Monsão, e governador e capitão general da praça de Mazagão. Voltando ao reino entrou na conspiração do embaixador hespanhol, conde de Humanes, e ausentando-se então para Madrid, foi degolado em estatua na praça do Rocio, de Lisboa, a 11 de maio de 1674. Falleceu em Hespanha.

Furtado de Mendonça *(Francisco)*. Licenceado em Medicina pela Universidade de Coimbra. Nasceu em Bragança em outubro de 1707; ignora-se a data do fallecimento. Era dado á cultura da poesia, e compoz algumas comedias e outros escriptos em hespanhol, que não chegaram a imprimir-se.

Furtado de Mendonça *(Hypolito José da Costa Pereira)*. Bacharel em Direito e Philosophia pela Universidade de Coimbra, jornalista, etc. Nasceu na colonia do Sacramento, no Rio da Prata, a 13 de agosto de 1774, fal. em Kensington a 11 de setembro de 1823. Era filho de Felix da Costa Furtado de Mendonça e de D. Anna Josepha Pereira. Estudou no Rio de Janeiro as disciplinas preparatorias, e vindo depois para Portugal, matriculou se na Universidade de Coimbra nos cursos de Direito e de Philosophia, de que tomou o grau de bacharel. O seu notavel merecimento como homem de esclarecida intelligencia, e a protecção que merecia a sua familia, lhe alcançaram em 1798 a nomeação de encarregado de negocios nos Estados Unidos, e n'este cargo esteve em Philadelphia até setembro ou outubro de

1800. Pouco depois de regressar a Portugal, foi nomeado em 1801 deputado litterario da Junta da Impressão Regia. Fazendo uma viagem a Londres a tratar de negocios particulares, o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, mais tarde conde de Linhares, o encarregou de alguns assumptos do serviço do Estado. O ministro, descontente do seu procedimento, o mandou prender, na sua chegada a Lisboa, em fins de junho de 1802. Hypolito José da Costa foi conduzido a um dos carceres da Inquisição, e ali gemeu durante tres annos, conseguindo então evadir-se, ainda se conservou alguns mezes em Lisboa escondido, até que pôde passar ao Alemtejo na companhia de Filippe Ferreira de Araujo e Castro, disfarçado em seu criado. Do Alemtejo foi para Hespanha, seguindo

Hypolito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça

depois a Gibraltar, e d'ali para Londres. Espalhou se que fôra á maçonaria que Furtado de Mendonça devera a sua evasão, ou que pelo menos não fôsse estranha ao segredo da sua existencia em Lisboa e á viagem para Inglaterra. Nas *Memorias da vida de José Liberato Freire de Carvalho*, a pag. 40 e seguintes, pódem vêr-se os motivos que occasionaram a prisão, e ali se encontram tambem particularidades curiosas e ignoradas ácerca da fórma como conseguiu evadir-se. O que se diz ali, e que merece todo o credito, mostra que as cousas se passaram por maneira muito diversa dos boatos de que a maçonaria comprára o guarda dos carceres para lhe dar fuga, indo tambem com elle. Em Londres passou o resto da sua trabalhosa vida, vivendo dos recursos de que dispunha, mas que seriam insufficientes se as suas publicações e a redacção do *Correio Braziliense* lhe não déssem avultados lucros. O *Correio Braziliense ou Armazem litterario*, impresso em Londres por W. Lewis, começou a ser publicado em 1808 e acabou em 1822. Teve tão notavel importancia que a regencia de Portugal, desgostosa das suas doutrinas, primeiro mandou refutal-as tambem pela imprensa, e depois prohibiu a introducção e a leitura do jornal em Portugal, renovando-se com severas penas a prohibição por tres vezes, da qual a ultima foi em 25 de junho de 1817. Em 1821 e 1822 foi o *Correio Braziliense* o orgão das aspirações brazileiras de independencia, e prestou grandes serviços á causa do Brazil. Proclamada a independencia, Hypolito José da Costa foi agente do governo imperial brazileiro na côrte de Londres. Abria-se-lhe em 182? largo e bello futuro, porque o redactor eloquente, grave e moderado do *Correio Braziliense* tinha direito a esperar da sua patria, pelo menos uma alta e brilhante carreira diplomatica, mas a morte não o deixou-arrebatando-o não tendo ainda 50 annos de edade. As collecções do *Correio Braziliense ou Armazem litterario* constam pelo menos de 28 volumes, contando a sua publicação desde junho de 1808 até 1822. José Liberato Freire de Carvalho, nas *Memorias* citadas, fala desfavoravelmente de Hypolito José da Costa, nas pag. 138, 194, 205, etc. Varnhagem, porém, não se fazendo cargo de o defender pelo que diz respeito ao seu caracter moral, elogia-o grandemente como politico de fino tacto, e zeloso e sincero patriota. V. a *Historia geral do Brazil*, tomo II, pag. 351 a 356. Hypolito José da Costa fundou em Londres uma loja maçonica, para cujo governo compoz e imprimiu: *Regulamentos da loja Lusitana n° 184, ao G ... Or.·. de Londres;* no fim tem: L. Thompson, impressor, etc. Com a data de 1 de junho de 1812, e assignados com o nome por extenso. Para a biographia de Hypolito José da Costa encontram, se documentos curiosos na *Historia da fundação do imperio*, por J. M. Pereira da Silva, tomo II, de pag. 203 a 245. Foi-lhe conferido brazão de armas com as dos Costas Pereiras em 19 de fevereiro de 1797. Bibliographia: *Memoria sobre a bronchocele do papa ou America Septentrional, por Benjamin Smith Berthou, traduzida em portuguez* Lisboa, 1801; *Historia breve e authentica do Banco de Inglaterra, com dissertações sobre as notas moedas de cambio e letras, etc., traduzida em portuguez*, Lisboa, 1801; *Descripção da arvore assucareira e da sua utilidade e cultura*, Lisboa, 1800; *Ensaios politicos, economicos e philosophicos de Benjamin, conde de Rumford, traduzidos em vulgar*, Lisboa, 1801; 2 tomos; *Descripção de uma machina para tocar á bomba a bordo dos navios sem o trabalho de homens*, Lisboa, 1800; *Historia de Portugal, composta em inglez por uma sociedade de Litteratos, trasladada em vulgar com as notas da versão franceza, e do traductor portuguez Antonio de Moraes Silva, e continuada até os nossos dias; nova edição*, Londres, 1809; 3 tomos; *Nova Grammatica portugueza e ingleza, a qual serve para instruir os portuguezes na lingua ingleza*, Londres, 1811; *Nova edição, revista e consideravelmente augmentada*, Londres, 1818; a que segue um *Vocabolario das palavras mais usadas na conversação; Narrativa da perseguição de Hypolito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, preso e processado em Lisboa pelo supposto crime de franc-maçon; em dois volumes*; *contendo o pro-*

cesso dos autos na Intendencia da Policia e na Inquisição, e os Regimentos por que se governa o Santo Officio, etc., Londres, 1811, 2 tomos; com o retrato do autor, condecorado com as insignias maçonicas. Do 1.º tomo fez se nova edição posthuma, com o titulo seguinte: *Narrativa da perseguição de Hypolito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, natural da Colonia do Sacramento, no Rio da Prata, preso e processado em Lisboa pelo pretenso crime de franc-maçon, ou pedreiro livre. Composta por elle, impressa em Londres em 1811, e reimpressa no Rio de Janeiro, com permissão dos seus herdeiros*, Rio de Janeiro, 1841. Esta obra foi tambem prohibida em Portugal. Do seu *Diario da viagem a Philadelphia em 1798*, e *Copiador e registo da correspondencia para o governo*, durante a missão dos Estados Unidos, existem autographos na Bibliotheca de Evora, como consta do respectivo *Catalogo*, ordenado por Cunha Rivara, a pag. 205.

Furtado de Mendonça *(D. Luiz Antonio Carlos)*. Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, em 18 de julho de 1799; deão da sé de Braga, prior-mór da ordem de Christo, e depois nomeado arcebispo de Braga; socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Era natural do Rio de Janeiro, e fal. a 17 de janeiro de 1832, sendo filho de Antonio Carlos Furtado de Mendonça. Escreveu: *Oração funebre recitada nas solemnes exequias do ex.mo e rev.mo sr. D. Fr. Caetano Brandão, arcebispo de Braga, celebradas na cathedral da mesma cidade*, Lisboa, 1806; *Oração gratulatoria pela restauração do reino, de Portugal, recitada em Braga*, etc., Coimbra, 1808; *Oração funebre nas exequias da rainha D. Maria I*, etc., Rio de Janeiro, 1816; *Oração gratulatoria recitada na capella real do Rio de Janeiro pelos desposorios do principe real*, Rio de Janeiro, 1818; *Elenco dos erros, paradoxos e absurdos que contém a obra intitulada «O Cidadão Lusitano» offerecido á mocidade portugueza*, Lisboa, 1822; saiu sem o nome do autor; *Pastoral do ex.mo Prior-mór da Ordem de Christo*, Lisboa, 1823; *As minhas observações á custa do dr. Abrantes*, Lisboa, 1828; sem o nome do autor; *Defesa do Prior-mór da Ordem de Christo*, Lisboa, 1827; *Oração gratulatoria, recitada na egreja de S. Vicente de Fóra, no 1.º de Abril de 1829, pelo restabelecimento da saude d'el-rei o sr. D. Miguel*, Lisboa, 1829; *Cartas de Não sei quem a outro que tal*, Lisboa; são ao todo 19 cartas, sendo as 13 primeiras publicadas em 1830 e as restantes em 1831. Não trazem declaração do autor, e são-lhe geralmente attribuidas, mas ha desconfianças tambem de que sejam de fr. Matheus d'Assumpção. Escreveu mais: *Carta pastoral ao clero e fieis da prelasia de Thomar, por occasião da queda do governo constitucional*, datada de 6 de agosto de 1823, seguida d'uma epistola em latim ao summo pontifice; Lisboa, 1823.

Furtados Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Luz, de Gaula, conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal.

Fuschini *(Archangelo)*. Professor de desenho e de pintura. N. em Lisboa a 29 de março de 1771, fal. a 4 de abril de 1834. Era filho de Francisco Fuschini, pintor italiano de Faenza, que fôra chamado a este reino pelo marquez de Pombal, quando este estadista, empenhando-se no desenvolvimento da industria portugueza, creou fabricas de louça, especialmente da que derivou o nome da cidade italiana em que Francisco Fuschini nascera. Tendo revelado vocação para a pintura, Archangelo, aos 13 annos de edade, foi estudar, por ordem de seu pae, na aula dirigida pelo afamado pintor e gravador Joaquim Manuel da Rocha. Em 1788 foi mandado para Roma aperfeiçoar-se nos seus estudos, tendo por mestre o pintor italiano Lambrussi. Ali se encontrou com os pintores portuguezes, de grande nomeada, Domingos Antonio de Sequeira, e Taborda. Regressando a Portugal, foi nomeado, nos fins de 1798, professor de desenho e de pintura do infante D. Pedro Carlos. A fama, que já adquirira do seu grande merecimento, fez com que Domingos Antonio de Sequeira, então primeiro pintor da casa Real e diretor das obras de pintura do paço d'Ajuda, juntamente com Francisco Vieira, mais conhecido por *Vieira Portuense*, o propozesse para pintor d'esse paço, ao lado de Taborda e de Calixto, sendo, porém, Fuschini classificado em primeiro logar. Em 1803, era nomeado pintor da real camara, juntamente com os referidos pintores.

Fuschini *(Augusto)*. Engenheiro civil, vogal do conselho dos monumentos nacionaes, ministro de estado honorario, deputado, etc. Nasceu pelos

Augusto Fuschini

annos de 1843. Foi um dos estudantes mais laureados do seu tempo, em Mathematica, na Universidade de Coimbra, e fez o curso de engenheiro com toda a distincção. Desempenhou as funcções de engenheiro districtal e as de chefe de serviço da Companhia Real dos Caminhos de Ferro. A sua entrada na politica data de 1881, anno em que venceu uma grande campanha eleitoral para ser deputado pelo circulo de Belem. Filiou-se no partido regenerador, mas depois da morte do chefe d'esse partido, Antonio Maria Fontes Pereira de Mello, acompanhou o fallecido estadista Barjona de Freitas para o grupo poli-

tico, que elle creara, *Esquerda dynastica*, que teve pouca duração, não chegando a exercer sensivel preponderancia na politica. Declarou-se então independente, entrando para a *Liga liberal*, a que prestou bons serviços. Professando opiniões socialistas, tem-as sustentado com grande desassombro, quer no parlamento, discutindo assumptos que se prendem com a economia do paiz, quer na imprensa, onde tem defendido com energia a causa do operariado, a que consagrou especial sympathia, existindo em differentes cidades cooperativas de consumo com o nome do illustre parlamentar. Quando em 1893 caiu o ministerio presidido pelo sr. conselheiro Dias Ferreira, foi encarregado de organisar novo gabinete o sr. conselheiro Hintze Ribeiro, e o sr. Augusto Fuschini foi convidado a encarregar-se da pasta do ministerio da Fazenda. Estando afastado da politica e professando opiniões avançadas, especialmente sob o ponto de vista social e economico, a sua entrada para o ministerio causou geral surpreza. Pela vastidão dos seus conhecimentos economicos, e pelas apreciações publicas que tinha feito do estado do paiz, quer sob o ponto de vista da sua politica interna e externa, quer a respeito das suas finanças, houve um movimento de interesse e curiosidade, esperando que o novo estadista convertesse em factos as theorias que vinha sustentando. A sua passagem pelo poder foi rapida, saindo do ministerio por circumstancias que elle largamente expôz no seu livro *Liquidações politicas*, que publicou em 1896. Apezar das suas dissidencias politicas tem sido deputado, tomando parte nas discussões dos assumptos mais importantes, especialmente nas questões economicas. Quando se agitou no paiz a questão do convenio com os crédores externos, realisou no Porto umas conferencias publicas, fazendo affirmações que fôram largamente discutidas na imprensa e no parlamento, dando logar aos successos occorridos na camara electiva em 1902, entre elle e o deputado e antigo ministro, o sr. conselheiro João Marcellino Arroyo; successos narrados com todos os detalhes nos jornaes de então. Desde esta epoca, o sr. conselheiro Augusto Fuschini não se tem salientado nas discussões parlamentares, mas entregando-se aos estudos artisticos, tem dirigido a reconstrucção da sé de Lisboa, e em 1904 publicou uma interessante obra d'arte e de litteratura: *A architectura religiosa na edade media*.

Fusse. Prazo do distr. de Sofala, da prov. de Moçambique, Africa Oriental, na margem direita do rio Buzio. Está dividido em 5 bairros, sendo cada um governado por um inhamassango ou governador, denominando-se o principal chefe Inhacuava. Os habitantes d'este territorio submetteram se voluntariamente em 1814.

Fusta. Antiga embarcação oriental, comprida, chata e de baixo bordo, que andava á véla e a remos. Como se vê dos nossos classicos, tratando de cousas da Asia, havia as de um e dois mastros e até de 300 toneladas, com vélas latinas. Que tambem se construiram em Portugal, prova-o a existencia do officio de *fusteiro*, ou carpinteiro de fustas.

Fusta e fustão. Castigo que, por autoridade de justiça, se dava, açoitando com varas os criminosos. Era castigo dado ao de leve, mais por desprezo e pela vergonha, do que pela dôr. A *flagellação* era mais rigorosa, e d'ella resultava muitas vezes a morte.

Fuste. Portuguez antigo: *cano* ou canhão. Tambem o pedaço de palha, que o juiz dava ao belleguim, como insignia do seu cargo, para fazer alguma citação. Encontra-se nas Ordenações Affonsinas, L. 5. 63, 1. fol. 256, etc.

Fuste. Povoações nas freguezias: Santo Estevão de Moldes, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Roge, conc. de Macieira de Cambra, do mesmo districto.

Fusteiro. Officio que tinha regimento na collecção dada pelo Senado de Lisboa em 1572.

Futa. Pov. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Futo. Pov. do conc. de Icolo e Bengo. distr. de Loanda, prov. de Angola.

Fuzeiros. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Fuzeta. Pov. e freg. de N. S.ª do Carmo, da prov. do Algarve, conc. e com. de Olhão, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 2:117 hab. e 573 fog. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. permutando malas com Olhão, e do caminho de ferro, na linha de Faro a Villa Real de Santo Antonio, entre os apeadeiros de Bias e do Livramento; alfandega e pharmacia. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada á beira do *Canal*, junto á barra da Fuzeta. E' uma freg. composta quasi exclusivamente de pescadores e gente que vive da pesca. Em 1784 já esta povoação tinha 132 fog., e então os pescadores requereram ao bispo de Algarve para se fundar a freguezia, desmembrando se da de *Moncarapacho*, a que pertenciam, e a que o bispo accedeu, por provisão de 12 de março do referido anno, mandando que se creasse aqui uma *coadjutoria* annexa á antiga matriz, com a clausula de que, tendo maior augmento de população, seria de todo separada, e formaria freguezia independente, devendo comtudo pagar ao parocho de Moncarapacho 9$000 réis annuaes. Por sentença do bispo D. Francisco de Avellar, de 22 de outubro de 1802, só se ficou dando ao parocho 3$000 réis por anno, e os restantes 6$000 réis fôram applicados para a confraria do Santissimo, da Fuzeta. Em 1835, o governador do bispado, o dr. fr. Antonio de Santo Ilidio da Fonseca e Silva, isentou o povo do pagamento dos taes 3$000 réis, ficando esta freg. completamente separada e independente. No seu principio a pov. era apenas composta de cabanas de junco, mas depois desenvolveu-se, e as cabanas fôram substituidas por boas casas de pedra e cal. A egreja matriz é pequena, mas bonita e asseada. A escola de instrucção primaria foi instituida por decreto de 16 de novembro de 1839. A pouca distancia da pov., sobre um alto, estão as ruinas d'uma torre redonda, d'uns 10 m. d'altura e 7 de diametro. O territorio é fertil em cereaes, bom vinho, azeite, figos, alfarroba e fructas. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro. || Pov. na freg. de Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, distr. de Faro.

G

Gabãa. Pov. da freg. de N. S.ª do Rosario, de Cepões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Gabado. Ilhéo bastante alto, situado a pequena distancia da costa occidental da ilha de S. Thomé, prov. de S. Thomé, Africa Occidental, a E. do ilhéo de S. Miguel.

Gabe de Massarellos *(Ludovico Pedro Gabe de Massarellos, 1.º barão de).* N. a 15 de maio de 1817; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Pedro Gabe de Massarellos, consul geral de Portugal nas cidades anseaticas, com residencia em Hamburgo; e de sua mulher D. Luiza Sophia Wichelmina Lanczzari. Casou em 1850 com miss Sophia Amelia Gumpel, filha de Gustavo Gumpel, e de sua mulher, miss Julia Jacques. Fallecendo esta senhora a 21 de dezembro de 1871, passou a segundas nupcias a 28 de janeiro de 1873, com miss Agnès Usher Frier, filha de Mr. John Frier e de miss Mary Rooney. O titulo de barão foi concedido por D. Luiz I, em decreto de 16 e carta de 25 de agosto de 1870. Tem por armas: escudo partido em chefe, e este em pala: na 1.ª em campo de prata um busto de mulher de vermelho; na 2.ª em campo vermelho, um unicornio de prata rompente. O contra-chefe enxaquetado, em escáques de prata e azul, de oito peças em faxa formando xadrez em alternativa de côres; timbre, um cedro viçoso, e por divisa sobre o timbre uma fita disposta em arco com a legenda: *Semper virens.*

Gabe de Massarellos *(Pedro).* Natural de Portugal e estabelecido em Hamburgo com casa commercial, exercendo n'essa cidade durante muitos annos o cargo de consul geral de Portugal. Julga se que fallecesse já depois do anno de 1834. Escreveu: *Pequena Chrestomathia portugueza; petit recueil d'extraits en prose et en vers de quelques auteurs modernes portugais, placés dans l'ordre d'une difficulté progressive, publié par P. G. de Massarellos*, Hambourg, 1809. No prefacio d'esta obra, escripto em francez, dá o autor uma noticia ou resenha succinta dos escriptores, cujos excerptos em portuguez entraram na *Chrestomathia.* Tambem escreveu uma *Grammatica para os allemães aprenderem o allemão*, e uma traducção do 1.º canto dos *Lusiadas* para a lingua allemã.

Gabim. Pov. na freg. de S. Mamede, de Vermil, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Gabinete. Sala pequena, destinada de ordinario para trabalho, estudo ou leitura. Pequeno museu, collecção, ou exposição. Assim se designavam antigamente muitas collecções. Ainda nos principios do seculo XIX eram notaveis os das ordens religiosas. N'um *Almanach* para 1820, veem citados os seguintes: *Gabinetes de physica* : de el-rei; da Academia Real das Sciencias; da Universidade de Coimbra, da Real Casa de Nossa Senhora das Necessidades; dos conegos regrantes, no Real Mosteiro de S. Vicente de Fóra; do Marquez de Tancos; do Visconde de Santarem; de José Antonio d'Almeida. *Gabinete de medalhas e antiguidades:* de Sua Magestade, da Academia Real das Sciencias; da Real Bibliotheca Publica; do Museu Maynense, no convento de N. Senhora de Jesus; dos monges benedictinos; do Marquez de Angeja, do Visconde de Santarem; do bispo do Porto; de Luiz Duarte Villela Silva; de Francisco Moreira Alves; de Francisco Rodrigues Batalha. A'cerca do *Gabinete d'Ajuda* pode lêr-se a descripção a pag 108 do vol. I, d'este diccionario: *Ajuda (Collecção archeologica de).* || *Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro,* importante instituição da colonia portugueza no Brazil, fundada em 1837. || Titulo geral de algumas obras litterarias: *Gabinete historico*, de fr. Claudio da Conceição, etc.

Gabrieis. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Gabrieis de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Clara-a-Nova, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Gabriel *(Luiz).* Engenheiro militar, mestre de fortificações; fez a traça para a obra do caes de Peniche e limpesa do seu rio. O conde de Athouguia o tinha chamado para as obras da fortaleza, e emquanto se occupava n'ellas foi que estudou e deu o risco para as outras. Em 1612, por alvará de 13 de julho, o rei Filippe II mandou applicar para estas despezas o rendimento da imposição destinada á obra da conducção da agua para a villa. Luiz Gabriel e Manuel Correia haviam arrematado por 1:100$000 réis a obra necessaria para conduzir a agua para a villa. Filippe II concedeu que, para a realisação d'este trabalho, se lançassem dois reaes em cada canada de vinho, e um real em cada arratel de carne. O respectivo alvará tem a data de 24 de julho de 1609.

Gabriel. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Azêvo, conc. de Pinhel, distr. da Guarda.

Gabriellos. Pov. na freg. de S. Gabriel, de Granja do Ulmeiro, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Gaçamar. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sandim, conc de V. N. de Gaia, distr. de Porto.

Gacate. Pov. na freg. do S. Miguel, de Milheiros de Poiares, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Gache. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Lamares, conc. e distr. de Villa Real. || Santa Luzia, de Pinhanços, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Gachineiro. Familia oriunda da prov. do Minho, e cujas armas são: em campo vermelho, dois gatos passantes, tendo por timbre um dos gatos do escudo.

Gado do Vento. Dava-se este nome em todos os foraes, e mais papeis antigos, ao gado de toda a especie que era encontrado sem dono.

Gados. Pov. na freg. de S. Mamede, de Sandiães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Gadunho. Pov. na freg. de S. Julião, de Freixo, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Gaeiras de Ajuda. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Obidos, distr. de Leiria.

Gaeiras de S. Marcos. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Obidos, distr. de Leiria.

Gaelas. Pov. na freg. de S. Mamede, de Sandiães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Gaéva. Pov. na freg. de S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Gafanha. Aldeia da prov. do Douro, da freg. do Salvador e conc. de Ilhavo, distr. de Aveiro. Tem caixa postal. E' uma pov. pequena, rodeada pela ria de Aveiro, tendo a S O a barra e a fortaleza dos signaes, e ao S a villa de Vágos. A E está Aveiro, com cuja cidade está ligada por uma estrada e uma ponte de madeira. Dizem que a primeira pov. que houve em Gafanha foi um hospital de gafos, que lhe deu o nome; outros querem que o nome lhe provenha de *gafar*, palavra arabe, tributo que se paga pela passagem d'um rio, em barca ou ponte do Estado, porque já havia antigamente uma ponte de madeira para a communicação com a terra do E e N do Esteiro. Ha aqui tres capellas: N. S.ª do Carmo, N. S.ª da Nazareth e N. S.ª da Encarnação; e um estaleiro onde se construem palhabotes, hiates, lugres e barcos de pesca. Gafanha é um dos logares mais importantes do conc. de Ilhavo. || Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Vagos, distr. de Aveiro.

Gafanhão. Pov. e freg. de N. S.ª do Pranto, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Castro Daire, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 372 hab. e 101 fog. Tem caixa postal. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada em terreno alto e muito accidentado, perto da margem esquerda do rio Paiva. Os valles são ferteis e saudaveis. Nos seus montes ha muita caça, grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Gafanhoeira. Pov. e freg. de S. Pedro, na prov. do Alemtejo, conc. e com. de Arraiollos, distr. e arceb. de Evora; 819 hab. e 187 fog. Tem caixa postal. A pov. dista 8 k. da séde do conc., e está situada na margem direita da ribeira de Vide. A mitra apresentava o cura, que tinha diversos generos. A terra é fertil em cereaes, e pertence á 4.ª div. mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Setubal.

Gafanhoeiras *(Aldeia das)*. Na freg, de N. S.ª da Caridade, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora.

Gafaria. Nome dado antigamente ao hospital de *gafos*, isto é, de leprosos. Era grande o numero d'estes hospitaes que existiam entre nós, e a que tambem se dava o nome de *conventos* ou *leprosorios*, ou ainda de *Ordem de S. Lazaro*, em razão do referido santo leproso ser seu patrono e titular. A lepra victimou bastante os nossos antepassados. A industria do vestuario ainda não dispunha do algodão, nem o linho podia ser geralmente usado. O contacto do burel e d'outros lanificios inflammava a epiderme de tal modo, que produzia essa terrivel erupção cutanea. Logo que o homem deixou de se cobrir com o pello dos carneiros, que vestiu o linho fresco e começou usando o assucar na alimentação, a ascorosa molestia foi gradualmente decrescendo. O assucar assimilado entrou no sangue e adoçou-o, o algodão e o linho, formando a roupa branca, refrescavam a pelle e impediam o contacto quente e irritante dos grosseiros tecidos de lã. As gafarias eram todas fóra das povoações, e os proprios doentes tinham os seus locaes determinados para viverem. As noticias dos prazos e das honras dos gafos, são curiosas. Em Setubal houve uma gafaria, na estrada de S. João, extra-muros como não podia deixar de ser. N'umas casas de moderna construcção, ainda ali se vê um portico de incontestavel antiguidade, que dá entrada para uma propriedade denominada *Horta*. Na verga do portão ainda existe uma inscripção latina, bem distincta, em abreviaturas medievaes, e que é o versiculo 2.º do capitulo I do *Ecclesiastes*, que resa assim: *Vanitas, vanitatum, et omnia vanitas.* Em Lamego os gafos tinham um prazo denominado a *Vinha de Sapos*. Não pouco legados mereceram elles, pois que se sabe que Joanna Annes, em 1377, fez testamento em que deixava aos gafos de Lamego a quantia de cinco soldos. Em 1383, o meio prebendado da sé lamecense legou por testamento e por amor de Deus cinco libras aos gafos d'aquella cidade, e para todo o sempre um alqueire de azeite para se alumiarem. A gafaria de Coimbra denominava-se *Hospital de S. Lazaro*. No archivo da camara d'aquella cidade guardam-se muitos documentos interessantes. Temos nota de cartas de nomeação de procurador, de privilegio ao boticario, e a nomeação d'um provedor em 1617. No julgado da Maia e na freguezia de S. Vicente de Queimadella, hoje S. Pedro, então do mesmo julgado, mandaram as celebres *Inquirições* reaes de 1310 continuar como estava a *ferraria* que tinham toda a honra os gafos da Alfena, porque esse prado pertencera a D. João Peres da Maia.

Gafaria. Povoações nas freguezias: Santa Christina e conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || N S ª da Conceição de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. João Baptista e conc. de Almeirim, distr. de Santarem.

Gáfete. Villa e freg. de S. João Baptista, da prov. do Alemtejo, conc. do Crato, com, distr. e bisp. de Portalegre; 1:091 hab. e 345 fog. Tem escolas para ambos os sexos; Misericordia, hospital, correio, medico e pharmacia. A pov. dista 14 k. da séde do conc., e está situada n'uma planicie, na estrada de Portalegre para Gavião, na margem esquerda do rio Sôr, junto d'um seu pequeno affluente. O primeiro nome da pov. foi *Gafete*; em 1680 chamou se *V. N. de S. João de Gafete*, e muitos annos depois tomou por abreviatura o seu antigo nome de *Gafete*, que tem conservado. E' uma das 12 villas do grão-priorado do Crato, e o grão prior apresentava o reitor que tinha 70$000 annuaes. D. Pedro II elevou-a á categoria de villa, dando-lhe foral novissimo, em 1700. A terra é fertil em azeite, e produz alguns cereaes, vinho e fructas. Cria muito gado e tem bastante caça. A pov. pertence á 4.ª div. mil, e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes.

Gafos. Pov. na freg. de Sant'Anna, de Cumeada, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Gagim. Pov. na freg. de S Martinho, de Fajões, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Gagliardi *(João)*. Professor de equitação. Descende d'uma familia milaneza. Era filho de

Hygino Gagliardi. Seu avô veiu para Portugal, chamado pela casa dos duques de Palmella, para a cultura do bicho de seda e amoreira, assim como para diversas obras hydraulicas, em que tanto elle como seu filho, Hygino Gagliardi, eram eximios, como o provam os trabalhos da quinta da Bemposta, onde tiveram a direcção da Escola Agricola, e em varias propriedades, como as de Algerus, Aguas de Moura e Marateca, bem como em quasi todas as provincias, a começar no Minho e a terminar no Algarve. João Gagliardi foi alumno do Instituto Agricola e Veterinario. Mostrando desde muito novo grande tendencia para as cousas hyppicas, dedicou-se finalmente á arte da equitação, tendo por mestre o maior professor dos tempos modernos, Antonio de Figueiredo. Gagliardi foi depois seu ajudante, ao lado de Francisco Carlos Batalha, Antonio do Espirito Santo e Francisco Janeiro. Figueiredo escolheu Gagliardi para mais tarde o substituir, e iniciou-o em todos os segredos da arte, confiando-lhe a escola e a sua direcção quando foi á ilha Terceira, encontrando-a no seu regresso em um estado mais florescente. João Gagliardi é o unico professor que tem apresentado os seus discipulos em publico, como nos saraus do Real Gymnasio Club, em que os socios e seus discipulos exhibiram os melhores trabalhos, e bem assim em uma *matinée* realisada na sua escola, em que elles fôram alvo d'uma calorosa ovação. O seu gosto e amor pela arte é tal que se abalançou á construcção d'uma escola, onde gastou mais de 20:000$000 réis, a qual é tida pela primeira da capital. Tem entrado em varias corridas de cavallos, alcançando valiosos premios. Tomou parte, em janeiro de 1900, no sarau que se effeituou no Colyseu dos Recreios, em beneficio do Instituto D. Affonso, que n'esse mez se inaugurou solemnemente, com a assistencia de suas magestades, no antigo palacio dos condes de Mossamedes, na Luz. Como cavalleiro tauromachico tambem se tem evidenciado. O apreciado professor não deixa de estudar, e na sua livraria, segundo consta, encontram-se os melhores livros da arte, publicados no estrangeiro. E' actualmente picador honorario das guardas municipaes, e professor do Real Gymnasio Club. Temos conhecimento do seguinte escripto, de seu pae, Hygino Gagliardi, publicado em Lisboa, em 1872, com o titulo: *Breves idéas ácerca da Hygiene e da Agricultura em Portugal.*

Gago. Appellido muito antigo, que data pelo menos do reinado de D. Sancho I, em cujo tempo viveu Rodrigo Annes Gago, fidalgo de tanta nobreza que casou com uma irmã de D. Gil Pires da Cerveira, bispo de Orense, na companhia do qual passou a viver por algum tempo em Galliza. De Beja passou á ilha de S. Miguel, no tempo do 3.º capitão Ruy Gonçalves da Camara, o fidalgo Ruy Vaz Gago do Trato, homem muito rico e poderoso, e d'elle ficou uma descendencia das mais illustres. As armas d'esta familia são: Em campo vermelho uma aspa de prata, firmada entre tres crescentes do mesmo metal, e uma estrella de ouro de oito pontas em chefe; timbre um leopardo de prata, com uma estrella vermelha na testa.

Gago *(Affonso).* Homem muito erudito, e de grandes virtudes. Foi prior no convento de S. Francisco do Monte, em Vianna do Castello, durante 20 annos, convento de que fôra frade e onde se estabelecera. Fal. a 6 de janeiro de 1460. Era conhecido pelo epitheto de *Gago*, pelo defeito que tinha na voz, causado, segundo se diz, pelo habito de estar sempre silencioso, costume que adoptara por penitencia.

Gago *(Balthazar).* Jesuita. N. em 1515, e fal. em Gôa a 9 de janeiro de 1583. Professou em 1546. Missionou no Oriente, e fal. no collegio de S. Paulo, de Gôa.

Gago *(João Nunes)* Medico, natural de Tavira, onde falleceu depois do anno de 1788. Foi medico da Misericordia, de Lisboa, cargo que exercia em 1785. Consta que se dedicara á especialidade do estudo das aguas medicinaes, e como socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, enviou a esta corporação, em 1788, memorias sobre as aguas medicinaes de diversos pontos do reino, como de Tavira, serra de Monchique, Cabeço de Montachique, etc., que se não imprimiram. Escreveu mais: *Tratado physico-chimico medico das aguas das Caldas da Rainha, no qual se incorporou a relação da epidemia que em 1775 e 1776 se padeceu no sitio do Seixal*, Lisboa, 1779.

Gago. Pov. na freg. de S. Miguel de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra.

Gago da Silva *(José).* Mestre em Artes e professor de Grammatica. N. em Beja em novembro de 1684, fal. depois do anno de 1760. Escreveu: *Discursos grammaticaes necessarios e curiosos, etc.*, Lisboa, 1756 Deixou em manuscripto: *Explicação de Grammatica; Apologia critica contra os padres jesuitas; Noticia das antiguidades de Beja*, e varias poesias em portuguez e hespanhol.

Gagos. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com de Celorico de Basto, distr. e arceb. de Braga; 557 hab. e 157 fog. O abbade de S. Clemente de Basto e o reitor de Antime apresentavam, alternativamente, o vigario, que tinha 40$000 réis annuaes. A terra é fertil, tem caça, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Povoações nas freguezias: S. Sebastião, de Cumieira, conc. de Penella, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Jarmello, conc. e distr. da Guarda. || N. S.ª da Conceição, de Martim Longo, conc. de Alcoutim, distr. de Faro. || Santo Antonio, de Rapoza, conc. de Almeirim, distr. de Santarem.

Gaia *(Leonel).* Architecto, em serviço na 3.ª Direcção das Obras Publicas do districto de Lisboa. Naseeu em Lisboa a 4 de dezembro de 1871. E' filho de Domingos de Oliveira Gaia e de D. Maria Luiza Guimarães Gaia. Cursou a Escola de Bellas Artes de Lisboa. Sendo nomeado em 28 de setembro de 1895 architecto de 3.ª classe das Obras Publicas, passou á 2.ª classe em 5 de dezembro de 1900. Tendo a direcção das obras da Escola Medica de Lisboa, inaugurada em 1906, pertence-lhe em grande parte o risco d'aquelle edificio. Tem egualmente dirigido varias restaurações de templos, etc. Podem citar-se as das egrejas de S. Vicente de Fóra e Graça; construcção dos annexos do hospital de Rilhafoles, etc. Concorrendo a algumas exposições do Gremio Artistico foi premiado com menção honrosa:

Gaia. Povoações nas freguezias: Santa Christina, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Paio de Melgaço, conc. de Melgaço,

distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Penso, do mesmo conc. e distr. || S. André, de Villa Boa de Quires, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Quinta na freg. de S. Thiago e conc. de Belmonte, distr. de Castello Branco.

Gaião. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Avelleda, conc. e distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Cabanellas, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Julião, de Freixo, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Nogueiró, conc. e distr. de Braga. || Herdade na freg. de S. Saturnino, de Vallongo, conc. de Aviz, distr. de Portalegre.

Gaias. Pov. na freg. de S. Martinho, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Gaiassosso. Pov. no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Gaiate. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Semide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || S Miguel, de Milheirós de Poiares, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Gaido. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Pedorido, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Gaifar. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 318 hab. e 89 fog. A pov. dista 12 k. da séde do conc. O cabido da sé de Braga apresentava o vigario, que tinha 80$000 réis annuaes. A terra é muito fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3 com a séde em Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Lourenço de Matto, conc. de Ponte do Lima, distr de Vianna do Castello.

Gainde. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Lordello, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª da Natividade e conc de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Gaindo. Pov. na freg. de S. Paio, de Merelim, conc. e distr. de Braga.

Gaio ou Gaião. Familia muito antiga, de que já se encontram referencias no tempo de D. Affonso Henriques. Tem por armas: Em campo de prata tres arminhos de negro postos em faxa, chefe partido em pala, na primeira em campo vermelho um castello de ouro, e na segunda em campo de ouro quatro bastões de sanguinho em pala; timbre um castello de ouro saindo do alto d'elle um estandarte de prata arminhado com a haste de ouro. Alguns cortam o escudo em faxa, na de baixo os arminhos e na de cima os castellos e os bastões.

Gaio. V. *Gayo*

Gaio. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Morreiras, conc. e distr. de Braga. || S. Sebastião, de Vimeiro, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || N. S.ª do Pranto, de Arazede, conc. de Montemór-o-Velho, districto de Coimbra. || S. Simão de Litem, concelho de Pombal, districto de Leiria.

Gaios. Povoações nas freguezias: Santa Maria Magdalena, de Cem Soldos, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || N. S.ª da Luz, de Maceira, conc. e distr. de Leiria. || Santa Marinha, de Penascaes, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Gaiosa. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sequeira, conc. e distr. de Braga.

Gaioso. Pov. na freg. de S. Miguel, de Cabaços, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Gaita. Dava-se este nome antigamente á lampreia pela similhança que, pelos seus buracos, tem com uma gaita. Em muitos prazos, de terreno das margens do Mondego, Douro, Lima e Minho, se impõe o fôro de certo numero de gaitas.

Gaita. Casaes na freg de N. S.ª da Purificação, de Aveiras de Cima, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa.

Gaiteiras. Pov. na freg. de S. Martinho, de Arco de Baúlhe, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Gaiteiro. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Gaiteiros. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição, de Turquel, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Gaiva. Pov. na freg. de S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Gaivotas. Ilhéos situados no Oceano Atlantico, e pouco distantes da costa meridional, da ilha Graciosa, distr. de Angra do Heroismo.

Gala. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Galá. Reino situado no territorio da prov. da Guiné, Africa Occidental, habitado por uma tribu de gentios beafares.

Galafura. Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 721 hab. e 157 fog. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. A pov. dista 9 k. da séde do conc., e está situada proximo da margem direita do rio Douro, em terreno accidentado. O vigario de Goães apresentava o vigario, que tinha 150$000 réis annuaes. A terra é fertil, produzindo bom vinho de embarque, boas laranjas, azeite, fructas, cereaes e legumes. Abunda em peixe dos rios Douro e Coura. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Galamba. Appellido d'um chefe popular do Alemtejo, que se tornou muito afamado; foi boticario em 1833, e servindo no exercito liberal, como voluntario, foi-lhe dada a graduação de official. Em 1846 foi um dos chefes mais valentes e decididos das forças progressistas no Alemtejo, militando ao lado de José Estevão, do conde de Mello e de Cesar de Vasconcellos. Terminada a insurreição, abandonou a politica, e em 1855 foi assassinado na Vidigueira em pleno dia, por um sapateiro que elle havia ameaçado de morte.

Galante *(Antonio Pires)*. Presbytero secular, beneficiado na egreja de S. Pedro, de Evora. Era natural de Idanha a-Nova, mas desconhecem-se as datas do nascimento e do fallecimento. Escreveu: *Côrte santa* do *Padre Nicolau Causino da Companhia de Jesus*, Lisboa, 1652; traducção; *Que o mundo menor é mais grande que o maior; paradoxo primeiro dos vinte e cinco que em lingua italiana compoz Alexandre Sperelli; traduzidos em lingua portugueza*, etc., Lisboa, 1652. Parece que não chegaram a ser impressos os 24 paradoxos promettidos pelo autor.

Galazeiras. Pov. na freg. do Salvador, de Alvôr, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

Galdim. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sinde, conc. de Taboa, distr. de Coimbra,

Galé. Embarcação de baixo bordo, comprida e pouco elevada de véla e remos, usada na Edade Media. Havia as *galés reaes* e as *bastardas*. A galé real era maior e n'ella ia o chefe; as bastardas eram menores. Havia-as de tres remos por banco, quatro, cinco e seis. || *Condemnar ás galés:* a remar nas galés ou andar na calceta.

Galé. Pov. na freg. de S. Paio, de Moledo, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Ponta ou cabo na costa meridional da ilha de S. Miguel. Fórma o extremo oriental do porto da cidade de Ponta Delgada.

Galé de Baixo, de Cima e do Meio. Tres povoações na freg. de N. S.ª da Piedade, de Odeceixe, conc. de Aljezur, distr. de Faro.

Galea. Antigo capacete de couro.

Galeães. Pov. da freg. de S. Salvador, de Campo, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Galeão *(Polycarpo Antonio Esteves).* Major reformado; medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto, grande capitalista. N. em Soutello, a 13 de março de 1836. Era filho de Francisco Esteves Galeão, que por muitos annos foi cirurgião das freguezias do Valle de Ancora. Formou-se na Escola Medico-Cirurgica do Porto, indo depois residir para Vianna do Castello. Casou em 1864 com uma senhora abastada d'esta cidade. Foi depois cirurgião ajudante, e por ultimo cirurgião-mór de infantaria n.º 3. Foi reformado a 10 de dezembro de 1892. Pertence ao corpo de medicos militares. Ainda hoje exerce clinica.

Galeão. Galé grande; nau de guerra ou de carga de duas ou tres pontes. No seculo XII, o galeão era uma pequena galé com uma só ordem de remos, e de fórmas finas. Mais tarde applicou-se o termo a navios d'alto bordo e de vélas nas carreiras da America, da Africa e das Indias. Em 1770, durante a guerra da successão de Hespanha, uma importante frota de galeões, carregados d'ouro da America, fôram mettidos no fundo da bahia de Vigo.

Galeão. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Roque, conc. e distr. do Funchal. || *Baixo do Galeão:* cachopos muito perigosos situados a 500 m. da costa septentrional da ilha de Maio, archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental. Occupam, na direcção N N E e S S O, pouco mais ou menos 2 k. de extensão. Fôram denominados *Galeão* em consequencia de n'elles se haver totalmente perdido em 1621 o galeão *Conceição*, que fazia parte da frota portugueza que se dirigia ás terras de Santa Cruz, para reconquistar a Bahia, occupada então pelos hollandezes.

Galengue. Territorio do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. de Angola, na parte oriental do distr., ao S do presidio de Bié e na margem esquerda do rio Cunene. Quatro sobas d'este territorio são vassallos e feudatarios de Portugal. || Pov. e freg. de S. João Nepomuceno, do conc. de Caconda, distr. e com. de Benguella, prov. e bisp. de Angola.

Galeona. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Galeota. Embarcação de véla e d'um mastro; era muito grossa á ré e á proa, quasi sem fórma de navio e foi usada pelos hollandezes. Tinha uma grande pá por sotavento, prolongada com o costado, quando navegava á bolina, afim de evitar o mais possivel descair para sotavento. || *Galeota real.* V. *Bergatim.*

Galeota. Povoações nas freguezias: Salvador do Mundo, de Almoster, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || N. S.ª dos Milagres, de Vieira, conc. e distr. de Leiria.

Galeote. Homem obrigado a remar nas galés d'el-rei em tempo de guerra. Era tirado dos vintaneiros da costa do mar. Segundo as Ordenações Affonsinas, 1, 69, § 1.º fazia-se a «apuraçom dos beesteiros e gualiotes »

Galéra. Ponta ou cabo na costa meridional da ilha de S. Miguel.

Galeria. Sala extensa, especie de corredor, ordinariamente para exposição de quadros, ou ou outras obras de arte. Além das galerias dos museus publicos, tem havido em Portugal collecções particulares de quadros muito notaveis. Era importantissima a do conde da Ericeira, anteriormente ao incendio do seu palacio por occasião do terremoto. (V. *Annunciada*, *Palacio da*). Nos ultimos tempos citaram-se as do conde Daupias, etc. A *Galeria de Ajuda* foi muito augmentada por el-rei D. Fernando II. No vol. I, d'este diccionario, pag. 111, póde lêr-se a historia d'esta galeria real. || Titulo geral de muitas obras litterarias, principalmente historicas e biographicas, cuja enumeração se póde vêr nos artigos respectivos aos seus autores: José Maria Latino Coelho; João Damasio Roussado Gorjão; Luiz Augusto Palmeirim; Eduardo Tavares; José Maria Delorme Colaço; etc. Sem nome de autor teem-se feito com este titulo algumas publicações periodicas. Entre as primeiras aponta-se: *Galeria das ordens religiosas e militares, desde a mais remota antiguidade até nossos dias*, com illustrações coloridas, Porto 1843. Entre as hebdomarias: *Galeria militar contemporanea*, com photographias, Lisboa, 1878.

Galés. Pov. e freg. de Santo Estevão, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Mafra, distr. e patriarc. de Lisboa; 1:486 hab. e 289 fog. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. A pov. dista 10 k. da séde do conc. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa. Tambem é conhecida por *Santo Estevão das Galés.*

Galgibaga. Pov. e freg. de Santo Antonio, do conc., com. e distr. das Ilhas, prov. e arceb. de Gôa, na India.

Galharda. *(Casaes da).* Na freg. de S. Lourenço, de S. Bartholomeu dos Gallegos, conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa. || Herdade na freg. de Sant'Anna, de Beneatel, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Galhardas. Pov. na freg. de S. Gregorio, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Galhardete. Bandeirinha farpada ou pequena flammula tambem farpada, que se põe nos mastros por adorno ou para fazer signaes. Tambem se traz içada pela viagem no tope grande em logar de flammula, ou como insignia.

Galhardo. D. João III, em 1529, deu o seguinte brazão d'armas a Zuzarte Soares Galhardo: Em campo vermelho um leopardo de ouro com uma flôr de liz do mesmo metal no chefe, acima da cabeça do leopardo; timbre, o leopardo de escudo.

Galhardo *(Eduardo Augusto Rodrigues).* Governador na provincia de Macau ministro ple-

nipotenciario na China, Japão e Sião, ajudante de campo honorario d'el-rei senhor D. Carlos I e do seu conselho, general de brigada, deputado, etc. N. em Lisboa a 26 de junho de 1845. Era sobrinho do grande historiador Alexandre Herculano. Foi alumno do Real Collegio Militar e cursou a Escola do Exercito. Assentou praça em infantaria a 12 de agosto de 1863, sendo despachado alferes para infantaria 10 a 4 de fevereiro de 1865. Serviu em engenharia e em artilharia, passando novamente á infantaria, servindo no regimento n.º 11. Foi promovido a tenente em 16 de abril de 1871, a capitão em 23 de outubro de 187•, a major em 17 de março de 1886, a tenente coronel a 23 de abril de 1891, a coronel em 4 de agosto de 1894, e a general de brigada em 28 de maio de 1903. Em 1881 foi nomeado commandante da companhia da correcção de S. Julião da Barra. Depois da sua promoção a major, em 1886, foi nomeado chefe de estado maior de inspecção de infantaria, e durante esta commissão foi promovi-

Eduardo Augusto Rodrigues Galhardo

do a tenente-coronel e a coronel. Em 1892, o ministro da guerra Pinheiro Furtado, o escolheu para chefe do seu gabinete. Foi commandante dos regimentos de infanteria n.os 2 e 18. Entrando na politica, sendo presidente de ministros o sr conselheiro José Dias de Ferreira, o circulo de Mafra o elegeu deputado, e nas sessões da respectiva camara tomou parte na discussão de assumptos militares. Foi no posto de coronel que em 1895 teve a nomeação de commandante das forças expedicionarias que n'esse anno partiram para Moçambique, e ali dirigiu as operações da campanha contra o regulo Gungunhana, em que deu as maiores provas de bravura, distinguindo-se especialmente nas acções de Coolella, a 7 de novembro, e de Manjacaze. Em 11 do referido mez atacou com 700 homens o kraal, residencia de Gungunhana, defendido por 10:000 vátuas, derrotando os por completo. O kuraal ficou incendiado, fugindo o regulo com o seu exercito. *(V. Albuquerque, Joaquim Mousinho de)*. A expedição regressou victoriosa a Lisboa a bordo do vapor *Zaire*, onde chegou a 19 de janeiro de 1896, desembarcando no dia 20 no Arsenal da Marinha. A recepção foi brilhante. Compareceram suas magestades el-rei senhor D. Carlos I, e as rainhas senhora D. Amelia e senhora D. Maria Pia, o principe D. Luiz Filippe e o infante D. Manuel; o ministerio, o conselho do almirantado, officiaes generaes de terra e mar, muitas pessoas da côrte, etc. Houve muitos festejos, illuminações, parada, ornamentações na fachada da camara municipal. nas janellas das secretarias de Estado no Terreiro do Paço, etc. Em 1898 ou 1899 foi nomeado governador de Macau, cargo que exerceu superiormente. O sr. general Rodrigues Galhardo possue as seguintes honras: gran cruz da ordem de N. S.ª da Conceição, grande official da da Torre e Espada, e da de S. Bento de Aviz por serviços distinctos; commendador da mesma ordem de Aviz e das de Christo e de N. S.ª da Conceição; tem a medalha de ouro do valor militar, a de prata por bons serviços, a de ouro por dois annos de campanha, no ultramar, a de ouro commemorativa da expedição a Moçambique em 1894-1895. Tem a cruz de 3.ª classe da ordem de merito militar de Hespanha, e é cavalleiro commendador da ordem do imperio indico (K. C. I. E.)

Galhardo *(João Carlos)*. Pintor contemporaneo, já fallecido, filho de J. M. Galhardo, official da armada e professor da Escola Naval.

Galhardo *(Joaquim Herculano Rodrigues)*. General de divisão reformado; ajudante de campo honorario de sua magestade el-rei senhor D. Carlos I, etc. N. em 26 de outubro de 1838; assentou praça na arma de infantaria em 10 de agosto de 1854, sendo despachado alferes a 26 de julho de 1855, promovido a tenente em 29 de agosto de 1866, a capitão em 2 de outubro de 1873, a major em 31 de outubro de 1884, a tenente-coronel em 3 de agosto de 1887, a coronel a 19 de setembro de 1889, e a general de brigada a 28 de fevereiro de 1895. Reformou-se em general de divisão a 11 de agosto de 1900, optando pelas vantagens da equiparação na conformidade do disposto nos artigos 1.º e 3.º da carta de lei de 26 de julho de 1899, e no artigo 3.º do decreto de 19 de outubro de 1901. Exerceu varias commissões, acentuando-se principalmente, sendo capitão, a de commandante da companhia da correcção, onde manifestou bem o seu caracter recto e justiceiro. Commandou infantaria n.º 8, e em 1891 foi nomeado commandante da Escola pratica de infantaria. O sr. general Rodrigues Galhardo é grande official e commendador da ordem de S. Bento de Aviz, e commendador da de Christo. Tem a medalha de prata da classe de bons serviços.

Galhardo *(Luiz)*. Tenente de infantaria, commandante da 2.ª divisão do Deposito de praças do Ultramar. N. em Lisboa a 24 de dezembro de 1874, sendo filho de J. M. Galhardo, official da armada e professor da Escola Naval. Assentou praça a 16 de julho de 1892; foi promovido a alferes em 14 de novembro de 1897, e a tenente em 1 de dezembro de 1901. Dedicando-se ao jornalismo e á litteratura, tem collaborado em prosa e em verso em differentes jornaes, em que se conta a *Renascença*, etc., sendo gerente da *Epoca*, quando este jornal se fundou, em maio de 1902. Para o theatro tem traduzido as seguintes peças: *Papá Le-*

bonnard, de collaboração com o sr. Manuel Penteado, a qual se representou no Gymnasio; *O inimigo do povo*, de Ibsen, representado no Principe Real; *O padre Ignacio*, de Guimerá, no theatro de D. Amelia; *Diana de Liz*, de Alexandre Dumas, em D. Maria, etc. Escreveu dois originaes: *A primeira pedra*, drama social em 4 actos, e *Os pelintras*, comedia de costumes em 3 actos.

Galhardo. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Cercosa, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu. || O Salvador e conc. de Mirauda do Corvo, distr. de Coimbra.

Galhegos *(Manuel de)*. Poeta, e presbytero secular. N. em Lisboa em 1597, fal. a 9 de junho de 1665. Era filho de Simão Rodrigues Galhegos e de sua mulher, Garcia Mendes Morato. Seus paes tiveram todo e cuidado em lhe dar uma educação esmerada. Não consta que na mocidade seguisse a carreira das armas ou das letras, ou se viveu dos seus proprios rendimentos, nem se exerceu algum emprego publico. Viveu em Madrid alguns annos na intimidade do poeta Lope da Vega. Era casado com D. Luiza Freire Pacheco, de quem teve descendencia. Sua mulher falleceu, e passado alguns annos de viuvo, resolveu seguir a vida ecclesiastica, e ordenou-se de presbytero. Foi muito instruido nas letras humanas, tendo grande conhecimento das linguas grega, latina, italiana e hespanhola. Escreveu : *Gigantomachia; a D. Antonio de Menezes*, Lisboa, 1628: poema em 8.ª rima castelhana e composto de 5 livros, a que se segue a *Fabula de Anaxarete*, tambem em castelhano; *Templo da Memoria; poema epithalamico nas felicissimas bodas do ex.*^mo^ *sr. Duque de Bragança e de Barcellos, Marquez de Villa Viçosa, Conde de Ourem*, etc. (depois rei D. João IV, de Portugal), Lisboa, 1635. *Relação do que se passou na felice acclamação*, etc., *dedicado aos fidalgos de Portugal*, Lisboa, 1641; *Obras varias al real palacio del Buen-Retiro*, escripto em hespanhol, Madrid, 1637; *Discurso poetico* em louvor da *Ulysséa* de Gabriel Pereira de Castro. andava nas 3.ª e 4.ª edições da mesma *Ulysséa*. O *Ensaio biographico-critico sobre os melhores poetas portuguezes*, por José Maria da Costa e Silva, traz de pag. 216 a 286, uns apontamentos biographicos de Manuel de Galhegos, e a apreciação critica dos seus poemas, de que transcreve alguns trechos.

Galheira. Povoações nas freguezias: S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Galheira de Fóra. Pov. na freg. de Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Galhetas. Pov. na freg. de N. S.ª da Gaiola, de Cortes, conc. e distr. de Leiria.

Galhufe ou **Galhufa.** Pov. na freg de Santa Maria, de Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Galiana. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção e conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição, de Redinha, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Braz, de Granja, conc. de Mourão, distr. de Evora.

Galisbaga. Ponta da prov. de Gôa, India. Serve apenas para abrigo de pequenas embarcações, como patamarins. || Rio da prov. de Gôa, em cuja foz se encontra o porto de Galisbaga. Vae desaguar no Oceano Indico.

Galla. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || S. Simão, de Mamarrosa, concelho de Oliveira do Bairro, districto de Aveiro.

Gallão *(Padre Joaquim Cordeiro)*. Mestre da capella real de Villa Viçosa, durante os primeiros 25 annos do seculo XIX, sendo depois conego thesoureiro da mesma capella. Esteve depois em Lisboa, como mestre do infanta D. Anna de Jesus Maria, e fal. pouco depois de 1831. Deixou algumas composições religiosas No archivo da sé de Lisboa, dizem existir, além de varios psalmos, uma missa e um motete que teem a data de 1789. No da sé de Evora ha tambem alguns psalmos, e na bibliotheca da Ajuda guardam-se dois psalmos, com a data de 1792.

Gallaxos *(Monte dos)*. Na freg. de S. Pedro, de Vaqueiros, conc. de Alcoutim, distr. de Faro.

Gallega. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Alvorge, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || S. João Baptista, de Carvoeiro, conc. de Mação, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Martinho, de Casal Comba, conc. de Mealhada, distr. de Aveiro. || Monte na freg. de S. Pedro, conc. de Alcoutim, distr. de Faro.

Gallegas. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Gallego. Familia oriunda da Galliza, e que procede de D. Fruella I, de Leão. Em Portugal, esta familia tem por armas: Em campo azul uma cruz de ouro firmada entre quatro borregos de prata e um vermelho carregado da mesma cruz; timbre, um dos borregos de prata. Em Castella, esta familia tem o escudo partido em pala; na primeira, em campo vermelho um castello de ouro; a segunda de prata com um leão sanguinho. Outras familias d'este appellido usam as armas dos Fajardos.

Gallego *(João e Pedro)*. Celebres curandeiros de Aljezur, no Algarve, que tiveram no seculo XVI fama de milagreiros. Eram pae e filho. Depois de mortos, o povo supersticioso os venerou como santos, attribuindo-lhes muitos milagres.

Gallego *(Lopo)*. Grammatico e humanista do seculo XVI, muito considerado. Era natural de Coimbra. Estudou na Universidade de Paris, e foi depois professor em Coimbra, por provisão real passada em Lisboa a 20 de setembro de 1544, e por outra, datada de 15 de outubro de 1547. Compoz uma *Arte da Grammatica latina com os principios da Rhetorica*.

Gallego *(Fr. Pedro)*. Religioso da ordem de S. Francisco Era natural da villa de Portel, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Militou em Africa durante 24 annos, e resolveu por fim abandonar o mundo, e dedicar se á vida claustral, professando na provincia de S. Gabriel, em Castella. Foi muito apreciado na arte da cavallaria e principalmente da gineta; como cavalleiro era muito considerado em Hespanha. Escreveu o seguinte livro: *Tratado da Gineta, ordenado das respostas que um cavalleiro de muita experiencia deu a vinte e quatro perguntas, que certo curioso lhe mandou propôr, ao ex.*^mo^ *sr. D. João II, duque de Barcellos*, Lisboa, 1629. Este livro saiu anonymo, por ser o autor já religioso franciscano, quando se publicou, e enten-

der que não convinha ao seu estado pôr o nome em tal composição.

Gallego *(Pero)*. Moço fidalgo de Vianna do Castello, o mais original dos celebres aventureiros que viveram no tempo de D. João III. Militou em Africa, assignalando-se pela sua coragem, indo depois descançar para a sua terra natal. Mais tarde, já fatigado da sua inacção, ou desejoso de augmentar as suas façanhas, influiu 30 rapazes de Vianna para que fretassem um barco e fôssem correr mares em busca de aventuras. Pero Gallego era estimado e respeitado por todos; a fama das suas façanhas, a destreza no jogo das armas e em todos os exercicios corporaes, davam lhe um certo prestigio. O seu convite foi acceito, e n'um dia de abril de 1517 saíram a barra de Vianna, ás escondidas das familias para que não os dissuadissem do seu intento. O primeiro navio, que encontraram, foi uma galé argelina tripulada por 80 homens; depois de descarregarem os seus 4 canhões de ferro, os companheiros de Pero Gallego correram á abordagem, e foi tal o seu impeto, que a galé argelina se rendeu, e Pero Gallego levou-a em triumpho aos portos de Algarve. O exito d'esta empresa enthusiasmou por tal fórma os jovens viannenses, que nenhuma façanha julgaram já impossivel; e na verdade, dirigidos pelo seu chefe, fôram durante tres annos o terror dos barbarescos. As successivas prezas que fizeram sobre os corsarios, haviam enriquecido os destemidos navegadores, e deliberaram recolher a Vianna do Castello. Aportaram a Cadiz, onde estava a esquadra hespanhola do almirante Pedro Navarro; e Pero Gallego entrou no porto com o pavilhão portuguez arvorado no topo do mastro. O almirante, irritado, intimou-o a arriar a bandeira, e não foi obedecido. Pedro Navarro mette-se n'uma galé, e vae elle proprio punir, a tiro de peça, o audacioso estrangeiro, mas Pero Gallego não se intimida, responde ao canhão com o canhão, atravessa a esquadra inimiga sobresaltada, e que se prepara a atacal-o, e regressa triumphante a Vianna, onde, sabedores d'esta extraordinaria aventura, os habitantes o recebem com o maior enthusiasmo. O almirante reclamou, o governo de Carlos V pediu uma satisfação ao governo de D. João III. A bandeira hespanhola havia sido insultada por um simples corsario portuguez, e Navarro, vendo se ludibriado e offendido no seu brio e dignidade, queria a todo o transe que se lhe désse uma satisfação. O governo de D. João III fingiu attender a reclamação, mas o que parece é que deixou Pero Gallego tranquillo gozando a fama popular que adquirira.

Gallego. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria. || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr de Coimbra.

Gallegos. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 650 hab. e 183 fog. Tem correio. A pov. dista 3 k. da séde do conc A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. N'esta freguezia ha umas aguas sulfureas. A nascente está situada no logarejo dos Castanheirinhos; brota a poucos metros da estrada e da ribeira do Eirogo em nivel inferior ás aguas d'este riacho, no fundo d'um poço quadrangular, tendo por base a rocha viva, irregular e granitica, e por paredes lateraes massames de cantaria. Este tanque, destapado exteriormente e exposto á acção do ar e do tempo, foi construido a expensas do municipio. As aguas são em parte aproveitadas para a irrigação dos terrenos visinhos, e em parte conduzidas sobre canaes de madeira, para dentro d'uma casa de banhos, a uns cem metros de distancia do tanque matriz, d'onde correm por um orificio, a pouca altura aberto, para o terreno subjacente. Quasi encostado ao poço existe um forno, toscamente construido, contendo uma caldeira de ferro, no qual a fogo directo são aquecidas as aguas sulfureas, que vão alimentar um modestissimo balneario contiguo. Este é feito de madeira com umas pequenas tinas. As aguas fôram analysadas em setembro de 1867, por ordem do governo, pelos doutores Pereira Caldas, de Braga, J. B. Schiappa de Azevedo e F. G. Klass, engenheiros de minas. Em 1883 o professor de chimica, José Julio Rodrigues, fez nova analyse. São muito aproveitadas em banhos no tratamento de muitas doenças cutaneas e rheumaticas, assim como no de certas nevralgias e doenças do apparelho pulmonar. Bibliographia: *As aguas sulfureas de Mosqueiro e de Santa Maria de Gallegos nos suburbios de Barcellos*, por José Julio Rodrigues, Lisboa, 1885. || Pov. e freg. de S Martinho, da prov. do Minho. conc. e com. de Povoa de Lanhoso, distr. e arceb, de Braga; 317 hab. e 98 fog A pov. dista 1 k. da séde do conc. Esta freg. é mais antiga que a monarchia portugueza. A mitra apresentava o reitor, por concurso, que tinha 80$000 réis annuaes. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 355 hab. e 78 fog. Tem correio. A pov. dista 5 k. da séde do conc. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Esta freg. tambem é conhecida pela designação de *S Martinho dos Gallegos*. || Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. do Porto Está reunida á pov de S. Pedro, da Boa Vista, tendo as duas reunidas, 947 hab. e 250 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 5 k. da séde do conc. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut, e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pequena villa, hoje extincta, na freg. de S. Pedro, de Valle de Nogueiras, na prov. de Traz-os-Montes, conc. e distr. de Villa Real. Foi honra. El-rei D. Diniz dormiu aqui uma noite, no anno de 1300, e os moradores, por esse motivo, erigiram lhe um arco de cantaria. N'esse anno o monarcha deu lhe foral com grandes privilegios, e D. Manuel o confirmou no foral novo que lhe deu, em Evora, a 12 de novembro de 1519 || Povoações nas freguezias: Santa Maria Magdalena, de Cem Soldos, conc. de Thomar, distr. de Santarem || S. Gabriel, de Granja do Ulmeiro, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição, (sé) conc. e distr. da Guarda || Santa Marinha, de Villa Marim, conc. e distr. de Villa Real. || Casaes na freg. de S. Pedro, de Alcanena, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || Monte na freg. de Santo Antonio, de Couço, conc. de Co-

ruche, do mesmo distr. || Monte na freg. de N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. de Evora.

Gallegula. Povoações nas freguezias: S. Simão, de Nesperal, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || S. Vicente, de Paio Mendes, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Galleguinha Grande e **Pequena.** Dois montes na freg de S. Thiago, de Entradas, conc. de Castro Verde, distr. de Beja.

Gallifães. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Gallifonxe. Pov. na freg. de S. Pedro, de Lordosa. conc. e distr. de Vizeu.

Galilé, Antigo cemiterio murado para pessoas nobres, que houve n'alguns conventos, especialmente benedictinos. Tambem se chama assim a galeria entre a parede do frontispicio e a parte da nave em algumas egrejas.

Gallinhas. Pov. na freg. de S Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra || Ilha do conc. e com. de Bolama, prov. da Guiné e bisp. de Cabo Verde, Africa Occidental. Pertence ao archipelago de Bijagoz, e está situada a S O da ponta de Bolama, na ilha d'este nome. Tanto esta ultima como a das Gallinhas acham-se separadas por um estreito canal de 3 k. de largura. Este, prolongando-se, dá entrada, pelo lado septentrional, ao rio Grande de Guinalá. A ilha mede 9 k. de comprimento por 4 de largura e 30 de circumferencia. Na costa N possue uma pequena angra, que dá abrigo a barcos de pequena lotação. Tem excellente agua potavel, solo uberrimo, frondoso arvoredo, bons tratos de terreno para pastagens, e optimas madeiras. Algodão, aniz, arroz, mancarra, azeite de palma, e vinho de palmeira. Algum gado e abundancia de tartarugas nas costas. Foi doada em 12 de março de 1828 por Damião, senhor d'ella e rei da ilha de Canhabaque ou Roxa, do referido archipelago de Bijagoz, ao seu antigo camarada e amigo Joaquim Antonio de Mattos, negociante portuguez e governador interino do distr. da Guiné. Quatro mezes depois da doação, Mattos tomou posse d'ella, e offereceu o seu dominio a Portugal, sendo em 1832 incorporada nos dominios da Corôa. || *Parcel das Gallinhas;* baixo que nasce na septentrional da ilha das Gallinhas, e segue para S E aproximadamente até á distancia de 11 k. E' muito perigoso, quer pela irregularidade do seu fundo tão variavel, que de 24 m. passa repentinamente a 9, mas ainda por se encontrar pedra junto á ponta mais oriental entre 6 e 7 m. || Pequeno rio do distr. do Porto. Nasce na freg. de Paredes de Viadores, e entra no rio Ovelha apenas com 5 k. de curso.

Gallinheiro. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Marvilla, conc. e distr de Santarem. Tem est. postal.

Gallinheiros. Ilha Terceira; pov. na freg. do Espirito Santo, de Villa Nova, conc. de Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo.

Gallinhoso. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Revelhe, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Gallis *(Alfredo).* Jornalista e romancista comtemporaneo. E' vastissima a sua bibliographia: sendo umas obras publicadas com o seu nome, outras sob o de *Rabelais: Synopses dos homens celebres de Portugal; A Amante de Jesus; Amorosas; Lascivas; Lubricas; Luxúrias para rir; Os selvagens do occidente; Sensações fortes; Sensuaes; O sensualismo na antiga Grecia*; *Tuberculose Social,* critica dos mais evidentes e perniciosos males da nossa sociedade: *Os Chibos, Os Predestinados, Mulheres perdidas, Os decadentes, Malucos? Os Politicos, Saphicas, A Taberna, Casa de Hospedes, A Sachristia, Mulheres honestas, Os pelintras; Voluptuosidades romanas; O sr. Ganimedes, psychologia de um ephebo.*

Gallisteu. Pov. e freg. de S. Miguel, ha muitos annos supprimida, sendo incorporada na de N. S.ª da Annunciação, de Vide Entre Vinhas, conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda. || Quinta na freg. de Santa Marinha, de Pero Soares. conc. e distr. da Guarda.

Gallisteu Cimeiro e **Fundeiro.** Duas povoações na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Galliza. Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Alcabideche, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa. || S. Domingos, de Fanga da Fé, conc. de Mafra, do mesmo distr. || Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, do mesmo districto.

Gallizes. Pov. e freg. de S. Miguel, que desde o fim do seculo XVIII está incorporada na de N. S.ª da Expectação, de Nogueira do Cravo, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. E' terra fertil. || Pov. na freg. de S. Cypriano, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Gallo *(Manuel de Sousa).* Presbytero, natural do Porto. Escreveu: *Abbreviado compendio das indulgencias do Rosario, colhidas do Bullario do rev. padre fr. João de Marinis; e do livro que no anno de 1727 imprimiu em Madrid fr. Alonso Fernandes,* etc., Coimbra, 1673; *Rosario do Santissimo Sacramento,* etc , Lisboa, 1681.

Gallo. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª de Guadelupe, de Porto da Cruz, conc. de Machico, distr. do Funchal.

Gallo Louro. Pov. na freg. do Salvador, de Alvor, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

Gallos. Pov. na freg. de Santa Cecilia, de Villaça, conc. e distr. de Braga.

Galoxa. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Ribeira de Niza, conc. e distr. de Portalegre.

Galrão *(Joaquim José).* Fabricante muito habil de instrumentos de cordas, que existiu em Lisboa nos fins do seculo XVIII e principios do XIX. Nada se sabe da sua biographia. No museu creado pelo fallecido rei D. Luiz I, guardam-se com grande estimação dois violinos, uma viola e um violoncello d'este fabricante, que tem a seguinte etiqueta: *Joaquim Joseph Galram, fecit Olesiponæ,* 1769. Antonio Vidal menciona-os na sua obra *La Lutherie et les Luthiers,* pag. 299.

Galvã. Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Cepões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Galvana. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição e conc. de Albufeira, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição, conc. e distr. de Faro. || N. S.ª d'Assumpção (sé), do mesmo conc. e districto.

Galvão. Familia procedente do Alemtejo, cujo appellido foi alcunha, porque chamavam n'essa provincia galvão ao gavião. Tem por armas: escudo partido em pala, tendo na primeira em campo de prata um gavião negro aberto armado de azul, com um crescente de ouro no peito, e na segunda em campo vermelho seis costas de prata

formadas e postas em pala; timbre, um gavião como o do escudo nascente com uma costa de prata no bico.

Galvão *(Fr. Antão).* Eremita calçado da ordem de Santo Agostinho; doutor e lente de Theologia na Universidade de Coimbra. N. na villa de Torrão, no Alemtejo, e fal. em Santarem a 20 de setembro de 1609. Era filho de João Martins Galvão, alcaide-mór de Torrão, e de Izabel Pires Soares. Professou no convento de Evora a 2 de janeiro de 1583. Foi muito perito nas linguas latina, grega e hebraica. Doutorou-se em 16 de junho de 1596. Deixou manuscripto 1 volume de *Sermões varios.*

Galvão *(Antonio).* Capitão e governador das ilhas Molucas. N. na India Oriental, e fal. em Lisboa a 11 de março de 1557. Era filho de Duarte Galvão, chronista-mór do reino, e neto de Ruy Galvão, secretario d'el-rei D. Affonso V (V. *Galvão, Ruy)* e de D. Catharina de Sousa, sua mulher. Sendo nomeado governador, appareceu em outubro de 1536 á vista de Ternate, e alterando completamente o systema dos seus antecessores, mandou propôr a paz aos regulos das Molucas, que se haviam colligado contra os portuguezes, recusando-se á obediencia a Portugal. Os regulos pensaram que a proposta era signal de fraqueza, e não a acceitaram. Antonio Galvão, resolvido a obrigar os adversarios ao respeito e vassallagem ao monarcha portuguez, foi procural os a Teder, onde elles se haviam concentrado. Atravessando pelo meio da esquadra inimiga foi fundear n'aquelle porto, atacou em seguida a fortaleza e a cidade, que reduziu a cinzas, depois de renhido combate. Os regulos quizeram tirar a desforra, e prepararam-se para virem a Ternate combater a fortaleza, mas Antonio Galvão antecipou-se, e tomando a iniciativa derrotou os novamente, ficando morto o rei de Ternate, e o de Teder obrigado a fazer pazes; os outros fugiram, sem sequer se demorarem a pedir misericordia. D'esta fórma, as ilhas Molucas, que tinham sido theatro de grande devastação, ficaram totalmente pacificadas, e n'ellas restabelecido o socego. Antonio Galvão empregou desde então todos os esforços no bom desempenho da commissão que lhe fôra confiada, e de tal fórma soube conciliar o affecto e respeito dos indigenas, que não querendo estes obedecer ao rei Cachil Aeyro, elegeram o capitão portuguez para seu soberano, mas Antonio Galvão recusou a corôa, empregando toda a sua influencia para que os de Ternate reconhecessem Cachil Aeyro como seu legitimo rei, conservando elle simplesmente o governo. A este heroico governador deveu Portugal a restituição da obediencia e vassallagem das ilhas Molucas. Tambem para exaltar a religião christã derrubou os pagodes, templos gentilicos onde se veneravam os idolos, e edificou egrejas á sua custa, ornando as com preciosos donativos, para se celebrar o culto religioso; fundou um grande seminario para se educarem os filhos dos infieis e se instruirem nas maximas conducentes para o governo da vida civil. Todas estas obras, que lhe grangearam o nome de *Apostolo das Molucas,* o empobreceram, e assim voltou a Portugal esperando receber da liberalidade regia recompensa condigna aos seus serviços, mas só achou indifferença e dureza nos ministros, o que lhe causou profundo desgosto. Vendo-se ao desamparo procurou refugio no hospital de Lisboa, onde viveu 17 annos em miseria, que soffreu resignado, entregando-se a exercicios da vida espiritual e a tratar os enfermos com a mais fervorosa caridade, até que falleceu. A confraria da côrte lhe deu então por esmola a mortalha em que foi envolvido. Antonio Galvão deixou como testamento a seguinte obra, de que nomeou testamenteiro Francisco de Sousa Tavares: *Tratado dos diversos e desvairados caminhos por onde nos tempos passados a pimenta e especiaria veio da India ás nossas partes, e assim de todos os descobrimentos antigos e modernos que são feitos em a era de 1550,* Lisboa, 1563. Saiu por diligencia do testamenteiro do autor Francisco de Sousa Tavares. A obra reimprimiu-se com o seguinte titulo: *Tratado dos descobrimentos antigos e modernos, feitos até á era de 1550, com os nomes particulares das pessoas que os fizeram, e em que tempo... e dos desvairados caminhos por onde a pimenta e especiaria veio da India ás nossas partes...,* Lisboa, 1731. Era adornada com um retrato do autor, grosseiramente gravado em madeira. A obra foi traduzida em inglez, e publicada em Londres, em 1862. N'ella estão recopilados serviços que o reino de Portugal prestou á geographia e á civilisação desde o tempo do infante D. Henrique; tambem aqui apparece pela primeira vez a idéa do rompimento do isthmo do Panamá, indicando o autor quatro sitios onde se poderia abrir o canal.

Galvão *(Antonio Severim Alves).* General de divisão reformado. N. a 5 de junho de 1832; assentou praça em 7 de abril de 1850 em infantaria n.º 7, e teve passagem para infantaria n.º 1 em outubro de 1851. Passou á commissão geodesica em 14 de abril de 1859, como tenente graduado, e em 15 de dezembro de 1868 passou a tenente effectivo. Foi promovido a capitão em 4 de dezembro de 1872, a major a 3 de novembro de 1884, a tenente coronel em 20 de abril de 1885, a coronel a 16 de julho de 1888, e pouco depois a general de brigada, reformando-se em general de divisão graduado em 23 de agosto de 1894. Commandou o regimento de caçadores n.º 12, na ilha da Madeira, e infantaria n.º 1. Foi governador da praça de Peniche. Era cavalleiro agraciado em 1873 e commendador da ordem de Aviz em 1888. Em 1869 foi condecorado com a medalha militar de prata da classe de comportamento exemplar.

Galvão *(Bartholomeu).* Filho do rei d'armas Garcia Lopes Valdovinos. N. em Lisboa, e viveu na India nos principios do seculo XVI. Compoz varias poesias e comedias, que ficaram inéditas.

Galvão *(Duarte).* Chronista-mór do reino, secretario de D. João II, etc. N. em Evora pelos annos de 1445, fal. na ilha de Camarão, a 9 de junho de 1517. Era filho de Ruy Galvão e irmão do bispo D. João Galvão *(V. estes nomes).* Em 1460 D. Affonso V o nomeou chronista-mór, para substituir Fernão Lopes, e D. João II o escolheu depois para seu secretario. El-rei D. Manuel o enviou como embaixador a Roma ao papa Alexandre VI, ao imperador d'Allemanha Maximiliano I, e ao rei de França, Luiz XII. Recebendo D. Manuel em 1514 uma embaixada da rainha Helena, regente do imperio da Ethiopia, em nome de seu filho David, com alguns presentes preciosos, que fôram entregues pelo embaixador Ma-

theus, armenico de nação, nomeou Duarte Galvão embaixador áquelle vasto imperio para agradecer áquella soberana; Galvão partiu a 7 de abril de 1515 na armada em que ia por governador da India Lopo Soares de Albergaria, acompanhado de Francisco Alvares, capellão de D. Manuel, e chegando á India com feliz viagem, passou ao estreito do Mar Roxo. Não conseguiu, porém, desempenhar a missão de que fôra incumbido, porque a morte lh'o não permittiu. Os seus restos mortaes vieram para Lisboa, trazidos por seu filho Antonio Galvão, e fôram depositados no convento de S. Francisco Duarte Galvão exerceu o cargo de alcaide-mór de Leiria, e era casado com D. Catharina de Sousa, filha de Fernão de Sousa, que tambem desempenhou o referido logar, e de D. Izabel de Albuquerque, filha de João Gonçalves de Gomide, senhor de Villa Verde. Por ordem de el rei D. Manuel recopilou as chronicas dos reis, que Fernão Lopes deixara escriptas, mas d'esses trabalhos apenas se imprimiu a chronica de D. Affonso Henriques. Em 1726 publicou-se: *Chronica do muito alto e muito esclarecido principe D Affonso Henriques, primeiro rei de Portugal, composta por Duarte Galvão, fidalgo da Casa Real, e chronista mór do reino; fielmente copiada do seu original que se conserva no Archivo Real da Torre do Tombo... por Miguel Lopes Ferreira*, Lisboa, 1726. Nos ineditos que deixou ha uma carta longa, escripta a Affonso d'Albuquerque, sendo governador da India, com a resposta d'este. Diz Innocencio, quo estas cartas veem n'um livro manuscripto muito curioso, que elle possuia, todo composto de cartas, e escripto em letra dos principios do seculo XVII, a folhas 150 a 162. Na bibliotheca da Universidade de Coimbra existe um manuscripto intitulado *Chronica de D. Affonso Henriques, por Duarte Galvão*. Na primeira pagina tem o retrato e as armas de *Duarte Galvão*. No principio está uma biographia do autor, escripta por Lourenço Anastacio Mexia Galvão, que era neto de um irmão de Duarte Galvão. A'cerca d'este chronista publicou-se em 1905 o seguinte livro: *Duarte Galvão e a sua familia; memoria apresentada á Academia Real das Sciencias de Lisboa*, por Sousa Viterbo, seu socio correspondente. A publicação fez-se por ordem da referida academia e impressa na sua typographia. Esta *Memoria* traz 36 documentos ineditos, que são grandes auxiliares para a historia dos reinados de D. Affonso V, D. Manuel e D. João III.

Galvão *(Florencio Peres Furtado)*. Doutor em Medicina e lente proprietario da cadeira de materia medica e pharmacia, na Universidade de Coimbra. N. em Penella, onde tambem fal. a 17 de agosto de 1865. Era filho de Luiz José Peres d'Almeida Freire. Doutorou-se a 20 de julho de 18.5, e jubilou-se no principio do anno de 1859. Foi partidario decidido da homœopathia, profundou esta doutrina e a explicou aos seus discipulos em quanto esteve na Universidade.

Galvão *(Francisco)*. Estribeiro do duque de Bragança, D. Theodosio II, e pae de Antonio Galvão de Andrade *(V. Andrade)*. N. em Villa Viçosa pelos annos de 1563, onde tambem falleceu em 1635 ou 1636. Era casado com D. Ignez Mouro, filha de André Alvares Mouro. Parece que collaborou com fr. Pedro Gallego na obra intitulada *Tratado da Gineta*.

Galvão *(Fr. Ignacio)*. Religioso da ordem de S. Domingos, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra; prior do convento de Evora, reitor do collegio de Santo Thomaz de Coimbra, consultor do Santo Officio. Era natural de Evora, mas desconhecem-se as datas do seu nascimento e fallecimento. Professou a 22 de fevereiro de 1592. Escreveu: *Sermão na festa do glorioso doutor angelico Santo Thomaz, a 8 de março de 1612*, Lisboa, 1612. Tambem deixou impressos 2 volumes em latim, relativos ao mesmo Santo Thomaz, de que era particular devoto.

Galvão *(Januario Peres Furtado)*. Cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição, bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, lente da Escola Medico Cirurgica do Porto, etc. N. no concelho de Penella a 14 de dezembro de 1808; fal. no Porto a 18 de junho de 1857. Era irmão do dr. Florencio Peres Furtado Galvão, lente jubilado da referida Universidade. Matriculou-se na faculdade de Medicina, mas em 1828, pela perseguição politica que lhe moveram, por se manifestar abertamente contra o poder absoluto, viu-se obrigado a interromper os estudos; no mesmo anno de 1828 foi preso, conseguindo recuperar a liberdade sómente em 1832. Restituido o governo constitucional, proseguiu o seu curso em 1834, que fez com toda a distincção, obtendo premio nos 3.º e 4.º annos A 11 de junho de 1836 recebeu o grau de bacharel, formando-se a 31 de julho de 1837. Por decreto de 6 de dezembro d'este anno foi despachado lente substituto da Escola Medico-Cirurgica do Porto, passando mais tarde, por decreto de 6 de agosto de 18 0, a lente proprietario da cadeira da referida escola, que comprehendia a clinica medica, hygiene publica e medicina legal. Fundou em outubro de 1842 a *Gazeta Medica do Porto*, juntamente com Luiz Antonio Pereira da Silva e Francisco da Silva Oliveira, e por alguns annos dirigiu aquelle jornal. Escreveu: *Curso elementar de Hygiene*, Porto, 1845; foi adoptado para texto nas escolas de Lisboa e do Porto, e até na faculdade de Medicina da Universidade; *Tratado elementar de Medicina legal, coordenado segundo a legislação portugueza*, Porto, 1858; teve por collaborador o doutor e lente de Medicina José Ferreira de Macedo Pinto; *Breves considerações e conselhos praticos sobre a cholera-morbus asiatica*, etc., Porto, 1848; *Noticia sobre a recente epidemia cholerica; additamento ás «Breves considerações»*, etc., Porto, 1854; *Oração academica, recitada na sessão solemne da abertura da escola medico-cirurgica do Porto, no dia 6 de outubro de 1851*, Porto, 1851.

Galvão *(D. João)*. Bispo de Coimbra e eleito arcebispo de Braga nos ultimos annos da sua vida, bem que não chegasse a ser confirmado n'aquella egreja; foi filho de Ruy Galvão e de Branca Gonçalves. Antes de ser bispo foi frade cruzio recebendo o habito de conego regrante no anno de 1448. Em 1451 embarcou para a Italia na companhia da infanta D. Leonor, irmã de D. Affonso V, e na qualidade de seu capellão ordinario, cuja infanta ia desposar o imperador da Allemanha Frederico III. D. João foi muito bem recebido em Siena pelo celebre prelado Eneas Silvio. Este bispo, que mais tarde subiu ao throno pontificio com o titulo de Pio II, nomeou a D. João Galvão, com quem sempre conservava correspondencia sobre assumptos historicos, seu

legado em Portugal. Depois de chegar ao reino e por morte do prior-mór de Santa Cruz D. Gomes, foi D. João Galvão escolhido para succeder em tão alto cargo. Pouco tempo, porém, exerceu o mandato, porque tendo fallecido D. Affonso Noronha, bispo de Coimbra, foi D. João Galvão investido n'aquella dignidade, muito a contento d'el-rei e do papa Pio II, mas com geral desagrado dos demais bispos portuguezes que lhe oppozeram viva resistencia. Fallecido Pio II em 1464 e subindo ao throno pontificio Paulo III, foi D. João Galvão despojado dos poderes de legado pontificio. D. João fez parte de todas ou de quasi todas as empresas militares do seu tempo, prestando grandes serviços nas tomadas de Arzilla e Tanger; sendo em resultado de taes serviços elevado ás honras da nobreza, fazendo-o el-rei D. Affonso V conde de Arganil, titulo que ficaria inherente aos que lhe succedessem na cadeira episcopal de Coimbra. A carta d'este condado, que primitivamente se chamou de Santa Comba, foi passada a 25 de setembro de 1472. A 25 de abril de 1468, mandava D. Affonso V que D. João Galvão, bispo de Coimbra, tivesse desde o 1.º de janeiro d'esse anno 150:000 reaes brancos de assentamento e os outros 25:000 pelo que havia de haver de um officio de escrivão da puridade. Em 18 de agosto de 1472 é D. João Galvão, bispo de Coimbra, conde de Santa Comba, do conselho de el-rei, escrivão da sua puridade e vedor-mór das obras e residuos do reino, nomeado vedor-mór das obras e alcaide-mór das seccas das comarcas da Beira e Riba de Côa, que até então tivera Diogo Soares de Albergaria; 48 dias depois era creado conde de Arganil. D João Galvão acompanhou D. Affonso V a Castella, tomando parte nas empresas militares que tiveram logar. Nos ultimos annos da sua vida descahiu da graça do papa Xisto IV e do rei, vendo-se obrigado a renunciar o arcebispado de Braga, do qual tinha tomado posse sem ter previamente recebido de Roma a bulla pontificia, e vendo-se despojado do bispado de Coimbra, para o qual já tinha sido nomeado novo prelado; soffreu com isto muitas privações, vindo a fallecer pouco tempo depois, em julho ou agosto de 1485, em extrema pobreza. Foi sepultado no convento de Xabregas.

Galvão *(Fr. Joaquim de Santo Agostinho Brito França).* Licenceado em Theologia pela Universidade de Coimbra, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. em Tavira a 19 de maio de 1767, fal. a 5 de janeiro de 1845. Foi eremita calçado de Santo Agostinho, cuja regra professou a 13 de julho de 1783; recebeu na Universidade o grau de licenceado em 1793. A Academia Real das Sciencias nomeou-o para socio, e encarregou-o de examinar os cartorios do reino, commissão que desempenhou em parte, e em virtude da qual escreveu varias *Memorias* com boa critica, que deu origem a protestos dos frades de Alcobaça, que se deram por aggravados do modo como fr. Joaquim de Santo Agostinho Galvão tratava fr. Bernardo de Brito, accusando-o de falsificador de documentos. Fr. Joaquim de Santo Agostinho teve de defender as suas *Memorias*, o que provocou uma pequena polemica litteraria. Em 1798 passou a ser freire conventual da ordem de S. Bento de Aviz, sendo no anno seguinte nomeado abbade de S. Thiago de Lustosa, no arcebispado de Braga. Foi eleito deputado nas côrtes ordinarias de 1822, e em 1823 teve a mercê da commenda da ordem de Aviz. Esteve annos mais tarde governando algum tempo o bispado de Bragança, como governador e vigario apostolico, durante a detenção do bispo D. Antonio Luiz da Veiga Cabral. Falleceu na sua abbadia. Diz Innocencio, no IV vol. do *Diccionario bibliographico*, pag. 58, que existe na secretaria da Academia Real das Sciencias a biographia manuscripta de Joaquim de Santo Agostinho Brito França Galvão, por João Baptista da Silva Lopes. Escreveu: *Memoria sobre uma Chronica inédita da conquista do Algarve;* no tomo I das *Memorias de Litteratura da Academia*, de pag. 74 a 90; *Memoria sobre as moedas do reino e conquistas;* no referido tomo, de pag. 344 a 432; *Memoria sobre os codices manuscriptos, e cartorio do real mosteiro de Alcobaça;* no tomo V, das referidas *Memorias*, de pag. 297 a 362; *Resposta ao opusculo intitulado: «Exame critico sobre a Memoria academica, que o rev.^mo P. M. Fr. Joaquim de Santo Agostinho offereceu á Real Academia das Sciencias de Lisboa em 4 de julho de 1794»*, etc.; *A'cerca dos codices manuscriptos e cartorio do R. mosteiro de Alcobaça, pelo autor da Memoria*, Lisboa, 1800; *Proposições d'Ethica e Direito natural, dedicadas ao ex.^mo Cardeal patriarcha de Lisboa, defendidas no convento de N. S.^a da Graça, por occasião do capitulo provincial*, Lisboa, 1796; *Reflexões sobre o Correio Braziliense*, Lisboa, 1809; sem o nome do autor; *A Voz da Natureza sobre a origem dos governos; tratado em dois volumes, tirado da segunda edição franceza, publicada em Londres em 1809*, Lisboa, 1814; 2 tomos. Durante o tempo que esteve no bispado de Bragança, escreveu uma *Pastoral*, que foi classificada de excellente. Dizem, que anda inserta n'uma collecção, que por essa epoca se imprimiu em Coimbra. Consta que deixou ainda algumas obras inéditas, entre as quaes uma *Historia da Monarchia Portugueza*, dividida em 3 partes, e um *Diccionario da lingua portugueza.*

Galvão *(José de S. Francisco Castello Branco).* Conego regular da ordem de Santo Agostinho; prior das egrejas de Fontello e de S. Martinho de Ranhados, e por ultimo abbade de Sevadim. N. em Lisboa, e fal. a 20 de novembro de 1732. Era filho de Francisco Galvão, escrivão da camara de D. João V, da repartição da justiça, e de D. Marianna Ignacia de Castello Branco. Professou no convento de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, a 4 de abril de 1712. Escreveu: *Oração funebre nas exequias do ex.^mo D. Nuno Alvares Pereira de Mello, duque de Cadaval, marquez de Ferreira, conde de Tentugal, dita na egreja de S. Martinho, de Ranhados;* Coimbra, 1727.

Galvão *(Lourenço Anastacio Mexia).* Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo, estribeiro da rainha D. Maria I, escriptor, etc. N. em Thomar a 10 de outubro de 1739, fal. a 23 de junho de 1796. Escreveu: *Epitome panegyrico da vida de Lourenço Luiz Galvão, fidalgo da Casa Real, governador da praça de Olivença, coronel de infantaria*, etc., *offerecido a sua filha a preclarissima senhora D. Luiza Maria d'Origny Galvão*, Lisboa, 1760; saiu com o nome de Antonio Lucas Velaxi Mareco Gama; *Elogio do Senhor Joaquim Ignacio da Cruz Sobral, fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo*, etc., Lisboa, 1781: ha uma critica manuscripta

ácerca d'este elogio, attribuida ao professor Francisco de Salles; *Compendio da vida da gloriosa virgem e martyr Santa Iria, religiosa da ordem de S. Bento*, Lisboa, 1763, saiu anonymo; *Vida do famoso heroe Luiz de Loureiro, commendador da ordem de Christo, do conselho d'el rei D. João III, governador e capitão general das praças de Santa Cruz de Cabo de Aguer, Çafim, Mazagão, Arzilla e Tanger, adail mór d'este reino; escripta e offerecida á muito alta e poderosa rainha a senhora D. Maria I*, Lisboa, 1782; *Vida de Francisco Galvão, fidalgo da serenissima Casa de Bragança, eestribeiro-mór do Senhor D. Theodosio II, pae do senhor rei D. João IV*, Lisboa, 1783; com o retrato de Francisco Galvão; saiu anonymo; *Parabem ao ill.mo e ex.mo sr. marquez de Pombal em o faustissimo dia de seus annos*, Lisboa, 1776. V. *Galvão (Duarte)*.

Galvão *(D. Paio)*. Cardeal do seculo XIII, nascido em Guimarães, e fallecido no convento de Monte-Cassino. Foi elevado á purpura cardinalicia pelo papa Innocencio III, em 1206.

Galvão *(Ruy)*. Cavalleiro da Casa Real, creado da rainha D. Leonor e secretario de D. Affonso V. Era filho d'um clerigo chamado João Fernandes. Em 12 de setembro de 1450 foi-lhe passada carta de privilegio para um azenheiro que tinha na sua azenha de Barearena. Um anno antes, e por carta de 24 de julho, concedera-lhe el-rei a parte que tinha nos moinhos que haviam sido de Pero de Lemos, situado no rio de Lima. Ruy Galvão foi casado com Branca Gonçalves, de quem teve varios filhos. Em 25 de março de 1453 fez-lhe el-rei a doação d'umas casas, que D. Pedro, arcebispo de Lisboa, comprara sem previa licença, a João d'Ornellas e que eram situadas na rua dos Escanos. Sendo criado, como se disse da rainha D. Leonor, e seu affectuoso partidario, foi inimigo do infante D. Pedro, regente do reino, e por isso bem acolhido do juvenil monarcha D. Affonso V., que sempre lhe dedicou particular estima. Ruy Galvão já era fallecido em 1474.

Galvão de Baixo. Pov. na freg. de Santa Maria da Porta e conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Galvão de Lacerda *(Gonçalo Manuel)*. Cavalleiro professo da ordem de Christo; fidalgo da Casa Real, deputado do conselho ultramarino e da Casa de Bragança, enviado extraordinario á côrte de Paris, etc. Era natural de Lisboa, mas desconhecem-se as datas do seu nascimento e fallecimento. Era filho do dr. José Galvão de Lacerda, desembargador do Paço e chanceller-mór do reino, e de sua mulher, D. Christina da Silva e Castro. Muito perito nas linguas latina, franceza e italiana, assim como nos livros politicos e historicos. Foi eleito academico da Academia Real de Historia Portugueza, a 18 de novembro de 1729. Escreveu: *Elogio funebre de José da Cunha Brochado, academico e censôr da Academia Real da Historia Portugueza, recitado em 8 de outubro 1733;* vem publicado no tomo XII da *Collecção dos Documentos e Memorias da Academia Real*, Lisboa, 1733; *Pratica com que gratulou a Academia Real de estar admittido por seu collega;* saiu no tomo XI da referida *Collecção*, Lisboa, 1729. Publicou tambem, a *Conta dos seus estudos academicos em 23 de fevereiro de 1730; em 4 de janeiro de 1734; em 13 de março de 1732;* nos tomos X e XI da citada *Collecção*, annos de 1730, 1731 e 1732; no tomo XI tambem saiu: *Conta dos seus estudos no Paço* a 7 de setembro de 1732.

Galvão da Silva *(Manuel)*. Orientalista, que escreveu o seguinte opusculo: *Observações sobre a historia natural de Gôa, feitas no anno de 1784, e agora publicadas por J. H. da Cunha Rivara*, Nova Gôa, 1862.

Galveia. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sá, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello.

Galveias *(André de Mello e Castro, 4.º conde das)*. Commendador de S. Thiago de Lanhoso e de Santa Marinha de Pena, no arcebispado de Braga, ambas na ordem de Christo; governador e capitão general das Minas, vice-rei do estado do Brazil, etc. N. em dezembro de 1668, fal. em 28 de janeiro de 1753. Era filho do 1.º conde do mesmo titulo, D. Diniz de Mello e Castro, e de sua mulher, D. Angela Maria da Silveira; irmão do 2.º conde das Galveias, D. Pedro de Mello e Castro. Seguindo a carreira ecclesiastica, estudou na Universidade de Coimbra, e depois de ser graduado, foi deão da capella ducal de Villa Viçosa; mais tarde, abandonando a carreira religiosa em 1711, foi a Roma como enviado extraordinario, onde deu entrada publica com toda a magnificencia, sendo em 1718 elevado a embaixador. N'aquella cidade, onde residiu durante os pontificados de Clemente XI, Innocencio XIII e Benedicto XIII, tratou de muitas questões importantes nos primeiros annos da sua enviatura; teve depois de empregar a sua intelligencia e diplomacia para conseguir da curia romana a resolução de muitas cousas tendentes á Egreja, a que D João V dava grande apreço, mas que só eram proveitosas ao papa, que engrossava os seus thesouros á custa das grandes sommas de dinheiro que aquelle monarcha lhe remettia. D. João V, em attenção aos serviços prestados em Roma, concedeu-lhe em outubro de 1721 o titulo de conde das Galveias, de que tirou carta a 2 de outubro de 1724. Em 1732 o nomeou governador e capitão-general das Minas, e em 1735 vice-rei no estado do Brazil, exercendo este honroso cargo até 1750, regressando ao reino a 6 de junho d'este anno. Houve um filho d'este fidalgo, chamado D. Francisco de Mello e Castro, que nasceu em Extremoz em 1702. Era fidalgo da Casa Real; em 1718 passou a servir na India; foi Commissario da cavallaria do Alemtejo, governador da praça de Mazagão, e governador de Moçambique, logar que occupava em 1752. Casou a 2 de março de 1715 com D. Maria Joaquina Xavier da Silva, filha de Manuel da Silva Pereira, cavalleiro professo na ordem de Christo, familiar do Santo Officio e guarda-mór do consulado de Lisboa, casado com D. Michaela Antonia da Silva D'este consorcio nasceram 7 filhos, em que se contam: D. Manuel Bernardo de Mello e Castro, que foi o primeiro visconde da Lourinhã; D. Martinho de Mello e Castro, grande diplomata; D. Violante Joaquina de Mello e Castro, que succedeu na casa a seu irmão o 1.º visconde da Lourinhã, por não ter deixado successão legitima, e casou com D Antonio d'Almeida Beja e Noronha, fidalgo da Casa Real. Fôram estes os paes de D. João e D. Francisco de Almeida Mello e Castro 5.º e 6.º condes das Galveias. O brazão d'armas d'esta distincta familia consta do seguinte : um escudo esquartelado, tendo no 1.º e 3.º quarteis

as armas dos Almeidas, antigos condes de Assumar e marquezes de Alorna: no 1.° as armas dos Portugaes, em campo de prata uma espada de vermelho, e n'ella os cinco escudos das armas reaes, como a cruz dos Pereiras, de prata; e no 3.° as dos Almeidas, em campo vermelho seis besantes de ouro entre uma doble cruz e bordadura de ouro; no 2.° quartel, as armas privativas dos antigos condes das Galveias, escudo partido em pala; na 1.ª de vermelho seis besantes de prata entre uma doble cruz e bordadura de ouro; Mellos; na 2.ª em campo de prata seis arruellas de azul, dos que procedem de Alvaro Pires de Castro, ditos da casa do Monsauto; no 4.° quartel as armas dos Lobos, em campo de prata cinco lobos de preto, em aspa, armados de vermelho; timbre, o dos Almeidas de Assumar: uma aguia de vermelho, estendida e abezentada de ouro.

Galveias (*Antonio de Mello e Castro 3.° conde das*). Couteiro-mór da Casa de Bragança; commendador de Santa Maria, de Torredeira; de S. Christovão de Nogueira, e de S. Pedro de Monsaraz, todas na ordem de Christo, e da de Collos e Mouquellas, na ordem de S. Thiago; e das Galveias, na de Aviz. Nasc. a 30 de maio de 1689; ignora-se a data do fallecimento. Era filho do 2.° conde das Galveias, D. Pedro de Mello e Castro, e de sua mulher, D. Izabel de Bourbon. Casou com D. Ignez de Lencastre, dama da rainha D. Maria Sophia, segunda mulher de D. Pedro II, filha de D. João do Lencastre, governador e capitão general do Brazil, na guerra de 1704, etc., e de sua mulher, D. Maria de Portugal. D. Antonio de Mello e Castro herdou a casa e titulo de seu pae.

Galveias (*D. Antonio Francisco Lobo d'Almeida Mello e Castro de Saldanha e Beja, 7.° conde das*). Official-mór da Casa Real, no officio de couteiro-mór da real tapada de Villa Viçosa, e mais coutadas da Casa Real e da Casa de Bragança; senhor da aldeia de Azaruja, que seu avô materno, Martim Lopes Lobo de Saldanha, fundára em terras suas para d'ellas fazer villa, o que realisou, e d'ella teve a mercê do senhorio para si e seus descendentes, seu pae o 6.° conde das Galveias, por decretos de 13 de maio e 5 de junho de 1802, á qual deram a denominação de Villa Nova do Principe, e é hoje conhecida pela villa de Azaruja; par do reino, por carta regia de 30 de abril de 1826, de que prestou juramento e tomou posse na sessão da respectiva camara de 31 de outubro do mesmo anno; alcaide-mór da villa de Borba, na ordem de Aviz; commendador das commendas de S. Pedro, de Monsaraz e de S. Lourenço, de Parada, ambas da ordem de Christo; major de cavallaria, etc. Nasc. a 8 de novembro de 1795, e fal. em Lisboa, a 15 de fevereiro de 1871. Era filho do 6.° conde, D. Francisco de Almeida de Mello e Castro, de sua mulher, D. Maria do Monserrate Lobo de Saldanha. Succedeu na casa e titulo a seu pae, a 9 de março de 1819. Era condecorado com a cruz de ouro pela guerra do Rio da Prata. Casou a 21 de novembro de 1822 com D. Anna Maxima d'Oliveira Almeida Calheiros, filha de Francisco Lopes Calheiros de Menezes, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher, D. Maria Emilia d'Oliveira Almeida Coelho.

Galveias (*D. Diniz de Mello e Castro, 1.° conde das*). Commendador das commendas de Santa Martha de Lordello, Santa Maria de Torredeira, e de outras; governador da provincia do Alemtejo, conselheiro de Estado, etc. N. a 8 de março de 1624, fal. em Lisboa a 18 de janeiro de 1709. Era 3.° filho de D. Jeronymo de Mello e Castro, e de sua mulher, D. Maria Josepha Côrte Real, ambos de nobilissimas familias. Seu pae serviu nas armadas da guarda costa, foi governador do castello de S. Filippe, de Setubal, e do conselho ultramarino. Na acclamação de D. João IV passou D. Diniz de Mello e Castro a servir a provincia do Alemtejo com o conde de Vimioso, e apezar de contar apenas 16 annos de edade, fazia-se respeitar pelos seus maiores. No decurso de tão demorada guerra pelejou 111 vezes contra os castelhanos, mostrando-se sempre com valor e bravura, sendo ferido 22 vezes em combate. Achou-se nas batalhas de Montijo, na do forte de S. Miguel em 1658, nas Linhas de Elvas, Ameixial e Montes Claros; na primeira como soldado, segundo e terceira como tenente-general de cavallaria, e na quarta como general de batalha. No forte de S. Miguel recebeu sete ferimentos, e sendo morto o cavallo em que montava, foi atropellado pela cavallaria hespanhola, e levado prisioneiro até quasi junto dos muros de Badajoz. D'esta triste e dolorosa situação o livrou o valor dos nossos soldados, que travando rija peleja com o inimigo, conseguiram por fim libertar o seu general. Curando-se dos graves ferimentos que recebera, logo no anno seguinte, occupando o mesmo posto de tenente-general de cavallaria de Alemtejo, marchou sobre Extremoz, no exercito do conde de Cantanhede, contribuindo poderosamente para a derrota dos castelhanos na batalha das Linhas de Elvas, e pouco depois alcançou notavel vantagem sobre um corpo de tropas castelhanas que viera sobre Mourão. No inverno de 1662 por duas vezes governou o Alemtejo, e depois que para esta provincia foi nomeado o conde de Villa Flôr, voltou a occupar o seu posto de general de cavallaria, e assim marchou com o exercito que ia soccorrer os defensores de Evora, e que depois da entrega d'esta praça, deu a batalha do Ameixial, contra o exercito do general hespanhol D. João d'Austria. Em 1663, pela ausencia dos condes de Villa Flôr e de Schomberg, ficou governando outra vez a provincia do Alemtejo, e em 1665 fez parte do exercito que nos campos de Montes Claros ganhou a grande victoria contra os castelhanos, na renhida batalha, com que terminou a campanha da Independencia de Portugal. Depois de concluida a paz, D. Diniz de Mello e Castro foi nomeado conselheiro de Estado e de guerra. D. Pedro II, por decreto de 10 de novembro de 1691, lhe fez mercê do titulo de conde das Galveias. Nos principios do seculo XVIII, apezar da sua avançada edade, ainda prestou valiosos serviços na guerra da Succèssão de Hespanha; sendo em 1705 governador das armas no Alemtejo, tomou as praças de Valença d'Alcantara e de Albuquerque, na Extremadura hespanhola, praças que por muito tempo se conservaram na obediencia de Portugal. Fôram estes os seus ultimos triumphos. O conde das Galveias casou com D. Angela Maria da Silveira, filha de André Mendes Lobo, capitão de cavallaria na guerra da Acclamação, etc., e de D. Leonor da Silva, sua mulher. Falleceu com 85 annos, e o seu cadaver foi sepultado na capella-mór do convento dos eremitas de S. Paulo.

Galveias *(D. Francisco de Almeida de Mello e Castro, 6.º conde das).* Official-mór da Casa Real no officio de aposentador-mór; primeiro senhor da aldeia, e depois villa de Azaruja, de juro e herdade; alcaide-mór de Borba, na ordem de Christo; commendador das commendas já citadas, de S. Pedro de Monsaraz, e de S. Lourenço, de Parada, ambas na ordem de Christo; deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, bacharel formado em Canones pela Unniversidade de Coimbra. N. a 6 de abril de 1758, e fal. no Rio de Janeiro a 9 de março de 1819. Era filho de D. Antonio d'Almeida Beja e Noronha, fidalgo da Casa Real; cavalleiro e commendador da ordem de S. Bento de Aviz, coronel do regimento de cavallaria de Elvas, que depois teve o n.º 8; governador militar da praça de Elvas; senhor de varios vinculos em Villa Viçosa, Fronteira, Borba, Monsaraz, Extremoz, e outros pontos da provincia do Alemtejo; e do grande prazo de Arroios em Lisboa; casado com D. Violante Joaquina de Mello e Castro, filha de Francisco de Mello e Castro, filho do 4.º conde das Galveias, D. André de Mello e Castro. Esta senhora succedera na casa de seu irmão, Manuel Bernardo de Mello e Castro, 1.º visconde da Lourinhã *(V. este titulo)*, que falleceu sem successão. D. Francisco d'Almeida succedeu na casa de seu irmão, D. João d'Almeida, 5.º conde das Galveias, a 18 de dezembro de 1814, por não ter successão, assim como no cargo de official-mór da Casa Real, succedendo a seu tio, o 1.º visconde da Lourinhã, no cargo de couteiro-mór da real tapada d'Ajuda. Casou em 1 de outubro de 1794, com D. Maria do Monserrate Lobo de Saldanha, filha e herdeira de Martim Lopes Lobo de Saldanha, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, alcaide-mór de Castello Ventoso, commendador da ordem de Christo, governador e capitão general da capitania de S. Paulo no Brazil, e de sua mulher e prima D. Joanna Bernarda do Monserrate Magalhães Fresnêda de Vasconcellos.

Galveias *(D. Francisco Xavier Lobo d'Almeida Mello e Castro, 8.º conde das).* Official-mór da Casa Real no officio de couteiro-mór da real tapada de Villa Viçosa, e reaes coutadas; par do reino, por successão a seu pae, de que prestou juramento e tomou posse na sessão da respectiva camara de 6 de fevereiro de 1872; 3.º senhor de Azaruja, etc. N. a 26 de novembro de 18 4, fal. em agosto de 1892. Era filho do 7.º conde do mesmo titulo, D. Antonio Francisco Lobo d'Almeida Mello e Castro de Saldanha e Beja, e da condessa, sua mulher, D. Anna Maxima d'Oliveira d'Almeida Calheiros. O conde das Galveias casou a 26 de novembro de 1845 com D. Catharina de Sousa Holstein, 10.ª filha dos 1.ºs duques de Palmella, dama de honor das rainhas D. Maria II, D. Estephania e senhora D. Maria Pia.

Galveias *(D. João d'Almeida Mello e Castro, 5.º conde das).* Official mór da Casa Real; couteiro mór da real tapada de Villa Viçosa e mais coutadas da Casa de Bragança, conselheiro de Estado, ministro dos negocios estrangeiros e da guerra, e interino dos da marinha e ultramar, no Brazil; embaixador junto á côrte de Vienna d'Austria, e enviado extraordinario e ministro plenipotenciario nas côrtes de Londres, Haya e de Roma; conselheiro do conselho da Fazenda, presidente da Junta da Fazenda dos Arsenaes do exercito, gran-cruz das ordens militares de S. Bento de Aviz e da Torre e Espada, reformada por el-rei D. João VI no Brazil; commendador de S. Pedro das Alhadas, na ordem de Christo, no bispado de Aveiro, etc. Nasc. a 23 de janeiro de 1756, fal. no Rio de Janeiro a 18 de janeiro de 1814. Succedeu na casa a seu irmão primogenito, D. Antonio de Noronha e Beja, marechal de campo, commendador da ordem de Christo, tenente-rei da praça de Elvas, etc. que fal. em 1797, no estado de solteiro. Seguindo a carreira diplomatica exerceu os elevados cargos acima descriptos, e achava-se em Londres, quando a Republica Franceza declarou em 1792 guerra á Austria, começando-se a grande lucta em que mais tarde Portugal tambem foi envolvido. Apezar de ser difficil exercer o cargo de ministro pelas circumstancias geraes da politica europeia, e ainda mais difficil pelas constantes hesitações do governo do principe regente D. João, que sem tomar uma resolução definitiva sonhava com a possibilidade de agradar ás duas potencias rivaes, D. João d'Almeida conservou-se muitos annos na côrte de Londres. Em 1801 foi chamado a Lisboa para se encarregar da pasta do ministerio dos estrangeiros, mas em agosto de 1803 teve a exoneração, por exigencia do general Lannes, embaixador de França em Lisboa, exigencia, que sendo apoiada pelo proprio Napoleão, obrigou o principe regente a despedir o ministro só por ser affecto á Inglaterra. Agraciado depois com o titulo de conde das Galveias, ainda voltou ao Rio de Janeiro em 1813, sendo incumbido da pasta do ministerio dos estrangeiros, mas pouco tempo permaneceu n'esse cargo, porque falleceu. Casou com D. Izabel José de Menezes, 5.ª filha dos 1.ºs condes de Cavalleiros, D. Rodrigo José Antonio de Menezes e D. Maria José Ferreira d'Eça e Bourbon. Não havendo descendencia, succedeu na casa e no titulo, D. Francisco d'Almeida Mello e Castro, que foi o 6.º conde das Galveias.

Galveias *(José d'Avillez Lobo d'Almeida Mello e Castro, 9.º conde das).* Couteiro-mór da Casa Real. Nasceu a 5 de outubro de 1872. E' o actual conde d'este titulo, e vive em Costa Paim, da freguezia de Galveias. Era neto do 8.º conde, D. Francisco Xavier Lobo d'Almeida Mello e Castro, filho de D. Eugenia Maria d'Almeida Mello e Castro, primeira filha do referido fidalgo, a qual nasceu a 2? de outubro de 1846 e falleceu em Lisboa a 18 de dezembro de 1880, tendo casado com José de Avillez Ferreira Pinto Bastos, filho de Jorge Frederico de Avilez, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, 3.º filho do 1.º conde de Avillez.

Galveias *(D. Pedro de Mello e Castro), 2.º conde das).* Couteiro-mór da Casa de Bragança, e commendador das commendas já descriptas. Era filho do 1.º conde, D. Diniz de Mello e Castro, e de sua mulher, D. Angela Maria da Silveira; irmão do 4.º conde do mesmo titulo, D. André de Mello e Castro. Serviu na guerra da Acclamação de D. João IV e na da Successão de Hespanha, tendo n'esta ultima o posto de tenente-general de cavallaria, e depois o de general de batalha. Casou em 1684 com D. Izabel de Bourbon, filha de D. Antonio d'Almeida Portugal, 2.º conde de Avintes, do conselho de Estado, etc., e da condessa, sua mulher, D. Maria Antonia de Bourbon. Falleceu a 16 de janeiro de 1738.

Galveias. Villa e freguezia de S. Lourenço, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Ponte do Sôr, distr. e bisp. de Portalegre; 1:708 hab. e 407 fog. Tem misericordia, est. post. e telegraphica; permutando malas com Ponte do Sôr, escolas d'ambos os sexos, medico e pharmacia. A villa dista 9 k. da séde do conc. e está situada na encosta d'uma collina de bello aspecto. Foi fundada por D. Fr. Lourenço Affonso, mestre da ordem de Aviz, em 1342, e ampliada por D. Jorge de Alencastre, filho natural de D. João II, em 1425. O seu primeiro nome foi *Villa Nova do Laranjal*. D. João III deu á povoação categoria de villa em 1538, tomando então o nome actual. Julga-se, mas não ha certeza, que D. Manuel lhe deu foral em 1517, que D. João confirmou por outro, que a fez villa, no referido anno de 1538. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o prior, que tinha differentes generos e 20$000 réis em dinheiro. O terreno é muito fertil em vinho, azeite, fructas, gado, colmeias e muita caça; tem extensos pomares e abundancia d'aguas. Pertence á 4.ª div. mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. Por portaria de 8 de junho de 1906 foi creada a respectiva est. teleg.-postal. Segundo refere Aragão, no vol. I, pag. 234 da sua *Descripção geral e historica das moedas*, etc., no anno de 1869 encontrou-se na villa das Galveias, ao fazer-se uma excavação proximo á egreja matriz, para mais de 12 kilos de moedas portuguezas de bilhão e cobre, as quaes na sua maior parte eram *reaes brancos*, *ceitis* de D. João I, *real branco*, *ceitis e reaes pretos* de D. Duarte e *reaes pretos* e *ceitis* de D. Affonso V, o que leva a crêr que teriam sido enterradas no começo do reinado d'este ultimo monarcha.

Gama. Familia que procede de Ruy Lopes, e cujo appellido provém de alcunha por ter elle domesticado uma gama, que por toda a parte o acompanhava Na *Nobiliarchia portugueza*, de Villas Boas, pag. 281, da edição de 1676, diz-se que procede de Alvaro Annes da Gama, do tempo de D. Affonso III, e que tem o seu solar em Olivença. As armas são: Escudo xadrezado de ouro e vermelho, de tres peças em faxa e cinco em pala, oito de ouro e sete vermelhas acoticadas com duas faxas de prata; timbre, uma gama de ouro faxada de trez faxas vermelhas. A D. Vasco da Gama, pelo descobrimento da India, accrescentou el-rei D. Manuel, ao centro do brazão um escudete de armas reaes, e por timbre um nayre da cintura para cima, vestido ao modo da India, com um escudo das armas na mão.

Gama *(Affonso da)*. Religioso do convento de Santa Maria da Insua, no tempo de D. João III e de D. Sebastião. Era fidalgo e militar, e fez varias viagens á India. Só depois dos 60 annos de edade, é que seguiu a vida religiosa, dando se a grandes penitencias. Morreu aos 80 annos, d'um desastre, naufragando no rio Minho, onde navegava n'um batel.

Gama *(Antonio da)*. Doutor formado em direito Civil, e lente da Universidade de Coimbra; desembargador dos aggravos da Casa da Supplicação e do Paço, etc. Nasc. no Funchal em 1520, e fal em Lisboa a 30 de março 1595. Era filho do dr. Lourenço Vaz da Gama Pereira, que passou á ilha da Madeira com o logar de provedor dos defuntos e ausentes; e de Branca Homem de Gouveia, filha de Francisco Homem de Gouveia e de Izabel Affonso. Depois de estudar a lingua latina e humanidades, passou á Universidade no anno de 1537 a cursar Direito Cesareo. Formou se em 1543, sendo em 23 de fevereiro de 1546 nomeado lente. Indo mais tarde para Bolonha, foi admittido como professor no collegio dos hespanhoes fundado pelo cardeal Albornoz, que n'elle instituiu um logar para um portuguez, cujo provimento era feito pelo arcebispo de Lisboa; este logar durou até á acclamação de D. João IV. Residiu em Bolonha pelos annos de 1549, data em que D. João III o chamou a Coimbra, onde recebeu as insignias doutoraes, sendo depois nomeado desembargador dos aggravos da Casa da Supplicação, passando mais tarde a chanceller e por ultimo desembargador do Paço. Casou com D. Branca Paes, filha de Matheus Esteves e de D. Violante de Abreu. Foi sepultado no convento de Santo Eloy, de Lisboa. Deixou algumas obras manuscriptas em latim, e a seguinte impressa: *Decisiones Supremi Senatus Regny Lusitaniae*, Olyssipone, 1578; fizeram-se mais edições. Antonio da Gama tambem ás vezes se assignava com o appelido de *Pereira*.

Gama *(Antonio Sequeira da)*. Poeta, natural de Campo Maior e fallecido em Lisboa a 19 de novembro de 1727. Era filho de Fernão Martins Ayala, commissario da cavallaria da côrte, e de D. Catharina da Gama e Athaide. Teve notavel dedicação pela poesia e jurisprudencia. Foi sepultado na egreja da Encarnação. Escreveu varias poesias que ficaram ineditas, e uma *Novena das Almas do Purgatorio*, que teve em Lisboa duas edições, 1712 e 1718, e uma em Coimbra, 1719.

Gama *(Arnaldo de Sousa Dantas da)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; cavalleiro da Ordem da Torre e Espada; escriptor, jornalista, poeta, etc. Era mais conhecido pelo nome de *Arnaldo Gama*. Nasc no Porto em 1 de agosto de 1828, onde tambem fal. a 29 de agosto de 1869. Era muito dedicado a estudos historicos, e escreveu alguns romances d'este genero. Foi socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa: redactor do jornal litterario do Porto, *A Peninsula*, e dos jornaes, publicados na mesma cidade: *Porto e Carta*, *Conservador* e *Jornal do Norte*, em que sustentou grandes polemicas politicas. Bibliographia: *O genio do mal*, romance em 4 tomos; Porto, 1857; teve grande successo; *Poesias e contos*, Porto, 1857, *Verdades e ficções; collecção de romances*, Porto; 1859; 2 tomos, o 1.º contém: *Um defeito de organisação*, e o *Chefe dos abencerragens;* o 2.º: *Paulo*, *Carolina*, e *A tomada de Ormuz; Um motim ha cem annos (Chronica portuense do seculo* XVIII*)*, Porto, 1861; *O Sargento-mór de Villar (Episodios da invasão dos francezes em 1809)*, Porto, 1864; *A ultima Dona de S. Nicolau (Episodio da historia do Porto no seculo* XV*)*, Porto, 1866; 2 tomos; *O segredo do abbade*, Porto, 1864; *O filho do Baldaia, romamce historico;* Porto, 1866; *A caldeira de Pero Botelho*, Porto, 1867. Depois da sua morte ainda se publicou o romance *El-rei Dinheiro*. que estava concluido e em poder do editor, e *O Balio de Leça*, em 1872. De alguns dos primeiros romances teem-se feito ultimamente novas edições.

Gama *(Augusto)*. Escriptor e jornalista. Nasc. no Porto a 9 de março 1859. Publicou um livro,

intitulado: *Comedia a serio*, com um prefacio de Camillo Castello Branco. Fundou os jornaes: *Sombra e Luz*, consagrado a assumptos litterarios e á vulgarisação dos modernos processos de photographia; *Industria portugueza*, destinado a tratar todas as questões relativas ao movimento industrial do paiz e estrangeiro.

Gama *(Ayres da)*. Filho de Vasco da Gama e tio do grande descobridor do mesmo nome. Viveu pelo tempo de D. Affonso V até D. Manuel. Foi casado com Maria Garcia de Sequeira, filha de Lopo Garcia Bôca-negra, e houve d'ella 4 filhos: Estevão, Sebastião, Izabel, mulher de Garcia Sanches de Badajoz. e Catharina, mulher de Affonso de Sequeira. Em 1480 era escudeiro do duque D. Diogo. Tomou parte nas guerras contra Castella em tempo de D. Affonso V e era ainda vivo em 1516. Nas moradias da Casa Real, em 1518, encontra se ainda um Ayres da Gama, com 2:500 reaes por mez.

Gama *(Bento Lobo da)*. Natural de Olivença. Era filho de Braz Lobo de Chaves e de Beatriz da Gama. Foi muito dado a estudos genealogicos, e deixou manuscripta: *Genealogia da familia dos Lobos de Olivença.*

Gama *(D. Christovão da)*. Cavalleiro da casa de D. João III. Nasc., segundo se julga, em Evora em 1516 ou pouco depois. Era 4.º filho de D. Vasco da Gama, o grande descobridor do caminho da India, e militou no Oriente com seus dois irmãos, D. Paulo e D. Estevão da Gama. Tinha 16 annos quando partiu para a India, em 1532, saindo de Lisboa na armada de 5 naus, de que era capitão mór o dr. Pero Vaz do Amaral; tendo militado com grande valor e heroicidade, voltou ao reino, onde D. João III o nomeou cavalleiro de sua casa com moradia de 3:200 reaes, dando-lhe tambem a capitania de Malaca. Em 1538 partiu novamente para a India com o vice-rei recentemente nomeado, D. Garcia de Noronha. Por morte do vice-rei, succedida em 1540, foi nomeado governador D. Estevão da Gama, e quando este encarregou seu irmão D. Christovão de castigar e regulo de Torká, os fidalgos disputaram entre si a honra de o acompanhar, pela muita consideração e sympathia que lhes merecia. Tambem foi D. Christovão quem commandou a força 400 homens que o governador D. Estevão da Gama mandou contra o scheick de Zeilá, em defeza do negus da Abssynia. A pequena expedição foi bem provida de artilharia. D. Christovão da Gama desembarcou em Massuá. Esta empresa foi cheia de enormes difficuldades e de perigos terriveis; vem largamente descripta por Miguel de Castanhoso, na sua curiosa *Historia das cousas que o mui esforçado capitão Dom Christovão da Gama fez nos reimos do Preste João com quatrocentos portuguezes que comsigo levou*, impressa em Lisboa em 1564. A gloriosa aventura foi de infeliz exito. D. Christovão da Gama teve de atravessar asperas serranias, passando fome, sêde e toda a sorte de inclemencias, sem recurso de especie alguma, e combatendo sempre. Depois de derrotar por mais de uma vez as tropas do scheick Zeilá, D. Christovão encontrou-se afinal com o proprio scheick, a quem o pachá de Zebide enviara um auxilio de 1:000 turcos. A inferioridade numerica era extraordinaria, e os portuguezes fôram derrotados com grandes perdas, caindo D. Christovão da Gama em poder do inimigo. O valente militar achava-se ferido n'um braço e n'uma perna, e por isso foi transportado para um valle de arvoredo, onde o inimigo o surprehendeu, levando-o para o arraial do iman Ahmad, e ali lhe fizeram soffrer terriveis martyrios. Ignora-se a data da morte, mas calcula-se que fôsse nos ultimos dias de agosto ou nos primeiros de setembro de 1542. Annos depois (parece que a primeira tentativa data de 1608), os descendentes de D. Vasco da Gama ordenaram que se procurassem na Ethiopia os restos mortaes do illustre martyr que fôram afinal encontrados, á custa de muito trabalho, sendo então confiados á guarda do padre Jeronymo Lobo; mais tarde vieram para Portugal essas veneraudas reliquias, sendo ainda em 1660 conservadas em grande veneração pelo 5.º conde da Vidigueira e 1.º marquez de Niza, D. Vasco Luiz da Gama, o qual diligenciou, junto da Curia Romana, para que D. Christovão fôsse canonisado e declarado martyr. A morte d'este filho do grande Vasco da Gama deu assumpto para uma tragi-comedia em 3 actos, *El martyr de Ethiopia*, escripta em castelhano pelo capitão Miguel Botelho de Carvalho, secretario de D. Francisco da Gama. Por occasião das festas do centenario do descobrimento do caminho da India, o sr. Francisco Maria Esteves Pereira, publicou: *Dos feitos de D. Christovão da Gama*; *tratado composto por Miguel de Castanhoso.* O sr. Esteves Pereira escreveu uma *Introducção* a esta obra, em que trata sobria e substancialmente da historia do heroico D. Christovão da Gama, dando egualmente uma circumstanciada noticia de Miguel de Castanhoso, acompanhada de factos desconhecidos da sua vida e familia.

Gama *(D. Christovão José da)*. Filho do 2.º marquez de Niza. Nasc. a 14 de novembro de 1664 e fal. a 16 de outubro de 1724. Seguiu primeiro a vida ecclesiastica, e foi conego da sé de Lisboa; mudando depois para a carreira das armas, serviu na guerra, e foi coronel d'um regimento de infantaria.

Gama *(Duarte da)*. Poeta que viveu no seculo XVI. As suas obras imprimiram-se no *Cancioneiro de Garcia de Rezende*, Lisboa, 1516.

Gama *(Duarte Lobo da)*. Primeiro governador de Cabo Verde, cujo governo foi de 1592 a 1595. Residiu na Ribeira Grande.

Gama *(Estevão da)*. Primo de D. Vasco da Gama, o grande descobridor da caminho da India; commandou em 1502 uma das divisões da esquadra com que o futuro conde da Vidigueira foi pela segunda vez ao Oriente. Essa divisão saiu de Lisboa em 1 de abril de 1502, quasi dois mezes depois do resto da frota, a que se juntou no mar da India, depois de ter descoberto as ilhas Laquedivas.

Gama *(D. Estevão da)*. Capitão de Malaca e governador da India. Era filho segundo do grande D. Vasco da Gama, e acompanhou seu pae ao Oriente, quando ali foi como vice-rei, indo elle provido no posto de capitão-mór d'aquelles mares. Em 1538 voltou á India e bordo da nau *Santo Antonio*, e succedeu a seu irmão D. Paulo da Gama na capitania de Malaca. Derrotou duas vezes o sultão de Ugentana, repelliu o de Achem, e fez um governo tão brilhante que D. João III o escolheu para governador da India, por morte do vice-rei D. Garcia de Noronha, em 1540. O acontecimento mais notavel do governo de D. Es-

tevão da Gama, foi o da expedição ao Mar Roxo, para onde partiu no principio do anno de 1541, afim de destruir a nova esquadra, que diziam estar preparando em Suez o pachá do Egypto. Deixando os navios grossos da armada na costa da Abyssinia em Massuá, D. Estevão da Gama com os navios ligeiros chegou a Suez, espalhou o terror na costa, e vendo que effectivamente o pachá estava armando galés, que elle não podia destruir por estarem bem defendidos, e dispôr unicamente dos vasos ligeiros, regressou a Massuá, d'onde enviou ao negus da Abyssinia um soccorro que este lhe mandára pedir contra o scheich de Zeilá, que lhe fazia uma guerra cruel. Como D. Estevão da Gama recebera a nomeação de governador da India por estar designado nas vias de successão para o caso de morte do vice-rei antecedente, exerceu interinamente esse governo, emquanto não chegou de Portugal o governador nomeado, que era Martim Affonso de Sousa. Apenas este chegou em 1542, entregou-lhe logo o governo, e apenas teve transporte seguiu para Portugal, onde pouco tempo se demorou, porque, despeitado com el-rei D. João III por este o querer obrigar a fazer um casamento que lhe desagradava, pediu licença para sair do reino, e foi para Veneza. Annos depois ainda veiu a Portugal, teve a nomeação de governador de Lisboa, e rejeitou o logar de vice-rei da India, que lhe foi offerecido. Falleceu em setembro de 1575, e ficou sepultado no antigo convento das Reliquias, da Vidigueira.

Gama *(D. Estevão José da)*. Capitão geral de Moçambique. Nasceu a 16 de agosto de 1666, fal. a 9 de junho de 1695. Era irmão de D. Christovão José da Gama, e filho do 2.º marquez de Niza. Começou a estudar para a vida ecclesiastica, mas depois mudando de idéas, passou á India como capitão-mór da armada em 1694, e foi nomeado capitão geral de Moçambique pelo vice-rei da India conde de Villa Verde, logar de que tomou posse a 28 de dezembro do referido anno e indo soccorrer Rios de Sena, falleceu pouco tempo depois de ali ter chegado.

Gama *(Felix)*. Doutor em Medicina pela Universidade de Paris, e medico do partido da camara na villa de Alcochete, onde ainda vivia em 1825, gozando de bons creditos no exercicio da sua profissão. Escreveu: *Reflexões medico-cirurgicas sobre a necessidade e utilidade do estudo da medicina legal, e projecto do estabelecimento de collegios para o ensino da medicina e da cirurgia; e de uma academia privativa, que promova os progressos das ditas sciencias em Portugal; offerecidas ao Soberano Congresso Nacional em 22 de novembro de 1821*, Lisboa, 1822.

Gama *(Flippe José da)*. Official da secretaria de Estado dos negocios do reino, e censor regio pelo desembargo do Paço; academico da Academia Real da Historia Portugueza, da dos Arcades de Roma, membros de varias sociedades litterarias que no seu tempo se estabeleceram em Portugal. N. em Lisboa a 13 de agosto de 1713; ignora-se a data do fallecimento, mas parece já não existir em 1779. Era filho de José da Gama França e de Bernarda Maria Leonor. Estudou: Philosophia e Theologia na Congregação do Oratorio, de Lisboa. Foi admittido na Academia da Historia a 3 de setembro de 1738. Foi homem muito erudito e bom latinista. Publicou em latim algumas obras em prosa e verso, de que Barbosa Machado nos dá nota no vol. II da *Bibliotheca Lusitana*, a pag. 72; em portuguez escreveu as seguintes: *Oração recitada na Academia portugueza e latina, sendo presidente, em 29 de setembro de 1733*, Lisboa, 1734; *Elogio do ill.mo sr. D. Fr. Bartholomeu do Pilar, primeiro Bispo do Grão Pará, etc; recitado na Academia Portugueza e latina*, Lisboa. 1734; *Oração funebre na morte do ill.mo sr. D. Manuel Caetano de Sousa, clerigo regular, etc.*, Lisboa, 1736; *Maria Santissima na sua Conceição immaculada; oração problematica*, Lisboa, 1737; *Oração academica com que se deu fim ao segundo dia do certame, que a Academia dos Escolhidos celebrou pela melhoria do augustissimo rei D. João V*, Lisboa, 1743; houve outra edição mais accrescentada, em 1745; *Panegyrico da ill.ma e ex.ma senhora D. Maria José da Graça e Noronha, Marqueza de Louriçal*, Lisboa, 1746; *Elogio na morte do ex.mo sr. D. João da Motta e Silva, Cardeal da Santa Egreja de Roma, e primeiro ministro de Estado*, Lisboa, 1748; *Panegyrico ao augustissimo nome d'el-rei D. João V, no dia do Evangelista S. João*, Lisboa, 1748; *Panegyrico ao ill.mo e ex.mo sr. Pedro da Motta e Silva, do conselho de S. Magestade e Secretario de Estado*, Lisboa, 1751; *Censura*, feita por ordem do Desembargo do Paço ao livro intitulado *Applausos em prosa e verso consagrados ao ex.mo e rev.mo sr. D. José Maria da Fonseca e Evora, bispo do Porto*, Lisboa, 1741; *Censura*, ou para melhor dizer, *Tratado* sobre as regras da arte de traduzir, e dos diversos estylos e modos que lhe convem.

Gama *(D. Francisco da)*. Foi o 4.º conde da Vidigueira. V. *este titulo*.

Gama *(Francisco Lobo da)*. Governador de Cabo Verde, para que foi nomeado em 1597, e onde se conservou até 1603. Teve graves dissensões com o cabido, e em 1598 repelliu com grande energia um ataque dos hollandezes á villa da Praia.

Gama *(Gaspar Soares da)*. Bacharel em Jurisprudencia Cesarea pela Universidade de Coimbra, um dos letrados mais apreciaveis do seu tempo, etc. N. em Aviz, em fevereiro de 1573, fal. em Setubal a 18 de julho de 1635. Era filho de Belchior Fernandes Sodré da Gama, e de sua mulher, D. Isabel Soares. Foi procurador da Corôa e Fazenda, em Setubal, por alvará de 16 de novembro de 1608. Casou com Anna Lopes da Silveira. filha do sargento-mór Francisco da Silva. Acompanhou a Madrid o marquez de Porto Seguro, D. Affonso de Lencastre. filho dos duques de Aveiro D. Alvaro e D. Juliana. Deixou em manuscripto: *Reportorio á ordenança do reino; Conselhos juridicos.*

Gama *(Jeronymo Accacio)*. Brahmane, natural de Verná, do concelho de Salsete, na India, onde nasceu em 1845. Falleceu em Bombaim em 1902. Estudou os preparatorios em Gôa, e depois seguiu o curso de Medicina na Universidade de Bombaim, o qual concluiu com a maior distincção em 1872. Em seguida foi nomeado facultativo para o hospital ophtalmologico d'aquella cidade, e repetidas vezes, pelos seus estudos especiaes das doenças dos olhos, recebeu os elogios dos mais habeis medicos da Asia e da Europa. Fez parte do jury de exames na referida Universidade, sendo por vezes encarregado de *leituras* no-

collegio de Medicina sobre a sua especialidade scientifica, de doenças dos olhos. Era tambem medico honorario da Real Camara, honra que lhe foi concedida quando o infante D. Affonso esteve na India em 1895 e 1896. Em Bombaim era considerado como o chefe da communidade portugueza de Gôa, e gozava das maiores sympathias. A communidade portugueza de Bombaim, querendo perpetuar a sua memoria, resolveu reunir um certo fundo, para com o seu rendimento instituir um premio annual para o alumno que nos exames da matricula na citada Universidade fôsse o primeiro classificado na lingua portugueza. Accacio da Gama escreveu varias memorias para a sociedade medica de Bombaim, que fôram impressas nos seus boletins. O nome de Jeronymo Accacio da Gama vem registado no livro *Noções de alguns filhos distinctos de Gôa*, de M. Vicente de Abreu, a pag. 3.

Gama *(Joanna da)*. Nasceu em Vianna do Castello e falleceu a 21 de setembro de 1586. Era filha de Manuel Casco e de Filippa da Gama. Tendo enviuvado, foi para Evora, e ali fundou o recolhimento do Salvador do Mundo, onde viveu observando a regra de S. Francisco, até que o cardeal D. Henrique, para alargar o collegio dos jesuitas, mandou demolir o edificio, ordenando que as recolhidas fôssem para casa dos seus parentes, até que se fundasse outra habitação para se recolherem. Deixou escripto: *Ditos diversos, postos por ordem de alfabeto, com mais algumas trovas, vilhancicos, sonetos, cantigas e romances, em que se contém sentenças e avisos notaveis*, Evora, 1555. Esta obra era mais vulgarmente conhecida pelo titulo de *Ditos da freira*. Fez-se uma edição no Porto, em 1872, com o titulo, seguinte: *Ditos da freira (D. Joanna da Gama), conforme a edição quinhentista; revistos por Tito de Noronha*.

Gama *(D. João da)* Era filho do 3.º conde da Vidigueira. Seguiu a vida ecclesiastica, foi esmoler-mór de Filippe III, e por este soberano nomeado bispo de Miranda, onde falleceu.

Gama *(João da Maia da)*. Natural da Aveiro. Seguiu a vida militar. Foi governador de Parahiba e do Maranhão. Deixou manuscripta uma *Descripção do Estado do Maranhão*.

Gama *(João de Saldanha da)*. Um dos fidalgos que acclamaram D. João IV; serviu na guerra da Restauração com o posto de capitão de cavallaria, e fal. na batalha de Montijo, onde recebeu 17 feridas.

Gama *(João de Saldanha da)*. Governador e capitão-general da ilha da Madeira, e vice-rei da India. Nasceu a 19 de março de 1674, fal. em Lisboa em 5 de maio de 1752. Era filho de Luiz Saldanha da Gama capitão general de Mazagão, e de sua mulher, D. Magdalena de Mendoça. Sendo ainda muito novo serviu com seu pae em Mazagão, e depois na guerra em 1701. Foi coronel d'um regimento de infantaria e camarista do infante D. Antonio. Em 1725 teve a nomeação de vice-rei da India, para onde partiu, regressando ao reino em 1732. O seu governo foi muito brilhante; n'este periodo as armas portuguezas ganharam algumas victorias sobre o Bounsoló, e reconquistaram Mombaça; foi a Pekin n'uma embaixada portugueza, que o imperador da China recebeu com as maiores distincções. João de Saldanha da Gama casou, a 9 de dezembro de 1703, com D. Joanna Bernarda de Lencastre, filha de Luiz Cesar de Menezes, alferes-mór do reino, e de D. Maria de Lencastre. Escreveu: *Elogio funebre do Marquez das Minas, D. Antonio Luiz de Menezes;* saiu no tomo VI das *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, pag. 273.

Gama *(João Soares da)*. Mestre em Artes, em 1639, pela Universidade de Evora, e bacharel em Direito pela de Coimbra; juiz dos direitos reaes da portagem em Setubal, procurador da Corôa e Fazenda, e syndico do senado N. em Setubal em janeiro de 1620, fal. a 3 de julho de 1697. Era filho do dr. Gaspar Soares da Gama e de D. Anna Lopes da Silva. Deixou manuscriptas algumas composições poeticas.

Gama *(Joaquim Carlos da)*. Artista dramatico muito applaudido no Porto e em Lisboa. Nasceu a 2 de setembro de 1840, e fal. a 16 de dezembro de 1903. Estreou-se no theatro do Principe Real, de Lisboa, na comedia em 3 actos, *Dois pobres a uma porta*. Foi depois escripturado para o theatro Baquet, do Porto, pelo empresario Moutinho de Sousa. Demorou-se muitos annos n'aquella cidade, e ali passou a maior parte da sua vida artistica, sendo sempre recebido pelo publico com phreneticos applausos. Do Baquet passou como societario da empresa para o theatro do Principe Real, e mais tarde foi tambem socio do Baquet. Em 1885 seguiu para o Rio de Janeiro, fazendo parte da companhia de opera comica, organisada pela actriz Manzoni. Ali agradou muito, especialmente nos *Sinos de Corneville, Filha da Senhora Angot* e *Princeza das Canarias*. Voltando para Lisboa, teve escriptura em differentes epocas, nos theatros do Gymnasio, D. Maria, Principe Real e Avenida. Fez uma epoca no Porto com a empresa Alves Rente, voltou a Lisboa, partindo em seguida para o Porto, escripturado para o theatro Carlos Alberto. Quando falleceu, estava em D. Maria II, mas já pouco trabalhava, pela sua avançada edade e falta de saude. A ultima vez que representou foi poucos dias antes de fallecer, na peça de Marcellino de Mesquita *Peraltas e secias*, em que desempenhava o papel de confessor da rainha. Do seu reportorio numeroso, lembram-nos do seguinte: *Egas Moniz, Cardeal Dubois, Sargento-mór de Villar, O arco de Sant'Anna, Os parasitas, O marquez de La Seigliere, Ingleza, Francillon, O Cunhado, O lago de Kilarney, Pompon, Mascotte, Perichole, Lenda do rei de Granada, Tim tim por tim tim, Parisiense, Filha do mar, Quem morre... morre, Noites da India, Os fidalgos da Casa Mourisca, O crime de Faverne, A falsa adultera, O casal das Giestas, O Juiz, Os palhaços, A taberna, Os Zuavos, As fidalgas de Pontalec, Avelino, Recordações da mocidade, O abysmo, A cabana do pae Thomaz, O coupé 117*, etc.

Gama *(Joaquim Manuel Correia da Silva da)*. Marechal de campo. Era mais conhecido pelo *marechal Correia*. Nasc. a 8 de março de 1776, e falcem Gôa a 15 de maio de 1838. Seu pae era o capitão de mar e guerra Manuel Correia da Silva da Gama. Frequentou como cadete a Academia Militar, e quando chegou a alferes passou a servir na marinha, onde seguiu os postos até ao de capitão de fragata. Voltando ao exercito, foi promovido a coronel, e serviu como ajudante general na India. Em 1819 teve a nomeação de briga-

deiro, e em 1819 a de marechal de campo; conservava este posto, quando chegou á India a noticia da revolução de 1820. Foi o marechal Correia um dos promotores do movimento liberal, que obrigou o conde de Rio Pardo a largar o governo, e por isso fez parte do governo provisorio de 17 de setembro de 1821. As côrtes de Lisboa o declararam benemerito da patria. D'ahi a tres mezes, porém, outra revolução derrubava a primeira junta, refugiando-se o marechal Correia nas possessões inglezas, onde recebeu o subsidio de 3:000 libras, mandado por D. João VI para se repartir pelos emigrados. Apenas soube da victoria do absolutismo em Portugal, voltou para Gôa, onde viveu, afastado dos negocios publicos, na sua casa de Rachol, até que triumphando a causa constitucional, e nomeado Bernardo Peres da Silva prefeito da India, foi o marechal Correia nomeado para o conselho da prefeitura, e, como primeiro conselheiro, foi por indicação de D. Manuel de Portugal, encarregado do governo da India, de que fôra exonerado Bernardo Peres da Silva. O seu governo começou a 3 de fevereiro de 1835, e um mez depois, a 3 de março teve de ceder o poder a uma junta revolucionaria, nomeada pela soldadesca, que, receando a reintegração de Bernardo Peres, se sublevou, incendiou o forte de Gaspar Dias, e praticou os maiores desatinos.

Gama *(José Antonio da)*. Decano dos facultativos da India. N. em Verná, concelho de Salsete, a 20 de setembro de 1814, fal. na sua casa de Pangim, em 1903. Fez com distincção os estudos preparatorios em Margão e Rachol. Foi escolhido pela camara agraria para ir cursar estudos superiores em Portugal, e matriculando-se na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, concluiu a sua formatura em 1839 e foi nomeado cirurgião extraordinario da armada real, por provisão do conselho de saude naval e do ultramar, de 13 de maio de 1840. O decreto de 13 de abril de 1842 o nomeou cirurgião mór do exercito da India, e por deliberação do conselho da Escola Medica de Gôa, de 25 de maio de 1843, ficou encarregado da regencia da segunda cadeira. Pela organisação dada aos quadros de saude do ultramar, em decreto de 14 de setembro de 1844, foi transferido para o quadro da India com a graduação de cirurgião de 1.ª classe, e n'essa qualidade desempenhou varias commissões de serviço profissional no tratamento de epidemias da cholera-morbus e variola, e na inspecção dos hospitaes de Damão e Diu. Reformou-se com a graduação de major. Além nas commissões de serviço profissional, foi vogal da commissão administrativa da Santa Casa da Misericordia de Gôa, em 1851, procurador á Junta Geral do Districto, de 1849, 1851 e 1859, vogal effectivo do conselho do governo em 1856 e 1857. Era cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição.

Gama *(José Augusto Sanches da)*. Doutor em Direito e lente na Universidade de Coimbra. N. em Louzã a 6 de março de 1833. Ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Antonio Sanches Xavier de Mirande. Doutorou-se a 21 de julho de 1861. O seu primeiro despacho foi para lente substituto extraordinario da faculdade de Direito, por decreto de 15 de dezembro de 1864, de que tomou posse a 24. Foi depois lente cathedratico. Tambem exerceu o cargo de revisor da imprensa da Universidade, e foi socio effectivo do Instituto de Coimbra. Escreveu: *A peccadora; precedida de uma introducção por J. C. Harcourt*, Coimbra, 1856; é uma poesia; *Flôres da juventude*, Coimbra, 1860; estas *Flôres* fórmam a primeira parte da collecção de poesias publicada com o titulo de *Grinalda*; a segunda parte são as *Sensitivas*, de Augusto Sarmento; *Theses ex Universo Jure Selectae, pro Lauria Doctorali obtinenda in Conimbricensi Academia propugnandas*, Coimbra, 1861; e juntamente: *Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas; argumento: será justo e conveniente tornar obrigatoria para os senhorios a remissão dos fóros emphyteuticos?* Collaborou na *Litteratura illustrada*, nos *Preludios litterarios*, e outras publicações de Coimbra. Era um numismata distincto, possuindo na sua collecção de moédas portuguezas alguns exemplares raros.

Gama *(José Basilio da)*. Cavalleiro da ordem de S. Thiago; escudeiro fidalgo da Casa Real, official da secretaria de Estado dos negocios do reino, socio da Arcadia Romana desde 1763, com o nome de Termindo Sipilio, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, poeta, etc. Nasc. na villa de S. José, provincia de Minas Geraes do imperio do Brazil, em 1740, fal. em Lisboa a 31 de julho de 1795. Era filho do capitão mór Manuel da Costa Villas Boas, e de sua mulher, D. Quiteria Ignacia da Gama, ambos de familias illustres da referida provincia de Minas Geraes. Estudou no collegio dos jesuitas no Rio de Janeiro, e os padres, reconhecendo-lhe notavel talento, trataram de attrahir o novo discipulo para o seu instituto, o que facilmente conseguiram, pois José Basilio da Gama não tinha recursos que pudessem substituir a protecção dos jesuitas, porque seus paes eram fidalgos mas viviam em precarias circumstancias. Estudou para professor, em 1759, quando se promulgou o decreto da abolição da Companhia de Jesus, continuou os seus estudos no seminario episcopal, vindo concluil-os a Lisboa em 1763. Passou depois a Roma, onde se viu sem recursos de vida, valendo-se de amigos que foi ali grangeando, que lhe deram entrada na Arcadia Romana, tomando o nome poetico de Termindo Sipilio, e o empregaram como mestre d'um seminario. Voltou depois para Lisboa, e escreveu a sua obra prima, o poema *Uruguay*, que sendo a narrativa epica da campanha que em 1756 Gomes Freire de Andrade, conde de Bobadella, moveu contra os indigenas, aldeiados no sul da America pelos jesuitas, mostra o seu auctor sensivelmente adverso aos padres da Companhia de Jesus. O poema imprimiu-se em Lisboa em 1769, e José Basilio da Gama o dedicou a Francisco Xavier de Mendonça, irmão do ministro, e offereceu-o n'um soneto ao marquez de Pombal, o que bastou para conquistar as boas graças do omnipotente estadista. O marquez concedeu lhe brazão d'armas, e o nomeou official da secretaria do reino, por portaria de 25 de junho de 1771. O marquez de Pombal havia de estimar José Basilio da Gama não só por favorecer tudo quanto fôsse nocivo aos jesuitas, mas por ser mais apreciavel ainda para a sua politica, um homem que fôra discipulo dos jesuitas, e se passara para os arraiaes contrarios. O *Uruguay* é um poema notavel e verdadeiramente original. Garrett, referindo-se a elle no *Bosquejo da litteratura portugueza*, que acompanha o *Parnaso Luzitano*, es-

creve: «O *Uruguay* de José Basilio da Gama é o moderno poema, que mais merito tem na minha opinião Scenas naturaes bem pintadas, de grande e bella execução descriptiva; phrase pura e sem affectação, versos naturaes sem ser prosaicos e quando cumpre sublimes sem ser guindados, não são qualidades communs. Os brazileiros principalmente lhe devem a melhor corôa de sua poesia, que n'elle é verdadeiramente nacional e legitima americana. Magua é que tão distincto poeta não limasse mais o seu poema, lhe não desse mais amplidão e quadro tão magnifico o acanhasse tanto.» O poema teve um exito enorme; a primeira edição esgotou se rapidamente. A essa edição vinha annexa: *Relação abreviada da republica que os religiosos jesuitas das provincias de Portugal e Hespanha estabeleceram nos dominios ultramarinos das duas monarchias*, etc. Esta relação fôra impressa muito antes; dizem que na Bibliotheca do Rio de Janeiro existe em manuscripto uma refutação datada de 14 de setembro de 1758. Os jesuitas, que tão maltratados se viam n'aquel le poema, em vez de contestarem e rebaterem para logo as accusações que o autor semeára contra elles com mão larga, menos ainda na série dos seus cantos, que nas notas em prosa que lhes juntou, só em 1786, já no reinado de D. Maria I, é que entenderam ser vindo o tempo de apresentar em juizo a contrariedade. Appareceu então um grosso volume, com o titulo: *Resposta apologetica ao poema intitulado «O Urugnay» composto por José Basilio da Gama, e dedicado a Francisco Xavier de Mendonça, irmão de Sebastião José de Carvalho e Mello, conde de Oeiras e marquez de Pombal.* O poema tem tido diversas edições; Rio de Janeiro, 1811; Lisboa, 1822 e 1845, etc., uma edição de 1814 constitue o tomo I da *Bibliotheca brazilica*, do Rio de Janeiro A queda do marquez de Pombal foi um profundo golpe para José Basilio da Gama, que não deixou, comtudo, de ser grato a este seu protector, dedicando lhe versos, já que outros serviços não podia prestarlhe no seu infortunio. Gama partiu para o Brazil, em 1791, mas não se sabe o que motivou aquella viagem; se foi em serviço official, se por negocios seus particulares, ou se simplesmente pelo desejo de tornar a vêr a terra natal. No Rio de Janeiro demorou se pouco tempo, mas ainda fundou uma Arcadia á semelhança da de Roma, e voltando a Portugal, falleceu em Lisboa, conforme dissémos. A 6 de agosto de 1787 recebera o foro de escudeiro fidalgo da Casa Real, e a 11 de fevereiro de 1795 fôra nomeado socio da Academia Real das Sciencias. Dizem que muitas das suas obras inéditas fôram queimadas por um frade, que lhe assistiu aos ultimos momentos. Encontram se biographias de José Basilio da Gama na *Revista trimensal*, do Instituto do Brazil, tomo I, pag. 139; no *Ramalhete*, tomo VI, pag. 21, por J. M. da Costa e Silva; *Epicos brazileiros*, por Varnhagem, na edição feita em Lisboa em 1845, a pag. 387; *Plutarco brazileiro*, pelo dr. João Manuel Pereira da Silva, tomo I, pag. 187. etc. Além do poema citado, escreveu mais: *A Liberdade, do sr Pedro Metastasio, poeta cesareo, com a traducção franceza de Mr Rousseau, de Genebra, e a portugueza de Termindo, poeta arcade, Burgos*, 1773; *Os Campos Elyseos; oitavas de Termindo Sipilio aos ill^{mos} e ex^{mos} senhores Condes da Redinha, Lisboa*, 1776; vem tambem no *Parnaso brazileiro*, caderno 1.º pag. 25, *Lenitivo da saudade, na morte do ser.^{mo} sr. D. José, principe do Brazil, pio, religioso, liberalissimo; por um anonymo*, Lisboa, 1788; *Quitubia*, Lisboa, 1791; sem o nome do autor; tambem se reproduziu na *Collecção de Poesias inéditas dos melhores autores portuguezes*. Lisboa, 1809; tomo I, pag. 97, e no *Parnaso brazileiro* caderno 3.º pag. 3. N'esta *Collecção*, sairam posthumas algumas poesias de José Basilio da Gama; no tomo I, a pag. 5, uma *Ode* ao rei D. José; a pag. 86, outra ode, e outra a pag 153; dois sonetos a pag. 126 e 127; e no tomo III, dois sonetos a pag. 36 e 37. No *Parnaso brazileiro, ou collecção das melhores poesias dos poetas do Brazil, tanto impressas como inéditas*, Rio de Janeiro, 1829 e 1830, acham-se de José Basilio da Gama as obras seguintes; *Soneto a uma senhora;* no caderno 1.º, a pag 21; *Epithalamio ás nupcias da sr.ª D. Maria Amalia, filha do marquez de Pombal*, a pag. 27; tambem se imprimiu em separado, Lisboa, 1769; *Canto ao marquez de Pombal*, a pag 31; *Soneto ao Inca do Peru, que sustentara a guerra contra os hespanhoes*, a pag. 64; *A Declamação tragica; poema dedicado ás Bellas-artes*, escripto em 1772; no caderno II º 2, pag. 3; tinha sido publicado muitos annos antes no *Jornal Encyclopedico* de Lisboa; *Soneto ao Marquez de Pombal, feito em 1777*; no caderno 3.º, a pag. 13; *Soneto ao dito, dedicando lhe o Uruguay*, a pag. 14; é o proprio que anda tambem á frente do poema; *Soneto a Nossa Senhora*, a pag. 15; *Soneto á rainha D. Maria I*, pag 16; *Soneto á nau Serpente*, pag. 25; *Soneto a el rei D José I*, a pag. 68; feito quando se inaugurou a estatua equestre; anda tambem na *Miscellanea poetica* ou *Collecção de poesias diversas*, etc Rio de Janeiro, 1853; *O Entrudo*, satyra escripta por occasião da contenda poetica suscitada entre o P. Agostinho de Macedo e Domingos Monteiro, provocada pela ode que o referido padre escrevera em louvor da actriz Zamperini; *Glosa improvisada em decimas* a um mote, que começa: *Muitas terras tenho andado*, etc ; vem anonyma no *Jornal de Coimbra*, vol. VII, n.º XXXV, parte I, pag. 213.

Gama *(José Ricardo da Costa e)*. Official, que pertencia á guarnição do castello de S. Braz, na ilha de S. Miguel, em 1797. Offereceu ao ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, depois conde de Linhares, a seguinte obra, que ficou inédita: *Pro memoria sobre o ilhéo de Villa Franca do Campo da ilha de S. Miguel, um dos Açôres;* escripta em 1797.

Gama (*José Vicente da*). Cavalleiro da ordem de Christo. Natural de Bardez, na India, de familia brahmane. Exerceu em Moçambique cargos municipaes e outros de eleição popular, como o de juiz ordinario e procurador á Junta geral do Districto, etc. Escreveu: *Almanach civil, ecclesiastico, historico-administrativo da provincia de Moçambique, para o anno de 1859*, Moçambique. 1858. Além do calendario historico, onde vem designadas diariamente todos os successos notaveis da provincia desde o seu descobrimento pelos portuguezes, contém muitas noticias descriptivas, topographicas e estatisticas, extrahidas em grande parte d'um extenso trabalho manuscripto do bispo de S. Thomé, e prelado que foi de Moçambique, D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, feito em 1822; e lista dos governadores, prelados, etc. e de todos os funccionarios publicos, milita

res, eclesiasticos da provincia, que então existiam.

Gama *(Lourenço Pereira da)*. Jurisconsulto que viveu em Madrid, e deixou impresso uma allegação a favor do marquez de Porto Seguro, na questão da casa e ducado de Aveiro. A publicação fez-se em 1634.

Gama *(Luiz da)*. Era natural de Guimarães, e muito perito na lingua latina; escreveu uma *Historia Vimaranensis*, que ficou inédita, assim como a seguinte: *Orationes, Carmina, variaque, Auctorum Loca.*

Gama *(D. Luiz José da)*. Filho do 2.º marquez de Niza, e irmão de D. Christovão e de D. Estevão José da Gama. N. a 22 de agosto de 1681, e fal. a 13 de outubro de 1717. Serviu na guerra, foi capitão de cavallaria e governador da praça de Moura. Sendo accommettido d'uma grave doença, embarcou para França afim de se tratar, mas o navio que o conduzia, foi tomado, e elle ficou captivo do rei de Maquinez. Obtendo a liberdade á custa de importantes quantias, voltou a Portugal, e embarcando novamente foi outra vez apresado por um corsario de Tanger, e levado a essa cidade. Recuperando de novo a liberdade, chegou a Lisboa em outubro de 1714, fallecendo no anno seguinte.

Gama *(Luiz Saldanha da)*. Serviu na guerra da Restauração como capitão de cavallaria e mestre de campo de infantaria. Era filho de João Saldanba da Gama, que tambem foi capitão de cavallaria. Depois de concluida a paz com Castella, foi governador e capitão-general de Mazagão, conselheiro de guerra e governador de Campo Maior. Fal. a 24 de setembro de 1721. Era casado com D. Magdalena de Mendoça, filha de Francisco de Mello e Torres, 1.º conde da Ponte e marquez de Sande.

Gama *(Luiz Sequeira da)*. Bacharel formado em Direito Civil pela Universidade de Coimbra; juiz de fóra, de Alandroal, de Guimarães e da villa de Santos, na America. Era natural de Lisboa, sendo filho do dr. Autonio de Sequeira da Gama, e de sua terceira mulher, D. Ignez Maria de Oliveira. Fal. a 10 de julho de 1743. Foi mandado syndicar da invasão que os francezes fizeram no Rio de Janeiro em 1711; depois serviu na relação da Bahia como ouvidor do civel, juiz Corôa e desembargador dos aggravos. Voltando ao reino foi corregedor civel no Porto em 15 de julho de 1734, passando depois á Casa da Supplicação a 4 de novembro de 1738. Escreveu: *Eclypse da Formosura observado no espelho da saudade pelo commum sentimento na sempre lamentavel morte da ser.ma sr.a D. Sophia Izabel de Neuburg, rainha de Portugal*, Lisboa, 1699.

Gama *(Nuno da)*. Licenceado em Direito Civil, que viveu em Castella, onde exerceu a advocacia. Foi auctor d'um *Memorial a el-rei de Castella por parte de fr. Lourenço Ferreira de Bettencourt, cavalleiro professo da ordem de Christo para não ser remettido a tribunal secular por um delicto se lhe imputou.*

Gama *(Paulo da)*. Irmão de Vasco da Gama, descobridor do caminho maritimo da India, e seu companheiro n'essa celebre viagem, em que commandava a nau *S. Raphael*. Em Moçambique foi elle que afugentou os barcos dos indigenas, que vinham para a pequena esquadra com intenções hostis. Em Calicut, quando seu irmão foi a terra, ficou commandando os navios, apezar das suas instancias para ser elle o encarregado d'essa missão perigosa. Emquanto Vasco da Gama e os seus companheiros estiveram presos em terra, Paulo da Gama deu provas da maior competencia, mantendo-se em situação de poder tomar as mais severas represalias, se seu irmão fôsse victima de alguma traição. A' volta, o navio que commandava, foi queimado nos baixos chamados de S. Raphael, e Paulo da Gama passou para bordo da nau almirante *S. Gabriel*. Alquebrado pelas fadigas d'essa tormentosa viagem e pela doença, quando Vasco da Gama, talvez por esse motivo, procurou arribar ás ilhas dos Açôres, já o enfermo inspirava serios cuidados. Vasco da Gama arribou á ilha Terceira em julho de 1499, e no dia seguinte ao da chegada falleceu o intrepido fidalgo, que se tornou celebre na historia, sobretudo pela dedicada amizade que até á hora da morte consagrou ao seu irmão. Paulo da Gama foi sepultado na egreja de S. Francisco, mas o logar da sua sepultura é hoje desconhecido. Em 1849, o governador civil de Angra do Heroismo, José Vieira de Santa Rita, desejando que de todo se não perdesse a sua memoria, ordenou que na capella-mór da egreja, reedificada em 1672, no mesmo logar onde existiu a dos franciscanos fundada em 1452, fôsse collocada uma lapide com a seguinte inscripção:

A' Memoria
do
Irmão de Vasco da Gama
o illustre capitão
Paulo da gama
sepultado
n'este convento
Anno 1499
Erigiu-lhe esta lapide
o governador civil
A. J. V. Santa Rita
em
Janeiro 28 1849.

Gama *(D. Paulo da)*. Filho de D. Vasco da Gama, e irmão de D. Estevão e de D. Christovão da Gama. Foi capitão de Malaca no tempo do governador da India Nuno da Cunha. Morreu n'uma batalha contra o sultão de Ugentana, combatendo valorosamente.

Gama *(Paulo Soares da)*. Jurisconsulto. N. em Setubal em outubro de 1657, fal. em Lisboa a 6 de agosto de 1739. Era filho de João Soares da Gama e de D. Anna Soares de Faria. Estudou na Universidade do Coimbra; foi advogado da Casa da Supplicação, e patrocinou as causas mais importantes do seu tempo. Pertenceu á Academia Problematica, instituida em Setubal em 1721. Deixou manuscripto um volume de *Allegações juridicas* e outro de *obras genealogicas*.

Gama *(Raymundo Francisco)*. Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra, já hoje fallecido. Era natural do Bombaim, e filho de José Caetano da Gama. Doutorou-se a 31 de janeiro de 1858.

Gama *(Sebastião Antonio Peixoto da Gama, 1.º visconde da)*. Commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, cavalleiro da de S. Bento de Aviz, tenente-coronel reformado, da arma de infantaria, etc. N. em Tavira a 6 de julho de 1822.

Era filho de Antonio Peixoto da Gama, cavalleiro da ordem de Aviz, condecorado com a medalha de duas campanhas da guerra peninsular, tenente coronel do batalhão provisorio de Cabo Verde; e de sua mulher, D. Maria Clara Noronha de Abreu e Lima Foi alumno do Real Collegio Militar, e assentou praça no referido batalhão provisorio de Cabo Verde em 5 de janeiro de 1835, sendo aspirante a official em caçadores n.º 2. Foi promovido a alferes em 26 de novembro de 1840, a tenente graduado com antiguidade de 29 de abril de 1851, e á effectividade do posto em 4 de julho de 1854. Esteve empregado na direcção de trabalhos nas obras publicas em março de 1842; foi conductor de 4.ª classe de engenharia em 1864; promovido a capitão graduado com antiguidade de 10 de maio de 1864, e a effectivo em 15 de novembro de 1868; serviu como ajudante d'ordens do governador da praça de Peniche em 1872, sendo depois empregado no expediente da mesma praça. Foi reformado no posto de tenente coronel em 4 de março de 1874. Casou em Peniche, a 9 de julho de 1846, com D. Maria Rita da Silva Ribeiro, filha de João Baptista Ribeiro e de sua mulher, D. Maria Candida da Silva Ribeiro. O titulo de visconde foi concedido por decreto de 3 e carta de 16 de fevereiro de 1882. O sr. visconde da Gama reside na sua casa em Peniche.

Gama *(D. Simão da)*. Bispo do Algarve, arcebispo de Evora, doutor em Theologia e reitor da Universidade de Coimbra. N. a 25 de junho de 1642, fal. a 5 de agosto de 1715. Era filho do 1.º marquez de Niza. Foi deputado da Inquisição e do conselho de Estado e do da Guerra. Foi nomeado reitor a 12 de maio de 1679, e tomou posse a 24 de junho seguinte. Exerceu a reitoria até 19 de julho de 1655, sendo n'este anno eleito bispo do Algarve, e em 1703 arcebispo de Evora.

Gama *(D. Simão da)*. Jesuita. N. em Lisboa em 1641, fal. na Casa Professa de S. Roque a 10 de dezembro de 1718. Chamava-se no seculo Simão Leitão, e era filho do desembargador João Cordeiro Leitão, e de sua mulher, D. Joanna Lobo da Gama. Aos 16 annos entrou no noviciado da Companhia de Jesus, a 10 de julho de 1657. Foi um orador sagrado dos mais notaveis do seu tempo. Dos seus sermões fôram publicados 7 volumes, de 1706 a 1715.

Gama *(Fr. Theotonio da)*. Religioso da ordem dos carmelitas calçados. Fal. em 1582. Professou no convento do Carmo, de Lisboa. Foi dedicado á poesia, e d'elle se encontram algumas composições no principio da *Chronica do Carmo*, de Simão Coelho. Deixou tambem manuscripta uma *Arte de Grammatica*.

Gama *(D. Vasco da)* Glorioso descobridor do caminho maritimo para a India; 1.º conde da Vidigueira, almirante dos mares do Oriente, 6.º governador e vice rei da India. Todos os indicios e tradições historicas são concordes em dar por terra natal de Vasco da Gama a villa de Sines, bem que alguns pretenderam ter elle nascido em Sagres, e outros o deram por natural da freguezia de S. Francisco, no concelho de S Thiago de Cacem. O primeiro representante da familia de Vasco da Gama foi segundo tudo leva a crer, João Alvaro da Gama, filho de Alvaro Eannes, cavalleiro que viveu no reinado de D. Affonso III, e com este pelejou na conquista do Algarve. João Alvaro viveu no reinado de D. Diniz, e esteve com D. Affonso IV na batalha do Salado, sendo o primeiro que fez uso do appellido Gama. De Joãa Alvaro da Gama foi descendente Estevão Vaz da Gama, natural de Olivença, alcaide mór de Sines e gentil-homem da camara de D. Affonso V. Seguindo, em linha recta, a descendencia d'elle, vêmos que teve por filho a um Vasco da Gama, escudeiro da casa de João II, e pae de Estevão da Gama, alcaide-mór de Sines e Silves, commendador do Seixal, creado do infante D. Fernando, 1.º duque de Beja e pae d'el rei D. Manuel, e por algum tempo veador da casa do principe D. Affonso, filho de D. João II. Estevão da Gama casou com D. Izabel Sodré, filha de João de Rezende, provedor das Vallas de Santarem, e foi d'este matrimonio que nasceu em 1469 Vasco da Gamas, cujo nome se immortalisou com a descoberta do caminho da India. São concordes, como dissémos, todas as tradições historicas em dar a Si-

D. Vasco da Gama

nes a gloria de ter sido berço do heroe. Defronte da horta da *Barroca*, sita n'aquella villa, ainda existem restos d'um prédio nobre, cuja porta principal, em ogiva, se via ainda em 1817. E' de crer que n'esta casa nascesse Vasco da Gama, e que por esse motivo a horta conserve o nome de *D. Vasco*, rememorando o solar do grande navegador. A ermida de S. Geraldo, abandonada em 1631, e a de N. S.ª das Salas, fôram por elle reconstruidas, o esta ultima tem uma inscripção gothica e o brazão do descobridor, do que se vê que elle, modesto no meio das suas glorias, não esquecia nunca a sua terra natal. Rezam tambem as tradições que Vasco da Gama, sempre ao passar por aquelle porto, saudava a terra que lhe fôra berço, descarregando as bombardas dos galeões portuguezes. Revelando desde muito novo apti-

dões excepcionaes, a que se alliava uma grande força de vontade, dedicou se muito ao estudo das sciencias nauticas. Contava 28 annos de edade, quando el-rei D. Manuel, confiado na sua competencia em cousas maritimas, o escolheu para a grandiosa empresa do descobrimento do caminho da India por mar, que desde largo tempo preoccupava os animos dos portuguezes, e em que já seriamente pensara D. João II. Estava Vasco da Gama em Extremoz, quando o monarcha o mandou chamar, e o nomeou capitão-mór da armada de quatro vélas grossas, que mandára aprestar com esse intento. Vasco da Gama escolheu para a expedição homens da sua confiança; reservou para si o commando da nau *S. Gabriel*, tendo por piloto Pero de Alemquer e escrivão Diogo Dias, irmão de Bartholomeu Dias; a *S. Raphael* era commandada pelo seu irmão Paulo da Gama, levando como piloto João Coimbra, e como escrivão João de Sá; o commando da caravéla *Berrio*, assim chamada por ter sido comprada a um piloto de Lagos d'esse nome, foi confiado a Nicolau Coelho, tendo Pedro Escobar por piloto, e Alvaro de Braga por escrivão. Para transporte da reserva dos mantimentos foi outro navio, *S. Miguel*, cujo cammando se entregou a um homem da casa dos Gamas, chamado Gonçalo Nunes. Como homem prudente, Vasco da Gama ordenou aos que deviam de acompanhal-o, que, em quanto estivessem desembarcados, se instruissem quanto possivel em carpintaria, serralharia e outros officios, que podiam vir a ser uteis no mar, e encontrou para isso a mais decidida approvação de el rei D. Manuel; o monarcha elevou a sete cruzados o soldo dos marinheiros, o que era enorme para aquelle tempo, e mandou dar a Vasco da Gama 2:000 cruzados de ajuda de custo, e outros 2:000 a seu irmão. No dia 7 de julho de 1497, estando completos todos os preparativos, Vasco da Gama, seu irmão e Nicolau Coelho, fôram piedosamente velar a noite na capella de N. Sr.ª do Rastello, no sitio onde se construiu depois o convento dos Jeronymos, em Belem; no dia 8 veiu el rei com padres que celebraram a missa, e em seguida os navegantes, acompanhados por el-rei, se dirigiram processionalmente para o mar, seguidos por immensa multidão de povo. A pequena frota levantou ferro, e saiu a barra. Nas *Lendas da India*, de Gaspar Correia, veem mencionados os objectos e alfaias que iam a bordo: além de armas, joias, gomis, pannos de ouro e seda, iam os navios carregados com *muitas conservas e aguas mineraes, e em cada nao todalas cousas de botica pera doentes, e mestre, e clerigo pera confessar*. Vasco da Gama ia munido de quantas instrucções os conhecimentos scientificos da epoca lhe pôde fornecer, como era natural n'uma expedição já de ha muito intentada por D. João II, e meditada por homens como Bartholomeu Dias e Pero da Covilhã. No dia 15 do referido mez de julho chegou a pequena armada á altura das ilhas Canarias, onde se demorou algum tempo com pescarias, seguindo depois até á altura do rio do Ouro; ahi sobreveiu uma cerração que separou os navios, que só tornaram a reunir-se a 26 na ilha do Sal, em Cabo Verde; no dia 27 avistaram a ilha de S. Thiago, onde se proveram de agua e de lenha. A 3 de agosto separaram-se de Bartholomeu Dias, que os acompanhara até ali, mas que tinha de seguir no caminho da Mina. A 4 de novembro fundearam na angra a que chamou de *Santa Helena*; a 16 levantaram ferro, e a 19 avistaram o Cabo da Boa Esperança, que conseguiram dobrar, depois de tres dias de lucta, no dia 22, e fundearam a 25 na bahia de S. Braz. A passagem do Cabo da Boa Esperança foi celebrada a bordo com muitas festas e na bahia de S. Braz collocaram o primeiro padrão de pedra, sendo arvorada uma cruz de madeira, padrão e cruz que os cafres derrubaram, quando a armada retirou d'aquella paragem a 8 de dezembro. Não seguiremos a viagem com minuciosidade, porque é bem conhecida de todo o paiz esta gloriosa pagina da nossa historia; apontaremos alguns livros, dos muitos que se tem publicado ácerca de Vasco da Gama e da descoberta no caminho maritimo da India; são elles, além das *Lendas da India*, já citadas, e das chronicas, onde se encontram interessantes e curiosas noticias: *Historia da India*, de Castanheda; *Décadas da India*, de João de Barros; *Asia Portugueza*, de Faria e Sousa; *Roteiro da Viagem de Vasco da Gama; Commentarios dos Lusiadas*, de Manuel Correia; *Vasco da Gama e a Vidigueira*, por A. C. Teixeira de Aragão, etc. A viagem foi tormentosa; soffreram grandes tormentas, calmarias, n'alguns pontos onde abordaram tiveram de luctar com os pretos; a 15 de dezembro deram vista dos *Ihéos chãos*, a 16 passaram pelo ultimo padrão posto por Bartholomeu Dias proximo do rio do Infante; a 25 deixaram á popa a costa que foi chamada do *Natal*, e a 10 de janeiro de 1498 avistaram as tripulações o pequeno *rio do Cobre*; a 14 descobriram uma terra baixa em que entraram no dia 24 e a que deram o nome dos *Bons Signaes (Quelimane)*, e ali collocaram o padrão *S. Raphael*; a 2 de março entrava a armada no canal de Moçambique, d'onde saiu a 27, indo fundear á ilha de Mombaça a 7 de abril; a 12 d'este mez dirigiu o rumo para Melinde, onde ancorou no dia 15. Em Melinde encontraram a mais benevola hospitalidade, e o scheick deu-lhes um piloto fiel, que embarcou a bordo da armada, que lhes fez atravessar o Oceano indico, e os conduziu a Calicut. Antes da partida foi collocado outro padrão, chamado do *Espirito Santo*. A armada largou a 24 de abril para Calicut, cidade do Malabar, a mais rica de toda a India, onde fundeou a 24 de maio. Achava-se finalmente o grande navegador em frente do grande imperio das riquezas e commercio do Oriente. Foi mandado a terra um dos degredados que iam a bordo das naus para serem encarregados das missões, que pudessem offerecer mais perigo; foi este levado á presença d'um moiro, que conhecia diversas linguas, e que, recebendo-o de má catadura, foi, depois, um leal amigo dos portuguezes, prestando lhes serviços importantissimos. Era esse moiro o celebre Ben-Said, o mesmo que livrou a expedição das muitas traições que contra ella urdiram. Vasco da Gama mandou pedir uma audiencia ao soberano de Calicut, que immediatamente lh'a concedeu, e no dia 28, acompanhado d'um luzido sequito, o grande navegador foi recebido pelo samorim, Samondri-Rajá, que com elle celebrou uma conferencia de caracter particular. Vasco da Gama expoz o desejo de D. Manuel em encetar relações commerciaes com a India, mas a pouca magnificencia da embaixada inspirou ao samorim um grande desdem, aggravado no dia seguinte pela pobreza dos presentes que Vasco da Gama lhe offereceu em

nome do rei de Portugal. Desde então o capitão mór começou a ser tratado com verdadeiro despreso, e foi a energia e intrepidez de Vasco da Gama que o salvaram e aos seus companheiros d'uma sorte funesta. Concorreram tambem muito para o despreso manifestado pelo samorim, os mercadores moiros, monopolisadores do commercio, que se haviam inquietado com a chegada d'aquelles homens, vindos em nome d'um poderoso rei, celebrar allianças com os soberanos orientaes. Moveram intrigas pare se desfazerem de tão terriveis concorrentes, começando por insinuar aos ministros que seria melhor destruir a armada. Vasco da Gama, porém, conseguiu triumphar de todas as intrigas, pela sua extraordinaria energia, e podendo conservar como refens seis naires dos mais graduados, pôde rehaver assim os seus homens que tinham sido presos injustamente. Trocados emfim os portuguezes pelos malabares, e removidos os ultimos embaraços, foi marcada definitivamente a partida para a Europa para o dia 29 de agosto de 1498. Ainda os naturaes e os moiros tentaram nova cilada, pois andando os navios em calma, uns 70 pretos propunham-se a destruir a armada, mas as nossas bombardas os puzeram em debandada, e logo que os ventos o permittiram, a armada, seguindo a custo, passou a 15 de setembro por umas ilhas, onde foi collocado o ultimo padrão, chamado de *Santa Maria*; a 20 a armada abordou nas ilhas, hoje conhecidas por Angedivas, onde encalharam a nao *S. Gabriel* e a *Berrio*, e tendo se procedido aos precisos reparos a armada deixou as costas de Malabar, a 5 de outubro; depois d'uma viagem tormentosa, durante a qual morreram 30 homens de escorbuto, e as tripulações se insubordinaram, chegou a armada a Magadoxo, lançando ferro em frente de Melinde a 9 de fevereiro de 1499, e ali se collocou um padrão com as armas de Portugal encimadas por uma cruz. A 14 de fevereiro levantou ferro a armada, passando a 15 junto de Mombaça; a 17 passou por Zanzibar, e continuando a derrota pelas ilhas de S Jorge, que ficam proximas de Moçambique, fez aguada na bahia de S. Braz, dobrando o Cabo da Boa Esperança a 20 de março Nas alturas de Cabo Verde a nau almirante foi fundear na ilha de S. Thiago, e a do commando de Nicolau Coelho adeantou-se, dirigindo se para Lisboa, entrando a barra a 10 de julho de 1499, trazendo a boa noticia tão anciosamente esperada. Vasco da Gama tinha os seus marinheiros todos doentes, e seu irmão Paulo da Gama quasi agonisante: fretando uma caravéla, entregou o commando da *S. Gabriel* a João de Sá, e fez-se, com os seus, ao reino de Portugal. O estado de seu irmão obrigou-o a arribar á ilha Terceira, onde Paulo da Gama expirou no dia seguinte (V. *Gama, Paulo da)*. Profundamente magoado com este golpe, partiu da Terceira, e chegou a Lisboa a 29 de agosto. Apoz 26 mezes de penosos trabalhos, o grande navegador regressava emfim á sua patria. A empresa, verdadeiramente colossal, assombrou o mundo D. Manuel accrescentou logo ao seu titulo de rei de Portugal, o de senhor da conquista, navegação, commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e India, e com esta legenda se cunhou uma moeda de ouro de 23 quartos de quilate, peso de 712 grãos e valor de 10 cruzados, chamada *portuguez*. D. Manuel fez uma brilhante recepção a Vasco da Gama. Por carta regia de 22 de fevereiro de 1501 prometteu lhe o senhorio de Sines, e emquanto não entrasse na sua posse, fez-lhe doação d'um padrão de 1:000 cruzados de ouro, como tença, impostos na casa da Mina Em 10 de janeiro de 1502 fôram lhe doados 300:000 reaes de renda annual de juro e herdade para elle e todos os seus descendentes, sendo elevado a almirante do mar da India com todas as honras, preeminencias, liberdades, poder, jurisdicção, rendas, foros e direitos que com o dito almirantado devia haver e assim os tinha o almirantado do reino. Foi lhe conferida tambem a mercê do tratamento de *Dom*, não só a elle, mas a seus irmãos Ayres e Thereza, e a todos os seus descendentes, que deveriam conservar o appellido de Gama, em memoria de tão egregios feitos. Tratou se immediatamente de enviar á India uma segunda armada muito mais poderosa que a primeira, e Vasco da Gama teve grande influencia na sua organisação Foi elle que indigitou para seu commandante Pedro Alvares Cabral; n'esta viagem, deu-se a descoberta do Brazil. Vasco da Gama tornou segunda vez á India, commandando uma armada de 20 vélas, que saiu de Lisboa a 10 de fevereiro de 1502. Ia resolvido a tirar vingança, da affronta que recebera em Calicut, e essa vingança foi tremenda. Encontrando em 3 de outubro uma náu carregada com mais de 300 peregrinos de Meca, entre os quaes se contavam tambem mulheres e creanças, mandou incendial-a sem piedade, morrendo todos os peregrinos, á excepção de 20 creanças que salvou, reservando-as para o baptismo Não satisfeito ainda com esta crueldade, destruiu a cidade de Calicut com um terrivel bombardeamento a 2 de novembro. Regressando a Portugal, aportou a Lisboa a 1 de setembro de 1503, sendo recebido tambem por D. Manuel com toda a solemnidade. Comtudo, as crueldades, que praticara, tinham feito má impressão no espirito do rei e do povo. Foi talvez esse um dos motivos por que D. Manuel o não escolheu para primeiro vice rei da India. A 17 de dezembro de 1521 foi agraciado com o titulo de conde da Vidigueira e de senhor da Villa de Frades. Presidia muitas vezes, como almirante do mar das Indias, á organisação das esquadras que partiam para o Oriente. Até á acclamação de D. João III, no referido mez de dezembro, Vasco da Gama residiu na cidade de Evora, e ahi casou com D. Catharina de Athaide, filha de Alvaro de Athaide, senhor de Penacova e alcaide mór de Alvor, e de D. Maria da Silva; d'este consorcio houve 7 filhos, alguns dos quaes tambem se distinguiram, como D Francisco da Gama, que foi o 2.º conde da Vidigueira, D. Paulo, D. Estevão, D. Christovão da Gama, de quem se fala nos respectivos artigos. As noticias chegadas da India, eram as mais desoladoras pelo modo escandaloso com que o governador D. Duarte de Menezes exercia o seu governo. Precisava-se d'um homem de notoria e comprovada energia, e Vasco da Gama, a quem a sua vida passada era garantia de sobejo, foi nomeado por D. João III, que lhe pedia para se encarregar d'aquelle governo com o titulo de vice-rei, e todos os poderes e vantagens que para si quizesse e para seus filhos. Acceito o encargo, o novo vice-rei saiu de Lisboa a 9 de abril de 1524; chegando a Chaul, nomeou governador a Christovão de Lima, ordenando-lhe que se ali apparecesse D. Duarte de Menezes, que es-

tava em Ormuz, o não reconhecesse como governador. Entrou em Gôa a 11 de setembro do mesmo anno, e demittiu o governador Francisco Pereira Pestana, obrigando-o a indemnisar as pessoas que tinha prejudicado. Logo que D. Duarte de Menezes appareceu, mandou o preso para o reino. Todos estes actos de energia, e o trabalho que empregou para restabelecer a moralidade e a ordem, abalaram profundamente a sua saude, já bastante compromettida. Conhecedor do seu melindroso estado, nomeou para lhe succeder, em caso de morte, Lopo Vaz de Sampaio, até que do governo tomasse posse a pessoa que se achasse nomeada nas cartas, assignadas por D. João III, lavradas com o sello real e designadas com o numero de 1.ª, 2.ª e 3.ª vias de successão, cartas que só deviam ser abertas depois da morte do vice-rei. Cada vez mais torturado pelo soffrimento, falleceu em Cochim na noite de 24 para 25 de dezembro de 1524. O corpo de Vasco da Gama, vestido de roupas de seda e coberto com o manto da ordem de Christo, foi enterrado sem a menor pompa, na capella mór do mosteiro de Santo Antonio da ordem de S. Francisco, em Cochim. No seu testamento determinava o vice-rei que o seu corpo fôsse trasladado para Portugal, e assim o fez, em 1538, seu filho, D. Pedro da Silva Gama, tributando-lhe D. João III as maiores honras que nunca se deram a pessoa que não fôsse de sangue real. Na capella-mór do extincto convento do Carmo, proximo da Vidigueira, hoje egreja de N. S.ª das Reliquias, estiveram até 1880, em campa limpa de adornos ou brazão, os ossos do grande navegador. A campa tem o seguinte epitaphio: *Aqui jaz o grande Argonauta D. Vasco da Gama, primeiro conde da Vidigueira e Almirante das Indias Orientaes e seu famoso descobridor.* Em junho de 1880, quando se commemorou o 3.º centenario de Camões, fôram os ossos de Vasco da Gama trasladados para a egreja de Belem, para ali se lhe erigir um monumento funerario. A cerimonia foi revestida com a maior solemnidade, sendo o cortejo esperado á porta do templo por el-rei D. Luiz, seu pae el rei D. Fernando, a rainha senhora D. Maria Pia, a côrte, ministerio, etc. Esta solemnidade foi promovida pela Academia Real das Sciencias de Lisboa.

Gama *(D. Vasco da).* Capitão de cavallaria, que serviu na guerra da acclamação de D. João IV. Nasc. em 1634, e fal. na India. Achando-se no sitio de Badajoz em 1658, teve um desafio com seu primo, o 8.º barão d'Alvito, ficando mortos no campo o barão e os dois padrinhos, e D. Vasco da Gama mal ferido. Passando depois a Inglaterra, embarcou em 1660 para a India, onde morreu.

Gama *(Casal do).* Na freguezia de N. S.ª da Salvação e conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

Gama Barros *(Henrique da).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, antigo deputado na Nação, governador civil do districto de Lisboa, do conselho de sua magestade, par do reino, actual presidente do Tribunal de Contas, etc. N. em Lisboa a 23 da agosto de 1833. Era filho de João Manuel de Barros, e de D. Maria da Piedade da Gama Barros. Matriculando-se na Universidade, recebeu o grau de bacharel em 1854. No seu curso teve por condiscipulos o fallecido estadista Barjona de Freitas e o sr. conselheiro José Luciano de Castro. Entrou no serviço do estado como subdelegado do procurador regio no 1.º districto criminal de Lisboa, cargo que exerceu desde 3 de agosto de 1854 até outubro de 1855, em que pediu a sua exoneração. Em dezembro de 1857 foi nomeado administrador do concelho de Cintra, d'onde teve transferencia em 1862 para a administração do Bairro Alto, hoje 2.º bairro de Lisboa. Em 1869 foi nomeado secretario geral do governo civil da mesma cidade, sendo governador civil em 1876, logar que tornou a exercer em 1878. A 18 de dezembro de 1873 recebeu a mercê da carta de conselho. Foi vogal supplente do Supremo Tribunal Administrativo em 1877, e por decreto de 3 de janeiro de 1879 foi nomeado conselheiro effectivo do Tribunal de Contas, de que é presidente desde 1900. Por carta regia de 28 de maio de 1906 foi nomeado par do reino. Escreveu: *Repertorio administrativo, deducção alphabetica do codigo administrativo de 18 de março de 1842 e da legislação correlativa até 1860*, Lisboa, 1860; 2 tomos; *Historia da Administração publica nos seculos* XII *a* XV; obra importissima, cujo 1.º volume se publicou em 1885, o 2.º em 1896, e o 3.º está em via de publicação. Os seus trabalhos historicos fôram apreciados no estrangeiro, na *Nouvelle Revue Historique*, na *Revue des questions historiques*, onde Redolphe Doreste, do Instituto, lhe fez largas referencias. O sr. conselheiro Gama Barros é socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e da Academia de Historia Hespanhola. Tendo-se filiado no partido regenerador-liberal, existe em Lisboa um centro politico com o seu nome.

Gama e Castro *(José da).* Bacharel em Medicina e doutor em Philosophia pela Universidade de Coimbra; escriptor, etc. Nasceu n'esta cidade a 7 de outubro de 1795, falleceu em Paris a 8 de setembro de 1873, sendo filho de Mauricio José de Castro e Sá, empregado na camara ecclesiastica de Coimbra. Formou-se em Medicina e em Philosophia em 1819, doutorando-se n'esta ultima faculdade a 5 de novembro de 1820. N'esta epoca predominava o regimen liberal, que se havia proclamado, mas as idéas politicas do dr. Gama e Castro estavam em contradicção com o enthusiasmo geral. A sua convivencia com homens que seguiam as mesmas idéas absolutistas, como Francisco Alexandre Lobo, bispo de Vizeu, e outros, e a fórma desassombrada como falava contra a liberdade, deu em resultado o governo receber denuncias de que se tramava em Coimbra uma conspiração, sendo o principal influente o dr. Gama e Castro. Procedeu-se então a uma syndicancia, em que se provou que as denuncias eram infundadas, mas o dr. Gama e Castro julgou sempre prudente refugiar-se no convento dos frades bernardos de Salzedas, junto a Lamego, d'onde saiu sómente depois da revolta conhecida por *Villafrancada*, em 1823, de que resultou a queda do governo constitucional. Desde então foi o dr. Gama e Castro um dos mais ardentes propugnadores do regimen absoluto, e um dos mais fervorosos partidarios do infante D. Miguel, que se não esqueceu do seu fiel alliado, quando se proclamou rei de Portugal em 1828. Quando as tropas constitucionaes desembarcaram no Mindello em 1832, o dr. Gama e Castro exercia clinica em Villa Real, e lá o mandou chamar o infante D. Miguel, para o elevar ao cargo de physico mór do exercito, nomeando-o pouco depois

interinamente physico-mór do reino, logar que accumulou com o que exercia definitivamente; tambem lhe foi conferida a mercê da commenda das ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição. Quando terminou a campanha com a Convenção de Evora Monte, o dr. Gama e Castro não quiz adherir ao convenio, do que lhe não resultou mal algum. Fundou então um jornal miguelista, juntamente com seu irmão Francisco de Assis de Castro e Mendonça. O jornal era diario e chamava-se a *Aguia*, denominando se depois *Aguia do Occidente.* Mostrou-se tão exaltado no ataque ás novas instituições, contra as quaes se levantavam no paiz guerrilhas absolutistas, que sempre julgou mais prudente terminar o jornal e sair do reino. Foi então reunir-se ao seu rei proscripto, que fixara a residencia em Roma. D. Miguel recebeu-o com o favor devido a tanta fidelidade, e agraciou-o com o titulo de visconde de Sernancelhe, titulo platonico, como tantos outros que D. Miguel prodigamente concedeu no estrangeiro. O dr. Gama e Castro foi tambem encarregado pelo infante d'uma missão especial junto do archiduque de Modena, Francisco IV, e aproveitando a sua permanencia n'aquella cidade, fundou um jornal politico, intitulado *Precursor*, que se divulgou rapidamente pela Europa inteira, e cujas idéas agradavam muito ao governo do ducado, mas não causavam enthusiasmo á Inglaterra. Parece que o *Precursor* se desmandou no seu ataque ás instituições liberaes porque, segundo conta o proprio jornalista, o ministro inglez acreditado junto dos governos dos quatro pequenos ducados italianos, fez as suas reclamações, e o duque de Modena teve de despedir o dr. Gama e Castro, que partiu para Milão, onde, segundo consta, foi muito protegido pelo archiduque Reinieri, governador da Lombardia, e em Milão escreveu o *Apocalypse politico*, que só veiu a publicar-se na Suissa, em Lugano, capital do cantão Tessin, quando o dr. Gama e Castro para ali se dirigiu em 1836. Percorreu depois a Suissa, Allemanha e Hollanda, procurando sustentar-se com o fructo do seu trabalho, ora abrindo em Lausanna um curso de italiano, ora como professor de mathematicas elementares n'um estabelecimento prussiano de Neuchâtel, e sempre animado com uma esperança de vêr triumphar de novo em Portugal o partido miguelista, mas afinal desenganou-se vendo os desastres da insurreição carlista, e resolveu passar ao Brazil, onde chegou em meados do anno de 1838. No Rio de Janeiro encontrou numerosos amigos e largo campo para exercer a sua actividade. Fundou o *Despertador*, jornal catholico, de que por algum tempo foi quasi o unico redactor, o que lhe valeu o agradecimento da Santa Sé, pela fórma e constancia com que defendeu os interesses catholicos na capital do imperio brazileiro. Saindo do *Despertador* passou a collaborar no *Jornal do Commercio.* Fundou o *Exorcista*, semanario de que era o unico redactor. Voltou á Europa em 1842, continuando com a collaboração no *Jornal do Commercio*, escrevendo durante 10 annos correspondencias parisienses. Sobrevindo a revolução de 1848, despertaram de novo as suas idéas absolutistas, e começou a escrever activamente nos jornaes legitimistas, a *União* e a *Opinião publica;* era esta a sua principal preoccupação, sem comtudo prejudicar a correspondencia politica que já ha tempo conservava com o *Observador austriaco*, de Vienna, e com o *Jornal de Constantinopla*, que se publicava tambem n'aquella cidade. Entre os seus escriptos mais dignos de ser notados, publicados nos dois jornaes, acima citados, apparecem tres memorias firmadas com o seu nome, todas tres em principios de abril da 1851. A primeira appareceu na *União* com o titulo: *La question portugaise*, em que sustentava os direitos de D. Miguel, respondendo a um artigo inserto no *The Newcastle journal*; esta resposta fez grande impressão em Inglaterra, e sobre o assumpto appareceram artigos no *Morning Advertiser*, *Morning Post* e o proprio *Newcastle journal.* As outras duas memorias sairam na *Opinião publica:* uma, a reinvidicação em favor de Jacob Rodrigues Pereira, da arte de fazer falar os surdos-mudos, attribuida em França ao abbade L'Epée; a outra, igual reinvidicação, em favor do padre Bartholomeu Lourenço de Gusmão, da descoberta da navegação aerostatica, attribuida pelos francezes aos irmãos Montgolfiers. Em 1854, tendo casado com uma rica senhora ingleza, filha de Abrahão Augusto Hely Hutchinson, da casa dos condes de de Donoughmore, deixou a vida jornalistica. Em 1857, porém, voltou a mandar com toda a regularidade para o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, umas revistas politicas datadas ora de Paris ora de Berlim. Escreveu: *O Federalista, publicado em inglez por Hamilton, Madisson e Jay, cidadãos de Nova-York, e traduzido em portuguez* por ***, Rio de Janeiro, 1840, 3 tomos; *O novo principe, ou o espirito dos governos monarchicos, por ***; segunda edição revista e consideravelmente augmentada pelo autor*, Rio de Janeiro, 1841; diz-se que a primeira edição, constando de menor numero de capitulos, se publicára em Lisboa; *O Novo Carapuceiro, ou typos da nossa epoca,* por ***, Rio de Janeiro, 1842; *Memoria sobre a nobreza do Brazil, por um brazileiro*, Rio de Janeiro, 1841; tambem saiu anonymo, e é-lhe attribuido. Dizem ser seus os seguintes opusculos: *O sentimento religioso*, que parece ter sido impresso no Rio de Janeiro em 1842; *A felicidade, investigações philosophicas*, Rio de Janeiro, 1859. Deixou incompleto: *Diario da minha emigração.*

Gama e Castro *(Pedro do Rego Barreto da).* Governador de Moçambique desde 1743 até 1746. No seu tempo começaram os francezes a commerciar nas ilhas de Querimba e em outros pontos da costa do norte. Accusaram o governador de ter favorecido a invasão estrangeira, e procedeu-se a esse respeito a uma syndicancia, de que o governador saiu illibado. N'essa epoca, é verdade que os governadores de Moçambique estavam sendo expostos a esses inconvenientes.

Gama Freixo (*José Francisco da).* Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. Nasc. em Arraiollos em 4 de março de 1818; fal. em Evora a 20 de fevereiro de 1888. Era filho de José Francisco da Gama, e de D. Maria Umbellina da Gama Freixo. Feitos os primeiros estudos, seu pae destinou-o á carreira de medicina, e veiu para Lisboa cursar a Escola Medica, onde se tornou distincto, sendo approvado com louvor em todos os exames. Concluido o curso, foi para Arraiollos, e d'ali passou a Evora, sendo nomeado em 3 de dezembro de 1841 primeiro operador do hospital do Espirito Santo d'aquella cidade,

logar que exerceu até 1887, tendo de o abandonar por causa da doença, de que veiu a fallecer no anno seguinte Gama Freixo era tambem um apreciado amador de musica; tocava violoncello; tinha grande predilecção pelas musicas de Meyerbeer, de Gounod e de Wagner; executava egualmente musicas de Bellini e de Donizetti, que considerava os representantes da escola italiana.

Gama Leal *(José Antonio da)*. Bacharel formado em Leis e doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, etc. Nasc em Torres Vedras, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de Manuel Francisco Leal. Tomou o grau de bacharel em 1821, e doutorou-se em 13 de junho de 1823. Foi oppositor ás cadeiras de Canones, freire conventual da ordem de S. Thiago da Espada, pertencendo tambem ao collegio das ordens militares, procurador fiscal da fazenda da Universidade de 1830 a 1834, em que se retirou para sua casa pela extincção do collegio e mudanças politicas. Foi editor da 2.ª edição da *Memoria* de Manuel Agostinho Madeira Torres, a qual tem por titulo: *Descripção historica e economica da villa e termo de Torres Vedras, por Manuel Agostinho Madeira Torres; impressa no tomo* VI, *parte* I *das Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa no anno de 1819; segunda edição accrescentada com algumas notas dos editores*, Coimbra, 1861.

Gama Lobo *(Antonio da Rosa)*. General de brigada; lente da Escola do Exercito; commendador das ordens de Christo e de Aviz; cavalleiro da Torre e Espada e da Corôa de Ferro de Italia; socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. em Elvas a 4 de novembro de 1817, e fal. em Lisboa a 8 de junho de 1888. Entrou no serviço militar em 27 de janeiro de 1837, e serviu na arma de artilharia. Tinha a carta de conselho e foi lente da 1.ª cadeira e director de estudos das sciencias militares da Escola do Exercito. Escreveu: *Noções geraes sobre o direito das gentes*, etc., Lisboa, 1855; dividido em 3 partes: *Breves noções sobre o direito interno; direito externo no estado de paz, e direito externo no estado de guerra; Principios de direito internacional por Antonio da Rosa Gama Lobo, professor da cadeira de Legislação militar e dos principios de direito internacional na Escola do Exercito, offerecidos ao ill.mo e ex.mo sr. visconde de Sá da Bandeira; mandados publicar por ordem do ministerio da guerra*, 2 volumes, Lisboa, 1865; *Principios de Legislação militar; apontamentos para serem dados na 1.ª cadeira da Escola do Exercito de 1867 1868; Legislação e administração militares, 1881 1882.*

Gama Lobo *(Francisco Figueiredo da)*. Cavalleiro professo da ordem de Christo; tenente reformado de cavallaria N. em Lisboa em 1680; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Baptista de Figueiredo e Alarcão, e de D. Anna da Gama. Estudou letras humanas no Collegio dos padres jesuitas de Lisboa, e philosophia na Congregação do Oratorio de S. Filippe Nery. Assentou praça em 1703 no regimento de cavallaria, de que se reformou no posto de tenente. Escreveu: *Elogio historico do mais perfeito infante o serenissimo D. Manuel*, Lisboa, 1744; *Laconico discurso sobre a preferencia da nobreza herdada á adquirida por proprios merecimentos*, etc., Lisboa, 1746.

Gama Lobo *(Manuel da)*. Doutor em Jurisprudencia Cesarea, e lente da Universidade de Coimbra, etc. N. em Montemór-o-Velho em novembro de 1658; fal. em Coimbra a 20 de fevereiro de 1742. Era filho de Manuel Chichorro e de D. Violante da Gama. Depois de se doutorar, foi admittido a collegial do collegio de S. Pedro em 7 de julho de 1691; regeu a cadeira de Instituta, de que tomou posse a 23 de novembro de 1693, d'onde passou á do Codigo a 5 de maio de 1699; do Digesto Velho em 1 de abril de 1707, e á de Prima em 7 de fevereiro de 1717, em que foi reconduzido a 25 de dezembro de 1719. O dr. Manuel da Gama Lobo foi conego doutoral das cathedraes de Braga e de Evora, deputado da inquisição de Coimbra, e desembargador do Paço.

Gama Lobo Botelho. *V. Argamassa (Barão de).*

Gama Lobo Cayolla *(Lourenço Caldeira da)*. Capitão de artilharia, vogal das commissões de cartographia explosivos, escriptor e jornalista deputado, etc. N. em Campo-Maior a 21 de junho de 1863. Filho de Manoel Caldeira de Miranda Cayolla e de D. Maria do Carmo da Gama Lobo. Tendo cursado a Escola do Exercito, assentou praça em 29 de julho de 1879, sendo despachado alferes a 7 de janeiro de 1885, tenente em 16 de fevereiro de 1887, e capitão em 24 de novembro de 1898. Foi eleito deputado pela primeira vez em 1897, representando em Côrtes o circulo de Aviz e mais tarde o districto de Portalegre. Como secretario da commissão de guerra relatou em 1899 a reforma do exercito, e em varios annos o orçamento do ministerio da guerrra. Em 1905 relatou o projecto de ensino colonial e o projecto das promoções do exercito. Em varias discussões tem pronunciado alguns discursos, sendo o mais notavel, em 1901, por occasião da discussão do *bill de indemnidade*. Filiado no partido progressista, tem publicado muitos artigos politicos em varios jornaes do paiz e da capital, taes como: o *Elvense* e *Correio Elvense*, *Correio da Noite* e *Jornal da Manhã*, sendo este da sua direcção. Publicou em volume os romances: *Coração Doente*, e *O Despertar d'um sonho*, que constituiu o brinde do *Diario de Noticias*, em 1897. E' cavalleiro da ordem de Aviz, commendador da de Carlos III, de Hespanha, e official da Legião d'Honra.

Gama Pinto *(Caetano Antonio Claudio Julio Raymundo da)*. V. *Pinto.*

Gamaleiro. Logar da freg. de Ribeiro da Graça, do conc. de Paúl, ilha de Santo Antão, archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental. Produz café, bananas e laranja. Optimo terreno para cultura e desenvolvimento da arvore da quina.

Gamanha. Pov. nas freguezias: de Santo Isidoro, conc. de Mafra; distr. de Lisboa. || Santa Anna, conc. de Portel, distr. de Evora.

Gamanhos. Pov. da freg. de Santa Maria Magdalena e conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Gamarão de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Miguel, de Canellas, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Gamas. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Gamba. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola || Pov. do distr. de Que-

limane, prov de Moçambique, Africa Oriental, situada no sertão e margem esquerda do rio, confluente do Chire, um dos braços do Zambeze.

Gambão. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª de Guadelupe, do Porto da Cruz, conc. de Machico, distr. do Funchal.

Gambellas. Pov. na freg. de S. Pedro, conc. e distr. de Faro

Gambelle. Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Gambo. Antigo prazo do distr. de Sena, prov. de Moçambique, Africa Oriental Mede 8 k. de comprimento por 5 de largura. Tem bosques de boa madeira, habitados por animaes ferozes, e mattas de café silvestre. Produzia milho, arroz, feijão, palma christi e algodão, quando era cultivado pelos que tiveram de fugir aos maus tratos dos cafres, landins.

Gamboa. Familia que procede de D. Ruy Lopes de Gamboa, senhor do logar de Gamboa, em Guipuscoa, Hespanha. Tem por armas, em campo vermelho um elmo guarnecido de ouro, entre um lobo de sua côr armado de ouro, e um lebreu, de prata, com colleira de azul guarnecida de ouro, e um chefe de ouro, com tres folhas de golfão; timbre, o lebreu. Estas armas fôram dadas a Nuno Caiado de Gamboa, que passou a Portugal em 1526.

Gamboa *(Fr. Egydio de).* Freire professo da ordem de Christo. N. em Setubal em março de 1667, fal. a 13 de julho de 1715. Chamava-se no seculo Christovão de Gamboa, e era filho de Pedro Carvalho de Gamboa e de Francisca Thereza da Costa, sua mulher. Professou no convento de Thomar a 4 de abril de 1685. Foi bom theologo e apreciado prégador; reitor do collegio de Coimbra e procurador geral da sua ordem em Lisboa. Escreveu: *Oração funeral nas exequias do muito alto e poderoso rei de Portugal o senhor D. Pedro II, que celebrou o Real Convento de Thomar da ordem de Christo em 22 de dezembro de 1706,* Lisboa, 1707; *Sermão dos ossos dos enforcados prégado na Misericordia de Lisboa*, Lisboa, 1711.

Gamboa *(Joaquim Fortunato de Valladares).* Poeta, que no seu tempo adquiriu alguma fama. Parece que foi professor de Rhetorica, e que morreu nos primeiros annos do seculo XIX Escreveu: *Obras poeticas; segunda edição correcta e emendada*, tomo I, Lisboa, 1779; não consta que se publicasse então o tomo II; em 1791 fez se nova edição, e só em 1804 é que appareceu o tomo II; *Canção real ao ill.mo e ex.mo sr. Marquez de Pombal, collocando se por sua direcção a real estatua.* Lisboa, 1775.

Gambos. Territorio do distr. de Mossamedes, prov. de Angola, Africa Occidental, limitado, ao N pelo territorio de Hay e Jau, a E pelo paiz dos Muhumbes, ao S pelo territorio do Humbe, e a O pela serra de Chella. O seu comprimento regula por 120 k., de N a S, e 50 de E a O. O terreno é, em geral, plano, só um tanto montanhoso a O, por onde ainda se prolongam as ramificações da cordilheira. O terreno é fertil, mas as seccas são frequentes, tornando por vezes impossivel o cultival-o. Clima quente, e na estação chuvosa, pouco salubre. Atravessa-o o rio Caculovar. Os habitantes entregam-se á caça e á creação de gado vacum e lanigero. Importante colheita de cêra. N'este territorio encontram-se minas de ferro e iman em abundancia. As povoações principaes são: Pocollo, Jombi, Muhanjaracata, Canga, Condo, Caube e Caco.

Gameiro *(Alexandre Nunes).* Bacharel em Canones pela Universidade de Coimbra. N. em Torres Novas em 1706; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Leonardo Custodio e de Barbara Thereza. Foi muito perito nas letras humanas e em poesia. Escreveu: *Metro funebre, harmonia triste entoada pela Deidade, da Amizade a inspiração da saudade, na morte do sr. Manuel Antonio Gameiro*, Lisboa, 1744. Deixou em manuscripto: *Poesias varias;* constam de comedias, loas, entremezes, sonetos e romances.

Gameiro *(Alfredo Roque).* Artista contemporaneo muito conhecido. Trabalhou ainda creança na lithographia Justino Guedes. Desen-

Alfredo Roque Gameiro

volvendo-se depois o seu talento artistico, tornou-se um pintor distincto. Quando o fallecido estadista Antonio Augusto de Aguiar, sendo ministro, comprehendeu a necessidade da creação de escolas industriaes de desenho no paiz, pensou em mandar habilitar, no estrangeiro, professores para os varios ramos do ensino que n'ellas se deviam ministrar; Roque Gameiro foi um dos escolhidos, e estudou durante dois annos na Allemanha, na Escola d'Artes e Officios, de Leipzig, lithographia. Regressando a Portugal, tomou a direcção das officinas lithographicas da Companhia Nacional Editora, que succedeu á lithographia Guedes, sendo depois, em 1894, nomeado professor da Escola Industrial Principe Real. Do seu merito profissional são o melhor attestado os trabalhos da Empresa Editora, e os desenhos em varios jornaes e revistas. Roque Gameiro, dedicando-se sempre mais á arte que á industria, tornou-

se um verdadeiro artista e um trabalhador infatigavel. Na opinião dos entendidos, as suas aguarellas são apreciaveis, dando-lhe um logar honroso entre os pintores portuguezes. Nas exposições do Gremio Artistico sempre appareceram trabalhos seus. Na de 1892 figurou a paizagem *A Ponte dos Corvos*, que depois enviou á exposição de Berlim; em 1894 expoz um estudo de figura do seculo XVII; em 1895, apresentou 5 aguarellas: *Velando*, é uma rapariga que está velando á beira d'um berço; trajos minhotos, alegrando aquelle meio saudavel; *Retrato*, de mademoiselle Laura Guedes; *Um trolha; Costume de 1807; Rio de Jamor;* um trecho d'este rio, que se curva por entre salgueiraes e ondas de folhagem; em 1896 apresentou o retrato de seu pae, sob a epigraphe *Epistola;* em 1897, dois bellos trechos de paizagem da *Costa de Caparica*. Roque Gameiro, nas exposições no Palacio de Chrystal do Porto, pelos seus trabalhos, recebeu uma medalha de prata e uma menção honrosa; nas do Gremio Artistico de 1892 e de 1894, recebeu a terceira medalha, depois em annos successivos recebeu 2.as e 1.as medalhas até que na de 1897 recebeu a medalha d'Honra, o premio mais elevado que lhe podia ser concedido como expositor. Obteve tambem medalha de ouro na Exposição de Paris de 1900. São muitos os seus trabalhos, em que figuram retratos, figuras de grandes dimensões; illustrações e capas de phantasia em obras litterarias, etc.

Gameiro. Pov. da freg. de Santa Maria, de Pinheiro Grande, conc. da Chamusca, districto de Santarem.

Gamella. Pov. da freg. de S. Martinho e conc. Pombal, distr. de Leiria.

Gamellas. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Beira Alta, concelho de Taboaço, distr. de Vizeu. Esta freguezia chama se actualmente *Pereiro* (*V. este nome*). || Pov. na freg. de Menino Jesus, de Pereiro, conc. de Pinhel, distr. da Guarda. N'esta pov. houve um combate contra os francezes a 14 de novembro de 1810.

Gamide. Extincta villa da prov. do Minho, conc. e com. de Braga. Foi couto, com juiz e mais justiças, e escrivães proprios. Pertencia ao distr. e arceb. de Braga.

Gamil. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 295 hab. e 54 fog. As religiosas franciscanas de Valle de Pereiras, proximo de Ponte do Lima, apresentavam o vigario, que tinha 40$000 réis. A pov. dista 4 k. da séde do conc. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3 com a séde em Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Roboreda, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Gamitto (*Antonio Candido Pedroso*). Cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, commendador da de Christo, governador da Torre do Outão, governador do districto de Tete, etc. N. em Setubal em 1806, onde tambem fal. a 16 de abril de 1866. Entrando na vida militar, foi despachado alferes em 1825 para a provincia de Moçambique, onde esteve 17 annos, subindo ali os respectivos postos. Era capitão de caçadores, quando se organisou uma expedição para tentar a travessia da Africa Oriental para a Occidental em 1831, dando-se o commando ao major José Maria Correia Monteiro, que levava como subalterno o capitão Gamitto, recebedor tambem das fazendas e petrechos. Foi a 1 de junho d'esse anno, que a expedição partiu na força de 420 homens, chegando á capital de Muata Cazembe, onde se demorou alguns mezes, sem poder seguir ávante, e regressando depois a Tete. A 10 de março de 1832 escreveram uma carta para Angola, carta que só em Loanda se recebeu a 25 de abril de 1839, por via d'um pombeiro, que penetrára até Lunda, povoação principal do potentado Cazembe. O itinerario d'essa viagem foi escripto por Pedroso Gamitto, e publicou se depois em Lisboa. Em 1842 regressou a Portugal, e foi nomeado governador da Torre de Outão, de Setubal; promovido a major em 1853, voltou a Moçambique como governador de Tete. Voltando novamente ao reino, retirou-se para Setubal, sua patria, onde passou o resto da vida. Escreveu: *O Mnata Cazembe, e os povos Maraves, Chevas, Muizas, Muembas, Lundas e outros da Africa austral*; *Diario da expedição portugueza commandada pelo Major Monteiro* (1831-1832), Lisboa, 1854. Nos primeiros volumes do *Archivo Pittoresco*, 1857 e 1858, publicou varios artigos muito interessantes relativos ás viagens que emprehendeu durante o tempo que residiu em Africa.

Gamitto (*Manuel Felix da Costa*). Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra; advogado em Setubal, familiar na inquisição de Lisboa, etc. Viveu na primeira metade do seculo XVIII. Escreveu: *Favos moraes, politicos e economicos, compostos e dedicados á magestade fidelissima de el-rei nosso senhor*, que ficaram em manuscripto.

Gamoal. Pov. na freg. de S. Thiago, de Rio Meão, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Gamoêdo. Pov. na freg. de S. Julião, de Moreira de Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello

Gamparà. Ponta ou cabo nas margens do rio Curubal, do conc. de Bissau e prov. da Guiné, Africa Occidental.

Ganados. Pov. na freg. de N. S.ª do Reclamador, de Casaes, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Gança. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de S. Thiago, de Ribeira Secca, conc. da Calheta, districto de Angra do Heroismo.

Gancaria. Communidade agricola na India; camara agraria; assembléa dos gancares; a aldeia ou terras comprehendidas na jurisdicção de um gancar. Quando Gôa foi conquistada pelos portuguezes já as terras do Concão se encontravam cultivadas pela gente do Cauará, formando pequenas sociedades, denominadas *gancarias* (de *gam*, aldeia, e *caria*, arranjo). Os individuos que as compunham chamavam-se *gancares*, isto é, governadores, administradores, bemfeitores, ou senhores da aldeia. Estas instituições ainda existem com pequenas alterações, pagando ao Estado um certo fôro, hoje bastante diminuto; os negocios que lhes respeitam são discutidos collectivamente em assembléa e resolvidos por votação, e a renda das propriedades é sempre licitada em praça perante o respectivo juiz. Do seu producto tiram-se os fóros da Fazenda, a despeza com o culto, o salario dos escrivães e mais serventuarios, e o resto divide-se pelos *gancares* em proporções diversas, conforme os seus antigos

privilegios, etc. Em cada uma das comarcas existe uma estancia superior denominada *camara geral agraria*, constituida por uma especie de jury composto de dois delegados de cada communidade. Os direitos dos *gancares* são hereditarios e as *gancarias* teem differentes codigos, o que torna a legislação d'estes estabelecimentos agricolas bastante complicada. O regimento que lhes deu Affonso de Albuquerque, em seguida á conquista, soffreu pelo correr do tempo varias alterações, até ser reformado em 15 de junho de 1735 e fez-se-lhe um additamento a 10 de dezembro de 1764, cujas disposições teem sido quasi todas alteradas. Mas as gancarias, fundadas primitivamente com solidos estatutos e atravessando seculos, chegaram até aos nossos dias sem se modificar na sua constituição communal, a despeito das invasões e conquistas. Os primeiros dominantes, conservando-lhes as terras, tributaram-nas com um fôro que vieram pagando, contratando finalmente com Affonso de Albuquerque pagal-o á Corôa portugueza. Gozando de privilegios e regalias de municipios, que de facto o eram antigamente no interior das suas aldeias, exerciam não só as funcções inherentes áquelles corpos, mas ainda decidiam em reunião de gancares sobre os negocios civis, criminaes, e outros importantes. Por isso os portuguezes lhes chamaram camaras, applicando-lhes a organisação militar dos concelhos de Portugal. Estes pequenos e independentes estados de Gôa, com o fim provavel de defenderem os seus direitos em varias circumstancias, organisaram em cada provincia, por meio de confederação, um corpo electivo, que se denomina *camara geral*, para procurar pelos interesses communs. Com a organisação dos municipios introduzida pelo marquez de Pombal, o governo fez cercear successivamente aquellas prerogativas e reduziu a camara geral a simples camara agraria, e as gancarias a associações meramente agricolas. Estas communidades no territorio da India portugueza sobem a 320. A sua existencia foi regulamentada modernamente pelo decreto de 15 de setembro de 1880. Para se conhecer bem estas corporações, o que se tem legislado sobre ellas, veja se: *Defensa dos direitos das gão-carias, gão-cares e dos seus privilegios contra a proposta de sua dissolução, e divisão das suas terras*, por Filippe Nery Xavier, Nova Gôa, 1856; *Bosquejo historico das communidades das aldeias, dos concelhos*, etc. do mesmo autor, Nova Goa, 1852; *Codigo dos usos e costumes dos habitantes das Novas Conquistas*, em portuguez e maratha, pelo referido autor, Nova Goa 1861. *Collecção das leis peculiares das confrarias dos concelhos das Ilhas, Salsete e Bardez, ordenada e annotada, com uma breve noticia historica sobre os estabelecimentos, fundos e outras particularidades d'essas corporações*, etc., por Francisco João Xavier, Nova Goa, 1867. O foral dado por el-rei D. João III aos gancares, organisado por Affonso Mexia em 16 de setembro de 1526, encontra se reproduzido nas seguintes obras: *Collecção das leis peculiares das communidades*, etc., acima indicada; *Memoria dos Estabelecimentos Portuguezes a léste do Cabo da Boa Esperança*, pelo conselheiro Manuel José Gomes Loureiro, Lisboa, 1835; *Archivo Portuguez Oriental*, fasc. v, pag. 118 a 134, por Cunha Rivara; na *India Portugueza*, de Lopes Mendes, vol. II, pag. 180 a 200, Lisboa, 1887.

Gançaria. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Alcanede, conc. e distr. de Santarem.

Gancellas. Vasto territorio no sertão do distr. de Mossamedes, prov. de Angola. Grande abundancia de sal, ferro e cobre. Tem alguns cercaes.

Gancho *(Baixo do)*. Baixo da Costa da Guiné, de Cabo Verde, Africa Occidental, em frente da ponta do Arriscado. Fórma o limite occidental do canal oriental, tendo na baixamar apenas 3 ou 4 metros de agua, e na enchente, entre 16 e 19.

Ganço e Gançoso. As armas d'esta familia são: Em campo vermelho uma cruz de prata entre quatro caldeiras de ouro faxadas de duas faxas de negro e uma outra caldeira da mesma fórma no pé ou contra chefe; timbre, dois braços vestidos de vermelho com uma das caldeiras nas mãos.

Gandara *(Antonio Correia de Magalhães Ribeiro, visconde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real. por alvará de mercê nova, de 7 de setembro de 1887. Vive actualmente no Porto. Foi agraciado com o titulo de visconde de Gandara, por decreto de 8 de julho de 1886. O seu brazão é o seguinte: Escudo esquartelado ; no primeiro quartel, em campo de prata, doze correias azues, repassadas umas por entre as outras, seis em banda e seis em contrabanda. No segundo: em campo vermelho duas faxas xadrezadas de ouro e vermelho. O terceiro egual ao segundo. No quarto, em campo de prata uma banda vermelha, e na parte inferior, um ribeiro de sua côr. Sobre o escudo a corôa de visconde, e por timbre uma aguia negra armada de ouro.

Gandara. V. *Gandra*.

Gandarel. Familia, cujas armas são: Escudo, em campo azul um castello de prata sobre ondas de mar, onde estão dois cysnes ao pé do castello, e á porta d'elle uma nympha com escudo no braço esquerdo; timbre, a mesma nympha armada.

Gandarella. Pov e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 353 hab. e 87 fog. Tem esc. do sex. masc. e est. post. permutando malas com Guimarães e Cabeceiras de Basto. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e ficam-lhe proximos os rios Ave e Vizella. A mitra apresentava o abbade, que tinha 150$000 réis. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Gondoriz, conc, de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª d'Assumpção, de Aboim da Nobrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Barca, conc. da Maia. distr. do Porto. || S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Martinho. de Cavallões, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || O Salvador, de Freamunde, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Pedro, de Merelim, conc. e distr. de Braga. || S. João Baptista, de Roboreda, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S Mamede, de Troviscoso, conc. de Monsão, do mesmo districto.

Gandarellas. Pov. na freg. de S. Pedro, de Cette, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Gandareo. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Outil, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Gandariças. Pov. na freg. de S. Martinho, de Murias, conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Gandarinha *(Sebastião Pinto Leite, 1.º visconde da).* Commendador da ordem de Christo e da ordem da Rosa, do Brazil; par do reino, capitalista, proprietario e negociante de grosso trato nas praças commerciaes de Lisboa, Londres e Manchester. N. no logar da Gandarinha, freg. do Couto de Cucujães, a 25 de agosto de 1815, e fal. ha já annos. Foi eleito par do reino por carta regia de 8 de janeiro de 1881, de que prestou juramento e tomou posse na sessão da respectiva camara de 9 de fevereiro do referido anno. Era filho de Antonio Pinto Leite, proprietario, e de sua mulher, D. Thereza Angelica Bernardina d'Assumpção Correia. O visconde da Gandarinha casou em 18 de dezembro de 1855 com D. Clementina Libania Pinto Leite, sua sobrinha, filha de José Pinto Leite, fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, negociante de grosso trato na praça commercial da Bahia, casado com D. Carlota Barbara Leite. O titulo foi concedido por carta de 30 de janeiro de 1879, e o seguinte brazão a José Pinto Leite, por alvará de 22 de junho de 1855: Um escudo partido em pala; na primeira as armas dos Pintos, em campo de prata cinco crescentes de lua vermelhos, com as pontas para cima, em santôr; na segunda pala, as armas dos Leites, em campo verde, tres flôres de liz de ouro postas em roquete.

Gandarinha. Aldeia na provincia do Douro, freg. de S. Martinho de Cucujães, do conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. No centro da aldeia ha um bonito terreiro, onde se vê a capella de S. Sebastião. O lado septentrional d'este terreiro é limitado pela importante quinta e palacio, que pertenceu ao fallecido visconde da Gandarinha, Sebastião Pinto Leite. || Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Alvito, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, de Calvello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Chorente, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho, de Gallegos, do mesmo conc. e distr. || S. Paio, de Gueral, do mesmo conc. e distr. || S. Mamede, de Serôa, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. João Baptista e conc. de Villa do Conde, do mesmo districto.

Gandarinhos. Pov. na freg. de Santa Maria Maior, de Carvoeiro, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Gandaulim. Pov. da freg. de Colvá, conc., districto e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India. Fica situada á beira-mar. || Pov. e freg. do conc., distr. e com. das Ilhas, prov. e arceb. de Gôa, na ilha de Cumbarjúa, archipelago das ilhas de Gôa.

Gandavo *(Pedro de Magalhães).* Homem muito perito em humanidades e muito conhecedor da lingua latina, da qual teve uma escola publica na provincia de Entre Douro e Minho, onde vivia. Era natural de Braga, mas ignoram se as datas do nascimento e do fallecimento. Viveu alguns annos no Brazil. Escreveu: *Historia da provincia de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brazil, feita por Pero de Magalhães de Gandavo, etc.* Lisboa, 1576. No Rio de Janeiro fez-se uma edição em 1858, a qual saiu no tomo XXI da *Revista trimensal* do Instituto, de pag. 367 a 430. N'este mesmo anno, tambem a Academia Real das Sciencias de Lisboa publicou outra reimpressão do mesmo livro, com o titulo conforme ao da edição de 1576, servindo-se d'uma copia manuscripta que existia da antiga, na livraria do extincto convento de Jesus. E' o n.º III da *Collecção de opusculos reimpressos relativos á historia das navegações, viagens e conquistas dos portuguezes*, etc. Escreveu mais: *Tratado da terra do Brazil no qual se contém a informação das cousas que ha n'estas partes*; saiu pela primeira vez no tomo IV da *Collecção de Noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas*, publicada pela Academia Real das Sciencias, 1826; *Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingua portugueza, com um Dialogo que adeante se segue em defensão da mesma lingua*, Lisboa, 1574; 2.ª edição em 1590; 3.ª edição, 1592.

Gandim. Pov. na freg. de S. Estevão e conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Gando. Pov. no conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola || Pov. do conc. de Encoge, do mesmo distr. e prov. || Pov. do conc. de Cazengo, do mesmo distr. e prov. || Nome de duas povoações do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Gandra *(João Nogueira).* Commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de N. S.ª da Conceição, condecorado com a medalha n.º 2 da guerra peninsular, segundo bibliothecario da Bibliotheca Publica do Porto, etc. Nasceu n'esta cidade a 17 de julho de 1788, e falleceu a 5 de dezembro de 1858. Mostrando desde verdes annos intelligencia e vivacidade, depois de frequentar os preparatorios, foi mandado para a Universidade de Coimbra com uma pensão regia que lhe alcançou o corregedor Francisco de Almada de Mendonça, mas a invasão franceza em 1807 veiu cortar a carreira do joven estudante, que voltou para a sua terra natal. Quando no anno seguinte, 1808, rebentou nas provincias do norte o grito de revolta contra os francezes, foi nomeado pelo general Bernardim Freire de Andrade, official da secretaria do governo das armas, e n'esse exercicio tomou parte na campanha contra as tropas do general Junot. Em 1809, acompanhando o seu general, conseguiu a muito custo escapar-se da morte em Braga e em Santo Thirso, e chegar ao Porto, onde entregou os papeis e documentos que tinha em seu poder. Suspeito de jacobino pela plebe amotinada, uniu-se á força armada que estava na bateria de S. Jorge no sitio da Lomba, até que em 29 de março do mesmo anno de 1809 se retirou para Entre-ambos-os-Rios. Apresentou-se depois a Wellesley, assim que este chegou ao Porto, e proseguiu no exercicio do seu emprego de official de secretaria do governo das armas, acompanhando a divisão do general Traut até ao fim da guerra peninsular, sendo afinal confirmado no cargo que exercia pela organisação do exercito em 1816. Adherindo com enthusiasmo á revolução de 1820, foi promovido a secretario do exercito libertador do sul, e acompanhando essas forças na marcha para a capital, voltou depois ao exercicio do seu emprego, até que em seguida ao movimento da *Villafrancada*, em 1823, foi demittido e deportado para Pinhel, d'onde, por motivo de doença, passou para Aveiro. Aproveitando-se da amnistia de 5 de julho, recolheu ao Porto, sua patria, e ali viveu do rendimento d'uma typographia, que tinha comprado durante o regimen da liberdade. N'esta typographia publicava escriptos seus, e tambem as peças officiaes, cuja vul-

garisação se tornava n'essa epoca de maior interesse. Sendo sempre vigiado pela policia, conservou-se n'esta situação, e quando a Carta Constitucional foi outhorgada em abril de 1826, voltou ao seu antigo emprego, e pôde então trabalhar fervorosamente para apressar o juramento da Carta, que se realisou em julho do mesmo anno. Sendo tão conhecidos os seus sentimentos liberaes, foi preso pouco depois da chegada a Portugal do infante D. Miguel, em 1828, e respondeu a um conselho de guerra, que o condemnou a 8 annos de degredo para Moçambique. Valeu-lhe, porém, o movimento de 16 de maio, que lhe abriu as portas da prisão, e o chamou ao conselho militar que se organisou para redigir as proclamações, manifestos do conselho, e a correspondencia com as autoridades nacionaes e estrangeiras. Dissolvida a Junta e retirando-se o exercito para a Galliza, Nogueira Gandra emigrou para Inglaterra, e fez parte da expedição que em principio de 1829 se dirigiu aos Açôres, commandada pelo general Saldanha. Foi Nogueira Gandra quem lavrou o protesto contra a agressão, de Walpole nas aguas da ilha Terceira. Recolhendo ao Porto em 1832, D. Pedro IV o encarregou, com outros collaboradores, de redigir a *Chronica Constitucional*, e pouco depois de terminada a campanha da liberdade, pediu a sua reforma, que lhe foi concedida em janeiro de 1863. Voltou então a viver dos rendimentos da sua typographia, a qual ainda hojo existe, cuja direcção e administração sempre conservou, mesmo depois de ter sido nomeado, em 1842, 2.° bibliothecario da Bibliotheca Publica do Porto, cargo que exerceu até á data do seu fallecimento. Fundou *A Borboleta Contitucional*, periodico de que foi o redactor principal, e que se publicou em 1821 e 1822, no Porto. Em 1833 redigiu outros jornaes politicos, como a *Chronica Constitucional, Artilheiro*, etc. Quando em 1841 se inaugurou n'uma das salas da Bibliotheca do Porto o retrato de D. Pedro IV, foi Nogueira Gandra que compoz e recitou o discurso; em dezembro de 1839, tambem escreveu e pronunciou o elogio funebre do antigo corregedor Francisco de Almada e Mendonça, que fallecera em 1804, cujos restos mortaes fôram n'aquella data trasladados para o cemiterio do Prado do Repouso. Das suas poesias, discursos e outras obras, segundo consta, publicou-se apenas o seguinte: *O Segredo: canção improvisada no Porto em 5 de dezembro de 1827, anniversario natalicio do ex.mo sr. Marquez de Villa Fôr*; sem logar nem anno de impressão; *Improviso recitado perante Suas Magestades Fidelissimas e Imperiaes no theatro do Porto, quando esta cidade recebeu a honra de sua visita*; sem logar nem anno de impressão; *Ode heroica a Lord Wellington, por occasião da victoria de 30 de julho de 1813*, Lisboa, 1813; *Oração na inauguração do retrato de Sua Magestade Imperial o sr. D. Pedro, duque de Bragança, na Real Bibliotheca Publica da cidade do Porto*, Porto, 1841; com uma estampa; *Ode ao ill.mo e ex.mo sr. Bernardim Freire de Andrade*, etc., Coimbra, 1808; *Elogio funebre e historico recitado no cemiterio do Prado do Repouso em o 1.° de dezembro de 1839, por occasião da trasladação dos despojos mortaes de Francisco de Almada e Mendonça*, etc., Porto, 1839; *Resenha diplomatica do Porto contendo os nomes de todos os grandes do reino, titulares, fidalgos, conselheiros, commendadores*, etc., *empregados publicos, do commercio*, etc., *residentes n'esta cidade ao tempo da visita de sua magestade fidelissima a rainha senhora D. Maria II*, Porto, 18.2.

Gandra. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 801 hab. e 205 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e fica situada na margem esquerda do rio Lima. Esta freg. é uma das mais antigas de Portugal, pois já existia pelos annos de 560, em que Theodomiro, rei dos suevos, a deu á sé de Tuy juntamente com outras freguezias do Minho. O bispado de Tuy chegava então até á margem do rio Lima, e comprehendia esta freg., cujo orago era então S. Salvador. A sua egreja foi reedificada pela rainha D. Mafalda, mulher de D. Affonso Henriques, pelos annos de 1160. As religiosas de Sant'Anna, de Vianna, apresentavam o vigario perpetuo, que tinha por anno 150$000 réis. A terra é muito fertil; tem gado e caça. Pertence á 3.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.° 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Valença, districto de Vianna de Castello, arcebispado de Braga; 1:018 hab. e 312 fog. Tem escolas para ambos os sexos, caixa postal, fabricas de moagens, de serragem de madeira, e de tecidos de algodão. A povoação dista 4 k. da séde do conc. e está situada sobre a margem do rio Minho. A mitra apresentava o abbade, que tinha annualmente 600$000 réis. Foi couto, que a rainha D. Thereza e seu filho D. Affonso Henriques deram com a egreja á sé de Tuy, sendo bispo D. Affonso, em 3 de setembro de 1125. A terra é muito fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. de Paredes, distr. e bisp. do Porto; 1:231 hab. e 297 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e fica situada junto do rio Ferreira. O papa e o bailio de Leça apresentavam o abbade, 6 mezes cada um, o qual tinha por anno 250$000 réis. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n. 18, com a séde no Porto. || Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Espozende, distr. e arceb. de Braga; 378 hab. e 74 fog. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada perto da margem direita do rio Cávado. O cabido da sé de Braga apresentava o vigario, que tinha 80$000 réis. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Alfena, conc. de Vallongo, distr. do Porto. || N. S.ª do O', de Ançã, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || Santa Marinha, de Annaes, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santo Antão, de Arga de Cima, conc. de Caminha, do mesmo distr. || S. Miguel, de Argivae, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Balazar, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || O Salvador, de Cambezes, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador, de Campo, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Felix, do

Candomil, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Castello do Neiva, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Cezar, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Thomé, de Correlhã, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Cosme de Gondomar, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Salvador, de Covão do Lobo, conc. de Vagos, distr. de Aveiro. || Santa Cruz do Bispo, concelho de Bouças, districto do Porto. || S. Pedro, de Deão, concelho e districto de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Fajozes, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Santa Maria, de Ferreiros, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Mamede, de Friestas, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, do Geraz do Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Goios, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. João Evangelista, de Guilhufe, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Mamede, de Guizande, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Labruge, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Santa Lucrecia, de Louro, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Louzado, do mesmo conc. e distr. || S. Thiago, de Lustosa, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Mamede, de Madail, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro || Santa Maria Magdalena, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Martinho, de Manhente, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Miguel, de Milheirós de Poiares, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de Mosteiro, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. Thiago, de Mouquim, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Martinho, de Moure, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Pedro, de Ossella, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Adrião, de Padim da Graça, conc. e distr. de Braga. || S. Martinho, de Pecegueiro, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || S. Mamede, de Perafita, conc. de Bouças, distr. do Porto || Santa Marinha, de Prozello, conc de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Quintiães, conc. de Barcellos, distr de Braga. || S. Martinho, de Sande, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Pedro, de Sanfins, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Santar, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Julião, de Silva, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Silvares, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || Santo André, de Sobrado, conc. de Vallongo, distr. do Porto. || S. Miguel, de Soutello, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || O Salvador, de Touguinhó, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto Tem correio com serviço de posta rural. || Santa Maria, de Turiz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Romão, de Ucha, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Mamede, de Valle de Remigio, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu. || S. Jorge, de Varzea, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || N. S.ª da Purificação, de Ventosa, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Villa Chã, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Purificação, de Villa Chã, conc. de Macieira de Cambra, do mesmo distr. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Pedro, de Villarinho, conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || Monte na freguezia de S. Bento, de Varzea, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Gandra de Além e **d'Aquém.** Duas povoações na freg. de S. Lourenço, de Carvide, conc. e distr. de Leiria.

Gandra do Alivio. Pov. na freg. de Santa Maria, de Turiz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Gandra de Assequins. Pov. na freg. de Santa Eulalia e conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Gandra de Baixo e **de Cima.** Duas povoações nas freguezias: S. Thiago, de Fraião, conc. e distr. de Braga. || S. Felix, de Gondifellos, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo districto.

Gandra Chã. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Abbedim, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, do mesmo districto.

Gandra de Corello. Pov. na freg. de S. Miguel, de Gandra, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Gandra do Douro. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Villarinho dos Freires, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real.

Gandra de Gares. Pov. na freg. de S. Pedro, de Alhadas, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Gandra Má. Pov. na freg. de S. Martinho, de Moure, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Gandra de Moreira. Pov. na freg. de S. Miguel, de Gandra, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Gandra Nova. Povoação na freg. de S. João Evangelista, de Mindello, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Gandra dos Olivaes. Pov. na freg. de S. Thiago, de Marrazes, conc. e distr. de Leiria. Tem estação postal.

Gandra de Serem. Pov. na freg. de S. Christovão, de Macinhata do Vouga, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural.

Gandra Velha. Pov. na freg. de Santa Marinha e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real.

Gandufe. Pov. na freg. de S. Pedro, de Espinho, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Ganfei. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Valença, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 1:248 hab. e 450 fog. Tem escolas para ambos os sexos. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Minho, em terreno levemente accidentado. D'aqui se avistam Valença, varias serras e campos de Portugal, o rio Minho, a cidade de Tuy e outras serras e povoações da Galliza. Foi couto. Houve aqui um antigo convento de religiosos benedictinos, cujo fundador foi S. Martinho de Dume, segundo uns escriptores, e S. Fructuoso, seu successor, segundo outros. O que passa por certo é que em 691 já estava fundado havia annos. O rei moiro, Almansor de Cordova, o destruiu em 997, e foi reedificado em 1018 por D. Ganfrido ou Ganfei, que morreu com fama de santo. O primeiro titulo foi *Convento do Salvador,* e depois tomou o de *S. Ganfei.* Em redor do convento fôram se construindo casas, e se formou a actual povoação e freguezia de Ganfei. O convento foi vendido em 1834, pela extincção das ordens religiosas, passando então

a propriedade particular. O D. abbade do referido convento apresentava triennalmente o vigario, que tinha 70$000 réis. A terra é fertil em cercaes, fructas, hortaliças, vinho e gado. Apparece muito peixe. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Ganga. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do conc. de Massangano, do mesmo distr. e provincia.

Ganga-Cacullo. Pov. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Ganga Zambi. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Gangala. Logar do territorio tributario de Inhamuhu, no distr. de Inhambane, da prov. de Moçambique, Africa Oriental, governado por um cabo ou autoridade indigena.

Gangem. Rio da prov. de Gôa, India. E' formado pela confluencia dos rios Madoi e Sancordem; percorre o territorio de Usgão, e vae misturar as suas aguas com o Candiapar, que nasce nos Gates de Cuessim. || Pov. do distr. de Bicholim, prov. e arceb. de Gôa, com. de Bardez, India. || Povoação da regedoria de Usgão, concelho de Sanquelim, districto de Gôa, na India.

Gango. Rio da prov. de Angola. Corre no territorio do sertão de Libollo e conflue no Cuanza. E' pouco conhecido.

Gangôa. Prazo do distr. de Sofala, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Era uma das terras do reino de Quiteve, cujo rei a doou a um negociante portuguez.

Ganguellas. Povo que habita a E do Bié e da prov. de Angola, Africa Occidental, || Capitania-mór no mesmo territorio. Tem est. tel., permutando vales com o reino.

Ganguenhi. Pov. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Ganjarra. Territorio de gentios mandingas, situado no sertão do conc. de Bissau, prov. da Guiné, Africa Occidental, nas margens do rio Geba. E' governado por um regulo. || Pov. e feitoria do conc. de Bissau, com. de Bolama, prov. da Guiné e bisp. de Cabo Verde, na margem esquerda ou meridional do rio Geba, defronte do estabelecimento d'este nome, a 10 k. do presidio de Fá.

Ganjellas. Povo que habita a S E do distr. de Mossamedes, Africa Occidental, entre os territorios de Quimbande, Qualude e Ovampo. Negocia principalmente em sal, ferro e cobre.

Ganze. Com este nome ha 3 povoações no conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola.

Ganzos. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Gão-caria. V. *Gancaria.*

Garabua. Territorio de cafres, do distr. de Sofala, prov. de Moçambique, Africa Occidental, limitado a E e S. pelo Empara de mesmo distr. Sólo fertil e coberto de mattas de excellente arvoredo. Não está agricultado.

Garachico. Ilha da Madeira; pov na freg. de S. Sebastião e conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

Garajau (*Ponta do*). Ponta da costa meridional da ilha da Madeira, no archipelago d'este nome. Com a ponta da Cruz fórma os extremos da bahia do Funchal. Para E do cabo Garajau ficam situados os seguintes portos: Novo, de Santa Cruz e do Machico, que dista da ponta de S. Lourenço uns 9 kilometros. || Ponta na costa N da ilha de S. Jorge, do archipelago dos Açôres.

Garça (*Ponta da*). Ponta ou cabo na costa meridional da ilha de S. Miguel, entre a villa da Povoação e Villa Franca. || Ponta no extremo da costa oriental da ilha do Principe, da prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. || Ponta situada na costa occidental da ilha de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Ribeira do conc. de Paul, com. de Barlavento, prov. e bisp de Cabo Verde. Banha o rio do mesmo nome. || Ponta situada na costa NO da ilha do Fogo, archipelago e prov. de Cabo Verde.

Garção (*Francisco de Sande Mayer*). Escriptor, poeta e jornalista. Nasceu em Lisboa a 18 de fevereiro de 1872. E' filho de Pedro Stoeckler Salema Garção e de D. Maria Magdalena Mayer Garção; terceiro neto do poeta Pedro Antonio Correia Garção, a quem se refere o artigo seguinte. Fez a sua estreia litteraria com o volume de poesias *Lyra da Alma*, que foi editado em 1895, no Cartaxo, pelo sr. Francisco Pereira, seu amigo e admirador. Em prosa, de collaboração com Fernando Reis, publicou *Os Vermelhos*, pamphletos de critica das actualidades, que se reuniram em volume em 1899. Ainda com o mesmo collaborador escreveu um volume de chronicas: *A caminho do Sol*, editado em 1901 por Libanio da Silva. Em 1904 publicou o livro de versos *A minha paizagem*, editado por França Amado, de Coimbra. Em 1905 imprimiu em folheto a *Historia antiga*, traducção em verso do acto de Maupassant *Histoire du vieux temps*, que foi representado no theatro de D. Maria II, sendo interpretes Ferreira da Silva e Virginia. Tambem para este theatro traduziu *Os Romanescos*, comedia em 3 actos em verso, de Ed. Rostand, representando-se muitas vezes, sendo a primeira na noite de 31 de janeiro de 1902. Dedicando-se ao jornalismo, começou redigindo um quinzenario republicano *O Pensamento*, publicado em 1891 em Lisboa. Tem collaborado em numerosas revistas da capital, do Porto, da provincia e do estrangeiro, bem como em differentes jornaes Na imprensa diaria, entrou para a *Marselheza*, de João Chagas, como redactor effectivo, em 1 de outubro de 1897, e nunca mais deixou um dia sequer as lides jornalisticas. Passou para o *Paiz*, que tem tido como successores a *Lanterna*, a *Patria*, e o *Mundo*. Foi chronista litterario do *Jornal da Noite*, de Lisboa, da *Provincia*, do Porto, e da *Comedia Portugueza*, de Lisboa; correspondente litterario do *Diario de Noticias*, da Bahia, e da *Revista do Norte*, do Maranhão; e correspondente noticioso da *Provincia do Pará*, de Belem; da *Folha do Sul*, de Novo Redondo, na Africa Portugueza, e chronista litterario da *Defeza de Angola*, de Loanda. Tem collaborado nas revistas hespanholas: *Electra* e *Germinal*, de Madrid, e n'outras de Malaga e Barcelona. São trabalho de Mayer Garção algumas das traducções dos grandes romances francezes editados pela Casa Bertrand, de Lisboa.

Garção (*Pedro Antonio Joaquim Correia*). Poeta. Nasc. em Lisboa a 29 de abril de 1724, fal. em 10 novembro de 1772. Era filho de Filippe Correia da Silva, cavalleiro fidalgo da Casa Real,

official maior da Secretaria dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, e de sua mulher, D. Luiza Maria da Visitação d'Orgier Garção. Destinado para a magistratura, cursou os estudos de humanidades em Lisboa, nas aulas dos jesuitas, e passou depois a matricular-se na faculdade juridica da Universidade de Coimbra. Por motivos que se ignoram, não concluiu a formatura, e vindo para Lisboa casou se em 1750 com D. Maria Anna Xavier Froes Mascarenhas de Sande Salema, da illustre casa dos Salemas de Alcacer do Sal. Sua mulher trouxe-lhe em dote uma quinta nos arredores da referida villa, outros bens rusticos e urbanos, muitos fóros no sitio da Fonte Santa em Lisboa, e a propriedade do officio de escrivão da receita da Mesa do Consulado Geral da entrada e saida da Casa da India. Por muito tempo viveram felizes, sendo a sua ventura só perturbada em 1755 pela morte desastrosa do pae de Garção, que foi uma das victimas do terremoto do 1.º de novembro. Garção tinha um grande amor pela poesia, que cultivava com excellente gosto na leitura dos poetas classicos antigos, e dos modernos francezes, inglezes e italianos, cujas linguas aprendera e sabia com perfeição. Estreou-se litterariamente na Academia dos Occultos, onde em 1754 recitou o poemeto intitulado *Ao infante D. Pedro não consentindo que se lhe levantasse uma estatua*. Na celebre livraria do conde da Ericeira, tambem n'esse mesmo anno recitou o poema *Fala do infante D. Pedro*. Garção revoltava-se contra o gongorismo, então muito em voga na poesia, e desejava ardentemente desprender-se d'essa cadeia de pueris subtilezas com que o gosto publico ainda prendia os poetas. Juntamente com Antonio Diniz da Cruz e Silva, Theotonio Gomes de Carvalho e Manuel Nicolau Esteves Negrão, pensou em reformar a poesia portugueza, e combinaram todos em instituir com esse fim uma sociedade litteraria, com o nome de *Arcadia Ulysiponense*, o que realisaram em 1756. Os socios resolveram adoptar um nome arcadico, e Correia Garção tomou o de *Corydon Erymantheo*. No intuito de realisar o seu desejo da reforma da poesia portugueza, escreveu muitas composições d'uma correcção perfeitamente horaciana, frequentava a Arcadia, onde por mais d'uma vez, desde 1757 até 1770, recitou versos e fez prelecções em prosa. Pretendeu tambem reformar o theatro, mas as suas tentativas, n'este sentido, nada conseguiram. Foi autor da *Cantata de Dido*, uma das suas obras mais felizes, na opinião d'um dos seus biographos. Alternando o desempenho das obrigações do seu cargo, e os cuidados domesticos com a cultura das letras e a convivencia com os bons ingenhos do seu tempo, que o tinham por amigo e o respeitavam como mestre, vivia placidamente na sua casa á Fonte Santa, quando inesperadamente ali foi preso em 9 de abril de 1771, em consequencia d'um aviso enviado da secretaria do reino ao regedor das justiças, sendo conduzido para a cadeia do Limoeiro, encerrado no *segrêdo*, no qual permaneceu oito mezes consecutivos, padecendo durante este tempo as maiores inclemencias e rigores. Sua mulher empregou todas as diligencias possiveis para lhe minorar tão grande desgraça, levando as suas rogativas aos pés do throno, porém só no fim d'aquelle periodo de oito mezes é que pôde conseguir que o preso fôsse transferido para a chamada sala livre da cadeia. O captiveiro fôra terrivel para o poeta; o seu estado de saude era deploravel. Allegando esta circumstancia, sua mulher não esmoreceu nas instantes supplicas, viudo afinal a alcançar-lhe a ordem de soltura, que só chegou ao Limoeiro no proprio dia em que o poeta expirou. A causa d'esta prisão ficou envolvida n'um mysterio, não se podendo nunca averiguar com certeza qual fôra o motivo de tão rigoroso proceder do marquez de Pombal. O seu cadaver foi sepultado sem distincção alguma, na egreja de S. Martinho, que servia de parochia aos presos. Camillo Castello Branco, no *Perfil do marquez de Pombal*, a pag. 146 e seguintes, ácerca da prisão do infeliz poeta, diz que elle, apezar de casado, cantou e amou varias damas, e já depois de contar 40 annos de edade teve relações amorosas com uma visinha, filha do intendente de artilharia Francisco de Maclean, escossez ao serviço de Portugal, que em 1764 tinha sido coronel do regimento de infantaria de Almeida, e quando morreu el-rei D. José governava as armas da côrte e provincia da Extremadura. Segundo um neto do poeta, a tradição apresenta aquella menina formosa e leviana, mas esse descendente de Correia Garção, em vez de imputar a seu avô a personalidade activa, directa na historia amorosa da escosseza, constituiu-o simplesmente secretario dos affectos de um seu amigo, em uma carta de grande melindre escripta á visinha. Esta carta, diz Innocencio, no *Diccionario Bibliographico*, vol. VI, pag. 390, que segundo contara em tempos um amigo do poeta, chamado Domingos Maximiano Torres, tinha por fim o convidar para a fuga a menina, cujo estado de gravidez ia já sufficientemente adeantado. Continúa Camillo Castello Branco que a carta chegou ás mãos de Maclean, que justamente irritado contra o seu visinho e supposto amigo, com quem muito convivia, e provado amante de sua filha, a foi apresentar ao omnipotente ministro. O marquez de Pombal, como se tratava d'um general tão importante na côrte, passara sem delongas a ordem de prisão, não lhe instaurando processo para evitar dois opprobrios: o de Garção, chefe de familia, em edade de 49 annos, e o da filha do queixoso, mulher cuja deshonra ficaria occulta, se o preso morresse no carcere com o segredo do seu delicto. O *Diccionario Bibliographico*, no referido vol. VI, e no XVII, pag. 182, ainda apresenta outras supposições da causa da mysteriosa prisão, e conclue, dizendo, que a respeito da verdadeira causa nada se tem adeantado, e já agora será quasi impossivel averigual-a, a não ser que por casualidade se depare a algum estudioso documento que o revele. Para a biographia de Correia Garção, além do *Diccionario* e do *Perfil do marquez de Pombal*, já citados, pódem consultar-se os seguintes livros: O estudo historico e apreciação critico-litteraria das suas obras, de Rebello da Silva, no *Panorama*, vol. I, 3.ª série, 1852, a pag. 330, 338, 346 e 355; *Bosquejo biographico*, por seu bisneto, Pedro Stockler Salema Garção, no jornal *Imprensa e Lei*, de 4 e 6 de junho de 1855; um artigo de J. Maria da Costa e Silva, publicado anonymo no *Ramalhete*, tomo III, pag. 333 e seguintes. Parece que em vida do poeta se publicaram apenas algumas odes sacras, e que só em 1778, já no reinado de D. Maria I, é que pela primeira vez saiu o volume dos seus versos, que por varias vezes depois se reeditou. Ainda assim ficaram ineditas

muitas poesias e duas tragedias, *Sophonisba* e *Regulo*. *Obras poeticas de Pedro Antonio Correia Garção, dedicadas ao ill.^mo e ex.^mo sr. D. Thomaz de Lima e Vasconcellos Brito Nogueira Telles*, etc. *visconde de Villa Nova da Cerveira, ministro e secretario de estado dos negocios do reino*, etc., Lisboa, 1778. O privilegio para esta edição foi concedido á viuva do autor, e a dedicatoria ao visconde de Villa Nova da Cerveira é assignada por João Antonio Correia Garção, irmão do finado. A 2.ª edição saiu no Rio de Janeiro, em 1812, 2 tomos; a 3.ª, Lisboa, 1825, 2 tomos. No *Parnaso Lusitano*, tomo VII, imprimiu-se uma *Ode ao suicidio*, até então inedita; e na *Miscellanea poetica*, Rio de Janeiro, 1853, a pag. 168, vem um *Soneto* satyrico, a José Basilio da Gama, na occasião em que este voltava da Italia. O conselheiro José Antonio de Azevedo Castro, brazileiro enthusiasta do celebre poeta arcadico e investigador da sua vida, mandou imprimir em Roma, á sua custa, uma nova edição das obras de Pedro Garção, que, na parte typographica saiu esmerada, podendo considerar se pela variedade dos caracteres e das vinhetas e das côres da impressão, e pela disposição e gosto na ornamentação da capa, do rosto e de cada pagina, um primôr da arte de Guttemberg. Tem o titulo seguinte: *Obras poeticas e Oratorias de P. A. Correia Garção, com uma introducção e notas de J. A. de Azevedo Castro*, Roma, 1888.

Garção. Pov. na freg. de S. Jorge, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Garção Stockler *(Francisco de Borja)*. Foi o 1.º barão da Villa da Praia. V. *este titulo*.

Garcez. Ha differentes familias d'este appellido. Uma d'estas familias veiu para Portugal no tempo de el-rei D. Diniz, e descende de D. Fruela II, de Leão. Tem por armas: Em campo de prata tres faxas sanguinhas com oito aspas de ouro. Outra, que teve por chefe Affonso Garcez, secretario de el-rei D. Affonso V e de D. João II, tem o seguinte brazão: Escudo partido em tres palas e cortado pelo meio em faxa, de sorte que fica dividido em seis partes: na primeira e sexta, em campo de ouro seis arruellas vermelhas em duas palas, a segunda cortada em faxa, na de cima em vermelho duas chaves de prata em aspa e acima d'ella um minguante do mesmo metal, a de baixo de prata lisa, na terceira e na quarta, que são as duas que ficam em contrabanda, um castello de ouro entre sete estrellas do mesmo metal em campo azul; a quinta esquartelada, no primeiro quartel em vermelho uma cruz de prata chã e um chefe liso do mesmo metal, no segundo tambem em vermelho tres bezantes de prata, em pala e assim os contrarios; timbre, as duas chaves de prata em aspa, e acima d'ellas o minguante do mesmo metal. A outra familia Garcez, que procede de João Garcez, fidalgo que esteve com D. Affonso V na tomada de Alcacer, achando-se tambem na batalha de Toro com o principe D. João, depois el-rei D. João II, pertencem tambem os de appellido Garcez Palha. Tem por armas: Em campo azul uma ribeira de prata ondada de agua saindo d'ella uma garça de ouro armada de prata, entre quatro estrellas de ouro de seis pontas, duas em cada banda em faxa; timbre, a garça.

Garcez *(Belchior José)*. Coronel reformado, ministro da guerra, deputado, director da Escola Polytechnica, etc. N. em Lisboa a 24 de março de 1808; fal. em Souto Maior, junto a Trancoso, em 21 de janeiro de 1874. Destinado por seus paes para a vida ecclesiastica, estudou humanidades nas aulas de S. Vicente. Vendo, porém, que não tinha vocação para seguir a carreira religiosa, passou a cursar na Academia Real de Marinha e na Real de Fortificação as mathematicas e suas applicações, a arte da guerra, e ainda durante a frequencia das aulas assentou praça em 1823 na brigada real de marinha. Em 1825 passou para o regimento de artilharia, e tomou parte nas campanhas de 1826 e 1827, sendo n'este ultimo anno promovido a segundo tenente para o 4.º regimento da mesma arma. Empregado em differentes commissões de serviço com uma brigada volante em Mirandella e outros pontos, foi para o Porto pouco antes da revolução liberal de 16 de maio 1828. Entrando na campanha d'esse anno, acompanhou a divisão constitucional na retirada para Galliza, tendo, porém, ficado prisioneiro dos amotinados quando se deu o conflicto entre alguns corpos da divisão, foi mandado para o Porto. Sendo lhe applicada a amnistia, teve a sua demissão, e recebeu ordem de residir na villa de Borba, onde permaneceu algum tempo, até que, conseguindo vir a Lisboa, embarcou em março de 1829 para França a reunir-se aos outros emigrados. Empregado em alguns trabalhos de obras publicas pelo engenheiro Galambert, entrou depois na tentativa revolucionaria do general Mina em Hespanha, e embarcando para os Açôres foi incorporado no estado maior de artilharia, e empregado na ilha de S. Jorge. Passando depois a servir de commandante da artilharia a bordo do brigue *Frederico Africano*, voltou a Portugal em seguida á entrada do duque da Terceira em Lisboa, e ficou encarregado-de dirigir a fortificação do 4.º districto das linhas de defeza de Lisboa, o qual ficava comprehendido entre o Manique e as Picôas, continuando a tomar parte na guerra civil até á convenção de Evora Monte. Promovido então a primeito tenente foi com uma brigada de artilharia para a praça de Elvas, e por algum tempo exerceu o cargo de governador do forte da Graça. Concluindo o curso de engenharia foi em 1837 collocado n'essa arma com o posto de capitão, e exerceu varias commissões de serviço, em que levantou uma carta da provincia de Traz-os-Montes, reconheceu a fronteira da Beira, e escreveu uma memoria sobre a defeza d'essa mesma fronteira. Voltando a Traz-os-Montes fez o roteiro de estradas d'essa provincia, e sendo em 1843 nomeado director das obras publicas de Bragança, foi-lhe confiado em 1845 egual cargo nos districtos do Porto, Braga e Vianna do Castello. Seguindo em 1846 o partido da Junta do Porto, o conde das Antas o encarregou das fortificações d'essa cidade, sendo depois da batalha de Torres Vedras nomeado quartel-mestre-general de todas as forças da Junta. Ficou prisioneiro com toda a divisão expedicionaria, e quando terminou a guerra civil, foi residir para Braga, e durante os annos que seguiram esteve empregado em varios trabalhos de obras publicas, até que em 1850 foi nomeado director das de Bragança e Villa Real. Promovido a major em 1851, esteve ao serviço de differentes companhias particulares de viação, voltando em 1854 ao serviço do Estado como vogal interino do conselho de obras publicas, ins-

pector da estrada do Carregado a Coimbra, fiscal do caminho de ferro do sul. Em 1858 foi nomeado director de Escola Polytechnica, cargo que desempenhou até 1860. Sendo eleito deputado pelo circulo de Trancoso, de opposição ao ministerio, quando este se demittiu em 4 de julho do referido anno de 1860, o novo gabinete que se organisou o convidou para a gerencia da pasta da guerra, mas pouco tempo occupou esse elevado cargo, porque em 3 de dezembro ainda de 1860 pediu a sua exoneração. Em 1861 foi nomeado vogal effectivo do conselho de obras publicas e inspector, alcançou em 1864 o posto de coronel no exercito; pedindo depois a reforma, recebeu a nomeação de inspector de divisão do corpo de engenharia civil. Garcez ainda tornou a ser deputado, eleito sempre pelo circulo de Trancoso, mas em 1867, pesaroso pela morte de sua mulher, retirou-se completamente da vida publica, indo residir para Souto Maior, onde falleceu alguns annos depois.

Garcez (*Candido José Mourão*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 26 de outubro de 1819; governador da fortaleza e provincia de Damão, cavalleiro professo da ordem de Christo, etc. Nasc. em Loures a 11 de março de 1750, fal. em Ribandar, na India, a 27 de janeiro de 1837. Era filho de Thomaz d'Aquino Mourão, cavalleiro professo da ordem de Christo, sargento-mór de ordenanças do termo da cidade de Lisboa, e de sua mulher, D. Marianna Joaquina Antonia de Mattos. Assentou praça de voluntario em 1769 para servir no Estado da India, onde chegou ao posto de chefe de esquadra da Real Marinha da India, com exercicio de intendente da marinha de Gôa; em 1799 foi nomeado governador da fortaleza e provincia de Damão. Mourão Garcez fez parte da expedição que, em 1781, partiu da India a expulsar os austriacos da bahia de Lourenço Marques, sendo um dos dois capitães-tenentes que mais se distinguiram n'aquelle serviço. Sendo commandante da fragata *Temivel*, bateu-se nas aguas da India em 1808 contra duas fragatas inglezas que pretendiam registral-a, suppondo-a de nação franceza, dirigiu-se em seguida ao porto de Bombaim, onde estava o commodóro inglez, a pedir-lhe condigna satisfação do insulto feito á bandeira portugueza pelos commandantes d'aquellas fragatas. Mourão Garcez casou na India com D. Angela Maria de Sousa Rancosa.

Garcez (*Joaquim Ferreira de Sousa*). Capitão de 1.ª classe do corpo dos medicos militares. Nasc. no Porto em 22 de julho de 1857, foi tenente em 28 de janeiro de 1885, e capitão a 9 de junho de 1894. Reside modernamente no Porto. Tem o curso de medicina e pharmacia pela Escola Medico-Cirurgica da referida cidade. Foi chimico interino do hospital da Misericordia, sendo o primeiro medico que estabeleceu um laboratorio de chimica medica no paiz. Pelos serviços que prestou no cordão sanitario do Alemtejo recebeu a mercê do grau de cavalleiro da ordem de Christo. E' socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa; tem tambem o grau de cavalleiro da ordem de S. Thiago, e a medalha de prata de comportamento exemplar. Em 1886 foi encarregado pelo ministerio da guerra de estabelecer e dirigir um hospital militar provisorio em Vizella. De como se desempenhou d'esta commissão, dá conta o relatorio, que publicou em 1887, no Porto, mostrando a fórma por que fôram alojadas as praças no edificio escolhido para o hospital, do qual faz a descripção respectiva, tratando egualmente da hygiene hospitalar, da medicação thermal e regimen dietico. Este trabalho é acompanhado d'um mappa estatistico das differentes praças de pret. da 3.ª divisão militar que fizeram uso das aguas thermo-sulphurosas de Vizella, desde 8 a 30 de setembro de 1886. O sr. capitão Sousa Garcez tem collaborado em diversos jornaes medicos, litterarios e scientificos do paiz e do estrangeiro. Escreveu tambem o seguinte livro: *Um capitulo de hygiene militar — Da hygiene pulmonar.*

Garcez (*José Belchior Pinto*). General de brigada, governador do castello de S. João Baptista, da ilha Terceira, logar que exerce actualmente. N. em Trancoso a 21 de julho de 1842. E' filho de Belchior José Garcez, que foi ministro da guerra no reinado de D. Pedro V, director da Escola Polytechnica, etc. Assentou praça em 24 de agosto de 1861, no batalhão de caçadores n.º 5; passando depois á arma de cavallaria, foi promovido a alferes em 8 de julho de 1862, a tenente em 23 de agosto de 1867, a capitão em 6 de junho de 1874, a major em 10 de dezembro de 1884, a tenente-coronel em 8 de agosto de 1888, a coronel em 30 de setembro de 1892, e a general de brigada em 19 de outubro de 1900. Serviu, como subalterno, em differentes corpos da sua arma, e em artilharia n.º 1, por occasião das manobras de Tancos, em 1866. Quando o regimento de lanceiros da Rainha foi dissolvido, o sr. general Pinto Garcez, então capitão de cavallaria n.º 4, assumiu o commando do deposito organisado em Alcobaça, e para ali conduziu as praças do regimento extincto. Sendo major foi nomeado commandante do 2.º batalhão da guarda fiscal, com a séde em Coimbra. Quando era tenente-coronel, foi-lhe confiado o commando de cavallaria n.º 8 no momento critico da revolta do Porto em 31 de janeiro de 1891, promovido a coronel continuou na mesma commissão, e subindo a general de brigada exerceu differentes e importantes commissões, entre as quaes se contam a de inspector das forças ultramarinas, a de commandante da brigada de cavallaria, e a de governador da praça de Elvas, sendo depois transferido para a fortaleza de S. João Baptista, de Angra do Heroismo. O sr. general Pinto Garcez conservou-se sempre afastado da politica militante, mas em 1900, o circulo de Trancoso, terra da sua naturalidade, o elegeu deputado, candidatura que acceitou com caracter independente, apresentando-se na camara sem compromissos nem ligações politicas. O sr. general Pinto Garcez tem o grau de official e a commenda da ordem de S. Bento de Aviz.

Garcez (*Pedro de S. João*). Conego secular de S. João Evangelista, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, deputado do Santo Officio, etc. Nasceu em Arouca em 1574, fal. no convento de Santo Eloy, do Porto, a 10 de dezembro de 1640. Professou no convento de Villar, em 1594 Esteve em Roma, onde o papa Clemente VIII se lhe affeiçoou, e lhe concedeu grandes indultos para a sua congregação. Foi tambem um prégador muito apreciado no seu tempo.

Garcez Palha (*Francisco Mourão*). Administrador das confrarias das Ilhas, de Gôa, e administrador substituto do referido concelho. E' sobrinho do fallecido barão de Combarjúa, Thomaz

de Aquino Mourão Garcez Palha, e neto do 1.º visconde de Bucellas, Candido José Mourão Garcez Palha. E' autor d'uma obra importante e curiosa, intitulada *Genealogia das familias portuguezas na India; conde dos Arcos*, Nova Gôa, 1904. O 1.º opusculo já publicado, é offerecido aos reis de Portugal, e trata dos Noronhas, de que é actual representante na India o 1.º conde de Mahem, José Joaquim de Noronha, descendente directo dos condes dos Arcos.

Garcez Palha *(Joaquim Mourão)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 20 de março de 1820, passado no Rio de Janeiro; do conselho da rainha D. Maria II; chefe de divisão da Real Marinha de Gôa; commendador honorario da ordem de Christo, cavalleiro professo na mesma ordem; governador geral do Estado da India, governador da cidade do Santo Nome de Deus de Macau, etc. Nasc. a 8 de agosto de 1775, fal. em 26 de junho de 1850. Era filho de Candido José Mourão Garcez, fidalgo cavalleiro da Casa Real, governador de Damão, cavalleiro da ordem de Christo, e de sua mulher, D. Angela Maria de Souza Rancosa. Joaquim Mourão Garcez Palha foi governador da fortaleza e cidade de Diu, em 1800, e governador da cidade do Santo Nome de Deus de Macau, em 1825. Sendo capitão de mar e guerra, foi-lhe entregue o commando da fragata *Salamandra*, que de Gôa partiu para Macau em 1822, conduzindo um destacamento de tropas sob as ordens do major José Cabral de Estefique, afim de libertar a cidade de Macau das extorsões que soffriam os seus moradores de um bando de facciosos, que se haviam apoderado do governo da mesma cidade. No desempenho d'esta commissão houve tanta prudencia e bom exito, que D. João VI, por carta regia de 4 de maio de 1825 aos juizes, vereadores e procurador do Senado de Macau, e por proposta d'estes e do vice-rei da India, lhe concedeu, além da commenda honoraria da ordem de Christo, a pensão annual de 500 *taés*, pelos rendimentos da alfandega de Macau, com sobrevivencia aos seus descendentes legitimos. Joaquim Mourão Garcez Palha casou com D. Lizarda Joaquina de Mendonça Côrte Real, filha de Xavier de Mendonça Côrte Real, moço fidalgo da Casa Real, capitão de mar e guerra da marinha de Gôa, e de sua mulher, D. Violante Luiza Pereira de Castro. D'este consorcio, além de outros filhos, houve o 1.º visconde de Bucellas, Candido José Mourão Garcez Palha, e o 1.º barão de Combarjúa, Ludovico Xavier Mourão Garcez Palha. V. *estes titulos*.

Garcia. Esta familia tem por armas: Em campo de prata tres leopardos vermelhos, passantes, armados de prata; timbre um dos leopardos.

Garcia *(D. Fernando)*. Conego regular de Santo Agostinho, cujo instituto professou no convento de Santa Cruz, de Coimbra. Traduziu do latim: *Exposição de Santo Agostinho sobre os psalmos; Livro da Cidade de Deus de Santo Agostinho; Historia ecclesiastica*.

Garcia *(D. Francisco)*. Jesuita. N. em Alter do Chão em 1580, fal em Cranganor a 3 de setembro de 1659. Era filho de João Garcia e de Catharina Garcia. Entrou no noviciado de Evora em 12 de junho de 1598. Embarcou para o Oriente, dictou Philosophia em Cochim, e seguindo depois para a costa de Pescaria, exerceu com zelo os misteres apostolicos. Voltando a Gôa foi reitor dos collegios de Baçaim e de S. Paulo, provincial, e por fim nomeado successor e coadjutor do arcebispo D. Estevão de Brito, sendo sagrado com o titulo de Ascalona, pelo arcebispo primaz D. Fr. Francisco dos Martyres, em 1 de novembro de 1637. Partiu para Cranganor, e pela morte do arcebispo D. Estevão de Brito, entrou no governo d'essa egreja em 1641. Deixou algumas obras manuscriptas. D. Francisco Garcia foi muito douto em Theologia especulativa e moral, direito canonico e civil; muito versado nas linguas grega, hebraica, chaldaica, siriaca, canariua e industana.

Garcia *(Frederico Ressano)*. V. *Ressano Garcia (Frederico)*.

Garcia *(Joaquim de Sant'Anna)*. Religioso da ordem de S. Francisco, que viveu no seculo XVIII, apenas conhecido por ter pronunciado uma oração funebre nas exequias do pontifice Pio VI.

Garcia *(José Elias)*. Coronel do estado maior de engenharia, lente da Escola do Exercito, vogal do conselho de instrucção naval, deputado, presidente da camara municipal de Lisboa, jornalista, Grão Mestre da Maçonaria portugueza, etc. Nasc. em Cacilhas a 31 de dezembro de 1830, fal. em Lisboa a 21 de abril de 1891. Era filho de José Francisco Garcia, chefe d'uma das officinas do Arsenal da Marinha, revolucionario constitucional, que foi cruelmente perseguido pelo partido absolutista, preso e sentenciado á morte. Estava no Limoeiro esperando a hora da execução, quando o exercito libertador do duque da Terceira entrou em Almada, e saindo milagrosamente da prisão, dirigiu-se áquella villa a combater pela liberdade. Em 1844 era major da guarda nacional, e tomou parte importante na sublevação promovida por José Estevão Coelho de Magalhães no batalhão do Arsenal. José Elias Garcia, tornou-se tambem enthusiasta do partido liberal como seu pae. Estudou o curso da antiga Escola do Commercio, que concluiu em 1848; seguiu depois o curso das Escolas Polytechnica e do Exercito, com destino á engenharia militar, os quaes terminou, recebendo premios em diversas cadeiras. Assentou praça, como voluntario, no regimento de granadeiros da Rainha, em 31 de agosto de de 1853; foi promovido a alferes para infantaria n.º 2, em 15 de julho de 1856; a tenente em 29 de abril de 1858, a capitão em 19 de agosto do mesmo anno, a major em 8 de julho de 1880, a tenente-coronel a 6 de junho de 1883, e a coronel em 27 de setembro de 1888. Estava fóra do quadro da sua arma, por se achar em commissão, como director de estudos, tendo entrado para o corpo docente da Escola do Exercito em 1857, onde foi lente proprietario da 6.ª cadeira, mechanica applicada. Pertenceu ao antigo conselho geral de instrucção militar, foi vogal do conselho de instrucção naval, e vereador da camara municipal de Lisboa, do pelouro de instrucção publica, de que teve a presidencia em 1878. Foi tambem presidente da junta departamental do sul, do congresso das associações portuguezas; presidente da direcção da Associação dos Jornalistas e escriptores portuguezes. Entrou na politica, com tendencias pronunciadamente democraticas, e em 1854 fundou o primeiro jornal republicano, intitulado *O Trabalho*; em 1858 appareceu o *Futuro*, jornal fundado e sustentado por um grupo a que pertencia José Elias Garcia. N'este anno ainda

se não havia constituido em Portugal o partido republicano; José Felix Henriques Nogueira e Lopes de Mendonça não tinham conseguido formar em torno de si um grupo de acção. O *Futuro*, mais tarde, em 1862, fundiu se com a *Discussão*, tomando o nome de *Politica Liberal;* foi este um dos jornaes que mais valentemente combateram contra a vinda a Portugal das irmãs de caridade e dos lazaristas francezes, sendo secundado n'essa lucta por José Estevão na camara dos deputados. Em 1868 pertenceu ao celebre grupo do pateo do Salema, d'onde saiu o partido reformista, que foi, por assim dizer, a guarda avançada do partido republicano. Elias Garcia foi convidado para entrar no ministerio presidido pelo bispo de Vizeu, D. Antonio Alves Martins,

José Elias Garcia

e d'outra vez recebeu convite do visconde de Sá do Bandeira. Recusou essa honra, que muitas mais vezes repelliu, mesmo depois de ser eleito para o directorio do partido republicano. Em 1865 foi tambem redactor principal do *Jornal de Lisboa*, que redigiu até ao ultimo numero. A 12 de outubro de 1873 publicou-se o primeiro numero da *Democracia*, jornal redigido por José Elias Garcia, inscrindo um artigo editorial escripto por Latino Coelho, precedendo a exposição do programma republicano, que era o do jornal. Mais tarde, em 1876, organisou-se um centro republino, devido especialmente a Elias Garcia. Não foi, porém, este o primeiro centro estabelecido no paiz, pois já haviam sido fundados em Coimbra, mas até á data da instituição do de Lisboa, ainda o partido republicano não estava definitivamente constituido. José Elias Garcia foi deputado pela primeira vez em setembro de 1870, quando tinha ainda o seu nome ligado ao partido reformista, que, por ser então o mais liberal, era o que convinha aos homens que compunham a guarda avançada da democracia. Em 1881, depois da valente campanha do tratado de Lourenço Marques, em que elle tomou parte muito activa, comparecendo nos comicios particulares que se realisaram em Lisboa contra aquelle tratado, e como protesto contra o governo regenerador que iniciara o periodo das perseguições, foi eleito pelo circulo 95, de Lisboa, para a legislatura que começou em 2 de janeiro de 1882, e terminou pela dissolução de 24 de maio de 1884. Tornou a ser deputado na legislatura de 15 de dezembro do referido anno de 1884 até 7 de janeiro de 1887, dia em que foi dissolvida a camara. Tambem pertenceu á legislatura de 2 de abril de 1887, dissolvendo-se a camara em 11 de julho de 1889. Nas eleições que se seguiram, a lista republicana ficou derrotada, porque, não tendo sido attendidas as reclamações dos centros republicanos, a votação se dividiu. Com a questão ingleza e os primeiros actos do despotismo do governo regenerador, o partido republicano novamente se animou, e apezar das sympathias geraes dos candidatos do governo, escolhidos entre os africanistas de maior popularidade, a lista republicana triumphou no dia 29 do março de 1890, sendo Elias Garcia novamente eleito, juntamente com Latino Coelho e Manuel Arriaga. Durante o tempo em que foi vereador da Camara Municipal, prestou muitos e importantes serviços; estabeleceu as escolas centraes, o ensino da gymnastica, os batalhões escolares, o ensino do desenho de ornato, o canto choral das escolas e as bibliothecas populares. A primeira junta escolar que funccionou foi por elle presidida. Pertenceu á Maçonaria 38 annos começando por aprendiz de *maçon* em 1853, dando entrada na *Loja 5 de novembro*, sob o nome de *Irmão Pericles*. Ali subiu até *rosa-cruz*, setimo grau do rito francez. Morrendo José Estevão Coelho de Magalhães, Grão-Mestre da Confederação Maçonica Portugueza, Elias Garcia era orador da Grande Loja. Em agosto de 1881, sendo feita a fusão das corporações maçonicas portuguezas sob o nome de *Grande Oriente Lusitano Unido*, filiou-se na loja *Sympathia*, sendo eleito Veneravel. Foi presidente do conselho da ordem e Grão-Mestre interino em 1884, em substituição do conde de Paraty. Mais tarde, em 1885, pela morte de Antonio Augusto de Aguiar, foi eleito definitivamente Grão-Mestre. N'essa occasião desempenhava tambem o logar de presidente do conselho da ordem. Foi uma verdadeira victoria para José Elias Garcia a sua eleição a Grão-Mestre da Maçonaria, porque se deu uma renhida lucta, havendo nomes poderosos indicados para o referido cargo. Como Grão-Mestre da ordem era tambem presidente da Assembléa geral do Asylo de S. João, estabelecido em Lisboa, e fundado por José Estevão, concorrendo Elias Garcia em grande parte. Trabalhou com ardor pelo progresso da maçonaria e para que ella bem em publico manifestasse que não havia motivo para prevenções que só cabem em espiritos pouco desenvolvidos, e assim viu coroados os seus esforços ao conseguir que ella publicamente manifestasse que não tinha outros fins que não fôssem a defeza da patria e da Liberdade e a pratica do bem e da justiça. Quando se deu o caso de 11 de janeiro de 1891, dirigiu-se como Grão-Mestre da Maçonaria, a todas as potencias maçonicas do es-

trangeiro, relatando a verdade dos factos e o direito que nos assistia, e assim appareceram em muitos jornaes estrangeiros artigos defendendo os direitos da nação portugueza. A biographia d'este prestimoso cidadão encheria volumes, se minuciosamente se narrassem todos os actos da sua vida publica, pondo bem em relevo a grandeza, a abnegação e a lealdade d'aquelle irreprehensivel caracter. Elias Garcia morreu pobre, porque sacrificou tudo quanto auferia pelos seus trabalhos, em proveito do seu partido, e para a sustentação da *Democracia*, jornal que elle fundára, e que lhe merecia a maior dedicação. A sua morte foi muito sentida; a imprensa unanime, de todas as côres politicas do paiz, consagrou nas columnas dos seus jornaes, indeleveis testemunhos de quanto apreciava e respeitava o caracter e merecimento de tão util e benemerito cidadão, e lastimava a sua perda. O funeral foi imponentissimo. Ali se viam incorporadas diversas associações, as creanças do asylo de S. João, as escolas municipaes com os respectivos professores, os alumnos e o corpo docente da Escola do Exercito, representantes de todos os partidos politicos, da camara municipal, da maçonaria portugueza, bombeiros municipaes, etc. Quatro annos depois, em 21 d'abril de 1895, o Grande Oriente Lusitano mandou levantar um jazigo no cemiterio Oriental, para onde fôram trasladados os seus restos mortaes. Tambem foi uma manifestação imponente. O monumento é simples, tem a fórma de obelisco, foi delineado por Silvestre da Silva Mattos. Está levantado em terreno concedido gratuitamente pela camara municipal, que tomou o encargo da sua conservação e reparação. Começou a construir-se nos fins do anno de 1893, ficando concluido nos principios de abril de 1894. A base do monumento assenta em tres degraus, em cujas faces se encontram: na anterior, em medalhão, o busto de Elias Garcia; em uma das lateraes o emblema da sciencia composto da esphera armillar e d'outros instrumentos egualmente symbolicos; na outra a figura da Liberdade pairando sobre o globo, sustentando n'uma das mãos o facho do progresso, e na outra mostrando despedaçadas as cadeias da servidão; e na face posterior diversos emblemas maçonicos. Acima da base do obelisco eleva-se uma pyramide medindo 4,m20 de altura, tendo como remate uma bella estrella de crystal de 5 raios. Foi feita na Austria por impossibilidade absoluta e comprovada de se fabricar em Portugal. A decoração dos quatro lados da columna é composta de outros quadros em baixo relevo, desenhados e cinzelados por Silvestre Mattos e seus operarios. A lapide foi offerecida pelo industrial Moreira Rato, proprietario da fabrica de cimento de Alhandra. E' um livro sobre o qual se vê um poema, e onde estão gravadas as letras *ABC*. Fôlhas de hera acompanham o livro, tendo a elles presa uma fita em fórma de laço com a legenda: *Instrucção do povo*. Quando era vereador publicou: *Camara municipal de Lisboa. Informação da proposta do vereador Joaquim José Alves, relativa ao remate da fachada principal do edificio dos novos paços do concelho, apresentada á camara pela commissão de obras e melhoramentos em sessão de 5 de outubro, e approvada em sessão de 12 de outubro de 1874*, Lisboa, 1874. Os seus discursos proferidos nas sessões da camara municipal e da camara dos deputados encontram-se nos respectivos *Archivo municipal* e *Diario das sessões*, etc. As suas lições na Escola do Exercito correm lithographadas. No *Nivel*, de 15 de novembro de 1884, vem o seu retrato acompanhado d'alguma notas biographicas, e seguidamente, de pag. 90 a 92, occupando quatro columnas: *Discurso proferido... na grande loja da confederação maçonica portugueza, em 20 de dezembro de 1862 e para commemorar o fallecimento do respeitavel grão-mestre e irmão José Estevão Coelho de Magalhães.*

Garcia *(José Ignacio de Abranches)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Nasc. em Oliveira do Hospital. Tomou o grau de bacharel em 1850. Durante 14 annos exerceu a magistratura no Ultramar, primeiro em Moçam-

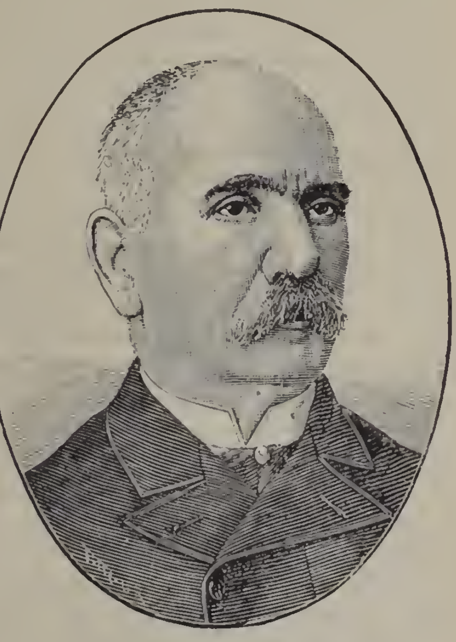

José Ignacio de Abranches Garcia

bique, depois em Salsete e em Nova Gôa, onde serviu nove annos, sendo em novembro de 1876 despachado para a Relação de Lisboa, da qual em 1887 foi presidente. Escreveu: *Archivo da relação de Gôa, contendo varios documentos dos seculos* XVII, XVIII e XIX *até á organisação da nova relação pelo decreto de 7 de dezembro de 1836; Parte I* (seculo XVII), 1601-1640; Nova Gôa 1871; *Parte II* 1641-1700, Nova Gôa, 1874; *Estatistica do movimento dos processos na relação de Nova Gôa e do expediente da presidencia e da secretaria nos dez annos de 1864 a 1874*, Nova Gôa, 1875. *Indice alphabetico* de todas as leis, decretos e portarias de execução permanente do ministerio da marinha e ultramar e do governo geral d'aquella provincia, que se contém no *Boletim official* dos annos de 1854 a 1861, inclusive, pelo que foi louvado por portaria do ministerio da marinha de 23 de fevereiro de 1863. Durante a sua estada em Nova Gôa, foi algumas vezes eleito membro do conselho do governo.

Garcia *(Padre José Mauricio Nunes)*. Presbytero secular, cavalleiro da ordem de Christo, compositor e instrumentista brazileiro. Nasc. no Rio de Janeiro a 22 de setembro de 1767, onde tambem fal. a 18 de abril de 1831. Era filho de Apolinario Nunes Garcia e de Victoria Maria da Cruz. Desde os primeiros annos mostrou a mais decidida vocação para a musica; dotado d'uma boa voz infantil, cantava acompanhando-se ao cravo ou á viola, sem que o tivessem ensinado e instigado sómente pela natural vocação. Aos 6 annos ficando orphão de pae, sua mãe e uma tia materna dirigiam-lhe com desvello a primeira educação, e vendo o gosto que elle tinha pela musica, mandaram-n'o para a aula de Salvador José, mestre muito afamado. Estudou tambem latim, Theologia, Rhetorica e Philosophia, distinguiudo-se pela applicação, e tornando-se notavelmente instruido. Com estes estudos se habilitou a receber ordens sacras, celebrando a primeira missa em 1792, e obtendo licença para prégar em 1798. Ao tempo de ser ordenado padre já era organista e compositor apreciado. Compoz um *Te-Deum*, que se cantou no Rio de Janeiro em 1791, para festejar o feliz regresso á Europa do vice-rei Luiz de Vasconcellos. Em 1798 foi nomeado mestre da capella da cathedral, logar que vagára p lo fallecimento do padre João Lopes Ferreir... Dirigindo a aula de musica inherente ao cargo de mestre da capella, e dando lições particulares, creou numerosos discipulos, muitos dos quaes se tornaram bons musicos de profissão, não só cantores e instrumentistas, como tambem compositores. Quando em 1808 o principe regente D. João chegou ao Rio de Janeiro, mandou logo proceder á organisação da capella real, por decreto de 25 de junho, juntando-a com a Sé e encorporando n'ella os musicos de Lisboa que o tinham acompanhado ou que fôssem chegando. O padre Mauricio conservou-se no seu logar de mestre, augmentando com a prorogativa talvez puramente honorifica de inspector, sendo a confirmação regia datada em 4 de novembro. O principe regente tanto se agradou do seu merito, que em 1810, depois d'uma festividade que o padre dirigiu, mandou-o chamar, e em plena côrte pediu ao ministro visconde de Villa Nova da Rainha, que lhe cedesse a insignia da ordem de Christo, que tinha na farda, e collocou-a ao peito do mestre da capella. Em seguida concedeu-lhe uma ração de creado particular, a qual se converteu em mensalidade de 32$000 réis, accrescentada ao ordenado que tinha de 600$000 réis annuaes. Esta benevolencia do principe D. João, era duplamente util ao padre Mauricio, porque a sua qualidade de mulato attrahia-lhe graves vexames causados pelos preconceitos de raça, que as vestes sacerdotaes attenuavam, mas não evitavam completamente. Esses vexames tiveram de se conter perante a protecção real, mas transformaram-se ainda assim em mal disfarçado desdem. Marcos de Portugal, o maestro portuguez, chegado á côrte do Brazil em 1811, tambem se sentiu ferido no seu orgulho, por ter de partilhar a supremacia artistica com um mulato brazileiro. O principe regente procurava contentar ambos, concedendo-lhe favores. O padre Mauricio Nunes Garcia, assim como era muito instruido nas letras, esforçava-se tambem em adquirir o maior grau de instrucção na musica, estudando as obras dos graudes mestres. Balbi, no *Essai statistique*, dizendo que elle era digno rival de Marcos de Portugal, accrescenta: «Possue a collecção de musica mais completa do Brazil, porque manda vir regularmente as melhores composições que vão apparecendo na Allemanha, na Italia, na França e na Inglaterra.» Entretanto, no desempenho das obrigações de mestre de capella, dirigia a escola de musica de Santa Cruz, anteriormente fundada pelos jesuitas, d'onde depois se formou o moderno conservatorio brazileiro. Compunha tambem diversas obras sacras para se executarem na cathedral. A nau D. João VI chegou ao Rio de Janeiro em 1817, levando a seu bordo a archiduqueza d'Austria, D. Maria Leopoldina, que foi a primeira mulher do principe D. Pedro, depois D. Pedro IV; de Lisboa tambem fôra na referida nau uma excellente banda militar, tendo era mestre Eduardo Neuparth. Era a primeira vez que no Brazil se ouvia uma banda de musica tão bem organisada, e o seu effeito causou grande sensação. O padre Mauricio Nunes Garcia compoz, para ser executada pela banda, uma collecção de 12 peças com o titulo de *Divertimentos*, as quaes fôram consideradas entre as suas melhores producções, e um biographo disse serem de *inspiração arrebatadora*. Compoz tambem a musica d'uma opera italiana *Le Due Gemelle*, para ser cantada no theatro S João, e cuja partitura se perdeu no incendio, que reduziu a cinzas aquelle theatro em 1824. D. João VI, retirando-se em 1821 para a Europa, quiz trazer comsigo o compositor brazileiro, elle escusou-se, e não saiu do Brazil. Desde a partida do monarcha, a esplendorosa capella real voltou a ser simples capella da cathedral, perdendo os cantores italianos e a maior parte dos melhores instrumentistas, com que as festas religiosas perderam tambem o seu brilhantismo. Veiu em seguida a guerra da independencia, e o padre Mauricio Nunes Garcia, desgostoso, retirou-se á vida particular, até que falleceu. As obras d'este compositor citadas como as principaes, são: uma symphonia funebre, executada nas suas exequias; uma missa de *requiem*; uma missa solemne; *Te-Deum* e matinas que compozera para a festa de Santa Cecilia; outra missa, escripta para a festa da degolação de S. João Baptista; os 12 *Divertimentos* já mencionados, e uma abertura, *Tempestade*, escripta para um elogio dramatico que se representou no theatro de S. João. O numero das suas composições é calculado em mais de duzentas. Escreveu tambem muitas modinhas, imprimindo-se algumas no Rio de Janeiro. Balbi elogia-o como pianista, chamando-lhe o *Bomtempo brazileiro*. Para a sua biographia póde consultar-se o *Diccionario biographico dos musicos portuguezes*, de Ernesto Vieira, já diversas vezes citado n'este nosso trabalho, e d'onde extrahimos estes apontamentos ; *a Revista trimensal do Instituto Historico e Geographico*, do Rio de Janeiro, tomo XIX, pag. 354 e seguintes, artigo do barão de Santo Angelo; no tomo XXII da mesma revista, pag. 504, publicou o mesmo escriptor uma relação das composições religiosas do padre Mauricio Nunes Garcia, extrahida de apontamentos que elle proprio tinha feito para organisar o inventario da musica existente na capella real; O *Anno Historico Brasileiro*, por Joaquim Manuel de Macedo, vol. I, pag. 479 a 485; *O Rio de Janeiro*, do dr. Moreira de Aze-

vedo, tomo I, pag. 323 e 324; a biographia por este escriptor, na *Revista trimensal*, tomo XXXIV, pag. 293; *Ephemerides nacionaes*, por Teixeira de Mello, tomo I, pag. 236 e 237. José Mauricio Nunes Garcia teve um filho natural do mesmo nome, que foi doutor em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, cavalleiro da ordem de Christo, official da ordem da Rosa, do Brazil, cirurgião pela Academia Medico-Cirurgica do Rio de Janeiro, lente jubilado da Escola de Medicina, professor honorario da Academia de Bellas Artes, socio correspondente da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, etc. Nasceu no Rio de Janeiro a 10 de dezembro de 1808. Publicou alguns trabalhos sobre medicina, no Rio de Janeiro. Falleceu em 1884.

Garcia *(Manuel Emygdio)*. Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, e lente cathedratico aposentado da sua faculdade, escriptor, jornalista, etc. Nasceu em Bragança a 6 de outubro de 1838, fal. em Lisboa a 15 de outubro de 1904. Era filho de Leonardo Manuel Garcia, commerciante de Bragança, homem de idéas avançadas que tomou parte em todas as luctas liberaes, e por causa d'ellas foi deportado para Freixo de Espada á Cinta. Depois de estudar os preparatorios em Bragança, na maior parte ensinados por seu pae, fez os respectivos exames no Lyceu de Coimbra, matriculando-se depois no primeiro anno de Direito na Universidade em outubro de 1856. Foi um dos estudantes mais distinctos do seu curso, obtendo as honras de *accessit* e premios pecuniarios. Em 1857 matriculou se tambem no curso administrativo e nas respectivas aulas de Philosophia, em que alcançou egualmente as honras de *accessit*. Na formatura teve informações muito distinctas; frequentou em seguida o 6.º anno para se habilitar ao doutoramento. Defendeu brilhantemente as suas theses em 17 de julho de 1862, fez exame privado em 24, recebendo o grau de doutor no dia 27, em cuja cerimonia teve por padrinho o bispo conde D. José de Lemos. Foi o dr. Manuel Emygdio Garcia o ultimo doutorando que na Universidade fez exame privado. Este exame, em virtude do decreto de 19 de novembro de 1863, ficou substituido pelo *exame de licenciado*, que se faz publicamente na sala grande da Universidade. Sendo ainda estudante, collaborou com outros academicos na revista *Preludios litterarios*. Entre os artigos publicados, merecem especial menção os que escreveu sobre a importancia do estudo da lingua latina. Pertencendo já ao 4.º e 5.º annos do curso affirmou-se como orador notavel em varias discussões scientificas, realisadas no Instituto de Coimbra, de que fôra nomeado socio effectivo em 1859, discussões em que tomaram parte muitos cathedraticos da Universidade. Salientou-se tambem como orador politico em reuniões realisadas em Coimbra, na Associação dos Artistas, de que foi um dos mais antigos socios honorarios, na Associação Liberal, que elle fundou, e cujos estatutos elaborou; em comicios anti-reaccionarios no Porto, onde o propuzeram para deputado republicano, em 1881, pelo bairro occidental, mas cuja eleição se não realisou. Concorrendo em outubro de 1864 a um dos logares de lente substituto extraordinario da faculdade Direito, ficou classificado em primeiro logar, sendo 4 os concorrentes. Em 1865 passou a substituto ordinario e em 1871 a lente cathedratico, regendo até 1880 a cadeira de direito administrativo, accumulando por vezes outra cadeira. Em 1881 foi convidado pela sua faculdade a reger a cadeira de direito publico, de que teve propriedade até á data da sua aposentação. O dr. Manuel Emygdio Garcia foi o iniciador e propugnador do movimento experimentalista nas sciencias sociaes, já nas suas prelecções, já em numerosos trabalhos publicados em varios jornaes, especialmente na *Correspondencia de Coimbra*, *Partido do povo*, e *Positivismo*. Foi elle o mais devotado propagandista da philosophia positivista de Augusto Comte em Portugal. Foi tambem o iniciador e renovador do moderno movimento da sciencia criminalista e direito penal, como attestam os seus trabalhos publicados na *Correspondencia de Coimbra*, 1872 1873, a proposito da implantação do regimen penitenciario, e a sua prelecção na cadeira de direito penal em 1884. Por este motivo levantaram alguns jornaes, e nomeadamente a *Gazeta de Portugal*, então redigida pelo visconde d'Algés, a critica sobre as novas doutrinas professadas e propagadas pelo professor da Universidade, que fez conhecidos entre nós os trabalhos de Emilio Girardin, Quetelet, Mandsley e outros. Tanto as doutrinas positivistas, como as novas theorias sobre criminalidade e direito penal, provocaram censuras, accusações mais ou menos graves, e doestos sobre o illustrado professor e ousado jornalista. No dia 30 de março de 1873, o dr. Manuel Eduardo da Motta Veiga, lente de Theologia, celebrou na sé de Coimbra uma conferencia ácerca das novas doutrinas positivistas ensinadas na Universidade, na qual fez insinuações ao dr. Emygdio Garcia. D'aqui se originou uma interessante polemica, que se póde vêr na *Correspondencia de Coimbra*, de 1873, n.º 15 e seguintes. *O Bem Publico*, incitando o dr. Motta Veiga a proseguir na questão, publicou artigos no mesmo anno, n.ºs 41, 42 e 43. Tambem se póde vêr o *Correio do Sul*, de Lisboa, do mesmo anno, n.ºs 84 e 109, e mais tarde a *Ordem*, em 1879, n.º 108, e o *Progresso Catholico*, de 1880, n.º 3. O dr. Emygdio Garcia foi procurador á junta geral do districto de Coimbra, como representante dos concelhos de Goes e Pampilhosa, nos biennios de 1870-1872 e 1872-1874. No exercicio d'este cargo propoz a extincção da roda dos expostos para a substituir por um hospicio de abandonados, e de admissão restricta e motivada, lançando as bases e traçando o plano d'uma larga e profunda reforma n'este ramo de administração districtal, que depois de porfiada lucta e vencidas muitas contrariedades, a junta geral adoptou e o governo sanccionou. Além de ter escripto e apresentado á junta um extenso relatorio e as bases organicas da sua reforma, n'um volume de perto de 160 paginas, fez o regulamento e os modelos para a escripturação e mais serviços d'aquelle novo instituto de beneficencia. Em 1889 foi eleito, pelo conselho da faculdade de Direito, seu delegado ao Conselho Superior de Instrucção Publica, onde apresentou e sustentou calorosamente uma série coordenada de importantes propostas tendentes a transformar e ensino secundario no sentido da liberdade do ensino particular, e outras destinadas a melhorar o ensino superior, garantindo a necessaria independencia, a maior consideração official, a remu-

neração condigna e a elevação moral e scientifica do respectivo professorado, a sua incompatibilidade com outras funcções, a aposentação forçada aos 25 annos, sem limite de edade, o aproveitamento util dos aposentados, etc. Todas estas propostas, que o conselho addiou para serem estudadas, fôram bem recebidas pela opinião publica e applaudidas na imprensa, especialmente *A Esquerda Dynastica*, em outubro de 1889. O dr. Emygdio Garcia era casado com D. Candida Guilhermina Furtado Garcia, de cujo matrimonio houve dois filhos: o sr. dr. Manuel Emygdio Furtado, advogado e 2.º official do ministerio da Fazenda, e o sr. Antonio Garcia, ultimamente em Roma, estudando canto. Foi um dos iniciadores do centenario de Camões em Coimbra. Pronunciou de improviso um dos seus mais brilhantes discursos na egreja dos Congregados, do Porto, por occasião das exequias de Alexandre Herculano, celebradas por iniciativa da redacção do *Commercio Portuguez*, de que o dr. Garcia fazia parte. Este discurso causou enorme escandalo, e resultou-lhe as mais acres censuras da imprensa clerical, sendo altamente apreciado pela imprensa liberal e democratica, que chegou a comparar o dr. Emygdio Garcia com Gambeta. Foi publicado no mesmo jornal, de 21 de setembro de 1877 São tambem notaveis as grandes polemicas que sustentou com Antonio Rodrigues Sampaio. Bibliographia: *Theses ex universo jure selectæ, Conimbricæ* 1862; *Estudo sobre a legislação das aguas; dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas*, Coimbra, 1862; *Beneficencia publica; a roda dos expostos; parecer e projecto de reforma apresentados á junta geral do districto de Coimbra*, Coimbra, 1871; *Relatorio e parecer apresentado ao claustro pleno da Universidade pela commissão encarregada de estudar as reformas da instrucção superior, e responder ás questões indicadas na portaria do ministerio do reino de 6 de julho de 1866*, Coimbra, 1867; foi reimpresso em 1882; *Organisação do curso administrativo*; *relatorio e voto especial do dr. Manuel Emygdio Garcia, membro da commissão encarregada pela faculdade de Direito de redigir o projecto de resposta aos quesitos pertencentes á mesma faculdade indicados na portaria do ministerio do reino de 6 de julho de 1866*, Coimbra, 1867; *Estudos critico-historicos:* I *O marquez de Pombal*; *lance de olhos sobre a sua sciencia politica e systema de administração; idéas liberaes que o dominaram; plano e primeiras tentativas democraticas*, Coimbra, 1869; *Faculdade de Direito*; *programma da quarta cadeira para o anno respectivo ao anno lectivo de 1885-1886*, Coimbra, 1885. Além dos livros e folhetos mencionados, o dr. Emygdio Garcia tinha grande quantidade de trabalhos sobre varios assumptos, em jornaes politicos, litterarios e scientificos, e em livros onde collaborou. Mencionaremos o seguinte: no livro *Estudo sociologico*, elaborado por uma commissão de estudantes do 3.º anno de Direito, discipulos do dr. Garcia, e impresso em 1880 em Coimbra; é do abalisado professor a carta da apresentação e a introducção áquelle *Estudo; Discurso ácerca de Luiz de Camões*, recitado na sala dos actos grandes da Universidade; saiu no *Instituto*, vol. XVII, pag. 585; *Importancia dos estudos historicos nas sciencias juridico-sociaes e o ensino da historia em Portugal*; no *Instituto*, vol. XIX; *O que foi a revolução de 1820;* na *Discussão*, do Porto, de 24 de agosto de 1884; *Theoria dos partidos politicos;* no *Seculo*, jornal de Coimbra, 1877; *A instrucção secundaria em Portugal*; no *Positivismo*, do Porto, agosto, setembro, outubro e novembro de 1880; *Biographia do dr. Augusto Maria Alves da Veiga;* na *Galeria republicana*, n.º 14, publicada em Lisboa, 1882; *As commemorações civicas em honra e para gloria da humanidade;* no *Album litterario*, publicado no Porto em 1880, por occasião das festas do tri-centenario de Camões; *O marquez de Pombal e a liberdade do ensino*, na *Evolução*, jornal de Coimbra, 1882; *O marquez de Pombal*; estudo importante, publicado a pag. 111 da 2.ª parte do livro intitulado: *O marquez de Pombal; obra commemorativa do centenario da sua morte, mandada publicar pelo Club de regatas guanabarense do Rio de Janeiro*, Lisboa, 1885. Fundou em 1870 o *Trabalho, semanario democratico*, que foi o primeiro jornal francamente republicano que se publicou em Coimbra. Em 1893 publicaram-se os *Apontamentos de algumas prelecções do dr. M. Emygdio Garcia no curso de sciencia politica e direito politico*, colligidos pelos alumnos do mesmo curso, padre A. Camello e Abel Andrade.

Garcia *(Manuel Joaquim Carrilho)*. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. Nasc. em Almodovar em 1838. Por conselho d'um seu parente, o bispo de Sevilha, começou a estudar n'aquella cidade Theologia, mas bem depressa se convenceu que a sua vocação não o chamava para a carreira religiosa, e um dia fugiu do collegio, regressando á casa paterna. Mais tarde foi matricular-se em Direito na Universidade, onde recebeu o grau de bacharel. Pouco tempo depois partiu para Inglaterra, na qualidade de advogado de seu sogro, Francisco José Chrispim, na grande questão Chrispim e Daglioni, que então se debatia na Court of Probate, em Londres, questão que felizmente conseguiu conduzir a uma composição satisfatoria, e que durara nos tribunaes por 15 annos. Regressando ao paiz, foi nomeado administrador do concelho de Almodovar, onde praticou um acto de verdadeira coragem. Sem auxilio de pessoa alguma, elle só prendeu, frente a frente, um bandido terrivel, quasi lendario e que de ha muito era o terror de todo o Alemtejo. O governo agraciou-o com a commenda da ordem de Christo. De Almodovar foi transferido para o concelho de Cintra. Fez tão bons serviços e grangeou tantas sympathias, que a camara municipal representou ao governo, para que o conservasse ali, quando constou que ia ser transferido para o concelho de Belem. Camillo Garcia fez serviço em todos os bairros de Lisboa. No concelho de Almada esteve 26 dias. Em 1884 era administrador do concelho de Belem. Tambem teve a commenda da ordem da Conceição.

Garcia *(Miguel Victorino Pereira)*. Capitão de infantaria. N. em Lisboa a 2 de novembro de 1856. Tem o curso da Escola do Exercito. Assentou praça em 18 de setembro de 1874; foi promovido a alferes em 10 de janeiro de 1883, a tenente em 7 de novembro de 1888, e a capitão em 30 de março de 1897. Está ao serviço da guarda fiscal. Tem o grau de cavalleiro das ordens de Aviz e de N. S.ª da Conceição, e a medalha de prata de comportamento exemplar. Escreveu: *Guia para exames dos primeiros sargentos de in-*

fantaria e caçadores, com perguntas e respostas ao mesmo exame, segundo o ordenado nos regulamentos em vigor, Lisboa, 1890; *Idem, para os exames de segundos sargentos*, Lisboa, 1890; *Idem, para exames de cabos*, Lisboa, 1890; *A topographia em campanha*, Lisboa, 1894, tomo I, com 36 estampas.

Garcia *(Pedro* ou *Pero)*. Foi mestre das obras quo o infante D. Fernando, irmão de D. João III, mandou fazer em Ferreirim. Era natural de Braga. El-rei, em 1533, deu-lhe licença para poder andar em mulla e faca de sella e freio. A carta d'esta concessão tem a data de 28 de setembro.

Garcia. Povoações nas freguezias: S. Braz de Alportel, conc. e distr. de Faro. || N. S.ª do Rosario, de Marinha Grande, conc. e distr. de Leiria. || O Salvador, de Souto, conc. de Terras do Bouro, distr. de Braga. || S. Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Garcia Alagarim *(Joaquim José)*. Professor do violino no Conservatorio Real de Lisboa; chefe da orchestra da Sé. N. em Lisboa a 18 de janeiro de 1830, fal. na mesma cidade a 13 de maio de 1897. Era filho de José Maria Garcia, que foi trompa na orchestra da real camara e do theatro de S. Carlos. Seu avô, José Garcia, hespanhol de origem, era mestre da musica das reaes cavallariças. Estudou musica no Conservatorio, completando o curso de flauta com José Gazul e o de violino com Mazoni. Tambem recebeu lições do violinista Luiz Eller, que esteve em Lisboa no anno de 1852 Eller teve em muito apreço o talento de Alagarim, e não só se prestou a ensinal-o durante todo o tempo que esteve na capital, como queria leval-o comsigo para Italia, abrindo-lhe assim a carreira de concertista. Não querendo sair de Lisboa, Alagarim continuou nos seus estudos. Tornando-se distincto violinista, tocou a solo em varios concertos da Academia Melpomenense e d'outras, era o primeiro violino no theatro de S. Carlos. Em 1864 foi chefe da orchestra do Gymnasio, onde se conservou bastantes annos, sendo mais tarde tambem director da orchestra do theatro de D Maria II. O logar de professor no Conservatorio alcançou-o por concurso realisado em 30 de junho de 1868, tendo tido por competidor Augusto Marques Pinto, recebendo a nomeação por decreto de 13 de setembro do referido anno. Dedicou se tambem á litteratura escrevendo pequenos artigos, poesias e charadas para os jornaes semanaes e almanachs. Traduziu muitas comedias e libretos de operetas, assim como escreveu algumas comedias originaes e scenas comicas. Muitas das suas comedias se representaram no Gymnasio e no antigo theatro da Rua dos Condes. Em versos satyricos era muito espirituoso, escrevendo n'esse genero grande numero de decimas, sonetos e quadras. Notando que o seu nome e appellido de Garcia, por serem vulgares e usados por muitas pessoas, podiam causar graves prejuizos, adoptou o segundo appellido de *Alagarim,* que dizia pertencer aos ascendentes da linha materna. Dos seus escriptos lembram-nos os seguintes: comedias em 1 acto: *O 66, Amor e o codigo, Um sapateiro industrioso, Bolsa e cachimbo, As apparencias illudem, O thesouro do tio Jacob, Tio e sobrinha, Tribulações d'um Jeremias, Luiza e Augusto*, etc., e a scena comica *Zé Cosme o varredor.*

Garcia Castello Branco *(José Gaudencio Borges Amaral)*. Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra. Era natural de Pinheiro de Papizios, comarca de Vizeu, e filho de João Borges do Amaral Castello Branco. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Foi doutorado a 25 de julho de 1802.

Garcia Diniz *(José Ferreira)*. Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, desembargador da relação patriarchal, antigo deputado, presidente da secção pontificia, prégador de grande fama, prior da freguezia dos Martyres, e actualmente da Encarnação. N. em Lagares, concelho de Oliveira do Hospital, a 19 de outubro de 1843. E' filho de José Antonio Garcia Ferreira, e de sua mulher, D. Rita Mathilde Mendes Diniz. Aos 15 annos de edade tinha já concluido todos os preparatorios na sua terra natal, onde estudou latim, francez e philosophia.

José Ferreira Garcia Diniz

Em outubro de 1859, contando 16 annos, matriculou-se no primeiro anno de Theologia na Universidade de Coimbra, onde fez um curso dos mais distinctos, tendo *accessit* nos 2.º, 3.º e 5.º annos, e informações distinctas; no 5.º anno não houve outro *accessit*; no 4.º obteve o premio pecuniario, o unico conferido pela faculdade de Theologia em 1863. Defendeu theses a 7 e 8 de fevereiro de 1866, doutorando-se a 11 de março seguinte. N'esse mesmo anno publicou em Coimbra a sua *Dissertação inaugural*, ácerca da divindade de Jesus, refutando a doutrina de Renan, e a qual se imprimiu na imprensa da Universidade. Começou então a exercer o mister de orador sagrado, em que promptamente adquiriu grande fama, sendo sempre convidado para prégar em todas as cerimonias mais solemnes celebradas nas principaes cidades do reino. Em 1870 veiu fixar a sua residencia em Lisboa, e estando a concurso a egreja parochial de Nossa Senhora dos Martyres, apre-

sentou-se como candidato, obtendo uma classificação das mais honrosas. O jury conferiu-lhe um voto de louvor em attenção ao seu *distincto merecimento litterario*. No anno de 1875 foi transferido para a freguezia da Encarnação, onde se tem conservado. O sr. dr. Garcia Diniz é tambem um escriptor muito apreciado. Tem collaborado em varios jornaes litterarios e religiosos. Na *Crença religiosa*, semanario scientifico, que fundou em 1878, e redigiu juntamente com o dr. Pires de Lima, Santos Viegas, e outros ecclesiasticos de reconhecido merito; n'este jornal sustentou em polemica com a *Ordem*, de Coimbra, uma discussão a proposito dos discursos do padre Didon, ácerca do divorcio, *A lucta politica e religiosa*, discussão que faz parte do volume publicado em 1880; escreveu mais tarde no *Lusitano*, jornal religioso, de collaboração com o conego Serrano da patriarchal, etc. Filiado no partido progressista, e sendo particular amigo do sr. conselheiro José Luciano de Castro, foi deputado nas legislaturas de 1880 e 1881, eleito pelo circulo de Mafra. O sr. dr. Garcia Diniz tem tambem exercido os seguintes cargos: vogal da commissão das missões ultramarinas, da commissão encarregada da circumscripção parochial, e ainda d'outras commissões. Os seus numerosos sermões estão publicados na *Crença religiosa*, jornal que fundou em 1878, conforme dissémos, e que sempre redigiu até 1882 em que terminou, ficando tres volumes completos e os primeiros numeros do quarto. Em separado publicaram-se os seguintes: *Sermão gratulatorio do dia 1.º de dezembro... prégado na santa sé patriarchal*, etc., Lisboa, 1871; *Oração funebre recitada no dia 12 de novembro de 1872 na egreja de Arrentella nas exequias de J. G. Roldan*, Lisboa, 1872; *Sermão de Nossa Senhora de Lourdes, prégado na egreja conventual de Santa Martha em 10 de abril de 1874*, Lisboa, 1874; *Sermão da terceira dominga de quaresma prégado na egreja de Nossa Senhora dos Martyres no dia 28 de fevereiro de 1875*, Lisboa, 1875; *Oração funebre recitada nas exequias do ex.mo sr. duque de Loulé, mandadas celebrar pelo centro progressista historico de Lisboa na egreja dos Martyres em 23 de junho de 1875*, Lisboa, 1875; *Oração funebre nas exequias solemnes por alma do ex.mo sr. duque de Loulé, celebradas na Real Capella de Nossa Senhora da Lapa, do Porto, em 10 de julho de 1875*, Lisboa, 1875; *Sermão de S. Francisco de Assis, prégado no dia 4 de outubro de 1878 na capella da ordem terceira de Jesus*, Lisboa, 1878; *Sermão de acção de graças recitado na egreja conventual da Esperança a 30 de dezembro de 1877*, Lisboa, 1878; *Oração funebre nas solemnes exequias celebradas pelo clero lisbonense na sé cathedral de Lisboa no dia 8 de junho de 1880 pelos heroes do Oriente*, Lisboa, 1880; tem dedicatoria a D. Antonio José de Freitas Honorato, então arcebispo de Mytilene e vigario geral do patriarchado; *Oração funebre nas solemnes exequias celebradas na villa de Oliveira do Hospital no dia 28 de setembro de 1880, por alma do ex.mo par do reino Antonio de Vasconcellos Pereira Coutinho de Macedo*, Lisboa, 1880; dedicada á sua viuva D. Emilia Augusta do Canto e Vasconcellos, suas filhas e genro; *Oração gratulatoria do dia 1.º de dezembro, anniversario da Restauração e Independencia de Portugal em 1640; recitada na santa sé patriarchal de Lisboa no anno de 1884*, etc., Lisboa, 1884; tem dedicatoria ao monsenhor Pinto de Campos; *Oração funebre nas exequias solemnes por alma do reverendo José Francisco Acabado, celebradas na egreja parochial de S. Thiago do Cacem no dia 14 de janeiro de 1885*, Lisboa 1885; é dedicada ao dr. Antonio Garcia Ferreira Diniz, juiz de direito na referida villa, e irmão do autor; *Sermão de S. Lourenço Justiniano, prégado em Oliveira do Hospital em 7 de junho de 1885 por occasião da benção da capella do dr. Lourenço Justino da Fonseca e Costa dedicada áquelle santo, e de ali cantar missa pela primeira vez o dr. Antonio Garcia Ribeiro de Vasconcellos*, Lisboa, 1885; *Oração funebre recitada nas exequias solemnes mandadas celebrar pela camara municipal de Evora na egreja da Casa Pia d'aquella cidade no dia 12 de dezembro de 1889 por alma de el-rei D. Luiz I*, dedicada ao senado eborense; *Sermão de Nossa Senhora da Encarnação, prégado na egreja parochial de Lisboa, no dia 25 de março de 1895*, Lisboa, 1895; *Sermão do setimo centenario de Santo Antonio, prégado na egreja parochial da Encarnação no dia 16 de junho de 1895*, Lisboa, 1895; *Oração gratulatoria recitada no 1.º de dezembro de 1902 na sé patriarchal*, Lisboa, 1902; tem dedicatoria ao sr. conselheiro Antonio Augusto Pereira de Miranda. O seu ultimo livro é *O Mez de Maria*, publicado em 1907.

Garcia Fernandes Pintor que floresceu no tempo de D. João III; casou com a filha do pintor Francisco Henriques, e succedeu-lhe em 1518 nos seus encargos. Trabalhou em Coimbra, em Montemór-o-Velho e em Lisboa. Ainda vivia em 1540.

Garcia Joannes. Pov. na freg. de Santa Margarida, de Feital, conc. de Trancoso, distr. da Guarda.

Garcia de Magalhães *(Julio Cesar)*. Coronel de infantaria, actualmente commandante do districto de reserva n.º 16. Nasc. em Bragança a 24 de março de 1845. Era filho do general Manuel Maria de Magalhães e de sua mulher, D. Carolina Augusta Garcia de Magalhães. Assentou praça a 21 de julho de 1860, e poucos mezes depois matriculou-se na Academia Polytechnica do Porto, onde obteve approvação plena nas materias que constituiam o primeiro anno mathematico, sendo por esse facto declarado aspirante a official na ordem do exercito de 4 de outubro de 1861. Foi promovido a alferes em 1 de agosto de 1870, a tenente em 23 de fevereiro de 1876, a capitão, em 14 de fevereiro de 1884, a major em 30 de dezembro de 1893, a tenente-coronel em 23 de junho de 1897, e a coronel em 5 de julho de 1900. A portaria de 20 de outubro de 1873 nomeou-o adjunto á direcção geral da secretaria da guerra, cargo que desempenhou durante 11 annos, servindo depois na repartição do gabinete, até que por decreto de 4 de novembro de 1885 passou a secretario da Escola do Exercito. Tem collaborado em varias folhas periodicas; na *Grinalda, jornal de poesias inéditas*, que se publicou sob a direcção de João Marques Nogueira Lima, no Porto; no *Viriato*, de Vizeu; no *Jornal do Domingo* e na *Revolução de setembro*, de 1870 e 1871, encarregando-se por algum tempo, durante a guerra franco-allemã, da chronica estrangeira. O sr. Julio de Magalhães tambem cultiva a musica, sendo um apreciado violinista nos salões da primeira sociedade de Lisboa, tomando parte em

concertos de distinctos amadores. Quando esteve na repartição do gabinete do ministerio da guerra fazendo serviço, organisou os dois seguintes trabalhos, que se publicaram por ordem do referido ministerio: *Lista geral de antiguidades dos officiaes e empregados civis do exercito, referida a 31 de dezembro de 1884*, Lisboa, 1885: *Relação dos officiaes e empregados civis do exercito sem accesso, reformados e aposentados, referida a 1 de fevereiro de 1885*, Lisboa, 1885; Escreveu mais: *Album de anecdotas, revistas, traduzidas e colleccionadas por Julio de Magalhães*, Lisboa, empresa dos *Serões romanticos*, 1884; *Gymnastica domestica, medica e hygienica*, etc., pelo dr. G. M. Schreber, traduzida da 15.ª edição allemã, Lisboa, *Bibliotheca contemporanea*, 1880; com 45 figuras explicativas do texto. Tem traduzido para differentes empresas editoras, diversos romances, entre os quaes nos lembram os seguintes: *Um crime da mocidade*, 1 vol.; *A Aventureira*, 2 vol ; *O Semventura*, 2 vol.; *Os lobos de Paris*, 5 vol.; *O rei dos mendigos*, 5 vol ; *Cem mil francos de recompensa*, 1 vol.; *O homem de gelo*, 2 vol.; *A mulher do saltimbanco*, 2 vol ; *Padres e beatos*, 6 vol.; *Os companheiros da guitarra*, 2 vol.; *Amor e crime*, 2 vol ; *As doidas de Paris*. 6 vol ; *Os communistas no exilio*, 2 vol.; *A mulher fatal*, 3 vol.; *O fiacre n.º 13*, 6 vol.; *Quintino Durward*, 3 vol.; *Mysterios d'uma herança*, 6 vol ; *Crimes d'uma associação secreta*, 6 vol.; *As mulheres de bronze*, 6 vol.; *Os milhões do criminoso*, 6 vol., etc. O sr. Julio de Magalhães é commendador da ordem de Aviz por serviços distinctos, official e cavalleiro da mesma ordem, cavalleiro da de N. S.ª da Conceição, e tem a medalha militar de prata de comportamento exemplar.

Garcia de Mascarenhas *(Braz)*. Guerreiro e poeta; autor do celebre poema heroico *Viriato Tragico*. Nasc. em Avô villa proximo da serra da Estrella, em 10 de fevereiro de 1595, onde tambem fal. a 8 de agosto de 1656. Era filho de Marcos Garcia de Mascarenhas e de Helena Madeira, familia nobre e abastada, que tinha o seu solar na referida villa de Avô. (V. *este nome*). Braz Garcia Mascarenhas, mais conhecido pelo poeta Braz Garcia, foi capitão de infantaria, governador da praça de Alfaiates nas guerras da Acclamação em 1640, e cavalleiro professo da ordem de S. Bento de Aviz. Na Universidade de Coimbra, onde seus tres irmãos mais velhos se formaram, cursou Direito Canonico, mas não completou o curso, porque em 1620, em virtude de conflictos politicos que então eram frequentes, e em que se viu envolvido, teve de emigrar para Hespanha. O sr. visconde de Sanches de Frias, no seu estudo sobre este poeta, diz o seguinte ácerca d'essa emigração. «Braz, genio fogoso e cavalheiresco, na frequencia dos estudos, que fôra cursar a Coimbra, sentiu-se inclinado para as armas, em que procurou instruir-se profundamente, apezar das tropelias, arruaças e folganças, em que se distinguia entre os academicos mais audaciosos e gracejadores. Era seu condiscipulo e amigo intimo Diogo Cesar de Menezes, mancebo lisboeta e nobre, filho do general de artilharia e alcaidemór de Alemquer, Vasco Fernandes Cesar e de D. Anna de Menezes, da descendencia dos condes da Feira, e dos senhores de Cantanhede. Generoso e valente, destemido e brigão, á moda da epoca, póde dizer-se, sabendo que o seu amigo Diogo fôra atraiçoado por outro estudante egualmente nobre, lisboeta e pertencente á casa dos condes de Santa Cruz, D. Antonio de Mascarenhas, que lhe conquistára a namorada, Braz tomou esses aggravos como seus, insultou a dama e despicou completamente o amigo, batendo-se em duello com D. Antonio, a quem feriu gravemente. Aconteceu isto n'um solemne dia de festa. Preso em flagrante, não sem espadeirar a rolda, do que resultou a decepação de dois dedos a um dos soldados, foi conduzido á cadeia da Portagem, d'onde por estrategia e á força o livraram o amigo desaggravado e seus irmãos, que a esse tempo frequentavam a Universidade. Braz Garcia, no seu poema, dá nos elle proprio, clarissimas noções d'essas passagens da sua vida. Açulada pela parentela e criados de D. Antonio de Mascarenhas e mais gente, que acorrera á Portagem no momento da fuga, e, ao que parecia, ainda expe-

Braz Garcia de Mascarenhas

rimentara as espadeiradas dos amigos e parentes do poeta, uma determinada multidão perseguiu até além da ponte. A certa distancia, porém, estava postada uma cavalgadura, que rapidamente montada pelo fugitivo, o transportou, velozmente, para longe da vista dos perseguidores, que retrocederam tão raivosos como desanimados. Constituindo o delicto e a fuga crime grave, Braz Garcia saiu do reino, não sem brigar na fronteira com dois salteadores, um dos quaes matou, e dirigiu-se a Madrid, capital da peninsula, á espera que se apaziguasse o litigio, ardentemente sustentado nos tribunaes pelos seus inimigos, capitaneados por D. João de Mascarenhas, pae de D. Antonio.» Braz Garcia Mascarenhas andou sempre em guerras; saiu de Hespanha, foi atacado pelos turcos o navio que o conduzia; houve renhida lucta, em que elle muito se evidenciou, afinal vendo-se livre d'aquelle perigo imminente, pôde proseguir viagem, e percorreu a França, Italia e Flandres, indo por fim ao Bra-

zil; n'estas viagens soffreu calmarias, ataques de corsarios, e outras aventuras, até que pôde chegar á Bahia. Continuando a percorrer as costas brazileiras, soffreu um violento naufragio, de que se salvou milagrosamente com outros companheiros Aportou depois a Pernambuco, quando os hollandezes assaltavam as nossas colonias da America. Braz Garcia tomou parte muito activa na guerra, e praticou taes feitos heroicos e de intrepidez, que alcançou o posto de alferes. Sabendo que rebentara em Lisboa a revolução de 1 de dezembro de 1640, saiu immediatamente do Brazil, vindo apresentar-se ao serviço da patria e do novo monarcha D João IV, como militar experiente e intrepido. Braz Garcia agrupou em torno de si uma hoste guerreira que o nomeou seu capitão, e se denominou a *Companhia dos leões da Beira*, organisou se assim um valente regimento de cavallaria, que partindo da villa de Avô e dos logares visinhos, foi occupar a praça de Pinhel, fazendo temerarias escaramuças de intrepida coragem contra os castelhanos. O nome de Braz Garcia de Mascarenhas tornou se glorioso em toda a provincia da Beira, e em Castella era um dos caudilhos mais temiveis. Por esse motivo D. João IV lhe fez mercê do cargo de governador da praça de Alfaiates, que o heroe beirão remodelou de novas fortificações, retemperando de quando em quando a sua espada no sangue castelhano, indo Hespanha dentro com os seus companheiros em escaramuças contra os inimigos. Como os hespanhoes passassem a fronteira saqueando e incendiando povoações, D. Sancho Manuel, general das armas da provincia da Beira, officiou a Braz Garcia, intimando-o a não sair da praça, ao mesmo tempo que o illustre caudilho recebia ordens do governador Telles de Menezes para que saisse, e fizesse uma das suas costumadas proesas, cortando o passo aos inimigos. Em vista d'estas ordens desencontradas, teve um momento de hesitação, mas o seu animo brioso e a sua coragem lhe fizeram optar pelo que julgava mais urgente e patriotico. Deixando a praça convenientemente guarnecida e acautelada contra qualquer surpreza de ataque, foi com 200 mosqueteiros, em que entravam os bravos da *Companhia dos leões da Beira*, e foi embuscar se em dois sitios estrategicos, junto do rio Agueda, dois montes que guarneciam um valle por onde as tropas hespanholas deviam forçosamente passar. As tropas, trazendo á frente gados e despojos, enchendo o valle, sentiram-se mortiferamente ladeados por numerosas cargas de mosquetaria, que lhes choviam do alto, e julgando que tinham de haver-se com um importante troço do exercito portuguez, enfraqueceram, e entraram em debandada, abandonando o campo, deixando todos os valores roubados e grande numero de mortos. Braz Garcia mais uma vez dera provas da sua pericia militar, voltando triumphante á villa d'Alfaiates. O general D. Sancho Manuel reprehendeu-o severa e publicamente, mas Braz Garcia defendeu-se com denodo e coragem, apresentando a ordem de Fernão Telles de Menezes. D. Sancho Manuel não o attendeu, mandou-o prender, appellidando-o de criminoso de alta traição. E Braz de Mascarenhas foi encerrado no castello de Sabugal, accusado de traidor ao seu rei. Este facto historico passou-se em 1641, quando na praça do Rocio de Lisboa eram mortos como traidores á patria o marquez de Villa Real, o duque de Caminha, o conde de Armamar e outros fidalgos; era esta a sorte que esperava Braz Garcia de Mascarenhas, appellidado traidor, elle que era o terror dos castelhanos! Quiz a sorte que na côrte houvesse um amigo do desditoso guerreiro, que enviou a Sabugal um soldado saber do accusado de traidor! Este, como visse entre as sentinellas um affeiçoado, que a occultas lhe fazia signaes mostrando lhe um papel, depressa lhe acceitou a salvação. O preso mandou pedir ao governador do castello linhas, tesoura e agulhas para remendar o fato andrajoso. O governador consentiu, condoído da sorte do camarada. A' meia noite recebia Braz Garcia com a tesoura, as linhas e as agulhas, uma carta do amigo que tinha na côrte, na qual o aconselhava que escrevesse a D. João IV pedindo-lhe perdão e contando-lhe a sua innocencia. Braz Garcia, porém, não tinha papel nem tinta. Teve então uma idéa salvadora. Mandou pedir ao governador um livro que lhe servisse de recreio e consolação, e uma pouca de farinha de trigo para um remedio. O livro foi o *Flos-Santorum*, d'onde o poeta recortou com a tesoura as letras que lhe iam servindo para a sua carta a el-rei, pedindo justiça. Esta carta era escripta em verso, e relatava todos os episodios do seu infortunio, as aleivosias de que fôra victima, a sua situação e innocencia. A carta toda composta das letras colladas em papel branco, passou das mãos da sentinella ás do amigo dedicado, e d'este ás mãos d'el-rei, que surprehendido pela narrativa do seu fiel servidor, e não menos pela engenhosa idéa com que conseguira fazer-lhe chegar a carta ao seu poder, ordenou ao secretario de estado, Francisco de Lucena, que lhe mandasse sem demora apresentar o prisioneiro do castello de Sabugal. Sendo então conduzido a Lisboa entre uma escolta, Braz Garcia appareceu na presença do monarcha, apresentado pelo seu antigo companheiro e amigo, D. Sebastião Cesar de Menezes. El-rei declarou-o illibado, sem mancha, condecorou-o com o habito de Aviz, deu-lhe uma tença, restituiu o ao governo da praça d'Alfaiates, e nomeou-o inspector da cavallaria da comarca de Esgueira. A'cerca da biographia de Braz Garcia de Mascarenhas, póde vêr-se o estudo do sr. visconde de Sanches de Frias, a que já nos referimos, intitulado *O poeta Garcia; o ensaio biographico-critico sobre os melhores poetas portuguezes*, tomo VII, e a *Lucta de Gigantes*, de Camillo Castello Branco. Braz Garcia retirou-se depois á vida privada. Casou em 19 de fevereiro de 1645, em Avô, com D. Maria Fonseca da Costa, filha de João Manuel da Fonseca, capitão-mór, e de D. Maria Madeira da Costa. O poema *Viriato Tragico* foi impresso em Coimbra, já depois da morte do poeta, em 1699, e saiu em nova edição, em 2 tomos, Lisboa, 1846. Tem por titulo: *Viriato Tragico em Poema heroico. Obra posthuma, offerecida ao Serenissimo Principe D. João, por Bento Madeira de Castro, cavalleiro professo na ordem de Christo.* Diz Innocencio, a pag. 395 do vol. I do *Diccionario bibliographico*, referindo se ao poema: «No sentir de bons criticos merece ser considerado como a nossa primeira epopêa de segunda ordem, e torna-se notavel pela boa escolha do assumpto, e dos episodios, pela abundancia de comparações, tão originaes como engenhosas, e

por suas descripções verdadeiramente pittorescas. E' dos nossos poemas aquelle em que a parte militar apparece tratada magistralmente, para o que muito concorreu sem duvida a profissão do autor. Quanto ao estylo, posto que seguisse as doutrinas adoptadas na escola castelhana, e tenha na realidade alguns conceitos alambicados, e certos trocadilhos proprios do gosto da epoca, está longe de cair nos desvarios em que se despenharam tantos seus contemporaneos.»

Garcia Menino. Pov. na freg. de Santa Margarida do Sadão, conc. de Ferreira do Alemtejo, distr. de Beja.

Garcia da Orta. V. *Orta.*

Garcia de Rezende. Moço da camara de D. João II, seu moço de escrevaninha, que correspondia a secretario particular. N. em Evora, julga-se que em 1470, e fal. em 1554, segundo as melhores informações, porque nunca se pôde saber ao certo a data da sua morte. Era filho de Francisco de Rezende fidalgo da côrte de D. Affonso V, e de Beatriz Boto. Ainda muito novo entrou para o serviço da Casa Real, sendo moço da camara de D. João II, passando no mesmo serviço para o do principe D. Affonso em 1490; fallecendo este principe, D. João II o nomeou seu moço da escrevaninha. Em 1514 el-rei D. Manuel o nomeou secretario de Tristão da Cunha, na embaixada mandada a Roma ao papa Leão X. De volta a Portugal retirou-se da côrte, e foi residir para as suas propriedades de Evora, onde falleceu. Mandou edificar em 1520 uma ermida, junto da qual está uma fonte e jardim situada na cerca do convento de N. S.ª do Espinheiro, de religiosos jeronymos, e sobre a porta estão abertas em pedra as suas armas, que constam de duas cabras em pala, e por timbre outra cabra. Por baixo lê-se a seguinte inscripção, escripta d'esta fórma:

Esta ermida e fonte
Mandou fazer Garcia
de Resende em louvor
de Nossa Senhora anno de 1520

No retabulo do altar se venera um painel de Jesus Maria José com o Espirito Santo na parte superior. No pavimento da ermida está sepultado Garcia de Resende n'uma campa, cercada de folhagens primorosamente abertas com brazão das suas armas no meio, e na parte superior a ellas estas breves palavras, escriptas da fórma seguinte:

Sepultura de Gar-
cia de Resende

Das obras de Garcia de Rezende, a que teve maior nomeada foi o *Cancioneiro Geral* por elle colligido e publicado em 1516. E' uma compilação de canções do seu tempo e de eras anteriores. Innocencio da Silva, no *Diccionario bibliographico*, vol. III, pag. 118 e 119, dá nos conta da seguinte obra: *Lyuro das obras de Garcia de Resede que trata da vida e grãdissimas virtudes: e bõdades: magnanimo esforço; excellentes costumes e manhas e muy craros feitos do christianissimo: muito alto e muito poderoso principe el-Rey dõ Ioão o segundo deste nome: e dos Reys de Portugal o treceiro de gloriosa memoria: começado do seu nascimento e toda sua vida até a hora da sua morte; cõ outras obras que adiante se seguem. Com Priuilegio Real.* Este titulo é impresso em linhas ora vermelhas, ora pretas, e occupa metade inferior da pagina do rosto, tendo na superior estampadas da esquerda a esphera, e da direita o escudo das armas do reino, como as usava D. João II, isto é, as quinas em cruz com a orla dos sete castellos, elmo aberto e direito com a corôa real, e por timbre a serpe, cingido tudo do competente paquife. Ao titulo segue-se o alvará de privilegio; na folha seguinte um prologo do autor; vem depois: *Feyções: virtudes, costumes e manhas delrei dom Ioam o segundo que santa gloria haja;* e concluido isto começa a vida do rei, com titulo especial. Segue-se depois: *A trasladação do corpo do muy catolico e magnanimo e muy esforçado Rey dõ Ioão o segundo deste nome*, etc.; *A entrada del Rey Dom Manuel em Castella; Ida da Iffante dona Beatriz pera Saboya.* Ainda n'este livro se encontra a paixão de Christo, e por fim a *tavoada* e a indicação de que foi impresso a 12 de junho de 1545 Esta edição é completamente desconhecida, continúa Innocencio, de quasi todos os bibliographos. A edição que passa por primeira, tem a data de 1554. Ainda houve posteriormente outras edições, em 1596, 1607, 1622, 1752; em Coimbra saiu outra em 1798. Escreveu mais: *Breve memorial dos pecados e cousas que pertence ha cõfissã hordenado per Garcia de resede fidalguo da casa del Rey nosso senhor.* No fim tem a data de 25 de fevereiro de 1521. Na Bibliotheca de Evora existe uma outra edição, com o titulo de *Confessionario novamete empremido por mandado del-Rey nosso senhor. E com seu priuilegio.* Este titulo tem por cima a esphera armilar, e no verso da folha está uma vinheta, representando o Senhor da Canna Verde. No fim tem a data de 20 de fevereiro de 1529. *O Cancioneiro geral* contém poesias e trovas avulsas pertencentes a 286 autores, pela maior parte da classe da nobreza e fidalguia que frequentavam as côrtes de D. João II e de D. Manuel. Os versos de Garcia de Resende occupam uma grande parte do *Cancioneiro*, sendo a mais interessante a *Miscellanea*, em que dá conta das cousas do seu tempo, contadas n'um tom humoristico meio alegre, meio melancolico. No seculo passado fez-se na Allemanha uma reimpressão do *Cancioneiro.*

Garcia da Rosa *(Manuel).* Fidalgo da Casa Real; commendador das ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição; da de Carlos III e de Izabel a Catholica, de Hespanha, da Rosa, do Brazil; cavalleiro da ordem de Leopoldo da Belgica, deputado da nação; 1.º secretario de legação em exercicio, servindo de encarregado de negocios de Portugal junto á côrte do Rio de Janeiro; bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Nasc. na Areia Larga, ilha do Pico, em 12 de outubro de 1825, fal. em Braço de Prata a 9 de março de 1905. Era filho dos 1.ºs barões da Areia Larga, Antonio Garcia da Rosa e D. Maria de Lacerda Peixoto. Casou em Londres a 19 de junho de 1850, com D. Anna Izabel de Sá, filha de Manuel Rodrigues de Sá, e de sua mulher, D. Maria Constança Mauricia de Sá. Foi deputado na legislatura de 1857-1858, que durou só 15 mezes. Era amigo particular do imperador do Brazil D. Pedro II. Esteve tambem na America do Norte, tratando da questão de Bolama, na Belgica, etc. Era pae do actual barão

da Areia Larga, o sr. Manuel Maria Garcia da Rosa. V. *Areia Larga*.

Garcia Rosado *(Thomaz Antonio)*. Major do estado maior, official ás ordens, honorario, d'el-rei senhor D. Carlos, no ministerio da marinha, governador geral da provincia de Moçambique, etc. Nasc. em Beja a 4 de abril de 1864. E' filho de José Francisco Rosado e de D. Angelica do Carmo Garcia Rosado. Assentou praça em 29 de julho de 1879, sendo promovido a alferes a 13 de janeiro de 1886, a tenente em 25 de janeiro de 1888, a capitão em 13 de fevereiro de 1889, e a major em 4 de outubro de 1899. Tem prestado muitos serviços ao paiz, e fez parte do corpo expedicionario que foi para a India em 21 d'outubro de 1895, onde desempenhou as funcções de chefe do estado maior do governo geral da India. Tomou parte na commissão que apresentou um plano de disposições regulamentares destinadas ao serviço ultramarino, e fixou as modificações a fazer no armamento, equipamento e fardamento das tropas expedicionarias. Em 1897 fez serviço na Companhia de Moçambique, como chefe do gabinete militar do governo dos territorios de Manica e Sofala. Sendo nomeado commissario de el-rei na delimitação da fronteira do Barué, em 1898, regressou de novo á Companhia de Moçambique, em 1899, onde foi collocado como secretario geral do governo. Em maio ainda de 1899 substituiu o governador, que se havia ausentado do territorio. A seu pedido foi exonerado do logar de secretario geral do governo e dispensado do serviço da Companhia de Moçambique, no referido anno, sendo louvado pelo modo como desempenhou aquelle logar. Em 1900 foi nomeado para assistir ás grandes manobras do exercito francez. Foi sub-chefe do estado maior da 3.ª divisão militar, sendo muito elogiado pelo general commandante da mesma divisão, pela competencia, zelo, intelligencia e lealdade com que desempenhou as funcções d'aquelle cargo. Fez parte da columna de operações na provincia de Satary em 1895, e da columna que repelliu um ataque de rebeldes em Quenim, no dia 20 de dezembro do mesmo anno. Em 15 de junho de 1901 partiu para Lourenço Marques, a assumir o governo do districto, cargo que exerceu com superior criterio. Em outubro de 1904 foi nomeado governador geral da provincia de Moçambique. O sr. major Garcia Rosado é official da ordem da Torre e Espada, official e cavalleiro da de S. Bento de Aviz, e cavalleiro da de S. Thiago. Tem a medalha militar de ouro da classe de bons serviços, a de prata de comportamento exemplar; medalha de prata para commemorar a expedição á India em 1895. E' tambem official da Legião de Honra, de França.

Garcio. Pov. na freg. de S. Martinho, de Escariz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Garçota. V. *Ayrão*.

Gardal. Pov. na freg, de N. S.ª da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Gardénha. Pov. na freg. de S. Mamede, de Gondoriz, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga.

Gardete. Pov. na freg. de S. Pedro, de Fratel, conc. de Villa Velha de Rodam, distr. de Castello Branco.

Gardinamba. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola

Gardingo. Os godos davam este nome aos filhos da primeira nobreza, os quaes serviam em palacio até que a edade lhes désse logar ao condado ou ducado. Depois se chamou *gardingo* ao guarda-mór. Riceme, porém, diz que *gardingo* era superior ao *tyufado* e immediato ao duque e conde.

Gardunha. Serra do districto de Castello Branco. Está situada entre as villas do Fundão, Alpedrinha, Castello Novo e S. Vicente da Beira; tem 20 kilom. de comprimento e 1:224 metros de altura. E' um ramo derivado da serra da Estrella. E' povoada de uma opulenta matta de castanheiros mandados plantar por el-rei D. Diniz. Das suas cumiadas avistam-se ènormes extensões e uma immensa porção do territorio hespanhol. A pedra que lá se encontra é granito. Bibliographia: *Orologia da Gardunha*, etc , por José Ignacio Cardoso, Lisboa, 1848. || Pequeno ribeiro, que passa ao fundo do logar de Serradello, freg. do Paraizo, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Garei. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Rio Frio, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Garfães. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Oliveira do Douro, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Garfe. Pov. e freg. de S. Cosme e Damião, da prov. do Minho, conc. e com. de Povoa de Lanhoso, distr. e arceb. de Braga; 873 hab. e 226 fog. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e fica proximo do rio Ave A mitra apresentava o reitor, que tinha 150$000 réis annuaes. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8. com a séde em Braga. Garfe passou para o conc. de Guimarães por decreto de 14 de agosto de 1895, e voltou para o de Povoa de Lanhoso por decreto de 13 de janeiro de 1898.

Garfilha. Orla de medalha ou de moeda.

Garfo. Utensilio de mesa com tres ou quatro dentes, empregado especialmente em levar do prato á bocca os pedaços de comida. No *Perfil do Marquez de Pombal*, por Camillo Castello Branco, de pag. 155 a 169, vem um curioso artigo ácerca do uso dos garfos em Portugal. || Antigo instrumento de tortura, de fórma semelhante a um garfo, com que se rasgavam as carnes aos suppliciados.

Garganta. Pov. na freg. de S. Martinho, de Antas, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real. || Ribeiro do distr. de Lisboa. Nasc. junto do logar de Algueirão, e vae desaguar no rio de Chelleiros, com 10 k. de curso.

Gargantada. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Amendoa, conc. de Mação, distr. de Santarem. || N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. N'esta freg ha um chafariz que tem o nome da localidade, o qual faz frente a Oeste-Noroeste, tem só uma bica, e o seu formato consta unicamente d'um pequeno muro na testada d'uma terra, onde está a bica, caindo a agua n'uma pia, d'onde passa para um tanque, que fica junto. D'este tanque aida os sobejos vão encanados pelo referido muro, caindo n'um charco muito proximo. Por occasião de se fazer o encanamento para o chafariz de Queluz, os mestres empreiteiros d'aquella obra fizeram este chafariz, e para elle encanaram a agua da nascente do Pomarinho, isto sem terem recebido ordem alguma, e

sem o consentimento do seu proprietario, José Justino Alvares, pelo que o queixoso fez o seu requerimento á Direcção das Aguas Livres, para ser indemnisado d'aquella expropriação. A direcção mandou informar o fiel dos aqueductos, que disse, em 30 de maio de 1806, que a agua da Gargantada servia para o povo d'aquelle sitio, e como se havia tirado para Queluz, talvez que por isso os mestres tivessem feito aquelle outro chafariz com a agua do Pomarinho. O despacho da direcção, passado a 12 de setembro do mesmo anno, diz o seguinte: «Como não foi introduzida no Aqueducto geral a agua de que se trata, porém foi aproveitada a que andava perdida para ficar servindo para os visinhos, d'estes é que póde haver a indemnisação se tiver direito para isso. Mas no que pertence ao cofre das Aguas Livres, não tem logar, pois só lhe pertencem as que aproveitar para uso geral da cidade, etc.» A questão ainda proseguiu, e durou até ao anno de 1809, terminando por a direcção mandar avaliar o prejuizo, que ficou decidido ser de 12$000 reis, e a agua (uma penna) 240$000 réis. A Direcção mandou lavrar uma escriptura de compra na importancia de 252$000 réis, a qual tem a data de 19 de abril de 1809.

Garixes. Pov na freg. de Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Garland *(Watts John).* Cavalleiro da ordem militar de N. S. Jesus Christo; um dos fundadores da Associação dos Bombeiros Voluntarios de Lisboa; commerciante e proprietario. Era filho de

Watts John Garland

Watts John Garland e de D. Emilia A. Laidley. Nasc. em Lisboa, em novembro de 1849 e fal. na mesma cidade em abril de 1900. Estudou preparatorios na University School de Londres, cursando depois com muita distincção a University College. Watts Garland foi socio, e, por fallecimento de seu pae, chefe da conhecida e antiga firma Garland, Laidley & C.ª, d'esta praça, e importante proprietario em S. João do Estoril. Foi o segundo proprietario, edificando o *chalet-Grinalda*, que é um verdadeiro palacio, e mais tres para alugar. O primeiro proprietario foi o dr. Reis Torgal, que edificou ali uma casa, e cedeu a Garland uma grande porção de terreno para novas edificações. Póde bem dizer se que foi devido á sua iniciativa e aturada perseverança que aquella estancia tem prosperado, porque desde então é que alguns dos seus amigos o imitaram, por sua influencia, construindo elegantes chalets. Garland foi um caracter primoroso, jovial e extremamente sympathico sempre prompto a fazer bem e a obsequiar a todos que d'elle se acercavam. Inglez de origem, era portuguez em tudo do coração, prestando culto a todos que se elevavam pelo seu talento e trabalho, principalmente os que cultivavam as bellas artes, tendo por seus intimos amigos alguns dos principaes pintores e esculptores contemporaneos. Watts Garland foi um dos fundadores da benemerita Associação dos Bombeiros Voluntarios de Lisboa, arriscando por vezes a vida na extincção de varios incendios. Por decreto de 11 de abril de 1889, foi agraciado com o grau de cavalleiro da ordem de Christo.

Garmilhal. Pov. na freg. de S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Garraia. Serra do distr. de Villa Real. Corre desde as proximidades da villa de Murça até á freg. de Palheiros. Tem 10 k. de extensão e 580 m. de altura.

Garraio *(Amelia).* Artista dramatica muito conhecida e applaudida nos theatros de Lisboa e Porto. N. em Lisboa em 1857, fal. no Rio de Janeiro a 8 de fevereiro de 1894. Era filha do actor e contra-regra Damião Mendes, e casada com o escriptor dramatico Augusto Garraio. Começou a sua carreira artistica ainda muito creança, no theatro Baquet, do Porto, escripturada pelo antigo empresario Moutinho de Sousa, representando na comedia em 2 actos, *Uma fabrica de casamentos*; entre outras peças que se seguiram, entrou tambem no drama de Octavio Feuillet, *A velhice de Richelieu.* Tomou parte em outras emprezas e em diversas sociedades artisticas. Dedicando-se depois ao genero de opereta, depressa conquistou o primeiro logar. Conservou-se largos annos no Porto, muito estimada e applaudida pelo publico, representando nos theatros Baquet e Principe Real as seguintes operetas: *Filha da Senhora Angot*, *Orpheu nos infernos*, *Amar sem conhecer*, *Milho da padeira*, *Espelho da verdade*, *Perichole*, *Joanna do Arco*, *Pastor soldado*, *Argonautas*, *Dragões d'el-rei*, etc. Annos depois veiu a Lisboa, n'uma companhia de opera comica do maestro Alves Rente, que representou no antigo theatro dos Recreios Whitoyne, e obteve grandes ovações como cantora, no *Pompon*, *Bilha quebrada*, e muitas outras operetas. Uma doença, que lhe estragou a voz, a obrigou a deixar o genero a que se dedicara, e em que grangeara tantos applausos e a voltar ao genero em que encetara a sua carreira artistica, de drama e comedia. Porém, em vez de ingenuas, dedicou-se ás caracteristicas, que desempenhava com graça e habilidade. Mais tarde veiu para Lisboa escripturada no theatro do Gymnasio, onde esteve quatro annos, recebendo sempre applausos. Percorreu com algumas companhias diversas terras das provincias. No verão de 1892 foi ao Brazil contratada pelo empresario Sousa Bastos, e conseguiu tambem muitos applausos, debutando no Rio de Janeiro na opereta *O burro do sr. alcaide.* Regressou muito satisfeita a Portugal, e no verão de 1894 voltou ao Brazil com a companhia do

theatro de D. Maria II, mas com tanta infelicidade que a febre amarella a victimou. Do seu longo reportorio apontaremos as seguintes peças, além das que já mencionámos: *Huguenottes*, *Lazaristas*, *Duas orphãs*, *Sinos de Corneville*, *Moços e velhos*, *Nossas alliadas*, *Barba Azul*, *Rouxinol das salas*, *Côrte na aldeia*, *Botija*, *Paralytico*, *Palhaço*, *Nobres e plebeus*, *Cunhado*, *Apostolos do mal*, *Fidalgos da Casa Moirisca*, *Sargento-mór de Villar*, *Arco de Sant'Anna*, *Não cubiçarás*, *Crime de Faverne*, *Cardeal Dubois*, etc.

Garraio *(Augusto)*. Escriptor dramatico e ensaiador muito conhecido e considerado nos theatros de Lisboa e do Porto. N. em Lisboa, pouco mais ou menos, no anno de 1843. Enthusiasta por tudo quanto respeita a cousas de theatro, possuindo uma educação artistica e litteraria, dedicou-se desde muito novo á arte dramatica, como escriptor, empresario e ensaiador habilissimo. Em 18 de março de 1865 representou-se no theatro do Gymnasio o seu primeiro trabalho, a comedia em 1 acto e duas partes, intitulada *Magina ou o dó do peito*, que alcançou um verdadeiro successo, tendo um magnifico desempenho, especialmente da parte dos actores Taborda e Valle. No antigo theatro das Variedades apresentou tambem uma engraçada parodia, em 2 actos, á opereta *A Gran-duqueza de Gerolstein*, com o titulo *Quem nos livra da Gran-duqueza?* que por muito tempo se conservou em scena, e a comedia *A familia dos Possidonios*, em 1 acto. Na Rua dos Condes fôram muito festejados a sua magica *Satanaz Junior*, e o drama militar, a proposito da guerra franco-prussiana, *O porta-bandeira do 99 de linha*. Foi depois para o Porto contratado como ensaiador no theatro Baquet, situação em que se conservou algum tempo. Pela sua actividade e genio emprehendedor, e a fórma como punha em scena peças de grande espectaculo, ganhou a confiança da empresa, que lhe deu a direcção do theatro, de que se tornou mais tarde empresario muitos annos, passando depois ao do Principe Real, tambem como empresario. A sua direcção intelligente e escrupulosa attendia a tudo quanto pudesse influir para o bom exito das peças que se representavam, tanto em scenario, como em mobiliario, adereços, machinismo, etc. Mais tarde deixou o Porto, veiu para Lisboa, e tendo-se restabelecido d'uma doença grave que o acommettera, ainda foi ensaiador no theatro da Trindade e depois no da Avenida. Pouco tempo, porém, permaneceu n'estes theatros, afastando-se completamente da vida activa, e de tal fórma ficou esquecido, que nunca mais se ouviu sequer citar o seu nome, que tantas vezes fôra acclamado com enthusiasmo. Augusto Garraio, quando estava no theatro Baquet, enamorou-se da actriz Amelia Mendes, com quem veiu a casar *(V. o artigo antecedente)*. Além das peças apontadas, da sua volumosa bibliographia, citaremos as seguintes: *O sargento-mór de Villar*, *Os fidalgos da casa moirisca*, *Os tripeiros*, dramas em 5 actos, extrahidos dos romances de eguaes titulos, de Arnaldo da Gama, Julio Diniz e Coelho Lousada; *Henriqueta*, drama em 5 actos; *O Martinho*, peça de costumes populares, tendo por protogonista o pittoresco typo das ruas conhecido pelo *Martinho*; *O Espelho da verdade*, peça phantastica em 3 actos; *Os argonautas*, opereta em 3 actos. Traduziu do francez e do hespanhol os dramas e operetas mais em voga, muitas das quaes de collaboração com Borges de Avellar.

Garranchos. Pov na freg. de S. Domingos, de Malpica, conc. e distr. de Castello Branco.

Garrião. Pov. na freg. do Salvador e conc de Ourique, distr. de Beja.

Garriapa. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Villa Cã, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Garrida. Povoações nas freguezias: S. Simão, de Junqueira, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto || Santa Marinha, de Lousado, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Thiago, de Santa Lucrecia de Algeriz, conc. e distr. de Braga.

Garridas. Povoações nas freguezias: N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa. || N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco. || Ilha Terceira; Caminho na freg. de S. Bartholomeu, de Regatos, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Garrido. A familia d'este appellido tem por armas: Em campo de ouro uma banda vermelha que sae das bocas de duas serpes de verde entre dois lobos de negro, orla vermelha com oito aspas de ouro; timbre, um dos lobos.

Garrido *(Alberto Guedes Coutinho)*. Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra. Nasc. na Figueira da Foz. Era filho de Elysio Guedes Garrido. Doutorou-se em 26 de julho de 1868.

Garrido *(Antonio Meirelles Guedes Coutinho)*. Doutor em Philosophia pela Universidade de Coimbra. Nasc. em Coimbra, e já é fallecido. Era filho de Pompeu de Meirelles Guedes Coutinho Garrido, e doutorou se a 16 de junho de 1878.

Garrido *(Eduardo Sampaio)* Escriptor muito apreciado. N. em Lisboa a 20 de outubro de 1842. Seu pae era Alfredo do Couto Garrido, cavalleiro da ordem da Torre e Espada, alferes do extincto real corpo dos Privilegiados de Malta da Côrte e termo, em 1833-1834; 1.º verificador da alfandega de Lisboa; sua mãe, D. Emilia Teixeira Sampaio, filha do viscoude do Cartaxo, Luiz Teixeira de Sampaio. Ainda muito novo, dedicou-se ás letras e á arte poetica, escrevendo as engraçadas poesias *A Bengala*, e o *Prego*, que recitou o grande actor José Carlos dos Santos, a primeira no theatro de D. Maria e a segunda no Gymnasio. Enthusiasta e muito conhecedor de theatro, tem adaptado, traduzido e imitado, um consideravel numero de peças, salientando-se pela graça com que alegra o dialogo, e pela fórma como as adapta á scena portugueza, ampliando ou substituindo scenas, que as torna mais interessantes e mais espirituosas. N'este genero ainda ninguem o excedeu; como poeta comico de primeira ordem, é admiravel nas peças em verso e coplas de operetas. Houve epoca em que o reportorio do theatro da Trindade chegou a ser quasi exclusivamente seu; no Rio de Janeiro, por vezes, todos os theatros tinham em scena peças arranjadas por Eduardo Garrido. A sua estreia, como autor dramatico, foi a comedia em 1 acto *De noite todos os gatos são pardos*, que se representou no Gymnasio em 29 de outubro de 1859, a qual escreveu juntamente com Alfredo Athaide e Francisco Serra. Eduardo Garrido acha-se actualmente em Lisboa, mas residiu muitos annos em Paris e no Brazil. Dos seus numerosos trabalhos, citaremos: *A Gran-Duqueza de Gerolstein*, *A Pera*

de Satanaz, A Pomba dos ovos de ouro, O Joven Telemaco, A Mascotte, Os Sinos de Corneville, A Filha do Inferno, A Timidez de Cornelio Guerra, Trinta Botões, As Georgianas, A Lagartixa, Zazá,

Eduardo Sampaio Garrido

Nelly Rosier, Major do 36, O outro eu, Venus, As Tangerinas magicas, As viagens de Gulliver, Peccados velhos, Por um triz, O meu muzeu (poesia tambem recitada por José Carlos dos Santos), *As economias do principe Cornelio Gil*, scena comica, *Um Alho*, scena comica, *O grande Elias*, idem, etc.

Garrido (*José Antonio*). Foi o autor do 1.º almanach de moradas que se publicou em Portugal. Intitulava se: *Lista curiosa e guia de litigantes em que se dá noticia dos tribunaes e magistrados que ha n'esta côrte de Lisboa e ruas onde moram*, etc. Lisboa, 1745. Fez-se outra edição, em Lisboa, 1759, com o titulo *Tavoada curiosa*, e sob o nome de João Antonio Garrido.

Garrido (*Luiz Guedes Coutinho*). Mais conhecido por Luiz Garrido. Bacharel formado em Philosophia e em Direito pela Universidade de Coimbra; socio do Instituto da mesma cidade, da Associação dos Advogados de Lisboa, socio effectivo da Academia Real das Sciencias, escriptor, deputado, etc. Nasc. na Figueira da Foz em 19 de fevereiro de 1841, fal. em Lisboa a 2 de janeiro de 1882. Era filho de Elysio Guedes Coutinho Garrido. Formou-se na faculdade de Philosophia em 1862, e na de Direito em 1873. Veiu depois estabelecer-se em Lisboa como advogado. Em 1868 começou a tornar se conhecido litterariamente, publicando em folhetins na *Gazeta de Portugal* o romance *Dois anniversarios*, que depois saiu em volume. Distinguindo se como advogado, foi elle que a Associação dos Advogados escolheu para proferir o elogio funebre do visconde de Paiva Manso, que se publicou em folheto. No anno de 1875, tendo escripto em francez um folheto sobre direito internacional, e algumas outras publicações em que revelava muita erudição, a Academia Real das Sciencias o elegeu seu socio effectivo. Luiz Garrido foi um dos socios mais assiduos ás sessões, e durante os 7 annos em que se conservou como socio, escreveu para as memorias da Academia uma memoria sobre os tragicos gregos, e outra sobre uma obra do inglez Frude ácerca da historia romana, memoria que Garrido escreveu em francez, e se publicou em volume. Em 1878, pela morte de Augusto Soromenho, que estava encarregado de dirigir a publicação subsidiada: *Portugaliæ monumenta historica*, foi Luiz Garrido eleito para o substituir n'esse trabalho, a que se entregou dedicadamente durante quatro annos consecutivos. Em 1880, celebrando a Academia por occasião do centenario de Camões, o seu proprio centenario, Luiz Garrido foi um dos encarregados de tomar parte na festa, incumbindo-se-lhe a redacção do elogio de Thiers, que fôra socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e que elle effectivamente leu e se imprimiu. Em 1881 foi eleito deputado por um dos circulos de Angola. Escreveu: *Keumark*, romance; publicado no *Diario de Noticias*, em 1870; *Dois anniversarios*, 1865; *La neutralité*, Lisbonne, 1868; comprehende algumas considerações ácerca d'esta parte do direito internacional, e a respeito da necessidade de que ella seja regulada em termos claros e definitivos; *Ensaios historicos e criticos;* primeira série, Coimbra, 1871; contém apreciações ácerca de Cesar Augusto, Prosper Mérimée, Beulé, Napoleão III e Luciano; *Quadros da vida romana*, Coimbra, 1874; esta obra fôra anteriormente publicada no *Instituto*, vol. XVIII e XIX, mas o autor refundiu-a para a impressão em separado; *Estudos de historia e de litteratura; Do adulterio do marido*, discurso proferido na Associação dos Advogados de Lisboa; *O visconde de Paiva Manso*, elogio historico lido em sessão solemne da mesma associação; *Eschylo. Os Persas; Elogio historico de Thiers*, lido na sessão solemne da Academia Real das Sciencias, a 9 de junho de 1880.

Garrido de Baixo e **de Cima.** Duas povoações na freguezia de Santa Eulalia, de Aguada de Cima, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Garridos. Povoações nas freguezias: ilha Terceira: N. S.ª de Belem, de Terra Chã, conc. e districto de Angra do Heroismo. || S. Miguel, de Juncal, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Garro. Familia oriunda de Elvas, e que procede de Pedro Esteves Garro, que acompanhou D. João I á tomada de Ceuta. As suas armas são: Em campo vermelho, um leão de prata com uma bandeira verde nas garras, de duas pontas e n'ella uma flôr de liz de ouro e mettida em uma haste do mesmo metal; timbre, o mesmo leão. D. Affonso V deu em 1475 a Nuno Martins Garro, por serviços feitos nas guerras d'Africa e Castella, o seguinte brazão: Em escudo azul uma onça de ouro saltante, armada de preto, e por timbre a onça.

Garro (*Lopo Curado*). Capitão do Estado de Pernambuco, no tempo em que estava sob o dominio hollandez. Escreveu a seguinte obra, em 1645: *Breve, verdadeira e autentica relação das ultimas tirannias e crueldades que os perfidos hollandezes usaram com os moradores de Rio Grande;* anda impressa no *Valeroso Lucideno*, de fr. Manuel Calado, a pag. 277, Lisboa, 1668.

Garro (*D. Fr. Lourenço*). Freire conventual da ordem de Christo, visitador geral e D. prior da mesma ordem; bispo de Cabo Verde. Nasc. em Lisboa, e fal. em Cabo Verde a 1 de novembro de 1646, com mais de 90 annos de edade. Professou no convento de Thomar. Foi provedor do hospital

de N. S.ª da Luz, e em 1627 eleito bispo de Cabo Verde. Escreveu: *Isagoge moral em as materias dos Sacramentos, tiradas de graves autores, emendadas e accrescentadas n'esta setima impressão dois impedimentos do matrimonio*, Lisboa, 1668. Fizeram-se diversas edições, em 1620, 1625, 1633, 1639, 1643, 1656 e 1676.

Garrobo. Pov. na freg. de S. Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Garrucha. Arma antiga, alabarda de bésta. Instrumento de armar as bèstas.

Garruchas. Pov. na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Garvão. Antiga villa, hoje freg. do concelho de Ourique e com. de Almodovar, distr. e bisp. de Beja, na prov. do Alemtejo. Orago, Nossa Senhora da Assumpção Tem 734 habitantes, 391 do sexo masc. e 343 do feminino. Acha se situada a 12 k. para oeste da séde do concelho, e junto á estrada real, que communica com o Algarve. E' povoação antiquissima, e muito duvidosa a sua origem, attribuindo-a alguns autores aos moiros, e outros aos cavalleiros de S. Thiago, logo no principio da monarchia. Os primeiros adduzem como argumento o proprio nome de *Garvão*, que dizem ser de procedencia arabica, pois o antigo *Gravão* vem de *Gorabon*, que significa *corvo*. Os segundos fundam a sua opinião na circumstancia de lhe ter sido dado o seu primeiro foral pelo mestre de S. Thiago, D Paio Peres Corrêa, em Alcacer do Sal em fevereiro de 1268, tendo então o titulo de villa. Parece, porém, que a primitiva fundação, pelos cavalleiros de S. Thiago, data do reinado de D. Affonso I, pelo anno de 1150. Nos principios da monarchia já era povoação importante, pois gozava da prerogativa de enviar procuradores ás Côrtes, os quaes tinham assento no banco decimo-quarto. El-rei D. Manuel reformou-lhe o foral em 1 de julho de 1512, dando lhe novos e maiores privilegios. Teve sempre uma só parochia, e os seus principaes edificios e estabelecimentos reduzem-se á casa da Misericordia, hospital, antiga casa da camara e pelourinho, e ermidas do Espirito Santo, de S. Pedro e de S. Sebastião. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o prior, que tinha 240 alqueires de trigo, 120 de cevada e 12$000 réis em dinheiro, annualmente. O termo é muito fertil; produz abundancia de cereaes, legumes e fructas; e cria-se n'elle muito gado, especialmente suino, bem como varias especies de caça. A 10 de maio tem uma feira annual, que dura tres dias. O brazão d'armas da antiga villa é um escudo com uma arvore verde em campo de prata, e na parte superior duas cruzes de purpura da ordem de S. Thiago. A freg. tem escola do sexo masc., fabricas de vellas, fornos de cal, etc. Pertence á 4.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro. Tem est. postal com serviço de encommendas, permutando malas com a R. A Sul, e estação do caminho de ferro do sul, situada entre as de Panoias e Amoreiras, e distando do Barreiro 220 kilometros de linha ferrea. Em 25 de agosto de 1837 foi atacada pelas guerrilhas do Algarve.

Garvellos. Pov. na freg. do Salvador, de Gavieira, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr de Vianna do Castello.

Gasco e **Gascão.** As armas das familias d'estes appellidos, são: Escudo partido em pala; na primeira em campo azul uma aguia de ouro estendida; na segunda em campo vermelho um castello de prata entre sete flôres de liz de ouro, das quaes tres são em chefe; timbre, a aguia nascente.

Gasco (*Antonio Coelho*). Formado na Universidade de Coimbra, segundo parece, em Direito Civil; auditor geral da capitania do Grão-Pará. N. em Lisboa, e fal. na referida capitania, julga-se que em 1666, porque não se conhecem ao certo as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de Gaspar Coelho Gasco, cavalleiro professo da ordem de Christo, creado da Casa Real e juiz dos orphãos de Lisboa. Antes de ser nomeado auditor geral do Grão-Pará, exerceu no reino alguns logares de magistratura. Foi naturalmente inclinado ao estudo da Genealogia, e deixou manuscriptos alguns trabalhos a este respeito. Escreveu: *Conquista, antiguidade e nobreza da mui insigne e inclita cidade de Coimbra*, Lisboa, 1805 e 1807; *Origem e antiguidades de Lisboa*, que não chegou a imprimir-se, e de que existe uma copia na Bibliotheca Nacional de Lisboa, que pertenceu á livraria de D. Francisco Manuel de Mello.

Gaspalha. Pov. na freg. de S. Thiago, de Alvaro, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Gaspar (*D.*). Filho illegitimo de D. João V, um dos tres principes conhecidos pelos *meninos de Palhavã*: D. Antonio, D. Gaspar e D. José. (V. *D. Antonio* e *D. José*). N. a 8 de outubro de 1716, fal. em Braga em 1789 Foi reconhecido, assim como seus irmãos, por el-rei D. José, a 18 de janeiro de 1755, recebendo desde então as honras que lhes competiam pelo seu elevado nascimento. Viviam no palacio situado no sitio de Palhavã. D. Gaspar foi educado no convento de Santa Cruz de Coimbra, e seguiu a vida ecclesiastica. Em 1746 foi eleito arcebispo de Braga. Quando D. José subiu ao throno e o marquez de Pombal assumiu o supremo poder, os tres irmãos iniciaram uma surda opposição, mas o omnipotente ministro, não attendendo a que elles fôssem filhos bastardos do fallecido monarcha D. João V, e irmãos de D. José, desterrou os principes D. Antonio e D. José para o Bussaco. D'este rigor resultou que D. Gaspar, receando que lhe fosse muito prejudicial a inimizade do grande estadista, se tornasse o mais manso possivel, tratando o marquez de Pombal com as maiores attenções, chegando até a fazer-lhe a offerta d'uma bengala de castão de ouro cravejado de brilhantes, quando o ministro foi a Coimbra reformar a Universidade. Por morte de D. Gaspar, foi eleito arcebispo de Braga D. Fr. Caetano Brandão. V. *este nome*.

Gaspar (*Fr. Manuel*). Afamado cantor soprano e mestre de capella na egreja da Graça. Fal. em 1836. Entrou no convento da Graça como noviço, onde aprendeu musica, professando no principio do seculo XIX Entrou para a irmandade de Santa Cecilia em 1 de julho de 1809. Tornou-se muito apreciado pela voz muito agradavel e bem timbrada que possuia, e que conservou toda a vida, pelo que lhe ficaram chamando o *Gasparinho*, mesmo já depois de ter avançada edade. A's festividades que se celebravam na egreja da Graça, concorrria sempre muita gente só para o ouvir. O *Neorama*, jornal que se publicava em 1843, conta o facto de que, estando em Lisboa a cele-

bre cantora italiana Catalani, ouvindo falar d'aquelle soprano que se tornara tão popular, desejou ouvil-o, e foi de proposito á egreja da Graça, manifestando grande admiração, de que um homem pudesse cantar com tanta perfeição com a voz de falsete. Fr. Manuel Gaspar tambem se tornou conhecido pelas suas composições. Na egreja da Graça cantou se durante muitos annos um septenario de N. S.ª das Dôres, que era obra sua; escreveu outro septenario que se cantou na antiga egreja do Paraizo. Tambem eram muito estimados os responsorios de quarta, quinta e sexta-feira santas, que se cantaram nas egrejas da Graça e de S. Vicente, assim como os responsorios das matinas de Santo Antonio, escriptos para a festa que todos os annos a camara municipal celebra na sua egreja. Estes responsorios são para 4 vozes, orgão e 2 violoncellos; a partitura tem a data de 1830. Em 1824 foi nomeado mestre de capella na egreja da Graça. Em algumas das composições usava do appellido de Bellarmino.

Gaspar *(Manuel Augusto)*. Mestre de musica militar. N em Angra do Heroismo em 1843, fal. no Dáfundo em 13 de abril de 1901. Ainda muito novo assentou praça de musico militar; aprendeu musica com o mestre Martinho Gaspar Campos Foi mestre da banda do batalhão de caçadores n.º 11, aquartelado na ilha Terceira; depois trocou este logar com o de Martinho Gaspar, que dirigia então a banda de infantaria n.º 5, que estava no Porto, e conservou-se alguns annos n'esta cidade. Aprendeu harmonia com Dubini, e começou a ser notado pela fórma como dirigia a sua banda. Quando em 1871, o regimento de infantaria n.º 5 passou á guarnição de Lisboa, Gaspar acompanhou-o, e aqui se estabeleceu definitivamente, grangeando logo a fama de ser um dos melhores mestres de bandas musicaes. Em 1878, por morte de Jeronymo Salles, mestre da banda da Guarda Municipal, foi escolhido para o substituir, logar que conservou até fallecer. Todo entregue ao brilhantismo da sua banda, estava sempre em dia com o movimento artistico da especialidade, mantinha assignaturas de jornaes francezes de musica militar, e entre o numeroso reportorio que amontoava, fazia boa escolha, arranjando elle proprio com muita habilidade, quando a musica estrangeira lhe não convinha. Nas festas de Badajoz em agosto de 1891, realisou-se um concurso de bandas militares, em que tomaram parte as bandas hespanholas de caçadores de Tarifa, com 33 executantes, a do regimento de Castilla com 46, fazendo-lhes opposição a banda portugueza de infantaria n.º 4, dirigida pelo mestre da banda Domingos Caldeira, cujo numero de executantes era apenas de 28. Coube o primeiro premio á banda portugueza, que mereceu enthusiasticos applausos e elogios. No anno seguinte, 1892, annunciou-se outro concurso, e n'elle se inscreveu a banda do regimento de engenharia hespanhola, considerada a melhor de Hespanha depois da dos alabardeiros, e Manuel Gaspar fez-se tambem inscrever no certamen. Concorreram 7 bandas, 5 hespanholas e 2 portuguezas. Esse concurso realisou-se nos dias 17 e 18 de agosto perante uma enorme concorrencia. A banda da Guarda Municipal fez uma brilhante figura. Manuel Augusto Gaspar figurou muitos annos na orchestra de theatro como excellente tocador de trompa. Organisou um sextetto, (instrumentos de corda e piano), composto de bons artistas, que durante annos esteve no theatro de D. Maria II, fazendo-se tambem ouvir, na estação balnear, no hotel Internacional das Caldas da Rainha. Produziu algumas composições: uma missa, valsas, marchas, etc. Era tambem Manuel Augusto Gaspar quem instrumentava as composições do fallecido amador musical visconde de Oliveira Duarte, que sempre mereceram o applauso do publico. A convite do rei Kalacana 1, das ilhas Sandwich, compoz o hymno nacional d'aquelle paiz, pelo que o rei lhe conferiu a Ordem de Merito. O governo portuguez agraciou-o com o habito de S. Thiago, do merito scientifico litterario e artistico. Possuia tambem o habito da ordem de Izabel a Catholica, de Hespanha, e a medalha militar de comportamento exemplar.

Gaspar Borges. V. *Borges.*

Gaspar Dias. Forte situado na costa occidental da ilha de Gôa, India, banhada pelo rio d'este nome ou de Mandovi, e fronteiro á fortaleza, denominada dos Reis Magos, erguida na costa meridional da peninsula e districto de Bardez. Construido em 1598, esteve por algum tempo abandonado até que, por ultimo, foi novamente guarnecido de tropas e artilharia. O forte fôra construido a instancias do senado de Gôa, sendo mandado ampliar por carta régia de 3 de fevereiro de 1602. Segundo as instrucções do marquez de Pombal em 1774 esteve para ser demolido por inutil. Mais tarde edificaram-se n'elle quarteis, que arderam em 1835.

Gaspar Lopes *(Corôa de)*. Recife situado proximo da costa da provincia da Guiné, Africa Occidental, a E S E da ilha do Pontão.

Gaspar da Silva. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de N. S.ª da Saude, de Arrifes, conc. e distr. de Ponta Delgada.

Gasparões. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Ferreira do Alemtejo, distr. de Beja.

Gassamar. V. *Gaçamar.*

Gaspar Gomes (*Joaquim Eleuterio*). Doutor em Medicina e Cirurgia pela Universidade de Bruxellas, lente jubilado de Zootechnia e materia medica do Instituto Agricola e Veterinario de Lisboa, membro do conselho penitenciario, socio benemerito da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, de que foi presidente; socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, socio correspondente da Academia Cirurgica Matritense, do Collegio de Pharmaceuticos de Madrid, da Academia Cirurgica Mallorquina, da Sociedade de Medicina Publica e Hygiene Profissional de França, da Academia Nacional de Medicina e Cirurgia de Cadiz, da Academia Medico-Pharmaceutica de Barcelona, e da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro. Nasceu em Queluz a 21 de março de 1824, fal. em Lisboa em 1896. Depois de ter concluido o curso do Lyceu Central de Lisboa, foi matricular-se na Escola Medico-Cirurgica da mesma cidade, onde defendeu these em 1846, sendo approvado com distincção. Exerceu depois o cargo de medico municipal em Bellas desde 1847 até 1854. Doutorou-se em Bruxellas em Medicina e Cirurgia no anno de 1855, e em 30 de julho d'esse anno foi nomeado, por concurso, medico extraordinario do hospital de S. José,

depois promovido a effectivo em 4 de julho de 1868, e mais tarde, em 1878, director da clinica de creanças no hospital Estephania. Em 1856, por occasião da epidemia da Cholera-Morbus, fez serviço no hospital provisorio, a S. Francisco de Paula, e no anno seguinte, 1857 pela epidemia da Febre Amarella, teve a direcção do hospital provisorio estabelecido na rua de Santo Ambrosio. O seu primeiro serviço medico foi castrense, quando se deu a batalha de Torres Vedras em dezembro de 1846, pois ali esteve em 1847 com outros collegas do quadro de saude militar a tratar dos feridos. Em 1856 entrou por concurso, para o magisterio do Instituto Geral de Agricultura, sendo depois provido definitivamente na cadeira do Zootechnia, dirigindo mais tarde a cadeira de materia medica até que se jubilou. Entre as numerosas commissões de serviço publico de que foi encarregado, contam-se a sanitaria por occasião da epidemia da febre aphtosa nos animaes de consumo, a de formar um projecto de esgoto para a cidade de Lisboa, etc. O dr. Gaspar Gomes teve a carta de conselho em 1880. Era commendador da ordem de Christo e cavalleiro da Torre Espada; tinha a medalha humanitaria da Febre Amarella concedida pela camara municipal de Lisboa em 1857. O *Diario Illustrado*, de 15 de maio de 1880, publicou o seu retrato acompanhado d'uma breve biographia. Teve parte na redacção do *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas*, onde publicou varios artigos sobre hygiene, e discursos proferidos em actos solemnes da referida Sociedade. Collaborou em outros jornaes medicos, publicando em 1870 um artigo que tem por assumpto *O Casamento e o codigo civil*. Escreveu: *Elogio do conselheiro Bernardino Antonio Gomes, lido em sessão solemne anniversaria da sociedade das sciencias medicas de Lisboa, no dia 15 de outubro de 1877*, etc. Para a Academia Real das Sciencias escreveu tambem: *Memoria sobre hemoptise nervosa*, que ficou inédita.

Gastão (*José Baptista*). Redactor em chefe do *Diario da camara dos srs. deputados*. Nasceu na Nazareth a 27 de setembro de 1791, fal. em Lisboa a 10 de agosto de 1879. Era filho de José Coelho de Mattos Gastão. Frequentando a Universidade de Coimbra, quando os francezes invadiram Portugal, abandonou os estudos e foi alistar-se no regimento academico em 1809 para acudir á defeza do reino, então invadido pela segunda vez. Diz-se que o pae de José Baptista Gastão possuia no concelho de Alcobaça umas propriedades rusticas que os francezes devastaram, e o joven Baptista Gastão veiu para Lisboa com sua familia; carecendo de meios de subsistencia n'essa occasião, um negociante prometteu empregal-o se elle soubesse inglez; vendo-se n'estas circumstancias, começou a aprender com todo o interesse aquella lingua, conseguindo no fim de dois mezes apresentar-se ao negociante, que o levou a bordo d'um navio e o fez interprete n'uma conversação com o capitão. Na retirada o negociante declarou-lhe que lhe dava 240$000 réis annuaes, casa, cama e mesa, mas de que pouco se utilisou. Depois de terminada a guerra peninsular, proseguiu os estudos universitarios, e por muitos annos exerceu depois a advocacia em Lisboa. Em 1834 foi nomeado secretario geral da Prefeitura na Beira Alta, logar que exerceu até que as prefeituras fôram substituidas pelos governos civis. Em 1836 foi provedor do quarto julgado, e em 1837 administrador do terceiro julgado, recebendo afinal em 1841 a nomeação de redactor da camara dos deputados, logar em que se aposentou só quando a doença, a muita falta de vista, e a edade muito avançada lhe não permittiram continuar n'aquelle exercicio. Em 1851 foi convidado pelo governo para governador civil d'um districto, e recusou. Não quiz nunca condecoração alguma. A rainha D. Maria II agraciou-o com o habito da ordem de N. S.ª da Conceição, tambem não acceitou. Era casado com D. Maria Dorothea Gastão da Fonseca. José Baptista Gastão foi homem muito illustrado. Escreveu no *Compilador*, ou *Miscellanea Universal*, de que era redactor principal. O *Compilador* publicava-se mensalmente, começando em novembro de 1821, até julho de 1822, saindo ao todo 9 numeros. A Gastão pertencem todos os artigos em prosa, originaes ou traduzidos, que n'aquelle jornal se encontram sem designação do autor, e são tambem d'elle as poesias: *A Primavera*, traduzida do poema das *Estações* de Thompson; *A creada feiticeira*, no n.º 1.º de pag. 47 a 48; *Pararolá* no n.º 2, pag. 179 a 180; *Os milagres de S. Bernardo maiores que os de N. S.ª da Nazareth*, no n.º 5, pag. 454 a 457; *Soneto*, n.º 6, pag. 488; *João, abbade de Lorvão*, n.º 7, pag. 57 a 61; *O Passarinho*, ultimo n.º, pag. 208; *O Contrato Social, ou principios do direito politico de J. J. Rousseau, traduzido pelos redactores do Compilador*, Lisboa, 1821; *A Gazeta de Portugal*, jornal diario, começando em 1 de julho de 1822 e terminando em 7 de janeiro de 1823; appareceu novamente em 21 do mesmo mez, e durou até 6 de maio. Um dos numeros da *Gazeta de Portugal* deu causa a que José Baptista Gastão fôsse chamado aos tribunaes pelo crime de abuso de liberdade de imprensa, e perante os tribunaes teve de se defender, publicando depois em separado o discurso que em sua defeza pronunciou. O jornal terminou, assim como todos os jornaes liberaes, quando se deu a revolta da Villafrancada. O discurso publicou-se com o titulo seguinte: *Accusação do ex.mo José da Silva Carvalho contra José Baptista Gastão, redactor da Gazeta de Portugal; e defeza do mesmo redactor perante o tribunal do Jury em 23 de maio de 1823*, Lisboa, 1823. Gastão collaborou no *Portuguez*, de Almeida Garrett, e com este escriptor e poeta saiu do jornal; foi ainda collaborador de outros jornaes politicos. Deixou inédito um poema heroi-comico que se intitulava: *Tabaquinho*.

Gastas (*Casal das*). Na freg. de S. Pedro da Cadeira e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Gata. Pov. na freg de N. S.ª da Conceição, de Casal de Cinza, conc. e distr. da Guarda. Tem caixa postal.

Gatamane. Ilha pertencente á Companhia da Zambezia, por ter feito parte do prazo de Maganja Alem-Chire, na Africa Oriental.

Gatão. Pov. e freg. de João Baptista, da prov. do Douro, conc. e com. de Amarante, distr. e bisp. do Porto; 652 hab. e 167 fog. Tem correio e esc. do sexo fem. A pov. dista 3 k. da séde do conc., e corre lhe proximo o rio Tamega. Foi villa. A mitra apresentava o abbade, que tinha 500$000

réis annuaes. A terra é fertil, e pertence á 6.ª divisão mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Cepellos, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de Luzim, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Pedro de Sollis, conc. de Mertola, distr. de Beja || S Martinho, de Recezinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Leocadia, de Travanca, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Gataria. Pov. na freg. de Sant'Anna, de Carnota, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Gatas. Pov. na freg de N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco. || *Bahia das Gatas;* pequeno porto junto da ponta de Leste, da ilha de S. Vicente, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Serve apenas para pequenas embarcações.

Gateira. Pov. e freg. da Santissima Trindade, conc. de Meda, distr. da Guarda. O abbade de Marialva apresentava o cura que tinha 6$600 rs. de congrua e o pé d'altar. Esta freguezia foi supprimida no fim do seculo XVIII, e está annexada á de Barreira, formando a denominação de Barreira e Gateira. || Povoações nas freguezias: Santa Christina, de Affife, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro Fins, de Gominhães, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Martinho, de Mancellos, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Paio, de Moledo, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Purificação, de Podentes, conc. de Penella, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Riba de Moiro, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Torrados, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || O Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, do mesmo districto.

Gateiras. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Piedade, de Algoz, conc. de Silves, distr. de Faro. || S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Thiago e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Gatella. Pov. na freg. de S. Pedro, de Vade, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Gatiães. Pov. na freg. do Salvador, de Lufrei, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Gatiz. Pov. na freg. de S Pedro Fins, de Torno, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Gato. E' appellido muito antigo, e do qual se ignora a origem, mas é certo que pertence a familia muito illustre. Encontra-se escripto de duas fórmas, com tt e com um t só. São suas armas em campo de ouro dois gatos de azul passantes, orla vermelha com oito crescentes de prata; timbre, um dos gatos com um crescente na espadua.

Gato *(Agostinho de Almeida).* Cavalleiro da ordem de Christo, e ouvidor da cidade de Cochim. Escreveu: *Triumphos festivaes da insigne e nobre Cidade Santa Cruz de Cochim nas alegres novas da gloriosa Acclamação de El-Rei Nosso Senhor D. João IV, de Portugal;* dedicado ao mesmo monarcha. Ficou inedito

Gato *(Monte* ou *logar do).* Na freg. de S. Miguel, do Pinheiro, conc. de Mertola, distr. de Beja. || Quinta na freg. de N. S.ª da Gloria, conc. e distr. de Aveiro.

Gatões. Pov. e freg. de N. S.ª das Virtudes, da prov. do Douro, conc. e com. de Montemór-o-Velho, distr. e bisp. de Coimbra; 311 hab. e 101 fog. Tem feira de gado a 8 de todos os mezes. A pov. dista 5 k. da séde do conc. Foi villa. A abbadessa do convento de Santa Clara, de Coimbra, apresentava o cura, que tinha 27$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil e pertence á 5 div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Guifões, conc. de Bouças, distr. do Porto.

Gaula *(Francisco de Paula Cardoso de Almeida Vasconcellos Amaral e).* Fidalgo da Casa Real e morgado de Assentiz, nome por que era mais conhecido. Nasc. em Lisboa a 2 de março de 1769, fal. na mesma cidade a 5 de fevereiro de 1847. Era filho de Manuel Antonio de Almeida Vasconcellos Cardoso Amaral e Gaula, e de D. Leonor Felicia Francisca de Paula Xavier da Costa, ambos de nobre ascendencia. Succedeu ainda muito novo no morgadio de Assentiz, pelo fallecimento d'um seu tio paterno. Matriculou-se em 29 de janeiro de 1777 no Collegio dos Nobres, onde concluiu a sua primeira educação litteraria em julho de 1785, passando pouco depois á Universidade de Coimbra, com o intento de se formar em Leis, o que não pôde realisar, em virtude da providencia decretada no 4.º anno da sua formatura, e pela qual eram obrigados todos os morgados e administradores de vinculos e capellas a alistarem se no serviço do exercito, sob pena de perderem o quinto dos bens que administrassem, além de ficarem privados de varias graças e privilegios. Em 27 de março de 1793 alistou-se como cadete no regimento de cavallaria, chamado de Mecklenburgo, um dos que faziam a guarnição da côrte. Dez annos permaneceu na fileira, sem que em todo esse tempo adeantasse um só passo na carreira, que tão constrangidamente seguira. Obtendo, finalmente, recusa do serviço, entregou-se inteiramente á cultura das letras, para que a sua vocação o chamava, estreitando por esse tempo vinculos de intima amizade com o poeta popular Manuel Maria Barbosa du Bocage, a cuja memoria tributou sempre affectuosa veneração. No *Archivo Pittoresco*, 1.º volume, 1858, publicou Innocencio Francisco da Silva uma biographia do morgado de Assentiz, d'onde transcrevemos o seguinte: «Francisco de Paula adquirira bastantes conhecimentos de litteratura amena, e tinha para a poesia veia facil, excellente metrificação e apurado gosto. E' para lamentar que das numerosas producções lyricas da sua mocidade, e de muitas que ainda produziu em annos mais maduros, se perdesse irremediavelmente a quasi totalidade.» Outro biographo accrescenta: «O que, porém, mais lhe absorvia as faculdades do seu culto espirito era a arte dramatica, dedicando-se com verdadeira paixão á improba tarefa de restaurar o theatro portuguez, e sacrificando a esse empenho uma larga parte da sua fortuna, o que fez com que mais tarde, para restringir despezas, se retirasse da côrte, vivendo nos primeiros annos em uma quinta algumas legoas distante de Lisboa, onde raras vezes apparecia. A aurora da regeneração litteraria não tinha despontado ainda, e o morgado d'Assentiz, subjugado pelas idéas do seu tempo, e sem força para romper com as tradições das escolas em que fôra educado, cria ingenuamente que bastaria transplantar para o nosso clima as tragedias de Racine e Voltaire, ou as comedias de Beaumarchais para que o theatro portuguez readquirisse entre as nações cul-

tas um logar distincto. Para esse effeito, fez traduzir, e elle proprio traduziu com esmero, as mais afamadas peças do reportorio francez, levando-as á scena, com muita riqueza e novidade no theatro do Salitre, que para esse fim tomou de arrendamento, associado com outros amigos seus, que o eram tambem das boas letras. Ainda não contente com isto, o morgado abriu a expensas suas, e na sua propria casa, uma especie de theatro modelo, onde elle e os seus amigos davam exemplos praticos do novo estylo de declamação. Muitos dramas, que depois subiram á scena no theatro publico, eram ali primeiramente ensaiados em representações particulares não menos brilhantes que dispendiosas. O novo methodo de declamação a que n'estes periodos se allude, era o francez que o morgado d'Assentiz fez substituir ao hespanhol, até então usado pelos nossos actores. Pela razão que já indicámos, teve Francisco de Paula de retirar-se de Lisboa, onde só regressou pelos annos de 1826 ou 1827 indo habitar a casa do rua Nova da Alegria, onde muitos annos depois se estabeleceu o *Jardim Chinez.* Sobrevieram as luctas civis; mas logo que a bandeira liberal se hasteou vencedora no castello de S. Jorge, o morgado de Asseutiz voltou com ardor ás suas antigas predilecções pelo theatro, e cuidou logo em arrendar o bello edificio da rua do Loureiro, onde se haviam já dado muitos espectaculos; era seu intento estabelecer ali uma sociedade ou academia dramatica, o que não pôde levar a effeito em consequencia do mencionado edificio ter sido reduzido a cinzas por um accidente fortuito, na noite de S. João de 1834. Creado por decreto de 15 de novembro de 1836 o Conservatorio Real de Lisboa, foi escolhido Francisco de Paula para um dos seus membros, e não obstante a sua já avançada edade, e os incommodos habituaes a ella inherentes, dedicou se com tanto zelo e actividade ao desempenho das suas funcções, que foi um dos mais laboriosos operarios d'aquelle civilisador instituto, na epoca da sua maior vitalidade». As suas peças, originaes algumas, e outras traduzidas ou imitadas, acham-se reunidas em 5 tomos. Tomo I: *As astucias de Merlim, comedia em 5 actos; O Africano generoso, drama em 2 actos; Os sucios da mesma laia, entremez de visualidades; A Heroina de Vienna, comedia de F. Casari, traducção; Nova farça intitulada: o Doutor Patusca; O qui pro quo, farça em 1 acto.* —Tomo II: *A prova á militar, comedia em 3 actos; Julia, ou o perfeito amigo, drama em 3 actos; O convite, comedia em 4 actos; O alcaide de Saragoça, peça magica em 3 actos; Aurora, ou a filha do prestigio, drama em 4 actos.* — Tomo III: *O castello do Diabo, drama em 4 actos; A ida a Fokemburgo, comedia traduzida de F. Casari; O naufragio venturoso, pequena peça; O casamento dito e feito, farça.* — Tomo IV: *O Barbeiro de Sevilha, comedia traduzida de Beaumarchais; O direito de hospitalidade, comedia de F. Casari, traducção; As minas de Delacarlia, drama de Camillo Frederici; Conrado, ou o torneio de Kromberg, comedia de Holbein; O conde dos castellos, acção senica por Pixerecourt.* --Tomo V: *O Alcaide de Saragoça, peça magica para bonecos; O assassinio por amor filial, comedia de Casari; A creada ama, peça magica para sombrinhas; A leva da nau da India, peça magica,* etc.; *O exterminio do Fanatismo, elogio dramatico; O filho do alcouce, trad.*

Gaula. Ilha da Madeira; pov. e freg. de N. S.ª da Luz, conc. e com. de Santa Cruz, distr. e bisp. do Funchal; 2:521 hab. e 435 fog. Tem escolas d'ambos os sexos e caixa post. Pertence ao commando militar da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.º 27, com a séde no Funchal.

Gaundongrém. Regedoria do concelho de Canácona, distr. e arceb. de Gôa, com. de Salsete, India, na região setenptrional do districto. Camara agraria ou *Gancaria.*

Gaunsim. Pov. e freg. de S. Simão, do conc. e distr. das Ilhas, prov. arceb. e com. de Gôa, India.

Gavanena. Pov. do distr. de Astragar, Novas Conquistas, prov. e arceb. de Gôa, com. de Salsete, India, na região sul do districto.

Gavata *(Casaes da).* Na freg. de Santa Maria e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Gavea. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 622 hab. e 174 fog. Tem correio com serviço de posta rural, e está situada proximo do rio Moiro, em terreno accidentado. A pov. dista 8 k. da séde do conc. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: S. Christovão de Labruja, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Reboreda, conc. de V. N. da Cerveira, do mesmo districto.

Gavel. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Rio Frio, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Gaviães. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Bico, conc. de Paredes de Coura, distr de Vianna do Castello.

Gavião. Familia, cujas armas são: Em campo azul cinco gaviões de sua côr armados de ouro, postos em santor, e por timbre um dos gaviões.

Gavião (*Manuel Lobo de Mesquita*). Natural da provincia do Minho, onde nasceu nos primeiros annos do seculo XIX; fal. a 12 de setembro de 1849. Descendente d'uma familia distincta. Militou na campanha da liberdade, nas fileiras do exercito constitucional; esteve no cerco do Porto, e depois da restauração da Carta fez sempre parte do partido que, depois de 1848, se denominou *cartista.* Foi eleito deputado em 1842, e o discurso que pronunciou na sessão de 16 de outubro de 1844, foi por elle impresso em separado. Foi assassinado traiçoeiramente, dizem, por ordem d'um seu parente com quem andava em discordia. Escreveu: *Discurso do sr. deputado Gavião na sessão de 19 de outubro de 1844, por occasião de se discutir o parecer da commissão sobre o uso que o governo fez dos poderes extraordinarios* etc., Lisboa, 1844; *Breves considerações historicas e criticas sobre as eleições da provincia do Minho no anno de 1845,* Porto, 1845; *Exame historico e critico da sessão parlamentar do anno de 1846,* Lisboa, 1846; *Additamento ás breves considerações historicas e criticas,* etc., *com os seus respectivos documentos,* Lisboa, 1845; *Collecção de documentos inéditos para a historia da guerra civil em Portugal no anno de 1847,* publicada e annotada, Porto, 1849; com dois mappas desdobraveis.

Gavião Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc. e de comarca distr. e bisp. de Portalegre.

Tem uma só freg., orago Nossa Senhora da Assumpção, com 2:028 habitantes: 969 do sexo masc. e 1:059 do feminino. Pertence á 4.ª divisão militar e ao 29.° distr. de reserva do exercito com a séde em Portalegre. A villa acha-se situada n'uma campina, perto da margem esquerda do Tejo; dista 11 kilom. da séde do districto e 5 k. da estação do caminho de ferro Belver-Gavião, na linha da Beira Baixa. Tem escolas para ambos os sexos, estação post. e tel., com serviço de emissão e pagamento de vales, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. Léste. E' povoação antiquissima, sustentando alguns autores que foi aqui a *Fraginum* ou *Fraxinum*, dos romanos, em contradicção a outros que affirmam ser a *Fraginum* a villa de Alpalhão. El rei D. Manuel lhe deu foral em 1519, datado de Evora, a 23 de novembro. Era uma das 12 villas do grão-priorado do Crato. O grão-prior apresentava o reitor, que tinha 120 alqueires de trigo, 40 alqueires de centeio, 25 almudes de vinho cru, cantaro e meio de azeite e 6$000 reis em dinheiro. No concelho effeituam-se as seguintes feiras annuaes: na villa a 2 de fevereiro e terceiro domingo de outubro, e na freg. da Commenda, no primeiro domingo de setembro, que é importante, principalmente em gados. A 5 kilom. do Gavião, na margem esquerda do Tejo, existem as aguas sulfureas da Fadagosa (V. *este nome*). Ha na villa fabricas de louça, tijollo e telha, moagens, lagares de azeite e de vinho, etc. Sociedades de recreio: *Boa União Gavionense*, *Club Gavionense* e *Philarmonica Gavionense*. O conc. comprehende 5 freguezias, incluindo a da villa, com 6.364 hab.: 3.127 do sexo masc. e 3.237 do feminino. As freguezias são: Atalaia (Nossa Senhora Mãe dos Homens), com 482 hab: 229 do sexo masc. e 253 do fem.; Belver (Nossa Senhora da Visitação), com 2.093 hab.: 1.003 do sexo masc. e 1.090 do fem.; Commenda (Nossa Senhora da Graça), com 992 hab.: 522 do sexo masc. e 470 do fem.; e Margem (Nossa Senhora da Graça), com 769 hab.: 404 do sexo masc. e 365 do feminino. Pertence á 4.ª div. mil., 7.ª brigada, grande circumscripção mil. sul, e ao distr. de recrut. e res. n.° 22 com a séde em Abrantes. O conc. de Gavião foi supprimido por decreto de 26 de setembro de 1895, ficando annexada a sua freg. ao conc. de Niza, e restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. *Jornaes:* Teem sido aqui publicados: *Aurora do Tejo*, 28 de setembro a outubro de 1881; *Echo do Alemtejo*, 14 de junho de 1891; *Norte do Alemtejo*, 22 de setembro de 1892. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 617 hab. e 163 fog. Tem escola do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada junto da estrada real de Guimarães para Braga. Ha aqui um apeadeiro no caminho de ferro, da linha do Minho, entre as estações de V. N. de Famalicão e de Nine. A mitra apresentava o abbade, que tinha 400$000 réis annuaes. A terra é fertil, e pertence á 3.ª divisão mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição, de Carvalho, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || S. João Baptista, de Lamas de Moiro, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª do Pranto e conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra. || S. Thiago, de Ribeira de Fragoas, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco. || Santa Barbara, de Seixo de Manhozes, conc. de Villa Flôr, distr. de Bragança. || N. S.ª da Conceição e conc. de Villa Velha de Rodam, distr. de Castello Branco. || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Chouto, conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || Casal na freg. de Santa Maria, de Ulme, do mesmo conc. e districto.

Gavieira. Pov. e freg do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 399 hab. e 147 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 19 k. da séde do conc. e fica situada na serra do mesmo nome. Pertenceu ao conc. de Suajo, ha muito extincto. A terra é montanhosa e pouco fertil. Tem muito gado e colmeias, caça grossa e miuda. O abbade de Suajo apresentava o cura, que tinha 10$000 réis de congrua e o pé d'altar. A freguezia está entre as serranias de Suajo, n'uma disposição, muitissimo singular, disseminada em logares distantes uns dos outros, sendo o mais importante o da Peneda, onde se vê o santuario do mesmo nome, em que se fazem romarias que são muito concorridas por gente de Portugal e de Hespanha, especialmente a de setembro. O templo é espaçoso e de boa architectura. A egreja matriz é pobre, e está muito damnificada. Gavieira pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 3, com a séde em Vianna do Castello. || Serra do distr. de Vianna do Castello. Segue proximo á freg. do mesmo nome, embrenhando-se e confundindo-se com as serras de Suajo e de Peneda. E' uma ramificação da serra do Gerez, medindo 1:250 m. d'altura. || Rio do distr. de Vianna do Castello. N. na serra do mesmo nome, e vae desaguar no Laboreiro, depois de 10 k. de curso.

Gavim. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Joanne, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Mamede, de Vermil, conc. de Guimarães, do mesmo districto.

Gavinheira. Pov. na freg. de Sant'Anna, da Carnota, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Gavinheiras. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Cova, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Gavinho. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Cortegaça, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Teixeira, conc. de Baião, distr. do Porto.

Gavinhos. Pov. na freguezia de S. João Baptista, de Figueira de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Gavinhos de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Gaviões *(Herdade dos)*. Na freg. de N. S.ª da Natividade, de Safira, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Gavua. Pov. do conc., distr. e com. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental, na margem septentrional do lago Cassaco e a pequena distancia da margem direita do rio Cuanza.

Gayão *(D.)*. Alcaide-mór de Santarem em 1162. Instituiu um morgado, com seu hospital, na mesma povoação, sito ao fundo da porta da Atamar-

ma. A respectiva administração foi passando successivamente nas familias Velho e Dade, encontrando-se n'esta ultima no seculo XV.

Gayeiras. Logar situado a 2 k. das Caldas da Rainha, e muito proximo de Obidos. Na quinta d'este nome, em Valle de Flôres, tambem conhecida pela *Quinta das Janellas* e *Casal dos Mosqueiros*, brota uma nascente d'agua mineral, que depois é encanada para um tanque ou piscina coberta de abobada. Estas aguas são muito similhantes ás das Caldas da Rainha. Fôram analysadas em Paris, na exposição universal de 1867. Mais tarde fôram novamente analysadas pelo dr. Agostinho Vicente Lourenço. São uteis no tratamento do rheumatismo, dermatoses, etc.

Gayo. V. *Gaio.*

Gayo *(Affonso Henriques Vieira).* Escriptor, poeta e dramaturgo. Filho de Joaquim Gomes Vieira Gayo e de D. Maria da Gloria Vidal Franco Gayo; nasceu em Villa Nova d'Ourem, a 25 de outubro de 1872. Destinava-o seu pae á carreira militar, pensando internal-o no Collegio da Luz, mas não pôde realisar esse desejo, porque morreu quando este seu filho, que era o mais novo de quatro que tinha, contava apenas dois annos e meio. Os primeiros annos da infancia, passou-os Affonso Gayo na sua terra natal. Depois, com as difficuldades da vida, e tendo a sua mãe ficado com 4 filhos menores, foi este internado na Real Casa Pia de Lisboa, onde teve ingresso na sua qualidade de orphão de pae. Aos 12 annos incompletos, saiu d'esse collegio com o primeiro exame elementar. Sua mãe não podia dar-lhe uma educação como convinha á intelligencia revelada pela creança. Por esta circumstancia, o ex-alumno da Casa Pia serviu successivamente de caixeiro em duas ou tres casas de Lisboa, comquanto os seus desejos fôssem outros, porque já, em tenra edade, Affonso Gayo sentia uma tendencia innata para o estudo. Assim decorreram tres annos, durante os quaes percorreu o balcão de tres estabelecimentos, não sem repetidas e constantes queixas a sua mãe, porque não podia habituar-se áquella vida contra a qual o seu espirito se revoltava. Foi por este tempo que um bondoso engenheiro director das obras publicas de Beja, condoído da sua sorte, lhe offereceu um pequeno logar na sua direcção, e n'esse humilde cargo se conservou Affonso Gayo até aos 17 annos, percorrendo parte do Alemtejo e do Algarve e voltando depois a Lisboa a fim de sentar praça, como voluntario, no regimento de caçadores n.º 5. Alcançando licença para estudos, matriculou-se no lyceu de Lisboa, mas, alguns annos depois, achando-se incompativel com a vida militar, obteve a sua baixa e foi matricular-se no Curso Superior de Letras no intuito de seguir a carreira consular. Tambem aqui o esperava uma decepção. Desgostoso com uma reprovação, que reputou injusta, e a qual deu origem a uma satyra contra um dos lentes, intitulada *O lobinho philologico (1896)*, abandonou o curso, dedicando-se ao ensino livre no intervallo de tempo em que não redigia jornaes. Foi durante o primeiro anno do Curso Superior de Letras que publicou a *Corôa de Espinhos (1896)*, livro de sonetos impregnado de pessimismo sem duvida filiado nas leituras de Schopenhauer, Montaigne e tendo por mestres Beaudelaire e Anthero de Quental, seus poetas predilectos. Correu os azares de uma vida accidentada, depois da morte de sua mãe *(1894)*. Affonso Gayo havia dado á estampa um ingenuo folheto, *A noviça* (1892), que não vem mencionado nas suas obras, além de varias poesias espalhadas em jornaes, que nunca reuniu em volume. A *Corôa de Espinhos* foi escripta aos 20 annos, mas só quatro annos depois conseguiu imprimil-a. Antes d'isso havia escripto tambem um poema intitulado *O caracter de Romeu*, que, por ter ficado como refens n'uma casa de hospedes, se perdeu, e de que o autor não conserva um unico fragmento. Fez parte da redacção de varios jornaes como a *Tarde*, *Marselheza*, *Reporter*, *Diario Illustrado* e *O Progresso*, que ajudou a fundar com alguns camaradas. *O Progresso* tinha existido 30 annos antes, com egual titulo e politica. O seu nome começa depois a assignar artigos, alguns dos quaes sobre critica, sobretudo os que se referiam a assumptos de theatro. Em 1900 deu á estampa um poema de amor intitulado *Nós*, que foi muito apreciado pela critica, e um anno depois apparecia com os *Heroes modernos*, livro que o consagrou como poeta dramatico. Tendo voltado as attenções para o theatro, escreveu em 1900 uma peça em 3 actos, em prosa, *O desconhecido*, que está traduzida em italiano, mas que ainda não foi representada nem publicada em portuguez. Em seguida o *Quinto mandamento*, em 4 actos, que deu origem a grandes polemicas com o theatro de D. Maria, tendo o *Diario* tomado nobremente a sua defeza. Concorreu depois a um concurso, aberto pelo *Dia*, de peças n'um acto de autores ineditos (idéa que Affonso Gayo lembrou a um dos redactores d'aquelle jornal, já fallecido), sendo classificada em merito relativo a sua peça em verso, *O interesse*, de cujo *veridictum* muito se doeu o joven dramaturgo. Em 1905 conseguiu, emfim, fazer representar o *Quinto mandamento* n'uma tentativa de theatro moderno que surgira no theatro do Principe Real. A sua peça foi muito apreciada, e julgada a unica de entre todos os originaes que se mostraram ao publico tanto n'aquelle theatro como no Gymnasio, onde funccionava outra companhia com identicos intuitos d'arte. No anno seguinte entrou no theatro de D. Maria II com outra peça original em 4 actos, *Maxima*, que a empresa havia recusado bem como o *Quinto mandamento*, e obteve uma acalorada discussão, sendo tambem considerada como uma das melhores do reportorio d'aquelle anno. Além de *Corôa de Espinhos*, *Lobinho Philologico*, *Nós*, *Heroes modernos*, e *Quinto mandamento*, conta ineditos um livro de contos, alguns dos quaes publicados na revista litteraria do *Seculo*, intitulado *Os Matavindos*, *Maxima*, peça em 4 actos, representada no theatro de D. Maria II, *O desconhecido*, peça em 3 actos, *O interesse*, peça n'um acto em verso, *A mascara*, peça em 4 actos, recusada no theatro normal, *O romance de um bohemio*, um livro sobre o *Theatro contemporaneo portuguez* (estudos e criticas), e muitos artigos publicados em revistas e jornaes.

Gayo (*Antonio de Oliveira e Silva*). Doutor em Medicina e lente da Universidade de Coimbra. N. em Vizeu a 14 de agosto de 1830, fal. no Bussaco a 8 de agosto de 1870. Era filho do dr. Manuel Joaquim d'Almeida da Silva Gayo, e de sua mulher, D. Anna Augusta de Oliveira e Almeida. Nascendo n'uma epoca agitada e revolucionaria, o seu espirito foi educado n'uma atmosphera de lucta, que muito contribuiu para o

amor que votava á liberdade, que mais fervoroso ainda se tornou, vendo a perseguição que seu pae soffreu por ser um acérrimo defensor das idéas liberaes Ficou orphão desde creança juntamente com duas irmãs, pois que sua mãe morreu a 17 de junho de 1834, e seu pae a 23 de setembro de 1835. Uma sua tia é que se encarregou da sua educação; recolheu as sobrinhas em casa, e Antonio Silva Gayo matriculou-se no seminario de Vizeu, onde estudou as doutrinas de instrucção secundaria, e emquanto cursava essas aulas succedeu-lhe um desastre terrivel, que o ia deixando na mais triste das situações. Creança de 14 annos, já se mostrava enthusiastico pela causa liberal, e com o espirito irrequieto desafiava os condiscipulos para brincadeiras de guerras, assaltos e ataques. Quando os setembristas estavam bloqueados em Almeida, e hastearam nas muralhas de Vizeu a bandeira da Liberdade, o joven estudante de tal fórma enthusiasmou os companheiros, que logo os seminaristas se dividiram em dois grupos, um figurando os progressistas e outro os cartistas. De dentro do seminario, trancado e ferrolhado, despejava-se cá para fóra todo o entulho do edificio, que se reparava d'um incendio; de cá de fóra devolvia-se tudo que era arremessado, traves, pedras, etc. O assédio durou um dia; fizeram-se varias sortidas, atacou-se com valentia o inimigo, e arremettia-se corajosamente, entre gritos de esperança e de victoria, quando uma pedrada attingiu o ousado seminarista, que o obrigou a cair por terra, desmaiado. Sendo immediatamente soccorrido, e já mais animado, disse aos companheiros que Almeida havia caído, e na verdade, no dia seguinte aquella villa capitulava, mas o pobre rapaz ficou quasi cego d'um olho, e a vista enfraqueceu-se-lhe tanto em ambos os olhos, que nunca mais pôde dispensar os oculos azues. Este desastre, comtudo, não lhe arrefeceu o enthusiasmo politico, e em 1846 mostrou o mesmo ardor pela causa popular. Pouco tempo depois matriculou-se em Medicina na Universidade de Coimbra, seguindo um curso muito distincto, formando-se em 1857, e doutorando se a 31 de julho de 1858. Então consagrou-se dedicadamente ao trabalho Na mocidade fôra alegre, guitarrista apaixonado, heroe de aventuras romanescas, audacioso que de nada se receava, e que todos temiam; tivera até um duello á pistola, a 15 passos, com Filippe do Quental, mas o diploma que obtivera o mudou completamente, tornando-o um homem sério e dedicado á sua familia, pois que Antonio Gayo havia casado com uma senhora distinctissima, D. Emilia Paredes. Em 1861 começou a reger na Universidade a nova cadeira de hygiene. Era intimo amigo do fallecido estadista e mimoso poeta Thomaz Ribeiro, de quem fôra condiscipulo em Coimbra. Entregando-se novamente á politica, entrou para o *Commercio de Coimbra*, como redactor principal, em 24 de julho de 1863, onde defendeu ardentemente as suas crenças partidarias. Desejou ser deputado, mas não conseguiu ser eleito. Aborrecido da politica, refugiou-se no seu gabinete de escriptor, só cuidando dos trabalhos litterarios. Publicou em Coimbra, no anno de 1858, a sua dissertação inaugural, que tem por titulo: *A lithotricia no tratamento radical dos calculos vesicaes apresenta menos perigos e incommodos que a lithotomia? No estado actual da sciencia pode dizer-se que a lithotricia chegou á perfeição?* Escreveu o notavel romance historico-patriotico, *Mario, episodios das luctas civis portuguezas de 1820-1834*, que se publicou em 1867, dedicado a sua esposa. Este romance tornou-se muito afamado, e foi uma estreia deveras auspiciosa. Teve segunda edição, que vem acompanhada da biographia do autor, escripta por Thomaz Ribeiro. Na edição ultimamente publicada, em 1902, reproduz-se a biographia. Sentindo-se já bastante doente, escreveu o drama em 5 actos *D. Frei Caetano Brandão*, que se representou no theatro de D. Maria II em 1869, e se imprimiu tambem n'esse anno. Teve um exito enorme, sendo o desempenho confiado ás actrizes Emilia das Neves e Emilia Adelaide, e aos actores Tasso, Theodorico e Pinto de Campos. Deixou manuscripto um drama, com o titulo: *Luiza*, e uma comedia, com o de *Magdalena*.

Gayo *(D. João Ribeiro)*. Bispo de Malaca. Era natural de Villa do Conde, e falleceu em 1601. Estudou na Universidade Direito Canonico, foi desembargador da Casa do Civel, nomeado bispo de Malaca, e presidente da justiça em Gôa no anno de 1581. Exerceu o officio pastoral durante 30 annos. Deixou manuscriptos um *Roteiro das costas de Achem* e uma *Relacion de Luchen*.

Gayo (*Manuel Joaquim d'Almeida e Silva*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em Couto de Cima em 1796, fal. em Vizeu a 23 de setembro de 1835. Exercia n'esta cidade a profissão de advogado, quando, em seguida a uma devassa ordenada pelo governo de D. Miguel, foi preso por constitucional. Preso a 8 de julho de 1831, por inconfidencia d'um padre, ao qual, em confissão, sua propria cunhada, que era freira, revelara o local onde estava escondido, foi 10 dias depois removido da cadeia de Vizeu para a Relação do Porto, e d'ali para as celebres prisões d'Almeida, onde esteve até 1834 soffrendo horrorosamente. Esses soffrimentos, e o vêr-se separado de sua mulher, D. Anna Augusta de Oliveira e Almeida, e de seus filhos, ainda creanças, lhe abreviaram a existencia, augmentando-lhe ainda mais o grande desgosto a morte de sua esposa, succedida em julho de 1834, quatro mezes depois d'elle ter recuperado a liberdade. Não pôde resistir por muito tempo a tantas desventuras, e falleceu no anno seguinte. O dr. Silva Gayo foi o primeiro provedor junto á commissão municipal do concelho de Vizeu, nomeado em portaria de 3 de junho de 1834. Por decreto de 7 de agosto de 1835 foi despachado juiz de Direito de Coimbra, e no mez seguinte terminava a existencia. Era pae de Antonio de Oliveira da Silva Gayo, autor do romance historico *Mario*. V. *Gayo (Antonio de Oliveira da Silva)*.

Gayo *(Manuel da Silva)*. Bacharel formado em Direito; secretario e mestre de cerimonias da Universidade de Coimbra, secretario do conselho dos decanos, etc. N. em Coimbra a 6 de maio de 1860. E' filho de Antonio de Oliveira da Silva Gayo, autor do romance historico *Mario*, e de sua mulher, D Emilia Paredes. Formou se em Direito em 1885. Tem desempenhado os seguintes cargos: administrador dos concelhos de Faro, Silves e Thomar, de 1886 a 1887; official da secretaria do Instituto Industrial e Commercial de

Lisboa, em 1890; secretario do lyceu de Coimbra, em 1895; secretario da Universidade, em 1900. Collaborou nos seguintes jornaes e revistas: *Correio da Manhã*, *Revista scientifica e litteraria*, *Evolução*. *Seculo*, etc. Foi redactor effectivo das *Novidades*, do 1888 a 1891. Bibliographia: *Primeiras rimas*, *Um anno de chronica*, *Canções do Mondego*, *Peccado antigo*, *Moniz Barreto*, *O mundo vive de illusão*, *As tres ironias*, *Na volta da India*, *Mondego*. Reuniu, formando um grosso volume com modificações, trechos ineditos, e eliminação de poesias e detalhes de poesias, a collecção escolhida de todos os volumes acima mencionados. Consta que o illustre escriptor está preparando um romance de actualidade, um volume de novellas, um estudo historico e critico sobre a evolução das formulas lyricas, um volume de versos ineditos que tem o titulo de *Novos poemas*, e a 2.ª edição do drama historico, intitulado *Na volta da India*. N'um concurso d'arte dramatica, promovido em dezembro de 1903 pelo jornal *O Dia*, obteve approvação o seu drama em 1 acto, *A encruzilhada*, que se representou no theatro de D. Amelia. Escreveu tambem, para o jornal brazileiro, *O Estado de S. Paulo*, umas *Cartas litterarias*, e o prefacio do livro de Eugenio de Castro, *Poesias escolhidas*. Posteriormente publicou *A Dama de Ribadalva*, Lisboa, 1904.

Gayoso (*Raymundo José de Sousa*). Cavalleiro professo na ordem de Christo, tenente-coronel do regimento de milicias de Caxias, na capitania, depois provincia do Maranhão, imperio do Brazil; ajudante do thesoureiro-mór do Real Erario em Lisboa, etc. N. em Buenos Ayres, em 1747, fal. na Ribeira de Itapicuru, em 1813. Era filho de João Henriques de Sousa. Foi educado em França e em Inglaterra, e adquiriu bastantes conhecimentos financeiros. Quando falleceu o thesoureiro-mór do Real Erario, Joaquim Ignacio da Costa Sobral, foi nomeado para este logar João Henriques de Sousa, ficando tambem por nomeação Raymundo Gayoso ajudante de seu pae, com promessa mais ou menos clara da rainha D. Maria I de que viria a succeder-lhe. Em 1785 os fieis do Real Erario desviaram sommas avultadas com que entraram em negocios, esperando restituil-as quando viesse o balanço, mas não o conseguiram, e Raymundo de Sousa Gayoso, apezar de se reconhecer no processo que estava innocente, foi degredado para o Maranhão por cinco annos. Ali estava ainda, entregando-se á agricultura, quando falleceu seu pae e o principe D. José, que sempre o protegera. Foi nomeado tenente-coronel do regimento de milicias de Caxias. Morreu na sua fazenda da Ribeira de Itapicuru. Tinha casado com D. Anna Rita Gomes de Sousa, filha do mestre de campo de milicias José Antonio Gomes de Sousa. Deixou as seguintes obras manuscriptas: *Apontamentos do que tem lembrado para augmentar a riqueza do estado, e reflexões politicas sobre o modo de atalhar algumas desordens da fazenda real, promover a industria e commercio, as artes, as manufacturas, por meio do restabelecimento do credito publico, offerecidos ao serenissimo senhor D. José, principe do Brazil, no anno de 1790; Manifesto historico-analytico, ou compilação de documentos veridicos, que comprovam que Raymundo José de Sousa Gayoso, ajudante que foi do thesoureiro mór, seu pae, João Henriques de Sousa, foi sentenciado na causa dos extravios do Erario em 1786, arbitraria, lisongeira e injustissimamente, com nullidade de sua natureza, visto a sentença ser dada contra direitos expressos, e fundada em falsas definições e errados principios de direito, e contra a verdade sabida dos autos, apezar de algumas omissões, e de alguns factos apparentemente peccaminosos, dos quaes não lhe redundou nunca interesse, e só sim se encaminhavam em beneficio da fazenda real;* escripto em 1810; *Compendio historico-politico dos principios da lavoura do Maranhão, suas producções e progressos que tem tido, até ao presente; entraves que a vão deteriorando, e meios que tem lembrado para desvanecel-os, em augmento da mesma lavoura, e sem prejuizo do real patrimonio; consagrado á saudosa memoria do muito alto e muito poderoso senhor rei de Portugal D. José I, verdadeiro creador da lavoura e do commercio d'esta capitania, por Raymundo José de Sousa Gayoso, publicado pela sua viuva*, em Paris, 1818; *Minuta historico-apologetica da conducta do bacharel Manuel Antonio Leitão Bandeira, ouvidor geral, corregedor e provedor da comarca do Maranhão pelos annos de 1785 a 1789, achada entre os papeis do fallecido Raymundo José de Sousa Gayoso, addicionada com notas por José Constantino Gomes de Castro, conego da cathedral do Maranhão*, etc., sem designação do logar, typographia, etc., mas parece ter sido impressa em paiz estrangeiro, 1818.

Gaz. V. *Illuminação.*

Gaza *(Districto militar de).* Vasto territorio da provincia de Moçambique, que abrange os territorios de Inhambane e Lourenço Marques, não incluidos nas circumscripções das chamadas terras da Corôa d'estes districtos. E' constituido, portanto, pelos terrenos marginaes do Limpopo, e os d'entre este rio e o seu affluente o Chengane. A sua séde é em Chibuto, junto da confluencia do Chengane com o Limpopo. A constituição d'este districto é provisoria e foi a principio organisada pelo tempo que durasse a rebellião dos indigenas sujeitos ao Gungunhana; posteriormente, por portaria de 26 de março de 1896, foi prolongada por mais algum tempo. Em Gaza se desenvolveram os differentes lances d'essa lucta, que se designou pelo nome de *Guerra de Africa em 1895*, e em que se revelou mais uma vez o valor dos portuguezes. Bibliographia: *Gaza (1897-1898)*, monographia pelo capitão Gomes da Costa, Lisboa, 1900.

Gazalho. Pov. na freg. de S. Vicente do Paul, conc. e distr. de Santarem.

Gazel de Cá e Gazel de Lá. Duas povoações na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Semide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Gazeta. Publicação periodica de noticias politicas, litterarias, scientificas, artisticas, etc. A primeira gazeta que appareceu em Portugal teve exclusivamente por fim dar noticias dos acontecimentos da guerra com a Hespanha, depois da acclamação de D. João IV. A primeira que se publicou tinha o seguinte titulo: *Gazeta, em que se relatam as novas todas, qve ovve nesta côrte, e qve vieram de varias partes no mes de Nouembro de 1641. Com todas as licenças necessarias. E priuilegio Real. Em Lisboa. Na Officina de Lourenço de Anueres.* Publicaram-se em seguida a esta as de dezembro de 1641, janeiro, fevereiro, março,

abril, maio, junho e julho de 1642. Veiu depois em 19 de agosto do referido anno a prohibição por haver nella falta de verdade e mau estylo, mas a prohibição não durou muito tempo, porque logo em outubro appareceram duas em vez de uma, o mesmo em novembro e dezembro. Parece que houve depois novas interrupções, ou então faltam algumas na collecção da Bibliotheca Publica de Lisboa, porque as que ali se encontram são as de março, abril, maio, junho, julho e agosto de 1644, janeiro, junho, julho, agosto de 1645, julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 1646, agosto e setembro de 1647. A's *Gazetas* seguiram-se os *Mercurios*, o primeiro dos quaes appareceu em 1663. O que parece porém é que os collecionadores não teem podido reunir todas as *Gazetas* e *Mercurios* por esse tempo publicados, como se prova pela apparição em algumas bibliothecas de *Gazetas* avulsas, e pela existencia de lacunas pouco explicaveis. Não se sabe quem foi o redactor das primeiras *Gazetas*, mas dos *Mercurios* sabe-se com certeza que foi redactor o proprio secretario de Estado Antonio de Sousa de Macedo.

GAZETA,
EMQVESE
RELATAM AS NOVAS
TODAS, QVE OVVE NESTA
CORTE, EQVE VIERAM DE
varias partes no mes de Nouem-
bro de 1641

Com todas as licenças necessarias.
E priuilegio Real.
EM LISBOA.
Na Officina de Lourenço de Anueres.

PELEIJOU a armada de Olanda com huma esquadra da armada Real de Castella, em que vinhão muitas fragatas de Dunquerque: durou a pendencia mais de vinte, & quatro [horas, met]eose a pique hum galeão dos Castelhanos, & ficarão alguns destroçados, & todos com muita gente morta. O Olandez com algum dano se retirou a este porto, donde està aguardando aque elRey nosso Senhor lhe de socorro para sair otra vez a atemorizar os portos de Andaluzia.

O Conde da Castanheira, que estaua preso numa torre de Setuual pedio a elRey nosso Senhor que lhe mudasse a prizão por quãto estaua indisposto & elRey nosso Senhor vsando de sua natural benignidade o mãdou trazer para o Castello de Lisboa.

Num lugar da Beira se afirma que ouue hum homẽ, que ouuindo dizer numa cõuersação de amigos que na felice aclamação delRey nosso Senhor fizera o crucifixo da Sè o milagre, que a todos he notorio. disse que podia a caso a imagem do Senhor despregar o braço; & asim como acabou de dizer estas palauras cahio huma parede junto da qual estauão todos os da conuersação, & sò a elle matou.

Estando o galeão Santa Margarida para dar à vela disse o Piloto que naõ se atreuia a sair sem lhe darẽ mais gente do mar, inquietaràose os soldados, & foy necessario acodir o General Antonio Telles de Menezes, & alguns Senhores q̃ o acõpanharam na jornada de Cadis: & despois de tudo quieto prenderaõ tres soldados, que foraõ os cabeças, & a todos tres os enforcarão.

A Luis

Luis de Abreu que estaua preso por cumplice na conjuração, que se fes contra a pessoa Real prouou sua inocencia, & sahio liure.

O Conde de Alba de Liste, & o Marques de Alcanises aos 19. de Octubro entrarão pella villa de Ifanes, & Malhadas com dous mil homens com animo de tomarẽ as muniçoens, & a artelharia, que desta corte se mandaua para a cidade de Mirãda porem os nossos lhe prẽderam junto à villa das duas Igrejas (por donde a comboi hauia de passar huma hespia que lhe hauia dado o aluitre) & lhes vinha ensinando o caminho; & com a sua prisaõ mudaraõ de intento, & se forão: logo: chegou o trem ao lugar das duas Igrejas dõde cõ grãde pressa se recolheo, & se pòs em cobro fizeraõ os enimigos na retirada algũ dano: porem Ruy de Figueiredo de Alarcão Fronteiro mor de Traslosmontes, & Pero de Mello capitaõ mor, & superintendente das armas na cidade de Miranda juntarão 3000: infantes, & com cauallos, & com dous mil infantes mais que lhes mandou Francisco de Sampayo Frõteiro mor da Torre de Mõcoruo, de que era cabo Domingos de Andrade Correa foraõ a Brandilanes finco legoas de Miranda, donde o enimigo estaua feito forte, & despois de duas horas de batalha ganharaõ a trincheira, ẽ q matarão 70. homes, & os demais se retirarão a huma Igreja, donde resistiraõ atè q̃ os nossos puserão fogo a hum barril de poluora, para q̃ elles cuidassem que os querião queimar, & se entregasse. O que fizerão; mas ficarão mortos quatrocẽtos, entre os quais morreo Dõ Inigo de Balãdria gouernador da cauallaria. Saquearão os nossos o lugar, & vierão victoriosos cõ mais de 300 armas de fogo

fogo, muyto fato. grãde numero de gado, & outros muitos despojos, da nossa parte morrerão sete, ou oito homens.

Despachou elRey nosso Senhor ao Conde da Vidigueira por embaixador de França para asistir na corte de Paris.

Dom Antão de Almada (que foy por Embaixador extraordinario a Inglaterra, fica assistẽte para tratar dos negocios do Reyno.

Veio Frei Dinis de Alencastre; a quem elRey nosso Senhor hauia mandado as partes do Norte: & naõ se sabe a que foy mas presumesse que cõtinuou tudo com a felicidade, que se esperaua de hum sogeito, em que concorrẽ taõ soberana qualidade, & partes taõ superiores.

O general Martim Affonso de Mello (sabẽdo que o enimigo estaua em Valuerde preuenindose para dar ẽ Oliuença) juntou do terço de Dom Ioaõ da Costa, de Aires de Saldanha, & de todas as fronteiras do Alentejo 3000. & tantos homens, & a 27. de Outubro sahio da cidade de Eluas ao dia seguinte pella menham, chegou a Valuerde com a infantaria repartida em tres esquadroens, & quinze mangas volantes, & a cauallaria ẽ sete tropas. Foi visto dos enimigos: acudiraõ todos a defẽça: preuenirãose os nossos para o asalto; enuestiraõ, & ganharão logo a primeira, & a segunda trincheira, & arrimando escãdas entraraõ na villa, na qual naõ hauia rua, que naõ defendessẽ a entrada com huma pessa de artelharia porem os nossos romperaõ, & albanarão tudo, & os enimigos se retiraraõ a huma Igreja, ao pè da qual hauia hũ reducto, donde se defenderão valerosamente, & estando ja os nossos ao pè da terceira trincheira, & o lugar quasi

A 2 rendido.

Frontispicio e primeiras paginas do primeiro numero da «Gazeta» de 1641 (reducção a 1|5)

Gazeta de Lisboa. Em 1715 é que começou, verdadeiramente, a publicação da *Gazeta de Lisboa*. Era seu redactor José Freire Monterroyo Mascarenhas, e por isso as *Gazetas* eram conhecidas pelo nome de *Gazetas de Montarroio*. Tinham privilegio do rei, e caracter semi-official. escolheram para redactor principal um dos seus collegas mais illustrados, o grande poeta Pedro Antonio Correia Garção (*V. este nome*). Foi suspensa porém com a publicação do numero de 8 de junho de 1762. Alguma cousa apparecera na *Gazeta* que desagradara ao Marquez de Pombal

rendido, ouue da nossa parte quem gritou que se retirassem, & cuidando todos que era ordem do General obedecerão, & cessou o destroço, que foy taõ grande q̃ não ficou em todo o lugar casa alguma que os soldados não saqueassem, & o que naõ podiaõ trazer ou o despedaçauão, ou lhe punhaõ o fogo. Tornaraõ em fim para El uas alegres cõ a vitoria, & deixaraõ na villa mortos mais de 400. Castelhanos entre os quaes morreo o Comissario da Caualleria: trouxerão 55. prisioneiros, tomaraõ 3. bãdeiras: & outros muitos despojos; da nossa parte morreraõ pouco mais de 30. homens, & os conhecidos foraõ o Comissario da Caualleria, o Capitam Ieronimo de Castro, o capitão Ioaõ de Seixas, o Tenente de Ioaõ de Saldanha capitaõ de cauallos.

Veio noua que estauão os Galegos mui atemorizados despois que lhes desfizeraõ os reductos; tomaraõlhe os nossos algumas armas, & muniçoens mataraõlhe, & catiuaraõlhe alguma gente.

Onze homens de Castro Lobeiro que estauaõ na trincheira viraõ no campo doze caualleiros castelhanos os quais vinhaõ a reconhecer, & deraõlhes huma carga cõ que mataraõ sete, & catiuaraõ os mais, & lhe tomaraõ as armas, & os cauallos, e os mandaraõ presos a Valença. Vinhão atras destes caualleiros trezentos infantes, & sẽ saberem do que lhes hauia socedido acometeraõ a trincheira: mas os onze mosqueteiros lhes deraõ duas cargas com que mataraõ alguns, & os mais fugiraõ, & não foraõ tão poucos os mortos, & os catiuos, que não fosse por todos 31. & dos nossos ninguem perigou.

Em Caminha se tomaraõ tres barcos de Galegos, dõde

de se matou alguma gente, & outra se catiuou.

Fez elRey nosso Senhor merce do Priorado do Crato ao Illustrissimo Senhor Dom Rodrigo da Cunha Arcebispo Metropolitano.

Prenderaõ hum frade Beguino estrangeiro, & dizem que veio a esta cidade por espia.

Estão nomeados por Mestres de campo Christouam de Mello filho do Porteiro mòr, & Dom Sancho Manoel.

Publicouse o subsidio Ecclesiastico.

Abriose o comercio de Moscobia, & ja veio huma nao com mercadorias, & ficanão muitas para vir.

Dizem que estaõ quinze mil Francezes sobre Fonte Rabia.

Chegou a este porto huma carauella, que vinha das Indias com auiso, & os nossos a tomaraõ nas ilhas. Tras vinte mil crusados em patacas.

Està eleito capitaõ de cauallos Dom Nuno Mascarenhas filho de Dom Antonio Mascarenhas.

Chegou hum nauio que faltaua da esquadra de Rui de Brito: o qual hauia ido no alcance de huma nao de Turcos, & se presumia que estaua perdido.

Elegeo elRey nosso Senhor a Tristão de Mendoça por General, & não se sabe ainda para onde vai; he seu Almirante o capitam Francisco Duarte.

O Padre Ioaõ de Matos, Reitor que foy da companhia em Euora, agora assistente da mesma Companhia em Roma escreueo que o summo Pontifice esperaua cõ grande aluoroço pello Bispo Embaixador de Portugal a pesar das instancias que o de Castella fazia por lhe estoruar

A 3

a entrada.

Veio Francisco de Sousa Coitinho, que auia ido por embaixador delRey nosso Senhor ao Reyno de Suecia; foi là recebido com grandissimo aplauso: deixou as pazes cõfirmadas; & trouxe tres naos de guerra de mais de 30. peças de bronze cada huma com hum fidalgo, o qual vem a este Reyno de parte da Rainha de Suecia para assistir nesta corte, & ja falou a elRey nosso Senhor: trouxe muita artelharia de bronze, grandissimo numero de corpos de armas, mosquetes, & clauinas, 30. mastros grandes: huma embarcação carregada de poluora, & alguns cauallos. Deulhe a Rainha huma cadea de ouro, que pesa 330000. huma joya de diamantes com o seu retrato, & a todos os que foraõ em sua companhia mandou dar huma cadea de ouro, & escreueo a elRey nosso Senhor dãdolhe os parabens da Restauração do seu Reino, & asegurandolhe que com tudo o que pòde, & com a propria vida se empregarà sempre em seu seruiço, & vltimamente lhe dà sua palaura de que naõ farà nunca pazes com o Emperador, & que sendo caso que as faça serà a primeira condição, que elle d… a liberdade ao Senhor Dom Duarte.

O Conde de Bocoi mandou prender hum soldado Frances da companhia de Monsiur Baron: tiueraõ ãbos hum encontro sobre a prizão, de que o Monsiur Baron saio com alguma desconfiança, & ao dia seguinte pella menham foy a casa do Conde de Bocoi, & despois de almorçar com elle, lhe disse, que se puzesse a cauallo que hauião de ir ambos a desafio: aceitou o Conde, & logo se foraõ ambos cada hum com seu padrinho a cãpo lide & tanto que chegaraõ se deceraõ todos quatro dos cauallos: & se tirarão as capas, roupetas, & giboins, & assim os desafiados como os padrinhos se mostraraõ com valor igual, & no primeiro encontro se feriraõ todos, & o Monsiur Baron cahio logo morto com o que se acabou a pendencia. O Conde de Bocoi veio muito mal ferido, & temesse que morra.

Nouas de fora do Reino.

POR via de Olanda foy a França hũa carta de hũ Portugues, que asiste nas Indias de Castella, & de França veio a esta cidade, a qual diz que he partida a frota cõ algumas naos de guerra, mas que estauão os castelhanos temerosos de que lhe saissem ao encõtro os enimigos de Espanha, por quanto hauia noua que Pè de pao General da armada de Olanda saira de Pernãobuco em companhia de huma esquadra de Portuguezes, que andaua nos mares do Brasil, & se fora na volta da Bermuda.

A armada Real de Castella anda diuidida em duas esquadras huma no cabo de São Vicente, outra na barra de Cadis esperando a Frota. He general o Duque de Maqueda.

Em Madrid a pertaõ com os Portuguezes, & estam presos alguns por se quererem vir para Portugal.

O Bispo de Lamego, que foy por Embaixador ao Summo Pontifice, dizem que ficaua junto a Marceiha, para dalli passar a Roma.

O Principe de Condè esta sobre Perpinham, & o tẽ posto em taõ grande aperto que dizem que sem duuida

A 5

Continuação das paginas do primeiro numero da «Gazeta» de 1641 (reducção a 1/5)

Em 1760, tendo morrido José Freire Monterroyo, acabou a *Gazeta*, mas reappareceu immediatamente, concedendo o governo por decreto de 23 de fevereiro d'esse anno o privilegio da sua impressão e publicação aos officiaes da secretaria dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, os quaes e o certo é que não tornou a publicar-se durante o reinado de D. José. Alguns biographos de Garção acham neste facto uma causa provavel do seu infortunio. Em 1778 reappareceu a *Gazeta*, sendo confiada a sua redacção, pelos officiaes da secretaria, que em 4 de agosto do referido anno vol-

taram a ter o privilegio, a Felix Antonio Castrioto. Depois teve diversos redactores, e parece que em 1791 a dirigiu o padre José Agostinho de Macedo. Quando veiu a invasão franceza, esses periodico em *Diario da Regencia*, primeiro, em *Diario do Governo*, depois. Com a reacção de 1823 o *Diario do Governo* tornou a ser *Gazeta de Lisboa*, e o seu redactor foi de novo Joaquim

da se lhe entregara.

Monsier de la Mota anda cõ hũ exercito poderosissimo à vista de Aragaõ,& tem saqueado alguns lugares.

De Genoua,& de Veneza se diz que foy la bem recebida a deliberação da nobreza de Portugal:& que se resolue que não se daraõ socorro contra elRey Dom Felippe mas que será admitido o Embaixador delRey Dom Ioaõ o quarto.

A armada do Bispo de Bordeus se reforma; & se presume que vem outra vez sobre Tarragona.

O Papa leuanta gente na terra da Igreja,não se sabe para que.

ElRey de Inglaterra faz grandes leuas em seus Reynos, & dizem que quer restaurar o Palatinado.

Por pessoa, que veio de Cadiz, & por carta de Castro Marinho, se soube que a Armada de Olanda fizera grandissimo destroço na armada de Castella,& que se recolhera com dous galeoens perdidos, & muitos sem mastros,& passados das baias, & grandissimo numero de gente morta

ESta Gazeta esta conforme com seu original.Em S. Domingos de Lisboa 3.de Dezembro de 641.

O Mestre Fr.Ignacio Galuaõ.

VIsta estar conforme com o Original pode correr esta Gazeta. Lisboa 3. de Dezembro de 1641.

Fr. Ioaõ de Vasconcellos. *Pero da Silua.*

Francisco Cardozo de Torneo. *Sebastiaõ Cesar.*

Taxasse esta Gazeta em seis reis. em Lisboa 5. de Dezembro de 1641.

Antonio Coelho de Carualho.

Ultima pagina e «licenças» do primeiro numero da «Gazeta» de 1641 (reducção a 1/5)

conquistadores tomaram logo a si tão poderoso meio de propaganda, e foi Lagarde, o intendente de policia francez, o redactor da *Gazeta*. Dictava elle os artigos na lingua franceza, e parece que José Pedro Lopes, exonerado em 1826, quando triumphou o regimen da Carta. O novo governo não mudou o titulo da folha, mas mudou-lhe o redactor, que passou a ser José Liberato Freire

Num.1.

NOTICIAS DO ESTADO DO MUNDO.

Sabbado 10. de Agosto de 1715.

ALEMANHA, E TURQUIA

PELAS noticias da Corte de Viena se sabe, que o Emperador dos Turcos continua os seus aprestos [illegible] contra a Europa, que tem repartido as suas forças em tres corpos, hum acampado na Provincia de Dalmacia contra os Monte-Negrinos, Povos habitantes das montanhas de Albania nas vizinhanças do Rio Negro, os quaes negandolhe a obediencia de vassallos destruirão depois alguns Baxás, que com hum grosso de gente determinavão castigallos; outro nas fronteiras da Morea contra a Republica de Veneza; & o terceiro junto a Chocim nas vizinhanças de Polonia. As suas forças navaes se achavão juntas no Porto de Castelrosso, compondose de trinta & duas fragatas, vinte & oito Galeasses, & algumas Brulotes, esperando ainda alli os navios auxiliares de Barbaria, & os Brulotes que ficarão nos portos do Archipelago. A Republica de Veneza tem feito todos os aprestos necessarios para rebater esta guerra: a sua armada naval se achava no porto da Ilha Andros, esperando a chegada das Galés do Papa, & da Religião de Malta, com as quaes se considera tam forte como a Ottomana. A 18. de Junho partio de Veneza Monsieur Loredano na nao chamada Rainha do mar, com hũ comboy em que vem quantidade de provisões, 1500. homens, & [illegible] ducados em ouro, & prata para o exercito de Levante: & se preparava outro Comboy, que será escoltado por dous navios novos de oitenta peças cada hum. O Seraskier de N[illegible]oponte ha tentado muitas vezes assenhorearse do Isthmo de Corintho, para franquear a entrada da Morea às tropas Otomanas, mas [illegible] ha [illegible] rechaçado, & constrangido a retirarse sem o conseguir. Dizem que o Papa dá 2000. homens aos Venezianos, [illegible] se empregarem na guerra contra os Turcos. [illegible] Cartas de Andrinopoli de 12. de

A Mayo

Num.2. 9

GAZETA DE LISBOA.

Sabbado 17. de Agosto de 1715.

ALEMANHA

«Noticias do Estado do Mundo» (primeiro numero da «Gazeta de Lisboa») e segundo numero da mesma «Gazeta»

os traduzia o official maior Jeronymo Esteves. Expulsas as tropas de Junot, foi a *Gazeta* entregue a Joaquim José Pedro Lopes, exonerado em 1820 pelo governo liberal, que mudou o nome do de Carvalho, o qual teve a demissão em meados de 1827, por se mostrar excessivamente liberal. Durante o governo de D. Miguel fôram redactores da *Gazeta* Joaquim José Pedro Lopes, An-

tonio Vicente Dellanave, e José Luiz Pinto do Queiroz. Nos primeiros tempos da restauração da Carta a *Gazeta* intitulou-se *Gazeta Constitucional do Governo*, e foi redigida por José Frederi-

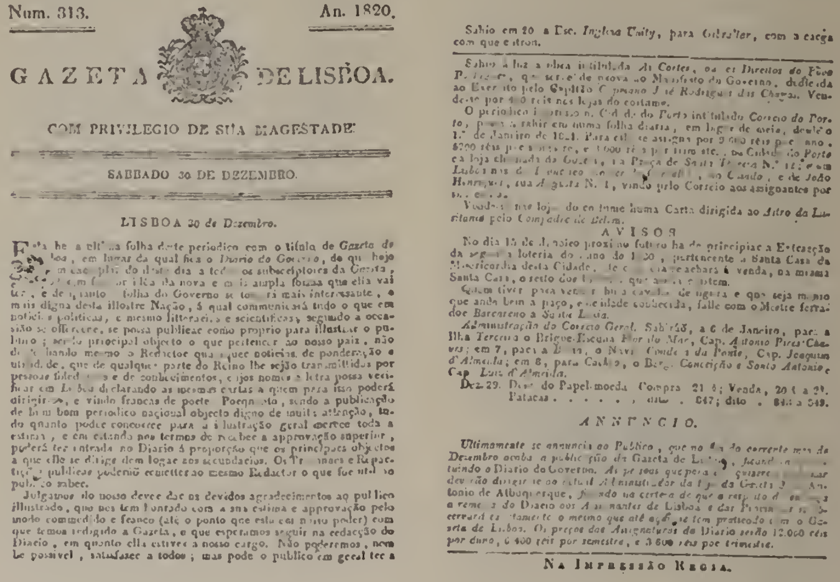

co Pereira Marecos. Essa denominação durou sómente o anno de 1834, porque a 1 de janeiro de 1835 appareceu o *Diario do Governo*, e a *Gazeta* official nunca mais reappareceu. V. *Diario do Governo.*

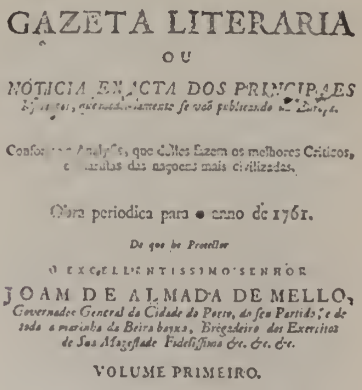

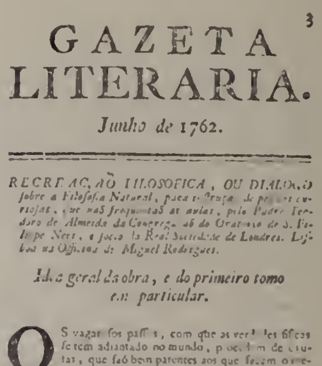

Gazetas diversas. Com o titulo generico de *Gazeta* teem-se publicado em Portugal muitos periodicos, sendo, entre outros, dignos de menção: *Gazeta litteraria (obra periodica para o anno de 1761)*; *Gazeta homœpathica lisbonense*, 1859. *Gazeta homœpathica portuense*, 1853; *Gazeta medica de Lisboa*, 1853; *Gazeta medica do Porto*, 1842; *Gazeta pedagogica*, 1869; *Gazeta de pharmacia; Gazeta de Portugal*, 1862; *Gazeta do dia; Gazeta do povo*, 1869; *Gazeta dos Caminhos de Ferro; Gazeta militar*, etc. Bibliographia: *La presse périodique en Portugal, bref memoire presenté au cinquième congrès international de la presse, Lisbonne (Septembre 1898)* por Alfredo da Cunha, director do *Diario de Noticias*. Illustram esta memoria os *fac-simile* das *Gazetas*, que reproduzimos.

Gazetilha. Secção de um periodico onde se comprehende noticiario, narrativa mais ou menos faceta dos acontecimentos, versos, epigrammas, e em geral assumptos litterarios ligeiros e humoristicos.

Gazo. Familia de Genova, que passou a Portugal em 1704 na pessoa de João André Gazo, que foi capitão de bombardeiros, sargento-mór de artilharia, chegando ao posto de general de batalha. As suas armas são: Em campo de prata um leão vermelho com uma garça de sua côr na garra direita; timbre, o leão nascente com a garça.

Gazul *(Alfredo Cypriano).* Professor de musica, cantor, possuindo uma voz de tenor muito apreciada, mas que infelizmente está ha muito tempo quasi impossibilitado de trabalhar, por causa do rheumatismo. Era filho de José Gazul Junior. Tocava violino, e cantou com applauso nos theatros de Italia.

Gazul *(Francisco).* Professor de musica no Collegio dos Nobres e depois no Conservatorio Real de Lisboa. N. em Lisboa em 1815, fal. em 15 de janeiro de 1858. Era filho de José Gazul, que foi musico da orchestra do theatro de S. Carlos. Aprendeu rudimentos com um organista director de festividades religiosas chamado Antonio Galdino Ferreira, que o apresentou na irmandade de Santa Cecilia, para fazer exame de cantor como soprano. D'este exame resultou ser admittido em 3 de abril de 1827. Em 1835 entrou para professor de musica no Collegio dos Nobres, começando por essa occasião a coordenar uns solfejos, de que chegou a fazer imprimir um caderno de 8 paginas, cujo frontispicio diz: *Primeira parte de Solfejos compostos pelos mestres Leo, Hasse, Durante, Gluck, Sacclimi, Haendel, Scarlatti, Porpora, Coffaro, Otta, Peres e Francisco Gazul*, para uso dos alumnos do Real Collegio dos Nobres, Lisboa, 1836. As lições, insertas n'este fasciculo que se imprimiu, são todas tiradas dos *Solfejos de Italia*. Sendo extincto o Collegio dos Nobres, Francisco Gazul passou ao professorado do Conservatorio como professor de rudimentos, por nomeação de 21 de julho de 1840. Exerceu este logar até fallecer. Na revolução, conhecida por *Maria da Fonte*, tomou parte muito activa, seguindo o partido de Costa Cabral, o que lhe valeu alguns dissabores, quando subiu ao poder o partido contrario. Compoz um hymno á Carta Constitucional, dedicado ao marechal Saldanha pelo batalhão dos empregados publicos. Durante muitos annos occupou o logar de timbaleiro na orchestra do theatro de D. Maria II, sendo tambem timbaleiro nas orchestras da Real Camara e da Sé. Foi mestre dos córos em S. Carlos na epoca de 1854-1855. Era muito apreciado como professor de canto e piano. Casou com D. Maria Candida de Freitas Gazul, e d'este consorcio, entre outros filhos, houve o actual professor Francisco Freitas Gazul. V. *Freitas Gazul.*

Gazul *(Francisco Isidoro).* Violinista que dava grandes esperanças mas que falleceu prematuramente da febre amarella, a 28 de setembro de 1857. Era filho de José Gazul Junior. Chegou a tocar a solo na Academia Melpomenense e a fazer parte da orchestra do theatro de S. Carlos.

Gazul *(João).* Musico da orchestra do theatro de S. Carlos, que falleceu em 2 de janeiro de 1872. Era filho de José Gazul Junior. Entrou para a orchestra de S. Carlos, como segundo trompa, em 1825, passando a primeiro em 1834. Era muito considerado como professor, tendo sido seus discipulos os amadores conde do Farrobo, Nicolau Klingelhofer, D. Duarte Atalaia, e ainda outros. Em 1861 apresentou-se no concurso para professor de instrumentos de latão no Conservatorio, tendo por competidor Ernesto Wagner, que ficou vencedor. As provas praticas, que os concorrentes tiveram de dar, foram: executar diversos trechos na trompa, clarim, trombone, ophicleide e corneta de chaves; João Gazul tocou mais n'um *genis*, especie de saxetrompa, instrumento ainda então muito pouco vulgarisado entre nós. Segundo a apreciação feita pelo jornal *Revolução de Setembro*, levou elle a vantagem no ophicleide e no trombone; na trompa distinguiu-se pela egualdade e pureza de som, mas Ernesto Wagner conseguiu sobrelevar-lhe nas difficuldades da execução. Este concurso e o seu resultado causaram uma polemica entre defensores dos dois concorrentes, a qual foi publicada no *Jornal do Commercio.*

Gazul *(José).* Musico da orchestra do theatro de S. Carlos. Era filho de um industrial catalão, estabelecido em Lisboa na segunda parte do seculo XVIII. Tendo muita vocação para a musica, dedicou-se a esta arte, e tornou-se um apreciado trompista, tocando tambem violino e violeta. Em 28 de fevereiro de 1788 entrou para a irmandade de Santa Cecilia. Em 1808 era segundo trompa na orchestra do theatro de S. Carlos, e mais tarde subiu a primeiro. Annos depois passou a primeiro violeta, para dar logar a que seu filho João entrasse para primeiro trompa. José Gazul foi socio fundador do Monte-pio Philarmonico e da Associação Musica 24 de Junho. Fal. em 17 de fevereiro de 1848.

Gazul *(José).* Mas conhecido por José Gazul Junior, filho mais velho do antecedente. N. em Lisboa a 9 de janeiro de 1801, fal. a 28 de agosto de 1865. Dedicou-se especialmente ao estudo de flauta, tendo por mestre o hespanhol Joaquim Pedro Rodil. Em 1824 era segundo flauta da orchestra do theatro de S. Carlos, sendo seu mestre o primeiro, e em 1825, ficando o professor impossibilitado de trabalhar pela sua avançada idade, ficou sendo primeiro flautista. Por decreto de 14 de novembro de 1840 foi nomeado professor de flauta no Conservatorio, provisorio e gratuitamente, obtendo depois a nomeação definitiva por decreto de 2 de maio de 1842. Exerceu tambem os logares de primeiro flautista nas orchestras da Real Camara e da Sé. Depois de ter servido perto de 40 annos na orchestra do theatro de S. Carlos, sentindo-se cançado, passou em 1860 para e de D. Maria II. Teve por discipulos o infante D. João, D. Fernando de Sousa Coutinho, e outros. Compoz alguns trechos para flauta, entres elles uns *Caprichos* e uns *Exercicios.*

Gazul *(José Carlos).* Foi bom flautista, e um cantor de egreja muito apreciado, possuindo uma voz de tenor muito agradavel Era filho de José Gazul Junior, e falleceu em 7 de agosto de 1893.

Gazul *(Pedro José).* Tocava diversos instrumentos: oboé, flauta, violino, violeta e violoncello Era filho de José Gazul, e falleceu em 7 de maio de 1872. Tambem se occupava em reparar instrumentos de corda.

Geadas de Lourosa. Pov. na freg. de S.

Martinho, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr de Vizeu.

Geba. Pov. e freg. do conc de Bissau, com. de Bolama, prov. da Guiné e bisp. de Cabo Verde. Orago, Nossa Senhora da Graça. Está situada junto ao territorio de gentios mandingas, na margem direita do rio Geba Dista do presidio de Farim cêrca de 90 kilom., e 300 da villa e praça de S. José de Bissau. A pov. acha-se cercada de vegetação opulenta. Foi n'outros tempos um dos principaes estabelecimentos portuguezes na Guiné. No principio do seculo XIX contava numerosos habitantes brancos, tendo o capitão-mór Gonçalo Gamboa mandado muitos d'elles para Farim. ‖ Rio na prov. da Guiné, descoberto em 1446 por Luiz Cadamosto e Antonio de Nola. Vem do sertão, corre na direcção de E para SO, desembocando no mar entre as ilhas de Caió ao N, e Caraxa ao S, as quaes fórmam a sua foz Em 1650 havia já em ambas as margens feitorias portuguezas, tornando-se celebre no reino de Golá a opulenta pov. ou feitoria de Malampanta. A navegação é dominada e protegida pelo forte de S. Belchior.

Gebelim. Pov. e freg. de S. Martinho da prov de Traz os Montes, conc. e com. de Alfandega da Fé, distr. e bisp. de Bragança; 478 hab. e 106 fog. Tem correio e esc. do sexo masc. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada na falda da serra de Monte Mel. Pertenceu ao conc. de Chacim, que se extinguiu em 1855, passando então para o de Alfandega da Fé. O abbade de Chacim apresentava o vigario, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. Pertence á 6.ª div mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Geguintes. Pov. na freg. de S. Thiago, de Mesquinhata, conc. de Baião, distr. do Porto.

Geide. Pov. na freg. de S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Geira. Certa extensão ou medida de terreno, maior ou menor, conforme o uso das terras. Havia geira de campo e geira de vinha. Aquella levava 4 alqueires de centeio de semeadura, e esta era a terra que 50 homens podiam cavar em um dia. No Campo de Coimbra, segundo diz Pinho Leal, no vol. IV, pag. 262, a geira são 60 *aguilhoadas* de comprido e 12 de largo Cada aguilhoada anda por 2 metros. Havia tambem *meias geiras* e *quartos de geira*. Chamava-se *geirom* ao que pagava geiras. Nos foraes e emprazamentos se dá o nome de *geira de homem*, ao dia que o caseiro era obrigado a dar ao senhorio, e *geira de bois*, ao serviço de um dia que o caseiro era obrigado a dar ao mesmo senhorio, com uma junta de bois. Na descripção dos fóros. que se impunham aos colonos, caseiros ou emphyteutas se designavam as geiras de homem ou de bois que cada um era obrigado a dar aos directos senhores A carta de lei de 9 de julho de 1773, no seu § 10, determina que a geira de terra se compute como um dia de lavoura. O padre Joaquim de Foios escreveu, nos fins do seculo XVIII, uma *Memoria sobre qual convém ser a geira portugueza*, que foi publicada no tomo IV das *Memorias Economicas da Academia*. O decreto de 16 de maio de 1832 acabou com os tributos pessoaes, incluindo o da *geira*.

Geira. Estrada de remota antiguidade, uma das 5 vias militares, que de Braga seguiam para differentes pontos da provincia. O imperador Vespasiano as mandou construir pelos annos 75, da era de Christo, ou, segundo outros, as concluiu. Conforme as inscripções de alguns marcos milliarios da Geira, esta estrada era já antiga no tempo de Vespasiano. Tomava o rumo de N O, atravessava varias freguezias da provincia do Minho, tendo na freguezia de S. Thomé, de Perozêllo, uma ponte forte de cantaria, de 12 arcos. Atravessava varias serras, sendo a principal a do Gerez, e dirigia se a Orense, Hespanha, e d'ahi até Astorga, no comprimento de 240 k. Esta via militar é notavel pela aspereza dos leitos por onde passa. Ora são bosques seculares, ora planicies, ora medonhos precipicios. Em algumas partes tem bellos pontos de vista. Todos os rios e ribeiros, que a atravessam, teem fortes pontes de cantaria. Grossos e solidos paredões e contrafortes fôram construidos nos despenhadeiros, alguns de grande altura, que attestam a segurança e até o luxo com que fôram feitos. De milha em milha estava um padrão (marco milliario) com a numeração das milhas, a contar de Braga, e todos com inscripções dedicadas aos imperadores, consules e outros cavalleiros romanos. Logo á saida de Braga, passa sobre a ponte do Porto, obra soberba dos romanos, e entra pelo concelho de Amares e por cima da freguezia de Dornellas, segue ás de Santa Cruz, S. João da Balança, Chorense, Moimenta, Villar, Travassos, Chamoim, passa aos logares de Felgueiras, Santa Comba, Padroz, indo sair ao Bico, onde está uma boa ponte, e d'ahi passa á freguezia de Covide, cortando aqui a *Veiga de Santa Eufemia*, e passando pelos montes visinhos da antiga cidade de Calecdonia, que já não existe, vae á freguezia de S. João do Campo, aqui atravessa o rio Homem pela ponte de Rodas ou de Eixões, tambem obra romana, mas reedificada posteriormente, conservando da primitiva só a base; vae á freguezia de Villarinho, ultima d'este reino que a Geira atravessa. Em Villarinho passa aos sitios chamados Berbezes, Bico da Geira, Volta do Covo, Ponte do Arco, Ponte de Monsão, Ponte de Albergaria e Ponte de S. Miguel, tudo pontes da Geira. As pontes eram de bella architectura romana, de excellente pedraria, assentada sobre betume, saindo para sua guarda, dos lados do rio, fortissimos muros de pedra lavrada de almofadas, tudo com luxo e segurança, e do meio d'estes muros saía a obra de *esquadria*, que eram os arcos das pontes. Na guerra da Restauração, o povo d'aqui cortou as pontes, em 1642, para tolher o passo aos castelhanos, e nunca mais se reedificaram. A maior parte dos marcos milliarios fôram destruidos ou roubados pelos povos. Dos que estavam mais proximos de Braga, mandou o arcebispo D. Diogo de Sousa recolher todos os que pôde haver, para aquella cidade, collocando os no Campo de Sant'Anna, mas depois fôram mudados para as Carvalheiras. O arcebispo D. Rodrigo de Moura Telles, em 1723, achando alguns d'elles caídos, os mandou levantar, fazendo-se lhes bons alicerces e pilares. Estas vias romanas eram construidas á custa do Estado, ou do dinheiro que se tirava dos cofres publicos, ou dos donativos e legados que para isto deixavam os cidadãos e, finalmente, do producto dos despojos que se tomavam aos inimigos do imperio. Havia sempre

pessoas destinadas para o cuidado e governo das estradas, ás quaes se dava o nome de *Viarum Curatores.* Nenhuma pessoa estava isenta de contribuir para taes estradas, e até as proprias terras do imperador pagavam para ellas.

Geira. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Airães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Maria, de Caires, conc. de Amares, distr. de Braga.

Gelfa *(Pinhal da)* Situado na freguezia de Ancora, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello, constitue este pinhal uma vasta floresta, a qual é toda dividida em talhos, sortes, ou pequenos pinhaes, de diversos donos ou individuos, da freguezia e de fóra. Tem 2 k. de comprimento por tres de largura E' atravessado pelas duas estradas, do caminho de ferro e a de macadam. Desde a linha do caminho de ferro até á praia estende-se o grande trato de areias semeadas pelo Estado e que de futuro constituirá uma vasta floresta ligada á Gelfa Do alto do monte do Crasto ou outeiro da Guarita, que lhe fica sobranceiro ao sul, se avista bem este extenso pinhal bem como as vastas sementeiras do Estado. O primitivo pinhal da Gelfa ia só da estrada de macadam até á esplanada do Calvario a nascente, e quasi a confinar com os terrenos da quinta do Paço, pelo que os seus antigos proprietarios se quizeram apossar d'elle para matta da mesma quinta. Cincoenta e quatro moradores da freguezia de Ancora o defenderam em juizo, gastando cada um uma moeda, vencendo a questão e provando que o pinhal era d'elles, moradores. Em seguida o dividiram entre si, isto pelos annos de 1750 a 1790. Era então bem mais pequeno o pinhal, pois tem augmentado sempre de extensão com as sementeiras que se lhe fôram addicionando para poente e norte. As madeiras d'este pinhal dizem ser as melhores para construcções por se crearem em terrenos impregnados de aguas que trazem em dissolução oxidos de ferro, e no fim d'elle, ao norte, junto á estrada de macadam e á ponte nova, em uma pequena esplanada, ha uma fonte de aguas ferreas, que os frequentadores da praia de Ancora costumam ir tomar de manhã, depois do banho salino. As aguas que no inverno correm e rebentam por entre estes pinhaes, á excepção de duas nascentes mais puras, são todas vermelhas, ferreas, e correm para o rio Ancora. Era frequente os pescadores da praia de Ancora (Lagarteira) invadirem o pinhal em busca de lenha, tornando-se dentro em pouco este costume em abuso e exploração, porque a iam vender. Em 12 de setembro de 1880 as juntas de parochia de Gontinhães e de Ancora, reunidas, estabeleceram de commum accordo que o limite das duas freguezias seria o actual rio Ancora, até á sua foz, e não o antigo leito, ou rio velho, e tanto a apanha de lenhas como de plantas marinhas seria feita em cada freg., dentro dos seus limites Continuando, porém, o abuso ou roubos de lenhas no pinhal, os proprietarios de Ancora collocaram na Gelfa um couteiro ou guardador, armado, e com poderes de prender quem encontrasse a roubar lenha. Apezar d'isso, querendo os habitantes da Lagarteira continuar com o antigo costume, invadiram o pinhal em grande tumulto e assuada no dia 3 de julho de 1890, pelo que fôram condemnadas na comarca de Caminha dez pessoas em alguns dias de cadeia e custas do processo. Irritados com isto, em 14 de outubro de 1890 foi a propria junta de parochia de Gontinhães com o seu presidente, Rodrigo Lourenço da Rocha, e grande multidão de povo da Lagarteira que invadiram a Gelfa, ordenando ao seu povo que apanhasse e cortasse, que tudo aquillo era baldio, e isto na presença das autoridades de Ancora, que ali haviam comparecido. Novos processos e novas condemnações, sendo pronunciado o presidente da junta de Gontinhães e alguns vogaes, os quaes aggravaram de injusta pronuncia até ao Supremo Tribunal, sendo-lhes confirmada a pronuncia em todos os tribunaes, e em 22 de maio de 1891 fôram mandados baixar os autos á comarca de Caminha, onde fôram julgados e condemnados, como autores do roubo de lenha na Gelfa e incitadores dos habitantes de Gontinhães para o mesmo fim. Os de Ancora provaram por documentos que o pinhal era particular e não baldio. Toda esta questão foi tratada e defendida no jornal *Estrella de Caminha* desde n.º 424 a n.º 453, isto é, desde 11 de novembro de 1890 a 2 de junho de 1891, pelo seu redactor principal, Padre Francisco Lourenço Cardoso, parocho de Caminha, e natural de Ancora, sendo ahi defendidos os interesses dos donos do pinhal. Os abusos acabaram, e desenvolveu-se o commercio das lenhas e madeiras do celebrado pinhal.

Gelhe. Pov. na freg. de S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Gelião. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Annaes, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Geliellas. Pov. na freg. de S. Mamede, de Vermil, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Gelle. Pov. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. de Angola.

Gelvira. Pov. na freg. de S Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Gem. Pov. na freg. de S. Thomé, de Covellas, conc. de Baião, distr. do Porto.

Gembe. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Geme. Pov. e freg. de S. Claudio, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 317 hab e 82 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 2 k da séde do conc. e está situada perto da margem direita do rio Homem. Pertenceu ao conc de Pico de Regalados até 1855, anno em que ficou supprimido. A mitra apresentava o abbade, que tinha 250$000 réis annuaes. Foi abbadia dos monges benedictinos de Rendufe, que collocavam aqui por abbade um religioso do seu convento. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Gemeos. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Celorico de Basto distr. e arceb. de Braga; 730 hab. e 204 fog. Tem esc. do sexo fem., est post., e sociedade philarmonica. A pov. dista 5 k. da séde do conc., e corre-lhe proximo o rio Tamega. A mitra apresentava o abbade, que tinha 400$000 réis annuaes. A terra é muito fertil, e cria muito gado de toda a qualidade. Pertence a 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov.

do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 253 hab. e 61 fog. Tem caixa post. A pov. dista 5 k. da séde do conc., e passa-lhe proximo o rio Vizella. O papa e a mitra apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 400$000 réis annuaes. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. A freg. de Calvos, que estava junta á de Gemeos, foi desannexada para effeitos administrativos, por decreto de 1 de março de 1902.

Gemezes. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc e com. de Espozende, distr. e arceb. de Braga; 800 hab. e 164 fog. Tem correio e esc. do sexo fem. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e fica situada na estrada de Espozende a Barcellos, ficando-lhe proximo o rio Cávado. A mitra apresentava o abbade, que tinha 250$000 rs. annuaes. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Gemieira. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minbo, conc. e com. de Ponte do Lima, distr de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 514 hab. e 152 fog. A pov. dista 7 k. da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 800$000 réis annuaes. A terra é fertil e muito rica. Cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus montes apparece muita caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Gemieira de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg de Santo André, de Macinhata de Seixa, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Gemunde. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho. O abbade de S. Thiago d'Anta apresentava o vigario que tinha 50$000 réis annuaes. Esta freg. está ha muitos annos reunida á de Anta. ‖ Pov. e freg. dos Santos Cosme e Damião, da prov. do Douro, conc. e com. da Maia, distr. e bisp. do Porto; 933 hab. e 218 fog. Tem esc do sexo masc., medico, e caixa postal. A pov. dista 3 k. da séde do conc. O prior dos conegos regrantes do mosteiro de Moreira da Maia apresentava o reitor, que tinha 160$000 réis annuaes. A terra é muito fertil, e cria muito gado bovino. Pertence á 3.ª div. mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto.

Genço. Pov. na freg. de Santa Maria, de Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Gende. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sandim, conc. de V. N. de Gaia, distr do Porto.

Genealogia. Parte da historia que trata da indagação da origem e successão das familias. Exposição chronologica da filiação de um individuo ou da origem e ramificações de uma familia. Linhagem, estirpe; serie ascendente, ou descendente, dos antepassados. Como subsidiaria do direito civil a genealogia é considerada tambem uma sciencia. Os artigos 1973 a 1977 do Codigo Civil encerram os seguintes preceitos geraes de genealogia: Cada geração forma um grau, e a serie dos graus constitue o que se chama parentesco. A linha diz se recta ou transversal; a recta é constituida pela serie dos graus entre pessoas que descendem umas das outras; a transversal é constituida pela serie dos graus entre pessoas que não descendem uma das outras, bem que procedam de um progenitor ou tronco commum. A linha recta é ou descendente ou ascendente: descendente quando se considera como partindo do progenitor para o que d'elle procede; ascendente, quando se considera como partindo do que procede para o progenitor. Na linha recta, os graus contam se pelo numero de gerações, excluindo o progenitor. Na linha transversal, os graus contam-se pelo numero de gerações, subindo por uma das linhas ao tronco, e descendo pela outra, mas sem contar o progenitor. O artigo 1980 e seguintes do Codigo regulam o direito de representação, conforme as linhas de parentesco. A importancia da genealogia foi grande nos tempos passados por causa da successão nas administrações dos morgadios, vinculos, e capel as. Com a sua abolição, decaiu bastante a arte genealogica, que tinha o seu maior incentivo n'esses e n'outros interesses, taes como as provas de nobreza para tomar o habito de qualquer ordem militar, ser nomeado familiar do Santo Officio, ou outra mercê, só concedida a fidalgos e pessoas de sangue limpo. Muitas genealogias representam apenas a vaidade de quem as mandou elaborar e organisar, mas outras encerram tão preciosos dados biographicos e noticias tão interessantes, que não podem deixar de ser aproveitadas e consideradas como elementos indispensaveis para a historia, para as artes e para a litteratura. E' pelas genealogias que se conhecem os nomes de alguns dos mais antigos poetas, que não figuram nos cancioneiros. Muitos problemas de critica historica se podem resolver pelas genealogias. Os nobiliarios, completando os livros de linhagens, merecem tambem consideração. Não pode portanto considerarem-se obras ociosas as numerosas genealogias manuscriptas que existem nos archivos publicos e particulares, e a que tanto se dedicaram laboriosos autores. A primeira genealogia impressa, de que ha memoria, de familias portuguezas, são as *Arvores* do conde de Villa Nova, impressas em 1625.

Genealogista. Individuo que se dedica a estudos ou investigações genealogicas. Ao conde D. Pedro, filho de el-rei D. Diniz, se pode considerar o nosso mais antigo genealogista. pelo *Livro das Linhagens*, que se lhe attribue. O erudito autor da *Historia Genealogica da Casa Real*, D. Manuel Caetano de Sousa, colligiu em apontamentos (Ms. N.º 488 do fundo antigo da Bibliotheca Nacional de Lisboa, fol. 200) os nomes dos genealogistas vivos no seu tempo. E' uma relação valiosa, e curiosa, por citar os de Lisboa, e de outras terras. Assim, assignala na capital: Freyre de Montarroyo, Antonio Vaz de Castello Branco, Luiz Vieira da Silva, Fr. Gaspar Barreto, Francisco de Sousa Cerqueira, Felix José Machado, Antonio Feo de Castello Branco, Manuel de Carvalho de Athayde, Manuel da Cunha Pinheiro, Manuel Ferreira Botelho e Theotonio Ignez de Almeida. Nas provincias. Ruy Barba Corrêa Alardo, Santarem; Luiz Pinto de Sousa, morgado de Balsemão, Lamego; Manuel de Sousa da Silva, (Riba Tamego); Diogo da Fonseca Acciaioli, Castello Branco; Francisco de Moraes Botelho, Torre de Moncorvo; Affonso da Gama Palha, Elvas; D Antonio Pereira da Silva, bispo do Algarve; Belchior de Andrade Leytão; D. Affonso Manuel de Menezes; Dr. Antonio de Albuquerque Pinheiro, Monforte; Ma-

nuel de Sousa Moreira. N'outro seu apontamento menciona Caetano de Sousa mais os seguintes genealogistas: Heitor de Figueiredo; Dr. Joseph de Faria; Dr. Miguel Achioli da Fonseca; Dr. Manuel Delgado de Mattos; Manuel Alvares Pedrosa; Padre Pedro Peixoto, da Companhia de Jesus; Ruy Corrêa Lucas; Dr. Simão Cardoso Pereira; Xisto Tavares; Gaspar de Faria Severim; Manuel Peixoto Cirne; Manuel de Sousa e Moreyra; D. Gomes de Mello; Joseph de Cabedo; Fr. Antonio de Madureira; Fr. Antonio Telles, da ordem de S. Paulo; D. Antonio Alvares da Cunha; Antonio das Povoas; Dr. Antonio de Sousa de Macedo; Diogo de Mello; Dr. Diogo Pacheco; Diogo de Napoles; Christovão Alão de Moraes; Diogo Gomes de Figueiredo; D. Francisco de Menezes; Francisco de Brito Freyre; Guilherme Figueira, clerigo; Gaspar Fructuoso; Affonso de Torres; Antonio Rebello da Fonseca; Fr. Alvaro da Fonseca; Fr. Miguel de S. Braz; Jorge Barreto de Brito; Alvaro Pires de Tavora; D. Manuel de Castello Branco; Dr. Ignacio de Magalhães; Antonio Leite; e Antonio Pereira Mamarraque. A estes autores, poderemos accrescentar: D. Affonso Manuel de Menezes, Coelho Gasco, conde da Ericeira, Duarte Ribeiro de Macedo, Diogo Rangel de Macedo, Fernando Mesquita Pimentel Barba, João Rodrigues de Sá e Menezes, Luiz Correia, Manuel da Cunha Andrade e Sousa Bacellar, Manço de Lima, D. Rodrigo da Cunha, etc., os quaes escreveram genealogias, umas que se imprimiram outras que ficaram em manuscripto.

General Torres. Na rua d'este nome, em V. N. de Gaia, ha um apeadeiro, servido por tramways, entre as estações de Porto-Campanhã e de V. N. de Gaia.

Generosa. Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Genez. Pov. na freg. do Salvador, de Aveleda, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Genizio. Pov. e freguezia de Santa Eulalia, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. de Miranda do Douro, distr. e bisp. de Bragança; 536 hab. e 121 fog. Tem escola do sexo masc. e est post. A pov. dista 11 k da séde do conc. O papa e a mitra apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 400$000 annuaes. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10 com a séde em Mirandella.

Genou. Ponta da margem esquerda do rio Casamansa, na Senegambia, Africa Occidental. ‖ Pov. da margem esquerda do rio Casamansa, a pouco mais de 1 k. para o sertão e a E da aldeia de Sidoni. Fica occulta por denso arvoredo.

Genrinhas. Pov. na freg. de Santo André, de Cella, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Gentil. Familia nobre de Genova que passou a Portugal, e teve o governo da cidade do Grão-Pará. As suas armas são: Escudo xadrezado de azul e ouro, de nove peças, cinco de azul e quatro de ouro.

Gentil. Moeda. V. *Dobra gentil.*

Gentil *(Antonio Luiz).* Official da repartição da contabilidade da Secretaria dos Negocios da Guerra, e poeta, que falleceu em 1858. Escreveu: *O dia 11 de Agosto de 1829, ou a Victoria da Villa da Praia; poema heroico em quatro cantos*, Lisboa, 1844. A *Revista Universal Lisbonense*, tomo III, pag. 531, fala ácerca do merecimento d'este poema. Escreveu mais: *O roubo do annel de cabellos; poema heroi-comico em cinco cantos, traduzido de Pope*, em versos hendecasyllabos soltos. Foi inserto no *Ramalhete, jornal de instrucção e recreio*, tomo I, 1837, pag. 22 e seguintes. No *Ramalhete,* n'este mesmo volume, veem muitas poesias suas, sonetos, odes, cançonetas, lyras, apologos, etc.

Gentil *(Francisco Soares Branco).* Medico pela Escola-Medico-Cirurgica de Lisboa, professor substituto da secção cirurgica da referida Escola. N. Em Alcacer do Sal a 27 de fevereiro de 1878. E' filho de Antonio de Faria Gentil, e irmão do dr. José Maria Branco Gentil. Defendeu these a 27 de de julho de 1900. O conselho escolar, na sessão de 24 de novembro do mesmo anno, o votou para chefe de clinica cirurgica, com funcções gratuitas, e teve a nomeação, precedendo concurso documental por dois annos, por decreto de 17 de dezembro de 1903. Foi nomeado, tambem precedendo concurso, demonstrador da secção cirurgica da referida escola, por decreto de 24 de abril de 1905. E' cirurgião assistente dos quartos particulares do hospital de S. José, e socio titular da Sociedade das Siencias Medicas. Publicou em 1900 a these inaugural, intitulada: *Sobre a appendicite;* e a de concurso: *Sobre o tratamento cirurgico do mal de Bright pela nepchrocapsectomia, operação de Edebokls.* O volume tem 10 estampas com 19 phototypias.

Gentil *(José Maria Branco).* Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, lente na referida escola, etc. N. em Alcacer do Sal a 27 de fevereiro de 1870. E' filho de Antonio de Faria Gentil. Matriculou-se na Escola Medica, e defendeu these a 17 de julho de 1895. Foi nomeado, precedendo concurso, demonstrador da secção cirurgica da referida escola por decreto de 14 de abril de 1898, sendo provido a lente substituto por decreto do 13 de maio do mesmo anno, em consequencia do fallecimento do professor Abilio de Mascarenhas, e a lente proprietario da mesma secção, por decreto de 15 de dezembro de 1904, sendo-lhe destinada a primeira cadeira (anatomia descriptiva), que vagara pelo fallecimento do professor Serrano. E' director da enfermaria de cirurgia no hospital de S. José, director da consulta externa, de doenças das mulheres d'este hospital. E' socio titular da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa e da Associação dos Medicos portuguezes. Publicou em Lisboa a these inaugural, intitulada: *Um caso clinico (*fistulas estercoraes), julho 1895; e a these de concurso: *Sobre tratamento de infecções puerperaes*, 1898.

Gentil-homem. Fidalgo, dignitario com serviço no paço, camarista. Pelo alvará de 15 de janeiro de 1759, quando o gentil-homem da camara servisse de mordomo-mór, observava-se com elle, o mesmo, tanto nas funcções da côrte, como fóra d'ella, ainda que não fôsse titular. Tinha o tratamento de excellencia, e assentava-se abaixo do conde mais moderno,

Gentios. Pov na freg. de Santa Eulalia, de Sobrosa, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Gentis. Pov. na freg. de S. Pedro Fins, de Torno, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Geral. Este termo, junto ao titulo d'um cargo ou dignidade, indica gerarchia superior. ‖ O superior d'uma ordem religiosa. O geral de Santa Cruz, de Coimbra, tinha o titulo do Conselho

por alvará de 15 de agosto de 1805. || *Escolas geraes:* Estabelecimento de instrucção onde se ensinavam as disciplinas dos lyceus e da Universidade. || *Côrtes geraes:* A assembléa ou reunião dos representantes ou deputados da nação. || *Os geraes da Universidade*; o claustro onde estão as aulas. || *Combate geral:* Aquelle em que tomam parte todas as tropas ou forças desponiveis.

Geralda *(Casal da)*. Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Salvada, conc. e distr. de Beja.

Geraldes ou Giraldes. Familia, cujas armas são: Escudo esquartelado; no primeiro e quarto quartel em azul, tres flôres de liz de ouro em roquete; no segundo, em campo de prata um carro de trigo com uma espiga de verde; no terceiro no mesmo campo de prata uma cabeça de homem com os cabellos de ouro. Os que procedem d'uma familia de Florença, Lucas Geraldes Florentim, e outros que vieram para Portugal no tempo de D. Manuel e de D. João III, teem por brazão: em campo de prata um leão negro armado de azul e coroado de ouro; timbre, o mesmo leão.

Geraldes *(Affonso)*. D'este homem apenas se sabe que esteve na batalha do Salado, em 1340, escrevendo para a celebrar, uma obra em *trovas portuguezas*, a que uns chamam *Poema*, outros *Romance*. Esta obra existiu na livraria do mosteiro de Alcobaça.

Geraldes *(Albino Augusto)*. Doutor e lente cathedratico de Philosophia na Universidade de Coimbra. Nasc. no Porto a 10 de julho de 1826, fal. em 17 de janeiro de 1888. Era filho de José Joaquim Nunes de Moraes e de D. Anna Candida de Geraldes. Matriculando-se na Universidade, fez um curso distincto, merecendo receber o doutoramento gratuito, em attenção ao seu merecimento e aos serviços que tinha prestado na regencia de cadeiras, pela portaria do ministerio do reino de 18 de outubro de 1859, verificando-se o doutoramento em 30 do referido mez. Além do curso de Philosophia, frequentou tambem com distincção alguns annos o de Medicina. Publicou em Coimbra, 1859, a dissertação inaugural, que tem por titulo: *Constituição physica da atmosphera*. Collaborou no *Instituto* em outros jornaes politicos e litterarios de Coimbra.

Geraldes *(Fernando Affonso Vaz Preto)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Nasceu na ilha Graciosa em 1830, e fal. a 4 de março de 1893. Era filho do par do reino João José Vaz Preto e de D. Joanna de Bourbon Vaz Preto Geraldes, da casa dos marquezes da Graciosa. Dedicando-se á magistratura, seguiu o curso de Direito na Universidade, onde se formou em 1853, sendo em seguida despachado pelo marquez de Sá da Bandeira para auditor em Castello Branco Foi mais tarde delegado da Guarda, auditor em Lisboa e Porto, e juiz de direito do Fundão, Valença, Thomar e Torre de Moncorvo, grangeando sempre as maiores sympathias. Esteve tambem nas ilhas dos Açôres como desembargador, voltando a Lisboa por ser chamado á Relação, onde exerceu as funcções de desembargador durante 10 annos, até que falleceu Casou em 1861 com D. Clara da Fonseca Vaz Preto Geraldes, senhora do morgado de Oledo, e filha dos viscondes de Portalegre, Francisco da Fonseca Coutinho e Castro Refoios e D Maria Adelaide Mesquita e Albuquerque de Castro e Napoles. O dr Fernando Affonso Vaz Preto Geraldes era irmão do tambem já fallecido homem politico Manuel Vaz Preto Geraldes. V. *este nome*.

Geraldes *(Francisco)*. Militar fallecido em Baçaim em 1729. Distinguiu se no combate naval que a armada portugueza teve com a dos arabes em 1719, exito que celebrou n'um poema em latim, impresso em Paris.

Geraldes *(Geraldo)*. Nome do celebre Geraldo *Sém Pavor*, immortalizado por Camões, que a elle se refere nos *Lusiadas*. Descendia d'uma nobre familia, de appellido Pestana, e era natural da Beira. Depois de combater heroicamente ao lado de D. Affonso Henriques, que lhe chamou *Sem Pavor*, em razão da sua bravura, teve certas questões com outro fidalgo, grande privado do rei, e o matou em desafio. Receando a colera do monarcha, fugiu, indo abrigar-se na serra de Monte-Muro, onde construiu um castello. D'ali saía com outros muitos foragidos, que se lhe reuniram, a roubar moiros e christãos, sendo o terror dos povos da provincia. A fama das grandes presas, que fazia, attrahiu tantos bandidos á sua bandeira, que chegou a ter 526 soldados de cavallaria e grande numero de peões, de maneira que fazia a guerra como *conquistàdor*, e não como *salteador*. Comtudo, Geraldo Geraldes era um nobre cavalleiro, e não lhe soffria o animo a vida que levava, e pretendia a todo o custo obter o perdão do rei Deixou os camaradas no seu castello, e foi só com cinco á cidade de Evora, e ahi, falando com o alcaide moiro, lhe disse muito mal de D. Affonso Henriques, promettendo ajudar os moiros a derrotal-o. O alcaide ficou muito contente, acreditando o que lhe dissera, e conservou-o comsigo dois dias, que Geraldo aproveitou para examinar minuciosamente a fortaleza Tornando ao castello, proclamou aos seus soldados, incitando-os a uma grande façanha em serviço de Deus, do rei e da patria, prometteu-lhes o perdão do monarcha, e ainda honras e terras. Todos annuiram, e elle os mandou armar e prover de mantimentos para dois dias. Saindo depois do castello ao anoitecer, andaram toda a noite, esconderam-se apenas amanheceu, continuando a marcha no dia immediato. Só a 2 k. de distancia da cidade, é que descobriu o seu intento, e recommendando o maior silencio, foi sósinho para Evora, chegando á torre da Atalaya, onde estava por sentinella um moiro e uma sua filha. Geraldo ia coberto de ramos verdes para não ser visto, mas essa prevenção fôra escusada, porque as sentinellas dormiam profundamente. A torre não tinha communicação alguma com as outras obras de defêza, nem porta de entrada, e apenas tinha uma janella para onde se subia por uma escada de mão, que se recolhia logo depois de ser precisa. Geraldo subiu até á janella onde estava a moira, precipitou-a abaixo da torre, matou o moiro, que dormia, levando as cabeças dos dois vigias aos seus, em signal de bom annuncio. Separou d'entre a sua gente, 120 cavalleiros, que mandou pela parte, onde está hoje o convento do Espinheiro, com ordem de esperarem ali até que ouvissem rumor e gritos na cidade; e elle, com os restantes se foi direito á torre da Atalaya, e subindo a ella, accendeu o fogo que indicava ser este sitio atacado por christãos. Os da cidade se reuniram á pressa, e o alcaide com a maior fôrça saiu da cidade em direcção á torre, sem mesmo

julgar necessario fechar as portas. Geraldo Geraldes entrou facilmente na cidade, protegido pela escuridão da noite, matando quanto se lhe punha na frente, e cerrando as portas com as trancas que os seus haviam feito. Assim se deu a conquista de Evora por surpreza nocturna em 30 de novembro de 1166. Depois da cidade ser saqueada, Geraldo Geraldes mandou um quinto do saque para o rei, como era a praxe d'aquelles tempos, com a noticia da façanha e o pedido de perdão para elle e para os seus, pedindo tambem que mandasse tomar conta da cidade e lhe puzesse guarnição. D. Affonso I ficou contentissimo com esta inesperada conquista, perdoou logo a Geraldo e aos seus companheiros, nomeando-o alcaide-mór de Evora, e fazendo-lhe muitas mercês.

Geraldes *(João José Vaz Preto)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; par do reino, etc. Falleceu na sua quinta de Lousa, no districto de Castello Branco, a 7 de janeiro de 1863. A nomeação de par do reino foi por carta régia de 3 de maio de 1842, de que prestou juramento e tomou posse da respectiva camara, na sessão de 19 de janeiro de 1843. Tornou-se muito saliente pelo seu amor ás liberdades publicas, e não concordando com a marcha governativa, renunciou ao pariato em officio que dirigiu á rainha D. Maria II em 21 de novembro de 1844 O ministerio do reino participou este facto á camara respectiva, a qual nomeou uma commissão especial para conhecer da indicada renuncia. A commissão era composta dos pares duque de Palmella, conde de Villa Real, visconde de Oliveira, A. Barreto Ferraz e José da Silva Carvalho, e o seu parecer foi apresentado na sessão de 5 de dezembro do referido anno N'esse parecer, a que a camara decidiu com applauso se désse publicidade, se dizia em resumo que *a camara não podia resolver ácerca da renuncia senão em virtude de uma lei que ainda não existia; e que a carta régia, que o digno par João José Vaz Preto devolvera ao ministerio do reino, fôsse requisitada para ser archivada, bem como outro qualquer documento a este respeito*, etc. João José Vaz Preto Geraldes era muito versado nos estudos de Philosophia e da Historia, um agricultor muito distincto, cuidando com esmero das vastas propriedades que possuia no districto de Castello Branco; agricultor theorico, conhecedor de todos os livros modernos concernentes á agricultura, a cujo estudo se dedicava profundamenue, mas não só conhecia as theorias, como as experimentava, applicando-as proficuamente á pratica; tanto que foi elle, talvez, o primeiro que em Portugal começou a usar da drenagem, pelo systema inglez moderno e dos afolhamentos. No *Archivo rural* publicou alguns importantes estudos relativos a pastos communs e a outros assumptos do maximo interesse para a agricultura nacional.

Geraldes *(Joaquim Albino Cardoso Casado)*. Doutor pela faculdade de Medicina de Paris. N. no Porto em 1808, ou em Lisboa em 1810, segundo certos biographos. Fal. em Paris a 26 de novembro de 1875. Recebeu o grau de doutor em 18 6. Foi professor em Roma, cirurgião do hospital de Beaujon, e do hospital dos Enfants Trouvés, de Paris; membro da Ac. de Med., e da Sociedade de Cirurgia, cirurgião em chefe da companhia dos caminhos de ferro do norte da França; commendador da ordem de Christo, etc. Quando falleceu, a imprensa franceza publicou artigos commemorando os seus meritos e serviços. No *Paiz*, jornal de Lisboa, de 8 de dezembro de 1875, saiu tambem um artigo. em que se lia: «Quando el-rei D. Pedro V esteve em Paris em 1855, quiz vêr Casado Geraldes, e propoz-lhe voltar para Lisboa; mas estava já gozando em Paris dos melhores creditos como clinico o nosso illustre compatriota, por isso não annuiu aos desejos do soberano que o agraciou por aquella occasião com a commenda da ordem de Christo. Deixou um grande numero de obras importantes, e os estudos anatomicos e de pathologia cirurgica são considerados entre os homens competentes, como trabalhos classicos que fazem a maior honra ao seu autor. A palavra autorisada de Casado Geraldes era sempre escutada com attenção na Academia, e ainda no dia do fallecimento havia elle pronunciado um notavel discurso na Sociedade de Cirurgia, ácerca da anatomia dos olhos e da myopia». As suas obras são todas escriptas em francez.

Geraldes *(Joaquim Pedro Cardoso Casado)*. Coronel graduado de milicias. Nasc. no Porto, e falleceu em Genova a 3 de setembro de 1845. Exerceu por muitos annos as funcções de consul de Portugal em varias localidades, como no Havre, e ultimamente em Genova. Foi socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Em 1809 foi muito perseguido pelo bispo do Porto, D. Antonio José de Castro. Escreveu: *Mappa geohydrographico, historico e mercantil*, contendo os limites, extensão, governo, soberanos, divisões, capitaes, principaes cidades, ordens militares, universidades, religião, exercito, marinha, rios, montanhas, ilhas, lagos, latitudes, longitudes, medidas, pezos, moedas, cambios, commercio, producções, manufacturas e possessões ultramarinas na Asia, Africa e America, de todos os estados da Europa, etc., Paris, 1817; *Estatistica historica e geographica do reino de Portugal: dedicada ao ill.mo e ex.mo sr. tenente general Florencio José Correia de Mello, governador e capitão-general da Madeira*, etc., Paris, 4 folhas de papel em grande formato; *Tableau des colonies et possessions anglaises dans les quatre parties du monde*, Paris, uma folha; *Tableau estatistique de l'ile de Madére et Porto-santo, dedié à Ex.mo mr. Florence Joseph Correia de Mello, gouverneur*, etc., Paris, uma folha; saira primeiramente em portuguez, posto que mais deficiente nas materias, com o titulo de: *Donatarios, Governadores, Capitães-generaes, povoação, milicia, rendimento, etc. da Madeira; Compendio de Geographia historica antiga e moderna*, etc., Paris, 1826; *Tratado completo de Cosmographia e geographia historica, physica e commercial antiga e moderna*, Paris, 1825 a 1828, 4 tomos; devia de constar de 6 volumes, mas os dois ultimos não chegaram a publicar-se; é adornado com os retratos em gravura de D. João VI e do autor; *Relação circumstanciada do modo com que se desenvolveu, se promoveu, e se proclamou a Constituição na ilha da Madeira em 28 de janeiro de 1821*, Lisboa, 1821; sem o nome do autor. Casado Geraldes legou os seus livros e manuscriptos á Academia, que só veiu a recebel-os em 1870.

Geraldes *(Manuel Cardoso Casado)*. Lente da Escola de Medicina de Paris. Era filho de Joaquim Pedro Cardoso Casado Geraldes, e fal. em

Paris em novembro de 1875. Estudou medicina n'aquella cidade, e fez um curso brilhante. Veiu a Portugal concorrer a uma cadeira da Escola Medica, mas ficando excluido, despeitou-se e voltou para Paris, onde foi nomeado lente da Escola de Medicina, e eleito membro da Academia de Medicina, recebendo tambem o officialato da Legião de Honra. Deixou em francez alguns livros de instrucção medica.

Geraldes *(Manuel Nunes)*. Doutor em Direito e lente de prima, aposentado, da Universidade de Coimbra. Nasc. na Covilhã a 10 de março d 1837. sendo filho de Gregorio Nunes Geraldes, e de D. Rita Candida Rodrigues Valente. Doutorou-se em 31 de julho de 18?9. Foi lente cathedratico e professor de economia politica da mesma Universidade, aposentando se aos 62 annos de edade, por decreto de 19 de janeiro de 1899. O sr. dr. Manuel Nunes Geraldes tem a carta de conselho, e é commendador da ordem de S. Thiago, de merito scientifico, litterario e artistico, declarando-se no diploma que lhe conferiu esta mercê, em 8 de novembro de 1870: «em attenção ás suas circumstancias e como um testemunho publico de considerações e apreço pelo seu merecimento litterario e pelos serviços que tem prestado no magisterio». E' socio do Instituto de Coimbra, da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. Por motivo de doença esteve muitos annos fóra do exercicio activo das suas funcções de professor, trabalhando, no entretanto, quando podia, em algumas commissões de serviço publico, como a da applicação do principio cooperativo a Portugal, em desempenho da qual publicou o 1.º volume da *Philosophia do trabalho*, e escrevendo e publicando outras obras scientificas e litterarias. Escreveu: *Se a legitimação por subsequente matrimonio deve limitar-se aos filhos naturaes ou estender-se aos espurios? Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas*, Coimbra, 1859; *Defeza da Dissertação inaugural sobre a legitimação dos filhos espurios por subsequente matrimonio*, Coimbra, 1860; é resposta a uma censura do visconde de Seabra, que se encontra em a nota 1.ª, a pag. 219 do livro por este publicado com o titulo *Resposta do autor do projecto do codigo civil ás observações do sr. dr. Joaquim José Paes da Silva; O papa-rei e o concilio*, Lisboa, 1870; d'este livro ha uma traducção italiana; *Il Papa Re ed il Concilio, por Manuel Nunes Geraldes, versione dol portoghese dal Prof. Giaco e Richeri*, Torino, 1871. D'esta obra resultou não só uma fulminação do Indice expurgatorio de Roma, mas uma polemica viva e vehemente, em que entraram diversos. O autor, em defeza, escreveu; *Carta do autor do livro «O papa rei e o concilio» a seu pae o sr. Gregorio Nunes Geraldes*, Coimbra, 1871. O padre Grainha, da Covilhã, respondeu com o seguinte: *Resposta á carta do autor do Papa rei e o concilio» a seu pae o sr. Gregorio Nunes Geraldes*; tem no fim a data da Covilhã em 12 de janeiro de 1871. O autor replicou com uma segunda carta, com a data de 28 de janeiro de 1871, e depois appareceu nova resposta, do padre Grainha, com a data de 7 de março de 1871; appareceu; *Carta ao autor do «Papa-rei e o concilio»*, assignada por Miguel Pedroso, e datada de Lisboa a 7 de março de 1871. *O poder temporal des papas, em resposta ao «Papa-rei e o concilio», do sr. Manuel Nunes Geraldes*, por Antonio José de Carvalho, Lisboa, 1871; a carta tem a data de 9 de fevereiro. A *Nação*, de 6 de maio do mesmo anno, tambem trouxe artigo, com o titulo de *O poder temporal*. O *Conimbricense* n.º 2450 e 2454, escreveram tambem artigos: *A Nação e o Papa-rei*. A *Revolução de Setembro* e outros jornaes da epoca, entraram na controversia. O dr. Nunes Geraldes tem publicado mais: *Catecismo nacional e philosophia do trabalho; primeiro volume*, Lisboa, 1877; *Portugal e Camões, estudo politico-moral nos Lusiadas», homenagem da patria de Heitor Pinto e Pero da Covilhã, 1580—10 de junho—1880*, 2.ª edição, Lisboa, 1880; não traz o nome do autor; *A Covilhã e o centenario*, Lisboa, 1880; *A industria em Portugal, a proposito do tratado de commercio com a França*, Porto, 1881; *Theoria do commercio, com um appendice sobre a propriedade litteraria e a contrafacção no Brazil*; *segunda edição, emendada*, Coimbra 1886; a primeira foi impressa em Lisboa, em 188?; *Theoria da civilisação*.

Geraldes *(Manuel Vaz Preto)*. Descendente d'uma das familias mais distinctas e respeitaveis da Beira Baixa, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, par do reino, etc. Nasc. em Castello Branco a 28 de agosto de 1828, fal. na quinta de Lousa a 14 de agosto de 1902. Era filho de João José Vaz Preto Geraldes (*V. este nome*). Frequentou a Universidade em seguida aos annos revoltosos de 1846 a 1851, fazendo um curso brilhante. Por morte de seu pae, requereu a entrada na camara alta, como par hereditario, mas como seu pae tivesse resignado aquelle elevado cargo, o requerimento teve larga discussão na commissão de verificação de poderes, dividindo-se as opiniões. A maioria entendeu do no emtanto, que os pares não pódem resignar, senão pro fórma, approvou a sua admissão, e Manuel Vaz Preto Geraldes tomou posse na respectiva camara a 23 de abril de 1864. Militou no partido regenerador, em que prestou por vezes bons serviços. Separou-se mais tarde, e creou um pequeno partido, conhecido por um dos appellidos do seu chefe; faziam parte d'este partido na camara electiva Pinheiro Chagas, dr. Boavida, Sousa Lobo, conde da Graciosa e Adriano de Sampaio. O lemma que esse partido inscreveu na sua bandeira foi: *Mais regeneradores que os proprios regeneradores*. Reuniu-se depois ao partido constituinte, que tinha por chefe o sr. conselheiro José Dias Ferreira. Mais d'uma vez foi convidado para a presidencia ministerial, sendo a ultima n'uma difficil circumstancia politica, mas recusou sempre. Em 1880, um discurso de opposição ao governo a proposito de assumptos eleitoraes, proferido por Vaz Preto na camara dos pares na sessão de 25 de fevereiro, e a apreciação d'este discurso feita em artigo defundo do jornal *O Progresso*, no dia seguinte, artigo de que Emygdio Navarro declarou ser o autor, fôram causa d'uma pendencia de honra, que se resolveu em duello no dia 2 de março na margem sul do rio Tejo. Vaz Preto Geraldes foi tambem um notavel caçador, sobretudo de perdizes.

Geraldes *(D. Martinho)*. Arcebispo de Braga no tempo de D. Affonso III. Foi um dos 7 prelados portuguezes que se revoltaram contra as provisões de 1265, em que o rei reclamou para a Corôa muitos bens, que estavam nas mãos dos ecclesiasticos. Martinho Geraldes fez-se chefe da

opposição prelaticia, lançou o interdicto sobre o reino, e partindo para Italia, foi a Viterbo queixar-se ao papa. Esteve muito tempo na côrte pontificia sem nada conseguir, porque D. Affonso III, politico muito habil, esquivou-se sempre a dar respostas positivas. D. Martinho Geraldes morreu sem voltar a Portugal.

Geraldes *(Mestre)*. Cujo nome proprio se ignora, mas é constante que foi medico d'el-rei D. Diniz, e insigne na arte de Alveitaria, compondo por ordem d'este principe: *Livro de Alveitaria dividido em duas partes. Na primeira trata das cousas que convem ao cavallo desde que nasce, até que lhe põem a sella e o freio. Na segunda trata de todas as enfermidades dos cavallos, e suas curas.* Consta de 77 capitulos, e foi escripto em Lisboa em 1318. Deixou tambem outro manuscripto: *Arte de Volataria.*

Geraldo. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro. ‖ Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Chouto, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Geraldos. Pov. na freg. de S. Leonardo, de Athonguia da Baleia, conc. de Peniche, distr. de Leiria. ‖ Monte na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Castro Verde, distr. de Beja.

Geraz. Pov. na freg. de Santa Cecilia, de Villaça, conc. e distr. de Braga.

Geraz do Lima *(Rodrigo Brandão da Fonseca Magalhães, 2.º conde de)*. Abastado proprietario. N. em Lisboa a 5 de junho de 1853. Era filho de Luiz do Rego da Fonseca Magalhães, par do reino, que falleceu em 31 de julho de 1868, e de sua mulher, D. Julia Sophia de Almeida Brandão e Sousa da Fonseca Magalhães, 1.ª condessa de Geraz de Lima. Este titulo foi em verificação de vida concedida no mesmo titulo a sua mãe, e para perpetuar a memoria dos serviços ao paiz feitos por seu avô paterno, o conselheiro de Estado Rodrigo da Fonseca Magalhães O grande estadista não quizera nunca acceitar honras que lhe fôram concedidas, e a mercê do titulo de conde de Geraz de Lima, concedido em duas vidas por decreto de 26 de agosto de 1848, foi-lhe annunciada no seu leito de morte, para que elle não pudesse recusar este testemunho real e publico dos seus relevantes serviços, e fôsse como legado a seu filho unico, que elle muito estremecia. Rodrigo da Fonseca Magalhães, apezar de presentir o termo da existencia, não pôde ainda modificar o seu desprendimento, e não só recusou a mercê como recommendou a seu filho que nunca a acceitasse. O filho cumpriu religiosamente a vontade de seu pae, e só depois da sua morte, é que o titulo foi usado pela sua viuva, de que se tirou carta a 7 de setembro de 1868, verificando-se a segunda vida. conforme dissémos, em seu filho, o actual conde de Geraz de Lima. A condessa era filha dos 1.ºˢ barões da Folgosa. N. em 22 de maio de 1833, e fal. ha bastantes annos. Tendo enviuvado em julho de 1868, do seu primeiro marido, cujo casamento se realisára a 23 de junho de 1849, passou a segundas nupcias em 27 de maio de 1870 com Antonio Joaquim da Veiga Barreira, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, por alvará de 27 de maio de 1871, commendador da ordem de Christo, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado em varias legislaturas, o qual falleceu a 9 de abril de 1878, de quem não houve geração. A condessa passou a 3.ªˢ nupcias com o sr. conde da Folgosa, Antonio de Sousa e Sá (V. *Folgosa)*. O sr. conde de Geraz de Lima casou em 19 de fevereiro de 1873 com sua prima, D. Gertrudes Amalia da Silva Heitor, filha de Bernardino Augusto da Silva Heitor, medico cirurgião e delegado do Conselho de Saude Publica do Reino, e de sua mulher, D. Emilia Carlota Paes da Silva Heitor.

Geraz de Lima *(Luiz do Rego Barreto, 1.º visconde de)*. Fidalgo da Casa Real; do conselho de el rei D. João VI, D. Pedro IV e de D. Maria II; commendador da commenda de S. Sebastião, de Unhão, na ordem de Christo, e da Torre e Espada; governador e capitão-general da provincia de Pernambuco, governador das armas das provincias do Minho, de Traz-os-Montes e Beira Alta; vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar, deputado; tenente-general do exercito, etc. N. em Vianna do Castello a 28 de outubro de 1777, onde tambem fal. a 7 de setembro de 1840. Era filho natural de Antonio do Rego Barreto, e de D. Anna Maria. Seu pae legitimou-o por um testamento de 3 de julho de 1786, e carta de 30 de agosto e alvará de 12 de setembro do mesmo anno. Antonio do Rego Barreto era fidalgo da Casa Real; cavalleiro professo na ordem de Christo, senhor da quinta de Geraz de Lima; sargento-mór de infantaria, e em 1775 ajudante d'ordens do governador das armas da provincia do Minho, o conde de Bobadella. Tendo decidida vocação para a vida militar, assentou praça em 1 de março de 1790, no regimento de infantaria n.º 9, onde em 31 de outubro de 1792 foi reconhecido cadete, e depois promovido a porta-bandeira em 26 de julho de 1798; sendo despachado alferes em 24 de junho de 1802, e tenente em 24 de julho de 1807, Luiz do Rego pediu a sua demissão n'este mesmo anno, em que os francezes entraram em Portugal, retirando se para sua casa de Vianna do Castello, não para se esquivar ao serviço que a patria reclamava dos seus filhos, mas para melhor se preparar e combinar nos meios de acção indispensaveis para o começo da grande lucta, que mais tarde acabou arrojando para longe das nossas fronteiras as cohortes francezas, que tinham vindo até Lisboa, para que Portugal fôsse retalhado em 3 quinhões, nos termos do celebre contrato feito e ratificado em Fontainebleau a 29 de outubro de 1807. Quando em 18 de junho de 1818 se proclamou no Porto a independencia da patria, Luiz do Rego auxiliou o movimento portuense levantando a voz a favor do governo do principe regente D. João no dia 20 d'aquelle mez em Vianna do Castello, obrando desde então prodigios de valor e de bravura. Organisou-se n'aquella villa, hoje cidade, uma junta provisoria que o nomeou major do regimento de infantaria n.º 9, em paga dos seus serviços. Aquella patente foi confirmada pelo Governo Supremo, que funccionava no Porto; o destemido militar passou depois a Vizeu, e ali creou o valoroso batalhão de caçadores n.º 4, e com elle portou-se heroicamente nas acções de S. Antonio do Cantaro, Mortagoa, Bussaco, Pombal, Redinha, Foz de Arouce, Fuentes de Oñoro, e assalto de Castello Rodrigo. Na segunda invasão dos francezes, nas batalhas das linhas de Torres Vedras e do Bussaco, caçadores 4 portou-se com a maior bravura, merecendo um elogio de

lord Beresford, que não era facil em os conceder, o qual enviou ao governo em 30 de setembro de 1814, o seguinte officio: «O comportamento do batalhão de caçadores n.º 4 merece ser particularmente memorado, assim pelo seu valor no ataque, como pela constancia com que supportou por todo o dia o inimigo.» E na ordem do dia 28 honrou com o titulo de *bravo* o commandante Luiz do Rego Barreto, juntamente com os officiaes e soldados do batalhão. Lord Wellington tambem o elogiou na sua correspondencia official. Luiz do Rego foi o primeiro que deu assalto á praça de Badajoz, acompanhado do regimento n.º 15, de que era já coronel, no dia 6 de abril de 1812. Depois da batalha dos Arapiles em 22 de julho, Luiz do Rego foi elogiado na ordem do dia 25 de agosto. Na batalha da Vitoria em 21 de junho de 1813, o denodado official distinguiu-se heroicamente, sendo elogiado na ordem do dia primeiro de julho. No assedio de S. Sebastião da Biscaia alcançou uma gloria immorredoura. O assalto a esta praça pertence-lhe exclusivamente. Tomou depois o commando da 3.ª brigada que conservou até 1815. Regressando á patria quando terminou a guerra, foi para o Rio de Janeiro em 1816, e em 1817 formou a divisão dos *Voluntarios Leaes de El-rei*, e á sua frente partiu para Pernambuco, como capitão-general e com amplos poderes para combater a evolução republicana federal que tinha ali sido proclamada. Depois de reprimir a insurreição fez um governo conciliador, protestando contra os desmandos a que se entregaram os magistrados que compunham a alçada encarregada de descobrir os fautores da revolução, e quando soube da partida de D. João VI para a Europa, mandou jurar as bases da Constituição. Alguns pernambucanos, porém, não concordaram com estas manifestações de adhesão ao systema liberal, e quando em 1821 o governador ia a entrar para o seu palacio, foi attingido por um tiro de bacamarte; no fim d'um mez de tratamento melhorou, e organisando uma junta de governo da provincia, em harmonia com as leis, derrotou os dissidentes que se propunham a marchar sobre Olinda; reconhecendo, porém, que lhe escasseavam elementos para suffocar o movimento revolucionario, ajustou a paz com os insurgentes regressando depois a Portugal ainda em 1821. Em setembro de 1822 foi nomeado governador das armas da provincia do Minho, e estava n'essa situação quando o general Silveira ergueu o grito de guerra em 1823 contra as côrtes. Assumiu então o commando em chefe das tres provincias do Norte, em 28 de fevereiro, bateu em Amarante os revoltosos, que se viram obrigados a internar-se em Hespanha. Pouco depois, triumphando o absolutismo, foi deportado para a Figueira, e depois reformado em 1824. Em 1827 foi readmittido com a patente de tenente-general, indo de novo para o Brazil, d'onde regressou quando o infante D. Miguel estava de posse do governo. Foi então preso, mas, conseguindo evadir-se do carcere em 1833, refugiou-se em Hespanha, e voltou a Portugal só depois de concluida a campanha civil. Em 1834 foi vogal do supremo conselho de guerra; em 1836 novamente governador das armas da provincia do Minho, e em 1838 eleito senador por Vianna do Castello. Luiz do Rego Barreto tinha a cruz de ouro por seis campanhas da guerra peninsular, e a medalha de commando pelas 7 batalhas do Bussaco, Badajoz, Arapiles, Vitoria, S. Sebastião da Biscaia, Nivelle e Nive; as medalhas hespanholas relativas a estas batalhas, bem como pelas de Fuentes de Oñoro, Albuera, Pyrinéos e Orthez. A Inglaterra tambem o condecorou com a medalha por 8 campanhas: Talavera de La Reina, Albuera, Salamanca, Vitoria, Pyrinéos, S. Sebastião, Nivelle e Nive. Foi agraciado com a carta do conselho de sua magestade, e com o titulo de visconde de Geraz de Lima, por decreto de 27 de abril, e carta de 30 de maio de 1835. Casou em primeiras nupcias com D. Luiza Maria Martins de Ruxleben, filha de João Martins, tenente-coronel de infantaria de Vianna do Castello, e de D. Luiza Frederica, baroneza de Ruxleben, na Saxonia. Enviuvando em 16 de janeiro de 1810, passou a segundas nupcias no Rio de Janeiro, a 26 de setembro de 1816, com D. Maria Zeferina de Azevedo, 2.ª filha do 1.º visconde do Rio Seco, Joaquim José de Azevedo, e de sua primeira mulher, D. Maria Carlota Miliard. Do primeiro matrimonio teve duas filhas: D. Maria Emilia, que nasceu a 8 de setembro de 1801, e casou com Bento de Barros Lima de Azevedo Araujo e Gama, fidalgo da Casa Real, coronel de milicias de Vianna do Castello, senhor de vinculos do districto do mesmo nome; esta senhora enviuvou e casou segunda vez com Thomaz de Aquino Vieira da Cruz, juiz de Direito; a outra filha foi D. Ignacia Candida, que nasceu em 1 de dezembro de 1803, e casou em 26 de maio de 1823 com o notavel estadista Rodrigo da Fonseca Magalhães.

Geraz do Lima (*Luiz do Rego Barreto Barros Lima, visconde de*). Delegado do thesouro nos districtos do Funchal, Porto e Lisboa.

Geraz do Lima. Pov. e freg. de Santa Leocadia, da prov. do Minho, conc. e com. de Vianna do Castello, arceb de Braga; 800 hab. e 185 fog. Tem escola do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 15 k da séde do conc. e fica situada perto da margem esquerda do rio Lima. A mitra apresentava o abbade, que tinha 600$000 réis annuaes. No alto do monte existem as ruinas d'um castello, que dizem ter sido fundado pelos turdulos, 400 annos antes da vinda de Christo. Geraz do Lima foi concelho, que o rei D. Fernando deu a Lopo Gomes de Lira; D. João I o deu depois a Ruy Mendes de Vasconcellos, e mais tarde a Fernão Annes de Lima, fidalgo gallego, que deixou a sua casa, e veiu ajudar o rei no cêrco de Tuy. Nas doações antigas se mandava, que entrando aqui os senhores da terra, seria conforme o uso de Biscaia que era com o pé direito descalço. O concelho abrangia as freguezias de Santa Leocadia e de Santa Maria. Tinha foral dado em Lisboa por el-rei D. Manuel, a 2 de junho de 1515. N'elle se dá o nome de Jaraz. A terra é fertil e rica; tem muito gado. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. ‖ Pov e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. com. e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 592 hab. e 118 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 15 k da séde do conc. e fica situada perto da margem esquerda do rio Lima. A camara ecclesiastica de Braga apresentava o abbade, que tinha 280$000 réis annuaes. A terra é fertil e pertence á 3.ª div.

mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Geraz do Minho. Pov. e freg. de Santo Estevão, da prov. do Minho. conc. e com. de Povoa de Lanhoso, distr. e arceb de Braga; 660 hab. e 157 fog. A pov. dista 4 k. da séde do concelho e fica proximo da margem esquerda do rio Cávado. O sacro collegio patriarchal apresentava o abbade, que tinha 600$000 réis. Querem alguns escriptores que fôsse aqui a cidade romana *Forum Lemicorum,* mas é ponto muito duvidoso. A terra é muito fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. Geraz do Minho perteneeu ao antigo conc. de S. João do Rei, que foi supprimido em 1855. A esta freguezia está annexa ha muitos annos a de Santa Tecla.

Gerez *(Caldas do)*. Logar mais importante do conc. de Terras de Bouro, distr. e arceb. de Braga. Está situado em territorio da freg. de Villar da Veiga, n'um valle estreito e profundo da serra do Gerez, a 468 m. acima do nivel do mar, e a 45 k. de distancia de Braga. A sua importancia deriva das aguas thermaes, conhecidas pelo nome de Caldas do Gerez, e é talvez a estação thermal mais antiga do paiz. O clima é o de montanhas. Em rocha de granito porphyroide, e em terreno fronteiro ao rio Leonte, brotam as nascentes d'esta agua, seguindo uma linha recta de direcção proximamente norte-sul. Vindo do norte e de cima, seus respectivos nomes são: *Forte*, *Contra-Forte, Aguas Novas*, *Figueira*, *Borges*, *Duas Bicas*, *Figado*, *Bica* e *Almas*. De todas se vê a nascente, exceptuando a da Bica, cuja agua vae captada no seu cano de pedra. Em nivel mais elevado ao d'estas nascentes, e fóra da direcção d'ellas, emergem duas outras fontes, sendo a montante a de *Santa Luzia*, e a jusante a dos *Doentes* ou da *Telha*. As aguas d'estes mananciaes são mais pobres em thermalidade e mineralisação, mostrando ser aguas da mesma origem commum á das anteriores, mas desviadas e misturadas com outras superficiaes não mineralisadas. Todas estas nascentes são abundantes, sendo as mais copiosas a do *Forte* e a da *Bica*. A tradição popular conta que do cume da serra do Gerez fôra pelos barbaros arremessada a virgem e martyr Santa Eufemia, portugueza, filha de Caio Attilio, regulo de Braga. Os duros rochedos, porém, milagrosamente se amolgaram ao contacto do santo corpo, e a martyr divagou longos tempos pelas serras, ficando seu eremiterio entre as selvas do deserto monte. Seculos depois o corpo da santa foi encontrado mumificado, como se mostra na sé de Orense, e n'esse logar brotou espontanea a miraculosa agua, que tão justificada fama goza no paiz e no estrangeiro. Foi quasi defronte d'esta riquissima nascente, que no começo do seculo XVIII. D. João V mandou edificar e consagrar á martyr do Gerez a modesta ermida, que existe ainda. Parece que estas caldas não fôram conhecidas dos romanos, porque não se encontra ali o menor vislumbre de edificações que elles construissem, e que a descoberta foi feita ao acaso por uns pastores. Sabe-se, porém, que a sua acção foi pela primeira vez estudada pelo medico de Covide, Manuel Ferreira de Azevedo, e que a sua applicação medicinal data, pouco mais ou menos, de 1699. D. João V fez começar os alicerces de um hospital que tencionava construir, mas que não foi a effeito. Mais tarde edificou se um estabelecimento thermal, que se concluiu em 1735, como se deprehende da inscripção gravada no centro da cornija: «Estas obras mandou fazer El-Rei Nosso Senhor D. João V, á custa dos povos, sendo superintendente d'ellas o dr. Gaspar Pimenta de Avellar, provedor da comarca de Guimarães e para se fazer concorreu com muito zelo o Dr. Francisco Pereira da Cruz, deputado do Santo Officio, desembargador da Casa da Supplicação de Lisboa. Abril 11 de MDCCXXXV» Este edificio foi construido para ser a therma utilisada não só por meio de banho mas pela acção do vapor concentrado sob a abobada que cobre as tinas. Em 1888 o governo assumiu a posse das nascentes e edificações existentes, datando d'esse anno o inicio dos melhoramentos e da regular exploração das thermas. A localidade conta perto de 250 habitantes, e durante a epoca thermal juntam-se por vezes 800 forasteiros e doentes. Todos os annos a concorrencia augmenta. A estancia é atravessada de norte ao sul por uma avenida com largos passeios e arborisação; é na *Avenida das Thermas* que estão os principaes edificios: O *Hotel do Parque*, *Hotel Ribeiro*, *Hotel Universal*, *Hotel Central (*Anselmo), *Hotel Continental* (Maia). Encontram se ali chalets e casas mobiladas para alugar; hoteis e hospedarias secundarias, assim como quartos e casas de albergue para as classes menos favorecidas. Tem estação telegrapho-postal todo o anno, e durante a epoca thermal ha correio duas vezes por dia, registro de cartas com valor declarado, e encommendas postaes. E' séde d'uma secção da guarda fiscal e da circumscripção florestal do Gerez. Encontram-se ali lindos sitios, onde se pódem fazer passeios e excursões a pé, a cavallo, ou de carro, havendo guias habilitados. Estes sitios são: O Poço Verde, a cascata das Palas, o Observatorio, o Cylindro e o Tortulho As excursões a Villar da Veiga e S. Bento da Porta Aberta fazem-se em carros; a Chã de de Lamas, Calcedonia, S. João do Campo, Leonte. Ponte Feia, Portella do Homem (fronteira hespanhola) a 12 k. das Caldas, fazem-se a cavallo ou a pé. As ascensões á Pedra Bella, Pé do Cabril, Cantarello, Borrageiro, Carris, são as mais notaveis. As cascatas e mattas são numerosas e pittorescas pelas alcantiladas serranias. Os novos edificios em que se utilisam as aguas, quer interna, quer externamente, ficaram concluidos em 1899, e fazem parte do Estabelecimento Hydrologico do Gerez. Os edificios principaes são tres: Copa, Pequenas e Grandes Thermas. O estabelecimento thermal do Gerez é um dos de maior fama de Portugal, e n'elle, devido á direcção do sr. dr. Ricardo Jorge, se respeitam cuidadosamente todos os indispensaveis preceitos da hygiene. Possue apparelhos para se applicarem duches e todos os outros processos da moderna hydrotherapia. As aguas fôram analysadas na exposição universal de Paris em 1867. São limpidas, diaphanas, inodoras, gratas ao paladar e muito leves. Teem differentes graus de temperatura, conforme as nascentes, sendo a agua da *Bica* a mais apreciada pelos seus effeitos therapeuticos, que é por assim dizer o typo originario das outras, as quaes fôram novamente analysadas em 1889 pelos chimicos Sousa Reis e Emilio Dias. Empregam-se as aguas no tratamen-

to de todas as molestias de figado, exceptuando aquellas em que houver lesão irreparavel, como nos cancros, degeneração anyloide, etc. Tambem são preconisadas contra a obesidade, engorgitamento paludoso de baço, gravella ou urinaria rubra, gotta, rheumatismo abdominal, e ainda n'alguns casos de dyspepsia e de atonia gastrica ou

Gerez

intestinal, dilatação do estomago, etc. Bibliographia: *De antiquitatibus conventus Bracaraugustani*, etc. *pelo Pater D. Hieronymo Contador de Argote*, 2.ª editio, *quinto livro locupletata*, Olyssipone, 1738, pag. 382; *Methodo pratico para se tomarem os banhos das Caldas do Gerez e de outras quaesquer Caldas do Reino*, pelo abbade Antonio Martens Belleza, Porto, 1763; *Bemerkugen auf einer Reise durh Frankeich, Spanien und Portugal*, por Link, 1800; este livro foi traduzido do allemão para a lingua ingleza em 1801, e para a franceza em 1803; *Experiencia thermometrica das aguas das Caldas do Gerez*, por José dos Santos Dias, no *Jornal de Coimbra*, 1813, vol. III, pag. 64; *Ensaio physico-medico das Caldas do Gerez*, por I. A. da Fonseca Benevides, no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa* 1840, tomo XI, pag. 205 a 285; *Noticia topographica e physica do Gerez e das suas aguas thermaes*, pelo dr. José Pinto Rebello de Carvalho, Porto; 1848; *Analyse das aguas mineraes do Gerez*, por Julio Maximo de Oliveira Pimentel, Lisboa, 1851; *Descripção das Caldas do Gerez*, por José Firmino da Silva Boavista, Braga, 1867; *Viagem á serra do Gerez e suas caldas em setembro de 1882*, por Hermenegildo Capello e Leonardo Torres, no *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 1883, n.os 6 e 11; *O Gerez presente e futuro*, pelo dr. J. A. Marques, Lisboa, 1884; *Notas a lapis, passeios e digressões*, por Sanches Frias, 1886; *As Caldas do Gerez*, pelo professor Ricardo Jorge, nos *Archivos da Historia de Medicina Portugueza*, Porto, de 1886 e 1887, n.º 6 de 1887 e 1888, n.os 1, 2, 3, 4 e 5; 1888 e 1889, nº 4; *O Gerez thermal-Historia, hydrologia, medicina*, pelo professor Ricardo Jorge, Porto, 1888, *1.º* vol; *Rœder-Lexikon*, pelo dr. R. Flechsig, 2.ª edição, Leipzig, 1889; *As aguas do Gerez*, por Leonardo Torres, no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas*, 1889, n.º 1, pag. 23; *Analyse da agua da serra do Gerez*, por Emilio Dias, na *Gazeta de Pharmacia*, 2.ª série, 3.º vol., fevereiro de 1889, pag. 3 a 6; *Estudo sobre a lithiase biliar, clinica thermal do Gerez*, pelo professor Ricardo Jorge, na *Medicina contemporanea*, Lisboa, 1890; *Caldas do Gerez, guia thermal*, pelo professor Ricardo Jorge, Porto, 1891; com illustrações e mappas; *Aguas Minero-Medicinaes de Portugal*, por Alfredo Luiz Lopes, Lisboa, 1892; *Caldas do Gerez*, estabelecimentos thermaes e hydrotherapicos; aguas medicinaes; indicações sobre o seu uso na origem e no domicilio, Porto, 1898.

Gerez *(Serra do)*. Cordilheira notavel nas provincias de Traz-os-Montes e do Minho, no meio da qual se destaca o massiço do Gerez, abraçado pelos rios Homem e Cávado, e pegado pelo sul á serra da Cabreira, e pelo norte á de Lindoso e Suajo. Estende-se de NE a SO, desde a povoação de Pitões, no sitio de Fonte Fria, até Rio Caldo, na extensão de 35 k., por 18 de largura. Isto pelo que respeita á parte da serra, que está no territorio da provincia de Traz-os-Montes. Proximo d'este sitio, e ao N. de Pitões, se encontra a mina de ferro magnetico, e pedra de Sebar (iman ou magnete). A formação geologica d'esta serra pertence ao terreno chamado *primitivo*, e é formado em grande parte pelo gra-

nito silicioso. Seus picos são formados por descarnadas e aleantiladas rochas, de enorme altura e aspecto medonho. Tem grandes mattos e plantas alpinas. Cria lobos, javalis, cabras selvagens, veados, raposas e muita caça miuda. Tem aqui apparecido lobos cervaes. Em 1728 matou se um, e em 1805 um lavrador matou outro, na freguezia de Cabril; em 1825 matou-se outro na freg. da Granja, do conc. de Boticas. Tambem appareceram ursos n'esta serra, mas os fogos dos pastores os espantaram. O ultimo que appareceu, dizem que foi em 1650, e logo foi morto. Varias freguezias estanceiam n'esta serra. E' abundantissima de aguas, e n'ella nascem o rio Homem e muitos ribeiros. Nos aleantis do Gerez fazem os seus ninhos as aguias reaes, os bufos, as garças e outras aves de rapina. A serra que se estende na prov. do Minho, é a mais pittoresca pela variedade de perspectivas que apresenta. Retalhada em todos os sentidos por innumeras torrentes de frigidas e crystalinas aguas cobertas de florestas virgens até ao meio da altura, nas lombas mais elevadas; e nas inferiores até ao seu cume erriçada de rochedos, que se elevam por entre denso arvoredo, ou se penduram imponentes e ameaçadores sobre pequenos mas profundos valles, dominados em quasi toda a sua extensão por aleantis escalvados e temerosas agulhas de fórmas phantasticas. Nas faldas d'estas montanhas ha prados sempre verdes, onde pascem rebanhos de bois, cabras e ovelhas. Para o lado E, Traz-os-Montes, até Barroso, é o Gerez quasi todo. Aqui tambem se encontram bastantes monumentos de construcção romana: restos de quatro pontes, que os romanos construiram sobre o rio Homem, chamadas: *Ponte do Arco* (por ter só um); *Ponte d'Albergaria*, (por estar construida junto ao sitio onde houve uma casa para recolher peregrinos); *Ponte de Monsão* (por estar perto d'uma nascente de aguas medicinaes d'este nome); *Ponte de S. Miguel* (por causa d'uma ermida d'este santo, que estava aqui fundada). As pontes eram todas de bella architectura, sobre a via militar romana, chamada *Geira* (V. este nome). Ha indicios de ter existido um vasto edificio romano, na *Veiga de Santa Eufemia*. Além de muitas pedras lavradas, achou-se aqui um cippo, com uma inscripção cheia de abreviaturas que a torna illegivel, mas que se conhece que fala d'um templo dedicado a Marte. E' uma columna da altura de 1^m, 54. A 500 metros de distancia vêem-se 6 baluartes, de fórma circular, distando entre si o espaço de 100 metros. Na planicie *Chã de Linhares* vêem-se restos d'uma antiga aldeia, formada de casas pequenas. No districto da freguezia de Covide ha um monte de grande altura, formado de enormes penhascos, intermeados de frondoso arvoredo e cortado por torrentes de aguas. A historia natural da serra é de grande riqueza, tendo-a visitado diversos naturalistas nacionaes e estrangeiros. O primeiro foi Pereira Araujo; seguiu-se-lhe Link e o conde Hoffmansegg, que fizeram larga colheita botanica, como contribuição para a sua *Flore por-*

Edificio das thermas

do inculto e deshabitado, apezar de ter algumas campinas de muito boa terra vegetal, sendo as principaes: *Lamas de Homem*, *Chã da Fonte*, *Chã das Mesas*, *Chã de Leonte* e *Chã Longa*. Por meio d'ellas correm varias fontes, que vem formar ao sopé differentes rios e ribeiras, sendo os principaes dos rios o Homem e o Cávado. *tugaise* Brotero inscriu na *Flora Lusitanica* tudo que apurou sobre plantas do Gerez. O medico Rebello de Carvalho, na sua monographia, tocou em todos os pontos da historia natural da serra, e mais particularmente nas especies vegetaes. O dr. Welwitcch colleccionou um rico herbario do Gerez. Barbosa du Bocage estudou e

monographou a cabra monteza; o entomologista M. Pinheiro d'Oliveira colligiu os insectos Mas as mais repetidas e fructuosas excursões as realisaram os botanicos Julio Augusto Henriques e Ad. Moller, ampliados pelo distincto amador naturalista Alfredo Tait, a quem o Gerez deve assignalados serviços D'essas herborisações saiu *A vegetação da serra do Gerez*, em 1885, contendo a flora da serra. A vegetação arborea da serra é d'uma opulencia e d'um vigor surprehendente; nenhuma outra do paiz se lhe

Ponte Feia—Rio Homem

aproxima. Ha enormes massiços d'uma exuberancia tropical, florestas americanas no porte mas da natureza das do norte da Europa, contraste que já tanto encantou a Link A arvore dominante é o carvalho, que vive e vigora ainda á enorme altura de 1200 metros. A barbaridade dos povos gerezianos e o abandono por parte de Estado fizeram devastar as florestas do Gerez. As queimadas principalmente que todos os annos se faziam, eram o grande agente d'esta desastrosa destruição. Em 1888 poz se cobro a tantas atrocidades, pela serra ser incluida no regimen florestal do paiz. Organisou-se uma repartição florestal com regente, mestres e guardas; e os povos ao principio protestaram, mas afinal cederam ao novo estado de cousas Cortaram-se bons caminhos pela montanha, e iniciou-se a rearborisação. Activa se na formação do museu, tanto na repartição florestal, como no estabelecimento thermal, para serem colleccionados os elementos historicos naturaes. Na *Encyclopedia Portugueza Illustrada*, em publicação no Porto, vem no vol. v, de pag. 221 a 223, um artigo sobre a serra do Gerez, escripto pelo sr. dr. Ricardo Jorge.

Geria. Pov. na freg. de Santo Agostinho, de Antuzede, conc. e distr. de Coimbra.

Gerizes. Pov. na freg. de S. Pedro, de Merelim, conc. e distr. de Braga.

Germeleira. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr de Lisboa.

Germil. Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 128 hab. e 33 fog. A pov. dista 6 k. da séde do conc. O prior dos conegos regrantes (cruzios) de S. Theotonio, de Vianna, apresentava o vigario, que tinha 100$000 réis annuaes. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello || Pov. e freg de Santos Cosme e Damião, da prov. da Beira Alta, conc. de Penalva do Castello, com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu; 820 hab. e 181 fog. Tem esc. do sexo fem. A pov. dista 4. k. da séde do conc. e fica proxima do rio Dão. O abbade de S. Pedro, do Castello de Penalva, apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. || Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Ponte, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Faustino, de Viariz, conc. de Baião, distr. do Porto.

Germinade. Pov. na freg. de S. Thiago, de Carvalhaes, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Germunde. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Pedorido, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Gerovilla. Pov. na freg. de S. Vicente, de Boim, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Gerto. Pov. na freg. de S. Martinho, de Mozellos, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Gervide. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Loureiro, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || Santa Eulalia, de Oliveira do Douro, conc. de V N. de Gaia, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Gestaçô. Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. do Douro, conc. e com. de Amarante, distr. e bisp. do Porto; 440 hab. e 96 fog. Tem medico e esc. do sexo fem A pov. dista 2 k. da séde do conc. Tambem é conhecida officialmente por *Madgalena (Gestáço)—Diario do Governo* de 1899—e tambem *Gestaçô*, como se vê em diversas publicações extra-officiaes. Foi conc. por muitos seculos, e villa, tendo foral, dado por el-rei D. Manuel, em Lisboa, a 15 do maio de 1514. No extincto concelho passam os rios *Tamega*, *Dôlo* e *Ovelha* Produz poucos ceraes, pouco vinho e fructa, mas muita castanha, azeite e nozes Cria muito gado, e tem muita caça e colmeias. Possue em abundancia pedra calcarea (carbonato de cal). O primeiro senhor de Gestaçô foi o infante D. Pedro, conde de Barcellos, que lh'a deu seu pae, el-rei D. Diniz, em 15 de setembro de 1306, e como não tivesse successores, vagou para a Corôa. D. João I fez mercê d'este senhorio a Gil Vasques da Cunha, que procede de D Guterres. Casou com D Izabel Pereira, filha de Alvaro Gonçalves Pereira, prior do Crato e irmão de D Nu-

no Alvares Pereira. Gestaçó pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Douro, conc. e com. de Baião, distr. e bisp. do Porto; 1824 hab. e 455 fog. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. A pov dista 9 k. da séde do conc. Por decreto de 25 de junho de 1892 foi annexada a esta freguezia uma casa denominada *Santa* e propriedade junta, que, fazendo parte da pov. de Valle de Parada, fci desannexada da freg. de Trezouras. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. Tambem se encontra com a denominação de *Campo de Gestaçó.*

Gestal. V. *Giestal.*

Gestas. V. *Giestas.*

Gesteira. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição. da prov. do Douro, conc. e com. de Soure, distr. e bisp. de Coimbra; 1:158 hab. e 3?4 fog. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 4 k da séde do conc. e está situada na estrada de Montemór-o-Velho para Soure. A freg. é muito antiga, e perteucia ao reguengo da Milharada. O D. abbade do convento da ordem de S. Bernardo, de Ceiça, apresentava o vigario, que tinha 100$000 réis de rendimento. A terra é fertil e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar.

Gestido. Povoações nas freguezias de S. Martinho e de S. Pedro, de Villa Frescainha, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Gestinha. Pov. na freg. de S. Mamede, de Quiaios, conc. da Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Gesto. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de S. João do Rei, concelho de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Martinho, de Mozellos, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Gestosa. Pov. e freg. da N. S.ª d'Assumpção, da prov de Traz-os-Montes, conc. e com. de Vinhaes, distr. e bisp. de Bragança; 217 hab. e 53 fog. A pov. dista 14 k. da séde do conc. e tem esc. do sexo masc. O papa e o bispo apresentavam o abbade, que tinha 250$000 réis. Gestosa decaiu tanto que até deixou de ser parochia, estando annexa á de Santo André, de Villar da Lomba. || Povoações nas freguezias: Santa Columba, do Couto do Mosteiro, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Dornellas, conc. de Boticas, distr. de Villa Real. || Aldeia na freg. de Santo André, de Escariz, concelho de Arouca, distr. de Aveiro, bisp. do Porto. Está situada nas faldas do monte de Castêllo, na estrada que vae do Porto a Vizeu. Nas suas proximidades ha monumentos celtas.

Gestosa de Baixo e de Cima. Duas povoações na freguezia de Santa Maria, de Sandim, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Gestosa Cimeira e Gestosa Fundeira. Duas povoações na freg. de S. Domingos, de Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Gestosinho. Pov. na freg. de S. Pedro, de Manhouce, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Gestoso. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, districto de Aveiro. || S. Pedro, de Manhouce, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Gestrins. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Balazar, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto.

Getemião. Pov. na freg. de Santa Maria, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Geulá. Territorio do distr. de Pondá, na prov. de Gôa, India, banhado pelas aguas do rio Zuary ou de Rachol.

Ghira (*Marianno).* Reitor do lyceu e commissario dos estudos no districto de Lisboa, deputado, etc. Nasc. n'esta cidade em 1827, fal. em Campolide a 10 de junho de 1877. Frequentou os primeiros estudos de humanidades, como alumno externo no Real Collegio Militar, e completou com distincção o curso da Aula do Commercio. Assentou praça em 1843, como aspirante a guarda-marinha, tendo o primeiro anno da Escola Polytechnica. Acabou o curso da sua arma em 1845, sendo premiado em todos os annos. Serviu como guarda-marinha em differentes navios do Estado, na costa de Portugal, na Madeira, nas Canarias e nos Açôres. Fez estações de dois annos no Brazil e de tres na Africa Occidental; n'esta ultima estação commandou a escuna de guerra *Nympha*, e desempenhou, interinamente por um anno. as funcções de governador da ilha do Principe. Em 1851 foi promovido a segundo tenente. Em 1853 regressou a Lisboa, e obteve licença para frequentar os estudos que lhe faltavam, afim de se habilitar como engenheiro hydrographo, os quaes terminou tambem com distincção, recebendo tres premios. Em dezembro do mesmo anno entrou no concurso para a substituição das cadeiras de Mathematica na Escola Polytechnica, sendo provido no logar de lente substituto de algumas cadeiras, passando em 1867 á effectividade, pela saída do professor Antonio Serpa. Foi tambem lente da Escola Naval e do Lyceu, onde serviu interinamente os cargos de reitor e de commissario dos estudos do districto de Lisboa, funcções que então andavam inherentes ás do reitor. Foi deputado e um dos fundadores e redactor effectivo do *Futuro*. jornal politico; collaborou nos *Annaes do Club Naval.* Associou-se com o professor de desenho Theodoro da Motta para a publicação d'um *Compendio de desenho*, que teve successivas edições. Sentindo se bastante doente, retirou-se para Campolide, onde falleceu, deixando dois relatorios, um ácerca dos serviços escolares (1863-1864), e o outro em resultado d'uma viagem de estudo em 1867 ao estrangeiro, onde visitou os principaes estabelecimentos de instrucção primaria. Marianno Ghira era commendador da ordem de Christo, e cavalleiro das de N. S.ª da Conção, d'Aviz e Torre e Espada. No livro *Apontamentos para a historia da pedagogia*, de José Maria Graça Affreixo, Lisboa, 1883, encontra se uma nota relativa a Marianno Ghira, na qual se fazem considerações muito elucidativas sobre a sua influencia nos progressos pedagogicos em Portugal.

Gia. Pov. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Gião *(Joaquim José Gião, visconde de).* Diplomado com o Curso Superior de Letras; commendador da ordem militar de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa, por decreto de 4 de novembro de 1886; visconde de Gião por decreto de 18 de maio de 1891; antigo procurador á Junta Geral

do districto de Evora; presidente da commissão districtal; vice presidente da Junta Geral; presidente da camara municipal de Borba, provedor da misericordia e administrador do mesmo concelho. Nasc. em Borba a 22 de março de 1849, filho de Antonio Joaquim Gião e de D. Anna Jacinta Rosado Curvo Gião, já fallecidos. Sendo estudante em Coimbra, filiou-se no partido reformista; acceitando depois o pacto da Granja, tem sido membro dedicado do partido progressista. Casou a 28 de setembro de 1876 com sua prima D. Maria do Carmo Tenreiro de Campos Gião, que nasceu a 9 de junho de 1850, filha do importante proprietario Joaquim José de Campos e de D. Marianna Carolina Tenreiro de Campos, já fallecidos. Os srs. viscondes de Gião residem em Borba, na sua magnifica quinta do Barreiro.

Gião. Pov. e freg. de Santo André, da prov. do Douro, conc. e com. da Feira, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 534 hab. e 113 fog. Tem est post. permutando malas com a Feira. A pov. dista 1) k. da séde do conc. e está situada n'um valle ameno e muito fertil. Tem grande abundancia d'aguas, e é cercada por alguns montes de pequena elevação. A egreja matriz foi construida no meado do seculo XVIII. A abbadessa do convento de S. Bento da Ave Maria, do Porto, apresentava o cura, que tinha 10$000 réis de congrua e o pé d'altar. O seu primeiro orago era S. Gião (S. Julião), do qual a povoação tomou o nome, mas depois passou o padroeiro a ser Santo André. A terra produz muitos cereaes, especialmente milho, vinho verde, frueta, algum azeite, e é abundante em pastos; cria muito e bom gado bovino e lanigero. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. || Pov. e freg. de Santo Estevão, da prov. do Douro, conc. e com de Villa do Conde, distr. do Porto, arceb. de Braga; 1:201 hab. e 250 fog. Tem escola do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 7 k. da séde do conc. As freiras benedictinas de Vairão apresentavam o reitor, que tinha 100$000 réis de rendimento annual. A terra é fertil, e cria muito gado. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Povoações nas freguezias: S. Christovão, de Candomil. conc. de Amarante, districto do Porto. || N. S.ª da Graça, de Moncarapacho, conc. de Olhão, districto de Faro. || S. Miguel, de Roriz, concelho de Barcellos, distr. de Braga.

Gião de Cima. Povoações nas freguezias: Santo Estevão, de S. Gião, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Mamede, de Perafita, conc. de Bouças, do mesmo districto.

Gião do Fundo e **Gião Meão** ou do **Meio.** Duas povoações na freg. de Santo Estevão, de Gião, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Giarandalla. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Gibalta. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação e conc. de Oeiras, districto de Lisboa.

Gibaltar. Pov. na freg. de N. S.ª dos Córos, de Teixoso, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Gicelo. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Giella. Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 311 hab. e 92 fog. A pov. dista 1 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem esquerda do rio Vez. A freguezia é antiquissima; o papa e o arcebispo apresentavam alternativamente o vigario, que tinha 170$00 0 réis. N'esta parochia está o paço de Giella, que foi dos viscondes de Villa Nova da Cerveira. E' um edificio de grandes proporções e d'architectura manuelina, com um castello arruinado, muito antigo; tem tambem capella. Consta ser obra de um D. abbade de Sabadim, que tambem construiu a capella de N. S.ª da Conceição, em Arcos de Valle-de-Vez. N'este paço esteve o quartel general do exercito hespanhol, que invadiu a provincia do Minho em 1662 ás ordens do general Balthazar de Pantoja. Pertence a pov. á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Giesta. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Alvarelhos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Simão, de Oyan, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro. || S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto. Tem caixa postal. || S. Martinho, de Soalhães, conc. de Marco de Canavezes do mesmo distr. || S. Verissimo, de Valbom, conc. de Gondomar, do mesmo districto.

Giestaes. Pov. na freg. do Salvador, de Joanne, conc. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga.

Giestal. Povoações nas freguezias: S. Jorge, de Airó, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago, de Cossourado, do mesmo conc. e distr. || S. Pedro, de Gondarem, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Guidões, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Thiago, de Lourosa, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || O Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Expectação, de Valladares, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Pindo, conc. de Penalva do Castello, do mesmo districto.

Giestalinho. Pov. na freg. de S. Martinho, de Barca, conc. da Maia, distr. do Porto.

Giestas. Povoações nas freguezias: S. Lourenço, de Alvellos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Eulalia e conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Beiriz conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto.

Giesteira. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. do Alemtejo, conc., com., distr. e arceb. de Evora: 506 hab. e 101 fog. A pov. dista 14 k. da séde do conc. O arcebispo apresentava o cura, que tinha 350 alqueires de trigo annuaes. A terra é fertil em cereaes. A freg. foi annexada civilmente á da Graça do Divor. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 11 com a séde em Setubal. Por decreto de 12 de julho de 1895 foi annexada ao conc. de Montemór-o-Novo, voltando para Evora, pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. || Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves, de Bella, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Ilha Terceira; S. Bento, conc. e distr. de Angra do Heroismo. || N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || S. Mamede, de Caniçada, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Santo Antonio, de Fatima, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || S. João Baptista, de S. João de Ver, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Encarna-

ção, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro. || Santa Maria, de Pindello, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Vicente, de Pinheiro, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Santa Maria, de Vallega, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Vascões, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Casal na freg. de N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Casal na freg. de N. S.ª da Salvação e conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

Giesteira de Baixo. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Giesteiras Cimeiras e **Giesteiras Fundeiras**. Duas povoações na freg. de S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Giesteiro. Pov. na freg. de S. Salvador, de Feitosa, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Giêstinha. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Alhadas, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || S. Mamede de Quiaios, do mesmo conc. e districto.

Gigante. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Gigarós. Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Collares, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Gigina. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Gil. A familia d'este appellido tem por armas: Escudo cortado em faxa; na primeira em campo vermelho um leão de ouro nascente; na segunda em campo de prata tres raios de fogo da sua côr virados para baixo; timbre, o leão do escudo armado de vermelho.

Gil *(D.)*. Filho natural de D. Sancho I e de D. Maria Paes da Ribeira, sua amante, que ficou conhecida na historia pelo nome de *Ribeirinha*. D. Gil morreu em 1236, e da sua vida nada se sabe. Affirmam uns que foi padre, e outros dizem simplesmente que não casára.

Gil *(Fr.)*. Religioso da ordem de S. Francisco, cujo appellido se ignora. Nasceu em Lisboa, e fal. na Guarda em 1640. Viveu algum tempo na Catalunha, sendo vigario e mestre do côro em conventos da sua ordem. Foi discipulo da escola de musica de Duarte Lobo, e deixou escriptas diversas missas, psalmos e motetes.

Gil *(S. Frei)*. Santo conhecido nas lendas portuguezas pelas artes com que soubera fazer do demonio seu serviçal. Nasceu proximo de Vouzella em 1185, e fal. em 14 de maio de 1265. Era filho de Ruy Pires de Valladares, fidalgo da côrte de D. Sancho I, e de sua mulher, Thereza Gil. Chamava-se Gil Rodrigues Valladares, e depois de estudar Philosophia e Theologia nas aulas do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, resolveu continuar os estudos em Paris. A lenda, em que figura este santo varão, principia n'esta viagem, porque referem os mais abalisados agiographos, que apenas Gil Valladares entrou em Hespanha encontrou o diabo, que o incitou a ir estudar artes magicas nas covas de Toledo. Levado pelo desejo de adquirir um poder e um prestigio sobrenaturaes, Gil de Valladares seguiu o tentador, e esteve sete annos nas covas de Toledo, mas não pôde matricular-se sem ter assignado com o teu proprio sangue um escripto pelo qual renegava a religião christã. Formado no curso de artes magicas, seguiu para Paris no fim do referido prazo de sete annos, onde adquiriu grande fama, e completou o curso de Medicina, em que se doutorou. Entregou-se então a uma vida desregrada, mas, continúa a lenda, teve duas visões que o demoveram a converter-se. Partiu para a Peninsula; em Palencia professou na ordem dos prégadores de S. Domingos, e foi para o convento de Santarem, onde se tornou muito venerado pela sua santidade, sendo, porém, perseguido sempre pelo demonio, que elle venceu á fôrça de mortificações e penitencias, conseguindo rehaver o escripto fatal da sangrenta assignatura. Livre do inimigo que por todos os meios pretendia ganhar aquella alma, fundou no seu convento aulas de Theologia e de Philosophia de que foi primeiro leitor; teve muita influencia nos negocios do Estado em tempos de D. Sancho II; prégou na presença de el-rei D. Affonso III, que o nomeou seu physico, cargo de grande importancia n'esse tempo. Seis annos depois da sua morte, foi trasladado para um tumulo que se lhe erigiu no convento dos dominicanos de Santarem. O visconde d'Almeida Garrett, nas *Viagens da minha terra*, refere se largamente a S. Fr. Gil, e no poema *D. Branca* constitue-o uma das principaes personagens. Mais escriptores, desde Fr. Luiz de Sousa, tambem lhe consagraram cuidadas referencias. Em 1903 publicou o conhecido escriptor Silva Pinto uma monographia com o titulo de *S. Frei Gil*. O dr. Theophilo Braga publicou em 1905, no Porto, o seu poema *Frei Gil de Santarem, lenda faustiana da primeira Renascença*. Já no seculo XVIII saíu um poema anonymo sobre o mesmo assumpto, *A Egidea, poema heroico, ou historia da portentosa vida do grande penitente S. Fr. Gil, portuguez*, Lisboa, 1778. Attribue-se a Fr. José do Espirito Santo Monte. Ha noticias de ter Garrett planeado um romance sobre Fr. Gil, com o titulo: *Homem do diabo e de Deus, Santo Frei Gil*, e de Eça de Queiroz projectar um livro: *Vida diabolica e milagrosa de Frei Gil*. Nenhum d'estes planos se realisou. O corpo de S. Fr. Gil venera-se na capella da residencia dos srs. condes de Tarouca, de cuja familia foi ascendente.

Gil *(P. Affonso)*. Jesuita. Nasceu em Cadafaes, no bispado da Guarda. Depois de se ter ordenado de sacerdote, tomou o habito de jesuita em 1549. No anno de 1569 dedicou-se com o maior desinteresse e caridade ao tratamento dos enfermos, na grande peste que devastou Lisboa, e morreu victima do sua dedicação.

Gil *(Alvaro)*. Pedreiro, residente em Evora, e que exerceu a sua profissão nas praças d'Africa. D. João II, attendendo aos serviços que os pedreiros e carpinteiros prestavam frequentemente, não só nos logares de além, mas em outras obras de utilidade publica, deu-lhe carta de privilegiado a 29 de maio de 1490, que D. Manuel confirmou em 18 de março de 1496.

Gil *(Antonio)*. Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra; advogado em Lisboa, socio da Academia Real das Sciencias da mesma cidade, membro effectivo da Associação dos Advogados, vogal do conselho de districto,

etc. Nasceu em Lisboa a 1 de novembro de 1802, onde tambem fal. em 24 de novembro de 1879. Pertencia a uma familia pobrissima. Desejando aproveitar a sua intelligencia privilegiada, que cultivara com o estudo apurado de humanidades, foi para a Universidade, onde conseguiu formar-se, graças aos auxilios pecuniarios de alguns amigos, e com o producto de dissertações que fazia em latim, lingua que sabia a fundo. Depois da sua formatura veiu para Lisboa, e principiou a advogar, grangeando desde logo grande reputação, e conservando-se sempre alheio á politica. Esteve em Angola nos annos de 1836 a 1841, e regressando a Portugal, annuiu em 1842 a tomar conta da redacção da *Gazeta dos Tribunaes*, juntamente com o seu amigo intimo o dr. Antonio Maria Ribeiro Holtremann, jornal que foi autoridade em assumptos de Direito, e em que Antonio Gil tratou admiravelmente questões das mais importantes. Quando se fundou a Associação dos Advogados, foi um dos mais assiduos frequentadores das suas sessões, e a sua voz era sempre ouvida com respeito e consideração. Antonio Gil era um erudito, com muitos conhecimentos litterarios e scientificos. Tratando-se da elaboração do Codigo Civil, foi um dos jurisconsultos chamados a occuparem-se d'esse importante trabalho, e foi um dos que mais contribuiram para que elle fôsse levado a bom termo. Exerceu durante alguns biennios consecutivos o cargo de vogal do conselho de districto. Escreveu: *Considerações sobre alguns pontos mais importantes da moral religiosa e systema de jurisprudencia dos pretos do continente da Africa Occidental portugueza além do Equador*, Lisboa, 1854, saiu tambem no tomo I, parte I das *Memorias da Academia*, nova série, classe 2.ª; *Brevissimas reflexões sobre o titulo 8.º, livro unico da primeira parte do projecto do codigo civil portuguez*, Lisboa, 1859; *As fogueiras*, nota appensa á versão dos *Fastos*, de Ovidio, por A. F. de Castilho, no tomo III, de pag. 456 a 459.

Gil *(Antonio da Silva)*. Actor, mais conhecido no theatro pela designação de *Pae Gil*, para o distinguirem dos seus filhos Silverio e João Gil, tambem artistas dramaticos (V. *Gil, João)*. Silverio, porém, depois de andar algum tempo com seu pae em theatros de provincia, chegando a estar escripturado em Lisboa no antigo theatro da Rua dos Condes, deixou a vida artistica, e estabeleceu-se na rua Augusta com uma alfaiataria. O pae Gil morreu em Lisboa a 18 de janeiro de 1875. Foi um verdadeiro bohemio da arte; atravessou uma longa carreira accidentada de aventuras e contrastes. Teve dias de triumpho, quando a sua escola predominava, chegando por vezes a ser o favorito das multidões; teve epocas de provação, de obscuridade, de desalento. Trabalhou sempre; artista nomada, pisou todos os tablados scenicos, desde os primeiros theatros de Lisboa até á escassa rampa dos mais sertanejos burgos. Dirigiu numerosas companhias ambulantes, por onde começaram recebendo d'elle a iniciação artistica muitos actores, que depois se tornaram distinctos. Foi actor nos theatros do Salitre, Rua dos Condes e Principe Real. No seu numeroso reportorio, sabemos do *Milagre de Nossa Senhora da Nazareth, 1640 ou a Restauração de Portugal, Os sete infantes de Lara, A Leitora, Marianna Pineda, O incendio do porto de Santa Maria, Ignez de Castro*, etc.

Gil *(Bento)*. Bacharel e licenciado em Direito Civil pela Universidade de Coimbra, e advogado em Lisboa. Nasceu em Beja, e fal. a 4 de maio de 1623. Escreveu: *Da excellencia da sagrada oração da Ave Maria, com declaração das suas palavras*, Lisboa, 1613; *Tratado da evangelica oração do Pater Noster, com pias considerações de suas sete petições sagradas contra os sete peccados mortaes*, Lisboa, 1616; *Tratado da sagrada oração da Salve Rainha, com pias e devotas orações sobre suas palavras*, Lisboa, 1617. Estas obras são muito estimadas no seu genero, tanto pela uncção evangelica que n'ellas respira, como pela pureza da phrase e propriedade da dicção. Deixou tambem varias obras de jurisprudencia, escriptas em latim.

Gil *(P. Christovão)*. Jesuita; doutor em Theologia pela Universidade de Evora. Nasceu em Bragança em 1552, fal. a 7 de janeiro de 1608. Era filho de Silvestre Gil e de Leonor Ortiz. Entrou para a Companhia de Jesus, no collegio de Coimbra, a 10 de novembro de 1569, tendo 17 annos de edade. Muito applicado ao estudo, começou logo a distinguir-se entre os seus condiscipulos. Depois de ler letras humanas, Rhetorica e Philosophia nos collegios da ilha Terceira e de Coimbra, dictou Theologia n'este collegio e na Universidade de Evora, por muitos annos, onde recebeu o grau de doutor a 4 de julho de 1596. Foi revisor dos livros da Companhia de Jesus em Roma, e regressando ao reino, foi lente substituto de prima, em Coimbra, pela ausencia de seu proprietario, o dr. Eximio, que fôra chamado á Curia Romana, em cuja substituição foi provido por duas provisões, uma passada a 29 de fevereiro e outra a 9 de abril de 1604. Escreveu em latim varias obras religiosas, mas apenas se imprimiram uns *Commentarios theologicos*.

Gil *(Fr. Diogo)*. Religioso da ordem dos carmelitas calçados, que viveu no seculo XIV. Foi prior do convento do Carmo, de Lisboa, sendo nomeado provincial em 1335. Deixou manuscripta em latim uma obra sobre a fundação da ordem dos carmelitas.

Gil *(Francisco)*. Presbytero secular. N. em S. Pedro de Moimenta, termo da cidade de Bragança. Sendo profundo theologo, abriu em Lisboa um curso de Theologia Moral, que foi frequentado por muitos sacerdotes, por espaço de 20 annos, com grande fructo do seu magisterio, no qual mereceu ser provido, em 1730, na abbadia de Santo André, de Meixêdo, no antigo bispado de Miranda, cuja apresentação era da Casa de Bragança. Escreveu: *Estudo curioso, livro de Theologia Moral*, Lisboa, 1734.

Gil *(João)*. Actor contemporaneo, actualmente no theatro do Principe Real. Nasc. em Lisboa a 15 de novembro de 1843, sendo filho do fallecido actor Antonio da Silva Gil (V. *este nome)*. Durante os primeiros annos, participou da vida nomada de seu pae, em constante peregrinação pelos theatros das provincias e das ilhas. Havendo peça em que entrasse alguma creança, João Gil encarregava-se do papel, e assim representou d'um dos filhos de *Ignez de Castro*, peça que muitas vezes foi salvaterio da companhia. Aos 12 annos veiu para Lisboa, onde a familia estabeleceu residencia, e resolveu aprender o officio de marceneiro, que completou aos 17 annos. As recor-

dações da sua infancia o attrahiam para a vida do theatro, para que tinha grande gosto e vocação, e não podendo resistir á tentação entrou no theatro da Rua dos Condes, estreando-se a 29 de outubro de 1861, no papel do governador do castello de Palmella, na peça patriotica *1640 ou a Restauração de Portugal.* Apezar do papel não ser importante, conseguiu obter as boas graças do publico. Pouco tempo depois foi escripturado n'uma companhia organisada pela actriz Emilia das Neves, a qual representou no Porto, Braga, Guimarães, em Vigo e Corunha. A' volta, João Gil desligou se da companhia em Vigo, e chegando ao Porto associou se com o actor Amaral e outros artistas, e fôram dar algumas receitas a varias cidades e povoações do norte, tomando parte em quasi todos esses espectaculos o actor Taborda. Regressando a Lisboa, juntou-se á *troupe* de Francisco Fernandes, com quem percorreu,

João Gil

durante tempo bastante, quasi todas as provincias, representando com muito agrado dos diversos publicos. Depois foi contratado com Ribeiro para o theatro de Ponta Delgada, onde esteve dois annos; voltando a Lisboa, escripturou-se no theatro do Principe Real na empresa Cesar de Lima & C.ª, onde entre outras peças, representou no drama *O Zuavo*, em que o seu talento se manifestou d'um modo brilhante. O actor José Carlos dos Santos viu-o n'esta peça, e tanto se agradou do seu trabalho, que immediatamente o escripturou na companhia que estava tratando de organisar para o referido theatro, na nova empresa Santos & Pinto Bastos. Com tão autorisado mestre, João Gil fez notaveis progressos, entrando na maior parte do repertorio, recebendo sempre applausos. Tomando a empresa Santos & Pinto o theatro de Maria II, Gil não fez logo parte da companhia, por ter adoecido, mas não tardou a apresentar-se n'aquelle palco que elle, tinha grandes desejos de pisar. Em D. Maria II notabilisou-se no papel do sapateiro Simão, do drama *Maria Antonieta*, que muito concorreu para o enorme exito que obteve o drama. A imprensa teceu os maiores elogios ao trabalho de João Gil, que só por si, seria sufficiente para elevar um artista. Dedicadissimo ao actor Santos, que muito respeitava como seu mestre e amigo, acompanhou-o do theatro de D. Maria II para o do Gymnasio, e depois para o da Rua dos Condes. Em junho de 1876 Antonio Pedro e João Gil fizeram a primeira viagem ao Brazil, e representaram no Rio de Janeiro, merecendo tambem do publico fluminense enthusiasticos applausos e as maiores provas de apreço e consideração. No anno seguinte voltou ao Brazil, percorreu então as cidades de Santos, S. Paulo, Campinas, Campos e Rio de Janeiro, despertando em toda a parte o maior enthusiasmo, sendo alvo de continuas ovações. Gil tambem representou em Madrid e Barcelona, n'uma companhia que se organisou, e foi ali dar alguns espectaculos. Fez parte da companhia do theatro de D. Amelia, na empresa Rosas & Brazão, e actualmente pertence á do theatro do Principe Real. E' enorme o seu repertorio, desde o começo da sua carreira artistica até á actualidade; apontaremos as seguintes peças, representadas em differentes theatros: *O grumete*, *Paulo e Maria*, *Reino das joias*, *Gabriel e Lusbel ou o Thaumaturgo*, *O homem de ouro*, *Os mysterios sociaes*, *Os filhos dos trabalhos*, *Conde de S. Germano*, *Cynismo, scepticismo e crença*, *A probidade*, *O viveiro de Fr. Anselmo*, *Lampada maravilhosa*, *Rei do mundo*, *O monarcha das coxillas*, *A harpa de Deus*, *André Gerard*, *A gravata branca*, *A vida d'um rapaz pobre*, *Os Solteirões*, *O Abysmo*, *João carteiro*, *O juiz*, *Tartufo* *O paralytico*, *As duas orphãs*, *Os ladrões de Lisboa*, *Casas, criados e agiotas*, *Os velhos*. *O regente*, *Severa*, *Blanchette*, *O sargento-mór de Villar*, *A encrukilhada*, *A Resurreição*, *O sub-prefeito do Chanteau Buzard*, *A castellã*, *Madame de Sans Géne*, *A clareira*, *O Avô*, *O templo de Salomão*, etc.

Gil *(Manuel)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, onde foi um alumno muito distincto. A sua dissertação inaugural intitulou-se: *Sobre a febre puerperal.* Desde 1855 que exerce clinica em Lisboa, sendo muito considerado e respeitado. Nos annos de 1856 e 1857, por occasião das epidemias *Cholera-Morbus* e *Febre Amarella*, que assaltaram a capital, prestou valiosos serviços, e a Camara Municipal de Lisboa lhe conferiu a medalha de merito, que especialmente mandou lavrar para os benemeritos que se distinguiram durante aquelle tempo calamitoso. O sr. dr. Manuel Gil tem tambem o grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada.

Gil *(Mestre)* Physico do hospital de Todos os Santos. Não se sabe quando fôsse nomeado, mas em 1511 saiu um alvará mandando se-lhe abonar mais 6$000 réis annuaes, além dos 12$000 que já recebia. Foi cirurgião-mór do reino e de D. Affonso V, que muito o considerava, e lhe concedeu em prova de estima a faculdade de poder andar de mula, alguns bens em Evora, e um padrão de 100:000 libras de tença. No reinado de D. Diniz a libra valia 36 réis, e provavelmente, n'esta epoca, pouco mais valeria. Foi mais tarde clinico d'el-rei D. Manuel, que lhe deu dois padrões

de tença, um de 4$000 réis e outro de 3$633 réis; D. João III ainda lhe deu outro padrão de tença na importancia de 40$000 réis.

Gil *(Casal do)*. Na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Gil Carneiro *(João Bento)*. Conego, prior da freguezia de S. Sebastião da Pedreira. E' natural de Peso da Regoa. Ordenou-se em 1865. Estudou Theologia no seminario de Leiria, que depois leccionou. Passou mais tarde a Peso da Regoa e ao Porto, continuando sempre a leccionar gratuitamente, apezar de não ter fortuna. O tempo que as suas occupações lhe deixavam livre, empregava-o no estudo. Collaborou n'alguns jornaes do paiz, escrevendo artigos sobre questões religiosas e assumptos da sua terra natal. Em 1866 embarcou como parocho missionario, para a diocese de Angola e Congo. Em Mossamedes, Loanda, e Benguella, parochiou, leccionou, e missionou. Foi capellão militar, capellão dos hospitaes, das Misericordias, conforme o requeriam as urgencias do ministerio. Passou assim seis annos n'uma vida verdadeiramente apostolica. A primeira egreja confiada aos seus cuidados foi a de Santo Adrião, de Mossamedes. A egreja estava quasi derrocada, e elle mandou-a reconstruir á sua custa. A conclusão das obras coincidiu com a festa da Paschoa. Nunca se havia celebrado em territorio africano portuguez a cerimonia da primeira communhão ás creanças, e foi com esta solemnidade que se reabriu a egreja. Conhecendo, porém, que a sua saude se resentia da longa permanencia n'aquellas regiões inhospitas, regressou a Lisboa em janeiro de 1872. Sempre humilde e desinteressado, limitou-se a pedir uma freguezia rural, e foi então para Azambuja, onde esteve dez annos, sendo sempre muito estimado O ministro da marinha, então o conde de S. Januario, planeando a reforma radical da administração do ultramar, conhecendo muito bem o reverendo Gil Carneiro, e consistindo a reforma productiva e efficaz na escolha do pessoal, o mandou chamar para lhe offerecer a prelasia de Moçambique. Gil Carneiro foi para o ultramar, depois de fazer as suas disposições, que se reduziam apenas a arbitrar uma mezada a seus velhos paes, mezada que seria recebida no reino por intervenção d'uma das primeiras casas bancarias de Lisboa. Decorreram bastantes annos, e estando vaga a freguezia de S. Sebastião da Pedreira em 1883, o seu nome figurou na lista dos concorrentes. Sendo então nomeado prior da referida freguezia, ali se tem conservado.

Gil Eannes. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Barão de S. João, annexa á de Bensafrim, conc. de Lagos, distr. de Faro.

Gil Vicente V. *Vicente, (Gil)*.

Gilbarbedo. Pov. na freg. de S. Mamede, de Cibões, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga.

Gilde e Gildinho. Duas povoações na freg. de Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Gilhe. Pov. na freg. de S. Pedro, de Ferreira, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Gilmonde. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Moinho, conc. e com. de Barcellos, districto e arceb. de Braga; 521 hab. e 124 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada junto do rio Cávado. O D. prior da collegiada de Barcellos apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis. Antigamente escrevia-se *Gimonde*. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Gilvaia. Pov. na freg. de S. Vicente, de Pinheiro, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Gilvaz Veniste. A familia d'este appellido é oriunda da Allemanha, mas d'ella passaram a Portugal alguns membros nos primeiros annos da monarchia. As suas armas são: Escudo partido em pala; na primeira, em campo vermelho, duas alabardas em aspa com cabos de ouro e os ferros de azul; na segunda, em campo de prata, uma corôa de ordem de Christo, que é a cruz vermelha com outra dentro de prata; timbre, duas alabardas em aspa atadas com um torçal vermelho.

Gilvira. Pov. na freg. de S. Pedro, de Parada, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Gimba. Ha duas povoações com este nome no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Gimbande. Pov. do conc. de Cazengo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Gimbo. Pov. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. de Angola.

Gimboa. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Gimbra. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Annaes, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Gimonde. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 294 hab. e 60 fog. Tem caixa post. permutando malas com Bragança. A pov. dista 4 k. da séde do conc., e está situada na confluencia do rio Sabor com as ribeiras Contense e da Egreja. O reitor da freguezia de S. Pedro, de Babe, apresentava o cura, que tinha 6$500 réis de congrua e o pé d'altar. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Gineta. Systema de equitação, hoje chamado á Marialva, em que o cavalleiro estriba mais curto que na brida, tendo a perna caída naturalmente do joelho para baixo. Gineta indicava uma maneira de cavalgar de proveniencia hespanhola ou hispano-moirisca. Até ao seculo XVII dizia-se: *montar á gineta*, *freio á gineta*, *espada á gineta*, para indicar que se montava a cavallo á moirisca, isto é, com os estribos muito curtos, sobre uma sella de altos arções, como os ginetarios; para indicar que o freio era de anneis fixos, formando barbella, para indicar que as espadas eram feitas como as dos moiros. *Os estribos á gineta* eram os de fórma ainda hoje preferida pelos arabes. *Os arnezes á gineta* eram armaduras leves, de peças muitas vezes separadas por largos intervallos, que se traziam na mesma epoca, em Hespanha, tanto entre os musulmanos como entre os christãos. Bibliographia: *Tratado da Gineta*, etc., Lisboa, 1629, attribuido a Fr. Pedro Gallego. V. *Cavallaria e Equitação*.

Ginetes. Ilha de S. Miguel; pov. e freg. de S. Sebastião, conc., com. e distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo; 2:373 hab. e 572 fog. Tem medico, esc. do sexo masc., e est. post. permutando malas com Ponta Delgada. Está situada á beira-mar, na costa meridional da

ilha, a 23 k. O da cidade de Ponta Delgada, e a 5 k. E da pov. dos Mosteiros. Produz trigo, milho, fructa e cria gados. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 26 com a séde em Ponta Delgada.

Ginez (*Fernão)*. Foi um dos que acompanharam el-rei D. Sebastião á funesta expedição d'Africa, com o intuito de conquistar a gloria no campo da batalha. Era natural da villa de Monsão. O infeliz moço, pois contava ainda muito pouca edade, quando partiu a expedição, foi uma das victimas d'aquella desastrosa batalha d'Alcacer-Kibir, ficando captivo do xerife Mulei-Maluco, e este, vendo que o joven escravo persistia na sua inabalavel fé, preferindo a morte com todos os seus horrores a uma vergonhosa apostasia, mandou que o carrasco lhe tirasse a vida, e que o cadaver fôsse lançado n'um dos poços do seu jardim. O martyrio de Fernão Ginez realisou-se em 1585. D'elle fazem menção D. Francisco da Costa, embaixador de Hespanha em Marrocos, e o cardeal Alberto, governador de Portugal durante o dominio castelhano.

Ginga *(D. Anna de Sousa, rainha)*. Esta rainha preta foi uma das mais terriveis inimigas que tivemos em Angola. Era irmã do regulo de Matamba Gola Ginga Bandy, que, tendo-se revoltado contra os portuguezes em 1618, foi derrotado por Luiz Mendes de Vasconcellos. Tres annos depois, em 1621, a rainha Ginga veiu em nome do irmão pedir a paz. Foi-lhe concedida, e a princeza baptisou-se, recebendo no baptismo o nome de D. Anna de Sousa. Mas logo no anno immediato Gola Bandy se revoltou novamente, fazendo grandes insultos aos portuguezes. Então a propria irmã foi d'esta vez nossa auxiliar, ainda que indirectamente, porque, desejando vingar-se do irmão, que lhe matara um filho, envenenou-o, e succedeu-lhe no poder. Portugal, porém, nada lucrou, porque a soberana africana começou a exercer uma serie de violencias contra os portuguezes. Abandonou a religião christã e começou a tyrannisar os nossos feudatarios. O governador Fernando de Sousa, em 1627, reconhecendo a necessidade de lhe applicar um castigo severo, fez-lhe guerra, e derrotou-a n'uma batalha em que lhe matou muita gente, aprisionando-lhe tambem duas irmãs, Cambe e Funge, que vieram para Loanda, e se baptisaram, recebendo os nomes de D. Barbara e de D. Engracia, voltando depois em 1628, para Matamba. Foi, com effeito, uma boa lição, porque a rainha Ginga se manteve por muitos annos em paz, que nos era muito util, porque os hollandezes começavam a affrontar as nossas possessões da Africa Occidental. Quando os hollandezes conseguiram tomar Loanda, a rainha Ginga alliou-se logo com elles, e fez todo o mal que pôde ás nossas tropas, mas em janeiro de 1647 Gaspar Borges de Madureira derrotou completamente a temivel rainha preta, que instigada pelos hollandezes, que até lhe haviam enviado alguns officiaes, marchara contra nós, e aprisionou de novo sua irmã D. Barbara. Reconquistada finalmente Angola por Salvador Correia de Sá, a rainha Ginga soffreu uma lição severa, e só pôde obter a paz depois de se humilhar completamente. Em 1657, uns religiosos capuchinhos italianos a convenceram a abraçar de novo a fé catholica, e então o governador de Angola, Luiz Martins de Sousa Chichorro, lhe restituiu a irmã, que se conservava prisioneira. A rainha Ginga morreu em 1680, de edade muito avançada.

Ginga. Antigo reino da Africa Occidental, incorporado na prov. de Angola, achando-se as suas terras distribuidas por diversos concelhos do districto de Loanda. O territorio foi occupado militarmente, depois que os seus habitantes auxiliaram os hollandezes no bombardeamento e ataque á cidade de Loanda. Fôram desalojados e derrotados por Salvador Correia de Sá.

Gimgambo. Duas povoações d'este nome, no conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Ginganga. Pov. do conc. de Pungo Andongo distr. de Loanda, prov. de Angola.

Ginganhe. Um dos nove districtos em que foi dividido o prazo Mambone, do distr. de Sofala, prov. de Moçambique, Africa Oriental. O solo é fertil, produzindo milho, arroz, anil, algodão, tabaco e meixoeira, bastante arvoredo e muito gado. E' habitado por cafres um tanto trataveis. O clima é salubre.

Ginjal. Um dos logares mais importantes da freg. de S. Thiago, de Almada. Tem uma fabrica de cal. || Pov. na freg. de N. S.ª do Monte, de Caparica, do mesmo conc. e distr. de Lisboa. || Ilha do Pico; pov. na freg. de Santo Antonio, conc. de S. Roque do Pico, distr. de Horta.

Ginjas. Ilha da Madeira; pov. na freg. e conc. de S. Vicente, distr. do Funchal.

Ginjeira. Ilha do Pico; pov. na freg. de S. Matheus, conc. do Magdalena, distr. da Horta. || Pov. na freg. de S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Ginjo. Pov. na freg. de S. Thomé, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Ginzo. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 146 hab. e 36 fog. Está annexa á freg. de S. Pedro, de Alvito. O D. prior da collegiada de Barcellos apresentava o vigario, que tinha 24$000 réis annuaes. A pov. dista 12 k. da séde do conc., 3 da margem esquerda do rio Neiva, e a 8 da margem direita do Cávado. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Giões. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. do Algarve, conc. d'Alcoutim, com. de Villa Real de Santo Antonio, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 948 hab. e 208 fog. Tem esc. do sexo fem. e est. post. permutando malas com Alcoutim; feira a 4 e 5 d'agosto. A pov. dista 20 k. da séde do conc. e está situada n'um outeiro, entre serras, perto da margem direita da ribeira de Vascão. A mitra apresentava o cura, que tinha annualmente 480 alqueires de trigo e 60 de cevada. Tem uma boa egreja de tres naves, capella-mór á moderna, e dizem que possue os mais ricos paramentos do Algarve. A pov. tem poucos arvoredos e poucos mattos mas possue boas terras de pão, principalmente para o lado do rio Vascão. Cria muito gado. Pertence á 4.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro.

Girabolhos. Pov. e freg. de Santa Justa, da provincia da Beira Baixa, conc. e com. de Ceia distr. e bisp. da Guarda; 1:141 hab. e 264 fog.

Tem escolas d'ambos os sexos e caixa post. A pov. dista 9 k. da séde do conc. O cabido da sé de Coimbra apresentava todos os annos o cura, que tinha 25$000 réis annuaes. A pov. pertence a 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n. 12, com a séde em Trancoso.

Girahul *(Ponta do)*. Cabo da costa do distr. de Mossamedes, prov. de Angola. Fórma o extremo septentrional da bahia de Mossamedes, ou Angra do Negro. E' pouco saliente, raso e talhado a pique. || Pov. do conc. e distr. de Mossamedes, prov. de Angola.

Girahul *(Portal do)*. Pequena enseada na costa do distr. de Mossamedes, prov. de Angola. Abre-se nas barreiras por onde, na epoca das chuvas, vae desaguar no Oceano o rio Quenina ou Girahul. Fica situada ao S da bahia das Pipas. Chama-se tambem *Quebrada de Girahul.* || Rio do distr. de Mossamedes, prov. de Angola. N na serra de Chella e vae desaguar no oceano pela Quebrada do Girahul. Corre por entre vastos terrenos, havendo nas suas margens densas mattas de boas madeiras e minas de cobre. Só na epoca das grandes chuvas é que possue agua bastante para chegar até ao mar o seu curso. Tambem se denomina *Rio Quenina.* || Bahia da costa do distr. de Mossamedes, prov. de Angola. Fica um pouco para E da ponta Redonda, sendo limitada, pelo O, pela ponta Grossa ou do Noronha. E' de praia de areia.

Giral e Pacheco *(Antonio Vilhafanche)*. Homem de commercio e um dos mais peritos arithmeticos do seu tempo. Uns dizem que era natural do Porto, e outros de Almeida. Fal. em Lisboa a 27 de setembro de 1641. Escreveu: *Flôr de Arithmetica necessaria ao uso dos Cambios, e Quilatador do ouro, e prata, livro o mais curioso que tem saido.* Lisboa, 1624.

Giraldes *V. Geraldes.*

Giralte *(Francisco)*. Physico d'el-rei D. Sebastião, e do hospital de Todos os Santos; não se sabe quando foi nomeado, e fal. em 1561.

Girão. Este appellido é de origem castelhana e com varonia real. Os d'esta familia descendem de D. Rodrigo Gonçalves de Cisneiros, que povoou Valladolid, o qual foi quem primeiro usou do appellido de Girão. D. Rodrigo, estando n'uma batalha, e vendo el-rei D. Affonso VI, a pé e maltratado dos moiros, o livrou, dando-lhe o seu cavallo, e foi elle levado como captivo, cortando primeiro a el-rei um girão do vestido, pelo qual foi depois conhecido por verdadeiro autor d'aquelle feito, de que outro pretendia usurpar a gloria e premio. Girão é dos illustres e antigos appellidos de Hespanha. Os duques de Ossuna o conservam. Trazem por armas na parte superior do escudo em pala as armas reaes de Leão e Castella, e na inferior tres girões vermelhos em campo de ouro com orla de escaques das mesmas côres, e cinco escudos das quinas das armas de Portugal. Os escaques são as primeiras armas dos Cisneiros. Os condes de Puebla de Montalvão, e outros, que são dos Girões, trazem por armas o escudo esquartelado; no primeiro quartel e ultimo os Girões, e orla das côres citadas; e nos outros duas cadeias com girões das mesmas côres em campo de prata.

Girão *(Antonio Luiz Ferreira)*. Bacharel formado em Mathematica e Philosophia na Universidade de Coimbra socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa e do Instituto de Coimbra, professor da Academia Polytechnica do Porto, etc. N. n'esta cidade a 13 de junho de 1823, e fal. em V. N. de Famalicão a 2 de agosto de 1876 Era filho de Antonio Ferreira Carneiro de Vasconcellos, senhor da honra do Paço de Avioso, dos morgados do Carregal e das Taipas, coronel do regimento de milicias da Feira, e de sua mulher, D. Maria Amelia Ferreira Teixeira Girão; era irmão do 2.º visconde de Villarinho de S. Romão, Alvaro Ferreira Teixeira Carneiro de Vasconcellos, e tio do actual visconde, o sr. Luiz Ferreira Girão Carneiro de Vasconcellos. Desejando seguir a carreira militar, assentou praça de cadete em 1842 no regimento de infantaria n.º 6; e d'ahi seguiu os postos inferiores, chegando ao de sargento de brigada. Exercia este posto quando rebentou no Porto a 9 de outubro de 1846 a revolução denominada da Junta do Porto. Entrando em operações a tropa sublevada contra a parte do exercito que se manteve fiel á rainha D. Maria II, e que commandava o marechal duque de Saldanha, Girão seguiu o seu regimento, sendo promovido a alferes pela junta revolucionaria. Achava-se na divisão que capitaneava o tenente-general conde de Bomfim, quando o marechal Saldanha, por uma manobra muito habil conseguiu separal-a da outra divisão que dirigia o tenente-general conde das Antas. Então o marechal resolveu batel-as em separado, e para isso atacou a divisão Bomfim em Torres Vedras. A batalha deu-se a 22 de dezembro de 1846, ficando Saldanha victorioso. A força do conde de Bomfim ficou prisioneira, e Ferreira Girão foi preso, sendo conduzido á torre de S. Julião. Terminando a campanha civil com a convenção de Gramido, assignada em junho de 1847, havendo amnistia, os officiaes que não tinham patente legal não fôram contemplados, e Ferreira Girão, assim como os outros officiaes nomeados pela junta, teve baixa do serviço militar, e ficou sem destino Resolveu-se então a frequentar a Universidade de Coimbra. e matriculou-se em 1847 nas faculdades de Mathematica e Philosophia. Fez um curso distincto em ambas as faculdades, obtendo formatura em Philosophia e o grau de bacharel em Mathematica. Dedicou-se algum tempo á politica, e o districto de Villa Real o elegeu seu deputado, mas no parlamento não se manifestou por partido algum, conservando uma posição independente. Abandonando depois a politica, fez se inscrever em concurso para uma cadeira na Academia Polytechnica do Porto, na secção de Philosophia, e foi provido com o maior applauso do corpo docente e do publico. Nas cadeiras que regeu, mostrou-se sempre um dos professores mais distinctos. Em chimica, mineralogia, e metallurgia, era uma notabilidade respeitada em todo o paiz e fóra d'elle. Foi tambem lente de mineralogia no Instituto Industrial, e um dos fundadores da Associação d'Agricultura do Porto. No *Cancioneiro Alegre*, Camillo Castello Branco fala largamente ácerca d'este erudito professor. Escreveu: *Noticia biographica do visconde de Villarinho de S. Romão*, Porto, 1870; *Da acção da agua sobre os encanamentos de chumbo*, Porto, 1874; *Carta ao meu amigo Borges*, por João Gorilha, Porto 1874; *Segunda carta ao meu amigo Borges*, Porto. 1876; *Ensaios chimicos applicados á prova e doseamento dos compostos de chum-*

bo, de cobre e de zinco nas aguas potaveis e nas bebidas fermentadas, Porto, 1876 ; *L' Institut Industriel de Porto*, Porto, 1873 e 1878; *A theoria dos atomos e os limites da sciencia*, Porto, 1879. Ferreira Girão tambem era poeta, e escreveu muitos folhetins cheios de vivacidade. Era considerado como um dos rapazes mais espirituosos do seu tempo, e contam-se d'elle anecdotas muito engraçadas.

Girão (*P. João Rodrigues*). Jesuita N em Alcochete, e fal. em 1633. Era filho de Francisco Girão e de Beatriz Lourenço. Entrou para o noviciado da Companhia de Jesus, de Coimbra, a 16 de dezembro de 1576, e partiu para a India em 1583; missionou no Japão, cuja lingua aprendeu para se fazer comprehender pelos gentios, que attrahia ao gremio da Egreja. Escreveu : *Cartas Annuas de Nangazachi dos annos de 1604 e 1605;* sairam traduzidas em latim, Antuerpia, 1611 e 1612, em italiano, juntamente com outras, Roma, 1608 e 1610. Ainda publicou mais *Cartas Annuas*, em Roma. Deixou manuscripta : *Carta escripta de Macau a 24 de março de 1627 ao padre Geral, em que relata a morte do Padre Francisco Pacheco, provincial da provincia do Japão*, etc.

Girão. Figura que faz parte do escudo, em heraldica; simillhante ao *mantel*. V. *Brazão*, Portugal, vol. II, pag. 488.

Girão. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Graça, do Estreito da Calheta, conc. da Calheta, distr. do Funchal. || Ponta da costa do conc. de Camara de Lobos, ilha da Madeira, ao fundo da bahia de Camara de Lobos. E' n'este ponto recoberta por uma muralha de basalto. Este cabo fórma gigantescos penhascos, cortados verticalmente, de 500 m. de altura.

Girard (*Alberto Arthur Alexandre*). Engenheiro civil, conservador do Museu Real do Paço das Necessidades, socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, commendador da ordem de S. Thiago, jornalista, etc. N. em New-York a 16 de outubro de 1860. E' filho de Estevão Luciano Girard e de D. Mathilde Girard. Foi tambem conservador do Museu de Zoologia da Escola Polytechnica até setembro de 1902, e fez parte da commissão de Pescarias, a que já não pertence. E' um distincto naturalista. Esteve em Milão organisando a exposição de Sua Magestade El-rei Senhor D Carlos I, representando tambem ali o governo portuguez Foi como delegado do ministro da marinha represental-o no congresso nacional em Italia, sendo agraciado em fevereiro de 1907, pelo governo italiano, com o grau de official da ordem da Corôa de Italia. Juntamente com o diploma, recebeu o sr Girard uma carta em que se lhe communicava ter sido elle o unico commissario estrangeiro a quem fôra dada tão elevada distincção. Pela maneira como representou o governo e a commissão de pescarias na exposição colonial de Marselha, foi-lhe dado um *grand-prix* de collaboração, e á commissão central de Pescarias um *grand-prix* de honra. O governo francez tambem o agraciou com o officialato da Legião de Honra. Bibliographia : *Insectes de l'interieur d'Angola*, Lisboa 1881, 1 folheto; *Nota sobre os Cephalopodes de Portugal* (*no Jornal de Sciencias Mathematicas Physicas e Nataraes*», *vol. 1, 2.ª série); Révision des Céphalopodes du Muséum de Lisbonne* (idem); *Révision des Cephalopodes, etc. (Additions)*, (idem, 2.º vol. da 2.ª série); *Les Cephalopodes des îles Açôres et de l'ile de Madére* (idem); *Description des deux «Ennea» nouveaux de l'ile Fernando Pó*,(idem); *Note sur le «Cœliaxis Layardi»*, (idem) ; *Révision de la faune malacologique des îles St. Thomé et du Prince* (idem, 3.º vol. da 2.ª série); *Molusques terrestres de l'ile Anno Bom*, (idem); *Sur le «Thyrophotrella Thomensis». Greeff, Gastéropode terrestre muni d'un faux opercule à la charniére* (idem 4.º vol. 2.ª série). De collaboração com Jules Daveau : *Excursion aux Iles Berlengas et Farilhões* (noticee zoologique, Lisbonne, 1884, folheto.

Girei. Pov. na freg. de santos Cosme e Damião, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Giria. Linguagem popular, mas especialmente usada por certa ordem de gente de baixa esphera, vadios, fadistas, etc., para se fazerem comprehender entre si. O primeiro catalogo de *Giria* que se publicou, foi no seculo XVIII, em 1760, ordenado alphabeticamente por Manuel José de Paiva. Vem publicado de pag. 104 até 153 do livro d'este escriptor, intitulado : *Enfermidades da lingua, ou arte que ensina a emmudecer para melhorar. Autor Silvestre Silverio da Silveira e Silva. Invocase a protecção do glorioso Santo Antonio de Lisboa*, por Manuel José de Paiva. O fallecido conselheiro José Silvestre Ribeiro, na sua *Resenha da Litteratura Portugueza*, tomo I, pag. 304 e seguintes, fala com algum louvor d'este livro, dizendo: «supposto que seja antes um tratado de moral pratica, e de finissima critica das tendencias ruins do homem, deve comtudo ser contado entre os subsidios philologicos, em consequencia de consagrar o autor algumas paginas á enumeração de palavras e phrases, que julga deverem ser excluidas de todo da nossa lingua.» E mais adeante, continúa : «O que especialmente nos interessa é o trabalho da collecção das palavras e phrases da lingua portugueza, que lhe pareceram improprias e condemnaveis. A collecção d'ellas é muito numerosa, offerecendo por isso reunidos muitos elementos d'esse genero, que a grande custo se encontram, espalhados como andam.. o autor é, porém, nimiamente escrupuloso, e severo em demasia, quando condemna de todo um sem numero de palavras e phrases, as quaes empregadas a tempo e opportunamente, communicam uma certa energia e graça á expressão, e enriquecem a lingua com idiotismos, e a tornam propria para todos os estylos, etc. Bibliographia : *Os ciganos em Portugal, com um estudo sobre o calão*, por F. Adolpho Coelho, Lisboa, 1892; *Giria portugueza*, por Alberto Bessa, Lisboa, 1903.

Girmo. Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola.

Gissamba. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Giz. Pov. na freg. de Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Glamma Stroberle (*João*). Pintor, de origem allemã, mas nascido em Portugal em 1708. Esteve em Roma 18 ou 20 annos dedicando-se a copiar os quadros de Raphael. Veiu depois residir no Porto, onde trabalhou muito para as egrejas, e executou muitos retratos. Glamma estava em Lisboa na occasião do terremoto de 1 de novembro de 1755, o que lhe deu ensejo para um

dos seus quadros mais apreciaveis, intitulado : *Uma scena do terremoto de 1755*. Era muito instruido, um desenhador muito distincto e pintava com muita facilidade. Não tinha discipulos, porque não queria admittil-os no seu estudo. Encontram-se quadros de Glamma no Porto: no altar-mór das egrejas de S. Nicolau, S. João Novo, e N. S.ª da Victoria. Em Braga tambem ha quadros seus nas capellas lateraes da Sé, sendo os mais notaveis o de S. João Baptista, Santa Barbara e S. Sebastião. O museu do Porto possue um quadro de Glamma, o retrato d'um monge, que dizem ter muito valor.

Gloria *(D. Antonio da)*. Conego da ordem de Santo Agostinho, doutor em Theología pela Universidade de Coimbra. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho do dr. Manuel d'Almeida da Maia e de Catharina d'Assumpção. Recebeu o habito no convento de S. Vicente de Fóra a 22 de janeiro de 1713. Depois de lêr as faculdades de Philosophia e de Theologia aos seus domesticos no collegio da sua ordem de Coimbra, doutorou-se em 1726. Deixou impresso apenas um dos seus sermões, que publicou em Coimbra, em 1735 : *Sermão em acção de graças, que o Senado da Camara de Coimbra celebrou pelo nascimento da Serenissima princeza da Beira primogenita dos Serenissimos Principes dos Brazis, em fevereiro de 1735.*

Gloria *(Antonio José LeiteGuimarães, 1.º barão da)*. Capitalista abastado, proprietario, negociante de grosso trato na praça commercial do Rio de Janeiro, commendador da ordem da Rosa, do Brazil. N. na freg. de S. João de Penecello, proximo de Guimarães, a 21 de agosto de 1806, fal em Lisboa a 29 de outubro de 1876. Era filho de Antonio José Leite de Faria, proprietario, e de sua mulher, D. Custodia Maria Machado ; irmão do 1.º barão de Nova Cintra, José Joaquim Leite Guimarães *(V. Nova Cintra)* O barão da Gloria foi muito novo para o Brazil para se empregar no commercio, e conseguindo grangear avultada fortuna, veiu depois para Lisboa, onde se conservou no estado de solteiro, até á data do fallecimento. Era proprietario da quinta, que existe ainda hoje na estrada de Bemfica, conhecida pelo nome de *Beau Sejour*. O titulo foi concedido pela rainha D. Maria II, por decreto de 25 de junho, e carta de 6 de julho de 1852.

Gloria *(Soror Brites da)*. Religiosa franciscana do convento de Santa Clara, de Lisboa, fallecida em 1663. Pelos seus dotes de cantora mereceu que a Academia dos Singulares consagrasse á sua memoria a sessão realisada em 3 de fevereiro de 1664, em que se recitaram numerosos versos panegyricos em honra da religiosa cantora, diversos academicos, entre elles os musicos Sebastião da Fonseca e Paiva, Antonio Lopes Cabral e Antonio Marques Lesbio. Paiva dedicou-lhe dois sonetos acrosticos e um *Epilogo* em hespanhol; Lopes Cabral um panegyrico em 24 oitavas, e Lesbio uma canção em hespanhol e uma decima em portuguez.

Gloria *(Soror Catharina da)*. Religiosa franciscana, que foi apreciavel cantora e organista, e falleceu em 1598.

Gloria *(Fr. Gabriel da)*. Religioso da ordem de S. Bernardo. Natural do logar de Cucanha, couto do Mosteiro de Santa Maria da Piedade de Salzedas. Ignoram-se as datas do nascimento e do fallecimento. Professou no convento de S. João de Tarouca a 4 de janeiro de 1663. Depois de estudar as sciencias severas, dictou Theologia no collegio de Coimbra, não proseguindo depois no magisterio, por motivo de grave doença. Foi abbade do convento de Aguiar, eleito em 1684; mestre de noviços no mosteiro de Alcobaça em 1687, e por fim geral da sua congregação em 1699. Compoz: *Vilhancicos para as festas de Christo, Nosso Senhor e Santos, que se celebram no Real Mosteiro de Alcobaça*, os quaes se conservavam inéditos na livraria do referido mosteiro.

Gloria *(Soror Magdalena da)*. Religiosa da ordem de S. Francisco. Chamava-se no seculo D. Magdalena Eufemia da Gloria. N. no paço real de Cintra a 11 de maio de 1672; ignora-se a data do fallecimento, mas parece que vivia em 1759, Era filha de Henrique Carvalho de Sousa, commendador da commenda de S. Pedro, de Aguiar. provedor das obras do paço, no reinado de D. Affonso VI, e de D. Helena de Tavora, filha de Luiz Francisco d'Oliveira, senhor do morgado de Oliveira, e de D. Luiza de Tavora, filha de Alvaro Pires de Tavora, governador do Algarve, vice-rei da India e conselheiro de Estado. Soror Magdalena da Gloria professou aos 16 annos de edade no convento da Esperança, de Lisboa, a 25 de março de 1688. Foi considerada no seu tempo como escriptora notavel. Publicou as seguintes obras, com o nome de Leonarda Gil da Gama, perfeito anagramma do seu nome: *Astro brilhante em novo mundo, fragrante flôr do Paraíso, plantada no jardim da America; historia panegyrica de Santa Rosa de Santa Maria*, Lisboa, 1733; *Novena de Santa Rosa de Santa Maria*, Lisboa, 1734; *Brados do desengano, contra o profundo somno do esquecimento, em tres historias exemplares, para melhor conhecer se o pouco que duram as vaidades do mundo, etc*, Lisboa 1736 ; *Segunda parte*, em 1739; houve outra edição em 1753; *Orbe celeste, adornado de brilhantes estrellas e dois ramilhetes, etc.*, Lisboa, 1742; é uma miscellanea de discursos e novellas moraes em prosa e verso; de pag. 207 a 259 tem um poema em 159 oitavas, intitulado *Jacob e Rachel*, bem como sonetos, decimas, romances, etc.; *Aguia real, phenix abrasado, pelicano amante, historia panegyrica, e vida prodigiosa do inclyto patriarcha Santo Agostinho*, Lisboa, 1744; *Reino de Babylonia ganhado pelas armas do Empyreo; discurso moral*. etc., Lisboa, 1749, com uma estampa no frontispicio e mais 16 gravuras allusivas aos assumptos de outros tantos capitulos em que se divide esta especie de romance moral e allegorico. Todas estas obras fôram muito applaudidas e admiradas dos contemporaneos, que proclamaram a autora como *phenix dos engenhos*.

Gloria *(Soror Marianna Josefa da)*. Religiosa, autora da *Fundação do convento de Nossa Senhora de Marvilla*, Lisboa 1745.

Gloria. Pov. e freg. de N. S.ª da Gloria, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Extremoz, distr. e arceb. de Evora; 731 hab. e 152 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 6. k. da séde do conc. A mitra apresentava o cura, que tinha 180 alqueires de trigo e 60 de cevada. A pov. pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 22, com a séde em Abrantes. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Muge, conc. de Salva-

terra de Magos, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de Santa Eufemia e conc. de Penella, distr. de Coimbra. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Braz, de Campanario, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal. || Ilha de Santa Maria, pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Santo Espirito, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada.

Glosa. Explicação do texto de uma obra scientifica, de ordinario escripta á margem. Annotação, commentario. || Nos antigos manuscriptos a glosa era uma annotação, quasi sempre concisa, posta por cima da palavra ou phrase que explicava, ou na frente ou á margem. Algumas vezes as glosas introduziam-se no texto, onde é muito difficil conhecel-as. As glosas estiveram em uso nas antigas escolas de direito, especialmente na universidade de Bolonha, onde os professores d'esta celebre escola, aos quaes se deve a extensão dos principios do direito romano, desenvolveram tão bem esse systema de commentarios que se lhes deu o nome de glosadores. Desde o seculo IX que se encontram applicadas as glosas á interpretação da Biblia. || Composição poetica, desenvolvendo o pensamento de um mote cujos versos fazem parte da mesma composição. Geralmente as estrophes são tantas quantos os versos do mote, e cada estrophe acaba com um d'elles.

Glossario. Vocabulario technico. || Diccionario de palavras em desuso ou obscuras. O *Elucidario* de Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, Lisboa 1798, bem se póde considerar o nosso melhor glossario. Na advertencia preliminar da sua obra mostra bem Viterbo que não lhe deu por modestia o titulo de *glossario*. Assim, escreve elle: «A' imitação do immortal du Cange, que intitulou *Glossario* a sua grande obra, que emprehendeo para intelligencia dos Escritores da media, e infima Latinidade, pudéra eu dar o mesmo titulo a esta humilde Produção. Este seria o voto do Cl. Paschoal José de Mello, que no seu *Livro*, em tudo *singular*, *da Histor. do nosso Direito Civil* Cap. 13. §. 122, efficazmente desejava um *Glossario* Portuguez, onde claramente se explicassem as vozes antigas, e já hoje antiquadas, com que em outro tempo se explicaram os nossos maiores. N'este mesmo pensamento estaria o Author da Historia da Ordem do Hospital, que na Prefacção da 1.ª Parte nos tem lisongeado com a esperança de um *Trabalho*, que longo tempo ha, tem emprendido, sobre as *Inquirições*, e *Foraes* do nosso Reino; reconhecendo ali mesmo a precisão urgente, em que estamos de um *Glossario*, sem o qual *se não pode atinar a cada passo com o particular sentido, que entre nós tiverão muitos Vocabulos*. Mas desconfiando, e com razão, de que esta obra correspondesse aquelle nobre, e pomposo titulo, que suppõe alguma cousa perfeita já, e consummada n'este genero: adoptei com preferencia o de *Elucidario*, que indica tão sómente um desejo figadal, e honesto, de dar toda a luz possivel ao que a revolução dos seculos tornou grandemente escuro, exotico, e desconhecido. Deste mesmo titulo usou o Padre Bento Pereira, não só na Obra que compôz de Theologia Moral, mas tambem quando se propôz elucidar, e esclarecer os Termos menos claros de hum, e outro Direito, o que nem sempre conseguio. *Elucidario* se chamou igualmente a *Summa de toda a Theologia Christãa*, attribuida a Santo Anselmo ..» O celebre Glossario de Du Cange intitula-se *Glossarium ad scriptores mediæ et infimæ latinitates*, com diversas edições e augmentos de varios eruditos benedictinos de S. Mauro, e outros. A primeira edição é de 1678. E' uma obra riquissima de documentos linguistas e archeologicos, colleccionados com o maior cuidado. Ainda hoje é indispensavel aos investigadores, especialmente philologos.

Glytographia. Descripção ou estudo das pedras preciosas antigas gravadas. A glytica, arte de gravar em pedras finas, teve o seu apogeu no seculo XV, sendo os melhores gravadores de origem italiana. No seculo XVI ainda floresceu esta delicada arte, que no seculo seguinte desapparece quasi completamente. As principaes *glyptothecas* ou gabinetes de pedras gravadas, dos grandes museus da Europa, são tambem denominadas *dactyliotecas*, porque essas pedras antigas eram na sua maior parte, como ainda hoje se usa, montadas em anneis, que serviam de sinetes. As pedras gravadas, sob a fórma de camapheus, tambem constituiam por si proprias um objecto de adorno.

Gneco (*Eudoxio Cesar Azedo*) Praticante de gravador da Casa da Moeda, e gravador typographico. N, em Samora Correia a 11 de junho de 1849. Foi por algum tempo aprendiz de esculptor, e em 1865 entrou para a Casa da Moeda, onde fez a sua educação artistica como abridor de cunhos e medalhas, e tambem como gravador typographico. Posteriormente praticou a gravura para a estampagem de tecidos, e a galvanoplastia. Os seus trabalhos artisticos são numerosos e de muito apreço. Fez parte da missão operaria portugueza mandada a França, e foi premiado com medalhas de prata nas exposições de Lisboa de 1887, de Paris de 1889, e ainda na de 1900 com a medalha de cobre. Filiando-se na Maçonaria, foi eleito veneravel da loja *Razão e Justiça*, para onde entrou em 1870, saindo tres annos depois; em 1871 filiou-se na *Internacional*, fez parte, com José Fontana, da celebre *Secção de Monte Olivete*, pertenceu aos corpos gerentes do Centro Promotor, foi secretario da Associação da Fraternidade Operaria, em 1872, defendeu vigorosamente a resolução do congresso da Haya sobre a organisação de partidos operarios nacionaes, e combateu a *Alliança*, que era o anarchismo da epoca. Mallogrado o movimento de 1872, Azedo Gneco tomou uma importante parte na organisação da Associação dos Trabalhadores na região portugueza e na fundação do Centro republicano federal, em 1873, pugnando sempre pela constituição do partido operario, até que finalmente em 10 de janeiro de 1875, por proposta sua, foi fundado em Portugal o partido socialista. Tomou depois a iniciativa da organisação do primeiro congresso do mesmo partido, que se realisou em 1878, foi o principal collaborador do segundo, em 1877, delegado ao de 1879, organisou a ultima conferencia do partido operario, em 1882, fez parte dos dois congressos das associações e da sua junta, etc. Com Antonio Joaquim d'Oliveira e outros, fundou em 1875 o *Protesto*, jornal socialista; redigiu por muito tempo o *Protesto operario*, de que tambem foi um dos fundadores, e escreveu no *Rebate*, *Operario*, *Trabalhador*, *Li-*

vre pensamento, *Republica Social*, *Voz do Operario*, *Vanguarda*, e em muitos outros jornaes. Publicou tambem alguns opusculos de propaganda, e redigiu grande parte dos documentos mais importantes emanados do partido socialista portuguez. Em julho de 1896 representou os trabalhadores de Portugal no congresso operario realisado em Londres, e a Liga das artes graphicas do Porto no congresso de litographos que pelo mesmo tempo so effeituou na capital ingleza. De regresso ao paiz apresentou-se no Porto a dar conta da sua missão ás classes que fôra representar, e desenvolveu então uma prodigiosa actividade, chegando a fazer tres conferencias por dia em outras tantas associações. O governo, vendo que Azedo Gneco fazia larga propaganda socialista nos centros operarios, mandou-o recolher immediatamente a Lisboa, e com tão terminantes ordens, que nem tempo houve para que as associações operarias lhe prestassem uma ultima homenagem de sympathia que lhe projectavam n'um grande jantar de mais de duzentos talheres. Azedo Gneco é considerado um dos primeiros oradores do partido socialista portuguez, que lhe deve importantes serviços. Foi proposto a deputado operario pelo Porto e a camarista por Lisboa, mas nenhuma d'essas candidaturas triumphou. São numerosas as associações operarias portuguezas que tem fundado e remodelado, e em cuja gerencia tem tido uma parte mais ou menos activa.

Gôa. Antiga medida de tres palmos chamados de *gôa* pelos constructores de naus. || Palmo de *gôa*, medida antiga egual a um palmo ordinario e mais uma pollegada.

Gôa. Um dos tres districtos administrativos em que foi dividido o Estado da India, por decreto de 1 de dezembro de 1869. E' o mais importante dos tres districtos. Está situado na costa do Malabar, e é limitado: ao Norte na sua maxima parte pelo rio Araundém ou Tiracol, na direcção do seu curso, e por varios contrafortes da cordilheira dos Gattes, que o separam da India ingleza; ao Oriente pela cordilheira dos Gattes; ao Sul por diversos contrafortes da mesma cordilheira, que tambem o separam da India ingleza, confinando com o Canará; e ao Occidente pelo Oceano Indico. Quanto á sua extensão e superficie, o maior comprimento é de 105 kilom., desde Patardeu ao N, até Polém ao S, pontos os mais distantes; e a maior largura de 60 kilom., entre Mormugão a O, e o cume dos Gattes de Tinném a Léste. Com a ilha de Angediva, comprehende uma area de 3:370 kilometros quadrados. O territorio de Gôa compõe-se das seguintes terras e provincias: *Velhas Conquistas :* Ilhas de Gôa (Tissuaddy e contiguas), Salsete (provincia), Bardez (provincia), as quaes foram conquistadas, as primeiras em 1510 e as ultimas em 1543. *Novas Conquistas:* Perném (provincia) com o districto de Tiracol, fortaleza conquistada em 1746, e cujo territorio foi cedido em 1781-1788. Bicholim ou Batagrama (provincia) cedida em 1781. Satary provincia) cedida em 1782. Pondá, ou Antruz, (provincia), Zambaulim, ou Panchamal, comprehendendo cinco provincias: Embarbacém, Astagrar, Bally, Cacorá, Choudrovaddy, todas cedidas em 1763, Canácona, ou Advota, ou Sinvasor (provincia), com a jurisdicção do Cabo de Rama e o torofo de Cotigão, cedida em 1764. Ilha de Angediva, conquistada em 1505. A capital do districto de Gôa é a cidade de *Nova Gôa*, creada pelo alvará regio de 22 de março de 1843, e actual capital do Estado da India. Comprehende a cidade nos seus limites todo o littoral da margem esquerda do rio Mandovy, desde a foz do mesmo rio, até á ponte de Daugim, dividida em 3 bairros, que são: 1.º bairro-*Pangim*, desde a ponte de Santa Ignez até á cruz da ponte que vae de Pangim a Ribandar, tendo do lado da terra por limites os portaes das Fontainhas; 2.º bairro — *Ribandar*, desde a cruz da mesma ponte até á egreja de S. Pedro, limitado do lado da terra pelos portaes de Chimbel; 3.º bairro — *Gôa* (a velha cidade d'este nome), desde a egreja de S. Pedro até á da Madre Deus de Daugim, tendo por limites do lado da terra os muros e porta restante da antiga cidade. Os concelhos e commandos militares do districto de Goa estão assim divididos: Nas *Velhas Conquistas*, os tres concelhos seguintes installados em 1838, anno em que entrou em execução o Codigo Administrativo de 31 de dezembro de 1836: 1.º *Ilhas*, capital *Pangim*, primeiro bairro da cidade de Nova Gôa. Compõe-se das ilhas de Tissuady e adjacentes, tendo por limites, ao N, o rio Mandovy, a O o mar da Arabia, ao S, o rio Zuary e a Léste o mesmo rio e o concelho de Pondá. E' dividido em 17 regedorias, constituidas d'uma ou mais freguezias e povoações. 2.º—*Salsete*, comprehendendo toda a prov. do mesmo nome, capital a villa de Margão, creada pela carta régia de 3 de abril de 1778. Limites: ao N. a bacia do Zuary, a O o mar da Arabia, ao S a prov. de Bally, do concelho de Quepém, e a Léste o Zuary. Dividido em 30 regedorias com outras tantas freguezias.—3.º *Bardez*, com toda a prov do mesmo nome, capital a villa de Mapuçá, creada pelo decreto de 14 de setembro de 1855 e alvará regio de 5 de agosto de 1859. Limites: ao Norte o concelho de Perném, a Oeste o mar da Arabia, ao S o rio Maudovy e o concelho das Ilhas, e a Léste o concelho de Sanquelim. Tem 26 regedorias, constituidas de 27 freguezias. Nas *Novas Conquistas*, seis concelhos, creados pelo decreto de 14 de dezembro de 1880 e installados em fevereiro de 1881, e 2 commandos militares: 1.º—*Perném* comprehendo a prov. do mesmo nome e a jurisdicção de Tiracol, séde a *Cassabé* de *Perném*. Limites: ao N a bacia do rio Araundém, a O o mar da Arabia, ao S a bacia do rio Chaporá, e a Léste o territorio britannico. Comprehende 21 regedorias com 27 aldeias. 2.º — *Sanquelim*, com a prov. de Bicholim, séde a *Cassabé de Sanquelim* (constituida por dois bairros, Sanquelim, da aldeia Poriem de Satary, e Zogadiachialy de Maulinguem). Limites: ao N e Léste, Satary, e O Bardez e ao S. a bacia do Maudovy. Tem 18 regedorias com 30 aldeias. D'este concelho fazia parte a prov. de de Satary pelo decreto de 1881, mas em 1897 foi desannexada e passou a constituir: 3.º—*Commando militar de Satary*, com a respectiva provincia, séde em Valpoy (aldeia Massordem), creado por portaria provincial de 30 de outubro de 1897. Limites: ao N Saunt Wadee, a O o conc. de Sanquelim, ao S a prov. de Embarbacém, no conc. de Sanguem, e a Léste, Belgão. O limite Oeste, entre Sanquelim e a prov. de Satary, é uma linha recta que, partindo da arvore de Santinóm (limite entre as aldeias de Maulinguem e Poriem) em

direcção ao pagode de Vittolapur, termina em a margem esquerda, e na parte N. da passagem para o vau de Volvota, conforme as portarias provinciaes *8* de julho e 20 de dezembro de 1898. Está dividido em 6 circumscripções com 85 aldeias. 4.º—*Pondá* com toda a prov. do mesmo nome, séde a *cassabé de Pondá* (aldeia Queulá). Limites: ao N um dos affluentes do Mandovy, a O e S os afluentes do Zuary, e a Léste a prov. de Embarbacem, do conc. de Sanguem. Tem 17 regedorias com 28 aldeias. 5.º—*Sanguem*, comprehendendo as prov. de Embarbacem e Astagrar, séde em Sanguem (aldeia Cottarly, de Embarbacem). E' tambem commando militar. Limites: da prov. de Embarbacem, ao N. Satary, a O o concelho de Pondá e as prov. de Choudrovaddy e Cacorá do conc. de Quepem, entre as quaes está encravada, ao S. Astagrar, e a Léste o territorio britannico; da prov. de Astagrar, ao N e S Choudrovaddy e Bally, conc. de Quepém, e a Léste os da Arabia, ao S o Canará, e a Léste, Astagrar; do torofo de Cotigão, ao N Astagrar, a O as aldeias de Gaundongrém, Loliem-Pollém e Poinguiuim, de Cauácona, ao S e Léste o territorio britannico do Canará, de que é separado pela cordilheira dos Gattes. A jurisdicção do Cabo de Rama fica a O da aldeia Colla, de Canácona. Tem 9 regedorias, com 7 aldeias. 8.º—Do districto de Gôa faz parte a ilha de *Angediva*, que é tambem uma fortaleza. Estava outr'ora annexa ao conc. de Salsete, para as eleições municipal e parochial, com assembléa em Assolnã. A superintendencia respectiva está commettida ao administrador do concelho de Canácona. O territorio de Gôa pertence á Archidiocese Metropolitana de Gôa Primacial do Oriente, Patriarchal das Indias Orientaes. Abrange 100 parochias, agrupadas em 10 varados, afóra a ilha de Angediva que, tendo feito parte do antigo varado de Salsete, foi aggregada em 1888 ao de Sadassiva-

Barra de Gôa

Gattes. Comprehende 11 circumscripções com 51 aldeias. 6.º—*Quepém*, abrangendo as prov. de Chondrovaddy, Cacorá e Bally, séde em Quepem (aldeia Cusmane de Choudrovaddy). Limites: da prov. Chondrovaddy, ao N, Pondá, e parte do Salsete, Embarbacem, a O, Salsete, ao S. Bally e Astagrar, e a Léste, Embarbacem e Canácoua; da prov. de Cacorá ao N, Embarbacem, Chondrovaddy, a O e S. Chondrovaddy e a Léste, Embarbacem; da prov. de Bally, ao N. as aldeias Cuncolim, Assolnã, e Velim, de Salsete, e Choudrovaddy e Astagrar, a O o mar da Arabia, ao S o conc. de Canácona, e a Leste, Astagrar. Divide-se em 14 regedorias, com 44 aldeias. 7.º—*Canácona*, com a prov. do mesmo nome, o torofo (grupo de aldeias) de Cotigão e a jurisdicção do Cabo de Rama; séde em Chaudy (bairro da aldeia Nagorxém-Pololém, de Canácona). Limites: da prov. de Canácoua, ao N a prov. de Bally, a O o mar gôr, de que fica proxima, no vicariato geral do Canará. Pertence ao districto judicial de Nova Gôa, havendo comarcas, julgados municipaes e juizos populares, conforme o regimento de justiça approvado por decreto de 20 de fevereiro de 1894. Quanto á divisão militar e eleitoral veja-se neste diccionario o artigo *India (Estado da)*. Existem no districto 88 escolas publicas e 31 particulares. Segundo o censo de 1900, o districto de Gôa abrange uma cidade, duas villas, 102 freg., 407 aldeias e 106:618 fogos, n'uma superficie de 3:370 kilom. quadrados. A população é de 529:080 hab.: 266:006 do sexo masc. e 263:074 do feminino. A costa do distr. de Gôa tem uma extensão de cerca de 110 kilometros. Estreitos braços de mar, que formam entre si diversas ilhas e varios rios de pequeno curso, retalham o districto, fertilizando e valorisando-lhe as terras. Comquanto não apresente notaveis accidentes oro-

graphicos, o littoral é aprazivel á vista. A N e S, erguem-se alguns montes onde ainda se vêem as ruinas de velhas fortalezas que defendiam a entrada dos portos, enseadas e praias. Dos portos que se abrem sobre o littoral, apenas o de Gôa e o de Mormugão pódem dar entrada a navios de alto bordo; os restantes só são aproveitaveis para pequenas embarcações costeiras. A barra do porto de Gôa é na foz do Mandovy, com uma largura de 3,5 kilom., tomada entre a fortaleza da Aguada ao N, e o outeiro do Cabo ao Sul. E' desabrigada, e os navios correm risco sempre que ha temporaes do sudoéste. A entrada do porto é defendida pela praça da Aguada e pelo forte do Cabo e mais para o interior do rio ergue-se o forte dos Reis Magos n'um cabeço da margem direita, e o de Gaspar Dias na margem opposta, n'uma praia em que se ergue um extenso palmar. No morro da Aguada, a 85,m6 acima do nivel do mar e visivel a 26 milhas, ha um notavel farol de sete luzes e outros tantos reflectores argenteados, de configuração parabolica, completando a sua rotação em dois minutos. Fronteiro a Mormugão e na margem direita do rio Zuary, está o caes de D. Paula, que serve para o movimento de passageiros e de mercadorias, entre Gôa e Mormugão. Além d'estes dois portos, que são os unicos proprios para navios de alto bordo, ha mais os seguintes: o de Tiracol, no extremo N do districto; o de Chaporá, na embocadura do rio do mesmo nome, marcando o extremo N O da peninsula de Bardez e que tem na entrada uma fortaleza o de em tempos esteve a delegação da alfandega; o de Betul, na enseada S do rio do Sal; o de Agonda, na enseada do mesmo nome; Talpona, na margem esquerda do rio do mesmo nome e a pequena distancia da foz; a enseada Galgibaga, a cerca de 6 kilom. ao S de Talpona; e o ancoradouro de Angediva, na ilha do mesmo nome. Todo o solo do districto é apto para a agricultura, principal fonte de riqueza, mas os productos agricolas são pouco variados, porque a população se alimenta, quasi uniformemente, de arroz. Os outros productos do reino vegetal são: os cereaes, legumes, palmeiras mangueiras, bananeiras, jaqueiras, canna de assucar, bambu, cajueiro, laranjeira, limoeiro, goiabeira, romanzeira, cafezeiro, etc. São importantissimas as grandes mattas pertencentes ao Estado. Na fauna, existem muitas especies: bufalos mansos empregados nos trabalhos agricolas; tigres, veados gazellas, macacos, viboras, cobras d'alcatifa e de capello, pavões, perús, gallinhas, pombos, papagaios, camaleões, lebres, perdizes, rolas, etc. No mar e nos rios ha muito peixe, e n'elles se encontra tambem o jacaré. Ha tambem grande variedade de caça aquatica. Do reino mineral, o sal é industria de grande importancia, pelas utilissimas applicações que lhe dão: na alimentação, na salga do peixe e como adubo para os palmares. Existem no districto minas de ferro, em Astagrar, Chondrovaddy, etc., sendo manufacturado em Gôa. A pequena industria é representada pela tecelagem, marcenaria, rendas, bordados, tapetes, obras de filigrana d'ouro e esmalte, de marfim, sandalo, tartaruga, carpintaria, ourivesaria, serralharia, destillação, tanoaria, etc. Ha no districto dez camaras agrarias, antigas *gancarias* (*V. este nome*), nas ilhas de Salsete, Bardez, Pernem, Sanquelim, Pondá, Astagrar, Chondrovaddy, Canáconá. || Bibliographia: Além das obras que tratam em geral do Estado da India (*V. este nome*), pódem vêr-se: *Carta do territorio de Gôa*, publicada em 1878 pelo engenheiro, general reformado, J F. d'Assa Castel-Branco. *Annuario da Archidioeese de Goa e das dioceses suffraganeas para 1901*. Bibliographia especialmente para a cidade de Gôa, V. *este nome*.

Gôa. Cidade, capital do Estado da India. Mudada successivamente de local, tem tido diversas denominações. A Gôa primitiva chama-se hoje *Gôa Velha*; a sua immediata successora *Gôa Nova*; e a actual: *Nova Gôa* ou *Gôa Novissima*. V. *estes nomes*.

Gôa. Pequena ilha do distr., com e prov. de Moçambique. Tem um farol. E' tambem denominada de *S. Thiago*, parecendo que é *S. Jorge* o verdadeiro nome, mas vulgarmente os navegantes chamam-lhe *Gôa*.

Gôa *(Ilha de)*. Pertencente ao conc., distr. e com. das Ilhas, no distr. e arceb. de Gôa na India. E' a maior e a mais povoada das ilhas que formam o archipelago de Gôa. Está situada na costa do Malabar, entre os rios Mandovy e Zuary, a pouco mais de 15 kilom. da barra, e tem a fórma d'um amphitheatro. A sua circumferencia é de 40 kilom., sendo o comprimento de 15 k. e a largura de 5 k. Montanhosa e arcuosa, está cortada de canaes e tem bons prados e bosques. As principaes montanhas são: Bambolim, Focinho do Cabo e Pangim. A principal povoação é a cidade *Nova Gôa* (V. *este nome*) ou *Pangim*, que substituiu a velha cidade de Gôa (V. *Gôa velha)*, antiga e primitiva capital do Estado da India, a qual deu o seu nome á ilha, que os indigenas denominavam *Tissuaddy*, que significa *Trinta aldeias*. Foi conquistada em 1510 por Affonso de Albuquerque e fortificada por elle, e por outros vice-reis e governadores. N'ella se encontram os fortes Gaspar Dias, e do Cabo, bem como o reducto Nossa Senhora do Amparo e o forte de S. Lourenço.

Gôa *(Ilhas de)*. Concelho do distr. de Gôa, na India. Compõe-se do archipelago de Gôa, que consta de 17 ilhas, formando outras tantas regedorias, constituidas d'uma ou mais freguezias e povoações. As ilhas e ilhotas são: Gôa, Chorão, Combarjua, Jua ou Santo Estevão, Piedade ou Divor, Acadó ou Mota, Dongrim, Tolto, S. Venancio, Rachol, Vanxim ou Capão, S. Jacinto ou Secretario, Arabó. Panelim, Ranes e Loutolim.

Gôa *(Porto de)*. Bahia do distr de Gôa, na India, formada pelas peninsulas de Bardez e Salsete. N'ella se reunem os dois rios Mandovy e Zuary. Este porto é magnifico, mas perigoso no inverno pelo grande mar que se levanta. Póde conter navios de alto bordo.

Gôa *(Rio de)*. Nome que recebe o Mandovy quando passa junto da ilha de Gôa e vae formar o porto e a barra tambem denominados de Gôa. Esta barra divide-se em duas, denominada uma da Aguada e a outra de Mormugão ou Barra Velha.

Gôa Nova. Pov. do conc. e com. das Ilhas, distr. de Gôa. Está situada em terreno accidentado de varios outeiros e na margem esquerda do rio Mandovy, o qual recebe o nome de rio Gôa até 15 kilom. da barra. Jaz a pequena distancia da antiga e primitiva cidade de Gôa, actualmente denominada *Ellá*, ou aldeia de *Goa*

Velha, e, como esta, tambem foi cidade e a capital do imperio portuguez no Oriente e por ultimo tambem abandonada. Era defendida pelo lado oriental e septentrional por uma muralha que, partindo da fortaleza do Passo de Daugim, entrava por um baluarte no Vau de S. Braz e pelo celebre forte de S. Thiago de Benastarim, seguia para o S. abrangendo os reductos do Mangueiral e de S. João Baptista, e circumdando a prov. pelo lado de O, ia terminar n'uma bateria que dominava a ponte sobre o fosso. Junto dos tres primeiros referidos baluartes abriam-se as principaes portas da ex-cidade, havendo outras interiores. Gôa Nova foi, além de grande, forte e importante, famosa pela heroica resistencia que sempre oppoz aos inimigos dos seus dominadores. Tornou-se por muito tempo o imporio de todo o commercio do Oriente e uma das mais opulentas cidades do mundo. Decaiu, porém, completamente da antiga grandeza, entre outras cousas, não só em consequencia da expulsão dos judeus, seus maiores capitalistas, mas ainda porque se converteu n'um foco permanente de insalubridade. Depois de transferidas para Nova Gôa todas as repartições publicas, e abandonada dos seus moradores, tornou-se apenas uma pov. quasi deserta, pobre e doentia, como a sua antecessora e só habitada por gente miseravel. Tem um arsenal que occupa á beira-mar um vastissimo recinto murado e defendido do lado do rio por uma bateria e contém officinas de tudo o que é mister para o exercito e marinha, estaleiros, etc. Os operarios, que o frequentam de dia, retiram á noite da povoação. A este arsenal se chamou antigamente *Ribeira das naus*, de Gôa, á semelhança do antigo arsenal de construcções maritimas da metropole. Como local de construcção de navios é muito antigo, ainda anterior á conquista dos portuguezes. Foi durante o seculo XVI que mais importantes resultados se obtiveram d'aquelle arsenal, como escola de artes e officios, pois ali se reuniram as diversas officinas de utensilios de mar e terra. Ali se fundiram, sob a direcção de Pedro Dias Bocarro e de seu filho Francisco Dias, varias peças de ferro e bronze, algumas das quaes ainda existiam em 1871, bem como um *pedreiro moirisco*, feito de barras de ferro reforçadas, lendo 3,54 metros de comprido, e 14 polg. e 3 linhas de calibre. Depois de varias alternativas e reformas, este tão util estabelecimento passou a ser applicado exclusivamente a arsenal do exercito de terra, em 1856.

Gôa Velha—Arco dos vice-reis

Gôa Novissima. V. *Nova Gôa*.

Gôa Velha. Aldeia, regedoria e freg. do conc. das Ilhas, distr. de Gôa, na India. A esta regedoria pertencem tambem as parochias de Siridão e Curca. Acha-se situada a 10 kilom. de Daugim, antiga capital e côrte do Idalcão. Fundada a pov. em 1510 por Affonso de Albuquerque, quando pela segunda vez no mesmo anno, conquistou a ilha de Gôa, foi a primeira cidade levantada n'esta região asiatica pelos portuguezes e mais tarde a capital do imperio luso do oriente. A cidade floresceu muito, mas a sua insalubridade afastou os habitantes, que fugiram pouco a pouco para mais perto do mar, povoando os sitios de Ribandar e Pangim. Da antiga capital da India, a *Orlen Goen*, a *grande Gôa*, quasi não restam hoje senão ruinas. Dos velhos edificios poucos se conservam de pé. O convento de S. Caetano, que foi palacio do governo durante algum tempo, é dos que se tem conservado melhor. Estão porém der-

rocados o edificio de S. Francisco dos pobres, da Misericordia, do convento das freiras, de S. Paulo dos jesuitas, habitação do apostolo S. Francisco Xavier, do antigo seminario, da capella do mesmo santo, restaurada em 1859 durante o governo do conde de Torres Novas e depois deteriorada, do convento e egreja de S. Agostinho, do convento de Santa Monica, da egreja de S. Domingos, do collegio e egreja de S. Roque, da egreja e convento de Santa Cruz dos Milagres, do palacio do arcebispo, etc. No convento do Bom Jesus está o tumulo de S. Francisco Xavier cujo corpo é tido em grande veneração, não sómente pelos christãos, mas pelos gentios. Quando d'elle se faz exposição affluem á velha Gôa milhares de visitantes que veem até de remotos logares das Indias inglezas, vendo-se entre elles numerosos moiros e parses, que são dos mais fervorosos nas manifestações da sua veneração pelo grande apostolo. D'este e de outros edificios se encontra adeante a descripção. A antiga capital, hoje simples aldeia, tambem se denomina *Ellá*. Dos seus monumentos é sobre todos interessante o *Arco dos vice-reis*, assim denominado por dar ingresso aos vice-reis e governadores, quando vão tomar posse do governo da India portugueza. Está situado em frente do caes do mesmo nome contiguo ás ruinas do *Palacio da Fortaleza*, em que residiam os vice-reis. Era uma das antigas portas da cidade velha de Gôa, mandada construir pelo vice-rei D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, por alvará de 4 de agosto de 1599, em memoria de [seu] bisavô D. Vasco da Gama. A fachada, voltada para o Mandovy, é de granito. Tem por cima do arco a estatua em pedra de D. Vasco da Gama, e sobre o remate do nicho a seguinte inscripção:

Reinando El-rei D. Filippe 1.º poz a cidade aqui dom Vasco da Gama 1.º conde almirante descobridor e conquistador da India sendo viso-rei o conde dom Francisco da Gama seu bisneto o anno de 99.

Julivs Simon
Ing. ma'. Inv.

No frontão vê-se a esculptura em bronze da imagem de Santa Catharina de Alexandria, padroeira de Gôa, e sobre o nicho as armas da cidade, tendo representada a roda armada de navalhas, em que os infieis despedaçaram a mesma santa. Entrando o arco, vê-se á direita na parede, em baixo-relevo, a imagem de Nossa Senhora da Conceição sobreposta á effigie de el-rei D. João IV, com a seguinte inscripção gravada na pedra:

Legitimo e verdadeiro rei dom João 4.º restaurador da liberdade portugueza—1656.

Sobre a abobada do arco existia antigamente uma sala em que estavam pintados uns frescos representando os principaes combates dos portuguezes no Oriente. O palacio da Fortaleza estava ligado a este arco, e d'elle se conservou sómente o portico, porque este palacio e o da Inquisição foram mandados demolir, por assento da junta de Fazenda. Em 1830 soffreu o arco algumas obras, sendo por essa occasião tambem restaurada e accrescentada a inscripção do *voto da Conceição*, que é extensa. A misericordia de Gôa teve principio entre os annos de 1515 a 1520, sendo composta primitivamente dos portuguezes casados na India. A egreja do recolhimento da Serra, contigua ás ruinas da egreja da Misericordia, foi mandada construir em 1514 por Affonso de Albuquerque, e á sua custa, em virtude da promessa por elle feita a N. S.ª da Serra pelo haver livrado do perigo em que se viu, quando seguia viagem para a ilha do Camarão. Foi n'esta egre-

Gôa Velha—Edificio da sé

ja que primeiramente esteve sepultado Affonso de Albuquerque, sendo os restos mortaes transportados d'aqui para o convento da Graça, de Lisbou, em 1566. O recolhimento da Serra e o de Santa Maria Magdalena fôram fundados em 1605 pelo arcebispo D. Fr. Aleixo de Menezes: o primeiro para n'elle serem recebidos os orphãos, filhos dos fidalgos, dos cavalleiros, e de cidadãos do Estado da India; e o segundo para recolher as mulheres que se quizessem regenerar da má vida anterior. Na egreja da Serra estavam os tumulos de Francisco de Albuquerque, D. Diogo de Noronha e de Fernão de Albuquerque. O convento de S. Francisco teve principio no anno de 1510, em que Affonso de Albuquerque cedeu aos frades que o acompanharam a mesquita grande dos moiros para a converterem em egreja christã, o que fizeram instituindo-a em custodia sob a invocação do apostolo S. Thomé. Ali residiram até 1521, anno em que ficou completa a nova egreja, mandada erigir por el-rei D. Manuel. Esta egreja foi depois sagrada com o titulo do Espirito Santo, pelo referido arcebispo primaz, em 1603. Em 1661 foi reedificada, aproveitando-se o portal antigo. A capella de Santa Catharina fundada pelo governader Jorge Cabral em 1550, conserva a seguinte inscripção:

Gôa Velha—Ruinas da Misericordia

Aqui n'este logar estava a porta por que entrou o governador Affonso de Albuquerque e tomou esta cidade aos moiros em dia de Santa Catharina. Anno de 1510 em cujo louvor e memoria o governador Jorge Cabral mandou fazer esta casa.

Anno de 1550 á custa de S. A.

A sé de Gôa foid edicada por Affonso de Albuquerque a Santa Catharina, como padroeira da cidade, visto ter sido no seu dia (25 de novembro) que a conquistou. A principio foi a unica egreja parochial, depois passou a collegiada, e em 1534 foi erigida em cathedral do bispo de Gôa por bulla *Aequm reputamus*, de 3 de novembro, do pontifice Paulo III. Por bulla *Etsi Sancta*, de 4 de fevereiro de 1557, foi elevada por Paulo IV a sé archiepiscopal metropolitana, primacial das Indias. O edificio, ampliado em 1552, foi erigido de novo no mesmo local,sendo esplendido e grandioso. Tem uma só torre, porque a do lado esquerdo abateu em 1776. O collegio de S. Boaventura foi construido em 1602. A egreja do priostado do Rosario datava de 1543; a de Santo Antonio de 19 de junho de 1606, o collegio do Populo de 1633. O convento das Monicas era em janeiro de 1630 um dos maiores mosteiros portuguezes. A egreja do Bom Jesus é um magestoso edificio situado no antigo terreiro dos Gallos da velha cidade de Gôa. Foi construido á custa dos legados de D. Jeronymo de Mascarenhas, como consta da inscripção esculpida sobre uma lamina de bronze dourado, na parede do mesmo edificio do lado do Evangelho, junto da porta lateral do N. Como se infere das inscripções escriptas em latim e portuguez nas columnas que sustentam o côro, foi esta egreja sagrada pelo arcebispo primaz em 15 de maio de 1605. A fachada principal, que olha para Oéste, é toda de granito. Tem 3 grandes portões, tres amplas janellas e tres ellipses, sendo os portões e janellas rematados por frontões ornados de esculpturas. E' celebre esta egreja pela capella de S. Francisco Xavier. O altar é de madeira dourada. As tres lampadas de prata que o illuminam pesam 70 marcos cada uma. O caixão de prata, em que está encerrado o santo na capella por detraz do altar, pesa 600 marcos. A imagem do mesmo santo, que se vê sobre o altar é de prata fundida e pesa 200 marcos. A imagem conserva ainda o bastão que o conde de Alvor

(V. *este titulo*) lhe collocou na mão em 1683. A imagem foi offerecida pela senhora genoveza Francisca Soprano em 1670, conforme a inscripção que se lê no pedestal. A grande attracção do templo do Bom Jesus da velha cidade de Gôa é o famoso tumulo de marmore e de prata, em que repousa S. Francisco Xavier. Este esplendido mausoléo de finissimos marmores de Italia de differeutes côres, é um trabalho artistico, primoroso, e uma magnifica offerta de um grão-duque da Toscana, como refere o padre Francisco de Sousa no seu *Oriente conquistado*. Compõe-se de tres partes distinctas, alem do caixão de prata. Tem aproximadamente 6 metros do altura desde a base á parte superior da cruz que remata o caixão, 3 metros de comprimento e 2,5 de largura. A primeira parte representa os quatro altares em forma de urna, um em cada face do tumulo Esta parte que constitue a base do sarcophago é de bellissimo marmore encarnado raiado de branco, com os resaltos de marmore branco e raios alaranjados. Os ornatos em alto relevo, assim como os cherubins dos angulos, são de jaspe e alabastro purissimo. No centro do frontal de cada um dos altares tem differentes emblemas em alto relevo, representando no altar da face norte do sarcophago o sol com dois circulos concentricos radiosos; no altar que olha para o occidente mostra um livro e differentes cruzes descendo sobre elle; no sul, um coração exhalando chammas entre dois circulos radiosos; e finalmente no da cabeceira, representa o céo nebuloso, despedindo raios que derribam uma mesquita coroada de meia lua. A segunda parte é um parallepipido de excellente marmore verde salpicado de branco, preto e cinzento, com resaltos e frisos de marmore amarellado com veios brancos e côr de sepia. No centro de cada uma das quatro faces está uma grande lamina de bronze escuro de elevado merito artistico representado em alto relevo, e em figuras quasi destacadas do fundo, os mais notaveis passos da vida do santo. Na lamina da face do tumulo está representado o glorioso Apostolo doutrinando os povos da India. Na lamina da parte do O. representa-se S. Francisco Xavier baptisando; na do S. o santo foge á perseguição dos jávaros da ilha de Móro, atravessando um rio sobre um madeiro; e na lamina do lado oriental ou da cabeceira mostra-se o santo na hora do passamento, abraçado a um crucifixo, na praia de Sanchoão. Por cima de cada uma d'estas laminas ha um medalhão de finissimo marmore. Atraz dos medalhões está a balaustrada que forma a terceira parte do tumulo. E' de marmore roxo com manchas brancas. Sobre esta balaustrada assenta o caixão, guarnecido exteriormente de prata rendilhada sobre velludo carmezim e cravejada de differentes pedras preciosas. Nas quatro faces do caixão existem 32 quadros ou laminas de prata, que illustram a vida, e representam em relevo os passos e milagres do Apostolo das Indias. Na parte superior do caixão ha dezeseis anjos de prata e n'outras posições seis pinhas grandes e outras pequenas, tambem de prata e com flôres douradas guarnecidas de pedras preciosas. A peanha da cruz que remata o caixão apresenta, nos lados oriental e occidental, dois anjos com emblemas na mão O anjo do Oriente tem na mão um coração em labaredas, e o do Occidente, ou dos pés, o distico: *Satis est Domine, satis est*, palavras que S. Francisco Xavier costumava repetir nos seus extasis. A velha Gôa orgulha-se bem de possuir este precioso tumulo com o seu preciosissimo conteúdo. A séde do maior imperio colonial do mundo é hoje simples povoação coberta de ruinas de monumentos grandiosos, mas a existencia da egreja do Bom Jesus minora-lhe o infortunio. Bibliographia: *A India Portugueza*, por Lopes Mendes; Lisboa, 1886, vol. I, pag. 64 a 93. *Bosquejo historico de Gôa*, traduzido do inglez por Miguel Vicente de Abreu; Nova Gôa, 1828. *Goa antiga e moderna*, por Frederico Diniz de Ayalla; Lisboa, 1888. *As communidades de Gôa*, por Antonio Emilio de Almeida Azevedo; Lisboa, 1890. *Historia de Gôa*, pelo padre M. J. Gabriel de Saldanha; Bastorá, 1898. *Télas e esculpturas da cidade de Gôa, memoria historico-archeologica* por Luiz Gonçalves; Bastorá, 1898.

Goães. Pov. na freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Amares, distr. e arceb. de Braga, 551 hab. e 138 fog. Tem escola do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e passa-lhe proximo o rio Cávado. Até 1855 pertenceu ao conc., hoje supprimido, de Santa Maria de Bouro. O ordinario apresentava o abbade, por concurso synodal, que tinha 400$000 réis annuaes. A egreja matriz é vasta, e foi construida em 1762. Tem uma boa torre de cantaria, que veiu a concluir-se em 1861, e levou quatro annos a construir-se. Na noite de 29 para 30 de novembro de 1872 um raio lhe arruinou a cúpola e fez grandes estragos na egreja, que promptamente se repararam. N'esta freg. ha 4 capellas: S. Lourenço, S. Antonio, Santa Maria e Sant'Anna. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S Pedro, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 538 hab. e 126 fog. Tem escola do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada perto da margem esquerda do rio Neiva. O real padroado apresentava o abbade, que tinha 200$000 réis annuaes. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

G-alim Moulá. Pov. e freg. de N. S.ª do Loreto, do conc., distr e com. das Ilhas, distr. e arceb. de Gôa.

Gobelim. Tapeçaria preciosa, que em Paris se começou a fabricar no meado do seculo XV.

Gobim. Pov. na freg. do Salvador, de Delães, conc. de V. N. de Famalicão, districto de Braga.

Goeête. Peça da armadura antiga, ajustando debaixo dos braços.

Gocoldem. Pov. da prov. de Bally, Novas Conquistas, distr. e arceb. de Gôa, com de Salsete, na India. Fica situada nas margens do rio do Sal. Pertence á regedoria do torofo de Maina, conc. de Quepém, distr. de Gôa.

Goda. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Mozellos, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Ferreira, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Godas. Aldeia nas margens do rio Cacheu ou de S. Domingos, do conc. de Cacheu e prov. da Guiné, Africa Occidental.

Goddiamodo. Aldeia da provincia de Cacorá, no distr. de Gôa, na India.

Godeal. Monte no distr. de Evora, nas proximidades da villa de Lavre. Em sua base mede, de contorno, 5 k, tendo 160 m. de altura.

Godenheira. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Gallés, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Godim. Familia cujas armas são: Escudo xadrezado de ouro e vermelho, de quatro peças em faxa e cinco em pala; timbre, duas azas abertas, estendidas xadrezadas do mesmo metal.

Godim *(Antonio Cardoso e Silva, visconde de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 11 de janeiro de 1869; commendador da ordem de Christo, condecorado com as medalhas das campanhas da Liberdade, algarismo 2.º, alferes do batalhão provisorio do bairro de Santo Ovidio, durante o cerco do Porto; verificador da alfandega d'esta cidade, e proprietario. N. no Porto a 4 de março de 1817, onde tambem falleceu a 19 de dezembro de 1881. Era filho de José Pedro Cardoso e Silva, commendador e cavalleiro da ordem de Christo, etc. (V. *Silva, José Pedro Cardoso*), e de sua segunda mulher, D Maria José Marianna Verney. Casou em Pernambuco em 17 de outubro de 1842, com D. Francisca de Lima Cardoso, filha de Manuel José Pereira Lima, natural de Basto, proprietario, capitalista e negociante de grosso trato das praças commerciaes de Pernambuco e do Porto, e de sua mulher, D. Anna Joaquina da Piedade Lima. O titulo de visconde de Godim foi concedido por decreto de 11 e carta de 26 de maio de 1876.

Godim. Pov. e freg. de S. José, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 2:367 hab. e 598 fog. Tem medicos e caixa post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem direita do rio Douro. Teve um foral, dado em Bustello, em maio de 1205, e el-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Evora, a 15 de dezembro de 1519. O arcediago da Regua apresentava o cura, que tinha 100$000 réis. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 13, com a séde em Villa Real. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Campanhã, 1.º bairro (oriental) do Porto || S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria.

Godinhaços. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 549 hab. e 139 fog. Tem caixa post. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada na falda da serra do Oural, e muito perto do Rio Neiva. O prior do convento da Graça, de Braga, apresentava o vigario que tinha 23$000 réis e o pé d'altar. N'esta freg. existe uma Atorre, chamada de S. Mamede, que dizem ser obra dos moiros. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Godinhella. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Godinho. São fidalgos muito antigos em Portugal; descendem de D. Godinho Fafez, rico homem, filho de Fafez Sarrazins, senhor de Lanhoso. D. Affonso Henriques, em 1132, lhe fez doação do couto do mosteiro de Fonte-Areada. Tem por armas: Escudo partido em pala, sendo a primeira xadrezada de ouro e vermelho, de duas peças em faxa e cinco em pala; a segunda tambem xadrezada do mesmo numero de peças, mas de ouro e azul; timbre, uma hydra de ouro, de sete cabeças, armada de vermelho.

Godinho *(Antonio da Conceição Pennado).* Religioso da ordem dos eremitas reformados de Santo Agostinho, doutor em Theologia pela Universidade, e oppositor ás cadeiras da sua faculdade. N. em Souzel, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de Manuel Martins Godinho. Tomou o grau de doutor em 24 de julho de 1795. Passou ao estado de presbytero secular, e foi prior da egreja matriz de Evora-Monte, chamando se no seculo Antonio Felicissimo de Oliveira Pennado Godinho. Escreveu: *Orações sagradas; compostas e prégadas por F Antonio da Conceição*, etc., Lisboa, 1803, 1 vol; *Oração natalicia do clarissimo e immortal sr. D. Jorge III, rei de Inglaterra*, etc, Lisboa, 1811; *Oração funebre da augusta rainha de Portugal e Algarves D Maria I, prégada nas exequias feitas pelo senado da villa de Evora Monte em 15 de setembro de 1816*, Lisboa, 1819; estas duas ultimas orações fôram publicadas com o nome de Antonio Felicissimo de Oliveira Pennado Godinho.

Godinho *(Antonio de Paiva).* Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, e advogado em Santarem, onde nasceu a 17 de fevereiro de 1693: ignora-se a data do fallecimento Era filho de Duarte de Abreu e de Catharina Godinho Rebello. Abandonou depois a advocacia, e o proprio fato secular, para servir com o habito de donato o reformado recolhimento das religiosas capuchas de N. S.ª dos Innocentes, de Santarem Escreveu varias poesias, entre as quaes se conta um poema com o seguinte titulo. *Descripção da batalha do Campo de Ourique*, etc. que ficou inédita.

Godinho *(Bento Affonso Cabral).* Licenciado em Canones pela Universidade de Coimbra; conego da sé de Evora, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. em Extremoz em agosto de 1758, fal. em 12 de fevereiro de 1839. Era filho natural do tenente-coronel Luiz Affonso Cabral Escreveu: *Breve Memoria historica sobre algumas antiguidades e prelados da Sé Eborense*, Coimbra, 1836; chega só ao anno de 1715; *Memoria historica, critica e juridica, sobre os privilegios que gozavam, e obrigações a que fôram sujeitas em Portugal as pessoas de nação estrangeiras, que n'este reino habitaram em todo o tempo que decorre desde o principio d'esta monarchia até ao reinado do senhor D. Affonso V, offerecida á Real Academia de Lisboa*, etc. Ficou inédita.

Godinho *(Fr. Christovão).* Religioso da ordem de S. Jeronymo. N. em Evora em 1600, segundo se julga, e fal. no convento da Penha Longa a 7 de julho de 1671. Era filho de Jeronymo Pereira e de Eusebia Godinho. Professou no convento do Espinheiro a 17 de junho, de 1617, onde foi eleito prior por duas vezes; a primeira em 1647 e a segunda em 1658. Foi tambem prior do convento da Penha Longa, onde se conservou até fallecer. Escreveu: *Poderes de amor em geral, e horas de conversação particular*, Lisboa, 1657.

Godinho *(Francisco).* Mestre das obras de carpinteria dos paços da Casa da India e Mina. Era casado com Maria Rodrigues, filha de João Rodrigues que exerceu por alguns annos o logar citado. El-rei D. João III tinha promettido a Rodrigues trespassar o officio a quem casasse com sua filha, sendo apto para o exercer, e cum-

priu a promessa mandando passar a carta em favor de Francisco Godinho a 28 de janeiro de 1548. Foi depois, a10 de janeiro de 1565, nomeado tambem mestre de carpintaria e tercenas e armazens da Ribeira de Lisboa. Em 15 de dezembro de 1554 fôram lhe dados 6:000 reaes de ordenado, além de outros tantos que já tinha. A 14 de janeiro de 1568 teve a mercê de 8:000 reaes de ordenado.

Godinho *(Francisco de Abreu)*. Bacharel formado em Direito Cesareo pela Universidade de Coimbra. Era natural de Montalvão, e filho de Manuel Nunes de Abreu e de Joanna do Rio. Foi juiz de Fóra em Niza, ouvidor de Bragança, e depois provedor da comarca de Miranda. Compoz o seguinte discurso, que ficou inédito: *Declaração ao Principe Nosso Senhor no sacrilego desacato que succedeu na egreja de Odivellas em a noite de 10 de maio de 1671.*

Godinho *(Gonçalo Alvo)*. Jurisconsulto, nascido no Porto na segunda parte do seculo XVI e fal. em 1659. Foi lente da Universidade desde 1635 até 1651; desembargador da Casa da Supplicação, e conego doutoral da sé de Evora. Compoz diversas postillas, que dictou, e varios titulos de Direito, que nunca se imprimiram.

Godinho *(Jorge)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa; especialista do tratamento das doenças cutaneas e das vias urinarias, etc. E' filho do general José Vicente Godinho *(V. o artigo seguinte)*. Terminando o curso, passou a estudar no estrangeiro, onde se demorou seis annos, frequentando os hospitaes e as escolas de Paris, Berlim, Hamburgo e Vienna, tendo por professores Guyon, Fournier, Vidal, Besmier, etc Regressando depois a Lisboa, abriu consultorio. O sr. dr. Jorge Godinho é socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, official da de S. Thiago, socio da Sociedade de Sciencias Medicas de Lisboa, da Sociedade Franceza de Dermatologia e syphilographia, da Sociedade de Medicina pratica de Paris, correspondente do *Jornal de doenças cutaneas de Paris.* Entre os seus trabalhos, que estão publicados, citaremos os seguintes: *Estudo sobre a cocaina; Syphilis conceptional; Syphilis precoce; Syphilis tardiva.*

Godinho *(José Vicente)*. General de divisão reformado. N. em Gôa a 22 de janeiro de 1824, fal. em 1895. Assentou praça a 7 denovembro de 1850, sendo promovido a alferes em 1853, a tenente em 1855, a capitão em 1865, a major em 1876, a tenente coronel em 1881, a coronel em 1888, a general de brigada em 1894, e reformou-se no posto do general de divisão a 28 de fevereiro de 1895. Pertencia á arma de engenharia. Fez um curso distincto, sendo premiado n'algumas cadeiras. Dedicando-se quasi exclusivamente a trabalhos scientificos, e á direcção geral dos trabalhos geodesicos, para onde foi nomeado adjunto em 1854, e onde sempre se conservou, soube distinguir-se e merecer pelos seus bons serviços e pelas suas qualidades, a estima e consideração dos seus chefes e camaradas. Era commendador das ordens militares de Christo e de Aviz e cavalleiro da de N. S.ª da Conceição.

Godinho *(P. Manuel)*. Jesuita, prior de Santa Maria, de Loures, missionario na India, etc. N. na villa de Montalvão em 1630, fal em Loures, em 1712. Era filho de Manuel Nunes d'Abreu e de Joanna dos Reis. Foi admittido como noviço na Companhia de Jesus, no collegio de Coimbra, a 3 de junho de 1645. Passou ás missões da India. onde estava como vice-rei Antonio de Mello e Castro, que foi seu verdadeiro amigo, e attendendo á sua seriedade e profuuda illustração, o encarregou de commissões importantes. Em 1662 veiu a Portugal, por ordem do vice-rei, n'uma commissão de grande responsabilidade Era a entrega d'uma carta urgente e do maximo segredo para o rei de Portugal. No contrato do casamento da princeza D. Catharina com o rei Carlos II, de Inglaterra, havia a condição, formando parte do dote da princeza, da entrega de Bombaim á Grã-Bretanha, e na carta citada dizia o vice-rei, que, estando encarregado de entregar aquella cidade aos inglezes, tinha duvida em fazel-o, por isso que não só as credenciaes do representante de Carlos II não estavam em regra, faltando-lhe nada menos que a propria assignatura do monarcha, mas porque os inglezes não cumpriam as outras condições do tratado, recusando-se a auxiliar os portuguezes contra as cruzadas hollandezas. Como fazer chegar a carta ao governo portuguez, n'uma occasião em que os inglezes estavam inquietos com as difficuldades de Antonio de Mello e Castro? Navios portuguezes não os havia. Teria o emmissario portuguez de embarcar n'um navio inglez, como o proprio vice-rei viera? O meio era bastante perigoso, e Manuel Godinho resolveu se a vir por terra. Embarcou de Gôa para Baçaim a 15 de dezembro de 1662, passou a Damão, Surate, á Persia, d'onde seguiu pela Arabia Deserta a Babylonia, ou antes Bagdad, passou a Alepo, e ali embarcou para Marselha, chegando finalmente a Cascaes a 25 de outubro de 1663. A relação d'esta viagem foi depois publicada por elle em 1665 D. Luiza de Gusmão, viuva de D. João IV, e o rei D. Affonso VI, o consideravam muito e respeitavam. Por intervenção do monarcha, conseguiu do papa um breve de secularisação, saindo da Companhia de Jesus, apezar dos grandes obstaculos que teve de vencer. Ficando clerigo secular teve a nomeação de protonotario apostolico, e mais tarde a de commissario do Santo Officio. Foi prior da egreja de S. Nicolau, de Santarem, beneficiado do mesmo orago na sé de Lisboa, e depois prior da freguezia de Santa Maria de Loures. Escreveu: *Relação do novo caminho que fez por terra e mar, vindo da India para Portugal no anno de 1663, o padre Manuel Godinho da Companhia de Jesus, enviado á Magestade de El-rei Nosso Senhor, D. Affonso VI, pelo seu viso-rei Antonio de Mello e Castro, e Estado da India;* é dedicado este livro ao conde de Castello Melhor, Luiz de Vasconcellos e Sousa, sendo a dedicatoria datada do collegio de Santo Antão, de Lisboa, a 2 de outubro de 1665. «Este livro é muito curioso, diz Innocencio da Silva no tomo V, e pag 412, do *Diccionario Bibliographico*, pelas advertencias geographicas, e instructivo em razão das noticias que dá dos usos e costumes de varias nações orientaes. Está escripto em phrase pura, se bem que em alguns logares um tanto artificiosa». Fez-se segunda edição, publicada pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, em 1842. Escreveu mais: *Horario evangelico, demonstrador de quarenta horas dadas pelos evangelistas, com outras tantas meditações sacramentaes no jubileu e*

lausperenne, etc., Lisboa, 1683; *Sermão do glorioso Santo Antonio de Lisboa, prégado na egreja de Santa Marinha*, etc, Lisboa, 1688; outra edição em Coimbra, 1692; *Noticias singulares de algumas cousas succedidas em Constantinopla, depois da derrota do seu exercito sobre Vienna, enviadas de Constantinopla a um cavaleiro maltez*, Lisboa, 1684; não traz o nome do autor; *Vida, virtudes e morte, com opinião de santidade, do veneravel padre fr. Antonio das Chagas, missionario apostolico n'este reino, da ordem de S. Francisco, fundador do seminario de missionarios apostolicos da mesma ordem, sito no Varatojo*, Lisboa 1687; *novamente impressa e accrescentada com umas elegias e devoções do mesmo veneravel padre*, Lisboa, 1728; outra edição, em Lisboa, 1762; foi dedicado a D. Pedro II; *Novena de Nossa Senhora da Piedade*, etc, Lisboa, 1701. Deixou manuscriptas outras obras religiosas.

Godinho *(P. Manuel)*. Jesuita. N. em Vianna do Alemtejo em 1521. Distinguiu-se muito pelo seu zelo e caridade com que soccoria aos enfermos na grande peste que devastou Lisboa em 1569, e d'essa epidemia foi victima em 4 de agosto do referido anno. Escreveu a vida do padre Gouçalo da Silveira, e a de Affonso Mendes, patriarcha da Ethiopia, obras que se não imprimiram.

Godinho *(Manuel Nunes)*. Professor de Calligraphia na Escola Academica de Lisboa, e no Gymnasio-Godinho, collegio que elle fundou na referida cidade em 1857. N. no logar de Ceras, pertencente ao antigo isento ou prelazia de Thomar, a 28 de agosto de 1816; falleceu ha bastantes annos em Lisboa. Era filho do capitão Nicolau Godinho e de sua mulher D. Joanna Chrysostoma Godinho. Veiu para Lisboa em 1827 para ser educado sob os auspicios de seu tio, o conego Victorino José Godinho, e aprendeu nas aulas da Casa Pia os elementos de Grammatica e lingua latina, e nas do convento de S. Francisco os de Philosophia racional e moral. As occorrencias politicas de 1833 o levaram a assentar praça voluntariamente no exercito aos 17 annos de edade, passando, depois de terminada a guerra civil, a servir na divisão auxiliar que foi enviada á Hespanha para a consolidação do throno de Izabel II e das instituições liberaes. Obtendo baixa em 1838, frequentou em Lisboa por algum tempo as aulas de desenho e gravura da Academia de Bellas Artes, dando-se porém, mais particularmente ao estudo da arte calligraphica, em que se tornou um professor muito distincto, adquirindo grande fama, merecendo ser agraciado com o titulo de Calligrapho da Casa Real. São numerosos os seus trabalhos de desenho á penna, em que adquiriu reconhecida superioridade. Citaremos os seguintes: uma copia do quadro da *Ceia*, de Leonardo de Vinci; outra da *Virgem da Cadeira*, de Raphael; copias de *Adão e Eva*, de Hamilton, e do *Juizo de Paris; Nossa Senhora do Leite*, copia d'uma pintura que existe na sacristia da sé do Porto, e que se attribue a Raphael; *A mulher adultera*, quadro de N. Poussin, premiado na exposição universal de Londres em 1851; um quadro no gosto das obras de Teniers; o retrato do proprio autor, tirado por elle ao espelho; copia do quadro de Raphael, *N. S.ª do Peixe*, etc. Entre outros trabalhos artisticos de grande perfeição e difficuldade, sobresáe o *Grammadacrytaphio*, que dedicou e offereceu a el-rei D. Fernando, quando falleceu D. Maria II. E' um desenho de perto de 20 centimetros de altura, representando uma urna com uma pomba pousada na cupola, descançando a mesma urna sobre um pedestal apropriado. Tanto a urna como o pedestal e mais accessorios, é tudo formado de letras cujo numero total chega a 83:352, executadas sem auxilio de miscroscopio, e não contendo alguma abreviatura: o boletim dos medicos da Real Camara, com as respectivas assignaturas: todos os artigos em que os periodicos politicos e litterarios da epoca commemoraram aquelle infausto successo: a poesia *O funeral e a pomba*, de João de Lemos, com a paraphrase ou resposta de Gomes de Amorim, e varias outras poesias allusivas de João de Aboim. Escreveu tamdem uma biographia de Sir Roberto Peel em caracteres miudissimos, comprehendida n'uma circumferencia, cujo diametro tem 11 centimetros, e compõe-se de 28:600 letras: similhantemente a biographia do duque de Palmella, D. Pedro de Sousa Holstein, em 2:002 letras. Por varias vezes escreveu o *Credo*, *Padre Nosso* e *Ave-Maria* em circulos de circumferencia egual á de uma das nossas antigas moedas de 60 reis em prata. O seu ultimo trabalho, como calligrapho, foi a copia dos *Lusiadas*, que deixou muito adeantada, mas que a morte o não deixou concluir, ficando esse cuidado a seu filho, Domingos Godinho, tambem já fallecido, que foi um calligrapho distincto, e que, á imitação de seu pae, deixou trabalhos artisticos de desenho á penna, de muito valor. Nos *Lusiadas*, manuscripto em 1880, os trabalhos de Manuel Nunes Godinho, concluidos por seu filho, são o ante rosto, rosto, rubricas dos cantos e emblema final, desenhados á penna Este livro foi destinado á Bibliotheca Publica do Porto, onde existe luxuosamente encadernado. Manuel Nunes Godinho, n'uma viagem que fez á provincia do Minho, propunha-se a dar uma serie de typos minhotos, em estampas chromo lithographicas, com as competentes descripções impressas em separado. Parece que chegaram a sair algumas, sendo lithographadas na Allemanha, mas julga-se que Nunes Godinho desistiu da empresa para se entregar a outros trabalhos. Publicou tambem, como professor de calligraphia, o seguinte: *Nova arte calligraphica theorica e pratica, dedicada e respeitosamente offerecida ao ill.mo sr. Antonio Maria Fidié*. etc, Lisboa, 1853, formato oblongo de 19 pag. com 24 estampas ou traslados, gravados em chapas de cobre, foi adoptada para o ensino pelo Conselho Geral da Instrucção Publica; *Preceitos calligraphicos*, etc., Lisboa, 1850; 2.ª edição, 1853; a 3.ª edição saiu em 1862, com o titulo: *Preceitos calligraphicos para instrucção da mocidade, adoptados para o ensino pelo conselho geral de instruocção publica; terceira edição correcta e muito augmentada;* 8.° grande de 57 pag. com duas estampas lithographadas, e 22 alphabetos modelos; *Cadernetas calligraphicas para o aperfeiçoamento da letra;* obra engenhosa executada em gravura, e apropriada para o ensino gradual dos discipulos: *Estatutos do Gymnasio-Godinho, collegio de instrucção primaria, secundaria e de humanidades*, Lisboa, 1857; *O pae novo, commentario ou interpretação das dez eclogas ou bucolicas de Publio Virgilio Marão, por um pastor nabantino*, vol. I, Lisboa, 1863.

Godinho (*P. Nicolau*). Jesuita. N. em Lisboa

em 1561, fal. em Roma a 7 de dezembro de 1619. Foi doutor em Theologia e lente da Universidade de Evora; revisor dos livros da Companhia em Roma. Escreveu em latim a *Vida do Jesuita Gonçalo da Silva*, que foi depois traduzida em allemão e italiano. Deixou ainda mais obras, algumas das quaes ficaram inéditas.

Godinho *(D. Silvestre)*. Arcebispo de Braga, no tempo de D. Sancho II. Foi elle que, juntamente com D. Pedro Salvadores, bispo do Porto, encetou a lucta contra o soberano, mas não foi elle que a terminou. Quem promoveu a deposição de D. Sancho II, foi o arcebispo que lhe succedeu, D. João Egas.

Godinho. Povoações nas freguezias: Santo André, de Gião, conc. da Feira, distr. de Aveiro. ‖ S. Thiago, de Valladares, conc. de Baião, distr. do Porto. ‖ Casal na freg. de Santa Maria, de Pinheiro Grande, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Godinho Cardoso *(Manuel)*. Era natural de Lisboa. Partiu para a India em 1585 a bordo da nau *Santiago*, d'onde era capitão mór Fernão de Mendonça, qual naufragou a 15 de agosto do referido anno. Salvo milagrosamente do naufragio, escreveu como testemunha presencial a descripção d'aquelle lamentavel acontecimento, com o seguinte titulo: *Relação do naufragio da nau Santiago, e itenerario da gente que d'ella se salvou*, Lisboa, 1601. Foi reimpressa no tomo II da *Historia tragico-maritima*, e na *Collecção dos Naufrogios*.

Godinho de Mendonça *(José)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em Galveias a 6 de janeiro de 1828. Escreveu: *Regras de equitação pelo methodo Baucher*, Coimbra, 1879; com 9 estampas lithographadas. E' dedicado este livro ao bacharel Abilio Augusto da Fonseca Pinto.

Godinho de Niza *(Jeronymo)*. Cavalleiro da ordem de Christo, official maior da Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, academico da Academia Real de Historia Portugueza, e da dos Anonymos, etc. N. em Lisboa a 31 de março de 1681, fal. na mesma cidade a 14 de dezembro de 1749. Era filho de Luiz Godinho de Niza, official maior da Secretaria das Mercês, homem muito erudito em letras humanas e poesia latina, e de sua mulher, D. Anna Maria Vieira. Foi secretario da Academia dos Anonymos, e um dos 50 academicos com que se fundou em 1721 a Academia Real de Historia Portugueza, que lhe confiou o encargo de escrever as memorias historicas da entrada e dominio dos moiros n'este reino desde a conquista de Hespanha até ao tempo do conde D. Henrique. Publicou, como outros eruditos da epoca as contas dos seus estudos academicos, recitadas na Academia Real de Historia e no Paço em diversas conferencias, de 24 de setembro de 1725, 2 de janeiro e 26 de março de 1722, 21 de janeiro e 22 de outubro de 1723, 7 de setembro de 1727, 22 de outubro de 1729, 25 de outubro de 1732, nos tomos II, III, VII, IX, e XI da *Collecção de documentos e Memorias da Academia Real*. Escreveu mais: *Elogio funebre na morte do sr. José do Couto Pestana, Academico da Academia Real de Historia Portugueza, recitado na mesma Academia, a 18 de agosto de 1735*, Lisboa, 1735; *Tres orações na lingua latina, epigrammas a diversos assumptos assim heroicos como lyricos, que recitou na Academia dos Anonymos*, etc, Lisboa, 1718.

Godinho de Niza *(Luiz)*. Academico da Academia dos Anonymos, official maior da Secretaria das Mercês. Fal. a 21 de novembro de 1717. Era filho de Domingos Godinho e de Antonia Vaz. Tinha natural vocação para a poesia latina e portugueza. Nos *Progressos Academicos da Academia dos Anonymos*, publicou alguns epigrammas, sonetos e oitavas.

Godinho de Seixas *(Manuel)*. N. em Santarem a 15 de agosto do 1698; ignora se a data do fallecimento. Era filho de Simão Godinho e de Izabel dos Anjos. Estudou no convento da Trindade, de Santarem. Embarcando n'uma caravélla de Lisboa para o Algarve, caiu no poder dos argelinos a 24 de junho de 1725. No fim de 5 annos, aproximadamente, de captiveiro, recuperou a liberdade, e veiu para Lisboa, onde chegou a 19 de outubro de 1731. Sendo então ordenado de presbytero, abriu estudo de letras humanas em Lisboa. Escreveu: *Penthetria pathetica, e miscellanea em os progressos, e morte do sempre memoravel D. João V*, etc, Lisboa, 1750; consta de poesias em varios generos de metrificação. Deixou ainda alguns manuscriptos em prosa e em verso.

Godinhos. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Sobradello da Gama, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. ‖ S. Miguel, de Coimbrão, conc. e distr. de Leiria.

Goelem. Pov. na prov. de Satary, Novas Conquistas, distr. e arceb. de Gôa, com. de Sanquelim, India.

Goengue. Prazo da Corôa, situado no distr. de Tete e nas margens do rio Zambeze, entre as villas de Quelimane e Tete, da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Nas terras d'este prazo desembarcam os passageiros e mercadorias com destino a Tete, para de novo embarcarem em outro ponto do mesmo prazo, depois de haverem percorrido grande espaço de terreno, isto em virtude de ser impossivel seguir o curso do rio. E' agricultado por colonos e sipaes.

Goes. A familia d'este appellido procede de D. Anniam Estrada, um dos companheiros do conde D. Henrique, natural das Asturias, que foi senhor Goes, onde tinha o seu solar. Tambem de D. Aniam Estrada procede a familia do appellido *Farinha* (*V. este nome*). Pelo seu casamento, uniu se D. Aniam aos Silveiras, e a este appellido pertencia a casa dos condes de Sortelha. As suas armas são: Em campo azul seis quadernas de crescentes de prata postas em duas palas; timbre, um dragão azul armado com uma das quadernas do escudo no peito. El-Rei D. Sebastião, em 1567, confirmou a Damião de Goes a mudança que elle fez no escudo, pondo em campo azul cinco quadernas de crescentes em santor, e por timbre um leão de prata nascente entre duas azas azues, semeadas de quadernas de crescentes de prata como os do escudo.

Goes *(Antonio Velho)*. Mestre em Artes pela Universidade de Evora, capellão-mór do exercito no Alemtejo, prior encommendado da egreja de N. S.ª da Conceição, de Villa Viçosa. N. em Elvas a 2 de março de 1670, fal. a 26 de janeiro de 1734. Era filho de Manuel Velho e de Luiza Goes de Andrade. Depois de ser mestre em Artes, cursou dois annos a faculdade de Theologia. Dos

muitos sermões que prégou, publicou o seguinte: *Sermão de Santa Rita de Cassia Religiosa da ordem de Santo Agostinho, em acção de graças, que prometteu, e mandou celebrar pelo bom successo do sitio de Campo Maior a senhora D. Luiza Clara de Menezes, mulher, que foi do senhor Gomes Freire de Andrade, e hoje recolhida no convento de Santa Cruz, de Villa Viçosa, e n'elle prégado em 1712*, Lisboa 1714.

Goes *(P. Bento de)*. Jesuita, missionario. Chamava-se no seculo Luiz Gonçalves. N. em Villa Franca do Campo, ilha de S. Miguel, sendo baptisado a 9 de agosto de 1572, com o nome de Luiz. Foi seu pae Manuel Gonçalves. Fal. na China a 11 de abril de 1607. Passando á India, assentou praça de soldado, e ali militou por algum tempo, entregue a uma vida tão desregrada, que servia de geral escandalo aos companheiros. Em 1588 sentiu-se arrependido, e resolveu entrar para a Companhia de Jesus, contando 26 annos de edade. Da sua conversão fala a *Margarita Animada* de Francisco Affonso de Chaves e Mello, Lisboa, 1723, mostrando-o lavado em lagrimas com o peito em terra deante do altar da Virgem. Assim cheio de crenças e encendrado no amor de Deus e da Patria começou a missionar, cathechisando pela gloria christã e engrandecimento da sua patria. Entrando na côrte do imperador mogol Akbar teve a habilidade de se insinuar no espirito d'este, levando-o ao apreço do nome portuguez, e dissuadindo-o da pretendida conquista das nossas possessões indianas. Continuou a dar taes manifestações de eloquencia e de animo valoroso, que o geral das missões da India, Nicolau Pimenta, pretendendo organisar uma expedição de exploração ao Cathayo escolheu Bento de Goes para intentar tão proveitoso como difficil commettimento. As espessas sombras, que occultavam á Europa a Asia central, fôram pois desvendadas pelo temerario michaelense, que prégando a religião atravessou reinos desconhecidos dando de todos elles importantes noticias n'um criterioso diario de viagem, que, salvo das mãos dos infieis pelo padre Matheus Ricci, fundador das missões em Pekim, foi por este reconstituido e conservado. São extraordinarias as aventuras d'uma tal viagem, em que Bento de Goes soffreu os maiores incommodos, fadigas e privações, chegando muitas vezes a cair de cançaço com os pés escorrendo sangue. Nessa viagem chegando a Soutcheon, onde vencido pela doença acabou a vida no referido dia 11 de abril de 1607. Bento de Goes fôra admittido na Companhia de Jesus como coadjutor temporal, não quizera passar á ordem sacerdotal apezar das instancias dos superiores, e sendo escolhido para missionario, saiu de Agra em 6 de janeiro de 1603 disfarçado em armenio para não ser conhecido como europeu, e chegou á cidade de Chalis a 14 de novembro de 1604, depois de soffrer grandes trabalhos e incommodos. D'ali seguiu a Camul, onde chegou a 17 de outubro de 1605, e passando á China foi victima da sua dedicação pela fé de Christo, e zelo apostolico com que missionava. Escreveu: *Tres cartas escriptas de Laor*, em que dava conta das suas peregrinações; impressas na *Relação Annual* do P. Fernão Guerreiro, Lisboa, 1606; *Carta escripta de Hircande a 2 de fevereiro de 1604;* impressa por extracto na referida *Relação Annual*, Lisboa, 1609. Deixou manuscripta uma *Relação* da sua jornada desde Gôa até descobrir o Cathayo. A'cerca d'este padre jesuita escreveu José de Torres um estudo historico, que se imprimiu em Ponta Delgada em 1854, tendo por titulo: *Bento de Goes*. Outros escriptores modernamente lhe teem dedicado alguns artigos, associando-se á idéa da imprensa de Villa Franca do Campo de celebrar em 1907 o terceiro centenario da morte do illustre villafranquense, erigindo-se uma estatua, ou qualquer outro monumento, á sua memoria, por subscripção e subsidios das camaras municipaes do respectivo districto. Em 27 de dezembro de 1885 a camara de Villa Franca deu o nome de *Bento de Goes* ao largo de Santo Antonio, que rodeia a egreja matriz. Por esta occasião se publicaram no semanario da mesma villa, *Liberdade*, uns artigos commemorativos, devidos á penna do sr Padre Manuel José Pires, a quem se deve o descobrimento em 1903 do termo do baptismo de Luiz Gonçalves. Acha-se publicado no mesmo semanario n.º 1267 de 28 de fevereiro. No referido anno inseriu o erudito geographo sr. Carlos de Mello no semanario de Ponta Delgada *A Folha*, n.ºs 17 a 26, uma extensa lista das obras nacionaes e estrangeiras que se teem occupado de Bento de Goes, enumerando-as pela ordem chronologica da sua publicação. E' uma bibliographia minuciosa e importante, abrangendo a indicação de numerosas obras e artigos. No numero de julho de 1903 da *Revista Portugueza Colonial e Maritima*, de Lisboa, encontra-se um artigo do sr. Augusto Ribeiro sobre Bento de Goes.

Goes *(Damião de)*. Commendador da ordem de Christo, guarda-mór da Torre do Tombo e chronista-mór do reino. N. em Alemquer em feverei-

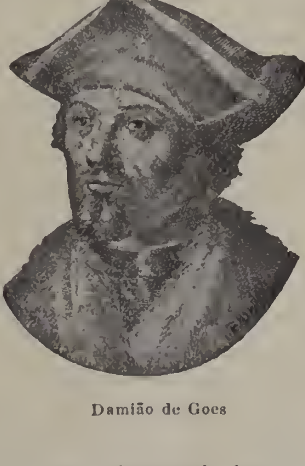

Damião de Goes

ro de 1502, como elle proprio declarou, debaixo de juramento, no auto das perguntas que lhe fôram feitas no Santo Officio em 19 de abril de 1571. Alguns escriptores dizem que nasceu em 1501. Seu pae era Ruy Dias de Goes, fidalgo ao serviço do infante D. Fernando, pae d'el rei D. Manuel, e almoxarife em Alemquer, da rainha D. Leonor, viuva de D. João II; sua mãe, D. Izabel Gomes de Limi, 4.ª mulher de seu pae, filha e neta de commerciantes flamengos, vindos a Portugal tratar de negocios da infanta portugueza

D. Izabel, casada com o duque de Borgonha, Filippe o *Bom*, e haviam fixado a sua residencia n'este reino. A ascendencia da parte de seu pae era muito nobre, pois que descendia de D. Aniam da Estrada, companheiro do conde D. Henrique, e fundador na villa de Goes (V. *este nome*). Damião de Goes, aos 9 annos de edade, foi admittido em 1511, no paço d'el-rei D. Manuel para o estudo das letras, conforme o uso d'aquella epoca; em 29 de setembro de 1513 falleceu-lhe o pae, ficando então entregue só aos cuidados de sua mãe, que muito o estremecia. Sendo favorecido pela protecção da rainha viuva, continuou nos seus estudos, e em 1518 já se encontra o seu nome, no exercicio de moço da camara, no livro da matricula dos moradores da Casa Real, como D. Antoni Caetano de Sousa declara nas *Provas* do Livro IV da *Historia Genealogica da Casa Real*, e no mesmo anno, como Damião de Goes refere na *Chronica d'el-rei D. Manuel*, lhe beijou a mão com os outros fidalgos por occasião de se ter celebrado o seu casamento em Saragoça com a rainha D. Leonor. A este tempo havia no paço dois irmãos seus: Fructos de Goes, que já em 1512 era camareiro e guarda roupa d'el-rei, e um dos seus privados; e Manuel de Goes, que serviu na armada do Estreito com Diogo Lopes de Sequeira, no mesmo fôro do moço da camara, como se vê no referido livro da matricula. Continuou na côrte até á ultima enfermidade de D. Manuel, e assistiu á sua morte, succedida a 13 de dezembro de 1521. A acclamação do novo rei D. João III foi de bons auspicios para Damião de Goes. Como era de singular engenho e de vastissima erudição, attrahido pela fama de muitos sabios, que n'essa epoca se notavam em quasi todas as nações, cujo trato por adquirir novos conhecimentos e glorias ambiciosamente procurava, pretendeu sair do reino e percorrer varias côrtes da Europa. D. João III e sua mulher, a rainha D. Catharina, que muito o consideravam, reconhecendo o seu valioso prestimo, annuiram aos seus desejos, e Damião de Goes foi nomeado escrivão da Feitoria de Flandres para ali tratar dos negocios do Estado. Partiu então em 1523 na armada, de que era capitão Pedro Affonso de Aguiar, indo a bordo da nau que commandava Diogo Fernandes de Faria. Achou-se no recontro entre as naus francezas e inglezas no canal de Inglaterra. No anno de 1529, achando-se em Anvers, foi mandado por el-rei a Hosteland a negocios de serviço, e d'ahi á côrte do rei da Polonia, Sigismundo I, que então residia em Wilna, e passando depois a Dantzik, na Prussia. Foi por este tempo que deu começo aos estudos classicos, que o tornaram tão apreciado e estimado dos homens de letras do seu tempo. Em agosto de 1530, a sua correspondencia com el-rei, mostra que tinha regressado a Flandres, estando no dia 22 d'aquelle mez em Antuerpia, e em 28 em Amsterdam. Voltou segunda vez á Polonia em 1531, indo á cidade de Caracovia, onde, com o vice-rei Christovão Scholovisco e João Tarnovio, tratou casamento para o infante D. Luiz, com Hedwiges, filha do mesmo Sigismundo, falando á propria princeza. Voltando a Anvers escreveu ao soberano ácerca da proposta d'este casamento e das suas vantagens, que o monarcha agradeceu por carta escripta por seu proprio punho. O casamento não se effeituou. Estando n'esta cidade poz em latim o livro da embaixada do imperador da Ethiopia, rei do Abexim, a el-rei D. Manuel, que imprimiu em Lovaina em 1532. D'aqui foi por ordem de D. João III á côrte de Frederico, rei da Dinamarca, e á de Gustavo, da Suecia, onde fez bons serviços. No regresso passou por Lubeck, onde jantou á mesma mesa com o lutherano João Pomerão, dando assim começo ás suas relações com os hereges, que no futuro lhe seriam bastantes prejudiciaes. Depois foi encarregado de outra missão á Polonia, tratar com certos commerciantes da cidade de Posnia. O seu itenerario o levou á cidade de Witemberg, onde habitavam Martin Luthero e Filippe Melancthon, com quem entabolou relações perigosissimas para um portuguez n'aquella epoca. Esteve mais tarde em Dantzik, e voltou novamente á sua feitoria. Em dezembro de 1531 dirigiu a Johannes Magnum, arcebispo de Upsalia, a carta dedicatoria do seu *Legatio Magni Indorum Imperatoris Presbyterio Johannes ad Emanuelem*, etc, a primeira edição da qual saiu em Antuerpia em 1532, e n'este ultimo anno foi estudar em Lovaina, d'onde no fim de oito ou nove mezes partiu para Friburgo, e ali travou conhecimento com o celebre Erasmo, com quem passou um dia inteiro. De Friburgo passou a Basiléa, onde esteve na companhia de Sebastião Munstero e Simão Gryneus, lutheranos, e de lá voltou a Lovaina e continuou com o estudo da lingua latina. Em 1533 esteve em Paris, e visitou um frade chamado fr. Roque de Almeida, que era suspeito em materias da fé. D. João III mandou-o chamar ao reino n'este anno, para lhe fazer mercê do cargo de thesoureiro da Casa da India, mas Damião de Goes desculpou-se quanto pôde, e por fim não querendo melindrar o soberano com uma recusa formal, fingiu que tinha promettido ir em romaria a S. Thiago da Galliza, para a qual obteve licença, e depois de lá estar escreveu a el-rei, pedindo dispensa de não acceitar a graça offerecida. Tomou então o caminho d'Allemanha, desejando continuar os seus estudos, e foi hospedar-se em casa de Erasmo, em Friburgo, com quem viveu quatro ou cinco mezes em 1534. Foi depois a Antuerpia tratar de seus negocios, voltou novamente a visitar Erasmo, pouco depois partiu para Padua, onde esteve seis annos, e conviveu com o cardeal Jacob Saddoleto. Regressando a Flandres em 1538, obteve licença de D. João III para casar com Joanna de Hargen, natural de Utrech, filha de André van Hargen, e de sua mulher, Catharina Suys, ambos aparentados com algumas das melhores familias de Hollanda. Depois de ter estado em Roma, onde foi muito bem recebido pelo pontifice Paulo III; nas côrtes do imperador Carlos V, de França, de Inglaterra, de Hungria e Bohemia, escolheu para sua residencia a cidade de Lovaina, capital do ducado de Brabante. Vivendo ahi placidamente com sua mulher e filhos, entregue á composição de muitas obras, dedicando-se tambem á poesia, e á musica que extremosamente apreciava e sabia com perfeição, foi no anno de 1542 inquietado pelo exercito francez, que lhe poz cerco. O senado o escolheu para defender aquella praça, com mais tres capitães: Conrado, conde de Vernemberg, Jorge de Rolyn, senhor de Emery, e Filippe Dorlay, balio de Brabante. Fugindo estes, ficou só no commando, e não podendo resistir pela força das armas, lançou mão d'um ardil de guerra fazendo acreditar

aos sitiadores que tinha recursos mais que sufficientes, e soccorros proximos a chegar, pelo que, capitulaudo, alcançou condições excessivamente favoraveis. Mas o general francez Nicolau de Beaufut, descobrindo o logro em que caira, prendeu-o, e levou-o a França, a Vermandois, d'onde, por mandado de Francisco I, foi remettido a Fontainebleau e, sendo julgado boa presa, viu-se obrigado, perto d'um anno depois, a resgatar-se psr 6:300 escudos de ouro, além d'outras despezas que fôram tambem importantes. Em 1544 parece que Damião de Goes estava outra vez em Lovaina, e n'esse anno foi agraciado por Carlos V com um brazão d'armas, em premio dos seus bons serviços em Flandres. Por este tempo repetiram-se as ordens de D. João III para que voltasse ao reino, porém Damião de Goes, em carta de 12 de julho de 1544, escripta d'Antuerpia, desculpou-se de não cumprir aquella ordem, allegando doença da mulher, e não ser nem de sua honra, nem do agrado de Deus, nem do mundo deixal-a. Não tardou, em vir, e em julho de 1546 já estava vivendo em Alemquer. Por alvará de 3 de junho de 1548 foi nomeado guarda-mór da Torre do Tombo. Em 1558 o cardeal D. Henrique o encarregou de colligir e escrever de novo a Chronica de el-rei D. Manuel, que sendo commettida a Ruy e Fernão de Pina, ao bispo Pinheiro e a João de Barros, ainda estava por concluir, ao que elle satisfez oom verdade e bom estylo, dando á impressão a ultima parte em 1567, assignada de sua propria mão. Victima de invejas, Damião de Goes, estando em Evora em 1545, foi denunciado pelo chefe dos jesuitas, Simão Rodrigues, em setembro, á inquisição d'aquella cidade. A denuncia, porém, foi archivada, mas não produziu effeito immediato. Goes continuou frequentando a côrte, vivendo ora em Lisboa, ora em Alemquer, e exercendo o cargo para que fôra nomeado, de guarda mór da Torre do Tombo. Em 24 de setembro de 1550, Simão Rodrigues, que não se lhe aplacara o odio, ratificou a denuncia á inquisição de Lisboa, mas d'esta vez ainda não teve andamento. Durante os 5 annos seguintes pouco se sabe da sua vida. Em 1555, cumprindo um piedoso dever, mandou pôr uma campa, com epitaphio em latim, sobre os restos mortaes dos seus maiores na egreja do convento de S. Francisco, de Alemquer, onde ás vezes se ia confessar, e em 1560, tendo adquirido o direito de sepultura na capella-mór na egreja da Varzea, da mesma villa, reedificou aquella parte do edificio, fez jazigos com campa e inscripção, e nas paredes lateraes collocou de um lado os brazões d'armas d'elle e de sua mulher, de bella esculptura, e do outro uma pedra com um epitaphio de sua lavra, a sua effigie, e a cruz da ordem de Christo, de que era cavalleiro (v. *Alemquer, 1.º vol. do «Portugal»*, pag. *190 e 191.)* Em 1565 recebeu em sua casa, na capital, os estrangeiros que vieram para conduzir a princeza D. Maria, á Belgica; e a 5 de junho d'aquelle anno D. Sebastião lhe deu as honras de fidalgo cavalleiro da sua casa. Em 17 de julho de 1566, Goes chegava ao apogeu da sua gloria. Acabara-se de imprimir em Lisboa a Parte I, da *Chronica d'el-rei D. Manuel*; a 10 de setembro deu-se por prompta a Parte II; a 29 de janeiro de 1567 acabou-se a Parte III, e a 25 de julho ficou completa a grandiosa obra com a impressão da Parte IV. Em 11 de abril d'esse anno, já se havia publicado a *Chronica do Principe D. João.* Em 28 de janeir ode 1566 tivera a mercê d'uma tença de 20$000 réis; a 7 de junho do mesmo anno, a do fôro das terras de Magalhães, em vida d'elle e de sua mulher, e em 18 de novembro seguinte obteve a nomeação de seu filho Antonio de Goes, para o logar de guarda mór da Torre do Tombo, quando vagasse por morte do pae. A 5 de agosto de 1567 D. Sebastião concedeu brazão d'armas a Damião de Goes, egual ao que lhe fôra dado por Carlos V. Em 4 de abril de 1571 é que explodiu a denuncia feita em Evora em 1545 pelo jesuita Simão Rodrigues. Damião de Goes já velho e viuvo, foi preso e encarcerado nos carceres da Inquisição como hereje, suspeito de antiga adhesão ás doutrinas de Luthero e de outros reformadores allemães. A 6 de novembro Antonio de Castilho foi nomeado para o substituir na Torre do Tombo. No fim de 20 mezes de prisão, apoquentado com inquirições, com a saude completamente arruinada, o pobre velho que tão bons serviços prestára á patria, foi condemnado á confiscação dos bens e em espiar as suas culpas em reclusão e penitencia rigorosa no mosteiro da Batalha, onde deu entrada a 16 de dezembro de 1572. Passado algum tempo foi-lhe relaxada a reclusão, concedendo-se-lhe licença para recolher a sua casa, mas pouco se aproveitou d'essa relativa liberdade, porque ficando uma noite sentado á lareira, na manhã seguinte foi encontrado morto sobre o brazeiro, suppondo-se que caiu por effeito de apoplexia. Em 30 de janeiro de 1574 foi enterrado no seu jazigo em Alemquer. No livro de Lopes de Mendonça: *Estudo biographico, Damião de Goes e a Inquisição*, encontram-se curiosas informações relativas ao processo que lhe foi instaurado, o qual, pela extincção d'aquelle tremendo tribunal, em 1821, foi recolhido na Torre do Tombo. *Da Chronica d'el-rei D. Manuel*, além da edição já citada, houve segunda em 1619, com o titulo: *Chronica do felicissimo rei D. Manuel de gloriosa memoria; a qual por mandado do serenissimo principe o infante D. Henrique seu filho, e Cardeal de Portugal do titulo dos Santos quatro coroados, Damião de Goes colligiu e compoz de novo; ao Ex.mo Sr. D. Theodosio, duque de Bragança.* A terceira edição saiu conforme a antecedente, em Lisboa, 1749; e a quarta, em Coimbra, 1790 2 tomos. Escreveu mais: *Chronica do Principe D. João, Rei que foi d'estes reinos segundo do nome, em que summariamente se tratam as coisas sustanciaes que n'elles aconteceram do dia do seu nascimento até o em que el-rei D. Affonso seu pae folleceu,* Lisboa, 1567; saiu segunda edição, Lisboa, 1724; e terceira, Coimbra, 1790; *Livros de Marco Tullio Ciceram, chamado Catão maior, ou da velhice,* Veneza, 1534; reimpressa em Lisboa, em 1845; serviu do texto para esta edição um exemplar que possuia o cardeal patriarcha D. Francisco de S. Luiz. Na *Bibliotheca Luzitana*, de Barbosa Machado, vol. I pag. 615. vem a relação das obras que escreveu em latim. Damião de Goes foi casado tambem com Maria de Lacerda, fallecida a 6 de agosto de 1588, conforme consta do livro dos obitos da Misericordia d'aquella cidade. Bibliographia: *Damião de Goes, novos estudos*, por Joaquim de Vasconcellos, Porto, 1897. O sr. J. C. Henriques, da Carnota, tambem tem publicado alguns estudos importantes para a biographia de Damião de Goes.

Goes *(João Gomes)*. Mestre em Artes, bacharel em Theologia pela Universidade de Evora, e formado em Canones pela de Coimbra. N. em Evora, em 1667, fal. a 23 de novembro de 1721 Era filho de João Gomes Paes e de Ignez Martins de Goes. Foi dotado de singular talento para a poesia. Deixou em manuscripto: *Vida de S. João de Deus*, em verso; *Pecnlio de direito civil e canonicas* em 6 tomos; *Entrada da serenissima Rainha da Gran-Bretanha a Senhora D. Catharina na cidade de Evora, etc*

Goes (*José Gomes*). Um dos nossos mais distinctos paleographos, segundo conservador da Bibliotheca Nacional de Lisboa, da repartição de manuscriptos e numismatica, etc. N. n'esta cidade a 16 de setembro de 1826, onde tambem fal. em 1 de maio de 1886. Era filho de José Gomes Goes, negociante de pequeno trato, e de sua mulher D. Gertrudes Maria do Sacramento. Seguiu o antigo curso do Lyceu com muito aproveitamento, obtendo distincção na cadeira de grego. Além das linguas aprendidas n'aquelle curso, latim,grego, francez e inglez, aprendeu depois o allemão, assim como o hollandez, por causa da relação da segunda viagem de Vasco da Gama, cuja traducção ingleza o não satisfazia, e traduziu de novo em portuguez, entendeu alguma cousa do arabe e até do hebraico. Cursou mais tarde, parece que sem ser matriculado, mas como ouvinte, algumas cadeiras das Escolas Politechnicas e Medico-Cirurgica de Lisboa. Frequentou depois com muita distincção a aula de diplomatica, em 1847 e 1848 cujo curso terminou em julho do referido anno de 1848, merecendo um attestado muito honroso do professor José Manuel Severo Aureliano Basto. Entrou em seguida para a Torre do Tombo como escripturario extraordinario dos catalogos, onde se conservou até ser promovido,por concurso n'um logar de segundo official da repartição de manuscriptos da Bibliotheca Nacional de Lisboa, logar de que tomou posse em 23 de dezembro de 1854. Como distincto paleographo foi incumbido da interpretação de valiosissimos documentos para servirem de auxilio e notas a differentes obras historicas, principalmente subsidiadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa. O academico Rodrigo de Lima Felner convidou-o para o ajudar, como paleographo, nas publicações de que a Academia o encarregara; depois da morte de Lima Felner, continuou no mesmo encargo, sob a direcção de Bulhão Pato, prestando assim serviço durante a publicação das *Lendas da India*, de Gaspar Correia; *dos subsidios para a historia, Decada*, de Antonio Bocarro; *Livros das monções*; e vol *das Cartas* de Affonso de Albuquerque. Gomes Goes acha-se mencionado, pelo seu especial trabalho, no prologo do *Roteiro de D. João de Castro*, publicado por Andrade Corvo. Dirigiu a edição da *Historia da America Portugueza*, de Rocha Pitta, feita em Lisboa em 1880 pelo editor Francisco Arthur da Silva. A Academia Real das Sciencias elegeu-o seu socio correspondente em 1863. Collaborou no *Archivo pittoresco* e no *Diario Commercial*. Em 1853 publicou o seguinte: *Descobrimento da Australia pelos portuguezes em 1601, cinco annos antes do mais antigo até hoje conhecido; e argumentos tendentes a mostrar que esta nação já conhecia aquelle continente na primeira parte do seculo XVI; Memoria do Sr. Ricardo Henrique Major, etc.* versão do inglez, opusculo em 8.º max. de 24 pag. com um *fac-simile* do mappa. Na capa tem o titulo: *Prioridade do descobrimento da Australia pelos portuguezes; Memoria, etc.*

Goes (*F. Manuel)* Religioso da ordem dos carmelitas calçados. Era natural de Lisboa, e fal. a 22 de setembro de 1595. Foi prior do convento da sua ordem, de Lisboa, por tres vezes: a primeira em 1536, a segunda em 1542, e a terceira em 1563; provincial, nomeado em 1551. Foi ambem reitor do collegio de Coimbra por duas vezes.Deixou manuscriptas umas *Memorias historicas da ordem do Carmo* Compoz e fez imprimir um *Processionario*, usado pelos religiosos e religiosas da ordem do Carmo, até ao anno de 1610, em que foi substituido por o de fr. Gaspar Campello. Era muito apreciado como cantor de cantochão.

Goes *(P. Manuel*). Jesuita. N. em Portel, em 1542,fal. no collegio de Coimbra a 13 de fevereiro de 1593,Foi professor de Philosophia e muito douto n'esta sciencia. Era filho de João Vagueiro e de Maria Alvares. Aos 12 annos de edade, impellido pelo amor ao estudo, fugiu da casa paterna, e foi para Castella, e ali aprendeu durante 4 annos a lingua latina, Rhetorica e Philosophia. Voltando para a companhia de seus paes, continuou a estudar na Universidade de Evora, e entrou na Companhia de Jesus a 31 de agosto de 1560, contando 18 annos de edade. Ensinou durante oito annos a lingua latina, e dictou por espaço de dez annos Philosophia. Deixou impressos uns *Commentarios* em latim, a differentes livros de Aristoteles.

Goes *(Fr. Sergio de)* Monge da ordem de S. Bernardo, no mosteiro d'Alcobaça. Natural de Goes.Escreveu um livro de questões philosophicos, e outro sobre o Velho Testamento, que não chegaram a imprimir-se.

Goes. Villa da prov. do Douro, séde de conc., com. d'Arganil, distr. e bisp. de Coimbra, relação do Porto. Tem uma só freg , Santa Maria Maior. Está situada em profundo valle entre as serras de Rabadão e Carvalhal, e é banhada pelo rio Ceira. Foi mandada povoar em 1130 por D. Aniam Estrada, senhor asturiano, que instituiu um grande morgado. D. Manuel deu-lhe foral em Lisboa, a 20 de maio de 1516. O conde de Villa-Nova de Portimão apresentava o vigario, que tinha 150$000 reis por anno. A terra é fertil, e pertence á 5.ª div. mil., 9.ª brigada, grande circumscripção mil. Central, e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. A egreja matriz é digna de menção pela sua antiguidade e architectura gothica; na capella-mór vê-se uma sepultura, cujo epitaphio indica estar ali enterrado D. Nuno da Silveira, escrivão da puridade, que foi de D. Affonso V, conde de Sortelha, e donatario d'esta villa. Sobre o rio Ceira ha a *Ponte dos tres arcos*, a qual communica entre si as duas metades da villa, e foi construcção de elrei D. Manuel. No centro da villa, vê-se no largo de Pombal a notavel fonte d'este nome, de construcção esquisita e bastante antiga. E' para notar o *Penedo de Goes*, elevadissimo penhasco, situado ao sul da villa, que visto a distancia e por alguns dos seus lados, ostenta a sua fórma pyramidal; o de *Santo Antonio da Neve*, onde existem *os poços de neve*, de que todo o anno se abastecem as principaes cidades do reino, e as

elevadas serras do *Vieiro* ao N, e *Cadafaz* a E de Goes, sendo ambas ramificações da serra de Açôr. Junto ao monte de Trivim nasce o rio *Sortão*, que depois d'um longo curso, faz a sua foz no Ceira, ao fundo da freguezia de Varzea. Em 1834 deixou de existir o hospital que se tornou muito notavel pela facilidade com que se curavam as molestias syphiliticas, assim como acabou tambem uma collegiada, que fôra erecta na egreja de Santa Maria. A data da fundação do hospital não se conhece, mas sabe-se que é muito antiga, e julga-se que tivera começo n'uma albergaria edificada por um prior benemerito d'aquella freguezia, que egualmente dotara a collegiada. Posteriormente, porém, o marquez de Abrantes, senhor de Goes, converteu-a em hospital permanente, cedendo lhe um terço das suas rendas em diversas terras da Beira, consistindo em dizimos, oitavos, jugadas, e até as rendas do seu proprio morgado. Ha, comtudo, quem fixe a fundação do hospital no reinado de D. Sebastião. Em Goes ha uma importante fabrica de papel, que se fundou em 1820 no sitio denominado *Ponte Soutão*. N'esta freguezia está a serra de Baçô, ramo da serra da Estrella. Tem est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N, e Coimbra, Misericordia, escolas para ambos os sexos; advogado, notario, medicos, pharmacias, agencias bancarias e de seguros, hospedarias, philarmonicas: *Independente e Progressista*; feira no 1.º domingo de cada mez, e em 30 de novembro a de Santo André, mercado aos domingos O conc. comprehende 5 freguezias com 2:749 fog e 11:077 habitantes.

Goes Correia *(José)*. Presbytero secular, reitor do Seminario Patriarchal, de Santarem, etc. Nasceu em Beja, onde tambem falleceu. Regeu no referido seminario as cadeiras de Escriptura e Theologia dogmatica. Fôra discipulo de D. Fr. Manuel do Cenaculo, que lhe consagrava particular affeição. Distinguiu-se entre os prégadores do seu tempo pela desaffectada simplicidade dos seus sermões. Era muito perito no grego e hebraico. Tendo ido á sua casa de Beja passar as férias em 1810, teve noticia de que os francezes lhe haviam saqueado a cella do seminario de Santarem, onde deixára os seus livros e os seus papeis, que se perderam. Este profundo desgosto lhe causou uma apoplexia, de que escapou, e ainda vivia em 1817. Consta que imprimiu em Roma alguns dos seus escriptos. Dos sermões, ha só publicado o seguinte: *Oração natalicia recitada no faustissimo nascimento do sr. D. Pedro de Alcantara, infante de Portugal*, Lisboa, 1799. Escreveu tambem: *Hermeneuticæ Sacræ Compendium ad usum Regalis Collegii Patriarchalis Olyssiponensis*, Lisboa, 1799.

Goes Loureiro *(Fernando)*. Moço da camara de el-rei D. Sebastião, e escriptor. Era natural de Lisboa, e viveu no seculo XVI, sendo filho de André Goes Loureiro e de Barbara do Casal. Acompanhou o monarcha á desastrosa jornada d'Africa, da qual posteriormente escreveu um tratado, que não chegou a imprimir-se. Voltando a Portugal dedicou-se á vida ecclesiastica, e ordenou-se de presbytero. Foi depois abbade da egreja de S. Martinho, de Soalhães, no bispado do Porto. Mais tarde passou a Roma, onde viveu muitos annos, e não ha memoria que voltasse a Portugal. Escreveu: *Breve suma y relacion de las vidas y hechos de los Reyes de Portugal, y cosas sucedidas en aquel reyno desde su principio hasta el año de 1595*, Mantua, 1596. Deixou em manuscripto: *Catalogo dos portuguezes Christãos Novos que se iam declarar Judeus a Italia, com a Relação das copiosas sommas de dinheiro que levavam.*

Goes de Mattos *(Luiz)*. Doutor e lente de Direito Civil na Universidade de Coimbra, desembargador da Casa da Supplicação de Lisboa, para que foi nomeado em 29 de maio de 1633. Sendo no anno de 1621 juiz do crime na mesma cidade, publicou: *Memorial dos serviços que fez em o anno e meio que serve este officio*, Lisboa, 1621.

Goes de Vasconcellos *(Manuel de)*. Licenciado em Theologia. Viveu no seculo XVII. Escreveu: *Caminho espiritual das almas christãs para a salvação, com cuja doutrina se lhes dá luz para desterrar toda a ignorancia no que toca á fé, e lei de Deus e da Egreja*, etc. Lisboa, 1613; *Exame de consciencia, e ordem para os penitentes se confessarem bem dos seus peccados, juntamente com alguns avisos aos confessores*, etc. Lisboa, 1615.

Gogide. Pov. na freg. de S. Matheus, de Ribeira, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga.

Gogidor. Pov. na freg. de Santa Maria, de Villela, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Gogim ou **Gojim**. Pov. na freg. de S. Martinho das Chãs, conc. de Armamar, distr. de Vizeu. E' banhada pelo rio Gojim, que morre na margem esquerda do rio Douro. Proximo d'esta povoação está o *Monte de Nossa Senhora da Piedade*, a que deu o nome o *santuario* da Virgem d'esta invocação, que é visitado por muitas romarias, vindas não só das freguezias proximas, da cidade de Lamego e villa d'Armamar e Mondim, como de povoações de muitos kilometros de distancia. Este santuario é muito antigo.

Gogolá. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição do conc., com. e distr. de Diu, arceb. de Gôa, na India. ‖ *Praia de Gogolá*; pequena extensão de territorio na costa de Guzerate, dependente da ilha e distr. de Diu, India. Está subordinada ao governo geral do Estado da India.

Goiana *(José Correia Picanço, barão de)*. Fidalgo cavalleiro, por alvará de 12 de novembro de 1812; cavalleiro professo da ordem de Christo, em 10 de março de 1791; do conselho de el-rei D. João VI, doutor e lente jubilado de Medicina pela Universidade de Coimbra, cirurgião mór do reino e primeiro cirurgião da Real Camara; socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. no Recife de Pernambuco a 10 de novembro de 1745, e fal. no Rio de Janeiro em 1823 ou 1824. Era filho de Manuel Correia Picanço, doutor pela Curia Romana, proto-notario apostolico, e commissario do Santo Officio. Gozava da fama de ser um medico muito habil e bom cirurgião. A elle se deve a fundação da escola de cirurgia no Real Hospital da Bahia, estabelecida em fevereiro de 1808. O titulo de barão de Goiana foi concedido por decreto de 20 de março de 1820, de que tirou carta em 22 de janeiro de 1823. Encontram-se artigos a seu respeito na *Chorographia historica*, do dr. Mello Moraes, tomo I, parte II, pag. 404 e 427; nos

Apontamentos historicos do dr. Moreira de Azevedo, pag. 83; e na *Bibliotheca Cirurgica*, de Manuel de Sá Mattos, discurso 3.º, pag. 157. Escreveu: *Ensaio sobre o perigo das sepulturas nas cidades e nos seus contornos*, Rio de Janeiro, 1812; não traz o seu nome, mas a seguinte dedicatoria ao principe regente: «Ao melhor dos principes dedica e offerece este opusculo sobre o perigo das inhumações dentro das egrejas, e nos recintos das cidades, seu mais respeitoso e fiel creado J. C. P.» Este *Ensaio* é uma traducção da obra que com o mesmo titulo publicara alguns annos antes em Paris Vicq d'Azir, por elle vertida da italiana de Scipião Piatolli.

Golana. Pov. na freg. da Sé e conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Goido. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Pedorido, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Goigeva. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sandim, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Goimil. Pov. na freg. de Santa Maria, de Leça do Balio, conc. de Bouças, distr. do Porto.

Goios *(Manuel)*. Capitão da Mina, e porteiro mór de el-rei D. Manuel. Era filho de Estevão de Goios, alcaide-mór de Mertola, e de sua mulher, D. Izabel de Athaide. Cultivou a poesia vulgar, achando se alguns versos seus no *Cancioneiro de Garcia de Rezende*.

Goios. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr e arceb. de Braga; 361 hab. e 95 fog. Tem escola do sexo fem. A pov. dista 7 k. da séde do conc. O reitor do convento dos conegos seculares de S. João Evangelista, de Villar de Frades, apresentavam o vigario, que tinha 40$000 réis de rendimento annual. Esta freguezia foi fundada pelos annos de 1150, pela rainha D. Mafalda, mulher de D. Affonso I. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov na freg. de S. Miguel, de Marinhas, conc. de Espozende, districto de Braga.

Goiva. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Fragoso, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S Vicente, de Passos, conc. de Fafe, do mesmo districto.

Goja. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Frossos, conc. e distr. de Braga. || S. Julião, de Lage, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Pedro, de Merelim, conc. e distr. de Braga. || N. S.ª da Purificação, de Villa Maior, conc. de de S Pedro do Sul, distr. de Vizeu. Foi couto com justiças proprias.

Goje. Povoações nas freguezias: S. Genesio, de Insua, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Sampriz, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Gojo. Pov. na freg. de S. Martinho, de Moimenta, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Gola. V *Armadura*.

Gola Tuxi. Pov. do conc de Cazengo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Golães. Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. do Minho, conc. e com. de Fafe, distr. e arceb. de Braga; 973 hab. e 240 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 4 k. da séde do concelho e está situada proximo do rio Vizella. E' muito antiga. D. Affonso Henriques, em 1175, fez doação de Golães, que então era villa, a D. Sancha Paes, dando-lhe tambem as villas de Gondim e Villar, em territorio de Guimarães. Tudo passou depois para os infantes D. Martinho Sanches, filho natural de D. Sancho I, e para sua mulher D. Urraca, que déram ao mosteiro de Santo Thirso o padroado d'esta egreja. O abbade benedictino de Santo Thirso apresentava o cura, que tinha por anno 70$000 réis. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Paderne, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Golaulem. Pov. do distr. de Astagrar, Novas Conquistas, prov. e arceb. de Gôa, com. de Salsete, India. Está situada na parte meridional do districto.

Golauli. Aldeia da circumscripção militar de Quelaudém, na prov. de Satary, districto de Goa, na India.

Goldra. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Goldra de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Barbara de Nexe, conc. e distr. de Faro.

Goldres. Pov. na freg. de Santo André, de Palme, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Goldrofe *(S)*. Era natural de Arganil, e está sepultado no mosteiro de Folques. Presume-se que este santo varão viveu nos mosteiros da Senhora da Agouia, onde hoje existe uma sua estatua preciosa e bem conservada, e S. Pedro, de conegos regrantes de Santo Agostinho, que elle mandou construir em 1086 da era de Christo, na margem do rio Alva. Este convento, estando muito arruinado em 1190, foi mudado para a matta de Folques, ficando conhecido por *S. Pedro de Folques* D'este convento foi prior S. Goldrofe. Era n'esse tempo rei de Leão e das terras conquistadas em Portugal o rei D. Affonso VI, pae da rainha D. Thereza, que casou com o conde D. Henrique, e avô de D. Affonso Henriques. Estando ainda a maior parte d'este reino por libertar do poder dos moiros, que 350 annos antes se haviam apoderado de toda a Hespanha, em cujo tempo os religiosos servos de Deus se sujeitavam muitas vezes a ouvir insultos dos barbaros, procurando favorecer os catholicos perseguidos, S Goldofre tambem soffreu d'estes rigores, mas aconselhava aos seus religiosos muita prudencia e discrição, exercendo brandura com os pacificos e aspereza com os immoderados, como convinha á sua autoridade de prior, e a todos dava singular exemplo de inteira e recta observancia da regra que professava; prégava, confessava, instruia todos com affabilidade, orava com grande submissão e perseverança, mortificava o proprio corpo com jejuns, abstinencias, vigilias e disciplinas; venerava muito as reliquias e cousas sagradas, as imagens de Christo, da Virgem e dos santos. Tinha fama de ter prodigiosas visões, e a tradição o apresenta, finalmente, como a perfeição de todas as virtudes, servindo de exemplo aos seus irmãos na clausura. Falleceu a 4 de fevereiro de 1100, pouco mais ou menos, e foi sepultado no jazigo dos priores do seu convento com muito sentimento de toda a communidade e dos muitos que o conheciam e veneravam. Quando o convento se mudou para o logar de Folques, foi trasladado juntamente o corpo do santo. Assistiu á trasla-

dação o bispo D. Marinho, e na sua presença se abriu a sepultura, achando-se o cadaver perfeitamente organisado, o qual foi então recolhido n'um magnifico cofre de madeira com custosa guarnição, sendo levado em triumphal e devota procissão á nova egreja, e collocado dentro do altar mór. Em toda a provincia do Douro ha grande devoção por S. Goldofre, especialmente em todo o bispado de Coimbra; attribuem-se muitos milagres á sua intercessão, sendo muito invocado com a maior fé o seu auxilio contra as tempestades e trovões. A' egreja de S. Pedro de Folques concorrem repetidas romarias, principalmente no dia 4 de fevereiro, anniversario da sua morte.

Gole. Territorio de gentios situado nas margens do rio Geba, conc. de Bissau, prov. da Guiné, Africa Occidental. Está separado das terras dos balantas pelo mesmo rio. N'este territorio, que foi cedido a Portugal em 1848, está assente o forte de S. Belchior.

Golely. Pov. do distr. de Satary, Novas Conquistas, prov. e arceb. de Gôa, conc. de Sanquelim, India. Está situada na parte meridional do districto.

Golfar. Pov. na freg. de Santa Maria, de Moreira de Rei, conc. de Trancoso, distr. da Guarda.

Golfeiras. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação e conc. de Mirandella, districto de Bragança. Tem caixa postal.

Golfeiro. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Villa Chã, conc. de Ponte da Barca, do mesmo districto.

Golfeiros de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Golla Dambi. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Golla Ganzo. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Gollas. Pov. da freg. de S. Verissimo, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Gollegã. Villa da provincia da Extremadura, séde de conc., com. e distr. de Santarem, relação e patriarchado de Lisboa. Tem uma só freg. cujo orago é N. S.ª da Conceição. Está situada n'uma planicie de vastos e fertilissimos campos, conhecidos pelos *campos da Gollegã*, a 5 k. de distancia do rio Tejo. A planicie é coberta de searas, vinhas e olivaes. A villa teve principio n'uma estalagem, que, no tempo de D. Affonso Henriques ou de D. Sancho I, aqui estabeleceu uma mulher, natural da Galliza, por ser um ponto muito frequentado por viajantes, principalmente pelos que transitavam de Santarem para Thomar e Coimbra. A estalagem tinha por titulo a *Venda da Gallega*, que depois se mudou em *Villa Gallega*, e por ultimo se corrompeu em *Gollegã*, nome que actualmente conserva. A estalajadeira vivera alguns annos antes em Santarem. O primitivo estabelecimento na Gollegã não passava d'uma barraca de taboas, mas como o negocio dava bons lucros, transformou-se a humilde choupana n'uma boa casa de pedra e cal, e a taberna em hospedaria. A prosperidade continuava a bafejar os proprietarios, despertando a cubiça de outros concorrentes, que fôram estabelecendo novas vendas, e assim se transformou com o tempo em povoação, por se irem edificando tambem casas para residencia de pessoas de differentes officios. No tempo de D. Affonso V já havia na Gollegã uma povoação rasoavel. Por estar situada sobre a antiga estrada real que ligava Lisboa ás provincias do norte do reino, a villa prosperou muito até ao reinado de D. Maria I, em que se abriu a nova estrada real por Leiria e Pombal, ficando conhecida a antiga estrada por *estrada velha*.

Brazão d'armas da villa de Gollegã

A villa começou desde então a decair, como aconteceu ás outras terras, a que a antiga estrada dava vida e animação. A origem da villa está commemorada no seu brazão d'armas, o qual consiste n'um escudo verde, alludindo á fertilidade dos terrenos, tendo no centro uma mulher com uma infusa na mão, allusiva á falta de boas aguas, de que padece a villa. O tempo do maior engrandecimento da villa da Gollegã foi no reinado d'el-rei D. Manuel, porque, tendo este monarcha muitas vezes a sua côrte em Almeirim, os habitantes da Gollegã davam ali grande extracção aos seus generos. Reconhecendo-se, porém, que só se poderia recuperar a antiga prosperidade animando a agricultura, aproveitando-se a fertilidade dos terrenos, procedeu-se aos trabalhos agricolas e a villa foi melhorando sensivelmente, com especialidade desde 1833; construiram-se propriedades e edificios, sendo hoje uma villa importante, e um dos centros agricolas mais ricos do paiz, constituindo os principaes elementos da sua industria agricola a lavoura de cereaes em grande escala, extensos olivaes, muitas vinhas e espaçosos prados, os afamados *campos da Gollegã*, onde se criam gados de variada especie. Na villa residem algumas familias nobres e opulentos lavradores. Concorreram muito para a prosperidade da Gollegã, o sr. Antonio Vaz Monteiro, que iniciou ali os primeiros progressos da lavoura, e José Farinha Relvas de Campos, fallecido em 1865, que veiu aqui fixar a sua residencia. Era activo e emprehendedor; fundou importantes estabelecimentos agricolas e um palacio para sua habitação, onde achavam franca hospedagem todas as pessoas notaveis que transitavam por esta estrada, e algumas vezes chegou a hospedar a familia real. N'este palacio estão hoje installadas as repartições publicas. Nos seus estabelecimentos agricolas introduziu e fez uso, com grande proveito publico, de muitos processos e instrumentos agricolas adoptados e aperfeiçoados no seu tempo pelas nações mais cultas da Europa. Ao seu zelo e á sua iniciativa deve a Gollegã muitos e importantissimos melhoramentos, uns promovidos por elle como simples particular, outros a que deu impulso como presidente da camara, cargo que exerceu quasi constantemente; e como procurador junta á geral do districto, para que

foi eleito sete vezes. José Farinha Relvas de Campos era o pae do já fallecido Carlos Relvas, que seguiu os exemplos de seu pae, e se tornou tambem muito conhecido como amador cavalleiro tauromachico e photographo. A egreja matriz da Gollegã foi construida por el-rei D. Manuel no principio do seculo XVI. E' um templo vasto, tendo todo o cunho de belleza das construcções do estylo chamado *manuelino*; é de tres naves divididas por arcadas ogivaes elevadas mas singelas; o arco da capella-mór é adornado de todas as galas do estylo gothico florido e coberto de primorosos lavores. Na egreja, dizem, que ha um quadro attribuido ao pintor Grão Vasco, mas estragado Como monumento religioso é um dos mais importantes do paiz, e em nenhuma outra villa se encontra uma egreja matriz tão rica de architectura e tão grandiosa. Está muito bem conservada. Defronte ergue se o pelourinho da villa. A mitra apresentava o vigario, que tinha 320$000 réis de rendimento annual. A fundação da egreja da Misericordia é tambem attribuida a el-rei D. Manuel, no principio do seculo XVI. E' bonita e o seu hospital tem bom rendimento. Na villa ha mais quatro capellas: Salvador, S. João, Santo Antonio e S. Miguel. A villa foi sempre da Corôa. A casa da camara e a cadeia são bons edificios. A pouca distancia da villa está o convento de Santo Onofre, que foi de frades da ordem de S. Francisco, fundado em 1519, pertencendo na primitiva aos frades claustraes. De 10 a 19 de novembro realisa-se a feira de S. Martinho, que é importantissima, e onde concorre tambem muita gente de Hespanha Comprehende a feira cavallos e differentes artigos A feira de gado começa no dia 10 e dura até 12 inclusivé; abunda em cavallar, bovino, muar e algum ovino, asinino e suino. E' feita no local chamado largo de S. Martinho, e o resto da feira é estabelecida no largo da praça, comprehende diversas barracas, e dura 8 dias. A villa pertence á 1.ª div. mil , 2.ª brigada, grande circumscripção mil. Sul, e ao distr. de

Egreja matriz da villa da Gollegã

recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa. Tem escolas para ambos os sexos, tanto officiaes como particulares; est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N. e R. A. L.; agencias bancarias e de seguros; associação de soccorros mutuos, hoteis, medicos, pharmacias, notarios, fabricas de azeite, de debulha, e de massa de tomate; sociedades de recreio: *Associação Commercial e Artistica*, *Associação Recreativa Golleganense*, *Club Golleganense*. O conc. compõe-se sómente de duas freguezias, n'uma superficie de 4:088 hect. e a villa dista 25 k. da séde do distr. As freguezias são: N. S.ª da Conceição, da Gollegã, com 4:854 hab., sendo 2:306 do sexo masc. e 2:548 do fem.; N. S.ª da Conceição, da Azinhaga, com 1:929 hab., sendo 993 do sexo masc. e 936 do fem. O principal commercio de todo o conc. é trigo, milho, e todos os outros cereaes, massa de tomate, azeite e vinho. As hortas d'esta villa abastecem os mercados de Torres Novas, Barquinha, Thomar e Santarem. Nos arredores da Gollegã estão situadas as quintas da Cardiga, do Paúl, dos Alamos e da Labruja. A da Cardiga está junto da margem direita do Tejo, e foi dos freires de Christo, de Thomar. E' uma das maiores propriedades que ha em Portugal, uma das mais encantadoras vivendas, cujo palacio e installações agricolas são importantissimas e das mais completas. Foi comprada ao Estado em 1834 por Domingos José de Almeida Lima, consta que por 200:000$000 réis, e vendida, em 1866, aos srs. Lamas, da Junqueira, por quantia pouco inferior, é hoje do sr. Luiz Sommer, que muito a tem enriquecido. A quinta do Paúl, tambem de grande importancia, era dos marquezes de Niza, mas, o ultimo marquez, D. Domingos Telles da Gama, vendeu-a em 1866 ao abastado proprietario, J. M. Eugenio d'Almeida. A dos Alamos tem terrenos vastissimos, palacio e estabelecimentos agricolas. A da Labruja pertencia aos jesuitas. || *Jornaes:* Teem aqui sido publicados os seguintes: *Campo da Gollegã (O)*, 19 de fevereiro de 1905; *Campeão da Liberdade (O)*, 25 de abril de 1897; *Campesino (O)*, 19 de outubro de 1902; *Golleganense (O)*, 10 de dezembro de 1891.

Gollões. Pov. na freg. de S. Pedro, de Gafanhoeira, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Golonas. Pov. na freg. de Santo André, de Victorino de Piães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Golondá. Aldeia pertencente á divisão Etly-Pahw, ao norte do rio Sandalcalo, no concelho de Nagar-Avely, districto de Damão, na India.

Golpe. Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de S. Paulo de Frades conc. e distr. de Coimbra.

Golpinhal. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Figueira de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Golpilhares ou Gulpilhares. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. de V. N. de Gaia, com., distr. e bisp. do Porto; 2:204 hab e 403 fog. Tem medico, pharmacia, esc. do sexo fem e est. post. A pov. distr. 6 k. da séde do conc. e está situada em terreno accidentado, proximo da costa do Oceano. A mitra apresentava o abbade, que tinha 600$000 réis annuaes. E' uma freg. muito rica, por causa do grande e constante commercio que faz com a cidade do Porto. Está n'esta freg. a capella do Senhor da Pedra, edificada sobre um rochedo, e de boa cantaria. A imagem é de muita devoção para os povos d'estas terras, até grandes distancias. A romaria ao Senhor da Pedra faz-se no domingo seguinte ao do Espirito Santo, e é sempre muito concorrida. No dia 2 de fevereiro realisa-se a romaria de S. Braz. Em Golpilhares ha est. do caminho de ferro, entre os apeadeiros Francellos e Arcozello, na linha servida por tramways, de Porto a Aveiro. A terra é fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto. || Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Mondrões, conc. e distr. de Villa Real || N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. de Louzã, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural.

Golpilharinhos ou Gulpilharinhos. Pov. na freg. de Santa Maria, de Golpilhares, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Golpilheira. Pov. na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Goltim. Povoação da regedoria e freg da N. S.ª da Piedade, no concelho das Ilhas, districto de Gôa, na India.

Goluali. Pov. do distr. de Astagrar, Novas Conquistas, prov. e arceb. de Gôa, conc. de Sanquelim, India. Está situada ao N do districto.

Golungo Alto. Conc. do distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. E' limitado ao N pelos Dembos, a NE pelo Duque de Bragança, a E por Ambaca, a S por Cazengo, Cambambe e Massangano e a O pelo Zenza de Golungo. O concelho compõe-se de oito divisões, comprehendendo cada uma d'ellas muitos sobados indigenas. As povoações mais importantes são: a villa de Golungo Alto, capital do concelho; Canhoca, est. do cam. de ferro de Ambaca, que serve o conc e dista da villa 25 kilom.; Cambondo; Undelle; Calunga; Zenza, na margem do rio d'este nome; e Camilungo. Existem espalhadas por todo o concelho fazendas agricolas de certa importancia fundadas por colonos da metropole, e onde se cultiva o café, algodão, canna sacharina, borracha, cacau, etc. || Villa, capital do conc. do mesmo nome. A sua fundação data da conquista da região por Paulo Dias de Novaes em 1586, tendo sido sempre a capital da circumscripção administrativa do Golungo Alto, e a séde da parochia respectiva, cujo orago é S. Joaquim. No meado do seculo XIX teve as honras de capital de districto, que não conservou por muito tempo. Tem est. postal e telegr. permutando vales com a metropole. No n.º 7438 do jornal *O Seculo*, Lisboa, 14 de setembro de 1902, encontra-se uma minuciosa descripção illustrada do *Golungo-Alto*.

Gomarães. Pov. na freg. do Salvador, de Cabeça Santa, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Gomares. Pov. na freg. do Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Gomariz. Pov. na freg. de S. Martinho, de Sequeiró, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Gombe. Pov. situada nas margens do rio Loge, na prov. de Angola || Pov. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, da mesma provincia.

Gombe Andua. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Gombim. Pov. na freg. do Salvador, de Valdreu, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Gomeira. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, conc de Tavira, distr. de Faro.

Gomes. As pessoas d'este appellido descendem d'uma familia muito nobre de Italia, de que em Roma houve alguns patricios. As suas armas são: Em campo azul um pelicano de ouro ferindo o peito, e tres filhos bebendo o sangue que sae das feridas; timbre, o mesmo pelicano do escudo. A Luiz Gomes, de Elvas, deu Filippe II o seguinte brazão d'armas: Escudo em campo de ouro e tres mattas verdes floridas, elmo de prata guarnecido de ouro, paquife de ouro e verde, e por timbre outra matta florida. A Fernão Gomes, da Mina, cidadão de Lisboa que serviu D. Affonso V em Africa, na tomada de Alcacer, Arzilla e de Tanger, onde o armou cavalleiro, deu-lhe este monarcha em 1474 as seguintes armas: Em campo de prata tres cabeças de negros com collares de ouro pendentes nas orelhas e no nariz, postas em roquete; timbre uma das cabeças.

Gomes (*Alexandre Caetano*). Presbytero secular; formado em Canones pela Universidade de Coimbra, advogado em Lisboa, cavalleiro da ordem de Santo Estevão, de Florença. Nasceu em Chaves a 1 de agosto de 1705; ignora-se a data do fallecimento, mas ainda vivia em 1759. Era filho de Pedro Gomes, que serviu com distincção na guerra da successão de Hespanha, e de Izabel Lopes. Escreveu: *Lorena perseguida e exaltada; em que se escrevem as perseguições que exaltaram a Serenissima Casa de Lorena ao throno do Imperio e mundo*, Lisboa, 1749; *Manual pratico judicial, civil e criminal em que se descrevem os meios de processar em um e outro juizo*, etc., Lisboa, 1748; outra edição em 1751; ainda outra, accrescentada e correcta das edições anteriores, 1766; consta que teve outras edições; *Dissertações juridicas sobre a intelligencia de algumas ordenações do reino, que por supplemento ao Manual pratico, escreveu*, etc., Lisboa, 1756; *Carta de um amigo assistente na côrte de Lisboa a outro assistente no estado do Brazil, em resposta a outra em que lhe pede lhe diga se lhe parece que o Grão Duque de Toscana será eleito, ou não, imperador dos romanos*, Lisboa, 1745; *Carta de um amigo assistente*, etc. *em que lhe dá conta da eleição do imperador, e um discurso sobre a paz geral que d'elle se espera*, Lisboa, 1745; estes opusculos publicaram-se com o pseudonymo de Custodio Jesam Baratta, de que ás vezes usava nas suas publicações; *Verdadeira terceira parte da historia de Carlos Magno, em que se escrevem as gloriosas acções e victorias de Bernardo del Carpio, e de como venceu em batalha aos doze Pares de França*, etc., Lisboa, 1750; saiu em separado, e tambem anda annexa á *Historia de Carlos Magno*, primeira e segunda parte, traduzidas por Jeronymo Moreira de Carvalho, tanto da edição que d'esta se fez em 1750, como em outras mais recentes.

Gomes (*Alvaro*). Doutor em Theologia pela Universidade de Paris, e lente nas de Salamanca e de Coimbra. Nasceu em Evora, e era filho de Gil Fernandes Sardinha e de Lourença Fernandes; irmão de D. Pedro Fernandes Sardinha, primeiro bispo da Bahia. Foi lente durante 20 annos, estando na Universidade de Coimbra em 1545, anno em que D. João III o nomeou professor de Theologia do cardeal infante D. Affonso, arcebispo de Lisboa, sendo depois confessor do referido monarcha e prior da egreja de S. Nicolau, de Lisboa, logar que conservou até á sua morte, mas ignora-se a data do fallecimento, assim como a do nascimento. Alvaro Gomes foi um dos mais abalisados theologos do seu tempo, mas das suas obras, segundo consta, apenas se imprimiu a seguinte: *De conjugio regis Angliæ cum relicta fratris sui*, publicada em 1551.

Gomes (*P. Anastacio*). Religioso da Congregação do Oratorio. N. em Coimbra nos fins do seculo XVII. Era filho de Mathias Gonçalves e de Natalia Gomes. Professou em 14 de fevereiro de 1713. Publicou, com o nome de Padre Simão Goes da Santa, uma obra intitulada: *Monte de Myrrha ou amarguras do Calvario*, etc., Lisboa, 1738.

Gomes (*P. André*) Jesuita. Nasceu em Coimbra em 1574, fal. em Lisboa a 24 de outubro de 1649. Era filho de Antonio Vaz e de Maria Gomes. Professou aos 15 annos incompletos, a 6 de julho de 1589. Aprendeu as letras humanas, Philosophia e Theologia em Coimbra, de que tambem foi professor. Tendo grande fama como orador sagrado, D. João IV o nomeou seu prégador, cargo em que muito se distinguiu. Dos seus numerosos sermões, apenas se publicaram os seguintes: *Sermão que fez no Auto da Fé que se celebrou em Lisboa em 28 de novembro de 1621*, Lisboa, 1621; *Sermão prégado nas sumptuosas exequias que ao ex.^{mo} sr. D. Theodosio II Duque de Bragança fez o Prior-mór da ordem de S. Thiago no convento de Palmella*, Lisboa, 1631. Escreveu mais: *Relação das festas que a Provincia de Portugal fez nas canonisações de Santo Ignacio de Loyola e S. Francisco Xavier*, Lisboa, 1623.

Gomes (*P. André*). Jesuita. Nasceu em Alandroal em 1623. Era filho de Manuel Gomes e de Maria Ribeira. Aos 16 annos de edade entrou no noviciado da Companhia de Jesus, de Evora, a 11 de julho de 1639, e com licença dos superiores passou á China em 1670 como missionario. Deixou manuscripta uma obra em latim, que se conservava no collegio de Evora.

Gomes (*Antão*). Abridor de cunhos na Casa da Moeda do Porto, como se deprehende das provisões de 25 de setembro de 1522 e 22 de agosto de 1525, e de 22 de julho de 1526, em que lhe fôram abonados 4:000 reaes por anno para seu mantimento.

Gomes (*Antonio*). Mestre de Grammatica em Faro. Era natural de Serpa. Escreveu uma tragedia em verso latino, com o titulo de *Daniel*, que se representou na presença do bispo do Algarve, D. Fernão Martins Mascarenhas, que governou aquella egreja desde 1595 até 1617.

Gomes (*Antonio*). Lente de prima de Medicina jubilado, pela Universidade de Coimbra, no seculo XVII. Escreveu bastantes obras em latim, que não chegaram a imprimir-se, publicando apenas um *Tratado de Medicina*, Anvers, 1643.

Gomes (*P. Antonio*). Jesuita. Nasceu em Santarem, e era filho de Manuel Dias e de Maria Fernandes. Foi coadjutor da Companhia de Jesus, e recebeu o habito no collegio de Coimbra a 10 de abril de 1645. Passou ao Oriente com outros companheiros, e percorreu o imperio de Monomotapa. Regressando a Salsete escreveu

uma obra com o titulo de *Viagem ao imperio de Monomotapa e assistencia que fez das ditas terras*, a qual ficou inédita.

Gomes *(Antonio Henriques)*. Nascido em Portugal nos fins do seculo XVI, ou principios do XVII. Foi educado em Castella e em França. Era cavalleiro da ordem de S. Miguel, conselheiro e mordomo ordinario do rei de França. Apezar de tudo isto, Henriques Gomes era judeu, e se viesse a Portugal, teria a sorte dos da sua seita se caisse no poder da Inquisição. I. Bedarride o conta entre os judeus portuguezes (V. o livro *Les Juifs en France, en Italie, et en Espagne*, Paris, 1860, pag. 589). Escreveu algumas obras em prosa e em verso que se publicaram em Ruão, Paris e Madrid, entre as quaes se conta a seguinte: *O Triumpho Lusitano no qual se contém a felice acclamação d'el-rei D. João IV, e a embaixada que Francisco de Mello, Monteiro-Mór do Reino, e o doutor Antonio Coelho de Carvalho fizeram por seu mandado á Magestade Christianissima de Luiz XIII, rei de França*. Foi publicado em hespanhol em Lisboa, e em portuguez, em Paris, 1641.

Gomes *(Antonio Maria)*. Chefe da repartição central do Ministerio da Guerra. Nasceu em 1814, fal. em 28 de agosto de 1896, sendo filho do dr. Bernardino Antonio Gomes, o notavel chimico e naturalista, que foi physico-mór da armada e medico da Real Camara de D. Maria I e de D. João VI. Era um desvelado protector das instituições de beneficencia; pertenceu por muitos annos á direcção da Sociedade das Casas de Asylo de Lisboa, e foi um dos que mais dedicadamente trabalharam para a fundação e desenvolvimento do asylo de D. Pedro V, no Campo Grande, e do asylo do Barreiro, instituido por sua irmã, D. Henriqueta Leonor Gomes de Araujo. A convivencia com seu irmão Custodio Manuel Gomes, que foi por alguns alguns annos governador da India, lhe despertou o amor pela gente e pelas cousas d'aquella colonia, e muitos indios encontraram na sua generosidade e na sua influencia poderoso auxilio em varias conjuncturas. Antonio Maria Gomes foi um dos fundadores do *Panorama*, com Alexandre Herculano, Anselmo Braamcamp, e outros.

Gomes *(Bernardino Antonio)*. Fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo; doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra, medico em Aveiro, medico da Armada, etc. N. em Paredes, districto de Vianna do Castello, a 29 de outubro de 1768, fal. em Lisboa a 13 de janeiro de 1823. Era filho do dr. José Manuel Gomes e de sua mulher, D. Josephina Maria Clara de Sousa. Doutorou-se em 1793, depois d'um curso distincto em que foi premiado successivamente. Pouco tempo depois obteve o partido de medicina da camara da cidade de Aveiro, e em 1797 foi nomeado medico da Armada com a graduação de capitão de fragata, cargo que exerceu até 1810, anno em que, por motivo de desgostos pessoaes, e allegando falta de saude, requereu e conseguiu a sua exoneração. Durante aquelle periodo de 13 annos desempenhou muitas e importantes commissões de serviço publico proprias da sua profissão, tanto no continente do reino e no ultramar, como na bahia de Gibraltar, onde foi dirigir o tratamento dos doentes que estavam ali a bordo da esquadra portugueza. Em 1817 foi nomeado medico da Real Camara, e encarregado de acompanhar, n'essa qualidade, a princeza real D. Leopoldina, noiva do principe real D. Pedro, na sua viagem de Leorne para a côrte do Rio de Janeiro. O dr. Bernardino Antonio Gomes foi um dos nossos mais valiosos homens da sciencia. Botanico de primeira ordem, foi elle que descobriu a ipecacuanha fusca do Brazil, e communicou a Brotero; foi elle, finalmente, quem muito contribuiu para o desenvolvimento da botanica americana, com as suas herborisações nas florestas do Brazil, e os seus estudos conscienciosos da flora brazileira. Os seus trabalhos eram muito apreciados no estrangeiro, sendo por vezes traduzidos em francez e em inglez. Tambem ao dr. Bernardino Antonio Gomes se deve a descoberta da chinchonina porque estavam empenhados muitos sabios estrangeiros, e o conhecimento das propriedades tenifugas da romeira, assim como a creação do horto botanico da Escola Medica de Lisboa. Por causa da ipecacuanha e da chinchonina sustentou uma grande discussão com Felix d'Avellar Brotero e José Feliciano de Castilho. Era socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e por sua iniciativa, com o auxilio de oito medicos seus consocios, fundou em 7 de junho de 1812 a primeira instituição vaccinica em Portugal, que era annexa á Academia. A este instituto se deve a introducção da vaccina e a sua propagação por todo o reino. Foi tambem um dos membros da Junta de Saude Publica. Casou com D. Leonor Violante Rosa Mourão. D'este consorcio houve um filho, que teve o mesmo nome de seu pae, e foi tambem medico distincto (*V. o artigo seguinte*) Para a sua biographia veja-se a *Gazeta Universal* do 1.º de fevereiro de 1823, artigo do conego João Joaquim de Andrade; *Revista Popular*, tomo II, pag. 387; e a *Noticia da vida e trabalhos scientificos do medico Bernardino Antonio Gomes*, escripta por seu filho. Bibliographia: *Memoria sobre a Ipecacuanha fusca do Brazil, ou cipó das nossas boticas*, Lisboa, 1801, com duas estampas gravadas em cobre; *Observações botanico-medicas sobre algumas plantas do Brazil, escriptas em latim e portuguez*, Lisboa, 1803; depois insertas no tomo III, parte I da *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*; *Memoria sobre a enfermidade de que falleceu o desembargador Joaquim José Vieira Godinho, na qual se refuta a opinião do doutor I... T... sobre a sua causa*, etc., Lisboa; *Methodo de curar o typho, ou febres malignas contagiosas pela effusão da agua fria; ao qual se junta a theoria do typho, segundo os principios da Zoonomia de Darwin, a explicação do modo de obrar da effusão fria, e uma carta do doutor J. Currie com reflexões e observações sobre aquelle methodo*, Lisboa, 1806; *Ensaio sobre a chinchonina e sua influencia nas virtudes da quina*: inserta no tomo III, parte I, da *Historia e Memorias da Academia*, já citadas; foi traduzido em inglez, e reproduzido em varios jornaes de Inglaterra. A publicação d'este trabalho suscitou uma acalorada polemica entre o autor e os redactores do *Jornal de Coimbra*, que lhe contestaram a sua descoberta. D'aqui se derivam os escriptos seguintes: *Carta aos redactores do «Jornal de Coimbra» datada de 26 de outubro de 1812*; inserta no mesmo jornal, n.º x, pag 291 a 296; *Segunda e ultima replica aos senhores redactores do «Jornal de Coimbra» datada de 30 de dezembro*

de *1812;* no mesmo jornal, n.º XII, pag. 447 a 449; *Carta aos redactores do «Investigador Portuguez», seguida de um artigo em resposta ao que a seu respeito dissera o «Jornal de Coimbra» n.º* XII; inserta no *Investigador* n.º XXII de março de 1813, pag. 266; *Resposta ao Doutor José Feliciano de Castilho, sobre o que a respeito d'elle e do seu artigo inserto no «Investigador» n.º* XXII *escrevera no Jornal de Coimbra n.ºs* XXII e XXIX; saiu no *Investigador* n.º XXII, pag. 662 a 671; *Carta aos redactores do «Investigador portuguez» datada de 28 de fevereiro de 1815;* no *Investigador*, tomo XXII n.º XXII, pag. 312 e 313; *Resposta ao papel de José Feliciano de Castilho, intitulado Reflexões, etc;* no *Jornal de Coimbra* n.º XXXV, parte I; saiu no *Investigador* n.º LV, de janeiro de 1815, pag. 313 a 325; *Resposta ás denominações das «Reflexões de José Feliciano de Castilho» no «Jornal de Coimbra n.º* XLI, *parte I*; saiu no *Investigador* n. LXVII, de janeiro de 1817, pag. 261 a 285; *Recopilação historica dos trabalhos da Instituição Vaccinica no seu primeiro anno*, inserta na *Historia e Memorias da Academia*, etc, tomo *III*, *parte II*; *Conta annual da Instituição Vaccinica, pronunciada em sessão publica de 1815*; inserta nas referidas *Historia e Memorias*, tomo *IV*, parte II; *Memoria sobre as bombas;* no tomo *IV*, parte *I* da *Historia e Memorias*, etc.; resultado de observações experimentaes feitas durante a sua permanencia no Brazil; *Memoria sobre a desinfecção das cartas*; nos referidos tomo IV e parte I; *Ensaio dermosographico, ou succinta e systematica descripção das doenças cutaneas, conforme os principios e observações dos doutores Willan e Bateman*, Lisboa, 1820; com duas estampas coloridas. O dr Bernardino Antonio Gomes, filho do autor, diz, na *Memoria* que escreveu da vida e trabalhos de seu pae, que «é o unico escripto até hoje publicado n'este genero em nossa linguagem, e livro indispensavel na bibliotheca de qualquer medico portuguez. Por elle ficou regulada toda a nomenclatura medica portugueza na parte de que tratou» — *Memoria sobre os meios de diminuir a Elephantiase em Portugal, e de aperfeiçoar o conhecimento e cura das doenças cutaneas; offerecida ás Côrtes de Portugal*, Lisboa, 1821; *Carta aos medicos portuguezes sobre a Elephantiase noticiando-lhes um novo remedio para a cura d'esta enfermidade*, Lisboa, 1821; *Memoria sobre a virtude tenifuga da romeira com observações zoologicas e zoonomicas relativas á tenia*, Lisboa, 1822, com uma estampa; foi traduzida em francez por Merat, e por ella se começou a conhecer e a usar em França aquella casca como anthelmintico, e o mais poderoso tenifugo até agora descoberto; *Noticia ou annuncio sobre a virtude anthelmintica da casca de raiz de romeira nos casos de tenia*, saiu no *Diario do Governo* de 9 de março de 1822; *Historia d'uma ophthalmia epidemica, observada a bordo de um navio-hospital*; saiu no *Jornal de Coimbra*, n.º *II*, pag. 113 a 116.

Gomes *(Bernardino Antonio)*. Doutor em Medicina pela faculdade de Paris, e formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra; lente de materia medica da Escola Medico Cirurgica de Lisboa, medico da Real Camara, socio emerito da Academia Real das Sciencias de Lisboa, da Sociedade das Sciencias Medicas, de que foi presidente, e da Sociedade Pharmaceutica Lusitana, presidente do conselho de saude naval, director do hospital de marinha, etc. N. em Lisboa a 22 de setembro de 1806, onde tambem fal a 8 de abril de 1877. Era filho do dr. Bernardino Antonio Gomes (V. *o artigo antecedente)*, e de sua mulher, D. Leonor Violante Rosa Mourão. Foi nomeado medico do hospital de S. José em 1834; resignou o logar em 29 de dezembro do mesmo anno, sendo depois readmittido em 5 de abril de 1852 Em janeiro de 1864, pelo fallecimento do barão da Silveira, foi nomeado primeiro medico da Real Camara, não acceitando o titulo de barão, que costumava ser concedido aos que desempenhavam aquelle elevado cargo O dr. Bernardino Antonio Gomes foi o medico que em Portugal applicou pela primeira vez o chloroformio, o que se realisou em 12 de janeiro de 1848, anesthesiando um doente, a quem o cirurgião J. P. Barral extraiu um tumor do joelho. A este professor se deve tambem a generalisação do uso do creosote e a acquisição do primeiro apparelho para a inhalação do ether. Escreveu muitos artigos em jornaes scientificos, como no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, de que foi collaborador e um dos fundadores; a *Gazeta Medica*, fundada em 1853, sendo elle tambem um dos fundadores, e por alguns annos o redactor principal; em 1876 collaborou na *Pharmacopêa Portugueza*, que foi feita e publicada por uma commissão especial para tal fim nomeada pelo governo, e da qual faziam parte os medicos do hospital de S. José, Bernardino Antonio Gomes (presidente), J. F. de Sousa Martins (relator), F. J. da Cunha Vianna e C. May Figueira; os lentes de chimica da Escola Polytechnica, dr. Agostinho V. Lourenço e Antonio Augusto de Aguiar; os professores de pharmacia José Tedeschi e Claudino J. V. Leitão, os pharmaceuticos da capital Isidoro da Costa Azevedo e Joaquim Urbano da Veiga; e o lente do Instituto Agricola e Veterinario Pedro José da Silva. O dr. Bernardino Antonio Gomes era um polemista ardente; sustentou uma grande discussão com o marechal duque de Saldanha, que pretendia entender de medicina, e distinguiu-se nas discussões academicas, que tratou sempre com elevação e lealdade; representou Portugal na conferencia sanitaria internacional de Constantinopla, onde reivindicou para Garcia da Orta a gloria de ter sido o primeiro que estudou a cholera-morbus, gloria até então attribuida a um medico hollandez. Casou com D. Maria Leocadia Fernandes Tavares de Barros Gomes. Fôram paes do engenheiro florestal Bernardino de Barros Gomes e do estadista Henrique de Barros Gomes. Tinha a carta de conselho; era commendador das ordens de Christo, de S. Thiago e da Torre e Espada; de Francisco I das Duas Sicilias, de S. Mauricio, da Sardenha; official da Legião de Honra, de França; gran-cruz da ordem de Izabel a Catholica, com que a rainha de Hespanha o agraciou na sua visita a Portugal em 1867. Bibliographia: *Memoria sobre a epidemia da cholera-morbus, que grassou na cidade do Porto, desde 1832 a 1833*, Lisboa, 1842; saiu tambem publicada no *Jornal das Sciencias Medicas*, tomo I; *Noticia historica sobre a cravagem do centeio, dividida em duas partes*, saiu no tomo II do referido *Jornal das Sciencias Medicas; Discurso recitado na sessão solemne da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, em 21 de maio de 1843*, Lisboa,

1843; *Dos estabelecimentos de alienados nos Estados principaes da Europa*, Lisboa, 1844, com uma planta lithographada; *Elementos de Pharmacologia geral, ou principios geraes de Materia medica*, Lisboa, 1851, publicada por ordem da Academia; *Noticia ácerca da obra sobre as Palmeiras do sr. Carlos Frederico Filippe Martins*, no tomo III das *Actas da Academia Real das Sciencias*, pag. 94 a 112; publicou se em separado com o titulo: *Noticia resumida da «Historia naturalis Palmarum» de Karl Frederik Philippe von Martins, lida na sessão da Academia Real das Sciencias de Lisboa, em 28 de maio de 1851; Ensaios praticos sobre o opio indigena;* no tomo II parte I da 2.ª série das *Memorias da Academia Real das Sciencias*, 1848; *Noticia de alguns casos da molestia de Bright observada no hospital de S. José*, Lisboa, 1855; e no tomo I, parte II das referidas *Memorias*, nova série, classe 1.ª; *Noticia da vida e trabalhos scientificos do medico Bernardino Antonio Gomes*, Lisboa, 1857; com um retrato lithographado; saiu tambem no tomo II parte I, das *Memorias* citadas, nova série, classe 1.ª; *O Marechal Duque de Saldanha, e os seus medicos*; *breves considerações ácerca da «Memoria sobre o estado da Medicina em 1858»*, Lisboa, 1859; este opusculo foi reproduzido em varios numeros consecutivos da *Gazeta Homœopathica lisbonense*, no mesmo anno; *Ao ill.mo e ex.mo sr. Marechal Duque de Saldanha*; *uma explicação*, Lisboa, 1859; *A instrucção medica em Portugal;* série de 9 artigos publicados na *Gazeta medica de Lisboa*, tomo VIII, 1860, a pag. 271, 289, 353 e 369, e no tomo IX, 1861, a pag. 33, 193, 209, 226 e 273; *Noticia da doença de que falleceu S. M. el-rei o sr. D. Pedro V, e das que na mesma occasião atacaram SS. AA. os senhores infantes D. Fernando, D. Augusto e D. João, no anno de 1861*, Lisboa, 1862; foi transcripta na *Gazeta Medica*, n.os 7, 8 e 9, de 1862, e no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas*, tomo XXVI, 1862; *Elementos de Pharmacologia geral ou principios geraes de Materia medica e therapeutica*; *segunda edição correcta e augmentada*, Lisboa, 1863; «*On Welwitschia a new genus of Gnetaceal by Joseph Dalton Hooker*», *extracto e noticia publicadas no «Diario de Lisboa» de 2 de junho de 1863*, Lisboa, 1863; trata se d'uma curiosa e singular planta africana, descoberta pelo dr. F. Welwitsch no littoral da Africa austro-occidental em 1860, no progresso da sua expedição scientifica emprehendida por ordem do governo de Portugal; este escripto foi reproduzido no *Instituto* vol. XII, n.os 4, 5, e 6; *Questão vaccinica*, nota dirigida á Academia Real das Sciencias de Lisboa, sobre a necessidade de estudar a relação que existe entre a variola do homem, e as doenças variolosas dos animaes, e com o fim de promover a pesquiza no reino da vaccina espontanea, o *cow-pox;* saiu na *Gazeta medica*, 2.ª série, tomo V, 1864, a pag. 259; *Discurso na sessão solemne anniversaria da Sociedade das Sciencias medicas, em 1 de fevereiro de 1865, como presidente da mesma*; impresso em separado e reproduzido na *Gazeta medica*, n.º 6, do dito anno; *As epidemias do Asylo da Ajuda*, notas e reflexões apresentadas á Sociedade das Sciencias Medicas; saíram no respectivo *Jornal*, tomo XXIX, 1865, pag. 1 e pag. 145 e seguintes; *Elogio historico do P. João de Loureiro, lido na sessão solemne da Academia Real das Sciencias de Lisboa, em 30 de abril de 1865*, Lisboa, 1865; tambem se imprimiu nas *Memorias* já citadas, nova série, classe 1.ª; *Vegetaes fosseis; primeiro opusculo: Flora fossil do terreno carbonifero das visinhanças do Porto, serra do Bussaco e Moinho d'Ordem proximo a Alcacer do Sal*, Lisboa, 1865; este volume tem no rosto: *Commissão geologica de Portugal; Primeiro opusculo-Vegetaes fosseis. Aperçu historique sur les epidemies de cholera-morbus et de fiévre jaune en Portugal dans les annés 1833 et 1865; par le delegué du Gouvernement Portugais à la Conférence Sanitaire internationale reunie à Constantinople*, Constantinople, 1866; *Relatorio sobre os trabalhos da Conferencia Sanitaria internacional, reunida em Constantinopla em 1866, pelo dr. etc., delegado da mesma Conferencia*, Lisboa, 1867; no *Diario de Lisboa* de 11 de maio de 1866 havia sido publicado outro *Relatorio*, que o autor enviara ao governo ácerca do começo e progresso dos trabalhos da referida conferencia; foi tambem reproduzido na *Gazeta de Portugal*, de 12 de maio do mesmo anno. Em 1831 havia publicado em Paris a sua these, com o titulo: *Les vers plats articulés*. Collaborou nas duas publicações seguintes: *Catalogus Plantàrum Horti Botanici Medico-Cirurgicæ Scholæ Olisiponensis; Anno MDCCCLII*, Olisipone, 1851; juntamente com o dr. Caetano Maria Ferreira da Silva Beirão; *Pareeer da Commissão composta dos socios effectivos da Academia Real das Sciencias, os doutores Francisco Antonio Barral, Bernardino Antonio Gomes, e Caetano Maria Ferreira da Silva Beirão, sobre a escolha do melhor local para um matadouro em Lisboa*; saiu no tomo II, parte I das *Memorias da Academia*, nova série, classe primeira.

Gomes *(Bernardino Antonio Barros)*. Engenheiro; bacharel formado em Philosophia pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Lisboa a 30 de setembro de 1839, sendo filho do dr. Bernardino Antonio Gomes, *(V. o artigo antecedente)*. Tomou o grau de bacharel no anno de 1860, e foi alumno externo da Academia florestal e agricola de Thorand, na Saxonia, com diplomas de frequencia e aproveitamento em alguns dos seus cursos, havidos em março de 1862. Foi primeiramente addido á repartição de Agricultura no ministerio das obras publicas, por portaria de 7 de abril de 1863, e depois nomeado engenheiro subalterno de 2.ª classe, por decreto de 24 de outubro de 1864. E' socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, com diploma de 6 de julho de 1865. Escreveu: *Cultura das plantas que dão a quina*, Lisboa, 1861; com 5 estampas lithographadas Esta memoria, composta por ordem expressa do governo, e destinada a generalizar a cultura da planta preciosa, de que a medicina tira tão proveitoso soccorro, introduzindo nas colonias portuguezas, e ainda n'outras partes da monarchia, que o permittirem, a cultura (a exemplo do que praticaram hollandezes e inglezes em Java, e na India) foi transcripta integralmente no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas*, tomo XXIX, 1865, começando no n.º 1.º e concluindo no n.º 12.º Saiu tambem no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica*, de Lisboa. Escreveu mais: *Relatorio florestal sobre as mattas da Machada e Val de Zebro, apresentado á Direcção do Commercio no ministerio das obras publicas em 8 de setembro de 1864*, Lisboa, 1865; com

5 estampas lithographadas. No *Archivo rural* de 1863 e 1864, tambem publicou uns *Estudos florestaes;* no *Diario de Lisboa*, de 1865, um artigo *Sobre arborisações de Cabo Verde;* e na *Gazeta de Portugal*, em 1866, uma *Revista de publicações florestaes hespanholas.*

Gomes (*Custodio Manuel*). Commendador da ordem de Christo, secretario do governo geral da India, deputado, 1.º official da alfandega municipal de Lisboa, etc. N. em Lisboa a 22 de maio de 1810. Era filho do dr. Bernardino Antonio Gomes, notavel chimico e naturalista, que foi medico da Real Camara de D. Maria I e de D. João VI. Foi deputado, pelo circulo eleitoral de Gôa, nos annos de 1850 a 1855. Escreveu: *Duas palavras sobre a India Portugueza, em relação ao sr. conselheiro José Ferreira Pestana, ao sr. conselheiro José Joaquim Lopes de Lima, e a Custodio Manuel Gomes*, Lisboa, 1848. Publicou varios artigos em jornaes politicos e litterarios, na maior parte relativos ás cousas do ultramar.

Gomes (*Diogo*). Piloto muito familiar do infante D. Henrique, autor de descobrimentos, cuja gloria lhe usurpou Cadamosto. Ficaria desconhecido o seu nome, se o escriptor inglez Henry Major o não tivesse revelado na sua obra consagrada ao infante D. Henrique. Em vista de documentos que pôde consultar, conseguiu restabelecer a verdade dos factos. De duas viagens que realisou, em 1458 e 1460, deixou Diogo Gomes uma *Relação*. Na ultima viagem ia acompanhado pelo genovez Antonio de Nola, e descobriu as ilhas de Cabo Verde. Na 17.ª serie do *Boletim* da Sociedade de Geographia de Lisboa, escreveu o sr. Gabriel Pereira um estudo sobre Diogo Gomes.

Gomes (*Fernando*). Um dos quatro pintores, que el-rei D. Manuel mandou estudar a Roma: Fernando Gomes, Gaspar Dias, Francisco Vanegas e Manuel Campello. Na egreja de Belem, dizem, que ha alguns quadros d'este pintor.

Gomes (*Fernando*). Pintor, que, segundo parece, vivia em 1580. Foi discipulo do pintor flamengo Blockland, e pintava com muita habilidade e firmeza, sendo tambem um bom desenhador. Pintou o tecto da capella mór da egreja do hospital real de Todos os Santos, o quadro da transfiguração na egreja de S. Julião, de Lisboa, e muitos outros em differentes egrejas, tanto da capital, como das outras cidades do reino. Fez parte da confraria de S. Lucas em 1602, sendo n'este anno um dos nove confrades que compunham o conselho da sua administração. Em 1594 foi nomeado pintor do rei Filippe I, de Portugal, succedendo a Christovão Lopez.

Gomes (*P. Francisco*). Jesuita. N. em Lisboa em 1661, fal. em Roma em 1741. Era filho de Bento Cardoso e de Antonia Gomes. Entrou no noviciado da Companhia de Jesus, de Lisboa, a 25 de março de 1676. Foi professor de Philosophia e Escriptura no collegio de Coimbra, e de Theologia no collegio de S. Patricio, de Lisboa; superior do collegio de S. Francisco Xavier, do Paraiso, procurador geral da provincia, reitor dos collegios de Braga e de Evora, prégador afamado, e assistente pela provincia de Portugal em Roma, desde 1726 até 1741. Deixou impresso só um dos seus sermões: *Sermão do Jubileo das quarenta horas, prégado na Santa Egreja Patriarchal*, Lisboa, 1723.

Gomes (*Francisco Agostinho*). N. na Bahia em 4 de janeiro de 1769 e fal. a 19 de fevereiro de 1842. Era filho de Agostinho Gomes, oriundo da nobre familia das Fontouras e Carneiros, e de D. Izabel Maria Maciel Teixeira. Dedicou-se á carreira ecclesiastica, por ser esse o desejo de seus paes, chegando a receber ordens de diacono, mas pela morte de Agostinho Gomes herdou uma grande fortuna e o rico estabelecimento commercial, que elle possuia, e abandonando completamente a egreja, seguiu o negocio de seu pae, mas por falta de boa direcção soffreu grandes prejuizos. Entregou-se então ao estudo das sciencias naturaes, economia politica e litteratura. Em 1821 foi eleito deputado á constituinte portugueza, onde seguiu a politica dos deputados seus patricios, e em 1823 á constituinte brazileira. Depois da independencia, continuou na politica, sendo mais vezes eleito deputado. Prestou muitos serviços á bibliotheca e ao museu da Bahia, e publicou numerosos trabalhos n'alguns jornaes, sobre differentes assumptos.

Gomes (*Francisco Antonio*). Natural de Coimbra, onde por muitos annos exerceu a profissão de barbeiro e de amolador, fallecendo com mais de 50 annos de edade, a 22 de junho de 1845. Apezar de não ter estudos regulares, notava-se-lhe vocação para a poesia, e publicou muitos versos em varios folhetos, assim denominados: *Lagrimas d'um infeliz que aos compassivos offerece o seu autor F. A. G.*, Coimbra, 1835; *O infeliz limpando as lagrimas*, Coimbra, 1835; *O infeliz seu mal nutrindo*, Coimbra, 1836; *O carnaval e a cinza, pelo desditoso F. A. G.*, Coimbra, 1843. O escriptor A. F. Barata publicou uns versos ineditos d'este poeta, nas suas *Novas lucubrações d'um artista*, impressos em Coimbra, em 1862.

Gomes (*Francisco Luiz*). Medico militar e escriptor. N. na freguezia de Navelim, do concelho de Salsete, provincia de Gôa, a 31 de maio de 1829, fal. em 1869. Era filho de Francisco Salvador Gomes, medico de Gôa, e de D. Adeodata Francisca Furtado. Depois de frequentar em Margão as aulas de instrucção secundaria, matriculou-se na Escola Medico Cirurgica de Gôa, concluindo o curso com plena approvação em maio de 1850. Pouco tempo depois foi nomeado cirurgião-ajudante do segundo regimento de infantaria da India, e encarregado da regencia d'uma cadeira na referida Escola Medica. Foi por vezes eleito procurador á Junta Geral do districto de Gôa. Em 1860 teve a promoção de cirurgião-mór para o mesmo regimento a que já pertencia. Entrando na politica, filiou-se no partido regenerador, de que foi um dos membros mais dedicados até á data do seu fallecimento. Foi eleito deputado pelo circulo da provincia de Gôa, no citado anno de 1860, e reeleito em todas as legislaturas até 1868. Dotado de muita intelligencia e de excellente caracter, era estimado tanto dos amigos como dos adversarios politicos, e a sua voz nas sessões parlamentares era sempre escutada com a maior attenção, como a d'um orador distincto, moderado e sempre cortez nas discussões politicas. Nos ultimos annos de existencia foi atacado d'uma enfermidade de consumpção, que se tornou de tal gravidade, que se receava muito pela sua vida. Inutilmente lhe procurou remedio em viagens pelo estrangeiro, consultando os medicos mais afamados, e resol-

vendo por fim ir terminar a existencia na sua patria, seguiu viagem n'um paquete que partiu para a India pela via de Suez, no principio de outubro de 1869, a bordo do qual falleceu, dois dias depois do paquete sair de Gibraltar. Toda a imprensa periodica lhe consagrou artigos elogiosos. A noticia da sua morte causou o maior sentimento em Gôa. Francisco Luiz Gomes era socio da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, por eleição de 22 de abril de 1867; da Sociedade de Economia Politica de Paris, proposto pelo seu amigo Miguel Chevalier em janeiro de 1867; da Sociedade Economica de Cadiz e da Real Sociedade Asiatica de Bombaim Recebeu o grau de doutor em sciencias politicas e sociaes na Universidade de Lovaina, depois de terem sido examinados por um jury os seus trabalhos scientificos e litterarios, que para ali enviara. Estava proposto na Academia Real das Sciencias de Lisboa, para socio correspondente, mas não chegou a realisar se a eleição por se receber a noticia da sua morte. Como jornalista, collaborou nos jornaes *Ultramar* e *Defensor da Verdade*, publicados em Gôa, e forneceu interessantes notas para a nova edição da *Grammatica da lingua concani* do P. Thomaz Estevão, e para a traducção do *Bosquejo historico de Gôa*, de Cottineau, emprehendida por Miguel Vicente de Abreu. Quando esteve em Portugal foi collaborador da *Gazeta de Portugal*, em todo o periodo da duração d'este jornal; escreveu tambem na *Revolução de Setembro*, *Diario Popular* e *Archivo Pittoresco*. Além dos artigos nos referidos jornaes, escreveu o seguinte: *De la question du coton en Angleterre et dans les possessions portugaises de l'Afrique Occidentale*, Lisbonne, 1861; folheto de que a imprensa nacional e estrangeira falaram com louvor; *A liberdade da terra, e a economia real da India portugueza*, Lisboa, 1862; precedida d'uma carta dedicatoria do autor a José da Silva Mendes Leal, então ministro da marinha; *Os brigadeiros Henrique Carlos Henriques e Joaquim José Xavier Henriques, esboço historico*, Lisboa, 1863; *Os Brahamanes, romance original*, Lisboa, 1866; foi transcripto em folhetins no *Diario do Rio de Janeiro*, nos mezes de abril e maio de 1867; *Essai sur la thèorie de l'Economie Politique, et de ses rapports avec la morale et le droit*, Paris, 1867; *Le Marquis de Pombal esquisse de sa vie publique*, Lisbonne, 1869. De Francisco Luiz Gomes ha discursos notaveis, pronunciados nas camaras dos deputados, nas sessões de 1862 e 1863, achando se um d'elles reproduzido na *Gazeta de Portugal*, de 8 de fevereiro de 1863. Deixou em manuscripto: *Grammatica da lingua concani*, dedicada a J. H. da Cunha Rivara, e *Viagem de Gôa a Bombaim*, dedicada a Fracklin Alvares.

Gomes *(Gabriel)*. Medico e astrologo, natural de Santarem. Foi lente cathedratico das universidades de Salamanca e Valladolid, onde falleceu em 1590, deixando escriptas varias obras de astrologia.

Gomes *(P. Gaspar)*. Jesuita. Natural de Cabeço de Vide, fallecido em Evora a 20 de maio de 1612. Era filho de Antonio Fernandes e de Anna Bacias. Professou no collegio de Evora a 4 de janeiro de 1575, e no anno seguinte passou para o de Coimbra. Foi doutor em Theologia, pela Universidade de Evora, e escreveu em latim differentes tratados sobre assumptos de religião, que não chegaram a imprimir se.

Gomes *(Gonçalo)*. Pintor do tempo d'el-rei D. Manuel. A sua nomeação é de 1489, mas foi confirmada em 1496, quando este monarcha subiu ao throno. Trabalhou nas pinturas do palacio e da capella de Cintra.

Gomes *(Henrique de Barros)*. Director e vice-governador do Banco de Portugal, par do reino, antigo deputado, ministro de Estado, socio correspondente da Academia Real das Sciencias, socio da Sociedade de Geographia, etc. N. em Lisboa a 14 de setembro de 1843, fal. em Alcanhões a 15 de novembro de 1898. Era filho do bem conhecido medico da Real Camara o dr. Bernardino Antonio Gomes, e de sua mulher, D. Maria Leocadia Fernandes Tavares de Barros Gomes. Tinha 18 annos de edade, quando se ma-

Henrique de Barros Gomes

triculou na Escola Polytechnica, e fez um curso muito distincto, obtendo o primeiro premio em cinco cadeiras, e a qualificação para premiado em todas as outras do curso geral. Entrou aos 25 annos na politica em circumstancias extraordinarias, tornando se logo notado. No paiz, e nomeadamente no norte, havia um certo mal estar, e as impaciencias do povo, mal contidas, principiavam a manifestar-se. Foi então que Barros Gomes appareceu eleito deputado governamental pelo circulo de Torres Novas, na legislatura que começou em 4 de maio de 1869, filiando-se no partido reformista, de que era chefe o bispo de Vizeu, D. Antonio Alves Martins. Foi nomeado segundo secretario da mesa, de que era presidente o conselheiro Palmeiro Pinto e primeiro secretario José Gabriel Holbeche. Só veiu a estrear-se como orador na sessão de 10 de julho do referido anno, em que se debatia um projecto de

lei que fixava e repartia por districtos administrativos para o anno de 1869 a importancia da contribuição predial no continente do reino e ilhas adjacentes. O joven deputado pronunciou um eloquente discurso em que se evidenciava uma rara erudição, firmeza de convicção feita de estudo, consciencia, e de imparcial criterio. A camara foi dissolvida por decreto de 20 de janeiro de 1870. Na legislatura de 1870 1871 foi outra vez deputado, eleito pelo circulo de Santarem. Tornou-se então muito notavel a fórma elevada e erudita como tratou as questões em geral, e em especial das contribuições de rendas de casas e sumptuaria. Da sua alta capacidade em sciencias mathematicas deu evidente prova no seu valioso trabalho: *A astronomia moderna e a questão dos parallaxes sideraes*, que lhe serviu de diploma de admissão á Academia Real das Sciencias, que o nomeou socio correspondente, tomando Barros Gomes assento na sessão de 1 de agosto de 1872. Esta memoria foi publicada no *Jornal de Sciencias Physicas, Mathematicas e Naturaes* da referida Academia. A affirmação da sua competencia em assumptos financeiros lembrou o seu nome para ser chamado á direcção do Banco de Portugal, sendo nomeado em 1873 para um dos logares de director. Logo no anno seguinte contribuiu, no exercicio do seu novo cargo, para o exito do emprestimo nacional portuguez. Foi reeleito na direcção em annos successivos. A camara municipal, em 1874, o elegeu vereador do pelouro da fazenda, onde novamente demonstrou a sua autoridade em negocios de finanças. Dois annos mais tarde assignalou se por um modo superior, tratando largamente, como presidente da Associação Commercial, da crise bancaria que por essa epoca se manifestou. Em 1876 foi enviado ao Funchal, na occasião em que a crise commercial ameaçava a Madeira d'uma completa ruina. N'essa epoca soube conciliar ao mesmo tempo os interesses do banco e os das casas de commercio da Madeira, em vespera d'um naufragio absoluto. Em 1876 deu-se a fusão dos partidos historico e reformista, constituindo-se então o partido progressista, sob a direcção de Anselmo Braamcamp e do bispo de Vizeu. N'este novo partido figurou sempre Barros Gomes como um dos vultos mais importantes. Em 1878 foi eleito procurador á Junta Geral do Districto de Lisboa. Em 1879, tendo-se demittido o ministerio regenerador, presidido por Fontes Pereira de Mello, em consequencia de circumstancias politicas, foi chamado ao poder o partido progressista, sendo Anselmo José Braamcamp encarregado de organisar o novo gabinete, e Barros Gomes foi, convidado para gerir a pasta da fazenda, tendo a sua nomeação a data de 1 de junho; resignou então as funcções de director do Banco de Portugal, por serem incompativeis com o alto cargo de que fôra investido. A sua gerencia durou até 25 de março de 1881, e ficou assignalada por algumas medidas importantes tendentes a equilibrar as finanças. Entre as reformas que realisou, contam-se as da decima de juros, imposto do sêllo e creação da Caixa Economica Portugueza. Foi ministro segunda vez, de 1886 a 1890, no gabinete presidido pelo sr. conselheiro José Luciano de Castro, encarregando-se da pasta dos estrangeiros Foi durante a sua gerencia que se concluiu com a Allemanha o convenio sobre a delimitação das possessões e da esphera de influencia dos dois paizes na Africa do Sul e outro accordo com a França relativo ás possessões da Africa Occidental, concluindo uma convenção de limites entre as possessões francezas e portuguezas das regiões da Guiné e do Congo. Com o Vaticano realisou uma concordata, que poz termo á lucta, que dividiu, durante meio seculo, Portugal e a côrte pontificia. Desde então até 1890 conservou-se no ministerio, gerindo tambem a pasta da marinha, onde deu grande expansão ás cousas coloniaes, até essa epoca muito descuradas pelos governos. Por esse tempo levantou se o conflicto com a Inglaterra sobre o paiz dos Amatongas e sobre a pretenção que tinha aquelle paiz, de que fôsse permittida a entrada de material de guerra para as missões protestantes do Nyassa. Esse periodo da sua gerencia foi bastante agitado. A publicação do mappa côr de rosa junto a um Livro Branco suscitou energicas reclamações da Inglaterra e a definida e aberta pretenção d'esta aos territorios do Nyassa e a outros pontos da Africa Central. No entretanto, organisavam-se varias expedições commandadas por Serpa Pinto, João de Azevedo Coutinho e outros valentes officiaes, que procederam á occupação de varios territorios, cuja posse historica sustentavamos contra a insoffrida ambição ingleza. Foi d'esta serie de conflictos que surgiu da Inglaterra o *ultimatum* de 11 de janeiro de 1890, que tanto indignou os portuguezes e exaltou o brio nacional, epoca agitada pelo sympathico movimento patriotico. N'essa occasião o ministerio demittiu-se e Barros Gomes foi alvo de manifestações hostis. Por carta regia de 31 de março de 1887 fôra eleito par do rei, tendo tomado posse na sessão da respectiva camara de 18 de abril do mesmo anno. Sete annos depois, em fevereiro de 1897, voltou ao ministerio, no gabinete presidido pelo sr. conselheiro José Luciano de Castro, ficando a seu cargo a pasta da marinha, gerindo tambem interinamente a dos estrangeiros, para onde depois passou definitivamente, conservando-se até que a doença o obrigou a deixal-a, doença que pouco depois o victimou. Durante o longo intervallo que esteve na opposição, tomou parte em varios comicios da chamada colligação liberal, em Lisboa e em outras terras da provincia para derrotar o ministerio de que fazia parte o actual presidente de conselho, o sr. conselheiro João Franco. Barros Gomes foi tambem vice-governador do Banco de Portugal, manifestando os seus vastos e profundos conhecimentos economicos e financeiros na grande quantidade de artigos que escreveu, sobre esta especialidade, no *Jornal do Commercio*, de Lisboa, e no *Commercio do Porto*, e em muitos outros trabalhos do mesmo genero, particularmente n'um estudo sobre o Brazil,publicado desde 1870 a 1871, n'uma serie de sete artigos no ultimo d'aquelles jornaes. Como trabalhos litterarios citaremos a serie de interessantes folhetins denominados *Uma digressão a Constantinopla*, publicados no *Jornal do Commercio*, em outubro de 1869. São tambem muito profundos os estudos publicados em 1870 no *Jornal do Commercio*: *Serie de artigos analyticos ácerca dos projectos de impostos apresentados pelo sr. ministro da fazenda A. J. Braamcamp em maio de 1870*. Um notavel trabalho de Henrique de Barros Gomes é o que se vê impresso no *Jornal do Commercio* de 1874 ácerca

da reorganisação do Banco de Portugal e da circulação fiduciaria, em varios artigos e em resposta a outras que no mesmo jornal escreveu o conde de Casal Ribeiro Com o titulo de *Convicções*, reuniu n'um livro differentes estudos sobre a egreja catholica e a democracia, sobre a expansão do catholicismo nos Estados-Unidos, sobre o regimen das associações em Hespanha, etc., que tinham sido publicados no *Correio Nacional*, jornal de que foi um dos fundadores. O capitulo d'este livro, denominado *H. Taine e a Egreja Catholica*, é notavel como documento de critica philosophica. N'este livro incluem-se egualmente os artigos que escreveu ácerca do poeta Lecomte de L'Isle, sobre Santo Antonio e o seculo XII, um commentario da *Divina Comedia*, além de varios discursos proferidos no Congresso Catholico de Lisboa em 1895, e na Sociedade de Geographia. Tembem escreveu o prefacio da obra posthuma de Oliveira Martins, *O Principe perfeitc*. Barros Gomes foi eleito secretario da Sociedade das Casas de Asylo da Infancia Desvalida de Lisboa em 26 de maio de 1872, e relator em maio do anno seguinte, servindo n'aquelle cargo até 17 de maio de 1874. Escreveu o *Relatorio e Contas* da sociedade no anno de 1873; foi eleito vogal da commissão revisora de contas da mesma sociedade em 9 de maio de 1875, e relator do processo de contas relativas aos annos de 1875, 1876, 1884, 1889 e 1892; 1.ºs semestres dos annos economicos de 1892-1893, 1893-1894, 1894-1895 e 1895-1896. Foi socio fundador e segundo thesoureiro por alguns annos da Sociedade de Geographia; durante muito tempo teve a presidencia da commissão africana, sendo eleito presidente da sociedade depois do *ultimatum* inglez, cargo que por circumstancias poderosas não quiz acceitar. Era casado com D. Rita Pessoa de Barros Gomes, filha do conselheiro Antonio José de Barros e Sá. Além de outras condecorações, tinha as seguintes: gran cruz das ordens de Christo, Leopoldo da Belgica, Pio IX, Rosa do Brazil, Carlos III de Hespanha, S. Gregorio Maguo, Merito Naval de Hespanha, Sol nascente do Japão, Corôa real de Italia, Legião de Honra de França, Estrella Polar da Suecia, Aguia Vermelha da Prussia, Aguia Branca da Russia, S. Mauricio e S. Lazaro de Italia, Medijidich da Turquia, Redempção da Siberia. Bibliographia: *Discurso pronunciado na camara dos senhores deputados na sessão de 15 de abril de 1571*, Lisboa, 1871; tem por assumpto as contribuições de rendas de casas e sumptuaria, e a situação geral n'essa epoca, da fazenda publica; este discurso deu logar a uma replica de Antonio Serpa Pimentel, em dois extensos artigos publicados no *Commercio do Porto*, de 7 e 8 de abril de 1871; *Noticia sobre a instituição das casas de asylo da infancia desvalida de Lisboa, seu progressivo desenvolvimento e estado actual*, Lisboa, 1873; saiu sem o nome do autor; *Relatorio ácerca do estado da fazenda municipal de Lisboa, seguido do orçamento de receita e despeza municipal para o anno economico de 1874-1875*, Lisboa, 1874; *Relatorio da direcção do Banco de Portugal ácerca da prorogação do prazo da duração do mesmo banco e conclusões approvadas em assembléa extraordinaria* de 18 de maio de 1874, Lisboa, 1874; *Relatorio da direcção da associação commercial de Lisboa, apresentado á assembléa geral na primeira sessão ordinaria do anno de 1876*, Lisboa, 1876; é de Barros Gomes a parte relativa ás colonias, de pag. 34 em deante; *Relatorio ácerca da crise bancaria apresentado em sessão da assembléa geral do banco de Portugal de 29 de agosto de 1876, pela direcção do mesmo estabelecimento;* este documento foi publicado no *Diario do Governo* de fevereiro de 1877, por iniciativa da camara dos pares, e transcripto em differentes jornaes, entre elles o *Monitor dos interesses economicos* e o *Commercio do Porto*, o primeiro em 5, e o segundo em 7 do referido mez e anno; *Resposta da Associação Commercial de Lisboa ao questionario formulado pela commissão encarregada do estudo da reforma monetaria nos Estados Unidos e remettido á associação por s. ex.ª o sr. Benjamim Moran*, Lisboa, 1877; *Relatorio da direcção da Associação commercial de Lisboa, apresentado á assembléa geral na primeira sessão ordinaria do anno de 1878*, Lisboa, 1878; as ultimas paginas conteem a resposta ao questionario americano ácerca da reforma monetaria; *Discursos ácerca da contribuição geral sobre o rendimento, proferidos na camara dos senhores deputados nas sessões de 4, 5 e 7 de maio de 1880*, Lisboa, 1880; *Discursos ácerca da arrematação do real de agua e da situação de fazenda publica, proferidos na camara dos dignos pares nas sessões de 27 e 28 de fevereiro e 1 e 3 de março de 1880*, Lisboa, 1880. E' tambem de Barros Gomes o *parecer n.º 2, da sociedade de Geographia de Lisboa, ácerca da conferencia de Bruxellas*.

Gomes *(Ignacio)*. Era natural de Extremoz. Passando ao Oriente embarcou em 1608 para o Pegu; tendo, porém, naufragado o navio que o conduzia, foi levado pelos gentios da terra a que chegou depois do desastre, e em seguida desterrado para Maum. Existe d'elle uma carta no *Itinerario oriental* do padre Sebastião Manrique.

Gomes *(Fr. Jeronymo)*. Natural de Torres Novas. Era filho de Luiz de Bivar, padroeiro da capella de N. S.ª da Consolação da freg. de S. Thiago da mesma villa, e de Violante Gomes. Passando a Castella recebeu o habito da ordem militar de N. S.ª das Mercês, e estudou no collegio de Vera Cruz, de Salamanca, as sciencias escolasticas em que saiu profundamente douto. Publicou uma edição das *Epistolas* de S. Jeronymo, ás quaes addicionou muitas notas.

Gomes *(P. João)*. Jesuita; doutor em Theologia pela Universidade de Evora, reitor dos collegios de Braga e de Coimbra, etc. N. em Castello de Vide, e fal. no collegio de Coimbra a 2 de novembro de 1680. Era filho de João Frade e de Guiomar Gomes. Entrou na Companhia de Jesus, no collegio de Evora, a 30 de março de 1634. Foi tambem mestre nos collegios de Santo Antão e de S. Patricio, de Lisboa. Escreveu em latim um poema epico sobre a paixão de Christo, que ficou inedito, guardando-se o manuscripto na livraria da casa dos duques de Lafões.

Gomes *(João Augusto Marques)*. Amanuense do governo civil de Aveiro; socio correspondente da Sociedade de Geographia de Lisboa, e da de Geographia Commercial do Porto. N. em Aveiro a 6 de fevereiro de 1853, sendo filho do bacharel Francisco Thomé Marques Gomes e de sua mulher, D. Anna Candida de Barros e Almeida. Foi nomeado amanuense do governo civil de Aveiro por decreto de 20 de outubro de 1881. Iniciou a sua carreira litteraria em 1873, escrevendo com o seu

nome artigos sobre as antiguidades da sua terra natal no *Districto de Aveiro*, podendo formar com elles um grosso volume. Em separado publicou: *Memorias de Aveiro*, Aveiro, 187?; no *Conimbricense*, de 6 de março de 1875, vem uma extensa analyse d'este livro; *O Districto de Aveiro; noticia geographica, heraldica, archeologica, historica e biographica da cidade de Aveiro e de todas as villas e freguezias do seu districto*, Coimbra, 1877; *D. Duarte de Menezes; esboço biographico, seguido das apreciações de diversos jornaes ás «Memorias de Aveiro»*, Aveiro, 1875; *A mulher através dos seculos, estudo historico sobre a condição politica, civil, moral e religiosa da mulher; primeira parte: Sociedades primitivas, China, Indo, Persia, Assyria, Egypto e Israel; precedido de uma carta prologo de Barbosa Magalhães*, Porto, 1877; *D. Joanna de Portugal* (a princeza santa), *esboço biographico*, Aveiro, 1879; *Manuel José Mendes Leote; esboço biographico*, Porto, 1881; *Luctas caseiras; historia dos acontecimentos politicos de Portugal em 1846 e 1847; A Vista Alegre, apontamentos para a sua historia*, Aveiro, 1883; tem inédito o seguinte: *A mulher através dos seculos*; a segunda e terceira parte d'esta obra, relativas á historia da mulher na Grecia, Roma, edade media, tempos modernos e Portugal; *Memoria sobre os duques de Aveiro; Memoria sobre as ordens militares de Portugal*. Além do *Districto de Aveiro*, tem collaborado no *Concelho de Gaia, Noticioso, Archivo popular, Ramalhete do christão, Tirocinio, Diario de Noticias*, e em outros jornaes.

Gomes *(João Baptista)*. Mestre e thesoureiro-mór da capella dos duques de Bragança em Villa Viçosa. Era natural de Veiros, e fal. em Villa Viçosa em 1653. Foi discipulo de Antonio Ferro. Compoz diversas obras musicaes, vindo mencionadas no catalogo da livraria de D. João IV as seguintes producções: Dois villancicos a seis vozes; uma missa a doze vozes; um psalmo, duas *Magnificate*, um motete a oito vozes, outro a seis. Na Bibliotheca Publica de Evora ha nove villancicos, assignadas só com nome de *João Gomes*, porque era mais conhecido.

Gomes *(João Baptista)*. Empregado no commercio. Era natural do Porto, e morreu ainda novo, a 20 de dezembro de 1803. Seguindo a carreira do commercio, foi guarda-livros d'uma casa importante. Casou com D. Anna Benedicta Gomes, e d'este consorcio houve uma filha, D. Thereza Benedicta Gomes, que foi baroneza de S Thiago de Lordello, por ter casado com o 1.º barão d'este titulo, José Machado d'Abreu, lente cathedratico de Direito, e depois reitor da Universidade Escreveu a tragedia em verso, *Nova Castro*, que alcançou grande fama, e de que se tem feito muitas edições em Lisboa e Porto; em 1844 foi traduzida em versos allemães por Alexandre Wittich. Fez-se uma edição em Paris, 1838, e outra no Rio de Janeiro em 1862. A tragedia representou-se muito nos theatros de Portugal e Brazil. Traduziu as tragedias *Fayel*, de Mr. d'Arnaud, de que se fizeram algumas edições no Porto e em Lisboa, e *Os Machabeus*, de Mr. Lamotte, Porto, 1803, Lisboa, 1813.

Gomes *(Joaquim da Conceição)*. Antigo empregado do paço, chefe da conservação da Real Basilica de Mafra. Nasceu n'esta villa a 29 de março de 1829. Por fallecimento de seu pae, succedido em 1853, occupou o logar de ajudante do relojoeiro encarregado dos relogios e carrilhões da mesma villa. Quando os conegos regrantes de Santo Agostinho fôram transferidos do convento de S. Vicente para o de Mafra, logo depois da entrada do imperador D. Pedro IV em Lisboa, começou a estudar nas aulas que elles então abriram. Fechado o convento, alguns dos conegos egressos continuaram a leccionar particularmente, e Conceição Gomes estudou, até 1845, com D. Bernardo do Rosario, geometria e physica applicada ás artes; com D. João do Carmo de Maria, latim, francez, inglez e philosophia; e com D. José Patricio, filho de esculptor Pedro Luques, desenho e architectura. Quando pela primeira vez se estabeleceu o Collegio Militar em Mafra, frequentou, ainda que irregularmente. as aulas dos professores Dalhunty e Joaquim Rodrigues Guedes. Assim adquiriu gosto pelo estudo, e se dedicou a escrever ácerca do grandioso monumento. Joaquim Conceição Gomes collaborou no *Archivo da Associação dos Architectos e Archeologos portuguezes* e no *Instituto*, de Coimbra, escrevendo do edificio de Mafra ácerca dos orgãos, relogios e carrilhões, egreja e escola de esculptura, arte monumental, bibliotheca, palacio e fachada do edificio. Era socio da referida Associação dos Architectos, do Instituto, de Coimbra. e da Associação dos jornalistas e escriptores portuguezes. Escreveu: *O monumento de Mafra, descripção minuciosa d'este edificio*, Mafra, 1866; saiu segunda edição em 1871, com uma noticia de Cintra; terceira edição, Lisboa, 1876. Ha outras edições, e em francez: *Portugal; Mafra et Cintra, ou description détaillée de leurs monuments; guide indispensable à tous les visiteurs étrangers*, Lisbonne, 1873.

Gomes *(Joaquim Pires de Sousa)*. General de divisão reformado. Nasceu em Tavira a 23 de abril de 1836. Cursou com distincção a faculdade de Mathematica na Universidade de Coimbra, e tomou o grau de bacharel em 1856. Assentou praça em infantaria a 31 de outubro de 1855 e n'esta arma seguiu a sua carreira militar. Depois da formatura veiu frequentar a Escola do Exercito, concluindo o curso em 1858. Foi promovido a alferes em 14 de dezembro d'este anno, a tenente em 15 de dezembro de 1868, a capitão em 10 de março de 1874, a major em 12 de outubro de 1881, a tenente-coronel em 31 de outubro de 1884, a coronel em 23 de novembro de 1899, a general de brigada em 30 do referido mez e anno, reformando-se no posto de general de divisão em 29 de abril de 1903, por ter attingido o limite de edade. Serviu como repetidor de Mathematica na Escola Polytechnica, no anno lectivo de 1859-1860. Depois de terminar o curso de engenharia, foi escolhido no anno de 1860, mediante concurso, para frequentar a escola de Pontes e Calçadas, de Paris, cujo curso concluiu em 1863, obtendo as mais honrosas classificações, e o diploma de engenheiro de pontes e calçadas, ao lado de Sadi Carnot, mais tarde presidente da Republica Franceza, de quem foi amigo e condiscipulo. Percorreu depois toda a Europa, Russia, Italia, Allemanha, França e Hespanha, em viagem de instrucção, e regressando a Lisboa quando se tratava de reorganisar os serviços de obras publicas, foi em 1861 nomeado para fazer parte do respectivo quadro, sendo em 27 de agosto collocado, como

chefe de secção, na direcção das obras para abastecimento das aguas de Lisboa. Revelando desde esta sua admissão ao serviço do Estado, qualidades de trabalho pouco vulgares, obteve licença em 20 de abril de 1868 para tomar a direcção dos trabalhos da Companhia das Aguas, que n'essa epoca se fundara definitivamente. Foi encarregado do traçado do canal do Alviella, collaborando no projecto das obras para o aproveitamento das aguas do bairro oriental de Lisboa, que dirigiu depois como engenheiro da Companhia das Aguas. Em 1875 dirigiu a construcção da ponte do caes da alfandega. O circulo de Tavira o elegeu deputado na legislatura de 1878 a 1880, e n'este cargo prestou grandes serviços aos melhoramentos geraes da sua terra natal. Fez parte d'uma commissão nomeada em dezembro de 1879, pelo governo, para indicar o plano das obras para melhorar o regimen do Tejo e o beneficiamento do paiz, por meio de irrigações. Tambem tomou parte em outras commissões, como a de adjunto da fiscalisação do caminho de ferro da Beira Alta, a de director fiscal do caminho de ferro de Cintra, mais tarde a de director da 1.ª circumscripção hydraulica, precisamente quando este importante ramo de serviços, foi organisado, e finalmente em 23 de dezembro de 1887 a de vogal do conselho superior de obras publicas e minas, logar que ainda hoje exerce. O sr. general Sousa Gomes tomou parte em diversas inspecções para a abertura á circulação publica de quasi todas as linhas ferreas portuguezas. Em 3 de abril de 1886 foi nomeado, sem prejuizo do serviço de obras publicas, engenheiro consultor junto do ministerio da justiça. E' tambem vogal da commissão de obras publicas do ultramar. Em 1889 foi commissionado do governo para o estudo de assumptos concernentes a obras hydraulicas na exposição de Paris; delegado ao congresso de caminhos de ferro em 1892; delegado por parte de Portugal ao congresso internacional de navegação interior, seguidamente em Paris, 1892, e Londres, 1893; e simultaneamente nomeado pela portaria de 4 de junho de 1892 para fazer parte da commissão encarregada de examinar varias representações ácerca das obras do porto de Lisboa, então apresentadas pelo respectivo concessionario. Ainda foi nomeado para as seguintes commissões: inquerito á Companhia Real dos caminhos de ferro portuguezes; reorganisação do corpo de engenharia civil, e classificação dos engenheiros aspirantes. Tem a carta de conselho, mercê concedida em 1892. E' grande official da ordem de S. Bento de Aviz, por decreto de 1 de janeiro de 1903, commendador, official e cavalleiro da mesma ordem, commendador da de S. Thiago, e da Legião de Honra, de França.

Gomes *(Jorge)*. Cavalleiro da ordem de Christo, mestre das obras da cidade de T nger. Em junho de 1559 teve o encargo de levantar a planta, ou de tirar o modelo d'aquella praça. D'esse tempo existe uma carta sua com a data de 2 do referido mez, dando conta á rainha D. Catharina da sua missão, onde se refere aos dissabores que lhe causava a concorrencia de Diogo Telles. Em 1573 concedeu-lhe el-rei D. Sebastião a tença annual de 20:000 réis em attenção aos serviços que tinha feito em Tanger, como mestre das fortificações. Parece que tambem superintendeu nas obras da sé de Miranda, mandadas fazer por D. João III.

Gomes *(José Caetano)*. Thesoureiro-mór do erario, ou thesouro, do Rio de Janeiro, deputado da mesa de inspecção da mesma cidade. deputado da Real Junta do Commercio, do conselho de Sua Magestade, etc. Trabalhou muito em cousas financeiras e economicas. Ignoram-se as datas do seu nascimento e fallecimento. Escreveu: *Memoria sobre a cultura e producto da canna do assucar*, Lisboa, 1800; *Balanço da receita e despeza effectiva do erario do Rio de Janeir , em todo o mez de junho de 1821, combinado com o orçamento feito para o dito tempo*, Rio de Janeiro, 1821; *Idem, em todo o mez de julho de 1821*, etc ; *Idem, em todo o mez de agosto de 1821*, etc.; *Idem, em todo o mez de setembro de 1821*, etc.; *Idem em todo o mez de outubro de 1821*, etc.; *Idem, em todo o mez de novembro*, de 1821, etc. Todos estes balanços trazem no fim a assignatura de José Caetano Gomes. Escreveu mais: *Copia da carta que escreveu... ao ex.mo D. Manuel de Portugal e Castro, governador e capitão general da provincia de Minas Geraes, sobre os dizimos de miunças na Brazil, contando as diligencias que fez para extinguir a arrematação d'estas miunças pelo vexame que causam aos povos;* etc. Rio de Janeiro, 1821; *Copia do projecto sobre a cobrança dos dizimos do Brazil, e apresentação dos redditos reaes, mandada para Lisboa no anno de 1800.... posto em execução n'aquelle tempo, na cobrança do dizimo do assucar*, etc., Rio de Janeiro, 1821; *Orçamento da despeza, que se acha a cargo do thesouro publico do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 1821*, Rio de Janeiro, 1821; traz a assignatura de Gomes e a de João Ferreira da Costa Sampaio; *Copia do voto... para a consulta dos credores de Frederico Thiessen, em 13 de janeiro de 1816, em que se queixavam do banco do Brazil, querer receber por inteiro a divida d'este fallido, com prejuizo de todos os mais credores sem elle ter recebido do banco directamente um só real*, Rio de Janeiro, 1822; *Demonstração da receita e despeza do thesouro publico do Rio de Janeiro, em todo o anno de 1821; Discurso sobre varios objectos de economia politica do Brazil;* Rio de Janeiro, sem data; *Cultura da bananeira da grande especie, vulgarmente chamada do Maranhão, extrahida do barão de Humboldt do grande diccionario da historia natural*, Rio de Janeiro, sem data.

Gomes *(José da Costa)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; secretario geral do governo civil da mesma cidade; contador geral da Junta do Credito Publico, e por ultimo director geral das alfandegas. Falleceu em junho de 1889, depois de ter soffrido uma dolorosa e prolongada doença. Foi um dos redactores do *Commercio de Coimbra*, desde a sua fundação em novembro de 1860, e redactor principal no terceiro anno da existencia d'esta folha, de 21 de fevereiro de 1863 a 24 de julho do mesmo anno. Escreveu e publicou em Coimbra: *Codigo das contribuições directas;*; e supplemento a este codigo, em 1868; *Collecção de leis da divida publica portugueza, coordenada e publicada pela Junta do credito publico*, 1883.

Gomes *(José Francisco de Sousa)*. Cirurgião. N. no Algarve em 1793, e fal. em 16 de março de 1854. Começou por ajudante de enfermeiro. Foi nomeado cirurgião do banco do hospital de

S. José em 1823, extraordinario em 1834, e effectivo em 1844.

Gomes *(José Lourenço da Luz)*. V. *Luz Gomes*.

Gomes *(Luiz)*. Natural de Lisboa, prior da egreja de S. Lourenço, de Santarem. Era bom theologo e apreciado prégador. Fal. em Lisboa em 1698. De muitos sermões que prégou, imprimiu sómente o seguinte: *Sermão da Natividade da Serenissima Virgem Maria Mãe de Deus, e Senhora Nossa em a Misericordia d'esta côrte, e cidade de Lisboa*, Lisboa, 1698.

Gomes *(Fr. Manuel)*. Religioso da Congregação do Oratorio. Chamava-se no seculo Manuel Gomes Frazão. N. em Extremoz a 6 de janeiro de 1688, fal. a 25 de abril de 1740. Era filho de Domingos Gomes, alferes de infantaria, e de Maria Martins Frazão. Desde os primeiros annos se applicou á lição dos livros. Tendo enviuvado, entrou para a Congregação do Oratorio, de Extremoz, a 21 de novembro de 1718. Escreveu muitas obras que ficaram manuscriptas, deixando impressa unicamente uma glosa ao soneto de Camões, que começa: *Ondados fios de ouro reluzente*, a qual saiu com o nome supposto de Gonçalo Frome Nazão, e com o titulo: *Attractivo da alma Maria Santissima Senhora Nossa*, Lisboa, 1739.

Gomes *(P. Manuel)*. Jesuita, que se dedicou aos trabalhos das missões do oriente, e falleceu em Salsete a 23 de fevereiro de 1591. Professou em Gôa em 1 de janeiro de 1559. Escreveu varias cartas, relatando os fructos que colhia das suas missões, algumas das quaes fôram impressas.

Gomes *(P. Manuel)*. Jesuita, que viveu no seculo XVII. Era natural da Cortiça, logar do bispado de Coimbra, sendo filho de André Gomes e de Maria das Neves. Foi admittido na Companhia de Jesus no collegio de Coimbra, a 2 de fevereiro de 1676. Publicou em 1714 um resumo do *Tratado*, que da Bulla da Cruzada tinha escripto o jesuita Luiz Nogueira.

Gomes *(Manuel Joaquim)*. Negociante. N. em Santa Christina, de Longos, a 26 de setembro de 1840, fal. em Davos-Platz, na Suissa, victima da tuberculose, nos ultimos dias de setembro de 1894. Era filho de Antonio Felix Gomes, lavrador e proprietario, da freguezia de Espinho. Aos 10 annos veiu para Braga, como marçano d'uma loja importante de pannos, e d'ali passou a caixeiro n'outro estabelecimento tambem importante. Tendo depois uma pequena herança, tomou de trespasse a casa do patrão, e começou a negociar por sua conta, dando assim principio á sua fortuna. Muito activo, intelligente e muito trabalhador, fez rapida carreira, grangeando sinceras sympathias. Em 1876 casou com D. Maria Vieira da Silva, filha de João Vieira da Silva, negociante muito rico, e irmã do consul do Brazil em Lisboa, tambem chamado João Vieira da Silva. Manuel Joaquim Gomes tinha um certo prestigio em toda a classe commercial do Porto, que muito o respeitava, e a Associação Commercial o nomeou presidente honorario da assembléa geral. Braga deve-lhe a maior parte dos seus melhoramentos. Foi o fundador iniciador e director da companhia de carris de ferro; a elle se deve o elevador do Bom Jesus do Monte, o primeiro construido no paiz; os grandes hoteis do Bom Jesus, a padaria do Campo de Sant'Anna, a primeira que se fez pelos processos modernos, e muitos outros melhoramentos, que lhe mereceram a offerta d'uma medalha de ouro, com que a camara municipal lhe reconheceu tão bons serviços. Não foi só em Braga que se manifestou a sua actividade. Em Lisboa tambem influiu na construcção dos elevadores, sendo-lhe feita a concessão do elevador da calçada da Gloria. Foi elle que, pela morte do conde da Silva Monteiro, conseguiu formar parçaria para a exploração da fabrica de Ruães. Tambem é obra de Manuel Joaquim Gomes a reorganisação da companhia fabril do Cavado, e os grandes hoteis do Gerez. Sentindo-se atacado da terrivel doença da tuberculose, foi procurar allivios ao sanatorio de Davos-Platz, na Suissa, mas infelizmente não pôde evitar a morte, succumbindo depois de quatro annos de tratamento. O seu cadaver foi trasladado para Braga.

Gomes *(Manuel Vaz Eugenio)*. Desembargador da sé patriarchal, bacharel em Canones pela Universidade de Coimbra, prior de varias freguezias, provedor do hospital da Misericordia de Setubal, commissario da Bulla da Cruzada, etc. N. n'um pequeno logar chamado *Dedona*, do concelho de Alvaiazere, freguezia do Salvador, de Almoster, a 2 de fevereiro de 1788, fal. em Azeitão a 26 de março de 1858. Era filho de José Gomes e de Maria Gomes. Aprendeu as primeiras letras no logar em que nasceu, e como seus paes o destinassem para a vida ecclesiastica, mandaram-n'o estudar os principios de grammatica latina em Ancião, e depois no seminario de Sernache do Bomjardim, que estava então em principio, sendo dirigido pelos padres da Missão. Teve de interromper os estudos por falta de saude e por causa da invasão dos francezes em 1807; mas quando estes sairam do reino, foi então para o seminario episcopal de Coimbra continuar a frequentar o latim, fazendo exame no seminario e na Universidade. A segunda invasão dos francezes, em 1810, obrigou a fechar estes estabelecimentos scientificos, e Manuel Vaz Eugenio Gomes voltou para casa de seus paes. A sua aldeia, porém, e os sitios proximos, fôram todos occupados e assolados pelas tropas francezas, e o pobre estudante viu-se obrigado a emigrar para Coimbra, e d'ali para Montemór o-Velho, com toda a sua familia. Retirado o exercito invasor, voltaram para casa, que encontraram destruida e queimada, estando as fazendas sem cultura, os gados perdidos, faltando-lhe os meios precisos de remediar tantos damnos. Sobreveiu ainda para maior desgraça uma epidemia, que victimou parte d'aquelles povos, incluindo seus paes. Manuel Vaz Eugenio Gomes e dois irmãos mais novos fôram os unicos da familia que escaparam á terrivel doença. Manuel Vaz contava apenas 22 annos. Bem desejava continuar os estudos quando a Universidade se abriu, mas a falta de recursos e o desamparo em que ficaram seus irmãos, não lh'o permittiram. Tomando então conta da casa, amparou os menores; no entretanto, não tendo pratica do mundo, nem conhecimento da vida do campo, vendo-se sem meios para o cultivo das terras, nada poderia adeantar, mas conseguiu assim mesmo conservar o que existia. Fez a partilha aos irmãos, e viveu com elles até se casarem e tomarem posse da parte que lhes pertencia. Em 1814, já depois de ter completado 25 annos, foi para Coimbra, e matriculou se no Collegio das Artes em Logica, vencendo n'aquelle anno os mais

preparatorios, de fórma que em outubro seguinte se matriculou no primeiro anno de Direito canonico, por se destinar á vida ecclesiastica. Seguiu regularmente o curso, e começou a sua ordenação nos fins do segundo anno da Universidade, fazendo os exames para as ordens no seminario episcopal, por ser filho d'aquella diocese. Recebeu a ordem de presbytero a 5 de junho de 1819, e a 11 d'este mez e anno tomou o grau de bacharel em Canones, fazendo depois formatura na mesma faculdade a 21 de julho de 1820. Depois fez exame no seminario episcopal para confessar e prégar, e alcançando as competentes licenças do bispo, veiu exercer o seu ministerio na terra da sua naturalidade, e no bispado de Leiria, tendo obtido licença do prelado d'esta diocese. Pouco tempo se demorou n'aquelles sitios, porque alcançando do seu bispo a competente demissoria, veiu para Lisboa, onde se hospedou em casa d'um seu parente, fr. Thomaz Correia de Sá, vigario da collegiada da egreja da Conceição, que pertencia á ordem de Christo. Nos fins do anno de 1821 foi servir de prior encommendado na egreja de S. João Baptista, de Almeirim, cujo cargo exerceu por algum tempo. Nos principios de 1824, achando-se a concurso o priorado da egreja de Santa Maria do Castello, em Alcacer do Sal, que pertencia á ordem da Torre Espada, e o juizado da mesma ordem na dita comarca, que era annexo á egreja, foi oppositor, sendo provido nos dois empregos por cartas regias de 23 de abril de mesmo anno. Em virtude d'essas cartas tomou o habito da ordem de Palmella, e ahi professou a 20 de maio do mesmo anno. Passou depois a Evora, onde fez novo exame synodal na relação ecclesiastica para a sua collação, e veiu a Alcacer tomar posse, em junho de 1824, d'ambos os empregos, que exerceu com a maior satisfação d'aquelles povos. Por carta regia de 8 de julho de 1825, D. João VI o agraciou com o grau de cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição, e por outra carta regia, o soberano o transferiu para o priorado de S. Julião, de Setubal, da mesma ordem, e collando-se novamente, tomou posse, assim como do juizado da dita ordem, d'esta comarca, em virtude d'outra carta regia de 17 de setembro de mesmo anno. N'esta villa exerceu os dois empregos, parocho e juiz da ordem, por espaço de 17 annos. Não obstante as suas opiniões politicas serem moderadas e de tolerancia, não deixou de ser perseguido pelos inimigos da causa da Liberdade. As suas idéas e opiniões fôram sempre liberaes, mas moderadas, tanto assim que, em janeiro de 1837, sendo parocho em Setubal, foi eleito deputado substituto pelo circulo de Leiria, porém só quasi no fim da sessão é que tomou assento na camara. Em Setubal foi tambem, por duas vezes, provedor do hospital da Misericordia, commissario da Bulla da Cruzada, e serviu varias vezes de curador dos orphãos, quando estes estavam entregues ao juizo de paz. Em 1842, por carta regia de 8 de novembro, foi transferido para a egreja de N. S.ª d'Ajuda, sendo collado a 19, tomando posse a 23 do referido mez e anno. O patriarcha D. Guilherme I o nomeou desembargador effectivo da sua Relação e Curia patriarchal, por carta ou provisão de 12 de dezembro de 1849, de que tomou posse a 18 do mesmo mez. Em julho de 1851, achando-se a concurso o priorado da egreja de N. S.ª da Conceição, de Lisboa, foi um dos oppositores. Depois de novo exame, foi provido por carta regia de 7 de novembro, tomando posse a 3 de dezembro seguinte. Continuou, por conseguinte, exercendo as funcções de parocho e de desembargador da Relação e Curia patriarchal n'esta côrte, servindo tambem de supplente na secção pontificial, da mesma instancia ecclesiastica, por diploma do papa, datado de 2 de março de 1852. Em 1856, por occasião da epidemia da cholera-morbus, adoecendo o seu cura, ficou o prior administrando os sacramentos aos parochianos enfermos, e desempenhando todas as obrigações parochiaes. Desde essa epoca começou a soffrer do coração. Em junho de 1857, sentindo-se bastante doente, requereu ao patriarcha para que o substituisse nos encargos da egreja um encommendado. Em setembro d'esse anno, tornando-se gravissima a sua doença, os medicos e amigos o aconselharam a mudar de ares, e partiu então a 19 para Azeitão, onde veiu a fallecer seis mezes depois.

Gomes *(Marcos)*. Mestre das obras de pedraria do Castello de S. Vicente, que D. João III mandou fazer na costa da Mina. A carta da nomeação tem a data de Lisboa, 31 de outubro de 15'6.

Gomes *(D. Maria Amalia Garcia de Sousa)*. Autora do seguinte opusculo: *Relação das exequias que nos dias 22 e 23 de setembro do anno de 1816 se celebraram em Lisboa, no real convento do Santissimo Coração de Jesus, pela sentida morte da nossa augusta soberana a senhora D. Maria I, etc., de que foi ocular testemunha a autora*, Lisboa, 1819.

Gomes *(Mendo)*. Autor d'uma obra, com o titulo de *Memorias de cousas antigas d'este reino*, que se guardava, na livraria do convento de Alcobaça.

Gomes *(Pedro)* Cirurgião do Hospital de Todos os Santos, nomeado em 29 de janeiro de 1615 para o logar vago pela morte de Jorge de Castro. Falleceu em 1629.

Gomes *(Pero)*. Mestre de carpintaria dos paços reaes, nomeado por el-rei D. Sebastião em 1573. Na carta da nomeação dizia-se que Pero Gomes trabalharia nas terras onde o monarcha estivesse, exceptuando Lisboa, Santarem, e Almeirim, ou outra qualquer parte onde houvesse mestres especiaes. Era natural de Evora, e succedeu n'este cargo pelo fallecimento de Luiz Lopes.

Gomes *(Pero)*. Mestre e empreiteiro da egreja matriz de Extremoz, mandada construir por D. Sebastião e pelo cardeal infante D. Henrique. El-rei lhe privilegiou em 1559 o gado e carretas empregadas na dita obra, mas os officiaes da terra, não attendendo ao alvará de privilegio, lhe faziam pagar coimas e o molestavam, dando origem a diversas questões, sendo por este motivo degredado por tres mezes para fóra da villa. O *Diccionario dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes*, de Sousa Viterbo, publicou dois documentos a este respeito: o alvará de privilegio e a carta de perdão.

Gomes *(P. Sebastião)*. Jesuita. N. em Sidelo, logar proximo de Braga, em 1562, fal. em Lisboa a 21 de dezembro de 1642. Era filho de João Fernandes e de Maria Pires. Entrou para a Companhia de Jesus, no noviciado de Coimbra, a 28 de maio de 1587. Acompanhou o padre Balthazar Barreira nas missões d'Africa, e era ministro

da Casa Professa de S. Roque, de Lisboa, quando falleceu. Deixou manuscripta uma carta relatando a morte do padre Barreira.

Gomes *(Simão)*. Conhecido pelo *sapateiro santo*. N. na aldeia do Marmelleiro, termo de Thomar, pelos annos de 1510. Foi sapateiro de profissão, porém muito instruido em tudo quanto diz respeito á religião, e gozava da fama de ser muito virtuoso. Segundo a tradição, fez muitas prophecias que se realisaram. O rei D. Sebastião, o infante D. Luiz, o cardeal D. Henrique, depois rei, e todos os grandes da côrte, o tratavam com respeito, e lhe davam grandes provas de estima, ao que elle fugia, sempre que lhe era possivel. O rei D. Sebastião, indo á egreja de S. Roque em dia de grande solemnidade, o metteu comsigo dentro da cortina, logar que só competia aos filhos e irmãos dos reis. Podendo mudar de fortuna e de situação, quiz conservar-se sempre pobre e humilde como havia nascido. Fal. a 18 de outubro de 1576, e foi sepultado na egreja de S. Roque.

Gomes *(Simão)*. Mestre de pedraria, que viveu no ultimo quartel do seculo XVI e principios do XVII. Trabalhou em diversas obras do convento de Thomar, já separadamente, já de parçaria com outros companheiros. Com Balthazar Marinho tomou de empreitada a crasta do convento. Simão Gomes e Fernão Rodrigues, mestre de carpintaria, deram o orçamento para a obra que se havia de fazer nas escolas do mesmo convento.

Gomes *(Sueiro)*. Religioso da ordem de S. Domingos, e introductor d'esta ordem em Portugal. Viveu nos seculos XII e XIII. Era filho de D. Gomes Mendes e de D. Mór Paes. Estudou na Universidade de Placencia direito canonico, e voltou ao reino quando D. Sancho I se preparava para a conquista do Algarve. Acompanhou o soberano n'essa expedição, e combateu com valor, tomando depois o habito de conego regrante de Santo Agostinho, no real convento de S. Vicente de Fóra, pelos annos de 1198. Escolhido pelas infantas D. Sancha, D. Thereza e D. Branca, filhas do monarcha, para, como procurador, sustentar em Roma, perante o papa Innocencio III e de toda a Curia, as suas pretenções contra seu irmão D. Affonso II, encontrou-se n'aquella cidade com Domingos de Gusmão, que fundara a ordem dominicana dos prégadores, e tendo entrado n'este instituto, tomou a seu cargo vir a Hespanha e a Portugal estabelecer a nova ordem. Chegando a este reino em 1217, logo a infanta D. Sancha lhe deu para solar da ordem a villa de Montejunto, e D. Branca concedeu-lhe a faculdade de edificar um convento em Coimbra. A austeridade de costumes e dos sermões, que o religioso dominicano prégava, captivaram o bispo de Coimbra, D. Pedro Soares, que lhe deu licença para prégar na sua diocese, autorisando-o tambem a castigar os excessos que presenceasse. Fr. Sueiro Gomes abusou d'esta licença, promulgando ordenações, que D. Affonso II julgou offensivas á sua autoridade real, e deveras irritado, expediu uma carta regia a todos os alcaides e officiaes da Corôa prohibindo-lhes severamente, que acceitassem as determinações do audacioso frade. Este facto adquiriu grande importancia, porque attrahiu a má vontade das ordens religiosas e do povo, que por completo se via já subordinado á influencia dos frades. Fr. Sueiro Gomes assistiu ao capitulo geral do Bolonha, em que foi eleito primeiro provincial da ordem em Hespanha, e regressando a Portugal, como fôsse manifesto o seu talento e muita prudencia, o elegeram por arbitro das suas controversias D. Affonso II e o arcebispo de Braga, D. Estevão Soares da Silva, os quaes compoz com prudencia e suavidade. Assistiu depois ao capitulo geral celebrado em Paris, e conseguiu a mudança do convento de Montejunto para Santarem, onde falleceu a 27 de abril de 1233. Na 4.ª parte da *Monarchia Lusitana* andam umas *Constituições para o bom governo do reino*, que Antonio Brandão affirma serem de Sueiro Gomes.

Gomes *(Violante)*. Mãe de D. Antonio, prior do Crato, e amante do infante D. Luiz, filho d'elrei D. Manuel. Era conhecida pela alcunha de *Pelicana*. V. *este nome*.

Gomes. Ponta ou cabo na costa S O da ilha Graciosa, archipelago dos Açôres. ‖ Pov. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola ‖ Pov. na freg. de S. Jorge, de Selho, conc. de Guimarães distr. de Braga.

Gomes de Abreu *(Antonio Joaquim Ribeiro)*. V. *Abreu*.

Gomes de Abreu *(Paulo)*. Commendador da ordem de Christo e capitão-mór da cidade de Tavira. Era muito versado em poesia. Escreveu: *Festas que celebrou a Cidade de Lisboa ao glorioso Santo Antonio Patrão d'ella, e louvores á entrada que n'ellas fez, e o mais que obrou o conde da Torre*, Lisboa, 1660.

Gomes Achilles *(José)*. Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, e lente de prima jubilado. N. em Coimbra a 2 de abril de 1807, onde tambem fal. em 27 de outubro de 1876. Era de familia muito pobre. Seu pae, que tinha egual nome, falleceu deixando-o ainda muito creança. O infeliz orphão teve, porém, a fortuna de encontrar protecção na Misericordia de Coimbra, que o recolheu no asylo dos orphãos. Correspondendo á espectativa, que a sua vocação para os estudos havia promettido, e cursando brilhantemente os preparatorios, foi destinado por fim para o curso de Theologia na Universidade, recebendo o grau de doutor a 25 de julho de 1841. Foi apresentado na egreja parochial de S. João de Almedina, de Coimbra, e exerceu o cargo de professor de Philosophia racional e moral no Lyceu até 1848, em que foi despachado lente substituto da faculdade de Theologia, passando mais tarde a lente cathedratico. O dr José Gomes Achilles foi sempre considerado como um theologo e professor muito distincto, como humanista profundo e eloquente orador.

Gomes Alvares *(Manuel)*. Escriptor natural da Bahia. Escreveu: *Nova philosophia da natureza do homem, não conhecida, nem alcançada dos grandes philosophos antigos, a qual melhora a vida e saude humana; composta por D. Oliva Sabuco de Nantes Barreira; traduzida do castelhano em portuguez*, Lisboa, 1734.

Gomes de Avellar *(D. Francisco)*. Presbytero secular da Congregação do Oratorio, de Lisboa, bispo do Algarve. Nasceu no logar do Matto, do termo da villa de Alhandra, a 17 de janeiro de 1739, e fal. em Faro a 15 de dezembro de 1816. Era filho de paes humildes, e aos 14 annos de edade foi para a companhia d'um tio seu, cura na egreja patriarchal, que o mandou

aos estudos publicos da Congregação do Oratorio, na Real Casa de N. S.ª das Necessidades. Admittido depois no Instituto de S. Filippe Nery, distinguiu-se em virtudes e em letras, pelo que foi encarregado da educação dos moços religiosos, ensinando com applauso Philosophia e Theologia. Acompanhou a Roma o nuncio apostolico, em Lisboa, monsenhor Pacca, o que lhe deu ensejo de admirar os monumentos e obras primas das galerias romanas, que lhe desenvolveu profundamente o gosto pelas bellas artes; na cidade de Tibre travou conhecimento com os dois celebres pintores portuguezes, Domingos Antonio de Sequeira e Francisco Vieira, portuense, dos quaes obteve dois quadros, com que depois adornou a sua residencia episcopal de S. Braz. Do pontifice Pio VI recebeu distincto acolhimento Sendo bem conhecidas as raras qualidades do humilde congregado, foi este o escolhido pela rainha D. Maria I, sem acceitar desculpas, para bispo do Algarve, quando D. José Maria de Mello resignou essa mitra em 1788. Porém antes de tomar posse d'aquelle elevado cargo, se lhe offereceu occasião de mostrar a rectidão e independencia do seu caracter e o seu genio bemfazejo, porque, dizendo-se-lhe que a rainha tencionava impetrar um breve pontificio para impôr ao bispado uma pensão de 2:000$000 réis a favor do tribunal da Inquisição, o novo prelado respondeu logo que em tal não podia consentir, e partindo immediatamente para Salvaterra, onde estava a rainha, resistiu tenazmente ás ponderações que a soberana lhe fazia de ser avultado o rendimento da mitra do Algarve, allegando que as necessidades da diocese eram importantissimas, e que por maior que fôsse esse rendimento, ainda seria limitado para acudir a tantas urgencias, pois que as egrejas careciam de concertos, e precisavam-se alfaias para o culto, sendo estas as devidas applicações das rendas dos bispados; além d'isso, por toda a parte se via numerosa pobreza, e a caridade era um dos maiores attributos do sacerdocio, concluindo por declarar que se tal imposição proseguisse, não acceitaria o baculo pastoral. A rainha desistiu do seu proposito, e D. Francisco Gomes do Avellar foi sagrado a 26 de abril de 1789, tendo sido expedidas as bullas por Pio VI em 29 de março antecedente. Partiu em seguida para a sua diocese, onde foi um modelo de todas as virtudes, sendo o seu nome ainda hoje pronunciado com o maior respeito e veneração, como o de um sacerdote exemplarissimo. Começou o seu ministerio por visitar toda a diocese; estas visitas geraes repetiu tres veses, durante o seu governo, além de muitas parciaes a diversas e afastadas freguezias; n'essas occasiões desempenhava os officios sacerdotses e prégava com bastante clareza e simplicidade, accommodando-se á comprehensão dos rusticos, e bem assim á intelligencia das creanças, quando lhes explicava a doutrina; admoestava em particular os escandalosos, excitando-os pela persuasão á reforma de vida; ia pessoalmente administrar o viatico aos enfermos dando sempre esmolas quando os doentes eram necessitados. Nas visitas do bispado acudia tambem ás urgencias temporaes, e não só examinava as egrejas que precisavam de reparos, como as estradas e outros caminhos, as pontes e outros passos dos rios e barrancos, para providenciar opportunamente; observava o estado da cultura, recommendando e ensinando os melhores methodos em conversações, que travava com a gente do campo, devendo-lhe particular cuidado a plantação e mantença dos arvoredos. Pela efficacia dos seus conselhos promoveu a propagação das oliveiras indicando a enxertia dos zambujeiros, e porque alguns fazendeiros eram negligentes dos proprios interesses, solicitou do governo ordem para que as camaras os obrigassem a pôr em pratica a enxertia quando os troncos estivessem aptos sob a comminação de multas pecuniarias, expediente que produziu optimos resultados. A preparação do figo, por ser um dos productos agricolas mais rendosos para o Algarve, mereceu-lhe tanta attenção que publicou uma pastoral recommendando como tal preparo devia ser feito; egualmente maudou circular instrucções escriptas para diffundir a tão vantajosa cultura das batatas. Rara será a obra publica de vulto no Algarve que, ou pela fabrica primitiva, ou pela conveniente reparação, deixe de trazer á lembrança o nome de D. Francisco Gomes do Avellar. O benemerito prelado mandou reconstruir as estradas em muitos sitios, dando elle proprio o desenho, que foi gravado e distribuido entre os encarregados das obras. Por sua diligencia e com os soccorros do seu dinheiro se lançaram as utilissimas pontes de Lendo, Marim, Cacella e Marxil, e da mesma fórma se effeituou a calçada sobre o sapal, que conduz á barra de Portimão *(V. Faro)* O hospital do Misericordia da cidade de Faro foi obra que elle promoveu e concluiu, já solicitando esmolas e donativos, já concorrendo com os dinheiros da mitra, em avultada porção. Os outros hospitaes do bispado tambem lhe mereceram todo o desvello, mandando á sua custa provêl-os das necessarias roupas, e nas boticas d'alguns d'esses pios estabelecimentos mantinha partidos annuaes para se ministrarem gratuitamente os remedios aos pobres. Nas Caldas medicinaes de Monchique mandou fazer novas accommodações e precisos reparos no hospital dos pobres, e tinha pensado em tornar mais amplo e aproveitavel o edificio, chegando a ajustar materiaes para o levar a effeito, quando a morte veiu tolher o complemento de suas intenções patrioticas e bemfazejas. Foi o fundador do Museu lapidar do infante D. Henrique. Com a sua actividade na creação de obras uteis, tinha premeditado algumas que realisaria, se a morte o não viesse surprehender. Entre outras obras. contava-se a de alargar e aformosear com edificios a praça de Faro, onde tambem tinha mandado construir o arco de cantaria com duas columnas de ordem jonica, e cimalha corrida em que assenta um nicho, que recolhe a estatua de S. Thomaz de Aquino, de marmore branco, e oito palmos de altura, que mandara vir de Italia; para estas obras tambem chamou de Genova o architecto Fabre, e outros artistas que deixaram boa escola no Algarve com as suas instrucções. Acabou o seminario que o seu antecessor começára, empregando n'esta edificação os rendimentos da mitra. E' um edificio amplo, com capacidade para accommodar 30 alumnos e os empregados, tendo enfermaria, refeitorio, e officinas adequadas; comprehende uma bonita capella adornada de quadros italianos muito apreciaveis, nomeadamente o do retabulo do altar-mór, que

representa Jesus entre os doutores. Nos trabalhos da construcção d'este edificio, foi coadjuvado pelos padres italianos José Maffey e Romualdo Ansaloni, da Congregação da Missão. Foi aberto em 8 de outubro de 1797. N'esse anno D. Francisco Gomes do Avellar elaborou os primeiros estatutos para o regimen interno, e que elle proprio alterou em 1814; estabeleceu aulas de Theologia dogmatica e moral, de instituições canonicas, de Escriptura Santa, pagas pela mitra, e fez com que se lhes reunissem as escolas publicas de ensino secundario, que o Estado mantinha em Faro, formando d'esta fórma um curso de estudos o mais regular para as circumstancias, de que o publico egualmente tirava proveito, e não só se admittiam os seminaristas, quasi todos sustentados pelas rendas destinadas á manutenção do seminario e pelas do bispado, como porcionistas que pagavam segundo as suas posses. As egrejas de Albufeira, Santa Maria de Tavira, Aljezur, S. Braz de Alportel, Cacella e S. Luiz de Faro, fôram construidas de novo ou quasi, sob a sua immediata inspecção, correndo com todas as despezas, e a todas sagrou, gastando do seu bolsinho n'estas solemnidades importantes quantias; nas immediações fundou cemiterios e deu ordem para outros em differentes freguezias. Costumava ter de reserva paramentos que distribuia ás egrejas que os precisavam; e quando as fabricas parochiaes tinham algumas rendas proprias, ainda que pequenas, tomava a seu cargo fazer-lh'os preparar e a quaesquer alfaias, de que estivessem desprovidas, despendendo sempre do seu dinheiro, porque nunca olhou a despezas nos objectos pertencentes ao culto, que fazia celebrar com decencia e dignidade, e nas festas mais solemnes com a pompa que lhes é devida. Teve a rara condescendencia de celebrar de pontifical em quasi todas as egrejas do bispado. A caridade do *bispo apostolico*, como lhe chamou D. Fr. Manuel do Cenaculo, era em extremo; os seus beneficios, os soccorros que ministrava aos pobres afflictos, são tradição que se conserva na memoria dos algarvios; acudia desvelladamente aos necessitados, e lastimava tanto a miseria, que, das largas rendas da mitra, deduzidas as despezas absolutamente necessarias, o restante era patrimonio dos pobres da diocese Além das muitas esmolas avulsas, que, ou no paço episcopal distribuia, ou fazia chegar aos albergues da indigencia envergonhada, estipulava mezadas certas ás viuvas e orphãos faltos de recursos de subsistencia. Comsigo gastava o menos possivel. Trajava com a gravidade propria do seu estado e dignidade, mas sempre manifestando aquelle amor de religiosa pobreza, aquelle espirito de humildade que no claustro e na cadeira episcopal sempre o distinguiram; trazia no uso quotidiano os habitos prelaticios sempre de lã, poupando os de seda, que vestia sómente nas grandes solemnidades da egreja. A mobilia do palacio da sua residencia era a indispensavel, sem fausto, demasia ou riqueza. Na mesa era tambem muito sobrio Quando os francezes em 1807 invadiram o Algarve, assim como todo o reino, o bispo com o seu grande tino e prudencia conseguiu evitar as maiores calamidades aos seus diocesanos, e quando no anno seguinte se levantou em Olhão o grito da independencia, D. Francisco Gomes do Avellar foi eleito presidente da junta que se installou em Faro. Emquanto o conde de Castro Marim não assumiu a capitania general, e ainda depois quando esse militar recolheu á côrte, D. Francisco exerceu o governo supremo do Algarve, e sem descurar os negocios espirituaes, cuidou activamente das fortificações do Guadiana para acautelar e inutilisar qualquer irrupção dos francezes que occupavam a Andaluzia, empregando as maiores diligencias para regularisar o serviço de viveres e transportes e para organisar as forças militares d'essa região, sendo tudo subsidiado por sua conta. Logo que as circumstancias da patria melhoraram, D. Francisco Gomes de Avellar procurou aliviar-se do pesado encargo da jurisdicção politica e militar que lhe fôra confiada, e em vista das suas continuas solicitações e instancias, foi nomeado um commandante das armas para o Algarve, que foi o inglez John Austin, conservando, porém, o prelado as attribuições de capitão-general e o titulo de governador que conservou até fallecer O benemerito prelado morreu repentinamente; no dia da sua morte ainda prégou na sé, recolheu a casa muito bem, indo pouco depois os famulos encontral-o já sem vida. Esta fatal noticia correu rapida em todo o Algarve causando a maior dôr. O coronel inglez John Austin partiu logo de Tavira para ir despedir-se, dizia elle, do santo bispo. Quando chegou, já o prelado estava sepultado. Fez erguer a campa, desceu ao carneiro, e conservou-se muito tempo a contemplar o cadaver, chorando copiosamente. No *Panorama* de 1842, pag. 268 a 272, vem a sua biographia e retrato. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa existe um retrato de meio corpo. No Porto, tambem se publicou em 1903 a sua biographia, escripta por Athaide e Oliveira. No vol. 7 do *Boletim dos archeologos*, pag. 148, tambem vem um artigo, *Os monumentos e as estradas*, que lhe diz respeito. Escreveu: *Plano para dar systema regular ao moderno espirito philosophico, ou instrucções anecdoticas de um livre pensador; traduzido do italiano*, Lisboa, 1784; corre sem o seu nome; *Compendio da vida de S. Vicente martyr, patrono especial do bispado do Algarve*, Lisboa, 1795; *Sermão das exequias da senhora rainha D. Maria I, prégado na sé de Faro*, Lisboa, 1816; *Instrucção para a enxertia dos zambujeiros*, Lisboa, 1813; outra edição em 1819. Diz o seu autor: «O fim d'este folheto é unicamente instruir o homem do campo do mais necessario; e por isso se evitam as palavras scientificas; os instruidos teem autores, que o povo não póde haver, nem lêr, nem entender». Escreveu mais: *Caminho do céo, ou meditações sobre as maximas eternas, e mysterios da paixão de nosso senhor Jesus Christo, para cada dia do mez; com a pratica da oração mental, etc., traduzidas do italiano, e impressas de mandado do ill.mo e ex.mo sr. Bispo do Algarve, com uma pastoral aos seus diocesanos*, Lisboa, 1795. Deixou manuscripta uma *Vida de Santo Antonio*, traduzida, no todo ou na maior parte, de outra, escripta em latim. Na Bibliotheca de Evora, dizem, que existe inedita a sua correspondencia com D. Fr. Manuel do Cenaculo, que comprehende 56 cartas, sendo a primeira de 20 de maio de 1782 e a ultima de 13 de abril de 1805. Por estas cartas se vê, que D. Francisco Gomes do Avellar já estava em Lisboa, de volta da viagem á Italia, em 20 de outubro de 1788. D. Francisco Gomes do

Avellar fez graves considerações sobre as barbaridades commettidas na sé de Silves. E' muito interessante e significativa esta censura. No *Boletim da Real Associação dos Architectos e Archeologos* portuguezes, 7.º vol. n.º 1, 1894, a pag 148, vem o seguinte: «Copia de dois artigos de visitação de S. Ex.ª Rev.ma o Sr. D. Francisco Gomes á egreja de Santa Maria de Silves com acre censura ás vexatorias deturpações praticadas nos detalhes architectonicos de tão preciosa fabrica.» De pag. 148 a 150 tambem se encontram, do mesmo prelado, as instrucções respectivas ás estradas.

Gomes Ayres. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Almodovar, distr. e bisp. de Beja; 1405 hab. e 351 fog. Tem est. post. e esc. do sexo fem. A pov. dista 10 k. da séde do conc e está situada entre os ribeiros que fórmam o rio Mira. Foi da com. e conc. de Ourique. A mitra apresentava o cura, que tinha 180 alqueires de trigo e 68 de cevada. O nome da terra provém de Gomes Ayres, valoroso cavalleiro de D. Affonso Henriques, ao qual o rei deu o senhorio d'esta freg., em premio dos seus serviços á patria e povoou estas terras, pelos annos de 1170. A terra é muito fertil em cereaes, e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro. Tambem é conhecida pela denominação de S. Sebastião de Gomes Ayres.

Gomes de Azevedo *(Gonçalo).* Militou na India, onde esteve com o governador D. Henrique de Menezes. Em 1526, estando em Malaca, foi mandado pelo capitão d'esta praça em soccorro de Moluco.

Gomes de Brito *(Bernardo).* Escriptor, nascido em Lisboa a 20 de maio de 1688; ignora-se a data da sua morte, mas sabe-se que vivia ainda em 1759. Era filho de Domingos Gomes e de Marianna de Brito. Com louvavel curiosidade e diligencia reuniu uma ampla collecção de relações e noticias de naufragios, e successos infelizes, acontecidos aos navegadores portuguezes, dividindo-a em 5 volumes, de que publicou sómente os primeiros dois, ignorando-se o destino que tiveram os restantes. Esta obra é muito conhecida, e tem por titulo: *Historia tragico-maritima, em que se escrevem chronologicamente os naufragios que tiveram as naus de Portugal, depois que se poz em exercicio a navegação da India*, Lisboa; 1.º tomo, 1735; 2.º tomo, 1736.

Gomes de Brito *(José Joaquim).* Escriptor e archeologo; diplomado com o Curso Superior de Letras; official da Camara Municipal de Lisboa; socio fundador, que foi, da Sociedade de Geographia da mesma cidade; socio honorario da extincta Associação Industrial Portugueza; etc. Nasceu em Lisboa a 12 de outubro de 1843. E' vasta a sua bibliographia, composta na maior parte de artigos publicados em diversos jornaes da capital, a partir do anno de 1876. N'elles se comprehendem muitos apontamentos devéras curiosos e interessantes, para a historia das denominações e policia das vias publicas lisbonenses e varios estudos de administração municipal e de policia da cidade: *Os itinerarios de Lisboa*, estudos na *Revista de Educação e Ensino*, 1900; *Subsidios para a historia das parochias de Lisboa* no *Correio Nacional*, 1893, extensa collecção de artigos com pormenores archeologicos; *Os Remolares*, estudo ácêrca d'esta denominação em sitios publicos de Lisboa, *separata* da *Revista de Educação e Ensino*, 1889; *A cidade de Lisboa em 1565*, noticia de um codice da camara municipal d'esta cidade, nas *Novidades*, 1897; *Lisboa, de 1578 a 1583—Cartas de Filippe Sassetti, viajante florentino*, no *Commercio de Portugal*, 1893. *Os Azulejos*, no mesmo jornal, 1897. *O frontão da Conceição Velha*, artigo em que pedia a reforma da fachada d'este templo, no que respeita á reedificação pombalina, no referido jornal, 1890. Este artigo foi reproduzido em diversos jornaes e até n'um de Macau. Nada, porém, até agora se fez. *O convento das flamengas e os architectos Frias*, na *Revista Archeologica*, dirigida por Borges de Figueiredo, 1888 e 1889. *A sacristia da Madre de Deus—Memorial ao Provedor do Asylo «Maria Pia»*, pedindo providencias contra o desamparo em que se encontrava aquelle repositorio de preciosidades artisticas e archeologicas, 1887. *A Batalha—Memoria ao ministro das Obras Publicas* (Emygdio Navarro), pedindo um *inquerito* sobre o actual estado (1887) de conservação do monumento. Saiu em *separata* do *Commercio de Portugal*, com a rubrica: *por um portuguez obscuro. Projecto de porto de abrigo em Leixões, no seculo XVII*, noticia de um documento da collecção pombalina, na *Revista de Portugal*, vol. III, n.º 18, Porto, 1891. *Roteiro do cosmographo João Gallego*—Memoria para a celebração do centenario Henriquino, no *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 13.ª serie, n.º 11, 1894. *P. Thomaz José de Aquino, seu testamento*—Noticia na celebração do centenario camoniano, 1903. *Jacome Ratton, a Industria e os homens do seu tempo—Apontamentos para a historia da industria nacional*, a proposito da inauguração da escola de desenho industrial em Thomar, no *Commercio de Portugal*, 1882. *Catalogo da Exposição Nacional das Industrias Fabris, realisada na Avenida da Liberdade em 1888*, 3 vol., comprehendendo varias monographias historicas, relativas a este objecto, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888 a 1890. *As notas do Banco de França*, protesto contra o abuso publico de carimbar, escrever e *poetar* nas notas do Banco de Portugal, artigo no *Commercio de Portugal*, 1886. *Marcas de Fabrica e de Commercio*—Analyse do projecto convertido em lei de 4 de junho de 1883, serie de artigos no mesmo jornal e anno. *Os Mosaicos da capella de S. João Baptista, na egreja de S. Roque*, cartas a J. C. — *S. Roque e a Misericordia*—Analyse dos relatorios do Provedor da Santa Casa. *A instituição da Misericordia e o seu «Painel» ou «Bandeira». A Misericordia de Florença e a Misericordia de Lisboa.* D'estes estudos, os primeiros quatro acham-se publicados no *Commercio de Portugal*, de 1891, e o ultimo no *Correio Nacional*, 1895. *A «Morgue»*—Protesto contra a introducção official no idioma patrio d'este neologismo francez, 1899. *Archeologia musical*—Noticias de varios artistas musicos do tempo de D. João III, entre os quaes o Mestre da capella de S. Nicolau, Fernão Guomez, na *Arte Musical*, anno VI, 1904. *Marquez de Pombal no desterro*—Analyse critico-historica de algumas cartas d'este estadista, a seu filho primogenito, na *Revista de Educação e Ensino*, 1894. *Noticias biographicas diversas*: Herculano, Casal Ribeiro, Miguel Paes, João Mousinho da Silveira, e outros, em diversos jornaes da capital, e em

differentes annos, a partir de 1876. *Elogio historico de Antonio Augusto de Aguiar*, com retrato, 2.ª edição, Lisboa, 1889. *O testamento do popularissimo pintor Pedro Alexandrino de Carvalho*, no *Occidente*, vol. XXII, pag. 79, 87 e 95. N'esta revista se encontram outros estudos de Gomes de Brito. *Sousa Martins, estudante de latim*, no livro *In Memoriam;* etc.

Gomes Cardim *(João Pedro)*. Professor e compositor de musica E' natural de Setubal, sendo filho do piloto-mór da barra. Começou a estudar musica na sua terra natal com o professor João de Deus Costa Soares, veiu para Lisboa, onde teve por mestres Casimiro Junior e Santos Pinto. Completou o curso do Lyceu, e ainda estudou o primeiro anno de philosophia e historia sagrada em S. Vicente de Fóra. Foi depois para o seminario de Santarem, onde leccionou musica e compoz alguns trechos sacros. Não querendo seguir a carreira ecclesiastica, partiu para o Brazil, dirigindo-se logo ao Rio Grande do Sul, e ali se estabeleceu como professor de musica. Quando rebentou a guerra do Paraguay, foi para ali como representante da firma Salles de Porto Alegre, fornecedora do exercito brazileiro. Por essa occasião compoz um *Te-Deum* que se cantou sob uma verdadeira chuva de balas, expedidas das baterias inimigas, em acção de graças por ter desapparecido a epidemia da cholera-morbus, que devastava o exercito imperial. Voltou para Lisboa, e fez executar na egreja dos Paulistas, n'uma solemnidade, uma *missa a grande orchestra*. O actor José Carlos dos Santos, então empresario do theatro do Principe Real, lhe offereceu escriptura como compositor e director musical. Escreveu então a musica da peça sacra de grande espectaculo, em 4 actos, de Cesar de Lacerda, intitulada *A Harpa de Deus*, que muito agradou. Escreveu a musica da opereta em 3 actos, *Joanna do Arco*, de Alfredo Athaide, que se representou no Gymnasio, e fez grande carreira, obtendo tambem grande successo no Porto, onde depois se representou. Indo mais tarde para esta cidade, Gomes Cardim assumiu a regencia da orchestra do theatro do Principe Real, e para ali escreveu a musica da opereta em 3 actos, de Augusto Garraio, *Os argonautas*, que depois se cantou tambem no theatro do Principe Real, de Lisboa, obtendo grande exito em ambas as cidades. Ainda escreveu musica para a opera comica *E. Nordeste & C.ª*. Durante esta epoca, Gomes Cardim organisou diversas festas no antigo Passeio Publico de Lisboa e no Palacio de Crystal no Porto, fazendo n'ellas executar a grandes orchestras e bandas peças muito apreciadas da sua composição. Voltou novamente ao Brazil, onde fez cantar as suas operetas, e deu diversos concertos no Rio de Janeiro, sempre com o maior successo. Em seguida estabeleceu residencia em S. Paulo, proseguindo nos seus trabalhos musicaes. Tomou depois a direcção d'uma companhia de opereta, que foi muito festejada no Brazil, do norte ao sul. Compoz então a musica para a revista, *O Bilontra,* de Arthur de Azevedo, que se tornou muito popular. Quando esta empresa terminou, abandonou completamente o theatro, voltando a residir em S. Paulo, onde annos mais tarde foi nomeado mestre de capella da cathedral. Gomes Cardim é cavalleiro da ordem de S. Thiago, em homenagem ao seu valor artistico; possue a medalha de prata conferida ao merito, philantropia e generosidade, por salvar d'um incendio na rua de Santa Catharina, no Porto, o marçano d'uma loja e outro menor. Em Lisboa, no sitio de Campolide, tambem salvou d'outro incendio uma pobre entrevada e uma creança.

Gomes Cardoso *(D. Antonio José)*. Bispo do Angola. N. em S. Cypriano, conc. Valpaços, em 30 de novembro de 1855, fal. em Palma de Baixo a 12 de agosto de 1904. Logo em seguida á sua ordenação ecclesiastica foi escolhido para professor no collegio da Formiga, onde leccionou 6 annos, e d'ali passou para o corpo docente do seminario dos Carvalhos, pertencente á diocese do Porto. Tendo concorrido a uma vaga de conego da collegiada de Guimarães, para ella foi nomeado, e ali se conservou até novembro de 1900, sendo tambem professor do seminario-lyceu da mesma cidade. No referido anno de 1900 foi nomeado prelado de Moçambique, e sagrado bispo titular na sé de Braga, mas não chegou a ir tomar posse da sua prelazia, por ter vagado a diocese de Angola e Congo, pelo fallecimento do respectivo bispo D. Antonio Dias Ferreira. Embarcou D. Antonio José Gomes Cardoso para Angola em novembro de 1901, e começou a informar-se da situação d'aquellas vastissimas regiões, não apenas curando por meio de esclarecimentos que lhe fornecessem os conhecedores da provincia, mas percorrendo-a em visita pastoral, que lhe trouxe a enfermidade que o victimou. Esteve em todas as missões de Angola, e quando o sr. conselheiro Gorjão, ministro da marinha, foi informado de que monsenhor Gomes Cardoso fôra atacado perigosamente de febres palustres, pediu-lhe que viesse á metropole, obtendo em resposta que o dispensasse da vinda ao reino, pois desejava visitar ainda as missões do Congo. Foi em Santo Antonio do Zaire que o mal attingiu um aspecto profundamente desanimador, impossibilitando-o de permanecer por mais tempo longe da patria. N'uma carta datada de Loanda a 10 de janeiro de 1903, D. Antonio José Gomes Cardoso expunha a um amigo de Lisboa as impressões d'uma grande parte da sua visita pastoral. Já então havia percorrido, no littoral sul, Novo Redondo, Catumbella, Benguella, Mossamedes, Porto Alexandre e Bahia dos Tigres. A'cerca das condições e dos progressos de cada uma fornecia breves mais interessantes notas, que denunciavam um espirito sagaz e observador. Ao mesmo tempo manifestava a agradavel surpreza que lhe tinham causado as 8 missões e 3 freguezias do districto de Huilla, e declarava ter chegado até ao Humbe e rio Cunene, extremo da diocese n'aquelle ponto da provincia, a 100 leguas de Mossamedes. N'essa carta D. Antonio Gomes Cardoso accusava ligeiramente as causas, que segundo a sua opinião, haviam originado a revolta do Bailundo, e indicava tambem a necessidade do estabelecimento e desenvolvimento de missões portuguezas para assegurar ali a nossa soberania. Tendo resistido ás solicitações, não só do ministro da marinha, como dos seus amigos, para vir á metropole recuperar as forças perdidas, rendeu-se a novas instancias, quando reconheceu que, pelo menos, temporariamente, estava inutilisado para proseguir nos seus trabalhos de alémmar. Decidiu se afinal a vir ao reino, e embar-

cou a bordo do vapor *Cazengo*, chegando a Lisboa a 11 de junho de 1904, perigosamente enfermo, com a convicção de que se a viagem durasse um dia mais, não conseguiria desembarcar com vida. Foi hospedar-se n'um hotel, acompanhado pelo seu amigo e dedicado enfermeiro, o conego José Pereira Mendes, da sé de Loanda, e em meados de julho foi para Palma de Baixo, onde se installou em parte da alegre vivenda da *Villa Antonina*. Ao principio sentiu algumas melhoras, mas não tardou a peorar, e de dia para dia os soffrimentos se aggravaram até que na madrugada de 12 para 13 de agosto succumbiu. Por determinação formal do seu testamento, o cadaver foi transportado para a aldeia, onde nascera, para ali ser sepultado.

Gomes Cardoso *(Manuel)*. Bacharel em Direito Civil pela Universidade de Coimbra, advogado em Lisboa. Escreveu: *Informação de direito por Ruy Telles de Menezes, na causa que lhe move D. Maria de Noronha, sobre a successão do morgado da casa dos Telles*, Lisboa, 1605.

Gomes Carneiro *(Diogo)*. Secretario de D. Affonso de Portugal, marquez de Aguiar, e chronista do Brazil. N. no Rio de Janeiro a 9 de fevereiro de 1628, e fal. em Lisboa a 26 de fevereiro de 1676. Foi educado em Portugal, e parece que se formou na faculdade de Direito. Fallecendo prematuramente, nada deixou escripto com respeito ao paiz de que era chronista, mas publicou os seguintes trabalhos: *Oração apodixica aos scismaticos da Patria*, Lisboa, 1641; *Historia da guerra dos Tartaros; em que se refere como invadiram o imperio da China, e o tem quasi todo occupado*, Lisboa, 1657; é traducção do latim do P. Martim Martinez; *Historia do capuchinho escocez, escripta em toscano por monsenhor João Bautista Renuchino, principe e arcebispo de Fermo, composta na lingua portugueza; offerece-a á Sr.ª D. Iguez Antonia de Tavora*, etc., o *dr. Diogo Gomes Carneiro*, Lisboa, 1657; *Instrucção para bem crer, bem obrar, e bem pedir, em cinco tratados do P. João Eusebio Nieremberg, traduzida do castelhano, a que se juntam dois mais das regras de viver christãmente*, Lisboa, 1658.

Gomes de Carvalho *(Luiz)*. Coronel do real corpo de engenheiros, director das obras de abertura da barra de Aveiro, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. Nasceu na villa de Atalaia a 15 de abril de 1771, fal. a 17 de junho de 1826. Era filho de Bernardo Gomes de Carvalho. Por decreto de 23 de julho de 1803 foi promovido a sargento-mór do real corpo de engenheiros, por ter sido o primeiro alumno, que saiu da Academia Real de Fortificação, que pelos seus estudos tinha o direito de preferencia sobre os outros officiaes ainda de maior antiguidade. Por decreto de 3 de novembro de 1808 foi promovido tenente-coronel, tanto pelos seus serviços militares como pelos que prestou na abertura da barra de Aveiro. Foi feito coronel por decreto de 7 de julho de 1818. Collaborou no *Jornal de Coimbra*, o primeiro d'este nome. Escreveu: *Memoria sobre a restauração das barras dos portos, formadas nas fozes dos rios em geral, com applicação ao melhoramento da barra do Porto*, Lisboa; com uma planta da foz do Douro. Anda tambem no tomo IX das *Memorias da Academia*, de pag. 19 a 85. N'uma collecção de 21 plantas existentes no Museu Britannico *(Addicionaes* n.º 18:208) acha-se sob o n.º 2, uma copia, feita por um official inglez, do mappa do rio e barra nova de Aveiro, cujo original foi executado pelo tenente-coronel Luiz Gomes de Carvalho.

Gomes de Carvalho *(Manuel)*. Doutor em Leis, e lente da Universidade de Coimbra, etc. N. em Lisboa, ignorando-se as datas do nascimento e fallecimento; sabe-se, porém, que morreu no principio do reinado de D. José I. Era filho de Manuel Gomes de Carvalho e de Angela Maria. Aprendeu no collegio de Santo Antão, dos jesuitas, em Lisboa, letras humanas e Philosophia. Passou depois á Universidade, onde seguiu o curso de Jurisprudencia Cesarea, em que se doutorou em 1712, e foi admittido a collegial do collegio de S. Pedro a 24 de julho de 1713. Foi lente com igualações ás cadeiras da Instituta. Exerceu os seguintes cargos: procurador geral da Corôa, desembargador do Paço, secretario particular das rainhas D. Maria Anna d'Austria e D. Marianna Victoria, e chanceller mór do reino. No dia da acclamação d'el-rei D. José, pronunciou a seguinte oração, que depois se publicou: *Oração recitada no Auto da Acclamação do Fidelissimo Rei de Portugal D. José I, celebrada em 7 de setembro de 1750*, Lisboa, 1750.

Gomes de Carvalho *(Theotonio)*. Do conselho de D. Maria I, e do da Fazenda do ultramar; cavalleiro da ordem de Christo, licenciado em Leis pela Universidade de Coimbra, deputado e secretario da Real Junta do Commercio, director da Real Fabrica das Sedas, administrador da alfandega do Porto-Franco, e das Sete Casas, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. Não se sabe a terra da sua naturalidade, nem a data do nascimento, mas calcula-se que fôsse entre os annos de 1728 a 1732; fal. em Lisboa a 21 de setembro de 1800. Foi um dos quatro primeiros fundadores da *Arcadia Ulyssiponense* em 1756, em que tomou o nome pastoril de *Tirse Minteo*. Diz-se que foi pela sua influencia com o arcebispo de Thessalonica, D. Fr. Ignacio de S. Caetano, confessor da rainha D. Maria I, que a soberana erigiu em 1788 a Junta do Commercio em tribunal, ficando o mesmo Theotonio Gomes de Carvalho deputado, conservando tambem o logar de secretario que já exercia, e encarregado de formar os estatutos da nova organisação. Como gozava da protecção do marquez de Ponte de Lima, depois primeiro ministro, foi por este fidalgo nomeado successivamente para os cargos que ficam indicados. Escreveu: *O monumento immortal; drama allegorico, para se cantar na sala da Junta do Commercio .. por occasião da inauguração da estatua equestre d'el-rei D. José I*, Lisboa, 1775. Julga-se que foi esta a unica producção sua que se publicou em separado. Dos seus trabalhos da Arcadia só resta memoria d'algumas composições que recitava juntamente com o consocio Antonio Diniz da Cruz e Silva, em cujas obras andam, e das quaes citaremos: *Ecloga, recitada na Arcadia, em conferencia de 31 de julho de 1758;* vem no tomo II, das *Poesias* de Diniz, a pag. 122; *Ecloga, recitada na conferencia de 14 março de 1759*, por occasião das melhoras d'el-rei D. José, depois do insulto de 23 de setembro de 1758; no mesmo tomo, pag. 148; *Idyllio recitado em conferencia de 30 de setembro de 1758;* mesmo tomo, pag. 175; *Idyllio recitado na Arcadia;* idem, pag. 184; *Idyllio ou ecloga recita-*

da em 14 de março de 1759, idem 197; *Dithyrambo, cantado na sessão da Arcadia, celebrada em casa do morgado da Oliveira em 20 de janeiro de 1774*. em applauso do marquez de Pombal; vem no tomo III das *Poesias* de Antonio Diniz, pag. 57.

Gomes de Castro *(P. José Constantino)*. Cavalleiro da ordem de Christo; presbytero secular e conego da egreja cathedral da cidade de S. Luiz da provincia do Maranhão, etc. Nasceu na villa d'Alcantara, da mesma provincia. Escreveu: *Minuta historico-apologetica da conducta do bacharel Manuel Antonio Leitão Bandeira, ouvidor geral, corregedor e provedor da comarca do Maranhão pelos annos de 1785 a 1789*, etc., sem logar de impressão, 1818; *Dissertação historico-juridica sobre as pastoraes do ex.mo e rev.mo bispo do Pará D. Manuel de Almeida Carvalho; Historia resumida das perseguições de José Constantino Gomes de Castro, etc., por elle escripta e comprovada com documentos legaes*, Lisboa, 1823, de pag 27 a 34, vem publicado: *Breve discurso gratulatorio .. no dia da acclamação do sr. rei D. João VI, aos 6 de abril de 1817*, etc., que diz se imprimira no Rio de Janeiro, em 1817. Contra elle appareceu anonymo o seguinte opusculo: *Caso do conego José Constantino Gomes de Castro*. E na folha seguinte a que a primeira serve de ante-rosto, diz: *Provisão pela qual Sua Magestade Fidelissima, etc., foi servido dar as providencias que julgou necessarias, para ser excluido de advogado na capitania do Maranhão o conego José Constantino Gomes de Castro, pela sua má vida e escandalosa conducta, como em a mesma provisão se declara*, Londres, 1817.

Gomes Coelho *(Bento)*. Cavalleiro da ordem de Christo; militar e governador das ilhas de Cabo Verde. N. em Moura a 21 de março de 1687; ignora-se a data do fallecimento. Era filho do capitão de infantaria José Gomes Coelho e de D. Antonia Fragoso do Amaral. Aos 9 annos de edade assentou praça de soldado, e seguiu os postos até chegar a capitão, posto que exerceu por espaço de 26 annos, achando-se em todos os conflictos succedidos em Portugal e na Catalunha, quando se disputava a successão do throno de Hespanha. Foi eleito governador das ilhas de S. Thiago, Cabo Verde, cujo de governo exerceu durante quatro annos incompletos. Escreveu: *Milicia pratica e manejo da infantaria*, Lisboa, 1740. E' obra illustrada de numerosas figuras gravadas em cobre, nas proprias paginas do texto; além d'estas, tem mais uma estampa no 1.º tomo e 7 no 2.º, tendo tambem frontispicios gravados em chapa. E' geralmente havida por obra classica para os termos profissionaes, e cheia de noticias curiosas para o conhecimento da nossa antiga tactica e ordenança.

Gomes Coelho *(Joaquim Guilherme)*. Mais conhecido pelo pseudonymo de *Julio Diniz*, com que assignava as suas obras. Nasceu no Porto a 14 de novembro de 1839, onde tambem falleceu a 12 de setembro de 1871. Era filho de José Joaquim Gomes Coelho e de D. Anna Gomes Coelho. Frequentou as primeiras letras em Miragaya com Antonio Ventura Lopes, estudando depois latim no Porto com o padre José Henriques de Oliveira Martins, conhecido latinista, que então andava muito em voga como professor particular. Ao mesmo tempo começou a iniciar-se na lingua francez, com um seu irmão, José Joaquim Gomes Coelho, tambem de elevada intelligencia e muito estudioso, que falleceu em 1855, tendo apenas 20 annos de edade, havendo completado o curso de engenharia civil dois mezes antes da sua morte. Familiarisado com os idiomas que eram então exigidos como preparatorios para um curso superior, matriculou-se em logica nas aulas da Graça, denominação que n'esse tempo se dava ás aulas publicas do Lyceu e da Academia, reunidas no mesmo edificio, e principiou simultaneamente a estudar inglez com o professor particular Narciso José de Moraes Junior. Aos 14 annos de edade, em 1853, matriculou-se na Academia Polytechnica, nas aulas de chimica e primeiro anno de Mathematica. N'esta epoca começou a cultivar amizade com o poeta portuense, tambem já fallecido, Soares de Passos, e da sua convivencia com tão distincto engenho, nasceu esse amor de poesia, esse enthusiasmo pelas letras, de que veiu a dar eloquente testemunho poucos annos depois. De 1854 a 1855 frequentou as aulas do segundo anno de Mathematica e Physica, e no anno lectivo seguinte, 1855 e 1856, cursou botanica e zoologia. Em todas as disciplinas que frequentou, obteve sempre classificações honrosas e *accessits*. N'esta epoca soffreu o profundo desgosto da morte de seus dois irmãos José e Guilherme, ambos tuberculosos, doença hereditaria a que elle mais tarde deveria succumbir, porque a mãe era tuberculosa. Em 1856 entrou Joaquim Guilherme Gomes Coelho na Escola Medico-Cirurgica, seguindo todo o curso com notavel distincção; defendeu these em 1861, a qual n'esse anno publicou, e tem por titulo: *Da importancia dos estudos metereologicos para a medicina, e especialmente de suas applicações ao ramo operatorio*. No segundo anno do curso medico teve uma hemoptyse ligeira, golfando sangue em pequena quantidade. Apezar d'este triste prenuncio e da morte recente de seus irmãos, não esmoreceu na assiduidade com que se entregava ás noites ao estudo, mas repassou-lhe a alma d'aquella suave melancholia, que se nota nos seus versos e em muitas das paginas dos seus romances. Em 1858 compoz um romancinho, intitulado *Justiça de sua magestade*, e em 1860 uns versos, que sairam na *Grinalda*, jornal de poesias que então sa publicava no Porto, adoptando desde logo o pseudonymo de *Julio Diniz*. Na *Grinalda* continuaram a apparecer versos, e no *Jornal do Porto* appareceram em folhetins de 1862 a 1864, uns pequenos romances, que mais tarde colleccionou em volume, com o titulo de *Serões da provincia*. Nos primeiros tempos ninguem sabia quem era o poeta e romancista, que revelava tanto talento, e attrahia as attenções do publico illustrado, que se occultava sob aquelle nome, e tambem com o de *Diana de Avelleda*, com que assignou alguns escriptos. Graduado em medicina, podia exercer clinica' tinha, porém, uma certa repugancia natural, e conhecia, além d'isso, que a falta de saude lh'o não permittia, Tentou entrar no professorado, por ser vida menos trabalhosa e menos activa. Em abril de 1863 pôz-se a concurso o logar de demonstrador da secção medica na Escola do Porto. Gomes Coelho apresentou-se como candidato. A vontade era de ferro, queria, mas as forças faltaram-lhe, porque poucas horas depois de haver tirado ponto, viu-se obrigado a desistir do

concurso, em consequencia d'um violento ataque de sangue, segundo prenuncio de morte em constituição tão fragil. Então, a instancias do pae, foi passar alguns mezes em Ovar, em casa d'uma tia ali residente, e foi n'este descanço que começou a escrever o romance as *Pupillas do senhor reitor*, que só em maio de 1866 começou a publicar se em folhetins no *Jornal do Porto*. Já em 1862 havia escripto o romance *Uma familia de inglezes*, cujo titulo mais tarde mudou para *Uma familia ingleza*. No *Jornal do Porto* publicaram-se em primeira edição todos os romances de Julio Diniz. Em maio de 1864 sairam dois folhetins, com o titulo de *Cartas ao redactor do Jornal do Porto, ácerca de varias cousas*, rubricadas com o pseudonymo, já citado, de *Diana de Avelleda*. Com este pseudonymo appareceram ainda, no jornal litterario *Mocidade*, umas *Cartas á vontade, a Cecilia*. O romance *As Pupillas do senhor reitor* não estava completo, quando o autor regressou ao Porto, e a causa de só se começar a publicar em 1866 foi o ter Gomes Coelho de se preparar para concorrer pela segunda vez, em janeiro do 1864, ao logar de demonstrador da secção medica da Escola. No anno seguinte, em 1865, apresentou-se candidato pela terceira vez, e n'esse mesmo anno foi despachado. Por decreto de 27 de julho de 1867 foi promovido a lente substituto da mesma secção, e por decreto de 27 de agosto do mesmo anno recebeu a nomeação de secretario e bibliothecario da referida Escola. Em outubro ainda de 1867 publicaram-se *As pupillas do senhor reitor*, e o primeiro volume que se brochou, offereceu-o Julio Diniz a seu primo e amigo José Joaquim Pinto Coelho, como brinde natalicio em 20 de outubro, sendo esta uma das mais intimas festas de familia a que não costumava faltar. O romance causou no publico a maior surpreza, pois só fôra conhecido pelos leitores do *Jornal do Porto*. Era na realidade um escriptor de primeira ordem esse romancista, que apresentava modestamente o seu valioso livro sem ser precedido de prefacios, nem annunciado com reclamos. O romance teve um brilhante exito; a edição de 1867 esgotou-se rapidamente; em 1868 fez-se segunda, em 1869 a terceira, em 1875 a quarta e em 1883 a quinta. Além d'estas cinco, ha tres edições no Rio de Janeiro, e duas na Allemanha. Na *Revue des chefs d'œuvre (anciens et modernes)*, tomo IV, fasciculo de dezembro de 1883, sairam em francez umas *chansons populaires portugaises*, em que o conde de S. Mamede, addido á legação de Portugal, traduziu as quatro poesias que andam intercaladas no romance. Ernesto Biester pediu-lhe autorisação para extrahir um drama d'este romance, a que Julio Diniz accedeu, mas contrafeito pela sua excessiva modestia. O drama tem 5 actos e o mesmo titulo do romance; representou-se no theatro da Trindade em 21 de março de 1868, depois no Porto e no Rio de Janeiro, onde se imprimiu em 1871. Das *Pupillas do senhor reitor*, está actualmente (1907) a empreza *A Editora* fazendo uma edição illustrada, em grande formato. Julio Diniz veiu a Lisboa para assistir incognito á primeira representação do drama, mas não lhe valeu esse recato, porque sendo conhecido e denunciado, vieram buscal-o á platéa, e teve de comparecer no palco, para ali receber os enthusiasticos applausos d'um publico, que verdadeiramente o estimava.

Em 1868 appareceu o romance, *Morgadinha dos cannaviaes*, em 2 volumes, tendo segunda edição em 1872, terceira em 1876, quarta em 1884, e tambem duas edições no Brazil. O fallecido escriptor Baptista Machado extrahiu um drama em 5 actos d'este romance, que se representou no theatro de D. Maria II. No referido anno de 1868 publicou-se outro romance, *Uma familia ingleza, scenas da vida do Porto*, que se publicára primeiro em folhetins no *Jornal do Porto*, com o titulo, que já citámos, de *Uma familia de inglezes*. A segunda edição é de 1870, a terceira de 1875, e a quarta de 1885. Em 1870 sairam os *Serões da provincia*, em que já se falou, comprehendendo os seguintes contos: *As apprehensões d'uma mãe, O espolio do sr. Cypriano, Os novellos*

Joaquim Gomes Coelho

da tia Philomella, Uma flôr entre o gelo e *Impressões do campo*; no mesmo anno saiu uma edição no Rio de Janeiro. *Os Serões da provincia* fôram reimpressos no Porto em 1873 e em 1879, vindo augmentados n'esta ultima edição com o pequeno romance *Justiça de sua magestade*, que fôra a sua estreia litteraria, e que não tinha figurado nas edições antecedentes. Este volume foi o ultimo trabalho de Julio Diniz, que se publicou em sua vida. No entretanto a terrivel enfermidade de Gomes Coelho proseguia implacavel; o outomno de 1868 foi tormentoso; em novembro teve uma pneumo-hemorrhagia mais violenta do que nunca, e em janeiro de 1869 veiu a Lisboa passar o inverno, esperando encontrar alguns allivios na capital, mas a medicina aconselhou-lhe a ilha da Madeira, e para ali foi, saindo o Tejo em 5 de fevereiro. Regressou ao Porto em maio, vindo relativamente muito melhor. Conservou-se n'esta cidade, tomando parte nos trabalhos escolares, e nos principios de outubro veiu para Lis-

boa, embarcando para a Madeira a 15 do mesmo mez, voltando em maio de 1870; tornou a embarcar para a Madeira nos primeiros dias de outubro, voltando ao Porto em maio de 1871 gravemente doente. Durante as tres epocas que se demorou na ilha, escreveu o seu ultimo romance, *Os fidalgos da casa mourisca*, alternando, nas duas ultimas, os seus trabalhos com estudos de economia politica. O fatal desenlace não se fez demorar, e na madrugada de 12 de setembro, conforme dissémos, falleceu, contando apenas 32 annos de edade. A sua morte foi muito sentida, e toda a imprensa periodica lhe prestou a mais commovida homenagem. Entre os artigos necrologicos mencionaremos os seguintes: *Commercio do Porto*, de 14 de setembro, artigo de Antonio Teixeira de Macedo; *Correspondencia de Portugal*, transcripto na *Gazeta do Povo*, de 5 de outubro; *Jornal do Porto*, de 13 de setembro, artigo de Sousa Viterbo; *Diario Popular*, de 14 de setembro, etc. Para a sua biographia póde vêr-se o *Almanach de Lembranças para 1876*, artigo de Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, acompanhado de retrato; *Esboço biographico*, por Alberto Pimentel, impresso no Porto em 1872; tambem vem na edição dos *Fidalgos da casa mourisca*, precedendo o romance; *Museu Illustrado*, do Porto, n.º 1 do vol. II, 1879; biographia com retrato. *Os fidalgos da casa mourisca* havia Julio Diniz deixado prompto para a impressão, e fez-se uma edição posthuma ainda em 1871, em 2 volumes, que teve um enorme successo. Em 1872 fez-se a segunda edição, e em 1877 a terceira. D'este romance extraiu Carlos Borges um drama, que se representou em Lisboa, nos theatros de D. Maria II e Gymnasio, e depois no Porto. Em 1874 appareceu finalmente o volume de *Poesias*, que teve outra edição em 1880. Os seus romances são chronicas de aldeia, como elle proprio as denominava, e fôram calorosamente apreciados pela imprensa. D'um dos seus biographos transcrevemos o seguinte: «Lêde os seus romances e dizei se ha quadros mais suaves, mais moralisadores, que mais consolem e que mais falem á alma? Percorrei um a um os personagens que põe em acção, e vereis que nenhum é disforme, nenhum é hediondo, nenhum escandalisa pelos seus actos, nem pelos seus crimes, mas todos convergem para o bem. Reparae na galeria dos typos femininos, e convencer-vosheis de que elle se aprazia em enfeital-os com as qualidades que mais ambicionava para a mulher dos seus sonhos de poeta, se lhe estivesse reservada a felicidade de a encontrar no mundo.»

Gomes Correia *(José)*. Era discipulo da aula de fortificação da côrte, quando em 1710 foi nomeado capitão engenheiro das ilhas de cabo Verde. A carta de nomeação tem a data de 11 de agosto e diz que lhe fôra feita esta mercê em attenção aos seus conhecimentos mathematicos, segundo informações do professor Domingos Vieira. Não sobreviveu muitos annos á sua nomeação, porque em 1716 era nomeado para o substituir, por ter fallecido, Christovão Martins Figueira.

Gomes da Costa *(Francisco)*. Vigario parochial da egreja de Santa Maria de Alcaçova Era natural de Montemór-o-Velho, sendo filho de Antonio Gomes da Costa e de Francisca Rodrigues. Foi commissario do Santo Officio. Escreveu. *Enchiridion de advertencias para os penitentes e confessores, e de ajudar a bem morrer*, Coimbra, 1712.

Gomes da Costa *(Francisco de Paula)*. Coronel d'artilharia. Nasceu em Lisboa a 24 de março de 1846; assentou praça em 5 de agosto de 1863, sendo promovido a alferes em 12 de janeiro de 1870, a tenente em 31 de janeiro de 1872, a capitão em 1 de março de 1876, a major em 12 de setembro de 1888; a tenente-coronel em 3 de abril de 1893, e a coronel em 25 de outubro de 1900. Tinha o curso das escolas Polytechnica e do Exercito, e foi antigo instructor n'este ultimo estabelecimento scientifico. E' commendador, official e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, e tem as medalhas de prata de bons serviços e de comportamento exemplar. Escreveu: *3.ª cadeira. Fortificação improvisada, trincheiras e espaldões abrigos e organisação defensiva dos campos de batalha. Apontamentos das lições em* 1881.

Gomes da Costa (*Luiz Frederico Bivar)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, juiz de direito em differentes comarcas, par do reino, deputado, presidente da camara dos pares e da dos deputados, presidente da Relação de Lisboa, conselheiro de Estado, etc. N. em Faro, e fal. na Praia da Rocha, a pouca distancia de V. N. de Portimão, em 9 de setembro de 1904. Cursou os preparatorios em Faro, e foi depois matricular-se na Universidade na faculdade de Direito, em que se formou em 1851. Foi nomeado delegado do ministerio publico em Tavira a 20 de abril de 1853, d'onde teve transferencia para Faro em 8 de junho do referido anno, e d'ahi novamente para Tavira em 13 de agosto de 1856. Nomeado juiz de direito na ilha de S. Jorge por decreto de 9 de julho de 1862, foi transferido para a comarca de Macedo de Cavalleiros, por decreto de 29 de março de 1865; declarado sem effeito este decreto, sendo transferido para a comarca de Porto de Moz por decreto de 11 de maio do mesmo anno. Filiando-se no partido regenerador, foi eleito deputado em 5 de dezembro de 1865, deixando então as suas funcções de juiz, que reassumiu em 1 de julho de 1866 Foi promovido a juiz de segunda classe, nomeado parz a comarca de Loulé, por decreto de 19 de julho de 1866, tomando posse em 10 de agosto seguinte. Sendo promovido a juiz de primeira classe, teve a nomeação para Evora, em 23 de dezembro de 1872, tomando posse em 10 de fevereiro de 1873. Foi transferido para Silves por decreto de 10 de julho d'esse anno. Em 18 de abril de 1876 a camara dos deputados o nomeou para fazer parte da commissão encarregada da reforma da divisão judicial do ultramar. Por decreto de 17 de agosto ainda d'este anno, lhe foi concedido o terço a mais do ordenado contado do primeiro de junho antecedente. Transferido por ter completado o sexennio para a 6.ª vara de Lisboa. por decreto de 24 de fevereiro de 1879. Sendo promovido a juiz de 2.ª instancia foi nomeado para a Relação dos Açôres por decreto de 12 de outubro de 1882, e transferido depois, a seu pedido, para a Relação de Lisboa, por decreto de 21 de junho 1883 O decreto de 24 de abril de 1890 o nomeou vogal da commissão da reforma judiciaria. Foi vice-presidente da Relação de Lisboa, por decreto de 24 de dezembro de 1893, de que prestou juramento no dia 3 de janeiro de 1894, e tomou posse em 13 do referido mez e an-

no. Foi nomeado presidente da mesma Relação, por decreto de 16 de junho; prestou juramento em 20, e tomou posse em 25 do referido mez, ainda em 1894. A sua vida parlamentar foi muito longa. A primeira legislatura, em que saiu eleito deputado, começou em 30 de julho de 1865 e terminou em 14 de janeiro de 1868; e depois de 1875 a 1885, tendo sido presidente da camara electiva desde 1882 a 1885. N'este anno foi eleito membro da camara dos pares, pelos collegios districtaes do Porto e de Santarem, optando pela representação do primeiro, e tomando posse em 11 de fevereiro de 1886. Em 30 de julho de 1890 foi nomeado par do reino vitalicio, logar de que tomou posse em 7 de agosto seguinte, e exerceu as funcções da camara alta desde 27 de setembro de 1894 até 1897, em que se demittiu o ministerio regenerador, e novamente, de 29 de dezembro de 1901 até 1904, anno em que falleceu. Luiz Bivar foi agraciado com a carta de conselho, por decreto de 28 de julho de 1894; nomeado commendador e elevado juntamente á dignidade de gran-cruz da ordem de Christo, por decreto de 1 de janeiro de 1895; nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, por decreto de 8 de novembro de 1900. Em 13 de março de 1902 foi nomeado membro do conselho de Estado, e em 1903 agraciado com a gran-cruz da ordem da Torre e Espada. O conselheiro Luiz Bivar deixou o seu nome vinculado aos annaes parlamentares pela fórma sempre correcta e imparcial como exerceu a alta magistratura presidencial, tanto n'uma como na outra camara. Falleceu com mais de 80 annos de edade.

Gomes da Costa *(Manuel de Oliveira)*. Capitão de infantaria, capitão-mór do Mossuril, etc. Nasceu em 14 de janeiro de 1863. Assentou praça em 8 de novembro de 1880. Tem o curso das escolas Polytechnica e do Exercito, que concluiu com distincção em 1883, sendo promovido a alferes em 9 de janeiro de 1884, e a tenente em 7 de novembro de 1889. N'este posto exerceu por algum tempo o cargo de commandante do posto fiscal da Ericeira. Foi promovido a capitão em 20 de janeiro de 1898. Serviu no Estado da India em 1893 como ajudante de campo do governador geral, o conselheiro Raphael Lopes de Andrade. Além de outras commissões que tem desempenhado, fez parte da que teve o encargo da organisação das fôrças da India, em 1894, pelo que foi louvado, e n'este anno começou a exercer o cargo de administrador do concelho de Gôa, em que prestou relevantes serviços, especialmente á cidade de Nova Gôa, tanto no que diz respeito no seu aformoseamento, como ao seu estado hygienico. Em 1895 fez parte da commissão permanente da arte e archeologia da India. O nome d'este official está ligado a cada uma das campanhas coloniaes, em que distinctamente tem entrado, revelando sempre qualidades de commando extraordinarias. Em 1895, quando rebentou a revolta dos ranes, foi nomeado commandante da columna de operações em Satary. Entrou no combate de Gutnen, onde ficou ferido, e no de Acceleigacete. Em Moçambique, nas campanhas dos namarraes de 1896 e 1897 assistiu aos combates de Mujinga, de Ibrahimo e Naguema. No relatorio da expedição contra os namarraes, disse Mousinho d'Albuquerque, referindo-se ao valente militar: «Este official não só se portou d'uma maneira brilhante no combate de Mujinga, onde revelou verdadeiro criterio na disposição com que collocou os postos avançados de atiradores, e muita firmeza e sangue frio na guarda da retaguarda durante a retirada, mas pela maneira como soube incutir respeito e submissão nos povos do Mossuril, Ampapa, Ampocuse e Cabacciras, no curto praso de cinco mezes; pelo modo como organisou e commandou os auxiliares durante as operações de pequena guerra, desde dezembro de 1896 até março de 1897, revelou qualidades de militar a um ponto que não é vulgar attingir e difficilimo exceder.» Na insurreição de 1897 em Gaza bateu-se nos combates de Macontene e na surpreza de Mapulanguene; depois no Humbe, portou-se com a sua costumada bravura, no recontro de Naloéque. O sr. capitão Gomes da Costa prestou á provincia de Moçambique o seu valioso auxilio em todos os serviços que se organisaram depois da quéda do Gungunhana, sendo em 1899 nomeado commandante das columnas de operações no Nyassa. Na campanha de 1904 contra os cuanhamas, commandou o reconhecimento effeituado na ante-vespera do desastre de Cunene, em que obteve o melhor exito. Terminada a campanha foi nomeado chefe do concelho de Humbe. Governou o districto de Gaza pouco depois d'elle se ter creado, e em julho de 1906 foi nomeado capitão-mór do Mossuril. O sr. capitão Gomes da Costa é tambem um distincto pintor amador, e n'esta qualidade, quando esteve na India, reformou os retratos de todos os governadores e vice-reis que tem governado aquelles estados, existentes no palacio do governo. E' official da ordem da Torre e Espada, cavalleiro da de S. Bento de Aviz, e tem as medalhas de prata, de valor militar, de bons serviços, de comportamento exemplar, de serviços no ultramar, para commemorar a expedição a Moçambique 1894-1895, para commemorar a expedição da India em 1895, e para commemorar as operações em Gaza em 1897. Escreveu: *Guia militar compilada para a execução das «Instrucções theorico-praticas nos corpos de infantaria»*, Lisboa, 1887; *Methodo para a instrucção individual e do grupo*, Figueira da Foz; *Programma para os exames de primeiro cabo da guarda fiscal em harmonia com o regulamento de 15 de novembro de 1888;* Coimbra, 1888; fez-se segunda edição em 1889; *Programma para os exames do posto de segundo sargento da guarda fiscal em harmonia, etc.*, Coimbra, 1889; *Programma para os exames do posto de primeiro sargento da guarda fiscal em harmonia, etc.*, Coimbra, 1889; *Gaza (1897-1898)*, monographia.

Gomes da Costa *(P. Paulo Francisco)*. Presbytero, parocho encommendado na freg. de S. Lourenço, de Carnide. Escreveu: *Discurso que na eleição parochial em o dia 10 de dezembro de 1820 recitou na freguezia de S. Lourenço de Carnide e Luz, etc.*, Lisboa, 1820; *Discurso instructivo recitado no domingo da resurreição de Jesus Christo, aos seus parochianos; dedicado ao Soberano Congresso das Côrtes*, etc., Lisboa, 1821; *Oração recitada em 6 de maio de 1821, na acção de graças que ao céo offertou a freguezia de S. Lourenço de Carnide pelo complemento das felicidades da nação, dedicado ao ex.mo principe real o sr. D. Pedro de Alcantara*, Lisboa, 1821; *Novena de Nossa Senhora da Luz, dedicada e offerecida ao fidelissimo rei D. João VI*, Lisboa, 1817; de pag. I a x,

vem: *Noticia abreviada da milagrosa apparição da imagem de Nossa Senhora da Luz; Oração que recitou na egreja de Santa Maria de Alcaçova, em Santarem, no acto da posse da sua conezia*, Lisboa, 1825; *Oração gratulatoria, que na acção de graças que ao céo rendeu a freguezia de S. Romão de Carnaxide, e Luz pela feliz chegada de S. Magestade Fidelissima recitou o seu actual parocho... offerecida e dedicada ao grande rei o sr. D. João VI*, Lisboa, 1821; *Despedida pastoral que fez aos seus parochianos da Luz e Carnide o seu prior encommendado..., dedicado e offerecido ao amavel, pio e augusto soberano o senhor D. João VI*, Lisboa, 1824.

Gomes da Costa *(Thomaz)*. Ecclesiastico muito douto em Theologia Moral, e na pratica das ceremonias religiosas. Era natural de Lisboa, e foi abbade da egreja de S. Mamede, de Guide, e depois da de Sobreiro, ambas do bispado de Miranda. Escreveu um *Cerimonial da Semana Santa*, que se imprimiu em 1740. Deixou em manuscripto: *Obrigações do parocho*.

Gomes da Costa (*Torquato Elias*). Tenente-coronel de artilharia, lente da 4.ª cadeira da Escola do Exercito, cavalleiro da ordem de Aviz, e condecorado com a medalha das campanhas da Liberdade, algarismo n.º 2. N. em Lisboa a 17 de abril de 1818, fal. na mesma cidade a 27 de maio de 1880. Escreveu: *Artilharia*: *curso de 1860-1861*, Lisboa, 1860; era destinado aos alumnos da antiga 3.ª cadeira da Escola do Exercito (organisação de 1837); *Curso de machinas*, Lisboa 1865; destinado aos alumnos da 6.ª cadeira; *Apontamentos sobre bôccas de fogo raiadas e systemas de estriamento e typos de bôccas de fogo em uso e em estudo*, Lisboa, 1866; *Curso de fortificação passageira*, Lisboa, 1867; com 10 estampas; destinado aos alumnos da 3.ª cadeira da Escola (organisação de 1863); *Curso de fortificação subterranea professada no anno lectivo de 1868-1869*, Lisboa, 1868; *Escola do Exercito 4.ª cadeira, 1.ª parte*: *theoria mechanica da polvora*, Lisboa, 1877; *3.ª parte, Balistica interna e sua applicação*, Lisboa, 1877; *4.ª parte; Balistica externa e penetração*, Lisboa, 1877; Não se publicou a 2.ª parte. Deixou, e dizem que existe na Bibliotheca da Escola do Exercito, um *Relatorio da visita á Hespanha, á França, á Belgica, e especialmente á exposição de Paris em 1867*.

Gomes da Cruz *(José)*. Cavalleiro professo da ordem de Christo; bacharel em Direito Canonico pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Lisboa em dezembro de 1683; ignora-se a data da sua morte, mas ainda vivia em 1761. Era filho de Manuel Gomes da Cruz e de Catharina Rodrigues Palaura. Aprendeu a lingua latina aos 9 annos de edade, e estudou um anno Philosophia no collegio dos jesuitas, de Santo Antão. Aos 15 annos matriculou-se na Universidade seguindo o curso de Direito Canonico, em que recebeu o grau de bacharel. Aos 19 annos foi despachado juiz de fóra de Cezimbra, Barreiro e Azeitão, d'onde passou a juiz dos orphãos do Bairro Alto de Lisboa, superintendente das decimas, e depois do quatro e meio por cento, em cujos logares se conservou durante 18 annos. Findo este praso resolveu trocar a vida de juiz pela de advogado, e estabeleceu-se em Lisboa, exercendo este cargo por mais de 40 annos, grangeando grande fama como jurisconsulto, sendo tambem muito respeitado pela sua erudição. A Academia Real da Historia Portugueza o elegeu seu socio em 1733, e n'esta qualidade o encarregou de continuar as *Memorias ecclesiasticas do bispado da Guarda*, começadas pelo seu antecessor Manuel Pereira da Silva Leal; não consta, porém, que chegasse a cumprir esta incumbencia. Na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. II, pag. 859 e 860, vol. IV, pag. 211, e no *Diccionario Bibliographico*, de Innocencio da Silva, vol. IV, pag. 361 e 362, vem uma extensa relação de *Allegações* e outros trabalhos juridicos sobre differentes processos e demandas. Escreveu mais: *Oração em que congratulou a Academia Real de estar feito seu collega*; sem logar nem anno de impressão; *Elogio de Martinho de Mendonça de Proença Homem de Pina;* tambem sem logar nem anno de impressão; *Elogio funebre de Manuel de Azevedo Fortes, engenheiro-mór do reino*, etc., Lisboa, 1754; *Dialogo apologetico, moral e critico, ornado para instrucção do ministro principiante, que deseja salvar-se no officio nobilissimo e excellente de julgar, que é o mais perfeito, meritorio de todos os empregos politicos, se se exercitar com perfeição. Mandado imprimir pelo seu autor, pelas razões com que se justifica no primeiro prologo*, Lisboa, 1761.

Gomes Ferreira *(Delfim)*. Escriptor e jornalista. N. em Coimbra a 16 de dezembro de 1860, fal. em janeiro de 1897. Era filho de José Gomes Ferreira, marceneiro. Estudou instrucção primaria, e o pae dedicou-o ao seu officio. Delfim Gomes, porém, aos 12 annos já revelava notavel intelligencia, e sentiu-se com mais vocação para as letras do que para a marcenaria. Entrou pouco depois como aprendiz para a typographia da Universidade, onde se conservou até fallecer. Estudava constantemente, e possuia uma instructiva livraria. Fundou os jornaes: *A Instrucção*, *O Caloiro*, *Besouro*, *Vespa*, *Cacholetas*, *Cartão de visita*, *Mestre* e *Operario;* estes dois ultimos publicaram-se na Figueira da Foz, onde Delfim Gomes esteve algum tempo como typographo. Com o titulo de *Bibliotheca social* publicou varios pamphletos de propaganda democratica, varios folhetins em favor dos typographos da imprensa da Universidade, e diversas polemicas avulsas, e por ultimo dois pequenos volumes de critica bibliographica, intitulados: *Bibliographia Antheriana*, *notas ao ensaio do sr. Joaquim de Araujo* e *Defeza d'algumas notas impugnadas pelo sr. Joaquim de Araujo*. Tambem instituiu o Atheneu Popular, de Coimbra. Collaborou na *Officina Graphica*, *Jornal do Commercio*, *Tribuno popular*, *Districto de Coimbra*, *Branco e Negro*, *Mala da Europa*, etc. Foi correspondente em Coimbra, do *Seculo*, *Primeiro de Janeiro* e *Gazeta da Figueira*, e as suas correspondencias eram sempre apreciadas.

Gomes de Figueiredo *(Pedro)*. Era capitão de infantaria em Lisboa, com exercicio de engenheiro, quando foi nomeado tenente do mestre de campo general de infantaria com o mesmo exercicio para ir servir na Nova Colonia do Sacramento, em substituição de José Vieira, que tinha fallecido. A carta da nomeação tem a data de 28 de abril de 1723. Prestou ali importantes serviços durante 26 annos e 11 mezes, tornando-se notavel pelo seu prestimo e actividade. Em 23 de março de 1743 foi promovido a mestre de campo com exercicio de engenheiro.

Gomes da Guerra *(Isidoro).* Empregado n'uma das secretarias de Estado; commendador de duas ordens militares, e funccionario da confiança do conde de Bomfim, que sempre o protegeu. N. em Lisboa em 1800, e falleceu pouco depois do anno de 1850. Escreveu: *Catalogo das ascensões rectas e declinações das estrellas susceptiveis de occultação pela lua, calculadas para o 1.º de janeiro de 1832*, Lisboa, 1831; *Tratado dos pesos e medidas da Asia, Africa, America e Oceania, reduzidas ao peso e medida de Portugal*, Lisboa, 1837; *Tratado de cambios*, Lisboa, 1837.

Gomes da Ilha *(João).* Pagem do infante D. Henrique e poeta, casado com Guiomar Ferreira, filha de Gonçalo Ayres Ferreira, companheiro de Gonçalves Zarco. Era natural, ou pelo menos, residente na ilha da Madeira. No *Cancioneiro* de Garcia de Rezende acham-se alguns dos seus versos, a fol. 68 v. e seguintes.

Gomes Leal *(Antonio Duarte).* Escriptor e poeta contemporaneo. N. em Lisboa em 1849, sendo filho d'um antigo empregado da Alfandega d'esta cidade. Desde muito novo mostrou as maiores tendencias para a litteratura, que seu pae procurava combater. Gomes Leal escrevia versos em que se notavam lampejos d'um grande talento original; mandava-os ás escondidas do pae para os jornaes que logo os publicavam, e que lhe valiam sympathias litterarias dos estranhos, e longos arrasoados paternaes, quando por acaso o pae lh'os surprehendia. Afinal, vendo que não havia meio de vencer a vocação litteraria do filho, deixou-se de o apoquentar, e Gomes Leal lançou-se no movimento litterario moderno, tomando logo um logar importante. O ultimo esforço do pae, para o afastar da litteratura, foi empregal o como escrevente no escriptorio do antigo tabellião Scola. No meio dos seus trabalhos, a phantasia afastava o para a poesia, e muitas vezes abandonava o escriptorio, até que por fim o abandonou completamente para se entregar de coração aos seus trabalhos poeticos. As suas primeiras composições em prosa e verso, publicaram-se em pequenas revistas criticas, de curta vida, como o *Bastidor*, e nos almanachs, como o *Almanach Taborda*. Depois escreveu folhetins na *Gazeta de Portugal*, *Revolução de setembro*, *Diario de Noticias*. Na collecção dos *Brindes* d'este jornal publicou: *Historia de um casamento triste*, *O Espelho da marqueza*, *A peste negra*. Collaborou em diversos jornaes litterarios e criticos, como o *Espectro de Juvenal*, etc. Distinguem se pelo relevo impressivo, varios artigos de suggestão esthetica, insertos na *Tribuna*, jornal de Ferrer Farol, e na *Renascença*, de Joaquim de Araujo. Publicou um opusculo de polemica politica, intitulado *A orgia*. Quando se apresentou no parlamento o tratado de Lourenço Marques, negociado em Inglaterra pelo fallecido estadista João de Andrade Corvo, Gomes Leal, acompanhando as manifestações democraticas contra esse tratado, escreveu uma carta em verso, dirigida a el-rei D. Luiz, com o titulo de *A traição*. Esta vehemente poesia causou profunda impressão no paiz, e Gomes Leal foi arbitrariamente preso, sem culpa formada. Em seguida escreveu outra carta, *O Herege*, que dirigiu á rainha senhora D. Maria Pia, e ainda outra, denominada *O Renegado*, a Antonio Rodrigues Sampaio, então presidente do conselho de ministros, e protestando contra uma nova lei de imprensa. Publicou depois outra carta, em 1889, dirigida ao imperador do Brazil, D. Pedro II, *Protesto de alguem*, e um folheto, *Kruger e a Hollanda*, em 1901. N'um volume, offerecido ao dr. Campos Salles, *Fim de um mundo*, encontram-se as satyras modernas de Gomes Leal; o antigo protesto contra a lei do recrutamento, *Tributo de sangue*, que desde 1881 estava esgotado. São tambem de Gomes Leal umas apreciações criticas como preambulo de diversas obras, acompanhando as respectivas edições, como o prefacio do volume de versos da poetisa portuense, D. Clorinda de Macedo, *Sombras*; e sobre a *Esthetica do Mysterio*, que precede o *Poema de um morto*, de Guilherme de Santa Rita. Em 1877 publicou um poemeto, *A' morte de Alexandre Herculano*, e em 1880 o poemeto *A fome de Camões*, por occasião de se commemorar o terceiro centenario do poeta. Em 1875 havia publicado *As Claridades do Sul*, que se compõe de 6 partes: *Inspirações do sol*, *Realidades*, *Carteira d'um phantasista*, *Mysticismo*, *Humorismo e Ruinas*. Em 1901 appareceu a segunda edição, revista e augmentada, trazendo além d'outras poesias até então inéditas, *A morte do athleta* que se fizera no Porto uma edição especial, que não foi posta á venda. Em 1902 publicou em Lisboa o poema *A mulher de luto*, seguido d'uma extensa e erudita nota em prosa sobre *A sobrevivencia do amor*. Em 1884, tambem fazia acompanhar d'uma importante nota em prosa o seu poema *O anti-Christo*, vasta composição phisolophica, dedicada a Eduardo Hartmann. A sua *Historia de Jesus para as creancinhas lerem*, que appareceu em 1883, está escripta n'um tom simples e facil muito apreciado. Em 1907 publicou *O Mephistopheles em Lisboa*.

Gomes Leal *(Manuel).* Pharmaceutico, que escreveu e publicou em Lisboa, em 1705, o seguinte livro: *Tratado do Rego do Antimonio, ou calix chimico, com as experiencias dos mais insignes autores que d'elle usaram e escreveram. Propõe-se tambem a advertencia que deve haver nas aguas communs distiladas*, etc.

Gomes de Lima *(Manuel).* Cirurgião academico anatomico da Real Academia de Madrid, e socio da Real Academia de Sciencias de Sevilha. N. na freguezia de Santa Maria de Arcozello, termo de Ponte do Lima, a 4 de janeiro de 1727; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de João Gomes e de Rosa da Silva. Depois de aprender a lingua latina e estudar Philosophia, dedicou-se á arte de cirurgia, em que teve por escola os hospitaes de Vianna do Castello e o de Todos os Santos, de Lisboa, estudando não só com professores nacionaes, mas com os afamados cirurgiões inglezes Nicols e Werton. Instituiu no Porto uma Academia Cirurgica á imitação das que existiam nas côrtes da Europa, o que conseguiu, depois de vencer alguns obstaculos, e de qual foi secretario. O collegio real de S. Fernando, de Madrid, o elegeu para seu collega, dispensando-lhe as maiores distincções: Escreveu: *Zoziaco Lusitanico, - Delphico, Anatomico, Botanico, Cirurgico, Chimico, Dentrologico*, etc., *anno de 1749, mez de janeiro: obra da Academia dos Escondidos da cidade do Porto;* é uma oração academica com que se deu principio á Academia Cirurgica; foi impressa no Porto, mas sem declarar o anno da impressão; *Ecphasis Cirurgica sobre la suppura-*

ci n, ó *Empyema*, etc., esta dissertação, que fez por ordem do Collegio Real de Madrid, saiu impressa com outras obras do mesmo collegio; *Receptuario Lusitano Chimico Pharmaceutico, Medico e Cirurgico, ou formulario de ensinar a receitar em todas as enfermidades que assaltam o corpo humano*, etc., Porto, 1749, 3 tomos; *O Cirurgião instruido; em que se expendem todos os instrumentos, e operações cirurgicas modernamente descriptas*. 2 tomos; *Panegyrico do Real Collegio Cirurgico Matritense sobre a benigna acção d'el-rei catholico D. Fernando VI, o proteger e nobilitar*, Madrid, 1748; *Reflexões criticas sobre os escriptores cirurgicos de Portugal*, Salamanca, 1750; *O praticante do hospital convencido, Dialogo cirurgico sobre a inflammação, fundado nas doutrinas anatomicas e mechanicas experimentaes*. Porto, 1736 Deixou manuscripta: *Historia chronologica, e critica da Cirurgia, desde o principio do mundo até ao presente*.

Gomes Lourenço (*Antonio*). Cavalleiro da ordem de Christo; cirurgião e professor de cirurgia no Hospital Real de Todos os Santos, etc. Era natural de Monte de Lobos, da freguezia de S. Gens, de Palla, termo da villa de Mortagoa, fal. em 1800. Seus paes foram Marcos Gomes e Maria Gomes Estudou em Lisboa cirurgia e anatomia. Em 1748 foi nomeado cirurgião do referido hospital, sendo promovido em 29 de abril de 1750 a um dos logares então creados de lente de cirurgia. Foi medico da Misericordia e official do Santo Officio. Escreveu: *Arte Phlebotomanica, anatomica e cirurgica para sangradores*, etc., Lisboa, 1741; *Breve exame de sangradores, extrahido da Arte Phlebotomanica*, etc., Lisboa, 1746; *Cirurgia classica Lusitana, Anatomica, Pharmaceutica, Medica, a mais moderna, Parte I*, Lisboa, 1754; *Parte II*, 1762, de que se fez segunda edição em 1769, ambas as partes, 3.ª edição em 1780; em 1790 já se publicou a 5.ª edição, *muito accrescentada em muitas partes*, 2 tomos; *Dissertação pratica da exostose e da caria dos ossos; da sua cura da amputação do femur... da espinha ventosa, da espinha bifida, da raquitis*, etc., Lisboa, 1772.

Gomes Loureiro (*Manuel José*). Magistrado, que fez parte do governo da India, em 1821. N. no logar de Sezares, termo de Braga. Depois de formado em Direito pela Universidade de Coimbra, foi despachado em 1769 juiz de fóra de Alcoutim; em 22 de março de 1795 passou a ouvidor de Moçambique, sendo transferido a 23 de setembro de 1801 para a Relação de Gôa, onde chegou no anno seguinte, e ali serviu de juiz da alfandega, procurador da Corôa e Fazenda, e interinameete de chanceller Em 1809 foi nomeado para a Casa da Supplicação; em 1812 tornou para a India como chancheller da Relação, e pelo aviso regio de 22 de setembro de 1813 foi despachado secretario do Estado, logar que accumulou e desempenhava quando depozeram o conde do Rio Pardo. Em 1822 regressou ao Rio de Janeiro e d'ali voltou ao reino, onde occupou varios cargos na magistratura Era membro do conselho Ultramarino quando se extinguiu este tribunal, em 1833. Fez depois parte da commissão administrativa da Santa Casa da Misericordia, e achando se aposentado no Supremo Tribunal de Justiça, falleceu em Lisboa, na edade de 87 annos, a 8 de maio de 1855. Escreveu: *Memorias dos estabelecimentos portuguezes a Leste do Cabo da Boa Esperança*, Lisboa, 1835; *Additamentos ás ditas Memorias em que se referem algumas particularidades de Macau*, Lisboa, 1836.

Gomes da Matta (*Luiz*). V *Correio mór* (*Quinta*) e *Correios*.

Gomes Monteiro (*Bernardo dos Santos*). Cirurgião e lente de cirurgia no Hospital de S. José, que falleceu em 17 de junho de 1803. Foi nomeado cirurgião em 1774 e lente a 6 de fevereiro de 1783, com a condição de não receber dos praticantes maiores emolumentos que os que costumavam pagar para a entrada das outras aulas.

Gomes Morim (*Domingos*). Medico do hospital de Todos os Santos, que falleceu em 1714. Foi nomeado em 1684 e aposentado em 1713 com o ordenado por inteiro e propinas.

Gomes Pacheco (*Antonio*). Presbytero secular e escriptor. N. em Itamaracá, provincia de Pernambuco em 1741, e fal no Recife em agosto de 1797. Era filho do capitão Manuel da Costa e de D. Manuela Izabel de Barros Pacheco. No livro *Biographias de alguns pernambucanos illustres* encontram se muitos trabalhos seus, contando se entre outros os seguintes: *Um soneto joco-sério*; *Uma decima improvisada em Oiteiro nocturno na festa do Menino Deus*; *Quatro decimas glosadas entre o discipulo e o Padre Mestre*. Tambem ha varias odes, sonetos, etc. por elle escriptos, na collecção de *Obras feitas aos felicissimos annos do ill.mo e ex.mo sr. José Cesar de Menezes, governador e capitão tenente de Pernambuco na sessão de 19 de março de 1775, offerecida por Antonio Gomes Pacheco, presbytero secular*.

Gomes Ribeiro (*José*). Doutor e lente jubilado de Medicina na Universidade de Coimbra. N. em Alijó em 1807, fal. em Coimbra a 29 de maio de 1864. Era filho de José Gonçalves Seara. Só em 1831 é que pôde applicar-se aos estudos preparatorios para o curso medico, porque tanto elle como seu pae, estiveram presos durante o governo absoluto do infante D. Miguel, por causa das suas idêas liberaes, conseguindo sair da prisão em 1833. Matriculando-se depois na Universidade, veiu a doutorar-se a 31 de julho de 1842. Por espaço de 12 annos serviu como lente substituto, passando depois á propriedade de uma das cadeiras do curso, até 1863, em que jubilou.

Gomes da Silva (*Francisco*) Juiz da balança da Casa da Moeda no Rio de Janeiro, commendador das ordens de Christo e da Torre e Espada, capitão da guarda imperial, etc N em Lisboa a 22 de setembro de 1791, onde tambem fal. em 30 de setembro de 1852 Era filho de Antonio Gomes da Silva. Frequentava no seminario patriarchal de Santarem os estudos de humanidades, destinando-se á vida ecclesiastica, quando teve de acompanhar seu pae, que em novembro de 1807 emigrou para o Brazil na comitiva da familia real. No Rio de Janeiro entrou logo ao serviço do paço em 1810, na qualidade de reposteiro de numero, e em 1812 foi agraciado com o habito da ordem de Christo A 30 de outubro de 1816 teve a nomeação de juiz da balança da Casa da Moeda, sendo em 1824 nomeado secretario do gabinete imperial, e superintendente das Reaes Cavallariças Foi commendador da ordem de Christo e capitão da guarda imperial. Em 1825 teve a carta de conselho, sendo agraciado com a ordem do Cruzeiro, e ao mesmo tem-

po nomeado official maior graduado da Secretaria dos Negocios do Imperio. No primeiro de maio de 1826 foi condecorado com a commenda da antiga ordem da Torre e Espada, e em 1828 recebeu a da ordem imperial de Leopoldo d'Austria. Em 1829, por occasião do casamento do imperador D. Pedro com D. Amelia de Leuchtemberg, foi elevado a grande dignitario da ordem da Rosa. Francisco Gomes da Silva trabalhou com dedicação pela independencia do Brazil, sendo, porém, nomeado em 4 de abril de 1830 encarregado de negocios d'aquelle imperio em Napoles, não acceitou o cargo, preferindo vir para a Europa como particular, a titulo de tratar da sua saude, sendo-lhe conservados todos os seus logares, honras e vencimentos. Dizem que esta resolução foi motivada por uma declaração do marquez de Barbacena, que lhe fez sentir a ameaça d'uma subversão geral do ministerio contra o imperador, caso este o não expulsasse do Brazil. Em Lisboa, depois do restabelecimento do partido constitucional em 1833, D. Pedro IV, como regente, o nomeou secretario de Estado da Casa de Bragança, e no exercicio d'esse cargo falleceu. Escreveu: *A exposição do marquez de Barbacena, commentada por um brazileiro nato*, Londres, 1830; *Memorias offerecidas á nação brazileira*, Londres, 1831. Consta que esta obra é de muito valor.

Gomes da Silva (*Francisco*). Director geral da segunda repartição da Camara Municipal de Lisboa, jornalista, antigo deputado, etc. Nasceu em Lisboa em janeiro do 1858. Seu pae destinava-o á vida commercial, e em 1870 entrava na casa Pereira & La Rocque, onde esteve primeiro como empregado de escriptorio, e depois como guarda-livros, logar que exerceu até 1886. E' diplomado com o Curso Superior do Commercio, e tem algumas disciplinas dos lyceus. Na primeira gerencia municipal presidida por Fernando Palha, foi nomeado empregado da repartição de fazenda do municipio, e vagando mais tarde o logar de director geral, foi a concurso, sendo n'elle provido, logar que ainda exerce. Em 1876 filiou-se no partido republicano, que sempre tem acompanhado, e a que prestou muitos serviços, Era um dos amigos mais dedicados de José Elias Garcia, um dos chefes mais respeitado d'aquelle partido. Dedicando-se ao jornal, collaborou assiduamente na *Democracia*, antigo jornal dirigido por José Elias Garcia, em que a sua collaboração se tornou notavel; em 1880 e annos seguintes escreveu n'esse jornal umas chronicas parlamentares, com o titulo de *Nas galerias*, que assignava com o pseudonymo de *Justus*, as quaes eram sempre lidas com o maximo interesse. Foi redactor até 1890, ultimo anno em que se publicou. Em 1891 foi director politico do jornal republicano *O Tempo*. que teve curta existencia., Em 1894 foi o director politico do *Dia*, jornal fundado por Antonio Ennes. Como orador estreou se brilhantemente em dezembro de 1879, n'um comicio effeituado no antigo Circo Price, a proposito da lei do registo civil. Em outros comicios e conferencias os seus discursos conseguiam sempre impôr-se ás assembléas, sem que, comtudo, deixassem de predominar a nota do bom senso e do respeito pelos adversarios, sendo sempre escutado com attenção e interesse. Candidato do seu partido na primeira lista organisada para a eleição da Camara Municipal, conforme a lei estabelecida por proposta do ministro Barjona de Freitas, ficou votado em decimo logar. Nas eleições politicas realizadas pelo ministerio presidido pelo sr. conselheiro José Dias Ferreira, foi o seu nome um dos mais fortemente indicados para a composição da lista republicana. Espontaneamente cedeu da sua candidatura, trabalhando com o maior desinteresse pelo successo da lista do seu partido, e destruindo quantos attrictos existiam pela não inclusão do seu nome na mesma lista. Nas eleições de 1894 é que foi imposto candidato pelo partido, sendo eleito por Lisboa, pela minoria de 6:144 votos depois de Eduardo de Abreu, que teve 6:161. A sua estreia parlamentar realisou-se na sessão de 26 de outubro do referido anno, na interpellação sobre a expulsão do republicano hespanhol Salmeron. Foi um discurso brilhante, que a camara escutou com o maior interesse e attenção Em 1896 tornou a

Francisco Gomes da Silva

ser eleito deputado, tambem por Lisboa, sob o regimen da representação das minorias. O sr. Gomes da Silva foi por muito tempo correspondente dos jornaes do Porto: *Folha Nova*, *Diario da Tarde* e *Dez de Março*. E collaborou tambem nos seguintes: *Antonio Maria*, *A Republica*, *A Revolução de Janeiro*, *Pimpão*, onde escreveu o artigo de fundo, durante alguns annos, sob o pseudonymo *Prudencio*; no *Domingo*, jornal de Pinheiro Chagas, publicou umas chronicas semanaes, que fôram muito apreciadas. Pertence á maçonaria, occupando logar eminente no *Gremio Lusitano*, que ha annos lhe dedicou uma sessão de honra. Foi tambem um dos que commungaram na imponente manifestação de Badajoz, que ha tempo se realisou, ponto de partida da Federação peninsular, uma vez solidificada a republica de ambos os povos. O sr. Gomes da Silva tem-se afastado ultimamente da politica activa.

Gomes da Silva *(Luiz de Sousa)*. General de brigada reformado. N. em Burgães, concelho de Santo Thirso em 15 de outubro de 1842. Assentou praça em infantaria a 8 de outubro de 1862, sendo promovido a alferes em 14 de janeiro de 1869, a tenente em 4 de fevereiro de 1874, a capitão em 29 de novembro de 1880, a major em 19 de setembro de 1888, a tenente-coronel em 29 de março de 1894, sendo reformado em general de brigada em 2 de agosto de 1898. Tem o curso da Escola do Exercito. E' commendador, official e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, e tem a medalha de prata de comportamento exemplar. Escreveu: *Escola do Exercito, 1868-1869, 2.ª cadeira*, Lisboa, 1868 e 1869; estas folhas eram destinadas aos alumnos que frequentavam a referida cadeira no segundo anno do curso de infantaria da Escola do Exercito, e comprehendiam as seguintes partes: *Principios de geometria analytica, como introducção á Balistica—Balistica—Pequena guerra - Castramentação - Grande tactica-Estrategia—Bôcas de fogo—Armas portateis antigas e modernas;* são apontamentos das lições do professor da referida cadeira, na Escola do Exercito, José Joaquim de Castro; *Manual de tiro e nomenclatura do armamento em uso na Infantaria*, Porto, 1877. O sr. general Gomes da Silva foi redactor do *Monitor militar* e *União militar*, redactor e proprietario da *Concordia*, etc.

Gomes de Sousa Junior *(Francisco Maria)*. Jornalista, que falleceu em 8 de junho de 1893, com 27 annos de edade. Collaborou na *Gazeta de Portugal*, desde a sua fundação, fazendo depois parte da redacção effectiva, sendo tambem secretario, nomeado em 1890. Publicou em muitos jornaes um grande numero de producções de valor, tanto em prosa como em verso, que assignava com pseudonymos differentes. Foi um dos proprietarios e redactores dos jornaes: *A Noite*, *Portugal*, e *Reporter*, onde escrevia quando falleceu.

Gomes Teixeira *(Jeronymo)*. Pintor de architectura e de ornamentos. N. em Lisboa em 1773, e fal. em 1811. Foi discipulo de José Bernardes, autor das flôres do tecto do antigo portico da egreja da Graça. Era muito apreciado como pintor de objectos de architectura, ornamentos e perspectiva, e tinha um gosto particular para a combinação das côres. O tecto da antiga egreja de Santa Justa e o da capella mór dos Martyres são obras suas. Falleceu com 38 annos de edade.

Gomes Teixeira *(Joaquim)*. Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra. Não se conhecem as datas do seu nascimento e fallecimento. Seguindo a carreira da magistratura, foi corregedor da ilha Terceira, e falleceu sendo desembargador da Casa da Supplicação. A Academia Real das Sciencias de Lisboa o nomeou seu socio correspondente em 22 de maio de 1780. Escreveu: *Confrontação da doutrina da egreja com a doutrina da sociedade dos Jesuitas, traduzida do original italiano no idioma portuguez*, Lisboa, 1770; traz um extenso prologo do traductor.

Gomes do Valle *(Antonio)*. Cirurgião medico pela Escola Medica de Lisboa, e cirurgião de brigada do exercito; membro da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, etc. N. n'esta cidade a 16 de novembro de 1819. Era filho de José Gomes do Valle e de D. Maria Joanna Rosa do Valle. Escreveu: *Exame critico da Memoria sobre a organisação do serviço de Saude do exercito publicada n'esta capital por um anonymo*, Lisboa, 1848; saiu com o seu nome e o do seu collega Antonio José de Abreu; *Indagações sobre o mormo na especie humana, e em particular referencia ao exercito portuguez; memoria offerecida á Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa;* saiu no *Jornal* da mesma sociedade, tomo XXIII, 1859, de pag. 121 a 280, e d'ella se fez uma tiragem separada, Lisboa, 1860. Antonio Gomes do Valle foi um dos collaboradores do *Cosmorama litterario* em 1840, juntamente com Rebello da Silva, dr. Thomaz de Carvalho, e outros; e tambem do *Jornal das Sciencias Medicas de Lisboa*, e do *Jornal dos facultativos militares*. Em 1851 fundou com o dr. José Antonio Marques o *Escholiaste medico*, no qual, além de outros artigos, publicou varias observações e memorias sobre differentes pontos de medicina pratica, etc.

Gomes Teixeira. V. *Teixeira*.

Gomide. Familia illustre de Portugal, descendente de Nuno Martins de Gomide, que viveu no tempo de D. Pedro I, e teve o seu solar na povoação d'este nome. As suas armas são: Em campo azul cinco gomis com duas azas e tapadoiras, tudo de ouro postas em santor; timbre, um dos gomis do escudo. Um ramo d'esta familia tinha os seus tumulos n'um carneiro da egreja da Graça, em Lisboa, nos quaes se viam as alludidas armas.

Gomide *(Gonçalo Lourenço de)*. Escrivão da puridade de D. João I, titulo que corresponde ao de actual primeiro ministro. Foi o primeiro senhor de Villa Verde; seu filho, João Gonçalves de Gomide, segundo senhor de Villa Verde, foi alcaide mór de Leiria, Obidos e Alemquer. Gonçalo Lourenço de Gomide foi bisavô do grande conquistador da India Affonso d'Albuquerque. A casa de Villa Verde foi depois elevada a condado, e passou para os marquezes de Angeja.

Gomide. Prov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 283 hab. e 68 fog. Tem caixa post. A pov. dista 10 k. da séde do conc. Corre-lhe proximo o rio Homem. Foi couto da ordem de Malta, com grandes privilegios, como os dos outros caseiros d'esta ordem. Tinha juiz mas não tinha escrivão. Vinha um de Pico de Regalados aqui escrever nas audiencias e fazer processos. A mitra apresentava o abbade, com 200$000 réis annuaes. A terra é fertil, cria muito gado, e nos montes ha muita caça grossa e miuda. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Gomiei Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Ribafeita, conc. e distr., de Vizeu.

Gomil. Jarro de boca e fundo estreito. E' a peça de forma mais elegante das baixellas, prestando-se pela delicadeza das suas linhas a primorosas obras d'arte. Ao gomil corresponde tambem uma bacia, tendo em geral ornamentação similhante. Na exposição de arte ornamental, realisada em Lisboa, no anno de 1882, appareceram varios gomis de prata e de cobre dourado, entre os quaes se distinguiam os seguintes: *Gomil de prata*, com as armas reaes e outros ornatos dourados, de 29 centimetros de altura; trabalho do seculo XVI, pertencente á capella da Universidade de Coimbra. *Gomil de prata doura-*

da com ornamentação de conchas, golfinhos, serafins, flôres e arabescos. Bacia respectiva, no mesmo genero. Altura do gomil 47 cent., diametro da bacia 57 cent. Trabalho dos principios do seculo XVII. Pertence ao thesouro da sé de Lisboa. *Gomil de prata dourada e lavrada*, tendo no bojo as armas reaes de Portugal, e a aza formada por uma figura de mulher. Altura 29 cent., obra do seculo XVIII. Pertence á capella de S. João Baptista da egreja de S. Roque de Lisboa. *Gomil de prata dourada*, lavrada de arabescos e carrancas, tendo a aza a fórma de serpente; altura 35 cent. Pertencia a el-rei D Luiz. *Gomil de prata dourada* com carrancas e outras ornamentações, tendo a aza muito levantada, em forma de serpente com duas cabeças, quatro pares de azas e duas caudas. Altura 47 cent.; obra do seculo XVII. Pertence a S. M. a rainha D. Maria Pia. || Como peça heraldica, o gomil apparece no brazão d'armas dos Gomides. V. *este appellido*.

Gomil. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Chavão, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho, de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Gominhães. Pov. e freg. de S. Pedro Fins, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 310 hab. e 82 fog. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem esquerda do rio Ave. A mitra appresentava o abbade, que tinha 230$000 réis annuaes. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. Esta freg. está annexa ecclesiasticamente á de S. Torquato, do mesmo concelho.

Gonbare. «Ilha nos limites de Gôa, da banda do passo secco». E' assim que n'uma carta de el-rei D. João III, datada de Evora, a 23 de março de 1535, se menciona esta ilha, cujo nome actual não sabemos, mas suppômos ser a de Combarjua. Diz a alludida carta: «. . faço saber que Jorge Dias Cabral, cavalleiro fidalgo de minha casa me enviou dizer que Diogo Lopes de Sequeira, sendo meu capitão-mór e governador nas partes da India, lhe fez mercê em meu nome da ilha de Gonbare que está nos limites de Gôa, da banda do passo secco, a qual cérca de todas as partes um braço de rio; que então era alagada d'agua do mar e desaproveitada, para que elle a desalagasse e aproveitasse, e toda a renda que nella fizesse recolher para si livremente, sem por isso me pagar foro, direitos, nem outra cousa alguma, sómente o dizimo á egreja, e que porquanto perdera o titulo da dita ilha, e a desalagara e fizera nella muitas bemfeitorias e até agora a possuia, me pedia lhe fizesse d'ella mercê, pelo qual havendo eu respeito aos serviços que me o dito Jorge Dias tem feitos e a elle e á sua propria custa e despeza desalagar a dita ilha, hei por bem e me praz de lhe fazer d'ella mercê em vida de tres pessoas, para que elle na sua vida possa lavrar e aproveitar,» etc., etc.

Gonça. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb de Braga; 465 hab. e 128 fog. Tem est. post. permutando malas com Guimarães, e esc. do sexo fem. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e fica proximo da margem esquerda do rio Ave. A mitra apresentava o abbade, que tinha 300$000 réis annuaes. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil, e ao distr. de recrut. e res. n.º 20 com séde em Amarante.

Gonçala. Pov. na freg. da Conversão de S. Paulo, de Pavia, conc. de Móra, distr. de Evora.

Gonçalinha. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Gonçalo. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda; 1:496 hab. e 371 fog. Tem correio com serviço de posta rural, e uma fabrica de objectos de verga. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada na aba da serra da Estrella. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o prior, que tinha 100$000 réis annuaes. A terra é fertil, cria muito gado, e nos montes apparece caça grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. do conc. do Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Gonçalo Bocas. Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda; 310 hab. e 71 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc., e está situada na estrada da Guarda a Almeida. O prior de S. Pedro, da cidade da Guarda. apresentava o cura, que tinha 15$000 réis de congrua e o pé d'altar. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Gonçalo de Cintra *(Angra de)*. Bahia da costa do Sahará, em Africa, assim denominada por Bartholomeu Dias, em memoria de terem sido ali assassinados pelos indigenas Gonçalo de Cintra e alguns dos seus companheiros. Tambem é conhecida, entre outros nomes, pelos de *Bahia de Cintra* e *Ira Barra*.

Gonçalo Martins. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, de Marmelleiro, conc. e distr. da Guarda.

Gonçalveiros. Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Codeceiro, conc. e distr. da Guarda.

Gonçalves. Appellido patronimico de Gonçalo, e por isso muitas familias o usam, sem que tenham parentesco e procedentes de diversos troncos. Os que descendem de Antão Gonçalves usam as seguintes armas. Em campo verde uma banda de prata carregada de dois leões vermelhos e por timbre um dos leões. D. Affonso V deu a Gabriel Gonçalves, cavalleiro da Casa Real e cidadão do Porto, o seguinte brazão: Um escudo em campo azul com um cordão de S. Francisco por bordadura, e uma aguia dourada com duas cabeças, no meio d'elle, com as mãos postas sobre a cabeça de um moiro.

Gonçalves *(Affonso)*. Pintor do tempo dos reis D. Duarte e D. Affonso V. Combateu na batalha d'Alfarrobeira nas fileiras do infante D. Pedro, regente do reino, tio e sogro de D. Affonso V. Por este motivo foi condemnado a uma pena infamante, mas o joven monarcha, em 1450, teve a clemencia de lhe conceder perdão, attendendo ao seu elevado merecimento e ao conceito, em que o tinha. Julga-se que foi um dos pintores do convento da Batalha, porque alguns dos artistas que trabalharam n'este convento, eram dedicados ao infante.

Gonçalves *(Affonso)*. Esculptor do seculo XV, nomeado em 12 de março de 1466, por el-rei D. Affonso V, seu mestre de pedraria, por morte de João d'Alverca. Affonso Gonçalves vivia em Lis-

boa, e já era fallecido em 1485, porque no primeiro de setembro d'este anno, D. João II nomeou para o substituir Fernão da Ribeira.

Gonçalves (*Affonso*). Mestre de carpintaria no tempo d'el rei D. Manuel. Trabalhou no hospital de Todos os Santos e no convento de S. Domingos. Em 13 de dezembro de 1513 foi nomeado mestre de carpintaria das tercenas da cidade de Lisboa. Tinha de tença 12:000 reaes por anno.

Gonçalves (*Alvaro*). Um dos assassinos de D. Ignez de Castro. Era meirinho-mór do reino, e depois de ter aconselhado a D. Affonso IV que se desembaraçasse d'aquella desditosa dama (*V. Castro, Ignez de*), não teve duvida em erguer o punhal com que a victimou. Apezar de todas as promessas de perdão feitas por D. Pedro a seu pae no tratado que se celebrou, e que restabeleceu a harmonia entre os dois, D. Affonso IV que bem conhecia o caracter do filho, foi o proprio que aconselhou Alvaro Gonçalves e os seus dois companheiros, Pedro Coelho e Diogo Lopes Pacheco, que fugissem para Castella, conselho que elles não tardaram a seguir. D. Pedro I, porém, apenas subiu ao throno, fez um tratado com D. Pedro, rei de Castella, e que se póde considerar um verdadeiro tratado de extradição, conseguindo assim que lhe fôssem entregues os assassinos de D. Ignez de Castro. Alvaro Gonçalves não pôde escapar-se do seu implacavel inimigo, e foi justiçado em Santarem, sendo lhe o coração arrancado pelas costas.

Gonçalves (*Alvaro*). Poeta do seculo XVII, que teve a fama de ser imitador de Luiz de Camões, mas cujas obras não fôram impressas, julgando se perdidas as que ficaram em poder de amigos ou de pessoas de familia.

Gonçalves (*André*). Pintor d'el-rei D. Manuel, pelos annos de 1500, e que no reinado de D. João III gozava de grande fama, tendo muitas encommendas d'este monarcha.

Gonçalves (*André*). Pintor que floresceu no seculo XVIII. N. em 1692, fal. em 1762. Foi discipulo de Julio Cesar de Femine, pintor genovez que residiu muito tempo em Lisboa. Pintou um grande numero de quadros nas egrejas da capital, que na maior parte fôram destruidas por occasião do terremoto do dia 1.º de novembro de 1755. Depois d'esta catastrophe ainda proseguiu nos seus trabalhos. Imitava muito Conca e Marata, e realisou muitas obras, servindo se dos desenhos d'estes pintores. Vêem-se trabalhos seus nas egrejas do Menino Deus, S. Lourenço, Santa Joanna, Santa Martha, S. Martinho, Mercês, na sacristia da egreja da Bemposta, Madre de Deus, etc. Deixou alguns discipulos, entre os quaes se conta Pedro Alexandrino, que foi um artista muito apreciado. Na egreja da Madre de Deus é seu o quadro da *Senhora dos Anjos* ou da *Gloria*, que está no tecto da capella-mór. Tambem são obra sua os quadros da sacristia da mesma egreja, que representam a vida de José no Egypto, e que são dignos do maior apreço.

Gonçalves (*Antão*). Um dos nossos mais illustres descobridores. Era ainda muito novo e guarda-roupa do infante D. Henrique, quando este o incumbiu, em 1441, de ir ao Rio do Ouro tomar azeite e pelles de lobos marinhos. Antão Gonçalves, porém, destemido e desejoso de se distinguir, entendeu que devia praticar uma façanha mais notavel do que todas as que até ali se haviam effeituado, tomando alguns captivos, e conduzindo assim pela primeira vez a Portugal gente d'aquellas terras. Propoz a sua idéa aos companheiros de viagem, que a acceitaram com enthusiasmo, e internando-se pelo sertão com mais nove tripulantes, tomou um indigena e uma preta, e voltando para o porto onde havia fundeado, encontrou ali ancorado outro navio portuguez, do commando de Nuno Tristão. Era a primeira vez que se encontravam n'aquellas paragens navios portuguezes, partidos do Algarve em epocas differentes. Nuno Tristão, vendo os captivos, quiz tambem trazer alguns, e acompanhado por Antão Gonçalves, pôde aprisionar o chefe dos indigenas, que tinha o nome de Andahu. Voltando ao porto, e a pedido unanime dos tripulantes, armou cavalleiro Antão Gonçalves, que déra tão assignaladas provas de bravura, e em memoria d'este facto, aquelle sitio se ficou chamando *Porto do Cavalleiro*. Chegando a Portugal, Antão Gonçalves foi recebido com o maior enthusiasmo, sendo os captivos muito bem tratados, mas o chefe Andahu pedia incessantemente que o levassem para a sua terra. O infante D. Henrique accedeu aquelle desejo, e Antão Gonçalves foi outra vez á costa d'Africa, levando comsigo Andahu, indo encarregado de procurar noticias ácerca da India e do Prestes João. Em 1445 ainda foi ao Rio do Ouro para vêr se estabelecia relações com os moiros. Antão Gonçalves, por estes serviços, foi nomeado alcaide-mór de Thomar, escrivão da puridade, e agraciado com uma commenda da ordem de Christo, recebendo ainda outras graças e mercês. A posteridade accusa-o, porém, de ter sido elle quem deu principio ao trafico da escravatura, mas a accusação não é justa, porque Antão Gonçalves só quiz trazer a Portugal especimens da população das terras novamente descobertas. Os navegadores que o precederam, haviam feito o mesmo; era a prova mais eloquente que podiam dar do resultado das suas explorações, apresentar os naturaes da terra que tinham descoberto.

Gonçalves (*Antonio*). Cirurgião da camara real, e do Hospital Real de Todos os Santos, que foi nomeado em 1625 para ajudante do cirurgião Antonio da Cruz. Em 162*l* foi elevado a effectivo. Escreveu um *Tratado da gonnorrhea*, que se publicou em 1669 com o livro de Antonio da Cruz, *Recopilação cirurgica*.

Gonçalves (*Antonio Augusto*). Professor de desenho elementar na Escola Industrial Brotero, lente cathedratico de desenho, na faculdade de Philosophia na Universidade de Coimbra, director da Escola Livre das Artes de Desenho, e escriptor democratico. Foi tambem director da referida Escola Brotero. Nasceu em 20 de dezembro de 1848, e é filho do fallecido pintor conimbricense Antonio José Gonçalves Neves. Tem sido sempre muito dedicado ás artes e ao ensino da classe operaria de Coimbra. No anno de 1905, no dia do seu anniversario natalicio, os socios da Escola Livre das Artes de Desenho prestaram-lhe, por surpreza, uma sincera homenagem, realisando-se uma sessão solemne, onde se pronunciaram varios discursos enaltecendo os seus vastissimos conhecimentos artisticos, elevada intelligencia, suas qualidades de caracter, e os muitos serviços que tem prestado á classe operaria de Coimbra. Nesta occasião foi-lhe offerecida uma

mensagem encerrada n'uma magnifica pasta de pellucia verde com duas placas e pregos de prata lavrada. Uma d'estas placas tem gravado o seguinte: «Ao mestre: Homenagem ao seu talento, ao seu amor á arte, aos seus altos serviços patrioticos, os seus discipulos dedicados». Esta mensagem era escripta em termos muito respeitosos e lisongeiros, tendo por assignatura *os alumnos da Escola Livre das Artes de Desenho*. O sr. Antonio Augusto Gonçalves publicou o estudo seguinte: *Brevissimas noções elementares sobre o methodo das projecções orthogonaes*, Coimbra, 1878.

Gonçalves *(Antonio Ribeiro)*. Official da administração central do correio de Lisboa. N n'esta cidade a 10 de maio de 1839. Falleceu ha bastantes annos. Cursou os estudos da Escola do Commercio, e os de algumas cadeiras do Lyceu Nacional de Lisboa. Foi redactor e collaborador de alguns jornaes politicos e litterarios, em que defendeu sempre os interesses das classes operarias, e escreveu sobre os melhoramentos e reformas da instrucção publica. Entre esses jornaes, contam-se: *O Jornal do trabalho*, *A Crença*, *Portuguez*, *Federação*, *Monitor portuguez*, *Portugal illustrado*, *Persuasão nacional*, *Justiça*, *Restauração*, *Douro*, *Civilisador*, *Diario de Noticias*, *Aurora Litteraria*, *Miscellanea recreativa*, etc. Tambem escreveu um artigo, que saiu no jornal hespanhol *A Democracia*. Antonio Ribeiro Gonçalves foi quem pensou na creação da Escola Castilho, quem deu os primeiros passos para que ella se estabelecesse, convidando para o auxiliarem outras pessoas, que promptamente abraçaram aquella idéa, os quaes eram: José Dionysio Correia, João Venancio Pinto, Henrique de Carvalho Prostes, José Joaquim do Nascimento, João Franco da Cruz, e Alfredo Julio de Brito. A Escola Castilho foi inaugurada n'uma sala do Lyceu Nacional de Lisboa a 23 de janeiro de 1876. No Relatorio que se leu n'essa sessão, diz-se o seguinte: «E' ao sr. Antonio Ribeiro Gonçalves que cabe a gloria da primeira idéa de crear uma escola, como padrão levantado á memoria do distincto escriptor Antonio Feliciano de Castilho, considerado como benemerito da instrucção do povo, que dedicava uma parte da sua vida á causa da instrucção popular, nas suas mais avançadas aspirações, introduzindo em Portugal a pedagogia e methodologia modernas, e lançando bases para a escola do seculo XIX».

Gonçalves *(Domingos Maria)*. Nasceu em Lisboa em outubro de 1848, sendo filho de Manuel Joaquim Gonçalves, empregado no ministerio dos negocios estrangeiros, e de D. Maria Rita Gonçalves. Foi educado na Escola Academica. Durante alguns annos exerceu o cargo de conductor de engenharia civil, desempenhando n'esse intervallo varias commissões, taes como as de colher apontamentos para a historia da industria nacional, em 1865 e 1866, e de escolher objectos d'arte antigos para serem enviados á exposição universal de Paris em 1867, nos districtos do Porto e Braga. Por decreto de 6 de abril de 1870 foi nomeado consul de Portugal em Nantes Nos annos de 1860, 1863 e 1865 foi fundador e redactor principal dos seguintes jornaes litterarios: *O Despertador*, *O Recreativo*, *A Voz da Mocidade*, e *União Academica*. Ha muitos annos que partiu para o Rio de Janeiro. Escreveu: *Projectos de estatutos do Gremio promotor das classes estudiosas, approvado pelos socios fundadores*, etc. Lisboa, 1863. Domingos Maria Gonçalves foi o principal iniciador da idéa d'esta instituição, de que se realisaram ainda algumas sessões na Escola Polytechnica, instituição que se fôsse a effeito, poderia ser de vantagem para o aperfeiçoamento dos estudantes que entrassem no tirocinio das carreiras scientificas ou litterarias. Escreveu mais: *Relatorio dirigido ao ex.mo ministro das obras publicas João de Andrade Corvo em 28 de junho de 1866*, Lisboa, 1866; *Tolerancia politica em 1869. Historia da perseguição feita pelos srs. Sebastião Lopes de Calheiros e Menezes, bispo de Vizeu, e marquez de Sá da Bandeira a Domingos Maria Gonçalves*, Lisboa, 1869. Versa sobre a demissão que lhe fôra dada do logar de conductor de engenharia civil.

Gonçalves *(Egas)*. Gravador do seculo XV, que trabalhou na casa da Moeda do Porto. Foi substituido em 7 de março de 1488, tendo avançada edade, pelo seu filho, e provavelmente discipulo, Alvaro Egas. A respectiva carta regia, passada n'aquella data em Santarem, acha-se na chancellaria de D. João II, liv. XIX, fol. 67. O gravador Gil Vasques parece que tambem era seu filho.

Gonçalves *(Epiphanio Aniceto)*. Um dos artistas dramaticos mais notaveis que tem havido em Portugal, um mestre de primeira ordem, reconhecido por todos, e que melhor soube realisar o pensamento de Almeida Garrett, quando restaurou o theatro portuguez. Nasceu em Lisboa a 7 de abril de 1813, e fal. na mesma cidade, victima da febre amarella, em 15 de outubro de 1857. Era filho de Manuel Gonçalves Vianna, e de Candida Rita Perpetua de Azevedo e Amaral. Deixou de usar o appellido de Vianna, quando entrou para o theatro, por ser tambem o de outro actor, e desde então Epiphanio Aniceto Gonçalves tornou-se mais conhecido na sua carreira artistica pelo nome de *actor Epiphanio*. A primeira profissão, a que se dedicou, foi a de gravador em estabelecimento do Estado, e de facto desenhava, principalmente em ornato, com muita proficiencia. Depressa, porém, deixou esta carreira para se entregar á vida de actor, de que se tornara enthusiasta, representando repetidas vezes em theatros particulares, em que obtivera assignalados triumphos. Estreou-se no velho theatro do Salitre em 1836. Foi n'essa epoca a apparição da notavel empresa Emilio Doux no theatro da Rua dos Condes. Aquelle intelligente director não podia deixar de aproveitar o talento de Epiphanio, e logo o escripturou em 1837. O novel actor desempenhava os principaes papeis, sendo sempre muito applaudido, nos dramas do reportorio da epoca. A fama crescente de Epiphanio levou-o, de 1840 a 1843, a ser escripturado pela empresa do conde do Farrobo, onde continuou a representar, recebendo sempre applausos. No fim de 1843 constituiu-se a *Sociedade Theatral dos Actores*, que o elegeu director e ensaiador, tendo por companheiros os primeiros actores de então: o velho Theodorico, o Matta, Lisboa, Ventura, Tasso, Emilia das Neves, Carlota Talassi e Josepha Mesquita. Epiphanio foi de triumpho em triumpho em cada peça que representava e ensaiava. Na *Revista Universal Lisbonense*, jornal redigido por Antonio Feliciano de

Castilho, mais tarde visconde de Castilho, escrevia-se o seguinte: «O theatro da Rua dos Condes nobilita se cada vez mais pela briosa perseverança, com que através de difficuldades, grandes e de todo o genero, progride animoso para a perfeição a que afinal ha de chegar. Quanto ao primor da execução artistica, a propria inveja confessa pelo seu silencio que o sr. Epiphanio, tão superior em conhecimentos theoricos e praticos ao sr. Doux, tem dado, em quantas peças ahi se hão visto desde que é ensaiador, outras tantas ostentações brilhantes da sua pericia e zelo em tal mister.» A primeira representação do *Alfageme de Santarem*, de Garrett, por esta companhia, foi de um exito até ali nunca visto nos nossos theatros. Apezar de ter sido elle quem substituiu a velha declamação de theatro pela escola franceza de 1830, accusavam-n'o alguns

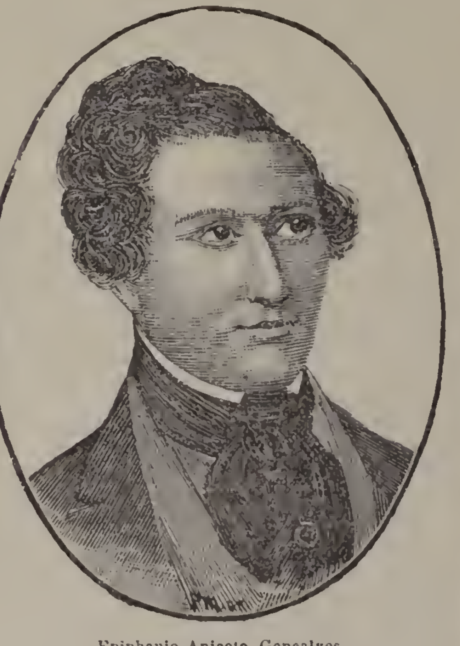

Epiphanio Aniceto Gonçalves

de não ter seguido os progressos da arte, no entretanto, era elle quem mais commovia o espectador e quem mais o enthusiasmava. Foi, por assim dizer, o primeiro ensaiador portuguez de verdadeiro valor; pela fórma como ensinava, deixou discipulos que fôram honra da arte dramatica. Em 1846 fundou se o theatro de D. Maria II, para onde passou a companhia do theatro da Rua dos Condes. Epiphanio exerceu os cargos de director e ensaiador até 1853, anno em que o governo assumiu a direcção do theatro normal, sendo então nomeado ensaiador o dr. Luiz da Costa Pereira. Não obstante, Epiphanio ensaiou, com annuencia do dr. Luiz da Costa, e a pedido dos seus autores, os dramas *A Mocidade de D João V*, de Ernesto Biester, extraido do romance do mesmo titulo, de Rebello da Silva; *O Cedro Vermelho*, de Gomes de Amorim; *Fomos grandes*, de D. Antonio de Lacerda, e ainda outros dramas e comedias. Foi o primeiro actor condecorado, recebendo em fevereiro de 1839 a mercê do habito de Christo que Almeida Garrett lhe communicou pelo seguinte officio: «Inspecção geral dos theatros. Sua Magestade a Rainha Querendo Proteger o nosso renascente Theatro e honrar a nobre profissão de Actor em que espera que V. S.ª continuará a merecer a Sua Real Approvação, progredindo no caminho de aperfeiçoamento que tão bem tem começado; Foi Servida Approvar a Proposta que levei á sua presença, e Fazer-me a mercê e a este Conservatorio, de Nomear a V. S.ª Cavalleiro da Ordem de Christo por seu Decreto de sete do corrente. Ordena-me a Mesma Augusta Senhora que assim lh'o faça constar; o que desempenho com muito gosto, não só pelo que tenho a peito o augmento e gloria das nossas artes, mas pela particular estima com que sou, etc.» Epiphanio teve uma epoca calamitosa. No periodo de 1846 a 1848, em consequencia da guerra civil que assolava o paiz, o theatro raras vezes funccionava, occasionando gravissimos transtornos aos artistas dramaticos, fazendo-lhes soffrer grandes privações. Epiphanio, que era estremoso por sua mulher e filhos, teve dias de amargura pela falta de recursos, chegando uma vez a estarem todos sem comer mais de 24 horas, soffrendo aquella desventura com a maior resignação. Epiphanio ensaiou em muitos theatros particulares, e nomeadamente no das Laranjeiras, do conde do Farrobo, na epoca do seu esplendor, e era extraordinaria, além d'outras aptidões artisticas que possuia, aquella com que marcava as peças theatraes e as mettia em scena, por numeroso que fôsse o pessoal figurante. Epiphanio era homem de theatro e só homem de theatro. Só n'elle vivia e pensava. Julio Cesar Machado, o espirituoso escriptor, que ha annos repousa na eternidade, dizia que Epiphanio, quando não estava no palco, estava no camarim, quando não estava no camarim nem no palco, estava no salão; e quando não estava no salão, nem no palco, nem no camarim, passeava no Rocio a olhar para o theatro. A febre amarella victimou-o aos 41 annos de edade. O seu funeral foi uma sincera manifestação de quanto elle era estimado e considerado. O acompanhamento ia a pé, vendo-se incorporados os actores de todos os theatros de Lisboa, incluindo os da companhia franceza, que n'essa occasião funccionava em Lisboa, assim como um grande numero de escriptores, jornalistas e amigos do finado. Foi sepultado no cemiterio do Alto de S. João, sendo mais tarde, trasladado para o pantheon dos actores no cemiterio dos Prazeres. No dia da morte, o theatro de D. Maria II, que tinha annunciado espectaculo, poz contra-annuncio, e fechou as portas em signal de sentimento. Do seu vastissimo reportorio, mencionaremos as seguintes peças: *A Dama de S Tropez*, *O casal das Giestas*, *O Trapeiro de Paris*, *O Ghigi*, *Sullivan*, *A Dama das Camelias*, *Uma mulher que engana seu marido*, *Fr. Luiz de Sousa*, *O Alfageme de Santarem*, *A Pobreza envergonhada*, *O castello de Grantier*, *Um Auto de Gil Vicente*, *João Baptista*, *Os Mysterios de Paris*, *Moliére*, *Matheus*, *O Chapéo de palha de Italia*, *A Batalha das damas*, *Odio de raça*, *O Alcaide de Faro*, *Espinhos e flôres*, *O Templo de Salomão*, *A Prophecia ou a queda de Jerusalem*, *O sr. Dambick*, *Catharina Howard*, *A Torre de*

Nesle, *A Camara ardente*, *O pobre pastor*, *Lucrecia Borgia*, *Os homens de marmore*, *Joanna de Flandres*, *Trinta annos ou a vida d'um jogador*, *A Nodoa de sangue*, *Karl, conde de Richter ou o castigo*, *A noite do homicidio*, *A Cruz*, *O Valido*. *O Castello de Faria*, *O Mineiro de Cascaes*, *O Ermitão da serra de Cintra*, etc.

Gonçalves *(Estevão)*. Irmão e successor de Martim Gonçalves, mestre da ordem de Christo. Foi um verdadeiro flagello dos moiros, e concorreu muito para a prosperidade temporal da ordem, reclamando bens que tinham pertencido aos templarios, que deviam ser para os cavalleiros de Christo, segundo os intentos d'el-rei D. Diniz, fundador d'esta ordem, mas que andavam sonegados. Falleceu em 1344.

Gonçalves (*D Estevão)*. Mestre da ordem de S. Thiago, e um dos mais valorosos cavalleiros do tempo de D. Fernando. Assumiu o mestrado em 1372 e falleceu em 1382.

Gonçalves *(Estevão)* O celebrado illuminador do precioso Missal, que se guarda na Academia Real das Sciencias de Lisboa. V *Gonçalves Neto*.

Gonçalves (*Fernando)*. Heroe quasi desconhecido, que em 1162 tomou aos moiros a cidade de Beja.

Gonçalves *(Francisco*). Pedreiro residente em Lisboa, que el-rei D. Sebastião nomeou, por alvará de 17 de novembro de 1571 para mestre das obras da fortificação que mandava fazer na capitania do Rio de Janeiro.

Gonçalves *(Fr. Francisco)*. Religioso da ordem de S. Bernardo, no convento de Alcobaça. Era natural do concelho de Rezende. Escreveu uma obra com o titulo de *Sermones de tempore*, cujo original se guardava na livraria do referido convento.

Gonçalves *(P. Gaspar*). Jesuita. N. em Coimbra em 1540, fal. a 9 de agosto de 1590. Era filho de João Gonçalves e de Domingas Simões. Foi doutor em Theologia e lente da Universidade de Evora. Aos 16 annos de edade entrou para a Companhia de Jesus, a 25 de maio de 1556. Aprendeu letras humanas, e saiu tão perito nos preceitos de oratoria e poesia, que foi mestre da 1.ª classe de Rhetorica em Coimbra. Doutorou-se a 26 de outubro de 1572, sendo depois lente de Escriptura. Era muito versado nas linguas latina, grega e hebraica. Gozava da estima e consideração do cardeal D. Henrique, rei D. Sebastião, e do infante D. Duarte, duque de Guimarães, que o chamou para seu confessor. Passando a Roma, o papa Xisto V o encarregou do exame da Biblia, que depois se publicou. Estando n'aquella cidade recitou uma oração em latim, quando os embaixadores do Japão fôram admittidos á presença do pontifice a 23 de março de 1585. Esta oração saiu impressa, e deixou inéditos varios tratados sobre diversos assumptos theologicos.

Gonçalves *(Jacome)*. Religioso brahamane, vigario da vara de Ceilão, e superior dos Congregados. N. em Divar *(*Piedade*)*, conc. das Ilhas, distr. de Gôa, na India, e fal. a 17 de julho de 1742 sendo sepultado na egreja de Balawatte, no districto de Chilaw, de que fôra o fundador. Era filho de Thomaz Gonçalves e de D. Marianna d'Abreu. Estudou latim e humanidades no collegio de jesuitas de Gôa. Sendo diacono, não obstante a repugnancia de seus paes, entrou na Congregação do Oratorio de Santa Cruz dos Milagres em Gôa, de S. Filippe Nery, no anno de 1700. Em 1705 foi mandado para Ceilão como missionario, onde durante 33 annos exerceu o seu mistér apostolico, fazendo muitas conversões. Era homem de eminentes qualidades e de profunda erudição. Sentindo-se muito doente, de tysica, renunciou o governo da Missão no padre Marinho Xavier, mandado de Gôa. Compoz grande numero de livros nas linguas chingalá, tamul e portugueza, dos quaes fez grande despeza nos traslados, para que multiplicados, por falta de impressão, se espalhassem por terras dilatadas. Na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. II pag. 472 a 474, vem uma extensa noticia ácerca das obras de Jacome Gonçalves. Mencionaremos as seguintes: *Cathecismo breve sobre os principaes mysterios da fé*, etc., 1715; *Chronica da Historia Sagrada*, 1725; 2 tomos; *Resumo da Historia Sagrada; Explicação dos evangelhos dominicaes e festivaes*, etc , 1730; *Sermões da paixão de nove passos: Vida dos Santos*, 1735; *Itinerario de milagres*, 1732; *Espelho de virtudes*; *Controversias sobre os calvinistas de Ceilão; Juizo de Deus*, etc.; *Demonstração da egreja catholica por sete notas;* d'esta obra veiu em 1720 para Portugal um traslado para se imprimir; *Medicina para cegueira dos gentios*, etc.; *Principios de lei de Budá*, etc., 1733; *Medicina espiritual dos enfermos*, etc.; *Creação do mundo em versos*, 1725; *Canções para todas as festas*, 1730; *Vocabulario chingalá-lusitano, e lusitano-chingalá*, 1730; *Vocabulario lusitano-tamulsio e chingalá; Escola christã; Controversia contra os reformados; Egreja catholica e reformada*, etc.; *Origem e refutação da seita dos moiros; Refutação do gentilismo; Refutação do paganismo, moirismo, judaismo e calvinismo; Diccionario de palavras selectas da chronica e evangelhos; Allivios de consciencia na missa*. Esta lista vem accrescentada, e com alguns inéditos, existentes na bibliotheca de Nova Gôa, no livro do sr. Torres e Dias, *Oriente Illustrado*, vol. I, Bastorá, 1899.

Gonçalves (*Fr. Jeronymo)*. Com este nome figura grande numero de composições no catalogo de D. João IV. Entre ellas uma grande collecção de 37 villancicos, outra de 17, e outra de 24, todos para as festas do Natal; além d'estes encontram-se disseminados pelo mesmo catalogo muitos outros villancicos para diversas festividades, assim como outras obras do mesmo autor.

Gonçalves (*João*). Era pedreiro de D. João I e cegou no exercicio do seu mister. El-rei D. Duarte lhe deu carta de privilegio em 25 de janeiro de 1434, carta que em 28 de janeiro de 1439 foi confirmada pelo infante D. Pedro, como regente na menoridade de D. Affonso V.

Gonçalves (*João)*. Architecto que esteve nas obras do convento de Belem, pelos annos de 1517, sendo empreiteiro das tres capellas do côro.

Gonçalves *(João)*. Bombardeiro. Foi mestre das obras de Mazagão.

Gonçalves (*João)*. Natural de Guimarães. Gravador que viveu no tempo dos monarchas D. João III e D. Sebastião. Sem ter educação artistica de especie alguma, executou trabalhos que causavam a maior admiração pela sua habilidade extraordinaria, o que lhe attrahiu o cognome de *Engenhoso*, por que se tornou mais co-

nhecido. Saiu de Guimarães pela primeira vez, quando D. João III o mandou chamar para se utilisar do seu grande merito artistico. No archivo da Casa da Moeda de Lisboa, registo geral, livro 1.º, fol. 13, existe o seguinte documento. «Contadores da minha casa, mando-vos que leveis em conta a Gonçalo Fernandes que serviu de tesoureiro da Moeda d'esta cidade de Lixboa, sesenta mil rs. que per meu mandado deu a Joam Gonçalves cavaleiro de minha casa, pera na dita moeda fazer um emgenho que até ora nam fez e esto com certidam de Graviel de Almeida tesoureiro da dita moeda, em que decrare como ho dito Joam Gonçalves lhe fez obrigaçam a fazer o dito emgenho na dita moeda e a dar comta do dito dinheiro. Rodrigo de Neiva o fez em Lixboa a 30 dias doytubro de 553, e este nam pasará pella chancellaria. E o dito dinheiro se carreguará em Receita per lembrauça sobre o tesoureiro da moeda d'esta cidade pera o arrecadar do dito Joam Gonçalves, nam fazendo o dito emgenho. Concertado, etc. E o dito Joam Gonçalves se obrigua a comprir ho comteudo neste aluará del Rey noso senhor acima, e nam comprindo, tornar os ditos sesenta mil rs. ao tesoureiro Graviel d'Almeida; asina qui no dito dia, mês e anno -- *Joam Gonçalves.*» Foi este artista quem, por ordem de el-rei D. Sebastião, fez em 1562 os cunhos para as novas moedas de ouro de 500 reaes, que se ficaram chamando *Engenhoso*, por ser assim conhecido o artista. Este trabalho é delicado e de bom gosto. (V. o nome *Engenhoso* no 3.º volume do *Portugal*, pag. 147, onde vem a descripção d'esta moeda, e rectifique se o nome do artista, que por engano ali saiu *João de Guimarães Gonçalves.*) Não se encontra noticia alguma de que João Gonçalves fôsse abridor de cunhos na Casa da Moeda de Lisboa, mas encontra-se no referido archivo, a fol. 48, um alvará de 28 de novembro de 1566, nomeando-o *pela experiencia e pratica que tem das cousas da moeda, para o officio de guarda das fornaças da mesma casa, com 4000 reaes por anno, conforme o regimento.* Na *Historia Genealogica da Casa Real*, por D. Antonio Caetano de Sousa, tomo IV, pag. 161, fala se de João Gonçalves e da sua moeda, assim como no *Elucidario* de Santa Rosa de Viterbo, vol. I, pag. 403, da edição de 1798.

Gonçalves *(João)*. Foi quem em 1611 arrematou a construcção da ponte sobre o rio Sabor, que tinha ficado suspensa por fallecimento dos mestres anteriores O alvará, em que se manda proseguir a obra, tem a data de Lisboa 2 de setembro.

Gonçalves *(João)*. Nasceu em Elvas, e foi musico da cathedral de Sevilha. Compoz diversas musicas, que se conservavam na Bibliotheca Real de Musica de D. João IV, como consta do catalogo publicado em Lisboa em 1649.

Gonçalves *(João Luiz)*. Estudante muito distincto da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, que falleceu victima da febre amarella, quando esta epidemia assaltou Lisboa em 1857. João Luiz Gonçalves nasceu em 1837, e aos 20 annos estava a concluir o curso, quando se manifestou a terrivel epidemia. Ainda não pertencia ao corpo medico da cidade, e nenhum dever positivo o retinha em Lisboa, mas não quiz abandonal-a, apezar de conselhos de parentes e amigos que procuravam leval-o para Cintra, dizendo que podia chamal-o algum pobre que não tivesse quem o tratasse, e elle devia soccorrel-o. A sua dedicação custou-lhe a vida, porque a febre amarella o victimou n'aquelle lamentavel anno de 1857, que tão calamitoso foi para Lisboa. Bulhão Pato, no seu livro *Sob os cyprestes*, consagra-lhe um saudoso artigo. Mez e meio depois da morte de João Luiz Gonçalves, realisou se a sessão solemne de abertura na Escola Medica. No fim d'um brilhante discurso do dr. Magalhães Coutinho, o secretario fez a chamada dos alumnos premiados no anno anterior, e ao nome do primeiro premiado, João Luiz Gonçalves, ninguem respondeu, e este silencio era uma manifestação dolorosa em memoria d'aquelle que já não pertencia a este mundo.

Gonçalves *(P. Joaquim Affonso)*. Presbytero da Congregação da Missão, e professor no collegio de S. José de Macau, etc. Nasceu no Tojal a 23 de março de 1781, e fal. no collegio de Macau a 3 de outubro de 1841. Entrou na Congregação de S. Vicente de Paula a 17 de maio de 1799. Partiu de Lisboa para Macau em 1812, e ali passou o resto da vida. Além dos conhecimentos que possuia na Theologia e Mathematica, e na Arte da Musica, foi tido por habil mestre, não só das linguas européas, mas da chineza, a cujo estudo se applicava *ex professo*, com incançavel trabalho, em beneficio das missões do seu instituto. Foi membro da Real Sociedade Asiatica, e socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, eleito em 18 de novembro de 1840, cujo diploma não chegou a receber, bem como o de cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição, que lhe fôra conferido em attenção ao seu merecimento. A sua *Necrologia* saiu no *Diario do Governo*, de 24 de janeiro de 1842. Escreveu: *Grammatica latina, ad usum sinensium juvenum*, Macau, 1828; *Arte china, constante de alphabeto e grammatica, comprehendendo modelos das differentes composições*, Macau, 1829; *Diccionario portuguez china, no estylo vulgar mandarim, e classico geral*, Macau, 1831; *Diccionario china portuguez*, etc., Macau, 1833; *Vocabularium latino sinicum, pronuntiatione mandarina latini litteras*, Macau, 1837; *Lexicon manuale latino-sinicum, continens omnia vocabula utilia et primitiva etiam scriptæ sacræ*, Macau, 1839; fez-se outra edição com o titulo: *Lexicon Manuale latino sinicum ductore Alp. Gonçalves; lucem editum nunc iterum typis mandatum aditi duplice supplemento, unum de nominibus propriis, alterum de Astronomiæ, Geographiæ et Physicæ vocabulis*, 1839; é em 8.º gr. em papel chinez transparente, *Lexicon magnum latino sinicum, ostendens etymologiam, prosodiam, et constructionem vocabulorum*, Macau, 1841; *Versão do Novo Testamento em lingua china*, inédito; *Diccionario sinico-latino*, tambem inédito.

Gonçalves *(Joaquim Antonio)*. Industrial. N. no Porto a 14 de janeiro de 1851, sendo filho de Jacinto José Gonçalves, abastado industrial, dono d'uma das melhores fabricas de chapéos estabelecidas no Porto, e de D. Albina Antonia Alves Foi estudante muito distincto, e terminados os preparatorios matriculou se na Escola Medico-Cirurgica do Porto, mas teve de deixar o curso por falta de saude, e por conselho dos medicos dedicou-se desde então á vida commercial,

administrando depois com seus irmãos a fabrica de seu pae. Collaborou em diversos jornaes politicos e litterarios. Foi deputado na legislatura de 1882-1883, sendo eleito por um dos circulos do Porto. Exerceu tambem o cargo de secretario da Associação Commercial, e foi autor d'alguns dos seus relatorios mais notaveis. Fez parte da commissão de inquerito aos estabelecimentos industriaes do Porto, a qual publicou em separado o seu relatorio. Escreveu: *Versos por Joaquim Gonçalves*, Porto, 1870.

Gonçalves *(Joaquim Cardoso de Sousa)*. Official da Secretaria da Junta do Credito Publico; diplomado com o Curso Superior do Commercio; director da Academia de Estudos Livres, desde a sua reorganisação em 1897. Nasceu em Lisboa a 18 de abril de 1864; filho de Antonio Maria Gonçalves e de D. Eugenia de Sousa Gonçalves. Tem escripto as seguintes monographias, que se encontram publicadas nos *Annaes* da referida Academia: *IV — Uma excursão á serra da Arrabida; V — O castello de Palmella*, 1903; *VI — Uma excursão no Tejo até ao Canal d'Azambuja; X — No Bussaco (historia, paizagem e descripções)*, 1905. Tambem tem collaborado em algumas outras publicações, assignando-se Cardoso Gonçalves.

Gonçalves *(P. José Caetano)*. Autor dos seguintes escriptos: *Oração funebre que nas solemnes exequias do ex.mo e rev.mo sr. D. fr. Manuel de S. Galdino, arcebispo metropolitano de Gôa, primaz do Oriente, mandadas fazer no dia 4 de dezembro do anno 1867 pelo ex.mo e rev.mo sr. D. João Chrysostomo de Amorim Pessoa, seu successor, recitou*, etc., Nova Gôa, 1868; *Sermão da paschoa da resurreição, recitado na sé primacial do Oriente em 1868*, Nova Gôa, 1868; *Edital da junta governativa do arcebispado de Gôa, de 29 de julho, annunciando uma indulgencia em fórma de jubileu*, etc., Nova Gôa, 1869. Attribue-se-lhe a redacção d'este documento relativo ao concilio que devia realisar-se a 8 de dezembro do mesmo anno.

Gonçalves *(José Nunes)*. Capitão do estado maior de artilharia, lente da 6.ª cadeira da Escola do Exercito (balistica e suas applicações ao tiro das bocas de fogo), socio correspondente da Academia Real das Sciencias, etc. N. em 23 de outubro de 1859. Assentou praça em 18 de outubro de 1879, sendo promovido a alferes em 9 de janeiro de 1884, a tenente em 27 de janeiro de 1886, e a capitão em 23 de março de 1895. E' official e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, cavalleiro da de S. Thiago, e tem as medalhas de prata de bons serviços e de comportamento exemplar. Escreveu: *Armamento de infantaria*. Lisboa, 1887; é a reunião dos artigos que o autor havia publicado na *Revista das sciencias militares*, ácêrca do armamento de infantaria em varios paizes, sendo minucioso no estudo comparativo dos differentes projecteis modernos; *Artilharia Krupp e artilharia de Bange; notas para um estudo comparativo d'estes dois systemas de artilharia*, Lisboa, 1888; *As altas cavallarias, carta da «Verdadeira situação militar»*, Lisboa, 1888. O sr. capitão Nunes Gonçalves tem collaborado na *Revista das sciencias militares*, e no *Exercito portuguez*, sendo traduzidos alguns dos seus artigos pelos *Estudios militares*, revista quinzenal hespanhola, que se publica em Toledo.

Gonçalves *(Lourenço)*. Mestre das obras reaes de carpintaria em Evora, cargo para que foi nomeado por D. Affonso V, em carta passada a 7 de fevereiro de 1480. Esta nomeação foi confirmada depois por D. João II, em carta de 3 de julho de 1482, e por D. Manuel em carta de 28 de março de 1496.

Gonçalves *(Luiz Manuel Julio Frederico)*. Foi professor do Lyceu de Gôa, advogado, sendo em 1889 nomeado para dirigir a bibliotheca da mesma cidade. Nasceu em Nova Gôa em 1846. Escreveu: *Ensaio historico de Portugal, apontamentos chronologicos, historicos e genealogicos dos reinados ou soberanos de Portugal*, coordenados com tabellas, notas illustrativas e dois planos sobre a historia antiga de Portugal, e sobre a sua grandeza e decadencia, Margão, 1864; *Tratado elementar de estatistica*, escripto em artigos para o *Jornal encyclopedico*, pelo commendador Claudio Lagrange M. de Barbuda, e extrahido para o uso das escolas, Margão, 1864; *Livros para o povo:* I *Cesar de Vasconcellos*, estudo biographico e historico, ou paginas para servirem de introducção á historia da ultima epoca administrativa no Estado da India, Nova Gôa, 1864; II *Thomé Pires*, Margão, 1865; *Representação que a S. M. El-Rei dirigiram os advogados dos auditorios das ilhas de Gôa, Salsete e Bardez, do districto judicial da India, contra os decretos de 13 de maio de 1869*, com annotações e um prologo, Margão, 1869; *Revelação ás santas Izabel e Brizida; orações ao Senhor Jesus e S. Sebastião; milagre de Jesus Christo e sua milagrosa carta*, Nova Gôa, 1870; *Illustração goana*, publicação de que foi fundador, director principal e collaborador.

Gonçalves *(Martim)*. Mestre da ordem de Christo no tempo de D. Affonso IV. Foi o terceiro mestre da ordem, e assumiu o mestrado em 1327. Era muito estimado pelo monarcha, que tinha em elevada conta a sua bravura. Falleceu em 1385.

Gonçalves *(Nuno)*. Um dos doutores a quem D. João II ordenou que lavrassem auto do assassinio do duque de Vizeu. O outro chamava-se Gil Fernandes.

Gonçalves *(Nuno José)*. Chefe da 1.ª repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, no Thesouro Publico. N. em Lisboa a 22 de novembro de 1812, fal. a 17 de setembro de 1865. Habilitado com o curso biennal da Aula do Commercio, de 1828 a 1830, entrou no serviço do Estado na qualidade de *official papelista* (amanuense) da secretaria do Conselho da Fazenda, e pela extincção d'este tribunal em 1833, foi transferido para o do Thesouro Publico com a graduação de aspirante. Subiu successivamente até chegar ao logar de chefe da 1.ª repartição da direcção geral das alfandegas, já em promoções ordinarias, já por virtude de propostas especiaes, fundadas em merito recommendavel e no desempenho de commissões importantes. Era cavalleiro da ordem da Torre e Espada, e commendador da de Christo, em remuneração de bons e longos serviços. Dos trabalhos por elle elaborados, mencionaremos os *Mappas geraes do Commercio de Portugal com as suas possessões ultramarinas e as nações estrangeiras*, etc. Principiaram a ser publicados em 1849, contendo o volume em folio que n'esse tempo saiu, os do

anno de 1843. Em 1851 sairam os de 1848, em 1855 os de 1851, em 1858 os de 1855. Os tres ultimos com os *Mappas dos rendimentos provenientes dos despachos do consumo e exportação effeituados na Alfandega grande de Lisboa e do Porto* desde o 1.º de janeiro de 1851 a 30 de junho de 1852, e do 1.º de janeiro de 1853 a 30 de junho de 1854, formando uma importante collecção de 4 volumes em folio maximo. Estes mappas careciam de grande aperfeiçoamento a que fôram levados depois, por virtude de novas e cuidadas diligencias. A imprensa apreciou-os devidamente, com especialidade os jornaes: *O Estudante*, de 30 de outubro de 1851; *Revista Universal Lisbonense*, 2.ª série, tomo IV, n.º 15, pag. 169; *Revista Popular*, vol. IV, n.º 42, pag. 408; *Gazeta dos Tribunaes*, 11.º anno, pag 514, etc.

Gonçalves (*Ruy*). Licenceado em Direito Civil, e lente de Instituta na Universidade de Coimbra, advogado da Casa da Supplicação, etc. Nasceu na ilha de S. Miguel, mas desconhecem-se as datas do seu nascimento e fallecimento Tomou posse do logar de lente a 27 de outubro de 1539. Alguns o nomeiam Ruy Gonçalves da Grã. Escreveu: *Privilegios e prerogativas que o genero feminino tem por direito commum e ordenações do reino mais que o genero masculino*, Lisboa, 1557; saiu depois em Lisboa em 1785; esta obra foi dedicada á rainha D. Catharina, mulher de D. João III, a quem o autor dirige grandes elogios. E'-lhe attribuida a seguinte obra, que saiu anonyma e sem data da impressão. *Tratado sobre a expedição dos perdões, que concedem os reis de Portugal.*

Gonçalves *(Sebastião)*. Jesuita. N. em Ponte do Lima em 1557, fal. em Gôa a 23 de março de 1619. Era filho de João Gonçalves e de Izabel Gonçalves. Entrou no noviciado da Companhia de Jesus, de Evora, aos 17 annos de edade, a 29 de março de 1574, onde foi mestre dos noviços. Partiu depois para as missões do Oriente, e teve o cargo de preposito na casa professa de Gôa, e o de reitor da Universidade da mesma cidade. Deixou alguns manuscriptos sobre a historia religiosa da India, que não chegaram a imprimir-se.

Gonçalves *(Fr. Simão da Conceição)*. Religioso da ordem de Santo Agostinho. Foi filho de paes humildes; nasceu em 1787, ignorando se a terra da sua naturalidade. Desejando fazer fortuna embarcou , ainda novo, para o Brazil, n'um navio mercante, de cuja tripulação fazia parte, por lhe faltarem os meios precisos para pagar a viagem. Sendo o navio aprezado pelos francezes, com cuja nação estavamos em guerra, foi a tripulação levada prisioneira para França, isto nos ultimos mezes de 1810 ou principio do anno de 1811. Simão Gonçalves (como então se chamava) teve ensejo de passar á Inglaterra, embarcando como servente n'um navio que se fazia de vela para a India. Chegado ao Oriente entrou n'um convento da ordem agostiniana, dedicando-se á vida religiosa. Em 1822 encontrava se em Calcutá, d'onde escreveu a sua mãe uma carta datada de 2 de setembro, em que èntre outras considerações fazia a que transcrevemos: «Já sei que tem havido por lá muitas novidades a respeito da Constituição, e que por toda a parte de Portugal tem havido grandes festas: aos 24 de agosto d'este anno, que fazia dois annos de Constituição, os portuguezes que estavão aqui dos Navios fizerão uma grande festa em memoria da Constituição e eu tão tolo que préguei, pois a Constituição para nós padres não póde ser boa, mas emfim como seja para bem publico da Nação estou muito contente, porque para mim em quanto estiver n'estas terras, não tenho nada que fazer nem com Rei nem com a Constituição.» Terminando o tempo da missão em Calcutá, onde os trabalhos lhe não escasseavam como elle mesmo confessa na citada carta, voltou para Gôa, onde chegou a provincial da ordem graciana. Em 1834 depois de extinctas as ordens religiosas secularisou-se, sendo nomeado pelo governo prior d'uma das freguezias d'aquelle Estado, morrendo alguns annos depois.

Gonçalves *(P. Vasco)*. Natural de Barcellos, filho de Gonçalo Domingues Villas-Boas, e valido intimo do nono conde de Barcellos, D. Affonso, além de primeiro chantre da sua capella. Recolhendo-se ao convento de Villar de Frades, ahi falleceu santamente em 1450, sendo reitor do mesmo convento, e havendo sido modelo de caridade e amor dos pobres.

Gonçalves (*Vasco*). Ourives e gravador da Casa da Moeda de Lisboa, no seculo XV. Existe uma carta régia, passada em Salvaterra a 27 de abril de 1454, nomeando-o abridor de cunhos para a referida Casa da Moeda, em substituição de Gil Vasques, que havia fallecido. Este documento acha-se na Torre do Tombo no livro X de D Affonso V, a fol. 36 v. Vasco Gonçalves foi demittido por outra carta, datada de Evora a 3 de abril de 1497, por se encontrar impossibilitado, e fazer se substituir por outro sem autorisação régia, nem ainda lhe estar confirmada a mercê por el-rei D. Manuel. Este documento está registado na Torre do Tombo a fol. 21 v. do livro XXX de D. Manuel.

Gonçalves. Pov. na freg. de S. Miguel, de Leça da Palmeira, conc. de Bouças, distr. do Porto.

Gonçalves *(Ponta de)*. Ponta ou cabo situado na parte meridional da ilha de Moço Gonçalves, na costa da provincia da Guiné, Africa Occidental.

Gonçalves de Aguiar *(P. José)*. Bacharel formado em Theologia pela Universidade de Coimbra, que escreveu: *O dogma da immaculada Conceição de Maria Santissima*, Lisboa, 1880. Traz uma carta dedicatoria ao arcebispo de Gôa, D. Ayres de Ornellas, *como patricio e amigo desde a infancia.*

Gonçalves de Azevedo *(David)*. Cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição, e da Rosa do Brazil, vice-consul de Portugal na provincia do Maranhão. Nasceu em Thomar em 1 de setembro de 1816. Depois de tomar parte como voluntario na guerra civil em 1833, alistando-se n'um batalhão movel quando contava 17 annos de edade, transferiu-se para o Brazil em 1837, e na provincia do Maranhão dedicou-se á vida commercial. Prestou serviços á ordem publica em 1840, por occasião da guerra chamada da *balaiada*, militando como capitão n'um batalhão provisorio que se organisou, composto exclusivamente de portuguezes, o que lhe valeu ser remunerado pelo governo de Portugal e pelo do Brazil, com as distincções acima citadas, por haver promovido espontaneamente uma subscripção

avultada para soccorrer as victimas dos estragos do terremoto, que em 1841 se fez sentir na ilha Terceira. Foi vice-consul de Portugal no Maranhão, e por muitos annos presidente do Gabinete Portuguez de Leitura na referida provincia; vice-presidente da Sociedade de Beneficencia 1.° de Dezembro, socio honorario de varias associações litterarias, etc. Escreveu nos jornaes *Porto-franco* e *Globo* muitos artigos sobre colonisação, vantagens da extincção dos frades, emigração de portuguezes para o Brazil, vista d'olhos sobre Africa, factos historicos, etc. No *Globo* publicou tambem a descripção das exequias da rainha D. Maria II, que depois se imprimiu em separado com a *Oração funebre* do dr. Manuel Tavares da Silva. Escreveu mais: *Epitome historico de Portugal, desde a fundação da monarchia até hoje*, Maranhão, 1855; *Ao ill.^mo e ex.^mo sr. Duque de Loulé, presidente do conselho de ministros em Portugal, etc., e aos seus amigos offerece David Gonçalves de Azevedo, vice-consul de Portugol na provincia do Maranhão*, Maranhão, 1862. E' uma exposição apologetica e documentada do seu procedimento civil e commercial, contra as injurias que lhe fizera o jornal *Publicodor maranhense.*

Gonçalves de Azevedo (*Manuel Ribeiro*). Parece ter sido natural de Coimbra. Esteve preso no Limoeiro, á ordem de intendente geral da policia, por motivo que se ignora, e no *segredo* desde janeiro até abril de 1803, sendo novamente preso em 1805. Escreveu: *Versos que ao nome de Anardresa consagra Lemano do Mondego*, Lisboa, 1807.

Gonçalves Cardoso (*Francisco Antonio*). Governador geral de Angola e de Macau, contra-almirante, deputado, etc. Fal. em Lisboa a 24 de fevereiro de 1875. Estudou na Academia Real de Marinha, tendo nos exames plena approvação e um premio. Deu começo á sua carreira assentando praça como aspirante de piloto a 27 de novembro de 1821, embarcando logo no brigue *Audaz*, que fazia parte da esquadra da Bahia. Depois de ter percorrido os mares do Brazil e as costas occidental e oriental da Africa portugueza, depois de ter estado algum tempo ao serviço da armada brazileira, tendo tido a honra de ser um dos officiaes escolhidos para embarcar na fragata *D. Fernando*, que devia conduzir á Europa a rainha dos portuguezes, depois de haver exercido já o commando a bordo da barca canhoneira n.° 3, foi promovido a segundo tenente de commissão, tendo abandonado os seus interesses e o seu bem estar na America, se foi offerecer voluntariamente, em 7 de julho de 1831, ao consul geral de Portugal no Rio de Janeiro, para embarcar no brigue *D. Estevão de Ataide*, que depois teve o nome de *Conde de Villa Flôr*, o qual se estava preparando n'aquelle porto para conduzir á ilha Terceira os emigrados politicos. Ainda n'esse anno lhe foi confiado o commando do patacho *S. Bernardo*, em serviço das ilhas dos Açôres e Madeira, e passando de novo para o brigue *Conde de Villa Flôr*, fez parte da expedição que largou para Portugal, e foi o primeiro homem da esquadra liberal que veiu desembarcar nas praias do Mindello. Em 11 de setembro de 1832 foi promovido a segundo tenente effectivo, e tomou parte no combate de 11 de outubro seguinte contra a esquadra miguelista nas aguas de Vigo. Embarcado depois na corveta *Constituição*, não quiz adherir á revolta que se manifestou a bordo d'este navio, e passando para uma lancha, dirigiu-se ao Porto. Não podendo saltar em terra por causa do mau tempo, foi para bordo da corveta *Portuense*, que estava fundeada fóra da barra, e seguiu para a ilha Terceira, onde lhe foi dado o commando d'um patacho carregado de mantimentos para os defensores do Porto. Chegando a esta cidade tomou parte na sortida de 14 de novembro, e n'ella ficou gravemente ferido, depois de se ter distinguido pela sua bravura e valentia. Restabelecido d'aquelle ferimento entrou novamente em serviço, sendo outra vez ferido, em 28 de junho de 1833, quando na Foz do Douro auxiliava o embarque de mantimentos. Terminando a campanha da Liberdade, Gonçalves Cardoso conservou-se por muitos annos na estação e nos cruzeiros de Africa, e mais d'uma vez foi encarregado de commissões importantes e arriscadas n'essa epoca de quasi continuas revoltas e sedições populares. Em 18 de janeiro de 1834 foi promovido a primeiro tenente, embarcando a 17 de junho como commandante do brigue *D. Pedro*, que fez parte da esquadrilha enviada a Inglaterra, para acompanhar a Lisboa o principe D. Augusto de Leuchtenberg, primeiro marido da rainha D. Maria II. A 15 de fevereiro de 1844 foi promovido a capitão tenente, e em 30 de maio de 1847 a capitão de fragata. Merecem especial menção os serviços prestados em 1846 no desembarque na Catumbella, na derrota do gentio que se lhe seguiu, no aprisionamento da *Nereide*, e no auxilio prestado ás autoridades de S. Miguel, o que lhe valeu diversos elogios na ordem da armada, recommendações de louvor do governo inglez e officios muito hourosos de differentes autoridades que attestam o zelo com que o distincto official se houve n'essas, por vezes, difficeis e delicadas circumstancias. Durante este mesmo periodo foi agraciado com o grau de cavalleiro das ordens da Torre e Espada, N. S.ª da Conceição, e de S. Bento de Aviz, recebendo tambem a mercê de commendador d'esta ultima ordem. Em 1819 saiu eleito deputado por Angola, que mais tarde o tornou a eleger, em 1872. A 17 de outubro de 1849 foi nomeado governador de Macau, commissão que exerceu até 13 de setembro de 1850, sendo por esse motivo promovido a capitão de mar e guerra extranumerario, e depois da nomeação, agraciado com a carta de conselho Em 1853 foi nomeado vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar, e em 1854 intendente da marinha e inspector do arsenal; em 1863 vogal do conselho ultramarino, sendo n'este meio tempo encarregado de varios trabalhos, em que sempre mostrou a maior dedicação pelo serviço do Estado Em 1865 foi nomeado governador geral de Angola, e promovido ao posto de chefe de divisão, que depois se converteu, por effeito d'uma reforma no generalato da armada, no de contra-almirante. Em 1870 foi lhe dado o commando do corpo de marinheiros. Gonçalves Cardoso, além das honras já mencionadas, era official da Legião de Honra, de França; da Rosa, do Brazil; commendador do Leão Neerlandez, dos Paizes Baixos, e gran-cruz de Izabel a Catholica, de Hespanha. A'cerca do governo de Angola publicou em 1871 E. A. de Sá Nogueira Pinto de Balsemão um

folheto de 86 paginas, intitulado: *Resumida historia do governo de Francisco Antonio Gonçalves Cardoso.* Traz uma relação das minas descobertas até á data da publicação d'esse folheto.

Gonçalves Coelho *(Martim).* Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra. Nasceu em Ribeira de Frades. Era filho do Martim Gonçalves Foi lente da Universidade, de Methodo, nomeado a 21 de janeiro de 1606, e de Anatomia a 7 de fevereiro de 1615. Escreveu alguns livros sobre Medicina, que ficaram inéditos.

Gonçalves Correia *(João Maximo).* Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, natural de Lisboa, onde tambem fal. em 12 de maio de 1896, com perto de 70 annos de edade. Foi medico do Montepio dos empregados do Estado, do Montepio de Jesus Maria José, Montepio Beneficencia de Santa Monica, e Montepio de N. S.ª dos Remedios No anno de 1857, quando a epidemia da febre amarella assaltou Lisboa, prestou muitos serviços, que lhe valeram ser condecorado com o habito da Torre e Espada, e com a medalha instituida especialmente pela Camara Municipal para galardoar esses serviços.

Gonçalves da Costa *(P. Manuel).* Presbytero secular. Nasceu em Peras-Alvas, termo de Montemór-o-Velho, a 9 de abril de 1605, e fal. em 1688. Era filho de Diogo Gonçalves e de Anna Jorge. Estudou grammatica na sua terra natal, Philosophia e Mathematica em Coimbra. Ordenou-se de presbytero em 1629, e veiu para Lisboa para se oppôr a algum beneficio das ordens militares. Dedicando se muito ao estudo da Mathematica, compoz no espaço de 22 annos os prognosticos de cada um, calculado conforme o clima d'este reino.

Gonçalves Coutinho *(Alvaro).* Mais conhecido pela alcunha de *Magriço*. V. *este nome.*

Gonçalves Coutinho *(Luiz).* Cavalleiro da ordem de Christo; professor regio da lingua portugueza em Lisboa, cargo que exerceu por mais de 40 annos. Fal. em 3 de outubro de 1851. Na *Revolução de Setembro* de 19 de novembro d'este anno, vem a seu respeito um artigo necrologico. Escreveu: *Resumo orthographico da lingua portugueza, composto e offerecido ao ill.*^{mo} *sr. dr. José Telles da Silva, etc., Quarta impressão.* Lisboa, 1814; não sabemos a data das impressões anteriores; a obra continuou a publicar se em novas edições até 9.ª inclusivé, com o titulo de: *Novo methodo de Grammatica e orthographia portugueza*, etc.; *Breve tratado, ou explicação do que é grammatica, oração portugueza, dos vicios que fazem a oração defeituosa; Divisão da sintaxe, e das suas principaes figuras*, etc., Lisboa, 1814; *Compendio de Geographia moderna e universal, dividido em duas partes*, etc., Lisboa, 1840. Até ao anno de 1845, publicou os seguintes escriptos: *Novo compendio de Calligraphia, ou da arte de escrever, em que se trata das regras necessarias para escrever bem*, etc.; tem 9 exemplares ou traslados; *Nova Carta, ou o perfeito systema de ensinar a lêr em breve tempo, livre de vicios na pronuncia: dividida em duas partes; Compendio primeiro de Arithmetica commercial, com um appendice dos complexos; Compendio de dizima e quebrados; Resumo da Historia romana e da Chronologia sagrada; Novo epitome da Historia portugueza, e da Geographia, proprio para meninos; Compendio dos rudimentos necessarios para aprender o francez, com boa pronuncia, e sem dependencia de mestre; Novo systema de grammatica portugueza;* parece que este folheto não chegou a imprimir se.

Gonçalves Crespo *(Antonio Candido).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado, poeta muito apreciado, redactor do *Diario da Camara dos Pares*, etc. N. no Rio de Janeiro a 11 de março de 1846. fal. em Lisboa a 11 de junho de 1883. Era filho de Antonio José Gonçalves Crespo. Vindo educar-se em Portugal, matriculou-se na Universidade, recebendo o grau de bacharel em Direito no anno de 1875. Foi deputado nas legislaturas de 1879 e 1881, eleito por um dos circulos da India. Em 1880 foi nomeado redactor do *Diario da Camara dos Pares.* O seu tempo de estudante ficou memoravel em Coimbra, e a este respeito diz um dos seus biographos: «Na tradição coimbrã andam ainda as alegres aventuras e os espirituosos versos d'este finissimo poeta, que foi um dos delicadissimos temperamentos d'artista e um bello coração cheio de sinceridade e candura. No celebre *Cenaculo* da Couraça de Lisboa, d'onde nasceu a *Folha*, bello jornal primorosamente redigido, era Gonçalves Crespo o companheiro mais amado e mais querido pela sua graça cheia de espontaneidade e brilho.» Gonçalves Crespo fez parte da redacção do *Jornal do Commercio*, de Lisboa, e collaborou nos seguintes: *Folha*, *Instituto*, *Mosaico* e *Litteratura Occidental*, de Coimbra; *Partido Liberal* e *Republica das Letras*, de Braga; *Harpa* e *Renascença*, do Porto; *Artes e letras*, *Occidente*, e *Cenaculo*, de Lisboa. Em 1870 publicou um volume de versos, com o titulo de *Miniaturas*, que a imprensa muito apreciou, e em 1882 outro volume, intitulado *Nocturnos.* Pouco tempo depois da sua formatura casou com a illustre escriptora e poetisa sr.ª D. Maria Amalia Vaz de Carvalho, com quem escreveu em 1882 um livro denominado *Contos para os nossos filhos*, que foi approvado pelo Conselho de Instrucção Publica para uso das escolas primarias; d'este livro tem se feito varias edições; é illustrado com 8 chromos typographicos de pagina, e 92 gravuras intercaladas no texto. Gonçalves Crespo era socio do Instituto de Coimbra e da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Na *Galeria dos poetas contemporaneos* de Candido de Figueiredo, veem publicados apontamentos biographicos e uma apreciação das suas obras. Em Lisboa publicaram se ha annos, n'uma bella edição, as obras completas de Gonçalves Crespo, e em 1898, o sr. Rodrigo Velloso, de Barcellos, reuniu n'um pequeno volume algumas poesias publicadas em diversos jornaes e que não tinham sido incluidas, o qual tem por titulo: *Poesias (não entradas na edição de suas «Obras completas»).* Estas poesias são acompanhadas de interessantes notas.

Gonçalves Lage *(José).* Nasceu na freguezia de Sarraquinhos, concelho de Montalegre, a 10 de março de 1840, sendo filho de Bento Gonçalves Lage. Em 1856 foi para Braga, e ali frequentou todas as aulas do Lyceu, sendo approvado com distincção nos seus exames, tendo n'alguns approvação com louvor. Matriculou-se depois no seminario da mesma cidade, sendo egualmente approvado com louvor em cada um dos tres annos do curso. Ordenou-se de presbytero, e retirou-se para a provincia de Traz-os-Montes, onde foi

parocho alguns annos. Resolvendo formar-se, veiu matricular-se em Theologia e em Direito na Universidade de Coimbra em 1881, chegando ao terceiro anno, em que interrompeu os cursos, tendo sido o primeiro anno classificado distincto em Direito, e no segundo com as honras de *accessit* em Theologia, e distincto em Direito. Escreveu: *Noção elementar da historia moderna de Portugal*, Porto 1877; reimprimiu-se em Coimbra, 1882; *Rhetorica abreviada ou Synopse do compendio de rhetorica de A. C. Borges de Figueiredo*, Coimbra; reimprimiu-se com o titulo de *Apontamentos de oratoria ou Subsidio dos exames de portuguez; Noções syntheticas de poetica*, compendio approvado pela junta consultiva de instrucção publica, Coimbra, 1880; *Elementos de litteratura classica antiga e moderna*, compendio approvado, etc, Coimbra, 1881; *Noção elementar de chorographia de Portugal*, Coimbra, 1882; *Novissima grammatica portugueza*, approvada pela junta consultiva, etc., Coimbra, 1882; *Novissima grammatica portugueza, resumida e accommodada á instrucção primaria*, Coimbra. 1882; *Elementos de oratoria*, Coimbra, 1883; *Um pires de dôce, resposta a um folheto diffamatorio do livreiro José Diogo Pires*, Coimbra, 1883; *Noção synthetica de economia politica*, Coimbra, 1884; *Duas palavras sobre um exame de peritos e sobre uma minuta de aggravo subido á Relação do Porto*, Coimbra, 1884; este folheto refere-se á controversia com o livreiro editor Pires, acima citada; *Nova grammatica elementar da lingua latina*.

Gonçalves Lima *(Augusto José)*. Commendador da ordem de Christo; bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, secretario geral do Governo Civil de Lisboa, primeiro official do ministerio do reino; poeta, etc. Nasceu em Odivellas a 21 de dezembro de 1825, fal em Lisboa a 23 de novembro de 1867. Era filho de Porphyrio José Gonçalves Lima, antigo cirurgião em Lisboa, e de sua mulher, D. Francisca Rosa de Lima. Em 1851 foi nomeado administrador do bairro do Rocio, mais tarde secretario geral do Governo Civil, e promovido a primeiro official do ministerio do reino, logar que exercia quando falleceu. Foi um dos mais apreciados poetas da pleiade litteraria do *Trovador*, livro publicado em Coimbra em 1848. Escreveu: *Murmurios*, Lisboa, 1851, com uma carta prefacio de Lopes de Mendonça; n'este volume fôram incluidas, além de muitas poesias ainda inéditas, as que andavam disseminadas avulsamente na *Revista Universal*, no *Trovador*, etc.; *Ardinia, romance historico*, Lisboa, 1847; escripto em versos octosyllabos, e extrahido, segundo o autor declara, da *Chronica de Cistér*, de fr. Bernardo de Brito; *Carta de Sapho a Phao, traduzida em versos portuguezes*, Lisboa; *Silencio!*, poesia inserta no *Archivo Universal*, tomo I, 1859, nº 19; *Manual do processo eleitoral, ou exposição systematica da legislação em vigor sobre as operações do recenseamento e eleição de deputados: acompanhada das resoluções do Governo e dos tribunaes com observações e notas*, Lisboa, 1865; este trabalho foi escripto juntamente com o seu antigo amigo e collega Antonio Maria da Costa Monteiro. Publicou varios artigos em prosa nos jornaes politicos de Lisboa, Coimbra e Porto, occasionados na maior parte pelas luctas civis e politicas de Portugal em 1846 e 1847, e da Europa nos annos seguintes. Em 1859 publicou uma série de artigos no *Jornal do Commercio* sobre a lei do recrutamento, começando a 19 de maio.

Gonçalves Lobato *(Balthazar)*. Era natural de Tavira, e parece ter florescido no ultimo quartel do seculo XVI e principios do XVII. Compoz a 5.ª e 6.ª parte do *Palmeirim de Inglaterra*, começada por Francisco de Moraes, a qual tem por titulo: *Quinta e sexta parte do Palmeirim de Inglaterra, dirigida a Dom Diogo da Silva, Conde de Portalegre, Chronica do famoso Principe D. Clarisol de Bretanha, filho do Principe Dom Duardos de Bretanha, na qual se contam suas grandes cavallarias, e dos Principes Lindamor, Clarifebo e Beliandro da Grecia, filhos de Vesperaldo, Landinante e Primaleão e de outros muitos principes e cavalleiros famosos do seu tempo*, Lisboa, 1602. Esta obra foi dedicada a D. Diogo da Silva, 1.º conde de Portalegre, mordomo-mór d'elrei D. Manuel.

Gonçalves Lopes *(Francisco)*. Antigo editor de obras litterarias, proprietario da typographia do *Futuro*, e decano dos typographos portuguezes. Nasceu em 1822, e fal. a 18 de agosto de 1893. Foi um verdadeiro luctador pela instrucção, companheiro incançavel de Vieira da Silva, Silva Albuquerque, Eduardo Coelho, e d'outros benemeritos na implantação do principio associativo em Portugal. O seu constante pensar era o soccorro mutuo e a propaganda desinteressada da instrucção entre as classes operarias. Foi o primeiro que editou em Portugal as obras de Victor Hugo, a cuja memoria votava o mais sincero culto, sendo a primeira *Os Miseraveis*, que obteve grande successo. Em S. Paulo, no Brazil, realisou-se ha muitos annos uma festa commemorativa da morte do grande poeta e escriptor da França, feita por uma associação popular da colonia franceza; na ornamentação da sala figuravam nomes de muitas nacionalidades, de divulgadores dos seus trabalhos litterarios, e entre esses nomes só havia um portuguez, o de Gonçalves Lopes. Fundou o primeiro jornal critico, exclusivamente de caricaturas, que appareceu em Lisboa, *O Jornal para rir*, desenhado por Nogueira da Silva, e collaborado por Castilho, Mendes Leal, Latino Coelho, Rodrigues Cordeiro, Julio Cesar Machado, e outros escriptores afamados d'aquella epoca. Na sua typographia saiu em 1856 o *Asmodeu*, jornal burlesco fundado pelo dr. Marianno de Azevedo. Em 1858, tendo saido do jornal o responsavel Francisco Maria Enêa, foi substituil-o Francisco Gonçalves Lopes, por ser publicação feita na sua typographia. Um dia, porém, em 1863, soube á ultima hora que a redacção se prestava a um caso de *chantage*, e sem que ninguem o pensasse, fez apparecer á frente do jornal de 25 de agosto, uma declaração em grossos caracteres, de que fôra illudido, e não prestava o seu nome a actos menos dignos, e desligou-se de toda a responsabilidade. Gonçalves Lopes foi presidente, reeleito por vezes, em varias associações, como a *Typographica*, a dos *Artistas Lisbonenses*, *Centro promotor das classes laboriosas*, etc. Foi um dos fundadores do *Asylo dos Invalidos do Trabalho*. Em 1857, quando a febre amarella invadiu Lisboa, Gonçalves Lopes era presidente da Associação dos Artistas e prestou relevantissimos serviços, sendo-lhe por isso conferido por D. Pedro V o habito da ordem

da Torre e Espada, bem como a medalha, instituida pela Camara Municipal. O modesto artista não quiz nunca ostentar estas distincções, mas guardava-as cuidadosamente, dispondo que por sua morte fôssem collocadas na sala da Associação, dizendo que era a ella que pertenciam de direito. Pertencia ao grupo dos republicanos moderados, censurando sempre tudo quanto fôsse excesso e leviandade. O partido o escolheu para figurar na lista dos vereadores da Camara Municipal na eleição de 3 de novembro de 1889. A morte de Elias Garcia, succedida em 1891, causou-lhe um profundo abalo, porque era seu amigo dedicado, e com elle convivera por largos annos, imprimindo-se na sua typographia o jornal a *Democracia*, de que fôra o fundador e redactor principal, e cuja manutenção Gonçalves Lopes muito auxiliava. Desde então, o seu estado moral e physico resentiu se muito, possuiu-se de profunda tristeza, até que falleceu, contando 71 annos de edade.

Gonçalves Mamede *(Joaquim)*. Doutor em Mathematica e lente de prima jubilado na Universidade de Coimbra, deputado, etc. Nasceu no Porto a 18 de abril de 1818, fal. a 17 de dezembro de 1880. Era filho de José Gonçalves Mamede, que fôra commissario das fôrças liberaes durante o cêrco, e de D. Rosa Thereza de Jesus. Aos 16 annos de edade, em 1834, logo depois de restabelecido o governo constitucional, matriculou-se na Universidade no primeiro anno da faculdade de Mathematica, cujo curso seguiu com distincção, tomando o grau de bacharel em 18 de maio de 1838, e o de doutor em 27 de julho de 1840. Obteve as primeiras condecorações academicas: foi despachado ajudante do observatorio astronomico a 29 de setembro ne 1838, pouco depois de ter recebido o grau de bacharel. No concurso de 1841 ficou approvado para o cargo de lente substituto extraordinario, sendo successivamente promovido até ao despacho de lente cathedratico em 6 de agosto de 1851, e a lente de prima da sua faculdade a 25 de novembro de 1869. Da regencia das cadeiras do primeiro e segundo annos, que desde muito moço lhe fôra confiada, passou o dr. Gonçalves Mamede á de mechanica racional, geometria descriptiva, geodesia e mechanica celeste. Em todas manifestou intelligencia superior, e deu provas evidentes de amor da justiça. Entrando na politica, filiou-se no partido regenerador, e foi deputado pela primeira vez em 1853, eleito por um circulo do Porto, que continuou a elegel-o até 1858; em 1860 foi eleito por Gondomar, e nas legislaturas de 1874 e 1878 pelo de Coimbra, tendo o encargo de presidente da respectiva camara. N'esta epoca foi elevado ao pariato. Desempenhou varias commissões de serviço, como a de vogal do conselho de instrucção publica e do de instrucção militar, concorrendo no primeiro com a autoridade scientifica de que dispunha, para ser creada na faculdade de Mathematica a cadeira de Physica e Mathematica, e trabalhando no segundo para a reforma do Collegio Militar e na Inspecção dos Lyceus, escrevendo um importante relatorio que depois se imprimiu. Foi eleito membro da conferencia escolar, que se reuniu no ministerio do reino em 1869. Depois de estar jubilado como lente de prima, foi nomeado presidente da Junta do Credito Publico, logar que exercia quando falleceu. Gonçalves Mamede collaborou em differentes jornaes politicos, principalmente na *Revolução de Setembro* e no *Conimbricense.*

Gonçalves Moreira *(Henrique Barbosa)*. Engenheiro civil de pontes e calçadas. Nasceu no Porto em 1844. Escreveu: *A sociedade e a familia, com um juizo critico pelo sr. Pedro de Amorim Vianna*, Porto, 1867. Collaborou em varios jornaes politicos e litterarios do Porto, taes como: *Nacional*, *Instrucção*, *Porto Elegante*, etc. Escreveu tambem um volume intitulado: *Sobre a perfectibilidade do genero humano*,

Gonçalves Neto *(Estevão)*. Abbade de Serem (Macinhata); capellão do bispo de Vizeu, e depois do de Coimbra, D. João Manuel; conego da sé de Vizeu. E' o notavel illuminador do celebre *Missal de Estevão Gonçalves*, que se guarda na Academia Real das Sciencias de Lisboa. Pouco se sabe da biographia d'este illustre artista. Sendo capellão do bispo de Vizeu D. João Manuel, proveu o este prelado em 8 de outubro de 1622 n'um canonicato da sua sé, que vagara pela morte de Christovão de Mesquita. Tomou posse no dia seguinte. Segundo refere Taborda, nas *Regras da arte de pintura*, (1815), Estevão Gonçalves falleceu a 29 de julho de 1627. O precioso Missal foi por elle executado entre os annos de 1610 e 1622, e por gratidão o offereceu ao referido bispo, que fundando o convento de Jesus em Lisboa, o doou ao mesmo convento. Alguns autores dizem que elle pertencera ao padre Mayne. Hoje conserva-se o *Missal* na Academia Real das Sciencias, onde se admira. E' uma maravilha pela excellencia e perfeição das suas illuminuras. Tem 44 folhas de pergaminho fino, nas quaes desde a primeira até á ultima se admira uma grande variedade de desenhos. São onze as estampas, verdadeiros quadros de vivissima composição, desenho correcto, disposição harmoniosa, viveza de colorido e boa perspectiva A belleza das tarjas que ornam todas as paginas do texto é inexcedivel. Mostram uma phantasia fertilissima, um delicado traço e apurado bom gosto. As illuminuras de pagina inteira são as seguintes:—O frontispicio, a adoração dos pastores, a dos magos, a ceia, o calvario, a resurreição, a descida do Espirito Santo, a assumpção, o cadafalso, o Menino entre os doutores e a Senhora recebendo o Menino. São uns quadros sacros da mais sublime inspiração, só comparaveis ás composições dos mais celebres artistas da Renascença. O estylo ogival, usado pelo illuminador, constitue uma certa originalidade e redobra a belleza dos assumptos. São encantadoras as flôres e as joias das formosissimas tarjas. Na parte inferior do frontispicio lê-se *Steph. Glz. Abbas Sereciensis fac. 1610.* Em algumas das estampas o artista assignou-se *Steph. Glz. Canon Visen.* A Estevão Gonçalves se attribuem tambem notaveis conhecimentos em architectura e esculptura. No thesouro da cathedral de Vizeu existe um calix rico, que serve unicamente nas festas principaes, e que tem no fundo da base as armas dos *Netos* e a legenda na circumferencia: *Estevão Gonçalves Neto — Anno 1626. A. B. H. V.* Tambem na mesma cathedral existe um livro de *Missas de prima*, cujas illuminuras lhe são attribuidas egualmente. N'esse livro acham-se estabelecidas pelo grande miniaturista 10 missas por sua alma e pela de seus paes, e 5 pela do bispo D.

João Manuel. Não se póde todavia negar, nem affirmar, que os cinzelados do calix e as illuminuras do livro das missas sejam do mesmo autor. No livro das *Missas de prima*, vêem se illuminadas as armas dos Abreus, e em bellos caracteres vermelhos a inscripção seguinte: *Gaspar de Campos e Abreu, chantre e conego da cathedral de Vizeu mandou fazer este livro á sua custa, 1618.* E' sobre o *Missal de Estevão Gonçalves* que juram os nossos reis quando são acclamados, e os principes herdeiros quando prestam juramento perante as côrtes. Por figurar n'estas ceremonias, foi em julho de 1874 renovada a encadernação d'este precioso manuscripto. A cobertura é de velludo carmezim, com fechos e guarnições, nos centros das capas e lombadas, de prata lavrada. Este *Missal* foi levado á exposição universal de Paris em 1867, e ahi causou profunda admiração. Suggerindo-se a idéa da sua reproducção pelo chromo-lithographia, a firma Maciá & C.ª, de Paris, alcançou permissão de Academia Real das Sciencias e do governo portuguez para fazer a edição, que confiou á casa Appel d'aquella cidade. Uma commissão de artistas veio de Paris á Academia para fazer a copia. Sendo enorme a despeza da reproducção, e para se lhe poder fazer face, veiu o referido sr. Maciá de Paris a Lisboa e ao Rio de Janeiro, onde abriu a assignatura pelo preço de 90$000 réis cada exemplar completo de 12 fasciculos a 7$200 cada um. Assignaram os membros da familia real portugueza, quasi todos os bispos, muitos titulares e capitalistas, diversos estabelecimentos publicos, o imperador do Brazil, a rainha Victoria, de Inglaterra, diversos principes, os museus de Londres e Kesington, etc. A camara municipal de Lisboa e as Bibliothecas Publicas de Lisboa e do Porto tambem assignaram. O custo total de cada exemplar subiu a 112$000 réis, sendo: 12 cadernetas a 7$500; a introducção franceza por Ferdinand Dénis, 7$500; a traducção da mesma em portuguez por Mendes Leal, e notas do traductor, 7$500 réis; encadernação condigna, réis 7$000. E' grande o numero de artigos e outros escriptos ácerca da obra primorosa de Estevão Gonçalves. Além da referida *introducção* de Ferdinand Denis, pódem vêr-se: Rackzinsky, *Dictionnaire historico-artistique du Portugal*, Paris, 1847; *Lista de alguns artistas portuguezes* pelo cardeal-patriarcha D. Francisco de S. Luiz; *Archivo pittoresco*, n.º 9, anno de 1867, artigo do Abbade Castro; *Estudo sobre o Missal de Estevão Gonçalves*, por José Feliciano de Castilho, Rio de Janeiro, 1874; *Portugal antigo e moderno* de Pinho Leal, vol. 9, pag. 152 e 12 pag. 1572; *Os manuscriptos illuminados*, no *Occidente*, de 1894-1895; etc.

Gonçalves Pereira *(João)*. Formado em Canones pela Universidade de Coimbra etc. N. em Medeiros, aldeia do concelho de Montalegre, sendo baptisado na matriz de S. Vicente em 21 de janeiro de 1704; ignora-se a data do fallecimento. Foi licenciado em Canones, e concluiu a formatura em 1727; mandou imprimir as suas theses n'um véo de seda, que offereceu a N. S.ª das Tribulações, da referida parochia. Exerceu a advocacia em Montalegre, em 1728 e 1729, vindo em seguida para Lisboa ler no desembargo do Paço. Foi juiz de fóra d'Algoso, em 1731, ouvidor em Minas Geraes muitos annos, e por ultimo desembargador da Relação da Bahia, de 1748 a 1750. Durante 14 annos exerceu a magistratura no Brasil. Prestou muitos serviços em Minas Geraes, e foi elle quem mandou abrir uma estrada por mattos virgens desde S Paulo até Matto Grosso.

Gonçalves Pereira *(Joaquim)*. Professor de instrucção primaria e de linguas na Figueira da Foz. N. na freguezia de Samuel, concelho de Soure, a 21 de outubro de 1839, sendo filho de Joaquim Gonçalves Pereira e de D. Joaquina de Oliveira Mendes. Depois de ser professor na Figueira, foi para Madrid, vindo mais tarde estabelecer-se em Lisboa, dedicando-se especialmente á impressão e venda de seus livros destinados ás escolas. Escreveu: *O mestre popular ou o francez sem mestre ao alcance de todas as intelligencias e de todas as fortunas*, etc., Lisboa, 1878; 2.ª edição em 1882; *o inglez sem mestre*, 1870; *o hespanhol sem mestre*, Madrid, 1883. Parece que não chegou a imprimir: *O italiano sem mestre*, *o allemão sem mestre*, *Novo methodo da lingua latina, pelo systema Ollendorf, aperfeiçoado.*

Gonçalves Pereira *(Miguel Dantas)*. V. *Pereira (Miguel Dantas Gonçalves).*

Gonçalves Pinheiro *(Luiz)*. Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa, onde tambem fal. a 17 de dezembro de 1727. Era filho de Francisco Gonçalves e de Domingas Francisca. Ordenou-se de presbytero, e exerceu em Lisboa o officio de patrono de causas forenses Escreveu: *Sermão da Encarnação do Verbo Divino na parochial egreja de S. João da Praça*, etc., Lisboa, 1719; *Sermão de N. S.ª dos Remedios no convento de Santa Monica de Lisboa Oriental*, Lisboa, 1723; *Sermão na procissão das Madres Soror Francisca Caetana e Margarida Ignacia, irmãs do autor, no convento de Santa Monica em 2 setembro de 1724*, Lisboa, 1724. Com o supposto nome de Soror Margarida Ignacia, sua irmã, escreveu: *Apologia a favor do Padre Antonio Vieira da Companhia de Jesus da provincia de Portugal, porque se desvanece, e convence o Tratado que com o nome de Crizis escreveu contra elle a Reverendissima Senhora D. Joanna Ignez da Cruz, religiosa de S. Jeronymo da provincia do Mexico da provincia das Indias Occidentaes*, Lisboa, 1727. Deixou manuscripta *A vida de Santa Maria Magdalena*. Em 1748 appareceu em Lisboa uma edição de *Sermões varios* d'este prégador.

Gonçalves Ramiro *(José)*. Official bibliographico da Bibliotheca Nacional de Lisboa, onde servia ainda em 1826. Era condecorado com o habito de Nossa Senhora da Conceição. Escreveu: *Exercicio mercantil de arithmetica, dos elementos de algebra, e da moeda em geral*, Lisboa, 1802; *Methodo novissimo para cultivar as amoreiras, e crear os sirgos, ou bichos de seda*, Lisboa, 1803; *Illustrações preliminares sobre o balanço geral do negocio, com as formalidades nos livros auxiliares*, Lisboa, 1800; *segunda impressão, accrescentada*, Lisbao, 1803; *Os sebastianistas satisfeitos, ou discurso apologetico dirigido a sua alteza real o principe regente*, etc. Lisboa 1810; *segunda impressão*, Lisboa, 1826; *Dissertação politica offerecida á augusta magestade do senhor D. João VI*, Lisboa, 1821; *segunda edição*, Lisboa, 1826; *Planos para o lançamento e arrecadação do subsidio militar das decimas, offerecido a sua magestade*, etc., Lisboa, 1824; *Apologia dos pla-*

nos para o lançamento earrecadação do subsidio militar, etc. Lisboa, 1825.

Gonçalves Senna *(Luiz)*. Pintor. N. em Santarem em 1713, onde tambem fal. em 1790. Era filho de Manuel Gonçalves e de Antonieta Gomes. Aprendeu pintura com um artista da terra da sua naturalidade, e depressa se lhe tornou superior. Contam-se entre as suas obras em Santarem: o tecto da capella mór da egreja do seminario patriarchal; as pinturas do côro da de S. Domingos, representando acontecimentos que se ligam á historia dos dominicanos; o quadro das almas do purgatorio, no convento de S. Francisco, e o da Ceia, na egreja de S. Martinho. Os conventos de Jesus e de S. Francisco de Xabregas, em Lisboa, encerram muitos retratos pintados por Gonçalves. Tambem existem retratos de alguns habitantes de Santarem, trabalhos seus. O vigario geral Domingos Ferreira possuia um quadro d'este artista, *A Conceição*. Sena casou com Feliciana Rosa, que falleceu primeiro que seu marido, e não deixou filhos. Em 1791 imprimiu-se na typographia de Francisco Ameno, de Lisboa, o seguinte escripto: *Elogio do grande Apelles portuguez, Luiz Gonçalves de Sena, composto depois da sua morte, por Joaquim Duarte Benedicto*. Diz-se que este nome era o pseudonymo d'um religioso de grande merecimento.

Gonçalves Vianna. V. *Vianna*.

Gonçalvinho. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Villa Cã, conc. de Pombal, distr. de Leiria

Gonçalvinhos. Pov. na freg. de Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Gonceiro. Pov. na freg. de S João Baptista, de Gondar, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Goncinha. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Gondalães ou Gondelães. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Paredes, distr. e bisp. do Porto; 414 hab. e 105 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 2 k. da séde do conc. A mitra e os conegos, cruzios, da Serra do Pilar, em Villa Nova de Gaia, apresentavam, alternativamente o abbade, que tinha 300$000 réis annuaes. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut, e res. n.º 18, com a séde no Porto.

Gondan. Pov. na freg. do Salvador, de Cabeça Santa, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Gondão. Pov. na freg. de S. Romão, de Coronado, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Gondar Pov. e freg de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 616 hab. e 1?3 fog. Tem correio. A prov. dista 6 k da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Celho. O real padroado apresentava o abbade, que tinha annuaes 300$000 réis. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. ‖ Pov. e freg. de S. Salvador, conc. de Caminha, com. e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 347 hab. e 78 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada junto da serra de Arga. O D. abbade benedictino do mosteiro de Tibães, apresentava o vigario, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. Depois passou a ser vigairaria de S. Bento, de Coimbra. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut e reserva n. 3. com a séde em Vianna do Castello. ‖ Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 296 habitantes e 91 fog Foi vigairaria das freiras benedictinas de Vianna, que apresentavam o parocho, o qual tinha 40$000 e o pé d'altar. Era senhor donatario d'esta freguezia D. Mendo Moniz, rico homem, por lh'a ter dado D. Affonso Henriques, em premio de destruir a machado a porta da praça de Santarem, quando aquelle monarcha a tomou aos moiros em 8 de maio de 1147. ‖ Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Amarante, distr. e bisp. do Porto; 1:523 hab. e 363 fog. Tem escolas d'ambos os sexos, caixa post., uma olaria, e mercado duas vezes por semana. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada perto da estrada real de Amarante a Villa Real. A mitra, por concurso synodal, apresentava o reitor, que tinha annualmente 150$000 réis. A actual matriz era a egreja d'um antigo convento de religiosas benedictinas, que existiu em Gondar. Foi aqui o solar dos Gondares, procedentes de Mem Gondar, e dos Mottas, descendentes d'um nobre fidalgo asturiano, que veio para Portugal com o conde D. Henrique, pae do 1.º rei de Portugal. A terra é fertil; cria muito gado, e tem caça. Pertence á 6. div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a sede em Amarante. ‖ Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Nogueira, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. ‖ Santa Eulalia, de Orbacem, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. ‖ O Salvador, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Gondarem. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. e com de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 840 hab. e 211 fog. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Estação do caminho de ferro, do Minho, entre as de Lanhellas e Cerveira. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Caminha a Valença, n'uma planicie. A casa de Britiandos apresentava o abbade, que tinha 360$000 réis annuaes. A pov. é muito antiga; dizem ter sido fundada em 970 por um chefe normando chamado Gundarêdo, que no reinado de Ramiro III tomou aos moiros a Galliza e varias terras da parte septentrional da provincia do Minho, fazendo aqui um castello á beira do rio, de que já não existem vestigios, dando o seu nome á povoação, que o andar dos tempos corrompeu em Gondarem. Os descendentes de Gundarêdo fôram senhores de Gondarem por muitos annos, e intitulavam-se os *Gondarens* ou *Gondareis*, e tinham aqui o seu solar. Tambem ha n'esta pov. o solar dos Cadavaes, fidalgos oriundos da Galliza, onde tinham o solar no sitio de *Cadabal*. A terra é muito fertil; tem em grande abundancia, cereaes, vinho e fructas; muito linho, algum azeite e colmeias. Cria muito e bom gado. E' farta de bom peixe do rio e do mar, que lhe fica distante 9 k. a O. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Gondarem foi annexada ao conc. de Caminha, por decreto de 12 de julho de 1895, que extinguiu o de V. N. da Cerveira, mas sendo este restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898, voltou a pertencer-lhe. ‖ Aldeia na freg. de S João Baptista, de Raiva, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro, Está situada em terreno bastante accidentado, mas fertil, sobre a margem esquerda do rio Douro, e o seu territorio é muito

fertil. Tem correio com serviço de posta rural. || Povoações nas freguezias: S Nicolau e conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Miguel, de Nevogilde, 2.º bairro do Porto.

Gonde. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro.

Gondeleu. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Brasfemes, conc. e distr. de Coimbra.

Gondelim. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Cerdal, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Penacova, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural.

Gondemaria. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Gondevinho. Pov. na freg. de S. Thiago, de Custoias, conc. de Bouças, distr do Porto.

Gondezende. P. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com., distr., e bisp. de Bragança; 399 hab. e 97 fog. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada perto do rio Baceiro. Era da Casa de Bragança, que apresentava o abbade, que tinha réis 200$000 annuaes. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Esmoriz, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Olival, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || O Salvador de Unhão, conc. de Felgueiras, do mesmo districto.

Gondiães. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 242 hab. e 72 fog. A pov. dista 1 k da séde do conc. Foi até 1855 do conc. de Pico de Regalados, que n'esse anno foi abolido. O abbade de S. Pedro, de Esqueiros, apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis annuaes. Gondiães foi couto; houve aqui um palacio de D. Berengueira ou Berengaria Ayres, fundadora do mosteiro de Almoster, da ordem de S. Bernardo. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. na freg. de S. Julião, de Serafão, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Gondiães e Samão. Duas freguezias da prov. do Minho reunidas, de S. Martinho e de N. S.ª dos Remedios, que actualmente fórmam uma só, sendo o orago N. S.ª dos Remedios. Pertencem ao conc. e com. de Cabeceiras de Basto, distr. e arceb. de Braga; 507 hab. e 114 fog. Tem caixa postal e esc. do sexo masc. A pov. dista 14 k. da séde do conc. e está situada perto da margem do rio Bessa. A terra é fertil, cria muito gado e tem caça. Ha aqui bom vinho, chamado de *Basto*. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrt. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Gondians Pov. na freg. de Santos Cosme e Damião, de Garfe, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Gondião. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Rio Frio, concelho de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Rio de Moinhos, do mesmo conc. e districto.

Gondie Mienge. Pov. do conc. de Ambrizete, distr. do Congo, prov. de Angola.

Gondifellinhos. Pov. na freg. de S. Felix, de Gondifellos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Gondifellos. Pov. e freg. de S. Felix, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 938 hab. e 188 fog. Tem esc. de sexo masc. est. post. e est. no caminho de ferro do Porto a V. N. de Famalicão, entre as de Outiz e Fontainhas. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Este. Era abbadia da mitra de Braga, e o abbade tinha 600$000 réis annuaes. Pertenceu á comarca e conc. de Barcellos, mas em 20 de dezembro de 1872 passou a fazer parte da comarca e concelho de V. N. de Famalicão. A terra é muito fertil, e cria bastante gado de toda a qualidade. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Gondigana. Pov. na freg. de S. João Degolado de Terrugem, concelho de Cintra, distr. de Lisboa.

Gondim. Familia oriunda da Normandia, cujas armas são: Em campo de prata tres leões vermelhos armados de azul passantes; timbre, um dos leões.

Gondim (*Antonio José Duarte de Araujo*). Magistrado brazileiro. Nasceu em Pernambuco em 1782, fal. a 31 de janeiro de 1826, oito dias depois de ser nomeado senador. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra, foi desembargador no Rio de Janeiro, e deputado na Constituição.

Gondim. Pov. e freg do Salvador, da prov. do Douro, conc e com. de Maia, distr. e bisp. do Porto; 396 hab. e 95 fog. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada entre dois affluentes do rio Leça. A freg. é muito antiga, e tinha o titulo de villa no seculo XII, pois estando D. Affonso I nas Caldas de Lafões, em setembro de 1169, deu a D. Sancha Paes as tres villas de Golães, Gondim e Villar. El-rei D. Diniz deu-lhe foral, em Santarem, a 20 de fevereiro de 1287. O balio de Leça do Balio apresentava o vigario, que tinha 30$000 réis e o pé d'altar. A terra é muito fertil; cria muito gado bovino. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Cerdal, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || S. Pedro, de Jugueiros, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || Santa Maria, de Sobrado, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Cosme, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Gondinhães. Pov. na freg. de S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Gondivai. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Leça de Balio, conc. de Bouças, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || Santo Adrião, de Vizella, conc. de Felgueiras do mesmo districto.

Gondizalves. Pov. da prov. do Minho; freg. de Santo André, com 312 hab. e 69 fog. O abbade de S. Pedro, de Maximinos, da cidade de Braga, apresentava o vigario, que tinha 10$000 réis de congrua e o pé d'altar. Esta freg. está annexa á de Maximinos, e fórma com ella parte da cidade de Braga. Aqui vinham os arcebispos fazer oração, antes da sua entrada official em Bra-

ga. Dizem ter sido em Gondizalves a cidade primitiva.

Gondoly. Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freguezia de Santo André de Brancavará, do concelho de Diu, na India.

Gondomar. Villa da prov. do Douro, séde de conc., com., distr. e bisp. do Porto. Tem uma só freg., S. Cosme. Está situada proximo da margem direita do rio Douro, em terreno bastante accidentado, mas os seus valles são amenos e sandaveis. Dista 7 k. da séde do districto. A pov. é muito antiga; segundo a tradição, foi fundada em 610 pelo rei godo Flavio Gundemario, que lhe deu o seu nome, que se corrompeu com o decorrer dos seculos, em Gondomar. Quando a pov. foi elevada a villa, tomou o nome de *S. Cosme de Gondomar*, mas actualmente é só conhecida por Gondomar. D. Sancho I deu lhe foral, em Coimbra, a 5 de abril de 1193, que D. Affonso II confirmou, em Santarem, em março de 1218; D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 19 de junho de 1514. A egreja matriz é muito antiga, e foi a primeira das egrejas hespanholas que prestaram culto aos santos martyres Cosme e Damião. O ordinario e os conegos da freg. de S. Martinho de Cedofeita, do Porto, apresentavam alternativamente o reitor, que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. Gondomar foi couto do cabido da sé do Porto, e honra de D. Sueiro Reymondo, solar dos Reymondos, que D. Affonso III, nas *Inquirições*, não julgou ser *honrada nem coutada*, por padrões ou documentos, mas confirmou a honra em attenção á pessoa de D. Sueiro. No monte Crasto houve um forte castello romano. A villa tem grande abundancia de aguas de boa qualidade, e muita cebola, de que faz grande exportação para o estrangeiro. Fôram donatarios do concelho os condes de Penaguião, marquezes de Fontes, e depois, por herança, os marquezes de Abrantes. Tanto a freguezia de Gondomar, como as de todo o concelho, são fertilissimas em todos os generos agricolas e ha grande commercio com a cidade do Porto, tanto por mar como por terra. Para Inglaterra tambem se exporta annualmente muito gado bovino. No concelho ha minas de carvão de pedra, talco, antimonio e outros metaes. E' tradição, que tambem houve minas de ouro. E' certo que os romanos e os arabes fizeram ali muitas obras de mineração, de que se conservam ainda vestigios em varias galerias. Em Goudomar ha a antiga industria de obra de filigrana de ouro e prata, e artigos de marcenaria. O concelho é banhado ao sul pelo rio Douro, e atravessado de norte a sul pelos rios Ferreira e Sousa, sendo este que fornece agua á cidade do Porto. Em Gondomar ha escolas para ambos os sexos, est. post. com serviço de emissão e pagamento de vales, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas, permutando malas com o Porto; medicos, notarios, pharmacias, fabricas de diversas industrias, associações: *Da classe dos ourives; de Soccorros mutuos de Gondomar; Fraternal de Beneficencia dos Artistas e Industriaes de Valbom e S. Cosme de Gondomar; União Commercial de Gondomar; Auxiliadora da classe;* sociedade de recreio: *Philarmonica Monteiro.* Fazem-se as seguintes romarias: no domingo de Ramos a S. Isidoro, na quinta-feira d'Ascenção a N. S.ª da Lapa, no monte do Crasto; a 27 de setembro, S. Cosme, e no 1.º domingo de outubro a do Rosario, que dura dois dias. No concelho ha feira de gado suino na freg. de S. Cosme, do logar de Quinta, ás 5.ªs feiras, e mensalmente de gado lanigero, suino e vaccum; no dia 8 em Quintas, Melres; no dia 12 em Covello. Pertence á 3.ª div. mil., 6.ª brigada, grande circumscripção militar norte, e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. O concelho compõe-se de 11 freguezias, com 7:077 fog., e 32:291 hab., sendo 15:475 do sexo masc. e 16:816 do fem., n'uma superficie de 12:775 hect. As freguezias são: Santa Maria, de Covello, 830 hab.: 385 do sexo masc. e 445 do fem.; O Salvador, de Fanzeres, 3:284 hab.: 1:629 do sexo masc. e 1:655 do fem.; S. João Baptista, de Foz de Sousa, 2:300 hab.: 1:018 do sexo masc. e 1:282 do fem.; Santa Cruz, de Jovim, 1:643 hab.: 780 do sexo masc. e 863 do fem; Santo Antonio, de Lomba, 1:127 hab.: 510 do sexo masc. e 617 do fem.; Santa Maria, de Medas, 936 hab.: 416 do sexo masc. e 520 do fem.; Santa Maria, de Melres, 1:240 hab: 536 do sexo masc. e 704 do fem.; S. Christovão, de Rio Tinto, 7:870 hab.: 3:901 do sexo masc. e 3:969 do fem; S. Cosme, de Gondomar, 4:891 hab: 2:412 do sexo masc. e 2:479 do fem.; S. Pedro da Cova, 2:229 hab.; 1:033 do sexo masc. e 1:196 do fem.; S. Verissimo, de Valbom, 5:941 hab.: 2:855 do sexo masc. e 3:086 do fem. O principal commercio do conc. é ourivesaria, marceneria, mineralogia, agricultura, vinho verde, cereaes, hortaliças e fructas, || Pov. e freg. de Santo André, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 178 hab. e 40 fog. A pov. dista 12 k. da séde do conc. Foi do real padroado, e depois da casa dos Menezes, senhores da Barca, que apresentava o abbade, que tinha 150$000 réis annuaes. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 483 hab e 134 fog. Tem esc. do sexo fem. e est. post. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e fica proximo da margem esquerda do rio Ave. A mitra apresentava o abbade, que tinha 200$000 réis annuaes. A terra é fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao districto de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: S. Genesio, de Iusua, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu. || S. Salvador, de Lama, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Remoães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro e conc. de Tarouca, distr. de Vizeu.

Gondomarinho. Pov. na freg. de S. Cosme e conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Gondomil. Pov. e freg. de S. Christovão, da prov. do Minho, conc. e com. de Valença, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 709 hab. e 192 fog. Tem esc. do sexo masc., est. post. que funcciona no logar de Quintas, e permuta malas com Valença. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada perto da margem esquerda do rio Minho. O padroado real apresentava o vigario que tinha 80$000 réis annuaes. Ha aqui uma torre com *fóros sabidos*, annexa á casa d'Agra. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Gondoriz. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Minho, conc. de Terras de Bouro, com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 483 hab. e 113 fog. A pov. dista 7 k. da séde do conc. O reitor do Salvador, de Baldreu, apresentava o vigario, que tinha 12$000 réis e o pé d'altar. Foi n'esta freg. a honra dos Coelhos, que no reinado de D. Diniz passou aos Abreus, de Regalados. O seu solar era chamado a Torre da *Gardenha*. A terra é fertil; cria muito bom gado, e nos seus montes ha muita caça. Pertence á 3.ª divisão militar e ao districto de recrutamento e reserva n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle-de Vez, distr de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 1546 hab. e 459 fog. Tem esc. do sexo fem. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada a pequena distancia da margem esquerda do rio Vez. Os viscondes de Villa Nova da Cerveira, seus padroeiros, apresentavam o abbade, que tinha 800$000 réis annuaes. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. A egreja matriz é elegante, está bem situada, e é construcção do principio do seculo XIX. Na area d'esta freguezia ha algumas casas fidalgas, entre as quaes teem nome a *Casa grande*, no logar de Pogido, e o *Paço*, no de Villa Boa. Em Pogido venera-se n'uma capellinha N. S. da Guia, que se festeja na segunda feira de Paschoela.

Gondra. Pov. na freg. de S. Pedro, de Paraizo, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Gondramaz. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Gondrozeira. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Ponte do Rol, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa

Gondua Condo. Praso do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está situado proximo do litoral.

Gondufe. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 604 hab. e 154 fog. A povoação dista 7 k. da séde do conc. e corre por ali o rio Lima. E' muito antiga, suppondo se que fôsse fundada ou povoada por algum senhor gôdo chamado Gondulfo ou Gundulfo, que lhe deu o nome. Foi couto com justiças proprias. O arcebispo de Braga apresentava o abbade, por concurso synodal, que tinha o rendimento annual de 500$000 reis. No logar da Armada existe a capella de S. Lourenço, e ha vestigios d'um antigo castello. No logar da Aldeia vêem-se os restos do paço e casa dos Sequeiros, que procedem de D. Fafes Sarrazim, de Lanhoso, morto em 1071 na batalha que D. Garcia deu a D. Sancho, de Castella. Um seu neto, D. Fafes Luz, foi senhor do couto e solar de Gondufe, por mercê de D. Affonso Henriques. Tambem ha aqui o antigo paço de Jazim, que foi dos Antas, de Coura A terra é bonita, fertil e saudavel; cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus montes apparece muita caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Avelleda, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria Magdalena, de Chaviães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. João, de S. João de Ver, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Mamede, de Manhuncellos, conc. de Marcos de Canavezes, distr. do Porto. || S. Miguel, de Villa Franca, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Gondufo. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Vide, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Gonga-Andalla. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, do conc. de Massangano, distr e com. de Loanda, prov. e bisp. de Angola.

Gonge *(Antonio Pires)*. Mulato, natural de Santarem, que viveu no seculo XVI e principios do XVII. Foi mestre de humanidades durante 40 annos. Tinha grande vocação para a poesia comica e satyrica. Em prosa tambem foi muito perito, ficando sempre vencedor nos certamens litterarios que se fizeram na Universidade de Coimbra para cultura da oratoria. Compoz muitas comedias, dialogos e autos. Ainda vivia pelos annos de 1603 e 1604.

Gongeva. Pov. na freg. de S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Gongoa. Territorio situado ao N. do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Pertenceu ao reino de Quiteve, e faz hoje parte do territorio de Maconde.

Gongollo. Pov. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Gongui. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, provincia de Angola.

Gonjar. Pov. da freg. de Santa Eulalia, de Vallões, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Gonma. Prazo do distr. de Tete, na provincia de Moçambique, Africa Oriental. Está situado na margem esquerda do rio Zambeze. || Confluente da margem esquerda do rio Zambeze; corre no prazo Gonma.

Gonsalves. V. *Gonçalves*.

Gonsuá. Pov. da freg. de Betalbim, conc. e com. de Salsete, prov., distr. e arceb. de Gôa, na India.

Gonta. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Gamil, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Gontães. Aldeia na prov. de Traz os-Montes, da freg. de S. Miguel, de Pena, conc. e distr. de Villa Real. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada na serra do Marão. Parece que antigamente houve aqui exploração de minerio de ferro, porque em 1292 fez o mosteiro de Salzedas prazo do casal de Gontães, impondo-lhe o fôro annual de *10 massas de ferro boas e direitas*. Com semelhante pensão, variando o numero de *massas*, ha por estas terras outros prazos. Todos sabem que as rendas dos prazos eram sempre dos fructos que as terras foreiras produziam. Vê-se, portanto, que n'aquelle tempo, existiam e exploravam-se minas de ferro.

Gontariz. Pov. na freg. de Santa Maria, de Grade, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Gonte. Pov. na freg. de S. Pedro, de Castanheira, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Conteli. Aldeia da circumscripção militar de Quelaudém, na provincia de Satary, districto de Gôa, na India.

Gontige. Freguezia extincta, situada na prov. do Minho, sobre a margem esquerda do rio Minho, e ha muitos annos incorporada na de S. João Baptista, de Reboreda, conc. de V. N. da

Cerveira, distr. de Vianna do Castello. Gontige era uma das dez behetrias de Portugal. Ha quem diga, que existiu aqui, em tempos muito remotos, uma cidade com o mesmo nome de Gontige, que foi destruida pelas guerras da edade media; ha, porém, quem attribua a sua destruição ás enchentes do rio Minho. Gontige não é mais que uma pequena aldeia, situada na Veiga de Gontige, fertil e saudavel planicie que o rio alaga nas suas enchentes. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Sande, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Gontijas. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Gontijo. Pov. na freg. de S. Martinho, de Dume, conc. e distr. de Braga.

Gontilhe. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Prozello, conc. de Areos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Gontim. Pov. e freg. de Santa Eulalia da prov. do Minho, conc. e com. de Fafe, distr. e arceb. de Braga; 210 hab. e 48 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc. O abbade da freg. de S. Clemente, de Basto, apresentava o vigario, que tinha 30$000 reis e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Gontinhães. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Minho, conc. e com. de Caminha, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 2:131 hab. e 408 fog. Tem est. post., est no caminho de ferro do Minho, entre as de Affife e Ancora; hoteis, medico, pharmacias, escolas para ambos os sexos, fabricas de doces e de manteigas, theatro, club e cafés. Tem proximo a praia de Ancora, e passa por ali o rio d'este nome, o que torna a pov. muito aprazível e frequentada no verão. Gontinhães era da Casa do Infantado, e dista 7 k. da séde do concelho. Está situada na costa maritima, parte em planicie á beira-mar, parte em terreno accidentado, abrigado de N e NE pela serra d'Arga. E' muito fertil em todos os generos da agricultura. Cria muito gado e colmeias, e nos seus montes ha muita caça. E' abundante de peixe, aqui mesmo pescado, e em que se empregam muitos barcos e maceiras. A egreja matriz foi construida em 1560; era de tres naves, de architectura simples e grosseira. Foi reedificada á custa do povo, começando as obras em 1864, e terminando em 1866. A capella-mór, o arco cruzeiro e a frontaria, fôram feitas de novo. Na encosta O da serra de Real, ramo da Arga, estava a egreja do antiquissimo convento do Salvador do Mundo, de freiras benedictinas, de Bulhente. Ignora se a data da fundação do convento, mas sabe-se que já existia no tempo dos suévos, pertencendo ao bispado de Tuy, que até ao reinado de D. Affonso V, de Portugal, chegava á margem direita do rio Lima, e depois passou para o bispo de Ceuta, em 1440, por accordo feito entre aquelle monarcha e o papa Eugenio IV. Até 1512 ficou pertencendo ao bispado de Ceuta, sendo n'este anno mudado todo o territorio para o arcebispado de Braga, por troca, o que el-rei D. Manuel confirmou, e o papa Leão X approvou em 1513. As freiras tinham um comportamento escandaloso, principalmente com os frades de S. João de Cabanas, na freg. de Affife, e chegou a tão grande desmoralisação, que o bispo de Ceuta supprimiu o convento pelos annos de 1460, e parece que até o mandou arrazar. A capella do Salvador do Mundo foi feita depois da suppressão do mosteiro, por ordem do arcebispo de Braga, D. Rodrigo de Moura Telles. Gontinhães pertence á 3.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Gontinho. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu.

Gontomil. Pov. na freg. de S. Miguel, de Fontoura, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Gontuli. Pov. do distr. de Satary, Novas Conquistas, com. de Sanquelim, distr. e arceb. de Gôa, na India.

Gonú. Ilhéo do conc. de Cacheu, na prov. da Guiné, Africa Occidental. Fica no rio de S. Domingos.

Gonzaga *(P. Luiz)*. Jesuita. N. em Lisboa em 1666, onde tambem fal. a 14 de março de 1747. Era filho de Manuel Fernandes e de Anna do O'. Entrou na Companhia de Jesus, no noviciado de Lisboa, a 4 de agosto de 1683. Aprendeu humanidades, que ensinou depois no collegio de Evora, onde tambem estudou Philosophia. Foi reitor do collegio de Santo Antão, de Lisboa, e ali ensinou Mathematica, estudo a que egualmente se havia applicado, e teve por seu discipulo n'esta sciencia el-rei D. João V. Foi preposito na Casa professa de S. Roque. Deixou um livro de *Sermões*, impresso em 1713, e em 1717 publicou, sem nome do autor: *Relação das festas que os padres da Companhia de Jesus da casa professa de S. Roque da cidade de Lisboa, fizeram na beatificação do padre João Francisco Regis, sacerdote professo da mesma Companhia.*

Gonzaga *(Thomaz Antonio)*. Juiz de fóra em Beja, poeta, etc. N. no Porto em agosto de 1744, fal. em Moçambique em 1807, data que parece mais certa que a de 1808 ou 1809, que dizem alguns biographos. Era filho do licenciado João Bernardo Gonzaga, e de sua mulher, D. Thomazia Isabel Gonzaga, ambos brazileiros. Seu pae, depois de exercer alguns cargos de magistratura no ultramar, veiu para Portugal, e foi ouvidor no Porto, sendo despachado em 1749 desembargador da Relação da Bahia, então a capital do Brazil. Partindo a tomar posse do novo cargo, levou comsigo seu filho, que então contava 5 annos de edade. Thomaz Gonzaga viveu n'aquella cidade, até que veiu para Coimbra cursar na Universidade a faculdade de direito formando-se em 1763, aos 19 annos de edade. Exerceu depois o cargo de juiz de fóra em Beja e em outras terras, até que no anno de 1782 recebeu a nomeação de ouvidor da comarca de Villa Rica d'Ouro Preto, na provincia de Minas Geraes, Brazil. Foi tomar posse do seu novo logar, que desempenhou gozando da melhor fama, grangeando as maiores sympathias pelo seu talento e variada instrucção. Os governadores de Minas Geraes, que muito o consideravam, vinham consultal-o em todos os negocios difficeis e complicados da administração publica. Em 1789 foi despachado desembargador da Relação da Bahia, mas a sua paixão por D. Maria Joaquina Dorothéa de

Seixas Brandão, sobrinha e tutelada do tenente-coronel ajudante d'ordens João Carlos Xavier da Silva Ferrão, o obrigou a demorar a sua partida para a Bahia, sob a responsabilidade do governador, até que da côrte chegasse a licença para se realisar o seu consorcio, que já estava contratado. Entretanto, rebentou a conspiração, que tinha por fim tornar em Republica independente a provincia de Minas Geraes, e sendo accusado de cumplicidade, Thomaz Gonzaga foi preso em 23 de maio do referido anno em sua propria casa, e conduzido ao Rio de Janeiro, para ser ali encerrado na fortaleza da ilha das Cobras, e mettido em processo. Por quatro vezes foi interrogado pelos juizes da Alçada, sendo no entretanto transferido para outra prisão mais suave nas casas da ordem terceira de S. Francisco, até que foi condemnado por sentença de 18 de abril de 1792 a degredo perpetuo para as Pedras de Angoche e na confiscação dos seus bens, apezar da sua constante negativa e energica defeza. A sentença, por virtude d'um decreto de D. Maria I passado muito antes, a 15 de outubro de 1790, foi-lhe depois commutada, em 2 de maio, em dez annos de degredo para Moçambique, com pena de morte, se voltasse á America. No dia 23 do referido mez de maio de 1792, tendo completado tres annos de prisão, embarcou para o exilio com outros companheiros, tambem condemnados pela mesma conspiração. Pouco depois de ter chegado a Moçambique, assaltou-o uma febre ardente, a cuja violencia teria succumbido, se não lhe valessem os efficazes cuidados de D. Juliana de Sousa Mascarenhas, filha de Alexandre Roberto Mascarenhas, em cuja casa se havia hospedado, e com quem veiu a casar no anno seguinte, 1793. Passou os ultimos 15 annos da sua vida no logar do desterro, sempre triste e melancholico, sendo frequentemente accommettido de accessos de loucura, promovidos pela recordação das suas desditas, e aggravados pelo genio leviano e perdulario da esposa, que não tardou em dissipar os bens provenientes do dote e da legitima paterna. Nos momentos em que se encontrava melhor, dedicava-se á advocacia. A sua obra, que o immortalisou como poeta, foi a *Marilia de Dirceu*, pequeno volume que comprehende as suas poesias de que ha noticia, e que escrevera antes da sua prisão dedicadas á senhora, com quem tivera casamento tratado. Sabios criticos dizem conter esta obra as poesias amorosas mais suaves, mimosas e repassadas de sentimento que se lêem em lingua portugueza, e depois dos *Lusiadas* de Camões, é o livro que, n'esta lingua, tem tido mais edições, além das que alcançou em outras. A 1.ª edição foi publicada em Lisboa, 1792; seguiram-se muitas outras, sendo conhecidas 19; no Rio de Janeiro 7, na Bahia 3, e uma em Pernambuco. Na edição de 1845, no Rio de Janeiro, traz o titulo: *Marilia de Dirceu: nova edição mais correcta, e augmentada d'uma introducção historica e biographica, pelo dr. João Manuel Pereira da Silva*. Na edição de 1862, tambem do Rio de Janeiro, lê se o titulo seguinte: *Marilia de Dirceu: lyras de Thomaz Antonio Gonzaga, precedidas d'uma noticia biographica, e do juizo critico dos autores estrangeiros e nacionaes, e das lyras escriptas em resposta ás suas; e acompanhada de documentos historicos, por J. Norberto de Sousa e Silva*. Tambem se publicou em Paris, no mesmo anno, em 2 tomos, com o retrato de Gonzaga, copiado do quadro historico pintado a oleo por João Maximiano Mafra, artista fluminense. A *Marilia de Dirceu* tem sido traduzida em diversas linguas. Em Paris, no anno 1825, com o titulo: *Marilie, Chants elegiaques de Gonzaga, traduits du portugais par E. de Monglave et P. Chalas;* é precedida d'uma breve noticia da origem e progressos da litteratura portugueza, e de uma curta biographia do autor; em Turim, imprimiu-se em 1844, traduzida em versos italianos, por Giovenale Vegezzi Ruscalla. Está tambem traduzida em hespanhol, inglez, allemão, e em versos latinos pelo dr. Antonio de Castro Lopes. Ha ainda varias poesias inéditas de Gonzaga, das quaes algumas compoz no exilio; muitas outras teem sido publicadas em diversas collecções, como o *Parnaso brazileiro*, de Pereira da Silva, e o *Florilegio*, de Jordão. Julga-se que muitos dos seus trabalhos ficaram perdidos, porque na occasião em que se procedeu ao confisco dos bens, fôram apprehendidos em sua casa, em gavetas e bahus tal quantidade de papeis, que encheram dois saccos de estopa, que fôram então cuidadosamente cosidos e lacrados, segundo consta do processo; mas ignora-se o destino que levaram. Entre os inéditos conta-se o seguinte autographo, que existe no Archivo do Instituto Historico da Bahia: *Cartas apologeticas sobre a honestidade das usuras, escriptas pelo desembargador Thomaz Antonio Gonzaga, a seu collega e amigo o desembargador Francisco Gregorio Pires Monteiro Bandeira*.

Goodolphim. Familia de origem ingleza, que se encontra ligada com a dos Cabraes, de Portugal, no seculo XVII. Guilherme Goodolphim foi ministro de Inglaterra em Lisboa no anno de 1669. Na collecção dos codices pombalinos da Bibliotheca Nacional, existem nos N.º 379, fl. 232, e N.º 282, fol. 163, umas genealogias d'esta familia. As suas armas são: «Uma aguia de prata, de duas cabeças, estendida, em campo vermelho, e tres flôres de liz de prata, duas ás ilhargas das duas cabeças da aguia, e uma por baixo da cauda.» Em Inglaterra os membros d'esta familia eram pessoas de alta gerarchia, senhores da casa e estado de Goodolphim, na provincia de Cornwalia. Sidneo Goodolphim foi lord e camareiro-mór da rainha reinante. Em Portugal, Miguel Cabral Goodolphim, filho de Antonio Cabral da Cunha, era fidalgo da Casa Real, por titulo no livro respectivo, N.º 16 de el-rei D. Pedro II, a fol. 398. Teve padrão da tença de 40$000 réis em 3 de fevereiro de 1719; Alexandre Cabral Goodolphim de la Rocca foi fidalgo capellão d'el-rei D. João V e deputado da Inquisição, em 1719.

Goodolphim *(José Cypriano da Costa)*. Primeiro secretario da assembléa geral da Companhia do Gaz, professor da 12.ª cadeira da *Escola Maria Pia*, poeta e publicista contemporaneo; socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, do Instituto de Coimbra, da Sociedade de Geographia, da Associação dos Archeologos Portuguezes, da Academia de Mont-Real, da Academia de Buenos-Ayres, da Associação dos escriptores e artistas hespanhoes, da Associação humanitaria Europeia de Londres, do Circulo Partenopeio *Gian Bastista Vico*, de Napoles, vice-presidente honorario de muitas asso-

ciações de Portugal e do estrangeiro, commendador da ordem de Izabel a Catholica, etc. N. em Marvilla a 3 de novembro de 1842, sendo filho de José Cabral da Cunha Goodolphim, fidalgo cavalleiro da Casa Real, e capitão do exercito convencionado em Evora Monte, e de D. Maria Izabel da Costa Freire, filha do poeta Manuel Cypriano da Costa, commendador da ordem de Christo. E' descendente, em linha varonil, de Pedro Alvares Cabral, o descobridor do Brazil, e de lord Goodolphim, antigo ministro de Inglaterra. Os successos politicos de 1834 deixaram a sua familia em precarias circumstancias; á dedicação de sua mãe e á de alguns amigos deveu a sua educação litteraria, que, no entretanto, não pôde continuar regularmente, pois teve de interromper os seus estudos para acceitar a collocação que lhe offerecera um dos directores da

José Cypriano da Costa Goodolphim

Companhia do Gaz, Luiz de Castro Guimarães, e a 5 de setembro de 1860 entrou para o escriptorio da referida Companhia, onde sempre se tem conservado. Dedicando-se de coração ao principio associativo, tem prestado muitos e bons serviços; fala ás intelligencias dos associados estimulando-as, no sentido da sua melhoria, definindo os direitos e os deveres de todos, demarcando-lhes o campo das suas justas aspirações; fala aos corações de todos elles para os nobilitar. E' socio de varias associações populares e de instrucção. Em 3 de novembro de 1895 a Academia de Instrucção Popular, de que Goodolphim é presidente honorario, celebrou uma sessão solemne em sua homenagem, dia em que completava 53 annos de edade. Muitos oradores ali discursaram enaltecendo as qualidades e serviços de Costa Goodolphim ao principio associativo, sendo todos unanimes na homenagem prestada ao apostolo da instrucção popular e da associação em Portugal. Em sua casa fôram-lhe entregues diplomas e mensagens de reconhecimento das associações a tão desinteressado evangelisador do bem. Costa Goodolphim tem representado as associações portuguezas em diversos congressos estrangeiros; foi delegado aos congressos das Instituições de Previdencia de Paris, em 1878, 1883 e 1889; n'este ultimo, presidido pelo celebre economista Léon Say, mereceu ser nomeado vice-presidente. Para o congresso realisado depois em Budapesth, enviou um relatorio ácêrca do movimento cooperativo em Portugal. Em 1883 foi encarregado pela Camara Municipal de Lisboa de organisar as caixas economicas escolares, que ficaram debaixo da sua direcção. Desde 1861 que tem collaborado em diversos jornaes politicos e litterarios, sobre diversos assumptos, mas principalmente sobre estatistica e economia social. Lembram-nos os seguintes jornaes: *Estrella d'Alva*, *Aurora Litteraria*, *Portugal litterario*, *Ensaio litterario*, *Album litterario*, *Esperança*, *Paquete do Tejo*, *Recreio*, *Portuguez*, *Jornal de Lisboa*, *Revolução de Setembro*, *Braz Tisana*, *Aurora de Lima*, *Tribuno Popular*, *Voz do Alemtejo*, *Diario de Noticias*, *Diario Popular*, *Democracia pacifica*, *Censura*, *Miscellanea recreativa*, *Democracia*, *Seculo*, *Era Nova*, *Figaro*, *Bandeira Portugueza*, *Commercio de Portugal*, *Universo Illustrado*, *Galeria republicana*, etc. Tem-se dedicado tambem a outros trabalhos litterarios e á poesia, publicando o seguinte: *Primeiros versos*, Lisboa, 1865; *O sepulchro em Perrho: poemeto traduzido do verso sueco*, Lisboa, 1865; um juizo critico de Pinheiro Chagas, no *Jornal do Commercio*, de fevereiro de 1866, produziu a seguinte carta do autor: *Carta ao ex.mo sr. Manuel Pinheiro Chagas pelo seu estapafurdio admirador Costa Goodolphim*, Lisboa, 1866; *O monumento a Camões e o caso espantoso succedido na noite de 20 de outubro; opusculo em verso satyrico com um prefacio a serio*, Lisboa, 1867; n'este opusculo se comprehende a *Voz do Jau*, que fôra publicado na *Revolução de Setembro* de outubro do mesmo anno; *Paginas soltas*, Lisboa, 1868; *Jorenia ou a rebellião dos moiros, traducção;* é o n.º 1 da *Bibliotheca mensal*, de que foi editor; Lisboa, 1868; *Almanach da «Bibliotheca mensal» para 1869*, Lisboa, 1868; *Portugal e Hespanha; duas palavras energicas sobre Portugal*; *estado financeiro; a imprensa e o povo*; *revolução em Hespanha; candidatos propostos; D. Miguel e D. Carlos de Bourbon*; *duas palavras aos ibericos*, Lisboa 1869; *Lendas arabes*, Lisboa, 1869; é parte em prosa, parte em verso; *Passado e presente, poesia comica*, Lisboa, 1869; *Versos*, Lisboa, 1871; *Uma visita a Madrid*, Lisboa, 1871; *A commissão Primeiro de dezembro de 1640*; *á imprensa e ao publico; O celibato clerical*, Lisboa, 1872; *Duas palavras pronunciadas na sessão solemne do Gremio Popular* (em 24 de dezembro de 1871), Lisboa, 1872; *A Associação; historia e desenvolvimento das associações portuguezas*; Lisboa, 1876; *As caixas economicas*, Lisboa, 1880; *As caixas economicas escolares*, Lisboa, 1883; foi mandado imprimir pela Camara Municipal; *Les institutions de prévoyance du Portugal*, Lisbonne, 1883; tem um mappa desdobravel; foi mandado imprimir pela Sociedade de Geographia; *As caixas economicas escolares*; *relatorio do seu desenvolvimento desde ju-*

lho de 1883 a julho de 1884, Lisboa, 1884; *As Misericordias portuguezas*, em que faz a historia da fundação e desenvolvimento d'esta caridosa instituição da rainha D. Leonor, mulher de D. João II; *O capital, o trabalho, a miseria; Companhia lisbonense de illuminação a gaz*, traços para a sua historia; *L'Assistance publique du Portugal*, monographia para a exposição de Paris de 1900; *Le Crédit populaire*, premiado pelo governo francez com a cruz de Merito Agricola; *O credito agricola*; o 1.º fasciculo da *Historia das classes laboriosas; Tres aldeias*; 4 memorias apresentadas ao congresso de Lyão; *Questões sociaes, As classes operarias*, 1872-1892, etc.

Gorarpará. Pov. do distr. e com. de Damão, n odistr. e arceb. de Gôa, na India.

Gorazes. Pov. na freg. de Santo Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Gorbary. Aldeia pertencente á divisão de Uply-Pahw, ao sul do rio Sandalcalo, no concelho de Nagar-Avely, districto de Damão, na India.

Gorcinhos. Pov. na freg. de Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Gorda. Povoações das freguezias: Santo André, de Rendufe, conc. de Amares, distr. de Braga. ‖ Santa Maria e conc. de Obidos, distr. de Leiria ‖ S. Simão, de Vermelha, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa. ‖ N. S.ª d'Alva e conc. de Aljezur, distr. de Faro. ‖ Ponta ou cabo situado na costa SO da ilha Terceira, Açôres.

Gordinheira. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Gordo *(José Feliciano de Affonseca Teixeira)*. Doutor em Leis e lente na Universidade de Coimbra. Era natural de Moinhos, comarca de Vizeu; fal. em Coimbra a 14 de novembro de 1867, sendo filho de Manuel Gomes André. Doutorou-se em 12 de julho de 1818; foi despachado lente em 1828, e seguiu a carreira universitaria até 1834, em que se retirou á vida particular por motivo dos seus sentimentos politicos serem adversos aos da causa da Liberdade.

Gordo *(Manuel Ferreira)*. Desembargador da Legacia. Era natural d'Alhandra, e fal. a 21 de janeiro de 1830. Esteve preso na Torre de S. Julião da Barra em 1828. Escreveu: *Memoria historica e juridica dos procedimentos criminosos que teve o desembargador Victorino José Cerveira Botelho do Amaral, no dia 8 de julho, contra Manuel Ferreira Gordo*, etc., Lisboa, 1822; *Memoria historica juridica da pena de suspensão perpetua de advogar que lhe imposeram tres desembargadores da Casa da Supplicação*, etc., Lisboa, 1826; *Historia resumida da perseguição ministerial feita ao dr. Gordo pelo ex-secretario do estado Barradas e outros*, Lisboa. 1826.

Gordo. Monte muito elevado na ilha de S. Nicolau, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. E' vulcanico e constituido de substancia porosa. Ha n'elle perdizes, coelhos, vaccas e carneiros. Está situado no extremo septentrional da ilha e não fórma pico, como geralmente acontece nas outras ilhas do mesmo archipelago. ‖ Pov. na freg. de S. Simão, de Mamarrosa, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

Gordos. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, de Arazede, conc. de Montemor-o-Velho, distr. de Coimbra.

Goreaba. Pov. do conc. de Canácona, Novas Conquistas, distr. e arceb de Gôa, na India. Está situada na região occidental do concelho.

Gorei. Pov. na freg dos Santos Cosme e Damião, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Gorgeira. Adorno de renda ou de panno, para o pescoço, usado principalmente no seculo XVI.

Gorgel. Nome antigo da peça da armadura denominada *gorjal*. V. *este nome*.

Gorgel *(João de Almeida)*. Tenente-coronel de cavallaria, sargento-mór da praça de Cezimbra. Pertencera ao regimento denominado de *Mecklemburgo*, de que lhe fôra passada patente de alferes em 1769. N. no Rio de Janeiro em 1748 ou 1749; fal. a 22 de outubro de 1812, sendo sepultado em Lisboa, na egreja de Santa Izabel. Casou em 23 de fevereiro de 1781 com D. Victoria Ignacia do Nascimento Abreu do Amaral. Era muito dedicado a estudos philosophicos e mathematicos, e possuia uma copiosa bibliotheca, em que sobresaiam obras de Medicina e Mathematica. Na opinião do professor italiano João Antonio Dalla-Bella, João de Almeida Gorgel unia ao bom gosto das bellas letras muita instrucção na Philosophia e em varias partes da moderna Physica e Mathematica. O mesmo professor declara que fôra Gorgel quem traduzira a sua obra, composta em italiano *A'cerca do modo de defender os edificios dos estragos dos raios*, e publicara, tambem vertido em portuguez, o *Breve tratado da raiva dos que vulgarmente se chamam damnados, composto na lingua franceza pelo celebre medico mr. Tissot*, Lisboa, 1769.

Gorgel do Amaral *(Claudio)*. Procurador da cidade de Lisboa no reinado de D. João V. E' a este diligente e activo representante da burguezia no senado da capital que se deve, em 1728, a iniciativa e a proposta da construcção do aqueducto das Aguas Livres, promovendo com toda a instancia a realisação do grande melhoramento. No vol. XII dos *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, agrupou o sr. Freire de Oliveira interessantes documentos sobre o assumpto, e que comprovam o inexcedivel zelo de Gorgel do Amaral.

Gorgoço. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Santa Velha, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real.

Gorgolão *(Casal do)* Na freg. de N. S.ª da Graça, de Bobadella, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Gorgolim de Baixo e de Cima. Duas herdades na freg. de S. Martinho, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Gorgolosa. Pov. na freg. do Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Gorgosa. Pov. na freg. de S. Paio, de Pousada, conc. e distr. de Braga.

Gorgulhão. Pov. na freg. de S. Thiago, de Castellões, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Gorgulho Fortaleza situada na costa e archipelago da ilha da Madeira. Entre ella e a praia Formosa ha um logar chamado o *Forno* que, comquanto não seja de origem vulcanica, é, comtudo, notavel, porque através d'uma fenda aberta na rocha expelle agua a grande altura.

Gorguz. Antiga arma de arremesso; grande setta; virotão.

Gori. Pov. do conc. de Cazengo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Gorisso. Appellido de familia, que se encontra no tempo de D. João I, e cujas armas são: Em campo de prata, cinco aguias vermelhas abertas e armadas de preto postas em santor; timbre, uma das aguias.

Gorivanes. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mascarenhas, conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Gorjães ou Gorjões. Pov. na freg. de Santa Barbara de Nexe, conc. e distr. de Faro.

Gorjal. Parte da armadura, peça defensiva do pescoço (V. *Armadura*). No gabinete d'Ajuda guarda se um precioso gorjal do seculo XVI. Era da armadura de Francisco I. Divide-se duas peças; tanto a do peito como a das costas teem representado em baixo relevo o assalto a uma praça de guerra, fazendo se o ataque tambem em

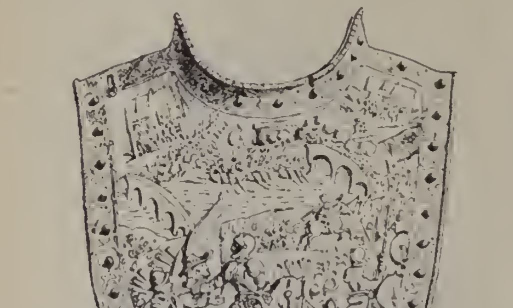

Gorjal de Francisco I, existente no Museu da Ajuda

barcos pelo lado de um rio. O fundo das peças é prateado; as armas arreios e bandeiras dourados, e os animaes e guerreiros em escuro. Por dentro é forrado de velludo carmezim e n'uma das peças está bordado o dragão com uma corôa por cima e o distico: NUTRISCO ET EXTINGVO; na outra está a corôa real.

Gorjão. As armas d'esta familia são: Escudo de campo vermelho, e n'elle um leopardo de ouro com uma flôr de liz do mesmo metal no chefe acima da cabeça; timbre, o leopardo do escudo.

Gorjão *(João Damasio Roussado.)* V. *Roussado Gorjão.*

Gorjão *(Manuel Rafael)*. General de brigada; do conselho de sua magestade, par do reino, ajudante honorario de el-rei senhor D. Carlos, ministro de Estado honorario, governador geral de Moçambique, etc. N em 24 abril de 1846. Serviu na arma de engenharia, e assentou praça em 8 de novembro de 1867, sendo promovido a alferes em 25 de janeiro de 1871, a tenente em 4 de fevereiro de 1873, a capitão em 2 de setembro de 1874, a major em 20 de dezembro de 1883, e tenente-coronel em 16 de fevereiro de 1887, a coronel em 30 de julho de 1892, e a general de brigada em 25 de maio de 1900. Fez a sua carreira publica em Africa, occupando em S Thomé e em Loanda o cargo de director das obras publicas, e em Moçambique o de director da Companhia d'este nome, e o de governador geral da provincia. N'este governo aconselhou e advogou as obras do porto de Lourenço Marques, que depois se começaram, dando n'aquelle logar as maiores provas de militar, diplomata e de administrador distincto, nas circumstancias difficeis em que se liquidou a melindrosa situação para Portugal, creada pela guerra de Inglaterra com o Transvaal. Quando os boers se organisaram em guerrilhas para defenderem até ao extremo a sua patria ameaçada, foi a elle que tocou a responsabilidade de guarnecer as fronteiras, sendo o negociador do *modus vivendi* quando se restabeleceu a paz. O commercio de Lourenço Marques, que ficara paralysado durante as hostilidades, deve-lhe muito do seu renascimento. Em maio de 1903, estando no poder o partido regenerador, houve crise ministerial, de que resultou sairem alguns dos ministros do gabinete presidido pelo sr. conselheiro Hintze Ribeiro, e o sr. general Gorjão recebeu convite para dirigir a pasta da marinha e ultramar. Foi nomeado par do reino em 1903 ou 1904. E' gran-cruz e commendador da ordem de N. S.ª da Conceição; official e commendador da ordem de S. Bento de Aviz, commendador da ordem de Christo, e possue a medalha de prata de comportamento exemplar.

Gorjão (*Casal do*). Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Chouto, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Gorjão Henriques *(Bernardo)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real; conselheiro de Estado, deputado, ministro do reino e da justiça, vogal do Supremo Tribunal Administrativo, etc. N. na quinta de S. Lourenço da freguezia de Peral, concelho do Cadaval, a 15 de fevereiro de 1786, fal. no Campo Grande a 2 de abril de 1854. Era filho de Francisco Gorjão da Cunha Coimbra e de D. Anna Peregrina Gabriella d'Assumpção Barbosa, neto de Duarte Gorjão Henriques da Cunha Coimbra Serra, morgados de muito antiga successão e fidalgos da Casa Real. Entrou para o Collegio dos Nobres em 1794, concluindo os estudos primarios e secundarios em 1802. Passando depois á Universidade de Coimbra em 1803, formou-se na faculdade de Canones em 1808, tendo sido premiado no respectivo curso Em 1807 fôra lhe

conferido o fôro de fidalgo da Casa Real com moradia para si e seus successores, sendo esta mercê concedida especialmente, porque sendo filho mais novo da casa de morgados, não podia usar o fôro de seu pae, que competia ao irmão mais velho. Gorjão Henriques serviu como voluntario academico em 1808, na restauração do reino, e em 1810 no corpo das linhas de communicação. Por carta régia de 5 de abril de 1811 foi despachado juiz de fóra da villa de Abrantes, logar que exerceu desde 22 d'abril do referido anno até fins de 1814. Inaugurado o systema representativo de 1820, foi despachado pela regencia do reino, sendo o despacho confirmado por D. João VI, para superintendente das alfandegas da provincia do Minho, onde se conservou desde 1821 até á queda da constituição em 1823, retirando-se em seguida á vida particular. Liberal convicto, militou sempre nas fileiras do seu partido, de que lhe resultou ser perseguido atrozmente durante o governo do infante D. Miguel; foi preso e encerrado no castello do S. Jorge, de Lisboa, seguindo-se o processo, sendo sentenciado á pena de morte. A sentença, porém, foi commutada em degredo, para o qual não partiu, por ter adoecido gravemente e foi por aviso de 22 de agosto de 1832 deportado para Arronches, onde esteve até ao fim da campanha da Liberdade. Restabelecido o systema constitucional em 1834, Gorjão Henriques foi nomeado provedor do concelho de Abrantes. Em 1836 o circulo eleitoral d'aquella villa elegeu deputado, e successivamente representou em côrtes diversos circulos do reino até 1848. Nomeado presidente da camara de 1838 a 1844, tornou-se notavel a firmeza e patriotismo com que dirigiu as difficeis sessões d'aquella casa parlamentar em epoca tão tumultuosa. Por decreto de 1842 foi agraciado com a commenda da ordem da Conceição; alguns annos depois recusou o titulo de barão, com que a rainha D Maria II o quiz distinguir. Foi nomeado conselheiro de Estado extraordinario, e por decreto de 26 de dezembro de 1845 vogal da commissão dos negocios da marinha e ultramar, e da secção administrativa do referido conselho do Estado, para ali servir durante o impedimento do marquez de Saldanha, logares que desempenhou até outubro de 1848. Por decreto de 18 de dezembro de 1847, organisado o ministerio pelo marechal Saldanha, Gorjão Henriques foi convidado para ministro do reino e interino da justiça e negocios ecclesiasticos. N'estes elevados cargos prestou relevantes serviços. Conveniencias politicas, porém, a que não fôram alheias a inveja e a calumnia, originaram a exoneração dos dois ministros, bispo de Vizeu e Gorjão Henriques, sendo este, ao sair do ministerio, instado pelo governo para que aceitasse o pariato, ao que elle não accedeu. Abandonando as lides da politica militante, foi novamente collocado no cargo de conselheiro de Estado extraordinario e vogal do Supremo Tribunal Administrativo. Um dos factos mais salientes da vida politica de Bernardo Gorjão Henriques, foi a energica attitude que tomou nas côrtes de 1837; sendo elle um dos dois unicos deputados cartistas, pronunciou notaveis discursos, em que especialmente se menciona o da sessão de 29 de abril, arrostando com a opinião contraria d'uma camara inteira e com as iras da populaça, sem transigir nem modificar sequer as suas intimas convicções, onde se afligurava que existia a salvação do paiz e a gloria da patria. Pouco depois de ter abandonado a politica, foi atacado d'uma lesão cardiaca, que o victimou aos 68 annos de edade.

Gorlinho. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Ardegão, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Gormão. Pov. na freg. de S. Miguel, de Sapardos, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Gorongoza. Antigo prazo do distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Pertencendo aos territorios de Manica e Sofala, sob a administração da Companhia de Moçambique, foi por esta consignado em 18 de março de 1895 a uma sub-companhia, a Companhia de Gorongoza, á qual foi entregue por um auto assignado em 9 de agosto de 1896. Porém, em janeiro de 1905, a Companhia de Moçambique retomou conta das terras que sub-concedera áquella companhia, em vista das suas pessimas condições financeiras, e erigiu-as n'uma circumscripção. A Gorongoza é limitada: ao N. pela circumscripção de Sena e pelo Barué; a O, pelo Barué; a S, pelo rio Pungue; e a L. pelo mesmo rio e seu affluente Urema. Tem actualmente 13:000 kilometros quadrados de superficie, mas o antigo prazo era muito extenso, abrangendo uns 37:500. A séde é na pov. de Tambarara. Tem serras altas e numerosos rios; plantações de borracha, e outras culturas; mattas extensas, povoadas de animaes ferozes; e a região é muito procurada para a caça, tendo sido visitada por alguns caçadores de renome, e ainda ha poucos annos por dois principes europeus. Em 31 de dezembro de 1904, a população era de 18.733 negros, das raças mocarangabitonga, que falam o *chigaragozi* (dialecto cafreal do Sena) com mistura dos *chitonga* e *chitive*. || Rio, correndo no prazo do mesmo nome.

Goroo. Ponta ou cabo da costa da prov. da Guiné, Africa Occidental, situada a E S E do Cabo da Verga. Está coberto de palmeiras.

Gororpará. Aldeia pertencente á divisão de Uply Pahw ao sul do rio Sandalcalo, no concelho de Nagar-Avely, districto de Damão, na India.

Gorriana de Baixo e de Cima. Duas povoações na ilha de S. Miguel; freg. do Espirito Santo, de Maia, conc. de Ribeira Grande, distr. de Ponta Delgada.

Gorvella. Pov. na freg. de S. Martinho, de Christoval, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Gorvellos. Pov. na freg. do Salvador, de Gavieira, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, districto de Vianna do Castello.

Gostei. Villa e freg. de S. Claudio, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 490 hab. e 101 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada a 1 k. do rio Fervença. Foi concelho com justiças proprias. El-rei D. Diniz deu-lhe foral, em Lisboa, a 20 de junho de 128?. O cabido da sé de Bragança apresentava o cura, que tinha o pé d'altar. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Gota. Pov. no conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Goterres *(João)*. Fundidor no reinado de D. Manuel. Era habilissimo e parece que aperfeiçou bastante as peças de artilharia que fundiu, e que eram da invenção do proprio soberano. Vem citado no livro de Sousa Viterbo, *Artes e Artistas em Portugal*, Lisboa, 1892.

Goterres *(Mestre)*. Poeta e illuminador. Conhece-se da sua pericia por um soneto, que André Falcão de Rezende lhe dedicou. Era natural de Ourem, e passou a Roma, convidado para ali exercer a sua profissão artistica. Da sua capacidade poetica, conhecem-se duas poesias em latim, reunidas por Sousa Viterbo no seu livro *Artes e Artistas em Portugal*, Lisboa, 1892.

Goterres *(Pelagio)*. Prior do convento de Santa Cruz, de Coimbra, em 1217. Na Bibliotheca Publica do Porto existe um *Psalterium*, manuscripto mandado fazer por sua ordem.

Gotmorodo. Aldeia na prov. de Cacorá, no districto de Gôa, na India.

Goucha. Pov. na freg. de Santo Eustaquio, de Alpiarça, conc. de Almeirim, distr. de Santarem.

Goucharia. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Alcanena, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || N. S.ª da Purificação, de Aljuber, conc. do Cadaval, distr. de Lisboa || Santo Eustaquio, de Alpiarça, conc. de Almeirim, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Pinheiro Grande conc. da Chamusca, do mesmo districto.

Goudigana. Pov. na freg. de S. João Degolado, de Terrugem, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Goudilêo. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Brasfemes, conc. e distr. de Coimbra.

Gougeva. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Sandim, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Gougeve. Pov. na freg. de S. Pedro, de Athei, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real.

Goujoim. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. da Beira Alta, conc. de Armamar, com. e bisp. de Lamego, distr. de Vizeu; 596 hab. e 140 fog. Tem escolas para ambos os sexos e est. post. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada perto da margem esquerda do rio Thedo, a meia encosta d'um monte ingreme e alcantilado. E' pov. muito antiga, e parece que foi habitada pelos godos, que depois a abandonaram, porque no anno de 1030, estando deserta, a repovoou o regulo de Lamego, Zadam Aben Uvim, ou Win. No cimo do monte, n'um logar chamado *Crasto*, ha vestigios de fortificações romanas. Tem-se ali encontrado ferros de lanças e outras armas antigas, e moedas romanas. Em egual altura, na margem direita do Thedo e em frente d'este Crasto, fica a antiga povoação de Pinheiros, que tambem era fortificada. A egreja matriz é singela exteriormente, mas no interior merece attenção, por ter boa obra de talha e o tecto apainelado e todo ornamentado com quadros a oleo, muito antigos e de grande valor. Ao Sul, junto a esta povoação, ha uma ermida dedicada a Santa Barbara, em sitio pittoresco, e com um bonito panorama. Goujoim é abundante de muito boa agua, e na extremidade sul tem um elegante chafariz. O reitor da collegiada de Barcos apresentava o cura, que tinha 13$000 reis de congrua e o pé d'altar. Na praça de Goujoim está collocado o antigo pelourinho. A pov. é abundante de cereaes, fructas, castanha, linho, bom vinho de pasto e azeite. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Goula. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e districto de Castello Branco.

Goulão *(Antonio Sanches)*. V. *Sanches Goulão (Antonio)*.

Goulão *(Manuel Sanches)*. V. *Sanches Goulão (Manuel)*.

Goulas. Pov. na freg. de S. Mamede, de Sandiães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Goule Pequeno reino de gentios beafares, situado no territorio da margem septentrional ou direita do rio Geba, conc. de Bissau, prov. da Guiné, Africa Occidental. Está subordinado ao reino de Guinalá e confina com o de Anchomene. Em tempo houve em Goule algumas feitorias de europeus que fôram abandonadas por causa dos continuos roubos, perseguições e crueldades dos negros. || Pequeno rio do conc. de Bissau, na provincia da Guiné. E' confluente do Geba, e vae desaguar no porto de Goule, em cujo reino corre. || Pov. e porto do reino de Goule. A pov. é habitada por gentios beafares.

Goulinho. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Aldeia das Dez, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Goulões. P. na freg. de S. Pedro, de Gafanhoeiras, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Gourivanes. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mascarenhas, conc. de Mirandella, distr de Bragança.

Gouvães do Douro. Pov. e freg. de Santa Maria dos Anjos, da prov. de Traz os-Montes, conc. de Sabrosa, com. e distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 463 hab. e 106 fog. Tem escolas para ambos os sexos e est. post., permutando malas com a R. A. D. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. A pov. está situada a 3 k. da margem direita do Rio Douro, e a 10 da séde do conc., n'uma elevada planicie. Foi villa. D. Sancho I a povoou e lhe deu foral, em 1202, e D. Affonso III lhe deu tambem foral, em Pinhel, a 3 de outubro de 1256, e logo outro confirmando o antigo, dando-lhe novos privilegios, em Santarem, a 27 de março de 1257. A mitra apresentava o abbade, que tinha 1:000$000 reis de rendimento annual. A terra é muito fertil; cria muito gado de toda a qualidade. Gouvães do Douro pertenceu ao conc. de Provezende até ao anno de 1855, em que foi extincto.

Gouvães da Serra. Pov. e freg. de S. Jorge, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 271 hab. e 57 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada na serra da Alvadia. O reitor de Tellões apresentava o vigario, que tinha de rendimento 30$000 reis. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19 com a séde em Chaves.

Gouvêa V. *Gouveia*.

Gouveães ou Gouviães. Pov. e freg de Santa Maria Magdalena, da prov. da Beira Alta, conc. de Tarouca, com. e bisp de Lamego, distr. de Vizeu; 674 hab. e 145 fog. Dista 1 k. da séde

do conc. e fica-lhe proximo a ribeira Barosa. O reitor de Tarouca apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. Esta freg. tinha foral antigo, dado por D. Sancho I, a 8 de abril de 1202; n'elle se lê o nome de *Guivães*. Foi de Egas Moniz, e D. Sancho II a a deu á sé de Braga, em 26 de novembro de 1238, juntamente com outras. A terra é fertil e tem gado e caça. Gouveães foi annexada ao conc. de Lamego por decreto de 26 de junho de 1896, que supprimiu o de Tarouca, voltando depois para este, por ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Gouveia. O primeiro que se encontra com este appellido é Vasco Fernandes de Gouveia, senhor de Castello Bom e de outras terras, no tempo de D. João I. Tem por armas: Escudo partido em pala; na primeira seis bezantes de prata; na segunda, em campo de prata seis arruelas de azul em duas palas; timbre, uma aguia preta estendida armada de prata com seis bezantes no peito, tendo as azas abertas.

Gouveia *(D. Affonso de Serpa Leitão Freire Pimentel, 1.º conde, e marquez de)* Commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, cavalleiro da da Rosa do Brazil; bacharel formado em Mathematica e Philosophia pela Universidade de Coimbra, par do reino por successão de seu pae e de seu avô, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara a 2 de março do anno de 1875. Nasceu a 3 de março de 1849. Era filho do 2.º visconde de Gouveia, José Freire de Serpa Pimentel, e de sua mulher, D. Julia Petronilla Pereira Leitão de Carvalho; neto de Manuel de Serpa Machado, que foi lente de Prima na Universidade de Coimbra, bibliothecario e director da imprensa da mesma Universidade, deputado, par do reino, etc. (V. *Machado, Manuel de Serpa).* Casou com D. Grácia da Cunha Mattos de Mendia, filha de D. José Matheus de Mendia y Elorza, subdito hespanhol, e de sua mulher, D. Maria Eugenia da Cunha Mattos. O titulo de conde foi concedido por decreto de 29 de maio de 1879, sendo ha poucos annos elevado ao de marquez.

Gouveia *(D. Fr. Alexandre).* Religioso da Ordem Terceira de S. Francisco; doutor em Mathematica pela Universidade de Coimbra; bispo de Pekim; socio da Academia Real das Sciencias, etc. N. em Evora a 6 de novembro de 1751; fal. em Pekim a 6 de julho de 1808. Era filho de José Rodrigues e de Francisca Jeronyma. O seu nome no seculo era Alexandre Narciso e Gouveia, e com elle tomou os graus de bacharel e licenciado em Philosophia, a 16 de junho de 1771, sendo ainda secular. Professou no convento de N. S.ª de Jesus, de Lisboa, a 2 de dezembro de 1773. Doutorou se em Mathematica a 15 de julho de 1779. Em 22 de julho de 1782 foi eleito bispo de Pekim, e depois de ser confirmado e sagrado, partiu para a sua diocese em abril de 1783. Missionou na China, e compoz varias obras nas linguas chineza, latina e portugueza, que ficaram inéditas, e parece existirem na antiga livraria do convento de Jesus. Está impressa a seguinte carta, escripta em latim, com a traducção portugueza, traducção que não é do referido prelado: *Carta do Ex.mo e Rev.mo Bispo de Pekim ao ill.mo e Rev.mo Bispo de Calandro, sobre a introducção e progresso do Christianismo na peninsula da Corêa desde 1784 até 1797,* Lisboa, 1808.

Gouveia *(André de).* Nasceu em Beja no anno de 1497, fal. em Coimbra a 9 de junho de 1548. Era filho de Affonso Lopez de Ayala, fidalgo castelhano, e de Ignez de Gouveia. Sendo chamado por seu tio Diogo de Gouveia, regente do convento de Santa Barbara, de Paris, para n'este se educar nas sciencias sagradas e profanas, mostrou grande talento, pelo que foi nomeado professor d'esse collegio, substituindo depois o tio no cargo de regente. Em 1534 deixou Paris para ir tomar a direcção do collegio de Guienne, por convite da Universidade de Bordéos. Quando D. João III, tratou da reforma da Universidade de Coimbra, encarregou André de Gouveia de escolher mestres para as linguas latina, grega e hebraica, assim como para as faculdades de Rhetoria e Philosophia. Regressando então a Portugal em 1547, procedeu á eleição dos mestres de varias nações, e foi ella tão acertada, que a Universidade não tardou a competir com as mais celebres da Europa.

Gouveia *(Antonio de).* Jurisconsulto, mais conhecido pelo appellido alatinado de *Gouveano.* N. em Beja em 1505, fal. em Turim em 1566. Era irmão de André de Gouveia (V. *o artigo antecedente)*, e foi tambem para Paris estudar no collegio de Santa Barbara, recebendo o grau de doutor em 1532. Exerceu o magisterio em Paris, e depois no collegio de Guienne, de Bordéos, indo em seguida estudar o curso de direito em Tolosa, Avinhão e Lyão, sem, comtudo, deixar os seus estudos litterarios. Voltando a Paris em 1541, foi professor de Philosophia, até 1544, anno em que teve com Ramus uma questão ácêrca de Aristoteles, que alcançou grande celebridade. Ainda em 1544 occupou uma cadeira de direito em Tolosa, e depois, em 1549, em Cahors, em Valença e Grenoble, onde lhe fôram dados vencimentos extraordinarios para esse tempo. Por causa dos tumultos religiosos e da tomada de Grenoble em 1562 pelo barão des Adrets, Gouveia saiu d'aquella cidade, retirou-se para Saboya, e o duque Manuel Felisberto o convidou para enobrecer com a sua doutrina a Universidade, que fundara em Montdevis. O duque de Saboya recebeu-o com as maiores demonstrações de affecto, nomeou-o seu conselheiro e secretario das mercês. Antonio de Gouveia casou com uma senhora muito illustre, e d'este consorcio houve um filho, Manfredo de Gouveia, que nasceu em Cahors, e fal. em 1613, que foi tambem muito importante, e occupou os cargos de conselheiro de Estado, e de senador na Saboya. Antonio de Gouveia deixou algumas obras em latim, que se publicaram em 1876 em Rotterdam, com o titulo: *Opera juridica, philologica e philosophica.*

Gouveia *(D. Fr. Antonio de).* Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho, lente de Theologia, bispo de Circne, em Africa, etc. N. em Beja em 1575, fal. na villa de Mançanares de Membrilla, a 18 de agosto de 1628. Era filho de Lazaro Ribeiro e de Maria de Gouveia. Professou no convento da Graça, de Lisboa, a 4 de junho de 1591. Em 1597 partiu para Gôa, onde foi lente de Theologia. A 15 de fevereiro de 1602 foi á Persia, por ordem do governador da India, Ayres de Saldanha, afim de obter do Xá Abbas licença para n'esse paiz se fundarem estabe-

lecimentos commerciaes, mas o soberano persa impoz como condição que de Portugal lhe enviassem algumas tropas para a guerra dos turcos. Antonio de Gouveia voltou então á Europa, e foi eleito bispo de Cirene, sendo sagrado no convento da Graça, de Lisboa, a 28 de dezembro de 1612, mas não pôde conseguir do rei castelhano Filippe III, que então dominava em Portugal, os soccorros que o Xá pedia, e regressou á Persia com ordem de reatar a negociação sob novas bases. Passando a Roma, foi pelo pontifice Paulo V nomeado legado *a latere*, mas apenas deu conta ao Xá Abbas do mau resultado da sua embaixada, aquelle soberano o mandou prender. Podendo fugir do carcere atravessou as areias da Arabia, e embarcando em Alepo com destino a Marselha, foi feito captivo pelos moiros, e só recuperou a liberdade em 1620 por intervenção de Fr. Antonio da Cruz, religioso da ordem da Trindade. Chegando depois a Madrid, o rei o encarregou de ir a Oran tratar d'um negocio importante, e quando voltava a Hespanha, retirou-se para a villa de Mançanares Membrilla, onde falleceu. Escreveu: *Jornada do arcebispo de Gôa D. Fr. Aleixo de Menezes, Primaz da India oriental, religioso da ordem de S. Agostinho, quando foi ás terras do Malabar, logares em que moram os antigos christãos de S. Thomé*, etc., *recopilada de diversos tratados de pessoas de autoridade, que a tudo fôram presentes; com a noticia de muitas cousas notaveis da India*, Coimbra, 1606; a esta obra andam reunidos n'um só volume o *Synodo diocesano da Egreja d'Angamale*, e a *Missa de que usam os antigos christãos de S. Thomé*; esta obra, dizem ser muito estimada e de grande merecimento; foi traduzida em hespanhol e em francez; *Relação breve de algumas cousas mais notaveis, que os religiosos de Santo Agostinho fizeram na Persia em serviço da Santa Egreja Romana e de Sua Magestade, até o anno de 1607, que mandou fazer o provincial de Santo Agostinho*, Lisboa, 1609; sem o nome do autor; *Relação da Persia e do Oriente*, Lisboa, 1609; *Relação em que se tratam as guerras e grandes victorias que alcançou o grande rei da Persia I Xá Abbas do Grão Turco Mahomet e seu filho Achmet, as quaes resultaram das embaixadas, que por mandado da Catholica e Real Magestade d'ElRei D. Filippe II de Portugal fizeram alguns Religiosos da ordem dos eremitas de Santo Agostinho á Persia*, Lisboa, 1611; *Sermão nas exequias de André Furtado de Mendonça, governador que foi da India*, Lisboa, 1611. D. Fr. Antonio de Gouveia escreveu ainda outras obras em hespanhol, mas sobre assumpto portuguez, de que mencionaremos as duas seguintes: *Glorioso triumpho de tres Martyres españoles, dos portuguezes y frailes de la orden de S. Augustin, y uno castellano, hijo de Madrid*, Madrid, 1623; *Historia de la esclarecida vida y milagrosa del bienaventurado S. Juan de Dios*, etc., Madrid, 1624.

Gouveia *(P. Antonio de)*. Jesuita. N. no logar do Casal, do bispado de Vizeu, em 1593, fal. em fevereiro de 1677. Era filho de Manuel d'Almeida e de Maria Deiró. Entrou aos 15 annos de edade na Companhia de Jesus, a 11 de maio de 1608. Acabando os estudos escolasticos, dedicou se inteiramente ás missões orientaes, e partiu para a China em 1636. Foi testemunha das sanguinolentas luctas que a dynastia chineza dos Ming sustentou contra os tartaros, e depois da publicação do edito em que o imperador tartaro Khang-Hi prohibia aos missionarios que residissem na China, foi preso e levado para Cantão, ficando ali encarcerado. Alcançou a liberdade no fim de 6 annos, e veiu a fallecer na capital de Tocheu. Escreveu: *Innocentia vitrix sive sententia comitionum imperi sinici pro innocentia christianæ religionis*, Cantão, 1771; *Cathecismo da lingua chinense*, impresso em Paris, depois da sua morte, em 1688. Deixou manuscripta uma historia dos seus trabalhos das missões na Asia, com o titulo: *Asia extrema* e uma *Historia da China*.

Gouveia *(D. Antonio Ayres de)*. Do conselho de Sua Magestade; bacharel formado e licenciado em Theologia, doutor e lente de Direito na Universidade de Coimbra; bispo do Algarve e de Bethsaida, e arcebispo de Calcedonia, ministro de Estado honorario, par do reino, deputado, commissario geral da Bulla da Santa Cruzada, socio do Instituto de Coimbra, etc. N. no Porto a 13 de setembro de 1818, sendo filho de Fructuoso José da Silva Ayres, negociante, e de D. Maria Maximina de Gouveia. Dedicou-se á vida do commercio, e aos 22 annos começou a applicar-se aos estudos scientificos, frequentando na Universidade os cursos de Direito e de Theologia, doutorando-se na primeira d'estas faculdades a 22 de junho de 1860. Entrando na politica, foi eleito deputado nas legislaturas de 1861 e 1865, e presidiu á respectiva camara. N'um ministerio presidido pelo duque de Loulé, em 1865, foi convidado para acceitar a pasta da justiça e dos negocios ecclesiasticos. Mais tarde, em janeiro de 1892, tornou a fazer parte do ministerio, encarregando-se da referida pasta, no gabinete presidido pelo sr. conselheiro José Dias Ferreira, conservando-se até á demissão do ministerio. A 23 de janeiro de 1880 foi elevado a par do reino. Em ambas as camaras electivas a sua palavra era sempre escutada com interesse como a dos mais notaveis oradores. Foi bispo eleito do Algarve em 1871, e de ha muitos annos bispo de Bethsaida e ultimamente arcebispo de Calcedonia. Tambem se tem distinguido como orador sagrado. Escreveu: *A reforma das cadeias em Portugal; em resposta ao ponto proposto pela faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*: «*Como devem ser entre nós reformadas as cadeias?*», Coimbra, 1860; dissertação inaugural; *Resenha das principaes cadeias da Europa*, Coimbra, 1860; este livro, que fórma o complemento ou commentario do antecedente, é o resultado do exame e observações feitas pelo autor nas principaes cadeias da Gran-Bretanha, França, Suissa, Belgica, Hollanda, Prussia, Austria, Hespanha e Portugal; *Versão das Elegias de Tibullo em verso portuguez*, publicadas no *Instituto*, de Coimbra; *Gaivagem, emprego das terras lavradias*, não se imprimiu. Foi collaborador e redactor do citado *Instituto*, de Coimbra, *Revista agronomica*, e o principal redactor do jornal de poesias, *O Novo trovador*, que se publicou em Coimbra em 1856. Na traducção dos *Fastos* de Ovidio por Antonio Feliciano de Castilho, tem a nota *Tarpeia*, no tomo 1, de pag. 403 a 408, onde tambem se comprehende a traducção em verso d'uma elegia de Propercio. Escreveu varios artigos sobre jurisprudencia, agricultura e outros assumptos, nos referidos jornaes e em outras publicações periodicas.

Gouveia *(D. Caetano de)*. V. *Pacheco (D. Caetano de Gouveia)*.

Gouveia *(P. Christovão de)*. Jesuita. N. no Porto a 8 de janeiro de 1542, fal. em Lisboa a 13 de fevereiro de 1622. Era filho de Henrique Nunes de Gouveia e de Beatriz Madureira. Entrou no noviciado da Companhia de Jesus, de Coimbra, a 10 de janeiro de 1556, onde estudou letras humanas e Philosophia, em que tomou o grau de mestre. Recebera anteriormente as ordens de presbytero, conferidas pelo arcebispo de Evora, D. João de Mello. O padre Christovão de Gouveia foi mestre de noviços e reitor no collegio dos porcionistas de Evora, e em 1572 no de Coimbra; visitador da ilha da Madeira, reitor dos collegios de Braga e Santo Antão, de Lisboa. Nomeado visitador do Brazil, empregou-se com extraordinario zelo n'essa importante missão, e voltando ao reino foi preposito da Casa Professa de S. Roque e depois provincial. Sendo eleito bispo do Japão, não chegou a tomar posse, por a morte o ter surprehendido. Deixou manuscriptas varias obras, entre as quaes se conta uma *Historia do Brazil e costumes dos seus habitantes*.

Gouveia *(Diogo de)*. Doutor em Theologia pela Universidade de Paris, de que mais tarde foi reitor. Era natural de Beja, e fal. em Lisboa a 8 de dezembro de 1557, em edade muito avançada, sendo filho de Antão de Gouveia, cavalleiro professo na ordem de Christo. Voltando a Portugal, foi provido n'um canonicato na sé de Lisboa.

Gouveia *(Diogo)*. Doutor em Theologia pela Universidade de Paris, onde seguiu o curso. N. na freg de S. Pedro, de Arrifana, no termo de Santarem, e fal. a 2 de abril de 1576. Era filho do dr. Gonçalo de Gouveia, desembargador da Casa da Supplicação, e de D. Joanna Velho de Castello Branco, sobrinho de Diogo de Gouveia *(v. o artigo antecedente)* D. João III o nomeou seu theologo no concilio de Trento em 29 de setembro de 1551, para onde partiu com o embaixador Diogo da Silva, do conselho de el-rei, filho de João da Silva, senhor de Vagos. Regressando á patria, foi provido nos seguintes cargos: abbade de Vinhó, na provincia da Beira; beneficiado em S. João, de Beja, onde foi collocado pelo cardeal D. Henrique a 11 de julho de 1557, e conego na sé de Lisboa, que n'elle resignou seu tio, Diogo de Gouveia. Foi tambem deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, e prior do convento de Palmella, cabeça da ordem militar de S. Thiago, para a qual compoz uns estatutos, que por muitos annos estiveram em vigor. Assistiu ao capitulo d'aquella ordem, que el-rei D. Sebastião celebrou em 14 de novembro de 1564 na casa capitular do convento de S. Francisco, de Lisboa, e ali proferiu uma oração congratulatoria. Deixou manuscriptas muitas postillas de Theologia, e doutas annotações sobre os evangelhos, que se conservavam no archivo do referido convento de Palmella.

Gouveia *(Filippe José)*. Licenciado, cirurgião e lente de operações e ligaduras no hospital de Todos os Santos; cirurgião dos hospitaes militares e da camara do infante D. Manuel, filho d'el-rei D. Pedro II, e irmão de D. João V. Em 9 de outubro de 1762 el-rei D. José I mandou avisar o enfermeiro-mór do hospital, para permittir a Filippe José Gouveia dictar um curso de operações, destinando-lhe casa, marcando hora, e mandando-lhe entregar os cadaveres que precisasse. Parece que Filippe de Gouveia não recebia ordenado por este trabalho; mas pelo decreto de 24 de novembro de 1764, sendo nomeado lente de operações e ligaduras, foi-lhe arbitrado o vencimento de 240$000 reis, pagos pelo conselho da fazenda, tendo obrigação de fazer perante os praticantes, e repetidas vezes, todas as operações de cirurgia nos cadaveres, em que não houvesse doenças contagiosas. Esta nomeação foi feita em consequencia da jubilação de Pedro Dufau, indo Filippe José Gouveia substituil o. Sendo já muito conhecido e afamado em Portugal, desejou ir estudar a França, e ali seguiu, a expensas do infante D. Manuel, um curso regular de cirurgia, que muito lhe aproveitou, assim como aos seus discipulos. Escreveu: *Oração inaugural do primeiro curso de operações cirurgicas, que publicamente fez no hospital real de Todos os Santos, no ultimo de janeiro de 1752*, Lisboa, 1762; *Tratado de apparelhos e ligaduras, ornado de figuras; obra da Academia de Paris*, etc., *traduzido no idioma portuguez*, Lisboa, 1766.

Gouveia *(P. Francisco de)*. Jesuita. N. em Lisboa em 1540, fal. em 17 de novembro de 1638. Era filho de Miguel da Mouta e de Anna Filippe; irmão de D. Jeronymo de Gouveia, bispo de Ceuta. Foi moço da camara d'el-rei D. João III, entrando depois na Companhia de Jesus, no collegio de Coimbra, a 15 de fevereiro de 1556. Exerceu o magisterio por espaço de 10 annos, como professor de Theologia Moral. Foi reitor do collegio de Evora, por duas vezes procurador geral da provincia, da Curia Romana, e por ultimo provincial. Deixou manuscriptas algumas obras sobre differentes pontos de Theologia.

Gouveia *(Francisco Velasco de)*. V. *Velasco de Gouveia (Francisco)*.

Gouveia *(Frederico de Abreu)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, diretor geral do ministerio da justiça, vogal do Supremo Tribunal Administrativo, provedor do Asylo Maria Pia, governador civil de Vizeu, etc. Era natural de Vizeu, filho de familia muito distincta. Fal. em Vianna do Castello a 5 de setembro de 1905. Tendo-se formado em 1853, principiou a sua carreira publica por administrador do concelho de Castro Daire ou de Lamego, sendo mais tarde nomeado secretario geral do governo civil de Vizeu, e depois governador civil. Vindo para Lisboa, obteve por concurso o logar de primeiro official de secretaria, no ministerio do reino, de que passou depois a chefe de repartição do mesmo ministerio. Pela reforma de 1890, que creou o ministerio de instrucção publica, foi nomeado director geral, e sendo extincto esse ministerio, em 1892, voltando ao regimen d'uma só direcção, foi lhe esta confiada, passando em 14 de março de 1895 para director geral do ministerio da justiça. Abreu Gouveia estava filiado no partido regenerador, e foi sempre um dos mais distinctos e dedicados funccionarios publicos. Todos os ministros, que durante a sua vida, geriram a pasta da justiça, mesmo do partido contrario ás suas idéas politicas, encontraram sempre n'elle um poderoso auxiliar para resolver as questões mais difficeis dos serviços d'aquelle ministerio, o que lhe grangeara a maior estima e consideração. Abreu Gouveia foi vogal do Supre-

mo Tribunal Administrativo, e provedor do Asylo Maria Pia, em Xabregas. Foi elle quem alcançou que o asylo, na parte respectiva ao extincto convento da Madre de Deus, deixasse de ser um montão de ruinas, convertendo-a em bellas dependencias do estabelecimento. Tambem foi devido á sua influencia, que se procedeu á restauração da egreja da Madre de Deus. Algumas obras, por motivos alheios aos seus bons desejos, não estavam ainda concluidas, como o refeitorio e cozinha dos menores, casa de banhos, salão de recreio, bibliotheca, etc., muito embora a algumas d'ellas tivesse já dado grande impulso. A luz electrica para a parte habitada pelos menores, tambem lhe mereceu especial attenção entre os melhoramentos materiaes da sua poderosa iniciativa, adquirindo um bom motor e uma bateria electrica, que constituem uma perfeita installação. Tendo grande paixão pela musica, fez com que se instituisse no asylo uma escola, que já tem dado bastantes discipulos, que se encontram espalhados pelas bandas regimentaes do exercito e pela da armada. As escolas do asylo tambem são dignas de menção pela sua organisação pedagogica. Atacado havia alguns annos d'uma doença moderna, que a sciencia denominou *neurasthenia*, Abreu Gouveia, convencendo-se que não tinha cura, suicidou-se com um tiro de revolver, em casa de seu irmão, o dr. José Bernardino de Abreu Gouveia, na quinta do Geraz do Lima em Vianna do Castello, para onde fôra alguns mezes antes descançar dos seus trabalhos officiaes.

Gouvela *(Jeronymo de)*. Foi o autor d'uma obra intitulada *Cêrco de Mazagão*, que ficou inédita.

Gouveia *(João Candido Baptista de)*. Official maior da Intendencia geral da policia da côrte e reino, cargo de que foi exonerado em 1828. Fal. d'uma apoplexia fulminante em 4 de março de 1852. Escreveu: *Policia secreta dos ultimos tempos do reinado do sr. D. João VI, e sua continuação até dezembro de 1826*, Lisboa, 1835; esta collecção, que póde ser d'algum interesse para a historia politica de epoca a que se refere, começou a publicar-se periodicamente em folhas seguidas, e suspendeu-se no fim de algum tempo, por motivos que então fôram interpretados por diversos modos; *A intriga palaciana, ou os planos occultos da facção*, Lisboa, 1850; *O conde de Thomar, ou os feitos brilhantes da sua administração*, Lisboa, 1850; *Mais um roubo feito pelo Conde de Thomar, provado com documentos passados pela Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros*, Lisboa, 1852; estes opusculos sairam sem nome do autor; *Primeira exposição sobre os procedimentos criminosos dos desembargadores do paço, João de Mattos e Vasconcellos Barbosa de Magalhães, ex-intendente geral da policia, e João Antonio Salter de Mendonça, ex-chanceller da casa da supplicação, em que se prova a sua inaudita prevaricação, pelo extravio de dinheiro pertencente á testamentaria de D. Fernando Martins Mascarenhas, da qual eram administradores os ditos desembargadores do paço*, Lisboa, 1823.

Gouveia *(João Filippe de)*. Tenente d'um dos regimentos do ultramar. N. em Vizeu, e fal. em Bombaim em setembro de 1881. Foi antigo alumno do Collegio Militar. Indo de Gôa para Diu, imaginou que o queriam matar a bordo, e ao chegar a Bombaim, deixou-se ficar, e nunca mais se apresentou ás autoridades portuguezas. Escreveu: *Guia militar em companhia, offerecido aos officiaes inferiores do exercito*, Lisboa, 1860; *Conselhos ao bello sexo, ou regulamento de costumes adaptados ás damas; addicionado de uma theoria interessante em materia conjugal; traduzida do francez, coordenada e annotada* pelo traductor, etc., Nova Gôa, 1863. Foi redactor do *Periodico militar do ultramar portuguez*, de Nova Gôa, 1863; do *Recreio das damas*, de que apenas sairam 16 numeros, de maio a outubro de 1863. Por muitos annos collaborou na *Revista militar*, de Lisboa.

Gouvela *(D. João Mascarenhas, 7.º conde de Santa Cruz e 4.º marquez de)*. Mordomo-mór da casa de D. João V. N. a 2 de julho de 1699. Era filho do 3.º marquez do mesmo titulo, D. Martinho Mascarenhas, e de sua mulher, D. Ignacia Rosa de Tavora. Casou com D. Thereza de Moscoso e Aragão, já viuva de D. Manuel Pimentel, marquez de Malpica, filha de D. Luiz de Mosco so Osorio Mendoça Roxas, setimo conde de Altamira, de Monte Agudo, e sexto marquez de Almazan e Posa, gentil-homem da camara de Carlos II, de Hespanha, e de sua mulher D. Angela de Aragão, camareira-mór da rainha de Castella, D. Izabel Farnesio. Apezar de ser casado, o marquez de Gouveia apaixonou-se por uma senhora, tambem casada, e fugiu com ella para Inglaterra. Por causa d'esta aventura amorosa, severamente punida pelas leis, e não tendo successão, renunciou a sua casa e commendas em seu irmão D. José Mascarenhas, que foi o 8.º conde de Santa Cruz, 5.º marquez de Gouveia e 8.º duque de Aveiro. V. *este titulo*.

Gouveia *(D. João da Silva, 7.º conde de Portalegre, e 2.º marquez de)*. Mordomo-mór da casa de D. João IV, D. Affonso VI e de D. Pedro II. Foi tambem do conselho de Estado. D. João IV dava-lhe o tratamento de seu muito amado sobrinho, e, entre outras mercês, agraciou-o com o titulo de marquez de juro, para elle e seus descendentes, conforme a lei mental. Foi presidente do desembargo do paço, ministro plenipotenciario para a paz de 1668, e representante de Portugal em Madrid. Casou duas vezes: a primeira, com D. Maria Pimentel Pereira, filha de D. Manuel Pimentel, casado com a 6.ª condessa da Feira, D. Joanna Forjaz Pereira *(V. Feira, condes da)*; o segundo casamento foi com D. Luiza Maria de Menezes, irmã de D. Antonio de Noronha, 1.º conde de Villa Verde. Falleceu em 1686, sem deixar successão de nenhum dos matrimonios, passando a casa a sua irmã, D. Julianna de Lencastre, casada com o 4.º conde de Santa Cruz, D. Martinho Mascarenhas. D'este consorcio foi filho primogenito D. João Mascarenhas, que foi o 5.º conde de Santa Cruz. Desde então a varonia de Gouveia passou para o appellido Mascarenhas. Esta familia é uma das mais illustres, e remonta a el-rei D. Sancho I, que de Estevão Rodrigues fez senhor do logar de Mascarenhas, na provincia da Beira, e d'este logar tomaram os seus descendentes o appellido, como n'aquelles tempos se costumava. Foi um dos principaes cavalleiros que acompanharam o referido monarcha nas conquistas contra os moiros, achando-se em 1205 na tomada d'Elvas, e Torres Novas. Os seus descendentes são os condes de Santa Cruz, sendo o 1.º conde D. Francisco Mascarenhas. D. João

Mascarenhas herdou os grandes morgados da casa de seu tio, o 2.º marquez de Gouveia, e D. Pedro II lhe fez mercê do officio de mordomo-mór, que sempre andou n'esta casa, e casando em Castella com D. Thereza de Moscoso Osorio, filha de D. Gaspar Moscoso, conde de Monte Agudo e marquez de Almazan, foi pae de D. Martinho Mascarenhas, 3.º marquez de Gouveia. D. João Mascarenhas falleceu a 12 de agosto de 1691. Com a reunião d'estas duas nobres casas, ficaram os filhos primogenitos sendo condes de Santa Cruz. O brazão d'armas dos marquezes de Gouveia são: tres faxas de ouro em campo vermelho, e por timbre um leão vermelho armado de ouro.

Gouveia *(P. Jorge de)*. Jesuita. N. em Lisboa, e fal. na Casa Professa de Gôa em 1647. Serviu no exercito por espaço de 30 annos, entrando depois na Companhia de Jesus em 1592, e professando a 22 de junho de 1594. Partiu para o Oriente como missionario, e foi superior da residencia de Bendorá, na India. Regressou a Portugal em 1610, como procurador das provincias indianas, e voltando ao Oriente, continuou nas suas missões bastantes annos. Escreveu: *Relação da ditosa morte de 45 christãos que em Japão morreram pela confissão da fé catholica, em novembro de 1614; tirado d'um processo authentico*, etc., Lisboa, 1617.

Gouveia *(José Fernandes de Oliveira Leitão)*. V. *Oliveira Leitão de Gouveia (José Fernandes)*.

Gouveia *(José Freire de Serpa Pimentel, 2.º visconde de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, par do reino, juiz de Direito de 1.ª classe, governador civil do Porto, socio do Conservatorio Dramatico de Lisboa e honorario do Instituto de Coimbra, escriptor, poeta, etc. N. na quinta das Varandas, em Coimbra, em 21 de novembro de 1814, fal. na sua quinta do Loureiro, a 22 de janeiro de 1870. Era filho de Manuel de Serpa Machado, doutor e lente de prima da Universidade de Coimbra, par do reino, etc. (V. *Machado Manuel de Serpa*), e de sua mulher, D. Anna Rita Freire Pimentel. Seguindo a magistratura, em que exerceu varios cargos, foi juiz de Direito em Moimenta da Beira, sendo depois nomeado, em 1860, governador civil do districto do Porto. Durante a sua regencia introduziu alguns melhoramentos, pelo que foi asperamente combatido na imprensa periodica. Um d'esses melhoramentos, que tanto irritou a burguezia portuense, foi o da numeração das portas por numeros pares e impares. Tomou posse na camara dos pares, na sessão de 2 de maio de 1860. Casou a 25 de agosto de 1844, com D. Julia Petronilla Pereira Leitão de Carvalho, filha primogenita de Bernardo Pereira Leitão de Carvalho, fidalgo cavalleiro da Casa Real; senhor da casa de Santa Cruz, em Lamego, e mais vinculos na provincia de Traz os-Montes, casado com D. Maria Ludovina de Oliveira Maia. José Freire de Serpa Pimentel pertenceu á illustre pleiade de poetas, que escreveu no *Trovador*, livro publicado em Coimbra em 1848. Como seu irmão Antonio de Serpa Pimentel, e muitos outros, foi trovador de soláos, e poz em verso as tradições gloriosas da nossa historia. José Freire de Serpa Pimentel contribuiu tambem para a renascença dramatica, que se dava então em Portugal, escrevendo varias peças, sendo algumas em verso. O titulo de visconde de Gouveia foi n'elle renovado pelo decreto de 31 de outubro de 1855. Bibliographia: *D. Sisnando, conde de Coimbra, drama em 3 actos e em verso*, Coimbra 1838; O *Almansor Abeu-Afan, ultimo rei do Algarve; drama em 3 actos e em verso, premiado pelo jury dramatico do Porto*, Coimbra, 1840; *D. Sancho II, drama historico, em prosa rejeitado pelo Real Conservatorio de Lisboa ao concurso das peças para a chamada abertura do theatro de D. Maria II, em sessão de 7 de março de 1846*, etc., Coimbra, 1846. As seguintes peças não chegaram a imprimir-se: *A boda em trajes de frasqueira, farça representada do theatro da Rua dos Condes*; *A actriz, drama em 3 actos, e em prosa, representado no theatro da Rua dos Condes; Uma judia na côrte d'el rei D. João III, drama em 5 actos e 9 quadros*. Imprimiram-se as seguintes obras: *Paulo e Virginia, cantata dedicada ás bellas conimbricenses*, Coimbra, 1836; *Solaos*, Coimbra, 1839; *Tradições cavalleirosas da minha patria; primeira epoca*, Coimbra, 1840; *A moura de Montemór, romance*, Coimbra, 1840; saiu tambem na *Chronica Litteraria da Nova Academia Dramatica*, vol. I, 1840; *Cancioneiro; parte primeira: solaos*, Coimbra, 1849; *A morte da infanta D. Maria Telles; episodio*, Coimbra, 1841; *O Infanção das trovas; fragmentos d'uma historia*, Coimbra. 1843; 2 folhetos; *D. Lucinda Moniz, solao em tres partes;* saiu no *Panorama*, vol. I da 2.ª serie, 1842, n.º 47; *S. Thiago e Belzebuth; solao em seis partes* na *Revista Universal Lisbonense*, tomo III, 1844, pag. 258; e no mesmo jornal, tomo V, 1846, pag. 487, saiu: *Bernardim Ribeiro, solao em quatro partes*, etc.; *A virgem e martyr Santa Comba, solao*; saiu no *Ramalhete*, tomo III, 1840, a pag. 222; Ahi sairam mais: *D. Martim*, a pag. 248; *Cindasunda*, a pag. 301; D. Egas, no tomo IV, a pag. 85; *O Platano*, dito tomo, a pag. 160; todos estes haviam já sido publicados na *Chronica Litteraria da Nova Academia Dramatica*; *Engracia Ramilha — O Cid*, solaos; na *Revista Academica*, de Coimbra, 1845, a pag. 105, 108 e 235; *Varias poesias*; publicadas no *Mosaico*, tomo III, 1841, a pag. 14, 72, 88 e 120; *Poesias*, no *Trovador*, de Coimbra, 1848, a pag, 4, 17, 49, etc.; *Poesias* insertas nas *Memorias do Bussaco*, de A. P. Forjaz; *Ode ao Bussaco*; saiu a pag. 37 do opusculo: *As Solidões, poema do Barão de Cronegk; traducção da Escolha de poesias allemans de Huber, e algumas poesias portuguezas feitas em 1835 no Bussaco*, Coimbra, 1835; *Ignez de Castro*; *poesia sentimental em sextinas*, no jornal *O Farol*, Lisboa, 1848, vol. II, n.º 40. Tambem publicou poesias no *Prisma*, na *Illustração*, 1846, e em outros jornaes.

Gouveia *(José Freire Pimentel Mesquita de Vasconcellos, 1.º visconde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão a seus maiores, alvará de 24 de março de 1791, commendador da ordem de Christo, par do reino, juiz do Supremo Tribunal de Justiça, antigo magistrado que exerceu varios logares nas letras; senhor de varios vinculos, e entre elles, do vinculo e capella, instituido em 1624 por Domingos Gonçalves, do Extremadouro, no convento de S. Francisco da villa de S. João da Pesqueira, e que aboliu por provisão do desembargo do paço de 12 de novembro, e despacho de 8 de outubro de 1816, etc. N. em Gouveia a 1 de maio de 1783, fal. a 15 de agosto

de 1853. Era filho de José Freire Pimentel de Mesquita e Vasconcellos, fidalgo da Casa Real, capitão-mór de ordenanças em Gouveia, etc., e de sua mulher, D. Maria Barbosa Machado de Carvalho. O 1.º visconde de Gouveia foi eleito par do reino por carta régia de 26 de dezembro de 1844, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara na sessão de 7 de janeiro de 1845. Foi presidente da camara municipal do Porto, durante todo o tempo do cêrco, 1832 a 1833, onde prestou muitos e bons serviços ao restabelecimento da monarchia constitucional. Tinha a mercê da propriedade do officio de escrivão da camara e do publico, judicial e notas da villa de Gouveia, e suas annexas. Casou duas vezes: a primeira, com D. Maria Rita da Gama Araujo e Vasconcellos, de quem não houve geração; o segundo matrimonio realisou-se em 4 de junho de 1824, com D. Anna Emilia de Oliveira Maia, filha de Antonio de Oliveira Maia, fidalgo da Casa Real, abastado proprietario e capitalista, negociante de grosso trato da praça do Porto, e socio da firma commercial da mesma praça, Barnabé d'Oliveira Maia & Companhia, casado com D. Maria Joaquina da Silva Maia. D'este matrimonio tambem não houve successão. O titulo de visconde de Gouveia foi concedido por decreto de 10 de abril, e carta de 10 de maio de 1848. Era irmão do dr. Diogo Pereira Freire Pimentel de Mesquita e Vasconcellos, que casou com D. Maria José de Serpa Pimentel, irmã do 2.º visconde de Gouveia e do fallecido estadista Antonio de Serpa Pimentel.

Gouveia *(D. José Mascarenhas, 8.º conde de Santa Cruz e 5.º marquez de)*. Foi o 8.º duque de Aveiro. V. *este titulo*.

Gouveia *(José de Mello)*. Bacharel formado em Philosophia pela Universidade de Coimbra, ministro de Estado, par do reino, deputado, vogal do Supremo Tribunal Administrativo, governador civil de Leiria, Vianna do Castello e Vizeu; etc. N. em Coimbra a 12 de dezembro de 1815, fal. em Lisboa a 15 de dezembro de 1893. Seu pae tinha egual nome, e sua mãe chamava-se D. Maria Fortunata de Mello Gouveia. Ainda muito novo foi perseguido e preso pelo governo do infante D. Miguel, por ser filho d'um homem reconhecidamente liberal. Começou a sua carreira publica em 1845, sendo despachado official maior do governo civil de Coimbra, occupando depois o logar de secretario geral de Villa Real, e o de administrador geral das mattas nacionaes. Proseguindo na carreira administrativa, exerceu o cargo de governador civil nos districtos acima citados, tendo tambem a nomeação para o do Porto, em 1870, de que não chegou a tomar posse, por ter sido convidado pela primeira vez a tomar parte no ministerio. Filiou-se no partido do duque d'Avila, e saiu eleito deputado em muitas legislaturas, sendo a primeira a de 1848. Tambem foi chefe d'uma repartição do ministerio das obras publicas, logar que exercia em 1881. Foi da primeira vez ministro em 1870, conforme dissémos, por nomeação de 29 de outubro, no gabinete presidido pelo duque d'Avila, encarregando-se da pasta da marinha e ultramar; no anno seguinte geriu, tambem interinamente, a pasta da justiça, desde 30 de janeiro até 1 de março de 1871. Quando em 1877 se demittiu o ministerio regenerador, novamente subiu ao poder o partido avilista, e José de Mello Gouveia foi convidado pelo duque d'Avila para tomar parte no gabinete, que elle organisara, tomando a seu cargo a pasta da marinha e ultramar, que dirigiu desde 5 de março até 29 de janeiro de 1878, e interinamente o da fazenda, por ter saido o ministro d'aquella pasta, Carlos Bento da Silva, desde 10 de setembro de 1877 até 29 de janeiro de 1878, em que o ministerio se demittiu. Por carta régia de 8 de janeiro de 1880 foi elevado ao pariato. Em 14 de novembro de 1881 tornou a ser ministro, a convite de Fontes Pereira de Mello, no gabinete organisado e presidido por este estadista, encarregando-se mais uma vez da pasta da marinha e ultramar, que dirigiu desde 14 de novembro até 30 de janeiro de 1883. Foi n'esta ultima gerencia, que a pedido da Sociedade de Geographia, concordou na publicação da obra *A India Portugueza*, de Lopes Mendes,

José de Mello Gouveia

que só veiu a publicar-se muito mais tarde, em 1886, sendo Pinheiro Chagas ministro da marinha, que autorisou a despeza por despacho de 2 de junho de 1884. Em outubro de 1890 foi ministro da fazenda no gabinete presidido pelo general João Chrysostomo de Abreu e Sousa. O conselheiro José de Mello Gouveia era um dos nossos estadistas mais considerados e respeitados pela seriedade do seu caracter, e elevada intelligencia. A sua morte foi geralmente sentida.

Gouveia *(P. Luiz de)*. Jesuita. N. em 1526, e fal. em 1584. Professou em Gôa, no anno de 1552. Passou a maior da sua vida em Cochim e em Ceilão, como missionario, e dizem que morreu envenenado em Cochim. Escreveu algumas cartas aos padres da Companhia de Jesus, das quaes algumas se publicaram traduzidas em italiano.

Gouveia *(Fr Manuel de)*. Religioso da ordem

dos eremitas de Santo Agostinho. N. em Extremoz a 14 de setembro de 1659, fal. no convento da Graça, de Lisboa, a 4 de setembro de 1730. Era filho de Francisco de Gouveia de Abreu e de Ignez Gomes. Professou n'um convento de Hespanha, e voltando para Portugal, foi um dos prégadores mais afamados do seu tempo. Escreveu: *Sermão dos Reis e annos da serenissima sr.ª D. Izabel Luiza Josepha, princeza de Portugal e duqueza de Bragança, prégado na capella real*, Lisboa, 1688; *Sermões varios; discursos predicaveis, panegyricos politicos e moraes*, 6 tomos, Lisboa, 1701, 1714, 1716, 1718 e 1723; *Fenix gloriosa entre aromas de devoção renascida;* etc., Lisboa, 1.ª parte, 1715; 2.ª parte, 1730. Deixou alguns manuscriptos.

Gouveia *(P. Manuel de)*. Jesuita. Natural de Pinheiro de Azeres, no bispado de Coimbra. Era filho de Balthazar Cardoso e de Guiomar Gouveia. Entrou na Companhia de Jesus, no noviciado de Coimbra, a 23 de março de 1595. Traduziu do italiano a *Vida de S. Francisco Xavier*, que ficou inédita.

Gouveia *(Manuel Domingues)*. Presbytero secular, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, etc. Ignora-se a terra da sua naturalidade, e as datas do nascimento e fallecimento, mas vivia na Guarda, quando o bispo-conde D. Francisco de Lemos o chamou a Coimbra para exercer os cargos de promotor do juizo ecclesiastico e de desembargador da Relação ecclesiastica d'aquella diocese. Escreveu: *Exposição dos requerimentos, officios e despachos contra Joaquim Ignacio de Freitas, administrador da Imprensa da Universidade sobre a observancia da lei de 19 de outubro de 1822, pelo promotor dos jurados do segundo conselho da Beira*, Coimbra, 1823; *Exhortação pastoral dos deputados da Junta do governo ecclesiastico do bispado de Coimbra*, Coimbra, 1824; *Exhortação pastoral*, etc., *na ausencia do ex.mo Bispo-conde, Par do reino*, Coimbra, 1827; *Manifesto publicado pelo actual provisor do bispado de Coimbra, em defeza d'uma sentença que proferiu sendo vigario geral*, Coimbra, 1824; *Addição ao manifesto, publicado em 17 de setembro passado, que serve de rectificar o mesmo manifesto*, etc., Coimbra, 1824. Estes dois ultimos opusculos teem no fim o nome do autor e as datas de 17 de setembro e 14 de dezembro de 1824. Nos *Apontamentos para a historia contemporanea*, de Joaquim Martins de Carvalho, lê-se a pag. 124: «O provisor do bispado de Coimbra, Manuel Domingues de Gouveia, em cumprimento de ordens da junta provisoria, mandou dar graças ao Altissimo pela rapidez e felicidade com que se tinha desenvolvido o espirito de adhesão e lealdade á autoridade legitima de D. Pedro IV.» No *Conimbricense*, n.º 2:860, de 1874, ajunta-se: «E' tambem para notar a representação por elle dirigida ao governo em 5 de janeiro de 1824, ácêrca do modo como devia proceder para com os clerigos mandados metter em processo por se haverem alistado na guarda civica, os quaes não podia condemnar por falta de lei para isso.»

Gouveia *(Manuel Lourenço de)*. Missionario no Oriente, para onde partiu em 1850, deão da sé de Macau, reitor do seminario de S. José, etc. Falleceu em 18*5.

Gouveia *(D. Manrique da Silva, 6.º conde de Portalegre e 1.º marquez de)*. Mordomo-mór de el-rei Filippe IV, de Hespanha, e III, de Portugal, e depois de D. João IV, conselheiro de Estado. Era filho de D. Filippa da Silva, senhora da casa de Portalegre, e de D. João da Silva, que fôra embaixador de Filippe II, de Castella, junto d'el-rei D. Sebastião, o qual, pelo seu casamento, ficou sendo 4.º conde de Portalegre, e desempenhou o officio de mordomo-mór d'el-rei D. Sebastião, acompanhando-o na viagem a Guadalupe, e depois até Alcacer Kibir, onde ficou captivo dos moiros. A familia Silva era muito nobre; n'ella se conta Ruy Gomes da Silva, valente cavalleiro, alcaide-mór de Campo Maior, e Ayres Gomes da Silva, alcaide-mór de Guimarães, aio d'el-rei D. Fernando. O 1.º conde de Portalegre, foi D. Diogo da Silva, senhor de Gouveia, de Celorico da Beira, de S. Romão, e d'outras terras, mordomo-mór d'el rei D. Manuel, ouvidor da sua fazenda. D. Manrique da Silva foi o 6.º conde de Portalegre, pela renuncia que n'elle fez seu irmão primogenito, D. Diogo da Silva, 5.º conde d'aquelle titulo. Filippe IV o agraciou com o titulo de marquez de Gouveia, por carta de 20 de janeiro de 1625. Quando se deu a revolução de 1.º de dezembro de 1640 e a acclamação de D. João IV, duque de Bragança, era D. Manrique da Silva, presidente da Misericordia, e collocou-se ao lado dos esforçados conspiradores, no instante de maior perigo, arriscando a vida e fortuna. Foi sempre grande servidor do monarcha, que em recompensa o nomeou seu mordomo mór e do conselho de Estado. D. Manrique casou tres vezes, sendo sua terceira mulher D. Maria de Lencastre, filha dos 3.ºs duques de Aveiro, D. Alvaro de Lencastre e D. Julianna de Lencastre. D'este consorcio, entre outros filhos, houve D. João da Silva, que foi o 7.º conde de Portalegre e o 2.º marquez de Gouveia.

Gouveia *(Marçal de)*. Foi irmão de André e de Antonio de Gouveia, de quem já se falou (V. *estes nomes*), e como elles estudou no convento de Santa Barbara, de Paris. Era lente da Universidade de Poitou, quando D. João III o chamou para fazer parte do corpo docente da de Coimbra, na sua reforma. Era muito apreciado como poeta latino.

Gouveia *(D. Martinho de Mascarenhas, 6.º conde de Santa Cruz e 3.º marquez de)*. Mordomo-mór dos reis D. Pedro II e D. João V, do conselho de Estado; senhor das villas de Lavre, Estepa, Santa Cruz e Lagens, e das ilhas de Santo Antão, Flôres e Corvo, com todas as suas jurisdicções; commendador de Mertola na ordem de S. Thiago, de Mendo Marques e Vargem na de Christo, alcaide-mór do castello da villa de Mertola e dos castellos de Montemór-o-Novo, Grandola e Alcacer do Sal. Era filho de D. João Mascarenhas, 3.º conde de Santa Cruz, e de D. Julianna de Lencastre; neto do 1.º marquez de Gouveia e tio do 2.º marquez, que era irmão de sua mãe. D. João V fez-lhe a mercê de renovar n'elle este titulo, por carta de 17 de janeiro de 1714, dando-lhe a prerogativa e tratamento de sobrinho. Casou em 2 de junho de 1698 com D. Ignacia Rosa de Tavora, filha dos 2.ºs marquezes de Tavora, Antonio Luiz de Tavora e D. Leonor Maria Antonia de Mendoça. D'este matrimonio houve tres filhos, o 4.º e 5.º marquezes

de Gouveia, D. João e D. José Mascarenhas, e D. Francisca das Chagas, que a 17 de setembro de 1707 casou com D. Antonio de Almeida, conde de Lavradio, e depois marquez do mesmo titulo.

Gouveia *(Pedro Ignacio de)*. Capitão de mar e guerra; governador da Guiné. N. a 8 de setembro de 1840. Assentou praça de aspirante de 2.ª classe, a guarda-marinha, em 12 de outubro de 1854, sendo promovido a aspirante de 1.ª classe em 13 de julho de 1861. A 19 de julho de 1862 teve a promoção de guarda-marinha; em 3 de agosto de 1864 a de 2.º tenente, e em 1 de dezembro de 1875 a de 1.º tenente. Passou a capitão-tenente em 1881, e n'esse anno foi pela primeira vez nomeado governador da Guiné, de que tomou posse a 17 de dezembro, succedendo a Agostinho Coelho, primeiro governador d'aquella provincia, separada da de Cabo Verde, pelo ministro da marinha, Thomaz Ribeiro, o qual fôra transferido para Moçambique. Pedro Ignacio de Gouveia prestou então grandes serviços em Africa, e em recompensa recebeu a mercê da commenda da ordem de Aviz. Terminada a guerra com o gentio que se havia levantado, o governador pôde dedicar-se ao estudo da questão financeira da provincia, propondo uma nova pauta alfandegaria. Propoz tambem ao governo uma escola de pilotagem e de moços marinheiros, creando outra de artes e officios. No serviço das obras publicas tambem se fez sentir a sua actividade, ordenando reparações nos edificios já existentes, e mandando construir outros para accommodação de differentes repartições publicas. Em 25 de julho de 1889 foi promovido a capitão de fragata, e em 13 de julho de 1895 a capitão de mar e guerra. Nos fins d'este anno tornou a ser nomeado governador da Guiné, tomando posse nos primeiros dias de janeiro de 1896. As suas primeiras viagens fôram pelos mares da Europa, visitando por essa occasião alguns portos de Inglaterra e Belgica. Depois, em differentes navios, visitou as nossas colonias d'Africa, Asia e Oceania, o Brazil e os portos das republicas da America do Sul. Fez parte da guarnição do antigo vapor *Mindello*, hiate *Penha Firme*, escunas *S. Thomé* e *Napier*, brigue *Pedro Nunes*, corvetas *Estephania*, *Gôa*, *Duque da Terceira*, *D João I*, *Infante D. João* e *Mindello*. Foi commandante do hiate *Algarve*, da esquadrilha do Algarve; da corveta *Rainha de Portugal*, canhoneira *Tamega*, e da estação naval de Macau. Pedro Ignacio de Gouveia foi tambem por algum tempo secretario do Instituto de Soccorros a Naufragos, onde prestou valiosos serviços.

Gouveia *(Procoro José)*. Doutor em Medicina pela faculdade de Paris, medico do hospital de S. Luiz dos francezes, official da Legião de Honra, etc. N. na ilha da Madeira em 1810. Foi nomeado medico do hospital de S. José a 15 de julho de 1834. Em 4 do referido mez do anno seguinte, teve o encargo da visita da tarde e da direcção da botica, passando a 6 de maio de 1840 a director da enfermaria de S. Roque. Publicou em 1833 a these, que defendeu em Paris, intitulada: *La fiévre typhoide*.

Gouveia *(Valerio da Costa)*. Bacharel em Jurisprudencia Cesarea pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Lisboa em dezembro de 1678, onde tambem falleceu a 23 de outubro de 1742. Era filho de Bartholomeu da Costa e de Maria da Encarnação. Serviu alguns logares no reino e na America. Preferindo o estudo ecclesiastico ao secular, o nomeou seu coadjutor o cardeal patriarcha de Lisboa, D. Thomaz d'Almeida, sagrando-o na egreja patriarchal, com o titulo de arcebispo de Lacedemonia, a 19 de fevereiro de 1741. Nos primeiros annos, tendo muita vocação para a poesia, escreveu: *Applauso aos felicissimos annos do Serenissimo Principe D. João nosso senhor*, Lisboa, 1700. E' uma glosa ao soneto de Camões, que começa: *Os reinos, os imperios poderosos*; depois uma *Canção* e um *Soneto*.

Gouveia. Villa da prov. da Beira Baixa, séde de conc. e de com., distr. e bisp. da Guarda, rel. do Porto. Está edificada na falda occidental da serra da Estrella, mas em logar um pouco elevado. Dista seis legoas para O da séde do districto. E' muito anterior á fundação da monarchia e como tal tem a sua origem sido attribuida a eras muito remotas, affirmando-se que foi povoada pelos turdulos, 580 annos antes de Christo, e que estes lhe chamavam *Gouvê*, d'onde se derivou por corrupção o nome de *Gouveia*. No seculo VIII soffreu como outras terras o jugo dos moiros, sendo conquistada em 1038 por Fernando Magno, rei de Leão e Castella. No meio das continuas guerras, travadas entre os christãos e os musulmanos, arruinou-se completamente, e n'este estado se encontrava quando no anno de 1186 o nosso rei D. Sancho I a mandou reedificar, concedendo-lhe muitos foros e privilegios, com o fim de lhe attrahir moradores. O respectivo foral foi dado em fevereiro do referido anno, sendo confirmado por D. Affonso II, em Coimbra, em novembro de 1217. D. Manuel deu lhe foral novo em Santarem a 1 de junho de 1510. Teve castello, de que apenas se conserva o nome no bairro que se ergue a meio da villa, denominado *bairro do Castello*. Da antiga judiaria, hoje *bairro da Biqueira*, restam apenas algumas casas velhissimas, e uma capellinha com a invocação de Santa Cruz ou Vera Cruz, que está ligada á historia das perseguições de que fôram victimas os judeus em Portugal, e nomeadamente n'esta villa. Alexandre Herculano, na sua obra *Do estabelecimento da Inquisição em Portugal*, depois de mencionar muitos actos do mais revoltante fanatismo com que os velhos christãos de Gouveia torturavam os judeus e christãos novos, menciona o seguinte: «Certo dia de madrugada encontrou-se enforcada em uns paus uma imagem de Nossa Senhora, muito querida dos habitantes de Gouveia, pertencente á egreja de S. Pedro. Causou o facto grande sensação na villa e logo se ergueu um brado unisono attribuindo a profanação a tres dos judeus mais ricos da villa e immediatamente prenderam dois que fôram conduzidos para Lisboa, onde os justiçaram, apezar dos esforços da colonia israelita, salvando-se a custo o terceiro por se homisiar a tempo. Passados, porém, alguns annos, depois d'aquelle delicto, e quando os dois judeus, suppostos autores d'elle, já haviam sido reduzidos a cinzas, desavieram-se entre si dois patifes de Gouveia, e mutuamente se accusaram de haverem subtrahido da egreja de S. Pedro a imagem de Nossa Senhora, de a enforcarem, e de terem feito queimar os dois judeus, reduzindo á miseria as suas familias.» No tempo da dominação castelhana, Filippe III fez

marquez de Gouveia a D. Manrique da Silva, conde de Portalegre. Desde então tomou a villa por seu brazão as armas dos Silvas, que são: em campo de prata um leão de purpura armado de azul, e por timbre o mesmo leão. O marquezado de Gouveia pertenceu ao filho primogenito dos duques de Aveiro, sendo extincto em 1759. No meado do seculo XIX teve o viscondado de Gouveia o distincto poeta e magistrado José Freire de Serpa Pimentel; e ultimamente foi agraciado com o titulo de marquez de Gouveia o sr. Affonso de Serpa Leitão Pimentel. Os marquezes de Borba tambem fôram senhores de Gouveia. Pelo meado do seculo XVIII os jesuitas edificaram em Gouveia um amplo e magestoso collegio, bem situado e com magnificas vistas. Poucos annos depois de o acabarem e de estabelecerem n'elle aulas, fôram expulsos pelo marquez de Pombal, ficando devoluto para a Corôa o collegio e as vastas propriedades a elle pertencentes. As freiras franciscanas de Almeida, tentadas pela belleza e magnificencia da casa, pediram-na ao governo e para ella se transferiram. Sobrevindo a guerra peninsular, fôram d'aqui removidas para o convento de Vinhó, estabelecendo se no antigo collegio o hospital militar do exercito anglo-luso. Terminada a guerra foi o edificio applicado a quartel do regimento de caçadores n.º 7. No meado do seculo passado foi o edificio vendido em hasta publica, sendo comprado por Bernardo Antonio Homem, tio do actual proprietario, o sr. conde de Caria. E' uma residencia magnifica com esplendida vista e uma bella cerca, na qual se vê o mausoléo d'um official inglez protestante, ali sepultado por occasião da passagem do exercito anglo-luso. Ao NO do edificio do collegio está a capellinha do Senhor do Calvario, em uma pequena eminencia, de cujo adro se desfructa um panorama vasto e alegre. Em plano um pouco inferior a essa capellinha está a capella de S. Lazaro, muito antiga, talvez anterior ao seculo XVI. Teve annexo um hospital de lazaros e um campo, que é hoje o passeio publico da villa, arborisado, defendido por grades de ferro e no centro um coreto em fórma de pavilhão. Contiguo á capellinha do Calvario está um edificio, construido ha poucos annos, para os romeiros e arrumação dos aprestos das illuminações. No mesmo edificio se fez um theatro, bastante regular, em que já representou o actor Taborda. A egreja de S. Pedro é o melhor templo da villa, e foi durante seculos a unica freguezia. Actualmente, desde 1757, tem duas parochias: S. Pedro e S. Julião. As freiras de Santa Clara, de Coimbra, apresentavam o vigario, que tinha 140$000 réis annuaes. Tem misericordia, com hospital de N. Senhora da Piedade, cinco ermidas, e o edificio do extincto convento do Espirito Santo. A população do conc. é de 24.473 hab.: 11.669 do sexo masc. e 12.804 do feminino. As freguezias, em numero de 22, são as seguintes: Aldeias (S. Cosme), com 829 hab.: 421 do sexo masc. e 408 do fem.; Arcozello (N. S.ª da Assumpção), com 1.341 hab.: 658 do sexo masc. e 683 do fem.; Cabra (S. Jeronymo), com 668 hab.:

Brazão da villa de Gouveia

Vista geral de Gouveia

341 do sexo masc. e 327 do fem; Cativellos (S Sebastião), com 1.462 hab.: 676 do sexo masc. e 786 do fem.; Figueiró da Serra (N. S.ª da Conceição), com 1.126 hab.: 546 do sexo masc. e 580 do fem.; Folgosinho (S. Pedro), com 1.415 hab.: 699 do sexo masc. e 716 do fem.; Freixo da Serra (N. S.ª da Expectação), com 635 hab.: 303 do sexo masc. e 332 do fem.; Gouveia (S. Julião), com 1.101 hab.: 512 do sexo masc. e 589 do fem.; Gouveia (S. Pedro), com 2.289 hab.: 1.066 do sexo masc. e 1.223 do fem.; Lagarinhos (Santa Eufemia), com 860 hab.: 426 do sexo masc. e 434 do fem.; Mangualde da Serra (S. Vicente), com 341 hab.: 172 do sexo masc. e 169 do fem.; Mello (Santo Izidoro), com 1.453 hab.: 670 do sexo masc. e 783 do fem.; Moimenta da Serra (S. João Baptista), com 1.103 hab.: 513 do sexo masc. e 590 do fem.; Nabaes (S. Cosme) com 627 hab.: 308 do sexo masc. e 319 do fem.; Nespereira (N. S.ª da Graça), com 924 hab.: 443 do sexo masc. e 481 do fem.; Paços da Serra (S. Miguel), com 1.119 hab.: 520 do sexo masc. e 599 do fem.; Rio Torto (S. Domingos), com 1.070 hab.: 506 do sexo masc. e 564 do fem.; S. Paio (S. Pelagio), com 1.340 hab.: 672 do sexo masc. e 668 do fem.; Villa Cortez da Serra (N. S.ª da Conceição), com 709 hab.: 362 do sexo masc. e 347 do fem.; Villa Franca da Serra (S. Vicente), com 665 hab.: 293 do sexo masc. e 372 do fem.; Villa Nova de Tazem (N. S.ª da Assumpção), com 2.508 hab.: 1.150 do sexo masc. e 1.358 do fem.; Vinhó (N. S.ª da Assumpção), com 888 hab.: 412 do sexo masc. e 476 do feminino. Parte das freguezias pertenciam ao bispado de Coimbra e parte ao da Guarda. Do primeiro eram as seguintes: Aldeias, Cativellos, Gouveia (S. Pedro e S. Julião), Lagarinhos, Mangualde, Moimenta, Paços da Serra, Villa Nova do Casal, e Vinhó. Do segundo: Arcozello, Cabra, Figueiró da Serra, Mello, Nabaes, Nespereira, Rio Torto, S. Paio de Gouveia, Villa Cortez, Villa Franca e Villa Ruivo. A antiga comarca de Gouveia abrangia tres julgados: Gouveia, Ceia e Manteigas. Pertence á 4.ª div. mil. e ao 14.º distr. de res. do exercito com a séde na Guarda. Tem est. postal e telegraphica, com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. B. A. E' estação do caminho de ferro na linha da Beira Alta. A pov. dista da estação 13 kilometros. Pelo meio da povoação passa uma pequena ribeira, que nasce nos montes visinhos. Os arrabaldes são muito accidentados e pittorescos. O termo é de grande producção, como todos os terrenos visinhos da serra da Estrella. Recolhe cereaes, vinho, azeite e fructas, e como abunda em magnificas pastagens, a creação de gado é ahi muito importante. Aqui se fabricam optimos queijos, chamados da *serra* ou *de ovelha*. O concelho de Gouveia é muito industrial, tendo muitas e boas fabricas de lanificios. Antigamente tinha grande commercio de saragoças e baetas de seu fabrico. No concelho ha as seguintes feiras: de gado no 2.º domingo de agosto; mensaes nos quartos e quintos domingos, em Villa Nova de Tazem, e nos segundos em Arcozello; semanal, ás quintas-feiras. Romaria do Senhor do Calvario, no 2.º domingo de agosto, durando cinco dias. Agencias banearias: *Alliança*, *Banco de Portugal*, *Commercial de Lisboa*, *Crédit Franco-Portugais*, *Economia Portugueza*, *do Minho*, etc. Agencias de seguros: *Tagus*, *Indemnisadora*, *Internacional*, *Sociedade Portugueza*, etc. Associações de soccorros mutuos: *Artistas gouveienses*, *Artistas e operarios*. Sociedades de recreio: *Club Camões*, *Banda dos bombeiros voluntarios*, theatro *Herminio* || *Jornaes:* Teem sido aqui publicados os seguintes: *Correio de Gouveia*, 10 de janeiro de 1901; *Herminio (O)*, 23 de julho de 1893, em publicação; *Labor (O)*, 21 de dezembro de 1902, em publicação, sendo continuação do *Trabalho* com o n.º 173; *Trabalho (O)*, 3 de setembro de 1899, continuado pelo *Labor*, com o numero 173 correspondente a 21 de dezembro de 1902. Além d'estes jornaes, publicou se egualmente o numero unico *Gouveia em Festas*, 7, 8, e 9 de agosto de 1886. || Pov. e freg. de S. Simão da prov do Douro, conc. e com. de Amarante, distr. e bisp. do Porto; 1:018 hab. e 255 fog. Tem escolas para ambos os sexos e est. post. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada, proximo do rio Ovelha. Gouveia foi cabeça d'um concelho, sendo composto de 7 freguezias, na comarca de Guimarães; depois passou a ser do conc. de Sobre Tamega e da mesma comarca, até que finalmente, sendo supprimido este conc., ficou a formar parte do de Amarante. O reitor do convento de Santo Eloy apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 22 de novembro de 1513. Fôram senhores de Gouveia os Sousas, descendentes de Martim Affonso Chicorro, filho bastardo de D. Affonso III, e de D. Aldonça, ou Dulce, Rodrigues de Sá. O primeiro senhor de Gouveia foi Fernão de Sousa, que casou com D. Mecia de Castro. Gouveia pertenceu em tempos remotos á freg. de Cepéllos, mas no principio do seculo XVIII tornou a ser freguezia independente. A rainha D. Thereza e seu filho D. Affonso Henriques, coutaram em 1125 a pov. de Gouveia, e n'esse mesmo anno a doaram ao mosteiro de conegos do Santo Sepulchro, d'Aguas Santas (Maia). A mesma rainha e seu filho deram-lhe muitos privilegios. A pov. tambem é conhecida por *S. Simão de Gouveia*, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. d'Alfandega da Fé, distr. e bisp. de Bragança; 375 hab. e 93 fogos. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada entre as ribeiras de Zacharias e Villariça. O reitor de Adeganha apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10 com a séde em Mirandella. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Gouveia e Sousa *(Antonio de)*. Doutor em direito pontificio pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Leiria, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de Estevão da Costa e de Beatriz Pacheco de Andrade. Foi collegial de S. Pedro a 12 de dezembro de 1661, deputado da inquisição de Coimbra em 1 de outubro de 1666, conego doutoral nas cathedraes de Lamego, Algarve e Coimbra. Regeu as cadeiras de Clementinas, de Sexto, de Decreto, e por

fim a de Vespera, de que tomou posse a 23 de novembro de 1676.

Gouveias. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov da Beira Baixa, conc. e com. de Pinhel, distr. e bisp. da Guarda; 925 hab. e 215 fog. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e mercado a 27 de cada mez. A pov. dista 16 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Pinhel á Guarda. A pov. é muito antiga. Em 1142 S Paes (julga-se que seja Sueiro Paes), deão da sé de Vizeu, deu foral aos que povoassem *as suas herdades das Gouveias e seu termo, junto a Pinhel, com o fôro, do 6.º de todo o fructo, além dos 8.os do trigo e centeio, excepto verças, porros e fructas das arvores.* A mitra apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil. Tem muito gado e caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Gouvim. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Gondarem, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Valdreu, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Gouvinhas. Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. de Traz os Montes, conc. de Sabrosa, julgado municipal, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 811 hab. e 180 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e est. post. e telegr., permutando malas com a R. A. D., apeadeiro no caminho de ferro, da linha do Douro, entre as estações de Covellinhas e Ferrão. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e corre-lhe proximo o rio Douro. O vigario de Santa Maria de Goães apresentava o vigario, que tinha 80$000 réis annuaes. Até 1855 foi do conc. de Provezende, que n'esse anno se supprimiu. Pertence á 9.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Gouxa. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

Gouxaria. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Alcanena, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || N. S.ª da Purificação, de Alguber, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Pinheiro Grande, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Gova. Pov. na freg. de S. Martinho, de Aborim, conc. de Barcellos, distr de Braga.

Govaném. Aldeia da circumscripção militar de Cotorém, provincia de Satary, districto de Gôa, na India.

Gôve. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Baião, distr. e bisp. do Porto; 1:518 hab. e 380 fog. Tem escolas d'ambos os sexos. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Mesão Frio a Baião. O prior do convento de S. Domingos, de Lisboa, apresentava o cura, que tinha de rendimento 50$000 réis. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Governador. Individuo a quem se confia o governo de alguma praça, colonia, districto, estabelecimento bancario, etc. (V. *Governador das armas* e *Governador do reino*) || *Governador de bispado*, o vigario geral, sacerdote que dirige a administração ecclesiastica de uma diocese, durante a ausencia do prelado ou na sua falta por motivo de vacatura, de não provimento ou de suppressão da diocese. || *Governador civil*, magistrado que está á frente de um districto administrativo, e é a primeira autoridade administrativa. Os mais antigos diplomas que a elles se referem, são a carta de lei de 25 de abril e decreto de 29 de agosto de 1835 e o decreto de 11 de setembro de 1836. || *Governador de egreja*, era antigamente o padroeiro, ou o individuo ouvido nos negocios d'uma egreja, por ser de fundação de seus antepassados.

Governador das armas. Cargo militar que ainda no primeiro quartel do seculo XIX era desempenhado por um general; correspondia ao actual commandante de divisão militar. Tem a data de Lisboa, 1 de junho de 1678, o respectivo *Regimento de que hão de usar os governadores das Armas de todas as provincias, seus auditores, e accessores, na maneira que nelle se declara.* Por alvará de 21 de outubro de 1807 fôram confirmados os sete governos das armas do reino.

Governador do reino. Titulo do regente do reino durante as primeiras dynastias. Titulo dos membros das regencias. || Diversas teem sido em Portugal as regencias, não contando as da menoridade dos principes. Quando el-rei D. Sebastião saiu pela ultima vez para a Africa, deixou nomeados cinco governadores do reino: D. Jorge de Almeida, arcebispo de Lisboa; Pedro de Alcaçova Carneiro, vedor da fazenda; Francisco Sá de Menezes; D. João Mascarenhas e o secretario Miguel de Moura; os quaes conservaram o governo desde 15 de julho de 1578 até chegar a noticia da perda de D. Sebastião. || As côrtes de Lisboa, em 1579, elegeram cinco governadores: D. Jorge de Almeida, arcebispo de Lisboa; D. Francisco de Sá e Menezes, camareiro-mór; D. João Mascarenhas, o defensor de Diu; João Tello de Menezes, senhor de Aveiras; e Diogo Lopes de Sousa, senhor de Miranda. O cardeal-rei, no seu testamento, confirmou estes governadores, que dois dias antes da sua morte assumiram logo o poder. Governaram, portanto, de 31 de janeiro a 17 de julho de 1580. || Durante o reinado de Filippe I governou em Portugal, com o titulo de vice-rei, o cardeal Alberto, archi-duque de Austria, e em 5 de julho de 1593 fôram declarados pelo mesmo soberano governadores do reino: D. Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa; D. João da Silva, conde de Portalegre; D. Francisco Mascarenhas, conde de Santa Cruz; Duarte de Castello Branco, conde de Sabugal; e Miguel de Moura, escrivão da puridade; os quaes se conservaram no poder até ao seguinte reinado. Durante o reinado de Filippe II governaram successivamente Portugal: D. Christovão de Moura, marquez de Castello Rodrigo; D. Affonso de Castello Branco, bispo de Coimbra; D. Pedro de Castilho, bispo de Leiria; D. Aleixo de Menezes; D. Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa; e D. Diogo da Silva e Mendonça, conde de Salinas e marquez de Alemquer. Durante o reinado de Filippe III governaram Portugal: D. Martim Affonso Mexia, bispo de Coimbra; D. Diogo de Castro, conde de Basto; e D. Nuno Alvares Portugal. Para preenchimento das vagas fôram successivamente nomeados: D. Affonso Furtado de Mendonça, arcebispo de Braga e depois de Lisboa; D. Diogo da Silva, conde de Portalegre; D. Antonio de Athaide, conde de Castro Daire e Castanheira; Nuno de Mendonça, conde de Valle de Reis; D. João Manuel; a

princeza de Parma, D. Margarida. ‖ Quando, em 1807, o principe regente embarcou para o Brazil, ficaram nomeados como governadores do reino: o marquez de Abrantes, Francisco da Cunha Menezes, principal Castro, Pedro de Mello Breyner, D. Francisco Xavier de Noronha, e como supplente o conde de Castro Marim.

Governadora. A mulher do governador. ‖ Tutora de um principe; regente. Assim se denominou a rainha D. Catharina, tutora de D. Sebastião.

Governo. A'cerca do governo de Portugal escreveu em 1842 o padre Vicente Ferreira a seguinte noticia, que reproduzimos textualmente: «O Governo de Portugal era Monarchico Hereditario. Desde o principio da Monarchia até 1563 houve huma especie de representação nacional, conforme o que se praticava nesses tempos em Hespanha, de quem erão os nossos antigos usos e costumes: desde 1698 até 1821 o Governo foi absoluto; e desde então até hoje tem sido pela maior parte representativo; mas com algumas interpolações de absolutismo; isto he, tem havido hum combate das idéas, e interesses antigos de toda a especie com as idéas, e interesses novos. Até 1563 o Clero, Nobreza e Povo formava a chamada representação nacional, e se reunião em hum só recinto, ou Camara, como hoje dizemos: desde 1641, ou não muito antes, as referidas 3 Classes, a que se deu o nome de *Braços da Nação*, trabalhavão separadas em diversos locaes. O alto Clero, e Nobreza erão representantes natos; mas os Procuradores do Povo erão eleitos pelas Camaras das Cidades e Villas, ás quaes os Soberanos concedião o privilegio de assento em Côrtes. Erão convocadas pelo Rei quando lhes aprazia, ou lhes erão requeridas, ou a falta de recursos pecuniarios a isso os obrigava. O Rei ouvia as suas queixas e representações, e bem assim o seu voto nos objectos, sobre que as consultava; mas a Lei era feita por elle, e pelos seus Ministros sem obrigação de se ligar á vontade, e pensar dos Representantes dos Povos. Nada havia de fixo sobre as épocas da convocação, nem sobre o local das reuniões, nem mesmo sobre o numero de Procuradores que devião concorrer; pois tudo dependia da Authoridade Real. Em 1820 levantou-se o grito da liberdade no Porto em 24 de Agosto, e em Lisboa a 15 de Setembro; dissolveo-se a Regencia, que governava o Reino em Nome d'El-Rei; e em nome do mesmo Rei se elegeo por commoção popular hum Governo Provisorio, que desde logo se applicou a formar huma representação nacional accommodada ás idéas do tempo. Em 11 de Novembro a força armada dissolveo todas as duvidas, proclamou, e fez jurar a Constituição Hespanhola, e segundo ella se organisou a nova representação nacional. O povo nas Freguezias elegia certo numero de parochianos seus, a que se dava o nome de *Compromissarios*; estes em diverso dia elegião os *Eleitores de Parochia*; estes em determinado dia e local elegião os *Eleitores da Comarca*; e estes na Capital da Provincia elegião os *Deputados*, que se determinou ser hum por cada 30:000 almas. Em 1822 se terminou e jurou a nova Lei fundamental; a Soberania residia essencialmente em a Nação, e ao Tribunal das Côrtes se dava o tratamento de Magestade: o Governo se denominou *Monarchico Constitucional Hereditario*, com 3 Poderes; *Legislativo* nas Côrtes com Sancção do Rei; *Executivo* no Rei com seus Ministros; e *Judicial* nos Juizes: todos independentes. As Eleições erão directas. Cada Legislatura durava dous annos, e no intervallo de huma a outra Sessão ficava huma Deputação permanente para a convocação extraordinaria de Côrtes, e outros objectos da maior gravidade. Terminou o Governo Constitucional em 1823 com hum Protesto, e se seguiu o governo absoluto. Em 1825 foi decretada no Rio de Janeiro a Carta Constitucional, dada por D. Pedro IV em 29 de Abril, e jurada em Lisboa em 31 de Julho: não diversifica no essencial dos principios constitucionaes, excepto na Soberania popular; por isso que foi dada pelo Soberano: são duas as Camaras, huma de eleição popular indirecta; o povo por Freguezias elege os Eleitores, que na Capital da Provincia deve eleger os Deputados: a outra Camara he de Pares vitalicios e hereditarios, nomeados pelo Rei, e sem numero certo. Aos 3 Poderes se accrescenta hum 4.º que he o *Moderador*, que reside no Rei, ao qual pertence *Veto absoluto*. Em 1823 suspendêrão se as Camaras, e reagio o governo absoluto até 1834, em que continuárão as Camaras no seu exercicio. Em 1836 huma Commoção popular dissolveo as Camaras, acclamou se a Constituição de 1822, e em 1838 se jurou huma nova Constituição que era perfeitamente a fusão da Constituição de 22 na Carta de 26: Duas Camaras, ambas de eleição popular; huma de Deputados, outra de Senadores; eleições directas; conservação dos 4 Poderes; e algumas emendas na doutrina das duas Constituições. Em 1842 houve outra Commoção, reagindo a Carta de 1826.» O *Acto Addicional* á Carta Constitucional de 5 de julho de 1852 modificou-a principalmente na parte relativa ás eleições, que transformou de indirectas em directas. Em 3 de abril de 1896 foi publicado um novo acto addicional.

Govorêm. Pov. no distr. de Satary, Novas Conquistas, prov. e arceb. de Gôa, com. de Bardez, na India.

Govuro. Circumscripção dos territorios de Manica e Sofala, sob a administração da Companhia de Moçambique. E' constituida por todas as terras ao sul do Save. E' uma das mais extensas e das mais pobres divisões dos territorios. Tem a sua séde em Bartholomeu Dias, situada na linda bahia do mesmo nome. E' abundante em milho e coqueiros. Possue tambem muitas florestas ricas em borracha e madeira, do maior valor. O districto parece ser saudavel. Comtudo, a agua é escassa. Suppre-se esse inconveniente, recolhendo em tanques a agua da chuva.

Gôxe. Pov. na freg. de S. Paio, de Arcos, conc. e distr. de Braga.

Gozende. Pov. muito antiga na prov. do Douro, na freg. de Santa Maria, de Gôve, conc. de Baião, distr. do Porto. Já existia em 967, no reinado de Bermudo II, que deu esta pov. e outras muitas terras a D. Arnaldo de Bayão, fidalgo allemão, filho de Vilhelmo I, duque de Baviera, e eleitor do imperio romano. D. Gozendo Arnaldes de Bayão, segundo filho de D. Arnaldo, foi senhor de Baião, rico-homem de pendão e caldeira. D. Gozendo elevou a pov. ao titulo de *honra*, dando-lhe o seu nome, pelos annos 1000, da era christã, e assim existiu emquanto houve

honras em Portugal. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Castro Daire, distr. de Vizeu, bisp de Lamego; 1:248 hab. e 327 fog. Tem escola de ambos os sexos, est. post., e feira no primeiro domingo de setembro. A pov. dista 11 k. da sède do conc. e está situada na estrada de Alvarenga a Lamego. Gozende foi villa; D. Affonso III deu-lhe foral, em Guimarães, a 18 de fevereiro de 1261, e n'elle está com o nome de *Gozendas*. Um dos beneficiados de S. Martinho de Moiros apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego || Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Cerdal, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. | S. Verissimo, de Lagares, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Linhares, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Jorge, de Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Gozendes. Pov. na freg. de S. Miguel, de Sapardos, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Gozendinho. Pov. da freg. de S. Pedro, de Gozende, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Gozundeira. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Sobral de Monte-Agraço, distr. de Lisboa.

Grabalho. Vau por onde descarregam para o rio Tejo as aguas da ribeira Sorraia.

Graça. Mercê regia, despacho, nomeação para um emprego, elevação a um cargo ou titulo. A concessão da *graça*, segundo o *Assento* de 30 de janeiro de 1749, citado por Fernandes Thomaz no seu *Repórtorio Geral*, tornaria essencialmente perfeita a mercê, ainda que para seu ultimo complemento fôsse necessario tomar posse.

Graça *(Fr. Agostinho da)*. Frade graciano; n. no Alemtejo, e fal em Lisboa, a 6 de junho de 1280. Tornou se afamado pela santidade da sua vida e pela piedade dos seus sermões e praticas.

Graça *(Fr. Agostinho da)*. Monge benedictino. Nasceu em Thomar, e fal. em Travanca a 14 de agosto de 1644. Professou no convento de Tibães a 12 de dezembro de 15?9. Foi muito instruido em letras humanas e poesia. Deixou manuscriptos uns dialogos, que intitulara: *Tardes de Entre Douro e Minho*, e impressas umas *Endechas* em louvor da *Vida de Santa Ignez*, composta por fr. Alvaro de Carvajáles, que andam no principio d'essa obra.

Graça *(Fr. Antonio da)*. Religioso da ordem de S. Francisco. Nasceu em Massarellos, Porto, a 28 de janeiro de 1698; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Francisco João e de Custodia Martins. Professou no convento de N. S.ª da Conceição, de Mattosinhos, da provincia de Portugal, a 17 de outubro de 1716. Aprendeu Philosophia no convento de Guimarães, e Theologia no collegio de S. Boaventura, da Universidade de Coimbra, onde foi collegial. Deixando de se applicar ao magisterio, dedicou-se a orador sagrado, como missionario apostolico, percorrendo os bispados de Lamego, Porto e Braga. Foi tambem commissario da Ordem Terceira de S. Francisco, de Lisboa. D'elle existem impressos alguns sermões, e a *Oração funebre nas exequias do muito alto, poderoso, e fidelissimo Rei de Portugal D. João V, celebradas na egreja do Real Convento de S. Francisco da Cidade de Lisboa, a 2 de setembro de 1750*, Lisboa, 1750.

Graça *(Belchior da)*. Conego secular da Congregação de S. João Evangelista. Nasceu em Barcellos em 1566, fal. a 2 de agosto de 1646. Foi mestre de Theologia no collegio de Coimbra, sendo considerado muito perito em Direito canonico, e um dos mais celebres theologos do seu tempo. Retirado depois ao convento de S Eloy, de Lisboa, applicou-se ao estudo de Direito pontificio, em que se tornou de tão grande fama, que era consultado nas materias mais graves e controversias, e chamado ás juntas onde o seu voto era venerado como um oraculo. Como orador evangelico tambem foi muito apreciado Rejeitou o bispado do Funchal, que lhe foi offerecido por Filippe IV, de Hespanha, que então dominava em Portugal. Falleceu no convento da sua ordem de Lisboa, e deixou manuscriptas algumas obras religiosas.

Graça *(Belchior da)*. Doutor em Direito Civil e em Canones pela Universidade de Salamanca. Nasceu em Mattosinhos, e fal. a 29 de abril de 1650. Era filho do coronel d'um regimento de infantaria, João Monteiro de Leão; chamava-se no seculo Belchior de Brito Robles. Foi capitão d'uma nau da armada, e por fim dedicou-se á vida monastica, entrando na congregação de S. João Evangelista, na qual instruiu os companheiros em Grammatica, Rhetorica, Poesia e Theologia Moral. Foi depois nomeado chronista da congregação, cujo estudo interromperam importantes negocios a ella pertencentes, sendo mandado para esse fim tres vezes a Roma, onde vencidos numerosos obstaculos, conseguiu o que se pretendia. Em honra do papa Urbano VIII compoz em Roma 100 anagrammas em latim, os quaes se imprimiram. Saiu depois da congregação de S. João Evangelista, e foi abbade de Silva Escura, do bispado de Vizeu. Deixou algumas obras manuscriptas.

Graça *(Fr. Faustino da)*. Religioso da ordem de Santo Agostinho. Nasceu em Gôa a 28 de fevereiro de 1664; ignora-se o data do fallecimento. Professou em Gôa a 18 de outubro de 1683. Foi secretario e definidor da sua congregação, e confessor das religiosas do convento de Santa Monica, de Gôa. Deixou impressas algumas obras religiosas, e entre diversos trabalhos que ficaram manuscriptos, conta-se um *Brevilogio das noticias das cousas e dos sujeitos da congregação da India dos eremitas de Santo Agostinho*.

Graça *(Fr. Ignacio da)*. Monge benedictino, Nasceu em Braga, nos principios do seculo XVII, e fal. no convento de Santo André, de Rendufe, em fevereiro de 1677. Professou no convento de S. Bento, do Porto, a 25 de fevereiro de 1638. Foi muito applicado ao estudo da Escola Ecclesiastica e secular. Deixou manuscriptas algumas obras de historia ecclesiastica.

Graça *(Joaquim José da)*. Publicou: *Tabellas das medidas de capacidade antigas, reduzidas ao systema metrico decimal;* Lisboa, 1862-1863.

Graça *(Jorge Croft, 1.º visconde da)*. Abastado proprietario, subdito britannico. Nasceu em Manchester a 15 de maio de 1808, fal. em Lisboa a 26 de janeiro de 1874. Veiu para Lisboa no reinado de D. Maria II, e aqui sempre se conservou até á data do fallecimento. Foi o fundador da Real Fabrica de Vidros da Marinha Grande.

Casou em 2 de junho de 1834 com D. Maria Luciana de Oliveira, filha legitimada do 1.º barão de Barcellinhos, Manuel José d'Oliveira. O titulo foi concedido em duas vidas por D. Maria II, por decreto de 10 de abril e carta de 10 de maio de 1848.

Graça *(Luiz Xavier Correia da).* Natural da India Portugueza. Foi juiz substituto em Bardez, em Salsete, e membro substituto popular do conselho do governo, etc. Na *Breve noticia da imprensa nacional de Gôa,* de Francisco João Xavier, veem mencionadas as seguintes publicações d'este escriptor: *Ao publico*; papel em que o autor justifica alguns factos inventados e referidos n'uma correspondencia publicada no n.º 13 do *Pregoeiro da liberdade,* de 29 de março de 1845; Nova Gôa, 1845; folheto de 3 pag.; *Ao redactor do «Boletim»,* carta respondendo ás calumniosas accusações feitas em duas correspondencias anonymas publicadas na *Abelha,* n.os 276 e 290, e ácêrca de questões eleitoraes, etc; Nova Gôa, 1854; folheto de 2 pag.; *Ao redactor do «Boletim»*; outra carta em resposta ás accusações feitas contra o autor no exercicio das suas funcções de juiz substituto, publicadas na *Abelha* n.º 292; Nova Gôa, 1854; folheto de 3 pag.; *Ao redactor do «Boletim»*; outra carta em resposta ao que appareceu na *Abelha,* n.º 301; Nova Gôa, 1854.

Graça *(Fr. Manuel da).* Religioso da ordem das carmelitas calçados. N. em Lisboa em 1631, fal. a 6 de março de 1670. Era filho de Sebastião Monteiro e de Jeronyma dos Reis. Estudou musica e grammatica, em que foi muito apreciado. Recebeu o habito no convento da Graça, de Lisboa, a 1 de abril de 1643, contando 12 annos de edade. Depois de servir durante 4 annos aquella communidade no logar de musico, entrou no noviciado a 7 de agosto de 1647, e professou a 8 de dezembro de 1648. Foi confessor, e um dos prégadores mais apreciados no seu tempo. D. Affonso VI o elegeu seu prégador por alvará de 4 de abril de 1667. Deixou manuscriptos varios sermões.

Graça *(Fr. Manuel da).* Religioso da ordem carmelitana. N. em Leça de Bailio em 1647, fal. no convento do Carmo, de Lisboa, a 8 de março de 1718. Era filho de Manuel Rodrigues e de Maria da Conceição. Aprendeu Grammatica no Porto. Não tendo ainda completado 15 annos, recebeu o habito no convento do Carmo, de Lisboa, a 22 de janeiro de 1662, e professou a 14 de março de 1663. Sendo admittido a collegial do collegio de Coimbra, a 12 de outubro de 1665, estudou as sciencias severas com applicação, e doutorou-se em Theologia na Universidade. Foi elevado a provincial a 13 de maio de 1696; indo a Roma no segundo anno do seu governo para votar no capitulo geral, que se celebrou a 17 de maio de 1698, teve a nomeação de commissario e visitador da provincia portugueza, logares que exerceu durante dois annos, sendo depois nomeado reformador da mesma provincia a 7 de dezembro de 1710. Tambem exerceu os cargos de qualificador do Santo Officio, e de examinador do grão-priorado do Crato. Foi um dos mais notaveis prégadores do seu tempo. Publicou alguns dos seus muitos sermões.

Graça *(Fr. Manuel da).* Religioso da ordem carmelitana. N. em Lisboa em 1641, fal. no convento da Bahia a 17 de novembro de 1720. Entrou na ordem dos carmelitas no convento de S. Luiz, do Maranhão, a 28 de março de 1662, e professou solemnemente a 1 d'abril de 1663. Incorporou-se na provincia de Portugal a 11 de maio de 1683, e veiu para o reino, onde foi confessor das religiosas do convento da Esperança, de Beja. Voltando ao Maranhão em 1707, assistiu algum tempo n'esta vigairaria, partindo depois para o convento da Bahia, onde mais tarde falleceu. Foi muito perito nos ritos e cerimonias ecclesiasticas. Escreveu: *Collecção de officios de santos dos arcebispados de Lisboa e de Evora, e do bispado de Coimbra com suas explicações,* Lisboa, 1707; *Escola Universal das Rubricas e Decretos sobre o officio divino,* etc. Deixou tambem alguns manuscriptos.

Graça *(Fr. Manuel da).* Religioso da ordem de S. Francisco, que viveu no seculo XVIII. N. em Lisboa, mas passando á India Oriental, professou no instituto serafico da provincia de S. Thomé, no qual dictou as sciencias escolasticas. Foi qualificador do Santo Officio, e examinador synodal do arcebispado de Gôa. Deixou manuscriptas duas obras em latim.

Graça *(P. Manuel Coelho da).* Presbytero secular, e coadjutor na egreja do hospital de Todos os Santos. N. em Aveiro, e fal. em 1740. Escreveu: *Manual das mysteriosas significações de todas as ceremonias que se officiam nos divinos officios da semana santa,* Lisboa, 1739; *Breve noticia das entradas que por mar e terra fizeram n'esta côrte Suas Magestades, com os serenissimos Principes do Brazil e Altezas, em 12 de fevereiro de 1729,* Lisboa, 1729; *Laconica e funebre noticia das exequias que os religiosos de S. Francisco de Xabregas fizeram ao ill.mo sr D. Fr. José de Santa Maria de Jesus, bispo de Cabo Verde,* etc. *em 20 de junho de 1736,* Lisboa, 1736.

Graça *(Fr. Pedro da).* Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho Nasceu em Portalegre, e fal. a 19 de março de 1582. Era filho de Lourenço Annes e de Maria Vaz. Professou no convento da Graça, de Lisboa, a 1 de maio de 1562. Passou com outros companheiros ás missões nos reinos do Congo, Angola e da Mina, onde fez muitas conversões. Deixou manuscripta a seguinte obra, que se conservava no convento da Graça, de Lisboa: *Historia da Missão dos Reinos do Congo, e Mina,* desde o anno de 1715 até 1718.

Graça *(Fr. Salvador da).* Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho N. no Porto a 19 de julho de 1732, fal. nos primeiros annos do seculo XIX. Professou a 16 de julho de 1750. Escreveu: *Compendio das graças e indulgencias, concedidas aos confrades da correia de Santo Agostinho,* Porto, 1789; saiu sem nome do autor.

Graça *(Thomaz Elmestey de Oliveira Croft, 2.º visconde da).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real; director da Real Fabrica de Vidros da Marinha Grande. N. em Lisboa a 12 de junho de 1816, fal. em 13 de dezembro de 1904. Era filho do 1.º visconde da Graça, Jorge Croft, e de sua mulher D. Maria Luciana de Oliveira Casou a 8 de janeiro de 1876 com D. Anna Mafalda de Mendonça Coutinho de Seabra, filha dos 1.os viscondes d'Abrigada Enviuvando d'esta senhora, pouco tempo depois do casamento, passou a segundas nupcias a 29 de julho de 1878, com D. Julieta

Salles da Cunha Galvão, natural do Rio de Janeiro, filha de Manuel da Cunha Galvão, do conselho do imperador do Brazil, D. Pedro II, e de D. Clemencia Augusta Salles da Cunha Galvão. O visconde da Graça era muito considerado no nosso meio aristocratico, pela sua finissima educação, intelligencia e bondoso caracter. A empresa da Real Fabrica de Vidros da Marinha Grande, de que foi director, deve-lhe uma grande parte da sua prosperidade, porque se entregou dedicadamente a esse trabalho, manifestando a maior competencia. Herdeiro d'uma boa fortuna, foi enthusiasta por todos os ramos do *sport*; figurou muito como amador tauromachico em varias touradas de fidalgos, realisadas na antiga praça do Campo de Sant'Anna, e nas de algumas terras da provincia, fazendo a sua estreia, ainda antes de completar os 15 annos, n'uma corrida promovida pelo conde de Vimioso em julho de 1860. Em 1877 realisou se em Santarem uma corrida, onde figuraram os mais distinctos amadores d'aquella epoca, e o visconde da Graça fez a sua estreia como cavalleiro O primeiro club tauromachico que se fundou em Lisboa, teve-o por seu presidente. Entrando na politica, filiou-se no partido regenerador, a que tambem prestou alguns serviços. O titulo foi concedido por decreto de 25 de agosto e carta de 30 do mesmo mez, de 1875.

Graça. Antigo convento de Lisboa, onde hoje estão as freguezias de Santo André e Santa Marinha. V. *estes nomes*.

Graça. Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 1:779 hab. e 377 fog. Tem caixa post e esc. do sexo masc. A pov. dista 7 k. da séde do conc. Esta freg. foi annexada ao conc. de Figueiró dos Vinhos por decreto de 7 de setembro de 1895, que supprimiu o de Pedrogão Grande, mas voltou para este, por ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. || Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira; N. S.ª da Conceição e conc. de Machico, distr. do Funchal. || S. Christovão, de Espadanedo, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Trezouras, conc. de Baião, distr. do Porto. || N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. João Baptista, de Lobrigos, conc de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. e freg de N. S.ª da Graça, do conc., distr. e com. das Ilhas, prov. e arceb. de Gôa, India. Está situada na ilha do Chorão, archipelago das ilhas de Gôa. || Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, do conc. da Praia, com. de Sotavento, prov. e bisp de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situada na ilha do archipelago de S. Thiago. || Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, do conc., com. e ilha de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. E' uma das duas freguezias da cidade de S. Thomé. || Regedoria e freguezia de N. Senhora, na ilha do Chorão, no conc. das Ilhas, districto de Gôa, na India.

Graça Affreixo *(José Maria da)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado em Lisboa. Nasceu em Ovar a 24 de agosto de 1842. Foi antigo estudante do Curso Superior de Letras, e professor em commissão na Escola Central, delegado á conferencia escolar reunida no ministerio do reino em 1869. N'este anno exonerou-se do serviço publico para organisar no Alemtejo a Escola Familiar Serpense, que por 8 annos attraiu a attenção n'aquella provincia, e acabou com a retirada do fundador. Foi sub-inspector de instrucção primaria em Aveiro em 1881, repetiu os estudos preparatorios no Porto em 1882, obtendo por distincção um dos premios instituidos por Eduardo Lemos, e tornou a deixar o serviço publico para se matricular n'esse mesmo anno na faculdade de Direito da Universidade, cujo segundo anno frequentou ao mesmo tempo que um seu filho cursava nas faculdades de Mathematica e Philosophia as cadeiras preparatorias para o curso naval. Actualmente exerce a advocacia em Lisboa. Escreveu: *Elementos de pedagogia para servirem de guia aos candidatos ao magisterio primario*, Lisboa, 1870; 8.º gr. de 49 pag., a que segue um appendice de pag. 51 a 86, *contendo excerptos de legislação em relação á instrucção primaria*, mais 2 pag. de programma para os exames e modelos desdobraveis; tem-se feito varias edições d'esta obra; *Apontamentos para a historia da pedagogia*, Lisboa, 1883; *Memoria historico-economica do concelho de Serpa*, Coimbra, 1884; esta obra foi escripta como dissertação, quando cursava a aula de economia politica; *Compendio de Historia de Portugal*, Coimbra, 1882; com um quadro synoptico da formação dos estados da peninsula hispanica; *Resumo do compendio da historia de Portugal, com mappas chrorographico historicos* Lisboa, 1884; *Compendio de arithmetica e systema metrico;* não sabemos da publicação das duas primeiras edições, mas a 3.ª é de Aveiro, 1881, e a 4.ª de Lisboa, 1883; *Historia moderna e historia contemporanea*; são os n.ºs 92 e 101 da *Bibliotheca do Povo e das escolas*, do editor David Corazzi. Foi redactor da *Revista pedagogica* em 1871, de que sairam 18 numeros, secretario das conferencias pedagogicas celebradas no Lyceu de Lisboa, e gerente da *Gazeta pedagogica,* 1860 e 1870, orgão das mesmas conferencias. Em 1885 annuiu ao pedido de ensinar o francez aos alumnos que frequentavam essa aula na Associação dos Artistas de Coimbra. Durante a gerencia d'esse anno realisaram se na sala da Associação duas conferencias, sendo os conferentes A. Augusto Gonçalves e José Maria da Graça Affreixo.

Graça Barreto *(João Augusto)* V. *Barreto (João Augusto da Graça).*

Graça de Divor. Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. do Alemtejo, conc., com., distr., e arceb. de Evora; 648 hab. e 155 fog. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada na estrada que vae de Evora a Arraiollos, proximo da nascente do rio Divor. A terra é muito fertil em cereaes, e cria muito gado. Pertence á 4.ª divisão mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. A pov. tambem é conhecida por *Divor* e por *Nossa Senhora da Graça de Divor.*

Graça e Silva *(Fr. José Pedro da)*. Religioso carmelita calçado do Porto, que escreveu: *Resumo da vida de S. Jeronymo Emiliano, protector dos orphãos e orphãs desamparados*, etc., de-

dicado ao ex.mo sr. marquez de Penalva, Lisboa, 1804.

Gração. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sobrado, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Gracia. Pov. na freg de N. S.a do Rosario, de Marinha Grande, conc. e distr. de Leiria.

Gracianos. Nome porque é mais conhecida em Portugal a ordem dos eremitas de Santo Agostinho.

Gracias *(José Antonio Ismael)*. Primeiro official da secretaria do governo geral do Estado da India, das secções do interior e de estatistica; professor da 10.a cadeira do Lyceu de Gôa, economia politica e direito administrativo, etc. N a 29 de agosto de 1857, em Loutulim, concelho de Salsete. Seguiu o curso do Lyceu Nacional de Nova Gôa, em que foi premiado. Frequentou tambem com distincção algumas cadeiras preparatorias do real seminario de Rachol e do instituto profissional de Gôa. Em 1876 foi provido, por concurso, no logar de amanuense da secretaria do governo geral do Estado da India, passando depois em 1879, egualmente por concurso, a amanuense de primeira classe; a official em 1880, sendo successivamente investido nas funcções de chefe de secção interior da referida secretaria, logar que ainda hoje exerce. E' condecorado com a medalha de ouro por serviços relevantes no ultramar; socio da sociedade Asiatica de Bombaim e da Sociedade de Geographia de Lisboa; socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa e do Instituto de Coimbra. Os funccionarios europeus, que têem estado na India, tecem os maiores elogios ao seu caracter e á sua alta capacidade, chamando-lhe alguns a *encyclopedia viva das cousas da India.* Estreou-se na imprensa em 1876. Tem collaborado nos seguintes jornaes da India Portugueza; *Ultramar*, *Patria*, *Estreia litteraria* e *India Portugueza;* e no de Bombaim: *A India catholica.* Escreveu: *A imprensa em Gôa nos seculos* XVI, XVII, e XVIII; *apontamentos bibliographicos*, Nova Gôa, 1880; esta obra é dedicada a Eduardo Augusto de Sá Nogueira Pinto Balsemão, secretario geral do governo do Estado da India, e foi mandada imprimir por conta da Fazenda, segundo o despacho do governador geral Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque; *D. Ayres de Ornellas de Vasconcellos, esboço biographico*, Nova Gôa, 1881; *Agulha fixa da invenção de Jeronymo Osorio da Fonseca no seculo* XVII (communicação feita á Sociedade de Geographia de Lisboa) Nova Gôa, 1882; *Decreto de 1 de dezembro de 1869 da reforma das instituições administrativas das provincias ultramarinas, annotada* .., Nova Gôa, 1884. E' a chamada *Carta organica* das possessões portuguezas de além mar, decretada quando Rebello da Silva era ministro da marinha e do ultramar, acompanhada de grande numero de notas interessantes e uteis. O governador geral da India, reconhecendo o merecimento d'esta obra, a mandou imprimir á custa do Estado. Teve 3.a edição. Tem ainda publicado outras obras valiosas, de que mencionaremos a nova edição, correcta e annotada, do *Commentario do cêrco de Gôa e Chaul no anno de 1570, sendo viso rei da India D. Luiz de Athaide, escripto por Antonio de Castilho*, com a biographia do autor e uma breve noticia historica do governo do referido D. Luiz de Athaide. Escreveu: *Regimen tributario da India Portugueza; Carta-prefacio*, na *Historia de Gôa (resumo)*, pelo padre M J. Gabriel de Saldanha; Bastorá, 1898.

Gracieira. Povoações nas freguezias: S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. ‖ S. Pedro e conc. de Obidos, do mesmo districto.

Gracinas. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Cumieira, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Gracios. Pov. na freg. de S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria.

Graciosa (*Fernando Affonso Geraldes de Mello Sampaio Pereira, 1.º visconde, 1.º conde e 1.º marquez da*). Alcaide-mór de Monsanto, par do reino, senhor de Medelim, commendador de S. Miguel de Fornos na ordem de Christo; gran-cruz da ordem da Corôa de Italia; bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Nasceu a 24 de junho de 1809, não sabemos a data da sua morte. Casou a 12 de abril de 1836 com sua prima, D. Maria José Caldeira Pinto de Albuquerque Leitão, filha de Gonçalo Caldeira Leitão de Albuquerque Cardoso Brito Moniz, do conselho de D. Maria I e de D. João VI, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, e de sua mulher D. Josepha Margarida Pinto de Macedo Mascarenhas. A carta regia que o nomeou par do reino tem a data de 3 de maio de 1842. O titulo de visconde foi concedido por carta de 5 de fevereiro de 1840; o de conde, por carta de 12 de junho de 1852; e o de marquez, por carta de 25 de setembro de 1879.

Graciosa (*Fernando de Mello Geraldes Sampaio de Bourbon, 2.º conde e 2.º marquez da*). Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra. Nasceu em 29 de junho de 1839, fal. no estado de solteiro na Idanha a Nova, em outubro de 1900, e foi sepultado em Anadia, em jazigo de familia. Era filho dos 1.os marquezes da Graciosa, Fernando Affonso Geraldes de Mello Sampaio Pereira e D. Maria José Caldeira Pinto de Albuquerque Leitão. O titulo foi renovado por decreto de 28 de maio de 1886. E' actual marquez da Graciosa seu sobrinho, o dr. Francisco Furtado de Mello Mesquita Geraldes de Paiva Pinto, cuja verificação do titulo lhe foi concedida por despacho de 11 de novembro de 1904.

Graciosa. Ilha do archipelago dos Açôres, no Oceano Atlantico. Faz parte do grupo de ilhas denominado Central. Tem 13 kilom. de comprimento, 7,1 de largura e 98 kilom. quadrados de superficie. E' de origem vulcanica, como todas as ilhas do archipelago, existindo ainda os vestigios de erupções anteriores á epoca do seu descobrimento. E' alta e escarpada no littoral, principalmente na costa do S, sendo a ilha apenas accessivel pelo lado do N. O desenvolvimento da costa pouco mais excede de 59 kilom. E' muito accidentada na região meridional, onde se erguem duas serras, e em geral bastante montanhosa e ouriçada de picos crateriformes, sendo todavia menos accidentada do que as ilhas de S. Miguel e Terceira. D'estes picos os mais notaveis são Ajuda, Facho, Quintadoiro e Caldeira. Este ultimo tem 8 kilom. de circumferencia na base, é o mais elevado de todos, descobrindo-se do seu cume toda a ilha, bem como as de S. Jorge, Pico, Faial e Terceira. Na parte superior encon-

tra-se uma cratera de vulcão extincto, no fundo da qual existe uma grande furna denominada Furna do Enxofre. O monte da Ajuda tambem é crateriforme e fica sobranceiro á villa de Santa Cruz. Entre outras de menor importancia, as suas melhores bahias são a de Santa Cruz e o porto da Villa da Praia, que é o mais concorrido e se abre na costa oriental, havendo entre ambos uma pequena enseada. As principaes pontas ou cabos recebem os seguintes nomes, a saber: Fenaes a E, Carapacho e Restigão a SE, Fogo ao S, Gomes e Branca a SO, Porto a O e Pico Negro a NO. Na costa de NE ergue se o ilhéo da Praia, na oriental os ilhéos Homicidas, na meridional os das Gaivotas, e fronteiro á ponta do Carapacho o ilhéo Baixo São poucos os centros populosos da ilha; os principaes denominam-se Villa de Santa Cruz, capital la Graciosa, Villa da Praia, Guadalupe e Senhora da Luz. pequenas povoações ou aldeias. Dista 50 kilom, para N. da ponta do Negrito, na ilha Terceira, 35 da ilha de S. Jorge, 60 do Pico, 175 de S. Miguel, 265 de Santa Maria, 65 do Faial, 215 do Corvo e 230 das Flôres. Pertence ao districto administrativo e bisp. de Angra do Heroismo; fórma um concelho com 4 freg.: Nossa Senhora da Luz, Praia da Graciosa, Guadalupe e Santa Cruz, com dois julgados. A sua população, segundo o ultimo recenseamento é de 8.452 hab. com 2.465 fogos Clima saudavel, todavia é incomparavelmente muito mais humido do que o das ilhas de S. Miguel e Santa Maria. Possue aguas mineraes, muito conhecidas. A sua agricultura como a de S. Miguel e Faial, é a mais florescente ao archipelago. Sólo uberrimo e o mais fertil de todas as ilhas. Produz trigo, milho, cevada, centeio, batatas, inhame, ervilhas, fava, feijão, vinho, castanhas, nozes, laranja; abunda em gados e fabrica vinagre e aguardente, o que tudo mais ou menos exporta, tornando-se porém notavel pela grande producção de cevada. A industria consiste no fabrico de pannos de linho e de lã, queijos, manteiga, tijollos, telha e sabão. Estes ultimos artigos são exportados em grande quantidade para as ilhas de S. Jorge, Pico e Faial, os outros ou são consumidos na propria ilha ou exportados para o reino pela população laboriosa, activa e intelligente da Graciosa. Foi colonisada por portuguezes idos em diversas épocas de varias provincias do continente do reino e mesmo da ilha Terceira, concorrendo poderosamente para este fim Vasco Gil Sodré. O primeiro capitão donatario foi Duarte Barreto, seguindo-se-lhe Pedro Correia da Cunha, e seus descendentes até 1580; depois D. Fernando Coutinho, Pedro Sanches Farinha (1640), e seus descendentes e familia até 1730, data em que foi incorporado na Corôa o senhorio da ilha. Como geralmente succedeu ás outras ilhas do archipelago, tambem foi atacada por vezes pelos piratas. A ilha tem duas villas: Santa Cruz e Praia, e as quatro freguezias. As romarias mais importantes são: Santo Amaro, Terceiros, de Guadalupe á Ajuda, Victoria, S João, Luz, S. Miguel Archanjo e Santa Luzia || Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Loureiro, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Esporões, conc., e distr. de Braga.

Graciosa *(Praia da)*. V. *Praia da Graciosa.*

Graciosa *(Santa Cruz da)*. V. *Santa Cruz da Graciosa.*

Grada. Povoações nas freguezias: N. S.ª do O', de Barcouço, conc. de Mealhada, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de V. N. de Mousarros, conc. de Anadia, do mesmo districto. Tem caixa postal.

Grade. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 563 hab. e 144 fog. Tem caixa post. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada perto da margem direita do rio Lima. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. O thesoureiro-mór da collegiada de Santo Estevão, de Valença, apresentava o vigario, que tinha 120$000 réis. A egreja parochial é um templo elegante e moderno; no altar do lado do Evangelho, está n'um relicario de prata muito antigo a maior reliquia do Santo Lenho, que existia nas Hespanhas. Diz a tradição que foi achado por D. Affonso Henriques, na batalha que deu a Affonso VII, de Leão, na Veiga da Matança, proximo á villa de Arcos de Valle-de-Vez, em 1129. Metade da reliquia foi concedida por um arcebispo de Braga ao convento do Populo, da mesma cidade. N'esta freguezia ha a antiga Torre do Pharo, que, segundo a tradição, foi edificada pelos moiros para dar signal, por meio d'uma fogueira, da approximação dos christãos, mas parece mais provavel que fôsse construcção romana. Fôram senhores da Torre de Pharo os Grades, cuja familia se extinguiu. O nome d'esta freguezia, tambem diz a tradição, que lhe veiu por ser d'aqui o constructor das grades que se puzeram contra os castelhanos e leonezes na Veiga da Matança. A terra é fertil. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco. || N. S.ª da Conceição, de Alcaria Ruiva, conc. de Mertola, distr. de Beja.

Gradil. Pov. e freg. de S. Silvestre, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Mafra, distr. e patriarc. de Lisboa, 848 hab. e 212 fog. Tem correio, escolas para ambos os sexos, feira a 31 de dezembro, e est. post., permutando malas com Mafra. A pov. dista 6 k. da séde do conc., e está situada perto da estrada de Lisboa a Torres Vedras, na margem esquerda d'um affluente da ribeira de Sizandro. Foi villa, e el-rei D. Manuel lhe deu foral, em Evora, no 1.º de outubro de 1519. O real padroado apresentava o cura, que tinha 70$000 réis annuaes. Tinha sido curato dos padres do collegio de Santo Antão, dos jesuitas, de Lisboa. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa. || Ribeira do distr. de Lisboa. N. junto da freg. do mesmo nome, recebe as ribeiras de Nova e de Caparrosa, e entra no Sizandro com 15 k. de curso. Tambem tem o nome de *Ribeira de Pedrulhos.*

Gradil do Azinhal *(Herdade do)*. Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cabrella, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Gradil dos Barros *(Herdade de)*. Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cabrella, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Gradissimo. Pov. na freg de S. Nicolau, de Amendoeira, conc. de Macedo de Cavalleiros, distr. de Bragança.

Gradiz. Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. da Beira Baixa, conc. de Aguiar da Beira, com. de Trancoso, distr. e bisp. da Guarda; 402 hab. e 120 freg. Tem esc. do sexo fem. A povoação dista 6 k. da séde do conc. E' muito antiga. D. Sancho I em 1189 deu ao convento de Tarouca a Granja de Gradiz, que os frades emprazaram em 1197. O vigario de Aguiar da Beira apresentava o cura, que tinha 30$000 e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Gradouro. Pov. na freg. de S. Pedro, de Avintes, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Grainho. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, da Varzea, conc e distr. de Santarem. || Monte na freg. de S. Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Graizes. Pov. na freg. de Santo André, de Marecos, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Grajal. V. *Granjal.*

Grajilde. Pov. na freg. de Santo André, de Panizella, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Gralha. Familia da provincia do Alemtejo, que tem por armas: Em campo de ouro cinco gralhas de negro em santor; timbre, uma das gralhas.

Gralhas. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. de Traz-os-Montes, conc, e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 503 hab. e 110 fog. Tem correio. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada junto da serra de Larouco. El-rei D. Diniz elevou a á categoria de villa, e lhe deu foral, em Lisboa, a 20 de setembro de 1310. Tambem foi honra. Um tercenario da sé de Braga apresentava o vigario, que tinha 20$000 réis e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Gralheira. Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Sinfães, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 377 hab. e 99 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada na serra do mesmo nome, sobre a estrada de Arouca a Lamego. O seu primeiro nome foi Agralheira, muito em conformidade com a aspereza e pouca fertilidade do terreno o que torna a terra pobre. O clima é muito frio. Teve grandes privilegios Era um dos quatro curatos da freg de S. Pedro dos Ferreiros de Tendaes, e por essa circumstancia o abbade d'esta freguezia apresentava o cura, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Baltar, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Braz de Alportel, conc. e distr. de Faro. || S. Christovão, de Cabanas, conc. de Carregal, distr de Vizeu. || O Salvador, de Tellões, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real. || S. Christovão de Lafões, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu Tem caixa post. || Serra que corre entre o rio Vouga e o Paiva, ao N de S. Pedro do Sul. || Monte, na prov. de Traz-os-Montes, freg. de S. Miguel, de Avidágos, conc. de Mirandella. Fica a 2 k. da egreja matriz.

Gralhos. Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Chã, conc de Montalegre, distr. de Villa Real. || N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr de Faro. || Pico da serra de S. Bartholomeu de Messines, no Algarve.

Gralhós. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Talhinhas, conc. de Macedo de Cavalleiros, distr. de Bragança. Tem caixa postal.

Gram. Familia que procede de Estevão Annes da Gram, um dos cidadãos de Lisboa que ajudaram a defender o reino a el-rei D. João I. Tem por armas: Em campo de ouro uma aguia vermelha estendida; timbre, a aguia nascente.

Gramaça. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Aldeia das Dez, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Gramacho. Familia do Alemtejo, que já existia no tempo de D. Affonso III. As suas armas são: Em campo vermelho um leão de ouro armado de prata entre quatro merletas de ouro acantonadas; timbre, o leão do escudo nascente com uma das merletas nas garras.

Gramacho. Pov. na freg. de S. Thiago, de Estombar, conc. de Lagôa, distr. de Faro.

Gramaços. Pov. na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Gramas. Ilha de S. Miguel; pov. do conc. e com. da Ribeira Grande, distr. de Ponta Delgada. Está situada nos suburbios da villa da Ribeira Grande. Produz milho, trigo, feijão, fava, vinho, fructa, linho, e cria bastante gado || Pov. na freg. de Santa Marinha de Annaes, conc de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Gramatinha. Povoações nas freguezias: O Salvador do Mundo, de Almoster, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || N. S.ª das Neves, de Pousaflôres, conc. de Ancião, do mesmo districto.

Gramatinhos. Pov. na freg de Santa Maria Magdalena e conc de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Gramella. Pov. na freg. de S Salvador, de Estorãos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Gramido. Aldeia situada na margem direita do rio Douro, pertencente á freguezia de Santa Maria, de Campanhã, que ficou memoravel na historia do paiz pela convenção feita em 30 de junho de 1847, entre o general portuguez Cesar de Vasconcellos e o general hespanhol Concha. Esta convenção, que se tornou conhecida por *Convenção de Gramido*, deu-se em circumstancias muito especiaes, ficando desarmado o exercito do povo, terminando assim a guerra civil. O paiz havia sido invadido por um exercito hespanhol de 25:000 homens, e na raia estava outro, prompto para atravessar a fronteira á primeira ordem. As esquadras ingleza, franceza e hespanhola tinham-se combinado contra o povo; o conde das Antas, general da junta, fôra aprisionado em 31 de maio de 1847 com 4:000 homens, e entregara toda a esquadra do povo; o marquez de Sá da Bandeira, outro general da junta, desertara em 14 de junho do mesmo anno, fugindo de Setubal para bordo d'um vapor inglez, e alguns membros da junta popular tambem tinham fugido Outras circumstancias que se alliaram, determinaram a derrota do movimento insurreccional do povo contra a rainha.

Graminhaes. Planalto da ilha de S. Miguel, Açôres, situado a O do Pico da Vara, na cordi-

lheira de montanhas vulcanicas que atravessam a ilha em todo o seu comprimento.

Graminhal. Pov. na freg. de S. Thiago da Guarda, conc. de Aneião, distr. de Leiria.

Grammatica. Arte que ensina a falar e a escrever correctamente. Segundo a sua etymologia a *grammatica* seria a sciencia das letras do alphabeto. Distinguem-se na grammatica d'uma lingua tres partes correspondentes aos tres elementos do discurso: *phonetica* ou estudo dos sons e dos signaes que os representam; *morphologia*, ou estudo da fórma das palavras; e *syntaxe* ou estudo das relações entre as palavras. A primeira *grammatica* portugueza, de que ha noticia, data do seculo XVI. Foi seu autor Fernão de Oliveira, presbytero secular e professor de rhetorica em Coimbra, o qual vivia ainda em 1581. A primeira edição da sua *Grammatica da lingua portugueza* foi publicada em Lisboa, em 1536, por ordem de D. Fernando de Almada, filho de D. Antão, capitão geral de Portugal. Os fallecidos conde de Azevedo e Tito de Noronha publicaram em 1871 no Porto, uma nova edição d'esta grammatica. Ao primeiro mestre da lingua portugueza, João de Barros, se deve a segunda *Grammatica da lingua portugueza*, Lisboa, 1540. Sobre o ensino da grammatica ha alguns documentos interessantes: El-rei D. Manuel determinou que não se pagasse moradia aos moços fidalgos sem terem préviamente apresentado certidão passada pelo mestre de grammatica. A ordem régia é assim concebida: — «Mayordomo-mór Amigo, auemos por bem que nehum moço fidalgo não seja apontado nem paga sua moradia, salvo por certidão de Dieg'Alvares Mestre de Gramatica notificamovelo assi e mandamovos que asi se cunpra salvo naquelles que nos especialmente vos apontarmos e declararmos. Escripta em Lisboa a 22 de janeiro de 1500». (*Provas da Historia Genealogica*, tomo III). Segundo o alvará de 30 de setembro de 1770, a grammatica portugueza devia ensinar-se seis mezes antes da latina, pela *Arte*, que compoz Antonio José dos Reis Lobato, e a qual teve grande voga na sua epoca. Alguns dos nossos autores antigos trataram desenvolvidamente de varias partes da grammatica. Assim, temos a *Prosodia*, de Bento Pereira, Evora, 1634; a *Orthographia* de Duarte Nunes do Leão, 1576; etc. No *Verdadeiro methodo de estudar*, do arcediago de Evora Luiz Antonio Verney; no *Diccionario de invenções, origens e descobertas*, de Alberto Pimentel; e no *Mappa de Portugal*, vol. II, de João Baptista de Castro, encontram-se noticias curiosas ácêrca do estudo da grammatica.

Gramoal. Pov. na freg. de S. Pedro, de Pardilhó, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro.

Gramosa *(Antonio José Pinto da Costa Rebello, 1.º visconde da)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; juiz de direito de primeira classe, aposentado com honras de juiz de segunda instancia na Relação do Porto, etc. N. em Braga em 1808, e falleceu no estado de solteiro. Era filho de Bernardo José Pinto, e de sua mulher, D. Anna Luiza. Exerceu os logares de delegado do procurador régio nas comarcas de Valença e de Braga, e de juiz de direito nas de Melgaço e Valença, da cidade de Horta, em que não teve exercicio, na 1.ª e 2.ª vara criminal do Porto, e na comarca de Penafiel. Era abastado proprietario e capitalista em Braga. O titulo foi concedido em sua vida, por decreto de 24 de abril e carta de 29 de maio de 1879. E' actual visconde da Gramosa o sr. Joaquim Augusto Pinto da Costa Rebello, residente em Braga.

Gramosa *(Joaquim José da Costa Rebello, 1.º barão da)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real; commendador da ordem de N. S.ª da Conceição; cavalleiro da de Christo; abastado proprietario e capitalista em Braga, etc. N. n'esta cidade a 15 de maio de 1785, e falleceu no estado de solteiro. Era filho de José Joaquim da Costa Rebello, e de sua mulher, D. Custodia Maria de Jesus. Foi delegado do recebedor geral na provincia do Minho, alguns annos presidente da Misericordia de Braga. O titulo foi concedido em sua vida por carta de 27 de fevereiro de 1866.

Gramosa. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Oliveira, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Gramundes. Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Nogueira do Cravo, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Granada *(Fr. Luiz de)*. Religioso da ordem de S. Domingos, nascido em Granada em 1505; mas passou a Portugal, morrendo em Lisboa a 31 de dezembro de 1588, com 83 annos de edade, tendo vivido 47 em Portugal. Não podemos excluil-o d'este nosso trabalho, seguindo o que João Baptista de Castro nos diz no *Mappa de Portugal*, vol. IV, pag. 28: «Podemos chamar-lhe nosso, porque entre nós viveu, ensinou e morreu.» Foi mestre de Philosophia, Theologia moral e d'outras disciplinas ecclesiasticas; confessor de D. João III, da rainha D. Catharina, e do cardeal infante D. Henrique; visitador e provincial da provincia de S. Domingos de Portugal. Era muito estimado pela sua vasta erudição e grande eloquencia. Rejeitou o bispado de Vizeu, o arcebispado de Braga, e a purpura cardinalicia, que lhe offerecera o papa Xisto V, preterindo o serviço de Deus e do proximo, no pulpito, no confessionario, nas missões, na fundação de estabelecimentos de caridade, e em escrever e publicar livros muito illustres com que illustrou a Egreja. As suas obras eram tão estimadas, que apenas se publicou o seu livro da *Oração e meditação*, foi logo traduzido em nove linguas. O papa Gregorio XIII lhe escreveu uma carta em fórma de Breve, expedido em Roma a 21 de julho de 1582, em que agradecia e louvava as suas obras. Muitos bispos e arcebispos concederam indulgencias a quem lêsse ou ouvisse lêr qualquer fragmento dos seus livros. Quando Filippe II, de Hespanha, se apoderou de Portugal, perguntando-lhe alguem, qual era o seu partido respondeu: *Não sou castelhano nem portuguez; sou frade de S. Domingos.* No *Archivo pittoresco*, tomo VI, pag. 71 e 72, vem a sua biographia acompanhada da gravura, que representa o seu tumulo, que existia na portaria do extincto convento de S. Domingos, de Lisboa. Na collecção *Retratos e Elogios de Varões e Donas* encontra-se tambem a sua biographia acompanhada do retrato. Escreveu muitas obras em castelhano sobre assumptos asceticos. Mencionaremos as seguintes: *Compendio da doutrina christãa recopilado de diuersos autores, que desta materia escreuerão, pelo R. P. F. Luyz de Granada, Provincial da Ordem de S. Domingos;*

acrecentarão-se ao cabo Treze Sermões das principaes festas do anno, pelo mesmo autor, etc., Lisboa, 1559; ha uma edição d'esta obra, feita em Coimbra, em 1789; além d'esta, saíra em Lisboa outra edição em 1780, sem os sermões, com o titulo seguinte: *Compendio da doutrina christã, composto pelo veneravel P. Fr. Luiz de Granada; dedicado á Rainha mãe pelo P. José Caetano de Mesquita, prior de S. Lourenço*, etc.; *Introducção ao symbolo da Fé, pela V. Fr. Luiz de Granada, traduzida em portuguez*; 2 tomos, Lisboa, 1780; *Guia de peccadores, e exhortação á virtude*, etc., *traduzida em portuguez*, Lisboa, 1764; 2 tomos; fez se uma edição no Porto, 1749: *Livro da Oração e da meditação*, Salamanca, 1567; *Memorial da vida christã*, Salamanca, 1066.

Gran-cruz. Insignia em fórma de cruz que trazem pendente d'uma fita a tiracollo os altos dignitarios de algumas ordens de cavallaria. || Grau a que corresponde esta insignia, e que é o grau superior de algumas ordens. || O dignitario que tem a cruz.

Grandaços. Aldeia na freg. do Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja.

Grandaes. Pov. na freg. de S. Christovão, de Nogueira do Cravo, conc. de Oliveira de Azemeis, distr de Aveiro.

Grandai. Pov. na freg. de Santa Maria, de Fiães, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Grande *(José Maria)*. Do conselho de Sua Magestade, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, cavalleiro da Torre e Espada, e da Legião de Honra, de França; par do reino; bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, doutor na mesma faculdade pela de Lovaina; director do Instituto Agricola e Escola regional de Lisboa; lente de Botanica na Escola Polytechnica; director do Jardim Botanico de Ajuda; membro do Conselho Dramatico e do Conselho geral d'Agricultura e Commercio do ministerio das Obras Publicas; deputado, antigo governador civil de Lisboa, director do hospital militar de Marvão, e medico visitador dos hospitaes do Alemtejo, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, na qual foi presidente de 1.ª classe; membro honorario da Sociedade das Sciencias Medicas da mesma cidade, de que tambem foi presidente; membro honorario da Sociedade Pharmaceutica Lusitana; socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Madrid, da Academia Medico-Cirurgica de Genova, da Sociedade Nacional e Central de Paris; da Academia de Medicina e Cirurgia de Cadiz; do Instituto Medico Valenciano, e de varias outras corporações scientificas nacionaes e estrangeiras, etc. Nasceu em Portalegre a 13 de abril de 1799; fal. a 15 de dezembro de 1857. Era filho do dr. Francisco Grande, natural de Hespanha, e de D. Antonia Izabel Caldeira de Andrade, natural do Crato. Matriculando-se em Medicina na Universidade de Coimbra, recebeu o grau de bacharel em 1823, depois de ter feito um curso brilhante, alcançando premios em todos os annos. Em 1824 foi nomeado medico do hospital militar de infantaria n.º 8, e visitador dos hospitaes militares no Alemtejo, exercendo estes cargos até 1828, em que, por causa dos successos politicos, teve de emigrar para Hespanha, regressando a Portugal só depois de estar restabelecido o governo constitucional. Desempenhou então as funcções de governador civil e dos cargos administrativos já citados, até que em 1836, quando se deu a revolução de setembro, novamente se viu forçado a sair do reino. Visitando então a Inglaterra, França e Belgica, tomou em 1838 o grau de doutor na Universidade de Lovaina, e durante o tempo que viveu em França ouviu as lições dos mais insignes professores de Medicina, Botanica e Agricultura, travando com alguns d'elles intimas relações d'amizade. Portalegre o elegeu deputado em varias legislaturas. Pouco tempo depois do seu regresso obteve a cadeira de Botanica na Escola Polytechnica, sendo-lhe dada a direcção do Jardim Botanico d'Ajuda, que se encontrava n'um lastimoso estado, e que elle logo melhorou. Foi escolhido para representante de Portugal no congresso de Paris, sendo encarregado de formular um codigo sanitario. N'essa reunião de sabios tornou-se notavel, e teve a gloria de vêr unanimemente approvadas muitas das opiniões e propostas que apresentou sobre varios pontos importantes discutidos no congresso. Tendo sido ao mesmo tempo encarregado de examinar os jardins botanicos e as granjas modelos, logo que regressou a Portugal occupou-se da organisação do ensino agricola no nosso paiz, e concorreu poderosamente para que em 1852 se decretasse essa organisação, instituindo-se o Instituto Agricola, de que foi nomeado director. Encarregado pela Academia Real das Sciencias de Lisboa de estudar o mal das vinhas na ilha da Madeira, foi a consulta por elle dirigida, publicada no *Diario do Governo*, sendo este o primeiro trabalho d'este genero, que entre nós appareceu impresso. Publicou-o depois, muito mais desenvolvido, nas *Memorias da Academia*. Em agosto de 1856, occupando-se d'um trabalho sobre a agricultura e economia rural da parte mais septentrional do Alemtejo, foi a essa provincia para obter os subsidios indispensaveis, e desenvolvendo-se ali a epidemia da Cholera-morbus, apezar de já por muito tempo estar afastado da clinica, tratou com o maior zelo e dedicação a gente da freguezia do Ribeira de Niza. Na *Gazeta Medica de Lisboa* vem a sua biographia, escripta pelo dr. Rodrigues de Gusmão, sendo depois reproduzida nas *Memorias biographicas dos Medicos e Cirurgiões portuguezes*, em 1858, de pag. 80 a 91. Na *Revista contemporanea* de 1857, tambem se encontra a sua biographia acompanhada de retrato, e no vol x do *Jornal de horticultura pratica* sendo escripta por A. M. Lopes de Carvalho, trazendo egualmente o retrato. Bibliographia: *Elogio historico do marquez de Valença D. José Bernardino de Portugal e Castro*, saiu nas *Memorias do Conservatorio Real de Lisboa*, tomo II, de pag. 53 a 59; *Noticia biographica do dr. José Francisco Valorado, offerecida á sua viuva*, Lisboa, 1850; *Passeios no jardim botanico d'Ajuda*; sairam na *Illustração, jornal universal*, a pag. 69, 76, 79, 91, 111, 115, 136, 144, 148, 196 e 200; *Guia e manual do cultivador, ou elementos de Agricultura;* saiu no jornal *A Epoca*, nos tomos I e II publicados em 1848 e 1849; fez-se segunda edição em separado, Lisboa, 1849; *Discurso recitado na sessão solemne do Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, pelo presidente*, etc., Lisboa, 1845; *Discurso recitado na sessão solemne e anniversaria da Sociedade das Sciencias*

Medicas de Lisboa, em 15 de junho de 1854, sendo eleito presidente, etc.; inserto no *Jornal da Sociedade*, tomo XV, pag. 45 a 66; *Considerações sobre os principaes obstaculos que se oppõem ao aperfeiçoamento da nossa agricultura, e sobre os meios de os remover*, Lisboa, 1853; é um discurso que foi pronunciado por occasião da inauguração do Instituto Agricola de Lisboa; *Relatorio sobre os trabalhos escolares, processos, operações e serviços ruraes, instituidos no Instituto Agricola de Lisboa*; Lisboa, 1854; *Relatorio, etc.... no anno agrario de 1854 a 1855*, Lisboa, 1855; *Memoria sobre a molestia das vinhas*, Lisboa 1855, com estampas; saiu tambem no tomo I, parte 2.ª das *Memorias da Academia*, nova série, classe 1.ª; *Discurso recitado na sessão publica da Academia Real das Sciencias de 19 de novembro de 1856, servindo então de vice-presidente da Academia*, Lisboa, 1856; e no tomo II, parte I das *Memorias*, nova série, classe 2.ª; *Elogio ao sr. Antonio Feliciano de Castilho, estudante do quarto anno de canones na Universidade de Coimbra*; no *Jornal de Coimbra*, n.º LXXXIX, parte II, pag. 183; o autor era então estudante da faculdade de Medicina; *Passeio do emigrado no Pére La Chaise, em Paris, em 1837*; na *Revista Universal*, tomo VII, 1848, pag. 225; *Discurso do sr. deputado José Maria Grande pronunciado na sessão* (da camara dos deputados) *de 11 e 12 de fevereiro de 1846*, Lisboa, sem data; tiragem em separado do que saira no respectivo *Diario da camara*; *Relatorio dos trabalhos escolares do Instituto Agricola durante o anno de 1855 a 1856*, Lisboa, 1857; *Relatorio geral do jurado, relatorios especiaes*, etc. (Exposição da industria em 1849), Lisboa, 1850; era elle o presidente do jury. Nos *Diarios da Camara dos deputados* e no *Diario do Governo* acham-se os seus discursos parlamentares, pronunciados em varias discussões nas camaras legislativas, nas epocas em que d'ella fez parte. *Na Collecção de Poesias recitadas na sala dos actos da Universidade, nas noites de 21 e 22 de novembro, em publica demonstração de regosijo pelo feliz resultado do dia 17*, 1820, publicada em Coimbra, 1821, vem tambem alguns versos seus, assim como no *Jornal de Coimbra*, n.º LXXXII, parte 2.ª, pag. 183, e na *Revista Universal Lisbonense*, tomo VII, pag. 225. Encontram-se ainda varios artigos em jornaes litterarios e politicos.

Grande. Extensa bateria na villa da Praia, ilha de S. Thiago, archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental. Está assente n'uma rocha escarpada, fronteira ao porto da mesma villa, e foi guarnecida com a artilharia da fragata *Diana*, naufragada na ponta Temerosa da referida ilha, em 1818. Por detraz d'esta bateria, que foi mandada construir por D. Antonio de Lencastre, governador da provincia, ha um pequeno fortim que serve de arrecadação e paiol. || Ribeira da ilha de Santo Antão, na provincia de Cabo Verde. || Ilhéo situado no Oceano Atlantico, ao N e defronte da ponta do Incenso, na ilha Brava, provincia de Cabo Verde. E' o maior dos ilhéos do Rombo e está inculto; no entretanto produz espontaneamente algum algodão e urzella. || Monte ou pico situado no centro da ilha de Santa Luzia na provincia de Cabo Verde. || Bahia da ilha de S. Vicente, na mesma provincia. E' de fórma circular, e nas suas margens está edificada a cidade do Mindello.

Grandella (*Francisco de Almeida*). Commerciante e industrial, proprietario dos *Armazens*, que com o seu nome opulentam a capital. A sua obra é um exemplo frisantissimo de quanto podem um trabalho perseverante, um genio emprehendedor e uma rasgada iniciativa. Os *Armazens Grandella* são um estabelecimento grandioso, e uma verdadeira instituição commercial. Ainda simples caixeiro, o sr. Grandella, com alguns seus collegas, iniciou o movimento para se alcançar o descanço hebdomadario, fundando para isso o jornal *O Domingo*. Mais tarde, em reforço da mesma idéa, pugnou por ella auxiliando a sua defeza pelo jornal *Federação Commercial*. Como patrão, tem mantido os mesmos principios de solidariedade para com o seu numeroso pessoal, diminuindo-lhe as horas de trabalho e observando o descanço ao domingo. A' sua iniciativa se devem as fabricas de S. Domingos de Bemfica e de Telheiras, que fornecem artigos de malha, sabões, etc., para os *Armazens*, e empregam muitos operarios. Junto da primeira construiu um bairro, composto de habitações commodas e hygienicas, bem como uma escola a que deu o nome do deputado republicano dr. Affonso Costa. O sr. Grandella não desdenha as boas artes nem as lettras, cultivando ambas com esmero. No seu gabinete de trabalho tem pintado alguns quadros apreciaveis, e o seu nome tem subscripto varios artigos litterarios em diversas publicações. O seu perfil biographico encontra-se no *Jornal das Senhoras*, junho de 1905. Os principaes jornaes de Lisboa lhe teem dedicado varios artigos de homenagem, pela ultima ampliação dos seus *Armazens*, em 8 de abril de 1907.

Grandes (*Monte da dos*). Na freg. de N. S.ª do Pé da Cruz, de Santa Cruz, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Grandola. Villa da prov. da Extremadura, séde de conc. e de com., distr. e rel. de Lisboa, bisp. de Beja. Dista 88 kilom. da séde do districto; 22 de Alcacer do Sal; e 25 de S. Thiago do Cacem. Tem uma só freguezia. Orago, Nossa Senhora da Assumpção. Pertence á 1.ª div. mil. e ao 4.º distr. de reserva do exercito, com a séde em Lisboa. O conc. comprehende 7.861 habitantes, sendo 4.256 do sexo masc. e 3.605 do feminino. As freguezias são as seguintes: Azinheira dos Barros (N. S.ª da Conceição), com 1.032 hab.: 603 do sexo masc. e 429 do fem.; Grandola (N. S.ª da Assumpção) com 3.703 hab.: 2061 do sexo masc. e 1.642 do fem; Melides (S. Pedro), com 2.098 hab.: 1.048 do sexo masc. e 1.050 do feminino;

Brazão da villa de Grandola

S. Mamede do Sádão (S. Mamede), com 312 hab.: 160 do sexo masc. e 152 do fem.; Serra (Santa Margarida), com 716 hab: 384 do sexo masc. e 332 do feminino. Antigamente estas freguezias pertenciam todas ao arcebispado de Evora. A villa de Grandola está situada na planicie a O da serra do mesmo nome, na margem da ribeira Corona. No principio do seculo XVI não passa-

va de uma insignificante aldeia, pertencendo á comarca de Setubal e ao termo de Alcacer do Sal. D. Jorge de Lencastre, duque de Coimbra, filho legitimado de D. João II, sendo muito inclinado aos exercicios venatorios, vinha com frequencia fazer caçadas á serra de Grandola, onde então havia muita caça grossa e miuda. E tanta predilecção tomou ao sitio que mandou fazer um palacio nas faldas da serra, junto á referida aldeia, e ali assistia a maior parte do anno. Como Grandola era então do termo de Alcacer do Sal, D. Jorge, desejando tornal-a independente, pediu a D. João III o fôro de villa para a sua aldeia, o que o rei lhe concedeu, em 1543. Conta-se, como pretexto ou causa principal para que o duque pedisse o foro de villa, o facto seguinte: Achando-se D. Jorge um dia á janella do seu palacio, olhando para a matta que lhe ficava em frente e proxima, um furioso e corpulento javali, rompendo com furia o matto, veio esbarrar ao terreiro do palacio. O duque, apenas o viu, chamou pelos creados e vassallos, e saiu a montear o javali. Faltou-lhe, porém, o mais destro e ousado dos seus monteiros, e o animal escapou. O monteiro faltara por ter de comparecer a uma audiencia judicial em Alcacer do Sal, para a qual fôra citado, e á cuja jurisdicção pertencia Grandola. O duquê, para evitar a repetição d'estes casos, pediu a D. João III o foral de villa e justiças proprias para Grandola. D. Jorge era muito rico, pelo que, tomando a peito o progresso da villa, em pouco tempo mandou edificar muitas e boas casas de habitação. No foral eram concedidos muitos privilegios, o que concorreu bastante para o rapido incremento da povoação. Como o duque vivia com grande fausto e consideração, tinha grande autoridade; como principe e grão-mestre da ordem de S. Thiago, conseguiu facilmente attrahir á sua villa algumas familias nobres e ricas, que edificaram aqui boas casas de residencia permanente. Pelas razões que presidiram ao seu engrandecimento, e por ser povoação moderna, Grandola é uma das villas mais regularmente edificadas. As suas ruas principaes são bem alinhadas, bem como as travessas que as cortam. Aceiadissima, com as suas casas esmeradamente caiadas, com boas praças e alguns bons edificios, impressiona agradavelmente o visitante. Os paços do concelho, situados na praça de D. Jorge, conservam ainda um antigo campanario, pois que Grandola mantem algumas curiosas velharias. O sino municipal sôa por motivos diversos; chama á sessão os vereadores, e annuncia á população que chegou peixe á terra. Na camara existem ainda um antiquissimo estandarte ricamente bordado e as varas vermelhas que, nas occasiões solemnes, empunhavam os representantes da villa. Tem esta por armas a cruz da ordem de Christo. A egreja matriz era muito pequena e velha, e D. Jorge reconstruiu-a e ampliou-a com magnificencia. E' dedicada a N. S.ª da Assumpção, mas a antiga ermida tinha a invocação de N. S.ª da Abendada. Interiormente, é digna de nota a grade do côro. A irmandade do Santissimo, erecta n'esta egreja, possue entre outras alfaias uma magnifica custodia de prata dourada, cinzelada, que foi doada pelo duque de Coimbra, cujo brazão se vê no pé. Tem de peso cerca de onze kilos. A parochia teve primitivamente prior e dois beneficiados, todos freires de S. Thiago, providos pelo mestre da ordem, mas o arcebispo de Evora, D. José de Mello, usurpou-lhe esta regalia. Quando a Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o prior, tinha este 240 alqueires de trigo, 90 de cevada e 10$000 réis em dinheiro. Ha na villa mais quatro egrejas: S. João Baptista, S. Domingos, S. Sebastião e S. Pedro, collocadas em quatro pontos oppostos, de modo que fórmam uma cruz, ficando a parochia no centro. A misericordia e o hospital estão situados em frente do antigo palacio do duque. A egreja da Misericordia é revestida interiormente de antigos e bons azulejos. A ermida de S. Sebastião tem uma historia curiosa: Era ali venerada uma imagem milagrosa de Santo Estevão, que preservava da peste os

Misericordia e hospital

habitantes de Grandola. Os povos de Alcacer do Sal, invejosos da virtude do santo, e padecendo o flagello, furtaram a imagem. Os grandolenses conformaram-se, e, buscando novo santo que lhes valesse, receberam na ermida a imagem de S. Sebastião. Em 1727, fundou-se na villa, sob a invocação de N. S.ª dos Anjos, um hospicio para agasalho dos frades agostinhos descalços. A antiga casa ainda existe, perdida a feição primitiva, n'um dos extremos da villa, no terreiro a que o povo chama — Rocio dos Frades. Em 1679 fundou-se em Grandola um celleiro commum, como os havia em Evora e Beja, para fazer emprestimos de trigo aos lavradores pobres, recebendo depois, na mesma especie o capital e um juro modico. A villa foi commenda dos duques de

Aveiro, passando depois aos marquezes de Ferreira e duques de Cadaval. Teve capitão-mór e tres companhias de ordenanças. Era defendida por seis fortalezas: S. João Baptista, S. Domingos, S. Sebastião, S. Pedro, Nossa Senhora da Assumpção, e a que depois serviu de armazem de munições. Os condes de Santa Cruz eram os alcaides-móres da fortaleza. Junto da villa passa o rio Davino, com as suas margens arborisadas, vindo desaguar no Sado, depois de fazer trabalhar varias azenhas. E' tambem proximo o celebre *Borbolegão*, grande olho de agua, que nasce a 3 kilometros de distancia, formando logo o rio Arcão, que desagua em Sines. A ponte dos *Aivados* e a lagôa *Diabroria* são outras curiosidades naturaes. Abundam no termo da villa os mananciaes de boa agua. O rio Sado tambem passa a pequena distancia, o que torna aprazivel e fertil aquella região. N'ella se vêem vinhas, hortas, olivaes, campos de trigo e bosques de carvalhos e sobreiros. Cria-se aqui muito gado, principalmente suino, o que constitue um grande ramo de commercio. Ha em Grandola feiras importantes: de gado suino, todos os domingos dos mezes de dezembro, janeiro e fevereiro; de gado bovino, uma das mais concorridas do sul do paiz, no ultimo domingo de agosto. Junto á villa, sobre a *Varzea das Vinhas*, ha um sitio chamado *Castello*, onde se vêem ruinas de um antigo edificio. Para o S, está um outeiro, onde existe a capella de N. S.ª da Penha de França, fundada em 1700. Quando se andava a fazer esta capella, appareceram nos alicerces moedas de ouro romanas. Mais adeante, está o sitio chamado *Corte Gallego*, onde se vêem tambem ruinas de antigas fortificações e muitos canos de agua soterrados e que iam ter ao sitio denominado a *Repreza*, de cuja agua se aproveitavam os habitantes para fazerem moer as suas azenhas. A mina de cobre a 8 kilometros da villa, no monte chamado da Caveira, na serra das *Algares*, data do tempo dos romanos. No reinado de D. João V, sendo inspeccionada a mina por peritos, fôram encontrados os poços romanos e extensas galerias, que em 1861 já se encontravam desentulhados. Em 1623 foi a exploração da mina da Caveira concedida a Antonio Varão. Dá-se na serra das *Algares*, com as suas famosas grutas, a singularidade de serem potaveis e muito boas todas as aguas que brotam pelo lado do sul, ao passo que nenhuma é potavel das que rebentam do lado do norte. Ha na villa bons estabelecimentos municipaes: matadouro, cemiterio, quartel, escolas para ambos os sexos; theatro, est. postal e tel., com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas. Tem agencias: do banco *Economia Portugueza*; das companhias de seguros *Tagus*, *Reformadora*, *Probidade* e *Portugal*. Associações: *Montepio Grandolense*; *Gremio Artistico Grandolense*, *Sociedade recreativa grandolense*; notario, advogado, etc. ‖ Bibliographia: *As cidades e villas, que teem brazão d'armas*, por Vilhena Barbosa; *Portugal Antigo e Moderno*, por Pinho Leal; *Grandola*, artigo do sr. Julio Palmeirim, no *Brazil-Portugal*, vol. III, pag. 185; etc.

Grangeio. Enseada da costa do distr. de Benguella, na prov. de Angola. Fica a S O, e é pouco batida pelas vagas do Oceano.

Granhão. Pov. na freg. de S. Martinho, de Paço Vedro de Magalhães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Granja *(Antonio Barreto Ferraz de Vasconcellos, 1.º visconde da)*. Gran-cruz da ordem de S. Thiago, commendador da de Christo, par do reino, ministro de Estado, juiz relator do Supremo Conselho de Justiça Militar, etc. N. em Aveiro a 23 de maio de 1789; fal. a 27 de abril de 1861. Era filho do desembargador Casimiro Barreto Ferraz de Vasconcellos, e de D. Angelica Margarida Pereira. Tendo obtido dispensa da edade, matriculou se na Universidade de Coimbra no anno de 1804, e depois d'um curso muito distincto, fez a sua formatura em Leis em 1809. Serviu algum tempo como voluntario no batalhão academico, e em junho de 1810 foi nomeado juiz de fóra de Obidos e das Caldas da Rainha; em 1815 foi despachado corregedor do crime do bairro dos Romulares, de Lisboa, e em 1818 syndico do senado da camara da mesma cidade. Contribuindo activamente para o bom exito da revolução de 1820, teve em 1821 a nomeação de desembargador da relação do Porto. Quando caiu a Constituição em 1823, deram-lhe a aposentação, mas logo depois do juramento da Carta Constitucional, em 1826, foi reintegrado. Emigrou em 1829 para França, e só regressou a Portugal, quando soube que o exercito liberal havia desembarcado nas praias do Mindello. Em dezembro de 1832 foi nomeado presidente da relação do Algarve e provincias do sul do reino que fôssem reconhecendo o governo da rainha D. Maria II, com poderes para nomear todas as autoridades judiciaes n'essas provincias, e em 19 de setembro de 1833 foi despachado presidente da relação de Lisboa. Em 24 de setembro de 1834 tomou parte no ministerio presidido pelo duque de Palmella, ficando a seu cargo a pasta da justiça, conservando-se até 23 de abril de 1835, em que pediu e obteve a sua exoneração. Não adherindo á revolução de setembro de 1836, demittiu-se de todos os cargos publicos que exercia, e retirou se á vida particular, ficando afastado da politica até 1838, anno em que o circulo de Vianna do Castello o elegeu seu deputado. Já havia representado anteriormente em côrtes o circulo de Evora. A carta régia de 27 de maio de 1842 e elevou ao pariato, e em setembro d'esse anno foi nomeado primeiro relator do Supremo Conselho de Justiça Militar, cargo que exerceu até fallecer. O titulo de visconde da Granja foi concedido em duas vidas, por D. Maria II, por decreto de 13 de agosto de 1847. Casou em 25 de julho de 1813 com D. Maria Bibiana Sachetti, filha unica de Bernardo Xavier Barbosa Sachetti, desembargador da Casa da Supplicação, e de D. Maria Thereza Claudina da Purificação.

Granja *(Casimiro Barreto Ferraz Sachetti, 2.º visconde da)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real; par do reino por successão de seu pae, de que prestou juramento e tomou posse na sessão da respectiva camara, a 31 de março de 1861; commendador da ordem de Christo; addido honorario da Legação de Paris. N. a 8 de dezembro de 1816, e é já fallecido. Era filho dos 1.ºˢ viscondes da Granja (V. *o artigo antecedente*). Casou em 25 de junho de 1846 com D. Maria Augusta de Faria Barreto Villas Boas, filha de Balthazar

de Faria Barreto Villas Boas, fidalgo da Casa Real, e de D. Joanna Felicia de Vasconcellos. O titulo foi em verificação de vida, renovado por decreto de 3 de abril de 1840.

Granja *(Quinta da)*. Antiquissima propriedade sita na freg. de Villa-Nune, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. administrativo de Braga. Compõe-se esta quinta de seis casaes denominados Granja de Dentro, Granja de Fóra, Valle, Serra, Rossada e Moroussós, formando um verdadeiro dominio pela area, valor e producção dos seus terrenos. E' servida pela estrada districtal N. 40, lanço do Arco de Baúlhe a Fermil, que a atravessa na sua parte superior, e limitada ao fundo pelo rio Tamega. O caminho de ferro do Valle do Tamega, no seu proseguimento de Amarante para Cavez, terá egualmente de atravessal-a. Os seus vinhos são dos melhores da região de Basto e fôram premiados na exposição internacional de Paris em 1889, unica a que concorreram; e a laranja e azeite que produz são afamadissimos e procurados como uma verdadeira especialidade. E' esta quinta solar dos Teixeiras Machados, cujo ultimo representante é a senhora D. Sophia Adelaide Machado Tavares de Vasconcellos, residente na quinta das Cortinhas em Cavez. V. *Cortinhas (Quinta das)*. E' tradição secular, que Brizida Teixeira, dona nobre da villa de Murça, em Traz-os-Montes, casara por amor com um homem do povo chamado Nuno, e que o pae d'ella, despeitado e irado por causa d'esse casamento, a expulsou da casa paterna. D. Brizida e marido vieram para o logar onde hoje demora o casal de Moroussós *(morou só)* da quinta da Granja junto ao rio Tamega, ahi construiram casa e grangearam terras, e, havendo por doação do imperante ou assenhoreando-se por seu motu proprio d'uma grande porção de terreno então completamente deshabitado e abandonado, cercaram com parede uma area enorme, que ficou formando a herdade ou quinta do Nuno *(villa Nuni)*, e hoje constitue toda a freg. de Villa Nune. A confirmar esta tradição restam da parede, ainda hoje, vestigios bem patentes e manifestos, que, partindo do rio Tamega, pela extremidade sul e poente do casal de Moroussós, que é tambem o limite da freg. de Villa Nune com a de Canedo, do conc. de Celorico de Basto, seguem d'ahi ao alto do Monte da Rasa, e d'este pela Pedra da Cunha á lomba da serra da Espiga, voltando a fechar no mesmo rio Tamega. Eram as aguas vertentes de toda uma bacia magnificamente exposta ao meio dia e abrigada de todos os outros lados. Mas, além d'estes vestigios, e corroborando de modo authentico a tradição, ha ainda um documento historico que põe o facto a toda a luz. Em 1210, reinando D. Affonso Henriques, *Domna Maria Nuniz*, filha d'aquelle Nuno, doou ao convento de *Sancti Michaelis de Refugio*, hoje São Miguel de Refojos de Basto, = «hereditatem integram, quam habeo in villa *Nuni*, cum suis terminis», etc. = (V. as *Dissertações Chronogicas e Criticas*» de João Pedro Ribeiro, documento numero XLII, paginas 253 e seguinte, do primeiro vol. edição de 1810. De facto todos os terrenos de Villa Nune eram foreiros ao convento benedictino de S. Miguel de Refojos, antes da sua extincção. Vê-se do archivo da familia Teixeira Machado, que, sem incidente digno de especial menção, continuou a successão d'ella até que Antonio Machado de Entre Homem e Cavado e familiar do infante D. Fernando, o *Santo*, filho d'el-rei D. João I, casou com D. Monica Teixeira Ferreira, então senhora dos casaes de Moroussós, Granja e outros. Continuou a successão d'esta familia, sem nunca abandonar o seu antigo solar nem quebra de geração, com mais ou menos bens segundo os mil incidentes a que o curso do tempo tão longo a sujeitou, até que Manuel José Teixeira Machado Leite Lobo casou, em 1794, com D. Maria de Jesus Machado de Meirelles Leite, sua parenta e visinha, reunindo novamente a quinta da Granja que, ha muitos annos, partilhas entre a familia, traziam dividida. Este Manuel Machado, bisavô da actual unica representante da familia que acima referimos, tirou carta de brazão d'armas de nobreza e fidalguia que lhe foi concedida por carta régia de 13 de janeiro de 1796, da qual consta a sua nobre ascendencia. Esta carta régia está registada a fl. 109 v. do livro v do *Registo dos Brazões*, existente na Torre do Tombo.

Granja. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Trancoso, distr. e bisp. da Guarda; 497 hab. e 128 fog. Tem esc. do sexo fem. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e passa-lhe proximo a ribeira de Massueime. O abbade de Santa Maria de Guimarães, da villa de Trancoso, apresentava o cura, que tinha 15$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Aldeia e freg. de S. Braz, da prov. do Alemtejo, conc. de Mourão, com. de Moura, distr. e arceb. de Evora; 1:120 hab. e 355 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. com serviço de encommendas, permutando malas com Mourão. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Mourão a Ficalho, proximo da margem esquerda da ribeira Guadelim. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o capellão, que tinha alguns generos. A terra é fertil, principalmente em cereaes, e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Boticas, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 486 hab. e 116 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e fica situada na estrada de Boticas a Chaves. O D. abbade do convento da ordem de S. Bernardo, de Bouro, apresentava o vigario, que tinha 70$000 réis annuaes. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. no 19, com a séde em Chaves. || Pov. e fog. de S. Sebastião, da prov. da Beira Alta, conc. de Penedono, com. de Meda, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego, 473 hab. e 128 fog. Tem correio e esc. do sexo fem. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Penedono a S. João da Pesqueira. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego, Granja foi annexada ao conc. de Méda pelo decreto de 7 de setembro de 1895, que aboliu o de Penedono, mas voltou outra vez para o mesmo conc. que foi restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. || Pov. do conc. de Espinho, com., distr. e bisp. do Porto. Está situada na costa do Atlantico.

Começou a formar-se em 1854, e é hoje uma pov. muito pittoresca, com habitações elegantes, de construcção moderna, chalets cercados de bonitos jardins, club, e uma praia magnifica, que na epoca balnear é muito frequentada. Ha na Granja a importante propriedade pertencente ao sr. bispo de Bethsaida e arcebispo de Calcedonia, D. Antonio Ayres de Gouveia; compõe-se d'uma grande quinta, palacio e capella, dedicada ao Espirito Santo. Na Granja ha est. post. e teleg. com serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N.; estação do caminho de ferro, da linha do Norte, entre as de Espinho e Valladares. Publicou se aqui o *Jornal das Praias*, de 22 de agosto a 21 de outubro de 1886. A Granja tornou se celebre por ter sido ali assignado o pacto de fusão de historicos e reformistas, que ficaram constituindo o partido progressista, a que se deu o nome de *Granjola*. || Logar da freg. de Campanhã, do bairro oriental do Porto, em virtude do decreto de 13 de janeiro de 1898, que o desannexou da de Valbom, conc. de Gondomar, onde pertencia. || Pov. do conc., distr. e com. da Horta, bisp. de Angra do Heroismo, na ilha do Faial, Açôres. Está situada nos arredores da pov. da Feteira. || Povoações nas freguezias: Santa Maria Maior e conc. de Alijó, distr. de Villa Real. || S. João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Martinho, de Alvaredo, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Cruz, de Alvarenga, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Salvador e conc. de Amares, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de Amendoa, conc. de Mação, distr. de Santarem. || N. S.ª do O', de Ançã, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || S. André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Miguel, de Aureade, conc de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Anta, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Bartholomeu e conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Lourenço de Arranhó, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Azias, conc de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Azurara, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Santa Maria Maior e conc. de Barcellos, distr. de Braga || S. Pedro, de Beberriqueira, conc de Thomar, distr. de Santarem. || S. Christovão, de Candomil, conc de Amarante, distr. do Porto. || N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa || S. Lourenço, de Carvide, conc. e distr. de Leiria. || S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Christoval, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Christina, de Couto, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Thomé, de Covellas, conc. de Baião, do mesmo distr. || S. Martinho, de Escapães, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Este, conc. e distr. de Braga. || O Salvador, de Fervença, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || Santa Christina de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Miguel, de Fornos de Maceira Dão, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu || S. Thiago, de Gagos, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Miguel, de Gandra, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Thiago, de Goães, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. João Baptista, de S. João de Ver, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. André, de Jou, conc. de Murça, distr. de Villa Real. || S. Thiago, de Labruge, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Lanhezes, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Lordello do Ouro, bairro occidental do Porto. || S. Felix, de Marinha, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santa Marinha do Zezere. conc. de Baião, do mesmo distr. || S. Pedro, de Mões, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || S. Estevão, de Moldes, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Monte de Fralães, conc. de Barcellos, distr. de Braga || S. João Baptista, de Monte Real, conc. e distr. de Leiria. Tem caixa post. || Santa Maria, de Moreira, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Oliveira do Douro, do mesmo conc. e distr. || S. Pelagio, de Ovadas, conc. de Rezende, do mesmo distr. || S. Christovão e conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Parada e Barbudo, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Christovão, de Parada de Cunhos, conc. e distr. de Villa Real. || S. Miguel, de Paredes, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Romão, de Paredes de Viadores, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || Santa Maria, de Penha Longa, do mesmo conc. e distr. || S. Vicente, do Penso, conc. e distr de Braga. || S. Martinho e conc de Pombal, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Rates, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || Santa Martha, de Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello || S. Christovão, de Refoios de Riba de Ave, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Pedro, de Rego da Murta, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria || S. Paio, de Requeixo, conc e distr. de Aveiro || S. João Baptista, de Rio Caldo, conc. de Terras do Douro, distr de Braga || S. Christovão, de Rio Tinto, conc de Gondomar, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Rocas do Vouga, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || S. Nicolau, de Saldanha, conc. de Mogadouro, distr. de Bragança. || S. Thiago, de Sampriz, conc de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª d'Assumpção, de Semide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Serreleis, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Verissimo, de Tamel, conc. de Barcellos, distr. de Braga || Santa Maria Maior, de Tarouquella, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu || S. André, de Tellões, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Christina de Tendaes. conc. de Sinfães, distr de Vizeu. || S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || S. Miguel, de Tresminas, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real. || N. S.ª da Expectação, de Valladares, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Jorge, de Varzea, conc. de Felgueiras, distr. do Porto || S. Verissimo, conc. de Amarante, do mesmo distr. || Herdade na freg. de Santa Maria e conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Herdade na freg. de N S.ª do Rosario, conc. de Alandroal, distr. de Evora || Quinta na freg. de N. S.ª da Purificação, de Cachoeiras, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa, || Quinta na freg. de S. Pedro, de Jarmello. conc. e distr. da Guarda. || Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Granja de Alperiate. Pov. na freg. de N. S.ª

d'Assumpção, de Vialonga, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. Tem correio com serviço de posta rural. D. João I doou e confirmou a Martim Gonçalves de Travaços a quinta da Granja de Alperiate, por sua carta do arraial de Chaves, em 21 de abril de 1385, registada na chancellaria, livro I, fol. 174 v. Por conter varios esclarecimentos interessantes, reproduziremos os termos principaes da alludida carta: A quantos esta carta virem fazemos saber que Martim Gonçalves de Travaços, nosso escudeiro nos disse que, sendo nós regedor e defensor d'estes reinos, lhe fizemos mercê e doação de uma quinta com suas marinhas, que é na Granja de Alperiate, termo da cidade de Lisboa, á qual foi de Diogo Domingues, seu sogro, pae de Catharina Dias, sua mulher; a quinta lhe tinha tomada elrei D. Fernando, nosso irmão, a quem Deus perdôe, por divida que lhe devia o dito Diogo Domingues, do tempo que foi seu almoxarife, a qual quinta lhe démos por juro e herdade para elle dito Martim Gonçalves, e para a dita sua mulher, herdeiros e successores. Para esta descendencia póde vêr-se a pag. 182 do vol. I da obra *Fr. Gonçalo Velho*, de Ayres de Sá, Lisboa, 1899.

Granja de Baixo e de Cima. Duas povoações na freguezia de S. Paio de Melgaço e conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, do mesmo distr. || S. Antonio, de Oliveirinha, conc. e distr. de Aveiro.

Granja dos Casaes. Pov. na freg. de S João Degolado, de Terrugem, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Granja do Douro. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Villarinho dos Freires, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real.

Granja do Espinho. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Figueira de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Granja e Estrada. Pov. na freg. de S. Martinho, de Dume, conc. e distr. de Braga

Granja de Fagilde Pov. na freg. de S. Miguel, de Fornos de Maceira Dão, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Granja da Gallinha. Pov. na freg. de S. Pedro, de Dois Portos, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Granja de Jugueiros. Pov. na freg. de S. Paio, de Portella, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Granja do Marquez. Pov. na freg de N. S.ª da Purificação, de Montelavar, conc. de Cintra. distr. de Lisboa. Tem correio com serviço de posta rural.

Granja do Monte Secco. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Granja do Mucari. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Granja Nova. Pov. e freg. de S Sebastião, da prov. da Beira Alta. conc. de Tarouca, com. de Armamar, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 877 hab. e 230 fog Tem escolas para ambos os sexos, est. post. e feira no terceiro sabbado de cada mez. A pov. dista 2 k da séde do conc. O abbade do Salvador, de Penedono, apresentava o cura, que tinha 18$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil e pertence á 2.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Era do concelho de Mondim da Beira, que se aboliu por decreto de 26 de junho de 1896, sendo então annexada ao de Armamar, passando depois ao de Tarouca, que, tendo sido egualmente abolido, foi restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. || Povoações nas freguezias: Santa Catharina, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Santa Marinha e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real.

Granja de Oleiros. Pov. na freg. de S. Pelagio, de Rua, conc. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu.

Granja do Paiva. Pov. na freg. de N. S.ª da Corredoura, de Caria, conc. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu.

Granja da Paradella Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Granja e Presa. Pov. na freg. de S. Adrião, de Duas Egrejas, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Granja do Rio Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Granja de São Pedro. Pov e freg. de Santa Marinha, da prov. de Traz os-Montes, que está hoje annexa á de S. Pedro, de Silva, conc. de Miranda do Douro, distr. de Bragança O abbade de Villar Sêcco apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar.

Granja do Thedo Villa e freg dos Santos Faustino e Jovita, da prov da Beira Alta, conc. e com. de Tabuaço, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 465 hab. e 124 fog. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A villa dista 6 k. da séde do conc e está situada entre dois montes, e é banhada pelo rio Thedo. Até ao anno de 1855 foi do conc. de S. Cosmado, que então se suppprimiu, e o vigario d'aquella freguezia apresentava o vigario, que tinha 24$000 réis e o pé d'altar. Pertence á 2.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Granja do Ulmeiro. Pov. e freg de S. Gabriel, da prov. do Douro, conc e com. de Soure, distr. e bisp. de Coimbra; 842 hab. e 180 fog. Tem escola do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada proximo do rio Mondego. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha 120$000 réis. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar.

Granja Velha. Pov. na freg. de Santa Marinha e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real.

Granjal. Pov. e freg. de N. S.ª das Candeias, da prov. da Beira Alta, conc. de Sernancelhe, com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 728 hab. e 186 fog. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada junto á margem esquerda do rio Tavora. Pertence á 2.ª divisão mil. e ao distr. de res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || N. S.ª d'Assumpção, de Treixedo, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. || S. André, de Victorino dos Piães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Granjão *(Antonio Botelho Teixeira, 1.º barão*

e 1.º visconde de). Moço fidalgo com exercicio, por alvará de 16 de março de 1864; abastado proprietario do concelho de Mesão Frio. Nasceu em Oliveira do Douro a 4 de fevereiro de 1803, fal. em 1896. Era filho de Manuel Botelho Teixeira, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, e de sua mulher, D. Maria Ignacia Teixeira. Casou em 1857 com D. Carlota de Albuquerque Pimentel e Vasconcellos, filha de Luiz d'Albuquerque Pimentel e Vasconcellos, fidalgo cavalleiro da Casa Real, e de sua mulher, D. Maria Maxima de Abranches Bôto. O titulo de barão foi concedido por decreto de 7, e carta de 14 de maio de 1867; o de visconde por decreto de 24 de abril, e carta de 19 de junho de 1879.

Granjão. Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Paderne, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello || S. Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real.

Granjas. Pov. na freg. de Santa Maria, de Paços, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Granjas das Fontes. Pov. na freg. de S. Miguel, de Carregueiros, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Granjeiros *(Casal dos).* Na freg. do Espirito Santo, de Landal, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Granjinha. Pov. e freg. de S. Pedro das Aguias, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Taboaço, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 268 hab. e 83 fog. Tem escola do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada proximo do rio Tavora. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Cever, conc. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu. || S. Domingos, do Valle de Anta, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Grão-mestre. O dignitario principal ou chefe d'uma ordem de cavallaria, geralmente o soberano. || Titulo do chefe principal das differentes ordens maçonicas.

Grão-Pará e Maranhão *(Companhia do).* Celebre companhia de commercio e colonisação do reinado de D. José I. A sua creação foi a resultante de factos que successivamente se déram nos territorios do Grão-Pará e Maranhão. Em 1752, por uma provisão do Conselho Ultramarino, fôram autorisados os moradores do Pará a constituir uma companhia para o resgate dos escravos africanos. Foi o governador d'aquella capitania do Brazil, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do marquez de Pombal, quem primeiro intentou a organisação de uma companhia, para a qual só conseguiu obter a subscripção de 30:000 cruzados. Procurou-se então realisar o projecto na metropole. Em 15 de fevereiro de 1754 veiu n'esse sentido uma representação, dirigida a el-rei pelos habitantes da capitania do Grão Pará. Em presença d'esta representação conseguiu o marquez de Pombal que varios negociantes da praça de Lisboa tomassem a resolução de constituir uma companhia, que ao mesmo tempo desenvolvesse o commercio e concorresse para melhorar as condições economicas do reino. Formuladas as condições da instituição fôram ellas approvadas por alvará de 7 de junho de 1755. Nos termos da sua instituição formava a companhia um corpo politico, composto de um provedor, oito deputados e um secretario; havendo tambem seis conselheiros. O provedor e deputados deviam ser commerciantes portuguezes, que tivessem 10:000 cruzados de interesse na companhia, pelo menos. As eleições seriam feitas pelos accionistas possuidores de 5:000 cruzados em acções, ou mais. O governo da companhia seria immediato ao rei, independente de todos os tribunaes, e teria jurisdicção plenaria sobre os officiaes ao seu serviço. Junto d'ella havia um juiz conservador com jurisdicção privativa. O commercio das capitanias do Grão-Pará e Maranhão seria privilegio da companhia por vinte annos. As isenções eram grandes e numerosas. N'esta epoca existia em Lisboa uma especie de associação commercial, a Mesa do Bem Commum dos homens de negocio. Representou ella respeitosamente contra a companhia, pedindo que fôsse revogado o alvará de 7 de junho de 1755. Sebastião de Carvalho não tolerou a reclamação e puniu os seus autores como se fôsse um crime de lesa-magestade. Aboliu-se a Mesa do Bem Commum por decreto de 30 de setembro de 1755 e restabeleceu-se a antiga Junta do Commercio, que ella substituira. Vê-se bem, pois, quanto era firme o proposito do marquez de Pombal e como elle considerava essencial, para os seus fins economicos e politicos, a creação da companhia. Para se julgar da importancia que ella alcançou, basta saber que uma frota do anno de 1759 se compunha de 41 navios, transportando cêrca de 202:000$000 réis em ouro e de 18.000$000 réis em patacas, e, entre outros generos do Brazil, 11:289 caixas de assucar, 171:000 meios de sola, 96:648 couros de cabello e 29:000 atanados, 24:000 quintaes de pau brazil, 1:350 quintaes de pau *violete* e grande quantidade de madeiras. Decorrido o periodo de vinte annos marcado para a existencia dos privilegios da companhia, o marquez de Pombal não prorogou esse prazo. Mas a companhia proseguiu nas suas transacções, sendo extincta no anno seguinte á quéda do grande ministro. || Bibliographia: *Estudos de historia paraense,* por J. Lucio de Azevedo, Pará, 1893. *As companhias portuguezas de colonisação*, cap. VII, por Tito de Carvalho, Lisboa, 1900.

Grão Vasco. Nome por que é mais conhecido na historia da pintura portugueza do seculo XVI o pintor Vasco Fernandes, o artista que executou o famoso quadro do *S. Pedro*, existente na sé de Vizeu. O nome de *Grão-Vasco* é tido por alguns autores como uma synthese lendaria de uma escola, de uma evolução inteira na arte nacional. Os eruditos, os criticos d'arte, nacionaes e estrangeiros, teem falado e escripto bastante ácêrca dos quadros existentes em Vizeu, Evora, Coimbra, Setubal, Thomar, Fontello, etc, que constituem outras tantas series importantissimas de quadros attribuidos á escola de *Grão Vasco.* Alguns criticos querem que, em logar de um só artista, tivesse havido muitos de grande merito, que trabalharam em diversos pontos do paiz. Os primeiros autores que falam de *Grão Vasco* são: Botelho Pereira, manuscripto de Vizeu, em 1630, que lhe chama *Grande Vasco Fernandez*, e Fr. Agostinho de Santa Maria, que, em 1716, no seu *Sanctuario Marianno*, cita quatro vezes um *insigne* pintor *Vasco*, de graude

fama na região de Vizeu. Seguiram-se outros escriptores: Diogo Barbosa Machado, em 1751; D. Fr. Manuel do Cenaculo, em 1776; D. Thomaz Caetano do Bem em 1792; Francisco Dias Gomes, em 1799; Taborda, em 1815; e Volkmar Machado, em 1823. Em livros estrangeiros, a primeira noticia do grande artista portuguez apparece nas notas de Pietro Guarienti, pintor italiano, á edição do *Abecedario pittorico*, de Orlandi, feita em Veneza, 1753. Segue se Roland le Virloys, no seu *Dictionnaire d'Architecture civile, militaire et navale*, etc.; Paris, 1770. O conde A. Raczynski, no seu *Dictionnaire historico artistique du Portugal*, Paris, 1847, tambem se refere a Vasco Fernandes, procurando tirar conclusões dos documentos que os eruditos visconde de Juromenha, Vasco Pinto de Balsemão, etc., lhe forneceram sobre o assumpto. Mas quasi tudo são hypotheses sobre o grande artista. Muitos outros trabalhos estão admiravelmente condensados pelo sr. Joaquim de Vasconcellos no seu estudo sobre a pintura em Vizeu, incluso no artigo *Vizeu* do *Portugal Antigo e Moderno*, continuado, de Pinho Leal. N'elle se refere aos escriptos de J. C. Robinson, cuja *Memoria* traduziu o marquez de Sousa Holstein, e de John Latouche (pseudonymo de O. Crawfurd, consul inglez no Porto), autor do livro *Travels in Portugal*, Londres, 1875; de Justi, professor allemão; de A. de Ceuleneer, escriptor belga; etc., etc. Dos estudos de tantos autores não se colhe, todavia, a materia indispensavel para um artigo biographico do insigne artista. Os dados, mais dignos de fé, para nós, são apenas os seguintes: Que em 1480 o pintor Grão-Vasco vivia em Vizeu, tendo comprado n'esse anno uns moinhos, no termo da mesma cidade, os quaes se ficaram chamando *do pintor*. Que em 1515 esteve em Lisboa, onde se assignou n'uma escriptura: *Vasco Fernandes, pintor, morador em Vizeu*. Estas duas datas são comprovadas por documentos. Para a primeira, póde vêr-se o livro de Raczynski, *Les Arts en Portugal*, Paris, 1846, pag 327. Para a segunda, o artigo do sr. Brito Rebello no *Archivo Historico Portuguez*, março de 1903. Antes d'este ultimo documento, affirmava-se que *Grão Vasco* nunca teria saido de Vizeu e que seriam de outros artistas os quadros existentes em diversas terras do paiz e que lhe são attribuidos. Mas, o que estes documentos indicam é o periodo de trinta e cinco annos em que decerto se manifestou a sua actividade. Os documentos conhecidos anteriormente não elucidavam: Uma carta de *illuminador* passada em 7 de março de 1455 a um Vasco (Chancellaria de D. Affonso V, Livro XIII) e um assento de baptismo, achado pelo conego Oliveira Berardo, na cathedral de Vizeu, de um Vasco, filho de Francisco Fernandes, pintor, no dia 11 de setembro de 1552. A confusão e as hypotheses lançadas na biographia de *Grão-Vasco* por esta disparidade são extraordinarias. Documentos enviados de Vizeu, pelo padre Manuel Lopes d'Almeida, e que fôram redigidos para o *Diccionario Geographico* de Cardoso (ms. de 1758), falam de um Vasco Fernandes *do Casal*, moço da camara do infante D. Duarte, em 1520, e tambem suppõem que fôsse este o *Grão-Vasco*. Para a grande quantidade de quadros que lhe são attribuidos, vejam se as obras citadas acima *Bibliographia*: *Dialogos moraes, historicos e politicos. Fundaçam da cidade de Vizeu. Historia dos seus Bispos; genealogia de suas familias*, etc., por Manuel Botelho Ribeiro Pereira. São dois ms. N.º 187 e 544 da Bibliotheca Municipal do Porto, que fôram copiados dos originaes, em 1747. *A pintura portugueza nos seculos XV e XVI*, por Joaquim de Vasconcellos; Port 1881. *Grão Vasco; ensaio historico e critico*, por Augusto Filippe Simões, no vol. *Escriptos diversos*, Coimbra, 1888. *Os moinhos do pintor — Subsidio para a questão da existencia de Grão Vasco*, por Henrique das Neves. *O. S. Pedro de Vizeu — Pintura em madeira na cathedral*, artigo de Gabriel Pereira no vol. 18.º do *Occidente*, pag. 2; Lisboa, 1895.

Gravador. V. *Gravura*.

Gravanço Pov. na freg. de Santa Eulalia e conc. d'Agueda, distr. de Aveiro.

Gravata. Tira de seda ou de outro qualquer tecido, que se usa sobre o collarinho, atando em laço á frente, e servindo de adorno do pescoço. Lenço ou manta para o pescoço O uso da gravata não vae além do seculo XVII. Como objecto de vestuario, tem soffrido as influencias da moda, ora sendo de grande proporções, ora reduzida ao minimo. As primeiras gravatas eram enormes. De França nos veiu o seu uso. Nos principios do seculo XVIII já a nossa côrte a usava, e de Vienna d'Austria veiu, em 17 de agosto de 1719, uma gravata para D. João V, que Diogo de Mendonça, seu secretario de Estado, encommendara ao embaixador portuguez n'aquella cidade, o conde de Tarouca, João Gomes da Silva, como se vê da seguinte interessante *carta de officio* da data indicada: «Na ultima carta de 11 de julho me encarregou Vossa Mercê que remetta uma gravata para o serviço de Sua Magestade, que Deus Guarde, da largura de um papel que vinha incluso, e quatro varas de renda mais estreita para servir em punhos. Aqui ha uma mercadora a mais afamada, a quem tenho confiado tantas encommendas para varias pessoas, que por essa razão me vende sempre o que lhe procuro por preços accommodados. Comprei-lhe a melhor gravata que tinha da largura signalada, com a qual remetto a Vossa Mercê juntamente um collarinho dos que agora se usam. Estes se abotoam no pescoço pela parte de traz e antes de se abotoarem se lhes passa a gravata por uma pequena abertura que lhe fica deante. Mettendo uma ponta da gravata pela dita abertura se lhe dá uma volta, que comprehende sómente a metade da largura do collarinho, porque a outra metade da largura fica para cima da gravata Algumas pessoas não lhe dão a volta sobredita, e trazem a gravata passada simplesmente pela tal abertura, principalmente quando querem metter as duas pontas na casa da vestia ou casaca. Tudo isto refiro a Vossa Mercê com miudeza porque não sei se n'essa côrte se usa d'esta moda de collarinhos, que aqui se tem pela mais propria para trazer as gravatas bem atadas» No decorrer do seculo XVIII a gravata tornou-se privativa da burguezia e da gente da côrte. As primeiras gravatas eram de renda, depois fôram de seda, etc. Para as classes baixas se reservou a expressão *de gente sem gravata*. No antigo *Passeio Publico*, de Lisboa, não era permittida a entrada a pessoas *sem gravata* Nos regulamentos militares, os officiaes uniformisados só pódem usar gravata

preta. A industria das gravatas attingiu em Portugal um grau elevado, mas as novidades da moda ainda se importam. Esta industria, áparte alguma fabrica, é caseira, e a grande maioria das lojas, que vendem gravatas, são abastecidas pelas diversas officinas domesticas, que ha disseminadas nas grandes cidades.

Gravateira. Pov. na freg. de S. Felix, de Gondifellos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Gravato Pov. na freg. de S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Grave *(João)*. Escriptor e poeta contemporaneo. Nasceu em Vagos, em 1 de julho de 1872. Estreou-se na litteratura com dois livros de versos: *Livro de sonhos* e *Macieiras em flôr*. E' redactor do *Diario da Tarde*, do Porto, tem collaborado no supplemento litterario do *Seculo*, e publicado umas chronicas semanaes no *Diario de Noticias*, de Lisboa. Em 1904 publicou o romance intitulado: *Famintos*; e em 1905 o romance a *Eterna mentira*, edição da livraria Chardron, do Porto.

Grave. Moeda de prata, do valor de 21 réis, em tempo de D. Fernando I. Na *Descripção geral e historica das moedas*, etc., de Teixeira de Aragão, vem reproduzidos os seguintes exemplares d'esta moeda: «✠ FERNDVS: REX: PORTVGALI. Escudo das quinas no meio de quatro castellos; por cima um ponto. Reverso ✠ SI: DNS: MICHI: AIVTOR: NON No centro de um escudo coroado F (Fernando); uma lança com bandeira corta a legenda obliquamente; no campo, de cada lado, uma cruz, a da direita tem por cima um signal occulto; por baixo do escudo L (Lisboa). Em seis exemplares, bem conservados, da collecção real encontrámos o peso de 38 a 40 grãos. ✠ FERNANDVS: REX: PORTV. Escudo das quinas no meio de quatro castellos; no campo, á esquerda, P (Porto), e á direita um signal occulto. Reverso ✠ SI: DNIS: MICHI: AIV: TO: No centro de um escudo coroado F (Fernando); uma lança com bandeira, cortando a legenda obliquamente; por baixo, X, como signal occulto, á direita P (Porto), e á esquerda um outro signal. Pesa 40 grãos. ✠ FERNANDVS: REX PORTVGA. O escudo no meio de quatro castellos e de quatro arcos, com quatro pontos no logar da juncção. Reverso ✠ SI ° DNS °°° MICHI ° AIVTOR ° Escudo coroado com um F. no centro, uma lança atravessada, invadindo com as extremidades o circulo da legenda; no campo, á esquerda, uma cruz, e á direita P, com um ponto por cima. Pesa 40 grãos. ✠ FERNANDVS: REX: PORTVAL. Escudo das quinas no meio de quatro castellos cercados por quatro arcos, com pontos nos logares de juncção; no campo, á direita, P (Porto). Reverso: ✠ SI ° DOMNVS. MICHI ° AIVT ° OR ° Escudo coroado. com o F no centro, e tendo de cada lado uma cruz; a lança atravessada, cortando com as extremidades a legenda. Peso 41 grãos. Outro exemplar com o mesmo anverso da anterior, menos o P. Reverso: SI: DNS: MICHI: A... TOR: NO . Escudo coroado, tendo no centro um F; uma lança atravessada cortando com as extremidades a legenda, de cada lado uma cruz, por baixo M (Miranda).»

Gravellos. Pov. na freg. de Santa Maria, de Adoufe, conc. e distr. de Villa Real.

Gravetal. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Penascaes, conc. de Villa Verde, districto de Braga.

Graveto. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade de Monte Redondo, conc. e distr. de Leiria.

Gravia. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade e conc. de Villa Nova de Ourem, distr. de Santarem.

Gravito. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Villa Facaia, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Gravulha. Sitio, onde se encontram as estradas reaes de Ferreira do Zezere, Valles e Cabaças, no concelho de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Gravura. Arte ou maneira de gravar. Estampa obtida por meio de uma chapa gravada. A gravura precedeu a imprensa. Ha diversos processos de gravura, tendo augmentado o numero d'esses processos modernamente; alguns teem soffrido evolução e realisado progresso; outros pararam ou saíram do uso. Como em todas as artes, ha *escolas* em gravura; certas individualidades conseguiram *maneiras* e *caracteristicas* inconfundiveis. Ha generos de gravura mais cultivados em certas epocas; outros mais proprios, mais estimados em determinado povo. A gravura de musica, de lettras, de architectura, de fi-

guras de mathematica, de instrumentos de physica, de armas, de cartas geographicas, de cylindros de cobre para estamparia, de pedras finas (glyptica), etc. fórmam verdadeiras especialidades. Em geral, divide-se a gravura em tres classes: em *ôco* ou de *encavo*; em *relevo*; e em *baixo-relevo*. A gravura de encavo comprehende a gravura *a buril* ou *talho doce*, *ponta secca*, *agua forte*, maneira *negra* ou *meia tinta*, *pontelhé*; *aguatinta*; gravura *a côres*, (com muitas chapas) A gravura de vinhetas, sellos, estampilhas, cunhos de moedas e de medalhas, etc. constituem outras especialidades. Entre os nossos artistas mais celebrados nos cunhos de moedas e de medalhas citam-se chronologicamente: Vasco Gonçalves (1454), Egas Gonçalves, Alvaro Egas. Gil Vasques (1488), Diogo Rodrigues (1497), Augusto Gomes (1522), Diogo Alvares (1523), Antonio Marques, Francisco Rodrigues (1525), Antonio Mendes (1529), Gomes Pires (1547), Gaspar Paes (1551, João Gonçalves, o *Engenhoso* (1553), Gaspar Ribeiro (1582), Balthasar do Valle (1588), Braz Falcão (1617), Domingos Falcão (1623), Cypriano do Couto (1641), João Baptista Coelho (1654), Manuel de Moraes (1667), Roque Francisco (1681), Manuel Rodrigues da Silva (1688), Joseph Berlinque (1694), Manuel Gonçalves Ribeiro (1700), Domingos Marques Quaresma (1710), Damaso da Costa, José Marques, Bernardo Jorge (1721), Antonio Mengin, francez (1721), Francisco Marteau (1721), Francisco Pimentel (1723), José Rodrigues da Silva (1724), João Baptista Gomes (1721), Amaro Marques (1731), Joaquim Valerio de Abreu (1739), Manuel José da Silva (1739), João José Leite (1741), Cypriano Thomaz Paes de Sousa e Silva (1744), Aleixo Nicolau Jorge (1747), Pedro Antonio Mengin (1748), Paulo Aureliano Mengin (1748), João de Figueiredo (1749), Luiz Antonio Fernandes (1750), Francisco Xavier (1751), Antonio José Marques (1758), Agostinho de Abreu Perada (1764), José Gaspard, flamengo (1773), Alberto Magno Proença (1779), Simão Francisco dos Santos (1774), José Serrão (1777), Antonio Nunes de Sousa (1779), Francisco Xavier de Figueiredo, Alberto de Oliveira Moya (1780), Angelo Manuel do Nascimento (1787), Simão Antonio dos Santos (1799), Cypriano da Silva Moreira (1804), José Nogueira Duarte, alferes (1801), José Antonio do Valle (1800), Luiz Gonzaga Pereira (1813), Francisco de Borja Freire (1814), Caetano Alberto Nunes de Almeida (1813), Domingos Antonio Candido (1820), João José Dubois, francez (1826), Domingos José da Silva (1830), Frederico Augusto de Campos (1830), Manuel de Moraes da Silva Ramos (1852), José Arnaldo Nogueira Molarinho, Casimiro José de Lima, Augusto Carlos de Campos Junior, Venancio de Macedo Alves, etc. A gravura em madeira mais antiga, que se conhece na Europa, data de 1423. Em Portugal temos as grandes gravuras e tarjas do paleotypo *Vita Christi* e as estampas do *Vespasiano*, 1495-1496. Na collecção de estampas da Bibliotheca Nacional de Lisboa existem algumas de gravadores portuguezes, pouco vulgares. Ali se vêem trabalhos de Carneiro da Silva, Marialva, Francisco Pedro, Queiroz, Rocha, Santos, etc. As revistas e publicações nacionaes illustradas do seculo XIX encerram muitos trabalhos de gravadores distinctos na sua arte. Apparecem n'ellas os nomes de: Coelho, Caetano Alberto, Pedroso, Diogo Netto, Antonio José Nunes Junior, Luciano Lallemant, J. R. Christino da Silva, Rosalino Candido Feijó, Domingos Casellas Branco, José Augusto de Oliveira, etc. Em differentes epocas trabalharam entre nós notaveis gravadores estrangeiros das diversas especialidades: Guillard, Rochefort, Debrie, Bartolozzi, Rivara, Mengin, Severini, etc. Na collecção da Bibliotheca Nacional de Lisboa, tambem se pódem vêr os bons trabalhos de Durer, Rembrandt, Audran, Drevet, etc. Nos ultimos annos a gravura chimica, zincogravura, photogravura, etc. teem tomado notavel incremento. A introducção da photogravura em Portugal deve-se ao sr. Pires Marinho, artista que tem collaborado com muitos trabalhos nas illustrações d'este diccionario. || Bibliographia: Artigo *Gravura*, no *Diccionario technico e historico*, de Assis Rodrigues Lisboa, 1875. *Gravura e gravadores*, artigo de Gabriel Pereira, no *Occidente*, numero especial, de 7 de agosto de 1894. A *gravura em madeira em Portugal*, magnifica collecção de estudos em todas as especialidades e diversos estylos por J. Pedroso, com artigos descriptivos de Brito Aranha, Lisboa, 1876. *Descripção geral e historica das moedas*, etc., por A. C Teixeira de Aragão, vol. I, pag. 70 e seguintes.

Gregorio *(Casal do)*. Na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Benedicta, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Gregorios. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Almagreira, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro.

Grégos. Freguezia da prov. de Traz-os-Montes, cujo orago é Santo Apollinario, do distr. e bisp. de Bragança, e que ha muitos annos foi supprimida, sendo annexada á de Travanca. || Pov. na freg. de S. Nicolau, de Saldanha, conc. de Mogadouro, distr. de Bragança.

Grélhas Pov. na freg de Santa Maria, de Arnoso, conc. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga.

Grelido. Pov. na freg de S. Vicente, de Forluellos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Grelledo. Pov. na freg. de S. Martinho, de Covellas, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Grellos. Pov. na freg. de S. Pedro, de Alhadas, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Gremio. Corporação de individuos ou associados sujeitos a estatutos e regulamentos para um fim artistico, recreativo ou de instrucção. Em Portugal ha diversas associações com a designação de *Gremio*. Os antigos gremios, ou corporações, dos officios estavam sujeitos á Casa dos Vinte e Quatro. V. *este nome*.

Gremio Litterario de Lisboa. Foi instituido como ponto de reunião para as classes illustradas, um centro de instructiva convivencia, uma instituição verdadeiramente civilisadora. Os seus estatutos, elaborados por uma commissão, a que presidia o conselheiro de Estado Rodrigo da Fonseca Magalhães, fôram approvados e confirmados pelo decreto de 7 de abril de 1846, e carta de 18 do referido mez e anno. No 1.º dos seus artigos diz-se que é a reunião de todos os indi-

viduos de conhecido merito em qualquer ramo da sciencia, litteratura, ou bellas artes. No 2.º artigo declara que o gremio poderá occupar-se, como corporação litteraria, de todos os assumptos e empresas de utilidade para as sciencias e letras; poderá abrir cursos de diversas disciplinas professadas por membros da sociedade, ou pessoas estranhas a ella, para instrucção dos socios e do publico, pela fórma que se determinar; formar gabinetes e collecções scientificas, e uma bibliotheca escolhida; emprehender observações e experiencias de utilidade para as sciencias; celebrar palestras scientificas e litterarias, ou ainda mesmo discussões regulares sobre assumptos de instrucção. Um dos artigos tambem institue um gabinete de leitura onde se encontrem as publicações periodicas de mais apreço nacionaes e estrangeiras, e especialmente as que são consagradas a assumptos de instrucção. Em assembléa geral de 2 de janeiro de 1859 foi feito um *Aditamento aos Estatutos*, em que, além de outras medidas, permittia a concessão do jogo do bilhar, e quaesquer jogos licitos, sendo expressamente prohibidos os de azar. Ainda houve reformas nos estatutos nos annos de 1861, 1865 e 1870. Em 1863 cuidou-se de enriquecer o gabinete de leitura, mandando-se assignar varias publicações periodicas mais apreciaveis, tanto nacionaes como estrangeiras. Para a organisação d'uma bibliotheca resolveu a direcção comprar os volumes que faltavam para completar as obras de Lamartine, não esquecendo comprar alguns livros portuguezes que ultimamente haviam saído do prélo, mandando-se, finalmente, formar collecções de jornaes politicos, litterarios e scientificos, nacionaes e estrangeiros. Em 1865 fôram comprados 110 volumes de diversas obras, que os escriptores mais eminentes de França e da Allemanha tinham publicado, em data recente, sobre sciencias, litteratura e bellas artes. Em 1870 o Gremio foi brindado com algumas obras, e especialmente pelo ministro de Hespanha na côrte de Lisboa, D. Angel Hernandez de los Rios, o qual interferiu para que fôssem offerecidos 116 volumes. Assim teve a direcção o prazer de augmentar com 193 volumes a bibliotheca No anno de 1873 solicitou-se de diversas repartições publicas um exemplar das obras subsidiadas ou mandadas fazer pelo governo, de reconhecida utilidade. Differentes escriptores offereceram um exemplar das suas publicações, e a direcção comprou 271 volumes, e assignou mais 17 jornaes além dos que já possuia. O Gremio Litterario continua a ser o ponto de reunião dos seus numerosos socios, em que se contam nomes portuguezes dos mais importantes e muitos estrangeiros. O gabinete de leitura possue catalogos de todas as producções litterarias, scientificas e artisticas de que se compõe a sua valiosa bibliotheca.

Gremio Popular. Foi fundado em 24 de outubro de 1857, por iniciativa de José Maria da Silva e Albuquerque, typographo e escriptor, que se tornou notavel pelo seu amor ás classes laboriosas e principios associativos, prestando sempre o seu valioso auxilio a muitas associações humanitarias e de instrucção popular (*V. Albuquerque*). O gremio tinha por fim promover a instrucção primaria entre os operarios, e n'esse empenho se trabalhou activamente. Silva e Albuquerque foi coadjuvado por Bento Ferreira Olaio em casa de quem se fez a primeira reunião, Joaquim José Rodrigues, José Maria da Silva, Antonio da Silva, Pedro de Alcantara Christiano, Hermenegildo Pedro de Alcantara, Francisco Serra, M. Maria dos Anjos, Sousa Brandão, José Maria da Silva Branco e Leonel Tavares. Depois de formada a associação realisou-se em 1858 um beneficio no antigo theatro do Salitre, que então se havia reformado, tomando o titulo de *Variedades*, em que tomaram parte os artistas de todos os theatros de Lisboa. O beneficio produziu aproximadamente 200$000 réis, receita que serviu para se estabelecer o Gremio na rua dos Poyaes de S. Bento, tendo perto de 700 socios. Abriram se então os cursos nocturnos de francez, desenho e instrucção primaria, sendo este leccionado gratuitamente pela professora D. Maria José da Silva Canuto. No anno de 1859 o Gremio Popular dava evidentes signaes de progressivo desenvolvimento. No dia 19 de agosto annunciou que no dia 1 do proximo setembro se daria começo ás explicações do systema metrico-decimal, e no dia 15 do mesmo mez principiariam os cursos de francez, grammatica portugueza, desenho linear, de architectura, perspectiva e ornato. Para ouvir as explicações do systema metrico-decimal eram admittidos até os individuos estranhos á associação; para os outros cursos podiam sómente matricular-se os socios e accionistas, e os filhos d'estes. Em outubro de 1859 filiou-se no Gremio Popular Antonio Feliciano de Castilho, mais tarde visconde de Castilho, o qual deu demonstrações de satisfação pelo estado em que encontrava a associação, com referencia aos cursos estabelecidos. Logo nos principios de novembro immediato se realisou uma sessão solemne para os exames dos alumnos que frequentaram o curso de systema metrico-decimal, que era em numero de 88, leccionado por Monteiro de Campos. Castilho presidiu aos exames. Em 16 de novembro do referido anno de 1859 a commissão administrativa annunciou que estava aberta a matricula para diversas aulas, em beneficio dos socios e dos seus filhos. N'essas aulas deviam leccionar-se as seguintes disciplinas: lingua ingleza e italiana, systema metrico-decimal, arithmetica e geometria pratica, grammatica portugueza, methodo portuguez de Castilho, geographia popular e rudimentos de musica. Na noite de 27 de dezembro effeituou-se a abertura das referidas aulas, n'uma sessão solemne, a que concorreram muitas pessoas d'ambos os sexos, em que se pronunciaram discursos, se recitaram composições poeticas, recitando Castilho, por solicitação da assembléa, uma poesia em agradecimento á imperatriz do Brazil, pelo perdão que o imperador, a pedido seu, concedera a um subdito portuguez. Em 11 de março de 1860 uma commissão especial do Gremio Popular fez um pedido ao publico, para que as almas caritativas auxiliassem aquella associação concorrendo com donativos para se conferirem premios, e dar vestuario aos alumnos a quem a mesma associação ministrava ensino. Em 1861 abriu uma aula nocturna para adultos, como preito á memoria de D. Pedro V, pouco depois do fallecimento do illustrado monarcha. Tinha a denominação de *Escola de D. Pedro V*, a qual se inaugurou em 3 de fevereiro de 1862, sendo regida gratuitamente

até 10 de maio de 1863, por D. Maria José da Silva Canuto, passando então a regel-a Antonio Maria Baptista, e depois Feliciano de Paula Ferreira da Costa. Este mesmo professor abriu em 16 de setembro do referido anno de 1863 uma aula diurna de instrucção primaria, e no dia 18 immediato outra de desenho linear. El-rei D. Fernando, sendo regente do reino, approvou em nome de D. Luiz I os estatutos por decreto de 11 de julho de 1867, confirmados por D. Luiz, por carta datada de 28 de novembro de 1868. N'estes estatutos havia um conselho de instrucção, que na reforma feita em 1875 ficou substituido por um inspector geral. A sua bibliotheca foi inaugurada em 24 de dezembro de 1872, sendo organnisada por Costa Goodolphim, que por isso teve a nomeação de socio benemerito do Gremio Popular. Consta de volumes cedidos pelo governo ás associações populares, e outros enviados generosamente por diversas pessoas. O seu gabinete de leitura tem varios jornaes politicos e litterarios. Todos os annos, em 24 de outubro, realisa-se a sessão publica solemne e commemorativa da instituição, a que, de ordinario, assistiam o ministro do reino, o governador civil, o commissario dos estudos, alguns vereadores da camara municipal de Lisboa, diversas autoridades, e tambem os representantes de outras associações litterarias e de beneficencia. N'esta sessão verifica-se a distribuição de roupas e fatos, bem como de livros, papel, pennas, etc. aos alumnos mais pobres, ou aos que mais se distinguiram pelo seu talento, applicação e aproveitamento, ou se tornaram recommendaveis pelo seu exemplar procedimento. O Gremio Popular tem mantido a sua existencia á custa de muitos sacrificios, encontrando-se por vezes em grandes difficuldades, provenientes da falta de recursos pecuniarios para custear as despezas que são consideraveis, principalmente quando trata de favorecer os alumnos mais necessitados, e para isso costuma realisar annualmente um beneficio n'algum dos theatros de Lisboa

Grenier *(João Nicolau de Carvalho)*. Professor da aula municipal de ensino mutuo em Setubal. N. em 1807, e fal. a 16 de outubro de 1856. Escreveu: *Systema metrico, ou systema legal dos novos pesos e medidas de Portugal, segundo a lei de 13 de dezembro de 1852; comparado com as medidas actuaes de Lisboa, Porto e Setubal*, Setubal, 1853; *Systema metrico, ou os novos pesos e medidas de Portugal, comparados com os actuaes pesos e medidas de Lisboa, Porto, Vianna, Faro, Alcacer e Setubal; segunda edição*, Setubal, 1856; *As novas moedas portuguezas, postas ao alcance de todos, para servir de continuação ao Systema metrico*, Lisboa, 1856.

Greno *(Adolpho Cesar de Medeiros)*. Pintor, natural de Lisboa, onde nasceu em 1854. Estudou na Academia das Bellas Artes com Miguel Angelo Lupi, e depois em Paris, onde viveu 10 annos, com o professor Cabanel. Nos ultimos tempos dedicava-se a trabalhos de restauração de quadros, existindo no museu do palacio das Janellas Verdes um quadro da escola de Rubens, que pertenceu á egreja de S. Roque, muito bem restaurado por elle. Concorreu a varias exposições d'arte, na ultima das quaes, da Sociedade Nacional de Bellas Artes em 1901, expoz os retratos do dr. Francisco Antonio Diniz e do sr. conde d'Arnoso. Era um artista modesto, e distinguia-se principalmente na pintura de retratos. Casou com Josepha Garcia Greno, filha do general hespanhol Garcia, e que tambem era artista, tendo aprendido pintura com seu marido, alcançando pelos seus trabalhos, segundo os entendidos, reputação superior ao seu verdadeiro merito. Como pintora de flôres a quantidade prevalecia sobre a qualidade, mas ainda assim tinha numerosas discipulas. Na referida exposição promovida pela Sociedade Nacional das Bellas Artes, realisada em 1901, expoz 5 quadros: um de amôres perfeitos, outro de papoulas e 3 de rosas. No fim de 25 annos de vida conjugal, um accesso de loucura a tornou protogonista da tragedia, que se deu em sua propria casa na madrugada de 26 de junho de 1901, assassinando seu marido a tiros de revolver. Toda a imprensa se occupou muito d'este facto, que ficou conhecido pelo *caso Greno*. Josepha Greno foi internada no hospital de Rilhafolles, em observação, e ali morreu doida, alguns mezes depois. Contava 52 annos de edade.

Grévas. Botas ou polainas de ferro, ou de outro metal Canelleiras de malha usadas para defender as pernas. V. *Armadura*.

Grezufes. Pov. na freg de Santa Eulalia, de Balazar, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto.

Grichoso. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Valle de Azares, conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda.

Grijó. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Douro, conc. de V. N. de Gaia, com., distr. e bisp. do Porto; 4:178 hab. e 1:206 fog. Tem escolas d'ambos os sexos, medicos, pharmacias, notario, feira no 1.º domingo de cada mez, na Povoa, e no 3.º domingo em Vendas, ambas na freg. de Grijó. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada n'uma baixa, perto do Oceano, em terreno bastante accidentado. A antiga villa de Grijó constava apenas do convento e da povoação adjacente. Sobre a estrada de Lisboa, construida sobre o mesmo leito da antiga estrada moirisca, havia uma *venda* que existiu muitos annos; mas depois fôram-se construindo mais algumas tabernas e outras casas. O primeiro nome d'esta povoação era *Venda Nova de Grijó*, depois, como as *vendas* se multiplicavam, chamou-se *Vendas Novas de Grijó*, e por fim tornou-se a principal da freguezia, e ficou sendo conhecida geralmente por *Grijó*. Não foi, comtudo, esta a povoação que teve a categoria de villa, mas é hoje considerada como tal. A egreja matriz é sumptuosa, e pertenceu ao convento de frades cruzios de Grijó, um dos mais antigos de Portugal da ordem de Santo Agostinho. Este convento teve o seguinte principio: Em 912 da era de Christo, vivia n'estes sitios um rico homem, chamado D. Nuno Soares Velho, senhor das Terras de Santa Maria, depois Terra da Feira. Tinha dois irmãos padres, Guterres e Ausiudo Soares, que edificaram uma pequena egreja n'uma quinta, que D. Nuno lhes dera para isso, e como o templo era de acanhadas dimensões, chamaram-lhe *ecclesiola*, e o povo dizia *egrejola* ou *egrejol*, diminutivo de egreja, de que derivou o nome de *Grijó* para o convento, villa e freguezia. Os dois padres edificaram casas para sua residencia, e bem depressa se lhe reuniram outros,

a ponto de ser preciso em 922 edificar um convento, dando os fundadores, além da quinta que já possuiam, uma grande herdade que tinham na freguezia de Perosinhos. D. Guterres Soares foi o primeiro abbade d'este convento, succedendo-lhe na abbadia por sua morte, o irmão D. Ansindo Soares. D. Sueiro Formarigues, filho e herdeiro de D. Nuno Soares Velho, vendo que era pequena a egreja que seus tios haviam construido, mandou construir outra muito mais ampla e sumptuosa, que se concluiu em 1093, sendo dedicada ao Salvador do Mundo, e sagrada em 3 de novembro do referido anno, pelo bispo de Coimbra, D. Cresconio. D. Sueiro Formarigues, no acto da sagração, fez uma ratificação, por escripto, da doação que fizera ao mosteiro, de extensas e ricas propriedades. Mais tarde, sendo abbade do convento D. Paio Soares, filho de D. Sueiro, a rainha D. Thereza, viuva do conde D. Henrique, doou ao mosteiro, em 1128, o couto de Grijó e sua jurisdicção, que n'esse mesmo anno havia contado, para dar a estes frades. Em troca entregou-lhe D Nuno, filho mais velho de D. Sueiro Formarigues, *unum caballum adpretiatum in D. (500) modios*, segundo consta da mesma doação. Em 1132, D. Elvira Nunes Aurea, mulher de D. Sueiro e mãe de D. Nuno, que era padroeira das egrejas de S. Mamede de Serzedo, de S Martinho de Argoncilhe, de S. Salvador de Perosinho, de S. Martinho de Travanca e de S. Miguel de Travassô, doou todos estes padroados ao mosteiro, que desde 1135 tomou a regra de Santo Agostinho. D. Paio resignou a abbadia, cujo titulo foi desde então mudado em *priorado*, sendo nomeado seu primeiro prior D. Fr. Tructezindo ou Tructezendo. Sendo bispo do Porto D. João Peculiar, a Terra da Feira foi desmembrada do bispado de Coimbra, passando a pertencer ao Porto; mas o bispo isentou o convento de Grijó e os seus coutos da jurisdicção episcopal, e deu-lhe muitos outros privilegios, que confirmou quando foi eleito arcebispo de Braga, e fazendo com que fôssem confirmados pela Curia Romana, por bullas apostolicas de Innocencio II em 1139, Lucio II em 1144, Eugenio III em 1148, e Celestino IV em 1195. Os bispos de Coimbra oppozeram se obstinadamente á separação da Terra da Feira, porque não queriam perder as grandes rendas d'este vasto territorio, e por isso, fôram precisas 4 bullas de 4 differentes papas, para que os bispos desistissem, durando a sua tenaz desobediencia e demandas o longo prazo de 56 annos. Por estas bullas, além de outras prerogativas, podiam os priores de Grijó usar insignias pontificaes, bago e mitra nas festas solemnes, trazer cruz peitoral e annel como os bispos, e conferir ordens. Tinham tambem a jurisdicção civel dos seus coutos, nomeando justiças e empregados d'ella. D. Affonso Henriques coutou em 1139 a villa de Brito, e deu-a ao mosteiro de Grijó, e em 1142 tambem coutou a villa de Tarouquella, que egualmente lhe doou. A infanta D. Constança Sanches, filha de D. Sancho I, mandou fazer o cruzeiro do Padrão Velho, no logar onde seu irmão D. Rodrigo Sanches foi morto em duello em 2 de julho de 1245 por D. Martim Gil de Soverosa, descendente do conde D. Gomes de Sobrado, e irmão d'uma senhora, que D. Rodrigo galanteava. Foi construido um magestoso tumulo, collocando-se-lhe uma extensa inscripção laudatoria em latim, e doou muitas rendas ao convento para fazer um anniversario no dia 2 de julho de cada anno. Estando bastante deteriorada a antiga egreja, construiu-se uma nova, que é a actual, e cuja primeira pedra lançou o prior D Fr. Pedro Salvador a 28 de junho de 1574. Para as egrejas da sua jurisdicção tinha o convento vigario geral, promotor de justiça, meirinho ecclesiastico, e aljube junto ao convento. O prior de Grijó era tambem ouvidor dos seus tres coutos: Grijó, Brito e Tarouquella. O couto de Grijó era um dos maiores de Portugal, e o mosteiro um dos mais ricos. A cêrca, que é vastissima, e o edificio do convento fôram vendidos em 1835, e a egreja, conforme dissémos, serve hoje de parochia. A terra é muito fertil, e bastante rica pelo commercio que todos os dias sustenta com a cidade do Porto. Pertence á 3.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto. Os habitantes tinham as honras, foros e privilegios de *infanções*, por ser Terra de Santa Maria. ‖ Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Cabril, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. ‖ N. S.ª do Pranto, de Gafanhão, do mesmo conc. e distr. ‖ S. Pedro, de Mões, do mesmo conc. e distr. ‖ S. João Baptista, de Rio Frio, conc. de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. João Baptista, de Cepellos, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural

Grijó de Parada. Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. de Traz os Montes, conc., com., distr e bisp. de Bragança; 559 hab. e 143 fog A pov. dista 11 k da séde do conc. e está situada proximo do rio Sabor. O reitor de S. Gens, de Parada, apresentava o cura, que tinha 24$000 réis e o pé d'altar. Pertence á 6.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella

Grijó de Valbemfeito. Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. de Traz-os-Montes, conc e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 639 hab. e 92 fog Tem esc. do sexo fem e est. post A mitra apresentava o reitor, que tinha 150$000 réis annuaes. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada na falda da serra de Monte Mel Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella

Grijufe. Pov. na freg. de S. Martinho, de Gandra, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Grilhão. Pov. na freg. de Santa Maria, de Jazente, conc. de Amarante, distr do Porto.

Grilla. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Grillo. Pov. na prov. da Extremadura, na freg. do Beato Antonio, 1.º bairro de Lisboa, que fica situada na margem direita do rio Tejo. Existiram ali dois conventos. O primeiro, de eremitas descalços de Santo Agostinho, com a invocação de Nossa Senhora da Conceição do Monte Olivete, fundado pela rainha D. Luiza de Gusmão, viuva de D. João IV, quando era regente do reino na menoridade de seu filho, D. Affonso VI. Foi lançada a pedra fundamental no dia 15 de maio de 1666, por D. Affonso, sendo ainda principe. A 23 de outubro de 1683, um violento incendio destruiu toda a egreja e grande parte do

mosteiro, mas não tardou em que se restaurasse. Pela extincção das ordens religiosas, foi transferida para esta egreja a parochia de S. Bartholomeu, do Beato Antonio. Annos depois foi reparado o edificio do convento, mudando-se para ali o recolhimento de Nossa Senhora do Amparo, onde ainda hoje se conserva. O recolhimento estava situado no sitio da Moiraria, e fôra fundado por D. João IV em 1644 para servir de asylo a filhas de militares e de magistrados pobres. O segundo convento era de freiras da mesma ordem e reforma, de Santo Agostinho; chamava-se o convento das *Grillas*, assim como ao outro se dava o nome de *Grillos*. Fôra fundadora a mesma rainha D. Luiza de Gusmão, a qual, desgostosa de seu filho, D. Affonso VI, depois de lhe entregar o governo do reino, se recolheu ao convento, em 23 de junho de 1662, não estando ainda concluido, e n'elle falleceu a 27 de fevereiro de 1666, sendo sepultada no côro, onde se lhe levantou um mausoléo de marmore, primorosamente lavrado. ‖ Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Douro, conc. e com. de Baião, distr. e bisp. do Porto; 607 hab. e 157 fog. Tem feira a 12 e 18 de cada mez. A pov. dista 5 k. da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimento annual. A terra é fertil, tem muita caça, e peixe pescado no rio Douro e no mar. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. ‖ Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. ‖ S. Lourenço dos Francos, de Miragaia, conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa. ‖ O Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja.

Grillos. Pov. na freg. de S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Grimancellos *(Antonio de Passos d'Almeida Pimentel, 1.º barão de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real; commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de Aviz e da Torre e Espada; coronel do batalhão de voluntarios da rainha, e governador do castello da Foz do Douro. Nasceu em Almeida a 22 de outubro de 1793. Era filho de Bernardo José de Passos, cavalleiro professo na ordem de Christo, desembargador honorario da Casa da Supplicação, em exercicio de corregedor em Braga; bacharel formado pela Universidade de Coimbra, casado com D. Luiza Delfina d'Almeida Pimentel. O titulo de barão foi concedido por decreto de 25 de abril de 1848. Falleceu solteiro e sem geração, sendo herdeiro seu irmão José Luiz de Passos d'Almeida Pimentel, e passando o titulo a sua sobrinha, D. Virginia, que foi a 2.ª baroneza de Grimancellos.

Grimancellos *(D. Virginia de Passos d'Almeida Pimentel, 2.ª baroneza de)*. Nasceu no Porto em 2 de maio de 1840. Era filha de José Luiz de Passos d'Almeida Pimentel, fidalgo cavalleiro por alvará de 24 de novembro de 1835; cavalleiro da ordem de Christo e da de N. S.ª da Conceição; coronel do extincto 1.º batalhão nacional de caçadores do Porto, proprietario, antigo contador da relação da mesma cidade, casado com D. Maria Adelaide Teixeira Pinto Basto. O titulo de baroneza foi lhe concedido por decreto de 9 de março de 1854, pelos serviços prestados por seu tio, o 1.º barão de Grimancellos, irmão de seu pae.

Grimancellos. Pov. e freg. de S. Matheus, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 373 hab. e 90 fog. Tem estação postal. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada perto da margem direita do rio Este. O reitor de Minhotães apresentava o vigario, que tinha 70$000 réis. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Grimancinhos. Pov. na freg. de S. Thiago, de Cossourado, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Grinde. Pov. na freg. de S. Christovão, de Caranguejeira, conc. e distr. de Leiria.

Grinha. Pov. na freg. de Santa Maria, de Oliveira, conc. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga.

Grocinas. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Cumieira, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Gromicho Couceiro *(Antonio Rogerio)*. Marechal de campo reformado, lente da Academia Polytechnica do Porto, ministro de Estado, etc. N. em Elvas a 13 de março de 1807, fal. a 22 de julho de 1862. Era filho de Joaquim Jeronymo Martins Couceiro. Assentou praça no regimento de infantaria n.º 16 em setembro de 1821, e tomou parte na campanha contra os Silveiras. Tendo-se matriculado na Academia de Marinha interrompeu os estudos em maio do 1828, e fugindo para o Porto foi juntar-se aos defensores da causa liberal, entrando no regimento de cavallaria n.º 10. Emigrou depois para o estrangeiro, embarcou para a ilha Terceira, e foi collocado como addido no 1.º batalhão de artilharia, passando em 1831 para o deposito de cadetes. Em maio d'esse mesmo anno foi despachado guarda-marinha e promovido a segundo tenente da armada; n'esta situação prestou serviços á causa liberal, não só nas luctas travadas nos Açôres, como depois no cêrco do Porto, ficando ferido no dia 22 de julho de 1832, quando fazia parte da guarnição da escuna *Liberal*, merecendo pelo seu valor e intrepidez a mercê do habito da ordem da Torre e Espada. Em julho de 1833 foi transferido para artilharia com o posto de primeiro tenente, e sendo logo em seguida promovido a capitão, foi encarregado de varias commissões de serviço, entre as quaes se conta a da construcção do forte do Duque de Bragança na Torre de S. Julião da Barra. Terminada a guerra civil, Gromicho Couceiro voltou para a Academia de Marinha, e depois de concluir o curso de artilharia com distincção, foi nomeado lente da Academia Polytechnica do Porto. Em 1841 teve a promoção a major, em 1845 a de tenente-coronel, sendo em junho de 1846 encarregado do commando do terceiro regimento de artilharia aquartelado no Porto, e quando em outubro seguinte se deu a revolução, offereceu a espada á junta presidida pelo conde das Antas, o que lhe occasionou o ser exautorado e demittido pelo governo de Lisboa. Entre varias commissões de que n'essa epoca foi encarregado, notaremos as seguintes: commandante geral dos corpos nacionaes de artilharia estacionada no Porto, commando da ala esquerda da defeza da cidade desde a Aguardente até ao Douro, e o commando da segunda brigada da expedição que ás ordens do conde das Antas saiu a barra do Porto, sendo logo em seguida aprisionada pela esquadra ingleza. Gromicho Couceiro foi comprehendido na

amnistia que se deu depois da convenção de Gramido, e posteriormente subiu ao posto de coronel e ao de brigadeiro graduado. Em 1856 foi nomeado governador civil e commandante militar da ilha da Madeira. Regressando a Lisboa em principios de setembro de 1857, foi convidado a entrar no ministerio, em 8 do referido mez, sendo-lhe confiada a pasta da guerra, em que se conservou até 16 de março de 1859, servindo, porém, effectivamente, só até 16 de dezembro de 1858, porque os seus padecimentos lhe não permittiam tão continuado trabalho. Em março de 1859 foi reformado no posto de marechal de campo, fallecendo tres annos depois.

Grossa. Ponta da costa do districto de Mossamedes, na prov. de Angola. Com a ponta do Girahulo fórma um dos extremos da bahia do Negro ou de Mossamedes. || Ponta situada no extremo S O da ilha do Principe, na prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental.

Grosso. Moeda de prata de D. Affonso V, tambem denominada *real grosso* ou *alfonsi*. V. *estes nomes*.

Grota. Ilha Terceira; pov. na freg. de Santo Antonio, de Porto Judeu, conc. e distr. de Angra do Heroismo. || Ilha do Pico; pov. na freg. de S. Matheus, conc. de Magdalena, distr. de Horta.

Grota do Bravo Ilha de S Miguel; pov. na freg. de S. Jorge e conc. de Nordeste, distr. de Ponta Delgada

Grota Funda. Ilha do Faial; pov. na freg. de Nossa Senhora d'Ajuda, de Pedro Miguel, conc. e distr. de Horta.

Grota da Egreja. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de N. S.ª das Candeias, de Candelaria, conc. e distr. de Ponta Delgada.

Grota do Marinho. Ilha de Santa Maria; pov. na freg. de Santa Barbara, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada.

Grota de Pedro Novaes. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Villa Franca do Campo, distr. de Ponta Delgada.

Grotães. Ilha de S. Jorge; pov. na freg de N. S.ª do Rosario, de Topo, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Grotão do Louro. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de Santa Catharina e conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Grotão Secco. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de S. Thiago, de Ribeira Secca, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Grou. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Purificação, de Asseiceira, conc de Thomar, distr. de Santarem. || N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Coimbrão, conc. e distr. de Leiria. || S. Lourenço do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || S. Mamede, de Matta Moirisca, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || N. S.ª da Piedade, de Monte Redondo, conc. e distr. de Leiria.

Grouro. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Touvedo, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Grova. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Assumpção, de Alvarelhos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Martha, de Bouro, conc. de Amares, distr. de Braga || S. Pedro, de Figueiredo, do mesmo conc. e distr. || S. João Baptista, de Rio Frio, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Grovas. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Fontoura, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Freixieiro de Soutello, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Pombeiro de Riba Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Grovellas. Pov. e freg. de S. João Evangelista, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 267 hab. e 75 fog. Dista 6 k. da séde do conc. N'um monte d'esta freguezia ha excavações, que, segundo a tradição, fôram minas de ouro no tempo dos moiros. As freiras do convento do Bom Jesus, de Evora, apresentavam o vigario, que tinha 25$000 réis e o pé d'altar. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Guadalupe *(D. Fr. Antonio de)*. Religioso da ordem de S. Francisco; bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, juiz de fóra de Trancoso, bispo do Rio de Janeiro e Vizeu, etc. N. em Amarante a 27 de setembro de 1672, fal em Lisboa a 30 de agosto de 1741. Era filho do desembargador Jeronymo de Sá da Cunha, e de sua mulher D. Maria Cerqueira. Estudou a faculdade de Canones na Universidade de Coimbra, tomando o grau de bacharel, e destinando se á magistratura, veiu a ser juiz de fóra de Trancoso. Quando chegou á edade 29 annos, em 1701. teve a repentina resolução de seguir a vida religiosa, entrando no convento de S. Francisco, de Lisboa, onde professou a 24 de março de 1702. Tendo adquirido fama de bom prégador, foi nomeado bispo do Rio de Janeiro, sendo sagrado a 13 de maio de 1725. Partindo para a sua diocese, ali se conservou 16 annos, até 1741, em que foi transferido para o bispado de Vizeu, de que não chegou a tomar posse, porque ao regressar do Brazil a doença não o deixou seguir a jornada, tendo de recolher-se á enfermaria do convento de S. Francisco, de Lisboa, onde falleceu com 69 annos incompletos. Deixou escriptos muitos sermões, de que depois da sua morte se publicaram em Lisboa 3 volumes, com o titulo de *Sermões varios*, os dois primeiros em 1749 e o terceiro em 1753, devido á diligencia de fr. Manuel de S. Damaso, religioso da mesma ordem.

Guadalupe *(João Ignacio de Simas e Cunha, barão de)*. Fidalgo com exercicio na Casa Real; bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, proprietario na ilha Graciosa, advogado, etc. N. em Santa Cruz da Graciosa a 26 de março de 1821, onde tambem fal. a 6 de setembro de 1896. Matriculando-se na Universidade, foi um dos estudantes mais distinctos do seu curso. Foi delegado do procurador régio em Ponta Delgada, passando depois a juiz de direito para a comarca de Angra do Heroismo. Alguns annos mais tarde abandonou a carreira da magistratura official, e foi estabelecer-se na villa de Santa Cruz, abrindo banca de advogado. Fundou e dirigiu sempre a mais importante casa commercial que existia n'esta villa, a qual primitivamente tinha a firma de João Ignacio de Simas e Cunha & Companhia, tendo depois a de Barão de Guadalupe Bartholomeu Simas. Durante quasi 20 annos consecutivos exerceu o cargo de presidente da camara, que lhe grangeou as maiores sympathias e considerações pe-

los muitos serviços que prestou. Fôram grandes os melhoramentos devidos á sua iniciativa, como a abertura de ruas novas, alargamento das que existiam, reconstrucção e embellezamento dos paúes, do Rocio, etc. A sua influencia benemerita não se limitou sómente a Santa Cruz, estendeu se por toda a ilha da Graciosa; mandou construir cemiterios nas tres freguezias ruraes, procedendo a outros muitos melhoramentos. Era casado com a sr.ª D. Maria Menezes Lemos e Carvalho. O titulo foi concedido por carta de 11 de junho de 1874. E' actualmente barão de Guadalupe o sr. José Ignacio de Simas e Cunha.

Guadalupe *(D. Joaquim de)*. Conego regrante da ordem de Santo Agostinho; doutor em Theologia, e depois lente da cadeira de Historia Ecclesiastica na Universidade de Coimbra; socio da Academia Luturgica, etc. N. em Thomar a 20 de março de 1728; ignora-se a data do fallecimento. Professou no convento de Santa Cruz, de Coimbra, a 29 de julho de 1757. Escreveu: *Dissertatio: De Idacio Emeritense, Itacioque Ossonobensi Episcopus;* anda no tomo IV, pag. 145, da *Collecção da Academia Liturgica*.

Guadalupe. Pov. e freg. de N. S.ª de Guadalupe, na ilha Graciosa, conc. e com. de Santa Cruz da Graciosa, distr. e bisp. de Angra do Heroismo; 2:722 hab. e 822 fog. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Está situada n'uma planicie, quasi no interior da ilha, e a 5 k. da ponta do Noroeste. Dependem d'esta as povoações Victoria e Almas. Tem vinhos e cereaes. Pertence ao commando mil. dos Açôres e ao distr. de recrut. e res. n.º 25 com a séde em Angra do Heroismo. A primeira ermida em Guadalupe foi erigida por Domingos da Covilhã, em vista do crescimento da população. Pelo mesmo motivo e pelo afastamento da povoação central, Xisto de Ornellas fundou a ermida de Nossa Senhora da Esperança, e Pedro Colaço Paes a de S. Miguel Archanjo. Existe ainda a ermida da Praia, conservada pelo zelo de Francisco Espinola, e de outros individuos d'aquella localidade. Da primeira ermida de Guadalupe não resta duvida alguma. Foi n'ella que o rev. bispo de Angra, D. Jeronymo Cabral, alcançou da Mesa da Consciencia e Ordens, em 30 de abril de 1602, a creação da parochia e a confirmação do padre Maximiano Picanço Correia para seu primeiro vigario, com a ordinaria de 40$000 réis e mais 3$000 réis da capella dos Infantes. Foi ainda na mesma ermida que por mais de um seculo se continuou a exercer as funcções parochiaes até á construcção da actual egreja parochial que, principiada em 15 de maio de 1713, só terminou em julho de 1756. E' um templo espaçoso, ao sopé da Ladeira do Pontal, tendo em frente a formosa planicie das Courelas. Tem tres naves; um côro alto, ladeado de duas tribunas. Na nave central, ao fundo, está o altar mór da invocação de Nossa Senhora de Guadalupe, cuja imagem se ergue sobre elevado pedestal, e é magestosa e obra da moderna esculptura portugueza. Antigamente o altar da nave direita era dedicado a Nossa Senhora do Rosario, e o da nave esquerda a Santo Antonio e a S. Caetano. Actualmente, porém, aquelle altar cedeu o logar á capella do Santissimo Sacramento, e este tem ainda a imagem de S. Caetano, mas desde 1890 que a grande imagem do Senhor Jesus Crucificado lhe dá o seu principal titulo. A imagem de Santo Antonio foi servir de orago no novissimo curato da Victoria, inaugurado em 1 de dezembro de 1886. Principalmente durante o vicariato do rev. João de Avila da Silveira teve esta egreja notaveis melhoramentos. || Villa e freg. do conc., com. e ilha de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. Está situada a pequena distancia da costa, na região septentrional da ilha, a NO da cidade de S. Thomé, n'uma planura da serra de Guadalupe, em sitio muito aprazivel e pittoresco, rodeado de pequenos montes que ficam sobranceiros á villa, e que estão cultivados e cobertos de vegetação vigorosa e secular. Dista da cidade de S. Thomé, capital da ilha, e da provincia 8 k. Entre as serras que a circumdam, avulta, do lado oriental, um monte muito elevado, cortado quasi a pique, chamado Monquinqui. Tem magnificas roças. Cultura dos campos. || Serra situada na região septentrional da ilha de S. Thomé e Principe. N'uma planura d'esta serra está edificada a prov. do mesmo nome. || Serra do distr. de Beja. Fica ao S da villa de Mertola; tem 10 k. de comprimento e 287 de altura.

Guadamecileiro. Official que fazia guadamecins. Na collecção manuscripta dos regimentos dos officios da cidade de Lisboa, reformados em 1572 por Duarte Nunes de Leão, existe o regimento respectivo. E' interessante particularmente quanto ao exame do artista. O official que se quizesse examinar do officio de guadamecileiro, levaria no dia do exame a casa do examinador trinta e duas pelles em branco e assim a prata para ellas necessaria e as argentaria e bruuiria. D'ellas douraria dezeseis, fazendo a douradura precisa. Das outras dezeseis pelles brancas fazia dezeseis brocados mettidos de douradura. Para as outras peles douradas arranjaria a tinta preta para as perfilar, e o verniz para a mesma tinta e para o mais que lhe fôsse mandado e para envernizar os fructos em côres. D'estas trinta e duas peças fazia o official um panno da maneira seguinte: «Onze das dezeseis peças douradas cortará subentes e altibaixas e as perfilará para o dito panno: E o granizará de maneira que o tal granido não vá furado nem machucado, mas bem feito como se usa no dito officio, deixando por granir os fructos das subentes e altibaixas.» O mesmo official moiria por sua mão as côres que fôssem necessarias para os fructos, que eram o carmezim, verde, pardo, azul e branco, e assim pintado das ditas côres regraria um brocado sem padrão para por esse serem regrados os outros, e assim as sanefas, e depois de regrado o acabaria por sua mão em tal fórma que se pudesse armar e vêr a perfeição d'elle, que fôsse tal como convinha ao officio e desengano do povo. Mais levaria o dito official quatro peças vermelhas para cortar deante dos examinadores dois coxins do tamanho que lhe pedissem, e faria para elle sete peças douradas e acabadas por sua mão, como ficou dito. As sete peças seriam cortadas em terços e granidas com perfeição. Egualmente faria as maçanetas precisas na perfeição devida. E ficando o panno e os coxins bem feitos e á vontade dos examinadores, seria o official examinado dado por capaz e lhe passariam carta.

Guadamecileiro mór. Official que na Casa Real cuidava da guarda e conservação dos gua-

damecins. A um Rodrigo Affonso, *godomicileiro*, se refere o tomo vi, fol. 621, das *Provas da Historia Genealogica da Casa Real*.

Guadamecim. Especie de tapeçaria antiga, feita de couros pintados, e dourados ou prateados. Havia-os tão artisticos, nas suas flôres e fructos, e mais desenhos, que rivalisavam com outras tapeçarias preciosas. V. *Guadamecileiro*.

Guadelim. Rio que nasce em Hespanha e entra em Portugal pelo districto de Evora, indo affluir ao Guadiana com 20 k de curso em territorio portuguez.

Guadelupe. V. *Guadalupe*.

Guadiana. Rio da peninsula hispanica. N. nas lagôas de Regdera na visinha Hespanha. A 12 k. de Badajoz e a 6 ao O de Elvas, divide os termos d'estas praças e os dois reinos, por uma parte, e o rio Caia por outra. (V. *Caia)*. Entra de todo em Portugal a 12 k. ao N de Mourão, e torna a dividir este reino do de Hespanha, desde a confluente do Chança até ao Oceano. Passa por entre Beja e Serpa, e pouco abaixo d'esta villa fórma uma catadupa, chamada Salto do Lobo, precipitando-se as aguas d'uns altos rochedos, mas n'um passo tão estreito, que quasi se póde saltar de um a outro lado. Torna logo a alargar, e vae passar a Mertola, sendo d'ahi em deante navegavel até á sua foz. Passa tambem ás villas d'Alcoutim, Castro Marim e Villa Real de Santo Antonio, abaixo da qual se mette no Oceano. Na margem opposta fica, em frente de Alcoutim a villa hespanhola de S Lucar de Guadiana, e em frente de Castro Marim e de Villa Real de Santo Antonio, a cidade tambem hespanhola Ayamonte, tudo na Andaluzia Muitos ribeiros engrossam este rio, desembocando nas suas margens. Os principaes affluentes em Portugal são : na margem direita, Xévora, Caia, Degebe, Terges, Cobres, Oeiras, Vascão e Odeleite; e na esquerda, Ardilla e Chança. O Guadiana cria muito peixe, e as suas margens são pittorescas, apresentando bonitas paizagens.

Guadramil. Pov. da freg. de S. João Baptista, de Rio de Onor, conc. e distr. de Bragança.

Galangue. Uma das 7 provincias em que estava dividido em 1799 o chamado reino de Benguella, e actualmente districto da provincia de Angola.

Gualtar. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 709 hab. e 140 fog. Tem escola do sexo fem. A pov. dista 1 k. da séde do conc. O arcediago da sé de Braga apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Fiães, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Gualteira. Carapuça usada por pastores. As *Ordenações* prohibiam a gualteira de rebuço, ainque fôsse fóra do povoado.

Gualva. Pov. na freg. de S. Simão, de Arões, concelho de Macieira de Cambra, districto de Aveiro.

Guama. Pov. de negros no distr. de Sena, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está situada na margem esquerda do rio Inhamissengo, uma das bocas do delta do Zambeze.

Guante. Familia muito opulenta de Elvas, e da qual ha noticias nos reinados de D. Duarte e D. Affonso V. As seguintes armas fôram dadas por D. Duarte a Vicente Pires Guante, creado que foi do infante D. Pedro: Em campo vermelho duas manoplas de prata postas em pala, entre ellas um arco turquesco de ouro com a corda verde envolta n'elle; timbre, um braço vestido de vermelho com uma manopla de escudo calçada tendo na mão o arco.

Guante. Luva de ferro, que fazia parte das antigas armaduras; manopla. V. *Armadura*.

Guanza. Pov. do conc. de Duque de Bragança, distr. de Lunda, prov. de Angola.

Guarda. Familia que procede de Estevão da Guarda, copeiro-mór de el-rei D. Diniz, e que tomou este appellido por ter nascido na cidade da Guarda. As suas armas são: Em campo azul uma banda de ouro com tres flôres de liz de azul, e por timbre uma das flôres.

Guarda *(Duque da)*. Teve este titulo o infante D. Fernando, filho d'el-rei D. Manuel. V. *Fernando (D.)*

Guarda *(Luiz Calheiros de Menezes, 2.º conde da)*. Abastado proprietario; um dos agricultores mais distinctos e opulentos de Lisboa. E' filho do primeiro conde do mesmo titulo, Luiz de Oliveira e Almeida Calheiros de Menezes. Casou a 19 de fevereiro de 1879 com sua segunda prima, D. Maria das Dôres Lobo d'Almeida Mello e Castro, filha de D. Antonio Francisco Lobo, segundo filho do sexto conde das Galveias. O sr. cônde da Guarda faz parte do conselho superior da Agricultura, onde as suas opiniões são sempre devidamente apreciadas. Estuda com verdadeira dedicação todos os assumptos agricolas, activando e contribuindo d'uma maneira poderosa para os progressos do paiz. N'um labor continuo, empregando no amanho das suas importantes propriedades os processos mais adeantados, é impulsionado mais ainda pelo desejo de concorrer para o desenvolvimento da agricultura nacional, pela qual tem um verdadeiro culto, dispensando-lhe cuidados e vigilias no estudo dos seus progressos, do que propriamente pela natural e justificada ambição de augmento da sua fortuna. O sr. conde da Guarda tem sido encarregado de commissões importantes. As instituições de beneficencia muito lhe devem, especialmente a *Créche dos filhos dos vendedores da Praça da Figueira*, de que foi um dos fundadores.

Guarda *(Luiz de Oliveira e Almeida Calheiros de Menezes, 1.º conde da)*. Official-mór honorario da Casa Real, moço fidalgo com exercicio, por alvará de 31 de julho de 1822; alcaide-mór de Ceia, commendador da ordem de Christo, etc. Era filho de Francisco Lopes Calheiros de Menezes, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, por alvará de 27 de julho de 1803, coronel de milicias reformado, casado com D. Maria Emilia de Oliveira Almeida Coelho, filha de Luiz de Oliveira da Costa d'Almeida Osorio, fidalgo da Casa Real, alcaide-mór da villa de Ceia, commendador da commenda de Moçambique na ordem de Christo e brigadeiro. O titulo foi concedido por decreto de 19 de junho de 1869.

Guarda. Serviço geralmente de 24 horas feito por um corpo de tropa para vigiar ou guardar. Os militares que fazem este serviço || *Grande guarda*: corpo de cavallaria collocado em observação na frente d'um corpo; corpo que compõe a

guarda principal de um corpo ou d'uma praça. || *Guarda avançada:* corpo destacado para a frente d'uma columna em marcha para observação, prevenção e segurança da marcha do exercito. || *Guarda nacional*: corpo de infantaria e cavallaria de segunda linha composto de cidadãos armados para conservação da ordem. Foi creada pela constituição de 1822, e terminou com a queda do systema liberal em 1823. Organisou-se outra vez, por decreto de 29 de março de 1834, e foi dissolvida pela lei de 7 de outubro de 1846 || *Guarda real de policia*: foi creada no tempo do intendente Diogo de Pina Manique em 1801, sendo substituida pelas guardas municipaes, de Lisboa em 1834 e do Porto em 1835. Segundo o plano d'aquelle magistrado, a guarda real da policia era composta de oito companhias de soldados de infantaria e quatro de cavallaria, tendo estes de soldo 120 réis e aquell'outros 1,0 réis diarios, além de uma gratificação de 4$800 réis por cada ladrão ou assassino que prendessem. Em 1805 augmentou-se-lhe mais duas companhias de infantaria. O uniforme que se lhe designou foi o mesmo do exercito, com a differença de oito casas de galão amarello no peito da farda. O armamento era tambem egual ao do exercito, tendo de mais uma pistola á cinta. Havendo este corpo desamparado a capital em 24 de julho de 1833 para se reunir ao exercito de D. Miguel, foi substituido, em 1834, pela creação da actual *guarda municipal de Lisboa*, composta de 6 companhias de infantaria e tres de cavallaria, tendo de soldo cada soldado 400 réis e os de pé 240 réis A guarda real da policia custava á cidade a quantia de 35:827$000 réis, saidos de um imposto lançado para este fim. A guarda municipal, em 1836, custava á camara de Lisboa a quantia de 74:718$400 réis. As guardas municipaes de Lisboa e Porto pertenciam em tudo ao ministerio do reino, e por isso não faziam parte do exercito; sendo os seus officiaes promovidos n'ellas mesmas, até 1851, em que se determinou que fôssem do exercito, commissionados n'aquelle serviço, e que os sargentos tivessem promoção ao posto de alferes, em concorrencia com os do exercito. Em dezembro de 1868, decretou-se outra organisação, pela qual as guardas municipaes de Lisboa e Porto ficaram fazendo parte do exercito, em tudo que respeita a disciplina e promoções; mas continuando subordinadas ao ministerio do reino, para o serviço que lhes destinar, e por elle pagas. São dos quadros de cavallaria e infantaria os officiaes que n'ellas servem em commissão, nomeados de accordo entre os ministros do reino e da guerra, sob proposta do commandante respectivo, que em virtude d'esta ultima organisação passou a ser *commandante geral das guardas municipaes*. || *Guarda de honra*: guarda nomeada para fazer as honras militares a um personagem, ou para acompanhar procissões, etc. || *Guarda real dos archeiros* (V. *Archeiro*). As corporações militares destinadas a proteger a pessoa do chefe do Estado e a velar pela segurança publica, chamadas *guardas*, remontam á mais alta antiguidade. Já os imperadores romanos tinham a sua *guarda pretoriana*. Em Portugal, parece que os primeiros reis dispensaram as guardas especiaes ás suas pessoas. D João II e D. Manuel, tinham uma guarda especial ao seu serviço, mas D. João III já não a teve, porque, segundo a tradição, saía apenas precedido por dois porteiros da camara. D. Sebastião é que creou a guarda a pé de archeiros ou alabardeiros, dando-lhes por capitão um dos mais graduados fidalgos da côrte. (V. *Archeiro*). Filippe II admittiu a *guarda tudesca*. D. João IV creou duas companhias da guarda, uma de allemães e outra de portuguezes. D. Manuel tambem tinha a *guarda de ginetes*, a qual era formada de 200 fidalgos que acompanhavam o rei com lanças e adagas. D. Pedro II creou a *guarda do corpo*, de que fôram capitães os condes de Assumar, de Tarouca e de Sarzedas, e o visconde de Villa Nova da Cerveira com a patente de tenentes generaes le cavallaria.

Guarda *(Districto administrativo da)*. E' um dos 17 districtos do reino. Está situado na prov. da Beira Baixa, sendo limitado ao N pelo distr. de Bragança, a O pelo de Vizeu, ao S pelo de Coimbra e Castello Branco, e a E pela Hespanha. A capital é a cidade do mesmo nome (V. *Guarda*). O districto compõe-se de quatorze concelhos com 338 freguezias. Os concelhos são: Aguiar da Beira, Almeida, Ceia, Celorico da Beira, Figueira de Castello Rodrigo, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Mêda, Pinhel, Sabugal, Trancoso, Villa Nova de Fozcoa. A sua população é de 263:292 hab.: 126:618 do sexo masc. e 136:674 do sexo feminino. Ecclesiasticamente constitue um bispado suffraganeo da provincia lisbonense, mas a divisão ecclesiastica não coincide com a divisão administrativa, porque do distr. da Guarda só pertencem ao respetivo bisp o conc. de Celorico, parte dos de Gouveia e Guarda, o conc. de Manteigas e parte do de Sabugal; pertencendo ao bisp. de Lamego o conc. de Mêda, parte dos de Pinhel, Trancoso e quasi todo o de Foscôa; ao de Coimbra o de Ceia, e parte do de Gouveia; ao de Vizeu os de Aguiar da Beira e Fornos de Algodres; ao patriarc., parte do de Almeida; ao bispado de Pinhel, que foi extincto em 1882, pertenciam parte do de Almeida, o de Figueira de Castello Rodrigo e parte dos da Guarda, Pinhel, Sabugal, Trancoso e Fozcôa Judicialmente o districto tem uma comarca de 1.ª classe: Guarda e Manteigas; cinco de 2.ª classe: Ceia, Gouveia, Trancoso e Aguiar, Pinhel e Sabugal; seis de 3.ª, que são: Fornos de Algodres, Celorico da Beira, Mêda, Villa Nova de Fozcôa, Figueira de Castello Rodrigo e Almeida. O distr. é quasi todo montanhoso. Na direcção de SO corre a serra da Estrella, a mais elevada de Portugal, e que attinge a 1993 metros de altura. As suas maiores elevações encontram-se n'este districto. A serra da Estrella liga-se com as de Guadarrama e da Gata em Hespanha, mantendo-se as ramificações que correm ao S do distr. em alturas que em geral não excedem a 1:000 metros. Na fronteira a serra das Mezas attinge 1200 metros de altitude. Caminhando para NE o terreno é menos montanhoso, podendo geralmente dizer-se que vae successivamente decrescendo a elevação desde 900 até 400 metros. A NO o terreno mantém altitudes maiores, e que em regra não descem a 900 metros Esta disposição orographica constitue differentes planaltos, como o de Sabugal e Almeida, cuja altura é de 700 a 800 metros, e de Trancoso na direcção N entrando pelo districto de Vizeu até Penedono, de 800 a 900 metros. Esta orographia contribuiu

para que em tempos passados toda a prov. da Beira Baixa estivesse guarnecida de castellos e de fortificações que se distinguiram, pelos brilhantes feitos de que fôram theatro. Assim alguns se notabilizaram nas guerras, e especialmente na da Restauração: Trancoso, Celorico, Linhares, Pinhel, Guarda, Alfaiates, Sabugal, Belmonte, Covilhã, Touro, Sortelha, Penamacôr, Castello Mendo, Castello Branco, Almeida, Castello Rodrigo, Castello Melhor, Marialva, Aguiar, Gouveia, Ceia, etc. Todas estas fortificações não são actualmente mais do que reliquias de passadas glorias. Almeida é a unica praça de guerra do districto. O grupo de serras que corre ao S do distr. e termina na fronteira na serra das Mezas, ligando-se com o que segue para NO, e com o que se dirige de Sabugal á Guarda, fecham o planalto que se denomina Cova da Beira e que pela maior parte pertence ao distr. de Castello Branco. Para melhor se poder conhecer a differença de altitudes que se encontram no districto, convém notar que a cidade da Guarda está a 1.039 metros de altura, Mêda a 736, Pinhel a 650, Trancoso a 891 e Villa Nova de Fozeôa a 439. O distr. é banhado por differentes rios, sendo o mais importante d'estes o Douro, que, entrando em Portugal pela Barca de Alva, separa o distr. da Guarda do de Bragança. Os principaes affluentes do Douro, que correm no distr. são, caminhando de E para O, o Agueda, Aguiar, Côa, Teja, Torto e Tavora. Ao Douro segue-se o Mondego, que nasce na serra da Estrella e banha o distr. na primeira parte do seu curso, bem como o seu affluente Alva, que egualmente desce da serra da Estrella. O Zezere tambem oriundo d'esta serra, corre ao S. do distr., e ainda antes de entrar no de Castello Branco é engrossado com varias ribeiras. O districto é pouco fertil, em geral. A sua parte montanhosa conserva-se quasi toda inculta. As encostas das montanhas apresentam-se mais ou menos arborisadas, mais ou menos cultivadas, conforme a natureza e as condições de terreno. Nos valles, onde este se apresenta favoravel para a cultura, a arborisação apparece mais abundante e vigorosa, e a cepa e os cereaes adquirem algum desenvolvimento. A falta de arborisação das serras contribue em parte para que nos proprios valles o terreno se vá tornando menos apto para a cultura. A cultura principal do districto é o centeio. Esta mesma em alguns sitios só se faz de 3 em 3 annos, conservando-se as terras de pousio nos intervallos. Depois do centeio vem o milho. O trigo tem uma cultura mais restricta. A serra da Estrella, nos pontos onde é cultivada, produz excellente centeio, mas na maior parte apresenta-se desarborisada e inculta; ainda nos terrenos que seriam proprios para a cultura, como na baixa de Ceia, e a grande quantidade de ribeiras que descem da serra, inundando de inverno a planicie, tornam-n'a de verão incapaz de cultura, porque as aguas não tem escoante facil. Os tractos de terreno mais cultivados são os da bacia do Côa, e os que se comprehendem ao N entre os rios Côa e Torto. Encontram-se é certo n'estas mesmas regiões grandes porções de sólo inculto, mas ainda assim a parte cultivada é importante. Em geral os valles e as baixas e mesmo as encostas encontram-se semeadas de trigo e centeio e as proximidades das ribeiras, de milho. Principalmente na baixa do Côa é abundante a arborisação. Referindo-nos ás differentes zonas, podemos notar a que se compõe dos terrenos visinhos ao Douro, que póde designar-se pelo nome de zona quente, na qual se pode produzir o vinho, azeite, trigo, cevada, centeio e fructas; e a zona fria que é constituida pelo planalto dos concelhos de Aguiar da Beira, Trancoso, Almeida, Guarda, e Manteigas, em que a producção se limita quasi ao centeio, batatas, castanhas e legumes. Uma pequena parte do districto póde considerar-se como formando uma zona temperada, intermedia entre aquellas, e na qual se dão os cereaes, legumes, vinho e azeite. A industria do distr. está pouco desenvolvida. A mais importante é decerto a dos tecidos de lã, cujos centros principaes são Gouveia, Ceia, Manteigas e Guarda, onde a fabricação dos pannos chamados *saragoça* é consideravel. Na industria pecuaria é digna de menção a raça bovina, denominada *Jarmellista*, que se encontra nas proximidades da cidade da Guarda, e que é uma das melhores do paiz. O gado lanar é muito numeroso no districto, especialmente nos conc. de Ceia, Gouvei , Manteigas, Guarda, Celorico e Fornos. O commercio restringe-se aos productos agricolas e industriaes excedentes do consumo. A industria mineira apenas explora o chumbo e o estanho. O concelho da Guarda comprehende 53 freguezias, incluindo as 2 que existem, propriamente, na cidade, com uma população de 41:609 hab.: 20:468 do sexo masc. e 21:141 do feminino. As freguezias são; Adão (S. Bartholomeu), com 492 hab.: 242 do sexo masc. e 250 do fem ; Albardo (Espirito Santo), com 447 hab.: 214 do sexo masc. e 233 do fem.; Aldeia do Bispo (O Salvador), com 435 hab.: 226 do sexo masc. e 209 do fem.; Alvendre (S. Martinho), com 555 hab.: 272 do sexo masc. e 283 do fem ; Arrifana (S. Martinho), com 706 hab : 363 do sexo masc. e 343 do fem ; Avellãs de Ambom (N. S.ª da Conceição), com 405 hab.: 189 do sexo masc. e 216 do fem.; Avellãs da Ribeira (N. S.ª da Graça) com 511 hab.: 251 do sexo mas. e 260 do fem.; Benespera (Santo Antão), com 651 hab.; 329 do sexo masc. e 322 do fem.; Carvalhal Meão (S. Thiago), com 277 hab.: 133 do sexo masc ; e 144 do fem.; Castanheira (N. S.ª da Conceição), com 1.021 hab.: 507 do sexo masc. e 514 do fem.; Cavadonde (N.ª da Conceição), com 492 hab : 230 do sexo masc. e 249 do fem.; Cazal de Cinza (N. S.ª da Conceição), com 1.125 hab : 576 do sexo masc. e 549 do fem.; Codeceiro (N. S.ª da Annunciação), com 479 hab.: 219 do sexo masc. e 249 do fem.; Corujeira (N. S.ª das Neves), com 408 hab : 194 do sexo masc. e 214 do fem ; Faia (N. S.ª da Conceição), com 629 hab : 300 do sexo masc. e 329 do fem.; Famalicão (N. S.ª da Annunciação), com 1.647 hab.: 841 do sexo masc. e 806 do fem ; Fernão Joannes (S. João Baptista), com 690 hab.: 335 do sexo masc. e 355 do fem.; Gonçalo (N. S.ª da Assumpção), com 1 496 hab : 674 do sexo masc. e 822 do fem ; Gonçalo Boccas (N. S.ª da Graça), com 310 hab.: 149 do sexo masc. e 161 do fem.; Jarmello (S. Miguel), com 564 hab.: 269 do sexo masc. e 295 do fem ; Jarmello (S. Pedro), com 913 hab.: 444 do sexo masc. e 469 do fem.; João Antão (S. José), com 421 hab.: 201 do sexo masc. e 220 do fem.; Maçainhos de Baixo (N. S.ª da Fumagueira), com 1.012 hab.: 508 do sexo masc.

e 504 do fem; Marmelleiro (N. S.ª da Conceição), com 1 285 hab: 627 do sexo masc. e 658 do fem.: Meios (N. S.ª da Assumpção), com 406 hab.: 183 do sexo masc. e 223 do fem: Mizarella (N. S.ª da Conceição), com 521 hab: 229 do sexo masc. e 292 do fem.; Monte Margarida (Espirito Santo), com 234 hab.: 116 do sexo masc. e 118 do fem; Panoias de Cima (O Salvador), com 850 hab.: 422 do sexo masc. e 428 do fem; Pega (N. S.ª da Conceição), com 827 hab.: 405 do sexo masc. e 422 do fem.; Pera do Moço (S. João Baptista), com 1 255 hab.: 618 do sexo masc. e 637 do fem.; Pero Soares (S. Julião), com 313 hab.: 153 do sexo masc e 160 do fem.; Porcas (S. Silvestre), com 703 hab.: 350 do sexo masc. e 353 do fem; Porco (Santa Maria), com 998 hab.: 465 do sexo masc. e 533 do fem.; Posto da Carne (S. Pedro). com 336 hab.: 174 do sexo masc. e 162 do fem: Pouzada (Sant'Anna), com 542 hab: 266 do sexo masc. e 276 do fem.; Ramella (S. Pedro), com 725 hab.: 368 do sexo masc. e 357 do fem; Ribeira dos Carinhos (S. Sebastião), com 363 hab.: 167 do sexo masc e 196 do fem.; Rocamondo (S. Pedro), com 199 hab: 97 do sexo masc. e 102 do fem; Rochoso (N. S.ª da Assumpção) com 898 hab.: 425 do sexo masc. e 473 do fem.; Sant'Anna de Azinha (Sant'Anna), com 545 hab: 282 do sexo masc. e 263 do fem.; Seixo Amarello (N. S.ª da Conceição), com 601 hab.: 289 do sexo masc. e 312 do fem.; Sobral da Serra (N. S.ª da Graça), com 714 hab.: 352 do sexo masc. e 362 do fem.; Trinta (S. Pedro), com 1.237 hab.: 582 do sexo masc. e 655 do fem.; Valhelhas e Valle de Amoreira (Santa Maria Maior e N. S.ª da Assumpção), com 1.177 hab: 606 do sexo masc. e 571 do fem; Vella (N. S.ª da Graça), com 1.222 hab: 606 do sexo masc. e 616 do fem.; Vide Monte (S. João Baptista), com 1.042 hab.: 489 do sexo masc. e 553 do fem.: Villa Cortez do Mondego (S. Sebastião), com 294 hab.: 144 do sexo masc. e 150 do fem.; Villa Fernando (N. S.ª da Conceição), com 1.188 hab.: 548 do sexo masc. e 640 do fem.; Villa Franca de Deão (S. Thiago Maior), com 524 hab.: 263 do sexo masc. e 261 do fem; Villa Garcia (S. Thiago Maior), com 569 hab.: 276 do sexo masc e 293 do fem.; Villa Soeiro (Sant'Anna), com 263 hab.: 124 do sexo masc. e 139 do feminino.

Guarda. Cidade e capital de distr. na prov. da Beira Baixa: cabeça de conc., de com. e de bispado, que é suffraganeo da prov. ecclesiastica Lisbonense. Pertence á Relação do Porto, á 2.ª div. mil., 4.ª brigada, e ao distr. de recrut. e reserva n.º 12, com a séde em Trancoso. Está situada em terreno plano na falda da serra da Estrella, de cuja parte mais elevada a separa uma quebrada do Mondego, mas por todos os lados superior ás terras circumvisinhas, sendo de accesso difficil pela margem direita d'aquelle rio. Fica a pequena distancia da origem do rio Côa, a NE, e um pouco a NNS de Lisboa, d'onde dista 355 k. pela via ferrea da linha da Beira Baixa, e 395 pela linha da Beira Alta. Está a 4.400 pés acima do nivel do mar, e é muito fria, no inverno e quente no verão. Um conceito popular chama-lhe a cidade dos quatro ff: *feia*, *forte*, *fria* e *farta*. Effectivamente, era uma das cidades mais fortes do reino, defendida por muralhas, torres e castellos, mas a maioria das fortificações estão hoje em ruinas. O seu clima, apezar de aspero pela visinhança da serra da Estrella, onde a neve é continua, e pela grande altitude acima, do nivel do mar, é na verdade muito sadio. Os campos do termo da cidade são bastante ferteis, o que tudo justifica bem o conceito popular. Tem duas freguezias, que por occasião do censo de 1900, contavam a seguinte população, n'um total de 6.092 habitantes: *Sé* (N. S.ª da Conceição), com 3.964 hab.: 2:191 do sexo masc. e 1773 do fem.; e *S. Vicente*, com 2:128, hab: 985 do sexo masc. e 1:143 do fem. Antigamente compunha-se de maior numero de freguezias; pois, além das existentes, tinha mais as seguintes: S. Jacob. S. Julião, S. Nicolau, Santa Maria Magdalena, Santa Maria do Templo, Santa Marinha (que se annexou á anterior quando a sua egreja foi demolida no reinado de D. Fernando), S. Thiago, S. Pedro e Nossa Senhora da Victoria (egreja do Mercado), e ainda no fim do seculo XVII conservava as cinco ultimas. Das egrejas só a de S. Pedro estava fóra das muralhas, como ainda hoje se vê. Das antigas fortificações existem as muralhas da cidade, com seis portas e varias torres, e na parte mais alta da pov., o velho castello. Sobre a fundação da cidade da Guarda são varias as opiniões. Parece que no mesmo logar, ou nas suas immediações, houve uma antiga cidade romana, *Lamia Oppidiana*, que foi arrazada pelos barbaros No monte sobranceiro á freg. de Cavadonde, chamado *Tintinolho*, existiu um castello formidavel, fundado por Affonso Magno de Leão. No mesmo logar onde existe Idanha a-Velha, houve outr'ora uma opulenta cidade, cuja fundação se perde em epocas remotas, e a qual sob a denominação romana teve o nome de *Igedita*, *Egita*, *Egitania* ou *Egiditania*, desfructando honras municipaes, e outras regalias de grande importancia, até que no anno 420 da era de Christo, foi destruida pela invasão dos suévos. Após estes vieram os godos, que a restauraram e, como christãos, a elevaram a bispado. Succederam-se os moiros, e com elles novas reedificações e ruinas. D. Affonso Henriques conquistou a pov. e entregou-a aos templarios, proporcionando a estes a fundação de um novo povoado, não longe das ruinas do primeiro, e que veiu a denominar-se Idanha-a-Nova. A relação entre aquella pov. e a da Guarda é filiada por alguns autores em ser esta diocese ainda agora conhecida pela designação de *egitaniense*, sem duvida proveniente do nome da vetusta Egitania. No principio do seu reinado, el-rei D. Sancho I mandou construir uma torre em logar eminente nas faldas do norte da serra da Estrella. Não era uma fortaleza para sustentar combates, mas simplesmente uma atalaia, d'onde se descobriam muitas terras de moiros, e por conseguinte, d'onde se podiam vigiar os mo-

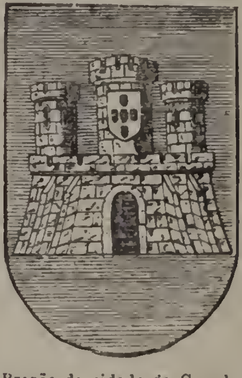

Brazão da cidade da Guarda

vimentos dos inimigos dos christãos. Como o sitio tivesse capacidade para mais vastas edificações, e el-rei D. Sancho I reconhecesse quanto convinha conservar, ou levantar ali, um posto de guerra que impuzesse respeito ao inimigo, tratou da fundação de um castello, e em seguida de uma cidade fortificada junto á fortaleza. A 26 de novembro de 1199 concedeu aquelle monarcha á nova povoação o foral de cidade com muitos privilegios, dando-lhe o nome de *Guarda* em memoria da torre, que primeiro edificeara. A esta especie de torres dava-se então, indistinctamente, o nome de *atalaias* ou *guardas*. O mesmo soberano lhe alcançou a dignidade episcopal por bulla do pontifice Paulo III. Pelos annos de 1202 fez d'ella doação ao conde D. Fernando. Porém, em janeiro do anno seguinte, achava-se já de posse d'este senhorio, em recompensa de serviços, Pedro Viegas de Tavares. El-rei D. Manuel fez duque da Guarda (V. *este titulo)* a seu filho, o infante D. Fernando. A alcaidaria-mór d'esta cidade andava na casa dos condes de Sarzedas, tendo sido o primeiro alcaide-mór Pedro Paes de Mattos. No antigo regimen gozava esta cidade da prerogativa de mandar procuradores ás Côrtes, os quaes tomavam assento no segundo banco. Tem por brazão d'armas um escudo coroado, e n'elle uma fortaleza de prata com tres torres em campo azul, tendo na torre do meio o escudo real só com as quinas. São varios os principaes edificios da cidade: Além da sé (V. *o artigo seguinte)*, o paço episcopal; a egreja e hospital da Misericordia; o seminario, fundado em 1595 pelo bispo D. Nuno de Noronha, filho dos condes de Odemira; o extincto convento de frades franciscanos, levantado em 1217; outro de religiosos da mesma ordem, de fundação muito posterior; e oito ermidas. A egreja da Misericordia é vasta, com frontispicio magestoso, ladeado por duas elegantes torres, e, tanto no exterior como no interior ornamentada de cantarias bem lavradas e de esculpturas e talhas muito apreciaveis. Foi fundada no ultimo quartel do seculo XVI por Simão Antunes de Pina, da familia do chronista-mór Ruy de Pina, natural da Guarda. A egreja de S. Vicente tambem é digna de nota pela sua agradavel e harmonica construcção e disposição interior, bem como pelos excellentes azulejos nacionaes que revestem em parte as suas paredes. Foi reedificada em 1790. Entre os edificios modernos, distinguem-se o do Club *Egitaniense*, construido em 1894; o da agencia do Banco de Portugal em 1900; o novo hospital da Misericordia; o Sana-

Egreja da Misericordia

Camara Municipal

torio *Sousa Martins,* inaugurado em maio de 1907, etc. Na cidade ha feiras e mercados: annuaes, francas por tres dias, em 24 de junho e 4 de outubro; mercado diario de generos alimenticios, e quinzenal nos primeiros e terceiros domingos de cada mez, com transacções sobre gados, lãs, artefactos. Tem a Guarda um posto meteorologico estabelecido n'uma das torres da cidade, carreiras diarias de diligencias para as estações de caminhos de ferro, agencias bancarias: Economia portugueza, Portugal; agencia de vapores da Mala Real Ingleza; Monte-pio philantropico; asylo de infancia desvalida, e de mendicidade, associação de bombeiros voluntarios; estação tel.-post. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras, obrigações e vales; etc. Ha na cidade o seminario, lyceu, escola districtal de habilitação ao magisterio primario, collegios; hospital da Misericordia, e militar; laboratorio chimico; direcção de obras publicas, delegação de saude, etc. Fabrica de seda, serralharias, typographias, etc. *Jornaes:* Teem sido aqui publicados os seguintes: *Academico (O)*, 22 de maio a junho de 1884; *Aurora Academica*, 5 de novembro de 1890; *Beira Agricola (A)*, 15 de março de 1883 a 1884; *Boletim Official do Districto da Guarda,* julho de 1879, em publicação; *Civilisação (A)*, 4 de fevereiro de 1882; *Combate (O)*, 6 de outubro de 1903; *Commercio da Guarda (O),* novembro de 1883; *Correio da Beira*, 16 de março de 1881 a 1883; *Districto da Guarda*, 30 de abril de 1865 a 1866, o primeiro jornal publicado n'esta cidade; *Districto da Guarda*, 24 de fevereiro de 1878, em publicação; *Estreia Litteraria (A)*, 23 de janeiro a agosto de 1883; *Folha da Guarda*, 6 a 20 de fevereiro de 1895; *Guarda (A),* 15 de maio de 1904, em publicação; *Jornal da Guarda*, 30 de maio de 1887; *Jornal da Guarda*, 4 de março de 1899 a 10 de março de 1900; *Jornal do Povo, (1.º)*, 5 de julho de 1878; *Jornal do Povo (2.º)*, 15 de setembro de 1903, em publicação; *Noticias da Beira*, 11 de março de 1894; *Pharol da Beira*, 13 de maio de 1865 a 25 de maio de 1867, continuado pelo *Egytaniense* de Celorico da Beira; *Povo (O)*, 13 de novembro de 1895; *Povo Portuguez (O)*, 1 de novembro de 1882 a 29 de outubro de 1884; *Reforma (A)*, 12 de março de 1876. Além d'estes jornaes fôram publicados egualmente na Guarda os dois numeros unicos seguintes: *Fragatinha (O)*, 5 de dezembro de 1886; *Primeiro de Dezembro*, 1 de dezembro de 1894. || Bibliographia: *Portugal Antigo e Moderno*, de Pinho Leal; *As cidades e villas*, etc., por Vilhena Barbosa; *Memorias para a historia ecclesiastica do bispado da Guarda*, por M. Pereira da Silva Leal; Lisboa, 1629. *Diocese e districto da Guarda* por José Osorio da Gama e Castro, 1902.

Sé da Guarda—Praça Luiz de Camões

Guarda *(Sé da)*. A primeira egreja, que serviu de sé, foi começada por el-rei D. Sancho I, e concluida por D. Affonso II, sendo consagrada a S. Gens. Pequena e de mesquinha fabrica, como eram em geral as construcções d'aquelles primeiros tempos da monarchia, embora procedesse de fundação real, não passaram muitos annos sem que se reconhecesse a necessidade de edificar uma nova sé. Querendo-se logar mais desafogado, deu se principio á obra em um espaçoso terreiro fóra dos muros da cidade. Acabou-se de edificar este segundo templo no reinado de D. Pedro I. Foi feito pelas rendas do bispado, e dizem que era grande e de boa architectura. Infelizmente teve ainda mais curta existencia do que o primeiro, pois que no reinado seguinte, durante as guerras encarniçadas, que rebentaram por vezes entre Portugal e Castella, o nosso rei D. Fernando I mandou-o demolir para desaffrontar as fortificações da cida-

de. O templo era tão forte, que, entrando-o os castelhanos, com quem andava em guerra, se seguiria *grande prejuizo á cidade e ás outras villas d'arredor d'ella, se tomado fosse.* Em vão requereram os bispos, no resto do governo d'este soberano, que lhes mandasse construir dentro da cidade outra sé. As suas justas queixas só vieram a ser attendidas, passados já bastantes annos, reinando D. João I, que finalmente determinou começar a obra, segundo a planta que enviou. Correram os trabalhos com largas interrupções, ora por impulso real, ora por conta da mitra, pelo espaço de mais de um seculo, até que se lhe poz o ultimo remate no tempo de el-rei D. João III. E' uma das mais vastas e sumptuosas cathedraes de Portugal, pela sua bella architectura gotica. E' exteriormente construida de boa pedra, e no interior ornada de marmores, e obra de talha dourada, de muito primor. Tem os brazões e os tumulos de alguns bispos. D. Fr. Vasco de Lamego, primeiro bispo da Guarda depois da acclamação do mestre de Aviz, foi quem fez maiores instancias para a construcção da cathedral. Falando da sé da Guarda, convém referir que a diocese foi erigida, ou melhor transferida, com a condição de se conservar o antigo e venerando titulo de *egitaniense*, que deriva da decaida séde de Idanha-a-Velha. Este bispado datava da primeira metade do seculo VI. A diocese egitanense, que era vastissima, chegou a ser a maior do paiz em extensão. Depois foi perdendo varias comarcas, recebendo outras em compensação. Ainda hoje tem uma area muito consideravel. A primitiva demarcação tem sido muito discutida. D. João Martins, bispo da Guarda em 1283, dava por verdadeira e legitima a divisão de Wamba, rei godo, que attribuia á diocese quarenta leguas antigas de comprimento por vinte e cinco de largura. A creação em 1549 do bispado de Portalegre reduziu-lhe o territorio, que mais pequeno ficou com a creação da diocese de Castello Branco, em 1771, que o limitou quasi a metade do que fôra. Sendo extinctos em 1882 os bispados de Castello Branco e de Pinhel, adquiriu novamente a diocese da Guarda uma vasta jurisdicção territorial. Quando, em 1394, Lisboa foi erigida em metropole, o bispado egitaniense foi incluido no numero dos seus suffraganeos.

Guarda. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Cambezes, conc. de Barcellos, distr. de Braga || S. Martinho, de Carvalho de Rei, conc. de Amarante, distr. do Porto. || O Salvador, de Grijó, conc. de Villa Nova de Gaia, distr. do Porto. || O Salvador, de Moreira, conc da Maia, do mesmo distr. || S. Mamede, de Perafita, conc. de Bouças, do mesmo distr. || Santa Maria, de Reguenga, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Rio Covo, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || O Salvador, de Valdreu, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Roça da ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Guarda-barreira. Fiscal aduaneiro, de serviço ás portas da cidade, a fim de evitar o contrabando. Soldado da guarda fiscal.

Guarda braço. Parte das antigas armaduras que defendia os braços dos golpes. V. *Armadura.*

Guarda-infante. Peça almofadada que fazia parte do vestuario feminino (V. *Anquinhas).* Collocava-se nas ancas, vestindo-se por cima as saias. Era feito de crina e arame forrado de pano por fóra. Foi usado em Hespanha e Portugal no seculo XVII.

Guarda-joias. Official da Casa Real encarregado da conservação das joias. || Cofre destinado a guardar adereços preciosos.

Guarda-marinha. Official da armada, de posto immediatamente superior ao de aspirante.

Guarda municipal. V. *Guarda.*

Guarda-mór. O officio de guarda-mór do rei era o primeiro depois do de mordomo mór. Dormia á porta da camara real, tendo obrigação de o vêr, depois de estar deitado, indo em companhia do sumilher, não se correndo a cortina sem esta cerimonia. Era tambem o primeiro que entrava, de manhã, na camara real. O guarda-mór tinha a patente de capitão na guarda do rei, que se compunha de 24 fidalgos de nobreza conhecida. Foi assim praticado no tempo dos monarchas D. Manuel e D. João III. Algumas vezes succedia não estar completo o numero de 24 guardas, e do *rol das moradias* (V. *Moradias)*, que está no maço 29 da chancellaria de D. João III, consta que n'aquelle anno não excediam o numero de 20, incluindo o proprio guarda-mór, a quem tambem eram dados os titulos de *Guarda-mór da camara*, *Guarda-mór da côrte* e *Capitão dos cavalleiros da guarda da camara*. Uma das obrigações dos guardas era dormir no paço, e alguns d'elles na mesma casa do guarda-mór. Por alguns documentos antigos se vê que, no reinado de D. Affonso I, se dava o titulo de *guarda-mór* a D. Mendo Moniz. No tempo de D. Sancho I exerceu este cargo Gonçalo Mendes, fazendo-se menção com o titulo de *custodiens curiam* (guarda do paço) n'uma escriptura do anno de 1197. No reinado de D. Affonso IV, Gonçalo Vaz de Moura. No de D. Pedro I, Lourenço Bubal, vindo mencionado na carta em que o mesmo rei lhe dá a alcaidaria mór do Porto, datada de Lisboa a 8 de junho de 1357. No reinado de D. Fernando, foi Gomes ou Gonçalo Lourenço de Avellar; consta da confirmação que o rei lhe fez, da doação da villa e termo de Cascaes. Tem a data de 22 de agosto de 1372, Villa Nova de Famalicão. No mesmo reinado, D. Fernando fez seu guarda-mór e meirinho no reino do Algarve, Vasco Martins de Mello, fazendo-lhe doação dos bens e fóros que tinham no Algarve as pessoas que passaram para Castella, tomando partido do rei Henrique II. Esta doação tem a data de Santarem, 15 de fevereiro de 1382. João Fernandes Pacheco exerceu tambem este cargo apenas D. João I subiu ao throno, mas depois, o mesmo soberano lhe tirou o officio, mandando-lhe confiscar todos os bens para a Corôa pelo crime de traidor, o que consta d'uma carta, feita no Porto, a 12 de abril de 1398. Ainda n'esse reinado foi guarda-mór Martim Affonso de Mello, como se vê d'uma carta de 2 de maio de 1398, em que se lhe faz mercê de todos os bens que João Fernandes Pacheco possuia em Santarem. A 30 de agosto de 1398 lhe concedeu a *cêrca velha de Evora*, e em 1399, por carta de Lisboa de 27 de outubro, os paços de Elvas para elle e seus descendentes. Acompanhou o monarcha á tomada de Ceuta, e continuou nos dois reinados seguintes, D. Duarte e D. Affonso V, segundo consta d'uma carta d'este ultimo

rei, feita em Evora a 18 de abril de 1450, na qual diz que elle fôra guarda-mór d'el-rei seu avô. No reinado de D. Affonso V tambem exerceu este cargo Ruy de Mello, ou Rodrigo Affonso de Mello, tendo todos os privilegios dos desembargadores. No tempo de D. João II, foi guarda-mór D. João de Lima, nomeado em carta de Alvito, a 16 de abril de 1482; já era seu guarda-mór, sendo ainda principe. D. Manuel, por carta passada em Montemór-o-Novo em 1 de março de 1496, nomeou Jorge Moniz, que já era seu guarda mór quando era duque de Beja. Pelos annos de 1507, no referido reinado, teve a nomeação de guarda-mór D. Nuno Manuel. No tempo de D. João III exerceu este cargo João de Barros, por carta de 1527. Ainda n'este reinado foi guarda-mór. D. Luiz da Silveira em 1528, o que consta d'uma carta de mercê feita em Almeida no mez de maio, na qual lhe dá o titulo de seu guarda-mór do seu conselho e vedor das obras, terços, residuos, hospitaes e capellas, de seus reinos e senhorios. Já era guarda-mór d'este rei, emquanto principe. Foi D. Luiz da Silveira o 1.º conde da Sortelha. O filho d'este fidalgo, D. Diogo da Silveira, 2.º conde, foi guarda-mór, conforme um *mandado* datado de Evora a 29 de outubro de 1533, em que é chamado guarda-mór e capitão dos cavalleiros da guarda d'el-rei. No *rol das moradias* de 1534, lhe chamam *guarda-mór da camara*. Serviu no mesmo cargo no tempo de D. Sebastião e do cardeal D. Henrique. No reinado do cardeal rei tambem tiveram este cargo D. Diogo de Miranda e Martim Affonso de Miranda. Durante algum tempo, governando Portugal Filippe II de Hespanha, foi guarda-mór o 3.º conde da Sortelha, D. Luiz da Silveira. Ainda no mesmo reinado, exerceu este cargo o conde de Villa Nova de Portimão, D. Gregorio Taumaturgo de Castello Branco. O ultimo guarda-mór de el-rei foi Pedro de Mendonça Furtado, no reinado de D. João IV. Os principes e infantes tambem tinham o seu guarda-mór, em que se contam: Alvaro Rodrigues, do infante D. Pedro, filho de D. João I; Ruy de Sousa, senhor de Sagres, do principe D. João, mais tarde el-rei D. João II; D. João de Lima, filho do 1.º visconde de Villa Nova da Cerveira, D. Leonel de Lima, do mesmo principe; Paio Rodrigues de Araujo, do infante D. Henrique, filho de D. João I; Jorge Moniz, do duque de Beja D. Manuel, depois rei; D. Rodrigo de Menezes, do principe D. Affonso, filho de D. João II; D. Luiz da Silveira, depois 1.º conde da Sortelha, do principe D. João, mais tarde D João III; Ruy Telles, do infante D. Luiz, filho d'el-rei D. Manuel; Francisco Pereira Pestana, do mesmo infante; Jorge da Silveira, do infante D. Fernando, filho do referido monarcha; Martim Affonso de Mello, do infante D. Duarte, filho do referido monarcha; D. Garcia de Menezes, do infante D. Affonso, e depois do infante D. Henrique, ambos filhos de el-rei D. Manuel; Simão de Miranda, do infante D. Henrique, depois cardeal-rei; Ruy Pereira, do principe D. João, filho de D. João III. ‖ *Guarda-mór*: empregado superior em alguns tribunaes e repartições ordinariamente encarregado do archivo e de superintender sobre os guardas ou empregados menores, como *guarda-mór da Relação, guarda-mór da Camara Municipal.* ‖ *Guarda mór de saude:* medico encarregado da policia sanitaria em porto maritimo. ‖ *Guarda-mór da Universidade*: o chefe da policia universitaria. ‖ *Guarda-mór da Torre do Tombo*: Chefe do archivo nacional. Por decreto de 29 de dezembro de 1887 terminou o cargo de guarda-mór da Torre do Tombo, cujas funcções passaram ao inspector geral dos archivos e bibliothecas, e por decreto de 24 de dezembro de 1901 ao bibliothecario-mór.

Guardães. Pov. na freg. de S. Pedro, de Rates, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto.

Guardal. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Oliveira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. ‖ S. Pedro de Villar do Paraizo, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Guardan. Pov. na freg. de S. Miguel, de Gandra, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Guardão. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. da Beira Alta, conc e com. de Tondella, distr. e bisp. de Vizeu; 843 hab. e 206 fog. Tem esc. do sexo masc e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada junto ao valle de Besteiros, na margem direita d'um affluente do rio Mondego. A pov. é muito antiga, e foi concelho com justiças proprias. D. Sancho I a povoou, e lhe deu foral com muitos e grandes privilegios, em Coimbra, em setembro de 1207. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 10 de fevereiro de 1514. O morgado de Guardão apresentava o abbade, que tinha 250$000 réis. Em Guardão apparece muita caça, e cria-se gado de varias especies, com que se faz grande negocio na exportação, assim como de lãs, queijos e manteiga. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. ‖ Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Gandra, conc. de Paredes, distr. do Porto. ‖ O Salvador, de Lordello, do mesmo conc. e distr. ‖ S. Miguel, de Rebordosa, do mesmo conc. e districto.

Guardete. Pov. na freg. de S Pedro, de Fratel, conc. de Villa Velha de Rodam, distr. de Castello Branco.

Guardinhos. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Balazar, conc. de Povoa do Varzim, distr. do Porto.

Guardizella. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 763 hab. e 168 fog. A pov dista 8 k. da séde do conc., ficando-lhe proximo os rios Ave e Vizella. A mitra primacial e o mosteiro de cruzios, de Landim, apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 450$000 réis. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Guardunha. V. *Gardunha.*

Guaril. Pov. do distr. de Canácona, Novas Conquistas, prov. e arceb. de Gôa, com. de Salsete, India, na região O do districto.

Guarita. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de S. João das Areias, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. ‖ S. Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real

Guarnição. As tropas que guardam ou defendem uma praça de guerra, uma cidade, etc Os corpos das differentes armas do exercito estão distribuidos pelo paiz em guarnição de diversos logares.

Gubia. Reino de gentios beafares, situado na

embocadura e margem esquerda ou meridional do Rio Grande de Guinolá, no territorio da prov. da Guiné, Africa Occidental.

Guedelhas. Pov. na freg. de Santo Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Guedes. Familia oriunda da Galliza, descendente de D. Gueda, o Velho, um dos antigos ricos homens de Hespanha, que passou a Portugal na pessoa de Gonçalo Vaz Guedes, que no tempo de D. João I foi senhor de Murça e de muitas outras villas. Tem por armas: Em campo azul cinco flôres de liz de ouro em santor; timbre, um leão azul, nascente, com uma das flôres na testa.

Guedes *(P. Balthazar).* Presbytero secular. N. no Porto a 6 de fevereiro de 1620, fal. na mesma cidade a 6 de outubro de 1693. Era filho do commerciante Luiz da Costa Rosa. Ordenou-se de presbytero em 1644. O seu maior empenho era fundar um estabelecimento para orphãos, e para o conseguir não se poupou a sacrificio algum, aproveitando muitas esmolas, que adquiriu, andando pedindo por todo o reino, acompanhado de dois orphãos, o producto das suas missas, a herança que lhe deixou um tio seu, os lucros que teve das impressões de alguns livros espirituaes, de franjas, vestimentas ecclesiasticas e frontaes d'altares que fazia; conseguiu afinal vêr realisado o seu benemerito pensamento, fundando o *Collegio de Nossa Senhora da Graça, de meninos orphãos* do Porto, de que lançou a primeira pedra a 21 de novembro de 1651. Este collegio está situado perto do campo da Cordoaria. O padre Balthazar Guedes foi o seu primeiro reitor e redigiu os estatutos. A' sua caridade se deve o Hospicio do Porto, hoje situado no Campo dos Martyres da Patria, o qual foi fundado em 1681 na rua dos Caldeireiros com o unico fim de recolher creanças abandonadas. No primitivo hospicio havia uma roda onde eram depositadas as creanças engeitadas, a que o vulgo deu o nome de *Roda dos expostos*, a qual foi extincta em 1864. O hospicio recolhe e vela pelas creanças encontradas nas ruas, pelos orphãos de pae e mãe, e pelas que ficam abandonadas por prisão ou doença grave dos paes. O padre Balthazar Guedes era o provedor do hospicio que fundara. Tambem por sua influencia e muita dedicação pelos pobres, se reedificou a egreja e o hospital de S. Lazaro. Instituiu tres confrarias: uma de clerigos de S. Pedro, outra de clerigos de S. Filippe Nery, e outra de seculares de N. S.ª da Boa Morte. Fal. com 73 annos de edade, e a sua morte foi muito lamentada. Ficou sepultado na egreja do Collegio dos Meninos Orphãos. O senado da camara fez-lhe imponentes exequias, a que assistiram todas as ordens religiosas, ministros da Relação, nobreza, e grande multidão de povo. Prégou o padre mestre Carlos de Santo Antonio, conego secular de S. João Evangelista, reitor do convento de S. Eloy, do Porto. Escreveu, traduziu e fez imprimir alguns livrinhos uteis e devotos, deixando outros manuscriptos. Mencionaremos os seguintes: *Epitome da vida de S. Filippe Nery, escripta pelo P. João Eusebio, da Companhia, e traduzida do castelhano em portuguez*, Lisboa, 1667; *Casos raros da confissão, com regras e modo facil para fazer uma boa confissão geral, ou particular, composto em castelhano pelo P. Christovão da Veiga, da Companhia, e traduzido*, Coimbra, 1683; fez-se outra edição em 1710; *Retrato do P. Fr. João da Cruz, traduzido do castelhano do P. Fr. Jeronymo de S. José*, Coimbra, 1675; *Escola da Oração e contemplação, mortificação das paixões, e outras materias principaes da doutrina espiritual; traduzida do castelhano do P. Fr. João de Jesus Maria*, Coimbra, 1678; *Epitome e breve explicação das ceremonias da missa; traduzido do castelhano de Fr. Belchior de Helumo*, Lisboa, 1671; fez-se no mesmo anno uma edição em Coimbra; *Breve epitome da vida de S. João de Deus*, Coimbra, 1692.

Guedes *(Camillo José do Rosario).* Almotacé da limpeza de Lisboa, logar que serviu durante alguns annos. Julga-se que era natural d'esta cidade. Em 1822 retirou-se para o Rio de Janeiro, e ali falleceu. Deixou os seguintes escriptos: *Ode heroica ao ill.*^{mo} *e ex.*^{mo} *sr. W. Carr Beresford, marechal general dos exercitos de Sua Magestade Fidelissima*, Lisboa, 1816; com um retrato gravado a buril; *A' memoria dos doze portuguezes que fôram justiçados no Campo de Sant'Anna em 18 de outubro de 1817*, Lisboa, 1820; *A' gloria de Portugal; ode pindarica, que dedica ao augusto e soberano Congresso da Nação Portugueza*, Lisboa, 1821; *Oração funebre, consagrada á memoria dos martyres da patria, pela Sociedade patriotica Constituição*, Lisboa, 1822; *Elogio funebre em memoria dos doze portuguezes benemeritos da patria que em 18 de outubro de 1817 soffreram martyrio por causa da liberdade e independencia nacional*, Lisboa, 1822.

Guedes *(Francisco Guedes de Carvalho e Menezes da Costa, 1.º visconde de).* Moço fidalgo com exercicio na Casa Real; do conselho d'el-rei D. Luiz; commendador da ordem de N. S.ª da Conceição; bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; governador civil de Evora e d'outros districtos. N. a 12 de julho de 1815; ignora se a data do fallecimento. Era filho do 1.º visconde da Costa, que tinha egual nome, e de sua mulher, a viscondessa D. Anna José de Portugal e Menezes Brandão; irmão do 2.º visconde da Costa, Rodrigo Guedes de Carvalho e Menezes, e do 1.º conde do mesmo titulo, José Guedes de Carvalho e Menezes da Costa. O titulo de visconde de Guedes foi concedido por decreto de 19 de dezembro de 1867, e carta de 7 de janeiro de 1868. Fallecendo seu irmão, o 1.º conde da Costa, sem deixar descendencia, passou o titulo ao visconde de Guedes, por decreto de 13 de junho e carta de 9 de julho de 1881, que veiu a ser o 2.º conde da Costa. Casou a 29 de maio de 1856 com D. Maria Luiza Infante Pessanha, já viuva de João Theodoro Pinto da Maia, abastado proprietario no districto de Evora, e filha de Luiz Antonio de Affonseca Vivião Pessanha, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, administrador do morgado de S. Vicente Ferreira e d'outros; e de sua mulher, D. Maria José Infante de Lacerda Luzeiro e Reboredo. O brazão d'armas é o mesmo que o dos condes da Costa. V. *este titulo.*

Guedes *(Joaquim Rodrigues).* Major reformado, lente do Real Collegio Militar, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. em 1820, fal. em Abrantes a 21 de abril de 1868. Foi antigo alumno da Escola Polytechnica. Era tenente de caçadores, quando

foi nomeado professor de introducção ás sciencias naturaes no Real Collegio Militar, que estava então em Mafra, regendo por alguns annos a cadeira com muita proficiencia, sendo muito estimado, tanto pelos collegas como pelos discipulos. Aos seus esforços conseguiu o Collegio Militar ter um gabinete de Physica, onde se faziam as experiencias necessarias, para o ensino dos elementos das sciencias que constituiam o curso da Introducção á Historia Natural. Reformou-se a 21 de março de 1867. Fal. d'um typho em Abrantes, ainda na força da vida, pois contava apenas 48 annos. A *Revolução de Setembro* de 23 de abril de 1868 publicou um artigo necrologico. Saiu tambem um artigo no *Almanach militar de 1868*, pag. 45. Escreveu: *Curso de physica elementar, professado no Collegio Militar*, Lisboa, 1859; com 10 estampas lithographadas, todas desdobraveis; a respeito d'este trabalho publicou Sousa Telles um artigo de louvor no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas*, tomo XXVI, 1862, pag. 22; *Curso de chimica elementar, professado no Collegio Militar*, Lisboa, 1863; com 78 figuras intercalad s no texto e 9 estampas lithographadas; *Curso de historia natural elementar, professado*, etc. Lisboa, 1865; com 223 figuras intercaladas no texto e 3 estampas lithographadas; *Aerostação*; serie de artigos publicada na *Encyclopedia popular*, de Sousa Telles, tomo I, 1867.

Guedes *(P. Lourenço)*. Jesuita. N. em Villa Pouca d'Aguiar em 1623, fal. na Casa Professa de S. Roque, de Lisboa, a 24 de novembro de 1678. Era filho de José Machado Guedes e de Barbara de Sousa. Entrou na Companhia de Jesus, no noviciado de Lisboa, a 2 de fevereiro de 1637. Ensinou letras humanas no collegio de Santo Antão, de Lisboa. O principe D. Theodosio, filho de D. João IV, estimava o muito, e o monarcha o nomeou seu prégador. Acompanhou, na qualidade de confessor, a D. Henrique de Sousa Tavares, 3.º conde de Miranda e 1.º marquez de Arronches, quando foi como embaixador aos estados da Hollanda. Deixou publicados alguns dos seus sermões.

Guedes *(Fr. Manuel Meirelles Pereira)*. Religioso da ordem dos eremitas calçados de Santo Agostinho, que depois passou a presbytero secular. N. em Villa Rica, capital de Minas Geraes, Brazil, em 8 de outubro de 1739, fal. em Elvas nos primeiros annos do seculo XIX. Exerceu o magisterio como professor de Historia ecclesiastica no seminario de Elvas. Escreveu: *Oração deliberativa, que recitou na abertura das lições de historia ecclesiastica no collegio episcopal de Elvas*, Lisboa, 1787; *Oração deliberativa no collegio episcopal de Elvas*, Lisboa, 1788.

Guedes *(Octavio Trajano)*. Era filho de Joaquim Rodrigues Guedes, fal. com pouco mais de 30 annos em 1878. Foi um dos socios fundadores da Sociedade de Geographia, e um dos que mais relevantes serviços lhe prestaram, estudando e tratando da questão de ensino geographico. Quando morreu, era empregado no ministerio das obras publicas na repartição de minas.

Guedes *(Thomaz de Brito Muniz Macedo)*. Auctor do seguinte escripto, que publicou em Lisboa, em 1823: *Reflexões politicas sobre o estado actual de Portugal, offerecidas ao sereníssimo senhor infante D. Miguel.*

Guedes *(Vasco)*. V. *Guedes de Carvalho e Menezes (Vasco)*.

Guedes de Carvalho *(Manuel de Vasconcellos)*. Moço fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição; bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, juiz de Direito em differentes comarcas, e do 2.º districto criminal de Lisboa, etc. N. em Real, do concelho de Amarante, a 11 de maio de 1821, fal. em Lisboa a 2 de julho de 1882. Era filho de Joaquim de Vasconcellos Rebello Mendes de Carvalho, fidalgo da Casa Real e proprietario em Amarante, e de sua mulher, D. Maria Leonor Guedes de Menezes, da casa de Mancellos; irmão do 1.º visconde de Riba Tamega, José de Vasconcellos Guedes de Carvalho. Cursou a faculdade de Direito na Universidade, de 1841 a 1846, e depois da sua formatura foi estabelecer banca de advogado em Amarante, onde se conservou até 1855, anno em que começou a exercer as funcções de magistrado do ministerio publico, sendo nomeado delegado do procurador régio para a comarca de Moimenta da Beira, por decreto de 12 de dezembro. Prestou tão bons serviços, que o transferiram para a 2.ª vara da comarca do Porto, por decreto de 14 de fevereiro de 1860. Foi despachado juiz de Direito para Villa Franca do Campo, por decreto de 1 de março de 1866. Como juiz tambem serviu nas comarcas de 3.ª classe: Fronteira, Benavente e Baião; de 2.ª: Montemór-o-Novo e Feira; e de 1.ª: o 2.º districto criminal. Diz um dos seus biographos: «Ha um facto na sua vida publica, que merece especial menção. Em 1874 achava-se o dr. Manuel de Vasconcellos na comarca da Feira, quando vagou o logar do 2.º districto criminal. Pendia n'este districto uma questão grave, a que o facciosismo do ministro das obras publicas d'essa epoca, escudado e inspirado pela *Granja*, déra caracter accentuadamente politico. O ministro da justiça era parente e intimo amigo do dr. Vasconcellos, e n'estas circumstancias faz-se a sua transferencia para Lisboa por decreto de 27 de julho de 1877. O magistrado probo e integro, desprende se de todas as considerações pessoaes e politicas, examina detidamente o processo, em que a questão era discutida, e com hombridade que faz honra ao seu caracter, resolve-a da maneira que menos podia agradar ao governo, mas acatando e salvando a dignidade da justiça. Era a questão da Penitenciaria.»

Guedes de Carvalho e Menezes *(Vasco)*. General de divisão reformado; ministro de Estado honorario; ajudante d'ordens de suas magestades el rei D. Luiz I e de el-rei senhor D. Carlos; antigo governador da India, de Moçambique, Cabo Verde e de Angola; antigo governador civil da Madeira; commandante militar de Coimbra e commandante da 4.ª divisão militar. Moço fidalgo da Casa Real com exercicio, desde 1834; gran-cruz da ordem de Aviz, por distincção; commendador das ordens de Torre e Espada, de Christo, e de N. Senhora da Conceição; condecorado com a medalha de ouro de cincoenta annos de serviço; gran-cruz da ordem da Espada, da Suecia, com que foi agraciado em 1881, por occasião da vinda a Lisboa do rei Oscar, sendo então commandante da 1.ª div. militar. N. no Porto a 5 de abril de 1822, na casa da Torre da Marca, pertencente aos marquezes de Terena, seus tios. Era

filho dos 1.os viscondes da Costa (V. *este titulo*), Francisco Guedes de Carvalho e Menezes, fidalgo-cavalleiro da Casa Real, do conselho de S. M., governador geral da prov. de Moçambique, tenente general e camarista de el-rei D. João VI; e da viscondessa, D. Anna José de Portugal e Menezes Brandão de Mello, da casa dos marquezes de Terena. Falleceu no velho solar da Costa, no conc. de Amarante, a 31 de dezembro de 1904. Inclinado á vida militar, assentou praça em 10 de janeiro de 1840, ficando logo ás ordens do marechal duque da Terceira. Em 1846 commandou as forças populares do Minho, entrando em fogo em Villa Meã e Amarante, onde se apossou do convento de S. Gonçalo, quartel de um batalhão da municipal. Tendo vingado a revolução da *Maria da Fonte*, foi despachado alferes pelo governo estabelecido. Seguindo-se a reacção, foi nomeado ajudante do marquez de Sá da Bandeira Tomou parte na acção de Valle Passos, recebendo por distincção o posto de tenente. Em 1847, na acção do Alto do Viso, em Setubal, salvou de morte certa o marquez, com risco da propria vida, e alli tambem por distincção foi feito capitão, e condecorado. Em 1851 teve a nomeação de ajudante d'ordens de seu tio, o marechal duque de Saldanha, que lhe confiou commissões difficeis apezar dos seus poucos annos. Em 1856 teve o cargo de governador geral da prov. de Moçambique. Regressando ao reino, exerceu varios cargos: Em 1866, foi governador civil de Coimbra, e depois governador militar da mesma cidade. Saindo tenente-coronel, em 1876, teve o cargo de governador de Cabo Verde, e em 1878 o de Angola. Em 1881 foi commandante militar da ilha da Madeira, e governador civil em 1884. Sendo general de brigada, em 1886, commandou a 1.ª divisão militar. Em 1889 foi nomeado governador geral do Estado da India, e chamado, em 14 de janeiro de 1890, aos conselhos da Corôa, como ministro da guerra, não chegou a tomar posse. Em 1894 foi promovido a general de divisão, e commandou successivamente as divisões militares de Evora e Porto. O general Vasco Guedes era homem de extremada valentia, provada em mais de uma occasião difficil. Foi durante o seu governo que se deu a apprehensão como negreira da barca franceza «Charles et George», que, conduzida a Lisboa, deu origem á violenta intervenção do governo francez, mandando buscar ao Tejo aquelle navio. Era intransigente em materia de disciplina, e um rigoroso castigo, que fez applicar em Angola em 1880 a um degredado, originou a sua demissão de governador geral da provincia. Casou a 22 de agosto de 1853 com D. Carolina Leite Pereira de Mello Teixeira Alcoforado e Lencastre, da casa dos viscondes de Peso da Regoa. Deixou dois filhos: 1.º—D. Maria Antonia Guedes de Sousa Portugal e Menezes, casada com seu primo, dr. José Teixeira de Queiroz Vaz Guedes de Almeida e Vasconcellos, senhor do antigo morgado de Soutello, em Amarante.—2.º Vasco Francisco Paula Guedes de Carvalho e Menezes, major do exercito, que tem exercido alguns cargos no reino e em Africa, casado com D. Maria da Gloria de Paiva Creswell.

Vasco Guedes de Carvalho e Menezes

Guedes de Oliveira *(Henrique Antonio)*. Autor dramatico, jornalista e photographo. N. em Baião a 24 de janeiro de 1865. E' o proprietario da *Photographia Guedes* estabelecida na rua de Santa Catharina, do Porto, cujos trabalhos teem sido muito apreciados em differentes certamens artisticos, tanto nacionaes como estrangeiros. Faz actualmente parte da redacção do *Primeiro de Janeiro*, e é secretario da direcção da Associação dos Jornalistas e Homens de Lettras do Porto. Publicou 2 volumes de versos humoristicos e tem escripto para o theatro o seguinte: *Olicor d'ouro*, traducção; *Vida airada*, parodia á peça hespanhola *La gran via*, que se representava no theatro Baquet, quando se deu a grande catastrophe do incendio em março de 1888; as revistas do anno: *Corda bamba*, de collaboração com Jayme Filinto; *Por fóra e por dentro*, *Cosmorama*, e *Ali. . . á preta;* esta ultima revista com musica de Cyriaco Cardoso, que muito agradou no Porto, representou-se depois em Lisboa nos theatros da Avenida e da Trindade. Tambem é autor de varias e espirituosas cançonetas e gazetilhas.

Guedes de Queiroz *(Tristão)*. V. *Queiroz (Tristão Guedes)*.

Guedes Quinhones *(João)*. V. *Mattos Cabral (João Guedes Quinhones de)*.

Guedes Teixeira *(José Augusto Guedes Teixeira, visconde de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, proprietario; governador civil do Porto. N. em Lamego a 16 de dezembro de 1843, sendo filho de José Teixeira Botelho, bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, e de sua mulher, D. Maria José d'Annunciação Guedes, Casou em 1868 com D. Leopoldina de Queiroz Guedes, filha de Antonio Joaquim Guedes, commendador da ordem de Christo, e de sua mulher D. Maria Leopoldina Pereira de Queiroz; irmã dos fallecidos; 2.º visconde de Valmôr e conde de Almedina. O titulo

foi concedido por decreto de 23 de janeiro de 1874.

Guedieiros. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sendim, conc. de Taboaço, distr de Vizeu.

Guedixe. Pov. na freg. de S. Vicente, de Irivo, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Gnegue. Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Gueidães. Pov. na freg. de S. Christovão, de Muro, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Gueifaes. V. *Guinfães.*

Gueifão *(Antonio de Oliveira).* Medico, que fal. em Lisboa em 1853. Deixou as seguintes obras: *Memoria da Agua Mineral do Cabeço de Vide*, Lisboa, 1842; saiu com as iniciaes A. de O. G.; *Avisos interessantes para preservar da doença epidemica cholera-morbus indiana, e de outras que possam grassar n'este reino*, Lisboa, 1848; *Memoria sobre a doença arthritica*, Lisboa, 1852.

Gueifar. Pov. na freg. de S. João Baptista, de João de Ver, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Gueielle. Pov. e conc. de Pungo Andongo distr. de Loanda prov. de Angola.

Gueihe. Pov. na freg. de S. Salvador, de Campo conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Guelhim, Pov. na freg. de S. Martinho, de Estoy, conc. e distr. de Faro.

Guelho. Pov. na freg. de S. André, de Mareeos, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Guellizes. Pov. na freg. de S. Cypriano, conc. e distr. de Vizeu.

Guemil. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Longos Valles, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Guena. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Villar de Moiros, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello.

Guéne. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. de Angola.

Guenga. Rio do conc. de Novo Redondo, no distr. de Loanda, prov. de Angola. Nasce no sertão e vae desaguar a 5 k. pouco mais ou menos ao N do forte de Novo Redondo.

Guengue. Pov. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. de Angola. || Pov. do conc. de Golungo Alto, no distr. e comarca de Loanda, prov. e bisp. de Angola, na margem esquerda do rio Bengo. || Territorio do distr de Moçambique, Africa Oriental. Está situado na margem esquerda do rio Zambeze, entre os confluentes Mocomari e Macumçne.

Gueno. Pov. na freg. de N. S.ª do Pé da Cruz, de Santa Cruz, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Gueral. Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 345 hab. e 56 fog. Tem correio A pov. dista 4 k. da séde do conc. O reitor do Rio Côvo apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis de rendimento. Pertence a pov. á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Guerezo. Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola.

Gueribane. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mascarenhas, conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Guerra. Em Portugal houve duas familias d'este appellido: a primeira, descendente de D. Pedro I e de D. Ignez de Castro, cujo appellido tomou de D. Pedro Fernandes de Castro, o da Guerra, pae d'aquella senhora, tem por armas as que usaram os Eças, que são as mais antigas de Portugal: Em campo de prata os cinco escudetes de azul em côres, os das ilhargas com os redondos para o centro, carregados cada um de nove besantes de prata com tres palas com um cordão como o de S. Francisco com os nós de ouro, posto em cruz e em aspa e sem orla que cubra quatro dos besantes em cada escudo, excepto no do meio que passa por baixo d'elle; timbre, uma aguia azul estendida armada de ouro e cinco besantes das armas no peito. A outra familia é oriunda das Asturias, e tem por armas: Em campo verde um castello de prata com chammas de fogo que lhe saem dos alicerces e o rodeiam; orla de ouro com a letra em azul: *Ave Maria, gratia plena;* timbre, o mesmo castello. Em 1862 foi concedido a Manuel Alves Guerra o seguinte brazão: Escudo partido em pala, sendo a direita partida em faxa, tendo na parte superior o brazão dos Guerras das Asturias e na inferior o dos Pereiras; a esquerda é esquartelada e apresenta o brazão dos Ribeiros; timbre, a fortaleza de prata sobre chammas das armas dos Guerras.

Guerra *(Affonso Rodrigues da).* Medico e anatomico hespanhol muito distincto, que foi lente da Universidade de Coimbra no seculo XVI e acompanhou el-rei D. Sebastião a Africa.

Guerra *(Antonio Bonifacio Julio).* Cavalleiro das ordens da Torre e Espada e de S. Bento de Aviz; major do batalhão de caçadores n.º 2, deputado, etc. N. em Setubal em 1803, fal. a 25 de setembro de 1858. Escreveu: *Succinta descripção da ilha de Santa Maria, e respectiva estatistica, referida ao anno economico de 1850 1851*, Ponta Delgada, 1852; *Formulario dos conselhos de guerra, seguido de notas e repertorio alphabetico*, Lisboa, 1858; *Directorio para os exames de majores dos corpos de infantaria e caçadores*; foi publicação posthuma, Lisboa, 1859.

Guerra *(D. Fernando da).* Filho d'um bastardo do infante D. João, filho de D. Pedro I e de D. Ignez de Castro, que falleceu em 26 de setembro de 1457. El rei D, João I estimava o muito. Serviu o cargo de chanceller-mór do reino, e o de primeiro regedor das justiças. Foi bispo do Porto, sendo em 1416 elevado a arcebispo de Braga.

Guerra *(José Manuel Pereira da).* Commerciante e official da guarda nacional de Lisboa. Escreveu: *Instrucção que ensina a maneira de render uma guarda, e tudo o mais que diz respeito ao serviço da mesma*, etc, *offerecida a todos os cidadãos dos batalhões nacionaes*, Lisboa, 183?; outra edição, 1840; *Instrucções para o serviço das guardas de guarnição, extrahidas dos regulamentos do exercito, e accommodadas á sua actual disciplina e augmentadas com o novo regulamento disciplinar ordenado pelas leis de 14 e 21 de julho de 1856*, Lisboa, 1863; foi novamente impresso em 1868; *Manejo d'arma de infantaria*, Lisboa, 1837; *Manejo d'arma á caçadora*, Lisboa, 1841; *Instrucções de infantaria, ou resumo das 19 manobras, em que se acham explicados todos os deveres dos commandantes dos pelotões, dos sargentos serrafilas e supranumerarios, nos exercicios de batalhão, extrahido das 19 manobras*, etc.

Guerra *(D. Luiz da)*. Irmão de D. Fernando da Guerra (*V. este nome*). Estudou direito canonico em Paris, foi deão da sé de Braga e depois bispo da Guarda. Falleceu em Abrantes no anno de 1458.

Guerra *(Luiz Figueiredo da)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; socio correspondente da secção de archeologia do Instituto de Coimbra e da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos portuguezes; socio da Sociedade de Geographia de Lisboa. Nasceu em Vianna do Castello a 1 de março de 1853, sendo filho do doutor em Canones Joaquim José da Conceição de Figueiredo da Guerra, e de D. Marianna Benedicta de Barros Lima e Azevedo. Seu pae foi juiz de fóra da Barca, nomeado em 1828, e depois de Vianna do Castello em 1830. Pertencia ao partido absolutista, e pelos seus relevantes serviços foi commendador das ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição, e condecorado com a medalha de ouro da *Real Effigie*, pelo infante D. Miguel. Esta familia soffreu bastante, quando se restabeleceu o governo constitucional, por ser realista exaltada. O dr. Figueiredo da Guerra teve de fugir, em março de 1834, vivendo homisiado ainda algum tempo, e além de perder o seu logar na magistratura, perdeu os seus bens paternos em virtude da carta de lei publicada em 7 de agosto de 1835. Luiz de Figueiredo Guerra formou-se na Universidade em 12 de julho de 1879, e a 26 de agosto seguinte casou com D. Emilia da Rosa Cerveira de Figueiredo. Estabeleceu banca de advogado em Vianna do Castello, onde foi bibliothecario da Bibliotheca municipal, que elle fundou em 1888 juntamente com o museu. Em 1886, publicou o numero unico d'um jornal intitulado: *Vianna- 20 de agosto (numero unico), commemorativo das festas de N. S.ª da Agonia em 1886, collaborado por distinctos escriptores e illustrado com gravuras de alguns monumentos da cidade*. N'este jornal veem firmados com o seu nome os seguintes artigos: *A martyr*, *O tumulo do arcebispo* (refere-se a D. Fr. Bartholomeu dos Martyres), *O estylo manuelino em Vianna*, *A capella da Agonia*, *Vianna*, *Estação do caminho de ferro*. Foi redactor da *Revista viannense* (revista archeologica), que principiou a publicar-se em 1891. Escreveu mais: *Syllabario para aprender a ler hebraico*, Coimbra, 1876; *Apontamentos para o exame de historia*, Coimbra, 1876; *Apontamentos de geographia*, Coimbra, 1876; *Estudos archeologicos: Celtiberos*, Coimbra, 1877; *Nota á «Viagem á Terra Santa» do commendador de Malta, Taveira*, Coimbra, 1877; *Esboço historico de Vianna do Castello*, Coimbra, 1878; saira primeiro em folhetins no jornal *Aurora do Lima*; *Guia do caminho de ferro do Minho (de Nine a Valença)*, Coimbra, 1879. Tambem publicou diversos artigos sobre historia, geographia e archeologia, em differentes semanarios de litteratura. Seabra d'Albuquerque na sua *Bibliographia da Imprensa da Universidade*, nos volumes dos annos de 1876 e 1877, fala largamente ácêrca das obras do dr. Figueiredo da Guerra.

Guerra *(D. Manuel Affonso da)*. Doutor em Canones pela Universidade de Salamanca, bispo Cabo Verde, etc. Nasceu em Guimarães, e fal. na cidade da Ribeira Grande, da ilha de S. Thiago, a 8 de março de 1624. Era filho de Salvador Gomes e de Maria Gomes da Guerra. Deixando a patria, foi estudar Direito Pontificio em Salamanca, sendo admittido no Collegio Maior de Cuenca, onde grangeou fama de grande letrado. Voltou depois á patria, e obteve o priorado do convento de Villa Flôr, sendo em 1622 elevado á dignidade de bispo de Cabo Verde. Deixou impresso um *Sermão de S. Thiago, prégado na presença de Filippe III, na occasião em que este veiu a Lisboa*, Lisboa, 1619.

Guerra *(Manuel José Julio da)*. Commendador da ordem de Christo, cavalleiro das da Torre e Espada e de S. Bento de Aviz; commendador da ordem de Carlos III, de Hespanha; brigadeiro graduado do corpo de engenheiros, superintendente dos melhoramentos da navegação do Tejo, etc. Nasceu em Setubal em 12 de março de 1801, fal. em Santarem a 23 de janeiro de 1869. Era filho do pagador com honras e soldo de capitão do batalhão de caçadores n.º 5, José Julio Guerra, e de D. Claudina Rosa Vidal. Fez os seus primeiros estudos sob a direcção d'um seu tio paterno, religioso da ordem de Santo Agostinho, seguindo depois com distincção o curso da arma de engenharia. Na qualidade de superintendente dos melhoramentos do Tejo, e na de presidente e vogal da commissão encarregada em 1854, de determinar o ponto da fronteira que devia ligar entre si os caminhos de ferro de Lisboa a Madrid, e de escolher o ponto mais adequado, onde o mesmo caminho devia transpôr o Tejo, redigiu e publicou varios relatorios e estudos ácêrca d'estes trabalhos, no Boletim do Ministerio das Obras Publicas, a saber: *Relatorio da referida commissão*, no *Boletim* de 1855, n.º 1 pag. 4; é seguido do *Auto de accordo* tomado pela mesma commissão; *Relatorio dos estudos e obras effectuadas pela Superintendencia do Tejo, durante o anno economico de 1858 1859*; no *Boletim* de 1859, n.º 10, a pag. 440; *Estudos no rio Tejo, autorisados pelas instrucções que acompanham o decreto de 30 de julho de 1859 para o melhoramento da navegação do dito rio e protecção dos campos adjacentes*; no *Boletim* de 1861, n.º 1, pag. 57; n.º 2, pag. 191; n.º 3, pag. 342; n.º 4, pag. 431; n.º 5, pag. 507; n.º 6, pag. 61; n.º 7, pag. 37; concluindo no *Boletim* n.º 2 de 1862, de pag. 104 a 118. Escreveu mais: *Guia do operario nos trabalhos publicos, ou resolução de diversos problemas simples, e proprios dos mesmos trabalhos, e dos de agrimensura, com uma série de taboas paro mais a facilitar e egualmente util aos nossos avaliadores ou agrimensores*, Lisboa, 1850. Alexandre Herculano, nas suas *Cartas da Extremadura*, refere-se a Manuel José Julio Guerra, designando-o pelo nome de *Coronel G.*

Guerra *(Manuel José Julio)*. Era filho do antecedente. N. na ilha da Madeira em 1845. Seus paes o destinavam para a marinha, e n'esta conformida te assentou praça como aspirante, mas, não se sentindo com vocação para aquella carreira, resolveu abandonal-a, não chegando sequer a fazer viagem alguma. Applicou-se então ao curso de engenharia, que não pôde completar, por circumstancias independentes da sua vontade, e entregou-se a alguns trabalhos auxiliares da engenharia civil, sob a direcção de seu pae. Verdadeiro apaixonado das bellas artes dedicou-se como amador a trabalhos de talha e a embutidos, conseguindo, por processos inteira-

mente seus, produzir muito n'um periodo curtissimo de tempo. Entre os trabalhos de embutidos, que executou, figurava um bello *chiffonier*, que offereceu a el rei D. Fernando, trabalho que os entendidos diziam ser de grande valor. Manuel Guerra tambem se tornou photographo amador de merecimento, a que se dedicou pelos annos de 1883, apresentando trabalhos dignos de menção, e que lhe valeram ser agraciado pelo fallecido rei D. Luiz I com o habito da ordem de S. Thiago, de merito scientifico, litterario e artistico Além das photographias, tem pintado a oleo paizagens e retratos; desenha com toda a correcção a carvão, e é um aguarellista distincto. Na musica tambem se tornou um amador muito apreciavel. Escreveu: *Diccionario topographico para uso dos engenheiros civis e seus auxiliares*, 8.º de 112 pag , Lisboa, 1872, dedicado a seu pae.

Guerra *(Secretaria de Estado dos Negocios da)*. Foi creada por alvará de 28 de julho de 1736, com a denominação de *Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra* (V. *Estrangeiros)*. Os funccionarios eram communs a ambas as repartições, tendo por chefe um ministro e secretario de Estado, havendo apenas algumas vezes, mas por pouco tempo, dois ministros, dirigindo cada um a sua repartição. Em 27 de setembro de 1820, a Junta determinou que essa secretaria de Estado fôsse dividida em duas, ficando a cargo de uma os negocios diplomaticos e a cargo da outra os militares. Depois do regresso de D. João VI á Europa, deu se nova organisação ás secretarias de Estado pela lei de 12 de junho de 1822, e continuou existindo uma secretaria de Estado especialmente incumbida dos negocios da guerra. Quando o infante D. Miguel foi nomeado commandante em chefe do exercito, em seguida á contra-revolução de 23 de maio de 1823, que ficou conhecida pelo nome de *Villafrancada*, fôram desmembradas da secretaria da guerra algumas repartições para constituirem a secretaria do commando em chefe, mas depois que o mesmo infante, em consequencia da revolta da *abrilada*, de 30 de abril de 1824, teve de sair do reino e ficou extincto o commando em chefe, voltou a secretaria da guerra a concentrar em si a direcção superior de todos os negocios militares, tendo por decreto de 1 de junho do referido anno de 1824, uma organisação, que pouco alterou a que lhe sido dada logo depois da revolução de 1820. A Junta formada no Porto, em seguida ao movimento de 16 de maio de 1828, creou uma secretaria para o expediente militar, e da mesma fórma procedeu a Junta provisoria que se constituiu nas ilhas dos Açôres no mesmo anno, permanecendo ali esse systema até á chegada do conde de Villa Flôr, depois duque da Terceira, o qual assumiu o governo dos Açôres como governador e capitão-general. A regencia da ilha Terceira, apenas se installou em 15 de março de 1830, nomeou logo, segundo a autorisação que tinha, um ministro e secretario de Estado para superintender em todos os negocios do Estado. Tendo o ministro de sair da séde do governo, fôram encarregados do expediente da secretaria de Estados tres secretarios da regencia, ficando um com a repartição dos negocios estrangeiros, o segundo com a da guerra, e o terceiro com as restantes. Em 2 de julho de 1831 se decretou que houvesse dois ministros, sendo um d'estes encarregado das repartições da guerra e marinha, ás quaes se juntou em 10 de outubro seguinte a dos estrangeiros. O serviço continuou regulado d'este modo até 3 de março de 1832, em que D. Pedro IV chegou á ilha Terceira, e reassumindo a autoridade suprema, em nome da rainha D. Maria II, dissolveu a regencia, e nomeou tres ministros, a cada um dos quaes deu duas pastas considerando-se uma interina, e assim continuou apezar das repetidas recomposições do gabinete até que todas se proveram effectivamente em 24 de setembro de 1834. Desde essa epoca, a secretaria de Estado dos negocios da guerra tem tido differentes organisações, augmentando ou diminuindo a sua importancia conforme existia ou não o commando em chefe, e sendo, ainda depois de extincta essa repartição, em 1859, reorganisada varias vezes. Actualmente regula-se pelos decretos promulgados nos fins do anno de 1869. O 1.º ministro da guerra e dos estrangeiros foi Marcos Antonio de Azevedo Coutinho, nomeado em 28 de julho de 1736, quando se instituiu aquella secretaria de Estado, sendo o 2.º Sebastião de Carvalho e Mello, depois conde de Oeiras e marquez de Pombal, nomeado em 2 de agosto de 1750.

Guerra. Lucta á mão armada entre duas nações, ou entre partidos do mesmo povo. As guerras portuguezas acham se descriptas nos respectivos reinados, e as acções, combates, batalhas, convenções, etc., nos logares em que se déram. As revoluções, contra-revoluções, etc., encontram-se descriptas nos nomes por que ficaram conhecidas. || Bibliographia especial: *Um capitulo da guerra da restauração (1660 a 1668). O conde de Schonberg em Portugal*, por Christovam Ayres de Magalhães Sepulveda, Lisboa, 1896. *Memorias historicas e philosophicas da revolução do Porto em maio de 1828*, obra posthuma de Joaquim José da Silva Maia, Rio de Janeiro, 1841, 1 vol. *Historia das revoluções portuguezas, desde 24 de agosto de 1820, até hoje, etc.*, por João Nunes Esteves, Lisboa, 1844. *Historia da revolução de 1820*, por José de Arriaga, Porto, 1886 a 1889 *Campanhas de Portugal em 1833 e 1834*, etc. pelo barão de Saint Pardoux, trad. por * * *, Lisboa, 1836. *A Dynastia e a revolução de setembro ou nova exposição da questão portugueza da successão*, por C. V. e S. C., Coimbra, 1840, 8.º. *Guerra da successão em Portugal*, pelo almirante Carlos Napier, trad. de M. J. Pedro Codina, Lisboa, 1841, 2 vol. *Apontamentos para a historia da revolução do Minho em 1846 ou da «Maria da Fonte» escriptos pelo padre Casimiro, finda a guerra em 1847*. Braga, 1883. *Historia da guerra civil em Portugal*, por Simão José da Luz Soriano, 17 vol. *Luctas caseiras*, Portugal de 1834 a 1851, por Marques Gomes; Lisboa, 1894. *Historia da Revolta do Porto de 31 de janeiro de 1891*, por João Chagas e ex-tenente Coelho; Lisboa, 1901.

Guerra peninsular. O periodo da guerra peninsular decorrido de 1807 até 1814 abrange as tres invasões dos francezes, cuja origem foi a seguinte: Napoleão I, desprezando os tratados de 1801, e 1804, da neutralidade estabelecida entre Portugal e a republica franceza, fez a convenção secreta em Fontainebleau, com Carlos IV de Hespanha, de 27 de outubro de 1807, para conquistarem Portugal; convencionando que a prov. de Entre Douro e Minho, com a cidade do Porto

pertenceria ao rei da Etruria, com o titulo de Lusitania Septentrional; Alemtejo e Algarve ao Principe da Paz, com o titulo de principe dos Algarves; ficando a prov. de Traz-os-Montes, Beira e Extremadura, com a cidade de Lisboa, em poder dos francezes, cujo destino se lhe daria depois de concluida a paz geral. Então o general Junot, com um exercito de quarenta a cincoenta mil homens, de tropas francezas e hespanholas, invadiu o reino de Portugal sem declaração de guerra, com o pretexto de nos livrar da influencia maligna da Inglaterra. Entrou sem a menor resistencia em Lisboa a 30 de novembro de 1807, tendo no dia anterior embarcado a familia real para o Brazil. Junot publicou varios decretos em 1 de fevereiro de 1808, pelos quaes o imperador Napoleão tomava Portugal sob a sua protecção, extinguindo a Casa de Bragança de reinar; supprimiu o conselho da Regencia que deixara o Principe Regente, e publicou egualmente o decreto do imperador, datado de Milão de 23 de dezembro de 1807, para os portuguezes pagarem cem milhões de francos de contribuição extraordinaria de guerra. Organisou depois uma divisão de tropas portuguezas, contando mais de 12:000 homens, mandados para a campanha da Russia, onde muitos falleceram. Em 11 de junho de 1808 começou na cidade de Bragança o movimento de restauração, seguindo-se Olhão, no Algarve, aos 16 de junho, e no dia 18 a cidade do Porto, desembarcando as tropas inglezas, que, unidas depois ás poucas portuguezes que então existiam, formaram o exercito *anglo-luso*, commandado depois por sir Arthur Welesley, duque de Wellington. Ganharam a 17 de agosto a batalha da Roliça contra o general Delaborda, e em 21 de agosto a do Vimeiro contra o general Junot, o qual pediu suspensão de hostilidades em 22 do mesmo mez, o que deu logar á capitulação e convenção de Cintra, em 30 de agosto, a qual foi bastante vantajosa para os francezes, pois se ajustou que todo o exercito invasor, cerca de 24:000 homens, saisse de Portugal, levando as suas armas, artilharia, cavallos, e bagagens, comprehendendo-se n'estas o grande numero de preciosidades que levaram do reino. Por este tempo tambem a Hespanha se revoltara já contra os francezes. Restabelecido o governo legitimo em Lisboa, a 15 de setembro de 1808, o general commandante das forças britannicas, Hew Dalrymple, fez reunir a Regencia supprimida pelos francezes, sendo esta depois alterada pela carta régia, datada do Rio de Janeiro a 6 de julho de 1809, nomeando membros da Regencia ao general sir Arthur Wellesley, então commandante em chefe de todas as forças alliadas, e a Charles Steward, ministro inglez, então residente em Lisboa. O general Soult, principe de Dalmacia, com um exercito de vinte e cinco a trinta mil francezes, invadiu novamente Portugal; em 7 de março de 1809, entrou na cidade do Porto, e batido pelo exercito anglo-luso, retirou se em 29 de maio. Em 1810 fizeram os francezes a terceira invasão, com 60:000 homens, commandados pelo general Massena, principe de Essling, e tomando, por capitulação do general Guilherme Cox, a praça de Almeida, em consequencia de ter ido pelos ares, em 24 de agosto, com a explosão do deposito da polvora, foram batidos os francezes, em 27 de setembro, na batalha do Bussaco. Depois sómente avançaram até Torres Vedras, pelas bem construidas fortificações então feitas para defender a cidade de Lisboa, onde se refugiaram muitos dos habitantes das prov. do Norte. Destruido em parte o exercito francez pela falta de mantimentos, grandes chuvas, e febres epidemicas, retirou-se o resto em 5 de março de 1811, continuando os francezes a serem batidos n'esta campanha denominada *Guerra peninsular*. Os exercitos alliados entraram em França, vindo a terminar a guerra com a paz geral assignada em Paris a 30 de maio de 1814. Guilherme Carr Beresford, agraciado com a gran-cruz da Torre e Espada, e com os titulos de conde de Trancoso, e marquez de Campo Maior, marechal general junto da real pessoa do

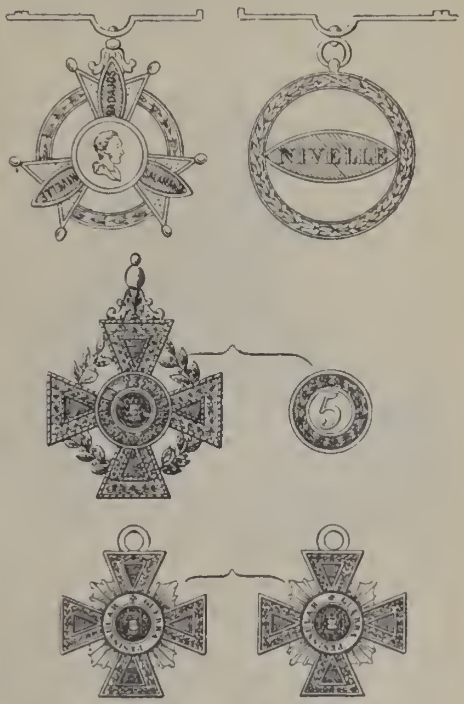

Condecorações concedidas aos militares

Principe Regente, conselheiro de guerra, e commandante em chefe do exercito portuguez, que desde 1809 o organisou, continuou com o mesmo commando em chefe depois da paz geral. Em 1815 foi ao Rio de Janeiro e obteve o decreto de 21 de fevereiro de 1816, com os regulamentos para organisar as ordenanças, e conservar o exercito portuguez com 60:000 homens em tempo de paz, e os officiaes inglezes ao nosso serviço, até que pela revolução de 24 de agosto de 1820 fôram demittidos o marechal Beresford e os seus officiaes. São varias as condecorações dadas aos militares que se distinguiram na guerra peninsular. O decreto de 28 de junho de 1816 diz o seguinte : «Tendo eu tomado na minha real consideração o distincto serviço que me fizeram os generaes commandantes dos corpos, e outros officiaes, nas batalhas e sitios principaes que

houve no reino de Portugal, na Hespanha, e na França, da parte das tropas portuguezas, e dos alliados, contra os francezes, e especialmente pela influencia que taes batalhas e sitios tiveram no exito de uma guerra, que restituiu o meu reino de Portugal, e o da Hespanha, á sua antiga liberdade, e tanto contribuiram para a paz geral da Europa : E, querendo eu perpetuar a memoria, e nome dos sobreditos generaes, e officiaes, distinguindo cada um d'elles conforme o numero de acções em que se acharam, e onde pelo seu valor mereceram especial lembrança : Fui servido destinar para os generaes que se tiverem achado em dez acções principaes, ou mais, um collar formado das quinas portuguezas das armas do meu reino unido e inscripções de cada uma das batalhas, e sitios, memoraveis na dita guerra : Este collar pertencerá sómente áquelles generaes, que tivessem patente de marechal de campo pelo menos, quando se acharam nas batalhas, porque lhes é concedido; e para os que se tiverem achado em tres, ou mais até nove, uma medalha com a minha real effigie, circumdada de tantas folhas de oliveira, quantas fôrem as batalhas ou sitios em que se tiver achado o general, ou official, a quem se dér, e n'ellas gravados os nomes das acções em que se achou. Ultimamente para os que tiverem cooperado sómente para uma ou duas das referidas acções, e sitios, tenho destinado uma medalha, com uma ou duas folhas de oliveira atravessadas, onde se gravem os nomes d'essas acções » etc. Nas instrucções que acompanham este decreto, datado do Rio de Janeiro, e com a rubrica do ministro dos extrangeiros e da guerra, Marquez de Aguiar, encontram-se indicadas as seguintes batalhas e sitios, havidos na guerra peninsular, em que entraram tropas portuguezas : 1808 — 1.ª Vimeiro. 1809 — 2.ª Corunha; 3.ª Talavera. 1810 — 4.ª Bussaco. 1811 — 5.ª Fuentes de Oñoro; 6.ª Albuhera. 1812 — 7.ª Cerco de Ciudad Rodrigo; 8.ª Cerco de Badajoz; 9.ª Salamanca. 1813 — 10.ª Vitoria; 11.ª Pyrinéos; 12.ª Cerco de S. Sebastian; 13.ª Nivelle; 14.ª Nive. 1814 — 15.ª Orthez; 16.ª Toulouse. Para a distribuição das cruzes de condecorações estabeleceram-se seis campanhas pelos seis annos de 1809 a 1814, tendo uma cruz de ouro o official que tivesse estado em quatro ou mais das referidas campanhas; e de prata, o que tivesse estado em duas ou tres. Para os soldados e officiaes inferiores, uma cruz de prata, de modelo especial, quando tivessem estado em duas ou mais campanhas. As medalhas e cruzes, conforme a ordem das gravuras incluidas n'este artigo são as seguintes : — Medalha de ouro com real effigie, pendente no peito do lado direito, concedida aos generaes, e mais officiaes, que se acharam em tres até nove acções, circumdada de folhas de oliveira, onde estão gravados os nomes d'essas acções. — Medalha de ouro concedida aos officiaes que assistiram a uma ou duas acções, tendo uma ou duas folhas de oliveira atravessadas, com os nomes das acções, e egualmente pendente do lado direito. — Cruz de ouro pendente do lado esquerdo, concedida aos officiaes que tiveram quatro ou mais das seis campanhas designadas no decreto acima. Uma cruz de prata egual para os officiaes que tiveram duas ou tres campanhas, tendo sempre no meio da medalha o numero das campanhas, e no reverso as quinas. — Cruz de prata para os officiaes inferiores e soldados, que tivessem servido em duas ou mais campanhas. Estas ultimas condecorações eram presas na farda ao lado direito do peito, pendentes de uma fita das côres nacionaes, que eram n'esse tempo azul e encarnado, mudando depois pelas leis de 23 de agosto de 1821 e 17 de janeiro de 1822 para azul e branco; pelo decreto de 18 de junho de 1823 tornaram a ser azul e encarnado. Pelo decreto de 18 de outubro de 1830, continuaram a ser azul e branco. Para os em-

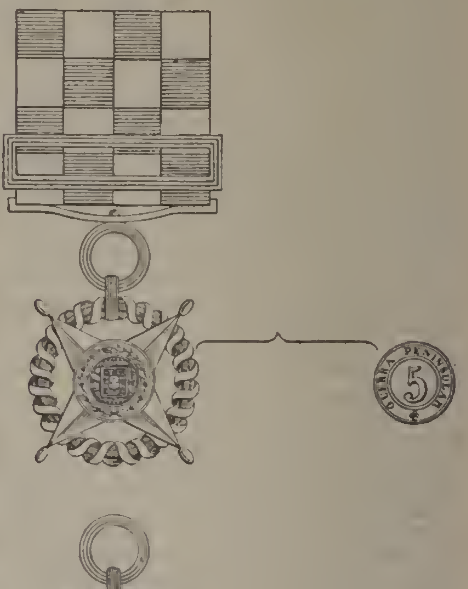

Condecorações concedidas aos empregados civis

pregados civis, que serviram na guerra peninsular, tambem fôram creadas pelo decreto de 13 de maio de 1825 as tres medalhas seguintes: — Medalha de ouro para os empregados civis por nomeação régia, que serviram no tempo de quatro ou mais campanhas. — Medalha de prata para os empregados civis, que serviram no tempo de duas ou tres campanhas. — Medalha de prata para os empregados civis, cujos logares dependiam de leis regulamentares, e nomeados pelos

chefes, que serviram no tempo de duas ou mais campanhas. Estas medalhas eram usadas do lado esquerdo do peito, pendentes de fita, primeiro azul e encarnada, tecida em xadrez, e depois azul e branca, como se vê da respectiva gravura. As medalhas e cruzes reproduzidas n'este artigo estão reduzidas a dois terços do seu tamanho. || Bibliographia: *Historia geral da invasão dos francezes em Portugal, e da restauração d'este reino*, por José Accursio das Neves, Lisboa, 1811, 5 vols. *Apontamentos para a historia das guerras da peninsula*, de Claudio Pereira Chaby. *Historia das guerras da peninsula*, por Luz Soriano. *A guerra da peninsula de 1808-1814*, trad. do inglez por J. Mathias Nunes, Lisboa, 1883. *Materiaes para a historia da invasão franceza e da guerra peninsular (extracto de 700 cartas coevas)* recolhidas por A. Thomaz Pires, no Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, 17.ª série e seguintes. *Investigações historicas do regimento de infantaria n.º 19* por Augusto Escrivanis, Lisboa, 1900. *Memoria das medalhas e condecorações portuguezas*, etc, por Lopes Fernandes, Lisboa, 1861, pag. 66 a 79.

Guerra. Povoações nas freguezias; S. Mamede, de Seara, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Encarnação, de Benedicta, concelho de Alcobaça, districto de Leiria.

Guerra Barata *(Gabriel da)*. Natural da Arada, logar situado na serra da Estrella; ignora-se a data do nascimento; e fal. a 6 de abril de 1749. Era filho de Manuel Dias Ferreira e de Maria Barata; sobrinho do bispo de Portalegre, D. Fr. Domingos Barata. Tendo recebido o habito militar da ordem de S. Bento de Aviz das mãos do prior-mór D. Fr. Francisco Pereira Coutinho, foi admittido a collegial do Collegio Real das ordens militares de Coimbra a 22 de fevereiro de 1708. Laureado com as insignias doutoraes na faculdade de Canones a 14 de outubro de 1717, regeu a cadeira de Clementinas em 1737, de Decreto em 1739, de Prima em 11 de maio de 1748. Foi reitor do seu collegio, e deputado do Santo Officio. Escreveu: *Memorial em que propõe aos senhores vogaes da Universidade de Coimbra as razões, que tem para ser provido na conesia Doutoral de Vizeu*, Madrid, 1745.

Guerra Junqueiro *(Abilio)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado, escriptor e poeta contemporaneo, etc. N. em Freixo de Espada á Cinta a 17 de setembro de 1850, sendo filho do abastado negociante e lavrador José Antonio Junqueiro Junior, e de D. Anna Guerra, a qual falleceu quando seu filho contava apenas 3 annos de edade. Estudou os preparatorios no Lyceu, matriculando se depois na faculdade de Direito na Universidade no anno de 1873. Foi secretario geral do governador civil dos districtos de Angra do Heroismo e de Vianna do Castello. Em 1878, o circulo de Macedo de Cavalleiros o elegeu por seu representante em côrtes. Desde muito novo começou a manifestar notavel talento poetico, e já em 1868 Luciano Cordeiro, no seu *Livro de critica*, lhe registrava o nome entre os dos mais esperançosos da nova geração de poetas portuguezes. No mesmo anno, no opusculo intitulado *O Aristarco portuguez*, apreciando-se o livro, publicado em Coimbra em 1867 por Guerra Junqueiro, *Vozes sem ecco*, se prognostica um futuro auspicioso ao seu autor. No Porto, na mesma data, apparecia outra obra de Guerra Junqueiro, *Baptismo de amor*, acompanhada d'um preambulo de Camillo Castello Branco; em Coimbra publicara Guerra Junqueiro a *Lyra dos quatorze annos*, volume de poesias; e em 1867 o poemeto *Mysticæ nuptiæ*; no Porto a casa Chardron editara-lhe em 1870 a *Victoria da França*, que depois saiu em Coimbra em 1873. Sendo proclamada a Republica em Hespanha, escreveu ainda n'este anno o vehemente poemeto *A' Hespanha livre*. Em 1874 appareceu o poema *A morte de D. João*, edição feita pela casa Moré, do Porto, obra que alcançou o maior successo na nossa litteratura contemporanea. Toda a imprensa se occupou d'este poema, apreciando-o devidamente; Camillo Castello Branco tambem lhe consagrou um artigo nas *Noites de insomnia*, e Oliveira Martins, na revista *Artes e Letras*. Em

Abilio Guerra Junqueiro

Coimbra foi redactor da *Folha*, jornal fundado e dirigido pelo poeta João Penha. Vindo residir para Lisboa foi collaborador em prosa e em verso, de jornaes politicos e artisticos, como a *Lanterna magica*, com a collaboração de desenhos de Raphael Bordallo Pinheiro. Em 1875 escreveu o *Crime*, poemeto a proposito do assassinio do alferes Palma de Brito; a poesia *Aos Veteranos da Liberdade*; o volume de *Contos para a infancia*. Nos *Brindes do Diario de Noticias* tambem publicou o poemeto *Fiel*, no de 1875, e o conto *Na feira da Ladra*, no de 1877. Em 1878 publicou em Lisboa o poemeto *Tragedia infantil*. Uma grande parte das composições poeticas de Guerra Junqueiro estão reunidas no volume que tem por titulo *A musa em férias*, publicado em 1879. N'este anno tambem saiu o poemeto *O Melro*, que depois foi incluido na *Velhice do Padre Eterno*, edição de 1885. Publicou *Idyllios e Satyras*, e traduziu e colleccionou um volume de contos de Andersen e outros. Guerra Junqueiro esteve nas ilhas dos Açôres, e quando voltou foi atacado d'uma cruel enfermidade do estomago. Resolveu

ir tratar-se a Cauterets, mas não saiu de Paris, onde, segundo um dos seus biographos, iniciou o tratamento com canções de vaudeville, harmonias da Opera, digressões ao *Bois de Boulogne* e passeios no Boulevard. Regressando, publicou em 1885 no Porto *A velhice do Padre Eterno*, que provocou acerbas réplicas por parte da opinião clerical, representada na imprensa, entre outros, pelo conego Senna Freitas. Em seguida appareceram outras composições lyricas, como *A Lagrima*, etc. Quando se deu o conflicto com a Inglaterra, e os espiritos se alvoroçaram com a repressão politica que se seguiu com o *ultimatum* de 11 de janeiro de 1891, Guerra Junqueiro interessou se profundamente n'esta crise nacional, e escreveu o opusculo *Finis Patriæ*, e a *Canção do Odio*, para a qual Miguel Angelo escreveu a musica. Posteriormente publicou o poema *Patria*, sobre o qual se encontra uma extensa apreciação critica, no *Brazil mental* Alguns jornaes de Lisboa e a *Voz Publica*, do Porto, transcreveram a analyse independente d'um publicista allemão ácêrca d'este poema. Em 1892 publicou-se o livro *Os Simples*; em 1902 a *Oração á Luz*, a primeira d'uma série. O poeta annunciava um volume em prosa, que seria a definição da sua philosophia, e no qual vem meditando e trabalhando: *Ensaios espirituaes*, *A Lei da Vida*. De Guerra Junqueiro tambem existem preambulos a obras alheias, como o que acompanha o livro de Luiz de Andrade, *Caricaturas em prosa* De collaboração com Guilherme de Azevedo, em 1876, escreveu a revista *Viagem á roda da Parvonia*, que se representou no Gymnasio. Em 1904 publicou Guerra Junqueiro no jornal francez *Revue*, que resista semanalmente o movimento scientifico, o artigo *O Radium e a radiação universal*. Versa sobre o *Radium*, corpo recentemente descoberto, que se tornou assumpto de numerosas questões. Ao autor de *Os Simples* despertou tambem interesse a questão, e querendo profundar os mysterios da natureza, estudou e pôz seu superior talento ao serviço da sciencia, emittindo sua opinião sobre o extranho e descutido corpo que tanto tem preoccupado os maiores sabios. Muitas das composições poeticas de Guerra Junqueiro estão traduzidas em diversas linguas: em hespanhol, por Curros Henriquez; na America hespanhola, por Leopoldo Diaz, de Buenos Ayres; em inglez, por Prestage; em francez, por Formont; em italiano, por Cannizzaro, etc. Tambem se encontram em revistas e em obras especiaes, francezas e allemãs, apreciações elogiosas e criticas ácêrca do poeta e da sua obra. Nos ultimos annos tem-se entregado aos trabalhos de lavoura como seu pae na sua quinta da Barca d'Alva, occupando se de assumptos agricolas com notavel zelo, dando os seus estudos ensejo a polemicas pelo jornalismo, e merecendo louvores de homens de sciencia.

Guerra Leal *(Manuel Alberto da)*. Antigo alumno da Academia de Marinha e ajudante do corpo dos guardas barreiras do Porto; cavalleiro da ordem de Christo. Nasceu na referida cidade em fevereiro de 1819. Collaborou nos jornaes seguintes: *Porto e Carta*, *Braz Tisana*, *Commercio do Porto*, *Theatro*, *Chronista*, *Defensor*, *Primeiro de Dezembro*, e outros. Em 1889 era reverificador do circulo aduaneiro do norte, e correspondente do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, no Porto. Escreveu: *O fratricida*, drama, Porto, 1843; *O juramento ou o cavalleiro de Christo*, drama historico, representado no theatro de S. João, por occasião da visita da rainha D. Maria II ao Porto, Porto, 1852; *O testamento*, drama historico; *Os argonautas*, drama mythologico; *Ha bens que vem por mal*, romance original, publicado em folhetins do *Commercio do Porto*, em 1859. Traduziu do francez outros romances, publicando-se alguns em separado, e outros em diversos jornaes. Attribue-se-lhe tambem o poema *As duas actrizes*, publicado no Porto em 1849.

Guerra Osorio *(Rufino)*. Doutor e lente de Mathematica na Universidade de Coimbra, etc. Nasceu em Peregueda, distr. de Villa Real, a 26 de janeiro de 1810; ignora-se a data da sua morte. Era filho de Antonio Pereira Coutinho e Guerra, e de D. Luiza Carolina. Doutorou-se a 31 de julho de 1840. Foi frade da ordem dos agostinianos reformados, mais conhecidos pela denominação vulgar de *Grillos*. Escreveu: *Compendio de Arithmetica para uso dos lyceus*, Coimbra, 1854.

Guerra e Souto. Duas povoações reunidas na freg. de S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Guerras. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Guerreira ou **Outeiro da Guerreira.** Pov. na freg. de Nossa Senhora da Purificação, de Asseiceira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Guerreiro. Familia oriunda de Castella, que passou a Portugal no tempo de D. Affonso V, e cujos membros fôram capitães móres de ordenança da villa de Almodovar. As suas armas são: Em campo vermelho um leão de ouro com uma espada na garra direita com a folha de prata e guarnições de ouro; timbre, um braço armado de prata com a espada do escudo na mão em acção de descarregar o golpe.

Guerreiro *(Affonso)*. Formado em Theologia pela Universidade de Coimbra, prior da freguezia de S. Christovão, de Lisboa. Era natural de Almodovar, e morreu, sendo assassinado nas vizinhanças de Lisboa, em 1581. Deixou manuscripta uma *Chronica* de el-rei D. Sebastião, e outra da ordem da Trindade da provincia de Portugal; imprimiu a seguinte obra: *Das festas que se fizeram na cidade de Lisboa na entrada d'el-rei D. Filippe primeiro de Portugal*, Lisboa, 1581.

Guerreiro *(Affonso Alvares)*. Doutor em Direito Civil e Canonico. Era natural de Almodovar, e falleceu em 1577. Passou á Italia, onde exerceu o cargo de presidente da chancellaria de Napoles e do bispado de Monopoli, para que foi nomeado em 1572. Deixou algumas obras em latim.

Guerreiro *(Fr. Affonso da Madre de Deus)*. Religioso da ordem de S. Francisco. Chamava se no seculo Affonso Guerreiro de Brito Nasceu em Evora em 1676, ignora-se a data da sua morte. Era filho do dr. Bartholomeu Gomes de Brito e de Escolastica de Sousa Rolão. Tendo aprendido grammatica na Universidade de Evora, veiu para Lisboa em 1692 e assentou praça de soldado. Partiu depois para a India em 26 de março de 1698, com o posto de alferes de infantaria, com Luiz Ferreira de Noronha, a bordo da nau *S. Pedro Gonçalves*, tendo recebido em 23 do re-

ferido mez de março o habito da ordem de Christo. Chegando a Gôa em 14 de setembro, embarcou a bordo da armada que navegou ao norte, commandada por Francisco Pereira da Silva, e percorreu as praças de Chaul, Baçaim e Damão. Por ordem superior foi á Persia, e quando voltou a Gôa foi promovido a capitão da praça de Baçaim, logar que não acceitou, por ter resolvido entrar na vida religiosa. Recebeu então o habito serafico a 19 de dezembro de 1703, na provincia reformada da Madre de Deus, e depois de professar, dedicou-se aos estudos de Philosophia e Theologia no convento de Nossa Senhora do Cabo, e ao mister de prégador. Exerceu os cargos de procurador geral e commissario em Portugal, motivo por que saiu de Gôa a 21 de janeiro de 1711, chegando a Lisboa a 4 de outubro. Em remuneração dos preciosos manuscriptos e documentos que a sua infatigavel diligencia investigou para a Academia Real da Historia Portugueza, esta o elegeu seu socio supranumerario.

Guerreiro *(Antonio José Garcia)*. Major do Estado maior, lente da 10.ª cadeira da Escola do Exercito (Historia critica da guerra; estrategia; geographia e estatistica militar); official ás ordens d'el-rei senhor D. Carlos, etc. Nasceu em 25 de maio de 1866. Tem o antigo curso de estado maior. Assentou praça a 9 de outubro de 1880, sendo promovido a alferes em 5 de janeiro de 1887, a tenente em 16 de janeiro de 1889, a capitão em 30 de janeiro de 1890, e a major em 28 de dezembro de 1899. Tomou parte na expedição de Moçambique, como chefe do estado maior das fôrças expedicionarias, a qual saiu de Lisboa a 12 de setembro de 1900, a bordo do vapor *Benguella*. O sr. major Garcia Guerreiro é official e cavalleiro da ordem de Aviz; tem a medalha de prata de comportamento exemplar, e a cruz de 2.ª classe da de merito militar de Hespanha.

Guerreiro *(P. Bartholomeu)*. Jesuita. N. em Almodovar em 1564, fal. em Lisboa na Casa Professa de S. Roque, a 24 de abril de 1642. Era filho de Antonio Fernandes Correia e de Maria Guerreiro de Gusmão. Professou no collegio de Evora a 7 de dezembro de 1578. Foi prefeito da Universidade de Evora, e fez largas digressões por todo o reino durante 17 annos, como missionario apostolico. Era muito estimado pelos duques de Bragança D. Theodosio e D. João. Escreveu : *Gloriosa Corôa de esforçados Religiosos da Companhia de Jesus, mortos pela fé catholica nas conquistas dos reinos da Corôa de Portugal*, Lisboa, 1642; com um frontispicio gravado em metal; na composição d'esta obra, que saiu posthuma, foi muito coadjuvado pelo P. Manuel Fernandes, segundo este declara na sua *Alma instruida*, tomo III, pag. 884; *Jornada dos vassallos da corôa de Portugal para se recuperar a cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos, tomada pelos Hollandezes*, etc., Lisboa, 1625; *Sermão de S. Thomé, prégado na Capella Real, anno de 1623*, Lisboa, 1624; *Sermão nas exequias do anno, que se fizeram ao ex.mo Principe D. Theodosio segundo Duque de Bragança em Villa Viçosa*, Lisboa, 1632.

Guerreiro *(Cesar Augusto Barradas)*. General de divisão reformado. N. em 1835, fal. em Monforte em outubro de 1899. Foi alumno do Collegio Militar, e assentou praça na arma de infantaria a 6 de agosto de 1850, sendo promovido a alferes em 14 de dezembro de 1853, a tenente em 7 de junho de 1866, a capitão em 20 de agosto de 1873. Pela reforma do exercito de 1884 foi promovido a major; em 16 de março de 1887 a tenente-coronel, e em 10 de julho de 1889 a coronel; em 14 de dezembro de 1894 a general de brigada, sendo mais tarde reformado. O general Barradas Guerreiro era um chorographo distincto; serviu por muitos annos na commissão geodesica, onde deixou trabalhos de valor. Foi commandante de infantaria n.º 22, em Portalegre. Pouco tempo depois da sua promoção a general de brigada, foi lhe confiado o commando da brigada de infantaria, que tinha a sua séde em Braga, sendo mais tarde transferido para o commando da 2.ª brigada com a séde em Lisboa, onde se conservou até que a doença o obrigou a reformar-se. Era grande official da ordem de S. Bento de Aviz por distincção, commendador e cavalleiro da mesma ordem, e possuia a medalha de prata de comportamento exemplar.

Guerreiro *(P. Fernando ou Fernão)*. Jesuita. N. em Almodovar em 1550, fal. em 28 de setembro de 1617. Foi reitor dos collegios de Bragança e da ilha da Madeira, vice-preposito da Casa Professa de S. Roque, de Lisboa. Deixou publicadas varias *Relações annuaes*, relativas ao que os padres da Companhia de Jesus praticavam na India, Brazil e outras conquistas durante os annos de 1600 a 1608. *Relação annual das cousas que fizerão os Padres da Companhia de Jesus nas partes da India e em algumas outras das Conquistas d'este Reyno*. Lisboa, 1611.

Guerreiro *(João Tavares de Vellez)*. V. *Vellez Guerreiro*.

Guerreiro *(João Verissimo Mendes)*. V. *Mendes Guerreiro*.

Guerreiro *(José Antonio)*. Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, deputado, ministro de Estado, etc. N. em S. Martinho de Lanhellas, do concelho de Caminha, a 5 de dezembro de 1789, fal. em 1 de agosto de 1834 Depois de concluir os estudos preparatorios, matriculou-se na Universidade, tomando o grau de bacharel em Canones em 1816. Querendo seguir a carreira da magistratura, habilitou-se, como então se dizia, para os logares de letras, e em 1818 foi despachado juiz de fóra de Mertola. Tomou parte na revolução de 1820, sendo um dos deputados das côrtes constituidas em 1821, e um dos membros do tribunal da liberdade de imprensa. No dia seguinte ao da partida do infante D. Miguel para Villa Franca, em maio de 1823, D. João VI organisou um gabinete, e chamou José Antonio Guerreiro para ministro da justiça, cargo que exerceu desde 28 de maio até 5 de junho do referido anno de 1823, em que o gabinete se demittiu, por D. João VI faltar á promessa que fizera d'um ministerio liberal, como seguro penhor aos compromissos tomados, tendo a fraqueza de ir encontrar o filho em Villa Franca, e voltar com elle em triumpho para Lisboa. José Antonio Guerreiro, muito contrariado com o procedimento do monarcha, afastou se da politica, e só em 1826, depois da morte de D. João VI, quando D. Pedro IV outhorgou a Carta Constitucional, é que tornou a ser ministro, encarregando-se tambem da pasta da justiça, no gabinete de que Saldanha fazia parte, na regencia da infanta D. Izabel Maria, e ali se conservou até 1827, afas-

tando então novamente da politica, por conhecer as tendencias para o absolutismo, tanto da infanta como das pessoas que a cercavam. Quando D. Miguel se declarou rei absoluto, tomando conta da regencia em 1828, José Antonio Guerreiro emigrou para Inglaterra, onde collaborou com o marquez, depois duque de Palmella, no *Manifesto* dos direitos de D. Maria II. Esteve depois nos Açôres, sendo escolhido para membro do conselho da regencia na ilha Terceira, e a elle se deve grande parte do plano de resistencia contra os elementos que se propunham a contrariar o movimento constitucional. Foi elle principalmente quem desbaratou as guerrilhas miguelistas que se organisaram n'aquella ilha, quem preparou a expedição contra as ilhas dos Açôres, que deu optimos resultados, e quem preparou a revolta. José Antonio Guerreiro tinha a gran-cruz da ordem da Torre e Espada, com que fôra agraciado em 4 de abril de 1833, e D. Pedro IV o nomeou a 20 de setembro d'esse mesmo anno, conselheiro de Estado. Pouco tempo sobreviveu, fallecendo na edade de 45 annos. José Antonio Guerreiro foi autor da parte historica da *Folhinha da ilha Terceira para o anno de 1832*, de pag. 17 a 64. Escreveu mais: *Manifesto dos direitos de Sua Magestade Fidelissima a sr.ª D. Maria II, e exposição da questão portugueza*, Londres, 1829; foi reimpresso em Rennes, em 1831; em Coimbra, 1833 e 1841; n'este manifesto, conforme já dissémos, collaborou tambem o duque de Palmella, então ainda marquez, sendo a discussão legal, por José Antonio Guerreiro, e a questão historica e diplomatica pelo marquez de Palmella. Em 1837, publicou-se posthuma a seguinte obra: *Memoria justificativa de Izabel Archbald e suas irmãs, ou discurso refutatorio da sentença contra ellas proferida em grau de revista na execução que lhes move Ch. N. Copke.* Quando falleceu José Antonio Guerreiro publicou-se uma noticia em folha avulsa, tendo por titulo no alto da primeira pagina *Necrologia*, e no fim da ultima, Lisboa, Imprensa Liberal, 1834.

Guerreiro *(Miguel do Couto)*. Formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, poeta, etc. N. em Grandola no anno de 1720, pouco mais ou menos; fal. em Lisboa a 2 de outubro de 1793. Era filho de Manuel do Couto e de Marianna Guerreiro. Das cartas de formatura em Medicina passadas a Miguel de Couto Guerreiro, consta que elle frequentára em Coimbra 6 cursos de 8 mezes cada um, e que fôra definitivamente approvado em 14 de maio de 1751. Casou em 26 de outubro de 1760 com D. Anna Luzia Garcia, filha de Balthazar Garcia e de D. Maria Thereza Martins. Logo depois da sua formatura, foi provido no cargo de medico do juizo de saude do posto de Setubal, que exerceu por muitos annos. Por aviso régio de 24 de abril de 1786 lhe foi concedido o resignar o dito emprego em outro seu collega, o bacharel Candido da Costa Freitas Gamitto, sendo reservados para elle cedente os emolumentos e proventos do logar emquanto vivesse, e n'essa conformidade se passou carta ao referido Gamitto em 30 de maio de 1786. Transferiu-se depois para Lisboa, sendo já viuvo, onde veiu a fallecer. Escreveu: *Arte poetica de Horacio, traduzida em rima vulgar*, Lisboa, 1772; *Tratado da versificação portugueza, dividido em tres partes: a primeira contém um brevissimo compendio das regras mais praticaveis da metrificação; a segunda um amplissimo diccionario de consoantes; e a terceira, instrucções para a perfeita poetica*, Lisboa, 1784; *Sayras em desabono de muitos vicios, e Elegias sobre as miserias do homem*, Lisboa, 1786; *Fabulas de Esopo, reduzidas a rima portugueza, com explicações accommodadas á moral christã*, Lisboa, 1788; *Cartas de Ovidio, chamadas heroides, expurgadas de toda a obscenidade e traduzidas em rima vulgar; com as suas respostas, escriptas umas pelo mesmo Ovidio, outras por Sabino e Sidronio, e a maior parte d'ellas pelo traductor; e um epilogo no fim de cada uma, em que se mostra a doutrina que d'ellas se póde tirar*, etc., Lisboa, 1789; *Epigrammas portuguezes*, Lisboa, 1793.

Guerreiro. Pov. na freg. de S. Marcos da Ataboeira, conc. de Castro Verde, distr. de Beja.

Guerreiro Camacho *(Gregorio Rebello)*. Tenente-coronel reformado. N. em Lisboa a 25 de janeiro de 1713, fal. depois do anno de 1794. Era filho do dr. Thomé Guerreiro Camacho de Aboim, medico pela Universidade de Coimbra, que exerceu clinica em Lisboa e Santarem, e physico-mór da provincia de Angola, casado com D. Theodora Maria d'Assumpção. A 26 de maio de 1723, conforme a qualidade dos seus maiores, foi filhado por escudeiro e accrescentado logo a cavalleiro fidalgo, com os honorarios respectivos. Assentou praça em 8 de junho de 1734 no regimento de cavallaria de Alcantara, e com este regimento foi em 1735 para o Alemtejo, achando-se no acampamento que as tropas ali fizeram. Voltando a Lisboa passou ao regimento da armada real, e na qualidade de granadeiro e de cabo de esquadra serviu mais de 15 annos, embarcando em 4 armadas e indo duas vezes de comboio até á America. Sendo admittido como discipulo da aula de fortificação, frequentou-a naturalmente, com intervallos, segundo lh'o permittiria a assiduidade do serviço da armada, mas com aproveitamento, obtendo afinal por 1748 ou 1749 o posto de ajudante de infantaria com exercicio de engenheiro, conforme o estylo do tempo. Tomou parte na expedição ao Pará e Rio Negro, que em 1750 se organisou com o fim de proceder á demarcação dos reaes dominios, por aquelle lado, e por este motivo foi promovido a capitão por decreto de 4 e carta patente de 5 de novembro do referido anno. Por circumstancias que se ignoram, a expedição só se realisou nos fins de maio de 1753. Antes da partida, Gregorio Rebello, nome porque era mais conhecido, foi agraciado com o grau de cavalleiro da ordem de Christo, cujo habito recebeu fazendo profissão na egreja da Luz. Demorou-se no Pará mais de anno e meio, passando depois ao Rio Negro, em cujo arraial se apresentou a 12 de fevereiro de 1755, indo em companhia do governador e capitão general Francisco Xavier de Mendonça Furtado, primeiro commissario da demarcação. No Rio Negro demorou-se até 5 de julho do mesmo anno de 1755, e partindo para Portugal, chegou a Lisboa nos fins de outubro, tendo a infelicidade de no fatal terremoto de 1.º novembro perder todos os seus haveres e os documentos dos serviços que prestara na America, que tudo ardeu no incendio que se seguiu á terrivel catastrophe, salvando-se a sua familia milagrosamente. Foi logo nomeado para a inspecção da cidade arruinada,

no bairro da Ribeira, para o effeito de se entregarem os predios aos seus respectivos donos. N'esta occupação se demorou até maio de 1756, sendo, por aviso de 30 d'este mez, mandado de novo assentar na vedoria da côrte. A 9 de agosto, o mestre de campo-general e engenheiro-mór do reino, Manuel da Maia, o nomeou para fazer o projecto do muro de guarda do caminho do Forno do Tijolo da parte das Olarias, para com esta defeza se evitar o perigo das carruagens; em 7 de setembro, por ordem do mesmo engenheiro-mór, foi inspeccionar e examinar as ruinas da fortaleza das Berlengas e praça de Peniche, commissão em que se demorou 10 dias, regressando a Lisboa no dia 17 do referido mez. Em 1758, por ordem do marquez de Tancos, governador das armas da côrte e provincia da Extremadura, foi examinar as ruinas do forte de S. Martinho, fazendo desenhos, projectos e planos para todas essas reparações. Em 1759 foi nomeado pela Junta dos Tres Estados para examinador dos alumnos da aula militar de fortificação, havendo-se procedido ao acto dos exames no dia 17 de julho. Gregorio Rebello, por ordem do referido engenheiro-mór, assistiu tambem á arrematação das obras de pedreiro e carpinteiro, quando se tratou das reparações dos quarteis da cavallaria de Alcantara e Caes do Carvão, acto a que se procedeu na vedoria da côrte a 5 de maio de 1761. No anno seguinte recebeu ordem de ir ao forte de S. Martinho do Porto, e apresentou uma succinta informação do seu estado de ruina, opinando pelo seu abandono, e construcção d'um novo forte, de que fez o projecto. Com estes serviços accumulava as funcções de thesoureiro e porteiro do conselho de guerra, officio pertencente á casa de seu avô materno, e que para manutenção de sua mãe lhe fôra conferido por carta de 10 de fevereiro de 1749, em vista da renuncia que, para esse fim, n'elle fizera do referido officio, seu tio Antonio de Brito Rebello, a quem de direito pertencia. Por decreto de 17 e carta patente de 24 de janeiro de 1778 foi promovido a sargento-mór, com o mesmo exercicio. Sentindo-se já muito avançado em edade e cançado, requereu a sua reforma, que lhe foi concedida no posto de tenente-coronel, por um decreto em termos muito honrosos, de 4 de abril de 1791. Gregorio Rebello Guerreiro Camacho casou a 12 de março de 1736 com D. Maria Thereza de Jesus Guerreiro, que falleceu em 1787.

Guerreiro Camacho de Aboim *(Diogo)*. V. *Aboim*.

Guerreiro Chaves *(Antonio Gonçalves)*. Major de infantaria reformado, tendo pertencido á classe dos quarteis-mestres. Nasceu em Mertola a 4 de maio de 1820. Escreveu: *Relação completa da campanha da Russia em 1812; revista e augmentada com a descripção da batalha das Pyramides, caracter e elevação de Napoleão I ao poder*, Lisboa, 1879.

Guerreiros. Povoações nas freguezias: S. Sebastião, do Gomes Ayres, conc. de Almodovar, distr. de Beja. || Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Guerreiros do Rio. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Alcoutim, distr. de Faro.

Guetim. Pov. e freg. de Santo Estevão, da prov. do Douro, conc. de Villa Nova de Gaia, com. e distr. e bisp. do Porto; 571 hab. e 156 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc. O reitor de S. Felix da Marinha apresentava o cura, que tinha 12$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é muito fertil, e pertence á 3.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto.

Guetiz. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Pias, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Guezo. Rio do concelho de Ambriz, districto de Loanda, provincia de Angola. Nasce no sertão e vae desaguar na enseada de Mosoulo Pequeno.

Guia *(Farol da)*. V. *Cascaes*.

Guia. V. *Alfontes da Guia*. || Povoações nas freguezias: Santa Leocadia, de Geraz do Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Matta Moirisca, conc. de Pombal, distr. de Leiria. Tem estação do caminho de ferro, na linha de Oeste, entre as de Monte Redondo e Louriçal. || S. Miguel, de Sapardos, conc. de Villa Nova da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Monte na freg. de S. João Baptista, de S. João da Fontoura, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Ponta da costa meridional da ilha do Faial, Açôres. E' o extremo d'uma pequena peninsula que abriga a enseada do porto Pim, a O da mesma ponta, e fórma o limite meridional da cidade da Horta. Tem fortaleza. || Monte granitico da costa oriental da peninsula de Macau. Tem 106 metros de altitude, e é o mais elevado da peninsula. Na parte mais alta do monte ha uma fortaleza e um farol chamado *da Guia*. || Monte da ilha do Faial, Açôres. E' coroado por uma ermida da mesma invocação.

Guia Maxinte. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Guiães *(José Taveira Pimentel de Carvalho e Menezes, 1.º visconde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real; commendador da ordem de Christo; condecorado com as medalhas das campanhas da guerra peninsular; senhor do morgado de Guiães em Villa Real; coronel de milicias de Lamego, e depois aggregado ás do Porto. Nasceu em Lamego a 6 de setembro de 1778, fal. no Porto a 16 de dezembro de 1866. Era filho de Manuel Carlos Teixeira Pimentel de Carvalho, e de sua mulher, D. Maria Rosa Umbelina de Menezes e Lira, filha de Pedro Lopes Calheiros de Benevides, fidalgo da Casa Real, senhor da casa solar dos Calheiros, em Ponte do Lima. O visconde de Guiães casou em 29 de junho de 1819 com D. Anna de Sousa e Alvim Lira de Menezes, sua sobrinha, filha de Ruy Lopes de Sousa e Lemos, senhor de Bordonhas, e de sua mulher, D. Antonia Adelaide Lira e Menezes. D'este matrimonio houve dois filhos: Duarte Taveira, que falleceu em 1847, e D. Maria Antonia Taveira de Sousa Alvim Lira e Menezes, que herdou o titulo, e foi a 2.ª viscondessa de Guiães, e viscondessa da Varzea, pelo seu casamento, em 24 de outubro de 1836, com o 2.º visconde d'este titulo João da Silveira Pinto da Fonseca (V. *Varzea*). O titulo de visconde de Guiães foi concedido por decreto de 26 de julho de 1850. O brazão d'armas: Escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Pimentas; no segundo as dos Taveiras; no terceiro as dos Carvalhos, e no quarto as dos Menezes. E' actual viscondessa de Guiães, a sr.ª D. Maria Antonia Taveira Lima de Menezes.

Guiães. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. de Traz-os Montes, conc., com. e distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 807 hab. e 208 fog. Tem escolas d'ambos os sexos e estação postal, permutando malas com Abbaças. A povoação dista 13 h. da séde do conc. e está situada na estrada de Peso da Regoa a Sabrosa. O cabido da sé de Braga apresentava o vigario, que tinha 225$000 réis annuaes. A terra é muito fertil; tem caça e cria muito gado. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Guiam. Reino de gentios mandingas, na prov. da Guiné, Africa Occidental.

Guiambé. Terras do districto de Inhambane, na provincia de Moçambique, Africa Occidental.

Guiamonde. Pov. na freg., de Santa Cruz, de Alvarenga, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Guião. Bandeira menor, antiga; bandeira que se leva em procissões. Pequena bandeira que servia n'um alinhamento e era insignia de cavalleiro e até do rei quando saía do corpo onde ía o estandarte real do reino; levava-o um pagem e era *o guião da divisa real*. O *guião real* saia em recontros de menor circumstancia, o que não succedia á bandeira real, que entrava nas grandes batalhas.

Guião *(Luiz de Magalhães Ferreira)*. General de divisão reformado, fallecido em Lisboa a 15 de novembro de 1902 Fez a sua carreira militar na arma de infantaria. Serviu em varios corpos, e por ultimo em infantaria n.º 16, regimento de que foi commandante por muitos annos. Quando teve a promoção de general de brigada foi nomeado vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar, e em 1894 teve a sua reforma na patente de general de divisão. Era cavalleiro e commendador da ordem de Aviz, cavalleiro da de N. S.ª da Conceição, e da de Carlos III, de Hespanha; possuia a medalha de ouro de comportamento exemplar.

Guichita. Pov. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Guições. Pov. na freg. de Santa Maria, de Verim, concelho de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Guide. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança; 411 hab. e 113 fog. Tem estação postal. A pov. dista 13 k. da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 1:600$000 réis de rendimento annual. Passa-lhe proximo o rio Tuella e a ribeira de Villares. Pertenceu ao antigo concelho da Torre de D. Chamma, hoje extincto, e actualmente está annexa civilmente a esta freguezia. A terra é fertil, o clima quente e muito doentio. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Guido (*Hypolito*). Medico do hospital de Todos os Santos, nomeado em 16 de setembro de 1674, e que falleceu em 1699.

Guidieiros. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sendim, conc de Taboaço, distr. de Vizeu.

Guidimtesta. Nome do vasto territorio que D Sancho I deu a D. Affonso Paes, prior da ordem do Hospital, em 13 de junho de 1194, para ali fazer o castello de Belver. V. *este nome*.

Guidões. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Douro, conc. e com. de Santo Thirso, distr. e bisp. do Porto; 688 hab. e 169 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada junto do rio Ave. O reitor de Alvarelhos apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil. Tem caça e peixe, e cria muito gado. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Guidugo. Territorio tributario do districto de Inhambane, na provincia de Moçambique, Africa Oriental.

Guiduguni. Pequena povoação do territorio de Guidugo, no districto de Inhambane, prov. de Moçambique.

Guifães ou **Guijões.** Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Bouças, distr. e bisp. do Porto; 806 hab. e 168 fog. Dista 4 k. da séde do conc, e fica proximo da margem esquerda do rio Leça. O reitor de Mattosinhos apresentava o cura, que tinha 125$000 réis e 20 alqueires de milho. A terra é muito fertil. Cria-se aqui muito gado bovino. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto.

Guifuiela. Terras da Corôa no districto de Inhambane, provincia de Moçambique, Africa Oriental. Produzem arroz, cêra e mel.

Guiganza. Pov. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Guilhabreu. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Villa do Conde, distr. do Porto, arceb. de Braga; 914 hab. e 213 fog Dista 11 k. da séde do conc. e está situada junto da margem esquerda do rio Soutello. Esta pov. era do conc. da Maia e com. do Porto, mas a requerimento do povo da freguezia passou para o conc. e com. de Villa do Conde, por decreto de 11 de maio de 1870. A sé apostolica apresentava o reitor, que tinha 120$000 réis. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto.

Guilhada. Pov. na freg. de S. Julião, de Silva, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Guilhadães. Pov. na freg. de Santa Maria, de Arrifana, conc. da Feira, distr. dd Aveiro.

Guilhade. Pov. na freg. de S. Martinho, de Varzea do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Guilhadezes. Pov. e freg. de Santo André, na prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 518 hab. e 133 fog. Dista 1 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem direita do rio Lima. Pertence á 3.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Guilhado. Pov. na freg. do Salvador e conc de Villa Pouca de Aguiar, districto de Villa Real.

Guilhafonso. Pov. e freg. do conc. de Arcos de Valle-de-Vez. V. *Villa Fonche*. ‖ Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. ‖ S. João Baptista, de Pera do Moço, conc. e distr. da Guarda.

Guilhamil. Povoações nas freguezias: S. Verissimo, de Lagares, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. ‖ O Salvador, de Valdreu, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Guilhão. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Fajozes, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. ‖ S. Simão, de Gouveia, conc. de Amarante, do mesmo districto.

Guilhavém. Pov. na freg. de S. Mamede, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, districto do Porto.

Guilhe. Pov. na freg. de S. Pedro, de Ferreira, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Guilheira. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Rio Frio, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Guilheiro. Pov. e freg. de S. Pedro da Cadeira, da prov. da Beira Baixa, conc. e com de Trancoso, distr. e bisp. da Guarda; 4:261 hab. e 125 fog. Tem escola do sexo fem. e estação postal. A pov. dista 14 k. da séde do conc. e está situada n'um valle na estrada de Pinhel. O commendador da ordem de Malta, de Sernancelhe, apresentava o cura, que tinha 18$000 réis de congrua e o pé d'altar. Guilheiro foi villa, e teve foral dado por D. Sancha Vermuiz e seus filhos, em 1251. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Guilherme. Barão de Eschwege. general allemão que esteve mais de 50 annos ao serviço de Portugal, por isso o incluimos n'este nosso trabalho. Nasceu n'um dos estados da Allemanha pelos annos de 1778, fal. em Wolsfanger a 1 de fevereiro de 1855. Pertencia a uma antiga familia muito distincta. Entrou no serviço de Portugal em 1802, contando 24 annos de edade, juntamente com outros officiaes allemães, chamados pelo ministro da marinha, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, mais tarde 1.º conde de Linhares, afim de serem empregados nos trabalhos de mineração que se tratava de promover no Brazil. Todavia só partiu para aquelle Estado 7 ou 8 annos depois, regressando a Portugal em 1822 ou 1823. D. João VI o nomeou intendente geral das minas e metaes do reino, cargo de que tomou posse em 1 de agosto de 1824, e do qual, dizia elle, *se demittira em fevereiro de 1829, por não querer servir o usurpador.* Partiu então para a Allemanha, onde se conservou até 1835, anno em que voltou para Portugal. Foi reintegrado no exercicio do seu antigo cargo de intendente geral das minas, de que novamente se demittiu em 1836. El-rei D. Fernando o empregou depois nas obras dos palacios reaes, e n'outras construcções. Achava-se em Allemanha no gozo de licença, quando falleceu. Seguiu em Portugal todos os postos militares até o de brigadeiro, sendo depois reformado no de tenente-general. Era commendador das ordens de Christo e S. Bento de Aviz; possuia varias condecorações brazileiras e allemãs. Foi socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, da Academia de S. Petersburgo, e de varias outras corporações scientificas. *A Revista Militar* n.º 4, de abril de 1855, a pag. 187, publicou o seu necrologio. Varnhagem, na *Historia geral do Brazil*, tomo II, pag. 347; e o conde de Raczynski, no *Dictionnaire Artistique du Portugal*, já por vezes citado, a pag. 80, tambem falam a seu respeito. Escreveu: *Memoria sobre as difficuldades das fundições e refinações nas fabricas de ferro;* saiu no tomo IV das *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias; Extracto de uma Memoria sobre a decadencia das minas de ouro da capitania de Minas-geraes, e sobre varios objectos montanisticos;* no tomo IV parte 2.ª das *Memorias da Academia Real das Sciencias*, pag. 65 a 76; *Noticias e reflexões estadisticas a respeito da provincia de Minas-geraes*, no tomo IX das referidas *Memorias*, pag. 1 a 28; *Memoria geognostica, ou golpe de vista do perfil das estratificações das differentes rochas de que é composto o terreno desde a serra de Cintra na linha de Noroeste e Sudoeste até Lisboa, atravessando o Tejo até á serra da Arrabida, e sobre a sua edade relativa;* no tomo XI, parte I, das referidas *Memorias*, pag. 253 a 281; *Memoria sobre o melhoramento das providencias para atalhar os incendios, e para augmento da agua de Lisboa;* no tomo XII, parte 1.ª das referidas *Memorias*, pag. 29 a 45; *Memoria geognostica dos arredores de Setubal*, no mesmo tomo, pag. 53 a 63; *Relatorio abreviado sobre o estado actual da administração das minas de Portugal*, Lisboa, 1826; *Memoria sobre a historia moderna da administração das minas em Portugal*, etc., Lisboa, 1838; *Asphalto, particularmente o asphalto artificial portuguez; reflexões dirigidas aos engenheiros e architectos*, Lisboa, 1840; *Odologia dos engenheiros constructores, ou guia para a construcção e conservação das estradas em Portugal e no Brazil;* Lisboa, 1843; com uma estampa; 2.ª edição, *com additamentos*, Lisboa, 1844.

Guilherme *(Fr. Manuel)*. Religioso da ordem de S. Domingos; mestre de Theologia, prégador geral, qualificador do Santo Officio, examinador do padroado real e das tres ordens militares, etc. Nasceu em Lisboa a 25 de novembro de 1658, e fal. no convento da mesma cidade a 16 de agosto de 1730. Era filho de Nicolau Guilherme e de Anna Ayque. Professou no convento de Azeitão a 25 de abril de 1676. Aprendeu Philosophia no convento de Evora, e Theologia no collegio de de S. Thomaz, de Coimbra, onde foi collegial. Foi nomeado prégador geral, e obteve a cadeira de Theologia Moral no Real Collegio de Nossa Senhora da Escada, situado perto do convento de S. Domingos de Lisboa. Durante 40 annos prégou na capella real e nos mais autorisados pulpitos da capital. Concorreu notavelmente para as obras da reedificação do edificio do convento de S. Domingos, de Lisboa, que mais tarde se incendiou por occasião do terremoto de 1 de novembro de 1755, e ainda mais para a ampliação da sua livraria, tida n'aquelle tempo como uma das mais numerosas e selectas de Lisboa, no que tudo dispendeu para mais de 100:000 cruzados. A livraria continha 16:000 volumes impressos e muitos manuscriptos. Na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. III, pag. 284, vem a relação das suas obras, sendo algumas d'ellas assignadas com o pseudonymo de *P. Manuel Velho*, e outras com o de *Paulo Cardoso*. Mencionaremos o *Agiologio dominicano*, etc., Lisboa, 1709 a 1712, 4 tomos, que foi continuado por Fr. Manuel de Lima e Fr. José da Natividade.

Guilheta. Pov. na freg. de S. Paio, de Antas, conc. de Espozende, distr. de Braga.

Guilhofrei. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Vieira, distr. e arceb. de Braga; 912 hab. e 213 fog. Tem escola do sexo masc. e estação postal. A pov. dista 7 k. da séde do conc., e está situada na margem esquerda de rio Ave, e entre dois seus affluentes, ao S da séde

do conc. A mitra apresentava o reitor, que tinha 150$000 réis anuuaes. Guilhofrei foi séde do antigo concelho de Villa Boa da Roda, que teve foral, dado por el-rei D. Manuel em 1514. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. u.º 8, com a séde em Braga Por portaria publicada no *Diario do Governo* de 31 de janeiro de 1905 foi louvado o beuemerito cidadão José Gonçalves Guimarães, por ter offerecido a importancia uecessaria para a construcção do edificio da escola primaria do sexo masc. da mesma freguezia, que foi inaugurado em janeiro de 1906.

Guilhomil *(José Gerardo Vieira Peixoto de Villas Bôas, 1.º visconde de).* Gran-cruz e commendador da ordem de S. Gregorio Magno, commendador da ordem militar de Nosso Senhor Jesus Christo, da de Carlos III, de Hespanha, da Estrella Brilhante, e, com placa, da do Santo Sepulchro, de Jerusalem, etc. Frequentou preparatorios no lyceu nacional d'Aveiro, oude foi um dos mais distiuctos academicos, e tão considerado entre elles que o uomearam presidente da commissão que fez as grandes festas uo tricenteuario de Camões. Matriculando-se na Universidade de Coimbra, na faculdade de Direito, teve a formatura em 16 de junho de 1885, e, durante ella, exerceu o cargo de vice-presideute da Sociedade Philantropica Academica, á qual prestou relevautes serviços, servindo de presidente o actual conselheiro d'Estado dr. Antouio Caudido Ribeiro da Costa. Apoz a sua formatura, desempenhou as funcções de administrador do concelho da Maia, para que foi uomeado por decreto de 26 d'agosto de 1885 e de que tomou posse em 7 de setembro immediato. Por decreto de 2 de dezembro de 1886 foi nomeado delegado do procurador régio na comarca de Caminha, cargo de que tomou posse em 13 do mesmo mez e anno; e por tal fórma se houve no desempenho d'esta magistratura, que teve por isso duas portarias de louvor: uma pelo ministerio da justiça e outra pelo da guerra. Em 1898, por decreto de 8 de julho, foi aggregado á 2.ª conservatoria da comarca do Porto, e por decreto de 27 d'outubro d'este mesmo anuo foi promovido, por *distincção*, a juiz de direito de 3.ª classe para a comarca de Ferreira do Alemtejo, onde tomou posse em 31 do mesmo mez e anno. Transferido d'este cargo, a seu pedido, por decreto de 12 de novembro de 1898, para a comarca de Caminha, d'elle tomou posse em 9 de dezembro immediato, sendo depois transferido, tambem a seu pedido, por decreto de 23 de março de 1899, para a comarca de Espozende, onde tomou posse em 15 d'abril immediato. N'este mesmo auno, por decreto de 19 de janeiro, foi nomeado secretario do conselho disciplinar da magistratura judicial, e, por decreto de 27 d'abril, foi novameute transferido, como juiz, e ainda a seu pedido, para a comarca de Caminha, onde tomou posse em 27 de maio. Em 11 de outubro de 1899 teve a nomeação de ajudante do procurador régio junto da Relação do Porto, cargo de que tomou posse em 1 de novembro immediato. Por decreto de 19 de novembro de 1904 foi promovido a juiz de direito de 2.ª classe para a comarca de Cantanhede, onde tomou posse em 29 do mesmo mez, e reconduzido na commissão de ajudante do procurador régio da dita Relação, a qual desempenha actualmente. E' redactor da *Gazeta de Direito Administrativo*, que fuudou em 1903, com o dr. Manuel A. Granjo, e bem assim da *Revista dos Tribunaes*. Como politico, tem acompanhado sempre o partido progressista, que o elegeu duas vezes deputado ás côrtes: a 1.ª vez, em 3 de dezembro de 1899, por Castello Branco, e a 2.ª vez, em 23 de fevereiro de 1905, por Santarem; circulos que representou condignamente, revelando-se um orador de palavra fluente e insinuante, e relatando com todo o brilho o projecto de lei estabeleceudo o limite d'edade para os magistrados judiciaes, o qual chegou a ser votado na camara electiva. Foi um dos vinte deputados dissidentes que em 1905 rejeitaram o contrato dos Tabacos, acompanhando n'esta dissideucia a maioria da respectiva commissão de fazenda, bem como o então ministro da justiça, o sr. con-

Visconde de Guilhomil

selheiro José d'Alpoim, de quem foi secretario particular quando pela 1.ª vez ascendeu aos conselhos da Corôa, e de quem é um dos mais enthusiastas admiradores. E' chefe do partido progressista de Caminha, onde preside á assembléa geral da Associação dos Bombeiros Voluutarios, de que foi o principal iniciador. Como presidente das direcções da Sociedade Protectora d'Animaes, do Real Velo Club e do Palacio de Crystal do Porto, e como membro da direcção da Real Sociedade Humanitaria da mesma cidade, tem-se tornado notavel pela sua provada dedicação a estas instituições e pelos esforços que tem empregado para que ellas correspondam ao fim para que fôram creadas. Foi o presidente da commissão executiva da Exposição Agricola que em 1903 foi levada a effeito, com o melhor exito, na dita cidade do Porto; exposição em que empregou toda a sua energia e actividade, fazendo inclusivamente com que fôsse visitada por el-rei

D. Carlos I, de quem recebeu por essa occasião as mais affectuosas demonstrações d'estima e consideração. Nasceu a 19 d'abril de 1863 na cidade de Braga, e é o actual senhor e possuidor da quinta de Guilhomil, em Santa Maria de Matamá, concelho de Guimarães. E' filho 2.º do conselheiro José Joaquim Vieira Coelho, 1.º barão de Paçô Vieira, e da baroneza D. Margarida Pinto do Valle Peixoto de Sousa Villas Bôas, já fallecidos (*V. Paçô Vieira*). Tem por armas: O escudo esquartelado: no 1.º quartel as armas dos Vieiras, no 2.º as dos Coelhos, no 3.º as dos Peixotos, e no 4.º as dos Villas Bôas; timbre, o dos Vieiras. Casou com D. Marianna Theodora Corrêa Moreira Ribeiro de Lima Barreto, actual viscondessa de Guilhomil, filha de João Corrêa Moreira Ribeiro e de sua mulher, D. Marianna Corrêa de Lima Barreto; neta paterna de João Corrêa Moreira Ribeiro e de sua mulher D. Marianna Izabel da Cunha Lima, e materna de Manuel Urbano de Lima Barreto e de sua mulher D. Izabel Corrêa Moreira Ribeiro; 2.ª neta, pelo dito João Corrêa, de Antonio Corrêa Moreira Ribeiro, bacharel formado em leis e juiz de fóra em Cêa e Coimbra, e de sua mulher D. Maria Luiza Pinto Coelho Brandão. Teem os viscondes de Guilhomil os seguintes filhos: José Ruy, D. Maria Margarida, João Manuel, D. Maria Thereza Filippa Catharina, Gonçalo Manuel e D. Maria José.

Guilhomil. Pov. na freg. de S. Pedro, de Polvoreira, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Guilhovae. Povoações nas freguezias: Santa Lucrecia, de Louro, conc. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga. || S. Christovão e conc. de Ovar, distr. de Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural.

Guilhufe. Pov. e freg. de S. João Evangelista, da prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. do Porto; 920 hab. e 206 fog. Tem escolas para ambos os sexos. A pov. dista 3 k. da séde do concelho, e está situada junto da margem esquerda do rio Sousa. O papa, o bispo e o collegio dos eremitas de Santo Agostinho, de Coimbra, apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 440$000 réis. A terra é fertil e cria muito gado bovino, que exporta. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. na freg. de S. Vicente, de Oleiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Guilla. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real.

Guilodello. Terras da Corôa no districto de Inhambane, provincia de Moçambique, Africa Oriental.

Guilunidin. Pov. do territorio tributario de Guilundú, no districto de Inhambane, provincia de Moçambique, Africa Oriental.

Guilundú. Territorio tributario do distr. de Inhambane, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Guim. Pov. na freg. de Santo Izidro. de Romariz, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Guimara. Pov. na freg. de Nossa Senhora do O' de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Guimarães. Familia que procede de João Lourenço, que tomou este appellido por ser natural de Guimarães, em tempo d'el rei D. Affonso V. Tem por armas: Campo partido em tres palas; a primeira e terceira, de prata cobertas com uma rêde preta, a do meio de vermelho com um leão de prata armado de preto; timbre, o leão. Em 1867 foi concedido a Luiz Antonio da Silva Guimarães o seguinte brazão: Escudo esquartelado, tendo o quartel superior da direita carregado com um leão rompente de vermelho e armado de azul sobre campo de prata, e assim o seu contrario; o superior da esquerda partido em tres palas, sendo a da direita e a da esquerda enfrestradas de dez fimbretas negras em banda contra outras tantas da mesma côr em barra, e a centrica carregada com a vara de Mercurio arvorada e decorada com duas serpentes batalhantes de prata e aladas da mesma sobre campo vermelho, e assim o seu contrario; elmo de prata lisa decorado de ouro lavrado e forrado de azul, virol de ouro e vermelho; timbre, um leão rompente com uma faxa negra e armado da mesma côr.

Guimarães (*Agostinho Gomes*). Era natural de Lisboa. Mestre em Artes, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, deputado da inquisição de Lisboa, promotor, inquisidor apostolico e prelado da patriarchal. Foi socio da Academia Portugueza e da Academia Real de Historia, sendo por esta ultima encarregado de escrever em latim as *Memorias* dos bispados de Coimbra e da Guarda.

Guimarães (*Fr. André*). Religioso da ordem de S. Francisco. Nasceu em Guimarães, e fal. em Lisboa a 3 de dezembro de 1632. Era filho de Gomes Esteves. Professou no convento de Alemquer. Foi eleito provincial a 22 de fevereiro de 1614, depois commissario geral da provincia de Portugal, e em 1628 presidiu á congregação que celebraram em Villa Viçosa os religiosos capuchinhos da provincia da Piedade. Foi considerado um dos melhores prégadores do seu tempo, mas dos seus sermões sómente se publicou o seguinte: *Sermão nas exequias que a cidade fez na casa de Santo Antonio á Rainha Catholica D. Margarida de Austria*, Lisboa, 1611.

Guimarães (*Fr. Antão*). Religioso da ordem franciscana reformada da provincia da Piedade. Não se conhecem as datas do nascimento e fallecimento, mas sabe-se que vivia ainda em 1645. Era filho de Christovão de Azeredo e de Bianca Coelho, sua mulher. Foi custodio da mesma provincia, visitador geral, sendo em 30 de janeiro de 1639 eleito provincial. Escreveu: *Cerimonial da provincia da Piedade, com uma explicação das rubricas do Missal Romano*, Braga, 1637.

Guimarães (*Antonio José de Abreu*). Nasceu a 25 de agosto de 1833. Começou a vida publica no commercio, passando depois ao funccionalismo official. Em 15 de fevereiro de 1867 servia no Juizo Apostolico do Patriarchado de Lisboa, na qualidade de ajudante do escrivão Bento José Pinto, e por provisão de 5 de março de 1868 foi nomeado para substituir o chefe do cartorio n'um seu temporario impedimento, e em 20 de janeiro de 1869 ficou definitivamente exercendo o cargo de escrivão interino, sendo estas provisões lavradas em termos laudativos. No anno seguinte teve a exoneração do cargo, porque, sendo posto a concurso, foi provido um ecclesiastico, a quem mais competia. Em 1871, por provisão do patriarcha D. Ignacio, datada de 30 de outubro, foi Abreu Guimarães admittido como solicitador da

Camara Patriarchal, em attenção ao zelo e ás provas de intelligencia dadas no exercicio dos cargos de ajudante e de escrivão interino d'uma das varas do Juizo Apostolico do Patriarchado, em que se houve com promptidão e regularidade, bem como dos serviços prestados n'outras dioceses (termos e expressões citados). Serviu depois como amanuense no commissariado da 3.ª divisão policial, e foi proposto em 3 de novembro de 1875, e acceite em 12 de agosto de 1876, para substituir o escrivão do mesmo commissariado Em 1880 resolveu entregar se por completo á solicitadoria, sendo nomeado em 22 de outubro de 1881, pela Relação de Lisboa, solicitador dos auditorios da comarca, e em 23 de julho foi admittido a solicitar perante a Relação. Sentindo-se depois cançado, retirou-se da vida activa, e foi viver para Collares, onde tem prestado relevantes e desinteressados serviços, e é muito estimado. A Associação dos Bombeiros Voluntarios o teve por seu presidente, e á sua coadjuvação se deve em grande parte o estado de progresso e de prosperidade em que actualmente se encontra.

Guimarães *(Antonio José Colffs)*. Primeiro official da secretaria da Bibliotheca Nacional de Lisboa. Nasceu em Lisboa a 21 de setembro de 1805, fal. em 1874. Foi habil calligrapho, e muito perito em desenho e pintura. Em 1827 entrou para a Bibliotheca Nacional como empregado, onde se conservou até á data do seu fallecimento, sendo em 1857 nomeado primeiro official bibliographo. Em fevereiro d'este mesmo anno teve a nomeação de mestre de calligraphia de Suas Altezas. Escreveu: *Regras para aprender a aparar pennas, para uso dos alumnos do Collegio de Humanidades, sito na calçada do Marquez de Tancos n.º* 7, Lisboa, 1850.

Guimarães *(Antonio José Gonçalves)*. Doutor em Philosophia pela Universidade de Coimbra, lente cathedratico da 8.ª cadeira da sua faculdade, director do gabinete de Mineralogia e Geologia no Museu de Historia Natural na referida Universidade. E' natural de Tavira, sendo filho de Gonçalo José de Lagos. Doutorou-se a 2 de julho de 1876. O sr. dr. Gonçalves Guimarães foi tambem um dos individuos que copiaram as estancias dos *Luziadas*, de Camões, na edição lithographico-manuscripta, que se publicou ha alguns annos.

Guimarães *(Bernardino Luiz Machado)*. V. *Machado Guimarães (Bernardino Luiz)*.

Guimarães *(Delfim José Monteiro)*. Director da Companhia Geral do Prado e da Companhia de Viação Funicular. Nasceu em Ponte do Lima a 19 de maio de 1841, fal. em Lisboa a 22 de fevereiro de 1899. Era filho de Delfim Monteiro Guimarães e de D. Maria Barbara Monteiro. Foi muito novo para Guimarães começar a sua carreira commercial. Fundou ali dois jornaes, sendo um d'elles denominado *A Oliveira*, e foi redactor e director d'ambos, apezar de ser muito modesta a sua educação litteraria. Não sabemos o titulo do outro jornal. De Guimarães passou ao Porto, continuando a vida commercial como caixeiro d'um estabelecimento importante de mercearia, de que mais tarde se tornou socio. Abandonando depois o commercio, foi-lhe confiado o deposito da Companhia da Fabrica de Papel do Prado, de Thomar. Em 1889 veiu para Lisboa, entrando na direcção d'esta companhia. A' iniciativa de Delfim Monteiro Guimarães se deveu a fusão d'algumas fabricas de papel, formando-se a actual Companhia do Papel do Prado, datando desde então o desenvolvimento do papel, que na maior parte era importado do estrangeiro. Em 1894 fundou-se a empresa da *Mala da Europa*, jornal de que Delfim Monteiro Guimarães foi, logo desde o principio, um dos seus mais activos collaboradores. Assumindo a gerencia tornou bem conhecida a utilidade do seu concurso. O jornal desenvolveu se muito mais, tanto em relação ás illustrações e brilhantismo de toda a contextura, como em propaganda, alcançando grande importancia e sympathias.

Guimarães *(Delfim da Silva)*. Negociante no Brazil, director da Real Companhia de Fiação e tecidos de Thomar, etc. Nasceu em Negrellos, concelho de Santo Thirso, em 1821, e aos 10 annos de edade, em 1831, foi para o Porto empregar-se no commercio. Assistiu ás calamidades do cêrco, e depois de terminada a campanha da Liberdade, partiu em 1834 para o Maranhão, seguindo a mesma carreira mercantil. Dotado de animo altivo e emprehendedor e de não vulgar sagacidade, soube manter-se e elevar-se na sua vida commercial, que se salientou entre a colonia portugueza. Juntamente com outros negociantes fundou o *Gabinete portuguez de leitura*, no Maranhão, sociedade que prestou muitos serviços á instrucção e aos desvalidos. Fez depois parte da primeira commissão, que teve exercicio junto do consulado de Portugal, na mesma cidade. Em 1871 regressou a Portugal, depois de 37 annos de ausencia, resolvido a fixar a sua residencia definitiva em Lisboa. Tencionava descançar, mas não o deixaram na sua inactividade os amigos, que o conheciam como um habil administrador, e por isso o nomearam director da Real Companhia de Fiação e Tecidos de Thomar. Em 1878, a Companhia de Papel do Prado atravessava uma grave crise, difficil de resolver, e foi pedida a coadjuvação de Delfim Guimarães. A companhia salvou-se, não hesitando o novo administrador de levantar capitaes até mesmo sob a sua responsabilidade pessoal. Só depois de lhe haver assegurado uma existencia desafogada e restabelecido o credito, é que deixou a direcção da Companhia, por não poder dedicar-lhe todos os cuidados que a sua boa vontade exigia.

Guimarães *(Duques de)*. D. Fernando II, 3.º duque de Bragança, antes de succeder n'este titulo, teve o de conde de Guimarães, por mercê de D. Affonso V, que depois, em 1470, elevou a duque. O 2.º foi seu filho D. Jayme, concedido por D. Manuel em 1496, recebendo no anno seguinte o titulo de 4.º duque de Bragança por mercê do mesmo monarcha O 3.º duque de Guimarães foi o infante D. Duarte, filho d'el-rei D. Manuel, por ter casado com D. Izabel, filha do primeiro matrimonio do 4.º duque de Bragança, D. Jayme. O 4.º e ultimo duque de Guimarães, foi D. João, 8.º duque de Bragança, e depois rei de Portugal, por carta passada em Madrid a 4 de junho de 1638. V. *Bragança, D. Fernando e D. Jayme, 3.º e 4.º duques.*

Guimarães. *(Fortunato Antonio da Silva)* Contra-almirante reformado. Nasceu em Coimbra em 1803, fal. a 9 de novembro de 1883. Era filho de Manuel José da Silva Guimarães e de D. Maria

Joanna da Apresentação. Frequentou o curso de Mathematica na Academia Real de Marinha, e quando o concluiu, foi despachado em voluntario effectivo da Armada, em 5 de abril de 1821, contando então 18 annos de edade. Embarcou pela primeira vez a 12 de maio de 1821 na corveta *Calypso*, commandada por João Fontes Pereira de Mello, então capitão tenente. Foi encarregado de varias commissões em differentes navios de guerra. Em 1835 teve a promoção de 2.º tenente, e embarcando n'este posto na corveta *D. Izabel Maria*, commandada pelo capitão-tenente Pedro Alexandrino da Cunha, seguiu viagem para a America do Sul e Africa onde a instancias successivas do governador geral de Angola, o vice-almirante Noronha, serviu como secretario geral do governo d'aquella provincia. Em agosto de 1843 foi nomeado governador interino de Benguella. Por occasião dos acontecimentos politicos de 1848, alistou-se no batalhão *Sagrado*, que era composto só de officiaes do exercito e da marinha. Foi ajudante do corpo de marinheiros, e depois segundo commandante da armada, sendo reformado na patente de contra-almirante em 22 de abril de 1872, contando 69 annos de edade e 50 de serviço. Era condecorado com o habito das ordens de S. Bento de Aviz e de N. S.ª da Conceição.

Guimarães *(Frederico Augusto)*. Musico da Real Camara, compositor de musica, professor de harmonia e director da Sociedade de Concertos e Escolas de musica. Nasceu em Lagos em 1849. Desde creança revelou muita vocação para a musica, e aos 11 annos matriculou-se no Conservatorio Real de Lisboa, mostrando-se desde logo estudante distincto, fazendo n'um unico anno, em 1861, todos os tres annos do curso de rudimentos, obtendo o primeiro premio, que consistia n'uma medalha de ouro. Começou em seguida a dedicar-se tambem ao estudo de rabeca, em que alcançou differentes premios, mas onde verdadeiramente se tornou notavel foi na aula de contraponto, alcançando nos tres primeiros annos o segundo grau de distincção. Tendo terminado o curso, principiou a fazer parte das orchestras de diversos theatros de Lisboa, incluindo S. Carlos, onde foi primeiro rabeca por muitos annos. Entrou em concertos na Trindade e no antigo Colyseu, promovidos pela Associação Musica 24 de Junho e quando o professor do Conservatorio, Garcia Alagarim, esteve muito doente, foi o sr. Frederico Guimarães, quem a seu pedido, regeu a aula de rabeca, e tomou parte no jury dos exames. Pouco depois de concluir o curso do Conservatorio, começou a trabalhar na sua opera *Beatriz*, e quando em junho de 1880 se festejou o terceiro centenario de Camões, já a tinha acabado, faltando apenas a symphonia, que então escreveu para ser executada no concerto que se realisou no Colyseu em 9 do referido mez, promovido pela Associação Musica 24 de Junho. A symphonia obteve um successo, o que muito o animou. Teve então a idéa de fazer cantar a sua opera no theatro de S. Carlos, o que pôde conseguir em 1882. O sr. Frederico Guimarães escreveu tambem uma missa, que se executou na egreja das Chagas em 15 de fevereiro de 1873; um *romance para quartetto de corda*, e uma *rêverie* para orchestra. Em 22 de julho de 1870 foi nomeado musico da Real Camara.

Guimarães *(Isidoro Francisco)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; do conselho de Sua Magestade; commendador da ordem de Aviz, cavalleiro da de N. S.ª da Conceição, de Christo e da Torre e Espada, chefe de esquadra da Armada Real, etc. Nasceu a 7 de julho de 1774, e fal. a 22 de fevereiro de 1852. Quiz seguir a carreira da magistratura e matriculou-se em Direito na Universidade, mas concluindo a sua formatura, uma vocação irresistivel o arrastou para a marinha, e serviu como official durante a guerra peninsular, sendo muito cedo encarregado do commando de navios do guerra. Sendo capitão-tenente commandou a escuna *Maria Thereza,* combateu e aprisionou, em 8 de outubro de 1820, na bahia de Loango, o corsario de piratas, denominado o *Recoperador*, sendo este navio de guarnição e forças muito superiores ás da escuna; conduziu o corsario aprisionado ao Rio de Janeiro, recebendo em recompensa a mercê do habito da ordem de Christo, por decreto de 23 de novembro do mesmo anno de 1820. Emigrou no anno de 1828, e prestou muitos serviços á causa da Liberdade, que ainda mais se notaram, por serem raros os officiaes de marinha nas phalanges liberaes. Veiu dos Açôres commandando um dos navios da expedição que veiu desembarcar nas praias do Mindello, e teve a honra de dirigir o desembarque, recebendo por esse facto o habito da ordem da Torre e Espada. Esteve no cêrco do Porto, commandando a corveta *Amelia*, e foi ferido em combate. Terminada a campanha liberal teve o commando da corveta *Elisa*, que foi ao Pará encarregada de proteger os portuguezes que corriam graves perigos no meio da anarchia que devastava a provincia. A sua intervenção foi de grande utilidade, não só aos nossos patricios, como ao governo brazileiro, porque a sua energia e prudencia contribuiram muito para o restabelecimento da ordem. N'esta occasião recebeu por distincção o posto de capitão de mar e guerra. Voltando a Portugal foi promovido a chefe de esquadra, e nomeado vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar. Além das honras já citadas, era tambem condecorado com uma medalha da guerra peninsular. Isidoro Francisco Guimarães collaborou nos seguintes jornaes: *Examinador*, *Director*, *Patriota*, *Revolução de Setembro*, etc. Escreveu: *Carta que de Lisboa escreveu um amigo a outro, official de marinha na esquadra do estreito, em resposta á que d'elle recebeu, contando-lhe o successo do dia 4 de maio de 1810, dia em que a esquadra portugueza se encontrou com a argelina*, Lisboa, 1811; *Methodo de executar um desembarque de tropas em um paiz inimigo*, etc., Lisboa, 1817; *Memoria historica sobre os ultimos successos do Pará*, Lisboa, 1835; publicou-se outra edição em 1836, que reproduziu no jornal *Brazil*, n.º 73, 2.º anno, 31 de outubro de 1874. Isidoro Francisco Guimarães casou no Porto, com D. Maria Gertrudes Ferreira Souto, filha de Pedro Alvares Souto, cavalleiro da ordem de Christo e negociante n'aquella cidade. D'este consorcio houve um filho, que teve o mesmo nome de seu pae, e foi o 1.º visconde da Praia Grande de Macau. V. *este titulo*.

Guimarães *(Jorge)*. Cirurgião do seculo XVI, que acompanhou el-rei D. Sebastião á Africa.

Guimarães *(José Candido Correia)*. Musico,

mais conhecido só pelo nome de *José Candido*. Nasceu a 16 de abril de 1839 em Vianna do Castello, para onde seu pae, João Luiz Correia Guimarães, partira com sua familia quando se deu o cêrco do Porto em 1832, cidade onde vivia. Fal. no Porto a 3 de dezembro de 1895. Recebeu as primeiras noções de musica, ainda muito creança, tendo por mestre o proprio pae, que o ensinou a cantar, a tocar piano e contrabaixo. O professor hespanhol D. Caetano tambem lhe deu lições de violino. Quando as contendas politicas serenaram completamente, Correia Guimarães voltou com a familia para o Porto. José Candido já aos 9 annos ajudava seu pae cantando nas egrejas e copiando musica. Aos 14 annos, porém, falleceu seu pae, e viu-se com o encargo de mãe e irmãos, o que o obrigou a trabalhar activamente, e a aperfeiçoar-se quanto podia, lançando ao mesmo tempo mão de todos os recursos que a sua natural vocação e amor ao trabalho lhe proporcionavam. Afinava pianos, cantava nos córos nos theatros e nas festas de egreja, dava lições, compunha, arranjava e copiava musica. Aos 22 annos já não era simples executante, mas director e compositor, tanto na egreja como no theatro. Em 1861 fez a sua estreia no theatro, compondo e dirigindo a musica n'um drama popular, *União e trabalho*, que se representou pela primeira vez nas Variedades, em 21 de setembro d'esse anno; quatro dias depois representava-se no mesmo theatro a comèdia *Um namorado exemplar*, cuja musica elle tambem escrevera. Depois d'algumas composições religiosas menos importantes, escreveu uma grande missa de *requiem* e *Libera me*, que foi, por assim dizer, a sua estreia na egreja, e que se executaram nas exequias que o Montepio Musical Portuense mandou celebrar no dia 22 de dezembro de 1863, pelos seus consocios fallecidos. Na epoca lyrica do theatro de S. João, do Porto, inaugurada n'esse anno, José Candido figurou no elenco da companhia como ensaiador dos córos, e para auxiliar e substituir nas faltas o mestre director, que era Carlos Dubini. José Candido já anteriormente havia ensaiado e dirigido os córos, mas só n'esta epoca figurou no elenco. Em 12 de maio de 1864 effeituou-se n'aquelle theatro uma recita em beneficio dos habitantes de Cabo Verde, que se viam flagellados pela fome, e José Candido compoz a musica d'uma romança intitulada *Caridade*, poesia de Borges de Avellar, que n'essa recita cantou madame Lafont. No theatro Baquet representou-se em 24 de fevereiro de 1865 a comedia *No tempo de D. João V*, tendo musica de José Candido. Em 1866 estreou-se como regente de orchestra, por ter adoecido o maestro Dubini. A opera foi o *Ernani*, e a fórma como a regeu rendeu-lhe grandes elogios. Quando em janeiro de 1874 se cantou pela primeira vez a opera *Eurico*, de Miguel Angelo, desenvolveu activissimo trabalho em ensaial-a e dirigil-a, e o autor mostrando a sua gratidão, publicou uma carta, onde se liam estas palavras: «Ao maestro José Candido, mestre e portuguez de lei, um cordeal abraço.» Na recita em seu beneficio, no theatro de S. João a 12 de fevereiro de 1874, a artista Conti Feroni cantou uma *Ave Maria*, que se affirma ser uma das suas mais inspiradas composições. Escreveu a *Canção portugueza*, que outra artista cantou em 26 do referido mez de fevereiro. Em 9 de julho ainda de 1874, celebrou-se no theatro de S. João o anniversario da entrada do exercito libertador no Porto em 1833, e n'essa festa executou-se um hymno triumphal composto por José Candido para orchestra e banda. Pouco tempo depois apresentou a opereta em 1 acto, *Narciso com dois pés*, a producção mais apreciada do publico portuense, e que fez epoca no Porto. Cantou se em 10 de agosto de 1874 no theatro da Trindade. Em outubro seguinte tomou José Candido a direcção do theatro popular de Variedades, e apezar da companhia ser muito deficiente em cantores, pois nenhum sabia musica, conseguiu pôr em scena varias peças com musica importante, como as zarzuelas: *Os Madgyares*, *A Gran Duqueza de Gerolstein*, *A Flôr de Chá*, etc. Passou depois ao Baquet, onde a companhia era mais completa, ali fez cantar a opereta *Narciso com dois pés*, a opera de Sá Noronha, *Os Bohemios*, e varias operas francezas. Indo novamente para as Variedades, poz em scena a comedia phantastica em 5 actos, com musica sua, *Ali-Baba ou os quarenta ladrões*, representada pela primeira vez em 4 de novembro de 1877. Na epoca de, 1877-78, voltou a occupar o seu logar de mestre ensaiador no theatro de S. João. Escreveu por esta epoca umas *Vesperas e Completas* para 4 vozes e orchestra, que se executaram na festa da Senhora das Dôres em 1878 na egreja do Carmo. Tornou a dirigir o theatro das Variedades, e compoz a musica para o drama *O Naufragio do brigue Mondego*, que se representou em 24 de outubro do mesmo anno. José Candido dirigia a escola de musica que se creara na *Associação Artistica Portuense D. Maria I Protectora dos Portuguezes* e por occasião do fallecimento do rei de Italia Victor Manuel, nas exequias solemnes que a associação celebrou, executou se pelos alumnos a musica composta, ensaiada e dirigida por José Candido, que n'essa occasião recebeu a mercê do habito de Christo. N'uma das representações do *Naufragio do brigue Mondego*, em 9 de novembro, os alumnos da escola fôram ao palco entregar-lhe a condecoração, com que fôra agraciado, acto que o publico saudou com phreneticos applausos. Escreveu a musica para o drama *D João, o filho maldito*, com bailados, marchas e córos, representado nas Variedades em 7 de dezembro de 1878; para o drama *Os ladrões do mar*, em 14 de fevereiro de 1879; para o *Imperio da loucura*, em 8 de junho no theatro do Principe Real; *Naufragio da fragata Meduza*, *O Castigo ou o Diluvio universal*, que se representaram na Trindade, *O Botão*, desempenhado por amadores, que elle proprio ensaiou, em 3 de fevereiro de 1880 n'uma recita em seu beneficio no theatro de S. João. Em outubro d'este anno voltou a dirigir o theatro das Variedades, e escreveu a musica para a peça militar *Frederico II ou o tambor do regimento*, para o drama *Os filhos da vingança*, e para muitas outras. Foi director musical da companhia de opera italiana que esteve no Baquet em junho de 1882. Em 3 de abril de 1883 realisou no theatro de S. João um concerto em beneficio da familia do maestro Dubini, que fallecera no anno antecedente, e José Candido tomou a parte mais activa e mais importante, escrevendo e ensaiando uma *Elegia* para côro de senhoras, ensaiando tambem outro côro de Dubini, *A Caridade*, dirigindo a orches-

tra, composta de quasi todos os musicos portuenses, e acompanhando ao piano os solos. Augusto Garraio, tomando a empresa do theatro do Principe Real em 1883, organisou uma companhia de operetta, cuja direcção confiou a José Candido. Além d'outras peças, cantou-se a operetta *A vivandeira*, em 15 de março de 1884, recita em beneficio de José Candido. Foi este um dia dos mais notaveis e mais gloriosos do festejado artista. Uma commissão de amigos preparou-lhe uma festa; imprimiu se o numero unico d'um jornal intitulado *Quinze de Março*, com o retrato do maestro, a sua biographia e varios artigos escriptos especialmente por alguns dos mais notaveis jornalistas do Porto. N'esses artigos teve José Candido a consagração do seu talento. Quando em fevereiro de 1885 o theatro de S. João teve uma brilhante companhia lyrica, em que figuravam os irmãos Antonio e Francisco d'Andrade e a cantora Sembrich, José Candido dirigiu as poucas recitas que se deram, que fôram concorridissimas e outros tantos triumphos para os cantores e para o habil director. Desde esta epoca manifestou-se pronunciadamente uma decadencia para o pobre artista, que principiou uma vida de soffrimentos, cada vez maiores, e mais aggravadas pela falta de recursos. Alguns amigos lhe prestaram valiosos auxilios; em 1888 pôde passar algum tempo socegado no Gerez, graças a um concerto, que se realisou em seu beneficio. Mas as perturbações do cerebro, tornaram se mais violentas e frequentes, levando-o por fim á loucura, tornando se furioso, sendo preciso vestir-lhe o collete de forças, e encerral-o no hospital do conde de Ferreira, onde veiu a fallecer. Todos os jornaes de Lisboa e Porto consagraram á sua memoria artigos saudosos. Além das musicas já citadas, escreveu mais: — Musica religiosa: *Missa «Martini»*, a 4 vozes; *Missa grande*, offerecida á ordem 3.ª do Carmo; *Missa grande*, offerecida a José Carneiro de Mello; *Stabat Mater*, offerecido a N. S.ª das Dôres, de Vianna do Castello; *Pater noster*, solo de soprano com acompanhamento de orchestra. — Musica de theatro: *As Bonecas da Infanta*, opera-comica em 3 actos, *O Pescador de coral*, opera lyrica; numerosissimos trechos para diversos dramas e comedias, incluindo os que já mencionámos. — Musica de concerto: *La Lontananza*. Varias aberturas, marchas, musica de dança, etc.

Guimarães *(José Carlos Pereira)*. Nasceu em Lisboa, filho de João Bonifacio Pereira Guimarães, negociante de grosso trato, e de D. Maria do Carmo Jacobety Guimarães. Foi ajudante d'ordens do marquez de Fronteira, achando-se em muitas batalhas da guerra civil e estando presente aos ataques feitos ás linhas de Lisboa pelas tropas de D. Miguel. Fal. em Lisboa, victimado pela febre amarella, em 1857. O seu retrato foi publicado no vol. IX da *Historia de Portugal*, de Pinheiro Chagas, 2.ª edição

Guimarães *(Manuel Lopes)*. Cirurgião-medico. Foi delegado do conselho de saude do reino, e guarda mór de saude nas ilhas dos Açôres. Escreveu: *Reflexões que sobre a «Memoria ácêrca de dois casos de febre amarella observados no hospital da misericordia da cidade de Ponta Delgada, e mais circumstancias que os acompanharam, pelo dr. André Antonio Avelino, medico do mesmo hospital»*, *faz Manuel Lopes Guimarães*, Ponta Delgada, 1858.

Guimarães *(Ricardo)*. V. *Benalcanfor (Ricardo Augusto Pereira Guimarães, visconde de)*.

Guimarães *(Ricardo Frederico)*. Nasceu em Lisboa a 7 de fevereiro de 1831, filho do negociante de Lisboa, João Bonifacio Pereira Guimarães, e de D. Maria do Carmo Pereira Guimarães. Tendo 16 annos apenas, partiu para Coimbra onde tomou o grau de bacharel em Mathematica. Em seguida partiu para Bruxellas, e d'aquella cidade para a de Paris, onde estudou o curso de Pontes e Calçadas. De volta á patria encetou a sua vida de engenheiro sendo a sua primeira obra um palacete na Cruz Quebrada. Por portaria de 26 de setembro de 1859 foi nomeado engenheiro-conductor com o vencimento de segundo tenente, indo servir nas Obras Publicas de Santarem, d'onde partiu para Abrantes a construir o ramal que d'aquella villa vae para o Sardoal. A 10 de fevereiro de 1861 casou na egreja de S. João da villa d'Abrantes, com

Ricardo Frederico Guimarães

D. Heloisa Tamagnini d'Abreu e Andrada, de cujo matrimonio teve duas filhas. Em abril do mesmo anno partiu para o Porto onde, na companhia d'outros collegas, fez a grande obra que existe na alfandega d'aquella cidade e que constou, principalmente, em substituir por ferro o madeiramento que as aguas do Douro tinham apodrecido. Por portaria de 20 de setembro de 1852 e «em consideração ás suas habilitações scientificas adquiridas na Escola Imperial de Pontes e Calçadas de Paris, bem como á maneira distincta por que tem desempenhado no districto de Santarem o serviço de engenheiro civil» foi nomeado primeiro tenente engenheiro, indo fazer serviço para Coimbra, onde esteve cinco annos e meio na repartição de Obras Publicas. Por decreto de 12 de outubro de 1864 foi collocado no corpo de engenharia civil creado por decreto organico de 3 d'aquelle mez com a categoria de engenheiro subalterno de segunda classe. Pedindo dois annos de licença, retirou-se para Lisboa, indo servir como enge-

nheiro na Companhia dos Caminhos de Ferro, de que era director Mr. Goudechaux. Passados os dois annos tornou para as Obras Publicas, partindo com outros engenheiros, e sob a direcção de Bento Furtado de Moura Coutinho d'Almeida Eça, para a Beira Alta, procedendo aos estudos do caminho de ferro d'aquella provincia, sendo as suas principaes obras a Estação do Luso e o Viaducto de Trejai. Tendo terminado os estudos da Beira Alta, retirou para Lisboa onde estabeleceu residencia. Esteve aqui dois annos, findo os quaes partiu para Thomar onde fez os estudos da estrada que d'aquella cidade parte para Chão de Maçãs. e construiu a casa das Obras Publicas, que foi a sua ultima obra. Em consequencia dos innumeros incommodos que soffreu nos estudos da Beira Alta, adquiriu uma enfermidade tal que veiu a fallecer valetudinario na cidade de Thomar no dia 29 de junho de 1877, contando 46 annos de edade, sendo sepultado no cemiterio de Santa Maria dos Olivaes em jazigo de familia.

Guimarães *(Rodolpho Ferreira Dias)*. Capitão de engenharia; socio correspondente da Academia Real das Sciencias, e de outras sociedades scientificas. N. em 4 de janeiro de 1866; assentou praça em 10 de novembro de 1886, sendo promovido a alferes em 8 de janeiro de 1891, a tenente em 27 de julho de 1893, e a capitão em 18 de junho de 1901. Pertence ao estado maior da sua arma. Possue as seguintes honras: official das ordens de S. Thiago, S. Bento de Aviz e de Christo; as medalhas de prata de bons serviços e de comportamento exemplar; cavalleiro da ordem de Izabel a Catholica, de Hespanha; cruz de 1.ª classe da ordem de Merito Militar, de Hespanha; official de instrucção publica de França. Escreveu com destino á Exposição Universal de Paris, em 1900 a seguinte memoria: *Les Mathématiques en Portugal au* XIX *siècle, aperçu historique et bibliographique*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1900. N'este livro veem apontados outros trabalhos seus, a pag. 24, 38, 48, 64, 71, 74, 76, 81, 82, 84, 92, 111, 129, 138, 139.

Guimarães. Cidade da provincia do Minho, cabeça de concelho e de comarca, districto e arcebispado de Braga. Pertence á relação do Porto e á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com séde em Amarante. Dista 19 k. da capital do distr., 48 do Porto e 360 de Lisboa. Está situada proximo das faldas da serra de Santa Catharina, em terreno um pouco elevado, em fertil e deliciosa planicie entre os rios Ave e Vizella. Foi elevada á categoria de cidade por D. Maria II, por decreto de 22 de junho de 1853. Tem 4 freguezias, que, por occasião do censo de 1900, contavam a seguinte população, n'um total de 8.863 hab.: Oliveira e Castello (Santa Maria da Oliveira e S. Miguel), com 3.757 hab. 1.681 do sexo masc. e 2.076 do fem.; S. Paio, com 2.475 hab.: 1.089 do sexo masc. e 1.386 do fem.; S. Sebastião, com 2.631 hab.: 1.153 do sexo masc. e 1.478 do feminino. Já no seculo XVIII tinha as mesmas 4 freguezias: A de Nossa Senhora da Oliveira tem as honras de sé, sendo collegiada *insigne*. Era curada por dois parochos, conegos de meia prebenda, apresentados pelo D. prior d'esta collegiada, e os quaes tinham de rendimento annual, cada um, 250$000 réis. A de S. Miguel do Castello chamava-se mais antigamente de Santa Margarida; o D. prior e o cabido da referida collegiada, depois de feito o exame synodal em Braga, apresentavam o abbade, collado, que tinha 300$000 réis annuaes. Na freg. de S. Paio e de S. Sebastião, o D. prior e o cabido da mesma collegiada, apresentavam simultaneamente os curas, que tinham 100$000 réis annuaes cada um. Alguns autores affirmam que a origem de Guimarães é antiquissima, mas com outros nomes e situação. Assim, teria sido fundada pelos gallos-celtas, cinco seculos antes de Christo, e o seu primeiro nome fôra *Araduça (*cidade das letras*)*, depois *Leobriga*, *Columbina*, e *Vimaranes*, achando se situada na pequena eminencia visinha, onde se vê o castello. Com o nome de *Vimaranes* é que o conde de D. Henrique, e depois seu filho, D. Affonso Henriques, lhe déram foral. A povoação actual começou junto a um mosteiro que a condessa *Mumadona* (D. Muma*)*, tia de D. Ramiro II, rei de Leão, edificou na sua quinta de *Vimaranes*, no anno de 926. Apenas concluida a fabrica do mosteiro, que em relação ao tempo era grandiosa, no qual se accommodaram monges e freiras, vivendo com bastante largueza pelas avultadas doações que a fundadora lhes, fizera, fôram-se construindo em torno do convento algumas casas para habitação de pessoas dependentes d'elle. Crescendo pouco a pouco estas edificações e mudando-se para este sitio os moradores da antiga povoação vimaranense, veiu esta a despovoar-se e a arruinar-se de todo. Para defeza do mosteiro, a que Mumadona se recolhera depois de viuva, e do burgo, que já contava bom numero de habitantes, mandou a condessa fundar a pouca distancia do mosteiro, no sitio em que outr'ora se erguia a villa velha, um forte castello, cercado de altas muralhas, e flanqueado de sete torres. N'este venerando castello, que ainda se levanta magestosamente, veiu no fim do seculo seguinte assentar a sua côrte D. Henrique de Borgonha, conde de Portugal pelo seu casamento com D. Thereza, ou Tareja, filha de D. Affonso VI, rei de Leão e de Castella. Ahi, dentro do recinto d'essas toscas muralhas, nasceu e creou se D. Affonso Henriques, o primeiro rei dos portuguezes *(V. o artigo seguinte)*. O mosteiro da condessa, consagrado á Virgem, tornou-se no celebrado sanctuario e collegiada de Nossa Senhora da Oliveira *(V. este nome)*. O conde D. Henrique dando foral á nova villa, conservou-lhe o mesmo nome da antiga: *Vimaranes* ou *Vimarães*, que parece provir das duas palavras latinas — *Via maris*, que se viam esculpidas n'uma pedra em uma torre da villa velha, que na edificação do castello ficou no centro servindo de menagem. Esta inscripção, sem duvida do tempo da dominação romana, indicava que a entrada, que por ali passava, conduzia á costa do mar. Da inscripção proviria á terra o nome de

Brazão da cidade de Guimarães

Vimaranes ou *Vimarães*, que ao deante se corrompeu em *Guimarães*. Por morte do conde D. Henrique continuou seu filho, o principe D. Affonso Henriques, a residir em Guimarães, aonde o veiu cercar seu primo D. Affonso VII, rei de Leão e de Castella, por aquelle se querer eximir de lhe render vassallagem. Foi este cêrco que deu logar á memoravel acção de Egas Moniz, dedicado aio do principe, que n'um rasgo de lealdade e de nobreza de caracter, offereceu ao rei de Castella a sua vida e a de sua familia pela palavra não cumprida. (V. *Affonso I*, pag. 58 do vol. I). As gloriosas empresas de D. Affonso Henriques contra os moiros, dilatando de anno para anno os limites da nascente monarchia, fizeram perder á villa de Guimarães a prerogativa de côrte, que se mudou com grande prejuizo seu para a cidade de Coimbra, mais central em relação ás novas conquistas, que se tinham estendido pela Extremadura e Alemtejo até ao Algarve. Todavia, Guimarães não deixou de se engrandecer, á sombra do sanctuario de Nossa Senhora da Oliveira, cujos milagres ecoavam de um a outro extremo do reino, vindo aqui estabelecer-se muitas familias nobres e varias ordens religiosas Nas discordias que rebentaram entre el-rei D. Diniz e o principe D. Affonso, e na lucta travada para a independencia do paiz, entre o mestre de Aviz e D. João I de Castella, padeceu Guimarães varios cêrcos e combates. As pestes, que flagellaram Portugal no seculo XVI, desimaram grande parte da população vimaranense. A villa no antigo regimen gozava de voto em côrtes com assento no terceiro banco A imagem da Virgem, tendo nos braços o Menino Jesus, que empunha na mão esquerda um ramo de oliveira em campo de prata, constituia o brazão da antiga villa O da actual cidade é dividido em pala, tendo as armas do reino á esquerda e a imagem de Nossa Senhora da Oliveira, de mãos postas, na frente d'uma oliveira, á direita. D. Diniz e D. Affonso IV guarneceram a povoação de muralhas, e D. João I lhe fez sete torres. Parte d'ellas foram arrazadas em 1848 por ordem da camara, para, com os seus materiaes se concertarem as calçadas das ruas. O primeiro foral que teve Guimarães foi lhe dado pelo conde D. Henrique, com grandes privilegios. Não tem data, mas é do fim do seculo XI. D. Affonso Henriques deu-lhe outro foral, com todos os privilegios, e ainda outros mais, a 27 de abril de 1127, que foi confirmado por seu neto, D. Affonso II, sem data. El-rei D. Manuel lhe deu tambem foral novo em Lisboa, no dia 20 de novembro de 1517. D. Diniz egualmente lhe déra carta de confirmação dos seus antigos foraes, e concedeu novos privilegios em 1324. Parece que D. Affonso I ainda deu outro foral a Guimarães, em 1158. Aqui celebrou côrtes o conde D. Henrique em 1093, quando tomou conta de Portugal, para estabelecer novas leis; D. Affonso III, em 1526; D. Diniz, em 1324, fazendo por esta occasião a confirmação dos antigos privilegios, e concedendo-lhe outros. O primeiro donataaio de Guimarães foi D. fr. Alvaro Gonçalves Camello, por mercê de D. João I, em 1403. Vagando depois para a Corôa, foi dado este senhorio, pelo mesmo rei, a D. Fernando I, segundo duque de Bragança, e ao filho primogenito d'este, e do mesmo nome, foi então concedido o titulo de conde de Guimarães. Tendo casado o infante D. Duarte, filho d'el rei D. Manuel, com D. Izabel, filha de D. Jayme, quarto duque de Bragança, que lhe trouxe em dote o senhorio e palacio de Guimarães, intitulou-se aquelle principe duque de Guimarães, em cujo titulo e senhorio succedeu seu filho D. Duarte, e por morte d'este, passou novamente para a Corôa. Guimarães possue varios templos, capellas, extinctos conventos, e estabelecimentos de caridade. Das egrejas de S. Miguel do Castello e de Nossa Senhora da Oliveira, encontram-se nos artigos seguintes mais amplas descripções. Da egreja de S Thiago, reconstruida em tempos modernos, dizem que fôra outr'ora um templo gentilico dedicado a Ceres. Os antiquarios fundam esta affirmativa n'uma inscripção que ali se encontrou, quando se procedia aos trabalhos de reedificação da egreja. A egreja da misericordia foi fundada em 1585. A de Nossa Senhora da Consolação, templo moderno de boa architectura, está edificada em sitio aprazivel, cercado de arvores em um extremo da cidade. A egreja de S. Damaso foi erigida em 1641, em memoria d'este santo pontifice, natural de Guimarães. O convento de S Domingos, da ordem dos prégadores, foi fundado em 12 de dezembro de 1270 e depois reedificado em 1350. O convento de S. Francisco, de religiosos franciscanos, teve começo em 12?0; e depois reedificado em 1400; n'elle existe o tumulo de S fr. Gualter, com as suas reliquias. O convento de Santo Antonio, de frades capuchos, foi construido em 1644. Dos conventos de freiras, o de Santa Clara foi fundado em 1561; e serve hoje de seminario; o de Santa Rosa, em 1680; o de capuchos, em 1581; e o de Santa Thereza em 1685. São diversos os hospitaes: de Santo Antonio dos Capuchos, da Misericordia, dos terceiros de S. Domingos, e de S. Francisco. Dos varios terreiros e praças da cidade, a principal é o antigo Campo do Toural. Esta praça é extensa e d'uma certa regularidade. E' ornada n'uma das extremidades com um elegante chafariz feito

Camara Municipal

em 1588, e com um bonito cruzeiro levantado em 1650. Abundam em Guimarães os monumentos d'esta especie, sendo notavel o de D. João I, junto á egreja de Nossa Senhora da Oliveira. O cruzeiro de S. Francisco data do seculo xvi, tendo sido erigido pelo padre mestre fr Antonio Fernandes, segundo a inscripção respectiva. Parece que fôra collocado, para demarcar a jurisdicção da ordem franciscana, á entrada do largo das Carvalhas, defronte da egreja conventual, sendo depois removido por ordem da camara para junto da parede do mesmo templo. O cruzeiro

Guimarães — Vista geral

de Nossa Senhora da Guia parece que se denominava antigamente de Nossa Senhora da Piedade, por ser este o asssumpto que representa. Estava então ao pé da esquina do Campo da Feira para o largo dos Trigaes. Actualmente está encostado ao passo da Senhora da Guia. Na praça de D. Affonso Henriques vê-se a estatua em bronze do fundador da monarchia portugueza, obra do mallogrado esculptor portuense Soares dos Reis. A casa da camara, situada na mesma praça em que está o templo de Nossa Senhora da Oliveira, é obra de el-rei D. Manuel, cujas armas e esphera armillar avultam na frente do edificio. O vasto paço dos duques de Bragança, principiado no seculo xv por D. Affonso, primeiro duque, tem duas grandes e formosas janellas gothicas, que pertenciam á capella. N'este palacio residiram por vezes alguns principes e princezas d'esta familia. Caído em ruinas, uma parte do edificio foi aproveitada para quartel. Abastecem a cidade muitas fontes de excellente agua. O antigo Campo da Feira é um logar de recreio muito aprazivel, para o que contribuem a sua pittoresca situação, que é uma das saídas da cidade, o ribeiro que o corta, a formosa ponte, mais digna de um rio, guarnecida de estatuas, assentos e arvores, e pela collina arborisada em que se ergue a elegante egreja de N. S.ª da Consolação. Os arrabaldes de Guimarães são encantadores. Nenhuma outra cidade de Portugal os possue decerto mais bellos. Nos suburbios encontram-se propriedades magnificas. Os palacios dos condes de Arrochela e de Villa Pouca com os seus jardins em terrados, dispostos como em throno; o castello do conde D. Henrique, vestido de heras, e cercado de arvores; o mosteiro da Costa, da ordem de S. Jeronymo, rico de memorias da rainha D. Mafalda, mulher de D. Affonso I, e de D. Antonio, prior do Crato, edificado magestosamente a meia encosta de um monte, todo coberto de arvoredos, entre os quaes se admira um carvalho colossal, que conta mais de oito seculos e que se diz ter sido plantado por aquella rainha; a serra de Santa Catharina com os seus bosques frondosos, cascatas e grutas; o ribeiro Celho junto á cidade, e o Ave, um pouco mais distante, com suas viçosas e sombreadas margens, formam variadissimos quadros, qual d'elles mais delicioso. O termo é de grande fertilidade pela muita abundancia d'aguas, que por todo elle rebentam e se cruzam. Produz muitos cereaes, especialmente milho, boa quantidade de legumes, de vinho, linho, algum azeite, etc. Tem optimas pastagens em que se cria muito gado. Bastante industrial, teve n'outros tempos muitas fabricas de ferragens, linhos, etc As cutilarias e os linhos gozam ainda de excellente fama no paiz A cidade é servida pela linha ferrea de Guimarães, e tem, entre outros estabelecimentos: theatro «D. Affonso Henriques»; agencias dos bancos de Portugal, Commercial do Porto e Alliança; agencias de seguros, agencia de vapores, Centro operario Sarmentino, Associação Commercial, Associação dos empregados do commercio, Associação dos metalurgicos e artes correlativas, Monte-pio Commercial, Associação dos operarios curtidores e surradores, Associação de soccorros mutuos, asylos de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos, de Santa Esthephania e dos entrevados, Associação de bombeiros, vice-consulado de Hespanha; est. teleg.-postal com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras, obrigações e vales; escola industrial «Francisco de

Hollanda», escolas officiaes e particulares; museu da Sociedade «Martins Sarmento»; photographia; recolhimentos, tinturarias, typographias, pharmacias, etc. Tem mercado importante aos sabbados. Feira da Rosa no primeiro domingo de maio, e outra no primeiro de agosto; de S. Gualter, de gado bovino, no logar de Santo Amaro, a 15 de janeiro. Romarias de S. Torquato, no primeiro domingo de maio e no de julho. De Guimarães se diz, com graça e verdade, que tem sé, *sem bispo;* ponte *sem rio;* paço, *sem rei*, e relação *sem desembargadores.* Existem no concelho as celebres caldas de Vizella, e no rio d'este nome ha algumas fabricas de bom papel. O concelho de Guimarães comprehende 80 freguezias, incluindo as 4 que existem, propriamente, na cidade, com uma população de 54.595 hab.: 25.241 do sexo masc. e 29.354 do feminino. As freguezias são: Abbação (S. Christovão), com 203 hab.: 101 do sexo masc. e 102 do fem; Abbação (S. Thomé), com 334 hab.: 146 do sexo masc. e 188 do fem; Airão (Santa Maria), com 538 hab: 256 do sexo masc. e 282 do fem; Airão (S. João Baptista), com 341 hab: 170 do sexo masc. e 171 do fem.; Aldão (S. Mamede), com 217 hab.: 107 do sexo masc. e 110 do fem.; Aroza (Santa Maria), com 286 hab.: 128 do sexo masc. e 158 do fem.; Athães (Santa Maria), com 585 hab.: 264 do sexo masc. e 321 do fem.; Azurem (S. Pedro), com 1.271 hab: 637 do sexo masc. e 634 do fem; 1.212 hab.: 559 do sexo masc. e 653 do fem; Caldas de Vizella (S. Miguel), com 1782 hab.: 861 do sexo masc. e 921 do fem; Caldellas (S. Thomé), com 1.240 hab.: 561 do sexo masc. e 679 do fem.; Calvos (S. Loureiro), com 277 hab.: 112 do sexo masc. e 165 do fem; Candoso (S. Martinho), com 667 hab.: 313 do sexo masc. a 354 do fem; Candoso (S. Thiago), com 321 hab.: 164 do sexo masc. e 157 do fem.; Castellões (S. João Baptista), com 391 hab.: 189 do sexo masc. e 202 do fem.; Conde (S. Martinho), com 208 hab.: 109 do sexo masc. e 99 do fem.; Corvite (Santa Maria), com 262 hab.: 118 do sexo masc. e 144 do fem.; Costa (Santa Marinha), com 617 hab.: 341 do sexo masc. e 276 do fem.; Creixomil (S. Miguel), com 2.213 hab.: 1.081 do sexo masc. e 1.132 de fem; Donim (O Salvador), com 345 hab.: 164 do sexo masc. e 181 do fem.; Fermentões (Santa Eulalia), com 1.003 hab.: 471 do sexo masc. e 532 do fem.; Figueiredo (S. Paio), com 270 hab: 120 do sexo masc. e 150 do fem.; Gandarella (O Salvador), com 353 hab.: 167 do sexo masc. o 186 do fem.; Gemeos (Santa Maria), com 253 hab: 111 do sexo masc. e 142 do fem.; Gominhães (S. Pedro Fins), com 310 hab: 154 do sexo masc. e 156 do fem.; Gonça (S. Miguel), com 465 hab: 221 do sexo masc. e 244 do fem.; Gondar (S. João Baptista), com 616 hab.: 288 do sexo masc. e 328 do fem.; Gondomar (S. Martinho), com 483 hab.: 200 do sexo masc. e 283 do fem.;

Antigo Paço dos Duques de Bragança

Balazar (O Salvador), com 378 hab: 180 do sexo masc. e 198 do fem; Barco (S. Claudio), com 357 hab.: 172 do sexo masc. e 185 do fem.; Briteiros (O Salvador), com 467 hab.: 197 do sexo masc. e 270 do fem; Briteiros (Santa Leocadia), com 694 hab.: 317 do sexo masc. e 377 do fem; Briteiros (Santo Estevão), com 323 hab: 144 do sexo masc. e 179 do fem.; Brito (S. João Baptista), com 847 hab.: 399 do sexo masc. e 448 do fem.; Caldas de Vizella (S. João Baptista), com Guardizella (Santa Maria), com 763 hab.: 370 do sexo masc. e 393 do fem.; Infantas (Santa Maria), com 464 hab.: 195 do sexo masc. e 269 do fem.; Infias (Santa Maria), com 486 hab.: 229 do sexo masc. e 257 do fem.: Leitões (S. Martinho), com 369 hab.: 165 do sexo masc. e 204 do fem.; Lobreira (S. Cosme e Damião), com 235 hab.: 106 do sexo masc. e 129 do fem.; Longos (Santa Christina), com 855 hab.: 412 do sexo masc. e 443 do fem; Lordello (S. Thiago), com 1.313

hab.: 577 do sexo masc. e 736 do fem; Mascotellos (S. Vicente), com 211 hab.: 106 do sexo masc. e 105 do fem; Matamá (Santa Maria), com 199 hab: 94 do sexo masc. e 105 do fem; Mesão Frio (S. Romão), com 616 hab.: 291 do sexo masc. e 325 do fem.; Moreira de Conegos (S. Paio), com 963 hab.: 454 do sexo masc. e 509 do fem; Nespereira (Santa Eulalia), com 568 hab.: 251 do sexo masc. e 317 do fem; Oleiros (S. Vicente), com 378 hab.: 177 do sexo masc. e 201 do fem; Paraiso (S. Miguel), com 180 hab: 96 do sexo masc. e 84 do fem: Pencelo (S. João Baptista), com 295 hab.: 126 do sexo masc. e 169 do fem.; Pentieiros (Santa Eulalia), com 128 hab.: 63 do sexo masc. e 65 do fem.; Pinheiro (O Salvador), com 332 hab.: 161 do sexo masc. e 171 do fem., Polvoreira (S. Pedro), com 749 hab: 352 do sexo masc. e 397 do fem.; Ponte (S. João),

Monumento de D. Affonso Henriques

com 1.628 hab: 623 do sexo masc. e 1.005 do fem., Prazins (Santa Eufemia), com 317 hab: 153 do sexo masc. e 164 do fem.; Prazins (Santo Thirso), com 289 hab: 142 do sexo masc. e 147 do fem; Rendufe (S. Romão), com 408 hab.: 205 do sexo masc e 203 do fem; Roufe (S. Thiago), com 1.297 hab.: 588 do sexo masc. e 709 do fem.; Sande (S. Clemente), com 748 hab.: 365 do sexo masc. e 383 do fem.; Sande (S. Lourenço), com 626 hab.: 274 do sexo masc. e 352 do fem.; Sande (S. Martinho), com 1.146 hab: 520 do sexo masc. e 626 do fem.; Sande, Villa Nova (Santa Maria), com 307 hab.: 143 do sexo masc. e 164 do fem.; S. Torquato (S. Torquato), com 1.890 hab.: 868 do sexo masc. e 1.022 do fem.; Selho (S. Christovão), com 459 hab: 239 do sexo masc. e 220 do fem.; Selho (S. Jorge), com 1.180 hab: 549 do sexo masc. e 621 do fem.; Selho (S. Lourenço), com 340 hab.: 158 do sexo masc. e 182 do fem.; Serzedello (Santa Christina), com 851 hab: 414 do sexo masc. e 437 do fem.; Serzedo (S. Miguel), com 468 hab.: 210 do sexo masc. e 258 do fem.; Silvares (Santa Maria), com 691 hab.: 3 2 do sexo masc. e 339 do fem; Souto (O Salvador), com 579 hab: 279 do sexo masc. e 300 do fem.; Souto (Santa Maria), com 405 hab: 193 do sexo masc. e 212 do fem; Taboadello (S. Cypriano), com 202 hab.: 96 do sexo masc. e 106 do fem.; Tagilde (O Salvador), com 545 hab: 237 do sexo masc. e 308 do fem; Urgezes (Santo Estevão), com 944 hab.: 453 do sexo masc. e 491 do fem.; Vermil (S. Mamede), com 375 hab: 167 do sexo masc. e 208 do fem.; Vizella (S. Faustino), com 372 hab.: 169 do sexo masc. e 203 do fem.; Vizella (S. Paio), com 442 hab.: 174 do sexo masc. e 268 do feminino. Em Guimarães teem sido publicados os seguintes jornaes: *Argonauta*, 2 de janeiro de 1893; *Azemel Vimaranense (O)*, 1823, o primeiro jornal de Guimarães; *Berço da Monarchia (O)*, maio de 1858 a 1872; *Bibliographia Contemporanea*, abril de 1879; *Bijou (O)*, 6 de junho de 1886 a 15 de maio de 1887; *Boletim da Sociedade Martins Sarmento*, abril de 1894, em publicação; *Collegio (O)*, 1 de março de 1899; *Commercio de Guimarães (O)*, 15 de maio de 1884, em publicação; *Conciliador (O)*, maio de 1859 a 1862; *Crença e Letras*, 1 de janeiro de 1892; *Echo de Guimarães*, 31 dezembro de 1899; *Echo Popular*, 17 fevereiro a 17 novembro de 1879; *Enthusiasta (O)*, 2 de maio de 1886; *Epocha (A)*, 13 a 17 de outubro de 1876; *Epocha (A)*, 7 de setembro a outubro de 1886; *Espectador (O)*, 1 de novembro de 1883 a 30 de outubro de 1884; *Formigueira (O)*, 14 de dezembro de 18.9 a 1883; *Fraternidade, (A)*, 28 de janeiro de 1870; *Futuro (O)*, 27 de junho de 1886; *Gazeta do Bibliophilo*, maio a setembro de 1881; *Gazeta do Minho*, 1865 a outubro de 1866; *Galaria (A)*, 3 de setembro de 1863; *Grulha (O)* 10 de abril de 1898, tendo poucos n.os; *Ideal (O)*, 21 de agosto de 1892; *Imparcial (O)*, 2 de junho de 1872 a 1 de maio de 1890; *Independente*, 3 de setembro de 1891; *Joia (A)*, 28 de agosto de 1887; *Jornal de Guimarães*, 3 de fevereiro a outubro de 1876; *Jornal de Guimarães*, 17 de agosto de 1901; *Justiça de Guimarães (A)*, 1871; *Justiça de Guimarães*, 19 de março de 1905; *Oliveira (A)*, 1860; *Penha (A)*, 1889; *Philatelista de Guimarães*, 1900; *Povo de Guimarães*, 29 de

outubro de 1896; *Povo de Guimarães (O)*, 3 de janeiro de 1904; *Progresso (O)*, 1 de janeiro de 1898; *Progresso catholico (O)*, 30 de outubro de 1878; *Reacção (A)*, 18 de outubro de 1872 a 26 de fevereiro de 1873; *Religião e Patria*, 1856; *Restauração (A)*, 1905; *Revista de Guimarães*, janeiro de 1884; *Revista Agricola de Guimarães*, 1876; *Religião e Patria*, 29 de outubro de 1862; *Sentinella (A)*, junho de 1870 a janeiro de 1871; *Tesoura de Guimarães (A)*, 2 de setembro de 1856 a 28 de janeiro de 1859; *Vimaranense (O)*, 1.°, 3 de novembro de 1856 a 19 de abril de 1860; *Vimaranense (O)*, 2.°, 18 de abril de 1862 a 28 de julho de 1863; *Vimaranense (3.°)*, 1 de janeiro de 1891; *28 de Novembro*, 12 de dezembro de 1885 a 2 de junho de 1886; *Zirro (O)*, 1 de novembro de 1887. Além d'estes jornaes, tambem fôram publicados em Guimarães os «numeros unicos» seguintes: — *Apotheose (A)*, 19 de outubro de 1887; *Collegio de S. Damaso (O)*, 1 de agosto de 1893; *Guimarães-Andaluzia*, 12 de fevereiro de 1885; *Industria Vimarense (A)*, 15 de junho de 1884; *Memoria (A)*, 1900; *Semana Santa*, 8 de abril de 1906; *Silva Caldas*, 1 de dezembro de 1883. || *Bibliographia:* Póde lêr-se o testamento da condessa Mumadona na publicação *Portugaliae Monumenta Historica*, da Academia Real das Sciencias. Na *Revista de Guimarães*, existem variadissimos artigos sobre os monumentos mais importantes da cidade. *Guimarães-Apontamentos para a sua historia* por Antonio José Ferreira Caldas; *Apontamentos para a historia de Guimarães*, por Oliveira Guimarães, abbade de Tagilde. *As cidades e villas*, etc., por Vilhena Barbosa. *Portugal antigo e moderno*, por Pinho Leal. *Monumentos de Portugal, historicos, artisticos e archeologicos*, por Vilhena Barbosa. *Archeologia christã*, por Albano Bellino.

Guimarães *(Castello de)*. Esta fortaleza data do seculo x, e foi erigida, como ficou dito no artigo antecedente, para defeza do mosteiro e do burgo de Guimarães, pela condessa Mumadona. Além da sua importancia como monumento de remota antiguidade, e por ser a unica fortaleza do seu tempo que existe no paiz em certo estado de conservação, constitue este castello um padrão historico de alto valor pelos restos do paço, onde nasceu o glorioso fundador da monarchia portugueza. Compõe se o castello de sete torres quadrangulares, unidas por lanços de altas muralhas ameiadas, e da torre de menagem muito mais elevada do que as outras. Duas das sete torres defendem a porta principal da fortaleza, e lhe apertam a passagem. Outras duas guardam a porta que dava saida para o campo extra-muros, e que olha para o norte. As tres restantes guarnecem as muralhas entre as duas portas, uma do lado do oeste e duas da parte de léste. Todo o castello está construido de grossas pedras de granito. Interiormente encosta-se á muralha uma escada de pedra, que conduz ao adarve, passeio que vae correndo sobre os muros, em volta das ameias, com bastante largueza para os soldados d'ahi defenderem o castello. As torres são coroadas por terrados, orlados de ameias, para os quaes se sobe por escadas de pedra, que, principiando nos adarves, vão encostadas ás paredes exteriores das mesmas torres. E' pouco espaçoso o ambito que as muralhas e a torre de menagem deixam livre no interior da fortaleza Terá, pouco mais ou menos, 52 metros de comprimento por 36 de largura. E' no centro exactamente d'este espaço que se ergue a torre de menagem, tambem quadrangular e com a sua corôa de ameias. A porta de entrada fica no mesmo nivel do adarve da muralha fronteira, o qual servia outr'ora de apoio á ponte levadiça. D'ahi para baixo não se vê na torre portas nem frestas. Todo esse vão interior era destinado para deposito de mantimentos, no caso de cerco. D'ali para cima era a

Guimarães—Campo do Toural

torre dividida em tres pavimentos. Era n'esta torre que, segundo os autores dos seculos XVII e XVIII, se lia a inscripção romana *Via maris*, d'onde procederia o nome de *Vimaranes*, corrompido depois em *Guimarães*. Vilhena Barbosa, declara no seu estudo sobre o castello, que reproduzimos, que, tendo o visitado em differentes occasiões, não descobriu vestigio algum da inscripção. Occupando todo o lado oéste do castello, existia o paço do conde D. Henrique. Ia desde a torre visinha das duas, que defendem a porta principal da fortaleza, até ás duas torres que estão de guarda á porta do norte. As paredes do paço da parte do oéste e norte apoiam-se sobre as muralhas do castello, e conservam-se inteiras, com as suas janellas, mostrando perfeitamente a divisão dos aposentos As outras paredes do lado de léste e sul teem por assento o mesmo solo em que se levanta a fortaleza. Constava o paço de dois andares, muito baixos e acanhados. As janellas da frontaria de oéste conservam-se em bom estado. São pequenas, quadradas e divididas ao meio por um pilar de cantaria sextavado. A verga é direita e sextavada, e da mesma maneira as hombreiras. As janellas teem assentos de pedra. Todas as janellas, portas e frestas do castello e da torre de menagem são de verga direita, no que encontrarão os estudiosos uma proficua lição sobre a architectura na epocha da condessa Dona Muma e do conde D. Henrique, isto é, nos seculos X e XI, nos quaes não tinha entrado no paiz o estylo gothico, ou ogival. A maior sala do paço tem duas janellas, abertas na extremidade, deixando entre si um extenso vão de parede, com uma grande e tosca chaminé. Os outros aposentos, bem poucos, apezar de terem demolidas as paredes divisorias, deixam ajuizar com exactidão a sua pequenez Tambem serviam de aposentos régios as duas torres com que o paço confinava; mas cada uma apenas tem um quarto muito pequeno. Entra-se no paço pela torre do norte, depois de ter subido a grosseira escada de pedra, encostada á muralha, d'esse mesmo lado. Entre a torre de menagem e o lanço do muro de léste ficavam a ermida, uma casa, que servia provavelmente de quartel aos soldados, e a prisão. Esta ultima é um apertado cubiculo, com uma janella a pouca altura do chão e defendida por grossos varões de ferro. No centro da casa ergue-se da terra a metade de um rochedo de fórma espherica, ao qual está presa uma grossa corrente de ferro. A situação do castello de Guimarães é extremamente pittoresca e encantadora Para o lado da cidade desce o terreno em declive suave, todo assombrado por frondoso arvoredo. No lado opposto é formado o pequeno outeiro de grandes penedos, dispostos de modo como se a natureza quizesse fabricar com elles uma muralha aprumada para assento da fortaleza. Pelos rochedos trepam heras que vestem o venerando monumento, sendo assim bello e grandioso o aspecto da vetusta fortaleza. O panorama que se desfructa do castello é extenso e variado, pois não ha arredores mais formosos nem paizagem mais risonha em todo o paiz. No decurso da monarchia foi o castello de Guimarães theatro de importantes acontecimentos, como já o tinha sido anteriormente, por occasião das invasões moiriscas de Al-Coraxi, rei de Sevilha, e do celebre Al-Mansor, que parece não conseguiram render a fortaleza, embora saqueassem o burgo e o mosteiro, levando d'este riquissimos despojos. Os sarracenos cercaram a fortaleza nos annos de 967 e 998. Correndo o anno de 1127, D. Affonso VII, de Castella e Leão, pôz o castello de Guimarães em apertado cerco, ou para defender as regalias de D. Thereza ou para obrigar D. Affonso Henriques a reconhecel-o por suzerano. Este assedio ficou commemorado pelo acto de dedicação de Egas Moniz, o fiel aio, que salvou o seu principe e os sitiados dos horrores de um longo cerco, pelo simples credo da sua palavra. Decorridos dois seculos as discordias entre D. Affonso e seu pae, el-rei D. Diniz, levaram a guerra até ao castello. O principe rebelde intimou o alcaide a render se, mas Mem Rodrigues de Vasconcellos, lealmente respondeu: «Que recebera o castello e a villa das mãos do seu soberano, a quem prestara homenagem, e só a elle ou á sua ordem os entregaria.» Passados dez dias de apertado cerco e repetidos assaltos, D Affon-

Castello de Guimarães

so levantou-o appressadamente para correr a Coimbra, onde entrara seu pae. Decorridos quarenta e seis annos, as pretenções de D. Fernando I ao throno de Castella, fizeram com que D. Henrique de Trastamara, viesse pôr cerco a Guimarães, mas baldadamente pela gloriosa defeza capitaneada por Gonçalo Paes de Meira. Pouco depois de D. João I ser acclamado rei de Portugal, procurou sujeitar Guimarães á sua autoridade. O alcaide Ayres Gomes da Silva quiz sustentar a fortaleza pelo rei de Castella, mas teve que capitular, pelo cerco e combates que se déram. Junto do castello, proximo das suas muralhas, ergue-se a egreja de S. Miguel. E' um edificio tão mesquinho que não mereceria consideração alguma, se não fôra um padrão precioso para a historia da architectura no reino, e ao mesmo tempo um monumento nacional de grande apreço. Foi no seculo x a parochia do burgo, ao deante villa, e hoje cidade de Guimarães; serviu de capella real ao conde D. Henrique e a sua mulher a rainha D. Thereza, quando vieram assentar a sua côrte no visinho castello da condessa Mumadona; e no mesmo templo recebeu as aguas do baptismo das mãos do arcebispo de Braga, S. Geraldo, no anno de 1109, o fundador da monarchia portugueza. Esta egreja desfructou grandes privilegios, entre os quaes se contava o de ser sujeita unicamente ao papa com inteira isenção dos arcebispos de Braga. Teve annexo, desde tempos muito antigos, um hospital da invocação do *Anjo*. A pia, em que a tradição geral refere ter sido baptisado D. Affonso Henriques, foi transportada no seculo xvii para egreja de Nossa Senhora da Oliveira, como se refere no artigo seguinte.

Guimarães *(Egreja de Nossa Senhora da Oliveira, em)*. A historia de Guimarães está ligada indissoluvelmente a este templo. A sua fundação e os seus progressos teem acompanhado no decorrer dos tempos o desenvolvimento da povoação. No seculo x, pelos seus principios, governava a provincia de Entre-Douro e Minho, em nome dos reis de Leão, e das Asturias, D. Hermenegildo Gonçalves Mendes, conde de Tuy e do Porto, casado com D. Muma, ou Mumadona, como então se dizia, tia de D. Ramiro II, rei d'aquelles Estados. Ficando viuva e possuidora de avultados bens, a condessa de Mumadona resolveu fundar um mosteiro, com o fim de suffragar a alma do marido, e de buscar um asylo onde acabasse os seus dias. Entre as numerosas propriedades legadas pelo conde D. Hermenegildo a sua mulher e seus filhos, havia uma quinta situada na provincia de Entre-Douro e Minho, a pouca distancia do rio Ave, e perto do ribeiro Celho, ou Selho, denominada *Vimaranes*, ou *Vimarães*, do nome de uma aldeia, que lhe ficava proxima. N'esta quinta, pois, que coubera em partilha a sua filha D. Urraca e que esta trocara por outra pertencente a sua mãe, deu principio a condessa Mumadona á fundação do mosteiro, pelos annos 927 a 929, depois de obtidas as licenças necessarias. Concluidas as obras doou o mosteiro á ordem benedictina, fazendo-o povoar de monges e freiras, inteiramente separados nas duas partes do edificio. Autorisada pelo testamento de seu marido, que lhe permittira

Guimarães — Egreja de Nossa Senhora da Oliveira

dispôr da quinta parte dos seus bens em beneficio dos desvalidos e peregrinos, para amparo de orphãos e viuvas, e para fundações religiosas, fez doação ao mosteiro de muitas quintas, terras, marinhas, e outras propriedades, vasos sagrados, cruzes, castiçaes, lampadas, paramentos e outras alfaias para adorno do templo e exercicio do culto, sinos para a torre, livros de reza, roupas, moveis e utensilios para uso dos monges e monjas; e para o serviço dos mosteiros, e da lavoura de algumas terras visinhas, trinta cavallos, setenta eguas e cincoenta muares. Não havia então em toda a provincia cenobio mais ricamente dotado do que este. A condessa Mumadona dedicou a egreja a Nossa Senhora e ao Salvador do Mundo. Attrahidos pela visinhança do mosteiro, vieram estabelecer-se á sombra d'elle muitos dos

habitantes da aldeia proxima de Vimaranes. Na epocha da fundação do mosteiro já a provincia de Entre-Douro e Minho estava desaffrontada completamente de moiros, mas receando os religiosos as correrias e incursões dos infieis, mandou Mumadona construir um castello para defeza d'aquelles logares, e que em caso de necessidade offerecesse refugio seguro aos moradores do convento e da povoação. Depois do fallecimento da condessa, o mosteiro continuou a opulentar-se com as doações que lhe fizeram os descendentes da fundadora. Quando estava em circumstancias tão prosperas, as invasões sarracenas de 967 e 998 descarregaram-lhe golpes crueis, saqueando e devastando tudo. No castello, que tinha a invocação de S. Mamede, e fôra doado tambem ao convento pela condessa Mumadona, estabeleceram a sua residencia e côrte, na qualidade de soberanos de Portugal, o conde D. Henrique de Borgonha e sua mulher a rainha D. Thereza. Nos paços d'esta fortaleza (V. o *artigo anterior)*, nasceu D. Affonso Henriques. O mosteiro foi extincto pelo conde D. Henrique, que fez da egreja de Nossa Senhora capella real, alcançando bulla pontificia para a sua erecção em collegiada com um dom prior e conegos. Parece que se effeituou esta reforma no mesmo anno do nascimento do fundador da monarchia portugueza. O mesmo conde deu principio á reedificação da egreja, que sómente se acabou nos fins do reinado de seu filho, em 1172. E' de suppor que os trabalhos fôssem interrompidos varias vezes e por muito tempo, e de que a reconstrucção não fôsse desde os fundamentos. Assim se explica que, passados pouco mais de dois seculos, se encontrasse a egreja tão arruinada que D. João I se propoz reconstruil-a. D. Affonso Henriques augmentou muito o lustre d'esta collegiada, impetrando e obtendo dos summos pontifices novas prerogativas, que a elevaram quasi ás honras de uma sé Até aos principios do ultimo quartel do seculo XIV a antiquissima imagem da Virgem, que se venera n'aquella egreja, não tinha denominação alguma especial. A invocação, tanto da imagem, como da egreja, era simplesmente de *Nossa Senhora*. Eis a lenda que deu a origem ao titulo de *Nossa Senhora da Oliveira*, conforme a reproduz Vilhena Barbosa, nos seus *Monumentos de Portugal*, Lisboa, 1886: No começo do seculo XIV existia junto da egreja de S. Torquato, uma legua distante de Guimarães, uma frondosa oliveira, que dava o azeite para a lampada do santo. Foi esta oliveira arrancada, transportada para Guimarães e ahi plantada, defronte da porta da collegiada de Nossa Senhora, sem duvida com o intento que prestasse á imagem da Virgem egual serviço ao que até então prestara a S Torquato. Seccou logo a arvore, e secca a deixaram ficar no mesmo logar, e assim se conservou até ao anno de 1342, em que Pero Esteves collocou a par da oliveira uma cruz que seu irmão, Gonçalo Esteves, comprara na Normandia, e trouxera para Guimarães E' o cruzeiro coberto, que se levanta na praça, em frente da porta da egreja, e em distancia de poucos passos do adro. Dão-lhe o nome de *padrão* e teve por fundador a el-rei D. Affonso IV. E' um edificio de quatro arcos ogivaes formando um quadrado coberto de abobada de laçaria de pedra. Foi collocada ali a cruz aos 8 de setembro do referido anno, e tres dias depois reverdeceu a oliveira, deitando novos rebentões, e cobrindo-se de folhagem viçosa. Divulgou-se instantaneamente por toda a villa a noticia do successo. Correram em tropel os fieis a presencearem o prodigio, e a prostrarem-se cheios de devoção perante a santa imagem da Virgem. que d'ahi em deante cresceu em fama de milagrosa, sob a invocação que os devotos lhe deram de *Nossa Senhora da Oliveira*. Por tal fórma se estendeu pelo reino essa devoção que em poucos annos era um dos sanctuarios de Portugal mais afamados e concorridos de romagens. Foi por esta razão que o Mestre d'Aviz, quando viu pendentes da sorte de uma batalha, no memoravel dia 14 de agosto de 1385, os destinos da monarchia portugueza, recorreu, cheio de fé e de esperança, á intervenção de Nossa Senhora da Oliveira. E prostrado ante o altar no proprio dia, em que ia ferir se a peleja, fez voto solemne, se alcançasse a victoria, de ir a pé em romaria ao templo de Guimarães, de fazer-se ahi pesar, a fim de lhe doar egual peso de prata em vasos sagrados e alfaias, e de reedificar a egreja. Passadas algumas horas, eram derrotados completamente os castelhanos no campo de Aljubarrota, ficando em poder dos vencedores o acampamento com todas as bagagens do exercito, e a tenda real com a preciosa baixella da sua recamara. Foram ouvidas as preces, e satisfeitos os desejos do Mestre d'Aviz, pois ficou assegurada com esta victoria a independencia de Portugal. E não se demorou o triumphador em dar cumprimento ao voto feito no momento do perigo. Lá atravessou a pé quasi todo o reino, para se ir prostrar agradecido ante a santa imagem da Virgem. Mas não limitou a sua gratidão a fazer-se pesar a prata, e a reconstruir a egreja. Levou comsigo e offereceu á Senhora o oratorio e doze anjos de prata da capella de el-rei de Castella, que lhe foram tomados na batalha. E, não obstante tratar de erigir o sumptuoso monumento da Batalha em commemoração d'aquelle feliz successo, resolveu começar logo a transformar a velha e arruinada egreja da condessa Mumadona, em um templo novo e grandioso. Foi encarregado de fazer o risco e dirigir as obras o architecto João Garcia, e começaram os trabalhos em 1387. Treze annos depois, apezar de terem corrido as obras sem interrupção, e sempre com actividade, sómente a capella-mór se achava concluida, posto que em muito adiantamento o cruzeiro e corpo do egreja. Mas tão impaciente estava el rei D. João I por vêr a imagem de Nossa Senhora da Oliveira reverenciada e festejada no seu novo templo, que, sem esperar pelo acabamento da egreja, ordenou que fôsse sagrada a capella-mór, e se trasladasse para o altar a imagem. Foi a festa feita com toda a pompa. Celebrou-se a cerimonia da sagração no dia 23 de janeiro de 1400. Foi sagrante o bispo de Coimbra D. João de Azambuja, e assistiram a esta solemnidade, e á festa da inauguração que se lhe seguiu, o arcebispo de S. Thiago de Galliza, D. João Manrique; D. Rodrigo, bispo de Ciudad Rodrigo; el-rei D João I, sua mulher, a rainha D. Filippa de Lencastre, e seus filhos legitimos, os infantes D. Duarte, D. Pedro, depois duque de Coimbra, e D. Henrique, ao deante duque de Vizeu, e seu filho bastardo D. Affonso, conde de Barcellos, e mais tarde primeiro duque de Bragança. Parece que D. João I

não ficou satisfeito com a obra por ser mesquinha, manifestando em publico o seu desagrado ao architecto. O corpo da egreja e cruzeiro ficaram concluidos no principio de 1401, e fôram sagrados pelo mesmo prelado, sendo então bispo do Porto, no dia 23 de janeiro do referido anno. El-rei D. João I deu ricos paramentos e outras alfaias a esta egreja, além das peças de prata, acima referidas. Impetrou, e obteve, do summo pontifice novos privilegios para esta collegiada, com os quaes subiu muito em autoridade e esplendor; e, usando do poder real, augmentou em prerogativas e isenções o dom prior e os conegos, e concedeu honras e outros favores a quantas pessoas dependiam d'esta egreja. Para se fazer uma idéa da singularidade e importancia de taes privilegios e isenções, bastará dizer se que não só o D. prior, e as mais dignidades e conegos, mas até os seus criados, caseiros, e todo o genero de servidores eram isentos de todas as contribuições, *solitas* e *insolitas*, quer do Estado, quer do concelho, e não podiam ser obrigados a irem á guerra nem a serviço ou encargo algum contra sua vontade. Todas estas isenções eram tambem concedidas aos foreiros da collegiada; de modo que não só as propriedades d'esta estavam livres de tributo, ou de qualquer outro onus, mas até os bens particulares na posse dos seus foreiros, caseiros e servidores desfructavam egual favor. Datam estes privilegios e isenções do tempo do conde D. Henrique de Borgonha, que foi o soberano que as concedeu. No correr dos seculos, o fisco attentou contra ellas varias vezes, mas a collegiada ficou sempre vencedora. Houve d'esses litigios em tempos de D. Affonso V, de D. Manuel, e de D. Pedro II, em dezembro de 1699. Aos favorecidos com similhantes isenções chamavam — privilegiados das *Taboas Vermelhas*, porque todos elles se achavam inscriptos em umas taboas pintadas de vermelho, em duplicado, das quaes uma se guarda no cartorio do cabido, e a outra no archivo da camara A primeira é como um livro do tombo da collegiada; a segunda era um registro official para servir de guia ás autoridades e justiça no lançamento de fintas e impostos, da distribuição de encargos publicos; e no julgamento das demandas sobre esse assumpto. Razão de sobra teve D. João I para ficar descontente com a obra da egreja de Nossa Senhora da Oliveira, pois que além de mesquinha na sua traça, ornamentação e elegancia, até peccou por falta de solidez. Passados pouco mais de dois seculos e meio, a capella-mór, sobre acanhada, ameaçava ruina. Tratou-se então de a reconstruir, e, como era necessaria uma reedificação desde os fundamentos, recorreu o cabido á munificencia do principe D. Pedro, que depois reinou com o nome de D. Pedro II, e então governava o reino na qualidade de regente. A nova obra tambem deixou muito a desejar, tanto na capacidade como no ornato. E' um verdadeiro contraste, anti-artistico, o que faz a capella-mór de architectura moderna, da architectura, pesada e desengraçada, do seculo XVII, com o resto do templo gothico. Mas não foi esta a unica injuria feita ao monumento do Mestre d'Aviz. Em tempos não distantes foi alindada a egreja com estuques e dourados, á custa das esbeltas ogivas das janellas e da arcaria que dividia as naves, prejudicando a veneranda singeleza e magestosa severidade do templo do seculo XIV. Vilhena Barbosa, no seu livro já citado, e de que vamos resumindo esta descripção, e Ramalho Ortigão, no seu *Culto da Arte em Portugal*, Lisboa, 1896, pag. 70, fustigaram este crime verdadeiro de lesa arte. Levanta-se a frontaria da egreja de Nossa Senhora da Oliveira em uma pequena praça, antigamente denominada «Praça Maior», porque era, com effeito, a maior que havia dentro da cêrca de muros da villa. A fachada do templo tem uma unica porta, e sobre esta uma grande janella, similhante no feitio á da egreja da Batalha. O architecto só cuidou de ornar estas duas partes da frontaria, mas soube atavial-as, principalmente a janella, com tão formosas galas da architectura gothica, que bem póde dizer-se que é uma obra sumptuosa. E' formado o portal por quatro arcos ogivaes, sustentados por onze delgadas columnas, tendo os espaços intermedios guarnecidos de variados lavores. A janella, começando logo por cima do portal, e elevando-se a quasi toda a altura da fachada do templo, compõe-se de outros quatro arcos ogivaes, que se vão abrindo no grosso da parede, como no portal, e diminuindo sempre em altura e largura. Guarnecem os arcos muitas estatuas de santos, de vulto inteiro, collocadas sobre peanhas de brincados lavores, e cobertas com uns baldaquinos rendilhados. Dividem os arcos uns festões vasados, compostos de flôres, fructos e folhagem, esculpidos com a maior perfeição e delicadeza possiveis na esculptura do granito. O correr dos tempos e a ignorancia dos reformadores tem prejudicado bastante esta parte do monumento. Contigua á porta e janella da egreja, do lado esquerdo de quem entra n'ella, ergue-se a torre dos sinos, resaltando muito da frontaria do templo, e composta de tres corpos, divididos por uns cordões, e coroados por uma cupola pyramidal cercada de ameias. Não é esta torre a da reedificação emprehendida por el-rei D. João I. Essa foi demolida em 1515, e no seu logar deu logo principio á actual torre o dr. Pedro Esteves Cogominho, ouvidor das terras do duque de Bragança, D. Jayme. Colheu-o, porém, a morte quando a obra apenas chegava a um terço da altura que devia ter. Proseguiu nos trabalhos da construcção e poz-lhe o remate seu filho, o dr. Diogo Pinheiro, commendatario de diversos mosteiros, D. prior da collegiada de Nossa Senhora da Oliveira, prelado de Thomar, e mais tarde bispo do Funchal. O pavimento inferior da torre é occupado por uma capella, com duas portas, uma para a egreja e outra, ornada com varias columnas e diversidade de lavores, mas vedada com grade de ferro, que deita para a praça. Por toda a frente da torre, junto ao envasamento, e encostado á parede, está um chafariz com grande tanque. Sobre este tanque resaltam da parede da torre, aos lados da dita porta da capella, dois escudos d'armas, o de el rei D. João I e o da villa, hoje cidade, de Guimarães, em que se vê a imagem de Nossa Senhora da Oliveira. Por cima da porta da capella está o brazão dos Cogominhos. A capella tem no centro um altar de pedra com a imagem de Jesus Christo crucificado, entre as da Virgem Maria e de S. João Evangelista. O altar está junto á cabeceira de dois mausoléos, collocados a par um do outro. Jazem n'elles o fundador da capella e torre, Pedro Es-

teves Cogominho, e sua mulher D. Izabel Pinheiro. São os dois tumulos de pedra toda lavrada em silvados, arabescos e outros desenhos. Sobre as tampas estão deitadas as estatuas dos dois consortes, trajando vestidos de gala ao uso do seu tempo, circumstancia esta de muito apreço para o estudo da indumentaria nacional. Cerca os mausoléos uma grade ferro. Na frontaria do templo, ao lado do portal, da parte direita de quem entra, está embebida na parede uma grande lapide, com o escudo d'armas d'el-rei D. João I, seguro por dois anjos e por baixo d'elle a inscripção: *Era de MCCCXXV annos seis dias do mez de Maio foy começada esta obra por mandado del Rey Dom João dado pela graça de Deos a este Reyno de Portugal: este Rey Dom João houve batalha real com El Rey Dom João de Castella nos campos d'Aljubarrota, e foy d'ella vencedor, e á honra da victoria, que lhe deu Santa Maria, mandou fazer esta obra por João Garcia, mestre de pedraria.* No interior do templo, junto á porta, á esquerda de quem n'elle entra, está um nicho aberto na grossura da parede e fechado com porta de grades de ferro. Dentro vê-se uma pia baptismal, tosca e grosseiramente lavrada em granito ennegrecido pelos seculos. Na porta está o seguinte letreiro: *Nesta pia foi bautisado El-Rey Dom Affonso Henriques pelo Arcebispo de Braga S. Giraldo.* No friso do nicho lê-se est'outra inscripção: *Esta obra mandou fazer Dom Diogo Lobo da Silveira, indigno Prior d'esta Igreja, no anno do Senhor de 1664.* Como ficou dito no artigo antecedente, achava-se esta pia atè á data indicada, na pequena e antiquissima egreja de S. Miguel do Castello. No corpo da egreja ha oito capellas, quatro de cada lado. Os seus retabulos de pintura a oleo, representam as santas imagens a quem as capellas são consagradas, magnificos quadros do professor Joaquim Raphael, que os pintou pelos annos de 1846 a 1849. Na capella-mór o que ha de mais notavel, e digno de attenção, é a imagem de Nossa Senhora da Oliveira, antiquissima, e que bem póde ser a do tempo da condessa Mumadona. Tem a egreja da collegiada duas sacristias, uma pertencente á irmandade do Santissimo e a outra aos conegos. N'esta está uma capella feita, ou reconstruida, em 1686, onde se venera uma imagem de Nossa Senhora, que se affirma ter sido trazida de Roma para esta egreja, em tempo de el-rei D. Diniz, por Paio Domingues, D. prior de Guimarães e deão da sé de Evora. N'esta sacristia se guarda o magnifico thesouro de vasos sagrados, cruzes, joias do ornato da imagem de Nossa Senhora da Oliveira, e outras alfaias. E' o thesouro mais rico de objectos preciosos de arte antiga que ha no reino, sendo alguns verdadeiros primores d'arte, e outros padrões gloriosos da historia de Portugal.

Guimarães *(Thesouro da egreja de Nossa Senhora da Oliveira em).* Nos estreitos limites de em artigo não é possivel descrever todas as peças de que se compõe este thesouro. D'algumas d'ellas se encontra menção especial em outros artigos, que adeante indicaremos. Uma das mais notaveis é o celebrado oratorio, doado a Nossa Senhora da Oliveira por el-rei D. João I. E' de madeira exteriormente, e da fórma de um armario, com duas meias portas, tendo de altura 1m,34; de largura, estando fechado, quasi 1 metro, e se estiver aberto 2 metros, aproximadamente. No interior é todo de prata dourada com obra de esmalte. O corpo do armario, que terá de fundo uns 10 centimetros, divide-se na largura em duas partes, a inferior mostrando todo o fundo, representa uma especie de camara; a superior apresenta a fórma de uma fachada gothica, puxada á frente do armario, e fazendo abobada á inferior. N'esta acha-se uma cama em que está deitada uma imagem de Nossa Senhora com o Menino Jesus; e aos pés da cama vê-se S. José, sentado e encostado ao seu bordão. Por cima da cama e das imagens da Virgem e S. José resaltam da parede da camara, no centro uma representação da mangedoura, que serviu de berço ao Menino Jesus, com as cabeças do boi e da mulinha, e nos lados dois meios corpos de anjos com thuribulos nas mãos, em acção de incensar a Jesus recemnascido. As imagens da Virgem e de S. José teem uns 34 centimetros de altura, e são, bem como o Menino Jesus, de vulto inteiro; tendo o rosto e as mãos com encarnação e o resto do corpo de prata dourada. As paredes e abobada da camara são vestidas de folha de prata dourada com seus lavores. A fachada gothica, acima referida, é toda de prata dourada com esmaltes de differentes côres e compõe-se de dois corpos distinctos: — o superior representa a parede ornamentada de um edificio gothico, na qual se estende uma galeria de nove janellas contiguas, delineadas segundo o mais puro gosto d'aquelle estylo architectonico, resaltando da dita parede sobre a galeria de janellas, dois anjos, um em cada extremidade, segurando dois escudos de armas de el rei D. João I de Portugal; — o corpo inferior consta de quatro arcos, que formam a abobada da camara, ou presepio, e sustentam outros tantos pavilhões sextavados, em que se abrem brincadas janellas ogivaes, tudo guarnecido de lindos esmaltes. São separados os quatro pavilhões por delgados pilares, que vão servir de base a cinco capellinhas, que se encostam á galeria acima referida. Nas cinco misulas dos quatro arcos vêem-se cinco pequenas estatuas de anjos, de vulto inteiro, com tochas nas mãos. Fazem-lhes docel cinco formosos coruchéos, rendilhados, que terminam em esbeltas e delicadas agulhas. As duas meias portas do oratorio teem o mesmo fundo d'este, e dividem se tambem em duas partes, superior e inferior; tendo em cada divisão uma capellinha, com as paredes vestidas de folha de prata dourada com lavores, e coberta por dois arcos ogivaes, que sustentam uma especie de parede toda lavrada com diversidade de desenhos esmaltados Na meia porta do lado direito está representada a *Annunciação*, na parte superior, e na inferior a *Apresentação;* na meia porta do lado esquerdo está figurada, na parte superior a *Adoração dos pastores*, e na inferior a *Adoração dos reis.* Todas estas figuras são egualmente de vulto inteiro, de prata dourada, com encarnação nos rostos e mãos. Os dois escudos d'armas reaes portuguezas fôram mandados pôr pelo cabido, em substituição dos leões de Castella. Dos 12 anjos, que serviam de ceriaes, onze fôram fundidos para se fabricarem castiçaes e outras peças. O anjo ainda existente tem a inscripção seguinte: *Esta obra mando hacer el noble Rey Don Juan, hijo del noble sñor Rey Don Enrique.* A peça mais antiga que se guarda no

thesouro d'esta egreja é o calix denominado de S. Torquato, cuja descripção se encontra no vol. II, d'este diccionario, pag. 628, col. 1, bem como d'outros calices que possue a mesma collegiada. Entre as diversas custodias, que contecm este thesouro, extrema-se pela sua grandeza, pelo seu valor intrinseco, pela originalidade e belleza do feitio, e pelo primor com que está fabricada, uma custodia de prata dourada que o conego Gonçalo Annes deu a Nossa Senhora em 1534. Tem de altura 95 centimetros, e quasi a mesma medida de circumferencia na base, incluindo as figuras, em que assenta. Pôde vêr-se o desenho d'esta formosissima peça no citado livro de Vilhena Barbosa, *Monumentos de Portugal*, pag. 96. Não é menos admiravel pela excellencia do trabalho uma cruz processional de prata branca, doada á egreja da collegiada pelo mesmo conego. Pesa 71 marcos e meio, e nas suas faces ostenta bem lavrados baixos-relevos. Outra cruz de prata de 82 centimetros de altura no estylo gothico puro. Outra peça curiosa e antiga é um cofre de prata macissa, todo guarnecido de relevos, offerecido á collegiada pelo D. prior Ruy da Cunha. Muitas outras alfaias, joias e ornatos de riqueza se guardam no thesouro da Senhora da Oliveira, que, repetiremos, não é possivel enumerar miudamente.

Guimarães. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Chãs de Tavares, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de France, conc. e distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Freixo de Cima, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || O Salvador, de Perosinho, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Guimarães Fonseca *(Francisco Fernandes)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, poeta, escriptor, jornalista, etc. N. na freguezia de S. Vicente de Passos, concelho de Fafe, a 9 de outubro de 1838, falleceu ha bastantes annos. Durante o tempo de estudante em Coimbra, collaborou no *Academico*, jornal publicado em 1860. Já n'essa epoca se notava a excentricidade do seu caracter, o que não impedia de ser um poeta mimoso, escrevendo com a maior facilidade versos deliciosos, que enthusiasmavam os seus companheiros, que lhe dispensavam grandes sympathias. Realisou a formatura em 1867 e em seguida foi estudar Theologia no seminario de Braga. Esteve depois no Brazil desde 1869 até 1872, onde collaborou em diversos jornaes, com especialidade no *Diario do Rio de Janeiro* e na *Marselheza*. Regressou a Portugal cheio de rheumatismo, doente dos olhos, com a saude arruinada. Nos annos de 1873 e 1874 foi folheti-

Oratorio de prata de D. João I, de Castella, tomado na batalha de Aljubarrota

nista do *Jornal de Lisboa*, collaborando activamente no jornal litterario *A Tribuna*, e no *Diario Illustrado*. Em outubro de 1875 foi nomeado amanuense da Direcção dos Caminhos de Ferro, sendo no mesmo anno transferido, com egual graduação, para a repartição de Estatistica das Obras Publicas. O seu caracter excentrico e o excesso das bebidas alcoolicas, que ainda mais lhe estragavam a saude, o levaram a uma velhice prematura. Sem recursos proprios, vivia só das traducções, que fazia, e dos artigos e poesias que escrevia nos jornaes, porque abandonara por completo o emprego de amanuense, a que raras vezes comparecia, emprego que alcançara por intervenção do general barão do Rio Zezere. Os ultimos annos da sua vida fôram passados quasi na miseria. Quem o via mal vestido, alquebrado como um velho, sempre mais ou menos alcoolico, e não o conhecia, mal julgava que ia ali um poeta e escriptor de talento excepcional, mas um infeliz, victima do seu caracter bohemio e do alcoolismo. Guimarães Fonseca escreveu: *Carta d'um solitario ao primeiro jornalista portuguez Antonio Rodrigues Sampaio*, Lisboa, 1874; é a historia biographica de Manuel de Mattos Costa, antigo voluntario do exercito libertador. *A virtude dos anjos*, Coimbra, 1864; *Cantico dos canticos, imitação*, Lisboa, 1865; *A litteratura ramalhada, a proposito dos srs. Castilho e Ramalho Ortigão, por G. F.*, Coimbra, 1866; *A Fada, poema do amor*, Coimbra, 1866; *A Dama das violetas*, de que ultimamente, 1905, se fez uma nova edição pela casa editora Parceria Pereira; *Os Lazaristas pelo lazarista Senna Freitas*, a proposito do drama os *Lazaristas*, de Antonio Ennes, pamphleto publicado em 1876. Traduziu os seguintes romances: *A Dama das camelias*, de Alexandre Dumas, filho; *Os Dramas do Novo Mundo*, de Gustavo Aimard; *As Castellãs de Nesle*, de Molé Gentilhomme; *Raphael*, de Lamartine; *As Memorias do diabo*, de Frederico Soulier; etc.

Guimarães e Freitas *(José de Aquino)*. Coronel de artilharia e governador militar de Coimbra em 1828. Era natural de Minas Geraes, e partiu para Macau em 1815, tendo o posto de coronel, servindo no batalhão do principe regente D. João, ás ordens do brigadeiro Francisco de Mello da Gama Araujo, que mais tarde foi governador de Diu. Quando em Macau se recebeu a noticia, no anno de 1822, que D. João VI regressara do Brazil a Lisboa com a familia real, e acceitára a constituição, o governador e capitão general d'esta cidade, que era então João Osorio de Castro Cabral e Albuquerque, nomeou o coronel Guimarães e Freitas para vir a Portugal com a commissão de felicitar o monarcha e sua real familia pela feliz chegada ao seu paiz natal, e ao Soberano Congresso pela sua installação e progressivo empenho pelo bem nacional, devendo ao mesmo tempo dar conta da maneira satisfactoria com que se tinha recebido e solemnisado em Macau o novo systema constitucional. A esta nomeação se uniu o senado, conferindo a Guimarães Freitas os poderes de seu deputado. Escreveu: *Memoria sobre Macau*, Coimbra, 182 ; *Elogio do sr. Miguel de Arriaga Bru a da Silveira*, Lisboa, 1826.

Guimarei. Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Douro, conc. e com. de Santo Thirso, distr. e bisp. do Porto; 46? hab e 110 fog Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e passa por ella a estrada de Santo Thirso a Paços de Ferreira. E' terra fertil; tem gado de toda a qualidade. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Fregim, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Guimareira. Pequena serra do districto de Santarem, na freguezia de Areias. Tem 5 k. de comprimento. E' tambem conhecida pela designação de *S. Saturnino*.

Guimaterra. Pov. na freg. de S. Martinho, de Fareja, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Guimbães. Pov. na freg. de S. Julião, de Covellas, conc. de Povoa de Lanhoso, districto de Braga.

Guimbe. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Guimberim. Ponta situada á entrada e na margem esquerda do rio Casamansa, no concelho de Cacheu, prov. da Guiné. || Montanhas na margem esquerda do rio Casamansa, no conc. de Cacheu, prov. da Guiné. || Terras do conc. de Cacheu, na prov. da Guiné, na margem esquerda do rio Casamansa. || Pov. do conc. de Cacheu, na prov. da Guiné e com. de Bissau, nas margens do rio Casamansa e terras de Guimberim.

Guimbra. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Anta, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Marinha, de Argella, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. | S. Martinho, de Moimenta, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Rebordosa, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Guimbras. Pov. na freg. de S. João, de Cova, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Guimbriz. Pov. na freg. de Santa Maria, de Terroso, conc. de Povoa de Varzim, districto do Porto.

Guimguim. Pequeno reino ou tribu de gentios banhús do concelho de Cacheu, na prov. da Guiné, Africa Occidental. Está situado na margem direita do rio de S. Domingos ou de Cacheu. || Pov. do reino do mesmo nome, no conc. de Cacheu, prov. da Guiné. Situada nas margens do esteiro de Beguendo, confluente do rio de Farim ou de Cacheu.

Guimil. Pov. na freg. de S. João, de Longos Valles, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Guinalá *(Rio Grande de)*. Rio do concelho de Bolama, na prov. da Guiné, Africa Occidental. Nasce no sertão, separa o reino de Guinalá do territorio de varias tribus nalús e desagua no mar entre a ilha de Bolama e os baixos que a cercam ao N, a ilha dos Escravos, ou Mantere, e os respectivos bancos d'areia e rocha ao S, apresentando na sua foz, perto de 4 k. de largura, a qual diminue consideravelmente, mesmo a pequena distancia da entrada do rio. As suas margens, pouco habitadas pelos gentios beafares, são muito ferteis e saudaveis mas demasiado baixas e em grande parte formadas de terrenos de alluvião; todavia, nas terras que não são d'esta origem ha muitas collinas de altura regular, mas cobertas de arvoredo pujante e outras já devastadas ou pelos córtes de madeira para o commercio ou pelas queimas para serem cultivados os campos. Não é, comtudo, só nos pontos elevados que ha vegetação; tambem se encontra mais ou

menos vigorosa, ao longo do rio, e em algumas partes, mesmo os bosques de mangues são tão densos que é impossivel penetrar n'elles. As margens do Guinalá são quasi despovoadas, porque os gentios preferem espalhar-se pelas margens riquissimas de vegetação dos seus muitos confluentes, nas quaes teem moradia segura e onde cultivam tudo o que lhes é necessario ao seu commercio de exportação ou permuta, como o milho, a ginguba, o arroz e as madeiras. Este rio é um dos maiores da Guiné meridional. Em 1857 mandou-se construir uma pequena fortificação e uma egreja na ponta fronteira á Boa Esperança, e estabeleceu-se junto da provincia de Guinalá uma feitoria portugueza. Tambem é chamado *Rio de Bigubá*. || Reino de gentios beafares situado na area dos concelhos de Bolama e Bissau, na provincia da Guiné, Africa Occidental. E' limitado ao N pelo rio Geba, a E pelos sertões dos territorios mandingas, ao S pelo Rio Grande de Guinalá e a O pelo mar. A sua população é em geral docil, laboriosa e leal nas transacções commerciaes com os brancos, permittindo mesmo que estes atravessem as suas terras para se dirigirem ao rio de Bolola. O solo é fertil, produz milho, arroz, ginguba, etc., e densas florestas cuja madeira é propria para construcções navaes e outras. No litoral o clima é geralmente doentio, mas no interior é mais benigno e salubre, mesmo em muitos logares. Exporta milho, couros, arroz, cêra, mel e madeiras em larga quantidade, e muito maior seria a exportação se o terreno não estivesse minado de formigões enormes que destroem as sementeiras. || Pov. e porto do reino de Guinalá, Africa Occidental. No porto e proximo da povoação indigena havia ainda nos fins do seculo XVII uma feitoria portugueza com egreja, e a fortaleza artilhada. Este estabelcimento mercantil tinha numerosas casas e tornou-se notavel pela sua riqueza. Parece ser o denominado *Porto da Cruz*, que os portuguezes abandonaram, por desavenças com o rei indigena, para irem estabelecer-se nas margens do Bolola.

Guinchães. Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Irivo, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || O Salvador, de Monte Cordova, conc. de Santo Thirso, do mesmo districto.

Guincho. Ponta na costa de SE na ilha de S. Nicolau, archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental.

Guinchosos. Pov. na freg. de Santo Aleixo, de Becco, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Guindaes. Pov. na freg. de Santa Maria, de Freigil, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Guindas. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Nogueira, concelho de Louzada, districto do Porto.

Guindáste. Ilha do Pico; pov. na freg. de N. S.ª das Candeias, de Candelaria, conc. de Magdalena, distr. de Horta. || Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Faial, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

Guindo. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Sobrosa, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Guiné. Pov. na freg. do Divino Espirito Santo, de Algoz, concelho de Silves, districto de Faro.

Guiné. A provincia da Guiné comprehende os dominios portuguezes na Senegambia. Estendem-se estes por um comprimento de cerca de 240 milhas na costa occidental da Africa, desde 2 milhas ao N do rio de S. Pedro até ao Cabo da Verga. Para o interior chegam até ao presidio de Geba. A superficie approximada do territorio em que assenta o dominio portuguez na Guiné é de 8:400 kilometros quadrados. Não tem, porém, Portugal occupação effectiva senão de pontos isolados, encravados nos terrenos dos gentios e na ilha de Bolama. Do archipelago de Bijagoz pertencem-lhe, além d'aquella ilha, as das Gallinhas e de Orango. O territorio da prov. é banhado por quatro rios principaes, que são Casamansa, rio de S. Domingos ou de Cacheu, o de Geba, e o rio Grande de Guinalá. Os principaes portos são: Bolama, Bissau e Cacheu (V. *os artigos respectivos*), a que correspondem as pov. dos mesmos nomes. Por lei de 18 de março de 1879 foi o territorio da Guiné desannexado da provincia de Cabo Verde, constituindo uma provincia com governo independente, ficando egual em consideração e attribuições ao governo de S. Thomé e Principe, e tendo a séde na ilha de Bolama. Por decreto de 21 de maio de 1892 estabeleceu se a organisação do districto autonomo da Guiné com a mesma séde, providenciando-se ácerca dos differentes serviços publicos. O decreto de 18 abril de 1895 considera o governo da Guiné como governo de provincia ultramarina. A Guiné, a primeira colonia que Portugal fundou em Africa, d'onde os reis tomaram o titulo de Senhores da Guiné, foi descoberta e explorada depois que, por ordem do infante D. Henrique, Gil Eannes dobrou o cabo Bojador em 1433. Tendo Antonio de Nola e Luiz de Cadamosto, ambos ao serviço de Portugal, emprehendido em 1446 a sua segunda viagem ao rio de Gambia para completarem o seu descobrimento, e armado, para este fim, duas caravélas, as quaes fôram acompanhadas de uma outra do proprio infante, feito o reconhecimento que levavam em mente e ao cabo de tres dias de navegação, avistaram primeiramente o rio que denominaram de S. Pedro, e, pouco depois, o de Sant'Anna e o das Ostras. Ao quarto dia de viagem, passaram o rio Casamansa, no immediato dobraram o cabo Roxo, descobrindo em seguida o rio de S. Domingos e o das Ancoras, indo por ultimo ancorar nas aguas do rio Geba, d'onde resolveram regressar á patria. De volta para Portugal reconheceram algumas das ilhas de Bijagoz. O Cabo dos Mastros era o ultimo limite dos descobrimentos até então feitos e fôra visto já por Alvaro Fernandes, sobrinho do capitão-mór do Funchal, João Gonçalves da Camara. O arrojado navegador Nuno Tristão, tão destemido quanto infeliz soldado, porque n'estas paragens inhospitas vendeu cara a existencia, batendo-se com audacia e galhardia contra 13 almadias de negros, recebera no mesmo anno de 1446 ordem do infante para passar além d'este cabo, o que levou a effeito n'uma pequena caravéla, descobrindo por essa occasião ao sul de Bissau o rio que baptisou com o seu proprio nome, Nuno, pelo qual ainda hoje é conhecido. Depois, Alvaro Fernandes ainda navegou mais além, até ao rio de Tubite, que desagua no Oceano entre o referido rio Nuno e serra Leôa. Em 1462, Pedro de Cintra e Soeiro da Costa, conseguiram chegar

até defronte do Rio Grande e, proseguindo na sua derrota, fundearam no rio Besseneguc, nome de um regulo, e avistaram o cabo da Verga. Primeiros descobridores, pois, de toda a costa desde cabo Branco até o Congo, senhores, emfim, os portuguezes d'esta mesma costa africana, careciam de manter a posse de tão vasta região; n'este intuito construiram fortalezas e castellos na Mina, em Mitombo, Bissau e outros pontos, onde desassombradamente tremulava a bandeira das quinas. O jugo castelhano, porém, poderosamente contribuiu para a perda quasi total das nossas tão extensas conquistas. Todavia, em 1650, a Guiné portugueza ficava ainda comprehendida entre o rio Senegal e o de Casses, que defronta com o distr. de serra Leôa, florescendo muitas pov. e feitorias nacionaes nas margens dos rios de S. Domingos, Geba, Guinalá, Nuno e outros. As relações commerciaes d'esta possessão datam do primeiro quartel do seculo XV, consistindo então na exportação de escravos, ouro em pó e pelles de lobos marinhos. Em 1469 foi o commercio arrendado por 5 annos na razão de 250$000 annuaes, ficando o arrendatario obrigado não só a descobrir 10 legoas de costa, a começar na serra Leôa, mas ainda a vender ao rei por 1$500 réis cada quintal, todo o marfim que alcançasse. Terminado este contrato e iniciado o resgate do ouro da Mina, tanto o negocio do ouro como o commercio da Guiné, começaram a produzir um importante rendimento para o reino. Até 1755, parece não ter havido nenhum outro arrendatario do commercio, se se exceptuarem certos privilegios concedidos aos capitães-móres de Cacheu e outros, para negociarem exclusivamente n'um ou n'outro rio d'esta possessão. N'esse anno foi arrendado o trafico á companhia do Grão-Pará e Maranhão, que subsistiu até 1778, sendo substituida dois annos depois por outra denominada Commercio da Costa de Africa, cujo trafico, além do que lhe competia no archipelago de Cabo Verde, se estendia no continente desde o Cabo Branco até ao das Palmas. Em 1837, o decreto de 17 de maio, approvou os estatutos de uma companhia para o commercio da Guiné, que não foi por deante. Bibliographia: *Descripção de Guiné*, etc., por Lucas de Andrade. *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*, por Gomes Eannes de Azurara, publicada em Paris em 1841.

Guiné *(Golfo da)*. Vasto golfo formado pelo Oceano Atlantico, na costa O da Africa, e comprehendido entre o cabo das Palmas na Guiné septentrional, e o cabo de Lopo Gonçalves na Guiné meridional. Comprehende, entre o cabo das Tres Pontas e o Formoso, a enseada de Benim, e, entre o ultimo cabo e o de Lopo Gonçalves, o golfo dos Mafras, a que os inglezes chamam de Biafra. No golfo, mais propriamente chamado *Mar da Guiné*, estão as ilhas de S. Thomé e Principe, e bem assim na costa do reino de Dahomé, por elle tambem banhada, o estabelecimento de S. João Baptista de Ajudá. V. *este nome*.

Guiné de Cabo Verde *(Costa da)*. Denomina-se assim todo o litoral comprehendido entre o cabo chamado Verde e o de Sagres.

Guinfães. Pov. e freg. de S. Faustino, da prov. do Douro, conc. e com. da Maia, distr. e bisp. do Porto; 1.375 hab. e 317 fog. Tem escolas d'ambos os sexos, correio com serviço de posta rural, fabrica de polvora e pyrotechnia, e philarmonica. A pov. dista 5 k. da séde do conc. O balio de Leça apresentava o abbade, que tinha 120$000 réis. A terra é muito fertil; cria muito gado bovino, que exporta. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18 com a séde no Porto.

Guinga. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Guinginge. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Guingusto. Pov. na freg. de S. Martinho, de Balugães, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Guinhuvi. V. *Inhaconda*.

Guinobra. Pov. na freg. de S. Martinho d'Anta, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real.

Guins. Pov. na freg. de S. Christovão, de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Guio. Pov. na freg. de Santo André, de Victorino dos Piães, conc. do Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Guione. Pov. do districto de Inhambane, na provincia de Moçambique, Africa Oriental. Está edificada nas margens do rio Quiungulo, a pequena distancia da costa.

Guirda. Pov. na margem esquerda do rio Salum, na costa da Guiné de Cabo Verde, Africa Occidental.

Guirdolim. Povoação da freguezia de Chandor, no concelho de Salsete, distr. e arceb. de Gôa, na India.

Guirelia. Pov. na freg. de S. Pedro, de Paraizo, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Guirim. Pov., freg. e regedoria de S. Diogo, do conc. de Bardez, distr. e arceb. de Gôa, na India. Abrange a regedoria a pov. de Sangoldá. Tem escola. || Rio confluente do Mandovi, na prov. de Gôa. Corre no distr. de Bardez.

Guisado. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Salir de Mattos, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Guissol. Pov. na freg. de Santa Maria, de Verim, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Guistolla. Povoações nas freguezias: Santa Maria Magdalena, de Agadão, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Guistollinha. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Agadão, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Guitoeira. Pov. na freg. de Santa Maria, de Airães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Guivães. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Guivarra *(Alonso Rodrigues)*. Physico e lente de Anatomia no hospital de Todos os Santos, nomeado em 21 de outubro de 1561. Fôra lente de Anatomia em Guadalupe e na Universidade de Coimbra. Era muito estimado por el-rei D. Sebastião, que o nomeou em 1578 para o acompanhar a Africa. Vê-se que voltou d'aquella desastrosa expedição, depois da funesta batalha de Alcacer Kibir, porque nos livros do referido hospital encontra-se a sua assignatura em 29 de junho 1579.

Guixerre. Pov. na freg. de Santa Maria, de Almoster, conc. e distr. de Santarem.

Guixomar. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Geraz do Minho, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Guizandaria. Pov. na freg. de Nossa Senhora d'Assumpção, de Cadafaes, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. N'esta aldeia houve uma capella dedicada a Santo Antonio, que tinha casa de residencia para ermitão. Foi profanada pelos francezes, quando em 1811 saquearam a povoação. Desde então ficou abandonada, e está em ruinas.

Guizande. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. com., distr. e arceb. de Braga; 160 hab. e 37 fog. Dista 8 k. da séde do conc Estava annexada para effeitos administrativos á freg de S. Vicente, de Peuso, mas foi desannexada pelo alvará de 1 de fevereiro de 1902. O reitor da freguezia de Lomar apresentava o vigario, que tinha 10$000 réis de congrua e o pé d'altar. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg de S. Mamede, da provincia do Douro, conc. e com. na Feira, distr. de Aveiro e bispado do Porto; 532 hab. e 124 fog. Tem escola do sexo masculino e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada em terreno muito accidentado, mas abundante de boas aguas, e muito fertil nos seus pequenos valles. A egreja matriz é pequena, mas bonita e asseada. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 24, com a séde em Aveiro. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Fornellos, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Guizos *(Herdade dos)*. Na freguezia de S. Braz, da Granja, conc. de Mourão, districto de Evora.

Guizungo. Rio do districto de Quelimane, na provincia de Moçambique, Africa Oriental.

Gulá. Reino de gentios situado nas margens do rio de Geba, concelho de Bissau, provincia da Guiné, Africa Occidental. Pertencem a este reino as povoações das Almadias e de Molapanta, cujos portos teem os mesmos nomes. A ultima povoação foi tão prospera, n'outros tempos, que se tornou celebre pelo seu commercio e pela riqueza da sua população.

Gulely. Aldeia da circumscripção militar de Cotorém, prov. de Satary, districto de Gôa, na India.

Gulem. Pequeno rio da provincia de Gôa, India. Vae desaguar no Oceano por uma bahia situada na costa comprehendida entre o cabo de Rama e Talponá.

Gulfar. Pov. na freg. de Santa Maria, de Moreira de Rei, conc. de Trancoso, distr. da Guarda. Concelho extincto da Beira Alta, o qual, juntamente com o de Sattam e o de Ferreira de Aves, tambem extincto, fórma o actual concelho de Sattam, cuja séde é na Villa da Egreja. Em Gulfar nasce a ribeira do seu nome, que entra na margem direita do rio Vouga. Foi villa, e teve foral, dado por el-rei D. Diniz, em Lisboa, a 6 de junho de 1315; D. Manuel deu-lhe foral novo, tambem em Lisboa, a 29 de abril de 1514.

Gulhe. Pov. na freg. de S. Thiago, de Silvalde, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Gulpilhares V. *Golpilhares*.

Gulpilheiras. Pov. na freg. de S. João, de Britello, conc. de Celorico de Basto, districto de Braga.

Gulrelta. Pov. na freg. de S. Pedro, de Ramella, conc. e distr. da Guarda.

Gululém. Aldeia da circumscripção militar de Quelaudém, na provincia de Satary, districto de Gôa, na India.

Gulungo. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Gumbata. Pov. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Gumirães. Pov. na freg. de S. Simão, de Rio de Loba, conc. e distr. de Vizeu.

Gunda. Nome de duas povoações do concelho de S. Salvador e districto do Congo, provincia de Angola.

Gundar. Pov. na freg. de S. Miguel, de Nogueira da Montanha, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Gundar. V. *Gondar*.

Gunde. Pov. na freg. de S. Salvador, de Unhão, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Gundeiro. Pov. na freg. de Santo Adrião, de Cever, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

Gundella. Pov. na freg. de S. Miguel, de Anreade, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Gundo. Pov. no Golungo Alto, districto de Loanda, prov. de Angola.

Gundú. Pov. do conc. do Ambriz, distr. e com. de Loanda, prov. e bisp. de Angola. Está situada nas margens do rio Loge ou Ambriche.

Gundufe. Pov. na freg. de Santa Maria, de Avelleda, conc. e distr. de Braga.

Guneu. Reino de gentios situado nas margens do rio de Farim do conc. de Cacheu, prov. da Guiné, Africa Occidental.

Gunga. Pov. do conc. de Caconda, districto de Benguella, provincia de Angola.

Gungunhana. Celebre régulo vátua, senhor das terras de Gaza, na provincia de Moçambique, Africa Oriental. Os limites dos seus vastos dominios iam desde a margem direita do Zambeze até á Zululandia, e desde além das serras de Manica até ao mar. Por morte de seu pae, Muzilla, tomou o governo supremo d'aquelles territorios, mudando para Gungunhana o seu nome de Mundagaz. Era um dos mais poderosos potentados da Africa do Sul. Numerosos chefes de tribu, embora vassallos de Portugal, lhe pagavam tributo. Seu pae, a quem os portuguezes ajudaram a vencer na contenda que sustentou contra seu irmão Maéva, acceitara a suzerania de Portugal, mas nunca a cumpriu de boa vontade, e o Gungunhana imitou-lhe o proceder. O governo portuguez, em mais d'uma conjunctura difficil, tratou com elle de egual para egual, a ponto de lhe conceder o posto de coronel de 2.ª linha, de manter no seu *kraal* residentes e de se receberem em Lisboa, e no paço, os embaixadores que enviou a Portugal. As intrigas, os maus conselhos, as ambições de companhias estrangeiras e até de algumas potencias, tornaram o predominio do Gungunhana perigoso para o prestigio e politica de Portugal na Africa. Depois de varias e repetidas tergiversações, das muitas peripecias que constituem a historia cafreal dos ultimos vinte annos da parte sul da provincia de Moçambique, foi resolvida a expedição de 1895, apoz a rebellião dos indigenas de Lourenço Marques, de que o Gungunhana foi, senão o principal instigador, pelo menos o mais responsavel consentidor. O conselheiro Antonio Ennes fôra nomeado commissario regio da provincia, e o coronel Galhardo teve o commando da expedição. Rom-

pendo-se as hostilidades, fôram as forças divididas em duas columnas: uma que operou no norte, no interior do distr. de Inhambane, e outra no sul, no de Lourenço Marques. N'esta ultima região feriram-se os dois importantes combates de Marracuene e de Magul, além d'outras pequenas escaramuças. Nas terras de Gaza, o combate de Coollela acabou de desmoralisar as mangas vátuas. O incendio de Manjacaze, onde residia o Gungunhana, não era o bastante para terminar a campanha. Emquanto existisse o famigerado régulo, subsistia o perigo d'uma resistencia demorada, que, com o tempo, se poderia tornar desesperadamente energica. Concebeu então o valente capitão Mousinho de Albuquerque o seu ousado plano de ir prender o régulo a Chaimite, a povoação sagrada que guardava os restos do avô do potentado, Manicusse. A audacia do emprehendimento do heroe portuguez foi uma verdadeira temeridade coroada felizmente do melhor exito. A 27 de dezembro de 1895 era preso em Chaimite o Gungunhana, e levado para Lourenço Marques, foi de lá conduzido para Portugal, sendo encerrado em 14 de março de 1896 no forte de Monsanto, e transferido para o castello de Angra, nos Açôres, onde falleceu em 23 de dezembro de 1906. Bibliographia: *A guerra d'Africa em 1895*, por Antonio Ennes. *A campanha d'Africa contada por um sargento*, Empresa do «Occidente», 1896.

Gunha de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Vicente do Paul, conc. e distr. de Santarem.

Gunsá. Aldeia pertencente á divisão de Uply Pahw, ao sul do rio Sandalcalo, no concelho de Nagar-Avely, districto de Damão, na India.

Guntamá. Pov. da freg. de S. Bartholomeu, de Villa Cova, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Guntão. Pov. na freg. de S. Martinho, de Fareja, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Gurada. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Pero Soares, conc. e distr. da Guarda.

Gurgul. Pov. do distr. de Canácona, Novas Conquistas, prov. e arceb. de Gôa, com. de Quepem, India. Está situada no centro do districto.

Gurungadim. Pov. do distr. de Canácona, Novas Conquistas, prov. e arceb. de Gôa. Está situada na região central do districto.

Gury. Pov. do conc. de Egito, distr. de Benguella, prov. de Angola.

Gusman e Nogueira *(Miguel Guilherme Sanches de).* Contra-almirante. N. em junho de 1845, fal. em 30 de janeiro de 1907. Assentou praça como aspirante a guarda-marinha em setembro de 1859, saindo guarda-marinha em julho de 1866, promovido a 2.º tenente em abril de 1869; a 1.º tenente em outubro de 1877, a capitão-tenente em março de 1885, a capitão de fragata em janeiro de 1890, a capitão de mar e guerra em novembro de 1895, e depois a contra-almirante. Foi director da Escola de Torpedos e Electricidade. O decreto de 12 de dezembro de 1900 o nomeou para a commissão superior de guerra; a portaria de 1 de outubro de 1902, para a commissão que procedeu á revisão do regulamento geral do serviço de pilotagem das barras e portos do continente e ilhas; a portaria de 9 de fevereiro de 1903 o nomeou para a commissão encarregada de estudar o projecto do submarino *Fontes Pereira de Mello.* Commandou as corvetas *Estephania* e *Affonso d'Albuquerque*, e a divisão naval do sul. Foi capitão dos portos de Faro, Angra de Heroismo, de Figueira da Foz e Villa Real de Santo Antonio; director dos serviços maritimos do Arsenal e inspector interino, presidente e vogal dos conselhos de guerra e do conselho fiscal da administração naval, e chefe dos departamentos de Oeste e do Sul. Sanches de Gusman era commendador, cavalleiro e grande official da ordem de S. Bento de Aviz; cavalleiro da Torre e Espada; possuia a medalha de prata de comportamento exemplar. Era tambem official da ordem da Corôa, de Italia, official da de Merito Naval, de Hespanha, e tinha a medalha de ouro de bons serviços e de soccorros a naufragos.

Gusmão. Familia das mais nobres de Castella, procedente do rei Ordonho, de Leão. Tem por armas em campo azul duas caldeiras com duas azas xadrezadas de ouro e vermelho, e nos encaixes das azas cada uma com tres cabeças de serpe de ouro; orla de prata com oito arminhos de negro; timbre, tres pescoços de serpe de ouro retorcidos. Os Gusmões de Baeça usam o seguinte brazão: Em campo de prata cinco arminhos negros postos em santor; orla sanguinha com oito aspas de ouro. Os Gusmões procedentes do conde de Niebla teem por armas: Escudo franxado; no primeiro e ultimo em campo azul duas caldeiras xadrezadas de ouro e vermelho com tres cabeças de serpe de ouro; nos dos lados, que é segundo e terceiro, em campo de prata cinco arminhos negros postos em santor; orla composta de prata e vermelho de dezeseis peças, oito de prata com leões sanguinhos e oito de vermelho com castellos de ouro.

Gusmão *(P. Alexandre).* Jesuita. Nasceu em Lisboa a 14 de agosto de 1629; e fal. na Bahia, em 15 de março de 1724. Tinha 10 annos quando foi com seu pae para o Brazil, e entrou na Companhia de Jesus, no collegio da Bahia, a 28 de outubro de 1646. Exerceu alguns cargos importantes, e entre estes o de Preposito provincial que desempenhou por duas vezes. No logar de Cachoeiras, a 14 leguas da Bahia, fundou um seminario, que intitulou *de Belem*, lançando-se a primeira pedra d'este edificio em 13 de abril de 1687. Foi por duas vezes reitor d'este seminario, e ali falleceu. Escreveu: *Escola de Belem, Jesus nascido no presepio*, Evora, 1678; 2.ª edição, 1735; *Menino Christão*, Lisboa, 1695; *Sermão na cathedral da Bahia de Todos os Santos nas exequias do ill.mo sr. D. Fr. João da Madre de Deus, primeiro Arcebispo da Bahia*, Lisboa, 1686; *Historia do Predestinado Peregrino e seu irmão Precito, em o qual debaixo de uma mysteriosa parabola se descreve o successo feliz do que se ha de salvar e infeliz sorte do que se ha de condemnar*, Lisboa, 1682; Evora, 1685; Lisboa, 1724; saiu tambem traduzida em castelhano, Barcelona, 1696; *Arte de crear bem os filhos*, Lisboa, 1685; *Meditações para todos os dias da semana pelos exercicios das potencias da alma, conforme ensina Santo Ignacio*, Lisboa, 1689; *Rosa de Nazareth nas montanhas de Hebron, a Virgem Nossa Senhora na companhia de Jesus*, Lisboa, 1715; *Eleição entre o bem e o mal eterno*, Lisboa, 1720; *O Corvo e a Pomba da Arca de Noé no sentido allegorico e moral*; obra posthuma, Lisboa, 1734; *Arvore da Vida de Jesus crucificado*, Lisboa, 1734.

Gusmão *(Alexandre de)*. Cavalleiro professo da ordem de Christo, fidalgo da Casa Real, doutor em Direito civil pela Universidade de Paris e incorporado na de Coimbra; enviado extraordinario á côrte de Roma, secretario particular de D. João V, academico da Real Academia de Historia Portugueza, conselheiro do conselho ultramarino, etc. N. em Santos, Brazil, em 1695, fal. em Lisboa a 30 ou 31 de dezembro de 1753. Era filho do cirurgião-mór do presidio d'aquella cidade, Francisco Lourenço, e de sua mulher, D.ª Maria Alvares. Cursou os primeiros estudos em Santos, e aos 15 annos veiu para Coimbra matricular-se na Universidade em Direito, onde se formou, recebendo logo, em 1714, a nomeação de secretario da embaixada que partia para França, cujo chefe era o conde da Ribeira Grande, D. Luiz da Camara. Durante a sua permanencia em Paris frequentou a faculdade de Direito Civil, Romano e Ecclesiastico, tomando o grau de doutor, e ao mesmo tempo estudou com dedicação as obras dos publicistas, as collecções dos tratados europeus e os precedentes diplomaticos. Regressando á patria em 1720 com a embaixada, foi logo empregado na secretaria de Estado dos Negocios do Reino, incumbido de alguns despachos relativos á administração interna, e de outros que se referiam a negociações exteriores, incorporado como doutor na Universidade de Coimbra, e nomeado fidalgo da Casa Real. Seu irmão, o padre Bartholomeu Lourenço de Gusmão (V. *este nome)*, foi a Roma como agente de D. João V para tratar d'umas questões que estavam pendentes entre Portugal e a Curia Romana, e passando quasi um anno sem que a maior parte d'essas negociações estivesse resolvida, Alexandre de Gusmão foi annexado áquella missão em 1723, e sendo chamado a Lisboa o padre Bartholomeu Lourenço de Gusmão, ficou em Roma com o caracter de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. Sete annos se conservou n'aquella cidade, e durante este prazo tratou de varias questões importantes. Não podendo seguir para o congresso de Cambraia, como primeiro intentára D. João V, retirou-se em 1730 para Portugal, deixando em Roma grande fama da sua elevada erudição, chegando a ser-lhe offerecida pelo papa Benedicto XIII a dignidade de principe romano, que elle não acceitou por lhe ter sido negada a licença do rei de Portugal. Pouco depois do seu regresso, exerceu o cargo de escrivão da puridade, sendo ao mesmo tempo encarregado dos objectos relativos a negocios estrangeiros que D. João V chamava a si, e da decifração da correspondencia diplomatica. Nos negocios externos obteve alguns felizes resultados, que honram o governo de D. João V, e na Exposição que fez dos seus serviços, que foi publicada no *Panorama*, de 1842, se encontra uma breve noticia de negociações que elle dirigiu e encaminhou. Alexandre de Gusmão tambem tratou com a côrte de Roma negociações sobre o padroado, dos beneficios da sé occidental de Lisboa, e as que diziam respeito ao dote da fabrica e dignidades da patriarchal. Teve de luctar com as maiores difficuldades para conseguir o capello perpetuo na pessoa do patriarcha de Lisboa, que a Curia estava renitente em conceder, não querendo, dizia ella, pôr um capello em vinculo de morgado. Finalmente, Alexandre de Gusmão aconselhou el-rei que fizesse entender á Curia Romana que estava sabedor dos abusos que se praticavam em Roma em pontos de dinheiro e de jurisdicção, e que estava disposto a impugnal-os como muitas outras côrtes catholicas. Esta ameaça tornou mais flexivel a Curia, mas não foi bastante para lhe arrancar a concessão do capello perpetuo, e Gusmão teve de se resolver a pedir o capello perpetuo na pessoa do patriarcha para ser descontado nas nominas da corôa, isto é, nos capellos que a corôa portugueza tinha direito de obter para as pessoas que o soberano indicasse. Alexandre de Gusmão foi nomeado em 1742 ministro do conselho ultramarino, e como tal se lhe devem muitas providencias com respeito ás colonias, e outras de reconhecido interesse nacional. Era, sem duvida, um dos homens mais notaveis na côrte de D. João V, mas a opposição que muitas vezes encontrou nos validos d'el-rei e até no proprio monarcha, nem sempre lhe permittiram dirigir a politica pelo modo que elle julgava conveniente. Apezar de todos os seus numerosos serviços considerava como a obra prima da sua diplomacia, e talvez o acto mais importante da sua vida politica o tratado de 13 de janeiro de 1750 entre as corôas de Portugal e de Hespanha. Ambos os paizes possuiam immensos territorios na America do Sul, mas estavam indecisos os seus limites, e apezar das negociações que por vezes se estabeleceram, e apezar dos trabalhos que n'esse sentido fizeram os nossos diplomatas D. Luiz da Cunha, José da Cunha Brochado, Manuel de Sequeira, Pedro de Vasconcellos e Antonio Guedes, não se havia chegado ainda a resultado algum definitivo. Alexandre de Gusmão elaborou o tratado, que citámos, e conseguiu pelos seus esforços alcançar a sua ratificação, bem longe porém do que julgava o notavel estadista, o tratado de 1750 não pôz termo ás discordias entre portuguezes e hespanhoes, dando causa, pelo contrario, a que ellas se aggravassem. Com a morte de D. João V, em 31 de julho do referido anno de 1750, acabou o logar de escrivão da puridade, e Alexandre de Gusmão perdeu a importancia que adquirira. Pouco tempo sobreviveu ao monarcha, e os ultimos annos da sua vida fôram amargurados, porque teve a infelicidade de perder dois filhos, e de perder a casa e todos os seus haveres n'um pavoroso incendio que tudo devorou. Escreveu : *Relação da entrada publica que fez em Paris aos 18 de agosto de 1715 o Excellentissimo Senhor D. Luiz da Camara, Conde da Ribeira Grande, do conselho d'El-Rei de Portugal... seu embaixador extraordinario á Côrte de França, reinando n'esta monarchia Luiz XIV, em que se acham varias noticias concernentes ao ceremonial d'esta embaixada*, Paris, 1715; *Pratica com que congratulou a Academia Real em 13 de março de 1732 por ser eleito seu collega*; saiu no tomo XI da *Collecção dos Documentos e Memorias da mesma Academia*, Lisboa, 1732; reimprimiu-se no *Patriota*, jornal do Rio de Janeiro, n.º IV, abril de 1813; *Conta dos seus Estudos academicos dada a 24 de julho de 1732;* vem no citado tomo XI da *Collecção dos documentos*, etc. Publicaram-se posthumas as seguintes obras : *Collecção de varios escriptos inéditos politicos e litterarios de Alexandre de Gusmão, dados á luz publica por J. M. T. de C.*, Porto, 1841; *Complemento dos iné-*

ditos de Alexandre de Gusmão, publicado por Albano Anthero da Silveira Pinto, Porto, 1844; *Discurso (inédito), em que se mostra os interesses que resultam a Sua Magestade Fidelissima e a seus vassallos da execução do tratado de limites da colonia do Sacramento, ajustado com sua magestade catholica;* saiu no *Panorama*, tomo II da 2.ª serie, 1843, pag. 149 e seguintes; *Additamentos secretos e mui curiosos, que servem de subsidio para a biographia de Alexandre de Gusmão em varias cartas suas inéditas;* sairam no *Panorama* tomo IV, 2.ª serie, 1846 1847, pag. 271 e 279, etc. Além dos poucos versos de Alexandre de Gusmão que se conservam, e que pódem vêr-se reunidos no *Ensaio biographico-critico sobre os melhores poetas portuguezes,* tomo IX, pag. 37 a 51, consta que tambem compozera em 1749 umas *Cantigas,* muito apreciadas n'esse tempo, como póde vêr-se no *Theatro* de Manuel de Figueiredo, tomo XIV, pag. 288.

Gusmão *(P. Bartholomeu Lourenço de).* Presbytero secular, fidalgo capellão da Casa Real; concesssão feita pelo alvará de D. João V de 16 de janeiro de 1722, doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, academico da Academia Real de Historia Portugueza, etc. Nasceu em Santos, hoje cidade do Estado de S. Paulo, Brazil, em 1685, fal. em Toledo, a 19 de novembro de 1724. Era filho de Francisco Lourenço, cirurgião-mór do presidio de Santos, e de sua mulher, D. Maria Alvares. Foi educado, assim como seus irmãos, no seminario de Belem, situado nas Cachoeiras, proximo da Bahia, fundado pelo jesuita Alexandre de Gusmão, padrinho de seu irmão mais novo, tambem chamado Alexandre de Gusmão, e de quem ambos tomaram o appellido. *(V. os artigos antecedentes)* Muito novo começou a applicar-se dedicadamente aos trabalhos de Physica e Mechanica, para que se sentia com a maior vocação. A primeira manifestação do seu engenho foi o machiuismo que iuventou para fazer subir a agua de qualquer rio, lago brejo, ou mesmo do mar á altura que se pretendesse. O seminario estava construido sobre um monte, e faltava-lhe a agua para alimentação e serviço da casa, no que se dispendia bastante, e Bartholomeu Lourenço estudou o assumpto, e conseguiu por meio d'um cano e machinismo, fazer subir ao convento a agua de um brejo que ficava um pouco distante, e inferior ao seminario 101 metros. Tendo concluido os estudos, e deixado o seminario em 1705, tratou logo de tirar vantagem do seu descobrimento, e requereu é camara da Bahia lhe concedesse privilegio de invenção, o que ella fez em sessão de 12 de dezembro do referido anno de 1705. Bartholomeu Lourenço requereu então ao governo para que o privilegio se tornasse extensivo a todo o Brazil. O conselho ultramarino, a que foi apresentado o requerimento, consultou favoravelmente sobre elle em 18 de novembro de 1706, obtendo o despacho d'el rei só em 23 de março de 1707 e passando-lhe a referida carta de privilegio Veiu depois para Portugal e matriculou-se na Universidade de Coimbra em dezembro de 1708, na faculdade de Canones. Foi durante este anno lectivo, que Bartholomeu Lourenço se dedicou ao trabalho da sua machina de voar, o que o obrigou a faltar á ultima matricula, e a abandonar o curso. Todo entregue ás experiencias do seu novo invento foi-lhe concedido o privilegio em 19 de abril de 1709, fazendo-se a experiencia na Casa da India, em 8 de agosto do mesmo anno. Sobre este facto póde vêr-se no vol. II do *Portugal*, a pag. 31 e seguintes, artigo *Balão*, onde tambem se encontra a descripção do aerostato que ficou conhecido pelo *Passarola*, pela sua fórma, assim como do padre Barthomeu Lourenço, a quem chamavam o *Voador*. Em 1710 publicou um opusculo de 13 pag. intitulado: *Varios modos de esgotar sem gente as naus que fazem agua, offerecido ao muito alto e poderoso rei de Portugal e dos Algarves D. João V Nosso Senhor, pelo padre Bartholomeu Lourenço.* Em 1712 publicou um sermão, dedicado tambem ao monarcha. Desde então até 1716 não se encontram noticias do estudioso padre, que parece ter saido do reino, indo á Hollanda e a algumas outras nações, talvez para se livrar das intrigas palacianas, de que era victima, procurando perdel-o no bom conceito d'el-rei, alcunhando-o de feiticeiro, e que o seu invento era obra de Satanaz com quem entretinha relações. No anno lectivo de 1716-1717, porém, matriculou-se no 2.º anno de Canones, com certidão de frequencia do 1.º anno de 1708-1709. Frequent u o 3.º anno, 1717 1718, e o 4.º de 1718-19. No anno de 1718 os estudantes da Universidade celebraram uma festividade á Senhora do Desterro, n'um triduo, cabendo o ultimo dia, aos estudantes ultramarinos, que o escolheram para seu prégador. De 1719 a 1720 frequentou o 5.º anno do curso, faltando, porém, á 2.ª matricula, falta que justificou por um documento, em que provava estar occupado na côrte em fazer um papel sobre a casa de Aveiro, de cuja causa tratou até 17 de fevereiro de 1720. E' um requerimento dirigido a el-rei em que lhe expõe as suas razões, pedindo para se haver por supprida a segunda matricula a que faltou. Afinal chegou a doutorar-se O despacho foi favoravel. e tem a data de 11 de março do referido anno. Este facto prova que, não obstante achar-se na Universidade, era procurado pelo seu talento, para advogar e dirigir as causas mais intrincadas e importantes do Direito Civil. D. João V o enviou a Roma no mesmo anno de 1720 afim de negociar duas Bullas, que a côrte portugueza impetrava, uma do serviço da patriarchal e outra das quartas partes dos bispados. A Curia Romana começou a mover-lhe embaraços e demoras pelos equivocos e falta de percepção das intenções de D. João V, nos que solicitavam este negocio. Bartholomeu Lourenço bem quereria talvez usar do seu natural talento, mas a sua qualidade de ecclesiastico não lhe permittia tratar na Curia Romana com aquella liberdade e vigor com que outro qualquer agente o poderia fazer. Conhecendo a côrte portugueza este embaraço, mandou em auxilio do padre Barthomeu Lourenço seu irmão mais novo Alexandre de Gusmão, que partiu com instrucções claras e esclarecimentos da côrte portugueza, ordenando-se-lhe, que residisse ali dois mezes para esse fim. O padre Bartholomeu Lourenço regressou em seguida ao reino. Foi um dos 50 membros escolhidos para se formar a Academia da Historia Portugueza em dezembro de 1720. No anno seguinte continuou o estudioso padre com assiduidade nas sessões da Academia, e não esquecendo a sua paixão pelos trabalhos experimentaes, pediu e

obteve carta de privilegio em 6 de agosto de 1721, para poder fazer carvão de terra artificial, por transferencia que n'elle fizera da concessão que para tal fim tinha alcançado por carta de 23 de maio do dito anno, Manuel Fernandes Calheiros. Apezar de Bartholomeu Lourenço gozar do maior valimento de D. João V, as intrigas contra elle continuavam, e sabendo que a Inquisição tentava perseguil-o outra vez com accusações de feiticeiro, fugiu em 1724 para Hespanha com seu irmão, o padre João Alvares de Santa Maria. Havia apenas dois mezes que tinha feito um novo descobrimento mechanico, pelo qual se lhe concedeu privilegio por carta de 18 de julho do mesmo anno de 1724, para um mechanismo com que os moinhos de rodizio e os engenhos de assucar possam com a mesma quantidade de agua, com que costumam trabalhar, moer muito mais. Bartholomeu Lourenço e seu irmão, tendo atravessado Portugal e parte da Hespanha, achando se em Toledo, adoeceu gravemente, recolheu-se ao hospital da Misericordia, e falleceu. Bibliographia: *Varios modos de esgotar sem gente as naus que fazem agua, offerecido ao muito alto e muito poderoso rei de Portugal e dos Algarves D. João V*, etc. Lisboa, 1710, a que se segue uma traducção latina do mesmo opusculo, com uma estampa descriptiva; *Sermão da Virgem Maria Nossa Senhora em uma festa, que a devoção de Sua Magestade lhe dedicou em Salvaterra*, Lisboa, 1712; *Sermão na ultima tarde do triduo em que os Academicos Ultramarinos festejaram a Nossa Senhora do Desterro, prégado na egreja parochial de S. João de Almedina*, Lisboa, 1718; *Sermão prégado na festa do Corpo de Deus na freguezia de S. Nicolau d'esta cidade*, Lisboa, 1721; *Conta dos seus estudos academicos na Academia Real a 16 de setembro de 1723;* na *Collecção dos Documentos e Memorias da mesma Academia, tomo* III Imprimiu-se posthuma; *Petição do P. Bartholomeu Lourenço, sobre o instrumento que inventou para andar pelo ar, e suas utilidades*, Lisboa, 1794.

Gusmão *(Francisco Antonio Rodrigues de)*. V. *Rodrigues Gusmão.*

Gusmão *(P. João de)*. Jesuita, natural de Almodovar. Era filho de Francisco Guerreiro e de Barbara da Silva. Professou no Collegio de Evora a 24 de novembro de 1710. Foi ministro da sua ordem no referido collegio, onde dictou letras humanas e Philosophia. Escreveu: *Relação das festas da canonisação dos Santos Luiz Gonzaga e Stanislau Kostka, da Companhia de Jesus, celebradas no collegio de Evora*, Evora, 1728.

Gusmão *(José Marianno Holbeche Leal de)*. V. *Leal de Gusmão.*

Gusmão *(José Marianno Leal da Camara Rangel de)* V. *Rangel de Gusmão.*

Gusmão *(D. Julia de)*. Escriptora e poetisa contemporanea. Tem collaborado em prosa e em verso em varias publicações litterarias. E' directora do antigo *Almanach das Senhoras*, fundado pela fallecida escriptora Guiomar Torrezão. Escreveu: *Flôres singelas*; *versos precedidos de um prologo de M. Pinheiro Chagas*, Lisboa, 1867; *Orphandade de mãe, romance;* publicado em folhetins no *Diario de Noticias*, de julho de 1870. No *Brazil-Portugal*, de 1904, pag. 375, vem publicado o seu retrato, e algumas das suas poesias.

Gusmão. Pov. na freg. de S. Miguel, de Sapardos, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Gusmão de Azevedo *(Antonio Bernardino de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; juiz de Direito substituto em Arcos de Valle-de-Vez. N. em junho de 1828 na nobre casa de Soutellinhos, da Miranda; fal. em Arcos de Valle-de-Vez, em 5 de julho de 1904. Era filho de Antonio Luiz de Sousa e de D. Candida Angelica da Silva e Sousa, da casa da Cal, na Povoa de Lanhoso. Cursou a faculdade de Direito com a maior distincção, tomando o grau de bacharel em 1850. Pertencia ao partido progressista, a que prestou muitos serviços. Desempenhou importantes cargos, entre os quaes se contam o de presidente da camara municipal, o de juiz de direito substituto, etc. Era muito estudioso e illustrado, e dedicou-se tambem á Agricultura sendo considerado como viticultor distincto e muito conhecedor. Casara com sua sobrinha D. Rosa Candida de Sá Malheiro, da casa dos Casaes, de Cendufe. A sua morte foi muito sentida, pelo seu caracter respeitavel e caritativo, prestando-se no funeral as mais sentidas manifestações de sentimento.

Gusmão e Castello Branco *(Anselmo Caetano Munhoz de Abreu)*. Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra. Não se conhecem as datas do seu nascimento e fallecimento, mas sabe-se que nasceu em Soure, e que vivia ainda em 1759. Era filho do dr. Antonio Munhoz de Abreu, e de Simoa Godinho da Rosa. Instruido nos rudimentos da Latinidade, passou á Universidade, matriculando-se em Medicina, em que se doutorou. Escreveu: *Ennœa, ou applicação do entendimento sobre a Pedra Philosophal provada e defendida*, etc., Lisboa; *1.ª parte 1732; 2.ª parte 1733; Oraculo prophetico, Prolegomeno da Teratologia ou Historia prodigiosa em que se dá completa noticia de todos os monstros...*, Lisboa, 1733; *Vieira abreviado em cem discursos moraes e politicos dividido em dois tomos*, Lisboa, 1739; *Onomatopeia Oannense, ou anecdotica do monstro amphibio, que na noite de 14 para 15 de outubro do presente anno appareceu no mar Negro*, Lisboa, 1732; saiu em nome de Mr. Robert Wainger; *Vida, nascimento e morte de dato Fœmineis; offerecido ao muito generoso senhor Cartapacio de Generos*, Lisboa, 1733; saiu em nome de Vasco de Mendanha Coelho; *Escudo Apologetico contraposto aos golpes do Descuido critico, composto pelos sapientissimos dois censores de X. dato Fœmineis, collegiaes do antigo collegio de Gestas*, Lisboa, 1733; saiu com os nomes de André Paulino e Marcos Valentim; *Historia gallega, em que se dá relação e verdadeira noticia das celebres festas de um noivado, a que assistiram Gonçalo do Pó e Gil Noivo*, Lisboa, 1734, em verso; saiu com o nome de Jorge Martins Gallego. Fez-se outra edição n'este anno, sendo accrescentada com um *Commento, ou advertencias necessarias.*

Guterres. V. *Goterres.*

Guvuro. V. *Govuro.*

Gymnasio Club. V. *Real Gymnasio Club.*

Gyrão. V. *Girão.*

H

Haco. Sertão da prov. de Angola, limitado pelos territorios do Alto Libolo, Tamba e Amboillas, e situado a E do conc. de Novo Redondo. || Pov. do sertão do mesmo nome, na prov. d'Angola, na margem direita do rio Gango, confluente do Cuanza.

Hambo. Vasto territorio do conc. de Caconda, no distr. e com. de Benguella, prov. e bisp. de Angola. E' bastante accidentado de montanhas e regado por varios rios, fertil e mais salubre que o litoral do districto Está situado muito no interior do sertão, a E do concelho. Tem minas de ferro, e suppõe-se que tambem tem algumas de cobre. Foi avassallado no principio do seculo XVIII, formando em 1799 uma provincia do então reino de Benguella, e dividido depois por alguns dos concelhos sertanejos d'este actual districto.

Hanganhe. Territorio de gentios situado ao N do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique, Africa Oriental, e separado das terras de Quiteve e Zandi pelo territorio de Baudiva.

Hanha. Pov. do conc. de Caconda, no distr. e com. de Benguella, prov. de Angola. Está situada a E do presidio de Caconda e na margem esquerda do rio chamado Cabala.

Hapanda. Pov. do conc. de Caconda, distr. e com. de Benguella, prov. de Angola, situada no caminho entre os presidios de Quilengues e Caconda, e a SO d'este presidio.

Hasse. Familia oriunda de Hamburgo, que passou a Portugal em 1639. As suas armas são: Em campo de prata tres pinheiros verdes juntos, e no pé um silvado de que vae saindo uma cabra de sua côr; timbre, a cabra do escudo.

Hasse de Belem *(José Pedro).* Doutor na faculdade de Leis, e bacharel na de Canones, pela Universidade de Coimbra; prelado da Egreja Patriarchal de Lisboa; socio da Academia Real das Sciencias da mesma cidade, etc. N. em 1747, e fal. a 18 de novembro de 1805. Escreveu: *Homilia recitada na festividade de S. João Nepomuceno, em a egreja dos religiosos allemães carmelitas descalços, a 16 de maio de 1790*, Lisboa, 1790. Era tido como homem muito erudito, e foi um grande amador de livros. Possuia uma importante livraria composta de 10:000 volumes impressos, e mais de 200 manuscriptos, que a Universidade de Coimbra comprou por 6:000$000 réis aos herdeiros do prelado.

Haupt *(Ernesto Frederico).* Militar e proprietario d'uma fabrica de torneiro de madeira e metaes, etc. N. em Lisboa em 1792, e fal. na mesma cidade em 20 de julho de 1871. Era filho de Antonio José Haupt, e neto de Frederico Haupt, artista allemão, nascido em Berlim, aproximadamente em 1720, fallecendo em Lisboa, com 93 annos em 1813, segundo se calcula. Frederico Haupt viera estabelecer-se em Lisboa com officina, trabalhando em obras delicadas, tanto de madeira como de marfim, feitas ao torno, construindo tambem toda a especie de instrumentos musicos, de madeira, como flautas, oboés, clarinetes, fagottes e seus congeneres. Pouco tempo depois de estar em Lisboa, e ter começado a funccionar a officina, deu-se a catastrophe do terremoto do dia 1.º de novembro de 1755, que lhe arruinou completamente a casa em que habitava com a officina, podendo a muito custo salvar-se a si, a sua mulher e seu filho, Antonio José Haupt, ainda muito creança, pois nascera em 1751, tambem em Berlim. Dos utensilios de trabalho escapou apenas um pequeno torno, que os seus descendentes conservaram como reliquia. No terremoto havia perdido tambem a sua carta de privilegio, de que elle solicitou a recopilação a qual lhe foi concedida por carta régia de 19 de novembro de 1757. E' um documento curioso, que vem transcripto no *Diccionario biographico dos musicos portuguezes*, de Ernesto Vieira, vol. I, pag. 483, d'onde tambem extrahimos estes apontamentos. Frederico Haupt restabeleceu a sua officina, quando a cidade se reconstruiu, a qual tomou o maior incremento, e por sua morte succedeu-lhe seu filho, Antonio José Haupt, que já em vida do pae havia assumido a direcção da officina, que em 1785 foi elevada á categoria de fabrica de torneiro de madeira e metaes, segundo um documento, datado de Lisboa, 1 de junho do referido anno, tambem transcripto no *Diccionario biographico*, já citado, a pag. 485 e 489 do mesmo 1.º volume. Antonio José Haupt falleceu com 60 annos, em 10 de fevereiro de 1811, deixando por successor seu filho, Ernesto Frederico Haupt, que foi quem da familia se tornou mais conhecido, grangeando maior fama entre os nossos musicos. Era homem de grande seriedade e consideração, um artista habil, intelligente e laborioso. Aos 18 annos, em 1810, assentou praça no batalhão de caçadores voluntarios de Lisboa, quando a capital se preparava para resistir á nova invasão dos francezes, commandados pelo general Massena. Continuou, porém, ajudando seu pae na officina, ficando a substituil-o quando falleceu. Em 1828, sendo contrario ao governo absoluto de D. Miguel, que então se declarara, livrou-se do serviço militar, recolhendo-se em casa entregue aos seus trabalhos, valendo-lhe para não ser incommodado nem perseguido pelas suas idéas liberaes, os privilegios concedidos a seu avô. No dia 24 de julho de 1833, triumphando a causa da Liberdade, foi apresentar-se aos chefes das tropas constitucionaes, sendo promovido ao posto de tenente e nomeado commandante da força destacada para guardar o paço de Queluz. Em 1835 lembrou a utilidade de se organisar no arsenal do exercito uma officina de instrumentos musicos, e sendo aproveitada a idéa, foi nomeado para dirigir a nova officina e construir os instrumentos de madeira que se requisitassem, ficando os de metal a cargo d'um especialista, chamado Raphael. Haupt estreou-se no serviço do arsenal fabricando uma flauta de ebano ricamente guarnecida de prata lavrada, que tinha destinado offerecer ao principe Augusto de Leuctenberg, primeiro marido de D. Maria II, que era muito affeiçoado á musica. A offerta não se realisou, por causa da ines-

perada e prematura morte do principe, e a flauta foi guardada no museu do arsenal. Figurou nas exposições industriaes de 1868 e 1888. A officina do arsenal, comtudo, não chegou nunca a ter uma organisação definitiva, nem a funccionar no edificio; o seu director trabalhava por conta do Estado, construindo muitos instrumentos para fornecimento do exercito, mas na sua propria casa. Os instrumentos feitos n'estas condições receberam uma contramarca especial, consistindo nas iniciaes A E (Arsenal do Exercito) encimadas por uma corôa. Ernesto Haupt tornara-se muito apreciado n'uma especialidade: boquilhas para clarinetes. Na edade de 60 annos, em 1852, teve a desgraça de perder a vista, vivendo n'este triste estado ainda 19 annos. Deixou 3 filhos: José Frederico Haupt, nascido em 2 de janeiro de 1818; Ernesto Haupt Junior, nascido em 9 de dezembro de 1821, e Augusto Frederico Haupt, nascido em 23 de dezembro de 1839. Os dois irmãos mais velhos tomaram conta da officina, quando o pae ficou impossibilitado de a dirigir, e o mais novo, Augusto Frederico Haupt, seguiu outro rumo, tornando se um musico distincto, e obtendo um emprego na camara municipal dos Olivaes. A officina foi descaindo, com a morte de José Frederico Haupt, succedida em 21 de abril de 1857, acabando completamente, pela morte de Ernesto, em 8 de novembro de 1890, que ficara sendo seu unico proprietario. Augusto Frederico Haupt tocava contrabaixo de cordas e de metal; serviu alguns annos na banda da guarda municipal, sendo tambem musico da sé e da Real Camara. Quando se extinguiu a camara municipal dos Olivaes, passou a ser empregado na de Lisboa com a categoria de primeiro official. Falleceu a 15 de janeiro de 1897.

Heitor *(Bernardino Augusto da Silva)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. N. a 6 de novembro de 1822, fal. a 25 de novembro de 1880. Entrou para o Real Collegio Militar em outubro de 1833. No anno seguinte teve de interromper os estudos em consequencia dos movimentos politicos d'aquelle tempo. Sentindo, porém, que não tinha vocação, para a vida militar, dedicou-se aos estudos preparatorios para se matricular na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa o que realisou em outubro de 1839, concluindo o curso em maio de 1845. Em janeiro de 1847 foi nomeado cirurgião externo do hospital da Estrella, para coadjuvar os cirurgiões militares, em consequencia da grande agglomeração de feridos que por occasião dos combates de Torres Vedras e do Alto do Viso ali concorreu, serviço que desempenhou gratuitamente até outubro do referido anno. Em 1848 fez parte da commissão de soccorros organisada na freguezia de Santa Izabel, quando se receava a epidemia da cholera-morbus. Por decreto de 17 de julho de 1855 foi nomeado visitador sub-delegado do conselho de saude publica do reino do circulo sanitario de Belem, *logar que exerceu com o maior zelo e abnegação*, durante a epidemia da cholera-morbus em 1856, como lhe foi attestado pelo conselho de saude publica do reino e camara municipal de Belem. Em 1857 prestou muitos serviços medicos por occasião da epidemia da febre amarella, pelo que foi condecorado com o grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada, e com a medalha da camara municipal de Lisboa, merecendo tambem uma manifestação do conselho de saude publica do reino, pelo zelo, intelligencia e abnegação com que se houve n'essa epoca. Por portaria de 17 de abril de 1865 foi encarregado de inspeccionar as sementeiras de arroz nos districtos de Santarem e Leiria, serviço que desempenhou até 9 de junho do mesmo anno. Por decreto de 7 de janeiro de 1869 foi nomeado sub-delegado de saude do bairro occidental de Lisboa, e por provisão de 10 de março de 1871 para servir provisoriamente o partido do 3.º districto dos visitados e expostos da Misericordia de Lisboa, logar em que foi provido definitivamente a 5 de julho do mesmo anno. O decreto de 16 de julho de 1880 o nomeou delegado de saude do districto de Lisboa, cargo que exercia interinamente desde novembro de 1879. Os serviços prestados como delegado de saude e medico da Misericordia, fôram attestados sempre com expressões de louvor. Bernardino da Silva Heitor foi cirurgião de varias associações de soccorros mutuos, e tinha muita clinica particular. Era socio effectivo da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa. Havia casado com D. Emilia Carlota Paes da Silva, da qual houve uma filha, D. Gertrudes Amalia da Silva Heitor, que casou em 19 de fevereiro de 1873 com o 2.º conde de Geraz de Lima, Rodrigo Braudão da Fonseca Magalhães.

Heitor *(Joaquim Carlos da Silva)*. General de brigada reformado. N. em 17 de junho de 1829, fal. a 10 de novembro de 1900. Assentou praça em 12 de outubro de 1847, contando 18 annos de edade. Seguindo os respectivos postos, foi promovido a tenente coronel em 4 de julho de 1883, servindo então no estado maior; e a coronel em 30 de dezembro de 1885, vindo a reformar-se em general de brigada a 17 de fevereiro de 1886. Commandou infantaria n.º 20. Era commendador e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, e commendador da de Leopoldo da Belgica. Possuia a medalha de prata de comportamento exemplar. O general Silva Heitor foi um dos fundadores, secretario, e dos que mais trabalharam na Sociedade Protectora dos Animaes, benemerita instituição, destinada a adoçar os instinctos selvagens das classes rudes, e a defender os animaes contra os maus tratos e crueldades que essas classes lhes infligem. A elle se deve tambem a publicação do *Zoophilo*, revista illustrada em que se encontra claramente exposto todo o movimento e popularisação que no estrangeiro tem tido as sociedades protectoras dos animaes. Em 8 de dezembro de 1900 realisou-se na sala da Associação Commercial dos Lojistas uma sessão funebre, commemorativa do fallecimento do general Silva Heitor, promovida pela Sociedade benemerita que fundara, em que se pronunciaram discursos pondo em relevo os muitos serviços prestados pelo finado. Com destino á secretaria da referida sociedade, se inaugurou o seu retrato, que provisoriamente esteve collocado sobre um cavallete durante a sessão.

Heitor *(Pedro Carvalho)*. Mestre em Artes e bacharel em Medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Verride, em 1670; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Antonio Fernandes Rosado e de Maria Heitor Exerceu clinica na villa de Arouca. Compoz algumas obras

em latim e em portuguez, mas nenhuma se chegou a imprimir.

Hembereambigo. Pov. do conc. do Ambriz, distr. de Loanda, prov. de Angola, situada na margem esquerda do rio Honzo ou Onzo.

Hembes. Pov. do conc. do Ambriz, no distr. de Loanda, prov. de Angola, situada na margem esquerda do rio Honzo, a SE da aldeia de Hembereambigo.

Henrique *(D)*. Conde de Borgonha, o *Bom*, fundador da monarchia portugueza, por ter sido pae de D. Affonso Henriques, 1.º rei de Portugal. N. em Dijon em 1057, data que se considera mais provavel, e fal. em Astorga em 1114. Era o 4.º filho do duque Henrique de Borgonha e de sua mulher, Sybilla, neto de Roberto I, duque de Borgonha-Baixa, e bisneto de Roberto, rei de França. Quando em 1086 as noticias da guerra contra os musulmanos chamaram a alistar se debaixo das bandeiras de D. Affonso VI, rei de Leão e de Castella, os principes d'além dos Pyrinéos, o principe Henrique veiu para Hespanha na companhia de seu primo Raymundo de Borgonha, filho do conde Guilherme de Borgonha, irmão de sua mãe. Os dois principes grangearam grande reputação pelo seu valor nas guerras em que entraram, e em premio dos serviços prestados, D. Affonso VI casou sua filha D. Urraca com Raymundo, e D. Thereza ou Tareja, filha bastarda, com D. Henrique. Em 1093 D. Affonso atravessou o rio Mondego, tomou Santarem, Lisboa e Cintra, dilatando assim o dominio christão até ao rio Tejo. Como o occidente da peninsula hispanica formava um dominio já bastante extenso para que os seus chefes pudessem lembrar-se em se tornarem independentes, pensou em delegar o seu poder para esses lados n'um homem de confiança. Fez pois de Raymundo conde soberano de Galliza, e de Henrique governador do condado de Portucale, scb a suzerania de Raymundo. O territorio entre o Minho e o Tejo comprehendia então tres territorios: o condado de Portucale, que ia do Minho ao Douro; o de Coimbra, do Douro ao Mondego; e o novamente conquistado aos sarracenos, do Mondego ao Tejo, de que D. Affonso fizera governador Sueiro Mendes, com a séde do governo em Santarem. Este territorio foi retomado pelos moiros logo em 1095, e parece que este desastre contribuiu para que D. Affonso VI libertasse o conde D. Henrique da suzerania de seu primo Raymundo, porque em 1097 já governava independentemente o seu condado, e em 1101 encontrava se na côrte do rei de Leão e de Castella. Estavam, portanto, socegadas as fronteiras de Portugal, e os musulmanos, concentrando todos os seus esforços no oriente da peninsula e nas fronteiras de Castella, contentavam-se no occidente só com a posse de Lisboa e de Cintra, que por esse lado limitavam o seu imperio já tão disseminado. Vendo a Hespanha quasi tranquilla, procurou o conde D. Henrique outro campo em que pudesse empregar a sua irrequieta actividade. Seduziu-o, como a tantos outros principes, o movimento das cruzadas. Entre os annos de 1102 e 1104 continuas expedições demandavam a Terra Santa, e D. Henrique, nos primeiros mezes de 1103 partiu para o Oriente, d'onde voltou em 1105, sem que a historia faça menção dos feitos que praticou, o que se explica por elle ter partido mais como simples voluntario, do que como chefe d'algum poderoso contingente. Desde essa epoca envolveu-se nas intrigas que tinham por fim ampliar o territorio que dominava. e conseguir tornar-se independente. Continuando a guerrear os moiros, conquistou-lhe mais terras, vencendo o regulo Hecha e o poderoso rei de Marrocos Hali Aben Joseph. Excellente guerreiro, sabio e prudente administrador, augmentou consideravelmente as terras do seu condado, merecendo o cognome de *Bom*, que a historia lhe deu. D. Affonso VI não tinha filho varão legitimo, por conseguinte Raymundo, marido de D. Urraca, esperava receber a herança, mas o monarcha mostrava-se tão affeiçoado a seu filho natural D. Sancho que se receava que lhe deixasse a corôa em testamento Prevendo este caso, e dispondo-se a annullar o testamento pela força, pediu a alliança de seu

D. Henrique

primo, e fez com elle um pacto em 1107, pelo qual o conde D. Henrique se compromettia a auxilial-o nas suas pretenções á corôa, recebendo em troca ou o districto de Galliza ou o de Toledo, e a terça parte do thesouro. Raymundo, porém. morreu em outubro d'esse mesmo anno, D. Sancho pouco tempo depois, e D. Affonso em 1109, ficando D. Urraca legitima herdeira. Diz-se que D. Henrique, vendo o sogro já moribundo, procurou persuadil-o a que lhe legasse o sceptro, porque não convinha que passasse para as mãos de D. Urraca, apezar da legitimidade da herança, ou para as de D. Affonso, filho do conde Raymundo, creança de tres annos. Nada conseguiu, mas os barões castelhanos obrigaram D. Urraca a um segundo casamento, com D. Affonso, rei de Aragão e Navarra, casamento que o papa annullou allegando serem os noivos parentes em grau prohibitivo. D. Affonso não se importou com a deliberação do papa, porém

D. Urraca, que casara contra vontade, tomou o partido contrario ao do marido,que pretendia despojal-a dos seus estados. Estabeleceu-se a guerra civil, e D. Henrique tomou a defeza da cunhada. Indo depois a Astorga, ali adoeceu e morreu. O seu corpo foi trasladado para Braga, e sepultado n'uma capella da sé. Em 1512 o arcebispo D. Diogo de Sousa o transportou para a capella-mór da mesma egreja, onde se tem conservado. Por morte de seu marido, ficou D. Thereza governando o condado de Portucale na menoridade de seu filho D. Affonso Henriques, que apenas contava tres annos de edade.

Henrique *(D). O Navegador.* Infante de Portugal, 5.º filho d'el-rei D. João I, e da rainha sua mulher, D. Filippa de Lencastre; grão-mestre da ordem de Christo, duque de Vizeu, fronteiro-mór de Leiria, cavalleiro da ordem da Jarreteira, de Inglaterra, senhor da Covilhã, de Lagos e de Sagres, do Algarve, de cujo reino foi governador perpetuo. N. no Porto a 4 de março de 1394, fal. em Sagres a 13 de novembro de 1460. Dedicou-se muito ao estudo das Mathematicas, e em especial ao da Cosmographia, quando estas sciencias apenas começavam a ser conhecidas na Europa, e que elle fez cultivar em Portugal. Foi devido a esses estudos, ás meditadas informações que alcançou de seu irmão D. Pedro, que viajara na Europa e na Asia, e á leitura dos escriptores antigos, que no seu espirito se formou a certeza de que ao norte do Senegal, então considerado braço do Nilo, existiam povos herejes, que commerciavam entre si. Levar a luz christã ao espirito d'esses povos e colher fructo do seu commercio, foi o grandioso plano do infante. Contava apenas 21 annos de edade quando D. João I determinou armal-o cavalleiro e aos seus dois irmãos D. Duarte e D. Pedro, com as festas publicas de grande solemnidade, segundo o costume d'aquelles tempos. Mas o infante D. Henrique desejava antes receber as armas em verdadeira guerra, para onde o arrastava a sua inclinação e valor. O monarcha louvou-o muito, e quando se pensou na tomada de Ceuta, a maior e a mais fortalecida praça de toda a Mauritania, os tres infantes tomaram parte, distinguindo-se na renhida batalha realisada em 21 de agosto de 1415, sendo e infante D. Henrique quem ainda mais se distinguiu. Foi o commandante da frota do Porto, e o primeiro que saltou em terra. No dia 25 do referido mez de agosto seu pae o armou cavalleiro da ordem de Christo. D. João I saiu de Ceuta com a armada em 2 de setembro seguinte, e pouco dias depois ancorou em Tavira, no meio das jubilosas acclamações do povo. Reunindo ali os seus filhos, declarou querer remunerar-lhes o grande serviço que tinham prestado. Ao principe D. Duarte, como herdeiro da Corôa, nada podia offerecer que fôsse de maior valor; mas a D. Pedro conferiu-lhe o titulo de duque de Coimbra, e o senhorio de Montemór-o-Velho, Aveiro e outras terras que d'ahi em deante, por constituirem o apanagio da sua categoria, passaram a denominar-se do Infantado; o infante D. Henrique foi feito duque de Vizeu e senhor da Covilhã. O titulo de duque era então desconhecido em Portugal. Foi a conquista de Ceuta que veiu ainda mais fixar os vagos desejos do infante D. Henrique de desvendar os mysterios do oceano. Portugal, effectivamente, formava n'essa epoca, para o occidente o extremo do mundo conhecido. O mar para o occidente e para o sul era a região dos profundos mysterios, povoado de terrores e de visões phantasticas. Foi na expedição de Ceuta, em que elle apenas viu primeiro como seus irmãos o ensejo de praticar brilhantes feitos de armas, e de conquistar dignamente as suas esporas de cavalleiro, que não tardou a achar tambem estimulo para empresa de maior alcance. Ceuta era um emporio do commercio entre a Asia, a Africa e a Europa Além de todas as razões que já tinha para tentar estas novas aventuras, não deixou tambem de actuar no seu espirito a razão commercial. Como de costume foi o infante D. Pedro e confidente das in-

Infante D. Henrique

tenções de seu irmão, e não se esqueceu de auxilial as. Em 1416 saiu do reino para viajar, e quando regressou em 1428, trouxe-lhe um thesouro precioso, o *livro* manuscripto das viagens de Marco Polo com que o presenteara a senhoria de Veneza. O infante D. Henrique, em 1416 ou 1419, fundou uma villa no promontorio de Sagres, para onde foi viver; começou a encarar as ondas do Oceano Atlantico, e a pensar na forma de intentar por ellas as suas expedições descobridoras. Chamou do estrangeiro um cosmographo celebre, Jayme de Mayorga, e auxiliado por elle, entregou se com fervor ao estudo. A villa ficou conhecida por *Villa do Infante*, e actualmente tem o nome de Sagres. D. Henrique estabeleceu ali uma escola de cosmographia e de navegação, que foi frequentada pelos cavalleiros

da sua casa, e por outros homens que se enthusiasmavam pelas suas emprezas. Ainda que não tivessem a fórma regular d'um curso aquelles estudos, comtudo a conversação do infante, de Jayme de Mayorga, e de outros homens celebres que se agrupavam em redor do filho de D. João I, seria altamente instructiva para os cavalleiros que os escutavam, e fôram os mesmos que depois guiaram as caravélas de D. Henrique nos seus emprehendimentos. Na villa, tambem o infante estabeleceu estaleiros e officinas de construcção naval, e erigiu o primeiro observatorio astronomico que existiu em Portugal. Dentro da povoação havia uma capella dedicada a N. S.ª da Conceição, e fóra a egreja de Santa Catharina, acima do porto onde desembarcavam os que vinham nos navios, e *para que os mareantes que ali morressem, fôssem enterrados no cemiterio d'ella*. Estavam pois reunidos todos os elementos precisos para se levar a effeito a empresa intentada pelo infante. Recursos não lhe faltavam; como grão-mestre da ordem de Christo, podia applicar os immensos rendimentos d'essa cavallaria religiosa, a expedições em que tanto lucrava a propagação da fé christã. Armado com as informações que obtivera em Ceuta, decidiu-se a mandar todos os annos alguns navios tentar explorações para o sul. Começou então a serie de descobrimentos, que deviam levar o pendão das quinas aos confins da terra, e immortalisar a memoria do infante D. Henrique Em 1418 Bartholomeu Perestrello descobriu a ilha do Porto Santo, cuja capitania lhe foi confiada com permissão de el rei; e João Gonçalves Zarco acompanhado de Tristão Vaz Teixeira encontraram a Madeira; estas ilhas, comtudo, e a dos Açôres, está provada já serem conhecidas, tendo sido descobertas no tempo de D. Affonso IV. Quando os navegadores voltaram ao reino trazendo noticias maravilhosas do que tinham visto. D. João I e o infante rejubilaram; este por ter conseguido o fim a que aspirava, aquelle pela gloria e proveito que d'estes descobrimentos provinham para o paiz, illustrando o seu reinado. D. Henrique, porém, não se limitou a dirigir as navegações, procurou colonisar as ilhas que se iam descobrindo. A Madeira, principalmente, mereceu-lhe os maiores desvellos. Annos depois, em 1432, Gonçalo Velho Cabral, commendador de Almourol, encontrou as ilhas dos Açôres. No entretanto, não eram as ilhas do Atlantico que captivavam os cuidados do infante; o que mais o preoccupava, era esse mar tenebroso, que os mareantes da Edade-Media julgavam impossivel de transpôr. Passar além do cabo Bojador, julgava-se impossivel. Vinte tentativas se haviam feito para dobrar o cabo, mas os navegantes sempre recuavam por terror supersticioso. Finalmente, D. Henrique armou uma *barcha*, cuja capitania confiou a Gil Eannes, seu escudeiro, que partiu em 1433 cheio de terror, e voltou sem nada ter adeantado. Aportando ás Canarias, retrocedeu com uns captivos, convencido de que ir além, era empresa que Deus puniria com severidade. Instado pelo infante, tornou a embarcar em 1434, e vencendo o terror, teve a fortuna de dobrar o cabo fatidico. (V. *Eannes, Gil*). Este facto ficou registado como a data mais memoravel da historia das nossas descobertas. As navegações continuaram, recommendando sempre o infante aos navegantes nas suas instrucções, que estudassem minuciosamente as costas que percorriam, colhessem o maior numero possivel de informações, e sobretudo não deixassem de procurar saber onde vivia o famoso Prestes João das Indias. Em 1436 Affonso Gonçalves Baldaya, copeiro de D. Henrique, percorrendo a costa ao sul do Bojador, descobriu o Rio do Ouro, e desembocando na Angra dos Cavallos, continuou navegando para o sul, e chegou á Pedra da Galé. Distraiu-o d'esta occupação, que foi a sua gloria, a infeliz empresa de Tanger, em que elle foi com seu irmão, o infante D. Fernando, que por ser ainda muito creança não pudera acompanhár el-rei seu pae e seus irmãos na tomada de Ceuta. Obtida a licença de el-rei D. Duarte, partiram ambos os irmãos a 22 de agosto de 1437 para Tanger, com uma esquadra e um exercito bem pouco proporcionado á grandeza da empresa que iam tentar. Foi uma fatalidade, de que resultou o captiveiro e morte do infante D. Fernando, que ficou conhecido pelo cognome de *infante santo* (V. *Fernando, D.)* Regressando a Portugal, por ordem do monarcha seu irmão, D. Henrique continuou com os descobrimentos. Em 1441 Nuno Tristão descobriu o Cabo Branco, em 1443 a ilha de Arguim, onde se estabeleceu uma feitoria, e em 1445 visitou a costa da Senegambia, chegando até Palmar. A seguir, Diniz Dias dobra o Cabo Verde; João Fernandes, em 1445, que sendo captivo em Mauritania, aprendera o arabe, penetra no interior do Sudão e chega ao paiz dos Thuaregs, sendo o primeiro europeu que explorou o interior do continente negro até Taguor; no anno seguinte, 1446, Alvaro Fernandes descobre a Serra Leôa, e reconhece a ilha de Gorêa; em 1457 o veneziano Luiz de Cadamosto e o genovez Antonio Nola, ambos ao serviço do infante, descobriram a Gambia; em 1460 Diogo Gomes descobriu o archipelago de Cabo Verde, que Cadamosto pretendia haver descoberto, e que mais tarde se provou não ser verdade, pela relação do proprio Diogo Gomes publicada em 1847 pelo dr. Schmelles, de Munich. A fama de D. Henrique chegára ás nações estrangeiras e muitos homens avidos de aventuras, vinham pedir-lhe emprego nas suas caravélas. Devotado apaixonadamente ás sciencias cosmographicas, D. Henrique foi o maior mathematico do seu tempo; applicou utilmente o astrolabio á navegação, e inventou as cartas planas. Quando se reformou a Universidade, em 1431, estando em Lisboa, fez-lhe doação por escriptura de 12 de outubro, d'umas casas que comprára na freguezia de S. Thomé, para n'ellas se lêrem as sciencias que eram então approvadas, e teve o cuidado de distribuir ordenadamente as diversas salas para os diversos exercicios escolares. Em 25 de março de 1448 fez mercê á mesma Universidade de 12 marcos de prata, annuaes, e consignados nos dizimos da ilha da Madeira, para salario da cadeira de prima de theologia. Esta mercê foi confirmada por carta de 12 de setembro de 1460, pelo que se lhe deu o titulo de *Protector dos Estudos em Portugal*. O infante D. Henrique deixou um nome glorioso, e á sua patria uma herança sublime. Foi o vulto mais brilhante da historia da Edade-Media, o homem que deve symbolisar para a historia a gloria dos descobrimentos. Apezar de não ter nunca sulcado as ondas do Oceano,

senão para as suas expedições de conquista africana, teve o congnome de *Navegador*, e na verdade bem merecido, porque a elle se deve o primeiro impulso e o grande incitamento das grandes navegações, que tanto contribuiram para o progresso da civilisação, que ampliaram tanto o conhecimento do mundo. Falleceu em Sagres, conforme dissémos, no estado de solteiro. Seu corpo foi primeiramente depositado na egreja de Lagos, sendo d'ali trasladado para o convento da Batalha em 1461, pelo infante D. Fernando, seu sobrinho, filho d'el-rei Duarte, a quem pouco tempo antes havia constituido herdeiro e adoptara como filho. D. Fernando veiu a casar com sua prima D. Beatriz, filha do infante D. João, e foi o pae de D. Diogo, duque de Vizeu, e de D. Manuel, duque de Beja, e rei de Portugal (V. *Beja, duques de*). Sobre o tumulo vê-se a sua estatua de pedra, que em relevo o representa ao natural, vestido de armas brancas, e coroado de corôa real entretecida de folhas de carvalho, e uma rosa no meio; tem n'ella tres escudos: o primeiro com as armas do reino de Portugal e as suas, e nos outros dois as insignias das duas ordens que professara, de Christo e da Jarreteira. Fôram sua divisa uns ramos pequenos, e curtos como de carrasco com seus fructos pendentes, e por mote em lingua franceza as palavras: *Talent de bien faire*. Esta divisa tambem se vê no tumulo, tendo por baixo n'uma só linha, em todo o comprimento do tumulo, um epitaphio em letra allemã. El-rei D. Manuel lhe mandou collocar tambem seu retrato na estatua de marmore sobre a columna, que divide a porta travessa da egreja de Belem, como fundador da antiga ermida de Nossa Senhora do Rastello, que existiu primeiro n'aquelle local. Para perpetuar a memoria do infante D. Henrique, erigiu-se em Sagres um monumento modesto. A portaria tem a data de 8 de abril de 1836, reinando D. Maria II, e é referendada pelo então ministro do reino, marquez de Sá da Bandeira. O esculptor do monumento foi Manuel Simões. Consta d'uma lapide de marmore com 10 palmos e meio de altura e 5 e meio de largura, embutida na parede sobre a porta interior da entrada principal da fortaleza de Sagres. Este corpo é dividido em dois planos, tendo o superior em meio relevo, o escudo das armas do infante com a legenda *Talent de bien faire* e uma esfera armilar á direita e um navio á vela, á esquerda. O plano inferior comprehende duas almofadas, na do lado esquerdo com uma inscripção latina e na do direito com a versão em portuguez. Esta lapide foi lavrada no arsenal da marinha, levando o fabrico mais de tres annos. O encarregado de a levar a Sagres, foi o capitão de mar e guerra Lourenço Germach Possolo. A collocação do monumento realisou-se solemnemente a 24 de julho de 1840, assistindo a camara municipal, o capellão e a officialidade de guarnição, o governador da praça, e outras pessoas. Em 1844, o abbade titular de Santa Eulalia de Rio de Moinhos, Antonio Damaso de Castro e Sousa, mais conhecido pelo abbade de Castro, requereu ao governo para ser collocada uma estatua do infante D. Henrique na sala do risco do arsenal de marinha, e sendo nomeada uma commissão para estudar o assumpto, decidiu ella que a estatua devia ser levantada de Belem. Afinal nada se fez, até que, na sessão da Sociedade de Instrucção no Porto, realisada em 4 de março de 1882, houve uma proposta para que se erigisse uma estatua ao grande navegador. Depois de muitos trabalhos e contrariedades, constituiu-se em 1892 uma grande commissão que dedicadamente trabalhou, celebrando-se no Porto, sua terra natal, o centenario do infante D. Henrique com toda a solemnidade e brilhantismo. Effeituaram-se as festas nos dias 1, 2, 3 e 4 de março de 1894, sendo os dias 3 e 4 considerados de grande gala, por decreto de 28 de fevereiro de 1894. No dia 4 foi solemnemente assente a primeira pedra no momento, na praça do Infante D. Henrique, assistindo a esta cerimonia suas magestades el-rei senhor D. Carlos e a rainha senhora D. Amelia, representantes do governo, autoridades, etc. O monumento é obra do esculptor Thomaz Costa, e inaugurou-se, tambem com a assistencia da familia real, em 21 de outubro de 1900. Publicou-se no Porto em 1894 um livro, *O centenario do infante D. Henrique*, commemorativo do centenario henriquino, profusamente illustrado, com muitos artigos e noticias curiosas. Em Londres, ao anno de 1868, publicou-se uma grandiosa obra intitulada: *The life of Prince Henry of Portugal, surnamed the navigator*, de que é autor Richard Henry Major. No *Archivo Pittoresco*, vol. IX, vem a biographia do infante D. Henrique, escripta por Luiz Augusto Rebello da Silva. Tambem se encontram artigos no *Summario de varia historia*, do dr. José Ribeiro Guimarães, vol. IV, pag. 50; nos *Varões e Donas; Occidente* de 1894, numero dedicado ao centenario henriquino, etc.

Henrique (*Cardeal-rei D.*). *O Casto*. Foi o 17.º rei de Portugal. Nasceu em Lisboa a 31 de janeiro de 1512, fal. em Almeirim em egual dia do anno de 1580. Era filho d'el-rei D. Manuel, e de sua segunda mulher, a rainha D. Maria; irmão d'el-rei D. João III. Destinando se á vida ecclesiastica foi nomeado aos 14 annos de edade, prior commendatario de Santa Cruz de Coimbra, sendo aos 22 elevado a arcebispo de Braga pelo papa Clemente VII. Finalmente, aos 27 annos, em 15.9, foi nomeado inquisidor-mór de Portugal e suas possessões ultramarinas, mas o pontifice Paulo III não quiz reconhecer esta nomeação, o que deu causa a uma lucta muito curiosa entre a corôa portugueza e a côrte pontificia. De Braga passou a Evora, em 1540, sendo o primeiro arcebispo, que existiu n'aquelle arcebispado, e 6 annos depois, em 1546, Paulo III lhe concedeu o chapéo cardinalicio. Em 1561, Pio V o instituiu *legado a latere* no reino de Portugal, e por morte do arcebispo de Lisboa, Fernão de Vasconcellos, em 1564 foi transferido para este arcebispado. Segundo se lê nas *Memorias historicas sobre alguns mathematicos portuguezes e estrangeiros domiciliarios em Portugal ou nas conquistas*, por Antonio Ribeiro dos Santos, o infante D. Henrique não foi sómente versado nas sciencias ecclesiasticas. Teve por mestre o grande mathematico Pedro Nunes, com quem aprendeu arithmetica e a geometria dos Elementos de Euclides; o tratado da esphera; as theorias dos planetas; parte da grande composição dos astros de Ptolomeu: a mechanica de Aristoteles, toda a cosmographia; o uso dos instrumentos antigos, e de alguns que seu sabio mestre havia inventado para a pratica da navegação. Estas indica-

ções constam da dedicatoria do tratado de *Crepusculis* de Pedro Nunes a el-rei D. João III. Lê se ainda nas referidas *Memorias*: «Os estudos e indagações, que sobretudo o desvelavam, como os de seu maior gosto, e propensão, fôram os da Astronomia, e tanto folgava com elles, que ainda depois de se achar de todo entregue aos estudos e cousas ecclesiasticas, costumava quasi todos os dias propôr a Nunes algum problema arduo, e pedir-lhe que o resolvesse por demonstrações de Mathematica.» O infante D. Henrique era muito fanatico, e deu grande impulso ás perseguições contra os judeus. No entretanto, mostrou-se adverso á Companhia de Jesus, quando ella pretendeu introduzir-se em Portugal. Parece, porém, que modificou depois as suas idéas, porque se tornou protector e um dos mais dedicados devotos d'aquella corporação religiosa. Foi elle quem entregou aos jesuitas a instrucção publica, fundou o collegio de Santo Antão, o primeiro que a Companhia de Jesus teve em Portugal, assim como o collegio do Espirito Santo, em Evora, que se construiu em 1551, e se inaugurou em 29 de agosto de 1533, com a abertura solemne das escolas publicas de Theologia Moral, e letras humanas (humanidades), unicas disciplinas que então era permittido ensinar fóra da Universidade de Coimbra. Conseguiu mais tarde erigir tambem em Evora uma Universidade sujeita á mencionada Companhia, a qual se inaugurou solemnemente em 1559, sendo visitada em 1560, com a maior pompa, pelo seu fundador, acompanhado do geral dos jesuitas, o padre hespanhol Francisco de Borja, que mais tarde a egreja canonisou. Quando em 1557 falleceu D. João III, ficou herdeiro do throno seu neto D. Sebastião, que apenas contava 3 annos de edade. A regencia do reino durante a menoridade do novo rei, foi confiada á rainha D. Catharina, viuva de D. João III, a quem competia. D. Catharina assumiu a regencia, e chamou para seu auxiliar e conselheiro, seu cunhado, o infante cardeal D. Henrique, que tambem ambicionava o poder, que por este motivo resignou o arcebispado de Evora no bispo do Algarve, e veiu para a metropolitana de Lisboa, por bulla de Pio IV. Aos jesuitas não convinha a regencia da rainha, senhora de animo varonil e decidido, e procuraram pela intriga afastal-a, ficando a regencia entregue ao infante. A questão da escolha d'um preceptor para o joven rei, veiu mais influir a favor dos jesuitas que incitaram o infante a impôr-se, para que o preceptor fôsse nomeado entre os padres da Companhia de Jesus, e assim o conseguiram, recaindo a nomeação no padre Luiz Gonçalves da Camara, a que D. Catharina accedeu contra vontade. As intrigas proseguiram, porque os jesuitas preferiam que a regencia recaisse por completo no infante cardeal D. Henrique, que elles dominavam, até que a rainha se resolveu a desistir do governo a favor do seu cunhado, e proximo do Natal de 1560 chamou de subito D. Henrique, e declarou-lhe que precisava descançar, e por isso lhe entregava a tutela do rei e do reino. Em vista d'esta declaração formal, D. Henrique receou como sempre; o poder attrahia-o e assustava o, e não se atrevia a tocar-lhe. Com humildade procurou frouxamente dissuadil-a com varias razões de similhante intuito, e D. Catharina convencionou que escreveria uma carta aos Estados do reino, declarando-lhes a sua resolução, e pedindo que a approvassem. A idéa de que o poder viria a cair nas mãos do cardeal D. Henrique assustou a todos os que lhe conheciam a indole, e uma manifestação imponente, vinda de todos os pontos do reino, da nobreza, do clero e do povo, veiu supplicar a D. Catharina que desistisse do seu proposito. Os jesuitas, porém, despeitados com a derrota, levantaram taes difficuldades ao governo de D. Catharina, que a rainha dois annos depois, declarou de novo e terminantemente que resolvera entregar a regencia. Para isso reuniu côrtes, mas os jesuitas tinham agora por si um habilissimo diplomata, Lourenço Pires de Tavora, que lhes era muito dedicado e á côrte de Roma, todos interessados na regencia de D. Henrique. O infante-cardeal ficou, portanto, proclamado regente em 23 de dezembro de 1562. (*V. Catharina, D.*). Esta regencia poderia illustrar-se d'algum modo, se o cardeal entregasse o governo nas mãos do habil Lourenço Pires de Tavora, que tanto contribuira para que elle a assumisse, mas D. Henrique considerava-o um censor incommodo, e longe de o querer para ministro afastou-o do reino, nomeando o governador de Tanger. Então os jesuitas governaram o reino á sua vontade por intermedio do regente, mas ainda isso lhes pareceu incommodo, e assim que viram que o padre Luiz Gonçalves da Camara, confessor e preceptor do joven rei alcançara certo dominio no espirito de D. Sebastião, envidaram todos os seus esforços para que fôsse proclamada a maioridade, o que na verdade se realisou em 1568 tendo o rei apenas 14 annos de edade. No relatorio, que o infante-cardeal apresentou a seu sobrinho neto, do que succedera durante os seis annos da sua regencia, lia-se o seguinte, que vem publicado nas *Memorias d'el-rei D. Sebastião*, por Diogo Barbosa Machado, parte III, liv. I, cap III. «Com a mais profunda veneração se receberam os decretos do Concilio Tridentino, e exactamente se praticaram nos Synodos provinciaes celebrados em Braga e Lisboa. Augmentou-se com copiosas rendas a Universidade de Coimbra, por ser a Palestra Universal, em que a sciencia triumpha da ignorancia, e da mesma liberalidade se usou com os quatro Collegios da Companhia, fundados em Coimbra, Braga, Evora e Lisboa, para a instrucção dos engenhos, e cultura das virtudes». D. Henrique retirou-se então para o mosteiro d'Alcobaça, e não se tornou a ouvir falar n'elle, até que em 1578 as desgraças de Alcacer-Kibir de novo o apresentaram. Em 30 de novembro de 1566 fundou o seminario de Santa Catharina, e n'esse mesmo anno celebrou o concilio provincial. Mandou executar na diocese de Lisboa todos os decretos do Concilio Tridentino que tratam da reforma dos costumes. Obteve um jubileu annual para os que se confessassem e commungassem nas quatro festas principaes do reino, o que já havia conseguido para Braga, e depois para Evora. Estava tão afastado dos negocios, que D. Sebastião, nem por mera formalidade, o consultou quando se tratou d'aquella fatal expedição, nem lhe deixou a mais pequena parte no governo do reino quando partiu para Africa. Apenas, porém, chegou a noticia do desastre, os governadores do reino mandaram logo a Alcobaça avisar o cardeal, que era

o unico successor do throno. D. Henrique saiu d'Alcobaça a 13 de agosto e chegou a Lisboa no dia 16. Agitado por ambições senis, sentia grande desejo de cingir a corôa, mas como não havia noticia official da morte de D. Sebastião, reuniu uma commissão encarregada de deliberar sobre o que se deveria fazer. A commissão deliberou que D. Henrique governasse o reino como curador, emquanto não houvesse noticia segura da morte de D. Sebastião. A 24 de agosto assumiu effectivamente essas funcções, mas logo no dia 29 cingiu a corôa, por ter chegado d'Africa uma carta de Belchior do Amaral, prisioneiro dos moiros, que declarava ter visto e reconhecido o cadaver de D. Sebastião. O povo assistiu com tristeza á coroação, mas applaudiu os primeiros actos do soberano, que puniu Pedro de Alcaçova, tomando por pretexto o imputar-lhe o conselho da expedição d'Africa, mas na realidade para satisfazer vinganças populares, e que, abolindo algumas medidas fiscaes vexatorias que D. Sebastião tomara para arranjar dinheiro e ordenando que pudessem ser de novo confiscados os bens dos judeus condemnados pelo Santo Officio, satisfazia ao mesmo tempo os interesses e as paixões fanaticas do povo. Todos percebiam, que o reinado de D. Henrique não podia ser duradouro, seria apenas um intervallo entre o drama de Alcacer-Kibir e a successão do reino, novo drama ainda mais terrivel, porque não se podia esperar que vivesse muito tempo, por ser já velho, doente, e além d'isso pelo seu estado ecclesiastico, não podia ter herdeiros directos ao throno. Filippe II de Hespanha era um dos pretendentes, por ser neto de el-rei D. Manuel, por sua mãe, a infanta D. Izabel, e portanto sobrinho do cardeal. No nosso artigo sobre Filippe, II de Hespanha e I de Portugal, vol. III do *Portugal*, a

Cardeal-rei D. Henrique

pag. 489 e seguintes, vem largamente descriptas as providencias que este monarcha tomou para alcançar a posse de Portugal, e os nomes dos outros pretendentes ao throno, um dos quaes era D. Antonio, prior do Crato (V. *Antonio, D.)*. As intrigas agglomeravam-se. Para dispôr as cousas a seu modo, Filippe II mandou a Portugal o duque de Ossuna, Pedro Girão e Christovão de Moura, fidalgos aparentados com a primeira nobreza de Portugal. Esses fidalgos indicaram ao cardeal rei como successôr da corôa o monarcha hespanhol, mas D. Henrique parecia inclinar-se mais ao duque de Bragança. Ossuna chamou os jesuitas em seu auxilio; o povo inquietava-se. O senado da camara de Lisboa, no intuito de assegurar a successão, lembrou que melhor seria que o cardeal se casasse, pedindo-se a indispensavel dispensa do papa. D. Henrique recusou este alvitre, mas como o povo insistisse resolveu-se a acceder. Propuzeram-lhe então uns a viuva de Carlos IX, de França, Izabel, segunda filha do imperador Maximiliano II, e outros a filha mais velha do duque de Bragança, Maria, que não tinha ainda 14 annos, por quem afinal D. Henrique se decidiu. O monarcha mandou pedir ao papa Gregorio XIII que lhe concedesse a dispensa, e escreveu ao cardeal Carlos Borromeu para lhe advogar a pretenção. Em Hespanha logo se soube esta resolução, e Filippe II expediu ordens aos seus delegados em Roma para que a dispenso fôsse recusada, o que mais irritou D. Henrique. A situação era deveras difficil, porque os soffrimentos do cardeal aggravavam-se; era tal o seu estado de fraqueza, que se alimentava com leite de mulher, servindo-lhe de ama até á morte, Maria da Motta, de nobre geração, casada com Ruy Fernandes Cotta. O povo, vendo o rei em tão imminente perigo de morte, insistia para que fôsse nomeado um successor. D. Henrique convocou então as côrtes em Lisboa, em abril de 1579, e obtendo que n'elle delegassem perfeitamente o direito de escolher successor, convidou todos os pretendentes ao throno para expôrem o que entendessem a bem dos seus direitos. Depois de longas e complicadas controversias em que Hespanha se salientou, procurando por todos os modos collocar-se em primeiro logar, o cardeal, que nada havia deliberado convocou de novo as côrtes para Almeirim, em outubro do mesmo anno. N'essa assembléa, onde se ergueu, vibrante de patriotismo a voz de Phebus Moniz, fôram proclamados os nomes dos 5 homens que tinham de governar o reino por morte do cardeal: D. Jorge d'Almeida, arcebispo de Lisboa; Francisco de Sá, camareiro-mór do reino; João Telles, João Mascarenhas e Diogo Lopes de Sousa, presidente do tribunal de justiça de Lisboa. Começava o anno fatal de 1580; a peste e a fome assolaram Portugal. Mais de 25:000 pessoas morreram d'esta epidemia. O rei e a côrte fôram para Almeirim, e foi ali que a 9 de janeiro se realisou nova sessão de côrtes, sendo o cardeal-rei conduzido á sala n'uma cadeira. D. Henrique passou os ultimos dias muito atormentados. Estava moribundo. D. Antonio, prior do Crato, que elle expulsara do reino, achava-se em Almeirim; D. Catharina, mulher do duque de Bragança, cuja causa elle abandonara, viera junto do seu leito queixar-se e lançar-lhe em rosto a sua fraqueza; D. Christovão de Moura ameaçava-o com as iras

do seu amo, que reunia ostensivamente o seu exercito nas fronteiras de Portugal; o povo tumultuava em torno do paço, gritando que Portugal, com a morte do rei, perdia a sua independencia. Perseguido pelos remorsos, revolvendo-se com amargura no leito de espinhos que elle mesmo preparara, D. Henrique entregou a administração do reino aos 5 governadores nomeados. Pouco tempo sobreviveu. A sua morte não foi lamentada por ninguem. Quiz a fatalidade que na occasião mais critica da vida de Portugal, fôsse chamado a reger os destinos do paiz um homem, sempre incapaz de reinar, e ainda muito mais incapaz, por estar á beira do tumulo. Assim acabava a dynastia de Aviz, tão brilhantemente começada por el-rei D. João I. D. Henrique conhecia perfeitamente o grego, o hebraico e o latim. Escreveu: *Meditações e homilias sobre alguns mysterios da vida de nosso Redemptor, e sobre alguns logares do Santo Evangelho, que fez o Serenissimo e Reverendissimo Cardeal Infante D. Henrique por sua particular devoção,* Lisboa, 1574. Sairam as *Meditações* com licença do seu autor, por diligencia de Fr. Luiz de Granada, como este declara na sua *Carta proemial al lector.* Os jesuitas do collegio de Evora fizeram depois uma edição em latim, que se publicou em 1576, e em 1581.

Henriques. Ha duas familias d'este appellido: Henriques de Bombarral e Henriques de Castella. Os de Bombarral procedem de Luiz Henriques, que foi monteiro-mór de D. João I, e tem por armas: Escudo esquartelado, sendo os dois campos superiores de prata e em cada um d'elles um leão vermelho batalhante, e o campo de baixo vermelho com um castello de ouro; timbre, o castello com um dos leões saindo da torre do meio. Os Henriques de Castella procedem de D. Fernando Henriques, neto de Henrique II, de Castella, que veiu para Portugal durante o reinado de el-rei D. Duarte. D'elle descendem os senhores de Alcaçovas (V. *este nome*), e pelo lado feminino todos os Mirandas Henriques, e outras familias. As suas armas são: Escudo esquartelado: os dois campos altos vermelhos, e em cada um seu castello de ouro, o de baixo de prata com um leão vermelho.

Henriques *(Fr. Aleixo de Miranda).* Religioso da ordem de S. Domingos, que foi prior do convento da sua ordem, de Bemfica, em 1728. Era muito considerado como prégador, e d'elle existem publicados alguns sermões.

Henriques *(Amaro Vasques Castello Branco).* Fidalgo da Casa Real e cavalleiro da ordem de Christo. Nasceu no Louriçal em 1667, fal. em 16 de agosto de 1713. E'-lhe attribuida a seguinte obra, que ficou manuscripta: *Breve e verdadeira noticia da portentosa vida e admiravel morte da veneravel serva de Deus, Maria do Lado,* etc.

Henriques *(Antonio José).* Jornalista contemporaneo, antigo artista da Imprensa Nacional. Nasceu em Lisboa a 1 de agosto de 1851. Tem sido sempre muito dedicado ao principio associativo. E' autor de muitas poesias e de peças theatraes, representadas em theatros populares, das quaes mencionaremos as seguintes: *A Giga-joga,* revista em 3 actos; *A feira da Ladra,* revista em 3 actos; *O clarim do regimento,* comedia em 1 acto; os poemetos *O proletario, O povo,* e *O operario e a associação; Um capricho,* scena de imitações; as cançonetas *A paixão do sr. Paixão* e *De noite;* a poesia comica *O Frontão.* Publicou tambem um livro de versos, intitulado: *Versos da mocidade,* que é prefaciado por Gomes Leal. O sr. Antonio José Henriques tem sido collaborador dos jornaes: *Diario de Noticias, Diario Illustrado, Popular, Folha do povo, Gazeta, Reporter dos theatros, Realeza, Voz do operario, Universo Illustrado, Archivo dramatico, Jornal do bombeiro, Galeria annunciadora, Tentativa, Puritano, Graphico, Luz e noite,* onde publicou uns artigos historicos sobre o *Hospital de Todos os Santos* e *Real Capella de Monserrate.*

Henriques *(Arthur Alberto de Campos).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, juiz da 3.ª vara do civel, ministro de Estado, par do reino, deputado, governador civil do Porto, etc. Nasceu n'esta cidade a 28 de abril de 1853, filho de Campos Henriques e de D. Ermelinda Amalia de Castro Pereira. Matriculou-se na Universidade, concluindo o curso com muita distincção em 1875. Seguindo a carreira da magistratura, foi nomeado delegado do procurador régio na comarca da Povoa de Varzim, pas-

Arthur Alberto de Campos Henriques

sando depois ás de Marco de Canavezes, de Guimarães e de Braga. Sendo promovido a juiz, foi collocado no Porto, quando se crearam os tribunaes administrativos, e depois juiz de segunda classe em 1894, para Villa do Conde. Actualmente é juiz da 3.ª vara do civel, em Lisboa. Entrando na politica, filiou-se no partido regenerador, sendo pela primeira vez deputado na legislatura de 1890, eleito pelo circulo de Vizeu, tomando parte muito activa nos trabalhos parlamentares. Em 1892 foi deputado da opposição eleito, pelo circulo de Pinhel, depois d'uma renhida eleição; em 1897 novamente tomou parte na camara legislativa, representando o circulo de Paredes, e em 1900 o de Louzada. No anno de 1891 exerceu interinamente o cargo de governador civil do Porto, ficando effectivo em 1893. Durante o seu governo reformou todos os serviços dependentes d'aquelle districto. Foi pela primeira vez ministro, em 1894, no gabinete presidido pelo sr. conselheiro Hintze Ribeiro, dirigindo a pasta das obras publicas, em substituição do fallecido

estadista Carlos Lobo d'Ávila, que passou a gerir a pasta dos negocios estrangeiros. Demittindo-se o ministerio em 1897, voltou ao seu antigo logar de juiz em Villa do Conde. Constituindo-se de novo, em 1900, o gabinete regenerador, presidido tambem pelo sr. conselheiro Hintze Ribeiro, foi convidado para ministro da justiça. No seu ministerio procedeu então a diversas reformas, como a do notariado, a das incompatibilidades, etc. O sr. conselheiro Campos Henriques é par do reino, e possue a gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição. Foi tambem um dos collaboradores da edição lithographico-manuscripta dos *Lusiadas*, publicada ha annos. Sua mãe, que falleceu em 15 de outubro de 1903, foi casada em segundas nupcias com Francisco Almeida Navarro, de quem enviuvara em 1884, e d'esse matrimonio teve os srs. visconde de Villa Nova de Foscôa e dr. Alberto Navarro.

Henriques *(P. Belchior).* Presbytero secular, natural da villa da Louzã, de cuja egreja matriz foi prior. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Escreveu: *Tratado breve do Sacramento da Penitencia, traduzido do latim do P. Vicente Bruno*, Lisboa, 1618; *Escada para subir ao conhecimento do Creador pela consideração das creaturas; composta pelo ill.mo cardeal Roberto de Bellarmino, traduzida do latim em portuguez por Belchior Henriques, prior da Louzã*, Lisboa, 1618.

Henriques *(Filippe).* Architecto que estava encarregado d'uma parte dos trabalhos do convento da Batalha, em 1517.

Henriques *(Francisco).* Pintor muito apreciado no seculo XVI, que parece ter trabalhado em vidro tanto em Evora, como no convento da Pena, em Cintra, pelos annos de 1510. Diz-se que mandou vir de Flandres sete artistas para trabalharem em pintura sob as suas ordens, e que todos falleceram de peste em 1518. Em 1508 fez os vidraes da capella de S. Francisco, de Evora, conforme consta de cartas régias de 24 de março d'esse anno, e de 26 de julho de 1510.

Henriques *(P. Francisco).* Jesuita que viveu na segunda metade do seculo XVI. Passando á India, empregou-se nos trabalhos das missões, especialmente em Salsete. D'elle resta uma *Carta* escripta de Taná, em que relata os costumes dos habitantes. Esta carta foi traduzida em italiano e impressa em Veneza no anno de 1559.

Henriques *(P. Francisco).* Jesuita. Nasceu em 1526, e fal. a 16 de março de 1590. Foi reitor do collegio de Santo Antão, de Lisboa, procurador geral da India e Brazil, e preposito da Casa Professa de S. Roque. Escreveu uma *Carta* relatando o martyrio do padre Pedro Dias e seus companheiros. Tambem redigiu, por ordem do arcebispo de Lisboa D. Jorge d'Almeida, as *Constituições das religiosas do convento de Santa Martha*, da mesma cidade.

Henriques *(Francisco Lopes).* Advogado em Lisboa, onde nascera, e falleceu a 6 de abril de 1676. Escreveu: *Allegação de Direito a favor do sr. conde de Figueiró D. João de Lencastre, sobre a successão do estado e casa de Aveiro*, Lisboa, 1667.

Henriques *(Francisco de Miranda).* Graduado em Direito Pontificio pela Universidade de Coimbra; inquisidor em Evora, deputado da Inquisição de Lisboa, desembargador do paço, e chanceller-mór do reino; Era natural de Lisboa, sendo filho do senhor de Ferreiros e Tendães, que tinha egual nome. Fal. a 16 de outubro de 1678. Foi eleito bispo de Vizeu em 1662, mas rejeitou essa dignidade.

Henriques *(Guilherme João Carlos).* Nasceu em Londres a 27 de março de 1846 e veiu para Portugal em janeiro de 1860, fixando residencia na quinta da Carnota, concelho de Alemquer, que mais tarde herdou pelo fallecimento do conde da Carnota *(V. este titulo).* Dedicando-se ao estudo da historia da região em que vivia, publicou, em 1873, o resultado das suas investigações no *Alemquer e seu concelho.* Uma nova edição teve principio, em 1902, saindo em partes ou fasciculos, dos quaes o mais importante é a Parte X que trata da *Villa de Alemquer*. Além d'esta obra, escreveu os *Ineditos Goesianos*, Partes I e II, 1896, 8.° e *George Buchanan in the Lisbon Inquisition*, Lisboa, 1906. Tem em via de publicação a *Correspondencia do Duque de Saldanha*, da qual já sairam tres Partes, e cujos originaes tem depositado na Bibliotheca Nacional, onde fazem parte da *Collecção Carnotense*, que n'aquelle estabelecimento creou com documentos, principalmente relativos ao duque de Saldanha. Collaborou bastante na biographia do referido duque escripta em inglez pelo conde da Carnota, assim como em outras publicações e periodicos nacionaes e estrangeiros, taes como o *Archivo Historico*, *Occidente*, *British Weekly*, etc., mas principalmente no *Damião de Goes*, de Alemquer. Guilherme Henriques foi agraciado pelo governo com a commenda da ordem de Christo; é socio correspondente do Instituto de Coimbra e socio effectivo da Associação dos Architectos e Archeologos portuguezes. Em 1905 foi o seu retrato inaugurado na sala nobre dos paços do concelho de Alemquer, retrato que ao municipio foi offerecido por um grupo dos seus amigos, gratos aos relevantes serviços por elle prestados ao concelho.

Henriques *(Henrique).* Cirurgião do Hospital de Todos os Santos, nomeado em 1581, fallecião em 1595.

Henriques *(Henrique Carlos).* General do nosso exercito. Nasceu no segundo quartel do seculo XVIII; fal. em Salsete, India, a 12 de agosto de 1785. Era filho de Diogo Carlos Xavier Mingão e de D. Catharina Marianna de Miranda. Seguindo a carreira das armas, embarcou para a India, sendo ainda muito novo, chegando a Gôa em 21 de setembro de 1748 com o posto de tenente. Dois mezes depois acompanhou o vice-rei D. Pedro Miguel d'Almeida, 1.° marquez de Alorna, na expedição contra o Bounsuló. Eram Neutim e Rarim as fortalezas mais notaveis d'aquelle regulo, situadas a 20 milhas de Gôa. Apezar da numerosa guarnição que as defendia, não puderam resistir ao valor das forças portuguezas e ao bem concertado plano de ataque do vice-rei, e renderam-se. Na tomada d'estas duas fortalezas revelou Henrique Carlos Henriques a maior bravura e intrepidez. Tambem se distinguiu valorosamente na perseguição dos piratas que infestavam a costa de Concão, aprisionando em 1751 duas galeotas do celebre pirata Cauagi Augria. Este destemido pirata tornou-se senhor da costa de Concão desde Tamaná até Bancot. Com elle os vice-reis da India chegaram a fazer trata-

dos, e depois de ter accumulado uma fortuna quasi fabulosa foi derrotado com toda a sua esquadra pelo almirante Watson em 1753, e o seu forte de Gueria arrasado pelo coronel Clive, um dos heroes da India. Os reis de Colapur e o Bonnsuló ajudavam os piratas contra os europeus. Para fazer respeitar a bandeira e proteger o commercio, os navios portuguezes cruzavam incessantemente sobre a costa de Goulão. O serviço era deveras perigoso, e Henrique Carlos Henriques, sendo ainda tenente, conseguiu pelo seu valor tomar as duas galeotas a Canagi Angria, em 1751, conforme dissémos. Ainda n'esse anno se assignalou brilhantemente na defeza da praça de Nentim, e no seguinte tornou-se notavel pelo valor com que se portou nos assaltos da fortaleza de Piro e do forte de Ximpim, na campanha que o marquez d'Alorna emprehendeu para castigar a deslealdade do rei de Sundem. No anno 1753 foi promovido a capitão-tenente da corôa, e commandou muitas fragatas; embarcou muitas vezes ora para dar comboio aos navios que vinham do reino e de Moçambique, ora para proteger a importação do arroz, de que para o seu consumo Gôa precisava. Tomou parte na expedição contra a cidade de Pondá em 1756, offerecendo-se voluntariamente para acompanhar o 2.º conde d'Alva, D. Luiz Mascarenhas, então vice-rei da India, e servir de ajudante de campo na falta dos que deviam exercer esta commissão. As armas portuguezas fôram infelizes, fallecendo o conde d'Alva em combate, no dia 28 de junho. (V. *esse titulo)* Depois d'este revez, Henrique Carlos Henriques voltou ao mar, e no pouco tempo que succedia estar em terra, era logo chamado para commandar algum forte proximo das terras de Bounsuló. Encarregado em 1758 da defeza da provincia de Bardez, por lembrança do 1.º conde da Ega, Manuel de Saldanha e Albuquerque, que n'esse mesmo anno fôra nomeado vice-rei da India, Henrique Carlos Henriques foi promovido a capitão de mar e guerra. A empresa era bastante difficil, mas o valente militar desempenhou habilmente esta commissão, dando uma severa lição aos bounsulós, que faziam repetidas entradas na provincia, assaltando as povoações e roubando os habitantes Embarcou depois na fragata *Nossa Senhora da Conceição*, e foi percorrer a costa; encontrando-se com a esquadra do pirata Melondim, sustentou um renhido combate, conseguindo no fim de 5 horas de lucta aprisionar 6 galeotas do inimigo. Encarregado mais tarde de fazer o recrutamento da provincia de Gôa, cumpriu este serviço a contento do vice-rei e dos povos. Sendo, por carta patente de 4 de novembro de 1759 elevado ao posto de coronel com o exercicio de ajudante general junto da pessoa do vice-rei, conservou-se 22 mezes n'esta commissão, accumulando com as de commandante da ilha de Chorão, de vedor da fazenda e de coronel do regimento velho, servindo com o maior zelo e competencia todos estes variados cargos, e conseguindo rapidamente organisar a companhia de commercio de Bengala, onde entraram os mais ricos proprietarios de Gôa. O conde da Ega, em 1763, lembrou-se de remir o desastre de Pondá e de vingar a morte do conde d'Alva, e para chefe da expedição escolheu Henrique Carlos Henriques. O resultado correspondeu á expectativa do vice-rei, e o conde d'Alva foi nobremente vingado pelo seu antigo ajudante de campo, caindo então no poder dos portuguezes a praça de Pondá, a fortaleza de Quambaulim, e as provincias da sua jurisdicção. Por tantos e valiosos serviços Henrique Carlos Henriques não pediu nunca mercês nem graças, mas apezar do seu desinteresse, não pôde evitar a inveja e a má vontade dos inimigos que lhe havia creado o seu grande valor e o seu nome glorioso. Os invejosos e calumuiadores formaram uma intriga, que chegou ao conhecimento de D. João José de Mello, então governador geral da India (V. *Mello, D. João José de)*, o qual, acreditando nas calumnias inventadas, se irritou contra o digno militar, a ponto de mandar pedir em segredo uma ordem de el-rei para que elle regressasse a Portugal Esta ordem causou-lhe maior magoa. Quando, porém se dispunha a embarcar para a Europa, constou ao governador que os maratas, combinados com os dessais de Bandora, pretendiam invadir a provincia de Pondá. N'estas difficeis circumstancias, D. João José de Mello viu-se obrigado a impedir a partida, que solicitara, e a entregar a Henrique Carlos Henriques o commando de Candiapar e Pondá. Castigando a doblez dos dessais, desbaratou-os o bravo coronel Henriques no forte de Verlem, obrigando os maratas a retirarem-se, e teria ido atacal-os a Sanquelim se o governador se não oppozesse tenazmente a esta audaciosa empresa. Regressando a Gôa, D. João José de Mello lhe teceu grandes louvores, mas o pundonoroso militar se apressou a cumprir a ordem de el-rei, embarcando para Portugal. Em 1775 voltou á India com o posto de brigadeiro commandante geral de infantaria e governador da cidade de Gôa. O governador D. José Pedro da Camara e seu successor, D. Frederico Guilherme de Sousa, o encarregaram de varias commissões, como a de recrutar os vadios e de administrar o celleiro publico, que todas satisfez com o costumado e reconhecido zelo e actividade, alcançando em 1780 novos triumphos com a reconquista da fortaleza de Bixolim e da casa forte de Sanquelim, reduzindo a obediencia os dessais revoltados, e assenhoreando-se dos fortes de Querim e de Gululem, assim como da fortaleza de Uspá, importante para a conquista da provincia de Manerim, que posteriormente se incorporou no Estado portuguez. Por ultimo foi nomeado governador da provincia de Rachol e general de Salsete, onde falleceu, sendo sepultado no cruzeiro do hospicio da egreja dos Anjos, de Rachol. Havia casado em primeiras nupcias com D. Anna Maria Antonia Henriques, e em segundas com D. Antonia Caetana de Sousa e Castro.

Henriques *(Henrique Jorge)*. Medico natural da Guarda, e que floresceu nos fins do seculo XVI. Foi lente nas Universidades de Coimbra e de Salamanca. Escreveu varias obras em latim, portuguez e hespanhol sobre materias da sua especialidade.

Henriques *(João Jacinto)*. Bacharel formado em Philosophia pela Universidade de Evora, e em Canones pela de Coimbra. N. em Setubal em 1707, e ignora-se a data do fallecimento. Escreveu varias poesias e algumas comedias.

Henriques *(Joaquim José Xavier)*. Brigadeiro reformado. N. em 2 de novembro de 1776, fal. em Lisboa depois do anno de 1838. Era filho de

Henrique Carlos Henriques (*V. este nome*), e de sua segunda mulher, D. Antonia Caetana de Sousa e Castro Henriques. Assentou praça de cadete, ainda muito creança, no regimento de infantaria, em dezembro de 1783, e seis mezes depois foi despachado segundo tenente pelo capitão general D. Frederico Guilherme de Sousa. Em 1794 era tenente, e passando depois á marinha, serviu alguns annos, andando embarcado nas fragatas *Temivel* e *Real Fidelissima*, e na corveta *Nossa Senhora da Victoria*. Durante este tempo foi promovido a capitão-tenente. São muito honrosas as informações que a seu respeito deram os capitães de mar e guerra Victorino da Cunha Gusmão, José Joaquim de Sousa e João Vicente Rancosa. Em 1804 voltou para o exercito com o posto de tenente-coronel aggregado á região de Pondá, passando a effectivo em 1810. N'esta qualidade acompanhou o brigadeiro Santos Calado para Usgão, quando para ali marchou a legião, e substituiu o seu chefe José Ignacio de Brito no commando do corpo e da provincia de Pondá durante todo o tempo em que esse official esteve em Pernem. Em março de 1816 foi commandante de Canácona, em seguida de Pernem, e sendo pouco depois promovido a coronel do segundo batalhão, foi commandar a provincia de Salsete. Em 1823 teve o encargo de restabelecer a ordem e a tranquillidade em Damão, e voltando a Gôa reassumiu o commando do segundo batalhão e da provincia de Pondá. O governo provisorio da India em 1837, na ausencia da legitima autoridade, que fôra deposta por uma revolta militar, o nomeou commandante geral das tropas do Estado, membro da junta administrativa e do fardamento, e vogal do tribunal de justiça militar, por nomeação do barão de Sabrosa em 1838. Depois voltou ao commando do corpo, reformando-se finalmente na patente de brigadeiro. Casou em primeiras nupcias com D. Anna Joaquina de Mello Almeida, e em segundas com D. Anna Maria d'Almeida Salema. Xavier Henriques, assim como seu pae, não solicitou nunca mercês nem graças, nem sequer o habito da ordem de Aviz a que tinha direito. Depois de restabelecido d'uma grave enfermidade de que fôra atacado, desejou visitar Portugal. Pelo seu melindroso estado de saude quizeram evitar-lhe essa viagem, mas não houve meio de o dissuadir. Portugal fôra a patria de seu pae, tinha ali um filho e alguns bens. Finalmente embarcou a bordo da fragata *D. Maria*, acompanhado de sua mulher e d'um filho menor. Durante a viagem passou muito bem, parecia até que renascera. Chegando a Lisboa conservou-se alguns dias bem, com apparencia saudavel e vigorosa, mas de repente peorou, aggravando-se cada vez mais os soffrimentos, até que falleceu. Mais tarde fôram trasladados, por sua viuva para um jazigo em Pondá, os seus restos mortaes. Sobre a campa collocou-se o seguinte epitaphio:

AQUI JAZ JOAQUIM JOSÉ XAVIER HENRIQUES
DIGNO FILHO DE HENRIQUE CARLOS HENRIQUES.

Henriques (*Jorge*). Conego da sé de Vizeu, terra de que era natural. Viveu no meado do seculo XVI. Visitou os logares santos, e d'essa viagem escreveu um *Itinerario* que ficou inédito.

Henriques (*José Anselmo Correia*). Commendador da ordem de Christo, do conselho de sua magestade, ministro residente junto ás cidades hanseaticas, etc. Nasceu na ilha da Madeira. calcula-se que em 1778, fal. parece que em Paris no anno de 1831. Residiu muitos annos em Hamburgo. Discipulo da escola philosophica do seculo XVIII, creado com as obras de Voltaire e dos seus consocios, deveu provavelmente á sua ausencia de Portugal o não ter que soffrer algum desgosto grave. Na verdade, em 1806, publicou em Hamburgo um poema heroi-comico em 5 cantos, intitulado: *A padeira de Aljubarrota* imitado da *Pucelle d'Orléans*, de Voltaire. Um representante de Portugal occupar-se n'estas imitações não podia inspirar grande confiança. Emfim, em compensação escreveu em 1809 uma tragedia, que publicou em Londres, tomando por assumpto a revolução de Portugal contra os francezes, sendo o titulo o seguinte: *A revolução de Portugal, tragedia dedicada á inseparavel memoria dos portuguezes pelos seus legitimos senhores e reis da casa de Bragança.* E' cheia de allusões aos acontecimentos da epoca. Em 1809 estava em Londres, já respondendo ao *Correio Brasiliense* que o atacava, ora redigindo o *Espelho*, jornal que terminou em 1813. Começou a imprimir em Londres, no anno de 1821, uma folha politica com o nome de: *O Zurragar das côrtes novas.* Em 1815 escreveu um *Poema aos annos da muito alta e augusta magestade, a senhora D. Maria I, rainha de Portugal, em 17 de dezembro de 1815;* saiu no tomo I das obras poeticas do mesmo autor, de pag. 3 a 14, sendo o resto do volume preenchido com a traducção da *Carta de Heloisa*, de Pope, uma *Ode a el-rei D. João VI*, etc. Este tomo I publicou-se em Hamburgo, 1819. Em Hamburgo redigiu tambem por algum tempo n'este anno *Le Plenipotentiaire de la Raison.* Percorrendo a Europa, Correia Henriques ia percorrendo egualmente os prélos europeus. Tem obras impressas em Paris, Hamburgo, Londres, Veneza e na Suecia. Consta que no Brazil, em 1817 ou 1818, foi o chefe da espionagem do ministro Thomaz de Villa Nova Portugal, sendo por elle encarregado de descobrir e denunciar os pedreiros livres, chegando a denunciar um numero extraordinario de pessoas. Foi então que D. João VI teve o desgosto de saber que todos ou quasi todos os seus creados, que de mais perto o serviam, eram pedreiros livres, assim como o haviam sido todos os ministros que nomeara no Rio de Janeiro até 23 de junho de 1817. Além dos escriptos mencionados, daremos nota dos seguintes: *Arte da guerra; poema em seis cantos, de Frederico II, rei da Prussia, traduzido em portuguez*, Hamburgo, 1819; *Perodana, ou o conciliabulo dos periodicos; poema heroi-comico*, Veneza, 1819; *O Charlatanismo, ou o congresso abolido; poema heroi-comico em verso solto; manuscripto achado n'um canto do palacio das Necessidades, depois das côrtes serem abolidas em 5 de junho de 1823*, Paris, 1824; *A escola do escandalo, comedia de Sheridan, traduzida do inglez*, Lisboa, 1795; representou-se em diversas epocas no theatro da Rua dos Condes; *Apologia da conducta de José Anselmo Correia, contra as asserções mentirosas do Correio Brasiliense*, Londres, sem indicação do anno. Deixou bastantes manuscriptos, dos quaes sabemos: *A Mariolada; poema heroi-comico, dedicado á musa*

do reverendo José Agostinho de Macedo, a formosa estanqueira do Chiado; *pelo seu autor, o Gigante Voraz*; composto em 1813; consta de tres cantos precedidos d'uma introducção tambem em verso; *Mesquita, tragedia portugueza.* José Anselmo Correia Henriques foi o pae do 1.º conde de Seisal, José Mauricio Correia Henriques.

Henriques *(José Antonio de Campos).* Cavalleiro da ordem de Christo, e corregedor de Trancoso. Nasceu em Villa Nova de Foscôa, a 9 de março de 1786; ignoramos a data do fallecimento, mas parece que em 1860 ainda vivia em Pinhel. Era filho de Luiz de Campos Henriques, cavalleiro da ordem de Christo, e de sua mulher, D. Angelica Mendes da Silva; irmão do primeiro barão de Villa Nova de Foscôa, Francisco Antonio de Campos. Seguiu a carreira da magistratura, foi corregedor da villa de Trancoso. Pelas suas idéas liberaes viu-se obrigado a homisiar-se no periodo de 1829 a 1833, para fugir ás perseguições do governo absoluto. Durante esta epoca traduziu: *Elysabetha triumphante*; *poema heroico latino de Fr. Jeronymo Vahia, trasladado em versos soltos*; é seguido d'outras poesias diversas, e foi publicado em Paris, em 1831. Campos Henriques era casado com uma sua sobrinha, D. Anna Maxima de Campos Henriques, filha de seu irmão Manuel de Campos Henriques, e de sua mulher, D. Luiza Joaquina de Campos Pereira.

Henriques *(Julio Augusto).* Bacharel em Direito e doutor em Philosophia pela Universidade de Coimbra; lente cathedratico da cadeira de Botanica; director do Jardim Botanico; socio effectivo do Instituto de Coimbra, socio honorario da Associação dos Artistas, da mesma cidade, fundador da Sociedade Broteriana, etc. Nasceu em Cabeceiras de Basto a 17 de janeiro de 1838, sendo filho de Antonio Bernardino Henriques. Matriculando-se nas faculdades de Direito e de Philosophia, fez as respectivas formaturas em 1860 e 1864, doutorando-se em Philosophia a 30 de julho de 1865. O sr. dr. Julio Augusto Henriques é socio benemerito da Sociedade Philantropico-Academica de Coimbra, socio honorario da Sociedade Pharmaceutica Lusitana; da Sociedade Agricola do districto de Santarem; da Sociedade de Geographia de Lisboa; socio correspondente da Sociedade de Instrucção do Porto; da Sociedade Botanica do França; da Sociedade Nacional de Acclimação de França; da Sociedade Hespanhola de Historia Nacional; socio correspondente da Sociedade Economica de Madrid. da Sociedade Botanica de Copenhague; official da Academia, de França. Escreveu: *As especies são mudaveis? Dissertação para o acto de conclusões magnas*, Coimbra, 1865; *Antiguidade do homem; dissertação de concurso para a faculdade de Philosophia da Universidade de Coimbra*, Coimbra 1866; *Index Seminarii Horti Botanic academiæ conimbricensis, 1873; Mutuæ commumationi oblatus, Edmund Goeze, Hortulanus Universitatis, etc.*, Conimbricae, *1873; Index Seminarii, etc.*, *1874*, Idem 1874; *Index Seminarii, etc.*, *1875*; idem, 1875; *Considerações sobre o folheto intitulado «Resposta do visconde de Monte-São ácêrca dos RR lançados em dois estudantes nos actos de Botanica»* Coimbra, 1875; *O Jardim Botanico da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1876, com duas estampas lithographadas; *Elementos de Botanica pelo dr. J. D. Hooker.., traduzidos da 3.ª edição ingleza com permissão do autor. . Primeira edição portugueza com 69 gravuras intercaladas no texto;* Porto, 1877; *Sociedade de Geographia de Lisboa, expedição scientifica á Serra da Estrella em 1881, secção botanica, relatorio do sr. dr. Julio Augusto Henriques*, Lisboa, 1883; com dois mappas; *Relatorio do professor da cadeira de Botanica relativo ao anno lectivo de 1882-1883,* Coimbra, 1884; *Relatorio etc., do anno lectivo de 1883-84* Coimbra, sem data; *Instrucções praticas para culturas coloniaes*, Coimbra, 1884; com gravuras, *Terminologia botanica*, Coimbra, 1885; *Lições elementares de geographia botanica por J. G. Baker;* traducção, Coimbra, 1879; *Phylloxera, apontamentos*, Coimbra, 1880; *Elementos de agricultura por H. Tanner, traduzidos da 3.ª edição;* Porto; *Instrucções praticas para a cultura das plantas que dão a quina*, Coimbra, 1880; *Biographia de Felix de Avellar Brotero;* saiu no *Plutarcho portuguez*, vol. II, fasc. 6.º; *Biographia do visconde de Villa Maior*; anda adjunta ao *Jornal de horticultura pratica*, vol de 1885.

Henriques *(P. Leão).* Jesuita, confessor do cardeal-rei D. Henrique, que nasceu na villa da Ponta do Sol, ilha da Madeira, fal. em Lisboa, na casa professa de S. Roque, a 8 de abril de 1589. Era filho de D. João Henriques, descendente dos senhores das Alcaçovas, e de sua mulher, D. Filippa de Noronha, dos illustres capitães da mesma ilha. Estudou Canones nas Universidades de Paris e de Coimbra, e Theologia na Companhia de Jesus, onde foi o primeiro mestre em casos de consciencia, muito respeitado, e allegado no *Manual dos confessores* do dr. Martim de Aspilcueta Navarro. O cardeal infante D. Henrique lhe era muito dedicado; nomeou-o deputado do Santo Officio, cargo que exerceu por muitos annos, sem acceitar os ordenados, nem as honras do mesmo logar nos actos publicos. Foi 24 annos confessor do cardeal D. Henrique, até ao fallecimento d'este monarcha. Foi reitor dos collegios de Coimbra, Evora e Braga, o primeiro reitor da Universidade de Evora, e provincial da Companhia de Jesus, em Portugal. Consta ter sido o padre Leão Henriques quem aconselhou o cardeal-rei a que pedisse dispensa de voto e se casasse, e tambem quem redigiu um papel que se mandou a Fernando de Castella, refutando os argumentos com que o soberano hespanhol impugnava esse casamento. Sendo um dos principaes do conselho particular do cardeal rei, não se esqueceu Filippe II de o indicar a Christovão de Moura como um dos homens com quem deveria conferenciar e lêr as suas instrucções secretas, quando em maio de 1579 mandou a Lisboa esse diplomata, não já como emissario extra-official, mas como seu embaixador ordinario na côrte de Portugal. O padre Leão Henriques foi um dos testamenteiros do cardeal-rei, e segundo consta, este jesuita e Miguel de Moura gastaram, depois da morte do monarcha, tres dias em ler e queimar os papeis d'elle, ou todos que lhes pareceu prudente supprimir.

Henriques *(P. Leão).* Jesuita, sobrinho do antecedente. Nasceu em 1575 e fal em 1621. Chamava se no seculo Pedro Henriques, e quando professou, em obsequio a seu tio, mudou o nome no de Leão. Foi doutor em Theologia. Deixou manuscripta: *Apologia sobre os que pediram nas*

côrtes celebradas no anno de 1619 que não estudassem os filhos dos mechanicos.

Henriques *(Luiz).* Fidalgo da casa do duque de Bragança D. Jayme, que muito o estimava pela sua lealdade, talento e valor, e a quem acompanhou na expedição que aquelle fidalgo commandou, tendo a fortuna de conquistar, depois de poucos dias de cêrco, a cidade de Azamor, uma das mais ricas e commerciaes, que os moiros possuiam na Mauritania. Esta expedição composta de 400 vélas e de 18:000 homens de desembarque, foi ordenada por el-rei D. Manuel, e saiu do porto de Lisboa a 17 de agosto de 1513. O bispo D. Jeronymo Osorio, na sua historia *De Rebus Emmanuelis*, conta largamente todas as circumstancias, e successos d'esta expedição e gloriosa conquista da importante praça de Azamor. Damião de Goes, na 3.ª parte, capitulo 46 da *Chronica d'el-rei D. Manuel*, tambem descreve minuciosamente esta expedição. Luiz Henriques quiz tecer um elogio a seu amo, e em parte lisongear o seu amor proprio, celebrando uma façanha em que tambem se encontrara, e compoz um poemeto com o titulo de *A conquista de Azamor*. D'este poeta ha composições publicadas no *Cancioneiro* de Garcia de Rezende.

Henriques *(P. Manuel).* Jesuita, e pintor muito apreciado. Nasceu na villa de Nogueira em 1593, fal. a 29 de dezembro de 1653. Professou no anno de 1618. Consagrou-se á pintura com a maior dedicação, e pintou bons quadros para muitas egrejas. Todo o tempo que o exercicio da pintura o deixava livre, consagrava-o á oração. Falleceu, estando na egreja da Lapa, que ficava contigua ao collegio dos jesuitas, de Coimbra, onde elle habitava. N'aquella egreja existiam muitos quadros seus. O padre Manuel Henriques tinha fama de santo. O seu corpo foi levado para a egreja parochial de S. João de Mesquitella, onde ficou sepultado junto do altar-mór.

Henriques *(Manuel Antonio de Azevedo).* Escriptor madeirense do seculo XVIII, que escreveu o seguinte: *Reino de Deus, ou de Portugal, Panegyrico Funchalense, offerecido aos muito altos, etc. reis fidelissimos D. Maria I e D. Pedro III*, etc., Lisboa, 1778.

Henriques *(Manuel Borges de Freitas).* Natural das ilhas dos Açôres. Foi vice-consul de Portugal em Boston. Escreveu: *A Toip to the Azores or Westevn Island*, Boston, 1867.

Henriques *(Rodrigo de Miranda).* Nomeado governador de Angola em 1651, tratou de fortificar a cidade de Loanda, e fal. em 1653. Tendo succedido a Salvador Correia de Sá, o libertador de Angola, occupou-se quasi exclusivamente em remediar os males que a occupação hollandeza trouxera á provincia.

Henriques *(Rodrigo de Miranda).* Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra. Foi nomeado governador da mesma Universidade em 19 de setembro de 1662, mas não chegou a governar tres mezes, porque falleceu no meado de dezembro do mesmo anno.

Henriques *(D. Sancho).* Fidalgo que serviu em Malaca em 1521. Jorge d'Albuquerque, governador de Malaca, para que os inimigos não fôssem senhores do mar, enviou uma esquadra de seis lancharas, uma galeota, um outro navio e um galeão commandados por D. Sancho Henriques, para fazerem o mal que pudessem ao inimigo. Entrando no rio de Muar encontraram a armada do sultão e travou-se encarniçada peleja. A desproporção das forças era grande, e o capitão-mór D. Sancho Henriques, valente mas pouco habil; os inimigos conseguiram concentrar todas as suas forças primeiro contra tres lancharas, depois contra as outras tres, afinal contra a galeota, sem que o galeão e o outro navio pudessem soccorrel-os, e afinal um terrivel desastre fulminou os portuguezes ficando ali mortos 70, conseguindo os outros salvar-se a muito custo. D. Sancho Henriques, para vingar este desastre, fôra correndo a costa a fazer presas, acompanhado por outros dois navios commandados por André de Brito e Ambrosio do Rego. André de Brito foi a Paim, D. Sancho Henriques e Ambrosio do Rego apanharam uma tempestade que separou os dois navios, indo D. Sancho parar tambem ao porto de Paim, onde estavam trinta lancharas do sultão de Bintam. Recebi-lo primeiro com mostras fingidas de amizade, não tardou D. Sancho em perceber que era trahido. Sessenta lancharas se encaminhavam para o galeão portuguez, em som de guerra. A defeza foi heroica. As lancharas avançaram formando um vasto circulo que pouco a pouco se foi estreitando a approximar-se do galeão. D. Sancho puzera homens nas gaveas, outros na tolda, para lhes fornecer pedras com que fulminassem os inimigos, 8 portuguezes em cada bordo, 8 na prôa, elle com os restantes no chapiteu de pôpa, e deu ordem aos bombardeiros que não fizessem fogo senão quando vissem bem proximo os inimigos. Assim se fez, e a primeira descarga pôz fóra do combate 12 ou 15 lancharas, mas as outras continuaram a avançar, unindo-se cada vez mais, implacaveis e ferozes. D'ahi a pouco estava o navio aferrado por todos os lados, e, mau grado á tenaz resistencia dos portuguezes, os malaios entravam por todas as portinholas, içavam se por todas as cordas. A lucta era terrivel, feroz, sanguinolenta, mas era enorme a desproporção das forças. Os homens das gaveas faziam muito mal aos malaios, mas estes não descançaram em quanto á custa de graves perdas, os não deixaram todos sem vida. Já restavam apenas 13 portuguezes, e D. Sancho reunindo-os na tolda e abrigando-os com o chapiteu, continuava o combate, fazendo tanto mal aos inimigos, que estes desampararam o galeão, e refugiando-se nas lancharas, de longe ás frechadas e espingardadas os fôram matando sem que nenhum dos portuguezes pensasse em se render. O ultimo que morreu foi D. Sancho Henriques, e os malaios só puderam cantar victoria, quando o galeão, ermo completamente, não baloiçou mais do que um monte de cadaveres sobre as ondas do Oceano. Os malaios arrojaram os cadaveres ao mar, vararam o galeão em terra, tiraram-lhe a carga e a artilharia, e lançaram-lhe fogo.

Henriques. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Henriques de Carvalho *(D. Guilherme).* Cardeal patriarcha de Lisboa. Nasceu em Coimbra a 1 de fevereiro de 1793; fal. em Lisboa a 15 de novembro de 1857. Era filho de José Ribeiro dos Santos e de Anna Joaquina da Soledade. Estudou os preparatorios no Collegio das Artes d'aquella cidade, matriculando-se depois na Uni-

versidade em 1808, no primeiro anno do curso juridico, não tendo ainda completado 16 annos de edade. Forçado pelos acontecimentos politicos d'aquella epoca, que obrigou a fechar a Universidade, foi com outros condiscipulos alistar-se no batalhão academico, que se formára em Coimbra, e ali se conservou tomando parte na guerra da independencia da patria, até á completa derrota dos francezes em 1814, sendo então dissolvido o batalhão academico. Voltou para a Universidade a continuar os estudos, sendo sempre premiado como alumno distincto. Feita a sua formatura, doutorou-se em Canones, a 23 de julho de 1815. Abraçando a vida ecclesiastica, ordenou-se de presbytero, habilitado oppositor ás cadeiras da sua faculdade, sendo provido em 1817 n'uma béca do Real Collegio de S. Paulo, em Coimbra, celebrando a sua primeira missa a 28 de outubro de 1819. Até 1825, em que foi despachado lente da Universidade, teve a principal parte na administração do referido collegio, e ainda depois o regeu e administrou por vezes, até 1834, em que pela extincção das ordens religiosas, o collegio ficou supprimido juntamente com os outros collegios academicos, mosteiros e conventos. Depois da revolução de 1820, o dr. Henriques de Carvalho foi eleito deputado pela Beira nas côrtes constituidas em 1821, sendo então nomeado para a commissão do codigo commercial, cujos trabalhos fôram interrompidos pela queda da constituição em 1823. N'este mesmo anno foi escolhido para fazer parte da commissão encarregada da reforma da fazenda da Universidade, sendo nomeado em 1824 procurador fiscal da sua fazenda e estado. Ainda em 1824 tomou posse do cargo de juiz superintendente das obras do encanamento do Mondego. Em 1825 foi nomeado lente substituto da faculdade de Canones com exercicio na cadeira de direito natural publico e das gentes, sendo promovido por antiguidade, em 1830, a lente cathedratico com exercicio na cadeira de direito patrio. Em 1838 foi eleito deputado, exerceu o cargo de presidente da respectiva camara, sendo reeleito depois da dissolução das côrtes de 1840. O decreto de 26 de fevereiro d'este anno o nomeou bispo de Leiria, dignidade que primeiro recusou, sendo depois confirmado e sagrado a 2 de julho de 1843. Em março de 1845, achando-se doente o cardeal patriarcha D. Francisco de S. Luiz Saraiva, foi quem baptisou solemnemente a infanta D. Antonia. Em 9 de maio, pelo fallecimento do cardeal D. Francisco de S. Luiz, recebeu a nomeação de patriarcha de Lisboa, sendo confirmada pelo papa Gregorio XVI em 24 de novembro do mesmo anno. O consistorio secreto de 19 de janeiro de 1846 o proclamou cardeal da Santa Egreja Romana, recebendo o barrete cardinalicio na egreja de Belem, em 15 de fevereiro seguinte, que lhe foi imposto pela rainha D. Maria II, assistindo el-rei D. Fernando, a familia real e a côrte. Commetteu-se-lhe a administração da prelazia de Thomar e grão-priorado do Crato, assim como a dos bispados de Castello Branco e de Portalegre. Com o exercicio de capellão-mór da Casa Real, que anda annexo á dignidade de patriarcha, reuniu a presidencia da camara dos pares, membro do conselho de Estado, presidente do conselho geral de beneficencia, e de muitas outras commissões, conselhos e juntas extraordinarias. Era tambem consultado muitas vezes pelo governo sobre varios e importantes negocios extranhos aos seus cargos e dignidades. Em data de 10 de setembro de 1853 approvou o governo o *projecto de estatutos que o cardeal patriarcha de Lisboa, D. Guilherme Henriques de Carvalho, elaborára,* autorisando o prelado a mandar imprimil-os, para regerem provisoriamente o seminario patriarchal, que ia ser restabelecido em Santarem, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. Em 12 do referido mez e anno, o patriarcha fez constar, que no proximo anno lectivo, havia de abrir o Seminario patriarchal, cujas funcções seriam reguladas pelos indicados estatutos provisorios. Em 1849 o cardeal patriarcha estabelecera na residencia patriarchal de S. Vicente de Fóra, em quanto se não abrisse o seminario no seu proprio edificio de Santarem, um *curso biennal de disciplinas ecclesiasticas com duas cadeiras.* No anno de 1854, em que ficou definitiva a declaração dogmatica da Immaculada Concei̧ção da Virgem Maria, o cardeal patriarcha D. Guilherme Henriques de Carvalho assistiu em Roma áquella solemnidade, tendo saido de Lisboa a 29 de outubro do mesmo anno. O pontifice Pio IX recebeu-o com as maiores distincções, e foi o primeiro dos nossos patriarchas que recebeu em Roma o chapéo cardinalicio, concedendo o papa para a celebração d'essa cerimonia o palacio Quirinal. Durante a sua permanencia na Curia Romana assistiu ao pontifice na sagração da egreja de S. Paulo, sendo um dos sagrantes. No dia 21 de dezembro tomou posse da egreja de seu titulo cardinalicio, que era Santa Maria *supra Minervans* e do convento annexo á egreja, que é o principal da ordem dos prégadores; e funccionou como membro de quatro das sagradas congregações da Curia Romana: a dos cardeaes interpretes do Sagrado Concilio Tridentino, a dos Ritos, a do Index, e a dos bispos e regulares, causando a admiração de todos a sua jurisprudencia e prompta comprehensão dos negocios. Saiu de Roma a 18 de abril de 1855, chegando a Lisboa no dia 12 de maio, onde continuou, apezar das suas muitas occupações na côrte, na visita das egrejas do patriarchado, da prelazia de Thomar, do grão-priorado do Crato, do bispado de Castello Branco, e do seminario de Santarem, que elle muito estimava. No anno de 1857, tendo recolhido a Lisboa da visita que fizera ás freguezias do sul do Tejo, foi accommettido da febre amarella, que então devastava Lisboa, e falleceu na residencia patriarchal. Por medidas sanitarias, adoptadas por causa da epidemia, foi o seu cadaver conduzido para o cemiterio do Alto de S. João, sendo trasladado em 29 de outubro de 1859 para o jazigo dos patriarchas, que elle proprio havia estabelecido na egreja de S. Vicente, junto á capella-mór, do lado do Evangelho.

Henriques de Carvalho *(Manuel Pedro).* Cirurgião pela antiga Escola de Lisboa, anterior á reforma dos estudos de 1836. Nada mais se sabe a seu respeito. Escreveu : *Memoria sobre a maneira de dirigir a educação nacional, segundo a fórma de cada governo; e sobre o modo de firmar a moral da nação,* Lisboa, 1834; *Noticia historica sobre a origem da pobreza e da mendicidade; suas causas, progressos e meios que se teem ten-*

tado para reprimir uma, e anniquilar a outra, Lisboa, 1835; *Declaração aos povos e aos soberanos, ou manifesto á nação portugueza*, Lisboa, 1837; *O talisman contra a magica encantadora da agiotagem, ou a exposição dos seus effeitos desastrosos em todos os paizes em que se torna dominante*, Lisboa, 1845.

Henriques Gonzaga *(Augusto José)*. Nasceu em Lisboa a 27 de fevereiro de 1834, sendo filho do antigo empregado publico e da vedoria da Casa Real, tambem chamado Augusto José Henriques Gonzaga. Cursou os estudos do Lyceu Nacional de Lisboa e a Aula do Commercio. Em 1852 começou a exercer o magisterio particular, em collegio de instrucção primaria e secundaria, que estabeleceu, e que passado tempo fechou para se matricular em 1855 no curso de agronomos no Instituto Agricola de Lisboa, sendo logo depois subsidiado em concurso pelo districto de Castello Branco com a prestação mensal de réis 14$400 para estudar o referido curso, que concluiu em julho de 1859. Em 1862 completou tambem no mesmo Instituto o curso de veterinario lavrador, servindo já então o logar de ajudante do professor de desenho, e quando o Instituto se supprimiu em 1865, foi transferido para o de primeiro amanuense do Instituto Geral de Agricultura, conforme a nova denominação que se deu a esse estabelecimento. Com o exercicio d'este cargo accumulava o do magisterio particular de algumas disciplinas secundarias, e o de traductor extraordinario das noticias estrangeiras do *Diario de Lisboa* Desde 1854 tem feito parte de varias associações de melhoramentos sociaes das classes industriosas, desempenhando diversos cargos e commissões. Collaborou no *Archivo rural*, na qualidade de traductor dos jornaes estrangeiros, e accidental em outros jornaes economicos e litterarios, onde publicou, entre outros, uma serie de artigos, *A cultura e industria da seda*, saidos na *Revista agronomica*, desde dezembro de 1864 até junho de 1865; *Vôo artistico*, na *Estrella d'Alva*, n.º 5, de 3 de dezembro de 1860. Traduziu tambem o romance de Alexandre Dumas, *Os tres mosqueteiros*, Lisboa, 1855, 4 tomos. Publicou tambem o seguinte opusculo: *Breve noticia sobre o guano do Peru, e sua applicação a diversas culturas*, 1866.

Henriques Moreira *(José Joaquim)*. General de divisão. N. em 20 de abril de 1820, fal. em janeiro de 1895. Assentou praça aos 15 annos de edade na arma de cavallaria, e foi subindo os respectivos postos, até que em 24 de fevereiro de 1875 teve a promoção de coronel. N'este posto commandou os regimentos de cavallaria n.º 3, 6, 7, e lanceiros n.º 2, sendo promovido em 31 de outubro de 1884 a general de brigada. Foi commandante das guardas municipaes, por morte do general Macedo. Em 26 de março de 1890 subiu ao posto de general de divisão, servindo então como commandante interino na 3.ª divisão, d'onde passou a commandar a divisão de Lisboa, cargo em que falleceu. Era gran-cruz da Ordem de S. Bento de Aviz, cavalleiro da Torre e Espada; e possuia as medalhas de cobre e de prata do valor militar e comportamento exemplar. Pouco tempo antes de fallecer fôra nomeado ajudante de campo honorario de el-rei D. Carlos.

Henriques Nogueira *(José Felix)*. V. *Nogueira (José Felix Henriques)*.

Henriques de Proença *(José)*. Medico. N. em Cascaes em 1816, fal. em Bemfica a 15 de agosto de 1864. Era filho do coronel Joaquim José de Proença. Formou-se em Medicina na Allemanha, na Universidade de Giessen, e dedicando-se á homœopathia passou ao Brazil, e adquiriu o grau de professor homœopathico pela escola do Rio de Janeiro. Em 1847 defendeu these perante essa escola, a qual publicou com o titulo seguinte: *Dissertação inaugural sobre a synthese venerea cancrosa, apresentada á escola homœopathica do Brazil, e sustentada em 25 de junho de 1847*, Rio de Janeiro. Foi no Brazil membro dos institutos homœopathico e hahnemanniano, e seu segundo secretario, membro do instituto episcopal do Rio de Janeiro, um dos mais ardentes propagandistas da homœopathia no Brazil, onde publicou uma *Guia medico cirurgica de homœopathia domestica, colligida dos autores mais modernos*. Foi reimpresso mais tarde em Portugal, no anno de 1861; tem uma estampa anatomica. Veiu para Portugal em 1851, e fundou em Lisboa o primeiro consultorio homœopathico, sendo tambem, em 1860, o fundador do consultorio de homœopathia pura. Era membro da Sociedade Gallicana de Paris, socio de diversas academias litterarias, etc. Falleceu repentinamente, tendo 48 annos de edade.

Henriques Secco *(Antonio Luiz de Sousa)*. Doutor e lente de Direito na Universidade de Coimbra, do conselho de Sua Magestade, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, deputado em diversas legislaturas, etc. N. em Antuzede, nas proximidades de Coimbra, a 22 de janeiro de 1822, e falleceu ha bastantes annos. Era filho de José Henriques Secco de Albuquerque. Doutorou-se a 29 de janeiro de 1843. Escreveu: *Manual historico do Direito Romano, dividido em tres partes*, Lisboa, 1848; *Memoria historica e corographia dos diversos Concelhos do districto administrativo de Coimbra*, Coimbra, 1853; *Mappa do districto administrativo de Coimbra, designando, segundo a ordem alphabetica dos Concelhos, todas as freguezias de que estes se compõem, pela mesma ordem, os oragos das mesmas freguezias, as distancias de cada uma d'estas á cabeça do Concelho, todas as povoações, casas e quintas que lhes pertencem*, etc., Coimbra, 1854; *Novos elogios dos Reis de Portugal, ou principios da Historia Portugueza*, Coimbra, 1856; *As eleições municipaes de Coimbra para o biennio de 1854 e 1855*, Coimbra, 1856.

Henriques de Sequeira *(João)*. Official da secretaria de Estado dos negocios estrangeiros e da guerra, que principiou em 1818 a publicar mensalmente um *Tratado conciso de commercio ou informações importantes para o negociante e especulantes com um diccionario economico de fazendas em onze linguas*. Só chegou a completar o 1.º tomo.

Henriques da Silveira *(Antonio)*. Doutor e lente jubilado na faculdade de Leis da Universidade de Coimbra; desembargador honorario do Paço, socio correspondente da Academia Real das Sciencias, etc. Nasceu em Extremoz nos meados do seculo XVIII, e fal. entre os annos de 1807 e 1812. Escreveu: *Memoria sobre a agricultura e população da provincia do Alemtejo*; inserta no tomo I das *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias*.

Henriques da Silva *(Antonio)*. Doutor e lente de Direito na Universidade de Coimbra, da cadeira de Direito Penal do 5.º anno. N. em Sabugosa a 8 de novembro de 1850, fal. em Coimbra a 10 de maio de 1906. Era filho de Manuel da Silva Fez acto de licenceado a 16 de abril de 1883, defendeu theses a 22 do outubro de 1884, e doutorou se em 1 de novembro seguinte. O seu primeiro despacho para o magisterio foi de 24 de dezembro de 1885. Sendo estudante tomou parte na grande commissão das festas academicas, realisadas em Coimbra, commemorativas do terceiro centenario de Camões, em 1880, festas que ficaram memoraveis. Foi deputado n'uma legislatura, revelando-se um orador fluente. Collaborou na *Folha de Coimbra*, *Folha*, de Vizeu, *Revista de Legislação* e *Estudos juridicos*. Publicou: *Relações da justiça com a utilidade*; dissertação de concurso a uma das substituições vagas da facul dade de Direito na Universidade; *VII Congrés de L'Union de Droit Penal*, *Contravention et delit respost de A. Henriques da Silva, delegué de la Faculté de Droit*, Coimbra, 1897. Era considerado como um dos mais distinctos lentes da sua faculdade.

Henriques Teixeira *(José Bernardino)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. Terminou o curso em 1848, e em 13 de abril de 1850 foi nomeado cirurgião extraordinario do hospital de S. José; cirurgião do banco em 29 de maio de 1860, sendo-lhe em 24 de dezembro de 1864 concedida a exoneração d'este ultimo logar, passando de novo a extraordinario. Foi o primeiro cirurgião que em Portugal usou da anesthesia pela amylena nos operados, 2 de junho de 1857, seguindo para isso a pratica e o processo aconselhado pelo cirurgião portuguez Casado Giraldes, que em Paris descobrira este anesthesico. Começou depois a exercer clinica em Santarem, mas a vista começou a declinar-lhe sensivelmente, vindo fallecer em Lisboa cego de todo em 1882. Escreveu: *Tratamento das perdas do sangue, que se podem seguir ao parto por meio da cravagem do centeio*; *compressão da aorta abdominal feita sobre o ventre, posição conveniente do corpo e fortificantes*, (these), Lisboa, 1848; *Tratamento dos apertos de uretra*, (these de concurso), Lisboa, 1856; *Estatistica do hospital de S. José*, Lisboa, 1863.

Hera. Pequeno reino do districto de Dilly, na provincia dos Bellos, ilha de Timor, Oceania, na região septentrional da ilha, á beira-mar. Comprehende a pequena ilha de Pulo Chamby. ‖ Pov. do reino do mesmo nome, na provincia dos Bellos, ilha de Timor. ‖ Pov. na freg. de S Simão, de Gouveia, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Hera. Reino pertencente á provincia dos Bellos, situado na costa norte da ilha de Timor, na Oceania.

Heraldica. Arte que trata dos brazões de armas, que ensina a conhecel os, a lavral os, etc V. *Brazão (Arte do)*.

Heraldica litteraria. V. *Ex-libris*.

Heras. Pov na freg. de Santa Maria, e conc. de Trancoso, distr. da Guarda.

Herculano *(Alexandre)*. V. *Carvalho e Araujo*.

Herdade. Propriedade rustica, tendo montados, terras de semeadura, casas de habitação, com dependencias para gados, etc.

Herdade. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Autime, conc. de Fate, distr. de Braga. ‖ Santo André, de Lever, conc. da Feira, distr. de Aveiro ‖ S. Mamede, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. ‖ Santa Eulalia, de Oliveira do Douro, conc. de V. N. de Gaia, do mesmo distr. ‖ Santa Maria, de Ribeiros, conc. de Fafe, distr. de Braga. ‖ S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco. ‖ Santo Estevão, de Villa Chã do Marão, conc. de Amarante, distr. do Porto. ‖ O Salvador, de Villa Garcia, do mesmo conc. e distr. ‖ S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco. ‖ Nossa Senhora da Graça, de Moncarapacho, conc. de Olhão, distr. de Faro.

Herdade d'Algeda. Na estrada que segue da mina de cobre da serra da Caveira para a aldeia dos Barros, na provincia do Alemtejo, a uns 200 metros, existe um dolmen grande e bem conservado. Consiste em 8 grandes lagens cravadas verticalmente no solo, e formando um circulo de uns 4 metros de diametro. Proximo da herdade ou monte de Algeda, ha outro dolmen mais pequeno do que o antecedente, e já não tem *mesa* (a pedra que cobre horisontalmente as lagens perpendiculares). Tinha 9 *esteios* ou lagens, mas já lhe falta um; os que existem, em consequencia das excavações que se lhes tem feito, estão deslocados da sua posição primitiva.

Herdade do Almarjão. Pov. na freg. de Nossa Senhora dos Martyres, conc. do Crato, distr. de Portalegre. Tem caixa postal.

Herdade de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S Geraldo, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora

Herdade Grande. Pov. na freg. de S. Bento, de Ameixial, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Herdades. Pov. na freg. de S. Julião, de Calendario. conc. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga.

Herdeiro. Ribeiro do districto de Braga. Junto com o ribeiro de S. Lazaro fórma o rio de Celinho.

Herdeiros. Pov. na freg. de Santa Clara, de Alcaravella, conc. de Sardoal, distr. de Santarem.

Heredia. Appellido de familia muito illustre de Aragão, que passou a Portugal na pessoa de Affonso Heredia, no tempo de D. Affonso V, seguindo o partido da princeza D. Joanna, filha de Henrique IV, de Castella, conhecida na historia pela designação de *Excellente Senhora*. D. Affonso Heredia vivia em Barcellos, onde tem descendentes pela linha de seu filho Diogo Heredia, cavalleiro do habito de Christo, a quem el-rei D. Manuel fez fidalgo de sua casa em 1521. D'este fidalgo tambem procedem os Heredias de Pinhel e das ilhas dos Açôres Tem por armas: Em campo vermelho cinco castellos de prata em santor; timbre, um dos castellos.

Heredia *(Antonio Correia)*. Do conselho de sua magestade, antigo deputado, alto funccionario publico durante muitos annos, escriptor, etc. N. a 2 de março de 1822, e fal ha bastante tempo. Era filho de Francisco Correia Heredia de Aragão e Mello, antigo morgado da Calçada na Ribeira Brava, deputado em varias legislaturas, etc. Antonio Correia Heredia desempenhou muitas commissões importantes. Casou com D. Anna

de Bettencourt de Heredia, filha de João José de Sá Betteucourt, e de sua mulher, D. Eulalia Henriqueta de Sá, proprietarios na ilha da Madeira, e pertencentes á familia do visconde d'Athouguia e do conde de Carvalhal. Foi pae do actual visconde da Ribeira Brava, o sr. Francisco Correia Heredia. (V. *Ribeira Brava)*. Escreveu: *Breves reflexões sobre a abolição dos morgados na Madeira*, Lisboa, 1849; *As Contradições vinculadas, pelo autor das «Breves reflexões»*, etc., Funchal, 1850.

Heredia *(Manuel Godinho)*. Cosmographo do seculo XVII. Até ha poucos annos suppunha-se geralmente que o primeiro navio europeu, que aportara á Australia, fôra um hiate hollandez *Duyfhen* que aportára ali a 18 de novembro de 1605. A gloria principal da exploração era attribuida a Cook ou a Dampier, mas o illustre biographo do infante D. Henrique, o escriptor inglez Richard Henry Major mostra á evidencia, que essa gloria pertence aos portuguezes, porque no museu britannico existe um mappa do seculo XVII em que no sitio onde figura a Australia, apparece uma terra chamada *Nuça Antara*, cujo descobrimento é attribuido ao cosmographo Manuel Heredia, que por ordem do vice-rei Ayres de Saldanha, fôra em 1601 descobrir terra para o sul, e encontrara e explorara esse grande continente. N'um outro mappa mais antigo, que remonta a 1542, apparece tambem vagamente desenhada uma terra apontada com o nome de *Jave la Grande*, situada na longitude e latitude da Australia, deduzindo d'este facto o sabio escriptor inglez que a Australia foi visitada nos primeiros annos do seculo XVI por aquelles portuguezes que Affonso d'Albuquerque mandou a Malaca debaixo das ordens de Antonio de Abreu e Francisco Serrão, para explorarem as ilhas do oceano austral. Visitada então apenas de passagem, foi com mais cuidado reconhecida em 1601 por Manuel Godinho Heredia. Como n'essas epocas começava a sentir-se a nossa decadencia, os hollandezes apoderavam-se das nossas conquistas, o reconhecimento da Australia passou despercebido para a Europa, e foi só quando um hiate hollandez atracou á Australia que se reconheceu definitivamente que mais um grande continente se juntava ao globo conhecido. Não fôram, porém, só os estranhos que desconheceram o reconhecimento da Australia por Heredia, até mesmo os nossos compatriotas parece que ignoravam completamente esse facto, porque Barbosa Machado, na sua *Bibliotheca Lusitana*, vol. III, citando o nome de Heredia, limita-se a mencional-o como cosmographo e mathematico, sendo autor d'um livro que ficou inédito, intitulado: *Historia do martyrio de Luiz Monteiro Coutinho que padeceu por ordem do rei de Achem Raiamancor no anno de 1588*.

Herejes. Tribu ou reino de gentios bauhús, no territorio da prov. da Guiné, Africa Occidental. ‖ Pov. da Senegambia, Africa Occidental, situada nas margens do rio dos Herejes. Além da população gentilica, é povoada de portuguezes descendentes d'outros, que fôram os primeiros a estabelecer-se no rio Gambia.

Hermamar. V *Armamar*.

Hermello. V. *Ermello*.

Hermera. Reino do distr. de Maubara, na prov. dos Bellos, ilha de Timor, Oceania, na região central da provincia. Pertence á prov. de Survião.

Hermingues *(Gonçalo)*. Era filho de Hermingo Gonçalves, e floresceu no reinado de D. Affonso Henriques, em cuja côrte era tido por um dos mais intrepidos e valentes cavalleiros, e um dos melhores poetas do seu tempo, festejando as bellas nos serões, e celebrando as suas graças nas suas poesias; acudindo briosamente a correr lança com os mahometanos, chegou, conforme o uso do tempo, a ser conhecido pela alcunha, de que muito se prezava, de *Traga Moiros*, tanto era o estrago, que tinha feito nos usurpadores da sua patria. Apaixonou-se, no entretanto, por Fatima, donzella de Alcacer do Sal, e de tal maneira que, constando-lhe que os habitantes d'aquella villa costumavam ir na noite de S. João passear no campo com as familias, se reuniu a alguns cavalleiros da sua bandeira, tambem arrojados e destemidos, saiu com elles de Almada, fôram marchando sem rumor ao abrigo da noite, e collocaram se de emboscada nas visinhanças da villa. Apenas começou a romper a manhã, os habitantes que não esperavam taes hospedes, pois estavam em paz com os portuguezes, sairam despercebidos de Alcacer, vestidos de festa, e com canticos e bailes a seu modo se espalharam pelos campos. Apenas appareceu a formosa Fatima, Hermingues e os companheiros cercaram os pobres moiros, ferindo n'elles sem piedade, e emquanto os seus amigos se entregavam a esta, por assim dizer, caçada de homens e não uma verdadeira batalha, Hermingues, investindo impetuoso com o moiro que escoltava Fatima, o deitou por terra com um bote de lança, e arrancando-a da sella, a collocou sobre o arção do seu ginete, e galopou para Almada, onde depois vieram juntar-se os companheiros cobertos de sangue e carregados de despojos. Desde então o terrivel *Traga Moiros* apparecia menos vezes no campo, porque encantado com a sua Ouriana, (nome christão que Fatima tomara), dava mais descanço á espada que á Theorba, em que decantava os louvores á sua bella. Não havia na côrte dama alguma que não invejasse a ventura de Ouriana, nem cavalleiro e cortezão que não invejasse a fortuna de Hermingues. Mas durou pouco a vida deleitosa dos dois amantes, porque a morte veiu arrebatar a bella moira tornada christã. Hermingues lamentou por algum tempo em seus versos a perda d'aquella que era o seu idolo, e por fim, fugindo do mundo e dos amigos, fundou uma hermitagem onde veiu a morrer, vestindo o habito da ordem de S. Bernardo.

Herminio *(Celso)*. V. *Freitas Carneiro (Celso Herminio)*.

Herminio Maior. V. *Estrella (Serra da)*.

Herminio Menor. V. *Aramenha e Marvão*.

Hermitagio. Ermida, santuario, capella ou casa de oração, fundada em *êrmo* e solitario. Em 1285 emprazou o mosteiro do Vairão certos casaes e a *hermida ou hermitagio* de Santa Maria Magdalena «*que est in Castro de Boi*» No bispado de Castello Branco foi celebre o *hermitagio* de S. Pedro; de Villa Corea (quando ainda era bispado da Guarda). Em 1388 emprazaram os conegos da Guarda *todos os direitos* que ao cabido pertenciam, do dito *hermitagio*, e em 1545, D. Luiz, bispo da Guarda, e o seu cabido, arrendaram a Gonçalo Affonso, conego da Guarda. o

mesmo *hermitagio, vinhas, hulivaes, figueirêdos, terras, chãos, casas, hortas e todalas outras cousas com foro e pensom annual de 3 arrobas de cêra bôa e recebonda* (de receber) *36 alqueires de bôos e recebondos figos passados, pelo pêso e medida d'esta cidad* (Guarda), *e 18 libras de moeda antiga.* Em 1483 emprazou a camara de Coimbra o *hermitagio* de Santa Comba, com sua *clasta*, casas e oliveiras, etc.

Hervas Tenras. V. *Ervas Tenras.*

Hinga. Reino de gentios da Africa Occidental, limitado ao N pelo rio Cuneue, a E pelas regiões bellicosas dos Cuamatas, e do S por uma linha imaginaria que, partindo da catarata de Godins, segue até ao Cubango. Um dos sitios mais pittorescos do paiz é a montanha do Mupaka, que dista uma legua a O da embala, e poderá ter acima do nivel do Cunene uns 15 metros. E' toda formada de calcareo. Uma outra montanha é a do Compheti, situada no Okpfikiro; estende-se á distancia d'uns 700 metros ao longo do rio Cunene, e é formada por dois picos: um tem perto de 50 metros d'altura e o outro não vae além de 30. E' constituida de grés quartzoso e de calhaus roliços. A riqueza dos seus flancos, admiravelmente revestidos de lindas arvores, a proximidade do rio, a abundancia da caça, e a qualidade dos terrenos, são condições especiaes e vantajosas para ali se estabelecer uma missão. Ao N a vista estende-se sem obstaculo por um immenso oceano de verdura; ao S pelas florestas da Hinga; a E admira-se o curso sinuoso do grande Cunene, de mais de 100 k., e a O deparam se os picos agudos das montanhas do Tyiabikua. A vegetação na Hinga é abundante, predominando a palmeira *(hyphœne guinensis)*, o omuytyati, o omunyandi, o bao-bab e o espinheiro. No S ha poças que nunca seccam. Cultiva-se com profusão a massambala, o feijão mekunde e a onyenga.

Hintze Ribeiro *(Ernesto Rodolpho).* V. *Ribeiro (Ernesto Rodolpho Hintze).*

Hippopotamo. Pequeno rio ou esteiro do concelho de Bissau, na provincia da Guiné, Africa Occidental.

Hirunto. Prazo do districto de Sofala na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Formava um grande Estado antes de ser incorporado na corôa portugueza.

Hissorsim. Pov. do distr. e com. de Salsete, arceb. de Gôa, India.

Historia Portugueza *(Academia Real da).* V. *Academia*, a pag. 41 do vol. 1.

Hivire. Prazo do distr. de Tete, na provincia de Moçambique, Africa Oriental. Fazia parte dos bens que fôram confiscados á extincta Companhia de Jesus.

Hjan. Territorio de gentios do districto de Inhambane, na provincia de Moçambique, Africa Oriental.

Holbeche. Familia ingleza a que pertencia Francisco Holbeche, que em 1645 veiu para Portugal. Tem por armas: Em campo verde cinco vieiras de prata em santor; timbre, uma banda verde volante com as cinco vieiras do escudo.

Holbeche *(Duarte Alexandre).* Fidalgo da Casa Real, por alvará de 10 de setembro de 1738, desembargador da Casa da Supplicação, etc. Foi natural de Lisboa, e falleceu entre os annos de 1786 e 1788. Escreveu: *Elogio de Maximiliano de Bethune, duque de Sully, Vedor da Fazenda Real, e Ministro de Henrique IV de França, por Mr. Thomaz; traduzido das obras do mesmo autor*; Lisboa, 1769; sem o seu nome. Julga-se que sejam suas as duas seguintes traducções, que sairam tambem anonymas: *Elogio de Luis, Delphim de França*, por Thomaz, Lisboa, 1766; *Elogio historico de Benedicto XIV*, por Caraccioli, Lisboa, 1769.

Holbeche *(João Ignacio).* Juiz no Supremo Tribunal de Justiça, aposentado. Nasceu em Lisboa, em 1824, onde tambem falleceu em janeiro de 1902. Formou-se muito novo em Direito na Universidade de Coimbra, pois contava apenas 22 annos de edade. Pouco tempo depois foi despachado como agente do ministerio publico para a comarca de Moura. Revelando-se logo um homem de justiça recta, foi promovido a juiz por distincção, como recompensa de ter julgado um processo de moeda falsa, em que se encontravam envolvidas algumas pessoas importantes. Foi juiz nas seguintes comarcas: Almeida, Leiria, Braga, Guimarães, Ribeira Grande, Angra do Heroismo e Lisboa, na 6.ª vara. Pela relação dos Açôres entrou na de Lisboa, de que teve a presidencia. A sua grande rectidão profissional patenteada nas sentenças de juiz, passou a dar-lho a maior autoridade nos accordãos. Foi o juiz mais novo que entrou no Supremo Tribunal pela carreira judicial do continente. Exerceu tambem o cargo de presidente do Tribunal do Commercio de Lisboa. Dedicando-se á politica, foi par electivo em todas as legislaturas, em que por eleição se entrava na segunda casa do parlamento. Dos pares do reino electivos era o mais antigo. Desprendido de ostentações, recusou sempre qualquer condecoração que lhe foi offerecida; apenas acceitou a commenda da ordem de Carlos III, de Hespanha. Quando falleceu, havia um anno que estava aposentado.

Hollanda. Familia procedente de Jacobo de Hollanda, que veiu para Portugal no tempo de el-rei D. Manuel. As suas armas são: Escudo partido em pala: a primeira de ouro com as letras IH, negras, postas em roquete; a segunda de prata com quatro aspas vermelhas e uma brica verde e n'ella um cysne de prata, elmo de prata aberto guarnecido de ouro, paquife de ouro, prata, preto e vermelho; e por timbre, o cysne.

Hollanda *(Antonio).* Illuminador que floresceu nos reinados de D. Manuel e de D. João III. No *Dictionnaire* do conde Raczynski, já por tantas vezes citado, a pag. 134, lê-se: «N'um exemplar de Vasari, edição de Florença de 1568, que pertenceu a seu filho Francisco de Hollanda, e que se encontra hoje ainda na Bibliotheca Publica de Lisboa, pag. 83, artigo da vida de Raphael d'Urbino, quando faz menção dos ricos tapetes dos Gobelinos que o papa Leão X encommendou em Flandres segundo os desenhos de Raphael, e pelo preço de 70.000 escudos, lês-e á margem, e da propria mão de Francisco de Hollanda, a seguinte nota: «Bolonha foi a Flandres, fazer executar estes tapetes segundo os desenhos de meu pae Antonio de Hollanda, com o qual se encontrou em concorrencia relativamente a esta encommenda. *(Esta tapeçaria foi o Bolonha fazer quando competio com o desenho de meu pae Antonio de Hollanda.)*» Mais adeante, no começo da vida de Giov. Francesco *(il fattore)*, pag. 145, se

encontra tambem esta nota: «Este chamava-se Bolonha, e voltara a Flandres afim de fazer confeccionar os tapetes do papa Leão X, segundo os desenhos de Raphael e os seus, e tendo visto os desenhos de meu pae, que o infante D. Fernando mandara então illuminar por Simão de Bruges, fez outros em concorrencia com este, mas Simão escolheu os de meu pae, e os illuminou perfeitamente.» No referido *Dictionnaire* tambem se lê que no Archivo Real existe um documento, datado de Lisboa, 5 de março de 1527, em que D. João III lhe concede uma pensão anuual de 10$000 réis, em attenção aos serviços prestados por Antonio de Hollanda, e aos que poderia ainda prestar, para ser paga do seu thesouro, desde o primeiro de janeiro do referido anno No livro das contas dos trabalhos do convento de Thomar de 1534 a 1539, encontramse notas de pagamentos de diversos trabalhos de Antonio de Hollanda. Segundo parece, veiu depois para Portugal, mas esteve tambem em Toledo, onde fez o retrato de Carlos V. Diz seu filho, Francisco de Hollanda, que o imperador preferia o retrato feito por seu pae, ao retrato feito por Ticiano, e mostrara ardentes desejos para que Antonio de Hollanda ficasse vivendo em Hespanha, mas que seu pae não quizera abandonar Portugal. Antonio de Hollanda fez o desenho do sceptro de ouro que D. João III mandou fazer com o ouro proveniente de uma mina recentemente descoberta. Foi o primeiro que em Portugal illuminou de branco e preto sobre pergaminho com toques de ouro moido. Francisco de Hollanda tambem diz, que seu pae foi o primeiro que encontrou e fez conhecer em Portugal uma fórma suave de pintar em preto e branco, superior a todos os processos conhecidos nos outros paizes. Quando trabalhava para o convento de Thomar, residia em Evora, d'onde não podia sair ou pela sua avançada edade, pelo seu mau estado de saude, ou por ter n'essa cidade trabalhos mais importantes; os livros eram-lhe enviados de Thomar para Evora, afim d'elle ali os illuminar. Não se conhece ao certo a data da sua morte, mas calcula-se que fôsse depois de 1549. Deixou tres filhos: Miguel de Hollanda, fidalgo escudeiro da Casa Real e thesoureiro em Gôa, em que foi provido a 12 de novembro de 1542, em recompensa de serviços prestados á rainha D. Catharina; João Homem de Hollauda, juiz de fóra d'Obidos, e depois provedor em Santarem; Francisco de Hollanda, o celebre pintor e illuminador.

Hollanda *(Francisco de)*. Architecto civil e militar, desenhador, illuminador, pintor e escriptor. N. em Lisboa em 1517, fal. a 19 de julho de 1584. Era filho de Antonio de Hollanda (V. *o artigo antecedente)*. Aos 14 annos foi nomeado moço da camara do infante D. Affonso, sendo depois empregado no serviço do infante D. Fernando, ambos filhos d'el-rei D. Manuel. Dedicou-se á pintura como seu pae, que não quiz contrariar-lhe a vocação. Não teve mestre de pintura, como elle proprio confessa no seu *Tratado da Pintura Antiga*, livro 1.º Depois dos primeiros estudos, entregou-se á sua natural disposição, como por gosto, e taes progressos fez que alcançou a gloria de ser o primeiro, em Portugal, que desenhou á penna sem perfil. Estando em Evora achou a illuminação por pontos, e miniou com pontos de branco e preto uma Saudação de Nossa Senhora, e a Descida do Espirito Santo sobre os apostolos para um breviario d'el-rei D. João III. No *Tratado de Pintura Antiga*, a que já nos referimos, diz elle: «Eu achei por mim mesmo aquella maneira de illuminar de athomos e de nevoa, que fazia D. Julio em Roma, que logo a meu pae pareceu muito bem, o qual tambem a tinha começado a achar, e indo eu a Roma, como digo, achei que sómente D. Julio lavrava d'aquella maneira, que eu em Portugal tinha achado, o que me mais espantou foi dizer-me que quasi no proprio tempo, que eu em Evora tinha achado a tal maneira de perfeição em tecedura dos athomos, que n'aquelle mesmo tempo o tinha elle achado novamente em Roma, quinhentas legoas de Evora.» D. João III mandou-o estudar em Italia, fornecendo-lhe os meios precisos para viver n'esse grande centro d'arte. Dizem que n'essa viagem tambem o auxiliaram os infantes D. Affonso e D. Henrique. Atravessou a Hespanha, e foi recebido pelo imperador Carlos V, que conservava excellentes recordações de seu pae, e seguiu para Roma, onde Paulo III lhe administrou a communhão na egreja de S. Pedro e S Paulo, em domingo de Paschoa de 1539, na presença de todos os cardeaes e da côrte, com os embaixadores dos reis christãos e alguns senhores romanos. Tratou em Roma com os homens mais eminentes na pratica de bellas artes, especialmente Miguel Angelo, cuja amizade grangeou por intervenção do secretario do papa, monsenhor Blosio. Esteve depois em outras cidades de Italia, França e Hespanha. Desenhou as obras mais eminentes que viu nas terras que visitou. Francisco de Hollanda conta que copiou em Roma, para a rainha de Portugal, um quadro do Salvador, apezar de não ter aprendido pintura, como elle confessa no seu *Tratado*. Além d'isso, tirou retratos perfeitamente illuminados de Miguel Angelo e do papa, desenhou os mais bellos monumentos de Roma, bem como fez desenhos de estatuas antigas, etc., vistas de Roma, de Veneza, de Narbonne, etc. Estes desenhos que revelam um grande talento, fórmam um livro, que dizem ser admiravel e existir ainda na Bibliotheca do Escurial Francisco de Hollanda regressou á sua patria, depois d'uma viagem em que se não sabe bem ao certo o tempo que gastou; comtudo, não seria menos de nove ou dez annos, porque no de 1539 estava em Roma, conforme o que elle diz no *Dialogo do tirar pelo natural*, e no anno de 1548 compoz o *Tratado da Pintura Antiga*, em que diz ter recolhido pouco antes a Portugal. Foi então encarregado de illuminar os grandes livros de canto-chão, manuscriptos em pergaminho, do côro do convento de Christo, de Thomar, assim como os do coro do mosteiro de Belem. D'estes livros do côro de Belem, conta o abbade de Castro que não resta um só inteiro, porque os alumnos da Casa Pia, que se estabeleceu ali a 28 de dezembro de 1833, tomaram a liberdade de lhes cortar as ricas illuminações, e de rasgarem as folhas para fazerem chapéos armados, talabartes, correias, etc., de brincadeira. Parece incrivel, mas aconteceu, como se lê na *Noticia Historica e descriptiva do Mosteiro de Belem*, pag. 32. Tambem tirou o retrato á princeza D. Maria, irmã de D. João III. O jurisconsulto Manuel da Costa fez uns epigrammas em

louvor d'este retrato, que se imprimiram com outras poesias, em Coimbra, 1552, e de que se fez segunda edição em Salamanca, 1582. Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, tomo II, pag. 215, diz que do *pincel de Francisco de Hollanda se conservam muitos quadros n'este reino*. A este respeito observa o abbade de Castro, «que se não sabe onde existam esses quadros, e talvez os consumisse o terremoto e o incendio do 1.º de novembro de 1755, ou estejam em paizes estrangeiros, para onde tem passado muito boas pinturas, que havia em Portugal. Só sabemos de um, por constar de uma verba de testamento com que falleceu D. Fernando Alvares de Castro. feito em Lisboa a 4 de março de 1632, antes de professar a regra de S. Domingos no convento que esta ordem tinha em Bemfica, onde se diz o seguinte, relativamente ás pinturas que deixava a seu sobrinho, D. Manuel de Castro, filho de D. Alvaro Fernandes de Castro: *outro quadro do baptismo de S. Agostinho, original de Hollanda, de quatro palmos de comprido e dois de alto*. Este quadro existe hoje em poder do actual senhor da casa do famoso D. João de Castro, 4.º viso-rei da India, o ex.mo Antonio de Saldanha Albuquerque Castro Ribafria, onde o vimos, como outros, pertencentes á mesma herança, que escaparam ao terremoto de 1755, por estarem na quinta da Penha Verde, em Cintra» Relação das suas obras, que nunca se publicaram: *Tratado da Pintura Antiga*, dividido em dois livros; começa o 1.º por uma dedicatoria a D. João III, e é dividido em 44 capitulos, dos quaes o ultimo tem o titulo: *De todos os generos e modos de pintar*; no fim ha uma taboada de preceitos da pintura; o 2.º livro começa tambem por um prologo dirigido a D. João III; é escripto em estylo de dialogo, dividido em 4 partes, e se representa ser passado em Roma; no fim do dito dialogo diz ser o primeiro, que em Hespanha se escrevera da pintura; foi escripto em 1548, segundo o autor declara. A Academia Real das Sciencias possue este manuscripto e parece que pensou em publical-o, incumbindo d'este trabalho o marquez de Sousa Holstein, mas não chegou a realisar-se pela morte do illustre fidalgo. Outra obra é: *Dialogo sobre o tirar pelo Natural*, tido na cidade do Porto entre elle e Braz Pereira, fidalgo muito prendado, tendo grande genio para a pintura e architectura; foi composto em 1549; começa por um retrato de Paulo III e outro de Miguel Angelo, ambos illuminados, n'elles se vêem tambem perfeitamente debuxadas os melhores pedaços das antiguidades de Roma, as vistas de Veneza e de Napoles desenhadas com egual perfeição, alguns sepulchros da Via Appia, o amphitheatro de Narbona, muitos debuxos de mosaicos, de estatuas, etc.; o original d'esta obra estava na livraria do real mosteiro de S. Lourenço do Escurial, e é a mesma que já citámos; *Louvores eternos*, esta obra era dedicada ao seu anjo da guarda, e acabou a a 22 de novembro de 1569; *Amor da Aurora; Idades do homem*; estas duas devotas considerações são adornadas com primorosos illuminados; *Fabrica que fallece á Cidade de Lisboa*, pequeno opusculo dirigido a el-rei D. Sebastião em 1570; tem 12 capitulos com 27 desenhos, a saber: da topographia da cidade de Lisboa; de uma ponte para se fazer no rio do logar de Sacavem; de outra em a villa de Santarem; outra na de Abrantes; do prospecto de um palacio para o mesmo rei no valle de Xabregas; do retabulo d'uma capella, que aconselhava se fizesse no paço, no mesmo logar onde commetteu o desacato um inglez, da seita de Martim Luthero, na presença de D. João III, em 11 de dezembro de 1555; de duas custodias, etc. A ultima obra que escreveu foi, um anno antes da sua morte, em 1573, intitulada de *Christo Homem*. Sobre Francisco Hollanda tem-se escripto muito; mencionaremos as seguintes obras: *Dictionnaire historico-artistique du Portugal*, do conde A. Raczynski, pag. 136 a 157; *Vida de Francisco de Hollanda*, pelo abbade de Castro; *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, tomo II, pag. 215; *Mappa de Portugal*, de João Baptista de Castro, tomo I, pag. 102, edição de 1762; *Memorias da Litteratura Portugueza*, publicadas pela Academia Real das Sciencias, tomo III, pag. 42; *Regras da arte de pintura*, por José da Cunha Taborda, pag. 176; *Collecção de memorias relativas ás vidas dos pintores, esculptores, architectos e gravadores portuguezes e estrangeiros, que estiveram em Portugal*, por Cyrillo Wolkmar Machado, pag. 61; *Bibliotheca Nova*, de Nicolau Antonio, edição de Bayer; *Discurso sobre la educacion popular de los artesanos y su fomento*, de D. Pedro Roiz de Campomances, pag. 99; *Viage de España*, etc., de D. Antonio Ponz, tomo II, carta 5.ª, n.º 9; *Discrizione odeporica della Spagna, del Curioso Viaggitore Don Antonio Conca*, tomo III, pag. 139; *Diccionario Historico de los illustres professores de las Bellas Artes en España*, de D. Juan Agustin Cean Bermudez, publicado pela Real Academia de S. Fernando, de Madrid, 1800; etc. Francisco de Hollanda era casado com D. Luiza da Cunha Sequeira.

Holtreman *(Antonio Maria Ribeiro da Costa)*. Bacharel formado em Leis e em Canones pela Universidade de Coimbra, advogado que se tornou muito notavel, vice presidente da Associação dos Advogados, grande proprietario, etc. N. em Lisboa a 18 de agosto de 1812, onde tambem fal. a 12 de abril de 1890. Era filho de D. Narcisa Perpetua de Oliveira Seabra, e de Manuel Ribeiro Holtreman, proprietario, escrivão dos orphãos da repartição do termo da cidade de Lisboa, e cavalleiro professo na ordem de S. Thiago da Espada. Completou os preparatorios em Coimbra em 1826, contando apenas 14 annos, edade em que lhe não era ainda permittido matricular-se na Universidade, como desejava, na faculdade de Leis e Canones. Veiu então para Lisboa, onde viviam seus paes, e frequentou em 1826 e 1827 o primeiro anno da Academia de Marinha e o curso de Physica e Chimica, que Mousinho d'Albuquerque regia no edificio da Moeda. Matriculou-se no primeiro anno de Philosophia na Universidade, 1827-1828, e fez acto em 1829, sendo approvado *nemine discrepante*. Fechada a Universidade durante 1828 1829, voltou a Lisboa e cursou o primeiro anno da Escola Medica; quando se reabriu, foi matricular-se no primeiro anno de Canones e Leis, 1829 1830, seguindo o segundo anno, 1830 1831. Tornando a fechar-se a Universidade, retirou-se para a sua quinta em Santo Quintino, no concelho de Sobral de Monte Agraço, e ali se conservou até 1833. Em 1831 casou com D. Marianna da Piedade Holtreman, de quem teve dois filhos, que

morreram creanças, e de quem enviuvou em 1834. Animado pelas idéas liberaes, em que fôra educado desde a iufancia, não pôde fugir á tentação de tomar parte nas luctas da liberdade, enthusiasmando-se com o triumpho constitucional de 24 de julho de 1833, e na noite d'esse mesmo dia partiu para Lisboa onde chegou a 25, correndo logo a alistar-se provisoriamente no batalhão do commercio, e pouco depois definitivamente, no batalhão academico, onde se conservou militando valorosamente até á convenção de Evora Monte, assignada em 26 de maio de 1834, que terminou a campanha, sendo n'essa occasião tambem extincto o batalhão academico. Desde os fins de 1833 até principios de 1834, exercera interinamente o officio de contador dos orphãos de Lisboa. Reabrindo a Universidade n'esse mesmo anno de 1834, voltou a matricular-se, frequentando a faculdade de Leis e Canones, sempre estudante distincto, vindo a formar-se em outubro de 1836. Poucos mezes antes da formatura, em julho, passou a segundas nupcias, na capella do Seminario de Coimbra, com D. Libania Augusta das Neves e Mello Holtreman, filha do commendador Dr. Antonio José das Neves e Mello, lente de Philosophia na Universidade, e de sua mulher, D. Maria Izabel de Lima Neves e Mello. Em seguida á formatura voltou para Lisboa, viu com prazer vencida a contra revolução, que ficou conhecida pela *Belemzada*, em novembro do referido anno de 1836, e triumphante a revolução de setembro, a favor da qual se manifestara, o que lhe grangeou, sem pedil-o nem empenho o offerecimento espontaneo, por parte do ministerio Manuel da Silva Passos, do logar de secretario geral do governo civil de Santarem, em 7 de novembro de 1836. Durante mezes successivos serviu como governador civil interino, até que em setembro de 1838 pediu a sua exoneração, que lhe foi concedida. Dedicou-se então á advocacia, e estabeleceu banca em Santarem no mez de outubro seguinte, conservando se ali até maio de 1841, transferindo em junho para Lisboa a sua banca de advogado onde continuou exercendo a advocacia até ao dia do seu fallecimento. Estando em Santarem já por muitas vezes viera á capital allegar oralmente nos tribunaes superiores os processos de que tratara em primeira instancia. O dr. Holtreman grangeou a maior fama como advogado. Do *Elogio historico* pronunciado pelo sr. conselheiro dr. Veiga Beirão na sessão solemne realisada na Associação dos Advogados em 17 de novembro de 1890, transcrevemos o seguinte, de pag. 91 e 92 : «Aos dotes naturaes, que n'elle esplendiam, juntava conhecimento profundo do nosso antigo direito e rara sciencia do processo. Sabia a origem de todas as nossas leis e d'esse elemento de interpretação usava a miudo e não sempre sem excesso. Possuindo todos os segredos do fôro eram tantos os expedientes que lhe acudiam para, consoante o caso, vencer ou levantar difficuldades praticas que por vezes chegava a parecer mais habil que profundo. Ninguem como elle via uns autos. Era um verdadeiro benedictino a que não escapava a mais insignificante minucia. Sustentando o direito do cliente accumulava todas quantas razões a sua vasta illustração juridica e a sua larga experiencia forense lhe suggeriam. Arguido mais d'uma vez de recorrer ainda a argumentos somenos em defeza d'uma these já aliás demonstrada, desculpava essa exuberancia de comprovação observando *que sempre era bom allegar tudo, pois podia acontecer que razões ao parecer fracas fôssem as que viessem a mover o animo do julgador.*» De sociedade com o seu collega, o dr. Antonio Gil, tomou ao dr. Francisco Ignacio Pinheiro a propriedade da *Gazeta dos Tribunaes*, importante revista juridica que este fundara em 1841, saindo o 1.º numero da nova empresa, n.º 116 da *Gozeta*, a 2 de julho de 1842, e desde então os dois illustres advogados e escriptores mantiveram essa revista pelo espaço de 30 annos, até 31 de março de 1872. Em 1841 inscrevera-se na Associação dos Advogados, de que foi por muitos annos vice-presidente, até á data do seu fallecimento. No periodo de 1841 a 1844, por causa da guerra civil, o governo per-

Antonio Maria Ribeiro da Costa Holtreman

seguia a imprensa que lhe era contraria, e o dr. Holtreman, reconhecido *liberal desde a mais tenra edade*, como elle confessava, tornou-se um estrenuo defensor dos jornaes da opposição accusados de abusos de liberdade de imprensa, de que lhe resultou ser preso em 1844 á ordem do ministerio Costa Cabral, sendo encerrado no Limoeiro, passando depois para bordo do cutter *Andorinha*, e conduzido ao castello do Pico, do Funchal, d'onde voltou a 3 de junho do mesmo anno. Entregando-se á politica, como setembrista, partido em que sempre militara, foi eleito deputado por Alemquer, nas eleições geraes que seguiram á revolução de 1851, que fez cair o ministerio Costa Cabral. No parlamento foi um orador fluente e energico, intransigente e incançavel, tratando das mais graves questões governativas. Tomou a iniciativa de varios e importantes projectos de

lei, acompanhando-os sempre de notaveis relatorios Foi deputado pouco tempo, porque a camara ficou dissolvida por decreto de 24 de julho de 1852. O dr. Holtreman abandonou a politica definitivamente em 1856. Era o advogado das casas mais importantes da nossa aristocracia, como a dos duques de Palmella, de Lafões, etc Foi o representante da sr.ª condessa d'Edla no inventario d'el rei D. Fernando. Nos muitos serviços prestados pelo distincto advogado, deve notar-se o seu valioso auxilio na elaboração do moderno Codigo Commercial. A sua morte foi muito sentida. No dia 17 de novembro de 1890 realisou-se na Associação dos Advogados de Lisboa uma sessão solemne, em que pronunciaram *Elogios historicos* os srs. doutores, conselheiro Veiga Beirão e M V. Armelim Junior. No Elogio do sr. dr. Armelim vem a bibliographia do dr. Holtreman, que é muito importante, composta de aggravos, recursos, appellações, revistas, e outros trabalhos juridicos. Na *Gazeta dos Tribunaes*, *Revista Universal* e em outros jornaes, se encontram tambem muitos dos seus valiosos escriptos. Do segundo matrimonio, do dr. Holtreman, houve entre outros filhos, o actual visconde d'Alvalade, o bem conhecido advogado sr. dr. Alfredo Augusto das Neves Holtreman. (V. *Alvalade*, n.º 1 volume do *Portugal*, pag. 350, e nas rectificações, pag. 954), e o dr. Amandio Holtreman, que foi medico distincto e do hospital de S. José e da Santa Casa da Misericordia de Lisboa, que falleceu a 28 de dezembro de 1876; D. Narcisa A das Neves Holtreman, que casou com João Manuel do Rego Botelho de Faria, que deixou dois filhos: o actual conde do Rego Botelho, casado com a filha do fallecido conde de Sieuve de Menezes, fidalgo da ilha Terceira; e João Maria Holtreman do Rego Botelho de Faria, chimico-chefe do Laboratorio de Hygiene, casado com D. Emma Degyeller do Rego Botelho.

Hombe. Pov. do concelho de Ambriz, no districto e com. de Loanda, prov. e bisp. de Angola. Está situada na estrada que vae de Ambriz ao Bembe, e a O de Quiballa.

Hombres. Pov. na freg. de S. Pedro d'Alva, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Homem. Esta familia é um ramo dos Pereiras, que procede de D. Pedro Peres Pereira, irmão do conde D. Gonçalo Pereira. Aquelle fidalgo, sendo ainda novo, mostrou em certa occasião contra os moiros grande valor, defendendo se com uma acha d'armas. alabarda ou montante. D. Sancho II, em cujo tempo se deu este facto, disse que D Pedro não era rapaz, era homem, e d'ali veiu esse fidalgo tomar o appellido de homem, que depois passou aos seus descendentes, e adoptar novas armas, pondo em campo azul seis crescentes de ouro em duas palas, e por timbre um leão armado de ouro com uma alabarda nas garras, cabo de ouro e o ferro de sua côr.

Homem *(Antonio)*. Conhecido pela antonomasia de *Præceptor infelix*. Doutor em Canones e lente de prima na Universidade de Coimbra, conego doutoral da sé d'esta cidade, d'onde era natural, sendo baptisado a (de julho de 1564 na egreja do S. João de Santa Cruz; foi queimado, victima da Inquisição, n'um auto da fé, a 5 de maio de 1624. Era filho do christão novo Jorge Vaz Brandão, almoxarife em Coimbra, e juiz das jugadas dos direitos reaes, e de sua mulher, Izabel Nunes. O fallecido dr. Antonio José Teixeira, no seu importante e curioso livro intitulado *Antonio Homem*, publicado em Coimbra, 1895, a pag. 32, diz que o *Præceptor infelix* não tinha o appellido de *Leitão*, conforme suppozeram alguns, e designadamente Francisco Freire de Mello, na *Representação ás côrtes e invectiva contra a Inquisição*, publicada em 1821, e que a confusão provém de ter existido em Coimbra, pelos annos de 1656 a 1659, Antonio Leitão Homem, natural de Bragança, deputado do Santo Officio da referida cidade, desembargador do Paço, e tambem lente de Prima, de Canones, na Universidade e conego da mesma sé, fallecido em 4 de novembro de 1659. Aprendeu latim com os padres da Companhia de Jesus, e entrando na Universidade concluiu os seus estudos na faculdade de Canones em 1584, e logo aos 24 annos de edade fez opposição a uma cadeira, que não levou, ficando todavia immediato em votos. Em 1592, a 2 de fevereiro, ganhou por opposição em concurso uma cathedrilha, e segunda vez a 13 de fevereiro de 1595; a cadeira de *Clementinas* a 2 de fevereiro de 1597; a de *Decreto* a 6 de maio de 1603; a de *Vespera*, por carta régia de 16 de dezembro de 1609, de que tomou posse a 18 de fevereiro de 1610; e a de *Prima*, por carta régia de 7 de outubro de 1614, tomando posse a 28 de novembro seguinte. Vagára na sé de Coimbra uma conezia canonistal do indulto de Paulo III, e o dr. Antonio Homem requereu que se não declarasse nas férias a vaga, a que pretendia oppôr-se; o rei mandou informar a Mesa da Consciencia e Ordens, em 15 de agosto de 1609 Concorreram, além do dr. Antonio Homem, o dr. Francisco de Menezes, collegial do collegio de S. Pedro, e o *Præceptor infelix* foi provido na cadeira doutoral, de que tomou posse a 12 de junho de 1610. Este D. Francisco de Menezes tornou-se um encarniçado inimigo do dr. Antonio Homem, e accusou-o de judaismo, fazendo com que se procedesse a uma devassa em 1616, a qual foi feita pelo bispo de Lamego, D. Martim Affonso Mexia, e a que o dr. Antonio Homem respondeu em sua defeza a todos os artigos da accusação, sendo comtudo condemnado a pagar 100$000 réis, applicados á Universidade para ajuda dos gastos e despezas que tem feito e se fizeram n'esta visita. Em 1619 procedeu se a nova devassa, dirigida por D. Francisco de Menezes, que tomara posse do logar de reformador da Universidade a 18 de fevereiro d'esse anno. Estavam presos na inquisição de Coimbra os christãos novos André Nudes de Pina, Diogo Lopes de Sequeira, e Thomé Vaz, advogado no Porto, todos parentes do dr. Antonio Homem; os dois primeiros por serem segundos primos, e o terceiro por ser primo co-irmão do pae do *Præceptor infelix*. Em 17 de setembro de 1619, estando já na sala dos tormentos André Nunes de Pina confessou que haveria seis ou sete annos fôra a casa do seu parente dr. Antonio Homem, e lá encontrára Matheus Lopes, conego da sé, e tambem seu parente, e que todos tres se declararam pela lei de Moysés, na qual esperavam salvar-se. A 19 do referido mez e anno ratificou o seu juramento. No dia 20 Diogo Lopes de Sequeira jurou que, indo a casa do seu segundo primo o dr. Antonio Homem, lhe ouvira dizer

muito encolerisado, que elle era o mais mofino judeu, que tinha a lei de Moysés. A 21 do mesmo mez e anno, Thomé Vaz confessou que indo Antonio Homem ao Porto, haveria oito para nove annos, se declarara com elle por judeu. Em vista d'estes testemunhos, o promotor da Inquisição apresentou um requerimento para que o accusado recolhesse aos carceres do Santo Officio, com sequestro dos seus bens. A's 4 horas da tarde de 24 de novembro de 1619 foi preso o *Præceptor infelix*, pelos quadrilheiros da inquisição de Coimbra, sendo depois transportado para a de Lisboa onde deu entrada no dia 18 de dezembro seguinte. Os processos do dr. Antonio Homem são muito volumosos. diz o dr. Antonio José Teixeira no seu livro, e descreve-os minuciosamente. No mesmo livro vem a relação de todos os bens que lhe fôram confiscados. A sentença da inquisição de Lisboa contra o *doctor* ou *Præceptor infelix*, condemnou-o a ser relaxado á justiça, sendo queimado na Ribeira de Lisboa, no auto da fé, que se realisou na referida data de 5 de maio de 1624. Prégou o sermão o padre mestre Antonio de Sousa, da ordem dos prégadores e deputado do Santo Officio. Este sermão tambem vem transcripto no livro do dr. Antonio José Teixeira, já citado.

Homem *(Fernando Soares)*. Humanista, natural de Villa Viçosa, que viveu no seculo XVI. Compoz um *Livro de Grammatica*, escripto em latim, de que se fizeram duas edições.

Homem *(Francisco)*. Poeta, de que se encontram algumas producções no *Cancioneiro* de Garcia de Rezende, a pag. 150, 180, 196 e 197. Era filho de Pedro Homem, estribeiro-mór d'el-rei D. Manuel.

Homem *(Francisco de Barros Moraes Araujo Teixeira)*. Official do exercito, ajudante do regimento chamado de Lencastre, brigadeiro, sendo em 1786 nomeado governador da provincia de Santa Catharina, no Brazil, onde prestou muitos serviços. e se tornou estimado pela sua justiça e moderação. Levantou a provincia das ruinas em que a deixára a guerra antecedente, fundou o hospital da Misericordia, animou e desenvolveu o commercio. Regressou a Portugal em 1790, e falleceu em Chaves nos fins de 1791 ou principios de 1792. Escreveu: *Breve instrucção militar sobre a infantaria*, Lisboa, 1761; 2 tomos com estampas; reimprimiu-se em 1816. *A Gazeta Litteraria*, de fevereiro de 1762, consagra-lhe um artigo.

Homem *(Francisco Rebello)*. Desembargador e vereador do senado da camara de Lisboa, em 1640. Foi elle o encarregado de recitar em nome da cidade de Lisboa a oração congratulatoria, quando D. João IV foi á sé depois da revolução de 1 de dezembro. Esta oração acha-se impressa no *Auto do levantamento e juramento* do mesmo rei.

Homem *(Manuel)*. Religioso da ordem de S. Domingos. Nasceu em Lisboa a 29 de dezembro de 1599, fal. a 7 de outubro de 1662. Professou no 1.º de janeiro de 1615. Foi na sua ordem mestre de Theologia, examinador das tres ordens militares, e acompanhou o 1.º marquez de Cascaes, D. Alvaro Pires de Castro, na embaixada que em 1644 foi a França dar os pezames em nome de D. João IV, á viuva do rei Luiz XIII. Escreveu: *Kalendario quadriennal, conforme o estylo da ordem dos Prégadores; resolução de algumas duvidas graves, pertencentes ao officio divino; conferencia rubrical de ambos os breviarios, velho e novo; relação das mysteriosas solemnidades e festas do anno, com outras muitas curiosidades necessarias para o culto divino*, Lisboa, 1643; *Descripção da jornada e embaixada extraordinaria que fez a França D. Alvaro Pires de Castro, conde de Monsanto, marquez de Cascaes*, etc.; *offerecida ao ill.mo e rev.mo sr. D. Francisco de Castro, bispo da Guarda*, Paris, 1644; *Relação segunda das grandezas do marquez de Cascaes, conde de Monsanto, embaixador extraordinario a El-rei christianissimo, e da sua chegada á cidade de Nantes, e assistencia n'ella até partir para Portugal*, Nantes; *Resorreição de Portugal e morte fatal de Castella, dividida em duas partes; offerecida ao ex.mo sr. D. Vasco Luiz da Gama, conde da Vidigueira, almirante da India Oriental*, etc., *e embaixador extraordinario a Elrei christianissimo*, Nantes, 1645; *Memoria da disposição das armas castelhanas, que injustamente invadiram o reino de Portugal no anno de 1580; despertadora ao valor portuguez para não temer; da prudencia e conselho para ordenar o presente; da prevenção e cautella para dispôr o futuro*, Lisboa, 1565; foi reimpressa em 1763; *Verdade do Anti-Christo contra a mentira inventada*, Lisboa, 1643. Este opusculo, dizem ter sido varias vezes reimpresso em nome do dr. Bruno de Mendonça Furtado; uma d'estas edições é de Lisboa, e tem a data de 1756.

Homem *(Manuel Xavier Pinto)*. Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, reitor do seminario patriarchal de Santarem, desembargador e juiz effectivo da relação da curia patriarchal, etc. Nasceu na freguezia de S. Thiago do concelho de Armamar, a 25 de março de 1815; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Francisco Xavier Pinto Homem e de Rosa Claudia. Em maio de 1830 entrou na ordem de S. Francisco da provincia reformada da Conceição, professando solemnemente no convento da Torre de Moncorvo, em junho de 1831. Pela extincção das ordens religiosas em 1834 passou ao estado secular, ordenando-se de presbytero em dezembro de 1839. Foi durante 7 annos prior no bispado de Lamego, e em abril de 1846 retirou-se para Coimbra no intuito de frequentar as aulas de Theologia da Universidade, e matriculou-se no primeiro anno theologico em outubro de 1848. Sendo ainda estudante do segundo anno, fundou e regeu por espaço de quatro annos um collegio de *humanidades* no edificio, que fôra convento dos religiosos de S. Francisco, junto á ponte de Coimbra. Augmentando a concorrencia dos alumnos, e não tendo aquelle edificio os commodos necessarios, conseguiu do governo o arrendamento do edificio que fôra dos religiosos benedictinos, junto ao Jardim Botanico, e para ali transferiu o collegio, onde funccionou por espaço de 18 annos. Em 1854 concluiu a sua formatura de bacharel em Theologia, e em 13 de julho de 1856 tomou o grau de doutor. Em 1871 foi convidado pelo cardeal patriarcha de Lisboa, D. Ignacio I, para reitor do seminario patriarchal, cargo de que tomou posse no 1.º de outubro d'aquelle anno. O referido prelado o nomeou por decreto patriarchal de 21 de fevereiro de 1872, desembargador e juiz effectivo da relação e curia patriarchal. O governo confirmou a no-

meação de reitor pela portaria régia de 5 de março de 1872. O dr. Pinto Homem era um dos sacerdotes mais illustrados do patriarchado, e gozava das maiores considerações e sympathias. A'cêrca do grau de aperfeiçoamento a que levou o seminario patriarchal, póde lêr-se um importante artigo que publicou o jornal *A Ordem*, n.º 74, de 19 de julho de 1879. Este artigo vem transcripto no *Portugal antigo e moderno*, de Pinho Leal, vol. VIII, pag. 583 e seguintes.

Homem *(P. Marianno Constantino).* Presbytero secular, professor de Latinidade no Lyceu Nacional de Angra do Heroismo. E' natural da ilha Terceira. Escreveu: *Pequena biographia historica do insigne padre Jeronymo Emiliano de Andrade, primeiro commissario dos estudos n'este districto*, etc. *e offerecida ao publico pelo seu antigo condiscipulo e amigo intimo, o padre*, etc., Angra do Heroismo, 1848.

Homem (*Pedro*). Estribeiro-mór de el-rei D. Manuel, e poeta. Algumas das suas poesias encontram-se no *Cancioneiro* de Garcia de Rezende, a pag. 59, 143, 148, 149, 155, 158, 159, 168 e 169.

Homem *(Pedro Barbosa).* Bacharel em Direito Canonico pela Universidade de Coimbra, desembargador da Relação do Porto, etc. Era natural da villa da Feira, e floresceu nos seculos XVI e XVII. Dedicou se á carreira da magistratura, chegando ao cargo de desembargador. Escreveu na lingua castelhana: *Discursos de la juridica y verdadera razon de estado, formados sobre la vida y aciones del rey D. Juan el II de buena memoria, rey de Portugal*, Coimbra, 1626.

Homem *(Pedro José de Mello).* Coronel de infantaria, servindo com este posto na guerra, e depois vedor da casa da rainha D. Maria Anna d'Austria, mulher de D. João V. Era natural de Lisboa, e falleceu a 12 de maio de 1740. Escreveu sonetos á morte da infanta D. Francisca, e o seguinte *Poema heroico á felicissima jornada de elrei D. João V, Nosso Senhor, nas plausiveis entregas das sempre augustas e serenissimas princezas do Brazil e Asturias*, Lisboa, 1735.

Homem *(Vasco Fernandes).* Foi o 21.º capitão de Sofala. Saiu de Lisboa nos fins de abril de 1569, commandando uma das tres naus da armada de Francisco Barreto, que ia provido na capitania de Sofala e encarregado de descobrir e explorar as minas do Monomotapa, cuja riqueza se dizia incalculavel. Partiu Francisco Barreto, subindo o rio Zambeze e levando como mestre de campo Vasco Fernandes Homem. Quando chegaram ao Sena, Francisco Barreto soube que estava Moçambique em plena revolta, e deixando o commando da expedição a Vasco Fernandes Homem, regressou á capital. Tornando ao Sena, falleceu pouco depois, em 1571 e não em 1573, como dissémos no artigo Francisco Barreto, vol. II, do *Portugal*, pag. 161, ficando assim feita a rectificação. Diz F. M. Bordalo no seu *Ensaio estatistico de Moçambique*: «Fallecido o capitão, e antes de ser enterrado o seu cadaver na ermida de S. Marçal, abriu se a via de successão, e ali se achou o nome de Vasco Fernandes Homem, designado por el-rei para succeder a Barreto na governação com os mesmos poderes e titulos. Quiz logo o novo governador proseguir na descoberta e conquista das minas, mas ainda o padre Monclaros obstou que se cumprissem as ordens da côrte, e resolveu Vasco Fernandes a voltar para Moçambique. Livre, porém, d'aquelle tenaz e perfido conselheiro e de seus confrades, que partiram para o reino no verão seguinte, voltou de novo o governador as suas attenções para a conquista, e em pouco tempo se achou na barra de Sofala, com 500 homens, armas e algumas peças de campanha. Este ponto de partida era, como dissémos, reputado pelos praticos do paiz mais conveniente do que Sena. Não obtendo voluntariamente do senhor de Quiteve a permissão que lhe mandou pedir por um emissario para atravessar pelos seus dominios, Vasco Fernandes á frente d'aquelle punhado de aventureiros, internou se pelo sertão, confiado no proprio valor e no dos seus soldados. Posto que não encontrasse inimigos descobertos, achou os poços entulhados e as habitações desertas em todo o transito até ao *zimbavé* do Quiteve, que logo entregou ás chammas. D'ali caminhou para Chironga, onde obteve um optimo acolhimento do regulo, que poz á disposição dos nossos as minas das suas terras. Foi, porém, grande o desapontamento dos portuguezes, quando viram o muito trabalho e pouco lucro que dava a exploração das tão desejadas minas! Faltando-lhe machinas, gente e tempo para tratar da mineração, resolveu o governador a retirada, assentando de caminho pazes com o Quiteve que as solicitou, promettendo deixar passar livremente os portuguezes para as minas. Chegando a Moçambique encontrou Vasco Fernandes successor, e regressou ao reino. O successor de Vasco Fernandes Homem foi D. Simão da Silveira.

Homem. Rio na provincia do Minho. Nasce na Portella do Homem, em frente de Lóbios, na Galliza, proximo á Volta do Côvo. E' pobre de aguas no verão, mas crescido e arrebatado no inverno, porque recebe muitas aguas que descem do Gerez, e principalmente as de Lamas de Homem, d'onde o rio toma o nome. *(V. Lamas de Homem).* Junta-se ao rio Cávado no Vau de Bico, onde se construiu uma bella ponte, que se concluiu em 1870 *(V. Bico)*, a qual ficou situada alguns metros acima da confluencia, por causa da solidez do terreno, vindo portanto a passar por cima dos dois rios, Homem e Cávado, antes de se juntarem. As aguas do rio Homem, correndo sempre turbulentas e arrebatadas por mais de 30 kilometros, já apertadas entre penhascos, já espraiando-se por ferteis e formosas veigas, vão, juntas com as do Cávado, morrer no Oceano, na villa de Fão. Este rio cria muito bom peixe, principalmente trutas. A estrada da Geira, via militar romana, corta por duas vezes o rio Homem *(V. Geira).* Sobre a margem esquerda d'este rio, abaixo da Portella do Homem, ostenta se um rochedo de grande altura, em sitios quasi perpendicular, que visto em distancia, tem a apparencia d'um importante castello. || Rio do districto do Porto. Nasce na freg. de Villa Garcia, e depois de passar pela freguezia da Chapa, entra no rio Tamega com 8 k de curso.

Homem d'Almeida *(Domingos).* Jurisconsulto do seculo XVII Publicou: *Analysis excelentiarum in jure numeri Quinarii, accesserunt non nullæ algationes super varus juris questionibus.* Ulisipone, 1643.

Homem de Brederode V *Brederode.*

Homem de Brederode *(Antonio Xavier Tei-*

xeira). General de brigada reformado. Nasceu a 16 de fevereiro de 1826, fal. no Porto em setembro de 1905. Era descendente d'uma illustre familia. Assentou praça aos 17 annos como voluntario no regimento de infantaria n.º 16 em 26 de agosto de 1843, cursando em seguida a Escola do Exercito. Foi promovido a alferes em 19 d'abril de 1847, a tenente em 29 de abril de 1851, a capitão em 24 de março de 1865, a major em 27 de setembro de 1878, a tenente coronel em 20 de outubro de 1881, e a coronel em 31 de outubro de 1884, reformando se no posto de general de brigada em 17 de julho de 1889. Fez a campanha de 1846 a 1847, pertencendo ao regimento de infantaria n.º 2, granadeiros da rainha, comportando-se com muito valor e distincção. Entre outras importantes commissões de serviço que desempenhou, foi ajudante do batalhão de caçadores n.º 9, ajudante de ordens do commandante geral das forças das 3.ª e 4.ª divisões, ajudante da brigada de instrucção no Porto, commandante da guarda municipal da mesma cidade, dos regimentos de caçadores n.os 3, 4, 8 e 11, e do regimento n.º 18 do Principe Real. Era cavalleiro e commendador da ordem de S. Bento d'Aviz, cavalleiro da ordem de Christo, e possuia a medalha de prata de comportamento exemplar.

Homem da Capa. Ponta da ilha de S. Thomé, na provincia de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. Está situada na costa occidental da mesma ilha.

Homem de Carvalho *(Porphirio Hemiterio)*. Formado em Leis pela Universidade de Coimbra. Não se conhecem as datas do seu nascimento e fallecimento. Escreveu: *Miniatura juridica para pintores fazerem quadros, que representa: que o exercito francez commandado por Junot não tinha direito de transitar pela Hespanha para Portugal, e de entrar n'este reino sem o consentimento do Principe Regente nosso Senhor*, Lisboa, 1809; *Extracto das melhores maximas moraes dos philosophos do paganismo e do christianismo*, etc; Lisboa, 1814; *Primeiras linhas de Direito agrario n'este reino*, Lisboa, 1815; tem dedicatoria a D. Miguel Pereira Forjaz; *Primeiras linhas de Direito commercial d'este reino*, Lisboa, 1815; foi reimpresso no Rio de Janeiro em 1816.

Homem Christo *(Francisco Manuel)*. Capitão de infantaria n.º 23. Nasceu em Aveiro a 8 de março de 1860; assentou praça em 24 de dezembro de 1876, sendo promovido a alferes em 4 de janeiro de 1881, a tenente em 16 de dezembro de 1886, e a capitão em 19 de novembro de 1896. Era tenente quando rebentou no Porto a revolta de 31 de janeiro de 1891, e apezar de fazer parte do directorio do partido republicano, oppoz-se energicamente ao movimento revolucionario porque as questões ingleza e financeira, que então preoccupavam todo o paiz, se lhe affiguravam razões primordiaes para que a empreza acabasse desastrosamente. Mas não conseguiu evitar que ella fôsse por deante, apezar mesmo d'um artigo que ao tempo inseriu no jornal *Os Debates*, exautorando os chefes do movimento, e d'uma conferencia que teve no Porto com Santos Cardoso. Preso e julgado nos tribunaes marciaes reunidos em Leixões em virtude da revolta, foi reconhecida a sua inculpabilidade e absolvido. Tem prestado muitos serviços, como militar, pela dedicação com que se tem consagrado á instrucção e preparação dos soldados para o accesso aos postos. Como jornalista, tem-se evidenciado pelo desassombro, clareza, e pela mordacidade com que se occupa das diversas questões politicas, tornando-o um adversario de consideração. Além de *Os Debates* tem collaborado mais ou menos activamente em outros jornaes, com especialidade no *Povo d'Aveiro*, semanario em que a sua collaboração tem sido sempre muito apreciada. e lida com interesse.O sr. capitão Homem Christo é cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz. A aspereza dos seus artigos politicos no *Povo de Aveiro* suscitou uma polemica mais viva que outras anteriores, entre o capitão Homem Christo e alguns vultos do partido republicano; d'essa polemica resultou a intenção de desforço pessoal por parte do brioso official, desforço que a intervenção de um tribunal de honra, presidido pelo illustre professor da Universidade conselheiro Bernardino Machado, não deixou que se realizasse. O elemento militar então protestou contra esse modo de liquidar insultos publicos, e o capitão Homem Christo, submettido o facto a conselho disciplinar, foi reformado. Deve-se ao capitão Homem Christo a larga propaganda, baseada no exemplo concreto, do ensino da leitura aos soldados pelo methodo João de Deus, feito por companhias e sob a direcção litteraria dos respectivos capitães Os seus esforços e relevantes serviços prestados á causa de instrucção d'esse grande povo das casernas, mereceram as mais altas referencias das estações officiaes, não chegando a serem convertidos em lei os seus projectos pela opposição que interesses varios lhe moveram. Escreveu já dois livros: *O movimento de 31 de Janeiro e a minha prisão*, em que historia largamente a revolução do Porto, a que acima nos referimos, elucidando-a nos seus pormenores e justificando a sua attitude perante esse movimento; e *Pro Patria*, que é um eloquente repositorio de documentos que bem provam quanto a instrucção publica perdeu em não se haver attendido a iniciativa de que trata.

Homem de Menezes *(José)*. Almoxarife dos fornos d'Elrei ou das armas, e natural de Leiria. Escreveu: *Vida de Santa Izabel de Hungria, escripta por Pedro Matheus, chronista de Henrique IV rei de França*, Lisboa, 1671; *Breve tratado da arte da artilharia e geometria, e artificios de fogo; agora novamente impresso .. composto por Lazaro de la Isla genovez*. Lisboa, 1676. Ajuntou aos *Dialogos de varia historia*, de Pedro de Mariz, as vidas dos reis Filippe II, Filippe III e D. João IV, e sairam, Lisboa, 1676, e nas mais edições que da mesma obra se fizeram posteriormente.

Honorato *(D. Antonio José de Freitas)*. *V. Freitas Honorato.*

Hondá. Pov. na freg. de Satary, Novas Conquistas, no distr. e com. de Bardez, arceb. de Gôa, India.

Honra. Senhorio dado pelo rei em recompensa de grandes serviços, em brilhantes actos de coragem. Compunha se de um numero indeterminado de aldeias e casaes, d'uma mesma freguezia ou de diversas. Tambem ás vezes uma freguezia inteira era elevada á categoria de honra. Os conventos, de ambos os sexos, tinham tambem muitas d'estas honras, mas era mais commum terem coutos. As honras gozavam de

muitos privilegios, que o marquez de Pombal cerceou, e a Constituição de 1820 extinguiu. As honras são muito antigas em Portugal, pois já as havia no tempo dos godos. Em 1315, el rei D Diniz deu-lhe uma organisação mais uniforme. Tanto este monarcha, como os seus antecessores, D. Affonso II e D. Affonso III, mandaram tirar rigorosas inquirições sobre o *feito das honras*, e vendo-se que a maior parte d'ellas eram abusivamente adquiridas, fôram supprimidas, ficando as terras *devassadas*. No reinado de el-rei D. José ficou sendo um mero titulo honorifico, isto é, alguns fidalgos intitulavam-se *senhores da honra de tal*, que já não existia, e nada já ali tinham, ou apenas alguns fóros, mas nenhum terreno. *Amadigo* tambem era uma especie de honra. V. *Amadigo*.

Honra. Pov. na freg. de S. Thiago, de Rebordões, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Honra do Monteiro. Ponta da ilha dos escravos, no archipelago de Bijagoz, Africa Occidental. Está situada na costa NE, e deriva o seu nome do capitão Belchior Monteiro, que durante o governo da rainha D. Catharina, mulher de D. João III, e avó de D. Sebastião, percorreu a costa africana e visitou aquella ilha.

Honzo ou Onzo. Rio do conc. do Ambriz, no distr. de Loanda, prov. de Angola. Corre n'uma extensão de 150 k. e vae desaguar na enseada do Mossuto Grande.

Hopffer *(Francisco Frederico)*. Medico contemporaneo. N. em 1828 na Villa da Praia. Fôram seus paes o conceituado advogado João José Antonio Frederico e D. Maria dos Santos Frederico, tendo havido d'esse matrimonio seis filhos, dos quaes só vive, contando 79 annos de edade, o dr. Francisco Frederico Hopffer. O appellido Hopffer provém do avô João Frederico d'Hopffer, filho de Christovam Augusto d'Hopffer, e Sabina Francisca, da Villa de Uffenhein no Imperio d'Allemanha, neto paterno de João Frederico Erasmo d'Hopffer, barão d'este mesmo appellido por diploma de José II, imperador d'Austria. A mãe do medico descendia de uma familia da ilha de Corsega e era dotada de animo varonil e indole caritativa a tal ponto que a denominaram a *Santa*. O dr. Hopffer cursou a Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, da qual tem diploma com data de 7 de junho de 1852 em que se vê que no acto grande foi approvado *plenamente com louvor*, e é doutor pela Universidade de Bruxellas, onde fez exames *avec distinction*, sendo confirmado este diploma pela Escola Medica de Lisboa. Em um opusculo de 44 paginas que temos presente, com o titulo *Dr. Francisco Frederico Hopffer, Antigo Vogal e Secretario do Conselho de Saude Naval e do Ultramar, Chefe Reformado do Serviço de Saude*, lêem-se os mais honrosos documentos que abonam a capacidade d'este medico, o seu zelo e actividade na sua longa carreira publica. Por decreto de 5 d'abril de 1852 foi nomeado, mediante concurso, facultativo de 2.ª classe do quadro de saude da provincia de Cabo Verde, e pelo decreto de 31 de março de 1857 promovido a facultativo de 1.ª classe *por merecimento e serviços*, preteridos facultativos mais antigos. Esta promoção por distincção foi a primeira que se deu nos quadros de saude do ultramar. Outra promoção tambem por distincção foi a que o elevou a vogal do Conselho de saude Naval e do Ultramar, em virtude da proposta do mesmo conselho, como consta do officio de 24 de novembro de 1859, dirigido ao ministro da marinha e do ultramar, concebido nos seguintes termos: «Não havendo actualmente outro cirurgião-mór aposentado ou reformado e ordenando o § unico do supracitado artigo que n'este caso seja chamado um dos facultativos em serviço no ultramar, que tenha mostrado possuir maior intelligencia, e tenha melhor desempenhado os seus deveres, o conselho julga dever dar a preferencia ao dr. Francisco Frederico Hopffer, cirurgião de 1.ª classe da provincia de Cabo Verde, por ter habilitações scientificas superiores ás de todos os outros cirurgiões que servem actualmente no ultramar, por ter feito serviços relevantes durante as epidemias que assolaram Cabo Verde; pelo que o conselho o julgou digno de ser recommendado á Real Munificencia de Sua Magestade, o que fez no officio que teve a honra de dirigir a V. Ex.ª em data de 27 de outubro ultimo, e finalmente porque pelos seus conhecimentos profissionaes, assiduidade no estudo e capacidade superior, é o facultativo do ultramar mais nas circumstancias de desempenhar com maior proveito do serviço publico, o logar que se acha vago no Conselho de Saude Naval.» Em seguida a esta proposta baixou o decreto que diz: «Conformando-me com a proposta que á minha Augusta Presença fez subir o Presidente do Conselho de Saude Naval e do Ultramar, em officio de vinte e quatro de novembro ultimo; Hei por bem Nomear o Doutor Francisco Frederico Hopffer, Cirurgião de Primeira Classe da Provincia de Cabo Verde, para um dos logares vagos no mesmo Conselho. O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar o tenha assim entendido e faça executar. Paço, em dois de dezembro de mil oito centos e cincoenta e nove. = Rei = Adriano Mauricio Guilherme Ferreri» Por decreto de 23 de novembro de 1859 foi o mesmo facultativo nomeado cavalleiro da antiga e muito nobre ordem da Torre e Espada, lealdade e merito, tendo-se em consideração os serviços que o agraciado prestou a bem da humanidade em o anno de 1856, no tratamento dos doentes accommettidos da cholera-morbus no concelho de Santa Catharina da ilha de São Thiago, assim como por occasião da epidemia que em 1857, se seguiu áquelle terrivel flagello, soccorrendo este facultativo a uns e outros enfermos, com reconhecida coragem, devoção civica e verdadeira caridade. Por decreto de 8 de maio de 1884 foi o dr. Hopffer agraciado com a mercê do grau de official da ordem de S. Thiago, do merito scientifico, litterario e artistico, em virtude de proposta fundamentada nos seus trabalhos scientificos de subida importancia, enviados para a exposição colonial medica de Amsterdam, no anno de 1883 *(textual)* — Officio do Conselheiro Director Geral do Ministerio da Marinha e do Ultramar, de 30 de junho de 1884. Por decreto de 13 de outubro foi o mesmo medico agraciado com a commenda da ordem militar de Nosso Senhor Jesus Christo. No opusculo já citado, e para o qual remettemos o leitor, apparecem varias portarias do Ministerio da Marinha e dos governadores de Cabo Verde elogiando os serviços do dr. Hopffer, não só como facultativo, mas tambem na quali-

dade de administrador de concelho, presidente da Camara Municipal, vogal do Conselho, inspector de instrucção primaria, etc. As publicações scientificas que conhecemos d'este medico são as seguintes: *Relatorio sobre a epidemia da Chole ra-morbus, Relatorio sobre a epidemia de variola, Relatorio sobre a epidemia de grippe*. Estes tres relatorios acham-se estampados na *Gazeta Medica de Lisboa*, n.os 2, 5, 6, 16 e 17 do anno de 1859. *Apontamentos para a Topographia Medica da ilha do Maio, colligidos no anno de 1869. Relatorio do serviço de saude na Ilha de Santo Antão com referencia ao anno de 1872 Relatorio do serviço da delegação da junta de saude na ilha de Santo Antão respectivo ao anno de 1873 Relatorio do serviço de saude publica da Ilha de Santo Antão relativo ao anno de 1874. Relatorio sobre o serviço de saude na ilha de Santo Antão com referencia ao anno de 1875.* O governo mandou publicar estes quatro relatorios que encerram a mais completa noticia sobre a importante ilha de Santo Antão e constituem uma *Topographia*

Dr. Francisco Frederico Hopffer

Medica volumosa e replecta de mappas diversos. *Noticia sobre Algumas Aguas Mineraes da Ilha de Santo Antão, 1883, Questões Medico-Coloniaes.* Com este titulo mandou o governo imprimir um folheto de 131 paginas, contendo entre outras, as opiniões do dr. Hopffer ácerca de varias ques tões medico-coloniaes. *Resposta ao Quesito: Convem aconselhar o sulphato de quinina como Pre servativo das Febres paludosas? Da Antiguidade e Valia da Massagem, Carta de um obscuro medico setentão em resposta á de um illustre Medico ultra-octogenario, Transations of the Epidemiological Society of London MDCCCLXII, Notes on the epidemy of cholera-morbus at the Island of St. Iago Cape Verd in 1856 by Dr. Hopffer Read Monday, Dec. 3.º 1860. A Revolução de Setembro* contém muitos artigos de polemica do dr. Ho pffer com o eminente litterato e estadista José da Silva Mendes Leal e com o talentoso deputado pela India, Francisco Luiz Gomes, sobre administração colonial. Por diploma, de 7 de maio de 1874, assignado pelo marquez d'Avila e de Bolama e José Maria Latino Coelho, secretario perpetuo da Academia Real das Sciencias, teve o nosso biographado, que então era delegado de saude na ilha de Santo Antão, ingresso na mesma Academia. Medico hygienista, foi o dr. Frederico Hopffer o primeiro propagandista da sciencia que na actualidade é o maior empenho de todos que se occupam da nobre missão de prevenir e combater as doenças. A prova da nossa asserção aqui está: «*Curso livre de hygiene.* Com o louvavel intento de propagar os conhecimentos indispensaveis da hygiene particular e publica por todas as classes não versadas nas sciencias medicas, abriu o nosso antigo condiscipulo, amigo e collaborador d'este jornal, o dr. Hopffer, vogal e secretario do Conselho de saude naval e do ultramar, um curso de hygiene popular, professado no Centro promotor dos melhoramentos das classes laboriosas de Lisboa. A importancia do assumpto, a sua exposição em estylo claro, correcto e ameno, a oportunidade do ensino de hygiene, a autoridade que presta a collocação official do dr. Hopffer, e sobretudo o seu profundo saber, attrahiram ás salas do Centro promotor numerosissima concorrencia de ouvintes, uns para aprenderem e adquirirem conhecimentos de diaria applicação, e outros para escutarem e saudarem o ardente apostolo da hygiene. E' que o dr. Hopffer não é simplesmente um medico pratico, é um medico erudito e conhecedor das bellezas da lingua patria Durante as seis primeiras lições de hygiene, que se tem effectuado, o illustre prelector tem se occupado das influencias astraes, mórmente da do sol e da lua sobre o organismo humano e da hygiene das casas particulares, assumpto este que pelo interesse que lhe está ligado fez objecto das tres ultimas lições. Foi satisfeita uma grande e urgente necessidade publica, qual a instituição de um curso de hygiene, em que se vulgarisam noções indispensaveis e que tão desconhecidas são ge ralmente. A idéa foi feliz, utilissima, e a execução tem confirmado o que era de esperar O nosso collega assim quiz prestar a esta cidade, aos chefes de familia, a todos emfim, um grande e importantissimo serviço, pelo qual se torna credor das nossas felicitações. O curso de hygiene continua todos os sabbados, no palacio do Conde de Almada, ao Rocio. (»*Gazeta Medica de Lisboa, n.º 24, de 28 de dezembro de 1868, Redactor principal*, dr. Pedro Francisco da Costa Alvarenga). O dr. Hopffer exerceu clinica no ultramar e em Lisboa, sendo considerado medico consciencioso, perspicaz e habil. Teve um consultorio na calçada de Santo André, ahi pelos annos de 1868, o qual foi o primeiro consultorio medico aberto em Lisboa, seguindo-se a esse o consultorio do dr. Magalhães Coutinho. A concorrencia era immensa, e teve de abrir outro na rua do Ouro a pedido de numerosos clientes, n'esse tempo em que não havia os meios de communicação de hoje. Caracter de rija tempera, de antes quebrar que torcer, homem robusto, dispondo de avultada força cultivada desde a mocidade pelos exercicios hygienicos, ainda aos 78 ann s é um andejo notavel em Cintra, onde tem casa e onde vae diariamente com uma pontualidade admiravel, acompanhado de sua malinha, contendo as illustrações franceza, ingleza e hespanhola, jornaes de medicina e outros. A proposito da força e agi-

lidade do dr. Hopffer aqui fica uma anecdota: Foi em 1859 desafiado por um illustre official do nosso exercito por causa de uns artigos publicados na *Revolução de Setembro*, não assignados, e de que tomou plena responsabilidade para todos os effeitos. Nomeadas as testemunhas pensou-se em que o desafio fosse á pistola, mas logo se desistiu, sabendo-se que o sr. Hopffer era um atirador, que durante annos se exercitava atirando diariamente a ponto tal que lhe não falhava um tiro a cincoenta passos, sendo o alvo como de costume uma garrafa. Resolveu-se se effectuasse o combate á espada, visto serem militares os combatentes, embora Hopffer nunca manejasse tal arma familiar a um official do estado maior. Não fôram exceptuadas as estocadas, o que dava ao desafio caracter de summa gravidade. No dia e á hora designada compareceram os combatentes e as quatro testemunhas, e feitos os cumprimentos do estylo deu-se o signal de principiar o combate, e o nosso biographado avança furioso e de olhar chammejante para o valente adversario, que só tinha tempo para aparar as cutiladas vibradas por mão vigorosa, até que um golpe atirado á cabeça e caindo sobre a espada que o recebeu, partiu ao meio a folha, ficando o official do estado maior desarmado e ameaçado de uma estocada, de que o livrou a espada de um dos padrinhos, que rapido desviou a estocada do dr. Hopffer. Considerou-se dada a satisfação de honra e terminou o combate que poz em risco a vida de um illustre capitão de estado maior, que depois foi governador civil em Lisboa, ministro da marinha e da guerra, homem intelligente, illustradissimo e muito honrado. Em 1866 casou com D. Maria Antonia Bonini Tavares, nascida em 1845, filha legitima do general José Antonio Tavares e de D. Gertrudes Magna Tavares, tendo sido um dos valentes que combateram na celebrada campanha de Rousillon, d'onde voltou a Portugal coberto de gloria, servindo depois por muito tempo no ministerio da guerra. Sua filha, de formosura não vulgar, teve esmerada educação, que mais fazia realçar a natural elegancia da sua estatura elevada. Do seu consorcio com dr. Hopffer resultaram cinco filhos: D. Ernestina, casada com o dr. Felix Romero; D. Clementina, solteira; Frederico Hopffer, casado e guarda-livros de uma importante casa commercial; D. Adelaide, fallecida solteira; D. Beatriz, casada com um official da armada real, Manuel Gonzalez Rueda, filho do medico dr. Rueda. Tem actualmente o dr. Francisco Hopffer grande numero de netos.

Horta. Familia oriunda de Aragão, e á qual pertencia Pedro Horta, que passou ao nosso reino em tempo de D. Affonso V. As suas armas são: Em campo de ouro um braço posto em faxa da esquerda para a direita com uma chave azul na mão, com o aro para cima, e o contra-chefe ondado de agua; timbre, um braço com a chave do escudo.

Horta *(Districto administrativo da)*. E' constituido pelas ilhas do Faial, Pico, Flôres e Corvo *(V. estes nomes)*, pertencentes ao archipelago dos Açôres. A população, segundo o censo de 1900, é de 55:456 hab.: 24:461 do sexo masc. e 30:995 do feminino. Nos artigos relativos a cada uma das ilhas referidas se encontra a sua descripção minuciosa. O districto compõe-se dos seguintes concelhos: Corvo, Horta, Lagens das Flôres, Lagens do Pico, Magdalena, Santa Cruz das Flôres, e S. Roque do Pico. Ecclesiasticamente pertence á diocese de Angra.

Horta. Cidade do distr., conc. e com. do mesmo nome, bisp. de Angra, na ilha do Faial, Açôres. Está situada á beira-mar, ao longo da extensa bahia. Tem excellentes edificios, tanto publicos como particulares, podendo mencionar-se entre aquelles: a camara municipal, a misericordia e hospital, os dois conventos da Gloria e de S. João, distinguindo-se todavia de todos o extincto collegio dos jesuitas, o mais esplendido templo que elles construiram no archipelago açoreano. Vista do mar, a perspectiva da cidade é verdadeiramente encantadora, porquanto na extensa curva da enseada, em que a cidade assenta, erguem-se primeiramente, afóra os edificios apontados e varias egrejas de maior ou menor apparencia, habitações muito confortaveis de um e dois pavimentos; depois, entre larangeiras e pomares, alvejam ainda numerosas vivendas, e por ultimo, como que formando o fundo d'este quadro, apparece uma montanha crateriforme.

Brazão d'armas da cidade da Horta

O porto da Horta é espaçoso, seguro e abrigado, e fechado pelas pontas de Espalamaca ao N, e o monte da Guia ao Sul, distantes entre si cêrca de 5 k E' em parte artificial, tendo 3:000 metros de largura e 1:200 de fundo *(V. Fayal)*. A cidade deve ao porto a sua reputação. E' frequentado, tanto por grande numero de navios mercantes de todas as bandeiras e capacidades, que dos continentes americano, asiatico e africano navegam para a Europa, e viceversa, como de esquadras estrangeiras e navios de guerra nacionaes. As maiores esquadras portuguezas que teem demandado este vasto porto, fôram a do vice rei da India Lopo Soares de Albergaria, composta de 36 vélas, a do almirante Ramires de 60 e a do marquez de Niza de 25. A léste, fronteira á bahia, levanta-se a ilha do Pico, na distancia de 6 kilometros. As duas ilhas fórmam um canal, cuja corrente é fortissima. A cidade compõe-se de tres freguezias: a Matriz (Santissimo Salvador) com 3:063 hab.: 1:329 do sexo masc. e 1.734 do fem; Nossa Senhora da Conceição, com 1.583 hab.: 707 do sexo masc. e 876 do fem.; e Nossa Senhora das Angustias, com 2 088 hab: 1.047 do sexo masc. e 1.041 do feminino. A população total da cidade é de 6.734 hab., segundo o referido censo de 1900, tendo successivamente diminuido pela emigração para a America do Norte, pois que os censos anteriores accusavam: em 1864, 8.278; em 1878, 7.446; e em 1890, 6.879 habitantes. O concelho compõe-se de 13 freguezias, incluindo as da cidade, e com a população total de 22.385 hab.: 10.072 do sexo masc. e 12.313 do feminino, assim distribuida: Capello (Santissima Trindade) com 1.407 hab: 604 do sexo masc. e 803 do fem.; Castello Branco (Santa Catharina), com 1 922 hab.: 866 do sexo masc. e 1.056 do fem.; Cedros (Santa Barbara), com 3.281 hab.: 1.476 do sexo masc. e 1.805

do fem.; Feteira (Espirito Santo), com 1.993 hab.: 927 do sexo masc. e 1.066 do fem.; Flamengos (Nossa Senhora da Luz), com 1.893 hab.: 863 do sexo masc. e 1.030 do fem.; Pedro Miguel (Nossa Senhora da Ajuda), com 1 494 hab.: 636 do sexo masc. e 858 do fem.; Praia do Almoxarife (Nossa Senhora da Graça), com 925 hab.: 415 do sexo masc. e 510 do fem ; Praia do Norte (Nossa Senhora das Dôres), com 651 hab.: 288 do sexo masc. e 363 do fem.; Ribeirinha (S. Matheus), com 996 hab.: 435 do sexo masc. e 561 do fem.; e Salão (Nossa Senhora do Soccorro), com 1:089 hab : 479 do sexo masc. e 610 do feminino. No edificio do antigo collegio dos jesuitas, cuja frente mede 101 metros, estão estabelecidas a secretaria do governo civil, repartição de fazenda, capitania do porto e outras repartições. A egreja matriz está situada no centro d'este edificio. As dimensões do templo, o mais

Vista geral da cidade da Horta

vasto dos Açôres, são as seguintes: da entrada ao altar-mór 39,30 metros; comprimento da capella-mór 10 m.; largura da capella 6,20 m.; altura do sobrado aos capiteis dos arcos 5,20 m.; altura do chão á cruz 27,45 m.; e largura da frontaria, de canto a canto, 25 metros. A cidade possue os seguintes estabelecimentos municipaes: mercado publico de generos e fructas, mercado publico de peixe, mercado de gado, jardim publico, matadouro e cemiterio. Tem os seguintes estabelecimentos de beneficencia: hospital da misericordia, que data de 1573, collocado no extincto convento de S. Francisco, asylo de mendicidade, o primeiro dos Açôres, asylo da infancia desvalida Infante D. Luiz. Os estabelecimentos de instrucção publica são o lyceu e as escolas de instrucção primaria. Possue tambem uma bibliotheca publica e dois pequenos theatros. Tem uma caixa economica fundada em 1862 e uma sociedade cooperativa creada em 1873. A sociedade denominada *Amor da Patria* subsidia varias escolas. Foi elevada a villa em 1498, por el-rei D. Manuel, e a cidade por D. Pedro IV em 13 de julho de 1833. Tem um magnifico arsenal, propriedade da opulenta familia americana Dabney, onde se encontra todo o material necessario para reparos de navios. Nas luctas civis de 1828 a 1836 o arsenal da ilha prestou grandes serviços á causa liberal. Quando, por esta epoca, se tratou de organisar um arsenal de marinha na mesma ilha, offereceu o faialense José Sebastião Correia o usofructo de um terreno que possuia junto ao mar. Ahi se lê, n'uma parede, a seguinte lapide commemorativa: *N'este sitio de Santa Cruz, em 1832, se improvisou á custa dos habitantes da cidade da Horta um arsenal maritimo, que foi offerecido a S. M. I. o duque de Bragança. Aqui se aprestou uma parte da armada que levou á Arnosa de Pampelido os 7500 liberaes. Esta memoria mandou pôr a camara municipal. Era de 1877.* No anno de 1879 realisou se na Horta uma exposição industrial por iniciativa do visconde de Castilho, então governador civil, que foi de grande vantagem para o desenvolvimento das pequenas industrias da ilha. A cidade é defendida pela fortaleza denominada de Santa Cruz. Existe na Horta a importante estação internacional do cabo submarino. O edificio pertence ás tres nações interessadas: Allemanha, America do Norte e Portugal. A cidade da Horta tem sido visitada por algumas pessoas da familia real portugueza. Em 1832 esteve aqui D. Pedro IV, hospedando-se em casa do morgado José Francisco da Terra Brum, senhor da maior casa vincular do districto occidental dos Açôres, o qual deu dois bailes a sua magestade imperial. Charles William Dabney, consul americano, Walter, consul inglez, e Lane, consul da Hollanda, egualmente lhe offereceram bailes. O duque de Bragança

viajava no vapor *Superb*, o qual chegou á Horta em 7 de abril de 1832. Na casa do morgado Brum existe a seguinte inscripção: *S. M. I. o Duque de Bragança D Pedro, em 1832 habitou esta casa, que então comprehendia as duas propriedades até á esquina, e pertencia a José Francisco da Terra Brum, barão da Lagôa, do conselho de S. M. I., e fidalgo da Casa Real. Esta memoria mandou pôr a camara municipal. Era de 1877.* O infante D. Luiz, depois rei, esteve na Horta em 1858. S. A. fazia parte na officialidade da corveta *Bartholomeu Dias*. Fôram lhe offerecidos bailes pelo governador civil, consul americano, camara municipal, e Manuel Alves Guerra, depois visconde de Sant'Anna. Em junho de 1901 visitaram os actuaes monarchas portuguezes a cidade da Horta. Na imprensa insular e continental d'esse tempo se encontram largas descripções da visita régia. A camara municipal da Horta offereceu a suas magestades um almoço na freguezia do Capello, onde existe um monte em que houve uma erupção em 1672, reconhecendo-se bem aqui a origem vulcanica da ilha. O governador civil, visconde de Leite Perry, offereceu aos soberanos um *lunch*, na sua quinta do Pilar. Esta propriedade fica a mais de meia altura da encosta que domina pelo norte o valle onde a cidade está construida, e tem uma linda vista sobre a povoação e a bahia. Tendo pertencido a um extincto morgadio, achava-se a casa da quinta em abandono, quando a adquiriu o dr. Antonio Emilio Severino de Avellar, que a mandou reconstruir. Perto fica a ermida do Pilar. Outras digressões fizeram suas magestades pela ilha, onde visitaram a celebrada Caldeira, a maravilha do Faial, cuja descripção se póde vêr n'este mesmo volume, a pag. 319. Era natural da Horta o estadista Antonio José de Avila, duque de Avila e Bolama, cujo centenario do seu nascimento foi solemnemente commemorado em 8 de março de 1907. Teem visto a luz da publicidade no districto da Horta os seguintes jornaes: *Açor (O)* 1 de janeiro de 1889; *Açoriano (O)*, 9 de setembro de 1883; *Açoriano Occidental*, 2 de maio a 11 de julho de 1877; *Actualidade (A)*, 1 de janeiro de 1891; *Amigo do Povo (O)*, janeiro de 1870 a setembro de 1871; *Arauto (O)*, 1888; *Arauto (O)*, 1891; *Archivo (O)*, 1 de novembro de 1875 a 15 de janeiro de 1876; *Atlantico (O)*, 1 de janeiro de 1862; *Aurora (A)*, 6 de maio de 1894; *Balão (O)*, 1878 a fevereiro de 1879, seguido pelo jornal *A Sentinella*; *Bibliophilo (O)*, 31 de maio de 1885 a 17 de janeiro de 1886; *Birimbau (O)*, 11 de junho de 1883 a 12 de julho de 1884; *Biscuit*, 9 a 26 de julho de 1878; *Borboleta (A)*, 24 de julho de 1887 a agosto de 1880; *Chronica (A)*, 10 de janeiro de 1892; *Civilisador (O)*, 15 de dezembro de 1878 a fevereiro de 1879; *Commercio (O)*, 12 de dezembro de 1877 a 10 de janeiro de 1879; *Commercio da Horta*, 7 de outubro de 1869 a 1 de janeiro de 1871, successor da *Palavra*, e depois substituido pela *Tribuna; Correio da Horta*, 1 de setembro de 1869 a 1 de janeiro de 1871; *Correio Hortense (O)*, 8 de março de 1894; *Correio da Semana*, 15 de março de 1896; *Democrata (O)*, 4 de janeiro de 1885 a 1886; *Diario Popular*, 14 de abril de 1878; *Direito Popular (O)*, 14 de abril de 1879 a 1 de junho de 1881; *Districto da Horta*, 8 de abril de 1871 a 22 de julho de 1874; *Debate*, abril de 1889; *Dia (O)*, 1895; *Discussão (A)*, 15 de abril de 1894; *Echo Liberal*, 27 de fevereiro a 1 de maio de 1878; *Echo Litterario*, 15

Camara Municipal, egreja matriz, e Governo Civil da cidade da Horta

de abril a 21 de julho de 1877; *Escola (A)*, 27 de outubro a 19 de novembro de 1882; *Estudantina (A)*, outubro de 1894; *Fayal*, 1894; *Fayalense (O)*, 1 de abril de 1857, seguido do *Atlantico*; *Folha Insulana*, 10 de maio a junho de 1888; *Furta-Fogo (O)*, 2 de novembro de 1883 a 8 de junho de 1884; *Gazeta Judicial (A)*, 5 de agosto de 1877 a fins de 1904; *Globo (O)*, 3 de outubro de 1896; 1893, reapparecendo em janeiro de 1895 com nova numeração e com a designação de 2.ª série; *Rouxinol (O)*, 27 de agosto de 1862 a 1863; *Semana (A)*, 17 de outubro de 1886; *Sal e Pimenta*, 1895; *Sentinella (A)*, 1 de julho a dezembro de 1879, continuação do jornal *O Balão*, passando depois a intitular-se *A Regeneração* a começar no numero 26; *Sua Ex.ª*, 1894; *Telegrapho (O)*, 2 de

Estação central-internacional do cabo submarino entre a Allemanha, Inglaterra, e America do Norte

Gremio Litterario (O), 15 de maio de 1880 a 1 de novembro de 1884; *Horta (A)*, 25 de maio de 1862 a 1863; *Horta (A)*, 1891; *Imparcial (O)*, 9 de agosto de 1876 a 9 de setembro de 1878; *Incentivo (O)*, 10 de janeiro de 1857 a abril de 1858, o primeiro jornal que foi publicado no Faial, e seguido do *Fayalense*; *Jornal do Povo*, 1 de janeiro de 1876; *Letras*, 1900; *Lua (A)*, 1897; *Lucta*, 29 de outubro de 1881 a 1887; *Luz (A)*, 8 de maio de 1870 a 2 de dezembro de 1874, seguindo-se-lhe *O Pensamento*; *Museu (O)*, 30 de setembro de 1894; *Observador*, 22 de janeiro a 18 de julho de 1874; *Occidente dos Açôres (O)*, 1 de fevereiro de 1897; *Orphão (O)*, 4 de setembro a 26 de novembro de 1875; *Palavra (A)*, 19 de janeiro de 1868 a 22 de junho de 1869, succedendo-se-lhe *O Commercio da Horta*; *Passatempo (O)*, 27 de abril de 1874; *Patria (A)*, 13 de fevereiro de 1875 a 1876; *Pensamento (O)*, 12 de dezembro de 1874 a 1876, vindo do jornal *A Luz*; *Pharol*; *Porto Franco (O)*, 1 de janeiro a 8 de março de 1877; *Porto Franco*, 8 de setembro de 1877; *Primavera (A)*, 14 de janeiro de 1892; *Proscenio (O)*, 1898; *Pyrilampo*, 9 de janeiro de 1872; *Quadros Fantasticos de Brocha Grossa*, 15 de junho de 1858; *Raio (O)*, 3 de dezembro de 1882 a 19 de outubro de 1883; *Recreio (O)*, 9 de julho de 1882 a 3 de junho de 1883; *Recreio (O)*, 9 de janeiro de 1892; *Regeneração (A)*, (1.ª) 11 de janeiro de 1880 a dezembro de 1888, continuado da *Sentinella* com o n.º 26; *Regeneração (A)*, (2.ª) 4 de janeiro de 1900; *Revista Academica*, 1 de julho de 1873; *Revista Fayalense*, 1 de fevereiro de setembro de 1893; *Tio Braz*, 14 de dezembro de 1871 a 23 de novembro de 1873; *Torcida (A)*, 2 de setembro a 22 de outubro de 1858; *Torpideiro*, 1889; *Tribuno (O)*, 15 de junho de 1871 a 15 de dezembro de 1872, fusão do *Correio da Horta* e do *Commercio da Horta*; *Typographo (O)*, 15 de junho de 1858; *União (A)*, 6 de junho de 1878 a 1887; *Verdade (A)*, 1 de outubro de 1874 a 16 de outubro de 1876; *Verdade (A)*, 28 de novembro de 1888; *Vida Nova*, 13 de julho de 1892; *Voz do Povo*, 23 de fevereiro de 1873 a 10 de dezembro de 1875; *Zé Careca*, 25 de setembro a 3 de outubro de 1872. Tambem aqui se publicaram os *numeros unicos*: *Camões*, 10 de junho de 1880; *Christovão Colombo*, 1892.

Horta. Villa e freguezia do Salvador, da provincia da Beira Baixa; conc. e com. de Villa Nova de Fozcôa, distr. da Guarda, bisp. de Lamego; 411 hab. e 92 fog. Tem escola do sexo fem. e est. postal. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e fica situada na estrada que vae de S. João da Pesqueira a Meda, na margem esquerda da ribeira de Numão. El-rei D. Manuel deu-lhe foral em 15 de dezembro de 1512. O chantre da sé de Lamego apresentava o cura, que tinha 40$000 réis. Correm-lhe proximo a ribeira Teja e o rio Douro. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. ‖ Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. da Torre de Moncorvo, distr. e bisp. de Bragança; 638 hab. e 170 fog. Tem escola do sexo feminino e est. postal. A pov. dista 9 k. da séde do conc. A collegiada da Tor-

re de Moncorvo apresentava o vigario, que tinha 30$000 réis e o pé d'altar. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Povoações nas freguezias: S. Romão, de Alferce, conc. de Monchique, distr. de Faro. || S. Isidoro, de Eixo, conc. e distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Tamengos, com. de Anadia, do mesmo districto. Tem correio com serviço de posta rural.

Horta (*Bahia da*). Excellente porto ou enseada da cidade da Horta, aberto na costa E S E da ilha do Faial, Açôres, e defendido pelo castello de Santa Cruz E' a mais espaçosa, abrigada e segura bahia de todo o archipelago açoreano, limitada a NE e a SO pelas pontas da Espalamaca e da Senhora da Guia, distantes entre si cêrca de 5 k. Está vantajosamente situada, e fica fronteira á ilha do Pico, da qual a separa o canal da Horta. Este porto está resguardado dos ventos dos quadrantes do N a NE e SSE a SO, e é muito frequentado por navios mercantes de todas as bandeiras e capacidades e por navios de guerra nacionaes e estrangeiros. || Canal formado pelas aguas do Oceano Atlantico e situado entre a ilha do Pico e a do Faial, Açôres. Tem pouco mais de 6 kilometros de largura, e a sua corrente é fortissima, e por vezes perigosa.

Horta da Cimeira. Pov. na freg. de Nossa Senhora do Amparo, de Carvalhal, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Horta e Costa (*José Maria de Sousa*). Capitão de engenharia, governador geral da India Nasceu em Santa Comba Dão a 20 de outubro de 1858, sendo filho do dr. Miguel Antonio de Sousa Vasconcellos Horta e Almeida, fidalgo cavalleiro da Casa Real, neto do barão de Santa Comba Dão, governador e capitão-general da provincia de Angola, coronel das extinctas milicias de Tondella, e senhor de varios morgados, casado com D. Maria da Gloria Costa Sousa e Albuquerque. Assentou praça na arma de engenharia em 9 de julho de 1878. Fez um curso brilhante na Escola do Exercito, e saiu alferes em 10 de janeiro de 1883, sendo promovido a tenente em 28 de janeiro de 1885, e a capitão em 21 de novembro de 1895. Pertence ao estado maior da sua arma. Matriculou se na Universidade de Coimbra, seguindo com distincção o curso de Mathematica, em que tomou o grau de bacharel Sendo já tenente em 1886, o ministro da marinha, então o fallecido estadista Pinheiro Chagas, o nomeou director das obras publicas de Macau. N'aquella cidade adquiriu as maiores sympathias, e em 1888, querendo os habitantes dar-lhe um testemunho de estima e consideração, o elegeram seu deputado pela opposição, e sem contestação do partido progressista que estava no poder, e não pôde apresentar candidato seu. Teve assento na camara em diversas legislaturas, representando sempre o circulo de Macau, onde voltou em 1893, como governador d'aquella provincia, e ali se conservou, pedindo a sua exoneração apenas teve conhecimento de que o governo regenerador se demittira. Por essa occasião foi agraciado com a carta de conselho por proposta do ministro da marinha e ultramar. Em 1900 o seu partido tornou ao poder, e o sr. conselheiro Horta e Costa foi outra vez nomeado governador de Macau, quando para ali marchou a primeira expedição. A occasião era difficil e arriscada, e pela fórma como se houve, recebeu uma portaria de louvor do ministro da marinha. Nas duas vezes que exerceu aquelle cargo notabilisou-se a sua administração pelos muitos melhoramentos que realisou. Conseguiu que as receitas augmentassem; pôde obter um beneficio pautal a favor do chá, fundou o Lyceu, que hoje existe, e formou o plano de transformar aquella cidade, até então pouco limpa e com escassos attractivos para o forasteiro, n'uma cidade nas melhores condições hygienicas, aformoseando-a com a construcção de novas avenidas e de novos mercados, derrotando bairros e casebres immundos, fazendo, finalmente, da séde d'essa colonia uma cidade alegre, digna de ser visitada por estrangeiros. O sr. conselheiro Horta e Costa tambem foi ministro plenipotenciario na China, Japão e Sião. Dando-se a scisão n'esse partido em 1901, solicitou logo a sua exoneração, por querer acompanhar o grupo politico do

José Maria de Sousa Horta e Costa

sr. conselheiro João Franco Castello Branco, de quem é amigo intimo. No seu pedido explicava franca e lealmente os seus escrupulos em continuar no exercicio d'aquelle honroso cargo. O governo não attendeu o pedido, o que obrigou o sr. conselheiro Horta e Costa a solicitar licença para vir á metropole. Ao mesmo tempo o senado de Macau, tendo conhecimento da pretenção e insistencia do governador em se demittir, diligenciava junto do governo, para que a exoneração não fôsse concedida. O governo, porém, não pôde deixar de a conceder, em vista das leaes e successivas instancias do sr. conselheiro Horta e Costa, de que a sua amizade intima com o chefe do partido regenerador-liberal era incompativel com o exercicio d'um cargo da confiança do governo. O senado de Macau deplorou profundamente este facto, e exprimiu a gratidão da cidade propondo que se cunhasse uma medalha de ouro commemorativa da gerencia d'um governador que tanto trabalhara para o engrandecimento de Macau O sr. conselheiro Horta e Costa exerceu depois as funcções de chefe do gabinete do actual sr. presidente do conselho na substituição do sr. dr. Pedro Gaivão. Em fevereiro de 1907 foi nomeado governador geral da

India, logar que actualmente occupa. E' official das ordens de S. Thiago e de S. Bento de Aviz por serviços distinctos e cavalleiro d'esta ordem. Possue a gran-cruz da ordem da Corôa de Sião, e a commenda de Izabel a Catholica, de Hespanha. Tem tambem a medalha militar de prata de comportamento exemplar. Casou em Macau em 1886 com D. Carolina Adelaide Pinheiro de Vasconcellos Silveira, senhora illustre da ilha Terceira.

Horta e Costa *(Luiz de Sousa)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, delegado do procurador régio em Almada, negociante em Africa, etc. N. em Coimbra em 1866, sendo filho do dr. Miguel Antonio de Sousa Vasconcellos Horta e Almeida, e de sua mulher, D. Maria da Gloria Costa Sousa e Albuquerque; irmão do sr. José Maria de Sousa Horta e Costa, governador da India, e do sr. dr. Miguel da Horta e Costa, juiz do 2.º districto criminal. Tendo obtido distincção nos antigos exames de Philosophia, Legislação e Litteratura, matriculou-se na Universidade de Coimbra na faculdade de Direito em 1884, concluindo a formatura em 13 de julho de 1889, tendo ficado distincto no 4.º anno do curso e obtido informações tambem distinctas no 5.º anno, com 14 valores. No mez de agosto de 1889 foi nomeado sub delegado do procurador régio no julgado de Peniche, sendo promovido a juiz municipal do julgado da Lourinhã, comarca de Torres Vedras, e em 1890 collocado como delegado do procurador régio na comarca de Almada, de que tomou posse em 8 de outubro, sendo o decreto da nomeação datado de 20 de setembro. Muitos annos se conservou n'este cargo, que em 1900 ainda exercia, e durante esse periodo conta processos importantes. O sr. dr. Luiz de Sousa Horta e Costa em politica é dissidente ligado ao sr. conselheiro José Maria de Alpoim. O tempo que lhe sobrava do desempenho das suas funcções officiaes, consagrava-o a negocios industriaes, sendo interessado nos da Companhia de Lanificios de Alemquer, Banco Lusitano, etc., e muito principalmente nos da roça *Coimbra*, uma das mais importantes da ilha de S. Thomé, de que é proprietario juntamente com seus irmãos Diogo e Bernardo da Horta e Costa. A roça já existe ha 13 annos aproximadamente, e foi-lhe dado o nome de *Coimbra*, por ser esta a terra natal dos seus proprietarios. Foi deputado na legislatura de 1905, separando se do partido progressista quando se deu a scisão Alpoim, com quem já estava anteriormente ligado.

Horta e Costa *(Miguel Maria de Sousa)*. Juiz do 2.º districto criminal. Nasceu em Santa Comba Dão a 26 de abril de 1857, sendo filho primogenito de Miguel Antonio de Sousa Vasconcellos Horta e Almeida, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, fidalgo cavalleiro da Casa Real, e de D. Maria da Gloria Costa Sousa Albuquerque, senhora da casa dos Costas d'Oliveirinha, neto de José Maria de Sousa Almeida e Vasconcellos, 1.º barão de Santa Comba Dão. Seguindo muito novo para Coimbra ali completou o curso geral do lyceu, matriculando-se na Universidade na faculdade de Direito em 1873, e fazendo formatura em 3 de junho de 1878 com distincção em quasi todos os annos. Em 29 de maio de 1879 foi nomeado no testamento do ministro Couto Monteiro, delegado do procurador régio em S. João da Pesqueira, onde tomou posse a 30 de junho; em novembro d'este anno foi transferido para a comarca de Ancião, demorando-se ali até dezembro de 1881, em que pelo ministro, o sr. conselheiro Julio de Vilhena, foi transferido para Coimbra. N'esta cidade exerceu as funcções de delegado por mais de 6 annos, até que, cabendo-lhe a sua promoção a juiz, foi em abril de 1888 nomeado juiz dos tribunaes administrativos de Santarem, passando em seguida a exercer em commissão o logar de juiz das execuções fiscaes n'aquella cidade. Em setembro de 1893 foi n'aquella qualidade transferido para as execuções fiscaes em Lisboa, até que em 19 de maio de 1904 tomou posse do logar de juiz do

Dr. Miguel Maria de Sousa Horta e Costa

2.º districto criminal, que actualmente exerce. Casou em 28 de fevereiro de 1881 com a sr.ª D. Maria Leonor de Sousa Monteiro Gomes, de Coruche, sobrinha do fallecido bispo de Beja, D. Antonio Xavier de Sousa Monteiro, e d'essa união tem um filho, Miguel de Sousa e Vasconcellos Horta e Costa, medico pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa. O sr. dr. Horta e Costa é fidalgo cavalleiro da Casa Real, e tem a commenda da Corôa de Italia. Na legislatura de 1894, foi deputado eleito pela ilha de S. Thomé, circulo que expontaneamente lhe offereceram os habitantes d'aquella formosa ilha. Não voltou á camara, e embora tenha pertencido sempre ao partido regenerador, está no entanto afastado da politica activa.

Horta d'El Rei. Pov. na freg. de Santo Estevão e conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Horta de Fontes. Pov. na freg. de Nossa Senhora d'Assumpção, de Freixo, conc. de Redondo, distr. de Evora.

Horta Garcia. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Conceição e conc. de Villa do Bispo, distr. de Faro.

Horta Inhamare. Terras do districto de Tete, na provincia de Moçambique, Africa Oriental. Ha n'ellas pov. de colonos, alguma cultura e bosques de boa madeira, que são habitados por animaes ferozes. Produzem milho, trigo e algodão.

Horta Machado *(Francisco José)*. Commendador da ordem de Christo, do conselho de sua magestade e do da fazenda, socio correspondente da Academia Real das Sciencias, eleito em 22 de maio de 1780, e socio livre em 30 de novembro de 1809. Nasceu em Faro em 1746 segundo se calcula, e fal. em Lisboa em 1817. Era filho de João Carlos de Miranda e Horta e de D. Maria Benta. Foi embaixador na Russia e na Austria. Foi homem de grande erudição, e prestou muitos serviços ao paiz. Juntou o mais rico museu numismatico que existia em Portugal.

Horta Manuel Alves. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Graça, de Barbacena, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Horta de Nossa Senhora. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Graça, de Barbacena, conc. de Evora, distr. de Portalegre.

Horta Nova. Povoações nas freguezias: Santo Aleixo, de Beco, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S. Miguel, de Cunha, conc. e distr. de Braga.

Horta Velha. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Horta dos Velhos. Pov. na freg. de S. Miguel, das Cardosas, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

Hortaes. Pov. na freg. de S. Salvador, de Minhotães, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Hortal. Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Christello, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || O Salvador, de Monte Cordova, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Hortas. Povoações nas freguezias: S. Vicente e conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria. || S. Bento do Cortiço, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Nossa Senhora da Caridade, conc. de Reguengos de Monsaraz, do mesmo distr. || Santa Catharina de Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro. || Santa Leocadia, de Maceira da Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Nossa Senhora da Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || S. João Baptista, de Pelmá, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Espirito Santo, de Pera, conc. de Silves, distr. de Faro. || S. Gregorio, de Reguengo, conc. e distr. de Portalegre. || Nossa Senhora da Esperança, de Ribeira de Niza, do mesmo conc. e distr. || Nossa Senhora da Conceição e conc. de Silves, distr. de Faro. || S. Thiago e conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || S. Pedro, conc. e distr. de Villa Real. || Santo Antonio e conc. de Villa Real de Santo Antonio, distr. de Faro. || Casal na freg. de S. Thiago e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || Monte na freg. de Nossa Senhora d'Assumpção, de Montoito, conc. de Redondo, distr. de Evora. || Arrabalde da villa de Mossamedes, prov. de Angola. Engenho de moagem de canna sacharina.

Hortas do Atabual. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Conceição e conc. de Villa do Bispo, distr. de Faro.

Hortas de Cima. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Quelfes, conc. de Olhão, distr. de Faro.

Hortas de Sevora. Pov. na freg. de S. Julião, conc. e distr. de Portalegre.

Hortega *(D. João Diogo Francisco Hortega Solorgano Costa y Cavalleri, 1.º barão de)*. Fidalgo da Casa Real, commendador das ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição; da de numero de Carlos III e de Izabel a Catholica, de Hespanha; condecorado com a medalha das campanhas da liberdade, algarismo n.º 3. Foi naturalisado portuguez por decreto de 12 de dezembro de 1842; conselheiro de legação junto á côrte de Madrid, consul geral nas provincias do norte de Hespanha e no districto de Madrid. Nasceu em Hespanha a 24 de julho de 1807. Era filho de D. Claudio Hortega Solorgano y Castro, proprietario, e de sua mulher, D. Maria das Dôres Jacoba Florentina Costa Cavalleri. O barão de Hortega casou a 19 de julho de 1850 com D. Francisca Quintina de Calvos, filha de D. Luiz Gonzaga. O titulo foi concedido por decreto de 28 de setembro de 1854. A rainha D. Maria II, por alvará de mercê de 18 de dezembro do 1848, concedeu-lhe um brazão d'armas, em recompensa dos muitos serviços que prestou.

Horticultura. Arte de cultivar as hortas e os jardins. A horticultura precedeu a agricultura, sendo portanto mais antiga do que esta. A industria horticola só tem larga escala na producção quando se cultivam as hortas dos arrabaldes das grandes cidades. O homem começou, certamente, por cultivar os vegetaes uteis em torno da sua moradia, n'um espaço restricto, antes de os espalhar pelos campos. A horticultura andou sempre a par da organisação da familia, pois á maneira que a civilisação e a população progrediram, houve que multiplicar os seus productos, e aperfeiçoando os seus processos, satisfazer ao util e ao agradavel. Trazida a horticultura para as grandes cidades ahi se transformaram as hortas em jardins, e, desde a antiguidade grega que, este ornamento das habitações, não só foi um luxo como um dever agradavel dos que apreciavam os prazeres da vida agraria. Os celtas e os gaulezes conheciam as praticas horticolas, as quaes se aperfeiçoaram sob o dominio romano. Com as invasões dos barbaros a horticultura refugiou-se nos claustros, onde fez alguns progressos, pois que os hortelãos dos conventos, desde o seculo IX até ao XIV fôram sempre muito curiosos nas suas culturas, as quaes aperfeiçoaram bastante, chegando a tornar comiveis certas hervas e fructos, cujo sabor e fórma se não prestavam para a alimentação. Com os romanos a horticultura ganhou bastante, e variados são os legumes que d'elles ficaram nas hortas peninsulares. Nos primeiros annos da monarchia, já as hortas eram notaveis, tanto quanto o permittiam a segurança e a quietude das povoações. Em 1200, Pedro Gonçalves e sua mulher D. Godina doaram aos templarios (em Thomar) a sua aldeia, em que moravam, com suas arvores, pomar e horta, da qual D. Godina seria sempre sustentada e assistida de hortaliças, fructas, cebolas, etc., e de tudo que ella produzisse: *Et domna*

Godina sit semper contenuda da veiza et de poma (alhos) et de quantum ibi sterit; ficando por sua morte livres os templarios de tal condição. A horticultura em Portugal teve sempre grande importancia e muito especialmente nas hortas do termo da capital. O termo de Lisboa abrangia, nos principios do seculo XV, uma zona de cêrca de trinta e tres kilometros de raio, aproximadamente. Segundo um trabalho do escrivão da camara, Antonio José Cardoso Carceres, comprehendia o termo quarenta e seis julgados e, entre outras, a freguezia de Nossa Senh ra da Misericordia da villa de Bellas. Devido a ser Lisboa o centro principal consumidor d'essas hortas, desde cedo houve mercados em que se vendiam as hortaliças, e é assim que no logar da Ribeira, em 1248, fundou a camara um mercado destinado á venda de peixe, de fructas e hortaliças; e para se avaliar a importancia que attingiu, basta que se leia o livro *Grandezas de Lisboa*, de Fr Nicolau de Oliveira, o qual, descrevendo-o largamente, enumera setenta vendedeiras, cincoenta e quatro escamadeiras de peixe, algumas das quaes eram ricas pelo seu mister, observa o autor. Em 1519 a camara recebia 300 réis de renda por cada loja do mercado, cuja construcção lhe custára mais de dez contos de réis. Na Praça Nova, no sitio onde existe hoje a praça da Figueira, estabelecera a camara um mercado só para fructas e hortaliças, mas em 1784 entravam tambem ali os gallinheiros, as lojas de bebidas, etc. Apezar da existencia do mercado, a camara permittia a venda ambulante e permanente em varios sitios da cidade. O mercado mais importante de hortaliças foi em epocas remotas o da praça da Magdalena, que passou depois para o Rocio, praça da Alegria ou do Verde, e, finalmente para a Praça Nova. Na pomposa festa de Corpus Christi viam-se na procissão, a qual era feita com o maior esplendor, danças de colarejas, hortelôas e regateiras. Para que se aprecie da importancia das hortas ajuntemos que n'esse magestoso acto apparecia a *invenção distinctiva* do mister de hortelão, a *almoinha*, que representava uma horta e era conduzida em carro pelos almoinheiros — hortelãos, e que estes, no numero de doze, tinham logar na procissão logo apoz os bésteiros. Eram notaveis já n'essa epoca as hortas do Campo Grande, Chellas, Loures e Friellas, e o mister de hortelão considerado, com determinados privilegios. Nos autos de Antonio Prestes ha muitas referencias a diversas hortaliças, pelo que se mostra estar a industria horticola bastante desenvolvida. Na horticultura nacional não deixa de ser interessante a historia de alguns legumes e hortaliças das especies mais conhecidas. A couve commum *(brassica oleracea)*, indigena da Europa, e as couves da Italia e da peninsula deram sementes muito procuradas para o resto da Europa. A propria peninsula, apezar de já ter a couve *gallega*, acclimatou a *lombarda* e a couve flôr de Malta e de Chypre. O repolho *(brassica oleracea capitata)* parece ter vindo da Inglaterra ou da Hollanda. Uma das variedades mais apreciadas nas nossas hortas é a *couve portugueza* de talo largo, couve *tronchuda*, que decerto é aborigena. O repolho é uma das especies de couves mais saborosas, e não obstante o gosto exquisto e especial, que tem, é muito procurado para a alimentação humana. A couve-flôr *(brassica oleracea botrytis)* é a mais notavel variedade da couve ordinaria. Reina grande discordancia ácêrca da epoca da introducção d'esta planta na Europa, e em Portugal a sua introducção tem um pormenor anecdotico: pois que o cozinheiro de certo titular, a quem haviam offerecido uma das primeiras couves-flôr cultivadas em Portugal, cozeu apenas as folhas e deitou fóra a flôr. A couve *murciana*, de folha crespa, é originaria de Murcia. A couve foi desde remotas eras empregada em medicina; os antigos faziam d'ella uma verdadeira panacéa. Ainda se emprega o xarope da couve vermelha contra as doenças pulmonares. Outra especie de couve, originaria da Italia *(brocoli)*, são os *brocolos*, variedade especial da couve flôr, que mereceu aos botanicos o nome de *brassica botrytis cymosa*. A *alface* é uma das plantas hortenses, familia das *chicoraceas*, a que os arabes déram grande attenção, e, desprezando a alface venenosa, cultivaram a *lactuca sativa*, da qual ficaram as variedades: *orelha de mula*, *repolhuda*, *rendada e branca*. O uso da alface em salada é muito antigo entre os portuguezes e as locuções da lingua o mostram: *taes alfaces para taes beiços*, que deixa perceber ser comida delicada, e o adagio *entre couve e couve, alface*, o qual tanto se generalisou entre os habitantes da capital, que Moraes no seu diccionario diz vir d'ahi a alcunha de *alfacinhas* dada aos lisboetas. Esta planta herbacea apresenta a singularidade de que em nenhuma parte do mundo foi encontrada, até hoje, no estado selvagem. Todavia suppõe se tambem muito cultivada pelos romanos, tanto que em alguns paizes se conhece a *alface romana*. A *chicoria* é indigena da Europa, como planta tonica e agradavel, come-se em salada, torra-se para misturar com café, e, em verde, tambem constitue bom alimento para os animaes de tiro. O *rábano*, antigamente *rábão*, é originario do Egypto, e em Portugal foi sempre muito apreciado e cultivado como se prova de alguns dictados antiquissimos: *rábãos e queijo, mantem a Côrte em peso;* e *tal he o rabão pela manhã, como a laranja á tarde*. As *cenouras* são um dos melhores legumes, tanto para o homem como para os animaes, e julga-se que fôram trazidas para a peninsula, pelos romanos. Nos nossos mercados ha duas qualidades, a *portugueza* e *franceza*, sendo esta de menor tamanho Da *cebola* (*allium cepa)* ignora-se a origem. Os antigos usavam-n'a tanto como nós, pois que é alimento bastante são, e cuja cultura em Portugal se mostra importante, com larga exportação. Além da cebola branca, ha a cebola albarrã, casta que se cria nos campos, differente da que se cultiva nas hortas. E' apreciada a cebola da Madeira. A cebola portugueza, branca, doce, degenera nos outros paizes. Os *nabos* são uma das culturas mais espalhadas, conhecida de ha muitos seculos. Esta cultura é importantissima na Inglaterra, na qual constitue um decimo dos terrenos cultivados. Como hortaliça de pleno inverno é muito apreciada e attribuem-lhes grandes virtudes peitoraes e diureticas. E' tambem conhecida a *beterraba*, variedade notavel, pelo assucar que se póde extrahir d'ella Os *alhos* quando cultivados *(allium sativa)*, vegetam em toda a parte, desenvolvendo-se extraordinariamente em terras siliciosas e vizinhas do mar. Parece que fôram os egypcios o primeiro povo que os

cultivou Os romanos davam-n'os aos soldados. O alho é um condimento precioso para os povos do sul da Europa, e para os do norte um motivo de nojo, de repulsão; todavia a sua cultura é larga e a producção sempre consumida completamente. Quanto a virtudes therapeuticas, dão se os alhos como bons vermicidas, anti-rabicos, contra a loucura, etc. Em Portugal a producção é notavel desde alta antiguidade. Decerto fôram trazidos pelos arabes. E foi tão grande o apreço que mereceram, que entravam em linha de conta nas doações. Só pela decima parte dos *alhos*, cebolas e legumes, déram foral aos moradores de Abiul, em 1167, Diogo Peariz e sua mulher, D. Exemena. A villa de Sernache dos Alhos tirou o nome de um grande campo que se semeava d'este bolbo. O *feijão* é o representante mais notavel das *naçoens de legumes*, como no seculo XIV, se chamava a toda a casta de legumes, segundo o que se vê de um documento de Tarouca, citado no *Elucidario*. Espalhado por todo o mundo tem o feijão adquirido diversos caracteristicos. Para o Brazil, para a China, para a Africa o tem levado os portuguezes, e assim egualmente muitas sementes de diversas hortaliças, como por exemplo para S. Thiago, ilha Brava e outras terras portuguezas. Antigamente chamavam-se *feijoens de sapata*, aos feijõesinhos verdes, muito tenros, que se apanham com as vagens, sem d'ellas se tirarem e assim se cozem ou soffrem outra operação culinaria. São uma planta herbacea muito conhecida, as ervilhas, da qual ha varias qualidades como por exemplo a *anã*, *torta*, etc. A *genoveza* parece indicar origem italiana. No Algarve chamam-lhe *grizéo*.

Hortinha. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Amendoa, com de Mação, distr. de Santarem ‖ S. Sebastião, de Gomes Aires, conc. de Almodovar, distr. de Beja. ‖ S. Jorge, de Sarilhos Grandes, conc. de Aldeia Gallega, distr. de Lisboa.

Hortinhas. Pov. na freg. de S. Pedro, de Terena, conc. de Alandroal, distr. de Evora.

Hortinho. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Alcanede, conc. e distr. de Santarem.

Horto. Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Minhotães, conc. de Barcellos, distr. de Braga ‖ S. Thiago e conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo districto.

Hortos. Pov. na freg. de Santa Cruz do Douro, conc de Baião, distr. do Porto.

Hortozello. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Cahide do Rei, conc. de Lonzada, distr. do Porto. ‖ O Salvador, de Rossas, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Hospicio. V. *Hospital*.

Hospital *(Joaquim de Queiroz Machado e Vasconcellos, barão do)*. Foi 10.º senhor da *Casa do Hospital*, em Monsão, Entre-as-vinhas e Sem, em Felgueiras, 7.º sr. dos prazos de Lordelinho e Cartas, em Felgueiras, 7.º sr. da casa e morgado dos Machados, em Carapeços (Barcellos) e 5.º sr. da casa de Calvellos, em Fafe, fidalgo cavalleiro da Casa Real por alvará de 13 de dezembro de 1819, datado do Rio de Janeiro *(Secret. do Reg. das mercês, fl. 200 v.)*, commendador da ordem de Christo por decreto de 1 de fevereiro de 1857. Filho de Estevão de Queiroz Machado e Vasconcellos Pimenta da Gama (V. *este appellido)*, e de sua mulher D. Joaquina Verea Aguiar y Mosquera, nasceu na Casa do Hospital aos 6 de julho de 1806. Casou em 24 de abril de 1836 com D. Ismenia Julia Ferreira Alves Pinto Villar, filha de José Alves Pinto Villar, cavalleiro do habito de Christo e senhor da Casa Grande de Celleirós, termo de Villa Real, e de D. Helena Maria Ferreira Pinto, tendo d'este consorcio varios filhos que morreram sem successão, e uma filha, D. Maria do Carmo, que casou com Antonio Carneiro de Sá Pereira Coutinho de Vilhena Rangel, sr. do morgado da Casa da Praça em Villa do Conde (V. *Hospital, Casa do)*. El-rei D. Fernando, como regente na menoridade de D. Pedro V, querendo dar a Joaquim de Queiroz um publico testemunho de consideração e tendo em attenção os bons e valiosos serviços por elle prestados ao Throno e á Carta Constitucional da Monarchia, houve por bem fazer-lhe mercê do titulo de barão do Hospital por decreto de 30 de julho e carta de 3 de outubro de 1855 *(reg. no Real Archivo a fl. 72 do Liv. 6.º de Reg. de Mercês)*. O 1.º barão do Hospital havia começado muito novo a sua vida militar, pois aos 22 annos era nomeado pela infanta D Izabel Maria, regente do reino, capitão aggregado ao regimento de milicias dos Arcos, por carta de 6 de fevereiro de 1828 *(reg. na sec. da guerra no Liv. 5.º a fl. 133)*, posto em que o veiu encontrar o inicio das nossas terriveis contendas fratricidas em maio de 1828. Acompanhou seu pae em todas as vicissitudes que teve a perseguição de que fôram alvo, sendo preso por ordem do juiz ordinario de Valladares em 17 de agosto do referido anno. Depois de passar pela cadeia d'esse concelho, hoje extincto, pela de Valença, pela da Portagem, em Coimbra, e, por ultimo, pela Principal, de Almeida, dava entrada em 23 de outubro de 1830 na Relação do Porto. Em 18 de março do anno seguinte fôram lhe assignados cinco dias para dizer de facto e de direito, publicando-se a 6 de julho a sentença que julgou expiada a culpa com a prisão já soffrida desde 17 de agosto de 1828, ficando sujeito por seis mezes á vigilancia da policia local do seu domicilio. Foi solto a 14 do mesmo mez e anno (Vid. *Collecção de Listas, que contém os nomes das pessôas que fôram pronunciadas nas devassas e summarios a que mandou proceder o governo usurpador depois da heroica contra revolução que arrebentou na muito nobre e leal cidade do Porto em 16 de maio de 1828*, pelo bacharel Pedro da Fonseca Serrão Velloso, Porto, 1833, pag 63. Com a victoria das idéas liberaes, e sendo Joaquim de Queiroz herdeiro d'um nome illustre e d'uma das mais importantes casas do Alto Minho, ornado de dotes intellectuaes, de valôr, foi logo a 19 de maio de 1835 escolhido pelo Prefeito da Prefeitura do Minho, com séde em Braga, para Sub-Prefeito interino da comarca de Monsão, logar que exerceu com todo o zelo e competencia até 31 de agosto d'esse anno, em que foi exonerado, porque o decreto de 18 de julho de 1835 havia dividido o continente do reino em 17 districtos administrativos e criara o de Vianna do Castello, de que foi primeiro governador civil Luiz Claudio d'Oliveira Pimentel. Em virtude d'isso foi nomeado administrador do concelho de Valladares, em novembro do mesmo anno de 1835. Em 1837, por decreto de 18 de abril, referendado por Manuel da Silva Passos, «em attenção á

sua provada fidelidade ao throno legitimo e adhesão ás instituições liberaes da monarchia, aos grandes padecimentos e á mais atroz perseguição que por esse motivo soffreu com sua familia», foi feito commendador da ordem de Christo. E justissima foi esta mercê e referencia pois, além dos seus sacrificios pessoaes, seu pae havia sido victima de vexames, prejuizos e prisão violentos, e seu irmão José Maria de Queiroz Aguiar e Mosqueira fôra morto em Extremoz, em cuja cadeia estava preso! Pelo anno de 1845 surgiu um conflicto entre certos povos raianos. Fôra o caso que os habitantes da freguezia de S. Pedro de la Torre, provincia hespanhola de Orense, fronteira a Castro Laboreiro, queixavam se de que os vizinhos portuguezes passavam a linha da raia e iam com os seus gados pela falda do monte ou serra de Pena Gache para aproveitar os pastos de Gorgua e outros povoados d'aquella parochia gallega. Para evitar isso propunham-se surprehendel-os e tomar os gados, o que se não faria sem a correspondente resistencia dos de Portugal. Sabendo isto o commissario de protec-

Joaquim Machado e Vasconcellos, barão do Hospital

ção e segurança publica de Celanova, participou-o ao governador civil da provincia de Orense, e este, por sua vez, e com o fim de evitar a refrega imminente, officiou ao governador civil de Vianna do Castello, que era o sr. conselheiro Antonio Emilio Correia de Sá Brandão, actual conselheiro de Estado, par do reino e presidente do Supremo Tribunal de Justiça. As duas autoridades concertaram fazer um inquerito no local de Alcobaça, perante commissarios nomeados especialmente para o caso, ouvindo-se os mais velhos sobre usos e costumes e vendo-se documentos, lavrando-se um auto que pudésse habilitar os poderes centraes a resolver essa grave questão de posse entre os povos dos dois paizes. O sr. conselheiro Sá Brandão nomeou em 12 de setembro de 1845, Joaquim de Queiroz seu commissario especial. Este, e o administrador do concelho de Castro Laboreiro por parte de Portugal e D. José Bezerra, commissario de protecção e segurança de Celanova, nomeado pelo governador civil d'Orense, com o alcaide do districto municipal de Padrenda, pela Hespanha, cumpriram esta diligencia, em 20 de setembro d'esse anno, que habilitou as autoridades respectivas a formular uma decisão que satisfez ambos os povos interessados. O barão do Hospital acceitou uma candidatura a deputado pela sua provincia em 1846, na 2.ª legislatura depois da restauração da Carta Constitucional, sendo reeleito na ○.ª legislatura. Dos 16 deputados pelo circulo do Minho foi Queiroz o mais votado. Foi amigo dedicadissimo do conde e depois marquez de Thomar. Desde 1842 até 1861 occupou o logar de substituto de juiz de direito da comarca de Monsão. Quando em 1848 o partido cartista se organisou, fundando centros ou commissões filiaes por todo o paiz, escolheu para presidente do centro de Valladares a Joaquim de Queiroz, officiando-lhe n'esse sentido em 26 de dezembro d'esse anno. Subscreviam essa carta os duques de Saldanha e da Terceira, o marquez de Fronteira e o conde de Thomar. Esse centro installou se na Casa do Hospital em 6 de fevereiro de 1849 sob a presidencia do dono da casa, formando a commissão local os srs. Bento Manuel de Mendonça Machado e Araujo, fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo e administrador do concelho, Domingos Joaquim Cordeiro, presidente da camara municipal, José Luiz Affonso Quintella, abbade de S. Paio de Segude, Antonio Luiz Gomes, proprietario e recebedor do concelho, José Antonio de Magalhães Leite de Vasconcellos, reitor de Tangil, Antonio de Brito Sousa Castro Lyra, proprietario. Feita a eleição por unanimidade coube a vice presidencia a Bento Manuel Machado e Araujo e ficou secretario José Luiz Affonso Quintella. Em 7 de agosto de 1849 o presidente do centro conseguiu mais adhesões de outros vultos importantes locaes e participava-o, em officio, aos chefes do partido. Eram os srs. Manuel de Araujo Azevedo Lyra Sottomayor, proprietario e juiz ordinario, Manuel Rodrigues Sousa, sub-delegado, Antonio J. Bayão, escrivão do juizo, José d'Aquino Marinho Falcão, escrivão do juizo, e José Joaquim Pereira de Eça, proprietario e que, de todos, é o unico que ainda vive (1907). Foi o barão do Hospital um estrenuo defensor da sua terra, vindo a fallecer na sua casa do Hospital a 2 de março de 1874. O brazão d'armas consta d'um escudo esquartelado, tendo no 1.º quartel as armas dos Queirozes, no 2.º as dos Pereiras, no 3.º as dos Barbosas, e no 4.º as dos Gouveias. Foi concedido por carta passada a 4 de maio de 1604 a Antonio de Queiroz, seu 6.º avô. *(Reg. no Cartorio da Nobreza, a fl. 21).* Foi este um dos registos que se perdeu por occasião do terremoto de 1 de novembro de 1755, mas existe o original. O actual barão do Hospital é o sr. Joaquim Queiroz Machado e Vasconcellos, que reside em Madrid.

Hospital. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Arcozello, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. ‖ S. Pedro, de Escudeiros, conc. e distr. de Braga. ‖ S. Martinho, de Gandra, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Thiago, de Gemieira, do mesmo conc. e distr.. ‖ S. Pedro, de Goães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. ‖ N. S.ª da Expectação, de Lordello, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Martinho, de Paranhos, conc. de Ceia, distr. da Guarda. ‖ S. Miguel, de Paredes, conc. de Penafiel, distr. do Porto. ‖ N. S.ª d'Assumpção e conc. de Penacova, distr. de Coimbra. ‖ Santo

Adrião, de Santão, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Pedro, de Teixeira, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Lourenço, de Touvedo, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Rio da costa da Guiné de Cabo Verde, Africa Occidental. Fica ao S do cabo Sagres, a pouco mais de 29 k. ao SE da ponta meridional da ilha dos Idolos ou Factory, e a 12 da ilha da Tamara ou Mataeong. Desagua, juntamente com outros rios, em uma grande bahia obstruida de bancos e fronteira á ilha dos Idolos E' navegavel para grandes embarcações.

Hospital. Edificio ou estabelecimento onde se recebem e se tratam os doentes pobres em enfermarias proprias, e os que o não são em quartos ou enfermarias reservadas, pagando uma certa quota. Os hospitaes e hospicios propriamente ditos não existiam na antiguidade, em que cada um, até certo ponto, praticava individualmente a hospitalidade, garantida pelos usos ou leis. Os primeiros estabelecimentos hospitalares parecem remontar ao fim do seculo IV e, sob o nome de *xenodochia*, serviam de refugio aos viajantes estrangeiros. Sob a influencia do Christianismo, crearam-se verdadeiros hospitaes, e a obrigação imposta aos bispos pelos concilios de recolherem os doentes indigentes das suas dioceses favoreceu o desenvolvimento da instituição. Em Portugal os primeiros hospitaes, que existiram, fôram as *albergarias*, que se multiplicaram desde o começo da sua existencia. (V. *Albergaria*). O desenvolvimento que por esse tempo tomou a lepra determinou a creação das *gafarias*, que não tiveram nem o numero nem a importancia que n'outros paizes tomaram (V. *Gafaria*). D. João II, autorisado pela bulla do papa Xisto IV, de 13 de agosto de 1479, reuniu todos esses pequenos hospitaes em vastos estabelecimentos onde os doentes pudéssem receber tratamento adequado. Esta intervenção foi favorecida pela instituição das Misericordias, devida ás diligencias de fr. Miguel de Contreiras (V. *este nome*). Instituiu-se então o Hospital Real de Todos os Santos. V. *Lisboa*. || *Hospital militar;* o que admitte só militares. Estes hospitaes, em tempo de paz, dividem-se em permanentes e regimentaes; e no de guerra, em permanentes, internos e de sangue. Teem por fim o tratamento das praças de pret, officiaes e empregados civis do exercito, qualquer que seja a sua graduação, mas pódem n'elles ser recebidos e tratados quaesquer individuos, que em tempo de guerra recebem rações de etape. || *Hospital de sangue:* hospital ambulante que serve para receber os feridos em campanha. || *Hospital barraca:* systema de casa de saude, de construcção singela, que serve para o tratamento de doentes durante um periodo illimitado, findo o qual se destroe para se ir estabelecer outra nova em outro sitio.

Hospital *(Casa do)*. Antiga vivenda apalaçada com ampla quinta e dependencias agricolas, situada na freg. do Salvador de Ceivães, conc. de Monsão, outr'ora conc. de Valladares, do Minho, em frente á Galliza, no extremo do territorio portuguez, e na orla da estrada real n.º 23, de Monsão a Melgaço. Occupa, com a propriedade circumjacente, e que é extensa, um dos mais pittorescos pontos do formosissimo valle do Minho. A Commenda de Tavora fez d'ella prazo de vidas em 1551 a Ruy Abbade, que foi portanto o seu primeiro senhor nos meados do seculo XVI e que, depois, sob o ponto territorial, foi successivamente augmentada. Este Ruy Abbade, assim chamado porque, na epoca, se nomeavam com aquelle titulo seculares nobres commendadores de mosteiros, era casado com Branca Soares, filha de Heitor Soares senhor da Quinta de Brei, em Pias (Monsão) e de Izabel Barbosa, dos Barbosas de Aborim, e neta de Pedro Soares, dos de Tangil. D'este consorcio nasceu uma filha, Brianda, que veiu a casar com um fidalgo da illustre linhagem dos Queirozes, o licenciado Pedro de Queiroz, que de Villa Real passou a Monsão. Fôram os 2.os senhores d'esta casa. Pedro de Queiroz era filho do licenciado João Lopes, que viveu no tempo de D. Manuel e D. João III, senhor da Quinta de Moura Morta, concelho de Penaguião, onde era capitão-mór e de D. Catharina

Casa do Hospital

de Queiroz, quarta neta de D. Fernando Alvares de Queiroz, — tronco dos Queirozes de Portugal — que para aqui veiu das Asturias, onde seus antepassados, que procediam do imperador Constantino, haviam constituido o seu solar (V. *ms. de Felgueiras Gaio, na Misericordia de Barcellos, e ms. do Abbade de Peruzello, n.º 282, da Bibliotheca Publica do Porto, verb Queiroz*). A serie de senhores da Casa do Hospital é luzida e brilhante, offerecendo em todas as epocas homens de evidencia principalmente nas armas. A nobreza dos seus fidalgos foi constantemente accrescentada com allianças distinctas, girando-lhes nas veias o sangue dos Castros (de Monsanto) dos Gouveias (senhores de Gouveia), dos Coutinhos (dos condes de Marialva, senhores de Leomil), dos Sousas (do mestre de Christo D. Lopo Dias de Sousa), dos Cabraes (senhores de

Azurara), dos Barbosas (senhores de Aborim), dos Pereiras, dos Lobatos e Caldas, dos Bacellares (do Paço de Golães), dos Machados, dos Pimentas e Gusmões (da Casa do Cabrão), etc. Por principios do seculo XVII, em 4 de maio de 1604, a Antonio de Queiroz, 3.º senhor da Casa do Hospital, filho do licenciado Pedro de Queiroz, foi concedido brazão de armas de Queirozes, Pereiras, Barbosas e Gouveias, por descender d'estas nobres familias. O original d'esta carta conserva-se no archivo da Casa do Hospital. D'esta magnifica propriedade foi criado baronato por el-rei D. Fernando regente do reino na menoridade de seu filho, el rei D. Pedro V, em favor de Joaquim de Queiroz Machado e Vasconcellos por decreto de 30 de julho de 1855. Este fidalgo teve varios filhos varões que morreram sem successão, e uma filha D. Maria do Carmo de Queiroz, que casou com o morgado da Casa da Praça, em Villa do Conde, Antonio Carneiro de Sá Pereira Coutinho de Vilhena Rangel, fidalgo cavalleiro da Casa Real por alv. de 8 de maio de 1845, 13.º senhor da Casa da Praça e 5.º da da Costa, em Barcellos, filho 4.º de Luiz Carneiro de Sá Barbosa, 12.º senhor da Casa da Praça, fidalgo cavalleiro da Casa Real por alv. de 21 de abril de 1845, tenente-coronel das milicias de Villa do Conde, condecorado com a cruz de duas campanhas da Guerra Peninsular, e de sua mulher D. Izabel Margarida Carneiro Pereira Coutinho de Vilhena Rangel. E assim entrou nos descendentes d'esta illustre *Casa do Hospital* o sangue preclaro dos Carneiros (das Casas da Praça, Senra e S. Sebastião, de Villa do Conde), dos Pereiras Coutinhos e Vilhenas (da nobre Casa de Penedono, na Beira) dos Lyras Sottomayores (dos senhores de Lyra e Sottomayor na Galliza) etc. Nasceu d'este matrimonio uma filha, em que se continua a representação d'estas illustres casas, a sr.ª D. Maria da Purificação de Queiroz Carneiro de Vilhena, condessa de Azevedo pelo seu casamento com o conde do mesmo titulo e representante da nobilissima linhagem dos senhores de Azevedo (V. *Azevedo, Casa solar de)*. Esta Casa teve a honra de hospedar em 1813 o arcebispo de Santiago (Hespanha) D Raphael de Muzquiz y Aldunate, cavalleiro prelado, gran-cruz da ordem hespanhola de Carlos III, etc. que, obrigado a emigrar n'aquelle anno, se valeu da amizade que tinha com a familia da então senhora d'esta casa, D. Joaquina Verea Aguiar y Mosquera, da alta nobreza santiagueza, casada com o 9.º senhor da Casa do Hospital, Estevão de Queiroz. Aconteceu estar este illustre prelado ainda ali refugiado, nas temporas de setembro de 1813 e, precedendo licença do rev. arcebispo de Braga, celebrou ordens geraes na capella d'esta Casa, da invocação de S. João Baptista. Aos fieis que a visitem concedeu tambem diversas graças espirituaes. Quando o actual sr. arcebispo primaz de Braga, D. Manuel Baptista da Cunha, fez a sua visita pastoral aos concelhos de Monsão e Melgaço, deu aos senhores da Casa do Hospital, actuaes condes de Azevedo, a honra de o hospedarem e á sua comitiva em maio de 1903, administrando na mesma capella o Sacramento da Confirmação. Para as biographias de outros senhores da Casa do Hospital, veja-se no appellido *Queiroz*.

Hospital de Baixo e de Cima. Duas povoações na freguezia de S. Paio, de Villar de Figos, conc de Barcellos, distr. de Braga.

Hospitaleira. Dá-se este nome ás religiosas votadas ao serviço dos doentes, dos pobres e das creanças abandonadas. E' grande o numero d'estas religiosas, e com diversas designações, seguindo diversas regras. Ha muitas religiosas que sem usarem o nome de hospitaleiras desempenham as mesmas funcções, como as irmãs da caridade, irmãsinhas dos pobres, etc.

Hoste. Exercito posto em campo contra o inimigo.

Howorth *(Julio)*. Guarda-livros da antiga Caixa do Credito Industrial, e depois do Banco do Credito Nacional. Nasceu em Lisboa a 8 de junho de 1852, onde tambem falleceu a 1 de novembro de 1905. Era filho de Guilherme João Howorth, um dos fundadores da fabrica de louça de Sacavem. Dedicando-se á litteratura, collaborou em diversos jornaes, tendo fundado e dirigido os seguintes: *Ensaios litterarios*, *Rossi*, *Voz do Caixeiro* e *Gazeta dos empregados do Commercio e Industria*. Para o theatro escreveu as seguintes peças: *As informações, comedia em 1 acto*, escripta aos 16 annos, que se representou no Gymnasio para estreia do actor Augusto de Mello; esta comedia tem reapparecido em differentes theatros e em differentes epocas, representando se no Gymnasio, já depois do fallecimento do autor, com o titulo de *Secretario por amor*. No theatro de D. Maria II representou-se a comedia em 1 acto e em verso, *Ça mord*. No do Principe Real, as seguintes peças: *A mulher pirata*, drama, e de collaboração com o sr Mendonça e Costa, *Os Escravos do trabalho* e *Segredo do medico*; o aproposito *Camões em Coimbra*, (opereta); e a comedia em 1 acto, *O que elle faz . . faço eu*. No antigo theatro das Variedades representaram-se as comedias em 1 acto: *Ratices do mano Antunes* e *As botas do papá*. No velho theatro da Rua dos Condes: *Alugam-se quartos*, em 1 acto. Para os Recreios Whittoyne: *Cazem-se rapazes*, em 1 acto. Para theatros particulares escreveu os dramas: *A herança do marinheiro* e *A Visão do crime;* a comedia *O segredo do Theodoro, O Irresistivel*, e o monologo *Um heroe*.

Huet. Familia de origem allemã, que veiu para Portugal na pessoa do illustre fidalgo cavalleiro Duarte Claudio Huet, que se alistou ao serviço do infante D. Duarte, e lhe serviu de seu camareiro na prisão do castello de Milão, com tanto amor e lealdade que o principe o nomeou seu testamenteiro. Foi recompensado por este e outros serviços com o grau de cavalleiro da ordem de Christo, e com a commenda de S. Gil de Portugal, onde veiu a casar com D. Constança Malheiro Souto Maior, filha do alcaide-mór de V. N. de Milfontes. Foi seu 4.º neto, natural do Porto, João Huet Bacellar Pinto Guedes Souto Maior, que passou ao Brazil, onde teve o fôro de fidalgo da casa imperial, o posto de coronel, etc., e tirou carta de brazão em 25 de dezembro de 1849. As armas dos Huets são: Em campo azul tres flores de liz de ouro, postas em roquete; timbre, uma das flôres.

Huilla *(Districto administrativo da)*. Foi este districto creado na provincia de Angola, Africa Occidental, por decreto de 2 de setembro de 1901 e constituido pelos concelhos de Lubango, Gam-

bos, Huilla, Huumbe e Humpata, que anteriormente pertenciam ao districto de Mossamedes. E' um dos maiores districtos da provincia, e o mais conhecido A séde do districto é no Lubango, na colonia Sá da Bandeira, que pelo mesmo decreto foi elevada á categoria de villa. Os territorios que constituem o districto fôram divididos em circumscripções ou commandos militares. O districto confina ao N com o planalto de Caconda, no distr. de Benguella; a L e S é circumdado pela porção do rio Cunene que corre desde Luceque até á Hinga, e d'ali até á foz: a O tem por limite natural a extensa cordilheira da Chella, prolongando-se ao N com as serranias de Timinga, Olonde e Huambo até ao curso do Cuanza; ao sul liga-se com a serra de Caná. A rede fluvial do districto é formada pelos rios Cunene, Caculovar, Nene, e seus affluentes. A area colonisada pelos europeus abrange uma superficie de 60 k. de raio, e tem por centro a colonia da Chibia. E' formada pelos concelhos da Humpata, Lubango e Huilla. O seu clima é saluberrimo. Está occupada por colonias formadas de portuguezes naturaes da Madeira e das provincias do N de Portugal, e tambem por boers. O concelho da Huilla, propriamente, é formado pelas provincias de Chibia e Huilla. Está situado no centro da area salubre da colonisação européa. Confina ao N com os concelhos de Quillengues e Caconda, no districto de Benguella; ao S com o concelho dos Gambos, e a O com a Humpata. A léste estende-se o rio Cubango. Bibliographia: *Da Huilla ás terras do Humbe (Notas a lapis)* por J. Pereira do Nascimento; Huilla, 1891.

Huilla. Pov. do conc. e distr. da Huilla, na prov. de Angola, Africa Occidental. Assenta na parte norte da bacia de Lupôlo, limitada ao N e O pelas montanhas do planalto da Humpata. Este logar, em que assenta a pov, foi o primeiro ponto do planalto de Mossamedes habitado pela raça européa no tempo do marquez de Sá da Bandeira, sendo então Fernando Leal, governador do distr. de Mossamedes. Varias causas concorreram para a diminuição de importancia que soffreu a pov: Primeira, as diversas tentativas iniciaes para a sua colonisação, depois a corrente da emigração desviar-se para o valle do Chimpumpunhime, de terrenos mais ferteis, e por ultimo a mudauça da séde do conc. para a colonia da Chibia. A pov. de Huilla tem uma linda e pittoresc.. avenida ladeada de frondosos eucalyptos, fortaleza, capella, seminario, fabricas de aguardente de canna, de farinha, etc. As casas estão agrupadas em volta da fortaleza. As fazendas agricolas occupam as duas margens do rio Lupôlo estendendo-se na direcção de SE. A pov. communica por meio de estradas carreteiras com o Lubango e a Humpata, com a Missão catholica por uma estrada de 3 kilom, e com a colonia da Chibia por duas outras As principaes culturas são: trigo, milho, centeio, fructas, café, batata, cebola, feijão e as varias especies pecuarias: cavallos, eguas, muares, jumentos, bois, porcos, ovelhas e cabras. A 3 kilom da pov. da Huilla está o magnifico estabelecimento da Missão Catholica, para a educação de creanças pretas, fundado em 1881 pelos missionarios da Congregação do Espirito Santo. A Missão comprehende duas ordens de construcções, situadas d'um e d'outro lado do rio Mucha. O instituto para o sexo masc. levanta se na margem direita do rio, no logar chamado Quitembo. Comprehende o seminario diocesano e as edificações que fórmam a Missão, propriamente dita, e são especialmente destinadas á educação e ensino das creanças pretas. Occupam uma area de 20 hect., com extensos campos de semeadura, hortas e jardins, tudo trabalhado pelos negros, sob a direcção dos missionarios. As edificações fórmam um vasto quadrilatero de casarias que encerram todas as officinas em que os educandos aprendem os officios de carpinteiro. marceneiro, torneiro, serralheiro, funileiro, alfaiate, sapateiro, curtidor, typographo, etc.; casas de residencia, refeitorios, dormitorios, bibliothecas, pharmacia, gabinete para o estudo das sciencias naturaes, gabinete photographico, sala d'armas, paiol da polvora, depositos de ferramentas e machinas agricolas, fabrica de cerveja e celleiro, salas de estudo, capella, observatorio, etc. Os vastos terrenos cultivados, hortas e jardins, são irrigados por uma levada de 6 k., que conduz a agua do rio Quitembo, e fornece 1:800 litros por minuto. N'este instituto são educadas muitas dezenas de creanças, bastantes das quaes seguem o curso do seminario. Aprendem instrucção primaria, agricultura, artes e officios, musica, jogos d'armas, etc. Quando chegam á maioridade casam com as raparigas educadas no outro instituto dirigido por irmãs educadoras, e estabelecem-se no Jau, formando nucleos de aldeias christãs. O instituto das raparigas está edificado na margem esquerda do rio Mucha. da qual parte uma levada de 500 metros, que fertiliza os seus terreuos de cultura, os quaes occupam uma superficie de 10 hectares. O instituto tem capella, salas, quartos, dormitorios, refeitorios, sala de engommar, costura, cozinha, lavandaria, sala de estudo, enfermaria, etc. São consideraveis os serviços prestados pela Missão da Huilla ao paiz, á nação, e á civilisação.

Hulua. Lagôa do conc. do Dande, no distr. de Loanda, prov. de Angola

Humbe. Villa e antigo presidio do conc. do Humbe, no distr. de Huilla, prov. de Angola. Está situada a 340 k. da costa e perto de 400 ao SE da villa de Mossamedes, na margem direita do rio Cunene e a pequena distancia da confluencia do Caculovar, que vae desaguar a E do presidio ou forte do Humbe. A cêrca de 1 k. do Caculovar o terreno eleva-se, encontrando-se ali edificadas as principaes habitações e a fortaleza. — Ruinas d'uma antiga missão fundada em 1882 pelo padre Duparquet nas proximidades da fortaleza; este exercia um grande prestigio no animo dos indigenas, mas os acontecimentos que deram origem á guerra de 1885 obrigaram os missionarios a abandonal-a. — Feitoria da companhia de Mossamedes, n'um logar fresco coberto de palmeiras, de figueiras, sycomoros, de copados ominyandi e outras arvores A villa foi fundada em 1859 pelo governador Fernando Leal. || Concelho do distr. da Huilla, na prov. de Angola. Está dividido nos sobados de Mahama, Mutano e séde do concelho, T'chipelongo, Mahonge, Chalmeahula, Cáfontuca e Quiteve, sendo este ultimo constituido de povos independentes. Este concelho, que pelas condições do seu clima é improprio para a adaptação da raça branca, fórma uma das áreas de exploração commercial com os

indigenas e um dos centros de permuta do gado bovino, cuja creação é o principal elemento dos negros que habitam a feracissima zona do sul do planalto. As terras do Humbe são ricas, de côr cinzeuta-escura, com grande percentagem de humus e excellentes aptidões vegetativas para todas as culturas europeas. Banha-as o rio Cunene e o Caculovar. Ha alguns annos era esta região riquissima em gado, porém actualmente está muito desprovida d'elle, por causa da peste bovina desenvolvida em 1897. Este concelho fazia parte do districto de Mossamedes, do qual foi desannexado, com outros, por decreto de 2 de setembro de 1901, para constituir o districto a que actualmente pertence.

Humpata. Um dos concelhos em que d'antes se dividia o distr. de Mossamedes, que faz parte da prov. de Angola. Em 1901 foi o distr. de Mossamedes dividido em dois, e a Humpata pertence actualmente ao distr. administrativo de Huilla. O conc. de Humpata está situado no ponto mais alto da serra da Chella, 2:000 m. aproximadamente acima do nivel do mar. O clima é dos melhores do planalto passando ali o europeu optimamente. Os terrenos são ferteis, dando trigo em abundancia e de boa qualidade, centeio e cevada. A primeira colonia boer que veiu para a nossa provincia d'Angola occupou a Humpata Ali se estabeleceu irradiando mais tarde para a Chibia, Cuval ao sul de Caconda e outros pontos A séde do conc. chama-se *S. Januario*, residindo ali a autoridade administrativa que foi entregue por muitos annos ao coronel Arthur de Paiva, cujo nome está ligado á historia moderna da nossa expansão colonial na parte sul da prov. d'Angola. Foi o primeiro chefe da Humpata, e conseguiu pelo seu tacto administrativo que os boers se subordinassem o mais que era possivel ás nossas leis e usos. Este valente militar exerceu o logar de chefe da colonia boer até á sua morte. A Humpata, pela sua situação excepcional, pela elevação dos seus terrenos acima do nivel do mar, completamente isenta de pantanos, origem permanente das febres africanas, é considerada como o ponto mais salubre do planalto da região sul d'Angola, e tanto assim que os boers quando procuraram sitio onde se estabelecer, guiados unicamente por uma especie de instincto, escolheram de preferencia aquelle logar deshabitado nos pincaros da serra de Chella. A's primeiras familias que procuraram abrigo no territorio debaixo da influencia portugueza, succederam-se outras e outras até que se formou uma importante colonia, que muito ajudou o governo nas occupações das regiões comprehendidas entre os rios Cunene e Cubango, regiões que se mantiveram em estado de rebeldia algumas, e outras n'uma insubordinação latente que foi preciso desfazer por meio de guerras, que houve de sustentar com regulos importantes dispondo de muita influencia. Os boers prestaram tambem um importante auxilio nos serviços d'abertura de caminhos e em transportes nos seus pesados carros puxados ordinariamente por 9 e 10 juntas de bois.

Hungo. Pov. do conc. de Ambriz, no distr. e com. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, no sertão e no territorio de Quiengoengo, a O de Encoge.

Hygiene *(Companhia Portugueza de).* Fundada em 1891 para continuar e desenvolver as explorações de natureza chimico-pharmaceutica que a casa Estacio & C.ª, de Lisboa, havia emprehendido, é ainda o pharmaceutico-chimico E. Estacio, socio fundador d'esta casa, o director technico d'esta Companhia, a qual sob a sua direcção tem continuado a fabricar, por meio de machinas aperfeiçoadas, muitos productos, que antes só se podiam obter do estrangeiro, ou difficilmente se preparavam no paiz em limitados laboratorios. Foi esta empresa a primeira que se aventurou a dar a este genero de fabrico a feição industrial e desenvolvida que até então não tinha Portugal. Além da fabrica movida a vapor, situada na rua Barros Gomes, em Lisboa, possue esta Companhia uma pharmacia, na Praça de D. Pedro, e um grande deposito na rua do Principe. Esta empresa já em 1887 tinha tal importancia que, tendo concorrido com os seus productos á exposição, que n'esse anno se effectuou no Palacio de Crystal do Porto, a sua collecção foi alvo dos maiores louvores por parte da imprensa pharmaceutica do paiz e o jury a galardoou com o Diploma de Merito, tendo a seguinte muito honrosa declaração: «O jury tendo conferido a Estacio & C.ª a mais alta classificação de que podia dispôr, ainda assim não quer nem deve deixar de manifestar-lhes a impressão verdadeiramente agradavel, que lhe causou o exame dos seus bem fabricados productos que revelam conhecimentos e actividade pouco vulgares e constituem uma honra para a classe a que aquelles senhores pertencem». A' exposição de 1887 seguiu-se em 1888 a Exposição Industrial Portugueza, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, onde igualmente concorreram os productos d'esta empresa, e do mesmo modo mereceram ao jury de classe, além da mais alta distincção de que pedia dispôr — a Medalha de Ouro — as seguintes honrosas expressões, inseridas na sua acta, e que veem publicadas no relatorio official d'essa exposição: «Podemos affirmar que no nosso paiz não existe nenhum estabelecimento com esta feição, que possamos egualar em condições de aperfeiçoamento.» Deu se ainda n'esta exposição um facto que prova o grau de perfectibilidade e importancia a que esta empresa se elevou: O Diploma de Honra, pertencente ao grupo III, foi pelo grande jury conferido a esta empresa. Depois, em 1891, abriu de novo as suas portas o Palacio de Crystal do Porto aos que quizessem concorrer a um certamen de industria rapidamente organisado, no qual não havia jurys mas simplesmente diplomas de comparencia. A esse certamen concorreu egualmente a Companhia e a sua presença foi assignalada com palavras do mais subido louvor no catalogo-relatorio d'essa exposição sob o n.º 177, a pag. 115 da 2.ª edição. Mais tarde, em 1893, effectuou-se a Exposição Industrial no Museu Commercial e Industrial de Lisboa. A Companhia Portugueza Hygiene tinha já obtido nas exposições antecedentes as mais altas distincções, que só a ella fôram conferidas n'esta classe; portanto as suas provas reaes estavam feitas. Mas a Companhia não quiz deixar de corresponder ao chamamento do governo e inscreveu-se na lista dos expositores, embora não fôsse sua intenção aspirar a novos diplomas ou medalhas, pois que no campo das recompensas honrosas tinha, por assim di-

zer, attingido a maior gloria com o seu Diploma de Honra. O governo tambem assim o entendeu, e seguindo a pratica, que serve de norma reguladora nos paizes mais versados em materia de exposições, nomeou o director technico da Companhia, E. Estacio, membro do jury. Ficaram pois os productos d'esta casa fóra do concurso, por effeito d'aquella nomeação, que não deixou que os productos d'esta Companhia fôssem apreciados, para ser o seu director technico apreciador dos productos dos outros expositores. Realisando se, por ultimo, uma nova exposição na cidade do Porto (1897), onde dez annos antes fizera esta empresa as suas primeiras provas — a Companhia Portugueza Hygiene não deixou de comparecer, mas por um sentimento que lhe pareceu equitativo, entendeu que não devia ir com a sua installação disputar os premios aos seus concorrentes, apresentando-se por isso voluntariamente fóra do concurso. N'estas circumstancias o jury, não podendo apreciar e galardoar os productos da Companhia, mas não querendo deixar de manifestar-lhe o seu apreço, resolveu premiar o director technico E. Estacio com a maior distincção, que podia conferir-lhe — *O diploma de merito.*

I

Ialama. Sobado da provincia de Angola, distr. e conc. de S. Salvador do Congo. || Pov. do sobado de Cuimba, no conc. de S. Salvador, e distr. do Congo, prov. de Angola. || Pov. do sobado do rio Ambriz, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Iandegu. Pov. de gentios mandingas situada na margem meridional ou esquerda do rio de Farim, no conc. de Cacheu, prov. da Guiné, Africa Occidental. Dista 60 k. do presidio de Geba. Commercio de viveres e principalmente de cêra em grande escala.

Ianga. Pov. do sobado de Quimalo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Ibaba. Pov. do sobado de Cacongo, conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola.

Ibama. Sobado da prov. de Angola, distr. de Loanda, conc. da Barra do Dande, Africa Occidental. Pertence á 3.ª divisão e compõe-se de duas povoações: Mulombo e Ibama. || Pov. do conc. da Barra do Dande, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 3.ª div. e ao sobado de Ibama.

Ibo. Ilha do antigo distr. de Cabo Delgado, no archipelago de Querimba ou de Cabo Delgado, com. d'este nome, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está situada no oceano Indico, ao N da ilha de Querimba e proximo da costa do conti-

Vista geral da villa de Ibo

|| Pov. do sobado de Cacongo, conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola.

Ianguangua. Sobado da prov. de Angola, distr. de Lunda, conc. do Duque de Bragança, Africa Occidental. Faz parte da divisão de Luxilo.

nente africano. Tem uns 10 k. de comprimento por 5 de largura, é baixa, rasa, de origem calcarea e muito pedregosa, uma das maiores e mais populosas das ilhas habitadas do antigo districto. Do litoral para o centro alonga se uma fa-

cha arenosa, que corre n'uma extensão aproximada de 500 m. N'esta facha que fórma uma larga planicie, levanta-se a villa de S. João do Ibo. O archipelago de que esta ilha faz parte, é composto de 28 ilhas distanciadas entre 8 a 15 milhas do littoral e fórma um canal onde os bons abrigos abundam. Algumas das ilhas fôram habitadas em tempos mais ou menos remotos; o solo era cultivado, e ainda ali existem ruinas de velhas edificações, na sua maior parte conventos. Os antigos colonos, poucos em numero e sem segurança de vida e fazendas na costa, fugiam do continente, porque os indigenas os não deixavam em paz, e iam levantar nas ilhas as suas feitorias. De todos esses estabelecimentos, apenas hoje existe o Ibo. Os outros fôram devastados por uma horda de sakalaves de Madagascar, que pelas alturas de 1837 sairam da sua ilha, infestaram as Comores, passaram ás Querimbas, e parece que á propria costa de Cabo Delgado. O clima da ilha é saudavel; mas as aguas são pessimas, poucas, e tiradas de poços. Raras vezes chove. Os principaes productos agricolas são: algodão, café, feijão, gomma copal, arroz, milho, maná, mandioca, cauril, anil, gergelim, urzella e tabaco. O terreno é muito apropriado á cultura do mangue, que dá excellente madeira para construcções civis. Abundam os gados, especialmente os carneiros e as cabras, e obtem-se facilmente o marfim, bem como os dentes de phoca e o ambar. No matto ha caça, e no littoral lindos busios, os melhores de todo o continente africano, que servem de dinheiro miudo, e tartarugas muito finas. Os naturaes de Ibo fórmam um mixto de cafres, moiros e arabes, de diversas religiões e castas, que vivem em cabanas ou palhoças.

Ibo *(S. João de)*. Villa do antigo distr. de Cabo Delgado, séde da com. de Cabo Delgado, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está edificada na ilha de Ibo, no littoral, e é hoje a séde d'uma circumscripção administrativa (concelho) da Companhia do Nyassa, a cuja concessão territorial pertence. E' um bom porto, accessivel a barcos de grande tonelagem, e está balisado; mas a ilha é de difficil abordagem em qualquer das monções ou ventos reinantes no canal, pelo que se tornam embaraçosas a carga e a descarga, e mais ou menos trabalhoso o transporte dos generos que do continente offerecem áquelle mercado. A alfandega rende umas 10:000 libras, e o ancoradouro fica a duas milhas da terra. Na ilha ha farol de 6 milhas de alcance. A villa está edificada n'uma planicie arenosa que parte do littoral para o interior da ilha, tem ruas regulares com edificações de pedra e cal e terraços d'argamassa, jardim publico, e alguns centenares de palhoças. O Ibo fórma um dos 9 concelhos em que estão divididos os territorios administrados pela companhia privilegiada do Nyassa portuguez. Esta ilha é uma das mais extensas d'esses territorios; a villa é cercada por milhares de palmeiras. Foi mandada entregar á Companhia do Nyassa por decreto de 4 de novembro de 1897, lavrando-se o respectivo auto em 30 de março de 1898, estando presentes os srs. João Manuel Guerreiro d'Amorim, governador da Companhia,

Forte de Santo Antonio

Antonio Ferreira de Carvalho, intendente do governo, João Mousaco dos Santos, secretario, etc. Ficou desde então sendo séde do Governo

Alfandega

da Companhia do Nyassa. Territorios de Cabo Delgado, até ao dia 31 de dezembro de 1901, em que sendo encarregado do governo José M. Martins Pereira, mudou a séde para a futura cidade

Praça de S. João Baptista

de Porto-Amelia. O Ibo tem escolas de instrucção primaria, antigos e bons edificios da intendencia da administração publica, e figura no quadro das parochias e missões da prelazia de Moçambique com S. João Baptista do Ibo e S. Luiz Gonzaga de Querimba. A primeira escola que teve a villa, foi instituida pelo governador geral da provincia José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, fallecido em 1818. A antiga alfandega foi instituida em 1786, e começou a funccionar no anno seguinte. A actual alfandega da Companhia do Nyassa está junta com o correio, n'um dos melhores edificios do Ibo,

feito ainda por conta do Estado em 1880. A casa da intendencia é a melhor e mais bonita da villa; foi construida em 1852 pelo Estado para residencia do intendente. A maior parte do trafico que se faz com o sertão aproveita o intermedio da cidade de S. Sebastião de Moçambique, para onde a villa tudo exporta, e d'onde importa todas as fazendas e generos de que precisa, com excepção do trigo, que recebe directamente das ilhas Comores e da costa de Zanzibar. A importação consiste em algodão, assucar, armas, ferro, manteiga, polvora, tecidos diversos, machinas, mobilia, chá, farinha, azeite, carne salgada, vinho, etc.; e a exportação em arroz em casca, amendoim, côcos, copra, pontas de abada, castanha e espirito de cajú, couros, cera bruta, dentes de cavallo marinho, cauril, gomma copal e elastica, feijão, gergelim, milho, marfim, muchueira, tartaruga, tabaco e urzella. O edificio do mercado do Ibo foi construido em 1896 pelo Estado; é muito frequentado pelos indigenas que ali vão vender generos cafreaes. A villa foi collocada ao abrigo dos ataques do gentio por tres fortalezas e uma bateria rasante. As fortalezas são chamadas: Santo Antonio, S. José e praça de S. João. Assentam em rocha firme e são de pedra, cal e terra. A 1.ª levanta se a SSE da villa, a 2.ª a O, e a 3.ª na região NO da villa e proximo da praia. A praça de S. João póde recolher commodamente nas suas casernas 300 soldados. O forte de Santo Antonio foi mandado construir em 1857 por T. V. N. Ferrari, que n'esta epoca era o governador das ilhas. A praça de S. João Baptista é muito extensa. Por cima da porta de entrada, lê-se a inscripção seguinte: *Sendo Governador e Capitão General d'este districto o Ill.mo Ex.mo Sr. Manuel de Mello e Castro se fez esta fortaleza no anno de 1791.* Na mesma praça á entrada da porta, do lado direito, tambem se encontra a seguinte inscripção: *O capitão de granadeiros Antonio José Teixeira Tigre, commandando estas ilhas, fez esta fortaleza no anno de 1791.*

Ibrampur. Regedoria do conc. de Pernem, distr. e arceb. de Gôa, na India. Tambem se escreve *Imbrapur.*

Icau. Sobado da provincia de Angola, districto de Loanda, conc. de Alto Dande, Africa Occidental. Faz parte da primeira divisão, que ficou independente desde a guerra de 1872.

Icolo. Rio do districto de Loanda, na prov. de Angola. E' um affluente do rio Bengo.

Icolo e Bengo. Concelho do distr. de Loanda na prov. e bisp. de Angola. E' limitado ao N pelos concelhos da Barra do Bengo e Zenza do Golungo, a E pelo de Zenza do Golungo, ao S pelo de Calumbo e a O pelo de Loanda. Banham-n'o o rio Bengo, que o atravessa na direcção EO e os seus affluentes, entre os quaes o Icolo e o Cabaia ou Calucalla. Este concelho compõe-se da freguezia de S. José de Cabiri e de numerosissimas povoações governadas por varios sobas e repartidas em 5 divisões. E' uma região pouco accidentada; as suas altitudes não excedem, em geral, 100 metros. Nas visinhanças do Bengo ha grandes extensões de terrenos alagados, sendo importantes as lagôas de Quilunda e Lalama. O rio Cabaia atravessa esta ultima. O solo é arido, excepto no valle do Bengo, onde em muitos logares a vegetação é consideravel e a fertilidade notavel, apresentando-se em bom estado de cultura algumas fazendas ou arimos da margem d'aquelle rio. A cultura mais importante é a da canna saccharina, para o fabrico da aguardente. Tambem é consideravel a producção dos legumes, da fructa, das hortaliças e da mandioca. O clima é pouco saudavel. Quanto á industria é quasi nulla; apenas devem citar-se os pannos ordinarios chamados *libongos*, que são fabricados pelos indigenas, e dos quaes se faz grande consumo no sertão. O concelho tem chefe e administrador, escrivão da administração, professor, commissão municipal, delegação de fazenda e telegrapho, permutando vales com o reino.

Icolo Golungo. Antigo districto da provincia de Angola, cujas terras fôram repartidas pelos actuaes concelhos de Icolo e Bengo e do Golungo Alto, ambos do districto de Loanda. Tem minas de ferro.

Idães. Povoação e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto; 1049 hab. e 262 fog. Tem escolas d'ambos os sexos, correio com serviço de posta rural, e fabrica de sabão. A pov. dista 3 k. da séde do conc. A mitra primacial de Braga apresentava o abbade, que tinha 480$000 réis A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Idalcão Rei do Balagate, reino da India, áquem do Ganges. V. *India.*

Idanha *(Francisco Moreira Freire Correia Manuel de Aboim, visconde da).* Presidente da camara municipal de Cintra, delegado do governo da Companhia de Mossamedes, vogal do conselho administrativo da referida companhia, deputado, etc. Pertence a uma familia distinctissima. Começou a sua vida publica, viajando, em que adquiriu vastos conhecimentos. Foi um dos mais apreciados *sportmen* da peninsula, teve fama nos centros mais importantes da elegancia, como Paris, Madrid e Londres; teve o diploma da Sociedade de Geographia de Lisboa, e da Academia Indo-Chineza, de Paris; é condecorado com a commenda da ordem de Izabel a Catholica, de Hespanha. O governo portuguez o agraciou com o titulo de visconde da Idanha. Em 1896 foi eleito deputado, e por alguns annos exerceu o cargo de presidente da camara municipal de Cintra, assim como o de administrador d'aquelle concelho, a que tem prestado muitos serviços. E' tambem director do Grande Club de Lisboa, ha pouco tempo instituido Fundou em Bellas uma escola, que dizem ser a melhor que existe no concelho de Cintra. São numerosas as sociedades que auxilia, e todas as aggremiações de beneficencia, de recreio ou de instrucção, encontram sempre no sr. visconde da Idanha um dedicado protector.

Idanha. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Anta, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Nossa Senhora da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || S. Miguel, de Chorente, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Fiães, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Pedroso, conc de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Idanha a-Nova Villa da prov. da Beira Baixa, séde de conc. e de com., distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre, relação de Lisboa. Tem uma só freguezia, Nossa Senhora da Con-

ceição, e está situada n'um alto bastante aspero, cercada de muros, com um castello, mandado edificar em 1187 por D. Gualdim Paes, grão-mestre da ordem dos templarios. A villa teve principio com a edificação do castello, porque em volta d'elle se edificaram diversas habitações. E' banhada ao S. pelo rio Ponsul, o qual, com o Tejo, fôrmam do concelho quasi uma peninsula, tendo aqui uma antiga ponte, além de outras mais pequenas, de pedra, que passam por cima da ribeira d'Alpreada, que atravessa a villa. D. Sancho I, em 1206, doou a povoação aos templarios, dando-lhe o nome de villa, sendo mestre da ordem D. Fernando Dias. D. Affonso II confirmou em 1218 em Santarem a doação, dando-lhe egual nome assim como á outra Idanha, ficando conhecidas por *Idanha-a-Nova* e *Idanha-a-Velha*. (V. *o artigo seguinte*). D. Manuel deu-lhe foral, em Santarem, no 1.º de junho de 1510. Nos suburbios da villa houve um convento de religiosos franciscanos, da provincia da Piedade (Santo Antonio), ao qual lançou a primeira pedra fr. Custodio da Guarda, a 2 de setembro de 1630. Foi commendador de Idanha e da Azinhaga, governador da casa do civel e capitão de Tanger, D. Rodrigo de Menezes da casa dos condes de Tarouca. O fallecido conselheiro José Silvestre Ribeiro dotou esta villa, sua terra natal, com uma escolhida bibliotheca de 600 volumes. Em março de 1874 fôram registadas na camara municipal de Idanha-a-Nova, tres minas de chumbo, duas de chumbo argentifero, duas de galena de chumbo; uma de chumbo e ferro, e uma de ferro, manganez e outros metaes. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha 90$000 réis annuaes. Idanha-a-Nova pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. Tem Misericordia e hospital e 7 ermidas; feira no domingo da Paschoela, a 29 de junho, 29 de setembro e a 21 de dezembro, escolas para ambos os sexos, estação postal e telegraphica com serviço de pagamento e emissão de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. L. Castello Branco; romaria a N.S.ª do Almontão no 2.º domingo depois da festa das flôres, que dura dois dias; advogados, notarios, agencias de seguros, montepio de Idanha-a-Nova (associação de soccorros mutuos), hoteis, medicos, pharmacias, sociedade de recreio: *Assembléa Idanhense*, e theatro. O brazão de Idanha-a-Nova consta da esphera armilar de D. Manuel, e foi-lhe dado por este monarcha. O territorio do concelho é fertil em cereaes, legumes, azeite e vinho; tem muita caça e cria muito gado. O concelho compõe-se de 15 freguezias, com 6.017 fog. e 22.551 hab., sendo 10:946 do sexo masc. e 11:605 do fem., n'uma superficie de 131:072 hect. As freguezias são: S. Sebastião, de Alcafozes e Nossa Senhora da Conceição, de Idanha-a-Velha, tendo ambas reunidas 977 hab.; 474 do sexo masc. e 503 do fem.; Santa Margarida, de Aldeia de Santa Margarida, 746 hab.: 349 do sexo masc. e 397 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Idanha-a-Nova, 3:661 hab.: 1:720 do sexo masc. e 1:941 do fem.; N. S.ª da Expectação, de Ladoeiro 1:171 hab.: 547 do sexo mas. e 624 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Medelim, 1:137 hab.: 553 do sexo masc. e 584 do fem.; S. Salvador, de Monsanto, 2:332 hab.: 1:100 do sexo masc. e 1:232 do fem.; S. Pedro, de Oledo, 1:372 hab.: 659 do sexo masc. e 713 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Penha Garcia, 1:095 hab.: 550 do sexo masc. e 545 do fem.; N. S.ª da Silva, de Proença-a-Velha, 1:132 hab.: 534 do sexo masc. e 598 do fem.; N. S.ª da Conceição, do Rosmaninhal, 2:344 hab.: 1:195 do sexo masc. e 1:149 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Salvaterra de Extremo, 1:851 hab.: 956 do sexo masc. e 895 do fem.; S. Miguel, de Acha, 1:605 hab.: 765 do sexo masc. e 840 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Segura, 955 hab.: 472 do sexo masc. e 483 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Zebreira, 2:173 hab.: 1:072 do sexo masc. e 1:101 do fem. O principal commercio do concelho é azeite, cereaes, porcos, gado vaccum e cortiça.

Brazão d'armas da villa de Idanha

Idanha-a-Velha. Villa da prov. da Beira Baixa, freg. de N. S.ª da Conceição, conc. e com. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre. Tem esc. do sexo fem. e caixa post. Fica a 25 k. da séde do conc. e está situada em terreno accidentado, proximo do rio Alpreada, onde tem uma antiga ponte. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis. Era uma das mais antigas cidades da Lusitania, e attribue-se a sua fundação aos turdulos, 500 annos antes da vinda de Christo. Foi destruida por varias vezes durante as longas e encarniçadas guerras que a Lusitania sustentou contra os romanos, que depois vieram a dominal-a, reedificando-a completamente, tornando-a uma das mais vastas e opulentas cidades da Lusitania, concedendo-lhe grandes honras, fazendo-a municipio do antigo direito latino. Ignora-se o seu nome primitivo, mas os romanos lhe chamaram *Igaedita Egitania*, ou *Egiditania*. Em 420 da era christã foi destruida pelos suevos, sendo poucos annos depois reedificada pelos godos, que não a tornaram tão florescente como no tempo dos romanos, mas alcançou grande parte da sua importancia, sendo em 534 elevada a cidade episcopal. Houve então 9 bispos d'Egitania durante este dominio, sendo o primeiro Pamerio, segundo uns escriptores, e Adorio ou Adorico, segundo outros; o 9.º foi Agecindo, ou Aregesindo, que governava o bispado em 715, quando os arabes invadiram a Lusitania, os quaes depois de a saquearem, a reduziram a ruinas, pelo ferro e pelo fogo. O bispado egitanense era um dos maiores da Lusitania, porque, segundo a divisão dos bispados feita pelo rei dos godos Wamba, no concilio de Toledo em 675, tinha 40 legoas de comprimento e 20 de largura. A egreja que serviu de cathedral, é a actual matriz de Idanha-a-Velha, templo importante de tres naves. Ervigo, ou Ervigio, segundo alguns escriptores, guarneceu a Egitania de fortes muros em 685, de que já não ha vestigios. Os arabes tornaram a reconstruir a cidade

de Egitania pelos fins do seculo VIII, e parece que fôram elles que começaram a chamar-lhe *Eydaia*, ou *Idanha*. As continuas guerras entre moiros e christãos causaram novamente a ruina da cidade, de fórma tal, que no reinado de D. Affonso I estava deserta. Este rei e seu filho, D. Sancho I, em dezembro de 1203 (1165 da era de Cesar), a doaram aos templarios. D. Gualdim Paes, grão-mestre da ordem, lhe fez um castello e reedificou as muralhas, mas a cidade tornou ainda a cair em poder dos moiros, que a destruiram outra vez, arrasando-lhe o castello. D. Sancho I a resgatou a 20 de outubro de 1206, e a doou aos templarios, que d'esta vez lhe não fizeram obras algumas de defeza, nem tomaram conta d'ella. Os moiros acabaram ainda de a arrasar, e a abandonaram. D. Sancho II a reedificou e povoou em 1229, dando-lhe o foral da Guarda, que tinha grandes privilegios, em abril d'esse anno. D. Manuel deu-lhe foral novo, de Santarem, no 1.º de junho de 1510, no mesmo dia em que o concedeu a Idanha a-Nova. Debalde os nossos reis tentaram povoar esta villa, porque tantas vezes havia sido reedificada e arrasada, que parecia uma povoação maldita, e ninguem para lá queria ir. Achando-se de *fogo morto* (V. *este nome*) todo o territorio de Idanha-a-Velha, mandou D. Sancho II, a 10 de março de 1240, *que fôsse todo povoado até ao ultimo dia do proximo maio, sob pena de perderem o que seu fôsse, os que não viessem povoar.* Entende-se os que tivessem aqui propriedades ou os seus herdeiros. Segundo F. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, a marcha das cousas de Idanha-a-Velha varia alguma cousa dos outros escriptores. Segundo elle, D. Affonso I deu-a aos templarios, e tambem Monsanto, em 1165, mas não podendo elles preencher as condições da doação, que era a povoação e reedificação, continuou a ser da Corôa até que, em 1194, D. Sancho I deu principio á sua povoação, intitulando-a cidade, e dando-a de novo aos freires da ordem do Templo, sendo então seu mestre D. Lopo Fernandes. A doação era de *jure hereditario in perpetuum*, com todos os direitos reaes; mas os templarios cederam ao monarcha os castellos de *Mogatorio* (Mogadouro) e *Penis Rubis* (Penas Royas). Parece que desde 715, quando os arabes invadiram a Lusitania, que não tornou a haver bispos na Idanha-a-Velha, com residencia aqui, e posto que se assignassem bispos egitanenses, habitavam na villa de Penamacôr, servindo-lhes de sé a egreja matriz de S. Thiago. Tambem parece, que no tempo de D. Affonso I não havia bispo nem na Idanha-a-Velha nem em Penamacôr, mas apenas uma collegiada episcopal, uma especie de cabido, que governava o bispado *séde vacante*. E' de suppôr que, pelo menos depois do anno 1100, se houve bispos de Idanha, estes residiram sempre em Penamacôr, porque nem em Idanha-a-Velha havia povo, nem egreja que pudésse servir de cathedral, e em Penamacôr tinham ambas as cousas, e além d'isso, estava mais a coberto das invasões dos moiros, e já no fim do seculo XII se achava com povo e clero, presididos por um arcediago. E mais, é tradição constante na Beira Baixa, que a egreja de S. Thiago de Penamacôr foi sé. D. Sancho III, vendo que, por mais esforços que empregasse, não conseguia tornar Idanha-a-Velha uma cidade em termos de ser episcopal, pediu ao papa Innocencio II para mudar para a Guarda a séde d'este bispado, o que o papa concedeu em 1199, com a condição de que os bispos se intitulariam sempre egitanenses, em memoria da famosa cidade de Egitania. Do bispado de Idanha saiu o de Castello Branco, todo, e a maior parte do de Portalegre. Era suffraganeo de Merida, capital da Lusitania, e depois o foi de Compostella, successora de Merida. No reinado de D. João I, quando já os bispos residiam na Guarda, havia muitos annos, é que Innocencio VII, a rogos d'aquelle monarcha, livrou o bispado da sujeição a metropolitano estrangeiro, fazendo-o suffraganeo do arcebispo, hoje patriarcha, de Lisboa. Idanha-a-Velha, que foi uma cidade tão importante e florescente, está hoje reduzida a uma insignificante aldeia, e conserva o titulo de villa, em attenção do seu passado.

Idanhas *(Pedro d'Alcaçova Carneiro, conde das).* Escrivão da puridade de el-rei D. João III, vedor da Fazenda de D. Sebastião, etc. Era filho de Antonio Carneiro, que exercera o mesmo cargo junto de el-rei D. Manuel. Pedro d'Alcaçova Carneiro foi introduzido na côrte por seu pae, e costumou-se a conhecer e a estudar os negocios, chegando a ser admittido aos conselhos da Corôa, até que por morte de seu pae succedeu no cargo de escrivão de puridade. Tomou grande preponderancia no reinado de D. João III, e Alexandre Herculano tece-lhe os maiores elogios como diplomata, da fórma como conseguiu conservar sempre a nossa neutralidade, esquivando-se sempre ás instancias de Hespanha e ás perseguições de França. As negociações para o estabelecimento do tremendo tribunal da Inquisição fôram bem dirigidas, pois apezar da sua influencia com o monarcha, nada podia contra o fanatismo de D. João III, que a esse respeito era intransigente. Prova-se que Pedro d'Alcaçova Carneiro não era do partido fanatico, porque depois da morte do soberano, o vêmos fazer parte dos sectarios da rainha D. Catharina contra os do cardeal-infante D. Henrique. Não se havia encontrado papel algum que indicasse as ultimas vontades de D. João III a respeito da regencia do reino, por isso que D. Sebastião era uma creança de berço. Disputavam entre si a regencia o infante-cardeal D. Henrique e a rainha viuva D. Catharina. Esta, porém, tinha na côrte partidarios seguros, e ficou sendo a regente, continuando Pedro d'Alcaçova Carneiro no seu cargo de secretario, até que D. Catharina cedeu a regencia a seu cunhado, o cardeal D. Henrique, ficando substituindo-o Miguel de Moura, pessoa muito affecta ao cardeal. Os jesuitas conseguiram, depois d'el-rei D. Sebastião ser acclamado, que Pedro d'Alcaçova Carneiro fôsse até exilado da côrte. Os successos politicos d'então, mudando de face, fizeram com que elle voltasse triumphante do exilio, e por decreto de 7 de maio de 1576 entrou no governo, de parceria com Manuel Quaresma Barreto e D. Francisco de Portugal. Encarregado depois d'uma missão junto de Filippe II, Pedro d'Alcaçova Carneiro mostrou dupla habilidade como diplomata nas negociações com o ministro hespanhol duque d'Alba, conseguindo que D. Sebastião tivesse directamente o negocio, esquivando-se assim a ficar com a responsabilidade do mau exito d'um negocio, que elle previa, que não podia ter resolução fa-

voravel. Não deixou por isso de cumprir o seu dever de conselheiro, precavendo D. Sebastião contra a politica astuciosa de Filippe II, prophetisando-lhe que o monarcha hespanhol não cumpriria as vagas promessas de o soccorrer na guerra africana, e aconselhando-lhe tambem, com toda a cordura, que não emprehendesse essa malfadada expedição de Alcacer Kibir que absorvia já, muito antes de estar prompta, todos os recursos do reino. Uma memoria escripta a este respeito por Pedro d'Alcaçova Carneiro em 1577, lança uma triste luz sobre os preparativos da expedição, mostra as despezas enormes que se faziam com os auxiliares estrangeiros. N'esse tempo exercia Pedro d'Alcaçova Carneiro o cargo de vedor da Fazenda, para que em tempo fôra indigitado, e como tal foi nomeado por D. Sebastião um dos 5 governadores do reino que ficaram substituindo el rei na sua ausencia, sendo os outros quatro Jorge d'Almeida, D. João Mascarenhas, Francisco de Sá e Miguel de Moura. Apenas chegou ao reino a noticia do desastre de Alcacer-Kibir e da morte de D. Sebastião, logo o infante D. Henrique tomou as redeas do governo com o titulo de curador, e a primeira cousa que fez foi satisfazer o seu odio pessoal contra Pedro d'Alcaçova Carneiro, mandando o prender em sua casa, quando elle chorava a morte na desastrosa batalha dos seus dois filhos Luiz e Christovão, e obrigando-o a responder a um capitulo de accusação, em que se lhe lançava em rosto o ter aconselhado a expedição d'Alcacer-Kibir. Estas e outras injustiças irritaram Pedro d'Alcaçova Carneiro, e o obrigaram a lançar-se desde logo no partido do rei hespanhol, procurando assim meio de se vingar do seu implacavel inimigo e soberano. Sendo exilado da côrte, continuou ainda com mais actividade a favorecer os hespanhoes. Christovão de Moura, o fidalgo traidor, aproveitando o seu resentimento para com o cardeal rei, a ambição do homem habituado aos favores da corôa e ás auras do paço, que já não podia supportar o exilio do poder, acenou lhe com o valimento de Filippe II, com os titulos, com as honras e com as pastas de ministros, e assim teve mais um adherente no velho fidalgo. Era mais um grande vulto que se rendia Fôram de grande auxilio a Filippe II a intelligencia e a pratica de negocios, o conhecimento da côrte de Pedro de Alcaçova Carneiro, e o monarcha castelhano soube recompensal-o. Apenas tomou posse de Portugal restituiu-lhe todos os seus empregos, honras e dignidades, constituindo com elle, Miguel e Christovão de Moura, o ministerio que dirigiu os negocios do paiz em quanto Filippe esteve em Portugal. Partindo depois para Madrid, deixou em Lisboa como vice rei o cardeal-archiduque Alberto, e Pedro d'Alcaçova Carneiro, agraciado com o titulo de conde das Idanhas, foi escolhido para um dos membros do conselho do governo que devia auxiliar a inexperiencia do archiduque. Pouco tempo depois falleceu com mais de 80 annos de edade, tendo sido ministro mais de 50, e manchando o fim de tão nobre carreira com a sua adhesão aos hespanhoes. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa existe o *Tombo da commenda de Idanha-a-Nova de que he Commendador e Alcaide-Mór dõ Pedro dalcaçova Carneiro, 1577.* E' manuscripto, tendo na capa as armas do possuidor.

Idolos. Archipelago da costa da Guiné, Africa Occidental, situado ao S do cabo de Verga e fronteiro ao cabo de Sagres. Compõe-se de 6 ilhas, das quaes só tres são habitadas. As outras são rochedos desertos, arborisados e vulcanicos, chamadas ilhas do *Coral*, *Branca* e dos *Cabritos*. O nome da segunda e da terceira tem sido por vezes transformada nos mappas francezes e inglezes, passando a chamar-se aquella *White* ou *Blanche*, e esta *Kid's* ou *Aux Cabris*. As ilhas povoadas são a das Tamaras *(Fostabar)*, que é a maior e mais accidental do archipelago, a dos Idolos a E, e Ruma, Franceza ou Crawford entre a dos Idolos e a das Tamaras. Esta foi habitada em tempo pelos inglezes, e ainda hoje se vêem n'ella as ruinas do forte e dos quarteis que elles ali construiram. De origem vulcanica, as suas costas são constituidas de rochas ferruginosas e basalticas; o solo é fertilissimo e o clima salubre. Como toda a costa da Guiné de Cabo Verde, as ilhas dos Idolos estão sujeitas, de verão, e principalmente nos mezes de janeiro a março, em dias successivos, ao harmatão ou vento E, que é abrazador, e em maio e junho aos tornados, que sopram de ESE com grande violencia. Este archipelago foi descoberto em 1446 e 1447 por Nuno Tristão e Alvaro Fernandes, o primeiro dos quaes morreu em combate contra os indigenas no rio a que foi dado o nome de *Nuno*, e que os inglezes e os francezes abandonaram chamando-lhe *Loss*.

Idolos. Ilha do archipelago do mesmo nome, situada na costa da Guiné de Cabo Verde. E' muito accidentada, mas só ao N e a E se elevam os seus pontos mais culminantes, dos quaes um, de fórma conica, assente na região septentrional, tem 130 m. d'altitude, e outros da costa oriental 140 acima do nivel do mar. Tem mais de 6 k. de comprimento por perto de 500 m. de largura, e apresenta a fórma d'um crescente com a abertura voltada para O. Ao fundo da enseada, que é de areia e vae até meio da ilha, estabeleceu-se uma feitoria ingleza; ao N d'esta feitoria ha uma aldeia onde se encontra boa agua, e ao S da povoação vê-se o ilhéo Gulú, em frente do qual vae desaguar um riacho de agua doce A ilha, cujo nome os inglezes chrismaram em *Factory*, tem bois, carneiros, aves, limões, etc.

Iéboráh ou **Jeborah.** Nome que os arabes davam á cidade de Evora.

Iéca. Pov. do sobado de Cuimba, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Iffanes. Pov. e freg. de S Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. de Miranda do Douro, distr e bisp. de Bragança; 631 hab. e 153 fogos. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada n'um valle. A mitra apresentava o reitor, que tinha 42$000 réis annuaes A prov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Igarei ou **Iguarel.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Queirã, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Ignacio *(Praia do)*. Enseada da costa do conc. de Dombe Grande, no distr. de Benguella, prov. de Angola. Está situada no territorio dos mucoandos, ao S do cabo de Santa Maria, e entre as praias de D. Affonso e da Pataca.

Ignacio Francisco. Pov. do sobado de N'

Guimbi, do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Ignacios. Pov. na freg. de S. João, de Tocha, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Ignez. Casal na freg. de S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || Casaes na freg. de S. Pedro, de Mões, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Ignez de Castro *(Dona)*. V. *Castro*.

Igreja. V. *Egreja*.

Ilelvane. Prazo do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está situado ao S da villa de Sofala, e é pouco importante.

Ilemba. Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola. Pertence ao sobado de Cabinda e á delegação do Chiavola.

Ilerondi. Prazo do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está situado ao N e a O da villa de Sofala e occupa uma área consideravel.

Ilha *(Fr. Manuel da)*. Religioso da ordem de S. Francisco, natural de Bertiandos. Fal. a 23 de novembro de 1637, no convento de S. Francisco, de Lisboa, onde foi guardião e definidor. Como era muito perito nas noticias da ordem serafica escreveu por ordem do geral Fr. Benigno de Genova, a seguinte obra que ficou inédita : *D. Antonii Provintiæ Portugaliæ ennarratio, seu relatio numeri domorum, quæ in illa sunt, nec non aliarum rerum nanationis dignarum.*

Ilha. Parte da superficie solida da terra, completamente cercada de agua. As principaes ilhas portuguezas dividem-se em *adjacentes* ao continente e *ultramarinas*. A's primeiras pertencem as dos archipelagos *Açôres* e *Madeira*, e ás segundas as de *Angediva*, *Bissau*, *Bôa-Vista*, *Bolama*, *Brava*, *Cabo Delgado*, *Cacheu*, *Fogo*, *Gallinhas*, *Maio*, *Principe*, *Rolas*, *Sal*, *Santa Luzia*, *Santo Antão*, *S. Nicolau*, *S. Thiago*, *S. Thomé*, *S. Vicente* e *Timor*. V. *estes nomes*.

Ilha. Povoações nas freguezias : S. Mamede, de Matta Mcirisca, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. João Baptista, de Parada de Esther, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Villar do Paraiso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Pov. da freg. de N. S.ª da Victoria, conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Ponta ou cabo no extremo oriental da ilha do Pico, Açôres. Fica a cêrca de 25 k. da ponta do Topo, da ilha de S. Jorge.

Ilha Amarella. Pov. na freg. de N. S.ª d'Ajuda, 4.º bairro de Lisboa.

Ilha da Boa Vista e Ilha Grande, Duas povoações na freg. de N. S.ª dos Martyres e conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Ilha Caimbe. Prazo do distr. do de Tete, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Fica fronteiro á villa de Tete.

Ilha Canhimbe. V. *Ilha Caimbe*.

Ilha Chitacativa. Prazo do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Ilha da Esperança. Ilha do distr. de Angoche, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Ilha Kiria. Pov. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence ao sobado de N'Bangi, e faz parte da freg. de S. José de Cabiri, 6.ª divisão.

Ilha da Madeira. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Guia, conc. de Albufeira, distr. de Faro.

Ilha dos mortos. Nome por que ficou conhecida a ilha de Bete, na India, pela grande carnificina que n'ella fizeram os portuguezes, quando a conquistaram, sob o commando do vice rei Nuno da Cunha.

Ilha do Principe *(Antonio Carneiro de Faro e Sousa, 3.º conde da)*. Donatario da ilha do Principe, senhor da de Santa Maria, capitão-mór da capitania de Nossa Senhora da Conceição de Finacin, S. Vicente, Santos, S. Paulo, Parnaguá, Tapicus, Cananea, Grazipe, Bitoga, no estado do Brazil; commendador das commendas de Cem Soldos, de Marmelar, e da de Nossa Senhora de Manteigas, todas na ordem de Christo; coronel d'um regimento de infantaria, com que serviu na guerra, e na paz teve um regimento da guarnição da côrte. Era filho do 2.º conde da Ilha do Principe, Francisco Carneiro de Sousa, e de sua mulher D. Enfrazia Filippa de Lima. Falleceu a 6 de novembro de 1724. Casou em 5 de agosto de 1708 com D. Magdalena de Lencastre, filha de D. Carlos de Noronha e de D. Maria de Lencastre, 2.ºs condes de Valladares.

Ilha do Principe *(Carlos Carneiro de Sousa e Faro, 5.º conde da)*. Gentil-homem da casa do infante D. Antonio, irmão de D. João V, e coronel de infantaria d'um regimento da côrte, na provincia do Alemtejo. Nasceu em 1710. Era filho do 3.º conde da ilha do Principe, Antonio Carneiro de Faro e Sousa, e de sua mulher, D. Magdalena de Lencastre. Succedeu na casa e no titulo a seu irmão, o 4.º conde, que falleceu sem successão. Casou em 1735 com D. Anna de Noronha, dama da rainha D. Maria Anna d'Austria, mulher de D. João V, sua prima, filha de Caetano de Mello e Castro, e de D. Marianna de Faro, sua tia, filha dos 2.ºs condes da Ilha do Principe. Em 1753, por commum accôrdo, el rei D. José mudou o titulo do condado para o de Lumiares, de que foi o 1.º conde Carlos Carneiro de Sousa e Faro (V. *este titulo*), ficando extincto o da Ilha do Principe.

Ilha do Principe *(Francisco Carneiro de Sousa, 2.º conde da)*. Senhor da ilha do Principe, commendador das commendas já descriptas, general de batalha, governador geral de Mazagão, etc. Falleceu em janeiro de 1708. Era filho unico do 1.º conde da Ilha do Principe, Luiz Carneiro de Sousa, e de sua mulher, D. Marianna de Faro. Serviu na guerra contra Castella, sendo mestre de campo de um terço de infantaria, com o qual esteve em diversos combates. Casou com D. Eufrazia Filippa de Lima, filha de 1.º marquez das Minas e 3.º conde do Prado, D. Francisco de Sousa, do conselho de Estado, etc., e de sua mulher, a marqueza, tambem chamada D. Eufrazia Filippa de Lima.

Ilha do Principe *(Francisco Luiz Carneiro de Sousa, 4.º conde da)*. Donatario, governador e alcaide-mór da ilha do Principe e da de Santa Maria, capitão-mór das capitanias já citadas, commendador das commendas já descriptas. Nasceu em 1709, falleceu em Alemquer a 18 de novembro de 1731, sem successão, ficando seu herdeiro na casa e no titulo seu irmão Carlos Carneiro de Sousa e Faro, que foi o 5.º conde da Ilha do Principe e depois o 1.º conde de Lumiares. Casou em 31 de outubro de 1728 com D. Anna de Lima, dama da rainha D. Maria Anna d'Austria, mulher de D. João V, filha dos 3.ºs condes de

Avintes, D. Luiz d'Almeida Portugal e D. Joanna Antonia de Lima. Esta senhora, tendo enviuvado, passou a segundas nupcias, em 19 de junho de 1735, com seu primo José Joaquim de Miranda Henriques, e el-rei D. João V lhe fez a mercê de conservar as honras de condessa.

Ilha do Principe *(Luiz Carneiro de Sousa, 1.º conde da).* Senhor da ilha do Principe, de Alvàres e Silvares, commendador de Cem Soldos, e de toda a casa de seus paes e avós. Era filho de Francisco Carneiro, e de sua mulher, D. Lourença Mascarenhas. A varonia d'esta casa é Carneiro, de que descendia Antonio Carneiro, que serviu aos reis D. João II, D. Manuel e D João III, sendo dos dois ultimos monarchas, secretario do despacho universal e do seu conselho. Era senhor da ilha do Principe, commendador de Cem Soldos e de Marmelar, na ordem de Christo, e alcaide-mór de Belver. Falleceu a 3 de abril de 1545 com 86 annos de edade. Casou com D. Brites de Alcaçova, dama da rainha D. Leonor, mulher de D. João II, filha de Pedro de Alcaçova, secretario dos reis D. Affonso V e D. João II. Fôram estes os ascendentes do 1.º conde da Ilha do Principe, titulo concedido por Filippe III, por carta passada em Madrid a 4 de fevereiro de 1640, a qual foi confirmada por el-rei D. João IV. O conde da Ilha do Principe casou já em avançada edade, com D. Marianna de Faro, filha de D. Sancho de Faro, senhor de Vimieiro. Brazão d'armas: Em campo vermelho uma banda azul coticada de ouro e carregada de tres flôres de liz do mesmo metal, entre dois carneiros de prata passantes armados de ouro. Timbre, um dos carneiros do escudo.

Ilha do Principe. V. *Principe (Ilha do).*

Ilha Salvado. Pov. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. de Angola. Faz parte do sobado de Bambi Colunga e da 4.ª divisão.

Ilha Temba. Prazo do districto de Sena, na provincia de Moçambique, Africa Oriental. Tem uns 3 k. de comprimento por outros tantos de largura. Terreno improductivo por ser arenoso.

Ilha Vedra. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Moldes, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Ilhas. Pov. na freg. de S. Pedro, de Manique do Intendente, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa. || Ribeira do distr. de Lisboa. Nasce na tapada real de Mafra, depois d'um curso de 11 k. vae desaguar no Oceano, proximo da Ericeira.

Ilhas Adjacentes. V. *Açôres* e *Madeira.*

Ilhas de Angediva. V. *Angediva.*

Ilhas de Cabo Delgado. V. *Cabo Delgado (Ilhas de).*

Ilhas de Gôa. V. *Gôa (Ilhas de).*

Ilhavo Villa da provincia do Douro, séde de conc., com. e distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra, rel. do Porto. Tem uma só freguezia, O Salvador contando pelo censo de 1900 12:545 hab.: 5:880 do sexo masc. e 6:665 do fem. D. Diniz elevou Ilhavo á categoria de villa e deu-lhe foral em Coimbra, em 13 de outubro de 1296. Novo foral lhe foi concedido por D. Manuel em Lisboa, em 8 de março de 1514. Ilhavo está ligada a Aveiro pela estrada districtal n.º 72, que d'esta cidade segue para a da Figueira da Foz, passando succêssivamente pelas villas de Ilhavo, Vagos e Mira. Está tambem ligada áquella cidade por um braço da formosa ria, que a banha na direcção NS. O concelho d'Ilhavo é limitado do Occidente pelo Oceano, que se levanta magestoso a 7 k. da villa e lhe franja d'espuma a sua pittoresca praia limitrophe, *Costa Nova do Prado*, hoje tão florescente, sendo tambem um importante centro de pesca, onde se empregam centenas de familias, que vivem do producto d'este trabalho. Voltando-nos para o Meio Dia, ali se eleva, a cêrca de 2 k da villa, um importante estabelecimento industrial, a *Fabrica de porcelana da Vista Alegre*, fundada em 1824 por José Ferreira Pinto Basto, cuja louça é bem conhecida no paiz e fóra d'elle, occupando cêrca de 300 pessoas d'ambos os sexos. Ha ainda uma outra industria importante, a do sal, exercida em grande numero de marinhas, que guarnecem a ria desde Ilhavo até Aveiro. Eis as principaes industrias que se exercem n'este concelho. A villa d'Ilhavo assenta em fertil e bonita planicie, sendo cercada pelas suas pittorescas e verdejantes aldeias, tendo a seus pés a fita prateada da ria. Apezar de remontar a muitos seculos a fundação d'Ilhavo, não possue todavia monumentos de remota antiguidade. Mas tem boas e bem construidas casas, distribuidas pelas suas 11 ruas e 44 travessas, sendo aquellas, na sua maioria, espaçosas e pouco tortuosas e soffrivelmente illuminadas a petroleo. E' desconhecida a epoca da fundação d'Ilhavo, a sua etymologia, e qual foi o fundador. Segundo a opinião de Pinho Leal: «Pelos annos de 1372 antes de Jesus Christo, *Baccho*, filho de *Semede*, acompanhado de muitos gregos, aportou á Lusitania, e mettendo-se de gôrra com os povos d'aqui, lhes deu para rei, Lysias. Foi provavelmente por este tempo, ou pouco depois, que uma colonia de gregos, da formosa raça pelasgica, entrou pela foz do Vouga e se estabeleceu nas suas margens, e d'ella procedem (mas hoje já muito *cruzados* com outras raças) os *ilhavenses, aveirenses* e *ovareiros*, *varinos*, ou *vareiros* Os primeiros (ilhavenses) são ainda hoje, o typo mais gracioso e elegante d'essa formosa raça. As mulheres d'Ilhavo, sobretudo, conservam, com pouca corrupção as fórmas elegantes e esbeltas, e o rosto regular e bello das encantadoras georgianas do Caucaso, tão celebres pela sua inimitavel belleza e elegancia Quanto á origem do nome d'Ilhavo, a opinião mais acceitavel é a de que, sendo este trato de terra entrecortada de regatos e valles abundantes, tornando bellos e ferteis os seus prados e campinas, os circumvisinhos lhe deram o nome de *Ilha Bôa*, que o decorrer dos tempos mudou mudou no de *Ilhavo.* O concelho d'Ilhavo é formado sómente da freguezia do Salvador e tem de superficie 3:322 hectares. A sua população augmenta consideravelmente favorecida pelas condições climatericas. Em volta da villa ha 19 aldeias, que fazem parte do concelho e que são a começar pelo norte: Forte da Barra, Pharol, Costa Nova do Prado, Gafanha, Chouza Velha, Vista Alegre, Soalhal, Ermida (que foi villa e couto até 1836 e que teve foral dado por D. Manuel, em Lisboa, em 8 de junho de 1514, (V. *Ermida).* Ribas Altas, Carvalheira, Valle d'Ilhavo, Moitas, Moitinhos, Quintans, (com estação de caminho de ferro) entre as de Oliveira do Bairro e Aveiro, Preza. Legua, Corgo Commum, Arribas e Coutada. Quasi todas estas aldeias são aprazíveis e pittorescas e os seus campos povoados de vegetação, e abundantes de hortas e pomares.

Entre a villa e o Oceano, que é limite da freguezia, correm dois braços da ria de Aveiro; um que separa a Gafanha da villa, e outro que separa a Gafanha, extensa faixa d'areia, da Costa Nova do Prado, estancia balnear. Sobre o primeiro d'aquelles braços da ria, ha uma ponte

Praça da villa

de pedra vermelha que põe a villa em communicação com a Gafanha, a qual se inaugurou em fins de novembro de 1862. D'ella se desfructa um panorama tão variado e amplo como encantador. Ambos estes rios são navegaveis; criam variadas especies de saboroso peixe, e differentes al-

Forte e farol da Barra

gas, denominadas vulgarmente *moliço*, que serve para adubo das terras; as suas aguas alimentam numerosas salinas ou marinhas, que são *amanhadas* por *marnotos* d'esta villa. O concelho é abundante de cereaes, fructas e legumes. Boas pastagens e gado de toda a qualidade. Os artigos principaes que exporta são: peixe, sal, cereaes, pão fabricado, rêdes, serguilhas, afóra outros productos ceramicos da fabrica da Vista Alegre, e de pó de pedra, de duas casas d'esta villa. Tem a villa diariamente mercado, de manhã e de tarde, abundante de generos de primeira necessidade. Ha no concelho um estaleiro para a construcção de navios. A praça d'Ilhavo tem navios de longo curso e de cabotagem. Um d'aquelles armou no anno de 1906 para ir á pesca do bacalhau nos Bancos da Terra Nova, fazendo a *secca* tambem n'este concelho (na Gafanha). A população da villa d'Ilhavo compõe-se, na sua maioria, de maritimos, pescadores, artistas e lavradores, predominando a classe maritima, que é muito apreciada no paiz pela coragem e valentia com que se arroja aos perigos do mar, e pela sua constancia e serenidade d'animo na lucta con-

tra a adversidade. São maritimos d'Ilhavo que tripulam todos os navios dos armadores d'esta villa, e dos de differentes praças commerciaes do reino, principalmente d'Aveiro e do Porto. Os pescadores, hoje em numero mais limitado, trabalham nas companhas de pesca da Costa Nova do Prado e de S. Jacinto. Finda a *safra*, debandam para differentes pontos, como Mattosinhos, Nazareth, Cezimbra, Cascaes e Setubal. As rêdes de arrasto são puxadas a bois; cada rede tem duas mangas de 300 m. cada uma, tendo ao centro um sacco de 50 m. Os barcos são construidos em docas e as redes lançam-se ao mar á distancia de 6 e 7 k. da praia. O barco volta para terra trazendo duas cordas que préviamente fôram atadas a cada uma das redes. Depois são puxadas para terra por 28 a 30 juntas de bois. O trabalho da pesca começa em maio e termina em dezembro. Ha poucos annos inaugurou se uma estrada que orla o rio e liga a Costa Nova do Prado com o farol e forte da Barra. E' esta estrada um dos passeios predilectos dos banhistas. Entre o mar e a ria ergue-se uma capella de alvenaria, com a invocação de Nossa Senhora da Saude, a qual se construiu ha poucos annos em substituição d'uma outra de madeira. Festeja-se esta imagem no ultimo domingo de setembro. E' uma festa popular, a que concorre muita gente da Figueira da Foz, Mira, Aveiro, Murtosa, etc. As companhas de Ilhavo trabalhavam antigamente na costa de S. Jacinto. Aberta, porém, a nova barra, a 3 de abril de 1880, difficil se tornava, sendo algumas vezes até perigoso, fazer o trajecto do canal contra os ventos ou correntes, pelo que se transferiu para o sul da barra a companha de que era chefe Luiz dos Santos Barreto, fixandose um pouco ao norte do sitio, em que hoje se encontra a maioria dos palheiros. As outras companhas seguiram este exemplo, menos a d'um irmão do referido Luiz dos Santos Barreto, que resolveu ir estabelecer-se com ella na Cova de Lavos, dando assim principio á povoação d'este nome. Pelos annos de 1822 e 1824 algumas familias começaram ali a fazer uso dos banhos do mar, e por este motivo se construiram mais alguns palheiros. Este nome, que se dá ás casas de madeira construidas nas costas do nosso littoral, deriva talvez do facto de terem sido de palha, junco ou tabúa, as coberturas das que se edificavam em outros tempos. Aos ilhavos se refere o visconde d'Almeida Garrett, no 1.º capitulo das *Viagens na minha terra*, descrevendo uma questão que se passou entre uns agarradores de toiros da Alhandra e um grupo de pescadores *«que vestiam o amplo saiote grego dos varinos e o tabardo arrequifado siciliano de panno de varas, da familia pelasgica; feições regulares e moveis, a fórma agil»*. Estes perguntavam: qual é que tem mais fôrça, se um toiro ou se é o mar. Tambem Alexandre da Conceição, o mallogrado ilhavense, no seu livro *Ensaios de critica e litteratura*, descreve brilhantemente um pescador d'Ilhavo «um robusto pescador ilhavense, alto, musculoso, tranquillo e solidamente constituido como um luctador romano... Tinha a fôrça muscular de um athleta e a coragem impassivel de um duellista». A'cêrca do caracter dos habitantes d'Ilhavo escreveu o grande tribuno José Estevão Coelho de Magalhães no *Districto de Aveiro* de 1861: «A povoação d'Ilhavo é intelligente, livre e apaixonada». Fôram donatarios d'esta villa os condes de Carvalhaes. Tambem nos primeiros tempos da monarchia foi patrimonio de D. Maria de Tortoza, filha de D. Pedro I, rei de Portugal e de D. Constança, que nasceu em Evora em 1342 e casou em 1354 com o infante D. Fernando de Aragão, marquez de Tortoza, depois rei de Aragão. E' notavel a egreja parochial, templo de tres naves, espaçoso, elegante e um dos melhores do districto d'Aveiro. No dia 3 de outubro de 1774 foi lançada a primeira pedra no edificio pelo respectivo parocho, com licença do prelado, e proseguindo as obras muito vagarosamente, só se concluiram 11 annos depois, em 1785, sendo então benzida e exposta ao culto dos fieis. A egreja foi edificada com o rendimento do real da carne e do vinho, e do accrescimo do cabeção das sizas, que el-rei D. José concedeu para este fim, em 7 de julho de 1773, exceptuando, porém, a capella-mór que ficava a cargo do parocho, que desfructava os dizimos, o qual a mandou construir á sua custa. Esta capella ficou pequena em relação ao corpo da egreja. Foi restaurada e a tribuna no anno de 1903, para cuja obra legou 100$000 réis o fallecido João Antonio Cartaxo. N'este templo ha a notar duas imagens: a do Christo crucificado e a de Nossa Senhora do Rosario, primorosas obras d'arte, especialmente a de Nossa Senhora, d'um grande valor artistico. Esta egreja possuia preciosas alfaias de ouro e prata, que os francezes arrebataram, escapando apenas uma custodia de prata dourada, de primoroso lavrado, que pertence á irmandade do Santissimo Sacramento, erecta na mesma egreja. Ainda conserva bons paramentos brancos de lhama de prata, bordados a ouro em relevo. A custodia figurou na exposição districtal de Aveiro no anno de 1882, e é assim descripta no catalogo d'aquella exposição: «Custodia de prata dourada. Altura 0,80. O relicario cercado de raios está no meio d'um grande resplendor de estrellas, rematado pela imagem do Salvador. O relicario assenta sobre uma especie d'urna de que pendem pingentes de crystal. Sobre a urna estão quatro anjos em adoração. O nó hexagonal é formado por pequenos paineis com seis nichos em que se vêem cabeças de seraphins, separados uns dos outros por columnelos cuja base assenta sobre a cabeça de satyros. A superficie é ornada de ramagens e cabeças de cherubins e tem gravado um escudo esquartelado, tendo no primeiro quartel as armas dos Castros, no segundo as dos Costas, no terceiro as dos Peixotos e no quarto as dos Camaras. Timbre, um chapéo abbacial.» A villa tem mais os dois templos seguintes: A Capella das Almas, de fórma polygonal; é muito antiga e sobre ella nada pudémos colher. Parece que foi mandada edificar no fim do seculo XVIII, pelo prior d'esta freguezia João Martins dos Santos. Pretendia construir junto d'ella um hospital, do qual ainda chegou a mandar levantar as paredes, mas fallecendo, assim ficaram, e parte d'ellas ainda existiam ha pouco. N'ella está erecta a ordem Terceira de S. Francisco, á qual foi entregue pela junta de parochia. Tambem aqui está a irmandade de Santo Antonio. Tem algumas imagens de valor artistico, como S. Francisco e Santo Ivo; este ultimo, especialmente, é um primor de esculptura, feita por artistas d'esta villa, ou que a tomaram como terra ado-

ptiva. O outro templo é a capella da Senhora do Pranto, que está a cargo da irmandade, sob a invocação do *Pranto e Dores*. A imagem da Virgem é de magnifica esculptura. Parece que foi feita em Coimbra por notaveis esculptores no seculo XVI, posto que seja tradição que veiu de França ou que foi feita por insignes esculptores, que viveram aqui em 1500. Ha tambem a notar na capella mór a rica talha dourada. O theatro *Recreio Artistico* é pequeno, mas elegante edificio com frente para as ruas Serpa Pinto e João de Deus. Era primitivamente uma casa de habitação que depois foi adequada para theatro, cujas obras principiaram em 20 de janeiro de 1875, sob a direcção do distincto engenheiro ilhavense Antonio Tavares d'Almeida Lebre, que falleceu, sendo director das obras publicas de Leiria. O panno da bôcca, pintado pelos ilhavenses Gabriel Pereira da Bella e Manuel Eduardo Pereira, representa a apresentação de Egas Moniz ao rei de Castella. A inauguração foi em 6 de fevereiro de 1876, subindo á scena o drama *Camões do Rocio*, por amadores d'esta villa. Este melhoramento deve-se aos ilhavenses: João Carlos Gomes e seus irmãos Antonio e Dionisio, Luiz Augusto Cesar Ferreira, Bernardo dos Santos Camarão, José Antonio Magalhães, José de Oliveira Craveiro e rev.º Francisco Ernesto da Rocha Seuos. No segundo quartel do seculo XIX, uns poucos d'ilhavenses, entre outros os conselheiros A J da Rocha, J. da Rocha Fradinho e José Ferreira da Cunha e Sousa mandaram edificar um theatro no passal d'esta freguezia, de que hoje só restam ruinas. Actualmente existe apenas uma casa com brazão na rua do Alqueidão, pertencente á familia Maia, edificada no segundo quartel do seculo XVIII, pelo capitão-mór Manuel da Maia Vieira. A casa dos Sousas da Silveira ao fundo da rua d'Alqueidão, solar da familia, com capella e jazigo, era edificação do principio do seculo XVII. O ultimo successor, visconde de Almeidinha, vendeu-a a um inglez em 1874, mandando este apear o brazão d'armas. Em 1880 foi demolida uma casa, hoje pertencente a Manuel dos Santos Rodas, que tinha brazão d'armas e á porta a corrente d'asylo. Foi um vice-rei da India, que desgostoso para aqui veiu viver, mandando fazer aquella casa, onde falleceram no meado do seculo XIX suas filhas solteiras, acabando assim a descendencia d'aquella familia fidalga. Em Ilhavo ha 4 escolas d'ensino primario official, sendo duas para cada sexo; quasi todas com ajudantes. E' para lamentar que nenhuma esteja em edificio proprio, podendo aquellas ser convertidas em escolas centraes. A Gafanha tem uma escola para cada sexo, assim como o Valle d'Ilhavo. E a Ermida tem uma escola mixta. Tem a villa est. postal e telegraphica com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N.—Aveiro; Montepio Ilhavense, associação de soccorros mutuos; agencias de seguros, hotel, medico, pharmacias, notario; sociedades de recreio: *Club Recreativo Ilhavense*; e as philarmonicas *Ilhavense* e *Bombeiros Voluntarios Ilhavenses*. A villa pertence á 5.ª div. mil., 9.ª brigada, grande circumscripção central, e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

Capella das Almas

Ilhéo. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal. || Pov. na freg. de S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Nome da ilhota situada no porto da Villa da Praia, na ilha de S. Thiago, archipelago e prov. de Cabo Verde. || Nome da ilhota situada na costa SO da ilha de Santa Maria, Açôres. Tem a fórma d'uma ellipsoide, com 200 m. pouco mais ou me-

nos de comprimento, por 50 de largura. Dista cêrca de 150 k. da ilha e está deshabitada. Mas os habitantes da ilha de Santa Maria vão ali cultivar o seu limitado terreno e colher a craca, que é um marisco muito saboroso. || Lagôa de configuração oval, situada na planicie d'uma serra da freg. de Santo Amaro, na ilha do Pico, Açôres. E' a mais bella e a mais pittoresca das tres lagôas que existem n'aquelle sitio, porque no meio d'ella se levanta um ilhéo pequeno e isolado, de fórma triangular, coberto de arbustos odoriferos e cheio de ninhos de garças. Nas aguas d'esta lagôa cria-se muito peixe. || Ponta situada na costa occidental da ilha do Sal, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Fórma o limite septentrional da bahia de Cabo de Junco.

Ilhéo de Fóra. Nome do ilhéo situado na costa oriental da ilha da Madeira, em frente e muito proximo da ponta ou cabo de S. Lourenço. Em 1870 estabeleceu-se ali um farol lenticular de rotação, com clarão de luz branca de 30 em 30 segundos.

Ilhéo Grande. Ponta da costa e extremo meridional da ilha de S. Thomé e Principe, Africa Occidental, ao S da Angra de S. João. E' junto d'esta ponta que, segundo se tem escripto, se fórma um sorvedouro que tem por origem um canal subterraneo de 30 k. de extensão, o qual atravessa a ilha de lado a lado e corre de N a S.

Ilhô. Pov. na freg do Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Ilhota da Arrifana. Ilhota que se levanta n'uma enseada a NE de Sagres, no distr. de Faro, cêrca de 4 k. d'aquella villa.

Illuminação. A historia d'esta industria póde dividir-se em varios periodos, caracterisados pelos principaes combustiveis empregados na illuminação: resina, cera, cebo, azeites, petroleos, gaz, etc., e a electricidade. As vellas, cirios, archotes, etc., teem sido successivamente aperfeiçoados, empregando-se novas substancias illuminantes, parafina, estearina, etc. Para o azeite, as candeias e os candieiros de diversos systemas, teem-se mantido até hoje, com maior ou menor emprego. O petroleo, pela sua barateza e brilhantismo, substituiu vantajosamente o azeite. O gaz tem sido por sua vez substituido pela electricidade. Os troncos resinosos fôram decerto os primeiros elementos que o homem aproveitou para a luz artificial. Os egypcios inventaram depois as *lampadas*, que se usaram em todo o Oriente desde os tempos mais remotos. Consistiam simplesmente n'um vaso cheio de alguma substancia gordurenta, onde se mergulhava uma *torcida* de fios grossos. Este vaso oblongo, com bico por onde saia a torcida accesa, pendurava-se por correntes a uma especie de candelabros chamados *lampadarios*. Em alguns museus se admiram exemplares d'estas lampadas antigas. Depois voltou-se ao emprego da resina, mas então já feita em *vellas*. Passaram-se muitos annos, até que a *cera* substituiu a resina. Na era christã os primeiros *cirios* dissiparam as trevas das catacumbas, onde os fieis celebravam os mysterios da nova religião. Por este facto, as luzes que ardem de dia nas egrejas commemoram os tempos barbaros da perseguição do christianismo. Mas a vella de *cera* era muito cara para os pobres; inventou-se então, por economia, a vella de *sebo*. Chegou-se assim ao seculo XIV. Até aos fins do seculo XVIII não se conhecia illuminação mais brilhante do que a de um lustre carregado de vellas, nem hoje ainda a ha mais distincta. E não eram essas vellas comparaveis ás dos nossos dias, porque a vella de *estearina* foi inventada em 1825 por Gay-Lussac e Chevreul. Com o anno de 1800 principiaram as tentativas da sciencia para obter novas fontes de luz artificial. São tres os nomes dos sabios que mais notaveis trabalhos realisaram: Argand, Lebon e Davy. O primeiro, notando que a combustão era activada pela rapida subtracção dos seus productos, imaginou um *candieiro com corrente de ar*. Em 1801, o francez Filippe Lebon annunciou que se podia obter *gaz* inflammavel pela distillação da madeira e das materias gordurentas. No mesmo anno o physico inglez Humphry David (Davy) preparou a primeira experiencia de luz electrica. Os progressos de todos os systemas de illuminação, com os agentes apontados, teem variado muito. (V. *Candeia* e *Cerieiro*). Os successivos aperfeiçoamentos, quanto ao gaz, são: as lampadas de Bunzen, e outras, para altas temperaturas; o bico *Auer* para luz intensa, etc. Com a electricidade, são dois os systemas usados: por *arco voltaico* e por *incandescencia*. N'este ultimo são dignas de menção as lampadas de Edison. A historia da illuminação em Portugal póde fazer-se pela da capital, que foi a primeira cidade que a teve regular. Quanto á illuminação das costas do reino, póde vêr-se o artigo *Pharol*. Nos primeiros tempos era Lisboa apenas illuminada pelas frouxas e moribundas luzes de lanternas collocadas em frente dos nichos dos santos. Da *Synopse dos principaes actos administrativos da Camara Municipal de Lisboa*, de 1847, pag. 35, consta que em tempo de el rei D. Fernando I, a camara se lembrou do grande beneficio publico da illuminação, e chegou até a fazer posturas para a sua administração, as quaes el-rei confirmou e autorisou por seu alvará, que tem a data de 1421, o qual se encontra no Livro II chamado dos *Reis*, a pag. 21, que fôra copiado do antigo livro chamado dos *Pregos do Senado da Camara*. Esse alvará obriga a pôr luzes de noite pela cidade. Não se sabe se esta medida se levou á pratica, nem quaes os motivos porque se interrompeu. Só muito mais tarde, em 1689, por decreto de 25 de outubro, mandou D. Pedro II consultar a camara sobre o modo de illuminar a cidade. (*Rainhas de Portugal* por F. F. Benevides, vol. II, pag. 128). Foi no anno de 1780, que Lisboa começou a ter illuminação. Até essa epoca, os habitantes, quando saiam de suas casas á noite, preveniam-se com archotes e lanternas. Foi o intendente da policia da côrte e do reino, Diogo de Pina Manique, quem tomou a iniciativa de promover o melhoramento da illuminação da cidade. Collocaram-se 770 lampeões, que fôram comprados á custa do Estado, mas por ordem de Pina Manique, cujo inventor dizem ter sido o engenheiro Martinho Antonio de Castro, sendo mantida a illuminação por subscripção particular, pois todos os habitantes eram obrigados a concorrer com um quartilho de azeite por mez. A inauguração realisou-se em 17 de dezembro de 1780, dia em que se festejava o anniversario natalicio da rainha D. Maria I. Houve grande re-

gosijo publico por aquelle importante melhoramento. Era esta a melhor e a mais elegante illuminação da Europa até que se inventou a luz do gaz. Em Paris, os lampiões eram pendurados d'uma corda de janella á janella fronteira; em Londres, em 1798, a illuminação publica consistia em lanternas pregadas em postes.» Pinho Leal, no seu *Portugal Antigo e Moderno*, vol. IV, pag. 424, diz que «O conde da Figueira tinha um quadro, desenhado por Martinho Antonio de Castro, em que mostrava o seu invento, collocando um homem a abaixar o lampeão. Este quadro tem escripto o anno de 1788. Vê-se d'este quadro que os lampeões não tinham differença nenhuma dos existentes até á illuminação a gaz, e que a camara de Lisboa vendeu a diversas municipalidades» Comtudo, os habitantes da capital começaram a achar pesado o tributo que lhe tinham imposto, e a retrairem-se, resultando d'este facto terminar, em 1792, aquella, ainda que deficiente, illuminação, por falta de quem contribuisse para o necessario azeite, e a cidade tornou a ser illuminada sómente quando havia luar, e, quando o não havia, os lisbonenses tinham de recorrer ao antigo systema de archotes e lanternas. No anno de 1801, por decreto de 19 de novembro e edital de 5 de dezembro, tornou a haver illuminação com os mesmos lampeões, que só se accendiam em noites em que não havia luar Ao anoitecer os empregados começavam a sua tarefa. Na parede havia uma chapa, que estava fechada á chave e que prendia o braço de ferro do lampeão; os empregados abriam a chapa com a chave de que andavam sempre munidos, o braço de ferro subia e o lampeão descia; depois de preparado com o competente azeite e torcida, accendia-se, em seguida subia o lampeão, descia o braço de ferro, e tornava a ser fechado á chave. Nos arredores de Lisboa, ainda não ha muitos annos se encontravam d'estes lampiões em muitos sitios. Succederam-se os decretos sobre a illuminação, apontando-se os de 15 de janeiro de 1802, 10 de dezembro de 1803, 14 de abril de 1804, 4 de novembro de 1805, etc. Um livro de 1815, *Mappa chronologico de Portugal* por L. M. P. S. C., diz: «Mais de dois mil lampeões se accendem em todas as ruas em noites de escuro.» Em 1823 existiam na cidade 2:263 candieiros, 2:320 em 1825, e 2:335 em 1826. A cidade do Porto começou a ser illuminada em 1824, por decreto de 5 de outubro, o qual ordenou que ali houvesse illuminação durante a noite. Em 1834 publicou a camara de Lisboa annuncios nos periodicos nacionaes e estrangeiros para a admissão de propostas para a illuminação da cidade por meio de gaz. Assim, em 1836, appareceu uma proposta de J. M. O'Neill, que não foi acceita; em 1838 appareceu outra do dr. Nicod, de Paris, que tambem não foi admittida; em 1844 a de Samuel Clegg & C.ª; e em 1846 as de Antonio Bacon, Conde do Farrobo e Carlos da Cunha Menezes, que todas fôram rejeitadas por varios motivos, que se pódem vêr a pag. 62 e seguintes da *Noticia historica*, indicada no final d'este artigo. Finalmente, em abril de 1846, requereram Claudio Adriano da Costa e José Détry, francez, o privilegio para a illuminação da cidade, sendo as condições respectivas acceitas por decreto de 3 de maio do referido anno. A fabrica foi estabelecida na rua da Boa-Vista, onde ainda hoje se encontra. A illuminação publica a gaz inaugurou-se brilhantemente em 1850. O gaz fôra descoberto no ultimo quartel do seculo XVIII, mas só alguns annos depois é que se adaptou á illuminação publica. No theatro do conde do Farrobo, na sua quinta das Laranjeiras, é que appareceu pela primeira vez em Portugal, quando o theatro foi restaurado em 1842, depois de terminadas as campanhas politicas, e só 8 annos depois, em 1850, conforme dissémos, é que se inaugurou em Lisboa aquella illuminação. Os lojistas abandonaram o azeite, e começaram a illuminar os estabelecimentos com a luz do gaz, que ao principio era esplendida, mas pouco a pouco foi-se tornando mortiça e falsificada como chegou a acontecer, dando logar a continuas reclamações. Appareceram depois outros systemas de illuminação: o petroleo, o Jablochkoff, e finalmente a luz electrica. Actualmente, para se tornar mais brilhante a luz do gaz, tem-se recorrido a bicos de incandescencia, como o de Auer, etc., que teem dado bons resultados pelo brilhantismo e pela economia no consumo. A illuminação electrica começou a adoptar-se nas ruas em 1880. Em Portugal, não foi a cidade de Lisboa que primeiro a teve. Ao principio a luz electrica foi reservada para as grandes fabricas, estações de caminhos de ferro. Uma das capitaes de districto que primeiro teve illuminação electrica foi Villa Real, entre 1890 a 1894. Bibliographia: *Noticia historica da illuminação da cidade de Lisboa*, memoria inserta no vol. *Trabalhos Academicos litterarios e scientificos* por Francisco Ignacio dos Santos Cruz, Lisboa, 1851. *A industria da illuminação* por Soares Duarte.

Illuminação. Arte de colorir, dando luz e côr aos desenhos; fazer illuminuras. Nos archivos publicos e particulares existem alguns tratados inéditos d'esta arte, cujos segredos technicos parece terem se perdido com a decadencia dos manuscriptos. Assim, na Bibliotheca da Universidade de Coimbra ha um *Breve tratado de illuminaçäo, composto por um religioso da ordem de Xpo, repartido em tres partes* (Ms. N.º 344). Na primeira parte declara-se o nome das tintas, como se móem, apuram, conservam e compõem. Na segunda, como se fazem as diversas misturas, e de suas composturas, e os nomes dos instrumentos necessarios á arte de illumiuar. Na terceira como se fazem algumas tintas de novo e como se conservam para usar d'ellas. E mais de tres maneiras de pegar ouro em letras, e mil outras receitas Na livraria, que foi dos marquezes de Alegrete, guarda-se um *Tratado de illuminação para ensinar facilmente a pintar sem mestre e o segredo de fazer melhores côres.*

Illuminado. Adepto do illuminismo; membro de certas sociedades maçonicas. Do seculo XVI ao XVIII houve na peninsula varias seitas de *illuminados*, que fôram cruelmente perseguidos pela inquisição hespanhola. Tambem os houve em Portugal, como se vê das investigações feitas pelo sr Pedro A. de Azevedo no cartorio do Santo Officio, existente na Torre do Tombo. Os documentos encontrados falam de alguns dos principaes escriptores portuguezes do seculo XVII. São elles: Luiz Serrão Pimentel, engenheiro cosmographo; D. Francisco Manuel de Mello, o eminente polygrapho, autor da *Carta de guia de casados;* fr. Francisco Brandão, um dos

chronistas da *Monarchia Lusitana;* o poeta Manuel de Galhegos, autor do poema *Giganthomachia* e Jacinto Freire de Andrade, o panegyrista de D. João de Castro. Eram accusados de fazer parte da *Seita dos illuminados* em que se professavam doutrinas pouco orthodoxas. A Inquisição, attendendo á denuncia, limitou-se a ouvir as explicações de Luiz Serrão Pimentel, parecendo ter tido o bom senso de não proceder contra aquelles individuos.

Illuminador. Pintor de illuminuras. Nos primeiros seculos da edade-media o calligrapho dos manuscriptos era tambem o ornamentador das letras capitaes coloridas e com miniaturas. Depois, o desenvolvimento das livrarias dos conventos e dos poderosos separaram as duas artes, ficando o escrevente e o illuminador. Alguns manuscriptos conservam-nos o nome do primeiro, mas não falam do segundo. Em geral o livro era escripto primeiro e ornado depois. O escrevente fazia a subscripção, datada e assignada; mas o artista illuminador raras vezes firmava as suas composições. Dos illuminadores nacionaes não será facil fazer um catalogo, mas podem citar-se alguns nomes. Assim, acha-se em tempo de D. Affonso V um tal Vasco. No reinado de D. João II, Garcia de Rezende orgulha-se de ser um bom debuxador. Gonçalo Gomes parece ter sido illuminador da côrte de el rei D. Manuel. No ultimo quartel do seculo XVI havia em Portugal um habil illuminador de appellido Goterres. Domingos Fernandes illuminou alguns livros do convento de Thomar. No seculo XVII, Estevão Gonçalves é um illuminador distinctissimo. Manuel de Faria

Illuminura do seculo XII, representando a ceifa, vindima e lagaragem, extrahida do «Apocalypse», de Lorvão

e Sousa era tambem illuminador. No mesmo seculo, Eduardo Caldeira executou um precioso manuscripto illuminado. Fr. Manuel da Purificação, conego regular de S. João Evangelista, illuminou com perfeição os livros do côro da sua ordem. Outros religiosos fôram illuminadores: D. Heliodoro de Paiva, conego regrante; Marcos da Cruz, fr Antonio de Aranjo, Simão de S. José, monge paulista: Gaspar Dias, fr. Bento Contreiras e fr. Manuel de Sá, que illuminou os livros do côro do convento do Carmo, em Lisboa. Francisco de Hollanda usava de um novo processo de illuminura, por pontos, como elle declara no seu livro *A Pintura antiga*. Algumas senhoras exerceram esta arte. D. Margarida de Noronha, filha do segundo conde de Linhares, é citada por Duarte Nunes de Leão. A infanta D. Filippa, filha do infante regente D. Pedro, é louvada por Barbosa Machado.

Illuminura. Especie de pintura a côres que representa pequenas figuras, flôres e ornamentos, a modo de miniatura, com que na edade-média se adornavam as letras capitaes e outras partes dos livros e manuscriptos em pergaminho. Em Portugal existem muitos manuscriptos com illuminuras, sendo o mais antigo o *Apocalypse de Lorvão,* muito curioso pelas suas barbaras illuminuras, obra do seculo XII. Guarda se no Archivo da Torre do Tombo. E' um *in-folio* não paginado, regrado horisontalmente e escripto em duas columnas em letra gothica primitiva, com os titulos e iniciaes dos capitulos a tinta vermelha. Parece ter sido encadernado no seculo XVI. No interior da capa tem escripta e assignada a seguinte noticia: «Commentario ao Apocalypse, pelo monge Beato de Liebana, de que existem varias copias na Europa, feitas desde o IX até o XIII seculo. Esta é feita por um certo Egas em

Illuminura do seculo XV, representando a Degolação dos Innocentes, extrahida do «Livro de Horas» d'el-rei D. Duarte

1189 (era 1227) como se lê na subscripção. O valor d'este codice está principalmente nas suas barbaras illuminuras, onde se encontram muitos specimens authenticos de trajos, alfaias, architectura do seculo XII, raros em Portugal. Obtive-o das freiras de Lorvão em 1853 para o fazer depositar no Archivo da Torre do Tombo a que fica pertencendo.» — *A. Herculano*. A illuminura que reproduzimos representa a ceifa, a vindima e a lagaragem. Outras paginas teem scenas curiosas, de um desenho ingenuo e d'um colorido vermelho e amarello. Na collecção dos codices do convento de Alcobaça, na parte existente na Bibliotheca Nacional, ha alguns illuminados, que elle pertenceu a D. Duarte pela seguinte inscripção que se encontra no baixo da folha em que começa o officio de Nossa Senhora: *Illustrissimi principis eduardi johannis portugalie et algarbii regis serenissimi cepteis domini filii primo geniti* O infante D. Luiz, filho de D. João III, deixou estas *Horas* ao mosteiro dos Jeronymos, encadernadas em velludo encarnado e alguma cousa damnificadas. A encadernação primitiva foi substituida pela actual. O D inicial do officio de Nossa Senhora tem no centro o escudo das armas de Portugal. As numerosas illuminuras, a ouro e a côres, representando successivamente os santos cujas horas veem no texto, assim como as

Frontispicio do primeiro volume da «Biblia dos Jeronymos»

que são dos seculos XIII e XIV. Na Torre do Tombo, entre os manuscriptos com illuminuras dos seculos XV e XVI, são mais notaveis o *Livro d'Horas* d'el-rei D. Duarte, a *Biblia dos Jeronymos*, e a magnifica collecção da *Leitura Nova*. O *Livro de Horas* de el-rei D. Duarte é um codice notabilissimo, em pergaminho, escripto n'uma só columna, não paginado, regrado a tinta. Consta tarjas a ouro, flores, fructos, aves, etc., constituindo tudo um gracioso entrelaçado, dão um alto valor artistico a este codice. A illuminura que a inclusa photogravura reproduz é a que representa a Degolação dos Innocentes. A *Biblia dos Jeronymos* é tão importante que á sua descripção dedicamos um artigo especial (V. *Jeronymos, Biblia dos*). Mas, para desde já se apreciar a bel-

leza das suas illuminuras, aqui inscrimos a reproducção do frontispicio, verdadeira maravilha da arte respectiva. São sete codices illuminados rica e primorosamente. A magnifica collecção de codices illuminados denominada *Leitura Nova* tambem exige artigo em separado, pois é constituida por sessenta volumes perfeitamente conservados. São notaveis pelas illuminuras dos frontispicios. A do primeiro livro, como se vê da photas de sangue a symbolisar a paixão de Jesus, e dos lados destaca-se uma figura que, com o seguinte distico na mão, *Rex pacificus manificatus est,* aponta para outra figura que está illuminada no D inicial, motivo por que se suppõe que essa figura é a de D. Manuel. Do final d'este codice consta que foi acabado em 28 de julho de 1521. (V. *Leitura Nova*). Do seculo XVII guarda-se na Academia Real das Sciencias o celebrado

Illuminura do seculo XVI-Frontispicio do primeiro livro da collecção «Leitura Nova»

togravura, é lindissima. A tarja, bastante larga, é ornada a ouro e côres com anjos, aves, dragões, cabeças de animaes, flôres e fructos, tendo no alto quatro anjos que seguram a corôa de Portugal sobre fundo azul celeste, e em cima d'essa corôa, uma figura que parece o Padre Eterno deitando a benção, e dos lados duas espheras armillares sustentadas cada uma por dois anjos. No fundo da tarja ha, no meio d'uma corôa, a cruz de Christo, com um escudo em que se vêem pin*Missal de Estevão Gonçalves*, cujas illuminuras são tudo o que ha de mais bello no genero. V. *Gonçalves Netto*. Do seculo XVIII são de insignificante valor artistico as illuminuras que se conhecem. *Bibliographia: O Archivo da Torre do Tombo* por Pedro A. d'Azevedo e Antonio Baião, Lisboa, 1905. Este bem elaborado livro constitue o N.º XI dos *Annaes* da Academia de Estudos Livres. D'elle extrahimos as noticias acima e as gravuras que acompanham este artigo. *Os*

manuscriptos illuminados, artigos no *Occidente*, Lisboa, 1894-1895. *Noticia de alguns livros illuminados*, etc., pelo abbade A. D. de Castro e Sousa, Lisboa, 1863. *Breve noticia de alguns monumentos litterarios inéditos existentes em Portugal, notaveis pela fórma dos caracteres e pela belleza das illuminuras*, por Francisco Martins de Andrade, Lisboa, 1857.

Illustrissimo. Muito illustre. Tratamento que se dá ás pessoas de certa dignidade. (V. *Eminencia*). Tambem precede, por escripto, o tratamento de *Excellencia*.

Ima. Pov. na freg. de S. Pedro, de Jarmello, conc. e distr. da Guarda.

Imaginario. Antigo marceneiro, esculptor de imagens. No regimen das corporações dos officios mecanicos dividiam-se os marceneiros em : de *imaginaria*, de *talha*, e de *samblage*. Estes ultimos correspondem precisamente aos actuaes *marceneiros*, e os outros aos entalhadores.

Imaginario (*Casaes do*). Na freguezia de Nossa Senhora do Populo e conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Imbundo. Pov. e sobado da prov. de Angola, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, Africa Occidental.

Impirí. Prazo do antigo distr. de Sena, na prov. de Moçambique.

Impoencia. Territorio baixo e esteril, alagado na occasião das grandes marés, situado na terra firme do districto de Moçambique, prov. do mesmo nome. || Pov. do territorio do mesmo nome, no distr. e prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Imposto. Na legislação fiscal portugueza os impostos dividem-se em *directos* e *indirectos*, conforme são ou não pagos directamente. Sob a designação de *imposto* são abrangidas muitas receitas publicas de administração do Estado, dos municipios, das parochias, etc. Sob a mesma designação generica se comprehendem os *impostos* propriamente ditos, as *contribuições*, os *direitos alfandegarios*, os *emolumentos*, e o *sêllo*. Os impostos directos abrangem: o de *fabricação*, o *industrial*, *predial*, de *sumptuaria*, *de renda de casas*, de *rendimento*, de *juros*, *congrua parochial*, *imposto municipal*, etc. Os impostos indirectos são os de *consumo*, os *direitos alfandegarios*, de *carga* e *descarga*, etc. As contribuições distinguem-se dos impostos porque pódem ser pagas de uma só vez, como por exemplo os *direitos de mercê*, a *contribuição de registo*, etc. Para a historia do systema tributario em Portugal devem filiar-se as contribuições nos *tributos*, *derramas*, e *fintas*; o imposto de *consumo*, no *real d'agua*, *realete*, *subsidio litterario*, etc.; a *contribuição industrial*, no *maneio*, e no *cabeção das sizas;* a *contribuição de registo*, na *siza;* a *contribuição de renda de casas*, na *decima*; o *imposto de fabricação* na *eiradiga*, *lagaragem*, etc. Nos foraes das terras se encontram indicados os diversos *impostos* que tinham de pagar. N'elles apparecem sob as designações mais variadas, como *açougagem*, *almeitiga*, *alfitra*, *azaqui*, *cabeça*, *colheita*, *dizimos*, *jugada*, *oitavos*, *portagem*, *quarentena*, *relego*, *variagem*, etc. etc. (V. *estes nomes*). Além dos impostos pagos em genero, especie, ou dinheiro, tambem os havia de *maneio*, ou prestação de trabalho, como a *anaduva*, *fossado*, etc.

Imprensa. V. *Typographia*.

Imprensa Nacional. Fundada pelo marquez de Pombal, pelo alvará de 24 de dezembro de 1768, em que se dizia: *foi creada na cidade de Lisboa uma officina typographica*, com a denominação de *Impressão Régia*. Na *Breve noticia da Imprensa Nacional de Lisboa*, edição de 1869, a pag. 6 e 7, lê-se o seguinte: «Foi o marquez de Pombal, o grande e famoso ministro de el-rei D. José I, que primeiro concebeu e poz por obra o pensamento da creação de um estabelecimento, que fôsse exemplar e escola da typographia em todos os seus ramos, em que se cultivasse a arte pela arte, e ao mesmo tempo se procurasse, em ordem a promover e facilitar a larga diffusão de instrucção publica, estampar por preços modicissimos os livros elementares, de que para as escolas recem-abertas ou restauradas se carecia. Era, para assim dizer, o substancioso prologo da vasta reforma dos estudos, pouco depois emprehendida e levada ao cabo com singular acerto e felicidade. Estes intuitos patrioticos e civilisadores do consummado estadista estão expressos com clareza no Alvará de 24 de dezembro de 1768, pelo qual foi fundada a Impressão Régia, hoje Imprensa Nacional.» A direcção compunha-se de um director geral, de nomeação régia, um deputado escolhido entre os deputados da Junta do Commercio, ou das companhias do Grão Pará, ou Pernambuco; e um administrador da officina, mestre impressor de melhor nota na côrte. Imprimiam-se ali, não só as obras que a directoria geral dos estudos da Universidade de Coimbra e o Real Collegio dos Nobres mandavam imprimir, mas as de outras communidades, e até de pessoas particulares. Por alvará de 31 de julho do anno de 1769 foi confirmado o contrato feito com Lourenço Solesio, *fabricante de cartas de jogar, e de papelões*, para elle entrar no serviço de Portugal, e estabelecer as fabricas das duas referidas manufacturas. Eram em numero de 12 as condições do contrato, e entre ellas figuravam algumas relativas *ao privilegio da fabricação e venda das cartas de jogar*, constituindo um verdadeiro monopolio e estando revestido de todas as circumstancias que pareciam indispensaveis para dar uma protecção amplissima a um tal genero de industria, e formuladas n'aquelle espirito de restricção, que era o distinctivo caracteristico das idéas governativas d'aquelle tempo. A Impressão Régia começou a funccionsr regularmente no principio do citado anno de 1769. O Estado adquiriu a officina typographica de Miguel Manescal da Costa; foi-lhe annexada a fabrica de caracteres de João de Villeneuve, bem como uma aula de gravura, confiada ao professor Joaquim Carneiro da Silva. A direcção decretada em 1768, durou até ao fallecimento do administrador Miguel Manescal da Costa, succedido em 1 de dezembro de 1801. O seu logar ficou substituido por uma junta de administração composta d'um director geral, conservador, 10 deputados ou administradores, além dos officiaes da Contadoria. Pelo alvará de 9 de maio de 1781 foi concedido á Impressão Régia o *privilegio exclusivo do Breviario Romano em 12*. Durante a regencia do principe D. João, depois el-rei D. João VI, tambem se adoptaram diversas providencias, como o estabelecimento de uma escola de gravura, por decreto de 26 de janeiro de 1802, sendo professor Francisco Bartolozzi; esta escola foi des-

annexada por decreto de 5 de janeiro de 1805, ficando debaixo da inspecção do ministro da guerra. Por decreto de 19 de abril de 1803 foi concedido á Impressão Régia o *privilegio, privativo e exclusivo*, de que só n'ella se pudessem imprimir todos e quaesquer papsis volantes do trafego economico, civil e mercante, de uso diario, e mais misteres do reino e conquistas; devendo todavia ser revistos e approvados na junta litteraria da mesma impressão antes de se estamparem. Eram comminadas severas penas contra os impressores que imprimissem os indicados papeis. Pelo aviso de 18 de julho do mesmo anno de 1803 entendeu o governo *que devia indemnisar os proprietarios de typographias particulares*, pelo prejuizo que soffriam com a falta de concorrencia dos papeis volantes e concedeu-lhes licença para os continuar a imprimir, exceptuando: 1.° registos para uso de todas as contadorias nas diversas repartições, tanto civis como militares e ecclesiasticas; 2.° mappas ou listas de todas as repartições sobreditas; 3.° passaportes; 4.° editaes, que pertencessem á publica administração e real serviço. Por decreto de 26 de setembro de 1806 foi nomeado thesoureiro da junta economica o official da secretaria de estado da fazenda, Joaquim Antonio Xavier Annes da Costa. Durou a sua administração até 1821, em que foi demittido por decreto de 17 de julho d'aquelle anno, por se mostrar desaffecto ao systema constitucional, mas em 28 de junho de 1823 foi reintegrado, desde o restabelecimento do absolutismo, e no cargo de administrador geral se conservou até 24 de julho de 1833, em que entraram em Lisboa as tropas liberaes. No intervallo d'aquelles dois annos foi substituido por Luiz Torquato de Lemos e Figueiredo. Por aviso de 30 de janeiro de 1811 ficaram isentos do recrutamento para tropa de linha, e milicias, os empregados na Impressão Régia e real fabrica das cartas de jogar. Em 1815 falleceu em Lisboa o professor de gravura Francisco Bartolozzi, com 88 annos de edade. Em 20 de fevereiro de 1816 foi approvado pelos governadores do reino a compra do dominio util do edificio em que estava a Impressão Régia. Durante os annos de 1810 a 1820 chegou aquelle estabelecimento a grande prosperidade. A administração geral pôde comprar por um censo annual de 500$000 réis o palacio com todas as suas pertenças, casas e terreno, sem o minimo auxilio nem despeza do Erario; foi n'esse periodo que se fizeram os concertos necessarios, e que tudo se tornou proprio aos fins para que fôra comprado, e que se fizeram os 13 ricos prelos a Stanhope pelo modelo de dois que vieram de Inglaterra. Foi n'elle, que se gravaram tantos jogos de punções, se cravaram e justificaram outras tantas matrizes, com que se manobraram tantas fundições quantas fôram necessarias para o serviço d'ella, e das muitas officinas particulares, que depois se levantaram. Foi n'elle, que se tirou de um telheiro improprio a Real Fabrica de Cartas, que se reformou o seu fabrico, e se elevou ao estado de progresso a que chegou. Durante a administração de Joaquim Antonio Xavier Annes da Costa, desde 1811 a 1833, fôram publicados aproximadamente 2:000 volumes, em muitos dos quaes avultavam a perfeita regularidade do trabalho de composição, a revisão escrupulosa, a impressão feita com muita nitidez, e a boa e adequada qualidade de papel. Em 1825 existiam na typographia 12 prélos de bronze, 3 de ferro, sendo 2 inglezes, e 13 de pau; 153 jógos de caixas com typos, e outros utensilios, no valor de 20:152$810 réis; na fundição 4:048 punções; 8:970 matrizes; 86 moldes: 9:496 arrateis de typo em vidro, além de 44:367 arrateis e 6 onças existentes na officina e armazens de reserva com vario uso. O rendimento da Impressão Régia nos annos de 1811 a 1821 attingiu a média annual de 51:644$947 réis; mas desde 1822 a 1832 desceu a 40:028$755 réis Por decreto de 14 de junho de 1826 foi concedido á régia officina typographica *o privilegio de imprimir e vender a Carta Constitucional de 29 de abril do mesmo anno de 1826*. Por decreto de 19 de setembro de 1831 *foi concedido á Impressão Régia e real fabrica das cartas, plena e inteira liberdade de direitos, e de outras quaesquer imposições e despezas, por tempo de dez annos, em todo o papel, drogas, machinas e utensilios que viessem de fóra para uso, consumo e emprego dos mesmos estabelecimentos.* Determinava que nas alfandegas e consulados d'estes reinos e dominios gozassem de egual isenção, tanto as cartas como os livros e impressos que se exportassem, ou para os dominios ultramarinos, ou para fóra do paiz; fazendo-se os despachos livres á vista dos attestados, guias e conhecimentos, assignados pelo administrador geral ou por quem as suas vezes fizesse; e a este competia regular os preços das cartas, de maneira que nem o contrabandista encontrasse interesse em as mandar vir de fóra, nem os estrangeiros em as introduzirem no reino. O decreto de 10 de outubro de 1832, promulgado no Porto por D. Pedro, em nome da rainha D. Maria II, se extinguiu o privilegio e contrato das cartas de jogar, ficando sendo livre a qualquer pessoa fazel-as ou vendel-as sem pagar imposto algum, comtanto que fôssem marcadas com o sêllo do fabricante. Em 1833 acabou a aula de gravura na Impressão Régia, que então começou a intitular-se Imprensa Nacional. Em 29 de agosto d'este anno foi nomeado administrador geral Rodrigo da Fonseca Magalhães, mas esteve em exercicio sómente dois annos incompletos, e não pôde tornar-se tão proveitoso quanto desejara, porém, mais tarde, sendo ministro do reino, protegeu-a valiosamente. Por decreto de 27 de julho de 1835 foi nomeado Antonio d'Oliveira Marreca. O decreto de 11 de dezembro d'este mesmo anno foi inspirado de que a Imprensa Nacional precisava ser administrada por um corpo collectivo, e o governo nomeou uma commissão administrativa, composta de José Liberato Freire de Carvalho, João Vieira Caldas, Gaspar José Marques, tendo por secretario Augusto Zacharias Loforte. Por decreto de 27 de junho de 1836 foi dissolvida esta commissão, e tornou a ser nomeado administrador geral Antonio d'Oliveira Marreca, que n'esse anno, por decreto de 13 de setembro, foi substituido por José Liberato Freire de Carvalho, que apezar de ser velho e doente, ainda assignalou a sua passagem pela creação da officina lithographica. Em agosto de 1838 tomou posse da administração Frederico Pereira Marécos, e a sua entrada marcou uma epoca feliz para a Imprensa Nacional. Estudou profundamente um tão importante ramo de serviço publico, e em 2 de janeiro de 1841 dirigiu ao ministro do

reino um relatorio dos seus trabalhos nos annos de 1839 e 1840, que mereceu muitos elogios, e despertou a convicção da necessidade de melhorar convenientemente a Typographia Nacional Graças ás diligencias de Pereira Marécos o governo autorisou, pela portaria de 16 de maio de 1843, um emprestimo de 8:000$000 réis para que o administrador fizesse uma viagem a França, Inglaterra e Belgica, afim de estudar os progressos que a arte typographica havia feito, e de adquirir as machinas e utensilios, de que absolutamente carecia, para elevar a Imprensa Nacional á altura conveniente. Os resultados d'esta viagem fôram os mais satisfactorios, como se prova pelo relatorio apresentado pelo administrador Pereira Marécos, e que mereceu uma portaria de louvor passada a 18 de março de 1844 Pereira Marécos falleceu em 27 de setembro d'este anno de 1844, e succedeu-lhe na administração da Imprensa Nacional seu irmão Firmo Augusto Pereira Marécos. Em abril de 1846 foi instituida uma *Caixa de Soccorros* destinada a ministrar subsidios em dinheiro e medicamentos, com assistencia gratuita de medico, aos empregados e operarios enfermos ou inhabilitados da Imprensa Nacional. Pela carta de lei de 5 de agosto de 1854 foi votada ao ministerio do reino uma verba de 4:500$000 réis para ser applicada pela Imprensa Nacional á *compra de um prélo mechanico de grande dimensão, e á feitura de obras necessarias para a collocação d'aquella machina.* Para o desempenho da incumbencia da indicada compra foi encarregado o administrador da Imprensa de passar a Inglaterra, França e Belgica, commettendo-se-lhe tambem o encargo de examinar as officinas typographicas mais acreditadas das respectivas capitaes; e depois de inteirar-se da importancia dos processos da arte typographica n'aquelles paizes, compraria elle o prélo mechanico mais perfeito, dois prélos movidos a braço (chamados communs), alguns jogos de matrizes de typos e vinhetas de moderno gosto, e os utensilios e apparelhos de trabalho para a fundição de typos. Em 18 de abril de 1855 apresentou Pereira Marécos ao ministro do reino o relatorio dos resultados obtidos na sua viagem, que mereceu uma portaria de louvor que tem a data de 5 de maio d'esse anno. O relatorio corre impresso. El rei D. Luiz fez uma visita á Imprensa Nacional em 4 de setembro de 1863, e manifestou a maior satisfação pelo estado em que se encontrava as differentes repartições e officinas, e querendo distinguir o estabelecimento com um documento authentico dos seus sentimentos, escreveu e firmou com o seu proprio punho, no livro dos visitantes, as seguintes palavras: *Folgo sempre quando posso elogiar qualquer estabelecimento do Estado. Este está n'este caso. D. Luiz.* A Imprensa Nacional figurou brilhantemente na Exposição Universal de Londres em 1862; na Internacional do Porto em 1865; na de Paris em 1867, 1878, 1889 e 1900, sendo premiada com a medalha de ouro. Além do pessoal de administração, comprehende uma officina typographica, com escola de composição, officina de impressão mechanica e manual, de assetinagem e calandragem de papel e os serviços da casa do alçado e expedição de impressos; uma officina de fundição de typos e estereotypia; uma officina lithographica; uma officina de gravura e galvanoplastica; um armazem de typos e impressos. O pessoal empregado tem direito a reforma. Actualmente (1907) procede-se a importantes obras no edificio da Imprensa Nacional.

Incados. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Barrozas, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Incarnação. V. *Encarnação.*

Incendios *(Extincção de).* A noticia mais antiga que se conhece, sobre a organisação do serviço de incendios, data do reinado de D. João I que por sua carta de 25 de agosto de 1395 approvou as providencias que a camara de Lisboa entendeu dever adoptar contra os sinistros de incendio. Esse documento póde lêr-se no vol. I, pag. 300, dos *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, por Eduardo Freire de Oliveira. Reproduzil-o-hemos em orthographia corrente: «...que porquanto por vezes se levanta fogo em essa cidade, considerando sobre isso algum bom remedio, accordastes que era bem que os pregoeiros d'essa cidade, por freguezias em cada uma noite, depois do signal da colhença, andem pela dita cidade apregoando que cada um guarde e ponha guarda ao fogo em suas casas. E que em caso que se algum fogo levantasse, o que Deus não queira, que todos os carpinteiros e calafates venham áquelle logar, cada um com seu machado, para haverem de atalhar o dito fogo. E, que outrosim todas as mulheres, que ao dito fogo acudirem tragam cada uma seu cantaro ou pote para carretar agua para apagar o dito fogo. E outrosim porque muitos acodem e veem a elle para roubar, accordastes que cem corretores que ha na dita cidade, cheguem ahi com as suas armas, para haverem de guardar que se não faça roubo. E mandamos que as casas que assim se derribarem para atalhar o dito fogo, e se não fazer maior damno, que esse concelho, nem outro nenhum, não seja teúdo fazel-as, pois se faz por prol communal.» Parece que esta organisação durou até ao reinado de D João IV, em que se tentou introduzir um systema semelhante ao que então se usava em Paris, e no senado fôram apresentados projectos de escadas e uns bicheiros com duzentos calões de almude cada um, e tratou se tambem de organisar um pessoal remunerado para este serviço. Não se sabe os embaraços que retardaram por muito tempo a realisação d'estes melhoramentos, mas é certo que, ainda em 1678, o senado consultava sobre este objecto, e só então, a esforços seus, se introduziram importantes reformas: estabeleceram-se em diversos pontos da cidade estações, ou armazens para arrecadação dos apparelhos e ferramentas, cuja guarda foi confiada a mestres de officio, convenientemente pagos para tal serviço, e mandou-se que na *Ribeira* houvesse tantos machados, quantos fôssem os carpinteiros residentes na cidade, que todos tinham obrigação de acudir ao logar do sinistro. Tres annos depois d'esta reforma houve outra não menos importante: constára que na Hollanda havia uma especie de baldes de couro, muito apropriados para o serviço de incendio, e o senado com autorisação que sollicitou, e lhe foi dada por decreto de 24 de outubro de 1681, mandou vir duas bombas e uma porção de baldes, que fôram divididos 50 para cada bairro, e ficou em deposito certo numero d'elles para se irem renovando convenientemente; compraram-se tambem muitas ferramentas,

que fôram distribuidas pelas estações, e mandou-se proceder a um alistamento geral de todos os pedreiros e carpinteiros, que havia na cidade, aos quaes se impoz a pena de 2 mezes de prisão se faltassem ao incendio. Em 1701 apparece um mestre correeiro, João Domingos, encarregado da guarda das tres bombas que então havia, com uma gratificação de 10$000 réis por anno, e em 17 de janeiro de 1766 foi nomeado Domingos da Costa, que era mestre dos calafates da *Ribeira das Naus*, com o ordenado de 80$000 réis; mas tendo a camara representado sobre o mau serviço d'este empregado, foi demittido, e nomeado por carta de 21 de julho de 1786 um celebre machinista Matheus Antonio da Costa, homem de bastante influencia, e que fez importantes serviços no seu logar; foi no seu tempo, e em 1794, que se reuniu a administração dos chafarizes á dos incendios, creou-se então o logar de inspector com uma gratificação de 250$000 réis, e approvou-se um regulamento que corre impresso: taes fôram os serviços d'este empregado, que a gratificação lhe foi logo elevada a 600$000 réis. O pessoal subiu logo a perto de 3:000 homens, e compunha se de patrões de bombas, aguadeiros, e das companhias de serviço publico, de carga e descarga que, pelas portarias de 13 de julho de 1796 e 31 de janeiro de 1799, ficaram debaixo das ordens do *Inspector dos incendios*. Durante o seculo XVIII era vulgar acudirem aos incendios os operarios do Arsenal, então *Ribeira das naus*. E' Bluteau quem, no seu *Vocabulario*, o explica: «*Mestrança*, chamamos em Lisboa a todos os officiaes que trabalham Ribeira das naus. Quando os mandam chamar para apagar os incendios se diz: *Vão chamar a mestrança*, e logo se entende que são os officiaes d'aquella ribeira.» A legislação d'esse mesmo seculo insere muitas providencias para acudir aos incendios: Provisão de 9 de setembro de 1728, editaes de 4 de junho de 1787, 24 de outubro de 1791, 24 de abril de 1792, 13 de agosto de 1794. No seculo XIX, a resolução de 10 de janeiro e edital de 20 de março de 1803; editaes de 31 de janeiro de 1810 e 30 de março de 1814. O edital de 17 de março de 1836 estabeleceu um plano de providencias para casos de incendio na capital, numerando-se as freguezias, para que pelo numero de badaladas que sé déssem nas torres fôsse conhecida aquella em que havia incendio; e regulando-se o modo de occorrer com rapidos auxilios para evitar o seu progresso. A provisão, acima citada, de 9 de setembro de 1728 privilegiou tambem os officiaes dos incendios da cidade do Porto. A instituição de varias associações de bombeiros voluntarios (V. *este nome*) tem derramado pelo paiz as vantagens d'uma organisação do serviço de extincção de incendios. Até 1901 pertenceu esse serviço em Lisboa á camara municipal, mas, pelos decretos de 8 e 17 de agosto do referido anno, passou a ser subordinado ao Ministerio do Reino, sob a immediata dependencia do governo civil, ficando a extincção dos incendios a cargo do Corpo de Bombeiros Municipaes.

Incenso. Ponta da costa N. da ilha Brava, archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental.

Inchouzella. Pov. na freg. de S. Miguel, de Caçarilhe, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Incunábulo. Obra impressa que data da origem da typographia; paleotypo; livro impresso no seculo XV. Sobre os incunábulos existentes na Bibliotheca Nacional de Lisboa, veja-se o *Catalogo das obras do XV seculo, que possue a B. N. de L., feito segundo a ordem alphabetico-chronologica dos nomes das cidades em que fôram impressas, e illustrado com notas*, Lisboa, 1844. Este trabalho foi elaborado pelo conservador da mesma bibliotheca, Francisco Martins de Andrade.

Independencia. V. *João IV (D.)* e *Affonso VI (D.)*

Index. Indice. Titulo do catalogo latino dos livros prohibidos, que é o seguinte: *Index Librorum Prohibitorum cum regulis confectis per Patres á Tridentina Synodo delectos, autoritate Sanctissimi Domini nostri Pij* III. *Pont. Max. comprobatus. Nunc recens de mandato Illustritis ac Reverediss. D. Georgij Dalmeida Metropolyt. Archiepiscopi Olysipponesis, totiusq Lusitanicae ditionis Inquisitoris Generalis in luce editus. Addito etiam altero indice eorum Librorum qui in his Portugaliæ Regnis prohibentur, cum per multis alijs, etc. Olyssipone excudebat Antonius Riberius, 1581.* No mesmo anno se imprimiu tambem: *Catalogo dos livros que se prohibem nestes Regnos e Senhorios de Portugal, por mandado do*, etc. *Dom Jorge Dalmeida Metropolytano Arcebispo de Lisboa, Inquisidor Geral, etc. Com outras cousas necessarias á materia da prohibição dos Livros. Impresso em Lisboa por Antonio Ribeiro*, etc. *1581.* Tendo sido divulgados dolosamente em Lisboa, isto é, sem o beneplacito regio, alguns *Indices expurgatorios*, foi prohibida a sua introducção pela lei de 2 de abril de 1768. Por alvará de 30 de julho de 1795 se mandou elaborar o *Indice expurgatorio nacional de livros prohibidos*.

India. Região da Asia, constituida por duas grandes peninsulas, separadas pelo rio Ganges. Uma d'ellas denomina-se India aquém do Ganges, India cisgangetica ou Industão; a outra tem o nome de India além do Ganges, India transgangetica ou Indo-China. A grande região asiatica, actualmente conhecida pelo nome de India, não teve primitivamente este nome, o qual até certa época sómente se applicava ao territorio banhado pelo Indus; nem o territorio assim designado constitue uma circumscripção geographica definida. Segundo a philologia moderna provém o nome *India* do vocabulo Indus ou Sindhu, em sanscrito, que os romanos adoptaram dos gregos, os quaes por seu turno os haviam recebido dos persas.

India *(Casa da)*. Repartição aduaneira que, juntamente com as da Mina e da Guiné, constituia a chamada Casa da India. N'esta especie de alfandega se recolhiam todas as mercadorias que eram necessarias ao trato da India. V. *Grandezas de Lisboa*, por Nicolau de Oliveira, edição de 1804, pag. 302.

India *(Estado da)*. As possessões portuguezas na India, conhecidas sob a denominação de Estado da India, comprehendem os territorios de Gôa, Damão e Diu, situados, de longe em longe, na costa occidental do Industão, com uma superficie total de 3.806,5 kilometros quadrados. O censo de 1900 accusa a totalidade de 531:798 habitantes, assim divididos: Gôa 475:513; Damão, 41:671 e Diu, 16:614. Administrativamente, o governo do Estado da India constitue uma provincia ultramarina e governo geral, com 3 dis-

trictos, 12 concelhos e 2 commandos militares, um dos quaes é tambem concelho, sendo estes concelhos e commandos sub-divididos em freguezias, circumscripções e aldeias. A sua capital é a cidade de *Nova Gôa*, creada pelo alvará régio de 22 de março de 1843, comprehendendo em seus limites todo o litoral da margem esquerda do rio Mandovy, desde a foz do mesmo rio, até á ponte de Daugim, dividida em 3 bairros que são: 1.º bairro — *Pangim*, desde a ponte de Santa Ignez, até á cruz da ponte que vae de Pangim a Ribandar, tendo do lado da terra por limites os portaes das Fontainhas; 2.º bairro — *Ribandar*, desde a cruz da mesma ponte, até á egreja de S. Pedro, limitado do lado da terra pelos portaes de Chimbel; 3.º bairro — *Goa* (velha cidade de Gôa), desde a egreja de S. Pedro até á da Madre de Deus de Daugim, tendo por limites do lado da terra os muros e porta restante da antiga cidade. A circumscripção administrativa local não obedece, em todos os districtos, á mesma unidade. Os districtos são: *Gôa Damão* e *Diu* (V. *estes nomes*). A circumscripção ecclesiastica do Estado da India distribue-se pela Archidiocese Metropolitana de Gôa Primacial do Oriente, Patriarchal das Indias Orientaes e pela diocese de Damão, com o titulo Archiepiscopal de Cranganor, suffraganea d'aquella. Pertence á primeira todo o territorio de Gôa, incluindo a ilha de Angediva, e á segunda os districtos de Damão e Diu Quanto á circumscripção judicial, o Estado da India faz parte do districto judicial de Nova Gôa, com séde em Pangim, onde funcciona um tribunal de 2.ª instancia, a Relação de Nova Gôa, e divide-se em 6 comarcas, quatro das quaes se sub-dividem em 5 julgados municipaes. Por freguezias e por grupos de povoações, onde ha freguezias, existem 108 *juizos populares*. Na circumscripção militar as unidades que constituem a guarnição de 1.ª linha d'este Estado são: uma bateria mixta d'artilharia de montanha e guarnição; um pelotão de dragões; uma companhia europeia de infantaria; seis companhias indigenas de infantaria, n.ºs 1 a 6; um corpo de policia indigena; uma companhia de saude; um batalhão da guarda fiscal; uma banda de musica indigena. Para os effeitos da distribuição d'estas unidades, a provincia considera-se dividida em seis zonas chamadas *zonas da guarnição*, cujas areas e perimetros correspondem respectivamente ás areas e perimetros das divisões administrativas comprehendidas por cada uma e pela fórma seguinte: 1.ª zona de guarnição — Concelhos das Ilhas e Pondá; centro de guarnição em Pangim; 2.ª zona — Concelhos de Bardez, Sanquelim e Perném; centro de guarnição em Bicholim; 3.ª zona — Provincia de Satary, centro de guarnição em Valpoy; 4.ª zona — Concelhos de Sanguém e Quepém, centro de guarnição em Sanguém; 5.ª zona — Concelhos de Salsete e Canácona, centro de guarnição em Margão; 6.ª zona — Districtos de Damão e Diu; centro de guarnição em Damão. O decreto da circumscripção eleitoral vigente, de 8 de agosto de 1901, divide o Estado da India, em dois circulos de deputados: o de Margão e o de Mapuçá. O solo no territorio de Gôa é formado de rochas calcareas, graniticas, schistosas e grez secundarios, e em grande parte de alluvião em consequencia das chuvas arrojarem para elle tudo quanto arrastam pelos inclinados contra-fortes occidentaes da vasta cordilheira dos Gattes. As argilas são de diversas côres, azuladas, amarellas e brancas, braucas e côr de carne e vermelhas; o quartzo é muito solido, de côr clara ou escura. O Estado da India é cortado, por muitas bacias hydrographicas, as quaes, além de terem quasi todas bons portos e de na maior parte do seu curso serem navegaveis por pequenos barcos fertilisam e tornam formosos os campos que banham, dando-lhes uma apparencia agradavel. Os principaes rios são os seguintes: Aroudem ou de Tiracol, que separa o territorio de Pernem das possessões britannicas; Baga; Colvale ou Chaporá, que corre entre Bardez e Pernem; Mandovy, que nasce nos Gattes, atravessa Satary, separa o distr. das Ilhas de Gôa, de Bardez, e divide-se em 3 principaes braços chamados rios de Gôa, Naroá e Mapuçá; Mormugão, braço do Zuarim; Sal, que passa pela villa de Margão; Zuarim ou Rachol, que separa de Embarbacem, Pondá e Ilhas de Gôa, Astagrar, Chandrovaddy e Salsete; e se reparte em dois braços, dos quaes um conflue no Mandovy e outro lança-se no mar junto á barra do Mormugão; e os pequenos rios de Galisbaga e Talponá. Além dos pequenos portos de Agonda, Col, Galisbaga e Talponá, na embocadura dos rios dos mesmos nomes, ha ainda os seguintes, que são os principaes: Chaporá, na foz do Colvale; Gôa, o melhor de todos e o unico que póde receber navios de alto bordo; Angediva, na ilha assim denominada; Tiracol, na foz do Arondem; Aguada, na do Mandovy; Mormugão, na do mesmo nome; e Betul na do rio do Sal. Distinguem se no Estado da India duas estações perfeitamente caracterisadas, a das chuvas, de junho a novembro, que se succedem quasi sempre com regularidade, e a da sécca, de dezembro a maio. O clima, comquanto muito quente, é mais saudavel do que o das provincias da Africa. Todavia, as pov. assentes nas proximidades de logares onde ha emanações paludosas, são de manifesta insalubridade. As temperaturas médias mensaes elevam-se mais aqui do que em S. Thomé, não obstante esta ilha estar situada no Equador. As temperaturas maximas apresentam tambem grande differença para mais. O calor é quasi constante em todo o anno, porque a variação média de temperatura não excede de 5º, comquanto esta se eleve successivamente nos mezes de abril e maio, outubro e novembro, porém, é ainda assim modificada pelos ventos que reinam então do quadrante de NE com bastante intensidade. Em dezembro e janeiro a estação torna-se mais fresca porque apparecem os terreaes. Comtudo ha geralmente bons ares em Salsete, mas os logares mais salubres encontram-se principalmente nas Novas Conquistas. Com tal clima abundam nas selvas os tigres, ursos, bufalos brancos, macacos, veados, corças, raposas, javardos, lobos, gazellas e outros animaes, e nos povoados encontra-se o catanduro ou rato bravo, que tudo destroe. Entre os animaes domesticos figuram as differentes especies de gado, posto que não abundem nem sejam notaveis pelo tamanho. Ha em grande quantidade tambem pavões, perús, gallinhas, gansos, pombos, codornizes, lebres, perdizes, garças, gallinholas, papagaios, martinhos e papafigos, assim como reptis venenosos em toda a parte; os mais perigosos

d'estes são a vibora e as cobras alcatifa e de capello. Na barra de Gôa existem perolas. Os rios são habitados por jacarés. As riquezas mineraes da India são importantes. Encontram-se ali minas de ferro nas provincias de Bardez, Satary, Pernem, Embarbacem, Cacorá, Chandrovaddy, Bally e Astagrar. Posto que imperfeita e limitada, ainda assim a exploração d'estas minas alimenta algumas ferrarias, occupando bastantes operarios. As principaes localidades onde se encontram as minas são Pigaun, Colleni, Calem e Serdosem, ao pé dos Gattes, Batum, Curdino, Badem, Tursay, Rivana e Colombo, na provincia de Astagrar e Malcornem, na de Chaudrovaddy. A agricultura está em grande atrazo, e rege-se ainda em geral pelas praticas e processos primitivos. E' certo que depois da conquista se tem por vezes feito tentativas para lhe dar impulso racional, mas, ou por mal dirigidas ou por circumstancias imprevistas, não se tem colhido resultados dos esforços empregados. No tempo do marquez de Pombal fizeram-se diligencias para melhorar a agricultura e outras providencias são documentos d'essas diligencias. Em 1828 organisou-se uma sociedade agricola, que poucos resultados conseguiu obter, não obstante o capital dispendido e a coadjuvação official. Tambem em 1862 e 1863, sob o governo do conde de Torres Novas, se procurou desenvolver a colonisação na provincia de Satary. Mas todas essas tentativas e esforços não produziram resultados importantes. O solo fertilissimo continua em ger l sendo aproveitado pelos processos primitivos sem que tenha sido possivel luctar efficazmente contra a rotina, que melhor se coaduna com a natural indolencia dos habitantes e com o predominio dos preconceitos das raças. Além d'isso, a falta de meios de communicação é em alguns districtos uma cousa poderosa que concorre para que se não aproveite convenientemente o terreno, pela difficuldade do transporte dos productos. Os rios poderiam até certo ponto supprir a falta de boas estradas, mas a sua navegação é feita ainda apenas por tonas, barcos de construcção quasi primitiva. A principal exploração agricola do paiz existe ainda assim nas terras onde estão organisadas as communidades. São estas verdadeiros municipios onde todo o terreno ou uma grande parte d'elle é cultivado ou administrado em commum. Os membros d'estas sociedades agricolas, chamam-se gancares; os outros proprietarios das aldeias estão ligados ás communidades como foreiros, ou por outros titulos, e consideram-se para todos os effeitos como cidadãos do respectivo municipio (V. *Gancaria)*. Estas communidades, não obstante as leis que teem mais ou menos directamente alterado a sua organisação, sem embargo das vicissitudes e das revoluções por que tem passado a India, acham se hoje constituidas quasi como no tempo da conquista. São ainda corporação com um largo poder municipal e jurisdicção administrativa, fiscal, judicial e eleitoral. Mas estas mesmas corporações não produzem para a agricultura da India resultados tão favoraveis como poderiam produzir, porque a isso se oppõem varias causas. São variadissimas as producções a que o sólo se presta; pois que produz arroz, cereaes, legumes, canella, pimenta, canhamo, linho, algodão, mostarda, tabaco, vinho de palmeira, azeite, canna saccharina, inhame, aréca, anil, café, laranja, limão, romã, cidra, batata dôce, morangos, noas, ananazes, capí, mangas, bananas, melões, patecas ou melancias e outras fructas. Os districtos do litoral abundam em palmeiras, coqueiros e arvores de téca, e os montanhosos em florestas, onde se encontram arvores de fructo como o aguieiro, aldavane, cajueiro, coqueiro, figueira, tamariudeiro e outras; de construcção como o assono, boeôdio, congue, cumbyo, dambons, hedu, houvoleiro, honty, maretta, miryo, uanom, quinzol, rajatum, sadrá, siçó, téca e muitas mais. Abunda em plantas medicinaes e exoticas. Os campos e os jardins revestem-se de flôres mimosas, variegadas e fragantes. O arroz é na India um objecto de primeira necessidade, por isso que os indigenas o empregam como meio principal da sua alimentação, e comtudo a sua limitada producção em relação ás necessidades do consumo é uma das provas mais evidentes do atrazo da cultura da terra. Não obstante as tentativas e perseverança dos industriaes, tem o Estado da India apenas algumas fabricas de tecidos de pannos de algodão, de tinturaria, de objectos de cera, de ferro e de cordoaria, de polvora, de assucar e de bebidas alcoolicas. A industria da tinturaria floresceu principalmente em Diu. Manufacturam-se no entretanto, entre outros objectos, tambem primorosas rendas, bordados, flôres artificiaes, tapetes, fazem-se desenhos, encadernações, figuras de barro, obras de filigrana de ouro e esmalte, de marfim, sandalo e tartaruga, e rewolvers. As artes mechanicas são professadas com mais ou menos perfeição, por alfaiates, bordadores, carpinteiros, cabouqueiros, distilladores, esculptores, ferreiros, lapidarios, latoeiros, livreiros, marceneiros, ourives, pedreiros, pintores, sapateiros, serralheiros, tanoeiros e tecelões. Os ourives de ouro ou prata imitam facilmente os objectos da industria respectiva e vendem em geral as suas obras por preços diminutos. Quanto ao commercio, a primitiva idéa do descobrimento do caminho para a India teve por fim o exclusivo do commercio maritimo com detrimento manifesto do famoso emporio do Adriatico, julgando-se que para o obter bastaria dominar os mares e crear feitorias em varios pontos do littoral africano e asiatico. Mais tarde, mudando-se de pensamento e projectando-se antes fundar um vasto imperio lusitano no oriente e anniquilar ao mesmo tempo o commercio dos arabes, ergueram se fortalezas desde Sofala até ás Molucas. Os productos da Asia e Oceania, taes como diamantes, perolas e rubis, metaes preciosos, essencias, estofos, sandalo e especiarias, eram permutados na metropole, onde concorriam pressurosos os mercadores de todas as nações, e o florescente commercio portuguez do Oriente tomava proporções vastissimas. Os generos de exportação e importação só pagavam direitos nos logares onde se fundavam feitorias, fóra d'ahi permutavam-se livremente. As especiarias eram monopolio real. Mas como no Oriente os mercadores eram os proprios guerreiros, e como estes só obtinham transacções com os gentios e moiros por meio das armas, faltando portanto para aquelles o equilibrio indispensavel e ao mesmo tempo a segurança pessoal, o commercio foi decaindo. Veiu depois influir tambem poderosamente no seu definhamento o flagello da

Inquisição, o horror do Santo Officio, que não só despovoava parte do paiz; mas desviava dos portos os gentios que ali vinham anteriormente fazer as suas transacções commerciaes. Por vezes se tentou reanimar o commercio, creando para esse fim companhias poderosas. Tiveram porém, curta duração, contrariadas já pelas circumstancias, já pelos proprios governos locaes. A primeira, com a denominação de companhia portugueza das Indias Orientaes, fundou-se em 1587; a segunda, companhia de commercio da India, em 1697; a terceira, sociedade patriotica agricola dos baldios das Novas Conquistas, em 1828; a quarta, companhia commercial de Gôa, em 1851; a quinta, companhia promotora da industria e commercio de Damão, em 1858; e a sexta, companhia mercantil de Diu, em 1859. Não conseguiram estas companhias o fim para que fôram organisadas. O commercio das praças de Diu e Damão foi assoberbado pelos productos da industria ingleza, e o de Gôa foi successivamente definhando por esta e outras causas, sendo decerto a mais importante o atraso da agricultura e portanto o desaproveitamento das muitas riquezas naturaes que a fecundidade de sólo offerece. As primitivas esquadras da monção annual fôram substituidas pelas naus de viagem, e estas pelas poucas embarcações mercantes nacionaes, que actualmente frequentam os portos da provincia, nos quaes commerceiam livremente muitos navios estrangeiros. A instrucção publica no Estado da India não tem sido descurada. A sua organisação definitiva data do governo illustrado do visconde de Ourem. A India é de todas as provincias ultramarinas onde o ensino tem alcançado maior grau de desenvolvimento. Pelo regulamento de 31 de dezembro de 1900, o lyceu nacional de Nova Gôa ficou equiparado, para todos os effeitos, aos lyceus do reino. || *Bibliographia*: Além das obras já indicadas, especialmente, nos artigos respectivos a *Damão*, *Diu* e *Gôa*, muitas outras se pódem vêr em geral sobre a India. As publicações officiaes são numerosas, distinguindo-se alguns relatorios deveras notaveis sobre os diversos ramos da administração do Estado. *Catalogo dos livros do assentamento da gente de guerra que veio do reino para a India desde 1731 até 1811* por J. A. Ismael Gracias; Nova Gôa, 1893. *Chorographia do Estado da India* por Viriato A. C. B. de Albuquerque; Nova Gôa, 1887. *A India portugueza, breve descripção das possessões portuguezas na Asia*, etc., por A. Lopes Mendes; Lisboa, 1886. *Itinerario da India por terra* por fr. Gaspar de S. Bernardino; Lisboa, 1611. *A liberdade da terra e a economia rural da India portugueza*, por F. L. Gomes; Lisboa, 1862. *Memoria historico-economica das alfandegas do Estado da India* por Francisco Xavier Ernesto Fernandes; no *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 16.ª serie, 1899. *Noção de alguns filhos distinctos da India portugueza*, por Miguel Vicente de Abreu; Nova-Gôa, 1874. *Numismatica da India portugueza, estudos* de José Maria do Carmo Nazareth, Nova Gôa, 1896. *Resumo historico ácerca da antiga India Portugueza acompanhado de algumas reflexões, concercentes ao que ainda possuimos na Asia, na Oceania, na China e na Africa* por Sebastião José Pedroso; Lisboa, 1880. *Jornaes indo-portuguezes*, por Silva Leal; Lisboa, 1898.

India *(Governadores e vice-reis da)*. A historia do descobrimento do caminho maritimo para a India póde lêr-se no artigo relativo a Vasco da Gama. A historia das conquistas e do dominio portuguez está repartida pelas biographias dos heroes que na India se illustraram. Convém, todavia, organisar aqui um resumo chronologico. Vasco da Gama chegou a Calecut a 20 de maio de 1498; em dezembro de 1500 chegou a Cochim Pedro Alvares Cabral e estabeleceu uma fortaleza; em 1501 fundou João da Nova uma feitoria em Cananor; em 1502 voltou Vasco da Gama á India e deixou assignalada a ida com victorias notaveis; em 1503 começou Affonso de Albuquerque a construir uma fortaleza em Cochim e estabeleceu uma feitoria em Cantão. De 1505 a 1509 governou a India, como vice-rei, D. Francisco de Almeida, levantou uma fortaleza em Angediva, bombardeou Onor, queimou todos os navios fundeados no porto, fortificou Cananor, anniquilou proximo de Cananor a armada do Samorim e descobriu e reconheceu as ilhas de Ceilão e Maldivas. Em 1506 a frota de Tristão da Cunha visitou S. Lourenço de Madagascar, descobriu a ilha do seu nome e, juntamente com Affonso de Albuquerque, apoderou-se da ilha de Socotorá, fez levantar o cerco de Cananor, auxiliou D. Francisco de Almeida na tomada das naus de Méca fundeadas no porto de Peranc, pertencente ao Samorim. Em 1507 mandou o vice-rei arrazar, por inutil a fortaleza de Angediva. Affonso de Albuquerque conquistou Ormuz. D. Francisco negou-se em Cananor a entregar o governo a Affonso de Albuquerque emquanto não tivesse vingado a morte de seu filho D. Lourenço, morto na barra de Chaul combatendo contra os moiros; arrasou Dabul, fez tributario o vice-rei de Chaul e por fim anniquilou no porto de Diu as armadas combinadas de Mirocem, Melique Yaz e do rei de Calecut, e prendeu na fortaleza de Cananor a Affonso de Albuquerque em vez de lhe entregar o governo. Em 1509, D. Francisco Coutinho, capitaneando 15 vélas, partiu de Lisboa, chegou a Cananor e deu liberdade ao fundador do imperio portuguez no Oriente, Affonso de Albuquerque, que tomou afinal posse do governo, que conservou até 1515. No seu governo foi incendiada a cidade de Calecut, perecendo infelizmente D. Francisco Coutinho no combate que por essa occasião se feriu. Albuquerque mandou soccorrer a fortaleza de Socotorá, que no anno immediato fez demolir por desnecessaria, e apoderou-se pessoalmente em 1510 da cidade de Gôa, a qual foi obrigado a abandonar em consequencia de haver sido cercada por numerosas tropas do Idalcão. A 25 de novembro, porém, do referido anno apossou-se definitivamente d'ella, e fundou ali não só a séde do novo imperio lusitano, mas tambem o primeiro templo da christandade do Oriente sob a invocação de Santa Catharina. Conquistou Malaca, mandou reconhecer as ilhas Molucas e Banda, tomou a fortaleza de Benasterim, fez levantar o novo cerco que o Idalcão havia posto a Gôa, e lançar os fundamentos de uma fortaleza em Calecut, recebeu a embaixada de Preste João, rei da Abyssinia, bem como as dos reis de Cambaia, Ormuz e Narsinga, e de Melique Yaz capitão de Diu. Converteu uma mesquita em egreja catholica e d'ella fez doação aos religiosos de

S. Francisco, que levára da metropole, os quaes estenderam depois as suas missões a Cochim, Coulão, Ceilão, costa de Coromandel e Japão. Em 1513 dirigiu-se ao Mar Roxo com uma armada de 20 naus; de passagem atacou a cidade de Aden, da qual não pôde apoderar-se nem tam pouco do porto de Judá, e arribou á ilha de Camarão, onde foi obrigado a invernar. Durante a derrota aprisionou, saqueou e queimou muitas naus inimigas; e já de volta para Gôa e ao transpôr o estreito de Babelmandeb, foi desembarcar na ilha de Mehum, a que chamou de Vera Cruz por haver mandado erguer n'ella uma cruz em signal de posse. Fez reconhecer por João Gomes e Ruy Galvão a cidade de Zeila, bombardeou Aden, deteve-se em Diu, e, finalmente antes de chegar a Gôa, surgiu em Chaul e Dabul, onde aprisionou algumas naus inimigas. Soccorreu Malaca, onde os seus compatriotas batiam denodadamente no mar os javanezes, e em terra os malaios. Fernão Peres de Andrade partiu de Malaca com a sua armada triumphante, na qual conduziu os enviados do governador de Sião, Pegú e Molucas. Feita a paz e durante ella, Affonso de Albuquerque preparou-se para nova expedição, visitou Cananor, Calecut e Cochim, enviou Pero de Albuquerque, seu sobrinho, a Ormuz, para receber as páreas em divida, Diogo Fernandes de Beja á ilha de Diu para aqui levantar uma fortaleza, e João Gonçalves de Castello Branco ás terras firmes para tomar posse d'ellas. Em 1515 o destemido governador apoderou-se de Ormuz, e a 16 dezembro do mesmo anno falleceu na barra de Gôa a bordo da nau, que o transportára ali doente. Seguiu-se de 1515 a 1518 o governo de Lopo Soares de Albergaria, que em 1516 e 1517, mandou uma frota a descobrir a China, e em 1518 se apoderou do porto de Columbo na ilha de Ceilão, fazendo tributario o rei. De 1518 a 1521 governou a India, Diogo Lopes de Sequeira, que começou por despachar João Gomes para as Maldivas, Antonio de Saldanha para o Mar da Arabia, Simão de Andrade para a China, Antonio Correia para Pegú, soccorrer Malaca e fundar a fortaleza de Chaul. Assenta pazes com o Preste João, e Ruy de Mello apoderou se das terras firmes de Gôa. Em 1521 surgiu em Diu com poderosa armada, expediu para a Oceania Antonio de Brito, a fim de levantar na ilha de Teruate, do archipelago das Molucas, já visitada por Antonio de Abreu, uma fortaleza cujos fundamentos só no anno immediato se lançaram. Desde 1521 até 1524 governou Duarte de Menezes. Durante o seu governo deu se o cêrco da fortaleza de Ormuz, que se não rendeu, e os moiros lançaram fogo á cidade. Perderam-se as terras firmes de Gôa, Pacem foi abandonada aos inimigos; Martim Affonso de Mello Coutinho não conseguiu fundar uma fortaleza na China, D. Sancho Henriques e muitos dos seus companheiros fôram derrotados e mortos pelas phalanges do rei de Bintão; lançaram-se os fundamentos, na costa de Coromandel, da cidade de S. Thome. De novo em 1524 voltou á India como governador D. Vasco da Gama, conde da Vidigueira, almirante do Mar das Indias. Pouco tempo, porém, durou a sua administração porque a morte o surprehendeu em setembro do referido anno, isto é, 3 mezes e 20 dias depois de haver chegado a Gôa. Seguiu-se de 1524 a 1526 o governo de D. Henrique de Menezes. Começou por incendiar Coulete e Panane; soccorreu Calecut, que por fim foi abandonada e destruida pelos portuguezes, seus defensores. Pero Mascarenhas destruiu a esquadra do rei de Pam e a cidade de Bintão. A fortaleza da ilha de Tidore foi tambem arrasada pelos portuguezes que occupavam a ilha de Ternate. Governou a India desde 1526 até 1529 Lopo Vaz de Sampaio, que se cobriu de gloria no Mar das Indias; expediu armadas para differentes partes, soccorreu Ceilão, conquistou Tidore, Mangalor e Bombaim; sendo, por premio das suas façanhas, mandado debaixo de ferros para o reino. Seguiu-se, de 1529 a 1538, Nuno da Cunha. Durante o seu governo Antonio da Silveira encheu de assombro a costa de Cambaia, saqueou e reduziu a cinzas as cidades de Agacine, Keiner e Surrate; Nuno da Cunha por sua parte bombardeou Diu depois de haver destruido a pov. da ilha de Beth, que ficou sendo denominada dos Mortos: fortificou o porto de Challé e mandou Diogo da Silveira incendiar e arrasar as cidades de Mangalor, Patave e Pate. Em 1533 reduziu a cidade e fortaleza de Baçaim a um montão de ruinas. Em 1534 Martim Affonso de Sousa destruiu a fortaleza de Damão, fundaram-se as fortalezas de Diu e Baçaim, e o intrepido Diogo Pereira Botelho partiu n'uma fusta para Portugal a participar a capitulação e posse de Diu. O governador continuou as suas heroicas empresas retomando as terras firmes de Gôa e Martim Affonso bombardeou Calecut Antonio da Silveira defendeu a nova fortaleza de Diu e fez levantar o cêrco que, por mar e terra, lhe haviam posto Solamão e Coge-Çofar. Por bulla de Paulo III, constituiu-se o bisp. de Gôa suffraganeo do arceb. do Funchal. Em 1536 Antonio Galvão fundou no archipelago das Molucas um seminario. De volta para o reino, Nuno, capitão invencivel, falleceu no mar. Desde 1538 até 1540 governou a India o vice-rei D. Garcia de Noronha. O novo governador assentou pazes em Diu com o rei de Cambaia. Em 1540 enviou missionarios ás ilhas Célebe e Macaçar; o commandante do navio que os transportava, Francisco de Castro, levado por uma tempestade, descobriu a ilha de Mindanas, a que Bernardo de la Torre aportou tres annos depois. Vicente de Lagos, franciscano, fundou o collegio de S. Thiago de Cranganor e fôram arrasados os pagodes existentes nas Velhas Conquistas, prohibindo-se a sua reconstrucção. Durante o governo de D. Estevão da Gama, desde 1540 a 1542, fundou se em Gôa o seminario da Santa Sé, que mais tarde foi convertido em collegio da Companhia de Jesus. De 1542 a 1545, no governo de Martim Affonso de Sousa, foi destruida a cidade de Batecalá, atacada por mar e terra pelos moiros do Industão, e tomada posse do archipelago das Molucas; obtendo-se, por contrato, que Salsete e Bardez fôssem incorporadas na Corôa. Os religiosos da Companhia de Jesus, dirigidos por S. Francisco Xavier, chegaram ao Oriente. Durante o governo do famoso vice-rei D. João de Castro, de 1545 a 1548, foi levantado o cêrco de Diu valorosamente defendida por D. João de Mascarenhas; D. Jorge de Menezes tomou a cidade de Baroche, Antonio Maria Barreto atravassou vencedor a ilha de Ceilão, e D. Diogo de Almeida bateu os inimigos em Salsete. D. João encarregou-se de

subjugar Pondá, bombardeou Pate, Patane e Dabul, soccorreu Salsete, destruiu as prov da costa do Ne, coberto de gloria; morreu em Gôa no anno de 1548. De 1548 a 1550 succederam se no governo de Garcia de Sá, D. João de Albuquerque, bispo, D. João Mascarenhas e Jorge Cabral. De 1550 a 1554 governou o vice-rei D. Affonso de Noronha, e no seu tempo a cidade de Barcelor prestou vassalagem e soccorreu-se Malaca, cercada pelos javanezes, que fôram derrotados. De 1554 a 1555, durante o governo do vice-rei D. Pedro de Mascarenhas, Mascate, rendeu-se a s turcos. Desde 1555 a 1558, no governo de Francisco Barreto, realisaram-se varias conquistas. Por bulla de Paulo IV de fevereiro de 1557 o bispado de Gôa foi elevado á categoria de arceb. tendo primeiro dois bisp. suffraganeos, Cochim e Malaca, e depois mais 5, que fôram Macau, Funay, Meliapor, Pekim e Nankim. Durante o governo do vice-rei D. Constantino de Bragança, isto é, desde 1558 a 1561, tomaram-se as cidades de Damão e Jafanapatão e fundou se em Gôa no anno de 1560 o tribunal da Inquisição. Desde 1561 a 1564 governou a India o vice rei D. Francisco Coutinho, conde de Redondo, e desde 1564 a 1569 o vice-rei D. Antão de Noronha. Em 1566 estabeleceram-se no estado da India os religiosos reformados de S. Francisco, que se encarregaram de missionar em Damão, Diu, Chaul, S. Thomé, parte de Malaca, Moçambique, Cochim, Faná e Ceilão. O vice rei D Luiz de Athaide, que governou desde 1569 até 1571, teve de luctar contra a poderosa colligação de todos os potentados do Industão. Challé, Onor e Gôa defenderam se com valor sublime, a infeliz Challé, porém, não obstante a sua heroica resistencia, caiu em poder dos inimigos. No governo do vice-rei D. Antonio de Noronha, que durou até 1573, chegaram a Gôa, em 1572, os religiosos augustinianos, fundaram logo o convento da respectiva ordem, incumbindo-se, entre outras, das missões da Persia, Baçora, Mascate, Ormuz, Baçaim, Bengala e Mombaça. Seguiram-se os seguintes governadores: 1573 a 1578, Antonio Mariz Barreto; 1579 a 1581, D. Luiz de Athaide; 1581 a 1584, D. Francisco de Mascarenhas, conde de Villa da Horta, que estabeleceu uma alfandega portugueza em Cochim; 1584 a 1588, D. Duarte de Menezes, conde de Tarouca, que fundou uma fortaleza em Panane, destruindo no seu tempo Paulo de Lima a cidade de Jur; 1588 a 1591, Manuel de Sousa Coutinho; 1591 a 1597, Mathias de Albuquerque, durante cujo governo se tomou Chaul; 1597 a 1600, Francisco da Gama; 1600 a 1605, Ayres de Saldanha; 1605 a 1607, Martim Affonso de Castro, no tempo do qual se fundou o bisp. de Meliapor, Malaca foi cercada, fallecendo por essa occasião o governador; 1607 a 1609, arcebispo D. Fr. Aleixo de Menezes e André Furtado de Mendonça, durante cujo governo foi tomada Jafanapatão e levantado o cerco de Malaca; 1609 a 1612, Ruiz Lourenço de Tavora; 1612 a 1617, D. Jeronymo de Azevedo, durante cujo governo se travou lucta com os inglezes em Surrate, caíu em poder do inimigo a fortaleza de Svicão, no reino de Pegu, que os portuguezes defendiam, fôram arrasadas por estes as cidades de Barbute, Boroche, Gogo e Por; 1617 a 1619, D. João Coutinho, conde de Redondo; 1619 a 1622, Fernão de Albuquerque, em cujo governo Ormuz se rendeu; 1622 a 1627, D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira; 1627 a 1629, D. Fr. Luiz de Brito, bispo de Meliapor, fallecido em 1629, seguindo-se o governo da junta; 1629 a 1635, D. Miguel de Noronha, em cujo governo é cedida a Portugal a ilha Cambobim, arrasada a fortaleza de Golim, em Bengala e começadas algumas obras importantes na provincia; 1635 a 1639, Pedro da Silva, durante cujo governo foi batido em Damão o exercito de Gran Mogol; 1639 a 1641, Antonio Telles de Menezes, que se empenhou na lucta contra os hollandezes que começavam a disputar-nos as nossas possessões; 1641 a 1644, João da Silva Tello de Menezes, conde de Aveiras, durante cujo governo se rendeu Malaca, depois de 25 mezes de cêrco e de corajosa resistencia sustentada por Manuel de Sousa Coutinho; 1644 a 1652, D. Filippe de Mascarenhas, e por morte d'este, uma junta de governo, durante o qual periodo se iniciaram os autos da fé em Gôa, e se perdeu Barcelor; 1652 a 1655, D. Vasco de Mascarenhas, conde de Obidos, que foi deposto em consequencia de uma revolta, perdendo os portuguezes n'este periodo Onor e Mangalor; 1655 a 1662, D. Rodrigo Lobo da Silveira, conde de Sarzedas, Manuel Mascarenhas Homem, Luiz de Mendonça Furtado, perdendo-se Columbo, Coulão e Cranganor, e Bombaim por cedencia á Inglaterra, como dote da rainha D. Catharina; 1662 a 1666, Antonio de Mello e Castro, que demorou até janeiro de 1665 a entrega de Bombaim, empregando todos os esforços para que ella se não verificasse; apoderando-se, durante o seu governo, os hollandezes de Cananor, Cochim e outros pontos da costa de Malabar; 1666 a 1671, João Nunes da Cunha, conde de S. Vicente, e Antonio de Mello e Castro; 1671 a 1677, Luiz de Mendonça Furtado de Albuquerque, conde de Lavradio, recuperando-se Barcelor, Onor e Mangalor; 1677 a 1681, D. Pedro de Almeida, Fr. Antonio Brandão e Antonio Paes de Sande; 1681 a 1686, Francisco de Tavora, conde de Alvor, durante cujo governo se fortificou a ilha de Angediva e se estabeleceram em Gôa os padres e missionarios da congregação do Oratorio; 1686 a 1693, D Rodrigo da Costa, D. Miguel de Almeida, D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre e D. Fr. Agostinho de Annunciação, fundando-se então uma feitoria em Bornéo e os bisp. de Nankim e Pekim; 1693 a 1698, D. Pedro Antonio de Noronha, conde de Villa Verde; 1698 a 1703, Antonio Luiz Gonçalves da Camara Coutinho, sendo derrotados os moiros em Surrate, e perdida Mombaça; 1703 a 1707, Caetano de Mello e Castro, que fortificou as ilhas de Corjuem e Pancelem; 1707 a 1712, D. Rodrigo da Costa; 1712 a 1717, Vasco Fernandes Cesar de Menezes; 1717 a 1720, D. Luiz de Menezes, conde da Ericeira, que fundou a fortaleza de Chaporá, e derrotou os moiros; 1720 a 1723, Francisco José de Sampaio e Castro; 1723 a 1724, Christovão de Mello; 1725 a 1732, João de Saldanha da Gama; 1732 a 1741, D. Pedro de Mascarenhas, durante cujo governo as nossas possessões fôram atacadas pelos marathas, que se apoderaram de Baçaim e Chaul; 1741 a 1744, D. Luiz de Menezes, marquez de Louriçal, que derrotou os marathas, apossou-se de Sanguem e Quepem, retomou Pondá e Salsete, succedendo-lhe, por sua morte, uma junta de go-

verno presidida por D. Francisco de Vasconcellos; 1744 a 1750, D. Pedro Miguel de Almeida e Portugal, marquez dAlorna que tomou Alorna e Rarim e os fortes de Bicholim, Neutrim, Sanquelim e Tiracol; 1750 a 1754, D. Francisco de Assis, marquez de Tavora, que bateu tambem os marathas, sendo restituidas ao Bounsoló as fortalezas de Neutrim e Rarim; 1754 a 1756, D. Luiz Mascarenhas, conde de Alva, que tentou apoderar se de Pondá; 1756 a 1768, Manuel de Saldanha de Albuquerque, conde da Ega, durante cujo governo fôram novamente invadidas as terras de Pernem e Sanquelim, fez se um tratado de alliança com o rei de Suuda, e depois com o maratha, ao qual fôram entregues as fortalezas de Bicholim e Alorna; seguindo-se-lhe no governo uma junta presidida por D. Antonio Taveira de Neiva que conseguiu incorporar de novo no dominio da Corôa Bicholim; 1768 a 1774, João José de Mello, que supprimiu o tribunal da inquisição; 1774 a 1779, D. José Pedro da Camara; 1779 a 1788, D. Frederico Guilherme de Sousa, que restabeleceu a inquisição, mas sem os autos da fé, fez a primeira exposição do corpo de S. Francisco Xavier e reuniu á Corôa Sanquelim e as fortalezas de Alorna e Arabó; 1788 a 1795, Francisco da Cunha e Menezes, que reconquistou Perném, cedendo o rei de Sunda a provincia de Pondá; apoderando-se os inglezes de Calecut; 1795 a 1807, Francisco Antonio da Veiga Cabral, que incorporou definitivamente na Corôa a provincia de Pondá e outras annexas, occupando os inglezes em 1801 as fortalezas da barra de Gôa; 1807 a 1816, Bernardo José de Lorena, conde de Sarzedas, durante cujo governo se supprimiu o tribunal da inquisição, abandonando os inglezes as fortalezas occupadas; 1816 a 1821, D. Diogo de Sousa, conde do Rio Pardo, que foi preso e substituido por uma junta provisoria revolucionaria; 1821 a 1827, D. Manuel da Camara, sendo até outubro de 1822 presidente de uma junta tambem filha de uma revolta; 1827 a 1835, D. Manuel de Portugal e Castro, que se applicou á fundação da cidade de Nova Gôa; 1835 a 1837, Bernardo Peres da Silva, substituido successivamente por outros governadores em consequencia de varias revoltas militares; 1837 a 1839, Simão Infante de Lacerda, barão do Sabroso, substituido depois pelo conselho do governo; 1839 a 1840, Manuel José Mendes, barão do Candal, que falleceu na India, succedendo-lhe o conselho do governo; 1840 a 1842, José Joaquim Lopes de Lima, que, em consequencia de uma revolta, abandonou o logar, succedendo-lhe o conselho de governo; 1842 a 1843, Francisco Xavier da Silva Pereira, conde das Antas, durante cujo governo Pangim foi elevada á categoria de cidade com o nome de Nova Gôa; 1843 a 1844, Joaquim Mourão Garcez Palha; 1844 a 1851, José Ferreira Pestana; 1851 a 1855, José Joaquim Januario Lapa, que teve de luctar contra os revoltosos de Satary; 1855 a 1864, Antonio Cesar de Vasconcellos Correia, conde Torres Novas, em cujo governo se iniciaram varios melhoramentos publicos; 1864 a 1870, José Ferreira Pestana; 1870 a 1871, Visconde de S. Januario, durante cujo governo se verificou a revolta militar, que trouxe como consequencia a dissolução do exercito da India; 1871 a 1875, Joaquim José de Macedo e Couto; 1875 a 1877, João Tavares de Almeida; 1877 a 1878, Antonio Sergio de Sousa; 1878 a 1882, Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque; 1882 a 1885, Visconde de Paço de Areos; 1886, Francisco Joaquim Ferreira do Amaral; 1886 a 1889, Augusto Cesar Cardoso de Carvalho; 1889 a 1891, Vasco Guedes Carvalho de Menezes; 1891, Francisco Maria da Cunha; 1893 a 1894, Rafael Jacome Lopes de Andrade; 1894 a 1895, Visconde de Villa Nova de Ourem, em cujo governo se deu a revolta militar de 3 de setembro de 1895; 1895 a 1896, Rafael Jacome Lopes de Andrade; 1896, senhor infante D. Affonso Henriques, duque do Porto, quando acompanhou a força expedicionaria enviada pelo governo da metropole para a suffocação da revolta. A 19 de março de 1896 tomou sua alteza conta do governo do Estado, como governador geral, sendo lhe conferido por decreto de 16 de março de 1896 o titulo de vice-rei. Governou até 27 de maio de 1896, passando n'esta data o governo para o commissario régio, João Antonio Brissac das Neves Ferreira. 1897, Joaquim José Machado A este se seguiram Eduardo Augusto Rodrigues Galhardo; Arnaldo Novaes; e, em 1907, José Maria de Sousa Horta e Costa. *Bibliographia:* Para a historia do dominio portuguez na India são as obras dos autores classicos as que de preferencia se devem consultar. Muitas d'ellas só por diligencias de escriptores modernos tiveram o beneficio da impressão. Vejam se os seguintes autores: Bocarro, Diogo do Couto, João de Barros, Gaspar Correia, Castanheda, Lopo de Sousa Coutinho, P. João de Lucena, Antonio Pinto Ferreira, Alvaro Velho, Barreto de Rezende, Freire de Andrada (Jacinto), Rodrigo Feluer, David Lopes, etc., etc.

India *(Quarto centenario do descobrimento do caminho maritimo para a).* Foi no mez de maio de 1898 que se celebrou esta commemoração do grande facto que liga a nossa historia á historia universal. A iniciativa das festas, que então se realizaram, pertenceu á Sociedade de Geographia de Lisboa, que nomeou uma commissão especial encarregada de levar a cabo a patriotica commemoração, composta dos seguintes socios: presidente, conselheiro Ferreira do Amaral; secretarios, Luciano Cordeiro e Ernesto de Vasconcellos; vogaes, José Martinho Guimarães, Sebastião de Magalhães Lima, Palermo de Faria, D. Luiz de Castro e Rodrigues da Costa. O programma era vasto e foi cumprido á risca. Além das festas das ruas, realizaram-se as seguintes solemnidades: congresso nacional de medicina e hygiene; exposição nacional de bellas-artes; exposição da imprensa; feira-franca na rotunda da Avenida da Liberdade; regata internacional á véla; regata internacional a remos; *Te-Deum* no templo dos Jeronymos; cortejo civico; tourada á antiga portugueza; concurso de tiro; exposição de alfaias agricolas; recitas de gala, etc. O governo associou-se ás festas, decretando que fôssem considerados feriados os dias 17 18, 19, e 20 de maio. No Tejo fundearam differentes esquadras estrangeiras; e de todos os pontos do mundo fôram recebidos telegrammas de calorosa felicitação. No estrangeiro foi egualmente commemorado o 4.º centenario do descobrimento do caminho maritimo para a India. Nas ilhas dos Açôres e Madeira, e em quasi todas as terras do

pais, houve tambem grandes festas. Em Lisboa, realizaram-se ainda mais uma sessão solemne e baile na Sociedade de Geographia, jantares no Paço, e *lunchs* a bordo dos navios de guerra, etc. As illuminações e o cortejo civico fôram imponentes. Na Casa da Moeda fez-se uma emissão de formulas de franquia commemorativas do centenario, assim como se cunharam moedas especiaes, cuja descripção se póde vêr no artigo *Dez tostões*. Além d'esta moeda, a collecção compunha-se de moedas de *dois* e *cinco tostões*. Dos prélos nacionaes e estrangeiros sairam por esta occasião numerosas publicações commemorativas. Entre ellas avulta a collecção das *Contribuições da Sociedade de Geographia de Lisboa*, em que se comprehendem obras de grande importancia. Em Gôa, Damão e Diu, se imprimiram tambem interessantes contribuições, cujos titulos se encontram na bibliographia relativa áquellas cidades, bem como na do artigo Estado da India. A litteratura amena tambem se distinguiu com os dois livros seguintes: *A descoberta e conquista da India pelos portuguezes, romance historico de Arthur Lobo d'Avila, premiado no concurso litterario do «Diario de Noticias» edição illustrada*, Lisboa, João Romano Torres, editor; 1898. *Amores d'um marinheiro*, narrativa historico-romantica, por Candido de Figueiredo, no brinde do *Diario de Noticias*, Lisboa, 1898.

Indula. Sobado do conc. do Egito, distr. de Benguella, prov. de Angola.

Indulu. Pov. no sobado de Indula, conc. do Egito, distr. de Benguella, prov. de Angola.

Indumentaria. Arte do vestuario; systema de trajar proprio de um povo ou de uma epoca. Historia do vestuario. As pragmaticas são documentos elucidativos sobre as peças do vestuario nacional, que se encontram n'esta obra descriptas nos respectivos nomes. V. *Capote*, *chapéo*, etc.

Industria Nacionâl em Lisboa. *(Sociedade promotora da).* Esta sociedade fundada em Lisboa no anno de 1822, ordenou que se cunhassem umas medalhas para dar de premio, feitas sob direcção do grande artista Domingos Antonio de Sequeira, e gravadas por Augusto Fernando Gerard, no anno de 1823 Foi esta sociedade suspensa, por ordem do governo, em maio de 1824, e restabelecida em 1826, dissolvida em outubro de 1828, e restaurada em 1834, e desde esse anno se cunharam algumas medalhas. Lopes Fernandes, na sua *Memoria das medalhas*, descreve-a assim: «Figura de Minerva espalhando corôas de louro e varios emblemas das artes e commercio. No exergo os nomes do desenhador, e do gravador — *D. A. Sequeira Inu. — A. F. Gerard F.* Reverso: — *Ao Merito. A Sociedade Promotora da Industria Nacional em Lisboa.* Corôa de louro por cima da legenda. — Os exemplares que temos visto d'esta medalha são de cobre »

Industrial Portuense *(Associação).* D'esta associação ha uma medalha, que foi dada em premio na Exposição Industrial Portuense, tendo sido gravada no Porto por José Arnaldo Nogueira Molarinho. Lopes Fernandes, na sua *Memoria das medalhas*, descreve-a assim: PETRUS V. REX — 1857. — Busto d'El-Rei Senhor D. Pedro V. Exergo — AO MERITO. Rev. — ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUENSE. EXPOSIÇÃO. — Escudo das armas da cidade do Porto.

Infanção. Titulo de nobreza. Alguns escriptores entenderam que os infanções descendiam dos infantes, filhos segundos dos reis, mas não parece que seja exacto, segundo a opinião de Villas Boas e d'outros escriptores, porque se elles procedessem dos infantes, haviam de ter logar primeiro que os ricos-homens, quando pelo contrario não acontecia assim, o que prova que os ricos homens eram superiores em nobreza, por conseguinte não podiam os infanções ser netos e descendentes de infantes, porque se o fôssem deviam ter preferencia aos ricos-homens. Fr. João Guardiola, no *Tratado de la nobleza de Hespanha*, cap. 28, diz que o titulo de infanção teve principio, em aquelles primeiros que seguiram ao infante D. Pelayo na expulsão dos moiros; porque assim como aquelles, que acompanharam a el-rei D. Henrique, o bastardo, contra seu irmão el-rei D. Pedro, de Castella, se chamaram *henriquenhos*, e os que seguiram a Guelfo e Gibelino, n'aquelles baudos celebres de Italia, se nomeavam *guelfos* e *gibelinos*, os que seguiram ao infante D. Pelayo n'aquella louvavel guerra, se chamavam *infanções*. Foi-se continuando este titulo nos fidalgos e senhores de terras de menos jurisdicção e dominio, e em quem o poder se não egualava á nobreza e antiguidade do sangue, e o mesmo era então dizer *infanção*, do que hoje *fidalgo*. Esta dignidade foi-se extinguindo em Portugal e no resto da Hespanha, assim como a de ricos-homens e de vassallos, com a creação dos viscondes e dos barões desde o tempo de D. Affonso V. Dos privilegios que tinha o infanção, ficaram gozando, por mercê particular, as pessoas da governança de Lisboa, Guimarães e d'outras cidades e villas de Portugal, mas a dignidade e o titulo pessoal acabou definitivamente. Em vista da sentença que a 3 de julho de 1486 se proferiu, *pelo juizo dos feitos d'el-rei* «com conhecimento dos documentos e arestos que se acharam nos archivos antigos d'este reino, mandados examinar, para este fim, por el-rei (D. João II), e pela qual se julgou, que os cidadãos de Lisboa deviam gozar os privilegios dos infanções *e que os infanções nada mais eram, do que os netos dos reis e filhos dos infantes, irmãos do principe herdeiro da corôa—ou, mais breve—os infanções eram sobrinhos do rei, que foi, que era, ou que havia de ser.*» Em vista d'esta sentença, proferida por tal tribunal, e no tempo d'um rei que tanto profundou os titulos de nobreza em Portugal, parece que deviam ter terminado todas as duvidas e contestações sobre o que eram os infanções. Esta sentença encontra-se nos documentos de Silves No *Livro das provisões* da camara de Coimbra, vê-se a sentença, tambem de 1486, e d'ella consta que se mandaram examinar os archivos da camara de Lisboa e da Torre do Tombo, assim como os cartorios de Santa Cruz de Coimbra, d'Alcobaça, Bouro, Santo Thirso, Lorvão, Odivellas e Arouca, e que, depois de vistos e examinados todos os alfarrabios encontrados, se decide o mesmo que julgou o juiz dos feitos d'el-rei. Ha uma carta régia datada de 1510, em que el-rei D. Manuel manda que os cidadãos de Coimbra tenham os mesmos privilegios, que tinham antigamente os infanções e ricos-homens, sob o *encouto* (multa) de 6:000 soldos a quem lh'os infringir. No foral dado a Coimbra em 1111, se diz: *Infanzon non habeat in*

Colimbria domum, vel vineam, nisi qui voeuderit habitare vobiscum, et servire, sicuti vos. Pois apezar de todos estes documentos officiaes, e de muitos outros, ha documentos antigos, incontestaveis, que provam, evidentemente, que o infanção era inferior ao conde e ao rico-homem. Além de outras primazias que estes tinham sobre os infanções, citaremos o seguinte: D. Affonso III fez rico-homem, em premio de brilhantes serviços, a Ruy Gomes de Briteiros, que era infanção. Se rico-homem fôsse dignidade inferior, não seria *premio* aquella mercê; D. Affonso IV, tratando das aposentadorias, que então era costume darem-se dos mosteiros aos fidalgos, manda que se dêem aos ricos-homens 30 réis, aos infanções 15, e aos cavalleiros 10. Vê-se tambem por documentos antigos, e regimentos dos nossos primeiros reis, que aos condes, se contavam 20 creados montados; aos ricos-homens 12; aos infanções 7; e aos cavalleiros e escudeiros 4. Já se vê, que o tal exame feito no tempo de D. João II, ou foi parcial, talvez feito por algum infanção, ou por quem não entendeu os codices antigos. Alguns escriptores sustentam que o *infanção* correspondia exactamente ao que se chama hoje moço-fidalgo. Qualquer que seja a origem d'este titulo (que era puramente honorifico, sem *vela d'armas* e só dado por carta ou alvará régio) os mais antigos infanções, que existiram em Portugal, fôram os da Terra de Santa Maria, depois Terra da Feira. Aqui todos os cavalleiros tinham privilegio de infanções, todos os escudeiros tinham os de cavalleiros, e todos os peões os de escudeiros. Pelo decurso do tempo se deu o titulo de infanção aos cavalleiros do resto de Portugal, que por qualquer façanha se distinguiam na milicia, e por fim se deu este titulo na Terra da Feira, e em outras de Portugal, a todos os filhos de *familias limpas*, assim designadas as que não tinham mistura de sangue judeu ou de christão novo, e viviam com certa decencia. D. João I, em premio da lealdade e bravura dos lisbonenses, na defeza de Lisboa contra os castelhanos, lhes deu os privilegios e preeminencias de infanções. Depois tambem alcançaram a mesma graça os habitantes de Braga, Evora, Porto e outras terras. Nos alvarás em que se concedia este titulo, uma das formulas era: «que os cidadãos de tal cidade seriam egualados aos infanções da Terra de Santa Maria.»

Infancia Desvalida *(Casas de asylo da).* Esta instituição data do anno de 1833. D. Pedro IV foi o presidente da associação dos primeiros instituidores, e assistiu ás sessões do conselho director, illustrando o com o seu conselho, e apoiando-o com a influencia da sua posição e energia da sua vontade. Foi nomeada por D. Pedro uma commissão, a qual era composta pelo duque de Palmella, Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato e D. Lourenço de Lima. Trigoso elaborou o projecto de estatutos, que teve publicidade em 1834 debaixo do titulo de *Projecto de regulamento para as casas de asylo da primeira infancia.* O fim principal, ou antes unico, era o dar protecção, educação e instrucção á creanças d'ambos os sexos, desde a epoca em que se tornam independentes dos immediatos cuidados da amamentação, até á edade de sete annos, assegurando assim ás mesmas creanças um abrigo carinhoso e benefico e aos paes a possibilidade de cuidarem, durante o dia, da sua vida, sem vêrem a cada momento amargurado o trabalho com a lembrança do abandono em que tenham deixado os filhos. A primeira casa de asylo abriu-se a 8 de maio de 1834. Era um ensaio que se fazia para estudo e experiencia da instituição, sendo necessario, para n'ella se reunir o numero ainda diminuto de 21 alumnos, que a inspectora D. Anna de Mascarenhas e Athaide se dirigisse pessoalmente ás familias das creanças, luctando assim com a pertinaz resistencia que, por ignorancia, os paes oppunham á acceitação d'um beneficio, do qual desconfiavam, por ser novo. No anno de 1835 havia já tres casas; a instrucção merecia a acceitação geral, e tinham affluido numerosas subscripções, figurando entre os subscriptores e directores as primeiras senhoras da côrte, e homens de nobreza ou de elevada collocação politica. A imperatriz viuva de D. Pedro presidiu á direcção da sociedade, e D. Maria II dava todas as demonstrações de interesse pela nascente instituição. Em 1836, relatando os factos da gerencia de 1835, annunciou o secretario Mousinho de Albuquerque á assembléia geral a abertura de mais duas casas de asylo, a elevação dos asylados ao numero de 289, a creação d'um hospital para os doentes, tambem asylados, e o augmento de subscripções e donativos. O enthusiasmo por esta benefica instituição tornou-se tão notavel, que no referido anno de 1835 deu-se um baile no club, em seu beneficio, que rendeu, liquido de despezas, a receita de 1:142$000 réis. Em 1836 estabeleceu-se o sexto asylo, que a rainha D. Maria II quiz sustentar á sua custa, mas sob a direcção do conselho director da sociedade. O exemplo da capital começou a ser imitado no Porto e em Coimbra, onde se crearam associações e se fundaram casas de asylo. A agitação politica nos annos de 1836 e 1837 fez diminuir as receitas, tanto ordinarias como extraordinarias, ao que accresceu o desastroso effeito do incendio que devorou o edificio da Esperança, onde estava o asylo do mesmo nome. Em substituição foi creado um estabelecimento filial, confiado á direcção do dr. Bizarro. Em 1840 achavam-se removidos todos os embaraços; legados e donativos importantes permittiam já custear sem difficuldade as despezas ordinarias, capitalisar sommas relativamente consideraveis, melhorar os asylos existentes, e abrir outro em Santa Martha. No principio do anno de 1851 foi approvado que se fizesse uma exposição de obras de industria e bellas artes, bem como de objectos galantes e de curiosidade, contribuindo para estes ultimos com suas prendas e dadivas as pessoas zelosas pela conservação das casas de asylo. Resolveu-se tambem que entrassem na exposição objectos de adorno, nacionaes e estrangeiros, confiados por seus donos para estarem patentes por alguns dias ao publico. Egualmente seriam convidados os fabricantes e artistas para expôrem algumas das suas obras mais perfeitas, que desejassem tornar conhecidas. Os objectos de galantaria e curiosidade eram destinados a servir de premios d'uma loteria, tirados á sorte, cuja extracção se effeituaria no dia immediato ao encerramento da exposição. Effeituou se esta na sala do risco do Arsenal da Marinha, sendo os resultados os mais beneficos. Ali figuraram os codices illuminados dos archivos do Estado: a

Biblia dos Jeronymos, os paramentos da capella de S. João Baptista, de S. Roque, e os seus altares de prata e lapis-lazuli; os quatro admiraveis quadros de Sequeira, ultima producção do grande pintor nacional, e que pertencem hoje á casa dos duques de Palmella, e tantos outros primores de pintura, maravilhas de ourivesaria, antigos esmaltes, e monumentos historicos, etc. Em 1851 pareceu que os primitivos estatutos precisavam ser modificados, e formularam-se outros novos, os quaes, assignados pela imperatriz viuva, como presidente, pelo conde de Porto Covo da Bandeira, vice presidente, pelos secretarios Munró e Vianna Pedra, fôram submettidos á approvação do governo, que os approvou, por decreto de 3 de novembro de 1852, sendo assignado por D. Maria II, e referendado pelo ministro do reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães. A primeira casa de asylo da infancia desvalida na cidade do Porto, foi instituida a 4 de abril de 1836, anniversario natalicio de D. Maria II, sendo devida a iniciativa particular. Em 4 de abril de 1837 inaugurou-se na mesma cidade o segundo asylo, sob a protecção d'el-rei D. Fernando, a 16 de abril de 1853 em Angra do Heroismo, e em 1850 em Coimbra. O asylo da Infancia Desvalida do Funchal começou em dezembro de 1834. Em muitas outras terras se fôram estabelecendo em differentes epocas. Actualmente, depois de muitos esforços e boa vontade dos seus successivos directores, esta benefica instituição tem 12 casas de asylo. A que fica situada nos Olivaes foi fundada pela viscondessa d'aquelle titulo, que por seu fallecimento a legou á associação. E' presidente da instituição sua magestade a rainha senhora D. Maria Pia, sendo a commissão administrativa composta dos srs. duque de Palmella, Frederico Pereira Palha e Antonio Vianna. Entre os muitos bemfeitores que tem tido as Casas de Infancia Desvalida deve notar-se o fallecido Manuel Antonio Vianna Pedra, que começou a manifestar d'um modo mais accentuado a sua actividade em favor dos asylos, por occasião d'uma viagem que se viu obrigado a fazer ao Brazil em 1848. N'esse anno haviam começado a affluir aos cofres da instituição os donativos com que os portuguezes afastados da patria procuravam auxiliar a obra civilisadora da associação. Uma vez no Brazil, Vianna Pedra, aproveitando disposições tão favoraveis, conseguiu, no fim de pouco tempo, enviar á associação donativos bastante importantes, que até meados de 1851 se elevaram, na totalidade, á quantia de 8:000$000 réis. Regressando a Lisboa, Vianna Pedra só cuidou em redobrar esforços a favor da educação das classes desvalidas. Os bazares de caridade, os bailes, as representações theatraes, as illuminações dos jardins de Lisboa, forneciam-lhe maneira de constantemente appellar para a caridade do publico, em proveito dos desprotegidos. As senhoras directoras dos asylos são sempre da melhor sociedade, a ellas compete a inspecção e direcção superior do seu respectivo asylo. Todos os asylos estão em casas pertencentes á associação. D'estas tem sido reedificadas aquellas, que pela sua construcção antiquissima e pouco hygienica, mal correspondiam ás exigencias do fim da sociedade. Ha muitos annos que o sr. duque de Palmella tencionara fazer reedificar o asylo de Santa Quiteria, cuja antiga construcção abarracada tornara quasi insupportavel a permanencia ali das creanças. O conselho da direcção tambem reconhecia ha muito tempo a necessidade da reconstrucção, sempre adiada por motivos de ordem financeira, conseguindo-se que fôsse superiormente autorisado, com a Caixa Geral dos Depositos um emprestimo em conta corrente até 10:000$000 réis, para pagamento das despezas de reconstrucção do edificio por empreitada, que foi então posta a concurso. Depois d'esta autorisação, porém, veiu o legado de D. Anna Adelaide Guimarães, que, liquidado, e juntamente com outros recursos extraordinarios, fizeram quasi face áquellas despezas, evitando o completo levantamento do emprestimo. Feito o caderno de encargos pelo fallecido engenheiro da camara municipal Augusto Cesar dos Santos, foi a reconstrucção do asylo de Santa Quiteria adjudicada pela quantia de 13:750$000 réis ao empreiteiro Antonio Ribeiro. Começaram as obras da demolição do antigo edificio a 14 de abril de 1902, e a reconstrucção ficou concluida em 1903. A nova casa tem 39 m. de frente, e está dividida em rez-do-chão e 1.° andar. No rez-do-chão, passado o vestibulo, á direita: quarto da regente, 4 quartos para o pessoal, retrete para o pessoal, feita em marmore com autoclismo; cozinha e secretaria. Em frente do quarto da regente fica o quarto dos bibes, onde ha reguas de madeira podendo comportar 200 cabides. Em frente do vestibulo da entrada fica a escada que dá communicação para o 1.° andar, estando junto d'ella os 18 lavatorios em marmore. N'um annexo proximo, deitando para a cêrca e com communicação directa com esta parte da casa, ficam as retretes das creanças, muito limpas, em marmore, sendo a agua fornecida por um jogo de autoclismo. Atravessado este atrio, e á esquerda do vestibulo de entrada, fica o refeitorio, amplo, onde se vêem 8 compridas mesas tendo logares para 150 creanças. Passado o refeitorio e n'um corredor lateral, estão as casas da arrecadação, dispensa e cozinha do asylo. Esta ultima tem uma ampla chaminé, deposito de agua, em ferro; grandes armarios e um enxugador de louça. A cozinha, o refeitorio e o atrio central communicam por largas portas com a cêrca, que tem uma superficie aproximadamente, de 350 m. quadrados. Por uma bem construida escada, passa se ao 1.° andar, que tem quasi que a mesma disposição do rez-do-chão. Separadas do corredor central e vestibulo por grandes caixilhos envidraçados, ficam as duas aulas. No extremo direito do corredor ha o amphitheatro para as creanças estudarem, dividido em 3 grandes sectores. Sobre a arrecadação e dispensa ficam duas aulas reservadas para exames. Correspondendo á cozinha, fica no 1.° andar a casa das retretes, tendo 9 compartimentos identicos aos do rez do-chão. Todas as casas teem ventiladores nos rodapés e no tecto.

Infanta. Princeza de sangue real; irmã do rei, do principe ou da princeza successora. A's mulheres dos infantes tambem se dá o titulo de infanta. V. *Infante* e *Princeza*.

Infantado. A Casa do Infantado foi creada por D. João IV em 1654 para seu filho o infante D. Pedro, no intuito de evitar quaesquer questões que pudéssem surgir ácêrca da successão do reino, assegurando assim a posse da herança

da Corôa em pessoa de sua familia. A' Casa do Infantado deu todos os privilegios, isempções e prerogativas de que gozava a Casa de Bragança. Conservou-se esta instituição até 1834, anno em que foi extincta. Os seus bens passaram para a Fazenda Nacional, menos os palacios de Queluz, da Bemposta, do Alfeite, de Samora Correia, de Caxias e de Monteira, com as casas e dependencias, os quaes fôram destinados para residencia e recreio da rainha D. Maria II e seus descendentes. O primeiro patrimonio com que D. João IV dotou a Casa do Infantado foi o ducado de Beja, annexando lhe inteiramente a grande casa, que fôra confiscada ao marquez de Villa Real, e duque de Caminha; a posse da casa do marquez de Castello Rodrigo, e a villa de Serpa, com outras muitas mercês. D. Affonso VI continuou e augmentou os privilegios e rendas com dois mil quintaes de pau brazil. D. Pedro II engrossou-a com importantes cabedaes de commendas, tenças muito avultadas nos almoxarifados do reino, com outras importancias de grande valor, e a mercê de algumas casas grandes que tinham vagado para a Corôa. D. João V lhe accrescentou a casa da Feira, senhora de muitas villas e padroados, e o palacio da Bemposta, com todos os annexos. Para se avaliar do poderio da Casa do Infantado, basta dizer que, no reinado de D. João V, o infante D. Francisco, senhor d'ella, podia fazer mercê de 21 prestimonios, que lhe resultaram pela casa de Villa Real, com o habito de Christo para os providos; apresentava 47 egrejas parochiaes com tres beneficios simples; provia 11 alcaidarias-móres, algumas de grossos rendimentos; era senhor da cidade de Beja e de 38 villas repartidas por todo o reino em 7 ouvidorias, em que nomeava, além dos ouvidores, 10 juizes de fóra com 360 officios de justiça, fazenda, e orphãos, bem como todos os officiaes das camaras e ordenanças. A ouvidoria de Beja comprehendia 3 villas; a de Valença do Minho outras 3; Villa Real, 9; Linhares, 7; Feira 6; Chão de Couce, 5; Castanheira, 3; e, fóra d'estas ouvidorias, as villas de Dornes e da Ega.

Infantaria. A parte do exercito que faz serviço de pé. E' o principal agente de combate e o ponto de apoio de todas as outras armas. Sendo a que mais facilmente se organisa e se instrue, é a que fórma o elemento mais numeroso dos exercitos. A artilharia prepara a victoria e a cavallaria completa-a, mas é a infantaria que decide as batalhas; é ella que fornece as linhas geraes do combate, no qual os outros elementos entram como auxiliares; e, embora uma racional acção tactica dependa da cooperação de todas as armas, é a infantaria que tem mais independencia e mais compensações nos seus meios de acção, podendo dizer-se que é a unica arma, que só por si póde conseguir um resultado tactico sufficiente. As suas propriedades mais caracteristicas são : poder combater em qualquer ordem de formatura, em todos os terrenos e em todas as circumstancias; e ser egualmente apta para a offensiva e para a defensiva. E' tambem a que mais facilmente se sustenta, e a que mais resiste ás fadigas e privações. Nos exercitos antigos, combatendo geralmente com armas proprias para a acção proxima, era já ella a que constituia o elemento principal dos exercitos, quer na *legião* romana, quer na *phalange* macedonica. Na Edade Media, o desenvolvimento do espirito cavalheiresco e a decadencia da arte militar, transformando as luctas bellicas como que em series de combates isolados, deu o predominio á arma de cavallaria. A infantaria começou depois a augmentar a sua acção com o emprego das armas proprias para a acção distanciada, como foi a bésta, especie de arco montado em uma coronha e que arremessava com grande certeza virotões; mas a sua preponderancia só foi readquirida na Renascença, com a invenção da polvora, que permittiu dotal-a com uma arma, o arcabuz, o mosquete, e mais tarde a espingarda que lhe permittiu luctar vantajosamente contra os cavalleiros. Ainda assim nos primeiros tempos da edade moderna, a infantaria comportava sempre um certo numero de *piqueiros*, destinados a decidir pelo choque a acção iniciada pelo fogo; e foi só depois que, no começo do seculo XVII, se inventou a baioneta, que desappareceram de vez os piqueiros, accentuando-se a importancia da infantaria definitivamente propria, desde então, para a acção distanciada e para a acção proxima. A successiva invenção das fecharias de percussão, do carregamento pela culatra e, recentemente, das espingardas de repetição, acabaram de accentuar a importancia da infantaria. Durante muito tempo foi a infantaria dividida em infantaria ligeira e infantaria de linha, sendo a primeira destinada a iniciar o combate, manobrando em ordem dispersa, e a segunda a operar na ordem unida, constituindo as linhas geraes de batalha. Bibliographia : *A infantaria, sua importancia em combate*, por J. C. Ferreira Gil, Lisboa, 1897.

Infantaria belga. Tendo se organisado differentes corpos de tropa estrangeira para vir a Portugal, em 1833, defender os direitos de D. Maria II, o ultimo regimento que chegou foi o de infantaria belga, composto de oitocentas praças, e como já não fôsse necessario na cidade do Porto, veiu directamente para Lisboa, destinado a ir servir no Alemtejo e Algarve. O governo portuguez ordenou que o coronel commandante do mesmo regimento distribuisse, com um diploma seu, uma medalha de estanho com o retrato da Rainha, e cunhada em Paris, a todos os seus militares que se distinguissem n'este serviço. Lopes Fernandes, na sua *Memoria das medalhas*, descreve-a assim : *Amor et obedientia spes publica.* — Busto da Rainha a Senhora D. Maria II, e por baixo as iniciaes do gravador — T D E — Rev. — *Rainha Patria Liberdade.* — Escudo das armas portuguezas. Outras medalhas de estanho, com menor diametro, se déram aos soldados dos outros regimentos estrangeiros que estiveram ao serviço em Portugal, tendo egualmente o busto da Rainha, e a legenda — *Rainha Patria e Liberdade,* — e no reverso o escudo das armas portuguezas, e a legenda — *Ao valor e lealdade.*

Infantas. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 464 hab. e 103 fog. Tem esc. do sexo fem. e caixa post. A egreja parochial da freg. dista 7 k. da séde do conc. O nome provém de se terem ali creado as tres infantas, irmãs de D. Sancho I. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. ¶ Pov. na freg. de S. Thiago, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Infante. Titulo que se dá aos filhos dos reis,

menos ao primogenito, que é o principe (V. *este titulo*). Nos primeiros tempos designava-se indifferentemente por infante os individuos de ambos os sexos, mas depois apparece a distincção de *infanta*, usada por autores classicos para o sexo feminino Quando os infantes tinham a edade competente dava se-lhes casa quasi na mesma fórma da Casa Real, com a differença sómente de alguns officiaes-móres que não tinham, como succedia ao mordomo-mór que era substituido por um chamado governador. Além d'este, tinham reposteiro, védor da fazenda e outros. Casando, ainda que não fôsse com filha de reis, ficavam as mulheres com o titulo de infanta, e tinham as mesmas prerogativas dos maridos, assim na fórma de sua casa, como nos assentos deante dos soberanos. A's infantas dava-se casa, como a das rainhas, e rendas particulares com que muitas se sustentavam com grande magestade e virtude, sem algumas quererem casar até o ultimo dia da vida, como fôram D. Sancha, filha de el rei D. Sancho I, D. Catharina, filha de el-rei D. Affonso V, e a infanta D. Maria, filha de el-rei D. Manuel, fóra as que entrando em religião acabaram santamente, e as que casaram déram á luz poderosos e insignes principes da christandade. Os filhos dos infantes chamavam-se *senhores*, e os reis faziam lhes mercê de lhes darem casa na fórma da Real, e nomeavam-lhes os principaes officiaes d'ella. Esta mesma mercê, de terem casa semelhante da Real, fizeram os reis a outros grandes senhores de sangue, como eram os duques de Bragança e Aveiro, e o marquez de Villa Real, que podiam fazer fidalgos, aos quaes el-rei nas suas provisões lhes dava o mesmo nome, chamando-os fidalgos dos taes senhores. Bibliographia: *Infantes portuguezes*, por A. F. Barata, Barcellos, 1894.

Infante *(Pero, João* ou *Lopo)*. A respeito do nome de baptismo d'este navegador ha diversas opiniões. Foi Lopo Infante companheiro de viagem de Bartholomeu Dias na viagem de descobrimento do cabo da Boa Esperança. Commandava o navio *S. Pantaleão*. Quando Bartholomeu Dias, depois de ter dobrado o cabo, sem o vêr, os marinheiros apenas consentiram que elle continuasse mais algumas legoas para o norte, chegou então a um rio a que deu o nome de *Rio do Infante*, por ter sido o commandante do navio *S. Pantaleão* o primeiro que saltou em terra. Este rio foi depois denominado pelos inglezes *Great Fish-River*.

Infante. Rio da costa do Cabo da Boa Esperança, Africa meridional. Foi o ultimo ponto da costa descoberto em 1487 por Bartholomeu Dias e Lopo Infante, depois que aquelles navegadores, com o valioso auxilio de Pero d'Alemquer, primeiro piloto e homem muito sabio das cousas do mar, dobraram o cabo das Tormentas, hoje chamado da Boa Esperança. Recebeu o nome de *Infante*, em virtude de ter ido o companheiro de Bartholomeu Dias collocar no ilhéo da Cruz ou Penedo das Foutes o padrão da Cruz. Este rio corre entre o mencionado cabo e a bahia de Lourenço Marques.

Infante Santo. V. *Fernando (D.)*.

Infantes. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Salir de Mattos, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Inferno *(Ponta da Ribeira do)*. Ponta da costa O da ilha de S. Thiago, no archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental. || Valle e ribeira do conc. de Santa Catharina, na ilha de S. Thiago, archipelago e provincia de Cabo Verde. Com o porto da Calheta fórma os extremos da maior largura do referido concelho, o qual mede cêrca de 40 k. entre os mencionados pontos.

Inferno *(Bocca do)*. V. *Cascaes*.

Infesta. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Celorico de Basto, distr. e arceb. de Braga; 554 hab. e 147 fog. Tem escolas d'ambos os sexos A egreja parochial d'esta freguezia dista 3 k. da séde do conc. O real padroado apresentava o reitor, que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. A pov. é fertil, tem gado e caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Pov. e freg. de S. Thiago Maior, da prov. do Minho, conc. e com. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 819 hab. e 225 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada junto do rio Coura. Tem dois abbades, um curado, que apresentava a mitra e tinha 200$000 réis e o pé d'altar, que andava por 60$000 réis. O abbade sem ser curado, (era um *beneficio simples*) apresentava-o a Casa do Infantado, e tinha 200$000 réis. Os dizimos e as primicias dividiam-se ao meio, entre os dois abbades. No sitio chamado *Paço Velho* houve uma torre, que dizem ter sido de Vasco Eunes Caramena, que a deu a sua filha, Rica Vaz Caramena, mulher de Pedro Vaz, fidalgo gallego, que morou no logar da *Rapadoura*. Esta torre foi demolida, e com os seus materiaes construiu-se uma casa. N'este sitio existe um cruzeiro de granito, que se construiu em 1758, data que tem lavrada na base em letra romana. Tem um pouco mais de 4 metros de altura. A base é de secção quadrada; a columna e a cruz de secção polygonal (octogona). A cruz é floreada e tem $0^m,90$ de braço. O capitel, que tambem exerce as funcções de colarete, data de abril de 1880, como se lê no lado voltado ao sul. Mandou-o construir o fallecido Bento José Barbosa por ameaçar ruina o antigo. O Crucificado tem 1 metro de altura, e está voltado para o Oriente, distinguindo-se perfeitamente na imagem as costellas, a franja do panno que lhe cinge os rins, os cravos, a chaga do lado, a corôa de espinhos, a inscripção J. N. R. J., etc. Do lado do poente está a imagem da Virgem, de vestido inteiriço e manto, sobre uma cabeça de Anjo, que emerge de um collar em prégas. Tem as mãos unidas sobre o peito em attitude de orar. Mede a altura total de $0^m,90$. O granito de que é feito o cruzeiro parece ter sido extraído dos jazigos do Monte da Conceição, fronteiro ao *Paço Velho*, um dos melhores granitos d'estes sitios. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Douro, conc. e com. de Bouças, distr. e bisp. do Porto; 3:654 hab. e 720 fog. Tem escola do sexo masc., estação postal, associações de soccorros mutuos e Sociedade Funebre Familiar; medicos e pharmacias. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada na estrada real do Porto a Braga, e é uma das mais pittorescas dos arredores do Porto, muito pequena em área, mas grande em po-

pulação, parecendo mais uma villa do que uma freguezia rural, tão reunidos se eucoutram os fogos e tão alinhadas as ruas. Pertenee á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, eom a séde na referida cidade. Infesta, que tambem é conheeida por *S. Mamede de Infesta*, era vigararia, uma das quatro freguezias aunexas á de Santa Maria de Leça do Balio, e gozava de grandes privilegios, por ser da ordem de Malta. O balio dava ao vigario, pelo meio do anno, 1) alqueires de trigo, 15 de centeio, 30 de milho e 2$400 réis em dinheiro; isto pelas missas que dizia uo mosteiro. O vigario, a quem era dado o titulo de abbade, residia em Leça, d'onde vinha tambem o viatico aos enfermos. Comtudo, já era freguezia em 1336, quando E. V. Pimentel fundou o mosteiro de Leça. Os moradores de Infesta em 1743 pediram para terem na sua egreja o Santissimo Sacramento, e essa concessão foi-lhe feita por escriptura publica de 21 de janeiro do referido anno. N'essa occasião foi tambem para ali viver o parocho, o qual era apresentado pelo balio de Leça, e tinha 120$000 réis annuaes Estando arruinada a egreja que ficava uo logar da Infesta, eonstruiu-se uma outra, a expensas do balio de Leça, uo mesmo logar, onde hoje se encontra a matriz. Esta egreja conservou-se desde 1735, anno em que foi sagrada, até ao anno de 1864, em que se deu principio á actual matriz. O adro, que ainda existe, foi feito em 1797, menos o jardim, que se formou em 1896. A nova construcção deve-se ao benemerito Rodrigo Pereira Felicio, natural d'esta povoação, que viveu muitos aunos no Brazil, e é já hoje fallecido. Alcançando avultada fortuna, teve o fôro de fidalgo cavalleiro da Casa Real e o titulo de visconde, e mais tarde o de eonde de S. Mamede, com que foi agraciado por decreto de 2 de março de 1869. A primeira pedra do edificio, lançou-se a 27 d'agosto de 1864, ficando as obras coucluidas em 7 de setembro de 1866, sendo sagrada dois dias depois. A egreja tem bonita apparencia e é muito ampla; tem o altar-mór e mais seis altares lateraes, que pertenceram ao convento de freiras franeiscanas de Monchique, do Porto, a esforços do mamedense dr. Antonio Ferreira da Silva Banes, tabellião no Porto. No altar-mór vêem-se as imagens de S. Gonçalo e de S. Mamede; ao lado do arco cruzeiro, onde estão cavados uns uichos, veneram-se as imagens do Sagrado Coração de Jesus e de Santo Antonio. Nos outros altares vêem-se as imagens de S. Fructuoso, arcebispo, S. Fructuoso, abbade, S. Sebastião, N. S.ª da Soledade, Nossa Senhora do Rosario, Santa Luzia, Sant'Anna, Senhor dos Passos, imagem adquirida por meio d'uma subscripção feita no Brazil, entre naturaes d'esta freguezia ali residentes. A egreja possue um vasto côro, e na torre ha 3 sinos de bronze e um relogio. Ao lado direito do edificio fica o cemiterio que se construiu em 1855. Na freguezia ha mais as eapellas de Nossa Senhora da Conceição da Ermida, Senhor da Boa Fortuna, Santo Antonio do Telheiro, construida em 1786 á custa de esmolas; a Igreja Velha (S. Christovão), proximo do local onde esteve a matriz e d'onde veiu pedra para a actual egreja, a qual foi reconstruida em 1772 pelo seu proprietario M. Costa Santiago, passando em 1849 á administração de Boaventura da Costa Dourado para n'ella poder mandar dizer missa; a de Nossa Senhora da Apresentação, da Deveza, que já existia em 1766. No fim da avenida do conde de S. Mamede havia um cruzeiro, o qual tem a data de 17*0, e que em 18*9 foi removido pelas Obras Publicas para o logar da residencia parochial. A eseola parochial do sexo masculino foi fundada em 21 de agosto de 1858; e a sexo fem. em 19 de agosto de 1886, principiando em exercicio em maio do anno seguinte. A freg. tem tido tres uomes, sempre com o mesmo orago de S Mamede : Mualde, Ermida e Infesta. Pareee que estes diversos nomes fôram tomados das aldeias que ha na freguezia, e onde tem estado a egreja parochial. D'um documento do anno de 1021, consta que D. Unisca Mendes, seu filho Oseredo e sua filha Patrina, doaram ao mosteiro de Vaccariça o mosteiro de Leça e suas pertenças, e ali se nomeia a egreja de S. Mamede de Manualde, de que sem duvida Mualde é corrupção. No *Catalogo e historia dos bispos do Porto*, de D. Rodrigo da Cunha, impresso em 1623, tambem se nomeia a freg. de S. Mamede de Mualde. E' uma grande aldeia d'esta freg., e talvez fôsse ali a primitiva egreja parochial. Na aldeia da Ermida ha hoje uma capella dedicada a N. S.ª da Conceição, que foi reedificada em 1814, mas ainda nos fins do seculo XVIII se dizia *S. Mamede da Ermida*. A pov. de Infesta tem boas casas e constitue um lindo passeio de verão. Ao N é banhada pelo rio Leça, que vae desaguar no Oceano Atlantico, entre Mattosinhos e Leça da Palmeira. Ha aqui a historica *Ponte de Pedra*, oude em 1897 se estabeleceu uma praia de banhos. E' um sitio hoje muito frequentado pelos portuenses; está ajardinado e arborisado, vendo-se frondosos caramanchões formados de trepadeiras. Durante a epoca balnear tem restaurantes, barracas de luxo, de panuo e de madeira, barcos para recreio e professor de natação. Em 1852 passou n'esta freg., em direcção ao Minho, D. Maria II; a 29 de agosto de 1861, indo para Braga, D. Pedro V, regressando no 1.º de setembro; e em março de 1894, por occasião das festas do centenario do infante D. Henrique, suas magestades el-rei senhor D Carlos e rainha senhora D. Amelia, em direcção á visinha freg. de Gueifães, para assistirem á inauguração da easa para escola d'ensino primario feita a expensas do visconde de Gueifães. Por S. Mamede da Infesta passavam as linhas do cêrco do Porto em 1832, e pela sua extremidade passa actualmente a estrada da eircumvalação. || Povoações nas freguezias : O Salvador, de Aveleda, conc. da Louzada, distr do Porto. || S. Pedro, de Belinho, conc. de Espozende, distr. de Braga. || S Paio, de Carvalheira, eonc. de Terras do Bouro, do mesmo distr. || S. Simão de Litem, eonc de Pombal, distr. de Leiria.

Infesto. Pov. ua freg de S. Miguel e eonc. de Palmella, distr. de Coimbra.

Infezi. Rio do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Conflue pela margem direita no rio Zambeze, nas proximidades da serra Lupata.

Infias. Pov. e freg de Santa Maria, da prov. do Minho, eonc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 486 hab e 119 fog. Tem est. post., creada em 2 de setembro de 1903. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e corre-lhe proximo o rio Vizella. A prelada do eonvento de N. S.ª dos

Remedios, de Braga, apresentava o reitor, que tinha 100$000 réis. A terra é fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Villa e freg. de S. Pedro, da Beira Baixa, conc. e com. de Fornos d'Algodres, distr. da Guarda, bisp. de Vizeu; 176 hab. e 55 fog. Tem caixa post. A villa dista 1 k. na séde do conc. e está situada em terreno accidentado na falda d'uma pequena serra. Passa por ella o rio Mondego. A pov. é muito antiga, e foi grande dos tempo dos romanos, o que attestam ainda as suas ruinas. Pretendem alguns escriptores que a sua antiga egreja matriz foi um templo dedicado a Mercurio. O papa e o bispo presentavam ao abbade, que tinha 100$000 réis annuaes. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Infusse *(Deta do)*. Labyrinto inextricavel de rios, esteiros e braços de mar, que põem em communicação o rio Inusse, do distr. e prov. de Moçambique, com o frio Quivolane. || Rio do distr. e prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' frequentado por navios de cabotagem que vão ali trocar roupas, lenços ordinarios e algodão, por cereaes, arroz e amendoim. Nas margens encontram-se algumas pequenas povoações em que vivem rachadores de lenha e individuos que se empregam n'outros trabalhos.

Ingilde. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Campello, conc. de Baião, distr. do Porto.

Inglez *(Porto)*. Vasta bahia da ilha da Boa-Vista, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. E' o melhor porto da ilha, não só por que está um tanto abrigado e tem bom fundo em algumas partes, mas porque tem cêrca de 5 k. de largura por 1 de comprimento. Comtudo, as embarcações de grande lotação são obrigadas a fundear ao largo, tornando-se por isso difficil para ellas o communicarem com a villa de Sal-Rei, que é banhada pelas aguas da bahia. A denominação do Porto Inglez, que esta bahia ainda hoje conserva, proveiu lhe de ter sido frequentada pelos inglezes no seculo XVII, os quaes procuravam a ilha para extrahirem e prepararem o sal que n'ella existe. || Grande bahia da costa occidental da ilha de Maio, no archipelago e prov. de Cabo Verde. E' o porto principal e mais frequentado da ilha e, como além de vasto, tem entre 15 e 26 m. de fundo, póde por isso conter muitos navios e de todas as lotações; mas, comquanto seja um pouco abrigado, principalmente dos ventos de NO, tem mau ancoradouro. Ao N d'este ha uma vasta praia e uma bahia, e entre uma e outra um bom poço onde a tripulação dos navios vae fazer aguada. Tambem lhe chamam *Porto da Calheta*. V. *Calheta*.

Ingoana. Territorio do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique.

Ingombota. Nome dado á parte da cidade de Loanda, em que reside o indigena.

Ingote. Pov. na freg. de S. Thiago, de Eiras, conc. e distr. de Coimbra.

Ingovane. Ponta na costa do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique. Junto d'esta ponta desagua o rio Govuro.

Ingueira. V. *Anguieira (Ribeira de)*.

Ingueiro. Pov. na freg. de S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Ingulas. Pov. e freg. de S. Silvestre, da prov. da Beira Baixa, conc. de Belmonte, com. da Covilhã, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 975 hab. e 220 fog. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada proximo da ribeira do mesmo nome, na estrada de Caria a Sortelha. Tem estrada para Penamacôr. O vigario de Belmonte apresentava o cura, que tinha 6$590 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Rio dos districtos da Guarda e de Castello Branco. N. proximo da villa de Sortelha, e passa pelas freguezias de Inguias, onde tem ponte, e Caria, indo desaguar no rio Zezere, depois de 35 k. de curso.

Inguieiro. Pov. na freg. do Salvador, de Novellas, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Inha. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santo André, de Escariz, conc. de Arouca, do mesmo distr. || Rio da prov. do Douro. N. n'uns pequenos arroios que veem do monte do Castello, freg. de Escariz, conc. de Arouca. Passa proximo a Cabeçaes, regando as freguezias de Escariz, Fermedo, Romariz, Valle, Louredo, Gião e Canedo. Vae desaguar na margem esquerda do Douro, no sitio da *Foz do Inha*, 1 k. abaixo de Pé de Moura, e 24 a E do Porto. Tem 18 k. de curso.

Inhabanda. Terras da Corôa do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique. Produz arroz, cêra, mel e marfim.

Inhabebú. Territorio do distr. de Inhambane, da prov. de Moçambique.

Inhabilidade *(Associação de soccorros mutuos na)*. Foi fundada em 5 de novembro de 1872, tendo por fim prestar uma pensão pecuniaria ao socio, que por sua avançada edade, padecimentos physicos, mutilação ou lesão adquirida nos trabalhos da vida, se tornasse inhabil para exercer qualquer profissão, emprego ou industria. Cada socio pagaria sem distincção de edade: 1.º grau, 200 réis, 2.º grau, 100 réis, de quota mensal, que lhe davam direito, passados 5 annos, ao 1.º grau, a pensão de 500 réis diarios, e aos do 2.º, 300. Os estatutos fôram approvados em fevereiro de 1873, os quaes se substituiram por outros, em junho de 1881. As pensões ficaram sendo então reguladas pela tabella seguinte: 1.º grau, passados 7 annos de socio, 600 réis diarios, e por cada 7 annos mais augmenta 100 réis, de forma que no limite de 35 annos annos de socio a pensão attinge 1$000 réis diarios. Para o 2.º grau vae de 300 a 500 réis e para o 3.º de 150 a 250 réis. Segundo o *Relatorio e contas do anno de 1906*, que temos presente, o numero de socios era de 3:326.

Inhabora. Um dos quatro rios do distr. de Lourenço Marques, tambem chamado Fumó. V. *este nome*.

Inhaboze. Reino do sertão da Africa Oriental, limitado pelo rio Inharingue, que fica proximo do cabo das Correntes, e pelo reino de Manuças.

Inhabuco. Rio do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique. Corre no territorio do prazo do mesmo nome. || Prazo da Corôa do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique. Pertenceu á extincta ordem dos religiosos dominicanos de Gôa, que o obteve por doação. || Territorio do distr.

de Sofala, na prov. de Moçambique. Fica ao N da villa de Sofala, e é pantanoso.

Inhabué. Lagôa situada no prazo Chironda, distr. de Sofala, prov. de Moçambique. E' de grandes dimensões, e nas suas margens ha boas e fundas pedreiras

Inhaca. Ilha do distr. e com. de Lourenço Marques, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está situada á entrada da bahia Formosa, ou de Lourenço Marques, e fronteira á ponta meridional da mesma bahia Tem cerca de 16 k. de circumferencia e a fórma d'um trapezio, cuja base está voltada para o N. Da costa occidental nasce um prolongamento de terra, que fórma uma ilhota pouco elevada, a qual na baixa-mar se communica com a ilha. Esta ilhota é chamada *dos Portuguezes*, por terem sido ali sepultadas muitas das pessoas que não pudéram salvar-se do naufragio da nau *S. Thomé*. Constitue um pequeno reino de cafres avassallados e abunda em pastagens, gado, pescaria e tartarugas. Tem boa agua. Esta ilha, pela sua situação, dá origem a que se fórmem dois canaes para a entrada da bahia : um d'elles, o de NE, bastante largo, e o outro, o do S, demasiado estreito. Em 1554 a ilha de Inhaca, serviu de refugio aos naufragos da nau *S. Bento*, que vinha de Moçambique para o resgate do marfim. Commandava-a o capitão Fernão Alvares Cabral, e perdeu se junto do rio Infante, na costa do Natal, conseguindo a sua tripulação e os passageiros abrir novo caminho por terra para a villa de Sofala. Em 1588 occorreu o já citado naufragio da nau *S. Thomé*, a qual, navegando de Cochim para a metropole, se afundou na costa dos Fumos. Ia a bordo D. Paulo de Lima, que morreu e foi sepultado na ilha n'um modesto jazigo levantado entre cannaviaes. Esta ilha tambem é chamada *Unhaca*. Existe aqui um semaphoro ligado a Lourenço Marques por dois cabos submarinos, sendo o ultimo inaugurado em 5 de julho de 1902. ‖ Ponta situada na costa septentrional da ilha de Inhaca, no distr. de Lourenço Marques, prov. de Moçambique. Fica a cêrca de 30 k. da ponta de Manhiça, na extremidade N da mesma bahia.

Inhacambo. Terras do prazo Inhabuco, distr. de Sofala, prov. de Moçambique. Ficam no limite da villa de Sofala, e por serem muito baixas estão sujeitas a inundações ; o terreno, porém, é excellente para qualquer cultura.

Inhacandi. Terras da Corôa no distr. de Inhambane, prov. de Moçambique.

Inhacaranga. Prazo da Corôa no distr. de Sena, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem 5 k. de comprimento e quasi outros tantos de largura. Compõe-se d'algumas pequenas ilhas e do territorio da terra firme, occupado por tres importantes povoações. O solo é feracissimo. Está coberto de espessos bosques de madeiras preciosas, habitados exclusivamente por animaes ferozes e por gafanhotos, que lhes teem causado grandes estragos. Produz arroz, algodão, canna saccharina, trigo, milho, palma-christi, café, legumes, hortaliças, etc.

Inhacatipoé. Prazo do distr. de Tete, na prov. de Moçambique.

Inhacatondo. Pov. do distr. e com. de Quebique, Africa Oriental. ‖ Prazo do distr. de Sena, na prov. de Moçambique. Tem 80 k. de largura por 25 de comprimento, e é habitado pelos gentios grenhas. Terreno feracissimo, coberto de bosques, de excellentes madeiras de construcção. Nos bosques ha animaes ferozes. Produz arroz, café, milho, mangueiras e coqueiros.

Inhacauba. Bairro da villa de Sofala, no distr. d'este nome, prov. de Moçambique, com. de Inhambane, Africa Oriental. E' habitado por gentios momos e assenta n'um terreno alagadiço. Está separado da villa por pantanos que se enchem nas marés das aguas vivas.

Inhacengeira. Antigo prazo da Corôa no distr. de Tete, prov de Moçambique. E' limitado pelas terras dos maranes.

Inhachirondo. V. *Missangue*.

Inhacohongo. Territorio tributario do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique. E' governado por um régulo.

Inhaconda. Territorio tributario do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique. E' governado por um regulo.

Inhacororo. Prazo da Corôa no distr. de Sena, prov. de Moçambique. E' uma comprida faixa de terreno de 30 k. de extensão por 500 m. de largura. Solo fertil. Produz arroz, alpista, milho e legumes.

Inhacota. Prazo do distr. de Tete, na prov. de Moçambique.

Inhacundú. Pequeno territorio tributario do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique. E' governado por um regulo.

Inhacunge. Prazo da Corôa no distr. de Quelimane, prov. de Moçambique. Solo fertil; produz amendoim, gergelim, milho, uvas, legumes, etc. Tem 10 k. de comprimento e ha n'elle densas florestas de preciosas madeiras de construcção e de marcenaria.

Inhacurua. Terras de cafres que entestam pelo lado N com o prazo Empara, no distr. de Sofala, prov. de Moçambique.

Inhagire. Prazo da Corôa no districto de Tete, prov. de Moçambique.

Inhagoma. Prazo da Corôa no distr. de Sena, prov. de Moçambique. Solo fertil.

Inhagoma *(Ilha da)*. Prazo da Corôa no distr. de Sofala, prov. de Moçambique. Está situado ao S de Sofala e na embocadura do rio Chiri. Tem 50 k. de comprimento e 10 de largura. O solo é pouco accidentado e abundante de producção. Clima insalubre. Tambem é chamada *Ilha do Zambeze*.

Inhaguihuicui. Territorio tributario do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique. E' governado por um regulo.

Inhaguili. Territorio tributario do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique. E' governado por um regulo.

Inhaimbe. Prazo da Corôa no distr. de Sena, prov. de Moçambique.

Inhama. Territorio tributario do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique. E' governado por um regulo

Inhamacasa. Territorio do distr. de Tete, na prov de Moçambique Está situado a 20 k. do rio Zambeze, e tem minas de carvão de pedra.

Inhamaza. Prazo da Corôa no distr. de Tete, prov. de Moçambique. Tem 20 k. de comprimento e 12 de largura. Produz milho e feijão, e tem extensos bosques habitados por animaes ferozes.

Inhamazehorta. Prazo do distr. de Tete, na

prov de Moçambique, situado para além dos rios Zambeze e Reongue. Solo fertil.

Inhamazi. Prazo da Corôa no distr. de Sena, prov. de Moçambique.

Inhambane *(Districto administrativo de)*. Este districto é um dos que ficam mais ao sul da prov. de Moçambique. E' limitado ao norte pelos territorios da Companhia de Moçambique, ao sul e a este pelo Oceano e a oeste pelo distr. de Gaza. Os terrenos de Inhambane são geralmente ferteis, ligeiramente ondulados, accentuando-se mais essas ondulações em Massinga, Panga e na região que entra no districto de Gaza. Contrastam com as ondulações pronunciadas do districto as planicies Inharrime, e outras para o sul. Toda a extensão comprehendida entre a villa de Inhambane e Inharrime é extraordinariamente fertil. A séde do districto é a villa de Inhambane, que fica situada na margem direita do rio Mutamba e a 14 milhas da sua foz E' descripta sob um brilhante aspecto pelos diversos viajantes, tanto nacionaes como estrangeiros, sendo considerada uma das mais bonitas villas de Africa. Assenta sobre collinas pouco elevadas, rodeadas de vegetação. Está dividida em cinco bairros. A sua população é de 3:000 almas aproximadamente, composta por *bitongas*, arabes, baneanes, negociantes persas e portuguezes. Foi elevada á categoria de villa por carta régia de 9 de maio de 1761. A maior parte das construcções são cobertas de telha marselheza, mas as casas indigenas são todas cobertas de palha. A villa de Inhambane é séde da comarca do mesmo nome. Constitue uma parochia sob a jurisdicção da prelasia de Moçambique e tem uma missão catholica no interior. Os arrabaldes de Inhambane são encantadores; as ruas quasi todas calçadas e perfeitamente alinhadas; elegantes os edificios publicos e particulares, muito desenvolvido o seu commercio. A mais bella construcção é a residencia do governador, um edificio antigo, mas recentemente restaurado, situado n'um pittoresco ponto da rua D. Carlos I. A egreja parochial de Nossa Senhora da Conceição é um bonito templo, de elegante construcção; o hospital, situado em frente do largo da Senhora da Conceição, faz esquina para o de D. Luiz I, é vasto e obedece a todos os modernos preceitos da sciencia. Ha ainda o edificio da camara municipal, na rua Mousinho d'Albuquerque, onde estão installados a cadeia civil, a policia e o tribunal; o matadouro, com um repartimento especial para os moiros. O material de guerra está armazenado em frente do littoral, na rua do Governador Maciel. O principal ponto da villa é o largo D. Luiz I, onde ficam os primeiros edificios, acima citados, e mais: o quartel para officiaes, quartel da 7.ª companhia de guerra, alfandega, correio, obras publicas e telegraphos, permutando vales com o reino, capitania do porto (delegação de Lourenço Marques). Ao fundo do largo está uma bella ponte de pedra e ferro, de 240 metros de comprimento. Esta ponte era outr'ora feita de coqueiros. As principaes ruas da villa são: D. Carlos I, Mousinho d'Albuquerque, Coronel Galhardo, Victor de Portugal, Governador Maciel, João Loforte, Pero d'Alemquer, Neves Ferreira, Azevedo Coutinho, Soveral Martins, tendo esta um lindo e pittoresco passeio. O porto de Inhambane, que infelizmente se resente da falta de uma ponte de embarque e desembarque, é frequentado por navios de varias nacionalidades, que encontram ali bem abrigado ancoradouro. Inhambane está protegida da correria dos gentios por uma praça de guerra, denominada de Nossa Senhora da Conceição, e pelo forte de S. João da Boa Vista. A praça, que tem a fórma de um quadrilongo irregular, ostentando nos angulos guaritas de pedra, ergue-se defronte do caminho e quasi no centro da villa. As muralhas são fabricadas de pedra e cal, comquanto primitivamente a praça tivesse sido cercada de estacaria. O forte já bastante deteriorado, apresenta a fórma de um quadrado, com duas faces concluidas e outras duas apenas principiadas. Está artilhado com peças de ferro e possue uma pequena casa circular, onde se recolhem os veteranos O archipelago de Bazaruto, notavel pela pesca de pérolas, está ligado administrativamente ao districto de Inhambane.

Inhambiça. Territorio do distr. de Inhambane, prov. de Moçambique. Solo fertil. Abundante producção de côcos.

Inhambino. Prazo da Corôa no distr. de Sofala, prov. de Moçambique. Pertenceu á extincta ordem de S. Domingos, de Gôa.

Inhambupé *(Antonio Luiz Pereira da Cunha, marquez de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Nasceu na Bahia a 6 de abril de 1760. Fal. a 18 de setembro de 1837. Começou os seus estudos na sua terra natal, e veiu completal-os a Coimbra, formando-se na faculdade de Direito, tendo frequentado ao mesmo tempo os cursos de Mathematica e de Philosophia. Em 1789 foi despachado juiz de fóra de Torres Vedras, em 1792 ouvidor em Pernambuco, servindo como desembargador na Relação da Bahia, e em 1798 fez parte do governo interino da capitania de Pernambuco. Em 1802 passou a ser ouvidor da comarca de Rio das Velhas, e em 1803 teve carta de desembargador do Porto com exercicio na ouvidoria de Sabará. Em 1806 foi nomeado desembargador ordinario da casa da Supplicação em Lisboa, d'onde partiu para o Rio de Janeiro com licença, e em 1808 teve a nomeação de chanceller da Relação da Bahia, fez parte do governo interino d'esta provincia, e em 1815 passou a exercer no Rio de Janeiro o cargo de conselheiro da Fazenda, juntamente com outras muitas e variadas commissões. Em 1821 foi nomeado intendente da policia, por indicação da tropa insurgida; em 1823 foi nomeado conselheiro de Estado por D. Pedro. Continuou a exercer no Brazil diversos cargos da maior importancia, tomou parte em differentes ministerios, sendo um distincto estadista. O governo brazileiro agraciou o com o titulo de visconde de Inhambupé, que depois elevou ao de marquez.

Inhambibu Terras tributarias do districto de Inhambane, na provincia de Moçambique. Solo fertil. Produzem mantimento cafreal, e são governadas por um regulo e por varios chefes de povoações

Inhamiara. Rio do districto de Quelimane, na provincia de Moçambique. E' um dos rios que fórmam as chamadas boccas do Zambeze, e constituem n'o dois braços do mesmo Zambeze. Desagua no Oceano Indico, a 24 k. ao NE do Mu-

zello. || Bahia do distr. de Quelimane. Fica ao S da villa de Quelimane.

Inhamissengo. Ilha do distr. de Quelimane, na prov. de Moçambique. E' banhada pelas aguas dos rios Melambe e Inhamisseugo, que são boccas do Zambeze. || Rio do distr. de Quelimane, na prov. de Moçambique. E' um dos principaes rios que fórmam o delta do Zambeze. Corre da margem direita do Luabo, dividido em dois ramos chamados Messere e Congune, que se juntam depois de 33 k. da foz do Inhamissengo. Conservaudo geralmente a largura de 300 a 400 metros no espaço de 24 k. do seu curso na direcção de NS, alarga-se mais nas proximidades da embocadura; inclinando-se então para SE chega a medir 1:100 metros de largura entre as pontas da barra, isto é, entre a oriental, que é excessivamente baixa, mas um tanto arborisada, e a occidental, ponta alta e de praia de areia. Entre estas pontas, d'onde saem duas restingas em parte descobertas, existe um baixo com um metro d'agua, a cêrca de 2:500 metros das referidas pontas. A montante d'este banco ha outro que se descobre na baixa-mar, formando na preamar uma grande resaca; tem 500 metros na sua maior largura, e 1:340 de extensão no sentido do NNO. O porto tem 1:400 metros de largura, e está situado entre a margem direita do rio e o primeiro baixo. Segundo observações feitas em 1869, o Inhamissengo é a melhor entrada do Zambeze e a mais accessivel á sua navegação. As margens do rio, em geral lodosas, são arborisadas principalmente de mangues.

Inhamixore. Prazo da Corôa no districto de Tete, provincia de Moçambique. Tem 15 k. de comprimento por 5 de largura, e o seu solo é fertil. Produz trigo, milho, legumes e canna saccharina. Pertenceu aos frades da ordem de S. Domingos.

Inhamoango. Pequeno rio do districto de Tete, na prov. de Moçambique. Corre no territorio de Xidimá no Monomotapa. Nas suas margens ha minas de carvão de pedra. Dista cêrca de 90 k. de Tete.

Inhamoletima. Terras da Corôa no districto de Tete, prov. de Moçambique. São governadas por um regulo e por varios chefes seus tributarios. Solo muito fertil. Produz mantimento cafreal.

Inhampala. Terras da Corôa no districto de Inhambane, prov. de Moçambique. São governadas por um regulo e por varios chefes de povoações seus tributarios. Solo fertil. Produz mantimento cafreal.

Inhampossa. Terras da Corôa no distr. de Inhambaue, prov. de Moçambique. São governadas por um regulo e por varios chefes de povoações seus tributarios. Produzem mantimento cafreal.

Inhampura. Rio da provincia de Moçambique. Corre ao N do rio do Ouro, da Lagôa ou Bembe, do qual tambem toma o nome, e é um prolongamento ou braço. Passa nos districtos de Inhambane e de Lourenço Marques, antes de se lançar no Oceano Indico.

Inhamuar. Prazo da Corôa no distr. de Sofala, prov. de Moçambique. Tem abundantes florestas de preciosas madeiras de construcção e marcenaria. O solo é fertilissimo quando não faltam as chuvas. Produz, além de grande quantidade de mantimento cafreal, muita cêra, maná e mel. Este prazo já foi muito populoso e rico. Tambem lhe chamam *Inhambar*.

Inhamuchingo. Territorio tributario do districto de Inhambane, na prov. de Moçambique. E' governado por um regulo. Solo fertil. Produz mantimento cafreal.

Inhamuê. Terras tributarias do distr. de Inhambane, na prov, de Moçambique. São governadas por um regulo e por chefes de povoações seus tributarios. Solo pouco fertil, mas abundante de coqueiros.

Inhamuhu. Territorio tributario do distr. de Inhambane, prov. de Moçambique. E' governado por um regulo.

Inhamulala. Terras da Corôa no distr. de Inhambane, prov. de Moçambique. São governadas por um regulo e por chefes de povoações seus tributarios. Solo fertilissimo. Produzem muito arroz, mandioca, milho e outro mantimento cafreal, e tem bastante mel e cêra.

Inhamunassi. Termo da villa de Sofala, no districto d'este nome, provincia de Moçambique.

Inhamunhe. Rio do prazo Quissamassungo, no distr. de Sofala, prov. de Moçambique. As suas aguas são salgadas.

Inhamunho. Prazo da Corôa no distr. de Sena, prov. de Moçambique. Tem 15 k. de comprimento por 5 de largura, e está cortado pelo rio Zambeze, onde ha quatro pequenas ilhas dependentes do mesmo prazo. Solo fertilissimo, e muito apto para todo o genero de cultura. Produz algodão, milho, meixoeira e palma-christi, e tem densos bosques de pouco valor, povoados de féras. || Uma das quatro ilhas do prazo Inhamunho, no distr. de Sena, prov. de Moçambique. Está situada no rio Zambeze e um pouco abaixo do Zungua, confluente d'aquelle rio. Solo muito fertil e povoado. Produz milho fino, meixoeira e nachenim, e tem boas madeiras.

Inhamurube. Territorio tributario do districto de Inhambane, na prov. de Moçambique. E' governado por um regulo.

Inhamuruluga. Territorio tributario do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique. E' governado por um regulo. Solo pouco fertil. || Territorio de cafres no distr. de Lourenço Marques, prov. de Moçambique.

Inhamussem. Pov. do territorio de Inhamussua, districto de Inhambane, provincia de Moçambique.

Inhamussua. Territorio tributario do districto de Inhambane, na prov. de Moçambique. E' governado por um regulo. Terreno muito fertil. Produz mantimento cafreal.

Inhamuxinga. Terras da Corôa no distr. de Inhambane, prov. de Moçambique. São governadas por um regulo e por chefes de povoações seus tributarios. Solo fertil. Produz mantimento cafreal.

Inhancato. Ilha do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique. Está situada no rio de Sofala, defronte da villa d'este nome, e fórma o porto da mesma villa.

Inhancere. Prazo do distr. de Sena, na prov. de Moçambique. Tem 5 k. de comprimento e quasi outros tantos de largura. E' muito fertil. Abunda em arroz, algodão, café, canna saccharina, meixoeira, milho fino, palma-christi e legu-

mes, tem florestas de ebano e depositos de sal mineral. Nos seus bosques ha animaes ferozes.

Inhandôa. Pequeno prazo da Corôa no distr. de Tete, prov. de Moçambique. Tem perto de 5 k. de comprimento por quasi outros tantos de largura Solo fertil. Produz milho, meixoeira e legumes. Está dividido em povoações de cafres tributarios que o cultivam. Abunda em abadas, bufalos, elephantes, leões, tigres e outros animaes ferozes. Tem densas florestas.

Inhandora. V. *Inhandôa.*

Inhanfupa. Rio do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique. N. no sertão, corre no prazo de Empara, e vae desaguar na bahia de Sofala.

Inhange. Pov. do conc de Cabiuda, distr. do Congo, prov. de Angola. Pertence ao sobado de Cabinda e é delegação do Chiavala.

Inhangeri. Prazo da Corôa no distr. de Tete, prov. de Moçambique. Tem 10 k. de comprimento e 7 de largura. E' cortado por varios pequenos rios d'agua dôce, e o seu solo é muito fertil. Produz algodão, arroz, meixoeira, milho, trigo e legumes. Tem bosques de preciosas arvores, algumas das quaes são odoriferas. Nas suas selvas abundam os animaes ferozes. O clima é benigno.

Inhangona. Aringa no Barué, na Africa Oriental. Deve o nome ao riacho que passa proximo e que aflue ao Inharuiro. Era uma das principaes aringas do Barué, não pela sua construcção mas pela situação e tamanho. Situada na falda de dois montes, tinha um perimetro de dois mil metros e umas oitocentas palhotas. Em 1891 tinha sido tomada pelas forças de Manuel Antonio, mas depois do desastre d'este em Missange, fôra novamente occupadas pelos baruistas. No cume dos montes encontraram-se, por occasião da campanha de 1902, dois baluartes feitos de pedra solta, levantados por aquelle sertanejo. Era a residencia do regulo Camboemba, que depois de batido em 1897 nos seus territorios, para ali se refugiara, e onde exercia o alto cargo de capitão grande do Macombe. Na campanha de 1902 o inimi go, vendo que não podia resistir, incendiou a aringa, casas e seus proprios mantimentos, prova evidente da sua rebellião, e fugiu na direcção de Missangue. Construiram os expedicionarios um posto junto á agua, que foi guarnecido com uma peça de artilharia e praças de marinha, um pelotão indigena.

Inhangurue. Ilha do distr. de Quelimane, na prov. de Moçambique. Está cercada pelas aguas do Oceano Indico, pelas da barra do Inhamis sengo e do Luabo ou Catharina, e pelas do canal Inhangurue, que a separa da ilha Mirarame. ‖ Canal do distr. de Quelimane. E' formado pelas aguas dos rios Inhamissengo e Luabo, do mesmo districto.

Inhansante. Ilha do rio Inhanfupa, no distr. de Sofala, prov. de Moçambique. Faz parte do prazo Empara.

Inhanvù. Territorio do distr. de Tete, na prov. de Moçambique. Está situado a pouco mais de 20 k. do rio Zambeze Boas minas de carvão de pedra.

Inhaôxe. Territorio do sertão do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique. Tem algumas minas e foi occupado pacificamente em 1831. As minas de ouro que possue, começaram a ser exploradas em 1857 pela Associação da exploração do minerio de Inhaôxe, estabelecida na villa de Sofala.

Inhapada. Prazo do distr. de Sena, na prov. de Moçambique. Produz milho fino.

Inhapanda. Prazo do distr. de Sena, na prov. de Moçambique. Produz mantimento cafreal.

Inhapata. Territorio tributario do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique. E' governado por um regulo. Terreno muito fertil. Produz milho, meixoeira e legumes.

Inhalma. Prazo da Corôa no distr. de Tete, prov. de Moçambique.

Inharuça. Terras antigamente da Corôa no distr. de Tete, prov. de Moçambique. Fôram confiscados á extincta Companhia de Jesus. Pertencem actualmente á Companhia de Moçambique, constituindo uma sub-circumscripção dos territorios de Manica e Sofala.

Inharucuary. Rio do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique. E' um dos dois rios que circumdam a villa de Sofala e se juntam na enseada de Quissanga, que é o porto d'aquella villa.

Inhassenge. Rio do distr. de Sofala, prov. de Moçambique. E' um affluente de Save, e apenas navegavel por lanchas e pequenas embarcações chamadas *coches.*

Inhassugo. Prazo do distr. de Quelimane, na prov. de Moçambique.

Inhassunge. Prazo da Corôa no distr. de Quelimane, prov. de Moçambique. Solo fertil. Produz arroz, feijão, nachenim e milho.

Inhate. Uma das 28 ilhas do distr. e archipelago de Cabo Delgado ou Querimba, na prov. de Moçambique.

Inhava. Territorio do distr. de Tete, na prov. de Moçambique. Minas de carvão de pedra.

Inhavanda. Territorio do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique. E' governado por um regulo. Solo fertil. Produz mantimento cafreal.

Inheca. Territorio do distr. de Lourenço Marques, na prov. de Moçambique. Está separado pelo rio Tembe das terras do mesmo nome.

Inhere. Pov. do sobado de Gunja, conc. do Egito, distr. de Benguella, da prov. de Angola. ‖ Pov. do sobado de Bembo O'Lombo, conc. do Egito, distr. de Benguella, prov. de Angola.

Inh-Vi-ho. Pov. do territorio de Salela, no distr. de Inhambane, prov. de Moçambique.

Injalé. Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Injote. Territorio situado ao S da prov. de Moçambique, áquem do rio Incomati.

Inlomongo. Pov. do sobado de N'gando, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Inluomu. Pov. do sobado de Bem, conc. de S. Salvador e distr. do Congo.

Innagulvija. Territorio tributario do distr de Inhambane, na prov. de Moçambique E' governado por um regulo.

Innocentes *(Fr. Antonio dos).* Religioso franciscano da provincia dos Algarves; theologo e prégador. N. em Evora, julga-se que em 1570, e ainda vivia em 1631. Professou em 1590 Dos muitos sermões que prégou, publicou os 4 seguintes: *Sermão nas exequias, que a cidade de Portalegre... fez a El-Rei D. Filippe II de Portugal em o mez de maio de 1621,* Lisboa, 1621;

Sermão em a Sé da cidade de Lisboa na festa do martyr S. Vicente, Lisboa, 1623; *Sermão no Real Convento de Odivellas em o dia e festa de seu padre o glorioso S. Bernardo*, Lisboa, 1624; *Sermão da Expectação no seu dia, anno 1630, na Capella Real*, Lisboa, 1631.

In-Pace. Carcere que existia nos conventos, e onde eram presos os religiosos culpados de certos crimes.

Inquião. Pov. na freg. de Santa Maria, de Lijó, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Inquisição. Antigo tribunal ecclesiastico, tambem conhecido por Santo Officio, estabelecido no seculo XIII, para exaltação da fé, perseguindo os herejes, judeus e infieis. Já antes do seculo XIII, as commissões chamadas synodos, que constituiam nos diversos districtos de cada diocese uma especie de tribunaes dependentes do bispo, tinham a seu cargo proceder contra os herejes. Essas commissões. porém, depois de os qualificarem como taes e de lhes applicarem a excommunhão, deixavam o resto á acção do poder civil. Ha exemplos de condemnarem os juizes seculares os herejes ao ultimo supplicio, embora nenhuma lei da egreja, nem de direito romano lhes impuzesse maior pena do que o confisco dos bens; todavia, no meio do fanatismo que inspirava semelhantes crueldades, o systema de processo contra os delinquentes d'esta especie não tinha analogia alguma com o que depois a Inquisição adoptou. Não havia juizes especiaes para investigarem e apurarem os factos; serviam para isso os tribunaes ordinarios. O accusado assistia aos actos do processo, dava-se-lhe conhecimento de todas as accusações, facilitavam-se-lhe os meios de defeza, e nada se lhe occultava. No terceiro concilio geral de Latrão, em 1179, decretaram-se providencias severas contra as heresias que, pelo seu incremento e pelas violencias dos seus sectarios, se tinham tornado mais perigosas. A constituição promulgada por Lucio III em 1184 é considerada por alguns escriptores como a origem e germen da Inquisição. Aquelle acto do poder papal, expedido de accordo com os principes seculares, ordena aos bispos que, por si, pelos arcediagos, ou por commissarios de sua nomeação, visitem uma ou duas vezes por anno as respectivas dioceses, a fim de descobrir os delictos de heresia, ou por fama publica ou por denuncias particulares. N'essa constituição apparecem já as designações de *suspeitos*, *convencidos*, *penitentes* e *relapsos*, com que se indicam diversos graus de culpabilidade religiosa, com diversas sancções penaes. Todavia conserva-se ahi ainda pura a distincção dos dois poderes, limitando-se a egreja aos castigos espirituaes e deixando ao poder secular a applicação de outras penas. No seculo XIII foi que verdadeiramente começou a apparecer a Inquisição, como entidade, até certo ponto, independente; como instituição alheia ao episcopado. No sul da França e, ainda, nas provincias septentrionaes da Hespanha, apezar das providencias que anteriormente se haviam tomado, a heresia lavrava cada vez mais possante, favorecida por diversas causas. Em 1204, o papa Innocencio III enviou a Tolosa tres monges de Cistér, com plenos poderes para procederem immediatamente contra os herejes.

Palacio da Inquisição em Lisboa

Levavam commissão do pontifice para, nas provincias de Aix, Arles e Narbonna e nas dioceses visinhas, até onde vissem que cumpria, *destruirem*, *dispersarem* e *arrancarem* as sementes da má doutrina. Estas faculdades extraordinarias deram, a principio, resultados contrarios ao intento. Os prelados, offendidos por semelhante intervenção em actos de jurisdicção propria, não só deixavam de favorecer os delegados pontificios, mas tambem lhes suscitavam sérios obstaculos, e, por muito tempo, os esforços d'elles fôram, em parte, inutilisados pela má vontade dos bispos e, ainda, dos magistrados seculares. Apezar da autoridade quasi illimitada de que se achavam revestidos, os tres monges teriam voltado para Roma desanimados, como mais de uma vez o pretenderam fazer, se não lhes houvesse occorrido inesperado auxilio. Foi este o de dois hespanhoes, o bispo de Osma e um conego da sua sé, Domingos de Gusmão, que o papa lhes enviou por collegas em 1206. Ambos elles mostraram maior perseverança e energia do que os tres anteriores legados. Mas o homem proprio, pelo seu zelo e actividade, para desempenhar dignamente aquella espinhosa missão era Domingos. Sobre elle, quasi unicamente, ficou pesando o encargo de combater a heresia, desde que o bispo de Osma, passados dois annos, se recolheu á sua diocese. Foi então que o inquieto conego hespanhol buscou associar á empresa varios sacerdotes, que, por fim, estabeleceram uma especie de congregação em Tolosa, com a qual, sendo os seus estatutos approvados em 1216 por Honorio III, se constituiu a ordem dos *frades prégadores*, ou dominicanos. O nome de *inquisidores da fé* tinha sido dado a esses diversos legados do papa; mas nem tal designação importava o mesmo que depois veiu a significar, nem elles constituiam um verdadeiro tribunal, com formulas especiaes de processo. Domingos de Gusmão, que mais tarde a egreja canonisou, combate com a palavra a heresia, mas impellido pela sua intolerancia e pelo seu odio contra os que se recusavam a obedecer ás imposições de Roma, excita a populaça contra os herejes, applaudindo os excessos por ella praticados. A lucta estava declarada. Os prelados, na maior parte, em obediencia ás ordens de Innocencio III, desattendendo as tradições christãs, aconselharam a maxima violencia promettendo largas recompensas espirituaes aos que mais se distinguissem no combate contra os herejes. O anno de 1229 é a verdadeira data do estabelecimento da Inquisição, e Gregorio IX a elevou á categoria dos tribunaes regulares. De 1232 em deante, as funcções inquisitoriaes fôram exclusivamente confiadas aos frades dominicanos. Criam-se juntas de inquisidores incumbidos da negra missão de denunciarem os herejes. Luiz IX, de França, e Frederico II, da Allemanha, promulgam decretos ordenando que sejam presos e suppliciados os herejes. Em 1255 e 1256, a rogativas de Luiz IX, o papa Alexandre IV generalisou a Inquisição em França, mas não se pôde alimentar. Em Hespanha é que se tornou mais poderosa, sendo ao mesmo tempo uma instituição politica e religiosa. Introduzida na Catalunha em 1232, não tardou a espalhar-se em toda a peninsula, perseguindo sobretudo os judeus e os moiros relapsos. O dominicano Sueiro Gomes fez tentativas para fazer vigorar em Portugal certas leis, que parece tendiam a lançar os fundamentos do systema inquisitorial, mas essas tentativas fôram energicamente repellidas por D. Affonso II, que nas côrtes de 1211 regulara a penalidade contra os herejes, mas herejes que fôssem havidos por taes em virtude do julgamento dos prelados diocesanos, conforme a legitima disciplina da egreja. Depois, por occasião do celebre processo dos templarios, no principio do seculo XIV, a bulla dirigida a el-rei D. Diniz, para que procedesse contra os cavalleiros d'aquella ordem nos seus reinos, parece presuppôr a existencia de inquisidores em Portugal; segundo diz Alexandre Herculano, «onde, de feito poderia havêl-os, em virtude do poder que para os instituir residia no provincial dos frades prégadores; mas nem restam memorias da sua intervenção n'aquelle ou n'outro processo sobre materias de fé, nem a bulla, especie de circular aos principes christãos, prova que elles existissem de facto.» No tempo de el-rei D. Manuel começaram as negociações em Roma para o estabelecimento do terrivel tribunal do Santo Officio em Portugal. El-rei escreveu ao papa e ao embaixador portuguez D. Miguel da Silva sobre este assumpto. Na carta ao papa limitava-se a rogar-lhe instantemente quizesse annuir ás supplicas que em seu nome havia de fazer D. Miguel da Silva sobre cousas que tocavam á pureza da fé; na que era dirigida ao embaixador ordenava-se-lhe que, sollicitando uma bulla para o estabelecimento da Inquisição em Portugal, fizesse examinar nos archivos da sé apostolica todos os diplomas expedidos para a creação da de Hespanha, de modo que os expedidos agora fôssem em tudo semelhantes. Comtudo, d'esta vez falhou o plano do monarcha, e só annos mais tarde, no reinado de seu filho D. João III, é que o terrivel tribunal veiu a estabelecer-se, depois de se vencerem muitas difficuldades, pela opposição que lhe fizeram os judeus de Roma. Nos principios do anno de 1531 tinha-se resolvido a creação d'um tribunal da fé. Deram-se instrucções ao embaixador em Roma, Braz Neto, para que impetrasse muito em segredo de Clemente VII uma bulla que servisse de base ao intentado estabelecimento. D. João III, ou porque não julgasse Braz Neto bastante activo para apressar quanto elle desejava a conclusão d'um negocio em que tanto se empenhava, ou por qualquer outro motivo, o facto é que mandou um novo agente diplomatico, a Roma, Luiz Affonso, em setembro do referido anno de 1531. Diz-se que o novo embaixador já levava designado como inquisidor geral o confessor d'el-rei, Fr. Diogo da Silva, religioso da ordem dos minimos de S. Francisco de Paula, e cartas para os cardeaes d'Osma e Santiquatro, para favorecerem a rapidez do despacho. D. João III estava certo que na curia romana era materia resolvida a concessão do tribunal da fé em Portugal. Effectivamente, a 17 de dezembro, expediu-se uma bulla dirigida a Fr. Diogo da Silva, pela qual o papa o nomeava commissario da sé apostolica e inquisidor no reino de Portugal e seus dominios, concedendo-lhe todas as faculdades para prender, inquirir, absolver e condemnar. O breve especial a fr. Diogo da Silva, para que acceitasse o cargo de inquisidor, é datado de 13 de janeiro de 1532; e só em fevereiro é que po-

diam chegar a Portugal os diplomas necessarios para o estabelecimento da Inquisição. Seguiram-se muitas intrigas contra os christãos novos, que sabedores do conteúdo da bulla, procuraram por todos os meios inutilisal-a, e tendo por advogado em Roma o christão novo Duarte da Paz, que elles haviam enviado, conseguiram que o papa Clemente VII expedisse um breve, a 17 de outubro de 1532, dirigido ao nuncio de Lisboa, declarando suspensos os effeitos d'aquella bulla e de quaesquer outros diplomas pontificios concernentes ao mesmo assumpto, prohibindo, não só o inquisidor geral fr. Diogo da Silva, mas os bispos, de procederem por esse modo excepcional contra os conversos. Duarte da Paz, porém, pouco depois do breve de 17 de outubro, tornara-se traidor, e tratava seriamente de se congraçar com el rei. Clemente VII falleceu a 25 de setembro de 1534; foi eleito a 13 de outubro seguinte o cardeal Alexandre Farnese, decano do sacro collegio, com o nome de Paulo III. A questão reviveu, patrocinada pelo conde de Cifuentes, embaixador de Carlos V, e afinal, o pontifice expediu a 23 de maio de 1536 a bulla instituindo definitivamente a Inquisição em Portugal, e nomeando inquisidores geraes os bispos de Coimbra, Lamego e Ceuta, aos quaes seria adjunto outro bispo, frade ou clerigo constituido em dignidade e doutor em Theologia ou Canones, escolhido por el-rei. Ao mesmo tempo recommendava ao nuncio Jeronymo Capodiferro que vigiasse de perto o Santo Officio e evitasse os excessos em que elle caisse. Sendo o bispo de Ceuta, fr. Diogo da Silva, elevado ao arcebispado de Braga em 1538, foi substituido pelo cardeal infante D. Henrique, irmão de D. João III, ainda muito novo. Completou-se então o conselho inquisitorial com Ruy Gomes Pinheiro, depois bispo de Angra, e fr. João Soares, mais tarde bispo de Coimbra. O tribunal sanguinario desdobra-se em succursaes em Evora, Porto, Coimbra, Lamego e Thomar. Seguiram-se infames perseguições, atrocidades sem nome, as fogueiras accendiam-se successivamente, acarretando o terror geral. O primeiro auto da fé publico, realisado em Lisboa, foi em domingo, 20 de setembro de 1540, na Ribeira Velha, em frente do Terreiro do Trigo, ao qual presidiu o cardeal infante D. Henrique como inquisidor geral. Eram 23 os condemnados. Em Thomar houve um auto da fé a 6 de maio de 1543, sendo 8 os condemnados; em 20 de julho de 1545 houve ali tambem outro auto da fé, havendo 14 condemnados. Em Evora realisou-se a 12 de novembro de 1662, em que fôram condemnadas 120 pessoas: 73 homens e 47 mulheres. Os autos da fé proseguiram em todas as terras em que imperava o tremendo tribunal, cuja descripção seria longa e horrorosa. O papa Clemente VIII, por breve de 23 de agosto de 1604, deu um perdão geral a todos os christãos novos. Este breve foi lido publicamente na sé de Lisboa, a 16 de janeiro de 1605. O padre Antonio Vieira, que tambem foi perseguido pela Inquisição, estando em Roma, tanto trabalhou, que alcançou do papa Clemente X um breve, datado de 3 de outubro de 1674, mandando fechar as inquisições em Portugal, e este breve foi cumprido. O ultimo auto da fé celebrado antes da publicação d'este breve, realisou-se no pateo de S. Miguel, em Coimbra, a 18 de novembro de 1674. Chegado a Lisboa, o nuncio o notificou ao conselho geral do Santo Officio, e este mandou aos inquisidores de Coimbra, que não celebrassem o auto que estava marcado; mas depois veiu segunda ordem, para que o auto saisse. Sairam 140 penitentes, mas fôram perdoados e a nenhum se confiscou os bens. Só 7 annos incompletos é que estiveram sem exercicio os inquisidores; o papa Innocencio XI pela bulla de 22 de agosto de 1681, e que chegou a Lisboa a 21 de setembro, mandou que o Santo Officio continuasse a funccionar como antes de 1674. Em 1768 el-rei D. José, ou antes o seu ministro, marquez de Pombal instituiu a Mesa Censoria, e no mesmo anno decretou a abolição da odiosa distincção de christãos novos e velhos, mas no anno seguinte concedeu ao tribunal do Santo Officio o tratamento de *magestade*. Em 1773 é abolida a escravatura em Portugal, e publicada tambem uma segunda lei, abolindo toda a differença que existia ainda entre christãos velhos e novos. Mas o marquez de Pombal restringiu muitissimo os poderes da Inquisição. As suas sentenças capitaes não podiam ser executadas sem beneplacito régio, que raras vezes lhe era concedido, e, o que mais sentiram os inquisidores, os bens sequestrados aos réos ficavam pertencendo ao thesouro publico. Desde então, o santo tribunal soffreu um golpe mortal, e os seus carceres estavam quasi desertos, porque os dominicanos e todos os mais empregados inquisitoriaes tinham perdido o principal e o mais rendoso dos seus privilegios, que era o direito de se apoderarem dos bens dos condemnados. A Constituição de 1820 extinguiu completamente aquelle tribunal sanguinario, pelo decreto de 31 de março de 1821. O Santo Officio compunha-se dos inquisidores, deputados do seu conselho, promotores, notarios, theologos, revedores dos livros, qualificadores, procuradores dos presos, visitadores, familiares, alcaides, meirinhos, etc. Os familiares eram, em geral, pessoas nobres. Em Lisboa o tremendo tribunal estava situado no Rocio, pouco mais ou menos, onde se vê hoje o theatro de D. Maria II. Constava o edificio de um andar terreo e de mais tres, embora só tivesse janellas nos quatro andares da fachada do norte, porque as do sul e do oriente contavam n'as só em tres. A sua parte anterior comprehendia no andar terreo e no primeiro os aposentos do bispo inquisidor geral, os dos seus creados, dos officiaes da casa, do alcaide dos carceres, do seu guarda, e varias dependencias; no segundo aposentos de inquisidores e de seus creados, do alcaide dos carceres e competentes dependencias, a sala publica dos tribunaes, um oratorio com seu retabulo e com um crucifixo, que servia nos autos da fé, onde os inquisidores e ministros do Santo Officio ouviam missa, e que dava para a dita sala, na qual tambem a ouviam os seus officiaes, o thesouro, e a Mesa Grande com o seu secreto, destinado á guarda de todos os processos, repertorios, livros e papeis de segredo; no terceiro quartos de creados dos inquisidores. No meio d'esta parte abria-se um bom pateo com columnas ou pilares, para onde olhavam as portas e janellas das casas circumstantes. A parte central continha, do oriente, nos andares terreo e primeiro, accommodações para os inquisidores e seus creados e para varios officiaes, e ainda algumas para os tribunaes no segundo andar, como a do despacho da Mesa Pe-

quena e seu secreto, etc. N'esta parte, ao centro, é que estavam os carceres, ao redor de um espaçoso pateo, que não teria menos de 180 palmos por 55, sendo no andar terreo 10 do lado de leste, e do lado de oeste 7 na primeira ordem e 10 na segunda; no segundo andar o mesmo, excepto na primeira ordem de oeste, que tinha 8 carceres, e na mesma disposição; no terceiro a disposição era egual e egual o numero dos carceres orientaes; nos occidentaes, porém, havia a differença de serem 9 em cada ordem. Os do oriente eram os maiores, uns 35 palmos por 15; os do occidente mediriam 20 por 12, os maiores, e 20 por 8 os menores, menos 2 do ultimo andar, que teriam 25 por 20. Os carceres, a não serem os occidentaes da segunda ordem do terceiro andar, não recebiam a luz directamente de fóra, porque não tinham janellas nem frestas, porém das que havia nos corredores que davam para o pateo central, ou para outro mais pequeno triangular que limitava os ultimos do occidente. Em geral tinham só porta para os corredores, e as janellas d'estes ficavam em frente das portas; alguns havia, comtudo, na parte occidental do segundo e terceiro andar, que tinham para elles tambem janellas ou frestas. No andar terreo os corredores eram substituidos em cada carcere por uma casinha de entrada com janella e porta para os pateos, e da qual se passava ao carcere fechado por outra porta. Aos do andar terreo e do segundo andar ficava contigua uma cozinha. Por detraz dos carceres orientaes do andar terreo havia um espaço destinado para as sepulturas dos presos que morriam na Inquisição. Os carceres de vigia eram os do occidente no andar terreo e no segundo, no prumo d'elles; estes ultimos comprehendiam-se no numero dos que dissémos terem porta e janella ou fresta para os corredores, menos tres que só tinham porta. Eram, como todos d'aquelle lado, em duas filas paralellas, e entre ellas estendia-se o corredor dos vigias. Era ainda n'esta parte central, no andar terreo, que se via a casa do tormento, e junto d'ella outra, onde os inquisidores estavam durante a sua execução. A parte norte do edificio, cuja frente olhava para a rua da Horta da Mancebia, continha em geral no andar terreo e no primeiro diversos quartos de officiaes; no segundo aposentos do terceiro inquisidor, o carcere da penitencia com o seu oratorio, a casa do seu guarda, etc., e no terceiro aposentos do outro inquisidor, carceres da penitencia e casas com varios destinos. N'esta parte havia interiormente dois quintaes, e em todo o edificio alguns eirados, onde os inquisidores tomavam o fresco. Esta descripção foi transcripta do vol. XVII do *Occidente*, pag. 171, do artigo do sr. Ramos Coelho, sobre Manuel Fernandes Villa Real. (V. *Fernandes Villa Real*). Bibliographia : *Da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, por Alexandre Herculano, 3 volumes; *Historia da Santa Inquisição em Portugal*, por fr. Pedro Monteiro; partes 1.ª e 2.ª publicadas em 1749 e 1750; *Procedures curieuses de l'inquisition de Portugal contre les franco-maçons, par un Fr. maçon sorti de l'inquisition*, etc. No Archivo da Torre do Tombo existe o manuscripto seguinte : *Livro das Plantas e mõteas de todas as fabricas das Inquisições deste reino e India ordenado por mandado do Ill.mo e Rev.mo Sr. Dom Francisco de Castro, Bispo Inquisidor Geral e do Conselho d'Estado de S. Magestade. Anno Domini, 1634*, por Matheus do Couto. E' um codice em papel, em que se encontram as plantas, convenientemente explicadas, dos paços de Lisboa, Coimbra, Evora e Gôa.

Inquisição *(Auto da fé, em que se cumpriam publicamente as sentenças proferidas pelo tribunal da)*. Eram muito solemnes e annunciados por editaes nas egrejas com oito dias de antecedencia. Nos dias em que elles se realisavam, não podia haver outra cerimonia religiosa. O dia do auto da fé, que era ordinariamente o dia de Todos os Santos ou um domingo entre o do Espirito Santo e o Advento, tornava-se um triumpho para os inquisidores, e todos deviam concorrer para o tornar mais brilhante. Convidavam-se para assistir á terrivel cerimonia os bispos e mais dignidades seculares e ecclesiasticas, convocavam-se os familiares do Santo Officio, chamavam-se os artifices que tinham de trabalhar nas pinturas e mais decorações, e mandava-se ao rei a participação com a lista dos sentenciados. Depois de tudo preparado e ordenado, abriam-se as portas do palacio da Inquisição, e começava o horroroso espectaculo. Saia o pendão do Santo Officio, pegando ás pontas, por ser logar de honra, dois familiares de primeira nobreza, e aos cordões dois qualificadores dominicanos. O pendão era de damasco encarnado bordado de ouro a alto relevo; entre tarjas tinha, de um lado, o emblema do Santo Officio encimando as quinas portuguezas, a cruz floretcada de S. Domingos, as chaves e a thiara pontificaes; do outro, a imagem de S Pedro Martyr, de Verona; o emblema do tribunal constava da cruz da Redempção entre a oliveira, symbolo da paz, e a espada, symbolisando a justiça. Seguiam-se: a communidade de S. Domingos, a irmandade de S. Jorge, o alcaide dos carceres com a vara de meirinho em punho; após isto, que era como que a vanguarda do prestito, caminhava a ala dos condemnados não relaxados, cada um d'elles entre dois familiares. Os condemnados iam pela ordem das suas abjurações: primeiro os que não abjuravam nem levavam habito, em seguida os que abjuravam de leve, os que abjuravam de vehemente, os que abjuravam em fórma de judaismo, e estes levavam sambenito; n'esta ultima classe iam tambem incluidos os que depois de se tomar nota para serem relaxados, confessavam as culpas; soffriam maiores penas, e levavam vestido o *habito de fogo revolto*, que eram samarras em que estavam umas chammas pintadas ao inverso. Depois dos homens caminhavam as mulheres, indo escoltada cada uma por dois dos mais graves e sisudos familiares, conforme mandava o Regimento; as mulheres não podiam levar toucas, lenços, nem ornato de especie alguma que lhes encobrisse o rosto ou habito; as que abjuravam em fórma, levavam uma veste de baeta amarella que descia até á cintura, em cujas faces estava pintada a vermelho a cruz de Santo André. O guarda dos carceres era quem vigiava as mulheres. Seguiam-se a clerezia do hospital real, o capellão dos carceres da penitencia, que levava o grande crucifixo entre seis familiares da nobreza que iam de tochas em punho Era este o fecho do prestito, quando faltavam os *relaxados em carne*. Quando os havia, caminhavam pela ordem seguinte: herejes e feiticeiros confitentes diminu-

tos e simulados; negativos convictos, impenitentes e revogantes; relapsos por *ficção de direito* ou manifestos, e impenitentes pertinazes em alguns erros contra o que elles chamavam fé. Os ministros da Inquisição tomavam todas as cautelas para que se não alterasse a boa ordem; os condemnados iam quasi todos amordaçados e de mãos amarradas por debaixo dos habitos, e por causa das duvidas o guarda dos carceres levava algumas mordaças de prevenção. Tambem iam no cortejo jesuitas em numero sufficiente para os ajudarem a bem morrer. A esta parte do cortejo pertenciam egualmente as estatuas dos condemnados ausentes, as caixas com os livros interdictos e outras com os ossos dos condemnados mortos nos carceres. A procissão fechava por uma escolta da milicia real, ou guardas do tribunal inquisitorial Os inquisidores iam para a praça ou templo, onde se celebrava o auto da fé, a cavallo e com acompanhamento luzido, precedidos do meirinho de cruz alçada. No meio da praça ou nave levantava-se um alto tablado, onde se collocava o crucifixo e se abriam alguns missaes. Segundo as categorias se dispunham aos lados dos altares os logares destinados aos assistentes do horroroso espectaculo; a um lado punha-se a cadeira alta p ra o inquisidor-mór, e outras baixas para os ministros do tribunal. Proximo a estes a justiça secular Os réos estavam n'uma bancada ao fundo. Havia tambem uma tribuna reservada para a côrte. Se o auto da fé se realisava n'uma egreja e não na praça, havia todo o cuidado em conservar fechadas todas as janellas, de modo que se ficasse em completa escuridão. Por detraz dos criminosos o povo enchia o resto da egreja ou da praça. Então subia um prégador ao pulpito e dirigia aos assistentes uma allocução cujo assumpto era sempre o panegyrico do Santo Officio. Continuava depois o sermão refutando e condemnando a crença hebraica, refutação recheada de citações da Biblia e dos Santos Padres, e logo o panegyrico do pontifice, da Inquisição, do rei, que não olhava a gastos nem a despezas para extirpação das heresias, etc. Seguia-se a leitura do *edital da fé* e do *monitorio geral*, que era uma intimação a todos os fieis christãos, para que no prazo de 30 dias viessem denunciar, sob pena de excommunhão maior, todos os casos de que tivessem noticia contra a religião catholica, usos e doutrinas da santa madre egreja e autoridade do pontifice romano; e que, os que não quizessem ou não pudessem *denunciar* e *manifestar* esses casos por si, o fizessem por interposta pessoa. Depois lançava-se do pulpito o pregão das sentenças dos reconciliados. Cada um d'estes devia ir ouvir de joelhos e vella amarella em punho a sua sentença, junto do altar, jurando ahi a abjuração que lhe dictavam do mesmo pulpito; beijava depois o crucifixo, e voltava para o seu logar. Finalmente, o grande inquisidor revestido dos habitos pontificiaes, rodeado de todos os officiaes e fami-

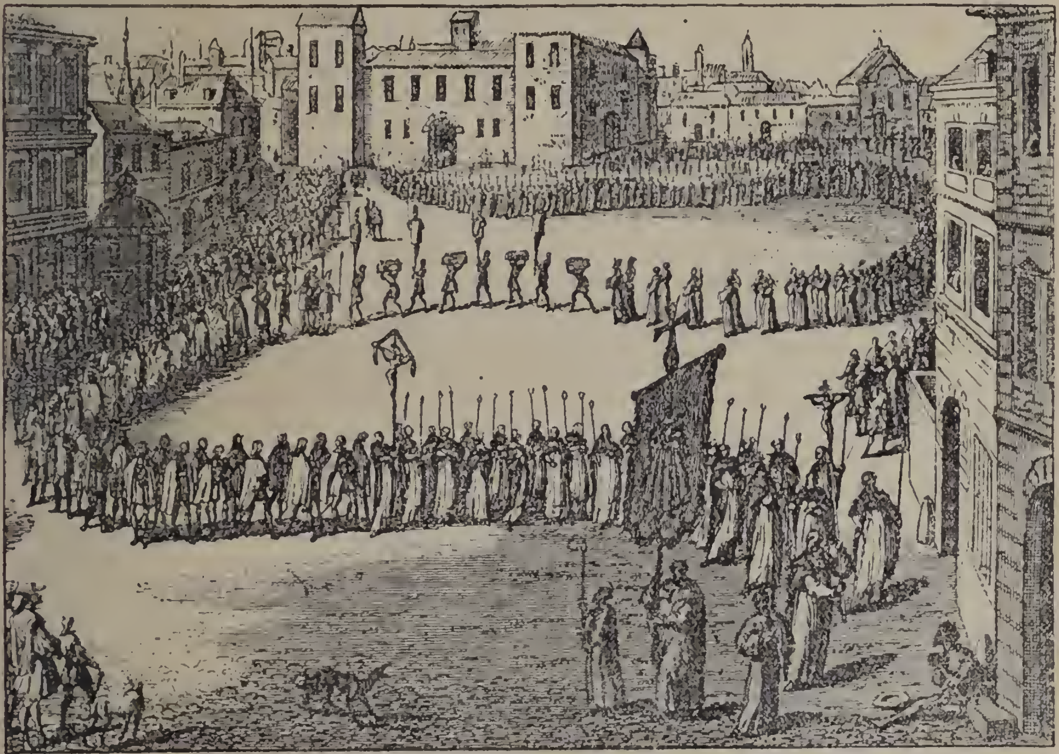

Cortejo d'um auto da fé

liares do Santo Officio, deixava a sua cadeira e do alto do altar dava solemnemente a absolvição áquelles a quem a Inquisição fazia essa graça, mas aos quaes privava, as mais das vezes, em troca da vida, da sua liberdade e sempre da sua fortuna. Aqui terminava o auto da fé, quando não havia a ultima parte, os relaxados, porque n'este caso e espectaculo tornava-se mais prolongado e mais *interessante*. O inquisidor-mór recolhia ao seu logar, e começava a leitura das sentenças dos condemnados. Os relaxados em carne estavam acorrentados de pés e mãos, e os que já não tinham fôrças, em cadeiras de braços; junto d'estes criminosos as estatuas dos condemnados por contumacia, ou que tinham sido felizes bastante para poderem escapar ao supplicio, evadindo-se das prisões; estas estatuas estavam levantadas em postes grosseiros, arrebicados de diabos e de chammas; viam-se tambem ali as arcas dos livros interdictos e outras, pintadas de preto, e ornadas como os postes dos condemnados, de demonios e de chammas; arcas contendo os ossos dos criminosos mortos, aos quaes a Inquisição instaurava o processo, antes ou depois da morte, e mesmo d'aquelles que o Santo Officio tinha julgado util accusar muito tempo antes de morrerem, e esperar por uma condemnação posthuma, com o fim unico de confiscar os seus bens, expoliando assim os verdadeiros herdeiros, o que se effeituava com um rigor inaudito. Ao auto da fé estava presente o corregedor do crime ou um desembargador da relação, como representante da justiça secular, a quem o tribunal do Santo Officio relaxava os condemnados. Depois da sua ultima pergunta aos réos sobre qual era a religião em que elles queriam morrer, tocava-lhes o inquisidor no peito, o que significava que a Santa Egreja os repellia do seu seio, e que ficavam entregues ao braço secular, isto é, ao carrasco; porque as sentenças da Inquisição não *ordenavam* mas *arrastavam* a pena de morte. Iam para os carceres os presos para execução das penas penitenciaes; entregavam-se ao tribunal civil os que tinham sido condemnados a degredo, e aos reclusos e removidos passavam-se guias para os prelados dos mosteiros ou autoridades das terras. Ao passo que isto se fazia, iam os relaxados para a fogueira; os algozes prendiam-n'os a postes, garrotavam primeiro os que pelo seu arrependimento ou pela escolha da lei em que queriam morrer haviam merecido esse favor, e no meio dos canticos sagrados e dos gritos de dôr dos pacientes, em presença da multidão curiosa, accendiam as fogueiras, onde se iam consumindo juntamente com as victimas vivas, as victimas garrotadas, as estatuas dos ausentes e os ossos dos mortos. Dos que compareciam nos autos da fé publicavam-se listas nominaes com designação da naturalidade, profissão, edade, estado, culpas. etc., e no dia seguinte ao da execução af fixavam-se na porta das egrejas os retratos das pessoas queimadas na vespera, com o seu nome por baixo e todas as outras indicações que se faziam nas listas Esta exposição fazia-se em Lisboa na egreja de S. Domingos, em Coimbra na de Santa Cruz, em Evora na de S. Francisco.

Insalde. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 634 hab. e 160 fog. Tem escola do sexo masculino. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada junto da serra da Boulhosa. Assenta n'um terreno montuoso, mas de facil accesso e de perspectiva agradavel. Os descendentes de Pedro Vieira da Silva Telles, de Lisboa, apresentavam o abbade, que tinha 330$000 réis de rendimento annual. N'esta freguezia ha vestigios de duas fortificações, uma em frente da outra. A do E, no sitio chamado Forninho de Ouro, diz-se que é obra dos moiros. Tinha grandes estradas subterraneas, que segundo a tradição iam ter ao ribeiro de Portozêllo, sendo a fortaleza para defender as minas de ouro que existiam ali. Pinho Leal, no *Portugal antigo e moderno*, volume III, pag. 394, diz que as taes *estradas subterraneas* é mais provavel que fôssem galerias de lavra d'aquelle metal, que vinham desembocar ao ribeiro, para ali ser lavado. A outra fortaleza, que a tradição diz ter sido obra dos christãos, era no sitio chamado *Insalde*, ou *Ensalde*. Consta que os christãos, depois d'uma encarniçada batalha, tomaram a fortaleza, e que os moiros fugiram para Arcos de Valle-de-Vez. No foral que el-rei D. Manuel deu a Paredes de Coura, em Lisboa, a 2 de junho de 1515, é comprehendida esta freguezia, com o nome de *Ensalde*. A terra é abundante de milho, centeio, algum trigo, batatas, lenha, matto e feno. Apparece tambem muita caça. Nos pincaros da serra da Boulhosa ha varios fortins, mas todos em ruinas. No logar chamado ainda *Torre Velha* existiu uma torre, de que já não ha vestigios. Em 1864 achou-se n'esta povoação, debaixo do muro do quintal do Casal de Cima, uma lapide sepulchral com uma inscripção em caracteres inintelligiveis, e sob ella um vaso de barro, muito bem conservado, cheio de ossos. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Inscripção. Letreiro ou legenda em monumento, campa, medalha, etc. (V. *Epigraphia)*. Bibliographia: *Inscripções romanas de Braga*, por Albano Bellino; Braga, 1895. *Inscripções de Diu trasladadas das proprias em janeiro de 1859*, por J. H. da Cunha Rivara, Nova Gôa, 1865. *Lapides romanas de Evora*, nos *Estudos Eborenses, Evora Romana*, pag. 20, por Gabriel Pereira, Evora, 1886. *Inscripções portuguezas*, por Luciano Cordeiro; Lisboa, 1895. *Inscripções inéditas*, pelo abbade de Tagilde, Oliveira Guimarães, na *Revista de Guimarães*, vol. XVII, 1900.

Insignia. Qualquer signal distinctivo de dignidade, de posto, de funcções ou de nobreza. Os brazões das familias nobres são insignias, por onde se distinguem dos plebeus, mostrando pelo escudo que seus antepassados adquiriram por honrosos feitos e sangue esclarecido, que d'elles herdaram. As insignias e divisas dos escudos, diz Villas Boas na *Nobiliarchia portugueza*, pag. 181 e seguintes, da edição de 1676, é de suppôr que fôssem inventadas por alguma das quatro seguintes causas, ou por todas ellas: A primeira, porque todo o cavalleiro se conhecesse na batalha pelo signal e divisa do seu escudo, e vendo-se em algum aperto ou trabalho, fôsse soccorrido e animado do seu capitão; e sabendo que pela divisa o conheciam, pelejasse obrigado de vergonha fazendo mais caso da honra que da vida. A segunda causa foi por memoria, lembrança, ou

reverencia de algum bom agouro, presagio, annuncio, prodigio, signal ou caso notavel, que succedeu aos primeiros autores, como a aguia de Jupiter, que conservam os imperadores, e a cruz, que trazem por armas muitas familias, a respeito de outra, que foi vista na batalha das Navas de Tolosa, em que os seus progenitores se encontraram. A terceira causa foi por significação e memoria de algum feito assignalado, em especial bellico, e façanha digna de lembrança, que em algum notavel caso, batalha, ou transe de armas passou. A quarta foi signal de nobreza e fidalguia, e porque os de tal linhagem, ou familia, fôssem conhecidas e assignaladas com aquellas divisas e insignias. (*V. Brazão*). A *Nobiliarchia portugueza* dá nota de antigas insignias usadas, dizendo-se que a primeira que existiu no mundo foi a Aguia de Jupiter, rei de Creta. Apresenta depois as seguintes: *Dois leões de ouro*, de Heitor Troiano; *Tres papagaios verdes*, de Josué; *Uma viola de ouro*, de David; *Um drago*, de Judas Machabeu; *Um rei assentado n'uma cadeira*, de Alexandre; *Tres corôas de ouro*, de Arthur. Assuero teve por insignia o annel com que Aman sellou as cartas e provisões em que se mandavam matar os hebreus, etc. Em Portugal, el-rei D. Manuel teve por insignia a esfera armillar, que D. João II lhe deu por empresa. O mesmo soberano D. João II trazia por divisa um pelicano ferindo-se no peito com o bico, e derramando sangue sobre os filhos, com esta letra: *Pola ley e pola grey*; o cardeal-rei D. Henrique tomou por divisa uma *nau á véla*, com esta letra: *Tuber et uber*. A'cêrca das divisas usadas pelos nossos monarchas, V. *Divisa*. Introduzidas assim as insignias e divisas no mundo, começaram a usar-se nas bandeiras e nos estandartes, que serviam nas batalhas e actos publicos da guerra e da justiça. Depois usaram-se nos escudos. D. Manuel foi o primeiro n'este reino, que poz em termos o uso das armas, e mandou ás côrtes de França e de Inglaterra saber o modo e costume, que aquelles monarchas praticavam, para com elles se conformar, e deu aos reis d'armas, arautos e passavantes um regimento para se regularem nos seus officios. D. Manuel foi tão zeloso da nobreza de seus vassallos, e de conservar a memoria das armas das familias de Portugal, que n'uma sala dos paços de Cintra mandou pintar muitos brazões, para o que deu ordem para se consultarem archivos, capellas e sepulturas, mandando tambem fazer um livro da mesma materia, que se guardava na Torre do Tombo. V. *Armorial*.

Inso *(Augusto Cesar Correia do)*. 1.º official aposentado da secretaria da Junta do Credito Publico. Nasceu em Alter do Chão a 22 de novembro de 1841. Cursou os lyceus, fez exames de Theologia no seminario de Santarem, e o curso de agronomia theorica e pratica no Instituto de Agronomia. Teve a primeira nomeação para a contadoria da Junta do Credito Publico em 1 de julho de 1871, e foi aposentado por decreto de 5 de dezembro de 1901. Escreveu: *Agronomia elementar ao alcance de todos os lavradores*; Lisboa, 1890. *Um passeio pelos Campos Elyseos*; Lisboa, 1897. *Guerra á guerra (Conferencias)*; Lisboa, 1904. Tem collaborado em varios jornaes da capital, no antigo *Correio da Manhã*, *Diario de Noticias*, etc.

Instituto. Titulo de algumas academias ou sociedades scientificas, artisticas ou litterarias; de alguns estabelecimentos de instrucção. Em diversas terras de Portugal encontram-se muitas instituições assim denominadas com maior ou menor importancia.

Instituto D. Affonso. Estabelecimento de instrucção e beneficencia destinado á educação gratuita de orphãs de officiaes do exercito e da armada e dos quadros ultramarinos, que tenham sido seus subscriptores. Em março de 1899 um grupo de officiaes lembrou-se da conveniencia de se organisar um collegio á similhança do Collegio Militar, para a educação das filhas dos officiaes. Nomeou-se uma commissão para dar começo aos trabalhos preparatorios. Alguns dias depois a commissão solicitou e obteve uma audiencia de sua magestade a rainha senhora D. Maria Pia e do senhor infante D. Affonso, a quem expoz os fins do futuro collegio, e com que meios contava para a sua installação e sustentação, pedindo á piedosa rainha a sua protecção para as pobres creancinhas, e ao sr. infante que acceitasse a presidencia d'uma grande commissão para estabelecer as bases do collegio. A idéa foi approvada pelos reaes personagens, que prometteram todo o seu valioso auxilio. O senhor infante D. Affonso quiz encarregar-se de solicitar tambem a protecção de el-rei senhor D. Carlos e da rainha senhora D. Amelia para a nova instituição, ao que suas magestades accederam da melhor vontade. Indo já muito adeantados os trabalhos, de que a imprensa periodica dava diariamente noticia, tratou se do local onde se deveria installar o novo estabelecimento de beneficencia, e ficou escolhido o edificio do antigo convento de Odivellas, que fôra completamente transformado. Alcançada do ministerio das obras publicas a cedencia do edificio, começaram as obras de adaptação que se tornavam necessarias, sob a direcção do engenheiro civil sr. Victor da Encarnação, que foi um poderoso auxiliar do instituto. O edificio tomou o titulo de Instituto D. Affonso. Compõe-se de tres pavimentos com perto de 100 divisões. No segundo pavimento está a habitação da regente, a qual consta de 4 compartimentos: sala, quarto de cama, gabinete e arrecadação; a disposição é tal que lhe permitte vigiar, facilmente, todos os serviços a seu cargo. A ajudante tem os seus aposentos no terceiro pavimento, e comprehendem tambem quatro divisões. Cada professora tem por habitação dois quartos no mesmo pavimento, e cada creada um quarto opposto aos das professoras. As camaratas ficam no segundo pavimento entre o claustro e a cêrca; são duas, tendo uma o comprimento de 19^m, 70 e a outra 16^m. Estão separadas entre si por um pateo de 3^m de largura, e cada uma dividida em duas partes por um tabique, no qual se abre um arco de grandes dimensões, que, por meio de cortinas separa, durante a noite, os grupos por edades, e permitte durante o dia o perfeito arejamento. Em cada uma das camaratas dorme uma professora em cama mais elevada por meio d'um estrado, e encoberta por um cortinado. Junto das camaratas estão as casas dependentes d'estas, destinadas á guarda das roupas e a estabelecer a communicação com outras construcções. Além das casas destinadas á lavagem, denominadas lavatorios, ha duas casas

de banhos situadas no primeiro pavimento. Uma d'ellas, destinada a banhos de immersão, tem 17^{m} de comprimento por 7^{m},4 de largura; a cada tina corresponde um compartimento, ficando estes dispostos em duas ordens contiguas de oito compartimentos, occupando a parte central da casa. A outra casa de banhos é de menores dimensões, e destinada a banhos medicinaes, de jacto e douches, quando aconselhados pelo medico. A cozinha e o refeitorio ficam no andar terreo, deitando para a cêrca. São casas espaçosas, cheias de luz e de ar. A cozinha tem annexas duas casas, uma para guarda de combustiveis e outra para a lavagem das louças, talheres, etc. No refeitorio vêem-se duas mesas de 11 metros de comprimento, ficando ainda bastante espaço para o serviço. E' illuminado por oito largas janellas. Junto ha uma casa para a guarda das louças, roupas, etc. Sem contar a grande cêrca do edificio, ha dois recreios; um ao ar livre e outro coberto, para quando chova ou haja muito sol. O primeiro tem a superficie de 555 metros q., o que é sufficiente para 120 meninas; está aqui estabelecido o gymnasio. Para o recreio coberto fôram destinadas a arcaria do claustro e uma sala que communica com o mesmo claustro e que tem a superficie de 122 m. q. Tem lavandaria especial, n'uma casa de grandes dimensões, onde ha tres tanques; como dependencia da lavandaria ha uma casa que serve de desinfecção de roupa dos doentes. No terceiro pavimento ficam duas aulas geraes ou salas de estudo; no segundo, deitando para o largo de D. Diniz, quatro aulas especiaes e a aula de desenho, e um pouco distante, a sala destinada ao ensino da musica. Todas as aulas são vistosamente illuminadas. Como o instituto não tem só em vista dar ás suas alumnas a instrucção litteraria, mas ainda, principalmente, uma instrucção profissional que as habilite a ganharem os meios de subsistencia, e n'esta instrucção estão incluidos diversos lavôres, côrte, confecção de vestidos e chapéos, fabrico de luvas, cartonagens, ensino de telegraphia, pharmacia, etc., forçoso era destinar á respectiva aprendizagem algumas salas que servissem de officinas, e ficaram estas estabelecidas no saguão do pavimento, na ala que fica entre os dois claustros. A antiga cozinha do convento foi destinada para a applicação á arte culinaria e principalmente ao fabrico de dôces. A venda dos artefactos constitue uma das receitas do instituto, e como é conveniente uma exposição permanente dos artigos confeccionados, destinou-se para esse fim o antigo refeitorio das freiras, sala muito interessante por conservar as antigas pinturas e azulejos. A enfermaria fica n'uma edificação isolada, proximo do extremo poente da ala da egreja e antigo côro. Como dependencias, mas separados por um corredor, ha o gabinete de consultas, a pharmacia e o quarto da enfermeira. A egreja é um vasto e magnifico templo, onde existem muitas preciosidades em marmores ricos e obras de talha. No corpo da egreja ha tres absides, formando a principal a capella mór, a do lado do Evangelho com o tumulo de D. Diniz, e a da Epistola com o de D. Maria Affonso. Entre as diversas capellas torna-se notavel pela belleza da cantaria, a denominada capella de D. Filippe. Na egreja ha tres tribunas onde, separadamente, pódem assistir aos actos religiosos as alumnas, mestras e creadas. Os officiaes que precisam assegurar a educação de suas filhas, para o caso do seu fallecimento, teem de subscrever nominalmente por cada uma com as quotas minimas mensaes: officiaes subalternos 200 réis; officiaes superiores 500 réis; officiaes generaes 1$000 réis.

Instituto Agricola de Lisboa. Foi estabelecido por decreto de 16 de dezembro de 1852, que creou o Instituto Geral de Agricultura. Este decreto foi mais tarde sanccionado pelo poder legislativo. Organisaram-se tres graus de ensino especial da agricultura: 1.º Ensino mechanico das operações ruraes, e rudimentos das doutrinas relativas a essas mesmas operações; 2.º Ensino theorico pratico dos processos agricolas; 3.º Ensino superior, no qual os principios da sciencia são apresentados com todo o desenvolvimento. A instrucção do 4.º grau era recebida nas quintas de ensino cultivadas por particulares; a do 2.º grau nas escolas regionaes; a do 3.º no Instituto Agricola de Lisboa. A idéa do governo, na creação d'este estabelecimento, foi o aperfeiçoar e desenvolver a agricultura pelo ensino, pelo exemplo e pela experiencia, sendo dada a instrucção doutrinal nas cadeiras da escola; a exemplar no campo destinado ás culturas aperfeiçoadas; a experimental no campo destinado aos ensaios e ás experiencias. D'esta arte a theoria da sciencia iria acompanhando os desenvolvimentos praticos da agricultura, dando assim logar a recolherem-se proveitosamente os fructos d'uma experiencia illustrada. O Instituto servia ao mesmo tempo de *Escola Regional;* os cursos ficaram estabelecidos: um para abegões, outro para lavradores e outro para agronomos. O conselho de aperfeiçoamento do Instituto Agricola compunha-se d'um director, dois lentes do mesmo instituto, nomeados pelo respectivo conselho, um lente da Escola Veterinaria, por ella nomeado; um socio da Academia Real das Sciencias, nomeado pela classe das sciencias naturaes; um vogal da secção de agricultura do conselho geral do commercio, agricultura e manufacturas, nomeado pelo ministro das obras publicas; e de dois lavradores de reconhecida instrucção, nomeados pelo mesmo ministro. Este conselho começaria a funccionar dois annos depois de estabelecido o Instituto. O governo foi autorisado para, durante as férias, empregar os professores do Instituto e das escolas regionaes não só na exploração agronomica do reino, mas em viagens a paizes estrangeiros, afim de visitarem os mais acreditados estabelecimentos agricolas. Em 15 de junho de 1853 foi decretado o regulamento para o Instituto Agricola e Escola Regional de Lisboa, que o conselho escolar do mesmo instituto fizera chegar á presença da rainha D. Maria II. Este regulamento ia acompanhando, passo a passo, as disposições do decreto de 16 de dezembro de 1852, e continha os seguintes titulos: 1.º Do curso escolar do Instituto Agricola; 2.º Dos exames; 3.º Dos premios; 4.º Do conselho escolar e do director; 5.º Da secretaria e do secretario; 6.º Da bibliotheca e do bibliothecario. Cada um d'estes titulos se sub dividia em capitulos, nos quaes eram regulados os respectivos assumptos com a necessaria individuação e clareza; de sorte que a execução das disposições do citado decreto era encaminhada com toda a se-

gurança nos diversos pontos em que este se occupava. A Escola Veterinaria foi annexada ao Instituto Agricola, continuando a funccionar como estava, emquanto não fôsse reformada. Os alumnos d'esta escola frequentariam no Instituto Agricola a Zootechnia e as outras disciplinas que fórmam o complemento do ensino recebido na mesma Escola Veterinaria; devendo os conselhos das duas escolas, para esse effeito entender-se ácêrca da elaboração dos respectivos programmas. Em 3 de novembro de 1853 foi celebrada a inauguração do Instituto Agricola e Escola Regional, sendo proferido o discurso d'abertura por José Maria Grande, que fôra nomeado director geral. Por decreto de 9 de dezembro de 1850, D. Maria II concedeu á Escola do Exercito o real palacio da Bemposta. Mais tarde ponderou o ministro das obras publicas ao da guerra que a quinta da Bemposta reunia as condições necessarias para n'ella se estabelecer o Instituto Agricola de Lisboa, dispensando-se tambem algumas salas do real palacio, para n'ellas se estabelecerem as respectivas aulas. Sendo assim, e convindo o ministro da guerra, sollicitou o ministro das obras publicas o indispensavel consentimento da soberana. D. Maria II annuiu que no palacio e quinta se pudessem reunir a Escola do Exercito e o Instituto Agricola, podendo os ministros de commum accôrdo, regular entre si a administração d'aquelles bens, sem que por isso se considerassem estes separados do dominio da Corôa, por serem do numero dos que, pela Carta Constitucional, artigo 85.º, fôram reservados para a rainha e seus successores. Esta deliberação da soberana ficou exarada no decreto de 8 de julho de 1853, expedido pela vedoria da Casa Real. Por decreto de 29 de dezembro de 1864 foi reorganisado o Instituto Agricola, que se converteu em Instituto Geral de Agricultura, entendendo o governo, em presença das providencias do referido decreto, que assim ficava habilitado este estabelecimento para preparar bons agronomos, silvicultores, engenheiros agricolas, e veterinarios. Em 8 de abril de 1869 decretou o governo algumas modificações no referido decreto de 29 de dezembro de 1864, taes como a suppressão de 13 empregos, creação d'um logar no Instituto e de dois na quinta regional de Cintra, suppressão da quinta regional de Evora, reducção de differentes verbas de despeza eventual, substituição das disposições decretadas sobre a creação das quintas especiaes de ensino agricola. O Instituto passou depois successivamente por modificações importantes, sendo a ultima reforma a de 10 de outubro de 1901. Hoje tem o titulo de Instituto Agronomia e Veterinaria, e está estabelecido na rua do Instituto Agricola. Comprehende 19; cadeiras e 4 cursos auxiliares: a 1.ª Botanica 2.ª Mechanica geral e suas applicações ás machinas agricolas e Topographia; 3.ª Hydraulica agricola, Construcções ruraes; 4.ª Physica agricola; 5.ª Chimica agricola e analyse; 6.ª Agricultura geral, Culturas arvenses; Horticultura; 7.ª Viticultura e arboricultura; 8.ª Silvicultura; 8.ª Nosologia vegetal; 10.ª Technologia agricola e florestal; 11.ª Zootechnia exterior, Hygiene pecuaria; 12.ª Economia, administração, legislação, e contabilidades ruraes e florestaes; 13.ª Anatomia descriptiva; Embryologia, Teratologia; 14.ª Histologia e physiologia comparada dos animaes; 15.ª Materia medica; Chimica medica geral, pharmacologia e pharmacia; 16.ª Pathologia geral e anatomia pathologica; 17.ª Pathologia especial interna; Therapeutica geral e clinica medica; 18.ª Pathologia externa; Medicina operatoria. Obstetricia; Chimica cirurgica; 19.ª Pathologia e clinica das doenças contagiosas; Direito veterinario. Os cursos auxiliares são: 1.º Mathematica e desenho; 2.º Chimica geral; 3.º Zoologia; 4.º Microscopia. O Instituto habilita veterinarios, agronomos e silvicultores. Para estes dois ultimos o curso consta de quatro annos no Instituto e um anno de pratica que, para os primeiros se passa na escola Moraes Soares, e para os segundos na matta de Leiria.

Instituto Bacteriologico «Camara Pestana» *(Real).* Pela iniciativa do dr. Camara Pestana, o desditoso medico que falleceu victima da sua dedicação pela sciencia, se fundou o Instituto Bacteriologico de Lisboa, por decreto de 29 de dezembro de 1892, aproveitando se para a sua installação um pavilhão annexo ao hospital de S. José, que o referido medico escolhera para proceder aos seus estudos sobre as aguas, para o desenvolvimento da vaccina da raiva, do tratamento do croup, etc. (V. *Camara Pestana).* Pelo decreto de 9 de março de 1895 ficou aquelle estabelecimento destinado ás vaccinações anti-rabicas; preparação do soro anti-toxico para o tratamento da diphteria, tetano ou outra doença a que tratamento semelhante venha a ser applicado; á fabricação de vaccinas animaes; ao estudo de todas as doenças infecto-contagiosas, que mais communmente reinam no nosso paiz; a praticar analyses bacterioscopicas e ao ensino da bacteriologia. Mais tarde procedeu-se á construcção de um edificio proprio, sendo aproveitado o antigo convento de Sant'Anna, tomando então o Instituto o nome do fallecido medico. Começaram as obras em 1898; havia sido elaborado o projecto pelo engenheiro, então director dos edificios publicos, o sr. Pedro Romano Folque, e pelo conductor-chefe da secção dos edificios publicos, o sr. J. P. Xavier da Silva, que tinham ido a Paris estudar os mais recentes aperfeiçoamentos da construcção d'estes edificios especiaes, visitando n'aquella cidade o Instituto Pasteur e outros hospitaes. Tendo depois o sr. engenheiro Pedro Folque deixado o logar de director dos edificios publicos, ficaram a cargo do sr. Xavier da Silva todos os detalhes e direcção dos trabalhos. O Real Instituto concluiu-se em 1900. Compõe-se dos seguintes edificios: laboratorio, hospital de diphteria, hospital da raiva, canil, capella, e casa de habitação do director e sub-director, a qual é composta de tres andares e rez-do-chão. Sua magestade a rainha senhora D. Amelia tornou-se desvelada protectora d'este instituto, que visita amiudadas vezes; offereceu-lhe 18 burros, 8 macacos, cães, cobaias, ratos brancos, para as experiencias de inoculação; e para que não haja falta de coelhos para estudo, a mesma soberana senhora mandou construir no Alfeite coelheiras especiaes, para serviço d'aquelle estabelecimento. O laboratorio é feito nos modelos mais aperfeiçoados n'este genero de construcções; a sua ventilação, com entradas e saidas d'ar, está magnificamente distribuida por meio de chaminés; as paredes são feitas de maneira a poderem ser desinfectadas, com um inducto especial que lhes

dá um brilhantismo de aço polido; as portas não teem uma unica aresta, um unico friso; são d'uma extrema simplicidade, não destituida de elegancia. Ha laboratorios especiaes para estudo, ao lado dos gabinetes do director e sub-director, além do laboratorio geral e de outro para os alumnos N'essas installações a agua vem para os lavatorios por meio de pedaes, havendo ao lado de cada um, um calorifero, que póde n'um instante aquecer a agua á temperatura que se deseje. As mesas são todas em *pitch-pine* com torneiras apropriadas para gaz e agua. Por baixo de cada uma d'ellas ha canalisações que vão directamente a poços especiaes situados fóra do edificio, onde vão dar todos os outros canos, que fórmam uma complicada rede. O ródapé é todo feito com as arestas quebradas, redondas, para evitar que os microbios se accumulem nas juntas; todo o edificio é illuminado a luz electrica. Ha a sala de bibliotheca, tendo contiguo um gabinete de leitura, galeria photographica, ampla e magnificamente illuminada, sala de visitas, casa para arrecadação de instrumentos e aula de projecções. A cavallariça é toda de ferro e pedra, tendo apenas as baias em madeira; e como estas se tiram para se lavar, póde á vontade lançar-se o fogo a tudo para desinfectar, em caso de epidemia que se dê nos animaes que estejam ali para estudo. Todas as divisões interiores do edificio são construidas de tijolo, abstraindo-se completamente de tabiques e frontaes de madeira. Os pavimentos são construidos com vigamento de ferro e abobadilhas, e revestidos os pisos de ladrilho mosaico. As paredes, interiormente, são revestidas de massa de vidraceiro, estendida com espatulas apropriadas, e sobre esse revestimento ha uma camada de um inducto especial que apresenta uma superficie perfeitamente lisa. Todos os cantos, bem como as ligações dos tectos com as paredes e os ródapés, são boleados, com o fim de facilitar a limpeza e evitar quaesquer reentrancias, susceptiveis de permittir a adherencia de microbios. Os corredores são todos pintados a oleo e guarnecidos de rodapés de magnifico azulejo francez, de um aspecto magnifico e apropriados a uma limpeza facil. A consulta no Instituto é gratuita para os doentes pobres, que pretendam ser admittidos nas enfermarias, ou simplesmente necessitem o beneficio das prescripções medicas. Ha duas enfermarias: a de serviço antidiphterico e a de serviço anti-rabico.

Instituto Central de Hygiene. Foi creado em Lisboa em 1902. Tem por fim ministrar a instrucção especial e technica, e conferir o tirocinio profissional pratico necessario como habilitação aos logares de medicos e engenheiros do corpo de saude publica; promover trabalhos de hygiene pratica; vulgarisar as conquistas da hygiene e propagar a adopção dos seus processos e doutrinas, por meio de conferencias de divulgação e da exposição permanente de especimens, modelos, instrumentos graphicos, sobre tudo quanto possa interessar á saude publica; proceder ás analyses e investigações laboratoriaes exigidas pelas inspecções sanitarias, especialmente de generos alimenticios, etc. Os cursos professados são os de medicina sanitaria e engenharia sanitaria. O de medicina sanitaria comprehende 12 cadeiras: 1.ª Legislação e Direito sanitarios; 2.ª Demographia e estatistica sanitaria; 3.ª Meteorologia e climas; 4.ª Chimica sanitaria; 5.ª Carnes; Zoonoses transmissiveis; 6.ª Epidemiologia geral — Bacteriologia; 7.ª Desinfecção; 8.ª Hygiene industrial; 9.ª Pratica sanitaria official; 10.ª Sanidade maritima; 11.ª Hygiene — Hygiene infantil e escolar; 12.ª Salubridade. O curso de engenharia sanitaria abrange as disciplinas da 12.ª cadeira, e no todo ou em parte as disciplinas das 1.ª, 2.ª, 3.ª, 7.ª, 8.ª e 11.ª. Estes cursos abrem em principios de novembro e fecham em fins de abril. O instituto e o laboratorio estão installados na rua da Cruz de Santa Apolonia.

Instituto de Coimbra. Corporação scientifica fundada em 3 de janeiro de 1852, tendo por fim a cultura das sciencias, das letras e das bellas-artes. Para realisar este importante proposito creou uma bibliotheca, um gabinete de leitura, e tem celebrado conferencias sobre importantes assumptos scientificos, litterarios e artisticos. Tem publicado um jornal, com o titulo de *Instituto*, cujo primeiro numero saiu em 15 de março do referido anno de 1852. São quatro as categorias dos socios: honorarios, effectivos, correspondentes nacionaes, correspondentes estrangeiros, todos sem numero fixo. São tres as classes de assumptos em que se occupa: Sciencias moraes e sociaes; sciencias physico-mathematicas e litteratura, bellas-artes e artes. Os estatutos da nova sociedade fôram approvados em 30 de abril de 1860, e em novembro d'este anno a direcção do Instituto entre outras resoluções decidiu mandar imprimir os estatutos juntamente com o decreto que os approvou, e regulamentos que acabavam de ser discutidos e approvados; que se agradecesse ao conde de Lavradio, socio honorario, a offerta de dois mappas das costas occidental e oriental da Africa, que manifestam a prioridade dos descobrimentos dos portuguezes; que se remettesse o jornal *O Instituto* á Academia Real das Sciencias de Lisboa, ás Escolas Polytechnicas, ás Escolas Medico-Cirurgicas, e tambem á Academia Real da Historia, de Madrid, Universidade e Collegio de Santo Isidro; que se officiasse ao reitor da Universidade de Coimbra com um exemplar dos estatutos e regulamentos, pedindo-lhe que fizesse constar aos conselhos das faculdades, que a redacção do *Instituto* receberia, com reconhecimento, quaesquer noticias ácêrca do movimento, necessidades e melhoramentos da Universidade, e de seus estabelecimentos, afim de lhes dar publicidade. Nos fins do anno de 1861 recebeu o Instituto um exemplar das *Lendas da India*, de Gaspar Correia, 4 volumes, 1858-1861, offerecido pela Academia Real das Sciencias de Lisboa. Em 1868 o vice-reitor da Universidade remetteu ao governo as petições da direcção do Instituto, solicitando que lhe fôsse concedido estabelecer a sua sociedade nas salas do Collegio dos Paulistas, onde estavam os livros do deposito para a Bibliotheca da Universidade, offerecendo ceder as tres saletas que occupava no edificio do antigo Collegio de S. Paulo para n'ellas serem collocados os ditos livros, até se poder verificar a sua remoção para a Bibliotheca, assim como a fazer a despeza necessaria com a transferencia requerida. O governo annuiu á pretenção do Instituto pela portaria de 15 de julho do referido anno de 1868. Nas salas baixas do edificio do Instituto organisou-se

um museu de antiguidades, que tem muios objeetos dignos de exame, constituindo alguns d'elles interessantes subsidios para a historia de Coimbra. Devidamente classificados, encontram-se ali objectos da epoca prehistorica, romana, gothica, arabe e portugueza, taes como: machados de pedra, de bronze, facas de silex, vasos de barro, inscripções lapidares, milliarias, mortuarias; fragmentos de mosaico; estatuas, capiteis, azulejos; moedas, medalhas; pergaminhos, autographos curiosos entre elles um de D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, arcebispo de Braga, etc. A corporação do Instituto de Coimbra tambem commemorou em 1880 o tri-centenario de Camões, dando um sarau litterario. Realisou-se na noite de 10 de junho na sala grande dos actos, bem conhecida pela denominação de *Sala dos Capellos,* e que foi cedida pela Universidade por graça especial. A concorrencia foi enorme, contando-se só de senhoras mais de 300. Os discursos que se proferiram e as poesias, que se recitaram, publicaram-se no jornal do *Instituto*, vol. xxvii, de maio e junho.

Instituto Industrial de Lisboa. Foi fundado por decreto de 30 de dezembro de 1852, creando o ensino industrial, propriamente dito. O decreto generalisou-o para todas as artes e officios, sendo os methodos essencialmente de applicação. Dividiu-se o ensino em elementar, secundario e complementar. O ensino elementar, em duas cadeiras, comprehendia arithmetica elementar, primeiras noções d'algebra, geometria elementar, desenho linear e de ornatos industriaes. Ensino secundario, em 3 cadeiras: Elementos de geometria descriptiva applicada ás artes; noções elementares de physica e chimica, desenho de modelos e machinas, 1.ª parte. Ensino complementar, em quatro cadeiras: Mechanica industrial, chimica applicada ás artes, economia e legislação industrial, desenho de modelos e machinas. Trabalho das officinas: o trabalho physico em relação á industria, distribuia-se pelas officinas de: 1.º forjar; 2.º fundir e moldar; 3.º serrelharia e ajustamento; 4.º tornear e modelar; 5.º manipulações chimicas. O ensino industrial constituia os seguintes cursos, de que se passavam as respectivas cartas: de operario habilitado, de official mechanico, de official chimico, de official forjador, de official fundidor, de official serralheiro ajustador, de official torneiro modelador, de mestre mechanico, de mestre chimico, de director mechanico, de director chimico, curso geral. O ensino industrial, nos termos do decreto, deveria ser professado em Lisboa e Porto; na primeira d'estas cidades estabeleceu o *Instituto Industrial*, e no Porto a *Escola Industrial.* O Instituto Industrial comprehendia o ensino dos tres graus de instrucção, o museu de industria, a bibliotheca industrial e o trabalho nas officinas. Pelo decreto de 4 de agosto de 1853 foi nomeado director interino do Instituto o professor da Academia Polytechnica do Porto, José Victorino Damasio, sendo tambem professor da 6.ª cadeira do Instituto. Conservou-se na direcção até 6 de outubro de 1859, e prestou os mais relevantes serviços. Em 31 de março de 1855 foi ordenado ao director do Instituto Industrial de Lisboa que propuzesse 10 artistas, 5 de Lisboa e 5 do Porto, para visitarem a exposição universal de Paris, com o fim de examinarem os aperfeiçoamentos de que pudessem carecer as artes e officios, que mais proveitosamente se exerciam em Portugal. No fim do referido anno em officio de 28 de dezembro, dizia ao governo José Victorino Damasio, que estavam matriculados 600 alumnos, sendo 433 artifices e 167 não artifices. N'este numero, porém, estavam 129 matriculados como estudantes, de 12 a 15 annos de edade, quasi todos filhos de artistas, e que se destinavam a seguir alguma arte ou officio. Ponderava tambem a necessidade de alargar o edificio do Instituto, assim na parte escolar, como na fabril. Pelo decreto de 20 de dezembro de 1864 foi reformado, no Instituto e na Escola do Porto, o ensino industrial, estendendo-se esse ensino a outras terras do reino, que por sua importancia fabril carecessem de taes escolas; mas esta ultima disposição do decreto nunca chegou a ter execução. Este decreto autorisava o governo para estabelecer internatos nos institutos No de Lisboa chegou a haver internato, mas em 1866 cessou tal instituição, por entender o governo que as despezas respectivas não eram compensadas por vantagens reaes. O mesmo decreto creou o Museu Technologico do Instituto Industrial de Lisboa, que só veiu a ser inaugurado em 1867. Pelo decreto de 30 de dezembro de 1869 passou o instituto a denominar-se *Instituto Industrial e Commercial de Lisboa*, estabelecendo-se ali o ensino commercial, que até então era professado junto do lyceu. El-rei D. Pedro V, por decreto de 31 de janeiro de 1857, expedido pela vedoria da Casa Real, mandou applicar 10:000$000 réis, deduzidos da sua dotação do anno economico de 1857-1858, *para enriquecer as collecções do Instituto Industrial de Lisboa.* Em 18 de fevereiro de 1857 elaborou o conselho de obras publicas e minas uma *consulta sobre as doutrinas de telegraphia electrica*, que deviam ser professadas no Instituto Industrial de Lisboa. Pela portaria de 20 de agosto de 1864 foi nomeada uma commissão para formular um projecto de reorganisação do ensino industrial em Portugal, e pelo decreto de 20 de dezembro foi effectivamente reorganisado. O decreto de 30 de setembro de 1879 creou no Instituto tres novas cadeiras: Mineralogia e geologia applicadas, e elementos de geographia physica ; arte de minas, metallurgia e principios de legislação mineira portugueza; Principios de chimica e physica, e introducção á historia natural dos tres reinos. O decreto de 1 de outubro de 1880 determinou que ficassem comprehendidas no curso completo do commercio as seguintes disciplinas: Physica geral e suas applicações; chimica applicada ás artes; principios de economia politica e industrial, e estatistica commercial. Ultimamente o Instituto tem sido reformado pelos decretos de 25 de outubro de 1893, 30 de junho de 1898 e 9 de julho de 1903 conservando-se hoje os cursos seguintes: curso superior industrial e curso superior do commercio, curso de artes chimicas, de electrotechnia, machinas, de construcções civis e obras publicas de minas, de telegraphos, e curso secundario do commercio. O Instituto continua funcionando no seu antigo edificio da rua da Boa Vista. A Escola do Porto tambem tem a denominação de Instituto Industrial, desde o anno de 1894.

Instituto Maynense. O padre mestre fr. José Mayne (V. *este appelido*), religioso da ordem de

S. Francisco, applicou em sua vida algumas propriedades de dinheiro, provenientes de seus ordenados para o accrescentamento e manutenção da livraria do convento de N. S.ª de Jesus, para a creação e estabelecimento de um museu e gabinete de medalhas e pinturas, e para as despezas de uma cadeira de historia natural, applicada á demonstração dos attributos de Deus. Pela portaria de 23 de outubro de 1834 foi commemorado o admiravel, e verdadeiramente nobre e illustrado rasgo de generosidade de fr. José Mayne. Por essa mesma portaria fôram commettidas á Academia Real das Sciencias de Lisboa a administração e direcção dos indicados estabelecimentos e das propriedades e dinheiros applicados á manutenção dos mesmos. A referida portaria diz o seguinte: «Sendo presente a S. M. a Rainha, em representação da Academia Real das Sciencias de Lisboa, que o Padre Mestre Fr. José Mayne, Religioso da ordem de S. Francisco, applicara em sua vida, etc., nomeando a Academia Real das Sciencias para administradora e directora dos referidos estabelecimentos e suas rendas, como constava da instituição que fôra approvada por autoridade pontificia e régia, e mandada communicar á Academia por aviso de 24 de dezembro de 1792 com o inventario do Museu e Gabinete: Pedindo que houvesse S. M. por bem, á vista do exposto, mandar-lhe entregar a guarda, uso e administração dos ditos estabelecimentos, e a bibliotheca d'aquelle extincto convento, por ser já em parte a elles pertencentes, e porque, unindo-se á da Academia, se formará de ambas uma só, publica e patente a todos os estudiosos com manifesta utilidade das sciencias, e da instrucção geral dos portuguezes: Ha S. M. por bem deferir á supplica da Academia, committendo-lhe a direcção e administração dos mencionados estabelecimentos, e das propriedades, e dinheiros applicados á sua manutenção, tudo na fórma da instituição: E lhe concede outrosim a guarda, uso e administração da livraria do extincto convento de Jesus, para que unida á que a Academia já possue, bem como o Museu, sejam franqueadas ao publico em beneficio das sciencias e das letras. E ordena S. M. que de tudo se faça entrega á Academia por inventarios authenticos, e separados, que serão remettidos por copia á Secretaria de Estado dos Negocios do Reino; e bem assim que a Academia cumpra mui exactamente a vontade do douto, e pio instituidor, segundo o que ficou ordenado na primitiva instituição. Palacio das Necessidades, etc.» A Academia apreciava muito o legado do generoso franciscano. Mais tarde, n'uma sessão publica e solemne realisada a 19 de novembro de 1855, se disse: «Entre os estabelecimentos que a Academia administra actualmente é o Instituto Maynense um dos que mais se recommendam pela sua utilidade e pelos serviços que presta ao ensino elementar das sciencias physicas e naturaes. O curso de introducção á historia natural, que n'aquelle instituto se professa, recebeu pela novissima legislação uma importancia, que reclamava novos desenvolvimentos na instrucção e mais largos meios praticos de ensino. Exigido como doutrina preparatoria para a admissão nos estabelecimentos de ensino superior, o curso de introducção á historia natural tem sido n'estes dois ultimos annos frequentado por numerosos alumnos que se destinam ás escolas superiores da capital. Era necessario edificar um novo amphitheatro, onde pudéssem caber commodamente os discipulos que iam affluindo em grande quantidade. A Academia resolveu pedir ao governo que houvesse de auxilial-a n'esta indispensavel construcção, e deferiudo o governo justamente ao pedido da Academia, pôde levantar o amphitheatro, onde já desde o passado anno lectivo se professa o curso de introducção á historia natural.» A legislação novissima aqui citada, é a carta de lei de 12 de agosto de 1854, pela qual foi supprimido o curso de introducção á historia natural dos tres reinos, que então se fazia na Escola Polytechnica, ficando substituido pelo correspondente do Instituto Maynense na Academia Real das Sciencias.

Instituto de Ophthalmologia de Lisboa. Hospital creado em Lisboa sob a direcção do sr. dr. Gama Pinto, onde se instituiu um curso theorico e pratico de pathologia e clinica ophthalmologica. Os doentes pobres são recebidos e tratados gratuitamente logo que próvem a sua pobreza pelos competentes attestados.

Instituto Portuguez de S. Antonio em Roma. Este estabelecimento foi denominado até ao anno de 1871 *Real Egreja e Casa de Santo Antonio dos Portuguezes em Roma*. Uma commissão, creada em 2 de agosto do referido anno, procedeu a averiguações historicas ácêrca do primitivo instituto, e elaborou um projecto de nova organisação, que superiormente foi approvado e convertido no decreto de 14 de dezembro tambem de 1871, contendo os *Estatutos do Instituto Portuguez de Santo Antonio de Roma*. No relatorio que precede o decreto, lêem-se as seguintes noticias historicas: O primitivo instituto foi fundado por uma nobre dama de Lisboa, D. Guiomar, nos fins do seculo XIV, sendo depois transferido e augmentado pelos dois cardeaes portuguezes, D. Antão de Chaves e D. Jorge da Costa, e successivamente dotado pela piedade de diversos testadores. Tinha por fim attender ás funcções do culto em egreja de portuguezes, e procurar soccorros aos compatriotas que em Roma estivessem em estado de desvalimento ou de doença. Os primeiros estatutos datam de 1486, aos quaes se seguiram os de 1593, 1640 e 1683, sendo os d'este ultimo anno os que regularam o estabelecimento até á data da transformação operada pelo citado decreto de dezembro de 1871. Nos termos dos actuaes estatutos, tem o instituto por fim exclusivo: obras de piedade, de beneficencia, e de auxilio para instrucção, sómente para cidadãos portuguezes ou de origem portugueza. A commissão administradora é encarregada da administração externa do instituto, e composta de tres membros: presidente, o secretario da missão, ou o addido que suas vezes fizer; e de dois portuguezes residentes em Roma reconhecidamente probos e independentes. A administração interna pertence a um sacerdote de reconhecido merito, com o titulo de reitor, nomeado pelo governo. O fallecido escriptor D. Antonio da Costa tem um trabalho sobre este assumpto, intitulado: *Um estabelecimento portuguez em Roma*.

Instituto de Soccorros a Naufragos *(Real)*. Creado por carta de lei de 21 de abril de 1892, e reorganisado por decreto de 18 de junho de

1901, regulamento de 7 de maio de 1903. O seu fim é prestar soccorros ás pessoas que naufragarem nas costas de Portugal e das ilhas adjacentes, propagar os principios e processos tendentes a salvar a vida dos navegantes em perigo, e estudar as causas dos sinistros maritimos, bem como as medidas a pôr em pratica para lhes restringir o numero. A direcção e administração do Instituto são confiadas a uma commissão central em Lisboa, a commissões departamentaes no Porto, Faro, Funchal e Angra do Heroismo, e commissões locaes nos outros pontos do continente e ilhas. Da commissão central em Lisboa é presidente S. M. a rainha senhora D. Amelia, e vice-presidente o ministro da marinha; da commissão do Porto, tambem a mesma augusta soberana é presidente, e vice-presidente o prelado da diocese; em Faro, Funchal e Angra do Heroismo, preside o bispo da diocese e o governador civil.

Instituto dos Surdos-Mudos e Cegos. No ensino dos surdos-mudos cabe grande gloria a Portugal por ter sido o israelita portuguez Jacob Rodrigues Pereira (V. *este nome)*, nascido em Peniche a 11 de abril de 1715, quem inventou o alphabeto manual, que depois foi aperfeiçoado pelo padre de l'Epée, e constitue a base do moderno ensino dos surdos-mudos. O padre de L'Epée publicou em 1776 a obra intitulada: *Institution des Sourds et Muets*, que mais tarde reimprimiu, já melhorada, com o titulo de: *La veritable manière d'instruire les sourds et muets, confirmée par une longue experience.* Não foi, comtudo, em Portugal que Jacob Rodrigues Pereira deu mostras do seu grande talento, e se dedicou ao estudo relativo á instrucção dos surdos-mudos. Em França, para onde se retirára a sua familia, fugindo ás perseguições do Santo Officio, brilhou elle grandemente, apresentando á Academia de Caen, e depois á Academia das Sciencias de Paris, sob a protecção de Buffon, o seu primeiro discipulo. A sabia corporação parisiense lhe teceu os mais enthusiasticos elogios, como que admirada dos resultados que Pereira alcançára. Tambem Luiz XV quiz vêr o illustre portuguez e o fructo do seu trabalho, e vivamente impressionado lhe concedeu uma pensão de 800 libras. A Sociedade Real de Londres lhe conferiu o diploma de socio. Pereira foi depois nomeado interprete régio das linguas portugueza e hespanhola, e continuou a receber testemunhos de estima e consideração, até a morte o arrebatar, em 15 de setembro de 1780. Jacob Rodrigues Pereira deixou em França tão gratas recordações que na exposição universal de Paris, do anno de 1867, apresentou um esculptor francez de bom nome, mr. Chatrousse, um baixo relevo representando Pereira no acto de ensinar os surdos-mudos. No fundo da gravura lê-se o seguinte:

A JACOB RODRIGUES PÉREIRE,
PREMIER INSTITUTEUR DES SOURDS ET MUETS
EN FRANCE. 1734-1780.

Além d'uma *Memoria* lida na Academia das Sciencias de 11 de junho de 1749, que saiu publicada no *Mercurio* de agosto do mesmo anno, apresentou á mesma Academia, em 1762 *Observations sur les sourds-muets*, que sairam no *Recueil des savants étrangérs*, tomo V, 1769. O nome de Jacob Rodrigues Pereira é muito conhecido entre os estrangeiros. D'elle fazem menção honrosa, dando noticia dos seus trabalhos scientificos o *Nouveau Dictionnaire Historique*, de Chaudon, tomo IX da edição de 1804, a pag. 407; a *Biographie Universelle* publicada por Michaud, tomo XXXIII, Paris, 1823; o *Dictionnaire général de Biographie et d'Histoire*, de Dezobry & Bachelet, Paris, 1857, tomo II, pag. 2074; *Magazin pittoresque* (1867, XXXV anno), a pag. 280; *Larousse*, no seu *Dictionnaire*, tomo XII, pag. 597, etc. Em Paris publicou-se tambem em 1847 o seguinte livro: *Jacob Rodrigues Pereira, premier instituteur des sourds et muets en France* (1744 1780), *pensionnaire et interprete du roi, membre de la societé royale de Londres*, etc. — *Notice sur sa vie et ses travaux, et analyse raisonnée de sa methode, par Edouard Sequin; précédées de l'eloge de cette methode par Buffon.* Em Portugal foi fundado o Instituto dos Surdos-Mudos e Cegos em 1823 por D. João VI, que do seu bolsinho forneceu os recursos necessarios. Estabeleceu-se no palacio e quinta do conde de Mesquitella, no sitio da Luz, junto ao collegio militar, sob a protecção da infanta D. Izabel Maria. Para o estabelecimento e direcção d'esta escola ou instituto, mandou D. João VI vir da Suecia um director e mestres, ficando na dependencia da administração da Casa Pia. Por esta repartição fôram estabelecidos os ordenados de Pedro Aron Borg, cavalheiro sueco, director do Instituto dos Surdos-Mudos e Cegos de Stockolmo, e bem assim de João Hermano Borg, irmão d'aquelle e seu ajudante, e dos mais empregados escolhidos pelo administrador da referida Casa Pia. No principio de março de 1824 começou a admissão dos alumnos e dos mestres. Infelizmente o cavalheiro Borg teve logo motivos de desgosto da parte da administração da Casa Pia, que o obrigaram a dirigir-se ao governo, pedindo, ou a independencia do instituto, ou passaporte para voltar á Suecia. O governo decretou a independencia do Instituto, arbitrou a dotação annual de 4:800$000 réis, pagos pela repartição do Thesouro Publico, para sustentar um estabelecimento, destinado a aliment r, vestir e educar 12 alumnos, sendo 8 meninos e 4 meninas. Ao director ficava pertencendo toda a administração litteraria e economica do Instituto, sendo commettida a fiscalisação da mesma ao conselheiro Jacob Frederico Furtado Pereira de Azambuja. Passado tempo apresentou-se ao cavalheiro Borg José Chrispim da Cunha (V. *este nome)* que foi recebido como discipulo do diretor. Cunha instruiu-se e formou se n'aquella especialidade de ensino; foi depois repetidor e terceiro professor sob a direcção de Pedro Aron Borg, e ajudante do segundo professor, sob a direcção do successor d'aquelle, João Hermano Borg. Em 13 de janeiro de 1825 foi o estabelecimento visitado pelo ministro do reino, o marquez e mais tarde duque de Palmella, a cuja influencia e desvellos devia a sua existencia aquella caritativa instituição. Tendo decorrido apenas nove mezes de ensino, Borg apresentou dois alumnos a D. João VI e á infanta protectora D. Izabel Maria. A apresentação realisou-se em Mafra, a 22 de outubro de 1825, onde então estava a côrte. Relatando este facto, lia-se na *Ga-*

zeta de Lisboa que os dois alumnos, 1 de 12 annos e outro de 10, deram provas dos progressos que tinham feito no desenvolvimento de suas faculdades intellectuaes, expressando por escripto muito correctamente os objectos que lhes mostravam, articulando os seus nomes, copiando o que o professor lhes dictava, executando as funcções que lhes prescreviam por escripto, resolvendo varios exemplos de arithmetica, etc. A *Gazeta de Lisboa* elogiava o zelo de cavalheiro Borg e dos dois professores que o auxiliavam, o irmão d'aquelle, João Hermano Borg, e o repetidor José Chrispim da Cunha. A' infanta D. Izabel Maria fôram offerecidos dois hymnos que o cavalheiro Borg compozera em sueco, e em verso portuguez fôram traduzidos por Belchior Manuel Curvo Semmedo Torres. No dia 2 de julho de 1829 foi o director, então João Hermano Borg, com os alumnos d'ambos os sexos, surdos-mudos e um cego, á presença do infante D. Miguel, no palacio da Bemposta. No dia 26 de outubro de 1830 houve um exame solemne de alumnos e alumnas. O referido director, depois de fazer uma succinta exposição dos principios da arte de instruir os surdos-mudos, deu conhecimento da instrucção das meninas em um grande numero de palavras que ellas escreveram perfeitamente, mostrando tambem que sabiam já as declinações dos nomes, as conjugações dos verbos, o uso dos adjectivos e pronomes, e entravam na intelligencia das palavras abstractas. Executaram egualmente as quatro operações da arithmetica, etc. Aos alumnos fez exame o ajudante e segundo professor José Chrispim da Cunha. Praticaram todas as operações da arithmetica até aos numeros quebrados; deram tambem provas de conhecimento das noções grammaticaes. Um dos alumnos mostrou-se muito habil no jogo de florete, e bem assim no commando, por signaes, de diversas evoluções militares. Fôram visitadas as officinas, merecendo particular attenção a aula de desenho. A *Gazeta de Lisboa*, de 10 de novembro de 1830, dizia: «Os maravilhosos progressos da instrucção dos meninos surdos mudos e cegos em Portugal, em tão poucos annos, elevam este Instituto a par dos primeiros da Europa, e ao numero d'aquelles estabelecimentos que mais credores são do patrocinio dos soberanos, e das bençãos da humanidade.» Na regencia de D. Pedro IV, tomou José Chrispim da Cunha conta do Instituto, como director e principal professor. Pedia-se que o governo désse animação a este estabelecimento, mas entendia-se que não devia pesar inteiramente sobre aquelle a despeza, mas sim sobre associações particulares, á maneira do que succedia em Inglaterra. Pedia se tambem a José Chrispim da Cunha que celebrasse uma sessão periodica, á qual fôssem convidados homens entendidos, no intuito de tornar bem conhecido o instituto, e estimular a beneficencia publica. José da Silva Carvalho, ministro dos negocios ecclesiasticos e da justiça, procurou ao Instituto uma grande vantagem, qual foi a de dar-lhe accommodação no edificio do seminario de musica, no largo d'Ajuda. Era um beneficio que collocava o estabelecimento em boas condições, dando occasião a que não pagasse renda de casa. Pelo decreto de 15 de fevereiro de 1831 foi o Instituto incorporado na Casa Pia.

Instituto Ultramarino. Foi fundado a 11 de janeiro de 1891, em Lisboa, sob a protecção de S. M. a rainha senhora D. Amelia. E' destinado a soccorrer as familias dos officiaes e praças da armada e dos exercitos do continente e das provincias ultramarinas, e ás dos funccionarios civis d'essas provincias que ficarem desprovidas de meios de subsistencia sufficientes e proporcionados á sua situação social, por terem os seus chefes fallecido em serviço de Estado ou por motivo d'esse serviço nos territorios portuguezes da Africa, Asia e Oceania. A protecção e o soccorro d'este instituto tornam-se effectivos, entre outros, pelos seguintes meios: pensões domiciliarias, vitalicias ou temporarias, para alimentação e outras despezas da vida; pensões para educação de filhos ou irmãos menores; educação gratuita n'um estabelecimento de ensino a cargo do instituto ou em escola publica ou particular; alojamento e alimentação em estabelecimentos proprios do instituto; auxilio para obter meios de subsistencia pelo trabalho.

Instituto Vaccinico. A primeira instituição vaccinica que existiu em Portugal, foi devida á iniciativa do dr. Bernardino Antonio Gomes, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, auxiliado pelos seus consocios, os medicos Francisco Soares Franco, Francisco de Mello Franco e José Martins da Cunha; aggregando se a convite da Academia, José Maria Soares, José Pinheiro de Freitas, José Feliciano de Castilho e Francisco Elias Rodrigues. A fundação é datada de 7 de junho de 1812, e ficou annexa á Academia. (V. *Gomes, Bernardino Antonio*). Todos se applicaram dedicadamente ao desempenho d'esta nobre missão, que era do maior interesse da humanidade. O intendente geral da policia prestou-se a tudo quanto a Academia lhe pediu com referencia á vaccinação dos orphãos da Casa Pia, e ao local em que os membros da instituição haviam de fazer as suas observações. A correspondencia com os facultativos, autoridades, e particulares das diversas localidades das provincias era realmente penosa para a instituição e para os correspondentes. Pediu-se ao governo o possivel remedio, e não tardou este a ser applicado, pelo aviso de 10 de outubro do mesmo anno de 1812, em que se lê o seguinte: «O principe regente N. S., á vista da informação de V. m. de 2 do corrente sobre a pretenção do guarda-mór dos estabelecimentos da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Alexandre Antonio das Neves, em que requer que a correspondencia, que a mesma Academia pretende estabelecer com os medicos, que assistem pelo reino, afim de se promover a introducção da vaccina, seja acceita e entregue no correio, como papeis do real serviço immediato; é servido, que assim se pratique, devendo os sobrescriptos das cartas, que se remetterem, ser assignados pelo secretario da mesma Academia, como praticam os tribunaes, e está determinado pelo regimento; e das respostas que vierem para a Academia, ou seu secretario, egualmente devem vir os sobrescriptos assignados pelos medicos correspondentes.» Mencionaremos tambem o seguinte: «Illmo e Exmo Sr. — Levei á presença do principe regente N. S. a supplica da Instituição Vaccinica da Academia Real das Sciencias, em que pede a cooperação dos parochos e ministros territoriaes, para se adeantarem em mais os progressos que já tem

feito o uso da vaccina n'estes reinos. E S. A. R. manda louvar e agradecer á Academia Real das Sciencias, a admiravel providencia da dita Instituição, formada de alguns dos seus socios facultativos, e a estes, e seus dignos correspondentes o distincto zelo, desinteresse e efficacia, com que tem desempenhado esta importantissima commissão, a bem de muitos dos seus fieis vassallos, que sem o preservativo da vaccina teriam sido victimas da epidemica e funesta doença das bexigas: Manda outrosim escrever aos prelados diocesanos, e ministros territoriaes para a cooperação pedida. O que V. Ex.ª fará presente na Academia Real das Sciencias, para que fique n'esta intelligencia, e faça as participações convenientes. Deus guarde a V. Ex.ª. Palacio do governo, em 19 de junho de 1813.— João Antonio Salter de Mendonça —Sr. Marquez de Borba.» Na verdade, n'essa mesma data dirigiu o governo um aviso circular aos ministros territoriaes, bem como aos prelados diocesanos, concebido nos termos mais effectivos e despertadores de zelo e brio. A'cêrca d'esta instituição remettemos o leitor para a *Collecção de opusculos sobre a vaccina feitos pelos socios da Academia Real das Sciencias, que compõem a instituição vaccinica, e publicados de ordem da mesma Academia*, Lisboa, 1812. Correram os annos, e pareceu de boa razão separar da Academia a Instituição Vaccinica, por ser meramente administrativo esse serviço, e alheio das funcções da mesma corporação. Por outro lado, convinha considerar que a Instituição Vaccinica estava já muito acreditada, e não precisava dos auxilios academicos. E com effeito, pela portaria de 24 de fevereiro de 1835 determinou o governo que a Instituição Vaccinica, separando-se da Academia, ficasse debaixo da immediata inspecção do prefeito da Extremadura. Veiu depois o decreto de 3 de janeiro de 1837, que creou o Conselho de Saude Publica do Reino, e determinou que este propuzesse um regulamento especial para a propagação da vaccina, e melhor fórma de se obter d'ella vantagens, consultando para esse fim a Academia Real das Sciencias e os membros da Instituição Vaccinica. Chegou a vez de ser substituido o Conselho de Saude Publica do Reino, que ficou extincto pelo decreto com fôrça de lei de 3 de dezembro de 1868. O artigo 58.º d'este decreto diz: «E' extincta a Instituição Vaccinica, junta ao Conselho de Saude Publica do Reino, e ficam supprimidos os logares de delegados inspectores do mesmo conselho.» Antes, porém, d'esta disposição, encontra se a do artigo 22.ª n.º 2.º, que aos sub-delegados de saude das cidades de Lisboa e Porto impõe a obrigação de fazer por seu turno, sob a direcção do delegado de saúde e superintendencia do governador-civil, a vaccinação no logar que fôr designado pelo governo. Vendo-se então desligados do serviço vaccinico os dois vaccinadores ordinarios da extincta Instituição, Luiz Cesar Bourquin e Alexandre José da Silva Campos, resolveram fundar o Instituto Vaccinico, servindo-lhes de modelo os que existem em varias cidades da Europa. V. *Bourquin* e *Campos*.

Instrucção. A educação litteraria, o ensino; os conhecimentos litterarios e scientificos, em geral. A historia da instrucção portugueza não póde começar com a monarchia, porque quando D. Affonso Henriques fundou o reino encontrou os ecclesiasticos seculares tão ignorantes que ainda no meado do seculo XI lhe impunham os bispos a obrigação de saberem o Evangelho e os livros rituaes, conforme escreve Herculano. A instrucção nacional não era então necessaria, o que se comprehende pelo estado de civilisação e por varias causas politicas, sociaes e européas. A falta das assignaturas régias é um facto bem significativo, pois o instruido D. Diniz accrescentava sempre á sua assignatura, que o fazia por sua propria mão. O estado da Europa tambem contribuia para se não desenvolver a instrucção no paiz. Nas nações latinas surgiam as universidades seculares, de que só mais tarde recebemos a influencia. No principio da monarchia não havia instituição alguma de letras, a não ser os *estudos maiores*, especie de universidade que houve em Coimbra, segundo escreve André de Rezende na vida de Fr. Gil, coevo de D. Sancho I; não ha, porém, documentos comprovativos da existencia de escola superior antecedente á universidade de D. Diniz. D. Affonso Henriques fundou e dotou muitos conventos de ensino, como o de Santa Cruz em Coimbra, o de S. Vicente de Fóra em Lisboa, o de Santa Maria de Alcobaça, o de S. João de Tarouca, etc. Aos bentos, cruzios e bernardos, seguem-se os dominicos e franciscanos, fundando-se os mosteiros de Coimbra, Lisboa, Evora, Porto, Guimarães, Alemquer, Elvas, etc., abrindo o estudo da Theologia, dos Canones, da Medicina e as humanidades preparatorias. Nos mosteiros e cathedraes encontrou a nação os primeiros elementos da sua instrucção e principalmente em Coimbra. N'esta cidade o conde D. Sisnando instituiu em 1073 um seminario, e desde os primeiros tempos da monarchia houve tambem no mosteiro de Santa Cruz o ensino das humanidades, de theologia e medicina. Consulte-se a historia especial de cada um dos mosteiros nas chronicas dos seus escriptores mais notaveis: *Historia chronologica e critica da real abbadia de Alcobaça*, por fr. Fortunato de S. Boaventura. *Historia da ordem de S. Domingos em Portugal*, por fr. Luiz de Sousa. Para a ordem de S. Francisco as obras de Cenaculo. Augusto Filippe Simões, *Evora*, estudo curioso e douto, no *Archivo pittoresco*, tomo III, abril de 1868. *Chronica dos conegos regrantes de Santo Agostinho*, por fr. Nicolau de Santa Maria. *Monarchia lusitana*, liv. XVI, cap. 5.º e 72.º Castro, *Mappa de Portugal*, parte IV. O ensino monastico era só para os religiosos e não para o publico secular, apezar d'um escriptor portuguez, Castro, interpretando as chronicas dos conegos regrantes, asseverar no seu *Mappa de Portugal*, parte IV, que no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra se liam *publicamente* as disciplinas preparatorias e os cursos superiores. Carreiras civis, quasi não as havia; a estrada ecclesiastica era a unica que se apresentava; e só a egreja e os mosteiros se iam opulentando com as magnificas livrarias. As primeiras obras que narram os feitos dos portuguezes fôram commettidas por D. Affonso Henriques a dois ecclesiasticos, successivamente. Gozavam do titulo de letrados e só elles tinham a «*pericia de escrever*», sendo os ecclesiasticos (*Dissertações chronologicas*. tomo IV, parte I, dissert. XV, pag. 81), os notarios de todos os documentos, mesmo

d'aquelles que envolviam utilidade sua. A escola superior dos cruzios obteve de D. Sancho I um certo auxilio indirecto. D. Sancho abonava as despezas aos alumnos que o mosteiro mandava doutorar na universidade de Paris, para depois virem reger as cadeiras de Santa Cruz, arbitrando-se da fazenda real 400 maravedis de ouro. Foi um d'estes prestacionados, D. Mendo Dias, que depois abriu o ensino de medicina, determinando o prior D. Gonçalo que alguns conegos a aprendessem. A par d'este douto ecclesiastico, brilharam os professores ecclesiasticos das diversas faculdades, D. João, futuro prior, o versado mestre Raymundo, D. Pedro Pires e outros. Este foi o auxilio real. Apezar d'isto, porém, o publico secular não participava d'este ensino, á excepção dos individuos que seguiam a carreira ecclesiastica. A propria medicina era só exercida pelos ecclesiasticos durante o periodo Affonsino, entreluzindo entre os medicos de maior fama D. Martinho, bispo da Guarda, facultativo d'el-rei D. Diniz, e antes d'elle Pedro Julião (papa João XXI) e outros. O estudo da medicina era facil aos monges, porque conhecedores das linguas orientaes recebiam a sciencia dos livros arabes, que predominaram na Europa até ao seculo XV. Na mingua absoluta do ensino secular, a instrucção primaria ficava concentrada quasi exclusivamente no clero. Não existia o ensino particular ou livre, o da associação, nem o da beneficencia. O do sexo feminino seria uma heresia social. Aos reis que não souberam assignar o seu nome, succede um mancebo, primor na educação litteraria. Educado por um neto de Egas Moniz, mandou o seu pae instruir nas sciencias pelo notavel D. Americo, depois bispo de Coimbra. Sabia diversas linguas, eram-lhe familiares os poetas da antiguidade e elle proprio era autor do celebre livro das trovas compiladas no seu cancioneiro e promovia traducções importantes. Foi D Diniz, que, a exemplo de D. Jayme I, no Aragão, e de D. Affonso X em Castella, deu em Portugal á lingua romana o direito de cidade. As circumstancias sociaes do reino pediam uma reforma na organisação do ensino nacional. Estas circumstancias verificaram-se um seculo depois da creação das universidades na Europa. A D. Diniz, espirito altamente cultivado e imaginoso, coube este glorioso empenho. Em 1288 em Montemór-o-Novo reuniram-se em conciliabulo o prior de Santa Cruz, o Dom Abbade de Alcobaça e os demais priores e abbades dos principaes mosteiros, e d'ali assignavam, com o consentimento régio, uma petição ao pontifice, impetrando a fundação d'uma universidade em Portugal. Em bulla de 12 de agosto de 1290 o papa Nicolau IV approvava e confirmava a fundação da universidade em Lisboa, dando-lhe amplos privilegios, as regalias do fôro ecclesiastico, e permittindo que as despezas saissem das rendas dos mosteiros. A ancia de D. Diniz, porém, era tal, que já em 1289 havia fundado a universidade, como se vê da bulla confirmatoria em que louvava o cuidado e providencia d'el rei. (V. *Coimbra, Universidade de).* A nossa Universidade conquistou palma distincta entre as universidades européas. Muitos professores portuguezes doutorados na universidade fôram reger o magisterio nas celebres de Paris e Bolonha, assim como nas outras francezas, italianas e hespanholas. Vejam-se os nomes de tão notaveis professores, e as universidades onde fôram illustrar o nome portuguez no prologo da *Bibliotheca lusitana*, de Diogo Barbosa Machado. A protecção dada pelo poder publico ás escolas superiores continuou nos reinados de D. Affonso IV, D. Pedro I e D Fernando. A Universidade, transferida por el-rei D. Fernando para Lisboa, continuou a preparar dignamente para as carreiras civis. D. Fernando, julgado menos pelas intenções do que pelos resultados dos seus feitos, bem mereceu das letras patrias. A elle se devem varias providencias ás escolas superiores, o chamamento de professores distinctos e a primeira organisação da Torre do Tombo. D. João I reformou a Universidade, dando-lhe segundos estatutos, enchendo-a de mais rendas e elevando o direito romano, legislação que augmentava de voga, e em que se tornára tão notavel o celebre João das Regras. Os trabalhos das nossas primeiras *Ordenações* datam tambem d'esse reinado. A instrucção publica deve relevantes serviços aos filhos de D. João I. A Universidade, então em Lisboa, recebe do infante D. Henrique novas rendas, e casas compradas á sua custa. E' creada a faculdade de Theologia. A Mathematica tem grande desenvolvimento, sendo o rei não cultor mas até um dos principaes escriptores Nas salas do infante discutem se as arrojadas emprezas que a Europa havia de admirar. Os filhos de D. João I, como seu pae, fôram soldados e escriptores. D. Duarte vae adiante de todos e em pleno seculo XV tem o arrojo, no *Leal conselheiro,* de patentear os grandes fructos que produz a boa leitura, escrevendo d'este modo um livro nacional. A's bibliothecas das communidades religiosas contrapõem-se as livrarias que os reis crearam dentro do paço, mandando traduzir para portuguez livros estrangeiros de utilidade. João I formára uma bibliotheca, D. Duarte, seu filho, augmentou-a com muitos livros comprádos fóra do reino por alto preço, e D. Affonso V, comprando a peso d'ouro os manuscriptos e livros já impressos que pôde encontrar, organisa uma bibliotheca que foi tida pela primeira do seu tempo. D. Affonso V manda escrever a historia dos reis, e elle proprio escreve sobre o guerrear antigo dos portuguezes e sobre a Astronomia. Em Cintra assignava uma carta régia que fundava, á semelhança da universidade de D. Diniz, então em Lisboa, uma nova Universidade em Coimbra «por não convir que houvesse em Portugal uma universidade só,» e arbitrando-lhe uma dotação apropriada, e declarando na sua carta que «as sciencias e a sabedoria a nenhum outro dom pódem ser comparadas». Voltaram-se então os olhos dos portuguezes para as empresas maritimas. D'este novo viver veiu a necessidade da instrucção theorica e pratica, a indispensabilidade de mareantes conhecedores, de cosmographos, de novos apparelhos nauticos, facilitando os novos trabalhos. Inventaram-se novas cartas de marcar, publicaram-se obras que adiantavam os estudos, e sairam a barra commissões scientificas. O reinado de D. João II marcou uma era verdadeiramente notavel para a instrucção. Se a instrucção primaria como instrumento não recebeu então desenvolvimento proporcional, a instrucção popular como principio subiu de nivel. Os procuradores dos povos, pe-

diam em côrtes a D. João II que «os nobres aprendessem grammatica, jogar espada de ambas as mãos, dançar, balhar e todas as outras manhas, que tiram os moços dos vicios e os chegam ás virtudes» A opinião do paiz já reconhecia que a instrucção forcejava por deixar de ser um privilegio do clero. D. João II, cria a *Academia de homens de letras*, composta dos principaes mathematicos nacionaes, para estudar a simplificação dos instrumentos nauticos e facilitar os descobrimentos. Portugal dava e recebia os elementos para a renascença. Como a Europa, via Portugal no seculo XVI chegar a lingua nacional ao maior apuro e elegancia, a litteratura e a historia produzirem livros valiosos, a typographia multiplicar as obras e generalisar os conhecimentos. As bellas-artes attingirem com a architectura manuelina uma certa importancia. A musica encontrar n'aquella atmosphera do gosto artistico a protecção que a filha de D. Manuel lhe havia de dar, creando uma academia de musica e pintura. Successivamente a Universidade progredia, desde D. João I e o infante D. Henrique até D. Manuel, que lhe introduziu uma cadeira de Astronomia e D. João III que a transferiu para Coimbra e a restaurou, dando-lhe novos estatutos em 1537 reorganisando as faculdades e o moderno estudo da Mathematica. Das causas que estabeleceram a instrucção nacional na renascença podem se tirar tres elementos por assim dizer novos: O ensino secundario do estado; ensino secundario das ordens religiosas; ensino secundario particular. O ensino secundario do Estado fundou-o propriamente D. João III, instituindo o Collegio das Artes e fundando e dotando em Coimbra dez collegios para facilitar a resrdencia e se estudarem os preparatorios Do mesmo modo se engrandeceu o ensino secundario ecclesiastico auxiliado pelo rei. Os collegios de Lisboa, Colmbra, Porto, Evora e Braga em que os dominicanos tinham creado os preparatorios transformaram-se em universidades, com o privilegio de poderem conferir o grau de doutor em Theologia, não só aos seus religiosos, mas aos proprios seculares, e mesmo onde houvesse universidades do Estado. A este ensino accresceu com um certo desenvolvimento o ensino particular. Passados annos da reforma de D. João III, os jesuitas conseguiram do rei o monopolio do ensino. No tempo de D. João II, e sob a influencia da rainha D. Leonor, sua mulher, principiaram a brotar as instituições de caridade que levavam por intento o ensino particular. Taes fôram: o estabelecimento de educação para meninos orphãos, devido á rainha D. Catharina, o de moças irlandezas, o collegio de Santo Antão, e o de Jesus para orphãos, creado por um padre catalão; isto em Lisboa Nas principaes terras do reino começava a desenvolver-se tambem a instituição caritativa para meninos orphãos. Em Coimbra, já no tempo da rainha Santa Izabel havia um hospicio de orphãos, sendo postos a misteres. Quanto ao ensino primario particular, na capital, segundo fr. Nicolau de Oliveira, *Livro das grandezas de Lisboa*, impresso em 1620, o ensino do canto dava setenta professores, ao passo que o de lêr dava sessenta, e para o sexo feminino noventa e quatro mestras de lavrar e assentar ouro, e só duas de lêr. Além d'um certo numero de cartilhas, espiritos superiores, taes como Pedro de Magalhães, o bispo D. Fr. João Soares, Fernão de Oliveira e João de Barros publicaram livros de ensino. O primeiro, *As regras de ensinar a maneira de escrever a orthographia portugueza*, o bispo a *Cartinha para ensinar a lêr com as doutrinas da prudencia adjunta uma solfa de cantigas para atiçar curiosidade.* Oliveira publicava a *Cartilha de linguagem portugueza*; João de Barros, a *Grammatica elementar da lingua* e antes d'ella a *Cartilha para aprender a lêr.* A introducção da Companhia de Jesus data quasi da confirmação da ordem pelo pontifice Paulo III no anno de 1540. Não tardou que viesse a Portugal o padre Simão Rodrigues, para tratar com D. João III de estabelecer o instituto. D. João III acceitou. Introduzida a Companhia na casa de Santo Antão em Lisboa, passou para a de S. Roque, d'onde seguiu para os bispados da Guarda e de Vizeu. O collegio de Coimbra foi fundado em 1542. Em acto continuo o de Sanfins no Minho, e em 1551 o celebre collegio de Evora, creação do cardeal D. Henrique. Em 1560 o collegio do Porto fez entrar a segunda cidade do reino na communhão geral da ordem. Braga e o Algarve erigiram tambem os seus collegios. Nas terras intermediarias mais importantes havia missões temporarias. A Companhia de Jesus estendia-se d'este modo por todo o paiz. O Collegio das Artes, com a direcção de todas as escolas de humanidades, foi entregue por D. João III aos jesuitas em 1555. O alvará de 13 de agosto de 1561 (da rainha D. Catharina) prohibiu que os estudantes se matriculassem nas faculdades de Canones e de Leis na Universidade de Coimbra, se não apresentassem certidão do Collegio das Artes. Apezar de tudo a Universidade de Coimbra levantava-se ainda, como um baluarte que os jesuitas não podiam acceitar. Quizeram estes ter n'uma universidade propria a chave mestra da Companhia contra a Universidade de Coimbra. O cardeal D. Henrique, luctando contra todos os obstaculos, fundou o Collegio de Evora em 1551, que não tendo sido erigido em Universidade por D. João III, o foi na regencia de D. Catharina, e no reinado de D. Sebastião confirmada a fundação pelo pelo papa Paulo IV. O primeiro golpe no monopolio do ensino jesuitico foi dado pela fundador de Mafra. A reacção nasceu do proprio elemento religioso. Um livro, hoje lido com enfado, produziu um effeito immenso. Foi o *Verdadeiro methodo de estudar*, carta de Verney. Os jesuitas responderam cam as *Reflexões apologeticas*; e a causa dos estudos dentro em pouco tomou um aspecto grave A par do ensino dos jesuitas nasceu outra fonte protegida pelo rei: foi a congregação do Oratorio, para a qual D. João V fundou o hospicio das Necessidades, que mandou considerar como o collegio principal do ensino publico. D'ali em diante os estudantes para se matricularem na Universidade bastava-lhes provar terem feito os exames da congregação do Oratorio. (Provisões de 25 de janeiro de 1725 e de 3 de setembro de 1747.). O marquez de Pombal começou por contrapôr ao ensino jesuitico outro ensino tambem religioso, o das congregações, ás quaes concedeu que estendessem a todos os seus collegios das provincias o privilegio de examinarem os alumnos seculares, como D. João V permittira á congregação da côrte. D'este modo a Universidade

libertava-se em parte da influencia jesuitica. Tirada aos jesuitas a direcção do ensino publico, a instituição immortal de 6 de novembro de 1772 organisou a instrucção primaria, sanccionando principios verdadeiramente liberaes. Assim nascia a instrucção popular, nos seus fundamentos. A reforma da instrucção portugueza começára pela secundaria. Em cada villa foi instituida uma cadeira de portuguez e latim, e pelo reino um certo grupo de escolas de philosophia, eloquencia e grego. (Alvará de 28 de junho de 1750). Além d'uma transformação radical nas sciencias da theologia, do direito, da medicina, da litteratura, e no methodo de as estudar, fôram fundadas as duas faculdades de Mathematica e Philosophia, e deu-se-lhe os memoraveis Estatutos de 28 de agosto de 1772. Antes tinha havido já a lei de 18 de agosto de 1769. A Companhia de Jesus monopolisára o ensino ministrado pelas ordens religiosas. Esta fonte de instrucção foi tambem libertada pelo marquez. Estatuiu um principio geral : as congregações e os mosteiros que desejassem estabelecer ao publico escolas de humanidades, de linguas, de historia e de litteratura, deviam adoptar o plano de estudos e os methodos fundados na Universidade de Coimbra. As ordens religiosas acorreram ao convite, e esta fonte de ensino foi uma das mais proveitosas para a instrucção litteraria desde a reforma do marquez até á extincção das ordens religiosas. O celebre Fr. Manuel do Cenaculo, collaborador do marquez de Pombal na reorganisação geral da instrucção publica, oratoriano, depois bispo de Beja e arcebispo de Evora, um dos homens a quem deve mais serviços a causa da instrucção, provisor e reformador geral da ordem de S. Francisco, publicou em identico sentido, para o convento de Jesus em Lisboa, a notavel reforma dos estudos, ou antes cursos completos de sciencias naturaes, litterarias e de linguas. Não se limitou a idéa do marquez a um progresso indirecto A organisação da instrucção primaria anteviu o segredo do nosso seculo. O marquez era legislador do futuro como se vê no preambulo da lei de instrucção primaria do seculo XVIII. Ahi se faz a differença entre os individuos que se dedicam ás sciencias superiores e *os rusticos*, mostrando que *para estes* era sufficiente a instrucção primaria, e que por isso devia ser concedida *ao maior numero de habitantes que a possibilidade permittisse, e que todos os cidadãos perante o ensino primario representavam as mãos e os braços do corpo humano.* (Lei cit. de 6 de novembro de 1772, preambulo). Conhecida assim a reforma da instrucção popular de 1772, não tinha ella mais do que progredir. Do professorado saiu o grande genio Pascoal José de Mello, fundando com as suas Instituições do direito publico, civil e penal, a nova escola liberal pela philosophia applicada á jurisprudencia, vindo a ser na Universidade o grande operario da reforma, como o marquez de Pombal fôra o pensamento. Em 1779, promoveu o duque de Lafões a creação da Academia Real das Sciencias de Lisboa, a qual na especialidade se tornou o primeiro estabelecimento do reino. Desde 1782 até 1803 fundaram-se a academia dos guarda-marinhas, a escola real de desenho e architectura civil, a academia de fortificação e artilharia, a academia de geographia, a academia da marinha e commercio do Porto, e depois a escola da lingua arabe, a escola de cirurgia annexa ao hospital de S. José, primeiro traço da futura escola superior medico-cirurgica. A bibliotheca publica de Lisboa, organisada com os livros da Mesa Censoria, e augmentada, foi erigida em 1796. Succederam-se varias academias litterarias, sendo a principal a Arcadia. Progrediam as bibliothecas. Principiaram a publicar-se diversos jornaes de sciencias, de litteratura e de artes, como o *Jornal encyclopedico*, a *Gazeta litteraria do Porto*, o *Correio do Commercio*, e outros. Quando rebentou a revolução de 1820 restavam só, além da *Gazeta de Lisboa*, o celebre *Jornal de Coimbra*, dirigido pelo doutor José Feliciano de Castilho, pae do grande poeta, e o *Jornal encyclopedico* de José Agostinho de Macedo. Em onze annos desde 1809 a 1820 creáram-se vinte e uma cadeiras de ensino primario; a revolução em quatorze mezes creou cincoenta e nove, deu o principio da liberdade do ensino, inaugurou o ensino primario feminino, e garantiu a instrucção primaria a todos os cidadãos. A reacção de 1823 veiu cortar a prosperidade da reforma. O medo á liberdade do ensino era tal que a restauração a aboliu : «para que se não ensinasse alguma doutrina contraria aos bons costumes *e aos principios dos governos*». Todas as escolas livres se fecharam. A lei de 25 de julho de 1824, revogando as leis da revolução de 1820, incluiu n'aquelle numero as do ensino primario. A restauração, nos tres annos que viveu, creou uma escola de ensino mutuo em Lisboa, uma de meninas em Lagos, outra de meninos em S. Martinho de Guimarães, umas instrucções sobre o modo de ensinar a escrever, prohibiu a concorrencia aos candidatos que não apresentassem folha corrida de não pertencerem a sociedades secretas e ordenou que o annuncio dos concursos fôsse publicado na *Gazeta*. Veiu a carta constitucional de 1826. A instrucção primaria foi garantida a *todos* os cidadãos. O novo periodo innovou alguns principios devidos á regencia da infanta D. Izabel Maria. Em março de 1832 a ilha Terceira proclamava os dois grandes principios da liberdade do ensino, e da faculdade concedida ás corporações locaes para fundarem as escolas primarias. Por decreto de 7 de setembro de 1835, Rodrigo da Fonseca Magalhães, creou a reforma mais completa da instrucção primaria depois da do marquez de Pombal, satisfazendo assim ao voto de confiança que havia sido dado ao governo pelo parlamento. Foi da revolução de setembro que saíu a reforma da Universidade, a organisação das escolas medico-cirurgicas, a escola polytechnica de Lisboa tendente a preparar para as carreiras, militares, maritimas e de engenharia civil, a academia polytechnica do Porto com intentos industriaes, a escola do exercito, os dois conservatorios de artes e officios, a reorganisação da bibliotheca nacional de Lisboa. Na instrucção especial, o conservatorio da arte dramatica, a restauração do theatro portuguez, e as academias de bellas artes de Lisboa e Porto. Na instrucção secundaria deveu-se-lhe a instituição dos lyceus, creação indispensavel no momento de se extinguir o ensino ministrado pelas ordens religiosas. O plano dos lyceus estreava tambem a instrucção profissional pelas applicações industriaes, artisticas e commerciaes. Deveu-se-lhe

finalmente a reforma da instrucção primaria (Decreto de 15 de novembro de 1836). A reforma da instrucção em 1844 não foi radical. Modificou algumas bases e iniciou tambem alguns principios. A divisão do ensino em dois graus foi uma base salutar. A reforma de 1844 contém se no decreto com força de lei de 20 de setembro d'aquelle anno. Em 1870 cria-se o ministerio de instrucção publica, e em 16 de agosto apparece a reforma da instrucção popular. Em 1890 torna a crear-se o ministerio da instrucção publica, tendo tambem ephemera duração. Das successivas reformas permanecem hoje a Direcção Geral da Instrucção Publica, no Ministerio do Reino, e o Conselho Superior de Instrucção Publica. *Bibliographia*: Sobre o *Methodo portuguez*, de Castilho, e *Cartilha Maternal*, de João de Deus, vejam-se os respectivos artigos biographicos. *Historia da instrucção popular em Portugal desde a fundação da monarchia até aos nossos dias* por D. Antonio da Costa — 2.ª edição, Porto, 1900. *Legislação da instrucção primaria, compilada e coordenada* por Guilherme Augusto de Macedo Alves, Lisboa, 1891. *Apontamentos para a historia da pedagogia*, por José Maria da Graça Affreixo, Lisboa, 1883. *Idéas sobre o estabelecimento da instrucção publica,* por Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, Paris, 1823. *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia,* por José Silvestre Ribeiro.

Instrucção Publica *(Ministerio de).* Foi creado por decreto de 22 de junho de 1870, no ministerio organisado pelo marechal duque de Saldanha, depois da revolta de 19 de maio d'aquelle anno. Justificava a nova instituição a necessidade de dar á instrucção nacional o desenvolvimento reclamado pelo progresso e pelas instituições publicas, collocando-a no logar eminente que lhe compete, e outras razões egualmente attendiveis. Foi ministro o fallecido escriptor D. Antonio da Costa de Sousa de Macedo. O ministerio de instrucção publica teve curta existencia. Foi extincto pelo decreto de 27 de dezembro do mesmo anno de 1870. A 5 de abril de 1890 tornou a instituir-se, sendo ministro o sr. conselheiro João Arroyo. Tambem teve curta duração, sendo extincto por decreto de 3 de março de 1892.

Insua *(André da).* Religioso da ordem de S. Francisco. Nasceu em Lisboa em 1506, e falleceu em Castella em 1571. Depois de ter estudado no convento de Serpa, passou a França, onde residiu 8 annos. Foi encarregado por D João III d'uma embaixada a Flaudres. Depois de exercer os cargos de commissario n'esta cidade e em Allemanha, e de ser provincial da provincia dos Algarves, foi eleito em 1547, no capitulo celebrado em Assis, geral de toda a ordem seraphica. Passando a Hespanha, dividiu em duas provincias a de S. Thiago, e erigiu de novo a de S. Miguel. Celebrou em Lisboa os capitulos das provincias de Portugal, Algarves e Piedade, e partindo para Flandres foi a Roma, e percorreu varias cidades da Italia. Voltando a Hespanha celebrou capitulo geral em Salamanca, sendo n'elle eleito geral da familia cismontana. Ao mesmo tempo, que desempenhou as funcções d'este elevado cargo, foi incumbido por el-rei D. Sebastião de tratar na côrte de Madrid de alguns negocios politicos. Regressando a Lisboa, aqui viveu algum tempo até que, por uma controversia com o cardeal D. Henrique, se retirou para Castella, onde falleceu.

Insua. Pov. e freg. de S. Genesio, da prov. da Beira Alta, conc. de Penalva do Castello, distr. e bisp. de Vizeu. N'esta povoação comprehende-se a freg. de Castendo, onde está a séde do conc. *(V. Castendo e Penalva do Castello).* || Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Aguas Santas, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || || S. Miguel, de Azevedo, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador, de Carregosa, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Cepões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Cova, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. Martinho, de Cocujães, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Fontoura, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho de Gandra, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santo André, de Victorino dos Piães, conc de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, que fica situada na costa do Oceano Atlantico, junto da foz do rio Minho, entre Caminha e a aldeia da Galliza da Passagem. E' formada de rochedos graniticos, e divide a barra em dois canaes, sendo o do S chamado *Barra Portugueza* e o do N *Barra Gallega.* Sobre o rochedo, ou rochedos, se construiu em 1588, por ordem de D. João I, a fortaleza da Insua, que ainda existe, e que D. Manuel reedificou e ampliou em 1512. Dentro da fortaleza ha um convento, que foi de religiosos capuchos da Conceição, fundado em 1392, por fr. Diogo Arias e fr. Gonçalo Marinho. Antes d'este convento existia nos rochedos da Insua uma pequena ermida, no ponto em que está hoje a capellinha fronteira á porta principal do convento. Na egreja ainda se conservam os restos d'uns frontaes de sola, genero flamengo e de grande valor archeologico, e uns quadros da mesma procedencia, offerecidos em 1581 pela infanta D. Izabel. Na baixa-mar descobre-se uma restinga de areia, mas na preamar as ondas banham as muralhas da fortaleza, e não poucas vezes galgam por cima d'ellas, embravecidas. Em occasião de temporaes fica incommunicavel com a terra, porque nenhum barco se atreve a ir lá. Da ilhota da Insua desfructam-se bons pontos de vista.

Insuella. Povoações nas freguezias: S. Cosme, de Besteiros, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Ribeira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianua do Castello.

Inte. V. *Intem.*

Intem. Um dos 10 districtos ou pequenos reinos em que está dividida a ilha de Bissau, na provincia da Guiné, Africa Occidental. E' governado por um regulo. Solo productivo e clima pouco salubre.

Intene. Pov. do distr. de Quelimane, na prov. de Moçambique, Africa Occidental. Está situada na margem direita do rio Quelimane e é muito importante, porque como o rio Muto está secco durante uma grande parte do anno, os generos e as mercadorias que vão da villa de Quelimane para a de Sena por este braço do rio Zambeze, desembarcam em Intene para serem transportadas pelos negros até ao Mazaro, logar assente

na confluencia do Muto com o Zambeze, onde são novamente embarcadas para a referida villa de Sena.

Invasões francezas. V. *Guerra peninsular.*

Inveja. Pov. na freg. do Salvador, de Penamaior, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Invenções. Pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Invibora. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Conceição, de Assafarge, conc. e distr. de Coimbra.

Inxameia. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Outeiro dos Gatos, conc. de Meda, distr. da Guarda.

Inxidrô. Pov. na freg. de S. Christovão, de Tendaes, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Inxudro. Pov. na freg. de Santa Cecilia, de Bemfeita, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Iol. Reino ou tribu de gentios buramos ou papeis, no conc. de Cacheu, prov. da Guiné, Africa Occidental. Está situado nas margens do rio de S. Domingos, ou de Cacheu. O gentio, que o habita, é de má indole e traiçoeiro, não cessando de hostilizar os europeus. || Pov. do reino do mesmo nome, situada na margem esquerda do rio de S. Domingos, e dista cêrca de 20 k. da villa e presidio de Cacheu. || Rio do conc. de Cacheu, na prov. da Guiné. E' um affluente da margem esquerda do rio de Cacheu, e corre no reino de Iol.

Iole. Affluente da margem direita do rio Zambeze, na provincia de Moçambique, Africa Occidental.

Iongo. Pov. do sobado de Unze, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola || Pov. do sobado do rio Ambriz, do mesmo conc., distr. e prov. de Angola. || Pov. do sobado de Fuece (Caminho de Zombo) do mesmo conc., distr. e provincia.

Iongolô. Desfiladeiro do concelho da Ribeira Grande, na ilha de S. Thiago, archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental.

Iria *(Santa).* Religiosa no convento benedictino *duplex* (de frades e freiras) na antiga Lusitania, que floresceu no meado do seculo VII. Era natural de Nabancia, hoje cidade de Thomar. A lenda conta assim a sua vida Iria era uma donzella geralmente estimada pela sua honestidade e pelo conjuncto de todas as virtudes que davam realce á sua angelica formosura. De pequenina tinha ido para o convento onde estavam suas tias, para ser educada. O nobre gôdo Britaldo apaixonou se por ella, e pediu a em casamento, mas a donzella que se havia votado ao serviço de Deus, resistiu a todas as razões e promessas de Britaldo, o que ainda mais lhe inflammou o amor. Vendo perdidas todas as esperanças, comprou um monge, fr. Remigio, mestre da santa, e o tornou cumplice do seu amor sacrilego. A desditosa virgem foi victima d'uma cilada, porque fr. Remigio, ministrando-lhe um narcotico, a entregou adormecida ao seductor, que fugiu com ella para um sitio proximo do rio Nabão, porém apenas ali chegados Iria acordou e desenganou Britaldo de que não podia ser sua esposa, porque pertencia a Jesus Christo. Vendo o seductor que nada podia conseguir, a degolou, arremessando ao rio o cadaver da victima, no dia 20 de outubro de 632 ou 653, segundo dizem alguns escriptores. A corrente do rio a levou ao Tejo, depondo-a em frente da cidade de *Scalabis*, ou *Scalabicastro*, onde os anjos lhe construiram um formosissimo tumulo de alabastro. Em breve se espalhou pela Lusitania a fama d'este martyrio e do milagre que lhe succedeu, e de toda a parte correu gente a vêr o tumulo da santa virgem. Iria é proclamada santa e martyr, e Scalabis em breve muda o seu nome para o de *Santa Irene*, que se corrompeu em *Santarem*. A lenda tem a seguinte variante: Britaldo, vendo perdidas todas as esperanças de casar com Iria, adoece de pezar, e chega ás portas da morte. Sabendo isto, Iria foi visital-o, dizendo-lhe que não podia ser sua esposa por ter já feito voto solemne de morrer freira. Britaldo ficou resignado, e melhorou. Tendo pois logar a propinação da tal bebida por fr. Remigio, que produzira uma inchação similhante á gravidez, Britaldo encolerisou-se, e accêso em odio angariou uns assassinos, que fôram ter a um logar solitario, onde Iria costumava fazer as suas orações, e achando-a ajoelhada, a degolaram, despiram-lhe o habito e lançaram o cadaver ao rio. Para que se não perdesse da memoria o logar do martyrio da santa, quando se reedificou e accrescentou o novo mosteiro, destinado então para a regra de Santa Clara (ordem franciscana), alteando se o terreno da Lapa, fechou-se esta com uma abobada de pedra, cercada de assentos, e sobre o edificio, do lado do rio, se collocou uma imagem de Santa Iria. A abobada estava ultimamente reduzida a uma especie de cisterna, e por isso se lhe dava o nome de *Pégo de Santa Iria*. As pessoas devotas de Thomar, e proximidades, teem a crença de que a agua do pégo da santa cura todas as doenças, e quando em 1599 a peste devorou muita gente d'estes sitios, o remedio que julgavam mais efficaz para a cura dos atacados, era a agua d'este pégo. E' crença popular que todas as vezes que se enxuga este pégo, se encontra o sangue de Santa Iria, tão fresco como na hora em que foi derramado, e que as pedras que estão no fundo, todas teem manchas de sangue. Iria desapparecera do mosteiro. Correu a noticia de ter fugido com o autor da sua supposta affronta; os parentes ficaram tristissimos, sobretudo seu tio, o abbade Célio, que, recorrendo ás mais instantes e continuas orações, conseguiu que tudo lhe fôsse revelado. Reuniu então o povo de Nabancia e lhe narrou o martyrio com todas as suas circumstancias. Para se certificarem da verdade, se dirigiram todos os frades do mosteiro e toda a gente da cidade e sua comarca, ao logar da sepultura de Iria, e apenas chegados, as aguas do Tejo se abriram, deixando vêr o angelico monumento, que foi aberto pelo abbade Célio, e todos viram então o corpo da santa virgem, apenas envolto na tunica interior, porque os assassinos lhe haviam roubado o habito religioso Sendo evidenciada assim a innocencia de Iria, quizeram leval-a para Nabancia, mas fôram baldadas todas as diligencias que fizeram para tirar o cadaver do ataúde. Contentaram-se em levar algumas reliquias do cabello e da tunica. Collocada a tampa na sepultura, principiou a agua do Tejo a unir-se. A rainha Santa Izabel e seu marido el-rei D. Diniz, estando a côrte em Santarem, em 1295, desejaram vêr o sepulchro da Santa. Chegando á beira do rio, Santa Izabel ajoelhou devotamente, em profunda oração, finda a

qual as aguas se separaram, como o tinham feito 663 annos antes, e todos viram com admiração o tumulo de alabastro, mas por mais diligencias que empregassem para o abrir, não foi possivel. D. Diniz, para se não perder da memoria o logar da sepultura, mandou a toda a pressa collocar ali um pedestal de pedra, o qual, apenas concluido, se tornaram a unir as aguas. Este pedestal era de tosca alvenaria, por não haver tempo de ser construido com magnificencia, como o rei desejava, e existiu muitos annos, um pouco superior ao nivel da agua. Em 1644 a camara de Santarem, a pedido do povo, mandou guarnecer o pedestal de cantaria lavrada, dando-lhe mais altura, collocando no remate a imagem de Santa Iria, feita de marmore, defendida das chuvas por uma bandeja, ou cupola, de metal lavrado, firmada sobre quatro columnas de ferro. N'esta nova pyramide se pôz uma inscripção latina.

Irigo. V. *Erigo.*

Irijò. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Rocas, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Irivo e Coreixas. Duas freguezias annexas que fórmam uma só, da prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. do Porto; 728 hab. e 174 fog., situadas proximo da margem esquerda do rio Sousa. A terra é fertil. Tem esc. do sexo masc e caixa post. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. O D. abbade benedictino do mosteiro de Paço de Sousa apresentava o cura de Irivo, que tinha 9$000 réis de congrua e o pé d'altar. V. *Coreixas.*

Irmãos Talhadas. São conhecidos os tres monstruosos penedos que se vêem na serra das Talhadas. O maior chama-se *Penedo dos Cucos*, o 2.º *Penedo do trigo*, e o 3.º é a *Lapa da Fazenda.* V. *Talhadas.*

Irmensil ou Irmenil. Pov. na freg. de S. Mamede, de Sandiães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Irmige. Pov. na freg. de S. Thiago, de Cossourado, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Irmigil. Pov. na freg. de S. Mamede, de Friestas, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Isabel. V. *Izabel.*

Isna. Pov. e freg. de Nossa Senhora das Dôres, da prov. da Beira Baixa, conc. de Oleiros, com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 443 hab. e 91 fog. Tem caixa postal. A pov dista 9 k da séde do conc. e está situada na serra de Cabeço Rainha, junto ao rio Isna. Passa por ella a estrada de Oleiros a Sobreira Formosa. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. ‖ Povoações nas freguezias: S Pedro, de Jarmello, conc. e distr. da Guarda. ‖ S. Pedro, de Varzea dos Cavalleiros, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. Tem caixa postal. ‖ Rio do distr. de Castello Branco. Nasce na freguezia do mesmo nome; tem ponte na estrada da Certã para o Tejo, e depois do curso de 45 k. entra no rio Zezere.

Issabo. Pov do sobado de Cabinda, districto do Congo, provincia de Angola. Depende da regedoria do Sócca.

Issorsim. Pov. da freg. de Velsão, do concelho de Salsete, no distr. de Gôa, na India.

Itabe. Pov. do conc. de Ambriz, no distr. e com. de Loanda, prov. e bisp. de Angola. Está situada na margem esquerda do rio Lifune.

Itambuco. Pov. do conc. do Ambriz, no distr. e com. de Loanda, prov. e bisp. de Angola. Fica no caminho que vae de Quimballa para o Bembe, a NE de Quiballa.

Itinerario. Descripção de caminho percorrido, ou que se ha de percorrer. Viagem; roteiro. Livro em que se descreve alguma viagem. Entre outros, são celebrados os *itinerarios* seguintes: *Itinerario da Terra Santa* por fr. Pantaleão de Aveiro; Lisboa, 1593. *Itinerario dos 4 principes japonezes* por Duarte de Sande. *Itinerario* de Antonio Tenreiro, que vem nas edições das *Peregrinações* de Fernão Mendes Pinto. *Itinerario da India por terra á ilha de Chypre*, por Fr. Gaspar de S. Bernardino; Lisboa, 1842. Anda junto n'alguns exemplares: *Relação do novo caminho que fez por terra e mar, vindo da India para Portugal no anno de 1663 o padre Manuel Godinho*, Lisboa, 1842. *Itinerario de Bento de Goes* por Ernesto de Vasconcellos, no n.º 4 da 25.ª série do *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 1907.

Ito. Rio da costa da Guiné, de Cabo Verde, Africa Occidental. ‖ Ponta situada na margem direita do rio do mesmo nome. ‖ Ilha da costa da Guiné, de Cabo Verde. Entre esta ilha e a de Bayancassar corre o ribeiro d'este nome, confluente do rio Ito.

Itolo. Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola. Depende da Delegação do Chiavola.

Ituculo. Territorio avassallado do distr. e prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está separado dos limites do mesmo districto por uma lingua ou trato de terreno baixo e alagadiço por occasião das grandes marés.

Iuman. Incumbe ou territorio dependente do prazo Boror, no distr. de Quelimane, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem mattas de excellentes madeiras para tinturaria e construcção, além de boas pedreiras e de muito marfim. Terreno productivo. Nas mattas ha principalmente elephantes.

Invusiani. Pov. do sobado de Fucce (Caminho do Zombo), conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Ivens *(Roberto).* Explorador africano. N. na ilha de S. Miguel a 12 de junho de 1850, fal na sua casa do Dáfundo, proximo de Lisboa, a 28 de janeiro de 1898 Era filho de pae inglez e de mãe portugueza. Veiu para o continente muito novo, e aos 17 annos, em 1867, assentou praça na marinha real, e concluiu o curso em 1870, contando 20 annos de edade. Embarcou em seguida para a India, como aspirante, a bordo da corveta *Estephania*, quando se tratava de abafar as tentativas de revolta das tropas de Gôa. Voltou d'esta viagem já promovido a guarda-marinha, e passados apenas seis dias de estar em terra, partiu na corveta *Duque da Terceira* para Angola. Ahi andou no cruzeiro, na estação, percorrendo, na canhoneira *Rio Minho* e na escuna *Napier*, todos os pontos importantes da costa desde Mossamedes até S. Thomé, onde estava em 1874, quando o transporte *Martinho de Mello* o trouxe a Portugal. Durante o cruzeiro da costa occidental da Africa foi encarregado de desembarcar no Congo e em Cabinda. Os indigenas haviam rou-

bado e insultado ali negociantes portuguezes. As expedições, de que Ivens fazia parte, pudéram por vezes rehaver as fazendas. A's vezes tambem caçavam de manhã os pretos na bahia de Cabinda, e iam ás *sanzalas* dos povos de Molembo entregal-os, exigindo em troca o que pertencia aos negociantes. Tendo já o posto de segundo tenente, embarcou ainda no anno de 1874 na corveta *Duque da Terceira*, foi a S. Thomé, depois ao Pará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Montevideu. Regressou a Lisboa em março de 1876, e logo em abril tornou a embarcar, partindo a bordo do transporte *India*, que ia levar aos Estados-Unidos a commissão portugueza e os productos de Portugal que concorreram á exposição de Philadelphia. Em junho de 1876 voltou Roberto Ivens a Lisboa, e dois mezes depois seguiu a bordo do *India* para a esta-

Guilherme Roberto Ivens

ção naval de Angola, onde passou á corveta *Sá da Bandeira*. Foi n'esta segunda estação, que fez a Angola, que principiou a revelar-se o futuro explorador d'Africa. Começou por um simples reconhecimento na Bahia dos Tigres, a que se seguiu um outro no rio Congo mais importante. Roberto Ivens, juntamente com dois segundos tenentes seus companheiros, subiu o rio n'um escaler a vapor da canhoneira *Tamega* até Noqui, proximo ao sitio onde a expedição commandada por Stanley estabeleceu a primeira estação permanente chamada *Josephina*. N'este reconhecimento levantou uma planta do Congo, entre Borua e Noqui, fez os desenhos ao natural da ilha Xinhalla, na margem direita do rio, de Xinhime, povoação mais ao nordeste, e as margens elevadas, em frente dos grandes redemoinhos de Fuma-Fuma, no Zaire, quasi sempre envolvidas em espessas nuvens das operações do rio. Estes desenhos fazem parte da planta, ou mappa, que Roberto Ivens offereceu á Sociedade de Geographia de Lisboa. Determinou a situação de duas grandes pedras que se encontram no rio, e que só se descobrem quando as aguas vão mais baixas. São nas proximidades de Noqui, mais para nordeste do rio. A primeira já se chamava *Diamante*, e á segunda deu Roberto Ivens o nome de *Ametista*. Em 1877 regressou a Loanda, e ali recebeu a participação de que fôra nomeado, juntamente com Hermenegildo Capello e Serpa Pinto, pelo decreto de 11 de maio, para uma expedição de exploração de estudo e descobrimento no interior d'Africa. Assim constituida no seu pessoal, ficava encarregada de explorar, no interesse da sciencia e da civilisação, os territorios comprehendidos entre as provincias de Angola e Moçambique, e estudar as relações entre as bacias hydrographicas do Zaire e do Zambeze, segundo as instrucções que recebesse, autorisadas pelo governo. Roberto Ivens veiu para Lisboa no *India*, e apenas se demorou 27 dias nos preparativos indispensaveis. A expedição partiu em junho seguinte. Esta primeira travessia foi tão trabalhosa e cheia de perigos, que os dois exploradores chegaram por vezes quasi a desanimar completamente, privados das cousas mais elementares para a vida, desde a agua que faltava, até á mais simples refeição de farinha já deteriorada e escassa. Os proprios naturaes, que acompanhavam os exploradores europeus, rendiam-se pelo cançasso, e uns morriam e outros fugiam. A tudo resistiram valorosamente os dois exploradores. No *Occidente*, de 1880 e 1881, vol. III e IV, vem uma minuciosa descripção das viagens de Roberto Ivens e de Hermenegildo Capello, n'uma serie de artigos firmados por Alberto de Cervaes. A segunda exploração começou em 1883 e terminou em 1885. D'essas viagens tão proveitosas para a sciencia, pois muitos pontos obscuros se esclareceram e grande numero de conhecimentos novos se adquiriram, e da outra, que ambos emprehenderam ás terras de Iaca, dão larga e detalhada noticia os dois africanistas nos seus curiosos livros: *De Angola á contra-costa* e *De Benguella ás Terras de Iaca*. Os dois exploradores africanos percorreram 4:200 milhas de costa a costa, das quaes 1:500 de sertão nunca transitado por europeus. N'esta travessia perderam 62 homens entre mortos e extraviados. Roberto e Brito Capello chegaram a Lisboa em setembro de 1885 a bordo do paquete *Cabo Verde*, e tiveram uma brilhantissima recepção, que nós já descrevemos no vol. II do *Portugal*, pag. 729 e 730 (V. *Capello, Hermenegildo Carlos de Brito*). Roberto Ivens succumbiu a uma prolongada doença, complicada com antigas enfermidades adquiridas em Africa.

Ivens Ferraz *(Guilherme)*. Capitão-tenente da armada; ajudante d'ordens de el-rei senhor D. Carlos. Prestou muitos serviços em Moçambique, durante as suas estações, quer como commandante do vapor *Auxiliar* e da canhoneira *Sabre*, quer como governador da companhia das Perolas e delegado da de Moçambique. Em 1891 foi nomeado secretario do commissario régio, o fallecido conselheiro Antonio Ennes, que acompanhou durante este anno, regressando a Lisboa em dezembro. Pouco depois voltava á Africa

como governador da companhia das Perolas, e no desempenho d'esse cargo trabalhou dedicadamente, muitas vezes com imminente risco, por teimar em visitar o fundo da bahia, mesmo com um escaphandro apodrecido, que se enchia d'agua rapidamente. Entregue o resultado dos seus trabalhos, foi requisitado para prestar serviços na companhia de Moçambique, commissão de que se desempenhou com o maior zelo e competencia. Anteriormente já muito se distinguira na parte que tomou no apresamento de pangaios negreiros e na occupação do Tungue; no levantamento e balisagem que fez do canal de entrada dos rios Pungue e Buzi; no reconhecimento da bahia e bancos madreporicos do archipelago de Bazaruto, no estudo do curso do rio Chinde até á sua confluencia com o Zambeze, commissões que lhe mereceram recompensas honorificas. Em 1895, quando os indigenas cercaram esta cidade, desfeiteando os portuguezes e pondo em risco a nossa soberania, o commissario régio, Antonio Ennes, encontrava-se em situação critica por falta de vapores que pudéssem navegar pelo rio Incomati, unica via de penetração para o interior. Offereceu-se para a empresa o então 2.° tenente Ivens Ferraz, commandante da canhoneira *Sabre*, e o tenente Caçador, commandante da *Carabina*, pequenas embarcações destinadas á navegação em aguas mansas. E lá vão os dois destemidos officiaes de marinha affrontar as ondas revoltosas, como se encontram no canal de Moçambique. A lancha-canhoneira *Sabre* é um joguete das aguas que a cada passo tentam submergil-a; os balanços são taes que a guarnição quasi toda cae extenuada, ficando apenas os tres fogueiros, um marinheiro e o commandante Ivens Ferraz, que passa horas e horas ao leme e descança, amarrado ao mastro para não encontrar facil sepultura no mar: chuveiros constantes e cerrações, n'uma aberta das quaes reconheceu Ivens Ferraz estar proximo da Beira. E entrou-a, porque a balisara annos antes, mas quasi ás cegas, acertando por instinctos com a primeira boia e as outras, successivamente; as duas lanchas vão fundear proximo do alteroso paquete inglez *Madura*, que estando prestes a sair, mas receoso do mar, se metteu em boias; pois se os pequenos barcos portuguezes podiam affrontar os vagalhões e as tempestades, o paquete, com as suas 3:000 toneladas e machina potente, não podia ficar ali esperando tempo propicio. Saiu, na verdade, mas não tardou a retroceder. As duas lanchas alcançaram Inhambane, e seguindo rumo de Lourenço Marques, ali chegaram depois de 60 horas de difficuldades e attribulações, de peripecias afflictivas, affrontadas com uma coragem homerica. Estas duas lanchas prestaram grandes serviços na campanha d'esse anno de 1895. A *Sabre*, com enormes riscos de navegação, andou em reconhecimentos no Incomati, explorando o ramo principal d'esse rio; foi a sua guarnição que lançou a ponte militar na Xefina, e no mais acceso da lucta, andou em constante serviço de transporte de pessoal e material, com reboque de batelões carregados, em risco de sossobro, facto que causou o maior espanto dos officiaes dos navios estrangeiros que vieram a bordo, interrogando o commandante, cheios de espanto pelo arrojo de similhante empresa. Sendo capitão do porto em Lourenço Marques, procedeu a grandes melhoramentos; fôram valiosos os seus trabalhos de balisagem e illuminação da bahia; fundou uma escola de pilotos, estabelecendo com toda a regularidade esse serviço; e como membro da commissão dos *melhoramentos de Lourenço Marques*, teve parte importantissima nas obras dos serviços terminados por aquella commissão. Em 1897 o commissario régio Mousinho d'Albuquerque, que muito o considerava, fez com que elle acceitasse a presidencia da commissão municipal da camara de Lourenço Marques. Era espinhosa a tarefa, porque a desmoralisação e a desordem nos serviços demandavam uma energia e força de vontade fóra do usual a defrontar-se com deficiencias de toda a ordem, assim material como pessoal. O sr. Ivens Ferraz não recuou deante da empresa. Caminhando energicamente para ó alvo a que visava, começou por demittir quasi todos os empregados municipaes, e por tal fórma se houve, que as dividas do municipio em cifra superior a 40:000$000 réis fôram pagas integralmente, cessando o descredito municipal, que chegara a ponto de ninguem fiar á camara nem o objecto mais insignificante. Cobraram-se impostos municipaes, em divida, o que se não fazia havia seis annos, aterraram-se mais de 10:000 m. quadrados de pantano; por incuria, os poucos terrenos municipaes haviam sido, na maior parte, roubados; macadamisaram-se ruas, empedraram-se as vias de communicação mais importantes, plantaram-se milhares de eucalyptos; elaborou-se o projecto para se proseguir no aterro do pantano, questão do saneamento vital para Lourenço Marques; estabeleceram-se armazens frigorificos; cuidou-se da illuminação da cidade pela luz electrica; adquiriram-se carros especiaes para a limpeza publica. Terminada a commissão de capitão do porto, o sr. Ivens Ferraz foi nomeado delegado do governo portuguez na delimitação de fronteiras da Africa Central; fazendo o seu levantamento e demarcação desde o Chilomo ao longo do Ruo até Milange, e d'ahi aos lagos Chirúa, Chicuta, Amarambua e Nyassa, passando depois para a parte occidental demarcando na Angonia, desde o extremo N E da fronteira até Malengane. Foi depois nomeado para outra commissão, da delimatação da fronteira do Transvaal. Em julho de 1903, realisou o sr. Ivens Ferraz, ainda 1.° tenente, uma conferencia nas salas do Centro Regenerador-Liberal, tomando por assumpto: *Dois annos e meio de autonomia na evolução de Lourenço Marques*. Com o exemplo d'esta provincia procurou demonstrar as vantagens do regimen de descentralisação. O sr. Ivens Ferraz possue o habito das ordens de N. S.ª da Conceição e de S. Thiago; o officialato da de Torre e Espada e de S. Bento de Aviz; as medalhas de valor militar e de D. Amelia. Publicou: *Algebra elementar*, Lisboa, 1900.

Ivo *(Pedro)*. V. *Lopes (Carlos)*.

Izabel *(D.)* A rainha Santa, mulher d'el-rei D. Diniz I. N. em 1271, mas o dia não é assignalado por nenhum escriptor. A terra da sua naturalidade tambem é duvidosa, pois apezar de geralmente os escriptores dizerem que foi a cidade de Saragoça, D. José Barbosa, no *Catalogo das Rainhas de Portugal*, a pag. 269, referindo-se ao testemunho d'um religioso mercenario, a quem vira e communicara em sua viagem o P.

D. Manuel Caetano de Sousa, dá por mais certo ser Barcelona, côrte n'esses tempos dos reis de Aragão, segundo aquelle religioso. D. Izabel era filha de Pedro III, rei de Aragão, e de sua mulher, D. Constança, filha de Manfredo, rei de Napoles e Sicilia; neta de D. Jayme I, o *Conquistador*, que instituiu a ordem dos Mercenarios, juntamente com S. Pedro Nolasco e S. Raymundo de Peñafort. Recebeu no baptismo o nome de Izabel, em memoria de sua tia, Santa Izabel, filha do rei da Hungria. Ainda na infancia dedicou-se com tanto ardor á oração, que já na edade de 8 annos começou a resar todos os dias as horas canonicas, devoção que sempre conservou. Despresava o luxo do vestuario que tanto encantava as senhoras da côrte; despresava todos os passatempos e recreios, entregando-se completamente a exercicios de piedade e devoção. As suas nobres virtudes e a sua formosura a tornaram muito estimada e respeitada. Pretenderam-n'a para esposa Filippe, de França; D. Duarte, principe de Galles; e Paleologo, imperador da Grecia, para Andronico, seu filho e herdeiro. Afinal veiu a casar com el-rei D. Diniz. Parece que foi em 1281 que se tratou das bases do contrato de casamento com os aragonezes Conrado Lança e Beltran de Villa Franca, que estiveram em Portugal e figuraram como testemunhas no diploma de doação feita por D. Diniz a D. Izabel, de Obidos, Abrantes, Porto de Moz, por carta de arrhas passada em 24 de abril do referido anno de 1281. Fôram enviados a Aragão, como embaixadores, os tres conselheiros de el-rei, João Velho, João Martins e Vasco Pires. O casamento celebrou-se em Barcelona, por procuração, em fevereiro de 1288, partindo em seguida D. Izabel para Portugal, chegando a Trancoso, onde a esperava D. Diniz com a maior parte da nobreza da côrte. N'aquella villa se effeituou o casamento a 24 de junho do mesmo anno, havendo solemnes e pomposas festas, como nunca se vira ainda no paiz. Além das villas, de que consta a doação citada, D. Diniz concedeu a sua esposa uma parte dos rendimentos d'essas villas, e a villa de Trancoso como presente de boas vindas. A sua nova posição de rainha não deslumbrou a virtuosa senhora, que proseguiu na mesma austeridade da vida, a que se dedicara. Com extrema humildade applicava asperas mortificações, até com cilicios rigorosos que trazia debaixo das vestiduras reaes. Empregava as horas do dia em orações, ouvindo missa, commungando frequentemente; tratando tambem dos cuidados domesticos, satisfazendo deveres do estado, lendo a Escriptura Sagrada e outros livros religiosos, e em trabalho manual. Uma das maiores virtudes, que largamente praticava, era a caridade com os pobres, e dizia repetidas vezes que Deus a elevara ao throno, para mais facilmente poder distribuir maiores esmolas. Muitas vezes mandava convocar pobres dos logares visinhos, fazia-os entrar secretamente nos seus aposentos do paço, e com humildade lhes lavava os pés, posta de joelhos, enxugando-os com brandura, servia-lhes de comer, e despedia-os depois dando-lhes esmola; visitava os hospitaes, ministrando pelas suas proprias mãos remedios aos enfermos, consolando-os com palavras de conforto e de religião. A fama da sua caridade tornou-se tão notoria que de todas as partes concorriam pobres, cercando o paço em busca da santa rainha. A missão de D. Izabel, em Portugal, foi toda de paz, amor e caridade. Apenas chegou, interveiu nas discordias entre D. Diniz e seu irmão D. Affonso (V. *Diniz 1)*, e conseguiu estabelecer a paz. Depois teve de mostrar uma resignação verdadeiramente evangelica, por el-rei D. Diniz não respeitar quanto deveria a fidelidade conjugal. Os filhos bastardos, porém, eram sempre bem acolhidos pela virtuosa rainha no paço, onde viviam exercendo cargos elevados. D. Izabel teve dois filhos: D. Affonso, que succedeu no throno, e D. Constança, que casou com Fernando IV, de Castella. O infante D. Affonso não via com bons olhos a predilecção de seu pae pelos filhos illegitimos, e com especialidade por D. Affonso Sanches, que era o seu predilecto. (V. *Affonso Sanches)*. Ferido pelo ciume, e além d'isso, auxiliado por alguns fidalgos que se lhe affeiçoaram e se tornaram seus partidarios, chegou a revoltar-se contra seu pae. Os tumultos começaram em 1314, mas o papa interveiu, e conseguiu acalmal-os. Em 1319, porém, atearam-se mais; por todo o reino os exercitos de D. Affonso e D. Diniz faziam grandes destroços, animando os tumultos que se haviam levantado, tanto a favor do monarcha, como do filho rebelde. D. Izabel soffria muitissimo vendo estas discordias, e ainda maior foi o seu pezar, por D. Diniz, considerando-a cumplice de seu filho, a ter desterrado para Alemquer. A guerra civil estava declarada, e D. Izabel não podia descançar com aquella lamentavel situação. Correu a Guimarães, onde se encontrava D. Affonso, e pediu-lhe que puzésse termo á sua revolta. Nada alcançou. Seguiu o filho até Coimbra, e vendo infructiferos os seus esforços, rogou-lhe ao menos que esperasse até que ella alcançasse applacar as iras de seu pae. A sua intervenção nada pôde conseguir. D. Jayme II, de Aragão, irmão de D. Izabel, veiu de proposito a Portugal, procurando evitar a guerra, e tambem não serviu o seu auxilio. Os dois exercitos belligerantes encontraram-se em Coimbra, estava imminente a batalha, mas as insistencias e as lagrimas de D. Izabel conseguiram afinal abrandar os animos, principalmente D. Affonso, que era o mais renitente, a discordia terminou, e celebrou-se a paz. Em 1323 de novo se incendiaram as iras do filho rebelde. D. Affonso marchou com as tropas de Santarem para Lisboa, foi-lhe ao encontro D. Diniz á frente do seu exercito, e a batalha parecia inevitavel. A virtuosa rainha soube em Lisboa, nos paços da Alcaçova do Castello, que os dois exercitos haviam formado em linha de combate, e montando n'uma mula partiu, quasi sósinha, em direcção ao Campo d'Alvalade, hoje Campo Grande, onde já se ouviam resoar com brava furia os anafis e outros instrumentos de guerra, sinistros precursores de mortes e de estragos. Atravessando serenamente aquella scena tumultuosa, passou por meio dos cavalleiros d'ambos os partidos, que se arredavam respeitosamente para lhe dar passagem, e dirigiu-se ao local onde estava o filho. Então, com a eloquencia natural que Deus lhe inspirava, e que a commoção da tragedia imminente humedecia de lagrimas, rogou a D. Affonso, que não fôsse mais uma vez rebelde contra seu pae e seu rei, que não incitasse de novo o paiz, em que no futuro tinha de reinar, expondo-o a todos

os horrores da guerra civil, e principalmente que não fôsse perjuro, esquecendo tão cedo as promessas solemnes feitas deante de Deus, quando se celebrara a paz com seu pae, e de que ella ficara fiadora. As palavras persuasivas de sua mãe produziram grande impressão em D. Affonso, que se sujeitou á obediencia renovando as pazes, que não tornou a quebrar, talvez porque dois annos depois, em 1325, falleceu seu pae. Este facto está commemorado com um padrão, que a propria rainha mandou collocar no sitio onde esteve imminente a batalha (V. *Campo Pequeno — Affonso IV* e *Diniz I*). D. Diniz foi sepultado no convento de Odivellas, que elle fundara; a rainha acompanhou o cortejo funebre, e conservou-se algum tempo no mosteiro, retirando-se depois para o convento de Santa Clara, de Coimbra, que fôra fundado em 1286 por D Maior Dias, e que a rainha santa mais tarde reedificou, mandando alargar o convento, construindo uma nova e sumptuosa egreja. Contiguo ao convento fundou um hospital para pobres, que tambem dotou com grandes rendimentos. D. Izabel desejava professar, mas representando-lhe algumas pessoas piedosas que a sua presença poderia ainda ser muito util ao Estado, para que fôsse prender-se completamente no claustro, contentou se em fazer vida religiosa, sem obrigação de votos. A santa rainha passava parte do dia e da noite em oração; vivia em continuo jejum, alimentando-se sómente de pão e agua. A sua caridade estendia-se além dos mares, dando avultadas esmolas para a redempção dos captivos em Africa. A devoção que consagrava a S. Thiago a decidiu a ir por duas vezes a Compostella, com o habito de pobre peregrino e de alforjes, unicamente acompanhada por duas damas. Na volta da segunda viagem soube que D. Affonso IV, seu filho, estava em discordia com o rei de Castella Affonso XI, seu neto, por ser filho de D. Constança e do fallecido rei Fernando IV, e que entre elles se declarara a guerra. Tomando immediatamente o bordão de peregrino, que sempre a acompanhava, e com que, a seu pedido, foi sepultada, e dirigiu-se a Extremoz, onde estava seu filho. Mas as fadigas da jornada e os ardores do estio lhe causaram uma violenta febre, a que não pôde resistir, fallecendo na sala do castello d'aquella villa a 4 de julho de 1336, tendo junto do leito a rainha D. Beatriz, mulher de D. Affonso IV, e de seus netos, os infantes D. Pedro e a infanta D. Leonor. O enterro realisou-se com toda a pompa usada n'aquella epoca, sendo conduzido o feretro para Coimbra 9 dias depois, 13 do referido mez, e depositado n'um tumulo na egreja do convento de Santa Clara, conforme a fallecida determinara em testamento. Este tumulo de pedra primorosamente trabalhado, parece que fôra mandado construir pela rainha para a sua propria sepultura. Com o decorrer dos annos, as areias e as aguas do rio Mondego, na margem do qual estava construido o convento, principiaram a invadil-o, e de tal fórma, que no anno de 1649, aquellas areias tinham soterrado quasi o edificio e apressado a sua derruição. D. João IV, reconhecendo o perigo em que estavam as religiosas, determinou construir um novo convento, para onde pudéssem passar, e transportar-se o tumulo da santa rainha. As obras inauguraram-se com toda a solemnidade em 3 de julho de 1649, mas a escassez de dinheiro e de braços, occasionada pela guerra da Restauração, obrigou a morosidade das obras e só em 29 de outubro de 1677, na regencia do principe D. Pedro, se pôde effeituar a trasladação, não obstante o edificio não estar ainda concluido. A trasladação foi feita com toda a pompa. No *Guia do Viajante em Coimbra*, do dr. Augusto Mendes Simões de Castro, vem assim descripta: «O prestito atravessou sempre por entre alas formadas pelas corporações religiosas da cidade, as quaes por concorrerem, em grande numero não puderam ir encorporadas na procissão, apezar de não ser curta a distancia d'um a outro convento. A' frente levava o marquez de Arronches o pendão, a cujos cordões pegavam seu filho e o conde da Ponte. As communidades das duas ordens de S. Francisco, setenta e quatro freiras, varias confrarias

Rainha Santa Izabel

e irmandades, a corporação da Universidade, a camara, autoridades civis, a clerezia, cabido, etc, compunham o vistoso prestito. O ataúde com o corpo da rainha santa foi levado debaixo do pallio pelos bispos de Lamego, Porto, Pernambuco, Vizeu, Targa e Miranda, entre os quaes, para os ajudarem, iam os provinciaes das ordens da SS. Trindade, dos Eremitas de Santo Agostinho e dos Carmelitas Descalços. Levavam as varas do pallio o marquez das Minas, o conde de Figueiró, o conde de Santa Cruz, o visconde de Villa Nova da Cerveira, o conde barão, o conde de Soure, e o conde de Aveiras. Detraz do pallio iam o bispo-conde e o bispo de S. Thomé. Depositou-se o corpo da santa em um cofre muito rico de prata e crystal, que anteriormente havia mandado fazer o bispo-conde D. Affonso de Castello Branco, e depois de fechado com tres chaves, se entregaram estas, uma a Roque Mon-

teiro Paim, secretario de Estado, para a dar ao principe regente, outra ao bispo de Coimbra, e a terceira á prelada do convento. Por não estar ainda fabricada a esse tempo a egreja do mosteiro, foi o cofre collocado n'uma capella provisoria.» *(V. Coimbra, Convento de Santa Clara de)*. O povo adorava a virtuosa senhora, e chamavam-lhe a *rainha santa*, prestando-lhe o mais fervoroso culto. Formavam-se lendas dos seus milagres, realisados ainda em sua vida. Contavam-se que fôra um dia surprehendida por el-rei seu marido, levando o regaço cheio de ouro para a distribuição das esmolas aos pobresinhos, e que D. Diniz indignado pela prodigalidade com que ella protegia os desgraçados, a interrogara, e ella lhe mostrara o regaço cheio de rosas, em que o ouro se havia transformado. Contava-se tambem, que mandando a rainha construir uma egreja em Leiria, pagara uma tarde aos operarios, dando uma rosa a cada um, as quaes se converteram em ouro. A instancias de el-rei D. Manuel, D. Izabel foi beatificada pelo papa Leão X, só para Coimbra e seu bispado, pelo breve de 15 de abril de 1516. Paulo IV, em 1556, concedeu que se pintasse a sua imagem, e que fôsse festivo o dia anniversario da sua morte, 4 de julho, em todo o reino de Portugal. Em 1612, reinando Filippe II, foi aberto o tumulo na presença do bispo de Coimbra, D. Affonso de Castello Branco; o de Leiria, Martim Affonso Moreira; o padre mestre Francisco Soares, lente de prima da Universidade, e outras pessoas importantes. Este facto determinou a sua canonisação, e instaurou se o respectivo processo em Roma, que só terminou no reinado seguinte, a 25 de maio de 1625, sendo papa Urbano VIII. Em todo o reino se realisaram pomposas e alegres festas. Além do hospital de Coimbra, Santa Izabel fundou tambem os de Santarem e Leiria. Na egreja do convento da Trindade, de Lisboa, para que concorreu com larguissimas esmolas, erigiu uma capella a Nossa Senhora da Conceição, e em Alemquer instituiu, com seu marido, a festa do Espirito Santo. Fundou o mosteiro de freiras de S. Bernardo, de Almoster, e construiu ainda outras egrejas. Em Lisboa, no meado do seculo XVIII, erigiu-se uma egreja em sua honra, para cujo engrandecimento muito coutribuiu o primeiro patriarcha, D. Thomaz de Almeida, e é hoje a freguezia bem conhecida da capital. A Universidade de Coimbra determinou, em 10 de julho de 1716, que houvesse prestito na vespera e dia da sua festa, com propinas dobradas. Bibliographia: *Rainhas de Portugal*, de Fonseca Benevides; *Catalogo Chronologico, Historico, Genealogico e Critico das Rainhas de Portugal e seus filhos*, por D. José Barbosa; *Memorias das Rainhas de Portugal*, de Figaniére; *A evolução de culto de D. Izabel de Aragão esposa do rei lavrador D. Diniz de Portugal, a Rainha Santa*, pelo dr. Antonio Garcia Ribeiro de Vasconcellos, Coimbra, 1894, 2 volumes, sendo o segundo de notas. Na egreja de Santa Clara, de Coimbra, existe uma imagem da rainha Santa Izabel, em marmore, esculptura do bem conhecido esculptor o sr. Teixeira Lopes. E' trabalho de muito merecimento artistico, tanto de esculptura como de pintura. Em julho de 1896 esteve em exposição na egreja de S. Domingos, de Lisboa, onde foi solemnemente benzida e consagrada, pelo sr. cardeal patriarcha, acompanhado de todo o cabido patriarchal. A egreja estava brilhantemente adornada, sendo enorme a concorrencia. Prégou o fallecido orador sagrado, de grande fama, Alves Mendes. Em seguida foi a imagem transportada para Coimbra.

Izabel *(D.)* Infanta de Portugal e duqueza de Borgonha. N. em Evora a 11 de fevereiro de 1397, fal. a 17 de dezembro de 1471. Era filha de D. João I e de sua mulher, a rainha D. Filippa de Lencastre. Muitos principes da Europa a pretenderam para esposa, e D. Izabel veiu a casar com o duque de Borgonha e conde de Flandres, Filippe III, *o Bom*, que já enviuvara por duas vezes, um dos mais poderosos soberanos da Europa, corajoso guerreiro, que conquistou e uniu aos seus estados a Hollanda e a Zelandia. O dote da infanta era de 150:000 cruzados (60:000$000 réis), quantia importantissima n'aquelle tempo. Veiu buscal-a a Lisboa uma esquadra de 39 vasos de guerra, em que vinham os sires de Roubaix, de Toulongeu, de Noyelle e outros fidalgos borgonhezes. Com feliz viagem chegou a esquadra a Bruges, onde o duque a esperava, e a recebeu com as maiores demonstrações de amor e regosijo. O casamento realisou-se em 10 de janeiro de 1429, segundo diz o P. Francisco de Santa Maria, no 1.º vol. do *Anno historico*, pag. 70, e em janeiro de 1430, segundo outros escriptores. As festas fôram sumptuosas, como nunca se havia visto n'aquelle paiz. Para maior pompa e em honra de sua esposa, o duque de Borgonha instituiu a nobilissima ordem do Tosão de Ouro, que só se confere a soberanos e a pessoas da mais alta nobreza. Na sua instituição tinha esta ordem 39 cavalleiros, que era o numero de navios de que se compunha a esquadra que viera buscar a nova duqueza. A ordem milita debaixo do patrocinio e tutella de Nossa Senhora e do apostolo Santo André; a sua insignia é um cordeiro de ouro, pendente no peito de um collar, formado de fuzis tambem de ouro, a que os escriptores dão varias significações. Professaram esta ordem, depois que os estados de Filippe se uniram aos da casa de Austria, todos os imperadores de Allemanha, e todos os reis de Castella, conservando-se n'estes ultimos a dignidade de grão-mestre. Professaram tambem a mesma ordem, em diversos tempos, varios reis de Portugal, de França, de Inglaterra, de Escocia, de Hungria, de Napoles, de Polonia, de Dinamarca, e quasi todos os potentados de Allemanha, e outros muitos senhores da Europa. Formosa, energica e prudente, D. Izabel mostrou-se digna pelas suas virtudes e elevada intelligencia, de partilhar o destino do duque de Borgonha, e quando em 1434 o duque foi a Flandres, ficou a duqueza regendo os seus Estados. Desempenhou-se superiormente d'este espinhoso cargo em circumstancias difficeis, e desde então tomou parte importantissima nas negociações diplomaticas com a França, Inglaterra, e outras potencias. Assistiu ao congresso de Arras em 1435, promoveu em 1439 a conclusão de um tratado de commercio entre a Inglaterra e a Borgonha. Obteve a liberdade do duque de Orleans, que ficara prisioneiro dos inglezes na batalha de Azincourt em 1415, etc. A vida da duqueza D. Izabel foi uma sequencia de acções nobres, virtuosas e cavalheirescas. Em 1453, sabendo que a cidade de Cons-

tantinopla era tomada pelos turcos, escreveu com o seu proprio punho a todos os principes christãos, animando-os a recuperal-a, e offerecendo-se com todos os seus vassallos para companheira dos trabalhos e da conquista. Carlos VII, de França, pretendia que os Estados de Borgonha eram seus feudatarios, e lhe deviam pagar tributo, vindo os seus duques assistir aos parlamentos. O duque defendia a sua soberania, não querendo reconhecer-se suzerano de França. Para impedir um rompimento que seria fatal aos dois Estados, a duqueza dirigiu-se a Paris, e com eloquentes palavras persuadiu el rei Carlos VII, que o pleito se decidisse pelo duello de dois cavalleiros. O rei acceitou, nomeando o mais destro e esforçado cavalleiro francez que tinha na sua côrte, e a duqueza de Borgonha escolheu para defensor Alvaro Gonçalves Coutinho, o *Magriço*, que voltava triumphante com os seus onze cavalleiros, dos celebres duellos de Londres. Chegou o dia do duello, a que assistiu toda a côrte de França, a duqueza, os respectivos juizes e muita nobreza e povo. No primeiro impeto, partiram os contendores as lanças, e puxando das espadas, Magriço cortou a cabeça ao seu adversario, vencendo assim o pleito, de que era esforçado campeador. (V. *Magriço).* Em 1457 deixou a côrte, e foi habitar no castello de Nieppe, ao pé de Hazebrouck. D. Izabel distinguiu-se tambem pela sua caridade e pelos cuidados com que tratava os pobres e os doentes. Conservou sempre uma grande affeição pelos Estados de que era soberana e o maior interesse pelos destinos do seu paiz natal. Foi por sua intervenção que passaram a Portugal, e obtiveram concessões de terras nos Açôres, os flamengos que colonisaram aquellas ilhas. A duqueza teve tres filhos, dos quaes dois morreram meninos, e o terceiro foi o celebre Carlos o *Temerario*, que succedeu a seu pae, e foi o ultimo duque de Borgonha. Sobreviveu tres annos a seu marido, e falleceu com 74 annos, sendo sepultada no convento da cartuxa, de Dijon. Da duqueza D. Izabel ha uma *Carta* autographa, que se conservava no Archivo de Bruges, e cuja traducção ou copia foi publicada no jornal *O Popular*, de Londres, em 1825, vol. III, pag. 262.

Izabel *(D.)* Filha do 1.º duque de Bragança, fallecida em Arevalo em 1465. Casou em 1424 com D. João, mestre da ordem de S. Thiago e filho de D. João I, do qual houve 3 filhos. Era muito estimada por seu avô, o grande condestavel D. Nuno Alvares Pereira. Enviuvou em 1442, e foi para Hespanha viver na companhia de sua filha, a rainha D. Izabel.

Izabel *(D.)* Rainha de Castella; filha do principe portuguez D. João, mestre de S. Thiago e filho de D. João I; sua mãe era D. Izabel, neta do condestavel D. Nuno Alvares Pereira. Casou em 1447 com D. João II, de Castella, que já era viuvo. Foi mãe da rainha Izabel a Catholica. Enviuvou em 1454 e falleceu em Castella.

Izabel *(D.)* Duqueza de Coimbra, mulher do infante D. Pedro. Era filha de D. Jayme, conde de Urgel, pretendente do throno de Aragão, que fôra vencido por D. Fernando, seu competidor. A filha de D. Fernando, D. Leonor, casou com el-rei D. Duarte, de Portugal, e D. Izabel de Urgel com seu irmão, o infante D. Pedro, duque de Coimbra. Pouco se sabe da vida d'esta senhora, e ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento.

Izabel *(D.)* Rainha de Portugal, mulher de D. Affonso V, filha do infante D. Pedro, duque de Coimbra, e de sua mulher, D. Izabel, de Urgel. N. em 1432, fal. a 2 de dezembro de 1455. Ainda muito creança celebraram se os seus esponsaes em Obidos com seu primo D. Affonso V, e o moço rei tanto se lhe affeiçoou, que apezar de o terem indisposto cruelmente com seu tio, o regente do reino D. Pedro, apenas subiu ao throno em 1447, a primeira cousa que fez, foi tornar effectivo esses esponsaes. As intrigas palacianas e as luctas entre seu marido e seu pae, amargurarам a vida d'esta senhora, que succumbiu contando apenas 23 annos de edade. Os inimigos do regente, com especialidade o duque de Bragança, temiam a joven rainha, apezar d'ella adorar seu marido, e deixar se levar mais pelas palavras de D. Affonso, do que pelas de seu pae. Chegaram a levantar aleivosias e infamias contra a honra da rainha; para que el-rei a repellisse, chegando os medicos e os padres a aconselhal-o que não cohabitasse com sua mulher, porque lhe podia ser fatal á sua saude. No entretanto, os inimigos não conseguiram malquistal-a com el-rei, mas D. Izabel, apezar do amor de seu marido, não pôde alcançar que elle se reconciliasse com D. Pedro. Seguiu-se a infausta batalha d'Alfarrobeira e a morte do regente, e quando a desventurada rainha recebeu tão dolorosa noticia, ficou perfeitamente fulminada, mas não se atreveu a mostrar a intensidade da sua dôr, tanto para não offender el-rei, como por medo dos seus inimigos triumphantes. A muito custo conseguiu de seu marido que o cadaver de seu pae fôsse sepultado em sagrado, e só em 1455, depois do nascimento de seu filho, mais tarde el-rei D. João II, é que pôde obter que fôsse encerrado do convento da Batalha. V. *Affonso V* e *Pedro (D.) duque de Coimbra.*

Izabel *(D.)* Rainha de Portugal; primeira mulher d'el-rei D. Manuel, sendo já viuva do principe D. Affonso, filho de D. João II. N. em Dueñas a 2 de outubro de 1470, fal. em Saragoça a 28 de agosto de 1498 e foi sepultada em Toledo no côro do convento das religiosas de Santa Izabel a Real. Era filha dos reis catholicos Fernando e Izabel. Depois da guerra da successão entre D. Affonso V e os reis catholicos, celebrou-se o contrato de paz, e como garantia d'esse contrato, foi mandada D. Izabel para Moura em *terçaria*, como se dizia então, isto é, em refens; da parte de Portugal, tambem como refens, partiu para Moura D. Affonso, filho do principe D. João, mais tarde D. João II. N'essa occasião ficou logo combinado o casamento entre as duas creanças. Em 1488, tendo o principe D. Affonso 14 annos de edade, mandou D. João II perguntar aos reis catholicos se ainda conservavam as mesmas disposições a respeito do casamento. A resposta foi affirmativa, declarando aquelles monarchas que tinham rejeitado para sua filha a mão dos mais poderosos principes da Europa, para a reservarem ao principe D. Affonso, de Portugal. Esse casamento, na verdade, sorria aos reis catholicos, pensando na união ibérica. D. Izabel era a unica herdeira de Castella e D. Affonso o unico herdeiro de Portugal, casando um com o outro, uniam debaixo d'uma só

corôa todos os reinos da peninsula. Tanto os reis castelhanos como os portuguezes amavam extremosamente seus filhos, e por isso fôram pomposas e deslumbrantes as festas do casamento, que se realisou em Evora a 27 de novembro de 1490, (V. *Affonso, D.*). Infelizmente, 7 mezes depois, a 12 de julho de 1491, o principe D. Affonso morreu desastrosamente, caindo d'um cavallo, em Almeirim, não tendo ainda completado 17 annos de edade, e deixando viuva com 20 annos sua mulher. D. Izabel ficou profundamente apaixonada por tão inesperado golpe, e partiu logo para Hespanha, indo reunir-se a seus paes, que estavam concluindo a conquista de Granada. D. Izabel consagrava verdadeiro amor a seu marido, e não cessou de prantear a sua perda. Pedro Martyr, na sua epistola 171, datada dos fins do anno de 1496, e dirigida, segundo parece, a um portuguez, diz o seguinte: «Foi admiravel a constancia d'esta senhora em rejeitar segundas nupcias. Tanta é a sua modestia, tal a sua casta viuvez, que não tornou a comer á mesa depois da morte do marido, nem provou cousa nenhuma saborosa. Por tal fórma se macerou com vigilias e jejuns, que está mais secca do que um ramo secco. Toda se afoga em rubor, quando se lhe fala em segundo casamento. Comtudo parece que se tem deixado convencer pelos pedidos dos paes. Corre fama de que será mulher do vosso rei D. Manuel.» Na verdade, desde que D. Izabel viera para Portugal como noiva do mallogrado principe D. Affonso, entre os muitos a quem encantou a gentileza da filha dos reis catholicos, não foi o joven D. Manuel, então simples duque de Beja, o que menos se deixou impressionar. Encarregado de ir recebel-a á fronteira, viu-a antes que a visse o principe seu destinado noivo. Sentiu-se logo apaixonado, mas comprimindo esse amor, que era um crime, D. Manuel acompanhou-a respeitosamente a Extremoz. Tendo fallecido D. Affonso, e depois D. João II, vendo-se senhor do throno de Portugal, D. Manuel pensava unicamente em obter a mão da desolada viuva, que tanto idolatrava. Os reis catholicos, desejosos de contrahir uma alliança com a Casa Real portugueza, e ignorando o amor secreto que animava D. Manuel, mandaram-lhe offerecer uma outra das suas filhas, a infanta D. Maria. D. Manuel rejeitou a offerta, declarando que amava a princeza D. Izabel. Os monarchas castelhanos acceitaram jubilosamente esse enlace, que apresentava á sua filha predilecta a perspectiva ambiciosa d'um throno. Mas debalde os paes insistiram, debalde el-rei D. Manuel lhe pintou, por intervenção de embaixadores, a paixão que ella lhe inspirara, D. Izabel conservou se inflexivel. Afinal tanto se obstinaram os paes que a princeza consentiu, impondo uma condição inesperada e horrorosa. Exigia que D. Manuel expulsasse do seu reino os judeus, porque á tolerancia com que D. João II os tratava, attribuia a fanatica princeza os infortunios da Casa Real. A futura rainha conservava no seu caracter o mesmo fanatismo de sua mãe; era hereditaria na familia aquella sombria tendencia. Infelizmente D. Manuel acceitou essa horrivel condição, e os judeus fôram barbaramente expulsos de Portugal como o haviam sido de Hespanha. Cumprida a condição, celebrou-se o casamento em Valencia de Alcantara em 1497. E' singular que continuavam a ser fataes os casamentos de D. Izabel. N'este foi seu irmão D. João, que apanhou umas febres de que morreu. Deixava gravida sua mulher Margarida d'Austria, mas a creança nasceu morta pouco tempo depois. Passou por conseguinte D. Izabel, rainha de Portugal, a ser a herdeira presumptiva do throno de Castella. Por isso. e para firmar o seu direito, logo ella e seu marido, elrei D. Manuel, se nomearam principes de Aragão, Leão e Castella. A idéa da união iberica veiu affagar a ambição do monarcha portuguez, e d'esta vez com todas as probabilidades de bom exito. D. Manuel e D. Izabel fôram a Hespanha para serem jurados herdeiros das corôas de Castella e de Aragão. Encontraram difficuldades nas côrtes de Aragão, que se dissiparam quando a rainha teve um filho, o principe D. Miguel, assim chamado por ter nascido no dia em que a Egreja festeja este santo, o qual foi logo reconhecido como herdeiro das tres corôas da peninsula hispanica: Aragão, Castella e Portugal. Pouco tempo, porém, duraram essas esperanças de união iberica, porque D. Miguel morreu a 19 de julho de 1500, apenas com 23 mezes de edade. Sua mãe não pudera resistir aos trabalhos do parto, e fallecera n'esse acto.

D. Izabel de Castella

Izabel *(D.)*. Filha do 4.º duque de Bragança, D. Jayme, e de sua segunda mulher, D. Joanna de Mendonça. N. em Villa Viçosa, onde tambem falleceu a 16 de setembro de 1576. Casou a 23

de abril de 1537 com o infante D. Duarte, filho d'el-rei D. Manuel. Foi muito estudiosa e dada ás letras, chegando a escrever dois livros. Foi mãe da duqueza de Bragança D. Catharina, pretendente ao throno de Portugal por morte do cardeal-rei D. Henrique.

Izabel *(D.)* Imperatriz d'Allemanha. Nasceu em Lisboa a 24 de outubro de 1503, fal. em Toledo em 1539. Era filha de el-rei D. Manuel e da rainha D. Maria, sua segunda mulher. Contava 22 annos quando casou com o imperador Carlos V, que por ella se apaixouara. Este casamento foi recommendado por el-rei D. Manuel, em codicillo feito a 11 de dezembro de 1521. A recommendação do monarcha cumpriu-se, e a 6 de outubro de 1525 firmou-se em Torres Novas o contrato de casamento da infanta D. Izabel com o imperador Carlos V, o monarcha mais poderoso, que então dominava na Allemanha e na Hespanha, estendendo a iufluencia da sua politica e o poder das suas armas ao mundo inteiro. O contrato confirmou-se por procuração, em Almeirim, a 1 de novembro do referido anno, sendo Carlos V representado peio seu embaixador Carlos Popeto. Houve grandes festas em Almeirim, que duraram até ao fim do anno A novel imperatriz seguiu em janeiro de 1526 para Elvas com grande comitiva, fazendo a viagem em liteira até á raia; depois montou n'uma linda faca branca, e com luzido acompanhamento foi ao encontro da embaixada que a vinha buscar da parte do imperador, e que se compunha do duque de Calabria, duque de Béjar e arcebispo de Toledo. Celebraram-se as bodas com grande magnificencia em Sevilha em 1 de março de 1526 Carlos V deu por divisa a sua mulher as tres graças, tendo uma d'ellas uma rosa, symbolo da formosura de D. Izabel; outra um ramo de murta, symbolo do amor; e a terceira uma corôa de carvalho, symbolo da fecundidade, e este mote : *Has habet et superat.* D. Izabel recebera em dote 900:000 cruzados, quantia importantissima n'aquella epoca. Emquanto Carlos V corria o mundo, procurando saciar a sua ambição incommensuravel, residia ella em Toledo, sem se occupar das cousas da politica, sem fausto, quasi sempre no seu oratorio resando, ou junto das amas dos seus numerosos filhos. Os seus muitos partos occasionaram-lhe a morte, e ficou sepultada em Granada. Diz-se que o imperador tanto se apaixonou pela perda de sua esposa, que ainda no convento de S Justo, onde se recolheu, passava horas a comtemplar o retrato que da formosa filha de D. Manuel fizéra o pintor Ticiano.

Medalhas commemorativas do casamento de Carlos V

Izabel *(D.)* Princeza de Portugal. N. em Lisboa a 6 de janeiro de 1669, onde tambem fal a 28 de outubro de 1690. Era filha de D. Pedro II e de D. Maria Francisca de Saboia Nemours, que casára com D. Affonso VI, irmão de D. Pedro, e que vivendo ainda seu marido, casou com seu cunhado. D. Izabel foi reconhecida como princeza real e herdeira presumptiva do throno de Portugal, nas côrtes que se celebraram em Lisboa no anno de 1674. Em 1679 tratou-se do seu casamento com Victor Amadeu, duque de Saboia, seu primo, e as côrtes, então reunidas em Lisboa, derogaram só por esta vez a lei chamada das *Côrtes de Lamego*, que excluc todo e qualquer principe estrangeiro á Corôa. A 25 de março de de 1681, o marquez de Droné, embaixador da Saboia, fez cerimonia dos esponsaes, em nome do duque seu amo, no salão dos Embaixadores, e ali se deu o costumado presente á princeza. No anno do 1682 foi enviado embaixador o duque de Cadaval para acompanhar a Lisboa o real noivo. A esquadra que o conduzia, compunha-se de 8 navios, ricamente equipados. No fim de feliz viagem, chegou a Villafranca, d'onde o duque de Cadaval passou a Turim e ali se encontrava o duque de Saboia muito doente, ou dizendo-se doente d'uma febre pertinaz. Este facto serviu de pretexto ao partido contrario de Madame Real, mãe do joven duque e regente durante a sua menoridade, para adiar a viagem que ella muito desejava, afim de assegurar uma corôa real a seu filho, dizendo tambem o partido inimigo, que era para ficar governando sem competidor aos seus estados, favorecendo n'esse caso as idéas de Luiz XIV, rei de França. O embaixador portuguez, vendo que o duque de Saboia se não restabelecia, que o partido contrario á sua vinda para Portugal augmentava todos os dias, e que o proprio duque se inclinava a esse partido, resolveu voltar para o seu paiz, não querendo invernar nos portos do Piemonte. Este incidente e a enfermidade que sobreveiu á rainha D. Maria Francisca de Saboia, da qual fal-

leceu no dia 27 de dezembro de 1683, romperam esta alliança, não desejando outra cousa os portuguezes senão vêr casado de novo o principe D. Pedro, que já tinha assumido o titulo de rei de Portugal, por ter morrido em setembro d'esse anno seu irmão D. Affonso VI. D. Pedro II satisfez o desejo dos seus vassallos, casando em segundas nupcias em 1687, com D. Maria Sophia de Neuburgo, filha do eleitor palatino Filippe Guilherme de Neuburgo. Pensou-se depois em casar a princeza D. Izabel com el-rei Luiz XIV ou com o delfim seu filho; falou-se tambem em Carlos II, de Hespanha, no grão-duque de Toscana, no duque de Parma e no principe Carlos palatino, porém nada se resolveu. A morte d'um principe, filho de D. Pedro II e da sua nova consorte, que nascera em 1688 vivendo apenas alguns dias, tornou a princeza D. Izabel segunda vez herdeira do throno de Portugal, mas a 22 de outubro de 1689 nasceu outro principe, que de novo tirou esse titulo á princeza. Este principe era o futuro rei D. João V. Adoecendo de bexigas, nunca se pôde restabelecer d'essa enfermidade, e desesperando os medicos da sua vida, preparou-se para morrer christãmente, recorrendo aos suffragios da egreja. Foi sepultada na egreja do convento do Santo Crucifixo *(Francezinhas)*, junto da rainha sua mãe, que fôra a fundadora do convento, e que tambem ali estava sepultada. A princeza D. Izabel era muito instruida; falava com perfeição as linguas franceza, italiana e hespanhola; sabia latim e dedicava-se muito ao estudo da historia. O padre d'Orleans escreveu a vida d'esta princeza e de sua mãe. Diz se que o verdadeiro motivo de se ter desmanchado o casamento do duque de Saboia com a princeza D. Izabel, foi o receio dos saboianos da influencia preponderante de Luiz XIV, que era quem desejava muito este casamento, provavelmente para dar com a corôa de Portugal uma compensação ao duque Victor Amadeu pela perda do Piemonte, que desejaria annexar á França.

Izabel *(Real Ordem de Santa)* V. *Santa Izabel (Real Ordem de).*

Izabel *(Ponta da).* Ponta na costa do conc. e distr. de Loanda, prov. de Angola. Está situada, perto de 800 m. ao SO. do forte de S. Francisco do Penedo. Proximo d'ella ha um jardim publico. Com o morro de S. Miguel, primitivamente chamado de S. Paulo, fórma um dos limimites do bairro baixo da cidade de Loanda.

Izabel Maria *(D.)* Infanta de Portugal, sendo o seu nome completo D. Izabel Maria da Conceição Joanna Gualberta Anna Francisca d'Assis Xavier de Paula d'Alcantara Antonia Raphaela Michaela Gabriella Joaquina Gonzaga de Bragança e Bourbon. Gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição; dama das ordens de Santa Izabel, rainha de Portugal, e das Damas Nobres de Maria Luiza, de Hespanha; condecorada com a Cruz Estrellada, da Austria. N. em Queluz a 4 de julho de de 1801, fal. em Bemfica a 22 de abril de 1876. Era filha de D. João VI e de sua mulher, a rainha D. Carlota Joaquina. Tinha 25 annos de edade, quando seu pae, sentindo-se gravemente doente, pensou em assegurar a governação do reino por uma regencia. D. Pedro, o herdeiro da corôa, estava no Brazil, que se tornara independente; D. Miguel em Vienna d'Austria; a rainha D. Carlota Joaquina exilada em Queluz *(V. Carlota Joaquina D.)* e não se podia admittir sequer a possibilidade de se lhe confiar a regencia; as filhas mais velhas, D. Maria Thereza e D. Maria Francisca d'Assis, haviam casado com principes de Hespanha, e por isso D. João VI nomeou uma Junta de Regencia, pelo decreto de 6 de março de 1826, que seria presidida pela infanta D. Izabel Maria, e composta do cardeal patriarcha eleito, duque do Cadaval, marquez de Vallada, conde dos Arcos e os 6 ministros do Estado. Esta regencia prevaleceria emquanto o legitimo herdeiro e successor da corôa de Portugal não désse providencias a tal respeito. D. João VI falleceu 4 dias depois d'este decreto, a 10 de março de 1826, e a infanta assumiu a presidencia da junta da Regencia até que seu irmão D. Pedro IV, reconhecido legitimo herdeiro e successor da corôa por seus irmãos e pelas côrtes geraes da nação, resolvesse a tal respeito. (Cartas de 6 de abril e de 12 de maio de 1826*)*. D. Pedro, então imperador do Brazil, por decreto de 26 de abril confirmou e continuou a instituida Regencia, até á installação da que havia de decretar na Carta Constitucional, que ia promulgar, Carta que foi outorgada no dia 29. A 2 de maio abdicou D Pedro, debaixo de certas condições, os seus direitos á Corôa de Portugal em sua filha, D. Maria da Gloria, futura rainha, e que apenas contava 7 annos, a qual deveria casar com seu tio, o infante D. Miguel. Em Portugal esperavam-se anciosamente noticias do Brazil, quando chegou o embaixador inglez Carlos Stuart, que era o portador da Carta e da abdicação. Houve grande enthusiasmo entre os liberaes, que já principiavam a agitar-se no Porto, e grande despeito entre os absolutistas, chegando alguns ministros da Regencia, que pertenciam a este partido, a declarar que dariam a sua demissão se D. Izabel Maria fizesse executar a Carta. Grandes intrigas se seguiram, e o juramento foi-se demorando, a ponto do general Saldanha fazer uma representação pedindo que se jurasse immediatamente a nova constituição do reino. A cerimonia do juramento da Carta Constitucional veiu a realisar-se com toda a solemnidade no dia 31 de julho, perante uma assembléa em que estava legal e legitimamente representada, não só a nação portugueza como os differentes estados. A infanta proferiu com voz firme e convicta estas solemnes palavras: «Juro cumprir e fazer cumprir e guardar a Carta Constitucional decretada e dada por el rei o senhor D. Pedro IV, em 29 de abril de 1826, para os reinos de Portugal e Algarve e seus dominios, tão inteira e fielmente como n'ella se contém.» No dia 1 de agosto seguinte corria as mãos de todos os portuguezes uma proclamação, que retemperou o brio nacional, na qual a mesma infanta regente dizia: «Portuguezes; se até agora, como o sabeis, tenho sacrificado minha saude por bem da patria, sacrificarei d'aqui em deante a propria vida, se um tal sacrificio fôr preciso ao bem do Estado.» *(Gazeta de Lisboa*, n.º 178, 1826*)*; porque reacendendo se as pretenções de D. Miguel, a infanta lhe escrevia 12 de julho de 1826, em termos que, sem desdizerem affecto fraternal, revelavam comtudo o seu enthusiasmo pela cau-

sa da liberdade: «O meu affecto principal é e será sempre cortar intrigas, unir a nossa familia e tornal-a cada vez mais amavel a uma nação dotada das mais bellas qualidades, que em todos os seculos da monarchia a distinguiram sempre, e que n'estes ultimos tempos alguns homens tão ambiciosos, como perversos, procuraram desorientar e perder. Mas eu espero (e minhas esperanças não serão baldadas) em Deus, que tão visivelmente tem livrado estes reinos das maiores e mais horrorosas calamidades, que ha de confundir a impostura, a impiedade e o crime, e que Portugal ha de voltar ainda aos seus antigos seculos de gloria; principalmente pondo-se em pratica, como espero, e em rigorosa observancia, as sabias determinações do nosso mano e legitimo rei. o sr. D. Pedro IV, e imperador do Brazil, determinações que teem recebido o applauso e approvação geral da nação, e que só teem desagradado aos que contavam com a continuação dos inveterados abusos que pesavam sobre o desgraçado Portugal, e

D. Izabel Maria

que tanto affligiam o paternal coração de nosso augusto e lamentado Pae, sem comtudo tomar jámais a nobre resolução de os cortar e extinguir.» *(Gazeta de Lisboa*, n.º 163). E era assim que as folhas liberaes d'aquella epoca diziam: «A Infanta Regente pela magnanima franqueza com que tem promovido e promove as nossas instituições, é hoje o idolo de todos os corações verdadeiramente portuguezes.» Apezar do infante D. Miguel declarar de Vienna d'Austria, que acceitava as vontades de seu irmão, o partido absolutista, que o reconhecia como seu chefe, continuou a agitar-se, chegando mesmo a lançar-se no caminho da revolta. Algumas partidas miguelistas se levantaram em Traz os-Montes, mas fôram facilmente dispersas pelo general d'aquella provincia José Correia da Serra Encontraram, porém, facil guarida em Hespanha, onde o governo absoluto de Fernando VII não sympathisava com as medidas liberaes introduzidas na legislação portugueza. Na noite de 26 para 27 de julho revoltou-se em Bragança o regimento de infantaria n.º 24, commandado pelo visconde de Montalegre, que tambem teve de se refugiar em Hespanha, e a 2 de agosto em Estremoz o de infantaria n.º 17, incitado pelo brigadeiro Maggèssi, que teve egualmente de passar ao paiz visinho O ministerio nomeado pelo decreto de 1 de agosto de 1826, protestou contra o procedimento do governo hespanhol, que protegia visivelmente os absolutistas. Este ministerio era composto por Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato (reino), D. Francisco de Almeida Portugal (estrangeiros), Pedro de Mello Breyner (justiça), barão do Sobral (fazenda), João Carlos de Saldanha de Oliveira Daun (guerra), Ignacio da Costa Quintella (marinha). No dia 5 de outubro revoltou-se o marquez de Chaves em Villa Real, tendo tambem de se refugiar em Hespanha. No mesmo dia revoltou-se em Villa Real de Santo Antonio infantaria n.º 14, um contingente de caçadores n.º 4, etc., e esses rebeldes conseguiram até estabelecer uma junta governativa em Faro, mas não tardaram a ser batidos pelo general Saldanha, que abafou a revolta. Ao norte, revoltara-se ao mesmo tempo caçadores n.º 7, e passava para Hespanha; as deserções avultaram de tal fórma, que pôde o marquez de Chaves organisar um exercito com que entrou em Portugal por Traz-os-Montes em novembro de 1826. cercando Bragança, e marchando sobre Villa Real, onde a marqueza de Chaves erguera tambem o grito da revolta. Ao mesmo tempo Maggessi entrava pelo Alemtejo, mas o conde de Villa Flôr batia-o obrigando-o a tornar a Hespanha. O marquez de Chaves, porém, chegou a ir até Vizeu, o governo hespanhol déra-lhe grande força moral, mas o governo portuguez, autorisado pelas côrtes que se tinham reunido em cumprimento das disposições da Carta Constitucional, pediu auxilio á Inglaterra, que promptamente nos mandou um exercito de 6:000 homens commandado pelo general Clinton, que esteve aqui puramente como exercito de observação, emquanto o conde de Villa Flôr, proseguindo nas suas operações militares, destroçava completamente o marquez de Chaves em Coruche, no dia 9 de janeiro de 1827. Um instante desanimado, e refugiado na fronteira hespanhola, o marquez de Chaves não tardou a retomar a offensiva, entrando por Traz-os-Montes, destroçando o coronel Zagallo em Ruivães, outra columna liberal no Minho, e ameaçando o Porto, mas o marquez d'Angeja e o conde de Villa Flôr reuniram-se e derrotaram-n'o completamente no Prado a 4 de fevereiro de 1827. Telles Jordão, subalterno do marquez de Chaves, ainda quiz renovar a lucta, mas, depois d'uma curta incursão, os seus soldados revoltaram-se e obrigaram n'o a fugir. Ainda em 30 de abril houve uma sedição militar em Elvas, que se abafou promptamente, não sem ter havido combate. O peor era a discordia que reinava no governo; a rainha D. Carlota Joaquina intrigava, as camaras não se entendiam uma com a outra, havia dissidencias graves entre os ministros, e a demissão do general Saldanha foi causa d'um motim em Lisboa, e a infanta D. Izabel Maria adoecera gravemente. Durante este periodo tinha havido as seguintes alterações no ministerio: por decreto de 6 de dezembro de 1826 fôra nomeado ministro do reino Luiz Manuel de

Moura Cabral, ministro da marinha Antonio Manuel de Noronha, e da guerra o marquez de Valença; por decreto de 28 de dezembro, fôra para o reino D. Francisco Alexandre Lobo, e para a justiça Luiz Manuel de Moura Cabral; por decreto de 9 de junho de 1827, ministro do reino visconde de Santarem, justiça bispo do Algarve, fazenda o conde da Louzã, D. Diogo, estrangeiros o marquez de Palmella; por decreto de 10 de junho, o marquez monteiro-mór fazenda e estrangeiros; por decreto de 11 de junho, fazenda Antonio Manuel de Noronha, e estrangeiros João Carlos de Saldanha de Oliveira Daun; por decreto de 17 de junho, Manuel Antonio de Carvalho para a fazenda; por decreto de 26 de julho o conde da Ponte, guerra e estrangeiros; por decreto de 5 de setembro: Carlos Honorio de Gouveia Durão, reino e marinha; por decreto de 7 de setembro, José Freire de Andrade, justiça; por decreto de 10 de setembro, Candido José Xavier, guerra e estrangeiros. D. Pedro IV receando algum successo fatal, resolveu confiar o logar tenente do reino a seu irmão D. Miguel. Em Vienna d'Austria haviam-se celebrado em 29 de outubro de 1826 os esponsaes da rainha D. Maria II com seu tio, por procuração que déra ao barão de Villa Secca, ministro plenipotenciario do Brazil junto da côrte de Vienna. D. Miguel apressou-se a partir de Vienna d'Austria para Lisboa, onde chegou a 22 de fevereiro de 1828, vindo a bordo da fragata portugueza *Perola*. A infanta D. Izabel Maria entregou a regencia do reino a seu irmão, que officialmente a assumiu no dia 26 do referido mez de fevereiro perante as côrtes geraes, renovando o juramento de fidelidade ao legitimo monarcha e á Carta Constitucional. Durante todo o governo do infante D. Miguel, e depois de D. Maria II, conservou-se a infanta D. Izabel Maria entregue á vida privada no seu palacio de Bemfica, afastada completamente da politica. Em 1834 ainda reappareceu mostrando-se muito afeiçoada a D. Miguel. Depois dedicou-se ás praticas religiosas, indo algumas vezes a Roma visitar o santo padre, e sujeitando-se á influencia dos padres, dos lazaristas, das irmãs de caridade, e afinal dos missionarios irlandezes, a quem legou a maior parte da sua fortuna, o que promoveu o maior desagrado na opinião publica. No *Diario Illustrado* de 26 de abril de 1876 vem publicado o seu testamento.

Izabelinha. Pov. na freg. de Santa Maria, de Veatodos, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Izabelões. V. *Bastos (Manuel Patricio de).*

Izé. Ribeira da ilha do Principe, na prov. de S. Thomé e Principe. Desagua pela costa N O da ilha na bahia dos Mafras ou de Biafra.

Izeda. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 996 hab. e 236 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. permutando malas com Bragança. A pov. dista 26 k da séde do conc. e está situada proximo da margem direita do rio Sabor. Foi séde d'um antigo conc. que se supprimiu por decreto de 24 de outubro de 1855. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. E' a primeira povoação agricola do conc. e do distr. Tem uma fabrica importante de cortiça e é séde de juizo de paz.

Izei. Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Samaiões, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

J

Jaboana. Terras da Corôa, distr. de Inhambane, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Jaboatão *(Fr. Antonio de Santa Maria).* Religioso da ordem de S. Francisco, da provincia de Santo Antonio do Brazil. N. na freg. de Santo Amaro, banhada pelo rio Jaboatão, na provincia de Pernambuco, em 1695. Ignora se a data da sua morte. Professou a 12 de dezembro de 1717. Exerceu diversos cargos na sua ordem, de que foi tambem chronista. Pertenceu á Academia dos Esquecidos, erecta na Bahia. Escreveu: *Discurso historico, geographico, genealogico, politico e encomiastico, recitado em a nova celebridade, que dedicaram os pardos de Pernambuco ao santo da sua côr o B. Gonçalo Garcia*, Lisboa, 1751, *Sermão de Santo Antonio, em o dia do Corpo de Deus*, Lisboa, 1751; *Sermão de S. Pedro Martyr, prégado na matriz do Corpo Santo do Reciffe*, Lisboa, 1751; *Josephina Regio-equivoco-panegyrica; tres praticas e um sermão do glorioso Patriarcha S. José, offerecidos ao Serenissimo Rei D. José I, prégados na egreja matriz da Paraiba*, Lisboa, 1753; *Gemidos seraficos*, etc., exequias celebradas pela provincia de Santo Antonio na morte do fidelissimo rei D. João V, Lisboa, 1755, *Jaboatão Mystico, em correntes sacras dividido, corrente primeira, panegyrica e moral*, Lisboa, 1758; são 10 sermões; *Orbe Serafico Novo Brazilico, descoberto, estabelecido e cultivado a influxos da nova luz de Italia, estrella brilhante de Hespanha, luzido sol de Padua, astro do céo de Francisco, o thaumaturgo portuguez Santo Antonio, a quem vae consagrado como theatro glorioso e parte primeira da chronica dos Frades menores da mais estreita e regular observancia da Provincia do Brazil*, Lisboa, 1761; *Novo Orbe serafico brazilico, ou Chronica dos frades menores da provincia do Brazil, por Fr. Antonio de Santa Maria Jaboatão, impressa em Lisboa em 1761, e reimpressa por ordem do Instituto Historico e Geographico Brazileiro*, Rio de Janeiro, 1858, 2 volumes; *Novo Orbe serafico brasilico, ou Chronica dos frades menores, etc. Parte segunda (inédita)*, Rio de Janeiro vol. I, 1859, vol. II, 1851; vol. III, 1862.

Jaca. Pov. na freg. de S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. Nova de Gaia, distr. do Porto.

Jacinto *(Fr. João).* Religioso da ordem de S. Paulo, primeiro eremita, commissario geral da bulla da cruzada e prégador afamado. Falleceu em 1820. O viajante inglez Beckford allude a este religioso no livro que consagrou a Portugal. Escreveu: *Oração funebre que recitou na egreja das religiosas de S. Paulo, nas exequias que a junta da bulla mandou celebrar em memo-*

ria da fidelissima rainha a senhora D. Maria I em 5 de novembro de 1816. Tem uma dedicatoria a D. João VI.

Jacinto *(Joaquim Antonio)*. Medico pela Escola Medica-cirurgica de Lisboa. N. em Pedrogão Grande a 29 de novembro de 1816, fal. em Thomar a 20 de fevereiro de 1906. Matriculou-se na Escola Medico-Cirurgica em 1836, e terminando o curso em 1842, foi para a sua terra natal, onde exerceu a clinica até outubro de 1845, indo depois fixar a sua residencia em Thomar. Exerceu clinica sem partido durante 17 annos, até que em 1862 foi nomeado medico do partido municipal, em virtude d'uma representação firmada por centenares de pessoas de todas as classes sociaes do concelho, em que se pedia para que a camara, reconsiderando na deliberação tomada em sessão de 22 de agosto do referido anno de 1862 e pela qual fôra nomeado outro medico, aunullasse aquella nomeação e provesse no logar o outro concorrente preterido, o dr. Joaquim Antonio Jacinto. O bem conceituado clinico tinha na maior consideração o valiôso documento, conservando-o sempre como uma preciosidade. Em 1890, sentindo-se já velho e cançado pela fadiga a que o obrigava a sua assidua e dedicada clinica, aposentou-se. O dr. Joaquim Jacinto foi provido, em 1867, por concurso no logar de facultativo do hospital da Misericordia, de Thomar, mas em 1894 abandonou o cargo, desgostoso com as dissidencias da mesa administrativa d'aquelle anno, que o tinham attingido, e que elle considerava uma injustiça. Fez parte da vereação da camara municipal de Thomar no biennio de 1860 a 1861, sendo eleito vice-presidente, e depois presidente. Por muitos annos pertenceu á commissão do recenseamento eleitoral, primeiro como vogal em 1854, e depois como presidente nos annos 1862, 1864, de 1876 a 1878, e de 1890 a 1892. Pertenceu tambem por vezes á extincta Junta Geral do Districto, sendo no ultimo trieunio de 1890 a 1892 escolhido para presidente.

Jacinto d'Oliveira. Pov. da freg. de S. Bartholomeu, de Castanheira, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Jacob *(André)*. Foi um dos mais zelosos propugnadores da maçonaria em Portugal. Consta, que era inglez de nação, mas que entrou n'este reino ao serviço da marinha de guerra como official. Organisou com outros individuos, na maior parte estrangeiros, uma das *Lojas* que em Lisboa se estabeleceram nos annos de 1793 a 1794, á qual os seus fundadores deram o titulo de *Virtude*, e que se tornou notavel pelo numero e qualidade dos adeptos que em breve se lhe reuniram. Esta *Loja* esteve durante alguns annos collocada na propria casa da residencia de Jacob, sendo depois transferida para outros locaes, e consta que existia ainda em 1814. Em 1807, Jacob acompanhou a familia real para o Brazil, e em 1817 era capitão de mar e guerra da Armada Real. Escreveu: *Grammatica portugueza e ingleza por um methodo novo e facil*, Lisboa, 1793; *Novo e infallivel methodo de substituir o leme de qualquer navio no alto mar*, Rio de Janeiro, 1817.

Jacobeu. Membro d'uma seita de fanaticos, politica e religiosa, que principiou em tempos de D. João V.

Jacobino. Designação dada aos que serviram os francezes durante as invasões de 1807-1810, ou seguiam as suas idéas liberaes. Na famosa *setembrisada* de 1810, a reacção feroz contra os *jacobinos* confundia todos n'essa designação.

Jacome. Appellido de origem italiana e muito nobre. Em Portugal procede do fidalgo da Casa Real Rodrigo Jacome Raymundo de Noronha que, em tempo d'el rei D. Diniz, era mestre de campo dos auxiliares da villa de Thomar. Na ilha de S. Miguel é representante d'esta familia o sr. marquez de Jacome Correia, Ayres Jacome Correia, que reside em Ponta Delgada. As armas d'este appellido são: Escudo partido em pala, tendo na primeira em campo azul uma torre de prata coberta, e na segunda, em campo de ouro, meia aguia de preto, estendida e armada de vermelho; timbre, a torre do escudo.

Jacome *(P. Diogo)*. Coadjutor espiritual da Companhia de Jesus, cujo habito recebeu em Coimbra a 12 de novembro de 1548. No anno seguinte partiu para o Brazil como missionario, em companhia do padre Manuel da Nobrega, passando ambos muitos trabalhos, privações e fadigas. Na capitania do Espirito Santo ainda empregou mais o seu zelo apostolico, quando uma terrivel epidemia devastava grande parte dos habitantes, exercendo, sem receio da morte, os officios de medico, cirurgião e confessor. O excesso de trabalho e as muitas vigilias, assistindo aos enfermos, lhe causaram uma terrivel enfermidade, de que veiu a fallecer a 15 de abril de 1565. Escreveu: *Carta do Brazil em 1551, em que trata dos costumes dos indios, e trabalhos que os Padres da Companhia padecem na sua conversão*. Este manuscripto conservava-se no cartorio da Casa Professa de S. Roque. Publicou-se esta carta, vertida em italiano, juntamente com outras, em Veneza, 1559.

Jacome *(Francisco)*. Valoroso soldado que no anno de 1541 acompanhou o capitão D. Christovão da Gama, quando entrou no imperio da Ethiopia. Succedendo no posto de capitão ao celebre Jorge Nogueira, foi causa de que Malasegnet, imperador da Ethiopia, triumphasse no anno de 1577, de Robus Mamed, rei de Adel, o qual com um formidavel exercito entrou devastando as principaes terras d'aquelle vasto imperio, ao qual Francisco Jacome se oppôz com tanta energia, que obrigou uma parte de tão grande exercito se entregasse a uma vergonhosa fuga, e outra ficasse prisioneira. Escreveu: *Relação da victoria alcançada na Ethiopia no mez de dezembro de 1577 contra el-rei de Adel;* não chegou a imprimir-se; *Carta a el-rei D. Sebastião, escripta a 21 de julho de 1567;* conservava-se no archivo da Casa Professa de S. Roque; *Cartas varias* escriptas em pergaminho, que se guardavam no archivo do collegio dos jesuitas de Coimbra. El-rei D. Sebastião deu-lhe por brazão d'armas um escudo partido em pala de ouro e prata, tendo na primeira tres *III* pretos em roquete; na segunda quatro asnas de vermelho com uma brica verde, e n'ella um coronel de prata.

Jacome *(Marçal Casado)*. Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, lente de prima na sua faculdade. N. em Vianna do Castello nos fins do seculo XVI, e fal. em Lisboa em 1656. Foi desembargador da Casa da Supplicação. Tendo fallecido sua mulher em 1650, tomou ordens de presbytero, e foi conego doutoral e deputado

da Inquisição. Tinha fama de homem muito erudito. Deixou varios commentarios sobre os assumptos que leccionou.

Jacome Correia *(Ayres Jacome Correia, 2.º conde e 1.º marquez de)*. Opulento proprietario na ilha de S. Miguel, assim como seu pae, o 1.º conde de Jacome Correia. N. a 9 de agosto de 1883, e em 1896, por morte de seu pae, herdou o titulo de conde, em verificação da segunda vida que lhe fôra concedida. Em 1901 ou 1902 foi aquelle titulo elevado ao de marquez. O illustre titular dedicou-se á carreira diplomatica. Teve a honra de receber no seu palacio suas magestades el-rei senhor D. Carlos e rainha senhora D. Amelia, quando visitaram as ilhas dos Açôres em julho de 1901.

Jacome Correia *(Ayres Jacome Correia, 1.º conde de)*. Opulento proprietario na ilha de S. Miguel. N. em Ponta Delgada a 23 de setembro de 1817, onde tambem fal. em maio de 1896. Era filho de Pedro Jacome Correia e de D. Maria Ricarda Botelho. Veiu residir para Lisboa em 1843, contando 26 annos de edade, indo fixar novamente residencia em S. Miguel em 1866, depois do fallecimento de seu irmão mais velho, José Jacome Correia, senhor da casa vincular, que para elle passou por morte de sua mãe, tornando-se possuidor d'uma das primeiras fortunas das ilhas dos Açôres. O conde de Jacome Correia foi deputado em algumas legislaturas, sendo eleito pelo circulo de Ponta Delgada, cargo que exercia quando falleceu. Foi tambem par do reino electivo. Era o chefe do partido regenerador na sua terra natal, a que prestou relevantes serviços, assim como ao seu partido. Casou com D. Libania Amelia Ferreira. O titulo foi-lhe concedido em duas vidas, no anno de 1890. Era um caracter bondoso e muito caritativo; a sua bolsa sempre estava aberta a todos os actos de beneficencia e de caridade. Pouco tempo antes de fallecer fez um donativo á Misericordia de Ponta Delgada, de perto de 5:000$000 réis, para no seu hospital construir uma casa de operações com todos os requisitos da sciencia. Esta casa está ricamente provida de instrumentos cirurgicos e de antisepticos, e edificada conforme aos melhores estabelecimentos estrangeiros do mesmo genero. O risco foi escolhido em Paris pelo medico operador, o dr. Bruno Tavares Carreiro. D. Marianna Jacome Correia, viuva de seu irmão José Jacome Correia, tambem legou uma somma importante á mesma Misericordia. O fallecido estadista Fontes Pereira de Mello consagrava a maior estima e consideração ao conde de Jacome Correia.

Jacques. Familia oriunda de Aragão, da qual, passando a Portugal um dos seus membros, se estabeleceu no Algarve, onde os seus descendentes fundaram o morgado de Bandura. A esta familia pertencem os viscondes de Fonte Arcada. Os Jacques não teem armas proprias, mas usam as dos Magalhães, com quem se aparentaram. Estas armas são: Em campo de prata tres faxas xadrezadas de vermelho e prata; timbre, um abutre de prata armado de ouro.

Jacques Ferraz *(João da Silva Leonardo)*. Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra. Era natural de Coimbra e filho de Luiz da Silva Rocha. Foi doutorado em 25 de julho de 1801.

Jafafe de Baixo e de Cima. Duas povoações na freguezia de S. Christovão, de Macinhata do Vouga, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Jafanapatão. Cidade situada na extremidade septentrional da ilha de Ceilão. E' defendida por um forte e possue um porto, que é o terceiro da ilha, pelo seu commercio de madrepérola, madeira, e tabaco. Martim Affonso de Sousa fez tributario de Portugal em 1544 o rei de Jafanapatão, e D. Constantino de Bragança atacou a cidade, e tomou a, em 1554.

Jafunco. Territorio de gentios felupes, situado na emboccadura e margens do rio de S. Domingos ou de Cacheu, conc. de Cacheu, prov. da Guiné, Africa Occidental. Solo productivo ‖ Grande aldeia do territorio do mesmo nome, do conc. de Cacheu, prov. da Guiné. Está situada á beira-mar, na margem direita do rio de S. Domingos ou de Farim. No reinado de D. João VI, o governador Gonçalo de Gamboa, quiz transferir para ali a villa e presidio de Cacheu, mas nunca conseguiu realisar o seu proposito. Dista uns 40 k. da séde do conc., que é a villa de Cacheu.

Jaga Calandulla-Camuiry. Um dos dois sobados em que está dividida a pov. de Cazundo, do concelho de Malange, distr. da Lunda, pov. de Angola. Depende da 9.ª divisão.

Jaga Calandulla-Muange. Um dos dois sobados em que está dividida a pov. de Cazundo, conc. de Malange. distr. da Lunda, da prov. de Angola. Depende da 9.ª divisão.

Jagardo. Pov. na freg. de N. S. da Conceição, de Redinha, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Jagaz. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Seixo de Gatões, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Jagra. Pequeno reino ou tribu de gentios da prov. da Guiné, Africa Occidental.

Jalina. Pequeno territorio e pov. da prov. e conc. de S. Thomé e Principe, no conc. e ilha de S. Thomé, Africa Occidental. Fica ao S da fortaleza de S. Sebastião, da mesma ilha.

Jalles *(João Maria)*. Tenente coronel de artilharia, ao serviço no ministerio dos estrangeiros, fazendo parte da commissão de limites do reino. N. em Setubal a 13 de dezembro de 1850. Depois de habilitado com os estudos do lyceu Nacional de Lisboa e da Escola Polytechnica, matriculou-se na Escola do Exercito, onde concluiu o curso de artilharia no anno lectivo de 1875-1876. Assentou praça a 2 de novembro de 1871, sendo promovido a alferes a 27 de dezembro de 1876, a tenente a 12 de janeiro de 1879, a capitão a 31 de outubro de 1884, a major em 10 de março de 1898, e a tenente-coronel em 11 de fevereiro de 1904. E' official e cavalleiro da ordem de Aviz. Tem collaborado em varios jornaes, tanto na secção litteraria como sobre assumptos militares. Na *Bibliotheca do povo e das escolas*, publicação quinzenal editada pelo fallecido editor David Corazzi, inseriu os seguintes artigos: *Mineralogia*, *Geologia*, *Gravidade*, *Optica*, *Magnetismo*.

Jalungo *(Ponta de)*. Ponta ou cabo da costa NE da ilha Brava, no archipelago e prov de Cabo Verde, Africa Occidental. Fórma o limite N do posto da Furna.

Jam de Cima. Pov. da freg. de S. Mamede, de Perafita, conc. de Bouças, distr. do Porto.

Jamalpará. Aldeia pertencente á divisão de Uply-Pahw, ao sul do rio Saudalcalo, no concelho de Nagar-Avely, districto de Damão, na India.

Jamba. Pov. do sobado de Mutans, divisão e conc. de Humbe, distr. de Huilla, prov. de Angola.

Jamba ou Comufate. Pov. do sobado de Mahama, div. e c. ne. do Humbe, distr. de Huilla, prov. de Angola.

Jambarem. Territorio de gentios felupes, no conc. de Cacheu, prov. da Guiné, Africa Occidental, situado entre os rios Casamansa e de S. Domingos ou de Cacheu. Produz arroz em grande abundancia. D. Fr. João de Faro, bispo de Cabo Verde, naufragou n'aquellas paragens em 1471, quando se dirigia á séde episcopal. Colhido pelos felupes, soffreu captiveiro e infinitos ultrajes. Falleceu em viagem para S. Thiago, depois de ser resgatado por 2:000$000 réis. *(V. Faro, D. Fr. João de).* || Pov. e territorio do mesmo nome, no conc. de Cacheu, prov. da Guiné, Africa Occidental, a NO do presidio de Bolor e a alguns kilometros a O do Cabo Roxo. E' habitado por gentios felupes. Permitte-se aos estrangeiros negociar livremente n'esta povoação, onde se troca o arroz de producção local por tabaco, polvora, armas, aguardente, missanga e pannos

Jame. Pequeno reino ou tribu de gentios felupes, da prov. da Guiné, Africa Occidental.

Jamor. Pov. na freg. de S. Romão, de Carnaxide, conc. de Oeiras, distr. de Lisboa.

Jamor *(Ribeira de).* No districto de Lisboa, tambem conhecida com os nomes de *Ribeira da Jarda*, *Ribeira de Bellas* e *Ribeira de Carnaxide.* Fórma-se da juncção de dois ribeiros que nascem de Bellas, passa em Queluz, onde recebe a ribeira de Carenque, e depois de banhar Carnaxide, atravessa a estrada real de Lisboa a Cascaes, onde tem ponte, e entra no rio Tejo com 15 k. de curso.

Jampôr. Aldeia ao sul do rio Sandalcalo, da regedoria de Nossa Senhora dos Remedios, no concelho e districto de Damão, na India.

Janafonso. Pov. na freg. de Santo Aleixo do Beco, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Janalvo. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Arega, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || Santo Aleixo do Beco, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Janarde. Pov. e freg. de S. Barnabé, da prov. do Douro, conc. e com. de Arouca, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 317 hab. e 54 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem direita do rio Paiva. O terreno é montanhoso. A pov. é atravessada pelo ribeiro do seu nome. Produz alguns cereaes, castanha, azeite e algumas fructas. Cria bom gado de varias especies; apparece tambem muita caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto. || Povoações nas freguezias: S. Christovão, de Cabanas, conc. do Carregal, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Rande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || O Salvador, de Unhão, do mesmo conc. e districto.

Janardo. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || N. S.ª dos Milagres, de Guardão, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Marrazes, conc. e distr. de Leiria. || Santa Eulalia, de Sobrosa, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Janas. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Janás. Pov. na freg. de Santa Maria, de Telhado, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Jancide. Pov. na freg. de S. Thiago, de Infesta, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Jancido. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Foz do Sousa, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Jandurão. Pov. na freg. de S. Martinho, de Freixedas, conc. de Pinhel, distr. da Guarda.

Janeirinha. Motim popular, no Porto e em Lisboa, em janeiro de 1868. A causa d'este motim foi a carta de lei de 10 de junho de 1867, que creava o imposto geral de consumo, que encontrou uma forte opposição no paiz. Estava então no poder o ministerio presidido por Joaquim Antonio de Aguiar, sendo ministros Martens Ferrão, Fontes Pereira de Mello, visconde da Praia Grande de Macau, Casal Ribeiro, Barjona de Freitas e Andrade Corvo. Fôram enviadas ao governo muitas representações no sentido de ser derogada essa lei que vinha affectar gravemente a situação economica do contribuinte. As representações não fôram attendidas, e a 7 de dezembro de 1867 publicou o governo o regulamento relativo á applicação e cobrança d'aquelle imposto. Ouviram-se immediatamente protestos, com especialidade no Porto, onde o corpo commercial se reuniu para protestar contra aquelle tributo. N'essa reunião decidiu-se, que o commercio não fizesse manifestar os generos que possuia, que não promovesse despachos na alfandega nem nas barreiras; que cerrasse as portas para evitar os varejos; que fôsse a Lisboa uma grande deputação reclamar, perante el-rei D. Luiz contra o novo imposto. Depois da reunião dirigiram se os commerciantes á praça de D. Pedro, que estava cheia de populares. D'uma das janellas da camara municipal, o dr. Delphim Maia leu a representação dirigida a el-rei, verberando em seguida a politica do governo. Estes acontecimentos davam-se em 1 de janeiro de 1868, vespera da abertura das côrtes. El-rei D. Luiz recebeu a commissão portuense, e respondeu que recommendaria o assumpto ao seu governo, dando a entender que as reclamações populares seriam attendidas. Effectivamente, escrevendo Martens Ferrão a el-rei, participando lhe que o gabinete estudava a maneira de modificar o regulamento, o monarcha respondeu que melhor seria que os ministros se occupassem do adiamento da lei. Esta resposta deu logar a que o ministerio se demittisse, sendo então convidado a formar novo gabinete o duque de Loulé, mas declinando o duque o convite, foi chamado o marquez de Sá da Bandeira, que tambem pediu escusa. O conde d'Avila, mais tarde marquez e duque d'Avila e Bolama, foi quem se encarregou de resolver a crise, constituindo o gabinete, que ficou assim composto: conde d'Avila presidente, com as pastas do reino e estrangeiros; Dias Ferreira, fazen-

da; José Maria de Magalhães, guerra; Sebastião de Canto e Castro, obras publicas; visconde de Seabra, justiça; general Amaral, marinha. O novo gabinete apresentou-se ás camaras no dia 7, declarando abolido o imposto de consumo. Fontes Pereira de Mello declarou que votava contra esse acto, o que provocou algum tumulto na camara. A attitude do Porto, secundada pelas provincias do norte e pela capital, onde se celebrou tambem um comicio, que deu causa a serem presos o sr. José Dias Ferreira e o visconde de Peniche, prisões que não fôram mantidas, determinou a queda do governo e, com ella, a abolição, do imposto que provocara tão ruidosos protestos Dando-se estas occorrencias em janeiro, ficou sendo o protesto popular conhecido pela *Janeirinha*. Foi n'esse anno que se fundou o jornal *O Primeiro de Janeiro*, que ainda se publica, sendo seu fundador o fallecido jornalista Gaspar Ferreira Baltar. V. *Baltar*.

Janeiro. Ilha da Madeira: pov. na freg de S. Salvador e conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal.

Janeiro de Baixo. Pov. e freg. de S. Domingos, da prov. do Douro, conc. e com. da Pampilhosa, distr. e bisp. de Coimbra; 1:150 hab. e 230 fog. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 14 k. da séde do conc. e está situada junto da margem direita do rio Zezere. Pertencem ao antigo conc de Fajão, hoje extincto. O real padroado apresentava o vigario, que tinha 150$000 réis de rendimento annual. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra.

Janeiro de Cima. Pov. e freg de N. S.ª d'Assumpção, conc. e com. de Fundão, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 611 hab. e 142 fog. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 25 k. da séde do conc. e está situada na estrada do Fundão a Pampilhosa, muito perto da margem esquerda do rio Zezere. O vigario de Janeiro de Baixo apresentava o cura, que tinha 9$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Janella. Pov do conc. de Paúl, com. de Barlavento, na ilha de Santo Antonio, archipelago, prov. e bisp. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Janella *(Ribeira da).* Valle da ilha da Madeira, formado por altos e alcantilados montes. Ao fundo corre a ribeira da Janella, d'aguas caudalosas, alimentada pelas dalcvada do Rabaçal. Valle fertil, revestido de vigorosa vegetação. Na nascente da ribeira da Janella, um copioso lençol d'agua cae, sem obstaculo, da altura de 133 m. sobre uma rocha da mesma ribeira, tendo ali aberta uma cavidade de 12 m. de fundo e 11 de diametro || Principal ribeira da ilha da Madeira. Tem origem na ampla planura de Paúl da Serra, desaguando no Oceano Atlantico, na costa septentrional da ilha. Na encosta do pico do Rabaçal reunem-se-lhe as aguas das abundantes nascentes d'este nome, as quaes, além de aproveitadas na irrigação de 7:00 heet. de terreno dos concelhos de Porto Moniz e Calheta, comprehendendo 8 freguezias, são para ali conduzidas por meio d'um aqueducto de 430 m. de extensão.

Janga. Pov. do sobado de Quinssundi, conc. de S. Salvador do Congo, prov. de Angola.

Jangão e **Lombo do Jangão** Ilha da Madeira: duas povoações na freg. de N. S.ª da Luz e conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Jangué. Prazo da Corôa, no distr. de Sofala, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Fica nos arrabaldes da villa de Sofala. Solo muito productivo.

Janiporear. Pov. do praganã de Nagar, no distr. de Damão, prov. e arceb. de Gôa, na India.

Janira. Territorio do sertão do distr. de Sena, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Minas auriferas.

Janivancar. Aldeia ao norte do rio Sandalcalo, da regedoria de Nossa Senhora do Mar, no concelho e districto de Damão, arceb. de Gôa, India.

Jannas. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Cintra, dist. de Lisboa.

Jannes. Pov. na freg. de N. S. da Conceição de Muge, conc. de Salvaterra de Magos, distr. de Santarem.

Jannes de Malveira. Pov. na freg. de S. Vicente, de Alcabideche, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa.

Janny *(D. Amelia).* Poetisa contemporanea, natural de Coimbra. Desde a mais tenra edade mostrou uma não vulgar tendencia e facilidade para a poesia. Tendo pouco mais de 14 annos, o fallecido escriptor e poeta dr. Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro lhe anima a sua vocação, e a apresentou a Antonio Feliciano de Castilho, mais tarde visconde de Castilho, que na presença de todos os poetas, prosadores, homens de sciencias e d'artes d'esse tempo, lhe fez uma consagração. Manuel Maria Bordallo Pinheiro desenhou-lhe um primoroso de retrato á penna. Desde 1860, em todas as manifestações academicas se tem feito ouvir a sua voz de poetisa, quer no theatro, quer nas salas de conferencias, no Instituto, na Associação dos Artistas. A sua inspiração arranca sempre applausos, e é escutada com enthusiasmo commovente porque o seu talento impõe-se, e sabe sempre interpretar os sentimentos da mocidade. Em 1880, por occasião das festas do centenario de Camões, recitou no theatro Academico de Coimbra, que se via completamente cheio, a sua poesia *Patria*, obra prima de patriotismo, que se distribuiu impressa pelos espectadores. As suas poesias andam dispersas em muitos jornaes, e não fôram nunca reunidas em volume, por não o permittir a modestia da distincta poetisa. Uma das suas melhores composições modernas, dizem ser a poesia *O Medico*, homenagem ao dr. Raymundo Gama, e corre impressa em edição muito cuidada. D. Amelia Janny foi premiada no concurso da Academia de Mont-Real pela sua poesia *Victor Hugo*; possue o collar do Instituto de Coimbra, é socia do Retiro Litterario Portuguez, no Rio de Janeiro; do Gremio Litterario do Pará; da Associação dos Artistas de Coimbra, da Philantropica Academica, etc

Janside. Pov. na freg. de S. Thiago, de Infesta, conc. de Paredes de Coura, distr. do Vianna do Castello.

Japão. Imperio situado a E do continente asiatico, comprehendido entre o mar do Japão e o Oceano Pacifico, e limitado ao N pelo estreito de Laperouse, Mar de Okhotsk e Kamshatka, a

E e S pelo Oceano Pacifico e a O pelo Mar do Japão e estreito de Corêa. E' constituido por um vastissimo archipelago, composto de mais de 3:800 ilhas, quasi todas de pequena extensão. São 4 as principaes, que fórmam a parte mais importante do imperio: Nippon, Yeso, Sikok, e Kiu-Siu. Não é ponto averiguado qual o anno em que o Japão foi primeiro visitado pelos europeus, mas póde quasi dar-se como certo que fôram os portuguezes os primeiros que ali aportaram. Não era inteiramente desconhecido que a E da China havia um archipelago importante, e a afamada Cipango, celebrada pelas suas riquezass, se era como que um mytho para os geographos europeus até ao seculo XVI, não era ignorada pelos chins que até ao seculo XIII haviam mautido com aquelle paiz relações, e em varios escriptores orientaes de epoca muito anterior ao seculo XVI se encontram referencias que visivelmente a ella se applicam. Nas chronicas e livros japonezes não ha menção exacta da epoca a que ali aportaram os europeus. Segundo uns, tal facto deu-se em 1530, segundo outros em 1543. Mas das proprias relações japonezas se póde conhecer, pelos nomes attribuidos aos primeiros estrangeiros que chegaram ás praias do Japão, que estes eram portuguezes. As noticias que nos fôram transmittidas por Fernão Mendes Pinto, a quem primeiro se considerou como embusteiro, mas cuja verdade em grande numero de narrações já hoje não é contestada, estão em geral de accordo com o que mais verosimil se póde considerar com relação ao descobrimento do Japão. Segundo elle, viajando em companhia dos portuguezes Diogo Zeimoto e Christovão Borralho, em um navio do pirata chinez Samipocheca, fôram atacados por outros piratas, tiveram que afastar-se da costa da China, e fôram levados por uma terrivel tempestade a Fanega-sima, ao S de Kiu-Siu. A narrativa de Mendes Pinto concorda em grande parte com outras de egual epoca, havendo apenas discordancia nos nomes proprios dos portuguezes que eram companheiros d'elle. Desde logo se estabeleceram relações commerciaes com a China, especialmente com Ning pó, onde os portuguezes dominavam; fôram successivamente augmentando essas relações por meio de navios portuguezes, e em 1549 chegava S. Francisco Xavier ao Japão na companhia de alguns japonezes que haviam sido levados a Gôa e se baptisaram, e ali começou a obra da missão, que tomou rapido incremento, alargando-se consideravelmente a conversão e levantando-se grande numero de egrejas. Em 1588 uma bulla de Xisto V deu jurisdicção independente ao bispo do padroado portuguez na cidade de Funay, até então sujeito ao bispado de Macau, creado em 1575. As missões continuaram por algum tempo, seguindo os exemplos do grande apostolo; mas após os jesuitas vieram os franciscanos e os dominicos e não souberam manter se no terreno conquistado. As suas discordias, o seu procedimento pouco regular, o receio de que elles adquirissem grau de preponderancia e trouxessem difficuldades politicas começaram a tornal-os mal vistos ás autoridades; os hollandezes, em guerra com Portugal, auxiliaram a má vontade que já havia, e em 1637 um decreto imperial bania do Japão todos os portuguezes, seus descendentes, e os que lhes pertencessem. A este decreto seguiram-se perseguições terriveis, sendo consideravel o numero de christãos que pela fé padeceram atroz martyrio. Em 1644 foi o embaixador Gonçalo de Sequeira de Sousa ao Japão, em nome de D. João IV, tratar dos interesses portuguezes. A respectiva *Relação*, adeante citada, acha-se impressa. Permaneceu então o Japão, como que isolado do resto do mundo, fechando rigorosamente os seus portos ao commercio estrangeiro, até que em 1853 a chegada do commodoro americano Parry, e o movimento politico que determinou profundas alterações na fórma do governo do Japão, iniciaram uma nova epoca que devia trazer dentro em pouco este imperio ao caminho da civilisação. Em 1858 conseguiu a Inglaterra firmar um tratado com o Japão, em virtude do qual seriam abertos successivamente aos inglezes os portos e cidades de Hakodadé, Kanagava, Nangasaki, Nigata e Kobe. Seguiram-se tratados com outras nações; em 1860 uma embaixada japoneza visitava as principaes côrtes europeas e os Estados-Unidos, e successivamente as relações com as outras nações fôram-se alargando, transformando-se ao mesmo tempo a constituição, os costumes, o viver social e economico d'este povo, que representa um papel importante na civilisação do Oriente. *Bibliographia:* E' importante a bibliographia portugueza sobre o Japão e merece ser divulgada. Além das *Peregrinações*, de Mendes Pinto, são curiosos os seguintes escriptos: *Cartas que os Padres, e Irmãos da Companhia de Jesus escreverão dos Reinos do Japão e China, aos da mesma Companhia da India, e Europa, desde o anno de 1545 até o de 1580*, tomo I e II, Evora, 1598; impressas a expensas de D. Theotonio de Bragança. *Vocabulario da lingua do Japão, com a declaração em portuguez, feita por alguns Padres e Irmãos da Companhia de Jesus.* Nangasaqui, no Collegio da Companhia de Jesus, 1603. 4.º; a primeira obra impressa em portuguez no Japão. *Relação da morte que seis christãos japões padeceram pela fé de Christo, escripta e enviada a el rei aos 25 de Janeiro de 1604*, impressa em Nangazaki. *Relação da morte de Belchior Bugendono e Damião Cego, mortos no Japão pela fé*, etc., *Carta escripta em Nangazaki a 6 de outubro de 1613 ao padre geral Claudio Aquaviva, na qual relata o martyrio de 28 christãos*, etc., todas estes tres escriptos são devidos ao bispo do Japão, D. Luiz de Cerqueira. *Arte da lingua do Japão* por João Rodrigues Girão, Nangasaque, 1606. A esta se denominava a *Arte grande* por differença do resumo que o mesmo autor publicou em 1624 em Macau, com o titulo *Arte breve da lingua japôa*. *Relação da gloriosa morte de quatro embaixadores portuguezes da cidade de Macau, com cincoenta e sete dos seus companheiros degolados pela fé em Nangasaqui a 3 de agosto de 1640*, Lisboa, 1643. *Relação do alevantamento de Ximabará, e de seu notavel cerco, e de varias mortes de nossos portuguezes pela fé; com outra relação da jornada que Francisco de Sousa da Costa fez ao Achem, em que tambem se apontam varias mortes de portuguezes naturaes d'esta cidade*, etc., por Duarte Correia; 1643. *Elogio e Ramalhete de flôres, borrifado com o sangue dos Religiosos da Companhia de Jesus, a quem os tyrannos do imperio do Japão tiraram as vidas por odio da fé catholica, com o catalogo de todos os Religiosos e Seculares, que por odio da*

mesma fé fôram mortos n'aquelle imperio até o anno de 1640, pelo padre Antonio Francisco Cordeiro, Lisboa, 1650. *Memoria sobre a verdadeira origem do Catto, ou terra japonica*, inserta no tomo III, parte II, das *Memorias da Academia Real das Sciencias*, por Francisco Manuel Barroso da Silva. *Summa theologicæ moralis ad usum ecclesiæ Japonensis*, pelo padre Vasco Baptista. *Primeira embaixada do Japão á Europa;* serie de artigos publicados no *Archivo Pittoresco*, vol. VI, 1862, por Antonio José de Figueiredo. *O Japão* por Pedro Gastão Mesnier; Macau, 1874. *Dai Nippon* por Wenceslau de Moraes; Lisboa, 1899. *Rellação do sucesso da jornada que fez Gonçalo de Siqueira de Sousa a Jappão por embaxador ao Rej daquellas jlhas enuiado por El-Rey nosso señor Dom João o 4.º, que Deus guarde — em Janeiro de 1644*; documento remettido da India, liv. 59, fol. 4 a 13, no Archivo da Torre do Tombo, e reproduzido no vol. II da obra *Gonçalo Velho*, por Ayres de Sá; Lisboa, 1900. *O Japão por dentro*, por Ladislau Batalha; Lisboa, 1904. *Subsidio para a bibliographia portugueza, relativa ao estudo da lingua japoneza, e para a biographia de Fernão Mendes Pinto*, por Jordão A. de Freitas; Lisboa, 1905. *Relação dos jesuitas que deixaram de pertencer á Companhia no Japão nos annos de 1556 até 1598*, ms. da epoca, divulgado pelo sr. Jordão de Freitas no *Diario de Noticias* de 20 de março de 1906. *A Estrella de Nagasaki*, romance, por Antonio de Campos Junior, João Romano Torres, editor; Lisboa, 1907.

Jaquem. Posto do estabelecimento de S. João Baptista de Ajudá, na costa da Guiné, Africa Occidental. Está situado no littoral do reino de Dahomé, e é formado pelas aguas do golfo ou enseada de Benim.

Jaques *(João da Cunha)*. Capellão fidalgo da Casa Real, notario do Santo Officio, e parocho da egreja de S. Estevão, residente na aldeia de Coculim, freg. de S. Thomé, nas terras de Salsete. Era muito versado em Theologia. Escreveu: *Espada de David contra o Gólias do Bramanismo pessimo inimigo de Jesus Christo, Deus, e Senhor Nosso*, dedicado a S. Francisco Xavier, apostolo da India Oriental.

Jaquinudém. Pov. do concelho e commando militar de Sanguém, districto de Gôa, na India.

Jaraz V. *Geraz do Lima.*

Jarda. V. *Ribeira de Jamor.*

Jarda. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Arega, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Jardia e **Brejo do Lobo**. Duas povoações reunidas na freg. do Espirito Santo e conc. de Aldeia Gallega do Ribatejo, distr. de Lisboa.

Jardim *(Antonio Leite Pereira)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, juiz de Direito na comarca de Barlavento na provincia de Cabo Verde. N. em Coimbra a 27 de agosto de 1845. Casou em Torres Novas a 10 de dezembro de 1881 com D. Herminia Augusta Pereira Bretas, filha de Augusto Pereira Bretas.

Jardim *(Antonio dos Santos Pereira)*. Doutor em Direito e lente cathedratico da Universidade de Coimbra. N. n'esta cidade a 25 de dezembro de 1821, onde tambem falleceu em 28 de fevereiro de 1888. Era filho de Francisco dos Santos Pereira Jardim, e irmão do 1.º visconde de Monte-São, Manuel dos Santos Pereira Jardim. Doutorou-se a 29 de junho de 1855. Escreveu: *Da limitação do direito de propriedade pela constituição da emphyteuse, e dos meios adequados para os reformar em Portugal, sem lesão dos direitos adquiridos; dissertação inaugural*, Coimbra, 1855; *Oração recitada na Universidade de Coimbra no doutoramento do Marquez de Sousa Holstein*, Coimbra, 1858; original latino e versão em portuguez; *Programma das materias que hão de ser expostas nas prelecções da sciencia e legislação financeira da Universidade, no anno lectivo de 1865 a 1866*, Coimbra, 1865.

Jardim *(João dos Santos Pereira)*. Nasceu em Coimbra a 20 de setembro de 1865, sendo filho de Joaquim dos Santos Pereira Jardim. Esteve em Lisboa a estudar no collegio de Campolide, indo depois matricular-se na Universidade de Coimbra nas faculdades de Mathematica e Philosophia. Escreveu e publicou só com o nome de João Jardim, o seguinte: *Discurso recitado no dia 9 de junho de 1880, por occasião das festas do tricentenario de Camões, no collegio de Maria Santissima Immaculada de Campolide, pelo alumno n.º 100, de quatorze annos de edade*, etc. Coimbra, 1880; *Breve noticia sobre a vida de José Antonio d'Amil*, Coimbra, 1883.

Jardim *(José dos Santos Pereira)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Era governador civil de Leiria em 1900, e novamente foi nomeado em 1906. N'aquella cidade é muito estimado e considerado pelos melhoramentos municipaes que patrocinou, promovendo o engrandecimento do districto que encontrou muito descurado.

Jardim. Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira; S. Braz, de Campanario, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal. || Santa Maria, de Christello Covo, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Vicente, de Cidadelhe, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || S. Thiago, de Codal, conc. de Macieira de Camba, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Olivaes, 1.º bairro de Lisboa. || S. Martinho, de Sequeiró, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Pedro, de Villar do Paraiso, conc. de V. N. de Gaia, do mesmo distr. || O Salvador, de Aramenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Jardim de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Salvador, conc. e distr. de Santarem.

Jardim do Mar *(Tristão Vaz Teixeira de Bettencourt Camara, barão do)*. N. no Funchal em 1848, onde tambem fal. em 20 de outubro de 1903. Descendente d'uma das mais nobres familias da ilha da Madeira, começou a sua carreira publica como aspiranto temporario da alfandega do Funchal em fevereiro de 1881, e, quando falleceu, era primeiro aspirante das alfandegas. Foi proprietario e director do *Diario de Noticias*, do Funchal, e um dos vultos politicos mais importantes na Madeira. Havia poucos annos que fôra agraciado com o titulo de barão do Jardim do Mar.

Jardim do Mar. Ilha da Madeira; pov. e freg. de N. S. do Rosario, conc. da Calheta, com. de Ponta do Sol, distr. e bisp. do Funchal. 404 hab. e 104 fog. Tem esc. do sexo

masc. e caixa post. Pertence ao commando mil. da Madeira e ao distr. de recrut. e res. n.º 27, com a séde no Funchal.

Jardim Pellado. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S. dos Prazeres, conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Jardim da Serra. Valle formado pelas montanhas do interior da ilha da Madeira, a NO e a 12 k. da cidade do Funchal. Muito fertil, d'uma vegetação potente, é abundante de agua de dois caudalosos ribeiros que, depois de se precipitarem em catadupa sobre um barranco, correm juntos até ao Oceano Atlantico.

Jardim Zoologico de Acclimação. Data do anno de 1884 a sua installação, mas já 20 annos antes se falava no seu estabelecimento, segundo se lê no *Jornal do Commercio*, de 24 de junho de 1863, no artigo, intitulado *Uma boa nova*, que em seguida transcrevemos: «Consta que S. M. o senhor D. Luiz, pensando na grande necessidade de dotar a capital com um grande passeio de recreio e de instrucção, á semelhança dos que existem hoje nas grandes cidades da Europa, está disposto, por iniciativa propria, a ceder a sua magnifica Tapada da Ajuda para ahi se estabelecer um Jardim Zoologico e de acclimações. Este Jardim, por suas magnificas condições, sendo devidamente protegido e auxiliado, virá a rivalisar com os melhores estabelecimentos d'esta ordem conhecidos na Europa. Confiamos em que o governo e a Camara Municipal, estimulados pelo nobre exemplo del-rei, porão em obra todos os meios para a prompta realisação de tão excellente pensamento. Agora, que Lisboa cresce em importancia pelas faceis relações com a Europa, faz-se mais do que nunca sentir a necessidade de estabelecimentos do genero d'estes, que excitam a curiosidade, vulgarisam a sciencia, e concorrem poderosamente para a boa hygiene das povoações» Só 20 annos depois da publicação d'este artigo, confórme dissémos, é que se pensou seriamente sobre este assumpto, estranhando-se que Portugal, dotado de tão vastas colonias, não tivesse na metropole um Jardim Zoologico, aliás bem facil de ser enriquecido com preciosos exemplares, fornecidos pelos nossos territorios ultramarinos. O dr. Van-der-Laan foi o iniciador de tão brilhante e util melhoramento, associando-se lhe para a realisação do seu plano gigantesco o dr. Sousa Martins, que se tornou incançavel de actividade. Foi tão sympathica a instituição do Jardim Zoologico que muitas pessoas influentes e alguns capitalistas se reuniram aos iniciadores, applaudindo e coadjuvando com enthusiasmo um estabelecimento que se tornava da maior utilidade e de muita instrucção. El-rei D. Fernando, sempre solicito em animar e proteger todas as industrias e empresas, acceitou a presidencia, que lhe foi offerecida, da assembléa que se reuniu na Escola Polytechnica, em 19 de fevereiro de 1883. N'essa assembléa se elegeu uma commissão composta de 40 membros, que se intitulou *Commissão fundadora*, em que tomou a presidencia o visconde de S. Januario, mais tarde conde do mesmo titulo, tendo por secretarios os drs. Van-der-Laan e Sousa Martins. Esta commissão deu logo principio aos seus trabalhos formulando os estatutos, e a primeira serie de acções foi emittida, na importancia de 60:000$000 réis, sendo o capital social de 300:000$000 réis. Tratou-se de adquirir vastos terrenos para a installação do Jardim Zoologico. O accionista Theodoro Schonewald encarregou-se com o maior interesse d'esse encargo, e por suas solicitações conseguiu a sociedade que lhe fôsse concedido o parque de S. Sebastião da Pedreira, pertencente ao palacio da viuva do abastado capitalista José Maria Eugenio d'Almeida. Além d'estes terrenos que fôram cedidos bisarramente por emprestimo, a sociedade arrendou outros terrenos, ficando possuidora de 15 hect. aproximadamente. Fundada definitivamente a sociedade, reuniu-se a assembléa geral em 1 de outubro do mesmo anno de 1883, e na sessão seguinte, em 8 d'esse mez, foi eleita a direcção que deveria funccionar até ao fim do anno, a qual, dando começo aos seus trabalhos, tomou posse do parque, e as obras principiaram logo em novembro seguinte. Continuando sempre com a melhor vontade e a maior solicitude, conseguiu finalmente a sociedade vêr concluidas as obras de installação do Jardim Zoologico, sem quo para isso em nada contribuisse o Estado ou o municipio. As construcções executadas no parque fôram delineadas pelo barão de Hessler, e o dr. Van-der-Laan assumiu o encargo de acondicionar no Jardim os exemplares zoologicos. *O Regulamento provisorio do Jardim Zoologico e de Acclimação em Portugal* tem a data de 28 de janeiro de 1884, e foi approvado pelo conselho fiscal. A inauguração realisou-se em 28 de maio de 1884. Ali se viam bellos lagos, kiosques e gallerias onde estavam os macacos, os recintos das féras, lindas alamedas, e uma entrada magnifica. A amenidade e o pittoresco do local, a novidade de termos em Lisboa um jardim de acclimação, e sobretudo a curiosidade de se vêrem bem de perto os animaes de todas as especies, tanto os inoffensivos como os mais ferozes, attrahiram ao parque de S. Sebastião da Pedreira enorme concorrencia, e nos primeiros tempos tornou-se moda ir ali passear. Tinha um bom restaurante e aos domingos ia alitocar uma banda regimental. Realisaram-se ali brilhantes festas, concertos e outras attrahentes diversões, a que o publico concorria sempre com enthusiasmo. Passados annos essa influencia foi pouco a pouco descaindo; o Jardim Zoologico deixara de ser moda. Depois foi installar-se na estrada de Palhavã, n'um terreno contiguo ao parque de S. Sebastião da Pedreira, e em 1905 passou para a quinta das Laranjeiras, que foi do conde do Farrobo, e que actualmente é propriedade do sr. conde de Burnay. V *Laranjeiras*.

Jardo *(D. Domingos Annes)*. 7.º bispo de Evora e 18.º de Lisboa, capellão-mór de D. Affonso III, chanceller-mór de D. Diniz I. N. na ribeira, de que tomou o appellido, que fica entre Cintra e a Venda Secca, pertencente á freguezia de Bellas. Seus paes eram uns humildes lavradores pelos annos de 1220, reinando então em Portugal D. Sancho II. D. Domingos Jardo fugiu aos seus paes, aos 14 annos de edade, emigrando com o intuito de tentar fortuna; aggregou se a um estudante portuguez que ia estudar na Universidade de Paris, o que não era vulgar abandonar a patria com aquelle fim. Dez annos gastou só nos estudos em Paris, e foi tão activa a sua applicação que se fez letrado em Canones e em Theolo-

gia; sendo-lhe concedida depois letras e licença do prelado lisbonense, ordenou-se de presbytero, e regressou á patria aos 25 annos. Na sciencia e nos bons costumes foi sempre em que se tornou apreciado e respeitado, e por isso recebeu logo a nomeação de conego da sé de Evora. Começou então a enviar soccorros a seus paes e parentes pobres, sem, comtudo, se dar a conhecer a nenhum d'elles. D. Affonso III, tendo em grande conta o saber e as virtudes do conego Domingos Jardo, o nomeou seu capellão e do seu conselho. D. Diniz o nomeou chanceller-mór do reino em 1283, e em 1284 o elegeu bispo de Evora, onde se conservou até 1289. A sé de Lisboa estava vaga havia 7 annos, desde a morte do ultimo bispo, D. Matheus. O povo, o cabido, o rei e o papa não tinham eleito novo prelado, por ser a cidade onde estava residindo o rei e a côrte. Foi D. Domingos Jardo provido, não por eleição mas por transferencia da sé de Evora, autorisada por breve de pontifice Nicolau IV, em 7 de outubro de 1289, no qual se lê: «*Ad personam tuam de honestate morum vitæ*». Conta-se por succedido o caso seguinte. Quando D. Domingos Jardo governava o bispado de Evora, achando-se em Lisboa, resolveu dar-se a conhecer a seus parentes, e muito principalmente a sua mãe. Poude-se a caminho, mandou por seus criados aprromptar ceia e cama na casa d'uma pobre viuva que vivia na Jarda, junto á Venda Secca, freguezia de Bellas. Escusou-se a boa velha com a sua pobreza, mas não prevaleceram as suas razões, e teve de hospedar o bispo. Estando á mesa, D. Domingos mandou chamar a boa velha, e fêl-a sentar ao seu lado, serviu-a, e começou a fazer-lhe perguntas ácêrca da sua familia, a que a pobre mulher respondia com um modo um tanto pezaroso, dizendo entre outras cousas, que o seu filho mais velho fugira de casa aos 14 annos, e nunca mais dera noticias de si. O bispo D. Domingos escutava-a com toda a attenção, e perguntou-lhe se acaso ella conheceria o filho se o tornasse a vêr, ao que a boa velha disse, muito contente, que sim, porque elle tinha, na espadua esquerda, um signal ou lunar preto da grandeza d'uma moeda em prata, e do qual diziam suas visinhas que lhe agouravam grandes venturas. Depois contou as infinitas obrigações que devia a um certo conego de Evora, que muitas esmolas lhe havia mandado e aos seus parentes, sem as quaes teriam todos morrido. Deu-se por fim a conhecer o bispo á sua velha e virtuosa mãe, que ficou maravilhada, não cessando de o abraçar e beijar muitas vezes. Divulgou-se a noticia d'este caso, acudiram logo os parentes e os visinhos do logar de Jarda a festejar o bispo, e a beijar-lhe as mãos bemfeitoras. El-rei D. Diniz e a rainha Santa Izabel, tendo conhecimento d'este facto, quizeram conceder largas mercês aos seus parentes, ao que D. Domingos se oppoz, rogando-lhes que os deixasse viver na sua humildade e trato de lavoura. D. Domingos Jardo fundou e dotou largamente um hospital, em 11 de março de 1286, com o titulo de S. Paulo, em Lisboa, que depois se chamou de Santo Eloy, convento dos conegos seculares de S. João Evangelista. Era tambem collegio ou seminario, para 10 capellães, 20 merceeiros e 6 escolares de latim, grego, theologia e canones. Os religiosos a quem se deu entrada n'este collegio, fôram os monges de Alcobaça, que por muitos annos o possuiram. Era o convento conhecido pelos Loyos. O bispo dedicou um altar da egreja de S. Bartholomeu, da parte da Epistola, a S. Clemente, com 6 estudantes pobres, 4 dos quaes estudariam grammatica e philosophia; um theologia e outro canones. O convento dos Loyos tornou-se notavel, não pela architectura, mas por estudarem ali os maiores talentos que floresceram e enobreceram as letras ecclesiasticas portuguezas. D. Domingos Jardo falleceu a 16 de dezembro de 1293 no hospital que fundára, onde tambem foi sepultado. O antigo convento serve agora de quartel a uma companhia da guarda municipal.

Jardo *(Quinta do)*. Na freg. de N. S.ª da Expectação, de Porto da Ovelha, conc. de Almeida, distr. da Guarda.

Jardoeira. Pov. na freg. de Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Jardos. Pov. na freg. de S. Pedro, de Vaqueiros, conc. de Alcoutim, distr. de Faro.

Jarmello. V. *Jermello.*

Jarroeira. Pov. na freg. de S. Paio de Farinha Pôdre, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Jary. Aldeia ao sul do rio Sandalcalo, da regedoria de Nossa Senhora dos Remedios, no concelho e districto de Damão, na India.

Jasmim. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Enxara do Bispo, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Jatafes. Pov. na freg. de S. Christovão, de Macinhata do Vouga, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Jatta. Ilha da prov. da Guiné, Africa Occidental, a O da ilha de Bussis, da qual está separada por um pequeno esteiro denominado rio das Ancoras. E' limitada ao N pelo rio de Jatta, a E pelo das Ancoras, e ao S e O pelo Oceano Atlantico. Tem 35 k. de comprimento e é bastante fertil, produzindo muito arroz e alguma cêra. Abundancia de gado. || Rio ou esteiro do conc. de Bissau, prov. da Guiné. E' um dos braços do rio S. Domingos ou de Cacheu, separando a costa meridional da ilha de Cacheu da terra firme dos gentios balantas e das costas septentrionaes das ilhas de Bissau, Bussis e de Jatta. E' dividido em grande numero de canaes só navegaveis por lanchas.

Jatte. Reino ou tribu de gentios banhús, da prov. da Guiné, Africa Occidental, na ilha de Jatta. || *Bancas de Jatte*, nome que nos mappas e livros modernos se dá ao baixo que os portuguezes denominaram *Corôa de Botte. V. este nome.*

Jau. Pov. do planalto de Chella, conc. de Humpata, distr. da Huilla, prov. de Angola. || Terras montanhosas da Huilla, no distr. de Mossamedes, pov. de Angola. Estão cobertas de florestas povoadas de elefantes, e são habitadas por gentios governados por um macota. || Roça na ilha de S. Thomé.

Java. Prazo do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. No territorio d'este prazo, tambem denominado *Bar* pelos indigenas que o habitam, ha algum ouro, tendo sido descobertas as minas em 1790 ou 1791 por Gonçalo Caetano, então residente na ilha de Tete. || Roça na ilha de S. Thomé.

Javali. Pov. na freg. de S. Braz de Alportel, conc. e distr. de Faro.

Jayme *(D.)* Era filho do infante D. Pedro duque de Coimbra e neto de el rei D. João I. N. em 1435. Tendo apenas 14 annos de edade esteve com seu pae na batalha d'Alfarrobeira, em 1449, onde falleceu D. Pedro. Ficou feito prisioneiro, mas pôde evadir-se da prisão, e refugiou-se em Flandres, acolhendo-se á protecção de sua tia, a infanta D. Izabel, duqueza de Brogonha, mulher de Filippe III, que o mandou depois a Roma. Em 30 de abril de 1453 o papa Nicolau V o nomeou administrador perpetuo da egreja lisbonense, não alcançando ainda, por só contar 18 annos, a nomeação de arcebispo. Assim governou por vigarios geraes. Em 1456 recebeu o capello com o titulo de Santa Maria *in Portici*, sendo depois promovido ao de Santo Eustaquio. Obteve do papa a Bulla da Cruzada para o reino. Indo mais tarde de Roma para Mantua assistir ao concilio, que n'esta cidade se ia reunir, falleceu em Florença em 21 de abril de 1459. Na obra *Portugal e Italia*, do sr. Antonio Portugal de Faria, vol. de 1900, a pag. 221, encontra-se uma noticia biographica, adornada do retrato e do tumulo do cardeal na egreja de S. Miniato.

Jazente. Pov e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro. conc. e com. de Amarante, distr. e bisp. do Porto, 489 hab. e 89 fog. Tem esc. do sexo fem. e caixa post. A pov. dista 4 k da séde, do conc., e está situada junto do rio Ovelha, em terreno accidentado, mas fertil e sadio. O papa e o bispo do Porto apresentavam alternativamente o abbade, que tinha de rendimento annual 300$000 réis. Houve aqui um antiquissimo convento de freiras benedictinas, que ainda existia em 1458, pois foi mandada para aqui, do convento da mesma ordem, de Recião, Maria Rodrigues, por incorrigivel. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Jeguinte. Pov. na freg. de S. Thiago, de Mouquim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Jeguintes. Pov. na freg. de S. Thiago, de Mesquinhata, conc. de Baião, distr. do Porto.

Jeiga. Bahia no littoral do distr. de Quelimane, prov. de Moçambique, Africa Oriental, ao S da villa de Quelimane. Denomina-se tambem *Mavalla.*

Jejua. Pov. e freg. do Salvador, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Celorico da Beira, distr. e bisp. da Guarda; 430 hab. e 102 fog. Tem esc. do sexo fem. e est. post. A pov. dista 5 k. da séde do conc. O antigo orago era a Transfiguração de Christo. O commendador de Santa Eulalia, de Ceia, apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis de rendimento. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Jelmaniah. Nome que os arabes davam á villa de Moura, na prov. do Alemtejo.

Jenga. Pov. do sobado de Evua, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Jermello. Villa da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda. Tem duas freguezias: S. Miguel com 564 hab. e 148 fog; S. Pedro com 913 hab. e 232 fog. A villa dista 17 k. da séde do conc. e está situada proximo da serra do mesmo nome, em terreno accidentado. A freguezia de S. Miguel é pov. muito antiga, pelo menos do tempo dos godos que lhe chamavam *Jarmello.* Era couto no tempo de D. Affonso Henrique que lhe deu foral, mas não tem data. Nasceu aqui Pero ou Pedro Coelho, um dos assassinos de D. Ignez de Castro, e por esse motivo, D. Pedro, em 1357, depois do supplicio d'aquelle criminoso, mandou arrazar completamente a villa, que el-rei D. Fernando reedificou em 1375. D. Manuel deu-lhe foral, em Santarem, no 1.º de junho de 1510. Jermello foi concelho, que se supprimiu por decreto de 31 de dezembro de 1853. Os duques de Lafões eram donatarios d'esta villa, assim como de Folgosinho, Sóza, Podentes, Vouga e Oliveira do Bairro. Esta egreja e a da freg. de S. Pedro são matrizes de varias povoações espalhadas pela serra e em bastante distancia umas das outras. A freg. de S. Miguel de Jermello estão reunidas a de Santa Maria de Jermello, cujo parocho era da apresentação do prior da Castanheira, e tinha 20$000 réis de rendimento e o pé do altar, e a de N. S. da Conceição de Jermello, sendo o parocho apresentado pelos duques de Lafões, o qual tinha 500$000 réis de rendimento. A freguezia de S. Miguel e a de S. Pedro tambem tinham o parocho apresentado pelo referido donatario duque de Lafões, tendo o de S. Miguel 200$000 réis de rendimento, e o S. Pedro 450$000 réis. Jermello pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20 com a séde em Trancoso.

Jeronymos *(Biblia dos)*. Compõe-se esta biblia de sete volumes manuscriptos em pergaminho, rica e artisticamente illuminados. E' conhecida pela *Biblia dos Jeronymos* por ter sido deixada por el-rei D. Manuel aos frades do convento de Belem. E' um monumento artistico sem egual no seu genero. Não se sabe como veiu ao poder de D. Manuel, mas não ha duvida alguma de que desde o seu principio a obra foi dedicada á Casa Real portugueza, cujas armas e divisas n'ella se ostentam. Isso ainda mais claramente se vê na rubrica final de um oitavo volume, o *Mestre das Sentenças*, em tudo semelhante aos da Biblia, na qual o calligrapho, um frade carmelitano de nome Jacob, se recommenda ao rei de Portugal. Esta ultima rubrica está datada de dezembro de 1494. São conhecidos os nomes dos calligraphos que escreveram estes sete codices, cuja rubrica n'elles se lê, mas durante seculos foi desconhecido o glorioso nome do illuminador que com o seu pincel deu vida a essas paginas deslumbrantes de execução e colorido. Ha n'ellas miniaturas delicadissimas, tarjas d'uma finura sem egual, figuras d'uma correcção admiravel, vinhetas e arabescos muito engenhosos. O verdadeiro nome do autor de tão primorosas illuminuras foi revelado em 1901 pelo erudito padre Prospero Peragallo, antigo cura da colonia italiana na egreja do Loreto, em Lisboa. No seu opusculo, adeante citado, reproduziu um contrato feito em Florença a 23 de abril de 1494, entre o negociante florentino Clemente Sernigi e o miniaturista Vante Attavanti, com o fim de miniar uma *Biblia* manuscripta, em 7 volumes e um *Mestre das Sentenças* n'um volume. E, estabelecendo a identidade da Biblia dos Jeronymos com a de que trata o contrato, liqui-

dou a questão artistica. Fica, porém, de pé a incerteza na parte historica. Ha uma tradição que diz que a Biblia foi dadiva de um pontifice a D. Manuel. Em vista do contrato florentino, parece infundada. Ou Clemente Sernigi foi simplesmente agente da côrte portugueza encarregado de tal encommenda, ou teria sido offerta da colonia florentina a D. Manuel, para conquistar as boas graças do monarcha. Nos fins do seculo XV e principios do seculo XVI havia na florescente colonia italiana em Lisboa alguns Sernigis, entre os quaes um chamado Jeronymo, a quem o soberano deu brazão d'armas e carta de privilegio de cidadão de Lisboa. O opusculo referido contribue para esclarecer alguns outros pontos duvidosos e destruir erros e falsas supposições, como a de Ferdinand Denis, que attribuia a Antonio de Hollanda uma collaboração importante na Biblia. Quanto ao texto d'estes codices é elle o commentario á Biblia feito por Nicolau de Lyra, celebre frade normando, que falleceu em Paris em 1340 e cujas postillas e commentarios eram antigamente muito consultados. O primeiro tomo da *Biblia dos Jeronymos* consta de todo o *Pentateuco*, desde o *Genesis* até ao *Deuteronomio*. Foi escripto por Segismundo de Segismundes Ferrariense, em Florença, em 1495 e acabado em 11 de dezembro. No segundo tomo se contém os livros de *Josué* até ao *Paralipomenos*, escriptos por Alexandre Verzano, em 1495. No terceiro estão os livros de *Judith* até aos *Psalmos*. No quarto os *Proverbios* até ao propheta *Baruch*. No quinto o propheta *Ezequiel* até ao livro segundo dos *Macabeus* e no texto os quatro evangelistas com a epistola de S. Paulo, *ad Romanos*, e no setimo as restantes epistolas de S. Paulo, até ao *Apocalypse*, com as questões de Nicolau de Lyra, contra a perfidia judaica. A Biblia dos Jeronymos era assim descripta no inventario de D. Manuel, na parte respeitante á sua livraria, cuidadosamente publicado e estudado pelo sr. dr. Sousa Viterbo: «Oyto livros (comprehendendo tambem o *Mestre das Sentenças)* da *Brybia* que forom a Belem com suas gurnições per inteiro soomente a hum deles faltava huma brocha, de latim, em purgaminho, de letra de mão, em luminados douro, cubertos de veludo cremesym, guarnecidos de prata dourada e anyallada *(sic)* e com oyto camtos cada hum e com quatro fiyuelas com suas charneiras com que sabrocham e oyto boulhões e dous escudos darmas em cada hum, tudo de prata, e os boulhões soomente tem hum deles e todolos outros e todalas outras peças, e hum d'estes livros é cuberto de veludo azul, que se chama *Mestre das Sentenças*, e tem hum letereiro de prata, e diz na recepta de Pedro Carvalho, que pesou toda a dita guarnição dos sete livros destes oito que estavam cubertos de velludo cremesym quorenta e cimquo marcos, seis onças, sete oytavas, que Ruy Leite não nos descravou nem os frades de belem, a que foram dados a elle.» D'onde claramente se vê que a primitiva encadernação era de velludo carmezim, bem differente da pobre e indigna encadernação actual de marroquim encarnado. Entregue no convento de Belem, ahi se conservou este valioso manuscripto por mais de tres seculos, até que o marechal Junot, duque de Abrantes, tendo entrado em Lisboa, com o exercito francez do seu commando, o mandou pedir ao abbade do mosteiro, pretextando o muito desejo que tinha de o examinar miudamente. Escusou-se o cioso prelado a satisfazer este pedido allegando que a *Biblia* não podia sair do mosteiro sem uma carta régia que assim o ordenasse. Passados alguns dias, depois d'esta resposta, o pedido tornou-se em ordem peremptoria e escripta, que o marechal mandou ao abbade do convento por mão do seu ajudante de campo, Carion de Nisas. Assim passou aquelle precioso manuscripto do mosteiro dos Jeronymos para as mãos do general francez, que sem o menor escrupulo o incorporou na sua bagagem e o levou para Paris, em agosto de 1808. Depois da queda de Napoleão I, e quando Luiz XVIII subiu ao throno, o governo portuguez reclamou a restituição d'aquelle monumento, sendo então ministro de Portugal em Paris o conde, depois duque de Palmella, que empregou activa sollicitude para conduzir a bom resultado esta negociação. Levantaram-se, porém, grandes difficuldades, porque sendo Junot já fallecido a esse tempo, a sua viuva recusava-se a entregar a *Biblia* com fundamento em que não podia dispôr d'ella por pertencer a seus filhos, e porque ao governo francez repugnava o constrangel-a a fazer gratuitamente essa restituição. A viuva Junot prestava-se todavia, pela mais delicada condescendencia, a vendel-a por 150:000 francos (27:000$000 réis). N'estas circumstancias, proseguiram as negociações diplomaticas, em que tomaram parte, além do conde de Palmella, o marquez de Marialva, D. Pedro José Joaquim Vito de Menezes Coutinho, estribeiro-mór, que se achava em Paris, e o nosso ministro n'essa côrte, commendador Francisco José Maria de Brito, e Thimoteo Lecussan Verdier, chegando finalmente a conseguir-se que Luiz XVIII mandasse o conde de Blacas ajustar da sua parte com a viuva Junot a compra da *Biblia*, a qual se realisou pela quantia de 80:000 francos (14:400$000), que fôram pagos pelo bolsinho do mesmo rei. Em 19 de março de 181[illegible], participava o ministro Francisco José Maria de Brito a D. Miguel Pereira Forjaz, secretario d'Estado da regencia do reino, a remessa da *Biblia* pelo correio de gabinete, Pedro José Vieira, que effectivamente a trouxe para Lisboa, onde de novo foi mandada entregar ao mosteiro de Belem, em cuja livraria se conservou até á extincção das ordens religiosas, em 1834. D'ahi foi então levada em deposito para o Banco de Lisboa, d'onde a conduziram depois para a Casa da Moeda, a fim de lhe tirarem as guarnições e chapas, ao deante para a Bibliotheca Publica, e afinal para o Archivo da Torre do Tombo, onde hoje se admira. No artigo ácêrca de illuminura, a pag. 956 d'este volume, ficou reproduzido o lindissimo frontispicio da formosa Biblia. Este monumento artistico já tem a sua bibliographia. D'ella trataram o abbade Castro; Figanière, no *Archivo Pittoresco*, de 1858; Ferdinand Denis na *Introducção* que acompanha a reproducção do *Missal de Estevão Gonçalves;* Sousa Viterbo na sua memoria sobre a *Livraria Real;* Pedro A. de Azevedo e Antonio Baião, no seu livro *O Archivo da Torre do Tombo*, Lisboa, 1905; Prospero Peragallo, no seu opusculo *La Bibbia dos Jeronymos e la Bibbia di Clemento Sernigi*, Genova, 1901; Balbi, no seu *Essai Statis. sur le royaume de Portugal*, vol. II; etc.

Jeronymos. Religiosos que adoptaram a vida que S. Jeronymo passou nos desertos de Bethlem. Houve os jeronymos de Hespanha, fundados em 1370 por Thomaz de Sousa, da ordem Terceira de S. Francisco; os de S. Jeronymo, fundados na Umbria em 1380, por Pedro de Pisa; os jeronymos da Observancia, instituidos em 1424 na Lombardia por Lopo de Olmedo. Em Portugal foi instituida a ordem dos jeronymos por Vasco Martins da Cunha, em 1355. El-rei D. João I comprou em 13?0 o sitio da Penha Longa, em Cintra, para os frades edificarem o seu primeiro convento, o que se realisou em 1400. Esta ordem religiosa, além do convento da Penha Longa, teve em Portugal mais os seguintes: S. Jeronymo do Mato, em Alemquer, fundado em 1400, e instituido de novo em 1500; S. Marcos, de Coimbra, 1451, N. S.ª do Espinheiro de Evora, em 1452, e novamente instituido em 1561; N. S.ª de Belem, em 1500; N. S.ª da Pena, em Cintra, 1509; N. S.ª da Conceição de Valbemfeito, em 1534; Collegio do S. Jeronymo, de Coimbra, em 1550, e convento de Jesus, em Vianna do Alemtejo, 1560. O convento de Santa Maria da Costa, de Guimarães, fundado em 1177, indica que no seculo XII houve quem pretendesse introduzir a ordem dos jeronymos em Portugal, mas o que só no seculo XV se conseguiu.

Jerumirim *(Francisco Cordeiro da Silva Torres Alvim, visconde de)*. Nasceu na quinta da Olaia, termo de Ourem, a 24 de fevereiro de 1775, fal. no Rio de Janeiro, a 8 de maio de 1856. Era filho de Antonio de Sousa Mello e Alvim, e de sua mulher, D. Maria Barbosa da Silva Torres. Aos 17 annos tinha completado o curso de humanidades, veiu para Lisboa, e feitos os seus exames, assentou praça de aspirante na Academia de Marinha em 1797. Laureado n'este curso, e tendo já o posto de segundo tenente, requereu para frequentar a Academia Militar de Fortificação, Artilharia e Desenho, onde ganhou o primeiro premio em todos os annos. A pedido dos lentes, concedeu-lhe o governo em 1804 a passagem para o corpo de engenheiros. Concluido o curso de engenharia, Francisco Cordeiro foi encarregado do encanamento do rio Tejo que trasbordara e rompera os antigos diques das suas margens entre Santarem e Vallada, e havia mais de um anno que dirigia com pericia notavel essas obras hydraulicas, quando a 25 de novembro de 1807, em noite tempestuosa, foi a sua casa repentinamente invadida por uma multidão de soldados francezes que avançavam sobre Lisboa. Não querendo ficar em Portugal sujeito ao dominio dos invasores, embarcou algumas semanas depois no caes do Sodré, n'um bote, e mais sua mulher, tendo-se realisado o casamento no dia antecedente, desceu o rio Tejo, atravessou a linha de canhoneiras, que vigiava e defendia a barra, e ao amanhecer atracou á fragata ingleza *Nympha*, que o transportou a Inglaterra, e de lá para o Brazil, chegando ao Rio de Janeiro a 12 de maio de 1809. Promovido logo ao posto de capitão e empregado no serviço da Casa Real, foi em 1811 nomeado lente da Academia Militar, e incumbido de dar diversos compendios para o curso d'essa escola creada no Rio de Janeiro, o que elle promptamente executou, compilando os melhores autores. Em 1813 dirigiu a reparação e perfeição dos trabalhos hydraulicos deixados pelos jesuitas na fazenda de Santa Cruz, e depois o encanamento das aguas de Maracanan e a construcção do chafariz do Campo de Sant'Anna, praça da Acclamação, na cidade antiga, o caes da praça do Commercio, e inspeccionou as obras da alfandega. Em 1822 adheriu á causa da independencia do Brazil, e no serviço do novo imperio continuou desempenhando importantes commissões, e exercendo cargos muito honrosos. Falleceu, estando reformado no posto de marechal de campo, tendo recebido muitas honras e em 1854 o titulo de visconde de Jerumirim.

Jessoá. Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freguezia de Santo André de Brancavará, do concelho de Diu, na India.

Jesufrei. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 315 hab e 75 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada proximo do rio Este. A mitra apresentava o vigario, que tinha 40$000 rs. e o pé d'altar. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 8, com a séde em Braga.

Jesuita. Religioso da *Companhia de Jesus*, instituida em 1534 por Santo Ignacio de Loyola, hespanhol que, sendo militar, teve a infelicidade de quebrar uma perna no cêrco da Pamplona, perdendo todas as esperanças de alcançar gloria por meio das armas. Conta-se que durante a sua doença lhe trouxeram um livro da *Vida dos Santos*, e que a sua leitura tanto o impressionou que resolveu dedicar-se á devoção. Vendo-se restabelecido, foi encerrar-se na gruta de Manreza, onde se entregou ás mais austeras penitencias; compoz os *Exercicios espirituaes*, e planeou a fundação d'uma ordem religiosa Ignacio de Loyola não tinha instrucção alguma, e apezar de já contar 33 annos de edade, foi estudar o curso de Philosophia em Alcalá, indo depois para Paris continuar os estudos. Relacionou-se com alguns estudantes de Theologia, cujos nomes eram Pedro Lefevre, saboiano; Simão Rodrigues de Azevedo, portuguez; Francisco Xavier, de Navarra; e tres hespanhoes; Thiago Lainez, Nicolau Bobadilla e Affonso Salmeron. A 15 de agosto de 1534 reuniram-se todos n'uma capella subterranea da egreja de Montmartre, e ali, depois de terem feito voto de castidade, de obediencia e de pobreza, comprometteram-se solemnemente consagrarem se á conversão dos infieis e a fazerem peregrinações á Terra Santa. Não tendo podido, por causa da guerra contra os turcos, ir á Palestina, os sete associados dispersaram para differentes pontos para alcançarem proselitos com as suas predicas, marcando o dia do encontro em Veneza a 25 de janeiro de 1537, em que deviam dar conta dos seus trabalhos. No dia designado todos compareceram e formaram o plano da associação. Em outubro do anno seguinte, Loyola, Lainez e Lefevre dirigiram-se a Roma e obtiveram audiencias de Paulo III, a quem apresentaram os estatutos da ordem que pretendiam fundar, a qual se differençava muito das ordens religiosas até então estabelecidas. O papa approvou os estatutos, e a bulla *Regimini militantis Ecclesiæ*, datada de 17 de setembro de 1540, reconheceu a existencia

da Companhia de Jesus. O fundador tinha em vista converter os infieis, especialmente os protestantes, e dar uma milicia ao pontifice. Foi o proprio Loyola quem lançou as bases da constituição dos jesuitas, impondo-lhes, além dos tres votos já citados, a submissão absoluta ao papa, e deu-lhes uma organisação militar; mas o seu successor na direcção da ordem, Thiago Lainez, modificou o que havia de duro e de monachal nas regras impostas, regulou-lhe a organisação nos seus pormenores, e adaptou-a ao espirito do tempo, sobretudo ao fim a que a sociedade queria attingir. A' frente da Companhia está o *geral*, revestido d'uma autoridade quasi illimitada, eleito vitaliciamente pela congregação geral dos professos, devendo residir em Roma. A Companhia de Jesus divide-se em provincias, sendo cada uma d'ellas dirigida por um provincial. O seu conselho é formado pelos consultores. Em cada casa da ordem ha um superior proprio, na dependencia do provincial e auxiliado por um conselho. Todo o membro da Companhia, seja qual fôr a sua situação, tem a seu lado um irmão, encarregado de vigiar o seu procedimento. O jesuitas dedicam-se a todas as funcções ecclesiasticas, compromettendo-se, porém, a não acceitar dignidade alguma senão por ordem formal do papa. O que se apresenta para ser admittido tem durante um mez de dar provas da sua competencia, e no fim d'esse prazo será ou não julga lo digno de entrar na corporação. Sendo admittido começa o noviciado. Durante dois annos completos, os noviços dedicam-se unicamente a praticas piedosas, seguindo principalmente os *Exercicios espirituaes* de Santo Ignacio. Devem servir um mez no hospital, e outro mez viajar, pedindo esmola. Tornado *escolastico* ou *escolar approvado*, o religioso, depois de ter pronunciado os tres votos monasticos, consagra dois annos á litteratura e tres ás sciencias; ensina n'um collegio cinco ou seis annos, e estando proximo dos 30 annos de edade vae estudar Theologia 4 ou 6, segundo as suas aptidões. Terminando os estudos theologicos, e depois de severos exames, o religioso volta ao noviciado para fazer o seu *terceiro anno de provação*, durante o qual renuncia novamente ao estudo e a toda a relação com o exterior, para se entregar sómente á meditação. Um anno depois, o geral, informado pelos seus superiores immediatos, decide se deverá ser admittido entre os *coadjutores espirituaes* ou entre os *professos*. A principal casa da Companhia é em Roma, no collegio dos jesuitas, e além d'isso, ha uma casa professa chamada o *Jesu* e um soberbo noviciado. As outras casas da Companhia dividem-se em *casas professas*, *casas de provação* ou de *noviciado*, collegios e missões. Para tornar ainda mais poderosa esta corporação que punha nas mãos d'um só homem, que era o *geral*, filiados espalhados por todas as partes do mundo, o papa Julio III concedeu aos jesuitas, não só todos os privilegios das ordens mendicantes e dos padres seculares, como tambem a isenção para elles e para os seus bens de toda a jurisdicção, vigilancia ou imposição, episcopal ou temporal, de fórma que na terra não dependessem senão do seu geral e do papa. Com uma consummada habilidade e astucia, os jesuitas souberam aproveitar-se d'essa posição excepcional, e abrigando-se na sua famosa divisa «*ad majorem Dei gloriam* (tudo para maior gloria de Deus)» não recuavam deante de cousa alguma para alcançar os seus fins, que era apoderarem-se da direcção universal dos espiritos. Sendo ainda vivo Santo Ignacio de Loyola, a Companhia de Jesus introduziu-se e espalhou se na Hespanha, Portugal, Italia, Allemanha e em França, ao mesmo tempo que, em 1541, S. Francisco Xavier começava na India Portugueza as missões que deviam tomar grande desenvolvimento na Asia, e estender-se pelo Novo-Mundo, sobretudo no Brazil e no Paraguay. Quando em 1556 falleceu o fundador, a ordem comprehendia já mais de 1:000 membros, repartidos por 12 provincias; em 1606 eram 10:500; em 1679 tinham 35 provincias, 2 vice-provincias, 33 casas professas, 579 collegios, 48 casas de provação, 88 seminarios, 160 residencias, 106 missões, 17:655 jesuitas; em 1760, 19:998; em 1773, 22:589. O portuguez Simão Rodrigues de Azevedo, um dos companheiros de Santo Ignacio de Loyola. fundadores da Companhia, foi o encarregado de vir ao extremo occidente da Europa recrutar proselitos, tendo por auxiliar S. Francisco Xavier. o denodado apostolo das Indias orientaes. D. João III, o rei fanatico, acolheu a nova ordem religiosa com o enthusiasmo que sempre lhe inspiravam as instituições devotas. Em 1540, conforme dissémos, foi approvada pelo pontifice Paulo III, e n'esse mesmo anno, a 30 de maio, entraram em Portugal os primeiros jesuitas. Não tardou a que estivessem senhores do ensino, em collegios e na Universidade de Coimbra, onde completamente dominavam. Os padres com as suas predicas, nos pulpitos, nos confessionarios, ardilosamente se fôram insinuando, apoderando-se das consciencias, e exercendo enorme influencia, tanto em Portugal como nas colonias e conquistas. Dentro e fóra do paço real eram elles quem tudo mandava. No entretanto a Companhia encontrou em Portugal, assim como em outras nações, fortes opposições, de que, as mais das vezes, ficava vencedora. Em Portugal, houve quem receasse que tal predominio pudesse ser nefasto ao paiz, e tentasse, com as cautellas que as circumstancias aconselhavam, impedir que a nova ordem fôsse mais além do que era licito. O cardeal D. Henrique, que depois se tornou seu desvelado protector, e que os jesuitas dominaram, pretendeu ao principio banil-os de Portugal, e teria talvez realisado o seu projecto, senão achasse embaraços pela parte do infante D. Luiz, seu irmão, que se tornara amigo dedicado da nova ordem. Alguns fidalgos tambem protestaram, assim como os lentes da Universidade, mas esses protestos de nada valeram, porque Simão Rodrigues de Azevedo dominava na côrte, e a rainha D. Catharina escolhera para seu confessor o jesuita Miguel de Torres. Quando em Almeirim se debateu a questão dos jesuitas, decidiu-se afinal que Simão Rodrigues de Azevedo ficasse em Portugal, e S. Francisco Xavier partiria para o Oriente. Em 1541, D. João III fez doação aos jesuitas do mosteiro de Carquere, situado junto da margem do rio Douro, a 3 legoas de Lamego. Apezar de tudo, a opposição tornou-se mais vigorosa, principalmente da parte do clero e da Universidade. Em 1544 chegou a promover-se uma devassa, mas o resultado foi favoravel á Companhia de

Jesus, que assim creou mais profundas raizes em Portugal. D. João III tratou de colonisar o Brazil, e logo os jesuitas para lá quizeram ir, cabendo essa expedição ao padre Nobrega, um dos mais intelligentes e fervorosos entre os membros portuguezes da Companhia. Fallecido D. João III os jesuitas trataram de se segurar, tanto mais quanto sabiam que de novo se procurava limitar-lhes o poderio. Effectivamente, para aio de D. Sebastião, que tinha 3 annos, quando o avô morreu, falava-se no dominicano fr. Luiz de Granada, no eremita agostiniano fr. Luiz de Montoya, e em D. Aleixo de Menezes; afinal os jesuitas, auxiliados pelo cardeal D. Henrique e pela influencia do confessor de D. Catharina, conseguiram vencer, e para aio do joven rei foi nomeado o jesuita Luiz Gonçalves da Camara. Feito isto, trataram de indispor a avó com o neto, de que resultou D. Catharina abandonar a regencia em favor do cardeal D. Henrique, que estava entregue ao dominio dos jesuitas. Tomando D. Sebastião posse do governo do reino, os padres ficaram com o supremo poder. A influencia jesuitica proseguiu desde então, chegando sempre poderosa ao reinado de D. José. Os jesuitas, além de muitos collegios, já tinham casa professa em Coimbra e Porto em 1553, e não a tinham ainda em Lisboa. O padre commissario Jeronymo Natal veiu então a Portugal pedir a D. João III que deixasse fundar em Lisboa o collegio da sua ordem, o que o rei lhe concedeu, mandando-lhe escolher o sitio. Natal preferiu o logar onde estava a capella de S. Roque, em razão de serem de pouco valor os terrenos adjacentes, o que lhe facilitava as compras para fundar o edificio e a cêrca, e por ser sitio alegre, vistoso e sadio. Os padres trataram da compra da ermida, mas encontraram tanta resistencia da parte da confraria de S. Roque, que só com a intervenção do rei conseguiram realisar o contrato, e isso sob condições pesadas, sendo uma d'ellas fazer na egreja uma capella dedicada a S. Roque, administrada exclusivamente pela confraria, e sem a minima dependencia dos padres. Os jesuitas tomaram posse da ermida, que pouco a pouco fôram alargando, fazendo em volta algumas casas para sua habitação. Mais tarde D. João III quiz construir aqui um grande templo para seu jazigo e da rainha D. Catharina, sua mulher, dando o aos jesuitas, mas não teve effeito este projecto, e só o rei comprou aqui varios terrenos para a cêrca, e fez grandes donativos aos padres, com que elles deram começo á obra da nova egreja, que é a que actualmente existe, em 1566, já depois da morte de D. João III. Apenas D. José subiu ao throno, e chamou para seu ministro Sebastião José de Carvalho, depois conde de Oeiras e marquez de Pombal, mudaram as cousas de figura. O novo ministro conhecia os enormes estragos causados pela Companhia omnipotente, avassallando tudo com a sua soberania, por assim dizer, superior á do proprio rei. Senhores do ensino, dominando nas colonias, dispondo das consciencias, a nação não podia progredir emquanto não fôsse emancipada d'essa tutella odiosa. Sebastião de Carvalho accusou-os primeiro de fomentarem discordias entre a côrte de Madrid e a de Lisboa por causa do tratado dos limites de 1750, tratado que fixava as fronteiras das possessões de Portugal e de Hespanha na America do Sul. A resistencia dos indios aldeiados por elles no Paraguay ás tropas portuguezas, encarregadas de tomar posse do territorio que a Hespanha nos cedera, mais exarcebou a irritação de Sebastião de Carvalho. Accusou-os de terem incitado a representação da Mesa do Bem-Commum contra a fundação da Companhia do Grão-Pará, de favorecerem o motim do Porto contra a Companhia das Vinhas, e finalmente de tomarem parte, e serem instigadores do attentado dos Tavoras contra a vida d'el-rei D. José. A lucta estava declarada. Os jesuitas confessores das pessoas reaes fôram expulsos do paço; logo em seguida Sebastião de Carvalho mandou redigir uma memoria dos abusos praticados pelos jesuitas nas nossas colonias, a fim de a apresentar ao papa Benedicto XIV pedindo a abolição da Companhia. O papa, accedendo um pouco ás representações do governo de Lisboa, nomeou um reformador e visitador, e escolheu para esse encargo o cardeal Saldanha. Os jesuitas, vendo-se prohibidos de confessar e de prégar, e reconhecendo o perigo imminente em que estavam, trataram de se defender com a astucia e a influencia de que dispunham. Por momentos a sorte pareceu favorecel-os. Fallecendo o papa, succedeu lhe Clemente XIII no solo pontificio, o qual expediu o breve *Dilecti filii*, que ainda mais irritou o ministro portuguez. Por causa do attentado contra D. José, haviam sido presos alguns jesuitas, e encerrados nos carceres da Junqueira; Sebastião de Carvalho pediu licença ao papa para desautorar os padres mais accusados, manifestando a firme intenção do rei em expulsar os jesuitas dos seus dominios. Sem esperar resposta do papa, promulgou o decreto de 3 de setembro de 1759, que os expulsava do reino e dos seus dominios, partindo logo no dia 16 para Italia a primeira leva dos mesmos padres, a bordo da nau *S. Nicolau*, e pouco depois nova leva de padres embarcava no brigue *S. Boaventura*. Proseguindo as negociações, e cada vez mais activas, a França, a Hespanha e Napoles, incitadas secretamente pelo ministro portuguez, reclamaram tambem a expulsão dos jesuitas. O pontifice falleceu, e foi eleito o cardeal Ganganelli, com o nome de Clemente XIV; e sendo mais persistentes e intimativas as negociações diplomaticas contra os jesuitas, publicou-se afinal em 23 de julho de 1773 a bulla *Dominus ac Redemptor* abolindo a poderosa Companhia de Jesus. A expulsão dos jesuitas vem miunciosamente tratada na *Historia do reinado de D. José*, de Luz Soriano, e no romance historico *Marquez de Pombal*, de Antonio de Campos Junior. Os jesuitas já anteriormente haviam soffrido os seus revezes; em 1578 fôram expulsos de Antuerpia, em 1598 de Hollanda, accusados de terem querido assassinar Mauricio de Nassau, em 1618 da Bohemia, em 1619 da Moravia, em 1643 de Malta, em 1723 da Russia. Depois de Portugal tambem fôram expulsos em 1767, de Hespanha, da Sicilia e de Napoles; e em 1786, de Parma. Comtudo, a Companhia continuou sempre existindo, conservando se debaixo de outros nomes e de outras fórmas; os jesuitas tiveram chefes occultos, e mantiveram-se unidos, especialmente debaixo do nome de clerigos do Sagrado Coração e de missionarios da fé. Em 1801, Pio VII

annullou o breve que ferira a Companhia de Jesus; restabeleceu-a debaixo do nome de *Congregação do Sagrado Coração*, na Russia e em Napoles, a pedido dos respectivos soberanos, e finalmente, pela bulla de 7 de agosto de 1814, *Sollicitudo omnium ecclesiarum*, revogou solemnemente a bulla de Clemente XIV, e estabeleceu a Companhia em todos os paizes catholicos. Comtudo, nem Portugal nem a Austria a acceitou. No anno de 1829, é que fôram novamente admittidos os jesuitas, que em 1831 alcançaram a concessão do Collegio das Artes, de Coimbra, para ali estabelecerem o ensino, e em 1832 deram effectivamente começo aos trabalhos escolares do anno lectivo de 1832-1833, mas em 1834 foram intimados a sair do reino, e no dia 30 de maio vieram de Coimbra a Lisboa, acompanhados por uma escolta do batalhão de voluntarios do Minho, commandados por um tenente, e aqui embarcaram para Genova. Os jesuitas tinham em Portugal os seguintes collegios, que mencionamos com as datas dos seus estabelecimentos: *Santo Nome de Jesus*, Coimbra, 1542, *Espirito Santo* (Universidade de Evora), 1551; *Santo Antão*, Lisboa, 1552; *S. Roque* (Casa professa), Lisboa, 1553; *S. Paulo*, Braga, 1560; *S. Lourenço*, Porto, 1560; *Santo Nome de Jesus*, Bragança, 1561; *S. Patricio*, Lisboa; *Assumpção de Nossa Senhora*, Noviciado de Campolide, 1597, passado para a Cotovia em 1603, *S. Thiago Maior*, Faro, 1599; *Nossa Senhora da Purificação*, Evora, 1577, *Madre de Deus*, Evora, 1583; *S. João Evangelista*, Villa Viçosa, 1681; *S. Sebastião*, Portalegre, 1605, *Conceição de Nossa Senhora*, Santarem, 1621; *Thiago Maior*, Elvas, 1644; *S. Francisco Xavier*, Setubal, 1655; *S. Francisco Xavier*, V. N. de Portimão, 1660; *S. Francisco Xavier*, Beja, 1670; *S. Francisco Xavier*, Lisboa, 1679; *Nossa Senhora da Nazareth*, (noviciado), Lisboa, 1705; *Santos Reis*, Villa Viçosa, 1735; *Santissima Trindade*, Gouveia, 1739. Tiveram tambem as seguintes residencias: Na diocese de Evora: Barriçal, Monte da Barca e Valbom, na de Coimbra: Canal, Falsalanimo e Villa Franca; na de Lisboa: Canceças, Labruja, Monte Agraço e Pernes; na de Lamego: Carquere e Nossa Senhora da Lapa; na de Braga: S. Fins, S. João de Longos Valles; na do Porto: Paço de Sousa e Pedroso.

Jesus *(Fr. Ambrosio de)*. Religioso da ordem de S. Francisco da provincia de Portugal. Era natural de Coimbra, e fal. em Lisboa em 1627, sendo filho de Antonio da Silva Soares, secretario da Universidade de Coimbra. Foi guardião no convento da sua ordem, de Lisboa, e depois provincial, para que foi eleito a 27 de junho de 1610. Exerceu tambem o cargo de commissario geral d'este reino e suas conquistas. Filippe II o nomeou bispo de S. Thomé, no capitulo geral celebrado em Roma no anno de 1612, de cuja dignidade humildemente se escusou. Esteve depois no convento de S. Bernardino, da ilha da Madeira, voltando mais tarde para o convento de Lisboa, onde falleceu. Escreveu: *Sermão prégado no Capitulo geral, dedicado a D. Fernão Martins Mascarenhas, Bispo Inquisidor Geral*, Lisboa, 1608; *Sermão feito no Auto da Fé de Coimbra no Domingo do Juizo em 28 de Novembro de 1621*, Lisboa, 1621.

Jesus *(Fr. Antão de)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho, da congregação da India Oriental. N. em Baçaim, e fal. em Gôa em 1651. Professou em 1589. Foi definidor e reitor do seu collegio. Escreveu um *Tratado de algumas cousas memoraveis até á fundação do convento de Gorgistão*, mas essa obra não chegou a imprimir se.

Jesus *(Fr. Antonio de)*. Religioso da ordem da Trindade. Fal. em Coimbra a 15 de abril de 1682. Foi lente de musica na Universidade, para que foi nomeado a 27 de novembro de 1636. Foi um dos discipulos notaveis de Duarte Lobo, e D. João IV o estimava muito. No catalogo da livraria d'aquelle monarcha, mencionam-se as seguintes composições: Um villancico do Natal a 4 e 8 vozes; um villancico do Sacramento, a solo, 4 e 8 vozes; tres villancicos para a festa da Natividade de Nossa Senhora, a solo, 4, 8 e 12 vozes; um villancico do Sacramento, a 3, 4 e 8 vozes; uma missa a 10 vozes, outra a 12 e duas a 8. A collecção de poesias de D. Francisco Manuel de Mello, intitulada *Avena de Tercicore*, contém um villancico para a festa da Natividade de Nossa Senhora, com a declaração de ter a musica sido composta pelo padre mestre fr. Antonio de Jesus.

Jesus *(Fr. Antonio de)*. Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Lisboa em 1641 e fal. a 27 de novembro de 1719. Era filho do dr. João de Carvalho, medico da camara de D. João V, e de sua mulher, Catharina Pereira. Recebeu o habito na provincia da Madre de Deus, na India, a 20 de setembro de 1657, e professou a 21 do mesmo mez, do anno seguinte. Missionou pelas terras do sul com zelo apostolico, em que soffreu muitos trabalhos por causa dos hollandezes. Fundou uma egreja nas terras do Samorim, com a invocação de Nossa Senhora do Rosario, em 1716. Escreveu: *Modo de viver christã e religiosamente*, offerecido ao vice-rei do Estado da India, D. Rodrigo da Costa; *Devoções, Jaculatorias, Protestações; Aparelho para a confissão, Jaculatorias para a communhão, e varias devoções a Nossa Senhora*. Estes escriptos ficaram inéditos.

Jesus *(Fr. Antonio de)*. Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Alemquer a 31 de agosto de 1700; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Antonio Fernandes de Almeida e de Maria do Nascimento de Jesus. Professou no convento de Lisboa da provincia de Portugal a 17 de maio de 1719. Acabados os estudos escolasticos, applicou-se á Theologia Positiva e Ascetica. Foi commissario da ordem Terceira nos conventos do Cartaxo, Santarem, Leiria e Alemquer. Escreveu: *Escravidão affectuosa do Senhor Jesus Christo Crucificado, vida espiritual, e exercicios, que devem fazer os que o reconhecem por seu Senhor*, Lisboa, 1747.

Jesus *(Fr. Antonio de)*. Missionario apostolico, fundador do seminario, ou convento de Santa Maria do Monte da Magdalena, na Falperra. N. na aldeia da Lama, da freguezia de Parada, concelho de Paredes de Coura, em 1774; fal. em Mofreita, do concelho de Vinhaes, a 20 de outubro de 1841. Era filho de Francisco Fernandes, e de sua mulher Maria Josepha de Araujo. Desde a mais tenra infancia mostrou pronunciada vocação para o sacerdocio, mas seus paes, por falta de meios para o ordenarem, não queriam que

elle estudasse, consentindo a custo que fôsse estudar grammatica latina com o professor régio Antonio Ferreira, da freguezia de Formariz, n'aquelle concelho. Vindo á sua parochia em missão os religiosos franciscanos do convento de Vinhaes, elle lhes pediu p ara o acceitarem na sua congregação, e acompanhando-os recebeu o habito e professou no seminario franciscano d'aquella villa em 1789. Fr. Antonio de Jesus fez-se um religioso exemplar no cumprimento dos seus deveres, e pela pratica das virtudes christãs. Foi guardião muito zeloso na educação dos noviços, estudante apreciado, muito conhecedor das linguas portugueza, franceza, ingleza, hebraica, italiana e hespanhola. Depois de professar, só uma vez entrou na casa paterna, a pedido de sua mãe. Pessoa, cujo nome se ignora, mas suspeita se que fôsse o bispo de Bragança D. Antonio da Veiga, a cuja memoria dedicou depois uma das suas obras, o chamou a Lisboa, e aqui residiu algum tempo, partindo depois para Roma em 1816, a solicitar da Sé Apostolica um breve para a fundação d'uma casa ou convento de missionarios na provincia de Entre Douro e Minho, breve que só veiu a receber annos mais tarde, estando já em Portugal, passado pelo papa Leão XII. Escolhida a serra da Falperra para a construcção do convento, começaram as obras em 1826. Encontrou tantas difficuldades e contrariedades, que teve de vir pessoalmente a Lisboa pedir protecção ao nuncio apostolico, então prevenido contra elle pelas intrigas e manejos tramados pelos seus inimigos. Mas o prelado não tardou a reconhecer a pureza das intenções e o zelo religioso do missionario, as difficuldades apresentadas fôram vencidas, e satisfeito o fim das suas diligencias, estava a ponto de partir de novo para o seu retiro, quando, segundo consta, a instancias do duque de Cadaval e d'outros fidalgos, se demorou com o piedoso intuito de levar algumas consolações e allivios aos presos politicos, encarcerados na Torre de S. Julião da Barra. Houve-se n'este santo empenho com prudencia e moderação, como se declara na *Historia do captiveiro dos presos de Estado na torre de S. Julião da Barra de Lisboa*, etc., de João Baptista da Silva Lopes. Quando se entregava a estas diligencias, novas intrigas e desgostos se lhe suscitavam, e fr. Antonio de Jesus resolveu-se a deixar Lisboa, e recolheu-se em abril de 1833 ao seu convento da Falperra, d'onde terminada a guerra civil, o expulsaram em 1834, em virtude da abolição das ordens monasticas. E' d'esta epoca principalmente que data a sua celebridade. Principiavam as dissidencias religiosas, provocadas pela questão do denominado *schisma*. Fr. Antonio de Jesus começou a escrever contra o governo liberal *quanto á sua ingerencia no ecclesiastico*, mostrando-se defensor zeloso das prerogativas e immunidades da egreja, e efficaz propugnador das doutrinas, a que os adversarios chamam *ultramontanas*. A este intento dedicou todas as suas vigilias e cuidados. Parece que a primeira obra, que n'este sentido escrevera, fôra o *Letrado Velho*, de que se não sabe se se imprimiu, ou se ficou manuscripta. O papa Gregorio XVI o nomeou em 1838 vigario apostolico em todo o reino de Portugal e administrador provisorio do arcebispado de Braga, e isso lhe trouxe novos incentivos para não desamparar a questão, conseguindo imprimir os seus escriptos não sem grandes sacrificios seus e dos seus affeiçoados. Por causa da effervescencia que tomaram os animos, teve de occultar-se por mais de tres annos passando successivamente de uns para outros esconderijos. Achava-se afinal em casa do capellão do recolhimento de Mofreita, quando falleceu. O *Ecco da Religião e do Imperio*, de Pernambuco, de 21 de janeiro de 1842, publicou um extenso necrologio a seu respeito, o qual dizem ter sido transcripto no *Periodico dos Pobres do Porto*. Escreveu: *A Voz da Egreja, ou decisões da Santa Sé Apostolica sobre a communicação «in divinis» com os tolerados schismaticos ou herejes, traduzidas fielmente dos originaes, e esclarecidas com notas opportunas para sua intelligencia*, Porto, 1837; *segunda edição, accrescentada com algumas decisões, a sua defensão, e um appendice*, Porto, 1838; entre outros documentos e peças contidas n'este livro, ha 4 cartas de D. Fr. Fortunato de S. Boaventura, datadas de Roma, e dirigidas ao autor; *Regras catholicas para os logares e tempos de schisma, recolhidas das pontificias decisões, dos padres da Egreja e theologos puros*, Porto, 1837; saiu anonymo; *Advertencias mais precisas ao clero, que deseja trilhar as veredas orthodoxas, conforme a theologia catholica, e as apostolicas decisões, por * * * Presbytero*, etc., Porto, 1838; *Os clamores e providencias do pastor supremo, Gregorio XVI, ás ovelhas lusitanas; levados aos ouvidos de todos, com reflexões necessarias e opportunas; por * * * delegado da Sé Apostolica*, Porto, 1838; *Exposição da fé que professam, e da disciplina ecclesiastica que abraçam os parochos e presbyteros orthodoxos do reino de Portugal, por os mesmos dirigida ao Santissimo Padre Gregorio XVI em 23 de Junho de 1839; e a resposta do mesmo Santissimo Padre, acompanhada da verdadeira interpretação, conforme o sentir dos DD. catholicos romanos*, Pernambuco, 1841; é dedicado *á memoria e orthodoxia do ex.mo e rev.mo sr. D. Antonio da Veiga, bispo de Bragança*, cujo retrato, aberto em chapa de cobre, acompanha a obra. A *Exposição* vem em latim d'um lado, tendo a traducção portugueza do outro. Por sua morte deixou diversos manuscriptos, alguns dos quaes fôram posteriormente impressos. Mencionaremos os seguintes: *Reddite... quæ sunt Dei Deo; se quereis que sua espada se recolha na bainha; o direito natural, publico e divino da Egreja; sua violação a fonte dos males que nos affligem; ao clero e povo que deseia ser orthodoxo, e vêr a paz de Deus na terra; por Fr. Antonio de Jesus, missionario apostolico e fundador do Seminario de Nossa Senhora da Conceição do Monte da Magdalena*, Braga, 1847; *Analyse da Carta Constitucional da monarchia portugueza, decretada e dada por D. Pedro, imperador do Brazil, aos 29 de abril de 1826*, nos artigos que tocam á religião; Braga, 1863; *O clamor e petição do povo fiel e pio, desejoso da tranquillidade do altar e do throno, aos Principes catholicos*, Braga, 1865; *Historia abreviada da decadencia e queda da Egreja Lusitana*, etc., Braga, 1863; *Narração abreviada dos padecimentos que viu e como pôde allivior Fr. Antonio de Jesus, Missionario Apostolico do Seminario do Monte, nas prisões da Torre de S. Julião da Barra, em dezembro de 1832, janeiro, fevereiro e março de 1833... e ou-*

tros acontecimentos posteriores, escripta por elle mesmo.

Jesus *(Fr. Apolinario de)*. Religioso da ordem dos agostinhos descalços. N. em Lisboa em 1592, fal. em Palermo a 12 de novembro de 1631. Era filho de Manuel Pires e de Anna Dias Passando a Roma recebeu o habito no convento de S. Nicolau Tolentino, d'aquella cidade, a 6 de maio de 1612, mudando o nome de Antonio, que recebera no baptismo, para o de Apolinario. Foi o primeiro mestre de toda a congregação de Italia, presidiu ao capitulo celebrado em Roma a 4 de maio de 1618, e n'elle ficou eleito definidor, exercendo o mesmo logar no capitulo celebrado em 3 de maio de 1625. Por questões de disciplina ecclesiastica esteve preso por ordem do commissario geral da Sicilia no convento de S. Domingos, de Palermo, onde falleceu. Compoz as *Constituições para o governo espiritual da congregação de Italia dos agostinhos descalços*, Milão, 1677, Roma, 1732. Deixou manuscripto, *De Primatu Ecclesiæ Romanæ.*

Jesus *(Fr. Baptista de)*. Religioso da ordem da Trindade, natural de Alvito, e fal. em Lisboa, no seu convento, a 30 de maio de 1591. Professou a 13 de novembro de 1547, e foi um dos 12 religiosos mandados por D. João III a educar no real mosteiro de S. Vicente de Fóra, debaixo da disciplina de D. Francisco de Mendanha, prior d'aquella real casa para reformar a religião trinitaria, e reduzil-a á sua primitiva observancia. Depois da reforma foi o primeiro ministro dos conventos de Santarem e de Cintra, e reitor do collegio de Coimbra. Foi eleito provincial por tres vezes; a primeira em 1564, a segunda em 1570 e a terceira em 1576. Sendo o principal instituto da sua religião resgatar os captivos do poder dos barbaros, procurou com a maior dedicação libertar todos os portuguezes que gemiam em tão miseravel estado, fazendo para este fim dois resgates: o primeiro em 1565 pelo P. Fr. Roque do Espirito Santo e Fr. Manuel de Santa Maria, em que fôram restituidos á liberdade 230 captivos dos reinos de Fez e Marrocos, e o segundo no anno de 1579 por Fr. Luiz da Guerra e Fr. Francisco do Tureifal, em Tetuão, d'onde fôram libertados 116 christãos. Os principaes de seu tempo dispensavam lhe grande estima e consideração, especialmente o cardeal D. Henrique, que muitas vezes lhe escrevia. Fr. Baptista de Jesus publicou uma collecção de Bullas pontificias e alvarás reaes concedidos á religião trinitaria, á qual deu o titulo de *Pulcher libellus.*

Jesus *(Fr. Bernardino de)*. Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Lisboa em agosto de 1599, fal. a 10 de abril de 1669. Professou no convento de Lisboa a 16 de julho de 1615. Por muitos annos exerceu o cargo de vigario do côro do convento de Nossa Senhora de Jesus, da capital, e de ministro do convento de S. Francisco de Vianna, e de definidor em 1659. Era cantor e muito entendido na arte musical, e D. João IV o estimava muito, por ter uma bella voz Deixou algumas composições de musica.

Jesus *(Fr. Diogo de)*. Religioso da ordem de S. Jeronymo. N. na Atalaia, povoação distante tres legoas de Thomar, em 1597, fal. a 29 de abril de 1672. no convento de Belem. Era filho de Bento Bernini, italiano, e de Barbara Thomé, portugueza. Professou no referido convento de Belem a 21 de dezembro de 1618. Foi mestre de Theologia Moral, e de cerimonias, visitador geral da ordem. Escreveu : *Exercicio espiritual de meditações divinas para os dias da semana, dedicado a D. Brites de Menezes, condessa de Sabugal*, Lisboa, 1656, *Ad viros Ecclesiasticos admonitio super diversis rebus in ordine ad recitationem Officii Divini*, Lisboa, 1672; *Breve compendio de cerimonias, enterros, e preparação de Sacerdotes para celebrar suas missas*; sem anno de impressão. Deixou manuscriptas tres obras em latim, que se conservavam na Bibliotheca do convento de Belem.

Jesus *(Fr. Felix de)*. Eremita da ordem de Santo Agostinho, fallecido em Gôa em 1640. Partindo para a India em 1605, dedicou-se ao estudo da historia da sua ordem, escrevendo a seguinte obra, que ficou inedita : *Chronica da origem e progressos da Congregação da India dos Eremitas de Santo Agostinho desde o anno de 1572 até o de 1637 em que comprehende os successos do mesmo Estado.*

Jesus *(Fr. Gabriel de)*. Religioso da ordem de S. Bernardo. N. em Leiria e professou no convento d'Alcobaça a 22 de abril de 1676, e segundo consta, nunca mais saiu do convento nos 32 annos em que ainda viveu, vindo a fal. em 1708. Foi tocador de orgão e de harpa, e muito apreciado como compositor de musica, deixando entre outras composições, *Quinze motetes para as quinze estações da Via Sacra com as letras da Escriptura Sagrada competentes a cada Estação.*

Jesus *(Fr. Gregorio de)*. Religioso da ordem dos carmelitas calçados, fal. a 25 de janeiro de 1862. Era filho de Paulo Coelho e de Simoa dos Santos. Professou no convento de Lisboa a 13 de junho de 1644. Teve natural vocação para o estudo das sciencias escolasticas, que dictou aos seus religiosos, e depois tomou o grau de doutor na Universidade de Coimbra. Foi qualificador do Santo Officio, examinador das tres ordens militares e do priorado do Crato, prior do convento de Lisboa, e provincial, a 6 d'abril de 1681. Por ser muito douto em Theologia e em Direito pontificio, era frequentemente consultado em materias gravissimas, sobre as quaes compoz pareceres doutissimos, que alguns se conservavam em manuscripto na livraria do convento do Carmo, de Lisboa.

Jesus *(Fr. Jeronymo de)*. Religioso menor reformado da provincia de Santo Antonio. N em Vianna do Castello, e fal. no convento da Certã, do priorado do Crato, a 13 de junho de 1630. Era filho de Antonio Alvares Viegas, e de sua mulher, Maria Fagundes, irmã de Balthazar Vaz Fagundes, deão da sé de Braga. Dedicava-se muito ao estudo da Sagrada Escriptura e dos mais doutos escriptores. Deixou manuscriptas tres obras em latim, que se conservavam no convento de Santo Antonio dos Capuchos, de Lisboa.

Jesus *(Fr. João de)*. Religioso franciscano da provincia de Santo Antonio. N. no logar do Pinheiro, do patriarchado de Lisboa. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era fi-

lho de João Dias e de Maria de Jesus. Professou no convento da Castanheira em 1 de novembro de 1718. Passou ao estado de Maranhão, e depois de aprender Philosophia, se dedicou ao ministerio de missionario. Deixou em manuscripto : *Praticas e doutrinas sobre os Sacramentos, Mandamentos e Mysterios da Nossa Santa Fé, Via Sacra, doutrinas contra as superstições e feitiçarias*; *Arte para os que principiam a aprender a lingua dos Aoá; Confessionario da lingua*; *Vocabulario da lingua geral.*

Jesus *(D. João de Santa Maria de)*. Conego regrante da ordem de Santo Agostinho. N. na Certã em 1712, e fal. nos ultimos annos do seculo XVIII. Formou-se em Canones em Coimbra, e foi juiz de fóra, de Silves. Abandonou depois a vida publica para se consagrar á vida religiosa, e em 1732 entrou na ordem dos conegos regrantes de Santo Agostinho. Publicou uns *Quesitos* para a canonisação de el rei D. Affonso Henriques, e na *Collecção de medicina lithurgica* uma dissertação sobre a categoria das provincias romanas a que a Lusitania pertencia.

Jesus *(Fr. José Maria de)*. Religioso da ordem Terceira de S. Francisco, que vivia nos principios do seculo XIX no convento de N. S.ª de Jesus, de Lisboa. Escreveu : *Diario critico sobre os erros dos falsos philosophos*, Lisboa, 1803 a 1804; publicação anonyma e periodica, de que sairam 9 numeros; *Carta a Junot, em verso*, Lisboa, 1809; *Impugnação imparcial do folheto «Os Sebastianistas», por um amador da verdade*, Lisboa, 1810, 1.ª e 2.ª parte; sairam estes folhetos com o nome de José Maria de Sá, que dizem ser o nome do autor, antes de entrar na clausura; *Syllogismo refutado*, etc., Lisboa, 1810.

Jesus *(José Roiz de)*. Organista em Pinhel, e compositor, que viveu nos fins do seculo XVIII e principios do XIX No *Jornal de Modinhas* que principiou a publicar-se em Lisboa em 1792, saiu com o n.º 19 da primeira collecção um duetto de José Rodrigues de Jesus; os n.ºs 2 e 23 de outra collecção tambem constam de dois duettos do mesmo autor. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa, dizem, que existe, vindo do convento de Jesus, de Vizeu, a partitura autographa d'uma missa a 4 vozes e orgão, com esta rubrica : «Pinhel, maio de 1801.»

Jesus *(Fr. Luiz de)*. Religioso da ordem reformada dos eremitas descalços de Santo Agostinho. N. em Cabrella, no Alemtejo, em 1674, fal. no convento do Bom Jesus, de Porto de Moz, a 31 de dezembro de 1742. Era filho de Luiz Botelho de Mello e de D. Elvira Maria de Mancellos. Veiu para Lisboa e recebeu o habito no convento de N. S.ª da Conceição de Monte Olivete, a 31 de janeiro de 1693, e professou solemnemente a 2 de fevereiro de 1694. Foi prior do convento de Porto de Moz, visitador geral e vigario eleito no capitulo celebrado em Montemór no anno de 1725. Escreveu : *Historia miscellanea, que comprehende a jundação dos religiosos descalços de Santo Agostinho na villa de Santarem*, etc., Lisboa, 1734. Deixou manuscripta outra obra, intitulada *Anno Virgineo*, que comprehendia os mezes de janeiro, fevereiro e março.

Jesus *(Fr. Manuel de)*. Religioso da ordem da Trindade, natural de Condeixa, e fal. no convento de Lisboa a 6 de junho de 1736. Professou no convento de Santarem a 2 de abril de 1686, onde foi lente de Theologia, reitor de Alvito, secretario da provincia, mestre dos noviços, e examinador das tres ordens militares. Residiu alguns annos em Roma e em Paris, e falava correctamente as linguas italiana e franceza. Escreveu : *Laberinto curioso, e enredo universal, historico ideado, e traduzido no idioma portuguez das Taboas Chronologicas do Abbade Langlet de Frenoy dividido em 2 tomos.* N'esta obra se comprehende toda a historia universal desde a creação do mundo até ao tempo em que foi escripta, sendo offerecida a D. Anna de Lorena, camareira-mór da princeza do Brazil. Em manuscripto deixou : *Avisos mui necessarios para conseguir uma boa morte.*

Jesus *(Fr. Raphael de)* Monge da ordem de S. Bento, procurador geral, chronista-mór, etc. N. em Guimarães em maio de 1614, e fal. no convento de Lisboa a 23 de dezembro de 1693. Era filho de Simão Fernandes e de Catharina Mendes. Professou no convento da Victoria do Porto a 2 de maio de 1629, quando contava apenas 15 annos de edade. Foi prégador em Lisboa e em varias cidades da Hespanha, e adquiriu tão grande fama, que teve a nomeação de pregador régio. Foi reitor do collegio da Estrella em 1665, procurador geral no Porto em 1668, D. abbade do convento de Santo André de Rendufe em 1673, procurador geral em Braga em 1676, D. abbade no convento de Lisboa em 1679, e chronista-mór, nomeado por alvará de 11 de novembro de 1681. Escreveu : *Sermões varios, prégados pelos annos de 1668 a 1670, que assistiu á occupação do procurador geral da sua ordem na cidade do Porto*, Bruxellas, 1674; contém 24 sermões; *Sermões varios*, etc., *tomo II; prégados na curia de Braga pelos annos de 1673 a 1675;* Lisboa, 1688; *Sermões varios*, etc., *tomo III, prégados na curia de Braga pelos annos de 1675 a 1677, sendo procurador geral da sua congregação na mesma curia*, Lisboa, 1689; são 23 sermões; *Castrioto Lusitano, Parte I; entrepresa e restauração de Pernambuco, e das capitanias confinantes, varios e bellicosos successos entre portuguezes e belgas, acontecidos pelo decurso de 24 annos, e tirados de noticias, relações e memorias certas, offerecidos a João Fernandes Vieira, Castrioto Lusitano*, Lisboa, 1679; com o retrato de João Fernandes Vieira; *Castrioto Lusitano, ou historia da guerra entre o Brazil e a Hollanda, durante os annos de 1624 a 1654, terminada pela gloriosa restauração de Pernambuco e das capitanias confinantes; nova edição, dedicada a S. M. I. o Senhor D. Pedro II; ornada com o retrato de João Fernandes Vieira, e duas estampas historicas.* Esta edição foi feita em Paris em 1844, por João Pedro Aillaud, sendo encarregado da coordenação da obra o dr. Caetano Lopes de Moura : *Monarchia Lusitana; parte septima; contém a vida de el-rei D. Affonso IV, por excellencia o Bravo*, Lisboa, 1683. Deixou manuscripta a *Vida de el rei D. João IV*, em 2 volumes, que existe na Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Jesus *(Fr. Ruperto de)*. Monge da ordem de S. Bento; doutor em Theologia e lente na Universidade de Coimbra, provincial e visitador geral da sua ordem, qualificador do Santo Officio, etc. N. no Igarassu, no Brazil, a 9 de agosto de 1614, e fal. no mosteiro da Bahia no mes-

mo dia, do anno de 1708 com 64 annos completos. Era filho de Manuel de Sousa e de Maria dos Santos. Professou no convento de S. Sebastião, do Rio de Janeiro. Deixou publicados em Lisboa alguns dos seus muitos sermões.

Jesus *(Fr. Sebastião de)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho. N. em Lisboa, e fal. em Gôa em abril de 1655. Professou no convento de Lisboa, e partiu para a India em 1595. Foi reitor do collegio de Gôa e confessor das religiosas do convento de Santa Monica em 1644. Por ser dotado de muita capacidade politica foi mandado como embaixador ao Idalcão, cujo encargo desempenhou com a maior competencia. Deixou em manuscripto: *Jornada de Gôa a Visapor*.

Jesus *(Fr. Thomé de)*. Religioso da ordem de Santo Agostinho. N. em Lisboa em 1529, fal. em Marrocos a 17 de abril de 1582. Era filho de Fernão Alvares de Andrada, escrivão e thesoureiro-mór de D. João III, e do seu conselho de Estado, e de D. Izabel de Paiva, filha de Nuno Fernandes Moreira, escrivão da camara de Lisboa. Teve por irmãos: Alvaro Peres de Andrada, commendador de S. Pedro, de Torres Novas; Diogo de Paiva de Andrada, profundo theologo; Francisco de Andrada, commendador de S. Paio de Fragoas e chronista-mór do reino; João Alvares de Andrada, que militou na India; fr. Cosme da Apresentação, eremita agostiniano e grande theologo, e D. Violante de Andrada, casada com o 2.º conde de Linhares, D. Francisco de Noronha. Chamava-se Thomé de Andrada, nome com que se encontra matriculado entre os moços fidalgos no livro das moradias d'el-rei D. João III, como se vê no tomo II das Provas ao Livro IV da *Historia Genealogica da Casa Real*. Educado, como convinha á nobreza do seu sangue e christandade, descobriu inclinação para vida ecclesiastica, e seu pae, por corresponder áquelles desejos, o entregou á direcção de Fr. Luiz de Montoya, que então governava a provincia dos eremitas de Santo Agostinho como vigario geral, e se occupava da fundação do collegio de Coimbra, Thomé de Andrada pediu e recebeu o habito da ordem, entrando no noviciado no convento da Graça, de Lisboa, onde professou a 27 de março de 1544, tomando o nome de fr. Thomé de Jesus. Passou em seguida a Coimbra para frequentar os estudos no Collegio, a que muito se applicou, e fez tão grandes progressos, que se tornou um letrado muito apreciavel e um prégador de grande fama. Voltando a Lisboa, onde estava fr. Luiz de Montoya, que lhe entregou o noviciado, cargo exerceu alguns annos com a maior dedicação, educando muitos alumnos, que depois se acreditaram por heroicas virtudes; e assim foi fr. Thomé de Jesus o terceiro mestre de noviços que teve esta provincia depois de reformada, succedendo n'este logar a fr. Diogo de Sant'Anna. Fr. Thomé de Jesus era muito dado á oração, á contemplação, e á leitura dos livros espirituaes, principalmente dos santos padres. Diz um dos seus biographos, que no culto divino se tornara em extremo affectuoso e devoto, permanecendo no côro em pé ou de joelhos tão absorto, que de immovel e quasi insensivel, parecia muitas vezes uma estatua de pedra. Desejoso de maior austeridade, querendo viver em perpetua solidão para se entregar ás mais afervoradas meditações, em que empregava todo o tempo, pretendeu recolher se no convento de Penafirme, e obtida a licença, para ali se retirou, encerrando-se n'uma estreita cella noite e dia, d'onde saia unicamente para prégar pelas aldeias e logares visinhos, ou a soccorrer os pobres e os enfermos com esmolas que grangeava por seu pedido. Aqui esteve por prior, e escreveu a vida de seu mestre fr. Luiz de Montoya, e acabou a 4.ª parte da *Vida de Christo*, que elle deixara incompleta. Serviu tambem de visitador da provincia, logar a que se escusou por algum tempo, mas veiu a acceitar por obediencia. Vivia n'esta solidão, afastado completamente do mundo, quando lhe chegou a noticia de que el-rei D. Sebastião estava resolvido a passar segunda vez á Africa, e lhe dava ordem para o acompanhar, pela muita confiança que tinha de sua pessoa, e com o fim de assistir aos soldados que adoecessem n'aquella expedição. Apezar de conhecer os perigos de tão audaciosa e temeraria empresa, obedeceu sem escusa, partiu logo de Penafirne, e chegando a Lisboa, D. Sebastião o recebeu mostrando-se muito satisfeito, significando-lhe o seu grande desejo que elle fôsse na sua companhia. Embarcou em 24 de junho de 1578. O nosso exercito aportou a Arzilla, e não tardou a que se lhe apresentasse occasião de exercer o seu officio, manifestando a sua extremosa caridade. Estava-se nos fins de julho, e com os intensos calores, que tornam mais intoleravel o clima de Africa, começaram a lavrar as doenças com tamanho impeto, que fôram excessivos os trabalhos que passou, assistindo ás curas, ministrando por suas mãos os remedios, ajudando uns, consolando outros, e acudindo a todos. No infausto dia da batalha de Alcacer-Kibir, 4 de agosto de 1578, andando pelo campo animando os nossos soldados com um crucifixo arvorado, foi ferido n'um hombro com uma lança por um moiro, de cujo golpe caiu por terra; outro moiro o aprisionou, levando-o a Maquinez, e o vendeu a um marabuto, que intentou convertel-o á sua religião, mas desenganado de que nem com argumentos, nem promessas, nem affagos, podia alcançar os seus fins, o encerrou n'uma terrivel masmorra, onde o pobre captivo soffreu por largo tempo sedes, fomes, e grandes insultos e tormentos, que elle soffreu com incrivel paciencia. Para suavisar as suas tribulações e consolar os captivos que gemiam tyranisados, escreveu nas horas que lhe permittia a luz que escassamente entrava pelas fendas da porta do carcere o affectuoso livro que intitulou *Trabalhos de Jesus*, livro piedoso, devoto, e de grande edificação. Informado d'este cruel tratamento o embaixador de Portugal, D. Francisco da Costa, que por ordem do cardeal-rei D. Henrique estava encarregado do resgate dos captivos, obteve do xarife, que o governador de Maquinez o entregasse, para ser mudado para Marrocos. Saiu então da masmorra tão desfigurado que mais parecia um cadaver. O embaixador quiz recebel-o em sua casa, onde lhe mandara preparar um aposento para se convalescer, mas fr. Thomé de Jesus não consentiu, nem acceitou ficar no bairro destinado para morada dos cavalleiros e religiosos. Tal era a caridade do bondoso religioso, que pediu que o levassem á

Sagena, carcere dos captivos pobres do rei, porque na companhia d'elles continuaria a ser o que era antes. Assim aconteceu, e em todo o tempo ali permaneceu occupado nos seus costumados exercicios de oração e penitencia, e no espiritual aproveitamento dos captivos. Sendo muito conhecido e estimado pelas suas singulares virtudes, Filippe II, de Hespanha, mandou D. Pedro Venegas de Cordova, que em Marrocos tratava com o nosso embaixador dos seus prisioneiros, ordem expressa para cuidar do seu resgate; por vezes tambem o intentaram sua irmã, a condessa de Linhares e alguns fidalgos seus parentes, mas o virtuoso fr. Thomé de Jesus não quiz nunca acceitar o resgate, fazendo applicar a outros captivos o dinheiro que para isso lhe enviavam, respondendo que se considerava feliz por acabar a vida em ferros pelo bem das almas, que n'elles lucrava para Deus, que trocar pela liberdade, em que arriscava ganhos tão certos, o desamparo de seus irmãos. Continuando com o mesmo fervor em seus exercicios, adoeceu gravemente, vindo a fallecer pouco depois. O seu corpo ficou enterrado na Almoeta, logar determinado pelo xarife para sepultura dos christãos captivos. Fr. Thomé de Jesus foi o primeiro instituidor da reforma dos agostinhos descalços n'este reino, a que pretendeu dar principio no anno de 1574, com approvação de fr. Luiz de Montoya, a exemplo da Italia, e chegou a dar começo ao edificio da primeira casa, concorrendo para isso com o cardeal D. Henrique, e então legado em Portugal; mas não se effeituou n'aquelle tempo, e só muitos annos depois, devido á piedade da rainha D. Luiza de Gusmão, mulher de D. João IV. Os religiosos, comtudo, em agradecimento, mandaram pintar o retrato de fr. Thomé de Jesus. A ordem dos agostinhos descalços, mais vulgarmente conhecidos pelos *grillos*, foi introduzida em Hespanha por fr. André Dias no anno de 1594, propagou-se em França em 1610, e na Italia em 1659 Na Bibliotheca Nacional de Lisboa existe o seu retrato com o habito de agostinho reformado, que elle em vida não chegara a vestir. Dos *Trabalhos de Jesus*, saiu em Lisboa a 1.ª parte em 1602, e a 2.ª em 1609; publicaram-se depois em segunda edição as duas partes reunidas n'um tomo, Lisboa, 1666; em terceira, em 1733, 2 tomos; quinta edição, 1781. Esta obra tornou-se muito afamada, e foi traduzida em differentes idiomas: em hespanhol, vertida por Christovão Ferreira de Sampaio, Saragoça, 1631, com a vida do autor, escripta por D. Fr. Aleixo de Menezes; por D. José Texidó, Barcelona, 1724, 2 tomos; em latim, em 1676; em italiano, Roma, 1644; em francez, Paris, 1693. Escreveu mais: *Oratorio Sacro de soliloquios do Amor divino, e varias devoções a Nossa Senhora*, Madrid, em 1628; segunda vez em Lisboa, 1734; terceira vez, Lisboa, 1805; *Carta dirigida á nação portugueza, escripta do captiveiro de Marrocos a 8 de novembro de 1581*; saiu impressa no principio dos *Trabalhos de Jesus*, na edição de 1666; *Praxis veræ fidei qua Justus vivit*, Colonia, 1629; *De oratione Dominica*, Antuerpia, 1623; *Vida do veneravel P. Luiz de Montoya;* grande parte d'esta obra saiu na, que sobre o mesmo assumpto, publicou fr. Jeronymo Roman, eremita de Santo Agostinho, que saiu em Lisboa, 1588. Deixou tambem alguns manuscritos.

Jesus Christo *(Dr. João de)*. Religioso franciscano da provincia de Portugal. Escreveu: *Viagem d'um peregrino a Jerusalem e visitas que fez aos logares santos*, Lisboa, 1819; fez-se segunda edição em 1822; terceira, mais accrescentada, 1831; e quarta, mais accrescentada, em 1837. Dizem que a maior parte da edição de 1831 existe intacta, e em papel, na Bibliotheca Nacional de Lisboa, por ter ido para ali com os livros dos extinctos conventos, que se recolheram no deposito respectivo

Jesus Christo (*Ilha de*). Nome que antigamente se deu á ilha Terceira, nos Açôres.

Jesus Coelho *(Manuel de)*. Jornalista, e primeiro official da alfandega de Lisboa aposentado. Nasceu em Lisboa a 13 de março de 1808, onde tambem fal. a 26 de setembro de 1885. Era filho de Lourenço José Coelho e de D. Joanna Maria da Conceição. Aprendendo desde muito novo a arte typographica, começou tambem desde logo a amar a liberdade com amor sincero e

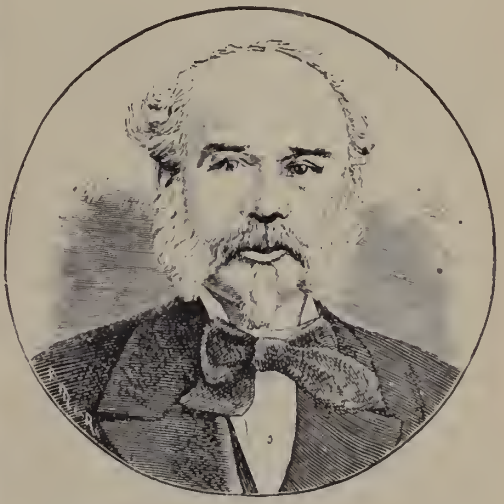

Manuel de Jesus Coelho

verdadeiro, que não pedia favores, e só dava extremos de dedicação. Na edade de 23 annos, em 1831, foi escolhido para, em Lisboa, reproduzir pela imprensa as noticias que vinham da ilha Terceira, e de as distribuir impressas pelos membros da familía liberal, esmagados na côrte pelo partido absolutista. O joven typographo não se amedrontrava com os perigos d'este commettimento, que ia dar uma esperança aos seus correligionarios, e para que desde logo recebesse o baptismo do desinteresse que devia caracterisal-o em toda a sua longa carreira, não recebia remuneração alguma d'este serviço, que não tinha preço. Outro baptismo recebeu n'esse mesmo anno; foi o das perseguições, de que continuou sendo victima durante todo o periodo da sua effectividade nas fileiras da politica, que foi exactamente o periodo da lucta pela liberdade e das luctas do nosso agitadissimo noviciado constitucional. Effectivamente, em 1831, apezar de terem sido infructiferos todos os assaltos dados á sua typographia, apezar de nunca

haverem sido ali encontrados documentos compromettedores, postos sempre a bom recato, o governo absoluto julgou de prudencia encarcerar o ousado liberal na cadeia do Limoeiro, e deixal o ali a suspirar largos mezes pela conquista da liberdade. Finalmente raiou o dia 24 de julho de 1833, em que o duque da Terceira conseguiu implantar o systema constitucional em Lisboa, e Manuel de Jesus Coelho, entendendo que todos os liberaes deviam tomar armas e combater, foi assentar praça em 7 de agosto de 1833 no 3.º batalhão da guarda nacional; sendo, porém, pela mesma epoca nomeado Rodrigo da Fonseca Magalhães director da Imprensa Nacional, o grande estadista o chamou para chefe da secção typographica da *Chronica constitucional*, folha official do governo n'aquella epoca, ficando por este facto, como muitos outros, dispensado de fazer serviço no batalhão. No entretanto, o seu animo varonil, a sua dedicação sem limites, que não conhecia senão o privilegio de trabalhar mais do que os outros, não acceitou a dispensa, nem teve por decoroso deixar, sem elle, correrem os perigos da campanha os seus companheiros d'armas, e lá se foi expor ás balas nas linhas de Lisboa, combatendo em Campolide no dia 5 de setembro contra as forças miguelistas, e acompanhando o exercito na sortida de 10 de outubro até Coruche. Terminando a campanha em 1834, e sendo dissolvidos os batalhões de voluntarios, foi escolhido para official do 15.º batalhão da guarda nacional, que acabava de se organisar; mas, convidado pelos irmãos Manuel e José da Silva Passos a tomar a direcção do *Nacional*, proseguiu servindo a causa com a espada e com a penna, como se aquella dedicação illimitada se desdobrasse em aptidões, e se multiplicasse em bons e desinteressados serviços. Do jornal politico *O Nacional*, fôram fundadores o marechal Saldanha, os irmãos Passos, Rio Tinto, Vieira de Castro, Jervis de Athouguia e outros. Manuel de Jesus Coelho começou na redacção a viver com estes homens notaveis do partido constitucional, alguns dos quaes subiram aos conselhos da Corôa, ou aos mais altos cargos do Estado. Em 1836, casou com D. Anna Rufina d'Assumpção Coelho. A perseguição, a guerra, a miseria, a fome, partilhada então com a esposa querida, e depois com os filhos, não alquebraram a energia de Manuel de Jesus Coelho, que, no mesmo anno do seu consorcio, era um dos inspiradores e instigadores do movimento de 9 de setembro, a primeira revolução popular do noviciado constitucional, onde se proclamara a restauração da constituição de 1820, protesto contra a tyrania disfarçada sob o manto constitucional, a manifestação popular hostilisada pela facção palaciana, defendida pela *Associação dos amigos da Revolução de Setembro*, de que Manuel de Jesus Coelho era um dos membros mais dedicados, apenas alcançou ephemera victoria, e serviu só para delimitar o campo dos partidos liberaes, para abrir um profundo abysmo entre cartistas e setembristas. Correram e agitados os breves annaes de luctas successivas, caira a constituição de 1838, fôra violentamente restaurada a Carta Constitucional, em 1842, chegara a nova tentativa de protesto contra a facção cartista, já então symbolisada n'uma outra facção mais individual e mais intolerante, e em fevereiro de 1844 rebentava a revolta de Almeida contra o governo do conde de Thomar, e o governo mandou logo prender Manuel de Jesus Coelho, arrastando-lhe a typographia, enviando a meio destruida para o deposito. *O Nacional* terminara a publicação em 1842, depois de oito annos de existencia, e o grande liberal estabelecera se n'aquelle anno com typographia propria, e fundára o *Patriota*, que durou, parece, que até 1853, continuando o seu proprietario na sua longa e gloriosa peregrinação pelo banco dos réos, que o tornou um dos mais nobres e levantados martyres da liberdade da imprensa. Tambem em 1844 foi arrastado aos tribunaes, mas ficou absolvido apezar dos esforços em contrario empregados pelo governo, que pretendia vêl o condemnada a degredo. Não obstante a grande vigilancia da policia, Manuel de Jesus Coelho conseguiu fazer sair de sua casa e distribuir pelos conspiradores e populares as armas e munições de que era depositario. Dois annos depois rebentava, no mez de abril de 1846, em Braga a revolução originada d'um disturbio popular, por causa das medidas sanitarias, e logo propagada, como um incentivo a todo o paiz. Esta revolução, conhecida pelo nome de *Maria da Fonte*, levou immediatamente Manuel de Jesus Coelho ao segredo da cadeia do Limoeiro, onde jazeu 33 dias incommunicavel; mas a attitude do paiz impoz-se aos poderes constituidos, o ministerio deu a sua demissão, sendo substituido por outro do partido setembrista, cujo primeiro cuidado foi reformar o codigo fundamental do Estado, e Manuel de Jesus Coelho recobrou a liberdade em 22 de maio. No proprio partido victorioso houve então um grupo mais exaltado e menos transigente, que na sua pressa de caminhar e de conquistar, tinha um programma de utopias para então, mas que mais tarde se realisaram pacificamente. A esse grupo, a que se attribuiu o mallogro da causa e as medidas violentas do golpe de estado inevitavel nas condições em que se encontravam os animos, a esse grupo pertencia Manuel de Jesus Coelho, e por isso na noite da embuscada de 6 de outubro a sua typographia era novamente assaltada, elle de novo mettido em processo, e a sua liberdade mais uma vez periclitante, quando chegou a noticia da contra-revolução do dia 9, no Porto, esse acto de audacia e de energia de Passos Manuel, a alma da revolução popular d'aquella epoca. Manuel de Jesus Coelho, que entre a cadeia e a miseria só tinha por lenitivo o trabalho, evadiu-se da capital, e foi juntar-se ás forças do conde das Antas, o qual lhe deu uma commissão para o conde de Mello, commandante da divisão do Alemtejo, a cujas ordens ficou servindo com o posto de capitão. Entrou em 1847 nas acções de Extremoz e do Alto do Viso, epilogo d'aquella brilhante e malfadada revolução, que as forças das tres nações combinadas suffocaram. Este protocolo, porém, foi uma pura ficção, e os annos que se succederam ao de 1846 pouco differiram dos que o antecederam. Manuel de Jesus Coelho distinguiu-se no ataque de Extremoz, e mereceu os elogios do general; na acção do Alto do Viso, tambem se distinguiu na tomada d'um reducto, defendido por duas horas de fogo; sendo proposto pelo general Sá da Bandeira para a condecoração da Torre e Espada, que a Junta do

Porto lhe conferiu, nomeando-o commandante do segundo batalhão de Lisboa. Pelo mallogro da revolução popular não pôde ser reconhecida esta condecoração tão denodadamente ganha no campo da batalha. O ministro conde de Thomar, homem de elevado merecimento, precursor de manifestações de progresso, tornava-se antipathico á patuleia (nome com que se designava o povo n'aquella epoca), pelas suas tendencias absolutistas, e pelo systema de perseguição em que baseava a sua força. Por uma clausula do protocolo ficara excluido do poder, mas não tardou a que retomasse as rédeas do governo, e contra elle se levantou de novo temerosa opposição patuleia. Manuel de Jesus Coelho lá estava no seu posto de honra, brandindo a penna de jornalista, como brandira a espada de chefe revolucionario. Em agosto de 1847 fundou com Bernardino Martins da Silva o *Supplemento burlesco do «Patriota»*, em que os seus artigos eram tão violentos que tornou a ser preso, em 184~ com os seus correligionarios, estando no Limoeiro 8 dias no segredo, e 6 mezes encarcerado Finalmente, em 1~51, pela revolta do marechal duque de Saldanha que ficou reconhecida pela Regeneração, a qual acceitara o apoio dos patuleias, raiou uma nova epoca de paz e de progresso ao paiz, que viu pouco a pouco realisarem-se as utopias dos revolucionarios. O marechal Saldanha foi brilhantemente recebido em Lisboa, havendo festas e illuminações, tocando as bandas regimentaes e philarmonicas o hymno, que se escreveu em homenagem do grande general. Confundiram se os partidos, sob a bandeira da tolerancia, arvorada pelo estadista Rodrigo da Fonseca Magalhães; o prestigio de Saldanha deu força á regeneradora dictadura; a iniciativa de Fontes Pereira de Mello devassou os segredos inexplorados dos melhoramentos materiaes, começando a laboriosa regularisação da situação da fazenda e acabando a fome dos funccionarios publicos, fonte e origem de muitas revoltas. Póde dizer-se que durante muitos annos existiu só o partido da Regeneração, até que se creou o partido historico, pelas exigencias do systema constitucional. Manuel de Jesus Coelho foi dos poucos que ficaram em opposição. *O Patriota*, que durou até 1853, e *O Portuguez*, que se lhe seguiu, e cuja existencia se prolongou até 1866, representaram a unica nota dissonante no accordo de vontades. Quando se reformou o partido historico, M. de Jesus Coelho já lá estava, e n'elle viveu até que o pacto da Granja o extinguiu, formando-se o partido progressista. Com a morte do *Portuguez*, que elle fundára, ainda no começo de 1867 fundou a *Independencia nacional*, que se publicou 5 mezes incompletos. O velho jornalista aposentou-se por fim, e depoz a penna; com a paz ininterrupta, o antigo revolucionario fôra forçado á inactividade e depozera a espada com a doença e a edade, o politico saira da arena do combate, não chegando a tomar assento na camara dos deputados, para que a opposição o elegera em 1862, depois de haver em 1858 rejeitado outra candidatura, que o seu partido lhe offerecera. Vivia na familia e para a familia, aureolado pelo prestigio das cans, pela fama do seu caracter sem macula, pelo respeito de amigos e de adversarios. Adoeceu gravemente, mas conseguiu restabelecer-se, e a sua convalescença foi commemorada por um solemne *Te-Deum* realisado na egreja de Santa Catharina, que se encheu completamente. Confundiam-se todos os partidos, todas as facções, adversarios de hontem em antigos amigos, e todos apertavam a mão a Manuel de Jesus Coelho, ao antigo typographo, que publicara com risco de vida as noticias das victorias da ilha Terceira, ao antigo soldado dos batalhões nacionaes que pelejára em Campolide, ao antigo patuleia que expunha o peito ás balas em Extremoz e no Alto do Viso, ao antigo jornalista, que não dava tregoa nem quartel aos governos que hostilisava, ao antigo revolucionario, que ia da conspiração para a cadeia e da cadeia para a conspiração. E' porque esse homem fôra sempre honrado, sincero nas suas convicções tão profundas quanto desinteressadas, e a sua vida podia servir de lição e de exemplo. Manuel de Jesus Coelho foi nomeado aspirante de primeira classe da alfandega de Lisboa em 29 de setembro de 1857, sendo promovido a guarda de armazens a 26 de novembro de 1862, a escrivão da mesa de despachos a 10 de março de 1864, a segundo official a 19 de janeiro de 1865; a primeiro official da alfandega do Porto a 6 de abril de 1880, e voltando para a de Lisboa foi aposentado a 6 de março de 1884, Foi um dos principaes fundadores da Associação das Classes Laboriosas e do Asylo de Santa Catharina, instituido em 1857 para os orphãos das victimas da febre amarella; fundador e presidente honorario do Gremio Popular; socio correspondente da Associação Industrial Portuense; socio da Associação Typographica Lisbonense e Artes correlativas, da Civilisação Popular e da Associação patriotica Primeiro de Setembro, e pertencia a outras associações populares. Foi tambem subscriptor assiduo do Albergue dos Invalidos do Trabalho e da Associação das Créches. A condecoração da ordem da Torre e Espada, que pelo seu valor ganhara na acção do Alto do Viso, mercê que não fôra reconhecida, recebeu-a afinal pelos serviços prestados por occasião da epidemia da febre amarella. Possuiu tambem a medalha humanitaria da camara municipal de Lisboa, e a cruz da ordem hespanhola de Izabel a Catholica.

Jesus Maria *(D. Anna de)*. V. *Bragança (D. Anna de Jesus Maria de)*

Jesus Maria *(Fr. Bernardo de)*. Religioso franciscano observante da provincia de Portugal. Chamava-se no seculo Bernardo de Lima e Mello Bacellar. N. pelos annos de 1735 e 1736; ignora-se a data do fallecimento. Foi prior no Alemtejo, e amigo do arcebispo D. Fr. Manuel do Cenaculo Villas Boas, com quem manteve continua correspondencia. Na Bibliotheca de Evora conservam-se entre os manuscriptos numerosas cartas d'elle para esse prelado, notando-se que se assigna com o nome de Fr. Bernardo de Jesus Maria nas cartas que seguem desde 6 de setembro de 1770, data da primeira, até que na do 1.º de agosto de 1787 passa a assignar-se com o nome que tinha no seculo. N'esta ultima, que é escripta de Paris, participa ao então bispo de Beja, que copiara na Bibliotheca Real a *Chronica de Idacio*. Esta copia remetteu-a depois, e dizem que existe ainda na Bibliotheca de Evora. N'um memorial, que tambem ali se encontra, assignado com o nome de Bernardo de Lima e

Mello Bacellar, diz ter escripto e dedicado a S. A. R. seis obras: *Logica racional, Metaphysica, Ethica, Chronica e fastos*, etc., *do seu patricio Idacio; Historia geral de Portugal; Encyclopedia de Portugal, França, Inglaterra e Italia.* Escreveu tambem: *Grammatica philosophica e orthographica racional da Lingua portugueza, para se pronunciarem e escreverem com acerto os vocabulos d'este idioma*, Lisboa, 1783; *Diccionario da Lingua portugueza, em que se acharão dobradas palavras do que traz Bluteau e todos os mais diccionaristas juntos*, etc., Lisboa, 1783; estas duas obras sairam com o nome de Bernardo de Lima e Mello Bacellar; *Arte e Diccionario do Commercio e Economia Portugueza*, Lisboa, 1784; saiu sem o nome do autor.

Jesus Maria *(Fr. Henrique de Sousa de).* Religioso da ordem dos carmelitas, da provincia da Bahia. N. em Vianna do Castello a 16 de abril de 1705; ignora se a data do fallecimento. Era filho de Domingos Rodrigues Freire e de Izabel de Sousa de Abreu e Menezes. Na edade de 14 annos passou ao Brazil, e na villa da Cachoeira aprendeu Grammatica Latina. Dedicando-se á vida religiosa professou no convento da Bahia aos 22 annos, indo depois estudar as sciencias escolasticas. Foi um prégador muito apreciado. Escreveu: *Sermão da justiça na primeira oitava do Espirito Santo estando presente o ill.mo e ex.mo senhor André de Mello e Castro, conde das Galveias, vice-rei do estado do Brazil com toda a relação do mesmo estado, prégado no convento do Carmo da cidade da Bahia*, Lisboa, 1745; *Tres sonetos no Diario Historico das celebridades, que na cidade da Bahia se fizeram pelos felicissimos casamentos dos serenissimos senhores principes de Portugal e Castella*, Lisboa, 1729; *Dois sonetos e tres decimas em applauso do reverendo Antonio de Oliveira*, Lisboa, 1738; outra edição, 1745; *Tres sonetos e um romance heroico ás memorias funebres do abbade de Duas Egrejas Manuel de Mattos Botelho*, Lisboa, 1745. Deixou alguns manuscriptos, em que se conta um volume de *Sermões varios*.

Jesus Maria *(Fr. Ignacio de).* Religioso da ordem dos carmelitas descalços. N. no Rio de Janeiro, onde professou; fal. em Pernambuco em 1704. Estudou Philosophia e Theologia, em que se doutorou, e que dictou depois aos seus domesticos. Foi commissario nos gravames dos religiosos. Accrescentou o livro de *Doutrina christã* do cardeal Durazzo, que teve numerosas edições, livro que é vulgarmente conhecido pela *Cartilha* do padre Ignacio.

Jesus Maria *(Fr. João de).* Religioso dos conegos regrantes de Santo Agostinho. N. no Porto a 11 d'agosto de 1710; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Antonio da Silva Sampaio e de Maria Thereza Monteiro. Professou no convento de Santa Cruz, de Coimbra, a 15 de agosto de 1730. Foi prégador muito afamado. Deixou em manuscripto: *Historia de Henrique VIII, rei de Inglaterra; Noticia da continuação do Scisma de Inglaterra; tratado sobre o terremoto de 1755.*

Jesus Maria *(Fr. João de).* Monge benedictino, e administrador da botica do mosteiro de Santo Thirso, que viveu no seculo XVIII. Escreveu: *Pharmacopea dogmatica, medico chimica e theorico-pratica*, etc., Porto; tomo I em 1757; tomo II, 1772.

Jesus Maria *(D. Fr. José de).* Religioso franciscano da ordem dos prégadores. N. em Lisboa a 21 de março de 1666; fal. em Evora a 13 de agosto de 1738. Era filho de José da Fonseca e de Joanna de Oliveira. Professou no convento de S. Domingos, de Bemfica, a 10 de novembro de 1683. Frequentou os estudos escolasticos com distincção; dictou Philosophia e Theologia, em cuja faculdade foi presentado. Depois de ser secretario da provincia e prior do convento de Lisboa, foi nomeado no dia 1.º de dezembro de 1713 bispo coadjutor do arcebispo de Evora D. Simão da Gama, sendo confirmado pelo papa Clemente XI, com o titulo de Patára Cidade, e Cabeça da Licia, a 5 de maio de 1714. Foi deputado da inquisição de Evora, nomeado em 24 de dezembro de 1716; provisor, presidente da relação ecclesiastica, e chanceller do arcebispado de Evora. D. Fr. José de Jesus Maria teve fama de ser um dos principaes oradores do seu tempo. Deixou publicados alguns volumes de sermões, e outras obras manuscriptas.

Jesus Maria *(Fr. José de).* Religioso da ordem dos carmelitas. N. em Lisboa em 1660; fal. a 8 de janeiro de 1727. Era filho do capitão Salvador Martins e de sua mulher Francisca do Couto. Recebeu o habito no convento do Carmo, de Lisboa, a 7 de dezembro de 1679, e professou no convento da villa Guyana da reforma de Pernambuco, a 8 de dezembro de 1680. Foi depois eleito missionario apostolico pelo arcebispo da Bahia D. Fr. Manuel da Resurreição, por provisão de 29 de março de 1690. Regressando a Portugal, teve o cargo de commissario da Ordem Terceira em Villa Franca, passando depois no mesmo cargo para Lisboa. Foi fr. José de Jesus Maria quem erigiu o hospital junto ao convento do Carmo. Das esmolas dos seus sermões mandou fazer em 1722 o orgão para o referido convento, o qual custou 7:000 cruzados. Foi presentado, e mais tarde definidor, eleito em 1714. Escreveu: *Thesouro carmelitano manifesto, e offerecido aos irmãos, e irmãs da veneravel Ordem Terceira da Rainha dos Anjos, Mãe de Deus Senhora do Carmo*, Lisboa, 1705.

Jesus Maria *(Fr. José de).* Religioso franciscano da provincia da Arrabida. N. em Aveiro e fal. em abril de 1705. Dictou Theologia Moral aos seus domesticos durante seis annos nos conventos de Santarem e Torres Novas. Dos muitos sermões que prégou, só se publicou o seguinte, 35 annos depois da sua morte: *Sermão Panegyrico, e Moral na profissão de D. Catharina Telles de Menezes, mulher que foi de Pedro Vieira da Silva, prégado no mosteiro de N. S.ª da Nazareth de Bernardas Descalças na cidade de Lisboa*, Lisboa, 1740.

Jesus Maria *(Fr. José de).* Religioso franciscano da provincia da Arrabida. N. em Arcos de Valle-de-Vez, e fal. no convento de Mafra a 7 de julho de 1752. Era filho de Manuel de Cerqueira e de Catharina de Cerqueira. Professou no convento do Loures a 26 de julho de 1690, onde ensinou durante seis annos Theologia Moral. Foi guardião definidor, custodio e chronista da sua provincia, visitador e reformador da provincia da Immaculada Conceição do Rio de Janeiro, qualificador do Santo Officio, e examinador das tres ordens militares. Escreveu: *Instrucção de noviços da Provincia de Santa Maria da Ar-*

rabida com que o V. Padre Fr. Martinho de Santa Maria seu primeiro fundador os educava no caminho da perfeição, etc., Lisboa, 1716; *Espelho, de perfeitos religiosos, exposição da segunda regra de Santa Clara*, etc, Lisboa, 1718; *Chronica da provincia de Santa Maria da Arrabida, da mais estreita observancia da ordem do serafico patriarcha S. Francisco;* tomo II, Lisboa, 1737; serve de continuação ao 1.º tomo da mesma *Chronica*, escripta por fr. Antonio da Piedade; *Espelho de disciplina para creação de noviços, composto pelo serafico doutor S. Boaventura, traduzido do idioma portuguez em estylo antigo para o moderno que de presente se pratica*, Lisboa, 1740.

Jesus Maria *(Fr. José de)*. Religioso da ordem de S. Francisco, que viveu no seculo XVIII. Era filho de Gaspar Rebello de Azevedo e de Izabel Maria da Silva. Professou no convento de N. S.ª dos Anjos, de Torres Vedras, da provincia de Arrabida, a 26 de março de 1704. Foi prégador do infante D. Francisco, irmão de D. João V, e por tres vezes exerceu o cargo de guardião do convento de Santa Catharina de Ribamar. Publicou uma especie de encyclopedia com o titulo de *Academia singular e universal historica, moral e politica, ecclesiastica, scientifica e chronologica*, Lisboa, 1737; *Methodo de expellir demonios e desfazer feitiços*, traduzido do italiano, Lisboa, 1725; Coimbra, 1727.

Jesus Maria *(Fr. José de)*. Religioso da ordem dos carmelitas descalços, mestre e chronista da ordem. N. em Almendra a 19 de março de 1701, fal. no convento de Setubal a 15 de outubro de 1756. Era filho de José d'Almeida Sequeira e de Maria Giraldes Maldonado. Estudou na Universidade de Coimbra por espaço de quatro annos Direito Pontificio. Vestiu o habito no convento de N. S.ª dos Remedios de Lisboa, a 21 de janeiro de 1722, e professou solemnemente a 23 do referido mez do anno seguinte. Foi mestre de Philosophia e de Theologia no collegio de Evora, e de Moral no convento de Vianna. O Definitorio Geral celebrado em Alcalá de Henares a 16 de janeiro de 1745, o nomeou chronista da provincia de Portugal. Escreveu: *Chronica de Carmelitas descalços da provincia de S. Filippe, dos reinos de Portugal, Algarve e suas conquistas; tomo* III, Lisboa, 1753; comprehende os successos da provincia occorridos desde 1640 até 1646, e os resumos das vidas dos religiosos mais notaveis, que floresceram nos referidos annos. O 1.º tomo é escripto por fr. Belchior de Sant'Anna, e o 2.º por Fr. João do Sacramento. Deixou manuscripto 1 vol. de *Sermões varios*.

Jesus Maria *(Fr. José de)*. Religioso de S. Paulo 1.º eremita. N. em Alhandra, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de Manuel Nunes de Carvalho e de Catharina Leonor da Fonseca. Professou no convento da Serra d'Ossa a 26 de fevereiro de 1730. Doutorou-se em Theologia na Universidade de Evora, a 29 de abril de 1742. Escreveu: *Oração funebre na trasladação dos ossos do ex.mo e rev.mo senhor D. Pedro de Villas Boas e Sampaio de saudosa memoria, bispo que foi de Elvas, prégada na cathedral d'esta cidade a 27 de agosto de 1749*, Lisboa, 1750.

Jesus Maria *(Fr. Theobaldo de)*. Religioso da ordem dos agostinhos descalços, ou reformados, mais conhecidos pela denominação vulgar de *Grillos*, passando depois, em 1705, para a de S. Paulo, 1.º eremita, em que foi reitor do collegio de Evora. N. em Lisboa a 9 de outubro de 1669; ignora se a data do fallecimento, mas sabe-se que vivia ainda em 1752. Era filho do capitão Filippe Rodrigues Perestrello, cavalheiro professo da ordem de Christo, e de D. Anna Maria da Silveira. Escreveu: *Prognostico perpetuo*, Lisboa, 1719; *Prognostico e lunario perpetuo, tirado das doutrinas do Sarrabal Milanez, calculado ao meridiano de Lisboa*, Lisboa, 1728; *Agricultor instruido*, Lisboa, 1730; reimprimiu-se em 1817; *Microcosmo, ou mundo abreviado, no qual como em limitado mappa se dá noticia da portentosa fabrica do universo*, Lisboa, 1734; saiu com o nome de Theodosio Ubaldo.

Jesus Maria José *(Francisco de)*. Religioso da ordem Terceira de S. Francisco, que viveu no seculo XVIII, e escreveu um *Breve compendio e direcção para o santo exercicio da oração mental*.

Jesus Maria José *(D. Manuel de)*. Bispo eleito de Meliapor, fallecido na sua diocesse a 13 de janeiro de 1800, segundo a inscripção existente na sua campa na capella de S. Thomé, da respectiva sé. Foi eleito bispo de Meliapor a 29 de janeiro de 1787 e consagrado em 13 de abril de 1788. Pertencia á ordem dos eremitas agostinhos.

Jesus Maria José *(Fr. Pedro de)*. Religioso da ordem de S. Francisco da provincia da Conceição. Nasceu em Vianna do Castello a 3 de junho de 1705; fal. a 16 de novembro de 1748. Era filho de Antonio de Sousa e Menezes, sargento-mór de auxiliares, e de D. Maria Barbosa Lobo, ambos pertencentes ás principaes familias da provincia do Minho. Recebeu o habito aos 16 annos de edade, a 27 de abril de 1721, no convento de Santo Antonio de Ponte do Lima, e professou a 29 do referido mez do anno seguinte. Foi commissario dos terceiros do convento de Villa Cova, procurador geral em Lisboa e chronista da sua provincia. Escreveu: *Chronica da santa e real provincia da Immaculada Conceição de Portugal, da mui estreita e regular observancia do seraphim chagado S. Francisco*, Lisboa, tomo I, 1754; tomo II, 1760; traz estampas allegoricas nos frontispicios, delineadas pelo artista portuguez José de Almeida, e gravadas a buril por Debrie. Parece que o tomo I se reimprimiu em 1760, saindo juntamente com o tomo II. Deixou tambem publicadas algumas obras asceticas.

Jesus Maria José. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

Jeton. V. *Contos*.

Joães. Pov. na freg. de N. S.ª dos Milagres, de Guardão, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Joanhe. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Palmeira, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Joanna *(D.)* Segunda mulher de D. Affonso V, cognominada a *Beltraneja*, em Castella, e a *Excellente Senhora* em Portugal. N. em 1462, fal. em Lisboa em 1530. Era filha de Henrique IV, de Castella, e de sua mulher, a rainha de D. Joanna, irmã de D. Affonso V, de Portugal. Esta infeliz senhora foi sempre victima das mais vis

intrigas, logo desde creança. Em Castella, como dissémos, era conhecida pela *Beltraneja*, por todos a considerarem filha do fidalgo hespanhol D. Beltran de La Cueva, valido do rei e amante de sua mãe, porque, segundo a opinião geral, Henrique IV não podia dar filhos a sua mulher. O rei, reconhecendo a sua incapacidade physica, bem devia saber que Joanna era filha do adulterio, mas apezar d'isso, consagrava-lhe verdadeira affeição, e a princeza fôra jurada como herdeira da corôa de Castella. Comtudo, forçado pelos rebeldes, teve de a declarar filha adulterina, para perder esse direito, mas pouco tempo antes de morrer reconsiderou, de novo a reconheceu como herdeira legitima do throno, e pediu a seu cunhado, D. Affonso V, que a desposasse e lhe defendesse os seus direitos. D. Affonso acceitou o encargo. Aiuda quasi no berço, D. Joanna fôra dada por esposa ao infante D. Affonso, seu tio, que morreu envenenado em 1468; depois esteve para casar com o duque de Guyenne, Carlos, irmão de Luiz XI, de França; mais tarde deram-lhe por noivo o infante D. João, filho de D. Affonso V, e por ultimo pretendeu-a o rei Fernando de Aragão, quando enviuvou de sua mulher, D. Izabel, irmã de Henrique IV. Quando falleceu este monarcha, D. Affonso V entrou em Castella; o throno era disputado a D. Joanna, por D. Fernando de Aragão, e o rei portuguez architectou o vasto plano de, casando com a sobrinha, unir as duas corôas de Portugal e Castella. Incitado pelos partidarios da princeza, que invocavam a clausula do testamento, que D. Affonso acceitara, foi ter a Placencia com a sobrinha, o casamento realisou-se por procuração em maio de 1475, publicando pouco depois D. Joanna um manifesto declarando e affirmando seus direitos á corôa de Castella. O matrimonio, porém, não chegou a consummar-se por não ter sido obtida do papa a indispensavel dispensa de parentesco. D. Affonso empregou altas diligencias para a conseguir, e conseguio-o. Paulo II chegou a firmar aquelle documento, mas não foi nunca expedido, e succedendo o papa Sixto IV, immediatamente mandou revogar a decisão do seu antecessor. D'este modo, o casamento ficou apenas limitado á ceremonia official. D. Affonso V submetteu-se ás imposições de Roma. No entretanto, as intrigas ferviam em Hespanha, aproveitando-se os contrarios da politica de D. Affonso, da circumstancia de D. Joanna ser filha de D. Beltran de La Cueva e não de Henrique IV. Os exercitos portuguez e castelhano encontraram-se na planicie de Toro, onde se deu batalha em 1 de março de 1476, ficando os portuguezes derrotados, apezar dos prodigios de valor empregados pelo principe D. João, successor do reino de Portugal, por D. Duarte d'Almeida e Gonçalo Peres. Vencido pelas armas, D. Affonso appellou para a politica, e dirigiu-se a França, contrahindo alliança com Luiz XI, para que elle se interessasse a seu favor. A princeza D. Joanna viéra para Portugal quando começou a guerra, e aqui se conservava até que D. Affonso voltasse da sua viagem a França. Vendo que nada conseguia, perdendo todas as esperanças de poder proseguir na lucta, tratou de ajustar as pazes com os seus inimigos, cujo contrato foi assignado em Alcantara em 1478, ficando sacrificada a princeza D. Joanna, abandonada pelo marido, perdendo até o titulo de rainha. Apezar da nodoa do seu nascimento, D. Joanna conquistara muitas sympathias, e Fernando, de Aragão, receava alguma reacção a seu favor. Estipulou se, portanto, que D. Affonso, neto de D. Affonso V, casasse com D. Izabel filha dos reis catholicos, e que D. Joanna, cujo matrimonio nunca se realisara, casasse com o principe D. João, filho tambem dos reis catholicos, fundindo-se assim, n'um só, os direitos dos dois contendores. Mas se o principe D. João se recusasse, D. Joanna teria de professar n'um convento, ou de ficar em refens, ou em *terçaria*, como se dizia n'esse tempo, em Moura, no Alemtejo. A princeza, que tremia de estar em Moura, tão proximo de Castella, e que de fórma alguma queria casar com o principe D. João, n'esse tem-

D. Joanna «A Excellente Senhora»

po ainda muito creança, preferiu desde logo recolher-se ao convento de Santa Clara, de Santarem, resolução que desejavam todos os interessados. Tendo entrado em 1478, veiu a professar em 1480. Assim, para servir interesses alheios, para expiar ambições que não tivera e culpas que não eram suas, a infeliz princeza, desditosa rainha sem ter reino, via se obrigada a encerrar-se n'um claustro, e a professar na edade de 18 annos. Esta abnegação não contribuiu pouco para que o povo lhe désse o nome de *Excellente Senhora*, nome que a historia conservou. A desventurada princeza saiu do convento, no reinado de João II, e residiu algum tempo no paço de Alcaçova, do Castello, em Lisboa. Ainda atravessou os reinados de D. Manuel, e parte do de D. João III, vindo a fallecer com 68 annos de edade.

Joanna *(D.)* Infanta de Portugal, filha de el-rei D. João IV. N. em Villa Viçosa a 18 de setembro de 1636; fal. em Lisboa a 17 de novembro de 1653.

Joanna *(Santa)*. Princeza de Portugal, filha d'el rei D. Affonso V e da rainha, sua mulher, D. Izabel. N. em Lisboa a 6 de fevereiro de 1452; fal. no convento de Aveiro a 12 de maio de 1490. O nascimento d'esta princeza causou o maior enthusiasmo e alegria, por não haver successor, e logo no berço foi jurada em côrtes por princeza herdeira do reino, titulo que pela primeira vez se dava em Portugal. O nome de Joanna, que recebeu no baptismo, fôra em memoria de S. João Evangelista, a que sua mãe consagrava cordeal affecto. Desde muito creança mostrou tendencias para a vida religiosa. Tinha 15 annos quando falleceu a rainha sua mãe, e D. Affonso V logo lhe deu casa com a mesma grandeza e fausto, e por mordomo, primeiramente a Fernão Tello de Menezes, do seu conselho, e depois a D. João de Lima, 2.º visconde de Villa Nova da Cerveira. A princeza continuou na sua vida religiosa, tornando-se digna da admiração de todos pelas suas elevadas virtudes, e pela fórma com que ao decoro da sua pessoa unia os rigores da maior austeridade, porque no publico ostentava pelas galas a pompa e fausto senhoril, e no interior occultava por baixo d'ellas a estamenha grosseira, o cilicio e outros instrumentos de penitencia. Não faltava nas festas e nas danças com o semblante alegre, mas não perdia um só momento de se entregar com humildade ao jejum, á oração, e sobretudo ás muitas esmolas que repartia com largueza, e por sua propria mão aos pobres. Chegou a ter por divisa, pela sua grande devoção, e a mandar pintar uma corôa de espinhos em todas as salas do seu paço, fazendo-a gravar em sua prata, e esmaltar em todas as suas joias. Alguns principes desejaram tel-a por esposa; Luiz XI, rei de França, pediu-a em casamento para o delfim seu filho; Maximiliano, rei dos romanos, filho do imperador Frederico III; Carlos III, rei de Inglaterra; porém a santa princeza todos rejeitou, porque o seu maior desejo era consagrar-se a Deus. Em 1471, voltando D. Affonso V da tomada d'Arzilla e de Tanger, determinou Santa Joanna cortar por tudo que se offerecesse contra a sua vocação, e tomar o habito de religiosa. Esperou o pae, vestida ricamente e adornada com as melhores joias, beijou-lhe reverente a mão, declarou sua vontade, requereu como paga do mesmo triumpho que elle ganhára, instou, e conseguiu, ainda que contra vontade de D. Affonso, o que ella mais desejava, a entrada no claustro. Passou primeiro ao mosteiro de Odivellas para a companhia de D. Filippa de Lencastre, sua tia; sentindo, porém, abrazar-se em desejos de mais austera observancia, resolveu recolher-se no convento de Jesus de Aveiro da ordem de S. Domingos, por ter fama de grande austeridade, preferindo o ao de Santa Clara, de Coimbra, que seu pae lhe apontava. Fez a sua entrada solemne no referido convento de Aveiro com a mesma D. Filippa, sua tia, a 3 de agosto de 1472. Desejosa de professar, passados dois annos e meio depois da sua entrada, a 25 de janeiro de 1475, vestiu o habito com todas as cerimonias da religião. A deliberação da piedosa princeza causou o maior desgosto a D. Affonso V e a seu filho, o principe D. João, que se oppozeram energicamente, assim como os grandes do reino, levando os povos a protestar por seus procuradores á porta do mosteiro contra aquella resolução, de que podiam resultar graves perigos para o reino em vista da falta de successores á Corôa, mas esses rogos, nem a doença, de que esteve quasi sendo victima antes de terminar o anno de noviciado, fizeram desistir a princeza do seu proposito. Não pôde, comtudo, professar, porque uma junta de theologos congregada na presença do soberano para decidir tão importante assumpto, resolveu que a princeza estava obrigada em consciencia a deixar essa pretenção. D. Joanna, vendo que não podia realisar o seu desejo, contentou-se em ficar no convento como secular, não havendo meio de a resolver a voltar á côrte. No anno de 1479, porém, sobreveiu-lhe nova tribulação com a peste que se desenvolveu em Aveiro, e a santa princeza foi constrangida a sair do convento a 7

Princeza Santa Joanna

de setembro e a retirar-se á villa de Aviz, e depois a Abrantes. Cessando o mal, passados 11 mezes, recolheu se outra vez ao seu convento. Com a morte de el-rei seu pae em 1481 e tendo sido acclamado seu irmão D. João II, fez voto solemne de castidade a 25 de novembro do referido anno, continuando com maior fervor os seus costumados exercicios com todos os rigores de religiosa, até que falleceu. Foi sepultada no côro, onde em 1577 D. Anna Manrique de Lara, duqueza de Caminha, lhe mandou fazer um tumulo de ébano, marchetado de bronze dourado. Pelas suas virtudes o povo principiou a consideral-a santa, culto que já lhe rendia em vida, mas que augmentou em devoção depois da sua morte. No anno de 1626 começou-se com grande empenho a diligencia da sua beatificação. Abriu-se o tumulo, e encontrou-se o corpo como se tivesse ali sido depositado n'aquella hora; tiradas as inquirições de seus milagres pelo bispo de Coimbra D. João Manuel, se lhe mandou pen-

durar deante uma lampada de prata. Foi canonisada a 4 de abril de 1693, por Innocencio XII, concedendo que no reino e seus dominios se pudesse rezar d'esta virgem, e pudessem ser veneradas as suas imagens, e invocar a protecção, como bemaventurada, a rogos d'el rei D. Pedro II e de todos os prelados e magistrados do reino. O referido monarcha D. Pedro II lhe mandou fazer um sumptuoso mausoléo de jaspe finissimo lavrado com variedade de embutidos, mas só depois da sua morte, é que as santas reliquias para ali fôram trasladadas, a 25 de outubro de 1711. Sobre o mausoléo estão as quinas portuguezas, e na face a corôa de espinhos que a santa adoptara por divisa. O mausoléo estava cercado de lampadas, e o duque de Aveiro, D. Gabriel de Lencastre, lhe ajuntou 5 primorosos candieiros de prata de grande valor, que doou ao mosteiro. Santa Joanna foi senhora da villa de Aveiro e seu termo, menos a jurisdicção que não quiz nunca, e de todas as rendas, direitos reaes dizimas de pescado, com a siza e imposição do sal da mesma villa; e dos logares de Montágoa, Eixo, Requeixo, a quinta de Villarinho e de Balsaime, com todos os seus reguengos de que se lhe fez mercê a 19 de agosto de 1485, como consta do Archivo Real.

Joanna d'Austria *(D.)* Era filha do imperador Carlos V, e casou com o principe D. João, filho de D. João III, e da rainha D. Catharina, sua mulher, irmã do referido imperador. Casou inda muito nova, em 11 de janeiro de 1552, sendo seu marido ainda de menor edade, o qual falleceu com 16 annos em 1553, deixando a sua viuva em estado de gravidez. Este filho posthumo foi el-rei D. Sebastião. Esperavam todos em Portugal, anciosamente, que nascesse um herdeiro do throno, e affirmou-se depois, quando a desgraça fulminou o rei e o paiz, que numerosos presagios haviam rodeado o berço do mal aventurado principe. D. Joanna nenhuma influencia pôde ter no animo do filho, que mal reconheceu. Pouco depois de enviuvar, partiu para Hespanha, onde falleceu no Escurial, a 7 de setembro de 1573. Jaz no convento das descalças de Madrid, de que foi fundadora. Na *Historia Genealogica da Casa Real*, tomo IV, acha-se reproduzida uma medalha dedicada a esta senhora.

Joanna Manuel *(D.)* Dama da rainha D. Leonor, mulher de D. Duarte I, e amante d'este rei, de quem teve um filho, D. João Manuel.

Joanna Martins. Pov. na freg. de Santa Maria, de Ventosa, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Joanna Mendes. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Joanna de Portugal *(D.)* Rainha de Castella, mulher de Henrique IV. N. em 1438, fal. em 1475. Era filha de el-rei D. Duarte I, e de sua mulher, a rainha D. Leonor. Casou em 1455 com o rei de Castella, que se desquitara de sua primeira mulher, e que já estava gasto pelos excessos da libertinagem. D. Joanna era formosa e muito intelligente. Foi recebida com enthusiasmo pelos castelhanos, que não tardaram, comtudo, a desgostar se, vendo o seu desdem pela etiqueta e a sua leviandade. Contrahiu amores com o fidalgo D. Beltran de La Cueva, que se tornaram logo publicos, e serviram de fundamento até para as sublevações dos nobres castelhanos, que não queriam reconhecer como legitima filha do seu rei, e como legitima herdeira do reino, a princeza D. Joanna, que consideravam filha de D. Beltran de La Cueva, e por isso a alcunhavam de *Beltraneja* Henrique IV tambem dava grande escandalo na côrte, pelos seus amores com D. Guiomar de Castro, dama portugueza, que fôra para Hespanha no sequito da rainha Tudo isto se debatia publicamente, e a deshonra da rainha era a causa das revoluções hespanholas. Em 1465 foi D. Joanna á cidade da Guarda pedir soccorro a el-rei D. Affonso V, seu irmão, contra os inimigos do seu marido. D. Affonso recusou-se, e os rebeldes impelliram Henrique IV a declarar D. Joanna como filha adulterina. D. Joanna, durante a revolução, refugiou-se no castello de Alvejos, e ali contrahiu relações amorosas com um fidalgo, D. Pedro de Castella, de quem teve dois filhos, indo depois juntar-se de novo ao marido. Falleceu com 37 annos de edade, pouco depois de ter enviuvado.

Joanna de Sousa. Ilhéo situado entre o ilhéo Côco, ao N, e a ponta Gryobo ao S, na costa O da ilha de S. Thomé, provincia de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. Tem uma caverna onde as vagas rolam e se quebram com fortissimo estampido.

Joanne *(Antonio Luiz Machado Guimarães, 1.º barão)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real; commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de N. S.ª da Conceição, proprietario na villa de Joanne. N. em V. N. de Famalicão a 31 de janeiro de 1820; fal. em Joanne a 18 de junho de 1882. Casou duas vezes; a primeira com D. Joanna Thereza Guimarães, e a segunda com D. Praxedes de Sousa Guimarães, filha de Bernardino de Sousa Guimarães, capitalista. Do primeiro matrimonio, houve um filho, com o mesmo nome de seu pae, nascido a 18 de janeiro de 1846, que fal. ha poucos annos, o qual foi presidente da camara municipal de V. N. de Famalicão e o 2.º barão de Joanne. Do segundo matrimonio foi filho o sr. conselheiro Bernardino Machado (V. *Machado Guimarães*). Teve a concessão do titulo de barão de Joanne por decreto de 11 e carta de 16 de julho de 1870. O brazão d'armas é um escudo com as armas dos Machados. A baroneza viuva, D. Praxedes de Sousa Guimarães, fal. em Villa do Conde em setembro de 1901.

Joanne. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 1:638 hab e 401 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post., permutando malas com a R. A. M. e R. A. D.—Famalicão. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada entre serras. Até 1311 foi reitoria e commenda dos templarios, que em 1319 passou á ordem de Christo. Na serra da Corveau, d'esta freguezia, estão as ruinas d'um edificio que, segundo a tradição, foi um castello moirisco. O papa e a mitra apresentavam alternativamente e reitor, que tinha 110$000 réis annuaes. Corre ao nascente da parochia um regato a que dão o nome de *Rio Pelle*, que juntamente com outros ribeiros que atravessam a povoação, regam muitas das suas terras. Passa aqui a estrada que vae de V. N. de Famalicão para Guimarães, e d'aqui para outras

povoações do norte. Dentro dos limites d'esta freguezia ha duas pontes, uma junto ao logar de Villa Boa e outra no sitio de Laborins; a primeira atravessando o ribeiro Rio Pelle, a segunda o ribeiro Laborins, além de varios pontilhões de serviço particular e publico. A egreja é muito antiga e espaçosa; tem duas naves divididas por quatro arcos de pedra sustentados por tres columnas de pedra; as paredes no interior são forradas de azulejos antigos; tem cinco altares, onde se vêem trabalhos de talha dourada já muito estragados. A torre é de architectura moderna, e n'ella existem tres sinos e relogio. Dentro dos limites da parochia estão tres capellas publicas: S. Braz, N. S.ª da Conceição e N. S.ª do Soccorro. A tradição diz que a egreja matriz foi mosteiro dos templarios. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Joannes (*D. Affonso*). Conego de Santa Cruz de Coimbra, que padeceu martyrio em Marrocos, segundo se vê na menção feita no obituario do referido convento, em 1152.

Joanninho. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Abitureiras, conc. e distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco.

João I, *De Boa Memoria*. 10.º rei de Portugal. N. em Lisboa a 11 de abril de 1357, onde tambem fal. a 14 de agosto de 1433. Era filho de D Pedro I e de Thereza Lourenço, dama nobre da Galliza. Nos primeiros annos foi confiada a sua educação por el-rei a Lourenço Martins Praça, opulento cidadão de Lisboa, sendo depois entregue aos cuidados de D. Nuno Freire de Andrade, mestre da ordem de Christo. Em 1364, tendo 7 annos de edade, foi eleito mestre da ordem de S. Bento de Aviz, por morte de D. Martim de Avelal, e a instancias de D. Nuno Freire de Andrade, que el-rei encarregara d'essa eleição. D. Pedro falleceu em janeiro de 1367, succedendo-lhe seu filho D. Fernando. O novo monarcha, que tratara sempre o joven Mestre d'Aviz como um irmão affectuoso, continuou a dispensar-lhe a mesma affeição. Quatro annos depois, em 1371, D. Fernando, que enviuvara de sua primeira mulher, a rainha D. Constança, casou com D. Leonor Telles, em Leça do Bailio, em muito segredo, por causa da antipathia que todos os portuguezes votavam áquella astuta e ardilosa dama, pelas circumstancias extraordinarias que se deram, para que o casamento se realisasse (V *Fernando I*, *Leonor Telles (D.)*, e *Cunha, João Lourenço da)*. A nova rainha affeiçoou-se a principio ao joven Mestre de Aviz, mas quando o viu crescer em prestigio e popularidade, receou que aquella creança altiva e decidida pudésse prejudical-a nos seus projectos ambiciosos, e esses receios ainda mais augmentaram quando o infante D. João, filho mais velho de D. Pedro e de D Ignez de Castro, fugiu para Castella, vendo que o Mestre d'Aviz era o unico principe proximo do throno, e que o rei muito estimava. Além d'isso, começaram a ser conhecidas as relações criminosas que entretinha com o conde de Andeiro, o que ainda mais a tornara odiada Convinha, portanto, afastar da côrte o perigoso principe e Gonçalo Vasques de Azevedo, que apezar de ser seu parente, ella odiava e temia. Tão habilmente conseguiu tecer umas intrigas, que pôde conseguir, a seu conselho, que D. Fernando mandasse prender ambos. A prisão effeituou-se em Evora, em 1382, onde então estava a côrte, sem que os prisioneiros pudéssem conhecer o motivo de tal procedimento. Comtudo, D. Leonor Telles não estava socegada; a prisão não lhe parecia grande segurança, desejava ir mais longe; queria que elles morressem, e forjando, em nome do rei, dois alvarás especiaes, os mandou a Vasco Martins de Mello, alcaide do castello, ordenando que fôssem mortos; porém o alcaide, homem de bom senso, hesitou no cumprimento dos alvarás, por lhe parecer uma horrorosa medida mandar matar o irmão do rei, e desculpou-se com evasivas. No dia seguinte veiu mostrar os alvarás a el-rei, que ficou muito surprehendido, por não ter sido sabedor d'aquellas ordens. D. Leonor Telles, vendo que falhara o seu plano, e que se poderiam descobrir os seus intentos, mudou de

D. João I

tactica, e querendo afastar desconfianças, foi a propria que intercedeu com el-rei, para que os prisioneiros recuperassem a liberdade; desejando mostrar-se generosa e amiga, convidou o Mestre d'Aviz para jantar em sua companhia. O joven D. João, que bem sabia d'onde provinha o mal, acceitou muito contrariado, receando que tentassem envenenal-o; no entretanto, jantou com a rainha, que se mostrou como sempre muito affavel e carinhosa. Em 1383 falleceu el-rei D. Fernando, deixando o throno a D. Beatriz, sua filha e de D. Leonor Telles, casada com D. João I, de Castella, e confiando a regencia á rainha viuva. Todos que eram verdadeiramente portuguezes em Portugal se revoltaram contra a idéa de se vêrem sujeitos a castelhanos, e o povo, principalmente, protestou com energia, não consentindo em muitas partes que se proclamasse o novo soberano, expulsando n'outras partes os

alcaides que pretendiam arvorar nos seus castellos a bandeira de Castella. Mas se a má vontade era manifesta, tambem era difficil encontrar quem dirigisse o movimento. Vendo o paiz, na maior parte, indignado e revoltado, D. Leonor Telles tremia, mas não desanimava. O povo começou a pensar no Mestre de Aviz. O filho de D. Ignez de Castro, o infante D. João, estava em Castella, e havia sido preso apenas começara o movimento revolucionario em Portugal. Restava, portanto, como unica esperança, o Mestre d'Aviz para defender a independencia da patria. Este, pela sua parte, não queria arriscar-se sem probabilidades de bom exito, e via ainda os espiritos muito divididos. Os amigos mais intimos, e entre elles D. Nuno Alvares Pereira, queriam, que antes de tudo se matasse o conde de Andeiro, o que muito influiria no animo da rainha regente. Já no tempo de D. Fernando, D. Nuno Alvares Pereira, seu irmão o prior do Crato e o conde de Barcellos, haviam decidido matal-o, mas nunca o conseguiram. Agora a nação estava em perigo, e era forçoso anniquilar essa grande influencia. O Mestre d'Aviz, no entretanto, aconselhava moderação. D Leonor Telles, que tudo presentia, conhecendo o amor do povo pelo Mestre de Aviz, procurou livrar-se d'elle, nomeando-o fronteiro do Alemtejo, com ordem de partir immediatamente. A occasião era decisiva; o Mestre de Aviz conferenciou com o antigo chanceller-mór Alvaro Paes, que foi de opinião que se matasse o valido, affiançando que a sua morte seria o signal da insurreição em Lisboa. Tudo se combinou; D. João simulou partir para o Alemtejo, e a curta distancia de Lisboa retrocedeu, dirigindo-se ao Paço; era o dia 6 de novembro de 1383. A sua apparição causou o maior terror, que logo se dissipou, quando D João disse á rainha que precisava de mais homens d'armas, e voltara para os reunir. D. Leonor Telles expediu logo as ordens necessarias, não sem se mostrar inquieta e apprehensiva. Entretanto, D. João disse ao conde de Andeiro que desejava falar-lhe em particular (V. *Andeiro).* O conde seguiu-o sem suspeitas ao vão d'uma janella, onde o Mestre de Aviz, depois de trocadas algumas palavras, arrancou da espada e lhe vibrou um golpe, que não teria sido perigoso se Ruy Pereira, que estava mais proximo, lhe não houvesse dado uma punhalada, que o prostrou. Conforme se havia combinado, fecharam-se logo as portas do Paço, e se despacharam pagens a espalhar a noticia de que pretendiam assassinar o Mestre. O povo, cujos chefes estavam de sobreaviso, correu em massa para os lados do Paço, querendo incendial-o. Foi D. João que os conteve, chegando a uma janella, gritando que estava vivo. O povo serenou, soltando acclamações de regosijo. A rainha, que ficara atterrada, fingiu submetter-se, e saiu secretamente de Lisboa, indo para Alemquer. Imaginava embaraçar muito o Mestre de Aviz que, no seu entender, só podia governar á sombra da autoridade legitima que ella tinha como regente. Não percebia que o que se passara em Lisboa não era uma revolta contra o conde de Andeiro, nem um motim insignificante, era uma revolução muito seria, pela qual o povo portuguez affirmava a sua independencia e o seu direito de escolher quem o governasse. O povo em 23 de dezembro do mesmo anno de 1383, acclamou o Mestre, que, só depois de muito instado, consentiu em assumir o poder com o titulo de *defensor e regedor do reino*. Tratou então de se rodear de animo esforçado e espirito esclarecido. Nomeou chanceller a João das Regras e thesoureiro o inglez mr. Percival; chamou para junto de si D. Nuno Alvares Pereira; compoz o seu conselho com o arcebispo de Braga D. Lourenço, D. João d'Azambuja, que depois foi cardeal, etc. Preparou-se para a lucta, começando por tomar o castello de Lisboa, que era ainda pela rainha; depois cercou Alemquer, onde estava D. Leonor, que chamou em seu auxilio o rei de Castella, que entrou em Portugal á frente d'um poderoso exercito. A rainha abdicou a regencia em seu genro, e este apenas lhe arrancou a abdicação, conservou-a em captiveiro disfarçado com apparencias cortezes. O Mestre d'Aviz, apenas soube da entrada do exercito castelhano em Portugal, veiu para Lisboa, deixando D. Nuno Alvares Pereira no Alemtejo para se oppôr a quaesquer tentativas, que d'esse lado fizessem os castelhanos. A situação era muito arriscada. Ainda que o povo fôsse quasi unanimemente partidario do Mestre de Aviz, comtudo, nem em toda a parte triumphara da nobreza adversaria, como tinha triumphado em Lisboa, Porto, Evora, etc. Muitas terras reconheciam o rei de Castella, assim como muitos nobres. Coimbra conservava-se n'uma posição ambigua, sem se decidir nem por Hespanha nem por Portugal; existiam ali o conde D. Gonçalo, irmão da rainha, e seu tio Gonçalo Mendes de Vasconcellos. O rei de Castella pôz cêrco a Coimbra, mas logo percebeu, que entre D. Gonçalo e D. Leonor Telles havia combinações secretas, chegando mesmo a tramar uma conspiração, que foi descoberta, que deu em resultado ir a rainha presa para Tordesillas; mas D. João levantou o cêrco de Coimbra, e marchou com o seu exercito para Lisboa. Esta cidade já não estava, como no tempo de D. Fernando, sem defeza. Uma forte muralha a circumdava, deante da qual estacaram os castelhanos. Não podendo tomal-a por surpresa, assentaram o seu arraial fóra da cidade, arraial que era outra cidade, improvisada, e fazendo entrar a sua esquadra no rio Tejo sem opposição, porque não tinhamos navios, bloquearam completamente Lisboa. Em muitos combates e sortidas sempre os nossos sairam victoriosos, mas a fome não tardou a perseguir os sitiados. Uma esquadra que se organisou no Porto, conseguiu forçar a entrada no rio Tejo, mas não pôde vencer a esquadra hespanhola, e o que apenas obteve foi ficar junto das praias de Lisboa paralisada e ociosa. O rei de Castella tomara tambem Almada, depois d'uma resistencia heroica; mas o caso estava já desesperado, e o Mestre só pensava em sair de Lisboa para dar batalha aos castelhanos, afim de morrer combatendo. Sobreveiu, porém, um incidente inesperado; a peste devastava o arraial castelhano. Soube-se isso em Lisboa, e uma esperança veiu animar esses desgraçados que morriam de fome. Começou então uma lucta extranha. O rei de Castella não queria levantar o cêrco esperando que Lisboa não pudésse por mais tempo resistir á fome, o Mestre de Aviz não queria fazer uma sortida desesperada contando que a peste obrigaria o rei de Castella a levantar o cêrco. Venceu o Mestre de

Aviz, e o rei D. João I de Castella teve de levantar o cêrco, depois de deitar fogo ao seu arraial. Foi um triumpho enorme, que ainda mais realçou com a noticia da victoria alcançada por D. Nuno Alvares Pereira na batalha das Atoleiros, no Alemtejo. O Mestre de Aviz, saindo de Lisboa, ainda tomou algumas praças, que se conservavam por Castella O rei castelhano D. João I promettera voltar a Portugal com um exercito formidavel, e o Mestre de Aviz entendeu que devia acabar se com a interinidade existente. Convocou, por conseguinte, côrtes em Coimbra, no anno de 1385, para se decidirem os destinos de Portugal. Em Lisboa já o povo o havia acclamado rei, e assim o tratavam. Nenhum dos representantes do clero, nobreza e povo, que se reuniram em Coimbra, pensava em reconhecer D. Beatriz e seu marido D. João I, de Castella, mas nem todos concordavam em acceitar a realeza do Mestre de Aviz. Muitos allegavam que os filhos de D. Ignez de Castro é que tinham direito á corôa, mas o dr. João das Regras foi tão persuasivo com a sua eloquencia que desfez todas as duvidas, e o Mestre de Aviz foi acclamado rei de Portugal, no dia 6 de abril de 1385, com o nome de D. João I, dando principio á dynastia de Aviz. Então tratou logo de submetter as praças do norte do paiz, que se conservavam ainda por Castella, e de fazer no Porto a sua entrada triumphal. Entretanto, em julho de 1385, os portuguezes alcançavam outra victoria contra os castelhanos em Trancoso, o que não impediu, que o rei castelhano entrasse de novo em Portugal pela Beira, com um formidavel exercito, marchando sobre Leiria Foi ao seu encontro D. João I, de Portugal, com D. Nuno Alvares Pereira, que elle nomeara condestavel, e com um exercito muito inferior ao dos castelhanos. Encontraram-se as duas hostes em Aljubarrota, onde se deu a grande batalha do dia 14 de agosto, que foi uma completa derrota para os castelhanos. (V. *Aljubarrota).* Pouco depois, ganhava o condestavel uma nova victoria contra os castelhanos em Valverde, e assim se proseguiu, de victoria em victoria, até que se assignou a definitiva paz a 3 do mez de outubro de 1431. D. João I casou com D. Filippa de Lencastre, filha de João Gand, duque de Lencastre, no Porto, a 2 de fevereiro de 1387 (V. *Filippa, D).* D'este matrimonio houve 8 filhos: D. Branca, nascida em 1388 e que viveu apenas 8 mezes; D. Affonso, que nasceu em 1390 e fal. em 1400; D. Duarte, que lhe succedeu no throno; D. Pedro, que foi duque de Coimbra e regente do reino; D Henrique, o grande navegador; D. Izabel que foi duqueza de Borgonha; D. João, e D. Fernando, o infante santo. No seu reinado foi Portugal elevado a grande prosperidade. D. João I era rei popular; debellou as pretenções da nobreza e do clero; reuniu côrtes muitas vezes, deu começo á centralisação, já generalisando as sizas e impondo ao reino uma organisação tributaria uniforme e identica, já creando os bésteiros do conto, nucleo do exercito permanente, já introduzindo entre nós o direito romano, base do poder real illimitado e absoluto. Alargou ao mesmo tempo as franquias populares dos municipios, creou em Lisboa a Casa dos Vinte e Quatro, etc. Ao mesmo tempo deu um grande desenvolvimento ás artes com a construcção do convento da Batalha, em memoria da victoria de Aljubarrota. Desejando seus filhos alcançar por grandes feitos as suas esporas de cavalleiros, dirigiu uma expedição á Africa, em que conquistou a praça de Ceuta a 21 de agosto de 1415. Concedeu tambem grandes privilegios á Universidade de Coimbra, que estava então em Lisboa, pelos decretos de 3 e 15 de outubro de 1384, sendo defensor do reino, e pela carta de 23 de setembro de 1385, já depois de ser rei. Por uma provisão de 2 de maio de 1389 mandou que as suas casas da *Moeda Velha* fôssem entregues á Universidade. Pela provisão de 4 de novembro de 1390 concedeu que o bedel fôsse tabellião, e tivesse fé publica em todos os contratos pertencentes á mesma Universidade. D. João I acabou com a designação da era de Cesar, que se usou até áquelle reinado juntamente com a era de Christo, que motivava muitas confusões, porque da era de Cesar para a christã ha a differença de 38 annos. Foi tambem no tempo d'este monarcha que se deu, em 1390, o grande feito d'armas dos *Doze de Inglaterra*, isto é, de doze esforçados cavalleiros portuguezes que fôram a Londres desaffrontar algumas damas nobres. Haviam ellas sido offendidas por uns cavalleiros inglezes que, entre outras cousas, as motejaram de feias e de pouco para serem amadas, accrescentando que nenhuma dama, por força d'armas, os ousaria contradizer. Não se achando na sua côrte quem quizesse tomar o partido d'ellas, lembrou-se o duque de Lencastre de escrever a D. João I, seu genro, pedindo-lhe a permissão de que doze cavalleiros portuguezes, com que contava, e a quem, tanto elle como cada uma das referidas damas, escreveram, pudessem ir a Inglaterra defendel-as. Os doze cavalleiros, que acceitaram alegremente o convite, e se bateram com valentia, ficando victoriosos, fôram: Manuel Gonçalves Coutinho, o *Magriço;* Alvaro Vaz d'Almada, conde de Abranches; João Pereira Agostinho; Ruy Gomes da Silva; Alvaro e Ruy Mendes Cerveira; Martim Lopes de Azevedo; Luiz Gonçalves Malafaya; Lopo Fernandes Pacheco; Sueiro da Costa; Alvaro d'Almada e Pedro Homem da Costa Sentindo-se doente, foi D. João I para a villa de Alcochete procurar alguns allivios; mas quando presentiu o seu proximo fim, pediu que o trouxessem para Lisboa, fallecendo a 14 d'agosto, anniversario da batalha d'Aljubarrota, no paço da Alcaçova, ao Castello, fazendo testamento, e pedindo que o sepultassem no mosteiro da Batalha. Como era longa a distancia a percorrer, resolveu-se que, depois de embalsamado, o real cadaver fôsse mettido n'um caixão de chumbo, e este em outro de madeira, coberto de velludo preto com uma cruz branca, e assim estivesse n'uma das salas do Paço até á noite, sendo então conduzido para a egreja da sé pelos infantes e o conde de Barcellos, acompanhados da nobreza, vestindo todos rigorosamente de burel branco, que era o luto usado n'aquella epoca. Defronte do altar de S. Vicente estava armado um tumulo magnifico, onde se collocou o caixão. Esteve assim depositado na sé o cadaver do rei, desde 15 de agosto até 25 de outubro, conservando-se sempre durante dia e noite rodeado de luzes e guardado por pessoas da côrte, creados, capellães e mais religiosos, que successivamente estavam orando; todos os dias se resavam 30 missas, tanto no al-

tar de S. Vicente como nos outros, e uma vez por semana se celebrava um solemne officio, a que assistia o cabido, o clero e todas as ordens religiosas. No dia 25 de outubro procedeu-se á trasladação para o convento da Batalha. El-rei D. Duarte, que se havia retirado para Cintra depois da morte de seu pae, veiu para Lisboa, e reunindo-se no paço do Limoeiro ou da Moeda, com os seus irmãos, os grandes da côrte, prelados, a infanta D. Izabel, mulher do infante D. João, as condessas de Barcellos e de Arraiollos, e muitas outras senhoras, fôram todos a pé até á sé, trajando rigoroso luto, para assistirem ás vesperas. A rainha e a mulher do infante D. Pedro não poderam comparecer, por estarem doentes Nas vesperas officiou de pontifical o arcebispo de Braga, D. Bernardo Guerra, e prégou fr. Rodrigo, da ordem de S. Domingos e confessor do infante D. Henrique. No dia seguinte celebrou-se o officio funebre, dizendo primeiramente missa o arcebispo, e prégando fr. Gil Lobo. Acabado o officio ordenou se o enterro. O caixão foi collocado n'um carro triumphal, ricamente guarnecido, que esperava á porta do templo. Precediam o prestito cinco cavallos bem ajaezados, conduzidos pela rédea por cinco pessoas de distincção, levando o primeiro cavallo um teliz de damasco vermelho e branco, onde se viam bordadas as armas de S. Jorge; o teliz do segundo cavallo era azul e vermelho, e tinha bordadas as armas d'el rei. Atraz do carro ia a cavallo o vedor da fazenda real, Pedro Gonçalves Malafaya, com a bandeira principal embrulhada na haste, e esta deitada sobre o hombro; seguiam-se mais onze fidalgos tambem a cavallo, levando o guião, o estandarte, o elmo, o escudo, a lança, a faxa, e as mais armas offensivas e defensivas; e o ultimo dos cavalleiros levava então uma bandeira preta com a haste da mesma côr; esta bandeira ia toda desembrulhada, e as pontas arrastavam no chão. Fechava o prestito muito povo, vestido de rigoroso luto. O prestito, depois de se demorar na Rua Nova (hoje Rua d'El-rei), onde se armara um pulpito e se prégou um sermão, seguiu até ao Rocio, junto ao adro da egreja de S. Domingos, onde tambem se armara um pulpito, e prégou fr. Diogo Affonso Manga ancha Seguiu o cortejo funebre pelas portas da Moiraria (hoje Arco do Marquez de Alegrete), até Odivellas, onde era esperado pelo D. abbade de Alcobaça e muitos religiosos, que vieram receber o real cadaver á porta do convento, em procissão e cruz alçada O caixão foi conduzido pelo rei, infantes e os principaes fidalgos para uma eça que se havia levantado na egreja Cantáram-se vesperas, ficando a velar o cadaver muitos frades, o infante D. Henrique, creados e cavalleiros da ordem de Christo. No dia seguinte, depois de se celebrar missa e officio a que presidiu o D. abbade de Alcobaça, revestido de pontifical, seguiu o prestito até Villa Franca, onde tambem era esperado á porta da egreja parochial pelo bispo de Evora, D. Alvaro de Abreu, e muitas mais pessoas de distincção. Cantou se officio solemne, e ficaram velando de noite o infante D. João e os cavalleiros da ordem de S. Thiago. Seguiram depois para Alcoentre, onde se procedeu ao mesmo cerimonial, presidindo D. Fernando e o bispo da Guarda D. Luiz Guerra. Pararam depois em Alcobaça, celebrando officio o D. abbade, e velando de noite, além dos religiosos, os condes de Barcellos, d'Ourem e de Arraiollos, e muitos outros fidalgos e cavalleiros. Finalmente, o prestito chegou ao conveuto da Batalha, á entrada do qual se viam muitos bispos, religiosos, alcaides-móres, todas as pessoas de distincção, muitos populares, etc. Officiou o bispo de Evora, e prégou fr. Fernando Rota, da ordem de S. Domingos e prégador d'el-rei D. Duarte. Diz José Soares da Silva, na 1.ª parte das suas *Memorias para a Historia de Portugal,* que a morte de D. João I foi tão sentida, que até no concilio de Basiléa se fizeram grandes exequias, e se recitou uma oração funebre. Fr. Luiz de Sousa, na 1.ª parte da *Historia de S. Domingos*, liv. 6, cap. 15, fol. 330, descreve minuciosamente a sepultura de D. João I, onde se collocou um longo epitaphio em latim. O reinado de D. João I inspirou ao conhecido romaucista sr. Rocha Martins a sua obra *Mestre de Aviz*, e ao fallecido escriptor Oliveira Martins *Os filhos de D. João I.*

João II, *O Principe Perfeito.* N. em Lisboa a 3 de maio de 1455, falleceu em Alvôr a 25 de outubro de 1495. Era filho 2.º de el-rei D. Affonso V, e da rainha, sua mulher e prima, D. Izabel. Seu irmão mais velho, tambem chamado D. João, fallecera sendo ainda de berço. Tendo pouco mais d'um mez de edade foi proclamado herdeiro do throno, a 25 de junho de 1455. A 22 de janeiro de 1471 casou em Setubal com D. Leonor, sua prima, filha de D. Fernando, duque de Vizeu e da infanta D. Beatriz, e aos 16 annos acompanhou seu pae á expedição de Arzilla, a 15 de agosto do referido anno, dando provas de grande bravura, na conquista d'esta praça. No fim do combate, D Affonso V quiz armal-o cavalleiro. Já estava purificada a mesquita e transformada em egreja christã, tendo por orago Santa Maria da Assumpção Ahi, depois de ser recebido pelos sacerdotes, com psalmos e hymnos de triumpho, em presença do cadaver do 3.º conde de Marialva, D. João Coutinho, que succumbira na lucta, celebrou D. Affonso V a cerimonia de outhorgar a seu filho a cavallaria. D. João, desde muito novo, mostrou sempre grande tino, comprehendendo superiormente a arte de reinar, e essa superioridade bem se evidenciou na malfadada guerra de Castella, em que D. Affonso V *(V. este nome)* se propoz a buscar um throno, sem saber empregar os meios de o conseguir. Quando o monarcha partiu para Castella, deixou seu filho como regente do reino, e D. João apezar de contar apenas 20 annos, desempenhou admiravelmente o espinhoso cargo, de que se encarregara, e deu mostras d'um desembaraço muito superior ao de seu pae; o monarcha tanto assim o reconhecia, que achando-se em Zamora n'uma situação bastante critica, mandou chamar D. João para ter com elle uma conferencia O principe partiu, mas ao chegar a Miranda do Douro recebeu aviso para que não proseguisse na jornada, porque lhe estava preparada uma traição. D. João não se importou com o aviso; reuniu a toda a pressa côrtes na Guarda, obteve um emprestimo do clero, organisou bom exercito, e marchou a unir-se a seu pae; quando appareceu no acampamento depois d'uma marcha habilissima, até os proprios inimigos se admiraram. Vendo-se á frente d'um exercito brilhante, D. Affonso quiz dar batalha,

e retirou-se sobre a planicie de Toro para attrahir o inimigo em sua perseguição. Deu-se a batalha mas com um resultado differente do que D. Affonso imaginava. Uma das alas era commandada por elle, a outra pelo principe D. João. Tinha este na frente a ala hespanhola commandada por el-rei Fernando, de Castella. Bateu-a e pôl-a em fuga, mas entretanto era tambem D. Affonso V batido e obrigado a fugir. D'esta fórma cada um dos dois monarchas se julgava derrotado, e era o principe D. João quem tinha todas as honras da victoria. Pouco depois, D. Affonso teve a desastrosa idéa de ir a França pedir pessoalmente soccorro ao rei Luiz XI, deixando pela segunda vez a regencia do reino confiada ao principe seu filho. Luiz XI achava-se em Tours, e ali o foi encontrar o monarcha portuguez em agosto de 1476. Convencido que do

D. João II

rei de França nada conseguia, ficou desanimado; no seu desespero pensou em não voltar mais a Portugal, e mandou dizer a D. João que cingisse a corôa, por que elle abdicava, e ia morrer á Palestina. Firme no seu proposito, chegou a partir secretamente para um pequeno porto da Normandia, onde os fidalgos da sua comitiva o fôram encontrar, procurando convencel-o a que voltasse á patria. D. Affonso arrependeu-se, e seguiu em caminho de Portugal, chegando a Cascaes no meado de novembro de 1477. Emquanto D. Affonso V estava em França, servindo de ludibrio ás combinações politicas de Luiz XI, o principe D. João governava Portugal com o tacto e a energia de que sempre deu provas. A guerra continuava com o reino de Castella, limitando-se ao ataque das fortalezas, mas sem que D. João deixasse de manter, pelo menos na defensiva, a superioridade que sempre distinguiu as suas operações militares. Reuniu côrtes em Montemór-o-Novo com o fim de obter subsidios para a continuação da guerra, subsidios que lhe fôram outhorgados, e fazia todos os seus aprestos para a proseguir com energia, quando recebeu de Antão de Faria, seu valido, que mandára a França com despachos para el-rei seu pae, a carta em que este lhe participava a sua abdicação. D. João affligiu-se com esta noticia, mas obedeceu, e no dia 10 de novembro de 1477 foi acclamado rei em Santarem. Dias depois da acclamação veiu-lhe um aviso de que seu pae voltava para o reino, e arribara a Cascaes. D. Affonso vinha cançado, e só a muitas instancias é que acceitou de novo a corôa, porque D. João, apezar de ambicioso, era bastante habil para não recusar o throno a seu pae, que tinha as maiores sympathias em Portugal. A 28 de agosto de 1481 falleceu D. Affonso V, e no seguinte dia 31 foi D. João II acclamado. O novo monarcha mandou logo reunir côrtes em Evora, e fôram essas côrtes o destinado campo de batalha em que se ia travar a lucta entre o monarcha e a nobreza. A fórma como D. João II entendia dever governar, logo se manifestou no modo como elle determinou que os alcaides lhe prestassem as menagens das suas fortalezas, impondo uma formula muito diversa, da que se usara até então. Por essa formula, os alcaides ficavam sem os seus antigos privilegios, e limitados a simples delegados do poder central. Foi o principio das hostilidades. A nobreza insurgiu-se e começou murmurando contra semelhante decreto, mas D. João II não parou aqui, e proseguindo inflexivel no seu intento, revogou por um decreto os alvarás que concediam mercês, remunerações, etc. em que se dispendiam á larga os bens da Corôa. Abriram-se as côrtes, e D. João II, frio e impenetravel, promulgava os decretos que citámos, parecendo disposto a escutar apenas com devida attenção as queixas que os procuradores dos povos quizessem apresentar. O povo recebera com enthusiasmo as novas medidas. que podiam favorecel-o, livrando-o da tutella da nobreza. Os fidalgos, porém, inquietos, principiaram a tramar na sombra contra o rei que os privava dos seus fóros e regalias; á frente d'estas conspirações viam-se o 2.º duque de Bragança, D. Fernando, e o duque de Vizeu, D. Diogo, ambos parentes do monarcha. Ninguem imaginava que D. João II, joven de 26 annos de edade, perseverasse nas suas intenções, vendo os fidalgos, de pé e arrogantes, com a mão na espada, ameaçando de desfraldar a bandeira da revolta. Pois o rei perseverou no seu proposito, e conforme a sua divisa de *pola ley pola grey*, alliou-se com a povo, subjugando a nobreza. Foi elle que inspirou aos procuradores dos concelhos as queixas que formularam contra a nobreza, e as propostas que formularam para remediar os males de que elles se queixavam. Essas propostas eram promptamente acceitas por el-rei, o que augmentou ainda muito mais o descontentamento da nobreza. O duque de Bragança protestou energicamente, declarando que não prestaria as menagens que lhe exigiam, senão resalvando o seu direito de as prestar de outro modo. D. João II conheceu a grande necessidade de quebrar, primeiro que tudo, a resistencia na pessoa do chefe, e aprovei-

tando umas revelações que lhe tinham feito, provando intelligencias secretas entre o duque e Castella, fêl-o julgar e condemnar á morte, sendo decapitado em Evora a 20 de junho de 1483 *(V. Bragança, D. Fernando II, 3.º duque de)*. A sentença executou-se sem que ninguem se atrevesse a protestar. Ao mesmo tempo o marquez de Montemór, que fôra tambem accusado como cumplice do duque de Bragança, e fugira para o estrangeiro, foi decapitado em estatua. A nobreza reconheceu que estava travada uma lucta de morte entre ella e D. João II, que não podia haver treguas nem hesitações, e que só haveria socego não existindo o monarcha. Formou-se uma conspiração, que tinha por chefe o duque de Vizeu, e houve algumas tentativas de assassinio, que se frustraram, porque D. João II era sempre avisado de todos os planos da conspiração, e prevenia-se sempre disfarçadamente. Depois da Paschoa de 1481 foi para Setubal, e ali passava o tempo com a rainha D. Leonor, sua mulher, e seu filho, o principe D. Affonso, em festas e caçadas, mas sempre acautellado e bem armado. Era raro sair que não o acompanhassem os seus ginetes commandados por Fernão Martins de Mascarenhas, especie de guarda escoceza Afinal, no dia 23 de agosto do referido anno de 1484, resolvido a fulminar por uma vez o chefe da conspiração, seu cunhado e primo o duque de Vizeu, chamou-o ao paço, e lançando lhe em rosto a sua traição, puxou d'um punhal, e elle proprio o matou. Todos os cumplices da conspiração fôram severamente castigados. D. Garcia de Menezes, bispo de Evora, foi encerrado n'uma cisterna, em Palmella, onde morreu; D. Guterres Coutinho, levado para o castello de Aviz, e ali morreu; D. Fernando de Menezes foi esquartejado; Pero d'Albuquerque, decapitado; Fernão da Silveira conseguiu fugir, mas achando-se em Avinhão, ali foi morto por um emigrado comprado por D. João II. Outros fidalgos tiveram ainda o mesmo desgraçado destino. A nobreza estava domada por tal fórma, que não se atreveria a pensar mais em conspirações. Ficando assim restabelecido o socego, pôde o monarcha consagrar-se seriamente ao negocios do reino, começando por se occupar com vivo empenho das descobertas maritimas, que depois da morte do infante D. Henrique haviam afrouxado muito, e em que elle considerava estar o futuro e a prosperidade de Portugal. Mandara Diogo de Azambuja construir na costa da Guiné a fortaleza de S. Jorge da Mina; encarregou Diogo Cão e Bartholomeu Dias de proseguirem no caminho das descobertas. Bartholomeu Dias descobriu o cabo, que chamou *Tormentoso*, nome que D. João II, á volta do navegador, mandou trocar no de cabo de *Boa Esperança*, por acreditar que estava emfim descoberto o segredo do caminho da India. Como D. João II era perfeitamente o legitimo successor do infante D. Henrique, como ás suas ordens e determinações presidia sempre um espirito scientifico, ao mesmo tempo que mandava os seus navegadores proseguir na senda dos descobrimentos maritimos, mandava tambem por terra homens eruditos, Affonso de Paiva e Pero da Covilhã, para tomarem conhecimento das terras a que se queria chegar, e na verdade as informações de Pero da Covilhã elucidaram muito os portuguezes sobre o que havia a fazer para se chegar á tão cubiçada India. D. João II não descançou um instante no seu empenho de continuar com as descobertas, e depois do descobrimento do cabo de Boa Esperança, tratou logo de preparar a expedição que devia ir procurar a India. Mas a morte surprehendeu-o, e foi no reinado seguinte, de el-rei Manuel, que se realisou a descoberta, que D. João II tão cuidadosamente preparara. Em tudo se manifestava o elevado espirito d'este monarcha; na tolerancia com que acolheu em Portugal os judeus expulsos de Hespanha por Fernando e Izabel, que podiam ser para o reino uma fonte de prosperidade, se el-rei D. Manuel, pelo seu fanatismo, não viesse depois a banil-os; na tolerancia com que dirigiu a conversão dos negros do Congo, tratando com extrema benevolencia um principe jalofo que veiu baptisar se a Portugal, e recommendando que sempre fôssem tratados os negros com a maxima benevolencia; nas leis que decretou, na inteireza com que distribuiu a justiça, no modo como repremiu os vicios e cuidou de morigerar a sociedade do seu tempo, e até nos ditos sentenciosos que lhe serviram para censurar os seus intimos, se reconhece a grande cultura do seu espirito, e o zelo com que procurou engrandecer e nobilitar o seu povo. D. João II casara, como dissémos, com sua prima D. Leonor, irmã dos duques de Vizeu e de Beja, D. Manuel, que depois foi rei de Portugal. D'este consorcio houve um unico filho, o principe D. Affonso, que casou com D. Izabel de Castella *(V. estes nomes)*, o qual falleceu desastrosamente da queda d'um cavallo, em Almeirim. Foi este um enorme desgosto para D. João II, que sempre o acompanhou até ao fim da vida. Outro desgosto tambem soffreu, não poder legitimar seu filho natural, D. Jorge, que tivera de D. Anna de Mendonça, e que elle muito desejava lhe succedesse no throno *(V. Jorge, D.)* mas a que se oppoz terminantemente a rainha D. Leonor e o seu ministro Antão de Faria. D. João teve de deixar a Corôa a seu primo e cunhado D. Manuel, duque de Beja, irmão do duque de Vizeu, D. Diogo, que elle apunhalara em Setubal, como traidor Adoecendo gravemente em 1455, foi procurar allivios na villa de Alvôr, no Alemtejo, onde falleceu, com muitas suspeitas de envenenado. Expirou nos braços de seu filho D. Jorge, que lhe recolheu o ultimo suspiro. A rainha estava doente em Alcacer do Sal, e ali se conservava, tambem separada do marido, por causa do filho natural D. Jorge. O real cadaver conservou-se mais d'uma hora sem que ninguem lhe tocasse, até se tornar completamente gelado. Depois foi amortalhado, procedendo-se a todas as cerimonias ordenadas pela etiqueta. O chronista Ruy de Pina leu em voz alta o testamento em que, além de muitas disposições, o monarcha deixava verdadeiro herdeiro d'estes reinos e senhorios a seu primo e cunhado D. Manuel. A' meia noite o cadaver de D. João II foi conduzido para a sé de Silves n'uma tumba coberta de velludo preto, tendo no tampo uma cruz de damasco branco, a tumba ia sobre uma azemola tambem coberta de velludo preto; acompanhavam o prestito muitos fidalgos, todos com tochas accêsas. Dois dias depois da morte d'el-rei, em 27 de outubro, realisou-se a acclamação de D. Manuel, em Alcacer do Sal, com as costumadas

cerimonias, sendo logo reconhecido como rei de Portugal por todo o reino e nações estrangeiras. Em outubro de 1499 verificou-se a trasladação para o convento da Batalha. O cadaver foi tirado do ataúde em que jazia, pelos bispos de Silves e de Tanger, D. Francisco de Eça e D. João Fogaça; envolvido n'um lençol de Hollanda, e mettido depois n'outro coberto de brocado de carmezim. Collocaram-n'o sobre andas tambem cobertas de brocado, conduzidos por cavallos, com guarnições egualmente de brocado, e dois pagens vestidos de velludo preto. Seguiam-se el-rei D. Manuel, os arcebispos, bispos, 80 capellães, cantores e a côrte, todos a cavallo e de tochas accêsas; muitas charamellas, trombetas, sacabuchas e tambores. Na frente do corpo via-se uma cruz de capella. Quando o prestito chegava a qualquer localidade, era recebido o ataúde em procissão, e levado á egreja principal, sobre um estrado, conduzido por azemolas, coberto de brocado. Ali se demorava com o maior cerimonial e pompa, até ao dia seguinte, em que o bispo de Tanger celebrava missa. O prestito proseguia depois a jornada, deixando em beneficio da egreja um calix de prata e uma vestimenta de seda. No dia 20 de outubro chegou a Alcanede, D. Manuel foi dormir a Rio Maior, e no dia seguinte jantou em Alcobaça; d'ali partiu para S. Jorge da Victoria, onde esperou o prestito, que vinha pela serra da Mendiga e Porto de Moz. Chegaram afinal ao convento da Batalha, onde á entrada se via a cruz da capella, da sé de Evora, de Santa Cruz de Coimbra, d'Alcobaça e do proprio mosteiro da Batalha. O ataúde foi tirado das andas pelos fidalgos D. Alvaro, marquez de Villa Real, os condes de Marialva, de Penella, de Abrantes, de Portalegre, Ayres da Silva Regedor, Fernão d'Albuquerque, Pero da Silva, os duques de Bragança e de Coimbra, e conduzido para o seu catafalco, armado no cruzeiro, da egreja, o qual tinha 13 degraus, sendo os sete primeiros da parte de cima cobertos de brocado de pello, e os seis restantes com um rico brocado raso até arrastar pelo chão. Sobre o ataúde collocou-se uma cruz de ouro e a bandeira quadrada das armas reaes, atravessada. Procedeu-se a solemnes exequias, celebrando missa de pontifical o prior de Santa Cruz. No dia seguinte fôram armados no cruzeiro sete altares, todos com cortinas e frontaes de brocado riquissimo; o altar-mór armou-se tambem com um retabulo e frontal de egual riqueza, com guarda-pó e corrediças de seda, bandeira das armas reaes, o escudo e o elmo com que o defunto rei se apresentara em Evora, por occasião das festas do casamento do principe D. Affonso, seu filho, a cotta d'armas, a lança e a espada com que pelejára na batalha de Toro, ainda antes de ser rei. Assistindo D. Manuel, a côrte e todas as dignidades ecclesiasticas, celebrou outra vez missa de pontifical o prior de Santa Cruz e prégou o bispo de Tanger. Terminadas as cerimonias funebres, o ataúde foi levado para a capella onde ficou sepultado. D. Manuel mandou então armar a capella de pannos de rás, e collocar-lhe a cotta d'armas, o escudo, o elmo e a espada. O reinado de D. João II inspirou varios dos nossos romancistas: Oliveira Martins, *O Principe Perfeito;* Lobo d'Avila, *Os amores do Principe Perfeito,* Eduardo de Noronha, *A ambição de um rei*; etc.

João III, *O Piedoso.* 15.º rei de Portugal. N. em Lisboa a 6 de junho de 1502, onde tambem fal. a 11 do referido mez, do anno de 1557. Era filho de el-rei D. Manuel e de sua segunda mulher, a rainha D. Maria, filha dos reis catholicos Fernando e Izabel. O dia do seu nascimento foi assignalado por uma horrorosa tempestade, e o do baptismo por um incendio que se declarou no paço, coincidencias que muito impressionaram como de grande agoiro no futuro reinado. Infelizmente, os factos posteriores vieram confirmar estes lugubres presagios. Em creança deu mostras de mediocre intelligencia, e além d'isso, não teve uma applicação assidua e seria que os estudos demandam; distraia se muito com os passatempos que tanto preoccupam a juvenil edade, e os mestres, ou por demasiado respeito, ou por mera adulação, nunca pensaram em exercer para com o real discipulo a autoridade que por boa razão lhes cabia. Não chegou, portanto, a desenvolver as faculdades intellectuaes, como seria facil na presença dos grandes meios de instrucção que lhe fôram proporcionados. Nos *Annaes de El-rei D. João Terceiro*, publicados por Alexandre Herculano em 1844, Parte I, cap. II, diz Fr. Luiz de Sousa, depois de mencionar todos os mestres de D. João III,: «Porém de todo este cuydado se lhe não pegou mais que huma boa inclinação pera as Letras e letrados, em tanto grão, que achamos posto em memoria, que quando o nosso celebrado Cronista da Asia, João de Barros, compunha por passatempo a fabulla do seu Charimundo, afim de polir o estilo, pera vir a escrever as verdades dos feitos portuguezes, guerras e costumes da Asia, com que despois espantou o mundo, tinha o Principe tanto gosto da lição della, que acontecia tomar-lhe os cadernos e de sua mão illos emendando. Que não póde ser mais claro indicio de amor aos Livros: que todavia valeo muto a este Reyno. Porque vindo a reynar fez quy florecessem nelle com grandes aventagens todas as boas letras.» Quando tinha 16 annos pretenderam casal-o com a juvenil infanta D. Leonor, irmã do imperador Carlos V, porém D. Manuel, que tinha enviuvado, agradou-se da noiva destinada a seu filho, e escolheu-a para as suas terceiras nupcias. O príncipe resentiu-se muito com o procedimento d'el-rei, que considerou uma offensa, e desde então se ficou sombrio e melancolico, tornando-se fanatico em extremo, o que deu causa ás maiores atrocidades que se praticaram no seu reinado. Tinha pouco mais de 19 annos quando falleceu seu pae, a 13 de dezembro de 1521, e foi acclamado rei de Portugal no dia 19. Era muito afeiçoado á madrasta, e parece que a rainha viuva D. Leonor lhe correspondia com egual affecto. Chegou-se a murmurar d'estes amores, despertando idéas de um casamento, que muito agradava ao povo. Carlos V, porém, é que se oppoz, pretendendo que a irmã casasse com o rei de França, Francisco I, e D. Leonor retirou-se para Hespanha. D João III veiu depois a casar em 5 de fevereiro de 1525, na villa de Alvito, com D. Catharina, outra irmã de Carlos V. (V. *Catharina, D.).* Quando subiu ao throno em dezembro de 1521, Portugal dominava na Asia, na Africa e na America, fundara fortalezas na India, e até no extremo Oriente; tinha o senhorio de muitas ilhas africanas, e d'uma parte das

costas orientaes e occidentaes d'essa parte do mundo, possuindo tambem o territorio vastissimo do Brazil, que chamou muito a attenção do monarcha. Dividiu o em capitanias, e começou assim por meio de donatarios a colonisal-o, sendo elle tambem quem lhe nomeou o primeiro governador geral, que foi Thomé de Sousa, que em 1549 fundou a cidade da Bahia. *(V. este nome).* A parte importante da historia de D. João III é a historia da India. Subindo ao throno, governava aquelles estados D. Duarte de Menezes, que deshonrava o nome portuguez com as suas piratarias, e D. João III mandou-o substituir por D. Vasco da Gama, conde da Vidigueira, que pouco tempo governou, mas conseguiu restabelecer a moralidade com a sua austera energia. Succedeu D. Henrique de Menezes, homem tambem energico e austero, que soccorreu Calicut cercada pelo inimigo. Em seguida devia governar a India Pedro Mascarenhas, mas Lopo Vaz de Sampaio assenhoreou-se do poder, e entre os dois governadores e os seus partidarios rebentaram as mais vergonhosas dissensões. Nuno da Cunha fundou as fortalezas de Diu e Baçaim. D. Estevão da Gama enviou uma expedição á Abyssinia, Martim Affonso de Sousa tornou-se tão notavel pela sua bravura como pela sua cubiça, D. João de Castro renovou as gloriosas tradições de Affonso d'Albuquerque, mas desde então começou a decadencia. Comtudo, n'esse tempo, o poder dos portuguezes ampliou-se muito. Descobriu-se a provincia do Espirito Santo em 1522; conquistou-se, Goleta em 1535; deu-se o segundo cerco de Diu, em 1546; a conquista de Baroche, por D. João de Menezes, e a victoria do Dabul, por D. João de Castro, em 1547; a derrota dos francezes, por Mena e Sá, em 1556. O nosso dominio chegou á China e ao Japão; os nossos missionarios penetraram nos mais reconditos paizes do Oriente, as nossas fortalezas ergueram se nos extremos limites dos mares das Indias. A má administração e o desejo ambicioso de enriquecer que animava alguns governadores e muitos fidalgos, entregando-se sem rebuço á pirataria e ao roubo, causaram a decadencia da India, concorrendo tambem muito a influencia dos jesuitas e o estabelecimento do tremendo tribunal da Inquisição O que mais preoccupava o espirito de D. João III era o seu fanatismo religioso, que o levou á ferocidade, e tão funesto foi para Portugal. Desejoso de implantar a Inquisição no reino e seus dominios, travou com a curia romana as mais demoradas negociações, gastando enormes quantias, chegando a declarar que se o papa não accedesse ao seu pedido não teria duvida em separar-se do gremio catholico, seguindo o exemplo de Henrique VIII, de Inglaterra. Afinal a Inquisição ficou instituida n'este reino pela bulla de Paulo III, datada de 23 de maio de 1536, sendo instituido o tremendo tribunal na sua fórma mais completa pela bulla de 16 de julho de 1547. A Companhia de Jesus foi fundada em 1534, foi approvada em 1440 pelo pontifice Paulo III, e n'esse anno entraram em Portugal os primeiros jesuitas, que o fanatico monarcha acolheu com o maior enthusiasmo. A Companhia de Jesus tomou toda a preponderancia, que desejava; D. João III confiou-lhe o ensino e as missões. Como missionarios, deve dizer-se, que prestaram bons serviços, principalmente S. Francisco Xavier na India, e José de Anchieta no Brazil. O monarcha havia transferido em abril de 1537 para Coimbra a Universidade, que até então estava em Lisboa. Facilitara subsidios a muitos rapazes de talento para irem estudar nas universidades estrangeiras, e chamara a Portugal homens de abalisado merecimento litterario e scientifico, para virem ensinar as boas letras e as sciencias na Universidade. D'esta fórma dava D. João III demonstrações de que pretendia elevar a Universidade, e em geral os estudos, a subido grau de esplendor. Mas a influencia dos jesuitas fez com que por carta regia de 10 de setembro de 1555, passasse *o Collegio das Artes e o governo d'elle mui inteiramente ao Padre Diogo Mirão, Provincial da Companhia de Jesus* Os jesuitas erigiram estabelecimentos nas principaes cidades do reino, onde logo se encarregaram da instrucção da mocidade. Tornaram-se rivaes da Universidade e dos bispos, e adquiriram uma superioridade decidida sobre todas as outras ordens religiosas. O que faz honra á memoria de D. João III é a acceitação que dava a Pedro Nunes, a quem muito distinguiu. Pedro Nunes tinha vindo de Salamanca para reger a cadeira de Mathematica na Universidade de Lisboa, e regeu ainda outras cadeiras da mesma faculdade, e quando se deu a transferencia da Universidade, regeu tambem em Coimbra a cadeira de Mathematica até ao anno de 1562, em que foi jubilado. O ministro predominante na côrte d'este fanatico monarcha foi Pedro d'Alcaçova, excepto, nos negocios da Inquisição, em que el-rei resolvia só por si. As questões religiosas eram as que mais o interessavam. D. João III ligou-se por tal fórma á Hespanha, que preparou o de-

D. João III

sastre de 1580. Influenciado por Carlos V, os dotes das princezasp ortuguezas, que desposavam os principes castelhanos, constituiam um bom recurso financeiro a que o imperador recorria sempre que podia. Do seu consorcio teve os seguintes filhos: D. Affonso, nascido em 1526, e que morreu creança; D. Maria, nascida em 1527, e que fal. em 1545, sendo a primeira mulher de Filippe II, de Hespanha; D. Izabel, que nasceu em 1529, e falleceu em creança; D. Beatriz, nascida em 1530, fallecendo ainda no berço; D. Manuel, nascido em 1531 e fallecido em 1534; D. Filippe, que nasceu em 1533 e falleceu em 1539; D. Diniz, nascido em 1535, fal. em creança; D. João, que nasceu em 1537, e falleceu em 1534, que foi o pae de el-rei D. Sebastião; D. Antonio, nascido em 1539 e fallecido em 1540. Teve um filho bastardo, D. Duarte, que nasceu em 1531 e falleceu em 1543, sendo arcebispo de Braga. De tantos filhos nenhum lhe sobreviveu, vindo a succeder no reino seu neto D. Sebastião, que apenas contava tres annos de edade quando morreu o avô.

João IV. *O Restaurador*, 21.º rei de Portugal. N. em Villa Viçosa a 19 de março de 1604, fal. a 6 de novembro de 1656. Foi o 8.º duque de Bragança, D. João II, filho do 7.º duque d'este titulo, D. Theodosio II, e da duqueza sua mulher, D. Anna de Velasco. A'cêrca do nascimento de D. João IV conta o P. M. Francisco de Santa Maria, no 1.º vol. do *Anno Historico*, pag. 174, uns casos notaveis, que prophetisaram o que mais tarde succedeu. Foi a apparição de dois cometas: um no anno de 1580 e outro no de 1604. Em 1580, o phenomeno veiu annunciar a morte do cardeal-rei D. Henrique, que deu causa a que Portugal perdesse a sua independencia, ficando sob o dominio castelhano. Aquelle cometa tornou-se visivel durante algumas noites, e deu assumpto para os mais sérios commentarios. O apparecimento do de 1604 foi voz constante que prophetisava o nascimento d'um futuro rei portuguez e a liberdade do paiz, assim como o de 1580 annunciava a morte do rei e o captiveiro de Portugal. Herdou o titulo de duque de Bragança, por morte de seu pae, succedida a 29 de novembro de 1630, e casou em 12 de janeiro de 1633 com D. Luiza Francisca de Gusmão, filha do duque de Medina-Sidonia. D. João era pouco estudioso, e muito pouco se preoccupava com o captiveiro em que jazia Portugal, e de tal fórma que os portuguezes andavam muito descontentes accusando aquella indifferença, e a côrte hespanhola, apezar das desconfianças que sempre lhe inspirara a casa de Bragança, em nada o receava. As suas preoccupações eram a caça, a administração das vastas propriedades que possuia, e a musica religiosa, de que sempre se mostrou apaixonado. Seu pae, o duque D. Theodosio, déra grande desenvolvimento á capella ducal de Villa Viçosa, e creara um collegio que denominou *Collegio dos Reis*, especie de seminario onde se ensinava latim e musica. Quiz que o filho tambem seguisse esse estudo, forçando-lhe a vontade, por ser pouco inclinado ao exercicio das aulas. No *Diccionario biographico dos musicos portuguezes*, de Ernesto Vieira, já por vezes citado, vol. I, a pag. 502, dá-se nota da existencia, na Bibliotheca Nacional de Lisboa, d'um codice ms. n.º 404, vol. I, foi. 70 v. da biographia inédita de D. João IV, escripta pelo padre Raphael de Jesus, em que se diz que D. Theodosio mandou vir de Italia, para ensinar musica a seu filho e ser mestre da sua capella, Roberto Torgh, por insigne na arte com accrescentado partido de Mestre da sua Capella Ducal, com particular ordenado para dar lição aos cantores, e musicos do côro; e em outro aposento separado a seu filho, onde o mesmo duque D. Theodo-

D. João IV

sio o podia obrigar com sua presença a lição quotidiana, dispondo lhe o estimulo da competencia na companhia de João Soares Rebello, então o Rebelinho, pela edade, depois pela eminencia, da sua pericia e habilidade na musica, por antonomasia o Rebelinho como Aristoteles o philosopho por eminente na Philosophia. «No emtanto Barbosa Machado (continua o referido Diccionario) diz que D. João IV teve por mestre o proprio Soares Rebello, o qual quando foi para Villa Viçosa, em 1624, era já bom cantor, sendo este dote que o fez admittir na capella ducal. O provavel é que o duque D. Theodosio, dando o por companheiro de estudo a seu filho, quiz que elle, como mais avançado, lhe servisse tambem de guia como serviu de estimulo, segundo affirma o chronista fr. Raphael de Jesus. Se D. João IV na infancia não estudou musica de boa vontade, é certo que na edade viril deu mostras de a estimar. Logo que morreu D. Theodosio, fôsse por gosto adquirido com a pratica e ao mesmo tempo por obediencia ás recommendações de seu pae, ou fôsse tambem por calculo politico para adormecer as suspeitas do governo de Castella, começou o futuro restaurador de Portugal a mostrar-se curiosamente interessado pelo serviço musical da sua capella, fazendo acquisição de grande quantidade de composições religiosas dos melhores mestres do seu tempo, umas que elle mesmo lhes encommendava ou elles

lhe offereciam, outras que mandava comprar se estivessem impressas, ou copias sendo manuscriptas. Um codice manuscripto, que existe na Bibliotheca Real da Ajuda, contém as contas prestadas por João de Mello Carrilho, agente da casa de Bragança em Madrid; n'essas contas figuram muitas despezas feitas com a compra de musicas desde 1631, isto é, logo depois da morte de D. Theodosio.» D. João applicava todos os dias duas horas á musica, das 5 ás 7 da manhã. Depois de jantar, divertia se provando as peças que tinham de ser cantadas na capella ducal, ou compondo algumas obras em defeza da arte. A caça tambem lhe tomava muito tempo. Raro seria o dia, n'aquella epoca, em que D. João, a pé ou a cavallo, não monteasse a veação mais brava, e não arriscasse a vida em lances que faziam tremer os que o viam, confiar demais na destreza e no uso das proprias forças. Uma das suas distracções vulgares era crear touros bravissimos, e alanceal-os no campo, ou buscar os porcos montezes mais ferozes, e apanhal os vivos, ou esperal-os de noite nos cevadoiros e matal-os. Era este o homem em quem os portuguezes resumiam as suas esperanças para a salvação da patria. D. João era de muito bom senso, mas profundamente egoista; desejava a Corôa, mas não queria arriscar cousa alguma para a possuir. Em 1637, quando rebentaram os tumultos de Evora, retrahiu-se o mais possivel, e não quiz de modo algum acceitar a Corôa, que lhe offereciam. Em 163-, alguns fidalgos, já muito desanimados, lembraram se de chamar ao throno seu irmão, o infante D. Duarte, que combatia nos exercitos do imperador d'Allemanha. Em 16 9, o ministro hespanhol, conde-duque de Olivares, para comprometter o duque de Bragança na causa hespanhola, offereceu-lhe o governo das armas de Portugal, e o duque de Bragança acceitou-o para poder sondar o espirito da nobreza. Encontrou-a prompta para tudo, e tanto se atemorisou, que se recolheu a Villa Viçosa, sem querer saber de cousa alguma. Comtudo, o movimento insurreccional cada vez mais se affirmava, e as conspirações repetiam se todos os dias. Quando o ministro hespanhol começou a chamar a nobreza de Portugal para a guerra da Catalunha, sentiam todos que se não podia demorar a revolta, e o duque de Bragança, sendo instado para que tambem partisse, percebeu que não devia hesitar nem mais um instante. Se recusasse partir, dava-se como culpado, se partisse perdia para sempre as esperanças do throno, e podia talvez ir terminar a existencia n'um carcere. No entretanto, ainda evitava dar uma resposta decisiva aos fidalgos, que já a esse tempo conspiravam abertamente em Lisboa, na companhia de João Pinto Ribeiro e do dr. Sanches de Baena. Estes fidalgos, porém, resolveram-se afinal a não fazer caso das suas hesitações e a acclamal-o, quer elle quizesse, quer não. Foi uma resolução salvadora. Pedro de Mendonça foi immediatamente a Villa Viçosa participar ao duque o estado das cousas, e decidil-o a acceitar a Corôa, que todos lhe offereciam com tanto enthusiasmo. Falou lhe com intimativa, que o reino estava fatigado do vexatorio dominio castelhano, nas facilidades da sublevação em tão propicio ensejo como o que a Providencia lhe offerecia, e terminou dizendo que os fidalgos estavam resolvidos a constituir-se em republica, se elle rejeitasse a Corôa. Apezar de se sentir fortemente impressionado, o duque ainda pediu tempo para reflectir e consultar o seu secretario Antonio Paes Viegas. O secretario, com o seu bom senso habitual, animou-o com palavras de altivez e patriotismo. A duqueza D. Luiza de Gusmão, que tambem foi consultada e que era ambiciosa, deu a seguinte resposta, pois lhe é attribuida: «Antes rainha uma hora, que duqueza toda a vida.» Raiou o memoravel dia 1.° de dezembro de 1640, e Portugal recuperou a sua liberdade depois de 60 annos sob o dominio de Castella. D. João IV chegou a Lisboa no seguinte dia 6, celebrando-se no dia 15 a cerimonia da coroação, com as maiores demonstrações de alegria. D João chamou Francisco de Lucena para seu ministro, tratou de enviar embaixadores ás côrtes estrangeiras para sollicitar allianças. Ao mesmo tempo quiz convocar as côrtes para lhes pedir recursos para a guerra que decerto iria rebentar. O patriotismo portuguez não lhe negou o dinheiro necessario, sujeitando-se a todos os sacrificios, permittindo assim organisar-se a resistencia admiravel que acabou por vencer o numeroso poder de Castella. No dia 28 de janeiro de 1641 foi novamente acclamado pelas côrtes que se reuniram, compostas dos tres estados: ecclesiastico, nobreza e povo. A solemne cerimonia realisou-se na grande sala do paço da Ribeira. D. João IV subiu a um throno, que se havia armado, adornado com muita grandeza. Vinha vestido de pardo, bordado de ouro, com botões de rubis e riquissimo collar de pedraria, de que trazia pendente o habito de Christo, com opa roçagante de brocado, forrada de téla branca com flôres de ouro e prata, trazendo na mão direita o sceptro de ouro, que fôra tomado na batalha d'Aljubarrota a D. João I, de Castella. Acompanhava-o á direita seu filho o principe D. Theodosio, que apenas contava 7 annos de edade, vestido de téla branca com capa de gorgorão negro, forrada da mesma téla, e guarnecida de passamanes de ouro. Trazia no pescoço um rico collar, e no chapéo um riquissimo cintilho de diamantes com plumas martinetes. Era condestavel o marquez de Ferreira, D. Francisco de Mello. Depois d'uma pratica do bispo de Elvas, D. Manuel da Cunha, todos prestaram juramento e menagem a D. João, como seu verdadeiro rei e natural senhor, e a D. Theodosio como principe herdeiro e successor do reino de Portugal e seus dominios. D. João IV foi acclamado em todo o reino e nas suas vastas colonias. Passado o fervor do enthusiasmo, principiou se a reflectir na desproporção das forças, e muitos se assustaram com a audacia do emprehendimento, vendo tambem que a Inglaterra, a França e a Hollanda não se prestavam a soccorrer Portugal directamente, apezar da nossa causa lhes ser sympathica. O papa Urbano VIII, influenciado pelo conde-duque de Olivares, recusava se a reconhecer o novo monarcha, consentindo até que nas ruas de Roma os creados do embaixador de Hespanha maltratassem os do embaixador de Portugal; o imperador d'Allemanha, na sua parcialidade pelos castelhanos, prendia contra todas as noções do direito das gentes e até contra todos os principios de lealdade, o infante D. Duarte, que militara nos seus exercitos. (V. *Duarte, (D.)*. Esta perspectiva assustou

muitos fidalgos, e logo em 1641 se urdiu uma conspiração contra D. João IV, planeada pelo arcebispo de Braga D. Sebastião de Mattos Noronha, que attrahiu a si muitos fidalgos. A conspiração foi descoberta, sendo decapitados no Rocio o conde d'Armamar, o marquez de Villa Real e o duque de Caminha. Em 1642 tambem foi decapitado o secretario de estado Francisco de Lucena, apezar de se não haver provado bem a sua culpabilidade. Entretanto começara a lucta. As campanhas de 1641 e 1642 fôram insignificantes, notando se sómente a defeza de Olivença em 1641. Em 1643 el-rei foi ao Alemtejo, e assistiu de longe ás operações militares, e ao norte o conde de Castello Melhor tomou Salvaterra. A 26 de maio de 1644, Mathias d'Albuquerque ganhou a batalha de Montijo contra o exercito do barão de Mollingen. Foi a primeira batalha campal d'esta guerra. Em 1645 pouco adeantaram as operações militares; a 26 de setembro de 1646 Mathias d'Albuquerque deu nova batalha ao barão de Mollingen, em Telena, batalha que ficou indecisa. Em 1647 e 1648 continuou a pequena guerra de fronteira, mas n'este ultimo anno, assignando-se a paz de Westphalia, tratado que concluia a guerra dos 30 annos (1618 a 1648), a Hespanha ficava em condições de mais á vontade nos combater. No Brazil, apezar da equivoca situação em que estavamos collocados, porque tinhamos paz e até alliança com os hollandezes na Europa, e no Ultramar estavamos com elles em guerra, iamos tomando posse das provincias perdidas. Em 1644 os hollandezes viram-se obrigados a abandonar o Maranhão, constantemente em revolta. Em 1646 o Pernambuco sublevava-se á voz do heroico João Fernandes Vieira. Este, auxiliado por um chefe indio Pityguerassu ou Canarão, um preto, Henrique Dias e o general André Vidal de Negreiros, sem poder ser auxiliado ostensivamente pelos governadores portuguezes da Bahia, derrotava os hollandezes na batalha das Tabocas, auxiliava a revolução de Parahyba e do Rio Grande do Norte, occupava Olinda e cercava os hollandezes no Recife. Comtudo, em 1647, o general hollandez Van Schopp ainda ousou ir sitiar a Bahia, mas foi repellido. Entretanto, Francisco Barreto, enviado por D. João IV para tomar a direcção da revolta, derrotava os hollandezes nas duas batalhas dos Guararapes, e obrigava-os em fim a capitular, abandonando o Recife e todo o Brazil definitivamente no dia 26 de janeiro de 1654. Na Africa, Salvador Correia de Sá retomava em 1648 o reino de Angola aos hollandezes; no Oriente eramos menos felizes, perdiamos Ceilão, mas a capital da ilha só se entregou em 1656, depois d'uma defeza verdadeiramente heroica. Em Portugal as campanhas dos ultimos oito annos do reinado de D. João IV fôram todas de escaramuças e de pequenos combates. Servido por habeis diplomatas, entre os quaes se contava até o padre Antonio Vieira, o primeiro orador sagrado portuguez, conseguiu D. João IV fazer ouvir a sua voz no concerto das nações europeas. Em Portugal as côrtes mostravam se promptas a todos os sacrificios que lhes pudésse exigir a situação precaria do paiz. O principe D. Theodosio, herdeiro do throno, dava as mais fundadas esperanças de vir a occupar dignamente o throno portuguez, falleceu prematuramente na edade de 19 annos, a 15 de maio de 1643, ainda em vida de seu pae. Do seu casamento teve os seguintes filhos: D. Theodosio, em que já falámos; D. Manuel, que morreu creança; D. Affonso e D. Pedro, que fôram depois D. Affonso VI e D. Pedro II; D. Anna, que morreu creança; D. Joanna, fallecida aos 16 annos de edade, e D. Catharina, que foi rainha de Inglaterra, pelo seu casamento com o rei Carlos II. D. João IV, depois do memoravel dia 1.º de dezembro de 1640, apezar das suas graves preoccupações, não se esqueceu da arte nem dos artistas. Os dois irmãos João Lourenço Rebello e Marcos Soares Pereira fôram chamados á côrte, e nomeados mestres da real capella, sendo além d'isso o primeiro feito commendador e agraciado com o fôro de fidalgo. Fr. Manuel Cardoso, o mesmo que em 1625 lhe dedicara um livro de missas, mas que depois foi a Madrid offerecer outro a Filippe III, veiu tambem dedicar ao novo rei portuguez um livro contendo todos os officios da semana santa, e D. João IV recebeu-o muito bem, conferindo lhe o titulo honorifico de seu mestre da capella, mercê eguał á que lhe concedera o rei de Hespanha. Juntando em torno de si os melhores cantores, instrumentistas e compositores portuguezes, deu ao mesmo tempo começo á sua obra mais grandiosa; reuniu os livros de musica desordenadamente amontoadas nos cartorios das capellas de Villa Viçosa e de Lisboa, juntando lhes os que encontrou na magnifica bibliotheca ducal fundada por D. Theodosio I, seu bisavô, bibliotheca que andava annexa ao morgado de Bragança, e assim formou o nucleo d'uma livraria musical que chegou a ser a maior do seu tempo. Estavam arrecadados em 42 caixões os livros da real bibliotheca quando se concluiu a primeira, que foi tambem a ultima parte, do respectivo catalogo. O titulo é o seguinte: *Primeira parte do Index da livraria de mvsica do muyto alto, e poderoso Rey Dom João o IV, Nosso Senhor.* (Gravura com as armas portuguezas). Por ordem de sua Mag. por Paulo Craesbeck. Anno 1649. Na folha que segue ao frontispicio lê-se: «Contem a ordem dos nvmeros assi de Cartapacios impressos, como dos Maços de papeis e livros escriptos de mão que estão em quarenta e dous Cayxoens.» Ao seminario de Villa Viçosa fundado por seu pae com o titulo de *Collegio dos Reis*, que já citámos, deu uns estatutos que fôram approvados em 18 de março de 1645, e estão impressos nas *Provas da Historia Genealogica da Casa Real*, tomo IV, pag. 605 a 618. Tem este titulo: *Regimento e Estatutos do Collegio dos Reis de Villa Viçosa.* D. João IV escreveu: *Defensa de la musica moderna contra la errada opinion del Obispo Cyrillo Franco;* Lisboa, 1649; foi traduzida em italiano, e impressa em Italia. Ainda escreveu outro opusculo: *Respostas á las dudas que se pusieron á la missa Panis, quem ego dabo, del Palestrina, impressa en el libro quinto de sus missas;* tem no fim a data de: *25 de Setiembre de 1654;* imprimiu se em Lisboa; foi traduzida em italiano e publicada em Roma no anno de 1655. Affirmam alguns biographos, que deixou manuscriptas: *Concordancia da Musica e passos della colligidos dos mayores professores desta arte; Principios da Musica, quem foram seus primeiros autores e os progressos que teve.* Antonio de Sousa de Macedo, na *Eva e Ave*, parte I, cap. XIII, n.º 15, diz

que el-rei D. João IV não cantava, mas foi sem controversia o homem mias entendido na musica em seu tempo. As composições, que em nome supposto communicava ao mundo, eram logo conhecidas por suas, e como superiores, na Europa. Ajuntou, com despeza consideravel, e diligencias particulares, uma numerosa livraria das obras musicaes melhores, e as mais escolhidas, e a tinha disposta na melhor ordem, de sorte que havia grande facilidade em buscar qualquer papel. O proprio Antonio de Sousa de Macedo declara que o servira em muitas diligencias que D. João IV empregava para a obtenção de musica para a real livraria; e accrescenta que o monarcha todos os dias tomava uma hora de allivio, consagrada a exercitar e ensinar os seus musicos, que tinha muito escolhidos, e quasi sempre em canto dos officios divinos. Foi D. João IV que nas côrtes celebradas em 1646, declarou que tomava Nossa Senhora da Conceição como padroeira e defensora do reino e senhorio de Portugal, e ordenou que os estudantes da Universidade de Coimbra, antes de tomarem algum acto, jurassem defender a Immaculada Conceição da Mãe de Deus. No tomo VI da *Historia Genealogica da Casa Real*, a pag. 204, se encontra a provisão que D. João IV mandou passar por essa occasião.

João V. *O Magnanimo*, 24.º rei de Portugal. N. em Lisboa a 22 de outubro de 1689, onde tambem fal. a 31 de julho de 1750. Era segundo filho de D. Pedro II, e de sua segunda mulher, a rainha D. Maria Sophia Izabel de Neuburgo. Fallecendo seu irmão mais velho, do mesmo nome João, a 30 de agosto de 1688, tendo apenas um mez de vida, foi proclamado principe herdeiro em 1 de dezembro de 1697, em acto solemne na presença da côrte, e por morte de seu pae, em dezembro de 1706, subiu ao throno, sendo solemnemente acclamado no dia 1 de janeiro de 1707. Em 1696 fôra armado por seu pae cavalleiro da ordem de Christo. No *Anno Historico*, do padre Francisco de Santa Maria, vol. I, pag. 12 e seguintes, vem uma descripção minuciosa d'esta cerimonia e das festas que então se realisaram. D. João V herdou de seu pae uma guerra que ia começar a ser desastrosa, a da Successão de Hespanha. Os pretendentes eram o archiduque Carlos e duque de Anjou, neto de Luiz XIV, Filippe V. A Hespanha acceitava a realeza de Filippe V, e D. Pedro II, de Portugal, alliara-se com os inglezes e os austriacos a favor do archiduque. O duque Berwick, um dos generaes de Filippe V, tinha na sua frente o general portuguez marquez das Minas, que na campanha de 1706 atravessou a Hespanha e entrou victorioso em Madrid, onde fez acclamar o archiduque com o nome de Carlos III. Mas a vontade decidida de Hespanha de querer Filippe V para seu rei, era muito poderosa. As provincias intermediarias entre Madrid e Portugal sublevaram-se em massa, ao mesmo tempo Luiz XIV, por um esforço desesperado, reforçava as forças do duque de Berwick, e o marquez das Minas achava-se em Madrid cortado da fronteira portugueza. Outro general do archiduque, lord Peterborough, desembarcara na provincia de Valencia, da qual tomara posse, e o marquez das Minas, obrigado a abandonar Madrid, em vez de se retirar para Portugal, foi para Valencia. O duque de Berwick seguiu o desejoso de dar batalha nas planicies d'essa parte da Hespanha, por causa da grande superioridade da sua cavallaria. O marquez das Minas desejava evital-a, por isso mesmo, mas lord Galloway, commandante das tropas auxiliares inglezas, insistiu para que se travasse a lucta. Deu-se então a batalha d'Almanza a 25 de abril de 1707, em que ficou vencedor o partido de Filippe V. O marquez das Minas deixou sob o commando do conde d'Atalaia um pequeno exercito portuguez aggregado ás tropas inglezas, e veiu para Portugal. A guerra d'ahi em deante foi apenas uma serie de combates de pouco valor nas fronteiras, sendo o facto mais importante a defeza de Campo Maior, em 1711, ultima façanha da guerra da Successão de Hespanha, em que Portugal se envolvera. A guerra expoz á perseguição dos francezes a nossa marinha e as nossas colonias. Em 1710 organisou-se em Brest uma pequena esquadra para atacar o Rio de Janeiro, mas o commandante. mr. du Clerc, ficou derrotado caindo em poder dos portuguezes. Esta noticia causou a maior satisfação em Lisboa, e celebrou-se um solemne *Te-Deum* na capella real a que assistiu el-rei e toda a régia familia. No anno seguinte, 1711, uma outra esquadra, commandada pelo celebre maritimo Du Guay-Trouin, veiu atacar o Rio de Janeiro, e vingou cruelmente o desastre do seu compatriota du Clerc, apezar da forte resistencia, opposta pelo governador Francisco de Castro de Moraes. A cidade foi posta a saque. Finalmente, em 1715 assignou-se o tratado de Utrecht entre as diversas potencias belligerantes, que trouxe a paz á Europa. N'esta lucta foi Portugal que menos aproveitou, porque nenhumas compensações obteve por tantos e tão crueis sacrificios. Emquanto durara a guerra com a Hespanha e a França, deu se o casamento d'el-rei D. João V com a archiduqueza D. Maria Anna d'Austria, filha do imperador Leopoldo, irmã do imperador José, então reinante, e do imperador Carlos VI. Fôram assombrosas as solemnidades que se realisaram em Vienna e depois em Lisboa á chegada da nossa rainha. O conde de Villar Mayor, Fernando Telles da Silva, foi encarregado, como embaixador extraordinario, de ir pedir em casamento a archiduqueza. O embaixador chegou a Vienna a 21 de fevereiro de 1708, e antes de fazer a sua entrada publica, recebeu audiencia particular do imperador, da imperatriz sua mulher e da imperatriz viuva; dias depois tambem lhe foi concedida audiencia das archiduquezas. A entrada official demorou-se algum tempo, porque o embaixador portuguez esperava que de Hollanda lhe chegassem alguns coches e cavallos, que deviam figurar no acto solemne. No dia 7 de junho é que se realisou a imponente cerimonia da apresentação. O conde de Villar Mayor saiu de Inzerstorff, para onde partira na vespera, e entrou em Vienna com todo o apparato; ahi o esperava o conde Waldestein, marechal da côrte, o qual o conduziu com dois coches do imperador, e mais 42, tirados a seis cavallos, mandados pelos cavalheiros principaes da côrte com os seus gentis-homens. O cortejo era imponente; passou pelo paço da Favorita, em cujas janellas se viam o imperador José, as imperatrizes e as archiduquezas, e seguiu até ao palacio do embaixador portuguez. No dia seguinte, o conde Gundacharo Poppone de Dietrichstein, com os mesmos dois

coches do imperador, foi buscar o conde de Vllar Mayor, Fernando Telles da Silva, para o conduzir ao paço da Favorita, á audiencia publica dos imperadores reinantes, e pouco depois ao paço de Vienna, onde tambem foi recebido em audiencia pela imperatriz viuva e pelas archiduquezas. No dia 21 de junho é que no paço da Favorita, em solemne audiencia foi pedida em casamento a archiduqueza D. Maria Anna, em nome de elrei de Portugal D. João V. Repetiu-se depois a mesma cerimonia no paço da imperatriz viuva. O embaixador entregou á futura rainha o retrato de D. João V, guarnecido de diamantes de grande valor. N'este mesmo dia se assignou o contrato de casamento. A' noite houve baile no Paço, e no dia seguinte realisou-se no palacio do embaixador um magnifico cortejo, a que assistiu toda a côrte austriaca. Em 9 de julho effeituou-se a cerimonia nupcial, sendo o imperador quem recebeu a rainha por procuração do rei de Portugal; foi celebrante o cardeal de Saxonia Zeits, a quem o conde embaixador presenteou com um dos seus coches, tirado a seis cavallos, presenteando tambem com diversas dadivas todos os demais capellães que assistiram á solemnidade. Na viagem para Portugal tocou em diversos portos, realisando-se sempre pomposas festas, até que em 26 de outubro chegou a Lisboa, onde teve uma imponentissima recepção. No paço da Ribeira houve serenatas e musicas. No Terreiro do Paço queimaram-se fogos de artificio, e armou-se um amphitheatro, onde em tres tardes successivas se realisaram corridas de touros. No dia 22 de dezembro, seguidas d'um pomposo cortejo, fôram as pessoas reaes e toda a côrte á Sé, onde se cantou um solemne *Te-Deum*. No *Anno Historico* do Padre Francisco de Santa Maria, vol. II, pag 334 e seguintes, veem minuciosamente descriptas as esplendidas festas, os deslumbrantes cortejos e cerimonias, que se realisaram em Vienna d'Austria e em Lisboa, assim como a descripção do dote da rainha. do contrato do casamento, e de muitas offertas feitas pelo imperador d'Austria ás pessoas que compunham a embaixada portugueza. Em Lisboa houve por esta epoca uma notavel contenda com os embaixadores das principaes potencias, que insistiam para terem umas franquias incompativeis com o regular andamento da justiça. D. João V foi sempre muito energico em todas estas contendas com os ministros estrangeiros, mantendo as prerogativas da Corôa e as preeminencias marcadas pela etiqueta com a mais severa austeridade. Tambem póde dizer se, que em poucas epocas teve Portugal diplomatas tão habeis como no tempo de D. João V, em que se encontram os nomes de D. Luiz da Cunha, Diogo de Mendonça Côrte Real e de Alexandre de Gusmão. O monarcha era extremamente devoto, e d'essa exaggerada devoção resultou intervir Portugal n'uma guerra entre o papa, os venezianos e os turcos. Em 1716 enviou em soccorro do papa uma luzida esquadra, commandada pelo conde do Rio Grande, que tomou parte na gloriosa victoria do cabo Matapan, mas que sobrecarregou a fazenda com uma despeza enorme. Descuidava das causas urgentes do paiz, e despendia largas e fabulosas sommas com a curia romana, com egrejas e monumentos religiosos. Construiu o grandioso convento de Mafra que custou 120 milhões de cruzados; a capella de S. João Baptista na egreja de S. Roque, obra riquissima que se construiu Roma pelo desenho de Vanvitelli, e emquanto se não concluiu, D. João V mandava repetidas vezes importantes quantias exigidas pelo papa, então Benedicto XIV. Em 1744 ficou prompta a capella, que se armou dentro da egreja de S. Pedro, e depois de sagrada em 15 de dezembro do referido anno, o papa officiou de pontifical. El-rei, por esta distincção feita á sua devota capella, presenteou o pontifice com 100:000 cruzados. Em 1746 foi toda desarmada e cuidadosamente encaixotada, transportando-se assim para Lisboa, sendo acompanhada por alguns dos artistas que tinham trabalhado na obra e do esculptor afamado Alexandre Giusti, que nunca mais abandonou Portugal. Quando a capella chegou a Lisboa, achava-se D. João V gravemente doente, e já não pôde vêr realisada a sua monumental obra, porque falleceu pouco tempo depois. A capella sómente se collocou em S Roque, já no reinado de D. José, em 13 de janeiro de 1751. No vol. XI do *Gabinete Historico*, de fr. Claudio da Conceição, vem descripta a historia da capella de S. João Baptista na egreja de S. Roque e de todas as suas grandiosas riquezas. D. João V engrandeceu bizarramente a capella real que elle elevou

D. João V

a uma sumptuosa patriarchal com um numeroso cabido, musicas e cantores. *(V. Patriarchal)*. Dividiu Lisboa em duas partes : Lisboa Oriental e Lisboa Occidental ; a primeira metropolitana e a segunda patriarchal. As negociações para a concessão d'esta egreja custaram tambem importantissimas sommas, que se enviaram á curia romana; conseguiu egualmente do papa a 22 de dezembro de 1748, a troco de grandes dadivas,

a denominação de rei *fidelissimo* para si e para os seus descendentes, considerando assim como a maior gloria da sua raça o ter sido sempre fiel á Santa Sé. As prodigalidades d'este monarcha eram extraordinarias; enriqueceu os conventos, deu dinheiro illimitado aos fidalgos; nos ultimos annos da sua vida mandou resar para cima de 700:000 missas; por uma imagem que o papa benzeu, de prata dourada, deu 120:000 cruzados; para Jerusalem mandou 1:377 cruzados; fundou o convento do Louriçal dotando-o com 6:000 cruzados, e deu-lhe muitas alfaias e pratas; creou dois bispados no Brazil; mandou para differentes egrejas do estrangeiro alfaias e adornos de incalculavel valor; em indulgencias e canonisações enviou para Roma perto de 188 milhões de cruzados; na missão que foi a Roma assistir a um conclave gastou-se para cima de dois milhões de cruzados; ao nuncio Bichi, quando se retirou de Lisboa, mandou dar-lhe 1:000 moedas para ajuda da viagem; ao cardeal Oddi deu-lhe uma caixa de brilhantes no valor de 20:000 cruzados, etc. Apezar da sua exaggerada devoção, não tinha escrupulo em profanar a clausura das virgens do Senhor, o que lhe adquiriu o titulo de *rei freiratico*, transformando, por exemplo o convento de Odivellas, sustentando escandalosamente os seus amores com a madre Paula, freira sua predilecta. O que bastante illustra este reinado foi a edificação do Aqueducto das Aguas Livres, melhoramento de grande importancia (V. *Aguas Livres, aqueducto das*), e a fundação da Academia Real da Historia Portugueza, pelo decreto de 8 de dezembro de 1720. Esta Academia tinha por fim escrever a historia ecclesiastica d'estes reinos, e depois tudo o que pertencesse á historia d'elles e de suas conquistas (V. *Academia Real da Historia Portugueza*). Tambem n'este reinado se deu muita attenção aos estudos de cirurgia; em 1715 foi impressa a traducção da *Cirurgia de Le Clerc*; em abril de 1731 estabeleceu se no hospital real de Todos os Santos uma escola cirurgica, dando as lições Isaac Eliot com cirurgiões de partido, aos quaes el-rei assignou o vencimento de um tostão por dia. No Porto estabeleceu-se em 1746 a Academia Cirurgica Prototypo Lusitanica Portuense (V. *este nome*), cujos estatutos fôram approvados por D. João V. Na *Historia dos Estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos*, de José Silvestre Ribeiro, vol. I, pag 174 e seguintes, encontram-se noticias circumstanciadas ácêrca d'esta academia. D. João V tinha constante desvelo em favorecer os autores pobres, habilitando-os a publicar os seus escriptos, que sem a protecção do monarcha, ficariam por imprimir. Se alguma obra lhe era indicada como excellente, e já rara, não hesitava em a mandar reimprimir. Foi assim que se publicou a *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, por D. Antonio Caetano de Sousa; *O Vocabulario portuguez e latino* de Bluteau; o *Corpus poetarum lusitanorum*, do padre Antonio dos Reis, e outras muitas obras. Reuniu, com grande dispendio, uma rica livraria no seu palacio, bem como numerosos e interessantes objectos de estudo. D. Antonio Caetano de Sousa dá curiosas noticias a este respeito: «Assim tem, diz elle, uma numerosa e admiravel livraria, que se vêem as edições mais raras, grande numero de manuscriptos, instrumentos mathematicos, admiraveis relogios, e muitas outras cousas raras que occcupam muitas casas e gabinetes. Não havia no Paço mais que um pequeno resto da Livraria antiga da Serenissima Casa de Bragança: El-rei o fez collocar em esta Real bibliotheca, que se compõe de muitos mil volumes, que quasi não cabem no grande edificio chamado o Forte.» Determinou ao seu enviado junto á Santa Sé, Manuel Pereira de Sampaio, que formasse uma collecção de tudo quanto pudesse descobrir nas bibliothecas da Curia Romana, que dissesse respeito á historia do reino. Do cumprimento d'esta ordem proveiu talvez a collecção que tem o titulo de *Symmicta Lusitanica*, que existe na Bibliotheca Real d'Ajuda, excedente a 200 volumes. A Sebastião José de Carvalho, quando foi ministro plenipotenciario na Gran-Bretanha, ordenou que reunisse uma collecção de biblias hebraicas, e de tudo quanto pertencesse a seus ritos, leis, costumes e policia, em qualquer das linguas vivas. Aquella preciosa collecção chegou a Lisboa no anno de 1743. Por este tempo foi Martim de Mendonça nomeado bibliothecario d'el-rei. e adiantou este ramo de erudição, mandando vir obras da mesma natureza na lingua original, em que era muito versado. Para augmentar a Bibliotheca Real sustentou o soberano muitos amanuenses fóra do paiz por alguns annos. Para o mesmo fim fez comprar diversas collecções de livros, tiveram ordem os livreiros Gendeon e Reycend de mandar vir os que pudessem alcançar. D'estes livros repartiu el-rei com as bibliothecas das Necessidades e de Mafra, por sua ordem se abriram n'esta ultima casa, em janeiro de 1731, escolas publicas, com sete cadeiras. Em outubro d'este mesmo anno chamar a Lisboa Martim de Pina de Proença, para formar o catalogo da livraria real, na occasião em que tinham chegado 20:000 volumes. A Universidade de Coimbra não possuia uma casa competente para accommodação d'uma livraria. O reitor Nuno da Silva Telles solicitou e obteve do soberano a permissão de construir um bom edificio. A provisão régia, que deu esta licença, tem a data de de 31 de outubro de 1716. A casa da livraria veiu a concluir-se, sendo reitor Francisco Carneiro de Figueirôa. D. João V, tambem elevou a 100$000 réis annuaes a verba de 40$000 réis, que a Universidade tinha para a compra de livros. Promoveu os estudos militares, mandando traduzir e imprimir algumas obras de fortificação e artilharia; assistindo a actos solemnes dos exames de taes disciplinas, e decretando em 24 de dezembro de 1732, que, além da Academia Militar estabelecida na côrte, e a da praça de Vianna do Minho, se estabelecessem outras academias militares: uma na praça de Elvas e outra na de Almeida. Em 1713 já o monarcha havia mandado traduzir e imprimir a *Fortificação Moderna*, de Pfeffinger. Foi protector e academico, com o titulo de *Pastor Albano*, da *Academia dos Arcades*, de Roma, e ali comprou um sitio em que se estabeleceu a Academia, para se realisarem as suas assembléas Sobre a porta do edificio está collocada uma inscripção latina. Esta Arcadia fôra fundada em 1690 por alguns poetas celebres. Mandando D João V vir par a sua egreja patriarchal musicos e cantores italianos, começou em Portugal a influencia da musica italiana.

As solemnidades que se realisavam n'aquelle sumptuoso templo, eram imponentes, executadas por um côro de 70 cantores, muitos d'elles escolhidos entre os melhores que se podia encontrar em Italia, dirigidos pelos professores Scarlatti, João Jorge, Jomelli e David Peres, os mais eminentes mestres então conhecidos no referido paiz. D. João V tambem mandou vir de Roma cantochanistas e liturgistas, enviando para aquella cidade a estudar alguns pensionistas. De todos os livros do côro usados no Vaticano, mandou tirar copias para servirem na sua real capella, em observancia rigorosa do uso e ritual pontificio. D. João V tambem prezava a musica profana. Os saraus do Paço eram frequentemente entretidos com peças theatraes ornadas de musica. As mais antigas representações n'este genero, de que ha noticias, são as festas realisadas em 1711, 1712 e 1713 nos dias dos annos do rei e da rainha. Em 1733 um violinista italiano ao serviço do Paço, Alexandre Paghetti, obteve privilegio para dar representações publicas de operas no theatro armado junto ao convento da Trindade, em que se cantaram algumas operas nos annos de 1737 e 1738. No theatro da Rua dos Condes tambem se cantaram em 1738, 1739 e 1740. D. João V mandou construir um theatro no palacio de Belem, que tinha comprado em 1726 ao conde de Aveiras, e foi este o primeiro theatro regio especialmente construido para esse fim, inaugurando-se a 4 de novembro de 1739, o monarcha instituiu um seminario destinado ao ensino especial da musica, organisado á similhança do de Villa Viçosa, e cujas despezas eram pagas pelas rendas da Capella Real. Tem a data de 9 de abril de 1713 o decreto que fundou este novo seminario de musica, o qual começou logo a funccionar no antigo paço dos arcebispos; pouco depois, para ter mais largueza, foi transferido para o convento de S. Francisco. Em 1729, D. João V casou seu filho, o principe D. José, com a princeza hespanhola D. Marianna Victoria, e sua filha, D. Maria Barbara, com o principe das Asturias, D. Fernando, que depois foi Fernando VI, rei de Hespanha. A troca das duas princezas effeituou-se na presença dos dois soberanos das duas côrtes, n'um pavilhão que se ergueu na ponte sobre o rio Caia, exactamente na fronteira dos dois estados, fazendo-se tudo com extraordinaria pompa. Em 1742 foi o monarcha attingido pelo primeiro ataque de paralysia. Reconhecendo o seu estado melindroso, dedicou-se a Deus, temendo a morte que o esperava. Os frades estimulavam-lhe o fervor religioso, e os physicos lhe aconselhavam o emprego das aguas das Caldas da Rainha. D. João V utilisou effectivamente estas aguas, acompanhando o tratamento com exercicios devotos e muitas rezas. Fez treze jornadas ás Caldas, seguido de frades e de freiras. Em 1747 ordenou que o hospital fôsse refundido, ficando as obras concluidas em 1750. Em julho d'este anno peorou consideravelmente, e foi sacramentado. Os frades fôram chamados, recitaram-se psalmos e jaculatorias, e o nuncio veiu administrar lhe o sacramento da extrema uncção. O rei expirou pouco depois, tendo a seu lado a rainha, o principe D. José, os infantes D. Pedro e D. Antonio, o cardeal da Cunha e os medicos da côrte. Assim terminou o rei D. João V, deixando pobre o paiz pelas suas prodigalidades e desperdicios. Deixou tambem tres filhos bastardos, D. Antonio, D. Gaspar e D. José, conhecidos pelos *Meninos de Palhavã*. Acêrca d'este monarcha escreveu Rebello da Silva o interessante romance *A Mocidade de D. João V*. Das amantes fala-se nos seguintes livros: *A Caveira da martyr*, de Camillo Castello Branco; *O mosteiro de Odivellas*, de Borges de Figueiredo; *As minhas queridas freirinhas de Odivellas*, de Bernardes Branco; *As amantes de D. João V*, de Alberto Pimentel; *A Madre Paula*, de Rocha Martins. O sr. Arthur Lobo d'Avila publicou recentemente no *Diario de Noticias* um novo romance historico, com o titulo de *O Rei magnifico*.

João VI, *O Clemente*. 27.º rei de Portugal. N. em Lisboa a 13 de maio de 1767, onde tambem fal. a 10 de março de 1826. Era filho segundo da rainha D. Maria I, e de seu marido e tio D. Pedro III. A 8 de maio de 1785 casou com a princeza hespanhola, D. Carlota Joaquina de Bourbon, filha de Carlos IV e da rainha D. Maria Luiza Thereza de Bourbon. Em 1788 foi declarado herdeiro do throno, por ter fallecido seu irmão primogenito, o principe D. José. Tendo enlouquecido a rainha sua mãe, teve de assumir a regencia do reino no dia 1 de fevereiro de 1792. D. João estava habituado a entregar-se á caça e a percorrer os conventos, muito despreoccupado dos negocios publicos, que se lhe tornavam indifferentes, bem longe de pensar que seria cedo nomeado regente do reino, e mais tarde acclamado rei. Além d'isso, o paiz encontrava-se n'uma situação deploravel. Por occasião da morte de Luiz XVI em 1793, Portugal entrou na liga com a Inglaterra e a Hespanha contra a Republica Franceza. Uma divisão portugueza combatia no Roussillon ao lado dos hespanhoes, tornando se muito distincta, mas apezar d'isso, a Hespanha resolveu fazer a paz com a Republica Franceza, abandonando Portugal. A situação do nosso paiz ficou deveras embaraçosa. Sem o auxilio da Hespanha, despresados pela Inglaterra, prejudicados gravemente no commercio pelos corsarios francezes, resolveu o governo portuguez solicitar da Republica Franceza a paz, que bem precisa se tornava n'estas difficeis circumstancias, mas o Directorio republicano não estava disposto a concedel-a, e só mais tarde é que propoz um tratado de paz, que não era muito desvantajoso para Portugal, mas o governo portuguez não quiz ratifical-o, para não ser desagradavel á Inglaterra. A França irritou-se, e Bonaparte, que se indignara muito com a presença d'uma esquadra portugueza no Mediterraneo, auxiliando a de Nelson, quando subiu ao poder como primeiro consul, fez com que a côrte de Madrid declarasse guerra a Portugal, em 1801. As tropas d'aquellas duas nações, commandadas pelo Principe da Paz, D. Manuel Godoy, atacaram Portugal, tomaram Olivença, e entraram no Alemtejo. O nosso exercito achava-se n'um estado miseravel, e não podendo resistir, teve o governo de acceder a um tratado de paz humilhante, feita em Badajoz, que tem a data de 6 de junho do referido anno de 1801, sendo ratificado pelo governo portuguez no dia 14, e pela Hespanha em 21 do citado mez e anno. Desde então perdeu a Europa toda a consideração pelo nosso paiz; o embaixador de França, o

general Lannes, tratava o governo portuguez com o maximo desdem, e Napoleão, que subira ao throno da França com o titulo de imperador, convencendo-se que não conseguiria nunca que o principe regente de Portugal cedesse francamente ao denominado *Systema continental*, fechando os portos ás embarcações inglezas, tomou o partido de riscar este reino da carta politica da Europa, e fez um tratado com a Hespanha, que se assignou em Fontainebleau a 27 de outubro de 1807, que dividia Portugal em tres estados: a *Lusitania do Norte* (Entre o Douro e Minho) devia pertencer ao Rei d'Etruria; o *Alemtejo* com os *Algarves* ao Principe da Paz, valido de Carlos IV, que tomaria o titulo de *rei dos Algarves;* o terceiro estado ficaria no poder da França até á paz geral. *Reino da Etruria* era o nome que teve por algum tempo o grão-ducado da Toscana, quando em 1801 foi tirado á casa da Austria e erigido em reino a favor de Luiz, principe hereditario de Parma. Por morte d'este principe em 1803, passou a ser governado por Maria Luiza, filha de Carlos IV, de Hespanha. Este reino desappareceu no fim do anno de 1807, em consequencia d'um tratado com a Hespanha, ficando incorporado na França, e reappareceu como grão-ducado da Toscana em 1809. Para a execução do tratado de Fontainebleau, Napoleão mandou marchar para Lisboa com a maior rapidez um exercito commandado pelo general Junot. O exercito passou a Bidassôa a 18 de outubro de 1807, atravessou em pleno inverno as serranias hespanholas, soffrendo privações de toda a qualidade, e chegou á fronteira portugueza em 20 de novembro já em condições detestaveis. O inverno era desabrido; não havia estradas, parecia impossivel que um exercito pudesse atravessar a Beira em semelhantes condições. Pois atravessou sem encontrar resistencia alguma. Junot entrou em Abrantes no dia 24 á frente de 4:000 ou 5:000 homens, descalços, famintos, estropiadas. No dia 25 saiu de Abrantes com uns 4:000 homens que a muito custo conseguira apurar d'um dia para o outro. Encontrou muitas difficuldades para passar o rio Zezere, para atravessar os campos da Gollegã inundados; entrou em Santarem no dia 28 com o seu estado maior incompleto, com um regimento de granadeiros e 70 soldados de linha. N'esse mesmo dia marchou para Lisboa, e a pequena distancia d'esta cidade encontrou um destacamento de cavallaria portugueza. Uma carga dos nossos cavallos bastaria para dispersar essa turba fatigada, que se arrastava a custo pelas estradas, mas os soldados tinham ordem de receber os francezes como amigos, e não havia quem os commandasse. No dia 30 de novembro, finalmente, entrou Junot em Lisboa com dois regimentos compostos de soldados pallidos, fracos, com o uniforme rasgado, e as espingardas arruinadas. A familia real portugueza, a côrte e muitos dos seus vassalos que quizeram acompanhal-a, embarcaram para o Rio de Janeiro debaixo da protecção d'uma esquadra ingleza, a 29 de novembro. Portugal ficou entregue a uma regencia. Junot declarou logo á sua entrada em Lisboa, que em nome de Napoleão a familia de Bragança deixara de reinar; e na qualidade de governador de Portugal nomeou um conselho de governo, de que fizeram parte alguns portuguezes, para substituir a regencia, que o rei nomeara. O povo, abandonado pelos seus principes, mas impaciente com soffrer o jugo estrangeiro, indignado pelas exigencias dos francezes, pelas affrontas feitas por Junot á bandeira portugueza, pela violencia que praticára expedindo para França o nosso exercito, reduzido a um pequeno corpo, que tomou o nome de *Legião portugueza*, que foi obrigada a militar no exercito de Napoleão, o povo ergueu-se indignado no Porto em 1808, propagou-se a revolução nas provincias do norte, e rebentou depois no Algarve. Junot reprimiu-a cruelmente, e os seus subalternos Loison, Margaron, Thomiéres e Kellermann, em Evora, Leiria, Nazareth e Beja, praticaram verdadeiras atrocidades, mas entretanto a Inglaterra, que procurava no continente um porto onde fizesse desembarcar tropas para combater Napoleão, aproveitou a insurreição portugueza. O general Arthur Wellesley, depois duque de Wellington, desembarcou com o seu exercito a 6 de agosto de 1808 na bahia de Lagos, derrotou os francezes nas acções da Roliça e de Vimeiro, dadas n'esse mez, e Junot, vendo a impossibilidade de sustentar-se em Portugal, foi obrigado a capitular, propondo a celebre *Convenção de Cintra*, que assignou em 30 de agosto o general Dalrymple, que tinha succedido a Wellesley no commando, para a total evacuação de Portugal pelo exercito francez, e a 15 de setembro seguinte arvorou-se em Lisboa a bandeira portugueza. Assim terminou a primeira invasão franceza. As condições da Convenção, em que não figuraram portuguezes, foi reprovada, tanto em Portugal, como em Inglaterra. Bernardim Freire e o conde de Castro Marim fôram os primeiros a protestar; em Londres, os jornaes occuparam-se largamente do assumpto, que foi tambem discutido no parlamento; o governo britanico mandou metter em processo o general que a assignou. A Hespanha, a que Napoleão quizera impôr para rei seu irmão José, depois de ter arrancado em Bayona a Carlos IV e a seu filho D. Fernando uma abdicação forçada, revoltara-se contra os francezes. As tropas inglezas, commandadas por John Moore, pretenderam passar de Portugal a Hespanha, mas fôram derrotadas na Corunha pelo general Soult no principio do anno de 1809, sendo obrigadas a embarcar, descobrindo a fronteira portugueza, que o general Soult invadiu pela provincia do Minho em março de 1809 com um numeroso exercito. A cidade do Porto foi tomada no dia 29 d'esse mez. Soult, afagando vagas idéas de uma realeza portugueza, não proseguiu na sua marcha, o que permittiu que a regencia de Portugal désse o commando do nosso exercito, para o disciplinar e instruir, ao general inglez Beresford. O exercito anglo-luso marchou para o norte ás ordens do general Wellesley, e a 29 de maio recuperou a cidade do Porto, perseguindo os francezes até á fronteira do norte, e obrigaria o general Soult a capitular, se elle se não esquivasse para a Galliza n'uma retirada habilissima. Descendo ao sul, Wellesley entrou em Hespanha, deu a batalha de Talavera, e retirou para Portugal, conservando-se o exercito portuguez em observação. Em 1810 houve a terceira invasão franceza, sendo o exercito commandado pelo general Massena. Depois de tomar Almeida,

marchou para Lisboa, e atacou a 27 de setembro o exercito anglo-luso postado nas alturas do Bussaco; foi repellido com perdas graves, mas no dia seguinte pôde tomar a posição, o que obrigou o general inglez a retirar-se precipitadamente para cobrir Lisboa Masseua avançou, devastando tudo pelo caminho, mas esbarrou na frente das linhas de Torres Vedras, em que ficou vencido. Até 1814 deram-se differentes batalhas em que os francezes fôram sempre derrotados, até que afinal Massena abandonou Portugal, terminando assim a guerra da Peninsula. A Legião Portugueza, que fôra a França combater ás ordens de Napoleão, regressou a Portugal. No entretanto, a familia real e a côrte conservavam-se no Brazil. O principe D. João dirigira os negocios do reino, mas despachou sempre em nome da rainha, sua mãe, até 14 de julho de 1799, em que perdidas completamente as esperanças do restabelecimento da infeliz enlouquecida, assumiu officialmente a regencia. Em 16 de março de 1816 falleceu D. Maria I, e D. João VI começou a reinar como soberano no dia 20, sendo acclamado e coroado rei do Reino Unido de Portugal, Brazil, a 6 de fevereiro de 1818. Na vida domestica o monarcha era muito infeliz. A rainha D. Carlota Joaquina, além do seu procedimento escandaloso, não se cançava de levantar obstaculos de todo o genero em Portugal conspirando contra o rei, correndo até o boato de que pretendera envenenal-o, na America, procurando formar um reino para si com uma parte das colonias hespanholas. O Brazil havia acolhido com enthusiasmo a familia real, cuja residencia ia transformal-o de colonia em metropole. Por isso tambem escapou ao contagio da revolução, e nem pensou em reclamar a sua independencia. Mas, ao terminar a guerra da peninsula, tendo D. João VI continuado a demorar-se na America, Portugal começou a inquietar-se e a indignar-se, tanto mais que o general Beresford, que ficara em Portugal commandando o nosso exercito, com muitos officiaes inglezes a commandarem os nossos regimentos, governava mais do que a regencia, o que sobremaneira exaltava o animo do povo, pouco soffredor do jugo estrangeiro. Além d'isso, aqui, como em toda a Europa, começavam a fermentar as idéas liberaes espalhadas pela revolução franceza. Em 1817 tramou-se uma conspiração promovida em parte pelas idéas liberaes, em parte pela indignação contra o estado de colonia a que Portugal estava reduzido. Essa conspiração foi afogada cruelmente pela morte de Gomes Freire de Andrade e das victimas do Campo de Sant'Anna. No Brazil tambem fermentavam n'algumas provincias as idéas republicanas e as de autonomia americana. A revolução que rebentou em Pernambuco, em 1817, foi promptamente suffocada. Em 24 de agosto de 1820 deu-se uma revolução no Porto, com o fim de dar ao paiz um governo constitucional, e em 15 de setembro formou-se um governo provisorio, mas apenas se reuniram as côrtes geraes constituintes, foi substituido por um governo executivo, com o titulo de Regencia, durante a ausencia de el-rei. O congresso encarregou uma commissão escolhida, entre os seus membros, de estabelecer as bases da Constituição. O conde de Palmella, D. Pedro de Sousa Holstein, mais tarde marquez e duque do mesmo titulo, era ministro dos estrangeiros, para que fôra nomeado em 1817; vindo a Lisboa, onde teve de se demorar por causa dos seus negocios domesticos, assistiu á revolução de 1820. Julgara o illustre diplomata poder encaminhar o movimento do Porto, por fórma a produzir em Portugal um governo constitucional, á imitação do de Inglaterra. Era, porém, tarde, e o movimento iniciado no Porto, desenvolvendo-se com rapidez, não permittiu que fôssem postos em pratica os seus planos prudentes e patrioticos. Partiu então para o Rio de Janeiro em outubro de 1820, com o intuito firme de persuadir D. João VI a que acceitasse o regimen constitucional e evitasse por esta fórma as gravissimas difficuldades que se apresentavam a todo o observador sincero e esclarecido. No Rio de Janeiro encontrou mais contradicções do que esperava. A côrte não acre-

D. João VI

ditava na gravidade das circumstancias, nem se mostrava receosa da opinião publica no Brazil, mas depressa se desenganou com as noticias chegadas de Portugal e a sublevação da Bahia. Só então é que D. João VI, acceitando os conselhos de Palmella, se determinou a mandar a Portugal o principe D. Pedro, para outhorgar a base d'uma constituição, e a convocar no Rio de Janeiro uma assembléa de notaveis, de todas as provincias, para se assentar na fórma de governo, que se havia de dar ao Brazil. O principe, porém, recusou-se a partir, por conselho de maus conselheiros, e por andar secretamente connivente nas intrigas que se armavam para se conseguir a independencia do Brazil. N'estas circumstancias, D. João VI foi forçado a regressar a Portugal. Deixou no Brazil como seu logar-tenente o principe D. Pedro, e embarcando com o resto da familia real para a Europa, entrou no

Tejo a 3 de julho de 1821. Feita a Constituição, foi jurada pelo soberano no dia 1.º de outubro de 1822. No Brazil, no dia 7 de setembro do mesmo anno de 1822, D. Pedro, no conflicto que se erguera entre o Brazil e as côrtes portuguezas onde os deputados brazileiros tinham sido até ali acolhidos d'um modo hostil, optava pelo Brazil, e a independencia brazileira ficou de facto proclamada, tomando o principe real D. Pedro o titulo de imperador. Assim ficou constituido o imperio do Brazil. O monarcha reconheceu com bastante magua aquella independencia, pelo decreto de 29 de agosto de 1825, reservando para si o tratamento de *imperador titular do Brazil*, e desde então, todos os diplomas se passavam em nome *Sua Magestade o Imperador e Rei*. D. João VI exercia as suas funcções de rei constitucional, ao passo que a rainha D. Carlota Joaquina continuava a levantar-lhe obstaculos, manifestando um odio entranhado ás instituições constitucionaes, contra as quaes conspirou. Esta fórma de governo prevaleceu até ao anno de 1823, em que se formou uma insurreição, tendo á frente o infante D. Miguel, filho predilecto da rainha. A contra-revolução rebentou em Lisboa no dia 27 de maio; o infante D. Miguel foi para Villa Franca, e ali se lhe reuniu o regimento de infantaria nº 23, e acclamou-se em Villa Franca o absolutismo. Esta contra-revolução ficou conhecida pelo nome de *Villafrancada (V. este nome)*. O infante e a rainha queriam ir mais adeante e alcançar a abdicação do rei, que, fiel ao seu juramento, queria manter a Constituição, apezar das numerosas adhesões que a causa do absolutismo continuava a receber em Villa Franca, mas a revolta do regimento de infantaria n.º 18, que, reunido com magotes de povo, foi ao paço da Bemposta acclamar o rei absoluto, decidiu D. João VI a tomar a direcção de movimento absolutista, e partindo para Villa Franca, voltou d'ali em triumpho a Lisboa, acompanhado de muitos fidalgos enthusiasmados pela reacção. As côrtes dispersaram-se, depois de protestarem contra quaesquer alterações que se fizessem na Constituição, o regimen absoluto ficou restabelecido novamente em Portugal. No entretanto D. Carlota Joaquina e o infante D. Miguel continuavam nas suas intrigas. Nos fins do anno de 1823 a policia descobriu uma conspiração planeada pela rainha e o infante seu filho, que fôra nomeado commandante em chefe do exercito, para forçar D. João VI a uma abdicação. Prevenidas a tempo as autoridades, ficou mallograda a conspiração, que poucos mezes depois de novo se animou. Os motivos de queixa allegados pelos partidarios da rainha contra o rei era a demasiada benevolencia que elle mostrava com os liberaes, e a promessa que lhes fizera, e parecia desejar cumprir, de outhorgar uma constituição no reino. A 28 do fevereiro de 1824 foi assassinado o marquez de Loulé em Salvaterra, crime que a voz publica attribuiu ao infante D. Miguel ou aos seus apaniguados, e que veiu revelar como o partido miguelista se queria livrar dos homens mais affectos ao rei, e que poderiam aconselhal-o bem ou defendel-o em criticas circumstancias. A 30 de abril de 1824, D. Miguel, como commandante em chefe do exercito, chamava as tropas ás armas, prendia diversos ministros e personagens importantes, conservava seu pae guardado á vista e incommunicavel no paço da Bemposta, e proclamava ao povo, dizendo-lhe que uma conspiração de pedreiros livres tramava o assassinio do rei, e que elle infante se erguera para o proteger; o que elle tentava, porém, era obrigar seu pae a abdicar, quando o corpo diplomatico, tendo á sua frente o ministro de França Hyde de Neuville, entrou no Paço, obrigando as sentinellas que tinham ordens em contrario a deixarem-n'o passar, protestando todos os ministros contra qualquer violação á autoridade real. Isto obrigou a rainha e o infante a serem mais moderados. Ficou conhecida esta revolta pela designação de *Abrilada* (*V. este nome)*. El-rei, no dia 9 de maio, por conselho dos embaixadores da França e da Inglaterra, simulou um passeio a Caxias, e foi recolher-se a bordo da nau *Windsor-Castle* Mandou então chamar o filho, reprehendeu-o asperamente, demittiu-o do seu cargo de commandante em chefe do exercito, e exilou-o para o estrangeiro. No dia 14 do referido mez voltou para o paço da Bemposta, restabeleceu o ministerio, mostrando-se muito benevolente para com os revoltosos da Abrilada. A policia descobriu nova conspiração, que devia rebentar no dia 26 de outubro do mesmo anno de 1824. Tomaram-se então algumas medidas energicas, e D. Carlota Joaquina foi presa para Queluz. Todos estes desgostos, e o pezar que lhe causou o vêr-se obrigado a reconhecer a independencia do Brazil, lhe alteraram a saude, abreviando lhe a morte. Antes de fallecer, nomeou uma Junta de Regencia, pelo decreto de 6 de março de 1826, a qual seria presidida por sua filha, a infanta D. Izabel Maria, e composta do cardeal patriarcha, duque de Cadaval, marquez de Vallada, conde dos Arcos e 6 ministros de Estado. D. João VI animou as letras, as artes, o commercio e a agricultura; fundou alguns estabelecimentos, em que se conta o *Instituto dos Surdos-Mudos e Cegos*. Do seu matrimonio, houve os seguintes filhos: D. Maria Thereza, casada em primeiras nupcias com o infante de Hespanha D. Pedro Carlos de Bourbon, e pela segunda vez com D. Carlos Maria Isidoro, tambem infante de Hespanha e seu cunhado; D. Antonio, principe da Beira, que falleceu com 6 annos, em 1801; D. Maria Izabel, que casou com o rei de Hespanha, Fernando VII; D. Pedro IV; D. Maria Francisca d'Assis, casada com o principe de Hespanha, já citado, D. Carlos Maria Isidoro, o qual por morte d'esta sua primeira mulher, passou a segundas nupcias com sua cunhada, a infanta D. Maria Thereza; D. Izabel Maria, que se conservou solteira, e foi regente do reino; o infante D. Miguel; D. Maria d'Assumpção, que tambem falleceu solteira; D. Anna de Jesus Maria, que casou com o marquez de Loulé, Nuno José de Mendóça Barreto. D. João VI foi o 8.º principe da Beira e do Brazil, o 21.º duque de Bragança, 18.º de Guimarães, 16.º de Barcellos, 20.º marquez de Villa Viçosa, 24.º conde de Arraiollos; 22.º conde de Ourem e de Barcellos, de Faria e de Neiva; grão-prior do Crato e senhor da Casa do Infantado; grão-mestre das ordens militares de Christo, Aviz, S. Thiago da Espada, da Torre e Espada, restaurada em maio de 1808, á qual deu nova fórma e regulamento pela lei de 29 de novembro do mesmo anno, ampliado pelo alvará de

5 de julho de 1809; da ordem de S. João de Jerusalem, e grão-prior em Portugal; gran-cruz da ordem de N. S.ª da Conceição, que elle instituiu a 6 de fevereiro de 1818; cavalleiro da ordem do Tosão de Ouro, e gran-cruz das ordens de Carlos III, S. Fernando e Izabel a Catholica, em Hespanha; do Santo Espirito, S. Luiz, S. Miguel e da Legião de Houra, em França; de Leopoldo da Austria, e de Santo Estevão da Hungria, da Corôa de Ferro, de Italia; das de S. André, S. Alexandre Newscky e de Sant'Anna da Russia, cavalleiro da ordem da Jarreteira em Inglaterra; gran-cruz da do Elephante, de Dinamarca; do Leão Neerlandez, dos Paizes Baixos; da Aguia Negra, na Prussia. Serviu de condestavel no acto da acclamação de sua mãe, a rainha D. Maria I.

João *(D.)*. Terceiro filho de el-rei D. Affonso Henriques. Falleceu creança.

João *(D.)*. Filho de el rei D. Affonso IV; nasceu em 1 26 e fal. em 1327. Foi sepultado em Odivellas.

João *(D.)* Infante, filho de D Pedro I e de D. Ignez de Castro, dado por filho legitimo, quando seu pae, depois da morte de D. Ignez de Castro, declarou que fôra com ella casado. D. João viveu muito estimado na côrte de el rei D. Fernando I, em que se tornou muito distincto. Era de boa presença, muito liberal, popular, o melhor cavalleiro das Hespanhas; grande caçador e afamado em proezas de monte, os golpes de ascima que vibrava aos javalis, a destreza com que se batia corpo a corpo com enormes féras, faziam as delicias dos serões campestres, contados pelos monteiros que tinham presenciado as façanhas, ou que as sabiam de tradição. Dedicava grande amizade a seu irmão, D. João, o Mestre de Aviz. Eram ambos muito destros em equitação e no jogo das armas, mas uos caracteres é que muito se differençavam. O Mestre de Aviz era franco e generoso; D. João, hypocrita, dissimulado e muito ambicioso, não recuando deante de cousa alguma para satisfazer a sua ambição. Apaixonou-se por D. Maria Telles, irmã da rainha D. Leonor Telles, viuva d'um fidalgo chamado Alvaro de Sousa, com quem casara ainda muito nova, e de quem tivera um filho, Lopo Dias de Sousa, que foi depois mestre da ordem de Christo. Apezar de viuva, ainda conservava uma formosura provocadora, que despertou ao infante D. João ardentes desejos de a possuir. Conta Fernão Lopes que D. Maria Telles lhe acceitara a côrte pretendendo casar com elle e lhe permittira uma entrevista nos seus aposentos; mas depois, quando o infante D. João, ebrio de desejos a queria possuir á força, ella não quiz ceder. dizendo que só depois de casada lhe pertenceria. D Maria Telles havia prevenido um padre, que estava ali occulto, e que apparecendo promptamente procedeu á cerimonia. O casamento conservou se secreto durante algum tempo, tornando-se depois do dominio publico. D. Leonor Telles ficou furiosa ao saber esta noticia, considerando que o infante D. João era muito popular, e receando que por morte d'el-rei D. Fernando, o povo quizesse eleval o ao throno, como filho de D. Pedro e de D. Ignez de Castro, ficando d'esta fórma rainha de Portugal sua irmã, em quanto que ella teria talvez de sair da côrte, fugindo á colera do povo, que tanto a odiava. Comtudo, a astuciosa rainha logo imaginou um plano maldito que, livrando-a de todos os receios que lhe podia inspirar a ambição de D. Maria Telles, lançaria tambem sobre o infante um odioso a que a sua popularidade não resistiria. Conhecia bem o caracter de D. João, que não recuaria deante do crime mais abjecto, se visse n'elle um degrau para subir ao throno. Tudo isso adivinhára ella, quando na occasião do seu casamento com D. Fernando lhe estendera sorrindo a mão que elle graciosamente beijara, ao passo que o irmão D. Diniz *(V. este nome)* se recusara altivamente, partindo depois para Hespanha. Da perfidia, que premeditára, foi instrumento D. João Affonso Tello, que ella encarregou de insinuar a D. João da utilidade do paiz em que se realizasse o seu casamento com D. Beatriz, filha de D. Fernando, que estava promettida a um principe castelhano, o que era desagradavel ao povo, e na realidade mettia pena que elle já fôsse casado Este pensamento penetrou no espirito do infante, inspirando lhe as mais sinistras idéas. O desejo ardente que sentira por D. Maria Telles, já de ha muito se desvanecera, os sonhos de ambição que acariciava, vendo-se casado com a irmã da rainha, tambem se tinham dissipado, porque logo percebera que, em vez de conquistar o affecto da rainha, não fizera senão incitar-lhe a cólera e o ciume do poder. Por isso começou a pensar que D. Maria Telles era um grande obstaculo, e seria conveniente que morresse, mas para a matar, era preciso um pretexto. D. Leonor Telles, que tudo previra, aplanara-lhe complacentemente o caminho do crime. Alguns homens, conselheiros do infante, que a rainha subornara, disseram ao infante que a mulher o trahia, sem mesmo se cançarem em dizer o nome do homem com quem D. Maria Telles tivesse relações adulteras. Apenas lhe deram esta indicação vaga, considerando a o sufficiente para o excitarem. O infante, que procurava um pretexto, nada mais quiz saber. D. Maria Telles vivia então em Coimbra. D. João para ali se dirigiu, chegando a casa apenas ao amanhecer, acompanhado d'uns homens que o odio de sua cunhada puzera á disposição das suas ambições. Subiu em tumulto as escadarias sobresaltando as creadas que dormiam ainda, e se levantaram estupefactas. Os aposentos de D. Maria Telles ficavam n'uma das torres do paço acastellado. D. João não hesitou, nem esperou, e as portas fôram arrombadas. A pobre senhora, levantou-se espavorida, vendo aquelle grupo de homens e o infante pallido e sombrio. Poucas palavras se trocaram; affectando uma indignação que o cegava, apunhalou a mulher, varando-lhe o coração. Consummado o crime, D. João fugiu, errando pela Beira Na côrte era enorme a indignação, e el-rei D. Fernando, julgando ser agradavel á rainha, prometteu solemnemente vingar aquelle enorme delicto. D. Leonor, porém, perdoou o crime, e D. João regressou á côrte. Quando falou no seu casamento com D. Beatriz, todos mostraram decidida frieza, e a propria rainha o desenganou, dizendo que não pensasse em semelhante cousa Reconhecendo então que fôra victima d'uma cilada, foi para o Douro, seguindo depois para Castella, pois D. Leonor Telles, receando que elle tentasse alguma vingança, não o deixava um momento descançado, com as suas perseguições. O rei Henrique II o chamou para

o paço, dando lhe em casamento sua filha D. Constança. Mais tarde, quando o exercito castelhano invadiu Portugal, D. João combateu, vindo nas suas fileiras, pondo cêrco a Elvas, que não pôde tomar. Quando falleceu o rei D. Fernando, D. João I de Castella mandou o prender por ser elle o principe com mais direitos ao throno de Portugal. Falleceu encerrado n'uma prisão em Salamanca.

João *(D.)*. Infante de Portugal, filho de el-rei D. João I, e de sua mulher, a rainha D. Filippa de Lencastre. N. em Santarem a 13 de janeiro de 1400, fal. em Alcacer do Sal a 18 de outubro de 1422. Foi o 3.º condestavel de Portugal, succedendo a D. Nuno Alvares Pereira; administrador e governador da ordem da Cavallaria de S. Thiago. Ao tempo da tomada de Ceuta, era ainda muito creança, e por isso não pôde acompanhar seu pae, nem seus irmãos mais velhos, ficando com D. Fernando, o irmão mais novo, entregue ao mestre de Aviz D. Fernando Rodrigues de Sequeira, que foi nomeado governador do reino. Tres annos depois dando o segundo e o mais apertado cerco com que os moiros, confiados nos reis de Fez e de Granada, accommetteram aquella praça, foi mandado em seu soccorro com o infante D. Henrique. El-rei o casou em 1424 com D. Izabel sua sobrinha, filha do conde de Barcellos e 1.º duque de Bragança, e da condessa D. Brites Pereira, sua primeira mulher, filha unica do condestavel D. Nuno Alvares Pereira; e confirmou-lhe a doação do Reguengo e logar de Collares, que o mesmo D. Affonso lhe havia feito, por carta passada em Coimbra a 4 de novembro; fazendo-lhe egualmente mercê da quinta e paço de Bellas, com todas as suas terras, direitos, fóros, tributos e egreja, por outra carta, datada de Coimbra a 11 de novembro, ainda de 1421. Do seu matrimonio houve os seguintes filhos: D. Diogo, que lhe succedeu nos bens e dignidades e foi o 4.º condestavel de Portugal; D. Izabel, rainha de Castella, 2.ª mulher de D. João II com quem casou em agosto de 1447, e foi mãe da rainha D. Izabel, mulher de D. Fernando, chamados os reis catholicos; D Brites, que casou tambem em 1447 com seu primo o infante D. Fernando, duque de Vizeu, 5.º filho d'el-rei D. Duarte, e foi mãe d'el-rei D. Manuel; e D Filippa, senhora da villa d'Almada, que ficou solteira. No voto e conselho, que D. Duarte, seu irmão, tomou para a jornada de Tanger, foi de parecer contrario, dissuadindo a com razões tão solidas e bem fundadas que parecia antever o infeliz successo d'aquella expedição. Nas côrtes que o mesmo rei D. Duarte reuniu em Leiria sobre o resgate do infante D. Fernando, sustentou tambem com todo o empenho o partido a favor do mesmo infante, aconselhando entregar-se em todos os modos a cidade de Ceuta, que os moiros pretendiam, o que não se effeituou. D. João era muito affeiçoado a seu irmão D. Pedro, e nas questões que se levantaram no reino durante a menoridade de D. Affonso V, concorreu bastante para que a regencia fôsse confiada ao duque de Coimbra. Foi o infante D. João que, quando a capital se declarou em aberta opposição á rainha viuva de D. Duarte, veiu residir para Lisboa afim de regularizar esse estado de sedição, e foi elle quem propoz nas côrtes a eleição de D. Pedro para unico regente do reino, havendo antes recusado as vantagens que D. Leonor lhe offerecia para o ter do seu lado e separar do partido de D. Pedro.

João *(D.)*. Filho do infante D. Pedro, duque de Coimbra, e de sua mulher, a condessa D. Izabel, filha do conde Urgel. Depois da morte de seu pae na batalha d'Alfarrobeira, acompanhou sua irmã D Beatriz á côrte de sua tia a duqueza de Borgonha. e ali casou com a princeza Carlota, herdeira do reino de Chypre, de que elle foi regente, tendo sido tambem principe de Antiochia. Suppõe-se que morreu envenenado, e foi sepultado em Nicasia n'um tumulo magnifico, denunciando a sua origem portugueza as armas de Portugal.

João *(D.)*. Filho d'el-rei D. Duarte, e que falleceu antes de seu pae ser acclamado rei.

João *(D.)*. Filho primogenito de D. Affonso V, que morreu creança.

João *(D.)*. Infante de Portugal, filho d'el-rei D. João III, e de sua mulher, a rainha D. Catharina. N. em Evora a 3 de junho de 1537, fal. a 2 de janeiro de 1554. Casou em novembro de 1552 com a princeza D. Joanna, filha do imperador Carlos V. Falleceu com pouco mais de 16 annos de edade deixando sua mulher gravida do principe D. Sebastião, que nasceu 16 dias depois da morte de seu pae, e foi depois rei de Portugal. O infante D. João era muito amigo das letras e dos que as cultivavam, que lhe pagaram bem, immortalisando o seu nome como fez Antonio Ferreira, na celebre elegia dirigida a Francisco de Sá Menezes, aio do infante fallecido.

João *(D.)* Filho de D Pedro II. N. em 1688, e fal. com um mez de edade.

João *(D.)* Infante de Portugal, filho da rainha D. Maria II, e de seu marido, el rei D. Fernando; duque de Beja e de Saxe Coburgo-Gotha; gran-cruz e alferes das ordens militares de Christo, Aviz e S. Thiago da Espada; gran-cruz da ordem de N. S.ª da Conceição e da Torre e Espada; coronel do regimento de cavallaria n.º 2, lanceiros da Rainha. N. no Paço das Necessidades, em Lisboa, a 16 de março de 1842, fal. no paço de Belem a 27 de dezembro de 1861. O seu nome completo era: João Maria Fernando Pedro d'Alcantara Miguel Raphael Gonzaga Felix de Bragança e Bourbon. Foi muito estudioso; com os professores que desde os mais teuros annos lhe fôram dados, exercitou-se nas letras, tomando d'ellas o que cumpria á educação d'um principe, a quem a vocação inclinava para o officio das armas. Tendo 8 annos de edade ainda incompletos, assentou praça de simples soldado no regimento de infantaria n.º 16 em 4 de janeiro de 1850, sendo promovido a alferes do mesmo corpo a 19 de maio de 1851. Conservou-se n'este posto durante quatro annos á espera que a edade lhe permittisse o effectivo serviço militar. Em 22 de agosto de 1855 foi elevado ao posto de major para cavallaria n.º 4, e a 15 de abril de 1858 ao de tenente-coronel para o mesmo regimento. Em 1860 teve a promoção de coronel, e foi commandar o regimennto de cavallaria n.º 2, lanceiros da Rainha, em substituição de D. Carlos de Mascarenhas, que fôra promovido a brigadeiro. O infante D. João, dedicando se á vida militar, entendeu desde o primeiro dia do seu commando o officio das armas como verdadeira religião. Causava admiração que um rapaz na edade mais florescente, pois

apenas contava 18 annos, se compenetrasse tanto do seu dever, que apparecesse ainda de madrugada na parada do regimento, principalmente quando havia exercicio de manhã. N'um dia tempestuoso de inverno, um creado lhe notou respeitosamente o quanto lhe poderia ser prejudicial ir a cavallo soffrendo as injurias do tem-

Infante D. João

po desde o paço até Belem, quando, sendo elle quem era, mais commodo seria mandar aprromptar uma carruagem; respondeu o infante gracejando que havia de ir na mesma carruagem em que iam os outros officiaes do seu regimento, e encaminhou-se a trote para o quartel. Foi sempre exemplar no cumprimento dos deveres que lhe prescrevia o commando. Sempre assiduo no serviço, os mais austeros e exemplares observadores da disciplina regimental não poderiam achar pretexto á minima censura nos actos militares do joven militar. Caracter bondoso, soube sempre alliar a extrema observancia dos preceitos militares com a pratica de todas as virtudes christãs. No regimento todos o adoravam, tanto officiaes como soldados. Apezar de não ter uma vocação decidida pelas sciencias, como seu irmão, el-rei D. Pedro V, comtudo folgava no descanço das fadigas militares, entregando-se á cultura das letras. Acompanhava ás noites D. Pedro V ás lições do Curso Superior de Letras, de que era o mais assiduo dos ouvintes. Tambem o acompanhava sempre nas suas excursões scientificas, quando el-rei D. Pedro V visitava o museu nacional. Quando falleceu este monarcha e o infante D. Fernando nos principios de novembro de 1861, achava-se D. João e seu irmão D. Luiz, que depois herdou o throno de Portugal, em Compiégne, onde o imperador Napoleão III se propunha a celebrar a visita dos dois infantes portuguezes. Chegando depois os dois infantes a Lisboa, D. João ainda se apresentou á frente do seu regimento no prestito funebre do chorado monarcha D. Pedro V, mas, infelizmente a fatal doença, que victimara os seus irmãos, tambem o attingiu, e D. João veiu a fallecer em dezembro seguinte, não tendo ainda 20 annos de edade. A sua morte foi muito sentida, e veiu ainda mais exacerbar os animos, já muito exaltados pelos anteriores fallecimentos, que a opinião geral não julgara casuaes. Attribuia-se a envenenamento as successivas mortes, dizendo se que o infante D. Augusto, que tambem fôra atacado, egualmente succumbiria, se não tivesse sido levado para longe do paço das Necessidades, indo tratar-se no Lumiar. O regimento de lanceiros n.º 2, não podendo conformar-se com a morte do seu extremecido commandante, tentou revoltar-se, manifestando-se acremente contra os presumidos envenenadores, e a sua attitude chegou a causar tantos receios d'algum desaguisado que o enterro do infante D. João foi feito de noite, quasi em segredo, sem as honras que lhe eram devidas. Na *Revista Contemporanea* publicou o fallecido escriptor Latino Coelho um extenso artigo ácêrca do infante D. João, acompanhando o seu retrato.

João XX ou XXI. Papa, natural da cidade de Lisboa, nascido na freguezia de S. Julião e fallecido em 16 de maio de 1277. Foi o 187.º na ordem chronologica dos papas Chamava se Pedro Julião, ou *Pedro Hispano*, como elle se chamava nas suas obras. Era filho de Julião Rebello, pessoa nobre e de conhecida familia, como mostra o appellido já por aquelles tempos illustre, e se vê no *Nobiliario* do conde D. Pedro, titulo 68, e de que trata em particular no titulo 42. Exercia a medicina, faculdade então muito estimada n'este reino. Pedro Julião seguiu tambem a profissão de medico, como seu pae, e foi muito douto em Philosophia e nas sciencias mathematicas, como se manifesta das muitas obras e de muita erudição, que deixou escriptas, entre as quaes é especialmente laureado o tratado *Thesaurus pauperum* muitas vezes impresso e traduzido em varias linguas, e outro intitulado *De tuenda valetudine*, que se não imprimiu, e dedicou em Paris á rainha D. Branca, filha de Affonso IX, de Castella, e mulher de Luiz VIII, de França. Segundo Jorge Cardoso, no tom. III do *Agiologio Lusitano*, Pedro Julião estudou na Universidade de Paris, mas D. Rodrigo da Cunha diz que foi na de Montpellier Seguiu o estudo ecclesiastico pela fama dos seus merecimentos, e sem que elle o solicitasse, D. Affonso III lhe deu o priorado da egreja de Santo André, de Mafra, a 20 de julho de 1263, e depois o fez conego e deão da sé de Lisboa, thesoureiro mór na do Porto; arcediago de Vermoim, que era a quinta dignidade na de Braga e D. Prior na collegiada real de Guimarães. Vagando o arcebispado de Braga por morte do arcebispo D. Martinho Geraldes, foi promovido em 1272. No fim do anno seguinte passou a Leão, de França, sendo mandado ao concilio geral, que então se havia publicado para o anno de 1274; n'esse concilio o papa Gregorio X o creou cardeal, bispo Tusculano, dito vulgarmente Frascati, que era um dos sete principaes cardinalatos, em domingo do Espirito Santo do mesmo anno de

1274, conservando-se ainda no arcebispado de Braga até julho ou agosto, em que então foi nomeado para lhe succeder D. Sancho, que assistia no mesmo concilio. Por morte de Adriano V, que fallecera em Viterbo no mez de agosto de 1276 antes de ser sagrado, ficou Pedro Julião eleito papa no conclave dos cardeaes a 13 de setembro com universal approvação, e foi coroado no seguinte dia 20 tomando o nome de João. O novo papa revogou a constituição do conclave, feita no concilio de Leão por Gregorio X, por bulla datada de Viterbo; determinou por outra bulla, que todos, que haviam feito violencia aos cardeaes na sua eleição, comparecessem perante um tribunal de justiça, que de novo creara, e mandou publicar censuras ecclesiasticas contra os que faltassem á justiça d'este tribunal A 7 de outubro do mesmo anno de 1276 lhe mandou Carlos, rei de Sicilia, prestar homenagem pelo seu reino, com as mesmas condições da investidura, que lhe déra Clemente IV, tanto pela ordem da successão, como pela incompatibilidade com o imperio. João XXI provia sempre nos beneficios os que mais se distinguiam por virtudes e letras, que elle tanto amava, que sustentava com abundantes pensões todos os moços applicados em que reconhecia talento e davam esperanças de aproveitar no estado ecclesiastico. Contava pouco mais de oito mezes de pontificado, quando foi victima d'um desastre, em Viterbo, onde então residia a côrte. Entrando só para vêr um quarto do palacio, que mandara ali edificar, e fôra acabado recentemente, o edificio desabou, deixando-o tão mal ferido, que falleceu seis dias depois. Ficou sepultado na egreja cathedral de S. Lourenço, em monumento de pórfiro.

João. Medico do infante D. Pedro, duque de Coimbra; não se conhece o appellido, mas a sua existencia está documentada, como se vê no livro do dr. Sousa Viterbo, *Memoria sobre alguns medicos portuguezes*, etc. a pag. 4, por um relicario de prata dourada, que elle doou á sé de Coimbra, e que contém um pedaço do véo de Nossa Senhora e outro pedaço do Santo Lenho. Dizem-n'o assim as duas inscripções, uma em portuguez e outra em latim, que se lêem n'aquelle objecto artistico religioso. As inscripções veem transcriptas no referido livro. Este relicario, d'uma fórma graciosa, documento interessante para a historia da ourivesaria portugueza no seculo xv, existe ainda no thesouro d'aquella egreja, e figurou na exposição da arte ornamental em Lisboa de 1882, achando-se descripta no respectivo catalogo, sala M, n.º 20.

João *(Christovão)*. Doutor em Direito pontificio pela Universidade de Coimbra, cidade d'onde era natural, e onde falleceu a 17 de fevereiro de 1598. Foi lente da mesma Universidade, sendo provido na cadeira de Clementinas a 15 de fevereiro de 1578, na de Sexto em 27 de março de 1579, de Decreto a 16 de novembro de 1586, e na de Vespera a 30 de de outubro de 1581. Teve a dignidade de conego doutoral da Residencia na cathedral de Coimbra, de que tomou posse a 18 de novembro de 1581. Deixou manuscriptos differentes artigos juridicos.

João *(José Jorge)*. Gravador fallecido em 1835 ou 1836. Foi discipulo do afamado professor Joaquim Carneiro da Silva. Era muito habil em copiar gravuras. Existem d'elle traços gravados das *batalhas de Alexandre o Grande*. Copiou tambem varias gravuras inglezas, de paizagens, e traços dos principios de desenho Os caracteres de impressão era o que elle sabia melhor gravar.

João *(Mestre)*. Bacharel em artes e medicina, physico e cirurgião de el-rei D. Manuel. Acompanhou Pedro Alvares Cabral na viagem em que se descobriu o Brazil, e em 27 de abril de 1500, desembarcando em terra com dois pilotos, fez algumas observações astronomicas, de que deu conta a D. Manuel em carta de Vera Cruz (primeiro nome do Brazil) a 1 de maio do referido anno. A carta está escripta em hespanhol, e acha-se publicada na collecção de *Alguns documentos*, etc. da commissão colombina, pag. 122.

João *(Padre Mestre)*. Bispo de Lamego e de Vizeu. Chamava-se João Vicente, mas era mais conhecido pelo nome de *mestre João*. N. em Lisboa a 2 de março de 1380, fal. em Vizeu a 30 de agosto de 1463. Era filho de Estevão Rodrigues Macieira e de D. Maria Ponce. Desde creança se entregava aos exercicios da religião. Applicou-se ao estudo de varias sciencias, mas na Medicina é que se tornou tão distincto que foi lente de Prima na Universidade, que estava então em Lisboa, e teve a nomeação de physico-mór do reino. Em 1420, a desmoralisação abrangia todas as classes da sociedade, e com especialidade o clero. Em Lisboa existiam tres sacerdotes de grande illustração e virtudes: o dr. João Vicente e Martim Lourenço, doutor em Theologia, lentes na Universidade, e D. Affonso Nogueira, formado *in utroque jure* pela Universidade de Bolonha. Costumavam reunir-se em casa do seu commum amigo Lourenço Annes, prior de S. Julião. Com o intuito de combaterem aquella desmoralisação, resolveram deixar a côrte e ir missionar na aldeia. Fôram primeiramente para os Olivaes, onde o prior os recebeu com muito agrado. Ali se lhes reuniram mais seis presbyteros e começaram a viver em commum, tendo por chefe superior o mestre João. Resavam no coro, prégavam, doutrinavam, confessavam, sustentavam-se de esmolas que pediam, vestiam grosseiro pano pardo, entregando-se á vida mais penitente e austera. O povo adorava-os e vinha de grandes distancias, mesmo de Lisboa, para ouvir as suas prédicas, admirando tanta abnegação, mas o prior dos Olivaes um dia expulsou-os da sua egreja e da sua residencia, por motivos que ficaram desconhecidos. Foi esta a primeira contrariedade que teve esta nascente congregação, que se dissolveu, mas conservaram-se firmes no seu proposito os quatro seguintes: D. Affonso Nogueira, Martim Lourenço, João Rodrigues, e o mestre João, guia e director de todos, que se encaminhou com elles para o Porto. Ali se apresentou ao bispo D. Vasco, seu conhecido, pois já o havia tratado d'uma enfermidade em Lisboa, e o bispo os recolheu na egreja de Campanhã. Proseguiram com a sua antiga vida penitente, alcançando as sympathias do povo, mas o bispo D. Vasco foi transferido para Evora, e o cura de Campanhã não os consentiu mais na sua egreja. Martim Lourenço e D. Affonso Nogueira retiraram-se para as suas casas, mas o mestre João não esmoreceu com esta nova contrariedade. Tendo por companheiro unicamente João Rodrigues,

marchou para Braga, e apresentou-se ao arcebispo D. Fernando da Guerra. Expoz-lhe a sua resolução e as contrariedades que soffrera; o arcebispo attendeu-o, e hospedou-o no seu proprio paço, promettendo-lhe a primeira egreja que vagasse. Cumpriu a sua promessa, pois que vagando a egreja de Villar de Frades, deu-lh'a em 1425. Deixou ali o seu companheiro João Rodrigues, e foi a Lisboa chamar os seus antigos congregados, que de prompto o acompanharam. Renovando os santos exercicios a que se haviam dedicado com tanta abnegação nos Olivaes e em Campanhã, pediam esmolas, prégavam e confessavam pelas terras visinhas, grandes e pequenas, incluindo Barcellos, Guimarães, Braga e Porto. Visitavam as cadeias, confortando os presos, e repartindo com elles o que o povo lhes dava; prégavam nas egrejas, nas praças, nos campos e largos publicos, e o povo corria pressuroso a ouvil-os. Em breve se espalhou a fama dos *bons homens de Villar*, que assim lhes chamava o povo, e era tal o seu prestigio, que as pessoas mais distinctas se lhes curvavam, e dentro em pouco se lhes reuniram presbyteros bem collocados, como o chantre da sé de Braga, os abbades de Calvello, de S. Paio de Midões e de Santa Maria de Goyos, tomando o habito grosseiro dos *bons homens de Villar*, e renunciando n'elles as suas abbadias, com o que a nascente congregação prosperou muito. O mestre João deu-lhes estatutos. Em 1429, tratando-se do casamento da infanta D. Izabel, filha de D. João I com Filippe, o *Bom*, duque de Borgonha, conde de Flandres, e preparando-se a grande armada que a devia conduzir, D. João I chamou a Lisboa o mestre João e o seu companheiro dr. Martim Lourenço para acompanharem a infanta. Obedeceram elles, e entretanto, Affonso Nogueira alcançou licença do mestre João, seu superior, e partiu para Roma a visitar os santuarios da Italia. A infanta seguiu viagem, acompanhada de seu irmão, o infante D. Fernando, pelo mestre João, Martim Lourenço e um luzido cortejo. Chegaram com feliz viagem a Borgonha, e alguns dias depois, o mestre João partiu com o seu companheiro para Roma, afim de dispôr o estabelecimento definitivo da sua congregação. O cardeal de S. Clemente, que então estava á frente da curia romana, apresentou-o ao papa Martinho V, que o recebeu affavelmente, promettendo deferir, apenas chegassem de Portugal as informações que urgentemente pedira ao bispo de Vizeu. O breve de confirmação foi depois lavrado em 20 de janeiro de 1431. O mestre João mandou para Villar o seu companheiro com a feliz noticia, para animar os congregados, e elle demorou-se em Roma por estarem ainda pendentes da curia certos negocios complementares. Succedeu, porém, o fallecimento de Martinho V em 20 de fevereiro do referido anno, sendo eleito logo em 3 de março o cardeal de S. Clemente, com o nome de Eugenio IV. O novo papa expediu logo um breve confirmando a congregação de Villar com o titulo de *Conegos seculares de S. Salvador de Villar;* nomeou o mestre João prelado perpetuo da congregação com poderes de nuncio apostolico, relativamente aos negocios d'ella, e vagando por essa occasião a mitra de Lamego, elegeu-o bispo d'aquella diocese. O mestre João regressou a Villar de Frades satisfeitissimo, onde foi recebido com enthusiasmo, fez eleger novo prelado, e em 1432 ou 1433 recolheu-se á sua diocese de Lamego, da qual, em 1444 foi transferido para a de Vizeu, muito contra sua vontade. Comtudo o mestre João conservou-se em Lamego até 1446, e só n'esse anno é que partiu para Vizeu. O padre mestre João foi o reformador da ordem de Christo, por especial commissão pontificia. Dizem que este bispo mandara lavrar a sua propria sepultura na sé de Vizeu, a qual visitava muitas vezes.

João. Pov. do sobado de N'Bangi, freg. de S. José de Cabiri (6.ª divisão), conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

João *(Casal do)*. Na freg. de S. João Baptista, de Tocha, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

João 1.º e **João 2.º**. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Conceição, divisão de Caluge, conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola.

João Affonso *(D.)*. Filho bastardo de D. Affonso II, que falleceu em 1234.

João Affonso *(D.)* Filho bastardo de el-rei D. Diniz e de Maria Pires, uma das suas amantes. Seu pae o legitimou a 13 de abril de 1317, e lhe deu o senhorio das villas de Louzã e Arouca. Dizem que foi mordomo-mór da rainha Santa Izabel. Casou com D. Joanna Ponce, filha do rico homem João Ponce. Era muito estimado por D. Diniz, o que lhe custou seu irmão D. Affonso IV o mandar decapitar a 4 de juuho de 1325. Assim o conta o conde D. Pedro, no seu *Nobiliario*.

João André. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro.

João Antão. Pov. e freg. de S. José, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda; 421 hab. e 100 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 9 k. da séde do conc. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res n.º 12, com a séde em Trancoso.

João Alvo. Pov. na freg. de Santa Maria, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

João Bom. Pequena pov. do conc., distr. e com. da Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo, entre as povoações de Bretanha e Mosteiros. Sólo fertil. Cultura de trigo, milho, linho e legumes, creação de gado. || Bahia situada na costa N O da ilha de S. Miguel, e cujos extremos são as pontas da Bretanha e dos Mosteiros. || Casal na freg. de N. S.ª da Graça, de Torre de Valle de Todos, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

João Botto. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santo Antonio, conc. e distr do Funchal.

João Bragal de Baixo. Pov na freg. de N. S.ª da Conceição, de Casal de Cinza, conc. e distr. da Guarda.

João Bragal de Cima. Pov. na freg. de S. Martinho, de Arrifana, conc. e distr. da Guarda.

João Calainho. Logar do conc. e ilha de S. Nicolau, com. de Barlavento, prov. e bisp. de Cabo Verde.

João Caminha. Ilha Terceira; pov. na freg. de Santo Antonio, de Porto Judeu, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

João Carneiro. Um dos dois ilhéos do Rombo, ao N. da ilha Brava, no arceb. e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Produz espontaneamente urzella e algum algodão.

João Cassumba. Sobbado da divisão de Cacesseria, conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. d'Angola.

João de Coimbra. Um dos dois canaes que dão entrada ao rio S. Domingos, no conc. de Cacheu, prov. da Guiné, Africa Occidental, e que é formado pelo baixo tambem denominado de *João de Coimbra* e a terra firme. Por este canal sobem geralmente as embarcações de maior lotação. || Extenso baixo situado á entrada do rio S. Domingos, prov. da Guiné, Africa Occidental, que dá o uome ao canal *João de Coimbra*.

João de Deus *(Irmãos de S.)* ou *da Caridade*. Ordem instituida em 1540 por S. João de Deus, e confirmada em 1571 pelo pontifice Pio V, que approvou as suas constituições. Os irmãos de S. João de Deus fazem, além dos tres votos religiosos, o de se consagrarem ao serviço dos doentes. E'-lhes permittido ter entre si alguns padres, mas a grande maioria da ordem deve sempre ser composta por irmãos seculares. O Instituto da Caridade desenvolveu-se muito em Portugal, Hespanha e França. Em Portugal teve dois conventos, um em Lisboa e outro em Montemór-o-Novo. Os hospitaes fôram 17, sendo 14 com a invocação de *S. João de Deus*, em Elvas, Campo Maior, Extremoz, Olivença, Castello de Vide, Lagos, Salvaterra da Beira, Penamaior, Almeida, Caminha, Monsão, Bragança, Chaves e Miranda; um em Moura, com a invocação de N. S.ª da Gloria; outro no castello de Lisboa, de N. S.ª da Conceição; e outro em Montemór-o-Novo, com o nome de Santo André. V. *Deus (S. João de)*.

João Dias. Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Paialvo, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. João Baptista, de Pedrogão, conc. de Torres Novas, do mesmo distr. || Monte na freg. de N. S.ª do Pé da Cruz, de Santa Cruz, conc. de Almodovar, distr. de Beja. || Monte na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Mação, distr. de Santarem. || Quinta na freg. de N. S.ª da Conceição, de Villa Fernando, conc. e distr. da Guarda. || Ponta da ilha do Faial, Açôres, a pouco mais de 3 k. a N. da ponta da Espalamaca.

João das Donas. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Alvor, conc. de V. N. de Portimão, districto de Faro. || N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, do mesmo districto.

João Ferino. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santo Antonio da Serra, conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal.

João Fernandes. Casal na freg. de S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || Monte do conc. e ilha da Boa Vista, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental, na região septentrional da ilha.

João de Galés. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

João Gallego. Pov. na freg. de S. João Baptista do Norte, conc. e ilha da Boa Vista, com. de Barlavento, archipelago, prov. e bisp. de Cabo Verde, na região O da ilha.

João Gomes. Uma das tres ribeiras que cortam a cidade do Funchal. Pouco importante no tempo secco, tem, por vezes, na epoca das chuvas, causado grandes inundações na cidade.

João Jorge. Pov. na freg. de S. Pedro, de Alhadas, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

João Leitão. Ilhéo situado no Oceano Atlantico, entre as ilhas da Boa Vista e de Maio, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental, distante cêrca de 30 k. da porta Occidental da primeira ilha, a ponta da Varandinha. Assenta na parte central d'um extenso e perigoso banco de rocha e coral que mede pouco mais de 1 k. de comprimento na direcção E a O. E' celebre pelo numero de naufragios que tem causado. Quando o mar é chão, pesca-se junto do ilhéo peixe em grande abundancia.

João Manuel. *(D.)* Filho bastardo de el-rei D. Duarte, legitimado por D. Affonso V em 1475. Foi camareiro-mór de el-rei D. Manuel, embaixador a Castella em 1497 para tratar do casamento do rei com D. Izabel, e depois novamente para ajustar o segundo casamento do mesmo soberano, com a irmã de D. Izabel, a princeza D. Maria. No meio das negociações que tinha encetado, fal. em Madrid, no anno de 1500. No *Cancioneiro* de Garcia Rezende encontram-se varias composições de D. João Manuel a pag. 48 a 57, 59, 143, 148, 155, 159 e 169.

João Manuel *(D. Fr.)* Filho illegitimo d'el-rei D. Duarte e de D. Joanna Manuel, filha do conde de Ceia, D. Henrique Manuel. Foi educado pelo condestavel D. Nuno Alvares Pereira no convento do Carmo, onde vestiu o habito carmelitano. Eleito provincial em 1441, exerceu posteriormente os cargos de vigario geral e de prior do seu convento. Foi embaixador duas vezes a Roma e uma á Hungria. Sendo bispo de Tiberiades, teve transferencia em 1443 para Ceuta, e em 1459 para a Guarda. Em 1476 renunciou esta mitra, e fal. ainda n'esse anno.

João Manuel Mendes Lucalla. Um dos numerosos sobados em que está dividida a pov. do Lombe, do conc. de Malange, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 5.ª divisão.

João Martins. Monte crateriforme do conc. e ilha do Fogo, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

João Mathias da Costa. Sobado do conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. de Angola. Faz parte da divisão de Cacesseria.

João de Mello. Rio da ilha de S. Thomé, na provincia de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. Corre pouco mais de 7 k. da cidade de S. Thomé e a pequena distancia da villa de Santo Amaro, e vae desaguar na praia denominada do *Lagarto*.

João Mendes. Pov. na freg. de Santa Margarida da Serra, conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

João Negra. Pov. da freg. de S. Miguel, de Coimbrão, conc. e distr. de Leiria.

João da Nova. Pequeno grupo de ilhotas do mar das Indias, ao N de Madagascar. Segundo parece, foi descoberto pelo navegador portuguez João da Nova.

João Prestes. Pov. na freg. de S. Silvestre, de Chãos, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

João Preto. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro.

João Ramos *(Pico de)*. Monte crateriforme

da ilha de S. Miguel, Açôres. Em 1652 encheu de lavas os ferteis terrenos situados a N E da pov. denominada Rasto de Cão.

João de Ribeiras. Pov. na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

João Rosado. Pov na freg. de N. S.ª da Annunciação e conc. de Redondo, distr de Evora.

João da Rua. Pov. na freg do Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e distr. de Leiria.

João Serra. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alcaria Ruiva, conc. de Mertola, distr. de Beja.

João Silvestre. Pov. na freg. de N S.ª do Pé da Cruz, de Santa Cruz, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

João Vieira. Ilha deserta do archipelago de Bijagoz, na costa da prov. da Guiné, Africa Occidental, ao N da ilha do Meio e a N E da dos Cavallos, ambas pertencentes ao mesmo archipelago. Nos livros e mappas modernos é denominada *Jamber* e *Jombére*.

Joaquim. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, divisão de Caluge, conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Joaquim (*P. Antonio*). Religioso da congregação do Oratorio, de Lisboa, para a qual entrou em 28 de outubro de 1747. Fal. no convento do Espirito Santo, de Lisboa, a 11 de novembro de 1814. Era homem estudioso e muito instruido. Escreveu: *Vida de S. Francisco de Sales, Bispo e Principe de Genebra, Patriarcha da Ordem da Visitação de Santa Maria*, etc., Lisboa, 1794; 2 tomos; saiu sem o nome do autor: *Adoração ao Santissimo Sacramento em lausperenne e oitavario, ordenado com varias meditações para todas as horas do dia da sua exposição*, Lisboa, 1785; *Tratado da Doutrina Christã de Santo Agostinho, traduzido em portuguez com o texto latino da edição que do mesmo opusculo se fez em Bergamo, em 1747*, Lisboa, 1788; 2 tomos; *Orações principaes de Marco Tullio Cicero, traduzidas em vulgar, e addicionadas com votos e analyses em beneficio da mocidade portugueza*, Lisboa, 1779; 3 tomos; 2.ª edição, Lisboa, 1807 a 1808. Reimprimiu-se em *nova edição mais correcta que as precedentes*, Lisboa, 1848.

Joaquim José Pelles. Sobado da div. de Cacesseria, conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. de Angola.

Joaquim Pedro. Pov. na freg. de N S.ª das Neves, conc. e distr. de Beja.

Joaves. Pov. na freg. de Santa Maria, de Carquere, conc. de Rezende, distr de Vizeu.

Joazim. Povoações nas freguezias: S. João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Purificação, de Villa Maior, conc. de S. Pedro do Sul, do mesmo districto.

Jogo. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Creixomil, conc. de Guimarães, distr. de Braga || S. Martinho, de Gondomar, do mesmo conc. e distr. || S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Miguel, de Morreiras, conc. e distr. de Braga. || Ilha Terceira; N. S.ª das Neves, de Norte Grande, conc de Vélas, distr. de Angra do Heroismo || S Martinho, de Pousada de Saramagos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria, de Souto, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || Ilha do Faial; logar na freg. de Santa Catharina, de Castello Branco, conc. e distr. de Horta. || Ilha Terceira: logar na freg. de Santo Antonio, de Porto Judeu, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Jogo da Bola. Povoações nas freguezias: Ilha do Pico: S. Sebastião, de Calheta de Nesquim, conc. de Lagens do Pico, distr da Horta || Ilha da Madeira e distr. do Funchal; N. S.ª da Piedade, de Canha, conc. de Ponta do Sol, e S. Jorge, conc. de Sant'Anna.

Jogo Ruivo. Pov. na freg de N. S.ª da Esperança, de Paderne, conc. de Albufeira, distr. de Faro.

Jogó. Terras da Corôa no distr. de Inhambane, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Territorio fertil; produz arroz, cêra, mel e marfim.

Jogoni. Pov. do territorio do Jogó, distr. de Inhambane, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Joguelhe. Pov. na freg. de Santo André, de Rio do Ouro, conc. de Cabceeiras de Basto, distr. de Braga.

Joia. Pov. na freg. do Salvador do Monte, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Joias. Pov. na freg. de S. Marcos da Serra, conc. de Silves, distr. de Faro.

Joibe. Pov. na freg de Santa Marinha, de Rio Tinto, conc. de Espozende, distr. de Braga.

Joinal. Povoações nas freguezias: S. Domingos, de Fanga da Fé, conc de Mafra, distr. de Lisboa || N. S.ª d'Assumpção, conc. e distr. de Faro. || S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, do mesmo districto.

Jolda. Pov. e freg. de Santa Maria da Magdalena, da prov. do Minho, conc e com. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 482 hab. e 117 fog A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada perto da margem direita do rio Lima. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em V. do Castello. || Pov e freg. de S. Paio, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle-de Vez, distr de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 282 hab. e 69 fog. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada perto da margem direita do rio Lima. Os viscondes de Villa Nova da Cerveira apresentavam o abbade, que tinha 300$000 réis annuaes. A egreja parochial foi reconstruida em 16 0, e ultimamente ainda teve importantes reparações. A esta freg pertence o logar do Carregoso, junto ao rio Lima, onde se carregam e descarregam as mercadorias que do concelho dos Arcos de Valle-de-Vez seguem para Vianna do Castello. A pov. pertence á 3.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Jollá. Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freg. de Santo André de Brancavará, do concelho de Diu, na India.

Jondina Pov. de S Estevão, de Gião, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto

Jones (*Guilherme Maria da Silva*). Cirurgião medico pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa; director da enfermaria de Santo Onofre do hospital de S. José. N. em 18 de fevereiro de 1853. Terminou o curso em 18 0, e a 9 de fevereiro de 1881 foi nomeado medico extraordinario do referido hospital. Sendo em 2 de maio de 1884

nomeado cirurgião do banco, optou por este logar, passando em 11 de maio de 1886 a extraordinario. E' redactor e proprietario do *Correio medico de Lisboa*. Além de muitos artigos scientificos, tem publicado os seguintes livros: *Mechanismo da contracção muscular*, 1880; *Pathogenia da febre traumatica*, 1882; *Manual de partos*, 1883; *Amputações e resecções do pé*, 1887; *Tratamento da cholera*, 1885.

Jongo. Pov. do sobado de Bundo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. || Pov. da freg. de Santo Antonio, do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola.

Jonjo. Pov. do conc de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Outra pov. do mesmo conc., distr. e provincia, que está incluida na divisão das Pedras.

Jordana. Povoações nas freg.: N. S.ª da Graça, de Moncarapacho, concelho de Olhão, distr. de Faro. || Conversão de S. Paulo, de Pavia, concelho de Móra, distr. de Evora.

Jordani *(João)*. Tocador de violoncello e contrabaixo, professor do Seminario Patriarchal e do Conservatorio Real de Lisboa, compositor e mestre de capella. N. em Lisboa a 23 de dezembro de 1793, fal. na mesma cidade a 4 de setembro de 1860. Era filho de Miguel Giordani, italiano, que fôra contratado em Napoles em 12 de junho de 1777 para a orchestra da Real Camara, afim de tocar contrabaixo na egreja, no theatro e na Real Camara. Falleceu em 1810, sendo o primeiro contrabaixo nas orchestras do theatro de S. Carlos e da Real Camara. Casou em Lisboa, e d'este consorcio houve dois filhos: João e Caetano Jordani. Os dois irmãos, quando o pae falleceu, combinaram aportuguezar o appellido, mudando *Giordani* em *Jordani*. João aprendeu com seu pae a tocar violino, violoncello e contrabaixo, e quando elle morreu, ficou-o substituindo, apezar de ser ainda muito novo, nas referidas orchestras como primeiro contrabaixo, passando mais tarde a primeiro violoncello. Quando em 1824 se ampliou o estudo da musica instrumental no Seminario Patriarchal, pelo decreto de 3 de novembro, João Jordani foi nomeado professor de instrumentos de cordas. Organisando-se o Conservatorio Real de Lisboa, João Jordani passou para aquelle estabelecimento, ficando a seu cargo o ensino de violoncello e contrabaixo. Dispondo d'uma grande vocação e de muita força de vontade, dedicou-se ao estudo da composição, sem auxilio de mestres, e produziu muita musica, tanto religiosa como profana. Uma das primeiras obras, que lhe deram grande reputação de bom compositor, fôram uns psalmos de vesperas, escriptos para dois côros de homens e quatro orgãos, que se executaram em 1825 na basilica de Mafra. Em S. Carlos tambem se executaram muitos bailados, sendo a musica da sua composição, contando se entre elles os intitulados *Queda de Scio* e *Conjuração das Matronas*, que subiram á scena em 1836. Para o theatro das Laranjeiras, pertencente ao conde do Farrobo, tambem escreveu a musica d'alguns bailados e a opera comica *Emilia ou os effeitos do desprezo*. Foi depois nomeado mestre da capella da Sé, com o segundo e pouco depois como primeiro, e ali se cantaram muitas das suas composições São as seguintes as obras sacras de João Jordani: 17 missas, muitas d'ellas com orchestra; 5 jogos de matinas para a semana santa; miserere; matinas da Epiphania, de S. Vicente e do Natal, todas com orchestra; duas sequencias; muitos psalmos de vesperas; novena de S. Caetano, escripta para ser executada pelos alumnos do Conservatorio; de N. S.ª dos Martyres, da Ascensão, de N. S.ª do Monte do Carmo, de S. Roque; trezena de Santo Antonio; *Libera me* a 4 vozes e grande orchestra, escripto para as exequias que annualmente mandava fazer a irmandade de Santa Cecilia pelos seus irmãos fallecidos; um grande *Te-Deum* e outros menores; diversos motetes, ladainhas, etc. Seu irmão, Caetano Jordani, foi primeiro violino chefe nas orchestras de S. Carlos, da Real Camara e da Sé. Dirigia em S Carlos a orchestra nos bailados, e substituia o maestro director da opera, no respectivo impedimento d'este. N. em Lisboa a 14 de dezembro de 1794, e fal. a 18 de outubro de 1860. Miguel Jordani, filho de João Jordani, tambem occupou por muitos annos o logar de violoncello nas referidas orchestras. Falleceu a 10 de outubro de 1897.

Jordão *(S.)* Bispo, natural de Evora. Era irmão das santas martyres Comba e Anonymata. Confortou valorosamente suas irmãs a soffrerem o martyrio, e elle, a rogo dos seus diocesanos, retirou se para a serra de Espinheiro, onde foi descoberto pelos exploradores de Daciano, que o degolaram a 6 de agosto de 305, no mesmo sitio onde hoje existe a parochia da sua invocação.

Jordão *(Abel Maria Dias)*. V. *Dias Jordão*.

Jordão *(Francisco de Almeida)*. Cavalleiro da ordem de Christo; formado em Canones pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa em 1712; ignora se a data do fallecimento, mas ainda vivia em 1759. Escreveu: *Arte legal para estudar a Jurisprudencia, com a exposição aos titulos da Instituta do imperador Justiniano, pelo licenceado Francisco Bermudez de Pedraça, traduzida da lingua castelhana, e accrescentada com varias addições utilissimas, e um novo appendix da origem das Leis de Portugal*, Lisboa, 17-7; *Relação do castello e serra de Cintra, e do que ha que vêr de raro em todo elle*, etc., Lisboa, 1748.

Jordão *(João Linneu)*. Professor jubilado do Real Collegio Militar, fallecido a 14 de dezembro de 1854. Escreveu: *Sessões polemicas* e *Elementos da riqueza publica*.

Jordão *(Levy Maria)*. Foi o visconde de Paiva Manso (V *este titulo*).

Jordão. Pov. na freg. de S. João, de Villa Boa, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Quinta na freg de S. Pedro, de Castello de Penalva, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu.

Jordões. Pov. na freg de Santo Estevão, de Pussos, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Jorge *(D.)*. Filho bastardo de el-rei D. João II e de D Anna de Mendonça, dama da rainha D. Joanna, a *Excellente Senhora* N em Abrantes a 21 de agosto de 1481, fal. no castello de Palmella em 1550. Foi creado junto de sua tia, a princeza Santa Joanna, treira do convento de Jesus, de Aveiro, até aos 9 annos, edade que tinha em 1490, quando sua tia falleceu. O bispo do Porto o foi então buscar a Aveiro e trouxe-o para Evora, onde estava a rainha D. Leonor, que o acolheu resignada, condescendendo á vontade d'el-rei, mas sem grande affecto, como bem póde imaginar-se. D. João quiz que tratassem o joven bastardo por *excellencia*, e para o esperar fóra da

cidade mandou seu proprio filho legitimo, o principe D. Affonso, acompanhado da nobreza. Todas estas deferencias deviam ser desagradaveis á rainha D. Leonor, mas conformara-se, reconhecendo que el-rei seu marido consagrava a D. Affonso o mais profundo amor, que a dedicação por D. Jorge não poderia nunca offuscar. Infelizmente deu-se o desastre em Almeirim em que foi victima o principe D. Affonso *(V. este nome)*, que muito impressionou o monarcha; aquella perda causou-lhe uma grande paixão que sempre o acompanhou até ao fim da vida. Não tendo outro filho, concentrou em D. Jorge todo o seu amor paternal, concedendo lhe honras e dignidades, que muito magoava a pobre rainha, vendo ainda com maior desgosto os cortezãos lisonjeiros começarem já a tratar D. Jorge por alteza. El rei desejava sobretudo que por sua morte a Corôa passasse a seu filho, e para conseguir o seu intento tratava de o legitimar, solicitando com instancia a deliberação do papa Alexandre VI, suppondo que não teria duvida em legitimar um filho adulterino, facto considerado como um grande escandalo. O papa não deu o consentimento desejado, por mais pedidos que lhe fizessem. Este incidente veiu ainda augmentar mais a frieza que existia entre os dois regios consortes, principalmente depois da morte dos duques de Bragança e de Vizeu. D João II convenceu-se da impossibilidade de realizar o que ardentemente desejava, e muito contrariado desistiu do seu proposito, mas em compensação tornou D. Jorge o mais rico e poderoso fidalgo portuguez. Deu lhe a herança do infante D. Pedro, fazendo o portanto duque de Coimbra, marquez de Torres Novas, senhor de Montemór, e mestre das ordens de S. Thiago e de Aviz, etc. Para que estivesse á altura da posição que lhe preparava, deu-lhe por aio um dos homens mais illustrados de então, o prior do Crato Diogo Fernandes d'Almeida, irmão de D. Francisco de Almeida, que foi mais tarde o primeiro vice-rei da India. Quando falleceu D. João II, em 1495, e D. Manuel subiu ao throno, D. Jorge tinha pouco mais de 14 annos de edade, e todos receavam que o novo rei, sendo irmão da rainha D. Leonor e do duque de Vizeu assassinado em Setubal pelo defunto monarcha, o repellisse e lhe tirasse as honras que seu pae lhe concedera, apezar de ser ainda, para bem dizer, uma creança. Mas não aconteceu assim. D. Jorge apresentou-se a D. Manuel em Montemór-o-Novo, vestido de luto e profundamente receoso, ajoelhando-se juntamente com o seu aio. D. Manuel acolheu-o com todo o carinho, levantou-o nos braços, alojou-o no Paço e tratou-o com a maxima distincção. Mais tarde, tendo D. Jorge 20 annos, casou-o com D. Brites de Vilhena, filha de D. Alvaro de Bragança, conde de Tentugal, e irmão do 3.º duque de Bragança, D. Fernando II. D. Jorge estava longe de ter herdado os altos talentos de seu pae, e por isso tambem D. Manuel não teve de arrepender-se da sua confiança. Ainda que fôsse ingrato, era incapaz de perturbar o reino. Viveu tranquillamente, gozando as suas honras e proventos, gerindo os negocios das ordens militares de que fôra mestre, e falleceu no castello de Palmella, como dissémos, que era a séde da ordem de S. Thiago. Sua mãe, D. Anna de Mendóça, que desde muitos annos se recolhera no convento das commendadeiras de Santos, havia fallecido em 1545, cinco annos antes de seu filho.

Jorge *(P. Antonio Roberto)*. Religioso da ordem de S Bento e depois presbytero secular. Por occasião da suppressão das ordens religiosas em 1834, era lente de Philosophia no collegio de Rendufe. Em 1840 foi nomeado professor de Theologia dogmatica no Lyceu do Porto, com exercicio no seminario diocesano. Escreveu: *Espirito da Biblia ou moral universal christã, tirada do antigo e novo Testamento, escripto em italiano pelo abbade Antonio Martini, depois arcebispo de Florença; traduzido em hespanhol e impresso em Madrid em 1797, e reimpresso em Buenos Ayres em 1838; traduzido e impresso no Rio de Janeiro em 1840; reimpresso por uma sociedade de amigos da boa moral*, Porto, 1848; esta traducção saiu anonyma; *Compendio de Theologia moral, por D. Manuel do Monte Rodrigues de Araujo, bispo do Rio de Janeiro*, etc.; *Primeira edição portugueza, feita sobre a segunda do Rio de Janeiro, correcta e annotada*, Porto, 1853, 2 tomos; 2.ª edição, 1858.

Jorge *(Bento Alexandre)*. Só se conhece este nome pelo seguinte escripto: *Reflexões diversas relativas á factura dos vinhos da Extremadura, suas qualidades e grande variedade, seguidas de considerações sobre o commercio do vinho na capital para consumo, e para embarque*, Lisboa, 1836.

Jorge *(José Isidoro)*. Cirurgião medico pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa. N. em 1827, fal a 23 de maio de 1889. Completou em 1852 o curso, que foi um dos mais distinctos, e que teve de interromper, como succedeu a todos os estudantes d'esse tempo, por causa da guerra civil de 1846. A these que defendeu, não se imprimiu, e tem por titulo: *Fistulas do anus.* Foi nomeado cirurgião extraordinario do Hospital de S. José em 10 de março de 1857, director do banco em 24 de janeiro de 18?0, e director de enfermaria em 20 de abril do mesmo anno. Exerceu tambem o cargo de sub-delegado de saude. Os seus primeiros clientes fôram os socios da *Sociedade Maritima Lisbonense*, sociedade muito pobre, mas muito bem administrada, que elle só abandonou quando a doença o prostrou, não o deixando exercer clinica. Nos annos de 1856 e 1857, nas epidemias da cholera-morbus e da febre amarella, prestou muitos e valiosos serviços, que lhe mereceram o habito da Torre e Espada, e a medalha da febre amarella, instituida pela Camara Municipal O dr. José Isidoro Jorge casou em 1851 com D. Sophia de Azevedo Jorge. Militava no partido regenerador, não acceitando nunca a candidatura para deputado, nem o logar de vereador da camara. Recusou tambem algumas condecorações, que lhe fôram offerecidas.

Jorge *(P. Marcos)*. Um dos primeiros jesuitas portuguezes. N. em Nogueira, bispado de Coimbra, fal. em Evora a 10 de dezembro de 1571. Era filho de Jorge Peres e de Barbara Pires. Estudou na Universidade de Coimbra Jurisprudencia Canonica. Entrou depois na Companhia de Jesus no noviciado de Coimbra a 16 de maio de 1548, e quando se creou a Universidade de Evora, foi frequental-a; estudou as sciencias escolasticas, e graduou-se como licenceado em Canones e como doutor em Theologia,

cuja faculdade dictou aos seus domesticos. O P. Marcos Jorge foi o primeiro lente de Theologia Moral que teve o collegio de Lisboa, concorrendo grande numero de sacerdotes desejosos de se habilitarem como confessores, a ouvir a sua doutrina. Em 17 de janeiro de 1571 foi eleito procurador a Roma, sendo geral S. Francisco de Borja, e no seu regresso a Evora falleceu. No anno de 1561, por mandado dos seus superiores, escreveu um compendio de *Doutrina christã*, que n'esse anno se imprimiu em Lisboa, e em 1566 em Braga, mandando o cardeal D. Henrique tirar muitos milhares de exemplares para serem distribuidos profusa e gratuitamente. Foi esta a primeira composição ou livro da Companhia de Jesus que se imprimiu em Portugal, como affirma o chronista Balthazar Telles, no tomo I, pag. 375. Este compendio foi depois addicionado pelo P. Ignacio Martins, e assim se constituiu a popularissima *Cartilha*, de que se fizéram muitas edições. Os jesuitas mandaram traduzir a *Doutrina Christã* em diversas linguas para a instrucção dos gentios convertidos. Existe ainda outra edição da *Doutrina Christã, ordenada á maneira de dialogo, etc., de novo accrescentada d'uma ladainha de Nosso Senhor*, Lisboa, 1732; outra edição *accrescentada e de novo emendada pelo P. Ignacio Martins*, Lisboa, 1815; outra edição, 1826. O P. Marcos Jorge era muito considerado na Companhia de Jesus. Escreveu tambem: *Carta escripta a S. Ignacio no anno de 1554, em que lhe relata os progressos do Collegio de Evora*.

Jorge *(Mestre)*. Physico, admittido em 13 de abril de 1509 no Hospital de Todos os Santos para o logar do mestre Burgalez.

Jorge (*Ricardo d'Almeida*). V. *Almeida Jorge*.

Jorge. Pov. na freg. de Santa Maria, de Chãs de Tavares, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Jorge Dias *(Casal de)*. Na freg. de Santo André, de Cella, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Jorgim. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Oliveira do Douro, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Jorja. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade e conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Jorjaes. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Andrães, conc. e distr. de Villa Real ‖ O Salvador, de Monçós, do mesmo conc. e distr. ‖ Santa Marinha, de Villa Verde, conc. de Alijó, do mesmo distr. ‖ S. Miguel, de Celavisa, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Jornal. Gazeta, periodico, folha, publicação diaria que dá noticia dos factos que vão occorrendo e informações sobre todos os ramos dos conhecimentos humanos. Qualquer periodico, quer seja ou não diario. No artigo *Gazeta* (V. *n'este volume*, a pag. 713) se encontram apontados os primeiros jornaes portuguezes. Alguns autores, fundando se no *Resumo chronologico das leis*, de Borges Carneiro, affirmam que, antes da *Gazeta* de 1641, houve umas *noticias, papeis volantes e relações*, que datam de 1626-1627 e se attribuem a Manuel Severim de Faria. Além das gazetas descriptas no referido artigo, e seguintes, devem indicar se ainda como um dos mais antigos periodicos, o *Jornal Encyclopedico*, de 1779. Foi em 1820 que appareceu uma verdadeira chusma de periodicos, quasi todos de caracter politico, consagrando ao noticiario uma reduzidissima secção. O mesmo succedeu depois da restauração de 1833, excepção feita do *Periodico dos Pobres*, que alargou o seu noticiario e introduziu novas e variadas secções, algumas das quaes muito interessantes pelo seu feitio pittoresco e anecdotico. O creador do *noticiario*, com detalhes mais completos, foi a *Revista Universal Lisbonense*, redigida por Antonio Feliciano de Castilho (1841-1845). Chamavam-se essas secções *locaes, noticias diversas*, etc. O termo *noticiario* é mais recente, pois data de 1851. A nossa imprensa politica principiou, a bem dizer, em Inglaterra, onde os emigrados advogaram com o ardor da sua crença e da sua mocidade os principios constitucionaes. Foi lá que, em 1820, appareceu o *Portuguez*, collaborado por Garrett. N'esse jornal principiaram a publicar-se folhetins especiaes, versando assumptos de litteratura theatral. Antes, porém, appareceram differentes *semanarios*, de caracter meramente litterario, como o *Espectador*, *Semanario de instrucção e recreio*, etc., collaborados, entre outros pelo padre José Agostinho de Macedo, o conhecido pamphletario do absolutismo. Com o definitivo estabelecimento do regimen liberal, appareceu a *Revolução de Setembro*, e em 1847 a *Nação*, actualmente o mais antigo dos jornaes de Lisboa. Successivamente, tanto na capital como no Porto, fôram apparecendo differentes jornaes, politicos e noticiosos uns, litterarios outros. E assim como iam apparecendo, iam desapparecendo, surgindo outros que, por seu turno, passavam pouco tempo depois á historia. Nas provincias tambem se fundaram jornaes para advogar os interesses das localidades, quer politicos, quer sociaes, sendo hoje rara a terra que não tenha o seu orgão na imprensa. Em muitas das capitaes de districto e outras cidades importantes se publica mais de um jornal. O jornal barato avulso, a 10 réis, principiou com o *Diario de Noticias*, de Lisboa, que ainda hoje se publica e que é um dos mais populares do paiz, especialmente, no sul onde, como o *Seculo*, é o jornal de mais larga expansão. Depois do *Diario de Noticias* (V. *o artigo respectivo*) quasi todos os jornaes que se fundam, vendem se a 10 réis cada exemplar. No Porto publicou-se, ha annos, um jornal de formato pequeno que se vendia a 5 réis. Chamava-se *O petiz jornal*, e teve vida ephemera. No Porto, os chamados jornaes de 10 réis que tem mais larga tiragem, são o *Primeiro de Janeiro* e o *Jornal de Noticias*, seguindo se-lhes a *Voz Publica*, o *Norte* e o *Diario da Tarde*. Bibliographia: *Cartas bibliographicas* de Innocencio F. da Silva, publicadas na *Gazeta de Portugal*, em outubro de 1863. *Introducção bibliologica ao Brinde do «Diario de Noticias»*, do Lisboa, em 1865, por Silva Tullio. *Jornalismo scientifico e litterario do reinado de D. Maria II* (1831 a 1853) nos vols. VII e VIII da *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal*, por José Silvestre Ribeiro. *Jornalismo*, etc. *da regencia de el rei D. Fernando e reinado de D. Pedro V* (1854 a 1861) na mesma obra, vol. XIII. *Os jornaes portuguezes, sua filiação e metamorphoses, noticia supplementar alphabetica de todos os periodicos mencionados na Re-*

senha Chronologica do Jornalismo Portuguez, etc. por A. X da Silva Pereira; Lisboa, 1897. *Jornalismo, esboço historico da sua origem e desenvolvimento até nossos dias* por Alberto Bessa; Lisboa, 1904. *Jornaes portuguezes de Lisboa, em 1839, lista dos titulos, numero de exemplares expedidos pelo correio no ultimo trimestre para as provincias*, manuscripto existente na Bibliotheca Publica de Lisboa. Por ser interessante, aqui reproduzimos as suas indicações essenciaes: *Alcance*, 569 exemplares; *Azorrague*, 97; *Chega a todos*, 42; *Constitucional*, 658; *Correio de Lisboa*, 398; *Diario do Governo*, 1:334; *Director*, 1:718; *Ecco*, 944; *Estrella*, 59; *Mensagem*, 344; *Nacional*, 1:244; *Pobres de Lisboa*, 3:098; *Procurador dos Povos*, 88; *Tempo*, 628; *Archivo Popular*, 121; *Beija-flor*, 17; *Bibliotheca familiar*, 31; *Correio das Damas*, 9; *Panorama*, 308; *Ramalhete*, 5; *Recreio*, 3; *Correio Mercantil*, 9.

José I. *O Reformador*; 25.º rei de Portugal. N. em Lisboa a 6 de junho de 1714, fal. em Ajuda a 24 de fevereiro de 1777. Era filho d'el-rei D. João V, e de sua mulher, a rainha D. Maria Anna d'Austria. Tinha apenas 14 annos de edade quando foi contratado o seu casamento com a princeza hespanhola D. Marianna Victoria, filha de Filippe V e da rainha D. Izabel Farnesi, celebrando-se a cerimonia nupcial a 19 de janeiro de 1729. Por morte de seu pae, subiu ao throno, sendo acclamado a 7 de setembro de 1750. Reconhecendo o elevado valor de Sebastião José de Carvalho e Mel'o, pela fórma como se houvera em Londres e em Vienna d'Austria, quando ali estivera como embaixador durante o reinado de seu pae, D. José chamou-o para seu lado como primeiro ministro, entregando lhe com a maxima confiança a administração do reino. Esta deferencia d'el-rei acarretou as maiores inimizades da nobreza e da Companhia de Jesus contra o novo ministro, inimizades que já anteriormente se haviam manifestado. O futuro conde de Oeiras e marquez de Pombal, apenas entrou no exercicio do seu elevado cargo, tratou de fazer conhecer aos reis da Europa que Portugal tornara a ser uma potencia. No No dia 1.º de novembro de 1755, cinco annos depois da acclamação do novo monarcha, deu-se a lamentavel catastrophe do grande terremoto, que deixou Lisboa n'um montão de ruinas. Póde dizer se que foi desde então que principiou o grande poder de Sebastião José de Carvalho. A extraordinaria actividade com que procedeu a promptas e acertadas providencias em tão dolorosa situação, attendendo ás mais pequenas circumstancias, resolvendo as innumeras difficuldades que a cada momento surgiam, castigando severamente os malfeitores que se aproveitavam de tão grande desgraça para violações e roubos, ainda mais redobrou a confiança do monarcha. Na verdade, o marquez de Pombal muito conseguiu com a sua administração energica, a despeito dos seus inimigos, a nobreza e a poderosa Companhia de Jesus, que por meio das maiores intrigas procuravam por todas as maneiras perdel o no conceito d'el rei, desejando que elle o demitisse e desterrasse do reino, mas Sebastião José de Carvalho saia sempre victorioso de todas essas intrigas proseguindo na honrosa missão a que se propozera de levantar o paiz de abatimento em que estava, entregue á preponderante influencia dos jesuitas, tornando-o consideravelmente prospero, animando as industrias e as artes, e impondo-o ao respeito das outras nações, que o olhavam desdenhosamente, considerando-o uma nação pequena e de nenhuma importancia. O reinado d'el-rei D. José foi um reinado glorioso, graças aos esforços, á iniciativa energica, e á notavel persistencia de Sebastião José de Carvalho na administração de que se encarregara. A disciplina militar que tanto decaira nos precedentes reinados, foi restabelecida. Foi o general inglez conde de Lippe, quem o ministro mandou chamar para reorganisar o exercito e regulamentar a disciplina. A cidade de Lisboa, saindo do cahos em que o terremoto a tinha deixado, foi em pouco tempo reedificada, formando uma cidade soberba. Crearam-se as companhias das Vinhas do Alto Douro e do Grão-Pará e Maranhão; protegeu-se muito a agricultura, a fabrica das sedas em Lisboa, as de lanificios da Covilhã, Fundão e Portalegre; a fabrica de vidros da Marinha Grande; regulou-se a policia interna e augmentaram-se os rendimentos do Estado, reformou-se a Universidade de Coimbra que reabriu com a maxima solemnidade depois da reforma, em 23 de outubro de 1772, cujo ensino estava entregue aos jesuitas desde o tempo do fanatico D João III; animaram-se as artes, restabeleceram se novas manufacturas. Os productos do Brazil tambem fôram augmentados; deu-se a liberdade aos indios, regulou-se e reformou-se a administração desperdiçadora d'aquella nossa colonia riquissima; acabou-se com a differença entre christãos novos e christãos velhos; emquanto á instrucção popular tambem o poderoso ministro attendeu com o maximo cuidado, creando escolas em todas as villas do reino. Creou-se tambem o Real

D. José I

Collegio dos Nobres. Fôram restituidos os bens da Corôa usurpados; fundou a Aula do Commercio, formulou novos regulamentos de commercio, estabelecendo feiras que se tornaram florescentes; protegeu muito o commercio, obrigando as casas inglezas do paiz a terem só empregados portuguezes; limitou o poder, restringiu o da Inquisição; attendeu cuidadosamente aos negocios da India, supprimiu por inuteis os tribunaes de Gôa; tratou-se da paz com o rei de Marrocos para tornar livre a navegação d'Africa. Fundou-se a Impressão Regia, hoje Imprensa Nacional. A nobreza que possuia ainda um grande numero de privilegios, cada vez se mostrava mais hostil ao ministro omnipotente, que não poupava a occasião de lh'os restringir. D. José de Mascarenhas, que herdara a casa e o titulo dos duques de Aveiro, pretendia que para elle passassem as commendas administradas pelos antigos duques. D. José não lh'o consentira, por instigação do seu ministro, o que despertou no orgulhoso fidalgo um odio implacavel contra o monarcha. Os jesuitas aproveitaram este ensejo para se vingarem do ministro, instigando o duque, na idéa de que, se o rei morresse, o ministro perderia necessariamente o grande prestigio que o acompanhava, porque a confiança illimitada de D. José era a base do seu grande poder. Morto o rei, se o ministro sobrevivesse, ficaria completamente inutilisado. Planeou-se a celebre conspiração, para que fôram chamados os Tavoras, a qual se realisou em 13 de setembro de 1758, e que teve o terrivel desenlace dos supplicios horrorosos que os accusados soffreram na praça de Belem a 13 de janeiro de 1759. Foi um terrivel exemplo para a nobreza, que se convenceu da impossibilidade da lucta com aquelle poderoso inimigo. Sebastião José de Carvalho e Mello, já então conde de Oeiras, que não desanimara da empresa de livrar o paiz da nefasta Companhia de Jesus, activou mais as negociações diplomaticas que já tinha encetado com a côrte de Roma Foi uma lucta gigantesca, porque a Companhia de Jesus era um colosso que difficilmente poderia ser derrubado. Os embaixadores estrangeiros haviam-se tornado hostis, o papa hesitava, mas Sebastião José de Carvalho proseguindo implacavel no seu plano, repetindo as queixas contra os jesuitas tanto em Portugal, como no Brazil, prendeu uns poucos de padres, mandou cercar de tropas os collegios e casas da ordem e sequestrou lhes os bens. Ao mesmo tempo mandava pedir licença ao papa para mandar processar os jesuitas accusados de cumplices do attentado contra o rei Depois de muitas difficuldades o papa concedeu a licença, rogando, porém, ao rei D. José, que não permittisse que os padres fôssem expulsos dos seus dominios. Este pedido, comtudo, não impediu que os jesuitas saissem de Portugal, pelo decreto de 3 de setembro de 1759, saindo na noite d'esse dia uma grande porção dos padres a bordo do brigue *S Nicolau*, que os levou para a Italia. Resultaram d'este facto serias pendencias com a curia romana, e mostrando se o nuncio muito frio e até insolente foi obrigado pelo energico ministro sair de Portugal sem mais hesitação. Em 1775, por gratidão a el-rei D. José I, erigiu-se a grande estatua equestre, que se ostenta na Praça do Commercio, antigo Terreiro do Paço, nome porque é ainda mais vulgarmente conhecido O ministro destinava aquelle monumento para o remate da sua grandiosa obra da reconstrucção de Lisboa. Na estatua figura o medalhão do marquez de Pombal; foi construida pelo esculptor portuguez Joaquim Machado de Castro e fundida em bronze pelo tenente-coronel de artilharia Bartholomeu da Costa. A inauguração realisou-se com grande pompa no dia 6 de junho do referido anno de 1775, dia em que D. José completava 61 annos de edade. D. José tambem exilou para as mattas do Bussaco seus irmãos bastardos D Antonio e D. José, conhecidos pelos *meninos de Palhavã*. Era muito amigo das grandezas, assim como seu pae el-rei D. João V, e mandou construir no paço da Ribeira um riquissimo e vastissimo theatro, denominado a *Opera do Tejo*, que ficou substituindo um theatro pequeno que se havia armado na chamada Casa da India. Inaugurou-se com extraordinaria pompa no anniversario da rainha, em 31 de março de 1755, com a opera de David Peres, *Alessandro nelle Indie*, e em 6 de junho, anniversario do rei, cantou-se *La Clemenza di Tito*, de Antonio Mazzoni. O Seminario Patriarchal teve uns estatutos especiaes, que D. José referendou, com a data de 23 de agosto de 1765. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa, dizem existir um exemplar manuscripto d'estes estatutos, que se não imprimiram, o qual tem a rubrica de D. José, feita pelo seu proprio punho. No artigo referente ao marquez de Pombal se tratará mais minuciosamente de muitas das obras que tanto engrandeceram o reinado de D. José I. Por morte do monarcha, subiu ao throno sua filha D. Maria I, e o grande ministro foi desterrado para as suas propriedades de Pombal.

José *(D.)*. Filho bastardo d'el-rei D. Pedro II e d'uma senhora franceza. N. a 6 de maio de 1703; ignora-se a data do fallecimento. A 5 de fevereiro de 1741 foi sagrado arcebispo de Braga pelo cardeal patriarcha, e no dia 23 de julho seguinte fez a sua entrada publica n'aquella cidade, realisando-se então pomposas festas.

José *(D.)* Filho natural de D. João V, um dos tres infantes conhecidos pelos *meninos de Palhavã*, D. José, D. Antonio, e D. Gaspar (*V. estes nomes*). N. a 8 de setembro de 1720, e fal. já no reinado de D. Maria I, pouco depois da morte d'el-rei D. José. Em 15 de março de 1758 foi nomeado inquisidor geral. Este cargo, porém, no tempo do marquez de Pombal perdera muito da importancia que tivera nos reinados anteriores; o inquisidor atreveu-se a desobedecer ás ordens do omnipotente ministro, com relação á censura dos livros, e n'uma entrevista que teve com o marquez não duvidou mostrar-se insolente por lhe correr nas veias sangue real. El-rei D. José, a quem este caso foi apresentado pelo ministro, mandou desterrar os dois *meninos de Palhavã*, D. José e D. Antonio, para as mattas da serra do Bussaco, onde se conservaram ate á morte do monarcha e á queda do marquez de Pombal.

José *(D.)*. Principe da Beira e do Brazil, duque de Bragança, commendador-mór das ordens de Christo, de Aviz e de S. Thiago da Espada; cavalleiro da ordem do Tosão de Ouro, de Hes-

panha. O seu nome completo era D. José Francisco Xavier de Paula Domingos Antonio Agostinho Anastacio. N. no paço d'Ajuda em 20 de agosto de 1761, onde tambem falleceu a 11 de setembro de 1788. Era filho primogenito da rainha D. Maria I, e de seu marido e tio, D. Pedro III. Diz-se que o marquez de Pombal tinha por

Principe D. José

elle muita predilecção, e procurava que fôsse elle o directo successor da corôa a seu avô, el-rei D. José I, e para isso iustara que fôsse introduzida em Portugal a lei salica, lei que excluia as mulheres de subirem ao throno. Accrescenta se ter sido esse o motivo do odio implacavel que D. Maria I, sendo ainda princeza real, votava ao ministro de seu pae, e sendo os projectos do marquez descobertos á princeza D. Maria por José de Seabra, este fôra desterrado para Angola. Outros dizem, que, bem longe de ser o principe D. José o discipulo predilecto do marquez de Pombal, era pelo contrario pouco affeiçoado ao poderoso ministro. E' caso bem difficil hoje de averiguar. O principe D. José passava por ser muito intelligente. Casou a 21 de fevereiro de 1777, tres dias antes da morte de seu avô, com sua tia materna, a infanta D. Maria Francisca Benedicta, que nascera em 1746, e sobreviveu a seu marido, fallecendo a 18 d'agosto de 182.. Foi esta senhora a fundadora do hospital dos invalidos, estabelecido em Runa. D'este matrimonio não houve descendencia. Fallecendo tão prematuramente, foi herdeiro do throno seu irmão, o principe D. João, regente durante a longa doença de sua mãe, e mais tarde el-rei D. João VI.

José *(Amaro)*. Tambor-mór reformado. N. em Belem em 1817, fal. no hospital militar tambem de Belem, em julho de 1907 Assentou praça aos 12 annos de edade, a 3 de janeiro de 1829, no regimento de infantaria n.° 1, que tinha por officiaes alguns moços fidalgos, como os capitães D. João e D. Antonio Breyner. Em 1833 tomou parte n'um combate juntamente com uma brigada composta do regimento de infantaria n.° 1, a que pertencia, caçadores n.° 4, cavallaria n.° 4, e os batalhões de Mangualde, Castro Daire e Bragança, combate que durou duas horas. Fôram tirados depois ao regimento 85 militares, entrando n'este numero Amaro José, que, assim como os seus camaradas, ficou fazendo parte do piquete da vanguarda do imperador D. Pedro IV. Ainda tomou parte n'alguns combates n'aquella epoca, como no de Vianna de Alemtejo e Alto do Viso, sendo n'um d'elles ferido n'uma perna. Esteve bastante tempo no Porto em serviço, e veiu depois para Lisboa Fez parte da divisão auxiliar a Hespanha, sob o commando do conde das Antas. Tambem foi incorporado na força que foi ao Algarve, commandada pelo conde de Bomfim. No Algarve, uma força de 85 homens em que se contava Amaro José, bateu-se contra 300 guerrilheiros, e conseguiu vencel-os, usando do seguinte estratagema: como pelo numero se viam impotentes para a lucta, de quando em quando faziam toques de corneta denunciando a aproximação de regimentos de cavallaria e de infantaria, e os guerrilheiros, acreditando que de facto se aproximavam forças importantes, abandonaram o armamento, e fugiram. Esta força juntou-se mais tarde com uns 400 homens, que se espalharam por Celorico da Beira, Sant'Anna da Serra, Almodovar e outras povoações, onde os guerrilheiros faziam disturbios, e bem assim assaltos e roubos ás habitações A força recebeu depois ordem de vir para Lisboa, e Amaro José foi para infantaria n.° 1, que n'esse tempo estava aquartelado no Castello de S. Jorge. Depois deixou de ser corneta e passou a musico, tocando bombo, mas largando afinal essa situação, foi feito tambor-mór, e reformou-se. Amaro José possuia a medalha da Torre e Espada e outras condecorações. Na festa militar que se realisou no hypodromo de Belem em 20 de janeiro de 1907, foi o militar mais antigo que se apresentou.

José *(P. Caetano)*. Jesuita N. na freg. de Azurara, em Mangualde, a 7 de setembro de 1689; ignora se a data do fallecimento. Chamava-se no seculo Caetano José de Abreu Amaral, sendo filho de Belchior de Abreu do Amaral e de Catharina Lopes Tangere. Aprendeu em Mangualde grammatica latina, passando depois a estudar na Universidade de Coimbra Direito Pontificio. Entrou na Companhia de Jesus no noviciado de Coimbra a 19 de janeiro de 1907. Foi lente nos collegios de Evora, Coimbra e Lisboa. Por ordem dos superiores exerceu o cargo de prefeito dos estudos no collegio da ilha Terceira, onde leu Theologia Moral durante quatro annos, e depois Philosophia em Santarem. Foi prégador evangelico em Lisboa, mestre da cadeira de Controversias no collegio de S. Patricio dos irlandezes, e por fim lente de Prima de Theologia Moral. Em 1739 foi eleito academico na Academia Real da Historia Portugueza. Escreveu: *Pratica recitada na Academia Real de Historia Portugueza, em agradecimento á mesma Academia pela honra de o eleger academico do numero*, Lisboa, 1739.

José. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Gaifar, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, divisão de Caluge, conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola.

José Bento. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Extremoz, distr. de Evora.

José Elias. Pov. na freg. de Santa Clara a Velha, conc. de Odemira, distr. de Beja.

José Felix *(Casaes de).* Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Chouto, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Jou. Pov. e freguezia de Santo André, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Murça, distr. de Villa Real, bisp de Lamego; 1:248 hab. e 325 fog. Tem escolas d'ambos os sexos e caixa post. A pov. dista 17 k. da séde do conc. e está situada no ponto em que se cruzam as estradas de Murça para Chaves, e de Mirandella para Villa Pouca Pertenceu ao conc. de Carrazêdo de Monte Negro, que se aboliu em 1855, passando depois ao de Valpaços, d'onde foi desannexado por decreto de 26 de setembro de 1895, sendo transferido para o de Murça. O reitor de S. Pedro dos Valles apresentava o vigario, que tinha 100$000 réis annuaes. A terra é muito fertil, cria gado e tem muita caça. Pertence á 6.ª divisão militar e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Joudina. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Gião, conc. de Villa do Conde, districto do Porto.

Jourdan *(Antonio).* Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra. Nasceu em Lisboa, e era filho de João Jacques Jourdan. Doutorou-se em 12 de julho de 1801.

Jouve. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Barqueiros, conc. de Barcellos, districto de Braga.

Jovene *(José Archangelo).* Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, e professor de lingua franceza. Escreveu: *Arte de grammatica para aprender a lingua franceza por meio da portugueza*, Coimbra, 1761; *Orthographia franceza, recopilada em regras abbreviadas*, Coimbra, 1761. *Mappa orthographico, para se ler com brevidade, e sem maior uso, a escripta franceza;* ha conhecimento de tres edições, em 1769, de Coimbra; 1772, de Lisboa, e 1795, parece que tambem de Lisboa.

Jovim. Pov e freg de Santa Cruz, da prov. do Douro, conc. de Gondomar, com, distr. e bisp. do Porto; 1:643 hab e 375 fog Tem esc. do sexo fem. e caixa post. A pov. dista 4 k. da séde do conc. O papa e o bispo apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 400$000 réis annuaes. A egreja matriz é no centro da freguezia; tem boa residencia e bons passaes. A extremidade meridional de Jovim é limitada pela margem direita do rio Douro; ao N e O, intesta com a freg. de S. Cosme de Gondomar, e pelo E com a de S. João da Foz do Sousa Nos valles da pov. ha grande abundancia de milho, centeio e legumes; cria se muito gado vaccum; a terra é tambem abundante em matto, lenha e madeira, que exporta para o Porto Tem cemiterio. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto.

Joyce *(José Rangel de Quadros).* V. *Quadros Joyce.*

Joz. Pov. na freg de S. Simão, de Junqueira, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Jozim. Pov. na freg. de S. Miguel, de Gondufe, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Jua. Ilha do conc. e com. das Ilhas, distr. e arceb. de Gôa, India. Está separada de Pondá pelo rio Mandovi, e fórma toda ella uma unica freg, cujo orago é Santo Estevão. Denomina se tambem *Ilha de Santo Estevão.*

Jubanete. V. *Armadura.*

Jubim. V. *Jovim.*

Jubiteiro. Officio que tinha regimento proprio na collecção reformada em 1572 pelo senado de Lisboa. V. *Aljubiteiro.*

Judenga. V. *Juderéga.*

Juderèga. Tributo de 30 dinheiros, que antigamente os judeus pagavam em Portugal, e parece que tambem em Hespanha, em memoria e castigo de terem vendido Jesus Christo por aquella quantia. *Cada cabeça* pagava annualmente os taes 30 dinheiros. Dava se tambem o nome de *Judenga* a este tributo.

Judiaria. Nome que se dava nos primeiros seculos da monarchia portugueza aos bairros onde viviam os judeus, porque tanto a elles como aos moiros não lhes era permittido habitarem nas povoações misturados com os christãos. Ao bairro dos moiros chamava se *Moiraria* (V. *este nome).* Os moiros, depois de se baptisarem, eram considerados para todos os effeitos como christãos, e mesmo os que não abjuravam da sua lei, gozavam d'uma certa protecção, mas os desgraçados judeus eram tidos em tão grande desprezo, que para elles não havia leis protectoras. Todos os perseguiam e roubavam, quasi sempre impunemente. Elles, porém, vingavam-se em nos expoliar por todos os meios ao seu alcance, sempre que se lhes offerecia ensejo, fazendo contratos onerosos com as pessoas que recorriam á sua bolsa. Em Lisboa havia duas judiarias, sendo uma em Alfama. No Porto, no tempo de D. João I, foi-lhe marcado um terreno junto á porta do Olival, para ali organisarem a *Judiaria.* Havia egualmente estes bairros judaicos em differentes terras, Lamego, Evora, Alemquer, etc. As judiarias eram sempre dentro das cidades e villas; as moirarias eram sempre nos arrabaldes das povoações. Estas judiarias eram fechadas, e com guardas nas entradas. Nos *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, por Freire de Oliveira, vol. I, pag 298, encontra-se annotada uma carta regia de 3 de junho da era de 1433 (anno de 1395) em que se suscita a observancia da «ordenação da camara, feita em serviço de Deus e para o bom regimen da cidade, que prohibia aos moiros e aos judeus morarem ou dormirem fóra dos respectivos bairros. Que todos os judeus morassem dentro na Judaria, e isso mesmo fossem a ella dormir os que viessem de fora parte e outrosim os moiros á moiraria que tambem vierem de fóra» As judiarias fôram supprimidas por el rei D. Manuel em 1507 Havia então duas em Lisboa, uma na Alfama, outra á Conceição Velha, que era a synagoga. Antes d'el rei D. Diniz, parece que os judeus habitavam por todo o bairro que fica entre o Carmo e a Trindade. Depois *de correr o sino da oração*, isto é, depois das ave marias, era defezo aos judeus andar fóra dos bairros. Nenhuma christã podia ir á judiaria se

não a comprar alguma cousa, e acompanhada por dois homens christãos, se fôsse casada, e por um, se fôsse viuva ou solteira, e isto com pena de morte. A mesma pena se impunha ao judeu que em sua casa recolhesse mulher christã. No reinado de D. João I foi expressamente prohibido, em Lisboa, que as mulheres christãs fôssem aos bairros dos infieis, nem mesmo acompanhadas, sob pena de açoites, como se vê da carta regia datada do 1.º de dezembro da era de 1414, transcripta nos referidos *Elementos*.

Juens. Pov. da freg. de N. S.ª dos Milagres, de Guardão, conc. de Tondella, districto de Vizeu.

Jugada. Tributo muito antigo, que já desde o tempo dos romanos se pagava nas Hespanhas. Era um direito real imposto nas propriedades lavradias, ordinariamente baseado no numero de jugos ou juntas de bois com que o colono agricultava a propriedade. Os lavradores eram, no tempo dos gôdos, meros *servos da gleba*, pagando cada anno o *censo fiscal, canon, frumentario ou fossatária*, que consistia em certa porção de grãos, por cada junta de bois. Os ricos homens, e muitos nobres, receberam grandes porções de territorio, com a obrigação de acudirem á guerra, com suas gentes sustentadas á sua custa. Estes deram terras aos seus vassalos com os mesmos direitos dos reis. As jugadas variavam, segundo as terras em que se pagavam. Havia jugadas de pão, de vinho e de linho. El-rei D. Affonso Henriques reservou este tributo para a Corôa; mas algumas vezes, ainda que raras, os nossos monarchas doavam as jugadas por grande mercê. O conde D. Henrique doou a Bernardo Franco 5 casaes em *Villa Bôa de Satan*, livres de todo o direito real, *e mesmo da jugada*. El-rei D. Manuel, em 1514 mandou pagar, no foral de Serpins *(por contrato feito com o povo* d'aqui e o mosteiro de Lorvão, que era seu donatario) 890 alqueires de pão pela medida de Coimbra, 300 almudes de vinho e 55 feixes de linho, repartido isto por todas as propriedades, em proporção do que produziam. Havia *jugada nova* e *jugada velha*, sendo esta maior do que aquella. O concelho de Lisboa pagava a jugada, que só podia exigir-se até ao Natal (*Foral* de D. Affonso Henriques). D. João I aboliu a jugada, em Lisboa, a pedido do concelho.

Jugada. Pov. na freg. de S. Paio, de Moledo, conc. de Caminha, districto de Vianna do Castello.

Jugaria. Pov. na freg. de Santa Maria, de Fiães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Jugueiros. Pov. e freguezia de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto; 1:319 hab. e 358 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post., permutando malas com Felgueiras. O D. abbade benedictino do mosteiro de Pombeiro, apresentava o cura, que tinha 8$000 réis e o pé d'altar. A prov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. Proximo da pov. corre o rio Vizella. Nada se sabe ácêrca da sua fundação, mas conhece se que é muito antiga, o que se prova pela ponte romana de Travassos, e a antiga egreja parochial, hoje capella de N. S.ª da Paz. Cortada em toda a zona por abundantissimas levadas colhidas dos rios Bugio e S. João, é fertilissimo o seu solo, tornando-se a mais rica e productiva pov. do concelho. E' servida por uma estrada municipal com bons edificios. Em Jugueiros cria-se muito gado. O edificio da escola, o encanamento e abastecimento das aguas, a feira mensal, a estrada que citámos, muitos outros melhoramentos que a engrandecem, são devidos á iniciativa particular, e sobretudo á dos filhos de Jugueiros ausentes no Brazil. ‖ Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. ‖ N. S.ª da Ovida, de Ranhados, conc. e distr. de Vizeu. ‖ S. Martinho, de Rio de Moinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. ‖ O Salvador, de Varzea, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. ‖ S. Paio, de Portella, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Juguelhe. Pov. na freg. de S. André, de Rio Douro, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Jugular. V. *Armadura*.

Juhia. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Lodares, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Juia. Pov. na freg. de Santa Maria, de Riba d'Ancora, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello.

Juiz. Aquelle que tem poder legal para julgar causas, sentenciando; o que administra a justiça; arbitro; julgador; jurado. Presidente de irmandade. Principal promotor de festividade religiosa. Antigo official de officio, que examinava os da sua arte. ‖ *Juiz de direito*, o magistrado judicial que julga segundo a prova dos autos e segundo o direito. Oppõe se a *juiz de facto*, ou *jurado*, que só julga segundo a sua consciencia e convicção. ‖ *Juiz de direito*, magistrado encarregado de administrar justiça em uma comarca com a alçada e attribuições marcadas na lei. Em Lisboa e Porto ha um juiz de direito em cada vara (*juiz do civel)* e um em cada districto criminal (*juiz do crime)*, nas outras comarcas o civel e o crime estão a cargo de um só juiz. Em justiça militar chama-se auditor o *juiz* de direito ou togado que funcciona junto do conselho de guerra permanente de cada divisão; *juiz relator* o que funcciona junto do tribunal superior de guerra e marinha, e simplesmente *juizes* os militares encarregados de formar os corpos de delicto ‖ *Juiz ordinario*, o magistrado que administra justiça em um julgado ordinario, do qual ha appellação para o juiz de direito ‖ *Juiz eleito*, magistrado judicial, eleito pelo povo em cada freguezia para as causas de menor valor e para as primeiras diligencias dos processos crimes. Os *juizes eleitos* fôram extinctos em 1874. ‖ *Juiz da Relação*, cada um dos membros do tribunal da Relação. Eram antigamente os *desembargadores*, e hoje teem o titulo de *conselheiros*. ‖ *Juiz de paz*, magistrado electivo que preside ao juizo conciliatorio em cada districto do juizo de paz.

Juiz do povo. Antigo magistrado popular, que presidia á Casa dos Vinte e Quatro (*V. este nome)* no regimen dos gremios dos officios. O cargo de juiz do povo seguiu, naturalmente, as vicissitudes da Casa dos Vinte e Quatro. O primeiro que o teve foi o tanoeiro Affonso Annes Penedo, nomeado por D. João I, em distincção dos serviços prestados. Em 1506 foi dissolvida a Casa dos Vinte e Quatro, restabelecida em 1539, reformada em 1572, e extincta por decreto de 7 de maio de 1834. O cargo de juiz do povo teve

grande reputação, autoridade e representação, sendo tratado officialmente pelo *muito honrado juiz do povo*. O Juiz do Povo, de Lisboa, tinha 30$000 réis de ordenado, concedido em 20 d'abril de 1624, e que lhe era pago pelas rendas da camara. Em 1611, por alvará de 19 de fevereiro, foi lhe permittido o uso de vara no exercicio das suas funcções. Ao Juiz do Povo, de Coimbra, só em 3 de junho de 1663 é que lhe foi concedido o usar de vara, como o de Lisboa, e em 1748 o Desembargo do Paço arbitrou lhe o ordenado de 20$000 réis A vara era vermelha e tinha pintadas as armas da cidade Os procuradores de Coimbra já nas côrtes de 1653 tinham pedido para que o juiz do povo da mesma cidade pudesse tambem trazer vara como o de Lisboa, mas o soberano não deferiu, *para não ser exemplo a outras terras*, que teriam egual pretenção O alvará de 10 de dezembro de 1641 suscitou que nas eleições dos Vinte e Quatro de Lisboa se devia primeiro eleger o juiz do povo, a votos, e depois de publica a sua eleição, proceder se á dos mestéres na fórma costumada. O novo juiz devia logo tomar contas ao juiz velho, assim como quaesquer outras da Casa dos Vinte e Quatro, conforme o alvará de 7 de junho de 1526 Em 10 de dezembro de 1657 foi concedida ao juiz do povo autoridade para suspender qualquer dos Vinte e Quatro, os juizes de bandeira, ou outro official dos seus inferiores. Em 20 de dezembro de 1735 foi lhe retirada essa autoridade. A importancia do cargo de juiz do povo tem sido apreciada differentemente por varios auctores. Uns o apresentam como individualisando a representação das artes e dos officios da cidade, e dirigindo se ás instancias superiores com a consciencia da importancia d'essa representação. Outros o mostram como uma entidade subordinada ao senado da camara, tendo por vezes uma errada comprehensão das suas attribuições, ligando uma falsa idéa á autoridade de que estava revestido, e procurando cercar-se do maior prestigio. Comprehende-se que á politica de alguns dos nossos reis conviesse ter no juiz do povo um magistrado popular cuja autoridade se contrapuzesse á do clero e á da nobreza. Assim succedeu com D. João I e com D. Pedro II, quando quizeram alcançar o throno, firmando-se no povo. Mas na propria lisonja que lhe faziam estava o reconhecimento da importancia do juiz do povo. Freire de Oliveira, nos seus *Elementos*, vol. IX, em nota final, aprecia o assumpto, mostrando que o juiz do povo era subordinado ao senado da camara. Todavia, na referida obra, a pag 57 do vol. VI, insere o mesmo autor o *Regimento* do juiz do povo, no reinado de D. João V, no qual se encontra o seguinte capitulo, que justifica plenamente a consideração que a tradição ainda hoje attribue a esse magistrado popular: *Do que deve observar, sendo preciso falar a S. Magestade em qualquer negocio do povo*: «Nas occasiões em que fôrem precisas ao muito honrado juiz do povo falar a S Magestade o fará, advertindo que não deve ser senão em audiencia; mas não deixe escurecer e pôr em esquecimento a prerogativa de lhe falar nas audiencias principaes do sabbado, que são as dos fidalgos e ministros, o que redunda em reputação do seu logar; e no caso que haja negocio preciso de se lhe representar em qualquer dia, posto que não seja de audiencia, nem por isso deve deixar de o fazer, manifestando-o ao camarista, para que exponha na presença de S. Magestade a precisão que tem de lhe representar certo negocio e dependencia.»

Juizo. Pov. na freg de N S.ª da Purificação, de Azevo, conc. de Pinhel, distr da Guarda.

Julgado. Divisão territorial sobre que tem jurisdicção o juiz ordinario. Nas *inquirições*, desde D. Affonso II até D. Diniz, julgado era synonimo de *concelho*, terra ou termo, que tinha juiz ou alvazil, com maior ou menor jurisdicção. Tambem se chamava *julgado* a certo tributo que se pagava ao juiz da terra, proveniente da carne e outros comestiveis que se vendiam no ditricto da sua jurisdicção. Até 24 de outubro de 1855 todos os concelhos eram julgados. Então fôram supprimidos 54 concelhos no continente e 3 nos Açôres. Foi desde essa epoca que o concelho ficou sendo uma circumscripção diversa de julgado, porque fôram supprimidos os julgados de Bouças, Gondomar, Maia, Vallongo e V. N. de Gaia, e ficaram existindo os concelhos d'estas villas Por decreto de 24 de setembro de 1873 supprimiram-se 20 julgados, mas os concelhos ficaram como municipios. O concelho tem um administrador effectivo e um substituto, e na sua falta serve interinamente o presidente da respectiva camara; uma camara, composta de mais ou menos vereadores, segundo a classificação do concelho; escrivães da camara, do administrador e da fazenda; officiaes de diligencias da camara e do administrador, um recebedor, um carcereiro e um thesoureiro da camara O julgado tem um juiz ordinario, 3 substitutos, um subdelegado do procurador regio, escrivães e officiaes de diligencias O sub delegado ou agente do ministerio publico é tambem curador dos orphãos, contador, distribuidor, e fiscal da fazenda publica do julgado. Os escrivães são tambem tabelliães de notas. Relação dos concelhos e julgados supprimidos pelo decreto de 24 de outubro de 1855. No distr. de Vianna do Castello: Castro Laboreiro e Valladares No distr. de Braga: Prado, Penella (só o julgado), Pico de Regalados, (com., conc. e julgado) No distr de Santarem: Ulme, Salvaterra de Magos, Pernes e Montargil. No distr. de Castello Branco: Sobreira Formosa, Alpedrinha e Salvaterra do Extremo No distr. de Portalegre: Cabeço de Vide, Souzel, Veiros e Alegrete. No distr. de Beja: Messejana e V. Nova de Mil Fontes No distr. do Porto: S Thomé de Negrellos. e só os julgados nos concelhos de Bouças, Gondomar, Maia, Vallongo e V. N. de Gaia. No distr. de Bragança: Torre de Dona Chama. No distr. de Leiria: S. Martinho do Porto, Pederneira, Chão de Couce, Maçãs de D. Maria e Louriçal. No distr. de Aveiro: Fermedo, Pinheiro da Bemposta No distr. de Lisboa: Sines, Moita, Alcoentre, Aldeia Gallega da Merceana, Sobral de Monte Agraço, Collares, Ericeira, Azeitão, Palmella, Ribaldeira, Alhandra e Oeiras (só o julgado). No distr. de Faro: só o julgado nos concelhos de Villa do Bispo e Aljesur. No distr. de Vizeu: Mões, S. Martinho de Moiros, Leomil, Ferreiros de Tendaes, S. Fins e Frevões. No distr. de Coimbra: Avô. No distr de Evora: Vimieiro, e só o julgado nos concelhos de Alandroal, Môra e Mourão. No distr. de Angra do Heroismo: S. Sebastião,

Villa da Praia e Villa do Tôpo.—Relação dos julgados supprimidos por decreto de 23 de dezembro de 1873. Aljesur, Alvito, Barreiro, Batalha, Castello de Paiva, Castro Verde, Cezimbra, Fornos d'Algodres, Mação, Marvão, Mondim, Mondim de Basto, Nellas, Penedono, Ribeira de Pena, S. Thiago do Cacem, S. João d'Areias, Sardoal, Sattam e Villa Velha de Rodam

Julla de Baixo e Julla de Cima. Duas povoações na freg. de N S.ª d'Assumpção, de Alte, concelho de Loulé, distr. de Faro.

Julianna. Portugueza celebre no Industão pela influencia que teve na côrte dos soberanos de Delhi. N em Bengala em 1658, e fal. em 1733. Era filha d'um portuguez Tendo perdido tudo quanto possuia n'um naufragio, foi, com algumas curiosidades que lhe restavam, para a côrte do imperador Aureng Zeb, encantou o com o seu espirito, e foi encarregada por elle da educação de seu filho Behadour-Schab e da intendencia do seu harem. Quando em 1707 esse principe succedeu a seu pae, com o nome de Schah Aãlem I, Julianua foi lhe muito util, sobretudo quando se viu obrigado a fazer guerra a seus irmãos que lhe disputavam o poder. Foi seguindo os seus conselhos que Schah Aãlem venceu seu irmão Aãzem Schah Em recompensa d'esse serviço o joven imperador deu-lhe o titulo de Khanech (princeza), encheu-a de presentes, deu lhe uma pensão consideravel, e fel a depositaria da corôa. Julianna empregou a influencia de que dispunha, em proteger os christãos. Schah-Aãlem formava de Julianna tão elevada opinião, que dizia, se ella fôsse homem a nomearia seu vizir. Encheu de honras e de presentes 300 portuguezes, que mandara vir de Gôa com sua irmã Angelica e seu cunhado Velho de Castro. Schah Aãlem morreu em 1712, e Julianna conservou a sua elevada posição na côrte durante o governo do successor d'este principe, e do filho d'este soberano Mohammed, que n'uma cerimonia solemne se fez coroar por ella, em 1719. Até fallecer conservou sempre o seu emprego e a sua alta posição na côrte. Sua sobrinha, Izabel Velho, succedeu-lhe como guarda da corôa, em 1733, e esta dignidade permaneceu na familia até ao reinado de Ahmed Schah, em 1747.

Julianna. Pico da ilha de Porto Santo, no archipelago da Madeira.

Julianno. Rio do distr. de Santarem. N no monte de S. Torquato e lança-se no Sorraia, proximo de Benavente, depois de 25 k de curso.

Julião. Chanceller e notario de D. Sancho I, seu primeiro ministro, por assim dizer, e um auxiliar energico e intelligente na lucta, que aquelle monarcha travou destemidamente com o papa Innocencio III. O chanceller Julião foi a alma d'essa lucta. D. Sancho I tinha a energia de guerreiro, o chanceller Julião tinha a firmeza e a habilidade do diplomata. São vagas as noticias historicas existentes a respeito d'este homem, que foi um dos mais notaveis ministros que na Edade Media houve em Portugal.

Julião. Pov. na freg. de Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc de Tavira, distr. de Faro.

Julio (*Casaes do*). Na freg de S Leonardo, de Athouguia da Baleia, conc. de Peniche, distr. de Leiria.

Jumarú. Incumbe ou dependencia do prazo Lieungo, no distr. de Quelimane, prov. de Moçambique, Africa Oriental Sólo fertil. Produz arroz, canna de assucar, feijão, mandioca, milho e tabaco. Abundancia de cêra e matas com optimas madeiras.

Junprim. Aldeia ao sul do rio Sandalcalo, da regedoria de Nossa Senhora dos Remedios, no concelho e districto de Damão, na India.

Junca. Pov. e freg de Santa Maria Magdalena, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Almeida, distr. e bisp. da Guarda; 475 hab. e 135 fog. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural, feira annual a N. S.ª do Mosteiro, em 15 de agosto. O reitor d'Almeida apresentava o cura, que tinha 4$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. dista 5 k da séde do conc. e está situada na estrada que vae de Almeida para Alfaiates. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Juncaes. Pov. e freg de S. Thiago, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Fórnos d'Algodres, distr. e bisp da Guarda; 1:128 hab. e 216 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. postal. A pov. dista 10 k da séde do conc e está situada proximo da margem esquerda do Mondego A Casa do Infantado apresentava o prior, que tinha 120$000 réis annuaes. Juncaes pertenceu ao conc. de Linhares, abolido pelo decreto de 24 de outubro de 1855. Passou para o de Celorico da Beira, e por decreto de 13 de janeiro de 1898 foi para o de Fórnos d'Algodres; pelo mesmo decreto ficou pertencendo lhe o logar de Cadouco, desannexado da freg de Mesquitella, do conc. de Celorico da Beira. A pov. pertence á 2.ª div. mil. ao distr. de recrut e res n.º 12, com a séde em Trancoso. ‖ Povoações nas freguezias: S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro. ‖ Santa Maria dos Olivaes e conc. de Thomar, distr. de Santarem

Juncalnho. Pov. na freg de S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Juncal (*Carlos Pinto Vieira da Motta, conde do*). Juiz aposentado do Supremo Tribunal de Justiça. N. na freg. de S. Romão, de Paredes de Viadores, concelho de Marco de Canavezes, e fal. com mais de 80 annos de edade, em Lisboa a 18 de março de 1906. Era filho do conselheiro e desembargador Bernardo José Vieira da Motta, juiz do Supremo Tribunal, e de D. Maria do Carmo Pinto Vieira da Motta. Foi deputado ás côrtes em diversas legislaturas e par do reino electivo. Militou sempre no partido regenerador. Era casado com D. Amelia Augusta Ferreira Cabral Paes do Amaral, que reside actualmente na Foz do Douro

Juncal (*Quinta do*) Propriedade proxima ao logar e freg. de Matacães, conc. e com de Torres Vedras, distr. de Lisboa. Nasceu aqui José de Mello e Lima Falcão, coronel do regimento de milicias da villa de Torres Vedras, que serviu de governador militar da mesma villa. O filho primogenito d'este fidalgo, por nome José Maria de Mello e Lima Falcão, casou com D. Emilia Augusta de Oliveira Trigoso, da casa da Quinta Nova, por cujo consorcio ficaram reunidos os morgados d'estas duas casas muito ricas, mas sobretudo a do Juncal. Tem esta por armas

um escudo esquartelado: no primeiro quartel tem tres bordões de Sant'Iago; no segundo cinco conchas em santor; no terceiro uma banda com tres crescentes e dois leões, um de cada lado d'ella; e no quarto quatro bastões, e por timbre um falcão, com um dos bordões no bico, e pé direito. Do dito consorcio existiam em 1858 cinco filhos: Sebastião Francisco Falcão Gambôa Fragoso Vouzella Sanches de Baena Henriques Trigoso, successor da casa, 9.º senhor do morgado de Santo Aleixo, e 6.º barão d'Aldenberg do sacro imperio romano na Austria; e seu irmão Leonardo, e irmãs D. Maria Francisca, D. Maria José, e D. Emilia Augusta, as quaes tinham direito a usar do mesmo titulo, bem como sua tia, irmã de sua avó paterna, D. Maria do Carmo de Baena Falcão Vanzeller Henriques de Noronha. Na egreja parochial de S. Domingos de Carmões, no conc. de Torres Vedras, teem estes fidalgos uma capella, instituida pelo doutor Francisco Mendes Trigoso, lente de prima na Universidade de Coimbra, em 1630. V. *Carmões*.

Juncal. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Porto de Moz, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa; 1:902 hab. e 456 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post permutando malas com Porto de Moz. A povoação dista 17 k. da séde do concelho; pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria. Esta freg. foi annexada ao conc. de Alcobaça pelo decreto de 7 de setembro de 1895 que aboliu o de Porto de Moz, e voltou para este, por ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. O povo apresentava o cura, a quem dava annualmente 380 alqueires de trigo. ‖ Povoações nas freguezias: S. Romão, de Paredes de Viadores, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. N'este logar ha uma est. do caminho de ferro, da linha do Douro, entre a de Marco de Canavezes e o apeadeiro de Palla. ‖ Santa Christina, de Couto, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. ‖ S. Salvador, de Covão do Lobo, conc. de Vagos, distr. de Aveiro. ‖ S. Felix, da Marinha, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. ‖ S. Pedro, de Fratel, conc. de Villa Velha de Rodam, distr. de Castello Branco. ‖ Santa Eulalia, de Oliveira do Douro, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. ‖ S. Pedro, de Salgueiro, conc. e distr. de Castello Branco. ‖ S. Pedro, de Varzea, conc. de Goes, distr. de Coimbra ‖ Vallado real do oeste na leziria grande de Villa Franca de Xira.

Junçal. Pov. na freg. de Santo Isidoro, de Cavernães, conc. e distr. de Vizeu.

Juncalinho. Pov. na freg. de N. S.ª das Reliquias, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Junceira. Pov. e freg. de S. Matheus, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Thomar, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 1:142 hab. e 270 fog. Tem esc. do sexo masc. e est post. permutando malas com Thomar. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e corre-lhe proximo o rio Nabão. A Mesa da Consciencia e Ordem apresentava o vigario, que tinha 130$000 réis annuaes. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n. 15 com a séde em Thomar. ‖ Povoações nas freguezias: Santo André, de Cella, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. ‖ Sant'Anna, de Commenda, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. ‖ S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. ‖ S. Thiago, de Peral, conc. de Proença a-Nova. distr. de Castello Branco

Juncido. Pov. na freg. de Santa Christina, de Mançores, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Junco. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Chouto, conc. da Chamusca, distr. de Santarem

Juncosa. Pov. na freg. de S. Thiago, de Mouquim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Jungeiros. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Negrilhos, conc. de Aljustrel, distr. de Beja.

Jungo. Pov. do sobado de Canhongo Caquicaço, div. de Luxilo, conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. de Angola.

Junqueira (*José Dias Leite Sampaio, 1.º visconde e 1.º barão da*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real; commendador das ordens de Christo, da Conceição, e de Carlos III, de Hespanha; tenente-coronel honorario do antigo esquadrão de cavallaria nacional de Lisboa; addido honorario de legação; antigo deputado; antigo contratador das saboarias e do tabaco, etc. N. em 4 de janeiro de 1804, fal. a 23 de dezembro de 1870. Casou em 21 de fevereiro de 1835 com D. Emilia Angelica Monteiro, filha de Francisco José Gomes Monteiro e de D. Maria Angelica Basto. D'este consorcio houve dois filhos: Francisco, que morreu creança, e D. Emilia Angelica Monteiro de Sampaio, que foi a primeira condessa da Junqueira (*V. o artigo seguinte*). O titulo de barão foi concedido por decreto de 8 de novembro de 1843, e o de visconde por decreto de 7 de outubro de 1851. Possuia o seguinte brazão d'armas, concedido pelo alvará de 16 de julho de 1842: Escudo partido em pala; na primeira as armas dos Sampaios, e na segunda as dos Leites.

Junqueira (*José da Paz de Castro Seabra, 1.º conde da*). Doutor em Philosophia pela Universidade de Iena; addido honorario á legação em Berlim; commendador das ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição; fidalgo cavalleiro da Casa Real; proprietario. N. a 18 de março de 1840; fal. em Cascaes em maio de 1901. Era filho de Joaquim Pedro Seabra, do conselho de Sua Magestade; fidalgo cavalleiro da Casa Real; commendador das ordens de Christo e de Carlos III, de Hespanha; cavalleiro da de N. S.ª da Conceição, casado com D. Anna José de Sousa Miranda e Castro. O conde da Junqueira casou em 23 de janeiro de 1867 com D. Emilia Angelica Monteiro de Sampaio, filha dos 1.ºs barões e 1.ºs viscondes da Junqueira, e sua unica herdeira, por ter fallecido seu irmão mais velho. O titulo de conde da Junqueira foi concedido por decreto de 9 de abril de 1874.

Junqueira. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. de Macieira de Cambra, com. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 1:043 hab. e 204 fog. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 7 k. da séde do conc. Esta freg. foi annexada á de Arões em 1702, mas ha muitos annos que está independente. O abbade de S. Simão de Arões apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. A freg. fica na serra; é fertil em cereaes, algum vinho e azeite; apparece muita caça. Pertence a pov. á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 24,

com a séde em Aveiro. || Pov. e freg. de S. Simão, da prov. do Douro, conc. e com. de Villa do Conde, distr. do Porto, arceb. de Braga; 1:193 hab. e 282 fog. Tem esc do sexo masc A pov. dista 9 k. da séde do conc , e está situada perto da margem direita do rio Ave, em terreno fertil e pouco accidentado. O cabido do mosteiro dos conegos regrantes de Santo Agostinho apresentava o vigario, triennal, que era um dos conegos do referido mosteiro. Tinha 30$000 réis annuaes. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Pov. e freg. de S. Thiago e S. Filippe, da prov. de Traz os Montes, conc. e com. da Torre de Moncorvo, distr. e bisp. de Bragança. Esteve annexa por algum tempo á freg. de Estevaes, e actualmente está annexa á de Adeganha. Fica situada proximo da margem esquerda da ribeira Villariça || Povoações nas freguezias: N S.ª da Conceição, de Alvorge, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || Santo André, de Cella, conc de Alcobaça, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Corveira, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real. || N. S.ª do Pranto, de Dornes, conc de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem || N. S.ª da Assumpção, de Freixianda, conc. de V. N. de Ourem, do mesmo distr. || N. S.ª da Purificação, de Motella, conc. do Vimioso, distr. de Bragança. || S. Thiago, de Moita, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || Santo Thirso, de Paramos, conc. da Feira, do mesmo distr. || Ilha da Madeira e distr. do Funchal: N. S. de Guadelupe, de Porto da Cruz, conc. de Machico; N. S.ª da Conceição e conc. de Porto Moniz. || N. S.ª da Conceição e conc. de Silves, distr. de Faro. || S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria || S. Pedró, de Villar do Paraizo, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Junqueira. Local onde ha uma nascente de aguas mineraes V *Bem Saude.*

Junqueira. Povoação entre Alcantara e Belem, onde ha uma estação do caminho de ferro na linha de Cascaes. E' na rua da Junqueira que está situada a importante fabrica da Cordoaria Nacional, pertencente ao Arsenal da Marinha. Foi creada esta fabrica, no reinado d'el rei D. José, na administração do ministro marquez de Pombal, por decreto de 29 de junho de 1771 para completar o armamento dos navios de guerra, sendo logo nomeado mestre e fiscal. Por vezes se tomaram varias providencias ácêrca d'esta fabrica, até que em 19 de novembro de 1796 appareceu um documento official regulando o serviço da cordoaria, pinhaes e mattas Até ao anno de 1801 esteve muito florescente, mas depois caiu em decadencia. Para proteger aquella officina do Estado, foi em 1803 prohibida a importação da euxarcia estrangeira, estabelecendo se os meios de levar a effeito esta prohibição. Aos esforços empregados pelo conselheiro Marino Miguel Franzini, que mais tarde foi nomeado inspector, é que a Cordoaria Nacional pôde conseguir elevar se ao seu antigo estado florescente. Em 1820 o numero de operarios era de 263; em 1826 contavam-se como empregados 571 individuos, além de 100 mulheres que trabalhavam fóra; havia mais 46 meninos indigentes, mantidos e educados no collegio annexo de S. Pedro, á custa do estabelecimento. A despeza da administração,jornaes, etc., importava em 50:000$000 réis por anno; o valor dos artigos manufacturados em 1825, foi de 123:000$000 réis. A 1º de fevereiro de 1826 declarou-se um pavoroso incendio, que durou tres dias, destruindo grande parte do edificio, que se reconstruiu em pouco tempo, não cessando o emprego dos operarios. O desenvolvimento da fabrica foi demorado, e por vezes quasi nullo. Em 1855, no *relatorio de inquerito*, classificaram-se as machinas usadas na cordoaria para a urdidura, fiação, etc., de anti-diluvianas. Carecia então a fabrica de todas as machinas modernas, que o trabalho com as antigas empregava um pessoal numeroso, que pela sua retribuição affectava muito a mão d'obra. Em 1868 esteve a Cordoaria Nacional destinada a ser riscada da lista dos estabelecimentos do Estado. Felizmente a administração de marinha interessou-se, vendo aquella decadencia, e com a direcção de tres distinctos officiaes de marinha, Caetano Alberto da Silva, Manuel Joaquim Ferreira Marques e Antonio do Nascimento Pereira Sampaio, levantou-se aquelle estabelecimento, e a fabrica da Cordoaria Nacional está hoje dotada com todos os recursos, que a sciencia moderna tem inventado para o desenvolvimento d'aquelle ramo de industria, podendo satisfazer todas as exigencias da nossa armada. A fabrica tem actualmente 45 machinas distribuidas pelas officinas de cordoeiro, tecelagem mechanica e partido artistico Estas machinas começaram a funccionar em novembro de 1876, sendo director o capitão de mar e guerra Antonio do Nascimento Pereira Sampaio. Para o assentamento da segunda remessa de machinas foi contratado por seis mezes o operario inglez James Stewart Jarvis; este operario veiu para armar as machinas e ensinar a trabalhar com ellas os artistas portuguezes. Estas machinas começaram a trabalhar em novembro de 1886, sendo director o capitão de mar e guerra João Theodoro d'Oliveira. Para o assentamento da terceira remessa de machinas e fazêl as funccionar, foi nomeado o encarregado das machinas da cordoaria José Antonio da Silva. Com este augmento de machinas tornou-se necessario substituir parte da arvore geral do movimento, que era já muito fraca para o trabalho que d'ella se exigia, por uma outra de maior resistencia, aproveitando-se a que se substituiu para um veio transversal, que dá movimento aos dois novos teares e tesoura mechanica. Teve que se fazer contra-movimentos para as duas machinas de fiação, e machina de retorce, sendo preciso dar uma nova disposição ás machinas, que já estavam montadas na officina de fiações. Apropriou-se uma casa para o assentamento da machina de espremer o fio, de um tanque de ferro para lavar as meadas e de uma machina de massar o fio. Começaram a funccionar estas machinas em novembro de 1887, sendo director o capitão-tenente Teixeira Guimarães. As officinas do partido artistico constam de: officina de serralheiro e torneiro com dois tornos mechanicos; um engenho de furar; officina de carpinteiro e torneiro de madeira com uma serra circular com braços para furar madeira, e um torno de marcha; officina de ferraria com duas forjas e fundição de metal. Bibliographia: *Memoria ácerca das construcções e ornamentos navaes e dos estabelecimentos de ensino que lhes dizem respeito,* que pre-

cede o *Catalogo official dos objectos mandados pelo ministerio da marinha e ultramar á Exposição Industrial Portugueza*, na Avenida da Liberdade em 1888; *Conta da receita e despeza da Cordoaria Nacional e Real de Lisboa, e dos annexos estabelecimentos de beneficencia e reclusão, pertencente ao anno de 1820*, Lisboa, 1821. No sitio da Junqueira houve um antigo forte, onde estiveram encerrados muitos presos politicos no tempo da administração do marquez de Pombal, os quaes ficaram livres quando este ministro foi demittido, depois da morte de el-rei D. José I. A'cerca d'este forte, escreveu o 2.º marquez d'Alorna, D João d'Almeida Portugal, que esteve ali prisioneiro durante 18 annos, um livro intitulado *As prisões da Junqueira durante o ministerio do marquez de Pombal*; este livro foi publicado em 1857 por José de Sousa Amado. O chafariz que existe n'este local, construiu-se em 1821, correndo a primeira agua a 2i de junho de 1822 em pequena quantidade, porque as suas minas no alto de Santo Amaro davam sómente duas pennas; porém, fizeram-se novas minas na extenção de 1287 palmos nas immediações do Rio Secco, e estas produziram mais quatro pennas, que correram em 11 de agosto de 1838. O sitio da Junqueira começa no logar de Santo Amaro e termina no Altinho N'este trajecto é embellezado por varios palacios e varias quintas muito pittorescas e importantes, das quaes mencionaremos a dos condes e marquezes da Ribeira Grande, em que se vê uma elegante capella, d'onde todos os annos sae a procissão do Senhor dos Passos, em uma sexta feira da quaresma; o palacio e quinta do fallecido capitalista Manuel Antonio da Fonseca, conhecido por Monte Christo, actualmente propriedade do sr. conde de Burnay; a propriedade do sr. Lamas; a quinta que foi da condessa da Ega, e hoje pertencente ao sr. conde da Folgoza; a quinta das Aguias, dos condes da Junqueira (V. *Aguias)*, etc. No tempo de D. João V realisaram-se aqui muitas festas, corridas de touros e cavalhadas.

Junqueira de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Miguel, de Junqueira, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Junqueira da Vargem. Ilha da Madeira; na freg. e conc. de S. Vicente, distr. do Funchal.

Junqueiro *(Abilio Guerra)*. V. *Guerra Junqueiro.*

Junqueiro *(Forte do)*. Antiga fortaleza em Carcavellos, onde hoje está um sanatorio. V. *Almeida (José Joaquim de).*

Junqueiro. Pov. na freg de S. Martinho, de Villa Fria, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Junqueiros. Povoações nas freguezias: Santo Isidoro, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. Pedro de Cadeira, conc. de Torres Vedras, do mesmo districto.

Junta. Assembléa, ajuntamento de pessoas convocadas para algum fim *Junta grande*, assembléa geral das corporações de piedade, irmandades, etc. || Nome de differentes corporações ou repartições, já consultivas, já de administração ou de inspecção, dependentes de varias repartições do Estado. || *Junta de parochia*, corporação composta de cinco membros eleitos pelo povo da freguezia, a qual tem a seu cargo a administração da fabrica da egreja e a dos bens e interesses da parochia. || *Junta de repartidores*, um certo numero de vogaes encarregados em cada concelho de fazerem a distribuição do contingente das decimas ou contribuição predial, industrial e pessoal e de ouvirem as reclamações dos collectados. || *Junta de saude*, um certo numero de facultativos encarregados em cada divisão militar de inspeccionar os recrutas, e os militares e empregados civis do exercito que precisem ser excusos do serviço; corporação identica para os empregados civis e militares do ultramar em cada provincia ultramarina e na metropole. || *Junta de fazenda*, repartição que em cada provincia ou governo geral ultramarino tem a seu cargo a administração dos rendimentos coloniaes. || *Junta geral de districto*, extincta corporação composta de procuradores eleitos directamente por concelhos, a qual tinha a seu cargo discutir e approvar o orçamento districtal, administrar e promover os interesses do districto, auxiliar a administração municipal e parochial e a execução de serviços de interesse geral. || *Juntas consultivas*, um certo numero de vogaes que em cada ministerio são ouvidos sobre a conveniencia de certos negocios e podem propôr as medidas que entendam, taes são: junto do ministerio do reino, as juntas consultivas de saude e de instrucção publica; junto do ministerio da marinha, a junta consultiva do ultramar; junto do ministerio das obras publicas, a de obras publicas e minas. Antes de 1869 chamavam-se algumas conselhos.

Junta Geral da Bulla da Cruzada. Pelo decreto de 20 de setembro de 1851 foi creada em Lisboa esta junta, tendo a seu cargo a expedição e despacho de todos os negocios respectivos á administração da bulla, á sua distribuição, á cobrança e arrecadação do producto das esmolas dos fieis que quizerem aproveitar se das graças e indulgencias da mesma, e finalmente á entrega do dito producto para ser applicado aos pios usos, a que pelas resoluções pontificias e regias é destinado O producto das esmolas dos fieis que tomarem a bulla deve ser inteiramente applicado, depois de deduzir as despezas da sua administração, em primeiro logar ao estabelecimento de novos seminarios diocesanos e ao melhoramento dos existentes, e em segundo logar ás despezas das fabricas das cathedraes, e a outros usos pios. A antiga Junta da Bulla da Cruzada, que esta veiu substituir, tivera regimento por alvará de 10 de maio de 1634. A nova Junta Geral ficou subordinada ao ministerio dos negocios ecclesiasticos e de justiça. Por decreto de 23 de outubro de 1851 fôram nomeados os membros que deviam formar a Junta Geral, e bem assim todos os empregados da respectiva secretaria. A Junta é presidida por um commissario geral e formada de tres deputados. Dá-se o nome de *bullas* ás letras authenticas do papa expedidas em pergaminho com o sello de chumbo ou de cera verde pendente, em que estão as imagens de S. Pedro e S. Paulo Antigamente o sello é que se designava por *bulla*. A denominação de Bulla da Cruzada provém da circumstancia de conter indulgencias e graças, da natureza d'aquellas que Urbano II concedeu em 1095 aos cruzados que militaram na recuperação da Terra Santa. Em tempos antigos os proventos da

bulla da cruzada eram applicados á despeza das embarcações, que os nossos soberanos empregavam para defender as costas de Portugal. Eram então os nossos mares infestados pelos moiros e pelos piratas, que chegavam até a reduzir a captiveiro muitos portuguezes. Tambem os proventos da bulla serviram para ajuda dos grandes gastos que se faziam na propagação da fé, na sustentação dos logares de Africa, na guerra contra os infieis na Asia e nas missões. A bulla da cruzada, que começa *Dolore cordis intimo*, foi concedida a Portugal pelo papa Gregorio XIII em 1584 para resgate dos captivos de Africa. A primeira bulla da cruzada, que Portugal obteve, foi concedida em 1246 por Innocencio IV, a pedido de el rei D. Sancho II. As bullas concedidas nos reinados posteriores fôram muito limitadas. Mais tarde fôram concedidas de seis em seis annos, findos os quaes se renovava a concessão, se por ventura não occorria desintelligencia com a curia romana, como, por exemplo, no periodo de 1834 e 1849. Em 22 de janeiro de 1849, a pedido do governo portuguez, foi expedida novamente a concessão da bulla da cruzada; renovou-se a concessão em 22 de abril de 1856, depois em 1862, etc. O alvará de 5 de outubro de 1827, entre outras disposições acêrca da administração da bulla, suscitou a observancia da comparencia das camaras municipaes no acto solemne da publicação da bulla. Em 21 de outubro 1848 fôram adoptadas algumas *Resoluções*, entre o ministro plenipotenciario portuguez e o internuncio extraordinario e delegado apostolico do papa Pio IX, sendo algumas relativas á *Bulla da Cruzada*, que seria concedida na fórma antiga, a applicação do rendimento far se hia como dispunha o breve *Cunctis sit notum* de 1. de novembro de 1844. A bulla publicar-se-hia pelo modo do costume, e no tempo usual Dar-se-hia a costumada esmola para a fabrica de S. Pedro em Roma. Na publicação da Bulla se dizia ao publico o uso a que eram destinados os seus rendimentos. No reinado de D. Manuel a execução da Bulla da Cruzada fez se com violencias e vexames. Damião Goes, na sua *Chronica*, parte III, cap 56, assim o diz: «per mao resguardo, culpa, & demasiada tyrania dos officiaes della, foi o regno mui avexado, & sobretudo a gente popular, a quem faziam tomar por força as Bullas, fiadas por certo tempo, no cabo do qual, se não pagavam, lhes vendiam seus moveis & enxovaes, publicamente em pregão por muito menos do que valiam.» As dividas á Bulla da Cruzada eram cobradas como as da Fazenda Real, conforme os successivos alvarás de 4 de agosto de 1595, 24 de janeiro de 1603 e 9 de setembro de 1621. Teem sido differentes as organisações dadas á Junta da Bulla da Cruzada. Por provisão de 27 de janeiro de 1610 mandou-se observar no reino o regimento feito para a Bulla da Cruzada em Castella. O decreto de 10 de maio de 1634 tambem trata da sua organisação. A ella se referem o decreto de 29 de março e carta de lei de 5 de abril de 1823. O seu juizo privativo foi extincto por decreto de 29 de agosto de 1835. Em 20 de setembro de 1851 passou, como se disse, a ser subordinada ao ministro da justiça Annualmente publica no *Diario do Governo* as suas contas e respectivo relatorio. || Bibliographia: *Elementos de direito ecclesiastico portuguez*, pelo dr. Bernardino J. da Silva Carneiro, 1863. *Guia do parocho*. *Esboço de um diccionario juridico*, de Pereira e Sousa, voc. *Bulla*. *Historia dos estabelecimentos scientificos*, etc., por José Silvestre Ribeiro, tomo IV, pag. 53.

Junta do Commercio. Mais exactamente, *Junta da Companhia geral do Commercio do Estado do Brazil*, foi um tribunal creado em 1649, com jurisdicção exclusiva, e por iniciativa dos «homens do Commercio». Representaram estes a el rei D. João IV o desejo que tinham de fundar uma Companhia poderosa, que, sem onerar a fazenda publica, trouxesse por sua conta no mar trinta e seis naus de guerra, em duas esquadras, para guardarem e comboiarem as frotas que vinham do Brazil carregadas. No estado cabotico do nosso trato ultramarino então, por causa das aggressões castelhanas e hollandezas, era isto um rasgo de verdadeiro patriotismo da parte dos negociantes. Foi-lhes acceito em fevereiro o offerecimento, e depois confirmado por alvará de 10 de março. Esse numero grande de naus viu-se reduzido por ordem superior a dez, porque a Junta ia-se tornando um Estado no Estado: era enorme o seu pessoal em terra e mar; eram activissimas as suas fainas de construcções nauticas, ao longo da praia, que se chamava a Ribeira das Naus da Junta, ou a Ribeira da Junta do Commercio; eram incalculaveis as suas exigencias, as suas influencias politicas e burocraticas, e por fim a desordem da administração financeira, e pezo dos seus encargos e dos seus compromissos indeclinaveis. D'ahi desmandos, anarchia, clamores, interesses enredados, um horror, que motivou o alvará de 1 de fevereiro de 1720. Nos seus setenta annos de existencia não sorriram prosperidades á Junta da Companhia, visto como, ao transferir-se-lhe a administração para o Conselho de Fazenda, se consignou para pagamento das grandes dividas, que deixava a Junta, todo o rendimento do contrato do pau do Brazil, e 1 por cento do oiro que vinha na frota annual do mesmo Estado. A Junta foi restaurada por el rei D. José em seu decreto de 10 de setembro de 1755 com Estatutos confirmados por alvará de 16 de dezembro de 1756, e elevada a Tribunal pela carta de lei de 5 de junho de 1788 Denominava-se *Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, e Navegação d'estes reinos e seus dominios*. Era então um tribunal supremo, immediato á real pessoa, composto de um presidente com o titulo de inspector geral, e do mesmo numero de deputados e de ministros togados adjuntos com que aquella fôra creada. A Junta do Commercio prestou importantes serviços durante a administração do marquez de Pombal, que teve nella dedicada cooperação. Ainda havia pouco que fôra restaurada, por occasião do terremoto de 1 de novembro de 1755, e logo auxiliou as finanças do Estado com o *Donativo de 4 °/°* (V. *este nome*). D'esta importancia sairam verbas importantissimas para a reconstrucção da cidade, emprestimos a fabricas, novas industrias, defeza do reino em 1762, etc. Acêrca da Junta do Commercio pódem vêr-se ainda o alvará de 5 de julho de 1816 e resolução de 19 de maio de 1819. Por decreto de 30 de julho de 1834 foi extincto este tribunal, declarando se no mesmo diploma as autoridades, a quem ficavam competindo as suas attribuições.

Junta do Credito Publico. Encarregada dos fundos consignados ao pagamento da divida publica, e de todo o processo relativo a esse pagamento. E' constituida por cinco membros: um eleito pela camara dos pares, outro pela camara dos deputados, um nomeado pelo governo e dois eleitos pelos possuidores de titulos consolidados de assentamento. E' renovada de tres em tres annos, contando-se os triennios de 1 de setembro de 1893, data da sua ultima reorganisação. As funcções da Junta são: Exercer directamente, e independente de qualquer repartição ou auctoridade, a administração geral da divida publica interna ou externa, superintendendo em todos os serviços inherentes á referida administração, nos termos das leis de 26 de fevereiro de 1892 e 20 de maio de 1893. O seu regulamento vigente foi approvado por decreto de 8 de outubro de 1900. A constituição e funcções da Junta não poderão ser alteradas durante 99 annos, isto é, emquanto durar a divida externa actual, convertida pela carta de lei de 14 de maio de 1902. Desde o primeiro emprestimo, propriamente dito, realisado pelo governo portuguez por decreto de 29 de outubro de 1796, que a administração da divida fundada interna foi entregue a uma «Junta de Administração e Arrecadação de Fundos applicados para os pagamentos de juros», creada por alvará de 13 de março de 1797 e que se installou em 30 de maio seguinte. Esta junta existiu até 1834, tendo soffrido varias modificações. Assim, o decreto de 24 de janeiro de 1803 chama-lhe: «Junta da Administração dos Fundos e Juros dos Reaes Emprestimos»; o decreto das côrtes geraes extraordinarias de 25 de abril de 1821 dá-lhe o nome de «Junta dos Juros dos Novos Emprestimos», o qual os diplomas posteriores, carta de lei de 24 de abril e decreto de 22 de maio de 1827, mudam para «Junta dos Juros dos Reaes Emprestimos,» titulo que se conservou até 1834. O alvará de 31 de maio de 1825 deu nova fórma á Junta, fixou o numero dos seus deputados, e as circumstancias que nelles deviam concorrer; estabeleceu a sua contadoria geral e regulou a sua organisação e vencimentos dos empregados respectivos. Por decreto de 16 de maio de 1832 foi extincta a «Junta dos Juros» e creada a «Junta do Credito Publico», mas só por decreto de 13 março de 1834 foi dissolvida a «Junta dos Juros» e substituida pela «Commissão Interina da Junta do Credito.» Por carta de lei de 15 de julho de 1837 foi definitivamente creada a «Junta de Credito Publico», sendo installada por decreto de 5 de outubro seguinte, e então dissolvida a «Commissão Interina». A referida carta de lei de 15 de julho de 1837 creava a Junta do Credito Publico para administrar e arrecadar os fundos destinados ao pagamento dos juros e amortisação de toda a divida consolidada; estabelecia o numero dos seus membros, o modo por que deviam ser eleitos, as qualificações necessarias para o ser, e o tempo porque deviam servir; assim como a maneira por que seriam nomeados os seus empregados; e designava os objectos que ficavam a seu cargo. Pela carta lei de 9 de novembro de 1841 passou tambem para a Junta do Credito Publico o pagamento dos juros da divida externa consolidada, sendo dotada addicionalmente para esse fim com a decima dos juros da divida interna consolidada, e outros rendimentos designados. A Junta já tinha a seu cargo a administração do papel sellado e a venda dos bens nacionaes. A lei de 8 de junho de 1843 deu nova organisação á Junta, regulando-lhe as attribuições e encargos. Por esta fórma ficou sómente com a administração da divida fundada interna e externa. A officina do papel sellado, que estava a seu cargo, passou para o Thesouro Publico por portaria de 28 de junho de 1843. A lei de 10 de abril de 1876 creou a Caixa Geral dos Depositos que collocou sob a inspecção da Junta do Credito Publico, sendo approvado por decreto de 6 de setembro do referido anno o regulamento da contadoria geral da Junta. O decreto de 15 de dezembro de 1887 creou a «Direcção Geral da Divida Publica» e reorganisou a Junta do Credito Publico, que coexistiram independentes, mas sendo transferido o pessoal e os serviços para aquella por decreto de 3 de janeiro de 1888. Por lei de 20 de maio de 1893 passou novamente para a Junta do Credito Publico o serviço da divida publica interna e externa, sendo por decreto de 14 de agosto de 1893 reconstituida a Junta com todas as suas antigas attribuições, e declarando-se que a Direcção Geral da Divida Publica ficava constituindo, com o respectivo pessoal, a sua secretaria. Pelo decreto de 10 de maio de 1894 foi approvado o regulamento organico da Junta do Credito Publico. A lei de 27 de abril de 1896 reorganisou a secretaria, restabeleceu a thesouraria da Junta, e creou os logares de substitutos dos vogaes. Pelo decreto de 2 de outubro de 1896 foi approvado o novo regulamento da Junta do Credito Publico. O actual regulamento foi approvado por decreto de 8 de outubro de 1900. Durante o periodo da sua existencia tem a Junta desempenhado um papel importante na administração da divida publica, zelando os interesses do Estado e os dos juristas, como lhe cumpre, impondo se ao respeito de nacionaes e extrangeiros. Os governos teem-lhe confiado successivamente a guarda de varios fundos, taes como o Fundo de reconstituição da marinha de guerra, o Fundo de Amortização, o Fundo dos Conventos Supprimidos, etc. Os juristas tambem teem recorrido algumas vezes á Junta para a defeza dos seus interesses. Em 11 de dezembro de 1851 numerosos possuidores de titulos de divida publica se dirigiram á Junta, afim de que resistisse em nome da lei ás ordens do governo, que em dictadura se tinha apossado dos titulos que constituiam o Fundo de Amortização Na sua representação diziam: «Os abaixo assignados recorrem á Junta como sua defensora legal para que, pelos meios que as leis lhe concedem, haja de resistir a similhante expoliação O direito da Junta a essa resistencia é inquestionavel O decreto de 16 de maio de 1832, tit. 3.°, art.° 6.°, não só a declara *independente* do governo, mas reconhece-lhe litteralmente o direito de *resistir*, com a lei na mão, a quantos pretenderem aggredir-lhe a sua propriedade e dotação » Citavam ainda o art. 2.° § unico da lei de 8 de jun. de 1843. Varias vezes tem tido a Junta que se submetter ás difficuldades financeiras da nação, acceitando e executando reducções de juros, mas sempre com o justo protesto de representante dos juristas || Bibliographia: V. *Almoxarifado*, *Apolice*, *Debenture*, *Divida Publica*.

Junta dos Tres Estados. Instituida e regulada nas côrtes de 1641, para administrar os impostos nellas consignados á defeza do reino. Começou a ter exercicio por ordem d'el-rei D. João IV em 1643. Foi extincta por alvará de 8 de abril de 1813, passando todos os seus documentos para o archivo do Conselho de Guerra. V. *Archivo do Ministerio da Guerra.*

Juntos. Pov. na freg. de Santa Margarida de Sadão, conc. de Ferreira do Alemtejo, distr. de Beja.

Jurem Busuruco. Pov. do commando militar de Satary, Novas Conquistas, distr. e arceb. de de Gôa, na India.

Jurista. Jurisconsulto. Estudante de jurisprudencia. || Aquelle que empresta dinheiro a juro. || Possuidor de titulos de divida publica, cujos juros recebe. O primeiro documento em que assim se designa é o decreto de 17 de julho de 1758.

Juro. Direito, jus a alguma recompensa. É n'este sentido antigo que se diz um titulo *de juro e herdade*, por direito de herança. Os titulos nobiliarchicos de juro e herdade são os que passam aos herdeiros de aquelle a quem se deu, sem dependencia de nova mercê, mas só de confirmação. *De juro*, significando perpetuo, oppõe-se a vitalicio. Assim, existiam antigamente as *tenças*, que eram pensões pagas durante a vida do possuidor, e *padrões de juro*, titulos que se transmittiam perpetuamente. O termo *juro*, significando ganho, lucro, interesse do emprestimo de dinheiro, é de uso moderno e proveio dos padrões de juro. Começou no primeiro do quartel XVIII, quando as leis permittiram o emprestimo de dinheiro com vencimento de um interesse marcado pelas mesmas leis. Anteriormente esse contrato era condemnado como usura pelo direito canonico, o que a lei civil perfilhou e sanccionou no reinado de D. Affonso IV. Essa lei passou ás ordenações de D. Affonso V e de D. Manuel; requintando de rigor a lei de 16 de janeiro de 1570. Com a venda de *juros* escapava-se aos rigores da legislação: não se dizia um emprestimo, era uma venda. || *Juro legal;* o codigo civil, no seu capitulo XI, *Da usura*, é que regula a taxa do *juro legal* de 5 °/° ao anno. || Bibliographia: *Memoria sobre os juros*, no tomo III das *Memorias Economicas* da Academia Real das Sciencias.

Juromello ou Jormello. Pov. na freg. de S. Miguel, de Milharado, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Juromenha *(Antonio de Lemos Pereira de Lacerda Delgado, 1.° visconde de).* Moço fidalgo com exercicio, em 6 de abril de 1769; 14.° senhor do morgado de Valle Formoso; commendador das ordens de Aviz e da Torre e Espada; condecorado com a Granada de Ouro pelas campanhas das guerras da Catalunha e Roussillon, com a medalha de Campanha n.° 5 da Guerra Peninsular; por S. M. Britannica, com a de 6 batalhas, e por S. M. Catholica com a de Albuera e Vitoria; inspector geral das ordenanças do reino; governador da Torre de Belem, 1.° alcaide-mór de Juromenha; tenente-general, secretario militar durante toda a guerra, etc. N. a 2 de setembro de 1761, fal. a 9 de agosto de 1828. Era filho do marechal de campo João Antonio Pereira de Lacerda. Seguindo como seu pae, a carreira das armas, assentou praça em 1776, foi despachado alferes em maio de 1782, e promovido a tenente em agosto de 1789. Offerecendo-se briosamente para fazer parte da divisão auxiliar á Hespanha, foi elevado ao posto de capitão como aggregado ao regimento de Peniche, e nas batalhas da Catalunha e do Roussillon portou-se com toda a bravura. Segundo declara Claudio de Chaby nos *Excerptos historicos*, o futuro visconde de Juromenha escreveu uma *Memoria* sobre os brilhantes feitos praticados pelas tropas portuguezas n'aquella campanha. Esta *Memoria* foi entregue á Academia Real das Sciencias. Segundo dizem, encontram-se ali transcriptas algumas cartas em que o joven official conta singeleza mas vivamente a seu pae alguns episodios da lucta e os trabalhos e privações que soffreram os nossos soldados. Em setembro de 1794 ficou com a effectividade do posto de capitão, continuando a servir no regimento, até que em março de 1797 foi collocado como major na legião da tropa ligeira. Nomeado governador dos Rios de Sena e Sofala em 1802, teve o posto de tenente-coronel, mas parece que não chegou a partir para o ultramar, porque no anno seguinte se encontra aggregado á primeira plana da côrte, d'onde voltou em 1805 para o seu antigo regimento, á frente do qual estava em 1807 quando se deu a invasão das tropas francezas commandadas pelo general Junot. Succedeu na casa de seu pae em 17 de novembro de 1805. Pouco tempo depois do marechal Beresford ter assumido o commando em chefe do nosso exercito, Pereira de Lacerda, já então coronel, foi nomeado secretario militar do monarcha, cargo que exerceu até á revolução de 1820, sendo por vezes encarregado de ir tratar negocios importantes á côrte do Rio de Janeiro. Durante esse periodo ascendeu ao generalato, e seguindo os diversos postos, em 1813, era tenente-general. Depois do marechal Beresford se ter retirado para Inglaterra, esteve alguns annos em commissão, até que lhe foi dado o importante governo da Torre de Belem. Casou em 4 de julho de 1802 com D. Maria da Luz Whillougby da Silveira, filha de Francisco Xavier Willougby de Araujo, fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Aviz, major de cavallaria, e de sua mulher D Anna Leonor da Silveira. D'este consorcio houve, entre outros filhos, D. Maria da Penha de Lemos Pereira de Lacerda, que casou com o duque de Bellune, Francisco Victor Perrin; D. Maria Joanna de Lemos Pereira de Lacerda, que casou duas vezes, a primeira com Jacome Borel, ministro plenipotenciario do rei dos Paizes Baixos em Lisboa, a segunda com Eduardo Maria Artan de S. Martin, cavalleiro da ordem de Guilherme, capitão ajudante de campo do principe Frederico de Orange; D. Maria da Luz, casada com o moço fidalgo Augusto de Sousa da Silva Alcoforado e João Antonio de Lemos Pereira de Lacerda, que foi o 2.° visconde de Juromenha. O titulo foi concedido pelo principe regente D. João por decreto de 17 de dezembro de 1815. A instituição do morgado do Valle Formoso tem a data de 18 de janeiro de 1398.

Juromenha (*João Antonio de Lemos Pereira de Lacerda, 2.° visconde de*). Fidalgo da Casa Real; 2.° alcaide-mór de Juromenha, 15.° senhor do morgado de Valle Formoso; senhor do morgado que instituiu o commendador de Fonte Arcada e da Granja do Ulmeiro, Diogo Delgado de

Oliveira, em 1518; por mercê de D. João VI, tinha a sobrevivencia da commenda de Juromenha, da ordem de Aviz, professando n'esta ordem no mosteiro das commendadeiras da Encarnação; socio da Academia Real das Sciencias, etc. N. em Lisboa a 25 de maio de 1807, fal. a 29 do referido mez de 1887, com 80 annos de edade. Era filho dos 1.os viscondes de Juromenha, o tenente-general Antonio de Lemos Pereira de Lacerda e D. Maria da Luz Willougby da Silveira. Começou a sua educação no seminario irlandez de S. Pedro e S. Paulo, vulgarmente conhecido pelo *Collegio dos Inglezinhos*, passando depois ao Real Collegio dos Nobres, de que era então director Ricardo Raymundo Nogueira, um dos governadores do reino emquanto as pessoas reaes e a côrte estiveram no Rio de Janeiro. Foi mais tarde para a Universidade de Coimbra, onde fez exame de francez, inglez, latinidade e grego. Matriculou-se em seguida nas faculdades de Mathematica e Philosophia, cursos que teve de interromper por ter rebentado a guerra civil em 1828. Seu pae tornara-se partidario da causa miguelista, e o visconde de Juromenha acompanhou-o nas mesmas idéas. Recebendo procuração de seu pae, representou-o na reunião dos Tres Estados do Reino, convocados em julho de 1828, e n'essa qualidade acclamou a nova realeza. Não foi, porém, um politico militante nem exaltado, e durante os annos agitadissimos de 1828 a 1833, não consta que junto dos seus amigos particulares e politicos e das pessoas de sua familia que o acompanhavam como correligionarios, se evidenciasse pelas idéas exaggeradas ou por feitos, que attrahissem antipathias e odios. Quando terminou a campanha, comtudo, o nobre fidalgo achava-se em falsa posição, por causa da influencia da sua familia, e teve de emigrar, assim como outros seus correligionarios, a quem o novo governo constitucional sequestrou todos os bens. O visconde fugira, portanto, mas pobre pela força dos acontecimentos politicos e pela consequencia inevitavel das vinganças e compensações, que só terminariam quando os animos se acalmassem. Esteve 4 annos emigrado, e estimulado pelo amor ao estudo percorreu varias terras da Europa, relacionou-se com alguns estrangeiros distinctos em sciencias e letras, e conseguiu que lhe fôssem franqueados numerosos archivos e bibliothecas. Regressando á patria casou em 16 de janeiro de 183[illegible] com D. Carlota Emilia Ferreira Sarmento, filha do conselheiro Manuel José Sarmento, fidalgo da Casa Real, alcaide-mór de Alcacer do Sal, commendador das ordens de Christo e de Carlos III, de Hespanha, conselheiro do ultramar, official-mór da secretaria do reino, casado com D. Marianna Raymunda Pereira da Silva Leitão. A sua estreia na carreira das letras foi a publicação da obra intitulada: *Cintra pinturesca, ou Memoria descriptiva das villas de Cintra, Collares e seus arredores*, Lisboa, 1838; saiu sem o nome do autor, e é acompanhada d'um atlas e de estampas illustrativas de diversos pontos da *Memoria*. Esta obra foi revista por Alexandre Herculano, com quem o visconde de Juromenha travara relações por intermedio do seu antigo amigo e condiscipulo Ignacio Pizarro de Moraes Sarmento, realisando se entre os tres continuas conferencias litterarias. As relações com o grande historiador fôram sempre as mais amigaveis, apezar da profunda divergencia das suas opiniões politicas. Perteneeu ao antigo Conservatorio dramatico por instancias de Almeida Garrett, mas conservando sempre fidelidade á causa do principe proscripto, que por mais d'uma vez visitou, assim como, depois da morte de D. Miguel, visitou seu filho, não deixando, comtudo, de se interessar vivamente pelas cousas do seu paiz. O visconde de Juromenha era tido geralmente como um dos mais profundos investigadores das nossas antiguidades. O que ambicionava sobretudo era entregar-se ao estudo das obras de Camões, dos seus criticos e commentadores. De 1838 a 1859 foi esse o alvo constante das suas vigilias e dos seus sonhos. A's suas lucubrações se deve o averiguar-se a data verdadeira da morte do grande poeta, que foi um anno depois d'aquella em que fôra designada pelos antigos

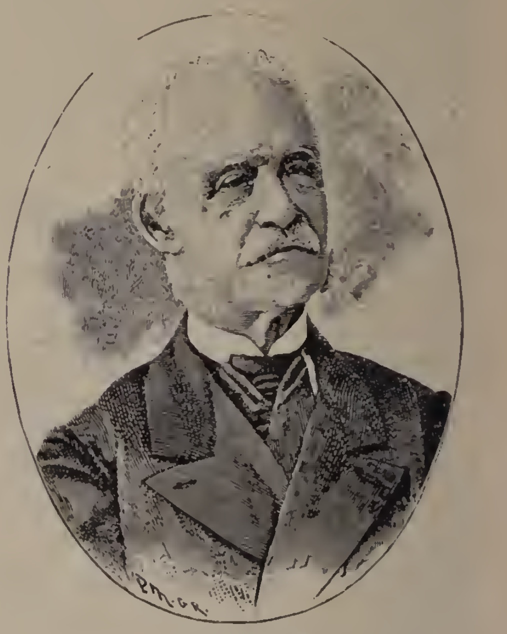

Visconde de Juromenha

biographos e até pelos contemporaneos de Camões; o logar da sua sepultura no convento de Sant'Anna, descobrindo se os ossos, afim de se prestar a homenagem que se devia ao immortal poeta. Em 1859 mandava imprimir na Imprensa Nacional o 1.º volume. Esta obra completou-se no espaço de 10 annos, de 1860 a 1869, formando 6 grossos volumes. O 7.º volume, que elle promettera, não chegou a publicar-se; parece que n'elle tencionava incluir numerosos additamentos e correcções ás notas publicadas nos volumes anteriores, indicações biographicas dos personagens historicos citados nos *Lusiadas*, e que entram na acção do notavel poema, e duas interessantes monographias, uma relativa ao episodio de D. Ignez de Castro, e outra ácêrca da origem dos torneios e do episodio dos doze pares de Inglaterra. Além d'este trabalho, o visconde de Juromenha preoccupava-se tambem com outros es-

tudos egualmente importantes. O conde de Raczynski, ministro da Prussia em Portugal, interessava-se muito pela arte portugueza, e desejava travar relações com o visconde de Juromenha, quando andava trabalhando nos dois livros que escreveu: *Les arts en Portugal* e *Dictionnaire historico-artistique du Portugal.* Foi o visconde de Balsemão quem o apresentou ao diplomata prussiano. O visconde de Juromenha foi um grande auxiliar para aquelles trabalhos, como o proprio conde Raczynski confessa no *Dictionnaire* a pag. 169, dizendo que um grande numero dos mais importantes esclarecimentos sobre artes em Portugal, que se encontram reunidos nas suas *Cartas* e no *Diccionario*, os deve ao visconde de Juromenha, a quem tece os maiores elogios, dizendo que se não fôsse o seu auxilio, não teria concluido nunca aquelles trabalhos. O visconde de Juromenha collaborou no *Jornal de Bellas Artes,* onde escreveu um artigo acompanhando o catalogo d'uns 70 quadros de primeiros artistas estrangeiros, enviados pelo celebre Mariette a D. João V. Na *Revista critica de Bellas Artes*, redigida por Loesevitz, escreveu dois artigos, um ácêrca de Grão Vasco, e o outro intitulado *Tumulos de Santa Thereza e Santa Sancha de Lorvão,* em que minuciosamente descreve os riquissimos tumulos de prata d'aquellas princezas. Collaborou nos jornaes: *Nação*, o *Catholico*, e em outros. Escreveu tambem um artigo-folhetim sobre o punhal de prata (faca de matto) que naufragou, onde se encontram algumas informações curiosas relativas á arte de ourivesaria em Portugal. Quando o exercito italiano entrou em Roma, escreveu o visconde de Juromenha um opusculo dirigido a Pio IX, em que faz a sua profissão de fé catholica, sob o titulo de: *Submisso protesto de um portuguez catholico, ao santissimo padre Pio IX*, Lisboa, 1869. Escreveu tambem e publicou em 1870 outro opusculo: *O isthmo de Suez e os portuguezes;* saira primeiro em folhetins na *Nação.* Em 1873, por circumstancias politicas e a instancias dos seus correligionarios, saiu do reino, e foi á Baviera, por ter sido convidado, assistir em Heubach ao consorcio da princeza D. Maria Thereza de Bragança com o archiduque Carlos Luiz, irmão do imperador de Austria-Hungria, Francisco José I. Regressou a Lisboa quatro mezes depois. O titulo de visconde foi renovado no de seu pae, por decreto de 4 de junho de 1818. Fallecendo sem herdeiros, o titulo passou a uma sobrinha, filha dos duques de Bellune. Nas festas do tri-centenario de Camões, em 1880, foi convidado para presidente da commissão que se organisou, cargo que não acceitou, allegando a sua avançada edade, a doença que soffria e o seu afastamento do mundo; no entretanto a commissão sempre o considerou seu presidente honorario. Por proposta de Silva Tullio, elegeu-o a Academia Real das Sciencias seu socio correspondente. No *Occidente*, vol. x, de 1887, pag. 147, 159, 174, 190 e 198, vem a sua biographia e uma apreciação das suas obras, escripta pelo sr. Brito Aranha. O visconde de Juromenha deixou muitos manuscriptos, entre os quaes figuram os seguintes: *Lucrecia Borgia;* estudo biographico com as suas cartas, documentos, um *fac-simile* e um retrato contemporaneo desconhecido; *Resposta á obra do sr. Latino Coelho «Camões»* no tomo I da *Galeria dos varões illustres; Angelberg, fragmento de viagem;* opusculo em que descreve a visita que o autor fez, acompanhando as filhas de D. Miguel de Bragança junto da sepultura de seu pae, quando foi assistir ao casamento da princeza D. Maria Thereza; *O leão e o burro*, conto chinez; refutação ao livro do general Francisco Evaristo Leoni «*Camões e os Lusiadas*»; n'este opusculo, alludindo ao appellido do general e ao epitheto com que são classificados os membros do partido legitimista, o autor rebatia, pelo lado jocoso, as asserções pouco veridicas com que elle era criticado e a memoria de Camões calumniada; *Onde estava a liberdade*, opusculo politico.

Juromenha. Villa e freg. de N. S.ª do Loreto, da prov. do Alemtejo, conc. de Alandroal, com. de Redondo, distr. e arceb de Evora; 477 hab. e 120 fog. Tem escola do sexo fem., Misericordia, hospital, e est. post. permutando malas com Alandroal. A villa dista 15 k. da séde do conc., e está situada junto á margem direita do rio Guadiana, sobre um outeiro escarpado do lado do rio que a separa de Hespanha, e ao da pequena ribeira de Mures. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o prior, que tinha annualmente réis 20$000 em dinheiro, e differentes generos. A pov. é muito antiga, mas ignora-se quem foi o fundador, e o seu nome primitivo. Crêem alguns, que fôram os gallos celtas que a fundaram, 390 ou 400 annos antes de Christo, e que Julio Cesar a cercou de fortes muralhas no anno 44 da era christã, dando-lhe o nome de *Julii-moenia* ou *Juris moenia (Muralhas de Julio* ou *Jurisdicção de Julio)*, nome que o decorrer dos seculos transformou em *Juromenha*. D. Affonso Henriques tomou aos moiros o castello de Juromenha, que dizem ser obra dos romanos, em 1159, segundo uns, e 1167, segundo outros, doando depois a pov. ao filho de Egas Moniz, D. Gonçalo Viegas, que foi o primeiro que se intitulou *mestre de cavallaria* de Evora. Outros escriptores dizem que a doação foi feita por el-rei D. Sancho I, filho de D. Affonso Henriques. Os moiros apoderaram-se outra vez de Juromenha em 1242, mas não tardou que o mestre de S. Thiago, D. Paio Peres Correia, a recuperasse definitivamente. El-rei D. Diniz mandou reedificar a pov. e as suas muralhas, ampliando a antiga cêrca romana, dando-lhe foral em 1312 com muitos e grandes privilegios com o intuito de attrahir ali novos habitantes, que a povoassem, pois achava-se muito abandonada. Reedificou tambem o castello, que tinha 17 torres, sendo a de menagem muito alta e de grande solidez. Não se conhece a data em que lhe foi dado o brazão; mas suppõe-se que foi D. Diniz quem lh'o concedeu. Consiste n'um escudo de prata com um castello cercado d'agua, tendo pendente um grilhão de cada lado de suas ameias. O castello e a agua são allusões á villa fortificada e ao Guadiana que a banha. Os dois grilhões, segundo uns, significam o privilegio que D. Diniz deu aos seus moradores, de não poderem ser mudados para outra cadeia fóra da villa, estando presos, sem que os tribunaes pronunciassem sentença final. Segundo outros, os grilhões alludem a que, em tempo dos romanos, n'este castello se prendiam e executavam os criminosos de delictos graves. Esta villa e seu termo fôram concelho em tempos

remotos, tendo camara, casa do senado, juizes e justiças proprias, pertencendo á comarca de Elvas. Foi importante praça de guerra, com governador e uma pequena guarnição; possue um recinto fortificado á moderna, e ainda em 1837 era considerada de primeira classe. D. João II deu-lhe novo foral, em Villa Viçosa, a 28 de agosto de 1492, declarando na carta regia o antigo que lhe fôra concedido por D. Diniz. D. Manuel deu lhe foral novo, em Lisboa, a 15 de setembro de 1512. As margens do rio Guadiana e da ribeira de Mures tornam muito amenos os suburbios da villa, e o seu territorio é abundante de cereaes, fructas e extensas pastagens, onde se cria muito gado de varias especies. Tem muitos azinhaes e mattos onde ha variada caça. No dia 19 de janeiro de 1659, durante a guerra da Restauração, estando de guarnição a esta praça os estudantes da Universidade de Evora, commandados pelo padre Francisco Soares, o *Lusitano*, aquartelados n'umas casas sobre o armazem da polvora, por acaso ou por traição, incendiou-se a polvora, indo pelos ares as casas e todos quantos ali estavam, o que muito horror causou tanto na villa como em todo o reino. Em 20 de maio de 1801 a praça rendeu-se aos hespanhoes.

Justa. Dava se este nome aos exercicios dos antigos cavalleiros, armados de ponto em branco e com as suas melhores galas. Tinha logar em um campo ou arena, que tivesse pelo menos a extensão da carreira de um cavallo e quasi cercado de uma teia. Collocavam se dois contendores nas duas extremidades da praça e arremetiam um para o outro. Primeiro combatiam á lança e depois á espada. O mais destro, ou mais feliz, era acclamado vencedor.

Justamonte. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Bastuço, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Justas. Pov. na freg. de S. Nicolau e conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Juste. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Rezende, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Pedro Fins, de Torno, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Justes. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Lamares, conc. e distr. de Villa Real.

Justiça *(Secretaria de Estado dos Negocios Ecclesiasticos e da)* Os assumptos relativos á justiça e aos negocios ecclesiasticos estiveram a cargo da secretaria do reino até 1821, mas as côrtes geraes, por lei de 18 de agosto d'este anno, determinaram crear uma nova secretaria de Estado, a que ficaram pertencendo aquelles assumptos. Em 19 de março de 1823 foi extincta esta secretaria, voltando os negocios de que ella se occupava a serem tratados pela secretaria do reino, mas em 11 de maio de 1824 restabeleceu-se a secretaria dos negocios ecclesiasticos e de justiça, que funcciona ainda hoje. O primeiro ministro da justiça foi José da Silva Carvalho, nomeado em 7 de setembro de 1821.

Justiça de Monte-mór. A que mandava que o criminoso fôsse precipitado d'um rochedo ou despenhadeiro. Teve principio este supplicio em Montemór-o-Velho, e d'aqui passou a Santarem e outras terras.

Justiniano. Familia, cujas armas são: Escudo cortado em faxa; a primeira composta de 9 peças, 5 de ouro e 4 de vermelho; a segunda partida em pala, na primeira de ouro meia aguia de negro aberta, e na segunda em campo vermelho um castello de prata.

Justiniano *(Antonio de S. Jeronymo)*. Conego da ordem de S. João Evangelista. N. em Lisboa a 4 de outubro de 1675; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Antonio Gonçalves e de Magdalena Esteves da Silva. Professou no convento de Xabregas a 2 de julho de 1697, onde foi mestre de capella durante seis annos. Aprendera contraponto com o professor da capella real Antonio Marques Lesbia. Passando ao collegio de Evora estudou as sciencias escolasticas; foi sacristão-mór e depois vice-reitor n'este collegio. Saiu da sua congregação por motivos justificados, onde tinha regresso concedido pelo capitulo geral, sendo depois capellão da egreja do Loreto da nação italiana, em Lisboa. Era muito dedicado á poesia, e publicou muitas das suas composições, saindo algumas com diversos pseudonymos. Em seu nome imprimiu as seguintes: *Applauso obsequioso ao sr. Paulo Jeronymo de Medicis sendo provedor da Egreja de Nossa Senhora do Loreto da nação italiana, mandando fazer n'ella uma sumptuosissima fabrica de admiravel architectura para n'ella se depositar o Santissimo Sacramento nas Endoenças d'este presente anno de 1735*, Lisboa, 1735; *Elogio ao P. Antonio dos Reis da Congregação do Oratorio prégado nas sumptuosissimas exequias da Excellentissima Senhora D. Francisca de Mendoça, condessa da Atalaia*, Lisboa, 1735; *Funeral obsequio da mais triste Saudade em repetidos suspiros em a morte da Serenissima Senhora D. Francisca Infanta de Portugal*, etc , Lisboa, 1736; *Culto Austriaco divulgado em brados metricos pelas quatro partes do ambito do mundo*, Lisboa, 1713; *Alegrias de Portugal com a felice melhora de seu augusto Rei D. João V*, etc., Lisboa, 1742.

Justiniano *(D. Diogo da Annunciação)*. Arcebispo de Cranganor; bispo da Serra; conego da congregação de S. João Evangelista. V. *Annunciação Justiniano.*

Justilho. Collete ou corpete muito justo; espartilho.

Justo. Moeda de ouro do reinado de D. João II, que equivalia a 800 reaes. Ao *espadim* de D. Affonso V tambem se chama *meio-justo.* O *justo* pezava cerca de 122 grãos, sendo da lei de 22 quilates, e de 38 peças em marco. A descripção d'esta moeda é a seguinte: IOANNES 8 II 8

«Justo» de D. João II

R 8 PORTVGALIE 8 ET 8 A 8 D 8 GVIN. Armas do reino, entre duas palmas. Reverso: IVSTVS 8 VT 8 PALMA 8 FLOREBIT. O rei de face, vestido com a

armadura e o manto, sentado no throno, com a cabeça coroada e a espada levantada na mão direita. Outros exemplares teem a legenda no anverso modificada: IOANS 8 2.º 8 R PORTVCALIE ALGAR 8 DNSD GVIEE Com o peso de 60 grãos havia o *meio justo*, ou espadim. As legendas são as que

«Meio justo»

mostra a gravura. O nome provém tanto da propria legenda como da espada que se vê no reverso, segura na mão pela parte superior da lamina, a qual, voltada para baixo, corta a legenda. A' esquerda, entre dois pontos um L (Lisboa).

Justos. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Fontes, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Juvandes. Pov. na freg. de S. Sebastião, de V. N. de Souto d'El-Rei, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Juvim. V. *Jovim*.

Juzarte. Appellido nobre em Portugal. O primeiro que se encontra é Pedro Juzarte, de quem se faz menção na Chronica de D. João II. São as suas armas as mesmas que as dos Zuzartes, sómente com a differença das espadas serem todas em pala, com as pontas para baixo. Outros do mesmo appellido trazem por armas, em campo de púrpura, sete espadas de prata, com guarnições de ouro, em pala, com as pontas para cima.

Juzarte *(Joaquim de Araujo)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, cavalleiro e commendador da ordem de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; socio effectivo da Associação dos Advogados de Lisboa. N. em Portalegre a 9 de setembro de 1835. Escreveu: *Poesias*, Coimbra, 1856; *O derradeiro beijo, ou o adeus do trovador, romance*; saiu na *Illustração*, jornal de Lisboa, 1852, e não ficou concluido por ter suspendido o jornal; *A' memoria de S. M. F. a senhora D. Maria II*, Coimbra 1853; *Hymno ao ex.mo sr. Antonio Feliciano de Castilho*, Coimbra, 1854; *Discurso pronunciado na segunda abertura da escola pelo methodo Castilho em Portalegre*; saiu no *Cysne do Mondego*, Coimbra, 1857, n.os 1 e 3; *Algumas linhas ácêrca da sciencia da economica politica;* no mesmo jornal, n.os 14, 15 e 16; *Poesia aos srs. Taborda, Arouca e Soares Franco*, Coimbra, 1857. Escreveu nos seguintes jornaes: *Rei e Ordem*, n.os 386 e 429; *A Opinião*, n.º 465; *Braz Tizana*, n.os 153 e 167, etc., de 1858; *Imprensa e Lei*, n.os 108 e 185; *Revolução de Setembro*, n.º 3:274; *Patriota*, n.os 2:396 e 2:406; *Cysne do Tejo*, n.º 15; *Iris*, de Coimbra, n.º 3; *Ordem publica*, da mesma cidade, n.º 44; *Miscellanea poetica*, do Porto, tomo II, pag. 198; *Observador*, de Coimbra, n.os 309, 514, 522, 575, 589, 610, 612 e 618; *Cysne do Mondego*, n.os 4, 5, 9, 10, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20 e 21. Tambem se encontram artigos seus no *Almanach de Lembranças*, de 1855, 1856 e 1859. Foi o iniciador da imprensa jornalistica em Portalegre, onde publicou em 15 de abril de 1865 o primeiro numero da *Gazeta de Portalegre*. Para este fim formara se uma associação em que entraram José Maria Galvão Cid e padres José Joaquim Richoso e Antonio Chambel da Rosa. Por sua intervenção, em 22 de setembro de 1853, se inaugurou n'aquella cidade uma aula pelo *Systema Castilho*, fazendo um hymno para os alumnos. Por occasião da febre amarella, foi, com seu irmão dr. Antonio Joaquim de Araujo Juzarte, louvado pelos serviços prestados em portaria do ministerio do reino, sendo condecorados ambos pela camara municipal de Lisboa. Foi administrador de concelho de Abrantes, Olivaes, etc. Pertence tambem á Sociedade de Geographia de Lisboa, á Commissão Central 1.º de dezembro de 1640, e ás sociedades italianas *Dantesca*, litteraria, e *Salvatori*, humanitaria. Pinho Leal e Innocencio referem-se nos seus diccionarios a este venerando cidadão de Portalegre.

Juzarte *(Fr. Pedro da Cruz)*. Religioso da ordem dos carmelitas calçados. N. em Abrantes e fal. no convento do Carmo de Lisboa em 1678. Era filho de Pedro Fernandes Loureiro e de Maria Juzarte. Entrou na ordem carmelitana a 17 de julho de 1610, e professou no convento de Lisboa a 25 do referido mez do anno seguinte. Estudou no collegio de Coimbra as sciencias escolasticas; dictou Theologia Moral no convento de Torres Novas, onde foi duas vezes prior, depois commissario da ordem Terceira no convento de Camarate, e mais no de Lisboa. Era apreciado prégador e confessor. Escreveu: *Regras e constituições para os irmãos e irmãs da terceira ordem da penitencia de N. S.ª do Carmo*, Lisboa, 1644; edição mais augmentada, 1670, e depois, 1685; *Instrucção geral para o caminho da perfeição, illustrada com variedade de conceitos*, Lisboa, 1650; *Breve exercicio espiritual para bem viver*, Lisboa, 1655; *Exercicio espiritual para bem morrer*, Lisboa, 1661; *Trasladação do veneravel P. Fr. Estevão da Purificação, portuguez chamado vulgarmente o Santinho*; com addições ao livro da sua vida, etc., Lisboa, 1662; *Jardim de varias e cheirosas flôres, que produziu e creou o monte santo do Carmo, regadas com as mysteriosas aguas da fonte de Elias*, Lisboa, 1671.

Kaffo. Pov. do conc. de Humbe, distr. de Huilla, prov. de Angola.

Kalumba. Um dos 5 sobados a que pertence a pov. de Quissanda, do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Está incluido na 3.ª divisão.

Kandongo. Pov. do sobado de Mutano, conc. do Humbe, distr. da Huilla, prov. de Angola.

Kaonda. Sobado de que depende a pov. de Morro da Cuhula, do conc. do Egito, distr. de Benguella, prov. de Angola.

Karcandy. Territorio da costa da Guiné, Africa Occidental, nas margens do rio Nuno. Estende-se até á nascente do rio, é fertil, e faz-se n'elle muito commercio.

Karqueto. Ponta da costa da prov. dos Bellos, na ilha de Timor, Oceania, que fica a N E da cidade de Dilly, e tem um pharolim de luz fixa, cujo alcance é pouco mais de 4 k. Tambem é chamada *Ponta Motael.*

Kassacobouly. Pov. do paiz nallú, na prov. da Guiné, Africa Occidental. Está situada nas margens do rio Nuno, sobre uma collina, e foi residencia do ultimo rei nallú.

Kassagna. Rio da prov. da Guiné, Africa Occidental, no paiz dos nallús. Vae desaguar na costa entre os rios Tabite e Nuno, por um canal muito estreito e de profundidade variavel entre 5 e 10 m. Divide-se em dois braços, e parece que está em communicação com o rio Nuno por meio do esteiro de Tesagova.

Katoxi. Um dos 9 sobados em que está dividida a prov. de Bumba, do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. d'Angola. Pertence á 15.ª divisão.

Keil (*Alfredo*). Compositor de musica e pintor contemporaneo muito apreciado. N. em Lisboa a 8 de julho de 1854, sendo filho de Christiano Keil, alfaiate allemão de muita fama já fallecido, e que desde largos annos se estabelecera em Lisboa, gozando da geral estima e consideração, casado com D. Josephina Keil. Fez os seus primeiros estudos no collegio inglez, da rua de S. Filippe Nery, a Entremuros, e em 1868, tendo apenas 14 annos de edade, foi para a Baviera encetar os seus estudos artisticos, e em Nuremberg é começou a cultivar a arte. A Academia de pintura era então dirigida por Kreling, um grande esculptor, pintor e architecto. Kreling possuia uma bella casa no boulevard exterior da antiga cidade bavara, e ali reunia em jantares e concertos os seus discipulos que, além de desenho e pintura, aprendiam tambem musica. De Nuremberg passou a Munich, mas a sua saude obrigou-o a deixar a Allemanha e regressar á patria, em 1870; uma pertinaz doença lhe atacara a garganta, doença que se tornaria incuravel n'aquelles paizes frios. Em Lisboa continuou com o professor da Academia das Bellas Artes, Joaquim Gregorio Nunes Prieto, os seus estudos de pintura. Em 1875 expoz pela primeira vez trabalhos seus na exposição da Sociedade Promotora de Bellas Artes, e obteve o premio de duas medalhas de bronze. Na exposição de 1876 o jury premiou com duas medalhas de prata os seus quadros *A Sésta* e a *Meditação*. Em 1878 concorreu á Exposição Universal de Paris com o quadro *Melancolia*, que alcançou menção honrosa e o premio pecuniario offerecido pelo governo portuguez. Em 1879, na Exposição do Rio de Janeiro obteve a medalha de ouro, a unica distribuida na secção de pintura. O governo portuguez agraciou-o em 1885 com o habito de Christo, pelo seu merito artistico. Em 1886, na Exposição de pintura de Madrid, apresentou dois quadros: *Pateo do prior* e *Boa lamina*, que lhe mereceram ser condecorado com a ordem de Carlos III. Em 1890 abriu no seu atelier, na Avenida da Liberdade, uma exposição onde apresentava umas 300 télas, na sua maior parte estudos de marinha e de paizagem, que fôram quasi todas adquiridas por diversos amadores, muitos d'elles estrangeiros. O fallecido rei D. Luiz I, que era amigo de Alfredo Keil, adquiriu para a sua galeria alguns quadros do distincto artista, entre os quaes se contam: *A saida da egreja*, figura de mulher do seculo XVI; *A Primavera*, grupo de mulheres e creanças n'um campo em flôr; *Marinha*, pedaço das fragas da pittoresca povoação das Azenhas do Mar; um *Pôr do sol*, junto á ribeira de Collares. Afastou-se depois das exposições, dedicando se com maior fervor ao estudo da musica, onde lhe estavam tambem reservadas grandes glorias. No seu atelier de pintor havia um piano, e o moço artista, de quando em quando, deixava o quadro em que trabalhava, e traduzia no teclado as melodias que a inspiração lhe cantava, em quanto esboçava na téla uma figura ou compunha uma paisagem. Depois o theatro, com as suas glorias ruidosas fascinava-o, exercia uma poderosa seducção sobre o seu espirito impressionavel e enthusiasta de artista. Alfredo Keil não pôde resistir á tentação, deixou-se vencer pelos seus sonhos de grande maestro. Ao tempo que estudava pintura, cultivava tambem a musica com o pianista hungaro Oscar de le Cinna e com o professor Ernesto Vieira, que lhe ensinou harmonia e instrumentação. As suas primeiras composições fôram a polka *Aurora*, as valsas *Teus olhos negros*, *Roses Pompons* e *Romance*, edita las pela antiga casa Figueiredo, da rua do Carmo, que já ha muito não existe; seguiram-se a *Morenita*, polka, *Souvenir de Vienne*, *suite* de valsas, e *Carnaval*, polka, editadas pela casa Neuparth, que publicou então a obra musical mais importante de Alfredo Keil, o primeiro volume das suas melodias offerecidas a D. Luiz I. Animado pelo bom exito que as suas producções obtiveram, pensou em escrever para o theatro, e o primeiro trabalho que apresentou, foi a opera comica em 1 acto, *Suzana*, com letra de Hygino de Mendonça, a qual se cantou na Trindade em 1882. Mas a sua phantasia levava-o mais longe, e começou a dedicar-se a trabalhos mais transcendentes; appareceu então o *Recueil* de melodias para piano; *Patria!*, palavras de Gomes Leal, para piano e canto. A Academia Real dos Amadores de musica realisou dois concertos: no salão da Trindade, em que se executou a symphonica *As Orientaes*, letra de Cesar

Ferreal, a grande orchestra, córos e solos; e no Coliseu dos Recreios a cantata *Patria!* letra de Schiappe Cadet, executada a grande orchestra, coros e solos. Estas composições ainda se repetiram em outros concertos, e vieram distinguil-o como apreciado maestro, distincção que depois veiu ainda corroborar o seu trabalho de grande vulto, a opera em 4 actos e 1 prologo, *D. Branca*, sendo o libreto extrahido do poema do mesmo titulo, de Almeida Garrett, por Cesar Ferreal. A opera foi posta em scena no theatro de S. Carlos, á custa do seu autor, com extraordinario luxo e grandeza, depois de vencidas as innumeras difficuldades que sobrevieram da parte da empresa. *A prémiére* da *D. Branca*, realisada em 1888 obteve um successo como ha muitos annos se não observava no nosso theatro lyrico. A sala estava completamente cheia; as pessoas reaes, familia e amigos de Alfredo Keil, os jornalistas distinctos, os *dilettanti*, os *habitués*, todos se viam ali reunidos, anciosos de ouvir a nova opera, além de muitas outras pessoas que exclusivamente fôram a S. Carlos n'essa noite, movidas pela curiosidade e pela fama que a opera já alcançara durante os ensaios. O exito foi colossal,

Alfredo Keil

e durante noites successivas, e ainda na epoca seguinte, repetiu-se a opera recebendo as maiores manifestações de sympathia, havendo chamadas aos cantores e ao maestro, que fôram alvo das mais brilhantes ovações. Outra opera sua, *Irene*, em 4 actos, letra de Cesar Ferreal, foi cantada em Turim no anno de 1893 e depois no theatro de S. Carlos, em 1896, tambem agradou muito, sendo Alfredo Keil applaudido phreneticamente. Em 1902 cantou-se no theatro de S. João, do Porto, uma nova opera em 3 actos, *A Serrana*, que depois se cantou em Lisboa, onde tambem foi muito bem recebida. Escreveu outra opera, intitulada *India*, a proposito da commemoração do centenario da descoberta do caminho maritimo da India, e que dizem não ter entrado no programma das festas por obrigar a grandes despezas. Por occasião das festas do centenario henriquino no Porto, em 1894, escreveu *o Hymno do Infante D. Henrique* que se executou no Campo da Regeneração por 4 bandas militares, caçadores 7, infantaria 18 e 20, e a guarda municipal, sendo ensaiado pelo professor Antonio Canedo. Na execução tomaram parte um grande numero de creanças de ambos os sexos e coristas adultos. Para o centenario de Gualdim Paes em Thomar, no anno de 1895, escreveu uma marcha intitulada *Marcha de Gualdim Paes*. *A Portugueza*, hymno patriotico, adquiriu grande popularidade; foi inspirado pelo *ultimatum* do governo inglez de 11 de janeiro de 1890, e cantou-se com o maior enthusiasmo no theatro da Alegria no aproposito, intitulado, *Torpeza*, que se representou ali, devido á penna de Antonio Campos Junior. *A Portugueza* tornou-se um verdadeiro hymno nacional e patriotico, escrevendo os versos Lopes de Mendonça. Alfredo Keil foi agraciado com a commenda da ordem de S. Thiago, e o governo italiano concedeu-lhe a commenda da Corôa de Italia. E' membro da *Associação dos Compositores de França*, de que era presidente o maestro Ambroise Thomas. A opera *Serrana* foi dedicada ao maestro Massenet. Publicou o opusculo *Collecções e museus de arte em Lisboa*; Lisboa, 1905.

Kellett. Ilha do rio das Ancoras no estreito do Pico, prov. da Guiné. Está situada a meio do rio.

Kélo. Pov. da freg. de Santo Antonio, do Zaire, districto do Congo, provincia de Angola.

Kembuto. Ponta da costa dos nallús na prov. da Guiné, Africa Occidental. Separa a margem esquerda do rio Kassagua da margem direita do Nuno, e está situada na foz d'este rio. Tambem lhe chamam *Ponta Buffo*.

Kendall *(Henrique Carlos Meyrelles)*. Commerciante da praça do Porto, presidente do conselho administrativo da Companhia das Docas e Caminhos de Ferro Peninsulares, deputado, etc. E' natural do Porto, onde habitualmente reside. Tem prestado muitos serviços á classe commercial d'aquella cidade, que deve á sua grande influencia grande parte da sua prosperidade. Dedicando-se tambem ás letras, tem-se evidenciado como escriptor apreciado em publicações de subido interesse sobre assumptos mercantis; nos seus relatorios como secretario da Associação Commercial do Porto, nas conferencias que fez perante essa associação e a Associação Commercial de Lisboa. Quando se tratava de organisar o actual Codigo Commercial, foi consultado pelo sr. Veiga Beirão para dar o seu parecer sobre alguns pontos do mesmo Codigo, e no relatorio que o precede, o referido estadista faz-lhe as mais lisongeiras referencias. A praça commercial do Porto deve-lhe a sua mais culminante obra de reorganisação bancaria, que pôde ainda atalhar os effeitos desastrosos da crise geral, consequente do descredito moral e financeiro a que o paiz chegara. Os bancos d'aquella cidade luctaram com difficuldades gravissimas; as operações financeiras achavam-se suspensas, o credito desapparecera, sendo quasi fatal a ruina. O sr. Henrique Kendall, porém, não desanimou; advogando a questão dos bancos, empregou durante sete annos, junto dos governos, todas as diligencias para que lhes fôsse dado auxilio; e tanto trabalhou que afinal conseguiu que o governo firmasse o contrato de 10 de maio de 1899, em que ficou assegurado o reembolso dos creditos do thesouro sobre os mesmos bancos e uma economia de 4 a 5 por cento a favor d'estes, nos debitos do Estado. D'aqui resultou uma situação desafogada para os estabelecimentos bancarios que entraram na fusão: Bancos União, Mercantil, Por-

tuense, Commercio e Industria, Commercial do Porto e Nova Companhia Utilidade Publica. O sr. Henrique Kendall é vogal effectivo no tribunal do Contencioso fiscal junto á alfandega do Porto, tendo sido reconduzido por honrosos decretos. Os proventos do logar revertem, por sua determinação, a favor da Crèche de S. Vicente de Paula, a cuja direcção pertence ha muitos annos. E' presidente da Associação Commercial do Porto, vice presidente da Real Companhia Horticola, membro do conselho fiscal do Banco Commercial do Porto e da Companhia de Fiação de Salgueiros, thesoureiro da Associação das Creches de S. Vicente de Paula, etc. E' tambem cultor das bellas artes, sendo um amador de musica muito considerado, tendo tomado parte n'alguns concertos de caridade, a que nunca recusa o seu valioso auxilio. O sr. Henrique Kendall foi deputado, eleito pelo Porto, na legislatura de 1906, e pertenceu á commissão organisadora das festas que se realisaram no Porto em abril de 1904, commemorando o centenario do infante D. Henrique.

Kennedy *(Daniel)*. Official irlandez, que veiu para Portugal em 1808 com o exercito inglez commandado por Wellesley, depois duque de Wellington. O capitão Daniel Kennedy distinguiu-se na batalha da Roliça e no ataque da cidade do Porto em 1809. Em 1810 o marechal Massena, á frente d'um numeroso exercito, entrou em Portugal, e veiu encontrar-se com o exercito anglo-luso commandado por Wellington, no Bussaco. Ao romper do dia 27 de setembro começou a batalha; Daniel Kennedy commandava um pequeno destacamento, quando bastantes soldados francezes, que tinham trepado pela encosta da serra, os surprehenderam, levando de vencida as tropas alliadas; tornando a si da surpreza, Kennedy reune os seus homens, e não só detem o inimigo, como o põe em debandada. Por este valioso feito recebeu de Wellington os maiores louvores e no officio que enviou a D. Miguel Pereira Forjaz, ministro da guerra, datado de Coimbra em 30 de setembro de 1810, vem mencionado o seu nome. Esse officio foi publicado em 1810 na *Gazeta de Lisboa*, n.º 237.

Kennedy *(Guilherme)*. Fidalgo irlandez. N. na cidade de Dublim. Era filho de Daniel Kennedy e de mss. Anna Kennedy, e falleceu em Lisboa a 7 de dezembro de 1829. Mostrando sempre desde muito novo grande vocação para as bellas artes, dedicou-se á pintura, indo para Roma aperfeiçoar-se. Ficando doente veiu para Portugal, onde morreu. Por sua morte ficou a valiosa collecção de todos os seus quadros a oleo de assumptos sagrados, e entre elles um bello retrato do papa Pio VII, ao Collegio dos Inglezinhos, em Lisboa. Deixou uma filha, D. Marianna Russel Kennedy, que foi a primeira educanda que teve o Convento das religiosas irlandezas do Bom Successo em Lisboa. Casou mais tarde (1844) com o commendador da ordem de Christo, Francisco Alberto dos Santos, rico industrial e proprietario da antiga fabrica de vidros da rua das Gaivotas em Lisboa.

Kengue. Pov. do sobado de Mutano e da séde do conc. do Humbe, no distr. da Huilla, prov. de Angola.

Kessler *(Frederico Kessler, 1.º barão de)*. Doutor em Medicina, natural da Allemanha, e medico de elrei D. Fernando, com quem veiu para Lisboa. N. em 28 de agosto de 1804, fal. a 23 de agosto de 1872. Era commendador da ordem da Conceição, e das seguintes estrangeiras: Carlos III e Izabel a Catholica, de Hespanha; de Alberto o Valoroso, da Saxonia; de S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia; official da Legião de Honra, de França, e de Leopoldo, da Belgica; cavalleiro da Aguia Vermelha, da Prussia, e da de Erneste Pio, de Saxe Coburgo-Gotha; socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa e de varias sociedades scientificas estrangeiras. Casou em 6 de abril de 1839 com D. Carlota Brelaz, filha de Pedro Brelaz, natural d'Allemanha, negociante da praça do commercio de Lisboa. O titulo de barão foi concedido em duas vidas, por decreto de 7 de fevereiro de 1855, sendo conferida a segunda vida em 5 de setembro do mesmo anno, para seu filho, Frederico Luiz Athanasio Hermano Kessler, nascido em Lisboa a 5 de julho de 1843; cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição; engenheiro civil pela escola de Artes e Manufacturas de Paris, que foi o 2.º barão de Kessler.

Kiala. Pov. do sobado de Cachoco, conc. do Egito, distr. de Benguella, prov. de Angola. || Pov. do sabado de Tshongo, conc. do Egito, distr. de Benguella, prov. de Angola. || Sobado e pov. do conc. do Egito, districto de Benguella, prov. de Angola.

Kibomba. Um dos numerosos sobados em que está dividida a pov. de Cacollo-Callombe, do conc. de Malange, distr. de Lunda, prov. de Angola. Está incluido na 6.ª divisão.

Kicollo. Um dos 14 sobados em que está dividida a pov. de N'Ganga-Sole, do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á 7.ª divisão.

Kiconda. Um dos 14 sobados em que está dividida a pov. de N'Ganga-Sole, do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á 7.ª divisão.

Kicullo Um dos numerosos sobados em que está dividida a pov. de Saty, do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á 14.ª divisão. || Um dos numerosos sobados em que está dividida a pov. de Sanza, do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á 24.ª divisão. E' posto militar. || Um dos numerosos sobados a que pertence a pov. de Cacollo-Callombe, do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Está incluido na 6.ª divisão.

Kiconga. Um dos numerosos sobados em que está dividida a pov. de Sanza, do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á 4.ª div. E' posto militar.

Kifuxi. Um dos sobados em que está dividida a pov. de N'Ginge Acabary (Quissol), do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á 18.ª divisão.

Kihaulla. Um dos numerosos sobados que comprehende a pov. de Cacollo-Callombe, do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Está incluido na 6.ª divisão.

Kilombo. Um dos numerosos sobados pertencentes á pov. de Cacollo-Callombe, do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Está incluida na 6.ª divisão. || Um dos sobados em que está dividida a pov. de N'Ginge-Acabary (Quis-

sol), do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á 18.ª divisão.

Kilundo. Um dos numerosos sobados em que está dividida a pov. de Senza, do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á 24.ª divisão. E' posto militar.

Kimango. Um dos 5 sobados que pertence a pov. de Quissanda, do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Está incluido na 3.ª divisão.

Kimoco. Um dos numerosos sobados a que pertence a pov. de Cacollo-Callombe, do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Está incluido na 6.ª divisão.

Kincamba. Um dos numerosos sobados em que está dividida a pov. de Saty, do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á 14.ª divisão.

Kingl. Pov. do sobado de Sanza, conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 15.ª divisão.

Kingloro. Nome por que é conhecido vulgarmente o monte da Boa Vista, na ilha de S. Thomé, prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. Fôram levadas para elle, d'uma distancia de 10 a 12 k., as aguas do rio Mello.

Kingoba. Um dos numerosos sobados em que está dividida a pov. de Cacollo Callombe, do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Está incluido na 6.ª divisão.

Kingungue. Um dos sobados em que está dividida a pov. de Luximbe, do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á 19.ª divisão. || Um dos numerosos sobados em que está dividida a pov. de Senza, do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á 24.ª divisão. E' posto militar.

Kinguri. Um dos sobados em que está dividida a pov. de Catepa, do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. d'Angola. Pertence á 17.ª divisão.

Kiongollolo. Um dos numerosos sobados em que está dividida a pov. de Saty, do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á 14.ª divisão.

Kipaca. Sobado do conc. do Egito, distr. de Benguella, prov. de Angola. Tem só a povoação de Paca.

Kipinga. Pov. e sobado do conc. do Egito, distr. de Benguella. prov. de Angola.

Kir. Pov. do sobado de Chalmabula, freg. e conc. do Humbe, distr. de Huilla, prov. de Angola.

Kirire-Kia-Mavo. Um dos sobados em que está dividida a pov. de Catepa, conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á 11.ª divisão.

Kissonde. Um dos tres sobados em que está dividida a pov. de Culla Muxito, do conc. de Malange, distr. da Lunda. prov. de Angola. Está incluido na 8.ª divisão. || Um dos sobados em que está dividida a pov. de Cahombo, do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Faz parte da 12.ª divisão.

Kissua. Um dos sobados em que está dividida a pov. de Luximbe, do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á 19.ª divisão.

Kitala. Um dos sobados em que está dividida a pov. de Luximbe, do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á 19.ª divisão.

Kitumba. Um dos sobados em que está dividida a pov. de Saty, do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. d'Angola. Pertence á 14.ª divisão.

Kituxi. Um dos sobados em que está dividida a pov. de N'Ginge-Acabary (Quissol), do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á 18.ª divisão.

Kixicamo. Um dos numerosos sobados em que está dividida a pov. de Senza, do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á 24.ª divisão. E' posto militar.

Kizanga. Um dos sobados em que está dividida a pov. de N'Ginge-Acabory (Quissol), do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á 18.ª divisão. || Um dos numerosos sobados em que está dividida a pov. de Senza, do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á 24.ª divisão. E' posto militar.

Klerk *(José Baptista Cardoso)* V. *Cardoso Klerk.*

Klingelhoefer *(José Guilherme).* Commerciante; amador de musica muito apreciado, bibliophilo, etc. N. em Lisboa em 1818, fal. a 22 de maio de 1893. Era filho d'um negociante allemão, que se estabeleceu em Lisboa nos fins do seculo XVIII. Seguiu a carreira do commercio, dedicando-se nas horas vagas ao estudo de musica. Aprendeu a tocar trompa com o professor João Gazul, instrumento em que se tornou tão perfeito como o melhor artista de profissão. Tocava tambem regularmente trombone e corneta de chaves. No anno de 1840 fundou em Villa Franca de Xira uma grande casa commercial. Encontrou n'aquella localidade um pequeno grupo de amadores dirigido pelo organista e pianista José Pedro Dias, discipulo do professor fr. José Marques, e no seu decidido amor pela musica, deu grande incremento ao grupo, auxiliando-o pecuniariamente e contratando um professor de violino e director artistico, que foi por muitos annos Caetano Caggiani; contratou tambem por vezes diversos professores para ensinarem instrumentos de vento. O seu enthusiasmo fez com que muitas pessoas de Villa Franca de Xira se dedicassem á musica. Dispondo de avultados bens de fortuna, graças á prosperidade do seu estabelecimento, gastava largamente com a arte sua predilecta, fazendo tambem com que as festas religiosas tivessem grande esplendor musical; a essas festas, que principalmente se realisavam todos os annos no domingo da Santissima Trindade e vespera, concorriam os principaes artistas de Lisboa, que José Guilherme Klingelhoefer hospedava em sua casa com toda a bizarria. Em 1859 deixou o commercio, e veiu viver para Lisboa. A sua falta fez-se sentir muito em Villa Franca, onde o seu nome ficou saudosamente memorado. Klingelhoefer tocava nas festas do conde de Farrobo nos seus theatros, da quinta das Laranjeiras e de Farrobo. Teve tres irmãos: Nicolau Henrique Klingelhoefer, que cantava de tenor nas festas dos referidos theatros, que foi para Allemanha, e ali falleceu; João Carlos e Christiano Daniel Klingelhoefer, que tambem cantavam nos coros nas citadas representações, fallecendo o primeiro em Oeiras e o segundo no Brazil.

Kol *(Joaquim José Cecilia).* Contra-almirante, vogal do Supremo Tribunal de guerra e marinha, antigo secretario geral do governo da India; commendador da ordem de S. Bento de Aviz, cavalleiro da de Christo; official da ordem da Rosa, do Brazil. N. em 1805, fal. em Lisboa a 11 de agosto de 1880. Exerceu por muito tempo o logar de capitão do porto de Lisboa, e serviu na India, como secretario geral do governador o conselheiro Pestana. Commandava o vapor *Duque de Saldanha*, quando este naufragou, tendo por isso de responder a um conselho de guerra, cuja memoria justificativa depois publicou. Escreveu: *Mappa geral estatistico e historico da India portugueza, contendo a situação geographica dos principaes pontos do litoral, divisão territorial e sua extensão*, etc., Nova Gôa, 18?0; *Conselho de guerra a que respondeu o capitão-tenente da marinha Joaquim José Cecilia Kol, pela perda do vapor «Duque de Saldanha», que foi do seu commando*, Lisboa, 1855.

Kombo. Pov. da freg. de N. S.ª da Victoria, conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 6.ª divisão.

Kopke *(Diogo).* Capitão de artilharia e lente de Mathematica na Academia Polytechnica do Porto. N. n'esta cidade em 1808, onde tambem fal. a 25 de fevereiro de 1844. Consagrava todo o tempo que lhe deixavam livre os seus deveres cathedraticos, ao estudo da historia e antiguidades nacionaes. Prestou grandes serviços ás letras com a publicação de valiosos escriptos ineditos que jaziam quasi ignorados, e promettia fazel-os maiores se a morte o não arrebatasse tão cedo, pois contava apenas 36 annos de edade. Publicaram artigos elogiosos o *Diario do Governo*, n.º 73, de 1844, e a *Gazeta Medica do Porto*, tom. II, pag. 409. Escreveu: *Quadro geral da Historia portugueza, segundo as epocas de suas revoluções nacionaes*, Porto, 1840; impresso n'uma folha de largo, sem o nome do autor; *Apontamentos archeologicos*, Porto 1849; *Roteiro da viagem, que em descobrimento da India pelo Cabo da Boa Esperança fez D. Vasco da Gama em 1497; segundo um manuscripto coetaneo, existente na Bibliotheca Publica Portuense*, Porto, 1?38; em seguida ao *Roteiro*, vem notas e elucidações do autor; a edição é adornada com retrato, fac-simile, e um *Atlas*, que se compõe de 15 mappas ou taboas; *Tratado breve dos rios de Guiné de Cabo Verde, desde o rio do Sanagá até aos baixos de Sant'Anna, pelo capitão André Alvares de Almada*, Porto, 1841, com um mappa geographico, sendo tambem acompanhado de prefacio e notas do editor; *Primeiro roteiro da Costa da India desde Gôa até Diu, narrando a viagem que fez vice-rei D. Garcia de Noronha em socorro d'esta ultima cidade, etc. por D. João de Castro*, Porto, 1843; é acompanhada de prologo, notas, etc., do editor, e ornada d'um retrato, de duas estampas gravadas em madeira, e de curiosos fac-similes; tendo por complemento um atlas colorido; *Carta physico mathematica sobre a theoria da polvora em geral, a theoria do melhor comprimento das peças em particular*, escripta por José Anastasio da Cunha, 1760, Porto, 1838; com uma estampa. Diogo Kopke foi o redactor principal do *Museu portuense*, jornal litterario publicado de agosto de 1838 a janeiro de 1839. Fez o catalogo ou indice de todos os manuscriptos, que possuia Bibliotheca Publica do Porto, e quando falleceu andava colligindo e ordenando para a impressão todos os escriptos ineditos de D. João de Castro, que tencionava publicar.

Kotrà. Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freguezia de Santo André de Brancavará, do concelho de Diu, na India.

Kuango. Um dos sobados em que está dividida a pov. de Luximbe, do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á 19.ª divisão. V. *Cuango*.

CORRECÇÕES

Dantas Pereira *(José Maria)*. A data do seu casamento é de 24 de junho de 1803 e não 1823.

Dantas Pereira *(Pedro Maria)*. Deixou tres filhas e não duas. A primogenita sr.ª D. Izabel, a segunda sr.ª *D Maria Eugenia de Figueiredo Vellez Dantas Pereira*, religiosa no convento das Salesias, em Belem, hoje com o nome de D. Maria Francisca de Salles Dantas. A terceira é a referida D. Maria Anna.

Dias *(Manuel Pereira)*. Decano jubilado da faculdade de Medicina e reitor da Universidade de Coimbra, para que foi nomeado por decreto de 17 de fevereiro de 1898, tomando posse em conselho dos decanos a 23 do referido mez. Pediu a sua exoneração de reitor em abril de 1906.

Eça de Queiroz *(José Maria)*. Por uma confusão de romances do genero realista inscreveu-se o *Eusebio Macario*, de Camillo, entres os d'este escriptor, quando na propria bibliographia do visconde de Correia Botelho se tinha feito exacta menção da 1.ª edição d'aquelle romance. *O crime do padre Amaro*, e não *Amado*, como se lê, não saiu primeiro no *Occidente*, mas sim na *Revista Occidental*. Entre as obras publicadas posthumas pódem citar se as seguintes: *Cartas de Londres*, 1905; etc.

Elvas *(Forte de Nossa Senhora da Graça em)*. A primeira linha deve corrigir-se: Foi Schamburg-Lippe, feld-marechal do exercito allemão, etc.

Espinhal. Pov. no conc. de Penella. Elevada a villa por decreto de 16 de julho de 1906.

Estrella. A chronologia da construcção da Basilica da Estrella saiu muito alterada, devendo lêr-se nos principios das linhas 56, 39 e 58 da 1.ª col., pag. 227, respectivamente, os annos de 1778, 1779, e 1779 e não 1779, 1778 e 1776.

Faria e Maia. Saiu deficiente o artigo respectivo a Francisco Machado Faria e Maia. Elementos alcançados posteriormente permittem completar esse artigo, e fazer desde já a biographia d'outros illustres membros da mesma familia. Vicente Machado de Faria e Maia, 2.º visconde de Faria e Maia, era fidalgo cavalleiro da Casa Real, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, com o curso administrativo do mesma Universidade, socio correspondente do Instituto d'aquella cidade, antigo governador civil interino de Ponta Delgada, como secretario geral do mesmo districto, auditor administrativo aposentado. Foi filho mais velho dos primeiros viscondes de Faria e Maia. D Thereza Cardoso de Faria e Maia e Francisco Machado de Faria e Maia, fidalgo cavalleiro da Casa Real por herança dos seus maiores, commendador de N. S.ª da Conceição e antigo governador interino de Ponta Delgada como conselheiro de districto. A familia dos viscondes de Faria e Maia é oriunda do Minho e estabeleceu residencia na ilha de S. Miguel no seculo XVI, quando o capitão Antonio Lopes de Faria, cavalleiro fidalgo da Casa Real e cavalleiro de S. Thiago instituiu um morgado para os seus parentes da linhagem dos Farias, com obrigação de usarem este nome, vinculando muitas terras e libertando todos os seus escravos, como se vê pelo registo vincular do Governo Civil de Ponta Delgada. A origem d'essa familia consta do brazão de armas do capitão-mór Francisco Machado de Faria, 7.º administrador d'aquelle morgado, publicado pelo dr. Ernesto do Canto, no *Archivo dos Açôres*, onde se mostra que elle provou pertencerem-lhe as armas das antigas familias, cujos nomes usava por descender d'ellas. O primeiro visconde foi educado no Collegio dos Nobres até aos dezeseis annos, e quando chegou a esta edade seu pae mandou-o para França estudar agricultura em Grignon, por entender que, sendo elle herdeiro da grande fortuna vincular da sua familia, convinha que adquirisse conhecimentos proprios para concorrer para o melhoramento da agricultura do seu paiz. Regressando, depois de 5 annos passados em França, dedicou-se toda a sua vida a fazer progredir a agricultura da sua patria, sendo um dos fundadores da Sociedade de Agricultura de Ponta Delgada, e formando parte da sua commissão destinada a divulgar a instrucção agricola, como se vê pelo *Agricultor Michaelense*, jornal de que foi principal redactor o visconde de Castilho. Em 1890 foi-lhe dado o titulo de visconde em sua vida, «pelos serviços que alli (refere-se á ilha de S. Miguel) tem prestado não só á agricultura, concorrendo para o seu desenvolvimento, mas tambem no desempenho de varias commissões de interesse publico», co-

mo se diz no respectivo diploma. O 2.º visconde foi para Coimbra aos 15 annos, onde concluiu o curso do Lyceu aos 16. N'esta edade matriculou-se na faculdade de Direito, que estudou juntamente com as sciencias naturaes, seguindo o curso administrativo, para ampliar os seus conhecimentos. Nem por isso deixou de se applicar com assiduidade ás sciencias sociaes e juridicas obtendo no 5.º anno uma classificação que o habilitava a cursar o 6.º Concluindo os seus cursos em 1860, emprehendeu uma viagem de instrucção por Hespanha, Inglaterra e França, demorando-se em Paris todo o inverno de 1860-1861. No fim d'esse inverno, nomeado secretario geral de Ponta Delgada, foi para a sua patria, afim de tomar posse d'aquelle cargo, que exerceu perto de 16 annos, servindo por muitas vezes de governador civil, desde o primeiro anno em que começou a carreira administrativa. Em 1866 serviu por maior espaço de tempo de governador civil, visitou por ordem do Governo o districto, e deu conta dos seus trabalhos no Relatorio a que se refere Innocencio da Silva, e que elle diz que vantajosamente foi commemorado por toda a imprensa periodica. Em 1866 casou com D. Maria Thereza de Athayde Côrte Real Estrella, filha de Gonçalo de Athayde Bettencourt Côrte Real e de D. Joanna Augusta de Menezes Athayde Estrella, senhora de varios morgados. Em 1869 exerceu tambem bastante tempo o cargo de governador civil de Ponta Delgada, e escreveu o seu segundo Relatorio, que publicou. De 1870-1871 teve a seu cargo, por muito tempo, o governo civil de Ponta Delgada. A sua administração d'essa epoca mereceu uma menção honrosa no Relatorio escripto e publicado então pelo consul de S. M. I. Britanica, Sir Eduard Monson, que depois foi ministro de Inglaterra em França. Em 1876 pediu a sua exoneração de secretario geral de Ponta Delgada, por entender que não podia servir com um chefe que elle julgava que não interpretava como devia as leis do paiz e as ordens do governo, como mostrou na sua despedida aos habitantes de Ponta Delgada, publicada no *Diario dos Açôres*. N'esse anno foi-lhe offerecida uma transferencia para a Madeira, que não aceitou, e retirou-se á vida particular. Pouco depois de pedir a sua exoneração, foi um dos procuradores mais votados para a Junta Geral e ahi, onde serviu muitos annos e pela imprensa,dedicou-se com grande empenho a advogar o desenvolvimento da instrucção, da agricultura e da viação publica. Conhecendo a vantagem de variar as industrias, empregou grandes esforços, para tornar productivos terrenos incultos, para importar novas plantas, para povoar com arvores apropriadas as mais altas regiões, e para desenvolver a cultura do chá, conseguindo ser o primeiro agricultor, que introduziu no commercio que as suas producções d'este genero. Em novembro de 1891 foi-lhe dado o titulo de seu pae, em sua vida, «pelos serviços prestados no desempenho de cargos administrativos», como se diz no diploma respectivo. Em 1901 foi a concurso e requereu o logar de auditor administrativo de Ponta Delgada, que desempenhou até adoecer em 1904, sendo por isso aposentado, como requereu. Escreveu: *Memoria Biographica da Princeza D. Joanna, filha de El rei D. Affonso V*, no vol. 11 do *Instituto* de Coimbra, transcripta na *Persuasão* de Ponta Delgada de 1863. *Estudos de sciencias sociaes biographicos e economicos: Liberdade do commercio*, no vol. 12 do *Instituto* de Coimbra n.os 1 e 2, transcripto na *Esmeralda Atlantica* de Ponta Delgada. *Propriedade intellectual*, no *Instituto* nos n.os 4, 5 e 6 do 13.º vol. em artigos transcriptos por Camillo Castello Branco, com uma apreciação muito honrosa. *Duque de Sully*, nos n.os 2 e 3 do vol. 14.º do *Instituto* de Coimbra; *Colbert*, no n.º 5 do vol. 14 do mesmo jornal; *Vauban*, no n.º 6 do mesmo jornal; *Turgot*, nos n.os 8, 9, 10 e 11 do vol. 14. Estes artigos contéem a biographia d'esses homens illustres, a apreciação das suas idéas e a historia da economia politica na epoca da sua vida. *Relatorio sobre a administração do districto de Ponta Delgada de 1866. Relatorio da administração* do mesmo districto em 1869. N'estes Relatorios tratam-se varias questões administrativas, economicas e de instrucção publica. *Os bancos e a circulação fiduciaria*. No *Instituto*, de Coimbra, de fevereiro de 1890 vem a seguinte apreciação: «Pronuncia-se a favor do regimen da livre circulação, combate o privilegio e refuta alguma das asserções do sr. Oliveira Martins na sua obra a *Circulação fiduciaria*. ...... é interessante pela lucidez da exposição, pelas razões e exemplos com que abona a opinião seguida por elle, sobretudo no capitulo Bancos Prediaes, garantias bancarias, lettras pagas com mercadorias, onde mostra como facilmente poderia interessar-se, com grande proveito dos proprietarios, dos capitalistas e do credito, a propriedade territorial na organisação de bancos que emittam notas. No *Correio Portuguez* de 30 de julho de 1887, faz-se a seguinte apreciação da *Propriedade intellectual e dos bancos*: «N'este profundo trabalho tinha primeiramente apparecido em 3 artigos do *Instituto de Coimbra* onde os foi desencantar o sr. Camillo Castello Branco, achando-os tão excellentes que os reproduziu na Bibliographia com palavras de encarecimento e merecido louvor. O livro ácerca dos Bancos é um estudo economico de primeira ordem, que honra sobremaneira o autor. Torna-se principalmente notavel por combater e refutar triumphantemente as opiniões do sr. Oliveira Martins contra a liberdade bancaria. N'esta parte da sua valiosa obra, ao mesmo passo que se revela a fina penetração do sr. dr. Vicente Machado, patenteiam-se em toda a lucidez os seus dotes de argumentador vigoroso e persuasivo.» Romances: *Beatriz, ou scenas da vida dos Açôres no seculo* XVIII publicado no *Panorama* e transcripto no *Progresso de Ponta Delgada* de 1867 e na *Gazeta de Noticias* da mesma cidade de 1889 e impresso n'um vol. em 1900. *Cavalleiros d'Africa, ou scenas da vida dos Açôres do seculo* XVI, publicado no *Diario Popular*, de Lisboa, de 1878, com uma apreciação muito honrosa e depois em dois volumes. Artigos: *Anthero de Quental*, no livro *In Memoriam*, *Luiz de Camões*, artigo no *Correio Michaelense* por occasião do centenario.

Divida publica. V. *Junta do Credito Publico.*

Faro *(Frederico João Cabreira de Brito Alvellos Drago Valente, 1.º visconde de)*. Ainda vive a sr.ª viscondessa de Faro, D. Maria Carolina da Guarda Cabreira, viuva de seu primo visconde de Faro, general de divisão Frederico Leão Cabreira, e filha do marechal de-campo effectivo

Thomaz Antonio da Guarda Cabreira, agraciado por D. Miguel com os titulos de visconde do Valle da Matta (proximo de Messines), por ter derrotado n'esse sitio a divisão commandada pelo marquez de Sá da Bandeira, e com o de conde de Lagos, em virtude de outros feitos de armas que praticou. Foi assassinado traiçoeiramente em Faro, aos 41 annos de edade, depois da Convenção de Evora Monte, na noite de 20 de novembro de 1834, por uma das quadrilhas que, vergonhosamente n'essa epoca infestavam aquella cidade.

Fayal *(Marquez do)*. Nomeado camarista de S. M. el-rei em maio de 1907.

Fayal. Na 1.ª col. da pag 320 linha 34, leia-se bacia dos Flamengos, em logar de bahia. Esta povoação é no interior da ilha.

Felner *(Rodrigo José de Lima)*. Na col. 1 da pag. 345, linha 52, em logar de José da Silva Mendes Leal, leia-se J. M. da Silva Leal.

Falco *(Carolina)*. Fal. no Brazil em 27 de agosto de 1906.

Ferraz de Macedo *(João)*. Fal. em Lisboa a 3 de janeiro de 1907.

Fortuna *(João de Oliveira Penha)*. E' o conhecido poeta João Penha. Começou a advogar no proprio anno em que se formou, em 1873, e nunca exerceu outra profissão. Da *Folha*, que publicou em Coimbra durante os cinco annos da formatura, sairam perto de cincoenta numeros. Das *Rimas* fez-se ha pouco terceira edição. Tem publicado mais: *Viagem por terra ao paiz dos sonhos*, livro de versos editado pela livraria Chardron, do Porto; *Por montes e valles*, volume em prosa, editado por Tavares Cardoso, de Lisboa; *Novas Rimas*, grosso volume de versos, editado por França Amado, de Coimbra; etc. Tem escripto numerosos artigos avulsos e composições poeticas, em diversos jornaes litterarios. Possue varias distincções, tanto nacionaes como estrangeiras.

Furadouro. A praia de banhos d'este nome pertence á freg de S. Christovão, de Ovar, e não á de S. Simão, de Ovan, do conc. de Oliveira do Bairro. Por isso a pag. 640 d'este vol., linha 15.ª onde diz: permutando malas com Ovar, deve ler-se: permutando malas com Oliveira do Bairro. E a seguir deverá lêr-se: ‖ Pov. na freg. de S. Christovão, d'Ovar, da prov. do Douro, concelho e comarca d'Ovar, districto d'Aveiro e bispado do Porto. Tem correio com serviço de posta rural, permutando malas com Ovar. Ha n'esta povoação uma espaçosa praia, etc. etc.

Genealogista. Não foi o autor da *Historia Genealogica*, D. Antonio Caetano de Sousa, o compilador dos nomes dos genealogistas do seu tempo, mas sim D. Manuel Caetano de Sousa. Diogo Rangel de Macedo deixou um filho de nome Diogo Rangel Macedo Marchão, que tambem foi genealogista conceituado. Aos nomes citados pódem juntar-se os de Fr. Antonio Rousado, Padre Luiz da Fonseca, Manuel da Fonseca, D. Antonio de Lima, D. Luiz Lobo da Silveira, Affonso de Torres, Gaspar Alvares de Louzada, Diogo de Sousa de Tavora.

Goes *(Padre Bento de)*. Foi baptisado a 9 de agosto de 1562, e não de 1572, como aliás se deprehende da indicação da edade de 26 annos em 1588.

Gomes do Avellar *(D. Francisco)*. Não tendo saido, por lapso da paginação, o retrato d'este prelado, que devia acompanhar o artigo respectivo, publicado na pag. 774 a 776, e não querendo privar, principalmente os habitantes da provincia do Algarve d'esta publicação, que lhes deve ser muito grata, pois o nome do venerando bispo é ainda hoje commemorado com saudade, o inserimos n'esta secção.

D. Francisco Gomes do Avellar

Hopffer *(Francisco Frederico)*. Onde se lê: diploma com data de 7 de junho de 1852, leia-se diploma com data de 7 de junho de 1851. Onde se lê: no tratamento dos doentes accommettidos da cholera morbus, leia-se: no tratamento dos doentes acommettidos da cholera-morbus.—Onde se lê: vogal do conselho, inspector de instrucção primaria, leia-se: vogal do conselho inspector de instrucção primaria.—Onde se lê: uma *Topographia Medica* volumosa e replecta de mappas diversos leia-se: uma Topographia Medica volumosa e repleta de mappas diversos.—Onde se lê: *Transations of* leia-se: *Transations of.* — Onde se lê: *Notes ou the epidemy*, leia-se: *Notes on the epidemy.*—Onde se lê: *by Dr. Hopffer*, leia-se: *by Dr. Hopffer.*—Onde se lê: *Dec. 3.º* leia-se: *Dec. 3.*—Teve o Dr. Hopffer quatro mercês honorificas: 1.ª de cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição, em 1855; 2.ª de cavalleiro da Torre e Espada em 1859; 3.ª commendador da ordem de Christo em 1862; 4.ª official da ordem de S. Thiago. Nunca fez uso das insignias d'estas condecorações, que não solicitou directa ou indirectamente. Sendo o dr. Hopffer militar, foi reformado a seu pedido por decreto de 16 de novembro de 1876, que diz: «Houve S. M. El-Rei por bem reformar, em conformidade do decreto de 2 de dezembro de 1869 e mais legislação em vigor, com a graduação de capitão de fragata e

o vencimento annual de 1:116$000 réis, o doutor Francisco Frederico Hopffer».

Huet. Sendo a familia d'este appellido oriunda da cidade de Verdun, no ducado de Lorena, hoje pertencente á Allemanha e anteriormente á França, disse-se que era de origem allemã, quando se deveria dar por franceza. Veio para Portugal na pessoa do cavalleiro Duarte Claudio Huet. Este fôra armado cavalleiro pelo infante D. Duarte, a quem serviu leal e dedicadamente, pedindo-lhe em seguida para se chrismar com o nome de Duarte, afim de juntar ao nome de camareiro a honra de afilhado, pois que até ahi seu nome era só de Claudio Huet. Na *Vida do Infante* affirma o sr. Ramos Coelho que desde então Huet todos os dias lhe pedira a benção. A 3 de setembro de 1649, poucas horas antes do principe fallecer, fazendo testamento o nomeou seu testamenteiro como ultima prova de sua grande amizade e dedicação, o presenteou com algumas joias de valor e lhe pediu que depois da sua morte fizesse conduzir seu corpo para a patria, que lhe sendo tão ingrata jámais a esqueceu. Nunca se pôde cumprir este seu ultimo desejo. A 5 de maio de 1650 chegava a Portugal este fidalgo, e apresentando a D. João IV o testamento de seu irmão o infante D. Duarte, cumpria assim, sempre e até final o desejo do infeliz principe. Em 18 de novembro do mesmo anno contemplou-o el-rei pelos serviços ao infante com 120$000 réis de tença n'um dos almoxarifados do reino ou Casas da cidade de Lisboa, até ser provido de outra renda em bens da Corôa ou Ordens, os quaes se começariam a vencer desde 14 do dito mez de novembro. Em 8 de outubro do anno de 1652, el rei, havendo respeito aos serviços que elle allegava ter prestado, em nove annos continuados, ao mesmo infante como seu camareiro-mór, assistindo-lhe com grande zelo, cuidado e lealdade todo o tempo que esteve preso em Allemanha e no castello de Milão, concedeu-lhe, se casasse no reino com pessoa de satisfação, que dos ditos cento e vinte mil réis de tença ficassem sessenta mil reis a um dos seus filhos que tivesse e nomeasse. Entre estas duas mercês foi feito commendador da ordem de Christo com a commenda de S. Salvador de Tangil, para o que se lhe mandaram tirar as habilitações em 3 de dezembro de 1650, não no ducado de Lorena, porém no reino. Além d'isto foi nomeado fidalgo cavalleiro da Casa Real, e a 13 de fevereiro de 1666 accrescentado a fidalgo da Casa Real. Huet era filho segundo de Vicente Huet, senhor de Jussenit, e da casa de Huet, no ducado de Lorena, d'onde era natural, tendo nascido na cidade de Fresne pelo anno de 1614, e de Catharina Simon de la Pier, da familia Dufresne senhores de Ducange; neto de Christovão Huet, senhor de Jussenit e de sua mulher Anna Sillet, sua parenta; bisneto de Vicente Huet, senhor de Jussenit e governador de Metz, e de sua mulher Julia Claudia, que pretendia descender da familia dos Claudios da antiga Roma. Em Portugal foi o primeiro progenitor da familia dos Huets, que se engrandeceu com as mercês dos successores de D. João IV. Não ficou Huet ocioso na sua patria adoptiva, antes, empunhou as armas em sua defeza, durante alguns annos, servindo-a em praça de soldado pago com dois creados á sua custa, na provincia do Minho desde 1 de janeiro de 1653 até 6 de agosto de 1659, assistindo na guarnição da praça de Melgaço, achando-se na empresa em que os portuguezes derribaram as trincheiras levantadas pelos hespanhoes na campanha de Salvaterra; na peleja do sitio de Urgás; no soccorro das praças de Salvaterra, Melgaço e Valença, sobre a qual o inimigo já estava aquartellado; no rompimento das trincheiras com que elle se fortificára na veiga de Ponte de Mira, e no cerco de Monsão, onde se portou com toda a constancia e valentia até ser obrigado a retirar-se com a guarnição; retirada em que soffreu grande detrimento na commenda de S. Salvador de Tangil e em outra sua fazenda. Adeantou ás vezes o pagamento da tropa em Monsão, e n'uma conta, pelos erros que lhe notou, recuperou para o thesouro dez mil cruzados. Attendendo a estes factos fez-lhe el-rei mercê, além de outras que, pelo mesmo já lhe fizera, do habito de Christo para seu filho, Vicente Huet, afim de o ter com 20$000 réis de tença, que sua mãe D. Constança possuia na Caza da Portagem. E' datado o alvará de 15 de fevereiro de 1666. Em virtude d'elle, Huet renunciou em seu filho Vicente Huet, que, ainda em sua vida, foi feito fidalgo cavalleiro, os sessenta mil réis da sua tença. Concedeu tambem el-rei a Huet, pela resolução de 26 de outubro de 1669 que nomeasse no dito seu filho o prestimonio de S. Salvador de Tangil. Seria para esta mercê que Huet compoz uma das suas relações a segunda, datada de Lisboa a 8 de outubro de 1669, pois a primeira é a que mandou ou deu a Taquet logo depois da morte do infante. Em 1671 Huet já fallecera. Em 1652 casara com a citada D. Constança Malheiro Pereira de Bacellar Sotto Maior, filha segunda de Marcos Malheiro Pereira de Bacellar, senhor da casa e Torre de Bacellar e seus padroados, commendador da ordem de Christo e de Nossa Senhora da Graça, alcaide-mór de Villa Nova de Mil-Fontes, por mercê d'el-rei D. João IV, fidalgo da Casa Real, senhor do morgado de S. Miguel de Fontoura, procurador em côrtes e donatario das egrejas de Cossourado e S. Martinho de Çoura e alternativa de S. Miguel de Fontoura. Casou na Galliza no anno de 1623 com D. Helena de Meirellos Moscoso Borges e Azevedo Sotto Maior, filha de João Sanches de Moscoso, senhor da honra de S. André de Medir, em Galliza, e de D. Margarida Borges de Meirelles e Azevedo, filha de Gomes Borges de Azevedo e Camilla Rebello de Meirellos e neta de Fernão Soares de Moscoso. D'este enlace houve 11 filhos, sendo todos militares, e entre elles Pedro Vaz Soares de Bacellar que foi vice-rei da India. Vicente Huet primogenito herdeiro da casa de seus paes e da casa de seu tio materno Antonio Pereira de Sotto Maior, fidalgo da Casa Real, alcaide-mór de Villa Nova de Mil-Fontes e commendador de N. S.ª da Graça da mesma villa na ordem de S. Thiago, e de S. Salvador de Leixões e de S. Julião de Badim, todos da ordem de Christo; coronel dos exercitos da Catalunha, brigadeiro e governador da praça de Valença do Minho em 1709, casou em Braga no anno de 1703 com D. Thereza Izabel de Almada Portocarrero e Gusmão, filha unica e herdeira de Antonio de Almada e Portocarrero e de sua mulher D. Maria de Gusmão. Estando muitos annos sem descen-

dencia teve depois na sua quinta chamada da Graça, mais tarde Casa Alta, duas filhas; D. Luiza Maria Constança Huet de Bacellar Sotto Maior de Portocarrero, que casou com João de Vasconcellos de Mello Felgueira e Gayo, moço fidalgo da Casa Real, senhor da Honra de Palmeira do Faro e das antigas casas de Sinfães, Fervença e Carca do Lago. Como fallecesse sem geração bem como sua irmã D. Maria Luiza, passou a representação da casa para sua tia paterna D. Francisca Leonor Huet Bacellar Sotto Maior, casada com Francisco da Costa Pinto, fidalgo da Casa Real, capitão de cavallos da guarnição da côrte, secretario do Desembargo do Paço e escrivão da mesa do Paço na repartição da justiça da provincia da Beira e Traz-os-Montes, filho segundo de Gonçalo Serrão da Costa e Azevedo, cavalleiro da ordem de Christo, senhor da Casa do Fundão em S. Martinho da Beira e de D. Julianna da Costa, neto paterno de Francisco da Costa Pinto e de D. Maria de Azevedo Serrão, e materno de João da Costa Homem e D. Catharina de Sousa. D'este casamento houve um filho de nome Gonçalo, que morreu, e um outro Duarte Claudio que lhes succedeu Este casou em 1717 com D. Maria da Silva de Freitas, senhora da Casa do Paraizo no Porto e do Vinculo da Quinta do Villar em Armamar. Entre outros filhos, teve Lourenço Huet segundo mórgado do Villar, que pelo seu casamento em 1755 com D. Victoria de Lacerda Cardoso Botelho de Pinho Pereira e Vasconcellos augmentou a sua casa, pois que era filha unica de Diogo Moreira Cardoso de Vasconcellos, fidalgo da Casa Real, doutor em Canones, terceiro senhor do Morgado da Lavandeira na Feira, do Morgado de Vagos, sua casa e capella da S.ª da Victoria (hoje Senhor d'Agonia) na egreja da villa de Vagos. Succedeu-lhe seu filho Duarte Claudio Huet de Bacellar Sotto Maior Pinto Guedes, fidalgo da Casa Real (alvará de restituição 16 de março de 1815), terceiro senhor pelo lado paterno do morgado de Villar e dos prazos e casa do Paraizo no Porto, e pelo lado materno, quinto senhor do morgado da Lavandeira na Feira e da Casa da Praça e fóros da mesma em Ovar e 6.º morgado de Vagos. Casou com D. Anna Joaquina Guedes de Carvalho Vasconcellos e Menezes, tendo entre outros filhos segundos um de nome João, nascido em 1784. E quando a côrte portugueza partiu para o Brazil, como seu irmão mais velho não pudesse seguil-a, foi João Huet de Bacellar Pinto Guedes Sotto Maior, que lá se elevou aos mais altos cargos militares, pedindo para tirar a carta de brazão n'essa côrte bem como o fôro de fidalgo, mercês que lhe fôram concedidas em dezembro de 1849. Assim ficou este illustre militar tronco d'esta familia no imperio brazileiro, pois que ahi constituiu familia com uma dama do paço, e teve larga descendencia. Em Portugal ficou seu irmão mais velho, Lourenço Huet, que morrendo solteiro deixou sua casa, bens e representação a seu irmão Antonio por testamento de 17 de maio de 1820, 5.º senhor do morgado de Villar, 7.º do morgado da Lavandeira na Feira e fóros da mesma, senhor do morgado das Caldas de Canavezes e do Monte, cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, fidalgo da Casa Real e tenente-coronel de infantaria Fez todas as campanhas de Napoleão I e a 18 de agosto de 1814, tendo o posto de capitão de carabineiros em Bruges, recebeu a condecoração de Lys, sendo secretario de estado da Guerra o Conde de Dupont. Hoje em Portugal é directo representante por varonia, do citado fidalgo francez, o sr. Duarte Claudio Huet de Bacellar Sotto Maior Pinto Guedes, fidalgo cavalleiro da Casa Real, camarareiro da capa e espada de Sua Santidade, senhor dos Vinculos da Lavandeira na Feira, das Caldas do Canavezes e Monte da Quinta do Villar em Armamar do Douro, dos fóros de ahi e em Ovar, pertencentes a esta familia, director da Real Companhia Vinicola do Norte de Portugal, da Liga dos Lavradores do Alto Douro, Provedor da Egreja de S. João Novo e das dos Clerigos, ambas na cidade do Porto, onde reside. Casou em 1865 com sua parenta D. Anna Amelia Pinto da Cunha e Abreu de Lemos e Vasconcellos, da casa de Carrapatello no Marco de Canavezes, que hoje possue, filha de Gonçalo Pinto da Cunha Coutinho de Magalhães, da Casa da Foz em Baião, e D. Anna Victoria de Vasconcellos e Abreu, da dita casa de Carrapatello, neta materna de José Joaquim de Abreu e Lemos, senhor da casa de Carrapatello e sargento mór de Bemviver. São as armas d'esta familia em escudo esquartelado: no primeiro em campo azul tres lizes d'ouro (Huet): no segundo em campo d'ouro um bacello verde de 2 vides retorcidas postas em pala com quatro cachos de purpura (Bacellar): no terceiro em campo de prata trez faxas enxaquetadas d'ouro e vermelho de trez peças em pála com uma cinta de preto sobre cada uma (Sotto Maior): no quarto em campo de prata cinco crescentes de lua vermelhos em aspa (Pinto). Sobre o escudo uma corôa de duque com o circulo d'ouro, guarnecido de pedras e pedraria, realçado com oito florões, similhantes á folha do cipó ou perrexil. Timbre uma grande flôr de liz d'ouro (Huet).

Ivens *(Roberto)*. Sob o seu retrato saiu errado o nome, que é simplesmente o que encima o artigo.

Jesus *(Fr. Raphael de)*. Da sua *Vida de el-rei D. João IV*, conhecemos, tambem manuscripto, um segundo tomo da 1.ª parte. Existe na livraria dos senhores condes de Tarouca, conforme o respectivo *Catalogo*, impresso.

PORTUGAL

DICCIONARIO HISTORICO, CHOROGRAPHICO, BIOGRAPHICO, BIBLIOGRAPHICO HERALDICO, NUMISMATICO E ARTISTICO

ABRANGENDO

A minuciosa descripção historica e chorographica
de todas as cidades, villas e outras povoações do continente do reino, ilhas e ultramar,
monumentos e edificios mais notaveis, tanto antigos como modernos;
biographias dos portuguezes illustres antigos e contemporaneos, celebres por qualquer titulo, notaveis
pelas suas acções ou pelos seus escriptos,
pelas suas invenções ou descobertas; bibliographia antiga e moderna; indicação
de todos os factos notaveis da historia portugueza, etc., etc.

OBRA ILLUSTRADA

COM CENTENARES DE PHOTOGRAVURAS

E REDIGIDA

SEGUNDO OS TRABALHOS DOS MAIS NOTAVEIS ESCRIPTORES

POR

ESTEVES PEREIRA e GUILHERME RODRIGUES

VOL. IV — L-M

LISBOA

JOÃO ROMANO TORRES & C.ª — EDITORES

CASA FUNDADA EM 1885

Premiada com medalha de ouro na Exposição do Rio de Janeiro de 1908

Composição e impressão: Rua Alexandre Herculano, 120 a 120 D.

1909

PORTUGAL

L

Labeado. Pov. na freg. de S. Thomé, de Covellas, conc. de Baião, distr. do Porto.

Labeados. Pov. na freg. de S. Pedro, de Babe, conc e distr. de Bragança.

Laboncilho. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Parada de Esther, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Laborão *(Joaquim José de Barros)*. Esculptor. N. em Lisboa em 1762, onde tambem fal. a 30 de março de 1820. Tinha 10 annos de edade quando em 1772 começou a estudar com o professor João Grossi, artista italiano que se estabelecera em Lisboa, e durante quatro annos ali se occupou a fazer esboços e a modelar. Passou depois á escola de João Paulo da Silva, esculptor de madeira. Serviu de ajudante a Raymundo da Costa e ao padre João Chrisostomo Polycarpo da Silva; depois a Manuel Vieira, onde modelava e acabava numerosos trabalhos Não tardou a estabelecer-se com casa propria, e as primeiras estatuas, que modelou, fôram as de S. Francisco e Santa Clara, as quaes executou Francisco Xavier, discipulo de José d'Almeida e de Antonio Machado. Os trabalhos de Barros Laborão são numerosos. N'elles se conta a estatua da *Fama*, que se vê n'um obelisco collocado na quinta de Bellas, sustentando um medalhão com os retratos de D. João VI, ainda principe regente, e de D. Carlota Joaquina (V. *Bellas, quinta de*). Este trabalho agradou tanto ao marquez de Bellas, regedor das justiças e muito apreciador das artes, e para quem a estatua fôra feita, que além de lhe pagar bizarramente, ainda lhe obteve a cruz da ordem de S. Thiago, e o protegeu sempre na sua carreira. Laborão trabalhou tambem no palacio da Bemposta, sendo obra sua as estatuas que estão no vestibulo, e para a egreja fez um baixo relevo em marmore, que o principe regente D.João lhe recompensou, dando-lhe a direcção dos trabalhos artisticos de Mafra, pela impossibilidade de Alexandre Giusti, a quem havia sido confiada em 1743, ainda no tempo de D. João V, e o qual cegara em 1773, vindo depois a morrer em 1799. Giusti foi o primeiro que estabeleceu em Mafra uma escola de esculptura. Laborão activou um pouco estes trabalhos que teve de interromper por causa da invasão dos francezes em 1807. Tambem trabalhou no palacio d'Ajuda, e são suas as estatuas allegoricas da *Honestidade*, da *Diligencia*, do *Desejo*, e diversos ornatos. N'estes trabalhos foi auxiliado por seus filhos e discipulos Manuel Joaquim e José Pedro de Barros, assim como por outro seu discipulo, Gaspar Joaquim da Fonseca, natural de Vizeu, que viera para Lisboa na edade de 7 annos, e estudou com o professor Barros Laborão durante 7 annos.

Laborato. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Martim Longo, conc. de Alcoutim, distr. de Faro.

Laboreiro *(Fr. Affonso)*. Religioso no convento de Mosteiró, na prov. do Minho; foi irmão pedinte durante 46 annos, e era considerado um santo nas povoações dos arredores. Fal. a 17 de maio de 1593.

Laboreiro. Povoações nas freguezias: S. Gens e conc. de Arganil, distr. de Coimbra. ‖ Santo André, de Christellos, conc. de Louzada, distr. do Porto. ‖ Rio do distr. de Vianna do Castello, que nasce na serra da Peneda, e entra no rio Lima, em frente do castello Lindoso, depois de 20 k. de curso.

Laborim (*José Joaquim Gerardo de Sampaio, 1.º visconde e 1.º conde de*). Cavalleiro e commendador da ordem de Christo; gran-cruz das de S. Thiago e da Torre e Espada; gran-cruz da ordem de Izabel a Catholica, e commendador da de Carlos III, de Hespanha; bacharel formado em Sciencias Sociaes e Juridicas, pela Universidade de Coimbra, juiz presidente do Supremo Tribunal de Justiça, conselheiro de Estado extraordinario, vice-presidente da camara dos pares, etc. N. no Porto a 24 de setembro de 1781, fal a 4 de janeiro de 1864. Era filho do desembargador da Casa da Supplicação e cavalleiro da ordem de Christo, Bento Antonio de Oliveira Sampaio, senhor de Laborim, e de sua mulher, D. Thereza Manuel de Carvalho Sampaio. Seguiu a carreira da magistratura, como seu pae, formando-se em Coimbra em 1804, e por algum tempo exerceu a advocacia. Tendo requerido, sem despacho favoravel, alguns logares a que se julgava com direito

pelas suas habilitações, recolheu se a tratar dos negocios da sua casa, até que a revolução de 1808, despertando o seu zelo patriotico, o veiu afastar do lar domestico, sendo um dos primeiros a assentar praça em infantaria n.º 6, distinguindo-se em varias occasiões, contribuindo poderosamente para a restauração do governo legitimo em Lafões, e offerecendo para as despezas da guerra importantes quantias e seis cavallos. Em 1810 foi despachado juiz de fóra de Castro Marim e de Villa Real de Santo Antonio, e de tal fórma se houve no exercicio d'esse cargo que a camara pediu a reconducção do magistrado, mas a supplica não foi attendida, por não ser da vontade do juiz Sampaio. Em dezembro de 1815 foi nomeado juiz de fóra do civel do Porto, alcançando no desempenho d'este cargo as maiores sympathias; tambem se deu o mesmo caso no Porto, porque o corpo municipal solicitou a reconducção do seu querido magistrado. Em 1821 teve a nomeação de corregedor do crime do bairro da Ribeira Nova em Lisboa, com a graduação de desembargador da Relação do Porto, mas os successos politicos de 1823 trouxeram a demissão e a prisão do illustre jurisconsulto. Em outubro de 1824 foi elevado a desembargador da cidade do Porto, sendo eleito deputado nas côrtes de 1826. No anno de 1828 estava no Porto no exercicio do seu cargo, e recusou-se a assignar a representação que se dirigiu ao infante D. Miguel, pedindo-lhe que se declarasse rei absoluto, confessando abertamente os seus sentimentos liberaes, e quanto era contrario a idéas absolutistas e reaccionarias. A junta provisoria que se constituiu no Porto depois da revolução de maio de 1828, o escolheu para seu membro, e pouco depois Sampaio partiu para Inglaterra a bordo do vapor inglez *Belfast*, sendo condemnado á morte pelo governo miguelista. Durante o tempo que se conservou no estrangeiro, trabalhou ardentemente para o restabelecimento do governo constitucional, e voltando ao reino depois do desembarque da expedição nas praias do Mindello, alistou-se nas fileiras do exercito de D. Pedro IV, e em 1833 foi despachado conselheiro e fiscal das mercês. Depois da entrada do duque da Terceira em Lisboa no memoravel dia 24 de julho d'esse anno, foi nomeado membro do Supremo Tribunal de Justiça, elevado ao pariato em setembro de 1834, e agraciado com o titulo de visconde de Laborim por decreto de 1 de outubro de 1835. Não adherindo á revolução de setembro de 1836, pediu a demissão de juiz do Supremo Tribunal de Justiça, logar em que foi reintegrada em 1840 por voto unanime das duas camaras. Em 1835 havia sido eleito senador pelos circulos de Braga e Santarem. Sendo em 1844 nomeado presidente do Supremo Tribunal de Justiça em substituição de Silva Carvalho, exerceu este logar até junho de 1847, em que o illustre ministro de D. Pedro IV foi reintegrado, mas depois do fallecimento de Silva Carvalho, ficou definitivamente provido n'aquelle importante cargo. Differentes vezes foi escolhido para presidir na camara dos pares na falta do presidente e do vice-presidente, mas para este ultimo logar foi nomeado em 1857. Em 1862 teve a nomeação de conselheiro de Estado, sendo o titulo de visconde elevado ao de conde pelo decreto de 22 de outubro d'esse mesmo anno. O conde de Laborim era casado com D. Thereza Christina de Sampaio Dique da Fonseca, sua sobrinha, filha de sua irmã D. Maria Firmina Carvalho de Sampaio e de seu marido Antonio José Dique da Fonseca e Gouveia, fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo, conselheiro e bacharel formado em Leis, official maior do ministerio do reino, etc.

Laborim. Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Fojo Lobal, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Christovão, de Lordello, conc. de Felgueiras, districto do Porto.

Laborim. de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Chistovão, de Mafamude, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Laborins Pov. na freg. de S. Pedro d'Alva, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural.

Laboriz. Povoações nas freguezias: Santo André, de Tellões, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Pedro, de Lomar, conc. e distr. de Braga.

Labruge. Pov. na freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. de Villa do Conde, distr. do Porto, arceb. de Braga; 1:102 hab. e 184 fog. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Mattosinhos a Villa do Conde. Até 1855 pertenceu ao conc. de Bouças. O prior dos conegos regrantes, cruzios, do mosteiro de Moreira, apresentava o reitor, que tinha 40$000 réis. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 18 com a séde no Porto. || Pov. na freg. de S. Mamede, de Vermil, conc de Guimarães, distr. de Braga.

Labrugeira. Pov. da freguezia de Ventosa, na provincia da Extremadura, conc. e com. de Alemquer, distr. de Lisboa. Em 1707 tinha 40 visinhos; em 1873, 130 e actualmente (1907), conta 180 fogos e 800 almas. Tem esc. mixta e correio. Ignora-se a data da sua fundação; apenas se sabe que no seculo XV já a aldeia era grande, e que entre os seus moradores alguns havia de certa representação social. Tem tres capellas, uma publica da invocação de Santo Antonio, e duas particulares, tendo a primeira a invocação de N. S.ª d'Assumpção, e a segunda a de N. S.ª das Dôres. No limite do povoado existe em logar deserto a ermida de S. Jorge, que data do seculo XIV, e que foi pela terceira vez reedificada no mesmo local no anno de 1892. No centro da aldeia existe um cruzeiro antigo, que segundo a tradição foi mandado construir por um homem nobre de appelido Peixoto, em virtude d'um voto que fizera, e que no seculo XVII habitava na Labrugeira. A cruz, que é de marmore vermelho, nada tem de notavel, tendo na base a data de 1672. Assenta sobre tres degraus de cantaria, muito damnificados, sustentados por um forte alicerce de alvenaria e no distico as letras J. N. R. J. No logar da Labrugeira existe outro cruzeiro, em frente da capella de Santo Antonio, construido modernamente. E' de construcção tosca, de pedra calcarea, e tem na base os letreiros seguintes: do lado leste, *Pela conversão dos peccadores P. N.*; do lado do este, *Este cruzeiro foi erigido pelos povos d'este logar em 1864.* Fazem parte d'esta pov. as quintas de N. S.ª da Assumpção, vulgarmente conhecida por quinta do

Coelho, por ter sido propriedade de Antonio Coelho da Gama, que na dita quinta construiu a capella em 1658; a quinta do Valle fundada pelo conego João Botado d'Almeida, que em 1689 instituiu morgado e capella com obrigação de 36 missas annuaes ditas na capella de N. S.ª da Graça da Athouguia. Esta propriedade foi desvinculada pela ultima morgada D. Francisca Antonia Galvão de Lacerda Botado e Pina, em 1794, e vendida ao dr. Antonio Maximo Lopes, na posse de cujos herdeiros hoje existe bem como a precedente; quinta de Valle de Zibreiro, quinta de Santo Antonio e quinta de Valle de Riacho; as duas primeiras estão divididas em courellas, e a ultima, cuja casa está em completa ruina, foi ultimamente vendida em praça. A quinta do Valle, cuja gravura apresentamos, tornou-se notavel por n'ella ter residido a maior parte da sua vida o illustre agricultor J. M. Lopes de Carvalho (V. «*Portugal*» vol. II, pag. 819). Lopes de Carvalho succedeu a seu pae na posse da quinta estabelecendo ali a sua residencia no dia 6 de junho de 1837. Dotado de robusta intelligencia e entranhado amôr ao progresso

... da Quinta do Valle

agricola, em breve fez passar a propriedade por uma perfeita metamorphose, que lhe criou a reputação de *quinta modelo*, sendo amiude visitada pelas principaes summidades agricolas d'aquelle tempo, que se não cançavam em tecer elogios ao seu preclaro proprietario. No dia 19 de junho de 1859, estiveram no Valle os professores do Instituto Agricola, João d'Andrade Corvo, Sebastião Betamio de Almeida e Manuel José Ribeiro, que n'aquella visita fôram acompanhados pelo visconde de Chancelleiros e dr. Thomaz de Carvalho. Aquelles tres homens eminentes da sciencia elogiaram muito os melhoramentos introduzidos na cultura local, tecendo encomios calorosos ás drenagens das terras, ás podas das arvores fructiferas, feitas segundo os conselhos de Dépui, á boa disposição do estufa de plantas exoticas e de *primeurs*, etc., etc., gabando a boa disposição dos estabulos, arrumação de estrumes, e finalmente admirando a escripturação da exploração, feita por Lopes de Carvalho, segundo o plano de Edmond de Rancy. Com a nomeação de Lopes de Carvalho para director da quinta Regional de Cintra, administração que durou desde outubro de 1862 a setembro de 1863, decahiu muito o Valle, chegando o seu proprietario, quando desgostoso pela maneira como o governo o obrigava a cultivar a Granja, de todo a abandonou, voltando a administrar a sua casa, a proferir ao entrar o portão da quinta as palavras seguintes: *Ubi Troya fuit*, palavras que bem traduziam o estado decadente em que se encontrava o seu querido Valle, que elle desinteressadamente abandonou, para d'alma e coração se dedicar ao serviço do paiz! Lopes de Carvalho ainda se conservou no Valle até junho de 1873, sendo então acommettido por doença mortal, retirou-se para Lisboa onde falleceu a 29 d'agosto d'aquelle anno. Actualmente a propriedade existe, em grande parte, na posse de seu filho mais velho, o sr. Antonio Maximo Lopes de Carvalho. Labrugeira é a mais importante povoação da freg. da Ventosa, e uma das maiores do conc. de Alemquer.

Labruja. Pov. e freg. de S. Christovão, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 544 hab. e 162 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 8 k. da séde do conc., e está situada na serra do mesmo nome, na estrada de Ponte do Lima a Valença. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. A freg. é muito antiga, e existia já no tempo dos godos, e julga-se que tambem no dominio dos romanos. Theodomiro, rei dos suevos, em 560, deu ao bispo de Tuy (este bispado chegava então até á margem do rio Lima) diversas egrejas, em que figura a de S. Christovão da Labruja. Em setembro de 1125, a rainha D. Thereza e seu filho D. Affonso Henriques confirmaram aquella doação por outra. O bispo de Tuy, D. Lucas, ereou em 1242 o arcediago simples a Labruja, cujo titulo, segundo dizem, ainda se conserva na sé de Tuy, sem renda, e na de Braga, com renda. Houve aqui um mosteiro antiquissimo, da ordem de S. Bento, o qual foi fundado pelo bispo de Tuy D. Ermogio. Estava situado no local onde hoje se vê a capella de N. S.ª da Graça; e outro de freiras da mesma ordem, fundado pelo referido bispo, que passados annos se mudou para a freg. de Victorino das Donas, da mesma provincia. O convento de S. Christovão foi extincto em 1460, por passar a commendatarios, ficando a egreja como matriz da freguezia. || Serra na prov. do Minho, distr. de Vianna do Castello, a 2 k. de Ponte do Lima. Tem 10 k. de comprimento, 5 de largura, 510 m. d'altura, e é alcantilada. E' tradição muito antiga de que existiu no tempo dos romanos a cidade de Labruja, que deu o nome á serra. Além da cidade, houve em tempos remotos n'esta serra varias povoações e fortalezas, quasi todas fundadas no seu cume, e no districto do concelho de Paredes de Coura, a que ella pertence na maior parte. A serra da Labruja é muito saudavel; abundante de boas aguas, que tornam muito ferteis os terrenos que se cultivam. Apparece muita caça, grossa e miuda. || Rio do distr. de Vianna do Castello. N. na serra que lhe dá o nome, passa á freg. de Santa Marinha, de Arcozello, onde tem uma ponte, feita no principio do seculo XVII, chamada a *ponte do Arquinho*, e vae desaguar na margem direita do rio Lima, depois de 10 k de curso. Tem peixe miudo. || Labruja é o nome de uma importante quinta, que fica na freg. de N.

S.ª da Conceição, da Gollegã, e pertence aos marquezes de Castello Melhor.

Labrengos. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Covões, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Labrujó. Pov. e freg. de Santa Maria, da provincia do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 219 hab. e 57 fog. A egreja parochial dista 10 k. da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 150$000 réis de rendimento. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Labrunhal Cimeiro e Labrunhal Fundeiro. Duas povoações na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Laca. Rio da prov. da Beira Baixa, que nasce proximo de Lôrdosa, passa a O de Castello Branco, e entra na margem direita do rio Tejo com 50 k. de curso.

Lacada. Pov. na freg. de S. Salvador, de Estorãos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Lacaió. Pov. na freg. de S. Martinho, de Mensul, conc. de Povoa de Lanhoso, districto de Braga.

Lacay Denossa. Pequena pov. do conc. e comarca de Salsete, distr. e arceb. de Gôa, India. Pertence á freg. de Varcá, e tambem é denominada *Lacay-Baim*.

Laceiras. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Arrifana, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Christovão, de Cabanas, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu || Santa Maria, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || N. S.ª dos Milagres, de Guardão, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Gens, de Palla, conc. de Mortagoa, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Rio Frio, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Vicente, de Tavora, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Varzea, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Laceiras de Baixo e de Cima. Duas pov. na freg. de S. Martinho, de Salreu, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro

Lacerda Familia das mais illustres de Castella, procedente de D. Fernando de Lacerda, filho primogenito do rei D. Affonso, *o Sabio*. As suas armas são compostas das de Castella, Leão e França, d'onde procedia por D Branca, filha de S. Luiz e mulher do referido D. Fernando: Escudo partido em pala; a primeira cortada em faixa, na primeira em campo vermelho um castello de ouro, e na segunda em campo de prata um leão sanguinho; na segunda pala, em campo azul tres flôres de liz e seis meias flôres todas de ouro postas em tres palas; timbre, o leão do escudo. Alguns esquartelam este escudo, pondo no primeiro, que tambem é esquartelado, o castello; no segundo o leão e assim os contrarios; no segundo quartel em azul tres flôres de liz de ouro em roquete e assim os contrarios; timbre, o leão.

Lacerda (*Antonio Augusto Pereira de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 23 de julho de 1825; commendador da ordem de Christo, cavalleiro da Torre e Espada, bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra, tenente-coronel do estado-maior do exercito, governador de Moçambique, conselheiro, socio da Sociedade de Geographia de Lisboa, membro do Conservatorio Real, etc. N. em Monforte e fal. em Moçambique a 31 de agosto de 1868. Era filho do desembargador do Paço José Joaquim d'Almeida e Araujo Correia de Lacerda. Seguiu a carreira militar, formou-se na Universidade, entrando depois no corpo do Estado Maior. Dedicou-se muito ao partido cartista, assim como seu irmão, D. José de Lacerda. Foi redactor do *Conservador* e do *Parlamento*, collaborando tambem no *Jornal do Conservatorio* em 1840. A carta de conselho foi-lhe concedida em março de 1867. N'este anno foi nomeado governador de Moçambique, e partiu logo para o seu destino, tomando posse a 12 de outubro, mas falleceu logo no anno seguinte. Escreveu: *A Rainha e a Aventureira*, drama historico em 5 actos e 1 epilogo, que foi premiado pelo Conservatorio, e representado no theatro da Rua dos Condes; Lisboa, 1844; *D. Sebastião o Encoberto, romance-poema*, Coimbra, 1839; parece que escreveu ainda outro drama, intitulado *Fazer fortuna*.

Lacerda (*Antonio Pereira de*). Governador de S. Thomé e Principe, desde 1689 até 1693. Tendo graves discordias com o ouvidor geral, este o mandou preso para Lisboa.

Lacerda (*Antonio Parreira Luseiro de*). Administrador do concelho de S. Thiago do Cacem. N. n'esta villa a 5 de dezembro de 1823, onde tambem fal. em 31 de maio de 1882. Era filho de João Parreira Lança Nobre Pacheco, que no posto de capitão militou na guerra da Peninsula até ao fim da campanha, recolhendo se então á sua terra natal, S. Thiago do Cacem, onde era proprietario, sendo depois nomeado capitão mór. Mais tarde, tambem tomou parte nas luctas politicas, em defeza da causa liberal. Luseiro de Lacerda foi discipulo do Collegio Militar, mas não pôde seguir os estudos, por seu pae precisar que o auxiliasse na administração da sua casa e na cultura das propriedades. Por vezes exerceu o cargo de presidente da camara de S. Thiago de Cacem, e foi administrador do concelho; e tanto n'um como n'outro logar procedeu a valiosos melhoramentos; prestou muitos serviços, evitando pela sua prudencia e bom conselho gravissimos conflictos em epocas de oscillações politicas. Pertencia ao partido regenerador, a que sempre foi muito dedicado, e a que prestou tambem importantes serviços. Recusou sempre um titulo honorifico, que por mais d'uma vez lhe foi offerecido.

Lacerda (*Augusto Carolino Correia de*). Segundo official da repartição do archivo e contabilidade da camara dos deputados, jornalista e escriptor dramatico. N. em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, a 29 de dezembro de 1864, sendo filho do bem conhecido e apreciado actor e autor Augusto Cesar de Lacerda (*V. o artigo seguinte*), e da actriz Carolina Falco, ambos já fallecidos. Veiu para Lisboa muito creança, com seus paes. Foi estudante na Escola Academica, d'onde saiu em 1882, indo matricular-se no Curso Superior de Letras. Entrando ao mesmo tempo na carreira burocratica, foi nomeado terceei-

ro official da camara dos deputados, onde actualmente é segundo official. Fez a sua estreia, como jornalista, em 1882 no *Diario Illustrado*, e tem collaborado nos jornaes: *Democracia*, *Dia*, *Jornal da Noite*, *Portuguez*, *Economista*, *Folha do Povo*, *Revista theatral* e *Folha da Tarde*. Tem publicado diversos volumes: *Religião de amor*, versos; *O Padre*, romance; *As filhas d'Eva*, contos; *A Pança*, contos satyricos; *A Lei da exautoração militar*, poemeto; *Cyrineida*, verrina em defeza da *Velhice do Padre Eterno*, de Guerra Junqueiro; *Juizo Final*, um poema em prosa e verso solto, sob a fórma de evangelho. Em 1885, foi ensaiador no theatro da Rua dos Condes, n'uma empresa da actriz Lucinda Simões. Para o theatro tem escripto: *Flor dos Trigaes*, 1 acto, em verso, que foi a sua primeira peça que se representou em janeiro de 1884 no theatro de D. Maria II, na festa artistica de sua mãe; *Aspasia*, drama em 4 actos, representado no mesmo theatro em 1885; *Samuel*, drama em 4 actos, tambem ali representado em 1887; *O Vicio*, drama em 5 actos, no Principe Real em fevereiro de 1887; *A Charada*, saiuete, no Gymnasio em 1888; *Casados-solteiros*, comedia em 3 actos, no mesmo theatro, em 1890. *Terra mater*, peça em 1 acto e *A Duvida* em 4 actos, no theatro de D. Maria: *O barão d'Irlac*, de Collin d'Abarleville, traducção em verso. Escreveu mais: *A Grève dos Ferreiros*, traducção do poema de Francisco Coppée; *O Rabbi da Galiléa*, romance materialista sobre a vida de Jesus, publicado em 1903; *A Irradiação do Pensamento*, memoria sobre a Imprensa, premiada no concurso litterario do *Commercio do Porto*, por occasião do seu quinquagenario; *Aurora*, romance pagão; *A situação*, romance incolor, *Luxo & Luxuria*, *companhia*, *Escandalo Illimitado*, romance, Lisboa, 1905; *Anti-Christo*, romance, *O Eterno feminino*; traduziu o estudo de Frederico de Vogué; *Maximo Gorki*, Lisboa, 1905, etc. Augusto de Lacerda tambem é auctor d'uma peça, intitulada *Judas*, poema em 4 jornadas destinada ao theatro de D. Maria II, e que concorreu ao premio D. Luiz, da Academia Real das Sciencias. Consta que trabalha n'um outro poema, com o titulo *Consciencia Libertada*, em continuação do poema *Juizo final*, e n'um livro de contos, intitulado *Myrtos*.

Lacerda (*Augusto Cesar de*). Actor e autor dramatico muito apreciado. N. em Lisboa a 6 de dezembro de 1829, onde tambem fal. em 1 de janeiro de 1903. Era filho segundo d'uma illustre casa, mas de morgado empenhadissimo, e moço fidalgo com o exercicio no Paço, por herança de familia, cujos diplomas conservava assignados por el-rei D. Luiz. Dedicou-se á marinha, e depois dos respectivos preparatorios assentou praça na companhia dos aspirantes a guarda marinha, onde permaneceu por alguns annos, sendo reconhecidas as suas extraordinarias aptidões e o muito que sabia de apparelho e manobra. Tinha de ser um pequeno *marinheiro ás direitas*, e gozava da estima dos seus superiores e camaradas. Em 1846 deu-se a revolução conhecida pela *Maria da Fonte*, e fechando se nas aulas, Lacerda foi apresentar-se ao serviço da junta revolucionaria, que estava em Santarem. Quando terminou a primeira lucta, voltou para Lisboa e entrou outra vez na companhia dos aspirantes a guarda marinha. Havia, porém, ali um official superior, acerrimo partidario de Costa Cabral, o qual, sabendo que Lacerda estivera na junta revolucionaria, começou a maltratal-o, castigando-o pelas mais insignificantes faltas. Receando algum conflicto serio que resultasse d'aquellas vinganças politicas, Lacerda deu baixa, indo em seguida assentar praça no primeiro regimento

Augusto Cesar de Lacerda

de artilharia montada. Veiu a contra-revolução de 6 de outubro, o paiz armou-se novamente, e Lacerda foi na 3.ª bateria do seu regimento percorrer a provincia do Minho em defeza do partido cabralista, como alguns mezes antes combatera a favor dos patuleias. Lacerda, sentindo grande lucta intima em seguir marcha, entre o dever militar e as suas convicções politicas, hesitou pensando em desertar para o partido popular. Consultando o pae, expoz-lhe os seus escrupulos, o pae, velho fidalgo, miguelista convicto, lhe perguntou o que tinha jurado quando assentou praça, e respondendo Lacerda que defender a sua bandeira, o fidalgo replicou, ter sido tambem esse o seu juramento feito a D. Miguel, e por isso ficara pobre, mas respeitado até pelos inimigos politicos Que os Lacerdas não haviam nunca faltado ao seu juramento, e devia, portanto, seguir a tradição da familia, Lacerda, resolvido a seguir o conselho de seu pae, partiu para o Minho, no posto de furriel da terceira bateria de campanha, e por ali andou dez mezes. Entrou em Braga a galope e de espada em punho, assistiu á acção de Lanhellas e á da ponta de Caminha; esteve em Valença, que fôra sitiada pela divisão do barão do Almargem, e quando acabou a guerra civil, voltou para Lisboa. Com perto de dez mezes de campanha, com serviços importantes, porque além de combatente fôra sempre o encarregado da escripturação do

material de guerra, com parte do curso, não teve a minima melhoria ou accesso de posto, emquanto que muitos dos seus camaradas, que se conservaram em Lisboa, entraram na promoção geral. Desesperado por vêr esta injustiça, deixou o serviço militar e resolveu seguir a arte dramatica, a que era muito dedicado. Entrou então para o theatro de D. Maria II como discipulo do actor Epiphanio, estreando-se em 29 de abril de 1851 na peça em 3 actos, *O Cavalheiro Duvernay*. A estreia foi auspiciosa conquistando desde logo as sympathias do publico. Com artistas como os que n'aquella epoca faziam parte da companhia, Epiphanio, Rosa, Tasso, Theodorico e Sargedas, difficil lhe seria obter papeis importantes, e no empenho de se distinguir na carreira que abraçara, pensou em arranjal-os da sua propria lavra. Foi assim que ao mesmo tempo começou a sua carreira litteraria. Escreveu a primeira peça, *A Assignatura d'El-rei*, comedia em 2 actos, em que creou um papel de galã central ao lado do seu mestre, o actor Epiphanio. A comedia agradou, recebendo Cesar de Lacerda muitos applausos como actor e como autor. Quatro mezes depois escreveu a *Duplice existencia*, comedia em 4 actos, que teve um enorme successo, sendo Cesar de Lacerda muito festejado pelo publico e felicitado pelos collegas no desempenho d'um personagem difficilimo. O reportorio do theatro de D. Maria era composto exclusivamente de melodramas, e Lacerda sentia-se attrahido para a evolução do moderno theatro francez, e como artista, a sua aptidão e qualidades scenicas chamavam-n'o para a comedia. Escripturou-se no Gymnasio, onde teve uma brilhante epoca especialmente como autor dramatico, começando por assim dizer a sua carreira artistica. Entrou em grande parte do reportorio, e escreveu as peças: *Cynismo, scepticismo e crença*, em 2 actos; *Dois mundos*, em 3 actos, peças que se conservaram em scena por muito tempo, com enchentes successivas. A' vista d'aquelle extraordinario exito, Lacerda escreveu *A Ultima carta*, em 3 actos, continuação dos *Dois mundos*, que tambem alcançou grande successo. Estavam definitivamente firmados os fóros de escriptor dramatico. Mais tarde appareceu a *Probidade*, drama maritimo em 1 prologo e 2 actos, approvado com louvor pelo Conservatorio Real de Lisboa. *A Probidade* obteve um exito como não ha memoria nos nossos theatros; só na primeira epoca, se representou 135 vezes, repetindo-se nas seguintes tambem com representações numerosas. O enthusiasmo por esta peça é difficil de descrever; o publico affluia todas as noites enchendo completamente o theatro, applaudindo phreneticamente os actores e o autor, que eram alvo das maiores ovações. D. Luiz, então ainda infante, muito enthusiasta pela marinha, de que fazia parte, assistia muitas vezes ao espectaculo; na primeira noite em que se representou a *Probidade*, ao terminar o prologo, que é passado a bordo, D. Luiz mandou chamar ao camarote real Cesar de Lacerda, e felicitou-o sinceramente por aquelle trabalho, que denotava profundos conhecimentos nauticos, e que elle muito apreciava. Na epoca 1856-1857 organisou-se uma empresa para explorar o theatro de D. Fernando, que então existia no largo de Santa Justa, e Cesar de Lacerda teve proposta muito vantajosa, que acceitou. N'esse theatro fez representar um novo drama, em verso, intitulado *O Martyr*, cujo protagonista era o infante D. Fernando, conhecido na historia do paiz pelo *infante santo*. A peça foi posta em scena com um esplendor a que não estavam ainda habituados os theatros de segunda ordem. Agradou muito o drama, que se repetiu successivas noites. Apresentou depois a opera comica em 2 actos, *Palavra de rei!*, com musica de Carlos Bramão, e a comedia em 2 actos, *Scenas de familia*. Lacerda sentia-se com saudades do Gymnasio, e a empresa societaria d'este theatro tambem estava desejosa de readquirir o artista e autor predilecto do publico. Os empresarios do theatro de D. Fernando, querendo conserval-o, empregaram todos os esforços, preparando contratos vantajosos, mas Cesar Lacerda, optando definitivamente pelo seu saudoso Gymnasio, nada acceitou, e voltou a escripturar-se no seu antigo theatro. Appareceram as seguintes peças, todas recebidas pelo publico com as maiores manifestações de agrado: em 4 actos: *Os filhos dos trabalhos* e os *Mysterios sociaes;* em 3 actos: *A aristocracia e o dinheiro*, *o defensor da Egreja* e *Trabalho e honra*. Em 1861 foi Cesar de Lacerda convidado para entrar no theatro de D. Maria II, então administrado por conta do governo. Debutou no drama de Alexandre Dumas, *Carlos VII visitando os seus vassallos*, ao lado de Tasso, Theodorico e Manuela Rey; em seguida representou na comedia *Retrato vivo,* com Emilia das Neves, e em muitas outras peças. Não tardou que apresentasse um novo original, *As joias de familia*, em 3 actos; mezes depois subia á scena com grande successo *Os homens do mar*, em 1 prologo e 3 actos. Sendo por mais d'uma vez instado por varios empresarios do Brazil, resolveu-se em 1863 a emprehender uma excursão, e tendo pedido previamente uma portaria de licença do ministerio do reino, partiu em junho d'esse mesmo anno, a bordo do paquete *Navarre*, e chegou ao Rio de Janeiro a 18 de julho sendo recebido com enthusiasmo pela fama que que o seu nome já ali alcançara. Lacerda tinha collecionado n'um *Album* todos os artigos dos jornaes brazileiros que falavam d'elle e das suas peças. Por ali se vê os applausos, as sympathias, os triumphos, que o acompanharam durante a sua peregrinação artistica, n'um littoral de 2:000 legoas. No Pará casou com a actriz Carolina Falco, com quem veiu depois para Lisboa, e de que alguns annos mais tarde se separou judicialmente. Regressando a Lisboa, foi contratado pela empresa Santos & C.ª para o theatro do Principe Real, onde representou em quasi todas as peças do seu reportorio, e poz em scena dois originaes: *O monarcha das coxillas*, drama em 3 actos de costumes brazileiros, e a *Harpa de Deus,* drama lyrico-sacro em 4 actos, com musica de Gomes Cardim. Terminando o contrato em 1870, Lacerda associou-se com Manuel Machado e Antonio Cruz, proprietario d'um guarda-roupa bem conhecido, e a nova empresa arrendou o Gymnasio. Lacerda começou a funccionar, como empresario, actor, ensaiador e autor dramatico. Além de varias peças do seu antigo reportorio, levou á scena um novo original, *Os homens que riem*, peça que a critica considerou como uma das melhores do vasto reportorio do fecundo dra-

maturgo. Depois de concluida esta empresa, trabalhou alguns mezes no Porto, até que por convite da empresa do theatro de D. Maria II, voltou para Lisboa e contratou-se n'esse theatro, onde se conservou até ser reformado. Apresentou então novos originaes: *Os viscondes d'Algirão*, em 1 prologo e 3 actos; *Homens e feras*, tambem em 1 prologo e 3 actos; *O botão d'ancora*, 4 actos; *Asmodeu*, 4 actos, comedia em verso que foi premiada por ser a melhor peça que durante aquella epoca se havia representado no theatro de D. Maria II. Cesar de Lacerda, segundo consta, trabalhou n'uma peça, intitulada *A grilheta moral*, que era destinada ao theatro de D. Maria, e n'uma comedia de costumes, chamada *O ridiculo*, mas parece que não as concluiu. As peças de Cesar de Lacerda, que citámos, estão publicadas em edições de Lisboa e do Brazil, menos *O Martyr*, *O botão d'ancora*, *A Assignatura d'el-rei*, que parece não se terem publicado. Imprimiram-se tambem as seguintes: *Uma lição de florete*, comedia em 3 actos, Lisboa, 1860; *Coração de ferro*, drama phantastico em 5 actos, Lisboa, 1861; *Um risco*, comedia em 2 actos, Lisboa, 1861; *O chale de cachemira*, comedia em 1 acto de Alexandre Dumas, traducção livre, Lisboa, 1861; *E' perigoso ser rico*, comedia em 1 acto, Lisboa, 1862, *As mulheres de marmore*, drama em 5 actos, traducção; *Não ha fumo sem fogo*; *As commoções*, *As pragas do coronel*, em 1 acto, (tambem traducções) Cesar de Lacerda era condecorado com a ordem de Christo *pelo seu merito artistico e pelos actos de philantropia praticados em favor dos seus compatriotas desvalidos* (*Diario do Governo* de 3 de outubro de 1868); cavalleiro da ordem de S. Thiago *pelo seu merecimento manifestado na composição de muitas obras dramaticas* (*Diario do Governo* de 24 de abril de 1871); cavalleiro da ordem de Izabel a Catholica, de Hespanha (*Diario do Governo* de 21 de julho de 1871), pelo brilhante exito de duas peças que fôram traduzidas e representadas em Madrid, *A Probidade*, com o titulo de *La fragata Belona*; *Dois mundos*, com o titulo de *Los peccados del Siglo XIX*, e *Cynismo, scepticismo e crença*, com o mesmo titulo, em Cadiz. Possuia tambem uma enorme quantidade de diplomas de differentes sociedades de beneficencia e litterarias do Brazil e de Portugal; dos hospitaes portuguezes do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Porto Alegre, Pará, Maranhão, Ceará, etc.; Sociedade de Madrepora, do Rio de Janeiro; gabinetes de leitura de quasi todas estas cidades, assim como o diploma de socio benemerito da Philantropico-Academica, de Coimbra; membro do Grande Oriente Brazileiro, n'um grau elevado. Do seu vasto reportorio como actor, além das suas peças, sabemos das seguintes: *Cora ou a escravatura*, *A vida d'um rapaz pobre*, *Nobres e plebeus*, *Fossilismo e progresso*, *Gabriel e Lusbel ou o thaumaturgo*, *O somnambulo*. *Anjo e demonio*, *Mariquinhas a leiteira*, *O villão em casa de seu sogro*, *O juiz eleito*, *Vingança de mulher*, *Um rei contra sua vontade*, etc.

Lacerda (*Diogo Pereira de*). Irmão de Gonçalo Pereira de Lacerda (*V. este nome*). Serviu na fronteira do Alemtejo na guerra da Restauração. Fernão Garcia Jacques, capitão do terço do mestre de campo Martim Ferreira da Camara, então na praça de campo-Maior, depõe n'um processo, que conheceu Diogo Pereira de Lacerda, «pessoa nobre das principaes da ilha do Fayal... a servir em a cavallaria em a provincia do Alemtejo na praça de Campo Maior, com armas e cavallos, e criados, á sua custa, com grande satisfação, como da sua qualidade se esperava... e que o dito Diogo Pereira de Lacerda foi para a cidade de Lisboa a seus requerimentos e embarcou para o Brazil em a náu *Rosario*, em serviço de S. M... .» Despachara-o el-rei por capitão d'infantaria para a cidade da Bahia de Todos os Santos e embarcou em um soccorro enviado contra os hollandezes, por occasião da guerra de Pernambuco. Eram tres os nossos navios no momento em que com a nau *Rosario* se deu o episodio que a mesma testemunha descreve da maneira seguinte: «Avistando sete naus hollandezas, se atracou com a capitania e por não ser soccorrida das demais naus e o inimigo ter morto a maior parte da gente, por se não entregar puzéram fogo ao paiol da polvora e morreram queimados.»

Lacerda (*Fernando Correia de*). Nasceu no Tojal, do bispado de Vizeu, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de Antonio Correia de Lacerda e de Maria Cabral. Estudou na Universidade de Coimbra o curso de Jurisprudencia Civíl; contando poucos annos de edade foi conductario nas cadeiras d'aquella faculdade, nomeado por provisão de 24 de dezembro de 1603. Tendo alcançado illustre nome pelas letras, tambem se distinguiu nas armas, combatendo nas campanhas d'Africa. Foi um dos poetas mais considerados do seu tempo, mas as suas composições ficaram ineditas. O arcebispo D. Rodrigo da Cunha conservava na sua bibliotheca tres volumes manuscriptos das suas poesias, como consta do seu *Index*, impresso no Porto em 1627. O romance *Ardenio enfermo de amores*, está publicado no tomo V da *Fenis renascida* a pag. 261, Lisboa, 1728; o manuscripto do poema heroico *Imperio Lusitano* dizem existir na Bibliotheca de Evora, cod. CXIV-2-5; ainda se conhece outro poema inédito, *Pastor de Guadalupe*. Fernando Correia de Lacerda era casado com D. Maria de Sotto Maior, irmã de D. Francisco de Sotto Maior, bispo de Targa e capellão-mór de D. Affonso VI.

Lacerda (*D. Fernando Correia de*). Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, inquisidor em Evora e em Lisboa, deputado do conselho geral do Santo Officio, commissario geral da Bulla da Cruzada, bispo, do conselho de D. Pedro II, etc. N. em Tojal, no bispado de Vizeu, no anno de 1628, fal. em Lisboa no 1.º de setembro de 1685. Era filho de Fernando Correia de Lacerda, e de sua mulher D. Maria de Sotto Maior (*V. o artigo antecedente*). Depois da sua graduação na Universidade de Coimbra, obteve os beneficios das egrejas de Arruda, Arraiollos, Torres Vedras, e uma conezia na collegiada de Ourem. Em 17 de agosto de 1671 foi provido no logar de inquisidor na inquisição de Lisboa. D. Pedro II, attendendo aos seus muitos merecimentos, o elegeu bispo do Porto a 26 de abril de 1673. D. Fernando Correia da Lacerda despendeu 12:000 cruzados no edificio da parochia de S. Nicolau, que o seu antecessor, D. Nicolau Monteiro, havia começado, e a sagrou solemnemente em 1676; reformou o palacio episcopal, e

presenteou a sé com preciosos donativos. Era muito caritativo; por meio de esmolas livrava presos das cadeias, remia captivos, e protegia donzellas e viuvas, que viviam em miseria. Por ordem de D. Pedro II assistiu em 1677, em Coimbra, á trasladação do corpo da rainha Santa Izabel, prégando n'essa cerimonia na presença de toda a Universidade, que o acclamou principe da oratoria ecclesiastica. Quando em 1670 foi jurada em Lisboa como successora da corôa a infanta D. Izabel, tambem prégou um sermão n'aquella cerimonia. Voltando para o seu bispado, levou por companheiros os padres da Congregação do Oratorio, para que fundassem casa no Porto, e emquanto não foi determinado o local, hospedou os por espaço d'um anno no seu palacio episcopal. D. Fernando Correia de Lacerda era profundamente versado nas letras sagradas e profanas. Na sua mocidade foi socio da Academia dos Generosos, estabelecida em Lisboa, e ali recitou a seguinte *Oração panegyrica nos applausos da sempre memoravel victoria do Canal*, Amsterdam, 1673. Fundou depois no Porto em sua propria casa a Academia Instantanea, que teve curta duração. Escreveu: *Canção á morte de André de Albuquerque;* saiu na collecção de versos, que a este heroe fez João Medeiros Correia, Lisboa, 1661; *Panegyrico ao ex*.^mo^ *sr. D. Antonio Luiz de Menezes, Marquez de Marialva, Conde de Cantanhede*, etc., Lisboa, 1674; com um retrato gravado a buril; *Virtuosa vida e santa morte da princeza D. Joanna, reflexões moraes e politicas sobre a sua vida e morte*, 1674; *Historia da vida do bemaventurado S. João da Cruz, primeiro carmelita descalço; reflexões sobre algumas acções da sua vida*, Lisboa, 1680; *Historia da vida, morte, milagres, canonisação e trasladação de Santa Izabel, rainha de Portugal*, Lisboa, 1680; *Segunda vez impressa e accrescentada com o sexto livro de sua segunda e ultima trasladação*, Lisboa, 1735; *Carta pastoral escripta aos fieis do seu bispado*, Lisboa, 1673; *Carta pastoral sobre a fabrica, dedicação e consagração do templo, aos fieis do bispado do Porto*, Lisboa, 1676; *Catastrophe de Portugal na deposição de el-rei D. Affonso VI, e subrogação dos portuguezes*, Lisboa, 1669, saiu com o nome de Leandro Dorea Caceres e Faria. Diz Innocencio da Silva, no tomo II do seu *Diccionario bibliographico*, a pag. 272, que ácêrca d'esta obra, justamente accusada de parcial, cumpre ter presente a que em sentido contrario então se escreveu, e modernamente se publicou, com o titulo de *Anti-catastrophe, historia d'el rei D. Affonso VI de Portugal*, Porto, 1845. Deixou entre outros manuscriptos: *Diario da embaixada do conde de Villar Maior, embaixador extraordinario á corte de Heidelberga por el rei D. Pedro*; *Vida do Veneravel Fr. Gonçalo Dias, Mercenario descalço.*

Lacerda *(Francisco)*. Professor de piano no Conservatorio Real de Lisboa, vivendo actualmente em Paris. E' natural da ilha de S. Jorge, Açôres. A sua paixão pela arte musical, o obrigou a abandonar os estudos scientificos, a que se dedicara, e a entregar-se completamente á musica. Reside em Paris desde 1895, onde successivamente, a contar de 1897, se viu honrado pela escolha do celebre maestro francez Vincent d'Indy, para director do seu curso de *ensemble* vocal e preparação de concertos na *Schola Cantorum*. Em 1902 fundou, por iniciativa propria, um curso de orchestra, exclusivamente composta de amadores de reconhecido merito. O referido maestro Vincent d'Indy classificou Francisco de Lacerda como director de orchestra por instincto e dom natural, distincção deveras valiosa, por vir de tão abalisado professor. Em fevereiro de 1904, uma delegação da *Schola Cantorum*, sob a regencia de Francisco de Lacerda, deu em Leou um brilhante concerto onde se executaram diversos trechos de orchestra, e de outros de capella, isto é, de canto sem orchestra, e musica de camara, que mereceu a Lacerda as mais lisongeiras referencias pela sua capacidade musical. Os jornaes de Leão teceram-lhe os maiores elogios. Em agosto do mesmo anno, Lacerda foi escolhido, na qualidade de regente e director de orchestra pelo Casino Municipal de La Baule (Loire inferior) para inaugurar officialmente a estação balnear, depois dos grandes melhoramentos que se haviam feito no mesmo Casino. Os concertos são ou absolutamente classicos, ou de estylo symphonico, em que a escola franceza moderna predomina. Francisco de Lacerda é irmão do medico José de Lacerda e primo do jornalista Julio de Lacerda.

Lacerda *(Francisco Arez Lobo de)*. Moço da camara de D. João IV. Foi autor d'um poema chamado *Justicia sin passion*, dedicado ao principe D. Theodosio a 20 de junho de 1649. Segundo diz Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, vol. II, pag. 112, este poema foi escripto durante 12 annos que o autor esteve captivo em Tetuão, sendo o fim da obra provar o direito de D. João IV á corôa de Portugal, respondendo aos manifestos que os castelhanos publicaram contra a revolução de 1640. Conservava-se este manuscripto na Bibliotheca Real.

Lacerda *(Gonçalo Pereira de)*. Natural da ilha do Fayal, filho do capitão Antonio Pereira Caranta, que, ao ter noticia da acclamação de D. João IV, mandou seus dois filhos servir na guerra da Restauração. Gonçalo Pereira de Lacerda serviu no corpo de Ordenanças da sua terra por espaço de quinze annos, acudindo nas occasiões de rebate; tomou parte no cerco do castello d'Augra, defendido por 500 soldados hespanhoes sob o commando de D. Alvaro de Viveiros; e em 1642 embarcou para Portugal com o general Antonio de Saldanha, passando ao Alemtejo, onde serviu com armas e cavallos, á sua custa, fronteira de Campo Maior. D'ahi tomou parte nas sortidas que em 10 de maio e 11 de julho de 1643 se fizeram por Castella dentro, pelejando nos recontros que houve com o inimigo, dando sempre provas do seu valor. Foi cavalleiro professo do habito de Christo, por D. João IV, em memoria dos seus serviços, com promessa de mercê d'uma commenda de 30$000 réis na mesma ordem. A carta regia, que tem a data de 20 de abril de 1645, citando aquelles serviços, accrescenta: «E' da mesma maneira proceder em todas as facções que se obraram na primeira entrada que por suas terras fez o exercito; e em tudo o mais que o governador das armas executou em differentes praças d'Andaluzia; e nas investidas e assaltos de 27 de abril, 12 e 18 de maio do anno passado de 1644, obrar com egual valor... E na

batalha que com elles houve no campo de Montijo, ter feito sua obrigação, depois de lhe matarem o cavallo e o deixarem a elle tambem por morto de dezeseis feridas que recebeu no rosto e mais partes do corpo...» Foi encontrado por um criado e um escravo seus, entre os mortos de cavallo. Regressando aos Açôres, casou na Villa das Vélas com D. Izabel d'Azevedo, neta de Gonçalo d'Amarante, o velho, que fôra capitão-mór da ilha no tempo de D. Antonio, Prior do Crato.

Lacerda *(D. Hermenegilda)*. Senhora açoreana, já fallecida. Publicou uma comedia, *Entre dois deveres*, e collaborou em differentes jornaes. Escrevia em prosa e verso.

Lacerda *(João Cesario de)*. Medico naval, conselheiro, governador geral da provincia de Cabo Verde, director do hospital da Marinha, etc. N. em Lisboa a 24 de julho de 1841, onde tambem fal. a 22 de novembro de 1903. Era filho do professor regio João Antonio de Lacerda. Cursou a Escola Polytechnica, e depois dos respectivos preparatorios matriculou-se na Escola Medico Cirurgica de Lisboa, cujo curso terminou em 1865, defendendo these a 24 de julho, dia em que completava 24 annos de edade. A these foi publicada n'esse anno, tendo por titulo: *Apontamentos para a descripção pathologica do cancro do figado*. Logo no 1.º anno do curso havia assentado praça como aspirante a facultativo do ultramar, d'onde mais tarde obteve transferencia para o quadro da armada. Achava-se já despachado facultativo naval de 2.ª classe quando no verão de 1865 teve de ir, a bordo da corveta *Sagres*, na esquadrilha commandada pelo visconde de Soares Franco, realisar a sua primeira viagem, acompanhando el-rei D. Luiz e a rainha senhora D. Maria Pia em digressão para Inglaterra. Mas um temporal que se levantou na bahia da Biscaia, obrigou a esquadrilha a arribar, e João de Lacerda não passou do porto de Vigo, d'onde regressou a Lisboa. Teve pouca demora, embarcando logo a bordo da barca *Martinho de Mello*, que a 19 de outubro do mesmo anno de 1865 partiu com destino a Macau e escala por Timor. Seguiu-se atravessar o mar da India, e procurar depois as ilhas da Oceania. Java e Timor fôram na quinta parte do mundo os pontos principaes em que João de Lacerda concentrou toda a sua attenção de fino observador. De Timor passou a barca *Martinho de Mello* ao porto de Macau, e d'ali voltou para Lisboa, onde chegou já no anno de 1866. A proposito d'esta viagem publicou João de Lacerda na *Gazeta Medica de Lisboa* uns artigos sob o titulo de: *Clinica naval*. Partiu depois para uma estação em Cabo Verde, onde esteve tres annos, de 1867 a 1870, prestando bons serviços tanto na clinica hospitalar como na civil. Por occasião de se desenvolver na cidade da Praia em 1868 a febre amarella foi importantissima a sua dedicação para com os doentes, o que lhe mereceu ser agraciado com o habito de cavalleiro da ordem da Torre e Espada. Data d'essa estação o *Relatorio* que João de Lacerda escreveu ácêrca d'uma epidemia de febres-typhoides observada na ilha Brava. Este *Relatorio* foi mandado publicar na *Gazeta Medica de Lisboa*, pelo director da repartição de Saude Naval e do Ultramar João Francisco Barreiros. Durante esta estação de Cabo Verde, João de Lacerda foi diversas vezes á Guiné em desempenho de suas funcções officiaes. Em 1870 regressou a Lisboa, com bastante magua dos habitantes, que lhe consagravam verdadeira estima, e o proprio governador da provincia, reconhecendo as suas elevadas aptidões, o propoz ao governo para secretario geral da mesma provincia, para que foi nomeado por decreto de 9 de novembro de 1870. João de Lacerda seguiu viagem no vapor *Zaire* para Cabo Verde a 5 de dezembro seguinte, tomando posse do seu novo cargo a 19 do referido mez. Conservou-se perto de tres annos n'esta situação, sendo exonerado a seu pedido, por decreto de 19 de julho de 1873, continuando no exercicio das respectivas funcções até pessoalmente entregar ao

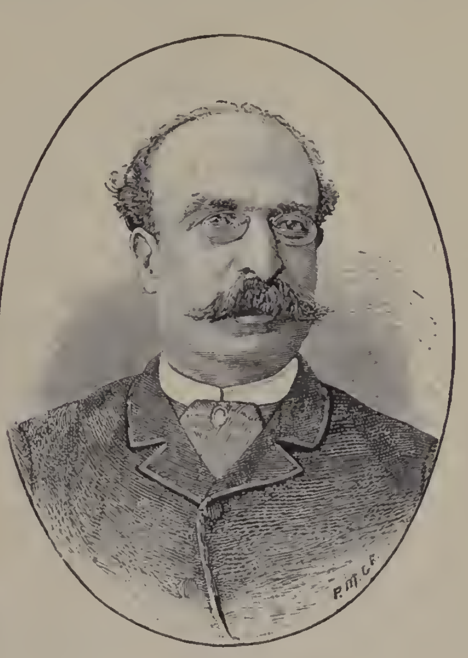

João Cesario de Lacerda

seu successor o expediente da secretaria em 19 de outubro. Em 8 de agosto de 1871 fôra promovido a medico de primeira classe. Pela portaria de 18 de novembro de 1873 teve de dirigir na provincia de Cabo Verde o serviço de saude, e só em 20 de janeiro de 1874 é que pôde embarcar para Lisboa. Durante quasi tres annos aqui se conservou entregue á clinica do hospital da Marinha, ou occupado em variadas commissões de serviço medico-naval. Em dezembro de 1876 partiu novamente para Cabo Verde, como secretario geral, proposto pelo governador Vasco Guedes de Carvalho e Menezes, e ali permaneceu até julho de 1877, epoca em que regressou a Lisboa com licença, por se sentir doente. A maneira como se houve no desempenho de tão importante cargo, tanto da primeira como da segunda vez, attestam os reiterados elogios que lhe dispensaram os governadores com quem serviu, sendo um dos mais honrosos o officio que vem publicado na ordem da armada n.º 3, de 14 de feve-

reiro de 1874, do governador Caetano Alexandre d'Almeida e Albuquerque. Quando João de Lacerda chegou a Lisboa em 1877, achava-se vago o logar de director da repartição de Saude Naval e do Ultramar, pelo fallecimento de João Francisco Barreiros, e o seu nome foi indicado para preencher aquella vaga; João de Lacerda teve aquella nomeação, accedendo a pedir a sua exoneração do cargo de secretario geral. Exerceu o referido logar de director todo o tempo que durou similhante organisação de serviço, e desempenhando com proficiencia notavel os deveres inherentes a um cargo de tantas exigencias e de tanta responsabilidade. Quando em 1876 foi extincta aquella repartição, João de Lacerda passou para chefe da secção de saude na direcção geral da marinha. Foi promovido successivamente a medico naval, sub-chefe e chefe em 7 de junho de 1883 e a 30 de junho de 1893, ficando depois addido á direcção geral de marinha. Em 1886, por decreto de 14 de maio, foi nomeado governador geral da provincia de Cabo Verde, seguindo viagem em 6 de julho, e tão boa memoria deixou no desempenho do seu cargo, que em 1898 foi novamente nomeado governador da mesma provincia, em substituição de Serpa Pimentel, que recolheu á metropole para cuidar da sua saude, e para ali partiu em 23 de janeiro. João de Lacerda foi deputado n'uma legislatura em 1886, eleito por Cabo Verde. Tambem se dedicou á politica, tomando parte effectiva na redacção do *Diario Popular*, desde 1881, onde affirmou os seus creditos como escriptor e habil polemista. Collaborou no *Diario de Noticias*, *Illustração Luso-Brazileira*, *Aurora Litteraria*, *Murmurio*, *Revolução de Setembro*, *Conservador* e *Gazeta de Portugal*. Foi correspondente do *Jornal do Porto* e da *Aurora do Lima*. Escreveu no *Occidente*, vol. IV, um artigo sobre os *Paços do Concelho da ilha de S. Vicente*, a pag. 46; outro, relativamente ao *Quartel militar da cidade da Praia, de Cabo Verde*, a pag. 195. Escreveu tambem nos *Dois Mundos*, illustração portugueza que se publicou em Paris, de 1877 a 1881, um conto, *Os cabellos de Lola*. Na *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, do editor David Corazzi, publicou: *Introducção ás sciencias physicas naturaes*; *Chorographia de Portugal; Economia politica; Hygiene; As colonias portuguezas; Codigo civil portuguez compendiado; Anatomia humana; Physiologia humana; Historia antiga*; *Historia da Edade Media; As ilhas adjacentes.* Nos seus tempos de estudante traduziu diversas peças para os theatros de D. Maria, Rua dos Condes e Gymnasio. Escreveu uma scena comica, *Um estudante em dia de sabatina*, que se representou no theatro d'Almada a 17 de junho de 1860, e n'esse anno se imprimiu, saindo mais tarde, em 1864, na *Tribuna theatral*, formando o n.º 15 d'esta collecção. Foi tambem auctor da comedia-drama em 3 actos, *A corôa do artista*, que se representou pela primeira vez no Gymnasio a 6 de agosto de 1863; tambem se imprimiu em 1864, formando o n.º 12 da *Tribuna theatral*. O *Relatorio* ácêrca da epidemia de febres typhoides, a que já nos referimos, e que foi publicado na *Gazeta Medica de Lisboa*, deu origem a outro impresso pelo ministerio da marinha, e enviado á Exposição Colonial de Amsterdam em 1883, sob o titulo de *Noticias sobre febres paludosas e sobre uma epidemia de febre typhoide observadas na provincia de Cabo Verde, de 1867 a 1870, excerptos de um relatorio do serviço medico a bordo da canhoneira «Rio Minho», na estação da mesma provincia.* Além das condecorações, que citámos, João de Lacerda possuía tambem as medalhas de prata de comportamento exemplar e de bons serviços.

Lacerda *(José de)* Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. Nasceu na ilha de S. Jorge, archipelago dos Açôres. Publicou, ainda estudante, a collecção de poesias *Flôr de pantano*, Lisboa, 1891. Tendo concorrido ao magisterio medico escreveu e imprimiu a dissertação intitulada *Esboços de pathologia social* (estudos de biologia).

Lacerda *(José Joaquim d'Almeida Araujo Correia de)*. Jurisconsulto; do conselho de D. João VI, e do Estado; ministro do Reino nos ultimos mezes do reinado d'aquelle soberano, e depois no principio da regencia da infanta D. Izabel Maria, secretario da Junta e Estado da Casa de Bragança, etc. Publicou differentes escriptos anonymos, e tambem lhe é attribuido o seguinte: *Exame dos artigos historicos e politicos que se conteem na collecção periodica intitulada «Correio Braziliense» no que pertence sómente ao reino de Portugal*, Lisboa, 1810. Era pae de D. José de Lacerda, deão da sé patriarchal, e de José Manuel Correia de Lacerda, conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, e de Antonio Augusto Correia de Lacerda, governador de Moçambique. V. *estes nomes*.

Lacerda (*João Limpo Pimentel Pereira de*). Cavalleiro da ordem de Christo, licenceado em Direito Canonico pela Universidade de Coimbra, prior da parochia de S. Pedro, de Evora, secretario do arcebispo D. Joaquim Xavier Botelho de Lima, desembargador da Relação Ecclesiastica; deputado da inquisição de Evora; provisor da commenda de Montoito, e arcediago de Oriola na sé de Evora, etc. N. em Mourão, e fal. em Evora a 15 de junho de 1823. Era promotor da inquisição de Evora, quando este tribunal se extinguiu em 1821. Escreveu: *Mappa historico militar, politico e moral da cidade de Evora, ou exacta narração do terrivel assalto que á mesma cidade deu o general Loison com um exercito de nove mil homens, em o fatal dia 29 de julho de 1808, por um amigo de Deus e dos homens;* tem duas estampas; 2 volumes, Lisboa, 1814; *Memoria em defesa do Clero Eborense*, contra um artigo impresso no *Investigador portuguez*, que tambem saiu sem o nome do autor.

Lacerda *(José Manuel d'Almeida e Araujo Correia de)*. Fidalgo da Casa Real; commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, etc. Falleceu em Lisboa a 15 de junho de 1856. Era filho do jurisconsulto José Joaquim d'Almeida Araujo Correia de Lacerda. Escreveu: *Orlando furioso*; *poema em 46 cantos de Luiz Ariosto, traduzido em versos portuguezes, e precedido d'um extracto do «Orlando amoroso»*, Lisboa, 1851; saiu apenas o tomo I, de 306 pag. contendo os cantos I a X, com as iniciaes J. M. de L. Tambem publicou: *Repertorio dos accordãos do supremo tribunal de justiça*, em 1852, sob o pseudonymo João F. Neves. Deixou varios manuscriptos ácêrca de assumptos de direito civil e de litteratura.

Lacerda (*D. José Maria d'Almeida e Araujo de Portugal Correia de*). Fidalgo da Casa Real; do conselho de Sua Magestade, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, deão da sé Patriarchal, reitor do Lyceu Nacional e commissario dos estudos no districto de Lisboa; membro do conselho geral de Instrucção Publica, deputado em diversas legislaturas, socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. em Villa Real a 23 de maio de 1802, fal. em Lisboa a 25 de fevereiro de 1877. Era filho do jurisconsulto e conselheiro de Estado, José Joaquim d'Almeida e Araujo Correia de Lacerda, e de sua mulher, D. Barbara Casimira Pereira Pinto da Silva Capeto. Aos 15 annos, depois de ter concluido no Porto os estudos primarios e secundarios, entrou na ordem dos conegos regrantes de Santo Agostinho. Na Universidade de Coimbra estudou dedicadamente as linguas orientaes, para que tinha decidida vocação, seguindo tambem distinctamente os cursos de Philosophia e Theologia. Depois de concluir os estudos universitarios, veiu para Lisboa, e foi logo admittido como professor nas escolas reaes de S Vicente de Fóra, onde regeu as cadeiras de Philosophia, historia universal, rhetorica e grego. Em junho de 1826 foi nomeado thesoureiro-mór da sé da Guarda, mais tarde conego da sé de Lisboa, e seguidamente deão da mesma sé em 30 de dezembro de 1850, pelo fallecimento do conselheiro José da Silva Carvalho, cargo que exerceu até á data da sua morte. Esta carreira, porém, não podia deixar de ser difficultada em differentes epocas, pelas agitações da politica a que D. José de Lacerda, sendo liberal convicto, não soube conservar-se indifferente, de que lhe resultaram crueis e persistentes perseguições da parte do governo miguelista, que o fez encarcerar, sujeitando-o a longos soffrimentos por differentes masmorras, estando na cadeia de Miranda do Douro por mais de anno e meio, e em Torre de Moncorvo, para onde foi deportado mezes depois; comtudo, as suas crenças liberaes não esmoreciam, e deram-lhe forças para audaciosos emprehendimentos. Quando o imperador D. Pedro chegou á Europa, D. José de Lacerda conseguiu evadir se da prisão e fugir para Hespanha, tendo de percorrer parte de Castella, o antigo reino de Leão e Galliza, no desempenho d'uma ardua commissão, prestando ali valiosos serviços á causa liberal. Em seguida aos triumphos alcançados pelo marechal duque de Saldanha, obrigando o exercito realista a levantar o cêrco do Porto, D. José de Lacerda pôde regressar áquella cidade, d'onde veiu immediatamente para Lisboa apresentar se a D. Pedro IV, que o acolheu como amigo dedicado e leal, tratando-o com a maior distincção. Nos reinados de D. Maria II e dos monarchas seus filhos, D. Pedro V e D. Luiz I, gozou sempre de todas as considerações e respeitos. Em 1844 rejeitou a mitra de Vizeu, e mais tarde a de arcebispo primaz do Oriente, allegando a falta de merecimentos para exercer tão elevados cargos. Tambem rejeitou a commenda da ordem de S. Thiago, que lhe foi offerecida pelo governo poucos annos antes de fallecer. Durante 13 annos foi eleito deputado em mais de uma legislatura e nunca sanccionou com o seu voto medidas que pudessem cercear as justas e legitimas liberdades, ainda quando essas medidas eram de iniciativa do partido que o contava nas suas fileiras. Da nobre independencia de caracter deu a mais eloquente prova, votando desassombradamente contra a *lei das rolhas*, considerada como attentado revoltante contra a manifestação do parlamento. A' intelligencia lucida e espirito esclarecido do antigo revolucionario eram evidentes as funestas consequencias da oppressão das idéas; e d'esse reconhecimento lhe veiu sempre a inspiração que o arrastava a combater todas as tyrannias, com o vigor, consciencia e engenho não vulgar de que era dotado. Tal foi o pensamento que lhe dictou a publicação do folheto intitulado *Hontem, Hoje e A'manhã*, que excitou a curiosidade geral, e em que a violencia das paixões politicas de então, que tudo exaggerava, não pôde afastar o autor de tratar com a maior imparcialidade um assumpto de tanta gravidade, como a apreciação dos partidos e dos actos das differentes administrações. «Comtudo não fôram as luctas da politica a parte mais notavel e brilhante da sua vida, diz um dos seus biographos (artigo da *Gazeta Commercial*, de 15 de março de 1885). A vastidão dos seus conhecimentos; os dotes de escriptor correctissimo, vigoroso e profundo; a acertada propriedade na phrase; a clareza na exposição; a auctoridade incontestavel de mestre da lingua, é que o tornaram um dos vultos mais conhecidos e respeitados no paiz, ao qual legou com infatigavel actividade obras de valor subidissimo, que são o monumento da sua gloria. São copiosas as provincias do saber humano, em que se exercitou com esplendor a penna de D. José de Lacerda; e n'ellas todas qualquer assumpto ventilado foi sempre visto e resolvido por modo magistral. Era jornalista? N'essa imprensa, que tanto illustrou, militava o nobre campeão na vanguarda das fileiras, em cujo estandarte se inscrevia a divisa *Liberdade e Ordem*. Ahi discutia com proficiencia as mais transcendentes questões de politica e administração. Subia ao pulpito? A tribuna sagrada resplandecia com um dos seus luminares. Fervoroso crente, sem hypocrisia nem fanatismo, de todos respeitadissimo, expunha a doutrina da egreja em estylo claro e phrase correcta; e sabios e ignorantes corriam pressurosos a ouvir-lhe a palavra inspirada! Entrava no dominio da historia e manuseava os classicos latinos? Saiam-lhe primorosas as traducções de Tacito. Nunca se fizeram tão elegantes e vernaculas! Nos seus livros, esperados com avidez pelo publico, e sempre acolhidos por elle com respeito, discutiu D. José de Lacerda assumptos diversissimos. Escreveu folhetos de polemica muito estimados; ordenou preciosas memorias historicas; compoz innumeros e substanciosos sermões, mais de dois mil, posto que nem todos fôssem impressos; redigiu primorosamente jornaes politicos; fez um excellente diccionario da lingua portugueza e o novissimo de synonimos, etc.» Os acontecimentos politicos de 1851 o afastaram da scena politica. O ministro da marinha, então José da Silva Mendes Leal, o encarregou do importante trabalho de restabelecer a verdade e defender os portuguezes da sem razão e injustiça com que, por vezes, são arguidos no livro das *Viagens* do celebre explorador dr. Livingstone. D'aqui proveiu o prodigioso trabalho de investigação historica

e de paciente observação, intitulado *Exame das viagens do dr. Livingstone*, que obteve em premio a medalha de 2.ª classe da Sociedade das Sciencias Geographicas de Paris, honra de subido preço, que lhe foi conferida pelo jury d'aquelle congresso, quando julgou o referido trabalho. Em 1854 foi nomeado reitor do lyceu e commissario dos estudos no districto de Lisboa, onde se conservou durante nove annos, até 1863, prestando bons serviços, mandando imprimir valiosos relatorios, nos quaes lembrava alvitres e fazia propostas para a reforma do ensino primario e secundario. Além da dignidade de deão da sé patriarchal e d'outras que já citámos, D. José de Lacerda nos ultimos annos da sua vida, era administrador da real capella de S. João Baptista, da egreja de S. Roque; membro da junta consultiva de instrucção publica, por nomeação de 30 de dezembro de 1869; da commissão central de geographia, commendador de Christo na ordem do Brazil. Uma questão religiosa o afastou nos ultimos tempos da frequencia da Academia Real das Sciencias. Fez-se ahi a proposta de Ernesto Renan para socio correspondente, como preito devido a um dos primeiros sabios do mundo, e ninguem teve certamente em vista as crenças do neophyto. D. José de Lacerda, porém, como padre catholico e sincero crente n'esta doutrina, mal podia sentar-se junto do autor da *Vida de Jesus*. Defendeu a sua especialissima situação, e deixou de comparecer nas sessões. A exposição dos motivos que o determinaram a esta resolução, foi impressa em 1874, e publicada tambem n'este mesmo anno no *Conimbricense*. São duas longas cartas dirigidas ao vice-presidente da Academia Real das Sciencias, que era então o duque d'Avila e Bolama. Quando falleceu, D. José de Lacerda trabalhava em duas obras importantes: *O marquez de Pombal e os jesuitas, investigações historico-philosophicas*; *Africa Oriental, investigações*. Entre os jornaes que redigiu contam-se *O Direito*, do partido cartista em 1848, e a *União*, em 1850, ultimo jornal de que foi director. Bibliographia: *Vida de Cneo Julio Agricola, escripta por C. Cornelio Tacito, traduzida e annotada com o texto ao lado*, Lisboa, 1842, *Tratado da situação, costumes e povos da Germania, por C. Cornelio Tacito, traduzido e annotado com o texto ao lado*, Lisboa, 1846; *Dialogo dos oradores, ou ácerca das causas da corrupção da eloquencia; attribuido a C. Cornelio Tacito; traduzido e annotado com o texto*, Lisboa, 1852; *A. B. da Costa Cabral; apontamentos historicos*, Lisboa, 1844 e 1845; 2 tomos; o tomo I contém a parte narrativa, isto é, a biographia e vida publica do ministro Costa Cabral, depois conde de Thomar, adornada com o seu retrato, etc.; o tomo II contém as provas e documentos justificativos, entre os quaes se contém muitos de notavel interesse, e que fornecem subsidios valiosos para a historia politica de Portugal no periodo que decorre de 1820 em deante; saiu sem o nome do autor; *Um papel politico*; *Hontem, hoje e ámanhã*, Lisboa, 1842; saiu tambem anonymo, e publicado em tres partes separadas, que reunidas fórmam um volume, sob uma só numeração; n'ella se contém, além d'outras cousas, noticias biographico-politicas, e a apreciação dos successos do tempo, e das personagens que n'elles tiveram maior influencia; como estas apreciações desagradassem a muitos, o que era inevitavel, não tardou em publicar-se, tambem anonyma, uma confutação, que saiu com o titulo de *Hontem, hoje e ámanhã visto pelo direito*, Lisboa, 1843; *Considerações politicas pelo autor do «Hontem, hoje e ámanhã» com um post-scriptum sobre os ultimos acontecimentos*, Lisboa, 1844; contra este escripto anonymo appareceu outro com o titulo de *Reflexões sobre o nosso estado actual, financeiro e refutação do folheto «Algumas considerações politicas pelo autor do Hontem, hoje e ámanhã»*, Lisboa, 1845; *Memorandum sobre os acontecimentos da epoca*, Lisboa, 1847; *Da fórma dos governos, com respeito á prosperidade dos povos, e das cousas politicas de Portugal*, Lisboa, 1851; *Sermão de acção de graças pela definição dogmatica da immaculada Conceição de Nossa Senhora, prégado na sé patriarchal de Lisboa a 16 de abril de 1855*, Lisboa, 1855, com o retrato do autor; *Sermão de acção de graças pela cessação da febre amarella, prégado na egreja de S. Caetano a 7 de agosto de 1858*, Lisboa, 1860; *Relatorio do commissario dos estudos do districto de Lisboa, pertencente ao anno de 1854-1855*, Lisboa, sem data; *Relatorio do commissario dos estudos no districto de Lisboa, remettido ao Conselho Superior de Instrucção em 31 de dezembro de 1856;* saiu no *Instituto*, vol. VI, 1857; *Diccionario da lingua portugueza de Eduardo de Faria; quarta edição para uso dos portuguezes e brazileiros, resumida, correcta e augmentada com grande numero de termos antigos e modernos, por D. José Maria de Almeida e Araujo Correia de Lacerda*, etc.; *comprehendendo todos os vocabulos devidamente accentuados, suas accepções e sentidos, conforme a autoridade dos nossos classicos; a etymologia de todos os termos radicaes, expondo o sentido rigoroso das raizes primitivas latinas, gregas*, etc.; *a interpretação dos termos que usavam os antigos escriptores, e que se acham mal definidos nos Diccionarios até hoje publicados; uma introducção grammatical a mais completa, e ao alcance de todas as intelligencias; um vocabulario da lingua Tupy, chamada lingua geral dos indigenas do Brazil; seguido de um Diccionario de Synonimos, com reflexões criticas*, Lisboa, 1858-1859, 2 tomos. Do *Diccionario dos Synonimos* tiraram-se exemplares em separado, com o titulo seguinte: *Novissimo Diccionario dos Synonimos da lingua portugueza, com reflexões criticas; segunda edição correcta e emendada*, Lisboa, 1860. Da *Introducção grammatical* tambem se fez edição em separado, com o titulo: *Compendio da Grammatica portugueza para uso das escolas*, Lisboa, 1859. Do *Diccionario* fez-se 5.ª edição, em 1878; figurando só com o nome de D. José de Lacerda, e com o titulo: *Diccionario encyclopedico ou novo diccionario da lingua portugueza para uso dos portuguezes e brazileiros, correcto e augmentado n'esta nova edição*, etc. Escreveu mais: *Oração funebre proferida nas reaes exequias de sua magestade a rainha a Senhora D. Estephania na sé patriarchal de Lisboa*, Lisboa, 1859; *Exame das viagens do dr. Levingstone*, etc., Lisboa, 1867; com 7 mappas desdobraveis; ácerca d'este livro vem publicado no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, de 23 a 27 de junho, e 3 e 5 de julho de 1868, um interessante artigo critico-analytico de José Feliciano de Castilho, o qual foi transcripto no *Jornal do Commercio*, de Lisboa,

de 1, 5 e 6 de agosto do mesmo anno. Em resposta ás pretenções de Levingstone, o autor publicou antes do *Exame* uma analyse, que foi reproduzida em Londres, com o titulo de: *Portuguese African Territories, Reply to dr. Levingstone's Accusations and representations, by D. José de Lacerda*, Loudres; *Resposta em que justifica a memoria de seu pae das accusações de absolutista, que em tempo lhe lançaram José Liberato, Simão José da Luz, e ultimamente Joaquim Martins de Carvalho;* saiu no *Jornal do Commercio* de 8 de abril de 1869, e foi transcripta no *Conimbricense* de 13 do referido mez; *Sermão da invenção da Santa Cruz prégado na egreja de N. S.ª da Graça, na solemnidade celebrada no dia 3 de maio de 1869*, Lisboa, 1869; *Carta ao autor do drama sacro «O Evangelho em acção» respondendo a outra d'este em que lhe pedira désse testemunho publico, de que havia ouvido ler e approvado o dito drama;* saiu no *Diario Popular* de 21 de abril de 1870; *Segunda carta*, etc.; idem, de 29 do referido mez e anno; *Novo diccionario geral das linguas ingleza e portugueza*, etc., Lisboa, 1866; *A new Dictionnary of the Portuguese and English languages*, etc., Lisboa, 1871; *Compendio da escriptura sagrada do antigo e novo testamento, e da doutrina catholica, em harmonia com o programma official para o exame dos professores de instrucção primaria*, etc., Lisboa, 1871; *Carta ao sr. Manuel do Canto e Castro Mascarenhas Valdez, ácêrca da sua «Arte Orthographica»*; occupa na dita *Arte* a pag. 3 a 11, 1875. Traduziu do inglez em verso o *Ensaio de critica*, de Pope; e do grego a *Homilia de S. João Chrysostomo, por occasião do regresso do bispo Flaviano a Antiochia*. Deixou ainda outras traducções do allemão e do francez.

Lacerda *(D. José Pereira de)*. Clerigo secular, doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, bispo do Algarve, cardeal da Santa Egreja Romana, conselheiro, academico da Academia dos Arcades de Roma, etc. N. em Moura a 7 de junho de 1661, fal. em Faro a 29 de setembro de 1738. Era filho de Francisco Pereira de Lacerda e de D. Antonia de Brito, fidalgos da antiga nobreza. Seguiu o estado ecclesiastico, e foi clerigo secular; promotor, deputado e inquisidor em Evora, provido a 2 de setembro de 1692; prior da freguezia de S. Lourenço, de Lisboa, depois prior-mór da ordem de S. Thiago, de que tomou posse no convento de Palmella em 4 de novembro de 1709. Sendo eleito bispo do Algarve foi sagrado no convento da Trindade, de Lisboa, a 30 de agosto de 1716. Foi executor da Bulla Aurea para a erecção do patriarchado de Lisboa, concedida pelo papa Clemente XI, que o creou presbytero cardeal da Egreja Romana no consistorio de 19 de novembro de 1719, com o titulo de Santa Suzana. D. João V o nomeou em 1721 conselheiro de Estado. Residiu em Roma desde 1721 até 1728. Entrou no conclave para a eleição do novo papa, pela morte de Innocencio XIII, sendo elle um dos primeiros votos para a eleição de Benedicto XIII, a 29 de maio de maio de 1724. Em Roma, a Academia dos Arcades o elegeo seu socio, com o nome de *Retinio*. Os porcionistas do Collegio Clementino, que eram todos fidalgos da primeira nobreza de Italia, lhe dedicaram uma sumptuosa festa academica. Regressando a Lisboa em 1728, teve logo um debate em que sustentou que os cardeaes não podiam ser chamados a litigio. Para sustentar as suas doutrinas escreveu e publicou um opusculo; partindo depois para a sua diocese, teve uma contenda celebre com os religiosos d'Alcobaça da ordem de S. Bernardo, que pretendiam o privilegio de confessar as freiras da sua ordem em Tavira, sem approvação do prelado diocesano, o que elle expressamente prohibiu. Os frades appellaram, e essa pendencia deu origem a numerosos opusculos escriptos pelos dois contendedores. Deixou varias obras em latim e em portuguez, e diversos manuscriptos, cujos titulos se pódem vêr na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. II, pag. 89 e 90, vol. IV, pag. 222 e 223. Em 1738, no mesmo anno em que falleceu, publicaram-se os seus sermões, por iniciativa de Alvaro da Silva Coelho, com o titulo seguinte: *Sermões varios prégados por todo o discurso da sua vida, achando-se em varios logares e empregos*, etc. O cardeal Pereira de Lacerda era mais conhecido por *Cardeal Pereira*.

Lacerda *(Fr. Manuel de)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho; doutor e lente de Theologia na Universidade de Coimbra, provincial e visitador apostolico, etc. N. em Lisboa em 1574, fal. em Coimbra a 13 de novembro de 1634. Era filho de Luiz Alvares Pereira e de D. Anna de Magalhães. Professou no convento da Graça, de Lisboa, a 21 de maio de 1595; doutorou-se a 24 de fevereiro de 1611. Foi lente da cadeira de Gabriel, tomando posse a 17 de fevereiro de 1615; da de Durando, a 20 dezembro de 1617, e da de Escriptura a 13 de maio de 1633. Foi eleito provincial em 1628. Falleceu, estando consultado para arcebispo de Gôa. Escreveu: *Memorial e antidoto contra os pós venenosos que o Demonio inventou, e por seus confederados espalhou em odio da christandade*, Lisboa, 1631. Deu motivo a esta obra a noticia, que por aquelle tempo vogara em Lisboa, de terem sido inventados em Milão uns pós que matavam instantaneamente. Deixou algumas obras em latim.

Lacerda *(Manuel Rodrigues Correia de)*. Mestre em Artes e doutor em Direito Pontificio pela Universidade de Coimbra. Era natural de Pernambuco. Seu pae tinha egual nome, e sua mãe chamava-se D. Izabel Dias de Almeida. Doutorou-se em 1741. Foi secretario do bispo de Leiria D. Alvaro de Abranches. Escreveu: *Genethliaco, ou Natalicio augurado da Senhora D. Maria do Carmo e Noronha, filha primogenita do senhor D. Alvaro de Noronha e da Senhora D. Thereza de Noronha, successores da Illustrissima e Excellentissima Casa de Valadares*, Lisboa, 1741.

Lacerda *(Matheus de)*. Natural de Margão, provincia de Salsete, sendo filho de Francisco Xavier de Lacerda. Escreveu em verso e em prosa, tanto em portuguez como em hespanhol, deixando manuscriptas: *Varias comedias* e *obras poeticas divinas e humanas*. No *Instituto*, de Coimbra, n.º 3, de 1876, publicou Henrique del Castillo y Alba um artigo ácêrca de escriptores portuguezes que escreveram em castelhano, e incluiu o nome de Matheus de Lacerda.

Lacerda *(Narciso de)*. Poeta contemporaneo, amanuense da 1.ª repartição da Direcção Geral de Instrucção Publica. N. no Porto a 1 de abril

de 1858. Começou os estudos no lyceu d'esta cidade, e aos 14 annos foi para o Brazil, por indicação de seu pae, para se entregar á vida commercial. Porém a sua vocação para a poesia, afastou-o d'esta carreira, e poucos mezes depois de estar no Brazil, alistou-se no exercito brazileiro. Teve, comtudo, de abandonar esta nova carreira, porque o ministro portuguez no Brazil, a pedido da sua familia, o requisitou. Regressou então a Portugal, aos 17 annos, e foi successivamente empregado nos caminhos de ferro e no correio até 1879. Actualmente é empregado da 1.ª repartição da Direcção Geral de Instrucção Publica. Tem escripto: *Canticos da aurora*, vol. de versos com juizos criticos de Camillo Castello Branco, João de Deus e Silva Pinto; Porto, 1880; *Os canticos da aurora e critica*, Porto, 1881; *Poesia do mysterio; Nos varios mundos*, Lisboa, 1883; *O espelho de Celestina*, no 31.º brinde do *Diario de Noticias*, 1895. Escreveu tambem o *Auto de amor*, peça em 1 acto em verso representada no theatro de D. Maria II em 1903.

Lacerda e Almeida *(Francisco José)*. Doutor em Mathematica pela Universidade de Coimbra. N. em Figueiró dos Vinhos. Foi nomeado governador de Rios de Sena, e prevenindo-se com os instrumentos precisos para uma viagem util á sciencia, emprehendeu em 1798 a primeira travessia de exploração scientifica no sertão africano, entre Moçambique e Angola. Fez importantes estudos, chegou destemidamente a meio da sua arrojada viagem, mas a morte surprehendeu-o pouco depois de chegar á capital do Cazembe, estado poderoso que representava ainda o nucleo principal do remoto e desmembrado imperio de Monomotapa. Os negros guardaram respeitosamente os restos do *grande branco*, e ainda trinta annos depois os apontavam com supersticiosa veneração ao major Gamitto, quando este official foi á capital do Muata-Cazembe, n'uma difficil viagem de exploração. Os escriptos do dr. Lacerda são conhecidos dos geographos da Europa. Em 1824 publicou-se em Londres um extracto dos trabalhos do insigne viajante. Encontra-se no livro de Bowdich, cujo titulo vem assim traduzido na obra de D. Francisco de S. Luiz, *Os portuguezes na Africa, Asia, America e Oceania: Relação dos descobrimentos feitos pelos portuguezes no interior de Angola e Moçambique*. Depois d'estas, ainda se tem feito no estrangeiro outras publicações dos trabalhos do dr. Lacerda.

Lacerda Castello Branco *(Hugo Goodair de)*. General de brigada reformado; governador de Timor, ajudante de campo honorario d'el-rei senhor D. Carlos, etc. N. a 2 de julho de 1836, sendo filho de Francisco Maria de Lacerda Castello Branco, fidalgo da Casa Real, capitão de cavallaria, e de sua mulher, D. Amelia Godair, filha de Hugo Godair, negociante da praça do commercio de Lisboa. Pelo lado de seu pae, era neto do 1.º barão de Beduido, Nicolau Xavier de Figueiredo Mello de Bulhões Lemos Castello Branco e sobrinho do 2.º barão do mesmo titulo, João Maria de Figueiredo de Lacerda Castello Branco, irmão de seu pae. Cursou o Collegio Militar, as Escolas Polytechnica e do Exercito. Assentou praça em lanceiros n.º 2 a 10 de agosto de 1851, sendo promovido a alferes a 25 de julho de 1855, a tenente a 30 de novembro de 1864, a capitão a 7 de agosto de 1872, a major em 23 de maio de 1883, a tenente-coronel em 31 de outubro de 1884, a coronel em 30 de maio de 1888, reformando se em general de brigada a 9 de março de 1891. Tendo completado os estudos da sua arma nas Escolas Polytechnica e do Exercito, foi praticar na commissão geodesica, passando depois a ser empregado na Escola do Exercito como official de serviço e instructor nas especialidades de cavallaria e artilharia. O director da Escola, então o marquez de Sá da Bandeira, considerava-o muito. Em 1868 deu-se o desastre, que enlutou as nossas armas em frente da aringa do Bonga na Africa Oriental. O ministro da marinha procurou formar uma forte expedição só de voluntarios, e entre estes, e dos primeiros, apresentou-se Hugo de Lacerda, que assim deixava a familia e o socego da Escola do Exercito, levado sómente do seu amor pela patria e do seu zelo pelas cousas militares. Em maio de 1869 partia, com o posto de capitão, para Moçambique, com a expedição destinada á Zambezia. Não conseguiu, porém, seguir o seu destino, que o não deixou o governador da provincia, Fernando da Costa Leal, que desejava ter junto de si officiaes honrados e bravos, com os quaes pudesse contar. Hugo de Lacerda protestou contra tal ordem, como consta dos documentos officiaes, mas o governador a nada attendeu, não conhecendo ou não querendo nunca conhecer que este official não era dos que ia a Africa com a idéa das promettidas vantagens, tendo só em vista a gloria. Anno e meio depois, voltando á patria, requereu que lhe dessem collocação correspondente em qualquer das colonias, por fórma que por ter obedecido ao governador geral, não ficasse prejudicado nos seus direitos adquiridos. As repartições competentes informaram bem; o ajudante do procurador regio, visconde de Paiva Manso, informava que era de justiça a pretenção, comtudo, só muito mais tarde é que o ministro da marinha o nomeou governador de Timor e Solor, em 1872. Ao chegar a Timor, Hugo de Lacerda tinha tudo contra si: a má vontade do ministro que o nomeara; achou o estado lastimoso e mesquinho da colonia, reduzido á miseria, faltando-lhe tudo, recursos e homens. Fóme e guerra foi que encontrou no governo que lhe havia sido concedido, os cofres exhaustos; dividas aos particulares para dar algum pret á tropa; quinze mezes de divida aos funccionarios; guerra com os reinos do interior, dos quaes nenhum queria prestar vassalagem nem pagar tributos; as companhias de linha revoltadas ou em completa anarchia; a desordem na administração, etc. Em anno e meio, Hugo de Lacerda conseguiu mudar tudo quasi completamente, transformando umas cousas radicalmente, modificando outras, e radicando fundamente a sua audaciosa iniciativa em muitas medidas uteis, e a sua energia em tudo. A paz reinou finalmente em Timor. Os regulos prestaram vassalagem e pagaram os tributos. As obras publicas progrediram, tendo-se melhorado os edificios do estado; a saude publica, que era prejudicada por um grande pantano que circumdava a praça e a tornava insalubre. A agricultura foi protegida, o contrabando perseguido energicamente. O ministro da marinha, em 1875, João de Andrade Corvo, reconhecendo os grandiosos beneficios que a colonia ia adqui-

rindo, dava toda a força ao governador para manter a ordem publica, approvando as medidas e prestando toda a attenção ás suas propostas. Pelos serviços tão importantes prestados em Timor, foi Hugo de Lacerda agraciado com a commenda da ordem de Christo. Em 1876 terminou o seu governo, e retirou para a metropole. O general Hugo de Lacerda, além da commenda da ordem de Christo, é commendador e cavalleiro da de Aviz. Casou com D. Maria Margarida Correia da Silva, irmã do fallecido conde de Paço d'Arcos, Carlos Eugenio Correia da Silva, e do tambem já fallecido jornalista Pedro Correia da Silva, que foi o fundador do *Diario Illustrado*, da *Bibliotheca dos Dois Mundos*, etc. Nos *Annaes do Club Naval* de 1891-1892 encontram-se publicados alguns estudos mathematicos assignados por Hugo de Lacerda.

Lacerda Castello Branco *(D. Izabel Maria de)*. Commendadeira do Real Mosteiro da Encarnação, da ordem de S. Bento de Aviz. N. a 12 de setembro de 1836, fal. a 17 de março de 1904. Era filha dos segundos barões de Beduido, João Maria de Figueiredo de Lacerda Castello Branco e D. Maria Francisca de Faria e Lacerda. Entrou para o mosteiro da Encarnação em 1861, na qualidade de moça do côro, sendo eleita em 1900 commendadeira da ordem de S. Bento de Aviz. Em 1888 foi condecorada pelo papa Leão XIII com a commenda *Pro ecclesia et Pontifice*, sendo a primeira pessoa agraciada com a commenda d'esta ordem pontificia. Em 6 de janeiro de 1884, juntamente com o monsenhor Francisco Herculano Cordeiro, actualmente addido á secretaria da nunciatura, fundou em Lisboa as officinas de S. José, sendo uma das suas mais desveladas protectoras. D. Izabel Maria de Lacerda Castello Branco pertencia á Associação das Missões Ultramarinas, á Associação protectora das creadas de servir e costureiras, Associação das Escravas do Santissimo Sacramento, da Archiconfraria do Coração de Maria, das Filhas de Maria, e era presidente do Apostolado da Oração do Centro do Quelhas e da Catechese do convento da Encarnação. Protegeu tambem todos os estabelecimentos religiosos que se fundaram em Lisboa desde 1864, dedicando especialmente a sua attenção para as officinas de S. José.

Lacerda Lobo *(Constantino Botelho de)*. Doutor e lente de Philosophia na Universidade de Coimbra; socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa. N. em março em 1754; fal. de 1820 a 1822. Era filho de Manuel Antonio Botelho. Tinha 18 annos, em 1772, quando se matriculou em Philosophia na Universidade, e mostrando assidua applicação e elevada intelligencia foi, por aviso regio de 23 de janeiro de 1778, graduado gratuitamente em 6 de maio de 1781. Infatigavel em trabalhos e em investigações scientificas no seu gabinete de physica, foi tambem muito competente em assumptos de agricultura, e deixou varias memorias no *Investigador portuguez*, *Jornal de Coimbra* e nas *Memorias da Academia*. Tornou-se principalmente notavel por ter descoberto um novo modo do applicar a força do vapor ao movimento das machinas. A memoria sobre este invento foi lida na sessão publica da Academia de 18 de janeiro de 1805, e no ultimo paragrapho se queixa o dr. Constantino Botelho, de que a gloria da sua invenção lhe fôsse roubada por mr. Verzy, o qual arrogando a si a descoberta, a propozera ao ministro do interior em França, e obtivera os fundos precisos para fazer as experiencias em ponto grande. Sobre a descoberta do dr. Constantino Botelho deve lêr-se a *Historia resumida da invenção e melhoramentos da machina de vapor*, do visconde de Villarinho de S. Romão. A descripção da machina vem no *Jornal de Coimbra*, de abril de 1812, acompanhada de estampas. Não consta que o dr. Constantino Botelho imprimisse em separado alguns dos séus trabalhos; as muitas *Memorias* que escreveu fôram publicadas em varios jornaes da epoca, e n'outras collecções scientificas. Mencionaremos as seguintes: *Memoria sobre os meios de supprir a falta de estrumes animaes;* no tomo I das *Memorias de Agricultura; Memoria sobre a historia das Marinhas em Portugal;* no tomo V das *Memorias de Litteratura Portugueza*, publicadas pela mesma academia; *Memoria sobre a cultura das vinhas em Portugal;* nas *Memorias Economicas*, da Academia Real das Sciencias, tomo II, pag. 16 a 134; *Memoria sobre a decadencia da pescaria de Monte-Gordo;* idem, tomo III, pag. 351 a 374; *Memoria sobre o estabelecimento da cultura do Chenopodio maritimo*. idem, tomo IV, pag. 94 a 110; *Memoria sobre as marinhas de Portugal;* no mesmo vol., pag. 159 a 193; *Analyse do sal commum das marinhas de Portugal;* no mesmo vol., pag. 233 a 251; *Memoria sobre a preparação do peixe salgado;* no mesmo vol., pag. 252 a 311; *Memoria sobre a decadencia das Pescarias em Portugal;* no mesmo vol., pag. 312 a 383; *Memoria relativa ao estado da pescaria de Entre Douro e Minho;* no mesmo vol. pag. 384 a 415; *Memoria sobre as pescarias da costa do Algarve*, no tom. V, pag. 94 a 137; *Memorias sobre a diversa densidade da agua em differentes alturas*, no *Jornal de Coimbra*, vol. I, pag. 170; *Memoria sobre um novo modo de applicar ao movimento das machinas a força do vapor d'agua, fervendo*; no mesmo vol. pag 255; *Memoria sobre a agricultura do Algarve, e melhoramento que pode ter;* no mesmo vol. pag. 240; *Memoria sobre os defeitos que teem os nossos carros dos transportes militares;* no dito vol., pag. 329; *Memoria sobre as pescarias de Portugal;* no vol. II, pag 3; *Memoria sobre um novo pyrometro de comparação;* no mesmo vol., pag 31; *Memoria sobre os pesos de que se faz uso no nosso commercio;* vol. III, pag. 173; *Resposta ás observações de uma obra intitulada «Defesa de Antonio d'Araujo Travassos contra a injusta accusação que no n.º 20 do* Jornal de Coimbra *lhe fez o dr. C. B. de L. Lobo»*, publicada em Lisboa no anno de 1813; saiu no *Investigador Portuguez*, n.º 1, agosto 1815, pag. 200 a 214; *Memoria sobre a agricultura da provincia de Entre Douro e Minho*, inserta no mesmo jornal, n.º LV, janeiro, 1816, pag. 289 a 312; *Viagem sobre a agricultura da provincia do Minho, feita no anno de 1789*; no mesmo jornal, n.º LXXVI, outubro 1817, pag. 433 a 450; *Memoria sobre uma balança de ensaio;* inserta nas *Memorias da Academia*, tomo II; *Memoria sobre a diversa temperatura que teem os liquidos e solidos mergulhados;* idem, tomo V, parte 2.ª

Lacló. Reino na parte portugueza da ilha de Timor, na Oceania. Está situado na parte cen-

tral da ilha, na prov. dos Bellos, distr. de Dilly. Ha aqui uma nascente de agua alcalina ferrea de acção tonica e reconstituinte muito para aproveitar no tratamento das cachexias palustres. Bibliographia: *Relatorio do serviço de saude da provincia de Macau e Timor do anno de 1886*, por J. Gomes da Silva, Macau, 1887.

Laclubar. Reino na parte portugueza da ilha de Timor, na Oceania. Fica no interior, pertence á prov. dos Bellos, e faz parte do distr. e commando militar de Manatuto.

Lacluta. Reino unido ao de Dilor na ilha de Timor na Oceania. Está situado na parte central da ilha, pertence á prov. dos Bellos e faz parte do distr. e commaudo mil. de Viqueque.

Lacobriga. V. *Lagos.*

Lacções. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Laconimurgi, Laconimburgi ou Laconimurgo. Cidade antiquissima da Lusitania. Strabão, no livro III, diz que uma colonia grega, saida da Laconia, aportára á Iberia, e que, tendo entrado na Lusitania em companhia de alguns celtiberos, aqui fundara a cidade de Laconimurgi, que depois se tornou famosa. D'esta cidade fala tambem uma inscripção achada nas ruinas de Egitania, (Idanha-a-Velha). Pinho Leal, no *Portugal antigo e moderno*, vol. IV, pag. 8, traz essa inscripção, que elle interpreta d'esta fórma: «A Marco Lepido, triunviro e pae da patria, pela victoria que conseguiu contra os lusitanos, e pela sua liberalidade para com todos, dedicam esta lapide as cohortes seguintes fortissima (de Evora), meidobrigense (de Plumbaria, junto de Marvão?) laconimburgense (d'esta), talabricence (de Aveiro) e eminense (de Agueda)» E', portanto, incontestavel que existiu esta cidade, a qual se suppõe, que fôsse fundada no anno de 1364 antes da vinda de Christo, mas não ha certeza do logar que occupava, nem da epoca da sua destruição, mas presume-se que fôsse durante as sanguinolentas guerras que os peninsulares sustentaram contra os romanos. Pretendem alguns escriptores que Laconimurgi estava em territorio da Lusitania, que hoje é Extremadura hespanhola, mas o que parece mais acceitavel, segundo Pinho Leal, é aquella cidade ter sido situada entre os rios Tejo e Vouga, no centro da Lusitania. Alguns escriptores modernos, que investigaram as ruinas d'uma grande povoação que existem junto da villa de Bobadella, do concelho de Oliveira do Hospital, suppõem que fôsse aqui a antiga cidade Laconimurgi. Além d'algumas antiguidades que se descobriram, e que já citámos no artigo *Bobadella*, (V. *Portugal*, vol. II, pag. 362), accrescentaremos mais dois aqueductos, que correm dos lados de E e N, ambos de architectura romana, um descoberto e outro subterrado; restos de muralhas; d'uma calçada, varias columnas que se encontram em differentes casas da villa, que mostram terem pertencido a edificios sumptuosos. A distancia de mil metros ao sul de Bobadella acham se tambem indicios de povoação antiga, e aqui appareceram ha bastantes annos dois vasos de bronze, de muita perfeição, um em fórma de gomil e outro agramidal, com tampa e base. No *Viriato Tragico* (canto IV, diz-se que Laconimurgi foi tomada por surpreza aos romanos, por Viriato, o antigo, e seus companheiros d'armas, os herminios, ou habitantes da serra da Estrella (o Herminio Maior dos antigos.)

Laços. Pov. na freg. de S. Christovão, de Gondomil, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Lactario. Com este titulo existe em Lisboa um interessante estabelecimento de beneficencia destinado a proteger a primeira infancia e a contribuir para a conservação da vida dos pequenos entes, que, nascendo prematuramente, ali adquirem, pelos cuidados especiaes que a sciencia aconselha, o influxo necessario para que de tenras vergonteas se tornem em fortes arbustos, e para, por uma alimentação lactea cuidada e devida, se diminuir a percentagem da sua mortandade. Em março de 1901 uma commissão, composta dos srs. José Mathias Nunes, Guilherme Charters Henrique de Azevedo, Domingos José de Moraes, Manuel Rodrigues Vaquinhas, Augusto Cesar Pereira da Motta, Domingos José de Moraes Junior, Victor Leopoldo Machado da Camara e Silva, Luiz Pinto Moitinho, José Evaristo de Moraes Sarmento, José Gomes de Rezende Junior, José Luiz de Moraes e Rodrigo Antonio Alvim de Ascensão, constituiu-se como nucleo que havia de levar por deante idéa tão sympathica. Acha-se o lactario installado no largo do Museu de Artilharia, em edificio construido segundo o projecto do sr. Ventura Terra, tendo-se consumido nas suas installações, modeladas por tudo que de melhor existe no estrangeiro, a importante cifra de 10 contos de réis. Divide-se o lactario em duas partes distinctas—*lactario e creadeiras.* No primeiro existe o gabinete do medico, onde a creança em seguida á sua inscripção se pesa, pesagem que se verifica todas as semanas, a fim de por ella se poder bem avaliar o augmento progressivo do seu desenvolvimento physico. As mães que não teem leite capaz em quantidade ou em qualidade não pódem alimentar seus filhos; e para evitar os inconvenientes da mal cuidada alimentação lactea artificial distribue o lactario o leite necessario n'uma das suas dependencias, para esse fim apropriada, onde as mães esperam os cestinhos de oito ou nove frascos cada um para levarem para suas casas. Em cada frasco está inscripto um numero de ordem correspondente ao da matricula da creança. N'esta casa se acham as tinas com aquecedor para a agua e em que tomam banho quando as mães as levarem ao lactario. No laboratorio se procede á maternisação e esterilisação do leite por meio do maternisador e do autoclave. Um separa a nata do sôro; o outro torna-o apto para a alimentação da creança. Um terço da totalidade do leite deitado no maternisador é desnatado; e para substituir o sôro que falta ao leite junta-se-lhe agua assucarada. D'ali, é o leite mettido em pequenos frascos que vão ao autoclave com o obturador simplesmente encostado ao gargalo. A' saida da esterilisação é que se fecha hermeticamente. Cada esterilisação comporta 100 frascos. Contiguo ao laboratorio ha um compartimento destinado á lavagem de frascos de leite, trabalho feito pelas proprias mães. As *creadeiras*, são em numero de 4. N'ellas encontra a creança, nascida prematuramente, uma atmosphera propria e variavel, segundo as suas condições organicas. A communicação para o exterior, para a recepção do ar, faz-se por meio de um largo te-

lhado de zinco, a que está ligado um outro braço de tubo mais delgado. Além do thermometro, para marcar as mais leves alterações no seu aquecimento, avalia-se a humidade da atmosphera por meio de vapor d'agua, que se acha collocado na parte inferior da rede, onde a creança se deita. Junto á sala em que se encontram as *creadeiras* ha a estufa, e que sendo um recinto envidraçado, tem a mesma temperatura que aquellas, e onde as crianças tomam o leite e o banho. Para que nada falte a este tão importante estabelecimento, ali se encontra uma ampla vaccaria, com todas as condições hygienicas, e em que ha logar para 16 vaccas. Estas são muugidas com todos os cuidados da asepsia.

Lacticinio. Preparado alimenticio, tendo o leite por principal elemento. Em Portugal, como paiz essencialmente agricola e pastoril, as noticias sobre os lacticinios alcançam a grande antiguidade. Foi o queijo decerto o primeiro producto que se tirou do leite. Antes que o chocalhar do leite levasse a pensar em lhe extrair a manteiga, a sua fermentação natural, talhando-o, ensinou a fabricar o queijo, pela separação do elemento que o fórma. Strabão affirma que muito antes da oliveira vir para a Lusitania, já a manteiga aqui se fabricava e era usada para adubar as comidas. N'um documento de 1278, copiado de Pendorada por Viterbo, lê-se o fôro de *1 almude de manteiga.* Egual fôro pagava a el-rei D. Diniz o concelho de Lamego. Outro documento de S. Thiago de Coimbra, em 1349, cita Viterbo: *It: huma scudela de leite escorrudo* (nata) *e huma fazedura de manteiga.* As vaccas do concelho de Ferreiros dos Tendaes davam optima manteiga, industria muito antiga n'esta terra, pois já no seu foral pagavam os moradores 25 *bôlos de manteiga, do tamanho de ovos de pata.* Em 1515 a manteiga custava no almoxarifado do Porto, Guimarães e Ponte do Lima, 10 réis *por huma canada;* no almoxarifado de Vizeu, Lamego e Guarda, custava 60 réis. Para Lisboa as noticias, que temos presentes, alcançam a 1611; são as *posturas reformadas da camara,* que n'este anno impôz as seguintes taxas: «Uma canada de leite valerá 16 réis. Um pucaro de nata doce, que leve um quartilho, 20 réis, e sendo pucaro de meio quartilho 10 réis, e não a venderão em pucaros que levem menos. Um pucaro de nata azeda, que leve um quartilho, 5 réis. Um queijinho fresco de cincho 2 réis, e sendo de cesto 3 réis; não se venderá senão em cincho ou cêsto, como d'antes se fazia, trazendo-os de lá feitos. Os queijos de cabras e vaccas da terra se venderão por ordem da almotaçaria na mão das pessoas que os mercam para vender, e os almotacés lhes darão o preço que lhes parecer, e assim ás talhadas que se fizerem do mesmo queijo; e não se entenderá isto nas mulheres dos moutes e lavradores que os trazem a vender á cidade. Os queijos do Alemtejo e flamengos se venderão pela mesma ordem d'almotaçaria como se fez até agora, conformando-se com o tempo.» No seu livro *Grandezas de Lisboa*, Nicolau de Oliveira enumera 15 vendedoras de manteiga. Um annexim portuguez, conservado por Bluteau, distingue as melhores qualidades dos lacticinios, conforme a sua proveniencia, dizendo: «Queijos de ovelhas, manteiga de vaccas e leite de cabras.» Já Plinio, na sua *Historia natural*, XXVIII, 33, explica: O leite de cabra é melhor para o estomago, porque as cabras se alimentam mais de folhas do que de hervas, o leite de ovelha ainda que mais doce e nutritivo, convem-lhe menos porquanto é mais gordo. Moraes Soares, nas suas *Subsistencias*, affirma que grande parte do leite das ovelhas, cabras e vaccas de Portugal, é transformado em queijos. Entre os queijos afamados apparecem o do Alemtejo, da Serra da Estrella, Rabaçal, Thomar, cabreiro de Castello Branco, etc. As ilhas dos Açôres tambem produzem queijos apreciados, como o do Pico, etc. Bibliographia: *A Industria dos lacticinios em Portugal (dissertação de concurso)* por Cincinato da Costa, Lisboa, 1887. *As Industrias do leite (questões relativas a Portugal)*, por Adolpho A. Baptista Ramires.—Coimbra, 1894. *As vaccas leiteiras*, por Annes Baganha, Lisboa, 1897.

Lacueva. Appellido nobre, de Hespanha, que passou a Portugal no tempo do dominio castelhano, no fidalgo D. Fernando de Lacueva, que foi governador de S. Julião da Barra. São suas armas em campo de ouro dois bastões vermelhos com uma cova no contra-chefe de sua côr e de que sáe uma serpe verde; orla vermelha, carregada de 8 aspas de ouro; timbre: a serpe do escudo, nascente e armada de vermelho.

Laculó. *V. Lacló.*

Lada. Faixa do rio navegavel parallela á margem; caminho d'agua por onde pódem navegar barcos, principalmente os de pequeno lote. Tambem se tomava este termo pelos lados d'uma estrada. O mercado ou feira semanal que antigamente se fazia em Lisboa á beira do Tejo, chamava-se *feira da Lada* (V. *Feira da Ladra).* No Porto ha tambem a capella de N. S.ª da Lada, na Ribeira, a poucos passos do rio Douro.

Ladalnhas. Pov. na freg. de S. Mamede, de Este, conc. e distr. de Braga.

Ladario. Antiga procissão de preces; rogações publicas.

Ladario. Villa da provincia da Beira Alta, conc. e com. de Sattam, distr. e bisp. de Vizeu. Orago O Salvador. Esta villa e a sua freg. estão unidas á freg. de S. Miguel, de Villa Boa. D. Thereza e seu filho, D. Affonso Henriques, deram em 1125 ao convento d'Aguas Santas, hoje conc. de Maia, os coutos de Gouveia e *Ladadiro.* Em 1186, D. João Pires, bispo de Vizeu, e o seu cabido, cederam ao referido mosteiro de Aguas Santas a terça parte dos dizimos que lhes pertencia, da egreja de Ladario (então Ladaáiro) o jantar, ou collecta, a luctuosa e a terça dos mortuarios; reservando só para elles um *aureo*, que esta egreja tambem lhe pagava pela Paschoa. O sacro collegio patriarchal apresentava o cura, que tinha 20$000 réis e o pé d'altar. D. Manuel deu foral á villa de Ladario, em Lisboa, a 5 de maio de 1514. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Arcozello das Maias, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, no mesmo distr. || Santa Marinha, de Chorense, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Constance, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Paredes, do mesmo distr. || S. Pedro, de Friões, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Penha Longa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Martinho, de Soa-

lhães, do mesmo conc. e dist. || S. Salvador, de Taboado, do mesmo conc. e distr. || Santa Christina, da Fontosa, do mesmo concelho e districto.

Ladario e Rossada. Pov. na freg. de S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Ladeira. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Alquerubim, conc. de Albergaria a Velha, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Alvaro, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || Ilha da Madeira; Santo Antonio, conc. e distr. do Funchal. || Ilha do Pico; Santo Antonio, conc. de S. Roque do Pico, distr. da Horta. || Santa Barbara de Nexe, conc. e distr. de Faro. || S. Pedro, de Bogas de Baixo, conc de Fundão, distr de Castello Branco. || S. Sebastião, de Boliqueime. conc. de Loulé, distr. de Faro. || O Salvador, de Castellões, conc. de Tondella, distr. de Vizeu || N. S.ª da Conceição, de Chão de Couce, conc. de Aucião, distr. de Leiria || S. Thiago, de Codal, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Fratel, conc. de Villa Velha de Rodam, distr. de Castello Branco || S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || Santa Maria, de Piudello, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santo Estevão, de Pussos, conc. de Alvaiazere, distr de Leiria. || S. Miguel, de Ribeira de Frades, conc. e distr. de Coimbra. || S. Martinho, de Salreu, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de Souto de Lafões, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || Ilha Terceira; S. Bartholomeu, de Regatos, conc. e distr. de Angra do Heroismo. || Casal na freg. de N S.ª da Graça, de Envendos, conc. de Mação, distr. de Santarem. || Casal na freg. de S. Sebastião, de Escarigo, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco. || N. S.ª do Desterro, de Pousos, conc. e distr. de Leiria. || N. S.ª da Conceição e conc de Villa de Rei, distr. de Castello Branco. || Chama-se Ladeira a um dos ramos da cordilheira de serras alcantiladas no districto de Coimbra, conc. da Pampilhosa, os quaes se espalham em differentes direcções. Ladeira corre, coroado de soberbas penedias, desde a serra da Rocha até ao sitio do Amieiral; abate de repente em Fajão para dar passagem ao rio Zezere, e apparece na mesma imponente altura, na margem fronteira.

Ladeira de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Ladeira do Barro. Ilha do Pico; pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, conc. de Lagens do Pico, distr. de Horta.

Ladeira da Calheta. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de Santa Catharina e conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Ladeira da Cruz. Ilha Terceira; pov. na freguezia de Santo Antonio, de Porto Judeu, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Ladeira do Duarte. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de Santa Catharina e conc. de Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Ladeira de Farrio. Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Freixianda, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Ladeira Grande. Ilha Terceira; pov. na freguezia de S. Pedro, de Ribeirinha, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Ladeira e Lamaceiras. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Braz, do Arco da Calheta, conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Ladeira da Manca. Sitio na freg. de Souto, conc. de Abrantes, distr de Santarem.

Ladeira do Monte Secco. Pov. na freg de S. Clemente e conc. de Loulé, districto de Faro.

Ladeira do Rio Zezere. Sitio na freg. de Souto, conc. de Abrantes, districto de Santarem.

Ladeira do Seminario. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, conc. e distr. de Coimbra.

Ladeira Velha *(Combate da)*. Ficou assim conhecido o combate que se deu na ilha de S. Miguel no dia 2 de agosto de 1831, entre as tropas constitucionaes, que sob o commando do conde de Villa Flôr, mais tarde duque da Terceira, tinham desembarcado no dia antecedente na foz da ribeira que fica a oeste do logar da Achadinha, e as forças que occupavam a ilha em nome do infante D. Miguel. Depois d'uma pequena tentativa por occasião do desembarque, marcharam os liberaes ao longo da costa, e passando além do Porto Formoso, empenharam com os adversarios novo combate no sitio da estrada que conduz á Ribeira Grande, chamado Ladeira Velha, por ser ahi o caminho mais ingreme. Entraram n'esta acção do lado dos constitucionaes um batalhão de infantaria n.º 18, um batalhão do regimento provisorio, caçadores n.º 5, sapadores, academicos e um destacamento de artilharia de Angra, sendo gravemente ferido o alferes de caçadores n.º 5. José Maria de Moraes Rego, que veiu a ser ministro da guerra, e falleceu no posto de general de divisão em maio de 1883.

Ladeiras. Povoações nas freguezias: S. Braz de Alportel, conc. e distr. de Faro. || Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Ladeiras dos Covaes. Pov. na freg. do Salvador, de Pombeiro, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Ladeiras do Nascente. Ilha de Santa Maria; pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção e concelho de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada.

Ladeiras do Ponente. Ilha de Santa Maria; pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada.

Ladeirinhas. Pov. na freg de Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Ladera, Ladeia ou Ladeya Nome antigo da actual villa do Rabaçal.

Lâdico. Monte na prov. de Traz-os-Montes, Era o nome romano da actual serra de Larôco.

Ladipem. Pov. da antiga prov. de Bicholim, Novas Conquistas, arceb de Gôa, India.

Ladoeiro. Pov. e freg. de N. S.ª da Expectação, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 1:171 hab. e 369 fog. Tem esc. d'ambos os sexos e est. post. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada na margem d'uma ribeira affluente do rio Ponsul. A terra é fertil. Cria muito gado e tem caça O vigario de Idanha-a-Nova apresentava o cura, que tinha 10$000 réis de congrua e o pé d'altar. Pertence á 2.ª

div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Freude, eonc. de Baião, distr. do Porto. || S. Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real.

Ladrão *(Praia do)*. Bahia da ilha do Fogo, no archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental, não longe da villa de S. Filippe. Os navios ancorados no porto da capital da ilha vão fazer aguada n'esta bahia.

Ladrêda. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Figueiró d'Alva, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. Tem caixa post. || O Salvador, de Tangil, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Ladroeira. Pov. na freg. de S. Miguel, de Bairros, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Ladrouqueira. Pov. na freg. de Santa Maria, de Fiães, conc. de Melgaço, distr. de Viauna do Castello.

Ladrugães. Pov. na freg. de S. Martinho, de Reigoso, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Lafões (*D. João Carlos de Bragança de Sousa Ligne Tavares Mascarenhas da Silva, 2.º duque de).* Marechal general, fundador da Academia Real das Sciencias, etc. N. em Lisboa a 6 de março de 1719, fal. a 10 de novembro de 1806. Era filho segundo do infante D. Miguel, filho legitimado d'el-rei D. Pedro II, o qual casara em 30 de janeiro de 1715 com D. Luiza Casimira de Nassau e Sousa, filha do principe Carlos José de Ligne, do sacro imperio romano, seuescal d'Arnaut, que foi feito em Portugal conde de Miranda pelo seu casamento com D. Marianna Luiza Francisca de Sousa Tavares da Silva, 5.ª condessa d'esse titulo, sendo depois o 2.º marquez de Arronches (V. *este titulo)*, embaixador de Portugal na côrte do imperador Leopoldo de Allemanha. Esta senhora foi successora da importante casa de Miranda, de todos os bens da corôa e ordens, morgados, padroados, etc. a ella pertencentes. O infante D. Miguel falleceu desgraçadamente em 13 de janeiro de 1724, afogado no rio Tejo, por se ter voltado o escaler que o conduzia da Outra Banda a Lisboa. Sua mulher sobreviveu-lhe perto de 5 annos, fallecendo a 16 de maio de 1729. O herdeiro de toda esta importantissima casa foi o filho primogenito de D. Miguel, o infante D. Pedro Henrique de Bragança, de quem adeante falamos, o qual foi o 1.º duque de Lafões, e por sua morte, ficou herdeiro seu irmão D. João Carlos de Bragança, nos senhorios, alcaidarias-móres, commendas, padroados e outros bens por elle possuidos, o qual teve o titulo de 2.º duque do mesmo titulo. A casa de Sousa, d'onde descendia pelo lado materno, era muito nobre e antiquissima, pois a instituição d'aquelle senhorio remonta ao anno 300. D. João Carlos de Bragança foi baptisado a 25 de abril de 1719 pelo patriarcha D. Thomaz d'Almeida, sendo padrinho D. João V, seu tio. Estudou humanidades e philosophia juntamente com o duque seu irmão e com o maior aproveitamento, seguindo depois na Universidade de Coimbra o curso de Direito Canonico, entrando como porcionista no collegio de S. Pedro. D. João V destinava-o á carreira ecclesiastica, e ainda na infancia havia chegado a tomar o habito; deu-lhe as honras de marquez por aviso de 21 de junho de 1738, tendo a precedeucia aos marquezes que depois d'elle fôssem creados, e se lhe passou carta com excessiva vantagem, em razão do parentesco, ás dos mais marquezes, para cujo effeito baixou o decreto pelo conselho da fazenda, 1 de setembro de 1740, do assentamento do dito titulo de 500$000 réis annuaes, passando-lhe carta em 4 de novembro, e de que fôssem, sem exemplo, assentados no almoxarifado da imposição dos vinhos d'esta cidade, onde em 25 de dezembro de 1753 se poz apostilla de transferencia para os receber pela alfandega, juntamente com uma tença de 300$000 réis, de que lhe fôra dado um padrão em 25 de junho d'este ultimo anno, principiando a vencer por essa casa desde 1 de janeiro de 1752, em deante. Em 31 de agosto de 1740 foi nomeado conselheiro d'el-rei D. João, porém, não se couformava com a vida religiosa, para que não se sentia com vocação, o que muito desgostava o seu real tio e protector. Nascera na côrte e para côrte, attrahiram-n'o os exercicios corporaes, as artes nobres, as linguas e as bellas letras. A's naturaes fidalguias e á affavel jovialidade que o tornava de todos tão procurado, juntava muito notavel agudeza de espirito e grande propensão ao epigramma, pelo que poucas vezes perdoava a qualquer vicio ou ridiculo. Na Universidade, tanto o reitor como os lentes não tinham tido nunca um discipulo de tão elevada categoria, e na epoca dos exames ficaram incertos sem saberem qual o formulario que deveriam empregar no modo de o examinarem. Expozeram as suas duvidas para a côrte, e receberam em resposta a seguinte reprehensão: «*Carta regia para Francisco Carneiro de Figueirôa, reitor da Universidade de Coimbra*—Reitor e lentes da Universidade de Coimbra: eu el-rei vos envio muito saudar. Vi a consulta que me fizestes sobre o formulario dos actos de meu sobrinho D. João Carlos, e, como seja certo que as regras estabelecidas para se guardarem entre os meus vassalos não comprcheudam as pessoas reaes nem as que lhe são immediatas: ora extranho muito as mesmas duvidas assim por este respeito que não deveis perder de vista, como porque déstes a conhecer a fraqueza d'essa universidade na ignorancia que tendes para poder tratar com pessoas de alta qualidade. Fazei tambem estudo politico, que é preciso aos homens que desejam ser sabios, se quereis merecer a minha protecção, Lisboa, 4 de abril de 1742. *Rei*»—«*Aviso de Alexandre de Gusmão ao sr. D. João*; Ill.mo e ex.mo sr. El-rei viu a consulta da Universidade pela qual se certificava das duvidas que tinham o reitor e lentes d'ella sobre o formulario dos

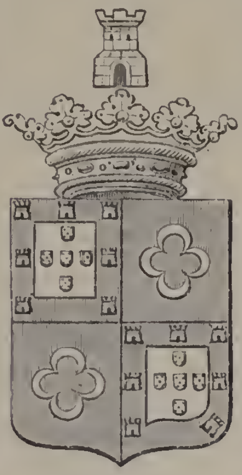

Brazão d'armas dos duques de Lafões

actos de v. ex.ª, e dando-se por mal servido, os reprehende por carta d'este correio. Viu tambem a carta de v. ex.ª, e ponderando os seus escrupulos, o quer eximir d'elles, mandando que v. ex.ª se recolha á côrte, sem despedir-se de pessoa alguma empregada no ministerio da Universidade. A pessoa de v. ex.ª guarde Deus muitos annos, Lisboa, 4 de abril de 1742, etc. «No sobrescripto d'este *Aviso* lia-se: «Ao sr. D. João Carlos de Bragança, principe do sangue da real familia de Portugal, Coimbra.» Em vista d'este aviso, o principe D. João Carlos recolheu-se a Lisboa, e aqui se demorou até á morte do monarcha. Começando o novo reinado, com a subida ao throno d'el-rei D. José, mudou-se o aspecto da côrte. Os fóros da nobreza, successivas vezes exhorbitantes e nem sempre pacificos, eram forçados a abaixar se ante o poder illimitado do ministro Sebastião José de Carvalho e Mello. A nobreza não abandonou nunca de bom grado os seus privilegios, e á impressão de espanto succedeu o instincto da resistencia. Com a sua attitude mostrou a nobreza que as innovações do ministro não seriam acceitas sem lucta. D. João Carlos de Bragança, que pelas primazias do engenho e dotes do coração se fizera já bemquisto dos jovens fidalgos e do povo, pela gerarchia, pelo sangue e nome que o traziam perto do throno, e por isso o faziam menos accessivel ás repressões, parecia talhado, depois dos Marialvas, satisfeitos ou indifferentes, para chefe e centro temivel das opposições aulicas. O conde de Oeiras, porém, não esmorecia na sua reconhecida energia, e não tardou, apezar de ser quem era, que D. João Carlos de Bragança recebesse as mais visiveis provas de desagrado do soberano. Morrera-lhe o seu irmão mais velho em 1761, sem deixar succesor, e pertencia-lhe de direito a casa e o titulo de duque, e el-rei negou-lhe a successão no ducado O principe D. João percebeu o golpe, e não quiz reagir, apezar de o poder fazer; considerando a sua falsa posição na côrte, resignou-se e pediu licença para sair do reino, que logo lhe foi concedida. Foi então residir para Inglaterra, e ali se relacionou com os mais conhecidos eruditos, fortalecendo com o estudo e aquella convivencia o amor á sciencia, e tanto se salientou e tanta estima adquiriu, que mereceu a grande honra de ser nomeado membro da Sociedade Real de Londres, distincção que acima de todas apreciava, dizendo que só a devia a si proprio. Comtudo, o culto pelas armas tambem o animava. Declarara-se a guerra entre a Austria e a Prussia, e alistou-se como voluntario, defendendo a bandeira austriaca, militando na guerra dos Sete Annos, distinguindo se na batalha de Maxeu, em que a sorte das armas se decidiu contra Maria Thereza, d'Austria, terminando aquella guerra com a paz de Hubertsburgo, e a perda da Silesia, que passou ás mãos do vencedor. D. João Carlos de Bragança ficara entre os vencidos, mas foi saudado pelos camaradas e pelos proprios inimigos pelo seu denodo e galhardia. Despreoccupado, e impossibilitado ainda de voltar á patria, emprehendeu uma serie de viagens, com as quaes o seu esclarecido espirito muito se enriqueceu. Por duas vezes percorreu a Suissa, a Italia e a França. Visitou depois successivamente a Grecia européa, o Egypto, a Thracia, a Phrygia, a Lydia, a Thessalia e a Mesopotamia. Mais tarde esteve na Prussia, Polonia, Suecia, Dinamarca e Laponia. Em todas as côrtes estrangeiras era admirada a sua illustração, sendo bem acolhido pelos soberanos e homens notaveis, mantendo com o imperador José II d'Allemanha tão cordiaes e affectuosas relações que, ainda depois de viver em Portugal, não deixou o imperador de se corresponder com o seu dilecto amigo. Fallecendo el-rei D. José em 1777 e terminando com a sua morte o governo do marquez de Pombal, voltou á patria em 1779 D. João Carlos de Bragança, depois d'uma ausencia de 27 annos, já no reinado da rainha D. Maria I. Esperavam-n'o os mais altos favores do throno como para lhe compensar o longo, ainda que espontaneo, desterro. Recebeu o titulo de duque de Lafões, que lhe fôra negado, sendo-lhe então restituidas as commendas de que fôra privado, com os seus atrazados rendimentos, por alvarás de mercê nos annos de 1777 e 1778 e as custas no de 1781. Por carta de 11 de abril de 1780 se lhe fez assenta-

Duque de Lafões

mento de mais 250$000 réis para, com os 500$000 réis que percebia como marquez, completar 750$000 réis do titulo de duque e vencendo este assentamento annualmente desde o dia em que o fôra feito. Por decreto de 15 de setembro do mesmo anno teve a nomeação de conselheiro de guerra, e mais tarde, a de conselheiro de Estado, em 9 de julho de 1796. Succedeu no governo das armas da côrte ao tenente-general conde d'Azambuja, e commandou as tropas no seu funeral. Por decreto de 13 de maio de 1791 foi nomeado marechal-general encarregado do governo das armas de todas as tropas de infantaria, cavallaria, artilharia e corpo de engenheiros, e director de todas ellas. A carta regia do principe regente de 26 de janeiro de 1801 o nomeou mordomo-mór, mas já tinha esse cargo no dia 6 do referido mez, data do decreto porque o mesmo senhor o nomeara ministro assistente ao despacho do gabinete, para todos os negocios e incumbencias de que o regente fôsse servido encarregal-o, em todos os ramos da administração publica, que se achavam divididos pelas secretarias do Es-

tado, encarregando-o particularmente do expediente dos negocios da guerra, que o regente havia separado da secretaria de Estado a que pertencia. A sua illustração e persistencia durante largos annos nas côrtes estrangeiras lhe adquiriram a maior influencia na côrte. O seu parecer era frequentemente consultado e as suas opiniões escutadas com o maximo interesse. No seu regresso a Portugal ouvira o duque de Lafões, em Napoles, falar muito vantajosamente do erudito abbade José Correia da Serra, que então vivia em Roma. O duque não se descuidou de relacionar-se com o seu illustrado compatriota, e teve a fortuna de o trazer comsigo para Lisboa, hospedando-o no seu proprio palacio. José Correia da Serra veiu ser o mentor e o guia do duque nas suas lucubrações litterarias e scientificas. O illustre fidalgo e Correia da Serra lembraram-se então de fundar uma sociedade scientifica e litteraria, que estivesse á altura das outras sociedades congeneres existentes na Europa, e substituisse a decadente e quasi moribunda Academia Real de Historia Portugueza, fundada por D. João V em 1720. Obtido o beneplacito regio instituiu-se a Academia Real das Sciencias de Lisboa, cujos estatutos fôram approvados em 24 de dezembro de 1779. Esta academia ficou constituida com os homens mais eminentes em sciencias e em letras que n'essa epoca viviam em Portugal. A primeira sessão realisou se em 16 de janeiro de 1780, em que o duque de Lafões foi eleito socio effectivo na classe de litteratura portugueza, e na seguinte sessão nomeado presidente perpetuo, e o abbade José Correia da Serra primeiro secretario (V. *Academia Real das Sciencias)*. Na sessão de 2 de outubro, foi o duque nomeado membro da commissão de Industria Nacional. Como estadista, o duque de Lafões, que perfeitamente conhecia o estado da Europa, não cessava de aconselhar que se mantivesse uma prudente neutralidade nas guerras que rebentaram, quando começou em França a grande revolução, mas o seu voto não foi attendido, prevalecendo nos conselhos do principe regente D. João o fanatismo monarchico de alguns ministros, de que resultaram os graves acontecimentos já bem conhecidos. Entrámos com a Hespanha e a Inglaterra na lucta contra a França, fizeram-se terriveis sacrificios, tendo-se em paga o abandono da Hespanha que negociou sósinha com a França, deixando-nos nos maiores embaraços, e o abandono da Inglaterra que levara a nossa esquadra a sitiar Toulon, deixando a descoberto as nossas colonias e o nosso commercio. Finalmente, em 1801 a Hespanha alliada com a França veiu declarar guerra a Portugal, e a Inglaterra deixou-nos completamente sós. O exercito hespanhol do Principe da Paz transpoz as fronteiras do Alemtejo. Todos se confiavam na experiencia militar do antigo voluntario de Maria Thereza d'Austria, e o duque de Lafões, apezar de já ter 82 annos de edade, foi no seu posto de marechal-general tomar conta do commando do exercito portuguez. Desenvolveu a maior actividade, procurando organisar energicamente a defeza, mostrando haver cursado boa escola. O rapido e deploravel desfecho da campanha com a capitulação das nossas praças de guerra, e o mallogro de justissimas esperanças, tudo devido a rivalidades, egoismos, intrigas e vindictas, tornaram mal visto aquelle periodo fatal do anno de 1801, ficando na sombra os verdadeiros autores e responsaveis das suas catastrophes. O general Francisco de Borja Garção Stockler justificou brilhantemente o duque-marechal, conservando e publicando nas *Cartas ao autor da Historia Geral da missão franceza*, as idéas que em tão breve prazo elle chegara a formular para o restabelecimento do systema militar do paiz. Theoricamente, eram taes idéas e planos de um capitão consummado nas cousas da guerra. Praticamente, foi dirigida pelo duque em pessoa a unica operação importante que teve logar no Alemtejo, operação por meio da qual salvou o exercito, effeituando habilmente a juncção das suas forças com a divisão ingleza do general Frazer e os regimentos de Lippe e Lisboa, que iam, com alguns esquadrões de cavallaria, em marcha pelo Crato sobre Portalegre. O duque de Lafões, n'esse mesmo anno de 1801, retirou-se á vida privada, no seu palacio situado no sitio do Grillo, entregando-se nos ultimos annos aos seus trabalhos litterarios e scientificos. Ali reunia os homens mais eruditos, com quem sustentava conversações e discussões scientificas; inspeccionava as muitas obras que trazia nas suas quintas, e colligiu uma copiosa livraria rica de edições e manuscriptos raros, e a galeria de pintura existente no referido palacio do Grillo. O duque de Lafões casou com D. Henriqueta Julia Lorena e Menezes, filha dos marquezes de Marialva; d'este consorcio houve um filho, que falleceu com 6 annos de edade, e foi duque de Miranda do Corvo; e duas filhas: uma que herdou o titulo de duqueza de Lafões, e casou com D. Segismundo, irmão do duque de Cadaval; a seu pae fôra feita mercê, por alvará de 19 de dezembro de 1805, dos bens da corôa e ordens, e dos titulos de juro e herdade, para esta sua filha successora da sua casa. A outra filha casou com o duque de Cadaval. O duque de Lafões era gran-cruz, alferes da ordem de Christo, por decreto de 9 de novembro de 1789, tendo começado já a usar d'esta insignia em 15 de setembro antecedente. Tambem possuia a gran-cruz da Legião de Honra, de França. A Academia Real das Sciencias, em gratidão para com o seu fundador, resolveu em 1817 mandar fazer o busto do duque de Lafões para ser collocado na sala das sessões. O encarregado do trabalho da esculptura foi o professor Joaquim Machado de Castro, que era socio correspondente da mesma academia. A Academia tinha deliberado que as despezas da feitura do busto corressem por conta dos socios, e não pela do cofre; succedeu, porém, que a quota de contribuição se tornasse muito modica, porquanto Joaquim Machado de Castro se prestou generoso a executar de graça a parte mais essencial da obra, isto é tudo o que pertencia ao trabalho pessoal do artista. O vice-presidente disse que as differentes transacções correriam pela sua mão, e se annunciara com prazer ao corpo academico o desinteresse do artista insigne, tivera tambem a satisfação de vêr o bem merecido apreço que se fez d'aquella offerta, e o voto unanime de ella ser de alguma fórma compensada por este testemunho publico de gratidão, e pelo dom de uma madalha de ouro, o maior premio com que entre nós se costuma gratificar o saber e os talentos. E' honra para a Academia poder apresentar a

nacionaes e a estrangeiros este bello monumento de gratidão á memoria do seu fundador. O busto fez se, e collocou-se effectivamente na referida sala, sobre um pedestal feito de madeira. Em 1866, porém, sendo presidente el-rei D. Fernando, resolveu a Academia substituir este pedestal, que se considerava improprio, por um outro de marmore, que n'este anno foi collocado na referida sala, onde ainda hoje existe. O pedestal de madeira está na sala que antecede á das sessões sobre o qual se vê o modelo da estatua equestre de D. Pedro IV, que está na praça de D. Pedro, no Porto. No pedestal gravou-se a seguinte inscripção:

JOANNIS CAROLI A BRAGANTIA
ALAFONENSIS DUCIS
AVIS EDITI REGIBUS
ANNO SALUTIS MDCCXIX NATI
MDCCCVI DEMORTUI
BELLICA VIRTUTE
MILITARIBUS D SCIPLINIS
OMNIBUS ARTIBUS INGENUIS
DOMI ET APUD EXTERAS GENTES
CLARISSIMI
INGENIORUM FAUTORIS MUNIFICI
HANC EFFIGIEM
OLIM A JOACHIMO MACHADO DE CASTRO SCULPTAM
REGNANTE LUDOVICO I
REGE FERDINANDO II PRESIDE
REGIA SCIENTIARUM OLYSSIPONENSIS ACADEMIA
TANTI VIRI FUNDATORIS SUI
NON IMMEMOR
HEIC PONENDAM CURAVIT
ANNO MDCCCLXVI

Acêrca do duque de Lafões, póde vêr-se o *Archivo Pittoresco*, vol. IX, pag. 147; A *Historia dos estabelecimentos scientificos, literarios e artisticos de Portugal*, de José Silvestre Ribeiro; vol, II, pag. 37 a 61, e 267 a 369; *Illustração*, vol. II, pag. 22; *Universo Pittoresco,* vol. III, pag. 328; *Elogio historico*, por José da Silva Mendes Leal, recitado na Academia Real das Sciencias em 1860.

Lafões *(D. Pedro Henrique de Bragança Ligne Sousa Mascarenhas da Silva, 1.º duque de)* Regedor das Justiças da Casa da Supplicação, etc. N. em Lisboa a 19 de janeiro de 1718; fal. a 26 de junho do 1761. Era filho primogenito do infante D. Miguel, filho legitimado de el-rei D. Pedro II, e de sua mulher, D. Luiza Casimira de Nassau e Sousa *(V. o artigo antecedente)*. Foi baptisado com a maior pompa a 17 de fevereiro de 1718, na capella do palacio de seu pae, pelo patriarcha de Lisboa D. Thomaz d'Almeida, sendo padrinho el-rei D. João V, seu tio, que assistiu á cerimonia com seus irmãos, os infantes D. Francisco e D. Antonio. No dia do baptisado deu o titulo de duque de Lafões ao seu afilhado, de que se passou carta a 5 de novembro do referido anno, agraciando tambem sua mãe com o titulo de duqueza de Lafões, por mercê de 2 de abril ainda de 1718, tendo a especial prerogativa do tratamento de alteza. A 21 de julho d'este anno, D D. João V fez doação a D. Pedro de Bragança do concelho de Lafões, que creara em ducado, incluindo n'esta doação todas as villas e terras do mesmo concelho, com todas as jurisdicções, fóros e tributos, pertencentes á Corôa, datas de officios e apresentação de juiz de fóra. Por morte do infante D Miguel succedeu o duque em todos os bens da Corôa e ordens, que seu pae possuia, e depois por morte da duqueza sua mãe, nos morgados pertencentes á casa de Arronches, ficando então 3.º marquez de Arronches, 7.º conde de Miranda, senhor de Lafões e de villas de Miranda do Corvo, Jarmello, Folgosinho, Sosa, Podentes, Vouga e Oliveira do Bairro; commendador das commendas de S. Vicente, de Villa Franca de Xira, de Santa Maria, da Gollegã; N. S.ª das Olalhas; Santa Maria, de Marmeleiro; senhor dos dizimos dos Moinhos da ilha da Madeira e dos Açôres; commendador d'uma das commendas das Ervages, na ilha de S. Miguel; S. Salvador de Minhoraes, no arcebispado de Braga; S. Martinho, de Guilhelbreu, no bispado do Porto; Maynhos, no da Guarda; Santa Maria, do Espinhal, no de Coimbra; Santa Maria, de Alvito, no arcebispado de Evora; de N. S.ª da Graça, de Alpalhão; Santa Maria, de Ares, no bispado de Portalegre, todas na ordem de Christo. Foi herdeiro da commenda hereditaria de Sosa, na de S. Thiago, no bispado de Coimbra; alcaide-mór de Arronches, Alpalhão e na villa de Thomar; provedor da capella do infante D. Henrique; padroeiro do convento de Santa Catharina de Ribamar; da capella mór de S. Domingos, de Aveiro, e das abbadias de S João de Lobrigos, no concelho de Penaguião; Santo André, da Varzea de Ovelhano de Gouveia Riba Tamega, com aternativa com o bispo; Santa Leocadia, no de Baião; S. Thiago, de Valladares, do mesmo concelho com alternativa; os priorados de Santa Maria, S. Miguel e S. Pedro, na villa de Jarmello, e o de Agua Bella, no bispado da Guarda; os priorados de S. Christovão, de Macinhata, no termo da villa de Serem, e de Santa Maria, de Podentes, ambos no de Coimbra; as vigararias de S. Miguel, de Sousa, no dito bispado; e de S. Pedro, de Vallongo, no arcebispado de Braga. O duque de Lafões teve uma educação primorosa, assim como todos os os seus irmãos, instruindo-se uas bellas letras e em Philosophia. Em 1749 entrou para a Casa da Supplicação, como Regedor das Justiças. As suas armas são: Escudo esquartelado; no 1.º e 4.º quartel as armas de Portugal; no segundo e terceiro em campo sanguinho quatro crescentes de lua de prata apontadas; timbre, um castello do escudo.

Lafões *(D. Segismundo Caetano Alvares Pereira de Mello, 3.º duque de)*. N. a 10 de novembro de 1800. Era filho segundo dos 5.ºˢ duques de Cadaval, D. Miguel Caetano Alvares Pereira de Mello e D. Maria Magdalena Henriqueta Carlota Emilia de Montmorency Luxembourg. Foi 3.º duque de Lafões pelo seu casamento com a 3.ª duqueza d'este titulo, filha do 2.º duque D. João Carlos de Bragança, D. Anna Maria José Domingas Francisca Julia Senhorinha Matheus Joanna Carlota de Bragança e Ligne Sousa Tavares Mascarenhas da Silva, a qual nasceu a 21 de setembro de 1797, succedeu a seu pae na sua importantissima casa a 10 de novembro de 1806; recebendo o titulo de 3.ª duqueza de Lafões, por carta de 12 de março de 1807, em que se declara ser-lhe dado o titulo de juro e herdade, com uma vida fóra da lei mental, e por outra de 3 de julho teve o assentamento, que com elle lhe competia, de 750$000 réis annuaes. Era tambem a 5.ª marqueza de Arronches, 7.ª condessa de Mi-

randa, a 33.ª senhora da nobre casa de Sousa, assim como de todos os bens da Corôa e ordens á mesma pertencentes, incluindo-se a commenda de Alvalade, na ordem de S. Thiago da Espada, de que houve mercê a 10 de abril do mencionado anno de 1807, e se lhe passou carta em 26 de julho de 1826; e a 24 do referido mez de abril de 1807, teve outra carta de privilegios de desembargador. Succedeu no morgado de Medello e outros da casa de Marialva, a seu tio materno o 6.º e ultimo marquez de Marialva, D. Pedro José Joaquim Vito de Menezes Coutinho, fallecido em Paris em 22 de novembro de 1823 sem deixar successão. El-rei D.João VI deliberou que a cerimonia do casamento se realisasse na sua real capella, a egreja patriarchal da Ajuda, com a grandeza correspondente á superior gerarchia dos noivos, ficando assim ligadas as duas nobres e ricas casas de Cadaval e Lafões. As escripturas fôram assignadas no dia 23 de novembro de 1819 com intervenção do marquez de Borba, conde de Peniche e desembargadores do paço Alexandre José Ferreira Castello e José Cardoso Ferreira Castello, como procuradores d'el-rei. No dia seguinte effeituou-se este auspicioso consorcio. Da quinta do marquez de Marialva, em Belem, saiu a pomposa comitiva, sobresaindo a magnifica berlinda puxada por tres tiros de formosos cavallos primorosamente arreados, conduzindo a duqueza de Lafões e a marqueza de Tancos, viuva. O noivo ia acompanhado de seu irmão, o duque de Cadaval. Chegados á egreja patriarchal tomou a cauda da noiva o marquez de Louriçal, e assim se dirigiram á sala, onde estavam os membros do governo, que representavam o monarcha, por sua expressa determinação. Foi celebrante o principal Freire, deão da Santa Egreja Patriarchal, no impedimento do cardeal patriarcha. Tocaram por padrinhos, em nome de suas magestades, o marquez de Borba, conde de Peniche, a condessa de Soure, D. Catharina, e a viscondessa da Lourinhã, damas de honor Apoz o casamento, foi logo o noivo reconhecido como duque de Lafões, por mercê de D. João VI, de que veiu a tirar carta em 19 de abril de 1823. D. Segismundo Caetano Alvares Pereira de Mello foi tambem marquez de Arronches, conde de Miranda, par do reino, por carta regia de 30 de abril de 1826, identica á do duque de Cadaval, seu irmão, do conselho de el-rei; gran-cruz da ordem de N. S.ª da Conceição; commendador da de Christo, na qual, a titulo de cavalleiro do habito, professou em 13 de março de 1822 na egreja da Conceição, dos frires da mesma ordem, de Lisboa, em virtude do decreto de 29 de março de 1819; cavalleiro da ordem de S. João de Jerusalem, admittido em 8 de março de 1801 com as competentes dispensas, tanto de menoridade como de prorogação do tempo da profissão, dadas pelo nuncio apostolico, monsenhor Caleppi, em breves que tiveram o beneplacito regio, sendo o ultimo de 12 de dezembro de 1818. Por occasião da partida das pessoas reaes para o Brazil, em 1807, foi tambem na companhia de seus paes e estando na côrte do Rio de Janeiro, fôram-lhe concedidas, por carta de 16 de junho de 1810, as honras de marquez, declarando-se que precederia aos d'este titulo que fôssem creados depois d'elle, de que se passou apostilla em 13 de maio de 1812; e n'estas mercês se diz: «por ser irmão do duque de Cadaval, meu primo.» O duque de Lafões era socio honorario da Academia Real das Sciencias de Lisboa, desde 10 de janeiro de 1822. Pelo fallecimento de D. João VI, voltou ao Rio de Janeiro, na companhia do arcebispo de Lacedemonia, D. Antonio José Ferreira de Sousa, e do juiz de fóra de Coruche, Francisco Eleuterio de Faria e Mello, que em commissão por elle presidida, iam da parte do reino enviados a D Pedro, imperador do Brazil, na qualidade de rei de Portugal, successor da monarchia, a dar-lhe os pezames pela morte de seu pae, communicar-lhe a installação do mesmo governo e o que a tinha preparado, e offerecer-lhe em nome d'elle os rendimentos de vassalagem; ia mais o duque encarregado de instrucções particulares muito graves, que tinha de apresentar ao mesmo imperador D. Pedro, sendo a mais terminante declarar-lhe que por maneira alguma os portuguezes se sujeitariam a ser governados do Brazil; assim como de apontamentos e lembranças enviadas pelos conselheiros e secretarios de Estado do que julgavam mais proveitoso e indispensavel aos interesses do reino. Sairam de Lisboa a 29 de abril de 1826, a bordo da nau *D. João VI*, e chegaram ao Rio de Janeiro a 6 de julho; mas como no seguinte dia 7 desembarcava no porto de Lisboa sir Charles Stuart, vindo d'aquella côrte com 57 dias de viagem a bordo da fragata *Diamond*, trazendo a Carta Constitucional, o acto da abdicação da corôa d'estes reinos feita por D. Pedro em sua filha D. Maria da Gloria, princeza do Grão-Pará, e outros diplomas regios de não menor importancia, e a commissão logo foi sabedora, assim que aportou ao Rio de Janeiro, de ter de lá saido o mencionado diplomata e da missão a que vinha, caducaram as incumbencias que levava, limitando-se a sua ida unicamente aos cumprimentos, findos os quaes voltaram á patria as pessoas que d'ella faziam parte. O duque e Francisco Eleuterio de Faria e Mello vieram no paquete inglez, que a 6 de janeiro de 1827 saiu d'aquelle porto para o de Falmouth, embarcando ahi em outro paquete da mesma nação, chamado *Magnet*, fundearam no Tejo a 14 de maio, e no dia 30 de março havia entrado a barra com 80 dias de viagem a galera *Orpheo* conduzindo o arcebispo de Lacedemonia. A duqueza de Lafões falleceu no seu palacio ao Grilio em 12 de setembro de 1851, e foi sepultada na capella de Marvilla. Do consorcio dos 3.ºs duques de Lafões houve uma filha, D. Maria Carlota de Bragança e Ligne Sousa Tavares Mascarenhas da Silva, que nasceu a 22 de agosto de 1820 e falleceu em 1 de outubro de 1865, a qual succedeu nos morgados e em todos os mais bens da mesma casa e da de Marialva, por morte de sua mãe. Casou a 29 de setembro de 1853 com D. Pedro de Portugal e Castro, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, que nasceu a 16 de abril de 1830, sendo 6.º filho dos 5.ºs marquezes de Valença, D. José Bernardino de Portugal e Castro e D. Maria José de Noronha, o qual fal. a 26 de agosto de 1878. D'este consorcio houve os seguintes filhos: D. Anna de Bragança, que nasceu a 13 de julho de 1855, e casou com o 3.º conde de Bertiandos (V. *este titulo*); D. Caetano Segismundo de Bragança, actual representante da casa de Lafões, nascido a 12 de maio de 1856, par do reino por car-

ta de 17 de março de 1882; succedeu a sua mãe no direito aos titulos dos seus antepassados, mas não nos morgados que ella administrava das casas de Sousa e Marialva, etc., por terem sido extinctos os morgados; D. José de Bragança, que nasceu a 7 de abril de 1857, casado com Sophia Ribeiro da Silva, filha dos condes de Ribeiro da Silva; D. Segismundo de Bragança, nascido a 8 de março de 1858, e D. João de Bragança nascido a 3 de setembro de 1859.

Lafões ou Alafões. Antiga comarca da prov. da Beira Alta, hoje chamada de *Vouzella (V. este nome)*, que se prolonga a E da serra da Gralheira. Fica a 20 k. a N O de Vizeu, e 275 ao N de Lisboa. Lafões é palavra arabe *(Alafou)* derivada do nome proprio de homem *Alahum*, que significa *o irado.* Conta-se que o moiro Alahum povoou Lafões em 1040. Era senhor de Vizeu, e sendo vencido por D. Fernando, o Magno, rei de Leão, se fez christão, pelo que o rei lhe deu a terra de Lafões, que elle tinha povoado, e á qual poz o seu nome. Outros dizem que elle não era senhor de Vizeu, mas sómente de Lafões, e que D. Fernando lhe restituiu esta comarca, logo que elle se converteu ao christianismo. Em setembro de 1169, D. Affonso Henriques esteve nas caldas de Lafões (Vouzella) a fazer uso das aguas thermaes. Parece que se demorou tempo bastante, pois de Lafões datou, n'esse anno, varios foraes, doações e outros documentos. El-rei D. Diuiz deu-lhe foral em 1280, e D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 15 de dezembro de 1514. A comarca de Lafões ou Alafões (officialmente Vouzella), é uma das mais formosas, ricas, ferteis e saudaveis do reino. E' abundantissima d'aguas, e tem varias pastagens onde se cria, em grande quantidade, gado de varias especies, sobretudo bovino. Além da grande abundancia de cereaes, azeite, hortaliças, legumes, vinho, linho, fructa, etc., produz tambem em grande quantidade manteiga, mel e cêra. Seus montes produzem muita caça. Os habitantes de Lafões occupam-se na maior parte, na agricultura. Houve aqui o convento da ordem de S. Bernardo, com titulo de S. Christovão, fundado pelo abbade João Cirita em 1161 (1123 da era de Christo), por ajuda e autoridade da rainha D. Thereza e de seu filho D. Affonso Henriques. No sitio onde se edificou o mosteiro, havia uma ermida, já então antiga, dedicada a S. Christovão, a qual serviu de egreja á nova casa religiosa, emquanto se não construiu outra egreja mais vasta. A actual egreja foi sempre a matriz da freguezia, e foi sagrada a 17 de setembro de 1138, o que consta por uma inscripção que está n'uma lapide da capella-mór. A rainha D. Thereza e seu filho tomaram tanto empenho na edificação do convento, que lhe doaram *toda a terra que jaz em cima do rio Vouga, até ao ribeiro de Fortêllo para que possaes ahi fazer um mosteiro, em honra de Deus e do martyr S. Christovão, em qualquer sitio que escolherdes*, etc. O convento está situado proximo á margem direita do rio Vouga, e na confluente do pequeno rio Baroso. Ha por aqui minas de prata, estanho, chumbo, ferro e cobre. D. João V creou o ducado de Lafões em 5 de novembro de 1718, sendo seu primeiro duque D. Pedro Henrique de Bragança Sousa Tavares Mascarenhas da Silva, 3.° marquez de Arronches, 7.° conde de Miranda, senhor de Alafões e das villas de Miranda do Corvo, Jarmello, Folgosinho, Sósa, Podentes, Vouga, Oliveira do Bairro, etc.

Lafrana Pov. na freg. de S. Pedro, de Alhadas, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Laga. Pequeno reino da prov. dos Bellos, na ilha de Timor, Oceania, que está situado na costa N da provincia. Pertence ao distr. e commando militar de Veimace.

Lagar. Povoações nas freguezias: Santo Antonio, de Arcos, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro. || Santa Maria, de Evora Monte, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || S. Miguel, de Rebordosa, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Vandoma, do mesmo conc. e distr. || Santo Estevão, de Vinhós, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Lagar do Azeite da Casa. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Lagar de D. Helena. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Lagar do Loureiro. Pov. na freg. de Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Lagar Novo. Pov. na freg. de Santa Maria, Alcaçova e conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Lagareiro. Operario de lagar. No antigo regimen dos officios havia os lagareiros *de vinho e de azeite*, cujos regimentos a camara de Lisboa reformou em 1572. Do primeiro extrahimos o seguinte periodo; «Foi accordado em que nenhuma pessoa faça vinho no lagar se não tiver lagareiro jurado que faça o dito vinho, e que este lagareiro jure aos Santos Evangelhos que não consentirá aos donos dos vinhos que os tiverem vendidos, que façam em elles malefieio e se o fizer que o dirá logo aos juizes do logar para lhe ser estranhado como fôr justiça, e o lagareiro que consentir pagará mil réis e o que o malefieio fizer perderá o vinho, a metade para a cidade, e a outra para quem o accusar e haverá as mais penas das posturas da cidade.» O regimento dos lagareiros dos lagares de azeite, reformado por Duarte Nunes do Leão, em 1572, é um documento interessante, e que merece ficar aqui archivado. E' o seguinte: «Primeiramente em cada um anno antes que venha o tempo dos lagares fazerem, se elegerão pela camara dois officiaes lagareiros, bons homens e sufficientes em seu officio, para examinadores dos que novamente quizerem tomar cargo dos lagares e serem mestres d'elles e para os visitarem e vêrem a obra que n'elles se faz Aos quaes será dado ajuramento dos Santos Evangelhos em Camara, que bem e verdadeiramente examinem os ditos mestres e visitem os lagares: E quando algum novamente vier pedir carta para mestre de lagar ao escrivão da camara, trará a certidão dos ditos examinadores feita por um escrivão official da camara, e assignada por elles de como é habil e sufficiente para o dito officio. E o exame que lhe farão será por pratica, fazendo-lhe as perguntas que bem lhe

parecerem por que possam comprehender sua sufficiencia. E achando que é habil e sufficiente lhe será dada a sua carta na fórma costumada, e haverá juramento em camara e dará sua fiança como dão os outros officiaes, que recebem do alheio, e os fiadores que derem não serão os mesmos donos dos lagares, sendo pessoas nobres e poderosas, mas taes por que se bem possa haver aquillo por que os lagareiros fôrem obrigados. E qualquer lagareiro que, sem o dito exame, juramento, fiança e carta da camara trabalhar em algum lagar d'esta cidade e seu termo, do tronco, onde estará quinze dias, pagará dois mil réis, metade para a cidade e a outra para quem o accusar. E por o dito exame pagará cada lagareiro que se examinar vinte réis a cada um dos ditos examinadores. E os ditos examinadores serão obrigados de irem, com cada um dos almotacés das execuções, todas as vezes que requeridos fôrem, a visitarem os lagares d'esta cidade e seu termo, e vêrem a obra que n'elles se faz, para que achando que a fazem como não devem, façam os ditos almotacés, aos ditos lagareiros, pagar todo o damno e perda aos donos do azeite, e os condemnarem na maior pena que segundo suas culpas merecerem. E pelo trabalho que na dita visitação levarem, e pelos dias que n'isso gastarem, lhes mandará dar o almotacé, á custa do rendeiro do termo o que lhe pareça justo. E mandam que tanto que um lagareiro entrar em qualquer lagar desde que começar a çafra até acabar e fechar o lagar não durma noite alguma fóra d'elle, por os roubos que se fazem e perigos que em sua ausencia póde acontecer. E o que o contrario fizer, do tronco, pagará dois mil réis, metade para as obras da cidade, e metade para quem o accusar. Nenhum lagareiro estará em lagar onde algum parente seu andar por moedor ou acarretador, para evitar os furtos em que uns e outros consintam. E fazendo o contrario cada um d'elles, do tronco, pagará dois mil réis Nem nenhum lagareiro será ousado a vender azeite nos lagares, em que estiver por lagareiro, nem receberá para isso dinheiro algum; e seus donos, sómente, o poderão vender quando quizer. Nenhum lagareiro, consentirá no lagar em que estiver, emquanto lavrar, mulher alguma, salvo sendo dona da azeitona ou mulher que comprar azeites, e com seus donos o fôr receber, nem outrosim agasalhar pessoa alguma outra para dormir de noite no dito lagar salvo as pessoas que são ordenadas para serviço d'elle. E se o dono do lagar lhe mandar o contrario o fará saber á camara, para se fazer o que fôr de justiça, e o que o contrario fizer pagará a sobredita pena. Nem nenhum moedor e acarretador serão ousados no lagar a lavrar azeitona sua, sob pena de dois mil réis, do tronco. Nem nenhum lagareiro consentirá que se faça de comer, assim assado como cozido, ou de qualquer maneira que seja, á bocca da fornalha, salvo o que elle e as pessoas que servem no logar houverem de comer. Nem isso mesmo consentirá que se façam tibornas, salvo os donos dos azeites e de seus proprios azeites, para si e para os officiaes do lagar e a outra pessoa alguma não consentirá fazer tal nos ditos lagares, não tendo n'elles azeitona. E o que o contrario fizer, pagará a sobredita pena. E se o dono do lagar constranger a que se faça o contrario o virá dizer a esta camara, para prover n'isso como fôr de justiça »

Igualmente curioso é o regimento *para os donos dos lagares*, que passamos a transcrever, mudando a orthographia: «Em todo o lagar d'azeite haverá tulhas bem repartidas em que se bem possam recolher cincoenta moeduras de azeitona que se pódem fazer em um vez. E o mestre do lagar será avisado que faça primeiro a azeitona, que primeiro vier ao lagar, salvo se o dono da dita azeitona que primeiro a trouxe dér logar a outro para que a faça primeiro que a sua. E o dono do lagar a medirá ou a mandará medir no lagar, por pessoa sua, de que se confie, e não querendo elle medir então a medirá o acarretador, por ter juramento para isso, e sem ser medida não será moida, para cada um saber o que lhe funde a sua azeitona. E o mestre que o contrario fizer pagará do tronco dois mil réis, a metade para a cidade e a outra para quem o accusar. Em cada lagar haverá duas meias fangas afiladas, pelo afilador da cidade, que serão da razoura, a qual medida da razoura será avellada e não calcada. E os acarretadores dos lagares e moedores que por outras medidas medirem a dita azeitona senão pelas ditas meias fangas razouras, ou medirem por cestos ainda que por elles seu dono da azeitona lh'a queira dar, pagarão pela primeira vez que n'isso fôrem comprehendidos, cada um, dois mil réis, e pela segunda haverão a dita pena em dobro, a metade para as obras da cidade, etc. E uma das ditas meias fangas estará continuadamente nas tulhas que se acarretarem para por ella se medir a azeitona quando se houver de moer e saber se lhe fez verdade o acarretador ou o dono d'azeitona se a mandar pedir. A qual medirá o dito moedor, perante o lagareiro, para por seu juramento, ser crido ácerca do erro da medida da azeitona que se lhe fizer nas tulhas. E em cada um dos ditos lagares haverá cantaro, alqueire, canada, quartilho e meio quartilho, afilado tudo pelo afilador da cidade. E o dono do lagar que cada uma das sobreditas não tiver, do tronco pagará dois mil réis, etc. Em todo o lagar haverá tantos potes em que bem possam agasalhar um quarto de azeite cru, que rezoadamente se pode fazer entre dia e noite, sobre a dita pena que pagará o dono do lagar. Nem nenhum dono de lagar trará escravo algum por moedor nem acarretador, salvo se o trouxer para ajudador do acarretador porquanto os sobreditos officiaes hão de ter juramento dado em camara, que se não pode dar a escravos (a mesma penalidade). Em cada um lagar não poderão trazer mais que seis ceiras na bagaça e cinco na fresca, as quaes serão cada uma de quatro palmos e tres dedos. E as ditas ceiras, antes que de casa do esparteiro se levem para os lagares, serão vistas e medidas pelos juizes do officio dos esparteiros, e o lagar em que se acharem as sobreditas ceiras, pagará a sobredita pena. E este regimento serão obrigados a terem em seus lagares os donos d'elles, em taboas, pendurados para se poder vêr e o lerem as pessoas que a elles fôrem. E quaesquer donos de lagares ou lagareiros que o dito regimento não tiverem, como dito é, pagarão (a mencionada penalidade).»

Lagarelhos. Pov. e freg. de S. Pedro, da provincia de Traz-os-Montes, conc. e com. de Vinhaes, distr. e bisp. de Bragança. O reitor de

Paçô apresentava o cura, que tinha 6$500 réis de congrua e o pé d'altar. Esta freg. está annexada á de S. Cypriano, de Villar d'Ossos, do mesmo conc. e distr. || Povoações nas freguezias: S. Pedro de Agostem, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || S. João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Lagarem. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Silveiros, conc. de Barcellos, districto de Braga.

Lagares. Villa e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. do Douro, conc. e com. de Oliveira do Hospital, distr. e bisp. de Coimbra; 1:468 hab. e 337 fog. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. permutando malas com Oliveira do Hospital, e feira na ultima sexta-feira de cada mez. A villa dista 5 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie proximo do rio Cobral e da ribeira de Ceia. Passou por ella a estrada de Ceia a Oliveira do Conde. El-rei D. Manuel deu lhe foral, em Lisboa, a 15 de maio de 1514. A Universidade de Coimbra apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis. Lagares é uma das terras mais importantes d'aquella provincia pela sua extensão de terreno muito fertil, que banhado pelo rio Cobral, pela ribeira de Ceia, pelas duas de Linhares, e pela das Toucinhas, produz grande abundancia de milho, feijão e batatas para consumo e exportação, e mais cereaes. Tem bastante azeite para consumo, e ainda para exportação, muita abundancia de bom vinho. Tem extensas mattas de pinheiros, carvalhos e d'outras arvores. N'esta pov. encontram se bons edificios, merecendo especial menção a egreja, que é muito espaçosa, cuja torre e altares lateraes dizem ser primores de arte; e a fonte proximo á egreja, de boa construcção e architectura. Consta por tradição que esta freg foi priorado até ao reinado de D. Diniz, que para a erecção e dotação da Universidade a reduziu a curato amovivel, como o fez a outras muitas. O bispo conde de Coimbra, D. Manuel Correia de Bastos Pina, em visita que fez a esta freguezia em maio de 1874, attendendo á sua grandeza, riqueza e importancia, concedeu o titulo de prior ao vigario que então existia, e aos seus successores, por diploma datado de 7 de junho do mesmo anno. Lagares pertence á 5.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 23 com a séde em Coimbra. || Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. do Porto; 1:077 hab e 316 fog. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada na encosta d'uma serra, a 6 k. da foz do rio Tamega. O real padroado e o bispo apresentavam alternativamente o reitor, que tinha 150$000 réis annuaes. A terra é fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. Ha n'esta freg. a 4 k. para o norte do logar das Quebradas, umas aguas mineraes que emergem a meia encosta d'um monte chamado das *Aguas Ferreas*, ramificação da serra da Lousa, entre schistos cambrianos acamados com um cimento vermelho de argila ferruginosa. O caudal da nascente de Lagares é aproveitado como meio therapeutico ha mais de 60 annos. As aguas saem da nascente limpidas e brancas, mas espraiando-se pelo monte em contacto com o ar, deixam abundantes depositos côr de oca. São inodoras e teem sabor caracteristico das aguas ferreas. Não são effervescentes, e só de tempos a tempos deixam desprender algumas bolhas de gaz. Fôram analysadas em 1884 por Albino Moreira de Sousa Baptista, no laboratorio da Academia Polytechnica do Porto. Empregam-se nas anemias ligadas a affecções uterinas, na amenorrhea, dysmenorrhea, leucorrhea e metrorrhagias dependentes de dyscrasias curaveis. São tambem preconisadas contra as chloroanemias essenciaes ou ligadas ao lymphatismo, nos œdemas d'ellas resultantes, nas metrites chronicas, nos engorgitamentos do figado e do baço de origem palustre. Bibliographia: *Aguas minero-medicinaes do concelho de Penafiel*, dissertação inaugural da Escola Medico Cirurgica do Porto, por Albino Moreira de Sousa Baptista, Porto, 1884. || Pov. e freg. de S. Verissimo, da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto; 595 hab. e 158 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 11 k. da séde do conc. O ordinario apresentava o reitor, que tinha 150$000 réis de rendimento annual. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Almagreira, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. João Baptista, de Brasfemes, conc. e distr. de Coimbra. || S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Colmeias, conc. e dist. de Leiria. || Santa Marinha, de Costa, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Cypriano, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Monçós, conc. e distr. de Villa Real. || Ilha da Madeira; N. S.ª da Luz e conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || S. Miguel, de Silvares, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Thiago, de Travanca, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de S. João Baptista, de Villa Chã de Sá, conc. e districto de Vizeu. || Quinta na freg. de N. S.ª da Expectação, de Freixo da Serra, conc. de Gouveia, distr. da Guarda.

Lagares d'El Rei. Logar comprehendido na estrada de Sacavem, na freg. de S. Jorge de Arroios, 2.º bairro de Lisboa. || Quinta na freg e conc. de Leiria, propriedade do sr. visconde de S. Sebastião.

Lagareta *(Horta da)*. Na freg. de Santa Maria e conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Lagariça. Pov. na freg. de S. Cypriano, concelho de Rezende, distr. de Vizeu.

Lagariça de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Lagariças. Pov. na freg. de S. Theotonio, concelho de Odemira, distr. de Beja.

Lagarinho. Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu, de Bensafrim, conc. de Lagos, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição, de Arnas, conc. de Sernancelhe, distr. de Vizeu. || Santa Christina, de Longos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Lagarinhos. Pov. e freg. de Santa Eufemia, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Gouveia, distr. e bisp. da Guarda; 850 hab. e 210 fog. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 7 k da séde do conc. e está situada na estrada que vae de Gouveia a Mangualde, e corre por ella uma pequena ribeira affluente do rio Mondego. O prior de V.

N. do Casal apresentava annualmente o cura, que tinha 30$000 réis. A terra é pouco fertil. Cria muito gado e tem muita caça. Pertence á 2.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Lagarteira. Pov. e freg. de S. Domingos, da prov. do Douro, conc. e com. de Anciäo, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra, 709 hab. e 190 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 5 k. da sede do conc. e está situada proximo da ribeira de Anciäo. O prior da freg. de S. Miguel, de Penella, apresentava o vigario, que tinha 30$000 réis. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. || Aldeia na freg. de Santa Marinha, de Gontinhães, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. Está situada na margem direita do rio Ancora, que divide Gontinhães da freg. de Ancora, á qual pertencia n'outro tempo, n'uma planicie, formando na maxima parte os dois lados da estrada real, feita em 1857, que vae de Lisboa a Coimbra, Porto e Vianna do Castello e povoações do norte. Quasi toda a população da Lagarteira vive da pesca e das rendas das suas casas, que alugam no tempo dos banhos, cuja praia é muito concorrida desde julho até novembro. A aldeia tem uma boa hospedaria, que só se abre na epoca balnear. Na Lagarteira ha um pequeno porto, que só dá ingresso a barcos de pesca, o qual é todo cercado de rochedos e muito perigoso. Vê-se aqui um fortim mandado construir por D. Pedro II em 1690, por causa dos piratas africanos, que infestavam estas costas. Este fortim foi concertado em 1864. A uns 250 ou 300 m. a N E d'este fortim, no declive d'uma serra, existem vestigios de antigas fortificações, e no alto da serra estão as ruinas d'uma atalaia muito antiga, onde em tempos mais modernos, e durante as guerras de 1640 a 1668 se accendia um facho para annunciar a aproximação do inimigo. Por este motivo tambem a esta serra se dá o nome de *Serra do Facho*. O terreno da aldeia é muito fertil. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Capareiros, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Lourenço, de Celleiros, conc. e distr. de Braga. || S. Miguel, de Freixo de Cima, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Mamede, de Parada do Monte, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Torre, conc. de Amares, distr. de Braga. || N. S.ª da Expectação, de Varzea, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Lagarteira de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Domingos, da Lagarteira, conc. de Anciäo, distr. de Leiria.

Lagarto. Familia que parece ser da Beira e que já existia no tempo de el-rei D. Manuel. Teve por armas: Em campo de prata tres lagartos de verde picados de ouro, passantes com as linguas vermelhas; timbre, um dos lagartos.

Lagarto *(Fr. Pedro)*. Religioso franciscano da provincia da Arrabida. Era natural de Setubal, onde nasceu em 1524 e falleceu no convento de Alcobaça a 28 de julho de 1590. Foi, primeiro, noviço da referida ordem, e companheiro do fundador da mesma ordem, com o qual viveu na serra da Arrabida, consagrando os seus dias á causa de Deus e da patria, e aos estudos theologicos, que frequentara na Universidade de Salamanca com muita distincção. Fr. Pedro Lagarto foi de costumes austeros, e um orador sagrado de grande eloquencia. Exerceu as dignidades da sua ordem, sendo nomeado provincial, pela primeira vez, em 1576. D. João III e D. Sebastião ligavam-lhe muita estima e consideração. No tempo do seu provincialato concluiu-se o mosteiro de Alferrara, fundação que fôra promovida por D. Estevão da Gama, 2.º conde da Vidigueira, cedendo para ella parte dos terrenos da sua quinta da *Boa Vista*. Em 1587, foi Fr. Pedro Lagarto enviado, como representante da sua ordem, ao capitulo geral que se celebrou em Roma, convocado pelo papa Xisto V. Tambem foi reformador de varios conventos, tanto de frades como de freiras. Quando falleceu o cardeal-rei D. Henrique, em 1580, Fr. Pedro Lagarto, que era muito dedicado a D. Antonio, prior do Crato, tornou-se seu decidido partidario; esta affeição custou-lhe o odio do rei castelhano Filippe II, que o fez privar do voto no capitulo celebrado no mosteiro de Loures a 18 de dezembro de 1589, mandando-o depois degredado para o mosteiro da sua ordem em Alcobaça. Escreveu: *Summa Hugonis Cardinalis sup. Script*, que ficou inedita.

Lagarto *(Praia do)*. Enseada na costa da ilha de S. Thomé, prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental O rio João de Mello vae desembocar n'esta praia.

Lagartos. Povoações nas freguezias. Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Paredes, distr. do Porto. || N. S.ª da Purificação, de Poutevel, conc. do Cartaxo, distr. de Santarem.

Lagazona. Pego no canal de Alpiarça.

Lage. E' appellido tomado, segundo parece, da freguezia de S. Julião da Lage, no districto de Braga. Tem existido d'esse appellido pessoas de apresentação, mas não se lhe encontrou ainda a fórma do seu brazão d'armas.

Lage *(P. Antonio Rodrigues)*. Presbytero secular, mestre de cerimonias na egreja patriarchal de Lisboa. Escreveu em 1769 o seguinte livro, que nunca se imprimiu: *Altisonancia sacra restaurada e relação harmonica do methodo e regulação com que as vozes dos sinos das duas formosas torres do relogio e ordinario regiam o governo e funcções constituidas em a santa egreja patriarchal*, etc.

Lage. Pov. e freg. de S. Julião, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arcebisp. de Braga; 1:236 hab. e 315 fog. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem direita do rio Cavado. Foi do antigo concelho do Prado. A mitra apresentava o abbade, que tinha 700$000 réis annuaes. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Abbade de Neiva, concelho de Barcellos, distr. de Braga || Santa Maria, de Abbedim, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Airão, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Ancora, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Santo Antão, de Arga de Cima, do mesmo conc. e distr. || S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga || S Romão, de Arões, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Bartholomeu e conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de A-

thei, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real, || Santa Maria, de Avelleda, conc. e distr. de Braga. || Santa Leocadia e conc. de Baião, districto do Porto, || Santa Eulalia, de Baiões, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Borbella, conc. e distr. de Villa Real. || S. João Baptista, de Brito, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel, de Caçarilhe, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Cahide de Rei, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Julião, de Calendario, conc. de V. N. de Famalicão, distr de Braga. || S. Lourenço, de Carnide, 3.º bairro de Lisboa. || S. João Baptista, de Carvoeiro, conc. de Mação, distr. de Santarem. || Santa Maria Maior, de Carvoeiro, conc. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Cepães, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Crestuma, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Salvador, de Doruellas, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Carlos Borromeu, de Fataunços, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || S. Paio, de Figueiredo, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || O Salvador, de Figueiredo d'Alva, concelho de S. Pedro do Sul, districto de Vizeu. || S. Salvador, de Fornos, concelho da Feira, districto de Aveiro. || Santa Leocadia, de Fradellos, concelho de Villa Nova de Famalicão, districto de Braga. || O Salvador, de Freamunde, conc. de Paços Ferreira, distr. do Porto. || Santa Maria, de Gavea, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Gemezes, conc. de Espozende, districto de Braga. || Santa Maria de Geraz do Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Gondomar, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel, de Gualtar, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Labrujó, concelho de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Christina, de Longos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Santa Christina, de Malta, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto || O Salvador, do mesmo conc. e distr. || S. Martinho, de Moimenta, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu || N. S.ª da Piedade, de Monte Redonde, conc. e distr. de Leiria. || O Salvador, de Monçós, conc. e distr. de Villa Real. || S. Mamede, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Maria, de Olivaes, 1.º bairro de Lisboa. || Santo André, de Palme conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho, de Parada Thodéa, conc. de Paredes, distr. do Porto || S. Miguel, de Paredes, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, dist. de Vizeu. || N. S.ª d'Assumpção, (Sé) conc. e distr. de Portalegre. || N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral do Monte Agraço, distr. de Lisboa. || S. Miguel, de Rebordosa, conc. de Paredes, distr do Porto. || Santa Maria, de Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Silvestre, de Requião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga || S. Pedro, de Riba d'Ave, do mesmo conc. e distr. || S. Cypriano, de Senharei, conc. conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Ilha da Madeira; N. S.ª d'Ajuda, de Serra d'Agua, conc. da Ponta do Sol, distr. do Funchal. || S. Martinho, de Soajo, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Sobreposta, conc. e districto de Braga. || O Salvador, de Souto, conc. de Guimarães, distr. de Braga || S. Pedro Fins, de Tamel, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Martinho, de Travassos, conc. da Povoa de Lanhoso, do mesmo districto S. Thomé, de Travassos, concelho de Fafe, do mesmo distr. || Santo Estevão, de Urgezes, concelho de Guimarães, do mesmo districto || S. Pedro, de Valbom, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || Santo André, de Villa Boa de Quires, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Paio, de Villar Chão, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. Miguel, de Villarinho, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Casal na freg. de S. Pedro, de Souto da Casa, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco. || Monte na freg. de Santa Maria, de Terreiros, conc. de Amares, distr. de Braga.

Lage d'Agua. Pov. na freg. de S. Thiago, de Rebordões, conc. de Santo Thirso, districto do Porto.

Lage de Baixo e de Cima. Duas povoações nas freguezias: Santa Christina, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S Miguel, de Gemeos, conc. de Celorico do Basto, distr. de Braga. || S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Lage Grande. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Dornellas, concelho de Aguiar da Beira, districto da Guarda.

Lageal. Pov. na freg. de S. Pedro, de Manhouce, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Lageda. Serra do distr. de Bragança. Corre entre os rios Tua e Rabaçal, e tem 15 k. de comprimento, 3 de largura e 582 m. de altura.

Lagedo. Ilha das Flôres; pov. e freg. de N. S.ª dos Milagres, conc. de Lagens das Flôres, com. de Santa Cruz das Flôres, distr. de Horta, bisp. de Angra do Heroismo; 320 hab. e 82 fog. Tem esc. do sexo fem. e est. post. permutando malas com as Lagens das Flôres. Foi annexada ao conc. de Santa Cruz das Flôres por decreto de 18 de novembro de 1895, que suprimiu o das Lagens das Flôres, mas voltou para este, que ficou restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. A pov. dista 22 k. da séde do conc. Pertence ao commando militar dos Açôres, e ao distr. de recrut e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. || Povoações nas freguezias: O Salvador, de Monte Cordova, conc. de Santo Thirso, districto do Porto. || S. Miguel, de Rio de Moinhos, conc de Sattam, distr. de Vizeu. || Ilha do Pico; pov. na freg. e conc. de S. Roque do Pico, distr. de Horta.

Lageira. Pov na freg. de Santa Marinha, de Annaes, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Lagendo Pov. na freg. de S. Paio de Melgaço, concelho de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Lagens. Ilha Terceira; pov. e freg. de S. Miguel, do conc. e com. de Praia da Victoria, districto e bisp de Angra do Heroismo; 2:817 hab. e 715 fog. Tem escolas d'ambos os sexos, e caixa post. permutando malas com a Praia da Victoria. Dista 5 k. da séde do conc. e está situada n'uma baixa do litoral. A creação do bi-

cho da seda, hoje posta de parte n'esta freguezia, foi para ella, n'outros tempos, uma importante fonte de riqueza. Actualmente a população consagra-se á agricultura e á pesca. A pov. pertence ao commando militar dos Açôres e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. A terra é muito fertil; produz cereaes, legumes e vinho.

Lagens das Flôres. Ilha das Flôres; villa e freg. de N. S.ª do Rosario; séde de conc., com. de Santa Cruz das Flôres, distr. de Horta e bisp. de Angra do Heroismo. Está situada á beira-mar e nas faldas d'um elevado monte, quasi cortado a prumo, que a domina pelo lado norte. E' a pov. maior da ilha das Flôres, depois da de Santa Cruz. Tem um pequeno porto ou bahia circumdado de recifes, e um apertado e perigoso canal que dá accesso ás embarcações costeiras e de pesca. Havia ali um forte que foi demolido ha bastantes annos. Pertence ao commando militar dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25 com a séde em Angra do Heroismo. Tem esc. para ambos os sexos, est. post. com serviço de emissão e pagamento de vales, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com Horta; notario, ouvidoria ecclesiastica, medico, pharmacia, etc. Este concelho foi supprimido e annexado ao de Santa Cruz das Flôres por decreto de 18 de novembro de 1895, e foi restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. A villa é abundante de cereaes e comprehende as seguintes povoações: Campanario, Costa, Fazenda, Lagedo, Monte e Moiros. O concelho compõe-se das 6 freguezias seguintes, com 1:249 fog. e 4:521 hab., sendo 1:798 do sexo masc. e 2:723 do fem.: S. José, de Fajã Grande, com 1:065 hab.: 427 do sexo masc. e 638 do fem.; N. S.ª dos Remedios, de Fajãzinha, com 610 hab.: 226 do sexo masc. e 384 do fem.; N. S.ª dos Milagres, de Lagedo, com 320 hab.: 122 do sexo masc. e 198 do fem.; N. S.ª do Rosario, de Lagens das Flôres, com 1:703 hab.: 686 do sexo masc. e 1:017 do fem.; S. Caetano, de Lombo, com 617 hab.: 251 do sexo masc. e 366 do fem.; Santissima Trindade, de Mosteiro, com 206 hab.: 86 do sexo masc. e 120 do fem. As principaes producções são: trigo, milho, tremoço, batata, lã e linho. O principal commercio do conc. é a pesca.

Lagens do Pico. Ilha do Pico; villa e freg. da Santissima Trindade, séde de conc., com. de S. Roque do Pico, distr. de Horta e bisp. de Angra do Heroismo 3:500 hab. E' a primeira e mais antiga povoação e a primeira villa da ilha do Pico; fica situada ao sul da mesma ilha. Tem uma bahia vastissima e seguro ancoradouro; escolas para ambos os sexos, est. post. com serviço de emissão e pagamento de vales, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com Horta; agencias bancarias: *Portugal;* de seguros: *Occidental dos Açôres;* e de vapores: *Empresa Insulana de Navegação*, *Sociedade Maritima de Beneficencia;* hotel, fabrica de louça e de queijo e manteiga; Misericordia, medico, pharmacia, notario, ouvidoria ecclesiastica; sociedades de recreio: *Gremio Litterario Lagense*, *Sociedade Recreativa 1.º de Dezembro; Philarmonica Lagense;* theatro *Recreio Lagense*. Lagens do Pico pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25 com a séde em Angra do Heroismo. Os logares mais importantes da villa são: Almagreira, Ribeirinha, Santa Cruz e Terras. O conc. comprehende as 5 freguezias seguintes, com 2:463 fog. e 9:343 hab., sendo 4:052 do sexo masc. e 5:291 do fem.: S. Sebastião, de Calheta de Nesquim, com 1:055 hab.: 437 do sexo masc. e 618 do fem.; Santissima Trindade, de Lagens do Pico, com 2:979 hab.: 1:291 do sexo masc. e 1:688 do fem.; N. S.ª da Piedade, com 2:138 hab.: 934 do sexo masc. e 1:204 do fem.; Santa Barbara, de Ribeiras, com 2:138 hab.: 961 do sexo masc. e 1:177 do fem.; S. João, com 1:033 hab.: 429 do sexo masc. e 604 do fem. O principal commercio do concelho consiste em productos da pesca da baleia, gado, cereaes, chapéos de palha, tranças de palha, vinho, aguardente, queijos e manteiga. E' o primeiro porto baleeiro do archipelago: nos dez mezes decorridos de 8 de fevereiro a 8 de dezembro de 1906, fôram ali arpoados 87 cachalotes, que produziram 2:665 barris d'azeite, incluindo o espermacéte. Estes productos, assim como o marfim, ambar e barbas (da baleia propriamente dita), são exportados para Inglaterra.

Lagens do Pico—Vista geral

Lageosa *(José Leite Pereira de Mello, visconde da)*. Proprietario no concelho de Celorico da Beira, que falleceu em 2 de setembro de 1875. Era filho de José Leite Pereira de Mello e Vas-

concellos, desembargador da Casa da Supplicação, e de sua mulher, D. Marianna Severina de Moraes Sarmento. Casou em 1838 com D. Maria Augusta de Magalhães, filha de Diogo de Magalhães Osorio de Aragão Machuca e de D. Maria Angelica da Cunha Botelho. O titulo de visconde foi concedido por decreto de 7, e carta de 9 de julho de 1869.

Lageosa. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Celorico da Beira, distr. e bisp. da Guarda; 771 hab. e 196 fog. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. permutando malas com Celorico da Beira. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Celorico á Guarda. Os priores das freguezias de Santa Maria e S. Martinho, de Celorico da Beira, apresentavam alternativamente o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil e ao districto de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. V. *Lageosa do Mondego.* ‖ Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Sabugal, distr. e bisp. da Guarda; 839 hab. e 228 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 24 k. da séde do conc. e está situada na fronteira de Hespanha O vigario da freg. de Nave, do Sabugal, apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao districto de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. ‖ Pov. e freg. de N. S.ª da Expectação, da prov. do Douro, conc. e com. de Oliveira do Hospital, distr. e bisp. de Coimbra; 651 hab. e 170 fog. Tem esc. do sexo fem., medico, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie. O prior de Lagos da Beira apresentava o cura, que tinha 7$000 réis de congrua e o pé de altar. Lageosa pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 23, com a séde em Coimbra. ‖ Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Tondella, distr. e bisp. de Vizeu; 2:389 hab. e 616 fog. Tem escolas d'ambos os sexos e caixa post. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem esquerda da ribeira de Asnes. Os herdeiros de Gonçalo Thomaz da Silva Macedo e Carvalho, da villa de Alemquer, apresentavam o abbade, que tinha 1:200$000 réis. A terra é fertil em todos os generos de agricultura; tem caça e cria muito gado. No areal do rio Dão, que passa aqui, e especialmente na sua margem direita brotam varias nascentes de agua mineral conhecidas pelos nomes de S. Gemil ou Lageosa, cujas aguas correm para um grande poço não resguardado, d'onde livremente se pódem tirar. As aguas são limpidas, diaphanas, com cheiro e sabor proprios das aguas sulfureas. Fôram analysadas em 1812 pelo dr. Ignacio A. da Fonseca Benevides. São usadas em banhos no tratamento do rheumatismo, e gozam da reputação de serem muito beneficas nos casos de lepra elephanthiaca incipiente e de outras doenças de pelle de má natureza, e n'algumas enfermidades do estomago. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. ‖ Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Azere, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. ‖ S. Pedro, de Lordosa, conc. e distr de Vizeu. ‖ S. Martinho das Moutas, concelho de S. Pedro do Sul, do mesmo distr. ‖ S. Miguel e conc. de Fornos d'Algodres, distr. da Guarda.

Lageosa do Mondego (V. *Lageosa*). Pov. da com. e conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda. E' esta uma das mais formosas aldeias da Beira Baixa, não só pela bem regularisada distribuição das más habitações, senão tambem pela collocação especial de que goza. E' atravessada pela estrada chamada de Coimbra, e que a põe em directa e facil communicação com as sédes do seu concelho, da qual dista 7 kilometros e do districto da qual se acha afastado 15 kilometros. Tem uma area espaçosa e pittoresca e foi muito notavel pelos seus apreciaveis vinhos, riqueza de que hoje se acha privada pelas devastações que exerceu, n'um curto espaço de tempo, a philoxera viticola. Hoje possue bellas culturas d'azeite, trigo, centeio, linho, batatas, milho, bellos e especialissimos fructos e muito bem desenvolvida creação de gado lanigero, cujos interesses immediatos são a lã e o leite, sendo este sempre e principalmente destinado ao fabrico do queijo, que n'esta pequena região goza da maior procura e bem cabida fama, sendo hoje apreciadissimos o de fabrico da Quinta do Monte V'rão, na serra do mesmo nome e a pequena distancia da povoação. Tem escolas do sexo masculino e feminino e bons professores particulares de portuguez e latim. E' admiravel a relativa e pequena percentagem de analphabetos que tem esta freguezia, o que facilmente se explica por ser esta uma das primeiras povoações da Beira e distr. da Guarda, que foi melhorada com a creação d'uma cadeira de ensino primario. Não tem edificios que mereçam grande menção Podendo-se, no entanto, apontar a egreja, de antiga construcção, mas de architectura vulgar, a casa dos Leites, de grande apparencia, mas ainda incompleta, e a casa do Oitão, etc. Fôram principaes senhorios n'esta localidade os Freires, os Marquez e os Mendes, aos quaes pertenceu em tempo e em grande parte a representação politica do concelho. Teve esta povoação homens de valor, sobresaindo entre elles: O doutor de capello—Antonio Mendes d'Almeida; o professo do convento dos Cruzios em Coimbra, Manuel Marques, a quem as chronicas attribuem o plano da exploração das aguas da quinta de Santa Cruz e pelo que foi dispensado de dote por merito; o antigo juiz dos orphãos Francisco Marques; os dois irmãos Mendes d'Almeide, formados em Canones e que fôram conegos na sé da Guarda e ainda o antigo juiz de fóra em Castendo — Dr. Bernardino Freire Castel Branco, que largou o logar por não querer jurar a Constituição. Tem hoje esta povoação estação postal que troca malas com Celorico—Ratoeira-Açôres e Vellosa. A estrada corta a povoação na extensão de 600 metros e passa sobre a ribeira da Lageosa, affluente do Mondego e ao qual se vae lançar nas proximidades da ponte chamada do Ladrão, ponte que marca a distancia media entre a povoação de que vimos tratando e a de Açôres, que foi antigamente villa e condado de Malta.

Lages. V. *Lagens.*

Lages (*Antonio Mendes*). Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Loriga, concelho de Ceia, a 2 de janeiro de

1838. Foi nomeado medico extraordinario do hospital de S. José em 17 de dezembro de 1877. E' medico da Santa Casa da Misericordia e director da enfermaria de Santa Izabel, no referido hospital.

Lages *(João Vieira de Carvalho, marquez das)*. N. em Olivença, então cidade portugueza, em 1781; fal. no Brazil a 1 de abril de 1847. Era filho do coronel Vieira de Carvalho e de D. Vicencia da Silva Nogueira. Seguindo a carreira militar como cadete, foi despachado alferes em 1801, e ajudante do regimento n.º 20 de Olivença em 1805. Foi estudante distincto no Collegio dos Nobres, e em 1808, quando o general Junot quiz mandar para França a Legião Portugueza, esquivou-se a partir, e conseguiu embarcar secretamente para o Brazil, indo apresentar-se ao principe regente D. João. Fez as diversas campanhas de Montevideu, sendo n'uma d'estas campanhas nomeado tenente-coronel por distincção. Foi depois director da colonia de Nova Friburgo, e em 1822, adoptando a causa da independencia do Brazil, teve a nomeação de ministro da guerra. Exerceu depois os cargos de senador, ministro do imperio, e prestou muitos serviços ao Brazil, especialmente na organisação militar. Foi agraciado com o titulo de barão das Lages, mais tarde elevado ao de conde, e por fim ao de marquez.

Lages *(José Teixeira de Mesquita, 1.º barão das)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real; coronel de infantaria n.º 2, commendador das ordens de Christo, de Aviz e da Torre e Espada; condecorado com a cruz de tres campanhas da guerra peninsular, com a medalha hespanhola de Vitoria e Pamplona, e com a cruz da ordem de S. Fernando, de Hespanha. N. a 2 de novembro de 1788, e fal. a 4 de janeiro de 1843. Casou em 17 de fevereiro de 1817 com D. Maria José Teixeira Cirne Cabral, filha de Zeferino Teixeira Cabral e de sua mulher D. Anna Joaquina Cirne de Magalhães. O titulo foi concedido em duas vidas, por decreto de 10 de novembro de 1840.

Lages *(Zeferino Teixeira Cabral de Mesquita, 2.º barão das)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real; bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado, proprietario em Penafiel, etc. N. a 24 de junho de 1818, e fal. em Penafiel em março de 1896. Era filho do 1.º barão das Lages *(V. o artigo anterior)*. Foi deputado por Penafiel em successivas legislaturas desde 1848 até 1864, e por muitos annos exerceu o logar de presidente da camara municipal d'aquelle concelho. Foi delegado do procurador regio na comarca de Louzada, secretario geral do governo civil de Villa Real, e primeiro substituto do juiz de direito da comarca de Penafiel. Era um dos mais notaveis viticultores durienses, um propagandista acerrimo dos aperfeiçoamentos vinicolas e do ensaio na cultura do tabaco da provincia do Douro. Collaborou em varias publicações da especialidade. Quando a phyloxera appareceu no Douro destruindo rapidamente as vinhas, a maior riqueza da região, o barão das Lages encetou a propaganda da cultura do tabaco, e com tal ardor, que alcançou dos poderes publicos um decreto permittindo a experiencia d'essa nova cultura, e, na qualidade de presidente da commissão geral. para que foi nomeado por decreto de 28 de janeiro de 1886, arcou com todas as contrariedades e defrontou-se corajosamente com todas as correntes da opposição. O barão das Lages casou em 1859 com D. Genoveva Pereira do Lago, filha de Antonio Pereira do Lago. O titulo foi renovado, em verificação da vida no de seu pae, por decreto de 10 de julho de 1850. E' actualmente barão das Lages o sr. Lucio Lencastre Carneiro de Vasconcellos, lavrador, residente em Penafiel, sendo o titulo concedido em verificação de segunda vida, por despacho de 3 de outubro de 1903.

Lages ou **Lageas**. Pov. e freg. de S. Domingos, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Ceia, distr. e bisp. da Guarda; 511 hab. e 178 fog. Tem est. post., esc. do sexo masc. e fabricas de telha. A pov. dista 1 k. da séde do conc. O cabido da sé de Coimbra apresentava o cura, que tinha 24$000 réis de rendimento. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 12, com a séde em Trancoso || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Adães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Christina, de Agrella, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Miguel, de Alcainça, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. Thiago, de Aldreu, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago, de Anha, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Areias de Villar, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Borba da Montanha, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || S. José de S. Lazaro, conc. e distr. de Braga. || S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro. || S Pedro, de Castello de Penalva, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Creixomil, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Durrães, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Vicente, de Felgueiras, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Miguel, de Fontellas, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Formariz, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Ilha da Madeira; N. S.ª da Luz, de Gaula, conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal. || S. Thiago, de Goães, conc. de Amares, distr. de Braga. || Santa Maria, de Gondar, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Martinho, de Gondomar, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. João Baptista, de S. João de Rei, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Maria e conc. de Lagos, distr. de Faro. || N. S.ª d'Assumpção (Sé) e conc. de Lamego, districto de Vizeu. || S. Thomé, de Lanhas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Pedro, de Lomar, conc. e distr. de Braga. || Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto || S. Pedro, de Mioma, conc. de Sattam, distr. de Vizeu. || S. Julião, de Moreira do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Nogueiró, conc. e distr. de Braga. || S. Vicente, de Passos, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Pedro, de Paús, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Paredes, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Thiago, de Penso, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Ouvida, de Ranhados, conc. e distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Rio de Moinhos, conc de Penafiel, distr. do Porto. || N. S.ª da Natividade, de Silgueiros, conc. e distr. de Vizeu. || Santo Adrião, de Soutello, conc. de Vieira,

distr. de Braga. || Ilha Terceira; N. S.ª de Belem, de Terra Chã, conc. e distr. de Angra do Heroismo. || Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Villa Chã, conc. de Espozende, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de V. N. de Muhia, conc. de Ponte da Barca, districto de Vianna do Castello. || Casaes na freg. de S. Miguel, de Milharado, conc. de Mafra, districto de Lisboa || Monte na freg. de S. Miguel, de Machede, conc. e distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Thiago Maior, conc. de Alandroal, do mesmo districto.

Lages de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Clara, conc. e distr. de Coimbra.

Lages da Fonte. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Chaviães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Lages de Gavim. Pov. na freg. de N. S.ª da Ouvida, de Ranhados, conc. e distr. de Vizeu.

Lages do Monte. Pov. na freg de S. Paio, de Favões, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Lages e Pizões. Duas povoações reunidas, na freg. de Santo André, de Rapa, conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda.

Lages do Senhor do Soccorro. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Chaviães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Lagidas. Pov. na freg de N. S.ª da Expectação, de V. N. da Telha, conc. da Maia, distr. do Porto.

Lagido. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Verim, conc. de Povoa de Lanhoso, districto de Braga. || Ilha do Faial; N. S.ª d'Ajuda, de Pedro Miguel, conc. e distr. de Horta.

Lagiella. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Cambezes, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Thomé, de Travassós, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Lagiellas. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Avelleda, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Laginha. Pov. na freg. de N. S.ª d'Ajuda, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Laginhas. Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Branca, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro. || Santa Maria e conc. de Marvão, distr. de Portalegre. || Ilha da Madeira; N. S.ª do Monte, conc. e distr. do Funchal.

Lagiosa. V. *Lageosa.*

Lago. Familia muito antiga, que floresce em Portugal desde o reinado de D. Affonso II, que tinha o seu solar na freguezia do Lago, da provincia do Minho, e do qual era rico-homem Gomes Gonçalves de Lago. As suas armas são: Em campo de purpura uma torre de prata, com porta e frestas negras, lavrada de negro, sobre um lago de ondas azues e prata, com contra-chefe, com tres peixes nascentes, e sobre a torre meia donzella de frente, vestida de azul, perfilada de ouro, cabellos soltos do mesmo metal, e em chefe, tres flôres de liz de ouro, em faxa. Elmo d'aço, aberto, e por timbre a meia donzella das armas com uma das flôres de liz na mão direita. Os Pereiras do Lago usam escudo dividido em pala, tendo na primeira as armas dos Pereiras, e na segunda as dos Lagos. Outros d'este appellido, que vieram de Hespanha no reinado de D. Diniz, usam: Em campo de purpura, cinco flôres de liz, de ouro, em aspa. Elmo d'aço, aberto, e por timbre uma aspa de purpura com uma flôr de liz de ouro em cada uma das pontas superiores e outra no centro da aspa.

Lago (*Antonio Bernardino Pereira do*). Commendador da ordem de Aviz, brigadeiro reformado, etc. N. em Torres Novas em 1777, fal. em Lisboa a 30 de março de 1847. Serviu no corpo de engenheiros e foi membro da commissão encarregada de liquidar as dividas aos militares, creada por decreto de 23 de junho de 1834. Escreveu: *Estatistica historico geographica da provincia do Maranhão, offerecida ao Soberano Congresso das Côrtes*, etc. Lisboa, 1822; esta obra foi a primeira que sobre tal assumpto se imprimiu em Portugal; o autor a compôz no tempo em que serviu como official superior engenheiro em commissão da reforma na referida provincia; *Carta da costa da provincia do Maranhão, levantada por observações extraordinarias e trigonometricas, acompanhada de um Roteiro e descripção hydrographica da mesma costa; o Roteiro é escripto em portuguez e inglez*, Londres, 1821; *Cinco annos de emigração na Inglaterra, na Belgica e na França*, Lisboa, 1834; 2 tomos; é escripta em fórma de cartas a sua mulher, tendo a primeira a data de 8 de novembro de 1828.

Lago (*Balthazar Manuel Pereira do*). Governador de Moçambique, que falleceu em 3 de junho de 1779. Foi nomeado a 6 de abril de 1765, e começou a governar em 17 de agosto do mesmo anno, durando o seu governo por espaço de 13 annos. Era homem de boas intenções, desejando muito governar com acerto, mas encontrou a colonia devastada pela mais profunda immoralidade. Quando em 1766 lhe morreu o secretario do governo, o governo informou para a côrte que não nomeara substituto por não encontrar em Moçambique um homem de honra e de verdade. Francisco Maria Bordalo escreve a seu respeito: «E informa a respeito do então governador de Sena, Marcos Antonio de Azevedo Coutinho, *em consciencia*, que arruinará de todo aquella conquista se continuar á testa da sua administração. Vê-se ao mesmo tempo remetter preso para Lisboa um empregado de fazenda, processado por mil crimes, sequestrados os bens de um secretario interino do governo, accusado de roubo, peita e concussão, concertada a residencia dos governadores, mobilada por *offerta voluntaria*, segundo diz o capitão general, reduzida á miseria a importante feira e villa de Zumbo, pelas sedições e intrigas dos frades dominicos; a fortaleza de Manica, a *aurea* desmoronando-se; uma tal confusão na feitoria de Sena, que se declarava impossivel apresentar o termo das terras da corôa d'aquelle districto, um ouvidor geral tyranno, feroz e ladrão, fugindo como um degredado, depois de haver falsificado um testamento, e mil outros casos de desordem e devassidão. O capitão general Balthazar Manuel Pereira do Lago mandou edificar uma fortaleza de pedra e cal em logar de uma palissada em ruinas, que existia nos confins de Mossuril (terra firme fronteira a Moçambique) para ter em respeito os cafres da Macuama; e bem assim quartel, prisões, armazens e uma ermida da invocação de S. José. Todo este trabalho, porém, que foi executado durante o anno de 1775, desappareceu logo a 6 de ja-

neiro seguinte, porque os macuas vieram sobre o rico estabelecimento portuguez, que ali havia, roubaram tudo, queimaram casas e mataram os habitantes que não fugiram a tempo. Por essa occasião foi despojada das suas melhores alfaias e paramentos riquissimos a parochial egreja de N. S.ª da Conceição de Mossuril. O pobre governador, velho e doente, viu-se quasi só na ilha de Moçambique depois de um tal desastre, e, como elle mesmo diz, sem tropas, sem munições, sem habitantes portuguezes, cercado de moiros e cafres. Recorreu ao vice-rei da India, pedindo duas companhias de cipaes, mas não obteve resposta. No largo tempo do governo d'este ancião succederam ainda outras desgraças, que diligenciou remediar o melhor possivel, não se esquecendo, comtudo, dos proprios interesses. Deu principio a um novo arsenal em logar do que ardera já no tempo da sua administração, e abriu no mesmo logar uma boa cisterna para fornecer aguada aos navios; visitando o districto da Zambezia fundou em Quilimane varias casas para serviço publico, uma ponte para a descarga das fazendas e uma fabrica de telha; operou tambem alguns melhoramentos no Sena, e cercou Tete de uma muralha para defeza dos seus moradores. Por industria do capitão de Sena, Ignacio de Mello Alvim, restaurou em 1769 a feira de Dambarare, fonte de riqueza commercial que se perdera em 1693, e que mais tarde foi outra vez abandonada.

Lago *(Pedro Ribeiro do)*. Doutor em Direito Canonico e lente da Universidade de Coimbra, deputado da inquisição da mesma cidade, e conego doutoral da sé de Viseu, de Braga, e de Evora. Era natural de Braga. Compoz varias postillas para uso dos seus discipulos na Universidade.

Lago. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Amares, distr. e arceb. de Braga; 814 hab. e 175 fog. Tem escolas d'ambos os sexos e caixa postal. A pov. dista 5 k. da séde do concelho e está situada em planicie, no angulo formado pela confluencia dos rios Homem e Cávado. No seu vertice está a extensa ponte do Bico. O Cávado corre ao sul e o Homem ao norte da freguezia, indo juntar-se no Bico. A pov. foi antigamente couto de Rendufe, conc. e visita de Entre Homem e Cávado, camara de Vianna do Castello. O abbade do mosteiro da ordem de S. Bento, de Rendufe apresentava o vigario, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é bonita e muito fertil; pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. A egreja matriz é boa e tem um adro muito espaçoso. Ha tres capellas na povoação: Santa Martha, O Senhor da Saude, e da Carreira. Pelo centro da freg. passa a estrada districtal de Barcellos a Montalegre, que se concluiu, no territorio de Lago, no principio do anno de 1874. || Pov. na freg. de S. Jorge, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Conc. dos territorios da Companhia do Nyassa, Africa Occidental.

Lago Bem. Pov. na freg. de S. Martinho, de Bornes de Aguiar, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real.

Lagôa (*Antonio Maria do Amaral, 2.º barão da).* Titulo pela vida concedida a sua mulher, D. Carolina de Freitas do Amaral, filha primogenita do 1.º barão do mesmo titulo, Bernardo Casimiro de Freitas, commendador da ordem de Christo e negociante na praça do Rio de Janeiro. O titulo de barão foi creado por decreto de 25 de agosto de 1870, e renovado na segunda vida pelo decreto de 6 de dezembro do mesmo anno.

Lagôa *(Francisco de Assis Mascarenhas Grade, 2.º visconde da)* Succedeu a seu irmão no titulo, o dr. Eugenio Dionysio Mascarenhas Grade, 1.º visconde d'este titulo, que falleceu sendo juiz do Supremo Tribunal de Justiça. Foi-lhe concedido o seguinte brazão d'armas: Escudo esquartelado; n.ºs 1.º e 4.º quarteis em campo sanguineo uma grade de ouro, no 2.º tambem em campo sanguineo, tres faxas de ouro; no 3.º em campo azul uma lagôa de prata com duas cegonhas tambem de prata, com as pernas cravadas na agua. O titulo de visconde foi creado por decreto de 2 de julho de 1861, e renovado por decreto de 31 de julho de 1865. O 2.º visconde falleceu em Silves em 1885.

Lagôa *(José Francisco da Terra Brum, 1º barão da)*. Do conselho de Sua Magestade. N. a 9 de março de 1776, e falleceu a 22 de janeiro de 1842. Casou a 14 de agosto de 1803 com a sua prima, D. Francisca de Paula da Terra Brum, filha do dr. João José Brum da Silveira Terra Leite, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher, D. Marianna Victoria de Noronha. O titulo foi concedido por decreto de 22 de dezembro de 1841.

Lagôa *(Luiz Marques)*. Presbytero da congregação do Oratorio, de Extremoz, a qual deixou alguns annos antes da extincção das ordens religiosas em 1834. A pedido do bispo de Portalegre foi reger a cadeira de Rhetorica no seminario da mesma diocese. Dizem que era natural de Lisboa, e fal. no hospital de S. José, d'esta cidade, com mais de 80 annos, em 1842. Escreveu: *O grito na verdade, consignada na escriptura e tradição contra as maximas pseudo catholicas e anti-sociaes, destructivas da doutrina de Jesus Christo, e da verdadeira disciplina da Santa Egreja*, Lisboa, 1822; 2.ª edição em 1833; *Vida e acções prodigiosas do angelico mancebo S. Luiz Gonzaga, principe do Sacro-Imperio, especial protector da mocidade estudiosa, e poderoso advogado para alcançar de Deus a graça de uma verdadeira contricção*, etc. *offerecida ao ill.*ᵐᵒ *e ex.*ᵐᵒ *sr. D. Francisco de Salles da Camara, conde da Ribeira Grande*, etc. Lisboa, 1829.

Lagôa. Villa da prov. do Algarve, séde de conc., com. de Silves, distr. de Faro, bisp. do Algarve, relação de Lisboa. Tem uma só freguezia, N. S.ª da Luz. A villa está situada n'uma planicie, junto da estrada de Portimão a Faro. Pertence á 4.ª div. mil., 8.ª brigada, grande circumscripção mil. sul, e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. O papa e o bispo apresentavam alternativamente o prior, que tinha 132 alqueires de trigo, 55 almudes de mosto, e 2$000 rs. em dinheiro, annualmente, assim como o dizimo das miúças, que andava por 500$000 réis. O conc. da Lagôa foi desmembrado do de Silves por D. João V, em alvará de 16 de janeiro de 1713, dando-lhe juiz de fóra, e por termo a mesma freg. de N. S.ª da Luz, e as de Estombar e Ferragudo. No mesmo alvará elevou a povoação á categoria da villa. Em 1834 uniu-se-lhe

tambem a freg. de Porches. No anno de 1839 tinha o conc. 8 freguezias: Estombar, Ferragudo, Porches, Albufeira, Paderne, Alfontes da Guia, Boliqueime e a de N. S.ª da Luz de Lagôa. Actualmente tem só 4, com 2:631 fog, n'uma superficie de 9:108 hect., e 12:089 hab, sendo 5:781 do sexo masc. e 6:308 do fem. As 4 freguezias são: S. Thiago, de Estombar, 2:323 hab.; 1:154 do sexo masc. e 1:169 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Ferragudo, 1:854 hab.: 789 do sexo masc. e 1:065 do fem.; N. S.ª da Luz, de Lagôa, 6:606 hab.: 3:183 do sexo masc. e 3:423 do fem.; N. S.ª da Encarnação de Porches, 1:306 hab: 655 do sexo masc. e 651 do fem. A pov. é muito antiga, mas ignora-se a data da fundação e o nome do fundador. Era da Casa das Rainhas. A villa era antigamente muito doentia, mas a abertura d'uma valla, que enxugou um extenso pantano, tornou a freg. mais saudavel. Julga-se que a este pantano, ou lagôa d'aguas estagnadas, deve a villa o seu nome. A ria visinha do porto de Ferragudo e rio de Portimão lhe fornece muito peixe. O terremoto do 1.º de novembro de 1755 arruinou a maior parte das casas d'esta villa, destruindo tambem completamente o convento de religiosos carmelitas calçados. A antiga egreja matriz, que era magestosa, ficou muito deteriorada, mas foi logo reconstruida. E' ampla e de tres naves. Hoje a villa tem boas ruas e bonitas casas; Misericordia e hosp., est. telegr. post. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas permutando malas com a R. A. S.—Faro; fabricas de louça ordinaria de carros, de vellas de cêra e de fogo de artificio; escolas para ambos os sexos; feira de S. João a 24 de junho, e a de N. S.ª da Luz, a 6 de novembro; mercado no 4.º domingo de cada mez; hoteis, medicos, pharmacias, notario; agencia do banco *Economia Portugueza;* agencia de seguros; associação de soccorros mutuos *Lagoense;* sociedades de recreio: *Atheneu, Club Agricola* e *Club Artistico.* Tem est. do caminho de ferro no ramal de Portimão, na freg. de Estombar, entre as de Silves e Mexilhoeira. A villa dista 47 k. da séde do districto; o seu territorio é fertil; encontram-se ali muitas oliveiras, amendoeiras, alfarrobeiras e figueiras, com extensas varzeas, que dão muitos cereaes e vinho. O principal commercio do conc. é figo, vinho, alfarroba e amendoa. || Ilha de S. Miguel; villa, séde de conc., com. de Villa Franca do Campo, distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo. Tem duas freguezias: N. S.ª do Rosario, com 4:375 hab., sendo 2:086 do sexo masc. e 2:289 do fem; Santa Cruz com 3:655 hab.: 1:798 do sexo masc. e 1:857 do fem. O concelho tem mais a freg. de N. S.ª dos Anjos, de Agua de Pau, com 3:993 hab.: 1:887 do sexo masc. e 2:106 do fem. Está situada á beira-mar e é illuminada a luz electrica. Tem esc. d'ambos os sexos, fabricas de ceramica e de distillação de alcool, medico, pharmacias, est. post. e telegr. com serviço de encommendas postaes, de valores declarados, cobrança de recibos, lettras, obrigações e vales, sociedades de recreio: *Lyra Lagoense;* philarmonicas *Estrella d'Alva* e *Emulação Popular.* Pertence a villa ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 26, com a séde em Ponta Delgada. O conc. tem muita labutação em agricultura, empregando-se a maior parte da gente em tratar das terras dos proprietarios. O principal commercio é milho, fava, vinho, trigo, ananazes e alcool. Suffraganea á freg. de Rosario ha a pequena freg. de Atalhada, tambem illuminada a luz electrica; e sufraganea á de Agua de Pau, a pequena freg. de Ribeira Chã, que possue bons terrenos agricolas. || Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arc. de Braga; 365 hab. e 99 fog. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e passa por ella o rio Ave. O papa e o arceb. apresentavam alternativamente o reitor, que tinha réis 40$000 de rendimento. A terra é fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Martinho, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 579 hab. e 166 fog. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. A pov. dista 20 k da séde do conc. e está situada n'um valle proximo da margem direita do rio Sabor. Até 1855 foi do concelho de Izeda, que n'este anno se aboliu. O reitor de Santo André, de Moraes, apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. militar e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Povoações nas freg: Santa Maria, de Aboim, conc. de Fafe, distr. de Braga. || N. S.ª da Graça, de Areias, conc de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S. Margarida, de Arrabal, conc. e distr. de Leiria. || Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Azias, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santa Leocadia e conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Martinho, de Bornes d'Aguiar, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real. || S. Thiago, de Bougado, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Suzana, de Carapinheira, concelho de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || Santa Maria, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello || S. Thiago e conc. de Castro Marim, distr de Faro. || S. Thiago, de Chamoim, conc. de Terras do Bouro, distr. de Braga. || N. S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. de Aneião, distr. de Leiria. || Santo André, de Christellos, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Martinho, de Coura, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Figueira de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || Santa Maria Maior e conc. de Goes, do mesmo distr. || S. Christovão, de Gondomil, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Faustino, de Guinfães, conc. da Maia, distr. do Porto. || Santo Isidoro, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. Vicente, de Louredo, conc. da Feira, districto de Aveiro. || S. Mamede, de Infesta, conc. de Bouças, distr. do Porto. || S. Salvador, de Minhotães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thomé e conc. de Mira, distr. de Coimbra || Santa Christina, de Nogueira, conc. de Louzada, distr. do Porto. || N. S.ª da Visitação, de Odeleite, conc. de Castro Marim, distr. de Faro. || S. Miguel e conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro. || Ilha da Madeira; Santo Amaro, de Paúl do Mar, conc. da Calheta, distr. do Funchal. || Ilha Graciosa; S. Matheus, da Praia da Graciosa, conc. de Santa Cruz da Gra-

ciosa, distr. de Angra do Heroismo. || Santa Marinha, de Prozello, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Ovida, de Ranhados, conc. e distr. de Vizeu. || S. João Baptista. de Ribeira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades. distr. de Vizeu. || N. S.ª da Purificação, de Samuel, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Soutello, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || O Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e distr. de Leiria. || S. Pedro da Torre, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Turiz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Verissimo, de Valbom, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || N. S.ª d'Assumpção, de Valle de Torno, conc. de Villa Flôr, distr. de Bragança. || Santa Maria, de Varzea Cova, conc. de Fafe, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Santa Catharina, de Villa Facaia, conc. de Pedrogão Grande, do mesmo distr. || O Salvador, de Villarinho das Cambas, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Ilha da Madeira; S. José, de Arco de S. Jorge, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal. || Casaes na freg. de S. Miguel, de Milharado, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || N. S.ª d'Assumpção, Marvilla, conc. e distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição de Turquel, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Casal na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, do mesmo distr. || Herdade na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cabrella, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Herdade na freg. de S. Braz, de Granja, conc. de Mourão, do mesmo distr. || Monte na freg de N. S.ª d'Assumpção, de Montoito, conc. de Redondo, do mesmo distr. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Travanca de Lagos, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Nome por que tambem é conhecida a bahia de Lourenço Marques, no distr. de Lourenço Marques, prov. de Moçambique, Africa Oriental. || Logar da freg. de Campanhã, conc. do Porto, que pertencia á freg. de Fanzeres, do conc. de Gondomar, de que foi desannexada por decreto de 13 de janeiro de 1898.

Lagôa Alta. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Lagôa do Boi. Pov. na freg. de S. Thiago, de Louriçal; conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Lagôa dos Braços. Marnel, na prov. do Douro, no extincto conc. de Maiorca, hoje Figueira da Foz. Ha nos campos de Maiorca duas vastas lagôas, esta e a da Villa, formadas pelas enchentes do rio Mondego, que cobrem grande parte d'estes campos. Esta lagôa está situada no logar do *Camarção* (e por isso se lhe dá tambem o nome de *Lagôa do Camarção*). D'ella sae uma corrente de agua, que engrossada com outras das freguezias das Alhadas e Ferreira, fórma o rio *Esteiro*, que morre na margem direita do rio Mondego, junto a S. Fins. V. *Lagôa da Villa.*

Lagôa do Calvo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Marateca, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Lagôa do Cão. Pov. na freg. de N. S.ª dos Prazeres, de Aljubarrota, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Lagôa do Carapito. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Lagôa dos Cheiros. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Lagôa Cimeira. Pov. na freg. de Santa Margarida, de Fundada, conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Lagôa de Frei João. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Benedicta, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Lagôa Fundeira. Pov. na freg. de Santa Margarida, de Fundada, conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Lagôa do Furadouro. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Lagôa do Gilvrasinho. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Lagôa do Grou. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Freixianda, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Lagôa do Leão. Pov. na freg. de S. Christovão, de Caranguejeira, concelho e distr. de Leiria.

Lagôa de Leite. Pov. na freg. de S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Lagôa Limpa. V. *Alfeizerão.*

Lagôa do Monte. Pov. na freg. de S. Matheus, de Bunheiro, concelho de Estarreja, distr. de Aveiro.

Lagôa de Muge. Lagôa ou pantano pestilencial do conc. da Barra do Columbo, districto de Loanda, prov. de Angola. A estagnação e a corrupção das suas aguas no tempo secco fazem com que este pantano seja o mais nocivo do concelho, e, como fica nas visinhanças de Columbo, tem tornado muito doentia esta importante povoação.

Lagôa Negra. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Barqueiros, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Lagôa d'Obidos. V. *Obidos.*

Lagôa da Palha. Pov. na freg. de S. Pedro, de Palmella, concelho de Setubal, districto de Lisboa.

Lagôa Parada. Pov. na freg. de S. Thiago da Guarda, concelho de Ancião, distr. de Leiria.

Lagôa Parceira. Pov. na freg. de N. S.ª do Populo e conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Lagôa da Pedra. Povoações nas freguezias: S. Christovão, de Caranguejeira, conc. e distr. de Leiria. || S. João Baptista, de Espite, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Lagôa da Pêga. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Alhos Vedros, conc. da Moita, distr. de Lisboa.

Lagôa de Pudentes. Povoação na freguezia de N. S.ª da Purificação, de Pudentes, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Lagôa de Rabarrabos. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Penella, districto de Coimbra.

Lagôa Ruiva. Povoações nas freguezias: S. José, de Alqueidão da Serra, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, do mesmo districto.

Lagôa de Santa Catharina. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Freixianda, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Lagôa de S. Miguel. Pov. na freg. de S. Christovão e conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

Lagôa Sêcca. Ribeira na prov. do Douro, freg. de Ca lima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra, o qual morre no rio Fervença.

Lagôa das Sete Cidades. Cratera d'um vulcão extincto situada no massiço occidental da ilha de S. Miguel, Açôres. O fundo d'esta cratera, que se levanta a uns 264 m. acima do nivel do mar, está occupado por quatro lagôas chamadas *Lagôa Grande*, que tem 2 k. de diametro; *Lagoa Azul*, *Caldeira Grande* e *Caldeira Pequena*.

Lagôa do Soeiro de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santo Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Lagôa das Tallas. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Turquel, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Lagôa do Troviscal. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Troviscal, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

Lagôa Velha. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Lagôa da Villa. Marnel da prov. do Douro, no logar do Bom Successo, no extincto concelho de Maiorca, hoje Figueira da Foz. Tem 1:500 m de comprido e 700 de largo. Conserva a agua estagnada, mas nas grandes cheias rebenta para o mar. E' abundante de caça do ar, de arribação, e peixe miudo. Tambem lhe dão o nome de *Lagôa do Bom Successo*.

Lagoaça (*Antonio José Antunes Navarro, 1.º visconde e 1.º conde de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real por alvará de 30 de janeiro de 1862, gran-cruz e commendador da ordem de Nossa Senhora de Guadelupe, do Mexico, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa e da de S. Mauricio e S. Lazaro, d'Italia. O titulo de visconde foi lhe conferido por decreto de 2 de novembro de 1859 e o de conde por decreto de 31 d'outubro de 1866. Foi deputado ás côrtes da nação em varias legislaturas, par do reino e presidente da camara municipal do Porto. Em agosto de 1862 foi-lhe concedido o seguinte brazão d'armas: Escudo partido em pala: na 1.ª as armas dos Antunes, e na 2.ª as dos Navarros. Nasceu a 11 de julho de 1803, na freguezia de Lagoaça, do concelho de Moncorvo, e falleceu na cidade do Porto em 17 de julho de 1867, tendo casado com D. Luiza Benedicta Monteiro, condessa de Lagoaça pelo seu casamento, a qual nasceu a 17 de julho de 1837.

Lagoaça (*Antonio José Antunes Navarro, 2.º conde de*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra (1888), par do reino por direito hereditario, antigo secretario geral do governo de S. Thomé e Principe e actual secretario de legação. Nasceu a 15 de março de 1864, e é filho dos 1.ºs viscondes e 1.ºs condes de Lagoaça, acima referidos. Casou em 1887 com D. Maria Francisca de Castello Branco, condessa de Lagoaça pelo seu casamento, a qual nasceu a 25 de julho de 1869; é filha de D. Antonio de Castello Branco, 3.º marquez de Bellas e 9.º conde de Pombeiro, e da marqueza D. Julia de Oliveira Pimentel; neta paterna de D. José Castello Branco, 8.º conde de Pombeiro, e da condessa D. Maria Francisca Luiza de Sousa, e neta, pelo lado materno, de Julio Maximo de Oliveira Pimentel, 2.º visconde de Villa Maior, e da viscondessa D. Sophia de Roure Auffdiener, filha do marechal de campo João Ferreira de Campos e de sua mulher D. Emilia de Roure Auffdiener. V *Campos (João Ferreira)*, pag. 687 do vol. II do *Portugal*.

Lagoaça (*Julio de Castro Pereira, 2.º visconde de*). Commendador da ordem de Nosso Senhor Jesus Christo e bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. O titulo de visconde foi-lhe conferido em verificação da 2.ª vida concedida a seu tio o 1.º visconde de Lagoaça, por decreto de 1 de julho de 1867. Nasceu a 27 de março de 1836, e casou a 20 de junho de 1870 com D. Adelaide Henriqueta de Sousa Basto, viscondessa de Lagoaça pelo seu casamento, a qual nasceu a 5 de março de 1849 e era filha dos 1.ºs viscondes da Trindade. Tiveram os viscondes de Lagoaça, além d'outros, os seguintes filhos: 1.º D. Alice de Castro Pereira, que casou a 15 de janeiro de 1903, na Egreja do Bomfim, da cidade do Porto, com Jayme Guilherme Pimentel de Faro, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra e actual delegado do Procurador Regio na comarca de Celorico de Basto; 2.º Julio de Castro Pereira.

Lagoaça. Pov. e freg. de Santo Antão, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Freixo de Espada á Cinta, com. de Moncorvo, distr. e bisp. de Bragança; 1:491 hab. e 403 fog. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. permutando malas com Freixo de Espada á Cinta. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Douro E' pov. muito antiga, e chamava-se antigamente *Lagoança*. El-rei D. Diniz lhe deu foral, em Lisboa, a 26 de abril de 1286, em que se lê o nome de *Lagoança*. O real padroado apresentava o cura, que tinha 30$000 réis annuaes. No sitio denominado *Fonte Santa*, nasce uma fonte de agua sulfurea fria, que é applicada em varios padecimentos, principalmente nas molestias cutaneas. A Fonte Santa fica proximo da ribeira de Val de Marinha. Perto e á direita ha umas serranias, e dizem que as pedras ali encontradas teem a côr e o som do ouro. Nas faldas e ao abrigo d'aquellas ingremes montanhas, quasi junto á mencionada ribeira, está um cerrado, com paredes de altura descommunal e que denotam muita antiguidade. Na povoação chamam a este cerrado *Casal dos Moiros*, e é tradição que Valle de Marinha foi povoação moirisca. Lagoaça pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Serra do distr. de Bragança. Corre junto da freg. do mesmo nome, e tem 15 k. de extensão, 8 de largura e 883 m. d'altura.

Lagoaceiro. Pov. na freg. de S. Thiago e concelho de Vagos, distr. de Aveiro.

Lagoal. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação e conc. de Oeiras, distr. de Lisboa.

Lagoalva de Baixo e de Cima. Duas quintas na freg. de Santo Eustaquio, de Alpiarça, concelho de Almeirim, districto de Santarem.

Lagôas Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição e conc. de Albufeira, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição e conc. de Ancião, distr. de

Leiria. || S. Thiago, de Antas, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção, de Ceira, conc. e distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição, de Febres, conc. de Cantanhede, do mesmo distr. || S. Julião, de Freixo, conc de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Pombeiro, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || S. Silvestre, de Requião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria e conc. de Valpaços, distr. de Villa Real. || Santo Adrião, de Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Quinta na freg. de Santo Antonio, de Urgueira, conc. de Sabugal, distr. da Guarda.

Lagôas de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Verissimo, de Nevogilde, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Lagoços. Pov. na freg. de S. Pedro, de Bairros, conc de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Lagoeiro. Pov. na freg. de S. Jorge, de Varzea, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Lagoella. Pov. na freg. do Salvador, de Chambezes, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Lagoinha. Povoações nas freguezias: S. Julião, conc. e distr. de Portalegre. || Santa Maria, de Lamas, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. | N. S.ª d'Assumpção, de Villar Chão, conc. d'Alfandega da Fé, distr. de Bragança. || Sant'Anna da Serra, conc. de Ourique, districto de Beja.

Lagoinhas. Povoações nas freguezias: Ilha de Santa Maria; Santa Barbara, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada. || S. Pedro de France, conc., e distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Villa Chã, conc. de Espozende, distr. de Braga. || Ponta situada ao N. da ilha de Santa Maria, Açôres. Dista 1 k. da bahia de S. Lourenço, da mesma ilha. || Logar da ilha de S. Jorge, Açôres, no qual em 1808 rebentou um vulcão que abriu respiradouros em Entre Ribeiros e no logar denominado das Areias.

Lagomar. Pov. na freg. do Salvador, de Donai, conc, e distr, de Bragança. Tem por orago S. Thiago, apostolo. O reitor de Conlellas apresentava o cura que tinha, 9$500 réis de congrua e o pé d'altar. Lagomar é muito antiga, e foi freguezia d'alguma importancia, pois que D. Affonso III lhe deu foral, em Santarem, a 27 de março de 1257. No foral dá-se-lhe o nome de *Lago Mau*.

Lagomel. Freguezia do Alemtejo, que está hoje reunida á de N. S.ª da Graça, de Margem, no conc. de Gavião, distr. de Portalegre, formando uma só. E' situada em planicie fertil. D. Manuel deu lhe foral, em Lisboa, no 1.º de julho de 1518. N'este foral tem o nome de *Logumil*, servindo tambem para Margem, chamando-lhe *Almargem*. Lagomel era freguezia mais antiga que a de Margem.

Lagoneiro. Pov. na freg. de S. Lourenço do Bairro, concelho de Anadia, districto de Aveiro.

Lagonsinha *(Manuel de Sá)*. Organeiro que trabalhou nos principios do seculo XIX, produzindo uma grande parte dos orgãos existentes na provincia do Minho, principalmente em Braga. Era natural de Lagosinha, d'onde tirou o appellido, proximo de Santo Thirso, e fal. em 1846. Teve por mestre na fabricação dos orgãos um frade do convento de Tibães. Attribue-se-lhe a construcção do grande orgão que está hoje no santuario do Bom Jesus, em Braga, o qual pertencia ao convento dos frades bernardos de Bouro, concelho de Amares; este orgão foi concedido pelo governo e transferido para o Bom Jesus em 1855. Foi construido pouco antes de 1834.

Lagos *(S. Gonçalo de)*. Eremita da ordem de Santo Agostinho, cujo habito tomou em 1398. N. em Lagos no anno de 1378, fal. em Torres Vedras, a 15 de outubro de 1422. Foi prégador, dotado de tanta intelligencia que era venerado por toda a gente. Os habitantes de Torres Vedras o elegeram seu padroeiro. O pontifice Pio VI o canonisou em 1780.

Lagos *(Henrique José da Silva, barão de)*. Commendador das ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição; official da Torre e Espada. N. em 15 de março de 1796, fal. em Lisboa a 7 de janeiro de 1883. Era filho de Luiz Antonio da Silva e de D. Maria Porfiria de Sant'Anna. Foi addido á embaixada de Londres para o acto da coroação da rainha Victoria, de Inglaterra, em 1838. Casou em 26 de agosto de 1820 com D. Luiza Pratz, filha de Carlos Pratz, commendador das ordens de Christo e da Torre e Espada, e um dos chefes do commissariado inglez na Guerra Peninsular. O titulo de barão foi concedido por decreto de 18 de fevereiro de 1835. O brazão d'armas consta d'um escudo com as armas dos Silvas, em campo de prata um leão de purpura, e foi concedido por alvará de 18 de fevereiro de 1836.

Lagos *(Thomaz Antonio da Guarda Cabreira, conde de)*. Este titulo foi concedido pelo infante D. Miguel ao marechal de campo do seu exercito. V. *Cabreira (Thomaz Antonio da Guarda)*.

Lagos. Cidade da provincia do Algarve, séde de conc. e de com, distr. de Faro, bisp. do Algarve, relação de Lisboa. Tem duas freguezias: Santa Maria e S. Sebastião. E' povoação antiquissima. O padre Antonio Carvalho da Costa, autor da *Chorographia Portugueza*, e outros escriptores, attribuem a sua fundação ao 4.º rei de Hespanha, chamado Brigo, 1899 annos antes da vinda de Christo, e que tendo caído em ruinas foi reedificada e novamente povoada pelo capitão carthaginez Boodez, 350 annos antes de Christo. Chamava-se então Lacobriga. Os fundamentos d'esta opinião são em parte inverosimeis e em parte duvidosos. O que passa por certo é ter sido Lagos uma cidade importante no tempo dos romanos, que lhe davam o nome de *Lacobrica*, sendo muito florescente pela sua industria, agricultura e commercio, e sobretudo pelas grandes pescarias. Na lucta que a republica romana sustentou contra Sertorio, que se collocára á frente da independencia da Lusitania, Lacobriga, no anno 76 da era christã, foi posta em apertado cêrco por um exercito romano, commandado pelo consul Quinto Cecilio Metelo. O inimigo não entrou na cidade, porque veiu soccorrel a o valente Sertorio com os seus bravos lusitanos; mas junto dos seus muros feriu-se uma renhida batalha, em que a victoria se decidiu por estes ultimos. Pelas continuas e encarniçadas guerras da Edade Media, Lacobriga foi por muitas vezes cercada, tomada, saqueada, destruida e reedificada, até que em 716 caiu no poder dos arabes, que a conservaram por mais de 470 annos, dando lhe o nome de *Zawaia*. D. Sancho I a con-

quistou aos moiros em 1190, dando a sua egreja ao bispo de Silves, que a cedeu ao convento de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, em março do mesmo anno. Tomada outra vez pelos moiros, tornou a tirar-lh'a D. Affonso de Castella. Parece que estava então em grande estado de destruição e abandono, porque o rei castelhano a doou, *como aldeia*, a D. Fr. Roberto, bispo de Silves, por carta passada em Sevilha a 28 de agosto de 1253. A antiga Lacobriga não estava situada no mesmo sitio onde hoje vêmos a cidade de Lagos; ficava ao S do sêrro chamado Figueiral da Misericordia, ao E do Adualho, ao N das Portellas e ao O do Paúl, em cujo ambito se tem encontrado muitos alicerces de edificios e grande porção de tijolos. Consta que que foi o citado capitão cartaginez Boodez, que a mudou para o actual sitio, mais á beira-mar, e a 1:500 m. da primitiva. Realisava-se então n'esta cidade uma grande feira, que era concorrida por gente de varias nações, que a tornou celebre e riquissima. Sendo Lagos já villa, D. Pedro I a desmembrou de Silves, e depois em carta de 5 de janeiro de 1361, lhe foi concedido ter jurisdicção independente. *(Livro 1.º de D. Pedro I, fl. 64, na Torre do Tombo)* Os habitantes de Lagos tinham grandes privilegios, sendo um d'elles o trazerem armas defezas por todo o reino, privilegio concedido por carta regia de 15 de agosto de 1360. Em 27 de junho de 1430 D. João I isentou-os de velarem, rondarem e servirem por corpos, no exercito. D. João II, em 30 de março de 1477, fez-lhes mercê de não serem vendidos por dividas os seus bens de raiz, mas pagarem pelos rendimentos. D Manuel ordenou, em 1507, que, sendo escudeiros de Lagos presos por crimes, fôssem tratados como cavalleiros, e não pudessem ser açoitados, nem degredados com baraço e pregão. Por carta de 5 de março, foi doada a Gregorio Tremado. Depois foi senhor de Lagos o infante D. Henrique, sendo, por sua morte, doada a villa com o seu castello ao infante D. Fernando, irmão de D. Affonso V, por carta regia de 4 de agosto de 1461, e d'este passou ao duque de Vizeu, D. Diogo, que depois a deu a sua irmã D. Leonor, em dote do casamento com o principe D. João, mais tarde rei de Portugal, 2.º do nome, cuja escriptura se fez a 16 de setembro de 1473, ficando desde então unida á Corôa. D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 20 de agosto de 1504, sendo um dos primeiros concedidos por este monarcha. Tem ainda uma sentença de foral dada por D. João III a 14 de janeiro de 1556. Este monarcha já tinha honrado Lagos com o titulo de notavel, por alvará de 25 de agosto de 1535. D. Sebastião elevou a villa á categoria de cidade em 1573, quando na sua bahia juntou a armada com que foi a Africa. Outros dizem que os fóros de cidade já lhe haviam sido dados por D. João III em 1540, e que D. Sebastião só mandou transferir para aqui a séde do bispado de Silves em 1577, fazendo Lagos capital do Algarve, em cuja categoria se conservou até ao fatal terremoto de 1 º de novembro de 1755, que lhe causou enormes estragos, bem como em toda a provincia do Algarve. O que os impulsos da terra pouparam foi destruido pelos accommettimentos do mar. Quasi todos os principaes edificios ficaram derrocados, e alguns d'elles, como o palacio do governo, a casa da camara, a torre do relogio, e o convento da Trindade, nunca mais se levantaram. Por causa d'esta catastrophe perdeu Lagos a sua muita importancia, deixando de ser capital do Algarve, que passou primeiro a Tavira, onde foi residir o capitão general, e mais tarde para Faro. Lagos tinha voto em côrtes, com assento no 3.º banco. O seu brazão d'armas compõe-se d'um escudo coroado, e n'elle uma fortaleza com tres torres, banhada pelo mar, e tendo de cada lado uma lança ao alto. Estas armas estavam esculpidas na cantaria da porta da capella de N. S.ª da Graça, que parece ter sido a primeira egreja parochial da freguezia de Santa Maria. O porto de Lagos foi sempre muito frequentado de navios nacionaes e estrangeiros, por causa da sua espaçosa bahia. Nos seculos XV e XVI vieram aqui estabelecer se varios nobres sicilianos, naturaes de Messina, outros italianos de Milão e tambem genovezes, os quaes fundaram em 1553 a egreja de N. S.ª do Porto Salvo, no Rocio da Trindade; fizeram compromisso, nomearam capellão para lhes dizer missa nas quartas feiras, sabbados e domingos, e administrar-lhes os sacramentos, alcançando um breve pontificio para este culto. A egreja ficou acabada em 1564, a qual depois cederam aos frades da ordem da Trindade para fundarem o seu convento, por escriptura feita em 27 de julho de 1600. O mosteiro foi logo construido, e durou 155 annos, até 1755, em que ficou completamente destruido, conforme dissémos. A egreja de Porto Salvo e a de S. Braz servem actualmente de armazens e arrecadações militares. Lagos é a segunda cidade do Algarve, e está situada na costa meridional do reino, e na occidental da bahia do mesmo nome, erguendo-se sobre tres montes na margem direita de pequeno rio e braço de mar, que banha as suas velhas muralhas. A barra está entre grandes cachopos com bancos de areia lateraes, junto á fortaleza da Ponta da Bandeira, que serve de registo. Esta fortaleza foi desclassificada em 1900, mas ultimamente, ha tres annos aproximadamente, foi artilhada com 4 peças de Krupp, de exercicio da bateria autonoma de artilharia n.º 4, com a séde n'esta cidade. A 1:200 m. fica a fortaleza do Pinhão, já muito derrocada, e para o lado do poente, que está hoje arrendada a um particular, tambem ficou totalmente arruinada pelo terremoto de 1755, que lhe arremessou tres peças fóra da bateria; fôra edificada em terra firme, mas no principio do seculo XVIII já estava em uma peninsula, tornando-se depois como uma ilha, cercada de mar, passando pequenas embarcações entre ella e a terra. Outra fortaleza que se construiu defronte d'esta, para a substituir, tambem o mar a arruinou. A cidade é cercada de outeiros cobertos de vinhas e de toda a especie de arvores de fructos. Lagos é praça d'armas. As suas primeiras fortificações datam do reinado de D Affonso IV, ou talvez do tempo de D. Diniz

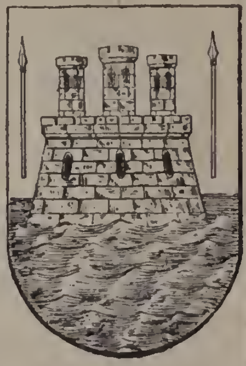
Brazão d'armas da cidade de Lagos.

Constava de uma cêrca de muros com suas torres e portas. D'uma carta de D. Affonso IV, datada de 1332, consta que este rei mandou ás justiças de Lagos *que continuassem a obra dos muros da villa, aos quaes faltavam 500 varas, em roda, para a sua conclusão*. E' pois de suppôr que fôsse D. Diniz quem principiou a construir ou a reedificar, as fortificações de Lagos. Os muros vinham então desde a egreja de Santa Maria até á cadeia, onde terminava a villa. Nos fins do seculo XVI ou principios do XVII, edificou-se nova cêrca de muralhas, o que se attribue a Fernão Telles de Menezes, primeiro governador do Algarve, depois dos fronteiros-móres. Outros dizem que as novas muralhas fôram feitas por João Furtado de Mendonça, que lhe succedeu muito depois. As muralhas são altas e tem 9 baluartes ta irmandade começou em 1498, e os primeiros rendimentos lhe fôram dados pelo arcebispo de Gôa D. Gaspar de Leão, e pelo seu irmão Simão da Cruz, ambos nascidos em Lagos. D. João III escreveu uma carta a esta irmandade, em 29 de agosto de 1521, mandando que introduzissem na villa o costume de se encommendarem as almas de noite, indo o porteiro com a campainha, para que os fieis resassem. O convento de N. S.ª da Conceição, de freiras carmelitas, que fôra fundado por tres devotos em 1557, tambem abateu, ficando de pé sómente a egreja com muitos estragos, que depois se reparou; o convento de S. João de Deus, na praça chamada dos Touros, hoje da Misericordia, foi egualmente victima da horrorosa catastrophe; estava ali installado um hospital militar, desde 1696; o castello, ou pala-

Vista da cidade e bahia de Lagos

imperfeitos, hoje em parte derrotados, para o rio com 4 portas denominadas de *S. Gonçalo*, *do Caes*, *de S. Roque*, e *Nova*; da parte da terra outras 4: de *Portugal*, *do Postigo*, *de Quartos* e *da Villa*. Sobre o rio ha uma ponte de pedra de 12 arcos. O terremoto de 1755, conforme dissémos, causou terriveis estragos. Muitos edificios e casas importantes cairam por terra, ou ficaram aluidos, vindo depois a cair, matando algumas pessoas. Os habitantes fugiam da cidade e armavam barracas no alto de Santo Amaro e em outros sitios dos arredores. A egreja parochial de Santa Maria, situada n'uma eminencia da parte meridional, desabou, causando grande mortandade; começou depois a reedificar-se, mas parando na altura de meias paredes, destinou-se o recinto para cemiterio, transferindo-se a parochia para a egreja da irmandade da Misericordia. Esta

cio acastellado dos capitães-generaes do Algarve, tambem nunca mais se reedificou. O mar subiu á altura de 11 m., ficando ao nivel das muralhas, levando as casas que encontrou, e alagando a terra na distancia de mais de meia legoa, até arrojou 5 barcos, inundou fazendas, derribou edificios, causou outros damnos, e roubou muitas vidas. A ponte ficou arruinada, mas foi reedificada em 178? e concluida em 1796, o que consta da inscripção que se vê n'uma lapide sobre o arco maior. A capella de S. João Baptista não escapou ao debate das ondas; parece que era a mais antiga capella d'estes sitios, pela inscripção que se via sobre a porta, marcando a data da edificação em 1174. Em alguns desentulhos que mais tarde se fizeram, acharam-se varias moedas romanas e portuguezas antigas. N'uma propriedade proximo da cidade, andando se em

fevereiro de 1874 fazendo-se uma plantação de vinha, encontraram-se algumas sepulturas romanas e moedas, bem conservadas, dos imperadores Marco Antonio e Filippe. Além dos conventos já citados, houve tambem em Lagos o de S. Francisco, fundado em 1518 por D. Fernando Coutinho, bispo do Algarve, em sitio mais distante da cidade, mas depois, ameaçando ruina, foi mudado em 1560 para o local onde o terremoto o derrocou. A cidade levou muito tempo a recobrar-se de tão grandes perdas. O desenvolvimento que ha annos se tem notado para além do recinto das fortificações, fez com que se formasse o bairro *Aldêa*, ao norte, do lado da entrada principal, entre as antigas portas do Postigo e de Portugal. Lagos tem 4 praças, algumas ruas espaçosas e bem alinhadas, e edificios que se recommendam, como o dos paços do concelho, edificio rectangular, que se eleva na praça Gil Eannes; é vasto e bem dividido, e estão ali installadas quasi tódas as repartições officiaes. A praça da Constituição foi ha poucos annos arborisada. Ainda se vêem as ruinas do antigo paço dos fronteiros e governadores do Algarve, onde por vezes residiu o infante D. Henrique, nas suas frequentes e prolongadas visitas a Lagos. A igreja parochial de S. Sebastião fica n'um alto na extremidade norte; é templo muito antigo, que D. João II reconstruiu em 1490, mudando-lhe o primitivo nome de *N. S.ª da Conceição* para o de *S. Sebastião*, por ser este santo advogado contra a peste, que no seu reinado perseguiu amiudadas vezes o Algarve. E' espaçoso, de tres naves, com 7 capellas e altares. Propriamente no local da cidade não ha agua potavel. Em tempos remotos iam os seus habitantes buscal-a a uma nascente na povoação da Fonte Coberta, a curta distancia para o nordeste. Hoje abastece-se de agua por meio d'um cano de alvenaria solido e largo, que a conduz d'uma nascente muito abundante no Paúl, valle proximo do primitivo local occupado pela cidade, perto de 3 k. da actual. Este aqueducto foi principiado a construir em 1490, concorrendo para elle por um imposto os seus habitantes, sendo mandado acabar por el-rei D. Manuel em 1521, o qual tanta importancia e valor lhe deu, que d'elle fez aviso a todas as nações maritimas. Este aqueducto sustenta varias bicas e o chafariz da praça, que tem 8 bicas de bronze. O aqueducto achava-se muito deteriorado, mas em 1901 ou 1902 foi reparado na parte que vem da origem até á ermida de S. João, junto do passeio publico, construindo-se ali um filtro, e beneficiando-se a parte que vem d'este ponto á cidade com a substituição por tubagem de grez. A egreja da Misericordia ardeu em 29 de julho de 1888, sendo depois reconstruida em estylo moderno, por subscripção publica. N'esta cidade houve um hospital de gafos com a sua egreja, no sitio ainda hoje chamado *Gafaria*, fóra da porta dos Quartos, mas de que já não existem vestigios. Ha tambem as capellas de S. João Baptista, S. Pedro, Santo Amaro e N. S.ª da Piedade, situada na ponte do seu nome. A antiga egreja de Santa Barbara serve actualmente de quartel militar. A egreja de Santo Antonio é da guarnição militar; tem muito valor a sua ornamentação interna em obra de talha que reveste todas as paredes, sendo encimada por quadros a oleo representando varios episodios da vida do santo, obra mandada fazer por Hugo Braty em 1769, e que foi doada ao commando militar local. A egreja do Espirito Santo pertence aos mareantes. No rio entravam ainda ha pouco tempo grandes cahiques, pequenos hiates e chalupas, mas hoje apenas n'elle se pódem abrigar pequenas embarcações de pesca que, ainda assim, só com bom tempo conseguem atravessar a barra. Nos arredores da cidade ha povoações, campos e praias de extraordinaria belleza. N'este numero se conta a praia de N. S.ª da Luz, onde se nota uma excellente vegetação algarvia. Esta povoação tem-se desenvolvido ultimamente com a affluencia de muitas familias de Lagos e de outros pontos do Algarve e do paiz, que vão ali passar a epoca balnear. Fronteira á cidade, e a curta distancia fica a bonita praia de S. Roque. As pescarias são o principal ramo de riqueza de Lagos. N'outro tempo pescavam-se aqui baleias e coral; hoje pesca-se toda a qualidade de peixe. Empregam-se ainda na pesca muitas embarcações e alguns centenares de pescadores, que pescam não só nas costas do Algarve, mas até nas de Marrocos, que são mais productivas. A pesca do atum é muito importante. Exporta muito peixe salgado e azeite de peixe. Lagos alimenta 8 fabricas de conserva de sardinha em lata, todas ellas bastante desenvolvidas. Além d'estas, ha ainda tres fabricas de sardinha prensada pelo processo italiano-austriaco, uma fabrica de chaves para latas, uma fabrica de guano e numerosos armazens de preparação de productos da agricultura do Algarve. Em 28 de junho de 1693 houve uma batalha naval entre as esquadras franceza contra a ingleza e hollandeza combinadas. A franceza era composta de 71 navios de guerra, commandada pelo almirante conde de Tourville; a ingleza e hollandeza de 25 vasos de guerra, sendo commandante o almirante Rooke, e que comboiava perto de 400 embarcações mercantes, que vinham dos mares do Levante com ricas carregações, consignadas a negociantes de Londres e Amsterdam. A esquadra combinada teve de retirar, em vista da grande desproporção de forças, no fim de 8 horas de renhido combate e d'uma brilhante defeza. Os francezes tomaram e roubaram muitos navios mercantes, no valor de 36 milhões de francos (5:760 contos de réis). A antiga vedoria é o edificio mais antigo, e ignora se a data da sua construcção. A noticia mais remota que se conhece é de 1691, em que o então capitão-general do Algarve, o almirante Francisco Luiz da Gama, 2.º marquez de Niza, o mandou reconstruir, sendo então destinado para as repartições de alfandega, ficando com um andar nobre, pois que antes tinha só as arcadas onde se vendiam os escravos. Um dos alojamentos do andar nobre servia de intendencia ao pagador militar que tinha residencia em Faro. Em 1755, o terremoto derrocou o convento de S. João de Deus, onde estava o hospital militar, como já se disse, onde a camara municipal estava alojada na parte oeste, e como o juiz da alfandega fôsse tambem o presidente da camara, accommodou esta no mesmo edificio onde se conservou até á morte d'aquelle juiz; o novo porém, não quiz ter ali aquella corporação, e mandou a procurar novo alojamento. A camara e os grandes da terra representaram a D. João VI, o qual decretou,

que se conservasse ali a camara, destinando-lhe a sala que tem frente para a praça, e um quarto interior para o archivo, e dando á alfandega a parte destinada á intendencia do pagador militar, e assim se installaram alguns annos aquellas corporações até que a camara conseguiu a nova casa, conservando-se ali a alfandega até 1842, em que passou para nova casa junto ás portas do mar, casa que, apezar de estar em bom estado, foi por uma junta medica dada por incapaz de ser habitada, por ser tão humida que até de verão as paredes se conservavam molhadas A antiga casa da vedoria estava ha muito tempo considerada em ruinas, e a Associação Commercial de Lagos representou ao governo, para que se procedesse á reconstrucção da antiga casa da vedoria, para que de novo fôsse para ali a delegação da alfandega, o que se conseguiu levar a effeito em 1906, ficando uma boa repartição com as precisas commodidades ao seu bom funccionamento. Nos primeiros mezes de 1834 travaram-se em Lagos varios combates entre as tropas realistas e constitucionaes. Houve n'esta cidade um pequeno theatro, intitulado *Gil Vicente*, que ardeu no principio de maio de 1871. Lagos pertence á 4.ª div. mil, 8.ª brigada, grande circumscripção mil. S. e ao distr. de recrut. e res. u. 17, de que é séde, bem como da companhia n.º 4 de artilharia do 3.º batalhão do regimento de infantaria n.º 17 e da 9.ª companhia de reformados. Tem escolas para ambos os sexos, hospicio para expostos, est. telegr. post. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. S.—Faro; feira a 16 e 17 de agosto, da Senhora da Gloria, e de 12 a 14 de outubro; mercado nos segundos domingos de cada mez; agencia bancaria, agencia das companhias de seguros *Portugueza*, *Reformadora*, *Portuense*, *Tagus* e *Union*; agencia de vapores, da *Companhia hespanhola*, *Empresa Portugueza de Navegação;* associações: *Auxiliadora da Classe Maritima*, *Operaria dos Soldadores*, *Montepio Artistico*, *Popular* e *Real Compromisso Maritimo;* corpo consular: vice-consules de Hespanha, Austria, Hungria, Brazil, Dinamarca, França, Grecia e Hawai; hoteis, medicos, pharmacias, notarios; sociedades de recreio: *Philarmonica* e *Club Artistico*; theatro *Gil Vicente*. O conc. compõe-se de 5 freguezias com 3:163 fog e 13:981 habitantes, sendo 6:862 do sexo masc. e 7:119 do fem., n'uma superficie de 25:295 hect. A cidade dista 75 k. da séde do distr. As freguezias são: S. Bartholomeu, de Bensafrim e Barão de S. João, 2:242 hab.: 1:143 do sexo masc. e 1099 do fem.; Santa Maria, de Lagos, 3:566 hab.: 1:741 do sexo masc. e 1:825 do fem; S Sebastião, de Lagos, 4:702 hab.: 2:260 do sexo masc. e 2:442 do fem.; N. S.ª da Luz, 1:967 hab.: 939 do sexo masc. e 1:028 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Odiaxere, 1:504 hab.: 779 do sexo masc. e 725 do fem. O principal commercio do conc. é cereaes, azeite, vinho, fructas, peixe e ovos. Tendo se renovado a alliança anglo-portugueza, depois da acclamação do rei de Inglaterra Eduardo VII em 1902, a bahia de Lagos foi estudada para base de operações da armada ingleza, sob a hypothese d'uma guerra continental. Em agosto de 1903 reuniram-se ali 125 navios de guerra inglezes, de todos os typos modernos, que procederam a varias manobras combinadas, e por essa occasião foi prestada a el rei senhor D. Carlos uma das mais altas homenagens de que fala

Lagos — Rocha na Ponta da Piedade

a historia das relações internacionaes; uma salva nocturna dada por todos os navios da esquadra no momento em que, tendo ido sua magestade el-rei fazer a sua visita official ao navio almirante, se levantaram, no banquete que se seguiu, os brindes aos chefes das duas nações alliadas. As visitas das poderosas esquadras inglezas áquella bahia teem-se repetido quasi todos os annos, realizando ali varias manobras. || *Jornaes*: Em Lagos teem-se publicado os seguintes jornaes: *Correio das Provincias* (*O*), o n.º 18, que foi o exemplar, que vimos, é datado de 1 de maio de 1896. Ignoramos quando terminou; *Diario do Algarve*, dezembro de 1872; *Echo do Algarve*, 9 de setembro de 1868 a maio de 1869. Este foi o primeiro jornal aqui saido e o primeiro do partido republicano publicado no Algarve; *Echo de Lagos* (*O*), 7 de fevereiro de 1891; *Folha Democratica* (*A*), 18 de janeiro de 1883; *Gazeta do Algarve*, 1 de janeiro de 1873 a 25 de dezembro de 1877; continuado pelas *Noticias do Algarve; Imparcial (O)* 17 de janeiro de 1892; *Lacobrigense* (*O*), 5 de abril de 1891; *Liberal* (*O*), 26 de abril de 1883 a 15 de outubro de 1889; *Noticias do Algarve*, 1 de fevereiro de 1878 a julho de 1883, continuação da *Gazeta do Algarve*; *Pró-Lagos*, 22 de setembro de 1891; *Revista do Algarve*, 1869; *Semana de Lagos (A)*, 4 de julho de 1895.

Lagos. Povoações nas freguezias: Ilha de Santa Maria; Santa Barbara, conc. de V. do Porto, dist. de Ponta Delgada. || S. Pedro, de Gondarem, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Grijó, conc de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || S. Miguel e concelho de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Ilha de Santa Maria; S. Pedro, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada || S. Pedro, de Villar do Paraizo, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Lagos *(Parceria de)* Entre as primeiras tentativas de sociedades que por successivas transformações produziram as poderosas companhias coloniaes, que tanta influencia exerceram na politica, economia e historia das nações, é incontestavel que occupa um logar condigno a iniciativa commercial dos habitantes de Lagos, conhecida pela Companhia ou Parceria de Lagos. Era n'este pôrto que vinham descarregar os navios que regressavam das expedições maritimas dirigidas pelo infante D. Henrique. E' natural, portanto, que nos habitantes de Lagos despertasse primeiro o desejo de armarem por sua conta navios que fôssem áquellas regiões ignotas, de onde podiam trazer escravos e mercadorias com que obtivessem lucros avultados. A iniciativa da empresa partiu de Lançarote, que fôra de pequeno creado em casa do infante, e que exercia o logar de almoxarife na villa. Foi elle que começou a reunir associados, e não lhe foi difficil obtel-os, porque a gente de Lagos era naturalmente inclinada aos emprehendimentos maritimos. No empenho de organisar em boas condições a empresa, Lançarote procurou para associados os homens mais importantes e considerados da localidade, e o requerimento ao Infante, solicitando licença para armarem navios com que fôssem á Guiné, era apoiado por todos os que em Lagos tinham posição de alguma importancia. A licença foi solicitada e concedida, em 1444, dando-se ao Infante um quinto das presas havidas. A constituição do syndicato, ou parceria, era simples. Os lucros, depois de deduzida a parte do Infante, dividiam-se pelos associados. Do modo por que praticamente se fazia a distribuição existe informação no capitulo da *Chronica do descobrimento e conquista da Guiné*, em que Azurara descreve o regresso das caravélas a Lagos e a distribuição dos moiros aprezados, acto a que assistiu o Infante e ao qual concorreu toda a gente da villa e das povoações visinhas. Da primeira expedição resultara assentar-se em Arguim a primeira feitoria e contratar o Infante o commercio, ou resgate, naquella região por dez annos, sendo o contrato feito com Lançarote. Não se póde affirmar quanto tempo durou esta parceria, mas parece que ainda existia quando se fez a segunda expedição de Lagos, tambem commandada por Lançarote e que foi até ao Senegal, sendo provavel que durasse ainda emquanto o commercio e o descobrimento da costa da Guiné andaram contratados com Lançarote, Pedro da Cunha e Soeiro da Costa, que se haviam interessado na referida parceria. Bibliographia: *Vida do Infante D. Henrique* por Candido Lusitano. *Corografia ou Memoria economica*, etc. *do Algarve* por J. B. Silva Lopes. *Companhias Portuguezas de colonisação* por Tito de Carvalho.

Lagos da Beira. Villa e freg. de S. João Baptista, da provincia do Douro, conc. e com. de Oliveira do Hospital, distr. de bisp. de Coimbra; 812 hab. e 2?0 fog. Tem esc do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada entre o rio Alva e um affluente do Mondego. A Casa do Infantado apresentava o prior, que tinha 300$000 réis. D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 15 de março de 1514. A villa pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra.

Lagos e Relva. Duas povoações reunidas na freg. de S. Martinho, de Estoy, conc. e distr. de Faro.

Lagostas *(Morro das)*. Ponta ou cabo na costa do conc. e distr. de Loanda, prov. de Angola, banhado pelo Oceano Atlantico. Fórma o limite S da bahia do Bengo, o extremo O da enseada do Cacuaco e o N E da bahia de Loanda. E' cortado a prumo, encontrando-se perto d'elle 29 m. de fundo. A pequena distancia e para o S levanta-se a fortaleza de S. Pedro, no morro da Cassandama.

Lahão Pov. na freg. do Salvador, de Tebosa, conc. e distr. de Braga.

Lahmeyer *(Adolpho Bernardo Frolick)*. Medico, que actualmente exerce clinica em Lisboa. N. em agosto de 1838. E' filho de Francisco Gaspar Lahmeyer, que foi por muitos annos agente consular da Italia, Russia e Suecia. Estudou na Universidade de Coimbra, indo depois aperfeiçoar os seus estudos nos hospitaes de Londres. Foi nomeado medico extraordinario no hospital de José em 1861, ordinario do banco em 26 de março de 1878, director de enfermaria em 19 de junho de 1879, cargo que exerce actualmente na enfermaria de Santa Catharina, do hospital Estephania. Foi sub-delegado de saude interino em Lisboa, em 1885 e 1886, e é medico da Santa Casa da Misericor-

dia e do hospital inglez para a marinha mercante. O dr. Lahmeyer descende d'uma familia notavel de amadores de musica, que brilharam no periodo aureo das festas do conde do Farrobo. Como a grande maioria dos amadores d'aquella epoca, a familia Lahmeyer tinha desenvolvido o gosto pela musica nas reuniões da celebre *Sociedade Philarmonica*, fundada pelo pianista e compositor de musica Bomtempo (*V. este nome*). Eram quatro irmãos: Frederico Rudolpho Lahmeyer, que tocava na orchestra dirigida por Bomtempo, e o seu nome figura na relação dos amadores que tomaram parte nas exequias da rainha D. Maria I, que se realisaram em 1822 na occasião em que se trasladaram para Lisboa os seus restos mortaes. Tambem foi um dos amadores que compozeram a orchestra que abrilhantou a sessão solemne das côrtes em 13 de maio de 1823. Falleceu ainda novo, antes de 1840.—Alexandre Lahmeyer era o primeiro trompa na orchestra de Bomtempo. Foi o iniciador de se reorganisar em 1838 a sociedade de amadores que Bomtempo fundara, a qual tomou então o nome de *Sociedade Philarmonica*. Francisco Gaspar Lahmeyer, nascido em 1813 e fallecido em 1877, foi, conforme dissémos, agente consular da Italia, Russia e Suecia. Era o primeiro fagote em todas as orchestras de amadores, que se reuniam no seu tempo, sendo as principaes as do conde do Farrobo e as da Academia e Assembléa Philarmonica, tomando tambem parte nas festas da semana santa que o conde de Redondo promovia na egreja do Coração de Jesus. Os dois irmãos Francisco e Alexandre eram os primeiros tenores nos coros das operas que se cantaram no theatro das Laranjeiras, entre os annos de 1831 e 1843. Alexandre partiu depois para o Brazil, onde falleceu. D Sophia Lahmeyer Schindler, foi uma eximia harpista, que tambem brilhou muito nas festas musicaes do seu tempo. Foi mãe de Gaspar Schindler, bem conhecido no mundo financeiro e commercial, avó do medico sr. Henrique Schindler e da esposa do sr conselheiro João Ferreira Franco Pinto Castello Branco.

Laião. Pov. na freg. de S. Pedro, de Barcarena, concelho de Oeiras, districto de Lisboa.

Laicore. Reino da prov. dos Bellos, na ilha de Timor, Oceania. Está situado na região central da ilha.

Laiga. Pov. na freg. de S. Thomé, de Friande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Laija. Pov. na freg. de S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Lainho. Pov. na freg. de S. Martinho, de Milhundos, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Lais. Rio da prov. dos Bellos, na ilha de Timor, Oceania, que vae desaguar no estreito de Ombaai ou Malloca

Laja. Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves, de Gradiz, conc. de Aguiar da Beira, districto da Guarda || S. Miguel, de Paredes, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Lajadeira. Pov. na freg. de S. Paio de Mozellos, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Lajas. Pov. na freg. de Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, districto do Porto.

Lajo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Valbom conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Lajô. Pov. na freguezia de Santa Maria, de Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga

Lajos. Pov. na freg. de S. Martinho, de Valbom, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Lala. Pequeno rio do conc. de Cacheu, na prov. da Guiné, Africa Occidental. Põe em communicação a villa de Cacheu com o presidio de Zeguichor. || Pov. do sobado do Toto, conc. e distr. de S. Salvador do Congo, prov. de Angola.

Laleia. Reino do segundo distr. da prov. dos Bellos, na ilha de Timor, Oceania. Fica na parte septentrional da provincia.

Lalem. Aldeia de gentios felupes, situada ao N do estabelecimento e presidio de Bolor, no conc. de Cacheu, prov. da Guiné, Africa Occidental.

Lalim. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Lamego, distr. e bisp. de Vizeu; 1:206 hab. e 259 fog. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post., permutando malas com Lamego. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda da ribeira de Tarouca. E' muito antiga; foi fundada em 780 por Zeidan-Ben-Huin, regulo de Lamego, no tempo do dominio dos moiros. *Lalim* é palavra arabe, que significa o *irreprehensivel*, *sem mancha*, *sem defeito*, sendo, portanto, *povoação do perfeito*. Os marquezes de Penalva e o abbade do convento de Tarouca, da ordem de S. Bernardo, apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 300$000 réis annuaes. Pertence a pov. á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Lalim foi do conc. de Tarouca, que se supprimiu por decreto de 26 de junho de 1896, passando então n'esta data para o de Lamego.

Lallemant (*Adolpho*). Gravador e impressor francez, estabelecido em Lisboa, tornando-se muito conhecido e apreciado pelos seus trabalhos. Era irmão de Francisco Lallemant, habil fundidor de typo, que tomou a antiga fundição de Silva & Filhos, e depois organisou uma sociedade typographica com o titulo de *Franco-Portugueza*, de que foi o director technico, typographia que existe ainda hoje, gozando sempre dos melhores creditos. Adolpho Lallemant nasceu em Lille, departamento do norte da França, em junho de 1830 e fal. em Lisboa a 21 de junho de 1891. Tinha 13 annos de edade quando entrou para a grande typographia Danel, em Lille, a praticar nas officinas de impressão; educou se n'aquelle grande centro typographico, e em 1855 veiu para Portugal, a convite de seu irmão, como impressor na typographia Franco-Portugueza. Adolpho Lallemant conhecia já todos os processos da sua arte, no adeantamento em que se encontrava n'aquella epoca, mas em Portugal é que a typographia estava ainda em grande atrazo, e foi elle, como verdadeiro artista, sempre muito dedicado ao trabalho, quem mais fez brilhar a impressão da gravura entre nós. Os seus trabalhos destacavam se vantajosamente entre identicos no geral das nossas typographias, e quando se propunha a fazer impressão de luxo, ninguem o excedia, sendo essas impressões uns verdadeiros modelos. Foi Adolpho Lallemant quem iniciou

em Portugal a impressão a côres ou chromo typographia; quem primeiro imprimiu gravura com a nitidez e arte com que se imprime nos paizes mais adeantados. As obras impressas por Lallemant principiaram a chamar a attenção do publico em geral, e da classe typographica em particular, sendo Adolpho Lallemant consultado frequentemente pelos seus collegas sobre pontos de impressão, chegando mesmo o seu conselho a alguns principaes estabelecimentos do Estado, onde por varias vezes foi encarregado de trabalhos da sua arte. Em 1869 foi chamado á Casa da Moeda pelo director, n'essa epoca, D. José de Saldanha, pára ser encarregado da direcção da officina de impressão de estampilhas do correio e de sêllos de verba. Durante 14 annos prestou serviços muito importantes n'este estabelecimento, que lhe valeram ser elogiado officialmente; por serviços prestados á arte typographica em Portugal recebeu tambem a mercê do habito de Christo. O ministro da fazenda, Carlos Bento da Silva, em 1877, encarregou o de ir ao estrangeiro estudar os processos mais modernos de impressão de sêllos nas Casas da Moeda, e d'esta commissão se desempenhou superiormente, apresentando um desenvolvido relatorio, que foi elogiado pelo ministro da fazenda e pelo director da Casa da Moeda. Não soffre contestação alguma, é que o nome de Adolpho Lallemant está ligado aos progressos que a arte typographica fez em Portugal durante 30 annos, aproximadamente. Desde 1886 até á data do seu fallecimento, viuse só com a direcção de todo o estabelecimento, por ter retirado para França seu irmão Francisco. Era um trabalho enorme e incessante, para quem tivera uma vida muito activa e laboriosa, e já contava para cima de 50 annos. Ajudava o seu filho, Luciano Lallemant (V. *o artigo seguinte*). Afinal succumbiu aos effeitos d'uma lesão, de que soffria, victimando-o na edade de 60 annos. Adolpho Lallemant possuia tambem a condecoração da ordem de Izabel a Catholica, de Hespanha, e muitas medalhas de exposições do Porto, Paris, Vienna d'Austria, Philadelphia, Rio de Janeiro, Lille, etc.

Lallemant *(Luciano)*. Gravador em madeira. Nasceu em Lisboa, sendo filho de Adolpho Lallemant. Foi alumno da Academia de Bellas Artes de Lisboa, e seu pae o mandou depois cursar a Academia Hildebrand, de Paris, onde concluiu os estudos. Foi director do Gremio Artistico e Sociedade Nacional de Bellas Artes durante 9 annos, ao lado de Silva Porto, Ramalho, Columbano, Malhôa, Costa Motta, Salgado e outros distinctos artistas portuguezes, e onde com elles formou o jury das exposições d'aquellas sociedades. Por decreto de 9 de dezembro de 1898 foi nomeado representante dos artistas de Lisboa na Exposição Universal de Paris de 1900, sendo então ministro das obras publicas o fallecido estadista Elvino de Brito; membro da sub-secção de Arte na mesma exposição, e da secção typographica da Associação Industrial Portugueza. Em 1902 instituiu-se a Sociedade Nacional de Bellas Artes, que veiu continuar o Gremio Artistico, que n'ella se fundiu, e o sr. Luciano Lallemant ficou sendo vogal da direcção. O apreciado artista tem illustrado diversas obras, entre as quaes se contam as seguintes: De *Angola á Contra Costa*, de Capello e Ivens; *O Minho Pittoresco; No Occidente*, revista de Alberto de Oliveira; *A Biblia*, edição da typographia Elzeveriana; *Retrato de Ricardina*, de Camillo Castello Branco. Executou tambem diversos trabalhos para a Casa da Moeda de Lisboa, os titulos da divida externa, postaes do Centenario da India, e collaborou artisticamente na *Arte Portugueza*, jornal editado por D. E. Casanova. Enviou diversos trabalhos ás exposições do Gremio Artistico, Sociedade Nacional de Bellas Artes e Exposição de Paris de 1889 e 1900, de que obteve os seguintes premios: Medalha de prata na Exposição de Paris de 1889; 1.ª medalha pela Sociedade Nacional de Bellas Artes, e medalha de ouro e de prata na exposição de 1900. O sr. Luciano Lallemant cultiva a gravura e a aguarella, trabalhando activamente por dar a esta especialidade o maior desenvolvimento possivel. Foi este apreciado artista quem teve a idéa de se offerecer um album collaborado por artistas portuguezes ao presidente da Republica Franceza Emilio Loubet, na sua visita a Lisboa em 1905.

Lama. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 487 hab. e 103 fog. Tem esc. do sexo masc., est. post. permutando malas com Barcellos; e fabrica de louça. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e corre-lhe proximo o rio Cávado. O D. abbade benedictino do mosteiro de Tibães apresentava o vigario, que tinha annualmente 40$000 réis. Foi aqui a villa, honra e depois couto de Azevedo. O juiz, que saia, elegia o seu successor, juntamente com o povo, a cujo acto presidia o senhor da casa solar dos Azevedos, que procedem de D. Godinho Viegas, fundador do mosteiro de Villar de Frades. O couto de Azevedo compunha-se da freg. de Lama e d'alguns logares pertencentes á freg. de Santa Eulalia, de Oliveira, que lhe ficam ao N; e de outras a E pertencentes á freg. de S. Romão da Acha. No civel e crime tinha jurisdicção n'este couto o juiz do antigo concelho do Prado, ha muito extincto. O juiz do couto só tinha jurisdicção nos negocios municipaes e sobre coimas. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3 com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. de Santo Thirso, distr. e bisp. do Porto; 380 hab. e 75 fog. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e fica proximo do rio Ave. A mitra apresentava o abbade, que tinha 300$000 rs. de rendimento annual. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias: S. João Evangelista, de Athães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Borba da Montanha, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || Santa Martha, de Bouro, conc. de Amares, do mesmo distr. || S. Martinho, de Caramos, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Vicente, de Irivo, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || O Salvador, de Fervença, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Thiago, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Martinho, de Fornello, conc. de Villa do Conde, do mesmo distr. || S. Verissimo, de Nevogilde, conc. de Louzada, do mesmo distr. || S. Cypriano, de Refontoura conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || O Salvador, de Rossas, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Santa Maria, de Sardoura, conc. de Castello de

Paiva, distr. de Aveiro. || S. Clemente, de Silvares, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Vallões, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Salvador, de Fornos, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S Miguel, de Gemeos, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Gondar, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Guizande, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Jorge, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Conceição, de V. N. de Muhia, conc. de Ponte da Barca, do mesmo distr. || Monte na freg. de S. Bento do Matto, conc. e distr. de Evora.

Lama d'Arcos. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e comarca de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 622 hab. e 149 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie, proximo da margem esquerda do rio Tamega. O prior de Chaves apresentava o cura, que tinha 10$500 rs. de congrua e o pé d'altar. Annexa a esta freg. está a de Santa Martha, de Villa Frade, que foi independente até ao principio do seculo XIX, sendo o cura apresentado pelo mesmo prior de Chaves, o qual tinha 40$000 réis. Lama d'Arcos pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Lama e Campellinhos. Pov. na freg. de S Felix, de Gondifellos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Lama de Cavallo. Pov. na freg. de S. Vicente, de Alvites, conc. de Mirandella, distr. de Castello Branco.

Lama Chã. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Negrões, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Lama de Lima. Pov. na freg. de Santa Marinha de Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto.

Lama Corga. Pov. na freg. de S Paio, de Mozelios, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Lama Grande. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Cahide de Rei, conc. de Lonzada, districto do Porto. || N. S.ª da Expectação, de Souzella, do mesmo conc. e districto.

Lama Longa. Pov. na freg. de S. Vicente, de Campo, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Lama Má. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Lama do Monte. Pov. na freg. de S. Thomé, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Lama d'Ouriço. Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Alvarelhos, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real.

Lama de Porco. Roça da Ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Lamaçaes. Povoações nas freguezias: S. Lourenço, de Alvellos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro de France, conc. e distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. | Quinta na freg. de N. S.ª da Conceição, de Curia, conc. de Belmonte, distr. de Castello Branco.

Lamaçães. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 384 hab. e 93 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 1 k da séde do conc. O cabido da sé de Braga apresentava o abbade, que tinha rs. 240$000 annuaes. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. No logar de Fraião ha uma fonte d'agua mineral, bastante estimada pelos povos circumvisinhos, a qual é conhecida pelos nomes de *Fraião* ou de *Lamaçães*. A agua brota em terreno de grés irregular e argiloso. Foi analysada em 1851 por J. J. de S. Pereira Caldas, publicando se n'esse mesmo anno o resultado d'essa analyse, com o titulo: *Ensaio analytico das aguas ferreas de S. Thiago de Fraião nos suburbios de Braga*, por uma commissão de que foi relator o sr. J. J. de S. Pereira Caldas, Braga, 1851. Estas aguas, de mistura com agua quente, são usadas internamente no tratamento das affecções chronicas das visceras abdominaes, nas anemias, chloroses, leucorrheas, neurasthenias, etc. Externamente, empregam-se aquecidas, contra as ulceras atonicas. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Gendufe, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Lamaceiras. Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira; Santa Quiteria, de Boa Ventura, conc. de S. Vicente, distr. do Funchal. || Espirito Santo, de Egreja Nova do Sobral, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Lamaceiros. Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira e distr. do Funchal; Sant'Anna e conc. do mesmo nome; N. S.ª da Conceição, e conc. de Porto Moniz. || Espirito Santo, da Egreja Nova do Sobral, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Pinheiro, Grande, conc. da Chamusca, do mesmo districto.

Lamacheira *(Quinta da)*. Na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Tramagal, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Lamadelta. Familia illustre de Castella e Galliza, que passou a Portugal. As suas armas são: Em campo azul uma torre de prata com uma aguia do mesmo metal, no alto da mesma torre aberta; timbre, a aguia.

Lamaes. Pov. na freg de S. Pedro, de Ferreira, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Lamagão. Pov. do conc. de Bicholim, Novas Conquistas, distr. e arceb. de Gôa, na India.

Lamalonga. Pov. e freg. de Santa Epiphania, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp de Bragança, 985 hab. e 287 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 19 k. da séde do conc. e está situada n'uma baixa, entre tres montes, a 5 k. da margem esquerda do rio Tuella. O antigo orago d'esta freg. era N. S.ª dos Reis. O abbade de Gnide apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Lamaquitos. Reino na parte portugueza da ilha de Timor, na Oceania. Comprehende a povoação Raimeam do Sul.

Lamare *(Ayres Pacheco)*. Vice almirante. N. em 1820, fal. em março de 18?5. Assentou praça como aspirante de marinha em 1834, contando 14 annos de edade. Depois de promovido a segundo-tenente, e sendo ainda muito novo, exer-

ceu distinctamente varios commandos; como official superior foi chefe do Departamento do Porto, e mais tarde do Departamento Maritimo do Centro. Fez varias viagens de tirocinio, sendo a primeira como guarda-marinha. Foi commandante do cuter de guerra *Andorinha*, que fiscalisava as costas do Norte em 1851. Quando em 1847 a fragata D. Maria fazia o bloqueio do Porto, o seu commandante, o visconde de Soares Franco, escreveu um officio ao ministro da marinha, o qual veiu publicado no *Diario do Governo*, n.º 133, do mesmo anno, e de que transcrevemos as seguintes linhas: «O enthusiasmo e valor da minha guarnição não póde ser excedido; a conducta dos meus officiaes foi tão briosa, que não devo particularisar algum, á excepção do segundo tenente Ayres Pacheco Lamare, que estando doente no seu camarote, veiu tomar o commando da sua brigada emquanto durou o fogo.» O vice-almirante Pacheco Lamare era muito dedicado ao estadista Fontes Pereira de Mello, e tinha apenas o habito da ordem de S. Bento de Aviz.

Lamare *(José da Gama Lobo)*. Coronel do estado maior; official ás ordens honorario de sua magestade el-rei senhor D. Carlos, promotor no Supremo Conselho de Justiça Militar, etc. N. em 31 de agosto de 1849, fal. em maio de 1902. Assentou praça em cavallaria em 13 de agosto de 1866, sendo promovido a alferes em 4 de janeiro de 1871, a tenente em 8 de novembro de 1876, a capitão em 31 de outubro de 1884, a major em 15 de março de 1894, a tenente-coronel em 29 de agosto de 1895, a coronel em 7 de janeiro de 1902. Fez a sua carreira na arma de cavallaria. Serviu nos postos inferiores no regimento de lanceiros, e depois foi nomeado defensor officioso dos conselhos de guerra da 1.ª divisão militar. Mais tarde, vagando o logar de promotor de justiça d'um dos membros do conselho, foi provido n'este logar, e depois no de promotor no Supremo Tribunal de Justiça Militar. Como politico, o coronel Lamare filiou se no partido regenerador, e foi deputado n'algumas legislaturas. Exerceu por muitos annos o logar de inspector de instrucção primaria. Por vezes apresentou e defendeu no parlamento differentes medidas de interesse para a instrucção publica. Como jornalista distinguiu-se como redactor da *Revolução de Setembro*. Era official e cavalleiro da ordem de Aviz, commendador da de N. S.ª da Conceição, e da ordem de Carlos III, de Hespanha; possuia as medalhas de prata da classe de bons serviços e de comportamento exemplar.

Lamarejas. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal.

Lamares. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. de Traz os-Montes, conc., com, e distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 1:152 hab. e 272 fog. Tem escolas d'ambos os sexos A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada na serra de Lagares. O reitor de Riba Pinhão apresentava o vigario, que tinha 70$000 réis annuaes. A terra é fertil e pertence á 6.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Lamarigo. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Padornello, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Lamarosa. Pov. e freg. de Santo Varão, da prov. da Estremadura, conc., com, distr. e bisp. de Coimbra; 1:312 hab. e 363 fog.; tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e corre-lhe proximo o rio Mondego. Pertence á 5.ª div. mil. e ao districto de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. || Pov. e freg. de S. José, da prov. da Estremadura, conc. e com de Coruche, distr. de Santarem, arceb. de Evora. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada n'um valle da margem da ribeira do mesmo nome, cercada de montes. A pov. pertence á 1.ª div. mil. e ao districto de recrut. e res. n.º 2, com a séde em Lisboa. || Povoações nas freguezias: N. S. da Conceição, de Abitureiras, conc. e distr. de Santarem. N. S.ª do O', de Olaia, conc. de Torres Novas, do mesmo distr. Tem est. post. Pov. e apeadeiro do caminho de ferro da linha do norte, entre as estações do Entroncamento e Paialvo || Ribeira no distr. de Santarem, que nasce proximo da freg. do mesmo nome e vae desaguar na ribeira de Muge, com 45 k de curso.

Lamas *(Antonio)*. Industrial e negociante, muito conhecido em Lisboa. Nasceu em Traudeiras (Traz-os-Montes), no dia 29 de março de 1778. Veiu muito novo para Lisboa, onde se entregou, com extraordinaria actividade, á vida commercial e industrial. Casou na egreja da sé com sua sobrinha, D. Maria d'Arrabida Lamas, em 9 de junho de 1819. Depois de habitar em varios predios na cidade baixa, fixou a sua residencia na Junqueira, em frente da Cordoaria, onde falleceu, com 85 annos de edade, em 15 de abril de 1864. Foi enthusiasta defensor das idéas liberaes. Auxiliou a implantação do novo regimen, com verdadeiro amor patriotico, fazendo importantes cedencias de capitaes e outros serviços ao Estado. Era um dos frequentadores do Café Grego, que organisaram as festas que no Caes do Sodré se fizeram por occasião da outhorga da Carta. A' sua casa, que então era junto do Terreiro do Paço, se dirigiu o duque da Terceira, logo que desembarcou em Lisboa, no dia 24 de julho de 1833. Nunca quiz acceitar recompensas honorificas pelos serviços que prestou é causa da Liberdade. Trabalhou muito e deixou um nome, que foi sempre apontado como um modelo de honradez. Fez parte da vereação da camara municipal, sendo um dos vereadores que contribuiram para a compra das grades do antigo Passeio Publico.

Lamas *(José)*. Proprietario, numismata distincto. Era filho de Antonio Lamas e de D. Maria d'Arrabida Lamas. Nasceu na freguezia de S. Paulo, em Lisboa, no dia 17 de desembro de 1824. Era ainda muito novo quando seu pae o mandou para Londres, onde esteve alguns annos a educar. Quando voltou para Lisboa dedicou-se por algum tempo á vida commercial e industrial. Tinha uma fabrica de correias para machinas, industria que não havia no nosso paiz. Casou, na referida freguezia de S. Paulo, com D. Emilia F. Covacich, filha de um industrial dalmata, residente em Lisboa, Nicola Covacich e de sua mulher D. Emilia M. C. Bigot Covacich. Foi apaixonado amador da numismatica nacional, sciencia a que dedicou grande parte da sua actividade e de que tinha profundos conhecimentos. Colleccionou com methodo moedas e medalhas

portuguezas. Das primeiras existe um catalogo impresso,—*Catalogo descriptivo das moedas portuguezas e outras, que fórmam parte da collecção que foi organisada por José Lamas*. Sobre as medalhas tem seu filho, sr. Arthur Lamas, publicado varios estudos no *Archeologo Portuguez*, vol. x e segg. dos quaes se tem feito separatas. Da collecção de José Lamas muito se aproveitou Teixeira de Aragão para a sua obra sobre as moedas portuguezas. Tendo contribuido bastante para o desenvolvimento da numismatica no nosso paiz, infelizmente não deixou nenhum trabalho impresso, nem manuscripto. Foi como numismata que fez parte da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos portuguezes. Falleceu em Lisboa na casa da Junqueira, em frente da Cordoaria, em 24 de abril de 1892. Das monographias, em que o sr. Arthur Lamas tem divulgado varias medalhas interessantes da collecção organisada por seu pae, temos nota das seguintes: *Uma medalha portugueza inedita* (sobre a Villafrancada), Lisboa, 1905. *O Desacato na igreja de Santa Engracia e as insignias dos «Escravos do Santissimo Sacramento»*, 1905. *Medalhas de Salvação Portuguezas*, 1905. *Medalhas da guerra da Successão de Hespanha referentes a Portugal*, 1906. *Medalhas dedicadas á infanta D. Catharina de Bragança, rainha de Inglaterra*, 1906. *Medalhas de D. Miguel*, 1905. *Medalha commemorativa da instituição da Academia Real da Historia Portugueza*, 1907.

Lamas. Pov. na freg de S Thomé, da prov. da Estremadura, conc. de Cadaval, com. de Torres Vedras, distr. e patriarc. de Lisboa; 2:752 hab. e 609 fog. Tem escolas d'ambos os sexos e est. postal, permutando malas com Cadaval. A pov. dista 4 k. da séde do conc. Tinha antigamente a invocação de S. Miguel. Esta freguezia foi criada no principio do seculo XIII, fundando-se n'essa epoca a egreja matriz. Os principaes da Egreja Patriarchal e os beneficiados de Santa Maria, de Obidos, apresentavam o cura, que tinha diversos generos. A terra é muito fertil, e pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 5, com a séde em Lisboa. Tendo sido supprimido o conc. de Cadaval por decreto de 26 de setembro de 1895, passou ao de Azambuja, e depois para o de Alemquer por carta de lei de 21 de maio de 1896, voltando para o de Cadaval, que foi restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. || Pov. e freg. de Santa Maria, da provincia do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 219 hab. e 43 fog. Um dos conegos da sé de Braga apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis annuaes. Esta freg. está annexa da civilmente á de Esporões. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. da Feira, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 1:332 hab. e 242 fog. Ha n'esta pov. uma fabrica de rolhas de cortiça. A terra é fertil, fica distante 8 k. da séde do conc. O papa apresentava o abbade, que tinha 360$000 réis de rendimento annual. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. Pov. e freg. do Divino Espirito Santo, da prov. do Douro, conc. de Miranda do Corvo, com. da Lousã, districto e bispado de Coimbra; 1:195 hab. e 221 fog. Tem esc. do sexo masc., correio com serviço de posta rural, e uma fabrica de fornos de cal A pov. dista 4 k da séde do conc O prior de Miranda do Corvo apresentava o cura, que tinha 45$000 réis annuaes. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23 com a séde em Coimbra. Tambem é conhecida por *Lamas de Miranda*. || Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. do Douro, conc. e com. de Agueda, districto de Aveiro, bisp de Coimbra; 585 hab. e 143 fog Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada entre os rios Vouga e Marnel. O real padroado apresentava o prior, que tinha 100$000 réis annuaes. E' n'esta freg. a villa de Vouga, que foi capital do conc. d'este nome até 24 de outubro de 1855. A terra é fertil e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 24, com a séde em Aveiro. || Povoações nas freguezias: Santa Cruz, de Alvadia, conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || Santa Leocadia e conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Miguel, de Cabaços, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Carralcova, conc de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Dume, conc. e distr. de Braga. || S. João Baptista, de Ervões, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real. || S. Thomé, de Estorãos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santo André, de Ferreira de Aves, conc. de Sattam; distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Firvidellas, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || S. Thiago, de Figueiró, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Lanhezes, conc. e districto de Vianna do Castello. || S Miguel, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, districto de Villa Real. || Santa Maria, de Moledo, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Monsul, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Verissimo, de Paranhos, 1.º bairro (oriental) do Porto. || S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Cypriano, de Refontoura, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Martinho, de Sande, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || S. Pedro, de Torrados, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || S. Miguel, de Trezouras, conc. de Baião, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Tropeço, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Verissimo, de Valbom, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Casal na freg. de Santa Maria, de Pinheiro Grande, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Lamas de Cavallo. Pov. na freg. de S. Vicente, de Alvites, conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Lamas de Cima. Pov. na freg de Santo André, de Ferreira d'Aves, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Lamas do Fundo e Lamas do Meio. Duas povoações na freg. de Santo André, de Ferreira d'Aves, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Lamas de Homem. Grande planicie ou campina, da provincia do Minho, na serra de Gerez, formando um vasto plató no seu cume. Nascem aqui muitas aguas que vão cair á Portella do Homem, e todas juntas dão principio e nome ao rio Homem. Sua corrente é rapidissima e suas aguas escuras, frementes e temerosas, mas criam peixe muito bom. V. *Homem*.

Lamas de Mouro Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. e com. de Melga-

ço, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 205 hab. e 50 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e fica situada na raia de Hespanha. O papa e o arcebispo apresentavam alternativamente o abbade que tinha 70$000 réis annuaes. A egreja matriz era a do antigo convento dos templarios que existiu n'esta povoação. Quando esta ordem foi supprimida, em 1311, reverteu o convento á Corôa, que o deu á ordem de Malta em 1319. Os habitantes de Lamas de Moiro pagavam aos cavalleiros de Malta muitos foros, mas tinham os grandes privilegios de caseiros de Malta. Depois passou a ser abbadia do papa e ordinario. Nasce aqui o rio Moiro. N'esta pov. houve em 812, no sitio chamado *Valle de Moiro*, junto ao rio Orneze, uma grande batalha dada por Bernardo del Carpio (parente e vassallo de D. Affonso, o *Casto*, de Leão), contra Ali-Aton, rei de Cordova, que ficou derrotado. E' tradição que por esta freguezia entrou em Portugal D. Affonso VIII, de Castella, em 1129, para ser derrotado na Veiga da Matança, junto aos Arcos de Valle de-Vez, por seu primo, D. Affonso Henriques, de Portugal. Em 1657 tambem entrou por aqui o general castelhano D. Vicente Gonzaga, para ir atacar Valença. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Lamas de Ollo Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com. e distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 270 hab. e 64 fog. Tem esc. do sexo fem. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada proximo do rio Ollo. O abbade de Ermêllo apresentava o cura, que tinha 40$000 réis annuaes. Foi do conc. Ermêllo, hoje extincto, depois do de Mondim de Basto, passando para o de Villa Real por decreto de 26 de setembro de 1895.

Lamas de Orelhão. Villa e freg. de Santa Cruz, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança; 528 hab. e 135 fog. Tem est. post. permutando malas com a R. A. D.—Murça. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada junto da origem e na margem direita d'um affluente do rio Tua. E' pov. muito antiga, e foi de muita importancia, sendo côrte d'um rei arabe, que dizem chamar-se ou ter por alcunha *Orelhão*, que deu o sobrenome da villa. D. Sancho II deu-lhe foral, em Coimbra, a 6 de junho de 1225; D. Affonso III tambem lhe deu foral, em Lisboa, a 13 de julho de 1259, e D. Manuel, em Lisboa, a 15 de julho de 1515. Ao O da villa está a serra de Santa Comba, que tem 18 k. de comprimento e 12 de largura. Na maior altura d'esta serra, mas distantes uma da outra, estão as capellas de S. Leonardo e de Santa Comba, santos naturaes d'esta villa. Ha aqui ruinas de fortalezas arabes. Esta villa foi séde e denominação d'um concelho supprimido por decreto de 31 de dezembro de 1851. A villa pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Lamas de Podence. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 343 hab. e 157 fog. Tem esc. do sexo fem e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 6 k. da séde do conc. O cabido da sé de Bragança apresentava o reitor, que tinha réis 40$000 annuaes. Foi do antigo conc. de Cortiços, hoje extincto. Ao O da pov. ha um outeiro pyramidal, sendo a encosta, que olha para a aldeia, guarnecida com as cruzes da *Via Sacra*. No alto está uma ermida antiquissima, dedicada a Santa Barbara. A O d'este outeiro ha um monte ainda muito mais alto, chamado *Valle de Monte* ou do *Facho*, tendo no cume uma grande planicie. Dizem ter ali existido um facho, tão antigo, que alguns pretendem que fôra já do tempo dos godos. Do lado N d'este monte, e quasi no alto, ha uma fonte chamada *da Senhora*, que vae ao fundo formar um ribeiro, que rega um bonito prado assombrado por frondosos carvalhos e freixos, que o tornam muito ameno, indo n'elles descançar os romeiros no verão. N'este valle criam-se algumas hervas medicinaes. O cume do monte é uma grande planicie, como dissémos, e está orlada de grande arvoredo silvestre, formando um sombrio bosque com suas antigas e gigantescas arvores; d'ali se descobre um vasto horisonte, comprehendendo muitas povoações, serras e valles. No centro existia, desde tempos remotos uma pequena ermida, da invocação de N. S.ª do Campo. Segundo a tradição, veiu aqui pelos fins do seculo XIV ou principios do XV, um santo varão biscainho ou navarro, que trazia comsigo a planta do moderno santuario, que existe ali, o qual elle mandou edificar á sua custa, por lhe agradar a amenidade do sitio. Este santuario foi construido no mesmo sitio onde estava a antiga ermida. Tem na frente um alpendre sobre columnas, tudo de cantaria. A capella-mór é de abobada e de bonita architectura. A egreja, por causa das grandes ventanias a que está exposta, tem as suas paredes exteriores reforçadas por oito gigantes ou botaréos de cantaria. E' o templo de tres naves, divididas por arcos de tijolo, sustentados por boas columnas de granito. Dizem que n'esta egreja ha retabulos a oleo de muito merecimento. Tem uma boa sacristia, e casas de residencia d'um ermitão, junto á egreja; duas imagens de Nossa Senhora, sendo a antiga, que está na sacristia, e a moderna no altar-mór. Ambas as imagens tem o Menino Jesus sobre o braço esquerdo. Existem duas irmandades, uma composta de clerigos e outra de seculares, ambas autorisadas por bullas pontificias, que lhes concedem muitas e perpetuas graças e indulgencias. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde, em Mirandella.

Lamatide *(José de S. Gualter)*. Religioso da ordem de S. Francisco. N. na quinta de Lamatide, d'onde tomou o appellido, na ribeira de Vizella, a 14 de março de 1692; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Francisco Gomes de Oliveira e de Maria Marques Vieira. Aprendeu os primeiros rudimentos em Guimarães. Recebeu o habito franciscano no convento de Mattosinhos a 16 de novembro de 1708, e professou a 17 do mesmo mez do anno seguinte. Foi durante tres annos professor de Theologia Moral no convento de Alemquer a instancias do patriarcha D. Thomaz d'Almeida; dictou Philosophia Especulativa no collegio de S. Boaventura, desde 1732 até 1744, em que jubilou. Foi qualificador do Santo Officio, examinador das tres ordens militares e consultor da Bulla da Cruzada. Escreveu varias obras que ficaram inéditas, e uma que se imprimiu sem o nome do autor, com o titulo: *Manifes-*

to theologico, moral, canonico e dogmatico, em que se trata do sygillo da confissão.

Lambadas. Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de V. N. da Telha, conc. da Maia, distr. do Porto.

Lambogão. V. *Lamagão*.

Lambanha. Pov. do sobado de Cauda, conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 9.ª divisão.

Lambéa. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. Tem minas de cobre.

Lambel. Cotica de brazão. || Pano de lã grosso e de ordinario listrado de varias côres que servia de cobrir algum escabello (banco).

Lambertini *(Evaristo)*. Um dos proprietarios da importante casa de pianos e musicas Lambertini & Irmão, cuja propriedade pertence actualmente ao sr. Miguel Angelo Lambertini. N. em Italia a 10 de junho de 1827 e fal. a 7 de dezembro de 1900, sendo filho do fabricante de pianos, Luiz Joaquim Lambertini, e de sua mulher, D. Helena Snayder Lambertini. Seu pae havia nascido em Bolonha a 17 de março de 1790; dissipara uma fortuna que herdara de seus paes, e quando se viu sem recursos, emprehendeu fabricar pianos, e montou uma fabrica, em que chegou a empregar 20 operarios, produzindo bons intrumentos, que rivalisavam com os das fabricas mais antigas. Em 1836 emigrou para Portugal, trazendo comsigo quatro dos seus melhores operarios. Em Lisboa, onde permaneceu até á sua morte, montou uma fabrica no largo de S. Roque no palacete da esquina da travessa da Queimada, onde admittiu diversos officiaes e aprendizes portuguezes. Produziu grande quantidade de pianos, solidamente construidos, que tinham muita acceitação no publico. Em 1838 figurou brilhantemente na exposição da Sociedade Promotora da Industria Nacional. Comtudo, a industria estrangeira fazia-lhe grande concorrencia e prejudicava-o. Em 1840 mudou se para estabelecimento mais modesto na rua do Jardim do Regedor, em 1844 para a rua da Trindade, depois para a praça da Alegria, até que afinal se mudou para o largo do Passeio Publico, hoje praça dos Restauradores, onde se conserva ainda. Luiz Lambertini era tambem um apreciado pianista, e nos annos de decadencia, dedicou-se ao ensino, adquirindo bons creditos de professor. Falleceu em 13 de novembro de 1864. Alguns annos antes, seus filhos Evaristo e Ermete haviam assumido a gerencia do estabelecimento, conseguindo, á força de actividade e honradez, fazel-o prosperar e adquirir a mais absoluta confiança, não só entre o publico, mas tambem em todas as praças commerciaes tanto do paiz como do estrangeiro. Evaristo Lambertini tinha pouco mais de 6 annos quando veiu para Portugal, acompanhando sua familia Tinha pronunciada vocação para a musica, e matriculou-se no Conservatorio em 1843, e logo no exame que fez de rudimentos obteve um premio honorifico. Cursou depois as aulas de piano, harmonia e acompanhamento, tendo por mestre Xavier Migoni. No fim de 6 annos de trabalhos escolares, teve uma interrupção de 4 annos, devida em parte á falta de saude e a um passageiro desanimo, mas em 1853 matriculou-se de novo no Conservatorio para concluir o estudo de piano e começar o de canto, terminando 2 annos depois completamente a frequencia das aulas. Ao mesmo tempo, que concluia os estudos, dedicava-se ao ensino, unico recurso que se offerecia para luctar com as exigencias da vida. Tanto no piano como no canto grangeou numerosas discipulas, o que lhe facilitou juntar alguma fortuna, devido ao seu espirito previdente e economico. Evaristo Lambertini era tambem muito apreciado em todos os salões onde havia musica, especialmente nas sociedades musicaes, n'aquella epoca numerosas. As duas sociedades mais importantes, e que estavam em rivalidade uma com a outra, *Academia Philarmonica* e *Assembléa Philarmonica*, fôram por vezes testemunhas dos seus triumphos, como pianista e como cantor. Na mocidade tivera a grande doença, confórme dissémos, que o tinha enfraquecido muito. Andava arrastado no arduo labutar das lições, salvando se, por meio d'uma dolorosa operação, de ficar inutilisado para todo e qualquer trabalho. O rheumatismo tambem o assaltou, aleijando-o para toda a vida, depois de o ter feito soffrer cruelmente. Este lastimoso estado o obrigou a mudar de vida. Começou a comprar alguns pianos velhos, que armazenava na sua propria casa. Todo o producto das economias que podia realisar, empregava o na compra de pianos. Regressou de Hespanha seu irmão Ermete, baritono afamado, que cantara em varios theatros lyricos, e com elle se associou. Entrou Evaristo para a sociedade com 21 pianos, quasi todos velhos, que era o seu unico capital. Constituiu-se então em 1 de novembro de 1860 a sociedade commercial, que primeiro girou com a firma *Lambertini Filhos & C.ª*, e depois *Lambertini & Irmão*. Essa sociedade prosperou tanto, graças á cuidadosa gerencia e amigavel concordancia dos dois irmãos, que pouco a pouco se tornou o actual estabelecimento importantissimo. Ermete Lambertini falleceu a 11 de dezembro de 1887, 13 annos incompletos antes da morte de seu irmão Evaristo. Havia mais um irmão, Hercules Lambertini, que foi pintor scenographo de valor, que muitas vezes collaborou com Rambois e Cinatti, e duas irmãs: D. Eliza, que casou com o pintor Thomazini, já hoje fallecida, e a sr.ª D. Elvira, casada em segundas nupcias com Francisco Augusto Vasconcellos Pinto, fallecido em 1907, de cujo consorcio é filho o distincto diplomata e escriptor Lambertini Pinto, actualmente em Roma, e a sr.ª D. Laura Lambertini Pinto, casada com o bem conhecido e considerado medico sr. dr. José Cupertino Ribeiro.

Lamberto *(Fr)*. Monge da ordem de S. Bernardo. Era natural de Porto de Moz, e viveu no seculo XVII. Compoz um *Index da renda do real convento de Alcobaça*, que se guardava na livraria do mesmo convento.

Lamberto *(Fr. Luiz)*. Religioso da ordem de S. Domingos. Era natural de Lisboa, sendo filho de João Lamberto e de Antonia d'Oliveira. Fal. com mais de 83 annos a 4 de novembro de 1721. Professou no convento de S. Domingos de Bemfica a 30 de abril de 1656. Muitos annos antes de fallecer havia cegado, supportando esta infelicidade com a maior paciencia e resignação. Teve fama de eminente prégador do seu tempo, mas dos seus numerosos sermões só se publicaram os dois seguintes: *Sermão na profissão da Madre Soror Ignez de S. José religiosa no Mos-*

teiro do Sacramento, de Lisboa; Lisboa, 1691; *Sermão prégado por ordem d'El-Rei na sua Real Capella em o primeiro dia que se celebrou a approvação dos cultos da Serenissima e Santa Princeza D. Joanna*, Lisboa, 1693.

Lambo. Pov. do conc. de Pungo Andongo, districto de Loanda, prov. de Angola. || Pov. da freguezia de S. Nicolau e conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Lamboia Quiunga. Pov. do sobado de Futila, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Lambrequim. Nome que se dava ao estofo que cobria o elmo ou capacete, e guardava o cavalleiro do sol, da chuva e do pó nos combates.

Lambrequins. Termo heraldico. Ornatos que pendem do elmo sobre o escudo ou que o rodeiam. V. *Paquife*.

Lamedo. Pov. na freg. do Salvador, de Rossas, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Lamegal. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Pinhel, distr. e bisp. da Guarda; 882 hab. e 213 fog. Tem esc. do sexo fem. e est. post. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada perto do rio do seu nome, na estrada de Pinhel ao Sabugal, Foi do conc. de Jermêllo até 1855, em que este conc. se aboliu, passando então para o de Pinhel. A Lamegal pertence a freg. de N. S.ª das Neves de Penhaforte, desde o fim do seculo XVIII, sendo até então independente. O real padroado apresentava o abbade de Lamegal, que tinha 200$000 réis annuaes. O vigario das Gouveias apresentava o cura de Penhaforte, que tinha 7$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. na freg. de Santos Cosme e Damião, de Germil, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu || Rio da prov. da Beira Baixa, que nasce proximo da cidade da Guarda, e entra na margem esquerda do rio Côa, abaixo da Coriscada, com 50 k. de curso.

Lamego. Appellido tomado da cidade d'este nome pelos ascendentes de João Aunes Lamego, ou João de Lamego, homem muito rico e nobre, que exercia, pelos annos de 1500, o cargo de contador de toda a provincia da Beira. Não se descobriu na Torre do Tombo nem nos velhos codices a descripção das suas armas, mas sabe-se, no entretanto, que muitos dos seus descendentes usaram das dos Osorios e Rebellos da nobilissima casa do Valle de Oleiros, por elle ter sido casado com D. Maria Affonso de Rebello, senhora da dita casa.

Lamego. Pov. na freg de S. Vicente, de Pinheiro, conc. de Penafiel, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Lamego. Cidade episcopal da prov. da Beira Alta, séde de conc. e de com., distr. de Vizeu e Relação do Porto. O bispado de Lamego é suffraganeo da provincia ecclesiastica bracarense. Pela antiga divisão do reino, Lamego está na Beira Alta, mas na divisão decretada por D. Pedro IV, que começou a vigorar em 1833, passou a fazer parte da nova provincia do Douro, creada pelo mesmo decreto. Na actual divisão do reino em 17 districtos, Lamego pertence ao de Vizeu. A cidade está situada n'uma baixa entre serras em terreno um tanto accidentado nas faldas do monte de Penude, que é continuação da serra da Estrella, e na margem da ribeira de Balsemão, que vae desaguar ao rio Douro, que fica distante uma legoa. O pequeno rio Fáfel, ou Coura, passa tambem proximo da cidade. Tem duas freguezias: Almacave (Santa Maria Maior) e N. S.ª da Assumpção (sé). A mitra apresentava o vigario, confirmado, na sé, que tinha 180$000 réis; o papa e o bispo apresentavam alternativamente o reitor d'Almacave, que tinha 240$000 réis. O nome de *Almacave*, dizem proceder d'um moiro, assim chamado, que fundou a mesquita que depois se purificou e se converteu em templo christão, sendo a primeira sé de Lamego, conservando o nome do fundador. Outros pretendem que Almacave edificasse a mesquita com os materiaesd'uma egreja christã, que existia no mesmo sitio, e que os arabes haviam destruido em 716. Não se sabe como foi o principio, nem quem fôram os fundadores da cidade de Lamego. Querem alguns escriptores, autorisando se com palavras de Strabão, que fôsse fundada pelos gregos, 500 annos antes de Christo; Strabão chama-lhe *Laconimurgo*, dizendo que os fundadores fôram os *lacões* ou *lacôos*, povos da Grecia, que lhe deram este nome. Outros escriptores dizem ser obra dos gallos-celtas, 381 annos antes de Christo. Todas estas supposições são muito duvidosas, por falta de provas que lhe sirvam de fundamento. O que não padece duvida é ser uma cidade muito antiga e já existir no tempo dos romanos com o nome de *Lameca*, d'onde se derivou o nome de *Lamego*. Do tempo do dominio romano ha poucas noticias, mas parece que a cidade havia de ter alguma importancia, pois que se atreveu a revoltar-se contra o imperador Trajano por causa das extorsões e rapinas dos seus pretores e mais funccionarios, pelos annos 100 da era de Christo, temeridade que foi paga cruelmente. O imperador mandou 14 legiões contra os revoltosos, as quaes destruiram e incendiaram a cidade, que na opinião de alguns escriptores, não era no local onde hoje se ostenta, mas no sitio chamado Veiga de Naçarães (V. *Fontello.*) Hortelio de Vasconcellos chama-lhe *Lameca*, e diz que era situada onde hoje se vêem as aldeias de Queimada e Queimadella. Quando a cidade se mudou para aqui foi edificada no alto, onde actualmente é o castello e antiga cêrca; isto é, a primitiva cidade da moderna Lamego é o actual *bairro do castello*. Parece, porém, que o mesmo imperador Trajano, que era hespanhol e amigo dos lusitanos, a mandou reconstruir pouco tempo depois, e julga-se que n'essa occasião se deu a transferencia para o local que hoje occupa. Destruido o imperio romano, invadidas e conquistadas todas as suas provincias pelos povos septentrionaes no principio do seculo v, os suevos apoderaram-se de Lamego, e é desde então que principiam a appare-

Brazão da cidade de Lamego

cer na historia da Lusitania noticias mais positivas d'esta terra, Lamego começou a florescer e a engrandecer-se. Estando sujeita aos monarchas suevos, que tinham a sua côrte em Braga, foi erigida em séde episcopal no concilio Lucence, celebrado no anno 510, da era de Christo Este facto prova a importancia que a cidade havia adquirido. Alguns escriptores, porém, pretendem que aquella diocese já fôra creada anteriormente, no tempo dos romanos, o que não é muito verosimil, sendo o seu primeiro bispo Sevéro, eleito em 203; outros querem que o primeiro bispo fôsse Idacio, eleito em 490, celebre escriptor nascido n'esta cidade. O bispo de Lamego no dominio dos suevos tinha apenas cinco egrejas matrizes, segundo consta do concilio celebrado em Lugo em 569. No decorrer de dois seculos, até á invasão da Lusitania pelos arabes em 716, o bispado foi governado por 8 bispos. Lamego não offereceu resistencia aos sarracenos, como succedeu a quasi todas as terras da Lusitania, reconhecendo a impossibilidade dos seus esforços para impedir na sua marcha os invasores triumphantes depois de anniquilada a monarchia dos godos nos campos de Guadalete. Constando que o inimigo se aproximava, tanto o bispo como a maior parte dos habitantes fugiram para as montanhas das Asturias, indo reunir-se aos intrepidos companheiros do principe Pelayo nas cavernas de Covadonga, os quaes foram os fundadores da monarchia christã de Leão. O bispo de Lamego continuou n'aquellas terras inhospitas a velar pelo seu rebanho como bom pastor, e por documentos authenticos consta que lhe succederam cinco prelados, vivendo n'aquelle paiz com o titulo de *bispos lamecenses*. Os sarracenos escolheram a cidade conquistada para assento da côrte d'um pequeno reino musulmano. Começou a florescer, quando os descendentes de D. Pelayo e dos illustres foragidos das montanhas das Asturias, commandados por Affonso III, rei de Aragão, a tomaram á força. Esta conquista, porém, foi pouco duradora, porque o rei de Lamego, que fôra expulso, voltou com grandes forças sobre a cidade, e tornou a recuperal-a. O rei Ordonho II, rei de Portugal e Galliza, tomou Lamego aos moiros em 910; mas Almançor, rei de Cordova, tornou a conquistal-a em 985. No seculo XI é que Lamego foi novamente resgatada para a fé christã. Fernando o Magno, rei de Castella e Leão, lhe poz apertado cêrco em 1037, ajudado pelo intrepido capitão Ruy Dias Bivar, o *Cid Campeador*, obrigando o rei vencido, Zadan-Iben, ou Aben, a tornar-se tributario do rei de Castella. A Zadan succedeu Echa, ou Eycha Martim, que continuou a pagar o tributo até ao tempo de Affonso VI de Castella; tendo, porém, este monarcha, pelo casamento de sua filha D. Thereza com o conde D. Henrique de Borgonha dado Portugal em dote, Echa não só se recusou a pagar o tributo, mas ainda invadiu Talon e saqueou as suas terras, pelo que D Henrique e Egas Moniz, correndo em auxilio dos portuguezes, apanhou Echa, sua mulher Ayxa Ansora, suas outras mulheres, e exercito, e os grandes e ricos despojos e muitos captivos christãos, no valle de Arouca, e os derrotou, ficando captivos os poucos que escaparam da morte. (V. *Arouca, batalha de*). Echa e sua mulher ficaram captivos, mas o conde tão bem os tratou, que elles se fizeram christãos, pelo que D. Henrique os fez senhores da cidade de Lamego e seu termo, ficando tributario o rei, por escriptura authentica, em Guimarães, a 13 de novembro de 1140 (24 de novembro de 1102), segundo se lê na *Chronica de Cistér*, tomo I, livro VI, capit. I, pag. 559, armando-o tambem cavalleiro. Um filho de Echa Martim, João Martins, quiz ser padre, e morreu deão da sé d'esta cidade. Passados alguns annos, D. Affonso Henriques, mais ambicioso que seu pae, ou porque o regulo de Lamego se negasse ao cumprimento das condições com que lhe fôram concedidas, depois da victoria das armas christãs, a liberdade, a paz e a corôa, conquistou a cidade de Lamego e mais territorios que formavam os estados de Echa Martim. Aquella cidade ficou pertencendo desde en-

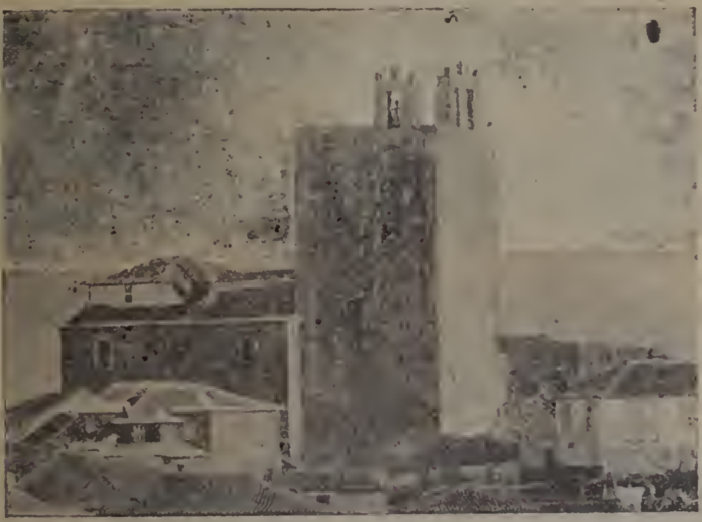

Castello de Lamego

tão a Portugal. D. Affonso convocou em 1142 e 1143 côrtes em Lamego, nas quaes se decidiu que elle fôsse rei dos portuguezes, e que nunca a corôa de Portugal pudesse ser herdada por principe estrangeiro, e outras muitas regras e providencias tendentes a regular a successão ao throno portuguez. As côrtes tiveram as suas principaes sessões na egreja de Santa Maria de Almacave, que era a primitiva sé, do tempo dos suevos e dos godos, e que desde 716 até 1102 foi mesquita de moiros, tornando a ser purificada logo que o ultimo rei moiro abjurou o islamismo. A convocação das côrtes de Lamego tem sido muito contestada. As guerras com os arabes, com os castelhanos e leonezes, por vezes animaram e despovoaram a moderna cidade de Lamego, sendo necessario reedifical-a, e povoal-a quasi inteiramente. Nos seculos XIV e XV chegou a ser uma cidade florescente, dando grande impulso á industria, estabelecendo fabricas de diversos tecidos, e uma grande feira annual, que se tornou muito concorrida, sobretudo de moiros de Granada, que traziam especiarias e fazendas do oriente, e que de Lamego se distribuiam pelo resto do reino. Dois grandes successos para Hespanha e Portugal, occorridos no fim do seculo XV, fizeram acabar rapidamente toda aquella prosperidade: a conquista do reino de Granada pelos reis catholicos, Fernando e Izabel, expulsando completamente os moiros de Hespanha; e a descoberta do caminho da India pelo Cabo da Boa Esperança, por Vasco da Gama em 1498, que annullou a importante feira que fizera de Lamego um pequeno emporio commercial. A extincção do commercio operou a decadencia da sua industria fabril, e a introducção das fazendas francezas e inglezas, começada em grande escala desde a segunda metade do do seculo XVI, veiu apressar a ruina das suas fabricas. A estes revezes sobreveiu o dominio de Castella durante 60 annos, e quasi 28 que durou a guerra da Restauração de Portugal. Em todo este larguissimo tempo Lamego conservou-se abatida e decadente. Mas tarde a cidade ergueu-se um pouco da prostração em que jazia. No reinado de D. José é que melhorou muito, por effeito de disposições legislativas que promoveram directamente os interesses, disposições protectoras do marquez de Pombal, notavel ministro do monarcha, em favor da agricultura e do commercio dos vinhos do Alto Douro. A prosperidade d'estas industrias reflectiu-se na cidade de Lamego. Esta prosperidade, infelizmente, foi de curta duração, por causa das invasões estrangeiras que assolaram o paiz no principio do seculo XIX, as deploraveis consequencias da guerra peninsular, a decadencia d'aquelle importante ramo da nossa industria agricola, e por ultimo a destruidora molestia das vinhas. Comtudo, Lamego conseguiu levantar-se de tão grande abatimento, soffrendo uma completa transformação, graças aos esforços do benemerito visconde de Guedes Teixeira, natural d'esta cidade. Ao 1.º visconde de Valmor, José Isidoro Guedes, tambem Lamego deve muitos melhoramentos, porque foi um dedicado benemerito. Hoje em Lamego vêem-se as bellas avenidas *D. Maria Pia* e *José Isidoro Guedes*, as ruas de *Cardoso Avelino*, *Macario de Castro*, *D. Luiz*, *Visconde de Guedes Teixeira*, etc. Encontram-se muitos edificios importantes, como a egreja d'Almacave, Camara Municipal, a cathedral, o Santuario de N. S.ª dos Remedios, Seminario episcopal, de que trataremos em seguida em artigos separados. O novo hospital civil, edificação do visconde de Guedes Teixeira, está situado no local chamado *Leira da Certã*, vasto planalto irregular, um tanto ensombrado pela collina, que ao nascente lhe fica um pouco sobranceira e vestida de pinheiraes altos, e pela serra das Meadas aspera, erma e penhascosa, que ao norte começa, ora escalvada e triste, ora tambem vestida de pinheiraes gigantes. Este hospital tem o nome de *D. Luiz I.* Foi lançada a primeira pedra por aquelle fallecido monarcha, que presidiu ás festas da sua inauguração, quando estava de visita em Lamego e demais terras do norte em agosto de 1882. O plano da construcção consta d'um jardim de saude no recinto limitado por quatro

Uma vista da cidade de Lamego

grandes casas separadas, e communicando-o entre si por meio de galerias envidraçadas. Este hospital tem todas as condições requeridas pela arte e sciencia modernas. *A fonte de Lamego* fica na rua occidental do Passeio Publico, e é celebre pela sua estatua figurando um guerreiro vulgarmente chamado o *Lamego*, tendo sido construida toda a obra, que é de cantaria, no anno de 1830. Esta fonte foi ha annos bastante damnificada por um raio, que abriu uma fenda longitudinal no preciosidades que elle encerra. D. Manuel Pereira de Vasconcellos, que dirigiu a diocese desde 1773 até 1786, modificou-o consideravelmente tanto no exterior como no interior, pois não só levantou o paço devido á sua munificencia, como tambem mandou preparar o Rocio n'um vasto largo, no centro do qual mandou erigir um tanque de marmore com duas formosas taças, fazendo conduzir para elle, com muito despendio pecuniario e bastantes sacrificios, a agua do Mon-

Avenida D. Maria Pia

velho guerreiro de pedra. Na rua Macario de Castro ha o edificio chamado *Casa das Brôlhas*, pertencente a um nobre fidalgo. N'este palacio existe uma capella muito elegante e rica, salientando-se o seu retabulo dourado e algumas imagens de grande perfeição. A capella é da invocação do Nascimento de Jesus Christo. O palacio tem enormes salões, sendo alguns notaveis pelas preciosidades que encerram, e algumas pinturas do tecto e paredes. Mas o mais digno de menção da Casa das Brôlhas é a matta e os jardins, onde em tempo se realisaram magnificas kermesses. A matta occupa uma grande area, bastante accidentada, com extensas avenidas de arborisação secular, muitas ruas, tuneis de verdura, etc. Tanto a matta como os jardins teem abundancia de boa agua. O paço episcopal é um bom edificio, mas sem bellezas de architectura. Tem cêrca e jardim, grandes salões, encerrando alguns pinturas de valor e moveis antigos muito apreciaveis. A bibliotheca é deveras importante, onde se encontram bons livros classicos, preciosos manuscriptos, obras raras sobre a historia portugueza, etc. O paço episcopal tem duas capellas, uma no interior do edificio e outra na cêrca. No rez-do chão do edificio estão installadas as diversas repartições ecclesiasticas, e tambem nos primeiros tempos da sua fundação esteve ali provisoriamente o Lyceu Nacional. Junto da cêrca installou se ha annos a aula de Rhetorica regida pelo dr. Manuel A Lopes Rozeira, hoje deão da sé, que era muito concorrida. Muitos bispos teem realisado importantes melhoramentos no paço episcopal, afim de conservarem as

te de Santo Estevão, terreno adjacente ao Real Santuario dos Remedios. Este tanque, alguns annos depois do fallecimento d'aquelle prelado, foi substituido por um chafariz de simples cantaria, collocado a um dos lados do Rocio. O bispo D. José de Moura Coutinho dispensou os maiores cuidados á bibliotheca, encadernando codices manuscriptos, annotando-os, completando-os mesmo á custa do seu bolso, e adquirindo até muitas obras de merecimento. O conde D. Henrique restabeleceu a séde episcopal de Lamego e construiu a actual sé em 1110, tendo dado foral á cidade em 1109. Dizem que D. João I tambem lhe deu foral com muitos privilegios em 1390. D. Manuel deu lhe foral novo, datado de Lisboa a 3 de julho de 1514. Lamego tinha antigamente voto em côrtes e os seus procuradores assento no segundo banco. A cidade divide se em tres bairros, denominados: *da Praça*, o mais plano e principal; *do Couto da sé*, que fica como uma peninsula, entre os ribeiros Balsemão e Fáfel, comprehendendo a sé e o paço episcopal, e o *bairro do Castello*, que está n'uma elevação entre os dois primeiros, onde foi a cidade primitiva, conforme dissémos, tendo na parte mais alta o velho castello, que apezar de muito arruinado, é um soberbo monumento das eras guerreiras de Portugal. Nas suas muralhas abrem se duas portas, e a torre de menagem ainda se ostenta altarosa, dominando toda a cidade. O conde de Marialva, D. Francisco Coutinho, mandou abrir n'esta torre uma rasgada janella com assentos de pedra, d'onde se goza um bello panorama. Perto ha uma cisterna digna de menção

pelo seu valor artistico, mas que está ha annos deploravelmente atulhada. A torre tem relogio, que é o relogio official da cidade, apezar de ser muito antigo, e de andamento muito irregular. A fortaleza serve hoje de cadeia. A sua fundação é attribuida aos sarracenos, sendo depois reconstruida e augmentada em diversas epocas pelos nossos monarchas, desde o seculo XII até ao XIV. O brazão d'armas da cidade compõe-se d'um escudo coroado; em campo azul, um castello de prata com tres torres, sobre campo negro; ao lado vê-se uma arvore com pomos, que dizem chamar-se *Lamegueiro*; e na parte superior do escudo tem, de um lado o sol, de ouro, e do outro a lua, de prata. Este brazão é o que está na Torre do Tombo, mas em alguns escriptores se vê uma estrella em logar da lua, e o escudo das quinas reaes sobre o castello. Houve em Lamego 5 conventos: 1.º de freiras franciscanas, chamado das Chagas, cujo edificio está situado quasi ao norte do Passeio Publico, mas a sua architectura nada tem de recommendavel. Foi fundado pelo bispo de Lamego D. Antonio Telles de Menezes, e inaugurou-se em 1588. O 2.º convento era de freiras benedictinas, fundado por D. Dordia, mulher de D Sueiro, por carta de testamento feita em 1184; 3.º de frades capuchos, que foi originariamente de templarios, fundado por Joanne Annes, abbade de S. Pedro das Aguias, em 1279. Está hoje ali installado o hospital militar. O 4.º de conegos seculares de S. João Evangelista (loios), fundado pelo dr. Lourenço Mourão Homem; foi demolido em 1853, e com os seus materiaes se fez o edificio dos paços do concelho. A cêrca é hoje uma alameda publica. O 5.º convento era o de Santa Cruz, de eremitas de Santo Agostinho, fundado pelo dr. Francisco d'Almeida Cabral. Serve hoje de quartel do regimento de infantaria n.º 9. Na frente está um vasto terreiro, orlado de arvores, chamado *Largo de Santa Cruz*, o qual foi feito pelos soldados d'este regimento, por iniciativa do seu commandante, então o sr. José Manuel da Cruz; esta obra custou muito a ir ávante, começando em 1846 e acabando em 1864. Os arredores de Lamego são muito pittorescos, os seus montes cobertos de frondosos arvoredos, e os valles bem cultivados, graças á abundancia de boas aguas. São tambem muito ferteis produzindo muito azeite, cereaes, legumes, fructas, linho e vinhos especiaes. Cria-se muito gado de varias especies, e ha muita caça. No territorio de Lamego ha minas de chumbo, nickel e bismutho. Pertence á 2.ª div. mil., 3.ª brigada, grande circumscripção mil do Centro, e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, de que é séde, bem como do quartel general da brigada, a que pertence, e do regimento de infantaria n.º 9. Foi entre Lamego e a povoação de Penude, que em 8 de julho de 1847 houve o ultimo combate da guerra civil. Em Lamego realisa-se nos dias 6 a 9 de outubro a feira dos Remedios; e tambem ha feira no 1.º e 2.º domingos de maio, na 1.ª e 2.ª segunda feiras de dezembro. Na 2.ª segunda feira de cada mez ha mercado. Tem advogados, medicos, pharmacias, agencias dos bancos, *Commercial de Lisboa*, *Commercial do Porto*, *Economia Portugueza*, e *Portugal;* das companhias de seguros *Bonança*, *A Commercial*, *Douro*, *Portugal*, *Previdencia*, *Probidade*, *Segurança*, *Tagus*, *Tranquillidade*; Misericordia, bello templo fundado em 20 de abril de 1519, por uma provisão d'el-rei D. Manuel; tem um soberbo altar-mór com tribuna apainelada e dourada, uma sacristia muito vasta, tendo contigua a casa de despacho; hotel, hospedarias, notarios, escolas para ambos os sexos, asylo de infancia desvalida, Associação Industrial Lamecense, cujos estatutos foram approvados em 2 de abril de 1862, tendo por fim representar a classe industrial e manter um monte-pio para os associados; monte-pios, hospicio, seminario episcopal, typographias; sociedades de recreio: *Club Lamecense*, e *Real Associação dos Bombeiros Voluntarios; Theatro Lamecense*; est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. D. e R. A. B. A-Vizeu. Nos arrabaldes ha a ermida de N. S.ª do Amparo, ou dos Meninos, situada na margem do rio Balsemão, junto á cidade, que se torna notavel por ser construida sobre umas penedias que se despenham até grande profundidade, por meio das quaes ha uma levada, que vae fazer andar uns moinhos Este santuario foi edificado em 1555. Existe tambem a ermida de N. S.ª do Desterro, que se levanta perto da ponte do rio Balsemão que dá entrada á cidade. E' de boa architectura e foi fundada pelo balio de Leça, D. Fr. Luiz Alvares de Tavora. Quando os bispos de Lamego vão tomar posse da diocese, é n'esta ermida que se vestem de pontifical, para fazerem a sua entrada publica na cidade. O conc. compõe-se de 23 freguezias com 31:684 hab., sendo 15:671 do sexo masc. e 16:013 do fem. São as seguintes. S. João Baptista, de Avões, 444 hab.: 206 do sexo masc. e 238 do fem ; S. Sebastião e S. Nicolau, de Bigorne e Pretarouca, 440 hab : 224 do sexo masc. e 216 do fem ; S. Silvestre, de Britiande, 1:022 hab.: 496 do sexo masc. e 526 do fem.; S. Martinho de Cambres, 3:357 hab.: 1:628 do sexo masc. e 1:729 do fem.; N. S.ª do Rosario, de Cepões, 1:020 hab.: 475 do sexo masc. e 545 do fem.; Santo Antonio, de Ferreirim, 1:096 hab.: 515 do sexo masc. e 581 do fem.; N. S.ª do Amparo, de Ferreiros de Avões, 773 hab.: 386 do sexo masc. e 387 do fem.; S. João Baptista, de Figueira, 741 hab.: 355 do sexo masc. e 386 do fem ; Santa Maria, de Lalim, 1:026 hab.: 588 do sexo masc. e 618 de fem.; Santa Maria Maior, de Lamego-Almacave, 3:701 hab.: 1:655 do sexo masc. e 2:046 do fem ; N. S.ª d'Assumpção (Sé) de Lamego, 5:478 hab.: 3:014 do sexo masc. e 2:464 do fem.; S. Miguel; de Lazarim, 948 hab.: 458 do sexo masc. e 490 do fem.; S. Thiago, de Magueija, 1:077 hab.: 526 do sexo masc. e 551 do fem.; S. Braz, de Meiginhos, 262 hab.: 127 do sexo masc. e 135 do fem.; S. Silvestre, de Meleões, 310 hab.: 152 do sexo masc. e 158 do fem.; Santa Eufemia, de Parada do Bispo, 248 hab.: 122 do sexo masc. e 126 do fem.; O Salvador, de Penajoia, 2:997 hab : 1:482 do sexo masc. e 1:515 do fem.; S. Pedro, de Penude, 1:986 hab.: 978 do sexo masc. e 1:008 do fem.; S. Pedro, de Samodães, 691 hab.: 327 do sexo masc. 364 do fem.; S. Thiago, de Sande, 632 hab.: 310 do sexo masc. e 322 do fem.; S. Martinho, de Valdigem, 1:252 hab : 622 do sexo masc. e 630 do fem ; S. João Baptista, de Varzea de Abrunhaes, 867 hab : 459 do sexo masc. e 408 do fem.; S. Sebastião, de

V. N. de Souto d'El-Rei, 1:136 hab.: 566 do sexo masc. e 570 do fem. O principal commercio de todo o concelho é vinho, batata, carnes ensacadas, cereaes, madeiras e azeite. ‖ *Jornaes*: Em Lamego teem-se publicado os seguintes jornaes: *Affonso Henriques*, 1 de outubro de 1881 a janeiro de 1888; *Aurora de Lamego*, 25 de dezembro de 1881; em 1889 ainda se publicava; *Azorrague (O)*, 1 de junho de 1881; *Beira e Douro*, março de 1880 a junho de 1882; seguiu-se ao *Correio de Lamego; Chronica Infantil*, 4 de julho de 1880; *Commercio de Lamego (O)*, 1 de janeiro de 1896; já não existe; veiu substituir *O Democrata da Beira*; *Correio de Lamego* (1.º), 23 de fevereiro de 1880; foi seguido pelo *Beira e Douro; Correio de Lamego* (2.º), 23 agosto de 1891; existia em maio de 1892; veio substituir a *Lyra* 2.ª do qual seguiu a numeração com o n.º 6; *Cosmopolita (O)*, 1 setembro de 1889 a agosto de 1890; foi seguido pela *Folha do Norte*, com o n.º 82; *Cysne (O)*, 1 de setembro de 1887; foi curta a sua publicação; *Democrata da Beira (O)*, outubro de 1892; suspendeu em março de 1895, reappareceu em principios de julho d'esse anno, finalisou em fins de dezembro d'esse anno, sendo substituido pelo *Commercio de Lamego*; *Ecco da Beira e Douro (O)*, 18 novembro de 1854 até 22 de agosto do anno de 1855; *Estudo (O)*, 1 dezembro de 1878 a 10 de fevereiro do anno de 1879; *Folha do Norte* (1.º) 29 de setembro de 1889; *Folha do Norte* (2.º) 28 de setembro de 1890; succedeu ao *Cosmopolita*, do qual lhe seguiu a numeração; *Gazeta do Norte*, 20 de julho de 1893; cessou ha muito a sua publicação; *Imparcial* (O) 12 de maio de 1889. *Jornal de Lamego*, 1 de março de 1880 a 20 de janeiro de 1883; *Lamecense*, 7 de maio de 1899; em 1906 ainda se publicava; *Lyra (A)* 1.º, 1 de junho de 1891, *Lyra (A)* 2.º, 19 de julho de 1891; foi continuado pelo *Correio de Lamego*, que lhe seguiu a numeração, com o numero 6; *Luz (A)*, 31 de janeiro de 1894; pouco tempo durou a sua publicação; *Miniaturas*, 1 de novembro de 1889; poucos numeros se publicaram; *Nova Aurora*, 21 de novembro de 1887; já ha muito que não existe; *Piolho (O)*, 16 de julho de 1891, poucos numeros se publicaram; *Popular (O)*, 1 de junho de 1856; já ha muito que não existe; *Povo (O)* 1.º, 15 de maio de 1881 a fins de 1884; *Povo (O)* 2.º janeiro de 1888, em 1889, ainda se publicava; *Progresso (O)*, 19 de junho de 1885, em publicação (outubro de 1907); *Revista Ecclesiastica de Lamego*, 15 de fevereiro de 1889; *Revolução (A)*, 27 de setembro de 1890; foi curta a sua publicação; *Vindicta (A)*, 20 de abril de 1890; poucos numeros se publicaram. Além d'estes jornaes tambem ali fôram publicados os numeros unicos seguintes: *Dae aos Pobres*, 1885. *Esmola (A)*, junho de 1885; *Onze de Novembro*, 11 de novembro de 1894; *Patria*, 1890; *31 de janeiro aos vencidos*, 31 de janeiro de 1897.

Lamego *(Almacave-freguezia de Santa Maria Maior)*. Segundo dissémos no artigo antecedente, esta egreja foi a primitiva sé de Lamego, quando se instituiu esta diocese no tempo dos suevos e dos godos, no anno de 510. Caindo a cidade no poder dos moiros em 716, ficou sendo a sua principal mesquita, e assim se conservou até 1102, anno em que o conde D. Henrique, recuperando Lamego, mandou novamente purificar a egreja por D. Bernardo, arcebispo de Toledo, e a consagrou ao culto christão, sob o titulo de Santa Maria de Almacave. O templo é de architectura modesta e simples, revelando remota antiguidade. Todavia, não condiz a fachada com o estylo arabe, nem o portico ogival com a architectura no tempo do conde D. Henrique, o que faz suppôr que o edificio primitivo passou por alguma reedificação, ou alteração parcial, no governo de D. Affonso Henriques. Foi aqui que se realisaram as sessões das celebres côrtes de Lamego convocadas por D. Affonso Henriques em 1142, o qual foi ali mesmo coroado rei em 1143, no altar de S. Miguel. A egreja de Almacave era antigamente visitada por portuguezes e castelhanos nos dias em que se celebrava uma enorme romaria em honra de Santa Maria Maior e á qual affluiam muitos devotos de varios pontos da peninsula. Tem alguns altares notaveis e um vasto adro, d'onde se desfructa um extenso e magnifico panorama. A torre e o côro acham-se em mau estado. Tem duas sacristias muito espaçosas.

Lamego *(Camara Municipal de)*. Este edificio está situado no Passeio Publico; é um palacete de singelo estylo, occupando quasi todo o lado oriental do Passeio Publico, e defrontando-se ao norte com a Alameda, grande parque triangular com extensas ruas muito sombreadas, que em caprichosas voltas sobem até uma pequena planura ajardinada, d'onde se desfructa um lindo ponto de vista. Por decreto de 21 de fevereiro de 1844 foi concedido á camara municipal de Lamego o extincto convento dos frades loios (conegos seculares de S. João Evangelista) para ali construir a nova casa da camara. Começaram logo os trabalhos da demolição do convento, arrematando a camara por 2:430$000 réis a erecção do novo frontispicio. Seguiu-se a guerra civil, conhecida por *Maria da Fonte*, e a camara foi demittida, ficando as obras paralysadas, porque a commissão, que a substituiu, não deixou proseguir o desmoronamento da antiga fachada. Quando terminou a guerra, recomeçaram os trabalhos, e no dia 14 de março de 1847 lançou-se solemnemente a primeira pedra na frente actual. Cinco annos depois, em 1852, apenas se viam levantados dois terços do frontispicio, mas a nova camara, então eleita, deu um notavel impulso ás obras. Eram vereadores Frederico da Camara Leme, presidente; dr. Alexandre da Costa Pinto, Francisco José da Costa, José dos Santos Leitão, Custodio Correia da Rocha, Francisco Magalhães da Fonseca e José Correia Pinto da Fonseca. Mais tarde, a 28 de abril de 1855, reunida a camara municipal na antiga casa da Relação, d'ali se encaminhou para o novo edificio, seguida da banda musical de infantaria n.º 9 e de muito povo, a celebrar a sua primeira sessão. Foi um dia de festa para a cidade. A sessão celebrou-se na actual sala do tribunal judicial, por não estar ainda concluida a destinada para as sessões camararias. Em 1882 faltava ainda para a conclusão do edificio a construcção da caixa das escadas, obra dispendiosa e demorada, mas cujo alicerce já estava prompto. Em 14 e 15 de agosto d'este anno hospedou-se n'este edificio o fallecido monarcha D. Luiz I, por occasião da sua visita a Lamego. A moderna sala das sessões, que occupa as tres sacadas do centro do corpo central, é muito espaçosa e elegante; o tecto e as paredes são d'um bello apainelado de estuque e

ouro, os reposteiros de reps de seda carmezim, e de egual tecido é o docel que encima um retrato do monarcha. Esta sala serviu para a recepção do regio visitante, e o vastissimo salão do tribunal armou-se para a casa de jantar do soberano e da sua comitiva; tem quatro janellas. A bibliotheca occupa um acanhado rez-do-chão, contiguo ao da esquadra policial. No edificio da camara, além das respectivas repartições estão installadas a administração do concelho, o tribunal, a repartição de fazenda, a recebedoria, a esquadra policial, a companhia dos bombeiros voluntarios e uma companhia de bombeiros municipaes. Muito proximo do edificio da camara, está o velho templo da Graça, onde se venera uma imagem do Senhor dos Passos, que é uma apreciada obra de arte.

Lamego *(Cathedral de)*. E' um monumento gothico, muito apreciavel pela sua antiguidade. Foi seu fundador D. Affonso Henriques em 1129, sendo ainda principe, como se lê no *Foral de Trovões* archivado na camara episcopal de Lamego. D. Sancho I, que viveu algum tempo em Lamego junto da grandiosa cathedral, beneficiou-a tanto quanto podia o seu genio povoador. Assim coutou a sé, principiando esse couto na rua da Olaria, indo até á ponte do Cavallão, subindo pela rua da Masêda até ao Campo de Santa Cruz, e descendo em linha recta do rio Balsemão até Vão, onde vae desaguar na ribeira de Fáfel. D. João I confirmou este couto, que foi destruido por Filippe II de Hespanha, quando se assenhoreou de Portugal. D. Sancho I tambem doou ao bispo e cabido de Lamego o couto de Canellas, além do Douro, no anno de 1205, e consta do *Livro dos Obitos*, que fez presente á sé d'um frontal prata; presenteando o mesmo templo com uma primorosa lampada a princeza D. Thereza, sua filha. D. João conseguiu, em beneficio dos dominios do bispado de Lamego, desaggregar do bispado de Ciudad Rodrigo as terras de Cima-Côa, que aquelle rei conquistara. A fachada da sé de Lamego é toda de cantaria, de estylo gothico, formando tres corpos, sendo o do centro mais elevado, e correspondendo cada um a uma das tres naves em que se divide o interior da egreja. N'aquelles corpos abrem-se tres portaes, o do corpo central mais largo, e todos formados por varios arcos de ponto subido ou ogivaes, que vão diminuindo na grossura da parede. Sobre o portal do meio está um oculo singelamente decorado, mas de feitio singular. Por cima das portas dos dois corpos lateraes vê se uma janella de cada lado, com sua columna no meio. A parte superior do edificio é coroada por seis pyramides, duas em cada um dos tres corpos da frontaria. A par d'esta ergue-se a maior altura que o templo, a torre que é triangular, tambem de cantaria, sem ornato algum, tendo um miradouro, relogio e carrilhão. O templo é dedicado a N. S.ª d'Assumpção, como todas as cathedraes do paiz, e está dividido em tres naves espaçosas, conforme dissémos, admiravelmente lançadas, a magnifica abobada assente em solidas columnas muito altas. Tem 11 altares, sendo os mais notaveis: o altar-mór, com columnatas elegantes e boa obra de talha; o do Santissimo, com o corpo todo de prata; e o de Santa Filomena com uma téla de bastante valor, representando Satanaz subjugado pelo archanjo S. Miguel. Na capella-mór ha um coro em fórma de galeria, onde estão dois bellos orgãos Na egreja ha ainda outro coro maior. A sacristia é ampla mas um pouco escura; o claustro muito notavel, com tres capellas: Santo Antonio, S. Nicolau e de S. João Baptista. E' digna de visitar-se a

Cathedral de Lamego

Casa do Cabido, muito vasta e bem conservada. Na cathedral ha alguns tumulos e sepulturas notaveis, de muita antiguidade. Na capella do Santissimo, do lado da Epistola, acha-se mettido na parede o sepulchro de D. Guiomar de Berredo, neta de D. Affonso III. O epitaphio diz *D. Affonso IV*, mas é erro comprovado por documentos que existem no archivo da mesma sé. Junto a esta capella está outra, que tem o escudo das armas da familia Balsemão. Foi fundada para jazigo dos fidalgos d'esta familia, por Alvaro Pinto da Fonseca, morgado de Balsemão, que ali está encerrado n'um rico tumulo. Na capella de S. Nicolau, do claustro, está ao centro o tumulo de jaspe, encerrando os restos mortaes do seu fundador, o bispo D. Manuel de Noronha. Existia n'outro tempo na sacristia um rico thesouro de reliquias santas, de pratas e paramentos. Tudo, porém, foi destruido por um incendio, que ha perto de dois seculos devorou quasi toda a sacristia. O referido bispo D. Manuel de Noronha, que governou a diocese desde 1540 até á data do seu fallecimento em 1569, procedeu a uma reconstrucção quasi completa d'esta cathedral. Diz Vilhena Barbosa, no *Archivo Pittoresco*, vol. XI, pag. 368: «Se a fachada é toda obra sua, como achamos referido em um autor antigo, tiveram o prelado e o architecto o bom juizo de conservar ao monumento affonsino as suas feições primitivas, ou de lhe dar as que mais quadravam ao espirito de um edificio do seu tempo, que póde passar como um specimen architectonico do principio da monarchia».

Lamego *(Santuario de N. S.ª dos Remedios de)*. Sobre uma elevadissima collina está situada esta capella sumptuosa e santuario, para a qual se sóbe por uma rica escadaria de granito em nove magestosos lanços, tendo ao todo 500 degraus, com espaçosos pateos, orlada aos lados de frondosas arvores e bonitas fontes. E' o passeio favorito dos habitantes de Lamego. N. S.ª dos Remedios é a padroeira da cidade. N'este monte havia construido em tempos muito remotos o bispo de Lamego D. Durão uma capellinha dedicada a Santo Estevão. A capellinha foi caindo em ruinas, até que o bispo D. Manuel de Noronha, pelos annos de 1550, fundou o santuario de N. S.ª dos Remedios, no mesmo local, desde os alicerces e com muita grandeza, conservando no cruzeiro a imagem de Santo Estevão. Concluidas as obras, collocou este prelado no altar da nova capella uma imagem da Virgem, d'um metro de altura, esculpida em marmore com bastante primor, e á qual deu a invocação de N. S.ª dos Remedios. O templo é todo de pedra de cantaria, esculpido com muito esmero e grande arte, digno de ser visitado. E' vastissimo e elegante, tendo o frontispicio notavel de traços nobres e simples, vendo-se a imagem da Virgem n'um oratorio com duas lampadas grandes. Tem aos lados o templo duas torres, estando uma ainda por concluir, com a escada interior em caracol. O interior da capella é esplendido, tendo a simplicidade ligada á elegancia; contém o altar-mór e mais dois altares, um côro com o respectivo orgão, e duas grandes sacristias, onde se vêem os retratos dos benemeritos do Santuario, dois grandes espelhos de crystal, e umas pequenas télas que celebram muitos milagres. N'uma das sacristias vê-se o

Santuario e gruta de N. S.ª dos Remedios

tado da architectura e á simplicidade de costumes d'aquelle tempo. E', portanto, este templo um monumento muito apreciavel para o estudo da architectura, porque, se a parte principal d'elle não é obra do nosso primeiro rei, mas sim do bispo reedificador, é certo que, pelo discernimento com que fôram dirigidos os trabalhos de reedificação, o edificio, salvas pequenas considerações,

Hymno da Virgem, encaixilhado, e devido á penna do poeta Sousa Macario. A capella tem para o lado sul uma porta, em frente da qual está uma pequena fonte, ficando perto a casa da residencia do capellão, de bonita architectura, construida em 1859. Da eminencia em que está collocado o santuario descobre-se um pittoresco e encantador panorama. Presume-se que a imagem foi feita em Roma, por ter o mesmo bispo mandado vir d'essa cidade a imagem de N. S.ª do Rosario, tambem de marmore, que se venera na egreja da sé. A devoção pela Senhora dos Remedios vulgarisou-se extraordinariamente, não só na cidade de Lamego e seus arredores, como n'outras terras, algumas até bem distantes. A concorrencia é espantosa, especialmente no dia da sua festa, em 8 de setembro, em que a imagem recebe muitas e valiosissimas offertas. O auxilio da Senhora dos Remedios é invocado para todos os males e para todos os perigos. A sua imagem tem-se tornado muito conhecida em todo o paiz, já pelos milagres que lhe attribuem, já pelas deslumbrantes festas que em sua honra se realisam todos os annos devotamente no mez de setembro. N'estes dias tambem se realisa uma importante feira, que é muito concorrida por negociantes da Regoa, de Villa Real e d'outros pontos. No dia 8 faz-se a procissão do *Triumpho*, sempre muito pomposa, em que tomam parte perto de 200 creanças, figurando varias personagens biblicas, sendo acompanhada pela camara municipal, academia, seminario e mais corporações. Em 1902 figurou n'esta procissão um novo carro representando S. José na sua officina, acompanhado da Virgem e do Deus Menino, offerecido por uma commissão d'artistas. Além da capella, ha a admirar o grande e florescente parque, onde se encontra um extenso lago, em que se pódem passar algumas horas agradaveis, passeando em barco; a capella de N. S.ª de Lourdes, a cascata da *Sereia*, a do *Pelicano*, e a da *Meia Laranja*; o largo dos *Reis*, que é uma obra de grandiosidade historica, a nova gruta no parque, feita de pedra tosca, d'onde jorra bastante agua, a *Fonte de Neptuno*. Um dos largos que medeiam entre os lanços das escadas do templo, chama-se o *Largo dos Gigantes*. Entra-se para este largo por dois portões formados de altissimas columnas, sobre as quaes assentam estatuas de personagens biblicas. A architectura d'estes portões é magestosa. Ao centro vê-se uma fonte elegante. E' um formoso obelisco adornado por 4 soberbas estatuas de granito, fingindo sustentarem o peso d'aquella immensa mole, que da base ao cume tem 22 metros de altura, e é ornada de primorosos lavores e rendilhados. A agua sáe por 4 formosas bicas. Em volta do obelisco agrupam-se diversas columnas, que servem de pedestaes a outras tantas estatuas. Na madrugada de 27 de setembro de 1868 um temeroso incendio devorou uma grande parte do Santuario, reduzindo a cinzas as suas ricas alfaias, sendo calculados os prejuizos em 10:000$000 réis. Com o auxilio de pessoas caridosas o edificio foi reconstruido e muito augmentado logo no anno seguinte. Desde então, as mesas administrativas do Santuario teem ali introduzido, e nos terrenos adjacentes que lhe pertencem, melhoramentos valiosos. Em 3 de maio de 1880, o empreiteiro Manuel Domingos Barreira, do concelho de V. N. da Cerveira, mais conhecido pelo *mestre d'obras dos Remedios*, porque o foi desde 1842, poz em execução a difficil e trabalhosa planta das duas torres elevadas da capella, concluindo uma d'ellas em 27 de novembro de 1886. A outra torre ficou incompleta, como já dissémos, pelo facto de ter fallecido Manuel Domingos Barreira.

Portico dos Gigantes

Lamego *(Seminario episcopal de)*. Está situado no largo do Rocio. E' um edificio muito vasto, mas de architectura pobre e de mau gosto, com umas desgraciosas aguas furtadas, para alojamento de seminaristas. Nada tem de notavel, além da sua extensão e bella situação e entrada, que é por uma pequena ponte de cantaria, ao principio da qual está um portão de ferro com duas bellas columnas de pedra. A historia do Seminario de Lamego é curiosa. O bispo D. Manuel de Noronha, a quem se deve a grandiosa obra da conclusão dos claustros da sé, e fundou a capella de S. Nicolau, como já dissemos (V. *Lamego, Cathedral de)*, fundou pouco depois o collegio do mesmo nome. Dotou a referida capella com a quinta da *Pedriça*, no termo de Escalhão, com a do *Bairro*, no concelho de S. Martinho dos Moiros, e com outros bens e prazos que tinha adquirido, sob approvação do cabido e respectiva confirmação apostolica, no logar de Cavosinho, concelho de Penedono. Além d'isso, annexou-lhe os dizimos da freguezia de S. Salvador de Fanzeres, no bispado do Porto. Em testamento, datado de 21 de setembro de 1569, e com que falleceu, instituiu por seu herdeiro a mesma capella de S. Nicolau, determinando que quotidianamente ali resassem oito capellães ás horas canonicas, e celebrassem tambem todos os dias

duas missas. O bispo D. João Benetto Pincio, depois de muitas instancias junto da curia romana, alcançou, em 18 de abril de 1788, autorisação do pontifice Pio VI para crear um seminario diocesano, que ampliasse os beneficios do collegio de S. Nicolau, substituindo o assim; e a 13 de dezembro de 1800 davam-se a publico os estatutos do mesmo seminario, que foi progredindo, com alguma morosidade, até á noite de 11 para 12 de maio de 1834, em que um terrivel incendio reduziu a cinzas todo o edificio. Só em 4 de setembro de 1850 é que o bispo D. José de Moura Coutinho manifestou vivos desejos de reedificar o seminario, e n'este sentido empregou todos os seus esforços, vindo as obras só a começarem mais tarde, no dia 31 de maio de 1853. Em 6 de novembro de 1854 inauguraram se as novas aulas, por já estar concluida grande parte do edificio, realisando-se então, por esse motivo, muitas festas em Lamego. A solemne reabertura do Seminario effeituou-se no dia 7 de novembro de 1859, presidindo á cerimonia o referido bispo, que iniciara as obras, admittindo se logo 6 seminaristas gratuitos, além de varios pensionistas e ordinandos, cuja direcção moral e disciplinar o bispo confiou ao novo vice-reitor, hoje chantre da sé de Lamego, o sr. Placido Augusto de Moura e Vasconcellos. Por determinação superior, em 18 de setembro de 1862, tomou o vice-reitor a seu cargo a administração financeira, logar que exerceu até outubro de 188~. Concorreu poderosamente para a prosperidade do seminario a direcção do bispo D. Antonio da Trindade Vasconcellos Pereira de Mello.

Lamegueiro. Pov. na freg. de Santa Maria, de Teixeiró, conc. de Baião, distr. do Porto.

Lameira. Povoações nas freguezias: S. Vicente e conc. de Abrantes, distr. de Santarem; de Souto, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª dos Prazeres, de Aljubarrota, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || S. João Baptista, de Bico, conc. do Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Brito, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santissimo Sacramento, de Cabeçudo, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || S. Thomé, de Caldellas, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Pedro, de Castello de Penalva, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu. || S. Pantaleão, de Cornes, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Christovão, de Espadanedo, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Frossos, conc. e distr. de Braga. || Santa Marinha, de Gontinhães, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Meixomil, conc. de Passos Ferreira, distr. do Porto. || S. Julião, de Moreira do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Gonçalo, de Mosteiró, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || N. S.ª da Conceição e conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || N. S.ª das Neves, de Pousaflôres, conc. de Anciâo, distr. de Leiria. || S. Bartholomeu, do Rego, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Maria, de Reguengo, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || N. S.ª d'Assumpção, de Sernache dos Alhos, conc. e distr. de Coimbra. || S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || O Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e distr. de Leiria. || O Salvador, de Tangil, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Turiz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Miguel, de Urrô, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural. || N. S.ª da Expectação, de Varzea, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Santa Maria Magdalena, de Lordello, conc. e distr. de Villa Real. || Casal na freg. de S. Martinho, de Ariz, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Herdade na freg. de S. Agostinho e con-

Seminario de Lamego

celho de Moura, distr. de Beja. || Quinta na freg. de S. Jeronymo, de Cabra, conc. de Gouveia, distr. da Guarda. || Quinta na freg. de N. S.ª da Graça, de Fuinhas, conc. de Fornos d'Algodres, do mesmo distr. || Quinta na freg. de S. Gregorio Magno, de Reguengo, conc. e distr. de Portalegre.

Lameira. Pov. e apeadeiro na linha do Caminho de Ferro, no ramal de Portimão, entre as estações de Alcantarilha e Poço Barreto.

Lameira de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Maria, de Campanhã, 1.º bairro (Oriental) do Porto.

Lameira e Cachadinha. Dois logares reunidos na freg. de S. Pedro, da Castanheira, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Lameira Cimeira e Lameira Fundeira. Duas povoações na freg. de Santa Catharina, de Villa Facaia, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Lameira de D. Maria. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Fatella, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco.

Lameira Martins. Pov. na freg. de S. Pedro, de Esteval, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Lameira da Ordem. Pov. na freg. de S. Pedro, de Esteval, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Lameira do Outeiro. Pov. na freg. de S. Vicente, de Vacariça, conc. da Mealhada, distr. de Aveiro.

Lameira Pequena. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Olalhas, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Lameira de Santa Eufemia. Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Luso, conc. de Mealhada, distr. de Aveiro.

Lameira de S. Geraldo. Pov. na freg. de S. Vicente, de Vacariça, conc. da Mealhada, distr. de Aveiro.

Lameira de S. Pedro. Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Luso, correio da Mealhada, distr. de Aveiro.

Lameirancha. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cardiges, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Lameirão. Pov. nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Arega, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || S. Martinho, de Chambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. de Ancião, districto de Leiria. || Santa Eulalia, de Fermentões, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || O Salvador, de Fervença, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de Aldeia do Carvalho, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || Sitio no limite do Assento da Cumieira, freg. da Cumieira, conc. de Penella, distr. de Coimbra. || Sitio no limite das Aradas, freg. de Pudentes, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Lameiras. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Pinhel, distr. e bisp. da Guarda. Juntamente com a pov. de S. Braz, de Vendada, que lhe está annexa, tem 644 hab. e 172 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e corre-lhe proximo a ribeira da Pêga. O reitor da freg. de S. Martinho, de Pinhel, apresentava o cura, que tinha 10$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. Tambem é conhecida por *Lameiras e Vendada.* || Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Beire, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Martinho, de Campo, conc. de Vallongo, do mesmo distr. || S. Pedro, de Castanheira, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || S. Miguel, de Lama, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição, de Olalhas, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || S. João da Boa Vista, de Oliveira de Fazemão, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || O Salvador, de Pousafolles do Bispo, conc. de Sabugal, distr. da Guarda. || S. João Degolado, de Terrugem, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Casal na freg de S. Martinho, de Ovôa, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. || Casal na freg. de S. Vicente do Paul, conc. e distr. de Santarem. || Herdade na freg. de S. Bento, de Ameixial, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Quinta na freg. de Santa Maria e conc. de Celorico, da Beira, distr. da Guarda. || Quinta na freg. de Santo Antonio, de Pinheiro, conc. de Aguiar da Beira, do mesmo districto.

Lameiria. Pov. na freg. de S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria.

Lameirinha. Povoações nas freguezias: N S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria || S. Thiago, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Lameirinhas. Povoações nas freguezias: S. Nicolau e conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Thiago, de Lustosa, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Martinho, de Rio Mau, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Lameirinho. Ilha Terceira; pov. na freg. de S. Pedro, de Ribeirinha, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Lameiro. Povoações nas freguezias: Santo Antonio, de Ameixial, conc. de Loulé, distr. de Faro. || S Matheus, de Botão, conc. e distr. de Coimbra. || S. Vicente, de Ponte, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Carvide, conc. e distr. de Leiria. || Santa Eulalia, de Crespos, conc. e distr. de Braga. || Santa Marinha, Feijães, conc. de Espozende, do mesmo distr. || Santa Maria, de Gavea, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Gemieira, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || S. Christovão, de Macinhata do Vouga, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || N. S.ª do Rosario, de Marinha Grande, concelho e distr. de Leiria. || S. Paio, de Oleiros, conc. de Feira, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Oliveira do Douro, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição, de Sinde, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || S. Mamede, de Travanca, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Villa Mou, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Monte na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, districto de Beja.

Lameiro Avellal. Pov. na freg de S. Pedro, de Decermillo, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Lameiro Cavado. Pov na freg. de S. Pedro, de Castello de Penalva, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu.

Lameiro Longo. Pov. na freg. de S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Lameiro do Mar. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Vagos, distr. de Aveiro.

Lameiro da Moita. Quinta na freg. de N. S.ª da Conceição, de Aldeia do Carvalho, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Lameiro de Pegù. Sitio na freg. de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Lameiro da Serra. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Vagos, distr de Aveiro.

Lameiro do Souto. Pov. na freg. de S. Miguel, de Carvalho, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Lameiros. Povoações nas freguezias: Santo André, de Escariz, conc. de Arouca, distr. de Aveiro || S. João Baptista, do Lumiar, 3.º bairro de Lisboa. || Ilha da Madeira; Bom Jesus, de Ponta Delgada, conc. de S. Vicente, distr. do Funchal. || S. Miguel, de Refoios de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Ilha Madeira; freg. e conc. de S. Vicente, distr. do Funchal. || S. Bartholomeu, de Villa Cã, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Lamella. Povoações nas freguezias: S. Lourenço, de Celleiros, conc. e distr. de Braga. || Santa Christina, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, de Landim, concelho de V. N. de Famalicão, distr. de Braga || Santa Marinha, de Oleiros, conc. de V. Verde, do mesmo distr. || S. Thiago, de Outiz, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || Santa Maria, de Palmeira, conc. e distr. de Braga. || N. S.ª do Bom Despacho, de Recarei, conc. de Paredes, distr. do Porto, || O Salvador, de Sabbadim, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Gens, de Salamonde, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. Cosme, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Miguel, de Villarinho, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santo Estevão, de Villella, conc. de Paredes, do mesmo districto.

Lamellas. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Douro, conc. e com. de Santo Thirso, distr. e bisp. do Porto; 641 hab. e 184 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Paços de Ferreira a Villa do Conde. O D. abbade do mosteiro de Santo Thirso, da ordem de S. Bento, apresentava o abbade, que tinha réis 300$000 annuaes. A terra é fertil e cria muito gado. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga || Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Bairros, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Nicolau e conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Simão, de Junqueira, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Nespereira, conc. de Guimarães, districto de Braga. || Santa Eulalia, de Revelhe, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Thiago, de Sendim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Thiago, de Villa Chã, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Sebastião, de V. N. de Souto d'El-Rei, conc. de Lamego, districto de Vizeu. || Quinta na freg. de N. S.ª da Purificação, de Larinho, conc. da Torre do Moncorvo, distr. de Bragança. || Quinta na freg. de S. Sebastião, de Rendo, conc. de Sabugal, distr. da Guarda.

Lamellas de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. do Salvador, de Ribas, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Lamellas de Cá e Lamellas de Lá. Duas povoações na freg. de S. Pedro e conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Lamesinhos. Pov. na freg. de S. Martinho, de Caramos, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Lamessana. Pov. da prov. dos Bellos, na ilha de Timor, Oceania, que está situada na costa N da ilha.

Lamgão. V. *Lamagão*.

Lami (*Emilio*). Professor de piano e compositor de musica muito conhecido e apreciado. N. em 1834. Começou a estudar piano dos 4 para os 5 annos, com seu pae, que foi sempre o seu unico mestre, o qual possuia um verdadeiro talento para a musica. No dia em que completou 7 annos, seu pae o apresentou n'uma grande reunião, executando no piano umas difficeis variações que seu pae lhe escrevera. O effeito foi brilhantissimo. Aos 14 annos já tinha discipulos, e desde então tem-se dedicado ao professorado, gozando sempre dos maiores creditos de professor e de artista. Na sua mocidade figurou frequentes vezes o seu nome em concertos em salas particulares, tendo já a fama de acompanhador muito habil, além de ser já conhecido como distincto pianista. Mais tarde tomou parte obrigada em todos os concertos publicos, não se recusando nunca em cooperar nos beneficios de artistas seus collegas, e nas festas de caridade. O nome de Emilio Lami tornou-se verdadeiramente popular nas esplendidas series dos *Concertos Populares*, dadas no antigo *Casino Lisbonense*, sob a direcção do professor Guilherme Cossoul, e que constituiram um brilhante periodo musical. Ali apresentou pela primeira vez as suas peças concertantes para diversos instrumentos, unicas no seu genero, d'algumas das quaes bastava o simples titulo no cartaz para as salas do Casino Lisbonense se encherem completamente, taes como o *trio*, para piano, harpa e harmoniflute, sobre a opera *Martha*; o *trio* para piano, violoncello e harmoniflute sobre o *Ernani*; o *duo* para piano e saxophone sobre o *Rigoleto*, e muitas outras peças que obtiveram um extraordinario exito. Diz um dos seus biographos: «Estas peças concertantes não são uma simples agglomeração de motivos de operas, transcriptos sem criterio para os instrumentos, como a maior parte das que vem lá de fóra n'esse genero; são as combinações admiraveis d'esses trechos, ornados e variados com o mais perfeito conhecimento dos respectivos instrumentos, judiciosamente ligados entre si e sempre de um grande effeito, por mais heterogenio que pareça o conjuncto de instrumentos d'alguns d'elles. Neuparth, Sergio, Carvalho e Mello, Croner, Fontana, Mazoni, Carrero, essa brilhante pleiade de concertistas que n'esse tempo arrancavam enthusiasticos applausos ao publico que enchia as salas do Casino, devem grande parte do seu renome ás peças de Lami, que por seu turno tambem devem muito aos seus distinctos interpretes. Por muitos annos essas bellas composições figuraram em todos os concertos publicos; os nossos concertistas quasi que as tocavam exclusivamente.» Foi tambem por esse tem-

po que as suas phantasias de concerto se fizeram mais conhecidas. Lami quasi que executava uma por concerto, e as da *Martha, Traviata, Rigoleto, Guilherme Tell*, etc., valeram-lhe as maiores ovações. Emilio Lami era então o acompanhador exclusivo dos concertistas. Nos concertos publicos, que deu em Lisboa, apresentou sempre discipulas suas, muitas das quaes se tem tornado notaveis. Em 1863, nos ultimos mezes da epoca lyrica, foi escripturado para o theatro de S. Carlos na qualidade de acompanhador ao piano nos ensaios; como, porém, n'esse tempo Cossoul fôra á Italia, viu-se a empreza em serios embaraços para a regularidade dos trabalhos, e confiando no talento de Emilio Lami, elevou-o immediatamente á categoria de *maestro* ensaiador, encarregando-o, para estreia, de ensinar, ensaiar e dirigir o *Propheta*, de que nenhum artista da companhia, á excepção da Tedesco, sabia uma unica nota. Era um trabalho deveras arrojado, ensaiar aquella opera difficilima em circumstancias tão especiaes; comtudo, Lami saiu-se briosamente, e no curto espaço do penultimo mez de theatro, aprompt0u-se a opera, que subiu á scena nos primeiros dias do ultimo mez, dando-se nove vezes com geral agrado. N'esta occasião tambem Emilio Lami ensaiou e dirigiu a *Traviata*, um acto do *Attila*, e o *Aroldo*. Esta feliz estreia deu causa a que a empreza Cossoul escripturasse Lami como *maestro* substituto, e n'essa qualidade ali se conservou durante mais de 4 annos, tendo ao todo dirigido a opera mais de 150 noites, e dirigindo a segunda representação dos *Huguenotes*, opera que não havia ensaiado, e de tal fórma se houve que no fim da opera recebeu uma lisongeira manifestação dos artistas de canto, que n'essa epoca eram Rey Balla, Volpini, Junca, Mongini, Squarcia, etc. Durante esse tempo Emilio Lami foi incançavel; ensaiava a piano, ensinava os cantores, ensaiava a orchestra, dirigia as operas ensaiadas por elle e as ensaiadas por Cossoul, nos frequentes impedimentos d'este maestro, tocava o orgão, regulava dentro dos bastidores as entradas da banda e dos córos, etc. sem que nunca deixasse de estar no seu posto no momento opportuno Alguns annos mais tarde, n'uma das epocas da *Sociedade Lyrica*, prestou tambem em S. Carlos relevantes serviços como mestre de canto. Lami escreveu duas missas expressamente para grandes grupos de amadores, que fez executar e dirigiu, uma em Lisboa e outra em Vizeu. Foi professor de piano no Conservatorio, ha mais de 20 annos, onde prestou bons serviços. Esta nomeação foi-lhe muito honrosa, por não a ter solicitado nem directa nem indirectamente, e nem mesmo o pensava, quando lhe foi offerecido aquelle logar, por proposta de José Antonio Vieira, então professor proprietario da aula de piano, apoiada unanimemente pelo conselho escolar e pelo director. O numero das suas producções é enorme, tanto para orchestra e canto, como para orchestra e banda, orchestra e piano, orchestra só, banda, peças concertantes para diversos instrumentos, como quintettos, quartettos, trios, duos, solos de piano, piano a 4 mãos, canto sem orchestra, canto e orchestra, canto e piano, etc. Muitas d'estas musicas estão impressas, e outras conservam-se manuscriptas. A relação minuciosa com os respectivos titulos está publicada no *Contemporaneo*, n.º 140, de 1881.

Lamião. Pov. na freg. de S. Thomé, de Vade, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Lamò. Pov. na freg. de S. Eulalia, de Gondar, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Lamosa. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Alta, conc. de Sernancelhe, com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bispado de Lamego; 477 hab. e 95 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada na falda d'um pequeno monte, proximo do rio Paiva. O reitor de Carquere apresentava o cura, confirmado, que tinha 3$600 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Carapeços, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Lamosas. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Nogueira, conc. de V. N. da Cerveira, districto de Vianna do Castello. || N. S.ª das Neves, de Padroso, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo districto.

Lamoso. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Paços de Ferreira, distr. e bisp. do Porto; 359 hab. e 88 fog. A pov. dista 5 k. da séde do conc. O reitor de S. Pedro Fins, de Ferreira, apresentava o vigario, que tinha 60$000 réis. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto.

Lampaça. Povoações nas freguezias: S. Miguel e conc. de Armamar, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Ribeira, de Bouçoães, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real. || S. Thiago, de Pinheiro, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Lampaças. Pov. na freg. de S. Romão, de Corgo, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Lampadella. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Loureira, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Lampas. V. *São João das Lampas.*

Lampreia *(Francisco Camello).* Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, que falleceu em 13 de dezembro de 1876. Distinguiu se muito durante o curso, e adquiriu fama de brilhante orador e de talento excepcional. Foi deputado, eleito pela villa de Moura, e salientou-se notavelmente nas camaras. Atacado, porém, d'uma doença de larynge, ficou impossibilitado, e pouco tempo depois falleceu.

Lampreia *(João de Oliveira de Sá Camello).* V. *Camello Lampreia.*

Lampreia *(Padre Joaquim Manuel de Moura).* Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Evora em 1810, fal. em Loanda, entre os annos de 1848 e 1851. Era filho d'um algibebe. Estudou latim em Evora, e entrou na ordem franciscana, fazendo o seu noviciado no convento de S. Francisco d'aquella cidade, onde professou, com o nome de Fr. Joaquim de Jesus Maria. Achava-se n'um convento em Extremoz quando occorreu o horrivel morticinio dos presos politicos em julho de 1833, procedimento de que elle censurou asperamente o juiz de fóra, então considerado o principal autor. Mas o padre Lampreia, por este motivo e por outras demonstrações diversas ao modo de proceder dos absolutistas, julgou pru-

dente sair de Extremoz, servindo-se do pretexto de ter de prégar um sermão fóra da villa, e veiu para Lisboa recolher-se no convento de Xabregas, onde estava, quando as tropas do duque da Terceira occuparam a capital em nome da rainha D. Maria II, o que o livrou de atrozes perseguições. Foi nomeado capellão para um batalhão de caçadores, logar que exerceu durante o resto da campanha, e parece que ainda algum tempo depois. Em 1835, como não fôsse attendido em certas pretenções, a que se julgava com direito, lançou-se no partido da opposição, e começou a guerrear o ministerio d'aquelle tempo, e publicou um jornal intitulado o *Marche marche!*, do qual sairam alguns numeros, substituindo-o depois por outro jornal do mesmo genero, com o nome de *Luneta*. Em seguida fundou o *Toureiro*, escripto com a maior violencia, jornal que entrou em campanha como emulo do *Raio*, e que principiou a publicação em 3 de maio de 1836, terminando com o numero de 19 de dezembro de 1837, sobrevivendo assim ao *Raio*, cujo n.º ultimo saiu apenas triumphou a revolução de setembro de 1836. O editor responsavel do *Toureiro* era Anselmo José Franco, cujas iniciaes, figurando no jornal, sendo eguaes ás do ministro Agostinho José Freire, fizeram suppôr a muita gente que o padre Lampreia por caçoada a este estadista, a quem fazia a mais energica opposição, fingia que era elle mesmo o editor responsavel das diatribes que o jornal lhe dirigia. Terminando o *Toureiro*, começou o revolucionario padre a publicar o *Procurador dos Povos*, jornal tambem violento, que se publicou durante os annos de 1838 e 1839. As violencias da sua penna tinham-lhe acarretado inimigos, e soffrendo algumas perseguições, o padre Lampreia entendeu que lhe seria mais conveniente largar o jornalismo, acceitou algum tempo depois a eleição de parocho encommendado para uma freguezia nas proximidades de Alhos Vedros. Comtudo, a sua indole irrequieta e revolucionaria não podia resignar-se ao silencio, e quando rebentou a revolução da Maria da Fonte, em 1846, tornou-se um dos seus mais enthusiasticos adeptos. Tomou parte activa na lucta, servindo nas fileiras do partido a cuja frente estava a Junta do Porto. Perdendo por esse motivo o logar de parocho encommendado, ficou reduzido ás mais precarias circumstancias, e para obter alguns meios de subsistencia resolveu voltar ao jornalismo, e preparou tudo para novamente publicar o seu antigo jornal, o *Procurador dos povos*. O governo, porém, que o considerava um adversario perigoso, porque os seus artigos penetravam no espirito das massas, tratou de o afastar, dando-lhe um canonicato na sé de Loanda, que o padre Lampreia acceitou promptamente e satisfeito, partindo logo para o seu destino, onde falleceu pouco depois. O padre Lampreia escreveu tambem o romance: *Memorias de Fr. Pancracio da Lourinhã*, em 5 tomos, ficando do tomo VI apenas impressas duas folhas: tomos I e II, Lisboa, 1840; tomo III, 1841; tomo IV, 1842; do tomo V, não sabemos a data da publicação. A'cerca d'esta obra diz Innocencio da Silva na pag. 128 do 4.º vol. do seu *Diccionario Bibliographico*. «E' um romance escripto desleixadamente, ou, como dizem, ao correr da penna, sem algum esmero ou polimento de phrase, e no qual os incidentes se multiplicam de sorte que não é possivel saber até onde o auctor se propunha conduzil-o, nem como, ou quando intentava terminal-o. Convém comtudo advertir, aos que o não souberem, que na maior parte das personagens que ahi introduziu, pretendeu elle figurar certas e determinadas pessoas do partido opposto então existentes, e quasi todas ainda agora vivas; aproveitando-se para traçar os retratos que d'ellas nos offerece, dos boatos e rumores, quer certos, quer duvidosos, que corriam a respeito de cada uma, e pintando-as sempre com côres bem desfavoraveis.»

Lampreia. Pov. na freg. de S. Pedro, de Alvega, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Lamprieira. Pov. na freg. de Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto.

Lamprina *(Monte da)*. Na freg. de Santa Clara-a-Velha, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Lana. Nome que parece ter sido dado á ilha do Sal, no archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental.

Lança. Este appellido, muito antigo e nobre, é derivado do nome d'uma terra em Galliza, que se chama *Lanções*, e da qual foi senhor o illustre fidalgo da casa dos Andrades, Fernão Peres de Andrade, pelo que tomou o nome da dita terra como appellido. Passou a Portugal na pessoa de D. Antonio Francisco de Lanções, que casou nobremente em Monsão, e legou aos seus descendentes o appellido *Lança*. São suas armas em campo verde cinco lanças com ferros de prata e as hastes de ouro, postas em banda; timbre, tres lanças postas em roquete, atadas com um torçal verde ou um braço vestido de verde com uma das lanças na mão.

Lança *(Joaquim da Graça Correia)*. Capitão do exercito do Ultramar, governador de Moçambique, da Guiné, de S. Thomé e Principe, etc. N. na freg. de Santa Luzia, do concelho de Ourique, a 12 de fevereiro de 1855; fal. em 1900, no hospital do Conde de Ferreira, do Porto, victima d'uma paralysia geral. Muito creança foi com seus paes para S. Thiago do Cacem, onde ia estabelecer residencia. Cursou o lyceu de Beja com muito aproveitamento. Assentou praça em infantaria n.º 2, e iniciou a sua carreira acompanhando a S. Thomé, como ajudante d'ordens, o visconde de Pindella, em 8 de dezembro de 1879. Em S. Thiago do Cacem exerceu alguns cargos publicos, como presidente da camara municipal, o de provedor da Misericordia, etc. Em 1885 foi nomeado secretario geral da Guiné, onde por muito tempo desempenhou interinamente o logar de governador. Teve depois transferencia para Macau, e mais tarde para Moçambique, quando ainda ali se encontrava o commissario regio, o fallecido estadista Antonio Ennes. Com a retirada d'este funccionario, foi tambem nomeado governador interino d'aquella provincia, sendo durante o seu governo que se effeituou a prisão do Gungunhana. Em seguida foi nomeado governador do Congo, e em 1897 da provincia de S. Thomé e Principe. Publicou alguns trabalhos de valor sobre assumptos coloniaes, como um relatorio da Guiné, o annuario de Moçambique, etc., trabalhos em que manifestava vastos conhecimentos e profundo estudo das questões ultramarinas. O capitão Correia Lança tinha a carta de conselho, e era commendador das ordens de N. S.ª da Conceição, e de Izabel a Catholica, de Hespanha.

Lança. Arma de arremesso formada por uma longa haste, que termina n'uma lamina d'aço ou de ferro ponteagudo. Esta arma era muito usada entre os romanos e na Edade Media; hoje é usada nos regimentos de lanceiros. Ha duas categorias de lanças: as azagaias que se manejam com o braço livre, e as lanças pesadas, grandes, de contrapeso. Estas são manejadas pelos cavalleiros, e fôram ao principio uma simples haste de madeira de 4 a 6 m. de comprido sobre 8 a 9 centimetros de diametro, e terminava em fórma de folha de loureiro ou salva. Pouco a pouco foi-se-lhe diminuindo a haste para facilitar o manejo, e engrossou-se a extremidade inferior para contrabalançar o peso da massa; equilibrou-se por meio d'uma correia presa ao pescoço e depois n'um gancho de ferro, chamado fulcro, fixo á altura do seio direito. No seculo XVIII ainda se distinguiam na lança estas diversas partes: *punho, azas e flecha.* O punho comprehendia a parte entre o couto e a rodella; as azas a expansão da haste n'essa parte, e a flecha toda a haste até ao ferro. Tem-se discutido muito sobre as vantagens e inconvenientes da lança. Os seus partidarios fazem valer o effeito moral que produz n'uma carga de cavallaria, mas os progressos das armas de fogo parece contribuirem para restringir o seu uso; comtudo é ainda conservada na maior parte dos exercitos europeus.

Lança Porte. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Avelleda, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Lançada *(Ignacio Julio de Sampaio de Pina Freire, 2.º visconde da).* Veador da camara de sua magestade a rainha senhora D. Maria Pia; commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de Aviz, gran cruz da ordem de Carlos III, de Hespanha; capitão tenente da armada. N. a 13 de agosto de 1831, sendo filho do 1.º visconde da Lançada. (V. *o artigo seguinte*). O titulo foi concedido em renovação da segunda vida no de seu pae, por decreto de 30 de abril de 1858. O sr. visconde da Lançada é irmão do sr. duque de Palmella.

Lançada *(Manuel Ignacio de Sampaio de Pina Freire, 1.º visconde da).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real; do conselho de Sua Magestade, tenente-general reformado, commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de Aviz; membro do Tribunal do Thesouro Publico. N. a 7 de agosto de 1778, fal. a 7 de agosto de 1886. Casou em 1 de fevereiro de 1826 com D. Helena Teixeira Homem de Brederode, filha de Antonio Xavier de Moraes Teixeira Homem, fidalgo da Casa Real, conselheiro de Fazenda, commendador da ordem de Christo; e de sua mulher, D. Marianna José de Andrade Brederode. D'este consorcio houve dois filhos: o actual senhor duque de Palmella, Antonio de Sampaio e Pina de Brederode, e o actual sr. visconde da Lançada. O titulo foi concedido em duas vidas, por decreto de 10 de janeiro de 1849.

Lançada. Povoações nas freguezias: Santa Maria do Castello e conc. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || Espirito Santo e conc. de Aldeia Gallega do Ribatejo, do mesmo distr. || S. Jorge, de Sarilhos Grandes, do mesmo concelho e districto.

Lanção. Pov. na freg. de S. Mamede, de Sortes, conc. e distr. de Bragança.

Lanceiros. Dá-se este nome aos corpos de cavallaria, cujos soldados são armados com lanças. Em Portugal, os lanceiros figuraram pela primeira vez entre as forças militares no tempo das campanhas da liberdade, e segundo a organisação do exercito ha dois regimentos d'essa arma. O regimento n.º 1 tem a denominação de lanceiros de *Victor Manuel*, e o n.º 2 teve o titulo de *lanceiros da Rainha*, e hoje denomina-se *lanceiros d'El-Rei.*

Lanço. Ilha da Madeira, distr. do Funchal; povoações nas freguezias: Santo Amaro, de Paul do Mar, conc. da Calheta; Bom Jesus, de Ponta Delgada, conc. de S. Vicente; S. Vicente e conc. do mesmo nome.

Landal *(Julião Casimiro Ferreira, 1.º visconde de).* Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, professor e secretario do Lyceu de Santarem, etc. N. em Coimbra a 6 de agosto de 1821, sendo filho de João Jordão, e de sua mulher, D. Joanna Maria Ferreira. Fez a sua formatura em 17 de junho de 1845, sendo nomeado professor de Geographia e Historia do Lyceu de Santarem, por decreto de 29 de agosto de 1846; secretario do mesmo lyceu por decreto de 26 de julho de 1848. Exerceu os seguintes cargos: em Santarem, conselheiro de districto por 25 annos, 1848 a 1876, com pequenas interrupções; procurador á Junta Geral do Districto durante cerca de 25 annos; presidente da mesma Junta em 1876, 1877, 1884 e 1885; presidente da commissão executiva desde 1880 até 1883; presidente da camara municipal em 1862, 1863, 1878, 1879, 1887 e 1888; 1.º substituto do juiz de direito, de 1855 a 1876; provedor da Misericordia, em 1870; delegado da inspecção dos theatros no districto de Santarem, decreto de 21 de novembro de 1863. Foi tambem alferes do batalhão nacional de Santarem, por decreto de 3 de janeiro de 1869; inspector extraordinario das escolas de instrucção primaria dos concelhos do Cartaxo, Salvaterra de Magos, Benavente, Coruche, Chamusca e Almeirim, pelas portarias de 12 de outubro de 1866 e 22 de fevereiro de 1875; vogal das commissões de exames na 1.ª circumscripção, Lisboa, por decreto de 16 de julho de 1874, 10 de julho de 1876 e 7 de julho de 1879; e na segunda, Coimbra, por decreto de 5 de julho de 1877, 8 de julho de 1878 e 7 de julho de 1880. O sr. visconde de Landal, sendo vogal do conselho de districto, coadjuvou a administração publica, sem espirito partidario, recebendo por isso as maiores provas de estima e consideração de todos os governadores civis com quem serviu. Como procurador á Junta Geral do Districto, tomou parte na primeira consulta ao governo para a construcção da ponte sobre o Tejo, em frente de Santarem, sessão de 6 de julho de 1866, e na qualidade de presidente da dommissão executiva, assistiu á inauguração, realisada no dia 17 de setembro de 1881. Apezar de optar pelas colonias agricolas, associou-se á proposta para a construcção da penitenciaria de Santarem (sessão de 15 de maio de 1873). Contribuiu muito para se fazerem os necessarios reparos no edificio de S. João d'Alporão, luctando com a má vontade de muitos que faziam opposição. Como presidente da camara logo na primeira gerencia prestou muitos e bons serviços, procedendo a muitos melhoramentos, como a illuminação a petroleo, um systema regular de limpe-

za, o que lhe mereceu que o governador civil o recommendasse em 4 de março de 1863 á munificencia regia. Na segunda gerencia, reformou as posturas, harmonisando-as com o codigo civil, continuou as obras principiadas para a canalisação das aguas, cujo consumo regularisou, sendo inaugurado em 17 de julho de 1878. Fizeram-se os gradeamentos, portões, candieiros, bancos e marcos fontenarios para o passeio da Rainha; installou-se o serviço de incendios, e installaram-se as aulas de intrucção primaria no dia primeiro de dezembro de 1879. O sr. visconde de Landal foi autor do projecto de compromisso da Misericordia, approvado por alvará de 8 de março de 1870, que substituiu o de Lisboa, por que se regulava a administração. Por sua iniciativa a Misericordia creou um asylo com escola de instrucção primaria para orphãos e filhas de irmãos, estatuiu se a juncção dos merceeiros e merceeiras em 2 asylos de *João Affonso* e da *Rainha Santa*. Mais tarde, n'uma outra sua gerencia na camara municipal, inaugurou-se a illuminação a gaz. O sr. visconde de Landal casou duas vezes, em Santarem; a primeira em 12 de dezembro de 1849, com D. Maria Libania d'Almeida, que fal. a 11 de abril de 1868, e era filha de Theotonio Baptista da Motta e de sua mulher, D. Dorothéa Libania de Almeida Moraes e Cunha. O seu segundo matrimonio realisou-se em 28 de junho de 1869 com D. Carolina Amelia Peixoto, filha de José Peixoto da Silva, rico proprietario e negociante em Santarem, e de sua mulher, D. Marianna Francisca Peixoto. Possue as seguintes honras: grau de cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição, por decreto de 27 de outubro de 1853; e a commenda da de Christo, por decreto de 4 de dezembro de 1867. Foi agraciado com o titulo de visconde de Landal por decreto de 22 de dezembro de 1887. Por portaria de abril de 1906 foi louvado o sr. visconde do Landal por ter mandado construir, a expensas suas, um edificio destinado á escola primaria mixta na freguezia de A dos Francos, concelho das Caldas da Rainha, dando a á respectiva camara municipal; determinando-se que á referida escola fôsse dado o titulo de *Escola dos Viscondes de Landal*.

Landal. Pov. e freg. do Espirito Santo, da prov. da Extremadura, conc. e com. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa; 900 hab. e 193 fog. Tem esc. do sexo fem. e est. post. A pov. dista 13 k. da séde do conc. O commendador de Malta, balio de Leça, apresentava o vigario, que tinha 30$000 réis annuaes. A pov. pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa. Landal era do conc. de Obidos, e passou para o das Caldas da Rainha por decreto de 7 de setembro de 1895.

Landana. Capital da circumscripção administrativa de Cacongo, distr. do Congo, prov. de Angola. E' um dos portos de mar da Africa Occidental portugueza mais importantes. A pov. domina o delta do Chiloango. Por tratado de 29 de setembro de 1883, celebrado pelo governo portuguez com os chefes indigenas de Cacongo e Massabi, tornou-se em protectorado aquella região, e a este facto se deve o estar Portugal na posse do enclave de Cabinda e Cacongo, visto que na conferencia de Berlim não teriam consentido a occupação pelos portuguezes de quaesquer terrenos ao norte do rio Zaire, se não fôssem obrigados a reconhecer os nossos direitos por já estar estabelecido este protectorado. Contribuiu principalmente para a celebração do tratado o negociante João José Rodrigues Leitão Sobrinho, actual visconde de Cacongo, porque foi devido ás suas instancias perante o então governador de Angola, conselheiro Ferreira do Amaral, que ali se dirigiu a corveta *Rainha de Portugal*, commandada pelo illustre official Guilherme Capello, o qual celebrou o tratado no planalto do morro de Chinfuma, na presença de milhares de indigenas. Landana é a séde do concelho de Cacongo, tem correio e telegrapho permutando vales com o reino. Existe aqui uma missão dos padres do Espirito Santo e outras das irmãs de S. José de Cluny.

Landango. Pov. do sobado de Quiende, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Landedo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Montouto, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

Landeira. Pov. e freg. de N. S.ª da Nazareth, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Montemór-o-Novo, distr. e arceb. de Evora; 290 hab. e 78 fog. A pov. dista 38 k. da séde do conc. e está situada n'uma baixa, junto da margem direita da ribeira de Marateca. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o capellão, que tinha diversos generos e 10$000 réis em dinheiro annualmente. Landeira pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. Esta freg. está annexada ecclesiasticamente á de Cabrella. Por decreto de 12 de julho de 1895 passou ao conc. d'Alcacer do Sal, voltando para o de Montemór-o-Novo por decreto de 13 de janeiro de 1898. ‖ Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. ‖ S. Mamede, de Santa Cruz da Trapa, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. ‖ S. Martinho, de Moure, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Landeiro. Pov. na freg. de Santa Maria, de Nine, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Landeiros. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Machico, distr. do Funchal.

Landila. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola. Pertence á divisão de Quissanga.

Landim. Appellido nobre em Portugal, cuja familia teve o seu solar na villa d'este nome. Alguns o fazem originario dos Landins de Inglaterra, que vieram para Portugal com o duque de Lancastro, pae da rainha D. Filippa, mulher de D. João I; outros sustentam, que este appellido foi tomado do couto de Landim, e outros dizem, que procede dos Landins de Palencia. O primeiro, que se encontra com este appellido, é Gaspar Dias Landim, a quem D. João III mandou passar brazão d'armas, o qual consiste: Em campo de prata, faxa de purpura, e em chefe, uma cabeça de leão, da sua côr; elmo de prata aberto, e por timbre a cabeça do leão das armas, entre duas azas d'ouro, em meio vôo. Outros do mesmo appellido usam o seguinte brazão: Em campo de prata, faxa de purpura, carregada com uma cabeça de leão, de ouro, elmo de prata aberto; timbre, uma cabeça de leão, de purpura, entre duas azas de ouro.

Landim *(Nicolau Coelho)*. Advogado, natural de Arraiollos, que morreu em 1678. Deixou publicada uma obra de jurisprudencia em latim.

Landim e **Santa Marinha**. Villa e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 1:112 hab. e 310 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. permutando malas com Famalicão. A pov. dista 5 k. da séde do conc. Os conegos regrantes, cruzios, do mosteiro de Landim, apresentavam o cura, que tinha 60$000 réis annuaes. Este convento foi fundado e dotado em 1096 pelo conde D. Rodrigo Forjaz de Transtamara, filho do conde e rico-homem D. Forjaz Vermui, companheiro do conde D. Henrique. Do *Livro dos Obitos* d'este mosteiro, consta que foi seu commendatario e reedificador D. Miguel da Silva, da illustre casa dos Silvas de Portalegre, bispo de Vizeu e cardeal da Santa Egreja Romana, que falleceu em Roma a 5 de junho de 1556. O convento foi unido em 1562 ao de Santa Cruz, de Coimbra. Na sua egreja existia uma imagem da Virgem, de grande veneração, a que davam antigamente o titulo de *N. S.ª da Basta*, e actualmente o de *N. S.ª de Landim*. A'cêrca d'esta imagem conta a tradição que em tempos remotos existia junto do mosteiro uma ermida dedicada a N. S.ª da Basta, edificação muito mais antiga. A ermida estava muito arruinada, e os conegos do visinho convento, que eram os seus administradores, por ella estar construida em terras do mosteiro, não quizeram reedifical-a, e trouxeram a imagem para a sua egreja. Os povos d'estas terras consagravam-lhe fervorosa devoção. A imagem é pequena, mas de boa esculptura, e apezar da sua remota antiguidade, dizem que está muito bem conservada. Landim foi couto com o titulo de condado, e assim o tratava D. Affonso IV. D. João I o conservou, com jurisdicção civel. Landim pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde em Braga.

Landins. Raça cafreal espalhada pelo sertão d'uma parte da prov. portugueza de Moçambique e do da Africa meridional. E' um povo nomada, guerreiro, audacioso e salteador, que ora vive do saque e do roubo e das incursões que faz nas povoações visinhas dos logares onde acampa, ora conquista á força essas povoações e estabelece-se n'ellas até saber d'outras mais ricas. Os landins são vigorosos e membrudos, e já por muitas vezes puzeram em sobresalto, com as suas incursões, não só Inhambane e Sofala, como o proprio districto de Lourenço Marques. Alguns povos limitrophes do territorio de Moçambique fôram mesmo avassallados por elles. Hoje, porém, o seu poderio está muito reduzido e é pouco para temer. A campanha d'Africa de 1895-1896, de passo que acabou com a soberania do Gungunhana, do Zixaxa e d'outros regulos, pelos brilhantes resultados que tiveram para as armas portuguezas, sobretudo os combates de Coolella e de Marracuene, abateu tambem muito a audacia dos landins, pelas successivas derrotas e pelas numerosissimas baixas que soffreram sempre que se defrontaram com as forças expedicionarias. Os landins estão divididos em duas grandes tribus, uma do norte e outra do sul, que tambem são chamadas dos vátuas do norte e dos vátuas do sul.

Landiosa. Pov. na freg. de S. Martinho, de Aguada de Baixo, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Landril. Pov. na freg. de S. Miguel, de Goudufe, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Langa. Pov. do sobado de Mussongo Aposse, freg. de S. Joaquim, conc. de Golungo Alto, districto de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 2.ª divisão.

Langado. Pov. do sobado de Queta, freg. de S. Joaquim, conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 6.ª divisão.

Langalla. Pov. do sobado de N'Golla Quissueia, conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 2.ª divisão.

Languas. Planicies do distr. de Sofala, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Entra n'ella o mar e colhe se optimo sal. Estão situadas no prazo Empara; ha tambem territorios identicos assim denominados na terra firme do distr. de Moçambique.

Lanhas. Pov. e freg. de S. Thomé, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 338 hab. e 103 fog. Tem esc. do sexo fem. e est. post A povoação dista 4 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem direita do rio Homem. Foi do conc. de Pico de Regalados até 1855, anno em que este conc. se aboliu. O reitor de S. Thiago, de Caldellas, apresentava o vigario, que tinha 10$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil e cria muito gado e caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Lanhellas. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Caminha, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 810 hab. e 185 fog. Tem escolas para ambos os sexos, e est. post. permutando malas com Caminha; est. do caminho de ferro, na linha do Minho, entre as de Seixas e Gondarem A pov. dista 5 k. da séde do conc e está situada na margem do rio Minho, na estrada que vae de Caminha a Valença, n'uma planicie fertil e pittoresca. O reitor de S. Pedro, de Seixas, apresentava o vigario, que tinha 100$000 réis. Os dizimos d'esta freg. eram do commendador de Seixas. Mesmo ao pé do rio está a quinta da Torre, em que se vê uma torre, que lhe dá o titulo, ameiada de pequenas dimensões toda de cantaria, que denota muita antiguidade. Esta quinta, uma das melhores e das mais bem situadas do Alto Minho, foi cortada, em 1860, pela estrada real de primeira classe, que então se fez, e que vae de Lisboa ao Porto, Barcellos, Vianna, Ancora, Caminha, V. N. da Cerveira, Valença, Monsão e Melgaço. Da torre vae até ao rio um esteiro, chamado *Rego de Lanhellas*, que serve de abrigo aos barcos d'esta freg. e da de Seixas. São pertenças d'esta quinta varias terras e fôros. A egreja matriz de Lanhellas é bonita; na freg. ha 5 capellas: S. Martinho, que a tradição diz ter sido a primeira egreja parochial; S. Sebastião, Senhor do Cruzeiro, N. S. da Graça e Santo Antonio, da quinta da Torre; e S. Gregorio, com um bonito jardim em volta, fechado por um muro. Esta ultima capella pertence á ordem de S. Francisco. Lanhellas pertence á 3.ª div. mil. ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Lanhezes Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho, conc., com. e distr. de Vianna do Castello, arceb de Braga; 1:029 hab. e 271 fog. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. permutando malas com Vianna do Castello e Arcos-de Valle-de-Vez; e serviço de encommendas postaes. A pov. dista 14 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem direita do rio Lima. Os Cyrnes, da casa do Paço, de Vianna, e os Rochas de Meiucêdo apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 600$000 réis, de rendimento annual. A terra é fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Vallongo, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Lantemil. Pov. na freg. de S Thiago, de Bougado, conc. de Sauto Thirso, distr. do Porto.

Lapa *(João Ignacio Ferreira).* Director e professor do Instituto de Agronomia e Veterinaria. N. na villa de Ferreira d'Aves, concelho de Sattam, em 1823, fal. em Lisboa a 4 de agosto de 1892. Era filho de paes humildes, e ficando orphão de pae ainda na infancia, veiu educar-se na Casa Pia de Lisboa em 1834, onde tanto se distinguiu, pela sua applicação e elevada intelligencia, que ao terminar os estudos d'aquella escola proseguiu, subsidiado pela mesma Casa Pia, estudos superiores no Real Collegio dos Nobres, passando depois á Escola Militar Veterinaria do Salitre, a cursar esta medicina, e seguiu todos os respectivos estudos com tanta distincção, que, ao concluir o curso, foi nomeado lente d'esta escola por decreto de 23 de junho de 1845. Extincta a Escola Veterinaria, e creado em seu logar o Instituto Agricola em 1852, sendo seu primeiro director José Maria Grande (V. *este nome*), Ferreira Lapa fez parte do corpo docente do novo instituto, leccionando Physica e Physiologia, sendo um dos professores mais abalisados e respeitados. Em 1861 tratava-se de preparar em Lisboa os productos que deviam figurar na exposição de Londres, em 1862, e nas regiões officiaes trabalhava-se para que os differentes estabelecimentos do Estado se representassem dignamente. Ferreira Lapa, com a sua sciencia e dedicação, foi um dos que mais contribuiu para a bella collecção de productos e estudos que o Instituto Agricola enviou áquella exposição. N'esta collecção figurou um estudo sobre os trigos portuguezes composto de 29 typos diversos, estudo feito por João Ferreira Lapa de collaboração com João de Andrade Corvo, trabalho dos mais notaveis que se apresentaram na exposição de Londres, e que mereceu a medalha de ouro. Antes dos productos e estudos agricolas irem para Londres, estiveram em exposição nas salas do Instituto Agricola, exposição que foi inaugurada ainda em 1861 pelo saudoso monarcha D. Pedro V. Ferreira Lapa dedicou-se depois a assumptos agronomicos, e foi transferido para a regencia da cadeira de technologia rural e chimica agricola; em 1876 foi nomeado director do Instituto. Ferreira Lapa era um homem dedicado completamente á sua sciencia, alheio e extranho a todas os mais questões, muito especialmente á politica. Acceitou ser par do reino electivo, porque a sua posição quasi que o obrigou, mas as questões parlamentares não o interessavam, e frequentou muito pouco a camara. Acceitou muitas commissões de serviço na sua especialidade, sendo uma das mais importantes a de commissario da secção agricola na exposição realisada em Paris em 1878, sendo commissario geral o visconde de Villa Maior, e commissario da secção industrial, Antonio Augusto de Aguiar. D'esta commissão publicou um valioso relatorio. As suas obras scientificas são importantes e numerosas, e affirmam o seu continuo estudo. Além d'ellas ha a notar os discursos annuaes pronunciados na abertura das aulas, e a grande variedade de artigos de vulgarisação dispersos em varias publicações, especialmente no *Archivo Rural*, de que foi um dos fundadores, juntamente com Silvestre Bernardo Lima e Moraes Soares. Ferreira Lapa, para os seus estudos, percorreu o paiz, examinou o estado da agricultura e as suas mais instantes necessidades, as suas legitimas

João Ignacio Ferreira Lapa

aspirações. Alliando a theoria á pratica, completou a sua instrucção, firmando-a em bases solidas, porque eram baseadas na experiencia e observações proprias. Ferreira Lapa tinha o posto honorario de capitão que lhe pertencia como lente da antiga Escola Militar de Veterinaria, e a carta de conselho; era socio effectivo da Academia Real das Sciencias, membro correspondente da Sociedade de Veterinaria do Departamento do Sena e da Sociedade Chimica de Paris; socio correspondente da Sociedade Agricola do Porto, e honorario da Real Associação de Agricultura Portugueza, da Associação Commercial Portuense e da Sociedade de Agricultura Michaelense. Possuia a commenda da ordem de S. Thiago e o grau de cavalleiro da de Christo. Bibliographia: *Compendio popular de physica e chimica, applicadas á industria*, etc., Lisboa, 1854, tomo, 1 *Phy-*

sica; tomo II, *Chimica; Compendio popular de mechanica e suas principaes applicações*, etc., *approvado pelo conselho superior de instrucção publica premiado pelo governo*, etc, Lisboa, 1855; *Relatorio do estudo industrial e chimico dos trigos portuguezes, reduzidos a vinte e nove typos vulgares; trabalho executado no Instituto Agricola sob os auspicios da repartição de agricultura do ministerio das obras publicas*, Lisboa, 1862; *Tabella geral do estudo agronomico, commercial e chimico de vinte e nove typos portuguezes; desdobravel e em grande formato; Technologia rural, ou artes chimicas, agricolas e florestaes; primeira parte: productos fermentados*, Lisboa, 1865, saiu a 2.ª edição *correta e augmentada*, em 1874; *Segunda parte: azeites, lacticinios, cereaes, farinhas, pão e feculas;* Lisboa, 1868; 2.ª edição *correcta e augmentada*, 1879; *Terceira parte: productos saccharinos, florestaes texteis, animaes e salinos*, Lisboa, 1871; *Memoria sobre o estudo industrial e chimico dos trigos portuguezes reduzidos a vinte e nove typos vulgares; trabalho executado no Instituto Agricola sob os auspicios da repartição de agricultura do ministerio das obras publicas, commercio e industria*, Lisboa, 1865; com 29 gravuras, representando os diversos typos dos trigos; *Compendio popular de physica e chimica*, Lisboa, 1854; 2 tomos com gravuras intercaladas no texto; *Compendio popular de zoologia*; *Cathecismo popular de agricultura*, escripto de collaboração com Silvestre Bernardo Lima; *Almanach do lavrador*, etc ; foi publicado com a collaboração de João Felix Pereira. *A companhia de credito e progresso agricola em Portugal;* serie de artigos publicados no *Jornal do Commercio*, saindo o 1.º a 6 de abril de 1870; *Relatorio da missão agricola da provincia do Minho, desempenhada pelo commissario do governo João Ignacio Ferreira Lapa no anno de 1870, desde 15 de agosto a 15 de setembro*, Lisboa, 1871, com 38 gravuras intercaladas no texto; edição mandada fazer pelo ministerio das obras publicas. A'cêrca d'esta publicação appareceu no *Jornal do Commercio* de 12 de maio de 1871, um elogioso artigo. Escreveu mais: *Memoria sobre os processos de vinificação empregados nos principaes centros vinhateiros do continente do reino, apresentado ao ill.mo e ex.mo sr. ministro das obras publicas, pela commissão nomeada em portaria de 10 de agosto de 1866*, Lisboa, 1867; tambem foi mandada imprimir pelo ministerio das obras publicas, e com a maior parte dos exemplares se distribuiram uns mappas chromolithographicos; *Segunda memoria sobre os processos de vinificacão, etc., em resultado da excursão mandada fazer pela portaria de 24 de agosto de 1867*, Lisboa, 1868; *Revista de agricultura na exposição universal de Paris, de 1878, pelo commissario technico da agricultura da mesma exposição, João Ignacio Ferreira Lapa*. Lisboa 1879; com 118 gravuras intercaladas no texto; *Chimimica agricola, ou estudo analytico dos terrenos, das plantas e dos extrumes*, Lisboa, 1875, com gravuras intercaladas no texto; *Conferencia feita no seio da real associação central de agricultura portugueza*, Lisboa, 1867; *Discurso inaugural proferido no dia da sessão solemne da abertura das aulas do instituto geral de agricultura*, anno lectivo de 1870-1871, Lisboa, 1870; *Discurso inaugural*, etc. correspondente ao anno lectivo de 1876-1877; idem, de 1877 1878; idem, 1879-1880; idem, 1880-1881; idem, 1882-1883; *Os bagaços de purgueira e mendobim para adubos das terras e engorda dos gados*. Ferreira Lapa collaborou, conforme dissémos, no *Archivo Rural*, publicando muitos e valiosos artigos. No *Commercio do Porto* inseriu uma importante serie de *revistas* ou *chronicas agricolas*; escreveu tambem no *Commercio portuguez* e na *Gazeta dos lavradores*.

Lapa *(Manuel de Almeida Vasconcellos do Soveral de Carvalho da Maia Soares de Albergaria, 1.º conde da)*. Alcaide-mór de Barcellos, par do reino em 1826, védor da Casa Real, commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de S. João de Jerusalem; conselheiro do conselho ultramarino; enviado extraordinario a S. Petersburgo em 1818, e em 1822 commissario para concluir o tratado de commercio com os Estados Unidos da America, socio da Academia Real das Sciencias, senhor de Mossamedes, da Lapa, da Terra e Celeiro de Mossamedes na Ribeira de Criz, distr. de Vizeu; da Honra de Lamaçaes, da Albergaria e morgado de S. Paulo da Ponte de Criz; da Lagôa de Vizeu no Algarve, e do couto do Vieiro. N. na cidade de S. Paulo da Assumpção de Loanda, a 2 de outubro de 1784, fal. em Lisboa a 28 de junho de 1832. Casou a 2 de fevereiro de 1807 com D. Francisca de Paula da Camara e Menezes, dama da rainha D. Maria I, filha de D. Pedro da Camara de Figueiredo Cabral e de sua mulher, D. Marianna de Menezes, irmã do 1.º conde de Belmonte, D. Vasco Manuel Figueiredo Cabral da Camara. O titulo de conde foi concedido por decreto de 31 de agosto de 1822. O brazão d'armas é o dos Almeidas, egual ao dos condes de Avintes: Um escudo; em campo vermelho seis besantes de ouro entre uma cruz dobre e bordadura do mesmo metal. Escreveu: *Memoria sobre o modo de formar um plano de estatistica de Portugal;* saiu no tomo V das *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias*, á qual foi apresentada na sessão de 25 de janeiro de 1812.

Lapa *(Manuel de Almeida e Vasconcellos do Soveral de Carvalho Maia Soares de Albergaria, 2.º conde da)*. Alcaide-mór de Barcellos, official-mór honorario da Casa Real; tenente de cavallaria nacional de Lisboa. N. em 30 de novembro de 1812, fal. em 17 de novembro de 1898. Era filho dos 1.ºs condes da Lapa (V. *o artigo antecedente)*. Herdou toda a casa e senhorios de seu pae. Casou em 2 de fevereiro de 1830 com D. Francisca de Paula Luiza de Sousa, filha dos 2.ºs marquezes de Borba: Fernando Maria de Sousa Coutinho Castello Branco e Menezes e D. Eugenia Manuel. D'este matrimonio houve os seguintes filhos: D. Eugenia d'Almeida e Vasconcellos, casada com D. Antonio Jorge de Menezes, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, senhor da antiga casa Flôr da Murta, em Lisboa, e d'outros morgados; D. Manuel d'Almeida e Vasconcellos, nascido a 4 de junho de 1833, que casou com D. Maria das Dores de Sá Pereira e Menezes, filha dos 2.ºs condes d'Anadia, e fal. no mesmo dia em que seu pae; D. Fernando d'Almeida e Vasconcellos; D. José d'Almeida e Vasconcellos, que é o actual sr. conde de Mossamedes (V. *este titulo)*; D. Francisca d'Almeida e Vasconcellos, que casou com o 3.º conde de Sobral, Hermano Braamcamp Sobral de Mello Breyner; e D. Margarida de Almeida e Vasconcellos. O titulo foi renovado

em 1833. Em 1906 foi agraciado com o titulo de conde da Lapa o sr. D. Manuel de Mello e Castro, neto do ultimo conde fallecido.

Lapa *(Manuel Severiano Silvestre)*. Sub-inspector do serviço de incendios. N. em 30 de junho de 1829, fal. em 4 de fevereiro de 1903, estando já retirado do serviço activo desde 16 de junho de 1897. Foi nomeado em 12 de abril de 1866 escrivão da inspecção geral dos incendios, e em 14 de novembro de 1877, 2.º ajudante sub-inspector. Em 29 de Março de 1883 foi louvado pela camara municipal de Lisboa pelos serviços prestados no incendio occorrido em 10 d'esse mez; em 31 de dezembro tambem foi louvado por eguaes serviços no incendio do Arsenal da Marinha, sendo egualmente agraciado com a medalha de prata, em 24 de julho de 1884. Foi secretario da inspecção dos incendios até á data em que passou á inactividade.

Lapa. Uma das freguezias de Lisboa, cujo orago é N. S.ª da Lapa, e que actualmente está installada na egreja do convento do Coração de Jesus, vulgo Estrella *(V. este nome)*. O local onde ainda hoje existe a antiga egreja, séde da freguezia, na rua direita da Lapa, era um terreno pertencente á Casa do Infantado, e ali instituiu em 1757 monsenhor Brandão um recolhimento para orphãos desamparados por motivo da grande catastrophe do terremoto do 1.º de novembro de 1755. Na capella do recolhimento organisou-se uma irmandade, parece que pelo padre Angelo de Sequeira, em 1764, dedicada á Virgem, com a invocação de N. S.ª da Lapa. No principio do reinado da rainha D. Maria I foi instituida a freguezia, compondo-se na sua maior parte de parochianos da freguezia de Santos. A rainha e D. Pedro III, seu marido e tio, declararam-se padroeiros da nova parochia e do recolhimento, que no anno de 1784 mandaram ampliar. Instituiu se a irmandade do Santissimo e de N. S.ª da Lapa. A freguezia conservou-se n'esta egreja até 12 de junho de 1886, em que se transferiu para o convento da Estrella, indo a imagem de N. S.ª da Lapa em solemne procissão tomar posse da sua nova egreja parochial. No altar-mór do antigo templo ficou a imagem de N. S.ª do Monte do Carmo, que ainda ali se conserva. Em 1892, a irmandade de Santa Catharina, corporação dos livreiros que existia na freguezia assim denominada, passou para a antiga egreja da Lapa, vendo se a imagem da santa virgem e martyr no primeiro altar á esquerda da entrada do templo. Além da capella mór, ha mais 4 altares lateraes, incluindo a capella do Santissimo. No segundo do lado do Evangelho vê-se a imagem de Jesus crucificado e a de N. S.ª das Dôres, que dizem ser a mais perfeita imagem de Virgem n'aquella invocação. No 1.º altar do lado da Epistola está a imagem de N. S.ª d'Atalaia e a do Coração de Jesus. O quadro de Santo Antonio, que existe na egreja, foi pintado por Polycarpo de Oliveira Bernardes. No altar do baptisterio vê-se a imagem de S. Miguel. Realisam se annualmente tres festividades: a de N. S.ª do Monte de Carmo, a de N. S.ª das Dôres e a de Santa Catharina.

Lapa. Villa hoje extincta, pertencente á freg. de S. João Baptista, de Quintella da Lapa, concelho de Sernacelhe, distr. de Vizeu. Está situada na serra da Lapa, penhascosa e desabrida. Está aqui o santuario de N. S.ª da Lapa, que é muito frequentado, especialmente em 14 e 15 de agosto, em que se faz uma grande romaria. No meio da capella-mór ha um enorme penedo, onde está mettido o altar com a imagem. A tradição conta da seguinte fórma a origem d'este santuario, o que transcrevemos do *Portugal antigo e moderno*, de Pinho Leal, vol. IV, pag. 49 e 50: «Al-Mançor, rei, ou califa de Cordova, perseguidor feroz dos christãos, invadiu a Lusitania em 983, levando tudo a ferro e a fogo. Assolou a maior parte do Minho e as cidades de Vizeu e Lamego, e todas as mais povoações por onde fez a sua passagem devastadora. As freiras do convento de *Sesmiro* (hoje, mais vulgarmente, *Sermillo*) abandonaram o seu mosteiro, fugindo ás crueldades de Al-Mançor; mas, para que os moiros não commettessem algum sacrilegio a uma imagem da Virgem, que tinham em grande veneração, a esconderam entre umas brenhas. Al-Mançor arrasou este mosteiro até aos seus fundamentos e sem deixar pedra sobre pedra. Diz-se tambem que as freiras fôram agarradas pelos moiros, que assassinaram umas e levaram outras captivas. No sitio onde foi o convento, ainda hoje existe uma ermida, chamada de N. S.ª do Mosteiro. Desde 983 até 1498 esteve a imagem da Senhora escondida na Lapa, e n'este ultimo anno, uma menina, muda de nascimento, chamada Joanna, do logar de Quintella, que fica a pouca distancia da Lapa, andando a guardar o gado a seus paes, lembrou-se um dia de entrar na lapa, e ali achou a santa imagem e a metteu na cêsta onde guardava as maçarocas. Era a imagem pequenina mas muito formosa, e a pastorinha, soberba do seu thesouro, a enfeitava como podia, com as mais bonitas flôres que achava n'aquelles alcantis. Quando á noite recolhia para casa, não fazia outra cousa senão vestir e despir a Senhora, até que sua mãe, aborrecida d'aquella insistencia da filha, lhe tirou a imagem das mãos e a arremessou á fogueira. Então a menina, transida de horror, disse em voz clara e vibrante: *Ta, não faça isso*. A fala foi desde então restituida á pastorinha, e sua mãe ficou com os braços e pernas sêccas. Aos gritos das duas acudiram os visinhos, ficando todos pasmados d'estas maravilhas, e levando a Senhora para a sua Lapa, guiados por Joanna. Assim que a Senhora foi collocada no seu esconderijo de 515 annos, logo a mãe da pastorinha adquiriu saude perfeita. Ali construiram á Senhora um altar rustico, e a fama d'estes milagres em breve circulou por todas aquellas terras, affluindo á lapa numerosos romeiros, não só da Beira, Traz-os-Montes e Minho, mas até de Hespanha. Com o producto das avultadas offertas se lhe fez uma vasta egreja, em cuja capella-mór, da parte da Epistola, fica o altar da Senhora, que é uma lapa, formada por quatro grandes penedos, que parecem ali postos artificialmente e de proposito para isto.» A imagem está collocada n'um nicho formado de jaspes de varias côres, em mosaico. E' de roca, e tem 55 centimetros de altura. Esta capella pertenceu depois aos jesuitas, do collegio de Coimbra, mas os productos das esmolas e das offertas, que eram muitas, dividia-se em duas partes, uma para o collegio e outra para a Universidade. || Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || N. S.ª da Purificação,

de Alcanede, conc. e distr. de Santarem. || S. Pedro, de Castanheira, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Santa Christina e conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra. || Espirito Santo, de Eireira, conc. do Cartaxo, distr. de Santarem. | Santa Maria, de Frende, conc. de Baião, distr. do Porto. || N. S.ª da Graça, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || S. Lourenço do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Paio, de Moreira de Conegos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de Ourentã, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || S. Thiago, de Pias, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Estevão, de Pussos, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Santa Maria, de Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª do Soccorro, de S. Romão, conc. de Ceia, distr. da Guarda. || S Thiago da Guarda, conc. de Anciião, distr. de Leiria. || O Salvador, de Touraes, conc. de Ceia, distr. da Guarda. || N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Casaes na freg. de Espirito Santo, de Eireira, conc. do Cartaxo, districto de Santarem. || Casaes na freg. de S. Miguel, de Milharado, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Casal na freg. de S. Julião e conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de N. S.ª do Amparo, de Mira, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || Ilha de Santa Maria; pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Santo Espirito, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada || Serra do distr. de Vizeu, a qual corre na freg. de Quintella da Lapa, no conc. de Sernancelhe, e tem 8 k. de comprimento por 3 de largura. || Enseada da costa do conc. de Dombe Grande, no distr. de Benguella, prov. de Angola. Está situada entre o cabo de Santa Maria e a bahia Vermelha e desagua n'ella o rio Dongueamoxito ou Bengueamoxito. || Pov. e freg. de N. S.ª da Lapa, do conc. e ilha de S. Nicolau, conc. de Barlavento, archipelago, e prov. de Cabo Verde, Affrica Occidental. || Pequena ilha no mar da China, a O de Macau.

Lapa de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Paio, de Oleiros, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Lapa da Carriça. Pov. na freg. de S. Paulo de Frades, conc. e distr. de Coimbra.

Lapa do Corvo. Pov. na freg. de Santa Eufemia e conc. de Penella, distr de Coimbra.

Lapa dos Esteios. V. *Esteios*.

Lapa e Faro *(João Cabral Pereira)*. Medico naval, que falleceu em Mossamedes em outubro de 1896. Passou grande parte da sua vida em Mossamedes, para onde foi em 1845. Era ali muito estimado e considerado pelos muitos serviços que prestou. A sua morte foi muito sentida; no dia do funeral, a camara municipal e as casas commerciaes de Mossamedes fecharam as suas portas em signal de sentimento. Em 31 de dezembro de 1857 mandou o governo *colligir e convenientemente preparar em Angola tres collecções de animaes proprios para museu*. D'estas collecções seria uma para o museu da provincia d'Angola, e as outras duas viriam para o reino, sendo uma d'ellas destinada á Universidade de Coimbra. O governo para organisar estas collecções, aproveitou a circumstancia de estar n'aquella provincia o dr. Lapa e Faro, que possuia profundos conhecimentos da historia natural. O dr. João Cabral Pereira Lapa e Faro era condecorado com as commendas das ordens de Aviz, de N. S.ª da Conceição e da Torre e Espada devido aos bons serviços prestados tanto em Mossamedes como em outras localidades africanas.

Lapa Furada. Pov. na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, districto de Leiria.

Lapa do Lobo. Pov. na freg. do Salvador, de Cannas de Senhorim, conc. de Nellas, distr. de Vizeu.

Lapa e Maçapez. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Braz, de Campanario, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

Lapa da Serra. Pov. na freg. de N. S.ª do O' do Porto, de Reguengo da Carvoeira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Lapaduços. Pov. na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Villa Verde dos Francos, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Lapão. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Lapas. Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Torres Novas, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 1:024 hab. e 244 fog. Tem est. post. permutando malas com Torres Novas. A pov. 2 k da séde do conc. O prior de S Pedro, de Torres Novas, apresentava o cura, que tinha diversos generos e 6$500 réis em dinheiro. A pov. pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Segadães, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Lapas *(Quinta das)*. Na freg. do Espirito Santo, de Monte Redondo, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. V. *Monte Redondo*.

Lapas de Gazelhas. Pov. na freg. de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra.

Lapas Grandes. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Monte Redondo, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Lapas Pequenas. Pov. na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Matacães, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Lapeira. Ilha do Porto Santo; N. S.ª da Piedade e conc. do Porto Santo, districto do Funchal.

Lapella. Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. do Minho, conc. e com. de Monsão, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 294 hab. e 69 fog. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 1 k. da séde do conc. e está situada, parte em planicie, na margem esquerda do rio Minho, e parte em montes, cobertos de frondosos arvoredos. O real padroado apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis. A terra é muito abundante de aguas, o que a torna muito fertil e saudavel. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Junto ao rio está um pequeno caes, e é perto d'este caes e entre as casas que fórmam a pequena aldeia da Torre, que se vê a notavel *torre de Lapella*, edificada sobre uma grande lagem de granito durissimo e plana como uma eira. E' perfeitamente quadrada, correspondendo cada um dos seus lados aos quatro pontos cardeaes. E' toda construida de pedras cubicas, sem cimento de qualidade alguma, e com as juntas perfeita-

mente unidas. Tem ameias, cada uma formada por uma pedra cubica. Por tres lados não tem porta ou janella alguma, nem a minima fresta só do lado N, que olha para o rio, e a 10 m. da sua base, tem uma porta em ogiva, com uma pedra saliente, a servir de soleira, mas não tem, nem teve nunca escada para se subir a ella, senão uma escada portatil de madeira. Sobre esta porta estão as armas de Portugal com 11 castellos, sem ter data nem inscripção alguma. No alto da torre, no cunhal ou angulo do lado E, caiu um raio, parece que em 1835, que apenas desconjuntou algumas pedras. O interior da torre mostra ter tido quatro pavimentos, além do terreo, pelos *cachôrros* ou *descanços*, que se vêem ali, mas não se póde saber d'onde recebiam luz. Tanto externa como internamente, a torre é perfeitamente lisa, sem o minimo ornato, apresentando uma superficie egual e plana por todos os lados. Este edificio singular era a torre de menagem d'um castello, que D. Affonso Henriques mandou construir em 1130, sendo as obras feitas por D. Lourenço d'Abreu, senhor do couto e torre de Abreu, em Merufe, e grande capitão que sempre combateu ao lado do primeiro rei portuguez, obrando prodigios de valor, sobretudo na batalha de Arcos de Valle-de-Vez. A'cêrca das armas existentes sobre a porta da torre, que dissémos ter 11 castellos, observa Pinho Leal, no vol. IV, pag. 51, do *Portugal antigo e moderno*, que não eram usadas por D. Affonso I, D. Sancho I, D. Affonso II e D. Sancho II, o que parece indicar que a torre não foi concluida em 1130, nem durante estes quatro reinados, e que fôram ali collocadas provavelmente depois d'esses monarchas. A torre, apezar de estar n'uma baixa, avista-se a muitas leguas de distancia. D. João V mandou demolir as muralhas e castello em 1706, para com os seus materiaes se fazerem as obras de defeza da praça de Monsão, ficando de pé sómente a torre, a que chamavam *Vara do Castello*. || Povoações nas freguezias: S. Nicolau e conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Cabril, conc. de Montalegre, distr. de. V. *Real*.

Lapieiras. Pov. na freg. de S. Thiago, de Santa Lucrecia de Algeriz, conc. e distr. de Braga.

Lapinha. Pov. na freguezia de Santos Cosme e Damião, de S. Cosmado, conc. de Armamar, distr. de Vizeu.

Lapões. Grande nascente d'agua na serra da Estrella, no sitio dos *Covões do Bixo*, na extremidade dos concelhos de Gouveia e Manteigas. E' d'esta nascente que tem a sua origem o rio Mondego.

Lara. Familia das mais antigas e illustres de Hespanha. Em Portugal tambem é muito nobre este appellido, tomado da freguezia assim denominada. O primeiro que se encontra em Portugal é o conde Alvaro Nunes de Lara, que fez novo solar na referida freguezia, que tomou então este nome por concessão de D. Affonso II, em recompensa da sua bravura na batalha de Navas de Tolosa realisada em 16 de julho de 1212, sendo então o conde D. Alvaro alferes do rei D. Affonso VIII de Castella, sogro do rei de Portugal, que o fôra ajudar com uma divisão de portuguezes. D. Alvaro Nunes tomara o appellido de *Lara*, por ser senhor da cidade d'este nome, na Castella Velha. Tem por armas: Em campo de purpura, duas caldeiras em pala, xadrezadas de ouro e negro, com oito cabeças de serpe, de verde, salpicadas de ouro, quatro em cada pegado das azas das caldeiras, duas para dentro e duas para fóra. Outros Laras usam as seguintes armas: Em campo de prata, duas caldeiras, de negro, em pala, com bocaes de ouro; timbre, meio gallo de prata, malhado de negro, com caldeira de purpura guarnecida de ouro e a bocca aberta.

Lara (*David Ben Isaac Cohen de*). Judeu portuguez, natural de Lisboa, que viveu muitos annos em Amsterdam e Hamburgo. Falleceu em 1674. Dizem que nos ultimos annos da sua vida se converteu ao Christianismo. Escreveu algumas obras e traduziu em castelhano varios livros do rabbino Maimonides. Publicou em Hamburgo, 1667, uma obra intitulada: *Kether Kehunna*, isto é, *Coroa dos Santos, ou do Sacerdocio*; *Parte I; comprehende até á letra Jod*. Segundo diz Antonio Ribeiro dos Santos, é um copioso Diccionario Talmudico-Rabbinico, que contém a exposição e correspondencia das vozes talmudicas e rabbinicas em 14 linguas: chaldaica, syriaca, arabica, persiana, turca, grega, latina, italiana, castelhana, portugueza, franceza, allemã, saxonia e ingleza.

Lara (*João Baptista de*). Cavalleiro professo na ordem de Christo, escrivão da Mesa Grande da Alfandega do Tabaco, logar que desempenhou por mais de 40 annos como proprietario, tendo o servido antes nos impedimentos de seu pae, a quem succedeu. N. em Lisboa a 3 de setembro de 1764, e fal. a 7 de janeiro de de 1828. Frequentou com distincção as aulas preparatorias para a matricula na Universidade de Coimbra. Além de outras commissões do serviço publico, teve tambem a de vogal e secretario da commissão de reforma da Alfandega. Foi socio da Academia das Bellas Letras de Lisboa, mais conhecida hoje pela *Nova Arcadia*, com o nome *Albano Olysiponense*. As suas poesias, que se conservam impressas, occupam a maior parte do tomo I do *Almanach das Musas*, havendo mais algumas dispersas nos tomos II e IV.

Lara (*João Carlos de*). Deão da sé de Elvas. Pelos fins do anno de 1764 recusou ir offerecer o hyssope ao bispo, nas cerimonias da sé, como era costume. O bispo era D. Lourenço de Lencastre. Tal recusa enfureceu-o, levou a questão para o capitulo e ali fulminou o deão com um accordão tremendo. O deão appellou para a Relação ecclesiastica de Lisboa, que confirmou o accordão do capitulo. João Carlos de Lara resiguou então o cargo n'um seu sobrinho, Ignacio Joaquim Alberto de Mattos, que se não conformou com o accordão, e, apezar de multado e reprehendido pelo bispo, recusou-se sempre a cumpril-o, até que recorrendo para o juizo da Corôa, este, mandando informar o juiz de fóra d'Elvas, por seu turno pediu informações ao bispo, que lh'as negou. Este assumpto deu origem ao poema heroi-comico, o *Hyssope*, de Antonio Diniz da Cruz e Silva.

Lara (*Manuel José da Silveira*). Official da Bibliotheca Publica da Côrte, hoje Bibliotheca Nacional de Lisboa. Não se conhecem as datas do seu nascimento e fallecimento. Escreveu. *Escolha das melhores novellas e contos moraes, escriptos em francez por M. M. de Arnaud, Marmontel,*

M. de Gomes, etc., *traduzidas em portuguez*, Lisboa, 1784; 8 tomos: segunda edição, em 1814 e 1815; saiu com as iniciaes M. J. S. L; *Historia geral de Portugal por Mr. de La Cléde, traduzida em vulgar e illustrada com muitas notas historicas, geographicas e criticas, e com algumas dissertações singulares*, Lisboa, 1781 a 1797, 16 tomos. Teve como collaborador por algum tempo o capitão Manuel de Sousa. A obra foi publicada sem o nome dos traductores. Reimprimiram-se os tomos I, e II, em 1792; e os tomos IX e X em 1814.

Lara. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho, conc. e com. de Monsão, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 597 hab. e 84 fog. Tem escolas d'ambos os sexos. A pov. dista 7 k. da séde do conc. Era do real padroado, porque em 1308, sendo bispo de Tuy D. João Fernandes de Sotto Maior, este a deu ao nosso rei D. Diniz, em troca de outras propriedades. Depois passou a ser vigararia das freiras de Sant'Anna, de Vianna do Castello, que apresentavam o reitor, o qual tinha 150$000 réis annuaes. Lara pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. A esta freg. foi annexado por decreto de 13 de janeiro de 1898 o logar de Aldeia, que se desannexou da freg. de Boivão, do conc. do conc. de Valença.

Lara de Carvalho *(João Carlos)*. N. em Lisboa em 1 de outubro de 1792, fal. no Porto a 2 de abril de 1850. Era filho de Pedro Chrysologo Ferreira de Carvalho, primeiro escripturario do Erario Regio, e de sua mulher, D. Maria Catharina de Lara. Tendo os estudos preparatorios para se matricular na Universidade de Coimbra na faculdade de Direito, não pôde seguir o curso, porque a invasão dos francezes em 1807 e os successos que se seguiram, o impediram. Alistou se no regimento de infantaria n.º 22, e tomou parte na guerra peninsular, até que por molestia grave que o assaltou, obteve baixa de serviço. Depois de ter sido successivamente empregado em varias repartições publicas, resolveu-se a seguir a carreira de advogado, ensaiando-se para esse fim durante alguns mezes com o dr. Manuel Antonio Verdades, tido como um dos mais peritos na sua profissão. Tendo adquirido uma soffrivel fortuna, arruinou-a completamente pelas perseguições que lhe acarretaram as idéas liberaes que professava, vendo se primeiro obrigado a homisiar-se por mais de tres annos, e sendo afinal preso em 21 de junho de 1831, e conduzido algemado para a Torre de S. Julião da Barra, onde permaneceu até ao dia 24 de julho de 1833. Depois de firmado o governo constitucional exerceu successivamente alguns cargos de eleição, como o de substituto do juiz de Direito da 6.ª vara de Lisboa, vereador da camara municipal, membro do conselho de districto, etc. Em outubro de 1846, por motivo das luctas civis da Maria da Fonte, emigrou para o Porto, onde foi empregado na repartição do commissariado. Morreu sem meios de subsistencia, e quasi totalmente cego. Lara de Carvalho falava com correcção as linguas franceza, ingleza, italiana e hespanhola. Bibliographia: *Versos de J. C. Lara de Carvalho, escriptos na Torre de S. Julião da Barra, em 1831 e 1832*, Lisboa, 1840; 2.ª edição, 1841; *Ariadna a Theseu; epistola extrahida livremente da de Ovidio;* saiu no *Compilador, ou miscellanea universal*, tomo I, 1822, a pag. 174 e seguintes; *Tradução verso a verso da elegia 4.ª do livro 2.º dos «Amores»*, de *Ovidio;* saiu no mesmo jornal, a pag. 248 e seguintes. Deixou muitas poesias inéditas, escreveu muitos artigos politicos em diversas epocas e em differentes jornaes, e foi o principal collaborador do *Verdadeiro amigo do povo*, jornal publicado em Lisboa, cujo 1.º numero tem a data de 10 de fevereiro de 1837, e o ultimo, n.º 25, a de 11 de março do mesmo anno. Serviu tambem como redactor do *Diario do Governo*, durante alguns mezes, a contar de 10 de setembro de 1836, e são seus os artigos de fundo que no mesmo *Diario* se publicaram por esse tempo. No *Patriota* de 9 de abril de 1850 vem a seu respeito um artigo necrologico.

Laranjal. Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira; Santo Antonio, conc. e distr. do Funchal; freg. e conc. de S. Vicente, do mesmo districto. ‖ Santa Cruz do Douro, conc. de Baião, distr. do Porto. ‖ S. Martinho, de Moure, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Laranjeira. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Agrella, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. ‖ N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. ‖ Santo André e conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. ‖ S. Paio, de Arcos, conc. e distr. de Braga. ‖ Santa Barbara de Nexe, conc. e distr. de Faro. ‖ N. S.ª d'Assumpção, de Cacella, conc. de Villa Real de Santo Antonio, do mesmo distr. ‖ S. Salvador, de Carregosa, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro ‖ S. Silvestre, de Chãos, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. ‖ Santa Maria, de Covas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. ‖ S. Thiago, de Creixomil, conc. de Barcellos, do mesmo distr. ‖ S. João Baptista e conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. ‖ S. Miguel, de Loureda, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Cypriano, de Paços de Brandão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. ‖ N. S.ª da Conceição, de Paio de Pelle, conc. de V. N. da Barquinha, distr. de Santarem. ‖ N. S.ª d'Assumpção e conc. de Penacova, distr. de Coimbra. ‖ S. Thiago, de Penso, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. ‖ N. S.ª da Esperança, de Ribeira de Niza, conc. e distr. de Portalegre. ‖ S. Miguel, de Trezouras, conc. de Baião, distr. do Porto. ‖ Roça na ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Laranjeira de Cima *(Casal da)*. Na freg. de Santa Maria, de Ulme, conc. de Chamusca, districto de Santarem.

Laranjeiras *(Antonio Manuel de Medeiros da Costa Canto e Albuquerque, 2.º barão e 1.º visconde das)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real; gran-cruz da ordem de Izabel a Catholica; par do reino por successão de seu pae. N. em Ponta Delgada, ilha de S. Miguel, a 2 de maio de 1816, e fal. em julho de 1884. Era filho do 1.º barão das Larangeiras, Manuel Medeiros da Costa Canto e Albuquerque, e de sua mulher, D. Maria Carlota Alvares Cabral. Casou em 26 de dezembro de 1842 com D. Anna Julia Borges da Camara e Medeiros; enviuvou em 26 de agosto de 1849, e passou a segundas nupcias em 15 de julho de 1850 com D. Marianna Augusta Borges da Camara e Medeiros, sua cunhada, ambas fi-

lhas dos 1.os viscondes da Villa da Praia, Duarte Borges da Camara e Medeiros e D. Anna Theodora Borges do Canto e Medeiros. O titulo de visconde foi concedido por decreto de 10 de junho de 1870.

Laranjeiras *(Duarte Borges de Medeiros da Costa e Albuquerque, 3.º barão das)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real. N. em Ponta Delgada a 8 de julho de 1851, sendo filho do 2.º barão e 1.º visconde do mesmo titulo, Antonio Manuel de Medeiros da Costa Canto e Albuquerque e de sua segunda mulher, D. Marianna Augusta Borges da Camara e Medeiros. Casou em 24 de janeiro de 1872 com D. Quiteria Leite Botelho, filha de Francisco Leite Botelho de Teive, fidalgo da Casa Real. O titulo foi renovado por decreto de 20 de fevereiro e carta de 8 de março de 1869.

Laranjeiras *(Manuel de Medeiros da Costa Araujo e Albuquerque, 2.º visconde das)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por decreto de 20 de março de 1862; cavalleiro e commendador da ordem de Christo; cavalleiro das de S. Salvador da Grecia, e da Legião de Honra, de França; deputado em varias legislaturas. N. em Ponta Delgada a 19 de junho de 1848. Casou em 6 de agosto de 1870 com D. Elisa Broun da Ponte, filha de Manuel Antonio da Ponte, e de sua mulher D. Catharina Broun.

Laranjeiras *(Manuel Medeiros da Costa Canto e Albuquerque, 1.º barão das)*. Do conselho de Sua Magestade, cavalleiro professo da ordem de Christo, par do reino, etc. N. em Ponta Delgada a 11 de abril de 1798; fal. a 28 de abril de 1847. Completando a sua educação, alistou-se no serviço militar, pertencendo por cinco annos á tropa de linha e tres á segunda linha. Em 2 de agosto de 1815 casou com D. Maria Carlota Alvares Cabral, filha de Joaquim José Alvares Cabral. A sua profunda convicção pelos principios liberaes contribuiu poderosamente para que o governo constitucional se generalisasse nas ilhas dos Açôres. A sua vida, a sua grande fortuna, o bem estar e tranquillidade de todos os seus, tudo arriscava para o bom exito da causa da liberdade, cujo exercito recrutou pela maior parte nas plagas açorianas. Em 1831, depois da manifestação da ilha de S. Miguel contra o governo absoluto, chamaram-n'o os seus principios politicos, a sua illustração e a sua probidade a fazer parte, na qualidade de presidente, do senado de Ponta Delgada, e pela sua grande influencia e respeitabilidade do seu nome, muito concorreu para se levar a effeito um grande recrutamento, com que se engrossaram as fileiras do exercito libertador. A'cêrca dos serviços prestados na ilha de S. Miguel para os que fôram para ali empregados, diz Luz Soriano nas *Revelações da minha vida*, referindo-se ao barão das Laranjeiras: «Um distincto morgado d'aquella ilha (S. Miguel) teve a constancia de reunir em sua casa em todos os domingos e dias santos dos dois mezes de maio e junho, que n'aquella ilha passámos, por meio de jantares, sempre de 50 talheres, todos os mais conspicuos membros do partido da opposição. Um amigo meu me convidou n'um d'aquelles domingos para apparecer em casa d'aquelle morgado, accrescentando que o convite feito para um domingo se entendia feito para todos os mais, em que n'aquella ilha nos demorassemos, etc.» Segundo Luz Soriano, os jantares eram abundantissimos, chegando para o dobro do numero de convidados. Manuel de Medeiros fez uma consideravel despeza para obsequiar os que eram da sua communhão politica, mostrando-se rasgadamente generoso e dedicado. O partido da opposição, a que se refere Luz Soriano, era dirigido por Saldanha, e composto de homens que, vendo a pouca protecção de D. Pedro IV aos emigrados portuguezes em Inglaterra e França, e a sua hesitação em apresentar-se á frente dos que arvoravam o symbolo da regeneração da patria, receavam que o duque de Bragança, quando impellido pela força dos acontecimentos, se apresentou nos Açôres, intentasse apenas a mudança de imperantes mas não de systema de governo. Em junho de 1832, quando a expedição constitucional saiu de Ponta Delgada em direcção a Portugal, se era grande o abastecimento de viveres que acompanhava os 7:500 bravos que vieram desembarcar no Mindello, não pouco o accrescentou a liberalidade do nobre açoriano. O batalhão civico que depois da partida do exercito libertador se incumbiria da difficil missão de manter a ordem e tranquillidade publica n'essa ilha, achou reunidos todos os requisitos d'um bom commandante em Manuel de Medeiros, e conferiu-lhe a honra do posto que exerceu até 1836. O barão das Laranjeiras exerceu varias commissões politicas, administrativas e de beneficencia. Em 1838 assumiu as funcções de chefe governativo da ilha de S. Miguel, na qualidade de administrador geral. O exercicio d'este logar deu-lhe ensejo para demonstrar ainda mais a sua independencia abnegação, e dedicação patriotica, cedendo a beneficio das urgencias nacionaes todos os vencimentos que lhe pertenciam. Quando em 25 de outubro de 1846 houve em Ponta Delgada o pronunciamento contra o ministerio de 6 de outubro, e nos paços do concelho se nomeou uma junta governativa para sustentar os principios proclamados na revolução do Minho, foi logo honrado com a presidencia. Em 30 de janeiro de 1832 o duque de Bragança agraciou-o com a carta de conselho, em 27 de maio de 1836 a rainha D. Maria II lhe conferiu o titulo de barão das Laranjeiras, e em 13 de maio de 1842 foi eleito par do reino.

Laranjeiras *(Quinta das)*. Situada na estrada de Bemfica, proximo de Sete Rios, freguezia de S. Sebastião da Pedreira. Pertencia ao 1.º conde de Farrobo, e foi fundada, depois do terremoto de 1755, por seu pae, Joaquim Pedro Quintella, que mais tarde teve o titulo de 1.º barão de Quintella (V. *Quintella* e *Farrobo*). O risco do palacio e a planta da quinta e jardins fôram feitos pelo padre Bartholomeu Quintella, religioso da Congregação do Oratorio e tio do fundador. A quinta é importantissima, mas as suas maiores grandezas e os seus aformoseamentos são devidos ao 1.º conde de Farrobo. No palacio ha salas vastissimas, e que se viam adornadas com muito gosto e riqueza. Existia ali uma magnifica collecção de quadros, dos primeiros pintores nacionaes e estrangeiros, e muitos objectos d'arte de elevado valor. O theatro, construido em 1820, era tambem grandioso, tendo um espaçoso salão de baile, cujas paredes se viam revestidas de espelhos, onde reflectiam as numerosas luzes dos lustres, produzindo um effeito deslumbrante. Foi illuminado a gaz, parece que em 1833, quan-

do ainda se não pensava em Lisboa n'aquella illuminação. No friso do portico da entrada do theatro, que ficava fronteiro á entrada do palacio, lia-se o verso latino: *Hic mores hominum castigantur.* Este theatro foi restaurado em 1842, mas infelizmente ardeu em 9 de setembro de 1862, por descuido d'um dos operarios que andavam ali trabalhando. Deram-se festas magnificas n'aquelle theatro, que se tornaram notaveis, e a que assistiram as pessoas reaes. Cantaram-se ali operas lyricas e outras operas de grandes maestros, desempenhadas pelas pessoas da nossa aristocracia e tambem por artistas italianos, que vinham cantar no theatro de S. Carlos. Na quinta havia diversos jardins, um labyrintho, estufas, lagos de differentes tamanhos e feitios, casa matta, jaulas onde estavam em exposição um leão uma leôa, panthera, tigre, e outros animaes ferozes; um grande viveiro de aves de recreio, um *chalet* suisso no meio d'um pequeno bosque, varias estatuas, bustos, vasos do marmore e muitas outras curiosidades. Na estrada de Bemfica, no muro oeste da quinta, ha uma larguissima entrada, adornada de dois formosos pavilhões, com columnas e estatuas de marmore, ficando-lhe em frente uma extensa rua, orlada de copado arvoredo, tendo um famoso obelisco de marmore branco e côr de rosa. A entrada do lado E deita para a estrada da Luz, Telheiras, Carnide. etc. e é d'este lado a entrada do palacio e do theatro. Em 1874 foi esta principesca propriedade vendida em hasta publica ao fidalgo hespanhol duque de Abrantes e Linhares, que a restaurou. Depois passou ao fallecido capitalista José Pereira Soares, e actualmente pertence ao sr. conde de Burnay. Segundo escripturas, que compulsámos, foi esta quinta adquirida como ficou dito pelo commendador José Pereira Soares por compra feita ao duque de Abrantes e Linhares, que a arrematara em execução promovida contra os herdeiros do conde do Farrobo, Joaquim Pedro Quintella, como consta da escriptura de 11 de abril de 1877, a fol. 61 das notas do tabellião de Lisboa Joaquim Barreiros Cardoso. Pelo commendador José Pereira Soares fôram tambem adquiridas as propriedades annexas da Matta das Aguas Boas e da quinta de Barbacena, depois incorporadas na das Laranjeiras. Os herdeiros do commendador, por escriptura de 30 de junho de 1903, nas notas de Tavares de Carvalho, venderam ao sr. conde de Burnay as tres referidas propriedades, com os logradouros em fórma de meia laranja que tem em frente das entradas principaes, com direito a metade das sobras da agua do chafariz da Cruz da Pedra, com as sobras do chafariz publico da estrada das Laranjeiras e com a agua ultimamente annexada, vinda da quinta do Pinheiro. A quinta de Barbacena fôra adquirida pelo commendador Soares, comprando-a a Vicente de Castro Guimarães, que a herdara de sua avó a condessa de Lumiares, D. Luiza Henriqueta de Menezes, a qual por sua vez a havia adquirido como herdeira de seu filho Francisco da Cunha e Menezes, que a possuia como successor no vinculo do Vimieiro de que fôra anterior administrador o conde de Barbacena, conforme escriptura de 6 de outubro de 1882. Está hoje ali installado o Jardim Zoologico. No extremo da quinta das Laranjeiras, proximo do chafariz da Convalescença, vê-se atravez das grades, e a pouca distancia, um cruzeiro de pedra, de grande valor artistico, que existe ali talvez ha mais de 400 annos, porque se julga remontar ao seculo XV, e que tem resistido inabalavel aos abalos de terra e á acção do tempo. Dizem ser devido aquelle cruzeiro á piedade de pessoa que o mandou construir por algum acto expiatorio ou por simples devoção, obedecendo ao sentimento religioso da epoca. O cruzeiro assenta sobre dois degraus com colarete, tendo o primeiro 1m,55 de comprimento e o segundo 1,m, sendo a altura de cada um 0,m18. A base da cruz tem de lado 0,m155 e de altura 0,m41, e sobre ella ergue-se uma columna, que tem 1,m255 de altura. A cruz é floreada, medindo o braço 0,m80. Na face anterior está a imagem de Christo crucificado, e na posterior a imagem de Nossa Senhora com o menino Jesus descançando sobre o braço esquerdo. Ambas as imagens tem de altura 0,m40. O capitel da columna, sobre o qual se eleva a cruz, é gothico e faz corpo com esta. A Virgem está de pé sobre uma pequena misula, que assenta no abaco do capitel. A inscripção contorna o capitel por cima de ornamentação gothica, e diz o seguinte, em caracteres tambem gothicos: *"pedreanes morador lisboa mãdou fazer esta cruz a hõra d'ds j. da uirj* (em honra de Deus e da Virgem). A altura total do cruzeiro, isto é, do terreno ao extremo da cruz, é de 2,m925. As imagens são de esculptura bastante correcta. A de Christo acha-se decapitada, mas affirma-se que ainda ha poucos annos estava a cabeça posta no seu logar, mas ignora se quem commettesse aquelle desacato. Os degraus e a base são de pedra lioz; o fuste da columna é de marmore branco de Carrara. O capitel, a cruz, as imagens e a misula, de calcareo macio, talvez pedra de Ançã. Julga se que este cruzeiro, ali collocado, désse o nome de *Cruz da pedra* áquelle sitio, e provavelmente, sendo a quinta das

Entrada principal da Quinta das Laranjeiras

Laranjeiras ampliada, ou mesmo quando se fundou, absorvesse o terreiro publico e o annexasse, ficando assim o cruzeiro encravado no seu recinto. Na linha do caminho de ferro de Cintura ha um apeadeiro com o nome de Laranjeiras, que serve esta quinta, como tambem o de Sete Rios, ou ainda o da Cruz da Pedra, na linha de Cintra. Junto á quinta das Laranjeiras ha um chafariz, construido pelo abastado e antigo capitalista Joaquim Pedro Quintella, que foi depois o primeiro barão d'este titulo. Notando a grande falta d'agua n'aquelles sitios, representou á rainha D. Maria I, que se propunha a compral-a á sua custa no sitio em que a pudesse descobrir, e introduzindo a no aqueducto geral, seria conduzida ao chafariz de S. Domingos de Bemfica, e d'ali em deante á custa da Direcção até ao dito sitio das Laranjeiras, onde elle tambem faria um chafariz, pedindo que se lhe concedesse metade da agua que se encontrasse, e os sobejos do mesmo chafariz. Em provisão de 12 de dezembro de 1791, mandou a soberana que, para beneficio dos moradores das estradas das Laranjeiras e da Convalescença, se procurassem aguas n'aquellas visinhanças, se comprassem e se encanassem pelo cofre da Direcção, e que sendo bastantes se fizessem dois chafarizes, um no angulo opposto ao convento da Convalescença, e o outro no sitio das Laranjeiras; se porém a agua não fôsse sufficiente, saisse para o primeiro do aqueducto geral pelo encanamento do de S. Domingos de Bemfica, e se concedessem os sobejos de ambos ao mesmo Quintella O chafariz da Convalescença fez-se com a agua do aqueducto geral, e emquanto ao das Laranjeiras, veiu a agua da quinta de Palma de Baixo, de D. Vicente de Sousa Coutinho, depois da opposição feita pelo successor d'este fidalgo, em que ficou vencido, mas que deu causa a que parassem as obras, que tinham começado em julho de 1792. Afinal fez-se a obra por um encanamento inteiramente novo na distancia de 1:623 palmos e meio, e independente do que d'antes havia por dentro da referida quinta.

Laranjeiras. Povoações nas freguezias: O Salvador e conc. d'Alcoutim, distr. de Faro. || Santa Maria Magdalena e conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro. || N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || Horta na freg. de N. S.ª da Annunciação e conc. de Mertola, distr. de Beja. || Monte na freg. do Salvador e conc. de Alcoutim, distr. de Faro. || Quinta na freg. do Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Laranjeiro. Povoações nas freguezias: Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro. || N. S.ª da Graça, de Moncarapacho, conc. de Olhão, do mesmo distr. || Monte na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Laranjeiro e Valle da Veiga. Dois logares reunidos na freg. de N. S.ª da Conceição, conc. e distr. de Faro.

Laranjo *(José Frederico)*. Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, lente cathedratico da 7.ª cadeira da sua faculdade, par do reino, antigo deputado, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. em Castello de Vide a 20 de dezembro de 1846, sendo filho de Possidonio Matheus Laranjo, e de sua mulher, D. Maria José Cruxana. Tendo-se dedicado á vida ecclesiastica, foi alumno interno do seminario de Portalegre, frequentando, como tal, nas aulas do lyceu, que estava no mesmo edificio do seminario, todos os preparatorios, o em seguida o 1.º e o 2.º anno do curso theologico, sendo no primeiro approvado com distincção, e no segundo, por dissenções com um professor, reprovado. Este facto o resolveu a ir para o seminario de Coimbra, onde repetiu o acto do 1.º anno theologico, frequentou com distincção o 2.º e o 3.º e exerceu o cargo de bibliothecario. Durante o tempo do curso theologico e no anno seguinte, em que foi bibliothecario, repetiu os preparatorios, obtendo distincção na maior parte d'elles, e, sem se ter ordenado, matriculou-se a 14 de outubro de 1870 na faculdade de Direito, onde no 1.º anno se fez conhecido por uma monographia que publicou sobre a questão que recentemente se ventilára entre os lentes Ferrer e Rodrigues de Brito ácêrca do principio de Direito. Obteve durante o curso as melhores classificações, tendo nos 4.º e 5.º annos o primeiro premio. Fez exame de licenciado a 27 de maio de 1876, defendeu theses a 28 de junho de 1877, e recebeu o grau de doutor em 15 de julho seguinte. Foi despachado lente substituto na faculdade de Direito por decreto de 3 de janeiro de 1878, sendo hoje lente proprietario. Foi deputado nas legislaturas de 1879, 1880, 1881 e 1884, representando sempre o circulo de Portalegre. Em Castello de Vide fundou em 1864 uma associação de instrucção, com o titulo de *Associação dos amigos do estudo*, que que depois tomou o nome de *Gremio illustração popular*. Em 1881 fundou tambem uma associação de soccorros mutuos: *Montepio dos operarios de Castello de Vide*. Foi eleito par do reino, tomando posse na respectiva camara a 17 de março de 1898. O sr. dr. José Frederico Laranjo tambem foi um dos collaboradores da edição manuscripta dos *Lusiadas*, de Camões, publicada ha annos, sendo coodernador e director o coronel d'artilharia sr. José Fernandes Costa. Bibliographia: *Estro nocturno, poesias diversas*, Coimbra, 1866; *A fé, sermão prégado em 19 de março de 1869 na egreja do seminario de Coimbra*, Coimbra 1869; *Conveniencia d'uma escola de philosophia annexa á Universidade*, Coimbra, 1869; *A virtude, sermão prégado a 6 de maio de 1869 na egreja do seminario de Coimbra*, Coimbra, 1869; *Oração funebre, recitada nas exequias que celebrou o seminario de Coimbra pelo eterno descanço de Joaquim Alves Pereira a 10 de junho de 1869*, Coimbra, 1869; saiu juntamente com outro folheto anonymo: *Biographia do padre Joaquim Alves Pereira, por um seu amigo*, Coimbra, 1869; *Gremio Illustração Popular em Castello de Vide; discurso de inauguração*, Coimbra, 1870; *O conteúdo e o criterio do direito; exposição e analyse de neminem lede e da mutualidade de serviços e sua harmonia*, Coimbra, 1871; *Elogio historico de D. Pedro V, recitado no dia 25 de setembro de 1873 na inauguração da estatua do mesmo rei em Castello de Vide*, Porto, 1874; *Theoria geral da emigração e sua applicação a Portugal*, tomo I: *Theoria geral*, Coimbra, 1878; é a reunião da dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas e da que escreveu para o concurso de uma das fa-

culdades de direito; Gomes de Amorim publicou, a respeito d'este livro, uma apreciação critica em folhetim, no *Jornal do Commercio* de 25 de setembro do referido anno de 1878; *Aos habitantes de Castello de Vide, manifesto*, Coimbra, 1877; *Ao concelho de Portalegre, manifesto*, Coimbra, 1877; *Vitalidade dos partidos populares e do partido progressista em Portugal; discurso recitado no centro progressista da cidade de Portalegre na noite de 22 de agosto de 1876*, Coimbra, 1876; *Aos eleitores de Portalegre, Castello de Vide, Marvão e Arronches, manifesto*, Coimbra, 1878; *O tratado de Lourenço Marques e a agitação em Lisboa*, Lisboa, 1871; anonymo; *Progressistas e regeneradores; aos eleitores do circulo de Portalegre*, Lisboa, 1881; *Aos eleitores do circulo de Portalegre, relatorio*, Coimbra, 1881; *Principios de economia politica*, Coimbra, 1883; *Sociedades cooperativas*, Lisboa, 1885; esta obra faz parte da collecção da *Bibliotheca do povo e das escolas*, editada por David Corazzi. O sr. dr. José Frederico Laranjo collaborou em varios jornaes litterarios, como *O Amigo do estudo, Folha, Panorama photographico de Portugal, Litteratura Occidental, Instituto*, de Coimbra, onde tem publicado artigos de critica litteraria, de philosophia, e de historia da philosophia, de direito publico, conferencias sobre socialismo, e varias monographias sobre economistas portuguezes. Como deputado tomou parte na interpellação *concessões na Zambezia*, sessões de 5 e 7 de março de 1879 na discussão do artigo do orçamento relativo a instrucção publica, sessão de 6 de maio de 1879; na discussão da reforma de instrucção secundaria, sessão de 8 de março de 1880; e na do imposto de rendimento, sessão de 12 de março de 1880; na do cabo submarino para Africa Occidental, sessões de 28 e 30 de março de 1885.

Laranjo. Na prov. do Douro, sinuosidade da ria de Aveiro. Tem 1:500 m. de comprimento e 500 de largura; n'ella vão desaguar algumas ribeiras e o rio Antuan.

Larano. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª de Guadalupe, de Porto da Cruz; conc. de Machico. distr. do Funchal.

Larçã. Pov. na freg. de S. Matheus, de Botão, conc. e distr. de Coimbra.

Larcher *(Fernando)*. Capitão de cavallaria, par do reino, secretario da camara dos pares, etc. N. em 24 de dezembro de 1857. Era filho do par do reino engenheiro e coronel do estado-maior Jayme Larcher. Cursou as escolas Polytechnica e do Exercito, e assentou praça em 15 de outubro de 1875, sendo promovido a alferes para lanceiros n.º 2, por decreto de 8 de janeiro de 1879, a tenente em 27 de outubro de 1886, e a capitão em 12 de julho de 1894. Tem desempenhado diversas commissões de serviço militar com o maior zelo e competencia, pelo que foi louvado e agraciado com o grau de cavalleiro da ordem de S. Thiago, a 21 de março de 1894 E' par do reino, como herdeiro de seu pae, e na falta de seu irmão mais velho, Eugenio Larcher, tomando posse na respectiva camara na sessão de 18 de março de 1896, sendo secretario no anno de 1901. Como parlamentar tem tomado parte em diversas discussões, apresentando-se como orador fluente, ganhando sympathias até dos adversarios politicos. Em 1897 apresentou na camara dos pares um projecto de lei tendente a acautelar os monumentos nacionaes, trabalho de muito valor, em cujo relatorio se revelou como escriptor erudito e elegante. O sr. capitão Fernando Larcher é muito conhecedor da nossa historia militar. Durante alguns annos dirigiu a bibliotheca do ministerio da guerra, com o maior zelo e aptidão. Possue tambem o grau de cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz por serviços distinctos, o de cavalleiro de Izabel a Catholica, de Hespanha, o officialato da Corôa de Italia, as medalhas de bons serviços e comportamento exemplar, etc.

Larcher *(Telmo)*. Actor contemporaneo, que faz parte da companhia do theatro do Gymnasio. N. em Portalegre a 1 de janeiro de 1866, sendo filho de João Pedro Larcher Roxo e de D. Maria José Rosado Roxo, ambos já fallecidos. Seus paes tiveram de vir residir em Lisboa, sendo Telmo muito creança, e trataram da sua educação, collocando-o n'um dos melhores collegios; mas o amor pelo theatro começou a desenvolver-se e a arrastal-o. O joven estudante resolveu frequentar, juntamente com o collegio, o curso dramatico do Conservatorio Real de Lisboa. Conseguiu tambem ter entrada nos palcos dos theatros, onde desde logo se tornou estimado, pelo seu genio folgazão e interesse que mostrava pela arte dramatica. Decidido a seguir a carreira d'actor, debutou no Gymnasio, tendo apenas 13 annos de edade, na revista *Uma viagem á roda da Parvonia*, em 17 de janeiro de 1879. Representou em seguida pequenos papeis no *Sargento-mór de Villar, Para velhaco velhaco e meio, Separação*, etc. Quando os reis de Portugal fôram a Hespanha, em 1883, pagar a visita que no anno anterior aquelles soberanos lhe tinham feito, Telmo foi a Madrid n'uma companhia organisada por Furtado Coelho, e desempenhou pequenos papeis na *Vida d'um rapaz pobre* e no *Divorciemo nos*. N'essa occasião Lucinda Simões desejou representar tres comedias em um acto, uma em francez, outra em hespanhol, e outra em portuguez, e o joven artista, já então assim considerado, representou n'essas comedias ao lado da distincta actriz, obtendo grandes applausos. Estando depois em Braga, tambem n'uma companhia de Lucinda Simões, adoeceu repentinamente o artista que desempenhava o papel de Adhemar no *Divorciemo-nos*, e Lucinda Simões, confiando deveras no seu merecimento e boa vontade, encarregou-o de o substituir, arrojado encargo, que Telmo acceitou, e de que saiu victorioso, obtendo o maior successo. Mais tarde voltou a Hespanha, e representou tambem em Madrid, Barcelona, e outras principaes cidades, recebendo sempre phreneticos applausos. Em abril de 1888 foi pela primeira vez ao Brazil na companhia do actor Valle, que elle estima como um irmão, onde tambem se tornou um artista querido do publico, sendo alvo de successivas ovações. Representou no Rio de Janeiro, no theatro *Lucinda*, e em algumas outras terras, sobresaindo principalmente no *Paralytico, Medicas, Piperlin*, etc. Em 1892 voltou ás terras de Santa Cruz, sendo tambem recebido com o mesmo enthusiasmo. Telmo conservou-se na companhia do Gymnasio até 1894, fazendo ali todas as epocas; n'esse anno, porém, a instancias de Sousa Bastos, então emprezario da Trindade, passou áquelle theatro, voltando depois para o Gymnasio, que é a sua paixão, em que se vê bem á vontade, em companhia

de collegas, seus amigos dedicados, em frente d'um publico que o estremece, que sempre o applaude, que se habituou a vêl-o n'aquelle palco, onde iniciou a sua carreira artistica, tornando-se um actor de elevado merito e muito estudioso, distinguindo se pela naturalidade com que executa todos os papeis de que se encarrega. Rejeitou sempre escriptura para o theatro de D. Maria II, a que mais d'uma vez tem sido convidado. Nas epocas de verão tem tomado parte em

Telmo Larcher

companhias que se organisam em Lisboa, representando então no theatro de D. Amelia, Rua dos Condes, Avenida, Rato, etc.; em theatros de provincia, na cidade do Porto, recebendo sempre fartos applausos e manifestações da maior sympathia. Com a companhia da Trindade, sob a direcção de Sousa Bastos, voltou ao Brazil em 1895, representando nos theatros do Rio de Janeiro e em outras terras; em 1897 ali tornou fazendo parte d'uma companhia organisada por Lucinda Simões, que representou no theatro Guarany. O Brazil acolheu o seu actor predilecto, como sempre, com manifestações as mais sympathicas, e n'essa occasião recebeu do theatro brazileiro a mais eloquente prova de consideração que se tem feito a actores portuguezes. Na noite do seu beneficio fecharam todos os theatros para que os respectivos artistas pudessem ir ao palco collocar no peito do seu laureado collega uma medalha de ouro cravejada de diamantes e rubis com os emblemas da arte dramatica, como recordação do theatro nacional d'aquelle paiz. Esta medalha foi feita por subscripção aberta por todos os actores brazileiros, e secundada pelo publico fluminense. Excedendo a subscripção o preço da medalha, o remanescente foi applicado á compra d'uma joia de elevadissimo valor intrinseco e artistico, offerecida á mãe do distincto artista. Recebeu tambem outro presente de subida consideração, um grande e magnifico retrato ricamente emmoldurado, do primeiro actor brazileiro João Caetano. No anno de 1899 esteve nas ilhas dos Açores, n'uma companhia dirigida pelo actor João Gil, representando nos theatros de Ponta Delgada e de Angra do Heroismo. Em 1900 ainda voltou ao Rio de Janeiro, a representar no theatro Lucinda, com o empresario Luiz Pereira, percorrendo tambem diversas terras. O reportorio de Telmo Larcher é enorme; representa o drama, a comedia, a operetta, a revista e a magica, mas a sua maior predilecção é pelos galans comicos. Seria difficil apontar o titulo de todas as peças em que tem representado; mencionaremos as seguintes, exhibidas nos diversos theatros, tanto de Lisboa, como das provincias, ilhas e Brazil, além das que já falámos: *A verdadeira nobreza*, *Genro do Caetano*, *Diana*, *A Charada*, *A historia d'uma carta*, *O coupé 117*, *Velhos e tolos*, *Noite de nupcias*, *Receita de Lacedemonios*, *Os inquilinos do sr. Blondeau*, *O Bigamo*, *O papa legoas*, *Mestres e aprendizes*, *A grande avenida*, *Não me embaçam*, *Nono não cubiçarás*, *Dominguinhos*, *O primeiro desgosto*, *A linha*, *O cunhado*, *A campainha dos apuros*, *Eu e a mamã*, *A Borboleta*, *As alegrias do lar*, *Sua Excellencia*, *Mosquitos por cordas*, *A prima Aurora*, *Jucunda*, *Cocard e Bicoquet*, *O Negro d'Alcantara*, *O meu retrato*, *Os hugueuotes*, *mulheres carraças*, *O reino das mulheres*, *Hotel Luso-Brazileiro*, *Primo Fernando*, *Keikirikokomba*, *O commissario de policia*, *Em boa hora o diga*, *Niniche*, *O armario das afflicções*, *Os fidalgos da Casa Mourisca*, *A torre de Babel*, *Joanna que chora*, *Sergio Panine*, *Na bocca do lobo*, *Malaquias mulher e filho*, *Ganchos*, *As serpentes*, *Marido no campo*, *Contos da Rainha de Navarra*, *O sr. barão*, *Bibi*, *Meninas Rodrigues*, *A aranha de ouro*, *Ernesto*, *Hypnotismo*, *Não se deve dizer*, *Espinhos da Rosa*, *Tonpinel*, *O Sumo da Uva*, *O sr. governador*, *O reino dos homens*, *Creados e patrões*, *Loiras e trigueiras*, *As amendoas*, *A victima*, *As algarvias*, *Casa com escriptos*, *O nariz de cêra*, *Casados e solteiros*, *Tres portas e tres chaves*, *A sôra Francisca*, *Os namorados*, *Fausto e Margarida*, *O primeiro marido da França*, *A chave do Paraizo*, *O filho da Carolina*, *A Emancipação da mulher*, *O capitão Lobishomem*, *Sal e pimenta*, *Barnabé*, *Amor e banhos de chuva*, *O homem da bomba*, *A fada do amor*, *Intrigas no bairro*, *Tres dias de berlinda*, *Quem me empresta um tio?* *Cães e gatos*, *Ganha perde*, *Os Pimentas*, *Corda bamba*, *A's 11 e meia*, *O papá Lebonnard*, *Pobreza, miseria e companhia*, *Distracções da viuvez*, *A familia Benoiton*, *Carambolas do amor*, *O Tyrano de D. Urraca*. *O grande heroe*, *O terror dos maridos*, *O Bibliothecario*, *Os velhos*, *Manelick*, *A martyr*, *O fiscal dos wagons leitos*, *O Salta pocinhas*, *A Ciumenta*, *A estrangeira*, *A senhora ministra*, *Peraltas e secias*, *A ama secca*, *O sr. tenente*, *O filho artificial*, *O Pelintra*, *Juiz d'uma canna*, *O dr. Empafia*, *Guerra ao vinho*, *O cão e o gato*, etc.; as cançonetas: *Sempre a rir*, *Soirée familiar*, *Assim... assim*, *Tres ao Chiado*, etc.

Larcher Marçal (*Ramiro*). Agronomo, director dos serviços agrologicos, vogal do conselho superior de agricultura, antigo director da estação agronomica de Lisboa, em commissão em Portalegre. Tem collaborado em publicações especiaes agricolas e redigido uma revista de agricultura. Escreveu: *Relatorio do conselho de agricultura do districto de Portalegre*, com a data de 26 de abril de 1884; *Da natureza e organisação de um estabelecimento de agricultura pratica no districto de Portalegre*, Lisboa, 1885, *Memoria*

acêrca da epoca da colheita da azeitona; apresentada no congresso de leitaria, olivicultura e industria realisado em Lisboa em 1905. *Conservação da azeitona, entulhamento e sua influencia na qualidade dos azeites comestiveis,* idem.

Lardoeira. Pov. na freg. de S. Julião, de Passos, conc. e distr. de Braga.

Lardosa. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. da Beira Baixa, conc., com. e distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 1:448 hab. e 331 fog. Tem escolas para ambos os sexos, correio, e est. do caminho de ferro, na linha da Beira Baixa, entre as de Alcains e Castello Novo. A pov. dista 19 k. da séde do concelho e está situada n'um valle, na estrada de Castello Branco á Covilhã. Corre-lhe perto a ribeira de Alpreade, e tem estrada para Sarzedas, S Vicente da Beira e Idanha-a-Nova. O vigario da freg. das Soalheiras apresentava o cura, que tinha 10$000 rs. de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Soalhães, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Lares. Pov. na freg. de S. Pedro, de Alhadas, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. Tem correio e est. do caminho de ferro, na linha de Lisboa-Torres Vedras á Figueira da Foz, entre o apeadeiro de bifurcação de Lares e a est. de Santo Aleixo.

Larga Coutada. Pov. na freg. de Santa Maria, de Arga de Baixo, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello.

Largatal. Pov. na freg. de S. Thomé, de Caldellas, conc. de Guimarães, districto de Braga.

Largo da Egreja. Pov. na freg. de S. Marcos, de Calhandriz, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Largo da Feira. Pov. na freg. de S. Pedro, de Pedroso, conc. de Villa N. de Gaia, distr. do Porto.

Larim. Pov. na freg. de S. Miguel, de Soutello, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Larinde de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Maria, de Gondar, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Larinho. Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. da Torre de Moncorvo, distr. e bisp. de Bragança; 788 hab. e 204 fog. Tem esc. do sexo fem. e est. post. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem esquerda do rio Sabor. O reitor da Torre de Moncorvo apresentava o vigario, que tinha 30$000 réis. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Larouco. Serra da prov. de Traz os-Montes, no conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. Fica na raia a 6 k. ao NE da villa de Montalegre. Eleva-se a grande altura, em fórma quasi pyramidal, encadeia se a NE com as montanhas que dividem o valle de Sales dos campos da Gironda, em Galliza; e a O com a cordilheira da Arandella, Vidoeiro, serras de Mourilhe e Mourella, servindo o cume d'esta cordilheira de linha divisoria dos reinos de Portugal e Galliza, excepto a freguezia de Tourem, que fica da parte do norte, encravada no territorio da Galliza. Acaba pegando com a ponta boreal da serra do Gerez, no sitio de Fonte Fria. Fórma para a parte SO um segundo monte menos elevado, a que chamam *pequeno Larouco.* Do cume d'esta serra gozam-se umas extensissimas vistas, tanto para a parte de Portugal como para a da Galliza. No mais alto ponto da serra encontra-se para o lado NE uma nascente d'agua, que juntamente com outras que brotam nas faldas d'esta mesma serra, dão origem, pelo E ao rio Tamega, braço consideravel do Douro, pelo S ao Cávado e pelo N ao Lima. O cume da serra permanece quasi desnudado, e no inverno está quasi sempre coberto de neve ou de nevoeiro. As encostas teem muitas florestas, que fornecem lenha ás povoações nas suas bases, bem como á villa de Montalegre. N'estas montanhas criam-se lobos, javalis, rapozas, veados e coelhos; e nas suas faldas, bem como na Mourella, muitas e boas perdizes. N'esta montanha, segundo Morales, existiu um templo dedicado a Jupiter. Os romanos chamavam a esta serra *Monte Ladico;* já no tempo dos suevos fazia um ponto de demarcação da diocese bracarense, feita no concilio de Lugo, pelo rei Theodomiro e S. Martinho de Dume. Tambem se escreve *Larôco* o nome d'esta serra.

Lasenho. Monte na prov. de Traz-os-Montes, conc. de Boticas. Este morro é um cabeço dos mais notaveis que fórma a serra das Alturas em um ramo ou braço, que se estende na direcção sul da mesma serra. Está o monte, ou picoto, situado junto á povoação de Campos, aldeia da freguezia de Covas de Barroso; é da fórma d'uma pyramide conica e inaccessivel pelo S e O por ser muito alto e escabroso; e pelo N e E póde facilmente subir-se até seu cume, onde existe uma planicie circumdada por primeira, segunda e terceira ordem de muralhas, cujos alicerces se conhecem ainda. D'aqui fôram extrahidos dois toscos bustos de guerreiros, e d'ali conduzidos para o adro da egreja matriz de Santa Maria de Covas, onde permaneceram por mais de 100 annos, até que, por ordem de Miguel Pereira, juiz de fóra de Montalegre, fôram transportados para Lisboa pelos annos de 1782. Existem proximo d'um dos lagos do jardim do palacio d'Ajuda, collocados aos lados da porta que dá entrada para o terreiro. Alguns archeologos attribuem estas estatuas aos phenicios, outros querem que sejam dos antigos lusitanos, e outros dos romanos.

Lastral. Pov. na freg. de Santa Eufemia, de Calheiras, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Lata. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Semide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Latada. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª d'Assumpção, de Pendilhe, conc. de V. N. de Paiva, distr. de Vizeu.

Latadas. Pequena povoação, onde ha um apeadeiro no caminho de fêrro, linha de Foz-Tua a Mirandella, entre as estações de Fréchas e Mirandella.

Latães. Pov. na freg. de S. Nicolau, de Amendoeira, conc. de Macedo de Cavalleiros, distr. de Bragança.

Latas. Pov. na freg. de S. Thiago, de Couto, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Latedo. Pov. na freg. de S. Fructuoso, de

Argozello, conc. de Vimioso, distr. de Bragança.

Lateira. Pov. na freg. do Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Latina. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de S. Thiago, de Ribeira Sêcca, conc. da Calheta, districto de Angra do Heroismo.

Latinhos. Pov. na freg. de S. José, de S. Lazaro, conc. e distr. de Braga.

Latino Coelho *(José Maria).* General de brigada do estado maior de engenharia, ministro da marinha, socio effectivo e secretario perpetuo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, lente na Escola Polytechnica, vogal do Conselho Geral de Instrucção Publica, deputado, par do reino, jornalista, escriptor, etc. N. em Lisboa a 29 de novembro de 1825, fal. em Cintra a 29 de agosto de 1891 Era filho de João Alberto Coelho, que falleceu sendo tenente-coronel de artilharia, e de D. Maria Henriqueta Latino Martins de Faria Coelho. Seu pae, pelas suas idéas liberaes, emigrou para Hespanha, e só em 1834 é que se estabeleceu em Lisboa novamente, podendo então dedicar-se á educação de seu filho. Latino Coelho estudou francez, inglez e rudimentos de Mathematica e das sciencias exactas. Em 1837 começou a estudar latim no Lyceu Nacional de Lisboa, em 1838 estudou Logica, saindo sempre distincto nos seus exames. N'aquelle mesmo anno estudou a lingua grega, e tendo concluido os preparatorios, matriculou-se aos 13 annos no primeiro anno da Escola Polytechnica, em que obteve o primeiro premio em 9 aulas, sendo 11 as differentes disciplinas que estavam distribuidas por 4 annos. Da Escola Polytechnica passou á do Exercito a seguir o curso de engenharia militar. Assentou praça em infantaria n.º 16 a 14 de novembro de 1843, sendo pouco depois nomeado alferes alumno do mesmo regimento; foi promovido a alferes em 12 de dezembro de 1848, a tenente a 14 de julho de 1851, passando á arma de engenharia, a capitão em 10 d'agosto de 1864, a major a 30 de janeiro de 1872, a tenente-coronel em 6 de maio de 1874, a coronel em 29 de maio de 1878, a general de brigada em 19 de setembro de 1888. Continuando os estudos na Escola do Exercito, obteve tres premios e habilitou-se com distincção para a carreira de engenharia. Em 1851, depois d'um concurso brilhantissimo foi nomeado a lente substituto da cadeira de mineralogia e geologia na Escola Polytechnica. Concluiu os estudos na Escola do Exercito quando rebentava a revolução popular, que em 1847 terminou pelo protocolo e pela intervenção das tres nações estrangeiras, França, Hespanha e Inglaterra, segundo o tratado da quadrupla alliança. Entrando na politica, filiado no partido regenerador, foi eleito deputado por Lisboa, nas eleições suplementares de 1854. Só dois mezes depois de frequentar a camara, é que fez o seu primeiro discurso, no dia 28 de março de 1855, discurso a que toda a imprensa teceu os maiores elogios. O diploma de deputado era a honra dada ao merito e ao estudo, porque já n'essa epoca, Latino Coelho se tornara distincto como jornalista, carreira que encetara em 1849. Tornou a ser deputado pelos Açôres nas geraes de 1856 a 1860. Foi na *Revolução de Setembro* que se estreou escrevendo uma serie de artigos sobre as questões que agitavam então a Europa, e outras sobre differentes phases por que passava a idéa democratica, que já por todas as partes luctava com a reacção. Entrando activamente a collaborar na *Revolução*, começou a combater o governo, e durante muitos mezes foi tambem redactor principal d'um jornal da sua politica, *A Emancipação*. Em 1851 fundou a *Semana*, jornal litterario que se publicava semanalmente, collaborado pelos primeiros escriptores da epoca, em cuja redacção Latino Coelho teve parte importante. Os seus melhores artigos de então fôram os *fac-similes* de differentes homens eminentes nas letras. Já anteriormente escrevera muitos artigos biographicos de nacionaes e estrangeiros, e uma collecção de *typos nacionaes* na *Revista Peninsular*. No anno de 1852 publicou-se uma memoria de D. Sinibaldo de Más, antigo embaixador de Hespanha no imperio da China, em favor da união pacifica de Hespanha e Portugal, e o prologo d'essa obra era assignado por Latino Coelho. Em 1853, no *Portugal Artistico*, escreveu a maior parte dos artigos que acompanham as gravuras em grande formato, sendo escriptos em francez e em portuguez. No *Panorama* publicou uma minuciosa e extensa biographia do visconde d'Almeida Garrett. Collaborou tambem na *Epoca*, *Pharol*, *Civilisação Popular*, *Discussão*, *Politica Liberal*, *Jornal do Commercio*, de que foi algum tempo redactor principal, *Democracia*, distinguindo-se sempre pela elegancia e pureza do seu estylo, e pelo vigor e correcção com que discutia os assumptos sujeitos ao seu exame. Tinha grande predilecção pelas linguas estrangeiras. Escreveu em hespanhol a biographia d'Almeida Garrett, que foi publicada na *Revista Peninsular*. Era raro o jornal litterario importante que não tivesse collaboração sua. Para uso dos alumnos da Escola Polytechnica publicou um *Curso Elementar de Historia Natural*. Foi director do *Diario de Lisboa* por occasião da nova organisação dada em 1859 áquella folha official do governo. No *Seculo* escreveu por muito tempo o artigo editorial, no jornal que se publicava nos domingos. A Academia Real das Sciencias nomeou-o seu socio effectivo, e pouco tempo depois foi por votação unanime nomeado em 1856 secretario da mesma academia, ficando depois considerado secretario perpetuo. A Academia incumbiu-o de dirigir o *Diccionario da lingua portugueza*, conforme os subsidios de Ramalho, legados a Alexandre Herculano, e vendidos pelo fallecido historiador áquella corporação. Latino Coelho foi par do reino, e ministro da marinha desde julho de 1868 até agosto de 1869. Exerceu diversas commissões, como a encarregada da reforma da Academia das Bellas Artes de Lisboa, e o encargo de escrever *officialmente* uma *Historia do cêrco do Porto em 1832*. Latino Coelho, entrando na politica, filiara-se no partido da Regeneração, aggremiação politica que se tornou um grande beneficio para o paiz, principalmente por acabar de vez com a intolerancia arvorada em fórma de governo, e por abrir uma epoca de paz, condição primaria de toda a civilisação e progresso, mas no momento em que o paiz soltou um brado de reprovação geral dos seus erros, abandonou esse partido, e aspirando á realisação d'um ideal mais perfeito, adquiriu a persuasão de que a fórma de governo republicano dava mais seguras garantias ao direito do cida-

dão, nas suas multiplas manifestações, filiou-se n'esse partido com sinceridade e fé patriotica. Comparecia nas assembléas politicas, quando o partido reclamava o auxilio do seu saber e da sua experiencia, usando da palavra com toda a correcção e dignidade, criticando, castigando, demolindo, sem perder a linha austera e nobre, que era uma das feições dominantes do seu caracter. Foi por isso que obteve o respeito e as attenções de todos os partidos, e que, dentro da monarchia que elle combateu, contava verdadeiras affeições, porque se fazia justiça á sua sinceridade. Latino Coelho era commendador da ordem de Christo, gran-cruz da Torre e Espada e de N. S.ª da Conceição. Bibliographia: *Curso da introducção á historia natural dos tres reinos*, Lisboa, 1850; saiu tambem na *Revista Popular*, tomo II; *Opposição systematica*, proverbio em 1 acto, Lisboa, 1849; *Relatorio dos trabalhos da Academia*

José Maria Latino Coelho

Real das Sciencias, lido em sessão publica de 19 de novembro de 1856, Lisboa, 1856; inserto tambem nas *Memorias da Academia*, tomo II, parte I, da nova serie, classe 2.ª; *Relatorio dos trabalhos da Academia Real das Sciencias, lido na sessão publica de 20 de fevereiro de 1859*, Lisboa, 1859; *Elogio historico de D. Fr. Francisco de S. Luiz, recitado em sessão publica da Academia Real das Sciencias de 19 de novembro de 1856*, Lisboa, 1856; *Elogio historico de Rodrigo da Fonseca Magalhães, lido na sessão publica da Academia em 20 de fevereiro de 1859*, Lisboa, 1859; anda tambem nas *Memorias da Academia; Juizo critico sobre o «Arco de Sant'Anna», de A. Garrett;* saiu na *Semana*, 1851, vol. II; *Estudos sobre os differentes methodos de ensino do ler e escrever*, no *Panorama*, de 1854; *O visconde de Almeida Garrett, estudo biographico critico*, no *Panorama* de 1855, ficou incompleto; *D. Maria II-Santa Maria de Belem-Cintra;* artigos que servindo de texto ás estampas respectivas, fazem parte do *Portugal Artistico; Almeida Garrett, escripto originalmente em hespanhol, na Revista Peninsular*, tomo I, pag. 33 a 40; *Considerações sobre a união iberica*, no *Archivo Universal*, tomo ; pag. 161; *Casal Ribeiro, perfil critico*, na *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, tomo I, pag. 145 a 159; *Antonio Feliciano de Castilho*, na *Revista Contemporanea*, tomo I, pag 397 a 212; *Novo retrato do sr. J. M. Latino Coelho;* no mesmo jornal, tomo II, de pag. 114 a 119, é uma carta escripta a Teixeira de Vasconcellos; *Viagem ao Tibet e á Alta Asia, pelos srs. Adolpho, Hermano e Roberto von Schlagintweit*, no *Diario de Lisboa*, n.º 256 e seguintes: *A Iberia; Memoria escripta em lingua hespanhola por um philo-portuguez, e traduzida na lingua portugueza por um philo-iberico*, Lisboa, 1852; com dois mappas; *Encyclopedia das escolas de instrucção primaria dividida em tres partes: composta por distinctos escriptores, sob a direcção do sr. José Maria Latino Coelho*, etc., Lisboa, 1857; *Proposições do poema;* nota na traducção dos *Fastos*, de Castilho, tomo I, pag. 207 a 216; *Fernando de Magalhães*, no *Archivo pittoresco*, tomo VI, em diversos numeros; *Relatorio dos trabalhos da Academia Real das Sciencias, lido na sessão publica de 10 de março de 1861*, Lisboa, 1861; anno tomo III, parte I, das *Memorias da Academia*, 2.ª classe, nova serie; *Elogio do barão de Humboldt, lido na sessão publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa em 10 de março de 1861;* Lisboa, 1861; tambem está nas referidas *Memorias; Relatorio dos trabalhos da Academia, lido na sessão publica de abril de 1863*, Lisboa, 1863; *Estudo biographico-critico sobre Julio Maximo de Oliveira Pimentel*, na *Revista Contemporanea*, tomo II, pag. 439 e seguintes, e tomo III, pag. 11 a 17; *Episodios da vida de Alexandre de Humboldt*, na mesma *Revista*, tomo III, pag 227 e seguintes; *O Infante D. João*, biographia na mesma *Revista*, tomo IV, pag. 169 a 179; *Manifesto aos eleitores do circulo 65*, foi distribuido avulsamente e transcripto em varios jornaes; *Relatorio da commissão encarregada de propôr á Academia Real das Sciencias de Lisboa o modo de levar a effeito a publicação do Diccionario da lingua portugueza*, Lisboa, 1870; é assignado pelos membros da commissão, sendo Latino Coelho o relator; *De la independencia de Portugal, carta a Emilio Castelar*, no *Jornal do Commercio*, de 8 de março de 1871; *O Gladiador de Ravena, drama traduzido do allemão*, representado no theatro de D. Maria II; *Escriptos litterarios e politicos*, tomo I: *Elogios academicos*, Lisboa, 1873; *Elogio Historico de José Bonifacio de Andrada e Silva, lido na sessão publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa em 15 de maio de 1877;* Lisboa, 1877, com o retrato de Andrada e Silva lithographado; *Historia politica e militar de Portugal desde os fins do seculo XVIII até 1814*, tomo I, 1874; publicaram-se depois mais dois volumes; *A oração da corôa por Demosthenes*, versão do *original grego, precedida de um estudo sobre a civilisação da Grecia*, Lisboa, 1879; *O sonho de um rei*, Coimbra, 1879; *Luiz de Camões*, Lisboa, 1880; com o retrato do poeta; é o 1.º vol. da *Galeria de varões illustres de Portugal*, do editor David Corazzi; *Panegyrico de Luiz de Camões, lido na sessão solemne da Academia Real das Sciencias de*

Lisboa em 9 de junho, etc., Lisboa, 1880; *Vasco da Gama*, Lisboa, 1882; 2 tomos. Escreveu tambem a introducção a uma obra mandada fazer por uma commissão do Rio de Janeiro, por occasião do centenario do marquez de Pombal. Traduziu tambem do francez a comedia em 5 actos de Sardou *Les vieux garçons*, com o titulo de *Solteirões*, que se representou nos theatros do Principe Real e D. Maria II; e bem assim a comedia em 4 actos *Les Ganaches*, de Sardou, com o titulo de *Caturras*, que se representou no theatro de D. Maria II. No dia 11 de dezembro de 1893 realisou se na Academia Real das Sciencias uma sessão solemne, em que se fez o elogio historico de Latino Coelho, em que discursaram Thomaz Ribeiro e Sousa Monteiro. Assistiram suas magestades, el-rei senhor D. Carlos e rainha senhora D. Amelia, e sua alteza o senhor infante D. Affonso.

Latito. Monte na prov. do Minho, a que se dá hoje o nome de *Monte Largo*, e incluia outro a que se chama *Monte de Santa Maria*, tudo proximo á cidade de Guimarães.

Latoeiro. Operario que trabalha em lata ou latão. Este officio tinha Regimento na Collecção dada pelo Senado de Lisboa em 1572. Para os *latoeiros de folha*, havia tambem regimento especial na mesma collecção.

Laudel. Antiga vestidura militar de coiro ou revestida de laminas metallicas, destinada a preservar dos golpes de espada.

Laudemio. Pensão que, segundo a antiga constituição dos prazos foreiros, recebe o directo senhorio de cada vez que o respectivo predio passa a novo emphyteuta. Os laudemios mais vulgares são os de *quarentena*, *vintena e dezena*, correspondendo respectivamente á percentagem de 2,5 °/₀, 5 °/₀ e 10 °/₀.

Laundos. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. da Povoa de Varzim, districto do Porto, arceb. de Braga; 924 hab. e 214 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. do caminho de ferro, na linha de Famalicão-Povoa de Varzim, entre as de Rates e Amorim. A pov. dista 6 k. da séde do conc e está situada na estrada de Povoa de Varzim para Barcellos. A terra é muito fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. A mitra apresentava o abbade, que tinha 40$000 rs. annuaes.

Laura. Roça na ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Laura. Cova dos antigos anachoretas, em ermo onde havia duas ou mais.

Laurea. Laurel; corôa de loiros, galardão. A borla doutoral.

Lausperenne. A exposição permanente que em Lisboa se faz do Santissimo Sacramento á adoração dos fieis. Percorre successivamente e por escala as diversas egrejas da cidade, em cada uma das quaes está exposto o Sacramento durante 48 horas. Esta devoção foi instituida pelo arcebispo de Lisboa D. Luiz de Sousa, que falleceu em 1702. Foi o papa Innocencio XI quem concedeu o jubileu do Lausperenne, que o arcebispo D. Luiz de Sousa ia visitar em todas as egrejas onde se realisava aquella devoção. Desde essa epoca tem-se conservado sempre em Lisboa, até á actualidade sem interrupção. A maior parte das egrejas aproveitam para as suas solemnidades os dias em que pela escala lhe cabe receber o lausperenne. A instituição do Sagrado Lausperenne commemora as quarenta horas que esteve no sepulchro o divino corpo do Redemptor, e data, segundo se affirma, do anno de 1556. Parece que durante muito tempo se conservou privativamente monastica esta solemnidade do culto, que veiu a ser introduzida em Portugal pelos religiosos do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, em cuja ordem (a de S. Bernardo) passou por differentes vicissitudes, sendo restabelecida e regularisada, em 1672, por fr. Antonio Brandão, geral da mesma ordem e illustrado continuador da *Monarchia Lusitana*. O referido cardeal D. Luiz de Sousa, arcebispo de Lisboa, solicitou da séde apostolica, no tempo da regencia do principe D. Pedro, o privilegio da exposição permanente do Santissimo Sacramento nas egrejas de Lisboa, como se praticava em Roma, obtendo do papa Innocencio XI, no anno de 1682, a bulla do jubileu do Lausperenne, pela qual este pontifice permittiu que as egrejas da mesma cidade recebessem, por todo o circulo do anno, o Sagrado Lausperenne, começando a sua distribuição pela sé Patriarchal no primeiro domingo do Advento e no domingo de Pentecostes, e concedeu indulgencia plenaria aos fieis que verdadeiramente contrictos, arrependidos, confessados e commungados, orassem nas egrejas designadas deante do Senhor Sacramentado Este jubileu, declarado por sete annos e restricto ás egrejas dentro dos limites da cidade de Lisboa, teve continuas renovações nos successivos septennios, impetradas pelos prelados da diocese. Estando em vigor a concessão septennal, feita em 1752, soffreu interrupção por motivo do terremoto de 1755, e durante alguns annos depois, a contar de 1757, o Santissimo Sacramento só esteve exposto de dia, recolhendo á noite ao sacrario, até que as egrejas se encontraram em condições de poder continuar o exercicio da primitiva concessão, que foi restituida no anno de 1760, por breve do papa Clemente XIII, de 8 de agosto, sendo prelado da diocesse o patriarcha D. Francisco I; tornando se mais tarde perpetua a dita concessão, renovada no anno de 1784, por breve do pontifice Pio VI, para o que concorreu a piedosa devoção da rainha D. Maria I.

Lava Todos. Pov. na freg de N. S.ª da Expectação, de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Lavaceira. Pov. na freg. de N. S.ª do Soccorro, de Paçô, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, districto de Vianna do Castello.

Lavacido. Pov. na freg. de Santa Maria, de Beiral do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Lavacolhos. Pov. e freg. de Santo Amaro, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Fundão, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 648 hab. e 157 fog. Tem esc. do sexo masc. e est post. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada na falda d'um outeiro, proximo do rio Zezere. O vigario de Castellejo apresentava o cura, que tinha 9$500 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Lavadores. Povoações nas freguezias: Santo André, de Canidello, conc. de V. N. de Gaia,

distr. do Porto. || O Salvador, de Mattosinhos, conc. de Bouças, do mesmo distr. || Santa Maria, de Olival, conc. de V. N. de Gaia, do mesmo districto. || N. S.ª da Esperança, de Tonguinha, concelho de Villa do Conde, do mesmo districto.

Lavadorinhos. Pov. na freg. de Santa Maria, de Olival, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Lavadouro. Povoações nas freguezias: S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Ossella, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. | S. Clemente, de Paços de Gaiollo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. André, de Varzea da Ovelha, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Lavajinho (*Monte do*). Na freg. de S. Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Lavajo. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Alcantarilha, conc. de Silves, districto de Faro. || N. S.ª da Visitação, de Odeleite, conc. de Castro Marim, do mesmo distr. || S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, do mesmo distr. || Monte na freg. de S. Thiago e conc. de Castro Marim, do mesmo districto.

Lavandeira. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Carrazeda de Anciães, distr. e bisp. de Bragança; 400 hab. e 99 fog. Tem est. post. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada ao pé da montanha, ao lado do sul, em que se ergue o castello, muito arruinado de Anciães. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Alquerubim, conc. de Albergaria a-Velha, distr. de Aveiro. || Santa Tecla, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Estevão, de Bastuço, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Martinho, de Fajões, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Figueiras, conc. da Louzada, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Longos Valles, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Grijó, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. João Baptista, de S. João de Ver, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Monsul, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Mamede, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Oliveira, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Miguel e conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Oliveira do Douro, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Thiago, de Ourilhe, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Martinho, de Quinchães, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Miguel, de Rebordosa, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Martinho, de Recesinhos, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || Santa Maria, de Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Gens, de Salamonde, conc de Vieira, distr. de Braga. || Santa Maria e conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || S. Mamede, de Villa Chã, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Casal na freg. de S. Sebastião, de Castainço, conc. de Penedono, distr. de Vizeu. || Pequeno rio na prov. do Douro, que nasce proximo da villa da Feira, passa pelo meio d'esta villa, onde tem uma ponte e um pontão de pedra, e em Ovar entra na ria de Aveiro. || Pequeno rio, na prov. do Alemtejo. Passa á villa de Moura, e vae desaguar na margem direita do rio Guadiana

Lavandeiras. Povoações nas freguezias: Santo André, de Barcellinhos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago, de Carreira, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. João Baptista e conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || S. Mamede, de Fréstas, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Lavanguana. Territorio do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' governado por um regulo.

Lavanha (*João Baptista*). Cosmographo-mór e chronista-mór do reino, cavalleiro da ordem de Christo. N. em Lisboa antes de 1555, e falleceu em Madrid em 1625 Era filho de Luiz Lavanha e de Jeronyma Daça. Sendo protegido por el-rei D. Sebastião, foi estudar em Roma, d'onde voltou com a fama de insigne professor de mathematicas, letras humanas, e de profundos conhecimentos da historia sagrada e profana. Foi professor de Cosmographia do principe D. Filippe, depois Filippe IV. Filippe II. de Hespanha, o nomeou cosmographo-mór do reino, e Filippe III chronista-mór em 1618, de cujo logar foi successor de Fr. Bernardo de Brito. O referido monarcha o encarregou de procurar nas bibliothecas de Hespanha os documentos precisos para escrever uma historia da monarchia hespanhola e uma nova genealogia dos seus monarchas. N'esta viagem de estudo encontrou na Bibliotheca do Escurial o manuscripto do *Nobiliario do conde D. Pedro*, de que tirou uma copia, que annotou, copia que se publicou em Roma em 1610 já depois da morte de Lavanha, pelo marquez de Castello Rodrigo, D. Manuel de Moura Côrte-Real. Tem o seguinte titulo: *Nobiliario de D. Pédro, conde de Barcellos, hijo del Rey D. Dionis de Portugal, ordenado e ilustrado com notas y indices*, etc. Como cosmographo mór escreveu: *Regimento nautico*, Lisboa, 1595; outra edição em 1606. Como chronista mór apresentou escripta em castelhano a sua obra: *Historia da viagem da Catholica Real Magestade d'el-rei D. Filippe II nosso senhor ao reino de Portugal, e relação do solemne recebimento que n'elle se lhe fez: Sua Magestade a mandou escrever por João Baptista Lavanha, seu chronista-mór*, Madrid, 1622; tem 14 estampas e um rosto gravado em chapa de metal; ha tambem publicada pelo autor esta obra em portuguez e com as mesmas estampas; *Quarta decada de João de Barros reformada, e accrescentada com taboas geographicas*, etc, Madrid, 1615 (V. *Barros, João de*). Esta obra foi publicada á custa do senado da camara de Lisboa Escreveu mais: *Naufragio da nau Santo Alberto, e itinerario da gente que d'ella se salvou*, Lisboa, 1597; foi reproduzida no tomo I, da *Historia tragico-maritima*. Deixou mais obras cujos titulos veem mencionados na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. II, pag. 598, e alguns manuscriptos, em que se contam: *Historia de Hespanha, Tratado da esphéra, Chronica*

de D. Sebastião, Descripção da Guiné, Historia de Cunhale, Taboas de latitudes e longitudes, etc; além de differentes genealogias.

Lavar. Pov. na freg de Santa Maria, de Veatodos, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Lavariz. Pov. na freg. de Santa Suzana, de Carapinheira, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Lavatães. Pov. na freg. de S Christovão, de Refoios de Riba de Ave, conc. de Sauto Thirso, distr. do Porto.

Lavegadas. Pov. e freg. de S. José, da prov. do Douro, conc. de V. N. de Poiares, com. de Penacova, distr. e bisp. de Coimbra; 578 hab. e 105 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada junto da margem esquerda do rio Alva A Universidade de Coimbra apresentava annualmente o cura, que tinha réis 60$000 aunuaes. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23 com séde em Coimbra. Por decreto de 13 de janeiro de 1898 foi annexada a esta freg. a pov. de Moura Morta, que era até então de Arganil.

Laveiras. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação e conc. de Oeiras, distr. de Lisboa. Fica proximo de Caxias, e é banhada pela ribeira de Barcarena. *(V. este nome).* Laveiras, ainda ha pouco mais de vinte annos não passava d'uma pequena aldeia, com uma casa aqui, outra acolá, pobrissima, sem estradas nem commercio. Com as obras das fortificações de Lisboa, quando no velho convento da Cartuxa esteve aquartelado o pessoal de engenharia, é que a povoação começou a prosperar. Terminadas estas obras conservou algum commercio com a exploração das grandes pedreiras feita pelo sr. Antonio Genelioux para as obras do porto de Lisboa, trabalhos que levaram bastante gente á povoação. Até essa epoca, Laveiras era só conhecida pela festa annual a N. S.ª das Dores, que é o orago da sua capella, que se ergue no meio da povoação, a qual foi fundada nos fins do seculo XVII, e pelos actos de verdadeira caridade ali praticados pelo fallecido capellão, o padre Feliciano Martins. Actualmente é um logarejo alegre, com uma bella avenida e um jardim na praça, o que tudo se deve ás instancias do sr. conselheiro Ferreira Lobo junto dos governos. A avenida tem o nome d'este escriptor e illustre secretario geral do Tribunal de Contas, e a praça o do referido padre Feliciano Martins. Em logar dos antigos casebres humildes, ha ali agora boas casas, e algumas isoladas com seus jardins. No verão, Laveiras é um centro animado de banhistas que a poucos minutos teem duas praias—a do Lagoal e a de Caxias. A capella de Nossa Senhora das Dores foi fundada nos fins do seculo XVII pela piedade dos povos e auxilio da familia real, que a dotou com uma tença. Em 1800 organisou-se a confraria, que mais tarde, em 1815, obteve da Santa Sé algumas graças e privilegios para a sua capella. Em 1856 foi destruida por um incendio, sendo reconstruida no anno seguinte com o producto das esmolas alcançadas pelo benemerito padre Feliciano Martins, que foi ali capellão até 1876, anno em que falleceu. Em 1888 foi a capella restaurada pelo ministerio das Obras Publicas, a pedido do sr. conselheiro Ferreira Lobo. O templosinho é simples mas elegante. com obra de talha na capella-mór, onde se vê a imagem de Nossa Senhora, em tamanho natural, vestida dos bellos adornos com que a tem enriquecido a piedade dos fieis. Ha dois altares lateraes, dedicados a Nossa Senhora e a S. Sebastião. No côro, que é espaçoso, existe um bom orgão. Annualmente, no mez de setembro, festeja-se ali o orago e S. Sebastião, e as solemnidades attraem sempre grande concorrencia, pelo seu brilhantismo. Com as esmolas sustenta-se o culto e uma escola, que está n'um edificio junto á capella. Foi este começado em 1888, e inaugurado a 19 de abril de 1891, pelo ministerio das Obras Publicas, em terreno que foi cedido pela Casa Real á irmandade. E' um bom edificio com todas as condições hygienicas, comportando 50 alumnos. O capellão é tambem o professor e reside na parte do edificio entre a escola e a capella. Na estrada que vae de Caxias a Laveiras, encontra-se o velho convento da ordem de S Bruno, vulgarmente designado pela Cartuxa de Laveiras para o distinguir do outro, que era a Cartuxa de Evora. Em Portugal houve apenas duas casas d'esta ordem, que era rigorosissima (V. *Cartuxa).* Em Lisboa tinham os frades cartuxos um hospicio. O mosteiro de Laveiras intitulava-se *Vallis Misericordiæ*, e o de Evora, *Scala Dei.* E' magestoso o aspecto da fachada do templo de Laveiras, toda de cantaria lavrada. Este mosteiro foi fundado em 1595 em uma quinta, propriedade de D. Simôa Godinho, dama de côr preta, mas de origem nobre, nascida na ilha de S. Thomé. Era esta senhora muito rica, tendo casado com um fidalgo de Portugal, de quem ficou viuva, e sem filhos, dispendeu os seus avultados bens em obras pias. Foi a fundadora da capella do Santissimo Sacramento na antiga egreja da Misericordia de Lisboa, hoje capella-mór da egreja da Conceição Velha. Em 1736, reinando D. João V, resolveram os frades edificar nova egreja, por se encontrar a primeira arruinada, e além d'isso por ser pequena e de má construcção. Começou-se a obra sendo prior da ordem D. Luiz de Brito, e levou-se a cabo por meio de esmolas, concorrendo aquelle soberano com valiosos donativos. O claustro foi obra do cardeal D. Luiz de Sousa, arcebispo de Lisboa, nos fins do seculo XVII. Depois da extincção das ordens religiosas foi vendido este convento, e em seguida demolido em muitas partes. A egreja foi despojada de todas as alfaias e adornos. Entrando pela porta á esquerda, vê-se na parede da frente do vestibulo a inscripção seguinte:

N'ESTE EDIFICIO, VALLIS MISERICORDIÆ,
ESTEVE COMO NOVIÇO
DO COMEÇO DE 1796 AO MEADO DE 1802
O INSIGNE PINTOR HISTORICO PORTUGUEZ
DOMINGOS ANTONIO DE SEQUEIRA
NASCIDO EM BELEM A 10 DE MARÇO
DE 1768
E FALLECIDO EM ROMA A 8 DE MARÇO
DE 1837

AQUI

CONSERVAVAM OS MONGES CINCO QUADROS
QUE SEQUEIRA PINTOU PARA O CONVENTO
DEPOIS DENOMINADOS QUADROS DA CARTUXA.
1884

No angulo d'este vestibulo começa um longo corredor, com rodapé alto e largas pilastras de

azulejo, e que vae dar ao claustro, do qual só resta um lado. No sitio onde o corredor começa ha uma cella, acanhada, em cuja parede maior se vê uma bem lavrada lapide com a seguinte inscripção, que reproduzimos por extenso: «*Esta cella mandou fazer D. Alvaro da Fonseca Lobo, desembargador que foi da Casa da Supplicação, a qual ordenou em seu testamento, quando se fez monge nesta Cartuxa, se edificasse em honra de Nossa Senhora da Nazareth e a dotou com cem mil réis de renda perpetua para a sustentação do monge que n'ella viver, ao qual encarrega e pede muito encarecidamente que todos os dias na oração e na missa tenha o particular cuidado de encommendar a Deus a sua alma e a de seus paes. E tem obrigação este convento de mandar dizer todos os annos trinta missas, conforme sua tenção. Anno de 1732.* Na egreja havia uns magnificos quadros de S. Bruno, pintados pelo insigne Domingos Sequeira, que fôra noviço cartuxo. Estão actualmente no Museu de Bellas Artes, tendo antes sido guardados na Academia de Bellas Artes de Lisboa. No convento esteve aquartelado em tempo o pessoal de engenharia ao serviço das obras das fortificações. Hoje está ali estabelecida a Casa da Correcção, destinada para o sexo masculino. Na cerca existem ainda dois poços monumentaes, e um longo tanque, viveiro de kágados. Na encosta era o antigo olival. Restos de grossas paredes marcam as divisões dos pequenos hortos de cada cella. Para se comprehender bem esta topographia do antigo cenobio, é indispensavel relembrar, ainda que summariamente, a aspereza da regra cartuxa. As cellas em que os monges passavam vida austera e solitaria, compunham-se cada uma de uns tres quartos, todos pequenos, com um jardimzinho, em que havia tanque e fonte de agua corrente. Os jardins eram separados por altos muros, pois não era permittido a estes religiosos conversarem, nem vêrem-se fóra dos actos de communidade. Apenas nas 4 festas do anno se podiam reunir e conversar em horas determinadas de recreio. Não recebiam visitas, excepto o procurador geral ou o prior para negocios da ordem. Quando saiam, o que raras vezes acontecia, eram obrigados a ir dois. Comia cada um na sua cella, na qual não entravam criados, nem pessoa alguma, exceptuando o medico do convento em caso urgente. Recebiam a comida por meio de uma roda, como a dos conventos de freiras, que deitava para o dormitorio; e do mesmo modo lhes era levado tudo o mais de que necessitavam, e a apertada regra lhes permittia, sempre sem vêrem o portador. Era-lhes interdicta a alimentação de carne. No caso de doença, por mais grave que fôsse, faziam uso dos caldos de kágado, para o que tinham na cerca o viveiro.

Lavercos. Pov na freg. de Santo Antonio, de Lomba, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Laviados. Pov. na freg. de S. Pedro, de Babe, conc. e distr. de Bragança.

Lavos. Villa e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. do Douro, conc. e com. da Figueira da Fóz, distr. e bisp. de Coimbra; 7:957 hab. e 1:804 fog. Tem escolas d'ambos os sexos, est. postal permutando malas com a Figueira da Fóz; medico, pharmacia e notario. A villa dista 7 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Mondego, defronte da Figueira da Foz. Foi couto, e depois conc. até 1855, pertencente á com. de Soure, compondo-se de duas freguezias: Lavos e Paião. A pov. é insalubre no verão, mas a terra é fertil em cereaes, e tem marinhas de sal no sitio da Murraceira. D. Affonso II deu-lhe foral, em janeiro de 1217, com o nome de *Lavos da marinha*; D. Manuel deu-lhe foral novo, em Evora, a 20 de dezembro de 1519, em que lhe dá o nome de *Lávãos*, que era a pov. primitiva, que existiu em sitio mais baixo, e cujos moradores, destruida esta pelas areias do mar, se acolheram ao sitio mais elevado, onde hoje é *Porto de Lavos*, que d'aquella povoação tomou o nome. A primeira egreja matriz estava situada no sitio chamado *Tojal*. Foi mudada para a pov. de Santa Luzia. Lavos pertencia antigamente ao distr. de Montemór-o-Velho. Creada a camara da Figueira por el-rei D. José, a 12 de março de 1771, ficou Lavos desmembrada de Montemór-o-Velho, e formando parte da nova comarca da Figueira. Depois é que foi elevada a concelho, conforme dissémos. A mitra apresentava o vigario que tinha 200$000 réis annuaes. A villa pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria. Lavos tornou-se notavel na historia por ter sido no seu porto que em 1 de agosto de 1808 desembarcaram as tropas inglezas, commandadas por Arthur Wellesley, a ajudar-nos a expulsar as tropas francezas do commando de Junot. O desembarque começou no dia 1 de agosto, mas por causa do muito vento só acabou no dia 5, sendo a noticia recebida com o maior enthusiasmo pelos portuguezes, que de Coimbra e de Pombal mandaram offerecer reforços ao general inglez.

Lavoura. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Cortegaça, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Lourosa, conc. da Feira, do mesmo districto.

Lavoura do Barril. Pov. na freg. de Santo Thirso, de Paramos, conc. da Feira, districto de Aveiro.

Lavoura de S. João. Pov. na freg. de S. Vicente, de Sangalhos, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

Lavourinha. Pov. na freg de S. Thiago, de Espargo, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Lavra. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. de Bouças, distr. e bisp. do Porto; 2:138 hab. e 386 fog. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e fica proximo da costa do Oceano Atlantico, situada n'uma planicie. O bispo e o abbade benedictino do mosteiro de Santo Thirso apresentavam alternativamente o reitor, que tinha 200$000 réis annuaes. A pov. é muito antiga; dizem, que foi fundada por gregos da Thracia, habitantes das margens do rio Axio, e pelos lusitanos, 600 annos antes da vinda de Christo; outros dizem 372 annos, com o nome de *Lávara*. Houve aqui um convento duplex (d'ambos os sexos), da ordem de S. Bento, fundado no tempo dos suevos. Chamava-se *mosteiro de S. Salvador de Labra*. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 6, com a séde no Porto.

Lavradas. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho conc. e com. de Ponte da Barca, districto de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 987 hab. e 225 fog. Dista 5 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem esquerda do

rio Lima. A mitra apresentava o reitor, que tinha 40$000 réis. Foi commenda da ordem de Christo. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. ‖ Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Beça, conc. de Boticas, distr. de Villa Real.

Lavradio *(D. Antonio de Almeida Soares e Portugal, 4.º conde de Avintes, 1.º conde e 1.º marquez do).* Governador d'Angola, vice-rei do Brazil, etc. N. em 4 de novembro de 1699, fal. na Bahia em 1761. Era filho do 3.º conde de Avintes, D. Luiz de Almeida Portugal, e de sua mulher e prima, D. Joanna Antonia de Lima. A familia dos condes e marquezes de Lavradio, assim como a dos condes de Avintes e d'Assumar, é muito nobre, teve principio em Gaio Guterres, cavalleiro do tempo de D. Sancho I, que por ter tomado aos moiros a praça d'Almeida, ficou conhecido pelo nome de *Almeidão* (V. *Assumar* e *Avintes).* Foi um dos seus antepassados D. Francisco d'Almeida, primeiro vice-rei da India. D. Antonio d'Almeida Portugal foi coronel d'um regimento de infantaria da côrte, e D. João V, em attenção aos serviços prestados por seu tio, o primeiro patriarcha de Lisboa D. Thomaz d'Almeida, lhe fez mercê do senhorio da villa do Lavradio de juro e herdade, e da commenda de S. Pedro de Castellões. Concedeu lhe egualmente o titulo de 1.º conde do Lavradio em 12 de janeiro de 1724, de que se passou carta a 17 de julho de 1725, titulo que já tivera Luiz de Mendonça Furtado, vice-rei da India. O conde do Lavradio succedeu na casa e commendas de seu pae, e em 1749 foi nomeado governador de Angola, succedendo a João Jacques de Magalhães. Conservou-se n'aquelle governo até 1754, em que foi substituil-o Antonio Alvares da Cunha. No seu tempo construiu-se em 1750 o novo edificio do Trem, concertou-se e embellezou-se a cathedral. Em 1752 fôram creados os regimentos de milicias; e n'esse mesmo anno destruiu umas quadrilhas de salteadores que devastavam a provincia. El-rei D. José, em attenção aos seus proprios serviços e aos de seu tio D. Thomaz d'Almeida, o elevou a marquez de Lavradio, por decreto de 18 de de outubro de 1753, concedendo lhe tambem a mercê d'uma vida em todos os bens da corôa e ordens, com outras mercês. O marquez do Pombal, ministro de el-rei D. José, tinha em muita consideração este fidalgo pelo seu genio reformador, e por isso o nomeou em 1760 vice-rei do Brazil indo substituir o conde dos Arcos, que durante cinco annos governou aquella opulenta colonia. O marquez do Lavradio partiu para a Bahia, que era então a séde da colonia, e pouco depois de tomar posse do seu novo cargo, falleceu. Havia casado a 9 de outubro de 1726 com D. Francisca das Chagas Mascarenhas, que falleceu de parto em março de 1733, e era filha de D. Martinho Mascarenhas, 3.º marquez de Gouveia, mordomo-mór de D. João V, e de sua mulher, a marqueza D. Ignacia de Tavora. O brazão d'armas é o mesmo usado pelos condes de Avintes: um escudo, em campo vermelho seis bezantes de ouro entre uma cruz dobre e bordadura do mesmo metal, timbre, uma aguia bezantada de nove bezantes, sendo tres no peito e tres em cada aza.

Lavradio *(D. Antonio de Almeida Portugal Soares Alarcão Mello Castro Athaide Eça Mascarenhas Silva e Lencastre, 8.º conde de Avintes e 5.º marquez do).* Commendador da ordem da Torre e Espada, cavalleiro da de Malta e do Santo Sepulchro, etc. N. em 11 de fevereiro de 1794, fal. a 15 de setembro de 1874. Era 7.º filho do 3.º marquez do Lavradio e 6.º conde de Avintes, D. Antonio Maximo de Almeida Portugal e de sua mulher, D. Anna Telles. Passando ao Brazil com a familia real em 1807, ali cason em 13 de fevereiro de 1814 com D. Maria Rosa de Menezes da Silveira e Castro, sua prima, filha dos 1.ºˢ marquezes de Vallada: D. Francisco de Menezes da Silveira e Castro e D. Anna Thereza de Almeida, filha dos 2.ºˢ marquezes do Lavradio. Foi veador da princeza D. Maria Benedicta, e quando regressou ao reino, teve a nomeação de ajudante de campo do infante D. Miguel com honras de capitão. Nas côrtes convocadas pelo referido infante, foi eleito procurador por Torres Vedras, e pronunciou um discurso, que saiu impresso n'um folheto á parte. No mesmo anno de 1828 foi nomeado embaixador para Roma, logar que exerceu até á convenção de Evora Monte, em 1834. Acerrimo partidario absolutista, D. Miguel lhe confirmou o titulo de marquez do Lavradio com honras de parente, que já lhe pertencia, pela morte de seu irmão mais velho D. Luiz d'Almeida, e fôra o 4.º marquez. Seu irmão D. Francisco d'Almeida, que seguia ardentemente o partido constitucional, foi feito conde do mesmo titulo pela rainha D. Maria II (V. adeante 2.º *conde, D. Francisco d'Almeida).* O marquez do Lavradio escreveu artigos sobre diversos assumptos no jornal politico *A Nação*, e collaborou em jornaes religiosos, como a *Missão Portugueza*, etc. Escreveu mais: *Discurso repetido pelo Marquez do Lavradio, D. Antonio, Procurador eleito pelos povos de Torres Vedras, na primeira conferencia que o braço do povo celebrou em S. Francisco da Cidade*, Lisboa, 1828; *Historia abreviada das Sociedades secretas*, Lisboa, 1854; é na maior parte extrahido do que escreveu Barruel nas *Memorias para a historia do Jacobinismo; Reflexões sobre a cholera-morbus nos animaes brutos*, insertas no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, tomo XII, pag. 206 a 272; *Algumas observações sobre a Inquisição, sobre os Cruzados, e outros objectos analogos... em resposta á obra intitulada «Da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal» por Alexandre Herculano*, Lisboa, 1856.

Lavradio *(D. Antonio Maximo de Almeida Portugal Soares Alarcão Mello Castro Athaide Eça Mascarenhas da Silva e Lencastre, 6.º conde de Avintes e 3.º marquez do).* Estribeiro-mór da princeza D. Maria Benedicta, mordomo-mór da rainha D. Maria I, gran-cruz da ordem de Christo, commendador da de N. S.ª da Conceição, deputado da Junta dos Tres Estados, tenente coronel commandante do regimento de Lippe, etc. N. em 1 de outubro de 1756, fal. em Paris a 4 de maio de 1833. Era filho do 2.º marquez do Lavradio, D. Luiz d'Almeida Portugal e Mascarenhas. Foi eleito par do reino em 1826. Casou a 16 de junho de 1783 com D. Anna Telles, dama da rainha D. Maria I e da ordem de Santa Izabel, 4.ª filha do 2.º marquez de Penalva e 6.º conde de Villar Maior, Manuel Telles da Silva, e de sua mulher D. Eugenia Marianna Josepha Joaquina de Menezes Caminha, condessa de Ta

rouca, filha unica e herdeira do conde d'este titulo, Luiz Telles da Silva Caminha e Menezes.

Lavradio *(D. Francisco de Almeida Portugal, 2.º conde do).* Ministro de Estado, par do reino, veador da infanta D. Izabel Maria, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, gran cruz da de Christo, da Torre e Espada, e das seguintes estrangeiras: Leopoldo da Belgica, Ernesto Pio de Saxonia, Guelfos de Hanover e Danebrog da Dinamarca; condecorado com a ordem da Casa de Hohenzolern de 1.ª classe, enviado em missão extraordinaria á côrte Coburgo, ministro plenipotenciario em Londres, conselheiro de embaixada em outras côrtes, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. em 12 de julho de 1797, fal. em Roma a 1 de fevereiro de 1870. Era o 8.º filho do 3.º marquez do Lavradio, D. Antonio Maximo de Almeida Portugal, e de sua mulher, a marqueza D. Anna Telles. O conde do Lavradio teve a reputação d'um dos nossos mais habeis e distinctos diplomatas. Começou essa carreira em 1818, anno em que foi nomeado conselheiro de embaixada em Madrid, e no anno seguinte, 1819, foi transferido para o mesmo cargo em Paris, logar que exerceu até acabarem os conselheiros de embaixada em 1821. N'esse anno foi nomeado pelo governo liberal, que se estabelecera no paiz, encarregado de negocios em Vienna d'Austria, mas como o principe de Metternich não quiz reconhecer os governos saidos da revolução, D. Francisco d'Almeida não pôde partir para o seu destino, e recebeu ordem de ficar em Paris em commissão, encarregado de negociar com o ministro da Austria n'aquella côrte o reconhecimento do nosso governo. Era trabalho perdido, porque Metternich jurara acabar com os governos liberaes, e, a um accno do grande diplomata absolutista, ia um exercito francez destruir em Hespanha o systema liberal, como ia na Italia um exercito austriaco para o mesmo fim. Mais tarde, o gabinete reaccionario saído da *Villafrancada*, o nomeou encarregado de negocios em Paris, mas o illustre diplomata, firme nos seus principios liberaes, recusou aquelle encargo, e só em 1824 é que acceitou a nomeação de encarregado de negocios nos Estados Unidos. Outhorgada a Carta Constitucional e organisado o governo segundo os novos principios, foi D. Francisco d'Almeida chamado ao ministerio pela infanta-regente D. Izabel Maria em 1 de agosto de 1826, sendo nomeado conselheiro de Estado no dia 28 d'este mez. No dia 6 de dezembro seguinte pediu a demissão, mas quatro dias depois tornou a ser chamado pela regente, formando governo com o general Saldanha, Trigoso, barão de Sobral, Costa Quintella e Pedro de Mello Breyner. Como ministro dos negocios estrangeiros, teve logo de protestar contra o procedimento do governo hespanhol, que protegia abertamente os revolucionarios absolutistas, e como a protecção continuasse, viu-se obrigado a pedir soccorro á Inglaterra, que promptamente nos enviou uma divisão commandada pelo general Clinton. Mas a situação era insustentavel, a rainha D. Carlota Joaquina e as côrtes intrigavam, havia dissidencias entre os ministros, e D. Francisco d'Almeida viu-se obrigado a pedir definitivamente a sua demissão em 6 de junho de 1827. O infante D. Miguel veiu pouco depois tomar posse da regencia, e um dos seus primeiros actos foi nomeal-o ministro em Paris, porém D. Francisco d'Almeida, como era deputado, não quiz partir sem obter licença das côrtes. No entretanto D. Miguel dava o golpe de Estado, e o nobre liberal protestando contra esse acto, resolveu emigrar immediatamente, indo para França, onde o partido da regencia o nomeou ministro, e n'aquella qualidade apresentou as suas credenciaes a Carlos X no dia 25 de abril de 1830. Veiu a revolução de julho, que promoveu a queda d'aquelle monarcha, e a 19 de setembro do mesmo anno apresentava D. Francisco d'Almeida as suas credenciaes ao novo rei dos francezes Luiz Filippe. Então teve encargos importantissimos: o de velar pela rainha D. Maria II, durante a sua residencia em Paris, onde esteve completando a educação; o de auxiliar o duque de Bragança D. Pedro IV na organisação da expedição libertadora, e foi ainda D. Francisco de Almeida Portugal quem tratou com o maior zelo de favorecer no estrangeiro a causa da liberdade, que então se via em extremos apuros, achando-se o exercito de D Pedro bloqueado no Porto, e sem esperanças de vêr terminada aquella dolorosa situação. Terminada a campanha, o governo constitucional, querendo recompensar os seus muitos serviços, o elevou á dignidade de conde do Lavradio em 1 de dezembro de 1834; em 1835 elegeu-o par do reino, e a 4 de abril d'esse anno o nomeou encarregado de negocios em Madrid, mas logo no dia 23 de maio partiu para Londres a tratar de negociações que reclamavam a sua elevada competencia e muita pratica dos assumptos diplomaticos. A 11 de dezembro ainda de 1835, teve o encargo de tratar do casamento de D. Maria II, que tinha enviuvado, pela morte do principe D. Augusto do Leuchtemberg. O novo principe, destinado para segundo marido da soberana, era D. Fernando, e o contrato nupcial assignou-se em 1 de dezembro de 1835, representando a rainha o conde do Lavradio (V. *Fernando II)* Em seguida á cerimonia do casamento, realisada por procuração em Coburgo, e de ter acompanhado el-rei D. Fernando a Lisboa, o conde do Lavradio voltou a occupar o seu posto de ministro de Portugal em Madrid. A sua fama de homem de idéas liberaes resolveu a rainha D. Maria II a chamal-o ao poder, quando se viu obrigada a transigir com a opinião, levada a isso principalmente pela agitação do Minho. Tomou então parte no ministerio que se organisou em 26 de maio de 1846, encarregando-se da pasta dos negocios estrangeiros. Este ministerio durou apenas até ao golpe de Estado de 6 de outubro do mesmo anno, e o conde do Lavradio foi para a camara dos pares, fazendo energica opposição ao governo. Mas a sua vocação era verdadeiramente servir o seu paiz no estrangeiro, e apenas subiu ao poder o ministerio regenerador em 1851, foi nomeado ministro plenipotenciario em Londres, e para ali partiu em 24 de junho d'esse anno. Conservou-se 18 annos n'este elevado posto diplomatico, dando provas do seu muito valor e da grande influencia que tinha nas côrtes estrangeiras. O conde do Lavradio era um dos diplomatas estrangeiros que lord Palmerston mais attendia. No dia 7 de março de 1869 foi transferido para Roma, mas demorou-se pouco tempo n'aquella legação, porque a morte o surprehendeu, contando

73 annos de edade e mais de 50 de vida diplomatica. O conde do Lavradio casou em 10 de julho de 1840 com D. Joaquina José de Mello Silva Cesar e Menezes, dama da ordem de Santa Izabel, e filha dos 9.os condes de S. Lourenço, Antonio José de Mello Silva Cesar e Menezes e D. Thereza Maria do Resgate Correia de Sá. Fallecendo em Londres a 22 de dezembro de 1858, passou o conde a segundas nupcias em 10 de fevereiro de 1866 com D. Maria Rita Tenorio y Moscoso, filha de D. Pedro Carlos Tenorio y Moscoso, e de sua mulher, D. Maria da Luz Miranda e Silva. Da nobre familia dos marquezes do Lavradio, foi D. Francisco d'Almeida Portugal o unico que seguiu o partido constitucional. Para a sua biographia veja se o *Annuario Portuguez historico e diplomatico*, de A Valdez, a pag. 43. Escreveu: *Notice sur la vie et les travaux de Mr. Correia da Serra (lue á la Societé Philematique de Paris le 7 avril 1824)*, sem logar nem anno de impressão; *Breves considerações sobre a necessidade e meios de melhorar as prisões de Portugal*, Paris, 1834; *Carta a Sua Magestade Imperial o sr. D. Pedro, duque de Bragança, Regente em nome da Rainha*, datada de 1 de novembro de 1833; *Apontamentos para o elogio historico do ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, do Conselho de Estado, Ministro e secretario de estado honorario*, etc., Lisboa, 1840; *Discurso do sr. Conde do Lavradio, proferido na Camara dos Pares, na sessão de 3 de fevereiro de 1848*, Porto, 1848. Além d'este discurso impresso em separado, encontram-se muitos nas *Sessões das Camaras dos Pares*, publicadas no *Diario do Governo*; nas *Gazetas* de 1826 e 1827 tambem se vêem varios relatorios e outras peças officiaes por elle apresentadas ás camaras, quando era ministro dos negocios estrangeiros.

Lavradio *(D. Luiz de Almeida Portugal e Mascarenhas, 5.º conde de Avintes e 2.º marquez do)*. Foi o 11.º vice-rei do Brazil, o segundo que governou aquella nossa importantissima colonia depois que a séde do governo se transferiu para o Rio de Janeiro. Era filho do 1.º marquez do mesmo titulo, D. Antonio d'Almeida Soares e Portugal e de sua mulher, D. Francisca das Chagas Mascarenhas. Foi nomeado vice-rei do Brazil em 1769, durando o seu governo 10 annos. O marquez do Lavradio e Gomes Freire de Andrade, 1.º conde de Bobadella fallecido em 1763, fôram os governadores que melhor nome deixaram na colonia americana. No entretanto foi no tempo do marquez do Lavradio que se promulgou o odioso regulamento do districto diamantino. Este regulamento, feito pelo marquez de Pombal, e promulgado na carta regia de 10 de julho de 1771, é uma prova evidente de quanto era meticuloso o espirito do grande ministro e com que rigor elle procedia n'estas fiscalisações. A respeito d'este regulamento diz o seguinte o escriptor brazileiro Pereira da Silva: «Limitou o numero de moradores do districto diamantino, as suas profissões e estado, e investiu o intendente de poderes absolutos e quasi dictatoriaes sobre todos os assumptos militares, administrativos, judiciaes e policiaes, prestando contas directamente ao governo metropolitano, e sem dependencia alguma dos capitães-generaes. Espantam as minuciosidades d'este regimento Aterrorisam as cautellas tomadas pelo governo. Horrorisam as penalidades estabelecidas para evitar-se o contrabando, que desde o principio do descobrimento se desenvolveu em larga escala pela facilidade de transporte e de occultação do producto, e, apezar de todas as cautellas e importantes providencias das autoridades, vexames sem conto que os moradores soffriam, e rigores barbaros e inauditos por que passavam, quando não augmentou, todavia não decaiu, continuando o seu curso regular senão progressivo.» O marquez do Lavradio tambem teve de luctar com a situação melindrosa creada no Brazil, principalmente em relação aos gentios, pela extincção da Companhia dos Jesuitas O systema de catechisação não foi abandonado pelo facto de serem d'elle dispensados os jesuitas e desterrados para fóra dos dominios portuguezes. Não bastando, e nem mesmo achando-se habilitadas para esse fim as ordens religiosas existentes no Brazil, procuraram-se na Italia os capuchinhos, que, com fervor, posto que sem o mesmo aproveitamento e sem tão notavel gloria, seguiram todavia os passos dos padres jesuitas e se empregaram nas missões expedidas ao sertão, encarregadas de chamar as tribus nomadas á vida social, levando-as a abandonar os habitos selvagens. Em 1779, dois annos depois do fallecimento d'el rei D. José, o marquez do Lavradio deixou o governo do Brazil, sendo substituido por Luiz de Vasconcellos e Sousa.

Lavradio *(D. Luiz de Almeida Portugal, 7.º conde de Avintes e 4.º marquez do)*. Capitão de cavallaria, ajudante d'ordens do tenente general 1.º conde de Amarante, Francisco da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira. N. em 8 de agosto de 1787, fal. em 1 de março de 1812. Foi o 4.º filho do 3.º marquez do Lavradio, irmão do 5.º marquez do mesmo titulo, e do conde D. Francisco d'Almeida Portugal. Casou a 30 de julho de 1809 com D. Rita de Vasconcellos, filha dos 2.os marquezes de Castello Melhor, Antonio José de Vasconcellos e Sousa Camara Caminha Faro e Veiga e D. Marianna d'Assis Mascarenhas.

Lavradio *(D. Luiz de Mendonça Furtado, conde do)*. Vice-rei da India. Era natural do Lavradio, terra que D. Pedro II lhe doou, juntamente com o titulo de conde, em 1670, quando elevou Lavradio á categoria de villa, mas que passou para a Corôa, por ter fallecido o conde sem deixar successão. D. Luiz de Mendonça Furtado serviu com muita distincção no Oriente. Em 14 de junho de 1661, na falta de governador, ficaram governando interinamente D. Manuel Mascarenhas, D. Pedro de Lencastre e Luiz de Mendonça Furtado, governo que durou até 14 de dezembro de 1662, em que tomou posse o novo vice rei Antonio de Mello e Castro. Luiz de Mendonça Furtado regressou á Europa, mas pouco se demorou em Portugal, porque a 9 de março de 1670 foi nomeado vice-rei, na substituição do conde de S. Vicente, que succedera a Antonio de Mello e Castro. Voltou pois á India já com o titulo de conde do Lavradio, e chegando a Gôa a 20 de maio de 1671, tomou posse do governo no dia 22. No seu governo permitiu o rei de Canará que levantassemos feitorias muradas em Onor, Barcelor e Mangalor. O conde do Lavradio partiu para a Europa em 1677, naufragou n'uns baixios, salvou-se para Moçambique;

mas proseguindo depois a viagem para Lisboa, falleceu no caminho.

Lavradio *(D. Salvador de Almeida Correia de Sá, conde do)*. Fidalgo da Casa Real; 2.º official da secretaria do Supremo Tribunal Administrativa. N. em 1851, fal. em 30 de junho de 1903. Era filho de José Correia de Sá Benevides Velasco da Camara, filho dos 6.ºs viscondes d'Asseca, Antonio Maria Correia de Sá Benevides de Velasco da Camara e de D. Rita de Castello Branco, e de D. Eugenia de Jesus Maria de Todos os Santos de Almeida, filha do 5.º marquez do Lavradio. José Correia de Sá foi um partidario fervoroso do infante D. Miguel, e não acceitou nunca a confirmação de qualquer titulo da sua casa ou dos de sua mulher, para não reconhecer o actual regimen. Collaborou por muitos annos no jornal *A Nação*, na secção de politica esrtangeira. Um irmão do conde do Lavradio, D João d'Almeida Correia de Sá, é official do exercito austriaco e amigo intimo do actual principe D. Miguel de Bragança. E' hoje marquez do Lavradio um sobrinho do conde D. Salvador, D. José d'Almeida Correia de Sá.

Lavradio. Villa e freg. de Santa Margarida, da prov. da Extremadura, conc. do Barreiro, com. do Seixal, distr. e patriarc. de Lisboa; 893 hab. e 202 fog. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. permutando malas com a R. A. S.; est. do caminho de ferro na linha do sul e sueste, entre as do Barreiro e Alhos Vedros; sociedade de recreio: *Philarmonica Agricola Lavradiense*. A villa dista 2 k. da séde do concelho e está situada n'uma planicie na estrada da Moita, proximo da margem esquerda do rio Tejo. Foi do conc. de Alhos Vedros, que se supprimiu em 1855, passando então para o do Barreiro. O povo apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. Esta freg. foi antigamente priorado da ordem de S. Thiago, que o rei D. Pedro II deu a Luiz de Mendonça Furtado, vice rei da India, que ali nascera, e a seu pedido, o mesmo soberano elevou a povoação á categoria de villa em 1670, fazendo conde do Lavradio o citado vice-rei. Tendo Luiz de Mendonça Furtado fallecido sem successão, Lavradio passou para a Corôa. No mesmo anno de 1670, por provisão do Desembargo do Paço para o corregedor de Setubal, Valentim Gregorio de Rezende, veiu este ao Lavradio pôr justiças e fazer a primeira vereação. Pela morte de Luiz de Mendonça Furtado ficou Lavradio com pelourinho e honras de villa, sem nunca chegar a ser concelho independente. Houve aqui um convento de religiosos arrabidos no logar da *Verderena*. Os conegos de S. João Evangelista, de Lisboa, possuiam no Lavradio uma quinta de grande rendimento, com muitas vinhas e grandes marinhas, a qual lhes fôra dada por Martim Esteves Curvo, conego da sé de Evora, e depois da de Lisboa, fundador d'este convento. Tinha uma ermida dedicada a N. S.ª da Piedade, onde estava a imagem da Virgem, em pedra, tendo nos braços Jesus Christo morto. N'esta capella tambem se via a imagem de N. S.ª do Bom Successo. Em 1834, com a extincção das ordens religiosas, a capella foi profanada e a quinta vendida. Lavradio pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 2, com a séde em Lisboa. E' muito fertil, sobretudo em bom vinho, gado, caça e peixe que traz o rio Tejo. || Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Espite, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem || Santa Marinha, de Oliveira do Cunhedo, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Lavre *(Manuel Caetano Lopes de)*. Senhor donatario do Reguengo da Carvoeira, alcaide-mór das villas de Torres Novas e Celorico da Beira, commendador de Santa Margarida da Matta na ordem de Christo, secretario e conselheiro do Conselho Ultramarino. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de André Lopes do Lavre, fidalgo da Casa Real, donatario do Reguengo da Carvoeira e de Fonte-Bôa, etc., e de D. Briolanja Henrique. Succedeu na casa de seu pae, que falleceu a 28 de novembro de 1730, e casou em 26 de julho de 1729 com D. Antonia Joaquina de Menezes, filha de João Jacques de Magalhães, governador e capitão general de Mazagão e de Angola, e de sua mulher, D. Marianna Ignacia de Menezes.

Lavre. Villa e freg. de N. S.ª da Apresentação, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Montemór-o-Novo, distr. e arceb. de Evora; 1:977 hab. e 3 1 fog. Tem esc. do sexo masc., medico, pharmaceutico, e est. post. permutando malas com Vendas Novas. A villa dista 19 k. da séde do conc. e está situada n'um alto, na margem direita da ribeira do Lavre, e é muito saudavel. O arcediago de Lavre apresentava o reitor, que tinha 12$000 réis de congrua e o pé d'altar. Dizem que foi cidade no tempo dos moiros com o nome de *Lavay* ou *Lavar*, d'onde se originou o actual nome. El-rei D. Diniz a povoou em 1304, dando lhe foral em Santarem a 13 de fevereiro d'esse anno. O mesmo soberano lhe deu outro foral, tambem em Santarem, a 11 de fevereiro de 1305, com maiores privilegios, e em ambos os foraes lhe chama *Lavar*. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Evora, a 13 de janeiro de 1520. Em 1429, o allemão Lamberto d'Horques veiu para esta villa com sua mulher e filhos, com a condição de trazer mais gente para a povoar, porque estava quasi deshabitada. D. João I deu-lhe o *castello de Lavar*, junto á villa, com o territorio ou termo que lhe marcou, o qual tinha 60 k. de comprimento e 18 de largura, sem tributo algum por 20 annos, nomeando tambem o referido Lamberto alcaide-mór do mesmo castello. Mais tarde, um seu filho, chamado João Lamberto, que exercia o mesmo cargo de alcaide-mór, renunciou o senhorio da villa em el-rei D. Duarte, por escriptura feita em Lisboa a 14 de maio de 1437. Este monarcha a doou depois a D. Fernando Mascarenhas, e mais tarde el-rei D. Manuel fez mercê do senhorio da villa aos condes de Santa Cruz, da mesma familia, procedentes de D. João Mascarenhas, que esteve com el-rei D. Sebastião em Alcacer-Kibir, e foi o 1.º conde de Santa Cruz. No territorio de Lavre estende-se a serra de Alvalade. A terra é fertil em cereaes, fructas, peixe e azeite. Nos seus montes apparece bastante caça Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. || Ribeira dos districtos de Evora e Lisboa. N. nos arredores de Montemór-o-Novo, e depois de correr pelas freguezias de S. Geraldo e de Lavre, que lhe dá o nome, entra na ribeira de Canha com 60 k. de curso.

Lazarenha. Pov. na freg. de Santa Comba, de Regilde, conc. de Felgueiras, districto do Porto.

Lazareto. Edificio proprio para as quarentenas, isolado e destinado a receber e a desinfectar as pessoas e os objectos provenientes de logares onde reine uma doença epidemica ou contagiosa. A instituição dos lazaretos é muito antiga, mas só relativamente tarde é que, á força de serem devastadas pela peste, as cidades do Mediterraneo trataram de defender-se d'essa terrivel epidemia. Veneza estabeleceu em 1348 *os provedores da saude*, e em 1403 creou um hospital n'uma ilha dos frades agostinhos, chamada *Santa Maria da Nazareth*. A palavra *Lazareto* vem de S. Lazaro, considerado como advogado contra os leprosos. Em Marselha as primeiras medidas datam da peste de 1476. O Lazareto de Lisboa é quasi fronteiro ao Bom Successo, na outra margem do rio Tejo. Foi em 1490, que el-rei D. João II mandou construir a uns 500 m. ao O de Porto Brandão uma fortaleza, a que deu o nome de *Castello de Porto Brandão*. Em 1570 foi reedificada por D. Sebastião, que lhe mudou o nome para *Torre de S. Sebastião de Caparica*, mais conhecida geralmente nos nossos dias, emquanto existiu, pela *Torre Velha*. Foi n'esta fortaleza que se instituiu o Lazareto, que não passava d'uns antros immundos, escuros e insalubres, onde os viajantes, que eram obrigados ás quarentenas, só achavam muralhas derrocadas, pessimos alojamentos e comidas tambem pessimas, tudo por exorbitantes preços. Assim durou até que, em 1867, o governo attendendo finalmente ás repetidas queixas dos quarentenarios, se resolveu a construir novo edificio para o Lazareto, depois de consultadas as pessoas competentes. Demoliu-se a velha torre, e das antigas fortificações apenas restam alguns pannos de muralhas ao lume de agua; por isso o actual Lazareto é obra quasi toda dos nossos dias. Ali se introduziram os melhoramentos apropriados a estabelecimentos d'este genero, especialmente no serviço de desinfecção e de reverificação de bagagens, sendo a estufa destinada a este fim dotada dos apparelhos mais aperfeiçoados. Do Porto Brandão á antiga Torre Velha ha construcções para a desinfecção, vigia e hospedagem. Em baixo ha uma doca que margina um caes onde estão os armazens da alfandega. A doca é um tanto desprotegida, talvez mal abrigada das nortadas fortes; os armazens são ligados por portões de ferro á prova dos desnorteamentos cadongueiros. No caes existe uma pequena barraca, onde um guarda de saude está em permanente vigia. A seguir ás arrecadações da alfandega, e por detraz d'ellas, ao nivel do caes, entre rochas a pique e a subida ás quarentenas, estão os chamados armazens, que são vastos recintos onde se penduram roupas e se abrem as bagagens destinadas á beneficiação, que é feita conforme a viagem. As beneficiações são pelo ar por meio de ventoinhas mechanicas, ou pelo calor nas estufas Geneste & Herscher, ou pelo acido sulfuroso. A subida ás quarentenas é por uma escada de mosaico e d'ali se desfructa um bonito ponto de vista, muito vasto, descobrindo-se um panorama de Lisboa, de grande effeito. No alto está o hospital, enfermaria de isolamento com destino a enfermos suspeitos, e a capella de S. Sebastião, o que constitue o Lazareto velho, com barracas annexas de madeira e argamassa, para os serviçaes dos barcos, em contacto com os paquetes sujos, cumprirem tambem a sua quarentena. N'uma edificação em semicirculo estão dispostas as quarentenas, envolvidas por um carreiro estreito, denominado *a ronda*, para evitar alguma imprudencia da parte dos quarentenarios. A edificação semi-circular está dividida em sectores, cada sector constitue uma quarentena, e cada quarentena é por assim dizer um hotel independente e isolado, com muita luz, muito ar, com livre entrada por muitas janellas, quartos de dormir, salas de jantar, tudo bem mobilado. A cada quarentena está annexo um pateo exterior mais ou menos ajardinado. A cozinha é um monumento celebre. Conta-se que na Peninsula não ha nehuma que lhe eguale. Póde alimentar por dia 1:000 pessoas. E só o fogão monstro custou 1:000 libras esterlinas. As communicações da cozinha com os isolados são feitas por meio do habitual systema de rodas. O parlatorio e a sala de visitas estão n'um semi-circulo parallelo ao das quarentenas, e tem 21 janellas sobre um espaço para onde deitam outras tantas aberturas das quarentenas. E assim falam os quarentenarios ás pessoas que os vão visitar. Ao centro do parlatorio vê-se a capella de N. S.ª do Bom Successo para a missa dos domingos e dias santificados ser ouvida por todos os quarentenarios, atravez das quarenta e tantas janellas que a defrontam. Tem a lavandaria, o quartel para o destacamento. Subindo mais encontra-se uma estação de incendios com material para caso de sinistro, e ainda mais elevado está o cemiterio com a capella caiada e cruzes engrinaldadas ao rez do solo. Serve para os que morrem de molestias suspeitas. || Bibliographia: *Historia dos principaes lazaretos da Europa, acompanhada de differentes memorias sobre a peste*, etc. *traduzida em portuguez* por José Ferreira da Silva; Lisboa, 1800.

Lazarim (*Manuel de Vasconcellos Pereira de Mello, barão de*). Fidalgo da Casa Real; vice-almirante, par do reino; vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar; gran-cruz e commendador da ordem de S. Bento de Aviz, da de Leopoldo da Belgica; cavalleiro da Legião de Honra, de França. N. em Castro Daire em 1782, fal em 25 de agosto de 1856. Era filho do conselheiro João Ferreira de Lemos. Assentou praça aos 14 annos de edade, em 1 de outubro de 1796, como aspirante de marinha; tendo concluido na Academia de Marinha o curso de Mathematica, sempre premiado nos exames, sendo provada a sua antiga nobreza, como era da lei, para os que entravam na armada pelo quadro dos aspirantes, foi promovido a guarda-marinha em 1797, a segundo tenente em 1800, a primeiro tenente em 1807, a capitão-tenente em 1808, a capitão de fragata em 1812, e a capitão de mar e guerra graduado em 1818. Desde 1797 até 1801 serviu na guarnição dos seguintes navios: nau *D. Vasco*, por duas vezes, a nau *Affonso;* fragatas *Activa*, *Tritão*, *Cysne*, *Benjamim* e *Real Voador*; brigue *Voador*, sob as ordens dos commandantes Filippe Patroni, Paula Leite, Sotto Maior, marquez d'Ulbrage, Saldanha da Gama, D. João Manuel, Jayme Scarnichia e D. Manuel de Menezes. Estes navios, em que andou embarcado, prestaram grandes serviços. Esteve nas esquadras do Mediterraneo com o almirante Januario do Valle, e os chefes de esquadra D. José de Paiva e Monteiro Torres; cruzou no Estreito contra os arge-

linos, bateu se no cabo Finisterra com os piratas francezes, e cruzou na costa do Brazil. Em 1 de setembro de 1804, sendo ainda segundo tenente, pediu e obteve um anno de licença com vencimento, para embarcar na esquadra ingleza. Parece que uma questão particular com um commandante o desgostara, e desejava afastar se da marinha portugueza, allegando ir procurar melhor instrucção n'uma marinha extranha. Em 1805, foi-lhe renovada a licença, mas em 1807, sabendo da partida da nossa esquadra com a familia real para o Brazil, desistiu do resto da licença, e apresentou-se no Rio de Janeiro para o serviço. Suppondo a guerra imminente, o seu animo patriotico não lhe deixava servir extranhos, quando os seus camaradas iam arrostar novos perigos. No Brazil foi-lhe dado o commando do brigue *Balão* em 18 de maio de 1808, no qual fez varias viagens entre o Brazil e Inglaterra; commandou o brigue *Lebre* em diversos cruzeiros, comboios a mercantes, commissões de resgate de captivos em Argel. Com este navio, e comboiando dois mercantes inglezes, bateu-se audazmente com um navio dos Estados Unidos, facto que se deu entre as datas de 31 de julho a 25 de outubro de 1813, ao tempo que andava accesa a guerra entre a Inglaterra e a sua antiga colonia, motivo por que o americano quizera registrar os mercantes inglezes que vinham sob a protecção da nossa bandeira. O commandante portuguez não consentiu, e bateu-se, apezar de não estarmos em guerra declarada com os Estados Unidos. A'cêrca do resgate dos captivos, lê-se na *Gazeta* de 15 de dezembro de 1811. «No dia 8 do corrente entrou o brigue comboiando uma polaca argelina, a qual transporta 182 portuguezes resgatados do captiveiro em Argel. Os captivos resgatados teem estado de quarentena no lazareto, d'onde devem sair ámanhã 17, anniverssario de sua magestade a rainha. Deverão desembarcar no caes do Sodré, e d'ahi em procissão com os religiosos da Santissima Trindade e da ordem Terceira irão á egreja de S. Paulo e seguirão pelo Rocio ao convento da Trindade para o *Te-Deum.*» Commandando as fragatas *Amazona*, *Perola* e *Princeza Real*, fez conducções de tropas, cruzeiros repetidos contra os barbarescos, contra os francezes e contra os corsarios das novas republicas do sul da America; com a fragata *Perola* tomou tambem parte da esquadra do chefe João Felix, contra a esquadra do Brazil, já independente, commandada pelo almirante Cokrane. João Felix o escolheu para major-general da esquadra, pelo que por algum tempo deixou o seu commando da fragata, e mesmo saiu n'um pequeno cruzeiro commandando interinamente a mesma esquada Mais tarde, ainda no commando da fragata *Perola*, foi commandante de divisões navaes, com posta a primeira do seu navio, da fragata *D. Pedro* e do brigue *Providencia;* e a segunda da mesma fragata, da fragata *Princeza Real*, e da corveta *Infante D. Miguel;* ambas as divisões n'um cruzeiro na costa de Portugal contra os navios brazileiros. Manuel de Vasconcellos Pereira e e Mello, segundo a voz constante, foi um dos mais distinctos e mais habeis marinheiros, um valente guerreiro, reunindo á sua bravura militar e sciencia naval o ser tambem um fino diplomata e homem da côrte. Commandando a fragata *Perola* foi encarregado de transportar a Brest o infante D. Miguel em 1824, depois da revolta da *abrilada*, sendo n'esta commissão acompanhado por uma fragata ingleza e uma corveta franceza. Manuel de Vasconcellos não tomou nunca parte nas luctas partidarias, que assolaram o paiz. Foi eleito deputado nas côrtes de 1821; o seu espirito liberal foi reconhecido, sem que, comtudo, a sua palavra se fizesse distinguir entre as de tantos outros liberaes distinctos que tiveram logar no congresso. Depois da morte de D. João VI foi mandado ao Brazil commandando a nau do nome do monarcha, com os tres representantes da nação, que eram ali enviados para prestar preito e homenagem ao imperador D. Pedro como rei de Portugal, e d'ali foi mandado a Brest esperar o infante D. Miguel, que devia transportar ao Brazil, quando D. Pedro previa com tanta razão, que era absolutamente preciso afastar da Europa aquelle principe. Esta commissão, como é bem sabido, não teve o resultado que se desejava, pois que as cousas correram d'outra fórma. N'aquelle porto onde a nau *D. João VI* se demorou bastantes mezes, quando esta fazia os seus continuados exercicios, quer fundeada, quer levantando ferro e navegando na vastissima bahia, via se sempre içado no tope mais alto da nau almirante franceza o signal: «Muita attenção aos exercicios e movimentos da nau portugueza.» O commandante do porto da esquadra franceza era então o notavel almirante Duperré, o heroe dos mares da India no tempo do primeiro imperio, do qual era notorio que dizia aos seus subalternos: «Ha sempre que aprender com este commandante portuguez» Quando regressou a Lisboa, já o infante D Miguel se declarara rei absoluto, e não querendo servir aquella causa, homisiou-se no seu palacio a Santa Martha, onde passou esquecido todo o tempo das luctas fratricidas. Depois da convenção de Evora Monte commandou o vapor *Monarch* e a fragata *Duque de Bragança*, sendo primeiramente encarregado de trazer de Falmouth a Lisboa o primeiro marido da rainha D. Maria II, o principe D. Augusto de Leuchtemberg, e depois mandado cruzar nos mares da Italia, tendo debaixo das suas ordens a corveta *D. João I*, commandada por Ferreira do Amaral, por se suppôr que pudesse d'aquelles lados partir qualquer expedição ainda a favor de D. Miguel. Em 21 de setembro de 1836 foi nomeado major-general interino, mas pouco depois, em consequencia dos acontecimentos politicos de então, foi exonerado d'esse cargo e nomeado vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar. Em 1838 teve definitivamente a nomeação de major-general d'armada, logar que exerceu até fallecer. Fôra promovido a capitão de mar e guerra effectivo em 7 de novembro de 1835, e a chefe de divisão graduado em 1838, sendo effectivo em 1840; em 1847 teve a patente de chefe de esquadra, e em 1855 a de vice-almirante Em 19 de julho de 1845 foi agraciado com o titulo de barão de Lazarim, recebendo tambem a carta de conselho Nas côrtes de 1836 saiu eleito deputado pela Beira Alta, sendo novamente eleito em 1838, então pela Beira Baixa. Em 3 de março de 1853 foi eleito par do reino. Depois do seu fallecimento, o seu nome, por imposição d'el-rei D Pedro V, foi posto a um dos navios da nossa armada, como um galardão á marinha e honra á nação.

Lazarim. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Alta, conc., com. e bisp. de Lamego, distr. de Vizeu; 948 hab. e 249 fog. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada proximo da ribeira de Tarouca n'uma planicie fertil. A casa da Ferveença apresentava o vigario, que tinha 600$000 réis de rendimento annual. Foi fundada por Zeidan-Ben Huim, rei de Lamego, em 776. Este regulo moiro deu lhe o nome de *Al-A'çarim*, palavra arabe que significa *Os dois Fortes*, de que se formou *Lazarim.* A pov. era do conc. de Tarouca, que o decreto de 26 de junho de 1895 supprimiu, passando então ao de Lamego. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Povoações nas freguezias: N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa. || Santa Cruz do Douro, conc. de Baião, distr. do Porto.

Lazarista. Religioso da ordem estabelecida por S. Vicente de Paula, em 1625. || *Os Lazaristas*, titulo de um drama de Antonio Ennes, que que em tempos foi muito applaudido.

Lazaro. Leproso, doente de lepra. Para a historia do tratamento d'estes desgraçados devem estudar-se as gafarias (V. *este nome*). Para a historia do hospital de S. Lazaro de Lisboa, de leprosos, veja-se a erudita nota a pag. 532 e seguintes do vol. XIV dos *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, por Eduardo Freire de Oliveira.

Lazaro. Pov. na freg de Santa Maria Magdalena, de Agadão, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Leaes *(Montes dos).* Na freg. de N. S.ª da Graça, de Casa Branca, conc. de Souzel, distr. de Portalegre.

Leal. Moeda de prata fina, tambem denominada *real*. V. *este nome.*

Leal *(Antonio Mendes)*.V. *Mendes Leal.*

Leal *(Eleuterio Franco).* Mestre da Capella Patriarchal e professor no seminario de musica durante os ultimos annos do seculo XVIII e principio do seculo XIX. Era tambem organista e professor de piano. N. em Peniche em 1773, fal. pouco depois de 1839, sendo filho José de Leal Moreira, capitão do regimento de Peniche, mais tarde major das ordenanças da mesma villa, por decreto de 2‹ de setembro de 1806, casado com D. Anna do O'. A 15 de novembro de 1781 entrou para o seminario da sé patriarchal, por ter, segundo diz a matricula, a edade competente e estar adeantado em musica para tiple. N'esta matricula inscreveu-se com o nome de Eleuterio Leal Moreira, supprimindo mais tarde este ultimo appellido. Em dezembro de 1796 foi substituto de musica dos mestres do mesmo seminario, sendo depois mestre. Por decreto de 29 de dezembro de 1802 foi despachado capitão das ordenanças de Peniche. Em 1819 já não fazia serviço, *achando-se valetudinario por molestias chronicas que padece*, segundo se lê n'uma carta do conego Alando de Menezes, inspector do seminario. Escreveu musica religiosa. No archivo da sé de Lisboa guardam-se as seguintes composições: tres missas a quatro vozes e orgão; tres psalmos de vesperas a quatro vozes e orgão, e uma symphonia. Escreveu tambem um responsorio das matinas de Nossa Senhora, a quatro vozes, orgão e dois violoncellos; um credo a quatro vozes com violetas, flautas, fagottes, violoncellos, clarins, trompas, trombone, timpanos e orgão. Dizem que existe na Bibliotheca Nacional de Lisboa um livro manuscripto que elle fez para servir de estudo aos alumnos do seminario, tendo o titulo de *Regras de acompanhar, para uso do Real Seminario da Santa Egreja Patriarchal do senhor Eleuterio Franco Leal.*

Leal *(Fernando).* Major do exercito; poeta distincto e prosador. N. em Margão, villa capital de Salsete, na India, a 15 de outubro de 1846, sendo filho do major Sebastião da Costa Leal, e de sua mulher, D. Marianna Adelaide de Mello Xavier Leal, sobrinho de Fernando da Costa Leal governador geral de Mossamedes. Tendo feito os seus estudos preparatorios, alistou-se como voluntario no antigo regimento de cavallaria de Nova Gôa, matriculando-se em seguida na escola militar d'aquelle Estado. Em 1868 offereceu se para fazer parte da expedição contra o Bonga da Zambezia, sendo nomeado segundo tenente d'essa expedição, ao mesmo tempo que o governo da metropole o promovia a alferes da guarnição d'Angola para servir, em commissão, o logar de ajudante de campo do governador geral de Moçambique, seu tio Fernando da Costa Leal (V. *este nome*) Em fins de 1869 foi nomeado secretario da missão diplomatica enviada á republica do Transvaal para negociar com os boers um tratado de limites, commercio e amizade. No regresso d'esta missão partiu com o naturalista allemão Carl Mauch para a bahia de Lourenço Marques, por caminho directo, mas desconhecido dos europeus, chegando ao seu destino a 8 de agosto de 1870. Voltando á India, veiu para Lisboa em 1871, sendo transferido para o exercito do reino em 1874. No *Boletim official de Moçambique* publicou a descripção da viagem do Transvaal a Lourenço Marques, depois reproduzida no *Boletim do Governo* de Gôa, por Thomaz Ribeiro, que a precedeu de palavras elogiosas, e á qual o visconde de Paiva Manso se referiu muitas vezes com louvor nas suas memorias officiaes ácêrca da celebre *Questão de Lourenço Marques.* A sua bibliographia é a seguinte: *Elefantes e monstros, episodio da insurreição indiana de 1857, por Méry, versão e notas por um Indio.—Com duas gravuras*, Lisboa, 1876. *Lettre a mademoiselle Marie Denis sur l'immoralité parisienne, par Rouget de la Presqu'île*,—Lisbonne, 1877. *Reflexos e penumbras, traducções de Victor Hugo e versos originaes;* Lisboa, 1879. Nova edição em Lisboa, em 1880. *Palmadas na pança de John Bull*, 1884. *Os soldados da Revolução*, de Michelet, traduzido do francez. Lisboa, 188‹. *Relampagos,* (versos) Porto, 1888. *Governo geral do Estado da India—Relatorio ácêrca da administração geral dos campos nacionaes de Assolnã, Velim, Ambelim, Tolvordá, Nuém e Ragibaga, relativo a 1897 pelo administrador, o major Fernando Leal. Homenagem ao ex.mo rev.mo sr. Matheus de Oliveira Xavier, bispo de Cochim, no dia da sua sagração em Gôa a 30 de janeiro de 1898;* Nova Gôa, 1898. *Livro da fé*, por Fernando Leal *com excerptos de criticas aos seus anteriores livros pelos principaes escriptores portuguezes*, Nova-Gôa, 1906. *Dieu garde le Tzar! à propos du congrés de la paix*, Inde Portugaise, Margão, 1899.

Leal *(Fernando da Costa).* Commandante geral de artilharia. N. em Caminha, mas ignoram-

se as datas do nascimento e fallecimento. Era capitão d'artilharia quando o infante D. Miguel se apoderou do governo de Portugal, e emigrou então com o exercito liberal para a Galliza, passando depois á ilha Terceira, tomando parte na expedição organisada pelo duque de Bragança, que viu desembarcar nas praias do Mindello. Esteve no cerco do Porto commandando uma bateria, e tornou se tão distincto que o imperador D. Pedro pessoalmente o elogiou. Dez annos mais tarde tambem se distinguiu no cêrco d'Almeida. Commandou esta praça, a de Elvas e a de Valença. Em Lisboa teve depois o commando geral da artilharia. Era casado com D. Emilia Augusta de Gouveia Leal.

Leal *(Fernando da Costa)*. Governador geral de Mossamedes, de Moçambique, etc. N. no Porto em 1825, fal. em Moçambique a 29 de dezembro de 1869. Era filho do general do mesmo nome (V. *o artigo antecedente*). Estudou no Real Collegio Militar, e assentou praça aos 17 annos de edade, a 26 de agosto de 1842, no regimento de infanteria n.º 10. Frequentou a Escola do Exercito com o posto de sargento aspirante, sendo despachado alferes para o referido regimento, por decreto de 16 de fevereiro de 1844. Quando rebentou a revolução de 1846, entrou em fogo contando apenas 21 annos de edade; assistiu ao combate d'Ourem, esteve nas linhas do Porto e na batalha de Torres Vedras, uma das mais renhidas batalhas que n'essa epoca se feriram. Em Torres Vedras soffreu infanteria n.º 10 grandes perdas no ataque do ponte de S. Miguel, e Costa Leal distinguiu-se superiormente, o que lhe valeu ser condecorado com a ordem da Torre e Espada, por carta de lei de 27 de maio de 1847. Foi promovido a tenente em 1848, e no anno de 1851 fez parte d'um dos regimentos que auxiliaram a revolução dirigida pelo marechal duque de Saldanha, de que resultou a Regeneração; serviu no commando em chefe do exercito, primeiro fazendo parte simplesmente do estado maior do commandante em chefe, depois como chefe de uma das secções do commando. Assim como todos os seus camaradas, Fernando da Costa Leal fôra promovido a capitão, mas poucos dias depois soube que esse posto lhe era tirado, ficando apenas com a graduação, e para obter a effectividade teve de partir para Africa em 1853, indo como ajudante de ordens do governador de Angola. Não tardou que esta autoridade, reconhecendo o prestimo e a bravura do seu ajudante d'ordens, lhe confiasse o governo importantissimo de Mossamedes, colonia em cuja prosperidade muito se empenhava o governo da metropole. Aquelle governo tornou-se difficil por ser uma colonia nova, e achar-se em circumstancias muito excepcionaes e calamitosas. Os mondombes, montanhezes da serra de Chella, commettiam roubos e mortes, e a guerra, que traziamos com os gentios de Nano, prolongava-se d'um modo pouco tranquillisador, ameaçando seriamente a prosperidade da nova colonia. Era preciso um homem que tivesse a bravura d'um soldado e a prudencia d'um habil administrador, um homem de resolução e de elevada competencia e o governador de Angola escolheu Fernando da Costa Leal para aquelle espinhoso cargo. Foi em março de 1854 que tomou posse, e n'essa epoca contava Mossamedes a população de 79:221 habitantes, sendo brancos apenas 256. Fernando da Costa Leal começou logo a desenvolver a maior energia, protegendo os colonos contra as invasões dos pretos, especialmente contra a dos munanos. Depois, voltando a sua attenção para os assumptos da administração, interna, construiu a egreja, a casa do parocho, o hospital, o quartel e a fortaleza. Finalmente, tendo apenas em Mossamedes uma força de 100 homens, conseguiu ter em 1858 um batalhão de caçadores com a força de 500 homens. Desenvolvendo uma actividade surprehendente, fez uma visita official ao Bumbo e a Huila, fundando uma colonia n'este ultimo ponto. Mandou para ali uma bateria de artilharia, construiu um forte, dirigiu a construcção de habitações saudaveis, presidiu á montagem d'uma azenha, d'uma fabrica de cortumes e d'uma olaria. Depois de ter assim lançado as bases d'uma nova colonia, voltou a Mossamedes. De 3 a 18 de novembro de 1854 emprehendeu uma viagem de exploração, feita para descobrir a foz do rio Cunene, a que deu depois o nome de *Rio dos Elephantes*, por ter ali encontrado muitos d'estes animaes. A exploração do Cunene teve de limitar-se á determinação da foz d'aquelle rio, e as outras explorações no interior de Mossamedes não puderam ser completas, por o coronel Costa Leal, como governador, não poder ausentar-se por muito tempo da capital do seu districto. Com o marquez de Sá da Bandeira construiu a carta de Angola. Por todos estes trabalhos realisados quando a geographia não estava ainda tão vulgarisada em Portugal, alcançou o notavel explorador africano ser eleito socio da Sociedade de Geographia de Londres, em cujo diploma se lê: «o elevado apreço em que a mesma sociedade tem os serviços por Fernando da Costa Leal prestados á sciencia geographica.» O relatorio feito por Costa Leal ácerca da exploração do rio Cunene, está impresso nos *Annaes do conselho ultramarino*, e foi reproduzido no livro de D. José de Lacerda, *Exame das viagens de Levingstone*. São importantissimos os melhoramentos promovidos em Mossamedes pelo governador Costa Leal. Creou a industria, deu grande impulso á agricultura; pela repartição das obras publicas avulta a abertura da primeira estrada de toda a Africa portugueza; a manutenção da segurança individual e da propriedade pela repressão do gentio mondombe e do nano; construiu um forno de cal, fabrica de telha e de tijolo, etc. Desejou ainda occupar o Gambos, o que era uma garantia para a colonia, mas não pôde realisar esse desejo por falta de tropa sufficiente, e depois de 5 annos de governo, retirou para a Europa em 1859, sendo então substituido pelo tenente-coronel Antonio Joaquim de Castro. Regressando á Europa, depois de ter rejeitado o governo do districto de Golungo Alto, que lhe foi offerecido, recebeu a mercê do grau de official da ordem da Torre e Espada, sendo promovido a major em 1860. N'este mesmo anno o requisitou o ministerio das obras publicas, e partiu para a provincia de Traz-os-Montes, onde fez os estudos da estrada de Chaves a Villa Pouca de Aguiar, estudos que não concluiu por ter sido chamado a Lisboa a desempenhar o cargo de ajudante d'ordens do ministro da guerra. Em 1862 voltou a Angola com o posto de tenente-coronel, e em 1863, a 12 de julho, tomou posse no-

vamente do governo de Mossamedes. A primeira cousa que fez foi afastar vigorosamente os gentios que ameaçavam e perturbavam a nova colonia de Capangombe e depois mandou construir 64 k. de estrada entre esta colonia e Mossamedes, e fez abrir um lanço de estrada através da cordilheira de Chella. Nos relatorios apresentados á camara de 13 e 23 de janeiro de 1864 pelo ministro da marinha Mendes Leal, se faz plena justiça ao activo e intelligente governador de Mossamedes. Fernando da Costa Leal realisou tambem o que projectara no seu governo anterior; submettera os pretos de Gambos, que sempre ameaçavam a tranquillidade de Mossamedes Durou cinco mezes a guerra que fez a essas tribus, mas bateu-as completamente, e o soba dos Gambos foi por elle preso e enviado para Loanda. Fernando da Costa Leal não pôde deixar de ser victima das intrigas de invejosos, como acontece ordinariamente a todos os homens de valor No primeiro governo cerrara os ouvidos ás intrigas e mostrara-se indifferente á guerra promovida pelos inimigos. N'este segundo governo já lhe não succedeu o mesmo. Tambem a opposição tomou um caracter asperrimo, chegando a haver disturbios em Mossamedes, a ponto de Fernando Leal, cançado e aborrecido, requereu a demissão, que lhe foi concedida em 1866. Voltou então á Europa, onde continuou a occupar-se dos seus trabalhos e estudos scientificos, quando a situação grave da provincia de Moçambique reclamou a presença d'um homem energico e desembaraçado. Estava a provincia luctando com o Bonga na funesta guerra da Zambezia Fernando da Costa Leal foi convidado a tomar o governo da provincia, na occasião em que para ali partia um batalhão indisciplinado, e que d'essa indisciplina dera bastantes provas na propria metropole. O novo governador partiu a bordo da corveta *Infante D. João*, e entrou em Moçambique a 7 de agosto de 1869. No dia seguinte dirigiu uma proclamação aos habitantes da provincia. A primeira cousa que fez, foi organisar rapidamente a expedição da Zambezia, mas não teve tempo para mais nada. Quando já preoccupado por não receber noticias da expedição contra o Bonga, se dispunha a partir para Quelimane, foi assaltado pela morte. A sua perda causou a maior consternação. Fôram grandes as manifestações de profundo sentimento, sendo a mais notavel, comtudo, a que se traduziu n'um necrologio, mais sincero que eloquente, que saiu publicado no *Boletim do governo de Moçambique*, assignado por A. A. C. C. O autor d'este necrologio era um official que o governador mandara prender, e que encerrara incommunicavel e em prisão rigorosa. Mas o sentimento da justiça falou mais alto ao seu espirito de que o seu natural resentimento, e o preso escrevia do homem que o castigara: «A nós seja-nos licitos erguer junto da lousa um padrão que diga—honradez immaculada—aqui jaz um cidadão exemplar»

Leal *(Francisco Garcia)*. Esculptor. N. em 1749 e fal. em 1814. Foi discipulo de Giusti, e professor de esculptura. Dizem que entre as suas obras, as mais dignas de elogio são: um grupo de anjos, em marmore que se vê na capella principal de Runa, no hospital dos invalidos, e as duas figuras do frontispicio d'uma casa que está situada em frente do palacio real de Queluz.

Leal *(Francisco Luiz dos Santos)*. Presbytero secular do habito de S. Pedro, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, e professor regio de Philosophia racional e moral, nomeado pela resolução regia de 10 de novembro de 1771. N. no Rio de Janeiro em 1740, e falleceu, segundo se julga, em 1820. Exerceu o magisterio por muitos annos, e servia por ultimo no Real Estabelecimento do bairro de Belem. Foi jubilado no exercicio da cadeira de Philosophia, por decreto de 11 de fevereiro de 1819. Quando se fundou o *Jornal Encyclopedico* em 1779, Fancisco Luiz Leal foi um dos seus mais assiduos collaboradores. Escreveu: *Contos philosophicos para instrucção e recreio da mocidade portugueza*, Lisboa, 1773; nova edição em 1818; 2 tomos; *Historia dos philosophos antigos e modernos*, etc., Lisboa, 1788: *Plano de estudos elementares, traçado em maneira de carta, e dirigido ao ex.mo sr. conde de Ega, sobre a educação litteraria da mocidade*, etc., Lisboa, 1801; *Instrucção moral em differentes novellas*, Lisboa, 1802; *Sinceros votos apresentados no dia em que completou um anno de edade o ser.mo Principe da Beira*, Lisboa, 1796. E' um discurso em prosa.

Leal *(Joaquim de Sousa)*. Cirurgião-medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, cirurgião-mór de cavallaria n.º 5, em Evora. N. em Loulé a 9 de novembro de 1847, sendo filho de Antonio de Sousa Leal. Assentou praça com o posto de tenente em 14 de janeiro de 1885, sendo promovido a capitão em 30 de setembro de 1892. Defendeu these em 24 de novembro de 1881, a qual publicou n'esse mesmo anno, e tem por titulo: *Algumas palavras sobre o typho exanthematico-epidemico em Setubal*. Em 14 de janeiro de 1885 foi nomeado cirurgião ajudante do exercito, sendo promovido a cirurgião-mór em 30 de setembro de 1892, e collocado mais tarde no regimento de infantaria n.º 2. Em 1895 tomou parte na expedição de Lourenço Marques, que partiu de Lisboa no mez de abril. Actualmente pertence a cavallaria n.º 5, confórme dissémos. E' cavalleiro da ordem de Christo e de Aviz e possue a medalha de prata commemorativa da expedição de Moçambique de 1894-1895.

Leal *(José)*. Esculptor em madeira pelos annos de 1509.

Leal *(José Augusto Correia)*. Commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de N. S.ª da Conceição, sub-director graduado da secretaria da camara dos deputados. N. no Porto em 1794, fal. em 14 de setembro de 1861. Escreveu: *Epicedio pela dolorosa occasião da sentida e deplorada morte do muito alto e muito poderoso senhor D. Pedro de Alcantara, duque de Bragança*, Lisboa, 1834; *Ismalia, ou a morte e o amor; poema romantico, por d'Alincourt; traducção do francez*, Lisboa 1836, 2 tomos; *O diabo amoroso, por mr. Cazotte, traducção;* Lisboa, 1836.

Leal *(José Barbosa)*. Capitão-mór, e provedor da Fazenda no Rio Grande do Estado do Brazil. Era natural de Vianna do Castello, e viveu no seculo XVIII. Dedicava se muito á historia sagrada e profana, sendo muito versado tambem em maximas espirituaes, politicas e militares. Escreveu: *Documentos necessarios ao governo d'uma Republica; Empenhos de Deus em beneficiar o homem, e empenho do homem em offender a Deus; Enganos do mundo, e desenganos do Céo; Fineza do*

amigo perfeito, e fallencias da falsa e fingida amizade; Excellencias da Provincia de Entre Douro e Minho; Excellencias do perfeito Prelado; Excellencias do perfeito cortezão pela virtude; Excellencias do perfeito soldado e insigne capitão; Antiguidades de Angola, e noticia dos actos e cerimonias de seus habilitadores.

Leal *(José Francisco).* Doutor e lente de Phisiologia, Materia medica, e Instituições medico-cirurgicas na Universidade de Coimbra, etc. N. no Rio de Janeiro em 1744, fal em Coimbra em 1786. Escreveu a seguinte obra, que, depois da sua morte, publicou o dr. Manuel Joaquim Henriques de Paiva, em 1792, intitulada: *Instituições ou elementos de Pharmacia, extrahidos dos de Baumé, e reduzidos a um novo methodo*, etc.

Leal *(José Joaquim).* Cavalleiro da ordem de Aviz, capitão de fragata reformado, etc. N. em Lisboa em 1774, fal. em setembro de 1846. Foi durante alguns annos empregado nos trabalhos de estatistica e cadastro do reino, sob a direcção do conselheiro Franzini. Escreveu: *Diccionario estatistico geographico do reino de Portugal e Algarves, ou descripção circumstanciada de todas as provincias, governos militares, dioceses, comarcas, villas, freguezias, logares ou aldeias e mais povoações do reino;* tomo I, Lisboa, 1822; ficou incompleto, saindo a ultima folha em junho de de 1823; *Exposição das exequias do ill.*^{mo} *e ex.*^{mo} *sr. Cypriano Ribeiro Freire, do conselho de sua magestade* etc.; *mandadas celebrar no dia 28 de junho do presente anno no convento de Nossa Senhora dos Remedios por disposição de seus sobrinhos, o sr. Luiz Antonio Esteves Ferreira, e seus irmãos*, etc.; Lisboa, 1825. No principio do seculo passado escreveu para o theatro as seguintes peças, que ficaram ineditas: *O Annel de Giges*, drama magico; *O tenente casamenteiro, O bicho ou o matrimonio por fabula*, farças, etc. Imprimiu-se em 1813, sem o seu nome: *D. Quichote na cova de Montezinhos; ficção dramatica de um escriptor portuguez, representada no theatro nacional do Salitre.*

Leal *(José da Silva Mendes).* V. *Mendes Leal (José da Silva).*

Leal *(P. Manuel dos Santos).* Presbytero secular, professor de grammatica latina no logar do Telhado, termo da villa do Fundão. Escreveu: *Grammatica lusitano latina, que ensina a lingua latina, regulada na maior parte pela portugueza, sem discrepancia dos escriptores latinos; dedicada ao ill.*^{mo} *sr. Gonçalo José da Silveira Preto*, etc., Lisboa, 1783.

Leal *(Fr. Miguel).* Monge da ordem de S. Bernardo, natural de Lisboa, que entrou no convento d'Alcobaça a 7 de setembro de 1645, e professou solemnemente a 8 de setembro de 1646. Antes de entrar na religião, apreudeu musica com o mestre Duarte Lobo. Foi depois prior do convento de N. S.ª do Desterro, de Lisboa, e um prégador muito apreciado. Escreveu uma *Missa a nove coros,* para se cantar na trasladação do Santissimo Sacramento para o sacrario novo da capella-mór d'Alcobaça, em cuja solemnidade celebrou de pontifical o arcebispo de Evora D. Fr. Domingos de Gusmão, da ordem dos prégadores, assistindo grande parte da nobreza do reino, segundo diz Barbosa Machado na *Bibliotheca Lusitana*, vol. III, pag 474 Não se cantou, porém, a missa pela difficuldade de ajustar 36 vozes diversas com varios instrumentos, ainda que estava composta com singular idéa e regulada pelos preceitos da arte.

Leal *(Oscar).* Escriptor contemporaneo; formado em cirurgia craneana. N. no Rio de Janeiro, mas foi creado no Funchal, sendo filho do commendador portuguez Jacinto Leal de Vasconcellos, e sobrinho do dr. Sebastião Leal, desembargador da Relação de Lisboa. Fez os seus primeiros estudos no Funchal no extincto collegio de Sampaio, cursou depois a Escola Medica de Lisboa, indo concluir os seu estudos no Brazil, onde lhe foi dado o diploma de doutor. Veiu mais tarde, em 1894, estabelecer-se em Lisboa, gozando os melhores creditos como clinico, e notabilisando-se nas especialidades a que se dedicou, doenças de bocca, dentes e correcção das fossas nasaes. Tem viajado muito, não só pelo prazer de visitar os paizes estrangeiros, mas com o proposito de estudar o que de mais notavel ha lá por fóra no tratamento das doenças que constituem a sua especialidade. Tem percorrido todos os estados do Brazil; as republicas do Paraguay, Bolivia, Uruguay e Argentina; todo o norte da Europa e algumas regiões africanas. Tem estado em Paris, Madrid, Italia, Londres, etc. Como jornalista dirigiu os seguintes jornaes, sua propriedade exclusiva: *Ante sala, O Correio dos Clubs, Dentarios, O Viajante*, e *O Tributo de letras.* Tambem dirigiu a revista noticiosa, critica e litteraria com gravuras, intitulada *A Madrugada*, e tem collaborado nos principaes jornaes brazileiros. Nas suas viagens adquiriu magnificas collecções mineralogicas, e reuniu muitas curiosidades dignas de menção. Descobriu a existencia da coca cultivada no Tocantins, onde lhe dão o nome de espada, e informou d'essa importante descoberta o ministro da agricultura do Brazil. O sr. Oscar Leal é socio correspondente da Sociedade de Geographia de Lisboa, da de Madrid, do Rio de Janeiro e de New-York etc; da Sociedade dos Homens de Letras do Porto, do Real Instituto de Lisboa, da Sociedade Hespanhola de Historia Natural, do Instituto Historico de S. Paulo, da Arcadia Americana do Pará, e ainda de outros institutos e academias scientificas. Bibliographia: *Flôres de abril*, versos; *Filha do miseravel*, romance; *Palomita*, opereta em 1 acto; *Viagem ao centro do Brazil; Um conto do sertão; Excursões; Do Tejo a Paris*, em 1886, que teve duas edições; *A questão do abbade*, discurso; *Viagem ás terras Goyanas; Brazil Central*, com um prologo escripto por Pinheiro Chagas, Lisboa, 1892; traz o retrato do autor, outras gravuras, e no fim uma carta do sul de Goyaz, desenhos do autor; *As regiões de terra e mar*, conferencia na Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro em 21 de outubro de 1892; saiu na *Revista* da mesma sociedade, tomo IX; *Contos do meu tempo*, Recife, 1893; com 2 retratos, é parte em prosa e parte em verso; *A linguagem dos cocamas*, apontamentos grammaticaes; *O Amazonas*, conferencia realisada na Sociedade de Geographia de Lisboa em 9 de novembro de 1894; Lisboa, 1894; *Viagem a um paiz de selvagens*, Lisboa, 1894; *Brazileiros illustres*, perfis contemporaneos, Lisboa, 1895; *Uma mulher galante*, romance, Lisboa, 1899; *Zelia, (amores d'uma brazileira)*; *Através da Europa*, Lisboa, 1901; etc.

Leal *(D. Simão dos Martyres).* Conego regrante da ordem de Santo Agostinho, e mestre de

ceriimonias no convento de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, d'onde saiu por motivos particulares, e foi economo na parochial egreja de S. Nicolau, de Lisboa. Escreveu: *Directorio Eucharistico, em que se trata a instituição da Irmandade do Santissimo Sacramento, e das graças, indulgencias, e privilegios que os Romanos Pontifices concederam aos irmãos d'esta devotissima Confraria*, etc.; Lisboa, 1749.

Leal *(Thomaz Eça)*. Empregado de fazenda, delegado do thesouro em diversos districtos, e escriptor dramatico. N. em 29 de janeiro de 1847. Desde muito novo que se tem dedicado a escrever para o theatro, de que é grande enthusiasta. A primeira peça que escreveu foi a comedia *Por uma lagrima!* que se representou com enorme exito; teve depois a *Serenata de Schubert*. No theatro do Principe Real representaram-se dois dramas *Mattos Lobo* e *Diogo Alves*, tambem com bastante agrado. Escreveu mais os versos das operettas: *Viagem do rei Carrapato, Cossaca, Tio Celestino, Miss Helyeth*. São suas as traducções do *Pato de Tres Bicos, Direito feudal, Quem me empresta um tio?, A Marechala, O Almirante da Esquadra Azul, João o cocheiro*, etc. Em fevereiro de 1907 apresentou no theatro de D. Maria II a peça em 1 acto, *Mocidade*, que obteve bastante exito. Publicou tambem, em 1907, o seguinte: *A prisão d'um anarchista*, e *O Palhaço*, monologo dramatico em verso.

Leal. Pov. na freg. de S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Leal de Carvalho *(Amador)*. Poeta, nascido em Lisboa em 160-; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Lucas Leal de Carvalho, fidalgo da Casa Real, e de Maria Cordeiro. Dedicou-se muito á poesia, escrevendo o verso com muita facilidade. Em 1640, quando se deu a revolução do dia primeiro de dezembro, foi para Hespanha com o marquez de Porto Seguro, e parece que não voltou a Portugal. Traduziu do hespanhol em portuguez: *Epistolas de D Antonio de Guevara, Bispo de Mondonhe.*

Leal de Castro *(Felix)*. Doutor em Direito Cesario pela Universidade de Coimbra, que residiu muitos annos em Macau. N'esta cidade escreveu a seguinte obra em hespanhol, que ali se imprimiu em 1712: *Relacion sincera, y verdadera de la justa defension de las regalias, y privilegios de la Corona de Portugal en la Ciudad de Macau.*

Leal de Faria *(José Rodrigues)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 7 de maio de 1869; medico pela Universidade de Coimbra. Nasceu no Porto, onde tambem falleceu em dezembro de 1902. Era filho do visconde da Graceira, José Rodrigues de Faria, fidalgo cavalleiro da Casa Real, do conselho de Sua Magestade, commendador das ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição, condecorado com a medalha das campanhas da Liberdade n.º 3, capitão do extincto regimento de artilharia da côrte, primeiro official do thesouro publico, e seu delegado no districto do Porto. O titulo de visconde da Graceira foi concedido por decreto de 1 de julho de 1886. O dr. Leal de Faria possuia bens de fortuna que lhe permittiam viver largamente, mas exercia a clinica por amor da profissão e tambem pelo seu caracter bondoso e caritativo, porque poucos ou nenhuns proventos lucrava. Era medico de muitas associações de soccorros mutuos, medico chefe do Serviço de Saude das linhas ferreas do Minho e Douro. A sua morte foi muito sentida no Porto, onde era muito estimado e considerado.

Leal de Gusmão *(José Mariano Holbeche)*. Escriptor do seculo XIX, natural de Lisboa; fal. no hospital de Rilhafolles. Dizem que teve muitas contrariedades de fortuna, desde muito novo, que o tornaram de grande excentricidade, e lhe transtornaram as idéas, segundo manifestou n'algumas obras de varios generos. Sendo formalmente atacado de alienação mental, foi recolhido no hospital de Rilhafolles, onde falleceu alguns annos depois. Mencionaremos as seguintes obras, que veem citadas no *Diccionario bibliographico*, de Innocencio da Silva, volumes V e XIII: *Um Deus na terra; poema consagrado a Sua Santidade Pio IX*, Lisboa, 1848, ornado com o retrato d'este pontifice; *Rei só Deus; poema*, Lisboa, 18 9; com o retrato do autor; *A restauração da Carta, poema*, Lisboa, 1849; saiu com o pseudonymo de José Maria de Sepulveda Freire; *A Pomba, poema consagrado aos desposorios do senhor D. Pedro V*, etc., Lisboa, 1858; *Um quadro de amor conjugal*, Lisboa, 1846; *Quadros dramaticos, seguidos d'uma poesia theatral*, Lisboa, 1858; *Lagrimas maternaes; poesia ao interessante Josésinho Gabriel Holbeche*, Lisboa, 1856; *Uma noite de amor; poesia dedicada a Madame Mathilde, pelo seu bardo apaixonado*, 1850; *Devaneio d'um bardo*, Lisboa, 1844; *Dezoito de maio; ao ill.mo e ex.mo sr. conde das Antas, por occasião do nascimento de sua primeira filha*, Lisboa, 1848; uma pagina de folio, e da mesma fórma, mais uma poesia ao anniversario da morte de D. Pedro IV, em 1850; e outra ao regresso a Lisboa do visconde de Villa Nova de Ourem; *A grinalda, poesia á ex.ma sr.ª D. Maria do Carmo Machado Lapa, a 14 de fevereiro de 1865, natalicio de s. ex.ª*, Lisboa, 1855; *Flôr morta na primavera, poesia a Raphael Augusto Miró*, Lisboa, 1855; *Vida sem vida, poesia á interessante Amelia*, Lisboa, 1856; *A amizade*, Lisboa, 1856; *O ciume, scena tragica*, Lisboa, 1845; *Lindas marcas da nova contradança franceza, por miss Mary Hawrey*, Lisboa, 1849.

Leandre. Pov. na freg. de S. Pedro Fins, concelho da Maia, distr. do Porto.

Leandres *(Pedro Pacheco de)*. Formado em Direito Pontificio pela Universidade de Coimbra. N. em Setubal em 1659, onde tambem falleceu em 15 de maio de 1717. Era filho de José Pacheco e de Izabel Costa. Foi bom poeta e bom grammatico, sendo por muitos annos professor de latim em Setubal. Escreveu: *Silva em applauso das Reliquias de Santo Thomaz de Villa Nova*; vem de pag. 150 a 159 nos *Acroamas panegyricos*, publicados em Coimbra, 1690, tendo no fim a assignatura de Pedro Pacheco; *Exhortação a um amigo, em que se contempla o reformado convento de Brancannes, dedicada a Nossa Senhora dos Anjos*, Lisboa, 1730; é uma descripção do referido convento, feita em 114 tercetos hendecasyllabas: *Discurso poetico em que se reprovam as lagrimas choradas por bens temporaes e que só devemos ter saudades das delicias da gloria*, Lisboa, 1730; consta de 50 oitavas rimadas; estes dois escriptos, pela data da sua publicação, que nos dá Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, vol.

iii, pag. 608, se vê que se imprimiram depois da morte do autor. Deixou alguns manuscriptos, entre os quaes se conta um *Archivo de memorias insignes pertencentes ao Reino de Portugal, desde o anno de 1692 até ao de 1716*; 2 volumes.

Leandro. Pov. na freg. de S. Vicente do Paul, conc. e distr. de Santarem.

Leão (*Antonio de*). Major de infantaria, promotor de justiça da 2.ª divisão militar. N. em 1851, e fal. em Vizeu no fim de junho de 1902. Assentou praça em 1873, foi promovido a alferes em 29 de dezembro de 1877, a tenente em 31 de outubro de 1884, a capitão em janeiro de 1891, e a major no principio do anno de 1902. Apezar de não ter o curso theorico da sua arma, era um militar muito distincto e considerado. Desempenhou importantes commissões de serviço publico, e quando falleceu era promotor de justiça. Possuia o grau de official da ordem de S. Bento de Aviz por serviços distinctos, o de cavalleiro da mesma ordem, e a medalha de prata da classe de bons serviços.

Leão (*Antonio Gomes da Silva*). Bacharel formado em Direito Canonico pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa, no mez de agosto de 1719; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Joaquim Gomes e de Maria Luiza de Jesus. Escreveu: *Applauso universal instruido em sublimação das prodigiosas festas... em obsequio da Ser.ma Sr.ª Princeza do Brazil*, Lisboa, 1738; *Argumento critico feito ao ultimo poema que saiu impresso de Manuel Nunes da Silva*, etc., Coimbra, 1740; saiu com o nome de Belchior Franco da Gama; *Polinardo na Suecia, comedia famosa*, Lisboa, 1745; teve outras edições; *Comedia nova intitulada: entre amorosos enredos o amante mais desvelado*, Lisboa, 1746.

Leão (*Diogo Lopes de*). Poeta, nascido em Alter do Chão. Deixou uma *Fabula de Alfeo e de Arethusa*, impressa em Salamanca, e umas *Decimas á memoria de D. Maria de Athaide*, que fôram publicadas nas Memorias funebres d'esta senhora.

Leão (*Duarte Nunes do*). V. *Nunes do Leão*.

Leão (*D. Gaspar de*). Clerigo secular, conego da sé de Evora, 1.º arcebispo de Gôa, etc. N. em Lagos, e fal. em Gôa a 15 de agosto de 1576. Sendo ordenado de presbytero, obteve um canonicato na cathedral de Evora, de que tomou posse a 12 de junho de 1551, d'onde foi provido pelo cardeal infante D. Henrique, então arcebispo de Evora, em arcediago do bago na referida cathedral, logar que vagára pela morte de João de Sande, esmoler e fidalgo da casa do mesmo infante, dignidade de que tomou posse a 27 de julho de 1557. D. Henrique elegeu-o tambem seu esmoler-mór, e D. Gaspar de Leão o acompanhava em todas as visitas do arcebispado. Sendo a cathedral de Gôa erecta em primacial do Oriente pelo pontifice Pio IV em 1557, foi D. Gaspar de Leão eleito em 1559 seu primeiro arcebispo, por el rei D. Sebastião. Partiu para Gôa em 15 de abril de 1560. Prestou muitos serviços á egreja e á religião, fazendo muitas conversões; no principio do anno de 1567 celebrou synodo, que foi o primeiro que se fez no Oriente, onde assistiram o bispo de Cochim, o administrador de Moçambique, o procurador do bispo de Malaca, os provinciaes das ordens de S. Domingos, S. Francisco e da Companhia de Jesus, com outros theologos e canonistas. Em 1567, no fim de sete annos de governo, renunciou a dignidade archiepiscopal, e recolheu-se ao convento da ordem de S. Francisco, que elle havia fundado em Daugim, distante de Gôa menos d'uma legua. Por morte do seu successor, D. Jorge Themudo, foi convidado para novamente exercer o seu antigo cargo archiepiscopal, que elle acceitou depois de muito instado pelo papa Gregorio XIII, e foi eleito em 12 de julho de 1575. Escreveu: *Tratado espiritual para o Sacerdote, quando diz missa, e para os ouvintes que a ouvem, com um suave exercicio do nome de Jesus, e o outro da oração e meditação para os que tem pouco tempo*, Lisboa, 1558; saiu sem o seu nome; *Compendio espiritual da vida christã, tirado pelo primeiro arcebispo de Gôa, e por elle prégado no primeiro anno a seus freguezes*, Gôa, 1561; parece que foi este o primeiro livro que se imprimiu em Gôa; fez-se nova edição em Coimbra, em 1600; *Tratado que fez Mestre Jeronymo de Santa Sé, Medico do Papa Benedicto XIII, contra os judeus, em que prova o Messias da Lei ser vindo;* vem acompanhado de: *Carta do primeiro arcebispo de Gôa ao povo de Israel, seguidor ainda da Lei de Moisés e do Talmud, por engano e malicia dos seus Rabis*, Gôa; no fim tem escripto: *Acabou se este presente livro á honra e louvor de Deus todo poderoso e da Sacratissima Virgem Maria, em a mui nobre e leal cidade de Gôa aos 29 dias do mez de Setembro de 1565; Desengano de perdidos, em dialogo entre dois peregrinos, um christão e um turco, que se encontraram entre Suez e o Cairo, dividido em tres partes*, etc., Gôa, 1573; *Dialogo espiritual, colloquio de um religioso com um peregrino, onde lhe ensina como e onde se ha de achar a Deus*, Lisboa, 1578; outra edição em Evora, 1579; *Constituições do arcebispado de Gôa, approvadas pelo primeiro concilio provincial, anno 1568*; este titulo está impresso dentro d'uma portada gravada em madeira; no fim tem o seguinte: *Fôram impressas estas Constituições na muito nobre e sempre leal cidade de Gôa, por mandado do muito magnifico e muito reverendo sr. D. Gaspar, primeiro arcebispo de Gôa, do conselho d'El-Rei nosso senhor; acabaram-se aos 8 dias do mez de abril de 1568.*

Leão (*João Lopes*). Doutor e professor de Jurisprudencia Canonica e Civil, e advogado do causas forenses na Curia Romana, onde residia em 1721. N. em Lisboa em junho de 1665, sendo filho de Miguel Lopes de Leão e de D. Guiomar Henriques. Seguiu a vida ecclesiastica, e exerceu a advocacia em Roma, onde publicou uma obra de Jurisprudencia em latim, no anno de 1721. Morreu assassinado violentamente, a 20 de maio de 1734, por um creado seu no intuito de o roubar.

Leão (*José Barbosa*). V. *Barbosa Leão*.

Leão (*Manuel de*). Judeu portuguez, natural de Leiria. Viveu na segunda metade do seculo xvii, e nos primeiros annos do xviii, passando a maior parte da vida em Flandres e Amsterdam. Escreveu: *Triumpho Lusitano, applausos festivos, sumptuosidades regias nos augustissimos desposorios do inclito D. Pedro II com a serenissima D. Maria Sophia Izabel de Baviera, monarchas de Portugal*, Bruxellas, 1688; tem frontispicio gravado em chapa de metal; é uma narração em verso de todas as festividades

que se celebraram em Lisboa, por occasião d'aquelle consorcio: entrada da rainha, luminarias, arcos triumphaes, fogos reaes, combates de touros, etc.; *Exame de obrigações, discursos moraes*, Amsterdam, 1712. Dizem que este livro contém discursos moraes em fórma de dialogos entre um pae e um filho, ácêrca das obrigações que devem os filhos a seus paes. Na Haia publicou em 1691, escripto em castelhano: *El duelo de los aplausos, y triunfo de los triunfos*, etc. Deixou alguns manuscriptos na mesma lingua.

Leão (*Manuel Pacheco*). Escriptor, cujo nome só se conhece por ter escripto o seguinte livro: *Instrucções ou condições que se podem adoptar nos contratos de seguro, para uso e instrucção dos que se destinam ás praticas do commercio exportativo, offerecidas ao Principe Nosso Senhôr*, Lisboa, 1814. Fez-se outra edição, *augmentada com um tratado sobre as avarias*; Rio de Janeiro, 1815.

Leão (*Miguel Lopes de*). Bacharel em Jurisprudencia Cesarea, pela Universidade de Coimbra, e advogado em Lisboa, terra onde nasceu a 4 de agosto de 1674. Ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Sebastião Dias da Silva e de D. Maria Henriques. Escreveu: *Allegação juridica pela ex.ma sr.a D. Maria de Lencastre, marqueza de Unhão, sobre a successão do estado e casa de Aveiro, na causa em que é autora contra os senhores procuradores regios, e em que são appoentes os ex.mos srs. D. Martinho Mascarenhas, marquez de Gouveia, D. Pedro de Lencastro, conde de Villa Nova, D. Rodrigo de Lencastro, commendador de Coruche, e D. Gabriel Ponce de Leão, duque de Banhos*, Lisboa, 1719; tem uma arvore genealogica em gravura.

Leão (*Miguel Lopes de*). Formado em Direito Civil; advogado da Casa da Supplicação de Lisboa. Não se conhecem as datas do nascimento e fallecimento, mas julga se ter morrido nos principios do seculo XIX, e que era filho ou neto do antecedente. Escreveu: *Allegação de facto e de direito, na instancia de revista, nas sentenças proferidas no Senado da Relação a favor de Francisco Maria Rossi, contra Francisco Malaquias da Cunha e Raymundo Pinto de Carvalho*, Lisboa, 1791. Escreveu as tres peças seguintes, como defensor dos reos na questão da denuncia do morgado de Pancas, sob os titulos de: *Allegação historico-juridica sobre a successão do morgado e casa de Pancas, em sustentação do direito de succeder a ex.ma sr.a D. Maria Leonor Carolina Manuel Vilhena, e seu marido o ex.mo José de Saldanha de Oliveira e Daun, na causa de denuncia que lhe move a ex.ma D. Maria Balbina de Sousa Coutinho, no juizo da corôa*; etc., Lisboa, 1803; *Segunda allegação contra D. Maria Balbina de Sousa Coutinho, a favor de D. Maria Leonor Manuel de Vilhena e seu marido, offerecida ao juizo da corôa, onde se dera a denuncia do morgado de Pancas*, etc., Lisboa, 1805; *Impugnação compendiosa aos embargos, que por parte de D. Maria Balbina de Sousa Coutinho se formaram contra a sentença proferida no juizo da corôa, sobre a denuncia do morgado de Pancas, a favor de D. Maria Leonor Carolina Manuel de Vilhena*, etc., Lisboa, 1806.

Leão (*Casal do*). Na freg. de S. Christovão, de Caranguejeira, conc. e distr. de Leiria. ‖ Quinta na freg. do Salvador, de Veiros, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Leatham. Nome que em varias cartas e livros modernos tem a ilha do Boi, da prov. de Angola.

Lebempe. V. *Inhampura*.

Lebepe. V. *Inhampura*.

Leboreiro. Pov. na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Lebre. Pov. na freg. de Santa Maria, de Olival, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Lebres (*Quinta e solar dos*). E' na Mealhada, freg. da Vacariça, conc. de Anadia. Foi este solar mandado reedificar, no sitio do antigo, por Antonio Lebre de Sousa e Vasconcellos, natural da Mealhada, bacharel formado na faculdade de Leis a 6 de junho de 1827, doutorando-se na de Mathematica. Foi nomeado substituto da cadeira de Mathematica da Academia Real de Marinha e Commercio da cidade do Porto a 10 de dezembro de 1829, por D. Miguel, e lente da cadeira do primeiro anno de Mathematica a 8 de outubro de 1830; administrador dos concelhos de Anadia e Mealhada de 1871 a 1883. Era filho do dr. José Lopes Lebre Teixeira, que morreu em 1818, e de D. Anna Clara de Sousa e Vasconcellos. O dr. Antonio Lebre, por sua morte, deixou a quinta e o solar a seu sobrinho, o dr. Francisco Lebre de Sousa e Vasconcellos, bacharel formado em Direito, actual representante d'esta illustre familia. ‖ *Resenha genealogica da familia Lebre*: Manuel Simões Lebre casou, e teve um filho, Manuel Lopes Lebre, bacharel formado em Direito Canonico e Civil a 20 de junho de 1736, que tambem casou, e foi seu filho Manuel José Alves Lebre Teixeira, bacharel formado em Direito Canonico e Civil, pela Universidade de Coimbra, a 20 de maio de 1768, e capitão-mór das ordenanças no couto de Aguim; casou, e teve um filho, o dr. José Lopes Lebre Teixeira, casado com D. Anna Clara de Sousa e Vasconcellos, de quem teve varios filhos, entre os quaes se contam: 1.° José de Vasconcellos Teixeira Lebre, nomeado por D. João VI, a 15 de novembro de 1822, corregedor da comarca de Aveiro; 2.°, o dr. Antonio Lebre de Sousa e Vasconcellos; 3.°, o dr. Joaquim Lebre de Sousa e Vasconcellos, lente de Mathematica e vice-reitor da Universidade de Coimbra, que casou com D. Maria da Piedade Cerveira e Sousa, da casa da quinta do Tanque, em Mogofores, irmã de D. José de Cerveira e Sousa, doutor de capello em Theologia, bispo do Funchal, de Beja e de Vizeu, e par do reino. D'este casamento houve dois filhos: a baroneza do Cruzeiro, D. Rosa Joaquina Cerveira Sousa e Vasconcellos Lebre, e José de Vasconcellos Cerveira Lebre, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra a 16 de julho de 1867, casado com D. Anna Maxima de Vasconcellos Azevedo, havendo d'este casamento os seguintes filhos: 1.° D. Maria Emilia Lebre de Sousa e Vasconcellos; 2.° D. Piedade Lebre de Sousa e Vasconcellos; 3.°, D. Thereza Joaquina Lebre de Sousa e Vasconcellos; 4.°, dr. Francisco Lebre de Sousa e Vasconcellos, bacharel formado em Direito, que casou em 1907 com D. Adelaide Luiza de Kennedy-Falcão.

Lebrinho. Pov. na freg. de Santa Maria, de Covello, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Lebução. Pov. e freg. de S. Nicolau, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Valpaços, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 1:173 hab.

e 252 fog. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. permutando malas com Chaves. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada n'um terreno elevado, saudavel e bastante frio, a 5 k. da margem esquerda do rio Mente. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. O parocho era cura da apresentação do reitor de S. João Baptista, da Castanheira, e tinha de renda 150$000 réis. A pov. tem annexa a freg. de Nuzellos, cujo orago é N. S.ª da Expectação, sendo o cura apresentado pelo reitor da freg. de Oucidres. Estas duas freguezias assim reunidas, formando uma só, passaram a ser do padroado real até 1834.

Leça *(José Leite Nogueira Pinto, conde de)*. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra Feito conde de Leça em sua vida por decreto de 16 de julho de 1906.

Leça. Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Mascotellos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || O Salvador, de Unhão, conc. de Felgueiras, distr do Porto. || Rio na prov. do Douro, distr. do Porto. Nasce n'uns juncaes, chamados *Lameiras do Redondú*, ou *Redundú*, na freg. de Monte Córdova, proximo da estrada que vae do Porto para Santo Thirso, desaguando no Oceano, com 24 k. de curso, entre Leça da Palmeira e Mattosinhos. A barra do rio Leça é só accessivel ás embarcações de pesca, e mesmo para estas a entrada é difficil na baixa-mar, por causa da areia ali accumulada. Teve um fortim com duas peças, construido durante a guerra dos 27 annos, que foi destruido pelas ondas. Ainda existe o forte de Mattosinhos, que fica mais acima, o qual foi guarnecido com 4 canhões. E' em territorio de Leça da Palmeira, mas dedicado ao Senhor de Mattosinhos, e por isso lhe dão este nome. Tem uma guarnição de veteranos, e está bem conservado. Emquanto á origem do nome d'este rio ha divergencia entre os historiadores. Diz Pinho Leal, a pag. 63 e 64, do 4.º vol. do *Portugal Antigo e Moderno*: «André de Rezende, nas suas *Antiguidades de Portugal*, pretende que o rio Leça fôsse o rio *Celando* ou *Celano*, e não o Cávado, como outros dizem (V. *Cávado)*. Não allega, porém, fundamento de consideração, e tem contra si que Pomponio Mella, na ordem com que refere os rios d'esta parte da costa da Lusitania, aponta primeiro *Avo* (Ave) depois o *Celando* (Cávado). O dr. João de Barros, nas *Antiguidades de Entre Douro e Minho*, cap. 9.º, diz que ao Leça chamavam sempre Lethes. O mesmo diz o padre D. Nicolau de Santa Maria na *Chronica dos Conegos Regulares*, livro 6.º, cap. 1.º, mas dos proprios documentos por estes dois escriptores apontados, se vê que o nome de Lethes se deu ao Leça, depois de terminar a dominação dos romanos; porque, do tempo d'estes e dos godos só se chamou Lethes ao rio Lima. E' verdade que, no tempo dos arabes, alguns escriptores dão a este rio o nome de *Lethes* ou *Letes;* mas, segundo Argote, não é derivado de *Lethes*, esquecimento, mas de *Laetus*, alegre, pela aprazibilidade de suas margens. Quanto ao actual nome d'este rio (que quasi todos os escriptores dizem ser corrupção de Lethes) sustentam alguns que lhe foi dado pelos templarios. Alguns cavalleiros d'esta ordem vieram para Portugal quando ella aqui foi instituida) de varias nações sendo a maior parte francezes. Todos sabem que o seu principal mosteiro foi em Leça do Bailio Nas Ardennes (França), provincia de Namur, ha um rio chamado *Lesse;* talvez que este rio tenha semelhança com o Leça portuguez, e nada mais verosimil do que os francezes darem ao ultimo o nome do francez, para recordação da sua patria. O que parece certo é que no tempo dos godos se dava a este rio o nome de *Leza*, que segundo alguns é palavra phenicia. Em quasi todos os documentos gothicos se lhe dá só este nome.» Este rio foi antigamente navegavel para barcos pequenos, desde a sua foz até á ponte Guifões. Segundo se lê na *Chronica Seraphica*, esta navegação foi prohibida a rogo dos religiosos franciscanos do convento de Mattosinhos, sob pretexto de os perturbar no silencio e clausura que a sua regra os mandava observar. Os açudes que depois se fôram construindo, tornaram impossivel a navegação. Na margem d'este rio, junto á quinta de Santa Cruz, pertencente aos bispos do Porto, ha um monte bastante elevado, tendo no cimo uma capella com a invocação de N. S.ª da Guia. E' toda de abobada de pedra, obra do bispo do Porto D. Rodrigo Pinheiro. A imagem de N. S.ª da Guia é de grande devoção dos povos dos concelhos de Bouças e da Maia, que ali concorrem em frequentes romarias. Os bispos do Porto costumavam ir ali orar, e por esse motivo o fundador da capella mandou construir aqui uma casa de habitação. Mais tarde, o bispo D. Fernando Correia de Lacerda mandou reedificar a capella, quasi desde os fundamentos. A imagem tem 0m,88 de altura, e é de pedra, de boa esculptura, mas não se sabe por quem, quando foi feita, nem o que deu causa ao titulo. Sobre o rio Leça ha uma ponte de pedra, que liga as povoações de Leça da Palmeira e Mattosinhos, dando passagem á estrada que conduz á cidade do Porto, por S. João da Foz. Além da ponte divide-se o rio em dois braços: um d'agua salgada, por onde entram as marés e ha salinas, ou marinhas de sal; e o outro de agua doce, que é propriamente o rio Leça, que junto á ponte tem um açude, formando uma cascata que se precipita na agua salgada. Junto ao mosteiro de Leça de Bailio construiu a companhia Viação Portuense, em 1846, uma bonita ponte pensil, de ferro e madeira, e proximo da antiga ponte de Leça, chamada *ponte de pedra*, que dizem ser de construcção romana, sobre a via militar que ia do Porto a Braga. D'uma doação feita por D. Unisco Mendes, do mosteiro de Leça ao de Vacariça, em 1021, se vê que esta ponte já então existia.

Leça do Bailio. Villa e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Bouças, districto e bisp. do Porto; 2:916 hab. e 640 fog. Tem esc. do sexo masc. e uma feira em todas as sextas feiras do anno. A villa dista 5 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Leça. O bailio de Leça apresentava o vigario-abbade, que tinha 150$000 réis annuaes. A terra é muito fertil, aprazivel e saudavel. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto. D. Manuel deu-lhe foral, em Evora, a 4 de junho de 1519. Esta villa tem de notavel o templo gothico de Santa Maria, que está situado em terreno baixo, que o rio Leça rega e fertilisa, ensombrado de basto e frondoso arvoredo, erguendo se com venerando

aspecto, meio religioso, meio profano, d'entre massiços de verduras, que constituem uma paizagem verdadeiramente encantadora. Egreja d'um mosteiro mais velho que a monarchia, mal deixa distinguir a sua origem através da escuridão dos tempos. Não ha noticias positivas da sua fundação, mas sabe-se que a fabrica primitiva já existia nos fins do seculo x, compondo-se então d'um pequeno templo e de um mosteiro da ordem benedictina duplex, de frades e freiras, com a invocação de S. Salvador. Consta isto de differentes escripturas antigas, bem como que no anno de 986 eram padroeiros do mosteiro Tructesindo Osoredis e sua mulher D. Unisco Mendes. Da leitura dos referidos documentos colhe-se a conjectura que a fundação do mosteiro de S. Salvador se realisaria pelos annos de 900 a 904, e que o fundador fôra algum dos ascendentes de Tructesindo ou de D. Unisco. Nos fins do seculo xi, sendo abbade do mosteiro D. Guntino, foi reedificada a egreja, por estar muito arruinada, devido mais á mesquinhez da construcção, que á sua antiguidade. Por este tempo, achando se a mitra de Coimbra muito falta de rendimentos, tanto para sustentação do bispo, como dos conegos, fez-se lhe doação do mosteiro de Vacariça com todas as suas rendas e pertenças. N'esta doação ia incluido o mosteiro de S. Salvador de Leça, porque alguns annos antes tinha sido doado pelos seus padroeiros ao abbade de Vacariça. Distrahida d'esta fórma a parte principal dos rendimentos do mosteiro de S. Salvador para a sé de Coimbra, foi faltando o necessario para o sustento dos monges e freiras, de modo que em pouco tempo ficou deserto o convento. Depois, accrescendo novas rendas, provenientes de legados de varios bemfeitores, foi novamente habitado pelas duas communidades religiosas, até ao tempo em que o conde D. Henrique de Borgonha entrou no governo de Portugal. Sendo admittida n'este reino a ordem de S. João de Jerusalem em 1112, foi-lhe concedido o mosteiro, e desde então ficou pertencendo á ordem de S. João ou do Hospital de Jerusalem, mais vulgarmente conhecida por ordem de Malta. Tanto a egreja como o mosteiro, transformado no decorrer dos tempos em paço do bailio, conservaram a fórma, que receberam na segunda fundação, até ao principio do seculo xiv. Achando-se então a egreja em mau estado, ou talvez por não estar em harmonia, pela sua simplicidade e pequenez, com a importancia e opulencia da ordem, que ainda mais augmentara em riquezas, resolveu D. Fr. Estevão Vasques Pimentel, bailio de Leça, construir um novo templo, obra grandiosa que se concluiu em 1336, no reinado de D. Affonso IV. A par do templo, contigua á frontaria, fez construir o referido bailio uma torre elevada e forte, para defeza do convento e dos cavalleiros, com todos os preceitos da arte da guerra. No fim do seculo xvi, ou começo do xvii, fr. Luiz Alvares de Tavora procedeu a muitas obras no paço, não só de reconstrucção mas de accrescentamento. Na egreja fizeram se tambem algumas obras em diversas epocas, e até em tempos modernos, mas não alteraram a fórma nem a architectura do templo. Pela maior parte tiveram o fim de reparar ou melhorar os altares; presume-se que foi na fundação da actual egreja, em 1336, que se mudou a invocação do templo, ficando o novo orago N. S.ª da Encarnação; no anno de 1642 ainda no altar-mór existia esta imagem, que posteriormente levaram para a sacristia, substituindo-a por um retabulo figurando a Assumpção da Virgem, em pintura a oleo. O povo, porém, começou a chamar-lhe Santa Maria de Leça, e assim se tem conservado esta invocação popular. No antigo mosteiro, e depois no paço dos bailios, hospedaram-se muitas personagens illustres: D. Affonso Henriques e sua mulher, a rainha D. Mafalda, D. Sancho I, o condestavel D. Nuno Alvares Pereira, quando projectou uma romaria a Sant'Iago de Compostella, D. Filippa, filha do infante D. Pedro, duque de Coimbra e neta de D. João I, que foi ali em cumprimento d'uma promessa, e Fr. Raymundo du Puy, 2.º mestre da ordem de S. João de Jerusalem. No anno de 1372, não só deu hospedagem a D. Fernando I e á sua côrte, mas até foi theatro d'um acontecimento importante da historia do paiz. Havia pouco tempo que aquelle monarcha se desposara secretamente em Lisboa com D. Leonor Telles; o segredo não tardou a divulgar se, e o povo, indignado, vendo que o soberano escolhera para sua esposa uma mulher casada, murmurou, agitou se, levou as suas queixas ante o throno, e assumiu um aspecto ameaçador. D. Fernando saiu furtivamente de Lisboa em 1369 com D. Leonor, acompanhado de varias personagens da côrte, e foi recolher-se no bailiado de Leça. No dia seguinte fez reunir em uma das salas do paço as pessoas que o tinham acompanhado, e muitas outras das classes mais elevadas, que convocara expressamente para lhes fazer declaração publica do seu consorcio, e em seguida recebeu-se com D. Leonor em acto solemne e pomposo. Terminada a cerimonia, passou-se ao beija-mão, e o infante D. Diniz, irmão d'el-rei, filho de D. Pedro I e de D. Ignez de Castro, recusou se áquelle acto, não querendo reconhecer D. Leonor Telles como rainha de Portugal. O rei irritou-se, e o infante foi exilado. (V. *Diniz, D.*) Pela extincção das ordens religiosas em 1834 acabou o bailiado de Leça, mas o templo continuou a servir, como já servia desde muito tempo, de egreja parochial. A frontaria da egreja está voltada para léste. A porta guarnecida de oito columnas delgadas, com seus capiteis de grosseiras esculpturas, sustentando outros tantos arcos ogivaes, e sobre ella um formoso espelho com seus lavores rendilhados, constituem os unicos ornamentos d'esta fachada. Tudo o mais é cantaria lisa, coroada no corpo central, por cima do espelho, com uma cruz de pedra, da ordem de Malta, e nos dois corpos lateraes com ameias. A' esquerda da porta da egreja, muito mais alta que o templo, ergue-se uma elevada torre quadrangular, construida de grandes pedras de cantaria, e com todas as condições d'uma verdadeira fortaleza da edade media. As fachadas lateraes são egualmente cercadas de ameias, com janellas de columna ao centro, muito salientes, tendo no alto os sinos; n'uma das fachadas abre-se a porta travessa, que é similhante á principal. Em cada um dos topos do cruzeiro ha uma grande janella ogival, tambem com sua columna ao meio. A egreja é dividida em tres naves, sustentadas por dez arcos ogivaes, cinco de cada lado, sendo a nave central muito mais elevada, que as lateraes. O templo tem 36 m. de comprimento e 14 de largura. Teve n'outro tempo 7 altares, mas diminuiram-

se dois que estavam á entrada da capella-mór, ficando portanto só cinco. Na capella-mór ha os seguintes tumulos de pedra: da parte da Epistola, debaixo d'um arco aberto na grossura da parede, acha-se um mausoléo com este epitaphio: «Aqui jaz frei Lobo Pereira de Lima, gram-prior do Crato, baylio de Leça, do conselho de sua alteza, commendador das commendas de Rossas, Trossos, Rio Meão, Tavora, Santar, e Aboim, e logar tenente, que foi da sua religião n'estes reinos. Falleceu no ultimo de março de 1681.» Junto d'este tumulo está o do bailio fr. Diogo de

Egreja matriz de Leça do Baillo—lado norte e frente

Mello Pereira, irmão do antecedente, e fallecido em 1666. Da parte do Evangelho vê-se um mausoléo tambem mettido debaixo d'um arco aberto na grossura da parede. E' o de fr. Christovão de Cernache, bailio de Leça e grão-chanceller da ordem de S. João de Jerusalem, ou de Malta. Sobre a tampa do mausoléo vê-se a estatua d'este bailio, posta de joelhos deante d'um genuflexorio em acção de ler n'um livro. Proximo do tumulo vêem-se as armas dos Cernaches. No meio da capella-mór existe um carneiro mandado fazer para jazigo dos bailios por frei Manuel de Almeida e Vasconcellos, bailio de Leça. A capella de N. S.ª do Rosario, denominada mais vulgarmente *Capella do Ferro*, contém differentes tumulos e sepulturas. A' direita do altar e debaixo d'um arco, está o tumulo do bailio D. Fr. João Coelho, prior do Crato e chanceller-mór de Rhodes, fallecido em 1515. Sobre o mausoléo está a sua estatua, e na frente um anjo em alto relevo, suspendendo um panno, em que se lê um longo epitaphio, tendo aos lados dois escudos eguaes, das armas dos Coelhos, que eram as do bailio. No pavimento da egreja jaz em sepultura raza o bailio D. fr. Estevão Vasques Pimentel, fallecido em 1336. N'uma lamina de bronze, embebida na parede da mesma capella, acha-se gravada uma inscripção em latim, cuja traducção é a seguinte: «Este que descança n'esta sepultura foi um digno prior da ordem do Baptista: agora conhece quaes fôram as suas acções: Depois da morte de Estevão Vasques com difficuldades apparecerá quem seja melhor prior do que elle foi. Pela sua familia chamou-se Pimentel, mas pela sua vida e costumes chamou-se Abençoado. Ninguem era mais galhofeiro do que elle, nem tão forte, formoso e constante; tendo em vista o que era melhor. Viajou por muitas terras, e atraves-

sou muitos mares. Sem contar o priorado, teve cinco commendas que a sua ordem lhe deu, e o Papa n'isso consentiu; são as commendas a Certam, que foi commenda de Graça, Leça, Crato, Rio-Meão, e a florida Faya, que foi a primeira Oh! tu, que és instruido, faze esta conta, elle foi prior trinta annos, tendo sido antes bom freire, contando tres vezes quatro.» Esta inscripção está n'uma moldura tambem de bronze, com graciosos lavores em meio relevo. Proximo da pia baptismal vê-se mettido na parede o tumulo tambem antigo, de D. fr. Garcia Martins, grão-commendador da ordem de S. João de Jerusalem nos reinos de Hespanha, o qual falleceu em 1306. A pia baptismal mandada fazer em 1512 do templo, do lado do Evangelho. Esta escada era tambem a communicação unica do mosteiro para a torre e para os adarves, que guarnecem em volta o telhado, fazendo da egreja uma fortaleza. Em frente da egreja, a pouca distancia da porta principal, eleva-se um cruzeiro de pedra de Ançã, que é uma boa peça de esculptura, mandado fazer pelo citado bailio D. fr. João Coelho, como affirma a seguinte inscripção gravada em caracteres gothicos, em volta do nó da cruz:

O PRIOR DO CRATO
DÕ JOHÃ COELHO
O MANDOU FAZER NA ERA
DE MIL VCXIIII.

Egreja matriz de Leça do Bailio lado sul

pelo bailio D. fr. João Coelho, é um lindo especimen do estylo gothico no seu periodo de transicção para o da Renascença. A variedade e profusão dos lavôres, que a cobrem, contrastam singularmente com a nudez das paredes do templo e com a severidade e singeleza da architectura das naves e das capellas. E' fabricada de pedra de Ançã, e de fórma hexagonal. Na parte mais alta de cada uma das quatro faces alternadas tem o escudo d'armas do fundador, sustentado por um anjo. O antigo edificio do mostoiro, depois paço do bailio, é uma construcção irregular, de modesta apparencia, e que tem passado por muitas alterações, que mal deixam ajuizar da sua architectura primitiva. N'outro tempo a unica serventia do mosteiro para a egreja era uma escada de caracol, aberta na grossura da parede

No rotulo da cruz ha outra inscripção no mesmo estylo, mas em caracteres minusculos. D'um lado do cruzeiro está a imagem de Christo, tendo na parte inferior o escudo de armas de fr. João Coelho; na face posterior, na ligação dos braços, a cruz da ordem de Malta.

Leça da Palmeira. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. de Bouças, distr. e bisp. do Porto, 3:536 hab. e 649 fog. Tem caixa post., delegação da alfandega em Leixões, corporação de bombeiros militares, est. electro semaphorica, hoteis, escolas d'ambos os sexos, lyceu, medicos, pharmacia, sociedade de recreio: *Real Club de Caçadores*, inaugurado em 7 de junho de 1903; est. no caminho da linha de Famalicão e Povoa de Varzim, só com o nome de *Leça*, entre as de Mattosinhos e Senhora da

Flora, no ramal de Leixões. Pertence a pov. á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto. Tem praia de banhos, que costuma ser muito frequentada na epoca balnear. A pov. dista 2 k. da séde do conc. E' uma das mais aprazíveis povoações dos arredores do Porto, situada na costa do Oceano Atlantico e sobre a margem direita do rio Leça, em frente de Mattosinhos, com terrenos muito ferteis e saudaveis, e com muitas e elegantes casas. A Universidade de Coimbra apresentava o reitor, que tinha de rendimente 40$000 réis. Do lado do Porto ha uma ponte de pedra, de 19 arcos, sobre o rio Leça, que a liga a Mattosinhos. Tem uma casa de espectaculos denominada *Theatro Recreativo*, que se inaugurou no dia 3 de setembro de 1873. Na distancia de 2 k. ao N, e junto á capella da Senhora da Boa Nova, está um escarpado rochedo, de cujo cume se divisa uma grande extensão de mar, Villa do Conde, S. João da Foz, Mattosinhos, etc. Em 1870 fez-se tambem perto de Leça da Palmeira, um *mira mares*, que se concluiu em 21 de outubro, feito á custa do benemerito João Pinto de Araujo, natural d'esta freguezia. Mandou reedificar em 1873 a egreja, matriz da freguezia, gastando n'esta obra para cima de 12:000$000 réis. A junta de parochia deliberou que n'uma pedra, na parede da egreja, se lavrasse uma inscripção commemorativa d'este acto de piedade. D. Maria Francisca dos Santos Araujo mandou alargar o cemiterio parochial, pelo mesmo tempo, no que gastou 80$000 réis e fundou uma escola para meninas d'esta freguezia. || *Jornaes*: Teem sido publicados aqui os seguintes: *Leça (O)*, janeiro de 1906, em publicação; *Monitor (O)*, 6 de novembro de 1887; *Monitor de Bouças (O)*, 24 de agosto de 1884; *Revista de Educação e Ensino*, 1 de fevereiro de 1886; *Sciencias Ecclesiasticas*, 1891. Além d'estes jornaes tambem fôram publicados os *numeros unicos* seguintes: *Monitor de Bouças (O)*, 26 de setembro de 1886; *Monitor de Bouças (O)*, 29 de julho de 1887.

Leceia *(José Pedro Celestino Soares, 1.º visconde de)*. Cavalleiro e commendador da ordem de S. Bento de Aviz, cavalleiro e official da Torre e Espada, condecorado com a cruz n.º 1 de 5 campanhas da Guerra Peninsular; general de divisão, presidente do Supremo Conselho de Justiça Militar, deputado em varias legislaturas, etc. N. a 27 de novembro de 1786, fal. a 6 de julho de 1874. Assentou praça de cadete a 4 de abril de 1803, sendo promovido a alferes a 9 de janeiro de 1809, a tenente em 27 de dezembro d'esse mesmo anno, a capitão em 15 de dezembro de 1814, a major em 9 de julho de 1827, a tenente-coronel em 6 de agosto de 1832, a coronel em 25 de julho de 1833, a brigadeiro em 5 de setembro de 1837, a marechal de campo em 29 de abril de 1851, e a tenente-general em 21 de outubro de 1857. Teve, por assim dizer, a sua educação militar na Guerra Peninsular, onde serviu com valor e distincção. Esteve nas batalhas de 1808, 1809, 1810, 1811, 1812, 1813 e 1814, pertencendo ao regimento de infantaria n.º 10. Tomou depois parte na campanha da Liberdade, sendo mais d'uma vez elogiado pela sua illustração e bravura, servindo em 1826 e 1827 no referido regimento, e em 1832, 1833 e 1834, no estado maior imperial e no regimento de infantaria n.º 15. Em 1831 teve de emigrar para Inglaterra, d'onde passou a França, embarcando ali no *Belleville*, como major d'um batalhão de voluntarios, e foi desembarcar na ilha Terceira em fevereiro de 1832. Tomou parte no exercito libertador que desembarcou em 8 de julho d'esse anno na praia do Mindello. Pelo valor e abnegação com que se portou em muitos lances arriscados durante o cêrco do Porto, e pela coragem que sempre mostrou no desempenho da sua melindrosa missão de assistente do ajudante general, grangeou merecidos elogios dos superiores. Na *Chronica Constitucional* do Porto, de 12 de julho de 1833, se engrandeceu o valor e abnegação com que se portou na acção do dia 5 anterior, estando ainda convalescente d'uma grave enfermidade. A *Chronica Constitucional* de Lisboa, no seu numero 16, de 13 de agosto seguinte, tambem prestou homenagem ao valente official Celestino Soares, pelo denodo com que conduziu á carga a 6.ª companhia do seu regimento na acção de 25 de julho. O visconde de Leceia foi vogal e depois presidente do Supremo Conselho de Justiça Militar. Falleceu com 87 annos de edade, tendo a patente de general de divisão. Casou em 1849 com D. Salomé Candida de Seixas Celestino Soares, filha de Pedro Nolasco de Seixas, e de sua mulher, D. Maria Candida Lopes. O titulo foi concedido por decreto de 26 de julho de 1861.

Leceia. Pov. na freg. de S. Pedro, de Barcarena, concelho de Oeiras, districto de Lisboa. Acha-se situado a O da ribeira de Barcarena, e em logar sobranceiro a esta freguezia. Existe n'este sitio uma ermida dedicada a N. S.ª da Piedade. Por cima da porta lê-se a seguinte inscripção:

ESTA HERMIDA HE DO SR. JESUS DA POBREZA
E N. S.ª DA PIEDADE
FOI FEITA Á CUSTA DO POVO
DESTE LUGAR. A D. 1761.

No frontispicio tem uma larga janella que dá sobre o coro, e á direita uma lapide com um relogio de sol. A ermida foi restaurada, por esmolas, nos annos de 1891 a 1893. Na capella ha dois bons quadros de azulejos, representando, o da esquerda, Christo a caminho do Calvario, e da direita a Descida da Cruz. Este humilde logarejo é muito notavel pelas cavernas prehistoricas que ali existem, e que fôram exploradas pelo sabio geologo portuguez, já fallecido, Carlos Ribeiro A *Memoria*, adiante citada, foi pelo seu illustre autor apresentada ao congresso internacional anthropologico reunido em Portugal em 1880. A estação prehistorica de Leceia parece que era defendida por um campo entrincheirado. O sitio, ainda hoje denominado *Castello*, é um outeiro de basalto de fórma hemispherica, o qual occupa a parte mais alta da cumiada com 123 metros de altitude. Este cabeço pela sua proximidade do campo entrincheirado e pela sua situação desafronta-la, dominando um vasto horisonte nos quadrantes do S e do S O, isto é, sobre o Tejo e o Oceano, poderia desempenhar o importante papel de posto avançado. Da ribeira de Barcarena sobe-se para Leceia por uma ingreme ladeira, ainda hoje pouco accessivel a viaturas. Outras passagens estreitas

constituem verdadeiros desfiladeiros n'aquella eminencia. São talvez mais de cincoenta as diversas cavernas, grutas ou furnas, que existem ali. Umas teem facil entrada; outras são de difficil accesso. O decorrer dos seculos e os trabalhos de exploração das pedreiras proximas teem feito desabar muitas das grutas, que se encontram entulhadas. Algumas são tão vastas que em tempos modernos teem servido de officinas de lavoura, guardando-se n'ellas no inverno gados, carros, etc. D'umas grutas pode-se passar para outras, e algumas mostram duas ou mais entradas. Os objectos encontrados na estação humana de Leceia consistem: em machados e hachas de pedra polida; pontas de lança e flecha de silex; furadores, punções, facas, raspadores, martellos ou percutores e nucleos, tudo de silex; massas ovoides e espheroidaes de calcareo; estiletes de osso; vasos e muitos fragmentos de loiça grosseira; emfim, ossos humanos e de animaes de especies que vivem actualmente na região. A maior parte d'estes objectos acharam-se no pequeno terrapleno conhecido pelo *Moinho da Moira*, outros na cumiada adjacente ao povo na encosta do chamado *Castello*. Ha todas as probabilidades de que tivessem existido duas civilisações prehistoricas em Leceia. A prova de que esta estação data da epoca neolithica está no facto da presença de instrumentos de pedra polida, e na completa ausencia de objectos fabricados de cobre, de bronze e de ferro. Pela observação de outros factos se confirma a supposição de que houve ali duas estações prehistoricas, que se sobrepuzeram; uma evidentemente da epoca neolithica, e a immediata do fim da mesma epoca ou na da transição d'esta para a do bronze, mas quando n'esta região ainda não era commum o uso d'aquelle metal. As grutas de Leceia, comquanto pouco conhecidas, attraem as visitas dos archeologos, e pena é que se não tenham realisado explorações regulares, que permittam alcançar maior somma de elementos para o estudo d'aquella estação humana. Presume-se que os povos que aqui viveram mantiveram trafico importante com os de outras regiões, pois se encontraram instrumentos de silex preto, o qual não existe n'esta região. Bibliographia: *Noticia de algumas estações e monumentos prehistoricos — Memoria apresentada á Academia Real das Sciencias* por Carlos Ribeiro, Lisboa, 1878.

Leceia—Vista geral

Le Cocq *(Alfredo Carlos)*. Director geral da Agricultura; lavrador e proprietario; deputado em varias legislaturas, etc. Foi estudante no antigo Instituto de Agronomia, cujo curso terminou em 1869 ou 1870. Encetou a sua carreira official pela provincia, sendo agronomo no districto de Bragança. Muito affeiçoa-lo á sua profissão, estudando incessantemente, já no campo da theoria, já no campo da pratica, comprehendendo que a agronomia é essencialmente uma sciencia de applicação, não se limitou em cumprir sómente as suas obrigações publicas Ferreira Lapa havia iniciado a sua esforçada campanha contra o atrazo em que se encontrava a lavoura nacional, e tornava-se urgente que fôsse continuada essa campanha, e o sr. conselheiro Alfredo Carlos Le Cocq foi um d'esses continuadores. Fundou diversas publicações agricolas, em que escreveu diversos artigos, discutindo theorias, dando ao mesmo tempo lições praticas. Passou depois para chefe de repartição na Direcção Geral de Agricultura. Foi director geral interino emquanto o fallecido estadista Elvino de Brito fez parte do ministerio, dirigindo a pasta das Obras Publicas, e foi o seu valioso collaborador no plano de fomento agricola. Sendo o referido estadista nomeado para o Tribunal de Contas, succedeu-lhe effectivamente na Direcção Geral de Agricultura, logar que ainda hoje exerce, prestando sempre os mais relevantes serviços, como distincto agricultor. Tem a carta de conselho, e tem sido deputado diversas vezes, fazendo parte na respectiva camara ainda na ultima legislatura de 1906. Foi vogal da commissão executiva da exposição industrial portugueza, e da secção agricola em 1888, commissario geral na exposi-

ção universal de S. Luiz em 1904; tambem esteve na exposição pecuaria, realisada em Evora. A' sua grande iniciativa se deve a creação do Laboratorio de Pathologia Vegetal, onde organisou uma secção lithographica, para reproduzir em escala visivel todas as doenças que seriam a ruina da agricultura, se não fôsse a sua força de vontade e energia. O laboratorio funcciona junto da 1.ª repartição da Direcção Geral de Agricultura, 2.ª secção.

Le Cocq *(João José).* Commendador da ordem de Christo, director da lithographia regia, director e professor da Escola Normal, etc. N. em Castello de Vide a 8 de março de 1798, fal. e 19 de dezembro de 1879. Era filho do negociante da praça de Lisboa Luiz José Le Coq e de D. Maria Victoria Le Cocq. Em 1814, contando 16 annos de edade, matriculou-se nas aulas da Congregação do Oratorio, que frequentou até 1822, sendo então nomeado pelo governador para ir estudar a Paris a pratica do ensino mutuo. Entendendo que o ensejo lhe era propicio para lançar as bases a conhecimentos mais vastos, estudou ali com o maior aproveitamento as sciencias mathematicas e philosophicas, tendo por mestres, os professores Pouillet, Guy Lussac, Ampére e outros de egual nome, que muito se lhe affeiçoaram, reconhecendo o seu talento superior e distincta applicação. Regressando á patria em 1824, foi provido no logar de director da lithograghia regia, e tres mezes depois, a 11 de junho do mesmo anno, no de director e professor da Escola Normal. Tendo sido incorporada na Academia das Bellas Artes de Lisboa, em dezembro de 1837, a lithographia nacional, Le Cocq achou-se desligado da sua posição official, e passou a consagrar toda a sua aptidão aos negocios da vida particular. Possuindo meios de fortuna, pôde adquirir em 1838 propriedades em Castello de Vide, entre as quaes se conta a quinta do Prado, vastissima propriedade, com importante e magnifica habitação, que elle enriqueceu, pois se dedicou ao estudo de tudo quanto podia habilital-o a ser um dos primeiros da sciencia agricola. João José Le Cocq não limitou os seus estudos em engrandecer as suas propriedades, em tornar a quinta do Prado um estabelecimento modelo de lavoura, as suas vistas iam mais longe, e sem duvida foi um dos homens que deram maior impulso á agricultura no Alemtejo. A quinta do Prado tornou-se muito afamada, e muitas altas personagens iam visital-a, tecendo sempre os maiores elogios ao seu proprietario. El-rei D. Pedro V, que deixou o seu nome vinculado aos aperfeiçoamentos do ensino agricola, ensino que reclamava muitas providencias, visitando um dia a quinta do Prado disse a Le Cocq que se sentia satisfeito de vêr as riquezas d'aquelle solo abençoado, e ao despedir-se collocou lhe sobre o peito a commenda da ordem de Christo. João José Le Coeq que era casado com D. Maria Leonor Bachelay Le Coeq e pae de Luiz Victor Le Cocq. V. *o artigo seguinte.*

Le Cocq *(Luiz Victor).* General de engenheiros. N. em Castello de Vide a 21 de fevereiro de 1828, onde tambem fal. em setembro de 1892. Era filho de João José Le Cocq, proprietario em Castello de Vide, e de sua mulher, D. Maria Leonor Bachelay Le Cocq. Aos 23 annos de edade tinha já concluido todos os estudos para a arma de engenharia, por vezes interrompidos pelos acontecimentos politicos. Em 9 de abril de 1851 foi nomeado alferes alumno para o regimento de cavallaria n.º 2, lanceiros da rainha, e em 11 de junho do mesmo anno promovido a alferes effectivo, sendo então transferido para cavallaria n.º 8. Havendo já concluido o curso de engenharia, foi por decreto de 28 de julho de 1853 promovido ao posto de tenente d'este mesmo regimento, recebendo depois, em 26 de novembro, ordem para se apresentar ao serviço do ministerio das obras publicas, recentemente creado, e do qual foi primeiro ministro o fallecido estadista Fontes Pereira de Mello. Luiz Victor Le Cocq começou então a desenvolver toda a sua actividade, porque passou immediatamente a exercer as funcções de chefe de secção da direcção das obras publicas dos districtos de Evora e Portalegre, onde serviu sob as ordens do director Chelmicki. N'esta qualidade desempenhou sempre com muita competencia todos os trabalhos technicos, levantando plantas, fazendo traçados, e realisando importantes obras de arte. Em 22 de julho de 1856 foi nomeado director das obras publicas do districto de Portalegre, promoveu, n'esta parte do Alemtejo, importantes melhoramentos na viação publica, fazendo novas estradas, que se tornaram elementos de riqueza para o desenvolvimento agricola dos vastissimos terrenos d'aquella provincia. Em 22 de setembro de 1862 o governo convidou o para tomar a direcção suprema das obras publicas do districto do Porto, segundo districto do reino, cargo em que se houve com louvor dos portuenses e proveito da causa publica. Por decreto de 3 de outubro de 1864 organisou o governo o corpo de engenharia civil, ficando o tenente Lecoq, em virtude do decreto de 12 do referido mez, collocado no logar de chefe de sogunda classe, e desligado do corpo de engenharia militar, com a graduação de capitão, que lhe foi concedida por decreto de 21 de março de 1865. N'esta posição o chamou o governo em 9 de julho de 1866 para o exercicio d'um cargo, em que brilharam as mais altas capacidades da engenharia civil e militar. Grande honra recebeu decerto o joven engenheiro civil em ser collocado á frente d'uma repartição, a primeira das obras publicas do paiz; era um encargo pesadissimo pela complicação e multiplicidade de trabalhos. Sem falar nas estradas reaes construidas por Le Cocq, bastam os edificios levantados ou reedificados, e outros muitos trabalhos, para que o seu nome ficasse glorioso em Portugal. Ao concluir a reedificação do edificio do Asylo de D. Maria Pia, el-rei D. Luiz, fazendo um pequeno panegyrico dos serviços prestados pelo engenheiro Le Cocq, lhe lançou ao pescoço o collar da ordem de S. Thiago. São trabalhos de Luiz Victor Le Cocq o torreão do lado oriental da Praça do Commercio, a sala do tribunal respectivo, o edificio do ministerio do reino, e a conclusão do arco da rua Augusta.

Lecor *(Carlos Frederico).* Tenente general. N. em Faro a 11 de novembro de 1764, fal. no Rio de Janeiro a 2 de agosto de 1836. Era filho de Luiz Pedro Lecor, e de sua mulher D. Quiteria Maria Krusse. Destinado por sua familia para a vida commercial, deixou a patria e foi viver algum tempo em Inglaterra e na Hollanda, para se entregar ao estudo, mas ao regressar depois

a Portugal, resolveu seguir a vida militar, e assentou praça no regimento de artilharia de Faro. Sendo primeiro tenente embarcou com um destacamento para a Bahia, e voltando ao reino foi promovido ao posto de capitão quando se creou a legião das tropas ligeiras. Passou depois a ajudante d'ordens do marquez d'Alorna, governador das armas no Alemtejo, e n'essa commissão estava servindo, quando o exercito francez, commandado por Junot, invadiu Portugal em 1807. Não querendo acompanhar para França o marquez de Alorna, que d'ali fôra chamado, em 1808 emigrou para Inglaterra, d'onde voltou depois da retirada de Portugal do exercito de Junot, que terminou a primeira invasão dos francezes, Lecor viera com a Legião Portugueza, e subindo diversos postos na hierarchia militar, tomou parte activa na Guerra Peninsular, distinguindo-se sempre muito. Commandando a 6.ª brigada de infantaria esteve nas batalhas de Vitoria e dos Pyrinéos, e no combate de Zugaramundi, commandando a 7.ª divisão do exercito alliado assistiu á batalha de Nivelle e n'uma divisão portugueza assistiu á de Nive. Sendo marechal de campo commandou as tropas portuguezas na retirada de França para Portugal, em 1814. No anno de 1815 foi nomeado tenente general, e conduziu ao Brazil a brilhante divisão dos voluntarios reaes com a qual passou em 1817 ao Rio da Prata, conquistando em poucos dias a cidade de Montevideu e a banda oriental, cujos estados governou até á sua evacuação em 1828. Era do conselho de D. João VI, gran cruz da ordem da Torre e Espada, commendador da de S. Bento de Aviz; possuia a medalha de campanha n.º 4 da Guerra Peninsular, e a Estrella de Ouro do Rio da Prata. Casou em Montevideu com D. Rosa Maria Josepha de Basavilbaso. Lecor abraçara a causa da independencia do Brazil, que o elevou a visconde de Laguna, com grandeza, o titulo de barão que lhe fôra concedido por D. João VI a 6 de fevereiro de 1817. Continuou a exercer no imperio importantes cargos.

Lecor *(Jorge Frederico)*. Irmão do antecedente. Seguiu tambem a carreira das armas. Esteve na campanha do Roussillon, tendo o posto de 2.º tenente no regimento de artilharia de Faro, sendo em 1809 promovido a major ajudante de ordens do conde de Sarzedas, governador e capitão general da India, pelo qual foi nomeado em 1810 governador de Damão. Voltou em 1813 no posto de coronel, esteve no Rio de Janeiro, e em 1815 foi promovido a brigadeiro commandante do corpo de artilharia da ilha da Madeira, onde falleceu a 22 de setembro de 1822.

Ledo. Povoações nas freguezias; Ilha da Madeira, S. Braz, do Arco da Calheta, conc. da Calheta, distr. do Funchal. || O Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Monte na freg. de S. João Baptista, de S. João dos Caldeireiros, conc. de Mertola, distr. de Beja. || Cabo da costa de Quissama, no conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola. Fórma o extremo meridional da bahia de Mastoté ou Suto, e é muito elevado, cortado de barrancos e arborisado ao N e ao S. Fica a uns 60 k. ao S da ponta das Palmeirinhas. || Cabo da costa da Serra Leôa, Africa Occidental. E' de pequena altura e muito arborisado. Tem um pharol cuja luz se avista a 20 k., e foi descoberto por Pedro de Cintra, em 1460 ou 1461. V. *Cintra (Pedro de)*.

Ledões. Pov. na freg. de N. S.ª Ribeira, de Bouçoães, conc. de Valpaços, districto de Villa Real.

Ledos. Pov. na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Lefua. Rio do distr. de Loanda, na prov. de Angola. E' um confluente da margem esquerda do Dande, e alimentam-n'o principalmente os rios Cunge, Camicoxe e Mulaza.

Legação. Missão sustentada por um governo junto d'uma côrte onde não tem embaixada. Edificio onde está installada a legação e o seu pessoal. O direito para um estado de enviar ministros que lhe servem de intermediarios nas suas relações com os outros estados, é o que se chama o direito activo de legação. Todos os estados soberanos e independentes teem o exercicio d'este direito. Em geral, todos os estados teem junto de cada potencia um representante unico. Mas póde dar-se, por motivos de economia, que um mesmo funccionario represente varios estados junto d'um mesmo governo.

Legação. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, do Rabaçal, conc. de Penella, districto de Coimbra.

Legacia. A profissão ou dignidade do legado. Desempenho dos negocios d'uma legação.

Legado. Enviado por um governo para tratar os negocios relativos a uma legação || Nuncio enviado pela côrte pontificia, junto de qualquer nação. || *Legado a latere*, cardeal enviado pelo Papa com poderes extraordinarios junto de côrte, concilio, etc. Na Edade Média distinguiam se tres especies de legados: 1.ª os *legados natos*, que vinham a ser arcebispos encarregados, em virtude d'um privilegio legado ás suas dignidades ecclesiasticas, de representar o papa d'uma maneira permanente n'um reino ou n'uma provincia; 2.º *os legados enviados* ou *dados*, que desempenhavam junto dos principes missões analogas ás dos embaixadores; 3.º *os legados a latere*, escolhidos sempre entre os cardeaes que, representando a propria pessoa do papa, eram enviados a um determinado logar com os mais amplos poderes. Hoje o titulo de *legado nato* é simplesmente honorifico; os *legados enviados* estão substituidos pelos *nuncios;* só existe o *legado a latere.*

Legado. A parte da herança deixada pelo testador a quem não seja herdeiro por disposição testamentaria nem fideicommissario. || *Legado pio*, a parte da herança que o testador destinou á satisfação dos encargos da sua alma, como a celebração de missas, esmolas e outros actos de caridade, piedade ou devoção. V. *Capella* e *Vinculo.*

Legenda. Inscripção que em qualquer mappa, carta, plano, projecto, etc., indica o seu objecto, os signaes convencionaes, etc. || Distico gravado em volta de moeda ou em medalha. Distingue-se da *inscripção*, porque esta é em linhas horisontaes parallelas, no reverso. V. *Exergo.*

Legião. Corpo de tropas composto de infantaria e cavallaria. Por decreto de 7 de agosto de 1796 foi creada uma legião de tropas ligeiras, e dado o plano para a sua organisação. Por decreto de 23 de dezembro de 1808 e edital de 30 de janeiro de 1809 fôram estabelecidas legiões

para defeza da capital. Por decreto de 24 de junho de 1809 foi approvado o plano para a organisação da Legião Lusitana, que foi extincta por portaria de 20 de abril de 1811, que mandou formar d'ella tres batalhões de caçadores. V. os *artigos seguintes*.

Legião Lusitana. Corpo de tropas portuguezas que tomou parte na guerra do *Roussillon*. V. *este nome*.

Legião Portugueza. O general francez Junot, por ordem do imperador Napoleão, assenhoreou-se de Portugal, onde entrou em 1807, vindo em direcção de Lisboa a marchas forçadas, com um exercito já muito fatigado e faminto, que facilmente seria derrotado se o principe regente D. João, embarcando para o Brazil, não deixasse recommendado que os francezes fôssem recebidos em Portugal como amigos. (V. *João VI*). Nas suas instrucções a Junot, recommendava Napoleão o desarmamento do pequeno exercito portuguez, e a organisação d'uma columna de 5:000 ou 6:000 soldados escolhidos, que devia mandar para França em pequenos troços de mil homens para ficarem ao serviço do imperio, ao lado d'outros contingentes que ali militavam. Fôram estas as primeiras instrucções na carta que o imperador dirigiu a Junot em 12 de novembro. Napoleão escreveu novamente a Junot em 20 de dezembro, recommendando-lhe com insistencia que não perdesse um momento em se desfazer do exercito portuguez, dando-lhe minuciosas indicações ácêrca do modo de organisar as tropas portuguezas que deviam ficar ao serviço do imperio. No meio de todas as preoccupações da sua politica absorvente, por entre os mil cuidados d'aquelle agitado imperio feito nos campos de batalha, Napoleão adivinhava em Portugal o futuro revez do seu plano, e instava pelo completo desarmamento de Lisboa e do paiz. Em 23 de dezembro escreveu outra vez a Junot, censurando-o amargamente pelas suas illusões e pelos seus processos politicos, vagarosos e inefficazes. Dizia-lhe o imperador: «E' vosso inimigo todo esse povo que ahi vêdes. Com o mar seguro para a Inglaterra, tereis os inglezes no littoral e a intriga ingleza a minar as provincias do paiz. Então voltar-se hão contra vós quantos recursos tenhaes deixado aos portuguezes, porque afinal, a nação portugueza é de valentes.» E insistia pela organisação das tropas portuguezas que deviam ir para França. Em 7 de janeiro do anno de 1808 outra carta do imperador a Junot fazendo-lhe ainda mais aspera censura, recommendando energicamente o desarmamento da população e a marcha das tropas portuguezas para França. Os incumbidos da ordem da dissolução do exercito portuguez fôram os tenentes-generaes marquez de Alorna e Gomes Freire de Andrade, o marechal de campo D. Rodrigo de Lencastre, os brigadeiros Pamplona, D. José Carcomo e Brito Mousinho, e o coronel Francisco Antonio Freire Pego; a reducção fez-se, mandando para casa todos os soldados casados, assim como os que tinham mais de vinte e menos de onze annos de serviço e os officiaes que pediam a demissão ou tinham direito a reforma. Em dezembro de 1807 havia começado o licenceamento da parte menos valida e mais aproveitavel do pequeno exercito portuguez. Em janeiro de 1808, um decreto de Junot, invocando os seus titulos de governador de Paris, de primeiro ajudante de campo do imperador e rei, e de general em chefe, organisava as tropas de primeira linha, que deviam partir para França. Os melhores officiaes e soldados dos extinctos regimentos ficariam constituindo tres novos regimentos de cavallaria, cinco de infantaria de linha e um batalhão de infantaria ligeira. O decreto da organisação definitiva d'estas forças foi promulgado por Junot em nome de Napoleão, que já se intitulava, não só imperador dos francezes, como rei de Italia e protector da confederação do Rheno. O 1.º regimento de cavallaria organisou-se na Luz com os restos dos regimentos d'essa arma n.os 1, 4, 7 e 10; o segundo com os dos n.os 6, 9, 11 e 12; e o 3.º com os dos n.os 1, 3, 5 e 8. O primeiro regimento de infantaria formou-se com os restos dos quatro regimentos de guarnição de Lisboa; para o 2.º e 3.º deram contigentes os n.os 4, 6, 9, 11, 12, 18, 21, 23 e 24; para o 4.º e 5.º os regimentos do Alemtejo e Algarve. Não se conseguiu formar, como Junot quizera, um 6.º regimento de infantaria, e o 4.º nunca chegou a ter senão um batalhão. A legião de tropas ligeiras só teve um batalhão de caçadores a pé e um esquadrão de caçadores a cavallo. Em 20 de fevereiro um novo decreto agrupava em duas divisões os regimentos creados, ficando a 1.ª divisão com cavallaria n.os 1 e 3, a infantaria n.os 1 e 4; e a 2.ª divisão com cavallaria n.º 2, um esquadrão de caçadores a cavallo, infantaria n.os 3 e 5, e o batalhão de infantaria ligeira. O commando em chefe das tropas portuguezas foi confiado ao marquez d'Alorna; Gomes Freire de Andrade foi nomeado segundo commandante; o brigadeiro Pamplona chefe do estado-maior; D. José Carcomo commandante da 1.ª divisão, e João de Brito Mousinho commandante da 2.ª; coroneis de infantaria: Joaquim de Saldanha e Albuquerque, marquez de Ponte do Lima, Francisco Antonio Correia Pego, conde de S. Miguel, e Francisco Ferrari; de cavallaria: Roberto Ignacio Ferreira de Aguiar, Alvaro Xavier de Povoas e marquez de Loulé. As tropas do marquez de Alorna não tinham marchado para França por columnas de mil homens, como Napoleão primeiro planeara. O regimento n.º 1 de cavallaria partiu em março, e o n.º 2 teve de retardar a marcha por falta de cavallos, mas a quasi totalidade da Legião poz-se a caminho de Salamanca nos principios de maio. De 10 a 17 as tropas atravessaram a cidade de Burgos, occupada então pelas forças do marechal Bessiéres, commandante da guarda imperial, a quem Napoleão ordenara em carta de 22 de abril que o prevenisse da chegada da Legião a S. João de Luz, para ficar conhecendo a direcção que tomava e mandar que seguisse para as melhores regiões do Languedoc. Napoleão estava satisfeito com o procedimento de Junot. Lisboa e o paiz estavam desarmados, como elle tanto recommendava, e as tropas portuguezas iam já a caminho de França. Os tres primeiros regimentos de infantaria, os dois de cavallaria e o esquadrão de caçadores a cavallo fôram internados em França, onde entraram em 1 de junho; o 4.º e 5.º regimentos de infantaria e o batalhão de caçadores ficaram em Hespanha, e só passaram a fronteira franceza em julho e setembro do mesmo anno de 1808. Quando as tropas chegaram a Salamanca, os

9:000 homens, que as compunham, estavam reduzidos a 6:000, porque as haviam abandonado perto de 3:000, uns rendidos pela fadiga e outros desejosos de voltar á patria, ou de se collocarem ao lado dos patriotas hespanhoes. Uma pequena parte da Legião, comprehendendo o 5.º regimento de infantaria e o batalhão de caçadores, foi incorporada na 2.ª brigada da 2.ª divisão do corpo do exercito do general Verdier, a quem fôra commettida a direcção do primeiro cêrco de Saragoça. Ferido gravemente Verdier, foi substituido pelo general Lefebre-Desnouettes. O tenente-geueral Gomes Freire commandou durante o cêrco a 2.ª divisão franceza, na qual se incluiam 800 portuguezes da Legião. Segundo as memorias portuguezas, os nossos tiveram 150 feridos durante o cêrco d'aquella praça e no assedio sangrento de Tudela, 302 mortos e feridos. Eram enormes estas perdas, attendendo ao diminuto effectivo dos tres corpos portuguezes que tinham entrado em campanha no territorio hespanhol. Mais de 30 por cento do effectivo total ficara fóra do combate. Tinha assim a Legião Portugueza um baptismo de fogo sanguinolento e rude. Atravessando depois os Pyrinéos, a Legião Portugueza entrou em França, onde teve nova organisação, recebendo em seguida ordem de ir guarnecer as proximidades dos Alpes, ficando a força principal em Grenoble. Em maio de 1808 Napoleão ainda contava fazer novo recrutamento em Portugal para reforçar a Legião. Assim o declarava por escripto ao general Clarke, ministro da guerra. Queria levar a Legião 14:000 homens, mas já era tarde para o conseguir, porque Portugal, em agosto, já não era dos francezes. Junot fôra vencido. A Legião merecia especiaes cuidados do imperador, que descia a espantosas minucias nas suas instrucções ao ministro da guerra e aos generaes que superintendiam na organisação d'aquelle corpo de tropas. Deram-lhe novos uniformes, segundo planos que n'este ponto a não deixavam confundir com as tropas francezas, substituiram-lhe o armamento já velho e incapaz de serviço, aperfeiçoaram lhe a instrucção, e por varias vezes, durante o anno de 1808, lhe decretaram algumas modificações de organisação. Em 1809 tornou-se inevitavel uma nova guerra com a Austria. Combatiam na Hespanha e em Portugal os melhores exercitos da França e a propria guarda imperial. Parecia aquelle o melhor eusejo para o imperio austriaco procurasse desforçar-se do enorme desastre de Austerlitz. Volvido da Hespanha ás Tulherias, em 1809, Napoleão tratou logo de preparar o exercito para a grande e inevitavel campanha. Pois apezar das mil cousas graves que exige a mobilisação de um exercito enorme, Bonaparte não esquecia a Legião e logo em 12 de março escrevia ao ministro da guerra dizendo-lhe que encarregasse o general Mathieu-Dumas de ir inspeccionar os regimentos portuguezes e de informar ácêrca do espirito d'aquellas tropas e da conveniencia de as empregar na guerra da Allemanha. Em 7 escrevia novamente ao general Clarke, dando-lhe já as minucias organicas para a formação de uma meia brigada escolhida composta dos nossos legionarios. Fôram excellentes as informações do general Mathieu-Dumas no seu relatorio ao imperador, e em vista d'elle, Napoleão decretou em 10 de março a organisação de uma 13.ª meia brigada, que devia compôr-se de granadeiros e atiradores da Legião Portugueza para ser incorporada no corpo de granadeiros, que era o corpo do exercito de Oudinot, formado pelos granadeiros e atiradores de 18 regimentos de infantaria de linha e 10 regimentos de infantaria ligeira do exercito francez. A 13.ª meia brigada devia ter 3 batalhões e 4 companhias cada batalhão. A campanha de 1809 foi uma longa serie de victorias para aquelles bravos militares. A 13.ª meia brigada bateu-se valentemente na batalha de Asperu; passou o Danubio na noite de 21 de maio, com a divisão de Saint-Hilaire do corpo de Oudinot. Em 22 entrou no sangrento ataque dirigido pelo duque de Montebello contra os austriacos. Alguns esquadrões da Legião tomaram parte no assalto e tomada do castello de Sachsengang. Na batalha de Wagram distinguiu-se extraordinariamente a 13.ª meia brigada. Os 1:800 portuguezes, incluindo a cavallaria, tinham collaborado brilhantemente n'uma das mais altivas paginas da historia de Napoleão. Mas custou muito sangue essa grandiosa gloria. O nosso punhado de bravos teve 491 mortos e feridos. O marquez foi ferido pelo estilhaço d'uma granada, quando carregava á frente dos esquadrões portuguezes; Candido José Xavier, gravemente ferido, ficou entre os mortos no campo da batalha, e só no dia seguinte ao da batalha foi levado para um hospital de Vienna. Segundo as memorias portuguezas, Napoleão conferiu ás nossas tropas 60 cruzes da Legião de Honra, mas no livro de mr. Boppe vem apenas uma relação de 10 officiaes legionarios a quem aquella honrosa insignia foi solemnemente distribuida na sala dos Marechaes, nas Tulherias. Sem duvida, a maior gloria de Wagram coube ao corpo de exercito de Oudinot, e n'esse corpo teve um papel primacial a 13.ª meia brigada. Mais uma vez foi reorganisada a Legião, que devia partir para a grande campanha da Russia em 1812, ficando com 3 regimentos de infantaria e alguns esquadrões de cavallaria. O 1.º regimento era commandado pelo coronel Ferreira Pego, e fazia parte do corpo de exercito do marechal Ney, assim como o 2.º regimento, que foi quasi sempre commandado pelo major Candido José Xavier. O 3.º regimento, sob o commando do major Castro, foi collocado no corpo de exercito do marechal Oudinot, depois substituido por Gouvion Saint Cyr. Deante das muralhas de Smolensko deu-se a primeira batalha d'aquella formidavel guerra. O nosso 1.º regimento bateu-se intrepidamente, e quando o corpo de exercito de Ney entrou na cidade em chammas, os nossos estavam cruelmente dizimados pela metralha. No sanguinolento, combate nocturno de Valoutina, o 1.º regimento levou a bravura até á heroicidade, e perdeu um terço dos seus officiaes. A 7 de setembro pelejou-se a batalha de Moscow, a *batalha de gigantes*, a mais sangrenta de todas as batalhas do imperio. Ney foi o prodigioso heroe d'aquella extraordinaria victoria; o seu corpo de exercito o mais brilhante de todas n'aquelle dia de sangue, e na sua vanguarda os nossos legionarios. O 1.º regimento portuguez perdeu grande parte dos seus officiaes, o 2.º regimento 21 officiaes e um numero de soldados relativamente enorme. Moscow foi incendiada pelos russos, o que obrigou Napoleão a retirar-se

com o seu exercito lugubremente soffrendo os rigores do inverno que começava. Famintos, quasi descalços, enregelados, os soberbos batalhões ficavam sepultados no gelo ou caiam desbaratados pelas hordas ferozes dos cossacos. Ney, combatendo de espingarda nas mãos, como um simples soldado, sustentava a retirada, e entre os seus valentes iam os nossos. Tinha apenas algumas dezenas de mil homens o poderoso exercito de 500:000 soldados. A cavallaria não tinha cavallos, a artilharia ficara abandonada pelos caminhos. Os dois regimentos portuguezes estavam reduzidos ao effectivo d'um pequeno batalhão e os antigos batalhões mal davam para formar pequenas companhias. De poucos mais de 3:000 homens apenas restavam 300. Na passagem de Berezina, o 3.º regimento perdeu-se quasi todo, golpeado pelos cossacos ou afogado no desgelo do rio. Apenas alguns milhares de francezes voltaram a França, vindo incorporados 150 portuguezes. O grande exercito ficou sepultado sob as neves; a Legião Portugueza cerrou a sua historia brilhante na retirada angustiosa de 1812. Alguns bravos da sua cavallaria ainda entraram na campanha de 1813, ainda combateram em Lutzen e Leipzig. Em 1814 poderiam regressar a Portugal alguns dos raros sobreviventes, que tinham menos elevada categoria e não haviam sido condemnados em Lisboa, como traidores á patria. Mas em junho d'aquelle anno já o exercito portuguez estava victorioso em Bayona. A repatriação dos legionarios era facil. A patria estava tambem nas bandeiras do exercito ovante de Albuera, dos Arapiles, de Vitoria, dos Pyrinéos, de Nivelle e de Nive. Os legionarios fôram apresentar-se a Bayona. Em Portugal não consta que haja uma historia completa da Legião Portugueza; publicaram-se apenas os apontamentos ou pequenas monographias e memorias de alguns raros officiaes legionarios. Em volumes especiaes parece haver sómente os *Apontamentos para a historia da legião portugueza ao serviço de Napoleão I*, do tenente Theotonio Bahia; a *Historia da Legião Portugueza em França*, attribuida ao conselheiro Pereira de Mesquita; *A Legião portugueza ao serviço do imperio francez*, collecção de manuscriptos de José Garcez, um valente official de cavallaria legionaria. As duas primeiras obras fôram coordenadas e revistas pelo general Claudio de Chaby, e a terceira pelo capitão Bento da França. Em Paris, porém, appareceu em 1898 nas livrarias um volume de 518 paginas em oitavo grande, com este titulo de muito interesse para nós, *La Legion Portugaise*—1807-1813. Era a historia dos nossos valentes legionarios escripta por um francez. E' seu autor mr. P. Boppe, chefe de esquadrão da cavallaria territorial. A obra é illustrada com uma heliogravura representando o marquez de Alorna, e com 4 estampas coloridas de figurinos dos uniformes da cavallaria e infantaria da Legião; é propriamente a historia documental das tropas portuguezas ao serviço de Napoleão. V. *Alorna (3.º marquez)*. 1.º vol. do *Portugal*, pag 326 a 323 *A Legião portugueza ao serviço de Napoleão 1808-1813*, pelo sr. coronel Ribeiro Arthur, Lisboa, 1901.

Legislação. O conjuncto ou corpo das leis de um paiz. (V *Lei.*) || Parte da sciencia do Direito que se occupa especialmente do estudo dos actos legislativos. || O conjuncto das leis que regulam particularmente uma determinada materia: *Legislação militar, tributaria, industrial, sanitaria*, etc., etc. (V. *Annuario* e *Boletim*). || *Collecção official da legislação portugueza.* Esta publicação feita pela Imprensa Nacional comprehende as leis e os decretos de 1821 até ao presente, em 89 volumes. A legislação anterior foi pela maior parte, publicada sem rosto especial; isto é, os colleccionadores reuniram as peças officiaes de cada anno, taes como eram impressas, pela sua ordem chronologica. A legislação de 1821 a 1823, reimpressa em 1843, recebeu o titulo de *Collecção de legislação das côrtes de 1821 a 1823.* Os volumes seguintes, que continuaram as leis de 1823 até 1832, não teem rosto especial. Os de 1829 a 1832 sairam sob o titulo de *Collecção de decretos e regulamentos publicados durante o governo da regencia do reino estabelecida na ilha Terceira. Desde 15 de junho de 1829 até 28 de fevereiro de 1832. Primeira serie.* Teve duas edições, sendo a segunda augmentada e impressa em 1836 Seguiram-se: *Collecção de decretos e regulamentos mandados publicar por sua magestade imperial o regente do reino desde que assumiu a regencia em 3 de março de 1832 até á sua entrada em Lisboa em 28 de julho de 1833. Segunda serie.* 1836. *Collecção de decretos e regulamentos mandados publicar por sua magestade imperial o regente do reino desde a sua entrada em Lisboa até á installação das camaras legislativas. Terceira serie,* 1840. *Collecção de leis e outros documentos officiaes publicados desde 15 de agosto de 1834 até 31 de dezembro de 1835. Quarta serie. Edição official*; 1837. *Collecção official da legislação portugueza. Legislação de 1842 em deante.* || *Noções de legislação naval portugueza até ao anno de 1820, dispostas chronologico-systematicamente, e addicionadas com algumas da historia respectiva, e das nossos escriptos maritimos*, por J. M. D. P. (Dantas Pereira) 1824. || *Repertorio geral ou indice alphabetico e remissivo de toda a legislação portugueza publicada desde o anno de 1815 até o de 1819, em continuação ao de Fernandes Thomaz*, por José Justino d'Andrade e Silva; Lisboa, 1850. || *Collecção chronologica de legislação portugueza, compilada e annotada* por José Justino de Andrade e Silva, vol. I a VIII (1603-1674), Lisboa, 1854-1856. Vol. IX e X (1675-1700), Lisboa, 1859. || *Legislação e disposições regulamentares sobre expropriações*, Lisboa, 1872. A segunda edição traz o nome de Correia Fino. || *Legislação relativa a propriedade de inventos e synopse dos privilegios concedidos em virtude do decreto de 31 de dezembro de 1852 e do codigo civil portuguez.* Lisboa, 1872. || *Legislação sobre a pesquiza e lavra das minas desde 22 de dezembro de 1852 até 23 de abril de 1872*, Lisboa, 1872. || *Legislação sobre instrucção primaria, secundaria e superior desde 1836 a 1853* Coimbra. || *Legislação de instrucção superior e especial desde 1860 até 1870, colligida e coordenada pela direcção geral de instrucção publica*, 1873. Teem apparecido em varios annos novas coordenações d'esta legislação. || *Legislação da instrucção primaria, compilada e coordenada* por G. A. de Macedo Alves. Vol. I (1865 a 1887), Lisboa, 1889 Vol. II (1888 a 1890); 1891. Vol. III (1891 1892); Lisboa, 1894. || *Legislação e disposições regulamentares sobre empreitadas, coordenada pelo segundo official do ministerio das*

obras publicas, commercio e industria, Gaspar Candido da Graça Correia Fino, Lisboa, 1874. || *Legislação e disposições regulamentares sobre rios, vallas, açudes, nasceiros, pesqueiras, pantanos e barcas de passagem*, Lisboa, 1875. || *Legislação e disposições regulamentares ácêrca do serviço de obras publicas, coordenada pelo segundo official chefe de secção do ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, Gaspar Candido da Graça Correia Fino*. Lisboa, 1876. Tem supplemento. || *Collecção da legislação portugueza, contendo as leis, decretos, portarias, circulares e despachos relativos ao serviço consular*, pelo barão de Wildick. || *Legislação e disposições regulamentares sobre caminhos de ferro, coordenada por Gaspar Candido da Graça Correia Fino*, etc. Lisboa, 1883. || *Legislação e disposições regulamentares sobre o serviço de pesos e medidas, coordenada por Gaspar Candido da Graça Correia Fino, primeiro official e chefe da primeira secção da repartição de minas;* Lisboa, 1884. || *Collecção de legislação organisada pelo dr. Antonio de Assis Teixeira de Magalhães;* Coimbra, 1884. *Collecção das leis da divida publica*. (V. *Divida publica*). || *Legislação sanitaria, collecção de documentos officiaes desde 1879 a julho de 1899;* tomo I, 1901. O tomo II d'esta collecção abrange os documentos officiaes publicados de julho de 1899 até á promulgação do regulamento geral de saude em 24 de dezembro de 1901. Esta publicação é um completo repositorio das disposições sanitarias portuguezas, tornando-se deveras interessante por conter a par das variadas leis, decretos e portarias, todos os accordãos dos differentes tribunaes superiores ácêrca dos mais intrincados casos respeitantes á saude publica, e utilissima debaixo de todos os pontos de vista ás autoridades que collaboram n'este importante ramo de serviço publico. O 1.º tomo, que contém os diplomas promulgados de 1879 a meados de 1899 e referencias ás mais remotas e importantes disposições, de materia sanitaria, junto ao segundo tomo II e boletins annuaes pela mesma inspecção editados desde dezembro de 1901, fórma um precioso trabalho da maior utilidade publica, onde se encontra methodicamente compendiado tudo que legislativamente respeita á saude publica.

Legista. (V. *Jurisconsulto*). Designam-se por legistas os jurisconsultos da Edade Media que se entregaram mais ao estudo do direito romano.

Legitimista. Cidadão que professa ou advoga idéas politicas a favor do direito de successão por ordem de progenitura em uma monarchia. || Individuo que julga legitimas, e defende como taes, as pretenções de D. Miguel de Bragança e seus descendentes á Corôa portugueza. Bibliographia: *A Nação*, periodico do partido legitimista em Lisboa, cujo primeiro numero se publicou em 15 de setembro de 1847, e ainda em publicação, sendo o decano dos jornaes lisbonenses. N'elle collaboraram illustres escriptores, taes como: João de Lemos, Silva Bruschy, Gomes de Abreu, etc., etc. Os seus numerosos e bem redigidos artigos são uma preciosa bibliographia. || *A Legitimidade e o sr. Mendes Leal por D. Jorge Eugenio de Locio;* Lisboa, 1882. Abre este livro com a seguinte affirmativa: «A legitimidade é na politica o mesmo que o catholicismo na Religião. E' a verdade». || *Dom Miguel e a sua realeza, artigos publicados no jornal politico «A Nação» refutando o que contra a legitimidade do Senhor Dom Miguel escrevera o sr. conselheiro Thomaz Ribeiro*. O livro d'este escriptor intitulava-se egualmente *Dom Miguel e a sua realeza*. || *La vérité sur la question de la légitimité en Portugal, suscitée dernièrement à l'occasion du refus du gouvernement d'Ajuda de reconnaitre l'emprunt royal de 1833 par* Dom Jorge Eugenio de Locio, Lisbonne, 1885 || *Dom Miguel de Portugal e o seu tempo* por Hermann Kuhn, Lisboa, 1867. V. *Miguel (D.)*.

Legoa. V. *Legua*.

Legocem. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Gestaçó, conc. de Baião, distr. do Porto.

Legua. Medida itineraria, cuja extensão varia de povo para povo. Segundo o systema metrico é de cinco kilometros. A antiga era de mais de seis kilometros, sendo computada em 3:755 $\frac{11}{15}$ passos geometricos. || *Legua maritima*, legua de vinte ao grau ou 5:555 metros e meio.

Legua. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Ilhavo, distr. de Aveiro. || Casal na freg. de Santa Catharina, de Anóbra, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de Santo Estevão, de Pereiras, conc de Montemór-o-Velho, do mesmo distr. || Monte na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alcaria Ruiva, conc. de Mertola, distr. de Beja.

Legume. Fructo comestivel das plantas da familia das leguminosas. Diz-se em geral de certos fructos que se colhem nas hortas, e que servem para alimentação. V. *Horticultura*.

Lei. A lei portugueza, propriamente dita, é um acto do poder legislativo, passado com as formalidades da Carta Constitucional. Estas formalidades são: ter sido o projecto apresentado na camara dos pares ou na camara dos deputados, com excepção dos que pertencem a impostos ou recrutamento cuja iniciativa pertence á dos deputados; ter sido discutido e votado em cada uma das duas camaras e approvado pela maioria; ter sido sanccionado pelo rei e devidamente promulgado. O decreto de 19 de agosto de 1833 diz: «As leis serão publicadas no periodico official do governo, e esta publicação, a contar do dia que se fizer na capital, substituirá as vezes da publicação na chancellaria-mór do reino.» A lei de 9 de outubro de 1841 preceitua: «As leis começarão a obrigar em Lisboa, e termo, tres dias depois de aquelle em que fôrem publicadas no *Diario do Governo;* nas mais terras do reino quinze dias depois de aquella publicação; e nas ilhas adjacentes oito dias depois do da chegada da primeira embarcação que conduzir a participação official da lei.» (V. *Legislação*). || *Lei fundamental do Estado;* a que regula a natureza, extensão e exercicio dos poderes do governo. (V. *Carta Constitucional*). || *Lei da guerra;* certas maximas ou preceitos respeitados entre os exercitos que se guerreiam || *Lei marcial*. a que autorisa o emprego da força quando as circumstancias o exigem. || *Lei de meios:* a lei de receita e despeza decretada annualmente para a administração do Estado. || *Lei mental*, nome que se deu á lei que D. João I fez e conservou inedita, e que só foi publicada e ampliada pelos seus successores. (V. *D. Duarte*). Este monarcha, publicando a *lei mental*, declarou ter-lhe si-

do recommendada por seu pae. N'ella se estabelecia que as terras da Corôa doadas em paga de serviços, se devolveriam á Corôa na falta de herdeiro varão. || *Lei militar:* a que é applicavel ao exercito permanente e emanada do fôro militar. || *Lei salica*, o codigo dos francos salios, particularmente a lei que que excluia do throno de França as mulheres. Parece que o marquez de Pombal instou pela sua introducção em Portugal, afim de a applicar contra D. Maria I, e em favor do principe D. José. || *Lei das sesmarias* (V. *Sesmarias*). || *Leis avulsas*. Existe em algumas livrarias, e em poder de bibliographos curiosos, varias collecções mais ou menos amplas d'estas leis, publicadas avulsamente no seculo XVI, em folhas soltas e que são documentos interssantes, considerados até bibliographicamente. || *Leis extravagantes*, as que constituiam a legislação posterior ás *Ordenações* do reino, e anteriores ás modernas codificações. Constavam de leis, propriamente ditas, alvarás, cartas regias, decretos, resoluções de consultas, provisões dos tribunaes, avisos e portarias dos secretarios de Estado. Ha d'ellas as seguintes cooderuações e indice remissivo: *Leis extravagantes colligidas e relatadas pelo licenciado Duarte Nunes do Leão, por mandado do muito alto e muito poderoso rei Dom Sebastião*. Lisboa, 1569. *Leys e provisões que el Rey dom Sebastiã nosso senhor fez depois que começou a governar. Impressas em Lixboa per Francisco Correa, cõ aprovaçã do Ordinario & Inquisidor Cõ priuilegio Real*, 1570. Livro de estima, foi reimpresso em Coimbra, 1818. *Leis que el rei D. João III, nosso senhor, fez e mandou dar a alguns dos capitulos dos tres estados offerecidos nas côrtes geraes do anno de 1641, por comprir ao bom do governo e administração da justiça;* Lisboa, 1648. *Repertorio geral ou indice alphabetico das Leis extravagantes do Reino de Portugal, publicadas depois das Ordenações, comprehendendo tambem algumas anteriores, que se achão em observancia: ordenado pelo desembargador Manuel Fernandes Thomaz, actual provedor de Coimbra*; Coimbra, 1815.

Leião. Pov. na freg. de S. Pedro, de Barcarena, conc. de Oeiras, distr. de Lisboa.

Leigal. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Freamunde, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Miguel, de Lama, conc. de Santo Thirso, do mesmo districto.

Leigo. Serviçal de convento; donato. Individuo que vive em communidade religiosa mas não tem ordens sacras.

Leilie. Pov. do conc. de Pungo-Andongo, districto de Loanda, prov. de Angola.

Leimêam. Reino na parte portugueza da ilha de Timor, na Oceania

Leira. Povoações nas freguezias: Santo André, de Escariz, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Mamede, de Guizande, conc. da Feira, do mesmo distr. || S. Verissimo, de Lagares, concelho de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Thiago, de Rande, do mesmo conc. e distr.. || Santo André, de Tellões, conc. de Amarante, do mesmo districto.

Leira Chã. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Rio Caldo, conc. de Terras do Bouro, districto de Braga.

Leira da Eira. Pov. na freg. de S. Martinho, de Carvalhas, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Leira Maior. Pov. na freg. de Santa Maria, de Moreira do Castello, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Leira do Rio. Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Leirada. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Leiradas. Pov. na freg. de Santo André, de Rio do Ouro, conc. de Cabeceiras de Basto, districto de Braga.

Leiradella. Povoações nas freguezias: S. Paio, de Brunhaes, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Martinho, de Travassos, do mesmo conc. e districto.

Leiradello. Pov. na freg. de S. Verissimo, de Luzio, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Leirados. Pov. na freg de Santo Adrião, de Sul, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Leiranco. Serra na prov. de Traz-os-Montes, com. e conc. de Montalegre. Encadeando-se com a cordilheira de Chavão e Castellões, no conc. de Chaves, entra no de Montalegre, na direcção de E a O no termo das povoações de Meixide e Antigo de Arcos, e d'ali estende-se na direcção de N E a S O, descendo até ao rio Tamega, defronte de Ribeira de Pena, na extensão de 30 a 36 k. com differentes cabeços e gargantas, que dão passagem ás estradas, antigo systema, tanto ás que vão para as principaes terras da provincia, como ás que estabelecem a communicação entre as diversas povoações d'um e d'outro lado da serra. A parte d'esta, por onde corre a estrada antiga, que vae de Montalegre a Chaves, chama-se *Pindo*. A' direita d'esta estrada ficam umas altas e escarpadas penedias, a que chamam *Castello de Pedro*. O centro da serra, que fica a S da freg. de Cervos, é que propriamente se chama *Leiranco*. N'esta parte a serra é tão elevada do E, que é preciso subir uns 6 k. para chegar ao cume. A parte sul, que desaba sobre o rio Tamega, tem o nome de *Seixa* O Leiranco, correndo parallelo com os rios Terva e Beça, divide, pelo seu cume, a região comprehendida entre elles, em porções quasi eguaes, muito distinctas pelo seu clima e producções. A parte oriental, a que chamam Terva, é muito fertil em todos os generos; mas na parte occidentol, que é mais elevada, á excepção da freg. de Canedo, situada na margem direita do Tamega, acontece o contrario. Na serra de Leiranco cria-se muita caça miuda, como perdizes, lebres e coelhos; tambem alguma caça grossa, como rapozas e lobos.

Leiras. Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Campo, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Thomé, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Nogueira e S. Claudio, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho e conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Maria, de Pindello, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria e conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Tangil, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

|| S. Thomé, de Travassos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || N. S.ª da Purificação, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Leiras Covas. Pov. na freg. de S. Thiago, de Carreiras, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Leiria *(Antonio Augusto de Sousa e Menezes 2.º barão, 2.º visconde e 1.º conde de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 7 de setembro de 1845; gran-cruz da ordem da Torre e Espada, commendador da de N. S.ª da Conceição, mercê recebida em 19 de outubro de 1844; senhor da importante Casa do Cabo em Marco de Canavezes. N. em 3 de junho de 1827, e é já fallecido. Foi agraciado com o titulo de barão de Leiria, por ter casado em setembro de 1844 com a 2.ª baroneza d'este titulo, D. Maria Benedicta de Vasconcellos e Lemos, filha legitimada do 1.º barão e 1.º visconde de Leiria, José de Vasconcellos Bandeira de Lemos. Esta senhora nasceu a 29 de abril de 1820 e falleceu em Barcellos a 15 de fevereiro de 1855, tendo-lhe sido renovado o titulo de baroneza, por decreto de 13 de junho de 1842. Antonio Augusto de Sousa Menezes foi elevado a visconde, e mais tarde a conde de Leiria.

Leiria *(José Pereira de Vasconcellos de Sousa Menezes, 2.º conde de).* Fidalgo da Casa Real, proprietario em Marco de Canavezes. Nasceu na Casa do Cabo, freguezia de Varzea de Ovelhas, do concelho de Marco de Canavezes, a 26 de julho de 1847, onde tambem falleceu em 16 de outubro de 1905. Era filho do primeiro conde de Leiria, Antonio Augusto Pereira de Vasconcellos Sousa e Menezes, e de sua mulher, D. Maria Benedicta de Vasconcellos e Lemos. Herdou toda a casa importante de seus paes, e foi agraciado com o titulo de conde de Leiria por decreto de 24 de novembro de 1895. Era muito estimado, e a sua morte foi muito sentida. Os pobres choraram a sua falta, porque tinha um caracter bondoso e caritativo, dando esmolas avultadas. O conde de Leiria era um dos vultos mais importantes do partido progressista no concelho de Marco de Canavezes.

Leiria *(José de Vasconcellos Bandeira de Lemos, 1.º barão e 1.º visconde de).* Gran-cruz da ordem da Torre e Espada e da de S. Bento de Aviz; commendador da de N. S.ª da Conceição; gran cruz das ordens estrangeiras de Carlos III de Hespanha, S. Mauricio da Sardenha, e Leopoldo da Belgica; grande official da Legião de Honra de França; par do reino, general de divisão reformado, ajudante de campo d'el-rei D. Luiz, deputado em varias legislaturas, condecorado com as medalhas da guerra peninsular, as da guerra de Montevideu, e com a medalha hespanhola da batalha da Vitoria, etc. N. em Barcellos a 5 de fevereiro de 1794, fal. a 3 de abril de 1873. Sendo destinado á carreira das armas, assentou praça em julho de 1811, sendo despachado alferes a 5 de outubro d'este anno, para o batalhão de caçadores n.º 4. Tomando parte muito activa na guerra da peninsula, assistiu á batalha de Salamanca, ao assalto do castello de Burgos, á batalha de Vitoria, e no combate de Tolosa em 25 de julho de 1813, de tal maneira se distinguiu, que o marechal Beresford o louvou na ordem do dia, promovendo-o ao mesmo tempo ao posto de tenente. Quando acabou a campanha em 1814, desejando continuar na vida trabalhosa dos acampamentos, offereceu-se para fazer parte da divisão de voluntarios do principe regente D. João, organisada em 1515; foi elevado ao posto de capitão, e em fevereiro de 1816 partiu para o Brazil, onde se demorou alguns annos, entrando na campanha da Banda oriental do Rio da Prata, e deixando por fim Montevideu, regressou a Portugal, chegando a Lisboa em fins de novembro de 1823. Foi collocado no batalhão de caçadores n.º 10, e seguindo a causa da Liberdade, emigrou em 1828 com a divisão para Galliza, d'onde passou a Inglaterra. Tomando parte nas campanhas da Liberdade á frente do batalhão de caçadores n.º 3, ganhou os postos de major, tenente-coronel e coronel, sendo promovido a este ultimo em julho de 1834 para infantaria n.º 10. Em novembro d'este anno foi nomeado chefe do estado maior do exercito de observação, passando depois a desempenhar essa commissão na divisão auxiliar á Hespanha, e por fim no exercito de operações no sul do Tejo, sendo d'ella exonerado em novembro de 1836, para ir tomar o commando d'um batalhão do regimento de caçadores n.º 4. Entretanto dera-se no paiz a revolução que ficou conhecida com o nome de *Revolução de Setembro*, e o partido cartista, que vira com maus olhos esse movimento, começou a luctar para restabelecer a Carta Constitucional. Em julho de 1837 o batalhão de caçadores n.º 4, aquartelado na Barca, levantou o grito da revolta, e o coronel Bandeira de Lemos, que já fôra agraciado com o titulo de barão de Leiria, saiu de Lisboa, indo tomar o commando da insurreição ao norte do reino. Não pôde entrar no Porto, e refugiou-se em Valença até que, fazendo levantar o cêrco da praça ás tropas do governo que a sitiavam, marchou a reunir-se aos marechaes e ás outras forças que tinham adherido á sua causa. Atacado em Ruivães pela brigada da divisão auxiliar á Hespanha commandada pelo conde das Antas, ficou vencido, e reconhecendo os marechaes com essa derrota, a impossibilidade de continuar a lucta, ajustaram a convenção de Chaves, que se assignou em 20 de setembro de 1837, e poz fim á guerra civil. Desligado então dos quadros do exercito, foi posteriormente, quando mudaram as circumstancias politicas, reintegrado, e por occasião da revolta de Torres Novas foi-lhe dado o commando d'uma das brigadas do exercito de operações que n'essa occasião se formaram. Sendo elevado ao posto de brigadeiro, por algum tempo exerceu o logar de chefe do estado maior da 6.ª divisão, e subindo successivamente a marechal de campo, a tenente-general e a general de divisão, foi encarregado em 1864 do commando da divisão do Porto. Em 1865 teve a nomeação de ajudante de campo honorario de el-rei D. Luiz, e acompanhou o monarcha durante a sua viagem ao estrangeiro. No anno seguinte, 1866, presidiu á commissão incumbida de preparar o estabelecimento d'um campo de instrucção, e foi depois o commandante em chefe das tropas que pela primeira vez se reuniram em Tancos. Terminando essas manobras voltou para o Porto, continuando a commandar a divisão até fins de 1869, sendo reformado em 1872. O titulo de barão foi conferido por decreto de 1 de outubro de 1835, e o de visconde, por decreto

20 de outubro de 1862. O brazão d'armas é um escudo esquartelado: no primeiro quartel as armas dos Pereiras, em campo vermelho uma cruz de prata florida e vazia do campo; no segundo as dos Vasconcellos, em campo negro tres faxas veiradas de prata e vermelho, sendo a prata da parte de cima e a vermelha de baixo; no terceiro as dos Sousas, sendo esquartelado, no primeiro quartel as quinas do reino com a orla dos castellos; no segundo, em campo de prata um leão sanguinho; no quarto quartel, as armas dos Menezes, em campo de ouro um annel do mesmo metal perfilado de vermelho com um rubim n'elle.

Leiria (*Districto administrativo de*) E' um dos 17 districtos do reino, sendo limitado ao N pelo districto de Coimbra, ao S pelo de Lisboa, a E pelos de Castello Branco e Santarem, e a O pelo Oceano Atlantico. A população de todo o districto pelo censo de 1900 é de 240:167 hab., sendo 117:169 do sexo masc. e 122:998 do fem. A sua superficie é de 3:478 k. quadrados. A capital do districto é a cidade do mesmo nome. Este districto não é cortado de montanhas elevadas. Em geral o terreno apresenta-se pouco montanhoso, mas com amiudadas ondulações. As maiores elevações encontram-se a E, onde se estendem as ramificações da serra da Estrella que vão formar ao S a serra do Rio Maior ou de Candieiros Mas estas elevações não excedem 500 m. com a excepção da parte O do valle do Zezere e ao S de Louzã, onde ha altitudes de 717 m. Os rios mais importantes são o Liz, que nasce na serra d'Aire, tendo por affluente o Lena, e termina junto de Vieira; o Alcôa, que nasce na serra de Rio Maior e termina perto da Pederneira; o Alfeizerão, que nasce nas alturas de Ribafria e vae desaguar em S. Martinho; o Arnoia, que começa no Monte Junto e termina na lagôa de Obidos, tendo por affluente os rios das Aguas Quentes, o da Vargem e Real; e o Athouguia, que vae desaguar no isthmo de Peniche. Ha ainda o rio Arunca, que nasce na serra de Sicó, atravessa parte do districto, banha os campos de Pombal, e vae desaguar no rio Mondego; a ribeira de Alge; os pequenos affluentes do Zezere, e por fim este rio, que banha os limites do districto a N E. A partir da fronteira N do districto, a costa segue em linha recta na direcção de SO, e é apenas interrompida pela foz do rio Liz, que só dá entrada a pequenas embarcações. Ao S d'este rio estende-se o pinhal de Leiria, em cuja extremidade S a costa começa a elevar-se em escarpas, apresentando apenas uma estreita praia Para o S fica a enseada da Pederneira, que é em parte constituida por altos rochedos, e continuando a costa a inclinar-se regularmente para SO, até á enseada de S. Martinho, que é formada ao N pela ponta do Facho. Para o S a costa é um pouco accidentada, encontrando-se a pequena distancia de S. Martinho a ponte do Monte Gordo, que tem 121 m. d'altura, e logo depois a lagôa de Obidos, que communica com o mar por uma pequena abertura. Para o lado de SO a costa fórma uma ponta de rochas chamada o *Baleal*, no prolongamento da qual se encontra uma ilhota e um rochedo chamados respectivamente *Ilha* e *Ilhéo de Fóra*. Ao S do Baleal eleva-se a bahia do *Norte*, que dá soffrivel abrigo. Depois, a costa fórma a peninsula de Peniche, na qual se prolonga a NE a ponta Papôa, ao N a de Trovão, e a O o cabo Carvoeiro, que está ligado á terra firme por um isthmo de 1.000 m. de largura. Inclina-se depois para SE até á ponta da Consolação e continua na mesma direcção até á ponta de Paimago. As dunas da costa teem invadidos largos tratos de terreno por falta de protecção necessaria de arvoredo que obste a essa invasão. Em alguns pontos, comtudo, fizeram se já ha annos sementeiras apropriadas que fixaram as dunas, e já se encontram varias porções de terreno arborisadas. A parte mais notavel pela extensão dos areaes e pelo tamanho da dunas, é a que corre para o N da Nazareth. Em alguns pontos, a largura da zona arenosa é de 8 k. Mas para o N a orla arenosa do litoral é mais limitada por estar apertada entre a costa e o pinhal de Leiria. Para o N da foz do Liz ao dunas não tem mais de 1 k. de largura nos primeiros 12 k. augmentando até 6 ou 8 no resto da costa. O districto de Leiria é principalmente apropriado á agricultura, mas nem esta tem ainda ali a extensão que podia attingir, nem colhe os resultados que uma cultura intensa e a adopção dos modernos processos de lavoura lhe dariam. A porção de terra inculta é consideravel, e ha a notar ainda que todo o terreno applicado á sementeira do arroz podia ser utilisado em outras culturas. A mais importante é a dos cereaes. O gado cavallar predomina no concelho de Leiria, seguindo-se-lhe o de Leiria e depois o de Obidos; o vaccum no de Alcobaça, seguindo-se-lhe os de Pombal e Leiria, o lanigero no de Leiria seguindo se-lhe o de Alcobaça; o asinino no de Alcobaça, seguindo-se-lhe o de Figueiró e Pombal; o caprino nos de Leiria e Obidos, seguindo-se Alcobaça; e finalmente o suino no de Alcobaça, seguindo se os de Leiria e de Obidos. N'este districto ha algumas minas. Proximo de Leiria; encontra se a mina de Chão Preto, que produz um carvão que ora se assemelha á lignite, ora se aproxima da hulha, e na Granja, em Marrazes, Pedras Negras e Azeche, ha grandes jazigos de grés betuminoso. Tambem ha madeiras fosseis, cuja principal camada é a de Marrazes. Nos terrenos jurassicos do districto encontram-se filões de ferro magnetico espalhados n'uma grande superficie, sendo os mais dignos de menção os de Mendiga, Serro Ventoso e Arrimal. No sitio chamado Molta de Arnal ha vestigios de exploração mineira do tempo dos romanos. A industria da pesca exerce-se sem grande importancia, nos concelhos de Alcobaça, Leiria e Peniche. A industria fabril é que se tem desenvolvido bastante nos ultimos tempos. Entre outras, contam-se no districto fabricas de tecidos, de papel, de louça, de cortumes, de distillação, de productos alcoolicos, de vidros, de productos resinosos e de lanificios; as fabricas de louça nas Caldas da Rainha bem conhecidas no paiz. (V. *Caldas da Rainha*). As fabricas do Estado sujeitas á administração das mattas são tambem dignas de menção, porque os seus productos teem figurado em concursos industriaes. Em S. Martinho ha um estaleiro de inspecção de madeiras onde se preparam os postes telegraphicos para as linhas do Estado, uma serração mechanica, fabricas, etc. (V. *S. Martinho do Porto*). Em Peniche ha tambem a industria das rendas digna de menção (V. *Peniche*). O districto de Leiria é tambem rico em aguas mineraes: Caldas da Rainha, Cal-

das de Gayeiras, as aguas salino sulfureas de Obidos, e as Aguas Santas. Além do caminho de ferro do Norte, que o atravessa a NE, ha tambem o caminho de ferro americano entre S Martinho e a Marinha Grande, especialmente destinado ao transporte dos productos florestaes desde o pinhal até ao porto. No pinhal de Leiria ha tambem um caminho de ferro americano para serviço florestal As estradas reaes que passam no districto são as de Santarem a Leiria, da Barquinha a Coimbra, de Leiria á Figueira, de Lisboa a Peniche, de Torres Vedras a S. Martinho, e das Caldas da Rainha a Coimbra. Tem capitanias de portos em S. Martinho e em Peniche; delegações da alfandega em Peniche, S. Martinho, Vieira e Pederneira. As associações de soccorros mutuos são numerosas, bem como os estabelecimentos de beneficencia, e vão descriptos nas suas localidades. A instrucção secundaria é ministrada por um lyceu, e a primaria por numerosas escolas dos dois sexos, que tambem vão mencionadas nas respectivas localidades. O districto está dividido em 13 conc. Pertencem ao bisp. de Coimbra os de Alvaiazere, Ancião, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Pedrogão Grande, e Pombal, e ao patriarchado os de Alcobaça, Batalha, Caldas da Rainha, Obidos, Pederneira, Peniche, Porto de Moz. O concelho de Leiria compõe-se de 23 freguezias com 9:841 fog e 53:721 habitantes, sendo 25:513 do sexo masculino e 28:208 do feminino, n'uma superficie de 70:263 habitantes. As freguezias são as seguintes: S. Paulo de Amor, 1:542 habitantes: 713 do sexo masc. e 829 do fem.; Santa Margarida, de Arrabal, 1:591 hab.: 761 do sexo masc. e 830 do fem.; Santa Catharina, de Azoia, 987 hab.: 507 do sexo masc. e 480 do fem; S. Matheus, de Baroza, 775 hab: 374 do sexo masc. e 401 do fem.; S. Salvador, de Barreira, 757 hab.: 300 do sexo masc. e 457 do fem.; S. Christovão, de Caranguejeira, 2:674 hab: 1:328 do sexo masc. e 1:346 do fem.; S. Lourenço, de Carvide, 1:744 hab: 745 do sexo masc. e 999 do fem.; S Miguel, de Coimbrão, 1:718 hab: 777 do sexo masc. e 941 do fem.; S. Miguel, de Colmeias, 3:368 hab.: 1:681 do sexo masc. e 1:687 do fem, N. S.ª da Gaiola, de Córtes, 1:524 hab: 760 do sexo masc. e 764 do fem; N. S.ª d'Assumpção, de Leiria, 4:488 hab: 2:131 do sexo masc. e 2:357 do fem; N. S.ª da Luz, de Maceira, 3:302 hab.: 1:580 do sexo masc. e 1:722 do fem; N. S.ª do Rosario, de Marinha Grande, 15:567 hab.: 2:658 do sexo masc. e 2:909 do fem.; S. Thiago, de Marrazes (Arrabalde da Ponte), 2:899 hab: 1:337 do sexo masc. e 1:562 do fem.; N. S.ª dos Milagres, de Milagres, 1:996 hab.: 969 do sexo masc. e 1:027 do fem; S. João Baptista, de Monte Real, 1:030 hab.: 476 do sexo masc. e 554 do fem.; N S.ª da Piedade, de Monte Redondo, 2:850 hab; 1:414 do sexo masc. e 1:436 do fem.; N. S.ª do Rosario, de Parceiros, 723 hab.: 349 do sexo masc. e 374 do fem.; N. S.ª do Desterro, de Pousos, 3:340 hab.: 1:651 do sexo masc. e 1:689 do fem.; S. Sebastião, de Regueira de Pontes, 1:172 hab.: 539 do sexo masc. e 633 do fem; Santa Catharina da Serra, 2:104 hab.: 1:050 do sexo masc, e 1:054 do fem.; S. Salvador, de Souto de Carpalhosa, 3:888 hab.: 1:846 do sexo masc, e 2:042 do fem.; N. S.ª dos Milagres, de Vieira, 3:682 hab: 1:567 do sexo masc. e 2:115 do fem. || Bibliographia: *Estatistica do districto administrativo de Leiria*, por D. Antonio da Costa de Sousa de Macedo, Leiria, 1855; *Memoria sobre as minas de carvão de pedra e ferro e estabelecimentos metallurgicos no districto de Leiria*, Lisboa, 1857.

Leiria. Cidade da prov. da Extremadura, séde de conc. e de com., capital do districto do mesmo nome, relação de Lisboa e bisp de Coimbra. Está situada n'um ameno, fertil e formoso valle, entre os rios Liz e Lena, no sopé do grande promontorio de rocha vulcanica, que se eleva a NE. Tinha antigamente duas freguezias: N. S d'Assumpção (sé), que actualmente existe, e S. Pedro, que foi supprimida, e cujos parochianos eram todos dos arrabaldes, apezar da egreja estar situada dentro da cidade. A mitra apresentava o cura, que tinha 120$000 réis annuaes.

Brazão d'armas da cidade de Leiria

Leiria é uma povoação muito antiga, mencionada por Plinio, mas a sua origem é muito duvidosa, assim como o nome dos fundadores, o que de ordinario acontece á maior parte das antigas povoações. Segundo alguns escriptores, os colimbrios fundaram uma cidade com o nome de *Callippo* ou *Collippo*, pelos annos 300 ou 350 antes da vinda de Christo, junto á egreja de S. Sebastião do Freixo, freguezia de Azoia (V. *este nome*). Outros dizem que Leiria foi fundada no primeiro seculo do Christianismo pelos romanos com os materiaes da antiga Callippo, e dando á nova cidade o nome d'uma dama romana chamada *Laeria* ou *Laberia Galla Flaminia* Pedro Mariz, no *Dialogo de varia historia*, diz que Leiria tomou o nome de *Laberia Galla Flaminia*, da Lusitania, e que se chamou primeiro *Leria*, nome que conservou até que os romanos a tomaram aos lusitanos, mudando-o então para *Callippio*. Os romanos a arrasaram quando a conquistaram, mas depois a reconstruiram, tornando-a uma cidade importantissima. Os suevos lh'a tomaram em 414, e tendo Leovegildo, rei dos visigodos, unido ao seu reino o dos suevos em 585, ficou esta cidade pertencendo ao reino godo O escriptor Gaspar Barreiros, que viveu no seculo XVI, assevera que no seu tempo ainda se viam muitas ruinas de edificios antigos. Em 715 foi Leiria conquistada pelos moiros. D. Fruela I a reconquistou em 753, mas caiu novamente no poder de Mahomet, rei de Cordova, em 850, estando no poder dos moiros até 1134, anno em que D Affonso Henriques a conquistou, e lhe restabeleceu ou construiu o castello, que se ostenta sobre um penhasco com duas torres e baluartes, cercando a praça de muralhas. Ficando assim fortificado por prevenção contra as invasões e correrias dos inimigos, que então occupavam Santarem e infestavam os campos de Coimbra. No proprio monte do castello fundou e consagrou um convento e egreja sob a invocação de N. S.ª da Pena ou da Penha de França, dando-lhe collegiada, doando a a S. Theotonio, primeiro prior

de Santa Cruz de Coimbra, e á sua congregação dos conegos regrantes de Santo Agostinho, a que muito tempo pertenceu. S. Theotonio collocou-lhe como prior o conego D. Nuno Guterres, parente do primeiro alcaide do castello D. Paio Guterres. Cinco annos depois, em 1140, andando D. Affonso Henriques occupado na guerra que lhe movia o rei de Leão, Affonso VII, o castello foi assaltado pelos moiros trazendo á frente o rei Ismar, e depois d'uma heroica resistencia do alcaide, conseguiram os moiros apoderarem-se novamente da praça de Leiria. Os vencedores, desesperados por tão renhida lucta, passaram todos os christãos ao fio da espada, menos D. Paio Guterres, que foi captivo para Santarem. Incendiaram a egreja e o mosteiro de Santa Maria de Pena, morrendo queimados o prior e os conegos que estavam no edificio. O mosteiro nunca mais se reconstruiu; só a egreja é que se reedificou. D. Paio Guterres, estando captivo em Arronches, pôde fugir, e veiu para Coimbra recolher-se no convento de Santa Cruz, ao qual deixou todos os seus bens. D. Affonso Henriques, apenas se viu livre da guerra contra os leonezes, veiu pôr cêrco ao castello de Leiria em 1141 ou 1142. Segundo a lenda, é d'este cêrco que se formou o brazão d'armas de Leiria, porque estando o exercito christão acampado sobre uma eminencia visinha, que desde então se ficou chamando *Cabeço d'El-Rei*, apparecera, em cima d'um grande pinheiro, que se erguia entre o arraial e o castello, um corvo que não cessava de bater as azas e de grasnar. Ordenado o assalto, o corvo redobrou tanto os gritos e os movimentos, que os portuguezes tomaram este caso por um feliz agoiro e investiram com incrivel valor e confiança a fortaleza, que apezar de ser valentemente defendida, d'ella se apoderam em breves momentos. Em memoria de tão extraordinario facto, Leiria tomou por brazão d'armas, em escudo de prata coroado, um castello sobre campo verde, entre dois pinheiros, cada um com seu corvo em cima, e na parte superior do escudo duas estrellas de ouro. E' assim que se vê o brazão na Torre do Tombo, comtudo parece que no principio as armas constavam sómente de um pinheiro com o corvo em cima, sendo depois modificadas. D. Affonso Henriques melhorou consideravelmente o castello, tornando-o mais amplo e solido; povoou o resto da povoação, cujos fertilissimos campos se começaram logo a cultivar. Em 1142 já Leiria era tão populosa que o rei lhe deu o titulo de villa, e a doou ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, que ficou com a jurisdicção plena, sem intervenção do bispo ou d'outra qualquer autoridade ecclesiastica do reino, o que foi confirmado pelo papa Adriano IV em 1157, e por consentimento do bispo de Lisboa D. Gilberto. Esta jurisdicção chegava até á Batalha. Em 1144 foi restaurada a egreja de Santa Maria de Pena, tornando-se egreja parochial. Em 119?, já no tempo de D. Sancho I, os moiros tornaram a apoderar-se de Leiria, que arrazaram completamente, conservando apenas intacto o castello, mas não tardou que o mesmo soberano a readquirisse, e desde então nunca mais deixou de pertencer ao dominio portuguez D. Sancho, para promover o desenvolvimento da população, attrahindo habitantes, deu-lhe foral a 13 de abril do referido anno de 1195, com grandes privilegios. D. Affonso Henrique já lhe havia dado foral em 1142. D. Affonso II confirmou estes foraes e seus privilegios, em Coimbra, a 31 de janeiro de 1214, confirmando-os novamente em novembro de 1217. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Santarem, datado 1 de de maio de 1510. Com o consideravel augmento da população não podiam facilmente os conegos ministrar os sacramentos a todos os parochianos de Santa Maria de Pena, pelo que, sendo prior da collegiada D. Pedro Godinho, se construiu a egreja de S. Pedro em 1200 para nova freguezia, sendo-lhe ali collocado um reitor e um conego suffraganeo de Santa Maria de Pena. Quando mais tarde se fundou a sé, ficou dissolvida a collegiada da referida egreja de Santa Maria de Pena, sendo as suas rendas desmembradas do convento de Santa Cruz, para o sustento do bispo e conego de Leiria. Foi D. João III quem deu fóros de cidade á antiga villa, e obteve de Paulo III a bulla de 17 de junho de 1545, elevando-a á categoria de séde episcopal, sendo o pri-

Castello de Leiria—Em baixo o convento de S. Francisco

meiro bispo da nova diocese D. Fr. Braz de Barros, que era frade de Santa Cruz de Coimbra, e proximo parente do grande historiador João de Barros. O bispado foi supprimido em 1882. Em Leiria residiram por vezes alguns dos nossos soberanos e principes, e particularmente D. Diniz e sua mulher, a rainha Santa Izabel, que habitaram nos paços junto do castello e n'uma villa proxima, que se ficou chamando *Monte Real*. O monarcha, em 1300, deu á rainha temporariamente o senhorio da villa, como premio das pazes que contrahira entre o rei e seu filho D. Affonso. Santa Izabel construiu casas de habitação, renovou e adornou a egreja de Santa Maria de Pena, dando-lhe riquissimas peças, entre as quaes se contava uma notavel ambula de crystal, reliquia milagrosa, que diz a tradição conter *leite da Virgem*. Esta reliquia está hoje na sé, segundo diz Pinho Leal. D. Diniz aformoseou o castello em 1292. Este monarcha, que tanto protegeu a agricultura, foi quem mandou semear o grande pinhal de Leiria em 1290 (V. *Leiria, Pinhal de*). Por morte de Santa Izabel, passou á Corôa o senhorio de Leiria, e D. Fernando I o doou mais tarde á rainha D. Leonor Telles, e depois a seu cunhado, o conde D. Gonçalo, mas D. João I, subindo ao throno, revogou logo essa doação, conservando se desde então no dominio da Corôa. Em Leiria reuniram-se côrtes em 1254, convocadas por D. Affonso III; em 1376 por D. Fernando I, e em 1437 e 1438, por D. Duarte, sendo estas ultimas para se tratar dos meios de libertar o infante D. Fernando, captivo em Fez. Leiria tem a gloria de ser a primeira terra de Portugal que teve typographia, a qual se estabeleceu no proprio seculo XV, em que a imprensa foi inventada por Guttemberg, imprimindo-se em 1466, nove annos depois da sua invenção, as poesias do infante D. Pedro, ainda quatro annos antes de haver imprensa, em Paris. Adriano Balbi, no *Essai Statistique sur le royaume de Portugal*, e Antonio Ribeiro dos Santos, nas *Memorias de Litteratura*, vol. III, sustentam com bons fundamentos que a imprensa de Leiria não só foi a primeira de Portugal, mas como de toda a peninsula. Leiria tinha voto em côrtes, com assento no 3.º banco. A segunda egreja parochial, ali edificada, foi a de Santo Estevão, em 1290, sendo prior de Leiria D. Lourenço Pires, que lhe collocou dois conegos. Esta parochia e a de S. Pedro eram apresentadas pelos priores de Santa Maria da Pena. O prior D. Estevão Esteves, conego de Santa Cruz e mestre de Theologia, accrescentou muito esta egreja e a de S. Pedro, em 1370, pondo uma collegiada em cada uma, mas o prior era sempre conego de Santa Cruz. A egreja de N. S.ª da Pena está hoje em ruinas, e a de S. Pedro, tambem ha muito tempo profanada, foi celleiro no tempo dos dizimos, e actualmente está ali edificado um theatro. Entre outras albergarias e hospitaes que existiam em Leiria e sua jurisdicção, contava-se em 1542 a *Albergaria de Nossa Senhora de Todos os Santos*, que era um pequeno hospital, instituido em 1222 por pessoas seculares; a de S. Braz e Santo Estevão, situada junto da egreja de Santo Estevão, tambem instituida por seculares, mas ignora se a data da instituição. Tinha renda propria, que passou para a Misericordia. O *hospital dos tecelões*, da invocação de Nossa Senhora, foi fundado por seculares em 1367, no sitio dos banhos, e quando se construiu a sé, mudou-se para o sitio da Portella, onde se lhe fez nova casa. O *hospital dos ferreiros*, no sitio das Caldeirarias, da invocação de Nossa Senhora, tambem é muito antigo, e está annexo ao da Misericordia. O *Hospital de Porto Côvo* é no arrabalde da Ponte, proximo da egreja de S. Thiago, tendo annexa uma confraria de defuntos. Foi tambem instituido por seculares, em 1506, e tinha renda propria. O *Hospital do Arrabalde*, junto á ermida de Santo André, era uma especie de albergaria annexa ao morgado dos Teixeiras, da Barrosa. Não se sabe quando, nem por quem foi

Uma vista da cidade de Leiria

fundado, julga-se que fôsse pelo instituidor do vinculo. No arrabalde da Ponte havia a gafaria de Santo André e um hospital annexo, cuja instituição, segundo consta, era destinada ao tratamento de gafos (leprosos), doença muito vulgar n'aquelles tempos. Como a horrorosa doença da lepra fôsse pouco a pouco desapparecendo, tornando-se depois rarissima, e o hospital não tivesse doentes, eram os rendimentos applicados a obras pias. Mas tarde foi a gafaria unida á Misericordia. O hospital destruiu-se, mas a ermida ainda existe. A capella do Espirito Santo é muito antiga, sendo a sua confraria instituida em 1306. O *Hospital do Espirito Santo* estava annexo a esta capella. Era muito antigo tinha uma confraria e rendimento proprio. Este hospital acabou, não se sabe quando, e não consta que fôsse unido ao da Misericordia, como os outros. A confraria da egreja e Santa Casa da Misericordia foi instituida em 1544. O sitio onde se fun-

prior de Guimarães, para que todos, ou dois d'elles, obrigassem os cruzios a levantar a excommunhão e deixassem construir o mosteiro, Este breve tinha a data de 21 de maio de 1223. Por estar muito distante da villa, é que em 1388. D. João I reedificou, mudando-o para o local onde ainda hoje existe a egreja, em satisfação de ter casado com D. Filippa, sem despensa, sendo professo na ordem militar de S. Bento de Aviz. O edificio do convento foi concedido á camara municipal de Leiria, por carta de lei de 2 de julho de 1855, para o demolir e aproveitar os materiaes. Em março de 1858 a camara pediu autorisação ao governo para não demolir o edificio, e aproveital-o para tribunal de justiça. paços do concelho e prisões, o que só teve effeito em relação ás prisões. A egreja pertence á ordem terceira de S. Francisco, por carta de lei de 14 de fevereiro de 1861, e conserva o culto a expensas d'uma irmandade do Senhor dos Passos. O convento dos

Leiria—Um aspecto do Liz. Ao fundo o convento de Santo Agostinho

dou a egreja e as casas, e em redor d'ellas, era a antiga *Judiaria*, como se vê em varios documentos. Ha quem diga que a actual egreja da Misericordia foi originariamente sinagoga dos judeus. Dentro dos paços reaes, cujas ruinas se vêem junto aos episcopaes, houve uma egreja dedicada a S. Simão, que mandou construir el-rei D. Diniz. Tanto a egreja como os paços reaes fôram arrazados no tempo do bispo D. Fr. Antonio de Santa Maria. Em Leiria houve tres conventos de frades e um de freiras. O de franciscanos, observantes, foi o mais antigo d'esta ordem que existiu em Portugal, fundado no Rocio de Santo André, junto ao rio, entre os annos de 1223 e 1232. O prior-mór e o convento de Santa Cruz de Coimbra não queriam consentir n'esta fundação, e excommungaram os frades e os devotos que os auxiliavam com esmolas. Os frades queixaram-se ao papa Gregorio IX, que passou um breve para os bispos de Vizeu e Lamego e D.

religiosos da ordem de Santo Agostinho era o melhor que existia em Leiria Foi seu fundador, com licença d'el rei D. Sebastião, o 3.º bispo de Leiria D. Fr. Gaspar do Casal, religioso d'esta ordem e confessor de D. João III. O convento ha muitos annos serve de quartel ao batalhão de caçadores n.º 6. O convento do Santo Antonio, de capuchos arrabidos, foi fundado por D. Pedro Vieira da Silva e sua mulher, D. Leonor de Noronha, em 1450. Em 1864 foi transformado em hospital militar sendo comprehendida a egreja, que estava abandonada desde 1834. O convento de Sant'Anna, de freiras da ordem dominicana, foi fundado por Catharina de Castro, filha de D. Fernando I, segundo duque de Bragança, em 1490. O paço episcopal está contiguo á egreja da sé. E' um edificio muito vasto, de modesta architectura, com a sua cêrca e jardim. Foi fundado por D. Fr Gaspar do Casal, logo depois de chegar do concilio de Trento em 1563. D. Pedro

Vieira da Silva reconstruiu-o pelos annos de 1660. D. Pedro Vieira da Silva, depois de ter enviuvado, tomou ordens sacras, e foi bispo de Leiria. A casa da camara é de singela architectura, e nada tem de notavel. Parece que se projecta construir um novo edificio inteiramente moderno, assim como um pavilhão para doenças contagiosas, na cêrca annexa ao hospital civil e ao matadouro municipal. O hospital civil foi edificado no seculo XIX, a expensas do bispo D. Manuel de Aguiar. Os arrabaldes são muito aprazíveis, sobretudo os regados pelos rios Liz e Lena. Ha n'elles varias capellas, sendo a principal a de N. S.ª da Encarnação, situada n'um monte fronteiro ao castello a que dá accesso uma elegante escadaria, e d'onde se desfructa um lindo ponto de vista. Aquelle templo foi construido com a maior devoção, pelos muitos milagres que attribuiam á Santa Virgem. A primeira pedra foi lançada pelo marquez de Villa Real, D. Manuel de Noronha, em 25 de setembro de 1588, dando, bem como a marqueza, sua mulher, avultadas esmolas para a fundação. Era tão grande a devoção dos povos a N. S.ª da Encarnação, e tanto o desejo de que se concluisse a egreja, que todos os dias se viu subir a encosta, romarias de devotos, vindo de varias povoações, carregando com pedras para as obras. A egreja é sumptuosa e cercada de alpendres A imagem é lindissima; está de joelhos, e fechada n'um grande e formoso sacrario envidraçado. Os passeios das margens do rio Liz são ligados entre si por duas pontes de pedra, uma no principio e outra no fim, e formados por duas frondosas alamedas de arvores de differentes especies. A' entrada da alameda, e já no campo, está uma ponte de pedra, além da qual ha ainda mais duas no Rocio, sendo a de S. Martinho uma das entradas da cidade. Ha quatro fontes principaes que abastecem a cidade de abundante agua. A chamada *Os olhos de Pedro* tem a singularidade, sendo duas nascentes que rebentam da mesma penha, ser uma de agua fria e outra de agua tépida. Proximo de Leiria descobriu-se em 1855 um edificio romano, que estava soterrado, d'onde se tiraram alguns quadros de mosaico, muito bem conservados. Ha tres nascentes de agua mineral: *A Fonte Quente*, proximo ao Rocio, no fim do Passeio Publico. A sua agua é diaphana, crystalina, inodora e insipida; depois de fervida serve para os usos domesticos. *A Fonte de Santa Catharina* é egual á anterior. *A Fonte de Covêllos* fica a 100 m. ao N de Leiria, na quinta do Porto Moniz e na falda do monte de Covêllos. E' tambem conhecida pelo nome de *Salgada*. E' fria, tem chloreto de sodio, e por isso foi antigamente utilisada para a fabricação do sal marinho. Ha tambem a fonte do *Freire* No termo de Leiria ha minas de ferro, de carvão fossil, pedreiras de optimo marmore, de pedra calcarea e excellente argilla para a industria ceramica. Em 1870, quando se andava construindo a estrada de Leiria para a Figueira da Foz, descobriu-se junto á mesma estrada, n'um sitio denominado *A Costa do Martim Gil*, a 1 k. pouco mais ou menos da cidade, um mosaico romano muito regular e bem feito. Acharam se tambem uma urna cineraria de barro, e muitos fragmentos de telhas, de tijolos, de vasos de barro e de marmore polido e bastantes moedas. Em outras escavações feitas n'esta occasião, descobriram-se ainda alguns pavimentos de bello mosaico de varios lavores, uma medalha de cobre em que parecia ler se o nome do imperador Magnencio, e mais uma outra moeda do mesmo metal, manifestamente do imperador Probo. Encontraram-se tambem tres inscripções lapidares, etc. Em julho de 1874, a junta geral do districto e a camara municipal formaram um corpo de de policia civil, para garantia das pessoas e propriedades do districto, pelo que fôram elogiadas pelo governo, em portaria do referido mez e anno. Em Leiria ha um bonito jardim publico, circo tauromachico e o theatro de *D. Maria Pia* Tem estradas de mac-adam que põem a cidade em facil communicação com quasi todas as freguezias e concelhos limitrophes e com a villa

Leiria—Hospital Civil

da Batalha, que fica na distancia de 11 k., ruas e praças espaçosas, notando-se a Praça de Rodrigues Lobo, em commemoração do poeta leiriense Francisco Rodrigues Lobo, que viveu no seculo XVII. Tem escolas de instrucção primaria e secundaria, lyceu nacional, recolhimento para educação de meninas, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A.—Lisboa-Figueira e R. A. N. Estação do caminho de ferro na linha de Torres Vedras á Figueira da Fóz, entre as de Marinha Grande e de Monte Real, Leiria pertence á 5.ª div. mil., 10.ª brigada, grande circumscripção mil. central, e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, de que é séde, bem como do quartel general da brigada a que pertence, e do regimento de infantaria n.º 7. Tem advogados, agencias dos bancos *Alliança*, *Commercial de Lisboa*, *Crédit Franco-Portugais*, *Commercial do Porto*, *Companhia Geral de Credito Predial Portuguez*, *Economia Portugueza*, *Banco de Portugal*; das companhias de seguros: *Açoriana*, *A Commercial*, *Bonança*, *Fidelidade*, *Seguros Portuguezes*, *Confiança Portuense*, *Equidade*, *Fenix*, *Internacional*, *Portugal*, *Previdencia*, *Probidade*, *Reformadora*, e *Tagus;* de seguros de vida: *New-York Life Insurance Company*; fabricas de aguardente de vinho, de cortumes e de farinhas: *Associação Protectora dos pobres*, *Montepio Leiriense*, medicos, pharmacias, hoteis, notarios, photographias, relojoarias, etc.; sociedades de recreio: *Assembleia Leiriense*, *Associação dos Caixeiros Leirienses*, *Gremio Artistico Leiriense*, *Gremio Litterario Recreativo*, *Grupo Sport*, etc. Em Leiria ha feira de gados no dia 8 de cada mez; aos domingos e terças feiras, de gado suino, cereaes, louças, etc., a 25 de março, de pannos, ourivesaria, quinquilherias, etc., onde tambem concorrem companhias de diversos divertimentos; 1.º domingo de agosto, de vasilhame, obras de carpintaria, de funileiro, ourivesaria, pannos, quinquilherias, louças, etc. Ha tambem feiras e mercados em differentes freguezias do concelho, que vão mencionadas nas respectivas localidades. Em setembro realisa-se uma romaria na freguezia dos Milagres, que sempre costuma ser muito concorrida. O principal commercio de todo o concelho consiste em madeiras de pinho, vinho, aguardentes, vidros, louça ordinaria, cortumes, cereaes, fructas, resinas, telha (ordinaria e imitação de Marselha), tijolo, marmore branco e de côres, etc. Na guerra civil de 1846, Leiria foi occupada pelas tropas do conde do Bomfim no dia 9 de dezembro. Em 22 de abril de 1907 fôram trasladadas as ossadas dos bispos D. Pedro Vieira da Silva, D. Manuel de Aguiar e D. João Ignacio da Fonseca Manso, do cemiterio velho para a capella mór da extincta sé. O cortejo funebre realisou-se pelas 10 horas da manhã, indo as ossadas em tres urnas, sendo acompanhadas até á sé por uma força de capitão e a respectiva banda de infantaria n.º 7. As urnas fôram collocadas sobre uma eça que se levantara na referida capella-mór. Concluidos os officios, missa, *Libera-me*, o padre Antonio d'Almeida, de Obidos, pronunciou um discurso. A solemnidade executou-se a grande instrumental, sendo orchestra e cantores, todos amadores. Terminadas as cerimonias e o encerramento das urnas nos respectivos mausoléos, deram-se as descargas do estylo. Em seguida foi o cortejo ao hospital civil descerrar uma lapide commemorativa, discursando o governador civil do districto, o dr. Adolpho Guimarães. A commissão, que promoveu esta homenagem funebre aos benemeritos prelados, era composta dos conegos José Fernandes de Carvalho Maia, José Lira da Conceição Oliveira e José Maria Dias. || Jornaes: Teem sido aqui publicados os seguintes: *Aurora Academica*, 15 de janeiro de 190[illegible]; *Aurora do Liz*, 24 de outubro de

Leiria—Monte de Nossa Senhora da Encarnação

1880 a principios de 1881; *Boletim Official do Districto de Leiria*, maio de 1880; *Collipo*, 1 de janeiro de 1891; *Correio de Leiria*, 7 de fevereiro de 1895; *Correspondencia de Leiria*, 31 de outubro de 1874 a 15 de julho de 1877, seguido da *Revista de Leiria; Districto de Leiria* (1.º), 27 de outubro de 1860 a outubro de 1863, em seguimento do *Leiriense; Districto de Leiria* (2.º), 4 de abril de 1882, em publicação; *Echos do Liz*, 1 de janeiro de 1907, em publicação; *Integridade (A)*, 5 de julho de 1896; *Jornal dos Sargentos*, 8 de junho a 9 de julho de 1873; *Leiria Illustrada*, 12 de janeiro de 1905, em publicação; *Leiriense (O)*, (1.º) 1 de julho de 1854 a julho de 1859, seguido pelo *Districto de Leiria*, o primeiro jornal publicado n'este districto; *Leiriense (O)*, (2.º) 2 de janeiro de 1863 a 4 de janeiro de 1868; *Leiriense (O)*, (3.º) 4 de dezembro de 1898; *Leiriense* (4.º), 3 de março de 1901, em publicação; *Liz (O)*, (1.º), 5 de abril de 1856 a 24 de janeiro de 1874, o primeiro periodico litterario publicado em Leiria; *Liz (O)*, (2.º), 8 de novembro de 1873; *Opinião (A)*, 10 de março de 1889; *Primeiro de Dezembro*, 1 de dezembro de 1900 a 11 de abril de 1901; *Revista de Leiria*, 9 de setembro de 1877 a 26 de fevereiro de 1878, proveio da *Correspondencia de Leiria; Tentativa (A)*, 1860. Tambem fôram publicados em Leiria os *numeros unicos* seguintes: *Leiria*, 24 de junho de 1891; *Liz e Lena*, 1890. || Bibliographia: Além das obras de Vilhena Barbosa e Pinho Leal, pódem indicar-se: *Descripção topographica, historica, ecclesiastica do bispado de Leiria*, pelo padre Manuel R. de Faria; 1859. *Apontamentos historicos sobre Leiria*, folhetins no *Primeiro de Dezembro*, por Tito Benevenuto Lima de Sousa Larcher; Leiria, 1900-1901.

Leiria (*Castello de*). Este castello, que está em ruinas, é um dos edificios que ainda hoje merece ser visto pelos que visitam a cidade. Fica situado sobre um elevado monte, conforme dissémos no artigo antecedente, o que permitte ser avistado a grande distancia. E' um dos mais celebres na historia do paiz, pelas suas continuas e porfiadas luctas, especialmente nos seculos XII e XIII, quando moiros e christãos o conquistavam e reconquistavam successivamente, até que ficou pertencendo definitivamente a Portugal no reinado de D. Sancho I. No recinto das muralhas ainda se vêem as ruinas dos paços reaes. Foi obra de D. Affonso Henriques, fundador da monarchia de Portugal, que o construiu ou reedificou em 1135. O primeiro alcaide-mór do castello foi D. Paio Guterres, um dos mais bravos capitães d'aquelle tempo. D. João III deu aquelle cargo aos marquezes de Villa Real com as casas que Santa Izabel tinha mandado fazer no recinto do castello; os fidalgos, porém, preferiram outras casas, tambem antigas, mas em um lindo sitio, junto ao rio. Esta alcaidaria-mór cessou em 1641, por se tornar traidor o então marquez de Villa Real, n'uma conspiração contra D. João IV. (*V. Caminha, duque de*) e *Villa Real, marquez de*). Parece que a posse do palacio onde residiram estes fidalgos, passou para a familia Barba, descendente do alcaide-mór, no tempo de D. Manuel, Pedro Barba Alardo, seu antigo possuidor. A lista dos alcaides-móres é a seguinte: Paio Guterres, no tempo de D. Affonso Henriques; João Carapesal, no de D. Sancho I; Martim Fernandes, no de D. Affonso III e D. Diniz; Pero Annes de Portel, que exercia ainda o cargo em 122; Lourenço Annes Redondo, no reinado de D. Diniz; Garcia Rodrigues Taborda, por D. Leonor Telles, a quem D. Fernando I doára a villa de Leiria; Lourenço Martins, no tempo de D. João I; Fernão Rodrigues Alardo, no de D. Affonso V ou D. João II; Pedro Barba Alardo, no de D. Manuel, marquez de Villa Real, no de D. João III, continuando n'esta familia até que cessou pelo motivo já citado. Para a reconstrucção artistica d'este castello, elaborou o sr. Ernesto Korrodi, professor da escola industrial de Leiria, uns apreciaveis *Estudos*.

Leiria (*Pinhal Real de*). Este pinhal constitue uma das principaes riquezas do paiz, muito

Leiria—Praça Rodrigues Lobo

util em todas as suas relações geraes e particulares. Foi mandado semear por el-rei D. Diniz em 1290, mas esta versão é hoje tida por inexacta, porque segundo investigações mais rigorosas que se tem feito, parece que a primitiva sementeira é obra de D. Sancho I. O pinhal fica a 12 k. a O da cidade, e occupa o littoral desde a foz do rio Liz até ao valle de Madeiros. Tem 18 k. de comprimento e 7 na maior largura; mede a sua area perto de 12:000 hectares. Pela sua vastidão e pelo valor dos bons arvoredos que n'elle se criam, é o pinhal de Leiria a matta mais importante de Portugal. A essencia florestal que o povôa, quasi exclusivamente, é o pinheiro bravo ou maritimo, indigena do paiz, e que vegeta ali admiravelmente, dando madeiras de excellente qualidade. Tambem abunda em medronheiros, carrasqueiros, folhados, samougueiros e outras plantas arbustivas, que crescem espontaneas e adquirem grande porte, formando algumas vezes verdadeiros bosques. Pela grandeza das suas arvores, vigor da vegetação, accidentado do terreno, offerece esta matta paizagens muito pittorescas. N'este pinhal encontravam se bastantes lobos e javalis, mas agora já desappareceram de todo estes animaes perigosos, por falta de grandes brenhas onde se acoutem. As utilidades que directa e indirectamente provém d'este dilatado massiço de pinheiros são consideraveis. A Marinha Grande, Vieira, Garcia, Cavide, Moita, Fataias e muitas outras povoações que circumdam o pinhal, tiram d'elle grande proveito. Além dos trabalhos florestaes que occupam muitos braços e gados, nos mezes em que escasseiam os trabalhos agricolas, os povos vão ali buscar gratuitamente lenhas miudas, mattos, estrumes, vegetaes, etc. Todos os annos saem do pinhal milhares de arrobas de *caruma* (folhagem secca de pinheiros) para adubo das terras, que são muito arenosas e fraqueiras, e não produziriam se assim não fôssem fertilisadas. Antigamente, o pinhal de Leiria tinha guarda-mór, meirinho e 40 monteiros. || Bibliographia: *Memoria sobre o pinhal nacional de Leiria*, suas madeiras e productos resinosos, offerecido á Associação Maritima e Colonial, pelos socios autores da mesma os srs. Francisco Maria Pereira da Silva e Caetano Maria Batalha, Lisboa, 1843; com uma carta topographica.

Leiria *(Sé de)*. E' a parochial egreja de N. S.ª da Assumpção, unica freguezia que existe hoje em Leiria. Conforme já dissémos n'um artigo antecedente (V. *Leiria)*, foi D. João III, que depois de elevar a villa de Leiria á categoria de cidade, quiz tambem engrandecel a com a cadeira episcopal, e impetrou esta graça ao pontifice Paulo III, que lh'a concedeu em 1545, pela bulla de 17 de junho, aggregando-lhe as freguezias do seu termo e as de Ourem, Aljubarrota, Porto de Moz e Alpedriz, desannexando-as de Coimbra. Começou a funccionar a nova diocese, tendo por cathedral a antiga egreja de Santa Maria da Pena, cujas ruinas ainda se vêem ao centro da fortaleza. Alguns escriptores attribuem a construcção do edificio da egreja a el-rei D. João III, embora a iniciativa partisse do bispo D. Gaspar do Casal, e outros dizem que é obra d'este prelado. As razões que apresentam, para ser obra d'aquelle monarcha, são as seguintes, que transcrevemos do *Portugal Antigo e moderno*, de Pinho Leal, vol. IV, pag. 78. «1.ª Custa a crer que um bispo, cujas rendas, segundo dizem, pouco passavam, n'aquelle tempo, de 5:000 cruzados, e que, sendo, como era frade, não devia possuir bens proprios, ainda que tivesse administrado a diocese 22 annos, pudesse levar a cabo uma empresa d'aquella ordem. 2.ª Fr. Antonio Brandão, que escrevia em tempos muito proximos, apenas diz que no tempo de D. João III se edificou a sé; 3.ª A inscripção da fachada tambem o não diz expressamente, como era de esperar; 4.ª (E a esta não é facil responder) ha um decreto do senhor D. João VI, quando principe regente, datado de 3 de março de 1795, pelo qual faz doação aos prelados de Leiria, do padroado das dignidades e conezias não reservadas, e dos mais

Sè de Leiria

beneficios da sua sé, e n'esse documento allega o soberano, para basear esta resolução, que a cathedral de Leiria é do padroado real, *por ser fundada e dotada pelo senhor rei D. João III.*» Outros pretendem que o bispo D. Gaspar do Casal a edificou desde os alicerces e acabou em poucos annos á sua custa; não obstante ser esta a opinião vulgar, pelo menos é facto controverso. O epitaphio que está sobre a sepultura d'aquelle prelado na egreja de Santo Agostinho de Leiria, onde foi sepultado, epitaphio que foi feito aproximadadamente 12 annos depois da sua morte, assim o declara. Tambem ha outra razão em que se fundam, são as iniciaes B. D. G. (Bispo D. Gaspar), que se vêem n'um dos fechos da abobada, podendo ser ainda assim que as iniciaes queiram significar, simplesmente, que a sé se acabou no seu tempo, como realmente foi. O templo é sumptuoso e de tres naves; tem nove altares, incluindo o altar-mór. D. Gaspar do Casal lançou-lhe a primeira pedra em 11 de agosto de 1559, como declara a inscripção que está na fachada do templo. A sé de Leiria é uma das cathedraes mais vastas e importantes de Portugal. E' dedicada a N. S.ª da Assumpção, como todas as do reino. Fica-lhe contiguo o paço episcopal. Leiria deixou de ser séde episcopal em 1882, ficando parte dos concelhos do seu districto pertencendo ao bispado de Coimbra, e outra parte ao patriarchado de Lisboa. || Bibliographia: *O Couseiro* ou *Memorias do bispado de Leiria;* Braga, 1868.

Leiria Cimeira e **Leiria do Meio.** Duas povoações na freg. de S. João Baptista, do Sobral, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Leirião *(Casal do).* Na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Benedicta, conc. de Alcobaça, districto de Leiria.

Leirinhas. Pov. na freg. de S. Miguel, de Caçarilhe, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Leiró. Pov. na freg. de S. Christovão, de Lordello, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Leiroinha. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Miguel, de Roriz, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Leiros. Pov. na freg. de S. Pedro, de Alvito, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Leirós. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Lustosa, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, do mesmo distr. || S. Martinho, de Recesinhos, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. Thomé do Castello, conc. e distr. de Villa Real.

Leirosa. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Leis. V. *Lei* e *Legislação.*

Leis ou **Liz.** Pov. na freg. de S. Thomé, de Estorãos, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Leital. Pov. na freg. de S. Silvestre, de Requião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Leitão. Esta familia, segundo refere a *Nobiliarchia portugueza*, de Antonio de Villas Boas Sampaio, (pag. 291, edição de 1676), procede de D. Diogo Porcellos, conde de Castella. Tem por armas, em campo de prata, tres faxas de vermelho; timbre, um leão de prata com uma faxa de vermelho. A Christovão Leitão, pelos serviços prestados na tomada de Azamor, e em outras occasiões, deu el-rei D. Manuel por armas o escudo esquartelado, tendo no primeiro quartel, em campo vermelho, um castello de prata com oito settas amarellas, quatro de cada parte, viradas as pennas para baixo; no contrario o mesmo castello. No segundo, tres barras vermelhas em campo de prata; no contrario, em campo de prata duas carretas de artilharia.

Leitão (*Fr. Alvaro*). Religioso dominicano da ordem dos prégadores. N. em Lisboa, e fal. em edade muito avançada a 2 de janeiro de 1676. Era filho de Manuel de Figueirôa Castelbranco, e de Catharina Jorge. Recebeu o habito no convento de S. Domingos de Lisboa a 26 de junho de 1628, e professou em egual mez do anno seguinte. Foi mestre de Theologia na sua ordem, mas não quiz exercer cargo algum, chegando a renunciar o de prior do convento de Evora para que fôra eleito por unanimidade. Foi depois qualificador do Santo Officio, confessor e prégador dos monarchas D. Affonso VI e D. Pedro II. Publicou alguns dos seus muitos sermões, os quaes veem mencionados na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. I, pag. 105.

Leitão *(Antonio Amaral).* Capitão de infantaria. Nasceu em Farminhão, proximo de Vizeu, em 1845; assentou praça em 1 d'agosto de 1865 e tem o curso da arma de infantaria; foi promovido a alferes em 1 de março de 1882 e a capitão em 1888, passando n'essa data para o regimento de infantaria 10, que estava no Porto. Na revolta que se deu n'esta cidade no dia 31 de janeiro de 1891, o capitão Leitão tomou parte muito activa, como chefe militar e um dos maiores influentes republicanos, commandando as forças que se revolucionaram, e batendo-se valentemente contra as tropas que se haviam conservado fieis ao governo. Mallogrando-se a revolta, que o puzera em evidencia, desappareceu apenas viu perdida a causa por que combatia. Parece que, desde que fôra para infantaria 10, começara a fazer propaganda das suas idéas republicanas no regimento, e conseguira dominal-o, auxiliado com outros officiaes. Fugindo disfarçado, pôde sair do Porto, mas chegando a Albergaria-a-Velha, foi preso n'uma estalagem onde se recolhera, sendo reconhecido pelo padre Manuel de Lemos. Conduzido ao Porto, foi encerrado a bordo do vapor *Moçambique*, da Mala Real Portugueza, e que actualmente se chama *Pedro Alvares Cabral;* d'ali transferiram-n'o para a corveta Bartholomeu Dias, voltando pouco depois para o referido vapor. Haviam-se apromptado no porto de Leixões para se receberem todos os presos que, directa ou indirectamente, tinham tomado parte no movimento revolucionario, o transporte *India*, a corveta *Bartholomeu Dias*, o vapor *Moçambique*, de que já falámos, e que fôra arvorado em transporte, embarcando a bordo a guarnição da corveta *Sado*, e do pontão *Armando*, velho navio de véla já incapaz de navegar. Nos tres primeiros é que se realisaram os conselhos de guerra. O capitão Leitão foi condemnado, assim como muitos outros revoltosos. O seu julgamento realisou-se no segundo conselho, em que teve a sentença de prisão maior cellular por 6 annos, seguidos de 10 de degredo, ou na alternativa, na de 20 annos de degredo.

Leitão *(Antonio José Osorio de Pina)*. Cavalleiro da ordem de Christo, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. proximo de Pinhel a 12 de março de 1762, e falleceu no Brazil, depois de 1840. Seguiu a carreira da magistratura, e passou ao Brazil, sendo em 1820 desembargador da Relação da Bahia. Quando se proclamou a independencia d'aquelle imperio, ficou considerado brazileiro. Escreveu: *Elegia na morte do Serenissimo Senhor D. José Principe do Brazil*, Lisboa, 1788; é escripta em versos soltos, e saiu com o nome de Antonio José Osorio; *Traducção livre, ou imitação das Georgicas de Virgilio, e outras mais composições poeticas*, Lisboa, 1794; é em verso solto, e a ella se seguem 8 odes e dois sonetos originaes, do traductor. «Esta obra, diz Innocencio da Silva, no vol. I do *Diccionario bibliographico*, a pag. 174, ha sido conceituada bem diversamente. A Academia Real das Sciencias de Lisboa não duvidou de premiar em sessão publica de 12 de maio de 1790 o livro II que o traductor lhe apresentara, e Bocage qualificou de *boa* esta versão em uma das notas que terminam a que elle fez do livro I das *Metamorphoses de Ovidio*, porém estes autorisados testemunhos não obstaram a que José Maria da Costa e Silva, tratando da mesma versão na *Revista Universal Lisbonense*, tomo VI, pag. 425, a inculcasse como *obra de mediocre merecimento*.» Escreveu mais: *Alfonsiada, poema heroico da fundação da Monarchia Portugueza pelo sr. Rei D. Affonso Henriques*, Bahia, 1818; tem os retratos de D. Affonso Henriques, D. João VI, e do autor; *Ode pindarica offerecida a El rei o sr. D. João VI na sua gloriosa acclamação*, Bahia, 1818; *Ode pindarica ao Ill.mo e Ex.mo Sr. Conde dos Arcos;* saiu n'um folheto intitulado: *Relação das festas que ao Ill.mo e Ex.mo Sr. Conde dos Arcos... deram os subscriptores da Praça do Commercio*, Bahia, 1817.

Leitão *(Antonio Lopes)*. Bacharel formado em Direito Pontificio pela Universidade de Coimbra. N. na Certã em 1611, e fal. a 12 de outubro de 1662. Era filho de Antonio André e de Garcia Lopes. Foi protonotario apostolico, beneficiado da egreja de S. Pedro, da Certã, promotor da Relação Ecclesiastica de Lisboa, ouvidor e visitador da egreja dos freires da Conceição d'esta cidade, da ordem militar de Aviz. Era prior da egreja de N. S.ª do Olival, pouco distante da terra de sua naturalidade, quando falleceu. Escreveu uma obra em latim e deixou manuscriptos 2 tomos de *Sermões varios*.

Leitão *(D. Clemente José Collaço)*. Bispo de Cochim. Tinha pertencido á Companhia de Jesus, e foi um dos que resistiu a perseguirem os jesuitas na sua diocese. Escreveu contra a condemnação do padre Malagrida um livro que a Mesa Censoria mandou queimar pelo carrasco na Praça do Commercio em Lisboa, e o Marquez de Pombal mandou lhe responder com outro livro. O bispo falleceu na India em 31 de janeiro de 1771 e foi sepultado na egreja de S. Pedro de Madaerá com o seguiute epitaphio: *H. J. D. Clemens iosephos S. J. Episc. Coccin. Aeque pivs Ac Doctvs, qui exactis in hoc mvnere 24 annis obiit colani D. 31 de Jan. 1771.*

Leitão *(Emygdio José David)*. Escriptor. N. em Pedrogão Grande em outubro de 1762, e fal. em Coimbra a 18 de novembro de 1812. Era filho do capitão Antonio David Leitão e de D. Maria Henriques. Recebeu ordens de diacono, e apezar de não ter seguido curso algum na Universidade, foi admittido ao magisterio na qualidade de professor de grammatica latina, passando, depois de reger alguns annos esta cadeira, para a de philosophia racional e moral no Real Collegio das Artes. Escreveu: *Novo compendio de grammatica latina para uso das Escolas da Universidade e do reino*, Coimbra, 1796; *Historia abreviada da Philosophia, por Formey, traduzida em linguagem*, Coimbra, 1796; *Dialogos entre Tito Livio e Annibal, traduzidos e annotados*, Coimbra, 1803.

Leitão *(Fr. Estevão)*. Religioso da ordem de S. Domingos. N. em Lisboa, mas ignoram-se as datas do nascimento e do fallecimento. Era filho de Balthazar Leitão, fidalgo da Casa Real, e de sua segunda mulher Antonia Velloso. Nos seus primeiros annos esteve ao serviço do infante D. Luiz, filho d'el-rei D. Manuel, e entrou depois na ordem dominicana, professando no convento de S. Domingos, de Lisboa, a 30 de novembro de 1540. Frequentou as escolas com muita applicação. Mostrando ardentes desejos de ir ás missões do Oriente, embarcou por duas vezes para a India. Foi mestre dos noviços, prior do convento de S. Domingos de Bemfica, e provincial no de Lisboa em 1554, sendo reeleito em 1574. Defendeu calorosamente o direito da Casa de Bragança á successão do throno de Portugal, contra as ambiciosas pretensões de Filippe II. de Hespanha, o qual em vingança o mandou desterrar para Azeitão, onde falleceu, com suspeitas de envenenado. Deixou manuscriptas duas obras em latim.

Leitão *(Francisco)*. Doutor em Direito Civil pela Universidade de Coimbra. Era natural de Manteigas, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Teve grandes contendas com o dr. Francisco Velasco de Gouveia, e publicou por esse motivo o seguinte, em 1618: *Allegações que fez para informação da sua justiça na causa em que o accusou o dr. Francisco Velasco de Gouveia.*

Leitão *(P. Francisco)*. Jesuita; doutor em Theologia pela Universidade de Evora, etc. N. em Castello de Vide, e fal. em Roma no Collegio Romano, a 11 de setembro de 1705. Era filho de Pedro Gonçalves e de Margarida Fernandes. Entrou na Companhia de Jesus, no collegio de Evora, a 20 de novembro de 1647, e professou solemnemente a 15 de agosto de 1667. Foi mestre de Philosophia, de Theologia especulativa e moral, etc. O padre Francisco Leitão era da maxima confiança da Companhia de Jesus, e por seu mandado foi a Roma com o encargo de revisor dos livros da referida Companhia, que exerceu durante 20 annos. N'aquella cidade imprimiu muitos livros doutrinaes, e deixou outros manuscriptos.

Leitão *(Francisco de Andrade)*. V. *Andrade Leitão.*

Leitão *(Fr. Fulgencio)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho. N. em Lisboa entre os annos de 1586 e 1588, fal. em Paris em 1658, ou pouco tempo depois. Em 1626 era reitor no convento da Graça, de Lisboa, e em 1630 mestre de noviços. Foi mestre de Theologia e de Jurisprudencia Canonica e Civil. Passou depois

á Italia, onde viveu muitos annos no convento de Santa Maria do Populo em Roma, com o nome de Fr. João Antonio Rivarolla. Por causa d'um livro, de que falsamente o fizeram autor, incorreu na indignação do cardeal João Baptista Pallota, protector da ordem dos eremitas de Santo Agostinho, sendo obrigado a retirar-se para Paris em 1658. Escreveu: *Reducion y restituycion del reyno de Portugal a la serenissima Casa de Bragança; discurso moral y politico*, Turim, 1648; saiu em nome de Fernando de Molina e Savedra; *Epistola apologetica a la magestad catholica de Filippe el grande contra el parecer de cierto ministro sobre la recuperacion de Portugal*, Colonia Agripina, 1650; saiu com o nome de dr. Antonio de Beutancor. Escreveu muitas mais obras em latim e castelhano, cuja relação vem exarada na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. II, pag. 306.

Leitão (*Gastão de Abrinhosa*). Presbytero secular, formado em Canones. N. em Serpa, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Acompanhou el-rei D. Sebastião na jornada d'Africa, em que ficou captivo, depois de ser muito ferido. Sendo resgatado, parece que esteve em Roma, d'onde regressou a Portugal em 1603 Escreveu: *Informação de Gastão de Abrinhosa, oppoente á causa de João de Abrinhosa seu irmão*; não tem anno nem logar de impressão. Deixou manuscripto: *Summario dos successos e alterações do reino de Portugal depois da perda d'el rei D. Sebastião.*

Leitão (*João Carlos*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, matriculando-se no primeiro anno do curso em 31 de outubro de 1794. N. no Porto, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Foi provedor dos Residuos nas ilhas dos Açôres, desembargador da Relação da Bahia. Regressando a Portugal em 1824, passou a desembargador da Relação do Porto. Era tio materno do visconde de Almeida Garrett. João Antonio Monteiro e Azevedo fala a seu respeito com muito louvor, na *Descripção topographica* de Villa Nova de Gaia. Escreveu: *O verdadeiro Grande; poema heroico offerecido ao ill.mo e ex.mo sr. marquez de Salugosa, governador e capitão general das ilhas dos Açôres*, Lisboa, 1806; *Ode em obsequio á nação britannica, por gratidão aos poderosos e efficazes soccorros com que contribuiu para a feliz restauração de Portugal*, Porto, 1808; *Ode a João Manuel de Mariz Sarmento*, Lisboa, 1809; *Memoria justificativa do desembargador da Relação da Bahia (hoje do Porto) João C. Leitão, sobre as causas que demoraram a sua retirada para Portugal, até o anno de 1824; ou breve relação das revoluções acontecidas em a nova comarca do Rio de S. Francisco*, Lisboa, 1825.

Leitão (*João Fortunato*). Poeta e medico, que vivia nos fins do seculo XVIII. Escreveu: *Poesias campestres*, Lisboa, 1793; *Segunda Poesia campestre em applauso do nascimento da serenissima princeza da Beira*, Lisboa, 1793.

Leitão (*João de Sousa Pacheco*). V. *Pacheco Leitão (João de Sousa)*.

Leitão (*José Joaquim*). Esculptor, que falleceu em 1805. Era discipulo de Giusti pelos annos de 1750.

Leitão (*José de Parada e Silva*). *V. Parada e Silva Leitão (José de)*.

Leitão (*Luiz Antonio Barbosa*). Mestre da capella da cathedral de Braga. N. no Porto a 21 de novembro de 1759, fal. em 1821. Era filho de José Barbosa Leitão, capitão das milicias de Braga e escrivão da camara da mesma cidade. Tinha uma bella voz de tenor, e cultivava a musica como simples amador, mas o arcebispo D. Fr. Caetano Brandão, que era muito amigo d'elle, reconhecendo a sua aptidão musical, lhe offereceu com instancia o logar de mestre da capella archiepiscopal, que vagara pela ausencia de Antonio Gallassi. Barbosa Leitão acceitou esse cargo mais para satisfazer a sua paixão pela musica, do que pelo desejo de seguir aquella profissão, que exerceu com o maior zelo e competencia.

Leitão (*Luiz Augusto*). Capitão do estado maior de engenharia; professor proprietario no Real Collegio Militar, etc. N. em 31 de dezembro de 1857; assentou praça em 17 de setembro de 1875, saiu alferes em 29 de dezembro de 1877, sendo promovido a tenente em 18 de março de 1885 e a capitão em 8 de novembro de 1900. E' official da ordem de Aviz e da de S. Thiago por decreto de 25 de outubro de 1906. E' autor do seguinte livro: *Arma de Engenharia-Curso elementar de construcções, elaborado segundo o programma da Escola Central da mesma arma*, Lisboa, 1896.

Leitão (*Luiz Eugenio*). Negociante da praça commercial de Lisboa, director de varias companhias, e de diversas associações de classe, de beneficencia e de instrucção, etc E' filho de Antonio José Rodrigues Leitão, negociante que exerceu cargos importantes em bancos e em companhias commerciaes, etc. Estabeleceu se em 1874, succedendo a seu cunhado José Martins, no armazem de fazendas, fundado em 1867 no mesmo local onde ainda hoje existe, na rua dos Capellistas. Inscreveu-se como socio da Associação Commercial de Lisboa, manifestando desde logo o seu valor; foi eleito primeiro secretario em 1876, logar que desempenhou até 1881. Nos annos seguintes fez parte da direcção como vogal, e em 1890 foi o relator da commissão revisora de contas, trabalho importantissimo que ficou assignalado nos annaes da Associação. Em 1892 exerceu o cargo de presidente, e foi reeleito para a gerencia de 1893. Sendo dissolvida a Associação Commercial em 31 de janeiro de 1894 e nomeada uma commissão installadora para se constituir uma nova associação, foi sob a presidencia do sr. Luiz Eugenio Leitão que se procedeu a esses laboriosos trabalhos, tendo-se, como manifestação de protesto aos violentos actos do governo de então, inscripto maior numero de socios do que anteriormente existia, figurando n'elles, como socio n.º 1, o seu antigo presidente. Os trabalhos da reconstituição da Associação Commercial fôram tão fatigantes que em fevereiro de 1895 o sr. Luiz Eugenio Leitão sentiu-se extenuado pela doença, vendo-se obrigado a exonerar-se da presidencia, sem comtudo abdicar do valioso auxilio que, apezar da sua doença, estava disposto a prestar para que se conseguisse o almejado fim, sendo então substituido pelo sr. Antonio Joaquim Simões de Almeida, que era o primeiro secretario. Proseguiram os trabalhos da reconstituição em porfiada lucta, tendo se demittido no anno de 1897 o ministe

rio regenerador e subido ao poder o partido progressista, alcançaram-se os direitos legaes pela approvação dos respectivos estatutos publicados na folha official em 13 de fevereiro de 1897, para cujo resultado muito concorreu a influencia e actividade do sr. Luiz Eugenio Leitão N'esta occasião fôram egualmente reintegradas as associações Industrial Portugueza e Commercial dos Lojistas, que tinham sido tambem dissolvidas. Os socios da Associação Commercial, reconhecidos aos bons serviços prestados pelo sr. Luiz Eugenio Leitão, quizeram consignar-lhe uma demonstração do seu reconhecimento, e votaram, por acclamação, uma proposta para que fôsse conferido o diploma de presidente honorario a tão illustre associado, como tributo de homenagem aos relevantissimos serviços que prestara em tantos annos de trabalho successivo, e não menos pelo desvelo empregado no restabelecimento legal da mesma associação. O diploma

Luiz Eugenio Leitão

d'essa honrosa distincção foi feito em pergaminho e encerrado n'uma artistica pasta de valor. O nome do sr. Luiz Eugenio Leitão anda ligado desde muito tempo a importantes instituições de classe e de beneficencia; foi thesoureiro da Associação Industrial Portugueza, sendo presidente Antonio Augusto de Aguiar, socio fundador da Associação Portugueza de Proprietarios, em que tambem teve o cargo de thesoureiro; director durante dois annos da companhia de seguros *Tagus*, na epoca em que esse cargo era exercido sem remuneração alguma; do Asylo da Infancia Desvalida do Lumiar; do Asylo de D. Pedro V no Campo Grande; da Commissão Central da Sociedade da Cruz Vermelha; da Associação dos Albergues Nocturnos de Lisboa; da Real Associação de Soccorros a Naufragos; da Associação das Escolas Moveis e Liga Portugueza da Paz. Fez parte da camara municipal de Lisboa, sendo presidente o fallecido Fernando Palha; trabalhou em diversas commissões officiaes, como a da reforma dos serviços aduaneiros, da reforma da pauta das alfandegas, do Conselho Superior do Commercio e Industria, etc. Desde 1896 que tem o cargo de thesoureiro na Sociedade de Geographia, de que é antigo socio, cargo que tambem exerce na Grande Commissão Executiva do Monumento ao Marquez de Pombal. O sr. Luiz Eugenio Leitão é um devotado apostolo dos progressos da industria nacional, a cujo desenvolvimento tem prestado muitos e bons serviços. A Fabrica de Fiação de Thomar, de que é director desde 1878, deve-lhe os maiores cuidados pelo empenho que tem manifestado em vêl-a prosperar e engrandecer. E esse empenho, denunciando os conhecimentos da sua competencia, colhidos nos segredos do fabrico, veiu indicar o seu nome para cooperar nos beneficos resultados das exposições da industria portugueza, motivo porque foi escolhido para thesoureiro da commissão promotora da Exposição Industrial, que se realisou na Avenida da Liberdade em 1888, e membro da secção agricola eleita na sessão da commissão organisadora; exerceu egual cargo na secção portugueza da Exposição Universal de Paris, 1889. Entrando na politica, alistou-se no partido reformista, sendo mais tarde celebrado o pacto da Granja entre reformistas e historicos, d'onde nasceu o partido progressista, acompanhou os seus amigos com toda a lealdade e dedicação partidaria, mantendo os seus principios democraticos. Na legislatura de 1905 foi eleito deputado, por um dos circulos de Lisboa. Ajudou a fundar o jornal *Commercio de Portugal*, onde escreveu varios artigos sobre assumptos commerciaes e industriaes. Tambem collaborou nos interessantes folhetos publicados pela Associação Commercial em 1893 e 1894, com os titulos de: *Representação á Camara dos Dignos Pares do Reino*; *Reclamação do Commercio contra as leis da contribuição industrial e do sello*; *A Contribuição industrial e as associações dissolvidas*; *Os impostos portuguezes e as suas applicações*, etc. O n.º 32 da 3.ª serie do *Boletim da Associação Commercial dos Lojistas de Lisboa*, publicou o retrato e a biographia do sr. Luiz Eugenio Leitão, artigo d'onde extrahimos estes apontamentos.

Leitão *(Manuel)*. Mestre em artes e cirurgia; professor no hospital de Todos os Santos de Lisboa. Viveu nos fins do seculo XVI e principios do XVII. Escreveu: *Pratica de barbeiros em quatro tratados, em os quaes se trata de como se ha de sangrar, e as cousas necessarias para sangria:* etc., Lisboa, Lisboa, 1604, outras edições em 1648, 1657, 1677; Coimbra, 1693. Houve posteriormente outra edição em Lisboa no anno de 1744.

Leitão *(Manuel Duarte)*. Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra; conselheiro de Estado effectivo e do Supremo Tribunal de Justiça, par do reino, etc. N. em Manteigas a 11 de abril de 1787, fal. em Lisboa a 12 de outubro de 1856. Em seguida á formatura foi nomeado, em 1811, juiz de fóra de Mogadouro, e passou á Relação de Gôa em 1818. Quando chegou á India a noticia da revolução de 1820, adheriu a ella, e tendo os liberaes apeado do governo e prendido o vice-rei conde de Rio Pardo, aceitou fazer parte do conselho governamental

até á chegada do novo vice-rei D. Manuel da Camara em novembro de 1821. A 18 de agosto de 1823 foi nomeado desembargador da Casa da Supplicação, continuando porém a servir na Relação de Gôa Manuel Duarte Leitão foi ministro pela primeira vez a 28 de abril de 1835, encarregando-se da pasta da justiça, porém esteve apenas oito dias no ministerio, sendo substituido por João de Sousa Pinto de Magalhães. Tornou a ser ministro da justiça a 22 de março de 1838, em que foi outra vez substituido a 18 de abril de 1839 por João Cardoso da Cunha e Araujo. Novamente se encarregou da pasta da justiça a 28 de abril de 1847 até 22 de agosto do mesmo anno, em que o foi substituir Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão.

Leitão *(Manuel José)*. Cirurgião, cujo nome só se conhece por ter escripto a seguinte obra: *Tratado completo de Anatomia e Cirurgia, com um resumo da historia da Anatomia e Cirurgia, seus progressos, e estado d'ella em Portugal*, Lisboa, 1788; 5 tomos. Escreveu mais: *Arte de sangrar*, Lisboa, 1789. Fez-se uma nova edição em 1828.

Leitão *(Manuel Rodrigues)*. V. *Rodrigues Leitão (Manuel)*.

Leitão *(Manuel da Silva)*. V. *Silva Leitão (Manuel da)*.

Leitão *(Matheus Homem)*. Doutor em Canones e lente de prima n'esta faculdade na Universidade de Coimbra, deputado do Santo Officio inquisidor, desembargador do paço, etc. N. em Braga, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de Gregorio Rodrigues cavalleiro da Casa dos duques de Bragança, e de D. Maria Leitão. Foi collegial do Collegio de S. Pedro. Sendo desembargador da Relação Ecclesiastica de Braga, foi provido em promotor da inquisição de Coimbra, d'onde passou a deputado da mesma inquisição, e depois a inquisidor em Evora, cargo de que tomou posse a 17 de março de 1646, e depois de Coimbra a 2 de novembro de 1649. Deixou duas obras escriptas em latim.

Leitão *(Miguel Achioli da Fonseca)*. Cavalleiro professo na ordem de Christo. N. em Castello Branco em 1609, fal. no Rio de Janeiro a 27 de dezembro de 1664. Era filho de Francisco da Fonseca Leitão, desembargador da Casa da Supplicação, e de D. Genebra Achioli de Castello Branco. Estudou Jurisprudencia Cesarea na Universidade de Coimbra, foi juiz dos orphãos do Porto, ouvidor do mestrado de Aviz, procurador da comarca de Leiria, provedor dos Residuos em Lisboa, e por ultimo desembargador da Casa da Supplicação, de que tomou posse a 28 de novembro de 1662. Foi nomeado syndicante geral nos Estados do Brazil, cuja incumbencia desempenhou de tal fórma que foi remunerado com uma commenda de 100$000 réis para dote de sua filha. Foi muito dedicado ao estudo de genealogia, e deixou em manuscripto: *Familia do reino de Portugal, Familia da villa de Castello Branco; Arvores de costados de titulos de Portugal, com suas armas; familia de Achioli, sua historia.*

Leitão *(Paulino Joaquim)*. Official da armada, poeta e escriptor. N. em Almeida em 1779, fal em Lisboa em 1831. Seguiu a carreira maritima, e partiu para o Brazil em novembro de 1807, na esquadra que conduziu ao Rio de Janeiro o principe regente D. João, depois D. João VI, e a familia real. Serviu na guerra de Montevideu, e regressou a Portugal em 1822 com o posto de capitão tenente. Esteve alguns annos sem collocação até que falleceu. Bibliographia: *Libambo, metamorphose do Pão d'Assucar*, Rio de Janeiro, 1811; *A' Esquadra portugueza que transportou aos Estados do Brazil os soberanos de Portugal, Elogio*, Rio de Janeiro, 1812; *Na deploravel morte do serenissimo sr. infante D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança*, etc., *Epicedio*, Rio de Janeiro; *A queda de Bonaparte, canto epico*, Rio de Janeiro de 1814; *Templo da Immortalidade, elogio para se recitar e cantar no theatro de S. João, no octagesimo primeiro anniversario da rainha D. Maria I, em 17 de dezembro de 1815*, Lisboa, 1815; *Ode pindarica ao exercito portuguez, pela gloriosa restauração de 1808, e memoravel campanha até 1811*, Rio de Janeiro, 1815. Depois da sua morte, e por diligencias de sua familia, publicou-se o seguinte: *As rimas do fallecido capitão-tenente da armada, Paulino Joaquim Leitão*, Lisboa, 1844; comprehendem 107 sonetos, algumas odes, epistolas, elegias, satyras, fabulas, epigrammas, glosas, etc. Escreveu outro poema, intitulado *Argentineida*, que ficou inedito, e do qual se perderam os ultimos cantos. O assumpto era a guerra do Rio da Prata, em que o autor tomou parte.

Leitão *(Satyro Marianno)*. Nasceu na provincia do Maranhão, e era filho de Antonio José Leitão. Veiu para Portugal frequentar a Universidade de Coimbra, e andava no quarto anno de Mathematica quando rebentou o movimento miguelista de 1828. Assentou praça no batalhão academico, e com elle defendeu a causa liberal, emigrou para a Galliza, e depois para Inglaterra, onde foi um dos infelizes alojados no misero barracão de Plymouth, a que chamavam Deposito. Publicou então uma *Carta de um ex voluntario academico*, queixando-se amargamente dos maus tratamentos, de despresos supportados pelos emigrados durante o tempo em que permaneceram ali. Saiu com as iniciaes S. M. L. Refutando este escripto, publicou-se outro, anonymo, com o titulo: *Carta de José Fidelis de Boa-Morte a seu compadre e amigo José da Vestia, ácêrca de uma carta de certo voluntario ou forçado academico.* Satyro Marianno Leitão replicou com o seguinte opusculo: *Duas palavras ácêrca da carta de José Fidelis de Boa Morte.* Satyro Marianno Leitão veiu depois para Portugal, e julga-se que falleceu no cêrco do Porto.

Leitão. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Martim Longo, conc. de Alcoutim, distr. de Faro. || S. Cypriano, de Refontoura, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Pov. da freg. de S. José de Cabiri, conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 2.ª divisão.

Leitão de Brito *(Marcos Correia)*. Freire conventual do convento de S. Bento de Aviz, cuja ordem professou a 22 de julho de 1651. N. em Santarem. Era filho de Valentim Correia Leitão e de Catharina de Mattos. Foi sacristão-mór do seu convento, e passou a Roma, como grande legista que era, para ser procurador da sua ordem n'uma demanda que ella tinha com

relação ao beneficio de Coruche. Morreu com 70 annos de edade, mas desconhece-se a data do fallecimento, assim como a do nascimento. Tinha muita vocação para a poesia comica, e escreveu varias comedias e lôas. Deixou manuscripta uma *Historia de Nossa Senhora do Monserrate.*

Leitão e Castro *(D. Antonio Thomaz da Silva).* Bispo de Angola e Congo, e de Lamego, etc. N. em Lisboa a 10 de janeiro de 1818, fal. em Lamego a 3 de dezembro de 1901. A maior parte da sua vida publica foi consagrada ás nossas missões da Asia e Africa, deixando em todas ellas os mais luminosos vestigios da sua administração intelligente e prestimosa. Exerceu os elevados cargos de vigario geral de Bombaim, visitador e governador das missões da archidiocese de Gôa, vigario geral de Meliapor, substituto eventual do arcebispo primaz do Oriente na delegação apostolica dos bispos suffraganeos, prelado de Moçambique com o titulo de bispo de Licopolis, d'onde foi transferido para Angola e Congo, coadjutor, com o titulo de bispo de Eschino, do bispo de Lamego D. Antonio da Trindade, a quem, por sua morte, succedeu n'esta diocese. No exercicio de todos estes cargos prestou assignalados serviços. D. Antonio da Silva Leitão e Castro era considerado por todos os governos como um dos prelados mais distinctos do episcopado portuguez. Em 1884 foi encarregado de inspeccionar o Real Collegio das Missões Ultramarinas de Sernache de Bomjardim, onde foi preciso cortar abusos e males inveterados, lançando as bases d'uma administração zelosa e economica, d'uma direcção mais consentanea com os interesses d'esta casa; formulou e propoz ao governo uns novos estatutos esclarecendo-o do desleixo e abandono em que fôra encontrado o collegio, e da enorme divida a que se viu obrigado a satisfazer por meio d'um emprestimo de 15:000$000 réis no Banco de Portugal, pagos a prestações trimensaes com os rendimentos do convento de Chellas. Estando ainda no exercicio d'estas commissões foi chamado pelo governo para em seu nome, juntamente com o marquez de Thomar, se encarregar junto da Santa Sé de resolver, como o mais conhecedor do assumpto, as difficuldades que então se levantaram para a Concordata do Padroado na India. Não podendo chegar a um accordo que satisfizesse por completo as aspirações do governo de então, o bispo de Angola e Congo regressou a Lisboa para informar o ministerio do que em Roma se passara, e como já estivesse preenchido o logar de superior das Missões Ultramarinas, que só interinamente por alguns mezes exercera, partiu de novo para a sua diocese, onde se conservou bastantes annos, contra todos os conselhos medicos e do proprio governo da provincia, em visitas pastoraes ao Congo, Huilla e outros pontos afastados do littoral, expondo-se aos mais duros trabalhos de viagem a todas as febres, unicamente pelo dever da sua missão apostolica. E' muito longa a lista dos serviços que o venerando prelado prestou em todas as suas commissões do serviço publico, mencionaremos alguns trabalhos da sua vida missionaria na India, fazendo o resumo de alguns documentos importantissimos do seu governo em Bombaim. Em 1877 expediu uma circular, annunciando o começo da sua visita ás egrejas, e exigiu dos missionarios seus subordinados: 1.º inventario dos bens moveis e immoveis, que possuissem a egreja principal e as egrejas e capellas annexas e as confrarias n'ellas instituidas; 2.º a folha da receita e despeza ordinaria d'ellas e da extraordinaria provavel; 3.º a folha com as contas do ultimo mez. Mandou avisar os fieis que elle receberia quaesquer queixas e accusações, que por ventura tivessem de fazer ácêrca da malversação dos fundos dos cofres. Em 1878 mandou nova circular prohibindo que, no districto de Baçaim, se arrematasse antecipadamente o producto das futuras esmolas, que os fieis houvessem de lançar por devoção no mealheiro ou cepo das egrejas. Exigiu dos missionarios resposta aos seguintes quesitos: 1.º se na sua freguezia se receberam legados pios, com encargo de se satisfazerem perpetuamente ou só por um certo tempo; 2.º em que consistem esses legados, se em missas, festas, etc.; 3.º se acceitaram alguns legados e quaes; 4.º se houve para essa acceitação licença superior. Declarou incursos na pena de excummunhão os ecclesiasticos e seculares que sonegassem qualquer propriedade, alfaias, valores, livros ou documentos pertencentes á fabrica, confraria. . bem assim os que retivessem em seu poder, destruissem ou falsamente affirmassem não existir, algum livro ou documento d'essas fabricas, confrarias, etc. As suas pastoraes são notaveis e verdadeiras peças de litteratura. Publicou um documento com o titulo de *Pro Patria,* que só por si bastaria para fazer a reputação d'um prelado, como affirma um dos seus biographos. Sendo transferido para a metropole, D. Antonio Thomaz da Silva Leitão e Castro foi para a diocese de Lamego, onde serviu, conforme dissémos, como coadjutor do bispo D. Antonio da Trindade, com a titulo de bispo de Eschino, e sendo depois eleito bispo de Lamego em 1896. Era par do reino, tomando posse na respectiva camara a 30 de abril do referido anno, e socio da Sociedade de Geographia. A morte do venerando bispo foi muito sentida em Lamego, por ser um prelado muito liberal, virtuoso, e altamente caritativo, pois vivia humildemente, por distribuir a maior parte dos seus haveres pelos pobres.

Leitão de Castro *(Jayme).* Coronel de artilharia, 2.º commandante da Escola do Exercito. N. a 16 de fevereiro de 1852, assentou praça a 22 de julho de 1869, sendo promovido a alferes em 12 de janeiro de 1875, a tenente a 14 de fevereiro de 1877, a capitão em 21 de fevereiro de 1883, a major em 27 de abril de 1894, a tenente-coronel em 5 de setembro de 1900 e ultimamente a coronel. Foi alumno do Collegio Militar, mostrando desde logo muita propensão para a carreira das armas. Depois de ser official serviu quasi sempre no regimento de artilharia n.º 1, e actualmente serve no estado maior. Substituiu o general Joaquim da Costa Cascaes na direcção dos monumentos militares, cargo em que prestou bons serviços, e onde se conserva na circumscripção central. Em 1900 fez parte da expedição a Moçambique, que partiu de Lisboa em setembro, a bordo do vapor *Benguella,* para commandante das forças de artilharia, e foi escolhido para egual commissão em Lourenço Marques, por ser então o tenente coronel mais moderno da sua arma, e reunir todas as qualida-

des requeridas para o exercicio aquelle cargo. O sr. coronel Jayme Leitão de Castro é official e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, e possue a medalha de prata de comportamento exemplar.

Leitão e Coutinho (*Dionysio Miguel*). Freire conventual da ordem de Christo, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. Escreveu: *Refutação da Allegação juridica em que o Ex.mo e Rev.mo Sr. D. José Joaquim da Cunha d'Azeredo Coutinho, Bispo de Pernambuco, pretendeu mostrar ser do padroado da Corôa, e não da Ordem militar de Christo, as egrejas, dignidades e beneficios dos bispados do Cabo do Bojador para o Sul*, Lisboa, 1806, a *Refutação* é seguida de documentos e provas; saiu depois commentada pelo referido bispo, em 1808; *Dissertação sobre os suffragios, vulgarmente chamados officios pelos fallecidos, se deverem fazer nas parochias respectivas*, Lisboa, 1820; *Collecção da Legislação das Côrtes Extraordinarias e Constituintes da Nação Portugueza no primeiro anno da sua legislatura*, etc., redigida chronologicamente, Lisboa, 1822; esta publicação ficou interrompida pelas mudanças politicas do anno seguinte mas parece que ha uma completa, publicada em Coimbra, com o titulo de *Collecção dos decretos, resoluções e ordens das Côrtes geraes, extraordinarias e constituintes da Nação Portugueza, desde a sua installação em 24 de janeiro de 1821.*

Leitão de Gouveia (*P. José Fernandes de Oliveira*). V. *Oliveira Leitão de Gouveia (José Fernandes)*.

Leitão da Silva (*Francisco*). Cavalleiro da ordem de Christo. N. em Lisboa, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de paes nobres. Escreveu: *Relação da morte e enterro da magestade serenisssima d'el-rei D. João IV de gloriosa memoria*, Lisboa, 1656.

Leite. V. *Lacticinio*.

Leite. E' appellido nobre em Portugal. Foi tomado da alcunha imposta a Alvaro Pires, no reinado de D. Affonso IV. As armas são: Em campo verde tres flôres de liz, de ouro, postas em roquete; elmo d'aço, aberto, e por timbre, uma das flôres de liz das armas. Na *Nobiliarchia portugueza*, de Villas Boas, a pag. 292 da edição de 1676, lê-se: O campo esquartelado, o primeiro de verde, e tres flôres de liz de ouro em roquete; o segundo de vermelho, e uma cruz de prata pulmella, e vazia do campo; timbre, a cruz das armas entre duas flôres de liz de verde. Outros Leites trazem as flôres de liz em campo azul, e por timbre uma pomba branca com as azas abertas, e com um ramo de ouro no bico. Outros usam as armas antecedentes, mas por timbre a cruz dos Pereiras, entre duas flôres de liz, de ouro. V. *Leites Pereira*.

Leite (*P. Antonio*). Jesuita. N. em Lisboa em 1580, fal. a 6 de dezembro de 1662. Professou em Evora, com 16 annos de edade, a 12 de setembro de 1595. Foi mestre de Theologia e de Philosophia por muitos annos, e prégador muito apreciado no seu tempo. Dizem que tinha uma extraordinaria e feliz memoria, e que repetia, quando se offerecia occasião, paginas inteiras do sagrado texto, e de diversos autores sagrados e profanos, como se os estivesse lendo. Era muito versado no estudo da Genealogia, sendo successivas vezes consultado por pessoas eruditas. Deixou manuscriptos, e impressa a *Historia da apparição e milagres da Virgem da Lapa*, Coimbra, 1639.

Leite (*Antonio Bersane*). Escrivão da superintendencia das decimas da freguezia de Bucellas e annexas. N. em Lisboa, e fal. em Minas Geraes, já depois de ser acclamada a independencia do Brazil. Era filho de João dos Santos Bersane. Tanto elle como seu irmão, José Xavier Bersane Leite, eram amigos intimos do poeta Manuel Maria Barbosa du Bocage. Tinham ambos vocação para a poesia, tendo os nomes poeticos de *Tionio* e *Josino*. No anno de 1805 exercia o emprego acima citado; em 1808 foi para o Brazil, e nunca mais voltou a Portugal. Escreveu: *Quadras glosadas*, Lisboa, 1804; reimpressas em Lisboa em 1819; *Quadras glosadas, numeros* I *e* II, Lisboa, 1805; *A verdade triumphante, Elogio dramatico para se representar no Real Theatro do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1811; *A União Venturosa*, outro elogio dramatico, tambem publicado no Brazil. Encontram-se poesias suas no *Almanach das Musas*, parte IV, pag. 33; no folheto *Tributo de gratidão que a patria consagra*, etc.; e no *Romancista*, jornal que se publicou em Lisboa em 1839, a pag. 180. Na *Livraria Classica Portugueza*, de Castilho, tomo XXIII a pag. 67 e 71, tambem ha poesias suas.

Leite (*Antonio José de Oliveira*). Cavalleiro da ordem de S. Thiago; professor de Philosophia Racional e Moral, que vivia no principio do seculo XIX. Escreveu: *Preparatorio universal, ou Arte de Logica, que contém sómente as regras necessarias, escolhidas dos melhores autores, escriptas no idioma nacional... para uso do Serenissimo S. D. Antonio Principe da Beira, e utilidade da mocidade portugueza*, Lisboa, 1800.

Leite (*Antonio da Silva*). V. *Silva Leite (Antonio da)*.

Leite (*Braz José Rebello*). Bacharel formado em Direito Pontificio pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa, mas desconhecem-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de Pedro Gomes Branco Rebello e de D. Luiza Victoria Pereira da Cunha. Estudou grammatica latina, Rhetorica e Humanidades, frequentou a aula de Philosophia no convento dos Caetanos, de Lisboa, e a de Theologia no collegio de Santo Antão dos eremitas de Santo Agostinho. Passou depois á Universidade, tomando o grau de bacharel em Direito Pontificio em 1738. O padre Braz Rebello Leite foi esmoler-mór do cardeal patriarcha D. Thomaz de Almeida, que o nomeou cura da egreja de N. S.ª da Conceição, de Lisboa, em 1753. Conhecia profundamente as linguas latina, portugueza, castelhana, franceza e italiana. Pertencia á Academia *Latina e Portugueza* e á dos *Applicados*, de que por muitas vezes foi presidente. Escreveu: *Romance endecasyllabo á morte da Serenissima Senhora Infanta D. Francisca;* saiu nos *Sentimentos metricos*, Lisboa, 1736; n'esta collecção ainda publicou varios sonetos; *Romance e decimas acrosticas;* sairam nos *Accentos Saudosos das Musas Portuguezas*, 1736 (1.ª parte); *Glosa ao soneto «Que choras Portugal? A sorte impia»*, e um *soneto* ao mesmo assumpto, saiu na parte 2.ª dos referidos *Accentos saudosos; Romance endecasyllabo ao P. D. Raphael Bluteau*, a pag. 72; *Soneto*, a pag. 71; *Epigramma castelhano*, a pag. 13, etc.; todas es-

tas obras sairam no *Obsequio funebre dedicado á saudosa memoria de D. Raphael Bluteau pela Academia dos Applicados*, Lisboa, 1734; *Romance endecasyllabo no qual se comprehendem as acções da vida e morte do senhor D. Manuel Caetano de Sousa;* saiu no fim da oração funebre que na morte do mesmo padre recitou na *Academia Latina e Portugueza* Filippe José da Gama, Lisboa, 1736; *Lyra afinada e desacorde por obsequio funebre ás saudosas memorias do Ex.mo e Rev.mo Senhor D. Caetano Cavalieri arcebispo de Tarso e nuncio apostolico dos reinos de Portugal*, Lisboa, 1739; *Encomio funebre na morte do Ill.mo e Ex.mo Senhor D. Francisco Xavier José de Menezes, 4.° conde da Ericeira*, Lisboa, 1744; *Sermão nas solemnes exequias, que, pelas almas de seus irmãos defuntos, celebrou no dia 7 de novembro de 1746 a nobilissima irmandade de Sacerdotes e seculares debaixo da protecção de S. Pedro e S. Paulo na egreja de N. S.ª do Loreto*, Lisboa, 1747; *Elogio funebre do Ex.mo marquez de Valença, recitado na Academia dos Occultos*, Lisboa, 1751. Traduziu do italiano em portuguez: *Dialogo sagrado sobre o Genesis escripto pelo dr. Paulo Medici Sacerdote e leitor publico de Theologia Positiva em Florença*, Lisboa, 1739.

Leite *(João de Sant'Anna)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, assistente da enfermaria de Santa Izabel, director da consulta de doenças de larynge, fossas nasaes e ouvidos, do hospital de S. José. Nasceu em Alcantarilha (Algarve) a 21 de setembro de 1870. E' filho de Francisco de Paula Sousa Leite Junior e de D. Maria do Carmo de Sant'Anna Cabrita. Matriculou-se na Escola Medico-Cirurgica de Lis-

João de Sant'Anna Leite

boa em 1893, e defendeu these em 8 de julho de 1898. A 12 de janeiro de 1899 foi nomeado, por concurso, medico da Junta consultiva do hospital de S. José; a 18 de julho de 1901 assistente da enfermaria e director da consulta da especialidade. Em 1899 partiu para o estrangeiro para se especialisar em doenças da larynge, fossas nasaes e ouvidos, frequentando durante um anno na Allemanha e em França os cursos e as clinicas dos especialistas de maior evidencia e mais justificada fama, merecendo-lhe particular attenção a cirurgia da especialidade, que já n'aquella epoca tinha attingido notavel perfeição. E' socio da Associação dos Medicos Portuguezes e da Sociedade de Sciencias Medicas. Tem publicado artigos dispersos. Apresentou ao congresso internacional de medicina de Lisboa em 1906 a communicação *«30 cas d'intervention chirurgicale sur l'apophyse mastoide.*

Leite *(Joaquim José)*. Presbytero da Congregação da Missão, e superior no collegio de S. José das Missões em Macau. N. em V. N. dos Infantes, termo de Guimarães, a 16 de setembro de 1764. fal. em Macau a 25 de junho de 1853. Entrou na Congregação da Missão a 27 de outubro de 1781. Quando a rainha D. Maria I fundou o seminario de Macau, foi nomeado para mestre, e partindo para a China, ali passou o resto da sua longa vida. Foi nomeado em 1808 superior do collegio de S. José das Missões em Macau, cargo que exerceu durante 46 annos. Foi membro da Sociedade Asiatica Britannica, e cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição. Era muito versado em sciencias e artes. No dia seguinte ao fallecimento, o conego da sé de Macau Antonio José Victor, que fôra seu discipulo, recitou no referido collegio das Missões uma *Oração funebre*, a qual se imprimiu em Cantão em 1853, sem o nome do autor. Escreveu: *Lusitana, ou Luso latina, isto é, Grammatica portugueza e latina, a que accede Mytologia e versificação portugueza*, Lisboa, 1833; *Historia santa por perguntas e respostas, seguida do resumo da vida de Jesus Christo, terminado por um appendice ás epocas, 2.ª edição correcta e augmentada*, Lisboa, 1847; sem o nome do autor; *Cartilha macaense*, Lisboa, 1850; com duas folhas de impressão; *Compendio da Santa doutrina e exercicio christão, confissão, communhão, oração mental, indulgencia*, etc., Lisboa, 1850, sem o nome do autor, e dividido em duas partes; *Modo de aprender a ler em poucos dias*, Lisboa, 1852.

Leite *(Joaquim José Geraldes)*. General de brigada. Pertence ao corpo dos medicos militares. N. em Castello Branco a 4 de setembro de 1838, e é filho de João Marques Leite. Cursou a Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, e terminando os estudos, em 17 de julho de 1866, entrou no quadro dos facultativos do exercito; em 1882 era cirurgião-mór do regimento de cavallaria n.° 8. Publicou em 1866 a sua these, a qual tem por titulo *Do cancro phagedenico e seu tratamento, a proposito de dois casos observados*. O sr. general Geraldes Leite está reformado desde 22 de dezembro de 1900; é official e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, cavalleiro da de N. S.ª da Conceição, e possue a medalha de prata de comportamento exemplar.

Leite *(Joaquim Maria)*. Bacharel formado em theologia, chantre na sé primacial de Gôa, professor de sciencias no seminario de Rachol, e depois deão na sé da Guarda, etc. Escreveu: *Sermão de S. Francisco Xavier, apostolo das Indias, prégado em 3 de dezembro de 1864 na egreja do Bom Jesus de Gôa*, Nova de Gôa, 1868.

Leite *(P. José)*. Jesuita, que compoz a musi-

ca para um drama allegorico, representado em Lisboa no collegio de Santo Antão em 18 de julho de 1720, e intulado *Angola triumphante*. Diz a *Gazeta de Lisboa*, de 25 de julho d'esse mesmo anno, que na *Angola triumphante* havia um excellente côro de vozes e de instrumentos.

Leite *(José Xavier Bersane)*. Vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar, governador de Angola, etc. N. em Lisboa em 1780; fal. em Angola a 10 de julho de 1843. Era filho de João Bersane Leite, e irmão de Antonio Bersane Leite (V. *este nome*). Ambos os irmãos eram poetas e amigos intimos do poeta Bocage. Matriculou-se na Academia Real de Marinha, e concluiu o curso com distincção. Entrou no serviço da armada em 1796, c logo embarcou a bordo da nau *Vasco da Gama*, que formava parte da esquadra commandada por Antonio Januario do Valle, a quem foi encarregada a defeza do Brazil da aggressão que n'esse tempo se receava. Continuando quasi sempre embarcado, acompanhou a familia real para o Brazil em novembro de 1807. Em 1831 acolheu-se á esquadra de Boussin, e passando a França apresentou-se ao imperador D. Pedro, duque de Bragança, e na corveta *Juno* transportou muitos emigrados para as ilhas dos Açôres. Veu depois para o Porto a bordo do navio *Regencia*, e durante o cêrco exerceu o cargo de intendente da marinha, desempenhando varias commissões importantes, e entre estas a apprehensão dos vinhos em Villa Nova de Gaia, empresa em que falleceu seu filho Filippe Xavier Bersane Leite, que servia ás suas ordens. Restabelecido o governo constitucional foi nomeado inspector do arsenal da marinha, mandado a França tratar da restituição dos navios levados pela esquadra Boussin, e depois nomeado major general da armada, cargo que serviu até á revolução de setembro em 1836. Em 3 de novembro d'este anno foi chamado ao ministerio para dirigir a pasta da marinha, mas não chegou a tomar conta d'este elevado cargo, pelos acontecimentos que se deram n'esse dia. Teve depois a nomeação de vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar, sendo em 1842 escolhido para governador de Angola, onde falleceu pouco tempo depois.

Leite *(Luiz Filippe)*. Director da Escola Normal Primaria de Lisboa, professor no Lyceu Nacional de Ponta Delgada e no lyceu central de Lisboa escriptor, jornalista, etc. N. em Lisboa a 13 de setembro de 1828, fal. em Pedrouços a 16 de abril de 1898. Era filho de Pedro de Alcantara Leite, official amnistiado, tendo o curso do Collegio Militar e o de infantaria pela Academia Real de Marinha, e de D. Eusebia Carlota da Silveira. Tinha 12 annos de edade quando foi com seus paes para Ponta Delgada, onde elles iam estabelecer o primeiro collegio de educação que obteve o archipelago dos Açôres, collegio que alcançou grande fama, e d'onde sairam muitos alumnos distinctos para a Universidade de Coimbra. N'aquelle collegio e no Lyceu de Ponta Delgada estudou Luiz Filippe Leite o seu curso secundario, seguindo depois para Lisboa em 1845 com o posto de sargento de caçadores n.º 4, indo frequentar a Escola Polytechnica. Em 1846, porém, a revolução conhecida por *Maria da Fonte*, o obrigou a interromper os estudos, e, assim como quasi todos os estudantes das nossas escolas, tomou parte na lucta civil. Regressando a Ponta Delgada, foi-lhe dada a baixa de serviços por motivos politicos. Dedicou-se então ao magisterio, e concorreu á cadeira de francez e inglez do lyceu d'aquella cidade, fazendo um concurso brilhante que lhe valeu a nomeação de professor. Antonio Feliciano de Castilho, mais tarde visconde de Castilho, fixara ali a sua residencia, e Luiz Filippe Leite relacionou-se com o grande poeta pela mais dedicada e respeitosa amizade, tornando-se o seu secretario, prestando-lhe o mais valioso e desinteressado auxilio nos seus trabalhos. Collaborou na reforma do ensino primario elementar sendo um dos principaes apostolos do *Methodo Portuguez Castilho* ou de *Leitura repentina*. D'esta convivencia intima resultou o seu amor ás letras e á poesia. Por decreto de 14 de julho de 1854 foi nomeado director da Escola Normal Primaria de Lisboa, estabelecida em Marvilla, n'um palacio e quinta pertencentes

Luiz Filippe Leite

á casa dos marquezes d'Abrantes. Esta nomeação o obrigou a vir para Lisboa com sua familia, e encontrando-se já n'esta cidade Antonio Feliciano de Castilho, continuou o seu convivio com o grande poeta, sendo tambem um dos promotores dos cursos normaes realisados no palacio Sarmento, á Estrella, e na sala da Bibliotheca dos Paulistas. Insistindo sempre com diversos ministros do reino, para que se abrisse a Escola Normal de que era director, foi encarregado pelo ministro Rodrigo da Fonseca Magalhães de dirigir um curso normal de habilitação para o magisterio na Real Casa Pia de Lisboa, tanto a alumnos, como a alumnas d'aquella importante casa de educação, saindo d'este curso alguns professores muito distinctos. Luiz Filippe Leite estava filiado no partido progressista, e estando este partido no poder, o duque de Avila lhe offereceu o logar de primeiro official da secretaria da Fazenda, que elle não acceitou, insistindo com o duque de Loulé, então presidente do con-

selho e ministro do reino, para que se realisasse a abertura da Escola Normal, o que veiu afinal a effeitnar-se com toda a solemnidade no dia 21 de abril de 1862, assistindo el-rei D. Luiz, o ministerio, e pessoas da côrte. Luiz Filippe Leite, como antigo director, leu um notavel discurso ácêrca da instrucção primaria, não só de Portugal, mas das nações estrangeiras, mostrando as difficuldades com que se luctara para se levar a effeito o pensamento do legislador quando creou a escola para o ensino e desenvolvimento dos alumnos e mestres. Parte d'este discurso vem publicado no vol. XII da *Historia dos Estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal*, de José Silvestre Ribeiro, pag. 244 e seguintes. (V. *Boletim Geral da Instrucção Publica*, n.º 13, abril, 1862). Na direcção da Escola Normal prestou muitos e bons serviços á instrucção, iniciando as grandes reformas do ensino, e saindo d'ella os mais abalisados professores. Foi então que José Maria Eugenio d'Almeida escolheu um dos mais distinctos alumnos da Escola Normal, o sr. Simões Raposo, e encarregou-o da reforma completa do ensino na Casa Pia, que se tornou modelo, com a collaboração de outros alumnos tambem distinctos da mesma escola. Com as reformas feitas pelo bispo de Vizeu D. Antonio Alves Martins, então presidente do conselho de ministros, a antiga Escola Normal foi transferida para Lisboa, sendo os seus professores collocados no lyceu d'esta cidade, nomeando-se novo pessoal docente d'entre os professores de instrucção primaria, antigos normalistas. Luiz Filippe Leite regeu por muitos annos o curso de francez no Lyceu Central de Lisboa, e exerceu por vezes o cargo de reitor, na ausencia do effectivo, até que uma pertinaz doença do coração o obrigou a aposentar-se, e de que veiu a fallecer. Collaborou e dirigiu diversos jornaes do seu partido, contando-se entre elles a *Opinião*, o *Progresso* e o *Futuro*; escreveu tambem na *Revista Universal Lisbonense*, *Agricultor Michaelense*, *Revista dos Açôres*, *Panorama* (3.ª serie), *Revista Peninsular*, *Archivo Pittoresco*, *Illustração Luso Brazileira*, *Revista da Instrucção Publica para Portugal e Brazil*, *Jornal para rir*, etc. Durante muitos annos foi o correspondente do *Diario de Pernambuco*, do *Diario do Maranhão* e *Patria de Nictheroy;* foi tambem o fundador do *Correio da Europa*, que se publicava nas vesperas das saidas dos paquetes para Africa e Brazil. Collaborou no *Commercio de Portugal*, onde publicou em 1885 um juizo critico sobre a *Historia da litteratura*, de Delphim de Oliveira Maia, e outros; no *Correio da Noite*, inseriu alguns artigos sobre diversos assumptos com o pseudonymo de *Nemo;* no *Ensino livre*, em 1872, publicou varios artigos sobre questões de instrucção secundaria, que então se agitavam na imprensa. A sua principal collaboração, porém, n'aquelle semanario, consta de uma serie de 24 artigos, sob a epigraphe de *Cartas de Lucilio*, firmadas com este pseudonymo, em que trata, em estylo humoristico, dos assumptos mais dignos de attenção para as familias, directores e professores de escolas ou collegios de educação. Ali appareceram varios folhetins seus com o pseudonymo de *Viscondessa de Tagilde*, bem como uma serie de artigos ácêrca da então projectada *Liga do ensino*. No *Primeiro de Janeiro* publicou em 2 de novembro de 1885 uma carta á redacção ácêrca da *Educação infantil*. Publicou tambem n'esse jornal uma serie de 31 artigos com o titulo de *Secção infantil*, ás quintas feiras desde 15 de novembro de 1885 até 8 de julho de 1886. Collaborou no *Diccionario Contemporaneo*, sob a direcção do dr. Santos Valente; reviu o *Diccionario Contemporaneo Francez-Portuguez* de Domingos de Azevedo; escreveu em differentes jornaes litterarios, e entre outros, inseriu no *Primeiro de Janeiro*, do Porto, uma importante serie de artigos romantisados, tratando elementarmente de diversos assumptos scientificos e sociaes, em estylo ao alcance da mocidade. Quando falleceu, andava colleccionando estes artigos em volume para os publicar, formando assim uma obra didactica, cujo titulo seria *Nas Dhalias*. Em 1870, juntamente com Antonio Feliciano de Castilho, Antonio da Silva Tullio, Antonio José Viale e Francisco Cassassa, fez parte d'uma commissão encarregada de promover o estabelecimento de bibliothecas populares em todos os districtos do reino, sendo ministro da instrucção publica D. Antonio da Costa de Sousa de Macedo. Por decreto de 1 de outubro de 1880 foi creada uma commissão para organisar e propôr os projectos de regulamentos e programmas de ensino primario, e Luiz Filippe Leite foi eleito secretario, sendo presidente o dr. Pires de Lima, seguindo os trabalhos até á conclusão. Resultou d'elles a serie de regulamentos, depois codificados e approvados pelo decreto de 28 de julho de 1881, sendo ministro do reino Antonio Rodrigues Sampaio. Assim ficaram regulamentadas as leis sobre instrucção primaria de 2 de maio de 1878 e 11 de junho de 1880. Constam de 286 artigos, além dos respectivos annexos e programmas de ensino. Ambas as commissões indicadas fôram gratuitas. Serviu dois annos, 1885 a 1887, como vogal da commissão inspectora das escolas normaes, cargo tambem gratuito e electivo, recebendo a eleição do conselho do Lyceu Central de Lisboa. No primeiro anno foi relator, mas o seu relatorio mandado para a direcção geral da instrucção publica, não chegou a imprimir-se. Luiz Filippe Leite era socio correspondente da Academia Real das Sciencias, socio da Associação dos Amigos das Letras em S. Miguel, da Promotora da Educação Popular em Lisboa, da Sociedade Industrial Portuense, da Sociedade de Geographia, e d'outras corporações litterarias nacionaes e estrangeiras. Foi um dos fundadores e directores, vice-presidente da direcção da Associação dos Jornalistas e Escriptores Portuguezes. Era casado com D. Iria Magdalena dos Santos. Bibliographia: *Supposições que pódem ser realidades: collecção de romances originaes, com uma introducção pelo sr. A. F. de Castilho*; Ponta Delgada, 1850; contém a collecção 5 romances: *O Soldado*, *Os Afogados*, *Uma loucura*, *Naufragio*, *O Engeitado;* alguns já haviam sido publicados no jornal *Agricultor Michaelense; Relatorio da commissão nomeada por deliberação da Mesa da Direcção da Sociedade dos Amigos das Letras e Artes em S. Miguel, na sessão de 21 de maio de 1851;* vem nas *Actas* da mesma sociedade, Ponta Delgada, 1851; *Haydée, tragedia lyrica em dois actos*, com musica de M.me Casella; Ponta Delgada, 1852; reimpressa em Lisboa, 1853, e representada no theatro de D. Maria II; *O novo amigo dos meninos, por Mr*

Saint Germain Leduc; *traduzido em vulgar: obra approvada para uso das escolas de instrucção primaria pelo methodo portuguez Castilho*, Lisboa, 1854; 2 tomos; a versão é precedida d'uma carta prologo de A. F. de Castilho; *O Soldado*, Lisboa, 1854; é reproducção do romance acima citado; esta segunda edição faz parte da collecção *Livrinhos de ouro sob os auspicios do dr. Antonio Feliciano de Castilho*, publicados pela Sociedade Faria & C.ª; *Ramalhetinhos da puericia*; começou a publicar-se em 1854 com o *Novo amigo dos Meninos*, etc. e teve muitas edições, todas approvadas pelo Conselho Superior de Instrucção Publica para uso das escolas primarias; *Exercicios de leitura manuscripta, para uso das escolas pelo methodo portuguez*, 1854; *Hymno da illustração do exercito*, poesia publicada na *Lysia Poetica ou collecção de poesias selectas de autores portuguezes*, Rio de Janeiro, 1857; *Vida de nosso senhor Jesus Christo, escripta pelos quatro evangelistas, coordenada, explicada e desenvolvida pelos Santos Padres, Doutores e Oradores mais celebres, e pelos homens de maior autoridade na egreja*, etc. *redigida pelo Abbade Brispot, e vertida em vulgar*, Lisboa, 1858; com 4 gravuras em madeira; publicou-se como supplemento á *Biblia Sagrada; Cosmos de João Fernandes*, romance publicado primeiramente no *Futuro*, com o pseudonymo *Saggitario*, e depois no *Archivo Universal*, 1859, tomo I, nos n.ºs 3 a 13, 18 e 26; *Educação popular*, no mesmo *Archivo*, tomo I, n.º 1; *Instrucção Publica*, idem, tomo II, pag. 98, 115, 133 e 146; *A Soberba*; no referido tomo do mesmo *Archivo*; *O Engeitado*, no mesmo jornal e tomo, concluido no tomo III; *Uma loucura;* no *Archivo*, tomo III; *Opusculo humanitario*; idem, tomo IV, pag. 19 e 67; é um juizo critico analytico da obra assim intitulada, de que é autora D. Nisia Floresta Augusta Brazileira; *Pablo Montesnio* (escriptor hespanhol); idem, vol. IV, pag. 99; *Antonio Feliciano de Castilho*, estudo biographico-critico; no *Archivo Pittoresco*, tomo I, 1857; pag. 9 e 19; *A Imprensa politica e a Imprensa litteraria;* idem, tomo I, pag. 162; *O reverendo bispo de Macau D. Jeronymo José da Matta*; idem, pag. 273 a 276; *Discurso por occasião da inauguração da Escola Normal de Lisboa*, em Marvilla, a 21 de abril de 1862, etc.; foi inserto no *Boletim geral de instrucção publica*, do referido mez e anno; *Discurso de abertura dos cursos nocturnos de adultos na escola annexa á normal de Marvilla;* publicado no mesmo *Boletim*, de 17 de outubro de 1863; *Discurso por occasião da abertura dos cursos de instrucção secundaria, no Lyceu Central de Lisboa*; ha 3 publicados: um em 1883 (outubro) no *Progresso* e *Commercio de Portugal*; outro, n'este ultimo jornal em 16 de outubro de 1883; e o de 1887-1888 em diversos numeros da *Revista Academica*, n.ºs 4 e 5 de 15 de janeiro, e 1 de fevereiro de 1888; *Selecta portugueza* (com a collaboração de Bernardo Valentim Moreira de Sá, professor da Escola Normal do Porto), Lisboa, 1885; 2.ª edição refundida e augmentada; tambem em Lisboa, e a 3.ª em 1888; *O demonio do jogo*, comedia em 5 actos, traducção do francez, representada em julho e agosto de 1866 no theatro da Rua dos Condes, e depois no da Trindade; tambem se representou no Brazil; *A Seraphina*, comedia em 5 actos, representada em 1869 no theatro do Principe Real; ambas estas peças estão inéditas.

Leite *(Manuel José Mendes)*. Bacharel formado em Canones e Leis pela Universidade de Coimbra. N. em Aveiro a 18 de maio de 1809, fal. em setembro de 1887. Tinha 14 annos quando se fez a revolução liberal no Porto; frequentando os estudos de humanidades e matriculando-se no primeiro anno juridico da Universidade de Coimbra, quando as idéas do novo direito politico se iam affirmando no espirito revolucionario da mocidade academica, por isso entrou cedo no noviciado liberal, e foi dos primeiros a alistar-se no batalhão academico, formado em 1826, para combater a revolução absolutista das forças do marquez de Chaves, que tinham acclamado rei o infante D. Miguel Esse batalhão foi dissolvido, depois de prestar bons serviços, que nas côrtes de 1827 fôram louvados com enthusiasmo. Mendes Leite proseguia os seus estudos universitarios, quando a academia foi mandada fechar, e aos estudantes se deu ordem de sairem de Coimbra no praso de 24 horas. No dia seguinte rebentava a revolução liberal, por elles organisada, e Mendes Leite de novo se alistou no batalhão de voluntarios academicos, prestando novos serviços á causa da Liberdade, até que batido o exercito constitucional e dissolvida a Junta do Porto, teve de refugiar-se na Galliza com o resto das tropas fieis, soffrendo todos os incommodos e privações da emigração. Embarcou depois para Inglaterra, onde as dadivas e solicitudes de seu pae, que por esse facto foi encarcerado nas prisões de Aveiro, lhe alliviaram os soffrimentos de que fôram alvo todos os emigrantes. Por aviso de 28 de março de 1829 foi mandado riscar perpetuamente da Universidade, *pelos seus sentimentos liberaes e por pertencer ao batalhão academico*. Não tendo sido incluido, como aconteceu a muitos outros constitucionaes, nas listas dos expedicionarios para a ilha Terceira, conservou-se em Inglaterra, até que D. Pedro IV partiu com a expedição libertadora dos 7:500 bravos dos Açôres para o Porto. Embarcou então com muitos companheiros, soldados decididos e convictos, n'um vapor que fretaram, vindo desembarcar em junho de 1832 debaixo do fogo das baterias inimigas da cidade do Porto. Requisitado para ajudante do commissario do governo, que ia fazer uma grande compra de cavallos e arreios, voltou a Inglaterra, e d'ali regressou quando já estava cerrado o bloqueio em volta da cidade, desembarcando no meio d'uma cerração de bombas e granadas. Durante oito mezes occupou um dos primeiros logares entre os voluntarios academicos que guarneciam a Serra do Pilar, entrando em todos os combates e escaramuças, e em julho de 1833 fez parte da bateria de campanha da expedição do Algarve, commandada pelo duque da Terceira, que entrava victoriosa em Lisboa na manhã de 24 de julho. Dissolvido e louvado em decreto do duque de Bragança o batalhão academico, voltou Mendes Leite a cursar a Universidade, seguindo o quarto anno de leis. Em 1836 formou-se nas faculdades de Canones e de Leis, e foi logo nomeado secretario geral do districto de Aveiro, logar que exerceu até 1838. Em 1839 foi presidente da camara e commandante da guarda nacional. Em 1840 saiu eleito deputado, e n'esse anno, no mez de junho, juntamente com José Estevão Coelho de Magalhães, fundou o jornal *A*

Revolução de Setembro Organisada a *commissão central* da opposição colligada contra o governo, e tendo-se resolvido tentar uma revolta militar para derribar a situação, Mendes Leite foi encarregado de sublevar a parte do norte do paiz. Descobertos os seus intuitos e sendo perseguido, deveu á sua energia o não ser victima. Convidado a auxiliar a revolução preparada no Porto em janeiro de 1844, vendo-a mallograda, correu a Braga com egual intenção, tendo o mesmo insuccesso. Foi depois a Valença fazer nova tentativa, tendo de emigrar para Galliza, onde foi preso em Tuy, conseguindo passar a Vigo, e embarcar ali n'um vapor inglez para Gibraltar, d'onde seguiu para Inglaterra. Em agosto d'este anno estava em Paris, morando juntamente com José Estevão Coelho de Magalhães. Em 1849, com a revolução popular e a amnistia que se lhe seguiu, pôde regressar ao seu paiz, e Lisboa foi saudal-o assim como a todos os emigrados, com palmas e bravos, no banquete publico realisado no theatro de D. Maria II. Dando-se, porém, a chamada emboscada de 6 de outubro, e decidido que se organisaria a rebellião contra o novo gabinete, formando-se batalhões nacionaes moveis, prestou novos e valiosos serviços á causa popular, que era a do direito, e foi um dos seus cabos mais activos e efficazes. No Porto, os membros da Junta do supremo governo da nação iam pedir muitas vezes o seu conselho, que era sempre cheio do senso pratico e de lealdade. Resolvendo a Junta reforçar a divisão do conde de Mello, que estava em Portalegre, com uma brigada de 1:000 homens commandados por Sá da Bandeira, partiu esta brigada em dois vapores, sendo nomeados para a acompanharem, como delegados da Junta, Anselmo Braamcamp, Affonso Vianna e Mendes Leite, que tinham a seu cargo respectivamente os negocios civis, os da guerra e os da marinha. Foi elle quem redigiu as condições da amnistia depois da acção do Alto do Viso. A 31 de maio, com as forças populares da expedição do conde das Antas, era aprisionado fóra da barra do Porto pela esquadra ingleza e conduzido á Torre de S. Julião. Em 1848 voltava a ser preso e mettido no Limoeiro com Manuel de Jesus Coelho, Duarte Nazareth e outros, como implicados na chamada conspiração das hydras, sendo depois julgada injusta a pronuncia. Em 1851 vinha de novo ás côrtes, deputado por Aveiro, e em 1852 fazia incluir no acto addiccional da Carta Constitucional a seguinte disposição: «E' abolida a pena de morte nos crimes politicos» Tornou a ser deputado em 1856 representando o circulo da Feira; em 1860 foi nomeado governador civil de Aveiro, e em 1863 tornou a ser eleito deputado por este circulo, em substituição de José Estevão Coelho Magalhães, que tinha fallecido.

Leite *(Manuel Malheiro)*. Doutor em Jurisprudencia Pontificia pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Lisboa, e fal. no convento de Santa Catharina de Ribamar a 23 de março de 1687. Era filho de Gaspar Malheiro, fidalgo da Casa Real, e de D. Anna Maria Ferreira. Depois de se doutorar, foi arcediago na sé de Evora, dignidade que mais tarde renunciou em seu sobrinho Francisco Malheiro Leite a 22 de julho de 1686. Era considerado bom poeta. Deixou manuscripto: *Conquista de Lisboa*, poema heroico, que ficou incompleto, contendo 6 cantos; *El gran Mario huyendo las persecuciones de Roma se escondio en las ruinas de Carthago*, romance, cujo manuscripto se conservava na livraria dos duques de Lafões.

Leite *(Manuel Maria da Costa)*. Medico-cirurgião pela Escola Medico-Cirurgica do Porto, lente cathedratico da mesma escola, e seu director, cirurgião honorario da Casa Real, etc. N. em Barcellos a 12 de abril de 1813, sendo filho de Luiz José da Costa Leite e de D. Anna Emilia Teixeira Leite. Fez os seus primeiros estudos em Barcellos e em Braga, e depois de atravessar o longo periodo das luctas civis de 1828 a 1833, soffrendo bastante por seguir as idéas liberaes, matriculou-se na Escola Medico-Cirurgica do Porto em setembro de 1834, completando o curso em 15 de julho de 1839. Inscreveu-se logo no concurso então aberto na mesma escola para o provimento do logar vago de demonstrador da secção cirurgica, para o qual foi nomeado por decreto de 5 de dezembro do referido anno de 1839. Conservou-se n'este logar até 1851, anno em que teve a promoção, por decreto de 4 de outubro, a lente substituto da respectiva secção. Por decreto de 31 de outubro de 1855 foi nomeado secretario e bibliothecario da escola, commissão que desempenhou até 17 de março de 1858, e que deixou por ter sido promovido a lente cathedratico com exercicio na presidencia da mesma escola, por decreto de 6 de maio de 1857. O decreto de 4 de dezembro de 1860 concedeu-lhe o augmento do terço do ordenado, e por decreto de 6 de dezembro de 1869, tendo completado 30 annos de serviço, foi jubilado por diuturnidade de serviço, sujeito, porém, a cabimento, pelo que continuou na regencia da sua cadeira. Como decano assumiu as funcções de director da escola no impedimento do effectivo, no anno lectivo de 1869, e foi nomeado director effectivo por decreto de 21 de abril de 1870, continuando com a regencia da 6.ª cadeira, a qual deixou no fim do anno lectivo de 1872 para 1873, por lhe ter sido contado o cabimento por decreto de 4 de janeiro d'esse mesmo anno, ficando desde então sómente com a direcção da escola, a qual exercia gratuitamente desde o primeiro de junho de 1873, por haver cedido da respectiva gratificação em favor do thesouro publico. Desempenhou muitas e variadas commissões do serviço escolar, e principalmente a de relator na commissão nomeada para responder á consulta pedida pelo ministerio do reino, em 6 de julho de 1866, sobre as reformas a fazer na instrucção superior, sendo o seu projecto de resposta approvado com pequenas modificações pelo conselho escolar. No anno lectivo de 1857 recitou a oração de sapiencia que imprimiu n'esse mesmo anno, a qual tem por titulo: *Oração inaugural, recitada na Escola Medico-Cirurgica do Porto.* Costa Leite foi cirurgião mór do batalhão de empregados publicos do Porto em 1845 e do batalhão fixo de voluntarios em 1846, passando desde então a fazer serviço no hospital militar de S. João Novo até á entrada do duque de Saldanha no Porto em 1847, sendo depois nomeado cirurgião do 2.º batalhão de caçadores de voluntarios do Porto; fez parte das commissões sanitarias que se installaram n'esta cidade, quando foi invadida pela cholera-mor-

bus e pela febre amarella em 1856 e 1857, exercendo sempre com distincção a clinica cirurgica, cultivando especialmente a obstetricia e a medicina operatoria. Costa Leite era presidente da assembléa geral do Banco Mercantil Portuense e da Companhia de Lanificios de Santo Antonio do Valle da Piedade; vice-presidente da Companhia Aurificia, e director presidente da de seguros Tranquillidade. Por decreto de 15 de junho de 1853 foi agraciado com o grau de cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição, e a 21 de junho de 1862 com a commenda da mesma ordem; em 6 de maio de 1856 com as honras de cirurgião da real camara; em 20 de outubro de 1857 com o fôro de fidalgo cavalleiro; em 1 de setembro de 1862 com o grau de cavalleiro da ordem italiana de S. Mauricio e S. Lazaro; em 8 de janeiro de 1863 com a medalha das campanhas da Liberdade n.º 5; em 3 de agosto de 1870 recebeu a carta de conselho. Casou em 1 de julho de 1843 com D. Anna Genoveva de Lima Baptista, que falleceu sem lhe deixar descendencia, em 20 de janeiro de 1851; casou em segundas nupcias a 19 de junho de 1869 com D. Albertina Borges de Castro, filha de Gaspar Joaquim Borges de Castro, grande proprietario e capitalista.

Leite *(Casal do)*. Na freg. de S. Nicolau, concelho e distr. de Santarem.

Leite de Aguilar *(João)*. Doutor em Direito Pontificio pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Lisboa, onde tambem fal. a 16 de novembro de 1667. Era filho de Antonio Leite e de D. Catharina de Aguilar. Depois de se doutorar foi admittido no Collegio de S. Pedro, da referida Universidade, a 8 de dezembro de 1639, d'onde subiu a lente da cadeira de Clementinas a 25 de janeiro de 1651. Estando depois na Relação do Porto, passou á Casa da Supplicação a 11 de agosto de 1658, e foi corregedor do Crime da Côrte, e por fim deputado da Mesa da Consciencia e Ordens. Deixou muitas postillas que dictou no tempo do seu magisterio.

Leite Bastos *(Francisco)*. Escriptor, que se tornou muito conhecido pelos seus escriptos e pela excentricidade do seu caracter de bohemio e de philosopho. N. em Lisboa a 17 de setembro de 1845, onde tambem fal. a 5 de dezembro de 1886. Era filho unico de João Leite Bastos, proprietario, e de sua mulher D. Maria Fortunata Bastos. No *Occidente*, vol. IX, pag. 275 e 286, e vol. X, pag. 12 e 21, vem a sua biographia minuciosamente escripta por seu primo, o fallecido escriptor Gervasio Lobato. N'essa biographia contam-se muitas das suas excentricidades, que se lhe notaram logo desde creança. Começou os seus estudos n'um dos collegios de Lisboa, mas o seu caracter irrequieto e traquinas fez com que descuidasse dos estudos, e nunca apparecesse no collegio, o que muito desgostou o pae, quando soube que elle todos os dias se empregava no Passeio de S. Pedro d'Alcantara e n'outros sitios a brincar e a jogar á pancada com outros rapazes. Enfurecido, o pae castigou-o asperamente. Leite Bastos não estava para se maçar em collegios, e só depois de muitas sovas, é que o pae pôde conseguir, com muito custo, que elle soubesse ler e escrever, tendo de desistir de levar mais longe a sua educação. Reconhecendo a impossibilidade de o obrigar ao estudo, deixou de o apoquentar. Leite Bastos, porém, ia crescendo, e tinha já ambições de dinheiro, mas não sabia como arranjal-o. A mãe dava-lhe ás vezes pequenas quantias, e o pae, quando elle lhe vinha pedir algum dinheiro, respondia-lhe que fôsse ganhal-o. Um dia Leite Bastos encheu-se de resolução, e disse comsigo que seguiria o conselho do pae, e tratou de se fazer industrial. Conhecia o carvoeiro, que servia a casa, e este o

Francisco Leite Bastos

ensinou a fazer bolas, e principiou o futuro escriptor no fabrico d'este producto, que vendia ao referido carvoeiro. Aborreceu-se depressa, e dedicou-se a fazer Sant'Antoninhos de barro, todos do mesmo tamanho, que elle pintava a tinta encarnada a bocca, a cruz e a peanha. Não tardou muito que passasse a outra industria, a dos phosphoros, a que se dedicou por alguns mezes. Fornecia pausinhos a uma fabrica que existia então na Serração da Pedra, e lá na fabrica é que lhe punham a massa phosphorica, gratificando parcamente o fornecedor. Aos 16 annos, quando começava a ser homem, a entrar na adolescencia, morreu seu pae, victima da tysica, deixando-lhe essa triste herança, e uma limitada fortuna, ficando sua mãe como tutora, e um amigo de seu pae, sub-tutor. Este homem era muito antipathico a Leite Bastos, que no seu caracter irrequieto e arrebatado, entendeu que não devia atural-o, quando elle intervinha nas continuas questões que se suggeriam entre a mãe e o filho. Fugiu de casa, e andou uns cinco ou seis dias a dormir pelas praças publicas e vãos de escadas, o que sendo sabido por seus tios, os paes de Gervasio Lobato, o levaram para sua casa, onde se conservou para mais d'um anno. A mãe de Leite Bastos retirou-se para o recolhimento de S. Christovão. N'essa epoca já a litteratura dominava completamente aquelle espirito juvenil; escrevia comedias que repre-

sentava ás noites em cima d'uma mesa com bonecos de barro. No entretanto, o tio, Gervasio Gonçalves Lobato, official-maior da Contadoria de Marinha, luctava no conselho de familia com o sub-tutor, que o queria mandar pela barra fóra, lucta de que saiu vencedor, porque Leite Bastos não embarcou, nem tambem assentou praça como o queriam obrigar. O conselho de familia nomeou Gonçalves Lobato tutor do menor, que d'ali a poucas semanas em 1858 entrava com um pequeno ordenado para a repartição do major-general da armada. Leite Bastos, porém, não podia supportar sujeições, por pequenas que fôssem, e um dia pedia a demissão por se julgar injustamente desconsiderado na reforma que teve a supradita repartição em 1863. Passou então a viver exclusivamente como escriptor. O theatro seduzia-o, assim como as actrizes, e Leite Bastos fez o seu debute na litteratura, publicando em jornaes litterarios umas chronicas e uns contos sem importancia. Escreveu tambem uma poesia intitulada *A uma donzella*, que recitava nas salas de familias das suas relações, ao som do *Carnaval de Veneza*, tocado no piano. A sua estreia theatral foi a comedia em 1 acto, *Consequencias d'uma inicial*, cuja primeira representação se deu no antigo theatro das *Variedades*, a 13 de abril de 1863. Essa noite foi de verdadeira alegria; na platéa viam-se muitos dos seus amigos e muitos que admiravam a sua extraordinaria excentricidade; o facto é que a enchente foi completa, e o autor teve chamadas, que elle vinha agradecer de sorriso nos labios, muito satisfeito. Seguiu-se um drama em 3 actos, *As glorias do trabalho*, que tambem obteve grande ovação; drama que denotava verdadeiro talento, mas em que se conhecia a falta de estudo e de instrucção. Ainda apresentou outras peças, nas Variedades e no theatro do Principe Real, como *Os trapeiros de Lisboa*, em 5 actos; *Honras do pobre*, 3 actos; *Dois contos por dia*, 3 actos; *Malditas cartas*, 1 acto; *Abençoados infortunios*, 3 actos; *O numero 13*, 3 actos; *O propheta*, drama biblico em 3 actos; *O Anjo do lar*, drama em 1 acto, etc. D'estas peças estão algumas publicadas. Com a volubilidade do seu caracter, começou a abandonar a litteratura dramatica, e a dedicar-se ao romance. Tendo chegado á maioridade, recebeu a pequena herança paterna, pouco mais de 2:000$000 réis, e então estabeleceu um escriptorio luxuoso com um pessoal enorme, vencendo grandes ordenados, para a empresa litteraria, que creara sob o titulo de *Bibliotheca Nacional*, que consistia n'uns pequenos fasciculos distribuidos semanalmente por assignatura, contendo contos originaes, biographias, etc. Esta prosperidade durou pouco tempo, como se póde suppôr, porque a pequena herança recebida desappareceu depressa, o escriptorio fechou-se, e Leite Bastos voltou á sua vida antiga. Sua mãe falleceu por esta epoca no recolhimento de S. Christovão, e Leite Bastos recebeu a legitima materna, mas as empresas litterarias haviam dado tão mau resultado que resolveu dedicar-se a empresas d'outro genero, e uma d'essas empresas foi uma casa de penhores. O seu negocio de agiotagem era muito original. Toda a gente que lhe pedia dinheiro sobre penhor, e que se lamentava, recebia o emprestimo tres ou quatro vezes maior que o valor do objecto apresentado. Esta noticia vulgarisou-se, e a casa começou a ser tão concorrida, que dentro em pouco já Leite Bastos não tinha dinheiro para emprestar, vendo-se obrigado a fechar a casa, que elle via cheia de penhores sem nenhuma valia. Metteu-se então n'outro negocio, carroças para carga, que lhe deu tambem um resultado negativo, e por isso o abandonou, dedicando se outra vez exclusivamente á litteratura. N'este tempo tinha mais serios cuidados; havia casado com D. Amelia Vidal, senhora pertencente á familia d'um industrial muito conhecido e acreditado de Lisboa, que durante onze annos requestara. Por este tempo lembrou-se de ter um trem, e arranjou-o d'uma originalidade excentrica, que pasmava quem o via. Era uma especie de aranha, que elle improvisou d'uma carroça, de feitio muito esquisito, puxado por um garrano tambem extraordinario, que perfeitamente dizia com o singular vehiculo, que elle guiava desastradamente, pavoneando-se pelas ruas de Lisboa, trazendo muitas vezes a mulher a seu lado. Por toda a parte e em todas as festas mais concorridas apparecia aquelle carro, por entre carruagens luxuosas, e Leite Bastos mostrava se alegre e risonho, dando-se ares de importancia, como se aquella carroça organisada em carrinho fôsse um elegante e apparatoso *phaeton*. A multidão troçava-o, mas elle não se importava com a zombaria e risadas, e seguia impavido o seu caminho. Um dia desappareceu o carro, e ficou só o cavallo, em que elle apparecia nas ruas de Lisboa desastradamente montado, mostrando os seus poucos ou nenhuns conhecimentos de equitação, mas os ditos e as risadas que lhe dirigiam ao vêl-o passar, não lhe causavam a menor impressão. O cavallo tambem desappareceu e o cavalleiro continuou a andar a pé. Leite Bastos tambem pretendeu dançar, e andou a aprender com o conhecido professor Zenoglio, e conseguiu dançar a valsa, mas n'um baile onde quiz debutar como valsista, convidando para seu par uma senhora que requestava, teve a infelicidade de logo aos primeiros passos escorregar, estendendo-se no meio da casa, arrastando na queda a sua dama. Com este ridiculo nunca mais pensou na dança. Leite Bastos, apezar de todas estas excentricidades, não deixava nunca de pensar na litteratura, mas abusava extraordinariamente da espontaneidade do seu talento, que não fôra cultivado; n'aquelle cerebro fervilhavam sempre em elaboração cinco ou seis romances differentes, que elle conduzia ao mesmo tempo com habilidade rara. Este excesso de trabalho intellectual prejudicava-o na sua gloria e nos seus interesses, porque esses romances eram escriptos precipitadamente para editores diversos em numerosos volumes, resentindo-se muito da fórma obrigada d'aquelles trabalhos, que elle procurava tornar interessantes com peripecias e situações imprevistas e emocionantes. Acceitava dos editores o que lhe queriam dar, e os seus livros eram sempre vendidos por baixo preço. A sua qualidade predominante como escriptor era uma imaginação poderosa, fecunda, que o punha a par dos mais illustres romancistas francezes n'esse genero. Continuou com tal arte a obra de Ponson du Terrail, o *Rocambole*, que a morte não deixou concluir, escrevendo como complemento, a pedido do editor

Pedro Correia, *As maravilhas do homem pardo*, que dificilmente poderá um profano reconhecer onde termina o trabalho do autor do *Rocambole* e onde principiou o das *Maravilhas do homem pardo*. Leite Bastos foi por algum tempo collaborador effectivo do *Diario de Noticias*. Dedicou-se tambem ao estudo de processos dos crimes celebres portuguezes, antigos e modernos, e escreveu os romances: *Os crimes de Diogo Alves*, *O crime de Mattos Lobo*, *A mulher do carrasco* e o *Incendiario da Patriarchal*, de que extrahiu um drama, que se representou no Gymnasio, em beneficio do actor Antonio Pedro, mas que não agradou, assim como o drama *A Pena de morte*, que teve um exito mediocre. No antigo theatro da Rua dos Condes, por occasião da guerra da França com a Allemanha em 1870, representou-se um drama seu de grande espectaculo em 5 actos, intitulado *Os voluntarios da morte*, que agradou muito. Deixou incompleto o romance *As obras de Santa Engracia*. O seu ultimo trabalho fôram *Os dramas d'Africa*, que a morte o não deixou concluir, e que depois Gervasio Lobato e Jayme Victor refundiram e acabaram. Leite Bastos, alèm dos livros apontados, escreveu: *Contos da minha lavra*, *Primaveras de Cintra*, *Romances contemporaneos*, *Fantasias da mocidade*, *Bernardices do seculo*, *Os Sapatos de defuncto*, que tambem se publicou em folhetins no *Occidente*, vol. IV e V; *As Tragedias de Lisboa*, em 4 volumes. Os ultimos annos da sua vida fôram bem amargurados. A doença assaltara-o, mas o seu espirito sempre irrequieto quasi o tornava indifferente ao seu grande soffrimento physico e moral, porque é de acreditar que tambem lhe fizesse soffrer muito o vêr-se forçado a acceitar o auxilio que lhe foi dispensado até á hora extrema por amigos e parentes.

Leite Berredo *(José Pereira da Silva)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, etc. N. em V. N. de Gaia a 6 de fevereiro de 1774, onde tambem fal. a 16 de novembro de 1835. Era filho de Manuel Pereira da Silva Leite Berredo e de D. Maria Caetana de Almeida Pinto. Tinha nos seus ascendentes Ayres Pereira Berredo, governador de Macau no tempo d'el-rei D. Manuel, e Gaspar Pereira Berredo, militar distincto do seculo XVII, que se tornou notavel na guerra da Restauração. Destinado á carreira das letras, matriculou se na Universidade de Coimbra, no curso de Direito, e quando o concluiu, obteve o logar de juiz de-fóra de Montemór-o-Novo. N'esta situação o vieram encontrar os preparativos militares de 1797, e então incitado pelos exemplos de seus avós e pelo amor que consagrava a uma senhora, que se recusava a casar com cavalheiro que não fôsse militar, deixou a magistratura e seguiu a carreira das armas. Assentou praça em infantaria n.° 11, sendo ainda n'esse anno despachado tenente em attenção á nobreza e serviços dos seus antepassados. Em 1800 voltou á Universidade para frequentar o curso de Mathematica, mas os acontecimentos do anno seguinte vieram interromper-lhe os estudos, e o levaram a reunir-se aos seus camaradas. Quando Junot entrou em Portugal, em 1807, Leite Berredo pediu a demissão, e recolhendo-se a casa, ali se conservou até junho de 1808, em que trabalhou activamente para restaurar o governo do principe regente. Encarregado então pela Junta do Porto de varias e importantes commissões, tornou a entrar no exercito com o posto de capitão, e foi nomeado ajudante de ordens do quartel general do governo das armas do partido do Porto. Em setembro de 1808 teve o encargo de organisar um pequeno corpo de cavallaria de policia, que depois veiu a ser a guarda real da policia do Porto. No principio do anno de 1809 o bispo governador d'esta cidade o incumbiu de ir a Galliza observar os movimentos do inimigo; depois da nova invasão dos francezes commandados pelo general Soult, pertenceu ás forças commandadas por Bernardim Freire de Andrade. Dando-se a horrorosa morte d'este general em Braga (V. *Andrade, Bernardim Freire de)*, Leite Berredo regressou ao Porto, e procurou quanto possivel impedir os excessos do povo desorientado, e quando a cidade foi tomada pelos francezes acompanhou o bispo para Lisboa, sendo-lhe então confiada a caixa militar. Depois da expulsão do general Soult, voltou ao Porto, e reassumiu o commando da guarda de policia, que ainda conservava em 1820, tomando n'essa epoca uma parte muito activa nos trabalhos preparatorios da revolução de 24 de agosto. Caindo a Constituição em 1823, foi deportado para Pontevedra, tendo já o posto de coronel, e ali se conservou até á regencia da infanta D. Izabel Maria. Rebentando no Porto a revolução de 16 de maio de 1828, Leite Berredo foi um dos membros do conselho militar que então se formou, e não tendo emigrado esteve homisiado até á chegada de D. Pedro, a quem foi apresentar-se, sendo logo elevado pelo imperador a brigadeiro e nomeado inspector dos quarteis e do deposito militar, cargos em que se conservou durante a guerra civil. Pouco tempo depois de terminada a campanha recebeu a sua reforma, e retirou se á terra da sua naturalidade, onde falleceu.

Leite da Costa *(P. José)*. Religioso do habito de S. Pedro; bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Braga em julho de 1760, ignora-se a data do fallecimento. Era filho de José Leite e de Maria Leite. Fez os seus primeiros estudos em Braga, passando depois á Universidade. Foi abbade de S. Miguel de Soutello, no arcebispado de Braga. Escreveu: *Desempenho festivo ou triumphal apparato com que os illustres bracarenses, pelas ruas da augusta Braga, tiraram a publico o eucharistico manná da lei da graça, etc., offerecido ao sr. Antonio de Magalhães e Menezes, moço fidalgo da casa de sua magestade*, etc., Lisboa, 1729; *Segunda parte do «Desempenho festivo»; sermões prégados no triduo das festas do Senhor de Braga*, Lisboa, 1730.

Leite Pereira. Esta familia, que o padre Agostinho Rebello, na sua *Descripção do Porto*, assim como outros escriptores, contam entre as mais illustres d'esta cidade, é originaria de França, onde os melhores genealogistas a mencionam como proximamente aparentada com a antiga casa dos seus reis. Em Portugal acham-se memorias d'esta familia desde annos muito remotos. Começaremos, porém, a serie dos seus representantes em Alvaro Annes Leite, senhor da honra de Calvos em Basto, o qual serviu a el-rei D. João I, e foi o progenitor dos senhores da quinta de Quebrantões, junto ao Porto, primi-

tivo solar d'esta familia, onde ainda se vêem, em mais de um sitio, os seus antigos brazões. Esta propriedade é situada na margem esquerda do rio Douro, junto ao logar a que chamam *Areinho*. Antigamente abrangia muito maior espaço do que o actual, pois se estendia muito mais para o poente, comprehendendo parte do terreno, onde mais tarde se construiu o convento dos cruzios, depois transformado no Forte da Serra do Pilar, para a qual edificação foi esse terreno generosamente cedido pelo seu proprietario. Na *Chronica dos conegos regrantes de Santo Agostinho* menciona-se a carta que D. João III escreveu para este fim ao morgado de Quebrantões. Alvaro Annes Leite casou com D. Filippa Borges, irmã de D. Diogo Borges, abbade commendatario do mosteiro de S. Miguel de Refoios, em Cabeceiras de Basto, os quaes eram netos de D. Gonçalo Borges, que foi filho unico de João Rodrigues Borges e de sua mulher D. Catharina Lopes, senhores da terra de Algôzo e neto paterno de Rodrigo Annes, portuguez illustre que, servindo em França nas guerras de Filippe II, o Augusto, ahi se tornou notavel na defeza de Burges, adquirindo o cognome de *Cavalleiro de Burges*, d'onde por corrupção nasceu o appellido Borges. D'este matrimonio houve Alvaro Leite Pereira, que serviu em Ceuta, no reinado do D. Affonso V, e foi senhor dos morgados de Quebrantões e Gaia, a Pequena. Casou com uma senhora, cujo nome se ignora, mas que se sabe ser natural de Ceuta, e filha de Fernão Roiz, do conselho de el-rei, de quem nasceu Diogo Leite Pereira, que foi o filho primogenito e successor, o qual casou com D. Violante Pereira, filha de Diogo Brandão, fidalgo da Casa Real, contador do Porto, e senhor de Correiras e Perozello, o qual foi casado com D. Brites Fernandes de Vasconcellos, e d'elle descendem tambem, entre outras, as familias da casa da Silva, junto de Barcellos, e da de Villa Pouca em Guimarães. E tiveram Alvaro Leite Pereira, successor de seu pae, e fidalgo cavalleiro da Casa Real com 2:000 réis por mez de moradia e um alqueire de cevada por dia, por alvará de 26 de julho de 1582, que para elle pediu a imperatriz, mãe de Filippe II de Castella, e a qual, como é sabido, era filha do rei D. Manuel I, de Portugal, e havia tido por ama nobre uma tia d'este Alvaro Leite. N'esse alvará menciona-se ainda a circumstancia do mesmo Alvaro Leite haver prestado serviços importantes na cidade do Porto. Casou em Braga com D. Martha Pereira do Lago, filha de Sebastião Pereira do Lago e de sua mulher D. Brites de Carvalho, o qual Sebastião Pereira do Lago era fidalgo da Casa Real e do legitimo tronco dos Pereiras, como descendente de Gonçalo Roiz de Palmeira, que egualmente foi descendente do condestavel D. Nuno Alvares Pereira, e ao mesmo tempo por sua irmã D. Francisca Alvares de Colmenar, senhora castelhana, era muito proximo parente dos Colmenares de Hespanha. Sebastião Leite Pereira, filho primogenito dos precedentes e seu successor, foi fidalgo da Casa Real, e casou com D. Luiza da Cunha, de quem teve Jeronymo Leite Pereira, que lhe succedeu, e foi casado com D. Helena de Portugal, filha e herdeira de João Rodrigues do Caço e de sua mulher D. Izabel de Portugal, e viveu este Jeronymo Leite na villa de Montemór-o-Velho. Por sua morte, extincta a varonia n'este, ramo passou a casa de Quebrantões aos descendentes de Diogo Leite Pereira, irmão do referido Sebastião Leite Pereira. Foi este Diogo fronteiro e commendador em Tanger e fidalgo da Casa Real, com a mesma moradia de seu pae, por alvará de 9 de julho de 1600, registado a 28 de fevereiro de 1603. Casou com D. Antonia de Magalhães Pessoa, filha do desembargador Gaspar Pessoa de Carvalho, e de sua mulher D. Francisca de Magalhães, a qual era dos Magalhães, do Côvo, e elle dos Pessoas de Montemór-o-Velho, familia proximamente aparentada, entre muitas outras, com os Rangeis de Coimbra, os Sás de Condeixa e os Mellos da Graciosa. Alvaro Leite Pereira, filho dos que acabamos de mencionar, foi, como seu pae, fidalgo da Casa Real, por alvará de 18 de julho de 1612, e foi commendador de S. João, de Alegrete, na ordem de Christo. Casou com D. Antonia de Vasconcellos, filha de Manuel Mendes de Vasconcellos, fidalgo da Casa Real e senhor da casa de Frontellos, e de sua mulher D. Paula de Moraes. E tiveram Diogo Leite Pereira, fidalgo da Casa Real e commendador de S. João de Alegrete, no Alemtejo. Fez importantes serviços nas guerras do Brazil desde 1631 até o anno de 1635, em que foi rendido pelos hollandezes e lançado nas Indias. Serviu nas fronteiras do Minho e Beira, desde o principio da acclamação de D. João IV até 1645, no posto de capitão de infantaria e no de capitão de cavallos, e tambem serviu nas armadas em capitão de mar e guerra, embarcando-se ultimamente, por capitão e cabo das náus, para a India, em 1649, e n'esta viagem naufragou, padecendo grandes trabalhos, e n'esse mesmo anno falleceu na cidade de Gôa. Foi casado com D. Helena de Tavora de Noronha, filha de Martim de Tavora e Noronha, senhor da casa de Campo Bello em V. N. de Gaia, e representante de algumas antigas e illustres familias. D'estes nasceu Alvaro Leite Pereira de Tavora, que foi cavalleiro da ordem de Christo e fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 12 de dezembro de 1680. Nasceu em V. N. de Gaia, no palacio da quinta de Campo Bello, e foi baptisado na egreja de Santa Marinha, da mesma villa, no dia 1 de janeiro de 1646. Casou com D. Lourença Caetano de Azevedo e Mello, filha de Lourenço de Azevedo e Vasconcellos, fidalgo da Casa Real e capitão mór de Mezão Frio, e de D. Izabel de Mello, sua mulher. Por fallecimento de Jeronymo Leite Pereira, de quem já falámos, e que era seu primo terceiro, succedeu este Alvaro Leite na casa e quinta de Quebrantões, e succedeu tambem a seus paes na casa e quinta de Campo Bello, não sem haver de sustentar uma questão com Antonio de Tavora e Noronha de Lemos Cernache, seu primo co-irmão, o qual pretendia recuperar a dita propriedade como representante de Martim de Tavora e Noronha. Esta questão, porém, foi vencida por Alvaro Leite, sendo-lhe confirmada a posse em que se achava da casa e quinta de Campo Bello e ficando-lhe esta em paga da legitima de sua mãe, que não lhe havia sido por outra fórma satisfeita. Foi desde então que esta propriedade, antigo solar dos Cernaches, passou a sêl-o dos Leites Pereiras, que ali fixaram a sua residencia,

por se achar em ruinas a casa que possuiam em Quebrantões. Succedeu-lhe Diogo Francisco Leite Pereira, seu filho, o qual nasceu a 4 de julho de 1698, e foi baptisado no dia 23 na parochial egreja de Santa Marinha de V. N. de Gaia. Casou por procuração a 8 de novembro de 1720, na egreja de N. S.ª da Victoria, com D. Anna Casimira de Lima e Mello, filha de Pedro da Costa Lima. E tiveram Francisco Antonio Leite Pereira, fidalgo da Casa Real e cavalleiro da ordem de Christo, o qual nasceu no paço da quinta de Campo Bello, em V. N de Gaia, no dia 9 de junho de 1730, e a 28 do mesmo mez foi baptisado na capella particular da mesma quinta. Foi o successor e representante da casa de seu pae, e fez, no reinado de D. Maria I, serviços de algum valor, que lhe fôram reconhecidos por esta soberana, e que não só consistiram em alistar-se no regimento de infantaria do Porto, onde pessoalmente serviu a rainha, mas em ter posto ás ordens do governador da mesma cidade, por occasião das guerras que então houve, uma companhia a expensas suas. Casou na capella da sua casa de Campo Bello, com D. Anna Amalia do Carmo Magalhães e Azevedo, natural do Porto e filha de Carlos Luiz de Magalhães e de sua mulher D. Michaela Thereza de Magalhães, todos da mesma cidade. E tiveram d'este matrimonio D. Gertrudes Emilia Leite Pereira de Noronha, filha unica e universal herdeira de seus paes, a qual nasceu a 18 de março de 1775. Herdou tambem a maior parte dos bens que constituiam a casa de Athães, proximo do Porto, e que era da familia Homem, de quem foi ultimo representante Fernando Homem Carneiro Pereira de Vasconcellos, que era seu segundo primo, como neto paterno de D. Anna Felicissima Leite Pereira sua tia, o qual Fernando Homem a instituiu por sua herdeira. Casou esta senhora a 27 de maio de 1793, na capella particular da casa de Campo Bello, com seu tio Diogo Leite Pereira de Lima e Mello, irmão de seu pae, o qual havia nascido em Campo Bello, onde fôra baptisado a 21 de setembro de 1745, e era fidalgo da Casa Real, cavalleiro honorario da ordem militar de S. João da Malta, tendo sido além d'isso provedor da Misericordia do Porto. Alvaro Leite Pereira de Mello e Alvim, filho dos precedentes, foi quem succedeu na casa de seus paes, por ser o mais velho dos varões existentes por occasião do falleeimento de sua mãe. Foi fidalgo cavalleiro da Casa Real e commendador da ordem de Christo, e fôra tambem coronel do regimento de milicias da Feira. Depois do falleeimento de D. Antonia de Noronha e Cernache Leme Cardoso Rebello, succedido a 11 de setembro de 1857, quinta neta e representante de Martim de Tavora de Noronha, de quem já se falou, que era tambem seu quinto avô, habilitou-se como unico herdeiro de todos os seus bens de natureza vincular, e n'elles succedeu, juntando assim á representação de sua illustre familia de Leites Pereiras a de Cernaches, Noronhas e Tavoras, a qual desde muitos annos se achava separada da casa de Campo Bello, que tinha sido o seu solar primitivo. Foi casado com D. Maria Christina de Faria, natural do Porto, filha de Bento Ribeiro de Faria, moço fidalgo da Casa Real e cavalleiro professo da ordem de Christo, da qual houve uma unica filha, que morreu solteira a 12 de julho de 1868; fallecendo depois seu pae no dia 19 de novembro de 1869, succedeu-lhe na representação de sua familia D. Gertrudes Emilia Leite do Outeiro Pereira de Mello e Alvim de Cernache Noronha e Tavora, sobrinha mais velha de Alvaro Leite Pereira de Mello e Alvim, por ser filha de seu irmão Joaquim Augusto Leite Pereira de Mello e Alvim, o qual seguira primeiro a carreira das armas, tendo mais tarde casado no Porto com D. Guilhermina Augusta do Outeiro, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra e cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição, e de sua mulher D. Maria Delfina Candida da Silveira Pinto. Do casamento d'este senhor, o unico dos irmãos de Alvaro Leite que falleceu deixando saccessão, ficaram duas filhas, sendo uma d'estas senhoras, por morte de seu tio, a 13.ª senhora dos morgados de Quebrantões e Gaia Pequena, 17.ª do de Campo de Bello, e 13.º do vinculo chamado dos Noronhas, instituido em Santa Eulalia de Macieira de Sarnes, por D. Fernando Vaz Cernache de Noronha. Casou a 16 de outubro de 1871 com Adriano de Paiva de Faria Leite Brandão, bacharel formado em Mathematica e doutor em Philosophia da Universidade de Coimbra, seu parente, natural de Braga, e filho de João de Paiva da Costa Leite Brandão, senhor do morgado do Pomar, na Povoa do Lanhoso, e de sua mulher D. Miquelina Emilia Ribeiro de Faria, da cidade do Porto. Os Leites Pereiras tem por armas: Escudo esquartelado, tendo nos 1.º e 4.º quarteis as armas dos Leites, e nos 2.º e 3.º, de purpura, uma cruz de prata, floreada e vasia do campo; elmo d'aço, aberto, e por timbre, a cruz das armas, entre duas flôres de liz, verdes.

Leite Pereira *(Domingos)*. Escrivão da correição do civel de Lisboa, celebre regicida, que tentou matar el-rei D. João IV, e que na historia ficou mais conhecido pelo nome de Domingos Leite. Era natural de Guimarães e filho d'um honrado cuteleiro, chamado Antonio Leite, e de sua mulher Maria Pereira. Domingos Leite, homem intelligente, activo e dotado de bastantes conhecimentos, veiu para Lisboa, e depois de exercer varios empregos, chegou a ser escrivão da correição do civel da côrte nomeado por D. João IV em 1641, em premio dos seus grandes serviços em favor da Restauração de Portugal. Em Lisboa casou com Maria Izabel, filha de João Bernardes, por alcunha o *Traga Malhas*, rico mercador da rua dos Torneiros, hoje da Princeza, mais vulgarmente conhecida como dos Fanqueiros. Domingos Leite Pereira foi sempre um leal portuguez até 1645. tornando se então traidor ao rei e á patria, por ciumes, segundo consta, do proprio monarcha, suspeitando-o de ter amores com sua mulher. Foi então a Madrid offerecer os seus serviços a Filippe IV, o qual conhecendo o odio que os bem ou mal fundados ciumes lhe haviam despertado contra o rei de Portugal, o encarregou de vir a este reino assassinal-o, dando-lhe por companheiro um outro portuguez, com o nome de Roque da Cunha, natural da villa de Moura, homem de pessimos precedentes, e que já estivera preso varias vezes por assassinios e roubos que praticara. Filippe IV e os seus ministros tantas promessas lhe fizeram que Domingos Leite se convenceu a vir a Lisboa com o seu companheiro Roque da Cunha, firmemente re-

solvido a cumprir a missão, quaesquer que fôssem as circumstancias e o resultado. O soberano hespanhol deu-lhe 400 cruzados para a jornada, fêl-o cavalleiro da ordem de Christo, e o armou com um arcabuz, carregado com quartos e pelouros envenenados, para o que lhe deu dois vasos com veneno. Tambem lhe entregou uma carta para o governador das armas de Badajoz o deixar passar livremente. Os dois companheiros chegaram a Lisboa a 6 de maio de 1647, e n'esse anno, a 20 de junho, realisava-se a festa do Corpo de Deus, e foi esse o dia escolhido para se perpetrar o crime, quando o rei acompanhasse a procissão. Domingos Leite não podia apparecer senão de noite e com muitos disfarces, e por isso Roque da Cunha se encarregou de alugar na rua dos Torneiros tres moradas de casas, abrindo communicação entre ellas, por aberturas nas paredes, abrindo tambem n'uma das paredes exteriores um buraco por onde partisse o tiro. N'uma das casas havia uma porta para outra rua differente, que facilitaria a fuga, sendo preciso. Quando, porém, passou em frente da casa o palio, indo em seguida o rei com a côrte, Domingos Leite não teve forças para disparar o arcabuz, e arrependido fugiu disfarçado, deixando nas referidas casas os instrumentos denunciadores do delicto, o arcabuz, os vasos de veneno e a alavanca com que se haviam furado as paredes. Roque da Cunha esperava-o junto do postigo da Graça, com dois cavallos, e ambos partiram logo para Hespanha. Filippe IV e os ministros castelhanos tiveram grande desgosto com a fraqueza de Domingos Leite, aceitaram as razões com que elle procurou desculpar-se, e fazendo-lhe novas promessas de avantajadas mercês, dando-lhe mais 2:000 cruzados, o tornaram a mandar a Lisboa para effeituar o crime. Roque da Cunha veiu primeiro para arranjar casa onde se recolhessem, e foi depois esperar o companheiro á Povoa de D. Martinho, para virem ambos de noite para a cidade. Roque da Cunha, porém, fiado em alcançar do rei o perdão dos seus passados crimes, foi denunciar Domingos Leite Pereira ao conde de Odemira e ao monteiro-mór Pedro Fernandes, ministros de D. João IV, e o conspirador ao chegar á Povoa de D. Martinho, foi preso a 31 de julho do mesmo anno de 1647. Sendo interrogado, o criminoso confessou tudo quanto se passara; sendo examinadas as casas da rua dos Torneiros, acharam-se as paredes furadas, e escondidos os dois vasos de veneno, um ainda cheio e o outro quasi vasio no proprio logar que o réo indicara. O processo foi summario, sendo a sentença lavrada em 12 de agosto e executada logo no dia 16. A sentença condemnava-o como traidor aleivoso, parricida, assassino, e incurso no crime de lesa-magestade de primeira cabeça, e por esse motivo, com baraço e pregão foi levado pelas ruas publicas, de rastos á forca, onde lhe deceparam as mãos no pelourinho, e depois o enforcaram, sendo o corpo deitado n'uma fogueira, para que não ficasse d'elle nem memoria. A condemnação tambem declarava a perda dos seus bens para o fisco e camara real, e *que seus descendentes hajam as penas que por direito lhes são impostas, e com o pagamento das custas pelo réo.*. Baseado n'este facto escreveu Camillo Castello Branco o seu romance *O Regicida*. A rainha D. Luiza de Gusmão, mulher de D. João IV, em acção de graças de seu marido ter escapado d'aquella traição, e em memoria do attentado, fundou em 1648 no proprio local das tres moradas de casas um convento, da invocação de Corpo de Deus, para religiosos carmelitas descalços, o qual se concluiu em 1661. Estes frades tambem eram conhecidos por *torneiros*. O terremoto de 1755 arrasou completamente o convento, que se não tornou a reedificar. Em 1837 fôram as ruinas vendidas a particulares, e ali se construiram casas de habitação. A sentença de Domingos Leite Pereira existe manuscripta na bibliotheca d'Ajuda, e vem publicada no vol XV do *Panorama*, 1858, pag. 1.

Leite Perry (*José Bressane de Leite Perry, visconde de*). Governador civil do districto da Horta, na ilha do Faial, Açôres. N. a 9 de março de 1862. E' filho do dr. José Ribeiro Perry, magistrado judicial, e de sua mulher, D. Maria Brigida Bressane de Leite Perry. Veiu para o continente para se educar, e matriculou se na Universidade de Coimbra, seguindo o curso de Direito, recebendo o grau de bacharel a 14 de junho de 1886. Foi sub delegado do procurador regio em Braga de 1886 a 1888, regressando ao Faial n'este ultimo anno. Foi agente do ministerio publico dos extinctos tribunaes administrativos da Horta e de Angra do Heroismo de 1888 a 1893; delegado do procurador regio da comarca de S. Jorge, de 1893 a 1894; conservador do registo predial da Horta, de 1896 a 1903, e auditor administrativo do districto, de 1904 a 1906. Filiado no partido regenerador, o circulo da Horta elegeu deputado na legislatura de 1896 a 1897. Nas camaras apresentou dois projectos de lei, um relativo ao estabelecimento na cidade da Horta d'um porto franco, a que largamente se referiu a imprensa açoreana, especialmente a de S. Miguel; o outro projecto era ácêrca das taxas de pilotagem, que mais tarde foi convertido em lei. Exerceu pela primeira vez o cargo de governador civil do districto, de 1900 a 1904, realisando-se na sua administração, entre outros melhoramentos, a conclusão do pharol dos Capellinhos, a construcção do Real Hospital da Horta, asylo de mendicidade, a replantação das vinhas americanas na ilha do Pico, inauguração da estação telegrapho-postal na Lagens do Pico, largo de D. Carlos, etc. Casou em 11 de maio de 1889 com D. Antonia de Avellar Leite Perry, filha do conselheiro dr. Antonio Emilio Severino de Avellar, medico-cirurgião, chefe do partido regenerador n'aquelle districto. O sr. visconde de Leite Perry foi agraciado com a gran-cruz da ordem de N. S.ª da Conceição, por decreto de 19 de julho de 1901, e bem assim com o titulo de conselho por decreto de 15 de outubro de referido anno, mercês concedidas por el rei senhor D. Carlos por occasião da sua visita ás ilhas dos Açôres.

Leite de Vasconcellos (*José*). V. *Pereira de Mello (José Leite de Vasconcellos)*.

Leiteiros (*Casal dos*). Na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Tentugal, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Leitões. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 369 hab. e 110 fog. Tem correio. A pov. dista 9 k. da séde do conc. O prior do mosteiro de S. Vicente de Fóra, de Lisboa,

apresentava o vigario, que tinha 30$000 réis. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Febres, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || S. Thomé e conc. de Mira, do mesmo distr. || S. Miguel, de Morreiras, conc. e distr. de Braga.

Leitões Grandes e Leitões Pequenos. Dois valles e ribeiras da ilha de S. Thiago, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Leitor. O que nas casas religiosas lê durante o jantar no refeitorio. || Lente, que lia alguma doutrina como professor e a ensinava. O *leitorado* era o tempo que durava esse exercicio ou officio. || Aquelle que, na gerarchia ecclesiastica, tem o segundo grau das ordens menores.

Leitura. O acto de lêr, e expôr alguma doutrina como mestre, ou para dar prova de sufficiencia, como as antigas leituras dos bachareis sobre algum ponto de Direito, no Desembargo do Paço. || Arte de aprender a ler. V. *Leitura (Methodos de).*

Leitura *(Gabinete Portuguez de).* A colonia portugueza do Brazil estabeleceu esta benemerita instituição no Rio de Janeiro em 14 de maio de 1857, devido aos esforços do dr. José Marcellino da Rocha Cabral e de Francisco Eduardo Alves Vianna. No artigo *Gabinete* (vol. III do *Portugal*, pag. 651), saiu a data de 1837, devendo emendar-se para 1857. Esta instituição tornou-se tão sympathica, que teve um desenvolvimento rapido. Em 1860 já contava 10:000 socios e a bibliotheca encerrava 33:000 volumes; em 1866 adquiriu mais 5:625, e em 1872 continha 30:371 obras com 41:917 volumes, numero que no anno seguinte attingiu a 4:436. Desde então tem augmentado successivamente, tendo hoje mais de 60:000 volumes. O Gabinete, quando se instituiu, ficou installado n'uma casa modesta da rua de S. Pedro, passando depois á rua da Quitanda, d'ali á rua dos Benedictinos, achando se actualmente estabelecido em casa propria, n'um magestoso palacio que se construiu na rua Luiz de Camões. O projecto do edificio deve-se a Raphael da Silva Castro, sendo a primeira pedra lançada por occasião do centenario de Camões em 1880; o gabinete foi inaugurado em 10 de setembro de 1887 e franqueado ao publico em 22 de dezembro de 1888. Na fachada vêem-se as estatuas de Pedro Alvares Cabral, Vasco da Gama, Camões e infante D. Henrique. E' de estylo manuelino. Tem uma espaçosa sala de leitura elegante e de muito gosto, adornada de ricas obras de talha; n'uma das suas faces lê-se *Livraria Alves Ferreira*, e em outra *Livraria Manuel de Mello.* Além d'esta grandiosa sala, tem mais tres destinadas tambem á leitura, e o salão onde se realisam as sessões. O Gabinete Portuguez de Leitura do Rio de Janeiro não só proporciona leitura variada aos seus socios, como sempre se tem associado a todas as manifestações patrioticas portuguezas. Fôram brilhantissimas as festas com que solemnisou o terceiro centenario de Camões. Publicou uma edição dos *Lusiadas*, dirigida pelo sr Francisco Adolpho Coelho, e mandou cunhar uma moeda commemorativa. || *Gabinete Portuguez de Leitura de Pernambuco* E' mais modesto que o do Rio de Janeiro, mas attesta egualmente o patriotismo dos portuguezes que residem n'aquella cidade. A sua installação é mais antiga, porque data de 3 de novembro de 1850, abrindo-se ao publico a 15 de agosto de 1851. Tres annos depois da sua installação possuia 7:150 obras com 11:622 volumes. Por occasião do terceiro centenario de Camões, tambem se affirmou com a publicação de uma edição de *Sonetos* do immortal poeta.

Leitura *(Methodos de).* A primeira cartilha impressa de que ha noticia, publicada em Portugal, é devida a um grande historiador, João de Barros, por onde se mostra que o importante assumpto da instrucção já n'esse tempo preoccupava até os mais considerados escriptores. Tem por titulo *Cartinha de aprender a lêr* e é de 1539. O que se desconhece, porém, é o methodo, propriamente dito, o conjuncto de regras que outr'ora se empregava para o ensino da leitura. O que nos chegou até aos meados do seculo passado era um processo enfadonho de soletração por letras, demorado e confuso, que fazia durar a aprendizagem da leitura tres e quatro annos. Chamavam-se *Cartas de aprender a ler*, ou *cartilhas do bê á-bá* esses folhetos, exiguos de tamanho, em que se accumulavam umas regras praticas, pela serieção trivial do alphabeto, sem attenção a particularidade alguma, nem do valor das articulações, nem da maior ou menor difficuldade para as pronunciar. Fazia-se decorar á creança o nome da letra e com esses nomes se architectava a soletração e syllabação. Assim para soletrar a palavra *chanfalho* dizia-se *cê-agá-ene-chan, éfe-á-fá, éle agá-ó-lhó:—chanfalho.* Para mnemonisar o nome das letras inventou-se o apresental as aos principiantes juntas a figuras, cuja inicial era essa letra, como por exemplo para o **A**, uma arvore; para o **B**, um braço; para o **C** um cortiço; para o **D**, um dado, etc. O livrinho classico, em que tal systema se usou inicialmente, ficou celebre, com o nome de *Cartilha do Padre Ignacio.* Depois vieram outros, aperfeiçoados nas formas graphicas, como o *Expositor*, que chegou a nossos dias, etc. O systema, ou methodo, era todavia sempre o mesmo na maneira de ministrar o ensino, e egual tambem a disposição dos syllabarios. Eis uma amostra do começo d'um syllabario:

A	e	i	o	u
Ba	be	bi	bo	bu
Ça	ce	ci	ço	çu
Ca	=	=	co	cu
Da	de	di	do	du
Fa	fe	fi	fo	fu
Ga	gue	gui	go	gu
=	ge	gi	=	=
Ha	he	hi	ho	hu
Ja	je	ji	jo	ju

No meado do seculo XIX deu-se uma grande revolução no ensino da leitura. Lá fóra, na Suissa e na Allemanha, tinham florescido esses dois grandes pedagogistas, esses insignes reformadores do ensino primario, Froebel e Pestalozzy, e o reflexo da extraordinaria transformação introduzida na escola por esses dois genios chegou a Portugal, n'uma fórma concreta, trazida pela mão do mavioso poeta Antonio Feliciano de Castilho, com o seu *Methodo de leitura repentina*, que lançava por terra os antigos systemas de ensinar

a lêr, mostrando o absurdo do seu complicado mechanismo. O methodo de Castilho, que tambem se chamou *Methodo Portuguez,* appareceu em 1850, e a sua differença da fórma tradicional do ensino assentou em levar a creança, pelo som da letra, e não pela sua denominação, a syllabar directamente, aproveitando assim tempo e fazendo desapparecer da escola o fastidioso *Bê-á-bá.* Foi n'esse ponto uma verdadeira revolução. Quanto á fórma mnemonica das letras e sequencia do seu ensino, usou represental-as não por imagens, de que fôssem iniciaes essas letras, como no Padre Ignacio, systema confuso e inapplicavel por exemplo para o **X** para **Y** e outras, mas sim por estampas que lembrassem o som da letra, e dispôl-as depois pelo modo que lhe pareceu mais harmonico para o ensino. Para mnemonica do **A**, a imagem representa um homem encostado a um tronco, meio adormecido, e, como boceja, produz o som *á*; a disposição em que se encontra a figura, como os pés do homem estão afastados do tronco e existe a meio um ramo, em que apoia o braço, dá a fórma do **A** na projecção da sua sombra. Outras representações são ainda mais engenhosas, como a do **X** que vae na gravura

junta. Um arlequim faz habilidades com um pequenito, e os que vêem, admiram se, exclamando *xe! xe!* a interjeição admirativa A sombra representa a letra, como se vê ao lado. Para o X minusculo apresenta o pequenito fazendo o pino, que tambem dá a idéa d'um X. *Ensinar brincando* era a divisa do grande pedagogo, por isso a sua reforma ia mais além, não se limitava a uma modificação no methodo de aprender a lêr. O ensino, como o queria o poeta, fazia-se todo movimentado, por uma fórma alegre e attrahente, substituindo os antigos ergastulos da infancia, que outra coisa não eram as aulas primarias, em agradaveis estancias, appetecidas e não detestadas pelas creanças. A leitura fazia-se por meio do rythmo cantado, todas as regras se decoravam em verso, havia marchas e córos, emfim o reformador lançava a alegria, a vida, o movimento nas escolas. Após a morte de Castilho, que tão gloriosa propaganda fizera do seu methodo, ficou apenas o systema de syllabação, morrendo quasi por completo o enfadonho *Bê á-bá.* Outros autores, aproveitando-se do systema, compuzeram syllabarios, em que a serieção das letras era mais perfeita, salientando-se entre todos o de Simões Raposo. Uns trinta annos depois appareceu outro methodo, que logo adquiriu justa celebridade. Foi tambem um poeta que o compôz, o grande lyrico João de Deus. Sem ter, nem o movimento nem a vida do de Castilho, sem imagens attrahentes nem mnemonicas pittorescas, sendo pelo contrario secco e dogmatico, o *Methodo João de Deus,* ou *Cartilha Maternal,* fez todavia avançar um passo larguissimo o ensino, na facilitação da aprendizagem da leitura. A syllabação é mais repentina e mais logica, porque não entra n'ella sem mesmo qualquer pronunciação das articulações, que figuram apenas como signaes de movimento dos orgãos vocaes. A memoração das consoantes de mais d'um valor é pela enunciação abreviada d'esses valores. Assim: O **C** é o *Cequêxe*; o **X** o *Quecececezêche;* o **S** o *sezêche,* o **M** *metil* etc. Para as consoantes a mnemonisação é a posição da bocca para as emittir, como por exemplo o **B**, é *bocca fechada*; o **D**, *lingua nos dentes*, etc. E com esta base pouco scientifica mas eminentemente pratica, realisam maravilhas os professores habeis, pois conseguem ensinar a leitura aos seus alumnos, em tres ou quatro mezes, principalmente sendo adulto, porque a esses melhor se applica o methodo. A *Cartilha Maternal,* ou *Arte de Leitura,* está dividida em 25 lições. Ha em cada uma a parte destinada ao professor, em typo miudo, com todas as indicações e explicações com que o autor justifica o seu methodo em geral e cada lição em particular. A parte destinada ao alumno é impressa em caracteres egypcios largos, sempre do mesmo tamanho. As letras maiusculas só apparecem na ultima lição, em que se apresenta o alphabeto Em cada palavra as syllabas são impressas alternadamente em caracteres cheios, pretos, e em caracteres *azarados,* cinzentos, formados por traços horizontaes, mas de maneira que a syllaba contendo a letra da lição seja em typo cheio. As letras isoladas e os monosyllabos são tambem em typo cheio. O ensino collectivo, em classe, é feito com quadros parietaes correspondentes ás 25 lições. Varias cartilhas teem mais ou menos seguido os methodss de Castilho e João de Deus. Podem citar se o do professor J. G. Vicente Rodrigues e H. de Oliveira. O *Alphabeto natural,* do abbade de Arcozello, tambem é digno de apre-

Cartilha Maternal

Arte de Leitura

ço, sendo uma simples applicação do de João de Deus. O *Methodo legographico* deve a sua propaganda a um antigo inspector do ensino primario, A. S. Lopes. Consistia em quadros parietaes de leitura para o ensino em classe. Por sua vez este methodo suggeriu tambem algumas cartilhas, de uso restricto. Caldas Aulete foi um dos sectarios do methodo legographico, applicando-o a cursos nocturnos para adultos. Em 1901 o dr. Trindade Coelho publicou a sua cartilha *Abc do povo*, illustrada com desenhos de Raphael Bordallo Pinheiro, fazendo a distincção das syllabas por meio de côres differentes, verde e castanho, e dando ao livinho um aspecto pittoresco. Ainda por ultimo indicaremos o recente methodo de leitura, de que é autor o professor Alvaro de Freitas. E' um trabalho que apresenta muitas novidades na fórma do ensino, desembaraçando a creança n'uma leitura facil, como que provisoria, a fim de que quando entra nas grandes difficuldades da leitura já não é um analphabeto. O methodo inclue tambem o trabalho com caracteres moveis, n'um quadro muito simples. || Bibliographia: V. *Instrucção*. Nos artigos respectivos aos autores dos principaes methodos alguma cousa se encontra sobre o assumpto. *Methodo de aprender a ler em poucos dias*, por Joaquim José Leitão, Lisboa, 1852. Citaremos a *Memoria*, em francez, sobre *Methodos de ensino*, escripta pelo sr. Eugenio Carlos Rodrigues para a Exposição de Paris em 1900.

Leitura Nova. Magnifica collecção de codices illuminados, da Torre do Tombo. Compõe se de sessenta volumes, perfeitamente conservados, egualmente apreciaveis tanto sob o ponto de vista artistico, como historico e litterario, e ainda pela importancia juridica que lhes foi attribuida, pois tinham toda a authenticidade, como traslado ou *leitura nova* de antigos documentos manuscriptos, instrumentos e escripturas, que desappareceram por completo. Foi D. Manuel quem mandou fazer esta *Leitura Nova*. Em vista da incerteza e confusão que havia na Torre do Tombo a respeito das suas escripturas, mandou esse monarcha *treladar e escrever verdadeiramente aquellas que pareceu que em algum tempo podiam ser necessarias e poer em ordem repartida per livros de cada huma comarca e cousas d'ella e assi dos mestrados e outros de cousas misticas segundo por os titulos d'elles se pode milhor veer*. . (Carta inicial de D. Manuel no *Livro I da Extremadura)*. Encontram-se portanto n'esta collecção, indifferentemente, copias de originaes, copias de registos, diplomas, bullas, sentenças, etc., dos primeiros seculos da monarchia, e copias de documentos coevos. Pouco se conhece ácerca dos autores d'estes preciosos livros, sabendo-se apenas os nomes dos calligraphos dos vols.: *Extremadura*, *Odiana (*Guadiana*)*, *Misticos*, *Beira*, *Alem-Doiro* e *Ilhas*, que foi um certo Fr. Diogo; dos vols.: *Legitimas* e *Extras* foi Fr. Pedro; e dos vols.: *Apresentações de Igreja* e *Escaymbos* (livro este que se não sabe qual seja*)*, foi Pedro de S. Domingos. Dos illuminadores apontam-se dois: *Alvarus* e Antonio Fernandes. Os formosos codices d'esta collecção estão minuciosamente descriptos no interessante livro *O Archivo da Torre do Tombo, sua historia, corpos que o compõem e organisação*, por Pedro A. d'Azevedo e Antonio Baião, Lisboa, 1905. D'esta obra, que constitue um dos volumes dos *Annaes da Academia dos Estudos Livres*, extrahimos a descripção de cada um dos codices da *Leitura Nova*. O n.º 1 é o *Primeiro da comarca d'Além Doiro* e tem no principio tres indices: um das pessoas com as quaes ha contratos n'este codice, outro das cidades, villas, logares e classes ácerca dos quaes ha n'elle cartas, e outro ainda das egrejas, mosteiros, hospitaes e confrarias cujos privilegios e cartas aqui estão. E' um codice em pergaminho, com as folhas numeradas, escripto em duas columnas, regrado horisontalmente a tinta e verticalmente para separar as columnas, com os titulos a vermelho, e as iniciaes dos contratos a azul e vermelho, sendo sobretudo notavel o fronstispicio pela illuminura que vamos descrever: a tarja bastante larga a ouro e côres é ornada com anjos, aves, dragões, cabeças de animaes, flores e fructos, tendo no alto quatro anjos que seguram a corôa de Portugal sobre fundo azul celeste e, em cima d'essa corôa, uma figura que parece o Padre Eterno deitando a benção, e dos lados duas espheras armillares sustentadas cada uma por dois anjos. No fundo da tarja ha, no meio d'uma corôa, a cruz de Christo, com um escudo em que se vêem pintas de sangue, a symbolisar a paixão de Jesus, e dos lados destaca se uma figura que, com o seguinte distico na mão *Rex pacificus manificatus est*, aponta para uma figura que está illuminada no D inicial, motivo porque se suppõe que essa figura é a de D. Manuel. Consta do final d'este codice que elle foi acabado no dia 28 de julho de 1521. No artigo *Illuminura*, a pag. 957 do vol. III do presente diccionario, acha-se reproduzido o frontispicio d'este livro. O *Livro 2.º d'Além Doiro*, sob o ponto de vista da illuminura, tem sómente de notavel o T inicial dos indices, sendo no resto egual ao antecedente; tem no fundo de cada pagina a rubrica de *Fernão de Pina* e foi acabado a 4 de março de 1538. O *Livro 3.º d'Além Doiro* tem a mais que o anterior a carta de D. Manuel em que se ordena a feitura d'estes codices e cuja primeira pag. é notabilissima como illumiuura: a tarja a ouro e côres em que abundam as figuras, cabeças d'anjos, aves, animaes phantasticos e fructos, tem no alto a corôa de Portugal, sustentada por 4 anjos entre duas espheras armillares. Foi acabado a 14 de agosto de 1511. O *Livro 4.º d'Alem Doiro* começa tambem pela carta por onde principia o anterior, sendo a tarja da primeira pagina a côres e ouro, ornada com anjos e animaes mythologicos, tendo no fundo, no meio d'uma corôa, a pintura d'uma esquadra composta de 3 navios, para os quaes se dirigem muitos barcos pequenos cheios de gente em que se vêem as cruzes de S. Thiago e Christo, e no alto um portico de estylo manuelino, com o escudo portuguez no meio, sustentado por tres anjos e duas espheras armillares; uma de cada lado, sustentadas cada uma por dois anjos. Foi acabado a 10 de agosto de 1513. O *Livro 5.º d'Além Doiro*, rubricado por Damião de Goes, não tem nenhuma notabilidade sob o ponto de vista da illuminura. O *Livro 6.º* d'esta collecção é o *Primeiro da comarca da Beira;* tem os mesmos tres indices de que falámos quando descrevemos o 1.º livro; começa pela carta de D. Manuel a que nos referimos e a sua primeira folha tem a tarja a ouro e côres ornada com anjos, aves, vasos de

flôres em que predominam os cravos e as rosas, e no alto quatro anjos susteutando o escudo das armas portuguezas no meio de dois anjos, cada um com sua esphera armillar, e em baixo a Veronica expondo uma toalha com a cabeça de Jesus n'ella impressa. Foi concluido a 24 de julho de 1521. O *Livro 7.º, 2.º da comarca da Beira*, começa por 4 indices: o 1.º das pessoas que n'elle teem contratos, o 2.º dos aforamentos de casas e herauças de que se paga foro e o 3.º das cidades, villas e logares e o 4.º das egrejas, mosteiros, hospitaes e confrarias, todos com as iniciaes illuminadas. Segue-se-lhes uma pagina illuminada e duas a seguir em branco, por não ter sido escripta a carta de D. Manuel por onde começam alguns dos livros anteriores Na pagina illuminada vê-se no alto o escudo de Portugal, no meio de duas espheras armillares e nas tarjas, a cada um dos cantos, um dos Evangelistas, tendo tambem fructos, animaes, e scenas que parecem sómente productos da phantasia do illuminador. E' rubricado por Fernão de Piua e acabou se a 5 de abril de 1538. O *Livro 8.º, 3.º da comarca da Beira*, começa pelos mesmos quatro indices a que nos referimos, com as iniciaes illuminadas como dissémos, e sob este ponto de vista nada mais tem de notavel. E' rubricado por Fernão de Pina e tem no fim o registo posterior da instituição de morgado feita a Pedro de Sousa de Refoyos, na villa de Idanha-a-Nova. O *Livro 9.º, primeiro de Odiana*, tem no principio os quatro indices a que alludimos e logo a seguir a carta de D. Manuel, cuja primeira pagina é superiormente illuminada, com o escudo das armas de Portugal no alto no meio de duas espheras armillares e as tarjas com flôres, fructos e aves. Este livro tem no fim a data de 11 de setembro de 1504, data da sua authenticação com a assignatura de D. Manuel. O *Livro 10.º, segundo de Odiana*, começa pelos indices, a seguir a carta de D. Manuel, cuja primeira pagina é illuminada, tendo no alto o escudo d'armas portuguezas no meio de duas espheras armillares e as tarjas em fundo d'ouro, com fructos, flôres e borboletas. O *Livro 11.º, terceiro de Odiana*, tem depois dos indices a carta de D. Manuel, cuja primeira pagina é illuminada, tendo no alto o escudo portuguez sustentado por dois anjos no meio de duas espheras, e as tarjas em fundo d'ouro, com pavões, flôres e borboletas. Foi acabado a 16 de julho de 1508. O *Livro 12.º, quarto de Odiana*, tem além dos indices a primeira pagina da carta de D. Manuel illuminada, tendo no alto, no meio de dois anjos sustentando duas espheras armillares, o escudo d'armas portuguezas e as tarjas em fundo d'ouro algum tanto esmaecido, pavões, flôres, fructos (morangos), animaes phantasticos e aves. Foi acabado a 28 de outubro de 1510. O *Livro 13.º, quinto de Odiana*, começa pelos indices, tem a carta de D. Manuel e na sua primeira pagina, no alto, entre duas espheras, o escudo d'armas portuguezas; nos cantos anjos tocando e nas tarjas, em fundo d'ouro, figuras grotescas, animaes phantasticos, anjos e fructos (cerejas). O *Livro 14.º, 6.º da comarca de Odiana*, tem os costumados indices com as suas iniciaes ornadas a côres, flôres, aves e borboletas e a pagina, que costuma ser illuminada, em branco. O *Livro 15.º, 7.º de Odiana*, tem os indices e depois illuminada a pagina destinada para se começar a carta de D. João III, da qual se vê apenas o nome do monarcha em letras conjunctas, a azul em fundo d'ouro; no alto o escudo portuguez no meio de espheras armillares e nas tarjas em fundo d'ouro apparecem flôres, figuras grotescas e phantasticas. E'rubricado por Damião de Goes e no fim por Pedro Homem. O *Livro 16.º, 8.º de Odiana*, tem, como o anterior, sómente illuminada a carta de D. João III. No alto vê se o escudo de Portugal entre dois anjos que tocam, e nas tarjas dos lados, em fundo d'ouro, flôres e em baixo animaes phantasticos. Está rubricado por Fernão de Pina. O *Livro 17, 1.º da comarca da Extremadura*, começa pela «*hordenãça em que este e os outros livros vã postos e a maneira que se ade ter na busca das escripturas*»; tem em seguida os costumados indices e depois a carta de D. Manuel, ordenando a feitura d'estes codices A primeira pagina d'essa carta é illuminada, tendo no alto o escudo das armas portuguezas sustentado por dois anjos, no meio de duas espheras armillares, as tarjas ornadas a oiro, côres, flôres, aves e fructos, tendo ao fundo um pavão a comer um caracol. O D inicial tem no centro morangos. Este livro, diz-se no fim que foi concluido a 11 de setembro de 1504 e está assignado por D. Manuel. O *Livro 18, 2.º da Extremadura*, tem no principio os indices, e depois a carta de D. Manuel cuja primeira pagina é illuminada, no alto com o escudo das armas portuguezas, no meio de duas espheras armillares, e nas tarjas entre folhagem, um grupo de figuras no fundo, e outras isoladas, em attitudes mais ou menos grotescas. Foi acabado no dia 1 de novembrode 1505. O *Livro 19, 3.º da Extremadura*, depois dos indices tem a carta de D. Manuel cuja primeira pagina é illuminada, no alto côm o escudo de Portugal, e nas tarjas, com flôres, pavões, caracoes, fructos, e a um dos cantos uma figura montando um porco montez. No fim estão quatro folhas que são posteriores, do tempo em que era guarda-mór Antonio de Castilho. *O Livro 20, 4.º da Extremadura*, diverge apenas dos anteriores na illuminura da primeira pagina da carta de D. Manuel, que tem no alto o escudo portuguez no meio das espheras armillares, as tarjas ornadas com figuras phantasticas e grotescas, aves, rosas, pavões, e no fundo um anjo apontando para um escudo em que está a cruz de Christo; vê-se ao lado d'esse anjo o convento de Christo de Thomar O D inicial é formado por um dragão. Este livro foi acabado a 14 de dezembro de 1509. O *Livro 21, 5.º da Extremadura*, tem no alto da primeira pagina da carta de D. Manuel o escudo portuguez sustentado por quatro anjos, e dos lados duas espheras armillares; nas tarjas pennas de pavão, rosas, borboletas e aves. Foi concluido a 26 de abril de 1508. O *Livro 22, 6.º da Extremadura*, tem a primeira pagina da carta de D. Manuel illuminada, no alto com o escudo portuguez sustentado por um anjo e de cada um dos lados um anjo abrindo as cortinas para o escudo se vêr bem, e as duas espheras armillares. Nas tarjas vêem-se aves, animaes phantasticos, figuguras grotescas e no meio da tarja do fundo um cavalleiro a toda a brida, com um clarim na mão, encaminhando-se para um rio onde se vê um barco a navegar. Foi acabado a 22 de março de 1509. O *Livro 23, 7.º da Extremadura*, tem na primeira pagina da carta de D. Manuel o escu-

do portuguez no meio das espheras armillares, e nas tarjas: rosas, borboletas, aves, raminhos e myosotis. Foi concluido a 29 de abril de 1509. O *Livro 24, 8.º da Extremadura,* tem a primeira pagina da carta de D. Manuel illuminada, no alto com o escudo portuguez no meio de duas espheras armillares e nas tarjas com morangos, aves, flôres e borboletas. Foi acabado a 23 de novemvro de 1509. O *Livro 25, 9.º da Extremadura,* gens estão admiravelmente trabalhadas, no meio de duas espheras armillares. Na tarja vêem-se flôres (malmequeres, rosas e myosotis), fructos anjos e aves. A tarja do fundo é verdadeiramente notavel com duas paizagens, n'uma das quaes apparece um lenhador e no outra um pescador e na extremidade da terra firme dois pavões, um de cada lado, olhando para dois anjos, dos quaes um toca trombeta e o outro tambor, collo-

Leitura Nova—Frontispicio do livro 27, 11.º da Extremadura

tem a primeira pagina da carta de D. Manuel illuminada, tendo no alto o escudo no meio de duas espheras; nas tarjas, no meio da do fundo, e dos lados tambem espheras armillares e um graciosissimo entrelaçado em fundo d'ouro. O *Livro 26, 10.º da Extremadura,* tem depois dos indices a carta de D. Manuel, cuja primeira pagina é bellamente illuminada, sendo das mais perfeitas d'esta collecção. Vê-se no alto o escudo de Portugal suspenso por dois anjos, cujas roupa- cados sobre uma baleia que vae cortando o mar, vendo-se no fundo um edificio, talvez completamente phantastico, que parece a entrada fortificada d'uma cidade. Este livro foi concluido a 28 de fevereiro de 1516. O *Livro 27, 11.º da Extremadura,* tem, depois dos costumados indices, em branco, o espaço consagrado á carta da qual só ha o nome do monarcha *D. João*, tendo todavia illuminada a primeira pagina, no alto com o escudo portuguez e as espheras armillares e além

d'isso um anjo com a cruz de Christo no escudo, uma azenha e uma paizagem na qual se vê um pescador. As tarjas são ornadas com anjos, e figuras phantasticas e grotescas. vendo-se na de baixo o seguinte: *Alvarus, 1527*. No fim se diz que este livro foi acabado a 4 de janeiro de 1538. A estampa da pagina antecedente representa o frontispicio d'este codice. O *Livro 28, 12.º da Extremadura*, não tem em seguida aos indices a costumada carta, que não foi escripta, nem tampouco illuminada a primeira pagina. O *Livro 29, 13.º da Extremadura*, tambem não tem escripta a carta de D. João III, tendo todavia illuminada a pagina destinada para o seu começo. Tem ao alto o escudo portuguez e por timbre um dragão e nas tarjas, no meio da do fundo, uma aguia, e aos lados animaes phantasticos e anjos. O *Livro 30, 1.º dos Misticos*, consta d'uma nota que está na primeira folha que foi mandado encadernar pelo guarda-mór Antonio da Cunha Pinheiro, quando era guarda-mór em 1692. Depois dos indices tem a carta d'el-rei D. Manuel, cuja primeira pagina é illuminada. No alto o escudo portuguez, sustentado por cinco anjos e nos lados duas espheras armillares e a tarja ornada com aves, borboletas, rosas, pavões e cravos. Foi concluido a 12 de setembro de 1504, tendo a assignatura de D. Manuel. O *Livro 31, 2.º dos Misticos*, tem egualmente a primeira pagina da carta de D. Manuel illuminada, tendo no alto o costumado escudo, no meio de duas espheras e tres galeões que se vêem no mar largo e nas tarjas: borboletas, ramos, flôres e aves, (mochos). O *Livro 32, 3.º dos Misticos*, depois dos costumados indices tem a carta de D Manuel, cuja primeira pagina é illuminada, no alto com o escudo portuguez e dos lados com as duas espheras armillares Nas tarjas apparecem quatro figuras que parecem fazer qualquer explicação e, no meio da tarja do fundo, um calligrapho escrevendo, assim como caveiras e cabeças de animaes. Foi acabado a 24 de julho de 1516. O *Livro 33, 4.º dos Misticos*, depois dos indices não tem escripta a carta que n'este era de D. João III, mas cuja primeira pagina está illuminada, vendo-se no alto o costumado escudo portuguez no meio de duas espheras armillares, e nas tarjas, em fundo d'ouro, ramos de flôres e duas figuras com corpo de homem, pés e pernas de bode. Está rubricado por Damião de Goes. O *Livro 34, 5.º dos Misticos*, não tem a carta de D. Manuel, não tendo portanto nada de notavel sob o ponto de vista da illuminura. O *Livro 35, 6.º dos Misticos*, tem os seguintes indices no principio, como os outros misticos: das Rainhas (cartas que lhes dizem respeito), dos Infantes, dos duques, dos condes, marquezes e viscondes, dos arcebispos e bispos, e depois d'outras pessoas não titulares. Sob o ponto de vista da illuminura só é notavel a vinheta que está ao pé do indice dos duques e que representa caça com o falcão. O *Livro 36, Livro das Ilhas*, rubricado por Damião de Goes, não tem a carta de el-rei D. João III, todavia está illuminada a primeira pagina; no alto com o escudo portuguez no meio de duas espheras armillares, nas tarjas com differentes figuras, cabeças, flôres em fundo d'ouro e, no meio, da tarja do fundo, uma vinheta representando a fuga da Senhora para o Egypto, com a legenda em volta: *Vias tuas Domine demonstra mihi et semitas tuas*. O *Livro 37, 1.º de Extras*, começa pelos seguintes indices: Indice das quitações dos officiaes que fizeram obras dentro ou fóra do reino; indice das cartas dos officiaes móres d'el-rei; doações, contratos e escambos feitos sobre propriedades que não são em comarca certa; cartas outorgadas a cidades e villas fóra de Portugal; cartas a religiões, prelados etc., de fóra do reino. Foi concluido a 4 de junho de 1538 e não tem illuminada nenhuma pagina, e apenas ornadas as iniciaes dos differentes indices. O *Livro 38, 1.º dos Reis*, começa por 3 indices: um de documentos n'elle registados respeitantes aos Reis, o 2.º respeitantes ás Rainhas, e o 3.º aos Principes. Não tem a carta de D. Manuel nem tampouco a folha de pergaminho para ella destinada. O *Livro 39, 2.º dos Reis*, começa pelos seguintes indices: 1.º das compras, escambos, contratos, etc., em virtude dos quaes el-rei houve terras e jurisdicções; 2.º das sentenças em virtude das quaes el-rei houve terras e jurisdicções: 3.º das inquirições que se tiraram sobre reguengos. A carta de D. João III, que deveria preceder os documentos, não foi escripta, sendo todavia notavelmente illuminada a sua primeira pagina, no alto, com o escudo portuguez no meio das duas espheras, a nas tarjas por uma notabilissima allegoria que representa uma tempestade no mar alto; o Tejo e o Zezere, representados por 2 figuras, abraçam-se e um navio acossado pelo temporal, no qual apparece uma graciosa figura feminina, que empunha uma bandeira, chama uma das figuras mythologicas que povoam o mar. Ao lado vê-se o *Oceano*, uma figura gigantesca de barbas e cabellos verdes, ao qual se está dirigindo uma figura de mulher que parece implorar protecção. O *Livro 40, 1.º dos Direitos Reaes*, contém os titulos de compras, escambos, contratos etc., pelos quaes El-Rei houve algumas terras, direitos e jurisdicções, as sentenças que julgaram propriedades para o rei e os reguengos d'El-Rei que alguns mosteiros trazem de foro. Não foi escripta a carta do principio, nem tampouco illuminada a sua primeira pagina Foi concluido a 22 d'outubro de 1517. O *Livro 41, 2.º dos Direitos Reaes*, tem, em seguida aos indices, a carta de D. Manuel, cuja primeira pagina é illuminada primorosamente, no alto com o escudo portuguez no meio das espheras armillares e nas tarjas com figuras phantasticas, aves e flôres em fundo d'ouro. Foi acabado a 28 de novembro de 1520. O *Livro 42, Livro de Foraes Velhos*, depois dos indices, tem as folhas de pergaminho destinadas á carta de D. João III, que não chegou a ser escripta, tendo todavia illuminada a sua primeira pagina; no alto o escudo portuguez no meio das duas espheras armillares e nas tarjas differentes figuras phantasticas, vendo-se ahi a data de 1552. Grande parte d'este codice é rubricado por Damião de Goes. O *Livro 43, de Foraes dantre Douro e Minho*, tem sómente as folhas destinadas á carta de D. João III, e illuminada a sua primeira pagina, no alto com o costumado escudo portuguez no meio das espheras armillares, e nas tarjas dos lados, em cada uma d'ellas, um anjo com a inscripção: *Hac pientissimo*, e a outra *Imperante anno de 1552*, e na tarja do fundo uma allegoria representando *Africa Capta*. O *livro 44, Dos foraes novos da comarcua de Trallos Mõtes*, nada tem de notavel sob o

ponto de vista da illuminura. O *Livro 45, Dos Foraes novos dentre Tejo e Odiana*, não tem escripta a carta inicial, estando porém illuminada a primeira pagina, que lhe era destinada. No alto dois anjos segurando o escudo d'armas portuguez, dos lados duas espheras armillares e nas tarjas, vasos representando caras phantasticas e no meio da tarja do fundo o nascimento de Jesus. O *Livro 46, Dos Foraes Novos da Beira*, nada tem de notavel sob o ponto de vista da illuminura. O *Livro 47, Dos Foraes Novos da comarcua da Extremadura*, nada tem tambem de notavel sob o ponto de vista da illuminura. O *livro 48, Primeiro das honras e devassa dallemdoyro*, tem, em seguida aos indices, a carta costumada de D. Manuel, sendo primorosamente illuminada a sua primeira pagina, illuminura que tem a data de junho de 1520 no meio da tarja do fundo. Este codice foi concluido a 17 de dezembro de 1521, como se diz no fim. *O Livro 49, Inquirições que se tirarã no arcebispado de Lixboa sobre as Jurisdicções dos lugares de sãcto Ant.º e da Estrada e da villa dalhãdra por rezam da demãda que era ãtre elles e o concelho da dicta cidade e assi do bispado de Vizeu sobre a Jurisdicção do Couto de São Joane das Areas e a outra inquirição da cidade de Coimbra e do Mosteiro de Cela de Guimarães sobre a jurisdição da Aldea de Eiras.* Não chegou a ser escripta a carta inicial, que aqui era de D. João III, foi porém illuminada por Antonio Fernandes em 1552 (no meio da tarja do fundo se vê o que affirmamos) a primeira pagina a ella destinada. Vêem-se n'ellas figuras, cada uma com seu animal aos pés — Este codice está rubricado em parte por Damião de Goes e em parte por Fernão de Pina. O *Livro 50, Livro de Inquirições que se tirou sobre as hõrras e devassas da Beira d'Alemdoiro.* Não tem, como o antecedente, escripta a carta de D João III, mas tem, como elle, illuminada a sua primeira pagina por Antonio Fernandes, em 1552. No meio da tarja do fundo encontra se illuminada uma bella paizagem em que sobresaem as fortificações d'uma cidade. E' trabalho primoroso. O *Livro 51, Livro de Inquirições que El Rey dom Afonso de bolonha mandou tirar antre Douro e Ave como parte com Tamegua de todolos direitos reaes* Nada tem de notavel sob o ponto de vista da illuminura e foi concluido a 22 de junho de 1522. O *Livro 52, De Inquirições que El-Rey dom Afonso conde de Bolonha mandou tirar em toda a terra dantre Cadavo e Ave e Baroso e Chamas etc. na era de 1262.* Depois dos indices dos julgados de que se trata no volume, vem a carta de D. Manuel, cuja primeira pagina é primorosamente illuminada com anjos, flôres e borboletas. Os anjos, que no alto da pagina sustentam o escudo de Portugal, tem uma bella expressão de meiguice e as suas roupagens estão muito bem trabalhadas. Foi acabado a 24 de maio de 1516. O *Livro 53* é o *dos Mestrados* e nada tem de notavel sob o ponto de vista da illuminura; tem no emtanto muita importancia historica por conter copia dos documentos da Torre do Tombo d'então, respeitantes ás tres ordens militares: Christo, Sant'Iago e Aviz. O *Livro 54, Primeiro dos Padroados*, tem, em seguida aos indices, a carta de D. Manuel cuja primeira pagina é bellamente illuminada: no alto o escudo portuguez no meio das duas espheras armillares e nas tarjas, flôres, fructos (morangos), aves e anjos. O *Livro 55, Segundo dos Padroados*, tem illuminada a primeira pagina da carta de D. João III, com figuras phantasticas e aves. O *Livro 56, Primeiro das Legitimações*, tem illuminada a primeira pagina da carta de D. Manuel principalmente com anjos nas tarjas. O *Livro 57, Segundo das Legitimações*, tem primorosa e finamente illuminada a primeira pagina da carta de D. Manuel, com differentes figuras de santos e santas, anjos, aves, flôres, um escudo tendo n'elle pintada a cruz de Christo sustentada por um anjo, etc. O *Livro 58, Terceiro de Legitimações*, tem illuminada a primeira pagina destinada á carta de D. João III, que não chegou a ser escripta. Nas tarjas ha rosas, borboletas, aves, etc., em fundo d'ouro e a cada um dos cantos uma vinheta. No alto o escudo portuguez no meio de quatro espheras armillares. O *Livro 59, Doações d'el rei D. João III* e o *60, Privilegios de D. João III*, nada tem de notavel. || Bibliographia, V. *Illuminura.* Artigo do sr. Braancamp Freire, no *Archivo Historico Portuguez*, vol III, pag. 130.

Leiva *(Antonio Joaquim Ferreira d'Eça de).* Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra. N. em Guimarães a 9 de fevereiro de 1784, onde tambem fal. a 11 de outubro de 1849. Era filho de João Ferreira de Leiva e de D. Rita Luiza. Recebeu o grau de bacharel a 10 de julho de 1808. Serviu em Guimarães por mais de 25 annos o logar do juiz dos orphãos. Escreveu: *Memorias theoricas e praticas do Direito orphanologico*, Porto, 1842; 2.ª edição em 1846. Fôram dedicadas ao seu particular amigo e conselheiro João Baptista Felgueiras. Estas memorias, fructo de muitos conhecimentos theoricos, combinados com uma longa pratica, tiveram desde logo a maior acceitação, e mereceram os elogios dos jurisconsultos, nomeadamente o dr. Correia Telles, que foi o primeiro a recommendar a adopção d'ellas, assim theorica como praticamente.

Leixões. Ilhéo do districto do Porto, formado de penedias, situado na costa do Oceano Atlantico, perto de Leça da Palmeira. Existiu aqui um forte, que tomou o nome de *Leixões*. Era um dos fortes que, durante as guerras da independencia de Portugal, D. Affonso VI, e depois seu irmão D. Pedro II, mandaram edificar em todo o littoral do reino. Na praia ao N do castello de S. João da Foz do Douro, construiram-se os fortes de *Leixões, Queijo* e *Mattosinhos*.

Leixões (*Porto de).* Grande porto artificial d'abrigo situado em Mattosinhos, nas cercanias do Porto. A idéa da construcção d'este porto artificial desde muitos annos que era suggerida pelas difficuldades do accesso da barra do Porto, difficuldades que prejudicavam altamente o commercio da praça do Porto, e punham ao mesmo tempo em perigo imminente quantos os capitaes empregados nas embarcações, que em certas epocas do anno precisam transpôr o estreito canal que constitue a entrada maritima d'esta cidade. Depois d'uma lucta longa e pertinaz para se obter um melhoramento tão imprescindivel para a vitalidade d'esta praça, depois de feitos varios estudos e de se discutirem os alvitres que se suggeriram sobre a melhor situação do projectado porto artificial, depois finalmente, de se vencerem mil difficuldades, a construcção d'essa

obra foi decretada, e a empreitada geral concedida a Dauderni, Duparchy e Bartissol, pela somma total de 4:489:000$000 rs, por elles offerecida em concurso de 23 de janeiro de 1884. As obras em construcção constavam de dois quebramares ou molhes e de um porto de serviço. Em fevereiro seguinte, a empresa constructora installou o seu escriptorio em Mattosinhos, procedendo desde logo ao levantamento das plantas topographicas e ao estudo das condições do material preciso para as obras a realisar, e ás encommendas dos apparelhos, material e materias mais importantes. Os seus primeiros cuidados e o ponto mais importante n'aquella occasião para a empresa foi a construcção do caminho de ferro que ligasse as pedreiras de Aguiar com os molhes, mas reconhecendo se a inutilidade da pedra d'essas pedreiras pela má natureza do granito, suspenderam se os trabalhos durante algum tempo, até que foi decidido o aproveitamento da pedra do monte de S. Gens para a construcção do porto. Fez-se o caminho de ferro de S. Gens aos molhes; tendo uma ponte do ferro sobre o rio Leça, e outra, tambem de ferro, sobre a estrada do Porto a Carcavellos, duas pontes de madeira, varios aqueductos, passagens de nivel, cruzamentos, etc. Foi principiado em 13 de julho de 1884, e em 23 de outubro do mesmo anno chegavam os comboios á ponte de Leça Mais tarde fez-se uma ponte de madeira, provisoria sobre o rio, para dar passagem aos comboios que chegavam por este meio ao estaleiro do molhe do norte, e por ultimo, no dia 8 de janeiro de 1885, passou a primeira machina sobre a ponte de ferro, ficando portanto a linha completamente terminada. Aproveitando a empresa todos os meios possiveis para a prompta construcção das obras, deu principio aos trabalhos do molhe do norte, antes de se construir o caminho de ferro, servindo se para isso da pedra que forneciam as rochas da praia de Leça ao norte do mesmo molhe para enrocamentos, macissos e alvenaria. A pedra de cantaria ia de S. Gens transportada por carros de bois. A primeira pedra para a construcção do molhe do norte foi collocada em 23 de julho de 1884 O molhe do sul começou se no dia 18 de novembro do mesmo anno. A direcção geral dos trabalhos ficou ao encargo do engenheiro Wiriot, que era tambem o representante da empresa, e a fiscalisação technica da parte do governo foi incumbida ao engenheiro Joaquim Affonso Nogueira Soares. Havia ainda um engenheiro sub director das obras, Vimout; chefe de serviço das pedreiras de S. Gens, Poukin; dito do molhe sul, Maney; dito do molhe norte, Belland; chefe das officinas, Moreno. Na secção administrativa: chefe de contabilidade, Baillerot; chefe de armazens e caixeiro, Muller; secretario da direcção, Meri. O porto de Leixões ficou concluido em 1892, tendo custado 4:500:000$000 rs. E' formado por dois enormes paredões ou molhes, ao N e ao S do rio Leça, abrangendo um espaço de 90 hectares. O molhe N tem 1:579 m. de comprimento, e o do S 1:147. A distancia entre os grandes alinhamentos parallelos dos dois molhes é de 1:100 m., e entre as cabeças dos molhes ou abertura de entrada é de 220 m, ficando a cabeça do molhe N mais avançada 150 m. que a do molhe S. Na ponta dos dois molhes ha pharoes. No ancoradouro ha uma profundidade de 8 m. As obras complementares do porto, como docas, caes acostaveis, armazens, guindastes hydraulicos, caminhos de ferro, amarrações, etc., estavam calculadas em 1904 em 5:000:000$000 réis; n'es-

Porto de Leixões —Extremo oriental (Mattosinhos)

te mesmo anno pensava-se na ligação do porto de Leixões com a alfandega do Porto por meio d'um canal ou d'uma linha ferrea. Bibliographia: *Memoria descriptiva de um porto de abrigo em Leixões*, Lisboa, 1874; *Porto de Leixões;* no *Portugal, contingente da associação de engenheiros civis portuguezes*, etc. pag. 17.

Lele. Pov. do sobado de Vunda de Candeia, conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á div. de Samba Cango. || Pov. do sobado de Lucalla Luambango, do mesmo conc., distr. e prov. Pertence á div. de Samba Cango. || Pov. do sobado de Nameala, concelho de S. Salvador, e distr. do Congo, prov. de Angola.

Lello *(José Pinto de Sousa)*. Actual proprietario, juntamente com seu irmão Antonio de Sousa Lello, da antiga e importante casa editora Chardron (V. *este nome)*, sob a firma commercial de Lello & Irmão. José Lello nasceu n'uma pequena aldeia da provincia de Traz os-Montes Foi ainda muito novo para o Porto, dedicando-se ao commercio. Em 1881 fundou uma modesta livraria na rua do Almada, e foi tão feliz no seu emprehendimento, tornou-se tão estimado e considerado, que depressa alcançou a acquisição successiva das livrarias de F. G. da Fonseca, Paulo Podestá, A. R. da Cruz Coutinho, J. E. da Cruz Coutinho, e por ultimo a do fallecido Ernesto Chardron, o importantissimo livreiro editor de que se tornou digno continuador, de sociedade com seu irmão Antonio. A actual casa editora está estabelecida em edificio proprio, ultimamente construido, sendo a execução da obra dirigida pelo engenheiro Xavier Esteves, professor do Instituto Industrial e Commercial do Porto. A inauguração do novo edificio realisou-se solemnemente a 13 de janeiro de 1906. O *Occidente*, vol. XXIX (1906), pag. 17, publica uma curiosa e minuciosa descripção do novo edificio. A casa editora Lello & Irmão é considerada a primeira do paiz, no seu genero, uma livraria modelo. Possue nos seus armazens um deposito colossal de obras impressas em que se encontram edições e obras de fundo de mais de 3:000 obras de autores portuguezes. Tem avultadas transacções com o estrangeiro, e notavelmente com o Brazil, onde faz um commercio valioso. A' livraria Lello & Irmão se devem as edições dos melhores livros da nossa litteratura moderna; ali se tem impresso ultimamente obras de Eça de Queiroz, Guerra Junqueiro, Abel Botelho, Basilio Telles, etc., e a reconstituição da *Historia da Litteratura Portugueza* do dr. Theophilo Braga. Na grande sala, sobre os pilares se vêem os bustos, esculpidos pelo apreciado artista Romão Junior, de Camillo Castello Branco, Eça de Queiroz, Anthero do Quental, Thomaz Ribeiro, Theophilo Braga e Guerra Junqueiro. A casa Lello & Irmão dá trabalho constante a 30 typographos, e nas suas officinas de encadernação sustenta 25 operarios.

Porto de Leixões — Extremo occidental (Leça da Palmeira)

Lello. Pov. do sobado de Quilombo, freg. de S. Joaquim, conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 4.ª divisão. || Pov. do sobado de N'Dalla Tango, conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 1.ª divisão.

Lelundo. V. *Lilundo.*

Lemba. Uma das duas povoações pertencentes ao sobado de Catumbo e Lemba, conc. da Barra do Dande, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 4.ª divisão. || Pov. do sobado de Bambi Calunga, conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 4.ª divisão.

Lembamu. Pov. do sobado de Lué, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Lembe. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á divi-

são de Bote. || Pov. do conc. de Cazengo, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 3.ª divisão,

Lembelua. Pov. do sobado de Lembelua, concelho de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. Está situada no caminho do Zombo. || Pov. do sobado de Toto, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. || Sobado do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. Está situado no caminho do Zombo.

Lembo. Pov. do sobado de Bango a Quitamba, na freg. de S. Joaquim, conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 8.ª divisão. || Pov. do sobado de N'Dalla Ceia, conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 1.ª divisão.

Leme. Appellido que procede de Antonio Leme, cavalleiro da casa do principe D. João, filho de Martim Leme, natural de Flaudres. Tem por armas: Em campo de ouro cinco melros de preto, em aspa, sem pés, nem bicos; timbre, um dos melros entre uma aspa de ouro.

Leme *(D. Luiz da Camara)* V. *Camara Leme.*

Leme. Ilha da Madeira; Quinta na freg. de Santo Antonio, do conc. e distr. do Funchal. || Quinta na freg. de S. Sebastião e conc. de Camara de Lobos, do mesmo districto.

Lemede. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Lemende. Pov. na freg. de S. Martinho, de Covellas, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto,

Lemenhe. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 498 hab. e 120 fog. Tem correio. A pov. dista 7 k. da séde do conc. A mitra apresentava o vigario, perpetuo, que tinha 6$000 réis de cougrua e o pé de altar. Ha aqui uma capella dedicada a N. S.ª da Agua Levada, cuja imagem é de grande devoção. Fica situada n'um monte. No dia 13 de junho de 1874 houve grandes trovoadas n'esta povoação e suas proximidades, que causaram grandes desgraças. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Lemes. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Luz e conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Lemnisco. Nome dado pelos antigos diplomaticos ás fitas dos sellos pendentes dos documentos. || Traço horisontal entre dois pontos (∸) ou sobreposto por dois pontos (∸), indicando no primeiro caso os passos traduzidos da Sagrada Escriptura, e no segundo caso as transposições.

Lemo. Pov. do sobado de Quimbunge Quintanda, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. || Pov. do sobado de Lucuaqua, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, distr. de Angola. Está situada no caminho do Zombo.

Lemos. O brazão d'armas d'esta familia consiste: Em campo vermelho cinco quadernas de crescentes de Luas de ouro, em aspa, apontadas; timbre, uma aguia vermelha, armada de prata, assentada sobre um ninho de sua côr, com uma quaderna dos crescentes nos peitos. Os de Castella trazem treze arruelas azues, em campo de prata. São fidalgos do termo de Lisboa, d'onde se derivam alguns ramos a outras partes, e no cêrco de Lisboa prestaram grandes serviços a el-rei D. João I. Vieram de Galliza, trazendo sua origem da casa dos senhores de Lemos, condes de Amarante, que são cabeça d'esta familia em Castella. N'este reino fundaram a casa de Trofa na villa d'este nome, hoje da provincia do Douro, de que foi senhor João Gomes de Lemos, o primeiro, pae de D. Brites de Lemos, que casou com Luiz Annes de Faria, quinto neto de Nuno Gonçalves de Faria, que foi morto pelos castelhanos no tempo d'el-rei D. Fernando I (V. *Faria, Nuno Gonçalves de)*, e entre outros filhos houve Gaspar de Lemos, pae de Clemente de Lemos, de quem foi filho Gaspar Vaz de Lemos. O senhorio de Trófa ficou sendo hereditario na familia Lemos, em que se continuou desde Gomes Martins de Lemos, o *Moço*, até Diogo Gomes de Lemos, entrando n'elle a varonia de Carvalhos e Vasconcellos, pelo casamento de sua filha D. Jeronyma de Lemos com Jeronymo de Carvalho e Vasconcellos. Tambem eram donatarios de Jalles e Alfarella, e na villa de Trófa, cujo senhorio comprehendia varios logares, eram senhores do rio Vouga, em que sem sua licença se não podiam armar redes, nem pescar, na distancia de seis legoas, até entrar na barra. E todos os barcos que passavam com carregação, a ir e vir de Aveiro, pagavam portagem ao respectivo donatario, conforme o foral de el-rei D. Manuel, dado em Lisboa a 20 de março de 1517. || Genealogia: Giral Martins de Lemos era terceiro neto de D. Lopo Affonso de Lemos, que passou a Portugal, irmão de D. Diogo Lopes de Lemos, representaute da casa dos senhores de Lemos, em Galliza, e do mestre da ordem de S. Thiago D. Sancho Fernandes Lemos. Era fidalgo muito considerado de Lisboa, no tempo dos monarchas D. Fernando I e D. João I, e foi o progenitor da casa e familia de Lemos em Portugal, de que são cabeça os senhores de Trófa. Casou com D. Berengueira Annes. || Gomes Martins de Lemos, aio do 1.º duque de Bragança, foi senhor de Oliveira do Conde, e achou-se na tomada de Ceuta, na qualidade de capitão de galés. Casou com D. Mecia Vasques de Goes, filha de Fernão Vasques, senhor de Goes. || Gomes Martins de Lemos, o *Moço*, 1.º senhor da villa de Trófa de juro e herdade, com jurisdicção e imperio para elle e seus descendentes varões, por carta passada em Evora a 13 de novembro de 1449. Foi fidalgo da casa de D. Affonso V e do conselho do mesmo rei, que lhe deu tambem a Pampilhosa com suas jurisdicções, por carta passada em Ceuta aos 12 de novembro de 1458, e a terra d'Alvaro, por carta passada em Coimbra, a 16 de agosto de 1472. Casou com D. Maria de Azevedo e Meira, filha de Alvaro de Meira, senhor de Jalles e dos direitos reaes das terras de Entre Homem e Cávado, e de D. Maria de Azevedo. || João Gomes de Lemos, 2.º senhor da villa de Trófa e mais terras de seu pae, que lhe confirmou el-rei D. Manuel, em Evora, a 7 de novembro de 1497. Foi fidalgo da sua casa. Casou com D. Violante de Sequeira, filha de Pedro Affonso de Aguiar || Duarte de Lemos, 3.º senhor da villa de Trófa e mais terras de seu pae, que lhe confirmou el-rei D. Manuel, por carta de 8 de julho de 1514. Foi fidalgo da sua casa, commendador de Castelejo, na ordem de Christo, e capitão d'uma armada na India, no tempo do vice-rei D. Francisco d'Almeida. O autor dos *Commentarios de Affonso d'Albuquerque,* em cujo

tempo foi capitão-mór da costa de Cambaya, diz que Duarte de Lemos fôra o maior homem que em seu tempo houvera em Portugal, e muito arrogante. Casou com D. Joanna de Mello, filha de Alvaro Nogueira de Brito. || João Gomes de Lemos, 4.º senhor da villa de Trófa e mais terras de seu pae, fidalgo da Casa Real, com a moradia de 2$160 réis por mez e um alqueire de cevada por dia (1537). Casou com D. Leonor Pinheiro, filha de Jorge Cabedo e de D. Thereza Pinheiro, irmã de D. Gonçalo Pinheiro, bispo de Vizeu || Duarte de Lemos, 5.º senhor da villa de Trófa e mais terras de seu pae, por carta de confirmação de D. Sebastião, de agosto de 1576, fidalgo da Casa Real. Seguiu o partido de D. Antonio, prior do Crato, pelo que foi condemnado á morte, que se lhe perdoou a rogos de Maria da Visitação, freira do convento da Annunciada, que diziam ser santa. Foi este que se precipitou a cavallo da ponte de Coimbra para não passar por Filippe II, nem voltar para traz. Está a sua estatua de corpo inteiro, em relevo, vestida de armas brancas, na capella de Trófa, onde estes fidalgos tinham magnificos jazigos. Casou com D. Maria de Tavora, filha de Jorge Garcia Maldonado e de D. Izabel de Tavora. || Diogo Gomes de Lemos, 6.º senhor da villa de Tróla e mais terras de seu pae, cujo senhorio lhe confirmou Filippe III a 3 de julho de 1617, fidalgo da Casa Real. Casou segunda vez com D. Guiomar de Almeida, filha de Antonio Lopes de Carvalho e de D. Catharina Borges de Almeida. || D. Jeronyma de Lemos, que casou com Jeronymo de Carvalho e Vasconcellos, fidalgo da Casa Real, senhor do morgado de Lamarosa, filho de Pedro de Carvalho e Vasconcellos, fidalgo da Casa Real, senhor do dito morgado, e de sua segunda mulher, D. Guiomar de Carvalho da Fonseca, neto de Christovão Mendes de Carvalho e Vasconcellos, fidalgo da Casa Real, desembargador do paço, chanceller-mór do reino, fundador do mosteiro das freiras de Trancoso e do hospital de Tentugal, e instituidor do morgado de Lamarosa, e de sua segunda mulher, D. Francisca Coucciro, e bisneto de Ruy Mendes de Vasconcellos, pagem da lança de D. João II e contador de Entre Douro e Minho e de sua mulher D. Anna Rodrigues de Carvalho, ella da familia de Carvalho e elle da de Vasconcellas, e descendente por linha masculina do valoroso Martim Moniz, morto heroicamente na porta do castello da cidade de Lisboa, quando D. Affonso Henriques a tomou aos moiros. || Bernardo de Carvalho e Lemos, 8.º senhor da villa de Trófa, Jalles e Alfarella, que lhe confirmou D. Pedro II a 7 de maio de 1699, por successão a seu tio João Gomes de Lemos, irmão de sua mãe D. Jeronyma de Lemos, que fôra 7.º senhor da referida villa e mais terras de seu pae, por carta de confirmação de D. João IV, de 22 de agosto de 1652. Foi fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo e senhor do morgado da Lamarosa. Casou com D. Maria Magdalena de Sousa Menezes, filha de Manuel de Sousa de Menezes e de D. Margarida Christina de Sousa e Vasconcellos, da antiga casa de Figueiredo das Donas. || Luiz Thomaz de Carvalho Lemos e Vasconcellos; 9.º senhor da villa de Trófa e mais senhorios de Jalles e Alfarella, por confirmação de D. Pedro II, de 15 de março de 1705, fidalgo da Casa Real. Casou com sua prima co-irmã D. Caetana Rita Venancia Felicia Bernardina Margarida de Roxas e Contreiras, filha de Pedro de Roxas de Azevedo, fidalgo da Casa Real, alcaide-mór de Portalegre e conselheiro da fazenda, e de D. Joanna Michaela de Noronha e Menezes. || Bernardo Manuel de Carvalho e Lemos Vasconcellos e Almeida, 10.º e ultimo senhor da villa de Trófa e mais senhorios por confirmação de D. José I de 2 de novembro de 1757, foi fidalgo da Casa Real e coronel de milicias em Lisboa. Casou na casa dos condes da Cunha e familia Correia de Sá (Asseca) e d'ambos os matrimonios sem successão. | D. Joanna de Roxas e Lemos, sua irmã, casou com Francisco Luiz Pequeno Teixeira Vahia, senhor dos morgados de Bustello e Adães. || Manuel de Roxas e Lemos Pequeno Chaves Teixeira Vahia, senhor dos morgados de Bustello e Adães, e por seu tio materno, Bernardo Manuel de Carvalho e Lemos Vasconcellos e Almeida, senhor do morgado da Lamarosa e mais vinculos da sua casa. Casou com sua prima co-irmã D. Izabel de Roxas e Lemos Carvalho de Menezes, condessa de Subserra, dama da ordem de Maria Luiza, de Hespanha, e filha de seu tio materno Pedro de Roxas e Azevedo de Carvalho e Lemos, fidalgo da Casa Real, tenente de cavallaria e commendador da ordem de S. João de Jerusalem, irmão de Bernardo Manuel de Carvalho e Lemos, 10.º senhor de Trófa || D. Maria Mancia de Lemos Roxas Carvalho e Menezes Pequeno Chaves Teixeira Vahia, condessa de Subserra e marqueza da Bemposta, senhora do morgado de Lamarosa e mais vinculos da casa de seu pae. Pelo seu casamento com seu primo Fradique Lopes de Sousa e Alvim e Lemos, fidalgo da Casa Real e senhor das terras de Bordonhos e seus padroados, filho do conde de Subserra, e, pela morte do 16.º e ultimo senhor de Trófa, passou a progenitura da varonia para os senhores da casa de Bordonhos. V. *este nome*.

Lemos *(P. Antonio)*. Jesuita. N. em V. N. de Gaia e fal. em Coimbra a 9 de agosto de 1649. Era filho de Pedro de Couto e de Maria de Lemos. Ainda de tenra edade resolveu deixar o mundo, e entrar na Companhia de Jesus no noviciado de Lisboa, a 3 de junho de 1632. No collegio de Coimbra foi professor de Humanidades e de Rhetorica. Para testemunhar o fiel enthusiasmo com que os portuguezes acclamaram em 1 de dezembro de 1640 o rei D. João IV, escreveu um poema, que consta de 530 versos heroicos, o qual saiu impresso no livro intitulado: *Applausos da Universidade de Coimbra á acclamação d'el rei D. João IV*, a pag 27; Coimbra, 1641.

Lemos *(Antonio Correia de)*. Typographo em Lisboa, cidade onde nasceu a 9 de novembro de 1680, e morreu depois do anno de 1747. Era filho de Manuel Correia de Carvalho e de sua mulher Maria de Lemos. Foi por muitos annos compositor na *Gazeta de Lisboa*, e teve demanda por causa d'esta publicação com o seu competidor e collega Pedro Ferreira, e com o proprio redactor da *Gazeta* José Freire de Monterroyo Mascarenhas. São-lhe attribuidos os seguintes opusculos: *Relação de uma solemne e extraordinaria procissão de preces, que por ordem da Côrte Ottomana fizeram os turcos na cidade de Meca no dia 16 de julho de 1728 para alcançar a assis-*

tencia de Deus contra as armas dos persas, etc., Lisboa, 1730; segunda parte, tambem em 1730; sairam com o nome supposto de João Carlos Antonio; *Almanach universal para o anno de 1731 terceiro depois do bissexto; com um resumo chronologico, ou manual de noticias particulares do que tem succedido em Portugal e Hespanha e outras partes desde a creação do mundo até ao anno de 1730*, Lisboa, 1730; foi publicado com o nome de Fabião Francez, e repetiu-se nos annos seguintes, com uma pequena alteração nos titulos, mas com variedade de materias na parte noticiosa; Barbosa dá nota dos annos 1732, 1733 e 1734; *A Fenix das tempestades renascida no dia 15 de outubro de 1732 com um discurso sobre os ventos*, Lisboa, 1732; saiu sem o seu nome; como critica e additamento a este folheto publicou outro com o titulo *Pennas que cairam de uma das azas ao celebrado Fenix das tempestades*, Lisboa, 1733; saiu com o nome de Cosme Fragoso de Mattos, mas attribue-se ao P. Victorino José da Costa; *Systema politico da Europa; dialogo entre um francez e um allemão sobre a disposição e interesses na presente guerra*, Lisboa, 1734; saiu com o nome de Luiz José Correia, seu filho; *Tratado de navegação e commercio ajustado entre o imperador da Allemanha Carlos VI e Filippe V de Hespanha, em Vienna no 1.º de maio de 1724*; traducção, Lisboa; 1725.

Lemos *(Antonio Pereira de Brito)*. Capitão-general das ilhas de S. Thomé e Principe, para que foi nomeado em 1687. Chegando ao seu destino, encontrou aquella provincia n'um perfeito estado de anarchia. Por morte do seu antecessor tinham-se formado diversos bandos, pondo-se á frente d'um d'elles o ouvidor, á frente d'outro um João Alvares da Cunha, que praticou os maiores desatinos, chegando a fazer com que corresse sangue dentro da egreja da sé. Brito Lemos, que era homem energico, apenas chegou, prendeu Alvares da Cunha, e remetteu-o preso para Lisboa, onde foi condemnado a degredo de cinco annos para a ilha do Principe e a pagar réis 1:600$000 para as despezas da Relação. Brito e Lemos poderia ter feito um bom governo, mas infelizmente falleceu oito mezes depois de ter tomado posse.

Lemos *(Antonio de Seixas Pereira de Lemos, visconde de)*. Commendador das ordens de Aviz, Torre e Espada e N. S.ª da Conceição; condecorado com a cruz de tres campanhas da Guerra Peninsular; marechal de campo graduado; do conselho de sua magestade, e governador civil do districto de Villa Real. N. em Villa Flor a 1 de junho de 1795, onde tambem falleceu a 16 de janeiro de 1862. Foi agraciado com o titulo de visconde por decreto de 29 de março de 1854.

Lemos *(Bernardino da Costa)*. Pintor e escriptor do seculo XVIII. Era natural do Porto de Moz, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Foi discipulo do professor de pintura Joaquim Manuel da Rocha, que falleceu em 1786, e por alguns annos exerceu aquella arte em Lisboa. Voltou depois para a terra da sua naturalidade, e ali serviu o cargo de escrivão judicial, que lhe foi conferido. Escreveu: *Reflexões de um pae a seu filho, sobre o mundo physico, moral e civil, para ser perfeito christão e bom cidadão*, Lisboa, 1806.

Lemos *(Diogo de)*. Religioso dominicano da ordem dos prégadores; doutor em theologia e prior do convento de S. Domingos de Lisboa. Professou no de Bemfica. Escreveu: *Começa-se vida de nosso padre sam domingos. Capitulo primeyro que fala de como nosso padre sam domingos nom oper acõtecimẽto mas deuinamẽte foi dado ao mund para per elle e seus filhos ser alumiado e chamado pera a gloria;* este titulo acha-se no rosto, rodeado por uma tarja de gravura em madeira, que tem no centro o retrato de S. Domingos. No fim declara ser impresso em Lisboa a 8 de julho de 1525. Diz-se que foi mandada imprimir á custa da rainha D. Leonor, terceira mulher de el-rei D. Manuel. Parece que se fez outra edição pela mesma epoca, com o titulo: *Ho livro da vida do glorioso padre Sam Domingos patriarcha dos Prégadores, em linguagem trasladada por Fr. Diogo de Lemos, frade da mesma ordem, a requerimento da muito virtuosa madre Dona Johanna da Silva, prioresa do mosteiro da Annunciada, de Lisboa.*

Lemos *(Filippe Malaquias de)*. Coronel de cavallaria, commandante das guardas municipaes, ajudante de campo de sua magestade el-rei senhor D. Carlos, etc. N. em Castello Branco a 19 de novembro de 1848. E' filho do fallecido general Malaquias de Lemos, que foi governador da praça de Elvas, commandante de caval-

Filippe Malaquias de Lemos

laria n.º 8, e da 3.ª e 1.ª divisão militar, ajudante de campo d'el-rei, etc. Assentou praça a 8 de agosto de 1866; foi alumno do Real Collegio Militar, passando para cavallaria n.º 8 quando saiu alferes em 14 de janeiro de 1869; promovido a tenente ajudante em 18 de agosto de 1875, a capitão em 20 de dezembro de 1883, a major em 3 de abril de 1893, a tenente-coronel em 28 de fevereiro de 1895, e a coronel em 29 de dezembro

de 1898. Em 1884 era chefe da primeira secção da inspecção geral de cavallaria; em 1886 foi nomeado para servir na guarda fiscal; em 1887 ajudante de campo do commandante interino da terceira divisão militar, e do general inspector geral da arma de cavallaria; em 1888 ajudante honorario do infante D. Affonso; em 1890 official ás ordens d'el-rei senhor D. Carlos. Em 1885 teve a nomeação de chefe da segunda repartição da direcção geral da secretaria da guerra; em 1897 a de chefe do estado maior do commando geral de cavallaria, passando depois a chefe da primeira repartição da direcção geral da secretaria de Estado dos Negocios da Guerra. Exerceu os seguintes estudos e commissões especiaes: em 1885, nomeado para coadjuvar o general encarregado de inspeccionar o regimento de caçadores n.º 10; em 1890 serviu como addido á repartição do gabinete do ministerio da Guerra empregado na elaboração de regulamentos especiaes; nomeado membro do jury de exames de capitães de cavallaria candidatos ao posto de major, em 1899. Foi ajudante de cavallaria n.º 8, quando seu pae era commandante d'aquelle regimento. Em 1902 foi nomeado commandante das guardas municipaes. O sr. coronel Malaquias de Lemos tem tido muitas portarias de louvor pela fórma distincta como sempre tem exercido as commissões de que foi encarregado. E' commendador e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, cavalleiro da de N. Senhora da Conceição, e possue a medalha a de prata de comportamento exemplar. E' tambem gran-cruz da ordem de merito militar de Hespanha, e cavalleiro da Aguia Vermelha da Prussia.

Lemos *(Francisco de)*. V. *Coutinho (Francisco de Lemos Ramalho de Azcredo)*.

Lemos *(Francisco de)*. Cosmographo; capitão de Thiago de Cabo Verde, autor da obra intitulada: *Descripção da costa da Guiné e da situação de todos os portos e ribeiras, e das linhas a seguir para poder navegar sobre todas as ribeiras d'esses paizes*, manuscripto in folio, escripto em 1689, que se conservava na bibliotheca do convento dos Caetanos.

Lemos *(D. Francisco de)*. V. *Pereira Coutinho (D. Francisco de Lemos Faria)*.

Lemos *(Gaspar de)*. Commandante de um dos navios da esquadra com que Pedro Alvares Cabral descobriu o Brazil. Foi o encarregado por Cabral de partir para Lisboa a communicar esta boa nova.

Lemos *(Ignacio Manuel)*. Doutor em Medicina pela faculdade de Giessen, que passou a maior parte da sua vida no Brazil. N. no Porto a 1 de janeiro de 1824, fal. em Pernambuco a 17 de fevereiro do 1860. Foi redactor da *Gazeta homeopathica Lisbonense*, de que se publicou o 1.º volume em 1859 e 1860. N'este jornal saiu um artigo elogioso ácêrca do dr. Ignacio Manuel de Lemos, n.º 46, pag. 181 e 182. Escreveu: *Guia Luso-Brazileiro do viajante na Europa, contendo conselhos ao viajante, introducção, viagem do Brazil a Lisboa, descripção da Europa*, etc., Porto, 1859.

Lemos *(João de)*. V. *Lemos Seixas Castello Branco (João de)*.

Lemos *(Joaquim José de Campos d'Abreu e)*. N. em Villa Nova de Foscôa em 1780, fal. a 23 de outubro de 1863. Em 1809 foi nomeado professor de Grammatica Latina na villa de Freixo de Numão, mediante concurso, e exercia juntamente o logar de escrivão da camara da mesma villa. Deixou depois estes empregos para entrar na repartição do commissariado do exercito, onde serviu até ao fim da Guerra Peninsular, merecendo ser condecorado com a medalha respectiva. Terminada a campanha continuou em Portugal no exercicio da mesma repartição, primeiro em Elvas e depois em Lisboa, exercendo diversas commissões, que desempenhou tanto em tempo de paz, como no das luctas civis. Serviu activamente a causa do infante D. Miguel, desde 1828 até á convenção de Evora Monte, assignada em maio de 1834. Vendo-se na impossibilidade de continuar no serviço com o governo constitucional, voltou á sua casa de Freixo de Numão, e ali permaneceu por algum tempo, occupando-se unicamente dos seus negocios domesticos. Instado, porém, por alguns amigos, e pela necessidade de procurar recursos para viver mais commodamente, resolveu abrir uma aula de Grammatica Latina, estabelecendo se em Outeiro dos Gatos, d'onde passou a Trancoso, indo finalmente para o Fundão. N'esta villa exerceu alguns cargos municipaes, sendo em 1851 nomeado escrivão de fazenda do concelho, cargo que ainda conservava em 1857. Escreveu: *Grammatica elementar da lingua latina, por systema philosophico, com um appendice de tres tratados*: 1.º *Analyse grammatical*; *o 2.º Regras para traduzir do latim para portuguez; 3.º Regras para a composição do latim*, Lisboa, 1822; *O desaggravo da Grammatica, ou reflexões criticas sobre a «Grammatica Portugueza, ordenada por Sebastião José Guedes de Albuquerque»*, Lisboa, 1820; saiu sem o seu nome; *Sustentação do Desaggravo da grammatica, contra a resposta e mais arrasoados de Sebastião José Guedes de Albuquerque*, Lisboa, 1822; vem assignada no fim.

Lemos *(Jorge de)*. Secretario de varios vice-reis e governadores da India. N. em Gôa. Esteve algum tempo em Portugal, e regressou a Gôa em 1590, onde falleceu depois de 1593. Escreveu: *Historia dos cêrcos que em tempo de Antonio Moniz Barreto governador que foi dos estados da India, os Achens e Jaos puzeram á fortaleza de Malaca, sendo Tristão Vaz da Veiga capitão d'ella*, Lisboa, 1585.

Lemos *(José Antonio de Azevedo)*. Tenente-general; ultimo commandante em chefe do exercito do infante D Miguel N. na povoação de Pereira, da freguezia de Villa a 1 de outubro de 1786, fal. em Lisboa a 16 de fevereiro de 1870. Era filho d'uns humildes lavradores Antonio de Azevedo Lemos e Anna Maria Antunes, ambos naturaes da referida povoação. Tiveram muitos filhos, a quem deram cuidada educação, sendo o primogenito José Antonio, que tentavam ordenar, destinando o para administrar a casa e amparar os irmãos. Com esse intuito entrou no seminario episcopal do Porto, e ali estudou latim, francez e philosophia com o maior aproveitamento. Do Porto passou para o convento do Carmo, de Santarem, onde tinha um tio frade. Estudou pharmacia e outras disciplinas com a idéa de professar na ordem dos carmelitas, mas em 1807 dando-se a invasão dos francezes, vindo Junot á frente do exercito, despertaram-se-lhe os sentimentos patrioticos, e resolveu abandonar as suas

idéas claustraes. Assistindo ao exercicio d'um regimento commandado pelo futuro conde de Barbacena, desejou assentar praça, e foi empregado na secretaria do Estado Maior. Pertencendo ao regimento n.º 10 de cavallaria, subiu os primeiros postos da hierarchia militar, chegou a primeiro sargento em 1810 e entrou na lucta, até que depois da expulsão do general Massena, aquelle regimento foi desmontado passando a maior parte dos cavallos e grande numero de praças para cavallaria n.º 12. Azevedo Lemos foi então para este ultimo corpo que se estava montando em Bragança, desejando, porém, ir logo tomar parte mais activa na guerra, pediu transferencia para infantaria n.º 4, e na dos Pyrinéos em que este regimento muito se distinguiu, o sargento ajudante Azevedo Lemos de tal modo se houve, tomando com a maxima ousadia uma bandeira aos francezes, pelo que foi elogiado na ordem do dia e nomeado alferes por distincção. Entrou ainda em outros combates e batalhas até ao fim da campanha. Apenas teve ensejo, pediu licença para visitar seus paes e foi a Villar surprehendel os apresentando-se com as dragonas e banda de alferes, pensando que elles ficassem muito lisonjeados, mas a mãe recebeu-o com muita frieza, dizendo que mais estimaria vêl-o com o habito de S. Francisco. O joven alferes sorriu-se, e prometteu voltar a vêl-os só quando fôsse promovido a outros postos, e assim o cumpriu. Terminada a Guerra Peninsular em 1814, logo no anno seguinte embarcou para o Brazil com o conde de Barbacena; militou com distincção no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, no Paraguay, na Bahia e Pernambuco, e não querendo adherir á independencia do Brazil proclamada por D. Pedro, regressou a Portugal, tendo já o posto de coronel graduado. Depois dos acontecimentos de 1823 foi nomeado commandante da policia do Porto, hoje guarda municipal, cargo que exerceu até 1826, porque sendo contrario ás idéas constitucionaes, pediu a demissão, logo em seguida á publicação da Carta Constitucional, e retirou-se do serviço militar. Em 1828, pouco depois da chegada de D. Miguel a Lisboa, foi promovido a coronel effectivo, encarregado do commando de infantaria n.º 1, e com este corpo assistiu aos combates da Cruz de Morouços, Marnel e Vouga. Ainda n'este anno foi nomeado chefe da expedição miguelista mandada á ilha da Madeira, e em 1829 á que se dirigiu á Terceira, que depois da batalha da Villa da Praia, realisada no dia 11 de agosto, retirou convencida que não podia assenhorear-se d'aquelle baluarte da liberdade. Elevado em 1832 ao posto de brigadeiro, recebeu o commando d'uma brigada no exercito de operações que se formou, quando o governo de Lisboa soube do desembarque no Mindello, e passando depois a commandar a 2.ª divisão das tropas que cercaram o Porto, entrou em varias acções travadas durante o cêrco, sendo promovido a marechal de campo depois da sortida que os liberaes fizeram a 17 de dezembro de 1832, para recolherem os vinhos que estavam guardados nos armazens de Villa Nova de Gaia No cêrco do Porto foi ferido na acção de 25 de julho de 1833 e nos conselhos do infante D. Miguel que se congregaram ao chegar a noticia da entrada do duque da Terceira em Lisboa, o general Lemos foi da opinião que o exercito realista, deixando apenas deante do Porto uma diminuta força, marchasse immediatamente para a capital, embora tivesse de sacrificar grande parte do seu material, afim de não dar tempo a que se levantassem em volta de Lisboa obras de fortificações que tornassem mais difficil o ataque. Este parecer não foi seguido e as tropas realistas chegaram a Lisboa, quando os liberaes já tinham, como é sabido, preparado quanto lhe permittia a escassez do tempo, a defeza cidade. O general Lemos acompanhou o exercito de D. Miguel na sua marcha para o sul do reino, e entrou na acção de 5 de setembro, achando-se, porém, então em grande divergencia com os mais influentes n'essa epoca, recebeu a nomeação de governador do Alemtejo, e ali mostrou grande actividade, buscando por todos os modos organisar e robustecer as forças já muito quebrantadas do seu partido. No desempenho d'essa missão ganhou em Alcacer do Sal, a 3 de novembro de 1833, uma victoria sobre os liberaes, commandados pelo coronel Florencio. Esta victoria mereceu-lhe que D. Miguel o elevasse ao posto de tenente-general, e o agraciasse com a commenda da ordem de Christo. Quiz tambem dar-lhe o titulo de conde, que o general recusou. Chamado a Santarem, ali chegou a 17 de janeiro de 1834, e no dia seguinte commandou as tropas realistas na batalha de Almoster. Apezar da derrota que tiveram n'essa batalha, o infante D. Miguel deu-lhe o commando em chefe do exercito, mas a causa do absolutismo já estava então perdida quasi inteiramente, e seria impossivel proseguir na lucta. Não tardou que a victoria ganha pelos liberaes na batalha da Asseiceira désse o ultimo golpe no partido contrario, sendo forçadas as tropas realistas a depôr as armas pela convenção de Evora Monte, assignada em 26 de maio de 1834, pelo general Lemos, como representante de D. Miguel, e pelo marechal Saldanha e duque da Terceira, representantes de D Pedro. O general Lemos foi convidado para adherir ao partido constitucional, como adheriram muitos officiaes de D. Miguel, mas conservou se firme nas suas crenças politicas, e acompanhou o infante para Turim, onde foi muito estimado pelo rei da Sardenha, Carlos Alberto. Conservou se ali até 1849, voltando então para Portugal, e fixou a sua residencia em Lisboa. Casou com D. Rita Ferreira Pigott, viuva do general Pigott, senhora de avultada fortuna. Depois d'uma vida tão accidentada, passou o resto dos seus dias tranquillamente, ora na sua casa de Lisboa, ora na que possuia em Bemfica, até que falleceu sendo, muito estimado e abençoado pelos pobres, que soccorria generosamente. Dos seus irmãos distinguiu-se Francisco José de Azevedo Lemos, que se formou em Direito na Universidade de Coimbra, exercendo depois alguns cargos de confiança, como o de juiz de fóra em Arcos de Valle-de-Vez. Quando rebentou a guerra civil entre miguelistas e liberaes foi alistar-se voluntariamente nas fileiras legitimistas, sendo seu irmão já coronel e commandante d'um regimento. Entrou em varios recontros, sendo n'um d'elles ferido gravemente, mas conseguindo escapar deixou a carreira das armas a instancias do coronel José Antonio de Azevedo Lemos, seu irmão.

regimento de milicias de Torres Vedras. N. em S. Pedro do Sul em 1749; ignora-se a data do fallecimento. Foi nomeado sub-prefeito do Real Collegio Militar em 11 de julho de 1814, sendo promovido a prefeito no dia primeiro de outubro do mesmo anno. Pela suppressão do logar, saiu d'aquelle estabelecimento em 12 de março de 1817. Foi um latinista muito apreciado, escrevendo com facilidade versos latinos. Bibliographia: *Memoriale Lusitanis de ingressu, statu, et recessu Gallorum*, etc., Olysipone, 1809; entre os versos latinos que contém este opusculo, encontram-se varias prosas na mesma lingua, e alguns artigos em portuguez; *De Libera Hisperia; Epigramma*, Lisboa, 1813; *Secunda pars de heroicis factis Ducis Victoriae, feld marechal Exercituum Britanniae Lysiae Hesperiaeque, ex reditu Burgi usque ad ingressum Galliae*, Lisboa, 1814; *Epigramma latino-portuguez ao fallecimento da excelsa rainha dos portuguezes, a senhora D. Maria I*, Lisboa, 1816; *Lysia triumphante*, Lisboa, 1817; *Os portuguezes em triumpho*, Lisboa, 1821. Nos citados livros de versos latinos, encontram-se alguns traduzidos por Manuel Thomaz Pinheiro e Aragão, Pato Moniz, e Costa Silva. Em 1825 publicou-se em Lisboa, na Typographia Maigrense, um folheto, com poesias latinas do capitão Lemos a Nossa Senhora, e traduzidas em verso portuguez.

Lemos *(D. José Manuel de)*. Clerigo secular, doutor e lente cathedratico de Theologia, e vice-reitor da Universidade de Coimbra; do conselho de Sua Magestade, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, bispo de Bragança, de Vizeu e de Coimbra, etc. N. na aldeia de Ruriz da freguezia de S. Mamede, de Troviscoso, concelho de Monsão, a 17 de março de 1791, fal. em Coimbra a 26 de março de 1870. Era filho de Manuel José de Lemos e de Maria Luiza Fernandes. Estudou humanidades, latim, rhetorica e logica, nas aulas dos congregados do Oratorio, de Monsão; em 1815 foi para Evora como secretario do arcebispo D. Fr. Joaquim de Santa Clara. Vivendo ainda este prelado, e achando-se na sua companhia, recebeu ordens de presbytero em Lisboa a 24 de junho de 1816. Conservou-se com o arcebispo até á sua morte, succedida em 1818, e n'este anno o cabido de Evora lhe passou um attestado muito honroso dos serviços que prestara. Ainda n'este anno se matriculou na faculdade de Theologia na Universidade, doutorando-se a 3 de outubro de 1824. Em seguida foi parocho em Castello Viegas, do concelho e bispado de Coimbra, e ali se conservou sempre muito considerado, até que em 1828, por ser tido como liberal, teve de retirar-se para Lisboa, e soffreu bastantes perseguições, até finalisar a lucta da Liberdade. Em junho de 1834 foi nomeado governador temporal e vigario capitular do bispado de Pinhel, d'onde se ausentou por falta de saude em 1835. Regressando a Coimbra teve a nomeação de professor proprietario da cadeira de grego do Collegio das Artes. Em setembro de 1836 foi nomeado governador temporal e vigario capitular do bispado de Coimbra, elevado cargo que exerceu até agosto de 1842, passando então a reger na Universidade uma cadeira de Theologia, em que fôra provido em 1840, passando em 1844 a lente cathedratico. Em 1843 foi nomeado deão da sé de Coimbra, e em 18 de abril de 1850 vogal do conselho de instrucção publica. No fim do anno de 1851 foi nomeado vice-reitor da Universidade, cargo que exerceu até 1854, sendo agraciado então com a commenda da ordem de N. S.ª da Conceição Em 1853 recebeu a carta de conselho, e em 25 de outubro foi eleito bispo de Bragança, sendo em 5 de março de 1856 transferido para Vizeu, onde chegou a 31 de outubro, entrando solemnemente n'aquella cidade a 6 de novembro seguinte. De Vizeu teve transferencia para a diocese de Coimbra em 23 de abril de 1858, a qual foi confirmada pelo pontifice Pio IX a 27 de setembro. Saiu de Vizeu a 22 de novembro do mesmo anno de 1858. O bispo D. José Manuel de Lemos foi sempre um caridoso protector dos desvalidos; distribuia avultadas esmolas, procurando occultar na sombra a sua caridade. Por sua diligencia e generosidade se aproveitaram para as letras e sciencias, magistratura, egreja, e para outras carreiras sociaes, muitos talentos, occultos ou desvalidos, que, se não fôsse a sua protecção, talvez não pudessem nunca manifestar-se. No *Conimbricense* de 2 de abril de 1870 vem a sua biographia e a descripção do funeral. Escreveu: *Provisão pastoral e directiva para as ursulinas de Coimbra*, Coimbra, 1862; *Regulamento para a eleição da superiora, assistente, conselheiras e officiaes;* sem indicação do logar da impressão.

Lemos *(Manuel)*. Religioso da ordem da Trindade; doutor em Theologia, deputado da inquisição de Lisboa, provincial da sua ordem, etc. N. e fal. em Lisboa, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de Manuel de Lemos e de Beatriz de Brito. Professou no convento de Lisboa a 26 janeiro de 1598. Tomou posse do logar de deputado do Santo Officio a 18 de dezembro de 1627; foi provincial por tres vezes: a primeira em 1623, a segunda em 1632, e a terceira em 1641, estando então em Paris. Mandou edificar a casa da livraria do convento da Trindade de Lisboa, e adornou com um elevado numero de livros selectos. Escreveu: *Sermão da fé, na publicação da Santa Inquisição, que por principio da sua visita fez D. Sebastião de Mattos de Noronha, inquisidor e visitador apostolico da cidade de Coimbra*, Coimbra, 1618; *Estatutos da irmandade do S S. Nome de Maria*, Lisboa, 1625; sem o seu nome. Deixou alguns manuscriptos.

Lemos *(Maximiano de)*. V. *Oliveira Lemos (Maximiano Augusto de)*. .

Lemos *(Simão Froes de)*. Nasceu em Pernes a 1 de julho de 1675, sendo filho de Gonçalo Froes de Lemos, almoxarife dos direitos reaes do referido logar, e de Francisca Michaela da Fonseca. Foi capitão da infantaria auxiliar no regimento da comarca de Santarem, com o qual passou ao Alemtejo na guerra da Successão de Hespanha. Escreveu no anno de 1735 o seguinte, que ficou inedito: *Noticia historica e topographica da villa de Alcanede, etc.; Tratado Genealogico de alguns titulos de familias.*

Lemos. Pov. na freg. de N. S.ª da Gaiola, de Córtes, conc. e distr. de Leiria.

Lemos Castello Branco *(Bernardo José)*. Escriptor do seculo XVIII, que traduziu do hespanhol a seguinte obra de fr. Antonio de Escobar: *O Heroe portuguez: vida, poesias, victorias, virtudes e morte do Ex.mo sr. D. Nuno Alvares Pe-*

reira, condestavel de Portugal, tronco dos seus serenissimos reis e de toda a grandeza da Europa, etc., Lisboa, 1744. No fim do livro vem uma apologia e protestação do autor, em que descreve a fórma como lhe roubaram esta obra, sendo impressa em Saragoça, sob o nome de Salanio Lusitano, e attribuindo o furto a fr. Francisco Salas, franciscano da provincia das Ilhas. A edição hespanhola foi publicada em Saragoça em 1670, com o titulo seguinte: *Discursos politicos y militares en la vida del Conde D. Nuno Alvares Pereira, Condestabre de Portugal.*

Lemos de Castro *(Gaspar)*. Fidalgo da Casa Real. N. em Lisboa, onde tambem fal. em 25 de setembro de 1636. Era filho de João Gomes de Lemos e Castro, contador-mór na praça de Mazagão, e de sua segunda mulher, D Maria de Vasconcellos Encerrabodes. No tempo em que seu pae residia em Mazagão, tinha Gaspar de Lemos e Castro o posto de capitão de cavallos, e deu provas de valor na guerra, e de excellente mestre de equitação e de bom poeta, no socego da paz. Escreveu uma obra de picaria, intitulada: *Cavallaria da Gineta*, e umas rimas. Quando voltava para Lisboa, trazia nas bagagens estes trabalhos, mas os moiros lhe aprezaram no caminho as bagagens, e os manuscriptos ficaram perdidos. Gaspar de Lemos e Castro, em vista d'este desastre, não tornou a escrever mais nada.

Lemos de Faria. Os Lemos de Faria descendem de Pedro de Lemos de Faria, o Velho, fidalgo illustre que passou a povoar a ilha do Faial, onde jaz sepultado debaixo do arco da capella mór da egreja matriz da Horta *(Memoria dos Lemos de Faria do Faial* pelo capitão-mór da da mesma ilha, Jeronimo Brum da Silveira—31 de janeiro de 1747*)*. Era filho de Luiz Annes de Faria, descendente por varonia de Nuno Gonçalves de Faria, que defendeu o castello de Barcellos, e de sua mulher D. Brites de Lemos e Sequeira, filha de João Gomes de Lemos, primeiro do nome e 2.º senhor da Trofa (V. *Lemos*), e de sua mulher D. Violante de Sequeira, filha de Pedro Affonso de Aguiar, o Velho, e de D. Mecia de Sequeira. Pedro Lemos de Faria, o Velho, era irmão de Gaspar de Lemos de Faria, do qual (conforme refere Manuel Alvares Pedroza no seu *Nobiliario*, titulo de *Farias*), procedem os senhores do paço de Villas-Boas de Barcellos.

Lemos de Faria (*Manuel Pereira Ramos de*). Natural da cidade do Rio de Janeiro, senhor das terras e engenhos de Marapicú, Cabuçú, Itaúna, e dos Paúes, de Pantanáes do Guandú; fundador e padroeiro da freguezia de N. S.ª da Conceição de Marapicú, com tribuna e sepultura propria, e das capellas de N. S.ª de Guadalupe em Marapicú, e da Senhora da Ajuda em Itaúna. Achando-se nas Minas, na occasião do descobrimento d'ellas, e sendo então frequentes os tumultos n'aquelle paiz, assim pela affluencia de muita gente que concorria a ellas de todas as partes do Brazil, e do reino, como por não estar ainda organisada a fórma do governo d'aquella nascente capitania, foi um dos individuos que mais contribuiram por sua autoridade, prudencia, prestimo e zelo para tranquillidade dos povos, e conservação d'elles na devida obediencia, como assim o mostrou na occasião das sediciosas alterações, e movimentos de Manuel Nunes Vianna, que obrigaram ao governador e capitão general D. Fernando Martins Mascarenhas a ir ás Minas, afim de pacificar os tumultos, e submetter os revoltosos, apressando-se então Lemos de Faria, e mais pessoas principaes que se encontravam nas Minas, a irem esperal-o, e a acompanharem a Villa Rica, para o fazerem reconhecer por governador, e defendêl-o contra os sediciosos. O mesmo governador e capitão reconheceu quanto o illustre fidalgo contribuira para restituir o governo á ordem, e ao socego, de que dependia o estabelecimento e o progresso das Minas. Estes serviços constam do Livro 1.º da camara da villa de N. S.ª do Carmo, depois cidade de Mariana. Do mesmo zelo, prestimo e autoridade se valeu o governador e capitão general Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho para muitas diligencias importantes, bem como o nomeou capitão de infantaria do terço com que veiu das Minas soccorrer a cidade do Rio de Janeiro, invadida segunda vez pelos francezes. Acompanhou com a sua companhia ao referido governador, sustentando á sua custa os officiaes e soldados, como attesta o conde de Assumar, governador e capitão general das Minas, na patente que depois lhe passou, em 3 de março de 1719. É supposto que a cidade do Rio de Janeiro poucos dias antes da chegada do mesmo governador se tinha rendido por capitulação aos francezes, foi comtudo tão util e providente este soccorro, que foi logo evacuada, e restabelecida n'ella a tranquillide. Voltando ás Minas com o seu terço, serviu n'elle por espaço de onze annos, até ser nomeado capitão-mór regente dos districtos de S. Sebastião, S. Caetano e Torquins por patente do conde de Assumar. Tendo-se recolhido das Minas á sua casa de Marapicú, e Cabucú, succedeu o rompimento de Castella com Portugal, pelo que foi nomeado capitão-mór dos districtos de Marapicú, e Joary, pelo governador José da Silva Paes, que preparou e disciplinou para a defeza, armando cem homens á sua custa, como se prova pela certidão do referido governador, general de batalha, passada em 1736. Tambem se dedicou muito ao progresso das suas terras, que franqueou aos lavradores para as povoarem e cultivarem. Erigiu grandes engenhos com todas as suas fabricas; abriu grandes canaes nos paúes, de mais de uma legoa de comprimento, e dotou largamente a freguezia de Marapicú. Manuel Pereira Ramos de Lemos de Faria casou com D. Helena de Andrade Souto-Maiór Coutinho, e d'elle succederam o bispo conde D. Francisco de Lemos, e outros fidalgos illustres. A sua descendencia acha-se hoje representada pela distincta familia dos Lemos Ramalho, de Condeixa.

Lemos Mesa *(Manuel de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado de causas forenses, por muitos annos em Lisboa. N em Extremoz a 25 de julho de 1670, fal. em Lisboa a 17 de março de 1744, sendo filho do licenceado Lopo Rodrigues Lemos e de Maria Garcia. Depois da sua formatura, veiu advogar para Lisboa. Escreveu: *Petição de revista por parte do Duque de Aveiro contra a sentença que se proferiu na causa de revindicação, que intentou contra o procurador da corôa sobre a capitania de Porto Seguro*, Madrid, 1730; *Allegação de direito pelo duque de Aveiro em o feito com Manuel Gomes de Carvalho e Silva, sobre que se julguem por provados os embargos do duque,*

para que se modifique a sentença que contra elle alcançou o dito Manuel Gomes, em Lisboa, anno de 1736, sem logar nem data de impressão; *Doação da capitania de Porto-seguro a favor de Pedro Tourinho, venda d'esta capitania por Leonor do Campo com faculdade real ao duque de Aveiro, D. João; Verba do seu testamento, em que faz nomeação d'ella em D. Pedro Diniz, seu filho segundo*, etc.; sem logar nem data da impressão.

Lemos Seixas Castello Branco *(João de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, jornalista, escriptor, e um dos nossos poetas mais considerados no seculo passado, etc. Era conhecido vulgarmente pelo nome abreviado de João de Lemos. N. no Peso da Regoa a 6 de maio de 1819, fal. em Maiorca a 16 de janeiro de 1890. Era filho de Ignacio Xavier de Lemos Seixas Castello Branco, 2.º visconde do Real Agrado, coronel do exercito, commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de S. Thiago, etc., e de sua mulher, D. Maria do Carmo Vaz Pinto Guedes, filha de José Vaz Pinto Guedes, capitão-mór de Penaguião. A sua familia era fervorosamente miguelista, e parece que foi devido a essa circumstancia que João de Lemos se matriculou na Universidade de Coimbra só em 1841, contando já 22 annos de edade. Essa demora, porém, contribuiu para que João de Lemos, cujo talento poetico se revelara desde muito, assumisse em Coimbra um pouco a direcção da pleiade litteraria, que n'esse tempo ali se manifestara, e que se agrupou em torno do joven poeta, considerado naturalmente como chefe d'essa escola romantica, em que figuravam José Freire de Serpa Pimentel, Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, Augusto Lima, Couto Monteiro, Gonçalves Dias, D. Antonio da Costa, e outros. Publicou-se o jornal de poesias, o *Trovador*, que adquiriu grande celebridade, e de que João de Lemos foi um dos mais activos e applaudidos collaboradores. Por este tempo appareciam tambem muitas poesias do distincto poeta dispersas em diversos jornaes; todas estas poesias e outras producções insertas depois na *Revista Universal Lisbonense*, *Revista Academica de Coimbra*, *O Prisma*, *A Illustração*, etc. fôram mais tarde publicadas no *Cancioneiro*, *O livro de Elisa*, que obteve grande successo, appareceu pela primeira vez em 1845, na *Revista Academica*, sendo depois reimpressa na *Lysia Poetica*, e mais tarde incluido na collecção de poesias de João de Lemos, publicada no Rio de Janeiro, saindo por fim em volume áparte em 1869. Defendendo as suas idéas religiosas publicou em 1842 e 1843 a revista religiosa, *O Christianismo*. No jornal *O Prisma* escreveu um conto intitulado *Maria Paes Ribeira*, mas como a fundação do Conservatorio Real de Lisboa e o exemplo de Garrett estimulavam todas as vocações dramaticas, João de Lemos tambem quiz acompanhar este movimento, e transportou para a scena o mes no assumpto de *Maria Paes Ribeira*, escrevendo um drama em 4 actos, que se representou em 1845, em Coimbra, no theatro Academico de S. Paulo, sendo desempenhado pelos estudantes socios da Nova Academia Dramatica. No mesmo theatro tambem se representou a sua comedia em 2 actos *Um susto feliz*. Esta comedia tambem foi representada no theatre particular do conde da Redinha, por amadores da mais selecta sociedade aristocratica. Comtudo, os seus trabalhos litterarios e poeticos não o obrigavam a descuidar-se dos estudos universitarios, e em 1846 recebia o grau de bacharel na faculdade de Direito, obtendo uma das mais honrosas classificações que se deram n'aquella epoca. Ainda n'este anno, rebentando a revolução, conhecida na historia por *Maria da Fonte*, manifestou as suas idéas politicas no periodico *Grito Nacional*, que defendia a revolução, e a que o partido legitimista se associara. Esse periodico, de que João de Lemos redigiu os primeiros 24 numeros, desde 19 de maio até 17 de junho, ficou depois debaixo da direcção de José Alexandre de Campos até 28 de dezembro, em que terminou a publicação. João de Lemos não se limitou, porém, a cooperar com

João de Lemos Seixas Castello Branco

os revolucionarios de 1846, como o seu partido fizera, escrevendo no *Grito Nacional*, atirou se á lucta, com denodo e valentia, soffrendo as amarguras da derrota com as suas tristes consequencias, porque chegou a estar preso. Terminada a guerra veiu para Lisboa, continuando a militar nas fileiras realistas, tornando-se redactor da *Nação*, desde 1848. Antes, porém, fôra encarregado pelo seu partido d'uma missão ao estrangeiro junto a D. Miguel. Em 1846 havia casado com D. Maria do Carmo de Lima Botado Ferreira Castello, viuva do general governador d'Angola, Nicolau d'Abreu Castello Branco, e filha do alcaide-mór de Ceia, Joaquim José Ferreira da Costa Castello, commendador da ordem de Christo e moço fidalgo em exercicio. Mais tarde voltou ao estrangeiro com outra mensagem ao real proscripto, em que tambem fôram alguns dos mais influentes partidarios legitimistas, e esteve em Londres com D. Miguel, que visitava a exposição. Em outra viagem percor-

reu a França e a Italia, indo assistir nas terras do exilio ao baptisado da filha de D. Miguel, D. Maria das Neves de Bragança e Bourbon. Esteve em Roma, sendo recebido pelo santo padre Pio IX e pelo cardeal Antonelli, como redactor da *Nação*, com as maiores demonstrações de estima e affecto; na côrte de Modena tambem foi largamente considerado, não só pelo soberano Francisco V, como pelos seus ministros, com um dos quaes entreteve desde então estreitas relações de amizade Foi a Vienna cumprimentar o imperador d'Austria em nome de D. Miguel; visitou a côrte de Berlim, onde muito o obsequiou o ministro conde de Rodesk; jantou em Veneza com o conde de Chambord, que lhe offereceu logar ao seu lado. Carlos VI, de Hespanha, lhe concedeu a commenda da ordem de Carlos III, que D. Miguel lhe enviou em 1851, acompanhada d'uma penna de ouro primorosa e ricamente trabalhada e uma carta muito honrosa, datada de Battle-Sassex, em 6 de maio. Era uma affectuosa homenagem á sua dedicação politica. Ao seu talento lhe haviam já prestado homenagem nomeando-o seu socio, o Instituto de Coimbra, a Academia Real das Sciencias e o Conservatorio Real de Lisboa. Em 1853, quando falleceu a rainha D. Maria II, escreveu uma das suas melhores poesias, *O Funeral e a pomba*, que é uma das mais sentidas homenagens prestadas á soberana, que João de Lemos não considerava como rainha, mas como sobrinha do seu rei. João de Lemos era um poeta conhecidissimo, e considerado o nosso primeiro lyrico, mas as suas poesias andavam dispersas pelos jornaes, conforme dissémos, e não havia um livro que pudesse dizer á posteridade o que elle fôra. No Rio de Janeiro publicára se subrepticiamente em 1847 um volume, em que se encontravam colleccionados muitos dos seus versos, com o titulo de *Poesias de João de Lemos Seixas Castello Branco*. Francisco Palha deliberou ser o editor das suas poesias, e publicou-as, effectivamente, com o titulo de *Cancioneiro de João de Lemos*, em 3 volumes, chamando se o 1.º *Flôres e amores*, 18 8; o 2.º *Religião e patria*, 1859, e o 3.º *Impressões e recordações*, 1867. Tendo enviuvado, João de Lemos passou a segundas nupcias em 1864 com sua cunhada, D. Maria Luiza Botado Ferreira Castello. N'este anno publicou, sem o seu nome, um folheto intitulado *Gomes de Abreu avaliado pela imprensa de todas as côres politicas*, que era a reproducção de tudo quanto se escrevera ácêrca de Gomes de Abreu, quando elle fôra para Allemanha ser mestre dos filhos de D. Miguel; em 1867 publicou outro folheto do mesmo genero, com o titulo de *A' memoria d'Elle, tributo saudoso da lealdade portugueza*, homenagem a D. Miguel, que fallecera no anno antecedente. Era a reproducção dos artigos e poesias que publicara no jornal *A Nação*, de 17 de dezembro de 1866. Sentindo-se doente, retirou-se á sua quinta de Anta, junto de Maiorca, afastando-se assim da vida activa, passando os seus ultimos vinte annos longe do bulicio de Lisboa, entregue aos cuidados da familia. Comtudo, ainda em 1884 voltou á capital para se entregar á direcção do jornal *A Nação*, mas não tardou a abandonar os seus trabalhos jornalisticos, já pela sua doença, já pela sua avançada edade. No entretanto publicou em 1875 um volume de versos, *Canções da tarde*, divididos em duas partes: *Ultimos reflexos* e *Horas vagas de Buarcos;* e em 1876 *Os Serões da aldeia; O Tio Damião, O clero e a egreja catholica*, e o *Monge pintor*. E' tambem de João de Lemos um folheto que saiu na Figueira da Foz ácêrca dos arrozaes, assignado com o pseudonymo de Amaro Martins Gaveta. Tambem fôram mais tarde editados em 2 volumes, com o titulo de *Frades* e *Elles e Ellas*, numerosos artigos publicados na *Nação*, em resposta ao *Conimbricense*, com a assignatura de *um antigo jornalista*. Falleceu repentinamente, estando defronte do espelho pondo a gravata no pescoço, para receber a visita do seu amigo e correligionario e illustre escriptor Antonio Pereira da Cunha, que o procurara em sua casa.

Lemos Seixas Castello Branco *(Joaquim Antonio)*. Cavalleiro da ordem de Christo; professor regio de primeiras letras em Lisboa, e director d'um collegio de educação, que estabeleceu pelos annos de 1815, etc. Não se conhecem as datas do nascimento e fallecimento, mas presume-se que nascesse pouco mais ou menos em 1778, e morresse aproximadamente no anno de 1840. Foi o principal fundador d'uma sociedade ou corporação denominada *Montepio litterario*, começada em 1816, e d'ella foi eleito provedor. Esta sociedade chegou a estar muito prospera, mas caiu em decadencia, e acabou em 1829. Nos ultimos annos da sua vida foi advogado, dos chamados de provisão. Escreveu: *Breve, mas circumstanciada noticia do governo e constituição da Gran-Bretanha, com uma noticia geral de todas as revoluções que tem acontecido aos reis, e á nação*, Lisboa, 1809; *Compromisso d'um Montepio, que em seu commum beneficio e de suas mulheres, filhos, paes e irmãos instituem os professores e mestres, assim regios como particulares, licenceados na côrte*, Lisboa, 1816; *Antidoto, ou verdadeiro preservativo contra as maximas e doutrinas do presente seculo*, Lisboa, 1823; *Memoria justificativa, em que se pretende provar a legitimidade dos direitos do senhor D. Miguel á corôa e sceptro de Portugal*, Lisboa, 1831; *Mais uma tosa nos liberaes, ou verdadeiras idéas de um realista, portuguez puro*, etc., Lisboa, 1831; *Allegação de direito... em a causa do libello civel, acção ordinaria de nullidade, autores João Ferreira Guedes, e seu irmão Joaquim Ferreira Guedes; réo Manuel Fernandes de Sá*, etc., Lisboa, 1837; saiu com as iniciaes do seu nome.

Lemueno. Pov. do conc. do Ambrizete, distr. do Congo, prov. de Angola. Pertence á divisão de Quinzan.

Lemvo. Pov. do sobado de Gombe, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. Está situada no caminho do Zombo. ‖ Pov. do sobado de Tanda, do mesmo conc., distr. e prov. Está situada no caminho do Zombo. ‖ Pov. do sobado de Quimbumbuge Quintanda, do mesmo conc., distr. e prov. ‖ Pov. do sobado de Quinpango, do mesmo conc., distr. e prov. ‖ Pov. do sobado de Sougula, do mesmo conc, distr. e provincia.

Lena. Rio do distr. de Leiria. N. ao S de Porto de Moz e entra no Liz, perto de Leiria, com 25 k. de curso.

Lencastre *(D. Affonso)*. Segundo filho do 3.º duque de Aveiro, D. Alvaro de Lencastre e de sua mulher e prima D. Julianna de Lencastre.

N. em 1597, fal. em Hespanha a 28 de março de 1654. Esteve na restauração da Bahia como capitão de infantaria, e voltando ao reino, sabendo que os inglezes estavam sobre Cadiz, foi em soccorro d'aquella cidade. Em 1627 o rei castelhano lhe deu o titulo de marquez de Porto Seguro, cuja capitania tinha. Foi tambem capitão general das galès de Portugal e conselheiro de Estado. Seguindo o partido de Castella, depois da revolução de 1640 recebeu de Filippe IV os titulos de duque de Abrantes e de marquez de Sardoal.

Lencastre *(D. Affonso).* Filho de D. Diniz de Bragança e de D. Brites de Lemos. N. em Castella, e fal. em 1572. Veiu para Portugal, sendo educado por sua avó D. Izabel. Foi commendador-mór da ordem de Christo, alcaide-mór d'Obidos, e embaixador extraordinario de el-rei D. João III ao papa Julio III. Conservou-se em Roma até ao tempo de Pio V, e voltando depois ao reino, foi novamente a Roma como embaixador, e posteriormente com o mesmo caracter a França.

Lencastre *(D. Antonio de).* Governador de Angola, de 1772 a 1779. No seu tempo houve guerras com os sobas, que fôram proveitosas para Portugal; abriu-se uma estrada e organisou-se o parque de artilharia.

Lencastre *(D. Antonio Coutinho de).* Governador de Cabo Verde durante 15 annos, de 1803 a 1818. No seu tempo fizeram-se algumas obras publicas, e os corsarios de Buenos Ayres saquearam as ilhas de Maio e Boa Vista.

Lencastre *(D. Antonio Manuel de Lencastre e Saldanha, 1.º visconde e 1.º conde de).* Moço fidalgo com exercicio no paço, por successão a seus maiores; commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, e da de Carlos III, de Hespanha; ministro residente. N. a 19 de fevereiro de 1826, e é já fallecido, sendo filho do conde da Louzã D. Luiz Antonio de Lencastre Basto Baharem, e de sua mulher D. Maria Rosa de Saldanha Azevedo Corte Real da Camara. Casou em 1873 com D. Adelina Luiza Maria, condessa de Carding, viuva de lord Carding. O titulo de visconde foi concedido em 20 de agosto de 1866, sendo elevado ao de conde em 11 de setembro de 1873.

Lencastre *(D. Antonio Maria de).* Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, medico da Real Camara, par do reino, secretario geral e presidente da commissão executiva da Assistencia Nacional aos Tuberculosos, etc. N. em Lisboa a 11 de setembro de 1857, sendo filho do 4.º conde da Louzã, D. João José de Lencastre Basto Baharem, e de sua segunda mulher, D. Carlota Imsess. Cursou os primeiros estudos, revelando logo uma intelligencia clara e um grande amor pelos livros. Ficando distincto em todos os exames secundarios, matriculou-se na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, começando o seu nome a tornar-se celebre entre os estudantes, ganhando a sympathia dos professores que lhe reconheceram um talento superior. O curso foi dos mais distinctos, recebendo nos exames premios e distincções honorificas. Concluidos os estudos principiou a exercer a clinica, e com tal tacto medico, com tão grande certeza de diagnostico, que a sua carreira depressa se accentuou, grangeando grande fama. Em casos graves e difficeis era consultado pelos medicos, que tinham sido seus professores, que o chamavam a conferencias, consultando a sua opinião, ouvindo o seu conselho, que se não baseava n'um longo tirocinio clinico, mas n'um talento elevado, n'um grande e continuo estudo, e n'uma vocação natural. El-rei D Fernando, apreciando os seus merecimentos, o convidou para seu medico permanente, e hoje conserva-se ao serviço da real camara. O dr. D. Antonio de Lencastre é tambem medico naval, e n'esta qualidade o ministro da marinha o nomeou professor de hygiene naval e pathologia dos climas quentes na Escola Naval. Fundou pouco depois a Polyclinica de Lisboa, que ainda hoje dirige, tendo agrupado em roda de

D. Antonio Maria de Lencastre

si os collegas que mais aptos julgou para consultarem sobre as principaes especialidades morbidas. Foi depois eleito vice-presidente da Sociedade das Sciencias Medicas, logar que ainda occupa. O dr. D. Antonio de Lencastre esteve no estrangeiro a estudar os estabelecimentos destinados ao tratamento dos tuberculosos e a reunir todos os elementos respectivos. Voltou em 1899, quando se estabeleceu, por generosa iniciativa de sua magestade a rainha senhora D. Amelia, a Assistencia Nacional aos Tuberculosos, que se inaugurou a 11 de junho d'aquelle mesmo anno. D. Antonio de Lencastre foi um dos que muito trabalharam para se levar a effeito aquella benemerita instituição, e sendo nomeado secretario geral, ainda hoje conserva esse cargo. Acompanhou sua magestade a rainha senhora D. Amelia na sua viagem ao Mediterraneo em 1903, e na viagem de suas magestades el rei senhor D. Carlos e rainha senhora D. Amelia a Inglaterra em 1904. O dr. D. Antonio de Lencastre casou em 20 de agosto de 1881 com D. Beatriz Gomes.

Lencastre (*D. Luiz de*). Filho de D. Affonso de Lencastre, alcaide-mór de Obidos. Falleceu em 1598. Foi commendador-mór da ordem de Christo. Acompanhou seu pae a Roma em 1551, mas demorou-se pouco tempo n'aquella cidade. El-rei D. Sebastião o mandou como embaixador a França e a Castella, e depois o cardeal-rei D. Henrique o nomeou embaixador a Roma, mas elle não acceitou o cargo. Na questão da successão da corôa de Portugal foi o procurador da duqueza de Bragança, e, vendo o caminho que as cousas tomavam, retirou-se ao castello de Obidos, de que era alcaide-mór, para o defender. Em 1581, sabendo da vinda de D. Antonio prior do Crato, marchou para Peniche com a gente de Obidos, mas achando a villa tomada, voltou para Lisboa. Filippe I o nomeou do seu conselho de Estado, mas não chegou a tomar posse d'esse elevado cargo.

Lencastre (*D. Diniz de*). Filho de Fernão Martins Mascarenhas, e d'uma filha do antecedente. Falleceu a 20 de novembro de 1664. Serviu na guerra, e ficando depois viuvo e sem filhos, entrou na ordem de S. Domingos, onde chegou a ser provincial. D. João IV o mandou como embaixador aos principes e republicas de Italia.

Lencastre (*D. Francisco de Salles de*). Chefe de repartição da alfandega, em commissão na primeira repartição da direcção geral dos negocios commerciaes e consulares; director da alfandega da ilha do Principe e da de Cabo Verde, administrador do concelho da Villa da Praia, etc. N. em Lisboa a 8 de fevereiro de 1839, sendo filho natural de D. Francisca de Salles da Piedade Lencastre, que fôra tambem filha illegitima do marquez de Abrantes D. José Maria da Piedade Lencastre. Frequentou o curso de humanidades no Lyceu Nacional de Lisboa, e depois de o concluir entrou na carreira de empregado publico, servindo desde 1861 até 1863 como escrivão supplente na repartição de fazenda no districto de Leiria, sendo n'este anno despachado para a provincia de Cabo Verde, onde exerceu os cargos de escrivão da camara municipal e de administrador do concelho da Villa da Praia, durante uma parte da calamitosa epoca em que a ilha de S. Thiago foi devastada pela fome. Em attenção aos bons serviços então prestados, foi-lhe concedido o logar de director da alfandega do Principe, sendo transferido um anno depois com o mesmo cargo, para a capital de Cabo Verde. Em 1869 viu-se obrigado a voltar á metropole, por causa dos padecimentos que adquirira na sua permanencia em Africa. Foi então aspirante, 3.° official, 1.° e 2.° verificador nas alfandegas do Porto e Lisboa. Mais tarde foi nomeado para desempenhar na Guiné Portugueza a importante commissão de colher informações sobre a estatistica e estado economico do paiz, e estudar sobre essas informações o meio de substituir o rendimento das alfandegas, quando ali se executasse o decreto de 9 de dezembro de 1869, que declarou francos os portos de Bissau e Cacheu. Como chefe da secção de estatistica no conselho geral das alfandegas collaborou com o dr. Antonio José Teixeira nos trabalhos que serviram de base para a proposta que foi apresentada no parlamento pelo fallecido Fontes Pereira de Mello, e pela qual fôram abolidos os impostos que se cobravam sobre os cereaes portuguezes consumidos na capital. Foi chefe de serviço na alfandega de consumo em 1886, chefe de repartição na alfandega de Lisboa; secretario geral em Moçambique, etc. Serviu 10 annos em Africa, e os seus serviços mereceram um registo honroso, não esquecendo os que prestou na capital de Cabo Verde na crise de fome, como já citámos, que alcançaram o caloroso louvor do respectivo governador geral. Quando esteve em Moçambique foi um auxiliar muito dedicado do governador, então o conde da Costa, José Guedês, no estudo da politica indigena, no desenvolvimento dos recursos economicos da provincia, na pacificação da Zambezia e na pacificação geral, conseguidos por meio d'uma politica prudente e adequada ás circumstancias d'essa região, d'onde a cada passo surgiam difficuldades d'uma solução espinhosa. Esta escola de habilitação com a já havida na metropole em logares adquiridos, até ao cargo do primeiro verificador, sempre por concurso, crearam-lhe uma reputação de competencia, que os seus actos posteriores em commissões de grande responsabilidade technica, provaram ser justificada. Sendo simplesmente terceiro official fez parte d'uma commissão de syndicancia á alfandega de Lisboa, sobre proposta do fallecido estadista Lopo Vaz, que, em termos lisongeiros para o nomeado, explicou o insolito do caso, dada a inferior categoria do syndicaute, pelos merecimentos e aptidões especiaes que n'elle se reuniam para tão melindrosa commissão. Collaborou em seguida nas pautas decretadas em 1882 e nos trabalhos que prepararam a radical transformação dos serviços alfandegarios em 1885. Foi depois nomeado chefe da segunda repartição da administração geral das alfandegas. Fez parte da grande commissão de pautas ultramarinas, que preparou os projectos em que se baseou a reforma decretada pelo ministro Ferreira do Amaral em 1892, e collaborou n'uma sub-commissão nos primeiros trabalhos ácêrca das provincias de Cabo Verde e Guiné, de que se retirou por desaccordo com os seus collegas. Como vogal d'uma commissão de inquerito industrial, visitou os districtos de Villa Real, Bragança, Vizeu e Guarda, publicando os respectivos relatorios, o que sempre fizera nas outras commissões importantes. Collaborou com Joaquim José Machado em projectos de regulamento do trabalho indigena e de imposto de palhota. Foi o empregado da alfandega escolhido para no ministerio dos estrangeiros cooperar com a direcção geral respectiva no estudo e preparo dos trabalhos necessarios á elaboração das convenções e tratados commerciaes. N'esse logar teem sido notaveis os seus trabalhos e serviços nas negociações laboriosas para a celebração de tratados: com a Hespanha, assistiu ás conferencias de Madrid com o conde de Paraty e depois com o conde de S. Miguel; com o Japão, a Suecia, Estados Unidos, encontrando-se os seus pareceres exarados nos respectivos *Livros Brancos* apresentados ao parlamento. Collaborou por alguns annos nos jornaes *Doze de Agosto* e *Gazeta de Portugal*, onde escreveu de Cabo Verde muitas correspondencias e artigos noticiosos sobre os interesses d'aquella provincia; no *Archivo Pittoresco* tambem publicou uma serie de artigos descriptivos e economicos a respeito da ilha do Principe. Escreveu:

Indice remissivo da Legislação novissima de Portugal, comprehendendo os annos de 1833 até 1868, Lisboa, 1869. Este trabalho foi muito apreciado pela imprensa periodica, como um repertorio utilissimo, por abranger toda a legislação portugueza promulgada desde o principio do regimen liberal até ao anno em que se publicou, indicando breve e exactamente por meio de palavras iniciaes, bem escolhidas, as diversas disposições contidas nos numerosos volumes da legislação official. Entre os jornaes que mais largamente se referiram a esta obra com palavras elogiosas, contam-se: *Revista critica de Legislação, Jornal de Jurisprudencia*, n.º 12: *Gazeta dos Tribunaes*, n.º 4219: *O Direito*, n.º 36; *Revista de Legislação e Jurisprudencia*, n.º 72; *Jornal do Commercio*, n.º 4701; *Revolução de setembro, Gazeta do Povo*, etc. Escreveu tambem: *Portagens e alfandegas*, monographia historica sobre a evolução aduaneira; 1.º volume, que parou no reinado de D. Sebastião, por não ter encontrado protecção official para o seu trabalho. Traduziu e annotou a obra do explorador Cameron. *Across Africa*, e depois annotou tambem os *Lusiadas*, em fórma escolar, para explicação dos que ignoram as multiplas referencias de caracter mythologico, historico e politico, que se encontram n'aquelle poema. Em 16 de dezembro de 1903 realisou nas salas do Centro Regenerador Liberal, uma conferencia sobre o *Zollverein Africano e o Porto de Lourenço Marques*.

Lencastre *(D. Jayme de)*. Bispo de Ceuta, eleito em 1545. Era filho de D. Jorge, duque de Coimbra.

Lencastre *(D. João de)*. Arcediago e conego da sé de Evora; capellão-mór de Filippe II, de Portugal, em 1612; bispo de Lamego em 1621. Era filho de D. Diniz de Lencastre, commendador-mór da ordem de Christo, embaixador a França e a Castella, etc. Falleceu em 1626.

Lencastre *(D. João de)*. Commissario geral da cavallaria, governador de Angola, do Brazil e do Algarve, etc. N. a 3 de maio de 1646, fal. em Lisboa em fevereiro de 1707. Era filho de D. Rodrigo de Lencastre, governador e capitão general de Tanger, e irmão de D. Pedro de Lencastre, que foi monge em Alcobaça. Serviu na guerra da Restauração, esteve na batalha do Ameixial como capitão de cavallos, e na de Montes Claros como capitão da guarda do marquez de Marialva. Depois de concluida a paz foi nomeado commissario geral da cavallaria. Em 1683 teve o encargo do governo da capitania de S. Francisco de Assis, na armada que foi á Saboia Posteriormente serviu como mestre de campo do terço de armada, governador e capitão general de Angola em 1688, e governador do Brazil em 1694. com a patente de capitão-general de mar e terra. No seu tempo descobriram-se as minas de salitre e começaram a apparecer as de ouro. Voltando ao reino, foi nomeado em 1704 general da cavallaria do Alemtejo, conselheiro de guerra, e depois governador e capitão-general do Algarve.

Lencastre *(D. Jorge de)*. Bacharel em Canones e clerigo. Era filho natural de D. Jorge, duque de Coimbra. A Universidade o quiz eleger reitor. Foi prior-mór de Aviz em 1517, e capellão-mór de Filippe II em 1617.

Lencastre *(D. Jorge de)*. Eremita na ordem de Santo Agostinho, que falleceu em Leiria a 16 de maio de 1623. Era filho natural de D. Jorge, duque de Coimbra, como o precedente. Na religião usou do nome de fr. Antonio de Santa Maria. Em 1616 era bispo de Leiria.

Lencastre *(D. Fr. José de)*. Religioso da ordem carmelitana; bispo de Miranda e de Leiria, etc. N. em Lisboa a 19 de março de 1621, fal. a 13 de setembro de 1705. Era filho de D. Francisco Luiz de Lencastre, commendador-mór de Aviz, e de sua mulher, D. Filippa de Mendoça, dama da rainha D. Margarida d'Austria; irmã do 2.º conde de Figueiró, D. Pedro Luiz de Lencastre, e do dr. em Canones e conego da sé de Evora, D. Verissimo de Lencastre. Exerceu varios cargos na sua religião, e em 1656 foi mandado a Roma para tratar da beatificação do condestavel D. Nuno Alvares Pereira. Em 1669 voltou ao reino; foi eleito bispo de Miranda em 1677, de Leiria em 1681, succedeu a seu irmão D. Verissimo de Lencastre no logar de inquisidor geral, em 1792 foi nomeado capellão-mór, e dois annos depois, em 1794, conselheiro de Estado.

Lencastre *(D. José d'Almada e)*. V. *Almada e Lencastre (D. José)*.

Lencastre *(D. José Maria da Piedade de)*. Era filho do 4.º marquez de Abrantes e 8.º conde de Villa Nova de Portimão, D. José Maria da Piedade de Lencastre Silveira Castello Branco Almeida Sá e Menezes, e de sua mulher, D. Helena do Santissimo Sacramento de Vasconcellos e Sousa. N. em Lisboa a 19 de setembro de 1819, e fal. a 28 de fevereiro de 1870. Herdeiro do titulo de conde de Villa Nova de Portimão de juro e herdade, nunca pediu a confirmação, em consequencia das suas idéas serem oppostas ao governo constitucional, ficando sempre reconhecido officialmente com o nome abreviado de D. José de Lencastre, embora o partido legitimista a que pertencia, o considerasse marquez de Abrantes, e D. Miguel lhe tivesse dado o titulo de duque, segundo consta. Era homem de valor e poeta apreciavel. Casou em 1 de outubro de 1849 com D. Maria Rita Correia de Sá Benevides Velasco da Camara, filha dos 6.ºs viscondes d'Asseca, Antonio Maria Correia de Sá Benevides Velasco da Camara e D. Rita de Castello Branco. Escreveu: *Scenas da Thebaida, ou Paulo primeiro eremita*, Lisboa, 1866. Na *Nação* de 20, 22 e 23 de julho de 1867 saiu um juizo critico a respeito d'esta obra, assignado por *Catholico velho*. Conhece-se tambem uma poesia sua em redondilhas, intitulada: *Noite de S. João no mar*.

Lencastre *(D. Luiz de)*. Alcaide-mór de varias villas e 1.º commendador-mór da ordem de S. Bento de Aviz em 1540. Era filho de D. Jorge, duque de Coimbra. Foi embaixador extraordinario a Castella em 1568, e falleceu em 1574.

Lencastre *(D. Luiz de)*. Segundo commendador-mór da ordem de S. Bento de Aviz. Era filho do precedente. Acompanhou seu pae á embaixada de Castella, e D. Sebastião nas duas expedições á Africa, ficando captivo em Alcacer-Kibir. Depois de resgatado, foi conselheiro de Estado do cardeal-rei D. Henrique, de Filippe I e Filippe II, de Portugal. Em 1609 foi védor da fazenda, e em 1611 presidente do tribunal creado de novo para a reformação da casa do assentamento do reino. Falleceu em Lisboa em 1 de junho de 1613.

Lencastre *(D. Maria Ursula de Abreu)*. He-

roina que em trajos de homem militou na India, e se tornou notavel na guerra. N. no Rio de Janeiro pelos annos de 1682, e fal. em Gôa. Era filha de João de Abreu de Oliveira. Contava apenas 18 annos de edade, quando arrebatada pela sua ardente imaginação, indole bellicosa e ambição de gloria, ou talvez por amores contrariados, como alguns julgam, resolveu embarcar para Lisboa, em trajos de homem, e foi assentar praça de soldado no 1.º de setembro de 1700 com o nome de Balthazar do Couto Cardoso. Partiu para a India, e n'aquelles campos das maiores glorias portuguezas, illustrou-se pelo seu indomito valor em numerosas pelejas. No assalto de Ambona foi um dos primeiros bravos a entrar na fortaleza; na tomada das ilhas de Corjuem e Panelem distinguiu-se tanto que mereceu a nomeação de cabo do baluarte da Madre de Deus na fortaleza de Chaul, e ahi se assignalou pela intrepidez com que combateu em todos os ataques do inimigo sempre rechaçado. Em muitas outras pelejas se distinguiu pelas suas proezas marciaes. No fim de 13 annos de serviços na guerra. obteve baixa a 12 de maio de 1714, e tornando então aos vestuarios proprios do seu sexo, casou com Affonso Teixeira Arraes de Mello, que fôra pouco tempo antes governador do forte de S. João Baptista, de Gôa. Já de ha muito que o nome de Balthazar do Couto Cardoso não dissimulava o sexo a que pertencia aquelle valente militar nas fortalezas e nos campos de batalha, mas para abonar a sua honestidade feminil, foi muito bastante a escolha que, um cavalheiro distincto e muito considerado como Arraes de Mello, fez da heroina para sua esposa. D. João V, a 8 de março de 1718, fez mercê a D. Maria Ursula Abreu e Lencastre, a distincta e notavel guerreira, do paço de Paugim pelo tempo de seis annos, e de um xerafim por dia, moeda que n'aquelle tempo valia perto de 300 réis, pago na alfandega de Gôa, com a faculdade de testar em seus descendentes, e na falta d'estes, em quem lhe aprouvesse. D. Maria Ursula Abreu e Lencastre até ao fim da vida foi sempre muito venerada por todos com quem tratava, e admirada dos seus contemporaneos. Tinha certa vaidade, muito perdoavel, em quem tanto se glorificara como guerreira, e ainda depois de casada, apparecia em actos solemnes com o seu uniforme militar.

Lencastre *(D. Pedro de)*. Capitão de cavallaria. Era filho de D. Lourenço de Lencastre e de D. Ignez de Noronha Partiu para a India com seu tio, o conde de Villa Pouca; em 1661 foi nomeado para fazer parte do governo do Estado, cargo que exerceu juntamente com Luiz de Mendonça, estando com elle quasi sempre em divergencia. Entregou o governo a 14 de dezembro de 1662, e vindo para Portugal, falleceu no caminho.

Lencastre *(D. Pedro de)*. Monge no convento d'Alcobaça. N. em Lisboa em 1653, e fal. em Elvas a 27 de setembro de 1713. Era filho de D. Rodrigo de Lencastre, governador e capitão-general de Tanger. Em 1693 exercia o cargo de capellão-mór. No anno de 1700 propoz a D. Pedro II os meios de evitar os vagabundos e mendicantes pelas portas, mas o soberano mandou consultar sobre este assumpto o seu confessor, e a lembrança ficou sem effeito. Em 1702 foi eleito D. abbade geral da congregação de Cis tér, e em 1706 bispo de Elvas.

Lencastre *(D. Rodrigo de)*. Governador e capitão-general de Tanger, nomeado em 1653. Tendo mostrado intrepidez e bravura em differentes occasiões, foi substituido pelo 2.º conde da Ericeira, D. Fernando de Menezes, em 1656, e voltando ao reino, falleceu a 21 de fevereiro de 1657.

Lencastre *(D. Verissimo de)*. Doutor em Canones, conego da sé de Evora, deputado e promotor da inquisição n'esta cidade, e inquisidor geral em Lisboa, arcebispo de Braga, etc. N em 1615, e fal. a 13 de dezembro de 1692. Era filho de D. Francisco Luiz de Lencastre e de sua mulher, D. Filippa de Mendoça; irmã do 2.º conde de Figueiró, e de D. Fr. José de Lencastre, bispo de Miranda e de Leiria. Foi deputado e promotor da inquisição de Evora em 1644, e inquisidor do mesmo tribunal em 1649 Passando depois á de Lisboa exerceu o cargo de deputado do conselho geral. Foi tambem do conselho d'elrei e eleito bispo de Lamego. Recusando esta mitra, acceitou a de Braga em 1671, a qual renunciou em 1677, passando a viver em Lisboa, sendo nomeado inquisidor geral. Foi conselheiro de Estado, e recebeu o barrete de cardeal em 1686.

Lencastre e Menezes *(João Eduardo Sotto Maior)*. General de divisão. N. em Penafiel a 29 de julho de 1835. Pertence a uma familia nobre, que tem o seu solar em Cabanellas, Entre Douro e Minho, e é do seu solar que lhe deriva o nome por que era geralmente conhecido. Foi alumno do Collegio Militar, e frequentou a Escola Polytechnica de Lisboa, como sargento aspirante de caçadores, e depois a Escola do Exercito, e tendo concluido o curso foi collocado n'um dos regimentos do Porto. Assentou praça em 7 de agosto de 1850, saindo alferes em 29 de julho de 1852, sendo promovido a tenente em 5 de dezembro de 1865, a capitão em 2 de julho de 1873, a major em 31 de outubro de 1884, a tenente coronel em 21 de julho de 1886, a coronel em 19 de dezembro de 1878, a general de brigada em 9 de novembro de 1894, e a general de divisão em 21 de fevereiro de 1901. Serviu como promotor de justiça nos conselhos de guerra do Porto, indo depois commandar infantaria n.º 18. Exercia este commando quando rebentou a revolta republicana de 31 de janeiro de 1891, em que se conservou fiel á sua bandeira, honrando assim os seus deveres militares. Juntamente com o coronel Antonio Ferreira Sarmento, commandante da guarda municipal, conseguiu dominar a revolta com uma coragem e valentia pouco vulgar. Os soldados obedeceram á sua voz de commando, ao seu exemplo de lealdade e bravura. Firmes, acompanharam o seu commandante, e as praças que se haviam deixado arrastar pelas suggestões dos revoltosos, envergonharam-se perante esse nobre exemplo, retrocederam, e voltaram ao cumprimento do seu dever. Nas manobras militares realisadas no Bussaco em setembro de 1904, o general Lencastre e Menezes tambem tomou parte, como director dos exercicios de infantaria. Em 30 de abril de 1862 casou com D. Henriqueta Adelaide da Silva, filha do conselheiro Luiz José da Silva. E' gran-cruz, grande official, commendador e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, e commendador da Torre e Espada.

Lenda. Tradição oral ou narrativa escripta, de acções praticadas por santos ou heroes, segundo a phantasia popular. Na historia, a lenda tem uma importancia diversamente considerada pelos autores: uns chegam ao paradoxo de que a lenda é mais verdadeira do que a historia; outros, que não tem autbenticidade, embora se dê por fundada sobre a realidade dos factos. A maioria dos monumentos litterarios dos antigos povos teem por substancia a leuda, fonte inexgotavel. Para os periodos longinquos ou obscuros a lenda suppre a historia ou completa-a. Graves historiadores e criticos teem considerado e apreciado as lendas, taes como Alexandre Herculano, Rebello da Silva, Theophilo Braga, etc., aos quaes se devem interessantes versões de muitas lendas nacionaes.

Lenço. Antigo tecido de linho fino. Oppunha-se a *bragal* (V. *este nome*), tecido de linho grosso. || *Lenço de assoar*, *do pescoço* ou *da cabeça*, peça de vestuario de differentes formas e tecidos. Ha os quadrangulares geralmente, e triangulares, sendo de linho, algodão, lã ou sêda, e côr branca ou differentes.

Lende. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Lendiosa. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Aguada de Baixo, conc. de Agueda, distr. de Aveiro || S. Martinho, de Casal Comba, conc. de Mealhada, do mesmo districto.

Lengue. Um dos numerosos sobados em que está dividida a pov. de Lombe, do conc. de Malange, distr. de Lunda, prov. de Angola. Pertence á 5.ª divisão.

Lenharello. Pov. na freg. de S. Thiago, de Villela, conc. de Amares, distr. de Braga.

Lenho. Pov. na freg. de S. Estevão, de Moldes, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Lente. Pov. na freg. do Salvador, de Arvore, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Lenteiro. Pov. na freg. de Santa Christina, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Lenteiros *(Casal dos)*. Na freg. de S Pedro, de Travanca de Lagos, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Lentes. Pov. na freg de Santa Maria, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Lentisca. Pov. na freg. de S. Vicente, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Lentiscaes. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, conc. e distr. de Castello Branco || N. S.ª da Esperança, de Paderne, conc. de Albufeira, distr. de Faro.

Lentisqueira. Pov. na freg. de S. Thomé e conc. de Mira, distr. de Coimbra.

Leo. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Leomil. Villa e freg. de S. Thiago, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 1:804 hab. e 434 fog. Tem escolas para ambos os sexos, caixa post., fabrica de manteiga, e uma feira de gado lanigero, que se realisa a 25 de julho. A villa dista 4 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda da ribeira de Goujoim, n'uma planicie, proximo da serra da Lobagueira. O real padroado apresentava o reitor, que tinha 100$000 réis annuaes. E' pov. muito antiga. O conde D. Henrique a conquistou aos moiros em 1102, auxiliado pelos bravos cavalleiros, D. Garcia Roiz e seu irmão, D. Paio Roiz, aos quaes logo a deu em premio dos seus serviços, com honras de couto. Leomil foi séde d'um concelho, que se supprimiu pelo decreto de 24 de outubro de 1855. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Pov. e freg. de N. S.ª da Aununciação, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Almeida, distr. e bisp. da Guarda; 421 hab. e 88 fog. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Pinhel a Castello Mendo. Corre-lhe proximo o rio Côa. A mitra apresentava, por concurso, o vigario, que tinha 40$000 réis. Esta freg. era do antigo conc. de Castello Mendo, que foi supprimido pelo decreto de 24 de outubro de 1855; passou, juntamente com as outras freguezias que o compunham, para o conc. de Sabugal. Em dezembro de 1870 ficou sendo do concelho de Almeida, com as outras freguezias. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Serra do distr. de Vizeu. Corre perto da villa do mesmo nome, e tem 10 k. de extensão, por 5 de largura e 1 de altura. || Ribeira do distr. de Vizeu. E' formada por duas pequenas ribeiras que nascem perto de Leomil, passa por esta villa, tem uma ponte na estrada de Moimenta para Lamego, e vae desaguar no rio Thedo, com 10 k. de curso.

Leonel *(Casal do)*. Na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Leoni *(Francisco Evaristo)*. General de brigada reformado; cavalleiro das ordens da Torre e Espada e de S. Bento de Aviz; agraciado com a commenda d'esta ultima ordem em 1863. N. em Lisboa a 26 de outubro de 1804, fal. em 1874. Pertencia á artilharia, e foi commandante do material da mesma arma na provincia do Minho. Collaborou no *Michaelense*, e na *Illustração Luso-Brazileira* em 1858; escreveu tambem no *Almanach de lembranças*, de Castilho, etc. Publicou diversas poesias n'um volume, com o titulo de *Obras poeticas*, Lisboa, 18[illegible]6; Antonio Feliciano de Castilho, depois visconde de Castilho, escreveu um juizo critico, sobre o merito d'estas poesias muito lisongeiro para o autor, o qual saiu no *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras*, de 1836, pag. 1[illegible]8; *Genio da lingua portugueza, ou causas racionaes e philologicas de todas as fórmas e derivações da mesma lingua, comprovadas com innumeraveis exemplos, extrahidos dos autores latinos e vulgares*, Lisboa, tomo I, 1858; tomo II, 1859. Na versão dos *Fastos de Ovidio*, por Castilho, tem a nota *Salios*, que vem no tomo II, a pag. 578. Pouco tempo antes de fallecer, publicou outro livro intitulado: *Camões e os Lusiadas*.

Leoni *(Francisco Maria Cardoso)*. Actor, que por muitos annos fez parte da companhia do theatro da Trindade. N. em Lisboa em 1842, fal. no Cartaxo a 21 de outubro de 1893. Depois dos estudos preparatorios e de frequentar o curso do commercio, foi para o Cartaxo em 1861, contando 19 annos de edade, como professor de instrucção primaria, habilitando muitos alumnos que fizeram exames no lyceu de Santarem. Em 1864 voltou para Lisboa, e entregou-se ao magisterio

particular. Tendo tido sempre paixão pelo theatro, entrou para uma sociedade de amadores dramaticos, que dava recitas no theatro do Aljube, casa de espectaculos que já não existe, e ficava junto da cadeia d'este nome. Desempenha papeis de *galan*, e era sempre applaudido, o que muito o animava. Quando em 1866 Francisco Palha deixou de ser commissario regio no theatro de D. Maria II, e foi fundar o da Trindade, fez uma epoca na Rua dos Condes com os artistas que, para o acompanharem, haviam saido do theatro normal. Precisando completar a companhia, porque lhe faltava principalmente um segundo *galan* para trabalhar ao lado do Tasso, indicaram-lhe o professor Leoni, que representava no Aljube. Francisco Palha foi a um dos espectaculos d'aquelle theatro, e agradou-lhe tanto o citado amador dramatico, que logo lhe offereceu escriptura, que Leoni acceitou muito satisfeito, por ser o seu ideal seguir a carreira da scena. Estreou-se então no theatro da Rua dos Condes no drama *O guerrilheiro*, n'um papel de *galan*, mas o publico recebeu-o com frieza. Em outras peças aconteceu-lhe o mesmo, e tanto elle como Francisco Palha se convenceram de que aquelle genero não lhe daria nome. Terminou a epoca da Rua dos Condes, e não estando ainda concluido o theatro da Trindade, a companhia deu alguns espectaculos em S. Carlos e no salão da nova casa de espectaculos, que já estava acabado. A Trindade abriu finalmente em 30 de novembro de 1867, e Leoni, conhecendo a impossibilidade de se fazer applaudir como *galan* dramatico, dedicou-se aos centros comicos e caracteristicos, e d'ahi lhe resultou a carreira brilhante que sustentou durante 26 annos, ganhando a gloria de ser considerado como um dos primeiros artistas comicos, não só da Trindade, mas da scena portugueza. O publico enthusiasmava-se ao vêl-o em scena; as ovações eram successivas, a critica dedicava-lhe artigos especiaes, tecendo-lhe os maiores elogios. Na Trindade, por mais de uma vez exerceu o logar de ensaiador. Em 1891 teve uma grande doença, de que nunca mais se restabeleceu completamente, e de que lhe ficou a anemia profunda que dia a dia o foi matando, e o obrigou a recolher-se ao leito, onde esteve mezes entre a vida e a morte. Melhorando d'essa enfermidade, voltou a representar no seu theatro predilecto mas nunca mais foi ensaiador. Quando a Trindade deixou de funccionar por conta da sociedade proprietaria, tomou a empresa uma sociedade de artistas, que escripturou Leoni na epoca de 1892-1893. Os socios não se harmonisavam com elle, e Leoni, andando tambem descontente, saiu da Trindade e foi contratar-se ao theatro da Avenida. Estava já muito doente n'essa occasião. Ainda ensaiou, mas não chegou a representar. Partiu para o Cartaxo, para casa d'uma sua filha, que vivia ali, casada com o pharmaceutico Francisco José Pereira, e pouco depois falleceu. Francisco Leoni era muito illustrado. Traduziu muitas das operetas que se deram no seu tempo na Trindade, como a *Mascotte*, *A Noite e o dia*, *Tire d'ali a menina*, etc. Traduzia com muita graça, e como homem experimentado nos effeitos scenicos, supprimia o que lhe parecia menos importante, e ampliava o que se lhe afigurava de mais agrado ao publico. Do seu enorme reportorio, lembram-nos as seguintes peças: *As amazonas de Tormes*, *Mascotte*, *Mulher do papá*, *Os 30 milhões*, *Romão & Companhia*, *Perichole*, *Barba Azul*, *A filha da Senhora Angot*, *As almas do outro mundo*, *Noite e dia*; *Moleiro de Alcalá*, *Os dragões d'el rei*, *Collegio de meninas*, *O gato preto*, *Nitouche*, *Boccacio*, *D. Juanita*, *Rouxinol das salas*, *Botija*, *Boas noites senhor D. Simão*, *Campainhas*, *Tire d'ali a menina*, *As tres rocas de crystal*. *A princeza de Trebizonda*, *Viver de Paris*, *Gata borralheira*, etc.

Leonor (*D.*). Princeza de Portugal e rainha da Dinamarca, filha de D. Affonso II e de sua mulher, a rainha D. Urraca. N. em 1211, fal. em 13 de maio de 1231. Casou em 1229 com o principe Waldemiro, da Dinamarca, que subiu ao throno com o nome de Waldemar III. Este soberano, andando á caça, foi ferido gravemente, e falleceu. D. Leonor andava gravida, e sentiu tanto este desgosto, que sobreviveu apenas alguns mezes, sendo sepultada em Ringstadt.

Leonor (*D.*). Filha illegitima de D. Affonso III. Casou duas vezes; a primeira com D. Estevão Annes, e a segunda com o conde D. Gonçalo Garcia de Sousa, alferes-mór de D. Affonso III. De nenhum dos consorcios teve filhos. Enviuvou tambem do segundo marido, e falleceu em 26 de fevereiro de 1291 deixando os seus avultados bens a pessoas e conventos pobres. Foi sepultada no convento de S. Francisco, de Coimbra.

Leonor (*D.*). Princeza de Portugal e rainha de Aragão, filha de el-rei D. Affonso IV e da rainha D. Brites, sua mulher. N. em 1328, falleceu aos 20 annos de edade, em 1 de outubro de 1348. Pedro IV, rei de Aragão, a pediu em casamento no anno de 1347. Era já viuvo, e a princeza contava apenas 19 annos. O rei de Castella procurou quanto possivel evitar este casamento, mas não o conseguiu, e o contrato assignou-se em Santarem. A nova rainha de Aragão partiu de Lisboa para Barcelona n'uma poderosa armada, e foi recebida com pomposas festas. Teve uma filha, a infanta D. Beatriz, e falleceu, tendo sido apenas um anno casada. Ficou sepultada em Exerica.

Leonor (*D.*). Rainha de Portugal, mulher d'el-rei D. Duarte. N. em Aragão, e era filha de D. Fernando I, rei de Aragão e Sicilia, infante de Castella, duque de Penafiel, a quem chamavam o *Justo*, e da rainha D Leonor, la *Rica Hembra*, condessa d'Albuquerque, filha de D. Sancho, de Castella, conde d'Albuquerque, e da condessa D. Brites, infanta de Portugal, filha d'el-rei D. Pedro e de D. Ignez de Castro. O casamento com el-rei D. Duarte foi tratado a 16 de fevereiro de 1428, em Olhos Negros, aldeia da cidade de Darouca, do reino de Aragão, com a maior satisfação dos portuguezes e hespanhoes, sendo enviado como agente e procurador d'este contrato a D. Affonso V, de Aragão, seu irmão, chamado o *Magnanimo*, D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa, por parte d'el-rei D. João I, de Portugal, D. Affonso estava em Valencia, para onde havia convocado côrtes geraes para 20 de fevereiro, e não só ajustou o casamento com o beneplacito de todos, mas se recebeu por palavras de presente, pela procuração que levava O dote da princeza consistia em 200:000 florins, sendo 100:000 que logo lhe entregou a rainha sua mãe,

e os outros 100:000, que lhe pagaria o rei D Affonso de Aragão, seu irmão, dentro de 10 annos; e deram-se lhe em arrhas 30:000 florins de ouro de Aragão, assignando-se-lhe para a sua recamara metade das rendas e terras, que tinham sido da rainha D. Filippa, mulher de D. João I, cujo rendimento haveria inteiramente, logo que o marido succedesse na corôa. Além d'estas cousas se effeituou com muita concordia e contentamento a alliança entre os reis de Aragão, de Navarra e D. João I de Portugal, e de todos os infantes seus filhos, com algumas condições que então se declararam, e outros artigos no contrato do casamento, que depois confirmou o referido rei D. João I em Extremoz, a 2 de dezembro do mesmo anno de 1428, assistindo como procurador da parte do rei de Aragão, o dr. Micer Pere Ram, seu conselheiro. D. Leonor saiu de Valencia. acompanhada dos prelados e cavalleiros, que se encontraram com el rei, como o arcebispo de Lisboa e o bispo de Segovia, tendo por camareira-mór a condessa D. Constança de Tovar, mulher do condestavel D. Rui Lopes de Avalos; e como el-rei de Navarra e o infante D. Henrique estavam na côrte de rei de Castella, vieram aos confins do reino de Aragão, por onde seguia caminho a Valladolid, e a seguiram com o acompanhamento de muitos nobres e prelados. Em Valladolid demorou-se alguns dias em que se realisaram grandes festas, e d'ali veiu entrar em Portugal, trazendo na sua comitiva D. Lope de Mendoça, arcebispo de S. Thiago, e D. Alvaro de Vforna, bispo de Cuenca. Foi em Coimbra que se solemnisou o casamento a 22 de setembro de 1428 D. João I falleceu em agosto de 1433, e foi acclamado seu filho D. Duarte, ficando D. Leonor reconhecida como rainha de Portugal. A nova soberana conservou sempre no Paço a tradição casta e pura de sua sogra, a rainha D. Filippa. D. Duarte consagrava-lhe verdadeiro affecto, e por sua causa têve dissidencias com seus irmãos. Foi ella quem promoveu em parte a infeliz expedição de Tanger, tendo-lhe promettido os infantes D. Henrique e D. Fernando cederem para seus filhos as propriedades que possuiam em Portugal, no caso de irem a Africa conquistar novas praças e cidades. D. Leonor teve 4 filhos e 5 filhas: D. João, que morreu creança; D. Affonso, que depois foi rei de Portugal, 5.º de nome; D. Fernando, duque de Vizeu, que foi o pae d'el-rei D. Manuel; o infante D. Duarte, que tambem morreu creança; D. Filippa, fallecida aos 8 annos de edade; D. Maria, que apenas viveu um dia; D. Leonor, que casou com o imperador da Allemanha Frederico III; D. Catharina, desposada do principe D. Carlos de Navarra e de Eduardo IV de Inglaterra, casamentos que não chegaram a realisar se (V. *Catharina, D.*); D. Joanna, que foi mulher de D. Henrique IV de Castella, e mãe de D. Joanna, a *Excellente Senhora* (V. *Joanna, D.*). D. Duarte falleceu a 9 de setembro de 1438, deixando D. Affonso V, seu successor, com 6 annos de edade, e declarado no testamento que a rainha ficaria sua tutora, e com a regencia e administração do reino durante a menoridade do novo rei. Este facto causou o maior assombro e surpreza em todo o paiz. Apezar do grande affecto que D. Duarte votava a sua mulher, pessoa alguma imaginava, que existindo os infantes, irmãos do monarcha, D. Pedro, D. Henrique e D. João, entre os quaes não houvera nunca dissidencias, o governo do reino fôsse entregue a uma mulher e uma estrangeira. Todos esperavam que a regencia ficasse a D. Pedro, pelo verdadeiro affecto fraternal que o ligava a D. Duarte. Começaram os infortunios e desgostos de D. Leonor, que ao principio desistiu solemnemente de tão pesado encargo, pretendendo entregar a regencia a seu cunhado, o infante D. Pedro; houve, porém, quem mal a aconselhasse, a que partilhasse o poder com o referido infante; outros, pelo contrario, diziam-lhe que não fizesse tal, lembrando-lhe que D. Pedro tinha filhos, e que n'essas condições, ser encarregado da guarda e tutoria do rei infantil, era forte e grave tentação. Estas suspeitas calumniosas as desfez immediatamente D. Pedro, propondo que fôsse jurado principe herdeiro do throno, D. Fernando, irmão do rei. A intriga desenvolveu-se desenfreada, sendo um dos principaes intrigantes o conde de Barcellos, depois 1.º duque de Bragança, inimigo declarado do infante. D. Leonor, reconhecendo que o infante D. Pedro não era homem com quem facilmente se luctaria, procurou lisonjeal-o, e como a pedir-lhe indirectamente perdão das suas desconfianças, propoz-lhe o casamento de sua filha D. Izabel com o joven monarcha. D. Pedro acceitou bem a proposta, mas o conde de Barcellos tornou-se ainda mais encarniçado inimigo, pois pretendia que D. Affonso V casasse com a sua neta, tambem de nome Izabel. Ao mesmo tempo a rainha para satisfazer um pouco a opinião publica, foi consultar o infante D. Henrique, que a aconselhou a convocar as côrtes immediatamdnte. Foi em Torres Novas que ellas se reuniram, sendo muito tumultuosas, ficando decidido finalmente ser a regencia dividida entre a rainha e o infante D. Pedro, ficando D. Leonor com a tutoria dos filhos e administração da fazenda e officios, D. Pedro encarregado da defeza do reino, sendo confiada a administração da justiça ao conde de Arraiollos, filho do conde de Barcellos. Esta noticia foi recebida com o mais profundo desgosto pelo povo, que protestou, manifestando-se em massa a favor do infante, e uma parte da nobreza que tomara o partido de D. Pedro. As intrigas continuaram desabridamente. O povo mostrava-se descontente com o governo da rainha, que já lhe era pouco sympathica, e a soberana, desejando ter a nobreza por seu lado, esmagava-o com impostos, o que mais irritava ainda o povo, para quem se tornou odiosa. D. Pedro, então, entendeu da sua dignidade retirar-se do governo. Lisboa insurgiu-se, ateou-se a guerra civil, D. Pedro era chamado com grande instancia para a regencia, estabeleceu-se entre o infante e a rainha a lucta franca e rasgadamente; Lisboa e Porto tomaram a defeza de D. Pedro, os infantes seus irmãos tambem se mostraram dispostos a favorecel o; a rainha enviava cartas para todo o paiz affirmando os seus direitos á regencia; finalmente, reuniram se outra vez côrtes, em 1439, em Lisboa, em que se deliberou ser tirado completamente o governo á rainha, que só ficaria sendo tutora de seus filhos, e a regencia entregue ao infante D. Pedro, que honradamente a acceitou. (V. *Pedro, D.*). Houve, porém, um governador que observou ainda que tambem não deviam deixar no poder da rainha os filhos, cuja educa-

ção ella digiria a seu bello prazer. D. Pedro concordou com essa observação, mas declarou que não arrancaria os filhos a sua mãe. Lembraram-se então de propôr á rainha que ficasse com os filhos, mas residindo no mesmo sitio em que residisse o infante, para que este se encarregasse da sua educação intellectual e politica. A rainha declarou que acceitaria sómente essa proposta, se lhe restituissem a parte que as côrtes de Torres Novas lhe haviam conferido na regencia. Vendo, porém, que as côrtes insistiam no seu proposito, e receando ficar vencida n'esta lucta, resolveu, por conselho dos fidalgos que a acompanhavam, abandonar os filhos, para que a responsabilidade d'essa separação odiosa recahisse toda sobre o infante D. Pedro. Meditando projectos de vingança retirou-se para Alemquer, d'esta villa passou ao Crato, onde trabalhou, com o auxilio do Dom prior, n'uma sublevação, levantando todas as difficuldades possiveis ao infante; pediu auxilio a seus irmãos, os infantes de Aragão, até que vendo inuteis todos os seus esforços, partiu com o Dom prior para Castella a 29 de dezembro de 1440, com alguns dos seus partidarios. Viu então completamente perdidas as esperanças de rehaver a regencia do reino, com a deposição das armas, que a seu favor ainda conservava em Guimarães o conde de Barcellos, sem effeito as embaixadas que seus irmãos enviaram a D. Pedro, que apenas obtiveram em resposta, com muita moderação e firmeza, que jámais seria entregue a regencia á rainha, e não consentiam mesmo que voltasse a Portugal. Chegaram a reunir-se côrtes em Castella de proposito para ouvir as queixas da rainha de Portugal, houve quem propuzesse declarar guerra ao infante D. Pedro, mas prevaleceram as opiniões mais sensatas, e nada se fez. Ao mesmo tempo o condestavel de Castella D. Alvaro de Luna voltava a assenhorear-se do poder, os infantes de Aragão perdiam o prestigio e a influencia. D. Leonor deixou então a côrte e retirou-se para Toledo, onde chegou a viver com a maior miseria, quasi passando fome, porque, depois da queda de seus irmãos, não tornara a receber soccorros do governo hespanhol, e de Portugal nada lhe mandavam do que era seu, porque sempre recusara acceitar os offerecimentos do regente. Desfez-se de todas as suas joias e alfaias, chegando até a viver de esmolas que liberalmente lhe mandavam D. Maria da Silva, senhora muito nobre de Toledo, e D. Fernando de Menezes, conde de Villa Real, que da praça de Ceuta, onde era capitão-mór e governador, lhe enviava dinheiro e outras peças ricas, que ella depois vendia. Sentindo violenta saudade dos filhos, e desejando ardentemente tornar a vêl-os e de os ter ao seu lado, chegou ao extremo de escrever ao infante regente, declarando-lhe a miseria em que vivia, pedindo-lhe que a deixasse voltar a Portugal, resignando-se a viver nas condições que elle entendesse, mas D. Pedro nada pôde fazer para lhe suavisar as amarguras. Em 1443 mandou novas rogativas pelo seu capellão Mossem Gobiel, que a acceitasse, não como rainha, porque d'esse titulo já nem sequer se lembrava, mas como mãe de seus filhos. Não pôde realisar esse desejo. Falleceu a 18 de fevereiro de 1445, havendo suspeitas que fôsse envenenada pelo condestavel D. Alvaro de Luna. O seu corpo veiu para Portugal em março de 1456, por mandado de seu filho D. Affonso V, sendo trazido por D. Henrique, rei de Castella e pela rainha D. Joanna, sua mulher, e filha da fallecida, quando vieram a Elvas para se avistarem com el-rei D. Affonso. Foi depositado no convento da Batalha, na capella-mór da egreja, junto á sepultura de D. Duarte, seu marido, onde estão em relevo as suas estatuas em corpo inteiro com todo o primor da esculptura, mas sem epitaphio.

Leonor *(D)*. Princeza de Portugal e imperatriz da Allemanha, filha d'el-rei D. Duarte e da rainha D. Leonor, sua mulher. N. em Torres Vedras a 18 de setembro de 1434, falleceu em Neustadt em 3 de setembro de 1467. Tinha 16 annos, radiante de formosura e mocidade, quando em 1450 o imperador Frederico III, então ainda rei dos romanos, a mandou pedir em casamento a D. Affonso V, seu irmão As negociações fôram tratadas na côrte de Napoles, onde reinava Affonso, o Sabio, um dos infantes de Aragão, irmão da rainha D. Leonor e tios da noiva, sendo procuradores da parte de Portugal João Fernandes da Silveira, e da parte do imperador d'Allemanha o bispo de Triéste. O contrato ficou terminado em 10 de dezembro do referido anno de 1450, e a Portugal vieram como embaixadores os capellães do imperador para conduzirem a nova imperatriz á Italia, onde seu marido a esperava. O casamento realisou-se em Lisboa, por procuração, a 9 de agosto de 1451, procedendo-se a sumptuosas festas, que ficaram celebres. No dia 25 de outubro saiu de Lisboa D. Leonor em direcção de Italia, n'uma esquadra capitaneada por Pedro Rodrigues de Castro. Antes do embarque, a nova imperatriz dirigira-se á sé, acompanhada d'el-rei seu irmão, da infanta D. Catharina, infante D. Henrique, infanta D. Joanna e a côrte. O arcebispo de Lisboa D. Martinho da Costa celebrou missa de pontifical, sendo depois conduzida com grande comitiva ao caes da Ribeira, e por uma ponte magnifica foi embarcar na armada, que constava de seis naus grossas e de muitas embarcações menores. Em sua companhia fôra o bispo de Coimbra, D. Luiz Coutinho, e o bispo D. João Galvão, que mais tarde esteve na mesma diocese; por camareira-mór a condessa de Villa Real, filha do primeiro conde d'este titulo D. Fernando de Noronha, com muitas damas; mordomo mór Alvaro de Sousa; Lopo d'Almeida, que depois foi o primeiro conde de Abrantes; João Fernandes da Silveira, depois primeiro barão d'Alvito; Pero Vaz de Mello, regedor da justiça, D. Diogo de Castro, o conde d'Ourem, que pouco tempo antes fôra elevado a marquez de Valença, filho do 1.º duque de Bragança, e uma brilhante comitiva de fidalgos e cavalleiros. A esquadra foi atacada pelos piratas, e sendo estes repellidos, seguiu a derrota, chegando só no dia 2 de fevereiro de 1452 a Leorne. O imperador, que então havia sido acclamado, a mandou cumprimentar, e acompanhar até Sienna, onde a estava esperando, pelo bispo da mesma cidade Enéas Sylvio, que mais tarde subiu ao throno pontificio com o nome de Pio II, dois condes, quatro barões, e muitos outros senhores allemães, hungaros e italianos. Com este luzido sequito chegou a Sienna, vindo recebel-a fóra da cidade Alberto, archiduque d'Austria irmão do imperador, e Ladislau, rei da Hungria e Bohemia, seu

sobrinho. Tambem ali veiu ao seu encontro o embaixador de D. Affonso V em Roma, Luiz Gonçalves Malafaia. O imperador Frederico III esperava-a á porta da cidade, a pé, acompanhado de toda a côrte cesarea, com riquissimas galas, e outras demonstrações de grandeza e alegria. A imperatriz, quando o viu, apeou-se e quiz beijar lhe a mão, o que elle não consentiu. Em memoria d'esta solemne recepção, a republica de Sienna mandou levantar n'aquelle sitio um padrão de marmore com o escudo real portuguez, e uma inscripção. A comitiva seguiu para Roma, onde os imperiaes esposos receberam as bençãos do papa Nicolau V, em 19 de março, seguindo-se a cerimonia da coroação imperial, juntamente com a corôa de ferro, como reis da Lombardia, e com a de ouro, como imperadores de Roma. Depois partiram os augustos noivos para Napoles. Um dos fidalgos portuguezes que assistiram á cerimonia da coroação, Lopo d'Almeida, que depois foi conde de Abrantes, escreveu uma relação d'estas festas, que veiu a publicar-se nas *Provas da Historia Genealogica.* Os imperiaes esposos demoraram-se algum tempo em Napoles, sendo muito festejados por D. Affonso, o Sabio, tio materno da imperatriz, e voltaram a Roma, d'onde partiram para Allemanha. D'este consorcio houve 4 filhos, um dos quaes foi o imperador Maximiliano I, que casou com D. Maria de Borgonha, filha e herdeira de Carlos o Temerario, que fôram os avós do imperador Carlos V. D. Leonor era muito estimada pelos allemães, e falleceu com 33 annos de edade, causando a sua morte o maior desgosto. Foi sepultada no mosteiro de Cistér na cidade de Neustadt.

Leonor *(D.)* Rainha de Portugal pelo seu casamento com el-rei D. João II, seu primo co-irmão. N. em 2 de maio de 1458, fal. em Lisboa a 17 de novembro de 1525. Era filha do infante D. Fernando, duque de Vizeu, filho d'el-rei D. Duarte e irmão de D. Affonso V, e da infanta D. Beatriz, filha do infante D. João e neta d'el-rei D. João I. Casou aos 12 annos, em Setubal em 22 de janeiro de 1471, tendo o noivo, o joven principe D. João, pouco mais de 15. Não houve festas, por causa de ter fallecido pouco tempo antes D. Fernando, pae da princeza. Por morte de D. Affonso V, em 1481, foi acclamado rei de Portugal. A rainha amava extremosamente seu marido, e esse amor trouxera-lhe grandes desgostos, que ainda mais exacerbavam pelo caracter energico e rancoroso do monarcha, e pela guerra que declarada aos fidalgos, abatendo-lhe o poderio que tinham alcançado no tempo do seu antecessor, tirando-lhes muitas das suas excessivas regalias, e procurando proteger o povo contra os vexames e imposições a que os fidalgos os sujeitavam (V. *João II).* O procedimento d'esse monarcha originou conspirações, n'uma das quaes predominava o 3.º duque de Bragança, D. Fernando II, que foi suppliciado em Evora, e n'outra o duque de Vizeu, D. Diogo, que o proprio rei matou em Setubal (V. *Bragança* e *Vizeu*). A rainha soffria amarguradamente com estas conspirações, de que haviam sido victimas seus dois parentes queridos, os duques de Vizeu e de Bragança. A morte prematura de seu filho unico, o principe D. Affonso, foi a mais profunda e cruciante dôr para o seu desvelado coração de mãe, com que não podia conformar-se. Os amores de seu marido com D. Anna de Mendonça, que lhe dera um filho bastardo, o infante D. Jorge, que elle estremecia e diligenciou collocar no throno. depois da morte de D. Affonso, a que a rainha se oppoz energicamente, tambem lhe causaram os maiores dissabores. D. Leonor vivia muito reservada em Setubal e em continua oração, lastimando-se da indifferença do marido, que apezar de todos estes grandes desgostos, não deixava de amar. D. João, comtudo, respeitava-a e tinha-lhe affeição; estando em Alcochete ia por vezes visital-a, mas D. Leonor nem sempre o recebia com agrado, procurando affastar-se do seu lado, e mesmo quando o monarcha adoeceu, e se retirou para Alvôr, no Algarve, esperan-

Rainha D. Leonor, mulher de D. João II

do achar allivios aos soffrimentos, a que veiu por fim a succumbir, n'aquella villa, em 1495, a rainha não o acompanhou, porque se havia retirado no anno anterior para Alcacer do Sal, tambem doente. Depois de viuva afastou-se completamente da vida activa; a desditosa senhora só encontrava lenitivo na religião, e a sua alma fervorosamente christã se consagrou a espalhar o bem, tratando de obras de caridade, e de proteger as artes e as letras. Trabalhavam por sua conta em obras artisticas varios ourives; foi ella quem protegeu Gil Vicente; foi para lhe agradar que este poeta escreveu os seus primeiros autos. Sob a influencia do seu confessor, o religioso da ordem da Trindade fr. Miguel de Contreiras, fundou a Santa Casa da Misericordia em 15 de agosto de 1498 no claustro da sé de Lisboa, na capella de N. S.ª da Piedade, onde se installou uma confraria, modelada pela que existia em

Florença no anno de 1350, dando agasalho aos expostos, abrigo e educação aos orphãos, dotes ás donzellas pobres, consolo e remedios aos enfermos, esmolas aos necessitados, pousada aos peregrinos, resgate aos captivos, amparo aos condemnados e sepultura aos mortos. Esta benefica instituição bem depressa ganhou solidas e profundas raizes. El-rei D. Manuel mandou mais tarde construir um sumptuoso templo, no local onde hoje se vê a egreja da Conceição Velha, que é uma parte d'esse templo que se salvou do terrivel terremoto do primeiro de novembro de 1755. Sobre a porta da actual egreja da Conceição Velha ainda se vê esculpida em pedra a bandeira da Misericordia. Hoje em muitas terras do paiz existem hospitaes e confrarias da Misericordia. Depois da expulsão dos jesuitas installou-se aquelle benefico estabelecimento na egreja de S. Roque. Todos os annos é costume celebrar n'esta egreja solemnes exequias suffragando a alma da benemerita e desditosa rainha, no dia do anniversario da sua morte. D. Leonor fundou tambem o hospital das Caldas da Rainha, que deu o nome á villa, que dotou á sua custa; e o convento da Madre de Deus, para frades franciscanos em 1500, n'uns terrenos em Xabregas, que adquiriu para esse fim. Hoje está aqui installado o Asylo Maria Pia. Instituiu cinco mercearias em Obidos e outras tantas em Torres Vedras; a antiga e sumptuosa egreja parochial de Aldeia Gallega da Merceana, tambem é fundação da piedosa rainha, assim como a capella imperfeita do convento da Batalha. Protegeu muito a instituição da imprensa nos primeiros ensaios da sua introducção em Portugal. Por sua ordem se imprimiu em 1495 a *Vita Christi*; em 1505, os *Actos dos apostolos;* em 1515, *Boosco deleytoso*, e em 1518 o *Espelho de Christina.* Foi sepultada no convento da Madre de Deus, á porta da casa do capitulo. Sobre a sepultura collocou-se uma singela lapide em que se lê: *Aqui jaz a rainha D. Leonor, mulher de el-rei Dom João o II, fundadora d'este convento.* (V. *Xabregas.*) D. Leonor tomou por empresa uma rede de pesca, em memoria da morte de seu filho, cujo cadaver foi recolhido na cabana d'um pescador.

Leonor (*D.*). Rainha de Portugal; 3.ª mulher d'el-rei D. Manuel, de quem enviuvou, casando em segundas nupcias com o rei Francisco I, de França. N. na cidade de Lovaina, da provincia de Brabante, a 15 de novembro de 1498; fal. em Taraveruella pouco distante de Badajoz, em 25 de fevereiro de 1558. Era filha primogenita de Filippe I, *O Formoso*, archiduque d'Austria, rei de Castella e senhor dos estados de Flandres, e da rainha D. Joanna, a *Louca,* herdeira da corôa de Castella e Aragão, como filha dos reis catholicos Fernando e Izabel. Teve por irmãos os imperadores Carlos V e Francisco I, e as rainhas D. Izabel de Dinamarca, D. Maria de Hungria e Bohemia, e D. Catharina, mulher de D. João III, de Portugal. A princeza D. Leonor estava destinada para esposa do principe D. João, herdeiro da corôa de Portugal, e eram ambos ainda muito creanças. El-rei D. Manuel, porém, que enviuvara pela segunda vez, vendo o retrato da joven princeza, que apenas contava 19 annos, e diz a tradição ser de rara formosura, tanto se agradou dos seus encantos que resolveu escolhel-a para sua esposa, preterindo as pretenções do principe seu filho, realisando-se assim as suas terceiras nupcias. Carlos V fôra acclamado como imperador da Allemanha, e viera de Flandres para Saragoça, onde se reunira a côrte, e D. Manuel, com o pretexto de o felicitar por ter cingido a corôa imperial, mandou a Saragoça como embaixador o seu camareiro, guarda-roupa e armador-mór Alvaro da Costa, mas o fim principal d'esta embaixada era tratar do casamento, muito em segredo, attendendo ás circumstancias que se davam. Alvaro da Costa desempenhou-se da sua missão com muita diligencia e diplomacia, a proposta foi bem acceita pela côrte de Castella, e as negociações depressa se concluiram. Os desposorios effeituaram-se na mesma cidade de

Rainha D. Leonor, 3.ª mulher de D. Manuel

Saragoça em 16 de julho de 1518, sendo nomeados procuradores, para tratar com o embaixador Alvaro da Costa, o cardeal Florent, bispo de Tortosa, que depois foi o papa Adriano VI; Guilherme de Croy, duque de Sora; e João le Sauvaige, senhor de Strambeque. No tomo II. das *Provas da Historia Genealogica*, a pag. 417, vem este tratado com as obrigações que n'elle se ajustaram. Este casamento de D. Manuel causou um certo espanto em Portugal, porque o monarcha mostrara-se inconsolavel pela morte de sua segunda mulher, dizendo que abdicava a corôa em seu filho, e se recolhia ao convento de Penha Longa. O principe sentiu grande desgosto, porque se apaixonara tambem pelo retrato da sua promettida, que se tornara agora em madrasta. Concluidos os contratos matrimoniaes, a nova rainha D. Leonor partiu de Saragoça, e entrou em Portugal por Castello de Vide com o acompanhamento de fidalgos, e mais particulares, que Damião de Goes refere minuciosamente na parte IV da *Chronica de D. Manuel*, capitulo 34. O monarcha esperava-a no Crato, e em 24 de novembro ali se celebraram pomposas festas. Como em Lisboa havia peste, partiram os regios esposos com toda a côrte para Almei-

rim, onde se demoraram até ao verão seguinte, passando em seguida a Evora, voltando para Lisboa só quando a epidemia estava completamente extincta. Foi em 21 de janeiro de 1521 que a rainha entrou pela primeira vez n'esta cidade, com grande pompa e apparato, trazendo comsigo já o infante D. Carlos, que tinha nascido em Evora a 18 de fevereiro de 1520. Este infante morreu muito creança. No paço da Ribeira teve o segundo filho, que foi a infanta D. Maria, que nasceu a 8 de junho de 1521. E fôram os dois unicos d'este real consorcio. Não tardou que sentisse o profundo golpe da morte de seu marido, succedida a 13 de dezembro d'esse anno. Desgostosa pela sua tão breve viuvez, determinou recolher-se ao convento de Odivellas, e tomou para isso as suas disposições, porém D. João III não consentiu que se afastasse do paço; a rainha foi então para Xabregas, adoptando um tal modo de vida, que em tudo parecia religiosa professa. Ouvia missa todos os dias com muita devoção, frequentava os officios divinos, seguia com muita austeridade em tudo, e mandava acudir de continuo com grossas esmolas ás miserias, que a esterilidade do anno de 1521 fez lastimosas nos pobres. D. João III ia muitas vezes visital-a a Xabregas; o seu amor pela madrasta não se havia desvanecido, e D. Leonor, parecia, ter tambem por elle uma certa sympathia. As visitas repetiam-se amiudadas vezes, e o embaixador de Castella em Lisboa, Christovão Barroso, que aborrecia a rainha, insinuou que aquellas visitas já não eram de mera cortezia, e esta insinuação causou forte impressão em Castella. O povo de Lisboa já murmurava tambem, e no patriotico desejo de que a rainha não abandonasse o reino com as grandes riquezas que possuia, fez uma representação ao rei e á rainha pedindo que se casassem. Parece que effectivamente se chegou a pensar n'este enlace, mas Carlos V, que pensava em dispôr da mão de sua irmã viuva de outra fórma, oppoz se energicamente, mandou pedir a D. João III o seu beneplacito para que a rainha D. Leonor voltasse para Castella. Houve hesitações da parte de Portugal, mas insistindo o imperador, porque já pensava em casar a irmã com o rei de França, D. João III deu o seu consentimento, e D. Leonor saiu de Portugal no mez de maio de 1523, acompanhada dos infantes D. Luiz e D. Fernando, do duque de Bragança D. Jayme, e de outros fidalgos, ficando sua filha, a infanta D. Maria, em Lisboa. Tempo depois, o contrato de Cambray, chamado *Paz das Damas*, estipulava o casamento de D. Leonor com Francisco I, de França, o qual se celebrou em 4 de julho de 1530 na abbadia de Capsieux em Bayonna. Francisco I havia enviuvado pouco tempo antes da rainha madame Claudia, filha de Luiz XII, seu immediato predecessor. Contratou-se este casamento no ajuste de pazes entre o rei de França e o imperador Carlos V, quando elle estava preso em Hespanha depois da batalha de Pavia. A coroação da nova rainha de França realisou-se solemnemente na egreja de S. Diniz, em 5 de março de 1531. Acabada a coroação, fôram para Paris os regios conjuges, sendo D. Leonor ali recebida com enthusiasmo. N'aquella côrte leviana viveu muito desgostosa e quasi em completo isolamento; Francisco I entregava-se ás suas amantes, e D. Leonor encerrava-se nos seus aposentos dedicada ás suas orações e á leitura da Biblia, sentindo profunda saudade pela filha, que ficara em Portugal. Fallecendo o rei em março de 1547, vendo-se novamente viuva e sem filhos d'este segundo consorcio, resolveu retirar-se a Flandres para a companhia do irmão, e dez annos depois, nos primeiros dias de agosto de 1557, quando Carlos V se recolheu ao convento de S. Justo, foi para Hespanha, acompanhada de sua irmã D. Maria, que fôra rainha de Hungria e Bohemia. N'esse anno de 1557 fallecera tambem D. João III, ficando a regencia do reino, pela menoridade d'el-rei D. Sebastião, á rainha viuva D. Catharina, sua irmã. Desejosa de vêr a filha, de quem sempre se lembrara com a maior saudade, e não querendo morrer sem a beijar, solicitou esta graça, e disposta á jornada, veiu até Badajoz, no principio do anno de 1558, demorou-se ali vinte dias com a infanta; e a vista da filha lhe causou tão forte impressão, que adoeceu gravemente, e quinze dias depois da sua retirada, falleceu. O cadaver foi depositado em Merida, seis legoas distante de Taraveruella, sendo em 4 de fevereiro de 1571 trasladado para o mosteiro do Escurial. A infanta D. Maria herdou de sua mãe os avultados bens que possuia em Castella, França e Portugal. Foi quem fundou o convento de N. S.ª da Luz. A rainha D. Leonor foi muito piedosa e entregava-se muito á leitura de livros devotos. Por seu mandado, traduziu e compoz em lingua castelhana o mestre Fernando Iarava, seu capellão, as *Lições de Job*, com os *Psalmos*, que se cantam nas *Horas dos Finados*; e juntamente com as *Lamentações de Jeremias* os sete *Psalmos penitenciaes*, e os quinze do *Canticumgrado*, livros de muita raridade, impressos em 1550 e 1556, em Anvers por Martim Nucio. D. Leonor tomou por empresa uma phenix ateando com as proprias azas o fogo para mais se abrazar, e por letra as palavras latinas: *Unica semper avis*.

Leonor de Bragança *(D.)* V. *Bragança*.

Leonor Telles de Menezes *(D.)* Rainha de Portugal, mulher de D. Fernando I. N. na provincia de Traz-os-Montes, fal. em Hespanha, no convento das Tordesillas em 27 de abril de 1386 Era filha de Martim Affonso Tello de Menezes e de D. Aldonça de Vasconcellos; sobrinha de D. João Affonso Tello, conde de Barcellos, titulo com que o agraciara D. Pedro I, e irmã de D. Maria Telles, casada com Lopo Dias de Sousa, dama da infanta D. Beatriz, irmã de el-rei D. Fernando, filha de D. Pedro I e de D. Ignez de Castro. D. Leonor Telles casou com um fidalgo provinciano, chamado João Lourenço da Cunha, e com elle vivia na sua casa da provincia, vindo por vezes passar alguns dias em Lisboa com sua irmã, que vivia no paço, em virtude do seu cargo. Dizem alguns chronistas que D. Leonor Telles era boa esposa e carinhosa mãe, pois tinha um filho, de nome Alvaro, a quem dedicava o maior affecto. Foi n'uma d'essas visitas a sua irmã, que D. Leonor se transformou completamente, tornando-se ambiciosa, adultera, uma perfeita aventureira. D. Fernando visitava frequentemente os aposentos de sua irmã D. Beatriz, e n'uma d'essas visitas encontrou-se com D. Leonor Telles, que ali estava na companhia da irmã. A sua tentadora e provocante belleza fascinou-o a tal ponto, inspirando-lhe tão violenta paixão, que

foi o prenuncio de muitas intrigas e desventuras que posteriormente sobrevieram ao paiz, com o predominio que soube alcançar no espirito do monarcha, a quem a historia deu o cognome de *Formoso*. D. Leonor Telles, reconhecendo a impressão fascinadora que despertara em D. Fernando, quiz aproveitar o ensejo de satisfazer a sua ambição acceitando lhe hypocritamente os galanteios, e prolongando a sua visita á irmã, dando assim occasião a insinuar-se no espirito do amoroso soberano. Ambiciosa e astuta, imaginando no futuro ser rainha de Portugal, sentia-se pesarosa por ser casada, porque não aspirava a ser amante d'um rei, mas sua mulher. Firme n'este proposito, ateava o incendio no coração do monarcha, fingindo não perceber os seus desejos, procedendo sempre com muita reserva. João Lourenço da Cunha, achando extraordinaria a demora n'aquella visita, a mandou chamar, lembrando lhe que seu filho Alvaro precisava dos carinhos maternaes, parecendo-lhe impossivel que por tanto tempo se conservasse ausente, sendo tão boa mãe. D. Fernando ficou fulminado quando soube d'esta ordem ; enlevado nos seus sonhos amorosos, só pensava em attingir a fim desejado, sem se lembrar dos obstaculos que poderiam levantar-se, sonhos que D. Leonor Telles ainda mais incendiava com a sua estudada resistencia, dizendo que só lhe pertenceria pelos laços do matrimonio. Vendo D. Leonor resolvida a partir para a provincia, D. Fernando, perfeitamente louco de amor, confessou a D. Maria Telles a sua paixão, pedindo-lhe que inventasse um meio para evitar a partida da irmã, como por exemplo, fingir-se doente, para a obrigar a demorar-se. Que desejava que ella fôsse sua mulher, pois a preferia a quantas filhas de reis havia no mundo. D. Maria Telles, que já andava inquieta e impressionada com o que presenciava e ouvia, ficou muito perturbada com a confissão do monarcha, e atreveu se a observar-lhe que a irmã era casada, e que el-rei tinha contratado com o rei D. Henrique de Hespanha o casamento de sua filha D. Leonor, sendo a princeza ainda creança, devendo realisar-se o casamento, quando ella chegasse á edade propria. El-rei não attendia a razões algumas, respondia que o casamento projectado seria annulado, assim como o de D. Leonor com João Lourenço da Cunha, o que alcançaria pretextando o seu parentesco. Nada o deteria para se ligar á mulher que adorava. D. Maria Telles foi contar ao tio, conde de Barcellos, o que se passara, e este, para mais atear os desejos de D. Fernando, oppoz-se primeiro a que procedesse de similhante fórma, mas logo em seguida tratou de obter a annulação do casamento da sobrinha D. Leonor. Havia, porém, uma grande difficuldade a vencer; João Lourenço era na verdade parente, mas bastante afastado, de sua mulher, mas tirara dispensa de Roma. A situação complicava-se cada vez mais, mas o proprio marido, reconhecendo o perigo que corria, que talvez lhe custasse a vida, luctando com taes adversarios, achou que o melhor caminho a seguir, era abandonar a mulher á cubiça do rei, e partir para Castella *(V. Cunha, João Lourenço da)*, deixando proseguir sem contestação o processo da annulação, que não foi difficil levar a effeito. O povo, tendo conhecimento d'esta noticia, irritou-se com o escandalo que previa, tendo similhante rainha, e a nobresa tambem se mostrou indignada. Não houve meio de dissuadir D. Fernando; os proprios parentes de D. Leonor o aconselhavam contra aquelle desatino. A alliança de Castella não repugnava aos nobres nem ao povo. Apreciava se a desconsideração feita a D. Henrique como um acto anti politico e inconveniente, receando-se alguma declaração de guerra. D. Fernando, firme no seu proposito, enviou a Hespanha uma embaixada com o encargo de participar ao rei castelhano que desistia do projectado enlace. D. Henrique recebeu a embaixada em Toro, mas, pelo menos na apparencia, não levou a mal a resolução do monarcha portuguez, e d'essa fórma D Fernando considerou-se desligado do seu compromisso. Havia já muito tempo que os amores do rei com D. Leonor Telles eram assumpto muito descutido entre o povo; os nobres, uns por inveja, outros por espirito cavalheiresco, incompativel com a influencia que nos negocios do paiz exercia uma cortezã, desapprovavam o desaire feito a Castella com a desistencia do projectado enlace; os chefes dos descontentes eram o infante D. Diniz, filho de D. Pedro I e de D. Ignez de Castro, e o velho Diogo Lopes Pacheco, um dos seus matadores. D. Fernando, vendo a attitude do povo e da nobreza, receando sempre ter guerra com a Hespanha, casou secretamente em 1371, não se atrevendo a publicar então o casamento. Não tardou, porém, a constar que elle se realisara. Eram boatos que desgostavam os nobres e mais irritavam o povo. O infante D. Diniz, Lopes Pacheco e os seus partidarios souberam aproveitar a excitação dos animos, provocando um motim em Lisboa. Um alfaite chamado Fernão Vasques, seguido de mais de tres mil homens, apresentou-se em grande tumulto e attitude ameaçadora na frente do Paço. D. Fernando mandou perguntar á multidão o que pretendia. Então Fernão Vasques, tomando a palavra em nome de todos, trovejou contra a conducta do rei, que repellia uma alliança honrosa e de grande vantagem, para casar com uma mulher má, uma *bruxa* , e ali jurou que o povo estava resolvido a impedir similhante enlace. Grandes gritos de approvação succederam á fala do paladino do povo, e com elles se ouviram morras e insultos á *bruxa*, á feiticeira, á barregã do rei. D. Fernando vendo que o tumulto ganhava proporções aterradoras e seria loucura, n'aquelle momento, tentar suffocal-o, transigiu, e mandou dizer por um homem d'armas, que se apresentou ás massas populares, que agradecia aos bons burguezes de Lisboa o interesse que por elle tomavam, e estivessem tranquillos, pois não havia casado com D. Leonor Telles, nem tão pouco se casaria com ella; e prometteu ir dar explicações em S. Domingos perante uma assembléa popular. O povo socegou, e ao anoitecer reinava profundo silencio em torno do Paço real. D. Leonor é que nunca perdoou ao povo de Lisboa o ultrage que lhe dirigiu. Tão violenta e rancorosa, como formosa e astuta, jurou vingar-se, e n'aquella mesma noite deu começo á empresa. Absoluta senhora do espirito do rei, segura que este lhe pertencia inteiramente, converteu-o em instrumento da sua vingança. Lisboa continuava em revolta sem que pudesse presumir-se quando socegasse. D. Leonor fez com que el-rei partisse para Santa-

rem secretamente, e quando á hora combinada, o povo o esperava reunido sob o alpendre de S. Domingos, achava-se elle já bem afastado de Lisboa. D. Leonor Telles pensava, que longe dos fidalgos contrarios, o casamento seria inevitavel. Longe do povo sublevado, podia el-rei D. Fernando reunir facilmente e sem ruido os seus homens d'armas, cair sobre Lisboa e castigal-a. Rainha e vingada eram os seus mais vehementos desejos, que afinal viu satisfeitos, porque morreram á mãos dos carrascos todos quantos se atreveram a investir contra ella. No conto de Alexandre Herculano, intitulado *Arrhas por fôro de Hespanha*, publicado nos vol v e vi do *Panorama*, 1841 e 1842 e depois no tomo i das *Lendas e narrativas*, vem descripto este episodio historico. No entretanto, D. Fernando e D. Leonor saiam de Santarem acompanhados de muitos cavalleiros e de parte da nobreza, onde tambem se encontravam os infantes D. João e D. Diniz, filhos de D. Ignez de Castro, e seguiram para o norte. D. Fernando publicou uma especie de manifesto, declarando a sua intenção de receber por esposa D. Leonor Telles. Chegando ao Porto em 1372, os dois esposos fôram recebidos com grandes festas. O monarcha entrou na cidade acompanhado de D. Leonor, a cavallo, como rainha, levando as redeas o infante D. João, e fôram todos hospedar-se em Leça do Bailio. No dia seguinte, n'uma das salas do palacio se realisou solemnemente a cerimonia da participação do casamento na presença da real comitiva e de muitas pessoas das classes mais elevadas que tinham sido convocadas. Seguiu se a ratificação do casamento e o beija-mão á nova rainha. Os fidalgos, receando a colera de D. Leonor, por conhecerem bem o imperio que ella exercia no animo do monarcha, não hesitaram em beijar-lhe a mão, sendo o primeiro o infante D. João, filho de D. Ignez de Castro. Seu irmão, porem, o infante D. Diniz, recusou-se a prestar aquella homenagem, o que por tal fórma irritou o monarcha que o infante teve de sair de Portugal, refugiando-se em Hespanha, voltando á patria só mais tarde, como inimigo, no exercito castelhano (*V. Diniz, D.*) Apezar de todas as opposições e pretextos, D. Leonor Telles subira ao throno de Portugal, vendo assim realisados os seus desejos, depois de ter sacrificado os populares que tinham tido a ousadia de insultal-a, que todos fôram entregues ao carrasco. Tornou-se então hypocritamente docil, procurando captivar com os seus beneficios e amabilidades os fidalgos que mais adversos se haviam mostrado, diligenciando tambem ser carinhosa para o povo. Tratou ao mesmo tempo de formar um partido, e encher de favores a sua familia. Fez seu irmão D. João Affonso, almirante de Portugal; d'outro irmão, D. Gonçalo, conde de Neiva; seu primo D. João, conde de Vianna; seu primo D. Affonso, conde de Barcellos, dando em compensação o condado de Ourem a seu tio; seu cunhado D. Henrique Manuel, conde de Ceia; seu sobrinho Lopo Dias de Sousa, mestre da ordem de Christo; um outro seu parente, mestre da de S. Thiago. Portugal ia soffrendo as consequencias d'este casamento, porque o rei Henrique II de Castella, que nunca perdoara a affronta do rompimento do consorcio ajustado entre D. Fernando e sua filha, apenas teve um pretexto, invadiu o reino, e veiu pôr cêrco a Lisboa, obrigando D. Fernando a assignar uma paz humilhante, em 19 de março de 1373 (*V. Fernando I*). Não tardou D. Leonor a manifestar claramente os seus nefastos instinctos que perfeitamente justificam o cognome que se lhe deu de *Lucrecia Borgia portugueza*. Era a um tempo lasciva e cruel. Apaixonou-se por um fidalgo gallego que entrára ao serviço de Portugal, o conde João Fernandes Andeiro, e como este fidalgo se encarregára de tratar d'uns accordos secretos entre Portugal e a Inglaterra, tornando precisas umas entrevistas mysteriosas com D. Fernando, a que D. Leonor assistia, esse segredo aproveitava-o a rainha para o adulterio. Não tardou a que o conde de Andeiro fôsse o amante declarado da rainha, com grande escandalo publico, promovendo murmurações e protestos. (*V. Andeiro*). D. Fernando vivia completamente dominado por aquella mulher que o enfeitiçara, e que hypocritamente se mostrava muito amorosa, animando o louco amor do pobre monarcha, e obrigando-o a ceder a todos os seus caprichos por mais crueis e deshonrosos que fôssem. Na ambição de assegurar o seu poder, que receava vêr fugir-lhe, não hesitou empregar toda a intriga e até o assassinio que as suas idéas sanguinarias lhe inspiravam, sacrificando todos aquelles que mais affectos se mostrassem ao monarcha, e que, no caso da falta de successão ao throno, pudessem provar os seus direitos; eram estes os filhos de D. Ignez de Castro, e o Mestre de Aviz D. João, por serem filhos de D. Pedro I. O infante D. Diniz estava desterrado em Hespanha, e d'esse não podia vir mal; precisava livrar-se dos outros A irmã, D. Maria Telles, havia enviuvado, e casara em segundas nupcias com o infante D. João, filho de D. Ignez de Castro. Para se livrar do infante, armou uma terrivel intriga, insinuando-lhe a infidelidade da mulher, perfeita mentira porque D. Maria Telles passava por ser esposa muito honesta; despertava-lhe tambem a ambição de poder vir a ser rei de Portugal pelo casamento da princeza D. Beatriz, ainda então muito creança, sua filha e de D. Fernando; a sua intriga teve o effeito desejado, porque o cunhado tornou-se assassinio de sua mulher, mas depois de commettido o crime, D. Leonor voltou-lhe as costas quando elle voltou á côrte, e D. João, vendo-se tão mal acolhido, e constando-lhe que os parentes de sua mulher procuravam vingar-lhe a morte, saiu de Portugal, onde nunca mais voltou (*V. João, D.*). Faltava ainda o Mestre de Aviz, que era o mais terrivel, por ser o affeiçoado do povo. Tramou contra elle uma grande intriga, assim como contra Gonçalo Vasques de Azevedo, que surprehendera os seus amores com o conde de Andeiro, conseguindo do rei uma ordem de prisão para ambos, que fôram encerrados no castello de Evora, e forjando uma sentença de morte com immediata execução, que o alcaide do castello receou ser falsa, e não quiz cumprir sem falar a el-rei, assim abortou aquelle plano, salvando-se os dois sentenciados, por se provar não ter sido a ordem passada pelo monarcha. D. Fernando, na cegueira do seu amor, só acreditava no que D. Leonor lhe dizia, mas afinal veiu a conhecer que era ludibriado, não ainda assim esfriando aquella ardente paixão. Soffria muito, comtudo, e todos estes factos lhe abrevia-

ram a vida, fallecendo aos 38 annos incompletos em 1383, deixando a filha, D. Beatriz, muito creança mas já casada com D. João I, de Castella. Vendo-se viuva, D. Leonor Telles concedeu todo o seu valimento e toda a importancia ao favorito conde de Andeiro, o que produziu o maior escandalo. Era a rainha D. Leonor quem devia exercer o poder supremo de Portugal como regente, emquanto sua filha D. Beatriz, herdeira do throno não chegasse á maioridade. Mandou proclamar a realeza de D. Beatriz e de seu marido, D. João I de Castella, mas a proclamação já encontrou fortes resistencias no povo. Todo o paiz, vendo ameaçada a sua independencia, se voltou para o Mestre Aviz, em quem fundavam todas as esperanças de defeza do reino. D. Leonor e o conde Andeiro inquietaram-se pela agitação popular que notavam, e tentaram afastar de Lisboa D João, enviando-o para o Alemtejo, onde o esperava nova traição. D. João simulou a partida, e voltando inesperadamente, entrou no Paço, matando o conde de Andeiro, em 6 de dezembro do mesmo anno de 1383, em que fallecera o monarcha. Este golpe decisivo, que levou a rainha ao maior grau de desespero, foi o signal para rebentar a revolução. O povo amotinado queria incendiar o palacio real, gritando contra a rainha, chamando-lhe barregã e outros nomes ultrajosos. D. Leonor Telles, recuperando o sangue frio, mandou chamar o Mestre de Aviz, e perguntando-he se ella tambem estava condemnada á morte, D. João socegou-a, dizendo-lhe que nada tinha a receai, e procurou protegel-a contra o furor popular, que á sua voz se accommodou. D. Leonor sentia uma dôr profunda pela morte do conde de Andeiro e um rancor intenso contra o seu matador, mas procurou dissimular, para que todos suppuzessm que ella continuaria a governar o reino de accôrdo com o Mestre de Aviz, como governara até então de accôrdo com o conde d'Andeiro, desde que ficára regente. Pensava tambem na vingança tremenda que tiraria de todos que a ultrajavam. Resolveu partir em segredo para Alemquer, imaginando crear embaraços ao Mestre de Aviz, pois que, sendo ella a unica auctoridade. ficaria o reino sem ter quem o governasse. D. Leonor Telles era muito habil, mas não percebia a gravidade do caso. O que se passava não era uma simples revolta, era uma revolução, e as revoluções nada teem que vêr com a legalidade. O povo proclamou o Mestre de Aviz defensor do reino, mas a revolução, que elle dirigiu, tomou o caracter d'uma revolução democratica e muitos fidalgos que estavam promptos a ajudal-o contra o conde de Andeiro, não se mostravam dispostos a bandear-se com elle contra a realeza legitima, representada na pessoa de D Leonor Telles A guerra entre a nobreza e o povo ficou declarada; além dos golpes trocaram se as injurias; os nobres chamavam aos populares, *povo do Messias de Lisboa*; e os populares chamavam aos nobres *traidores scismaticos*. D. Leonor Telles, vendo que as cousas tomavam um aspecto pouco favoravel aos seus desejos de se vingar do Mestre de Aviz, instou com o genro para que viesse tomar posse de Portugal, o que ella até então tratara de impedir a todo o custo. D. João de Castella veiu, mas encontrou por toda a parte disposições pouco sympathicas; só em Santarem, para onde a rainha passára de Alemquer, é que recebeu um acolhimento com respeito e estima. E' que D. Leonor, n'esse momento pensava exclusivamente em vingar-se, e esse desejo de vingança por tal fórma a cegava, que não duvidou em renunciar em seu genro, por documento authentico, a regencia do reino, o que a deixou sem partidarios, porque todos que se mostravam desejosos de sustentar a sua regencia como de uma rainha portugueza, contra as pretenções d'um rei hespanhol, não tiveram em presença da sua abdicação senão um dos dois caminhos a seguir, ou reconhecerem o Mestre de Aviz, ou curvar-se perante o rei de Castella. Foi esta segunda resolução que tomaram quasi todos. Era impossivel, porém, que durasse por muito tempo a boa intelligencia entre a rainha e seu genro. Nunca se haviam posto em contacto indoles tão diversas. D. João era frio e severo, e começava a dar á sua côrte o exemplo da etiqueta castelhana, respeitava essencialmente o decoro; D. Leonor tinha com os fidalgos garridices e sorrisos que, segundo a opinião do rei de Castella, não diziam bem n'uma viuva: e d'aqui resultou uma antipathica instinctiva que viera substituir as primeiras expansões de affecto. Demais a sêde de vingança de D. Leonor acalmara se um pouco; depois da cólera viera o arrependimento, e reconhecera o erro que commettera; pensando na dadiva grandiosa que fizera a seu genro, bem quereria tornar a recebel-a, mas na impossibilidade de o conseguir, desejava ao menos que D. João mostrasse uma gratidão levada ao extremo. Foi isso que não succedeu. Tratada cortezmente, não exercia na côrte o predominio a que julgava ter direito, podia-se mesmo considerar presa, porque os castelhanos que a rodeavam, sob o pretexto de lhe fazerem honras, mais pareciam guardal-a como captiva do que como senhora. Vagando o cargo de rabbi mór do reino, D. Leonor pediu a seu genro que nomeasse para esse cargo, um seu protegido, D. Judas; D. João recusou-se, e nomeou outro judeu, D David Negro. D. Leonor ficou furiosa e começou a conspirar contra o genro, aconselhando até alguns fidalgos a que seguissem o Mestre de Aviz. Ainda não contente, quando o rei de Castella pôz cêrco a Coimbra, governada por um irmão de D. Leonor, tramou uma conspiração contra o genro, servindo-se para isso d'um primo do soberano, D. Pedro, conde de Trastamara, que ella enthusiasmou com a sua formosura, fazendo se sua amante. O conde com alguns seus companheiros devia assassinar o rei de Castella. A conspiração foi descoberta, os conspiradores presos, sabendo-se que fôra D. Leonor quem a incitara. Em vez de ficar confundida, D. Leonor, com a altivez natural da sua indole, longe de se humilhar, ergueu-se soberana, lançando em rosto ao genro os favores que lhe fizera, e a ingratidão com que lhe pagava. D. João, em unica resposta, tratou de a enviar immediatamente para Hespanha, para o convento de Tordesillas, onde veiu a fallecer, vendo se desamparada por todos os cortezãos, esquecida por sua filha, desprezada como um instrumento inutil O seu cadaver foi sepultado no claustro do convento da Merced de Valladolid. No entretanto, o Mestre de Aviz continuava na guerra contra os castelhanos, ao lado dos seus nobres guerreiros, em que sempre se distinguia

D. Nuno Alvares Pereira, ganhando victorias em differentes batalhas, até á de Aljubarrota, notavel batalha que desanimou completamente os castelhanos, seguindo-se depois as côrtes de Coimbra, que acclamaram rei o Mestre de Aviz, D. João I. A'cêrca d'esta rainha escreveu o conhecido escriptor Marcellino de Mesquita um drama em 5 actos, com o titulo de *Leonor Telles*, que se tem representado nos theatros D. Maria II e de D. Amelia.

Leotte do Rego (*Jayme Daniel*). Capitão tenente da armada. N. em Lagos a 1 de dezembro de 1867. Assentou praça como aspirante da armada em 9 de novembro de 1885, sendo promovido a guarda-marinha em 10 de outubro de 1887, a segundo tenente em 10 de outubro de 1890, a primeiro tenente em 9 de março de 1894, sendo ultimamente elevado ao posto de capitão-tenente da armada. A sua carreira tem sido no mar e nas colonias, tendo mais de seis annos de navegação no canal de Moçambique. Fez a primeira viagem, ainda como aspirante, na corveta *Estephania*, quando este navio acompanhou a corveta *Affonso d'Albuquerque*, que transportava a Inglaterra el-rei D. Luiz I. No anno seguinte, depois de ter concluido o curso da Escola Naval, fez parte da guarnição da *Vouga*, quando este navio foi mandado a Tanger em commissão especial. Pouco depois, sendo já guarda-marinha, seguiu na corveta *Mindello* para a sua primeira estação em Moçambique, onde permaneceu tres annos no desempenho de diversas commissões de serviço, sendo uma d'ellas por ordem do governador, o conselheiro Neves Ferreira, commandar e conduzir pelo rio Zambeze em 1890, a lancha-canhoneira *Maravi*, primeiro barco de guerra que transpoz a garganta de Lupata, e de estudar as condições de navegabilidade d'aquelle rio, e subil-o até ás Cataractas, para depois o transpôr para além d'ellas, a fim de manter a soberania portugueza nas aguas do Zambeze superior. N'esta viagem, que durou muitos mezes, e em que morreram o machinista e alguns marinheiros, ficando a bordo sómente um branco além do commandante, o barco ao tentar passar nos rapidos esteve quasi perdido. Sobre esta viagem publicou o jornal francez *Les Missions Catholiques* um curioso estudo do fallecido C. Cartois, então chefe da missão de Boroma, e que seguiu de Tete para ali como passageiro do mesmo navio; n'esse estudo se demonstra que o *Maravi* subiu a vapor no Zambeze uma maior extensão do que Levingstone no pequeno vapor *Mac-Robert*. Ainda como commandante do *Maravi* fez um reconhecimento na região das Cachoeiras, e estudou, além d'ellas, o regimen do Zambeze até ao Cachambe. Regressando seis mezes depois a Moçambique, o sr. Leotte do Rego foi encarregado do commando do vapor *Auxiliar*, pelo governador geral Machado. Em 1891 recolheu a Lisboa, sendo addido á commissão de cartographia, e desempenhando o cargo de vogal da commissão para a organisação da marinha colonial. Poucos mezes depois voltou a Moçambique, acompanhando, na qualidade de secretario, o conselheiro Antonio Ennes, sendo depois encarregado do commando do vapor *Auxiliar*, para proceder a diversos estudos geographicos e hydrographicos n'aquella costa. Foi no desempenho d'esta commissão que realisou a balisagem e pharolamento da barra de Quelimane. Quando os manganjas tentaram invadir aquella villa, seguiu no mesmo vapor, por ordem do respectivo governador, para o rio Macuze, conseguindo ali, depois de renhida lucta, evitar a invasão. Por occasião do *ultimatum* foi incumbido de manter a soberania de Portugal nas aguas do Chinde, e impedir, como effectivamente conseguiu, que os navios inglezes subissem então o rio e procedessem a trabalhos hydrographicos acima do porto Levantor. Estudou o plano hydrographo da bahia do Mocambo, por ordem do governador, sr. conselheiro Augusto de Castilho, e annos mais tarde estudou a navegabilidade do rio Maunce, de que foi publicado um plano. Regressando a Lisboa seguiu mezes depois para o cruzeiro nos Açôres, como immediato da canhoneira *Açôr*. Como commandante da *Mandovy* estacionou nos mares de Cabo Verde e Madeira, tendo sido n'este porto encarregado de tomar parte nas recepções officiaes de lord Roberts. Assistiu em França durante um anno á construcção dos cruzadores *S. Raphael* e *S. Gabriel*. Tem feito parte de diversas commissões, entre as quaes se conta a de marinha colonial em 1892, em que apresentou um estudo importantissimo sobre as condições e navegabilidade do canal e rios da costa de Moçambique, e um projecto seu de lanchas-canhoneiras desmontaveis para o Zambeze que foi acceito pela commissão. Fez parte, como relator, da commissão que em 1894 estudou a reorganisação administrativa da provincia de Moçambique. O sr. capitão-tenente Leotte do Rego foi tambem ajudante da Escola Naval até ser nomeado ajudante de ordens do ministro da marinha, cargo que exerceu até 1897. Tem feito parte da guarnição dos seguintes navios: *Estephania*, *Vouga*, couraçado *Vasco da Gama*, *Mindello*, *Cuanza*, *Zaire*, *Auxiliar*, *D. Fernando*, *S. Gabriel* e *Mandovy*, canhoneira de que foi commandante, quando em 1902 partiu para Moçambique. E' condecorado com as medalhas militares de Aviz, de comportamento exemplar, e com a de ouro de bons serviços no Ultramar, tendo esta duas legendas relativas á revolta de Manganja e á viagem ás Cataractas; habito das ordens da Torre e Espada e de S. Thiago; a medalha de prata de serviços distinctos no Ultramar, e a commenda do Merito Naval, de Hespanha. Tem recebido os seguintes louvores: Em 27 de julho de 1890, sendo commandante do vapor *Maravi*, em officio do governador geral pela sua arriscada viagem até ás Cataractas da Corôa Baixa, pelos seus interessantes relatorios sobre as condições da navegabilidade do rio Zambeze para barcos a vapor até ao Zumbo; em 7 de julho de 1891, sendo commandante do vapor *Auxiliar*, em officio do governador geral, por se ter prestado, não lhe pertencendo, a desempenhar serviços importantes na defeza da soberania de Portugal nas aguas do Zambeze e do rio Chinde; em 10 de março de 1902, por portaria do governador geral de Moçambique, pelos relevantes serviços que, sendo commandante do vapor *Auxiliar*, prestou durante a revolta de Manganja, entrando no rio Macuze sob o fogo dos revoltosos, e pela intelligencia, vigilancia activa e incansaveis esforços que desenvolveu, já combatendo os revoltosos que tentaram a passagem do rio, já perseguindo-os e destruindo embarcações, o que tudo se deve a

não terem sido atacados os prazos em volta de Quelimane, o que collocaria a propria villa em grave risco; em 16 de agosto de 1902, em portaria do governador geral de Moçambique, pela intelligencia e zelo com que se desempenhou da balizagem e pharolamento da barra do rio Quelimane. Varias vezes tem sido nomeado official ás ordens dos almirantes estrangeiros, que com as suas esquadras visitaram o nosso porto. Publicou: *Costa de Moçambique—Guia de Navegação;* Lisboa, 1904. Este roteiro tem tambem uma edição em inglez, e ultimamente se publicou um *Appendice.*

Lepra. Esta terrivel infecção chronica da pelle foi importada na Europa pelos exercitos romanos, e principalmente na epoca dos cruzados é que se propagou horrorosamente. Para a combater praticou se, logo que se reconheceu o contagio, o isolamento, e crearam-se estabelecimentos especiaes denominados *leprosarias* ou *gafarias*. Os leprosos ou gafos eram obrigados a usar um vestuario especial, sob pena de serem tratados como animaes ferozes, e deviam annunciar a sua passagem e aproximação das pessoas ou das povoações tocando a matraca. V. *Gafaria* e *Lazaro.*

Leque. Especie de abano, usado principalmente pelas senhoras, composto de pequenas hastes (*varetas*) sobrepostas e cobertas de uma peça de papel ou de panno (*panno do leque*) e articuladas na extremidade inferior por um eixo commum, de modo que se possa abrir e fechar facilmente. O uso do leque remonta a uma alta antiguidade. Nas civilisações orientaes, o leque não póde differenciar-se do enxota-moscas. O *flabello* é na alfaia lithurgica uma peça em fórma de leque circular, que data do seculo VII. O leque franzido do typo moderno, em que o panno, geralmente provido d'um forro, fica collado sobre delgadas hastes de madeira, osso ou marfim, reunidas inferiormente por um eixo commum, é o mais vulgar. N'elle se distinguem duas partes: o panno e o cabo. O *panno* é, geralmente, constituido por dois pedaços de papel ligeiramente collocados um sobre o outro. Algumas vezes o papel é duplo, para maior solidez, sendo sobreposto a um pergaminho muito fino. As pelles, papeis, ou sedas dos leques fôram sempre mais ou menos ornamentadas de bordados, recortes, e sobretudo de pinturas. O *cabo*, que é de madeira, marfim, metal, etc. denomina-se tambem *manga* ou *pé*. No cabo, muitas vezes de madrepérola, marfim ou de metaes preciosos, se affirmava a arte do esculptor e do cinzelador. Chama-se *leque quebrado*, ou *aberto*, aquelle em que as laminas ou varetas são independentes umas das outras e sustentadas unicamente na parte superior por uma fita. Estas varetas, quando não são de marfim, constituindo por si as folhas do leque, são cobertas de plumas ou outras materias de valor. São notaveis as collecções de leques que existem nos principaes museus da Europa. Entre nós, ha algumas collecções publicas e particulares, em que se admiram verdadeiros primôres no genero. No Museu Municipal do Porto ha uma collecção de leques muito preciosa; pertencem a varios estylos e procedencias. Entre os leques grandes d'essa collecção vêem-se alguns do estylo Luiz XV e XVI, e umas imitações hespanholas modernas de typos do seculo XVIII. Nos leques menores distinguem-se os de estylo *Imperio*. Na Exposição de Arte Ornamental, celebrada por occasião da visita dos soberanos hespanhoes a Lisboa, em 1882, apresentaram-se formosissimos exemplares, expostos na sua maioria pelos colleccionadores e possuidores particulares. A paginas 139 e seguintes do *Catalogo* respectivo se póde vêr a sua minuciosa descripção.

Leque. Antiga moeda de Ormuz, que valia cerca de 16$000 réis. O leque valia, segundo alguns autores, 50 xerafins e cada xerafim 300 réis.

Lercas. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Moiriscas, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Lerdeira. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Soutello, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Athães, conc. de Guimarães, do mesmo districto.

Leruca. Pov. do reino de Luca na ilha de Timor, Oceania. Está situada na vertente da montanha Betum-clote.

Lesbio (*Antonio Marques*). Um dos compositores portuguezes mais considerados pelos seus dotes litterarios e poeticos; mestre dos musicos da real camara e dos moços do côro da capella real, etc. N. em Lisboa em 1639, fal. a 21 de novembro de 1709. Era filho de João Marques. Extremamente precoce, já aos 14 annos compunha musica, e apresentou uma composição a João Soares Rebello, mestre de D. João IV, que lhe causou a maior admiração. Em pouco tempo o joven musico se tornou um compositor muito apreciado, fazendo eguaes progressos nos estudos litterarios. Começou por escrever villancicos, letra e musica, dos quaes se publicaram muitos, só a letra, desde 1660, tornando-se fecundissimo n'esta especialidade. Diz Barbosa Machado, a pag. 221 do 1.º vol. da *Bibliotheca Lusitana:* «Não é facil reduzir a numero a infinita quantidade de poesias, já sagradas, já profanas, de que foi duas vezes autor, uma como poeta e outra como contrapontista. «Por alvará de 10 de outubro de 1698 foi Marques Lesbio nomeado mestre dos musicos da real camara, em substituição de fr. Filippe da Madre de Deus, que se ausentára de Portugal. Em fins do anno de 1679 foi encarregado de ensinar os moços do côro da capella real; em carta de 18 de julho de 1680 foi tambem nomeado escrivão dos contos; finalmente, em 2 de novembro de 1692 succedeu a Manuel Homem no cargo de bibliothecario da Real Livraria de Musica. Por fallecimento de Sebastião da Costa, mestre da capella real, foi nomeado para aquelle logar, pelo alvará de 15 de janeiro de 1898. Marques Lesbio foi um dos mais activos e considerados membros da Academia dos Singulares e presidiu muitas vezes aos seus trabalhos. Nas actas das sessões d'essa academia de 1663 até 1665, encontram-se diversas poesias de Marques Lesbio, e os discursos que pronunciou, sendo presidente. O padre Antonio dos Reis, na collecção de epigrammas latinos em honra dos poetas portuguezes, intitulada *Enthusiasmus poeticus,* dedica-lhe um epigramma, elogiando-o como poeta e como musico. Fétis tambem fala a seu respeito com louvor, na sua *Biographia geral dos musicos.* Das composições poeticas imprimiram-se: *Estrella de Portugal, poema em applauso do nas-*

cimento da princeza D. Izabel, filha de D. Pedro II; Silva em applauso da canonisação de Santa Maria Magdalena de Pazzi, obra premiada pela Academia dos Singulares; *Silva em louvor da Polyanthea do Doutor João Curvo Semedo; Villancicos que se cantaram na Egreja de Nossa Senhora da Nazareth.* Imprimiram-se ainda outros villancicos, deixando manuscriptas muitas poesias, tanto sacras como profanas. Não consta, porém, que se imprimisse musica alguma de villancicos. Dizem que se encontram alguns n'uma collecção de manuscriptos de diversos autores, existente na Bibliotheca Publica, de Evora. Marques Lesbio deixou muitos discipulos, que se tornaram distinctos. Barbosa Machado menciona os seguintes trabalhos musicaes: dois psalmos, miserere a 8 vozes; lamentações para a semana santa, a 12 vozes; responsorios das matinas de defuntos, a 8 e 12 vozes; e alguns motetes.

Leside. Pov. na freg. de S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Lessa *(Duarte)*. Consul geral em Liverpool, onde falleceu. Era natural do Porto, e foi um dos principaes membros da associação que preparou e dirigiu a revolução de 24 de agosto de 1820, na referida cidade.

Lessa *(José Maria Pereira Baptista)*. Nasceu no Porto a 12 de abril de 1812, fal. no hospital de Santo Antonio, da mesma cidade, em 27 de julho de 1851. Era filho do dr. João Pereira Baptista Vieira Soares, e sobrinho paterno do precedente. Em 1828 assentou praça de voluntario n'um dos batalhões constitucionaes creados no Porto e seguindo a sorte do exercito liberal, emigrou para a Galliza, d'onde passou a Inglaterra, d'ali ao Rio de Janeiro, indo depois para a ilha Terceira, onde se alistou na expedição, que em 1832 veiu desembarcar nas praias do Mindello. No cêrco do Porto serviu como alferes no batalhão de empregados publicos. e terminada a lucta foi nomeado official do Thesouro Publico. Em 1836, por capricho ou por melindres mal entendidos, pediu a demissão, ficando desempregado, mas em 1842 foi de novo reintegrado, sentindo grande desgosto ao vêr-se subordinado a collegas seus, que deixara inferiores em graduação. Este e outros desgostos, juntos ao excesso de leitura e de trabalhos que teve de desempenhar em commissões extraordinarias, de que foi encarregado, já em Lisboa, já no Porto, deterioraram-lhe pouco a pouco a saudé, e perturbaram-lhe as faculdades intellectuaes, a ponto de se manifestar abertamente a alienação mental em julho de 1850, e tornando-se iuuteis todos os soccorros da medicina, foi recolhido no hospital de Santo Antonio, no Porto, onde falleceu. Era irmão do fallecido director geral dos correios, o dr. Eduardo Pereira Baptista Lessa, que publicou a seguinte obra, que deixou manuscripta: *Uma viagem; producção do fallecido official do Thesouro Publico José Maria Pereira Baptista Lessa*, Porto, 1852. Tambem deixou manuscripto: *Diccionario philosophico, politico, moral e historico, coordenado por José Maria Pereira Baptista Lessa* (portuense); 2 tomos, que fôram escriptos em 1841; *Supplemento ao mesmo Diccionario*, tambem em 2 tomos; escriptos o 1.º em 1849 e o 2.º em 1850. Esta obra foi comprada pela camara municipal do Porto, com o destino de ser collocada na sala dos manuscriptos da Bibliotheca Publica d'aquella cidade, onde se conserva.

Leste. Ponta da peninsula de Guzerate, na ilha de Diu, India. E' n'ella que está edificada a cidade de Diu. || Ponta situada na costa E da ilha do Corvo, no archipelago dos Açôres. || Ponta situada na costa E da ilha de S. Thiago, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. | Ponta do ilhéo Raso, no mesmo archipelago e provincia. || Ponta da ilha de Santo Antão, no mesmo archipelago e provincia.

Lesteiro. Pov. na freg. de S. Paio, de Portella, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Letra. Cada um dos caracteres do alphabeto. || Fórma de escrever os caracteres alphabeticos. || Inscripção; palavras ou divisa, usada nos brazões e nas empresas. V. *Divisa* || O que está escripto. Sentido claramente expresso pelo que se escreve. || Versos correspondentes a uma cantiga ou musica. || Na representação dos caracteres do alphabeto, distinguem-se a *letra de mão*, manuscripta, e a *redonda* ou *de imprensa.* || *Letra capital*, letra maiuscula, de que se usa no principio dos capitulos, etc. Antigamente se chamava *cabidoal* e *cabídola*, conforme refere Viterbo, no seu *Elucidario.* || *Letra christenga*, a letra portugueza de que usavam os arabes e judeus nos seus escriptos authenticos, conforme dispunha a *Ordenação Affonsina*, liv. I, tit. 16, não se podendo usar nem a arabica nem a hebraica. || A letra empregada com leves modificações nos mais antigos documentos da peninsula era o cursivo minusculo da chancellaria romana, derivado em parte do semi-oncial, letra a que se chama *wisigotica*, por ter sido indubitavelmente usada pelos wisigodos, pela mesma causa que se designa *merovingia* a usada pelos francezes, durante a dynastia merovingia, e *lombarda* a usada pelos conquistadores da Italia. Ao lado da letra wisigotica formou se outra menos cursiva e mais perfeita que se costuma chamar *toledana*, a qual, porém, João Pedro Ribeiro, o fundador da nossa Diplomatica, denominava *semi-gotica.* Esta letra teve principal acolhimento nos codices e nos documentos do periodo anterior á introducção da letra franceza, tambem chamada *carolina* por ser creada no tempo de Carlos Magno. A letra wisigothica foi substituída depois gradualmente pela letra carolina ou franceza de muito facil leitura pelo tempo de D. Affonso Henriques, a qual deturpando se e tornando se angulosa veiu a receber o nome de letra gotica ou allemã, por ainda hoje ser usada na Allemanha. Pelo meado do seculo XVI a letra gotica começou a ser substituida em Portugal nos impressos e nos manuscriptos por outra adoptada ou aperfeiçoada na Italia sobre o modelo da carolina no seculo XV. a qual recebeu o nome de italiana, de renascença ou romana restaurada. E' esta que mais ou menos nitida usamos actualmente com grande variedade.

Letra. As letras commerciaes são escriptos redigidos confórme as prescripções da lei, e nos quaes aquelle que os assigna ordena o pagamento d'uma determinada quantia. Esses escriptos pódem reduzir-se a tres typos principaes: a *letra da terra*, a *letra de cambio* e o *cheque*. As letras provenientes de transacções entre negociantes da mesma praça chamam se *letras da terra. Letras de cambio* são as que resultam das transa-

ções entre negociantes de praças differentes. A origem da letra de cambio não está averiguada, mas attribue-se com bons fundamentos a sua invenção aos judeus, que sempre se consagraram ás operações commerciaes, e da usura e do cambio fizeram durante seculos um monopolio. V. *Cambio.*

Letras *(Curso Superior de).* Nobilissima instituição devida a el-rei D. Pedro V, que a planeou e dotou por decreto de 30 de outubro de 1858, expedido pela Vėdoria da Casa Real. Pela carta de lei de 8 de junho de 1859 foi effectivamente creado o Curso Superior de Letras, sendo encarregada a Academia Real das Sciencias de o regulamentar. O Curso comprehendia só tres cadeiras: historia patria, litteratura antiga e litteratura moderna. Para occuparem estas cadeiras lembrou-se o illustrado monarcha de dois dos mais notaveis litteratos e de um grande erudito em letras antigas, que eram Herculano, Castilho e Viale. Porém só este ultimo acceitou, sendo chamados a substituir aquelles : Rebello da Silva e Lopes de Mendonça. Adoecendo este logo, substituiu-o durante o seu impedimento o academico José da Silva Mendes Leal Junior. A 14 de janeiro de 1861 realisou-se a abertura solemne do Curso, proferindo o discurso inaugural o eloquente professor Luiz Augusto Rebello da Silva. Na abertura solemne do 2.º anno, foi inaugurado no topo da sala das prelecções o retrato d'el-rei D. Pedro V, ficando o retrato collocado por cima da cadeira que S. M. occupava quando vinha assistir ás prelecções. O director Viale, leu o discurso de *sapientia*, e Rebello da Silva, em um eloquente improviso, teceu o panegyrico do finado rei e saudoso instituidor d'aquelle estabelecimento. A's tres primitivas cadeiras teem sido aggregadas outras. O curso da lingua e litteratura sanskrita, vedica e classica foi estabelecido por decreto de 15 de setembro de 1877. A cadeira de linguistica geral indo-europeia e especial romanica foi estabelecida pela carta de lei de 23 de maio de 1878. que lhe deu a designação de cadeira de philologia comparada ou sciencia da linguagem. Para a primeira foi nomeado Guilherme de Vasconcellos Abreu, e para a segunda Francisco Adolpho Coelho. A carta de lei de 21 de junho de 1883 e o decreto de 1 de agosto do mesmo anno alteraram e modificaram os regulamentos anteriores, dividindo o curso em tres annos com sete cadeiras. Em 1893, por decreto de 14 de setembro, foi novamente alterado o regulamento. Por ultimo e segundo a refórma approvada por decreto de 24 de dezembro de 1901, os fins do Curso Superior de Letras são os seguintes: Habilitar com um curso superior; habilitar para o magisterio do mesmo curso, e para o magisterio de diversas disciplinas dos lyceus; habilitar para outros cursos ou estudos ou para quaesquer funcções publicas que as leis ou regulamentos determinem; contribuir para o progresso dos diversos ramos de conhecimentos do seu plano; contribuir para a vulgarisação d'estes conhecimentos. O actual regulamento foi approvado por decreto de 8 de outubro de 1902 Do magisterio do Curso Superior de Letras teem feito parte alguns illustres escriptores e professores, sendo justo citar, além dos já indicados, Augusto Maria da Costa Sousa Lobo, Jayme Constantino de Freitas Moniz, Joaquim Theophilo Braga, Zofimo Consiglieri Pedroso, Manuel Pinheiro Chagas, Epiphanio da Silva Dias, David Mello Lopes, Silva Telles, Silva Cordeiro, Oliveira Ramos, José Maria Rodrigues, Queiroz Velloso, etc.

Letrigo. Pov. na freg. de Santa Maria de Miranda, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Lettra. V. *Letra.*

Lettrado. Jurisconsulto, doutor.

Leuchtenberg *(D. Augusto Carlos Eugenio Napoleão, duque de Santa Cruz, duque e principe de).* Foi o primeiro marido da rainha D. Maria II. N. em Munich a 9 de dezembro do 1810, fal. em Lisboa, no paço das Necessidades a 28 de março de 1835. Era filho do celebre general Eugenio de Beauharnais, duque de Leuchtenberg, e da princeza Augusta Amelia, filha de Maximiliano I, da Baviera. Tinha 14 annos quando seu pae falleceu em Munich. D. Augusto recebeu uma esmerada educação classica. Embalaram-lhe o berço as narrativas das façanhas praticadas por seu pae, o valoroso general de Rabb, de Wagram, de Moschowa, de Viazma, o celebre estrategista da famosa retirada de Magdeburgo, os hymnos de victoria de Bonaparte. O principe D. Augusto vivia nos seus estados da Allemanha, quando o duque de Bragança, imperador do Brazil, casou com sua irmã, a princeza D. Maria Amelia, a qual acompanhou á côrte do Rio de Janeiro, onde foi recebido com todas as honras devidas ao seu elevado nascimento, agraciando-o o imperador com o titulo de duque de Santa Cruz. Demorou-se no Rio de Janeiro até que D. Pedro abdicou a corôa imperial em seu filho D. Pedro, que foi o segundo imperador do Brazil, e a de Portugal em sua filha D. Maria da Gloria, que foi a rainha D. Maria II, e veiu para a Europa em companhia de sua irmã e de seu cunhado. Terminada a campanha da Liberdade, e tendo fallecido D. Pedro IV, regente do reino na menoridade de sua filha, tratou-se do casamento da soberana com o principe D. Augusto de Leuchtenberg, que D. Pedro desejara e preparara, mas que não chegou a vêr realisado. O casamento effeituou-se por palavras de ausente em Munich a 5 de novembro de 1834, e pessoalmente, na sé de Lisboa a 26 de janeiro de 1835. Tudo parecia indicar que este consorcio seria muito feliz, porque o principe D. Augusto era já conhecido dos portuguezes, a quem se tornara sympathico, e já pertencia á familia real, por sua irmã, a imperatriz viuva. Contava apenas 25 annos de edade. Veiu de Inglaterra para Lisboa, onde chegou a 25 de janeiro. N'esse mesmo dia foi cumprimental-o a bordo sua irmã, que o acompanhou até ao paço das Necessidades, á presença da real noiva, a quem cumprimentou. A's 5 horas da tarde, depois de jantar, o principe retirou para bordo. Havia sido nomeado marechal de campo do exercito portuguez e commandante honorario do batalhão de caçadores n.º 5. Para commemorar estas honras e a sua chegada a Portugal, escreveu ao duque da Terceira, então ministro da guerra, participando-lhe que resolvera doar annualmente ao exercito portuguez a quantia de 3:000$000 de réis, para serem distribuidos em pensões eguaes ás viuvas dos primeiros doze officiaes inferiores e soldados que morreram nos Açôres, dos que pereceram

nos combates, que se deram desde o desembarque no Mindello até á occupação de Lisboa, e finalmente ás dos que succumbiram nos combates das linhas de Lisboa. No dia seguinte realisou-se o casamento pouco depois do meio dia A rainha saiu do paço das Necessidades acompanhada pela imperatriz e pela côrte, e dirigiu-se ao Terreiro do Paço, onde o principe a esperava. O cortejo seguiu depois para a sé, desfilando por entre alas de povo e tropa. A cerimonia celebrou se no meio do enthusiasmo geral, havendo grandes manifestações e vistosas illuminações. Quem julgaria, porém, que tão breve se havia dar o triste acontecimento da morte do estimado principe, marido da rainha de Portugal. No dia 20 de março d'esse mesmo anno de 1835, D. Augusto levantou-se um tanto incommodado da garganta, e assim no dia seguinte. No entretanto, em 22, apezar de não ter melhorado, saiu á caça pelo relento da manhã, e parece que insoffrido de calor ou de febre não agasalhara convenientemente a garganta, conservando-se exposto a um sol ardentissimo. D'estas imprudencias resultou aggravar-se a enfermidade a ponto que D. Augusto se viu obrigado a consultar o cirurgião da real camara. O facultativo verificou que sua alteza fôra atacado por uma angina tonsillar, não grave, a qual foi tratada pelo methodo antiphlogistico. No dia 24 os symptomas da inflammação pareciam attenuados, mas no dia 25, sexto da doença, o principe peorou tanto que sobre a tarde foi chamado ao Paço a toda a pressa o medico da Real Camara, o qual capitulou a doença de angina pharingêa. No dia 27, apezar de todos os cuidados prodigalisados ao real enfermo, a expectoração de materia albuminosa concreta assustou tanto os facultativos assistentes, que pediram conferencia, a qual se realisou, concordando os clinicos, para esse fim chamados ao Paço, ser a doença a angina laringêa, e que o prognostico era fatal. No dia 28 houve nova conferencia, que ratificou o mesmo juizo. Pouco depois das duas horas da tarde fallecia o principe, tendo recebido os sacramentos da Egreja. A noticia da morte de D. Augusto causou a mais viva impressão em toda a cidade. O povo estava inconsolavel e suspeitando que teria havido envenenamento, começaram a formar-se em alguns pontos grupos de homens, que se dirigiram ao sitio do Loreto, apedrejando as janellas d'uma casa onde residia uma personagem muito importante na politica da epoca. N'outro ponto da cidade a multidão aggrediu um conego da collegiada da Bemposta, muito conhecido como fervoroso realista, por lhe constar que se entregara a varias manifestações de alegria, quando soube da morte do principe. Foi preciso intervir a força armada para pôr o conego em segurança. Posto que os ajuntamentos populares fôssem dispersos, a commoção continuou durante toda a noite, a ponto do prefeito da provincia da Extremadura proclamar na manhã seguinte, appellando para o bom senso e patriotismo dos habitantes da capital, e declarando ao mesmo tempo que estavam tomadas todas as providencias para reprimir rigorosamente quaesquer tentativas criminosas que pudessem alterar a ordem publica. O funeral realisou-se em 31 de março com todas as formalidades do estylo, sendo o cadaver sepultado no pantheon de S. Vicente de Fóra. Em 5 de abril a rainha deu beija-mão de pezames no paço d'Ajuda pelo fallecimento de seu esposo. E assim fallecera o principe D. Augusto de Leuchtenberg, depois de dois mezes de noivado. D. Augusto fôra eleito par do reino, tomando posse na respectiva camara na sessão do dia 14 de fevereiro. Depois de haver prestado juramento, recitou um discurso, que tem certo valor como documento historico. Depois de alludir ás victorias de seu pae, fala do imperador promettendo inspirar-se na recordação das conversações que com elle tivera, porque D. Pedro sempre o honrara com a sua amizade, lhe confiara por mais d'uma vez os seus nobres pensamentos, deixando-o frequentemente ler no fundo da sua alma. Este discurso vem publicado no *Diario do Governo* n.º 40, de 16 de fevereiro de 1835. O principe D. Augusto era gran-cruz das ordens militares de Christo, S. Bento de Aviz, e S. Thiago da Espada, e de S. Miguel da Baviera.

Leva e Casseque. Pov. do sobado de Donde, conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. de Angola. Pertence á 3.ª divisão.

Levada. Corrente de agua de ordinario procedente de um rio, e que vae regando campos, ou dando movimento a moinhos, fabricas, etc São muito importantes as diversas *levadas* da ilha da Madeira, dando logar a muitas questões o seu emprego pelos visinhos e proprietarios das terras que atravessam

Levada. Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira e distr. do Funchal; Santa Quiteria, de Boa Ventura, conc. de S. Vicente; N. S.ª da Luz e conc. de Ponta do Sol. || S. Silvestre e conc. da Louzã, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Rio de Moinhos, conc. de Sattam, distr. de Vizeu. || Ilha de S. Jorge: N. S.ª do Rosario, de Topo. conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo. || S. Isidoro, de Sanche, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Leocadia, de Travancas, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Veade, conc de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Rio na prov. da Beira Baixa, tambem chamado Cobral. V. *este nome*,

Levada do Cavallo. Povoações na ilha da Madeira, conc. e distr. do Funchal: freg. de Santo Antonio e de S. Pedro, do Funchal.

Levada da Corujeira. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª do Monte, conc. e distr. do Funchal. Tem caixa postal.

Levada Grande. Ilha da Madeira, pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Porto Moniz, distr. do Funchal.

Levadas. Povoações nas freguezias: Ilha Madeira e distr. do Funchal; S. Salvador e conc. de Santa Cruz; N. S.ª da Luz, de Gaula do mesmo conc. || Santa Maria, de Cabril, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || Santa Eulalia, de Constance, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Martinho, de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, do mesmo distr. || S. Martinho dos Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Saude, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || N. S.ª da Expectação, de Santa Ovaia, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Levadigas. Tumores malignos que appareciam debaixo dos braços ou junto da virilha, e precediam ou acompanhavam a *levação* ou *bubão*, nos casos de peste, causando cruciantes dô-

res. Uma das grandes pragas dos nossos maiores, era: *Dôr de levadigos te dê.* N'um documento da collegiada de Coimbra, do anno de 1348, que foi o anno da epidemia chamada *Peste grande*, se diz: «Porque en o ano da era de 1386 (1348) veo a pestelencia e a morteidade de dóór de levadigas per todo o mundo tam grande, que nom ficou hi viva a dizima dos homees, e molheres, que entom hi avia, e en o dicto ano morrerom o Priol, e o Chantre e todo os Raçoeiros da Eigreja de Sam Pedro da Almidinha, de Coimbra, de huums depos outros, todos em hunm mez.»

Levadinha. Povoação na freg. de S. Martinho, de Silvares, conc. de Fafe, distr. de Braga. ‖ Pov. na ilha da Madeira, na freg. da Santissima Trindade, de Tabua, conc. da Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Levadinhas. Monte na ilha da Madeiaa, cujas vertentes meridionaes dão origem á ribeira da Janella, que é alimentada por numerosas e profundas ravinas que n'ella affluem.

Levanbane. Nome por que tambem é conhecido o rio Matola, do distr de Lourenço Marques, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. V. *Matola*.

Levandeira. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Balança, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. ‖ S. João de Vêr, conc. da Feira, distr. de Aveiro. ‖ S. Thiago, de Ourilhe, conc. de Celorico de Basto, districto de Braga.

Levandeiras. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Cossourado, conc. de Barcellos, distr. de Braga ‖ Santa Margarida e conc. de Louzada, distr. do Porto.

Levar á Azenha. Pov. na freg. de Santo Adrião, de Macieira de Rates, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Levegada. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Cunha, conc. e distr. de Braga. ‖ S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. ‖ S. Miguel, de Liceá, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. ‖ S. João Baptista, de Seixo de Gatões, do mesmo conc. e distr. ‖ N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Levegada de Bunheiro. Pov. na freg. de S Matheus, de Bunheiro, conc. de Estarreja, distr de Aveiro.

Levegada dos Sedouros. Pov. na freg. de S. Matheus, de Bunheiro, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro.

Levegadas. Povoações nas freguezias: N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. de Louzã, distr. de Coimbra. ‖ S. Pedro, de Vallongo, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Levegadas de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Piedade, de Monte Redondo, conc. e distr. de Leiria.

Levegadas da Carpalhosa. Pov. na freg. do Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e distr. de Leiria.

Lever. Pov. e freg. de Santo André, da prov. do Douro, conc. e com. da Feira, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 1:027 hab. e 219 fog. Tem escola do sexo masc., fabricas de fiação, de fitas de nastro e de papel de embrulho. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada perto da margem esquerda do Douro. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. O papa e o bispo apresentavam alternativamente o reitor, que tinha 40$000 rs. annuaes e o pé d'altar. A terra é fertil, ainda que muito accidentada. Tem muitos pinhaes. Cria muito e bom gado bovino, que exporta. Apparece bastante caça e muito peixe do rio Douro.

Levides. Pov. na freg. de S. Julião, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Levira. Povoações nas freguezias: S. Lourenço do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural. ‖ S. Miguel, de Villarinho do Bairro, do mesmo conc. e districto.

Lexicologia. Parte da grammatica que estuda as palavras em relação á etymologia, e a tudo o que é preciso para compôr um diccionario linguistico.

Lexim. Pov. na freg de N. S.ª da Conceição. de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Ley *(João de)*. Prior de Santa Maria da Varge, etc. Era natural de Villa do Conde, filho de paes irlandezes, que fugiram da sua patria por causa da apostasia da Inglaterra, e procuram asylo em Portugal. Estudou em Salamanca e em outras universidades de Hespanha as sciencias severas, sendo tambem muito erudito na Sagrada Escriptura e na Lição dos Santos Padres. O arcebispo primaz de Braga D. Fr Aleixo de Menezes, em cuja casa viveu algum tempo, estimava-o muito. Foi prior de Santa Maria de Varge, em Alemquer, d'onde passou a abbade de S. Pedro de Ruviães, na provincia de Entre Douro e Minho. Escreveu: *Alivio de trabajos, y thesoro de afligidos, y frutos de sus males*, 1.ª e 2.ª Parte, dedicada ao arcebispo de Lisboa D. Affonso Furtado de Mendonça. O manuscripto conservava-se na livraria do duque de Lafões. Deixou outros manuscriptos tambem em castelhano.

Leziria. Terra marginal situada ao longo do rio, e que fica alagada quando ha cheias; ilhota ou terra baixa alagadiça, cercada de agua. As famosas e extensas Lezirias do Ribatejo principiam em Villa Franca de Xira, a 25 k a NE de Lisboa, e são formadas por varias ilhas banhadas pelo Tejo. Uma grande parte d'ellas eram da Casa do Infantado, extincta em 1834, sendo vendidas em 1835 a uma companhia, como bens nacionaes, por diminuto preço. São terrenos muito ferteis, sobretudo em cereaes. O Tejo os alaga quasi todos os invernos, e se n'elles deposita o *nateiro* que lhes dá a fertilidade, tambem muitas vezes lhes causa grandes prejuizos com terriveis inundações. Os templarios possuiam uma grande leziria junto a Santarem, a que davam o nome de *Leziria dos Freires*. Em 1306 a cederam a el-rei D. Diniz, em troca do padroado das villas de Alvaiazere, Ferreira do Zezere e Villa de Rei.

Leziria. Povoações nas freguezias: Santo André, conc. de S Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. ‖ N. S.ª da Piedade, de Monte Redondo, conc. e distr. de Leiria. ‖ Casal na freg. de S. João Baptista, de S. João da Ribeira, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. ‖ Herdade na freg. de S. Thiago e conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. ‖ Quinta na freg. de Santa Iria, Ribeira de Santarem, conc. e distr. de Santa-

rem. || Quinta na freg. de S. Sebastião, de Souto de Aguiar da Ribeira, conc. de Aguiar da Beira, distr. da Guarda.

Leziria da Palmeira. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Almeirim, distr. de Santarem.

Lezirias. Pov. na freg. de S. Lourenço do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

Lhana. Nome que, segundo parece, foi dado pelos seus descobridores á ilha do Sal, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Vem citado nos documentos antigos.

Liambo. Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola. Pertence á delegação do Chiavala.

Libães. Pov. na freg. de Santo André, de Lever, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Libão. Pov. na freg. de S. Miguel, de Bustello, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Liberal. Partidario do systema liberal ou constitucional.

Liberdade (*Medalha das Campanhas da*). Esta medalha, tambem denominada *Medalha de D.* *Pedro e de D. Maria*, foi concedida por el-rei D. Pedro V aos individuos que fizeram serviços militares e civis nas chamadas luctas da Liberdade (1826 1834). O decreto que creou esta condecoração tem a data de 16 de outubro de 1861 e foi publicado na *Ordem do Exercito*, n.º 24, e no *Diario de Lisboa*, n.º 238, de 19 de outubro de 1861. E' o seguinte: «Merecendo o meu maior apreço as acções de valor e dedicação, que em defeza do throno legitimo e das instituições que regem presentemente a monarchia portugueza, fôram praticadas durante o periodo decorrido entre o dia 31 de julho de 1826, em que foi jurada a Carta Constitucional dada por meu augusto avô, o Senhor D. Pedro IV, de gloriosa memoria, e o dia 27 de maio de 1834, em que se estabeleceu a paz entre os portuguezes sob o sceptro de minha augusta mãe, a Senhora D. Maria II, de saudosa memoria; e querendo eu dar um testemunho publico da minha benevolencia áquelles que com admiravel perseverança, e apezar de difficuldades que pareciam invenciveis, sustentaram tão nobre causa; hei por bem instituir para elles uma distincção commemorativa dos seus serviços, pela fórma especificada nos artigos seguintes: Art.º 1.º Esta distincção consistirá em uma medalha de cobre de tres centimetros de diametro, a qual terá de um lado, e em torno, a legenda—*D. Pedro IV—D. Maria II*—e no meio as effigies d'estes soberanos, e na parte inferior os millesimos—1826-1834—sobreposto o primeiro ao segundo. E no reverso, em torno, a legenda —**Campanhas da Liberdade**—ou a legenda—**Serviços Civis**—, e no centro um dos algarismos—1—2—3—4—5—6—7—8 ou 9. § unico. Esta distincção será denominada **Medalha de D. Pedro e de D. Maria.** Art.º 2.º Ella será collocada no lado esquerdo do peito, pendente de uma fita azul ferrete, com um filete branco longitudinal no meio para a medalha militar, e com orlas brancas para a medalha civil; tudo segundo o modelo annexo a este decreto. § 1.º A medalha com a legenda—**Campanhas da Liberdade**—será conferida exclusivamente áquelles que, durante o referido prazo de tempo, fizeram serviços militares effectivos. § 2.º A medalha com a legenda—**Serviços Civis**—será conferida áquelles que, durante o mesmo periodo, fizeram serviços effectivos, que não se comprehendem no § antecedente. § 3.º O algarismo designará o numero de annos que o condecorado tiver servido. § 4.º Os annos civis de 1826 e de 1834 serão, para os fins d'este decreto, contados como completos. Artigo 3.º A'quellas pessoas que, durante o mesmo prazo de tempo, prestaram serviços militares, e serviços civis, será conferida a medalha militar se fôr mais longo o numero de annos em que fizeram serviços militares, e vice-versa. § unico. N'este caso o algarismo designará a somma da totalidade dos annos nos dois serviços. Artigo 4.º Haverá uma commissão composta de sete membros dos quaes quatro militares, e tres não militares, escolhidos entre os funccionarios que tenham direito a obter esta medalha, para classificar as pessoas, segundo os respectivos servi-

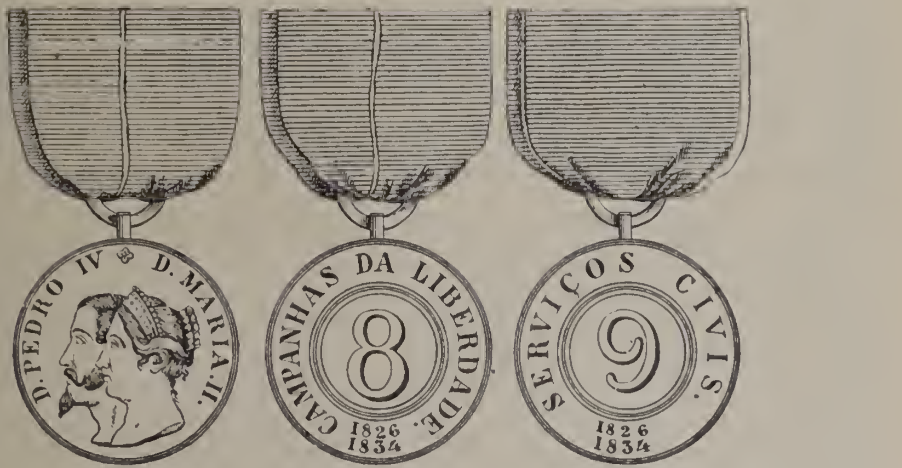

Medalha das Campanhas da Liberdade

ços. Artigo 5.º Esta commissão remetterá ao ministerio da guerra, á medida que as pudér formar, relação das pessoas que reconhecer acharem-se no caso de lhe ser conferida esta distincção, designando a medalha que pertencer a cada uma. Artigo 6.º Os nomes das pessoas que fôrem agraciadas com esta distincção serão publicados na *Ordem do Exercito*, se a medalha lhes fôr concedida por serviços militares, e no *Diario de Lisboa*, se a obtiverem por serviços civis.»

Libolo. Sertão da prov. de Angola, na margem esquerda do rio Cuanza. Os naturaes d'este sertão, que foi avassallado em 1745, vão commerciar a Cambambe com cera, marfim, gomma copal e optimas madeiras. V. *Alto Libolo.*

Libombos. Montes situados a O do distr. de Lourenço Marques, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' dos limites occidentaes do mesmo distr. e separam-n'o do Transvaal. São atravessados pelo caminho de ferro de Lourenço Marques a Pretoria.

Libongo. Moeda africana, equivalente a um real da nossa moeda.

Libongo. Vasto territorio do conc. da Barra do Dande, no distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola. E' limitado ao N pelo rio Donzo, ao S pelo rio Lifune, a E pelo Zenza e a O pelo Oceano Atlantico. Dista cêrca de 40 k. de Loanda. Tem minas de petroleo. || Uma das duas povoações pertencentes ao sobado de Libongo e Cabengama, do conc. da Barra do Dande, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 5.ª divisão.

Libongo *(Montes do).* Cordilheira do territorio do mesmo nome, no distr. de Loanda, prov. de Angola. E' principalmente constituida por cinco montanhas de altura quasi egual, que se estendem em arco de circulo com a concavidade para o occidente. Estes montes são quasi todos formados de quartzo, granito, ardosia e tufo, elevam-se muito mais acima do nivel do mar, e distam 16 ou 18 k. da costa. Abundam em fontes de petroleo, e teem minas de carvão de pedra. Esta cordilheira tambem é conhecida pela denominação de *Montanhas do Mazula.*

Libongo e Cabengama. Sobado do conc. da Barra do Dande, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 5.ª divisão.

Liboreiro. Povoações das freguezias: S. Gens e conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || Santa Maria Maior e conc. de Goes, do mesmo districto.

Libouro. Pov. na freg. de Santa Cruz, de Juvim, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Libra. Antigo peso, mencionado frequentemente nos documuntos portuguezes até ao seculo XV. Os romanos tinham a sua *libra* de 12 onças, e para os metaes em especial, o peso de 8 onças, a que os allemães chamavam *march* e nós *marco.* Os visigodos serviram-se do systema romano, com pequena alteração, e os arabes introduziram os seus pesos de *quintaes*, *arrobas*, *arrateis*, e as divisões em *onças*, etc. O marco de Colonia era considerado o mais exacto. Já se usava em Portugal no seculo XIII. D. Affonso III, nas actas das côrtes de Coimbra, que este soberano fez reunir a 11 de abril de 1261, diz: *ad XI marchas cupri admisceatur una marcha puri argenti per marcham de colonia de VIII unciis.* Na *Ordenação Affonsina* menciona-se a libra de 14 onças. Alguns autores citam para os metaes preciosos a libra de dois marcos ou 16 onças. A libra para o peso da cera no seculo XVI valia 2 arrateis, e no seculo XVIII um arratel.

Libra. Moeda de conta, cuja introducção em Portugal se attribue a D. Affonso III, como se usava então em França. A *libra* ou *livra* no reinado de D. Affonso IV tinha vinte soldos e cada soldo 9 dinheiros. O valor da *libra*, como moeda de conta, diminuiu progressivamente, apezar de conservar sempre o valor nominal de 20 soldos. No seculo XV decairam tanto de valor que se chegou a pagar mil por uma das primitivas, e por ellas se contou até passar para os reaes. As *libras de prata* valiam 36 reis e tinham 20 reaes dos antigos. *As libras de oiro*, até ao tempo de D. Diniz, valiam 150 réis. D. João I diminuiu-lhe o valor intrinseco, que ficou reduzido a 82 réis. No tempo de D. Manuel valiam intrinsecamente 92 réis, e nas suas *Ordenações* se diz que as antigas eram de duas sortes, umas que valiam 700 réis, e outras 500 réis.

Libré. Uniforme usado pelos creados das casas nobres, distinguindo-se pelas côres as casas a que pertencem. A lei de 24 de maio de 1749 prescrevia a qualidade e a côr do panno das librés; e o alvará de 21 de abril de 1751 prohibiu que nas librés dos creados de escada abaixo se usassem meias de seda e chapéos finos.

Libretto. A parte litteraria ou as palavras de uma opera.

Liça. Logar reservado para combates, torneios, correrias, etc.

Licêa. V. *Leceia.*

Licéa. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. de Montemór-o-Velho, distr. e bisp. de Coimbra; 803 hab. e 207 fog. Tem escola do sexo masc. e correio com serviço de posta rural.

Liceiras. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Asmes, conc. de Vallongo, distr. do Porto.

Licenceado. Grau universitario, inferior ao de doutor e superior ao de bacharel formado.

Licou. Povoações nas freguezias: Santo André, de Santa Cruz do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Gandra, do mesmo conc. e districto.

Licuare. Rio do districto de Quilimane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. N. no sertão, corre por entre varios prazos, toma a direcção geral de NS, e lança-se no rio de Quelimane pela margem esquerda, proximo da villa de Quelimane. E' navegavel até 50 k. da foz. Nas suas margens ha mattas de excellentes madeiras, e obtem-se marfim.

Licungo. Prazo da Corôa no distr. de Quelimane, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem 50 k. de comprimento por 30 de largura, e dista da villa de Quelimane uns 70 k. Solo muito fertil. Entre outros generos agricolas, produz ananazes e alguns centenares de pés de café. Abunda em mattas extensas, cujas madeiras servem para construcção e marcenaria. Em 1896 tinha um aforamento de 150 hect., e metade estava limpo e desbravado. O terreno d'este prazo é muito productivo por ser fertilisado por varios rios que o atravessam. || Rio do distr. de Quelimane, na prov. de Moçambique, que nasce no sertão do distr., ao N, tem a direcção geral de NS,

corre nas terras do prazo Licungo, cujo solo fertiliza, e lança-se no canal de Moçambique entre os rios Mariangava e Mescenss. A sua barra é perigosa e inaccessivel para as grandes embarcações. || Pov. do conc. de Puugo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á divisão de Bote.

Lidraes. Pov. na freg. de Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Lifau. Pov. do territorio de Ambeno, na prov. dos Bellos, ilha de Timor, Oceania, encravada no territorio neerlandez do Survião, da mesma ilha. Foi a segunda capital que teve Timor, depois que os portuguezes abandonaram Cupão, hoje Koepang, durante a guerra com os hollandezes. E' mais defensavel do que Dilly e menos doentia do que esta cidade, mas não tem tão bom surgidouro.

Lifune. Rio do distr. de Loanda, na prov. de Angola. N. proximo de Encoge, corre no conc. d'este nome e no do Dande, atravessa os territorios de Quiengoengo, Nabo Angongo e Libongo, e vae desaguar no Oceano Atlantico, ao N da foz do Dande, a 10 k. d'ella. Dirige-se de E para o N e quasi parallelamente a este ultimo rio. Não é navegavel. Tambem é conhecido pelo nome de *Lusina*.

Liga Agraria do Norte *(Real)*. Associação de classe fundada no Porto em 1889 e reorganisada em 1898. E' constituida por proprietarios agricolas, agricultores e por todas as pessoas que se distiguirem por serviços prestados á causa agricola e tem por fim defender, promover e fomentar por todos os meios ao seu alcance os interesses agricolas do norte do paiz. A sua primitiva designação era *Liga agraria dos lavradores do norte*. Depois do Congresso Agricola, por ella promovido e realisado no Porto nos dias 8, 9 e 10 de março de 1897, é que mudou o titulo para *Liga Agraria do Norte*, sendo os seus estatutos approvados por alvará de 10 de março de 1898. E' presidente honorario sua magestade el-rei Senhor D. Carlos. Bibliographia: *Relatorio do Congresso Agricola do Porto promovido pela Liga Agraria do Norte e realisado no edificio da Camara Municipal nos dias 8, 9 e 10 de março de 1897*, Porto, 1898.

Liga das Artes Graphicas do Porto. Associação de classe fundada em 1890 para promover a melhoria da situação dos typographos, dos lithographos, dos photographos, dos gravadores, dos encadernadores, etc. Dispondo, logo de principio, da cooperação dos graphicos mais conceituados, começou por conseguir a suppressão dos jornaes da manhã á segunda feira (1891), para que os typographos empregados nos respectivos quadros tivessem o domingo livre, e depois conseguiu tambem a suppressão do trabalho gratuito ao domingo nas outras typographias e a reducção das horas de trabalho. Acompanhando sempre de perto as questões que lhe dizem respeito, por varias vezes tem empregado os seus bons officios na solução de conflictos abertos entre os associados e os industriaes, motivo por que a sua existencia tem sido d'uma incontestavel utilidade. Tem uma apreciavel bibliotheca, gabinete de leitura, e está-lhe adjunta uma caixa de pensões que foi installada em 1901. Publica um jornal semanal, a *Revista graphica*, que é composto na sua cooperativa, e cujo producto de venda reverte para o engrandecimento da mesma.

Liga dos Lavradores do Douro. Sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, fundada em 1887, e com estatutos approvados em 5 de julho d'aquelle anno. Em harmonia com a disposição do Codigo Commercial em vigor, reformou os seus estatutos que fôram approvados em assembléa geral de 29 de dezembro de 1897. O seu fim é o auxilio mutuo de associados no desenvolvimento da industria vinicola, do credito pessoal dos associados, e bem assim do credito do vinho produzido na região do Douro. Tem como seu orgão na imprensa o *O Douro Agricola*, semanario destinado á instrucção e defeza da agricultura. Esta publicação substitue *O Boletim da Liga dos Lavradores do Douro*, que se publicava irregularmente, e era gratuitamente distribuido aos associados.

Liga Liberal. Agremiação politica fundada em 1890 sob a direcção do sr. conselheiro Augusto Fuschini. Segundo a sua exposição de principios, era uma reunião de cidadãos portuguezes que se propunham a exercer, coordenar e conjuntamente os direitos politicos, que a constituição do reino lhes conferia, no sentido de contribuir e influir para que o governo nacional cumprisse e fizesse cumprir as leis, respeitasse e fizesse respeitar as liberdades publicas e individuaes, administrasse as receitas do Estado com severa economia e inflexivel moralidade, e zelar perante os estrangeiros a dignidade e os legitimos interesses de Portugal. Era-lhe vedada a questão da fórma de governo ao paiz. A Liga Liberal teve uma existencia curta, mas não deixou de ter influencia na politica portugueza.

Liga Naval Portugueza. Associação civil instituida ha poucos annos, e cujos estatutos fôram approvados por decreto de 24 de dezembro de 1902. Tem por fim promover a regeneração e o progresso da marinha portugueza, occupando-se dos seguintes assumptos: 1.º Estudar todas as questões relativas ao desenvolvimento da marinha de commercio, pescarias, e marinha de recreio; 2.º Promover e animar a iniciativa particular para todas as empresas nacionaes que, na metropole ou nas colonias, possam favorecer a expansão do commercio maritimo, da marinha mercante e das industrias halieuticas nacionaes; 3.º Desenvolver a construcção naval portugueza; 4.º Estudar e promover a promulgação de disposições legaes que os seus trabalhos indiquem ser indispensaveis ou convenientes para a realisação do objectivo da Liga; 5.º Promover e vigiar a educação do pessoal da marinha mercante; 6.º Dispensar á população maritima o possivel auxilio moral e material; 7.º Estudar os problemas da marinha de guerra que dizem respeito á protecção do commercio maritimo e á defeza nacional; 8.º Estudar a formação das reservas navaes com os elementos que pódem fornecer a marinha de commercio e a marinha de recreio nacionaes; 9.º Promover junto dos poderes publicos a adopção de todas as medidas que possam concorrer para a prosperidade do commercio maritimo, navegação e pescarias; 10.º Despertar e incitar, por meio de activa propaganda, o interesse publico pelas cousas da marinha; 11.º Promover a realisação de exposições e certamens publicos de caracter naval; 12.º Construir, logo que os seus

recursos, e meios de acção lh'o permittam, um *Registo Maritimo Nacional*, em que sejam inscriptos e classificados os navios portuguezes, e em que venham a centralisar se todos os serviços necessarios á organisação, protecção e progresso da marinha mercante nacional, no paiz e no estrangeiro.

Liga Patriotica do Norte. Quando o governo inglez dirigiu ao governo portuguez o *ultimatum* de 11 de janeiro de 1890, a proposito da questão africana, os academicos do Porto promoveram um grande comicio, o qual se realisou do dia 26 do referido mez no theatro do Principe Real. D'esse comicio, que foi importantissimo, é que nasceu a idéa de se formar a Liga Patriotica do Norte, e em que se formulou a lista das pessoas que haviam de compôr esta associação patriotica, figurando em primeiro logar o cardeal D. Americo, o governador civil, o general da 3.ª divisão, os commandantes dos corpos da guarnição e da guarda municipal. No dia 1 de fevereiro procedeu-se nas salas da Camara Municipal á installação da Liga, vendo-se entre os assistentes os condes de Samodães, de Rezende, de Moser, do Covo, de Campo Bello e de Lumbrales, os viscondes de Oliveira, de Villar d'Allen, da Ermida, de Alves Machado, de Barreiros, de Fragozella e de Gandara, o barão de Paçô Vieira (Alfredo), quasi todos os lentes da Escola Medica, advogados, professores, vereadores, o director e lentes da Polytechnica e muitissimas outras pessoas de importancia. Foi acclamado Anthero do Quental como presidente. Em nome da Academia foi apresentada e approvada uma proposta para ser nomeada uma commissão, que se encarregasse de elaborar o plano de organisação e as bases fundamentaes do compromisso sobre que havia de assentar a Liga. Essa commissão, em que estavam representadas todas as classes sociaes, deu principio aos seus trabalhos logo no dia 6 do citado mez de fevereiro, reunindo se para esse effeito no Atheneu Commercial, sob a presidencia de Anthero do Quental. Leu-se o projecto organico, que opinava, entre outras muitas medidas de importancia a tomar, pela nomeação de commissões incumbidas do fomento agricola e industrial, de propaganda de conferencias, de defeza nacional, etc. A commissão reuniu novamente no dia 10 para apresentar e votar uma representação que no mesmo dia mandou ao presidente do conselho de ministros, o conselheiro Antonio Serpa Pimentel, já hoje fallecido, protestando contra o insolito procedimento do consul inglez no Porto, Oswald Crawfurd, que, secundando umas calumnias publicadas no *Times* por John Glas Sandeman, insultava os academicos portuenses, e para discutir o projecto de estatutos da Liga, que foi unanimemente approvado na generalidade. No seu artigo 1.º ha se: «E' constituida com o titulo de *Liga Patriotica do Norte* uma associação de cidadãos portuguezes, tendo a sua séde no Porto, com o fim de promover a defeza material, o fomento economico, a reorganisação financeira e todos os progressos que melhor garantam no futuro a independencia e prosperidade da nação». A discussão dos estatutos terminou na sessão de 21 de fevereiro, ficando a mesa encarregada de dar-lhe uma ultima redacção, que seria depois apreciada. Na assembléa geral da Liga realizada no Atheneu Commercial em 7 de março seguinte, fez-se a approvação definitiva dos estatutos, e foi nomeado o directorio, que ficou completo pelas pessoas que tinham sido nomeadas para a commissão installadora e por muitas outras. O directorio reuniu-se em 11 d'esse mez para nomear as commissões que se deviam occupar do fomento economico, do ensino, da propaganda, da defeza militar e da questão colonial; effeituaram-se depois outras reuniões para proseguir os seus trabalhos, mas por fim dissolveu-se, passados alguns mezes, sem poder realisar o o seu vastissimo plano de resurgimento nacional.

Ligares. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Freixo de Espada á Cinta, com. da Torre de Moncorvo, distr. e bisp. de Bragança; 1:092 hab. e 244 fog. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 14 k. da séde do concelho. Os beneficiados da collegiada de Freixo de Espada á Cinta apresentavam o vigario, que tinha 60$000 réis annuaes. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Ligeira. Pov. na freg. de S. João Degolado, de Terrugem, conc. de Cintra. distr. de Lisboa.

Ligeiro *(Monte do).* Na freg. de N. S.ª da Orada, conc. de Borba, distr. de Evora.

Ligiano de Baixo e **de Cima.** Duas povoações na freg. de S. Pedro, conc. e distr. de Faro.

Ligiunça. Pequeno reino da prov. dos Bellos, na ilha de Timor, Oceania. Está situado na costa N da ilha.

Ligo de Baixo e **de Cima.** Duas povoações na freg. de S. Thiago, de Atheães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Lijó. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arcebispado de Braga; 719 hab. e 165 fog. A egreja parochial dista 4 k. da séde do conc. O arcediago de Santa Christina apresentava o vigario, que tinha 60$000 réis annuaes. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res n.º 3. com a séde em Vianna do Castello. N'esta pov. ha o logar de Mosqueiro, e é aqui que nasce a agua sulphurea de Lijó, tambem conhecida pelo nome de Caldas de Mosqueiro, junto ao pequeno ribeiro ali affluente do rio Cávado. São 4 as nascentes principaes, emergindo proximo á estrada concelhia que corre entre esta pov e a villa de Ponte do Lima. Surdem á superficie do solo por entre granito de grão fino, em que predomina a mica negra sobre a argentina, feldspatho, orthose e quartzo translucido, com raros crystaes maiores do mesmo feldspatho. De envolta com vegetação agreste e miuda vêem-se os empoçamentos naturaes, em que as aguas se depositam, com as suas paredes cobertas pela vegetação propria das thermas sulphureas. O seu caudal é de 50:000 litros em 24 horas. A distancia de 500 m. para SE ha outra nascente, na pov. de Gallegos (V. *este nome*) As aguas d'estas nascentes, incluindo a de Gallegos, fôram analysadas chimicamente em 1866 pelo engenheiro de minas João Baptista Schiappa de Azevedo, que remetteu as amostras para a exposição universal de Paris. As de Lijó ou de Mosqueiro tambem as analysou em 1866 o dr. A. V. Lourenço. Estas aguas são frias, limpidas, com

o gosto e o cheiro proprios das aguas sulphureas. São principalmente proveitosas no tratamento das ephelides e outras affecções cutaneas, no rheumatismo, nevralgias e n'algumas dyspepsias. Usam-se em banhos. Bibliographia: *Aguas mineraes sulphureas portuguezas*, por J J. L Pereira Caldas, Lisboa, 1854; *Aguas sulphureas do Mosquiteiro e de Santa Maria dos Gallegos*, por José Julio Rodrigues, Lisboa, 1885. ‖ Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Riba de Mouro, conc do Monsão, distr. de Vianna do Castello ‖ O Salvador, de Villar de Andorinho, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Lillela. Prov. na freg. de S. Pedro, de Rio Torto, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real.

Lilundo. Rio da prov. de Angola. N. nos sertões do Congo, passa por S. Salvador, corre de N a SO, e vae desaguar na enseada da Funta ou de Muculo, formada pelo Oceano Atlantico E' alimentado por muitos affluentes, e o seu curso é grande os indigenas que povôam as suas margens são ferozes

Lima. Esta familia procede de João Fernandez o Bom de Lima, que era filho de Fernão Ayres Batitella, e de D. Tareja, filha de D. Bermudo e da infanta D. Urraca, irmã de D. Affonso Henriques. Tomaram o appellido da terra de Lima, na Galliza, onde tiveram o senhorio. Passou a Portugal no tempo de D. João I. As suas armas são: Em campo d'ouro quatro palas vermelhas. Os Limas da casa do visconde de Villa Nova da Cerveira, depois marquezes de Ponte do Lima, usam as armas ordenadas pelo primeiro visconde: Escudo partido em tres palas; na primeira as quatro palas vermelhas em campo de ouro, as outras duas palas esquarteladas; no primeiro quartel em campo de prata, um leão de purpura armado de azul; no segundo, no mesmo campo de prata, tres faxas xadrezadas de ouro e vermelho; tendo o leão do primeiro quartel, accrescentadas com as armas dos Britos e com as dos Nogueiras.

Lima *(Alexandre Antonio de).* Socio da Academia dos Occultos e da dos Applicados, escriptor e poeta N. em Lisboa a 21 de janeiro de 1699; ignora-se a data do fallecimento, mas parece que vivia ainda em 1759. Era filho de Francisco Mendes Barbosa e Lima e de D. Josepha Thereza de Moura. Escreveu: *Canção á morte do ill.mo e ex.mo sr. Marquez de Valença*; saiu na *Collecção das obras sobre este assumpto pela Academia dos Occultos*, a pag. 97, Lisboa, 1751; *Tres sonetos e uma decima á intempestiva morte da Serenissima Senhora Infanta D. Francisca;* saiu na obra intitulada *Vozes da pena e clamores da saudade*, composta a este funebre assumpto, Lisboa, sem anno de impressão. *Rasgos metricos em varias poesias, offerecidas á Senhora Sant' Anna*, Lisboa, 1742; *Oração academica joco-seria recitada na Academia dos Escolhidos d'esta Côrte,* Lisboa, 1747; *Parnaso Olympico; oração academica, epithalamica e joco-seria recitada no Congresso dos Occultos*, etc., Lisboa, 1748; *Novena do Santissimo Coração de Jesus, na qual se inclue o obsequio do purissimo coração de Maria Santissima senhora nossa*, Lisboa, 1747; *Novos Encantos de Amor, representação comica*, Lisboa, 1737; *Bateiden, ou nova Metamorphose, poema joco-heroico*, Constantinopla, 1752; consta de tres cantos em oitava rima, e saiu com o nome de Androino Meliante Laxaed, que é o anagramma do nome do autor. Diz Innocencio da Silva a pag. 28 do vol. I do *Diccionario bibliographico*: «Este poema, que é na realidade uma satyra pessoal a individuos e cousas d'aquelle tempo, mas que hoje se torna para nós pouco menos que um enigma, por faltar a chave das allusões que encerra, e a noticia dos personagens que o autor introduziu na sua acção, recommenda se todavia pelo seu estylo chistoso, e pelo sal satyrico que em todo elle transparece. José Agostinho, não sendo, como se sabe, dos mais prodigos em elogios, fala d'elle com louvor.» Escreveu mais: *Sonha o cego que via; Pois que é o que via o cego?* Lisboa, 1763; anda tambem nos *Rasgos metricos; Romance heroico a José de Brito Lobo, na occasião que celebrou a festa do Sacramento em 1747;* é uma folha sem indicação do logar nem typographia. Parece que Alexandre Antonio de Lima succedeu ao infeliz judeu Antonio José da Silva, como escriptor de operas para se representarem ne theatro portuguez. No *Theatro comico*, vol. III e IV, veem peças que se julgam ser d'elle, apezar de não trazerem o seu nome, vindo tambem os *Novos encantos de amor*, que teve impressão separada, como já citámos.

Lima *(Antonio de).* Commandante do forte de S. Jorge em Pernambuco, que defendeu intrepidamente em 1630 contra os hollandezes, primeiro tendo apenas 7 homens debaixo das suas ordens, successivamente reforçados por 14 ou 15. Perto de 15 dias se manteve, comtudo, no arruinado forte, dando tempo a Mathias de Albuquerque para concentrar as suas forças, reanimar os fugidos moradores, chamar a si as tropas que seu irmão Antonio de Albuquerque lhe enviára de Parahiba, e assentar finalmente os arraiaes no sitio do Bom Jesus. Esta façanha extraordinaria foi descripta por Mendes Leal.

Lima *(D. Antonio de).* Senhor de Castro Daire e alcaide-mór de Guimarães. N. em Lisboa, e fal. a 18 de setembro de 1582. Era filho de Diogo Lopes de Lima, copeiro-mór de D. João III, commendador de Santa Maria de Ovaia na ordem de Christo, e de sua mulher D. Izabel Pereira de Castro, senhora de Castro Daire. D. Antonio de Lima foi casado com D. Maria de Vilhena, filha de Christovão de Mello, herdeiro da ilha de S. Thomé. Applicou-se muito ao estudo genealogico, continuando as *Familias illustres de Portugal*, onde as deixara o conde de Barcellos D. Pedro, para cujo fim revolveu todo o Archivo Real, para n'elle colher as informações precisas. Compoz um *Nobiliario* com o titulo de *Linhagens de Portugal*, que era tido em grande estimação. O original perdeu se, e as muitas copias que existiam no seculo XVIII, segundo affirma Antonio Caetano de Sousa, estavam longe de serem exactas e fieis, e quasi todas continham alterações e accrescentamentos. Uma das melhores copias, até considerada como o original, era a que pertencera á Casa de Cascaes, e que no anno de 1756 se conservava na Casa do Louriçal, sendo todavia um pouco confusa e quasi na fórma de apontamentos em alguns dos titulos. Este *Nobiliario* mereceu sempre referencias elogiosas Assim, Franckneau, na sua *Bibliotec Heraldic.*, pag 38, escreve: «Inter omnes Geneologos Lusitanos facile primas tenet elegantissimus Antonii hujus foetus.» A *Bibliotheca Lusitana*, tomo I, pag

307, diz: «Este Nobiliario foi sempre reputado por celebre neste genero.» D. Antonio Caetano de Sousa, no *Aparato á Historia Genealogica da Casa Real*, n.º 25, refére ácêrca d'esta obra de D. Antonio de Lima: «O seu Nobiliario foi sempre estimado, e de grande reputação, e verdade, e se póde affirmar que d'elle sairam todos os que vêmos: E' este livro dos mais acreditados, que se tem escripto. E' de ponderar que uma grande porção dos Nobiliarios Portuguezes são umas copias de D. Antonio de Lima.»

Lima *(Antonio Estevão de)*. Secretario do arcebisp. de Evora D. Fr. Manuel do Cenaculo Villas Boas, sendo por elle nomeado segundo bibliothecario da Bibliotheca de Evora, por provisão de 21 de setembro de 1811. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Escreveu: *As quatro estações do dia, poema de Mr. Zacharias, traduzido em portuguez*, Lisboa, 1806; *Victoriana de Vaissy, ou Zemia reconhecida, novella franceza traduzida em portuguez*, Lisboa, 1804; 2 tomos; saiu com as iniciaes A. E. L; *Vida do vice-almirante Lord Visconde de Nelson, duque de Bronte, extrahida e publicada por A. E. L.*, Lisboa, 1805. Julga-se que tambem são seus os seguintes opusculos que se publicaram pela mesma occasião: *Relação do grande e obsequioso funeral, com que foi enterrado em Inglaterra o celebre Lord Nelson; traduzida das noticias que os mesmos inglezes publicaram a este respeito*, Lisboa, 1806; *Testamento de Lord Nelson, e codicilo a elle annexo*, Lisboa, 1806.

Lima *(Antonio Lopes de)*. Boticario em Lisboa no seculo XVIII. Era natural de Villa Franca de Xira, sendo filho de Paschoal Nunes de Lima e de Anna Maria. Em seu nome se publicou: *Remedio novo e admiravel de uns pós sympathicos que excitam o suor*, Lisboa, 1729.

Lima *(Antonio Pereira de)*. Cavalleiro da ordem de Malta, commendatario de Sernancelhe, e senhor da villla de Guilheiro. Era natural de Britiandos, sendo filho de Fernão Pereira da Silva, senhor de Britiandos, e de sua mulher D. Leonor de Mello. Foi muito versado na historia sagrada e profana Escreveu em hespanhol: *Vida de fr. Luiz Mendes de Vasconcellos, grão mestre do Hospital*, etc., a qual foi traduzida em portuguez por Miguel Lopes Ferreira.

Lima *(Antonio Pereira de)*. Professor proprietario das aulas de piano no Conservatorio Real de Lisboa, para que foi nomeado por decreto de 13 de maio de 1861, logar que já desempenhava interinamente em substituição de Eugenio Mazoni, que se havia demittido. Fal. em 12 de novembro de 1880. Foi discipulo do mesmo conservatorio, cursando com distincção as aulas até se habilitar, por concurso, a fazer parte do magisterio. No desempenho das suas funcções officiaes e artisticas compoz 6 melodias para piano, que fôram acceitas pelo conselho escolar, e que fazem parte do respectivo curso do Conservatorio. Tambem escreveu duas composições ligeiras para piano: *Marcha turca*, de Mozart, e a marcha solemne *A Camões;* uma *Serenade*, a valsa caracteristica *Buliçosa*; o romance *A ausencia;* uma phantasia sobre o *Propheta*, de Meyerbeer, e outra original, intitulada: *Eccos do Castello da Pena em Cintra*.

Lima *(Antonio José Pereira de)*. Thesoureiro da Companhia das Aguas, etc. Nasceu em Evora em 1799, fal. em 1884 Foi empregado de fazenda no ministerio da marinha, fez varias viagens, sendo mais tarde collocado definitivamente na thesouraria do mesmo ministerio. Quando em 1846 se crearam os batalhões nacionaes de segunda linha, foi nomeado major do primeiro movel de atiradores, mais conhecido pelo nome de Batalhão do Arsenal. Em 1849, tendo deixado o commando d'aquelle corpo o coronel Joaquim José Falcão, que foi ministro da marinha no ministerio do conde de Thomar, Pereira de Lima foi nomeado commandante, cargo em que se conservou por alguns annos, prestando relevantissimos serviços á causa da Carta Constitucional e da rainha D. Maria II. Tendo se reformado no fim de muitos annos de serviço publico, foi escolhido para thesoureiro da Companhia das Aguas, logar que exercia quando falleceu. Era commendador.

Lima *(Antonio Telles Leitão)*. Era natural de Alemquer e distincto jurisconsulto no seculo XVIII. Escreveu um livro intitulado: *De Gabellis*. Nada mais se sabe d'este varão.

Lima *(Bernardino Manuel da Costa)*. Escriptor, cujo nome se conhece por ter escripto em 1814 uma *Memoria acêrca da villa de Redondo*, a qual sahiu no *Investigador portuguez*, n.º XLIII, de janeiro de 1815, de pag. 345 a 367.

Lima *(Braz Francisco de)*. Compositor de musica, que falleceu em 25 de setembro de 1813. Era Filho de Antonio Francisco de Lima e de Helena Maria da Cruz. Estudou no Seminario Patriarchal, e foi depois, pelos annos de 1790, aperfeiçoar-se a Italia, pensionado pelas rendas do Seminario. Quando voltou, não seguiu a carreira artistica, e dedicou-se á vida commercial, encarregando-se da direcção d'uma casa de negocio. No archivo da sé de Lisboa, dizem existir 10 partituras d'este compositor, todas anteriores á sua viagem a Italia; uma d'ellas tem a data de 1785. Na Bibliotheca Real d'Ajuda tambem existe outra composição sua. E' a partitura em dois volumes d'uma oratoria intitulada *Il trionfo de Davidde*, escripta para se cantar no Paço em 19 de março de 1785.

Lima *(Casimiro José de)*. Director da Casa da Moeda; do conselho de S. M. Matriculou-se como praticante de abridor de cunhos em 16 de outubro de 1856, sendo discipulo de F. A. Campos. (V. *este nome*). Passou a segundo abridor em 18 de outubro de 1870. Exerceu por muitos annos o cargo de fiel do ouro e prata nas officinas da referida Casa da Moeda, e ultimamente, deixando a direcção o sr. conselheiro Augusto José da Cunha, foi nomeado director. Além de varios trabalhos para a Casa da Moeda, feitos debaixo da direcção do primeiro abridor Campos, é sua a medalha que representa o edificio das officinas monetarias, dedicada ao então director, José de Saldanha de Oliveira e Sousa. Depois offereceu-se para abrir gratuitamente os ferros da medalha commemorativa da inauguração do monumento do Bussaco. O sr. Casimiro José de Lima organisou o catalogo dos punções, matrizes e cunhos existentes na Casa da Moeda, e ahi impresso em 1873, e gravou as estampas que os representam, destinadas a serem incorporadas no mesmo catalogo. O sr. Casimiro José de Lima era muito amigo do dr. Sousa Martins, e é a elle que se devem especialmente todas as demonstrações e homenagens

que lhe teem sido prestadas, taes como o monumento, o livro *In Memoriam*, etc.

Lima *(Cesar de)*. Artista dramatico muito conhecido e apreciado. Não se conhece a data do nascimento, mas parece ter sido em 1832, por contar, segundo se julga, quando falleceu, em 3 de novembro de 1907, 75 annos. Era um caracter folgasão e muito independente. Não quiz nunca sujeitar-se ao trabalho que seus paes lhe procuravam, desejando que seguisse as profissões de ourives, typographo, dourador, alfaiate, ou livreiro. Começou a aprender todas estas carreiras, mas aborrecia-se logo, e fugia de todas as casas onde o collocavam. Por fim resolveu ser actor, e debutou no theatro de D. Maria II em 9 de julho de 1850 no drama *O herdeiro do czar*. Pouco tempo se conservou, e ninguem imaginava que fizesse carreira na arte dramatica, pelo seu caracter excepcional, que o não deixava persistir em nenhum modo de vida. Na Rua dos Condes é que mais tarde começou a tomar gosto pelo theatro, revelando-se logo um actor de merecimento. D'ali passou a ser escripturado no theatro de D. Maria II, desempenhando já papeis de importancia. Em seguida esteve no Gymnasio, tornando-se muito conhecido como *galan* comico. Representou no Baquet, do Porto, e em outros theatros da provincia. Voltou mais tarde para o theatro normal, sendo então classificado como actor de primeira classe. Foi empresario do antigo theatro das Variedades e do Principe Real. Dedicava-se depois aos papeis centraes e caracteristicos. Obteve a reforma, e já ha bastantes annos que estava afastado da scena. Cesar de Lima foi uma vez ao Rio de Janeiro, não com a idéa de se evidenciar como artista, mas em seguimento d'uma das suas muitas aventuras amorosas. Pouco tempo se demorou no Brazil. Cesar de Lima era muito popular, tanto no palco como fóra do theatro, muito espirituoso, contando sempre casos e anecdoctas em que despertava o riso até nas pessoas de maior seriedade. Contam-se d'elle partidas engraçadissimas. Do seu enorme reportorio mencionaremos as seguintes peças: *O Perdão d'acto e perspectiva*, *A historia d'um pataco*, *Posso falar á senhora Queiroz?*, *Uma chavena de ch* , *Fortuna e trabalho*, *A morgadinha de Val-flôr*, *Os fidalgos da casa moirisca*, *O Assassino de Macario*, *O cego*, *A timidez de Cornelio Guerra*, *A somnambula sem o ser*, *Os solitarios*, *Os homens do mar*, *Córa ou a escravatura*, *A filha do mar*, *Duas bodas de Bois-Joly*, etc., e as scenas comicas *O photographo*, e *Provas publicas*, scena de imitações, em que imitava a actriz Emilia das Neves, e diversos actores, salientando-se na imitação de Theodorico e Tasso no *Alcaide de Faro*.

Lima *(Felizardo de)*. V. *Vilhena e Bourbon (Joaquim Felizardo de Lima Camello Pereira da Silva de Sousa Castello Branco)*.

Lima *(D. Francisco de)*. Governador interino de Moçambique no tempo de D. Francisco de Mascarenhas, sendo depois nomeado governador effectivo d'essa possessão em 1654. Repelliu os inglezes que pretendiam negociar em Moçambique. Em 1657 foi rendido por Manuel Côrte Real de Sampaio.

Lima *(D. Fr. Francisco de)*. Religioso da ordem dos carmelitas calçados, bispo do Maranhão e de Pernambuco, etc. N. em Lisboa, e fal. em Olinda a 29 de abril de 1704. Era filho de João de Lima e de Maria das Neves. Tomou o habito carmelitano no convento de Lisboa, a 19 de setembro de 1649, e professou a 25 do mesmo mez do anno de 1650. Sendo admittido no Collegio de Coimbra, em 31 de outubro de 1652, estudou as sciencias severas, em que saiu tão perito que logo foi destinado para dictar Philosophia no convento de Evora Foi eleito reformador e visitador do convento da villa de Horta no Faial, depois vigario geral do Brazil e prior do convento de Lisboa em 1686. Era considerado um dos bons prégadores do seu tempo, mas dos seus sermões sómente se publicou o seguinte, sem trazer o nome do autor: *Sermão funeral do ex.mo cardeal D. Verissimo de Lencastre, cardeal da Santa Egreja Romana, e inquisidor geral*, etc., Lisboa, 1693. A 9 de outubro de 1691 foi eleito bispo do Maranhão e do Pará, sendo sagrado em 20 de abril de 1692, no convento do Carmo pelo cardeal de Lencastre, inquisidor geral. Em 1694 foi transferido para a diocese de Pernambuco. *O Correio mercantil*, do Rio de Janeiro, de 10 de novembro de 1867 publicou a seguinte noticia a proposito d'este bispo, sob o titulo de *Importante descoberta*: «A commissão de trabalhos historicos e archeologicos do Instituto Archeologico Pernambucano acaba de achar os restos mortaes do venerando bispo d'esta diocese D. Frei Francisco de Lima, que se achavam sotterrados sob as ruinas do convento do Carmo de Olinda. Com os restos mortaes achou-se ainda o annel e a cruz pastoral, e raros fragmentos do caixão, e da sua pregaria, assim como reliquias da téla de ouro dos paramentos. A commissão continua no exame d'esses venerandos restos de um bispo que era o prototypo de todas as virtudes christãs; e a tal ponto esmoler, que na sua morte apenas se lhe achou por unico espolio uma moeda de dois vintens! O santo bispo D. Francisco de Lima governou esta diocese desde 1696 até 1704, em que falleceu. Os restos mortaes que acabam de ser achados pela commissão do Instituto estão portanto debaixo da terra ha 163 annos. O relatorio, que a respectiva commissão tem de apresentar, nos dará mais positivos esclarecimentos a este respeito.»

Lima *(Francisco Affonso de)*. Era filho de Manuel Lopes da Silva, familiar do Santo Officio e de D. Maria de Araujo, neto paterno do capitão de cavallaria Ignacio Lopes da Silva e de D. Maria de Jesus de Castro. N. na quinta do Cabrão em Villa de Sá, termo de Ponte do Lima, a 29 de janeiro de 1729, vindo estabelecer-se em Thomar depois do terremoto do primeiro de novembro de 1755, que lhe destruiu a casa em Ponte do Lima. Exerceu em Thomar os cargos de administrador da dita villa e comarca; do tabaco e saboaria, até 1779 bem como o de provedor da Misericordia por duas vezes, revelando-se bom administrador e velador dos pobres e afflictos. Casou em Thomar a 17 de fevereiro de 1762 com D. Anna Dorothea Margarida Joaquina d'Abreu e Andrada, filha e unica herdeira do capitão Antonio d'Abreu e Andrada, professo na ordem de Christo e fidalgo da Casa Real, e de D. Catharina Netto da Rosa, que lhe trouxe em dote o morgado de Aguas Bellas. Francisco Affonso de Lima construiu a capella da sua casa na antiga rua de Pedralves Secco, actual

rua da Capella na cidade de Thomar, de invocação de S. Francisco de Assis, capella que ainda hoje existe em ruinas na posse de seus herdeiros, collocando sobre a porta da entrada as armas que usava—Antas e Pugas—e que tinham sido dadas a seu 3.º avô Balthazar do Sisto. Em 8 de julho de 1779 justificou em Ponte do Lima a sua nobreza, requerendo a 31 de agosto do mesmo anno novo brazão que lhe foi concedido a 15 de novembro de 1787 e que consta d'um escudo esquartelado, tendo no primeiro quartel as armas dos Silvas, no segundo as dos Castros de 6 arruellas, no 3.º as dos Limas e no 4.º as dos Araujos; tendo por timbre um leão de purpura rompente (Silvas) e por divisa uma brica azul com uma seta de prata. Francisco Affonso de Lima teve quatro filhos: Antonio Florencio d'Abreu de Araujo Lima e Andrada, que succedeu no vinculo; Francisco d'Abreu d'Andrada e Lima, D. Claudiana Benedicta Ritta d'Abreu Andrada e Lima e D. Damiana Barbara do Carmo Castro Araujo e Andrada Affonso de Lima falleceu em Thomar, ignorando-se o anno, dia e mez do seu fallecimento

Lima *(Francisco Bernardo de).* Conego secular de S. João Evangelista. N. no Porto em 1727, fal. em 1761, segundo a *Bibliotheca cirurgica*, de Manuel de Sá Mattos, ou em 1770 segundo a *Descripção do Porto* de Agostinho Rebello da Costa. Começou a publicar em janeiro de 1761 e terminou em junho de 1762, a *Gazeta Litteraria ou Noticia exacta dos principaes escriptos modernos... Obra periodica*; tomo I, 1761, e tomo II, 1762. Além d'outros artigos, contém muitos juizos criticos de varias obras portuguezas publicadas por aquelle tempo, e principalmente das de medicina e cirurgia. Sá Mattos, na *Bibliotheca cirurgica*, elogia muito o douto conego, dizendo que não só estimulava pela emulação da sua critica os cirurgiões portuguezes, mas que tambem lhes franqueava a sua excellente bibliotheca.

Lima *(Francisco Rangel de).* V. *Rangel de Lima (Francisco)*

Lima *(Francisco Rebello de).* Clerigo regular da ordem de S. Caetano. N. em Alemquer em 1690; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Manuel de Mendanha de Lima e de D. Dionysia Henriques. Em 1709, tendo 19 annos, entrou na religião dos clerigos regulares de S. Caetano, e professou a 15 de março de 1710. Foi prégador muito considerado. Deixou publicado o seguinte: *Sermão de N. S.ª da Divina Providencia, prégado na sua propria egreja, etc., em 20 de janeiro de 1726*, Lisboa, 1727; *Sermão da Quarta feira de Cinza, prégado na Santa Egreja Patriarchal*, Lisboa, 1729; *Sermão da Paixão de N. Senhor Jesus Christo, prégado na casa de N. S.ª da Divina Providencia no anno de 1732*, Lisboa, 1736; *Sermão Panegyrico em desaggravo do Apostolo S. Pedro, prégado no seu dia de 1749 na egreja parochial de Bemfica*, Lisboa, 1750; *Oração funebre e panegyrica para se recitar nas Exequias do Sabio, Pacifico, Pio e Religioso Monarcha o Senhor D. João V*, Lisboa, 1751.

Lima *(Ignacio de).* Escriptor, de que apenas se sabe que escreveu um *Memorial da viagem que fez de Lisboa a Jerusalem em 1585*, cujo manuscripto se guardava na livraria do duque de Lafões.

Lima *(P. Ignacio Antonio Ferreira de).* Mestre da capella na sé de Evora nos fins do seculo XVIII, e em Campo-Maior. Escreveu grande quantidade de musica para o serviço da referida sé, como consta do inventario feito em 1809, onde se mencionam perto de 200 composições suas, sendo uma das mais importantes um *Memento* a 12 vozes. Na Bibliotheca Nacional dizem existir uns responsorios para sexta feira santa, e um *Salutaris*, pelo padre Ignacio de Lima, em que elle declara ser monge do real mosteiro de Belem. Escreveu tambem uns responsorios e miserere para a semana santa, a 4 vozes com acompanhamento de orgão, violoncello e fagottes obrigados, trompas e contrabaixo *ad libitium.* No archivo musical do sr. Marquez de Borba existe a partitura autographa de um *Te-Deum* a 4 vozes e orgão, com esta indicação: «original do Padre Ignacio Ferreira de Lima, Mestre da Capella da Praça de Campo-Maior, 11 de março de 1811.»

Lima *(Jacinto Leitão Manso de).* Genealogista, que viveu no fim do seculo XVII. N. na Certã a 16 de agosto de 1690; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Manuel Vicente de Lima e de Izabel Manso Montinho, pessoas principaes na referida villa da Certã. Dedicou-se muito ao estudo da historia, principalmente á Genealogia. Deixou 45 volumes em que tratava por ordem alphabetica das *Familias do reino de Portugal*; escreveu tambem uma outra obra com o titulo de *Certã ennobrecida, ou Descripção da villa da Certã*, que comprehendia 3 volumes em folio, ficando ambos os trabalhos ineditos. A primeira obra existe na Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Lima *(Jeronymo Francisco de).* Professor no Seminario Patriarchal. N. em Lisboa a 30 de setembro de 1741, fal. a 19 de fevereiro de 1822. Era filho de Antonio Francisco de Lima e de Helena Maria da Cruz; irmão mais velho de Braz Francisco de Lima (V. *este nome).* Entrou para o seminario a 20 de novembro de 1751, seguiu os estudos, indo depois, a 2 de junho de 1760, para Napoles a aperfeiçoar-se no contraponto, por ordem de el rei D. José, ficando vencendo ordenado e propinas de moço de sacristia. Quando regressou a Lisboa foi nomeado professor do seminario em que fôra discipulo, continuando, no entretanto, a desempenhar o logar de cantor da Patriarchal, que já antes occupava. Em 1798 passou a mestre da capella, succedendo a João de Sousa Carvalho. Na Bibliotheca d'Ajuda existem as partituras das seguintes operas, suas composições; *Spirito di contradizione*, Salvaterra, 1772; *Gli Orti Esperide*, 1779; *Enea in Tracia*, 1781; *Teseo*, 1783; *Le nozze d'Escole ed Ebe*, 1785; foi escripta esta opera para celebrar o duplo casamento do infante D. João (depois principe e mais tarde rei) com a infanta D. Carlota, e o da infanta de Portugal D. Marianna Victoria com o infante de Hespanha D. Gabriel; cantou-se no palacio do embaixador hespanhol, o conde D. Fernando Nunes, em 13 de abril de 1785; *La vera costanza*, 1785; *La Galathea*, cantata a 5 vozes e diversos instrumentos. Escreveu tambem musica para as duas seguintes peças: *Hymeneo, pequeno drama para se cantar no dia dos desposorios do ill.mo e ex.mo sr. José de Vasconcellos e Sousa com a ill.ma e ex.ma sr.ª D. Maria Rita de*

Castello Branco. composto improvisadamente por Mathias José Dias Azedo e Anacleto da Silva Moraes, e posta em musica por Jeronymo Francisco de Lima, 178). *O Templo da Gloria*, serenata que se cantou em 27 de janeiro de 1802 para festejar o anniversario do duque de Sussex No archivo da sé ha muitas composições de Jeronymo Francisco de Lima, contando se entre ellas as partituras autographas d'um psalmo e dois motetes, que teem a data de 175''.

Lima *(D. Joanna Antonia)*. Naseeu na quinta dos Fornos, no concelho de Alemquer, segundo se julga, no dia 10 d'abril de 1696, e foi filha de D. João Fernandes de Lima, visconde de Villa Nova da Cerveira. Casou com seu primo o terceiro conde de Avintes, e, tanto affecto lhe dedicou, que, morrendo elle em 10 de abril de 1760, succumbiu ella de pezar 7 dias depois. Foi uma senhora exemplarissima e dotada de grandes virtudes.

Lima *(D. João de)*. Governador de Calicut no tempo do governador D. Henrique de Menezes, que se immortalisou pelo modo brilhante, como defendeu a fortaleza a que o Samori poz cêrco em 1525. D. João de Lima avisou logo do caso o governador de Cananor, o governador da India e o commandante da esquadra do cruzeiro. Este conseguiu lançar viveres na fortaleza, 120 homens de reforço, e de Cochim vieram alguns fidalgos, parentes e amigos de D. João de Lima, desejosos de combater ao seu lado. N'esse longo inverno de 1525 praticaram-se actos de heroicidade que seria fastidioso mencionar, em quanto D. Henrique de Menezes, ancioso por vêr chegar o termo da invernia, preparava a esquadra em que iria descercar a fortaleza, e enviava parcialmente a D. João de Lima todo o soccorro que podia. No exercito inimigo havia um renegado italiano, conhecedor da arte dos assédios, e que inventava muitos engenhos com que fazia grande mal á fortaleza; tinha, porém, D. João de Lima para se defender contra as artes do renegado dois grandes auxiliares: um era o condestavel da artilharia, homem perito na sua arte, que dirigia sempre de maneira o tiro dos seus canhões, que desfez uma grande parte das machinas do italiano; chamava-se Fernão Peres este homem habil. Outro era Duarte Fernandes, denominado o Malabar, a quem D. João de Lima permittira que usasse o seu proprio appellido, em recompensa de um serviço que prestara antes do cêrco, deitando fogo a Calicut. Este Duarte Fernandes de Lima andava pois entre os indios disfarçado em fakir, e tão bem desempenhava o papel que ninguem desconfiava d'elle, de fórma que, a abrigo do respeito que a todos inspiram na India estes penitentes, conhecia os segredos do assedio, e vinha depois revelal-os a D. João de Lima, por um meio de communicação que tinham imaginado. Comtudo, a fome fazia-se sentir na fortaleza, e o continuo tiroteio em que os nossos espingardeiros estavam, fazia com que já faltassem polvora e armas. A tudo isto acudiu Heitor da Silveira, que enviou de Cananor por duas vezes os soccorros mais necessarios. De Cochim tambem vinham pouco a pouco auxilios efficazes, mas os inimigos estavam já álerta, e era difficil introduzir na fortaleza viveres, munições e principalmente soldados; não se conseguia tal senão á custa de muito sangue derramado, como succedeu a Christovão Juzarte, capitão d'uma caravélla de Cochim e a um parau que Francisco Pereira Pestana enviou carregado de mantimentos á sua custa, e que ambos tiveram de ser auxiliados por sortidas da fortaleza e de combater bravamente para introduzirem no castello uma porção, ás vezes bem pequena, dos soccorros que lhe levavam. Entretanto Heitor da Silveira, com uma dedicação pouco vulgar, não cessou de enviar de Cananor mantimentos e provisões a Calicut, indo elle proprio uma vez á frente d'um reforço, que D. João de Lima agradeceu mas não acceitou, porque já lhe sobejavam soldados. Ao mesmo tempo o inverno começava a levantar, e os soccorros chegavam de toda a parte. De Cochim mandava o incançavel governador 16 vélas commandadas por D. Simão de Menezes; de Gôa ia Pero de Faria com 20 navios. Os sitiadores começavam a desanimar, porque a artilharia da fortaleza desmoronava-lhes os engenhos de assédio, se levantavam muros para os abrigarem, os portuguezes em sortidas impetuosas vinham deitar-lhes fogo, sortidas em que muito se distinguiu D. Vasco de Lima, parente do governador; se formavam minas, logo encontravam a contra-mina, os espingardeiros da fortaleza pareciam adivinhar as emboscadas para as crivarem de balas, o que não admirava, pois de tudo era D. João de Lima informado pelo espião Duarte Fernandes. Os assaltos eram repellidos com perdas graves dos assaltantes, a guarnição parecia que se multiplicava, e nunca a encontravam desprevenida. D João de Lima tivera o cuidado de vestir mulheres com fatos masculinos illudindo assim os sitiadores. Afinal, quando o inverno levantou de todo, appareceu deante de Calicut D. Henrique de Menezes em pessoa á frente de 25 navios. Com os que estavam já no porto, vindas de Cananor, de Gôa e de Cochim, subia a esquadra portugueza a cento e tantas vélas, tendo a bordo 2:400 portuguezes, 4:000 escravos que tambem pelejavam, 1:000 canarins de Gôa, e 800 malabares de Cochim. Eram pois ao todo 8:200 homens, fóra a guarnição da fortaleza. Poucas vezes tinhamos apresentado em linha tão formidavel exercito, por isso o Samori achou preferivel pedir a paz, a combater, apezar dos seus 40:000 homens, e acceitar as mais humilhantes condições que aprouvesse a D. Henrique impôr-lhe. O cêrco de Calicut é menos celebre do que os dois cêrcos de Diu, e comtudo não se praticaram ali menos façanhas, nem houve menos heroismo na defeza.

Lima *(João Baptista de)*. Presbytero e capellão do regimento de infantaria n.º 10. N. em Barcellos a 30 de outubro de 1841, fal. na mesma villa a 15 de outubro de 1879. Escreveu: *Oração exhortatoria proferida na real capella de N. S.ª da Lapa da cidade do Porto na presença do ex.mo e rev.mo prelado diocesano por occasião da benção solemne da nova bandeira do regimento de infantaria n.º 18, no dia primeiro de dezembro*, Porto, 1874.

Lima *(João Barbosa)*. Desenhador e gravador muito apreciado, e fallecido ainda muito novo, a 9 de outubro de 1867. Cursou as aulas de desenho na Academia Real das Bellas Artes. Entrou depois para a officina de *Castro Irmão & C.ª* Publicava então essa casa editora *O Archivo Pittoresco*, jornal muito conhecido e que du-

rou 11 annos, sendo collaborado pelos melhores escriptores da epoca. Os editores perceberam que tinham ali um talento aproveitavel, descobriram-lhe a paixão artistica, e principalmente muita vontade firme de trabalhar. João Barbosa Lima foi apresentado ao gravador Nogueira da Silva, para que praticamente o encaminhasse no desenho com applicação á gravura em madeira. Nogueira da Silva, vendo a necessidade de João Barbosa Lima em promover meios de subsistencia, insinuou lhe que se dedicasse de preferencia á gravura, e puzesse de parte o desenho. Disse-lhe tambem que de bom grado o ensinaria a gravar; fez-lhe vêr que havia poucos gravadores, piutou-lhe em perspectiva a urgencia, que breve se faria sentir, de artistas d'aquelle genero de trabalho, Nogueira da Silva pintou-lhe um futuro tão risonho, que Barbosa Lima lhe acceitou o conselho, e começou a gravar. Suscitando-se, porém, umas divergencias entre o professor e o discipulo, Barbosa Lima deixou o *atelier*, e passou a trabalhar sósinho na sua propria casa. No *Archivo Pittoresco* começaram a sair os seus primeiros productos artisticos; ali se estreou em trabalhos de gravura, e pouco depois perseverou n'aquella especialidade, mas as suas tendencias naturaes o chamavam de preferencia para o desenho, e para o desenho voltou. No *Archivo Pittoresco* encontram-se muitos dos seus trabalhos. Era incançavel, ninguem o via um momento ocioso; ora lithographando, ora ensinando em collegios ou em casas particulares, sem nunca descuidar dos desenhos para o *Archivo Pittoresco.* Este excesso de trabalho, juntamente com a sua construcção debil, era muito superior ás suas forças, e não pôde resistir *O Occidente*, como brinde aos seus assignantes, no vol. III, 1880, apresentou um desenho inedito de Barbosa Lima, sendo a gravura de Caetano Alberto, director e proprietario, d'aquella interessante e antiga revista. E' o *Monumento de Thomar.*

Lima *(João Bento de)*. Jornalista açoriano. N. na villa de S. Roque do Pico a 13 de dezembro de 1859. Collaborou no primeiro jornal publicado na ilha do Pico, o *Picoense*, no *Fayalense*, da Horta, no *Commercio do Porto*, no *Boletim Judicial* e n'*O Pico*, e redige actualmente *O Picoense*, um dos jornaes mais conceituados dos Açôres. Foi fundador do Gabinete de Leitura Marquez de Pombal, de S. Roque do Pico, e á sua iniciativa se deve em grande parte o desenvolvimento do gosto litterario e a cultura scientifica, que distinguem o meio em que vive. Em 1885, revoltado contra os processos politicos dos influentes da terra, procurou a formação d'um grupo que só defenderia os interesses locaes, conseguindo pouco depois eleger a maioria da camara municipal de S. Roque. Este grupo por accordos negociados com os governos e mais tarde filiando-se, sob condições, no partido progressista, alcançou para o seu concelho grande numero de melhoramentos de importancia. Pela sua illustração, pelo denodado interesse com que defende sempre as questões locaes, o sr Bento de Lima goza em todo o districto da Horta d'uma grande popularidade.

Lima *(João de Brito)* Capitão de infantaria dos auxiliares da Bahia e vereador do senado da camara, logar que exerceu por tres vezes. N. na Bahia a 22 de outubro de 1671; fal. em 25 de novembro de 1747. Era filho do tenente general de artilharia e alcaide-mór Sebastião de Araujo Lima e de D. Anna Maria da Silva. Quando o conde de Sabugosa fundou em 1724 a Academia dos Esquecidos, João de Brito Lima inscreveu-se como socio. Na *Revista trimensal* do *Instituto* do Rio de Janeiro, tomo x, pag. 116, vem uma noticia biographica a seu respeito. Escreveu: *Applausos natalicios com que a cidade da Bahia celebrou a noticia do felice primogenito do ex.mo sr. D. Antonio de Noronha, conde de Villa Verde, do conselho de sua magestade, etc , neto do ex.mo sr. D Pedro Antonio de Noronha, conde e senhor de Villa Verde, marquez de Angeja, vice-rei e capitão-general do Estado da India, vice-rei e capitão general dos estados do Brazil,* etc., Lisboa, 1718 N'este mesmo livro vem: *Poema elegiaco e narração verdadeira em que se descrevem as festas que o mestre de campo João de Araujo e Azevedo mandou celebrar na cidade da Bahia, em obsequio do primogenito do ex.mo sr. conde de Villa Verde, neto e herdeiro da casa do ex.mo sr. marquez de Angeja*, etc E' um poema em 4 cantos, precedido d'um soneto dedicatorio. Traz ainda outros sonetos, e por fim: *Diario panegyrico das festas que na cidade da Bahia se fizeram em applauso do fausto e feliz natalicio do ex.mo sr. D. Pedro de Noronha, glorioso primogenito.* Está escripto em prosa: *Poema festivo, breve recapitulação das solemnes festas que obsequiosa a Bahia tributou em applauso das sempre faustosas regias bodas, dos serenissimos principes do Brazil e das Asturias com as inclitas princezas de Portugal e de Castella*, Lisboa, 1729; *Poema panegyrico em que se descrevem patria, nascimento e logares que serviu o meretissimo desembargador Ignacio Dias Madeira*, Lisboa, 1742.

Lima *(João Maria d'Almeida)*. Major d'artilharia N em Lisboa em 15 de novembro de 1859, filho de Antonio José d'Almeida Lima e de D. Narcisa Rosa da Conceição Lima. Assentou praça em 18 d'abril de 1878, foi promovido a alferes em 4 de janeiro de 1882, a tenente em 23 de janeiro de 1884, a capitão em 13 d'outubro de 1888, a major em setembro de 1905. E' lente substituto da cadeira de physica experimental da Escola Polytechnica de Lisboa e socio effectivo da 2.ª classe da Academia Real das Sciencias. Explicou particularmente durante largo periodo a cadeira de que actualmente é lente, publicando por esse tempo apontamentos de physica que fizeram epoca pela sua clareza e rigor. Tem feito numerosas communicações á Academia Real das Sciencias, publicadas nos seus *Boletins*, e escripto differentes artigos sobre sciencias exactas na *Revista das sciencias mathematicas* A these, com que concorreu a lente da Escola Polytechnica, revelou um talento superior e um largo fundo de conhecimentos. Na Escola Polytechnica, onde é considerado por collegas e alumnos como ornamento da sua classe, e estimado pelos primôres do seu caracter, tem se devotado ao desenvolvimento do estudo experimental da physica, já procedendo a investigações originaes, já creando um nucleo do ensino superior d'aquella sciencia. Nem só á sciencia superior tem 'dedicado a sua actividade; escreveu tambem uma physica para as Escolas Normaes e diversos compendios para o ensino primario.

Lima *(João Pereira da Costa)*. Escriptor, poeta, artista dramatico, photographo, etc. Nasceu na villa da Feira a 13 de maio de 1836, fal. em Lisboa a 3 de novembro de 1897, sendo filho do official reformado Manuel Pereira da Costa, e de D. Florinda Amelia de Lima. Era muito endiabrado em creança; não querendo estudar, fugindo frequentemente da escola, entretinha se a apanhar ninhos de passaros, a saltar muros de quintaes, a correr á pedra cães e gatos, e a brigar com rapazes da sua edade. A familia tinha um grande desgosto, o pae castigava-o, fugia de casa, tendo ás vezes o pae de andar á sua procura, e trazel-o á força. Era conhecido pelo *Joanico da Florinda*. O pae desesperava da salvação do filho, pois apezar de castigos rigorosos via que nada conseguia para o obrigar a estudar. Ainda com a esperança de que se emendasse, levou-o á forja d'um ferreiro nos arredores da villa, e ali o metteu para aprender o officio, com muitas recommendações de aspera vigilancia. Joanico tinha 10 annos, vendo-se n'aquelle estabelecimento enegrecido chorou, mas sujeitou-se ao que o mestre lhe mandava fazer, começando a aprendizagem. Alguns dias depois, já aborrecido, pensava no meio de sair d'ali, e o acaso forneceu-lhe o ensejo. Appareceram perto da loja pedindo esmola uns pedintes, cegos ambulantes, guiados por uns moços, dois tocando viola e um rabeca. Joanico deixou-os afastar-se, e depois com um pretexto qualquer, fugiu, e foi ter com os pedintes, fazendo muita lamuria, dizendo-se orphão, e os pedintes compadeceram-se e perguntaram-lhe se sabia cantar, e com a resposta affirmativa, o levaram comsigo. No dia seguinte, estando n'uma aldeia das proximidades no seu novo emprego de moço de cego, dispunha-se a cantar, mas procurando sempre evitar que o visse alguma pessoa conhecida, comtudo, apezar das suas cautellas, houve quem o conhecesse, um lavrador amigo da familia, que o levou á força para casa do pae. No dia seguinte voltou para a escola João era intelligente, mas não queria estudar, e o pae resolveu um anno mais tarde, por ultimo recurso, fazêl-o marçano d'uma mercearia no Porto. Mas o seu genio irrequieto não podia amoldar-se áquella vida, e passados alguns mezes eram tantas as travessuras, disparates e insubordinações, que o merceeiro já não o podia aturar; no entretanto, em attenção ao pae, ainda o conservava, mas o endiabrado marçano é que um dia desappareceu, e foi ter com a mãe, no intuito de que ella o livrasse do castigo que o pae lhe désse. A mãe, na verdade, desculpou o, dizendo que o filho vinha doente pelo trabalho pezado da mercearia. Pouco tempo depois, falleceu o pae, e a pobre viuva, attendendo ás tristes circumstancias em que ficára, e por conselho de parentes e amigos, sujeitou-se a separar-se do filho, consentindo que partisse para o Brazil em busca de fortuna, como muitos outros. Costa Lima contava então 13 annos de edade, quando em 1849 seguiu viagem para o Rio de Janeiro, indo muito recommendado a uma casa commercial d'aquella cidade. Nas terras de Santa Cruz continuou nas mesmas diabruras. Empregou se differentes vezes, porque não parava em casa alguma, trabalhava quando queria, e vendo-se falto de recursos, passou a Pernambuco aos 18 annos, seguindo depois para as provincias do norte; assim entreteve uns 10 annos trabalhando como caixeiro, agente de industrias, caçador, hoteleiro, alugador de fatos de mascaras, corretor de negocios, photographo, e até gerente d'uma empresa funeraria. Este ultimo cargo exerceu-o em Parahiba. Sem ter um estudo regular, pouco habituado a leituras uteis, e não conhecendo determinados livros e autores, os conhecimentos litterarios de Costa Lima eram fraquissimos, no entretanto começava a dedicar se á poesia, e a sentir inclinação para o theatro, aproveitando todas as recitas de amadores, em que pudesse tomar parte, sem prejuizo d'umas aventurosas caçadas pelos mattos dentro, no que se tornara destro e apaixonado D'esta epoca já se conhecem as poesias *Maldição*, datada do Maranhão em 25 de setembro de 1862; outra datada de 24 de outubro seguinte, com o titulo de *Não creio;* outra datada do Ceará a 10 de março de 1863, intitulada *N'um album*. Costa Lima entregara se por ultimo ao estudo da photographia, e com o primeiro dinheiro, que pôde juntar, fez uma viagem á Europa, foi a Paris estudar essa especialidade, e quando regressou não se esqueceu de visitar sua sua mãe e a terra que lhe fôra berço. Vendo se, porém, já quasi sem recursos, voltou para o Maranhão, e ali fundou o seu primeiro estabelecimento photographico. Imaginando mil projectos, empresas e phantasias, saudoso da viagem á Europa, apenas pôde arranjar dinheiro realisou outro passeio, e assim se seguiram outros, sempre que os recursos lh'o permittiam. Costa Lima passou a estabelecer-se como photographo no Pará, tornando-se então muito popular, escrevendo versos, tomando parte em saraus, festejos e recitas. Data d'esta epoca a sua primeira producção theatral *Os pupillos do escravo*, drama em 3 actos, inspirado nos costumes e destino dos pretos, que elle estudou e observou de perto, sendo um bello imitador dos seus modos e linguagem. Uma grande enfermidade o obrigou a vir a Portugal, em 1865, tendo 29 annos de edade, indo hospedar se em Bemfica, em casa d'um seu tio, o commerciante Almeida Lima, e agradando-se d'uma sua prima, D. Adelaide d'Almeida Lima, realisou o seu casamento, e voltou ao Pará em 1866, acompanhado de sua mulher, a reabrir o estabelecimeto. A fortuna corria-lhe prospera, mas não tardou a que se visse obrigado a retirar-se, por causa da doença de sua mulher, que não se dava bem com o clima. Trespassou o estabelecimento, voltou para Lisboa em 1867 e aqui alcançou a *Photographia Silveira*, de que tinham sido proprietarios dois irmãos d'este appellido, que fôram presos e degredados pelo crime de moedeiros falsos. Aquelle estabelecimento tornou-se nas horas vagas e ás noites um centro de reunião e ensaio d'alguns artistas, e especialmente de amadores dramaticos, que davam frequentes espectaculos e varias festas no antigo theatro do Aljube, junto da cadeia d'este nome, e na sociedade da rua do Alecrim, chamada do *Carapau*, onde hoje está a Arcada de Londres. A sociedade era assim chamada, por ter sido a sua installação n'uma casa da Ribeira Nova, defronte do mercado do peixe. Costa Lima constituiu-se a alma do movimento theatral particular, como actor e autor. Escreveu as comedias em 1 acto, *A Espadelada* e o *Othelo tocador de realejo*; e refundiu o drama *Os pupillos*

do escravo, peças que depois se representaram no Gymnasio, desempenhando elle os papeis principaes, a pedido da empreza. Tambem representou estas mesmas peças com muito applauso no theatro Baquet, do Porto. Em 1871 projectou um novo modo de vida. Conferenciou com os pintores scenographos Procopio e Lambertini, que trabalhavam de sociedade, ácêrca do que pretendia, e contratou com elles a pintura d'um extensissimo pano de fundo, que se desenrolasse lentamente á vista do espectador durante certa representação, e apresentasse a toda a altura da caixa o comprido e formoso panorama de Lisboa, desde a barra até ao extremo de Santa Apolonia. Feito isto muito a seu contento, muniu-se das peças dramaticas já mencionadas, juntou-lhes a imitação em 1 acto, *Orestes e Pilades*, que compuzera anteriormente; escreveu, a bordo do vapor em que seguiu viagem, uma nova comedia em 1 acto, *A Vindima*, e partiu para o Rio de Janeiro. Organisada uma companhia ambulante, de que era o chefe e o primeiro actor, começou a expôr o seu reportorio e o panorama, que despertou o maior enthusiasmo na colonia portugueza. A idéa fôra feliz, porque lhe rendeu avultados lucros e applausos. Costa Lima mandou pedir aos referidos scenographos um panorama egual da cidade do Porto, que tambem causou grande enthusiasmo. Percorreu então o littoral, passando ao Rio Grande e a outras localidades do sul, encontrando sempre bom acolhimento e bons lucros. Antigos padecimentos, que mais se aggravavam, não o deixaram continuar n'esta derrota; vendeu todo o material da sua empresa, e voltou novamente para Lisboa em 1872. Empregara o avultado dinheiro, que trazia, em fundos hespanhoes; pouco tempo depois, devido aos acontecimentos politicos de Hespanha, esses fundos ficaram reduzidos a um preço arrastado representando um enorme prejuizo, e Costa Lima vendeu todos os valores que possuia. Vendo-se exhausto de recursos, precisava entregar-se ao trabalho activo, e empregou se como gerente do café da *Europa*, ao Rocio, então pertencente a Mattos Moreira, livreiro-editor muito conhecido, com quem já havia travado relações. Continuando com o seu amor ao theatro, voltou a tomar parte em recitas de amadores em casas particulares, no theatro Taborda, em varias peças. No entretanto, deixava o café da *Europa* e empregava-se no hospital de S. José como escripturario ajudante do fiscal Serrinha, e d'ali passou ao Porto, como pagador do caminho de ferro do Minho e Douro. D'essa epoca ha tres poesias suas: *O Fado*, em 1875; *Paz e Progresso*, impressa em avulso e distribuida no theatro de S. João, onde elle foi recital-a na presença d'el-rei D. Luiz, que acabara de assistir á inauguração do referido caminho de ferro em 17 de maio d'esse anno; e *Emfim*, versos congratulatorios por ter acabado a guerra civil de Hespanha, os quaes se publicaram n'um jornal do Porto em 10 de março de 1876. Ainda n'este anno Costa Lima voltou para Lisboa, sendo nomeado director do Asylo Maria Pia, de que pediu a demissão antes de findar o anno por não concordar com a administração, que encontrou irregular, e pretendeu corrigir e melhorar. Lembrou-se de crear melhor carreira dedicando-se ao commercio de lojista, e foi a Paris fazer um sortimento de quinquilherias e d'objectos de bom gosto para brindes e fins diversos, e veiu estabelecer-se na rua do Corpo Santo. Em pouco tempo trespassou esta loja, e foi montar outra na rua Aurea do mesmo genero, com o titulo de *Casa das Variedades*, que tambem trespassou alguns mezes depois, partindo em seguida para o estrangeiro. Corria o anno de 1879. Voltando a Lisboa com outro sortimento, estabeleceu-se outra vez na rua Aurea, com uma loja intitulada *Casa de Berlim*, onde se conservou tres annos. Em principios de 1883 deixou esta casa, e voltou á vida de photographo, estabelecendo se na rua do Arco do Bandeira. Pouco tempo depois passou a casa a outro photographo. Proseguindo na carreira dramatica representou duas vezes no theatro do Principe Real em 1885, como amador, desempenhando o papel de Gaspar nos *Sinos de Corneville*, e de tal fórma que Francisco Palha, sendo informado, foi ali de proposito para o vêr, e tratou logo de o escripturar para a Trindade, dando-lhe a importancia de 50$000 réis mensaes. Era a primeira vez que tal acontecia, porque em toda a sua vida, tendo representado em theatros publicos e em sociedades particulares, nunca acceitara escriptura ou contrato. O exito na Trindade foi enorme. Saindo da Trindade, Costa Lima sentia-se doente, e foi tratar se n'um hotel em Caneças. Comprou uma pequena quinta n'um logar visinho, chamado Montemór, na intenção de se dedicar á agricultura e á sua predilecta diversão da caça. Regressando a Lisboa encarregou-se da administração do jornal *O Globo*, em 1883. Passou depois como pagador para a Companhia dos Caminhos de Ferro, d'onde saiu algum tempo, depois, por ter a direcção resolvido diminuir o pessoal do escriptorio. Não tardou a estabelecer-se com loja de moveis na rua das Pretas, e passando a loja, fez-se contratador de objectos antigos. Mais tarde ainda teve uma loja na rua Aurea, em que se entregava ao negocio de espingardas. Costa Lima era muito espirituoso, tinha expedientes e idéas magnificas com que entretinha longos serões e as palestras que se organisaram na livraria Mattos Moreira. Contam-se d'elle anecdotas engraçadissimas. Falleceu victima d'uma affecção pulmonar. Além das poesias já mencionadas, sabemos das seguintes: *O colono*, *Prologo d'um livro*, *Recordações da minha terra*, e *A um padre;* o monologo em verso *Um conto á lareira*, *Cartas ao visconde de Sanches de Frias*. Escreveu tambem *A Lusa Bambochata*, poema triste em verso alegre.

Lima (*P. João Silverio de*). Religioso franciscano e depois presbytero secular. N. em Lisboa a 5 de agosto de 1751, fal. em 1829. Professou na ordem Terceira de S. Francisco em 12 de julho de 1771. Parece, porém, que não quiz continuar a sujeitar-se ao rigor do claustro, e em 1782 saiu do convento, para ser presbytero secular. Foi prior da freguezia de S. Julião, de Santarem, professor de Philosophia racional e moral, e socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Escreveu: *Horas Mariannas em verso heroico*, Lisboa, 1782; *Divertimento de um quarto de hora*, etc., Lisboa, 1782, 2 tomos, collecção de contos orientaes, traduzidos do francez, e sairam sem o seu nome; *Oração funebre nas exequias do ill.mo e ex.mo sr. Antonio do Populo Manuel e Menezes, conde de Villa Flôr, celebradas na parochial egreja de S.*

João da Praça, Lisboa, 1796; *O christão instruido*, etc.; *Discurso ácêrca da utilidade dos estatutos da philosophia, recitado no acto d'exame, a que presidiu*, Lisboa, 1806; *Oração funebre nas exequias do sr.*^mo *sr. infante D. Pedro Carlos de Bragança e Bourbon, que fez celebrar a Academia Real das Sciencias na egreja de N. S.ª dos Martyres de Lisboa*, Lisboa, 1813.

Lima *(Joaquim Ignacio)*. Brigadeiro reformado, addido á Torre de S. Vicente de Belem. Serviu por alguns annos no Brazil durante o reinado de D. João VI, que em 1821 o nomeou governador geral da provincia de Angola, para succeder a Manuel Vieira Tovar de Albuquerque. Tomou posse d'este cargo, mas poucos mezes governou, porque a 6 de fevereiro de 1822 o povo de Loanda insurgiu-se e estabeleceu uma junta provisoria de 7 membros presidida pelo bispo D. fr. João, que adherira á nova ordem de cousas estabelecida em Portugal. Regressou ao reino, e pouco depois reformou-se em brigadeiro. Joaquim Ignacio Lima era muito dedicado a estudos mathematicos, e organisou uma livraria pouco numerosa, mas de obras escolhidas, quasi todas na lingua franceza Escreveu: *Dissertações sobre a fortificação permanente, sobre a fortificação de campanha, e sobre os alcances das bombas, por Hennert, traduzidas, correctas e emendadas*; Rio de Janeiro, 1814.

Lima *(Fr. José)*. Religioso da ordem dos carmelitas. N em Lisboa a 3 de dezembro de 1668, fal. no convento da mesma cidade em 26 de março de 1745. Era filho de Francisco Gomes Correia e de Filippa da Ascensão de Lima. Estudou letras humanas em Lisboa no collegio de Santo Antão dos padres jesuitas; philosophia e theologia na Congregação do Oratorio. Resolvido a entrar na vida claustral foi admittido na ordem carmelitana, professando no convento da villa da Horta, no Faial, a 31 de outubro de 1686. Novamente estudou philosophia e theologia, acabando os estudos no convento de Evora, cujas faculdades dictou no convento do Maranhão, para onde partiu a 25 de março de 1693, sendo provisor d'este bispado por provisão de 29 de maio de 1697, passada pelo bispo D. Fr. Thimoteo do Sacramento, exercendo ao mesmo tempo a vigararia da sua religião. Voltando a Portugal em 1701, por condescender ás instancias do provincial fr. Francisco Ribeiro, cathedratico da Universidade de Coimbra, sendo já jubilado, passou a lêr philosophia no collegio da sua ordem n'esta cidade. Foi confessor das religiosas dos conventos de Lagos e Tentugal, visitador do collegio de Coimbra, protonotario apostolico, chronista da provincia por patente do geral passada a 9 de julho de 1721, e consultor da Bulla da Cruzada. Escreveu: *Peregrinação evangelica expressa em varios sermões moraes, e panegyricos*, etc., Lisboa, tomo I, 1720; 2.º 1732; *Sermão do glorioso patriarcha S. Jeronymo*, Lisboa, 1723. Deixou em manuscripto: *Tratado sobre as proporções condemnadas pelos Summos Pontifices Alexandre VII e Innocencio XI; Consulta varia theologica, juridica e regularia.*

Lima *(Fr. José de)*. Eremita da ordem de Santo Agostinho, mestre e prégador geral da sua ordem, prégador regio honorario, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. no Porto a 25 de agosto de 1759, onde tambem fal. a 10 de agosto de 1847. Fez do pulpito uma tribuna em que sustentava as suas idéas absolutistas, e foi o prégador encartado de todas as festividades politicas do seu tempo. Assim em 1823 foi quem prégou o sermão de acção de graças pelo restabelecimento do governo absoluto; em 1828 prégou egualmente o sermão de acção de graças pela volta ao reino do infante D. Miguel e o da acclamação; em 1830 o sermão nas exequias da rainha D. Carlota Joaquina. No tempo de D. Miguel mostrava-se defensor fanatico do governo, e do pulpito trovejava contra os liberaes e exaltava as virtudes do seu soberano. Depois de 1833 deixou completamente a politica, e os seus sermões só se referiam aos assumptos das festividades em que prégava. Estão publicados os seguintes sermões: *Oração gratulatoria em acção de graças pela feliz reconstituição dos inauferiveis direitos magestaticos d'el rei nosso senhor, prégado na Sé Cathedral do Porto em 8 de junho de 1823*, Porto, 1823; *Sermão de acção de graças a Nossa Senhora da Paz, pela feliz restituição dos inauferiveis direitos magestaticos d'el rei nosso senhor, recitado na egreja das religiosas de Santa Clara em 22 de agosto de 1823*, Porto, 1823; *Sermão pelo feliz regresso á patria de S. A. R. o senhor D. Miguel, prégado na Cathedral do Porto a 28 de fevereiro de 1828*, Porto 1828; *Oração gratulatoria em acção de graças pela acclamação do senhor D. Miguel I, prégado na egreja dos religiosos gracianos em 23 de novembro de 1828*, Porto, 1828; *Oração funebre da muito alta e muito poderosa imperatriz rainha, a senhora D. Carlota Joaquina de Bourbon, pronunciada na Cathedral do Porto em 4 de fevereiro de 1830*, Porto, 1830.

Lima *(José Guterres de)*. Almoxarife da praça de Mazagão. Diz Barbosa Machado, no 2.º vol. da *Bibliotheca Lusitana*, pag. 861, que na livraria do convento de S. Bento, de Santarem, se guardava um escripto seu, intitulado: *Manifesto do miseravel estado em que se acha a praça de Mazagão no anno de 1715*, etc.

Lima *(José Ignacio de Abreu)*. Nasceu em Pernambuco a 6 de abril de 1796, fal. na cidade do Recife, em 1849. Era filho do padre José Ignacio Ribeiro de Abreu Lima. Depois de haver estudado latim, philosophia, rhetorica, francez e inglez, começou em 1811, ainda em Olinda, o curso regimental de artilharia, ao mesmo tempo que com seu pae cultivava a litteratura, e d'elle recebia as primeiras noções do grego. Em fevereiro de 1812 embarcou para o Rio de Janeiro, onde se matriculou no primeiro anno da Academia Real de Marinha, completando o curso de artilharia em 1816, tendo sido premiado em todos os annos de estudos de mathematicas. Já era capitão de artilharia, e foi despachado lente para o seu regimento. Chegou a Pernambuco em dezembro do mesmo anno de 1816, e logo depois o ouvidor de Olinda, Antonio Carlos de Andrade Machado e Silva, teve de pronuncial-o pelo crime de assuada, resistencia e ferimentos. O capitão Abreu Lima foi preso, e aggravando da pronuncia, acompanhou o aggravo para a Bahia, onde chegou em principios de fevereiro de 1817, sendo logo recolhido na fortaleza de S. Pedro, por ordem do conde dos Arcos. Estava preso, quando o seu pae, emissario do governo da revolução republicana de Pernambuco, ao desembarcar per-

to da cidade de Bahia a 26 de março, caiu no poder da justiça que já o esperava, por ter sido prevenida. A 28 de março foi concedido ao capitão Abreu Lima ir visitar seu pae á cadeia, a quem abraçou pela derradeira vez, porque no dia seguinte morreu fuzilado. Depois d'este grande desgosto, ainda se conservou alguns mezes preso juntamente com um seu irmão e outros prisioneiros que vinham de Pernambuco, conseguindo ser solto e mais seu irmão em outubro do mesmo anno, e recebendo de lojas maçonicas o auxilio de uns cem pezos em moeda, embarcaram ambos os irmãos para os Estados Unidos norte-americanos, e ali chegaram em fevereiro de 1818. Em abril seguiram para a ilha de S. Thomaz, e o capitão Abreu Lima, deixando o irmão como caixeiro d'uma casa commercial em Porto Rico, depois de adversa fortuna e de grandes contrariedades chegou á cidade de Angustura, séde do governo republicano de Venezuela em novembro de 1818. Abreu Lima foi admittido ao serviço d'esta republica como capitão de artilharia addido ao estado maior do exercito Distinguiu se notavelmente em combates, em empresas militares muito arriscadas, em commissões delicadas na guerra da independencia d'esta parte da America, recebendo o titulo de *Libertador de Nova Granada*, e sendo nomeado membro da ordem militar dos libertadores de Venezuela. Esteve depois nos Estados Unidos, veiu á Europa, demorando se algum tempo em Paris, voltando ao Rio de Janeiro em 1832. A sua vida continuou sendo uma série de triumphos até que falleceu.

Lima *(José Ignacio Ribeiro de Abreu)*. Revolucionario pernambucano. N. no Recife no principio do ultimo quartel do seculo XVIII, sendo filho de Francisco Ignacio Ribeiro de Abreu Lima e de D. Rosa Maria de Abreu Guedes; era pae de José Ignacio de Abreu Lima *(V. o artigo antecedente)*. Começou em Pernambuco o estudo de humanidades, mostrando notavel intelligencia, caracter independente e um pouco aventuroso. Entrou para a instituição do Carmelo, que tempo depois abandonou, e saiu de Pernambuco, embarcando para a Europa, onde passou alguns annos. Esteve em Coimbra, viajou por differentes paizes e demorou se em Roma. Nas suas viagens e principalmente em Roma, aperfeiçoou os seus estudos de humanidades; sabia muito bem o latim, conhecia o grego e algumas linguas vivas. Como depois falava muitas vezes ácêrca da sua estada em Roma, chamavam-lhe o *Padre Roma*. José Ignacio conseguiu do Santo Padre a sua secularisação e ordens de sacerdote. Professava idéas liberaes muito avançadas, e não se recommendeva pela prudencia. Exercia em Pernambuco a profissão de advogado, e foi promotor de ausentes e de capellas. Diz-se que, sabendo da partida da familia real portugueza para o Brazil, convocara os seus amigos, e lhes propuzera que se não recebesse o principe regente D. João, sem que elle se prestasse a outhorgar uma constituição politica, mas que a sua proposta fôra rejeitada. No anno de 1817, José Ignacio tomou parte muito activa na revolução republicana de Pernambuco, e offereceu-se para ir ás Alagôas, e d'ali á Bahia afim de dar impulso ao movimento revolucionario. No desempenho d'esta delicada e perigosa commissão conseguiu muito nas Alagôas, e quando lhe pareceu oportuno, fretou uma barca em Maceió, e dirigiu se á Bahia, onde era extensa a conspiração no sentido do pronunciamento de Pernambuco. José Ignacio levava comsigo proclamações e cartas que podiam comprometter diversas pessoas, mas como tomado d'um presentimento, lançou ao mar todos esses papeis. Ao desembarcar perto da cidade da Bahia foi preso. Inexperiente e com a maxima imprudencia nem se apresentava disfarçado, nem zelava o segredo da sua marcha e da sua direcção. O conde dos Arcos, capitão-general da Bahia, já contava com elle, e facilmente o fez prender. José Ignacio foi julgado por uma commissão militar, que o condemnou á morte. Foi preso ao anoitecer do dia 26 de março de 1817, e no dia 29 morreu fuzilado no Campo da Polvora, mostrando-se resignado e corajoso. Consta que deixou muitos manuscriptos, principalmente sobre melhoramentos de agricultura; e um commentario ás Ordenações do reino, que o dr. Caldas, proprietario do engenho das Laranjeiras, considerava o melhor expositor de direito patrio. Todos esses manuscriptos se perderam.

Lima *(José Joaquim Lopes de)*. Do conselho de sua magestade, commendador da ordem de S. Bento de Aviz, cavalleiro da Torre e Espada, capitão de mar e guerra, governador civil em varios districtos do continente do reino e do ultramar, e governador geral interino da India em 1842; deputado em varias legislaturas; socio da Associação Maritima Colonial, etc. N. no Porto, entre os annos de 1796 e 1798, fal. em Batavia a 8 de novembro de 1852. Foi um violento pamphletario no periodo agitado da nossa vida politica. Assentou praça como voluntario, e fez os seus estudos na Academia de Marinha da cidade do Porto, e quando os concluiu, foi promovido a segundo tenente em 25 de junho de 1821, tendo depois as seguintes promoções: primeiro tenente em 4 de abril de 1833, capitão-tenente em 5 de julho de 1833, capitão de fragata sem prejuizo de antiguidade dos que a tivessem maior, em 10 de outubro de 1840; capitão de mar e guerra graduado, por decreto de 8 de julho de 1848, contando a antiguidade de 30 de maio de 1847; capitão de mar e guerra sem prejuizo de antiguidade, em 25 de agosto de 1849. Lopes de Lima foi homem de muita intelligencia e actividade, e tido desde 1834 como um dos mais devotados sustentaculos do partido denominado cartista; foi um dos que á força de sacrificios e de luctas implantou a liberdade em Portugal. Provam-n'o os seus innumeros escriptos sobre assumptos os mais variados e distantes, poesia e theatro, politica, historia, estatistica e sciencia; provam-n'o a facilidade com que na imprensa periodica sustentava aquellas luctas homericas da *Carta* e do *Estandarte* contra a *Revolução de Setembro* em que pelejavam Antonio Rodrigues Sampaio e José Estevão; da *Matraca* contra o *Supplemento burlesco*, em que ao espirito caustico e inesgotavel de Bernardino Martins, oppunha elle outro tanto espirito, respondendo a graça com graça, a insulto com insulto, phrase a phrase, verso a verso, e isto defendendo assumptos as mais das vezes ingratos e fazendo rir, ou commover, até os proprios inimigos de um partido geralmente odiado, e que elle defendia com a sua penna sempre facil. Lopes de Lima era homem de vastissima erudição. Liberal convicto, logo depois

de 1820 apresentou varios trabalhos no theatro, em que revelava bem as suas idéas politicas, porque, na maior parte, eram farçadas de occasião, em que punha em scena liberaes e os *corcundas*. Emigrando mais tarde, apparece depois no Porto combatendo nas linhas e nas canhoneiras de Quebrantões Organisando-se o systema constitucional, e a divisão dos partidos que se seguiu, Lopes de Lima filiou-se no partido cartista. Foi então governador civil de Coimbra, 1837-1838, logar de que o demittiram os setembristas, quando subiram ao poder. N'esta epoca é que verdadeiramente começou a carreira de escriptor e pamphletario politico, apezar de já em 1826 ter publicado *Os corcundas á pancada*, e a *Collecção de poesias recitadas nos theatros*. Depois da revolução de 1836 e n s annos seguintes já citados, publicou numerosos artigos e versos em jornaes usando sempre d'uma linguagem irritante, fazendo por vezes accusações mais injustas, empregando todos os meios condemnaveis para combater os adversarios. Este procedimento acarretou-lhe muitos odios, que desde então severamente o guerrearam. Mettido forçosamente em todas as intrigas maçonicas e clubisticas d'aquelle tempo, saido do Club dos Camillos com Costa Cabral, que foi depois considerado como chefe do partido, acompanhou sempre com lealdade e firmeza esse partido denominado cabralista, até que finalisou. Nomeado intendente da marinha da India, partiu para Gôa, onde, segundo accusações que depois lhe fizeram, tratava mais de arranjar partidarios do cabralismo, do que das funcções do seu cargo. Fallecendo o barão de Caudal, governador da India, foi Lopes de Lima nomeado para o substituir, interinamente, tomando posse do governo em 25 de setembro de 1840. Havia então na India, além do exercito propriamente colonial, um celebre batalhão provisorio, ali destacado, mas que pertencia ao exercito da metropole. Este batalhão tinha sido formado com a soldadesca mais insubordinada do exercito, havendo alguns tomado parte nas campanhas da liberdade e figurado todos nas revoltas e sedições que se seguiram. Eram, portanto, soldados já affeitos aos perigos, mas desgraçadamente habituados a não considerarem a obediencia passiva como um dos primeiros deveres militares. Os officiaes, na sua maioria, eram dos mais compromettidos nos conflictos da epoca, saidos dos conventiculos militares e dos clubs maçonicos, d'aquelles que o ministerio queria afastar do reino, e por isso os mandava para o ultramar com um posto de accesso. Lopes de Lima á frente do governo da India e levado do seu genio irrequieto, emprehendeu logo reformar todos os ramos da administração publica. Obras publicas, força armada, fazenda e justiça, em tudo se lançou ao mesmo tempo; mas se o seu grande talento lhe fazia reconhecer os erros e os defeitos do que existia, a precipitação, a leviandade, e mais que tudo a falta de firmeza de acção, propriamente falta de coragem governativa, não lhe deixavam encontrar os verdadeiros remedios e applical-os com criterio. Tinha muito talento e energia, mas faltavam-lhe a perseverança, a firmeza e a coragem do homem que, devendo mandar a tudo e a todos, deve saber e poder arrostar com todas as difficuldades e responsabilidades. Era um escriptor politico e um polemista distincto, um habil jornalista partidario, mas para o cargo de governador faltava-lhe a coragem do homem superior. Era o homem de gabinete e da banca de trabalho, o orador e escriptor dos clubs e dos pamphletos, e não o homem de acção, o homem para commandar em chefe, para governar sobre todos firme e inhabalavel perante os perigos e as opposições No entretanto, fôram boas e proficuas muitas das medidas que tomou como governador da India, que os seus proprios inimigos reconheceram. Lopes de Lima encontrou sempre contra si uma fortissima opposição, e teve de luctar com a má vontade da maior parte dos altos funccionarios civis e militares, que serviam sob as suas ordens. Macau e Timor dependiam n'essa epoca do governo da India, e succedeu que Lopes de Lima quiz mandar a Macau uma grande parte do batalhão provisorio, e a Timor o commandante e mais alguns officiaes do mesmo batalhão. Ou fôsse que o governador entendesse de necessidade impreterivel reforçar a guarnição de Macau em face da guerra entre a China e a Inglaterra, que podia pôr em risco a autonomia d'aquella cidade, ou que quizesse, desmembrando o batalhão provisorio de que se receava, desfazer-se dos que elle accusava de *arsenalistas servindo só para agrupamentos e conventiculos*, a verdade é que, depois de tres ou quatro mezes de hesitações e tentativas, em que ora se passavam ordens para a partida da força, ora se retiravam em vista das duvidas e evasivas que oppunha o commandante do batalhão, decidiu-se por fim, em 26 de abril de 1842, que a força detalhada embarcasse ao seu destino, que o commandante, visto *recusar-se absolutamente* a ficar commandando o casco do batalhão, entregasse esse commando a um capitão, sendo nomeado governador de Timor, que o capitão a quem competia e que devia ir commandando o destacamento, *visto não convir n'esse commando*, fôsse servir em Timor, e finalmente pareceu que tudo estava disposto, para se dar, *embora tarde*, cumprimento ao que determinava o governador. O commandante do batalhão fez apparentemente embarcar a força, entregou o commando ao seu subalterno, e recolheu-se ao seu quartel. As cousas, porém, estavam certamente já tramadas e preparadas, e por alta noite de 26 para 27 de abril, a força armada e equipada, desembarcando tumultuosamente, reuniu-se no quartel ao resto do batalhão, e levantando audazmente a bandeira da revolta começaram dando tiros e alvorotando a população, aos gritos de morte ao governador e vivas ao seu commandante. Este ultimo, *coagido* (como depois disse) pelos seus officiaes e pela necessidade de socegar a soldadesca *para evitar mais desgraças*, voltou ao aquartelamento, tomou novamente o commando, e mandou dizer ao governador que como consequencia da exaltação da soldadesca *não respondia pelos acontecimentos* se o governador persistisse nas suas ordens de embarque e de desmembração do batalhão. Lopes de Lima, vendo-se na presença d'uma revolta armada e sentindo a sua fraqueza, hesitou, acobardа-se, e reunindo o conselho do governo entregou-lhe a governação, dizendo-se ameaçado na sua propria vida e na de sua familia, e *pede que o mandem partir immediatamente n'um navio de guerra*. O conselho acceitou o encargo, não fez marchar os outros batalhões disponiveis *por evitar confli-*

ctos e effusão de sangue, deu ao governador um navio para o conduzir immediatamente a Bombaim, e annulando as ordens anteriores, determinou ao commandante exonerado por Lopes de Lima que contivesse o batalhão, e tudo socegou. Recolhido o governador em Bombaim, e achando-se seguro n'uma terra ingleza, começou a mandar ordens e intimações ao conselho do governo, para que acabasse a revolução e lhe entregasse novamente o governo que lhe havia sido confiado por sua magestade, e que *elle diz* fôra coagido pelo proprio conselho e pela revolta armada a entregar. Pediu ao governo inglez auxilio e protecção, o que lhe foi negado, para conquistar o governo que abandonara, e publicou em 14 de maio um manifesto em que pretendia mostrar que cedeu á força, que os funccionarios eram clubistas e arsenalistas, bem como o batalhão provisorio, em que tudo aquillo fôra tramado pela politica. A esse manifesto responderam logo com folhetos e outras publicações, o secretario do governo Claudio Lagrange, o major commandante e outras pessoas, pretendendo provar que os erros governativos de Lopes de Lima é que tinham originado a sua queda, que a revolta fôra *só dos soldados indignados,* pela desfeita que se lhe fazia anniquilando o batalhão exemplar de disciplina; que o secretario era um funccionario leal e cumpridor dos seus deveres, e que o commandante do batalhão era um heroe que accommodara a revolta como verdadeiro militar. Mas tarde o governo da metropole fez responder em conselho de guerra o ex-governador Lopes de Lima, *accusado de ter fugido do seu posto,* e mandou *inquirir* sobre o procedimento do batalhão provisorio e do seu commandante. Todos fôram absolvidos. Lopes de Lima, continuando sempre muito protegido e considerado pelo partido cabralista, foi eleito deputado por diversos circulos e em successivas legislaturas. De 1842 a 1850, sempre figurando nas luctas das camaras e da imprensa jornalistica, publicou e desenvolveu alguns estudos em livros e opusculos, que vão adeante mencionados. Quando em 1849 e 1850 se deram as questões com a Hollanda sobre as demarcações de limites das possessões portuguezas e hollandezas na Oceania, foi Lopes de Lima nomeado pelo governo do conde de Thomar, em decreto de 28 de outubro de 1850, commissario regio para tratar d'esse assumpto e conjuntamente nomeado governador de Timor e Solor, que se constituiu em provincia independente para honrar o ex-governador geral da India, não o fazendo descair da elevada posição que já tivera, e facilitando lhe os seus trabalhos diplomaticos. Partindo para essa commissão no brigue de guerra *Mondego,* do que tambem assumira o commando, foi Lopes de Lima munido de instrucções que lhe davam quasi poderes absolutos, e que sobretudo e claramente *o autorisavam a concordar na troca, cessão e delimitação de territorios em Timor e Solor.* Chegando a Timor, depois de demorada viagem, em 23 de junho de 1851, encontrou ali a autoridade sem força e sem prestigio, uma grande parte dos reinos avassalados desobedientes ou em revolta declarada, os funccionarios com um atrazo de dois annos de vencimentos, os cofres exhaustos e o commercio anniquilado. Achando-se armado de poderes extraordinarios e animado de firme vontade, começou logo as reformas, dando nova organisação a todos os serviços, e introduzindo a ordem n'aquelle cahos. Reunidas as commissões diplomaticas, renovaram-se as discussões, nas quaes os commissarios hollandezes sustentaram o direito que assistia á Hollanda para disputar a Portugal a soberania de Timor e Solor, soberania que diziam derivar da herança do rei de Ternate, da conquista e da submissão dos povos, celebrada em varios contratos feitos com os reis. Oppunham os nossos commissarios a estes argumentos a prioridade da descoberta, a posse adquirida pelo consentimento dos povos e o testamento do rei de Ternate, anterior áquelle que cedeu aos hollandezes as possessões de Timor. Depois de consumirem muitas sessões n'estas discussões, combinaram afinal as duas partes em acceitar os factos existentes, tornando-se assim possivel um accordo, que de outro modo jamais seria possivel. N'este sentido foi apresentado um projecto de tratado, no qual se fixaram os limites das duas possessões em Timor, reconhecendo cada uma das nações a soberania da outra nos respectivos territorios; definiam se os limites dos encravamentos que ficaram existindo: cedia Portugal á Neerlandia as possessões das Flôres, e desistia das pretensões que podia fazer valer sobre o grupo de Solor; cedia a Neerlandia a Portugal o reino de Maubara. Mas não sendo Portugal sufficientemente indemnisado em territorios, compromettia-se o governo dos Paizes Baixos a dar ao governo de Timor 200:000 florins em 3 prestações, sendo a primeira de 80:000 logo que o governador geral de Batavia tivesse conhecimento do tratado, e as outras em periodos determinados; e feito o primeiro pagamento o governo de Timor entregaria á autoridade neerlandeza os territorios cedidos, e receberia d'este o reino de Maubara. Assigna lo este tratado, no qual as commissões hollandezas com difficuldade concordaram, por não quererem ceder Maubara, foi enviado ao governador geral das Indias neerlandezas, que o não ratificou, dizendo não ter poderes para alienar territorio. Lopes de Lima luctava, no entretanto, com as mais terriveis difficuldades financeiras, das quaes contava sair logo que recebesse os 80:000 florins; mas não tendo execução o tratado, via-se na mais embaraçosa situação, pois não tinha meios com que acudir ás despezas. Para cortar difficuldades, e em harmonia com o que lhe fizera saber o governador geral de Java, Lopes de Lima, que n'esta occasião foi um tanto imprudente, tomou sobre si a responsabilidade de entregar ás autoridades hollandezas os territorios que pelo tratado eram por nós cedidos, uma vez que o governo hollandez puzesse á disposição do governo de Timor a quantia de 80:000 florins. O governador das Indias neerlandezas anniu a esta proposta, e Lopes de Lima assignou com os commissarios hollandezes um annexo em data de 23 de novembro de 1851, pelo qual se obrigava a entregar Larantuka aos hollandezes, recebendo d'estes a quantia de 80:000 florins; e no caso de que o governo portuguez não approvasse o tratado, seria restituida a Neerlandia aquella importancia, e Larantuka entregue outra vez ás autoridades portuguezas. Consummado o facto, Lopes de Lima participou ao governo o que tinha feito, esperando que approvasse o seu comportamento, que era altamente criminoso por

ser exhorbitante. E foi este só effectivamente o seu crime. O negociador excedeu os seus poderes, dando excepção ao que estava convencionado, mas não tratou objecto para que não estivesse autorisado, porquanto nas instrucções se dizia claramente que podia ajustar a troca, ou cessão de territorio. Na questão de dinheiro ficou immaculada a sua honra, porque as importancias, que recebeu, entraram nos cofres publicos, e fôram applicadas a despezas da colonia, como se verificou pelo exame a que se procedeu no livros da contabilidade. Porém o facto da cessão de Larantuka e da recepção dos 80:000 florins foi adulterado, e clamou-se contra o negociador, dizendo-se que tinha vendido a possessão e ter fugido com o preço da venda. A politica serviu-se d'estas falsidades para ferir na pessoa de Lopes de Lima o ministro conde de Thomar, seu protector, decaido estrepitosamente do poder na presença da revolução de 1851. Lopes de Lima nem vendeu o territorio nem fugiu para a America. Foi demittido do seu governo e mandado recolher a Lisboa debaixo de prisão, no proprio brigue *Mondego*, que o transportara a Timor, e fal. na viagem. Dos seus muitos escriptos, mencionaremos os que veem citados no vol. IV do *Diccionario Bibliographico: Ensaios sobre a estatistica das possessões portuguezas na Africa Occidental e Oriental, na Asia occidental; na China; e na Occania; escriptos de ordem do governo de Sua Magestade Fidelissima a Senhora D. Maria II*, Lisboa, 1844 a 1846, 3 tomos acompanhados de cartas e plantas hydrographicas, e de algumas tabellas e mappas; *Memoria sobre os Felups* (povos gentios da Guiné portugueza); saiu primeiro no *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras*, n.º 3, de pag. 65 a 73, e foi reproduzida no *Archivo Popular*, etc.; *Manifesto do governador geral interino dos estados da India portugueza, José Joaquim Lopes de Lima, ácêrca dos successos havidos em Pangim nos dias 26 e 27 de abril de 1842*, Bombaim, sem indicação de anno; *Jornal da viagem que fez de Gôa para Lisboa, por Bombaim, Suez, Alexandria e Malta em 1842*, Lisboa, 1843; *Descobrimento e posse do reino do Congo pelos portuguezes no seculo XV, sua conquista no seculo XVI, e successos subsequentes até o começo do seculo* XVII, Lisboa, 1845; anda inserto nos *Annaes Maritimos e Coloniaes; Exposição sobre o governo interino da India portugueza, desde 24 de setembro de 1840 até 26 de abril de 1842*, Lisboa, 1848; *A Liberdade sem véo*, Lisboa, 1837; *As eleições e os candidatos*, Lisboa, 1838; *A verdade zomba da calumnia*, Lisboa, 1849, sem o seu nome; é uma apologia do conde de Thomar, defendendo-o das accusações que contra elle publicavam n'aquelle tempo os jornaes da opposição; *A Camara optica; folha politica*, Lisboa, 1838; anonymo, mas correu ser elle o seu autor; *Miscellanea politica, pelo autor da Camara Optica*, Lisboa, 1838; *A Matraca; periodico moral e politico, por uma sociedade de litteratos sem refolho;* começou em 25 de abril de 1847, tambem lhe foi attribuida a maior parte da collaboração; *Nova farçada intitulada: Os incendiarios a arder, ou os corcundas á pancada*, Lisboa, 1826; *Collecção de poesias recitadas em diversos theatros da capital*, Lisboa, 1826; *Ode ao ill.mo sr. João da Matta Chapuzet, retirando-se do governo das ilhas de Cabo Verde, deputado ás côrtes*, Lisboa, 1827; meia folha de papel; *Ode pindarica ao ill.mo e ex.mo sr. Duque de Saldanha em 6 de novembro de 1846*; saiu no *Diario do Governo*, n.º 275, de 21 do dito mez e anno; *Lamentação d'um liberal catholico;* trecho de 56 versos, allusivos ás occorrencias que motivaram a evasão do papa Pio IX de Roma, em novembro de 1848; saiu no *Estandarte*, n.º 279. N'este jornal foi collaborador effectivo. No já citado *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras*, de 1836, encontram-se muitas poesias suas, e nos *Annaes Maritimos e Coloniaes* varias *Memorias* sobre assumptos das nossas colonias. Para a biographia de Joaquim José Lopes de Lima, póde vêr-se a *Exposição sobre o governo interino da India portugueza desde 24 de fevereiro de 1840 até 26 de abril de 1842*, onde se encontram alguns documentos a seu respeito; e o livro de Affonso de Castro, *As possessões portuguezas na Oceania*, de pag. 157 a 165, e 175 a 181.

Lima *(P. José Manuel de Abreu)*. Presbytero secular, prégador regio, bibliothecario da Real Bibliotheca d'Ajuda, escriptor dramatico, etc. N. pouco mais ou menos em 1764, visto já ter ordens menores em 1788, e fal. de repente na quinta do Bomjardim, nas proximidades de Bellas, em agosto de 1835. Apaixonado pela arte dramatica, associou-se durante muitos annos ás emprezas theatraes de S. Carlos, Salitre e Rua dos Condes, e para estes theatros, escreveu, imitou e traduziu das linguas hespanhola e franceza grande parte dos dramas e comedias, que por esses tempos ali se representaram. Por esta sua predilecção pela arte dramatica achava-se inhibido pela autoridade superior ecclesiastica do exercicio das ordens, com excepção do ministerio do pulpito, em que se tornou um dos melhores e dos mais conhecidos prégadores do seu tempo. Não consta que publicasse nenhum dos seus numerosos sermões; o que, porém, se publicou, e teve muitas reimpressões, sendo a ultima em 1854: *Relicario angelico de Jesus Christo e de Maria Santissima*. Tambem escreveu e publicou *O Elogio historico do serenissimo sr. D. José, principe do Brazil, fallecido aos 11 de setembro de 1788*, Lisboa, 1788, com 2.ª edição ainda n'este anno, e outra em 1789. A sua nomeação de bibliothecario tem a data de 1825, mas em 1833 perdeu esse logar, por se manifestar profundamente partidario do infante D. Miguel. Desde então viveu quasi exclusivamente do producto dos seus sermões, porque as peças, como estavam em grande parte fóra do gosto do publico, já pouco se representavam. Falleceu d'uma apoplexia fulminante na capella da quinta do Bomjardim, pertencente aos condes de Redondo, onde fôra prégar n'uma festividade. Os manuscriptos das suas peças existiam, segundo consta, em casa d'estes illustres fidalgos. Mencionaremos os seguintes dramas, 5 actos: *A virtude encontra-se onde menos se espera*, 1801; *Os castellos no ar*, 1801; *Aviso ás senhoras casadas*, 1805; *Ophis*, 1806; *A innocencia triumphante da intriga*, 1806; *O filho natural*, 1809; *O mago da Persia ou os tres irmãos*, 1811; *Egilde de Montfaucon, acção romanesca do seculo XIV*, 1818; *A experiencia judiciosa ou os tres irmãos*, 1808, — 4 actos: *Pedro o Grande, ou os falsos mendigos*, 1804; *Frederico, ou o retrato de muitos homens*, 1804; *A experiencia judiciosa ou o*

tambor nocturno; *O ministro da honra*, 1816—3 actos: *O naufragio venturoso*; 1801; *O exemplo interessante*, 1801; *Amores de Milfont e Danrelt*, 1801; *As duas portas*, 1802. *O tyranno de Grod*, 1802; *O despertador*, 1802; *A actriz virtuosa*, 1803; *O sabio moderno ou original de que ha muitas copias*, 1804; *Pedro o Grande, ou o desertor moscovita*, 1805; *Pauto e Virginia*, 1806; *A ilha chimerica*, 1808; *O velho prudente e sensivel*, 1808; *Nina*, 1809; *Iphigenia, ou o inglez sensivel*, 1809; *O empecionado, ou o heroe de Somosierra*, 1810; *O pintor naturalista*, 1814; *O retrato*, 1815; *Honra e indigencia*, 1816; *O dia jubiloso*, 1818; *O papagaio*, 1819; *1798*, 1798; *O retrato do tempo presente, ou a segunda parte do drama intitulado «1798»*, (comedia); *O orphão portuguez*, 1815; *O retrato de Miguel Cervantes; A Guerreira das sete montanhas*; *O parricidio frustrado*; *O expertos tambem se illudem; Os tres gemeos; Quinze dias de prudencia; O annel de Giges* (peça magica),—2 actos; *O mentiroso enganado*, 1801; *Doring e Christina*, 1802; *Curar o mal com o mesmo mal*, 1810; *O espelho ou o marido prudente*, 1810; *Um por outro*, 1810; *Um quarto de hora de silencio*, 1811; *O duende, ou os dois granadeiros*, 1811. —1 acto: *O inglez melancolico*, 1801; *Os annos de Fileuna*, 1801; *O visionario*, 1804; *O casamento por mania, ou os dois militares*, 1808; *A dama espiritnosa, ou a mascarada*, 1809; *A dama astuciosa*; *Exemplo, ou as aldeãs portuguezas*, 1809; *O maniaco* (farça), etc.

Lima (*José Maria da Conceição*). Capellão do hospital de S. Lazaro, de Lisboa. Escreveu: *Lysia grata aos invictos e valorosos lusitanos ou Breve Noticia dos applausos e festins com que fôram recebidas as tropas portuguezas quando, depois da campanha, voltaram victoriosas a esta capital de Lisboa, nos fins de agosto e principios de setembro de 1814*, Lisboa, 1816.

Lima (*D. Lourenço de*). Diplomata que viveu no fim do seculo XVIII e principio do XIX. Foi embaixador em Vienna d'Austria, e passou depois a exercer o mesmo cargo em Paris em 1807, quando Napoleão resolveu destruir a independencia de Portugal. Só teve conhecimento do tratado de Fontainebleau ao ser mandado sair de Paris pelo governo francez. Em 1808 voltou a França, fazendo parte da deputação encarregada de pedir a Napoleão que desistisse de lançar a pesada contribuição de 18:000 contos de réis sobre Portugal. Ali ficou prisioneiro com os outros quando rebentou a insurreição portugueza. Apezar d'isso, o governo do Rio de Janeiro considerava-o como jacobino, e ordenava expressamente que se impedissem todas as communicações entre elle e sua familia.

Lima (*Lucas de*). Doutor em Theologia, e licenciado em Canones, qualificador do Santo Officio, promotor da justiça ecclesiastica, procurador da mitra primacial de Gôa e syndico do senado da mesma cidade. N. na ilha de Chorão, junto de Gôa, a 23 de dezembro de 1654; fal. a 7 de julho de 1717. Era filho de Fernão de Lima e de Catharina de Sá, bramanes e gancares, da mesma ilha. Como theologo e canonista muito considerado, muitas vezes o consultavam em gravissimas controversias, sendo o seu voto sempre decisivo. Foi vigario das parochias de S. Pedro, Sant'Anna e S. Bartholomeu, e escreveu algumas obras sobre Theologia e Direito canonico, que ficaram inéditas, com os titulos: *Summa de Theologia Moral* (com varios pareceres que o autor deu nas materias em que foi consultado); *Promptuario* do padre Bento Pereira, addicionado com muitas resoluções de diversos autores concernentes a um e outro Direito e praxe forense.

Lima (*D. Luiz Caetano de*). Clerigo regular da ordem de S. Caetano, socio da Academia Real de Historia Portugueza, etc. N. em Lisboa a 7 de setembro de 1671, fal. no convento de N. S.ª da Divina Providencia, da sua ordem, na mesma cidade, a 24 de junho de 1757. Era filho de Francisco Viegas de Lima e de D. Maria dos Santos. Ainda muito novo abraçou o instituto dos clerigos regulares theatinos, professando solemnemente no convento de Lisboa em 29 de setembro de 1687. No anno de 1695, indo por embaixador a Paris o 2.º marquez de Cascaes, D. Luiz Alvares de Castro, D. Luiz Caetano de Lima acompanhou-o como seu confessor, e regressando á patria, partiu depois com o conde de Tarouca, João Gomes da Silva, quando este diplomata foi como ministro plenipotenciario celebrar as pazes de Utrecht, em 1713. Na larga permanencia que teve em Paris e na Hollanda, exercitou se tanto nas linguas franceza e italiana, que compoz n'estes idiomas umas *Artes* para instrucção dos seus naturaes. D. Luiz Caetano de Lima era homem muito douto nas sciencias ecclesiasticas, muito perito em historia, e grande conhecedor das linguas grega, hebraica e latina. Foi um dos primeiros 50 academicos, que constituiram a Academia Real de Historia Portugueza, quando se instituiu em 1720. Tambem exerceu por vezes o cargo de preposito no seu convento de Lisboa. Nas *Memorias Chronologicas dos Clerigos Regulares*, de D. Thomaz Caetano do Bem, tomo II, pag. 34 a 162, vem a sua biographia, onde extensamente se trata das referidas embaixadas. Póde vêr-se tambem o seu *Elogio* escripto por João Antonio Beserra de Lima, impresso em 1759, e os *Estudos biographicos*, de Canaes, a pag. 246, etc. Deixou muitas obras impressas e manuscriptas, cujos titulos veem mencionados na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, a pag. 68 e 69 do vol. III. D'estas obras destacaremos as seguintes: *Grammatica franceza, ou arte para aprender o francez por meio da lingua portugueza*, Lisboa, 1710; saiu mais accrescentada e com notas, *Partes* I e II, Lisboa, 1732; houve nova edição em 1733 e outra em 1734; *Geographia historica de todos os estados soberanos da Europa, com as mudanças que houve nos seus dominios, especialmente pelos tratados de Utrecht, Rastad, Baden, etc., e com as genealogias das casas reinantes, e outras mui principaes*; tomos I e II: *Em que se trata de Portugal*, Lisboa, 1735, e 1736; este 2.º tomo é illustrado com o mappa geral do reino, e outros parciaes das 6 provincias em que então se dividia o reino, e as plantas das praças de Moura, Olivença, Campo Maior e Arronches; a obra não continuou; *Orthographia da lingua portugueza*, Lisboa, 1736; adoptada pela Academia Real de Historia; *Grammatica italiana, e arte para aprender a lingua italiana por meio da lingua portugueza*, Lisboa, 1734; outra edição em 1756; *Copia de uma carta que se escreveu de Utrecht a Lisboa, em que se dá noticia da solemnidade com que os plenipo-*

tenciarios d'el-rei de Portugal celebraram o nascimento do principe do Brazil, Lisboa, 1718; sem o nome do autor; *Tablettes chronologiques et historiques des rois de Portugal, jusqu'à l'année de 1716*, etc., Amsterdam, 1716; *Epigrammata, quibus aliquit gesta Augustissimi Lusitanorum Regis Joannis V, memoriæ productur*, Olissipone, 1753. A Academia Real de Historia encarregou-o de escrever em latim a historia ecclesiastica do bispado de Vizeu. Na *Collecção dos Documentos e Memorias da Academia Real* veem alguns discursos de D. Luiz Caetano de Lima, e algumas *Contas* academicas dos seus estudos, etc. Entre os autographos e copias manuscriptas da Bibliotheca Publica de Evora, existem de D. Luiz Caetano de Lima os seguintes: o original da Grammatica italiana, já citada; uma *Carta* ao conde de Unhão, datada de Utrecht a 11 de outubro de 1714, que dizem ser diversa da que se imprimira, tambem já citada; O *Jogo* chronologico dos reis de Portugal, comprehendendo um caderno com a serie dos reis em letras debuxadas á penna, tendo no fim da 1.ª pagina: «De la Moliere inv. et. scrip», e no final de tudo a assignatura de D. L. C. de Lima; uma *Collecção de tratados de* Portugal com varias potencias e de alguns contratos particulares desde o anno da Acclamação de 1640 até á conclusão da paz com Castella em 1715; as *Memorias* pertencentes á historia da paz de Utrecht, 4 tomos; e a *Carta* a Despine ácêrca das negociações e Utrecht.

Lima *(Luiz Torres de)*. Commendador de Besteiros, na ordem de Christo, e senhor do morgado da Lardeira; ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento, e a terra da sua naturalidade. Era filho de Francisco de Torres, e de sua mulher Maria Henriques. Casou duas vezes: a primeira com sua prima D. Maria de Alarcão, filha de Jeronymo de Moraes, commendador da Granja de Alpriate; a 2.ª com D. Maria de Alcaçova, filha de D. Antonio de Alcaçova e de D. Maria de Noronha. Escreveu: *Compendio das mais notaveis cousas que no reino de Portugal aconteceram desde a perda d'el-rei D. Sebastião até o anno de 1627, com outras cousas tocantes ao bom governo e diversidade de estados*, Lisboa, 1630; reimprimiu-se em Coimbra em 1654. Foi na 3.ª edição, Lisboa, 1722, que pela primeira vez se imprimiu a segunda parte d'esta obra, para que tinha sido negada a licença do governo de Castella. Ambas as partes fôram reproduzidas em 4.ª edição, com o titulo: *Avisos do Céo, successos de Portugal, com as mais notaveis cousas que aconteceram*, etc., Lisboa, 1761, 2 tomos.

Lima *(Fr. Manuel de)*. Religioso dominicano da ordem dos prégadores. N. em Vianna do Castello, e fal. em 19 de fevereiro de 1712. Era filho de Amaro Rodrigues e de Maria Francisca. Professou no convento da sua ordem de Vianna do Castello, a 29 de março de 1688, e ali falleceu. Traduziu do *Diario Dominicano*, composto em italiano por Fr. Domingos Maria Marchese, em portuguez, as vidas dos varões insignes em santidade da ordem dos prégadores, que sairam juntamente com outras, vertidas do francez de fr. Estevão Thomaz Soveges, *Anno Dominicano*, por fr. Manuel Guilherme, cuja obra se publicou com o titulo de *Agiologio Dominicano, vida dos santos beatos, martyres, e outras pessoas veneraveis da ordem dos prégadores, por todos os dias do anno*; tomo I, comprehendendo os mezes de janeiro, fevereiro e março, Lisboa, 1709, tomo II, comprehendendo os mezes de abril, maio e junho, Lisboa, 1710; tomo III, comprehendendo os mezes de julho, agosto e setembro, Lisboa, 1711; tomo IV, comprehendendo os mezes de outubro, novembro e dezembro, Lisboa, 1712.

Lima *(Fr. Manuel de)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho. N. em Lisboa, onde tambem fal. no convento da Graça a 22 de agosto de 1728. Era filho de Manuel Rebello de Lima e de Izabel Gomes. Professou no referido convento a 26 de junho de 1676. Foi prégador na sua religião. Escreveu: *Idéas sagradas*, 2 tomos; Lisboa, tomo I, 1720, 2.º em 1721; *Sermão de N. S.ª da Penha de França, prégado no segundo dia do triduo do anno de 1683 no mesmo convento*, Lisboa, sem anno de impressão; *Sermão de S. João Evangelista no seu oitavario domingo 3 de janeiro d'este anno de 1683 no mosteiro da Rosa d'esta cidade de Lisboa;* sem data; *A Trindade da terra, Jesus, Maria, José, em tres sermões*, Lisboa, 1718; *Politica religiosa, carta de um pae a seu filho, que vae ser religioso*, Lisboa, 1721, traduzido do castelhano.

Lima *(P. Manuel de)*. Jesuita. N. em Lisboa, e fal. em Evora a 4 de julho de 1657. Professou no noviciado d'esta cidade em 1 de junho de 1623. Dedicando-se ás missões do Oriente, partiu para a India em 1630, e alguns annos depois foi a Roma por terra; voltando a Portugal, embarcou para o Maranhão, e ali assistiu algum tempo no collegio de Angra, continuando nas suas missões evangelicas, mas como o clima fôsse muito nocivo á sua saude, regressou a Evora por conselho dos medicos. Escreveu: *Relação d'um prodigioso milagre, que o glorioso S. Francisco Xavier, apostolo do Oriente, obrou na cidade de Napoles no anno de 1634*; no collegio de Rachol, em 1636.

Lima *(Manuel Vicente Pereira de)*. Autor d'um *Contador abbreviado, ou novo modo de contar pelo methodo mais claro e intelligivel; obra muito util para toda a qualidade de pessoas que se queiram applicar*, Lisboa, 1817; reimprimiu se em 18 0.

Lima *(Polycarpo Francisco da Costa)*. D'este escriptor só se sabe, que era natural de Lisboa, e fal. em setembro de 1865, na occasião em que tomava banho na Foz do Douro. Escreveu: *Elementos de economia politica, colligidos* por ..., Lisboa, 1854; *Padaria antiga e moderna*, que comprehende, como diz o autor, a biographia da padaria e a genealogia do padeiro. Foi redactor dos jornaes *Liga mensal* e *Revista mensal*, publicou varios artigos sobre economia politica na *Revista Universal Lisbonense* e em outros jornaes. Nos *Fastos*, de Ovidio, traducção de A. F. de Castilho, tem a nota 38 ao livro III, parte II, de pag. 467 a 491.

Lima *(D. Rodrigo de)*. Filho natural de D. Duarte da Cunha de Lima, e neto de D. Leonor de Lima, viscondessa de Villa Nova da Cerveira. Por morte de D. Duarte Galvão, foi, para o substituir, nomeado em 1520 embaixador ao reino da Ethiopia, pelo governador da India, Diogo Lopes de Sequeira, na occasião em que tomava valorosamente o porto da ilha de

Massuá, sujeita aos abexins, querendo com esta nomeação so não frustrassem as ordens reaes. D. Rodrigo de Lima, acompanhado do capellão d'el-rei, Francisco Alvares, e de outros portuguezes, entrou na côrte da Ethiopia, sendo recebido benevolamente, pelo principe, e resolvendo este gratificar o rei de Portugal, então D. João III, pelos donativos que recebera da embaixada, lhe mandou uma corôa de ouro e prata pelo seu embaixador Zagazabo, juntamente com uma carta escripta ao papa Clemente VII, em que o reconhecia como cabeça visivel do corpo mistico da egreja. D. Rodrigo de Lima esteve seis annos na Ethiopia, d'onde partiu depois com o embaixador na armada de Heitor da Silveira, e entrou em Ormuz a 26 de junho de 1526, e seguindo para a Europa com o padre Francisco Alvares, desembarcou em Lisboa a 24 de junho de 1527. Na longa permanencia n'aquelle imperio, observou e investigou cuidadosamente todo o estado, assim como os costumes dos seus habitantes, escrevendo sobre estes estudos uma *Descripção sobre o reino da Ethiopia, ou Preste João*. Foi o capellão da embaixada, o padre Francisco Alvares, quem tornou muito conhecida a Ethiopia. V. *Alvares (Padre Francisco)* e *Ethiopia*.

Lima *(Rodrigo Luciano Abreu de)*. Governador de Moçambique, sendo nomeado em 9 de março de 1842, como successor de João da Costa Xavier, de cujo logar tomou posse a 15 de fevereiro de 1843. Visitou os portos da provincia, e naufragou á entrada de Sofala. Foi tambem visitar o sultão de Zanzibar, e por isso o repreheudeu severamente o governo portuguez, que lhe extranhou sobretudo o ter ido n'um navio de guerra estrangeiro. Em 12 de maio de 1847 entregou o governo a Domingos Fortunato do Valle. Em 1845 formou-se uma companhia para explorar as minas de ouro de Sofala, e em 1846 descobriu o naturalista prussiano Piters salsaparrilha no districto de Inhambane No tempo d'este governador fez se a escravatura em todas as partes da provincia, e quasi publicamente.

Lima *(Sebastião de Carvalho)*. Presidente da camara municipal de Aveiro, deputado, etc. N. na villa do Eixo em fevereiro de 1821, fal. em Aveiro a 23 de março de 1896. Seus paes eram proprietarios muito estimados pelo seu carater honesto e trabalhador. Novo ainda, e tendo concluido os estudos preparatorios para se matricular na Universidade, resolveu ir para o Brazil tentar fortuna, a exemplo de muitos outros, dedicando se á vida commercial. Com as habilitações que tinha e a natural intelligencia de que era dotado, facil lhe foi achar collocação no Rio de Janeiro, entrando logo para um estabelecimento de café, pertencente ao abastado capitalista Cornelio. Poucos annos depois achava-se já estabelecido sob a firma Lima, Miller & C.ª. A sua actividade e honradez grangearam-lhe as maiores sympathias; o seu trabalho assiduo e incançavel proporcionou-lhe bens de fortuna, e o relacionar se com familias distinctas brazileiras. Casou então com D. Leocadia Rodrigues Pinto de Magalhães, filha de Guilherme Pinto de Magalhães, presidente da direcção do Banco Hypothecario. Em 1854 regressou a Portugal, indo viver para a sua terra natal, passando depois para Aveiro em 1858. Foi em 1861 que entrou verdadeiramente na politica, protegendo n'esse anno a celebre o ultima eleição de José Estevão Coelho de Magalhães, de que se tornou amigo muito dedicado, acompanhando-o sempre na politica. Prestou grandes serviços em Aveiro durante 15 annos, sendo presidente da camara. Em 1864 saiu eleito deputado pelo circulo de Agueda, estando filiado no partido historico, do qual era chefe o duque de Loulé. Presidiu tambem por largos annos á Junta Geral do districto, pugnando sempre pelo bem geral sem facciosismos politicos, apezar de dispôr de grandes influencias, pois estava ligado a homens politicos eminentes, como Fontes Pereira de Mello, Antonio de Serpa Pimentel, José Luciano de Castro e José Dias Ferreira, cuja candidatura patrocinou durante muitos annos. O partido regenerador tinha n'elle um valioso auxiliar, apesar de viver ultimamente um pouco afastado da politica. Por vezes foi instado por alguns governos para acceitar o pariato, a que sempre se recusou. Chegou a estar lavrado o decreto agraciando-o com um titulo, a que formalmente se escusou. Sebastião de Carvalho Lima foi o fundador e director da Caixa Economica Aveirense, que se elevou ao maior grau de prosperidade pela sua administração cuidadosa e intelligente, chegando a pôr á disposição d'esse instituto de economia social, nas occasiões em que lhe escasseavam recursos para satisfazer os compromissos, o seu cofre e o seu nome para o credito se restabelecer. Fundou tanbem a Associação Commercial de Aveiro, de que foi presidente. Sebastião de Carvalho Lima era muito versado em humanidades. Viajou bastante e por diversas vezes pela Europa. Era pae do dr. Sebastião de Magalhães Lima, jornalista e democrata bem conhecido.(V. *Magalhães Lima)*

Lima *(Sebastião Correia Saraiva)*. Commerciante. N. em 28 de dezembro de 1887, em Trofa, concelho d'Agueda, fal. em Lisboa a 11 de julho de 1893. Era filho de Antonio Correia Pinheiro e de Anna Ermelinda Correia Lima. Aos 13 annos veiu para Lisboa, para casa d'um tio, o commerciante Correia Saraiva Sobrinho. Tendo licença para estudar, frequentou o Instituto Industrial durante dois annos com bastante aproveitamento. Aos 23 annos, em 1880, estabeleceu se na rua de S. Paulo com mercearia por grosso, e pelo seu genio activo e emprehendedor conseguiu dar ao estabelecimento um desenvolvimento regular. Era dedicado ardentemente ao principio associativo, e nas assembléas populares, que principiou a frequentar, obteve por muitas vezes assignalados triumphos, porque se tornára um orador enthusiasta, fluente, correcto e apaixonado. Na sessão da Associação Commercial de Lisboa, de 14 de dezembro de 1855 foi approvado como socio. Em 1887 houve uma eleição muito disputada entre os diversos elementos para a Associação Commercial de Lisboa, e Saraiva Lima saiu triumphante, e sendo eleito director a 27 de março de 1889 conquistou desde logo o respeito e a amizade de todos os consocios collegas na direcção, com quem sempre manteve as mais cordeaes relações Em 30 de julho de 1890 foi eleito secretario da assembléa geral, sendo reeleito em 25 de julho de 1892. Em maio de 1893, tendo-se declarado a crise que motivou a saida da direcção de alguns dos seus collegas, Saraiva Lima, que era pessoalmente extranho ás questões que se ventilavam, viu-se no emtanto compellido a de-

mittir-se. Na Associação Commercial dos Lojistas de Lisboa, onde desempenhou quasi todos os cargos importantes, poz bem em evidencia a sua individualidade, conquistando a estima de todos os seus consocios. Em 1889 figurou pela primeira vez na eleição camararia, entrando na lista republicana. Obteve o maior numero de votos, sendo talvez perto de 500 os que lhe deu o commercio extranho ao partido, em que Saraiva Lima militava. Foi esta uma prova do seu grande valor civico, porque na sua eleição não imperou a politica, porém só o verdadeiro merecimento do honrado commerciante. Em 1890, quando se deu o *ultimatum* inglez de 11 de janeiro, Saraiva Lima foi dos que primeiro se manifestaram para o commercio proceder de fórma a responder á agressão recebida, e a elle se deve grande parte do movimento, de que resultou emanciparmo-nos quasi totalmente da importação ingleza. A camara de que fazia parte foi dissolvida apoz o *ultimatum*, e Saraiva Lima foi reeleito vereador em 1891. Como vereador levantou sempre na camara, com a maior isenção, questões importantes para os interesses populares; como republicano enthusiasta conquistou as sympathias de todos os seus correligionarios. Saraiva Lima era casado com D. Maria da Conceição Fernandes Lima. A sua morte foi muito sentida em toda a classe commercial, que largamente se fez representar no funeral, e pelo partido republicano, do qual se tornou um forte ornamento.

Lima *(Silvestre Bernardo)*. Cavalleiro da ordem de Christo, agronomo e veterinario; lente de Zootechnia e Hygiene no Instituto de Agronomia e Veterinaria, logar que exerceu durante 30 annos; director geral aposentado do Commercio e Industria no ministerio das Obras Publicas, conselheiro, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa e da Real Associação de Agricultura Portugueza, desde 1877, etc. N. em Alpiarça, no conc. de Santarem, no anno de 1824, fal. em Lisboa a 10 de setembro de 1893. Por morte do conselheiro Moraes Soares foi nomeado director geral do Commercio e Industria, pelo decreto de 17 de março de 1881, sendo aposentado pelo decreto de 25 de junho de 1886. Elaborou grande numero de propostas sobre instrucção agricola, sobre applicação de adubos chimicos, e grandes relatorios sobre as florestas portuguezas, etc. O conselheiro Silvestre Bernardo Lima era um incançavel e modesto trabalhador, notado como verdadeiro sabio, não só no paiz, como em toda a Europa, pois o seu nome era numerosas vezes citado pelos escriptores e sabios estrangeiros, que acatavam e estudavam as suas proposições. São relevantissimos os seus serviços prestados á sciencia. Collaborou em diversos jornaes politicos e litterarios, como o *Atheneu*, publicado em 1860, etc. Foi um dos mais assiduos redactores do *Archivo Rural*, fundado em 1858, a que se seguiu em 1880 o *Jornal Official de Agricultura*, artes e sciencias correlativas. N'estes jornaes encontram se trabalhos seus de muito valor, que ainda hoje são consultados pelos homens da sciencia. No *Archivo Rural* publicou uma serie de artigos com o titulo de *Apontamentos para um compendio elementar de Zootechnia geral.* Ha um trabalho verdareiramente grandioso de Silvestre Bernardo Lima, que não se havia feito ainda no paiz, o qual foi mandado elaborar pelo então director geral do Commercio e Industria, o conselheiro Moraes Soares. E' o *Recenseamento geral dos gados*, feito em 1870, e em que Silvestre Lima tomou a parte mais activa. E' um grosso volume que contem preciosos dados e elementos de estudo ácêrca das nossas raças bovinas leiteiras, até ali completamente ignoradas. Foi o eminente professor quem primeiro percorreu os centros creadores da população bovina, estudando os solares de cada raça, e mostrando ao paiz em algarismos, o valor e riqueza da sua industria pecuaria. Aquelle importante trabalho foi superiormente apreciado por eminentes professores estrangeiros. Magne, Sanson, e outros zootechnistas notaveis, citam varias vezes nas suas obras as opiniões de Silvestre Bernardo Lima, e todos elles se referem com palavras de grande louvor á obra levada a effeito pelo grande e modesto trabalhador portuguez. Não só a Zootechnia e a Hygiene mereceram um estudo aturado do distincto professor, que foi o primeiro zootechnista portuguez; os seus seus conhecimentos eram vastissimos, sobresaindo a Botanica, que elle sabia como poucos, e ainda nos ultimos annos da sua vida, apezar de cançado e doente, considerava um verdadeiro encanto, quando ia para o Bussaco estudar praticamente a infinita variedade de essencias florestaes que constituem aquella preciosa matta. Era vulgar encontral-o sempre nos mezes de agosto e setembro com um tratado de Botanica florestal por entre os frondosos arvoredos do Bussaco, passando ali grande parte do dia entregue aos seus estudos e trabalhos scientificos. Silvestre Bernardo Lima era casado com D. Maria Ignacia Lima. Bibliographia: *Tabella do resultado do estudo das lãs portuguezas, trabalho executado no Instituto Agricola por ordem da Repartição de Agricultura do Ministerio das Obras Publicas, etc.* Lisboa. 1862; uma folha de papel de grande formato; *Estudos hippicos*, 1858-1878; *Estudos pecuarios sobre a provincia de Traz os-Montes*, 1858; *Parecer dos lentes da secção veterinaria do Instituto Agricola ácêrca do fornecimento das carnes verdes para o consumo da capital*, 1858; *Epizootias*, 1858; *Digressão ao Alto Alemtejo*, 1858; *Epizootia aphtosa*, 1858; *Exposição de gados*, 1858; *Feira e exposição de gados em Penafiel*, 1858; *A febre aphtosa em Traz-os-Montes*, 1858; *Luzerna arborea*, 1859; *Herva capim da Guiné*, 1859; *Influencia dos reproductorres sobre o sexo dos seus productos*, 1859; *A proposito da exposição de gados do districto de Evora*, 1860; *Hematuria enzootica do gado bovino no Ribatejo*, 1860; *A proposito de uma visita aos vinhedos de Alpiarça*, 1860; *O gado cavallar da exposição agricola do Porto*, 1860; *Da palha dos cereaes e do seu emprego na alimentação dos gados*, 1860; *O gado ovelhum na exposição agricola do Porto*, 1862; *O gado suino na exposição agricola do Porto*, 1862; *O gado vaccum na exposição agricola do Porto*, 1862; *Ahil, cavallo arabe*, 1862; *Considerações geraes e analyticas acêrca do recenseamento pecuario de 1870*, 1873; *Relatorio do conselho especial de veterinaria*, 1873, *Tabella da composição chimica, relações nutritivas das forragens*, 1871; *Apreciação geral da primeira exposição pecuaria na exposição agricola de Lisboa em 1884*, 1884; *Apontamentos para um compendio elementar de zootechnia geral*, 1863; *Farinha Aulete*, 1864; *Murraça*, 1864;

A exposição agricola de Lisboa, 1864; *A cultura do algodão*, 1864; *Historia natural e economica do porco*, 1865; *Experiencia ácêrca do desenvolvimento individual dos gomos ou olhos das plantas lenhosas*, 1865; *Lord, touro da raça Alderney pertencente á quinta regional de Cintra*, 1865; *Varrasco Berkshire da quinta regional de Cintra*, 1865; *Cultivador Colemen*, 1865; *A cultura do algodão*, 1865; *Um singel barrosão*, 1865; *Feira, remonta e exposição hyppica na Gollegã*, 1866; *Inspecção hyppica do reino*, 1867; *Corridas de cavallos*, 1869; *Raças bovinas portuguezas*, 1870-1871; *Subsistencias pecuarias*, 1874; *Apontamentos das lições de zootechnia professadas no Instituto Geral de Agricultura*, 1878-1879-1880; *Considerações geraes sobre o arrazoamento pecuario*, 1878; *Chronicas agricolas*, 1862-1878; *Bibliographia agricola*, 1878; *Chá de feno*, 1879; *Um duplo hybrido muar*, 1880: *Doenças da oliveira, laranjeira e sobreiro no meio dia da França*, 1865; *Discurso da abertura das aulas do Instituto Geral de Agricultura*, 1878. Pela portaria de 18 de setembro de 1902, foi o sr. Annes Baganha encarregado da compilação de todas estas obras.

Lima (*Theodoro Antonio de*). Gravador, discipulo de João de Figueiredo e depois do professor italiano Bartolozzi. N'um *Breviario romano* de 1815 encontram se trabalhos seus. O frontispicio do *Missal romano* de 1820, tambem foi por elle gravado. Abandonou depois a gravura. e foi professor de desenho no Real Collegio Militar.

Lima (*Theotonio Simão da Camara*). Primeiro aspirante da setima secção da Estação Central dos Correios, escriptor dramatico. Teem-se representado em differentes theatros as seguintes peças: *Trem voltado*, comedia em 2 actos; *A familia Sousa*, 1 acto; *A Princeza Tança*, em collaboração com o bem conhecido escriptor e jornalista Mello Barreto, magica destinada ao theatro de Carlos Alberto, do Porto; *Cavallaria Ligeira*, comedia em 3 actos, de Courteline, traducção destinada ao theatro de D. Maria II, para ser representada no Carnaval; *Vivinha a saltar*, revista em 3 actos com versos de Mello Barreto, representada no theatro da Avenida em 16 de março de 1904 e no da Rua dos Condes; *Na ponta da unha*, revista em 3 actos, de collaboração com Alfredo de Mesquita, que se representou no referido theatro da Rua dos Condes em 1902.

Lima (*D. Thomaz da Encarnação da Costa*). Chamava-se no seculo Antonio da Costa Lima. Foi bispo de Pernambuco. N. na Bahia a 25 de junho de 1723, fal. em Pernambuco a 14 de janeiro de 1784. Veiu para Portugal e cursou na Universidade de Coimbra o curso de Direito Civil, onde tomou o grau de Mestre em Artes. Porém, como a sua vocação o chamava para a egreja, recebeu a murça de conego da ordem de Santo Agostinho no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra em 21 de março de 1747, contando 24 annos incompletos. Passou então a cursar Theologia, em que se doutorou. Tendo-se annos depois estabelecido n'aquella cidade, em 1747, a Academia Liturgica Pontificia, foi D. Thomaz da Encarnação um dos seus primeiros socios, e desempenhou o cargo de professor de Historia Ecclesiastica. Quando por ordem d'el-rei D. José, ou do seu ministro marquez de Pombal, foi creado no convento de Mafra um collegio de humanidades, sendo entregue á direcção dos conegos regrantes, D. Thomaz da Encarnação para ali foi nomeado prefeito dos estudos, cargo que exerceu até á sua eleição de bispo de Pernambuco em outubro de 1773, cuja confirmação lhe foi dada em 18 de abril de 1774, sendo sagrado a 29 de maio d'este anno pelo cardeal da Cunha, arcebispo de Evora, partindo pouco depois para a sua diocese, onde chegou a 30 de agosto, fazendo a sua entrada solemne a 8 de de setembro seguinte. Publicou logo no começo do seu governo uma celebre pastoral, que corre impressa, revogando a multiplicidade de excommunhões e censuras irrogadas nas *Constituições do arcebispado da Bahia*, pelas quaes se regia aquella egreja, conservando sómente as que eram fundadas nas causas, que desde os primeiros seculos do christianismo fôram tidas por unicas e legitimas. Governou em paz a sua diocese durante 10 annos incompletos, ganhando sempre a sympathia, a affeição e o respeito de todos os seus diocesanos, e falleceu depois de prolongada doença. Foi sepultado na capella do Santissimo da cathedral de Olinda, collocando-se-lhe no tumulo de fino marmore um epitaphio em latim, delicadamente gravado. Escreveu: *Oratium ad Academium Pontificium Liturgiae et Historiae Ecclesiasticae in obitu sui desiderantissimi fundatoris SS. Domini D Benedicto XIV*; vem no tomo I da *Collecção* da mesma academia, a pag. 246; *Dissertatio; quibus in locis oblata quondam quibus modo offerri congruat Liturgia?* idem, tomo 77, a pag. 454; *Dissertação historica; Se Idacio, bispo de Merida, e Ithacio de Ossonoba fôram justamente depostos por perseguirem os priscillianistas?* Idem, tomo IV, pag. 118; *Historia Ecclesioe Lusitanoe, per sigula seculoe ab Evangelio promulgata*, Colimbriae, 1759; 4 tomos; *Vetus Camonum Codex Lusitaneae Ecclesiae notis illustratus*, Coimbra, 1764; é precedida de varias cartas de sabios estrangeiros, laudatorias da applicação de D. Thomaz da Encarnação; á coordenação e annotação dos canones precede egualmente uma extensa dissertação, de pag. 1 a 70: *Quonam Canonum codice usa est Hispanienses Ecclesiae ad soeculnm usque octavum?*; *Carta pastoral exhortatoria ao clero e povo de Pernambuco, ao tomar posse da cadeira episcopal*, datada de Olinda a 13 de setembro de 1774.

Lima (*Wenceslau de Sousa Pereira*). Doutor em Philosophia pela Universidade de Coimbra, lente da Academia Polytechnica do Porto, socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, ministro de Estado honorario, par do reino, deputado, governador civil de varios districtos, presidente da camara municipal do Porto, director da Escola Medico-Cirurgica da mesma cidade, etc. N. no Porto em 1858, sendo filho de José Joaquim Pereira de Lima. Foi educado no estrangeiro, onde se habilitou em toda a instrucção secundaria, vindo em seguida para Portugal, matriculando-se em Philosophia na Universidade, onde fez um curso distincto. Para o acto de licenceado apresentou uma notavel dissertação sobre os carvões naturaes. Doutorou-se a 26 de novembro de 1882. Sendo concorrente á cadeira de mineralogia da Academia Polytechnica do Porto, foi nomeado, logo depois do seu doutoramento, tendo feito um concurso brilhante,

contando apenas 24 annos de edade. N'este concurso apresentou outra dissertação sobre a *Funcção chlorophyllina*. Entregou se a estudos de paleontologia vegetal em que adquiriu reconhecida competencia. Attestam-n'o a *Noticia sobre as camadas da serie permo-carbonica do Bussaco;* a sua memoria sobre o *Dicranophyllum*, sobre uma nova especie de *Eurypterus*, etc. Entre os seus trabalhos, citaremos tambem a memoria sobre *Oswald Heer e a flora fossil portugueza*, erudita homenagem ao eminente sabio, cognominado o *Linneu na botanica fossil*. O sr. conselheiro Wenceslau de Lima foi governador civil dos districtos de Porto, de Villa Real e de Coimbra. Entrando na politica filiado no partido regenerador, tem sido deputado em differentes legislaturas, sendo eleito pelos circulos do norte. Nas camaras sempre o preoccuparam os assumptos de instrucção e aos seus esforços se deveu a reforma da Academia Polytechnica do Porto, como foi elle o relator da reforma do Conselho Superior da Instrucção Publica effeituada pelo ministro Barjona de Freitas. Em 1886 era vogal d'este conselho. Foi eleito par do reino, tomando posse na respectiva camara na sessão de 17 de março de 1901. Em 1903 tomou parte no ministerio presidido pelo fallecido estadista Hintze Ribeiro, encarregando-se da pasta dos negocios estrangeiros. Foi elle quem preparou o tratado da arbitragem com a Inglaterra. O sr. conselheiro Wenceslau de Lima é um escriptor e um parlamentar de merecimento; é tambem um viticultor moderno, aproveitando os melhoramentos que se iniciam no estrangeiro, para os pôr em pratica nas suas propriedades. Tem exercido os cargos de presidente da camara municipal do Porto; de director da Escola Medico-Cirurgica da mesma cidade, presidente da commissão anti-philoxerico do norte; commissionado pelo governo para o estudo da flora fossil de Portugal, etc. O seu nome tambem anda ligado a obras de beneficencia. Foi provedor da Santa Casa da Misericordia do Porto; vice-presidente da commissão executiva da Assistencia Nacional contra os tuberculosos, chefe de muitas instituições de beneficencia, pertencendo á commissão do Patronato Portuense, etc.

Wenceslau de Sousa Pereira Lima

Lima *(Rio)*. Nasce na lagôa de Beon, bispado de Orense, proximo ao monte do Viso, na Galliza, e não longe da nascente do rio Minho. Entra em Portugal, proximo do castello de Lindoso, no districto de Vianna do Castello, e depois de banhar Ponte da Barca e Ponte do Lima, onde tem pontes, vae desaguar com um curso de 100 k. no Oceano Atlantico, proximo do castello de S. Thiago da Barra em Vianna do Castello. N'esta cidade é atravessado por uma ponte metallica que dá passagem á via ferrea do Minho, no seu prolongamento atravez d'esta populosa provincia, pondo o Porto em communicação directa com a Hespanha por Caminha. Esta ponte foi construida pela casa Eiffel & C.ª. E' formada por um taboleiro de 563 m. de comprido com dupla via, inferior e superior, havendo entre as duas a distancia de 7 m. aproximadamente. A via inferior é destinada á passagem dos comboios e a superior ao serviço de pé e viação. Além da ponte de Vianna ha um viaducto de 83 m., e do lado opposto, em Darque, outro do mesmo comprimento. A inauguração realisou-se em 30 de junho de 1878 com toda a solemnidade, assistindo Fontes Pereira de Mello, presidente do conselho de ministros, e Lourenço de Carvalho, ministro das obras publicas. As margens do rio Lima são muito aprazíveis e cobertas de frondosa vegetação. Ali existem quintas magnificas, povoações antigas e historicas, palacetes goticos com suas torres ameiadas, remotos solares. N'este rio se encontram lampreias e salmões, muito considerados no paiz, e se exportam para o estrangeiro. Na margem direita vê-se a celebre torre de Florentim Barreto, denominada de D. Sapo. Todos os escriptores portuguezes teem considerado o Lima como sendo o decantado rio Lethes, e as ribeiras d'elle como os Campos Elysios. Todos, ou quasi todos os geographos modernos estrangeiros o reconhecem como o rio Lethes dos antigos. Não se sabe com certeza a razão porque a este rio se deu o nome de Lethes, esquecimento. Strabão diz que lhe proveiu do seguinte facto: «Alliando-se os turdulos e celtas, para certa expedição que intentavam fazer, querendo passar este rio, se suscitou um motim, do qual resultou a morte do seu chefe, pelo que ficaram os soldados dispersos por esta ribeira, esquecidos completamente da tal expedição e dos motivos d'ella. Os romanos, que depois dominaram esta provincia, estavam tão persuadidos que as aguas d'este rio produziam o esquecimento, que a maior parte dos capitães, temendo esquecer-se de Roma, não queriam tentar a passagem d'este rio.» Tito Livio diz, que desejando o consul romano Decio Junio Bruto passar o rio Lima, para fazer guerra aos callaicos (gallegos) pelos annos de 135 antes de Christo, e vendo que seus soldados recusavam atravessar o rio, com receio de se esquecerem da sua patria, tomou a bandeira das aguias da mão do alferes, e passou

intrepidamente o rio, chamando da outra margem os soldados pelos seus nomes, para lhes provar que não se tinha esquecido. Isto serviu de estimulo ás legiões romanas, que a exemplo do seu general atravessaram o rio. O Lima dividia antigamente o arcebispado de Braga do bispado de Tuy. Todo o vasto territorio comprehendido entre os rios Lima e Minho foi do bispado gallego até 1440, passando então para o bispado de Ceuta, em Africa; só em 1512 é que foi incorporado no arcebispado de Braga.

Lima de Abreu. Este appellido provém de Leonel de Lima d'Abreu, fidalgo da Casa Real, senhor do Paço d'Atães, filho de Antonio de Abreu de Lima, senhor do referido paço, e de sua mulher, D. Joanna de Mello Alvim e Grado. Leonel de Lima de Abreu foi o fundador da capella de N. S.ª do Bom Despacho, e casou com D. Anna Carmena de Barrosa, já viuva de Manuel Pereira Barreto e Fagundes. Esta capella está nos claustros da Misericordia de Vianna do Castello, e tem o brazão partido em pala, com as armas dos Abreus e Limas, com a seguinte inscripção:

CAPELLA Q MANDOU FAZER LIONEL DE LIMA
ABREV FIDALGO DA CASA DE SVA MAG.
COM HVA MISSA COTEDIANA POR SI E SVA M. DONA
ANNA CARMENA DE BARROZA P. Q. DEIXOV
JVRO A ESTA SANTA CAZA.

Fallecendo sem filhos legitimos este Leonel de Lima d'Abreu, succedeu no Paço de Atães seu irmão Pedro Gomes de Abreu, que foi tambem senhor da casa do Ameal, e teve de Catharina Cerqueira um filho natural, chamado Antonio de Lima de Abreu, que sendo legitimado por seu pae, foi fidalgo da Casa Real, senhor do Paço de Atães e casa do Ameal, e casou duas vezes: a primeira com D. Anna da Rocha Portocarreiro, de quem teve uma unica filha, D. Joanna, que casou com Lourenço Ferreira Brandão, de quem descende a familia da casa de Santo Isidoro, em S. Salvador da Torre. A segunda vez casou com D. Maria de Mello de Lima, e entre outros filhos teve Pedro Gomes de Abreu, que foi fidalgo da Casa Real, senhor do Paço de Atães, casa do Ameal e capella do Bom Despacho, e casou com D. Francisca de Barros Rego, de quem, entre outros, nasceu Antonio de Lima e Abreu, fidalgo da Casa Real, senhor dos referidos morgados, que casou em Braga com D. Antonia Joaquina Pereira da Silva, senhora herdeira da casa dos Travessos, chamada hoje dos Limas, e entre outros filhos teve Pedro Gomes de Abreu, senhor de toda a casa de seus paes, fidalgo da casa Real, que casou com D. Anna Gertrudes Malheiro, da casa da Torre de Refojos, em Ponte do Lima, e teve a Leonel d'Abreu de Lima, que em 1882 era o senhor dos referidos morgados, fidalgo da Casa Real, que serviu como capitão de voluntarios realistas na guerra civil, e foi feito prisioneiro pelos constitucionaes. Sendo depois nomeado sargento-mór de Vianna, não chegou a exercer este cargo, e terminada a campanha retirou-se com a familia para a sua casa do Ameal.

Lima Barbosa *(Antonio de)*. Medico do hospital de Todos os Santos, desde 1642, em que foi nomeado, até 1645.

Lima e Cunha *(Henrique de)*. General de brigada, fazendo serviço no ministerio das obras publicas. N. na quinta da Trindade no Barreiro a 15 de março de 1843. E' filho do brigadeiro Joaquim Ignacio de Lima e de D. Margarida de Lima. Assentou praça em caçadores n.º 5, a 9 de agosto de 1859. Seguiu os estudos com regularidade e distincção. Matriculou-se na Escola Polytechnica em outubro de 1857, aos 14 annos de edade, frequentando o curso preparatorio para officiaes de artilharia até 1860, sendo ali premiado na 1.ª cadeira com o 1.º premio pecuniario, e na 3.ª cadeira com o 2.º premio pecuniario. De 1860 a 1863 passou para a Escola do Exercito, onde frequentou com aproveitamento todas as cadeiras, recebendo tambem n'essa escola o 1.º premio pecuniario em topographia e louvor nas de fortificação permanente e desenho. Foi promovido a alferes em 20 de julho de 1863, e em tenente para artilharia n.º 1, a 9 de setembro de 1865; a capitão em 23 de maio de 1870, a major em 31 de outubro de 1880, a tenente-coronel a 25 de outubro de 1884, a coronel e 13 de agosto de 1890, e a general de brigada em 2 de novembro de 1899. Desde 1865 até 1877 exerceu varias commissões militares e de obras publicas, indo em 1878 desempenhar uma commissão do respectivo ministerio ao Funchal, onde formou o projecto dos canaes de irrigação da Ribeira do Inferno e Matta Medonho, serviço muito arriscado por causa da natureza alpestre do terreno e dos precipicios de que é cortado. Este projecto foi approvado. O sr. general Lima e Cunha é grande official, commendador e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz. Escreveu: *Organisação do exercito e segunda linha*; serie de artigos publicados no *Diario de Noticias*, de 1868, n.ºs 1099, 1100, 1101 e 1104; *Novo instrumento para sondagens;* memoria apresentada á 1.ª classe da Academia Real das Sciencias, e mandada por ella publicar no *Jornal de sciencias mathematicas, physicas e naturaes*, n.º XXV, de 1879, como o parecer favoravel que a respeito d'esta memoria dera o socio e professor Adriano Augusto de Pina Vidal. A memoria e o parecer fôram impressos em separado. Escreveu mais: *Plano de melhoramentos para a ilha da Madeira*, Lisboa; 1879.

Lima Felner *(Rodrigo José de)*. V. *Felner*.

Lima Leitão *(Antonio José de)*. Cavalleiro professo da ordem de Christo; doutor em Medicina pela Escola de Paris, physico-mór da capitania de Moçambique, intendente de Agricultura na India, lente na Escola Cirurgica do hospital de S. José, presidente do Conselho de Saude Publica, deputado, socio da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, e de varias academias e corporações scientificas e litterarias de Portugal, Brazil, França, Hespanha, etc. N. em Lagos a 17 de novembro de 1787, fal. em Lisboa a 8 de novembro de 1856. Tinha apenas 21 annos quando foi nomeado ajudante de cirurgia do regimento de infantaria de Lagos, logar que, correspondendo na hierarchia militar ao moderno cargo de cirurgião ajudante, lhe era comtudo muito inferior em habilitações scientificas, mas Antonio de Lima Leitão, tendo de partir para França em 1808 com a Legião Portugueza, que Junot organisou e de que elle fazia parte, não desaproveitou o tempo, formou-se em Medicina na Escola de Paris, sendo nomeado em 1812 cirurgião mór de um dos batalhões de *pionniers* do

Grande Exercito, tendo tido em 1813 a honra de passar a exercer as funcções de cirurgião-mór no proprio quartel general do imperador Napoleão. Terminada a Guerra Peninsular, voltou a Portugal em 1814, e teve a felicidade de não cair tanto no desagrado do governo como os outros membros da Legião Portugueza, porque tivera o cuidado, logo em 1814, estando ainda em Paris, de dirigir uma ode ao duque de Wellington, ode que imprimiu em Paris, e depois reimprimiu, em 1816, no Rio de Janeiro, para onde se dirigira a solicitar collocação. N'esse mesmo anno foi nomeado physico-mór da capitania de Moçambique, logar, comtudo, que lhe não agradou, e conservou-se no Brazil, onde imprimiu alguns dos seus escriptos, até 1819, anno em que foi nomeado intendente de agricultura do Estado da India. Partiu então para Gôa, e quando ali chegou a noticia da revolução de 1820, aquella cidade o elegeu deputado nas côrtes que se reuniram em 1822. N'essa camara manifestou os seus sentimentos liberaes, e em 1824 felicitou n'uma ode pindarica el-rei D. João VI, por ter triumphado da revolta da *abrilada*. Estava então em Lagos, e fôram os habitantes d'esta cidade que mandaram imprimir a ode á sua custa. Em 15 de março de 1825 foi nomeado lente de medicina no hospital de S. José, e em 5 de julho do mesmo anno teve a cadeira de clinica. Quando pelo decreto de 28 d'este mez e anno D. João VI creou no referido hospital a primeira escola regular do ensino medico cirurgico sob o titulo de *Real Escola de Cirurgia de Lisboa*, Lima Leitão fez parte do corpo docente, que era presidido pelo enfermeiro-mór, ficando regendo a cadeira do 5.º anno. Quando foi nomeado lente de medicina fez, a seu pedido e com autorisação d'el-rei, uma especie de concurso de provas praticas, dirigindo pelo espaço de dois mezes o serviço clinico d'uma enfermaria do hospital, e fazendo durante esse tempo frequentes preleções a que assistiram muitos lentes e estudantes da Escola Medica. Em 1826 proclamava-se a Carta Constitucional, e Lima Leitão saudou essa nova aurora da liberdade escrevendo e publicando uma ode dirigida a D. Pedro IV. No entretanto, conservou se afastado da politica, dedicando-se aos seus trabalhos litterarios, e á regencia da sua cadeira, publicando em 1827, em desempenho das suas funcções, as *Novas proposições de Medicina que examinara no curso de pratica do presente anno lectivo*. Em 1828 pronunciou a dissertação inaugural dos cursos de cirurgia, que imprimiu. Durante o governo absoluto occupou-se exclusivamente de sciencia, e em 1832 publicou o seu celebre *Esboço sobre a cholera-morbus asiatica*, que lhe deu grau de fama scientifica. Esta terrivel epidemia causava então grandes estragos em Portugal devastado pela guerra, e Lima Leitão publicou em 1833 dois *Breves avisos ao povo*, um ácêrca do tratamento a seguir, o outro aconselhando os perservativos para evitar o ataque do terrivel mal. Em 1833 entraram os liberaes em Lisboa, e logo n'esse anno reimprimiu a ode que em 1826 dirigira a D. Pedro IV. Comtudo, não era natural, que o facto de não ter sido inquietado pelo governo de D. Miguel, passasse desapercebido aos liberaes exaltados que condemnavam como inimigos os que não tinham partilhado os seus perigos e as suas privações. Na *Chronica Constitucional do Porto* publicaram se umas cartas censurando o procedimento politico de Lima Leitão; estas cartas sairam áparte em folhetos, e Lima Leitão viu-se obrigado a publicar em sua defeza uma carta intitulada: *Carta que a s. ex.ª o sr. ministro e secretario de Estado dos negocios da justiça escreve a bem de um seu e commum direito*. Este folheto saiu no mesmo anno de 1833. Em 1834 já se arrojava mais destemidamente á lucta politica, publicando um *Arrazoado ácêrca das eleições de 1834* e uma *Resposta* a impugnações que se fizeram a esse folheto. Publicou tambem a traducção em verso do *Lutrin* de Boileau, traducção que não publicára decerto mais cedo por temer que essa satyra não agradasse á censura clerical e absolutista do governo de D. Miguel. Não abandonou, porém, a sciencia, e ainda n'esse anno publicou um *Fragmento da historia da epidemia*. Foi eleito deputado pelo Algarve, e entregou-se inteiramente á politica, estando durante seis annos sem publicar trabalho algum, á excepção d'um *Projecto de constituição*, em 1837, e um discurso que pronunciára como presidente da Sociedade das Sciencias Medicas. Em 1840 publicou uma traducção em verso do *Paraizo perdido*, de Milton. Em 1841 traduziu e publicou a *Medicina legal* de Sédillot, etc. Nos annos de 1844 a 1846 exerceu o cargo de presidente do Conselho de Saude Publica. Foi por vezes redactor e collaborador de jornaes politicos. Foi o primeiro redactor que teve a *Gazeta de Gôa*, começada em 22 de dezembro de 1821. Em 1836 collaborou em Lisboa no *Portuguez constitucional*, com Almeida Garrett e José Baptista Gastão; em 1848 e 1849 tambem foi collaborador do *Estandarte*, etc. Em 1852 fez um pedido para que se installasse no hospital de S. José uma botica homeopathica, a fim de com ella proceder a experiencias clinicas Não consta que fôsse satisfeita esta sua pretensão. Para a biographia de Antonio José de Lima Leitão veja se o que d'elle refere o seu discipulo e amigo Antonio Maria dos Santos Brilhante, no *Discurso lido na installação do Consultorio Homeopathico Lisbonense em abril de 1859*, inserto no *Rei e ordem* de 13 de abril. Bibliographia: Obras de Medicina: *Novas proposições de Medicina, que examinára no curso de pratica do presente anno lectivo*, Lisboa, 1827; *Dissertação inaugural pronunciada na abertura dos cursos da Escola Real de Cirurgia de Lisboa, no anno lectivo de 1828*, Lisboa, 1828; *Esboço sobre a cholera-morbus asiatica, contendo a theoria da propagação, da natureza, e do tratamento d'esta doença epidemica, fundada na observação presencial na India, e em outros factos authenticos*, Lisboa, 1832; esta mesma obra é uma parte do trabalho, que o autor comprehendera e começara sob o titulo de *Annaes de Medicina Dynamica;* o que mais particularmente dizia respeito á propagação da doença e sua natureza, já havia sido publicado em 1831 na *Gazeta de Lisboa*, n.os 223, 233, 244, 257 e 277; *Breve aviso ao povo, ácêrca do tratamento da molestia epidemica que grassa na Europa com o nome de cholera-morbus asiatica*, Lisboa, 1833; *Breve aviso ao povo, ácêrca dos preservativos da cholera-morbus asiatica*, Lisboa, 1833; *Um fragmento da Historia da Epidemia, que sob o nome de cholera morbus asiatica...* chegou a Portugal no anno de 1833,

Lisboa, 1834; *Discurso pronunciado pelo novo presidente da Sociedade das Sciencias Medicas na sessão solemne de 22 de abril de 1838, em que tomou posse o novo Conselho de Administração*, Lisboa, 1838; *Apontamentos sobre a doença e morte de José Antonio Carlos Torres, contador de fazenda do districto de Lisboa*, Lisboa, 1841; ácêrca d'este folheto saiu uma apreciação muito lisonjeira na *Revista Litteraria* do Porto, tomo VIII, pag. 175, *Manuel completo de Medicina legal, considerada em suas referencias com a Legislação actual, obra particularmente destinada aos srs. Medicos, Advogados e Jurados, por C. Sedillot, vertida do original francez e annotada com a Legislação portugueza que lhe é relativa, e com outros muitos esclarecimentos*, etc., Lisboa, 1841; 2.ª edição correcta e augmentada, Lisboa, 1854; 2 tomos; *Breve noticia sobre a doença de que morreu o conselheiro ministro de Estado honorario Antonio Manuel Lopes Vieira de Castro*, Lisboa 1843; *Noticia sobre a doença de que morreu o Doutor Luiz Duprat, distincto advogado de Lisboa*, Lisboa, 1843; *Discurso sobre as incertezas Medicinaes e os modos geraes de convertel-as em bem da mesma sciencia, recitada na abertura dos cursos da Escola Medico Cirurgica de Lisboa para o anno de 1843*, Lisboa, 1843; *Elementos de Pathologia geral, por A. F. Chomel, vertidos em portuguez*, etc., Lisboa, 1844; 2 tomos; *Registo medico do dr. Lima Leitão*, saiu periodicamente, em 1847; *Memoria sobre a applicação do acido arsenioso, ou arsenico branco do commercio, no tratamento das febres intermitentes*, Lisboa, 1853; *Conselhos tendentes a prevenir, abrandar e curar a doença das vinhas para o proximo futuro anno de 1854*, Lisboa, 1853; *Discurso pronunciado na sessão anniversaria solemne da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa no dia 12 de maio de 1839, perante S. M. o sr. rei D. Fernando II, protector da mesma sociedade, e um numeroso concurso*, etc., Lisboa, 1839; *Discurso recitado na sessão solemne da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, no anno de 1840, sendo eleito presidente pela terceira vez*, Lisboa, 1840; *Discurso recitado na sessão solemne*, etc., *do anno de 1841, sendo eleito presidente pela quarta vez*, Lisboa, 1841; *Direcções sobre o conhecimento e tratamento da febre amarella, que o ill.mo e ex.mo sr. conde de Thomar, ministro e secretario de Estado dos negocios do reino mandou redigir pelo Conselho de Saude Publica do Reino*, Lisboa, 1846. Publicou tambem muitos artigos no *Esculapio*, jornal de medicina.—Obras sobre politica: *Carta a um editor de Paris pelo abbade de Pradt, arcebispo titular de Malines, traduzida em portuguez*, Lisboa, 1826; *Carta que a s. ex.ª o sr. ministro e secretario de Estado dos negocios da justiça escreve, a bem de um seu e commum direito*, Lisboa, 1833; é uma reclamação apologetica ácêrca do que contra o seu caracter e procedimento politico se disséra n'umas *Cartas* publicadas na *Chronica Constitucional* do Porto; *Arrazoado ácêrca das eleições para as proximas côrtes de 1834, seguido de reflexões sobre alguns pontos da politica interna de Portugal*, Lisboa, 1834; *Resposta dada ao que no n.º 59 da «Revista» disse d'elle e do seu Arrazoado*, etc., Lisboa, 1834; *Projecto d'uma Constituição de Portugal no anno de 1837*, Lisboa, 1837; *Duas palavras sobre os serviços e o merito do ill.mo e ex.mo sr. José Bernardo da Silva Cabral*, Lisboa, 1845; sem o seu nome.—Obras poeticas: *Ode ao duque de Wellington como general em chefe do exercito portuguez, depois da paz de 1814*, Paris, 1814; reimpresso no Rio de Janeiro, em 1816; *Cantatas de João Baptista Rousseau, traduzidas em verso*, Rio de Janeiro, 1816; *Ifigenia, tragedia de João Racine, traduzida em verso portuguez*, Rio de Janeiro, 1816; *Andromaca, tragedia de Racine, traduzida em verso*, Bahia 1817; *Arte poetica de Horacio, traduzida em verso*, Bahia, 1818; reimprimiu-se em Lisboa em 1827; *Obras de Publio Virgilio Maro, postas no texto latino o mais correcto, e vertidas em verso portuguez com as mais precisas annotações*, Lisboa, 1842; *Ode pindarica pelo triumpho que Sua Magestade obteve da facção de 30 de abril de 1824; feita em Lagos e mandada imprimir pelos habitantes d'aquella cidade*, etc., Lisboa, meia folha; *Ode a Sua Magestade Fidelissima D. Pedro IV, dando a Carta Constitucional*, Lisboa, 1826; reimprimiu-se em 1833; *A Estante do Caro, poema heroi-comico de Nicolau Boileau Despreaux, traduzido em verso portuguez e seguido da ode a Camões do sr. Raynouard, posta em verso pelo mesmo traductor*, Lisboa, 1834; *O Paraizo perdido: epopéa de João Milton, vertida do original inglez para verso portuguez*, Lisboa, 1840, 2 tomos; adornado com os retratos de Milton e do traductor; foi dedicada a el-rei D. Fernando, e contém copiosas annotações a cada canto, e no fim um indice das cousas notaveis, etc; *A visão do Douro*; poesia offerecida a D. Luiza da Costa Cabral no dia 27 de janeiro de 1844, Lisboa, 1844; *A Rosa*, offerecida á mesma senhora em 27 de janeiro de 1845; Lisboa, 1845; *O Templario*, offerecida á mesma sr.ª condessa de Thomar em 27 de janeiro de 1846; *A Natureza das cousas; poema de Tito Lucrecio Caro, traduzido do original latino para verso portuguez*, Lisboa, tomo I, 1851; tomo II, 1853; é precedido da vida do poeta, e seguido de numerosas e eruditas annotações a cada um dos cantos; *Allocução* (em verso) *na sessão funebre presidida pelo sr. dr. Antonio Feliciano de Castilho... em oblação á sentidissima morte de Sua Magestade Fidelissima, a Rainha senhora D. Maria II*, Lisboa, 1853; *A nova Gloria Portugueza*, ode offerecida a S. A. R. o principe regente de Portugal; saiu no *Observador Lusitano em Paris* do dr. Constancio, tomo I, pag. 481 e seguintes: *Epistola a Filinto Elysio por Almiro Lacobricense* (era o seu nome arcadico), datada de Nimegue a 28 de outubro de 1813; saiu á frente do tomo I da traducção dos *Martyres* de Chateaubriand por Fr. Manuel, impressa em Paris em 1814; anda tambem nas duas edições que posteriormente se fizeram das obras completas de Filinto Elysio; *Traducção* (nova) da Ecloga V de Virgilio, no *Cosmorama Litterario*, 1840, a pag. 68.

Lima Duque (*Abilio Albano de*). Professor em Lisboa e em Coimbra, escriptor e jornalista. Começou na mocidade a exercer o magisterio livre secundario, grangeando sempre as maiores sympathias, tanto dos collegas como dos discipulos. Em 1878 publicou os seus primeiros escriptos nos jornaes de Coimbra, onde fundou e redigiu varios periodicos, e contava apenas 15 annos quando escreveu e publicou *O Grito d'alma*, *O Estudante*, e a seguir *A Gruta dos suspiros*, novella romantica. Desde então até 1890, póde di-

zer-se, que a sua penua tocou todos os generos litterarios, o romance, o drama, a poesia, a politica, a philosophia, as artes, a conferencia, a critica, o jornalismo, etc. Foi então que appareceram os seguiutes trabalhos: *Asperos, Contos e folhetins;* e os seus dramas: *Amor fatal* e *Abençoada esmola*; os seus poemetos: *Anjo da tarde, O Castigo hereditario, Amores d'um rouxinol, A Louca, Soror Çarminita, As Lagrimas d'um pescador, Eduarda, Musas christãs, Flôres da crença, Rosas da Virgem, O Carpinteiro Nazareno, Petalas dispersas, Harmonias em varios tons,* etc , e bem assim *As Visões d'um homicida, O Mortalismo, O padre de hoje, A Musica, Vantagens da economia politica, Os Fins da Associação, Philosophando, As Posições em Portugal,* etc. Fundou os jornaes: *O Pensamento, O Oleastro, O Echo, O Regenerador,* etc. Pertenceu tambem á redacção effectiva do *Jornal de Lisboa,* d'*O Seculo, da Voz da patria,* d'*A Folha,* e d'outros jornaes de Lisboa. N'essa epoca, ou pouco depois, publicou os seus versos: *O Livro d'ella, Fremitos e sombras;* e em prosa: *Paginas intimas* e *Foi ali que elles se amaram.* Em 1903 publicou o *Livro da Mariasinha,* queixosas estrophes pela morte d'uma sua filha, que muito estremecia, a qual falleceu nos fins do anno de 1900. Em prosa ainda publicou, além d'outros escriptos: *As paginas do coração, O grande Garrett* e *Ensaios de Philosophia natural,* impressos em 1905; escreveu tambem um grosso volume de critica social, intitulado: *Verdades cruas.* O sr. Lima Duque tem um caracter independente, nunca se filiou em partido politico.

Lima Lemos (*José Maria de*). Doutor em Canones em Leis pela Uuiversidade de Coimbra, e lente d'esta ultima faculdade. N. em Fataunços, concelho de Vouzella, em 1794, fal. em 1878 na casa da egreja do convento das *Therezinhas* em Coimbra. Era filho de João de Lemos e Almeida. Foi collegial do collegio das ordens de S. Bento de Aviz e de S. Thiago da Espada, em Coimbra. Em 18.4 foi demittido do logar de lente da Universidade, juntamente com outros que pertenciam ao partido legitimista. Era confessor e director das freiras do referido convento das *Therezinhas,* onde muito o respeitavam e consideravam Mais tarde foi-lhe offerecida a vigararia capitular da archidiocese de Evora, em compensação do cargo de deão de Leiria, que exercera, e em que tambem fôra substituido, mas recusou-se a acceitar aquella dignidade. Ponderando-se-lhe depois a commoda opportunidade de reascender ao magisterio universitario, recusou-se egualmente. Depois de restabelecidas as relações com a Santa Sé, fôram-lhe offerecidas algumas mitras, entre ellas a de Lamego, e mais tarde o elevado cargo de patriarcha de Lisboa, que tem annexa a purpura cardinalicia, e tudo recusou sempre com firmeza, pelas suas convicções, pelo respeito dos seus voluntarios juramentos. O corpo do venerando prelado foi sepultado no cemiterio da freguezia de Santo Antonio dos Olivaes. O bispo conde mandou celebrar umas solemnes e pomposas exequias em janeiro de 1879, em que prégou o bispo do Bethsaida D. Antonio Ayres de Gouveia, então lente da Universidade de Coimbra e bispo eleito do Algarve. Este sermão foi publicado em 1880 na 2.ª edição dos *Ensaios do pulpito*, do padre A. de S., a pag. 289. Escreveu: *Oração funebre recitada nas exequias do ex.mo e rev.mo sr. D. Francisco Alexandre Lobo, bispo de Vizeu, estando o corpo presente na propria cathedral a 19 de dezembro de 1844,* Coimbra, 1845.

Lima Pereira (*D. Paulo de*). Capitão-mór da armada do estado da India e valoroso guerreiro das nossas guerras do Oriente. N. a 5 de dezembro de 1538, fal. a 2 de agosto de 1589. Era filho natural de D. Antonio de Lima, alcaide-mór de Guimarães, do conselho dos monarchas D. Sebastião e D. Henrique, e de D. Anna de Sousa de Magalhães, descendente de familia nobre. Foi profundamente versado em poetica, oratoria e na lingua latina. Recouhecendo pela lição das *Chronicas* dos reis portuguezes, e *Historias* da India Oriental, quanto seus avós e tios se haviam notabilisado obrando espantosas façanhas em honra da patria, desejou tambem ir pelejar no Oriente, e obtida a licença patente, embarcou aos 18 annos de edade na armada de que era capitão-mór D. Luiz Fernandes de Vasconcellos, saiu de Lisboa a 30 de abril de 1557. Sendo, porém, em consequencia de grande temporal, a nau obrigada a arribar á Bahia a 14 de agosto, iuvernou n'esse porto, seguindo viagem só em 14 de janeiro de 1558 para Moçambique, oude aportou em 1 de maio, e d'ali partiu para o Oriente ao mesmo tempo que D. Constantino de Bragança, que ia tomar posse do governo d'aquelle estado. D Paulo de Lima chegou a Gôa a 3 de setembro, e apenas desembarcou, como o vice-rei conhecesse o heroico intuito que o animava, logo o nomeou para acompanhar Luiz de Mello da Silva na armada expedida contra os malabares. Chegando a Mangalor acommetteu a cidade com todo o furor, não poupando mulheres nem creanças, e para que não restasse vestigio da existencia d'aquella cidade, incendiou-a, destruindo muitos edificios. D'esta façanha resultou que, para vingar a ruina de Mangalor, se offereceu ao Samorim um rume chamado Oderabo, temido pela sua arrogancia e victorias, e que sendo nomeado general d'uma poderosa armada, ainda mais consideravel pelo auxilio de Abdarragao, se avistou no sitio da Palmeirinha com a nossa armada, e depois de renhido combate, em que fôram destroçados os inimigos restando duas galeotas guarnecidas cada uma de 160 soldados, as investiu D. Paulo de Lima, e ainda que ferido de duas balas, clamava aos companheiros que não as deixassem fugir, pois n'ellas estava a corôa da victoria e a honra da nação. D. Paulo de Lima tomou parte nos combates que se travaram por occasião do cêrco posto á nossa fortaleza de Cananor pelos malabares, e sendo depois encarregado do commando d'uma galeota, andou cruzando na costa de Malabar para impedir as devastações dos corsarios. Sendo nomeado em 1564 capitão-mór de alguns navios, teve um sanguinolento combate com o celebre corsario Canatali, e n'essa lucta renhida em que duas galés da sua esquadra fugiram vergonhosamente. D. Paulo pelejou com extraordinaria bravura recebendo um grave ferimento de que foi curar-se a Gôa. Apenas se achou restabelecido teve ordem de ir como capitão-mór de 8 navios á costa do norte para limpar aquelles mares de corsarios; tomou Darija e Varem, assistiu á tomada de Barcelor, reduzindo tam-

bem á obedicucia as fortalezas de Assari e de Onor. No sitio posto a Gôa em 1570 por Hialxa, tambem saiu victorioso, e fez parte do soccorro enviado a Damão. Em seguida, por causa d'uns amores que teve com uma mulher casada, viu-se obrigado a homisiar-se por algum tempo, e passando a Ormuz, ali casou com D. Beatriz de Montarroyo, regressando mais tarde a Gôa. Enviado novamente ao norte com 10 navios, entrou em Dabul, venceu o inimigo, e queimando muitas povoações pelo rio, voltou a Gôa, onde o esperavam ao desembarque o vice-rei D. Luiz de Athaide com toda a nobreza e povo d'aquella cidade, dirigindo-lhe o vice-rei palavras elogiosas pelo feliz successo obtido. Em abril de 1583 tomou posse da capitania de Chaul, para que fôra anteriormente nomeado. No fim de tres annos de governo, recolheu a Gôa, onde se conservou em descanço até março de 1587, em que chegaram áquella cidade cartas de Malaca, dando conta do aperto em que a praça se encontrava, atacada pelo rei de Ujantana, e pedindo soccorro com toda a urgencia. O vice-rei, então D. Duarte de Menezes, tratou de fazer os preparativos necessarios, e pedindo á camara de Gôa que lhe emprestasse 20 mil pardaus para as despezas da guerra, os vereadores satisfizeram o pedido, mas em troca solicitaram que fôsse nomeado D. Paulo de Lima Pereira para dirigir a expedição, porque todos tinham confiança no esforço e felicidade do valente capitão. Deu-se então a celebre conquista da cidade de Jor, que veiu coroar a serie de victorias, que tornara tão glorioso o nome de D. Paulo de Lima. Com 400 soldados bateu-se contra 8:000 homens que defendiam a cidade e 3:000 de soccorro. Aprisionou mais de mil peças de artilharia de bronze e os soldados, muito ouro, prata e fazenda. Seguindo a outras povoações e cidades, tomaram-se em todos os logares mais de 1:200 embarcações, em que entravam muitas galés, galeotas e fustas. D. Paulo de Lima dirigiu-se depois a Ceilão, mas o rajá ao saber que ia contra elle aquelle audacioso e destemido capitão, levantou o cêrco, e por isso D. Paulo de Lima, não tendo ensejo de obter novos triunphos, recolheu a Gôa, sendo recebido com pomposas festas. Por morte de D. Duarte de Menezes, abriram-se as successões, e não se encontrando n'ellas o seu nome, D. Paulo de Lima sentiu se melindrado julgando injuriosa ao seu credito, vendo se de mais a mais preferido por Manuel de Sousa Coutinho, que considerava muito inferior em merecimento. Resolveu então voltar immediatamente para Portugal, e embarcou em 16 de janeiro de 1589 na nau *S. Thomé*. Pouco depois a embarcação começou a fazer muita agua, e D. Paulo passou com sua mulher e mais 120 pessoas para um batel; não podendo, porém, este barco sustentar tão grande peso, foi preciso, para que não se afundasse, lançar ao mar 22 pessoas. No fim de muitos incommodos e graves perigos aportaram os naufragos a uma praia da costa da Cafraria, chamada *Terra dos Fumos*. Durante 5 mezes soffreram fome, sede, grandes aleivosias de diversos barbaros, e não podendo já resistir, D. Paulo adoeceu gravemente, fallecendo, tendo a seu lado sua mulher e o seu confessor fr. Nicolau do Rosario, da ordem dos prégadores. D. Beatriz de Montarroyo ainda se demorou algum tempo na Cafraria, e passando dois annos depois a Moçambique levou para Gôa os restos mortaes de seu marido, os quaes fôram depositados na egreja do convento de S. Francisco, collocando-se no jazigo uma lamina de cobre com a seguinte inscripção: *Canatale, Dabul e Jor dirão que está aqui D. Paulo de Lima Pereira a quem os trabalhos acabaram na Cafraria na era de 1589.* Diogo de Couto escreveu a *Vida* do valente e glorioso capitão. Deixou em manuscripto: *Relação da victoria que alcançou dos malabares, indo soccorrer Malaca; Relação do sitio e conquista da fortaleza de Jor.*

Lima e Sampaio *(Francisco Nogueira)*. Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. N. a 11 de janeiro de 1684 em uma quinta no logar de Trofa, a pouca distancia de Ponte do Lima. Estudou na Universidade, applicando-se ás sciencias severas, recebeu o grau de Mestre em Artes, e depois a borla doutoral. Foi conego magistral na sé de Vizeu, sendo provido a 9 de julho de 1721, d'onde passou com o mesmo logar para o arcebispado de Braga a 22 de junho de 1724. Em Braga exerceu os cargos de examinador synodal, visitador por diversas vezes, abbade reservatario, confessor e prégador. Publicou: *Sermão do Santissimo Sacramento prégado no Triduo das Festas de Braga em 2 de junho de 1725*, Lisboa, 1730.

Limagem *(Praia da)*. Enseada da costa do concelho do Dombe Grande, no distr. de Benguella, prov. de Angola. Ao S é orlada de rochedos cortados a pique.

Limão. Pov. na freg do Salvador, de Tellões, conc. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real.

Limãos Povoações nas freguezias: S. Julião de Monte Negro, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. ‖ S. Lourenço, de Salsellas, conc. de Macedo de Cavalleiros, distr. Bragança.

Limas Rio do distr. de Beja. N. na freg. de Aldeia Nova, e depois de passar pela Santa Iria, onde tem ponte, vae desaguar no rio Guadiana com 20 k. de curso.

Limede. Nome d'uma povoação e apeadeiro na linha do caminho de ferro da Beira Alta, entre as estações de Arazede e Cantanhede.

Limeira. Povoações nas freguezias: Ilha Graciosa: N. S.ª da Luz, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo. ‖ S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro. ‖ S Bartholomeu, de Troviscal, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

Limeiras. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição de Paio de Pelle, conc. de V. N. da Barquinha, distr. de Santarem.

Limi *(D. Izabel Gomes)* Foi filha de de Alvaro Gomes de Limi, natural de Alemquer, descendente de Nicolau de Limi, cavalleiro de Flandres, que veiu para Portugal tratar de negocios por parte de Filippe o Bom, duque de Borgonha, e aqui se estabeleceu. D. Izabel casou com Ruy Dias, de quem teve, entre outros filhos, a Damião de Goes, o celebre chronista de D. Manuel. D. Izabel e seu marido estão sepultados na egreja de Santa Margarida, em Alemquer,

Limi *(Pero Gomes)*. Era tio materno de Damião de Goes, sendo filho de Alvaro Gomes de Limi. N. em Alemquer, e tomou parte no cêrco de Gôa em novembro de 1510. No ataque á cidade no dia de Santa Catharina, foi Pero Go-

mes Limi um dos valentes que mais pelejaram para desalojar os sitiados da tranqueira. Entrando na cidade de Gôa de tropel com os inimigos, obrou prodigios de valor, vindo a succumbir, juntamente com 40 portuguezes, das feridas que recebera durante a peleja.

Limite. Prov. na freg. de N. S.ª dos Milagres, conc. e distr. de Leiria.

Limoeiro. Povoação da ilha da Madeira e districto do Funchal, na freg. de N. S.ª da Natividade, conc. do Faial, e na de S, Vicente, e conc. do mesmo nome.

Limoeiro. Celebre cadeia civil de Lisboa. V. *Lisboa.*

Limões Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. de Traz-os Montes, conc. de Ribeira de Pena, com. de Villa Ponca de Aguiar, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 761 hab. e 155 fog. Tem correio e escolas d'ambos os sexos. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Cerva a Villa Real. O vigario da freg. de S Pedro, de Cerva, apresentava o vigario, que tinha 80$000 réis. O nome d'esta freguezia, segundo assevera Pinho Leal, no vol. IV do *Portugal antigo e moderno*, pag. 95, foi sempre *Limãos*, e assim se acha escripto em todos os livros antigos. Modernamente julgaram erro escrever *Limãos*, e mudaram para *Limões*, no que commetteram um verdadeiro erro, porque *Limãos* no antigo portuguez, não significava *Limões*, fructo, mas sim *limães*, terra pantanosa, coberta de *limos*. Na freg. ha muitas tecedeiras de cobertas e toalhas de linho e algodão. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Chaves. || Ilha do dist. de Lourenço Marques, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está situada na bahia de Lourenço Marques, e cobre-a uma opulenta vegetação, sobretudo de limoeiros, que lhe deram o nome.

Limpo. Familia oriunda do Alemtejo. Tem por armas: Em campo de ouro tres bandas carregadas de sete rosas de prata, vasias no meio, a de dentro com tres, e as de fóra com duas; timbre, uma cabeça e pescoço de lebreu de prata, com uma colleira vermelha guarnecido de ouro, tendo a bocca aberta.

Limpo *(D. Fr. Balthazar).* Religioso na ordem carmelitana, doutor em Theologia, e lente da Universidade, então estabelecida em Lisboa, provincial da sua ordem, bispo do Porto, arcebispo de Braga, prégador da capella real, confessor da rainha D. Catharina, mulher de D. João III, e dos infantes, etc. N. em Moura no anno de 1478, fal. em Braga a 31 de março de 1558, sendo filho de Ruy Limpo e de Ignez da Rocha, ambos descendentes de nobre e antiga linhagem. Mostrando desde creança grande propensão para o estudo, assim como um certo despreso com todas as cousas mundanas, retirou se ao convento dos carmelitas de Moura, onde recebeu o habito em 1494, professando solemnemente no anno seguinte. Este convento foi o primeiro da ordem do Carmo que existiu em Portugal, e era muito considerado e respeitado pela sua rigorosa observancia regular. A fama que desde muito creança acompanhou sempre D. Fr. Balthazar Limpo, como homem de grande capacidade intellectual, grangeou-lhe a sympathia de D. Manuel, e foi este monarcha que o mandou estudar á universidade de Paris, segundo uns biographos, ou á de Salamanca, segundo outros. No que todos os chronistas concordam é que tomou o grau de doutor em Theologia n'uma d'aquellas universidades, e quando regressou ao reino, reconhecido como um distinctissimo letrado e theologo, foi oppositor á cadeira de prima de theologia, que vagara na Universidade de Lisboa, e d'ella tomou posse em 11 de abril de 1521, regendo-a com geral applauso por alguns annos. Os serviços em utilidade da patria, unidos á pureza de costumes, modestia de caracter e vastidão de conhecimentos, e a um zelo animado pelo espirito da religião, o levaram a exercer os mais honorificos cargos e as mais elevadas dignidades na ordem carmelitana, em que foi mestre jubilado, e em outras gerarchias ecclesiasticas. A rainha D. Catharina o nomeou seu confessor e dos infantes, e el-rei D. João III o elegeu prégador da real capella em 1522. Diz fr. Manuel de Sá, nas suas *Memorias historicas dos arcebispos e bispos da ordem do Carmo*, publicadas em 1724, e Jorge Cardoso, no *Agiologio lusitano dos santos varões illustres em virtude*, publicado em 1657, que era tal a fama, que alcançara D. Fr. Balthazar Limpo, que, quando prégava no convento do Carmo, de Lisboa, logo á meia noite começavam a bater á porta pessoas da maior distincção para alcançarem logares, de fórma que ao abrir a egreja, de manhã, já esta se achava cheia de gente, apezar de ser uma das maiores de Lisboa. No capitulo realisado em 1523 no convento do Carmo, foi eleito provincial da ordem, cargo que exerceu até 1526, passando então a prior do mesmo convento, tornando mais tarde, em 1533, a ser reeleito provincial. Durante o seu primeiro governo fez grandes e notaveis obras, taes como a casa para o refeitorio, o capitulo, uma magnifica bibliotheca, e muitas outras, para que el-rei tambem concorreu com repetidas esmolas. Durante o segundo governo continuou com reformas; fez um novo dormitorio, a enfermaria, um claustro, o segundo, com a cisterna, etc. Estas obras fôram feitas em virtude do legado que deixara ao convento D. Christovam Moniz, bispo titular de Reona e coadjutor do bispo de Evora, e com e mercê que o principe D. Theodosio, 5.º duque de Bragança, fez de duas partes do rendimento da egreja de Sacavem, por alvará passado em Evora com a data de 14 de novembro de 1534. Fr. Manuel de Sá, nas citadas *Memorias historicas*, fala largamente do convento do Carmo, que o terremoto de 1755 destruiu. Os conventos da ordem carmelitana, de Moura, da Vidigueira e de Beja, tambem participaram do governo de D. Fr. Balthazar Limpo, que n'elles realisou algumas obras importantes. D. João III via com bastante desagrado que as ordens religiosas iam perdendo muito do seu primitivo fervor, e que a relaxação se ia introduzindo largamente, despreciando assim o espirito rigoroso dos seus fundadores; para evitar todos estes abusos, resolveu o monarcha chamar reformadores estrangeiros para todas as ordens religiosas, exceptuando a do Carmo, para a qual foi nomeado D. Frei Balthazar Limpo, dizendo D. João III, que onde estava este santo varão, não havia necessidade de reformador estrangeiro. D. Martinho de Portugal, irmão do 1.º conde da Vidigueira, era o nuncio e legado *a latere* n'estes reinos, quando o breve da reformação foi passado a 1 de janeiro

de 1528. Em 1531 alcançou que a ermida de S. Thomé, que existia proximo de Evora, lhe fôsse concedida para fundar um convento ou collegio carmelitano, como consta do alvará de 6 de outubro d'aquelle anno. Vagando o bispado do Porto, pela transferencia de D. Pedro da Costa para capellão-mór da imperatriz D. Izabel, filha d'elrei D. Manuel e mulher do imperador Carlos V, D. João III elegeu logo D. Fr. Balthazar Limpo para aquella dignidade, sendo confirmada a eleição pelo pontifice Paulo III, em bulla datada de 5 de novembro de 1536. Segundo affirma fr. Manuel de Sá, a primeira vez que o venerando prelado se assignou como bispo, foi em 24 de junho de 1537, na confirmação da egreja de S. Martinho, de Soalhães. Conservou sempre o mesmo zêlo e a mesma dignidade durante todo o tempo que esteve naquelle bispado. Fez o côro da sé, mandou chapear todos os livros de cantochão com laminas de bronze fazendo-lhes esculpir as suas armas; no côro mandou tambem entalhar as armas com uma inscripção' latina, em que se lê a data de 1539. Celebrou synodo diocesano om 2 de outubro de 1540, e n'elle fez constituições, pelas quaes se governou o bispado até ao tempo de D. Frei Marcos de Lisboa, quando por ser já depois do concilio tridentino, lhe pareceu preciso fazer outras reformas, em 3 de fevereiro de 1585. Do anno de 1540 deu principio á fundação do Collegio de carmelitas de Coimbra, e em 1545 conseguiu que el-rei lhe fizesse doação de 3:000 cruzados por anno para o sustento dos collegiaes. D João III encarregou D. Fr. Balthazar Limpo de ir assistir ao concilio de Trento, cuja primeira sessão se effeituou em 13 de dezembro de 1545, mas o venerando prelado assistiu á 5.ª sessão, que se realisou em 13 de janeiro de 1547, e depois á 7.ª e á 8.ª, em 3 e 11 de março do mesmo anno. Mudando-se o concilio para Bolonha, assistiu ainda á 9.ª sessão, em 21 de abril tambem de 1547. Porém como as cousas tratadas no concilio não seguissem a sua marcha com o zelo que elle desejava, determinou ir pessoalmente a Roma dar conta ao papa de tudo quanto se passara. Como elle se houve em Roma está explicado n'uma carta que Balthazar de Faria, então ministro de Portugal na Curia Romana, escreveu a D. João III, a qual vem publicada nos *Retratos e elogios dos varões e donas*, de Pedro José de Figueiredo, n.º 19, de 1822. Demorou-se quatro mezes n'aquella cidade, sendo um dos mais influentes junto do papa para o estabelecimento do terrivel tribunal da Inquisição, que D. João III muito desejava no seu reino N'aquella epoca de mysticismo em que todos os christãos fanaticos se queixavam da heresia que se ia apoderando dos espiritos, a ponto de muitas pessoas passarem para a religião hebraica despresando a christã, o estabelecimento d'um tribunal tremendo como o da Inquisição, era muito favoravel ás idéas do fanatismo, e por isso o bispo do Porto, como apologista e instigador do seu estabelecimento em Portugul, não podia deixar de ser muito louvado. A Inquisição ficou definitivamente estabelecida pela bulla de 16 de julho de 1547. No seu regresso a Lisboa, D. Fr. Balthazar Limpo foi recebido por el-rei e por todo o reino com as maiores demonstrações de respeito. D. João III o chamou para o seu conselho secreto, e D. Balthazar Limpo voltou para a sua diocese do Porto, em que se conservou durante 13 annos, até 1550, em que foi elevado á dignidade de arcebispo de Braga, primaz das Hespanhas, que vagara em 18 de julho de 1549 pela morte do arcebispo D. Manuel de Sousa. A eleição foi confirmada pelo papa Julio III. successor de Paulo III, em bulla de 23 de maio do mesmo anno de 1550, sendo-lhe concedido o pallium em 1 de setembro. Assim que tomou posse do novo cargo, visitou todo o arcebispado, emendando com muita brandura as irregularidades que encontrava, e sendo muito rigoroso quando não fazia o effeito desejado a sua maneira de tratar. Rebateu a resistencia que o prior e os conegos da collegiada de Guimarães lhe fizeram, etc. A 17 de outubro de 1552 trasladou o corpo do primeiro bispo de Braga, S. Pedro de Rates, da egreja em que estava sepultado para a sé, mandando ali erigir uma sumptuosa capella, onde instituiu 5 capellães, que rezavam em côro, e assistiam a duas missas por dia. D. Fr. Balthazar Limpo tambem trabalhou muito para a beatificação de S. Gonçalo de Amarante, como se faz menção honrosa, no *Agiologio lusitano*, de Jorge Cardoso, já citado. O cardeal-infante D. Henrique, tendo sido nomeado, em 1553, por Julio III, legado *a latere* n'estes reinos e senhorios de Portugal, julgou pelo muito respeito e consideração que lhe merecia o arcebispo de Braga, que devia participar-lhe immediatamente a honra que acabava de receber do papa, e dirigir-lhe uma carta muito respeitosa, que vem transcripta no *Catalogo dos bispos do Porto*, publicado por D. Rodrigo da Cunha, em que lhe pedia tambem conselho sobre o que havia de fazer. Depois de oito annos de governo no arcebispado de Braga, falleceu com 80 annos, deixando testamento, em que, além de muitos legados a seus irmãos e a diversos collegios da sua ordem, mandou que o seu corpo fôsse vestido com o habito carmelitano, collocando-se-lhe sobre o habito as vestes pontificaes de arcebispo, e fôsse sepultado na capella de S. Pedro de Rates, que elle fundára na sé de Braga. Deixou dotes de 10$000 réis cada um, para as orphãs de todo o arcebispado de Braga, reconhecidas como as mais pobres, virtuosas e de boa fama; mandou tambem, que tivessem 5$000 reis cada anno para ajuda do seu dote, 40 orfãs das freguezias annexas ao arcebispado, que estivessem n'aquellas condições. Deixou egualmente uma quantia importante para o resgate dos captivos, O seu testamento vem transcripto nas referidas *Memorias historicas* de fr. Manuel de Sá, de pag. 67 a 72, do tomo II. Foi seu successor D. Fr. Bartholomeu dos Martyres. Em 1541 fôram impressas as *Constituições* para a diocese do Porto, ordenadas por D. Fr. Balthazar Limpo. Fôram as segundas que se publicaram d'este bispado, as quaes teem por titulo: *Constituições Synodaes do Bispado do Porto ordenadas pelo muito reverendo e magnifico senhor Dom Balthazar Limpo, bispo do dito bispado.* No fim lê-se: *Estas constituições e cerimonial da missa com os mais tratados fòram impressos na cidade do Porto por Vasco Dias Tanco de Frexenal, por mandado do muito reverendo e magnifico senhor Dom Balthazar Limpo, etc.... Acabaram-se de imprimir no primeiro dia do mez de março do anno do nascimento do nosso Redemptor Jesus Christo de 1541.*

Limpo *(Fr. Balthazar)*. Provincial dos carmelitas calçados. N. em Moura em 1592, fal. em Lisboa a 17 de julho de 1639. Era sobrinho do arcebispo de Braga do mesmo nome (V. o *artigo antecedente*). Compoz a seguinte obra, que só veiu a publicar-se depois da sua morte, *Doze fugas de David de seu inimigo Saul*, etc., Lisboa, 1642.

Limpo *(Francisco Antonio de Brito)*. Coronel de engenharia, professor da Escola do Exercito, empregado na repartição dos trabalhos geodesicos do reino. N. em 18‚2, fal. em abril de 1891. Assentou praça a 23 de julho de 1853, contando 21 annos de edade, sendo promovido a alferes em 27 de janeiro de 1857, a tenente em egual dia e mez do anno de 1859, a capitão em 8 de novembro de 1871, a major em 8 de julho de 1880, a tenente-coronel em 10 de outubro de 1883, e a coronel em 21 de novembro de 1888. Sendo tenente foi professor da Escola do Exercito, regendo uma das cadeiras mais importantes do curso de engenharia. Foi um official muito illustrado e habil desenhador; inventou varios apparelhos de grande valor, entre os quaes se conta um nivel de precisão, que ficou conhecido pelo nome de *Nivel Brito Limpo*. Escreveu e publicou algumas obras scientificas. Na *Revista das Obras Publicas e Minas*, da Associação dos Engenheiros Civis portuguezes, inseriu uns *Estudos sobre nivelamento*, a pag. 51, 81, 151, 183 e 200, que tambem publicou em folheto separado em 1870.

Limpopo. Rio da Africa Oriental. N. no Transvaal, ao NO de Pretoria, corre para o NO, inclina-se depois para o NE, e contorna os limites do Transvaal, entrando após em territorio portuguez, que atravessa até desaguar do Oceano Indico. Atravessa a parte E do deserto de Kalahari e banha as ultimas ramificações dos montes Malopo. Um dos seus principaes affluentes é o Ntuani, que fórma em parte a fronteira do Transvaal. Recebe ainda muitos affluentes, tanto pela margem direita como pela esquerda, e a juncção d'elle com o Limpopo marcava, segundo o tratado de 29 de julho de 1869, um dos limites entre os territorios do Transvaal e o da provincia portugueza.

Linda-a-Pastora. Pov. muito pittoresca, na freg. de S. Romão, de Carnaxide, conc. de Oeiras, distr. de Lisboa. Chamava-se antigamente *Ninha a Pastora*, e só no seculo XVIII é que se lhe deu o actual nome. Diz a lenda que passando por aqui um rei, e vendo mal agasalhada uma formosa pastora, compadecido se voltara para os seus, mandando que melhor a euroupassem, dizendo: *aninha a pastora*. Tem esc. do sexo fem. e philarmonica. A pov. é atravessada pela estrada cujos extremos a ligam á Cruz Quebrada e a Carnaxide, e que tem o nome de *Avenida Thomaz Ribeiro* (V. *Carnaxide)*. No extremo sul da pov. está a capella de S. João Baptista, com o seu adro e uma galeria, que serve de coreto. N'ella se realisam annualmente tres festividades, a S. João, á Senhora da Luz e a S. Sebastião. Todos os domingos ali diz missa o prior de Carnaxide. O templosinho acha-se muito aceado, e foi ha annos restaurado por influencia do fallecido escriptor Pinheiro Chagas. No côro existe um pequeno orgão, muito velho, que pertenceu ao convento da Boa Viagem. Na sacristia admira-se um lindissimo quadro representando Nossa Senhora da Apresentação. Já em 1639, segundo se vê do Livro das Visitações á parochia, precisou esta ermida de ser toda renovada.

Linda-a-Velha. Pov. na freg. de S. Romão, de Carnaxide, distr. de Lisboa. E' tambem um sitio muito pittoresco, como Linda-a-Pastora, e assim como ella, tinha o nome de *Ninha-a-Velha*, que no seculo XVIII começou a chama -se *Linda-a-Velha*. A lenda, com que se explica este nome, é a mesma com que se explica o de Ninha Pastora, trocada a pastora formosa em velha decrepita. Ha aqui a quinta do *Rodizio* á beira do rio Jamor, com uma extensa alameda de arvores seculares, e a da *Graça*, na margem opposta, tambem muito aprazivel Tem correio com serviço de posta rural, pharmacia, fabrica de camizaria, e sociedade de recreio: *Academia Musical*. A' entrada da pov. do lado direito, ainda na estrada que vem de Algés, está a Quinta dos Cyprestes, dos viscondes do Rio Secco. A' esquerda e pouco adeante existe a ermida da Senhora do Cabo, com o seu adro. Na fachada lê-se a data de 1780. Do outro lado da estrada, e como continuação do adro, ha uma praça com seu coreto de alvenaria. O chafariz da pov. foi construido em 1821, no sitio onde antigamente havia uma pequena bica. A mina tem 80 palmos e o encanamento 200, tendo a obra importado em 2:655$591 réis, conforme refere Velloso d'Andrade, na sua *Memoria sobre Chafarizes*, etc., Lisboa, 1851.

Linde. Rio do distr. de Quelimane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' um dos muitos braços da margem direita do rio de Quelimane ou de Cuama, do Delta do Zambeze, corre de N para S, e lança-se no mar entre a ponta dos Cavallos Marinhos e o rio Mahindo.

Lindo Retiro. Pov. na freg. de S. Julião e conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Lindos. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Torre de Valle de Todos, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Lindoso *(Gonçalo Manuel Peixoto da Silva Almeida Macedo e Carvalho, 2.º visconde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real. N. a 24 de setembro de 1856, fal. a 22 de outubro de 1880. Era filho primogenito do marquez de Lindoso e de sua mulher a marqueza D. Rosa Leocadia da Costa Alves Ribeiro da Siva Peixoto. (V *o artigo seguinte)*. Cursou com distincção a faculdade de direito na Universidade de Coimbra, de que tomou o grau de bacharel, fallecendo pouco tempo depois, aos 24 annos de edade. O titulo de visconde foi renovado por decreto de 23 de agosto de 1871.

Lindoso *(João Pedro da Silva Almeida Macedo e Carvalho Araujo Leite Pereira de Azevedo Vieira Carvalhaes e Valle, 1.º visconde, 1.º conde e 1.º marquez de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, e moço fidalgo com exercicio; commendador das ordens de Christo, de N. S.ª da Conceição, e do n.º extraordinario da de Carlos III, de Hespanha; 14.º senhor da casa da Calçada e donatario do Reguengo e mais terras do concelho de Penafiel; 15.º senhor dos casaes de Melres e honra de Canellas; 12.º senhor do morgado dos Macedos e Carvalhos de Alemquer, do morgado dos Almeidas de Guimarães, dos da Taipa, em Lamego, e de muitos outros; 15.º alcaide-mór *ad*

honorem do castello de Lindoso, e representante dos padroeiros *in solidum* dos conventos das freiras de Cellas, em Coimbra, da Conceição em Alemquer, e das egrejas de S. Vicente do Pinheiro, S. Martinho de Aveçadas, S. João de Luzim, S. Romão de Villa Cova, Santo Estevão de Uldrões, etc. N. em Triana, Alemquer, a 10 de junho de 1825, fal. em Guimarães em 1902. Seu pae era Gonçalo Manuel Peixoto da Silva Almeida Macedo e Carvalho, fidalgo cavalleiro e moço fidalgo com exercicio na Casa Real, cavalleiro professo na ordem de Christo, da ordem de Malta, e da de S. Thiago da Espada; senhor dos morgados já referidos, deputado por Alemquer, em 1828, etc. casado com D. Magdalena Luiza de Bourbon de Almeida Noronha A. V. Carvalhaes, filha de Joaquim Leite Pereira de Azevedo A. V. Carvalhaes e Valle, fidalgo cavalleiro da Casa Real, mestre de campo de infantaria auxiliar do terço da villa de Ponte da Barca, alcaide-mór do castello de Lindoso, senhor dos direitos reaes e terras do antigo concelho de Lindoso, senhor da quinta do Paço de Dalvares e do morgado da Torre Vizella, coronel do regimento de milicias de Ponte da Barca. O marquez de Lindoso casou em 23 de junho de 1855 com D. Rosa Leocadia da Costa Alves Ribeiro da Silva Peixoto, filha de Francisco Alves Ribeiro, e de D. Joanna Margarida do Costa Alves. O illustre fidalgo estava filiado no partido progressista, de que foi o chefe em Guimarães depois do fallecimento do duque d'Avila e Bolama, de quem era amigo dedicado, pois até então pertencera ao partido avilista, ou conservador, no districto de Braga, onde prestou muitos e assignalados serviços, assim como depois ao partido progressista. Recusou sempre o exercicio de elevadas funcções sociaes e distincções de subida valia, taes como os governos civis de Braga e do Porto, candidaturas, pariato effectivo hereditario, grancruz da ordem de Christo, etc. O titulo de visconde foi concedido por decreto de 27 de outubro de 1863, sendo depois elevado ao de conde, e mais tarde ao de marquez. A marqueza viuva falleceu em 3 de outubro de 1907, na Povoa da Varzim, sendo o seu corpo transportado para Guimarães, onde se realizaram solemnes exequias. Era uma senhora muito bondosa e esmoler, cuja perda causou a mais profunda sensação.

Lindoso Villa e freg. de S. Mamede, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 836 hab. e 220 fog. Tem esc. do sexo masc. e caixa post., funccionando no logar de Parada, permutando malas com Ponte da Barca. A villa dista 20 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda no rio Lima, na raia da Galliza, entre dois pequenos affluentes e as serras da Amarella e de Cabril, ramos da serra do Suajo. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. O sacro collegio patriarchal apresentava o vigario, que tinha 100$000 rs. annuaes. Tem um castello arruinado, construido por el-rei D. Diniz em 1287. Consta que por ser d'uma primorosa architetura e muito elegante, lhe dera o rei o nome de *Lindoso*, que passou á villa. D. Diniz gostava muito d'este castello, e ali ia repetidas vezes. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 5 de outubro de 1514, com muitos e grandes privilegios. O primeiro alcaide do castello de Lindoso e de Castro Laboreiro, nomeado por el-rei D. Diniz, foi Paio Rodrigues de Araujo, que na Galliza era senhor de Lóbios, de Araujo, Gendiva, Ojos e Torno; alcaide-mór dos castellos de Santa Cruz, Saude e Milmenda, apresentava muitos officios e beneficios em Portugal e na Galliza, e era senhor dos coutos de Valle de Poldras, Soutêllo e Rio Caldo. O territorio d'esta freg. é muito fertil em cereaes, legumes, fructas, linho, mel, cera, e vinho verde. Cria muito gado de toda a qualidade, que exporta. Nos seus montes apparece muita caça. Tem tambem muito peixe, que lhe vem do rio Lima.

Lingue *(Praia de)*. Bahia na costa do conc. do Dombe Grande, no distr. de Benguella, prov. de Angola. Está situada entre o porto do Cuio e a bahia dos Elephantes; é limitada ao N pelo referido porto e ao S pela bahia Pipa-Na-Uama.

Linhaceira. Pov. na freg. de N. S.ª do Conceição, de Asseiceira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Linhaceiros. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, de Arazede, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Linhagem. Estirpe, genealogia; linha de parentesco. *Fidalgo de linhagem*, o que descende de individuos que tinham o fôro de fidalgo.

Linhagista. Genealogista V. *este nome.*

Linhar. Povoações nas freguezias: Santa Maria Magdalena, de Chaviães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Thiago, de Costoias, conc. de Bouças, distr. do Porto.

Linhar de Palla. Pov. na freg. de S. Gens, de Palla, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu.

Linharelho. Pov. na freg. de S. Thiago, de Villela, conc. de Amares, distr. de Braga.

Linharellas. Pov. na freg. de Santa Maria, de Salto, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Linhares *(Fr. Anastacio de)*. Monge da ordem de Cister, natural da terra do seu appellido, que floresceu pelos annos de 1400. Na bibliotheca do convento de Alcobaça guardava-se o manuscripto d'uma obra que elle escreveu com o titulo de *Expositio moralis in sex alas Seraphim Isaioe.*

Linhares *(D. Antonio de Noronha, 1.º conde de)*. Senhor de Fornos, de Algodres, Pena-Verde e Fornellos; alcaide-mór de Linhares, escrivão da puridade dos reis D. Manuel e D. João III; commendador do Prado na ordem de Christo, sendo o ultimo commendador por se annexar esta ordem ao convento de Thomar. N. em 1464, fal. em 1 de março de 1551. Era filho do 1.º marquez de Villa Real, D. Pedro de Noronha, e de sua mulher, a condessa D. Brites. Serviu na guerra contra os moiros, governou Ceuta por algum tempo, em substituição de seu pae, e prestou assignalados serviços ao paiz. D. João III o agraciou com o titulo de conde de Linhares, por carta passada em Setubal, em 13 de maio de 1532. Casou com D. Joanna da Silva, filha do 1.º conde de Portalegre, D. Diogo da Silva, e de sua mulher, D. Maria de Ayala. Esta senhora falleceu em outubro de 1554.

Linhares *(D. Fernando de Noronha, 3.º conde de)*. Senhor das villas de Linhares, Fornos d'Algodres, S. Lourenço de Bairro, Pereira, Gestaço, e do concelho de Pena-Verde; commendador de

Noudar e Barrancos na ordem de Aviz, do conselho de Estado e vêdor da Fazenda de Filippe II e Filippe III, e do seu despacho. Era filho do 2.º conde de Linhares, D. Francisco de Noronha, e de sua mulher D. Violante de Andrade. Acompanhou el-rei D. Sebastião na jornada d'Africa, e ficou captivo na batalha de Alcacer-Kibir. Achava-se sem successão por terem fallecido todos os seus filhos, e teve faculdade real para nomear successor á sua casa, titulo e commenda, e nomeou tudo em D. Miguel de Noronha, que foi o 4.º conde de Linhares, que era seu sobrinho, e neto de D. Miguel de Noronha, seu primo segundo, com a clausula de haver de casar com sua sobrinha D. Ignacia de Menezes, filha de D. Pedro de Menezes, e neta de D. Antonio de Menezes, seu primo co-irmão, alcaide-mór de Vizeu. Fal. em 1608. Casou com D. Filippa de Sá, filha e herdeira de Mem de Sá, governador do Brazil, e de D. Guiomar de Faria, filha de Affonso Annes de Andrade, desembargador do Paço, e de D. Brites Mariz de Faria. A condessa, ficando viuva e sem filhos, deixou toda a sua consideravel fortuna aos padres jesuitas do collegio de Santo Antão, de Lisboa, para ser applicada á obra da egreja, reservando para si a capella-mór, onde mandou que a sepultassem. Falleceu a 2 de setembro de 1618.

Linhares *(D. Francisco de Noronha, 2.º conde de).* Commendador de S. Martinho, no bispado de Coimbra, da ordem de Christo, embaixador em França, em 1540, por ordem de D. João III, mordomo-mór da rainha D. Catharina. Fal. em 13 de junho de 1574. Era filho do 1.º conde de Linhares, D. Antonio de Noronha, e succedeu na casa e no titulo de seu pae, pela renuncia de seu irmão mais velho, D. Ignacio de Noronha. Casou com D. Violante de Andrade, dama da imperatriz D. Izabel. O casamento devia realisar-se em 1535, porque n'este anno confirmou D. João III o contrato de que se havia celebrado escriptura em 7 de novembro de 1530, tendo D. Violante apenas 8 annos de edade. Este contrato foi concluido com o maior jubilo pelo conde de Linhares e pelo marquez de Villa Real. D. Violante era filha de D. Fernão Alvares de Andrade, fidalgo da Casa Real, conselheiro e thesoureiro-mór do rei, cavalleiro da ordem de Christo, padroeiro do priorado de Santa Maria de Aguiar, e fundador do mosteiro da Annunciada, de Lisboa, da ordem de S. Domingos, casado com D. Izabel de Paiva, filha de Nuno Fernandes Moreira, escrivão da camara de Lisboa.

Linhares *(D. Miguel de Noronha, 4.º conde de).* Governador de Tanger e vice-rei da India. Fal. em Madrid a 20 de fevereiro de 1649. Era filho de D. Affonso de Noronha, vice-rei da India, parente do 3.º conde de Linhares, D. Fernando de Noronha, e casado com uma sobrinha d'este fidalgo, D. Ignacia de Menezes e Vasconcellos, de quem herdou o titulo de conde de Linhares, e o senhorio de Fornos, Algodres e Pena Verde, a alcaidaria-mór de Vizeu, e as alcaidarias-móres de Noudar e Barrancos na ordem de Aviz. Em 1624 foi nomeado governador de Tanger, e exerceu esse governo até 1628, sendo nomeado a 17 de fevereiro de 1629 vice rei da India, para onde partiu a 3 de abril, chegando a Gôa a 21 de outubro do mesmo anno. Tomando posse no dia immediato, tratou logo de enviar soccorros ao seu antecessor interino, Nuno Alvares Botelho, que estava guerreando em Malaca, e morreu n'um combate em que os portuguezes ficaram vencedores. O conde de Linhares accrescentou ás nossas conquistas a cidade de Kambolim, mas perdeu a fortaleza de Mombaça, de que os cafres se apoderaram. O vice rei mandou da India Francisco de Moura para retomar Mombaça, mas a indisciplina lavrava de tal fórma no Oriente que nada conseguiram os seus esforços, e Francisco de Moura levantou o cêrco, e regressou a Gôa. O conde de Linhares procurou restabelecer o prestigio das armas, e effectivamente alguma cousa pôde obter. Foi severo com os actos de indisciplina e de pirataria, mostrando-se pouco affeiçoado a padres, frades e jesuitas, que pretenderam diffamal o, chegando a chamar-lhe judeu, ladrão, e outros insultos. Um dia appareceu um pasquim injurioso, acompanhando um boneco enforcado; era escripto em fórma de sentença, e em que se lhe faziam as mais violentas accusações. O pasquim era tão calumnioso que o povo indignado juntou-se ás autoridades para descobrir o autor, o que nunca conseguiu. Como protesto d'estas calumnias quizeram levantar-lhe uma estatua, mas o austero vice-rei não consentiu. Tinha a consciencia de que todos lhe reconheciam os serviços que prestara, porque na verdade o seu governo foi no periodo da nossa decadencia colonial um dos mais felizes e dos mais acertados. No seu tempo fundou se o hospital da Piedade, e construiu se a ponte de Pangim a Ribandar. Em 8 de dezembro de 1635 entregou o governo ao seu successor Pedro da Silva, e veiu para a Europa. Foi muito bem recebido em Madrid, excitando grandes invejas, e apenas chegou, offereceu ao rei um cintilho, e á rainha umas arrecadas, avaliadas em mais de 100:000 cruzados. Teve a nomeação de membro do conselho de Portugal em Madrid, manifestando-se logo adverso ao secretario do mesmo conselho, Diogo Soares, dividindo-se os portuguezes que residiam em Madrid, em dois partidos. Os portuguezes que, apezar de acceitarem o dominio hespanhol considerando-o util, defendiam em todas as occasiões os interesses de Portugal, tomaram por chefe o conde de Linhares; os outros, os que pareciam ter creado odio a Portugal, tinham por chefe Diogo Soares. Rebentando em 1637 as alterações de Evora, rebentou tambem no conselho de Portugal em Madrid essa discordia por muito tempo latente. Os partidarios de Diogo Soares aconselhavam a repressão violenta, allegando que era preciso que os portuguezes soubessem que Filippe era rei e senhor, os seguidores do conde de Linhares sustentavam que as causas d'essas alterações, tinham sido as violencias dos dois ministros Diogo Soares e Miguel de Vasconcellos, e que valia mais sacrificar esses dois ministros do que arrancar o sangue do povo O conde duque de Olivares, o poderoso ministro de Hespanha, parecia acceitar em parte as opiniões do conde de Linhares, e como em Evora se organisara uma especie de junta para servir de intermediario entre o povo revoltado e o governo, Olivares, como que acceitou a mediação, e fez propostas pacificas, que o conde de Linhares e os seus partidarios applaudiram; no entretanto, Olivares concentrava tropas. Diogo Soares aconselhou que fôsse nomeado o conde de Linhares

para vir a Evora como pacificador. Diogo Soares tinha a vantagem, de o metter n'uma negociação de que difficilmente se poderia sair bem, de o afastar de Madrid, e de merecer ao mesmo tempo louvores pelo zelo com que se interessava por um inimigo. O conde de Linhares, percebendo a estrategia, quiz esquivar-se, mas, como fôra nomeado ao mesmo tempo pacificador e governador de Pernambuco, então quasi todo no poder dos hollandezes, optou pelo mal menor, e acceitou a missão de Evora. Succedeu tudo que elle receava, e que o seu inimigo esperava. Em Evora foi recebido com desconfiança; quando os eborenses viram que era portador de propostas pacificas mas ao mesmo tempo intoleraveis pelas exigencias que formulavam, irritaram se, apuparam-n'o, cercaram lhe de noite a casa, e o conde de Linhares viu-se obrigado a fugir para Lisboa, d'onde mandou ao conde duque d'Olivares o escriptor D. Francisco Manuel de Mello, que sempre o acompanhava, a dar conta verbal do que presenciara. Diogo Soares ficou radiante, porque a derrota do adversario mais augmentava o seu prestigio na côrte. Na verdade, o conde de Linhares ao regressar a Madrid, viu que perdera em parte o valimento, porque o mandaram recolher a Tordesillas. Tratando se da sua ida para Pernambuco, fôra nomeado capitão-general da armada do mar Oceano, o que junto aos seus cargos de conselheiro de Estado e de gentil-homem da camara, lhe dava uma alta situação, mas n'este meio tempo deu se a revolução de 1 de dezembro de 1640, e a queda repentina do dominio hespanhol mostrou a inanidade da politica de Diogo Soares e de Miguel de Vasconcellos, e que se as negociações do conde de Linhares não haviam sido felizes, fôra exactamente por se não ter seguido á risca a sua opinião, fazendo-se as concessões que elle julgava precisas. Como ao mesmo tempo entendeu que era do seu dever continuar a servir o rei castelhano, obteve todos os beneficios que Filippe IV prodigalisou a todos os portuguezes que se lhe conservaram fieis. Foi nomeado general das galés da Sicilia e das de Hespanha, agraciado com o titulo marquez de Gijon, duque de Linhares, e grande de Hespanha de 1.ª classe. Dizem que o conde de Linhares foi um famigerado matador de leões. Quando esteve governador em Tanger, como não havia guerras importantes, dava caça aos leões, e matou grande numero d'elles, tornando se a providencia dos pastores das cercanias de Tanger. Mais tarde este titulo ficou completamente extincto. D. João VI, em 1808, é que renovou na pessoa de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, do seu conselho, e diplomata, o qual ficou sendo o 1.º conde de Linhares. O conde D. Miguel de Noronha casou a 19 de abril de 1674 com D. Lucrecia da Silva Villanova Ferrer, dama da rainha de Hespanha, D. Maria Anna d'Austria, mulher de Filippe IV, filha de D. Gaspar Ladron de Villa Nova Ferrer, 3.º conde de Chelvas, senhor das baronias de Set e Quartel no reino de Valencia, e de sua mulher, D. Maria da Silva, filha de D. Diogo Pedro, 1.º marquez de Orani, e da condessa D. Lucrecia Corelha.

Linhares *(D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 1.º conde de)*. Senhor de Paialvo, gran-cruz das ordens de Aviz e da Torre e Espada, conselheiro de Estado, notavel diplomata, etc. N. em Chaves a 4 de agosto de 1745, fal. no Rio de Janeiro a 26 de janeiro de 1812, sendo filho de D. Francisco Innocencio de Sousa Coutinho e de D. Anna Luiza Joaquina Teixeira. Era irmão de D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho, conde e marquez do Funchal (V. *este titulo*). Seguindo a carreira diplomatica, foi ministro plenipotenciario e enviado extraordinario em Turim, sendo depois chamado a Portugal em 1795, quando falleceu Martinho de Mello e Castro, para o substituir na pasta do ministerio da marinha, em que prestou relevantes serviços, continuando a obra de reorganisação encetada por aquelle ministro creando o corpo de engenheiros constructores e a junta da fazenda de marinha. Depois, por morte do marquez de Ponte de Lima, foi nomeado presidente do Real Erario. O seu ministerio ficou celebre pelo grande impulso que deu ás sciencias desenvolvendo os trabalhos geodesicos, mandado Alexandre Rodrigues Ferreira fazer viagens botanicas no Brazil; mandou tentar a travessia da Africa de leste a oeste por Lacerda de Almeida, etc. Sendo demittido como partidario da alliança ingleza, quando o ministro francez, o general Lannes, aqui exerceu grande influencia, emigrou para o Brazil com a familia real, e apenas chegou ao Rio de Janeiro foi nomeado ministro dos negocios estrangeiros e da guerra. Tambem exerceu os cargos de inspector geral do Gabinete de Historia Natural e do Jardim Botanico d'Ajuda; da Bibliotheca Publica de Lisboa; presidente do conselho de Fazenda e da Junta economica, administrativa e litteraria da Impressão Regia; da Junta da direcção geral dos provimentos de bocca para o exercito, da Junta do pagamento do novo emprestimo ao Erario Regio; presidente honorario da Sociedade Real Maritima; socio honorario da Academia Real das Sciencias de Lisboa. O titulo foi concedido por decreto de 17 de dezembro de 1808. O conde de Linhares era muito erudito, muito versado nas sciencias naturaes e politicas. Publicou sómente, segundo consta, uma *Memoria sobre a verdadeira influencia das minas dos metaes preciosos na industria das nações, especialmente na portugueza;* foi inserta no tomo I das *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias*. O brazão d'armas consta do seguinte: um escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Sousas Chichorros ou de Arronches. as armas do reino com um filete preto em contrabanda, que não chegue á orla, e passe por baixo do escudinho do meio; no segundo as armas dos Coutinhos: em campo de ouro cinco estrellas de vermelho com cinco pontas cada uma.

Linhares *(D. Rodrigo de Sousa Coutinho Teixeira de Andrade, 3.º conde de)*. Gentil-homem da Real Camara, par do reino, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, cavalleiro da da Torre e Espada, gran-cruz da ordem da Corôa de Ferro d'Austria, vice-almirante reformado, engenheiro constructor naval, director das Construcções Navaes no Arsenal de Marinha, proprietario em Lisboa e nos concelhos de Villa Franca de Xira e de Almeirim, etc. N. em Paris a 2 de maio de 1823, fal. em Lisboa a 7 de setembro de 1894. Era filho dos 2.ºs condes de Linhares, D. Victorio Maria Francisco de Sousa Coutinho e D. Catharina Julianna de Sousa Holstein. Ainda muito novo assentou praça em

lanceiros, e matriculando se na Escola Polytechnica, concluiu em 1842 o curso de engenharia, seguindo depois para Lorient (França), onde cursou engenharia naval, obtendo grandes distincções. Regressando a Lisboa entrou ao serviço da marinha de guerra; fez algumas viagens de tirocinio, e em 1847 foi um dos officiaes que ficaram prisioneiros com o duque da Terceira durante quatro mezes na Relação do Porto, na campanha da Maria da Fonte. Reorganisando-se o Arsenal da Marinha foi nomeado director das Construcções Navaes, logar que exerceu perto de 40 annos, devendo-lhe o paiz o plano e a superintendencia na construcção de todos os navios de guerra, que d'essa epoca até ao anno de 1893 se fabricaram n'aquelle estabelecimento fabril do Estado. Casou a 21 de fevereiro de 1846 com D. Anna de Mendoça Rolim de Moura Barreto, dama de sua magestade a rainha senhora D. Maria Pia, filha da infanta D. Anna de Jesus Maria, e do 1.º duque de Loulé, seu marido. No mesmo anno do seu consorcio foi agraciado, durante a referida campanha de Maria da Fonte, com o habito da Torre e Espada, recebendo egualmente n'essa mesma epoca o grande officialato da Legião de Honra, pelos valiosos serviços prestados á armada franceza. Foi deputado n'algumas legislaturas, sendo eleito pelos circulos de Evora e Setubal; governador civil do Funchal, e por fallecimento de seu pae, em 1857, tomou posse, por successão, na camara dos pares na sessão de 29 de janeiro de 1858. Em 1857 foi nomeado por D. Pedro V seu camarista, cargo que exerceu tambem junto dos monarchas D. Fernando, D. Luiz I, e do senhor D. Carlos I. Em 1884 foi agraciado por D. Luiz com a grã-cruz da ordem de N. S.ª da Conceição, por serviços prestados á Casa Real, recebendo com esta mercê uma carta regia muito honrosa. Aproximadamente um anno antes de fallecer, reformou se na patente de vice-almirante. O conde de Linhares foi sempre um fiel membro do partido progressista.

Linhares (*D. Victorio Maria Francisco de Sousa Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa, 2.º conde de*). Gentil-homem da camara da rainha D. Maria II, ministro plenipotenciario em Turim, brigadeiro reformado, commendador das ordens de Christo e Torre e Espada; condecorado com a Estrella de Ouro de Montevideo; commendador da ordem de S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia, proprietario, etc. N. em Turim a 25 de junho de 1790, fal. a 29 de julho de 185‹. Era filho do 1.º conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Tomou parte nas campanhas do Rio da Prata, e em 1817 teve a nomeação de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Turim. Em 183‹ tomou parte no ministerio encarregando-se da pasta da marinha, e em maio seguinte teve a presidencia do conselho de ministros. Foi um dos pares nomeados em 1826. Casou com D. Catharina Julianna de Sousa Holstein, dama da rainha D. Maria II, 2.ª filha de D. Alexandre de Sousa Holstein, capitão da guarda real allemã, conselheiro de Estado effectivo, e ministro plenipotenciario. O titulo de conde foi renovado em 1845.

Linhares. Villa e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Alta, distr. e bisp. da Guarda; 1:186 hab. e 273 fog. Foi concelho muito antigo, supprimido em 1855. A Casa do Infantado apresentava o prior, que tinha 320$000 réis annuaes. A villa dista 12 k. da séde do conc. e está situada em posição elevada, nas faldas da serra da Estrella, entre muitos arroios, e passando-lhe pelo meio uma grande levada, que rega o seu territorio, que é muito fertil. A pov. é muito antiga. Muitos escriptores dizem que foi fundada pelos turdulos, 500 ou 580 annos antes da vinda de Christo, com o nome de *Lenio*, ou *Leniobriga*, e pretendem que o actual nome seja corrupção do primitivo. Dizem tambem que foi cidade episcopal no tempo dos godos. Os moiros destruiram a pov. no seculo VIII, e Affonso III, de Leão, a reedificou em 900. D. Affonso Henriques a povoou de novo e lhe deu foral sem data, e em setembro de 1169 deu-lhe outro, que seu filho D. Sancho I reformou em 6 de abril de 1198. Todos estes foraes tinham grandes privilegios que D. Affonso II confirmou, em Santarem, em outubro de 1217. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, em 1 de junho de 1510. Quando el-rei D. Fernando I casou sua filha bastarda legitimada com D. Affonso Henriques de Castella e Noronha, conde de Gijon, tambem filho bastardo de D. Henrique II, de Castella, deu-lhe em dote esta villa, que poucos annos depois voltou para a Corôa. Em 1189 invadiu a Beira um exercito de leonezes e castelhanos, roubando e devastando tudo. Era então o castello de Celorico a principal fortaleza da Beira, e o inimigo se lhe aproximou para o cercar. Mas os de Linhares resolveram acudir a Celorico, e chegaram áquella praça quasi ao mesmo tempo que os invasores. Animados os de Celorico com tão valioso reforço, e impacientes por tirarem vingança dos grandes damnos e affrontas que a provincia tinha soffrido dos inimigos, não esperaram o assalto, e saindo a campo na mesma noite da chegada dos de Linhares, uns e outros atacaram os invasores tão de improviso e com tal impeto que os puzeram em completa derrota e vergonhosa fuga, deixando no campo tudo quanto haviam roubado, todas as suas bagagens, e grande numero de mortos e prisioneiros. Era alcaide-mór de Celorico D. Gonçalo Mendes, e de Linhares D. Rodrigo Mendes, ambos filhos do conde D. Mendo, bravissimos guerreiros d'aquelles tempos. Em memoria de tão assignalada façanha, D. Sancho I deu por armas a Celorico e a Linhares o brazão que Linhares ainda conserva, o qual consta de um escudo com uma meia lua e cinco estrellas. Diz-se que o crescente da lua indica a noite da referida batalha, que era de lua nova. O brazão de Celorico teve mais tarde um accrescentamento (*V. Celorico da Beira*). Linhares tem Misericordia e hospital, e diversas ermidas; quatro chafarizes abundantes de boa agua, sendo um d'elles de boa architectura; escolas para ambos os sexos, e est. post. permutando malas com Celorico da Beira. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. O clima é frio mas muito saudavel. Os arrabaldes são ferteis e muito arborisados. Só um souto de bellas arvores, que é da camara, tem uma legua de comprimento e meia de largura. O territorio produz cereaes vinho, azeite, boas fructas, batatas, linho e muita castanha. Ha muito gado de differentes especies e variedade de caça. Ainda se vêem ruinas d'um

antigo castello, que parece ter sido fundado por el-rei D. Diniz, o qual estava situado sobre uns altos rochedos, tendo duas torres e duas portas. Entre as villas de Linhares e Mesquitella, na extremidade de seus termos, está situado o Santuario de Nossa Senhora da Annunciada, construido n'um sitio ingreme no centro d'uma campina rasa, a que dão o nome de *Campo da Annunciada*. O Santuario está em terras d'uma quinta dos srs. de Mello, e é tradição que n'este campo houve uma grande batalha entre christãos e moiros, sendo estes derrotados. A egreja tem só um altar onde está a imagem de Nossa Senhora, toda de pedra, com o menino Jesus nos braços. Apezar da sua muita antiguidade, é de boa esculptura. E' de muita devoção, não só dos povos proximos, mas para outros muitos que estanceiam pela serra da Estrella. Não se conhece a data da fundação, nem o nome do fundador, mas sabe-se ser um monumento antiquissimo, suspeitando-se até que seja do tempo dos gôdos. || Villa e freg. de S. Miguel, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Carrazêda de Auciães, distr. e bisp. de Bragança; 1:394 hab. e 355 fog. Tem escolas d'ambos os sexos, e caixa post. A villa dista 5 k. da séde do conc. e está situada n'um alto. Correm-lhe proximo os rios Douro e Tua. A mitra apresentava o reitor, que tinha 40$000 réis annuaes. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Minho, conc. e com. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 306 hab. e 116 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 5 k. da séde do conc., e está situada proximo do rio Coura. A casa da Boa Vista apresentava o abbade, que tinha 120$000 réis annuaes. N'esta freg ha dois fortes, de fórma circular, um chamado *Modôrra*, e é proximo da freg. de Ferreira; outro chamado *Castro de Brozendes* e limita com Fromariz. Linhares pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Bertiandos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Estevão, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel, de Celaviza, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || O Salvador, de Delães, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga || S Pedro, de Este, conc. e distr. de Braga. || S. Pedro, de Gondarem, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Junqueira, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || Santa Lucrecia, de Louro, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Pedro, de Riba de Mouro, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || Santa Engracia, de Soutello, conc. de Mogadouro, distr. de Bragança. || S. Thomé do Castello, conc. e distr. de Villa Real || Santa Maria, de Verim, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santo André, de Villa Boa de Quires, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Freg. de S. Lourenço, do conc. e com. de Bardez, velhas Conquistas, distr. e arceb. de Gôa, India.

Linhares *(Pedras de)*. No meio do rio Douro, entre a aldeia de Linhares, na freg. de Santa Maria, de Sardoura, concelho de Castello de Paiva, e a aldeia de Ufe, na freg. de S. Mamede, de Canellas, concelho de Penafiel, aquella na margem esquerda e esta na direita do rio, a 32 k a NE da cidade do Porto, estão as temiveis *Pedras de Linhares*, nome por que são designados varios penedos de differentes tamanhos, alguns muito grandes, uns juntos, outros espalhados pelo leito do rio, que não só difficultam, mas até tornam perigosissima a passagem e navegação do rio n'este ponto. A Companhia Geral das Vinhas mandou aqui construir um paredão para encanar parte do rio. Em novembro de 1865, uma grande cheia, entupindo de areia o estreito carreiro por onde os barcos subiam e desciam, obrigou a agua a correr mais furiosamente pela margem direita, norte, o que fez escavar mais o leito do rio d'aquella parte, facilitando alguma cousa mais a navegação por aquelle lado. Estes penedos estão todos soltos, e no tempo da estiagem, quasi em secco grande parte d'elles. Nas enchentes ficam estas pedras debaixo d'agua, e os barcos passam por cima, sem lhes tocarem, mas é perigosissimo quando o rio está muito cheio, e não chega ainda a cobrir as pedras.

Linhares *(Valle de)*. V. *Valle de Linhares*.

Linhares de Baixo. Pov. na freg. do Salvador, de Mattosinhos. conc. de Bouças, distr. do Porto.

Linhares de Cima Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Linhares, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello || O Salvador, de Mattosinhos, conc. de Bouças, distr. do Porto.

Linheiras. Pov. na freg. de S Thomé, de Bitarães, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Linheiro. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Castellões, conc. de Tondella, distr. de Vizeu || S. João Baptista, de Rocas do Vouga, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Linheiro de Baixo e de Cima. Duas quintas na freg. de S Miguel e conc. de Fornos d'Algodres, distr. da Guarda.

Linhó. Pov. na freg. de S. Pedro de Penaferrim e conc. de Cintra, distr. de Lisboa || Casal na freg. de N. S.ª da Salvação e conc. de Arruda dos Vinhos, do mesmo districto.

Linteiro *(Casal do)*. Na freg. de S. Pedro, da Varzea, conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Lippe *(Guilherme, conde de Schaumburgo)*. V. *Schaumburgo Lippe (Guilherme, conde de)*.

Liquiçá Reino pertencente á prov. dos Bellos, situado na costa norte da ilha de Timor, na Oceania. Está no canal de Ombay e pertence ao districto e commando militar de Maubara. E' tributario com a finta de 14$400 réis em generos, e tem a obrigação de mandar cinco auxiliares para as obras publicas de Dilly. A população é de cêrca de 1:500 fogos com 10:000 almas. Tem muitos gados, varias producções, e especialmente o café, sua grande riqueza, exportada pela delegação da alfandega, que existe na costa. Fala se aqui a lingua *teto* e o dialecto *tocodade*.

Lira. Familia nobre, que teve o seu solar na villa de Moledo da provincia do Minho. Tem por armas, em campo de ouro, 6 bandas de prata, perfiladas de azul. E' appellido oriundo da Galliza, que passou a Portugal no tempo d'el-rei D. Fernando I, na pessoa de D. Affonso Gomes de

Lira, a quem o mesmo rei deu a honra de Frazão, na provincia do Minho, e outros bens. D'este D. Affonso, dizem que ha descendencia em Monsão, Valença, Caminha, Vianna do Castello e Moledo. No reinado de D. João V passou tambem a este reino D. Pedro Marinho Francisco de Lira, da casa da Piconha, na Galliza Casou em Barcellos, e d'elle procedem os Liras de Obidos. Estes Liras trazem por armas: Em campo de ouro, cinco bandas azues, elmo d'aço, aberto; timbre, um leão de ouro, lampassado de azul, carregado das cinco bandas das armas. Outros do mesmo appellido usam das seguintes: Em campo verde, castello de ouro, orla de purpura, carregada de 13 estrellas de prata, de 6 pontas. O mesmo elmo e timbre dos antecedentes.

Lira *(Antonio Velloso de)*. Doutor em Theologia pela Universidade de Salamanca, conego magistral da sé do Funchal, e governador d'este bispado. N. em Calheta, na ilha da Madeira, a 14 de junho de 1616, fal. no Funchal a 3 de janeiro de 1691. Tendo estudado humanidades, passou a Salamanca, onde se doutorou. Por occasião da acclamação de D. João IV regressou ao reino, com todos os portuguezes que estudavam n'aquella universidade, e foi eleito conego magistral da sé do Funchal e governador do bispado. Escreveu: *Espelho de Lusitanos em o cristal do Psalmo 43, cuja vista em summa representa este reino em tres estados. . com os mais raros casos n'elle succedidos, assim n'este reino como em Castella*, Lisboa, 1643; outra edição em 1753. A primeira edição traz uma dedicatoria do autor a D. Raymundo, duque de Aveiro, e algumas poesias feitas em louvor d'elle e da obra Do *Espelho de lusitanos* tirou Camillo Castello Branco assumpto para um artigo intitulado *Estudantes portuguezes em Salamanca*, inserto de pag. 39 a 49 do seu livro *Cousas leves e pesadas*.

Lirá. Pov. da montanha de Barlakique, no reino de Viqueque, ilha de Timor, na Oceania

Liras. Pov na freg. de N. S.ª da Purificação, de Villa Chã, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Lirio. Rio do distr. de Castello Branco, que nasce proximo da freg. de Alcains, passa pela estrada que vae de Castello Branco a Abrantes, onde tem uma ponte, e entra na ribeira Ocreza com 18 k de curso.

Liris. Pov. na freg. de S. Theotonio, de Brenha, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Lirias. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Lisboa *(Fr. Antão de)*. Monge de Cister, do convento d'Alcobaça. Era natural de Lisboa, e professor no referido convento, onde deixou dois volumes manuscriptos: *De captivitate ac dispersione Judeorum; Da vida e acções dos antigos prophetas.*

Lisboa *(Fr. Antonio de)*. Religioso franciscano da provincia de Portugal N em Lisboa, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Escreveu varios autos, mas parece que se imprimiu só o seguinte: *Auto dos dois ladrões que fôram crucificados juntamente com Christo Senhor Nosso*, Lisboa, 1603.

Lisboa *(Balthazar da Silva)*. Doutor em direito civil e canonico pela Universidade de Coimbra, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, conselheiro da Fazenda, desembargador da Relação do Rio de Janeiro, etc. N. na Bahia em 6 de janeiro de 1761, fal no Rio de Janeiro em 14 de agosto de 1840. Era filho de Henrique da Silva Lisboa e de Helena de Jesus e Silva. Estudou humanidades, e veiu a matricular-se na Universidade de Coimbra, seguindo o curso de direito civil e canonico, sob a protecção do bispo D. Francisco de Lemos Pereira Coutinho, doutorando-se em 1783. Depois de ser encarregado do exame da mina de carvão de Buarcos e das de chumbo nos contornos da villa de Coja, escrevendo sobre ellas uma memoria, voltou ao Brazil despachado em juiz de fóra da cidade do Rio de Janeiro. Elogiado pelo vice-rei Luiz de Vasconcellos, malquistou-se com o successor d'este, o conde de Rezende, porque havendo na cidade uma enorme carestia de farinha, sendo ao mesmo tempo tolerado o monopolio do mesmo genero, de que se carregavam muitas embarcações para fóra, Balthazar da Silva Lisboa, desempenhando a favor do povo os seus deveres de magistrado, abriu devassa, mandou examinar os carregamentos dos navios, chegando-se a encontrar n'elles caixões de farinha com as marcas d'um ajudante d'ordens do vice-rei. Esta devassa valeu lhe o ser substituido, no cargo de juiz de fóra, regressando a Portugal em 1796, onde o tribunal do Conselho Ultramarino o absolveu das accusações de revolucionario e republicano, urdidas pelos inimigos que deixara na Rio de Janeiro. Mais tarde foi nomeado ouvidor dos Ilhéos no Brazil, e pouco depois juiz conservador das mattas, em que fez estudos sobre a cultura e os cortes da madeira. Escreveu a *Physica dos bosques dos Ilhéos e a Descripção da comarca do mesmo nome*, que foi impressa pela Academia Real das Sciencias, na sua collecção. Como eram sabidos os conhecimentos que tinha feito sobre metallurgia, Balthazar da Silva Lisboa foi encarregado de examinar grande massa de ferro achada nos riachos de Bendegó, cabeceiras do rio da Cachoeira, e a mina de pedra encontrada em 1813 no rio de Cotegipe, e satisfez essa commissão n'um relatorio que apresentou, dando conta scientifica da existencia e das condições do ferro e do carvão de pedra nos logares mencionados O conde dos Arcos, governador e capitão general da Bahia, o encarregou de fazer a mudança da aldeia dos indios da freguezia de Almada para o logar chamado das *Ferradas*, e elle vencendo com doçura a opposição dos indios, conseguiu effeituar a util medida com sacrificio de sua saude e com grandes fadigas. Aposentado no conselho da fazenda, doente e recolhido á fazenda que comprára no Rio das Contas, foi em 1821 perseguido como inimigo da independencia do Brazil, viu se obrigado a fugir atravessando mattos e pantanos, podendo finalmente embarcar n'um brigue inglez que o transportou ao Rio de Janeiro, onde a principio o não quizeram receber o imperador D Pedro I e o seu ministro José Bonifacio de Andrada. Balthazar da Silva Lisboa provou com documentos a sua innocencia, e que era enthusiasta pela independencia. O imperador e o ministro acabaram por lhe fazer justiça. Balthazar da Silva Lisboa continuou vivendo no Brazil, onde fez algumas publicações importantes, como os *Annaes do Rio de Janeiro*, 7 volumes, etc. Foi commendador da ordem de

Christo do Brazil, do conselho do imperador D. Pedro I, socio do Instituto Historico e Geographico brazileiro, etc. O seu nome ficou gravado como um dos mais illustres representantes das letras e das sciencias do Brazil. Em 1786 havia publicado em Lisboa: *Discurso historico, politico e economico dos progressos e estado actual da Philosophia natural portugueza, acompanhado de algumas reflexões sobre o estado do Brazil.* No *Supplemento* ao tomo II da *Revista Trimensal do Instituto*, a pag. 34, vem publicado o seu *Elogio historico*. No mesmo vol. a pag. 383, vem tambem uma noticia biographica.

Lisboa *(Fr. Bartholomeu de).* Religioso da ordem de S. Jeronymo, natural de Lisboa; fal. em 22 de fevereiro de 1641. Era filho de Gaspar Vianna e de Antonia Lourenço. Professou no convento de Belem a 16 de agosto de 1601. Foi prior d'este convento em 1610, e visitador geral da sua congregação. Compoz: *Vida do glorioso padre S. Jeronymo e de Santa Paula*, que não chegou a publicar-se.

Lisboa *(Fr. Bento de).* Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho. Era natural de Lisboa, e fal. no anno de 1516. Professou no convento de Santarem a 5 de maio de 1442. Recebeu o grau de doutor em Theologia pela Universidade de Lisboa em 1482, onde foi leute de vespera em 1506, deixando este cargo por motivo de doença, no mesmo anno em que falleceu. Foi provincial em 1507, e reformador de toda a sua ordem. Deixou manuscripto: *In primum librum Sententiarum.*

Lisboa *(Carlos).* Jornalista, N. em 1839, e fal. a 6 de junho de 1899. Começou a sua carreira no jornalismo aos 32 annos, em 1871, n'uma folha litteraria intitulada *Jornal para todos*, de que foi o redactor principal. Foi depois, em 1878, proprietario e redactor principal da *Gazeta do Norte*; em 1882, da *Gazette du Portugal*, mudada depois para o titulo de *Revue du Portugal et ses colonies*. Foi redactor-gerente e editor responsavel da *Gazeta de Portugal*, orgão do partido regenerador, de 1887 a 1892, sendo chefe do partido o estadista Antonio de Serpa Pimentel. Em 1896 fundou a *Gazette diplomatique et consulaire du Portugal*, que em janeiro de 1898 foi substituida por *La Revue Illustrée du Portugal*, publicações deveras interessantes, escriptas em puro francez, e muitissimo conceituadas na Belgica, Paris e Londres. Collaborou tambem no *Jornal do Commercio*, no *Commercio Portuguez*, do Porto, e no *Jornal do Porto*; foi por muito tempo redactor effectivo do *Commercio de Portugal* e do *Jornal da Noite*, de que era então proprietario e director politico Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos, e depois secretario da redacção d'esse jornal, por doença de Ferreira de Castro, que então occupava aquelle logar. Foi tambem secretario da redacção do *Atlantico*, correspondente do *Economiste français*, etc. Carlos Lisboa era um jornalista de muita erudição e de grande merito, trabalhador infatigavel, sempre modesto, retrahindo se aos elogios, e não gostando nunca de se pôr em evidencia. Pertencia ao partido regenerador, a que prestou bons serviços, como um dos seus mais fieis e devotados correligionarios. Possuia a commenda da ordem de Christo e o grau de cavalleiro da de S. Thiago.

Lisboa *(D. Fr. Christovão de).* Religioso da ordem de S. Jeronymo. N. em Lisboa e fal. a 31 de março de 1622. Era filho de Henrique de Sá Menezes. Professou no convento de Belem a 9 de junho de 1585. Tambem lhe chamavam fr. Christovão de Sá, pelo seu appellido de familia. Por morte do bispo de Malaca D. João Ribeiro Gaio, foi eleito para o substituir, em 1601, sendo sagrado no referido convento de Belem a 21 de novembro do mesmo anno. Depois de proceder á ceremonia do lançamento da primeira pedra na egreja do noviciado dos jesuitas, no sitio da Cotovia, de Lisboa, onde hoje se vê a Escola Polytechnica, em 20 de março de 1605, embarcou para a sua diocese na armada de que era capitão-mór Braz Telles de Menezes. Cinco annos depois, em 1610, foi transferido para o arcebispado primacial de Gôa, succedendo a D. Fr. Aleixo de Menezes. Pela ausencia do vice rei da India D. Jeronymo de Azevedo, governou aquelle estado no anno de 1615. Deixou alguns manuscriptos, entre os quaes se conta um *Tratado do apparecimento de Christo Crucificado na Cruz da Boa Vista na cidade de Gôa succedido a 23 de fevereiro de 1619.*

Lisboa *(D. Fr. Christovão de).* Religioso da ordem de S Francisco. Era natural de Lisboa, sendo filho de Gaspar Gil Severino, executor-mór do reino, e de Julianna de Faria; irmão do celebre Manuel Severim de Faria, chantre da sé de Evora Muito novo ainda recebeu o habito franciscano da reformada provincia da Piedade, d'onde quatro annos depois se transferiu para a de Santo Antonio. Foi qualificador do Santo Officio, guardião do convento de Santo Antonio de Lisboa, definidor da provincia, commissario da provincia de Portugal e primeiro custodio da provincia do Maranhão, onde se dedicou a converter os indios ao Christianismo. Foi eleito bispo de Angola, mas não chegou a tomar posse d'esta elevada dignidade, porque falleceu em Lisboa a 14 de abril de 1652. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa existe o seu retrato de meio corpo. Nos *Estudos biographicos*, de Canaes, a pag. 217, vem a sua biographia. Escreveu: *Jardim da Sagrada Escriptura, disposto em modo alphabetico; com um elenco de discursos e conceitos sobre os evangelhos das domingas, quartas e sextas feiras de Quaresma, e domingas do Advento; utilissimo para prégadores e curas d'almas*, etc., *obra posthuma, repartida em dois tomos*, Lisboa, 1.º tomo, 1653; o 2.º tomo não chegou a publicar se; *Santoral de varios sermões de santos, offerecido a Manuel de Faria Severim, chantre da Santa Sé de Evora*, Lisboa, 1638; *Manifesto da injustiça, cegueira e declinação presente, e futura ruina de Castella, e do abono, patrocinio, e amparo divino da justiça de Portugal*, etc, Lisbóa, 1647; *Consolação de afflictos e allivio de lastimados; dialogo entre dois philosophos, Vacrisso e Pontonio*, etc, saiu posthuma, em Lisboa, 1742; Sermão de S. José, Evora, 1625; *Sermão da quarta dominga da Quaresma*, Lisboa, 1611; *Sermão da terceira dominga do Advento, na Misericordia de Lisboa, quando se jurou El-rei D. João IV por rei d'estes reinos*, Lisboa, 1641; *Sermão prégado em Santo Antonio dos Capuchos, por ordem da rainha, a 18 de setembro de 1643*, Lisboa, 1611; destinava se a *animar o povo á defensão da liberdade da patria, exhortando-o a pedir e a esperar do Senhor a prosperidade do exercito real, narrando as muitas e*

diversas maneiras com que até agora pelejava por elle, e as grandes perdas modernas de Castella, etc; *Sermão da Immaculada Conceição da SS. Virgem, prégado na Capella Real a 8 de dezembro de 1645*, Lisboa, 1646; *Sermão da quinta sexta feira da Quaresma, na Capella Real a 27 de março de 1648*, Lisboa, 1648; é tambem um sermão politico, em que persuade aos portuguezes a necessidade de defenderem a liberdade e independencia nacional; *Sermão na terceira sexta-feira da Quaresma a 2 de março de 1646 na capella Real*, Lisboa, 1646; *Sermão de S. Gonçalo;* publicação posthuma feita em Coimbra.

Lisboa *(Francisco de)*. Religioso da ordem de S. Francisco, que viveu no seculo XVI. Era natural de Lisboa. Exerceu varios cargos na sua ordem, e por tres vezes foi eleito provincial; passando a Assis, para assistir ao capitulo geral, foi creado defensor geral da ordem e commissario geral d'este reino. Escreveu um tratado genealogico das familias do reino de Portugal, e segundo diz Fr. Bernardo de Brito, compoz tambem uma obra em que tratava dos nomes antigos das cidades e villas de Portugal, confrontando-os com os modernos.

Lisboa *(D. Fr. Gomes de)*. Religioso da ordem de S. Francisco, natural de Lisboa. Estudou Theologia na Universidade de Paris, em que se doutorou. Em 1511 foi eleito geral de toda a ordem franciscana, antes da divisão dos claustros e observantes. Recebeu distinctas honras do papa Julio II e do seu successor Leão X, que o elegeu bispo da Nazareth. Deixou algumas obras manuscriptas.

Lisboa *(Fr. Hermenegildo de)*. Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Lisboa a 4 de novembro de 1700; ignora-se a data do fallecimento. Chamava se no seculo Francisco de Mattos Mexia, sendo filho de João de Mattos Mexia e de D. Josepha Maria da Cruz. Estudou letras humanas no collegio de Santarem, dos padres jesuitas, d'onde passando a Lisboa, recebeu o habito de cavalleiro da ordem de Christo, e foi moço da camara de D. João V. Resolveu depois entrar no claustro, e professou no convento de N. S.ª d'Assumpção, de Azurara, na provincia do Minho, a 12 de abril de 1724. Foi prégador muito conceituado. Publicou: *Despertador metrico, ou incentivos tão efficazes como verdadeiros, para desenganos de peccadores*, etc., Madrid, 1752.

Lisboa *(João de)*. Piloto celebre no seculo XVI. Recebeu grandes mercês dos reis D. Manuel e D. João III, e foi nomeado piloto-mór da navegação da India e mar Oceano, em 12 de janeiro de 1525. Durante muitos annos navegou para aquelles estados, para os Açôres, Brazil, etc. Deixou manuscripto um *Tratado da agulha de marear*. No *Occidente*, vol. II, 1879, a pag. 3, 14, 22 e 54, vem um estudo, intitulado *O piloto João de Lisboa*, escripto pelo sr. Brito Rebello, em que se citam e transcrevem documentos de mercês, que lhe fôram conferidas patenteando bem a alta consideração que mereciam os seus serviços. O *Tratado* foi impresso em 1904, a expensas da casa Palmella, com o titulo *Livro da Marinharia*.

Lisboa *(Fr. João de)*. Monge cisterciense, do convento d'Alcobaça, que viveu no seculo XVI e, era natural de Lisboa. Por ordem do commendatario do mesmo convento traduziu do latim em portuguez, no anno de 1510, as seguintes obras que fórmam 1 volume in folio, cujo manuscripto se guardava no convento d'Alcobaça: *Regra de S. Bento*, *Carta de caridade*, *Declaração do papa Clemente IV*, *Fundação da ordem de Christo*, *Estatutos da ordem de Calatrava*, *Fundação do convento de Odivellas*.

Lisboa *(João Antonio)*. Cirurgião militar. N. em 1774, e aos 19 annos, em 1793, era ajudante de cirurgia do regimento de Cascaes, e n'essa qualidade foi desembarcar no porto de Rosas na Catalunha com a divisão auxiliar portugueza. Serviu em todas as campanhas d'aquelles tempos como membro do corpo de saude, manifestando verdadeira dedicação e prestando valiosos serviços. Regressou á patria com o resto dos seus valentes companheiros, e serviu no exercito até 1811, em que abandonou a carreira, desgostoso com as injustiças de que foi victima. Ainda vivia em Lisboa em 1863.

Lisboa *(João Baptista Fetal da Silva)*. V. *Silva Lisboa (João Baptista Fetal da)*.

Lisboa *(Joaquim Geraldo Alvares Vieira)*. Bacharel formado em Medicina e Cirurgia pela Universidade de Coimbra; administrador do concelho de Ponte do Lima, presidente da camara municipal d'esta villa, onde actualmente exerce clinica, deputado, etc. N. na Povoa de Lanhoso em 21 de setembro de 1826. Depois de se ter formado na Universidade em 1853, exerceu clinica como medico municipal em Monsão nos annos de 1854 e 1855, fixando depois a sua residencia em Ponte do Lima, casou com D. Ignacia Guilhermina Vieira da Rocha, filha do abastado capitalista Antonio José Vieira da Rocha, um dos primeiros proprietarios d'aquella villa. Foi nomeado medico do hospital da Misericordia, cargo que exerceu por duas vezes, dedicou-se de tal fórma áquella instituição caritativa, que se tornou muito popular em todo o concelho, sendo apontado como um modelo de bondade e de dedicação pelos enfermos confiados aos seus cuidados. Protegia tambem muito os pobres, ganhando assim o benemerito titulo de medico dos pobres e bemfeitor dos desgraçados. A camara municipal de Ponte do Lima o elegeu seu vereador, e successivamente vice-presidente e presidente, e procurador em repetidos biennios á Junta Geral do Districto. O seu nome está ligado a muitos melhoramentos materiaes do concelho e do districto. N'estes melhoramentos contam-se a construcção da capella de S. João, a fundação dos asylos Camões e N. S.ª da Conceição, iniciada por Agostinho José Taveira, a que o sr. Vieira Lisboa deu o maior incremento; o asylo de infancia desvalida e de D. Maria Pia, instituições de que é socio, e Associação dos bombeiros voluntarios, para cuja fundação efficazmente concorreu e contribuiu O Banco de Ponte do Lima, que tão bons serviços tem prestado ao commercio e industrias locaes, é tambem, por assim dizer, obra do sr. Vieira Lisboa, em grande parte. Em 1864 e 1865 foi eleito deputado; em 1868 quizeram reelegel-o, mas não acceitou. Em 1870, e de 1886 a 1890 exerceu o cargo de administrador do concelho de Ponte do Lima. Em politica militou sempre no partido constituinte, de que se desligou em 1892. E' medico municipal em Ponte do Lima, cargo que exerce ha 37 annos. Possue o grau de cavalleiro da ordem de Christo.

Lisboa *(Joaquim José)*. Alferes do regimento de Villa Rica, na provincia de Minas Geraes, terra da sua naturalidade. Veiu a Portugal ainda nos ultimos annos do seculo XVIII, a solicitar da côrte o despacho de requerimentos que trazia; estes negocios, quaesquer que fôssem, achavam-se terminados em 1802, favoravelmente para elle. Conservou se em Lisboa, e parece que vivia ainda em 1811. Escreveu: *Joquino e Tamira; versos pastoris, dedicados ao sr. capitão João Pinto Gonçalves, no Rio de Janeiro*, Lisboa, 1802; *Descripção curiosa das principaes producções, rios e animaes do Brazil, principalmente da capitania de Minas Geraes*, Lisboa, 1804; *Jonino de Aonia, Lyras a ella offerecidas*, etc., Lisboa, 1808; *Lyras de Jonnio, pastor da Serra, offerecidas ao ill.mo e ex.mo sr. D. Rodrigo José de Menezes, conde de Cavalleiros*, etc., Lisboa, 1806; *Ode offerecida ao ill.mo e ex.mo sr. Francisco da Silveira Pinto da Fonseca*, etc., Lisboa, 1808; *A protecção dos inglezes; versos offerecidos ao novo corpo militar conimbricense*, Lisboa, 1808; *Obras poeticas consagradas ás immortaes acções do grande Wellington*, etc., Lisboa, 1811; *Elogio ao ill.mo e ex.mo sr. Francisco da Silveira Pinto da Fonseca*, Lisboa, 1809; *Por occasião de ser nomeado o ill.mo sr. Alexandre José Ferreira Castello para servir no impedimento do Secretario do governo na repartição dos negocios da Fazenda; soneto*, sem logar nem anno de impressão; *Lyras offerecidas ao ill.mo sr. João Anastacio de Carvalhosa Henriques*, Lisboa, 1812.

Lisboa (*José Antonio de*). N. no Rio de Janeiro em 23 de fevereiro de 1777, onde tambem fal. em 29 de julho de 1850. Veiu fazer os seus estudos superiores a Portugal, e frequentou o curso de Mathematica no Collegio dos Nobres, indo depois, em 1802, viajar a França e a Inglaterra com o firme proposito de adquirir novos conhecimentos scientificos. Regressando a Portugal foi suspeito de alimentar idéas anti-religiosas, e sendo perseguido pela Inquisição, fugiu para o Brazil. Quando a familia real se retirou ao Rio de Janeiro, e o governo começou a desenvolver a instrucção n'essa nossa colonia, José Antonio de Lisboa foi nomeado lente da Aula do Commercio. Proclamando-se a independencia do Brazil, teve o encargo de varias commissões financeiras, como a reforma da pauta, organisação do systema bancario, liquidação de prejuizos entre Portugal e Brazil, entre o Brazil e a Inglaterra, etc. Seguindo depois no imperio, foi ministro da fazenda, deputado, e exerceu cargos importantes. Escreveu: *Reflexões sobre o banco do Brazil, offerecidas aos seus accionistas*, Rio de Janeiro, 1821; *Carta dirigida aos redactores do «Reverbero Constitucional fluminense», relativa aos apontamentos do «Patriota Constitucional», para acudir ao thesouro publico, expostos no n.º XIV do dito periodico*, Rio de Janeiro, 1822. Ainda, posteriormente, teve outras publicações.

Lisboa *(José da Conceição)*. No seculo XVIII houve dois padres d'este nome, sendo um frade da ordem de S. Francisco da provincia de Portugal e o outro clerigo secular. O primeiro escreveu: *Oração funebre nas exequias do ex.mo sr. D. Duarte Antonio da Camara, segundo marquez de Tancos, que na freguezia de S. Christovão fez celebrar a irmandade do Santissimo*, etc., Lisboa, 1779. O segundo publicou: *Elogios funebres que nas exequias do santissimo padre Clemente XIV e do... senhor D. José I, rei de Portugal e dos Algarves, celebradas no convento de S. Francisco da Cidade, recitou e offerece ao seu serafico partriarcha o padre mestre... da ordem dos menores observantes da provincia de Portugal*, Lisboa, 1777. Parece que se trata d'uma só pessoa, mas o *Diccionario bibliographico*, considera duas pessoas differentes, sendo um frade e outro clerigo secular.

Lisboa *(Fr. José do Sacramento)*. Religioso da ordem de S. Francisco N. em Lisboa a 15 de abril de 1715; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Francisco da Cruz e de Antonia Maria. Professou no convento de S. Francisco, de Alemquer, da provincia de Portugal, a 5 de novembro de 1732. Estudou Philosophia no convento da sua ordem de Guimarães, e Theologia no de Lisboa. Foi instituido prégador a 26 de setembro de 1739, e confessor das religiosas do convento de N. S.ª da Ribeira, d'onde passou a vigario do côro do convento de Santarem, e penitenciario geral de toda a ordem. Deixou manuscripto: *Ritual seraphico romano, ou Collecção de cerimonias conforme as rubricas do Missal, e Breviario cerimonial dos bispos, decretos da Sagrada Congregação dos Ritos*, etc.

Lisboa. (*Fr. Lourenço de*). Monge cisterciense do convento de Alcobaça. N. em Sande, proximo de Lamego, e fal. em 1673, pedindo que reduzissem a cinzas todas as suas poesias saficas. Conservaram se, porém, os manuscriptos de dois poemas, intitulados: *Batalha de Montes Claros* e *Descripção de Lamego até á barca da Regoa*. Professou no convento de S. João de Tarouca a 26 de janeiro de 1620. Dictou Theologia aos seus domesticos no collegio de Coimbra

Lisboa *(Manuel Thomaz)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. N. n'esta cidade a 9 de janeiro de 1819, e fal. em 29 de novembro de 1879. Estudou tambem medicina na Academia Ludovicana, do ducado de Hesse. Foi nomeado medico extraordinario no hospital de S. José em 1842, e effectivo em 30 de abril de 1850. Fez parte da commissão consultiva em 1851. Exerceu os cargos de delegado de saude e de vereador da camara municipal de Lisboa. Aposentando se em 2 de março de 1878.

Lisboa *(D. Fr. Marcos de)*. Religioso franciscano da provincia de Portugal, bispo de Miranda e do Porto, chronista da sua ordem, etc. N. em Lisboa em 1511, fal. no Porto a 3 de setembro de 1591, sendo filho de Salvador Luiz da Silva. Professou no convento de Santa Christina da provincia de Portugal. Era muito perito nas linguas latina, grega e hebraica. Estudou as sciencias severas no collegio de S. Boaventura, de Coimbra, e dedicou-se muito ao pulpito, ganhando fama de bom orador sagrado do seu tempo. Pela sua erudição e elevado talento foi nomeado chronista geral da ordem seraphica. Visitou a Hespanha, França, e Italia, fazendo a pé esta peregrinação, em que alcançou um grande thesouro de noticias para a obra de que fôra encarregado, de que se seguiram as chronicas escriptas em estylo sincero e muito verdadeiro, que mereceram serem traduzidas nas linguas, franceza, italiana e hespanhola. Passou depois para a reformada ordem da provincia de Santo Antonio, mais conhecida por frades capuchos, em

que foi eleito segundo provincial. Em 1574 acompanhou D. Sebastião a Africa, e este monarcha o elegeu bispo de Miranda, pela renuncia de D. Antonio Pinheiro, e como esta eleição se não effeituasse, Filippe II, de Hespanha e I de Portugal, o elegeu em 1581 bispo do Porto, sendo sagrado no convento de S. Francisco da Cidade em 31 de janeiro de 1582 pelo capellão-mór D. Jorge de Athaide, fazendo a sua entrada publica na diocese a 8 de abril do mesmo anno. Dotou a cathedral do Porto com preciosas alfaias, mandando vir de Flandres uma preciosa armação para cobertura das paredes, e juntamente livros de grande cantochão para serviço do côro. Edificou a quinta do Prado, onde esteve o seminario, e actualmente existe o cemiterio oriental, chamado do *Prado do Repouso*; construiu no claustro da sé a capella de Nossa Senhora da Saude, para sua sepultura, e junto d'ella a casa do cabido. Convocou o synodo diocesano em fevereiro de 1585, e reformou, conforme os decretos do concilio tridentino, as constituições do bispado que tinham sido feitas pelo bispo D. Fr. Balthazar Limpo. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa, existe o retrato, em meio corpo, do bispo D. Fr. Marcos de Lisboa. Bibliographia: *Primeira parte das Chronicas da ordem dos frades menores do Serafico Padre S. Francisco, seu instituidor e primeiro ministro geral*, etc, Lisboa, 1557; a 2.ª, edição publicou-se em 1566, tendo algumas differenças no titulo, assim como a 3.ª edição em 1587; *Parte segunda das Chronicas dos frades menores e das outras ordens segunda e terceira, instituidas na egreja pelo santissimo padre S. Francisco*, etc., Lisboa, 1562. Estas duas partes e juntamente a terceira, que é escripta em castelhano e saiu pela primeira vez em Salamanca, fôram novamente impressas por diligencia de fr. Luiz dos Anjos, religioso da provincia dos Algarves, que lhe fez algumas alterações, Lisboa, 1615, 3 tomos. A 1.ª 2.ª partes d'estas chronicas tambem fôram traduzidas em castelhano, e todas tres nas linguas franceza e italiana, tendo em cada uma d'ellas diversas reimpressões. Escreveu mais: *Exercicio e mui devota meditação da vida e paixão de nosso senhor Jesus Christo, composto por o allumiado varão fr. João Thanlero da ordem dos prégadores, tresladada do latim em linguagem;* Vizeu, 1571; *Livro insigne das flôres e perfeições das vidas dos gloriosos Santos do velho e novo testamento, té quasi nossos tempos*, etc., *por Marcos Marulo Spalatense de Dalmacia, novamente traduzido em linguagem por Fr. Marcos de Lisboa, frade menor*, Lisboa, 1579; *Tratado do Serafico doutor de S. Boaventura, chamado da perfeição da vida, em que claramente ensina o santo os caminhos para a perfeição, especialmente das pessoas religiosas*, etc., Lisboa, 1562; *Constituições synodaes do bispado do Porto*, de que ha duas edições, uma de Coimbra, 1585, e outra do Porto, de 1590.

Lisboa (*Octavio de*). Monge da ordem de Cister, natural de Lisboa. Escreveu alguns sermões em latim, e um *Tratado dos Sacramentos*, que se não imprimiram.

Lisboa (*Simão de*). Religioso capucho, natural de Lisboa, e que compoz um *Elogio* de fr. Luiz da Cruz, que ficou inédito.

Lisboa (*Fr. Vicente de*). Religioso da ordem de S. Domingos e provincial em toda a Hespanha e Portugal; inquisidor geral, em Hespanha, e confessor de D. João I, que lhe concedeu para sua residencia a casa real que tinha em Bemfica. Por ordem d'este monarcha foi a Roma tratar de negocios de summa importancia. Falleceu n'aquella cidade em 5 de janeiro de 1401. Era natural de Lisboa. D. João I mandou a Roma Pedro Rodrigues de Moura, fidalgo da sua casa, com dois religiosos dominicos do convento de S. Domingos de Bemfica, para transportarem o cadaver de fr. Vicente de Lisboa, o qual foi sepultado no cruzeiro da egreja do referido convento, collocando-se-lhe no tumulo um longo epitaphio em latim Fr. Vicente de Lisboa foi homem de vasta intelligencia, e autor de muitos livros, que ficaram inéditos.

Lisboa (*Districto administrativo de*). E' limitado ao N pelo districto de Leiria, ao S. pelo de Beja, e a E pelos de Santarem, Evora e Beja. A sua população, segundo o censo de 1900, é de 708:750, hab: 360:806 do sexo masc. e 347:944 do feminino. Em 1878 a sua população era de 498:059 e em 1890 de 611:168 habitantes. O districto de Lisboa é em geral pouco montanhoso. Ao N limitando a bacia hydrographica do Tejo, correm os prolongamentos da serra da Estrella, com os nomes de serra de Monte-Junto, Montachique e Cintra. Na direcção d'este prolongamento encontram-se elevações de 253 metros no Cercal, 456 em Alcoentre, 666 em Monte-Junto, 394 a O do Sobral, 403 a SO de Enxara dos Cavalleiros, 429 na Malveira, e finalmente 529 em Cintra. Para os lados d'estas serranias, tanto em direcção ao Oceano, como á margem do Tejo, a cota média vae successivamente diminuindo, não descendo, porém, em geral muito de 100 metros. Entre o Tejo e o Sado o terreno apresenta-se geralmente baixo, offerecendo apenas algumas elevações entre Palmella e Cezimbra, onde a serra da Arrabida attinge 499 metros. Ao S do Sado encontra se um contraforte que se dirige para o S, e depois para SE, e que vae ligar se ao planalto de Ourique e ao systema orographico do sul do paiz. Este contraforte fórma a serrania desde Grandola até ao Cercal; n'ella se encontram alturas que regulam entre 200 e 300 metros, attingindo 325 na Atalaia de Grandola. O distr. de Lisboa é banhado pelo Tejo, que o atravessa em grande extensão e fórma na barra um dos melhores portos do mundo, por varios dos seus affluentes de pequena importancia e por outros rios, dos quaes o mais importante é o Sado. Dos affluentes do Tejo no distr. de Lisboa pódem mencionar-se o Asseca e o Trancão na margem dir., a Sorraia e o Almansor na margem esquerda. Estes ultimos, porém, banham apenas uma pequena parte do districto. O Sado é um rio importante que fórma tambem junto á foz um vasto porto, e que corre no districto quasi durante todo o seu curso. Os seus principaes affluentes são o Odivellas e o Xarrama, que só banham no districto uma pequena extensão, o Diége, a ribeira de S. Martinho e a de Maratecca, na margem direita; e as ribeiras de Corona e Arião, na margem esquerda. Além d'estes rios pódem mencionar-se o Alcabrichel, Sizandro, Safarujo, Ilhas, Chelleiros, Collares e Cascaes, que desaguam no Oceano Atlantico, ao N da barra do Tejo. E' grande a extensão da costa, e são importantes os portos do distr. de Lisboa,

bastando para lhe dar maior consideração o formado pelo Tejo, que é decerto o melhor e o mais vasto da Europa. Começando ao sul da ponta da Consolação, que pertence ainda ao distr. de Leiria, a costa inclina-se para SE e depois para SO, recebendo os ribeiros da Lourinhã, Alcabrichel e Sizandro; continúa na direcção S até á Ericeira, onde ha uma pequena enseada desabrigada. Pouco depois a costa inclina-se novamente para SO até ao cabo da Roca, que se levanta a uma altura de 125 metros, e sobranceira ao qual se eleva a serra de Cintra. Fórma em seguida uma curva, e volta para SE, constituindo a excellente bahia de Cascaes. Depois abre-se a barra de Lisboa (V. *Lisboa* (*Barra de*). A costa, inclinando-se para SE, e depois para SO, continúa a grande curva aberta entre o cabo da Roca e o cabo de Espichel, que é o extremo da serra da Arrabida, e se eleva a 150 metros. Do cabo de Espichel corre a costa para NE até á foz do Sado, abrindo a pequena enseada de Cezimbra, e sendo acompanhada em toda esta extensão pela serra da Arrabida, depois segue para SE, volta ao S, e depois a SO, até ao cabo de Sines, onde fórma voltando a SE a pequena enseada de Sines, correndo depois para o S até ao limite do districto. A costa é geralmente escarpada, sendo pequenas as extensões em que dá logar a enseadas ou a praias de grande largura, e a altura da escarpa é quasi sempre consideravel. Alumiam a costa varios faroes e farolins, e entre elles na Ericeira, cabo da Roca, ponta da Guia, Nossa Senhora da Guia (a O de Cascaes), á entrada da barra os faroes de S. Julião e do Bugio, varios farolins dentro do porto, Caxias, Cacilhas, farol no cabo Espichel, e o farol do Outão, no Sado. O districto apresenta-se geralmente cultivado na parte que fica ao N do Tejo e na peninsula de Setubal. A faxa montanhosa que, ao norte do Tejo, corre na direcção NE para SO, é escalvada e esteril, mas aos lados, tanto em direcção ao rio como em direcção ao Oceano Atlantico, abrem-se ferteis valles, onde a cultura está em geral muito desenvolvida. Encontram-se todavia alguns pedaços de sólo inculto, entre outros a E de Caneças, na direcção de Chelieiros, Lousa e Fanhões, ao N e NE da Ericeira e a O do Sobral; mas os mais consideraveis são os que existem ao N de Torres Vedras e Alemquer, devendo notar-se as charnecas de Ameixoeira e Alcoentre, de Otta ao Cereal, e uma parte da região ao norte de Villa Verde. Ao sul do Tejo abrem-se vastas charnecas e uma grande extensão de terreno inculto, abrangendo quasi toda a parte do districto, que demora a E de Alcochete. Ao sul do Sado apenas alguns tratos de terreno estão agricultados, principalmente os que se avisinham das povoações. A região que fica ao norte produz em abundancia cereaes, vinho, azeite, laranjas e outras fructas. A natural fertilidade do sólo é favorecida pela abundancia de agua. A região que fica ao sul, na parte que é banhada pelo Tejo, a peninsula de Setubal, e alguns tratos de terreno banhados por affluentes do Sado apresentam se em condições egualmente favoraveis de cultura, e encontram-se ali terrenos cobertos de excellentes pomares e vinhedos. O resto da região ao sul do Tejo é, com pequenas excepções, formado por vastas charnecas O districto é principalmente notavel pela producção vinicola. Encontram-se n'elle regiões importantes, quer pela abundancia quer pela excellencia dos vinhos. Taes são: Carcavellos, Collares, Lisboa e cercanias, Camarate, Bucellas, Arruda dos Vinhos, Cadaval, Azambuja, Lavradio, Palmella. Setubal e Torres Vedras. Muitos d'estes vinhos gozam grande fama no paiz e fóra d'elle. A industria pecuaria do districto não se póde dizer de importancia excepcional, mas torna-se valiosa. As especies pecuarias mais importantes são a bovina e a cavallar. Das raças bovinas distinguem-se a brava do Ribatejo e a turina dos arredores de Lisboa. A primeira encontra-se no valle do Tejo e ainda no do Sado. A creação do gado bravo tem por principal fim o aluguer para as corridas. A raça turina encontra-se em Lisboa, e arredores, em grande abundancia, e applicada para o fornecimento do leite á capital dá logar a uma industria bastante remuneradora O gado cavallar predomina no conc. de Lisboa, seguindo-se-lhe os de Villa Franca de Xira, Loures e Azambuja; o gado muar no de Cintra, seguindo-se-lhe os de Oeiras, Setubal, Torres Vedras e Loures; o asinino no de Torres Vedras, seguindo-se lhe os de Alemquer, Loures, Cintra, Mafra, Azambuja e Lourinhã; o bovino nos de Cintra e Alcacer do Sal, seguindo-se-lhes Villa Franca de Xira, Loures, S. Thiago do Cacem e Mafra; o lanar nos de Loures e Cintra, seguindo-se-lhes Torres Vedras; o caprino nos de Alcacer do Sal e S. Thiago do Cacem; o suino no de Alcacer e depois d'este nos de S. Thiago do Cacem e Alemquer. Os concelhos que teem maior valor em gados são os de Lisboa, Alcacer do Sal, Loures, Cintra, Villa Franca e S. Thiago do Cacem. O districto não é em geral notavel pelas suas riquezas mineraes. Ao S do Tejo, perto de Alcacer do Sal e do rio Sado, encontra-se algum terreno carbonifero, mas de que se não póde extrahir carvão. Ha, porém, terrenos perto de Setubal onde a turfa apparece em grande extensão, formando uma camada de 1 metro de espessura. Encontram-se numerosos filões de ferro ao S de S. Thiago do Cacem. Na serra de Melides, perto de Graudola, ha uma grande extensão occupada por terrenos que conteem minerios de ferro e cobre. Tambem na mesma serra existem jazigos de chumbo e de manganez. Nas serras ao N do Tejo, abundam os calcareos, fornecendo excellentes marmores, de variadas côres. Em Cintra, Pero Pinheiro, Tojal, Montelavar e Paço d'Arcos, a exploração de pedreiras faz se em larga escala. Além das aguas mineraes existentes no termo da cidade de Lisboa, ainda se mencionam no districto as nascentes do Estoril, dos Cucos, proximo de Torres Vedras. A industria fabril do districto é da mais adiantada do paiz. Além das fabricas existentes na cidade são importantes as dos arredores: De louça, em Sacavem; de tecidos, Arrentella, Almada, Alemquer, etc; de productos chimicos na Povoa de Santa Iria; a de tubos de grés, na Abrigada; as de papel na Abelheira e Alemquer; de vidros na Amóra; de conservas em Setubal; de cortiça no Barreiro; de cortumes em Oeiras e Loures; de cimento na Alhandra; etc., etc. Divide-se o districto em 25 concelhos, que são: Alcacer do Sal, Alcochete, Aldeia Gallega do Ribatejo, Alemquer, Almada, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Barreiro, Cadaval, Cascaes, Cezimbra, Cintra,

Grandola, Lisboa (4 bairros), Loures, Louriuhã, Mafra, Moita, Oeiras, S. Thiago do Cacem, Seixal, Setubal, Sobral do Monte Agraço, Torres Vedras e Villa Franca de Xira. Ecclesiasticamente, constitue um patriarchado, que tem por bispados suffraganeos Guarda, Lamego, Portalegre, Angra e Funchal. O districto de Lisboa é um dos que estão mais bem servidos pela viação accelerada. Atravessam-o os caminhos de ferro do Norte e Oeste com as suas estações em Santa Apolonia e Rocio; as linhas de Lisboa a Cintra, e o caminho de ferro electrico a Collares e Praia das Maçãs; a linha de Lisboa (Caes do Sodré) a Cascaes. O caminho de ferro do Sul e Sueste, com estação na Praça do Commercio. Militarmente, o districto depende da 1.ª divisão militar, cujo quartel general tem a sua séde em Lisboa. Na circumscripção maritima, pertence ao departamento do centro, e tem capitanias de portos em Lisboa, Ericeira, Setubal e S. Martinho. Tem uma alfandega de 1.ª classe em Lisboa, delegações de 1.ª classe na Ericeira, em Setubal, e Sines, e de 2.ª em Cascaes e Cezimbra. As associações de classe e de soccorro mutuo, bem como os estabelecimentos de beneficencia, são numerosissimos em todo o districto.

Lisboa. Cidade, capital do reino, do districto do seu nome e da prov. da Extremadura. Acha-se situada na margem direita e a 16 kilom. da foz do Tejo. Está edificada sobre sete montes, como a cidade de Roma, os quaes dominam as margens do rio e são, segundo alguns autores, os seguintes: S. Vicente de Fóra, Santo André, Castello, Sant'Anna, S. Roque, Chagas e Santa Catharina. Segundo outros escriptores, as eminencias sobre que assenta a cidade são: Castello, Graça, Monte, Penha de França, Sant'Anna, Chagas, Santa Catharina, Cotovia, Estrella e Campolide. A cidade estende-se em amphitheatro e está na parte mais occidental do continente europeu. Tem um porto que pela sua vastidão póde abrigar todas as esquadras do mundo, sendo tambem um dos ancoradouros mais seguros e dos mais bellos que existem. Pouco acima da cidade, tem o rio 12 kilom. de largura maxima, e entre a praça dos Remolares e o pontal de Cacilhas, na outra margem, 1:850 metros. A situação de Lisboa é magnifica e o seu clima um dos mais temperados da Europa. Aos viajantes que a admiram do rio offerece um dos mais magestosos e soberbos panoramas que a phantasia possa imaginar. Alguns autores lhe chamam a rainha do Oceano, a princeza do Tejo, e outros titulos, que todos merece a formosa cidade. A historia da fundação de Lisboa e dos seus primeiros tempos anda envolvida em fabulas, mais ou menos engenhosas. Umas dão-lhe por fundador a Ulysses, o celebrado capitão grego, dizendo que do seu nome veiu á cidade o de *Ullyssipo*, que depois se corromperia para *Olisipo*. Outras contam que a fundou um companheiro do deus Baccho, chamado Luso, e d'aqui tirou o paiz a denominação de *Lusitania*, e os habitantes a de *lusos*. Outros, ainda, attribuem a sua origem a Eliza, bisneto de Noé. De taes lendas se aproveitaram os nossos antigos escriptores para provar que nos seus arredores havia os famosos Campos Eliseos, e muitos outros factos. A fundação da cidade por Ulysses, apoiada na derivação do nome de Lisboa, logrou apreço até que se demonstrou que *Olisipo* é corrupção das palavras phenicias *alis ubbo*, que significam *enseada amena*. D'esta nova etymologia resultou attribuir-se aos phenicios, como celebres navegadores que fôram da antiguidade, a fundação no monte do Castello de uma colonia, que se tornou depois na cidade de Lisboa. Depois dos phenicios, entraram successivamente na peninsula diversos povos, apoderando-se alguns da cidade até que os romanos a conquistaram pelo anno de 205 antes de J.-C. Foi Lisboa elevada a *municipio romano* por Julio Cesar (100 a 45 annos antes de

Vista de Lisboa tirada do Castello para o rio

Christo), o qual tambem lhe deu o nome de *Felicitas Julia*, que significa *felicidade de Julio*. Estas duas honras, de que os romanos eram muito avaros, provam bem a importancia e grandeza de que já n'esses tempos gozava a cidade. As inscripções que se teem encontrado (V. o artigo *(Antiguidades de Lisboa)* abrangem apenas o periodo desde o anno 73 depois de Christo até aos meados do seculo III (annos de 244 a 248. Foi, porém, longo o periodo de subjeição aos romanos. Invadida depois a peninsula pelos chamados *barbaros do norte*, foi Lisboa tomada e devastada por elles até que caiu em poder das tribus musulmanas do norte de Africa. O dominio dos visigodos durou tres seculos, acabando no anno de 714 depois de Christo, pela perda da batalha do Guadalete, que os musulmanos ganharam, assenhoreando se em breve de toda a peninsula. A denominação latina de *Olisipo*, ou *Olisipona*, foi corrompida pelos musulmanos em *Olissibona* ou *Lissibona*, d'onde resultou a fórma *Lixboa*, actualmente **Lisboa**: O dominio arabe foi mais fatal a Lisboa do que o dos *barbaros*, não só porque os moiros envolveram na sua furia e vingança os habitantes e os edificios, mas tambem porque este novo dominio, dando causa a uma guerra de exterminio entre o islamismo e christianismo, expoz a cidade aos horrores e estragos de varios assedios e conquistas. Assim, foi tomada de assalto no fim do seculo VIII ou principios do IX por D. Affonso, o *Casto*, rei de Galliza e Asturias; reconquistada pelos arabes no anno de 811; novamente entrada e saqueada em 851 por D. Ordonho III, rei de Leão; outra vez recuperada pelos sarracenos; ganha de novo no anno 1093 por D. Affonso VI, rei de Leão e Castella; passado pouco tempo tornou á subjeição musulmana; foi resgatada, em fim, para a fé christã, e d'esta vez para até hoje, por D. Affonso Henriques, primeiro rei de Portugal no dia 21 de outubro de 1147, depois de um cêrco de cinco mezes. O exercito de D. Affonso Henriques, que tomou Lisboa, compunha-se de tropas de origem franceza, ingleza e allemã. Eram os cruzados que tinham entrado no Tejo por essa occasião. O perimetro da cidade era muito reduzido, pelo que os soldados portuguezes acamparam no logar onde se ergue S. Vicente de Fóra, e os cruzados, no local onde está edificada a egreja dos Martyres, que foi a primeira parochia de Lisboa. Dos arabes tambem poucos vestigios e monumentos se encontram na cidade. A cêrca de muralhas, o castello, e talvez a sé, incluem-se n'esses vestigios, confórme se refére, adeante, nos respectivos artigos. Foi D. Affonso III o primeiro rei que estabeleceu residencia em Lisboa, tendo sido Coimbra a côrte dos quatro primeiros soberanos. N'esse mesmo seculo, correndo o anno de 1288, teve logar a fundação da universidade de Lisboa por el-rei D. Diniz, que foi o primeiro monarcha nascido n'esta cidade. Reinando D. Affonso IV, no anno de 1356, padeceu Lisboa um grande terremoto, que lhe causou consideraveis estragos. Maior calamidade lhe sobreveiu em 1373, reinando D. Fernando I, pela guerra entre Portugal e Castella. Posta a cidade em apertado cêrco por um numeroso exercito castelhano, soffreu grandes horrores, sendo um d'elles o do incendio dos seus arrabaldes. Em 3 de dezembro de 1383, por occasião da morte de D. Fernando, rebentaram na cidade graves desordens e tumultos por motivo da successão da corôa, assassinando o mestre de Aviz ao conde João Fernandes Andeiro, castelhano, nos paços reaes da Moeda, hoje cadeia do Limoeiro (V. *João I)*. No anno seguinte veiu D. João I de Castella, que se intitulava rei de Portugal por sua mulher a rainha D. Beatriz, filha unica do fallecido rei D. Fernando I, pôr cêrco a Lisboa por mar e por terra com grande poder. Durou o cêrco cinco mezes, no fim dos quaes se retirou o inimigo, depois de muitos combates e oppressão, de que ficaram como tristes vestigios muitas ruinas nos edificios da cidade e nas embarca-

Vista de Lisboa tirada do Castello para o Carmo

ções do Tejo. O periodo mais propicio para Lisboa foi no seculo XV. A sua grandeza e prosperidade muito deveram aos acontecimentos extraordinarios, que então tiveram logar. A 25 de julho de 1415 largou do Tejo a poderosa armada, que conduziu el-rei D. João I e os infantes, seus filhos, á conquista de Ceuta, que foi o preludio de mais longinquas navegações, e mais largas conquistas. A instituição da Misericordia, em 1498, rematou este seculo dignamente para Lisboa, que todavia, soffreu ainda n'esse seculo a visita terrivel da peste O seculo XVI deu a Lisboa as mais oppostas vicissitudes. O seu primeiro quartel, apezar dos motins e matança dos judeus, que horrorisaram a cidade em 1506, foi todo de glorias para as armas, de riqueza para o thesouro, de poderio para o afortunado soberano, de esplendor para as artes, e de prosperidade para o commercio. Lisboa attingiu o apogeu commercial, viu-se feita o emporio de todo o mundo. No segundo quartel começou a decadencia da monarchia, apezar do brilho com que as suas armas continuavam a resplandecer na India. Estabeleceu-se o tribunal da Inquisição (V. *este nome*), que tão nefasto foi a todo o paiz. A introducção dos jesuitas trouxe á nação grandes beneficios, que seria injusto esquecer, mas tambem causou alguns males. A peste reinou novamente, absorvendo milhares de vidas. O terremoto de 7 de janeiro de 1531 causou a Lisboa lamentaveis estragos. A segunda metade do seculo XVI fôram para o reino, e portanto para a sua capital, uma epoca de continuadas calamidades. Em 28 de janeiro de 1551 soffreu novo terremoto; em 1569 reinou a horrorosa peste, conhecida na historia pela *peste grande*; em 1578, a perda de D. Sebastião em Africa; a morte do cardeal rei em 1580; a invasão castelhana; o desbarate do exercito de D. Antonio, prior do Crato, em Alcantara, junto a Lisboa; e finalmente a usurpação filippina. Lisboa viu depois em 30 de maio de 1588 sair do Tejo a *Invencivel armada*, que um grande temporal destruiu, e na qual se perderam muitos navios e marinheiros portuguezes. Por ultimo, na noite de 22 de julho de 1597, a subversão de uma parte do monte de Santa Catharina, com tres ruas cheias de casaria, que ficaram sepultadas nas ondas do Tejo. No seculo XVII presenciou Lisboa, entre outros, os seguintes factos: A vinda de Filippe III, de Hespanha, as festas da sua entrada, as côrtes para reconhecimento do principe, seu filho, e os excessivos rigores da oppressão castelhana. Depois a gloriosa revolução do 1.º de dezembro de 1640, que pôz a corôa real na fronte de D. João IV; a conjuração dos fidalgos justiçados no Rocio a 29 de agosto de 1641; a tentativa de assassinio contra D. João IV em 1647; a heroica lucta da independencia; as intrigas e escandalos que se déram até ser deposto em 1667 o infeliz rei D. Affonso VI. No seculo XVII foi Lisboa testemunha da partida do exercito alliado, portuguez e inglez, a invadir a Hespanha na guerra da Successão. A 9 de março de 1704, Carlos III desembarcara no Terreiro do Paço. O nosso exercito, commandado pelo marquez das Minas, chegou a tomar Madrid, fazendo acclamar aquelle principe. Em 20 de abril de 1709 teve logar no Terreiro do Paço a ascensão de um balão aerostatico, pelo padre Bartholomeu de Gusmão, sendo esta a primeira experiencia que se fez na Europa. A descoberta e

Vista de Lisboa tirada de S. Pedro d'Alcantara para o Castello

a exploração das minas de ouro e de brilhantes no Brazil trouxeram a Lisboa uma nova era de prosperidade, grandeza e fausto. Durante o reinado de D. João V (1707 a 1750) viu a cidade alargar o seu ambito, erguerem-se grandes edificios do Estado e religiosos, erigir-se a patriarchal, crearem-se academias e aulas publicas; povoar-se o Tejo de embarcações de guerra, e sair a barra a esquadra que venceu os turcos na batalha de Matapan. A febre amarella em 1723 e alguns incendios consideraveis, que se déram n'este tempo, affligiram rudemente a cidade. Segue-se a epoca mais memoravel para os factos de Lisboa, o reinado de D. José (1750 a 1777). Da grande desgraça de 1 de novembro de 1755 resultou o seu maior esplendor. Destruida pelo terremoto e pelo incendio a maior e melhor parte da cidade, levantou-se Lisboa mais formosa e grandiosa pelos esforços do marquez de Pombal. O vasto parallelogrammo de ruas, entre o Rocio e o Terreiro do Paço, mostram bem a reconstrucção pombalina da cidade baixa. Além das illustradas reformas em todos os ramos da administração publica e de importantes melhoramentos em todas as condições da vida economica da cidade, presenciou Lisboa outros successos notaveis: O attentado contra el-rei D. José em 3 de setembro de 1758, a execução dos Tavoras e do duque de Aveiro, em Belem, a 13 de janeiro de 1759; a expulsão dos jesuitas n'esse mesmo anno; e as festas magnificas pela inauguração da estatua equestre de el-rei D. José em 1775 No ultimo quartel do seculo XVIII engrandeceu-se a cidade com algumas construcções grandiosas, taes como a basilica da Estrella, o palacio de Ajuda; instituiram-se a Academia Real das Sciencias, a Bibliotheca Publica, a casa-pia; a illuminação, etc. No seculo XIX foi Lisboa testemunha: da partida da familia real para Brazil, em 29 de novembro de 180 ; a entrada dos francezes no dia seguinte; a execução dos primeiros martyres da liberdade em 1817; a revolução de 1820; o regresso de D. João VI em 1821; as luctas civis de 1828 a 1833 e a entrada das tropas liberaes em 24 de julho d'este ultimo anno. Tres mortiferas epidemias (V. *Epidemia*, vol. III, pag. 155) assolaram a cidade: a cholera morbus em 1833 e 1856, e a febre amarella em 1857. No ultimo quartel do seculo destacam-se os centenarios de Camões, a 10 de junho de 1880, e de Pombal em 8 de maio de 1882. Os fins do seculo assignalam-se com a ampliação da cidade com novos bairros, largas avenidas, e numerosos melhoramentos, em que avultam as obras do porto. Por ultimo, no começo do seculo XX, a tracção electrica transforma profundamente o aspecto da cidade, tornando-a a mais movimentada e desacumulando-lhe a população. No antigo regimen Lisboa gozava de voto em côrtes, com assento no 1.º banco. O antigo brazão representa uma nau com um corvo á pôpa e outro á prôa. O moderno representa um galeão. (V. *Lisboa (Armas de)*, tambem com os dois corvos. Lisboa teve foral dado em Coimbra, no mez de maio da era de 1217 (anno de 1179), por D. Affonso Henriques, e depois successivamente confirmado por D. Sancho I e D. Affonso II. Quando D. Manuel ordenou a reforma dos foraes do reino, o primeiro que assignou foi o da capital, que tem a data de 7 de agosto de 1500. A divisão civil e ecclesiastica de Lisboa tem variado bastante. Quando se instituiu a patriarchal (V. *este nome*), D. João V dividiu Lisboa em duas cidades distinctas, com dois senados da camara, e mais autoridades respectivas, e em duas dioceses com prelados separados. Uma denominava se *Lisboa Oriental* e continuou a ser séde de um arcebispo. A outra, a que se deu o nome de *Lisboa Occidental*, foi erigida em patriarchado. No fim, porém, de alguns annos foi extincto o arcebispado, e reunidas as duas cidades, que ficaram sob o governo ecclesiastico de um patriarcha. Não é conhecida, ou é muito duvidosa, a epoca da instituição da diocese lisbonense. A noticia authentica mais antiga, que d'ella se encontra, é respectiva ao anno de 589, em que era bispo de Lisboa um prelado chamado Paulo. Com a invasão dos moiros perdeu a cidade esta preeminencia, que recuperou logo depois de tomada por D. Affonso Henriques, sendo nomeado bispo D. Gilberto El-rei D. João I alcançou do papa Bonifacio IX, por bulla de 10 de novembro de 1394, a erecção d'esta egreja em metropolitana, e foi seu primeiro arcebispo D. João Anues. Entre os arcebispos, seus successores, contam-se seis cardeaes, tres d'estes principes, D. Jaime, filho do infante D. Pedro, duque de Coimbra, e neto de D. João I, o infante D. Affonso, e o infante D. Henrique, filhos de el-rei D. Manuel. A instancias de D. João V, o papa Clemente XI erigiu em patriarchado a parte occidental da cidade. e do arcebispado, por bulla de 7 de novembro de 1716; e pelo mesmo soberano foi extincto o arcebispado, e unido ao patriarchado por bulla de Benedicto XIV, datada de 13 de dezembro de 1740. A patriarchal foi creada com tão grandes privilegios, e com tamanho fausto e grandeza, que nas funcções religiosas era uma imitação em ponto mais pequeno da côrte pontificia. Por um d'esses privilegios os patriarchas são declarados cardeaes pelo papa no primeiro consistorio depois da sua nomeação O primeiro patriarcha foi D Thomaz d'Almeida. Pela excellencia da sua situação geographica e porque a sua barra é sempre facil e franca, Lisboa é um porto de escala habitual para quasi todos os navios que do norte da Europa partem para o Mediterraneo, para a Africa e America. A capital é defendida pelos fortes que protegem o seu porto e pelo forte D. Carlos I, na Ameixoeira, constituindo todos o campo entrincheirado de Lisboa. Como capital do reino, de distr. administrativo e do patriarchado, Lisboa é séde da Côrte, do Parlamento, dos Ministerios, do Conselho de Estado, do Patriarchado, do Supremo Tribunal de Justiça, dos tribunaes da Relação, do Commercio, do Supremo Conselho de Justiça Militar, da Relação Ecclesiastica e do Tribunal de Contas; do governo civil, do quartel-general da grande circumscripção militar do sul, da 1.ª div. militar, da 4.ª brigada de cavallaria, das 1.ª e 2.ª de infantaria, dos regimentos de engenharia, de artilharia n.º 1, de cavallaria n.ºs 2 e 4, dos de infantaria n.ºs 1, 2, 5 e 16, dos batalhões de caçadores n.ºs 2 e 5, dos districtos de recrutamento e reserva n.ºs 1, 2, 5 e 16, da companhia de telegraphistas de praça, das 6.ª e 7.ª companhias de reformados, do commando geral das guardas municipaes e da guarda municipal de Lisboa, e, no seu campo entrincheirado, das companhias de sapadores de praça e de torpe-

deiros, dos grupos de artilharia de guarnição n.os 1, 2, 3 e 4.a; e de numerosas repartições dependentes dos diversos ministerios. Ha em Lisboa mais de duzentas egrejas e capellas, a algumas das quaes se referem os artigos adeante, sendo muitas dignas de menção pela sua antiguidade e valor historico. Dos templos em que estão erectas as parochiaes da cidade encontram-se descripções minuciosas nos logares competentes d'este diccionario. São seis os cemiterios: 1.º Oriental, Alto de S. João; 2.º Occidental, Largo dos Prazeres; 3.º Ajuda; 4.º Bemfica; 5.º Olivaes; 6.º Lumiar. As principaes academias e sociedades scientificas, escolas superiores, etc. tambem estão descriptas nos artigos respectivos. Ha na capital tres lyceus, mais de cem escolas primarias officiaes e particulares; collegios importantes para instrucção secundaria, etc. São notaveis os jardins botanicos da Ajuda e da Escola Polytechnica, o jardim Zoologico nas Larangeiras, os museus agricola e florestal, colonial na Sociedade de Geographia, etc. Os museus de Bellas Artes, Archeologico, e outros estão egualmente descriptos em artigos especiaes. Possue a capital observatorios, meteorologico e astronomico; arsenaes de marinha e do exercito; varios tribunaes, militares, criminaes, civeis, orphanologicos, etc.; os diversos hospitaes civis adeante indicados, e tres hospitaes militares; Penitenciaria; corpo consular e diplomatico; Conservatorio; grandes mercados; numerosos estabelecimentos de beneficencia, uns a expensas do Estado e outros particulares; theatros e colyseus, praça de touros no Campo Pequeno, estações de caminhos de ferro, muitos hoteis, entre elles o internacional Avenida Palace, cafés, restaurantes, elevadores; tracção electrica ligando os extremos da cidade: Dafundo, Poço do Bispo, Bemfica, Lumiar e Arieiro. Aqui teem a sua séde grande numero de Bancos e Companhias, etc. A população de Lisboa, correspondente á area do municipio tal como foi constituido em 1886, tem augmentado successivamente: Em 1864 era de 199:412 hab.; em 1878 de 242:297; em 1890 de 301:206; e em 1900 de 357:000 habitantes, distribuidos pelos quatro bairros da cidade pela fórma seguinte: *1.º Bairro,* com 104:209 hab.: 53:003 do sexo masc. e 51:206 do feminino. Compõe se de 14 freguezias: Anjos *(*Nossa Senhora dos Anjos ou S. Miguel, principe dos Anjos*)*, com 20:294 hab.: 9302 do sexo masc. e 10:992 do feminino; Beato Antonio *(*S. Bartholomeu), com 10:406 hab.: 5679 do sexo masc. e 4727 do fem.; Olivaes *(*Santa Maria*)*, com 7:164 hab.: 3:940 do sexo masc. e 3:224 do fem.; Santa Cruz do Castello (Santa Cruz*)*, com 2:671 hab ; 1661 do sexo masc. e 1:007 do fem.; Santa Engracia *(*Santa Engracia*)*, com 18:944 hab : 9:544 do sexo masc. e 9:400 do fem.; Santo André *(*Graça*)*—(Santo André e Santa Marinha*)*, com 3:486 hab : 1:788 do sexo masc. e 1:698 do fem ; Santo Estevão (Santo Estevão), com 5:281 hab : 2:709 do sexo masc. e 2:572 do fem ; S. Christovão *(*S. Christovão) e S. Lourenço *(*S. Lourenço*)*, ambas reunidas com 5:798 hab : 2:964 do sexo masc. e 2:834 do fem.; S. Miguel *(*S. Miguel*)*, com 3:269 hab.: 1:765 do sexo masc. e 1504 do fem *;* S. Thiago *(*S .Thiago e S. Martinho), 2:978 hab.: 1:669 do

Vista de Lisboa tirada de S. Pedro d'Alcantara para a Graça

sexo masc. e 1:309 do fem.; S. Vicente (S. Vicente, S. Thomé e S. Salvador), com 7:696 hab.: 3:859 do sexo masc. e 3:837 do fem.; Sé (Santa Maria Maior) e S. João da Praça, com 6:153 hab.; 3:136 do sexo masc. e 3:017 do fem.; Soccorro (Nossa Senhora do Soccorro), com 10:069 hab.: 4:984 do sexo masc e 5:085 do feminino. 2.º *Bairro*, com 73:183 hab.: 35:679 do sexo masc. e 37:504 do feminino. Compõe-se de 11 freguezias: Conceição Nova (Nossa Senhora da Conceição), com 3:252 hab.: 1:570 do sexo masc. e 1:682 do fem.; Encarnação (Nossa Senhora da Encarnação), com 9:961 hab.: 4:361 do sexo masc. e 5:600 do fem; Magdalena (Santa Maria Magdalena), com 2:232 hab.: 1:081 do sexo masc. e 1:151 do fem; Martyres (Nossa Senhora dos Martyres), com 3:214 hab.: 1:433 do sexo masc. e 1:781 do fem; Pena (Nossa Senhora da Pena), com hab.: 12:477, 6:150 do sexo masc. e 6:327 do fem; Sacramento (Santissimo Sacramento), com 5:154 hab.: 2:710 do sexo masc. e 2:444 do fem.; Santa Justa (Santa Justa e Santa Rufina), com 6:506 hab.: 3:253 do sexo masc. e 3:253 do fem.; S. Jorge de Arroios (S. Jorge), com 12:171 hab.: 5:427 do sexo masc e 6:744 do fem.; S. José (S. José), com 9:665 hab.: 4:194 do sexo masc. e 5:471 do fem.; S. Julião (S. Julião), com 1:684 hab.: 775 do sexo masc. e 909 do fem; S. Nicolau (S. Nicolau), com 3:883 hab: 1:744 do sexo masc. e 2:139 do feminino. 3.º *Bairro*, com 69:107 hab.: 33:515 do sexo masc. e 35:792 do feminino. Compõe-se de 12 freguezias: Ameixoeira (Nossa Senhora da Encarnação), com 342 hab.: 170 do sexo masc. e 172 do fem.; Bemfica, intra-muros (Nossa Senhora do Amparo), com 4:049 hab.: 1:860 do sexo masc. e 2:189 do fem.; Campo Grande (Santos Reis Magos), com 2:225 hab.: 1:093 do sexo masc. e 1:132 do fem.; Carnide (S. Lourenço), com 1:621 hab: 901 do sexo masc. e 718 do fem; Charnecca (S. Bartholomeu), com 1:162 hab: 694 do sexo masc. e 468 do fem.; Coração de Jesus (Santissimo Coração de Jesus); com 7:212 hab. 2:824 do sexo masc. e 4:388 do fem; Lumiar (S. João Baptista), com 1:384 hab.: 1:325 do sexo masc. e 1:059 do fem.; Mercês (Nossa Senhora das Mercês), com 11:355 hab.: 5:143 do sexo masc. e 6:212 do fem.; Santa Catharina (Paulistas e Santa Catharina), com 11:566 hab.: 5:411 do sexo masc. e 6:150 do fem.; S. Mamede (S. Mamede), com 8:097 hab.: 4:025 do sexo masc. e 4:072 do fem; S. Paulo (S. Paulo), com 7:463 hab.: 3:581 do sexo masc. e 3:882 do fem.; S. Sebastião da Pedreira, com 11:831 hab.: 6:436 do sexo masc. e 5:395 do feminino. 4.º *Bairro*, com 110:301 hab.: 54:162 do sexo masc. e 56:139 do feminino. Compõe-se de 6 freguezias: Ajuda (Nossa Senhora da Ajuda), com 10:897 hab.: 5:496 do sexo masc. e 5:401 do fem.; Alcantara (S. Pedro), com 22:775 hab.: 11:543 do sexo masc. e 11:232 do fem.; Belem (Santa Maria), com 12:895 hab.: 7:234 do sexo masc. e 5:661 do fem.; Lapa (Nossa Senhora da Lapa), com 11:754 hab.: 5:060 do sexo masc. e 6:694 do fem.; Santa Izabel (Santa Izabel), com 31:921 hab.: 15:347 do sexo masc. e 16:578 do fem.; Santos-o-Velho (Santos Martyres Verissimo, Maximo e Julia), com 20:055 hab.: 9:482 do sexo masc. e 10:573 do feminino. A cada bairro corresponde um districto criminal na divisão judicial, contando a cidade seis varas civeis. Na divisão aduaneira, Lisboa é alfandega maritima de 1.ª classe, com delegações de 1.ª classe em Peniche, Ericeira, Setubal e Sines; e de 2.ª classe em Cascaes, Cezimbra e Villa Nova de Milfontes. O seu districto fiscal abrange desde a Foz do Arelho até á margem direita do rio Odesseixe. Este districto fiscal está dividido em muitas secções, uma das quaes comprehende a Alfaudega, o rio e o ancoradouro. Este abrange uma superficie de 18 kilometros quadrados, pois é formado pela parte do Tejo comprehendida desde a Torre de Belem até á Madre de Deus, em Xabregas, na margem direita; e desde o Lazareto a Cacilhas e no prolongamento d'estes pontos na margem esquerda até em frente da Madre de Deus. Entre a Madre de Deus e o torreão O da Praça do Commercio, ancoram os navios mercantes que estão á carga ou descarga. Entre o torreão O e o caes do Sodré fundeiam os navios de guerra nacionaes. No espaço comprehendido entre o Caes do Sodré, a rocha do Conde d'Obidos e Cacilhas, ancoram os navios mercantes descarregados ou em concerto. Desde a linha que vae da rocha do Conde d'Obidos a Cacilhas até á ribeira de Alcantara, fundeiam os navios de guerra estrangeiros. Entre a ribeira de Alcantara e a Torre de Belem ficam os navios em franquia ou arribados. Desde as proximidades do Lazareto até meio rio, estacionam os navios em quarentena. Na divisão maritima, Lisboa é a séde do departamento maritimo do Centro, que comprehende as capitanias dos portos da cidade, de S. Martinho, de Setubal, de Peniche e da Ericeira. O corpo de marinheiros militares tem tambem em Lisboa o seu quartel, bem como o regimento de infantaria do Ultramar, que destaca para as possessões ultramarinas os batalhões em que se divide. O porto de Lisboa é o ancoradouro dos navios de guerra portuguezes não commissionados em serviço. A bordo d'um d'esses navios está installada uma escola pratica d'artilharia naval, e a bordo d'outro funcciona uma escola d'alumnos marinheiros. *Bibliographia*: Acha-se indicada especialmente em cada artigo.

Lisboa *(Academia Real das Sciencias de)*. V. vol. I, pag. 42.

Lisboa *(Academias antigas e modernas)*. V. vol I, pag. 37 a 44.

Lisboa *(Aguas de)*. V. *Aguas Livres*, vol. I, pag. 81 e *Alviella*, vol. I, pag. 895.

Lisboa *(Aguas mineraes e thermaes de)*. V. *Alcaçarias*, vol I, pag. 143.

Lisboa *(Albergues de)*. V. no vol. I, *Albergue das Creanças Abandonadas*, dos *Invalidos do trabalho*, e *Nocturno*.

Lisboa *(Alfandega de)*. V. vol. I, pag. 197, e *Casa dos Cinco*, vol. II, pag. 838.

Lisboa *(Alfandega Municipal de)*. V. vol. I, pag. 198.

Lisboa *(Antiguidades de)*. Da incontestavel e remotissima antiguidade de Lisboa poucos são os monumentos que ainda existem. Dos phenicios e dos lusitanos não resta nenhum. Da velha *Olisipo* (depois *Felicitas Julia*) dos romanos, fôram destruidos quasi todos os padrões pelas invasões barbaras do seculo V, e seguintes. Os poucos monumentos romanos, que se pódem encontrar, são os que fôram desenterrados em varias epocas. Antes dos terremotos que differentes ve-

zes destruiram grande parte da cidade, principalmente a baixa, havia muitos cippos, lapides e outros objectos, que os achadores conservavam, embebendo-os nas paredes das egrejas, mosteiros, ou casas particulares, apenas eram descobertos. A maior parte d'estes monumentos desappareceram com o terremoto de 1755. Quando se principiaram as reedificações acharam se algumas lapides das que tinham sido subvertidas, e outras novas, das quaes até então não houvera noticia: mas a maioria fôram logo aproveitadas na alvenaria das novas construcções. D'uma lapide que existia no palacio dos duques de Bragança, ao Thesouro Velho, e que aqui mesmo tinha sido encontrada se colligia que no sitio, onde se ostentou até 1755 o palacio ducal, fôra o pretorio romano. No fim do seculo XVIII, reinando D. Maria I, se achou um theatro romano, junto á rua de S. Chrispim. Em 1860, sob algumas ruas e predios da cidade baixa se descobriram uns restos de thermas. No predio que constitue a parte norte do largo da Magdalena, na parede que dá para a travessa do Almada, perto do chamado *Sitio das Pedras Negras*, se pódem vêr ainda embebidas as lapides romanas que ali fôram encontradas em 1749, por occasião de se construir o fortissimo predio, que conseguiu resistir ao violento cataclysmo de 1755. D'entre todas a mais interessante é a que diz:

L. CAECILIO. L. F. CELETR.
RECT.° QUAEST. PROVINC. BAET.
TRIB. PLEB. PRAETORI. FEL. JUL
OLISIPO

cuja traducção é: *A cidade de Lisboa, tambem chamada Felicidade de Julio, dedica esta memoria a Lucio Cecilio, questor rectissimo da provincia da Bética, tribuno da plebe e pretor.* O amphitheatro romano ficava situado entre as actuaes ruas de S. Mamede e da Saudade, perto da nova ermida de S. Chrispim e S. Chrispiniano. Era dedicado a Nero, e foi construido pelo anno 57 depois de Jesus Christo, como se conclue pela inscripção votiva que tinha. Refere-se a elle Luiz Antonio de Azevedo, que o estudou em 1798, quando foi posto a descoberto. Umas Thermas, dedicadas aos *Cassios*, eram no sitio onde se levanta o palacio Penafiel, na rua de S. Mamede. Fôram construidas pelo anno de 49 antes de J.—C., segundo dizia a respectiva inscripção. Descobriram-se em 1771 ou 1772, quando se andava a construir o palacio, e ficaram depois encobertas pelo mesmo. Consta que ainda resta uma cisterna no interior do edificio. Outras thermas, denominadas dos *Augustaes*, ficavam situadas pelo cruzamento da actual rua da Conceição (dos Retrozeiros) com a rua Bella da Rainha (da Prata). Pela sua inscripção, deve-se attribuir a construcção ao tempo de Tiberio (14 a 37 annos depois de J.—C.) e a reedificação ao de Constantino (313 a 337). Fôram descobertas em 1770, depois em 1773, quando se abriu o cabouco para o collector da rua da Prata, estudadas n'este ultimo anno. Em 1859 fôram novamente descobertas e estudadas. Sobre as thermas soterradas tinham-se construido casas e aberto as ruas do bairro judeu ou Judiaria Grande. Havia varios poços que eram alimentados pelo mesmo manancial, um um dos quaes, chamado poço da Fotéa, denominação de origem hebraica, teve grande nomeada. Assim foi chamado desde o reinado de D. Diniz até 1755, anno em que desappareceu. Nos arredores do local onde existiram as thermas romanas, e alimentados pelo mesmo lençol de agua, ainda existem hoje alguns poços no interior das propriedades. Em 1839, n'uma excavação feita na rua do Arco do Limoeiro, descobriu-se um macisso de alvenaria que pelo material, forma de construcção, e por outras circumstancias, se suppoz ter sido um pedestal de estatua do tempo do dominio romano; e em 1859 tambem se descobriu na rua da Conceição em frente da rua dos Sapateiros (Arco do Bandeira) um monumento que se disse ser o resto de uma torre, ou atalaia, romana levantada para defeza do esteiro do Tejo, que ali chegava. Além das antiguidades romanas acima citadas, poucas mais conserva Lisboa Entretanto é importante e digna de attenção ainda sob esse ponto a cerca moirisca, e os restos dos paços dos reis moiros no castello de S. Jorge. Tão reduzido numera de antiguidades tem, todavia, sido objecto de numerosos estudos de autores antigos e modernos. Entre esses trabalhos pódem citar-se: *Antiguidades da mui nobre cidade de Lisboa, emporio do mundo e princeza do mar Oceano*, por Antonio Coelho Gasco. *Primeira parte da fundação, antiguidades e grandezas da mui insigne cidade de Lisboa*, por Luiz Marinho de Azevedo, Lisboa, 1652. A'cêrca do *Sitio das Pedras Negras*, escreveu D. Thomaz Caetano do Bem (V. o final da 2.ª edição do *Summario* de Christovão Rodrigues de Oliveira). A respeito do theatro romano, escreveu Luiz Antonio de Azevedo: *Dissertação critico-filologico historica sobre o verdadeiro anno... da creação do tabl do e orchestra do antigo theatro romano, descoberto na excavação da rua de S. Mamede, perto do castello d'esta cidade.*— Lisboa, 1815. *Vestigios de antiguidades romanas* ou reflexões sobre as thermas romanas e inscripções encontradas em Lisboa, na rua Bella da Rainha, artigos por Luiz Carlos Rebello da Trindade, no jornal *A Opinião*, Lisboa, 1859 *As thermas romanas da rua Bella da Rainha* por Borges de Figueiredo, na *Revista Archeologica*, tomo III. *As thermas romanas dos Cassios*, por Gomes de Brito, na mesma revista, tomo IV. Pinho Leal, no seu *Portugal Antigo e Moderno*, vol. IV, pag. 151, menciona trinta lapides romanas que existiam em Lisboa antes de 1755. *Antiguidades romanas de Lisboa* por Leite de Vasconcellos, artigos no *Diario de Noticias*, outubro de 1900.

Lisboa *(Aquario Vasco da Gama)*. V. *Dafundo*, vol. III, pag. 6.

Lisboa *(Aqueducto das Aguas Livres)*. V. vol. I, pag. 84.

Lisboa *(Arcebispado de)*. V. *Lisboa (Preladosde)*.

Lisboa *(Archivo municipal de)*. V. vol. I, pag. 674.

Lisboa *(Archivo Nacional de)*. V. *Torre do Tombo*.

Lisboa *(Arco da Rua Augusta)*. V. *Lisboa (Praça do Commercio)*.

Lisboa *(Armas de)*. Em tempos muito remotos a divisa da cidade era simplesmente um navio, insignia de todos os portos maritimos. Apezar do navio ser distinctivo uniforme, havia para cada cidade maritima differenças no desenho de

cada um, tanto no que respeita ao apparelho como á disposição dos pequenos accessorios nauticos nelles contidos. Um dos accessorios mais notaveis dos antigos navios d'alto porte era o *corvo*, machina de guerra romana, que tinha collocação no acto da abordagem. A tradição, segundo os auctores que seguem esta opinião, devia indicar que a insignia de Lisboa era uma nau com um *corvo* á prôa, e porventura uma aguia á ré, como se via nos navios romanos. D'aqui se passaria á explicação corrente que se dá ao galeão com os dois corvos representados nas mais antigas divisas da cidade de Lisboa. As armas de Lisboa acham-se assim no *padrão da cidade* na era de 1398 (1360), que se encontra no tanque da bica de Arroios, e n'um sello da camara posto n'uma carta de 1612. A explicação corrente é a de que as armas da cidade alludem á embarcação que no reinado de D. Affonso I transportou para Lisboa as reliquias do martyr S. Vicente, encontradas na egreja d'este nome no cabo dos Arabes, antigo *Promontorio Sacro*, no Algarve, e aos dois corvos que as acompanharam. Duarte Nunes de Leão, na sua *Descripção de Portugal*, referindo a chegada das reliquias, em 25 de setembro de 1176, diz: «E ficou em memoria que o corvo que acompanhava o corpo e veo na barca com elle, andou depois muitos annos na Sec de Lisboa, e andando voando hora se punha sobre altar-mor, hora sobre o altar de S. Vicente, onde o corpo está, mas sem ninguem lhe fazer nojo.» Em tempo de D. Affonso IV a divisa da cidade era outra, inteiramente differente, conforme se vê na estampa 32 do quarto tomo da *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, e que foi copiada de um sello d'uma carta da era de 1390 (1352). Desde o reinado de D. Manuel usou a camara de Lisboa de um escudo bi-partido, e n'este, do lado direito, as armas reaes portuguezas, e do esquerdo na parte superior o navio com os dois corvos, e na inferior a esphera armillar, divisa de aquelle monarcha. O escudo tinha sobreposto a corôa real. Posteriormente o brazão d'armas era constituido pelo galeão com os dois corvos, assente em mar bonançoso, sendo o escudo encimado pela coroa mural. Não possuindo a camara titulo algum legal e authentico do seu brazão, solicitou em 1897 o alvará e carta que lhe concederam o brazão d'armas de que hoje usa. Esses documentos são os seguintes: «D. Carlos, por Graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Faço saber aos que esta Minha Carta de Brazão d'Armas de Nobreza e Fidalguia virem, que por parte da Camara Municipal de Lisboa, me foi pedido que seja ratificado e authenticado pela Repartição da Armaria o Escudo d'Armas de que usa este Municipio, desde remotas eras, para provar a legitimidade da posse e a origem historica do Brazão da Cidade de Lisboa do qual usa, segundo a tradição, desde o reinado de D. Pedro I, composto de um galeão e dois corvos, tem por fim symbolisar o navio que no tempo de D. Affonso Henriques transportou á dita Cidade de Lisboa os ossos do Martyr S. Vicente, encontrados no Cabo d'este nome, no Algarve; Considerando que os Escudos d'Armas devem ser padrões inalteraveis para representarem constantemente os individuos e as corporações a que pertencem; tomando em consideração as razões allegadas; E Querendo Dar á mesma Camara um testemunho da Minha Real Munificencia: Hei por bem ratificar e confirmar a legitimidade da posse e a origem historica do Brazão de que usa a Camara Municipal de Lisboa, cujo Brazão será composto da fórma seguinte: Um escudo em campo de prata, tendo ao centro um galeão de côr esverdeada, sobre as ondas, com dois corvos de sua côr, á prôa, outro á pôpa, as vergas em funeral. Sobre o escudo a corôa mural de ouro. Em volta dois ramos de carvalho de sua côr, e ligada com elles uma fita vermelha, tendo por legenda, em letras de ouro, as palavras de D. João I, quando se referia á Camara Municipal de de Lisboa, manifestando o seu reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao Reino pelo Municipio: «*Mui Nobre Leal Cidade de Lisboa*» O qual Escudo d'Armas será invariavelmente o symbolo heraldico do primeiro Municipio do Reino, e assim reproduzidos fielmente em todos os seus pertences. Pelo que Mando ao Rei d'Armas Portugal que, sendo-lhe este alvará apresen-

Brazão de armas da cidade de Lisboa

tado, faça debuxar e illuminar as ditas Armas no livro do Thesouro da Nobreza de Portugal, e trasladal-o no livro competente, para em todo o tempo se reconhecer a authenticidade das referidas Armas, das quaes o mesmo Rei d'Armas fará expedir á dita Camara Municipal de Lisboa a respectiva Carta de Brazão, na fórma do estylo. Em firmeza do que lhe Mandei passar o presente Alvará, por mim assignado, e sellado com o sello das Armas Reaes, o qual se cumprirá como n'elle se contem, sendo registado nas Repartições competentes Paço, 31 de março de 1897.—El-Rei.—Conde Mordomo-Mór.» A carta de Brazão tem a data de 21 de abril de 1897, e reproduz o que está escripto no Alvará, com os diversos registos das repartições por que transitou. Lisboa teve sempre a sua bandeira, que desde o meado do seculo XVII até junho de 1833 era de côr carmezim. Anteriormente era branca e carmezim, e na acclamação de el-rei D. Sebastião era toda branca, tendo d'uma parte

as Armas Reaes pintadas e da outra as da cidade, que era uma nau com dois corvos. Em 1833 a bandeira da cidade passou a ser azul e branca. Em 1871 e 1880 fizeram-se novas bandeiras, que são todas brancas. As cores branca e preta foram as cores da cidade nos seculos XVII e XVIII, sendo usadas em bandeiras, alfaias de ornamentação, librés e fardamentos, bem como no trajo dos vereadores.

Lisboa *(Arsenaes de)*. V. no vol. I, pag. 773.

Lisboa *(Ascensores de)*. V. *Lisboa (Viação de)*.

Lisboa *(Associações de)*. V. no vol. I, pag. 807 e seguintes.

Lisboa *(Asylos de)*. V. *Asylos*, no vol. I, pag. 826 e seguintes.

Lisboa *(Avenidas de)*. V. *Lisboa (Praças de)*.

Lisboa *(Bairro d'Alfama em)*. A primitiva cidade era cercada por uma muralha moirisca. Um documento do seculo XII, que é uma carta de certo cruzado inglez que a viu em 1147, diz o seguinte: «Na crista do seu monte redoudo erguia-se a fortaleza, d'onde pela direita e pela esquerda desciam dois braços de muro gradualmente pelo declive do morro até á orla do Tejo, e ao longo d'essa orla outro morro os reunia.» Fernão Lopes, na *Chronica d'el-rei D. Fernando*, cap. LXXIII, escreve: «A cêrca velha é desde a porta do Ferro até á porta d'Alfama, e desde o chafariz de El-Rei até á porta de Martim Moniz» Fr. Nicolau de Oliveira, no *Livro das Grandezas de Lisboa*, diz tambem que a cêrca moirisca: «tomava o castello até á porta do Ferro, e d'ahi... até junto á Misericordia, e correndo para o Oriente... chegava ao chafariz d'El-Rei, d'onde tornava a subir até á porta de Alfama... e d'ali até á porta do Sol, e d'ali até ao castello.» D. Nicolau de Santa Maria, na *Chronica dos Clerigos Regrantes*, liv. VIII, cap. I, inclue a Lisboa primitiva: «em o monte mais alto onde está o castello, com tudo o que corre entre as portas do Sol e Ferro até á Ribeira.» Luiz Marinho de Azevedo, no *Livro da fundação*, etc., cap. XXVIII, diz a respeito do ambito de Lisboa dos arabes: «Foi o sitio antigo d'esta cidade o alto do castello, e descendo d'elle pela porta de Alfofa até á do Ferro, e d'ella á Misericordia, voltava ao longo do mar, e chafariz d'El-Rei, subia ao arco de S. Pedro, e d'elle até á porta do Sol, e acabava no mesmo castello como parece dos antigos muros.» Carvalho da Costa, na *Chorographia Portugueza*, tomo III, pag. 340, diz: «Do muro do castello começava a cidade antiga, que descia do castello pela porta do Sol, até o chafariz d'El-Rei, e d'ahi corria o muro pela praia até o postigo e torres que estão defronte da egreja da Misericordia, e depois subia o muro pela porta do Ferro até o castello, como se vê.» Fr. Apolinario da Conceição, na *Demonstração historica da egreja dos Martyres*, diz: «O primeiro muro da antiga cidade incluia o monte mais alto do castello, com tudo que corre entre as portas do Sol a do Ferro até á Ribeira, em que havia tres torres.» Todos estes escriptores citados são conformes ácêrca da situação da primitiva cidade de Lisboa no tempo dos moiros, que ainda hoje é conhecida, pela denominação de bairro d'Alfama. D'essa remota epoca apenas se vêem, além dos velhos muros do castello de S. Jorge, com as portas de *Martim Moniz* e da *Traição*, os restos d'uma torre e muralha por detraz da egreja de S. Braz e Santa Luzia, uma torre e um pedaço de muro no largo de S. Raphael, em Alfama, e os seguintes arcos, que fôram portas da cidade, de entre as 12 que existiam na cêrca moirisca: *Arco Escuro*, na rua dos Confeiteiros, era a *Porta do Mar*, antiga; *Arco de Jesus*, em frente do Caes de Santarem, era a *Porta do Mar*, communicação unica n'esse tempo com o lado do sul; depois do rompimento de outras portas do mar, deu-se-lhe o nome de *Porta do Mar de S. João* (S. João da Praça). Hoje é o *Arco de Jesus*, como dissémos, por causa d'um painel sacro que se via ali por cima, mas que já não existe ha muitos annos. O *Arco do Beco das Moscas*, junto ao chafariz do Rei; era a porta do Chafariz de El-rei. Das outras 7 portas da cêrca moirisca já não existem vestigios. Eram estas: *Porta Principal* do castello, depois chamado de S. Jorge: *Porta da Alfofa*, *Porta do Ferro*, *Postigo do Conde de Linhares*, *Porta de Alfama*, *Porta do Sol* e *Porta de D. Fradique*. A muralha começava no castello proximo da Porta Principal, descia á Porta de Alfofa, que ficava na actual rua de S. Bartholomeu, esquina da rua do Milagre de Santo Antonio da Sé; para o lado de cima, antes do terremoto, chamava-se *rua das Portas de Alfofa*, e para o lado de baixo *rua do Arco do Mira*. Quasi em frente á porta abria-se a estreita rua da Amargura, que desembocava no largo do Adro da Egreja de S. Bartholomeu, seguindo ainda até formar um recanto, onde passava a ter o nome de rua do Seminario. A rua do Arco do Mira e o largo dos Loios communicavam-se por uma serventia, chamada rua do Jerusalem. Depois de porta de Alfofa descia sempre a muralha, formando uma curva muito larga ao longo da calçada de S. Chrispim, cortava a actual rua nova de S. Mamede e a das Pedras Negras, e ia passar ao largo de Santo Antonio da Sé, por detraz da egreja da Magdalena. Era aqui a Porta do Ferro, nome que já tinha no tempo dos moiros. A muralha formava aqui um pequeno angulo para o nascente, onde havia uma torre de defeza; quebrava outra vez para o sul, e ia morrer na praia, erguendo-se na esquina outra torre. Vinha esta ficar fronteira da que é hoje porta trazeira da egreja da Conceição Velha. Defronte do actual Caes de Santarem ficava a Porta do Mar antiga, onde é hoje a rua dos Confeiteiros, corria pelo Caes de Santarem até á actual rua d'Adiça, abrindo-se em todo este lanço de muralhas a Porta do Mar (S. João da Praça); O Postigo do Conde de Linhares, a porta do chafariz do Rei; n'este sitio, pouco mais ou menos, a muralha torcia para o norte, subia até defronte do logar onde fôra a entrada da egreja de S. Pedro, destruida pelo terremoto de 1755, e de que apenas existe a porta, que é hoje a d'uma loja da rua d'Adiça. N'este local abria-se outra porta. D'ali subia ao longo da rua d'Adiça até á Porta do Sol, onde veiu a construir-se encostada á muralha a já citada egreja de S. Braz e Santa Luzia, mais conhecida por esta ultima invocação. D'ali proseguia até ao castello, junto do actual pateo de D. Fradique e da Porta de D. Fradique, no lanço que deita para o Chão da Feira. No bairro d'Alfama existe a egreja do Salvador, e as freguezias de S. Miguel e de Santo Estevão. Tem algumas ruas razoaveis e algumas casas de boa apparencia, mas na maior parte

só se encontram ruas e travessas tortuosas, sendo algumas estreitissimas, e diversos beccos tambem insignificantes. Na rua do Salvador existe a seguinte curiosa inscripção:

ANNO DE 1686
SUA MAG. EST.ORDE
NA Q OS COCHES SE
GES R LITR.^as Q VIE
REM DA PORTARIA DO
SALVADOR RECVEM P.^a
A MESMA PARTE

cuja monographia se pode lêr no *Occidente* de 1896, n.º 618. Bibliographia: *Lisboa Antiga*, pelo sr. visconde de Castilho. *Noticia das antigas portas de Lisboa e sua cerca*, por Antonio Joaquim Moreira (*Panorama*, t. I, serie I. 1838, pag. 338). *A cerca moira de Lisboa*, pelo sr. Augusto Vieira da Silva (*Revista Militar*, 1899).

Lisboa (*Bairro Alto*). Era um dos bairros mais populosos e historicos antes da moderna divisão de Lisboa em 1.º, 2.º, 3.º e 4.º bairros. O que ainda hoje é conhecido com este nome comprehende, segundo julgamos, a praça de Luiz de Camões, seguindo as ruas de S. Roque, S. Pedro d'Alcantara, rua de D. Pedro V, Praça do Principe Real, ruas Formosa e do Loreto, com todas as ruas e travessas que encerram este extenso recinto. Existia ali ha tres seculos a importante e vastissima quinta dos Andradas, fidalgos distinctos d'aquella epoca. A parte rustica da quinta estendia-se da porta de Santa Catharina até á Esperança, e do rio Tejo até aos Moinhos de Vento, hoje rua D. Pedro V. A porta de Santa Catharina estava collocada, pouco mais ou menos, onde hoje vêmos a praça de Luiz de Camões, proximo á esquina da rua do Alecrim, e foi demolida em 1702. Assim se lê no decimo dialogo da *Miscellanea* de Miguel Leitão de Andrada, mas o genealogista Manso de Lima, no seu livro *Familias de Portugal*, diz que a marcação da quinta dos Andradas era desde S Roque até á porta de Santa Catharina, e d'ali até á egreja das Chagas e Boa Vista (hoje Esperança), passando depois aos Moinhos de Vento, terminando a circumferencia em S. Roque O Bairro Alto tambem se denominou em tempos *bairro de S. Roque*, e depois *Villa Nova de Andrada*. Ao primeiro d'estes nomes, deu causa a concorrencia de devotos que se notava continuamente em romaria á pequena ermida, que el-rei D. Manuel ali fizera construir em 1506, por occasião da terrivel peste, que n'esse anno devastou Lisboa, causando numerosas victimas. Foi tão grande a mortandade que nas egrejas já não havia capacidade para sepulturas, e D. Manuel mandou fazer um cemiterio n'aquelle enorme descampado, que ficáva fóra das portas da cidade, construindo egualmente a referida ermida dedicada a S. Roque, advogado contra a peste. A fama milagrosa que o santo varão gozava em Veneza, onde se conservava o seu corpo incorrupto, despertou a D. Manuel o desejo de possuir algumas das suas sagradas reliquias, e pediu á senhoria de Veneza, a qual promptamente lh'as enviou, sendo as reliquias recebidas em Lisboa e conduzidas com a maior veneração, á ermidinha de S. Roque, que mais tarde foi transformada n'uma vastissima egreja, pelo mesmo rei D. Manuel, e quando em 1540 os jesuitas entraram em Portugal, D João III, concedeu-lh'a juntamente com outros terrenos annexos, para ali construirem a sua casa professa. Então começou a povoar-se todo aquelle sitio e suas proximidades, tomando o nome de *bairro de S. Roque*. N'aquelles campos, em seculos anteriores, ostentava-se a torre de Alvaro Paes, assim chamada por servir de ponto de defeza áquelle aguerrido chanceller, quando d'ali combatia o inimigo. Segundo a tradição, a torre existiu no local em que está hoje estabelecido o *Diario Popular*. A torre estava já meio derrocada, quando el-rei D. Sebastião a concedeu, assim como uma parte da muralha que ia correndo até á porta das estrebarias d'el rei, no Rocio, aos condes da Vidigueira, mais tarde marquezes de Niza, para estes illustres fidalgos ali edificarem o palacio da sua residencia. Junto á torre via-se a *porta do Condestavel*, depois chamada o *postigo de S. Roque*, por se lhe ter collocado um nicho com a imagem do milagroso santo. Os marquezes de Niza viveram sempre n'este palacio até ao começo do seculo XVIII, em que succedendo no morgado do conde de Unhão, herdaram o paço de Xabregas. O primeiro patriarcha de Lisboa, D. Thomaz d'Almeida, viveu n'este palacio até ao seu fallecimento em 1754. O patriarcha que lhe succedeu, D. José Manuel, tambem ali residiu, e ainda o habitava no primeiro de novembro de 1755, dia do horroroso terremoto, que arruinou grande parte da cidade. Nas ruinas do palacio e do largo formou-se o chamado *pateo do Patriarcha*, onde se construiram barracas para se alojarem os creados invalidos da casa do marquez de Niza. N'um grande casarão que resistiu á horrivel catastrophe, formou-se o theatro do Bairro Alto. (V. *Lisboa*, *Theatros de*). Em 1835 e 1836, a camara municipal resolvendo abrir a actual rua que vem do largo da Trindade até ao largo de S. Roque, mandou demolir as barracas que existiam no largo, e o cubello que restava ainda da torre de Alvaro Paes. O contador da Relação de Lisboa, Francisco José de Caldas Aulete, tinha aforado n'essa epoca ao marquez de Niza o palacio arruinado, que incluia o chão em que estava a torre e as barracas, mas por intimação da camara ficou sem effeito o contrato, e o foreiro teve de demolir tudo a troco de pequena indemnisação, lavrando-se a escriptura em 17 de maio de 1837. A camara tambem projectou embellezar o largo de S. Roque, estabelecendo um mercado de flôres junto á porta da Misericordia, mas não foi a effeito o projecto. Para o lado do norte prolongava-se a ingreme estrada para os *Moinhos de Vento*, e n'essa estrada ostentava-se o solar dos Andradas. Era o palacio que fica fronteiro á calçada da Gloria, formando só por si um quarteirão com quatro frentes. O palacio reconstruiu se no principio do seculo XVIII, o qual pertencia então aos condes de Lumiares Os principaes proprietarios da quinta dos Andradas no seculo XVI eram Nicolau de Altero, e seu padrasto Bartholomeu de Andrada (V. *Miscellanea* de Miguel de Andrada, e o 1.º vol. da *Lisboa Antiga*, pelo sr. visconde de Castilho). A grande concorrencia que a Companhia de Jesus attrahia continuamente á Casa Professa de S. Roque, pelas suas prédicas e exercicios religiosos, fez lembrar a Nicolau de Altero e ao seu padrasto o expediente de afora-

rem aquelles espaçosos terrenos em diversas porções. A idéa foi bem acceita pelos habitantes de Lisboa, que anteviam o alargamento da cidade para o lado do Occidente, pela construcção d'um novo bairro Começou então a chamar-se áquelle local *Villa Nova de Andrada*, ou de *Andrade*, que d'ambas as fórmas se vê escripto na *Miscellanea*, a que já nos referimos. Formou-se o plano para a nascente povoação, que não tardou a ser retalhada, por compras e emphyteuses, escolhendo cada um dos concorrentes a parte que mais lhe convinha. Uns preferiam a vista de campo, outros a vista de mar; houve quem pretendesse contemplar o poente, rio Tejo e os montes pittorescos da Outra Banda, e quem quizesse aspirar o ar livre dos *Moinhos de Vento*, limite da quinta do lado norte, etc., mas como a quinta era muito grande, todos os foreiros achavam local apropriado para as suas commodas edificações. E d'esta fórma se construiu o novo bairro. Pouco a pouco, as differentes povoações tomaram nomes particulares, o titulo de *Villa Nova de Andrade* foi ficando no esquecimento, e o povo começou a chamar-lhe *bairro de S. Roque*, e mais tarde *Bairro Alto*, nome que se conserva ainda hoje. O novo bairro tornou-se moda, e muitas familias principaes da côrte ali estabeleceram residencia, edificando numerosos palacios, muitos dos quaes ainda hoje existem. As ordens religiosas tambem escolheram o Bairro Alto para a construcção de conventos, egrejas e capellas. Durante dois seculos a população agglomerou-se por tal fórma, que os jardins dos palacios e as cêrcas dos conventos tiveram de reduzir-se; os muros das quintas e cerrados acabaram, e os quintaes e pateos fôram destruidos; para accommodar os numerosos moradores edificaram-se propriedades com 4 e 5 andares; o commercio começou a desenvolver-se em todos os ramos, e os estabelecimentos de generos alimenticios multiplicavam-se dia a dia, tornando se o Bairro Alto de notavel movimento, para o que muito concorriam as casas religiosas. Balthazar Telles, o chronista da Companhia de Jesus, encantava se com a limpeza e salubridade do bairro, que ficava n'um alto, e onde se vivia livre dos incommodos e achaques a que estava sujeita a antiga cidade baixa. As chuvas encarregavam-se da limpeza das calçadas, e na opinião de Luiz Mendes, no seu livro *Sitio de Lisboa, dialogo II*, attribuiam se incalculaveis vantagens hygienicas aos declives da nossa montuosa capital, e a essa tal torrente chamada o enxurro. Com o alargamento da cidade de Lisboa para o lado occidental notava se a absoluta necessidade de abastecel-a de bastante agua, e é a D. João V que se deve o ser essa falta reparada com a construcção do aqueducto das Aguas Livres *(V. este nome)*. Defronte da alameda de S. Pedro d'Alcantara vê-se o grande palacio, que faz esquina para as travessas da Boa Hora e da Cara, que foi edificado pelo architecto da basilica de Mafra, Bernardino Ludovice. Onde hoje existe a praça de Luiz de Camões ostentava-se o grande palacio dos marquezes de Marialva, que occupava todo aquelle recinto. Não se sabe ao certo a data da construcção. O palacio ficou completamente em ruinas pelo incendio que se seguiu ao terremoto de 1755. Consta que o marquez de Pombal, na reedificação de Lisboa, projectara expropriar completamente as ruinas, formar ali um espaçoso largo, e que a propriedade, que se vê ainda hoje entre as ruas das Gaveas e do Norte, actualmente da casa dos duques de Lafões, fôra mandada construir pelo referido ministro de D. José, que a offerecera ao marquez de Marialva como indemnisação das ruinas e do terreno Esse projecto, porém, não se realisára, pela morte de D. José e o desterro do seu ministro para Pombal; as ruinas e o terreno continuaram pertencendo á casa Marialva. N'essas ruinas é que se construiram diversas casas abarracadas e estabelecimentos de toda a especie, a que se deu o nome de *Casebres do Loreto*, que se demoliram em 1859, formando-se no seu recinto a actual praça de Luiz de Camões. Dizem que o palacio ficava na rua da Horta Secca, mas a divisão das ruas n'aquella epoca não se póde hoje calcular, porque, segundo consta, agglomeravam-se ali e nas proximidades muitas ruas, travessas e beccos, de fórma irregular e tortuosa, mas com a reedificação de Lisboa tudo desappareceu. Além de muitas ruas, cujos nomes se não pódem averiguar, existiram as ruas da Ametade, das Parreiras, e a travessa de Braz da Costa. Hoje vêem se as ruas da Horta Secca, das Flôres e do Alecrim, que tomou o nome d'uma ermida que ficava proximo do palacio dos marquezes de Marialva. Aquelle local tambem se tornou celebre no seculo XIV, porque foi nos campos vastissimos junto á porta de Santa Catharina que se assentaram os arraiaes do Mestre de Aviz, chegando até á torre de Alvaro Paes, situada como dissémos, nas alturas de S. Roque. Ali se realisaram diversos combates entre portuguezes e castelhanos durante o cêrco de Lisboa. Na *Demonstração historica da egreja dos Martyres*, pag, 197, edição de 1750, veem curiosas noticias a este respeito. O titulo da maior parte das ruas e travessas do Bairro Alto, parece não deverem a sua origem a factos importantes. Citaremos algumas. No mais elevado do campo de S. Roque, e com vista para a cidade para o lado de Santos e para o rio Tejo, erguia-se uma atalaia de castelhanos, d'onde se trocavam signaes e avisos, de dia por fumos e de noite por *almenáras (V. este nome)*, como era de uso, com a armada de sombrios galeões inimigos, que estacionavam á beira-mar desde as Portas da Cruz até ás tercenas de Cata-que-farás. Julga-se que a queimada das almenáras deixasse o seu nome á travessa assim denominada, e que vae ter á rua da *Atalaia*, titulo commemorando, provavelmente, a atalaia que havia no sitio de S. Roque, pouco mais ou menos. A rua da *Vinha* e a travessa das *Parreiras*, hoje da *Cruz de Soure*, indicam, talvez, ser aquella vertente occidental da quinta dos Andradas de grande vegetação, e sombreada de pampanos de uva escolhida. A travessa da *Horta* é possivel que deva o seu nome á superabundancia de productos, que n'aquella epoca ali se notava. A rua e a travessa da *Palmeira* comprehende-se que tirasse o nome do *Casal da Palmeira*, de que faziam parte. A rua da *Horta Secca*, as travessas do *Sequeiro* e do *Sequeiro das Chagas* denotam serem campos infructiferos, e por isso menos cultivados. A travessa do *Poço da Cidade* foi assim chamada em consequencia do poço que existia nas proximidades, onde o povo ia buscar agua antes

da construcção do Aqueducto das Aguas Livres. Aquelle poço, parece que ainda existe dentro da propriedade que fórma esquina da travessa da Queimada para a rua da Atalaia, onde actualmente está installada a aggremiação *Lisboa Club*. A travessa tambem se intitulou *Poço da Crasta*, segundo o padre Carvalho da Costa, na sua *Chorographia*, a pag. 504 do tomo III, e no tempo do terremoto de 1755 tinha o nome de *travessa do Brigadeiro*, segundo o tombo mandado fazer pelo marquez de Pombal. A rua do *Moinho de Vento*, hoje de D. Pedro V em memoria d'aquelle saudoso monarcha, deve decerto o nome á parte que limitava a antiga montanha, toda cercada de moinhos esguios, e d'onde se desfructava um panorama pittoresco. As ruas de S. *Roque*, *Caetanos*, *S. Pedro d'Alcantara*, *Loreto*, *Chagas*, *Santa Catharina*, etc., travessas das *Mercês*, *Inglezinhos*, *Fieis de Deus*, etc., justificam os nomes pelas casas religiosas que se construiram ali e nas proximidades. A rua do *Norte* percebe-se que lhe venha o nome pela fórma como está collocada. A rua da *Cruz de Pau*, hoje do *Marechal Saldanha*, commemorava a enorme cruz de madeira, collocada n'aquelle cabeço, servindo de baliza aos navegantes até fóra da barra. A rua do *Almada* commemora o nome do valente guerreiro Alvaro d'Almada, amigo dedicado e companheiro nas lides bellicas do infante regente D. Pedro, mortos ambos na batalha d'Alfarrobeira em 1449. Alvaro d'Almada tinha o seu solar n'aquella localidade ou muito proximo, que era um campo vastissimo afastado da cidade O largo do Calhariz tira o nome dos morgados de Calhariz, depois agraciados com os titulos de marquezes e duques de Palmella, pelo seu palacio que ainda ali se eleva, onde estiveram em tempo installadas as repartições do ministerio dos negocios estrangeiros. No mesmo largo tambem existe o antigo palacio dos condes de Sobral, em que actualmente está a Caixa Geral dos Depositos. A rua dos *Cardaes de Jesus*, hoje de *Eduardo Coelho*, parece ter sido assim chamada pela herdade dos *Cardaes*, existente junto á rua Formosa. Então era conhecido aquelle sitio completamente solitario, pelos *Cardaes de S Roque*, onde havia uma pequena ermida com seu ermitão, ermida que mais tarde se transformou no convento de Jesus, onde ha muitos annos está installada a freguezia das Mercês, motivo por que a localidade tomou o nome de *Cardaes de Jesus*. A'cêrca da rua da *Barroca* diz fr. Manuel da Esperança, na *Historia Serafica da ordem dos frades menores de S. Francisco da provincia de Portugal*, tomo I, pag. 237, que o titulo é derivado por haver n'aquellas proximidades uma barroca, onde viveu muitos annos um frade que ficou conhecido por fr. *João da Barroca*, e que tinha fama de santo (V. *Barroca, fr. João da*). O alto do *Belver* era um monte fronteiro ás Chagas; chamava-se assim, e tambem da *Boa Vista*, pelo magnifico panorama que d'ali se desfructava, tanto de terra como de mar. Para memoria se deu o titulo de *Belver* a uma das ruas que ficam proximas e que por muito tempo se chamou do *Lambaz*. A rua do *Trombeta*, cuja origem do titulo se desconhece, principiava em tempo no largo do Calhariz, porém o 1.º duque de Palmella, desejando ampliar e embellezar o seu palacio atorou á camara municipal a parte da rua do Trombeta, comprehendida entre a travessa das Mercês e o largo, com a obrigação de mandar macadamisar á sua custa a calçada do Combro, que era uma ladeira escabrosa e quasi impossivel de subir. O contrato fez-se, e o duque mandou construir o pequeno jardim que vêmos hoje annexo ao palacio, tornejando para a rua da Atalaia. O titulo da travessa de *André Valente* commemora o vereador da camara de Lisboa no seculo XVII, assim chamado, antigo dono da propriedade que faz esquina para a calçada do Combro, e onde elle residia. O titulo da rua dos *Mouros* provém do antigo e real collegio dos cathecumenos, cujo portico, com brazão e inscripção, ainda existe na antiga rua dos *Calafates*, hoje do *Diario de Noticias* A rua da *Rosa* tirou o nome d'uma celebre demandista que viveu ali no seculo XVI, cujas questões e demandas de partilhas tanto alarme fizeram em Lisboa. Essa mulher, chamada *Rosa*, deu o nome á rua, que tambem era conhecida pela *Rosa do Carvalho* e *Rosa das partilhas*. A travessa do *Conde de Soure* deve o nome aos illustres fidalgos d'este titulo, que nos seculos passados ali tinham o seu palacio, situado ao cimo da rua da Rosa até ao Alto do Longo, onde esteve no seculo XVIII o primeiro theatro do Bairro Alto (V. *Lisboa, theatros*). Na esquina da rua da Rosa para a rua de D. Pedro V existia o opulento palacio da familia Salema, onde está a importante propriedade e estabelecimento pertencente ao commerciante Castanheira. Na rua da Rosa tambem se vê o celebre *Cunhal das Bolas*, o antigo e notavel palacio, onde está installado desde 1866 o Asylo de S. Luiz, dos francezes, que tem a entrada principal ao cimo da rua do Carvalho, hoje de *Luz Soriano*. No fim do seculo XVIII e principio do XIX existia ali um dos poucos estabelecimentos officiaes de instrucção secundaria e preparatorios, o qual se chamava *Geral do Cunhal das Bolas*. No Bairro Alto houve muitos conventos e outras casas religiosas, e ainda hoje existem muitos palacios, de que falaremos nos diversos artigos referentes a Lisboa.

Lisboa *(Bancos de)*. V. no vol. II, pag. 53 e seguintes.

Lisboa *(Barra de)*. A barra, que dá entrada a todos os navios, ainda aos de maior lotação, é formada por dois canaes: o do norte ou Corredor, e o do sul ou Barra Grande. O primeiro vae quasi de E a O, entre a costa e o cachopo do norte, cujo extremo NE é separado da ponta da Lage, na costa, onde está a praça ou torre de S. Julião da Barra, por um canal estreito mas profundo. O segundo, que é o principal, corre entre o cachopo do norte e o cachopo do sul, ou Alpeidão, e é tambem profundo Desde a bahia de Cascaes até á foz do Tejo, a costa é de rocha pouco elevada, com pequenas praias de quando em quando, e a partir da torre de S. Lourenço do Bugio, é toda d'areia até proximo do cabo Espichel, mas orlada por uma escarpa de rochas a pequena distancia da costa. Para segurança da navegação, ha na entrada da barra dois faroes: um na torre do Bugio e outro na de S. Julião. A primeira d'estas torres está construida n'um ilhéo situado no prolongamento da ponta do sul da barra, a 500 m. SE da torre de S. Julião. N'esta ha uma estação semaphorica, e em Santa Martha e na torre de Belem ha faro-

lins. (*V. Bugio (Torre do)* e *S. Julião da Barra)*. As fortificações que defendem o porto de Lisboa são as referidas torres na barra, e ao longo das margens direita e esquerda uma serie de fortes de maior ou menor importancia. Na margem sul ha as de Alpena e Raposeira; na direita, Alto do Duque, Bom Successo, D. Luiz I (Caxias), Duque de Bragança (Oeiras), Marquez de Sá da Bandeira (Monsanto) e Monte Cintra (Sacavem).

Lisboa *(Basilicas de)*. V. *Basilica*, vol. II, pag. 197. Teem esta honra as egrejas das freguezias da sé, dos Martyres e da Estrella. V. *estes nomes*.

Lisboa *(Bibliothecas de)*. V. no vol. II, pag. 335, e seguintes.

Lisboa *(Bica dos Olhos)*. Na rua da Boa Vista, defronte do edificio da Companhia do Gaz, vê-se esta pequena bica, mettida no vão de uma porta, com o seu pequenino tanque. Não se sabe ao certo a sua origem, mas parece que deve remontar ao anno de 1675, attendendo a ter esta data esculpida na cantaria que reveste todo o vão onde está collocada a pequenina fonte, ou antes um tosco prospecto de fonte. No centro d'este prospecto vê-se o navio que symbolisa as armas de Lisboa, em alto relevo, de cujo costado sae a bica, tendo por baixo um tanquesinho em fórma de concha, feito já no meado do seculo XIX segundo consta, em substituição de um outro antigo, que era quadrado e de largas dimensões, chegando quasi á face das hombreiras da porta. Gravado na cantaria, por baixo da cimalha, tem o seguinte padrão:

HE OBRIGADO O DONO D'ESTA PROPRIEDADE
A CONSERVAR ESTA BICA SEMPRE
CORRENTE Á SUA CUSTA

No *Archivo Pittoresco*, vol. V. a pag. 264, lê-se o seguinte ácêrca d'esta historica bica: «Do archivo municipal de Lisboa consta, que um carpinteiro chamado Antonio Ferreira, comprára por 1:750$000 réis, uma propriedade de casas ás portas do Pó, hoje rua da Boa Vista, a qual tinha serventia principal pela calçada de Salvador Correia de Sá, ao presente calçada de S. João Nepomuceno. Distante quatro palmos d'esta propriedade havia um chão pertencente á cidade, onde estava a bica chamado do *Artibello*, contracção de Duarte Bello, que deu o nome, que ainda se conserva, á rua que vae do largo do Calhariz para a Boa Vista. O referido carpinteiro requereu ao senado lhe aforasse aquelle chão para n'elle edificar em continuação do predio que já possuia. O senado consultou a favor, pelo que se lavrou escriptura de aforamento d'aquelle chão aos 29 dias do mez de julho de 1709, impondo se-lhe o fôro annual de 2$000 réis, e laudemio de quarentena. N'esta escriptura, além das clausulas costumadas, se lê o seguiute: —E com mais a condição, que elle dito Antonio Ferreira será obrigado a mudar a fonte á sua custa, chegal-a á aresta conteúda no cordeamento, como tambem ella e seus herdeiros a reparal-a de todos os desmanchos e concertos dos canos d'ella. e dos que carecer a mesma fonte em qualquer tempo que seja, sem da fazenda da cidade se concorrer para as despezas com cousa alguma. A bica passou então para junto do cunhal da nova propriedade, que faz esquina para o becco do Conde de Sampaio, e está mettida no vão d'uma larga porta, com hombreiras e vergas de pedra.» Parece que no sitio da Boa Vista existiam em tempos remotos tres bicas; e ainda se vêem duas calçadas ingremes, que desembocam defronte da Casa da Moeda, chamadas *Calçada da Bica Grande* e *Calçada da Bica Pequena*. Como ficam collocadas no prolongamento da rua da *Bica de Duarte Bello*, póde muito bem ser, que fôsse a *Bica dos Olhos*, que désse o nome á *Calçada da Bica Pequena*. A respeito d'aquella agua ter a virtude de curar inflammações de olhos, conta-se que foi descoberta d'um francez, que a aproveitou, dando-lhe um nome pomposo, e vendendo-a em frasquinhos, como se viessem de origem estrangeira. O industrioso francez ganhou muito dinheiro com a especulação, mas segundo parece, bastantes pessoas affirmaram ter sido curadas com a agua milagrosa. No fim d'algum tempo descobriu-se a especulação do tal francez, por ter sido revelado o segredo pelo creado, que de noite, disfarçadamente, ia buscar a agua á Bica dos Olhos, para se encherem os frasquinhos. Desde então concorriam á propria bica, todos os dias, as pessoas que sentiam inflammação nos olhos, lavando-os no tanque, enchendo garrafas e vidros para seu uso. O industrioso especulador, vendo descoberto o segredo, teve de fugir de Portugal, para não ser perseguido. O *Aquilegio Medicinal*, que trata de todas as aguas de caldas, fontes, rios, poços, lagôas e cisternas de todo o reino de Portugal, livro publicado em 1726 por um medico de D. João V, tambem affiança que a bica do *Artibello*, proximo de S. Paulo, *tem virtude para inflammação de olhos, tomando-a da bica antes de nascer o sol e lavando-os com ella a qualquer hora.*

Lisboa *(Bispado de)*. V. *Lisboa (Prelados de)*.

Lisboa *(Bolsa de)*. V. vol, II, pag. 372.

Lisboa *(Bombeiros de)*. V. no vol. II, pag. 377 e *Incendios (Extincção de)*, vol. III, pag. 960.

Lisboa *(Brazão d'armas de)*. V. *Lisboa (Armas de)*.

Lisboa *(Camara Municipal de)*. O antigo edificio dos paços municipaes foi mandado construir pelo senado em 1770, concluindo-se as obras em 1774, nas quaes se despenderam 121:099$271 réis. O edificio occupava, segundo parece, desde a esquina da rua do Ouro, no Terreiro do Paço, onde estão actualmente as secretarias do ministerio do Reino, seguindo pela rua do Arsenal até ao largo do Pelourinho, hoje praça do Municipio. Onde existe o actual edificio estava installado o Banco de Portugal, e na rua do Arsenal proximo ao Terreiro do Paço estavam os escriptorios da companhia de seguros *Fidelidade*. N'este primeiro andar tambem teve a sua séde a antiga *Casa dos Vinte e Quatro*. No edificio da camara, e no fronteiro, do lado de leste da rua do Ouro, onde está o ministerio da Justiça, habitaram em 1795 a rainha D. Maria I e o principe regente D. João, havendo um passadiço que fazia a communicação de um para outro lado, comtudo a residencia habitual da côrte era em Queluz. Quando a familia real regressou a Queluz, funccionou n'uma parte do edificio o senado até 1833. Não se conhece, porém, as casas onde funccionava até ao reinado de D. Manuel. D. João I, para gratificar os serviços que o povo de Lisboa prestara á causa da independencia nacional, e a sua extremada lealdade, alliviou-o do pagamento de certos tri-

butos, e lhe fez mercê dos paços em que taes direitos se pagavam. Onde eram esses paços é que nenhum chronista diz. No tempo de D. Manuel é que se estabeleceram na real casa de Santo Antonio, junto á sé, por disposição d'aquelle monarcha, quando mandou edificar aquella real casa, conforme o testamento de D. João II, ordenando que fôssem grandes e de abobada. Ali estiveram os paços do concelho até 1753, anno em que o marquez de Pombal, então ainda simplesmente Sebastião José de Carvalho e Mello, mandou ao senado que saísse da casa que occupara durante dois seculos, entregando as chaves á secretaria de Estado Não se sabe para onde então foi funccionar o senado; comtudo, ao tempo do terremoto de 1755 já se estavam edificando novos paços do concelho, como consta da *Historia Universal dos terremotos*, de Joaquim José Moreira de Mendonça, que era escrivão do tombo da camara, o qual, enumerando os estragos e perdas occasionadas por aquella horrivel catastrophe, comprehende no numero dos palacios arruinados com maior estrago o do *senado da camara e tribunal dos despachos, que se andava acabando*, obra magnifica, accrescenta Mendonça. As paredes da sala das sessões da camara eram revestidas de uns magnificos pannos de raz, que representavam passos da vida do imperador Constantino. Tinham custado 16:000 cruzados, e eram os melhores que existiam em Lisboa. As salas da parte occupada pelo Banco de Portugal, tinham tambem as paredes com pannos de raz, mas de inferior qualidade. O edificio era de riquissima construcção, sendo do Brazil todas as madeiras, e de notavel solidez. Tinha 10 janellas de frente para o largo do Pelourinho, além da janella grande que ficava sobre a porta de entrada; dos lados tinha 21 janellas, com tres andares e aguas furtadas, segundo o risco primitivo da cidade depois do terremoto de novembro de 1755. A janella grande abria para uma varanda, e a fachada rematava n'um frontão, no centro do qual se via o brazão nacional e sobreposta ao frontão uma esphera metallica. As escadarias eram magnificas, as salas grandiosas, sendo tudo de optima construcção. Na noite de 19 para 20 de novembro de 1863 rebentou um violentissimo incendio na secretaria da camara, seguindo todo o quarteirão até ao largo do Pelourinho, ardendo o Banco de Portugal, os escriptorios da companhia *Fidelidade*, e as propriedades que ficavam na rua de El-Rei, vulgo dos Capellistas. Foi um incendio horroroso que durou perto de oito dias, um dos maiores que tem havido em Lisboa, deixando completamente em ruinas os Paços do Concelho, o Banco de Portugal, podendo apenas salvar-se com muito custo algumas habitações e estabelecimentos do lado da rua d'El-Rei. As perdas fôram enormes. Arderam tambem os retratos das pessoas reaes que ornavam a sala das sessões da camara, bem como o painel da Senhora da Conceição, que estava no topo da sala, e era obra do afamado pintor Pedro Alexandrino Coelho. Em vista de tão grande calamidade, a camara municipal resolveu construir um novo edificio independente. Escolhido o terreno, o local onde actualmente está installada, foi encarregado o architecto Domingos Parente da Silva de elaborar o projecto. As obras começaram em 29 de outubro de 1866, sendo presidente da camara o barão de Santa Engracia, Antonio Esteves de Carvalho. O projecto soffreu muitas alterações até á sua completa conclusão. O edificio consta de dois pavimentos, além do terreo, e tem quatro faces, cuja principal deita sobre a praça do Municipio, e as outras para as ruas do Arsenal e de El-Rei, e para uma pequena rua que se abriu de novo entre estas duas. Da fachada principal destaca-se o corpo central, que tem uma larga varanda e oito columnas monolithas, d'ordem composita, coroadas por um frontão, cuja esculptura allegorica, a cidade de Lisboa, é obra do esculptor francez Anatole Calmels. O frontão tem ao centro as armas do municipio ladeadas pelas estatuas da Liberdade e do Amor da Patria, a que servem de ornato e complemento outras figuras e symbolos representando as artes, a industria, as sciencias, o commercio, as bellas artes, a guerra, a paz e a razão. A escadaria nobre é uma das bellezas do edificio, tanto pela sua vastidão, como pela grandiosa architectura de que se compõe. Um lanço principal dá accesso a dois lanços em que a mesma se desdobra a meio, um para cada lado, entrando-se n'uma galeria, que corre em volta, e tem quatro lados. Esta galeria compõe-se de bellos arcos sustidos por columnas quadrangulares, e sobre estes se ergue uma elegante cupola com lanterim que illumina toda a escada. Tanto a cupola como a galeria são pintadas a claro escuro. A pintura da cupola é trabalho de Pereira Junior e de Columbano, sendo do primeiro a parte ornamental, verdadeiramente admiravel na sua illusão perfeitissima de alto relevo, e do ultimo as figuras; a pintura da galeria é do decorador francez Pedro Bordes. Nas archivoltas da galeria vêem se os bustos de portuguezes notaveis. O salão nobre, ou das sessões solemnes da camara, tem janellas para a praça do Municipio. As paredes são adornadas com os retratos em ponto grande de José Estevão Coelho de Magalhães e Mousinho da Silveira, pintados por José Ferreira Chaves; Alexandre Herculano e Fernandes Thomaz, trabalhos de José Rodrigues; e por detraz da cadeira presidencial vê-se o grande quadro de Miguel Lupi, representando o marquez de Pombal tratando da reedificação de Lisboa. Em dois pedestaes de marmore cinzento, de cada lado da presidencia, estão os bustos de D. Pedro IV e de D. Luiz I. O tecto foi pintado pelo decorador Procopio, sendo a allegoria central obra de José Rodrigues. Os medalhões do friso, assim como as figuras decorativas que alternam com elles, são trabalhos de Nunes Junior. Os medalhões representam Gil Vicente, Pedro Nunes, Damião de Goes, Francisco de Hollanda, Gabriel Pereira de Castro, Pina Manique, Francisco Manuel do Nascimento, Paschoal José de Mello Freire, Silvestre Pinheiro Ferreira, Almeida Garrett, visconde de Castilho, Manuel da Silva Passos, e o actor Joaquim José Tasso. Por baixo d'estes medalhões ha mais oito, pintados por Malhôa, representando Affonso Annes Penedo, João das Regras, o infante D. Henrique, Duarte Pacheco Pereira, D. Francisco d'Almeida, D. João de Castro, Pedro Alcaçova Carneiro e Claudio Gorgel do Amaral. No tecto da sala contigua a este salão ha quatro medalhões allegoricos da beneficencia, pintados por Columbano, e flôres pintadas por Pereira Junior.

As restantes salas do edificio são mais pequenas, exceptuando a das sessões ordinarias, que é do tamanho do salão nobre, porém todas custosamente decoradas com relevos e pinturas de muito apreço. A vereação da camara começou a reunir-se nas suas sessões ordinarias no anno de 1875, não estando ainda as obras concluidas. A cerimonia da acclamação de sua magestade el-rei senhor D. Carlos realisou-se nas salas do parlamento em seguida ao juramento do monarcha, no dia 28 de dezembro de 1889; do palacio das côrtes seguiu o grandioso cortejo até á egreja de S. Domingos, onde se celebrou um solemne *Te-Deum*, passando depois ao edificio dos Paços do Concelho, onde se celebrou a cerimonia da entrega das chaves da cidade de Lisboa. Para esta festa real, a escadaria nobre do edificio foi ornamentada com grandes plantas, que produziam um bello effeito decorativo. A cerimonia effeituou-se no salão nobre, que se via toda ornamentado em estylo rico da Renascença. N'esta sala foi armado o throno real. Os Paços do Concelho tambem receberam a visita dos monarchas estrangeiros que estiveram em Lisboa, o rei Eduardo VII, de Inglaterra, em 1903; D. Affonso XIII, de Hespanha, em dezembro do mesmo anno, e Guilherme II, de Allemanha, em 1905. O *Archivo municipal de Lisboa* (V. vol. I do *Portugal*, pag. 675) tem uma magnifica installação n'este edificio. Dos seus importantes documentos estão já publicados quatorze volumes, constituindo a grande obra do sr. Freire de Oliveira, intitulada *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, mandada fazer a expensas da camara commemorando o centenario do marquez de Pombal.

Lisboa *(Capellas de)*. V *Lisboa (Ermidas de)*.

Lisboa *(Carreira de tiro em)*. V. *Pedrouços*.

Lisboa *(Casa dos Bicos em)*. V. vol II, pag. 837.

Lisboa *(Casa da Correcção de)*. V. no vol. II, pag. 838.

Lisboa *(Casa da Moeda de)*. Fôram numerosas as fabricas de moeda estabelecidas em Portugal pelos nossos reis desde o tempo de D. Affonso Henriques até ao reinado de D. João VI, em que as casas da moeda, nos differentes pontos do reino, ficaram unicamente restrictas á de Lisboa. Antes, porém, da fundação da monarchia, já nas cidades de Evora e Lisboa se havia batido moeda, como diz fr. Bernardo de Brito, na *Monarchia Lusitana*, livro VI, cap. XIX: «Do seu tempo (do rei gôdo Flavio Ricaredo, annos de Jesus Christo, 601) ha moeda de ouro e prata batidas em diversos pontos da Lusitania, porque além da que refere Ambrosio de Morales batida em Evora, com seu rosto d'ambas as partes, e a letra de seu nome com a outra *Elbora Ivstvs*, tenho eu outra em meu poder de ouro baixo com seu rosto esculpido grosseiramente, e no reverso uma cruz com esta letra *Olisibona*, *Pivs*, doude se deixa ver que havia em Lisboa officina de bater moeda em tempo d'este rei». etc. Em 1127 existia em Braga uma casa de moeda mandada estabelecer por D. Affonso Henriques. A este respeito diz Viterbo, no tomo II do *Elucidario*, a pag. 141: «Achamos tão sómente que o Senhor Infante D

Camara Municipal de Lisboa e Pelourinho

Affonso Henriques, occupado todo na guerra contra os que lhe disputavam o senhorio d'esta monarchia, e querendo ter da sua parte o arcebispo e clero de Braga, a 27 de maio de 1128 fez áquella cathedral as mais agigantadas mercês, entre as quaes foi a da moeda...» etc. E citando as regias palavras do alvará, acrescenta: «Era pois para a fabrica da sé o rendimento d'esta moeda, de que el-rei D. Affonso II a privou.» Existiu outra casa da moeda em Coimbra desde 13 de novembro de 1260 até 4 de abril de 1261, e ainda outra no Porto, a terceira fundada pela monarchia, duas em Miranda e Valença, fundadas por D. Fernando I; outra em Evora por D. João I; outras em Gôa, Cochim e Malaca, creadas por D. Manuel; outras em Diu por D. Pedro II; Minas Geraes e Moçambique por D. João V; e uma em Angra por D. Antonio, prior do Crato, que depois foi novamente creada pelo governo da regencia de D. Maria II. Manuel Severim de Faria, nas suas *Noticias de Portugal*, discurso IV, do tomo II, diz que «a primeira casa da moeda que se estabeleceu em Portugal foi no Porto, onde os primeiros reis d'este reino fizeram bater moeda, mandando vir officiaes estrangeiros, porque os não havia no reino, por isso lhes concederam tantos privilegios como ainda hoje teem.» O erudito chantre da sé de Evora pretendia talvez referir-se á circumstancia da casa da moeda do Porto ter sido a primeira de dominio nacional, pois como annunciam alguns numismaticos portuguezes, e designadamente Teixeira de Aragão, o fabrico da moeda era, no seu começo, feito por arrematação particular, e portanto, talvez, em officinas que pertencessem aos arrematantes. Tambem é certo que no reinado de D. Fernando essas officinas pertenciam ao rei como se deprehende da lei de 1371 e do regimento de 8 de fevereiro de 1373, e que mais tarde muitas d'essas officinas estiveram debaixo da inspecção das camaras, juizes de fóra, e outras autoridades, como diz D. Antonio Caetano de Sousa, no tomo IV da *Historia Genealogica da Casa Real.* Outras d'essas officinas serviam unicamente para carimbar a moeda, como as de Thomar, Castello Branco, Beja, Tavira, etc. Eram grandes os privilegios que os moedeiros gozavam (V. *Moeda* e *Moedeiro*). A fundação da Casa da Moeda de Lisboa anda, na sua origem, ligada á instituição da Universidade por D. Diniz. Foi estabelecida no sitio da Pedreira, junto ás Portas da Cruz. Essas casas eram então propriedade do cabido da sé, como se mostra d'uma provisão passada em 4 de setembro de 1300, da era de Christo. Baptista de Castro, no tomo II, Parte IV, cap. I. do *Mappa de Portugal*, diz: «Estabelecendo D. Diniz os estudos geraes na cidade de Lisboa, assignou para se fundarem estes utilissimos estudos no mesmo sitio chamado da Pedreira, no bairro d'Alfama, junto ás portas da Cruz, nas casas da Moeda Velha...» Por aqui se vê, que a esse tempo já havia *nova casa* para a amoedação, talvez que situada onde é hoje a cadeia do Limoeiro, porque Damião de Goes, na *Chronica d'el-rei D. Manuel*, parte IV. cap. 85, diz o seguinte ácêrca d'este rei: «fez de novo em Lisboa junto da Egreja de S. Martinho nos Paços da Casa da Supplicação e do Civel e cadeia do Limoeiro, obra mui magnifica e sumptuosa *onde d'antes era a casa da moeda* e depois os paços do rei até ao tempo d'el-rei D. Diniz, que fez os paços da Alcaçova.» Trinta annos depois de D. Diniz ter transferido para Coimbra a Universidade, resolvendo D. Affonso IV estabelecer a côrte n'aquella cidade, fez voltar a Universidade para Lisboa em 1338, e mandou que se installassem as escolas no palacio das Portas da Cruz, passando a officina da moeda para as acanhadas casas onde haviam estado anteriormente. Parece que se fez ali a moedagem até 1354, em que voltando a Universidade para Coimbra, fôram as officinas de novo installadas no palacio da Pedreira. No reinado de D. Fernando I construiu-se no sitio onde é hoje o Limoeiro um soberbo palacio para habitação da familia real, que se ficou chamando *Paços dos reis*, mas a que o povo dava o nome de *Paços da Moeda*, provavelmente por estarem as officinas da moedagem localisadas dentro do paço real. (V. *Lisboa, Limoeiro*). Em 1551 já a Casa da Moeda existia junto dos paços da Ribeira, com frente para o Terreiro do Paço. Mais tarde, no reinado de D. Pedro II, esteve situada na rua da Calcetaria. Pelo seguinte aviso, datado de 11 de março de 1720, se ordenou a mudança da Casa da Moeda para o local onde ainda hoje se conserva: «S. M. que Deus guarde me ordena avise V. E.xª é servido que a Casa da Moeda se mude para a Ribeira da Junta do Commercio, informando-se V. Ex.ª da fórma como são as casas da moeda de fóra d'este reino para que se possa policiar esta, no que mais fôr conveniente. Deus guarde a V. Ex.ª. Paço 11 de março de 1720—Diogo de Mendonça Côrte-Real—Sr. Marquez da Fronteira.» Ali se estabeleceu effectivamente em 16 de setembro, passando para lá a fabrica e os cofres. Em 27 de fevereiro de 1740 foi comprado pelo governo um pequeno predio situado na parte léste do edificio na rua de S. Paulo, casa pertencente a João Pacheco de Sousa, que recebeu pela expropriação uns 600$000 réis. Essa expropriação serviu para isolar a casa da moeda do lado oriental, formando-se um beco, que é hojo denominado *Beco da Moeda*. As casas da rua da Calcetaria, onde esteve installada, começaram a demolir-se em abril de 1751, para no mesmo logar se construir o edificio do Tribunal da Congregação Patriarchal, de que hoje não existem nem sequer vestigios. Pelo terremoto de 1755 o edificio nada soffreu. A guarda que sempre ali costumava haver, e que era de infantaria, fugiu aterrorisada, á excepção do tenente Bartholomeu de Sousa Mexia, o sargento e tres soldados, que defenderam o edificio da ladroagem, e o livraram do incendio que lavrava em toda a cidade. Esse serviço foi largamente remunerado pelo ministro de D. José, mais tarde conde de Oeiras e marquez de Pombal, em vista dos grandes valores que estavam ali encerrados, pois só em cofre existiam então dois milhões de cruzados. A esse tempo já a Casa da Moeda possuia machinas e utensilios de grande valor, comprados em França e na Allemanha. Até fins do seculo XVII o dinheiro cunhava-se a martello, o que era precisamente *bater moeda*. Em 1561, João Gonçalves, por alcunha o *Engenhoso*, fez uma machina que foi ensaiada, mas como o processo não désse bons resultados foi posta de parte, continuando-se o uso do martello (V. *Gonçalves, João*). No tempo de D. João IV foi trazido de França um engenho por Antonio Routier, e admittido a funccionar por intervenção de Gaspar

Ribeiro, juiz e thesoureiro da Moeda. Parece que tambem não deu melhores resultados esta segunda tentativa. Em 1678, o 3.º conde da Ericeira, D. Luiz de Menezes, védor da fazenda e director da Casa da Moeda, acabou de vez com a cunhagem a martello, e fez construir pela industria nacional o primeiro balancé, com o qual se cunharam todas as moedes até 1837, anno em que se mandou vir de Inglaterra uma poderosa machina movida a vapor. Foi um artista portuguez chamado Oliveira, quem fez o primeiro balancé em 1678, a que nos referimos, o qual ainda existe, e se conserva no museu archeologico do Carmo. E' de bronze, e tem gravados, entre diversas ornamentações, uma inscripção indicando o anno e por ordem de quem foi feito. Mais tarde D. João V reconheceu tanto os serviços do conde da Ericeira que permittiu se collocasse o seu nome em bronze na porta da Casa da Moeda, como o declara o 4.º conde D. Francisco Xavier de Menezes, na *Historia Genealogica da Casa Real*, tomo IV, pag. 420 e 422 em carta dirigida em 1738, a D. Antonio Caetano de Sousa. Foi o referido conde D. Luiz de Menezes que estabeleceu o uso da serrilha nas moedas de ouro e prata para impedir o seu cerceio. A machina ingleza, acima citada, foi comprada em 30 de janeiro de 1835 pela quantia 27:000$000 réis, com o fim de cunhar não só a moeda grossa de cobre, mas a de ouro. Para o assentamento da machina, que foi difficil, vieram os engenheiros Willcox, Anderson e Sanniel Clegg e filho, mas a cunhagem só veiu a começar em 1838. A 28 de julho de 1845 foi decretada a juncção das repartições de papel sellado e Casa da Moeda, dando-se lhes regulamento em 23 de novembro do mesmo anno. Sendo director o sr. conselheiro Augusto José da Cunha, procedeu-se á transformação completa do edificio da Casa da Moeda, que até então não passava d'um velho e feio predio, sem janellas, e carcomido pela acção do tempo. A transformação foi completa, sendo as obras dirigidas pelo architecto José Antonio Gaspar e pelo mestre d'obras José Nogueira. Para esses trabalhos se votou no orçamento a quantia de 40:000$000 réis. Em julho de 1889 começaram as obras, ficando a fachada concluida no dia 8 de dezembro de 1891. No pavimento terreo ha as seguintes intallações: officina de impressão de cunhos com os competentes fornos de *recoito*, officina de galvanoplastia, para reproducção de sellos. No primeiro pavimento estão as officinas de gravura e medalheiro. A' direita, entrando no pavimento terreo, fica a officina do sêllo, e no primeiro pavimento o deposito da repartição do papel sellado, a cujo cargo se acha o fornecimento de valores sellados de todas as especies, para os districtos e comarcas do reino, ilhas e provincias ultramarinas. No centro do pateo acham-se as differentes officinas de amoedação. Sobre estas officinas, que ficam no pavimento terreo, estão o gabinete do director, a thesouraria, a contadoria e os cartorios. Ao fundo do pateo, n'um edificio annexo, que liga em angulo recto, com a officina do sello e deposito do papel sellado, acham-se a officina de fundição e os armazens laboratorios de ensaios. A officina

Fachada da Casa da Moeda

do sello é uma das mais vastas da Casa da Moeda, e comprehende um grande numero de apparelhos importantes para a impressão e estampagem das diversas fórmulas de franquia, bilhetes postaes, estampilhas, letras de cambio, etc. O deposito do sello ou repartição do papel sellado, fica n'uma parte do edificio construido expressamente para esse fim. E' interessante vêr a fundição dos metaes, o lançamento nos moldes, os ensaios, os cylindros laminadores Krupp, as machinas de cortar, etc. As balanças automaticas pesam por um processo de maravilhosa precisão. N'um gabinete, dispostos por ordem chronologica em vitrines, estão a maior parte dos cunhos e punções de moedas e medalhas, cunhadas em Portugal desde D. João V. A Casa da Moeda é considerada hoje como um estabelecimento de primeira ordem no seu genero.

Lisboa *(Casas historicas de)*. Mencionaremos algumas casas, de que temos noticia, que se tornaram historicas, por terem n'ellas nascido ou morrido homens notaveis, cujos nomes a historia glorificou. || *Alexandre Herculano*, grande historiador; nasceu n'uma casa do pateo do Gil, na rua de S. Bento, em 28 de março de 1810. || *Visconde de Almeida Garrett*, notavel poeta e escriptor; falleceu em 9 de dezembro de 1854 n'uma casa da rua de Santa Izabel, hoje rua Saraiva de Carvalho, onde se vê collocada a seguinte lapide commemorativa:

NO DIA 9 DE DEZEMBRO DE 1854
FALLECEU N'ESTA CASA
O POETA PORTUGUEZ
VISCONDE DE ALMEIDA GARRETT

E por baixo:

FOI ESTA LAPIDE FEITA NAS OFFICINAS
DE SERGIO AUGUSTO DE BARROS
—E ASSENTE NA DITA CASA—
NO DIA 25 DE JUNHO DE 1865—AO MEIO DIA

|| *D. Antonia Pusich*, apreciada poetisa e escriptora. Falleceu em 1883 na rua de S. Bento, na casa defronte do mercado, onde se collocou a seguinte lapide:

N'ESTA CASA
FALLECEU A ILLUSTRE ESCRIPTORA
E POETISA
D. ANTONIA PUSICH
QUE MUITO HONROU A PATRIA
COM O SEU TALENTO

Visconde de Castilho, notavel poeta e escriptor. Nasceu a 28 de janeiro de 1800, na casa da Torre de S. Roque, hoje de S. Pedro d'Alcantara, que faz esquina para a rua do Gremio Lusitano, onde se collocou em 28 de janeiro de 1900, em commemoração do centenario do seu nascimento, a seguinte lapide:

N'ESTA CASA
NASCEU A 26 DE JUNHO DE 1800
O ILLUSTRE POETA E INSIGNE PROSADOR
DEDICADO PROPAGANDISTA DA INSTRUCÇÃO POPULAR
ANTONIO FELICIANO DE CASTILHO
1.° VISCONDE DE CASTILHO,
NO 1.° CENTENARIO DO SEU NASCIMENTO
A CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA
MANDOU COLLOCAR ESTA LAPIDE

Falleceu na rua do Sol ao Rato, em 18 de junho de 1875, na casa que fica hoje junta ao palacio e capella do sr. marquez do Faial, onde se vê uma lapide com a seguinte inscripção:

AOS 18 DE JUNHO DE 1875
FALLECEU N'ESTA CASA
O POETA PORTUGUEZ
ANTONIO FELICIANO DE CASTILHO
VISCONDE DE CASTILHO
PROPUGNADOR INCANSAVEL
DA INSTRUCÇÃO POPULAR
AUTOR DO METHODO PORTUGUEZ

|| O popular poeta *Bocage* falleceu em 21 de dezembro de 1805 na casa da travessa de André Valente, que tem hoje o n.° 25, onde, em commemoração do centenario da sua morte, se collocou em 21 de dezembro de 1905 a seguinte lapide:

AOS 21 DE DEZEMBRO DE 1805
FALLECEU N'ESTA CASA
O POETA
MANUEL MARIA BARBOSA DU BOCAGE

|| *Innocencio Francisco da Silva*, autor do *Diccionario Bibliographico*, falleceu em 27 de junho de 1876, na casa da rua de S. Filippe Nery, n.° 26, em que se collocou uma lapide, onde se lê:

FALLECEU N'ESTA CASA
DE QUE ERA PROPRIETARIO
ÁS 8 HORAS DA M. DE 27 DE JUNHO DE 1876
INNOCENCIO FRANCISCO DA SILVA
O AUTOR DO DICCIONARIO BIBLIOGRAPHICO
E UM DOS MAIS ERUDITOS E BENEMERITOS
ESCRIPTORES PORTUGUEZES

|| *João de Deus*, poeta muito considerado; falleceu em 11 de janeiro de 1896 na rua que tem hoje o seu nome. || *João das Regras*, grande jurisconsulto no tempo de D. João I; habitou n'uma casa ao Poço do Borratem, depois de vir de Bolonha, e ali falleceu em 3 de maio de 1422. O edificio ainda existe, mas está muito alterado na sua architectura primitiva; distingue-se apenas por tres arcos ogivaes, com os quaes corre o primeiro andar. *(V. Lisboa, Poço do Borratem)*. || *Luiz de Camões*, o principe dos nossos poetas; falleceu n'uma pobre casa da calçada de Sant'Anna, em 10 de junho de 1580; a casa, segundo diz Pinho Leal, no *Portugal antigo e moderno*, vol. IV, pag. 139, fica ao meio d'esta calçada, á esquerda de quem sóbe, fazendo frente para a dita calçada e para o becco de S. Luiz. Tinha antigamente os n.°s 52 e 54, e hoje tem os n.°s 139 e 141. Quando era habitada por Camões, tinha apenas o pavimento terreo e o 1.° andar. E' edificio antigo; foi vendido em 1552, e outra vez em 1591. N'um auto de posse, tomada em 4 de dezembro de 1602, vem a casa assim descripta: «Umas casas da banda de fóra do Postigo de Sant'Anna, na travessa que vae para S. Luiz, e constam de um sobrado e de telha van; e no dito sobrado tem uma só casa ao comprido, dividida em duas, com tabuado por meio, e por detraz tem uma casinha pequena, que serve de despejos, e tem uma escada para um pateo pequeno que tem por detraz das ditas casas, que es-

tá coberto de telha van; e com mais duas lojas por baixo, uma adeante da outra.» Era junto a esta casa a antiga porta da cidade, chamada de Sant'Anna. || *Vasco da Gama*, o grande navegador e descobridor do caminho maritimo da India. Falleceu em Cochim em 1524, mas tinha a sua casa no largo de S. Roque, em parte encostada á muralha da cidade, para o lado de dentro, e proximo da *porta do Condestavel*. Era um edificio vasto, de extensa frontaria, com muitas e grandes janellas de sacada, no andar nobre, e muitos e amplos aposentos. No seculo XVIII morou e falleceu ali o 1.º patriarcha D. Thomaz d'Almeida. O terremoto de novembro de 1755 o arruinou bastante e não se reedificou. Em 1840 demoliu-se grande parte da fachada por ameaçar ruina. No local onde existiu este palacio está hoje estabelecida a *Companhia de carruagens lisbonense*.

Lisboa (*Casa Pia de*). V. vol. II, pag. 839.

Lisboa (*Casa dos Vinte e Quatro de*). V. vol. II, pag. 842.

Lisboa (*Castello de S. Jorge*). Segundo a tradição, foi construida esta fortaleza no tempo dos romanos, sendo imperador Julio Cesar Augusto, 4 annos antes de Christo. Nada se sabe a este respeito durante o dominio dos godos, alanos e suevos. Os arabes a reedificaram e ampliaram com varias construcções, durante o longo periodo de 430 annos que dominaram Lisboa. Ainda aqui existem vestigios e construcções moiriscas, como a cidadella com a sua barbacan e algumas torres, n'uma das quaes ha uma cisterna. E' a parte norte do castello. Esta fortaleza era a defeza da primitiva Lisboa, cidade que então se limitava, por assim dizer, ao que ainda hoje se chama bairro d'Alfama. Na frente da cidadella vê-se um vasto terreiro, cercado de N e E de grossas muralhas arabes. E' no lanço N que se abre a *Porta Moniz*, junto da torre que a defendia. A porta da saida para o olival que assombra a ingreme encosta do monte por todo o lado do norte, dá entrada para o terreiro, que tem o nome de *praça velha*. A *Porta Moniz* ficou sendo assim chamada em commemoração do glorioso feito do corajoso Martim Moniz, quando no ultimo ataque da tomada de Lisboa aos moiros, em 21 de outubro de 1147, deitando-se no chão, segurando uma das portas com os pés e a outra com os hombros, facilitava aos portuguezes a entrada no castello. Os moiros o mataram ás lançadas, mas o seu cadaver ainda serviu de impedimento a que as portas se fechassem. Sobre a *Porta Moniz* está mettido em um nicho o busto do valente guerreiro, esculpido em pedra muito tosca, representando a cabeça de um homem de rosto rapado, cabello para a testa, e o collo alto. Lê-se ali a seguinte inscripção: «El-rei D. Affonso Henriques mandou aqui collocar esta estatua e cabeça de pedra, em memoria da morte gloriosa que D. Martim Moniz, progenitor da familia dos Vasconcellos, recebeu n'esta porta, quando atravessando-se n'ella, franqueou aos seus a entrada, com que se ganhou aos moiros esta cidade no anno de 1147. João Rodrigues de Vasconcellos e Sousa, conde de Castello Melhor, seu decimo quarto neto, por varonia, fez aqui pôr esta inscripção, no anno de 1646.» A Porta Moniz parece não estar hoje accessivel ao publico. Dentro da cidadella fica uma das entradas para os caminhos subterraneos que, segundo o costume d'aquelles tempos e conforme a tradição, atravessavam o monte do castello em diversas direcções Depois de conquistado o castello, D. Affonso Henriques fez-lhe varios reparos, e D. Diniz, pelos annos de 1300, transformou o alcaçar moirisco em paço real; fôra até então residencia do alcaide-mór portuguez (V. *Alcaçova*) D. João I, porém, foi quem procedeu a importantes obras no castello, dando-lhe por padroeiro S. Jorge, ficando-se desde então chamando *Castello de S. Jorge*. A mesquita dos moiros, que ficára dentro do recinto da Alcaçova, santificou-se em egreja christã, onde existe a imagem de S. Jorge, que todos os annos vem acompanhar a procissão do Corpo de Deus. E' hoje a freguezia de Santa Cruz do Castello (V. *este nome*). Existem ainda mais duas torres moiriscas na fortaleza: uma chamada *Ulysses*, porque

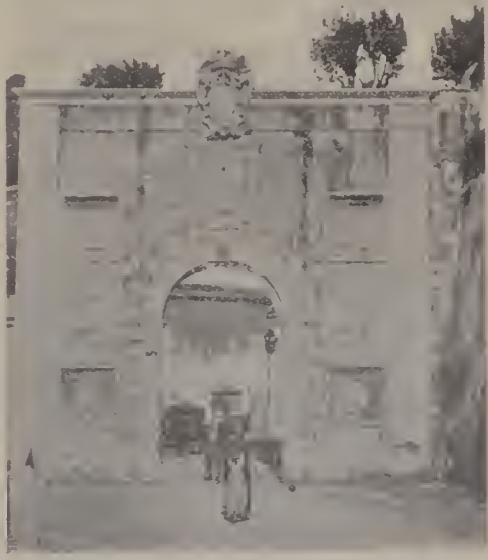

Entrada do Castello de S. Jorge

a antiga tradição popular lhe attribuia a sua fundação; e a do nome *Albarran*, onde nos primeiros tempos da monarchia se guardavam os thesouros da corôa; d'ella havia tres chaves, estando no poder d'um prelado da sé, do prior do convento de S. Domingos, e do guardião do convento de S. Francisco. Foi n'esta torre que el-rei D. Fernando instituiu o real archivo chamado *Torre do Tombo*. O terremoto do primeiro de novembro de 1755 destruiu todo o lado sul do castello, mas a parte do norte pouco se arruinou. Na reedificação perdeu muito da sua antiga estructura. O archivo real salvou-se, devido á pericia e energia do guarda-mór da Torre do Tombo, o engenheiro Manuel da Maia, que prestara o valioso serviço de coordenar de novo, por plano seu, os documentos ali existentes. Em seguida ao terremoto, o mesmo guarda-mór teve autorisação de alugar aos frades benedictinos as casas do

mosteiro de S. Bento da Saude, chamadas dos Bispos, para se guardar o archivo real. A transferencia realisou-se em 26 e 27 de agosto de 1757 e ainda ali existe. Emquanto se não fez a transferencia, todos os documentos estiveram acondicionados pelo zeloso guarda-mór n'uma casa de madeira que elle mandou construir com parte dos destroços do mesmo edificio, na praça d'armas do castello. O mosteiro de S. Bento da Saude transformou se no palacio das Côrtes, que actualmente existe. A'cêrca da Torre do Tombo diz Baptista de Castro, no vol. III do *Mappa de Portugal*, pag. 257, edição de 1763: «Dentro do castello e limites da freguezia de Santa Cruz existia o Archivo Real, ou Cartorio de todo o reino, chamado *Torre do Tombo*, onde se conservam e guardam as doações, leis, privilegios, e tudo que costumam os reis mandar passar pela Chancellaria do Reino, para memoria dos vindouros. Do prologo do livro 8 da *Extremadura*, que está no mesmo Archivo, mandado fazer por el-rei D. Manuel, consta que os senhores reis seus antecessores haviam já constituido este cartorio em uma das torres de Lisboa, etc.» Baptista de Castro ainda refere: «Por uma inscripção latina, que se via sobre a porta, por onde se entrava para a primeira casa dos armarios, indo da primeira casa da Torre, se conclue que no anno de 1540, D. João III mandou edificar no castello uma casa mais apropriada, para melhor se collocar o cartorio. Por occasião do terremoto de 1755 desappareceram do Archivo 19 livros da Chancellaria de el-rei D. Affonso V, os quaes se fôram descobrir no dia 28 de dezembro d'esse mesmo anno, com muitas difficuldades, n'um sitio para onde parecia impossivel que a terrivel catastrophe os tivesse arremessado.» No dia 31 de janeiro de 1719, D. João V visitou o castello de S. Jorge, sendo recebido no paço da Alcaçova, que então era habitado pelo alcaide-mór, o marquez de Cascaes, D. Manuel José de Castro; viu a Torre do Tombo, e examinou com toda a veneração as cartas, que de mão propria escreveram a D. João III Santo Ignacio de Loyola e S. Francisco Xavier. O monarcha mandou fazer uma nova cadeia. O terremoto e o incendio que se seguiu arruinou tambem no recinto da cidadella muitas propriedades, entre as quaes se contava o palacio do conde de Santiago; o paço real, que pertencia então aos alcaides-móres de castello; os quarteis dos quatro regimentos de infantaria da guarnição da côrte; as torres de Ulysses e Albarran; as casas dos tenentes do castello; o hospital de N. S.ª da Conceição; a ermida do Espirito Santo e o recolhimento de N. S.ª da Encarnação. Hoje existem no Castello as ruas do *Espirito Santo* e do *Recolhimento*, para memoria d'aquellas casas religiosas. Quando a rainha D. Maria I instituiu a Casa Pia, foi o castello de S. Jorge o local escolhido. No anno de 1782 ordenou se ao intendente geral da policia, Diogo Ignacio de Pina Manique, a fundação d'aquelle estabelecimento de piedade, para se recolherem todas as creanças que se encontravam vagabundas nas ruas de Lisboa, sem terem familia, ou se a tinham, não os podiam sustentar pela sua pobreza, e por serem orphãos de pae. Pina Manique já havia pensado em 1780 n'esta generosa instituição. Construiu-se, portanto, no castello de S. Jorge, um edificio para a Casa Pia, e ali se recolheram e educaram á custa do Estado todas as creanças que andavam vadiando (V. *Casa Pia*). Para este benefico estabelecimento tambem se transferiu a casa chamada da *Estopa*, que fôra installada no tempo de el-rei D. José, no arsenal de Marinha, para servir de correcção ás mulheres perdidas. A entrada dos francezes em Lisboa occasionou a extincção da Casa Pia no castello, por ordem do general Junot, que mandou despejar todas as casas existentes no castello para ali se aquartelar a tropa franceza. O castello de S. Jorge costumava sempre dar as salvas do estylo em todas as festividades nacionaes, nos dias de grande gala, e em signal de

Castello de S. Jorge—Quartel

sentimento por morte de pessoa real, mas ha talvez perto de 30 annos, em attenção ao damno e estremecimento que causava a força dos tiros aos predios das proximidades, o castello foi dispensado d'aquelle serviço, sendo dadas as salvas pela artilharia no Terreiro do Paço.

Lisboa *(Cemiterios de)*. V. *Lisboa*, e *Cemiterio*, vol. II, pag. 978.

Lisboa *(Cerca moirisca de)*. V. *Lisboa (Bairro de Alfama)*.

Lisboa *(Chafarizes de)* São muitos os chafarizes na capital que recebem agua do Aqueducto das Aguas Livres, á excepção dos seguintes: chafariz do Rei, de Dentro e da Praia, e ainda outros. Tambem ha nascentes particulares, como a mina do Arco da Conceição e differentes fontes d'agua potavel e salobra; diversas bicas como a de Arroios, em que se vêem dois padrões: um que diz ter sido feita em 1624, e outro em letra maiuscula allemã, posta sobre a porta que dá entrada para a mina em que se lê a data de 1398; a da Fonte Santa, que tem uma cruz no frontispicio, e na peanha a data de 1735; a do Corpo Santo existia na parede do Arsenal da Marinha, pouco distante do largo do Pelourinho, hoje praça do Municipio, para o Oriente, e mudou-se para o largo em 1844, correndo a primeira agua em 24 de junho do mesmo anno. Em 26 de julho ainda de 1844, se introduziu para dentro do Arsenal uma penna d'agua, que corre na retaguarda da mesma bica. Este chafariz já não existe ha muitos annos. A bica de Andaluz tem um padrão onde se diz ter sido feita em 1374; a sua agua vem do poço d'uma quinta da rua de S. Sebastião da Pedreira. A agua d'esta bica tambem se projectou trazer para um chafariz no Rocio, mas não consta que se chegasse a proceder a obras. Os chafarizes que se fornecem das Aguas Livres, são os seguintes: Loreto, hoje situado na rua de Antonio Maria Cardoso; Carmo; S. Pedro d'Alcantara *(V. adeante)*; Rato; Rua Formosa; Campo de Sant'Anna; a planta antiga do chafariz projectado foi approvada em 21 de maio de 1794; o projecto do grandioso chafariz era de grande architectura, devendo abranger as 4 figuras que estiveram no lago do antigo Passeio Publico; as do Tejo e Douro que adornavam o referido Passeio Publico, e hoje existem na Avenida da Liberdade; os quatro golfinhos que estão no chafariz de Belem, e as 4 carrancas que serviram para o chafariz d'Alcantara; as figuras citadas são trabalhos do artista portuguez Alexandre Gomes. O chafariz da Esperança, de elegantissima architectura; o do Caes do Tojo, que tinha na parte de traz um grande tanque de lavar roupa, que se demoliu em 1836; Janellas Verdes*(V.adeante)*; Alcantara, que está actualmente situado na Praça d'Armas em frente do quartel dos marinheiros; Arco de S. Bento, feito em 12 de junho de 1805 e demolido em 1838; Rua do Arco; Amoreiras; foi o primeiro onde correu a agua livre; Estrella, feito em 1779; Buenos Ayres; este chafariz era chamado das *Terras*, que tinha sido feito um pouco mais acima em 1791, sendo depois mudado e feito de novo em 1812; S. Sebastião da Pedreira, feito por aviso de 21 de novembro de 1787, mandando-se ali correr a agua por aviso de 29 de agosto de 1791; Cruz do Taboado; feito em 1810 no local onde havia antigamente uma bica; Cotovia; estava situado primeiro na antiga praça d'Alegria, que já hoje não existe, junto á porta do demolido Passeio Publico, e em 1840 foi mudado para a Cotovia (nome vulgar d'um pequeno largo que fica proximo). O chafariz é conhecido pela designação de *Chafariz d'Alegria;* Cruz das Almas, mandado fazer por aviso de 27 de junho de 1823, correndo a primeira agua em 12 de outubro do mesmo anno; Largo do Intendente; teve principio em 1 de março de 1823, suspenderam-se os trabalhos por ordem do governo, em 3 de maio seguinte, e continuaram por aviso de 1 de julho do mesmo anno, ficando concluido em 1824; Convalescença (*V. este nome);* S. Domingos de Bemfica, o de Bemfica, da Buraca, Calhariz, Damaia, (*V. Bemfica)*; Falagueira, Carenque, Queluz, Porcalhota, (*V. estes nomes);* Campo de Ourique; Rua do Arco das Aguas Livres. Ha tambem muitas quintas particulares e estabelecimentos publicos que recebem agua do Aqueducto das Aguas Livres.

Chafariz da Bica da Carreirinha do Soccorro. No sitio da Bemposta havia uma horta e poço de que era proprietario João do Goes, o qual pagava de foro a Simão Solis 7$800 réis por anno. O senado tomou posse do poço para com a agua fazer um chafariz no Rocio, e sem ter precedido ajuste ou convénio algum com o proprietario, se lavrou alvará em 4 de novembro de 1589, mandando accrescentar um real mais de imposição em cada arratel de carne, e outro em cada canada de vinho, até se perfazer a quantia de 40:000 cruzados, em que fôra orçada a despeza. Esta disposição ainda foi ampliada por apostilla de 26 de dezembro de 1593, mandando que em logar de um real fôssem dois por tempo de 6 mezes, e que se sobejasse dinheiro se guardasse para ser empregado em outras obras de utilidade publica. Por este motivo moveu-se uma questão entre Goes e Solis sobre o fôro das duas propriedades tomadas pelo senado; seguiram-se ainda outras contendas sobre os laudemios, em que Solis ficou sempre vencedor. Por morte d'elles, os herdeiros ainda continuaram em questão, ficando tudo completamente decidido com a sentença de 17 de julho de 1597. Fez-se o encanamento da agua e o chafariz, e nova contenda se suscitou, entre o senado, o pedreiro e mestre da obra Domingos de Sequeira, Francisco da Silva Torres, vedor das obras da Cidade, e Theodosio de Frias, mestre d'ellas e architecto, como pessoas a quem pagava salarios, e por esse motivo tinham obrigação de assistir á dita obra, e fazer com que não houvesse erros. A questão era promovida por causa do assentamento dos degraus no pedestal do chafariz. No dia 24 de janeiro de 1606 compareceram as autoridades para exame minucioso, e depois de muitas discussões, foi por sentença obrigado o mestre Domingos de Sequeira a fazer a obra á sua custa, da fórma como lhe havia sido dada a ordem pelo vereador do Pelouro, e mais officiaes da Cidade. Concluida a obra, começou a correr a agua. Ainda em 1707 houve novas questões, por começar a diminuir a agua, verificando-se ser a causa distrahirem a agua entre as Hortas, para uns jardins collocados defronte da egreja do Soccorro, pelo seu proprietario, e uns conegos que furtivamente tambem, por meio de bombas, tiravam agua para as suas cozinhas. O Senado providenciou para acabarem estes abusos. Finalmente o chafariz foi mandado demolir por aviso de

9 de março de 1786, quando já a sua agua corria n'uma bica na rua de S. Vicente, n'um predio foreiro á Camara, que se tinha ali feito por aviso de 7 de julho de 1779, onde existiu até 1836, em que se mudou tambem para a Carreirinha do Soccorro, onde ainda existe; n'esta occasião foi demolido um arco, existente na mesma Carreirinha, por onde a agua passava para o antigo chafariz. Em dezembro de 1816 fez-se um novo encanamento, porque a abundante nascente do citado poço de João de Goes estava quasi extincta, sendo actualmente a grande fartura d'agua d'esta bica de outro encanamento que vem pelo Regueirão do Resgate.

Chafariz de Dentro. E' muito antigo, pois que já foi reformado em 1622, sendo presidente do senado o conselheiro João Furtado de Mendonça; dá agua para o chafariz da Praia, correndo os sobejos para o tanque das lavadeiras, no caes da Lingueta, que foi feito em 1837. A porta que dá entrada para este chafariz, fica da parte do Becco do Mexia. Chamou-se *Chafariz de Dentro* por ficar dentro das portas da antiga muralha de Lisboa Oriental, e porque todos os demais ficavam da parte de fóra, e tão visinhos uns dos outros, que pouco differem as suas aguas. A agua corre por duas bicas, aos lados de um grande tanque.

Chafariz das Janellas Verdes. Foi feito em 1775, e para se formar a sua praça se demoliram 6 propriedades de casas, que fôram pagas por 16:535$000 réis, as quaes pertenciam ao capitão José Antonio Matheus, a Josepha Maria e seus filhos, a D. Maria do Nascimento Rosa (duas pro-

Chafariz das Janellas Verdes

priedades), a Francisco Xavier da Costa Vilhena, e aos conegos camararios da basilica de Santa Maria Maior. A estatua de Venus, feita pelo esculptor Antonio Machado, importou em 600$000 réis. Por alvará de 23 de dezembro de 1782 se concederam os sobejos, metade a Mauricio José Cremer Wanzeller, e outra metade ás freiras de Santo Alberto, as quaes os cederam ao marquez de Pombal, confirmado por aviso de 14 de agosto de 1811, e a escriptura de 13 de abril de 1812.

Chafariz das Necessidades. Foi construido no anno de 1717 por D. João V, o que está commemorado na seguinte inscripção collocada no pedestal da pyramide:

B. V. MARIAE DEI GEN.
JOANNES V. LUS. REX
OBSE SERVATUM POSUIT
DIE NATALIS SUI
AN. DOM. MDCCXVII

Sobe-se para o tanque, que é de forma circular, por tres degraus, sendo tudo cercado de marcos de pedra. No centro eleva-se uma pyramide, ou obelisco monolithico de quatro faces e de uma só peça de marmore, branco e côr de rosa, a que serve de remate uma cruz de bronze. A agua sae da bocca de quatro carrancas, que, adornadas de plantas maritimas, e no centro de dois golfinhos, se erguem do meio das aguas, e estão collocadas entre o bordado do tanque e cada uma das faces do pedestal da pyramide. O chafariz está construido na frente da capella do paço das Necessidades.

Chafariz da Praça de S. Paulo. No tempo do marquez de Pombal tentou-se a construcção d'um chafariz n'esta praça. Fez se o risco o qual existe no archivo da Camara Municipal de Lisboa, porém não foi a effeito. Em 1821 e 1822 houve pedidos para se fazer um chafariz n'este local, e em 1826 o vigario e parochianos d'aquella freguezia dirigiram um requerimento á infanta regente D. Izabel Maria com a mesma pretenção. Depois de muitas consultas ácêrca da fórma e do sitio d'onde poderia vir a agua, e d'um officio do administrador geral das Aguas Livres, em data de 27 de maio de 1835, propondo ao governo que se fizesse o respectivo chafariz, por ser de muita necessidade offerecendo toda a commodidade para a condução da agua, por estar em nivel inferior ao aqueducto do chafariz do Loreto, etc., nada se conseguiu. Em 23 de março de 1848, os moradores d'aquella localidade expozeram á camara municipal a urgente necessidade do chafariz, com que pudessem prover-se das aguas livres com mais commodidade, assim como o povo da Ribeira Nova, que continuamente precisavam de agua, porque já soffriam muitas privações, já pela grande distancia dos outros chafarizes, como pela muita concorrencia de povo e demora das marés, etc. Esta exposição contava 58 assignaturas. A camara mandou informar o mestre geral das Aguas Livres, ao que satisfez em 10 de abril seguinte. Tendo sido dada informação favoravel, a camara deliberou em sessão de 16 de novembro do mesmo anno de 1848, que se fizesse o chafariz, e que em memoria do marquez de Pombal se levasse a effeito o risco por elle assignado, quando ainda conde de Oeiras, mas com as modificações de que carecia, segundo os actuaes conhecimentos de architectura e o gosto moderno. As alterações fôram feitas por Malaquias Ferreira Leal, e approvadas pela camara. Deu-se logo começo á obra, e pouco depois se descobriu um excellente encanamento de pedra com as suas competentes pias, que principiando na rua do Alecrim, defronte da rua do Athayde, seguia até á egreja da Encarnação, e voltando para a direita encaminhava-se até perto do chafariz do Loreto, então collocado no largo conhecido vulgarmente por este nome, em frente do actual palacio onde está installada a Liga Naval.

O encanamento pareeia querer seguir para o lado da rua Nova de Trindade, mas não se encontrou continuação. Este encanamento, julga-se que fôsse feito em consequencia da ordem da Junta das Aguas Livres communicada ao primeiro architecto, Reinaldo Manuel dos Santos, em 23 de novembro de 1774, ou seria o conductor para um chafariz, que por carta regia, escripta em Lisboa a 4 de abril de 1499, se mandou fazer n'um telheiro no sitio do Cata-que-farás, e que de

Chafariz da praça de S. Paulo

facto ali existiu. D'este encanamento despresou-se a parte desde a esquina da egreja até ao seu final, e da esquina se continuou outro de chumbo até pouco adeante, onde faz angulo o aqueducto que vae para o chafariz do Loreto, etc. A primeira agua do novo chafariz correu na manhã de 29 de outubro de 1849, assistindo os vereadores da camara municipal, muitas pessoas de representação e grande concurso de povo. A camara municipal publicou em 25 de fevereiro de 1850 um annuncio, declarando que a bica do lado do poente do chafariz ficava destinada ao serviço da gente de mar, não podendo pessoa alguma encher n'aquella bica emquanto houvesse maritimos, sendo comtudo obrigados a trazerem no tampo dos barris o nome do navio a que pertencessem. A bica mencionada no annuncio tem escripto por cima: *Maritimos.* O chafariz do Loreto, que citámos, era muito antigo. Servia-lhe de remate a estatua de Neptuno, obra executada em Carrara, Italia, em 1771, sob o risco de Joaquim Machado. O chafariz mudou se em 1855 para a rua do Thesouro Velho, hoje rua de Antonio Maria Cardoso, onde ainda existe; a estatua de Neptuno está no museu archeologico do Carmo.

Chafariz da Praia. Tambem é muito antigo, sendo feito á custa do real do povo, em 1625. Foi melhorado e aformoseado em 1836. Recebe a agua do chafariz de Dentro, e os sobejos correm para o rio Tejo. Fica situado este chafariz proximo dos outros já citados; corre na praia do Téjo por 5 bicas de agua mais quente que a dos outros.

Chafariz do Rei. Segundo a tradição, foi este o primeiro chafariz publico que existiu em Lisboa, e parece que o fim principal da sua construcção foi o provimento da aguada para os navios portuguezes, que no seculo XVI saiam a barra de Lisboa com frequencia e em grande numero, ás descobertas e conquistas da Asia, Africa, America e Oceania. Não havia tambem outra agua potavel na cidade, tão limpa e saudavel como esta, de que se proviam todos os moradores. As noticias mais antigas que se encontram d'este chafariz são duas cartas regias de D. João II, datadas de Alemquer a 16 de setembro de 1487. Na primeira se manda fazer um encanamento, desde o chafariz até á muralha do mar, para os bateis da Ribeira ali receberem a agua precisa para as aguadas da marinha, cuja obra tinha sido orçada em 12$000 réis. Na segunda carta mandava-se participar ao corregedor de Lisboa, que estavam dadas as ordens ao patrão da nau, para que falasse com os mestres de todos os navios, que estivessem no porto, e cada um com o seu batel dar um dia de serviço, acarretando pedra e cal para esta obra; e quando não quizessem, elle, corregedor, os constrangeria, fazendo dar a cada um o seu giro. Por carta regia, com a data de 2 de maio de 1494, se mandou que se não fizessem mais experiencias para fazer subir a agua do chafariz do Rei, e que se deixasse no estado em que estava. No anno de 1517 ainda o chafariz era descoberto, e Lopo d'Albuquerque, proprietario d'umas casas que lhe ficavam por cima, se offereceu a cobril-o de madeira e de telha, por causa dos muitos limos que creava, e das muitas sujidades que lhe caiam, com a condição de lhe ser paga a despeza, se esta medida désse bom resultado. A offerta foi acceita por carta regia de 21 de dezembro. As referidas casas estavam encostadas ás muralhas da cidade, exactamente no logar onde hoje corre a linha das bicas, e a camara, pelo seu procurador João Fogaça, contratou a compra das casas por 5:000 cruzados, dos quaes logo o vendedor recebeu 300. Não consta, porém, que se lavrasse escriptura. Lopo d'Albuquerque falleceu em 1541, e talvez por se ter movido alguma questão sobre o final pagamento, o procurador da Cidade, então o licenciado Filippe Luiz, veiu com embargos, mostrando lesão enorme n'aquella venda, porque além das casas serem foreiras ao Armazem (arsenal) em 1$280 réis, e não ter havido o consentimento dos officiaes, estando por isso o contrato nullo, em nada eram precisas á Cidade, pois estavam em um bêco, sem entrada de rua direita, em parte onde não podia entrar uma besta carregada; muito mal repartidas, umas cima das outras, e sem terem vista senão da Ribeira e mar, e que, segundo a estimação de pessoas entendidas, ao tempo que fôra feito o contrato, nem antes, nem depois, valiam 1:500 cruzados, e que ainda pelo preço de 1:250 eram caras, e a Cidade ficava lesada em as comprar, por serem velhas, e que finalmente, ou a Cidade fôsse desonerada da dita compra, ou se fizesse uma nova avaliação. Fôram recebidos os embargos, dos quaes se deu vista aos herdeiros do finado, figurando Manuel d'Albuquerque, seu filho, com procuração bastante de sua mãe. Estes vieram com uma contrariedade, dizendo: «que a Cidade allegára já no feito (processo) os artigos da lesão que expunha, sem que fôssem recebidos, pelo que já não podia allegar a lesão. Que desde o tempo em que se havia feito o contrato, se havia passado mais de quatro annos; e que a cidade de Lisboa era uma das principaes da christandade e muito nobre; e de grande renda, e uma

das cousas mais necessarias que tinha, e sem a qual se não podia manter, era o chafariz do Rei, de que bebia toda a cidade, e que não havia outra agua de beber, para a gente de Lisboa. Que as casas da contenda estavam sobre o chafariz e sobre a arca da agua; por isso o que morava n'ellas, ficava senhor do chafariz e os seus servidores podiam deitar na agua sujidade, peçonha e o que quizessem; pelo que fôra grande proveito da Cidade comprar as ditas casas, e não havia cousa em que se estimassem, por serem de tão absoluta necessidade; de modo que, ainda que a cidade désse muito mais dinheiro de que o ajustado, fazia muito bom partido, etc.» Foi recebida esta contrariedade, e a Cidade foi com a sua *repricação* (replica) e os réos com a *trepricação* (treplica). Afinal proferiu-se a sentença em 16 de fevereiro de 1542, pela qual a Cidade foi condemnada a pagar aos réos 2:500 cruzados. Por aquelle tempo era tal a concorrencia dos que iam buscar agua ao chafariz do Rei, taes as brigas, chegando a haver mortes, que a camara teve de regular a vez e distribuir as bicas, pela seguinte postura: «Constando ao senado que ha homens brancos, negros, e moiros, que se vão pôr ás bicas do chafariz do Rei a vender agua a quem a vae buscar, de que se seguem brigas, ferimentos, e mortes, faz a sua postura para a repartição das ditas bicas pela maneira seguinte: Na primeira bica indo da Ribeira para ella, encherão pretos forros, e captivos, e assim mulatos indios, e todos os mais captivos, que fôrem homens. Logo na segunda seguinte poderão encher os moiros das galés sómente a agua, que fôr necessaria para suas aguadas, e tendo cheios seus barris, ficará a dita bica para os negros, e mulatos conforme a declaração atraz. Na terceira e quarta, que são as do meio, encherão n'ellas os homens e moços brancos, e na quinta logo seguinte, encherão as mulheres pretas, mulatas, indias forras, e captivas; e na derradeira bica da banda de Alfama encherão as mulheres, e moças brancas, conforme a declaração das bicas, sob pena de quem o contrario fizer do que está dito, sendo pessoa branca e forra, assim homem como mulher pagará 2$000 réis de pena, e estará na cadeia tres dias sem remissão; de que haverá metade da pena do dinheiro quem o accusar, e a outra metade para a Cidade. Da mesma pena terão os ditos brancos, mulatos, indios, e pretos forros, que encherem por dinheiro, ou achando-se que encham em qualquer outra bica das que se lhe nomeou, posto que corra a dita agua no chão, e não poderão encher nas declaradas, e os negros, e captivos, e os mais escravos e escravas, como, fôram pessoas captivas, que o contrario fizerem do que está dito, serão publicamente açoitados com baraço, e pregão de redor do dito chafariz, sem remissão conforme a provisão de el rei nosso senhor novamente passada, as quaes penas se executarão tres dias depois da publicação d'esta postura, que se lhe dão para vir primeiro á noticia dos moradores d'esta cidade.» Junto ao Chafariz do Rei existiam duas propriedades, uma pertencente a Luiz de Carvalho, a outra a Francisco de Sousa; cada uma tinha um poço, vindo a agua da mesma nascente. Um alvará de 5 de março de 1598, ordenou a Luiz de Carvalho que mandasse entupir o poço, por causa da grande diminuição d'agua que se reconhecia no chafariz, quando ella se tirava para o poço, e da abundancia quando se não tirava. Outro alvará, com a mesma data, ordenava tambem ao senado que tomasse posse do poço existente na propriedade de Francisco de Sousa, e que a agua fôsse para ali conduzida por um cano separado. Luiz de Carvalho oppôz se energicamente ao cumprimento do alvará que lhe dizia respeito, e seguiu-se uma renhida contenda, até que afinal o senado ficou senhor do poço em 5 de dezembro de 1612, depositando a quantia de 7 0$000 réis, que em 26 de agosto de 1614 foi entregue á herdeira de Luiz de Carvalho, D. Brites Dayalla, com escriptura de quitação, indemnisando-a as-

Chafariz do Rei

sim da falta do mesmo poço. O chafariz tem ainda hoje 9 bicas, e em 1851, data da publicação da *Memoria sobre chafarizes*, etc., diz Velloso de Andrade que existiam, pertencentes ao chafariz do Rei, 10 companhias de aguadeiros. A postura de 1551, acima transcripta, só nos fala de 6 bicas, e assim tambem nos diz Velloso de Andrade n'uma relação descriptiva do chafariz, publicada na sua *Memoria*. N'esta relação mencionam-se 6 bicas de pedra, com os seus bocaes de bronze, todas em uma linha direita, de 80 palmos de comprido, distando entre si 11 palmos. N'uma nota publicada no fim d'esta relação, lê-se: «Bem se deixa vêr que aquelle frontispicio apainelado, é coevo com todas aquellas bicas, e ellas são nove e não seis, como se menciona. Tambem medimos, e por duas differentes vezes, tanto por fóra como por dentro, para mais segurança, as distancias entre cada uma, e achámos 10 palmos exactos; ora, sendo oito os intervallos, eis ahi temos a linha de 80 palmos, como diz aquelle autor, e rigorosamente assim é; por isso diligenciámos quanto nos foi

possivel para achar a epoca certa em que teve o logar o augmento das tres bicas, o nada mais encoutrámos, senão que em 3 de outubro de 1774 começaram ali umas obras, que (segundo o registo das folhas semanaes) duraram até 24 de junho de 1775, gastando se em aviamentos 293$790 réis; em jornaes 972$845, total réis 1:271$635. Porém, esta quantia, por diminuta, não corresponde á obra que ali se vê; e porque o autor no calculo que faz da capacidade da conserva do abatimento a um lanço de muro baixo que está dentro da mesma, e este muro é o cano (em continuação da mina) por onde corre a agua da nova nascente para as 7 bicas, que ficam da parte da Ribeira Velha, se se misturar com a primitiva da conserva, onde parece que anteriormente não havia necessidade de tal muro, dá isto indicios de que aquelle augmento talvez se fizesse no mesmo anno de 1699. Comtudo, nada podemos assegurar, por falta de esclarecimentos, não obstante quanto trabalhámos para os conseguir.» No anno de 1699, a agua começou a apparecer muito barrenta, tornando-se incapaz de se beber, e o senado, para conhecer a causa d'esta perturbação, mandou-a examinar. Despejou se então o tanque da conserva da agua, e encontrou-se no fim, junto ao angulo que olha para o norte, uma embocadura de cano, por onde entrava grande porção de agua turva, que infeccionava a outra completamente. Ignorando-se da mesma fórma o principio e a origem d'esta embocadura, continuaram as investigações, e á entrada do becco Coberto, hoje becco de Silva, que por detraz do chafariz sóbe para o Arco de S. Pedro, se encontrou uma area pequena de cinco palmos de comprido e tres e meio de largo, toda feita de tijolos, coberta com uma lage enterrada 20 palmos; e mais para dentro, no mesmo becco, e no mesmo nivel, appareceu outra area da mesma fórma que a primeira. Este local é indicado pela claraboia que fica ao lado direito na rua de S. João da Praça.

Chafariz de S. Pedro d'Alcantara. Estava collocado junto do deposito mesmo defronte do recolhimento de S. Pedro d'Alcantara. Era de cantaria, e tinha 5 bicas de boa agua, que começou a correr em 8 de setembro de 1754. Passou ha já bastantes annos para a rua de S. Sebastião das Taipas, e depois para o começo da calçada da Gloria, onde ainda existe.

Lisboa *(Collegio dos Nobres em)*. V. *Real Collegio dos Nobres.*

Lisboa *(Companhia das Aguas de)*. V. *Alviella (Canal do)*, no vol. I, pag. 895.

Lisboa *(Companhia do Gaz de)*. V. *Illuminação*, vol. III, pag. 952.

Lisboa *(Conquista de)*. V. *Lisboa (Tomada de)*.

Lisboa *(Conservatorio Real de)*. V. vol. II, pag. 1120.

Lisboa *(Conventos de frades em)*. Existiam muitos, assim como de freiras, pertencentes a differentes ordens religiosas, os quaes mencionaremos por ordem alphabetica. Na Bibliotheca Nacional existe um manuscripto muito curioso e importante, intitulado *Descripção dos monumentos sacros*, onde se descrevem todos os conventos, egrejas, hospicios e capellas, até á data de 1840, quo se lê no frontispicio. E' recopilado por Gonzaga Pereira.

Convento da Boa Hora. Foi construido em 1633 com esmolas do povo. Pertencia á ordem dos eremitas descalços de Santo Agostinho. Viveram aqui os frades dominicos irlandezes, que vieram a este reino pelos annos de 1630, conservando-se até 1658, anno em que passaram para o seu convento do Corpo Santo *(V. Convento do Corpo Santo)*. Os congregados do Oratorio de S. Filippe Nery recolheram-se aqui em 16 de julho do referido anno de 1668, permanecendo até 1674, mudando-se n'este anno a 14 de agosto em solemne procissão para o convento do Espirito Santo Os religiosos da ordem descalça do Santo Agostinho tomaram posse do convento em 1674, por mercê da rainha D. Luiza de Gusmão, e consentimento do 2.º visconde de Barbacena, Jorge Furtado de Mendonça, primeiro padroeiro do convento. Os frades, que constituiram o novo mosteiro, deram-lhe o titulo de Nossa Senhora da Boa Hora, titulo que conservou até á extincção das ordens religiosas em 1834. Construiu se nova egreja, lançando-se a primeira pedra em 8 de setembro de 1677, sendo a capella-mór feita pelo referido fidalgo, e por esse motivo os senhores de Barbacena fôram padroeiros até 1834. O convento estava situado na rua Nova do Almada, n'um pequeno largo, cujo adro ficava na frente do Pote das Almas, denominação que tinha aquelle sitio que formava esquina para a actual rua de S. Nicolau. Tanto o convento como a egreja nada tinham de notavel nem em pintura nem em esculptura. Pela expulsão das ordens religiosas em 1834, estabeleceram-se n'aquelle edificio os tribunaes civis, criminaes e orphanologicos de Lisboa, e os cartorios dos respectivos escrivães. Ainda se chama vulgarmente o tribunal da Boa Hora.

Convento dos Caetanos, ou theatinos. Era de clerigos regulares d'esta ordem, sob a invocação de N. S.ª de Divina Providencia. Foi fundado, em 1650 pelo padre napolitano Antonio Ardizoni Spinola, doutor em Theologia, clerigo regular, muito affeiçoado aos portuguezes, e especialmente a D. João IV. Veiu da India em 1648. Sendo o principal da ordem theatina, e vendo que os religiosos viviam n'um hospicio, estabelecido n'umas casas de aluguer, muito limitado para abrigar os numerosos religiosos da sua ordem que vinham ao porto de Lisboa esperar a saida das naus de viagem, para seguirem á India como missionarios, impetrou autorisação do referido monarcha para construir um convento digno da sua ordem. D. João concedeu-lhe um hospicio no sitio de Santa Catharina, emquanto se não fez o novo convento, que se concluiu em 1653, sendo benzido em 28 de setembro do mesmo anno com o titulo de hospicio. O local escolhido fôra no Bairro Alto, onde existia o palacio d'um fidalgo, horta, pomar e logradouros que chegavam á rua Formosa, casas contiguas e quintaes. Era sitio muito saudavel e d'onde, pela sua elevação, se descobriam lindos pontos de vista de terra e mar. Foi comprado todo o terreno occupado por aquellas construcções, mais ou menos arruinadas. O plano foi elaborado pelo padre theatino Guarini, natural de Modena, architecto da casa dos duques de Saboia. Em 1681 D. Pedro II concedeu aos frades mais terreno para a construcção d'um novo edificio mais grandioso. Foi no dia 7 de abril de 1698 que o arcebispo de Lisboa, D. Luiz de Sousa, lançou a pri-

meira pedra no novo edificio, mas a egreja não chegou a acabar-se. O terremoto de 1755 causou estragos enormes ao convento, obrigando os religiosos a fugir para a quinta que possuiam no Campo Grande, onde haviam fundado um hospital para os doentes da sua ordem. O padre D. Luiz Caetano de Lima reedificou á sua custa o convento e a egreja, voltando os religiosos para a antiga casa na quaresma do anno de 1757. No convento viam-se muitos quadros em todas as paredes dos dormitorios, em que sobresaiam os retratos de muitos varões distinctos pelo seu talento e respeitabilidade, como D. Antonio Caetano de Sousa, D. Manuel Caetano de Lima, e muitos outros da ordem theatina. A capella-mór era adornada com pequenos quadros nos retabulos. Em 1811 estabeleceu-se no convento a Real Academia de Desenho e Architectura Civil, que em 1822 passou para o novo estabelecimento no palacio do Rocio, voltando em 1823 outra vez para o convento, d'onde foi para a Estrella, vindo depois para Academia das Bellas Artes, que se estabeleceu em outubro de 1836, no antigo convento de S. Francisco da Cidade. Sendo extinctas as ordens religiosas em 1834, o edificio do convento foi aproveitado para o Conservatorio Real de Lisboa e Inspecção Geral dos theatros *(V. Conservatorio)*. A egreja, que estava profanada e abandonada desde 1812, foi tambem renovada, principiando as obras em 1856 e terminando só 11 annos depois, em 1867, sendo então exposta á veneração dos devotos com a maior solemnidade em 20 de outubro do referido anno.

Convento do Carmo. V. vol. II. pag. 762.

Convento do Colleginho. Assim era conhecido o convento de Santo Antão, o Velho, de frades eremitas calçados de Santo Agostinho. Foi o primeiro collegio que os jesuitas tiveram em Lisboa, fundado em 1579, com auxilio do cardeal-rei D. Henrique. Parece que o conde de Soure lhes deu o edificio para o collegio, e que tambem concorreu muito para a sua construcção, pois que foi feito padroeiro do convento. Resolvendo os jesuitas fundar um collegio mais vasto e mais sumptuoso, proprio para ser a cabeça da sua ordem em Portugal, venderam o de Santo Antão, o Velho, aos frades gracianos, por intervenção do mesmo conde de Soure, para jazigo de suas familias, com a pensão de um officio annual. Este templo, como ordem dos eremitas calçados de Santo Agostinho, teve principio em 28 de abril de 1594, dia em que se fez o contrato da venda. O convento do Collegiuho está situado á Moiraria, n'um pequeno largo, denominado *Collegiuho*, proximo da calçada de Santo André e do largo do Terreirinho, e no extremo da actual rua Marquez de Ponte de Lima. O edificio nunca se concluiu, e é hoje totalmente differente do que existia antes do terremoto de 1755, que esta horrivel catastrophe arruinou completamente, ficando de pé só a egreja, que teve poucos estragos. Os frades estiveram no entretanto n'uma pequena capella que existia na cêrca, emquanto a egreja se reparou. E' seu orago Nossa Senhora da Encarnação, supposto que tivesse o nome de Santo Antão. A egreja tem 5 altares, incluindo a capella-mór. Ha ali uma imagem de Nossa Senhora do Bom Despacho, que é de muita devoção, e com uma antiga irmandade. Em 1833 foi a egreja dada, por ordem do governo constituido, aos padres redemptoristas da ordem do Beato Affonso Maria de Ligorio, ficando os padres da Graça sempre com o direito ao senhorio. Conservaram-se n'este collegio até 24 de julho do mesmo anno, e no pouco tempo que ali estiveram, lhes mandou o governo concertar a egreja, o convento, e a capella que estava na cêrea, da invocação de S. Francisco Xavier, que fôra ainda construida pelos primeiros padres jesuitas que habitaram o convento. Pela extincção das ordens religiosas em 1834 o governo constitucional offereceu a egreja á irmandade de Nossa Senhora do Bom Despacho. O convento esteve occupado como quartel do 4.º batalhão da Guarda Nacional de Lisboa, e parte do mesmo convento serviu como tribunal de jury. Hoje está ali um deposito de mobiliario para o exercito e na parte do antigo convento vivem algumas senhoras viuvas de militares.

Convento dos Congregados de S. Raphael. Era situado no principio da rua d'Adiça, entre as ruas de S. Pedro e S. João da Praça No largo ainda hoje chamado de S. Raphael, existia uma capella e um hospicio d'esta ordem. Foi fundado pelos padres congregados em 1600. O hospicio caiu pelo terremoto, escapando apenas a capella, com poucos estragos, que logo se repararam. Depois de 1834 foi vendida a capella e o terreno occupado pelo hospicio, e o comprador edificou ali uma boa propriedade, que ainda existe.

Convento do Corpo Santo. O estabelecimento do collegio dos dominicos irlandezes em Lisboa foi devido á guerra promovida por Henrique VIII, guerra continuada por sua filha, a rainha Izabel, contra o catholicismo na Irlanda. Aquelles monarchas fôram os mais energicos flagellos da religião catholica; mandaram destruir todas as ordens religiosas, arrazar os conventos e confiscar-lhes os bens, desterrando os religiosos, e até matando muitos d'elles. A ordem dos prégadores foi tambem anniquilada, porém alguns religiosos dominicanos mais temerarios, conservaram-se escondidos e disfarçados para auxiliar os filhos da Egreja. Estes padres, com muito trabalho e risco da propria vida, industriavam no Christianismo alguns rapazes pertencentes a familias nobres que se distinguiam pela intelligencia e confiança nas cousas divinas, e depois de lhes lançarem o habito da ordem de S. Domingos, os mandavam a Hespanha, Italia e França, onde a religião catholica então mais florescia, para depois de bem cultivados tanto em virtudes como em sciencias, voltarem á Irlanda como missionarios. Crescendo esta propaganda, pareceu conveniente aos padres irlandezes não se limitarem só a adquirirem adeptos na sua provincia, e trataram de fundar tambem um seminario para os collegiaes irlandezes n'algumas terras de Hespanha. Firmes n'este proposito lembraram-se de Portugal, por ser notorio este paiz conservar o mais profundo acatamento e zelo pela fé catholica. Como emissario mandaram então a Lisboa fr. Domingos do Rosario, varão muito afamado pela sua virtude, respeitabilidade e dedicação pela Egreja, bem provada pela instituição a que procedera do seminario de Lovaina, em Flandres. Fr. Domingos do Rosario achava-se em Madrid quando recebeu esta ordem, e sem mais demora tratou de alcançar do

monarcha castelhano umas cartas de apresentação para os governadores de Portugal, então sob o dominio hespanhol, e partiu em seguida para Lisboa, em junho de 1629, acompanhado de fr. Matheus da Cruz e fr. Pedro Martyr. Chegando á capital dirigiram-se ao convento de S. Domingos, onde fr. Domingos do Rosario era já esperado com impaciencia. Apresentando depois as cartas d'el-rei D. Filippe aos governadores do reino, obteve logo licença para estabelecer o seu hospicio, licença que foi confirmada pelo bispo hieracense D. Lourenço Tramalho, como consta d'um breve passado em 6 de novembro de 1629. O hospicio instituiu-se n'umas casas que os frades alugaram na quinta da Legacia, situada na Cotovia, hoje praça do Principe Real, e ali se recolheu fr. Domingos do Rosario com os seus dois companheiros, e mais um padre irlandez, chamado Duarte Mogle, que residia no convento de S. Domingos de Bemfica. Perto d'um anno ali se conservaram, porém como o hospicio ficava muito distante das casas dos fidalgos que o ajudavam com importantes esmolas, e de quem os padres eram confessores, trataram estes de procurar nova casa para o hospicio; mudaram-se então para a calçada do Combro, onde permaneceram dois annos, passando depois a outras casas mais espaçosas junto da egreja do Loreto, em que tinham a commodidade de poder celebrar missa dentro do hospicio. Ali viveram até setembro de 1633, epoca em que o senhor de Barbacena e alcaide mór da Covilhã, Luiz de Castro do Rio, sendo muito affeiçoado á ordem dominicana, e com especialidade a fr. Domingos do Rosario, doou ao hospicio o pateo das comedias das Fangas da Farinha, junto á Calcetaria, que ficava contiguo ao seu palacio, para onde os padres se transferiram em 13 do referido mez e anno. As Fangas da Farinha chamavam-se ao sitio onde se vê hoje o largo da Boa Hora, e a Calcetaria ficava pouco mais ou menos, entre a egreja de S. Julião e a actual praça do Municipio. Houve grande trabalho em transformar em cellasinhas os camarotes que tinham servido no citado pateo, e o proprio palco do theatro se aproveitou para a capella mór, que se construiu de madeira de pinho; a capella foi pintada por dentro e adornada com imagens, sendo collocada em logar mais elevado a de Nossa Senhora do Rosario, que se escolheu para orago da nova casa religiosa. Terminada a capella mór celebrou se a primeira missa a 21 de novembro ainda de 1633 já assistiram muitos fidalgos e povo. Os religiosos eram já 12, e tornaram-se muito conhecidos e respeitados; as esmolas dos devotos começaram a affluir extraordinariamente. Sabendo d'estes factos, o geral da ordem fr. Nicolau Rodulfo, nomeou em 1634 primeiro reitor do collegio fr. Domingos do Rosario, que até então dirigira os religiosos com o titulo de vigario do hospicio. O collegio foi tomando as maiores proporções, e em 26 de junho de 1636 o arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, concedeu licença para terem o Santissimo, e que os frades se constituissem em communidade, observando todos os exercicios com a maior humildade e devoção. A duqueza de Mantua, então regente do reino, protegia muito o convento, e manifestava grandes desejos de o tornar mais grandioso, quando se deu a revolução do primeiro de dezembro de 1640, que a obrigou a sair de Portugal no principio do anno seguinte. A restauração do reino foi muito propicia aos dominicanos irlandezes, porque D. João IV teve sempre grande consideração pelo convento e protegia-o com avultadas esmolas. Depois da morte do monarcha, a rainha regente D. Luiza de Gusmão comprou um terreno espaçoso para a fundação do novo collegio do Corpo Santo, auxiliando generosamente as obras, e dotando o collegio com importantes e perpetuos rendimentos. Parece haver divergencia nos nossos chronistas. O padre Antonio Carvalho da Costa conta assim a edificação do collegio do Corpo Santo, mas fr. Lucas de Santa Catharina, vol. IV da *Historia de S. Domingos* diz que fr. Domingos do Rosario, chegando a Lisboa, foi effectivamente recolher-se no convento de S. Domingos, mas em seguida apresentou-se á rainha regente, a quem narrou o infeliz estado do catholicismo na Irlanda, pelas prepotencias de Henrique VIII e de sua filha, a rainha Izabel, impetrando a edificação do collegio dos Irlandezes. Na *Historia de S. Domingos* lê-se que fr. Domingos do Rosario chegou a Lisboa em 1658, e que D. Luiza de Gusmão lhe dera a escolher a localidade para o collegio dos Irlandezes, em que pudessem residir 50 religiosos. O sitio escolhido fôra então um terreno livre entre os Remolares e o Corpo Santo, onde se realisou a construcção. A pag. 875, diz fr. Lucas de Santa Catharina: «hé a casa na Architectura de pouca fabrica, antes de quem fundava Aula, que vivenda; ou antes de quem lavrava Armazem para prover os Soldados de Christo, que Palacio para os recolher com descanço e regalo». O terreno pertencia a tres donos, dois dos quaes não queriam vender a sua parte. Depois de grande lucta, fr. Domingos do Rosario, ajudado pela protecção da rainha regente, venceu a questão, e o terreno foi comprado aos tres proprietarios pela quantia de oito mil e tantos cruzados, que D. Luiza de Gusmão mandou pagar pelo thesoureiro da sua casa, André Vieira Tinoco. Apenas as obras começaram, logo os padres irlandezes tiveram tres embargos, sendo um do Senado da Camara, que prohibia qualquer construcção fóra das muralhas velhas; outro da irmandade da Senhora da Graça, erecta na ermida do Corpo Santo, pertencente aos pescadores, os quaes aproveitavam aquelle terreno para enxugar as redes, allegando dar-lhes esse direito a mercê d'uma doação muito antiga dos reis de Portugal; o terceiro embargo foi do cura e clerigos da egreja de S. Paulo, que não queriam admittir na sua freguezia conventos de religiosos. No fim de tantas demandas, os padres irlandezes ficaram vencedores, e as obras do novo collegio do Corpo Santo proseguiram, collocando-se a primeira pedra em 4 de maio de 1659. Esta ceremonia foi celebrada solemnemente pelo bispo de Targa e eleito de Lamego, D. Francisco Sottomaior, assistindo os inquisidores, ministros de tribunaes, prelados, as pessoas mais notaveis da côrte, toda a nobreza do reino, e a communidade do convento de S. Domingos. Tocou a musica da capella real, e pronunciou um sermão o padre mestre fr. Fernando Sueiro, prégador d'el-rei. Do collegio dos Irlandezes sairam para a Irlanda, como missionarios, muitos religiosos, que soffreram martyrio nas missões a que fôram des-

tinados. Quando o convento se concluiu, transferiram-se para lá os religiosos e collegiaes irlandezes, que viviam na antiga casa das Fangas da Farinha. N'uma das paredes do templo se collocou uma lapide com a seguinte inscripção:

A SACRA E REAL MAGESTADE
DA RAINHA DE PORTUGAL,
D. LUIZA DE GUSMÃO,
FUNDOU ESTE MOSTEIRO,
PARA RELIGIOSOS IRLANDEZES, DE S. DOMINGOS,
DEDICADO A N. S. DO ROSARIO
E AO PATRIARCHA DE S. DOMINGOS
4 DE MAIO DE 1659.

Fr. Domingos do Rosario falleceu em 30 de junho de 1662, e foi sepultado na egreja do Corpo Santo, sob uma grande pedra em que se gravou um extenso epitaphio, escripto em latim, o qual vem publicado no vol. IV da *Historia de S. Domingos*, a que já nos referimos, a pag. 879. Tanto a egreja como o collegio soffreram muito com o terremoto de 1755, mas reedificaram-se, concorrendo muitos devotos com avultadas esmolas. Posteriormente a egreja tem sido por vezes renovada. Ha bastantes annos incendiou se um dos altares, ficando muito deterioradas pelo fogo as imagens de Senhor Morto e de Nossa Senhora; depois da reparação da capella collocaram-se ali as imagens do Senhor do Passos e da Senhora da Soledade. No collegio dos irlandezes, que por muitos annos esteve sob o dominio do padre Russell, continua-se a leccionar estudantes d'aquella nação; e todos os padres irlandezes que permanecem em Lisboa, ou que vem de visita, ali são hospedados. O collegio ou convento do Corpo Santo tem quatro andares, e occupa o espaço decorrido desde o largo onde está a porta de entrada para a egreja, indo pela rua do Largo do Corpo Santo até á travessa do mesmo titulo, em que se vê a entrada para o collegio.

Convento de Corpus Christi. Era de religiosos da ordem dos carmelitas descalços de Santo Alberto, reformado por Santa Thereza de Jesus. A rainha D. Luiza de Gusmão o fundou em 1648, em acção de graças de el-rei D. João IV ter sido salvo do attentado de Domingos Leite Pereira, que traiçoeiramente, e por indicação do governo de Castella, pretendera assassinal-o. (V. *Leite Pereira, Domingos*). O convento construiu-se no mesmo local onde estavam as casas de que Leite Pereira se servira para realisar o seu crime. A primeira pedra do edificio foi lançada em 28 de setembro do referido anno de 1648, com toda a solemnidade, pelo bispo de Elvas, D. Manuel da Cunha, capellão-mór e arcebispo eleito de Lisboa, acompanhado de parte da nobreza e de toda a capella real. As obras terminaram em 1665. A rainha falleceu em 26 de fevereiro de 1666, e foi sepultada no dia 27 no convento, n'um magestoso mausoléo da parte do Evangelho. Alguns annos depois, D. Pedro II, seu filho, o mandou trasladar para debaixo do sacrario. Todos os annos se celebravam solemnes exequias no anniversario da sua morte. O terremoto de 1755 destruiu o convento quasi totalmente mas foi logo reconstruido no anno seguinte. Estava situado a meio da rua da Princeza, chamada antes do terremoto rua dos Torneiros, e que é hoje mais vulgarmente conhecida pela rua dos Fanqueiros, fazendo esquina para a rua de S. Nicolau. Na capella-mór da egreja existia um quadro commemorando o facto que dera origem á fundação do convento e no seu altar via-se a imagem de Nossa Senhora do Monte do Carmo, que dizem ser a mesma que se vê hoje no altar da sacristia da egreja de S. Nicolau. O risco do edificio foi elaborado por um leigo da ordem carmelitana reformada, que em recompensa teve as honras de padre de missa. O titulo de *Corpus Christi* foi dado, porque seria no dia do Corpo de Deus que se deveria commetter o crime, quando passasse a procissão. Depois da extincção das ordens religiosas, tanto o convento como a egreja fôram vendidos em 1837 a particulares, que edificaram ali casas de habitação. Na propriedade que fórma a esquina da rua dos Fanqueiros para a de S. Nicolau, ainda se conserva o ponto da cimalha, as janellas que perteneiam ao côro e o grande zimborio. O vulgo chamava *Torneiros* áquelles religiosos, por constar que, nas horas horas vagas, se entretinham em trabalhos de torno, no que chegaram a ser peritos. Pinho Leal, porém, é de opinião, que essa alcunha lhes proveiu do convento estar situado na rua *dos Torneiros*, que já assim se chamavam antes da fundação do convento O pequeno largo, que se fórma n'aquelle local, ainda hoje é conhecido pelo *Largo dos Torneiros*.

Convento do Desterro. Da ordem dos monges de S. Bernardo. Foi fundado por elles mesmos em 1591, estando Portugal sob o dominio castelhano, lançando-se a primeira pedra em 8 de abril d'esse anno. A egreja teve a invocação de Nossa Senhora do Desterro. Os frades destinavam o novo convento para ser a casa principal da ordem em Lisboa; conservaram obras durante 13 annos, e não se podendo concluir até 1640, D. João IV não consentiu depois que ficasse sendo a casa principal da côrte, e d'esta fórma não se acabou a egreja nova, destinando se a capella annexa ao convento para na côrte só poderem fazer hospicio. O convento era magestoso podendo accommodar grande numero de religiosos; tinha tres andares com grandes cellas. A egreja tornava-se notavel pela sua formosa cantaria e pela riqueza e variedade dos marmores que a adornavam interiormente. Em 1750 serviu interinamente de hospital, quando se incendiou o hospital de Todos os Santos em 10 de agosto d'aquelle anno. Os enfermos para ali fôram levados, demorando-se até 1751, em que passaram para o convento de Santo Antão o Novo, que pertencia aos padres jesuitas. Em quanto estiveram os doentes no convento, os frades recolheram-se no palacio dos arcebispos de Lisboa, contiguo á sé, onde hoje se chama o *pateo da sé.* O terremoto de novembro de 1755 arruinou bastante o convento e derrubou toda a abobada da egreja, deixando apenas de pé as paredes e quasi toda a frontaria. O mosteiro foi reparado, e os monges de S. Bernardo vieram de novo habital-o, mas sairam muitos annos antes da extincção das ordens religiosas. Depois foi muito tempo hospital da Marinha, emquanto não serviu o do Campo de Santa Clara. Em 1803 foi para aqui transferida a Casa Pia, que se havia fundado no castello de S. Jorge, a qual se conservou até 1834, anno em que passou para o convento de Belem Emquanto a Casa Pia esteve no Des-

terro fizeram-se no edificio grandes accommodações e officinas no pateo para os orphãos aprenderem. Depois de 1834, foi o edificio destinado para quartel militar, estando aqui diversos corpos da guarnição de Lisboa, sendo o regimento de infantaria n.º 7, que permaneceu mais tempo. Em 1857, durante a epidemia da febre amarella, estabeleceu-se aqui um hospital para os atacados d'aquella terrivel doença. Terminada a epidemia, installou aqui o hospital de S. José um outro hospital, sua dependencia, destinado ao tratamento de molestias secretas, e que ainda hoje se conserva. Na capella-mór da egreja está a imagem de Nossa Senhora do Desterro. A imagem do Senhor dos Passos é de muita devoção e muito perfeita. A irmandade tem o titulo de *real* por terem sido irmãos os antigos monarchas, que beneficiaram a egreja com valiosos donativos. A cruz, que tem a imagem, descança n'um cyrineo de prata muito admiravel pelo seu valor e gosto artistico. Desde antigas eras é costume sair a imagem do Senhor dos Passos em procissão n'uma sexta feira da quaresma; e ha já bastantes annos que a imagem é conduzida para a egreja da Encarnação na quinta feira, regressando na sexta feira á sua egreja com toda a solemnidade.

Convento do Espirito Santo da Pedreira. Era assim chamado por lhe servir de alicerce uma grande pedreira, que antigamente caia sobre o rio Tejo. Pertencia á Congregação do Oratorio de S. Fillippe Nery. Nada consta da sua primitiva fundação, sómente se sabe que o sitio em que estava situado fôra dado por D. Adão, com o encargo de 529 reis cada anno para um anniversario por sua alma, na egreja de Santo Estevão de Alfama. Julgam alguns que a egreja fôsse construida pela rainha Santa Izabel, ou pelo menos se edificasse no seu tempo, á imitação da egreja do Espirito Santo, de Alemquer, mas não não ha duvida que é mais antiga, porque já no anno de 1279 se achava fundado, como consta d'uma escriptura latina, que estava no seu cartorio, em que no primeiro de março do mesmo anno de 1279 fizeram doação a esta egreja um Affonso Coruelano e sua mulher, Maria Moniz, d'uma vinha no termo de Lisboa para sustento dos pobres. Ainda n'essa epoca Santa Izabel não havia casado com el-rei D. Diniz. Alguns seculos depois tornou a edificar-se a egreja do Espirito Santo da Pedreira, por estar já muito damnificada e quasi arruinada com o tempo. Esta reedificação começou em agosto de 1514, e concluiu-se em 1516, com uma avultada esmola d'el-rei D. Manuel, como irmão que era da irmandade do Espirito Santo d'esta egreja, e com esmolas dos mais irmãos e as rendas da irmandade. No começo do seculo XVIII é que se acabou de aperfeiçoar a egreja, vivendo no convento os padres da Congregação do Oratorio. A irmandade do Espirito Santo fez á sua custa, com dispendio de 3:000 cruzados, a capella-mór, que era toda de pedraría lavrada, e embutida de varios jaspes, pórfidos, e outras pedras preciosas. Havia outra capella de muito boa architectura, tambem de pedraria embutida, a que coroava um zimborio ou cupola, sustentada sobre quatro arcos, que formavam as quatro faces da mesma capella. Foi construida pela rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboia, mulher de D. Affonso VI, e depois de D. Pedro II, que a dedicou a S. Francisco de Salles, bispo de Genova. Havia n'aquelle templo muitas imagens de valor artistico; muitas reliquias, preciosos ornamentos, e grande quantidade de objectos de ouro e de prata, entre os quaes se notava uma corôa grande imperial de muita estimação, de prata dourada, obra valiosa e antiquissima dedicada ao Espirito Santo. Junto á egreja havia um hospital, que, por este motivo, tinha o nome de *hospital do Espirito Santo*, onde com as rendas da mesma irmandade se sustentavam 12 pobres, que ali viviam commodamente. O hospital conservou-se assim desde a fundação da egreja até 1672, em que nas casas onde estava installado se começou a fundar o convento para os padres da Congregação do Oratorio, e por esse motivo não se proveram mais os logares dos 12 pobres, e em seu logar se applicaram as rendas, que com elles se gastavam, para dotes de donzellas recolhidas de 40$000 rs. cada um. A irmandade do Espirito Santo foi instituida pelos mercadores e homens de commercio da cidade de Lisboa. No anno de 1445 aggregaram-se-lhes outros irmãos d'uma confraria tambem de mercadores, que fôra instituida na egreja de S. Francisco da Cidade, trazendo a confraria comsigo as suas rendas, que não eram poucas, como consta d'um accordão d'esta união, que existia no cartorio da mesma casa, feito em 22 de janeiro do dito anno de 1445. D'esta união dos mercadores á irmandade do Espirito Santo resultou que, crescendo mais os rendimentos, se augmentasse tambem assim o culto divino, como as obras de caridade em beneficio dos pobres; e ao mesmo passo cresceram honras e privilegios concedidos pelos monarchas, sendo os mais notaveis, antes e depois d'esta união, os seguintes. D. João I concedeu o privilegio para serem coutadas as casas do dito hospital, e irmandade, para que nenhuma pessoa de qualquer qualidade pudesse tomar de aposentadoria. Este privilegio o confirmou seu filho, el-rei D Duarte, por alvará de 22 de abril de 1434. D. Affonso V os isentou de darem contas no Juizo das Capellas e Residuos, nomeando-lhes por seu juiz privativo o juiz ou ouvidor da alfandega, por alvará de 24 de janeiro de 1458, o qual privilegio lhes concedeu tambem e confirmou depois el rei D. Manuel, em 20 de outubro de 1503. D. Affonso V ainda concedeu mais privilegios, que depois confirmaram D. Manuel, D. Sebastião e Filippe I de Portugal. Os monarchas não favoreceram só a irmandade, tambem a ennobreceram, inscrevendo-se e os infantes como irmãos. Pertenceram, portanto, á irmandade do Espirito Santo da Pedreira, el-rei D. Manuel e sua segunda mulher, a rainha D. Maria; D. João III e sua mulher D. Catharina; D. Sebastião, o cardeal-rei D. Henrique, Filippe I de Portugal, a imperatriz D. Izabel, mulher de Carlos V e filha d'el-rei D. Manuel; a duqueza de Saboia D. Beatriz, os infantes D. Luiz, D. Fernando e D. Affonso. Com este exemplo, tambem se assignaram como irmãos as pessoas mais illustres da côrte, fazendo se novo compromisso em 18 de abril de 1706 para bom regimento e governo da mesma irmandade. Os pontifices Pio V e Gregorio XIII, seu successor, favoreceram sempre a irmandade concedendo-lhe muitas indulgencias, graças, isenções e privilegios. O estabelecimento da Congrega-

ção do Oratorio n'este convento effeituou-se pela doação que o provedor Diogo Lopes de Ulhoa, e mais irmãos da mesa da irmandade do Espirito Santo fizeram da sua egreja e ornamentos ao padre Bartholomeu do Quental e mais padres da referida congregação, reservando para si a irmandade a capella-mór e a administração total dos seus rendimentos. Esta doação foi feita em 1 de maio de 1671, sendo confirmada pelo arcebispo D. Antonio de Mendoça em 6 de agosto, e pelo breve do papa Clemente X expedido em 6 de dezembro do mesmo anno de 1671. Os congregados só vieram habitar o convento em 14 de agosto de 1674. O edificio era sumptuoso, e estava situado, onde hoje se vêem os Armazens do Chiado, ficando ali a egreja e a fachada principal; chegava até ao Pote das Almas, hoje esquina da rua de S. Nicolau, tendo nas trazeiras a rua do Crucifixo. A egreja tinha 7 capellas, sendo a capella-mór dedicada ao Espirito Santo. No convento existiam alguns quadros, que, dizem, não eram de graude valor. Na portaria viam-se os retratos do fundador da congregação, S. Filippe Nery, do padre Bartholomeu do Quental e outros pequenos quadros, bem como o retrato do P. Theodoro d'Almeida. Os congregados floresciam no pratico beneficio da educação litteraria, em que se destinavam a ensinar publicamente a Grammatica, Philosophia e Theologia, porém sobreveiu o terremoto de novembro de 1755 e o incendio que se lhe seguiu, e o convento e egreja ficaram completamente destruidos havendo enormes perdas, em que se conta uma preciosissima custodia de diamantes, uma devota collecção de reliquias, e a grande copia de livros religiosos que formavam uma bibliotheca importantíssima. Na horrorosa catastrophe morreram quatro padres congregados e muitas outras pessoas. Os padres recolheram-se no convento das Necessidades, onde continuaram com o magisterio, voltando para a sua antiga casa depois de reconstruida. O decreto da extincção das ordens religiosas em 1834 tolerou a permanencia d'estes congregados, pelo facto de elles tomarem desde então o habito de S. Pedro, e conservarem as suas aulas, que eram de grande utilidade para a mocidade estudiosa. Passado pouco mais de um anno da publicação do citado decreto, os padres fôram de subito expulsos do convento, sendo os seus bens confiscados, como acontecera ás outras casas religiosas. Ainda por algum tempo se celebrou missa na egreja, e todas as noites oração mental. Finalmente o governo a mandou fechar. O convento e a egreja fôram vendidos em 1835 ao importante capitalista Manuel José de Oliveira, 1.º barão de Barcellinhos *(V. este titulo)*, a quem, pela sua enorme fortuna chamavam o *Manuel dos Contos*. O novo proprietario tornou então aquelle edificio no sumptuoso palacio que ainda hoje existe. Depois do fallecimento do barão de Barcellinhos, a sua viuva continuou habitando o palacio, casou segunda e terceira vez, e foi no tempo do seu terceiro marido, o já tambem fallecido visconde de Ouguella, que mudou de residencia. Esteve então ali estabelecido o *Hotel Gibraltar*, mais tarde o *Hotel Universal*, em seguida uma importante casa de commercio, e actualmente, como dissémos, os Grandes Armazens do Chiado.

Convento da Estrellinha De frades benedictinos. Era o collegio de Nossa Senhora da Estrella, que foi fundado n'uma quinta que se chamava *Casa de Saude*, em 1571, pelo cardeal-infante D. Henrique, sua irmã, a infanta D. Maria, e D. Luiz de Alencastre, commendador-mór da ordem de S. Bento de Aviz. Este convento servia de hospicio dos religiosos da ordem benedictina, quando vinham a Lisboa. Está situado no fim da calçada da Estrella, e tem ali estabelecido desde 1834 o hospital militar *(V. Hospital)*, tanto de portuguezes como de estrangeiros. Parece que no tempo da Guerra Peninsular tambem serviu de hospital. Em 1840, pouco mais ou menos, esteve nos seus dormitorios a Real Academia de Desenho da Historia e Architectura Civil, creada em 23 de agosto de 1781; esteve tambem n'este convento a aula de esculptura, que depois se reuniu á Academia das Bellas Artes, quando se instituiu em 1836. Na capella-mór da egreja estava a imagem de Nossa Senhora da Estrella, de muita devoção.

Convento da Graça. Era de religiosos eremitas de Santo Agostinho. O local, onde ainda hoje está situado, tinha antigamente a denominação de *Almafalla*. Foi este o terceiro convento que a ordem teve em Lisboa. Os proprios religiosos fundaram o primeiro no anno de 1147, nas raizes do monte, onde actualmente se vê a ermida de Nossa Senhora do Monte, em cujo alpendre está a cadeira de pedra, onde S. Gens, bispo de Lisboa, costumava prégar e ensinar a doutrina aos christãos. Nas raizes do monte, confórme dissémos, para o lado do Oeste, construiu-se o primeiro convento n'um sitio depois chamado *Fornos do Tijolo*, ao pé do cemiterio moirisco, *Almocabar*. A este logar ainda nos fins do seculo XVIII se dava o nome de *Almocabar*, e hoje *Olarias*. A primeira fundação não passava d'uma capella que já ali existia dedicada a S. Gens, que o povo da cidade offereceu aos primeiros eremitas de Santo Agostinho que vieram a Lisboa, e d'umas casas contiguas que os religiosos construiram para lhes servirem de hospicio, que conservou o nome de S. Gens. Ali estiveram até 1243 os eremitas. O monte e todo o seu districto, assim como outras terras situadas em outros pontos, pertenciam a uma senhora chamada D. Suzana, muito affeiçoada á ordem de Santo Agostinho, que dotou os religiosos com o monte e todo o seu districto, para fundarem um convento mais amplo e mais commodo. No citado anno de 1243 edificou-se então no cume do referido monte a nova casa religiosa. Mudou-se tambem a historica cadeira de pedra e mais reliquias de S. Gens. Este sitio, porém, era muito desabrigado, muito ventoso, e causava grandes damnos ao convento e aos religiosos. O povo da cidade, vendo a impossibilidade de continuarem a viver ali os eremitas n'um local tão inhospito, offereceram generosamente o sitio de *Almafalla* para a construcção d'um novo convento. A offerta foi logo acceita, e as obras começaram em 1271, á custa do povo, auxiliando el-rei D. Affonso III com um importante donativo. Em breves annos se concluiu uma commoda accommodação para 50 religiosos, que para ali fôram viver, deixando na antiga capella de S. Gens a cadeira de pedra episcopal. Até 1305 o convento teve a denominação de *Santo Agostinho*, mas n'esse anno começou a chamar-se *convento de*

Nossa Senhora da Graça, titulo que a todos os conventos d'esta ordem mandou pôr o prior geral, o mestre fr. Francisco de Monte Robiano, em honra da Virgem. No convento se estabeleceu a cabeça da ordem, existindo ali perpetuamente o provincial. O edificio accommodava perto de 1:600 pessoas. Em 1556, o então reformador d'esta provincia, o vigario geral perpetuo fr. Luiz Montoya, vendo que a antiga egreja ameaçava ruina, se deliberou a edificar outra, e a 9 de março d'este mesmo anno, lhe lançou a primeira pedra o bispo D. Fr. Ambrosio Brandão Ressiona, esmoler de D. João III, e deão da capella real. As obras duraram 9 annos, importando a nova egreja em mais de setenta mil cruzados. A sua grandeza e primôr de architectura a fez ser considerada um dos primeiros templos não só de Portugal, mas de toda a Hespanha. O padre Antonio Carvalho da Costa, na *Chorographia Portugueza*, dá a seguinte descripção: «E' edificio de tres naves de abobada de laçaria, e no lado de cada uma das naves collateraes corre por todo o corpo da egreja uma fileira de capellas. Os altares são 18, 1 em cada capella que fica debaixo da tribuna e detraz do altar-mór; 1 no cruzeiro, e os mais no corpo da egreja, 6 de cada lado, e o altar-mór. Nos topes das tres naves medias tem para serventia do povo 3 grandes portas, que ficam debaixo d'um alpendre, sobre o qual se estende o coro. Em proporcionada distancia e com regular medida, apparece no retabulo do altar-mór a capellinha ou tribuna, em que está o Santissimo Sacramento. No meio d'ella se levanta uma fabrica de finissimos jaspes de varias côres, que se elevam em tarimas a 3 altos degraus, e no ultimo se vêem 2 anjos de prata macissa e finissima, com cabellos dourados, e com tal artificio nas azas, que ellas são as cortinas que descerram e encerram o Sacramento quando se manifesta, os quaes deu o bispo de Hipponia, D. Fr. Antonio Botado, e os mandou fazer a Hipponia Augusta, cidade do imperio. Sustentam estes anjos nas suas mãos aquelle tão celebrado cofre que o rei de Ormuz mandou a D. Fr. Aleixo de Menezes, sendo arcebispo de Gôa; dentro d'elle estão mais 2 cofres, e no ultimo está o Santissimo; o 1.º é de prata dourada, de obra de meio relevo com varios passos da Sagrada Escriptura; dentro d'este está outro, que é todo de filagrana de ouro; este foi dado ao convento por D. Filippa de Vilhena. Dentro do mesmo cofre grande pendem de cadeias de fino ouro duas preciosissimas bolas de ambar, uma dada pelo visorei da India Mathias d'Albuquerque, e outra que deu o referido bispo de Hipponia D. Fr. Antonio Botado. A casa toda está admiravelmente dourada e pintada, e nas suas paredes estão as figuras de 4 doutores da egreja. O primeiro altar, que está no cruzeiro do lado do Evangelho, é de Nossa Senhora da Graça, que no anno de 1362 appareceu milagrosamente nas praias de Cascaes; esta imagem tornou se de muita devoção, e a infanta D. Maria, filha d'el-rei D. Manuel, a cobriu, e ao menino Jesus que tem nos braços, toda de prata. Esta capella pertencia aos correios-móres d'este reino. Esta Senhora tinha uma irmandade illustre e antiga, a que o convento uniu a confraternidade da Correia; os infantes de Portugal fôram por muito tempo seus provedores. Esta irmandade, por consentimento do convento, vendo as correias aos fieis catholicos, cujos nomes ficam assentes nos seus livros, e unidos a este respeito á Confraternidade de Nossa Senhora da Consolação de Bolonha. Em correspondencia a este altar, da parte da Epistola, está a capella do Senhor dos Passos, imagem de grande devoção. Não sae fóra da tribuna em que está com toda a grandeza e reverencia, senão na vespera e dia da sua procissão na sexta feira depois da primeira dominga da quaresma. Junto á egreja fica a sacristia, que é uma das melhores que existem; está decentemente adornada e lageada de jaspes azues e brancos. Na sacristia ha um santuario de reliquias de Christo, da Mãe de Deus, do Santo Lenho, S. João Baptista, de todos os santos apostolos, e de muitos santos e santas martyres, que vieram de Roma do santo padre Pio V. Tem grandes peças de ouro e prata que servem na egreja, a que excede a todas é a cruz que vae na procissão do Corpo de Deus da Cidade, e na do convento, a qual mandou da India o arcebispo primaz de Gôa D. Fr. Aleixo de Menezes. O claustro maior do convento é de pedra de differentes côres, que ajustam admiraveis primôres de toda a especie de architectura. Este convento era o mais rico da côrte.» O claustro é de tres andares, e do ultimo se descobre a barra e grande extensão do rio Tejo. Os rendimentos do convento excediam a 40:000 cruzados, além de muitos fóros de trigo e cevada, da cêrca e quintas da Portella, de Santa Catharina de Ribamar, de Aldeia Gallega do Ribatejo, de Caparica e de Alhos Vedros. Installaram-se ali as antigas irmandades de Santo Agostinho; da Santa Cruz e Passos, que teve principio no seculo XVI; a da Conceição, instituida em confraria em 1605; do Rosario, dos homens pretos; de Nossa Senhora da Persia, instituida no seculo XVI; de Jesus Maria José, do regimento da Armada; de S. Nicolau de Tolentino, do regimento de 16, e ainda outras. Parte d'estas irmandades já hoje não existem Tanto a egreja como o edificio do convento soffreram muito com o terremoto de 1755, sendo a egreja reconstruida, começando as obras em 1777 Na egreja, todos os quadros e tecto da capella-mór são do pincel de Pedro Alexandrino de Carvalho, assim como o tecto e a maior parte dos quadros da sacristia; na portaria mór existia o quadro de Santo Agostinho, trabalho de Vieira Lusitano No convento ainda havia mais quadros, feitos por Bento Coelho da Silveira, e por muitos outros. Todas as capellas da egreja são adornadas com imagens de madeira, notando-se entre ellas, como de melhor esculptura, as de Nossa Senhora das Dôres, Nossa Senhora da Graça, Nossa Senhora da Conceição, e Senhor dos Passos. Antes do terremoto de 1755, o convento foi reedificado pelo architecto Custodio Vieira, e posteriormente pelo architecto Caetano Thomaz de Sousa Ha uma estampa em folha de formato grande da imagem do Senhor dos Passos, gravada pelo artista Bartollozi em 1810. O relogio que ainda hoje existe, e que se ouve a grande distancia pela altura em que está collocado, é trabalho de Custodio Viçosa. Todos os conventos regulares e seculares soffreram alteração posterior a 1833; primeiramente, n'este anno, na formação das linhas de Lisboa, foi transferida a imagem de Nossa Senhora da Penha de França para a egreja da

Graça, e os religiosos d'aquelle convento se reuniram na sua casa primitiva; fez se capitulo para haver prior annual, e, depois por decreto de 8 de maio de 1834, fôram supprimidos todos os conventos, effeituando se a saida dos religiosos até junho seguinte. Todas as pratas e bens d'aquelle convento fôram para deposito, sendo incorporados nos bens nacionaes, passando a egreja ao cuidado da irmandade do Senhor dos Passos e d'outras irmandades que se conservavam ainda, ficando dois capellães effectivos. A imagem da Senhora da Penha de França foi trasladada em solemne procissão para a sua capella em 2 de fevereiro de 1834, e no dia 31 de maio de 1835 fôram transferidas tambem em solemne procissão para a egreja da Graça as freguezias de Santo André e de Santa Marinha, que já estavam annexas, e que ainda ali se conservam (V *Santo André e Santa Marinha)*. O convento ficou servindo de quartel ao regimento de infantaria n.º 10, e actualmente ao de infantaria n.º 5. As obras da reedificação da egreja começadas em 1777, concorrendo com as despezas a irmandade de Santo Agostinho, pararam mais tarde por falta de recursos, conservando se até 1896 com parte dos tectos, respectivas paredes e cruzeiro apenas estucados, sem pintura alguma. A 10 de janeiro de 1896 é que as obras da restauração proseguiram. Pintou-se o tecto do arco cruzeiro, onde se vêem ao centro as armas de Santo Agostinho, a claro-escuro, pintadas por Pereira Junior. Durante 4 annos, desde maio de 1899 até maio de 1903 estiveram outra vez as obras paradas; recomeçando então pela pintura do tecto do corpo principal da egreja, adjudicada em concurso ao pintor João Vaz, director da escola industrial Affonso Domingues, que foi auxiliado pelo professor da mesma escola, sr Eloy Ferreira do Amaral, pintor-decorador. De lado a lado do corpo da egreja, nos espaços comprehendidos entre as 8 janellas, sobrepostas a egual distancia e numero de capellas, e pela parte superior da guarnição de cantaria emmoldurada e facetada, é o tecto dividido em 5 secções, tomando a fórma geometrica; de *rhambas* convexos em fórma de arco, cuja flecha coincide com o eixo longitudinal que passa pelo centro da porta da entrada principal, e pelo meio do throno do altar-mór. Ao meio de cada um dos *rhambas* estão circumscriptos 5 ellipsoides pintadas e guarnecidas exteriormente de varios ornatos a claro-escuro, alto e baixo relevo, onde se vêem pintados a oleo por João Vaz os 5 quadros symbolicos allusivos de outras tantas passagens da Ave Maria, pela seguinte ordem, a contar respectivamente da entrada do côro para o cruzeiro: 1.º *Ave Maria, gratia plena*; 2.º *Dominus tecum*; 3.º *Benedicta inter mulieribus;* 4.º *Benedictus fructus;* 5.º *Ventris tui Jesus*. No côro, no tecto na parte que lhe fica superior, existe uma moldura em fórma rectangular, em que se pintaram a oleo, a claro-escuro, os *emblemas eucharisticos*. Aos lados da capella-mór, em apainelados, vêem se de cado lado dos dois orgãos, varios quadros a oleo symbolisando a morte e paixão de Jesus Christo, e no tecto os 4 evangelistas, tambem a oleo, em pequenos medalhões, nos angulos, e tendo por fundo, no centro, um quadro de fórma elliptica allegorico da vida de Santo Agostinho, trabalho de Pedro Alexandrino de Carvalho. Todas as capellas fôram douradas e pintadas. Estas obras fizeram se á custa de monsenhor Carlos Francisco da Costa, que era então o prior, da irmandade do Santissimo auxiliada com o importante donativo de 2:000$000 réis, que enviou um cavalheiro do Algarve, e de 100$000 réis com que tambem concorreu uma devota (anonyma). A egreja reabriu as suas portas ao culto dos fieis em 18 de julho de 1905 com pomposa solemnidade. A imagem do Senhor dos Passos, que durante as obras, se collocara n'um altar provisorio na sacristia, foi conduzida á sua capella em devota e solemne procissão. Ha pouco tempo tambem se collocou um novo e importante orgão no côro da egreja.

Graça (Procissão dos Passos da). A'cêrca da sua origem, que data do seculo XVI, ha diversas tradições. Uma d'ellas, que se tornou muito popular, é a lenda milagrosa que o dr. José Ribeiro Guimarães, no 1.º vol. *Summario de varia historia*, a pag. 225, conta da seguinte fórma: «Existe a lenda de que um peregrino fôra uma noite bater á porta da casa de S. Roque, a pedir gasalhado; e como lh'o recusassem se dirigira ao convento da Graça, onde o acolheram. Quando depois procuraram o peregrino, não o viram, mas acharam a imagem. Accrescenta a lenda que houvera um pleito entre S. Roque e a Graça, para se saber a qual dos dois conventos pertencia a imagem que a Graça venera, ficando todavia S. Roque com direito a ter a imagem um dia; mas no caso de, por qualquer motivo, se demorasse mais do dia em S. Roque, a Graça perdia a posse, que ficava a S. Roque.» Pinho Leal, no vol. IV do *Portugal antigo e moderno*, a pag. 241, diz que pelos annos de 1585 vivia em Lisboa um pintor de pouco merito, chamado Luiz Alvares de Andrade (V. *este nome*), que se tornou conhecido pela sua devoção, e sabendo que em Hespanha se faziam procissões na quaresma, representando os passos da paixão de Jesus Christo, pediu ás autoridades ecclesiasticas que entre os portuguezes fôsse tambem instituida aquella piedosa e commovente devoção. No claustro da Casa de S. Roque, pertencente á Companhia de Jesus havia uma capella da invocação da Santissima Cruz, e n'ella se juntavam alguns devotos, na maior parte artistas, que frequentavam muito os sacramentos da confissão e communhão. Entre elles distinguia se Luiz Alvares de Andrade pelo seu fervor religioso, que persuadiu os mais a formarem uma confraria da Santissima Cruz, mas os padres, ao saberem d'esta resolução, responderam que na egreja não havia altar desponivel, nem casa para reuniões, dos confrades, pelo que era melhor erigirem a confraria n'outra egreja. Os devotos fôram então procurar os religiosos gracianos, que de boa vontade lhes deram a capella do arco cruzeiro, do lado da Epistola, onde se estabeleceu a confraria. Pinho Leal conta depois a seguinte tradição, que lhe parece mais rasoavel : «Viera por esse tempo (seculo XVI) a Lisboa offerecer os productos da sua arte um esculptor italiano, cujo nome se ignora. Luiz Alvares de Andrade lhe comprou uma cabeça de Jesus Christo, por tres cruzados, e a foi offerecer aos padres de S. Roque, para com ella formarem a confraria dos Passos, o que elles rejeitaram. Alvares foi fazer a mesma proposta aos gracianos, que promptamente a acceitaram. Organisaram, de roca, e

vestiram a imagem, collocando-a no altar que lhe destinaram, e onde hoje a vêmos, erigindo-lhe irmandade, na qual se inscreveu a familia real e a mais alta nobreza d'este reino. Vendo os jesuitas a grande devoção creada por a imagem do Senhor dos Passos da Graça, e, sobretudo, as grandes esmolas e offertas que a egreja recebia, moveram demanda aos gracianos, fundando se em um pretendido direito de prioridade á imagem por lhes ter sido offerecida em primeiro logar. Debatida a questão nos tribunaes, foi resolvido que ficassem os gracianos na posse da imagem, sob a condição de na vigilia da segunda sexta feira da quaresma, viesse a S. Roque, ficando a pertencer lhe se pernoitasse n'este templo além de sexta-feira.» O instituidor da irmandade, em todo o caso, está bem provado que foi Luiz Alvares de Andrade, assim como da procissão, para a qual pediu licença ás autoridades ecclesiasticas, e, assim que a obteve, f i em companhia do arcebispo D. Miguel de Castro marcar os logares onde deviam ser collocadas as estações dos Passos, em que se commemora a peregrinação de Jesus até ao monte Calvario. Estes passos, antigamente, pertenciam a certos irmãos, mas em 1699 a irmandade mandou construil os á sua custa, em fórma de capella, tendo cada um sobre o altar uma cruz e seis castiçaes de prata. A primeira vez que saiu a procissão foi na segunda sexta-feira da quaresma de 1587, e desde então até nossos dias, nunca deixou de se fazer. Sendo destruido o convento da Graça pelo terremoto de novembro de 17›5, a imagem do Senhor dos Passos ficou sepultada nas ruinas, escapando unicamente a cabeça. A irmandade mandou logo fazer o corpo, e em breve foi a imagem apresentada ao culto dos fieis. Este facto faz julgar que a veneranda cabeça da actual imagem é ainda a mesma que Luiz Alvares de Andrade comprou, mas não parece caso averiguado, como observa o autor do *Summario de varia historia*, que a este respeito diz: «Toda a imagem actual é de madeira do Brazil, de tamanho natural e mui perfeita; é completa e de engonços, isto é, tem as articulações moveis, e póde collocar-se em qualquer posição, que sempre fica perfeita. A cabeça é bem esculpida e cheia de expressão; e não nos parece que deva reputar-se obra do seculo XVI, antes, com boas razões, deve considerar se do seculo passado (seculo XVIII), epoca em que, em Portugal, houve excellentes esculptores em madeira, de que ainda restam muitas obras notaveis. O estylo da esculptura da imagem, de que tratamos, confirma a nossa opinião. O que foi feito da primitiva imagem, não póde dizer-se ao certo; o mais natural é que se perdesse por occasião do terremoto, que arruinou completamente a egreja e o convento da Graça. Não nos foi possivel saber quem fôra o artista que fabricara a imagem; dizem-nos que no archivo da irmandade nada consta a similhante respeito.» A irmandade dos Passos da Graça é riquissima e muito nobre; a ella tem pertencido as pessoas reaes e a principal aristocracia. Todos os monarchas da dynastia de Bragança tem tido grande devoção com o Senhor dos Passos da Graça, de que fôram irmãos. D. João V offereceu-lhe um riquissimo resplendor de ouro macisso lavrado, de valor de réis 1:000$000, que a imagem costuma levar na procissão. D. José I deu grandes esmolas para a reconstrucção do convento e egreja da Graça, depois do terremoto de 1755, e todas as vezes que ia visitar a imagem, lhe fazia offertas valiosas. D. Maria I tambem lhe consagrava grande devoção, e frequentes vezes ia á egreja da Graça, concedendo sempre esmolas avultadas para o culto do Senhor dos Passos. O papa Innocencio XI concedeu, pelos annos de 1695, muitas graças, indulgencias e privilegios a esta irmandade. Para ser admittido como irmão, era preciso provar limpeza de sangue. Os novos irmãos sujeitavam se a um noviciado, e emquanto o não concluiam, acompanhavam a procissão, indo em seguida ao pallio. Na quarta feira da segunda semana da quaresma, ante-vespera da procissão, procede-se á cerimonia de lavar e vestir a imagem, cerimonia feita pelo patriarcha, acompanhado do provedor da irmandade e do respectivo parocho. Concluida a lavagem, veste-se-lhe uma camisa de bretanha finissima, com rendas no pescoço e folhos bordados no peito, abotoada com botões de ouro com pedras preciosas; umas ceroulas tambem de bretanha; uns calções de seda roxa bordada a ouro. Depois vestem-se-lhes as tunicas. A imagem tem sempre duas tunicas vestidas. Todos os annos se tira a que está por baixo, ficando a outra em seu logar, e sobre esta se veste a nova. A corda é egualmente nova todos os annos, sendo a antiga cortada em pedaços, que se distribuem pelos devotos. As tunicas são offerecidas pela casa dos marquezes de Fronteira, prerogativa que tem sido sempre concedida áquelles nobres fidalgos. A devoção pelo Senhor dos Passos da Graça accentuou se de tal maneira, que todas as sextas feiras, em que a egreja da Graça se conserva aberta até á noite, a romaria dos fieis é ainda hoje importantissima, deixando largas esmolas; no dia da procissão viam-se penitentes cumprindo promessas tão rigorosas, que durante o transito se maceravam com açoites e disciplinas, chegando muitas vezes á Graça, ensanguentados, deixando as ruas salpicadas de sangue. Estas penitencias excessivas fôram prohibidas no fim do seculo XVII pelas autoridades ecclesiasticas. Em nossos dias viam-se ainda muitas pessoas descalças debaixo do andor, mas no anno de 1879 tambem foi prohibida esta penitencia. Antigamente na procissão não ia objecto algum de ouro ou de prata. Os cereaes e as lanternas tinham varas de pau do Brazil, pintadas de roxo, com dourados, e assim eram tambem as varas do pallio. Hoje parece que as varas dos cereaes e das lanternas são todas de prata.

Convento dos Inglezinhos Com este nome é mais vulgarmente conhecido o seminario de S. Pedro e S. Paulo dos inglezes catholicos romanos, que ainda hoje existe proximo do edificio do Conservatorio Real de Lisboa. Foi fundado em 1632 por D. Pedro Coutinho, fidalgo muito religioso, para 10 sacerdotes com obrigação de tres missas quotidianas, para o que lhes deixou 500$000 réis annuaes. Ensinavam latim, inglez, philosophia, theologia dogmatica e controversia, a 10 estudantes, que depois de concluidos os estudos, iam para Inglaterra, como missionarios apostolicos, a confortar os catholicos perseguidos pelos herejes. O fundador tomou a capella-mór para seu jazigo. Entregou a protecção d'este collegio aos

inquisidores geraes, sendo o primeiro que acceitou este encargo, D. Francisco de Castro, em 23 de fevereiro do referido anno de 1632. O terremoto de 1755 causou alguns estragos ao edificio, que logo se repararam. Ainda hoje nos Inglezinhos se observa, além dos estudos, a liturgia com todo o rigor. As cerimonias religiosas são celebradas com toda a solemnidade, cantando-se unicamente a musica de cantochão, acompanhada a orgão, mas um cantochão harmonioso e suave, em que sobresáem bellas vozes de sopranos, tenores, etc. As festas da semana santa, principalmente, costumam ser notaveis e muito concorridas. A's sextas feiras, ordinariamente, os seminaristas vão passear para uma quinta, que possuem em Carnide, indo de manhã e voltando á tarde.

Convento dos Loyos. Assim era denominado o convento de Santo Eloy, da congregação dos conegos seculares de S. João Evangelista, fundado por D. Fr. Domingos Annes Jardo, bispo de Lisboa, em 11 de março de 1285. A primitiva fundação foi um hospital, intitulado de S. Paulo, sendo tambem seminario, onde se ensinava latim, grego, theologia e canones. O fundador dotou generosamente esta casa religiosa, que mais tarde se tornou no convento de Santo Eloy, denominando-se os religiosos *frades loyos*. Este convento tornou-se notavel por estudarem ali os maiores talentos que n'aquella epoca ennobreceram as letras ecclesiasticas portuguezas. Fr. Domingos Jardo ali falleceu e foi sepultado. (V. *Jardo, D. Fr. Domingos Annes).* Por sua morte ficou seu sobrinho Affonso Annes com o governo do hospital, tendo o titulo de provedor até que indo em decadencia a sua administração, recorrendo ao papa Eugenio IV o infante D. Pedro, então regente do reino pela menoridade de seu sobrinho e genro, D. Affonso V, o deu á congregação de S. João Evangelista, do qual tomou posse D. Affonso Nogueira em 24 de abril de 1442. Fôram os conegos seculares d'esta congregação que instituiram a primeira irmandade do Santissimo Sacramento que existiu em Lisboa. O terremoto de 1 de novembro de 1755 causou graves estragos ao convento, caindo-lhe as duas torres, sendo uma chamada a *Torre Velha*, onde estavam os sinos e o relogio; e a outra, chamada *Torre Nova*, que não tinha sinos, e ficava situada sobre a porta da egreja. O tecto e as paredes até ás cimalhas das capellas tambem desabaram, ficando apenas de pé os dois arcos da capella-mór e do côro. A sacristia abateu egualmente, e parece que morreram n'esta catastrophe mais de 90 pessoas, sendo da communidade o reitor, o vice reitor, o procurador geral, dois padres, um corista e um leigo. Do convento caiu sómente metade da parede do frontispicio para o lado do Limoeiro; mas o fogo que sobreveiu ao terremoto, destruiu o dormitorio e a livraria, que ficava nas varandas do claustro, os celleiros, as adegas, refeitorio e botica. Os religiosos fôram abrigar-se no outro convento que possuiam no sitio de Xabregas. Algum tempo depois, o novo reitor, José da Cruz Ortigão, mandou fazer no claustro do convento arruinado uma barraca, por modo de hospicio, e no andar de cima nove cellas. Construiu tambem uma capellinha com um altar para se celebrar missa, e outas accommodações e officinas. O convento serve actualmente de quartel á 5.ª companhia de infantaria da Guarda Municipal. Fazendo-se em 1883 umas escavações, para alargamente do quartel, achou-se proximo ao angulo d'um larga quadra, que parece ter sido claustro, um sarcophago de marmore, onde se lia a seguinte inscripção:

AQUJ IAS A INFANTE D. CN.ª F.ª DELREY D. DUARTE
E DA RAINHA D. LEONOR
NETA DELREY D. JOÃ, 1.º IRMÃ DEL REY
D A.º 5.º TIA DE REY D. IOÃO 2.º
AQUAL ESTANDO DESPOSADA COM
CARLOS PRINCIPE DE NAVARRA E ARAGÃO E COM
DUARTE 4.º REY DINGLATERRA
SE 4 SE EFFEITUAR ALGUM DOS CASAMENTOS
FALLECEO DE 27 ANNOS SEXTA FEIRA
17 DE JUNHO ANNO DE 1463

A infanta D. Catharina, como diz a inscripção, era filha de D. Duarte e de D. Leonor; fôra seu mestre e confessor o celebre D. Jorge da Costa, conhecido pelo *cardeal d'Alpedrinha*. Não tendo tido effeito os casamentos projectados, recolheu-se a infanta ao mosteiro de Santa Clara, V. *Catharina, D.)* sem professar. Em testamento deixou D. Jorge da Costa por seu testamenteiro, encarregando-o de a mandar sepultar onde lhe parecesse. D. Jorge e D. Affonso V haviam fundado uma capella no convento de S. Eloy, e a infanta foi ali sepultada, vindo o seu corpo do mosteiro de Santa Clara. Em 1474, D. Jorge mandou construir o tumulo, onde se encerraram os restos mortaes da infanta, recolhidos n'um sacco de seda azul. Diz-se que foi este o sarcophago que se encoutrou. Tendo-se no seculo XVII movido duvidas sobre o local da sepultura da infanta, foi esta procurada na egreja velha por autorisação do nuncio Jorge Cornaro, quando se andava construindo a nova, sendo encontrada tal como a fizera erguer D. Jorge. E' muito natural que fôsse então collocada no sitio onde depois se encontrou. Em 1755, com a destruição do convento dos Loyos, fôram trasladados os ossos da infanta D. Catharina para o convento do Beato Antonio, e é este, por certo, o motivo, porque o sarcophago que se encontrou já os não continha. O tumulo, bem como uma fonte, achavam-se cobertos por algum entulho.

Convento de Nossa Senhora dos Anjos da Porciuncula. Era hospicio de religiosos capuchos francezes, pertencentes á provincia de Bretanha, em França, que vieram para Portugal em 1648, a instancias de fr. Cyrillo Mayene, que obteve d'el rei D. João IV em 11 de agosto de 1647 licença para fundar o seu hospicio no districto da freguezia de Santos-o-Velho, o qual ficou situado na actual rua da Esperança dentro d'um pateo, fechado por um portão de ferro. O terreno foi doado por D. Maria de Guadalupe, duqueza de Aveiro. A egreja era d'uma só nave e tinha tres capellas, incluindo a capella-mór, onde se via a imagem de Nossa Senhora dos Anjos dentro d'uma maquineta. O convento não teve ruina com o terremoto de 1755. Estes religiosos conservaram-se desde 1648 até 1833, havendo n'este anno apenas um religioso de missa, e tanto, que na procissão do Corpo de Deus, em que se viam obrigados a apparecer, se incorporavam com os frades barbadinhos italianos, sendo o pendão dos frades francezes, por serem mais antigos n'esta côrte.

Estes religiosos ficaram conhecidos por *barbadinhos francezes*. A sua egreja era pouco enriquecida de quadros. Em 1833, por ordem do governo, se reuniu o unico frade, que então existia no convento, aos dos barbadinhos italianos. Com a extincção das ordens religiosas em 1834, foi concedido a estes frades e aos de Santa Apolonia, o ficarem no convento dos barbadinhos italianos, vestindo o habito de S. Pedro, mas só um frade é que acceitou esta concessão, partindo os mais para Italia. Em 27 de outubro de 1837, todo o edificio se incendiou, ficando muito arruinada a egreja e o convento. Mais tarde instituiu se ali um collegio de primeira infancia.

Convento de Nossa Senhora da Conceição da Porciuncula. Os religiosos capuchos barbadinhos italianos congregaram-se em Lisboa com licença de D. Pedro II, em 1686. Estiveram primitivamente na ermida do Paraizo, em 1689; mais tarde deram principio á egreja, que está situada a Santa Apolonia, para cuja construcção concorreu D. João V com importantes sommas, vindo os religiosos a ultimar esta sua segunda fundação pelos annos de 1720 a 1739. O convento e a egreja ficavam no largo da calçada dos Barbadinhos Italianos, tendo frente para o lado da barra de Lisboa. No adro da egreja via-se uma cruz de madeira com os martyrios da paixão de Christo, a qual abateu com o tempo. Um religioso d'esta ordem, fr. Caetano, mandou collocar outra cruz no mesmo logar, que veiu a demolir-se em 1835. A egreja tinha cinco capellas, incluindo a capella-mór, onde existia um quadro, representando N. S.ª da Conceição, de grande merecimento, e um rico sacrario de madeira, tendo na porta uma chapa de ouro, dadiva de D. João V; as quatro capellas lateraes eram de madeira do Brazil. Entre as duas capellas da direita, n'uma mizula larga, em symetria com o pulpito, via-se a effigie do fundador da ordem, o beato Lourenço de Brindici, que veiu a Portugal em 1619, como embaixador extraordinario. A egreja possuia diversos quadros, todos pintados em Italia, mas o de maior valor era o de N. S.ª da Conceição, acima citado. A sacristia estava adornada com quadros de pintura e de gravura. Por cima da portaria notava-se um baixo relevo em pedra, representando a Virgem com o Menino Jesus, e na fachada a imagem de N. S.ª da Conceição, tambem de pedra. Quando se publicou o decreto de 8 de maio de 1834 extinguindo as ordens religiosas, os padres barbadinhos tiveram a concessão de se conservarem no seu convento, vestindo o habito de S. Pedro, mas os padres não acceitaram, e partiram para Italia, ficando apenas um sacerdote e um leigo para tratarem da egreja, que se conservou aberta por algum tempo Pouco depois d'esta determinação o governo ordenou que se transferisse para ali a freguezia de Santa Engracia, o que se effeitnou em 5 de abril de 1835, sendo levado o Santissimo Sacramento em solemne procissão. O convento já estava occupado, desde outubro de 1834, com o 1.º batalhão da Guarda Nacional, que se havia formado quasi todo do batalhão provisorio de artifices do Arsenal Real do Exercito.

Convento de Nossa Senhora de Jesus. Era de religiosos da ordem terceira de S. Francisco. Teve origem n'uma ermida, situada no sitio dos Cardaes, em que habitava um ermitão. Junto á ermida havia umas casas e um cardal, de que eram proprietarios Luiz Rodrigues e seu irmão. Sendo a ermida concedida aos citados religiosos, Luiz Rodrigues e o irmão tambem lhes fizeram doação das casas e do cardal, para a fundação d'um convento. Obtida a licença do cardeal Alberto, que então era o nuncio do reino, os frades franciscanos tomaram posse da referida ermida, casas e cardal, em 1595, sendo n'esse anno lançada a primeira pedra no convento. Ficou construido sómente um hospicio, mas augmentando muito o numero de religiosos, reconheceu se a pouca capacidade do hospicio, e projectou-se a construcção d'um convento mais amplo. N'este novo edificio foi lançada a primeira pedra em 30 de julho de 1615 por Christovão de Almada, provedor da casa da India, celebrando se a primeira missa em 24 de fevereiro de 1623, dia em que ficaram concluidas as obras, tanto do convento como da egreja. A capella mór mandou-a construir, á sua custa, em 1633, o arcebispo de Lisboa D. João Manuel, pertencente á familia dos condes de Atalaia e marquezes de Tancos, motivo porque aquelles fidalgos ficaram sendo os padroeiros. O venerando prelado enriqueceu tambem o convento com muitas reliquias, preciosas alfaias e magnificos ornamentos. No convento houve sempre abalisados mestres, muito doutos em theologia, que eram sempre consultados em assumptos da maior importancia para o paiz, e que sempre tiveram assento nos mais importantes tribunaes. Os reis de Portugal, pela fama de talento que os religiosos gozavam, sempre os preferiam para as mitras episcopaes do reino e seus dominios; para capellães-móres das armadas reaes, e para as missões de Angola. O templo é grandioso, com espaçosa área. O terremoto de 1755 causou muitos estragos á egreja; abateu o tecto da capella-mór que era de cantaria almofadada, destruindo todo o retabulo de talha dourada e todo o altar-mór. A capella do Santissimo, que dizem ser preciosa, tambem ficou em ruinas. Os arcos de pedra que sustentavam o tecto da egreja e dividiam o cruzeiro, e o côro, tudo ficou destruido, assim como a parte do ornato do mesmo côro, acabando de se arruinar tudo em a noite de 20 de janeiro de 1756 em que caiu o tecto da egreja, e se perdeu completamente o côro, que segundo a opinião dos melhores architectos de então, era o mais formoso e regular que existia na corte. Estragou se a casa do refeitorio, o dormitorio da parte do sul, e o do Cardal, que fica ao norte; o lanço do claustro immediato á egreja, e a enfermaria com suas officinas. Os frades refugiaram-se na capella de S. Francisco, que estava na cêrca do convento, onde logo em 2 de novembro, dia seguinte ao da horrorosa catastrophe, se celebraram missas, transferindo tambem para aquella capella os vasos sagrados, que se haviam conservado intactos no seu sacrario. Depois, o padre commissario visitador e provincial, fr. José Teixeira, mandou levantar barracas na dita cêrca para se celebrarem os officios divinos com solemnidade, a canto e orgão, na vespera do Natal do mesmo anno de 1755; continuando assim o culto até que a egreja se reconstruiu. Muitas imagens, que havaim ficando damnificadas, fôram restauradas, assim como alguns quadros, que se puderam ainda salvar. Para a reedificação do convento e da

egreja concorreu muito o zelo e piedade do mencionado provincial; de fr. Manuel do Cenaculo Villas Boas, depois bispo de Beja e arcebispo de Evora; do padre mestre José Mayne, confessor de D. Pedro III, e do venerando padre mestre Sarmento. O desenho da frontaria é do architecto Joaquim d'Oliveira O marquez de Pombal prestou grande auxilio á reedificação e ao embellezamento das capellas, em compensação da cedencia que os religiosos lhe tinham feito de vastos terrenos para elle levantar novas propriedades, e alargar outras na rua Formosa. No convento de Nossa Senhora de Jesus floresceram grandes intelligencias, como D. Fr. Manuel do Cenaculo Villas Boas, D. Fr. Caetano Brandão, D Fr. João Evangelista Pereira da Silva, D. Fr Francisco de Santo Agostinho, Fr. Francisco da Natividade, D. Antonio Alves Martins, etc. No corredor que dá serventia ao cruzeiro da egreja, do lado da Epistola, está uma capella, que pertenceu ao antigo ministro de estado de D. João IV, Antonio de Sousa de Macedo, antepassado dos condes de Mesquitella, que servia de jazigo de familia; ali existe ainda o mausoléo de marmore, sustentado por dois leões, onde foi sepultado aquelle notavel diplomata. Pela extincção das ordens religiosas, passou para a egreja a freguezia das Mercês, transferindo-se o Sacramento em solemne procissão da antiga egreja parochial no dia 25 de abril de 1835. Em 1838 veiu para o convento o gabinete de Historia Natural,que por muitos annos se conservara em Belem, junto ao antigo paço real. Para o convento passou a Academia Real das Sciencias (V. *Mercês* e *Academia Real das Sciencias de Lisboa*, e *Instituto Maynense*). Na cêrca projectou-se ha annos a construcção d'um lyceu, mas as obras ficaram paralysadas. Ultimamente tem-se tratado d'este assumpto, e parece que será levado e effeito.

Convento de Nossa Senhora do Livramento. Era da ordem da Santissima Trindade, situado em Alcantara. Começou por uma egreja, mandada construir por Rodrigo Homem de Azevedo em cumprimento de um voto que tinha feito á Virgem, se o livrasse d'um crime que falsamente lhe haviam imputado em materias de inconfidencia, por seguir o partido de D. Antonio prior do Crato no tempo em que reinava Filippe II de Hespanha, em Portugal. Conseguindo provar a sua innocencia, tratou de cumprir a promessa, fundando a egreja, collocando-se na parochia de S. Paulo a imagem da Virgem, a que deu a invocação do *Livramento*, e d'aqui passou em solemne procissão para a sua egreja. Fallecendo o fundador alguns annos depois, a sua viuva, chamada D. Margarida de Alcaçova, combinou com os religiosos da ordem da Trindade a edificação, n'aquelle mesmo sitio, d'um convento, depois da sua morte, mediante algumas condições que apontou na escriptura que então se fez, Em 1679, sendo provincial fr. Henrique Coutinho, presentado de theologia é que se procedeu á construcção. O templo é de fórma rotunda e pouco claro, e assim se conservou até que em 1698 o reedificou um religioso da mesma ordem, fr. Jeronymo de Jesus, fazendo o d'uma só nave com tres capellas, incluindo a capella-mór, e o adornou com primorosos quadros. O terromoto de 1755 não lhe causou grande damno, e os estragos foram logo reparados. Como a rainha D. Marianna Victoria, mulher de el-rei D. José, era muito devota da imagem de Nossa Senhora do Livramento, ordenou que promptamente se fizesse na cêrca uma egreja de madeira, onde se celebrassem os officios divinos, e os religiosos tambem estiveram abrigados em barracas improvisadas, emquanto duraram as obras do convento.

Convento de N. S.ª das Necessidades. Era da Congregação do Oratorio de S. Filippe Nery. Foi construido n'uma eminencia que domina o sitio de Alcantara, junto d'uma ermida dedicada a Nossa Senhora, que ali existia, e fôra feita com as esmolas dos fieis, como declarava o letreiro, que se via sobre a porta da mesma ermida. Sendo senhor d'esta ermida e de uma quinta a ella contigua Balthazar Pereira do Lago, D. João V lh'as comprou, em 1743, e mandou construir um sumptuoso convento para os congregados, que d'elle tomaram posse em 6 de maio de 1750. O convento possuia excellentes cellas, vastos dormitorios, uma cêrca vastissima, onde se viam bonitos jardins, muitas estatuas e bustos, bellas fontes de pedra e compridos passeios. Ao lado do edificio ficava o paço real das Necessidades, que D. João V edificou, no qual havia tribunas para a egreja O referido monarcha tambem estabeleceu aqui um collegio, e favoreceu grandemente a congregação, com o designio de a contrapôr, como corporação docente pelo modelo de *Port-Royal* de França, ao predominio da Companhia de Jesus na direcção dos estudos. Dotou o real convento e hospicio das Necessidades com 12:000 cruzados por anno, impondo aos padres da Congregação o encargo de ensinarem publicamente theologia moral, philosophia, rhetorica, grammatica latina e primeiras letras. Era bem justificada a protecção generosa que D. João V liberalisava á Congregação do Oratorio. Antonio Feliciano de Castilho, depois visconde de Castilho, e seu irmão José Feliciano de Castilho, fizeram lhe o seguinte elogio, que vem publicado no tomo vii da *Livraria classica portugueza*, pag. 78 e 79: «Nenhuma corporação regular teve nunca, proporcionalmente, maior, nem sequer egual numero de sujeitos extremados, pela justeza do seu viver, profundidade, e variedade da sua doutrina; foi desde a origem n'este reino até aos ultimos dias de uma tradição ininterrupta de justos, doutos e sabios. Desde os rudimentos das humanidades até aos cumes da eloquencia, da historia, da theologia, da physica e da mathematica, não ha ramo que se lá não cultivasse memoravelmente,e de que não ficassem padrões indeleveis e numerosos nas escolas, nas bibliothecas, nas academias» O convento era enriquecido com uma livraria importantissima de livros selectos, que attingia a 30:000 volumes, que importou em mais de 120:000 cruzados, segundo diz o padre Antonio Pereira de Figueiredo, no *Compendio das epocas*. Possuia egualmente aquella casa religiosa uma bem trabalhada collecção de machinas e instrumentos para as experiencias do seu curso physico, a cujas lições recorriam em dias determinados, não só a nobreza e litteratos da côrte, mas as pessoas reaes, que muitas vezes assistiam ás operações physico-mathematicas d'este collegio. A egreja das Necessidades é d'uma só nave; tem a capella-mór onde está a imagem de Nossa Senhora d'a-

quella invocação, n'uma tribuna grande. A imagem tem sobre o braço esquerdo o Menino Jesus, e na mão direita uma vara de prata com castiçal, em que se lhe accende uma vela. A egreja nada soffreu com o terremoto de 1755; do convento só escapou da ultima ruina a parte que estava exposta na sua elevada construcção, por causa do architecto Caetano Thomaz, que procedeu ás obras, ter tido a precaução de mandar segurar com linhas de ferro todo o edificio. O mesmo architecto, para as obras da reedificação, arbitrou 40:000 cruzados. Os congregados, no entretanto; abrigaram-se na cêrca em barracas de madeira, que se improvisaram.

Convento dos Paulistas. Assim é conhecido o convento do Santissimo Sacramento, situado na calçada do Combro, de religiosos da Congregação de S. Paulo, da Serra de Ossa. Foi fundado em 1647 pelo padre mestre fr. Diogo da Ponte, jubilado em theologia, com a protecção de D. João IV. Tanto a egreja como o convento, fôram construidos com notavel magnificencia. Tendo começado as obras em 1647, já no anno de 1649 ali se puderam recolher, para conventuaes, 30 religiosos. O padre Antonio Carvalho da Costa, na *Chorographia Portugueza*, pag. 491 do vol. III, affiança que o convento dos Paulistas era um dos mais importantes de Lisboa, e descreve o minuciosamente, assim como a egreja. Entre as capellas que hoje ali existem, notam-se as duas que estão junto do cruzeiro, fronteiras uma á outra: a de Nossa Senhora da Conceição, do lado do Evangelho, e a de Nossa Senhora da Atocha, do lado da Epistola. A primeira d'estas capellas pertence á confraria ou irmandade de Nossa Senhora da Conceição, instituida em 1654, pelo religioso paulista fr. Antonio de S. João. Esta irmandade era composta só de senhoras, tanto da nobreza como da burguezia. A capella tinha adornos riquissimos, muita prata, grades magnificas, tudo devido á piedade das devotas. Os pontifices enriqueceram a confraria com muitas indulgencias, o que a torna uma das mais respeitaveis que existem na côrte. Na outra capella está a imagem de Nossa Senhora da Atocha, nome derivado da palavra grega *theotocos*, que quer dizer Mãe de Deus, ou de Antiochia, confórme affiançam alguns eruditos antiquarios. Esta imagem foi trazida para a egreja em 1681 por um castelhano, chamado Gabriel del Barque. Começou logo a inspirar muita devoção, e pouco depois se instituiu uma confraria, em que eram admittidos, tanto os homens como as mulheres. O papa Clemente XI concedeu lhe uma bulla com cinco indulgencias plenarias em cinco festas da Senhora, e, além d'isso, o altar ficou privilegiado para as segundas feiras do anno e oitavario de todos os santos. O rendimento annual do convento dos Paulistas era superior a 6:000 cruzados, os quaes só se applicavam para obras. O necessario para o sustento dos religiosos, além do que elles adquiriam pela musica, enterros e sacristia, era dado pelo geral da ordem, que todos os annos mandava 25 moios de trigo e todos os generos mais precisos. Proximo do convento possuiam os religiosos uma quinta, que fornecia vinho em abundancia. Em Extremoz possuiam tambem os religiosos outra quinta, que dava magnifico azeite. A congregação dos frades paulistas da Serra de Ossa tinha um hospicio á Cruz de Pau, hoje rua Marechal Saldanha. O terremoto do primeiro de novembro de 1755 causou tambem bastante ruina ao edificio dos Paulistas. Cairam as pyramides das duas torres e varanda; a abobada da egreja abriu-se pelo meio quasi na largura d'um palmo; cairam até ao meio as paredes das duas ultimas cellas, que olhavam para o norte e occidente, padecendo egualmente grande destroço as paredes do dormitorio. Victimas, só houve a lamentar uma pobre mulher que estava no cruzeiro da egreja. Os religiosos fôram abrigar se na cêrca, em barracas improvisadas, sendo uma d'ellas destinada para os cultos divinos, emquanto a egreja se não reconstruiu. Baptista de Castro, no vol. III do *Mappa de Portugal*, diz que o templo, depois da reedificação, ficou melhorado em esplendor, desafogo e claridade, porque sobre as paredes da antiga egreja se accrescentaram na altura mais de seis palmos, para sobre ellas se plantar vigamento e formar o tecto de estuque. Ao convento, para maior segurança, introduziram-lhe por entre as paredes, grande reforço de grossas linhas de ferro, em quasi todas as cellas e dormitorios. Os quadros, que adornam a capella mór da egreja, são de Vieira Lusitano; no corpo da egreja ha varios retabulos que preenchem os espaços das capellas, e alguns são pintados por Bento Coelho da Silveira; os quadros da sacristia são, na maior parte, de bom autor. A obra de talha é importantissima, sobresaindo a da capella-mór, altares lateraes, e do côro e orgão, sendo esta ultima de grande valor artistico pela sua aprimorada elegancia. Na portaria do convento notavam-se bastantes obras d'arte. A fachada do templo é magestosa, de boa cantaria lavrada; a egreja elegante e bem lançada; a sacristia espaçosa e muito alegre. A livraria do convento assimilhava-se á de Mafra, com varandas. O convento era considerado um dos melhores de Lisboa. Depois da extincção das ordens religiosas, a egreja conservou-se aberta até 1835, com 4 capellães da mesma ordem, a quem deu cellas a Sociedade Promotora da Industria, a que se fizera mercê do convento. Na mesma casa se estabeleceram diversos tribunaes, e entre elles um do jury. No 1.º pavimento esteve muito tempo o batalhão de artifices engenheiros, que depois se mudou para o convento do Desterro, ficando no seu logar uma companhia de infantaria municipal. Tendo-se arruinado completamente a egreja parochial de Santa Catharina (*V. este nome*), passou para a egreja dos Paulistas a freguezia, com todas as corporações annexas, onde ainda hoje se conserva. O convento ficou deshabitado, e mais tarde, quando se organisaram os batalhões nacionaes, serviu de quartel ao batalhão intitulado *segundo movel*, de que era commandante o fallecido barão de Villa Cova. Ha bastantes annos que está ali installada a 2.ª companhia de infantaria da Guarda Municipal.

Convento da Penha de França. A fundação d'este convento da ordem dos eremitas calçados de Santo Agostinho, conta-se da seguinte fórma. Antonio Simões, que exercia em Lisboa o officio de entalhador e dourador, fez parte do exercito que acompanhou el-rei D. Sebastião a Africa em 1578, e achando se na memoravel batalha de Alcacer-Kibir, apenas viu que os portuguezes ficavam derrotados, tratou de pôr-se a salvo, o

que conseguiu, pela desordem com que terminára o combate, em que todos desesperados procuravam vencer ou vender caras as vidas. Em tão dolorosas circumstancias, Antonio Simões recorreu á protecção da Virgem, promettendo-lhe 9 imagens em madeira, a que daria invocações differentes, imagens que seriam esculpidas por elle proprio, com o maximo cuidado e esmero, e a que consagraria a maior devoção e respeito. Antonio Simões foi um dos poucos homens d'aquella desgraçada expedição, que pôde livrar-se do captiveiro africano e regressar á patria. Apenas se viu em Lisboa, tratou de cumprir o voto que fizera. As 9 imagens fôram seguidamente trabalhadas em madeira, e á proporção que as ia acabando, dava-lhes a invocação que imaginára. Quando, porém, concluiu a ultima, hesitou na escolha do titulo, e consultando o padre jesuita Ignacio Martins, resolveu, por seu conselho, dar-lhe o nome de *Nossa Senhora da Penha de França*, á imitação d'outra imagem assim denominada, que existia em Hespanha n'uma capella proximo de Salamanca, muito venerada pela fama de grandes milagres que lhe attribuiam. A nova imagem foi collocada na ermida da Victoria, que já existia no mesmo local onde hoje se vê, chamado então *A Calcetaria*, e que pertencia ao *bairro Valverde*. O terremoto de 1 de novembro de 1755 tudo destruiu, e a reforma de Lisboa, feita pelo marquez de Pombal, deu a toda a cidade baixa uma disposição completamente diversa. Como a Senhora da Penha de França era das 9 imagens, a que Antonio Simões consagrava maior devoção, resolveu edificar-lhe uma ermida especial. O cume d'um monte, dos mais altos da cidade, chamado *Cabeça de Alperche*, hoje *Alto da Penha de França*, foi o local escolhido para a construcção da nova casa religiosa. Affonso Telles de Magalhães possuia ali grandes terrenos, e promptamente cedeu parte d'elles. Começaram logo as obras, e em 25 de março de 1597 foi lançada a pedra fundamental, onde se gravou a seguinte inscripção: *Jesus, Maria, ávante*. No fim d'um anno ficaram as obras concluidas, e no dia 10 de maio de 1598 foi a imagem da Senhora da Penha de França conduzida em pomposa procissão da ermida da Victoria para a sua nova casa. A imagem tornou-se muito popular e da maior devoção. Eram continuas as romarias de devotos que se dirigiam á Cabeça d'Alperche, em cumprimento de votos, offerecendo valiosos donativos, concorrendo assim para o engrandecimento do culto. No mez de outubro do mesmo anno de 1598 declarou-se em todo o paiz uma terrivel peste. O povo horrorisado corria aos templos implorando a misericordia divina; as victimas contavam-se aos centenares, e os trabalhos estavam paralysados. Portugal achava-se então sob o dominio hespanhol, e a tropa castelhana da guarnição do castello de S. Jorge, recordando-se dos milagres feitos em identicas circumstancias pela milagrosa imagem da Senhora da Penha de França, collocada na capella proximo de Salamanca, lembrou-se de fazer uma procissão de penitencia á ermida da mesma invocação na Cabeça d'Alperche, de Lisboa, o que se realisou. A grande affluencia de pessoas que concorriam á nova capella para ouvir missa, obrigou Antonio Simões a sustentar 30 sacerdotes para todos os dias officiarem, e não sendo ainda sufficiente este numero de religiosos, chamava por vezes alguns sacerdotes extranhos, para aquella santa missão. Em 28 de janeiro de 1599, existindo ainda em Lisboa o terrivel flagello da peste, o senado fez voto á Senhora da Penha de França de lhe erigir nova capella-mór, e offerecer lhe ricos paramentos, fazendo-se todos os annos uma procissão de penitencia, em que os devotos caminhassem descalços, n'esse primeiro anno, se Portugal so visse livre de tão horrorosa calamidade. No arco da capella-mór ainda existe uma lapide commemorando este voto. A peste afinal diminuiu, e em 5 de agosto de 1599 o senado procedeu á primeira procissão, saindo da egreja de Santo Antonio da sé á meia noite, por causa do excessivo calor que então fazia, e dirigindo-se para a Penha de França. A procissão compunha-se dos frades de Santo Agostinho do convento da Graça, muitos sacerdotes, seculares, o senado conduzindo o andor de Santo Antonio, grande multidão de povo, indo todos descalços e de tochas accesas. Esta procissão era conhecida pela *procissão dos ferrolhos*, porque na frente costumavam ir os populares batendo a todas as portas, convidando os fieis a chegarem ás janellas. Esta devoção cumpriu se todos os annos até 1833, sempre no dia 5 de agosto. Hoje solemnisa-se com uma festa na egreja, celebrada no domingo seguinte ao dia 5 de agosto, a que a camara municipal costuma assistir. A ordem de S. Domingos tentou mais tarde construir um convento no sitio da Penha de França, mas não o pôde conseguir. Em 1601 é que Antonio Simões fez doação aos frades de Santo Agostinho, tanto da ermida como das casas contiguas onde morava com sua mulher. Estabeleceu-se grande demanda com os dominicanos, em que ficaram vencedores os frades de Santo Agostinho, os quaes procederam, depois das necessarias autorisações, á edificação do seu convento, no anno de 1603; em 1604 tambem o senado, em cumprimento do voto que fizera, começou as obras da nova capella-mór, sendo egualmente melhorado e ampliado o resto da egreja. O architecto encarregado das obras do convento e da egreja, foi Theodosio de Frias A conclusão do convento, porém, deveu se a diversas esmolas, concorrendo com especialidade os bens dados em 1667 por Antonio Cavide, mestre do infante D. Pedro, depois D. Pedro II. A egreja ficou acabada em 1635 e a imagem da Senhora da Penha de França transferiu-se então para o novo templo com a mais notavel pompa. que, segundo a tradição, foi das mais esplendidas festas religiosas realisadas em Lisboa. A procissão percorreu grande parte da cidade, ainda muito limitada, e durante o trajecto fôram-se-lhe reunindo diversas irmandades e confrarias, musicas e danças, que ao recolher, contava 200 guiões, 118 cruzes, 18 turmas de charamelas, e muitos outros instrumentos e danças populares. O papa Clemente VIII concedeu grandes privilegios ao novo templo e convento de Penha de França. Entre estes, mencionaremos dois, que veem publicados no vol. IV do *Archivo Pittoresco*, de 1863 o primeiro dizia *que se não pudesse edificar de novo outra alguma ermida em qualquer sitio que seja, ne a com quaesquer privilegios, ainda que sejam os de S. João de Jerusalem, em distancia de tres milhas da dita casa de Nossa Senhora*. O segundo determinava

que se não pudesse edificar nos reinos e senhorios de Portugal outra egreja com o titulo de Nossa Senhora da Penha de França. Em 1754 renovou-se a egreja, que já estava bastante deteriorada, mas no anno seguinte succedeu a fatal catastrophe do terremoto, e a egreja ficou em completa ruina, havendo a lamentar ainda a perda de mais de 300 pessoas que assistiam á festividade de Todos os Santos no memoravel dia primeiro de novembro. Tres annos depois achava-se o templo novamente restaurado, graças á devoção de el-rei D. José, ao poderoso auxilio de D. Pedro de Menezes, 4.º marquez de Marialva, e ás esmolas dos navegantes e mais devotos da Virgem. Estes factos estão commemorados n'uma inscripção latina, que se vê ainda hoje n'uma lapide collocada na balaustrada, á entrada da egreja, para o lado da rua. Mesmo em frente da egreja lê-se n'outra lapide: «Pedro de Menezes, 4.º marquez de Marialva, insigne bemfeitor d'este convento, mandou fazer estas escadas, atrio e gradaria; e com as suas repetidas esmolas, e as que deram os navegantes da nau *N. S.ª d'Ajuda*, se principiou a restauração do frontispicio. anno de 1788.» O milagre attribuido á Senhora da Penha de França, de que fala esta inscripção, está commemorado por um navio de madeira, que se vê pendurado no centro da casa chamada dos *Milagres*, reprentando a nau N. S.ª d'Ajuda. Desde a invasão dos francezes em 1808, o convento foi incommodado com tropa. N'esse anno aquartelaram-se ali os regimentos de artilharia n.ºˢ 1 e 4; em 1820 esteve o regimento de infantaria n.º 12, e em 1833, por occasião de se fazerem pela segunda vez as linhas de defeza de Lisboa, foi a imagem da Senhora da Penha de França para a egreja da Graça, onde esteve até ao dia 2 de fevereiro de 1834, em que voltou com toda a solemnidade para a sua capella N'essa epoca esteve o convento occupado com a guarnição da linha d'aquelle ponto. Depois da extincção das ordens religiosas, tomou posse da egreja e da imagem o prior da freguezia de S. Jorge, mas o dr. Antonio Marciano de Azevedo fez com que o governo ordenasse ao referido parocho que restituisse tudo á egreja, a qual ficou entregue ao cuidado do citado dr. Azevedo, e d'uma commissão ,dizendo-se missa nos dias santificados. O convento conservou-se arruinado bastante tempo. Os quadros da sacristia fôram para a Academia das Bellas Artes, creada em 1836; o arcaz para S. Mamede, os sinos e relogio para a egreja parochial da Encarnação. Mais tarde, o ministerio da guerra tomou conta do convento para ali estabelecer uma hospedaria militar, onde pudessem hospedar-se os officiaes dos corpos das provincias, que viessem em commissões. Tambem ali habitavam gratuitamente algumas viuvas de officiaes. Estas senhoras passaram mais tarde para Chellas, ficando o convento e os claustros reservados para arrecadações de materiaes de guerra. A cêrca do convento tornou-se n'uma importante e bem cuidada quinta, pertencente hoje a um particular. E' tambem n'uma das repartições do ministerio da guerra estabelecidas no convento, que se está procedendo á educação dos pombos correios. O templo actual é de fórma oitavada; as paredes estão revestidas de excellentes marmores, e as capellas tem adornos de talha dourada. A imagem de Nossa Senhora é a primitiva, esculpida por Antonio Simões, a qual foi tirada das ruinas da capella-mór. Está collocada no centro d'esta capella, n'um rico camarim sobre uma penha feita de cortiça, que tem enorme pedestal quadrado, todo de mosaico. Na cortiça, a um dos lados, vê se uma egrejinha de madeira, que dizem ser exactamente o risco da primitiva ermida, e uma pequena casa que existia proximo, na Cabeça d'Alperche. Do outro lado está deitado um homem, dormindo socegadamente, em conformidade com a lenda da Virgem da Penha de França, que diz, tendo apparecido a cobra para o matar, logo em seguida correu em auxilio do pobre homem um grande lagarto, que fez afugentar a cobra. A imagem era forrada de prata, que foi roubada, parece que no tempo da invasão franceza; e sendo depois encontrada em completo abandono ao pé da cisterna, nos claustros, foi restaurada e collocada na capella mór. No peito da imagem nota se um coração dourado, que é o sacrario, que se abre, e onde segundo consta, os frades costumavam depositar as particulas sagradas, por occasião das festas da semana santa. Na parede exterior da capella-mór está representada, n'um painel formado de azulejos, a lenda da Senhora da Penha de França, isto é, um homem dormindo, a cobra e o lagarto, e na parte superior do painel a imagem da Virgem. Sobre o altar mór vê se tambem uma imagem de Santo Agostinho. Na mesma capella ha duas estatuas de madeira, imitando pedra, de tamanho natural, representando S. Pedro e S. Paulo. Os quadros das capellas lateraes são de Pedro Alexandrino de Carvalho, e segundo consta, fôram os primeiros executados por aquelle artista, para adorno de egrejas. Estes quadros, na reedificação do templo, ficaram substituindo uns outros, que eram trabalhos de Bento Coelho, e que passaram então para a sacristia. O coro é vastissimo; dizem ter ali existido um grandioso orgão no tempo dos frades, o qual foi para a egreja de S. Jorge de Arroios, assim como diversos paramentos, quando se aboliram as ordens religiosas O convento tinha alfaias preciosas, que se guardavam na sacristia, mas que se perderam, na maior parte, com o terremoto de 1755. O altar da sacristia é tambem de valor, e ali se vêem as imagens de S. Guilherme e S. Nicolau Tolentino. Ao lado está um quadro, que dizem ter merecimento, e que pertenceu ao convento da Graça. A chamada *Casa dos Milagres* não é muito espaçosa, tem porta para a sacristia. Vê-se ali o tumulo de Antonio Cavide e de sua mulher, D. Marianna Antonia de Castro, que contribuiram, confórme dissémos, com a maior parte da sua fortuna para a conclusão das obras da egreja e do convento. O tumulo é de marmore, e descança sobre tres leões. Na parede proxima está um pequeno quadro, com uma inscripção, corôa de marquez e o brazão da casa dos Tavoras; dizem querer indicar que está sepultado na egreja o cadaver do marquez d'aquelle titulo, pae do infeliz supplicíado de Belem em 1759. Ignora-se, porém, o local da sepultura. Na Casa dos Milagres ha tambem muitos objectos de cêra, quadros de differentes tamanhos, em cumprimento de promessas, estando no centro o navio de madeira, que já citámos, representando a nau N. S.ª d'Ajuda. Vê-se egualmente um grande jacaré, que popularmente é conhecido

pelo *lagarto da Penha*. Por baixo da Casa dos Milagres existe o antigo carneiro da egreja. Os primitivos sinos da Penha de França, que tinham sido offerecidos pelo marquez de Marialva, fôram mandados para a egreja da Encarnação, dizem que em pagamento d'uma divida contraida á irmandade d'aquella egreja pela casa de Bragança. O governo indemnisou mais tarde a egreja da Penha de França, mandando-lhe uns sinos do Beato; não podendo, porém, servir, a irmandade requereu autorisação para os derreter, aproveitando-os para um novo carrilhão, que actualmente existe. O largo da Penha de França é um dos pontos mais elevados da cidade, e d'onde se desfructa um esplendido panorama, tanto de mar como de terra.

Convento dos Remedios. Era de carmelitas descalços da ordem reformada por Santa Thereza de Jesus, de Nossa Senhora dos Remedios. Foi fundado pelos religiosos d'esta ordem em 1582, no bairro da Pampulha, proximo á beira-mar sobre um penedo, que então ali existia, ficando com a frente para o lado do sul. Deu-se-lhe o nome de *S. Filippe Real*, e o mesmo nome deram os religiosos a toda a sua provincia. Esta determinação foi motivada por ter Filippe II, de Hespanha, trazido a Portugal os primeiros carmelitas descalços, vindo entre elles fr Ambrosio Mariano de S. Bento, que foi quem deu principio á fundação, e por este motivo se ficou chamando *marianos* a estes religiosos. A primeira fundação do convento fez-se n'umas casas, que doou certo devoto aos frades, e onde mais tarde se construiu o convento de S. João de Deus. Por morte do doador, sua mulher, D. Milicia, que não tinha assignado a escriptura de doação, tirou, por demanda, esta propriedade aos marianos em 1604. Os religiosos mudaram se para umas casas que compraram junto ao castello de S Jorge, defronte da ermida de S Chrispim, mudando então o antigo titulo para *Nossa Senhora da Madre de Deus*, continuando sempre a provincia a denominar-se de S Filippe. Os religiosos não se conservaram ali, ou por não terem as precisas commodidades, ou por outro qualquer motivo, e vieram então, em 1606, para a rua das Janellas Verdes, para duas casas que compraram a Vasco Fernandes e a Francisco Soares. A primeira pedra foi lançada no novo edificio em 27 de setembro d'esse mesmo anno, ficando as obras concluidas em 1611. A commendadeira de Santos D. Anna de Alencastre a quem o terreno era foreiro, lhes concedeu o direito e senhorio, tanto do seu convento, como do das freiras de Santo Alberto, por umas casas que elles lhe deram em troca, e que estavam na freguezia de S. Thiago. Este contrato foi feito em 1606. Os religiosos passaram para a sua nova casa em solemne procissão a 3 de maio de 1611, mudando então novamente o nome do convento para *Nossa Senhora dos Remedios*. Está situado o convento na rua das Janellas Verdes. E' por uma porta de grades de ferro que se entra para o adro, tendo d'um e d'outro lado uma escadaria de pedra de poucos degraus. O adro é quadrado e espaçoso, de pedra de varias côres. Logo defronte fica o frontispicio da egreja, assentado sobre columnas de pedra. A' entrada havia um alpendre, sobre o qual se via n'um nicho a imagem de Nossa Senhora dos Remedios, de pedra; este nicho era acompanhado de duas tarjas de pedra de mediana grandeza, onde estavam gravadas as armas da ordem. A egreja era d'uma só nave de abobada, tinha seis capellas além da capella-mór de bom trabalho de talha dourada, tendo sobre o altar a imagem de Nossa Senhora do Monte do Carmo. Sobre o atrio estava a primeira capella, que em 1810 se via toda destruida, servindo por varias vezes de casa da guarda. Depois da extincção das ordens religiosas em 1834, a egreja conservou-se com o seu capellão, que era um frade da mesma extincta ordem; a cêrca foi alugada, tomando-a a seu cargo pessoa tambem da mesma ordem. Algum tempo depois foi vendida, de que resultou estabelecer-se no muro da frente da rua um novo predio bastante extenso, onde se installou uma fabrica de louça, ficando a cêrca para o expediente da mesma fabrica. O convento esteve por muito tempo occupado com tropa, outras vezes serviudo de arrecadação de objectos militares; mais tarde aquartelou-se ali o batalhão n.º 17 da Guarda Nacional, e por fim, concedeu se a maior parte do convento ao machinista portuguez Gaspar José Marques, para ali proceder aos seus trabalhos.

Convento de Santa Maria de Jesus de Xabregas. Foi de frades franciscanos. Na sua primitiva foi este edificio um palacio real, fundado por D. Affonso III. Era n'este palacio que todos os monarchas até ao rei D. Fernando I residiam, quando estavam em Lisboa. Chamava-se-lhe os *Paços de Enxobregas*. A origem d'este titulo é assim explicado pelos nossos etymologistas. Em eras muito mais remotas que a de D. Affonso III, davam fama áquelle sitio as continuas rixas que todos os dias havia n'um lavadouro publico, entre as mulheres que lavavam roupa. A' falta de policia, ellas proprias tratavam de socegar aquellas que se excediam de palavras, gritando com quanta força tinham, apenas começava a desordem, *leixa bregas*, querendo dizer *deixa brigas*. D'aqui viria, portanto, ao sitio com alguma corrupção, o nome de *Enxobregas*, que se conservou durante seculos, corrompendo-se tambem muito mais tarde em *Xabregas*, nome por que é ainda hoje conhecido. O palacio fundado por D. Affonso III incendiou-se, e ficou em completa ruina. O rei castelhano Henrique II, que promovia guerra contra Portugal, no reinado de D. Fernando I, havia cercado Lisboa, e vendo se vencido, teve de levantar o cêrco, deitando n'essa occasião fogo aos paços de *Enxobregas* Até ao anno de 1455 estiveram as ruinas em perfeito abandono, sem que ninguem pensasse em reedificar o palacio. N'aquelle anno, porém, D. Affonso V fez d'elle doação á condessa de Athouguia D. Guiomar de Castro, mulher do 1.º conde d'aquelle titulo, D. Alvaro Gonçalves de Athaide, para ali se fundar um convento da ordem de S. Francisco. Começaram então as obras, concorrendo tambem esmolas do povo, as quaes se concluiram em 1460, ficando o convento com a denominação de *Santa Maria de Jesus*. Em 17 de abril do referido anno de 1460 tomaram posse da nova casa religiosas alguns frades da provincia do Algarve, que no anno antecedente tinham vindo da ilha Terceira; eram nove ao todo, sendo dois sacerdotes e 7 leigos; o prelado chamava-se fr. Pedro da Zarça. A este acto so-

lemne assistiu el-rei e muitas pessoas da nobreza. O convento ficou considerado a casa capitular da provincia do Algarve, que se dividiu a instancias de D. João III em 1532 por um breve do papa Clemente VII. Ficava collocado á beira mar, tendo defronte o forte de Xabregas, contiguo á Madre de Deus e ao convento do Grillo, com a frente para o lado do sul. Tinha 9 capellas, incluindo a capella-mór, onde se viam as imagens dos santos fundadores da ordem; nas 8 capellas lateraes contava-se a do Santissimo Sacramento e a de Nossa Senhora Mãe dos Homens No pavimento nobre estava a capella dos provinciaes, que tinha no retabulo um excellente quadro de Nossa Senhora, pintura de Guido Reni; havia ainda outros quadros, trabalhos de Thenienes, representando a paixão de Christo. O terremoto do primeiro de novembro de 1755 derribou completamente o convento, e as ruinas que ficaram, fôram demolidas algum tempo depois, para se proceder á nova construcção, que se fez desde os alicerces. A communidade esteve na cêrca exposta ao rigor do tempo e com limitado reparo, até que dentro d'uma casa que servira de celleiro, se formou uma pobre egreja com quatro altares, para se celebrarem os officios divinos, concluindo com a festa dos reis magos do anno de 1757, passando n'esse dia para outra casa, que servira de enfermaria onde erigiram nova egreja com sete altares, côro e orgão para o culto divino. O novo convento ficou com a fórma d'um parallelogrammo, tendo a egreja ao centro. Apezar de bem construido, o templo não se destacava na grandeza de proporções, nem na magnificencia de ornamentação, tinha, porém, duas esculpturas, cuja fama milagrosa lhe attrahia numerosa concorrencia de devotos tanto da capital como dos arrabaldes. Uma d'estas esculpturas era a imagem de Nossa Senhora Mãe dos Homens, e a outra o Calvario, com todas as figuras sagradas e dos phariseus, feitas em tamanho natural. Quando em 1834 acabaram as ordens religiosas, a egreja foi profanada, e o convento esteve por muito tempo deshabitado. Houve idéa de o aproveitar para uma penitenciaria; depois pensou-se estabelecer se ali o conservatorio de artes e officios. Uma parte do convento esteve algum tempo occupada com diversas corporações do exercito, como o regimento de infantaria n.º 1, o batalhão naval de artifices engenheiros, que em 1839 foi para a praça d'Armas em Alcantara, etc. N'outra parte do convento estiveram officiaes militares e differentes familias. N'esse anno de 1839, finalmente, o governo concedeu o edificio á fabrica da Companhia de Fiação e Tecidos de algodão lisbonense. Pouco tempo depois o edificio foi victima d'um grande incendio, que reduziu a cinzas a parte occidental, não chegando a communicar-se á egreja. A fabrica de fiação e tecidos mudou-se para o Calvario, para um edificio que a companhia mandou construir, e ficando outra vez deshabitado o convento, o governo ordenou em 1845, que a Companhia dos Tabacos Lisbonense ali estabelecesse a sua fabrica. O tabaco era então monopolio.

Convento de Santa Rita de Cassia. Era de eremitas descalços de Santo Agostinho. Estava situado na rua de S. Sebastião da Pedreira, com frente para o norte. Os religiosos tomaram d'elle posse em 2 de abril de 1719. O damno causado pelo terremoto de 1755 foi insignificante, e logo se reparou. O convento tinha dois pavimentos, e no primeiro esteve muitos annos aquartelada uma das companhias da Guarda Real da Policia de Lisboa até julho de 1833. A egreja tinha tres capellas, com a capella-mór, onde estava a imagem de Santa Rita de Cassia, a quem a egreja fôra dedicada; nas duas capellas lateraes havia imagens de santos da ordem de Santo Agostinho Servia de hospicio aos padres da provincia que vinham a Lisboa. Existiram ali algumas confrarias desde que os religiosos tomaram posse até 1807. Tanto no convento como na egreja havia quadros, mas de pouco valor. Depois da extincção das ordens religiosas em 1834, a egreja conservou se aberta por algum tempo, havendo missa aos domingos e dias santificados. Afinal fôram todas as imagens para a egreja parochial de S. Sebastião da Pedreira, sendo a de Santa Rita de Cassia collocada na capella-mór. A egreja foi toda desmanchada por dentro, a ponto de não ter indicação alguma de casa religiosa O convento serviu para se recolherem militares pobres e inutilisados. Actualmente serve de quartel á 3.ª companhia da Guarda Municipal.

Convento de Santo Antão o-Novo. Era o edificio onde está actualmente installado o Hospital Real de S. José. Foi collegio dos jesuitas. A Companhia de Jesus fundára em Lisboa o seu collegio no local, onde hoje vêmos a egreja do Colleginho, por detraz da Mouraria, que se denominava *Santo Antão (V. Lisboa, convento do Colleginho)* O cardeal infante D. Henrique, porém, tomando o titulo de fundador, quiz alargar o convento, e não se prestando o terreno por ser muito acanhado e estreito, resolveu construir um novo edificio em condições mais grandiosas. Escolheu se o sitio para a nova edificação, e logo se compraram algumas moradas de casas, que se demoliram, concorrendo o cardeal infante para aquella compra. A 3.ª condessa de Linhares, D. Filippa de Sá, deu tambem algum terreno e algumas casas para esta construcção. Quando falleceu, foi ali sepultada n'um soberbo mausoléo. El-rei D. Sebastião passou uma provisão no anno de 1578, ordenando á camara de Lisboa que cedesse á Companhia de Jesus uma parte do Campo de Sant'Anna, para ali se formar a cêrca do novo collegio. Houve então grandes divergencias e assidua opposição da parte das pessoas do curral que existia ali, por imaginarem que a visinhança do novo convento as obrigaria a abandonar o seu alojamento. O padre confessor das freiras de Sant'Anna ajudava a guerra das pessoas do curral, impedindo que os vereadores da camara se aproximassem quando iam demarcar o sitio, lançando-lhes excommunhões, até que elles, vendo-se impossibilitados de trabalhar, se retiravam perseguidos tambem pela gente do curral, que lhes atirava com pedras. N'estas circumstancias os jesuitas desistiram por algum tempo de começarem as obras e, só se decidiram, quando, depois da mallograda expedição d'Alcacer-Kibir em 1578, subiu ao throno o cardeal-infante D. Henrique, decidido protector da Companhia de Jesus Era reitor do convento o padre Christovão de Gouveia, e a primeira pedra no edificio foi lançada em 11 de maio de 1579, quasi em segredo para evitar contradições e embargos, *por-*

que antes de começada a obra, facilmente se impede, diz Balthazar Telles, chronista da Companhia de Jesus, *mas depois de principiada, posto que se cancem, já a não pódem derrubar*. Porém não aconteceu assim, porque a guerra continuou, especialmente com respeito á cêrca. Apenas isto constou, acudiu ao sitio muita gente do bairro, e ás pedradas obrigaram os operarios a fugir. Desde esse dia se travou uma obstinada lucta, que, aggravando-se cada vez mais, transformou por muitas vezes em campo de batalha o logar das obras. Por fim já não era o povo das immediações, era toda a cidade de Lisboa contra os jesuitas. Para se evitarem tão grandes e repetidas desordens, o senado de Lisboa foi, incorporado, pedir ao cardeal-rei, que mandasse parar com as obras, expondo-lhe as queixas do povo. O plano do novo collegio era grandioso, o que mais irritava o povo, em vista das gravissimas circumstancias do paiz depois da perda d'Africa e d'el-rei D. Sebastião. No entretanto, a construcção do edificio progredia, apezar de todas as contradições e desordens, concorrendo tambem muito para isso o ter-se encontrado n'aquelle recinto muita areia e uma grande pedreira que servia para a alvenaria. O confessor das freiras de Sant'Anna, com a intervenção d'el-rei, que o mandou chamar, accommodou-se, mas a gente do curral e o povo é que não desistiam da lucta, por vêrem construir um tão magestoso edificio, em epocas tão calamitosas. Os padres iam sempre addiando o seu projecto á espera de melhor ensejo. Foi então nomeado presidente da camara de Lisboa D. Pedro de Almeida, fidalgo muito bemquisto e respeitado, que estivera na India e na China, onde se distinguira por bons serviços, e tomando em consideração a causa dos padres da Companhia, não só deu ordens positivas para obrigar os moradores do campo do curral a não estorvarem a continuação das obras, mas foi pessoalmente assistir á abertura do cavouco, que devia receber o alicerce do muro da cêrca, chegando até a pegar n'uma enxada, para cavar tambem ao lado dos trabalhadores. As obras progrediram finalmente e com a maior actividade, mas a morte do monarcha em 1580, obrigou a paralisal-as, pela falta de recursos, pois que os cofres que a real munificencia puzera liberalmente á disposição dos padres, tinham ficado fechados pela falta do soberano. Além d'isso, o paiz fôra invadido pelos castelhanos, o que causara um desanimo geral no povo, por vêr perdida a independencia. A muito custo, porém, os jesuitas fôram continuando os seus trabalhos, creando avultadas dividas, com que a Companhia ficou empenhada por muito tempo. A 8 de novembro de 1593 realisou se a mudança do collegio de Santo Antão para o novo convento, que ficou sendo conhecido por *Santo Antão-o-Novo*. O edificio não estava, comtudo, terminado, mas já tinha capacidade para abrigar 60 religiosos. A egreja só pôde concluir-se mais tarde, á custa da condessa de Linhares, D. Filippa de Sá, que dispendeu quanto foi necessario para que a egreja não desmerecesse da grandeza e sumptuosidade com que se déra principio ao convento. A primeira missa veiu a celebrar-se em 31 de julho de 1652, dia em que a egreja reza de Santo Ignacio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus. O grão-duque da Toscana, Cosme III, por occasião da sua visita a Lisboa em 1670, hospedou se n'este convento. O terremoto de 1755 derrotou completamente a egreja, e arruinou muito o convento, tendo os padres de se refugiarem em barracas que se armaram na cêrca. Os estragos do convento repararam-se, mas a egreja continuou em ruinas; pouco tempo depois fôram expulsos de Portugal os jesuitas, por decreto de 3 de setembro de 1759, e os seus avultados bens passaram para o dominio da Corôa. O hospital de Todos os Santos, que estava situado nas dependencias do convento de S. Domingos, fôra destruido em grande parte por um incendio em 10 de agosto de 1750, completando-se a sua ruina cinco annos mais tarde, com o terremoto. O incendio obrigara a formarem se enfermarias provisorias para os doentes, os quaes estavam disseminados por differentes partes, no mosteiro de S. Bento, nos palacios do conde de Castello Melhor e de Antão Vaz d'Almada, etc. Reconheceu se a urgente necessidade de se reunirem todas as enfermarias em novo hospital, e o collegio de Santo Antão-o-Novo, que ficara desoccupado com a saida dos jesuitas, foi aproveitado, tomando o titulo de *hospital real de S. José*, por ter sido D. José quem concedeu aquelle edificio para tão utilitario fim (V. *Lisboa, hospitaes de*). A antiga egreja tinha 11 capellas contando com a capella-mór, onde se collocou a imagem de Santo Ignacio; 4 capellas estavam no cruzeiro e 6 lateraes, sendo quasi todas de pedras embutidas. Havia bons quadros a oleo, que ficaram estragados no terremoto, e ainda se conservaram na sacristia alguns que tinham escapado. A sacristia, pela sua vastidão, ficou servindo de egreja. Tambem se notavam as estatuas dos 12 apostolos, todas de pedra, que tinham sido feitas em Roma. O enfermeiro-mór D. Francisco d'Almeida as mandou collocar aos lados da portaria que é hoje a porta da hospital, no anno 1811, e o governo impediu esta ordem, estando então algum tempo as estatuas cobertas com uma caixa de madeira, que o tempo destruiu. O templo era magestoso e o mais vasto de Lisboa; a fachada, as torres, convento e officinas, de rica pedra de marmore lioz, e outras pedras as mais preciosas; os pulpitos eram os mais ricos das egrejas de todo o reino, segundo se affirma; os dois tumulos dos fundadores, que estavam na capella-mór, eram esplendidos. O terremoto destruiu o edificio, caindo o rico zimborio, um dos melhores de Lisboa. A egreja depois do terremoto continuou em ruinas. O que a terrivel catastrophe ainda deixou, foi depois derrubado no principio do seculo XIX: a parte superior da fachada, as magnificas columnas interiores, os bellos mosaicos e as admiraveis esculpturas. As torres fôram derrubadas; a da esquerda em 1807, e a da direita em 1836, servindo a pedra para calçadas. A sacristia escapou ao terremoto, conforme dissémos; é sumptuosa, sendo interiormente coberta, tanto nas abobadas como no pavimento e paredes, de lindos marmores de varias côres, lavrados em excellentes relevos e polidos como espelhos. E' a capella do hospital de S. José, e conserva toda a magnificencia da primitiva. Tambem aqui se admiram uns arcazes feitos de pau santo, de um lavor primoroso e com ferragens e adornos de grande merecimento. Quando o edificio pertencia aos jesuitas, possuia

tres grandes quintas, e além d'isso, os seus rendimentos passavam de 18:000 cruzados.

Convento de Santo Antão-o-Velho. V. *Lisboa, convento do Colleginho.*

Convento de Santo Antonio dos Capuchos. De religiosos da ordem de S. Francisco, da provincia de Santo Antonio. Está situado na calçada de Santo Antonio dos Capuchos, perto do antigo Campo de Sant'Anna. Entrando pelo lado esquerdo, logo ao principio, se descobre uma pittoresca alameda de arvoredos, no fim da qual se vê a fachada do convento, que fica para o lado do sul. Foi fundado em 1570. O terreno onde se construiu a capella-mór, sacristia e o lanço do segundo dormitorio com todo o mais terreno, ladeira abaixo até ás casas da estrada, fôram dadas por Diogo Botelho, com obrigação de lhe darem a referida capella-mór. O terreno desde o primeiro dormitorio com a cisterna até ao muro, da parte do mar, deu-o D. Brites, irmã do religioso fr. Diogo Peregrino, sem interesse nem condição alguma. O terreno onde está o resto do edificio e a egreja, foi cedido por D. Maria da Silva, mulher de Francisco Tavares. O do pomar, por ser foreiro ao convento de S. Domingos, de Lisboa, se houve dos dominicanos, dando-lhes Balthazar Lopes Marchante o mesmo fôro em outro sitio, reservando para si só dois chãos, no principio da rua da Fé. De outros pedaços de terra, que eram cardaes, se comprou um aos padres da Companhia de Jesus, e outro foi dado pela camara municipal. A primeira pedra na edificação do convento, foi lançada em 15 de fevereiro do referido anno de 1570 com a maior solemnidade. Continuaram logo as obras, dirigidas por fr. Martinho da Insua, concorrendo para ellas grandes esmolas de el-rei D. Sebastião, e d'outras pessoas da nobreza. Este monarcha mandou fazer á sua custa a cêrca, e com outras esmolas de particulares se fez a portaria, dormitorio de baixo, cozinha e mais officinas. A egreja é dedicada a Santo Antonio, por se ter lançado a primeira pedra no dia da sua trasladação, celebrando-se a primeira missa no referido dia de 1579. Outros monarchas lhe fizeram obras e concederam rendimentos. A egreja é d'uma só nave; tem nove capellas, com a capella-mór, onde se vêem as imagens de Nossa Senhora, Santo Antonio e S. Francisco. As outras capellas, que ficam lateraes e duas na frente, tambem fôram construidas por esmolas. O retabulo foi mandado fazer pelo desembargador do Paço Paulo Affonso. A sacristia, tambem feita por esmolas, tem muitas reliquias, offerecidas pela rainha D. Catharina, viuva de D. João III, e pelo seu esmoler Mestre Cano; e outras que lhe deixou em testamento o medico Gaspar Serrão. Bons ornamentos dados pela condessa do Redondo D. Mecia de Menezes, que tambem lhe offereceu uma custodia de prata, alcatifas, e outras peças para o culto divino. Ao lado do edificio ha uma porta, que dá entrada para as capellinhas dos passos da Paixão de Christo. Na egreja existiam muitas confrarias, e era grande a devoção pela imagem do Senhor dos Passos. Ha na cêrca a escada santa, de muita devoção, e os pontifices teem concedido muitas indulgencias e graças ás pessoas que a visitarem. No claustro existiam muitos quadros de varões illustres que honraram esta ordem, outros na casa que vae para a sacristia, e outros na egreja, a qual é toda guarnecida de branco, menos o tecto da capella-mór, em que se vêem as armas da familia Bulhões, a que pertenceu Santo Antonio. Tanto as imagens da egreja como as das capellinhas dizem ser de merecimento, assim como a imagem do Senhor dos Passos, que está nas capellinhas, que é trabalho do padre João Chrisostomo. O prejuiso causado pelo terremoto de 1755 no convento e na egreja, foi cair a abobada do corpo da egreja, que victimou 10 mulheres e 1 homem; arruinou-se tambem a capella chamada do *Bispo*, a do *Santo Christo* da cêrca; a celebre capella do *Presepio* tambem experimentou bastante ruina. Os religiosos levantaram na cêrca, para a parte do norte, uma barraca, e n'ella formaram uma decente egreja, onde celebraram os officios divinos até 14 de março de 1758, dia em que se mudaram para a sua antiga egreja, já reedificada á custa de varias esmolas, em que se distinguiu o conde de Povolide, seu padroeiro, na reedificação da capella-mór. Depois do decreto da extincção das ordens religiosas em 1834, tanto o convento como a egreja estiveram algum tempo fechados; a cêrca foi vendida a pessoa que concedeu aos fieis a continuação das suas devoções ás capellinhas. O governo ordenou mais tarde, que o convento servisse de Asylo de Mendicidade, d'ambos os sexos, e a egreja ficasse sendo a capella do mesmo asylo. E assim se tem conservado até hoje.

Convento de S. Bento da Saude. E' o edificio, onde actualmente se vê o palacio das Côrtes. Pertencia á ordem benedictina, que teve principio n'este reino em 1537. Este convento foi edificado em 1598 pelo seu geral fr. Balthazar de Braga, a expensas da ordem, como consta dos disticos latinos abertos n'uma pedra, que se liam por cima da portaria que dava entrada para os claustros. O marquez de Castello Rodrigo tomou a capella-mór á sua conta, para seu jazigo; mas este contrato foi desfeito pelos religiosos com os herdeiros do marquez, dando-lhe o convento 10:000 cruzados, no anno de 1718, sendo então abbade fr. Bartholomeu de S. Jeronymo. Esta casa, porém, foi a segunda que a ordem benedictina teve em Lisboa. Em 1571, 27 annos antes, no tempo de el-rei D. Sebastião, foi edificado o primeiro convento, por iniciativa do abbade geral e reformador da ordem, fr. Pedro de Chaves, o qual propoz ao cardeal-infante D. Henrique, então regente do reino, a fundação de um convento de monges benedictinos em Lisboa, onde não havia ainda nenhum, quando em todas as provincias, e especialmente no Minho, elles existiam desde o começo da monarchia. Foi escolhida uma grande quinta com sua casa de habitação, no sitio, hoje chamado largo da Estrella, para a nova edificação religiosa. O cardeal-infante concorreu para a compra d'aquella quinta, e no fim de dois annos achava-se prompta a egreja e o convento com accommodações para 30 religiosos, celebrando-se a primeira missa na vespera do Natal do anno de 1573. (V. *Lisboa, Convento da Estrellinha*) Não se contentando, porém, os religiosos com aquelle convento, resolveram annos mais tarde, em capitulo geral, fundar outro mais proximo da cidade, em sitio menos elevado e menos exposto aos ventos, que tanto accommettiam o largo da Estrella. Estabeleceu-se então o mosteiro de S. Bento da Saude, conforme dis-

sêmos. O architecto escolhido para a nova fundação foi Balthazar Alvares, artista muito considerado n'aquella epoca. Da superintendencia das obras encarregou se o padre fr. Pedro Quaresma. Este templo era a cabeça de toda a ordem benedictina, assim como a casa que possuia em Tibães. O edificio é magnifico pela sua situação e grandeza, e o terremoto de 1755 o respeitou, não lhe causando a menor ruina. Ordenou se que fôsse para a sua egreja a communidade da Patriarchal, para as funcções ecclesiasticas, e assim se mandou logo insinuar ao D. abbade d'este convento por carta do secretario de Estado Sebastião José de Carvalho e Mello, mais tarde conde de Oeiras e marquez de Pombal. Esta determinação, comtudo, não teve effeito, porque a Patriarchal foi para a ermida de S. Joaquim, em Alcantara. Mas installou-se n'uma das dependencias do edificio o archivo real da Torre do Tombo, e a Academia militar, ou Aula de Fortificação, que se estabeleceu n'uma casa situada no portico da egreja, para onde tem a sua principal servencia opposta á portaria do convento, cujo exercicio começou em outubro de 1757. Transcrevemos do *Archivo Pittoresco*, vol. III pag. 105 e 106, a seguinte descripção, que data do anno de 1761, mas que serve, por assim dizer, para o actual edificio, pois sómente soffreu alteração no interior, quando se tratou de estabelecer ali as duas camaras legislativas: «Para que nada faltasse ao frontispicio e entrada do convento, antes de chegar a elle, tem um muito espaçoso recinto, capaz de dar logar a muitas carruagens. A frontaria funda-se em seis grandes e firmes pilares de bem lavrada pedraria, onde assentam cinco formosos arcos, sobre os quaes corre uma valente cimalha, e por cima d'ella, superior aos tres arcos do meio, se vêem tres nichos de pedra rica, todos na mesma linha, e sobre o do meio tem logar o frontispicio, com uma tarja no fecho do arco; e no andar da volta dos arcos dos nichos ha quatro oculos, pelos quaes se communica luz, assim no côro como á egreja. Por cima dos outros dois, entre os quaes ficam os tres do meio correspondentes ás portas da egreja, ha duas grandes janellas rasgadas, com avultadas grades de marmore branco, as quaes janellas guarnecem arcos de pedraria, que excedem na altura os arcos dos nichos, e as mais voltas dos arcos occupam vidraças que dão claridade aos dormitorios. Pelos lados d'estas janellas se continuam pilares, que são os extremos do frontispicio da egreja, os quaes se rematam em uma cimalha de pedraria, que corre, não só sobre a frontaria da egreja, mas tambem pelos lados do frontispicio, em que se vêem de cada parte, nove janellas das cellas mais estimadas dos religiosos do convento, pela vista que logram d'ellas. Nos extremos da dita frontaria tem logar outra grandiosa janel'a similhante á que dissémos ficar proxima do côro; e ambas estão mettidas entre dois grandes pilares, que fórmam os solidos cunhaes que seguram o edificio do convento, um dos quaes fica á mão direita de quem quer entrar no portico. N'este cunhal dizem ter-se feito extraordinaria despeza, de que foi cau-

Convento de S. Bento da Saude (actualmente Palacio das Côrtes)

sa não se achar firmeza no fundo, pelo que foi necessario il-a buscar muito abaixo, até que, dando-se em agua, veiu a fundar-se o cunhal sobre grade de madeira; mas como a profundidade foi extraordinaria, seguiu-se ser tambem extraordinaria a despeza em encher, de pedra e cal, uma altura tão notavel, com a largura que se requeria, tanto para a obra que se havia de fazer, como para n'ella poderem trabalhar os officiaes. Da outra parte foi muito menor a difficuldade e a despeza, porque se achou fundo accommodado para se fazer o alicerce. O frontispicio da egreja está ainda agora egual com a mais obra da frontaria; mas se se levantara com as duas torres que havia de ter, confórme ao desenho com que se começou, seria sem duvida uma obra magnifica, e que accrescentaria muito a magestosa frontaria. Porque além das nove janellas que ficam a cada lado do frontispicio da egreja, se vêem por baixo d'ellas outros dois andares de janellas eguaes ás de cima, que são grandes, e todas guarnecidas de pedraria, com o que vem a ficar tres andares de janellas eguaes, que acompanham o frontispicio, fazendo tudo um objecto magestoso e muito agradavel aos olhos que n'elle se empregam, dando facilmente a entender, pelo que vêem de fóra, que não póde deixar de ser graudioso o que se esconde no interior do convento.» A egreja era d'uma só nave, com tres portas para o nascente, como acima dissémos, e um grande adro, fechado por duas portas: no convento havia bons dormitorios, largas cellas e duas claustras; uma das officinas da banda do norte, com seu chafariz, e muitas casas grandes, ficando em baixo outro dormitorio e cellas. A outra claustra era do lado do sul, e n'ella se entrava pela portaria. Entrando na claustra ficavam á esquerda muitas casas e cellas que serviam para hospedar algum bispo ou outra pessoa de grande respeitabilidade. Para a direita, e lado da egreja, se subia por uma escada que ia dar á galeria da claustra, que ficava no andar do dormitorio: era de pedra, com as paredes revestidas de bons azulejos, tendo as armas de S. Bento em varios sitios. A capella mór, como dissémos, estava dada a D. Manuel de Moura, marquez de Castello Rodrigo, que muito se interessava na sua belleza e grandeza; mesmo estando em Roma, onde fôra por embaixador do rei de Castella, mandava de lá excellentes pedras finas e jaspes de varias côres. Mas como não voltou mais a Lisboa, ficou a obra incompleta, e os frades perderam muitas peças ricas e varias reliquias, que aquelle fidalgo havia reunido para ornato da sua capella. As mais obras do convento fôram á custa dos frades, concorrendo para a sua fabrica muitos conventos de Entre Douro e Minho. Os religiosos, em 1830, mandaram pintar o tecto da egreja, cruzeiro e capellas lateraes, sendo todas ornadas de quadros allegoricos á vida do santo fundador da ordem. A sua reedificação ficou por concluir, por causa do decreto da extincção das ordens religiosas em maio de 1834. No anno de 1822, quando se deu a constituição, fôram transferidos os frades para o seu convento de Tibães, d'onde regressaram em 1823. No mosteiro de S. Bento da Saude tambem esteve a Patriarchal, sendo para ali transferida, por occasião do grande incendio que em 1759 reduziu a cinzas o edificio que se construira, depois do terremoto, no largo da Cotovia, hoje praça do Principe Real. A Patriarchal foi depois transferida para a Ajuda, para novo edificio que se construiu, até ao anno de 1834, em que por decreto de D. Pedro IV, se reuniu á sé, onde se tem conservado. Em 1834, resolveu se installar-se no antigo convento as camaras legislativas, e para esse fim, se procederam a grandes obras, que duraram poucos mezes. A sala dos deputados foi feita totalmente de novo; é alegre e magestosa. As paredes são, a meia altura, abertas em tribunas, excepto unicamente o vão a que se encosta o throno, e rematam n'uma galeria de janellas A sala das sessões dos pares occupava a antiga casa do capitulo, cujas paredes fôram para isso accrescentadas. Em 1866 construiu-se um sumptuoso edificio para esta camara o qual fica nas costas do palacio das côrtes, do lado da calçada da Estrella. As cellas transformaram se quasi todas em salas de commissões. No largo, em frente do edificio houve notaveis melhoramentos. Era um vasto terreiro, com enorme declive até á rua de S. Bento. Cortou-se por esse declive, correndo um muro por toda a frente do terreiro, o qual foi muito bem terraplanado, e plantado d'arvores, formando actualmente uma bonita alameda. No anno de 1852 fez-se uma cortina com duas magestosas escadarias de pedra, por onde se desce para a rua de S. Bento. Em 1878 collocou se no largo das Côrtes a estatua do grande orador José Estevão Coelho de Magalhães. A grande cêrca do convento, foi, ha perto de 30 annos, aproveitada para um novo mercado, que se ficou intitulando *de S. Bento*.

Convento de S. Camillo de Lellis A ordem dos clerigos regulares ministros dos enfermos, erigiram o seu convento em Lisboa em 1754, na ermida de S. Matheus, no sitio do Poço do Borratem. Esta ermida era titular do morgado e grande casa de Mousanto, e D. Luiz de Castro, então senhor do morgado, alcançou do santo padre Paulo III uma bulla passada em Roma a 29 de abril de 1541, pela qual lhe concedeu faculdade para comprar a Christovão de Magalhães, escrivão da camara de Lisboa, um espaçoso predio, situado nas visinhanças do Poço do Borratem, foreiro á freguezia de S. Nicolau, unil-o ao morgado da sua casa, e fazer-lhe accommodações para 3 capellães e 20 merceeiros, que se acamparam na ermida de S. Matheus. No meado do seculo XVII, tanto as casas como a ermida estavam arruinadas, e o seu proprietario, D. Alvaro Pires de Castro, 6.º conde de Monsanto e 1.º marquez de Cascaes, as mandou demolir, edificando n'aquelle mesmo logar uma nova ermida e palacio contiguo. Em 1754, como dissémos, foi fundado o convento, com licença de el-rei D. José I, com a condição dos religiosos assistirem aos enfermos no Hospital Real de Todos os Santos, bem como aos fieis que lhes solicitassem a sua assistencia para confissões, e na hora da morte. A estes religiosos se reuniram, por decreto pontificio e regio, os congregados da Tomina, para assistirem aos agonisantes, occupando então parte do palacio do marquez de Cascaes, que el-rei D. José I mandou comprar para se incorporar á enfermaria, que escapara do incendio, que em 10 de agosto de 1750 havia destruido o referido hospital. A egreja tinha tres capellas, estando na capella-mór a imagem de

S. Camillo de Lellis, invocação que o convento tomou. Existia a irmandade de N. S.ª da Conceição e S. Camillo, que muito auxiliava a egreja, ficando d'ella completamente encarregada, quando se extinguiram as ordens religiosas em 1834. O vasto edificio foi então vendido, sendo o convento demolido, mas conservada a egreja, por consideração do comprador, ficando exposta á devoção dos fieis e entregue á irmandade, conservando se assim algum tempo, tendo missa e outras orações. Em 1836 houve ordem para se fechar a egreja, transferindo-se a irmandade e as imagens para a freguezia de S. Lourenço. A transferencia fez-se em solemne procissão. A imagem de S. Camillo de Lellis ficou collocada n'uma capellinha do lado do Evangelho A egreja de S. Camillo possuia o quadro allegorico do Santo, no painel central do retabulo; no tecto havia outro, feito sobre pano; este quadro foi coberto de tinta branca, quando se vendeu a egreja. As paredes eram adornadas de simples pinturas, com seus vasos de flôres. Das imagens, as mais consideradas, tanto pelo valor artistico como pela devoção, eram a de N. S.ª da Conceição e de S. Camillo de Lellis. Projectara-se construir um novo edificio, que, segundo dizem, se elaborara um magestoso plano, que deveria occupar o terreno que vae do Poço do Borratem ao Arco dos Camillos, isto é, todo o quarteirão que faz frente á Praça da Figueira e rua do Amparo. A antiga ermida que servira de egreja ao demolido convento, seria tambem reedificada. Nada foi a effeito, construiram-se diversos predios de maiores ou menores dimensões. Ainda hoje ali se vê, nas proximidades, quasi no cimo da rua do Amparo, uma antiga estalagem, que é conhecida pelo nome *dos Camillos*, em memoria dos antigos frades da Congregação de S. Camillo de Lellis.

Convento de S. Domingos. A ordem dominicana foi introduzida em Portugal em 1218, ainda em vida do seu fundador S. Domingos de Gusmão. A primeira casa que teve, foi em Monte Junto, proximo de Alemquer, um humilde cenobio; depois passaram os religiosos para Santarem; mais tarde vieram para Lisboa, e alcançando licença de D. Sancho II em 1241, fundaram o seu convento no local onde actualmente se vê a egreja de S. Domingos. A primeira pedra foi lançada em fins de fevereiro de 1242, com licença do deão e do cabido, pelo bispo de Ratisbona. Em 1249, D. Affonso III restaurou e accrescentou o edificio do pobre cenobio, levantando um magestoso templo. Doou ao convento as terras baldias que o circundavam até ao Campo de Sant'Anna, por um lado, e por outro os terrenos onde existiu depois o hospital de Todos os Santos, e se vê hoje a Praça da Figueira, e mais terras contiguas. Aquelle local ficava proximo das portas da cidade, chamadas de Santo Antão, por onde corria a estrada da Corredoura, pouco mais ou menos a actual rua de Santo Antão. que por muito tempo teve o nome de *rua das Portas de Santo Antão*. Assim foi crescendo a casa dominicana. Conta fr. Luiz de Sousa, na sua *Historia de S. Domingos*, que em differentes epocas, o convento soffrêra muito com as inundações das aguas que vinham do campo de Sant'Anna e do grande valle da Mouraria, principalmente quando as grandes chuvas coincidiam com as marés vivas, porque as aguas do mar tolhiam a vasante ás das chuvas, e aquellas saiam da madre, alagando a terra. Em 4 de janeiro de 1343 houve uma grande cheia, que causou consideraveis estragos na cidade. Em 21 de outubro de 1384 houve outra cheia, com aguas tão crescidas e arrebatadas, que na cêrca subiram até á altura de quatro covados, e nas officinas do convento a inundação produziu muita ruina, estragando tambem uma grande parte dos ornamentos da egreja, livraria e dormitorios. Em 16 de setembro de 1488 foi grande a inundação, e não bastou um espaçoso cano que os frades tinham mandado fazer, e corria por detraz do convento, para dar saida ás aguas. El-rei D. Manuel, querendo evitar tantos incommodos aos religiosos benedictinos, mandou levantar o dormitorio, que era ainda o antigo e terreo, e ficou voltado para o Rocio. O terremoto de 26 de janeiro de 1531, que tantos estragos causou na cidade, arruinou muito o edificio do convento, e especialmente a egreja, de maneira que, tentando fortalecel a, não foi possivel, e em 1566 se tornou preciso desfazer uma grande parte d'ella, e reedifical a, para o que concorreu o povo de Lisboa com avultada quantia. A egreja era de tres naves, e tinha doze capellas, além da capella-mór; seis de cada lado. Eram riquissimas, decoradas com magnificencia, e possuiam preciosas alfaias e paramentos. A mais notavel das capellas era a da confraria denominada de Jesus, onde se via um grande crucifixo com a figura de Christo, quasi de tamanho natural. Esta confraria compunha-se das pessoas de mais consideração da côrte e da cidade. Nas suas alfaias notavam-se duas custodias, uma de prata lavrada com pedrarias finas, e outra de ouro macisso, com mais de um palmo de diametro, que fôra dadiva do infante D. Luiz, filho d'el-rei D. Manuel. Estavam sempre accesas sete lampadas de prata. Depois da capella de Jesus, a mais importante era a de N. S.ª do Rosario, que tinha a sua confraria. Em 1490 o governo da cidade, os nobres e o povo acudiram á intercessão da Virgem, por occasião da peste, que n'esse anno assolou Lisboa, e logo então resolveram levantar a capella com grande apparato. Era riquissima de prata e de muitas alfaias. A imagem da Virgem era de prata; do mesmo metal era o andor em que saia na procissão, assim como as varas do pallio, e deante do altar ardiam constantemente cinco lampadas tambem de prata. N'esta capella era costume, no mez de maio, benzer rosas em honra da Virgem, e distribuil-as ao povo. Na capella dos Reis Magos havia um retabulo, que a tradição dizia ter sido pintado por ordem de el-rei D. Diniz, na occasião em que mandou restaurar algumas officinas do convento. Dizia-se que a imagem de Nossa Senhora era o retrato da rainha Santa Izabel, e o Menino Jesus o retrato do seu filho D. Affonso, que veiu a ser depois el-rei D. Affonso IV. N'esta capella celebrava D. Diniz a festa de S. Dionisio, antes de fundar o convento de Odivellas. A capella de S. Jorge pertencia aos inglezes residentes em Lisboa. Foi instituida pelos monarchas inglezes, e ha quem affirme, que a confraria fôsse estabelecida logo depois da tomada de Lisboa, na egreja dos Martyres, porque n'essa occasião ficaram em Lisboa muitos inglezes nobres e plebeus. Em 1411 foi

instituida na egreja de S. Domingos a irmandade de gente flamenga, chamada então irmandade dos borguinhões, com a invocação de Santa Cruz e Santo André, antigo padroeiro da casa de Borgonha e da ordem de Tosão de ouro, fundada n'aquella casa soberana. A irmandade acudia aos seus naturaes com soccorros na pobreza e nas doenças, dava dotes a donzellas, e praticava outras obras de caridade. A capella era rica de alfaias e paramentos, e particularmente de preciosas sedas lavradas. Usava de cêra verde. A Casa da Supplicação tinha tambem a sua confraria, mas sem altar determinado, e todos os annos fazia sua festa na primeira oitava da paschoa de Espirito Santo. A guarda tudesca, hoje archeiros, tinha uma confraria de que era padroeiro S. Jacinto. A Inquisição tambem erigira uma confraria, sendo orago S. Pedro Martyr, mas sem ter capella especial. A imagem de N. S.ª das Virtudes, que existia na sua capella, fôra feita em Flandres, por ordem de D Manuel. A egreja de S. Domingos passou por muitas transformações, nas obras que soffreu durante a sua secular existencia, ficando completamente alterada da sua primitiva. Pouco antes do terremoto de 1755 se intentou a restauração, e em 1724, por iniciativa de fr. Antonio do Sacramento, reduziu-se ao moderno todo o corpo da egreja, emendando-se a desegualdade das capellas, pois as que ficavam no lado do Evangelho eram fundas e escuras, e as do lado da Epistola estavam quasi todas á face da parede, e com desegualdade, umas mais altas do que outras. Em 1748 se fabricou de novo a capella-mór de excellente pedraria lavrada, pelos desenhos de João Frederico Ludovice, e a esculptura de João Antonio de Padua. Esta obra custou mais de cem mil cruzados, para a qual concorreu D. João V com a esmola de 22 mil cruzados, além de outros auxilios da fazenda publica. A porta da egreja e a sua tribuna e columnas são tambem risco de Ludovice, que as fez para a capella real, e vieram a ser empregadas na egreja de S. Domingos. Todo o edificio padeceu muito com o terremoto de 1755; caiu o frontispicio da egreja, que matou muita gente; a tribuna da capella de N. S.ª do Rosario e a de S. Domingos; a torre do sino, grandes porções das paredes dos dormitorios, da capella do noviciado, das grandes casas das bibliothecas, etc. O incendio que se seguiu ao terremoto tambem causou enormes destroços. Perderam se todas as imagens de grande valor, em que se contavam a de Christo crucificado, de tamanho natural, que era muito antiga e de grande devoção; e a imagem de N. S.ª das Virtudes Tambem se queimaram uns bons quadros, que ornavam o côro junto á capella-mór, trabalhos de Bento Coelho; todos os livros que serviam n'aquelle dia no côro, que eram de estampa em pergaminho, com uma bem lavrada estante de pau santo, que pertencera á sé. Queimaram-se ainda admiraveis pinturas de grandes autores; um precioso paramento de velludo bordado a ouro alto, com as armas do Santo Officio, que servia na festa de S Pedro Martyr; toda a armação da egreja, que era de damasco carmezim com galões de ouro; uma estante grande de prata, de côro, que servia nas festas mais solemnes, e custára 10 mil cruzados; um throno magestoso de prata, assentado em xarão, para n'elle se expôr o Sacramento na quinta feira santa, n'um grande cofre de prata, offerta do cardeal da Cunha; todos os paramentos ricos da irmandade do Senhor dos Passos, que serviam na sua procissão; todas as lampadas existentes na egreja, que eram 20, incluindo duas da capella do Senhor dos Passos, tendo só estas duas custado perto de 10 mil cruzados. A muito custo, e com perigo de vida se salvaram os cofres em que estava o Santissimo na capella-mór, que ficou illesa, e na do Senhor dos Passos, e o relicario que, com o Sacramento envolto n'um corporal, estava em continuo lausperenne ao lado da imagem do Senhor Jesus. Foi muito penosa a perda de grande porção de livros que constituiam as suas bibliothecas, que estavam situadas no fim do dormitorio de cima, e constava a maior d'uma grande casa com seis janellas para o nascente e poente; por cima das primeiras estantes corria uma varanda, para onde se subia por uma escada occulta, mettida por entre a parede. Nas estantes de baixo, que eram 43, se continham 3:845 volumes, e nas de cima, que tinha 46 estantes, se numeravam 5:943 livros. Todos os volumes se conservavam em encadernações de pasta dourada. Esta livraria era muito rica, porque abrangia todas as faculdades distribuidas methodicamente; estava franqueada ao publico a qualquer hora do dia, para o que, além do bibliothecario, havia um leigo destinado a facultar os livros pedidos. Na outra livraria, chamada pequena, contigua a esta, guardavam-se os livros mais raros e preciosos manuscriptos, em numero de 5:000 volumes; entre estes encontravam-se: os *Commentarios*, sobre a Escriptura, de fr. Francisco Foreiro, frade dominicano, que foi ao concilio de Trento; o original da chronica da ordem, de fr. Luiz Caccgas; o original do *Tratado do Purgatorio*, de fr. Manuel Homem; as *Apostillas do doutor infeliz*, de Antonio Homem; um livro de sermões, original de fr. João de Vasconcellos; muitos manuscriptos do beneficiado Francisco Leitão Ferreira, que os deixara ao convento, sendo ao todo 104 volumes cheios de muitas e curiosas noticias, A excellente botica, que o convento possuia, tambem se perdeu. A sacristia escapou do desastre; apenas se lhe rachou a abobada em varias partes, mas o fogo não penetrou, graças ás diligencias e intrepidez de fr. Diogo do Rosario, que era ainda secular, e estava de serviço na sacristia. Fr. Diogo conseguiu salvar toda a prata e ricos ornamentos que se guardavam na sacristia, e expondo-se a perder a vida, foi por entre as chammas á capella-mór salvar o frontal rico bordado a ouro que estava no altar, assim como a banqueta de prata. Os religiosos fôram-se refugiar nos conventos de Santa Joanna, S. Domingos de Bemfica e de Santarem. Terminando o incendio, voltaram para o convento arruinado os poucos religiosos que tinham ficado no Rocio com o prior, guardando o cartorio e sepultando os mortos no adro. Dois mezes depois começaram a tirar o entulho, a demolir as paredes, e no dormitorio para o lado do Rocio fizeram-se algumas accommodações; n'um lanço do claustro fizeram egreja, onde exposeram o Santissimo, e celebraram os officios divinos; na paschoa do Espirito Santo, servindo já de egreja a casa do capitulo, ali se celebrou a festividade. O convento occupava o quarteirão que faz frente ao Rocio e rua

do Amparo; com as reedificações ficara muito alterado da fundação primitiva Depois da extincção das ordens religiosas em 1834, a egreja ficou por algum tempo ao cuidado da sua ordem e de outras irmandades ali incorporadas. O risco para a restauração da egreja, que hoje existe, foi confiado ao architecto Carlos Mardel, conservando-se a antiga capella mór e sacristia, que escaparam do terremoto. O plano é magestoso; todos os altares teem magnificas columnas compositas de marmore, sendo, porém, os retabulos de madeira, assim como os capiteis das columnas e o tecto. A capella-mór é de excellente marmore preto; todos os ornatos são de boa esculptura e de um delicado cinzel. Em nichos estão collocadas aos lados do altar-mór as estatuas colossaes de S. Francisco e S. Domingos; a urna e a banqueta do altar são de magnifico marmore preto. Nas bases das columnas se vêem uns medalhões de primoroso cinzel, e outros medalhões sobre os nichos lateraes, egualmente admiraveis. Na porta do sacrario, tambem de marmore, formando um todo compacto com a tribuna, está a figura do Salvador com o cordeiro. A porta do sacrario é de metal, e ornada de pedras. O camarim, onde se arma o throno para a exposição do Santissimo Sacramento, é obra de grande valor. O camarim liga-se com a tribuna do altar-mór; é todo de marmore, e o pavimento é de mosaico, para onde se sóbe por uma escada de pedra. Por detraz do altar-mór e por baixo do camarim está a casa forte abobadada, onde se guarda a prata do serviço da egreja. N'esta casa forte está o tumulo de D. Affonso, filho d'elrei D. Affonso III. Conforme diz fr. Luiz de Sousa, o infante tinha um tumulo grande de marmore branco, com ricos lavores, e estava ao pé do côro, mas os frades o desfizeram e enterraram o corpo em outro tumulo mais pequeno, porque o primeiro tomava muito espaço na egreja Hoje o tumulo do infante D. Affonso está na casa forte, como dissémos, encostado á parede do fundo. E' de cantaria e de pequenas proporções, mas não tem lavores. Na capella-mór vê-se o orgão, e ali tinham os frades o côro, cujas cadeiras de excellente pau santo fôram para a sé, depois de acabar o convento. O orgão é de boa fabrica e tem vozes harmoniosas. Dos dois que se vêem na capella-mór, só um é verdadeiro, que fica do lado da Epistola. A primeira capella do cruzeiro é a de N. S.ª das Virtudes, e ali está tambem a imagem de N. S.ª da Purificação ou da Escada, da antiga ermida d'esta invocação, que o terremoto destruiu completamente. N'essa capella se collocou a imagem do Senhor dos Passos. No corpo da egreja ha 8 capellas, 4 de cada lado. As pinturas dos quadros d'estas capellas são de Pedro Alexandrino de Carvalho. E' tradição que n'este templo se guardava uma estóla, que fôra de S. Domingos, no tempo em que prégava e perseguia os albigenses. Na entrada para a sacristia, do lado da rua da Palma, está o tumulo do celebre dominicano, fr. Luiz de Granada, com um epitaphio em latim. O outro tumulo fronteiro é de fr. João de Vasconcellos, muito considerado na ordem. Na sacristia tambem ha lapides sepulchraes. Foi para esta egreja transferida em 30 de novembro de 1834 a parochia de Santa Justa e Rufina, com grande pompa, assistiudo a rainha D. Maria II. O convento foi vendido, e n'aquelle local se edificaram diversas propriedades e se fizeram tres ruas. (V. *Santa Justa e Rufina*). N'aquella egreja celebrava a Inquisição autos de fé, quando não eram no Rocio, na Ribeira ou no Terreiro do Paço. D'ali tambem saiu muitos annos a procissão do Corpo de Deus da cidade. N'outro tempo era a egreja de S. Domingos como um centro, onde ia a maior parte das procissões, e ainda hoje se observa esse antigo costume com a procissão de N. S.ª da Saude. E' n'aquella egreja, já depois de ser séde da freguezia de Santa Justa, que se teem realisado as solemnidades dos baptisados e casamentos reaes, assim como pomposas exequias suffragando a morte de homens notaveis.

Convento de S. Francisco da Cidade. Era de religiosos franciscanos. Foi fundado em 1217 por fr. Zacharias, no tempo do D. Affonso II, ficando como cabeça da ordem franciscana, que estava dividida em duas provincias, a de Portugal e a do Algarve, tendo esta a sua casa em Xabregas. O convento era situado sobre um grande rochedo, ao centro da cidade de Lisboa, com a frente para o sul. Foi ampliado em 1246, e reedificado em 1528. Soffreu grandes estragos por causa de incendios, como o do 11 de junho de 1708 de que se salvou a capella mór, o cruzeiro, e algumas capellas do lado da Epistola, em que se contava a N. S.ª da Piedade e de S. Onofre. A capella da Piedade era de André Hasse, fidalgo da Casa Real, como se via n'uma pedra de fino marmore, que assim o declarava; em 30 de novembro de 1741 outro incendio reduziu a cinzas o convento. Achando-se já reparado desde os alicerces, do lado do nascente e do norte, iam as obras progredindo da parte do poente, succedeu a terrivel catastrophe de 1 de novembro de 1755, quando já se havia dispendido mais de 600 mil cruzados, provenientes, não só da consignação regia, que era de 100 mil cruzados em 10 annos, que D. João V havia concedido, e seu filho D. José I continuara; mais de 200 mil cruzados de esmolas do Brazil; 43:000 que deu a Santa Casa de Jerusalem, 18:000 que se alcançou da côrte, e 5:000 do bispado do Porto. D'esta fórma se ia restabelecendo um dos maiores edificios sagrados de Lisboa, porque a egreja era formosissima. Era esta de tres naves, formadas com 12 columnas de notavel altura; o côro muito alegre e espaçoso, tendo o tecto de abobada, de excellente architectura, pintado por Baccarelli. As capellas, que ornavam a egreja, eram algumas de grande custo, e n'ellas se prestava culto a muitas imagens de Christo e da Virgem Maria, tendo mais de onze irmandades que tratavam das suas capellas com toda a devoção. A Ordem Terceira, porém, excedia a todas, contando na sua congregação as pessoas reaes, grande parte da nobreza, e um consideravel numero de pessoas de diversas classes. Dizem que em alguns annos se chegou a contar 20:000 irmãos, rendendo 60 mil cruzados. O terremoto de 1755 abateu totalmente o côro, a egreja, capella-mór, as varandas do claustro grande junto da egreja, e os seus arcos que se conservavam na reedificação. Sobrevindo em seguida o vehemente incendio que reduziu a cinzas a maior parte do convento, a egreja com todos os haveres da communidade, toda a sua livraria, que constava de mais de 9:000 volumes, todas as alfaias, as muitas e preciosas da Ordem Tercei-

ra, as da antiga irmandade da Madre de Deus e sua excellente capella, a de todas as mais irmandades, e presume-se que se derreteu a maior parte da prata, visto não ter apparecido depois mais que um calix e um thuribulo. Lamentou-se a morte de 600 pessoas e 12 religiosos, que estavam na egreja e no convento, sendo victimas d'aquella horrorosa fatalidade. Da obra que se andava fazendo, ficou livre a quadra em que estava o hospicio da Terra Santa a parte do sul, o qual constava de tres dormitorios e de espaçosas casas de officinas. Ficaram aqui poucos religiosos, porque os mais se passaram a Campolide, onde fizeram logo uma pobre barraca de lona para se abrigarem, rezando n'ella pela primeira vez na vespera de Nossa Senhora da Conceição, 7 de dezembro d'esse mesmo anno de 1755. Mas estando os religiosos soffrendo muitos incommodos, resolveram transferirem-se para o sitio do Rato, a uma quinta, pertencente a uma senhora chamada D. Helena, depois dos padres da Congregação de S. Filippe Nery, e ali, com auxilio de varias esmolas, erigiram uma ermida de madeira com tres altares e um côro, onde na vespera do Natal do mesmo anno principiaram os officios divinos, e á erecção de um conventinho com as accommodações possiveis, em que existiram até que fôram para o seu antigo convento, que em agosto de 1757 se principiou a desentulhar. O convento tinha a porta principal para o Oriente, com espaçoso adro, que era fechado por tres portas para o mesmo lado; tinha uma porta travessa para o sul, caindo sobre o adro da egreja dos Martyres, que ficava muito proximo. O templo de S. Francisco era de tres naves, com boa capella-mór. A que depois se edificou foi feita pelo risco do architecto das obras do Aqueducto das Aguas Livres, e dizem ser de muito valor, pelo bem distribuido de todas as suas fachadas e pela belleza dos ornatos. Na capella-mór via-se a imagem de N. S.ª da Conceição, como padroeira do reino e as dos patriarchas S. Domingos e S. Francisco; tinha mais oito capellas, quatro de cada lado, com imagens de madeira. Havia a irmandade de Santa Maria Egypciaca, da Guarda Real dos Archeiros, que está actualmente na egreja dos Martyres; a do Santissimo; do Rosario, de homens pretos, e outras muitas confrarias. A portaria era ornada com alguns quadros de varões illustres da ordem franciscana. Todos os annos no dia de Santo Antonio, em 13 de junho, se fazia uma procissão que era das mais brilhantes festividades de Lisboa; n'esta procissão iam 13 andores e as respectivas irmandades. O novo edificio se se chegasse a concluir, seria um das mais sumptuosos de Lisboa. Foi architecto Honorato José Correia, que revelou o seu grande merecimento artistico. O convento era tão grandioso e occupava tão grande area que o povo lhe chamava *S. Francisco da Cidade* ou *Cidade de S. Francisco*. Depois da extincção das ordens religiosas em 1834, a egreja foi dada á Ordem Terceira de S. Francisco por decreto de D. Pedro IV. Por este motivo ficaram os referidos terceiros com seu commissario, conservando o culto divino por algum tempo. Mais tarde, por ordem do governo, se transferiu a Ordem Terceira com todos os seus pertences para o real hospicio de S. João Nepomuceno, o que se realisou em pomposa procissão a 17 de fevereiro de 1838. No antigo convento de S. Francisco está actualmente a Bibliotheca Nacional, instituida em 1795 por D. Maria I, a qual se mudou da Praça do Commercio para aqui, em 1836; e succedendo incendiar-se o palacio do Rocio, onde é hoje o theatro de D. Maria II, em 14 de julho d'esse anno, foi o Thesouro Publico para as casas que a bibliotheca deixara desoccupadas. Por decreto de 25 de outubro de 1836 se creou a Academia das Bellas Artes, cujas aulas se instituiram tambem no convento de S. Francisco. A egreja velha foi demolida em 1839, e a mais moderna ficou servindo de quartel da Guarda Nacional, de cujo corpo se formou o batalhão do Commercio. Em todo o vasto terreno que occupava a cêrca e parte do convento, estão hoje as repartições do governo civil, importantes propriedades, dois grandes palacios, o Gymnasio Club, etc. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa existe nos manuscriptos, no codice n.º 674, um curioso manifesto, que foi impresso no seculo XVIII, ácêrca d'uma invenção, sem declarar o nome do inventor, e por ser curiosa e relativa ao convento de S. Francisco da Cidade, a transcrevemos: «Tenho descoberto uma nova idéa, qual é a de se venderem todo o genero de fazendas a seus donos com tanta facilidade, que sem o minimo prejuizo do povo, ficarão os mercadores, e mais commerciantes conseguindo o consummo de suas mercadorias, não sem grande utilidade do mesmo povo, porque infinitas vezes succederá, que este compre a fazenda, que lhe é precisa para a vestearia, e mais gastos, e ornato de suas casas, e pessoas, e juntamente leve a sua mesma importancia tirando-a por sorte, sem que para isso dispenda um só real. O referido invento escogitei com incançavel trabalho, e maravilhosa idéa, vencendo por vezes com o discurso todas as difficuldades que se me offereciam, e deviam ser reparadas em uma tão nova inventiva, para com toda a confiança expôr ao publico a minha projectada idéa, que explico da fórma seguinte. Primeiramente todas as pessoas, de qualquer estado, e condição que sejam, que quizerem comprar o que houverem mister para suas casas, e pessoas, irão, ou mandarão, se quizerem, ás lojas mencionadas na Relação inclusa, e pedirão um bilhete, que para esse effeito ha de haver nas ditas lojas, e depois de haverem comprado o que se lhes offerecer, e com elle irão, ou mandarão, no mesmo dia, e hora, ou em outro qualquer, que lhes parecer ao adro do real convento de S. Francisco d'esta cidade, onde para esse effeito ha de estar um butete, e tirando d'uma urna as soalhas, que corresponderem ao valôr, do que cada um tiver comprado, que se ha de declarar no dito bilhete, indo entre ellas, a em que estiver a letra do nome de cada um, se lhe entregará logo a importancia da que constar o seu bilhete, e levará de graça o que comprou, pois leva tambem o dinheiro que lhe custou, e não saindo esta soalha, se poderá ir, sem que para isso dê cousa alguma, e quando alguem duvide, se está, ou não está na dita urna, ou caixa, a letra do seu nome, se lhe fará mostrar em continente, e a tirará como quizer; estarão na dita urna um certo numero de soalhas, e entre ellas 21, e com as 21 letras do A B C, cada uma d'ellas gravada em sua soalha, com toda a clareza, e percepção, e vindo com o bilhete da sua compra, tirarão a letra do

seu nome, ou outra qualquer que quizerem, e antes que a tirem a assentarão em um papel, por não haver equivocação, porque v.g. poderão pedir a letra M, e tirarem N, que não é a que pediram, e para se livrar de toda a duvida, é conveniente fazer cada um assento do seu nome e como isto não são sortes d'onde se lance dinheiro algum, ninguem duvidará, mandar vêr se acerta com a sua letra por limitada que seja a compra, pois nada n'esta diligencia se perde, como tambem não se obriga a ninguem, porque cada um póde comprar onde, e como quizer. Consiste o interesse d'este negocio em que todo o mercador de qualquer genero de fazenda, o que mais deseja é vender muito, e dar com brevidade consummo a suas mercadorias, pagando as suas corretagens a quem lhe faz dar boa saida. E como d'este modo póde cada um vender sem nenhuma outra diligencia, parece, que não póde haver duvida, engano, ou dolo em similhante convenção, por ser negocio com toda a lisura, e permittido por direito, e estylo mercantil entre todos os que commerceiam. Do producto, que resultar, d'este projecto, se ha de dar ao povo de graça, o que importarem os seus bilhetes, e se hão de pagar e satisfazer os ordenados das pessoas que se occuparem n'este ministerio, e mais despezas, que se offerecerem, e para missas pelas almas do Purgatorio de esmola de 200 réis, as quaes se hão de dizer no dito convento de S. Francisco, cuja importancia se ha de entregar no fim de cada mez ao seu syndico, e para outras obras pias, que se hão de fazer no fim de cada mez, no mesmo convento, ás pessoas necessitadas, de qualquer freguezia que sejam, lançando-se os nomes de todas para se darem as esmolas a quem por sorte couberem, e d'este modo ficará reconhecido, e acreditado este projecto de grande utilidade, assim para o povo, como para as almas e pobreza d'esta cidade, etc.» A Relação que acompanhava este manifesto, como acima indicámos, trazia mencionados todos os estabelecimentos, declarando os generos do seu negocio, e os nomes dos seus donos.

Convento de S. Francisco de Paula. De religiosos minimos franciscanos, assim denominados. Foi fundado em 1719 á custa de esmolas que pôde obter fr. Ascenso Vaquero, religioso leigo da mesma ordem, da provincia de Andaluzia, o qual deu principio a um hospicio em 1753, por decreto de el-rei D. José, tomando o nome de convento. A rainha D. Marianna Victoria concorreu muito para esta edificação, declarando-se sua protectora. Está situado na calçada da Pampulha, defronte do convento de S. João de Deus, hoje quartel de infantaria n.º 2, no alto d'um monte, proximo da Praça d'Armas em Alcantara. Foi um dos poucos edificios religiosos que escaparam ao terremoto de 1755. A egreja possue 6 altares além da capella-mór, onde se vê um quadro allegorico de S. Francisco de Paula, e sobre o altar a imagem do mesmo santo. Em todas as outras capellas estão retabulos pintados a oleo, sendo quasi todos os quadros devidos ao pincel de Vieira Lusitano. Antes do decreto da extincção das ordens religiosas de 8 de maio de 1834, houve outro decreto mandando reunir alguns conventos, e os frades de S. Francisco de Paula passaram a S João Nepomuceno, que foi de carmelitas descalços allemães, e depois dos padres redemptoristas da ordem do Beato Affonso Maria de Ligorio, os quaes deixaram esta casa em 24 de julho de 1833 A egreja de S. Francisco de Paula ficou ao cuidado d'um capellão, da mesma ordem, que os padres deixaram, e o governo confirmou. Depois da extincção das ordens religiosas, ficaram dois padres para capellães na egreja de S. João Nepomuceno, além do que já havia ficado em S. Francisco de Paula.

Convento de S. João de Deus. Era de religiosos hospitalarios, assim denominados. Foi fundado em 1629 por D. Antonio de Mascarenhas, deão da capella real, deputado da Mesa da Consciencia, e commissario da bulla da Cruzada. Os religiosos d'esta egreja administravam um hospital que o mesmo fundador estabelecera para clerigos pobres. O convento foi edificado proximo á beira-mar, sobre um rochedo, com a frente para o norte, ficando quasi fronteiro á egreja de S. Francisco de Paula. O terremoto de 1755 nada o prejudicou. A egreja era d'uma só nave, tendo sobre a porta principal a imagem de S. João de Deus. Tinha 5 capellas, incluindo a capella-mór, onde estava o Santissimo Sacramento, tendo a imagem de S. João de Deus, de tamanho colossal, do lado do Evangelho, e a de S. Antonio no lado da Epistola. Ao centro do altar via-se a imagem de N. S.ª da Conceição. As outras capellas tambem tinham boas imagens Na capella-mór foi sepultado o fundador D. Antonio de Mascarenhas. Eram padroeiros d'esta capella os condes de Athouguia. Depois da extincção das ordens religiosas em 1834, a imagem de S. de João Deus foi para a egreja de S. Francisco de Paula, ficando na capella-mór n'um grande nicho, do lado da Epistola. O convento era nobre e grandioso. Em 1835 foi ordenado que servisse de quartel da Brigada Real da Marinha, o que se realisou, mudando-se para aqui do quartel da Boa Vista em que estava havia muitos annos. A egreja ficou fechada, e no convento ficou tambem funccionando o tribunal da côrte, servindo egualmente de quartel a guarda de linha. Ha muitos annos que está ali aquartelado o regimento de infantaria n.º 2.

Convento de S. João Nepomuceno. Era da ordem dos carmelitas descalços allemães. Foi edificado com hospicio e egreja em 1737, pela rainha D. Maria Anna d'Austria, mulher de D. João V, em attenção a terem aquelles religiosos entrado em Portugal no anno de 1708, quando se realisara o seu casamento. A soberana determinara que fôsse sepultada n'aquelle convento, e quando falleceu em 1754, foi cumprido o seu desejo. O convento ficava situado n'um pequeno largo, na calçada de S. João Nepomuceno, proximo a Santa Catharina, onde hoje se vê installado o Asylo de Santa Catharina. No altar da capella-mór da egreja estava collocada a imagem d'aquelle santo; havia mais duas capellas lateraes, sendo todas de egual desenho e grandeza. Na entrada da egreja existiam dois grandes nichos, tendo cada um a sua imagem, de colossaes proporções. Os carmelitas descalços allemães conservaram-se muitos annos n'este convento, porém, com o andar dos tempos fôram fallecendo, e como não vinham substituil-os outros da Allemanha, chegou a existir apenas um frade no convento. Em 1830 teve origem n'aquelle templo uma pequena congregação de clerigos francezes, com o titulo de

Redemptoristas, da ordem do Beato Affonso Maria de Ligorio; esta ordem ia progredindo, quando em julho de 1833 o governo absoluto foi substituido pelo governo constitucional. Por este motivo se extinguiu esta congregação, sendo os religiosos enviados para a sua patria. Vieram então para o convento os frades minimos de S. Francisco de Paula, e ali se conservaram até á extincção das ordens religiosas pelo de 8 de maio de 1834. O edificio era de fórma circular e sumptuoso, de grande trabalho artistico O tecto da egreja formava um quadro allegorico a S. João Nepomuceno, trabalho de Pedro Alexandrino de Carvalho; os ornatos de relevo do mesmo tecto, eram feitos por João Grossi. No tempo dos padres redemptoristas havia um quadro na capella do lado da Epistola com o retrato do Beato Affonso Maria Ligorio. As imagens de maior valor, eram: a de Santo Antonio, que estava n'um dos nichos á entrada da egreja, e a de S. João Nepomuceno, que se via na fachada do edificio. Em outubro de 1834, o convento serviu de quartel ao 12.º batalhão da Guarda Nacional, que depois se mudou para o forte de S. Paulo. Estabeleceu se tambem ahi ainda n'esse anno uma escola de latim e d'outras faculdades. No dia 11 de fevereiro de 1833 foi transferida para a egreja a ordem Terceira de S. Francisco da Cidade, que estava na antiga egreja d'aquelle extincto convento por mercê da rainha D. Maria II. A transferencia fez-se com solemne procissão, sendo collocadas na capella-mór, em dois nichos, as imagens de S. Domingos e S. Francisco. Mais tarde esteve alguns annos no convento o Lyceu Nacional de Lisboa, e em carta de lei de 10 de setembro de 1861 foi concedido todo o edificio ao Asylo de Santa Catharina, benemerita instituição, que se inaugurara em 1 de janeiro de 1858, destinada aos orphãos, filhos das victimas da cholera-morbus e da febre amarella, terriveis epidemias que assolaram Lisboa em 1856 e 1857. O asylo ainda ali se conserva.

Convento de S. Patricio. Na *Chronica dos Jesuitas*, vol. II, pag. 183, diz Balthazar Telles, que uma das gloriosas obras, que fizeram os padres de S. Roque, foi o collegio da Santa Fé Catholica dos estudantes irlandezes da invocação de S. Patricio, na cidade de Lisboa, obra de grande serviço de Deus e gloria sua. Segundo conta o abalisado chronista, residiam sempre na casa professa de S. Roque alguns padres estrangeiros dos lados do norte, e no anno de 1 92 existia ali um padre irlandez chamado João Olingo, homem de grande zelo e virtude, e um verdadeiro catholico, como costumam ser os irlandezes, «aos quaes parece, (continúa Balthazar Telles) que por herança de seu primeiro patrono S. Patricio, lhes vem a fidelidade da egreja romana, e a constancia na religião catholica, em que se tem sempre conservado, apezar dos herejes seus visinhos, que egualmente os querem dominar e os desejam perverter.» João Olingo, com outro padre chamado Pero da Fonseca, lembrou se de estabelecer em Lisboa um seminario onde pudessem aprender os noviços irlandezes. Os dois padres jesuitas communicaram a sua idéa ao cardeal Alberto, legado *a latere* do pontifice, que n'aquella epoca governava o clero em Portugal. O cardeal acceitou a idéa, e prometteu auxiliar a instituição do seminario. Formou-se então uma confraria, e foi na egreja de S. Roque que, em 1 de fevereiro de 1593, se ordenou a primeira mesa, para se dar começo aos trabalhos. A mesa ficou composta d'esta maneira: juiz, Garcia de Mello da Silva, fidalgo illustre, filho de Diogo de Mello da Silva e de D. Catharina de Castro; mordomos: o conde meirinho-mór D. Duarte de Castello Branco, filho de D. Affonso Castello Branco e de D. Izabel de Castro; D. Luiz de Alencastre, commendador-mór de Aviz, neto do mestre D. Jorge, filho illegitimo de D. João II. Vieram logo da Irlanda alguns estudantes noviços, e para os recolher, a nova confraria alugou umas casas na Mouraria, onde, por assim dizer, teve principio o collegio de S. Patricio; depois transferiram-se os noviços para outras casas alugadas, proximo ao convento de Sant'Anna; mais tarde ainda passaram para a ermida de N. S.ª da Gloria, que então existia nas portas da Annunciada, junto ao palacio do conde da Castanheira. Hoje todo aquelle sitio está completamente transformado. Assim andou o collegio de casa em casa, até que por fim se estabeleceu definitivamente proximo da ermida de S. Chrispim e do castello de S. Jorge, cujo edificio ainda hoje existe. Chamava-se então áquelle sitio: *Monturos de S. Mamede.* Fôra ali o palacio de D. Garcia de Noronha, fidalgo que foi nomeado em 1538 vice-rei da India, onde morreu em 3 de abril de 1540, deixando muitos filhos e filhas. Parece que o palacio estava abandonado em 1566, porque n'esse anno, desejando o cardeal infante D. Henrique fundar um seminario, e procurando, em diversos pontos da cidade, palacios e casas grandes que pudessem servir, a antiga propriedade de D. Garcia de Noronha entrou na concorrencia, mas não foi aproveitada; em 1604, estando tambem desoccupado o palacio, os carmelitas descalços compraram-n'o aos descendentes do fallecido fidalgo, e mudaram-se para ali em 21 de outubro d'aquelle mesmo anno, largando então o convento de S. João de Deus, á Pampulha, hoje quartel de infantaria n.º 2, onde tinham tido o primeiro albergue. Os carmelitas conservaram-se ali até 1611, anno em que se transferiram para o convento dos Marianos, recentemente construido, vendendo então o edificio que largaram a Antonio Fernandes Ximenes, para ali estabelecer definitivamente o collegio jesuitico. Parece haver discordancia de datas nos nossos chronistas. No supplemento ao *Summario de Christovão Rodrigues d'Oliveira*, publicado em 1755, diz o padre Manuel da Conceição, a pag. 146, que em 1593 o fidalgo Antonio Fernandes Ximenes fundou na parochia de S. Mamede um seminario para os irlandezes catholicos poderem vir estudar e preparar-se para o ministerio do sacerdocio. Balthazar Telles diz que a escriptura da compra feita aos carmelitas tem a data de 21 de maio de 1611, e que o collegio ficou desde então pertencendo aos padres da Companhia de Jesus; na *Lisboa Antiga* lê-se que é 18 de maio de 1611 a data da escriptura, a qual foi feita pelo tabellião Vasco de Andrade de S. Paio, declarando se n'ella a obrigação do seminario considerar sempre a capella-mór como pertença do fundador Ximenes e dos successores do morgado que elle instituira, e lhes servisse de jazigo. As obras do collegio fôram feitas, na maior parte, a expensas de Antonio Fernandes

Ximenes, em cuja fabrica gastou 20 mil cruzados. Desprendido das cousas mundanas, o illustre fidalgo recolheu se áquella casa religiosa, onde passou santamente o resto da vida, 26 annos de penitencia, usando sempre do habito secular, fallecendo em 13 de maio de 1631. Os restos mortaes fôram depositados na capella-mór da egreja, seu jazigo de familia. Antonio Fernandes Ximenes deixou ao collegio o rendimento de 80$000 réis para uma missa quotidiana, e estabelecimento d'uma cadeira de Theologia Moral. O reitor do collegio, quando se instituiu no edificio ainda hoje existente, era o padre jesuita Cornelio da Rocha. O numero dos collegiaes era incerto, mas ordinariamente não passava de dez, e os padres da Companhia, sete, entrando n'este numero dois padres mestres. O padre Carvalho da Costa diz quo a egreja era pequena e tinha uma só nave, a porta estava voltada para o lado do sul; havia quatro capellas incluindo a capella-mór, onde se venerava a imagem de Nossa Senhora dos Remedios, e as de quatro santos da Companhia de Jesus: S. Ignacio, S. Francisco Xavier, S. Francisco de Borja e S. Luiz Gonzaga. Do lado do Evangelho era a capella de S. Patricio, instituida por Luiz Fernandes de Almeida, com a condição dos padres collegiaes dizerem tres missas, deixando lhes por sua morte mais 10$000 réis annuaes, para ornamentos. O altar era privilegiado. Na capella fôram sepultados o instituidor e sua mulher. Do mesmo lado existia a capella de S. João Baptista, onde se rezava missa todos os dias; esta capella encerrava reliquias de S. Francisco Xavier, S. Ignacio de Loyola, S. Claudio, S. Placido, Santa Ursula, e do Santo Lenho. No altar estava a imagem do beato Estanislau, padre da Companhia. O seminario tinha de rendimento 3:500 cruzados, entre juros e duas quintas. Uma d'estas quintas era situada no Rocio de Amara, e a outra na Charneca, chamada do Varatojo. Seminario e egreja soffreram muito com o terremoto de 1755, mas restauraram se completamente. Nada consta de notavel até á expulsão dos jesuitas em 1759. N'esta occasião um padre irlandez, vendo que o governo de D. José I, ou do seu ministro marquez de Pombal, queria dispôr do collegio de S. Patricio, oppoz se energicamente, provando em como era pertença dos irlandezes e não dos jesuitas, porque os padres da Companhia só o dirigiam, mas não eram proprietarios. Os irlandezes venceram a questão, e continuaram com o seminario. Dos discipulos d'aquelle collegio saíram homens eminentes, entre os quaes se contam: o dr. Crotty, presidente do grande seminario de Maynooth e bispo de Cloin na Irlanda, e o bispo de Cork, o celebre dr. Murphy. Sendo supprimidas em Italia as ordens religiosas, o governo italiano quiz tambem supprimir e apoderar-se do collegio irlandez de Roma, porém o ministro inglez reclamou, provando que aquelle collegio pertencia á Inglaterra e não á Italia, e então os italianos desistiram da questão. Durante a troca de notas diplomaticas, o geral dos dominicos inglezes mandou prevenir o presidente da casa de Lisboa que aprompttasse o edificio de S. Patricio, para ali se recolherem os irlandezes que tivessem de saír de Roma, mas não foi preciso, em vista da resolução do governo italiano. Estando depois sem moradores o edificio de S. Patricio, os proprietarios o entregaram ao padre Raymundo dos Anjos Beirão, o qual conservou ali as irmãs de caridade portuguezas, chegando a contar cem bondosas irmãs, mantendo-as e sustentando o culto da capella á custa das esmolas dos devotos e de grande parte dos seus proprios proventos. Mais tarde declarou-se n'aquella santa casa uma forte epidemia, de que fôram victimas muitas das irmãs, e as sobreviventes abandonaram o edificio, indo recolher se no extincto convento das Trinas. Estabeleceram-se depois n'aquella mesma casa diversas escolas para creanças desvalidas do sexo masculino, e haverá talvez perto de trinta annos foi entregue o edificio ás *Irmãsinhas dos pobres*, caridosa e humilde instituição, sendo estas obrigadas a tratar do culto na capella.

Convento de S. Pedro d'Alcantara. Era de religiosos franciscanos da provincia d'Arrabida. Foi fundado pelo marquez de Marialva, D. Antonio Luiz de Menezes, em 12 de agosto de 1680. Este distincto fidalgo, quando foi para o Alemtejo como governador das armas, tomou por seu advogado S. Pedro d'Alcantara, promettendo-lhe que se alcançasse victoria, lhe offereceria um convento em Lisboa da ordem dos religiosos arrabidos. Sendo victorioso em Elvas e em Montes Claros, o marquez de Marialva quiz dar cumprimento á sua promessa, e alcançando de D. Pedro II, então principe regente do reino, licença para a edificação do convento, tratou de dar começo ás obras Comprou umas casas que eram do conde de Avintes, junto ao Moinho de Vento, e outras pertencentes a Marco Rodrigues Tinoco, que lhe ficavam annexas, para onde logo se passaram os religiosos, servindo-se e aproveitando-se d'uma ermida da propriedade do conde de Avintes, da invocação de *Jerusalem*, fazendo-se limitado commodo para os religiosos, que viveram ali durante 15 annos, tempo que se gastou na demolição necessaria, e principio das obras de construcção, até que se lançou a primeira pedra na data acima citada, de 12 de agosto de 1680. Continuando activamente os trabalhos, ficou a egreja concluida em 19 de abril de 1685. Para este edificio concorreu o dr. Manuel Delgado de Mattos, desembargador dos Aggravos, por não ter herdeiros forçados, deixando por seu testamenteiro o cardeal D. Verissimo de Alencastre, e que seus bens se vendessem para auxiliar a fundação do convento, pedindo unicamente aos frades que rezassem por sua alma. A egreja tem 5 altares, contando com o altar-mór, onde se vêem em quatro nichos as imagens de S. Domingos, Santa Thereza, S. Francisco e S Pedro d'Alcantara. Os outros altares tambem teem diversas imagens. Entrando no adro da egreja, voltando para o lado da travessa da Estrella, vê se uma capella, que edificou o inquisidor geral D. Fr. Verissimo de Alencastre, dedicada aos santos martyres portuguezes Verissimo, Maxima e Julia. E' construida da mais fina pedraria em mosaico claro, e ornada com primorosos desenhos, obra dos melhores esculptores e pintores do seculo XVII O fundador estabeleceu renda para quatro capellães clerigos seculares, com 80$000 réis cada um. Os condes de Villa Nova de Portimão fôram mais tarde donatarios e administradores d'esta capella. Ali foi sepultado D. Verissimo de Alencastre, que falleceu em 12

de dezembro de 1692. A egreja e o convento padeceram grande ruina com o terremoto de 1755; principiando pelo frontispicio da egreja, passando aos dormitorios, portaria, sacristia, casa de capitulo, escapando o claustro, o refeitorio e as cozinhas. Destruiram-se todos os livros e cousas pertencentes ao côro, havendo tambem a lamentar a perda de bastantes pessoas. Os religiosos puderam ainda accommodar-se em varias casas do mesmo convento; a egreja arvorou-se onde era a portaria do carro debaixo d'uma grande abobada, accrescentando se uma barraca n'um pateo, onde se fez capella, côro e sacristia, e ali se realisaram funcções ecclesiasticas, emquanto duraram as obras da reedificação. Em 1834, tendo sido nomeada pelo governo uma commissão para proceder a refórmas na Misericordia, reconheceu-se que a egreja de S. Roque, a antiga casa professa da Companhia de Jesus, não tinha capacidade sufficiente para o desenvolvimento que tinha alcançado esta pia instituição. Como o convento de S. Pedro de Alcantara havia ficado desoccupado pela extincção das ordens religiosas, o governo cedeu-o á Santa Casa da Misericordia para se transferirem para ali as meninas orphãs. Tem a data de 31 de dezembro de 1834 o decreto em que se fez aquella concessão. Foi o titulo do convento que deu o nome de S. Pedro d'Alcantara ao vasto terreno que lhe fica em frente, occupado pela alameda, jardim e rua d'esta designação.

Convento de S. Vicente de Fóra. Era de conegos regulares de Santo Agostinho, cruzios, fundado por el-rei D. Affonso Henriques. Quando no começo de 1147, este monarcha fez o cêrco de Lisboa, então pertencente aos moiros, vieram auxilial-o os inglezes, allemães, e outros estrangeiros, que tambem andavam guerreando contra os infieis e a favor da christandade. Os vastos campos do lado do poente fôram concedidos aos inglezes para ali assentarem os seus arraiaes, reservando para os allemães os campos do lado do oriente, que ficavam então fóra das portas da cidade. O cêrco durou cinco mezes, em que se travaram differentes combates, succumbindo n'estas luctas muitos christãos e moiros. Vendo D. Affonso Henriques que o numero de mortos augmentava progressivamente, determinou fundar dois cemiterios, cada um com sua capella, fazendo voto de erigir dois mosteiros, sendo um dedicado a S. Vicente, em honra da tradição, que dava o corpo d'este santo martyr sepultado no promontorio dos Corvos, ou Sacro, hoje conhecido pelo cabo de S. Vicente. O edificio elevar-se-ia no arraial do lado do oriente, e o outro templo consagrar-se-ia a Nossa Senhora dos Martyres, no arraial dos inglezes do lado do poente. As capellas dos cemiterios eram pobres, e em volta d'ellas se iam sepultando os que succubiam nos combates. A idéa do titulo de Nossa Senhora dos Martyres era inspirada pela imagem da Virgem d'esta invocação, que os inglezes haviam trazido, e collocado na capella do seu arraial. Este arraial ficava no cabeço onde hoje é o alto de S. Francisco, e dominava ao sul o mar, e ao poente a terra. Estes acampamentos eram improvisados. Os allemães estabeleceram uma enfermaria para se tratarem os doentes e feridos, formada das tendas do acampamento, com um altar, onde foi collocada por D. Affonso Henriques a imagem de Nossa Senhora da Conceição, que desde essa epoca se começou a chamar *Nossa Senhora da Enfermaria.* Terminada a guerra, e vendo-se D. Affonso Henriques senhor de Lisboa, resolveu cumprir o seu voto, erigindo os dois conventos. Lavraram-se duas lapides grandes, o arcebispo de Braga, D. João Peculiar, benzeu as, e levada processionalmente a primeira ao arraial dos allemães em 21 de novembro de 1147, D. Affonso Henriques acompanhado todos os prelados e senhores da côrte, ali a lançou com toda a solemnidade, ficando assim fixado o alicerce do mosteiro de S. Vicente, que se ficou chamando de *Fóra*, por estar além da cêrca moirisca que então limitava a cidade. A outra pedra foi levada ao arraial dos inglezes ao poente, firmando a base ao mosteiro de Nossa Senhora dos Martyres, hoje egreja parochial d'este nome. Quando seculos mais tarde se tratou da reedificação do convento de S. Vicente, appareceu esta pedra no *fundo do esteiro que ficava da parte do Evangelho do altar da capella-mór da egreja*, diz Nicolau de Santa Maria, na *Chronica dos conegos regrantes*, parte VI. Era quadrada e tinha abertas estas letras:

Hoc templum aedificavit Rex Portugaliae Alphonsus I, in honorem Beatae Mariae Virginis, Sãcti Vicentij Martyris. XI. Calend. Decembris sub era MCLXXXV.

Cuja traducção é a seguinte: *Esta egreja fundou el rei D. Affonso o Primeiro de Portugal á honra da Bemaventurada sempre Virgem Maria e de S. Vicente Martyr, em 21 de novembro de 1147.* D. Affonso Henriques declarou se padroeiro do convento. Foi o primeiro abbade de S. Vicente o clerigo flamengo Gualtero, que veiu da Picardia com mais quatro companheiros, ficando todos, com autorisação do rei, vivendo no mosteiro, resando as 7 horas canonicas, fazendo muitas esmolas e administrando os sacramentos. Durante os reinados que se seguiram, o convento foi-se accrescentando e aperfeiçoando, com avultados rendimentos concedidos por differentes monarchas. No reinado de D. João III houve grandes obras de restauração no antigo edificio, por ameaçar ruina. Filippe II, de Hespanha, tomando posse de Portugal, é que o reedificou completamente. D. Sebastião havia começado a construir uma egreja á borda do Tejo, no Terreiro do Paço junto á Alfandega, lançando-se a primeira pedra nos alicerces em março de 1571; e havendo se trabalhado já alguns annos, muitas pessoas observaram as inconveniencias d'aquelle sitio para o culto divino, e por isso as obras se interromperam. O rei castelhano a mandou demolir, e que se aproveitassem os materiaes para a egreja de S. Vicente de Fóra, onde pelos frisos da cimalha real se vêem flechas aspadas, que bem mostram ser pedras do templo demolido, pois que D. Sebastião o fundara com o intuito de o dedicar a S. Sebastião, para ser cabeça d'uma nova ordem militar, intitulada da *Flecha*, que meditava instituir. A pedra fundamental no novo edificio de S. Vicente, o templo sumptuosissimo que hoje admiramos, foi lançada em 25 de agosto de 1582 pelo cardeal-duque Alberto, governador de Portugal, com a assistencia do monarcha e de muitas pessoas da nobreza. Foi o

primeiro architecto das obras, o Filippe Terzi, engenheiro italiano ao serviço de Portugal, que alguns escriptores classificam de artista famoso. Filippe Terzi acompanhara D. Sebastião a Africa, e ficara captivo na batalha de Alcacer-Kibir, mas livrando se do captiveiro, regressou a Portugal. Mais tarde, em 1590, o rei castelhano o nomeou mestre das obras reaes. Desde 15‸2 até 1590 houve grandes hesitações nas obras, chegando a estar por vezes paralisadas, mas d'aquella data em deante, continuaram, ainda que lentamente. Filippe Terzi falleceu em 1599, e para o substituir foi nomeado Leonardo Turriano, tambem architectó da Casa Real. As obras iam absorvendo enormes quantias, mas em 18 de maio de 1605 realisou-se, com o maior contentamento, a pomposa festividade da mudança do Santissimo Sacramento para a nova capella-mór. O corpo da egreja ainda estava em construcção. Só em 1629, 47 annos depois do lançamento da primeira pedra, é que ficou concluida toda a obra de pedreiro do interior no corpo da egreja. Armou-se o templo ricamente para a solemnidade do dia 28 de agosto d'esse anno, em honra de Santo Agostinho. As obras proseguiram. Com o vendaval de 19 de novembro de 1724 cairam alguns remates e grimpas do templo de S. Vicente. Com o terremoto de 1755 estremeceu todo o edificio, caiu no meio da egreja o grande e admiravel zimborio, que cobria o cruzeiro, e muitas pyramides, que por ornato o cercavam. O convento tambem se arruinou no dormitorio de cima da parte do nascente, e no outro, grande, voltado para o sul. Abateu tambem na frontaria algumas estatuas e alguns remates; arrasou o tecto da sacristia. No convento fizeram-se depois alguns reparos mais urgentes. Em 1773 estabeleceu-se ali a Santa Egreja Patriarchal, pelo que fôram os conegos regrantes habitar o convento de Mafra, voltando para S. Vicente em 1792, onde se conservaram até 1833, anno em que por ordem de D. Pedro IV voltaram para Mafra. Pelo decreto da extincção das ordens religiosas ficou a egreja do real convento de S. Vicente de Fóra a cargo do patriarcha D. Patricio da Silva, religioso da ordem dos eremitas calçados de Santo Agostinho, e da irmaudade do Santissimo da freguezia de S. Vicente, que tambem ali se estabeleceu em 1837, a qual foi creada pela suppressão das freguezias de S. Thomé e do Salvador. O convento ficou destinado para a residencia perpetua do patriarcha, e para o collegio do patriarchado. Ali estão tambem estabelecidas a séde da relação e curia patriarchal. Em 1858, por causa d'umas obras feitas na sé, voltou provisoriamente para S. Vicente a santa Egreja Patriarchal A'cêrca da portaria sobre o adro, dizia o padre Antonio de Carvalho da Costa, nas *Memorias*, pag. 181: «portaria tão regia, que bem mostra que n'ella se empenhou a arte, pelo vistoso da pintura e perspectiva da obra» O tecto era pintado pelo artista italiano Vicente Baccarelli. Esta sala, logo á direita de quem entra o portão da portaria, dos claustros é posterior ao plano de 1590, assignado poi Filippe II de Hespanha. Pelo terremoto só chegou a cair o reboco da moldura d'este enorme painel. O vasto salão serviu de secretaria e de archivo da camara ecclesiastica. O patriarcha D. José Netto transferiu os documentos para outra sala, e estabeleceu ali a sua capella particular. Tem azulejos magnificos, cobrindo as paredes, o que se observou, quando se tiraram as estantes. Os azulejos representam entre outros quadros diversos, retratos em pé, nos quas se vêem D. Affonso Henriques, D. Sancho I e Filippe, de Castella. O convento tinha jurisdicção episcopal, e era isempto do ordinario, e o prior trazia cruz e annel.

Convento de S. Vicente de Fóra (Descripção da actual egreja od). No vol. IV da *Lisboa Antiga*, já por vezes citada, trata-se largamente do edificio de S. Vicente, e da descripção da egreja, seguiremos o que ali se lê. A'cêrca da fachada, diz-se a pag. 190 e 191: «Em tres partes póde dividir-se no sentido horisontal, esta vasta composição, em tudo realenga, com que o lapis do architecto Filippe Terzi opulentou a casa dos conegos regrantes. A primeira parte abrange o adro, e eleva-se até ao primeiro entablamento, que assenta, com a sua architrave, friso e cornija, sobre os capiteis de dez altas columnas doricas. Nos tres intercolumnios centraes, rasgam-se tres portões muito singelos, de volta inteira, sobrepujados de tres nichos coroados de atticas, as dos lados triangulares, a do meio curva. Nos tres nichos vêem-se as estatuas de Santo Agostinho ao meio, S. Sebastião á direita do espectador, e S. Vicente á esquerda. Nos intercolumnios lateraes, apparecem, em linha inferior aos outros, dois outros nichos com attica redonda, tendo por baixo e por cima umas janellas quadradas. A estatua do nicho da esquerda é Santo Antonio, ainda muito novinho, vestido de conego regrante, com o menino Jesus ao collo; a da direita S. Domingos de Gusmão. A segunda parte da frontaria levanta-se com os pedestaes das columnas do primeiro andar, ostentando em symetria das prumadas dois nichos nos intercolumnios lateraes, com S. Norberto, á direita, e S. Bruno, á esquerda, e nos centraes tres elevadas janellas, de mais altura que a regra, suspeito eu, e muito magestosas sob as suas atticas, das quaes a central é angular, formando graciosa variedade com as de baixo, e com as dos nichos parallelos lateraes. Sobre a cornija d'este segundo lanço de composição, levantam-se as columnas dos dois corpos lateraes, a formar dois torreões com ventanas, coroados de platibanda, do meio dos quaes emergem duas cupolas com lanternim. Estes dois torreões une-os sobre o corpo central uma platibanda de 150 palmos, adornada de quatro enfeites pyrifórmes de belissima proporção. Por modo que, se o claro-escuro accentuado das cornijas divide por si a frontaria em tres partes no sentido horisontal, tambem o sentido esthetico a divide n'outras tres na affirmação vertical: a parte do centro com os tres portões, os tres nichos, a primeira cornija, as tres janellas, a segunda cornija, e a platibanda, e as duas partes lateraes, que desde baixo se erguem com a feição de torres, e separadas pelas suas duas renques de columnas aggregadas, sobrepostas e gradualmente diminuidas no módulo até á platibanda dos torreões» Os altares do corpo da egreja são 5 por banda; duas capellas em correspondencia aos dois topos do cruzeiro, duas collateraes, e a capella-mór, ao todo 15, sendo algumas das capellas formosissimas. Na *Lisboa Antiga* vem uns mappas das capellas

nos annos de 1668, 1712, 1759 e 1886, como ainda hoje se conservam. A 1.ª capella, á direita de quem entra, é a de S. Miguel. Tem n'uma tribuna de madeira a imagem do orago. No pequenino intervallo, o altarzinho de Santa Barbara, que foi primeiro de S. José. A 2.ª capella grande é a de Nossa Senhora de Pilar; vê-se a pequenina imagem da Virgem sobre a sua columna, ou pilar, resguardada dentro d'um arco pequeno, submettido a um entablamento, que se sustenta sobre os ábacos de duas pilatras historiadas, aos Braz, bispo, que antigamente era de Nossa Senhora da Pureza. A 3.ª capella é do Senhor Jesus dos Afflictos. Vê-se o crucifixo no seu altar coberto de talha dourada e pinturas a branco, Debaixo do mesmo arco onde se resguarda o crucifixo, ficam aos dois lados d'esta imagem as de Nossa Senhora das Dôres e S. João Evangelista. Por baixo d'este arco maior abrem-se mesmo sobre o altar tres arcos pequenos, contendo: ao meio Nossa Senhora da Pureza, tendo ao collo o menino Jesus; do lado direito, S. Tude, bispo,

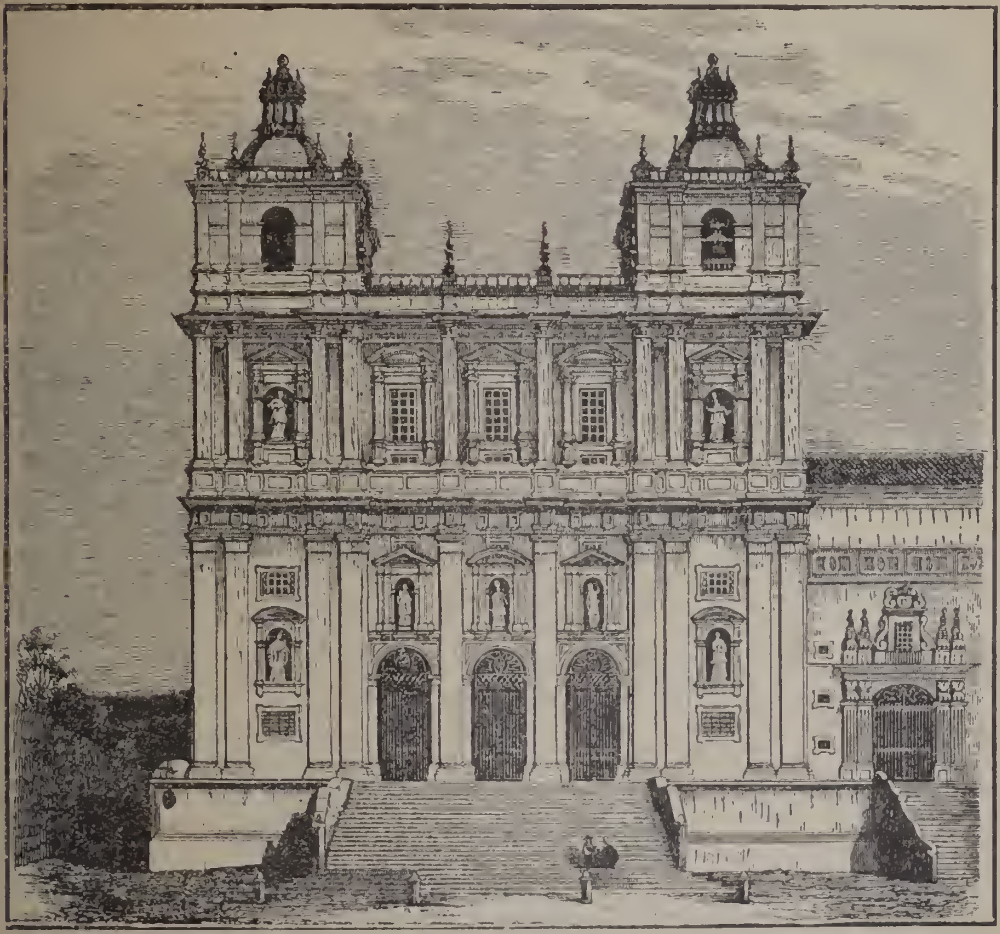

Egreja de S. Vicente de Fóra

dois lados, as quaes seguem até abaixo, e sobre dois pares de columnas muito enfeitadas, que assentam sobre duas estreitas portinhas aos dois flancos do altar. Tudo talha dourada. Aos dois lados da imagem dois anjos no alto de um pequenino throno, que resguarda o pilar pela parte posterior. No altar e nos embasamentos das pilastras e dos pilares, algum bom mosaico florentino. O chão é tambem mosaico. Esta imagem foi sempre da maior veneração, feita á similhança da de Saragoça, e doada no seculo XVII por um devoto. No intervallo está o altarzinho de S. imagem muito milagrosa, que dizem ter sido trazida pelos francezes na tomada de Lisboa; do lado esquerdo S. Francisco de Assis. A 1.ª capella, á entrada, da esquerda, é de Santa Ursula; no intervallosinho está o altar de Santa Catharina. A 2.ª capella era antigamente de Santa Catharina, foi depois de S. Thiago, e actualmente é do Senhor dos Passos; no pequeno intervallo vê-se agora o Senhor Jesus Resuscitado, mas esteve primeiramente S. Thiago, e depois Santa Barbara. A 3.ª capella, que era de Nossa Senhora da Pureza, já no tempo do terremoto de 1755,

assim como hoje, é a do Santissimo Sacramento, tendo na tribuna a imagem de Nossa Senhora da Paz, em substituição da antiga de Nossa Senhora das Necessidades. Esta capella é toda alcatifada, gradeada elegantemente sobre o corpo da egreja, e adornada de quadros. O cruzeiro é magestoso; ladrilhado e alumiado por um pequeno zimborio, moderno, em vez do colossal zimborio, que o terremoto destruiu. Limita o cruzeiro em volta a solemne affirmação vertical de seis pilastras lateraes identicas ás do corpo da egreja, e identicas tambem a outras seis que se enfileiram a cada canto da capella-mór, sendo ao todo 24 no cruzeiro e na capella-mór. Sobre as capellas collateraes, e defronte d'ellas, muito elevadas, e na altura d'um terço superior das pilastras ha quatro quadros de moldura ellyptica, representando os papas S. Sergio I, S. Gelasio I, S. Leão I e S. Leão III. No lado direito do cruzeiro vê-se no topo a capella de Santo Agostinho. Está no arco do seu altar, tendo em baixo S. Thomé e S. Thiago; e nos dois lados do altar, em nichos, S. Caetano e uma outra santa, cujo nome não sabemos. Está hoje fechada. Segue a esta capella a collateral do lado da Epistola, dedicada a Santo Antonio, com a imagem do santo, e um quadro muito antigo representando a Virgem com o menino Jesus. Hoje vê-se ali uma alta imagem do Coração de Jesus, em logar da de Sutonio, que passou para um dos altares do corpo da egreja. Na parede d'esta capella, do lado da Epistola, se lê n'uma pedra:

AQVESTAO OS
OSSOSDAMAI
DE S. ANTONIO

Diz o padre Carvalho da Costa, que foi n'esta capella que santo Antonio tomou o habito de Santo Agostinho. A capella lateral do cruzeiro do lado do Evangelho, era dedicada a Santa Monica, mãe de Santo Agostinho; depois foi do Santissimo Sacramento, tendo mais as imagens de Santa Monica e S. Pedro de Arbués, primeiro inquisidor do reino de Aragão; em 1755 era de S. Theotonio, e hoje tem a invocação de Nossa Senhora das Dôres. No alto do altar ha n'um medalhão um bom quadro, representando o casamento mystico de Santa Catharina, de Alexandria. A capella do topo, do cruzeiro, do lado do Evangelho correspondente á de Santo Agostinho, é de Nossa Senhora da Conceição denominada da *Enfermaria*, imagem de pedra de Ançã, embutida de varias côres. Esta capella é toda de mosaico, e tambem está fechada. No alto do tabernaculo, onde fica a imagem de Nossa Senhora, vê-se n'um quadrado o monogramma, com a corôa real de D. João V. Aos dois lados da capella as estatuetas de Sant'Anna e S. Joaquim, e por baixo outras duas, de S. José e S. João Baptista. A capella-mór é um vasto recinto assoalhado de mosaico de madeira escura e clara. A cada lado duas ordens de bancos, como côro de frades, sobre tres degraus que giram em volta; e a cada um d'esses lados uma tribuna de madeira para a familia real. Fôram ambas pintadas no tempo de D. Pedro V, cujo monogramma D P. Q. se vê na da esquerda, e D. P. na da direita. O altar-mór, resguardado sob um elegante baldaquino, desenho de Francisco Venegas, castelhano, e execução feita sob a vista de Machado de Castro, separa a capella-mór do vasto côro dos conegos regrantes que lhe fica por detraz, formando a cabeceira da cruz. Em quatro columnas se ergue lá no alto o baldaquino. Junto ao pedestal de cada uma estão duas estatuas; ao todo oito, de madeira pintada de branco Da esquerda de quem olha, S. Vicente, Santa Monica, seu filho Santo Agostinho, e S. José; da direita, S. Sebastião. S. Fructuoso, S. Theotonio, prior de Santa Cruz de Coimbra, e a Virgem Maria. De fóra não se vêem todas estas colossaes figuras, é preciso penetrar por qualquer das duas portinhas aos lados do altar, e collocar-se de traz, no côro, por fórma que ao espectador appareçem então, lá no avesso do altar-mór as duas imagens isoladas de S. José, á direita, e da Virgem á esquerda, atraz das columnas posteriores do mesmo baldaquino. Sobre as duas portinhas mencionadas estão duas estatuas de anjos; o da banda do Evangelho segura, como que mostrando as ao povo, a corôa e palmas de S. Vicente; e da banda da Epistola as settas de S. Sebastião. O côro é vasto, orlado de duas renques de logares corridos para os conegos. No principio do seculo XVIII eram 12 de cada lado, agora são 26 em baixo, e 40 em cima, ao todo 66; cathedras de pau santo lavrado, tendo douradas, nos relevos dos espaldares, as palmas de S. Vicente. Ao fundo, na cabeceira de todo o templo, um immenso orgão, que se vê através das ornamentações do baldaquino, e que passa por ser um dos melhores da capital, como que sustido por tres anjos, e sobrepujados de varios. A cada lado do orgão duas janellas, uma por cima da outra. As duas paredes lateraes do côro enfeitam-se a grande altura com duas janellas de varanda dourada para o interior do mosteiro, e mais com dez quadros, representando passagens da vida de S. Vicente, S. Sebastião, S. Theotonio e Santo Agostinho. O padre Carvalho da Costa, na sua *Chorographia portugueza*, diz que na capella-mór estão sepultados os reis D. João IV e D. Pedro II, da banda do Evangelho; no lado fronteiro a rainha D. Maria Sophia Izabel de Neubourg, sua segunda mulher, o principe D. João e sua irmã. Nos claustros ha magnificos azulejos do seculo XVIII. O chão estava antigamente tapisado de lages sepulchraes, e ainda se vêem ali muitas. A sacristia é riquissima, toda de mosaico de côres, vestindo os paredes até acima, rasgadas apenas por quatro janellas a cada lado. Em volta estão os arcazes dos paramentos com os seus gavetões, tudo de pau santo e bronze dourado. Na frente o altar com a imagem de Nossa Senhora d'Assumpção, pintada por André Gonçalves. Este quadro do retabulo do altar está disposto de modo, que póde correr para cima e sumir-se, deixando apparecer lá dentro um relicario, hoje vasio.

Convento de S. Vicente de Fóra (Pantheon Real no). Era antigamente junto á sacristia, em condições muito acanhadas, mas depois da morte da rainha D. Maria II, seu marido, el-rei D. Fernando, sendo regente na menoridade de D. Pedro V, mandou erigir a actual casa mortuaria, mais conhecida pela *casa dos reis*, e que ficou em muito melhores condições. Desde D. João IV, que a Casa de Bragança aqui tinha o seu jazigo. Está o patheon situado no fundo do lan-

ço septentrional do segundo claustro, onde era o antigo refeitorio do convento, sendo o seu architecto José da Costa Sequeira, sobrinho do grande pintor Domingos Antonio Sequeira. Sobre a vasta porta, negra e triste, lêem-se estas palavras em letras douradas:

REAL JAZIGO
DOS MONARCHAS, PRINCIPES, E MAIS PESSOAS
REAES DA SERENISSIMA CASA DE BRAGANÇA
QUE NO REINADO DE SUA MAGESTADE
EL-REI D. PEDRO V
MANDOU ERIGIR SEU AUGUSTO PAE
EL REI D. FERNANDO II,
REGENTE DO REINO
1855

Para o pantheon entra-se por um vestibulo, onde se vê na parede do lado direito uma lapide, com a seguinte inscripção:

Por especial ordem regia para honrar a memoria de João Carlos de Saldanha Marechal do Exercito Nascido em Lisboa a 17 de Novembro de 1790 e fallecido em Londres a 21 de Novembro de 1876, pelos seus gloriosos feitos de valor em prol da Independencia e da Liberdade da Patria fôram aqui depositados os seus restos mortaes em logar contiguo áquelle em que repousam os soberanos a quem lealmente serviu.

21 de Novembro de 1880

Em seguida, vê se outra lapide, na mesma parede, onde se lê:

Por especial ordem regia para honrar a memoria de Antonio José de Sousa Manuel e Menezes Severim de Noronha duque da Terceira 7.º conde de Villa Flôr Marechal do Exercito Nascido em Lisboa a 18 de março de 1792 e fallecido na mesma cidade a 26 de abril de 1860 pelos seus gloriosos feitos de valor a prol da Independencia e da Liberdade da Patria fôram aqui depositados os seus restos mortaes em logar contiguo áquelle em que repousam os soberanos a quem lealmente serviu.

Agosto 11 anno 1863.

Na parede fronteira d'esta lapide, vê-se outra, cujo epitaphio declara terem sido ali depositados os restos mortaes da duqueza da Terceira, D. Maria Anna Luiza Philomena de Mendonça, mulher do referido duque. Entrando no patheon vê se logo á direita o tumulo que encerra o cadaver de D. João IV, ao centro da extensa casa está o caixão do imperador D. Pedro, e logo atraz o de el-rei D. Luiz, todo coberto de corôas, ali collocado no logar de honra, onde será substituido pelo actual reinante, como sempre se tem feito, passando então o caixão a enfileirar-se junto aos dos outros monarchas seus antecessores, e mais pessoas reaes. Todos os caixões têem a indicação dos cadaveres que encerram Junto á capella mór e do patheon ficava o jazigo dos patriarchas, que actualmente existe na capella particular do patriarcha, por determinação do ultimo cardeal-patriarcha D. José Netto.

Pantheon Real

Convento de S. Vicente de Paula (Vulgo Rilhafolles). Era da Congregação do Oratorio de S. Filippe Nery. Esta ordem foi introduzida em Portugal pelo padre José Gomes da Costa, natural de Braga, o qual, tendo entrado na congregação em Roma, impetrou do papa Clemente XI o breve de 13 de março de 1716, para poder fundar a congregação n'este reino, especialmente no bispado da Guarda. Chegou a Portugal, e achando melhor commodidade ser em Lisboa a sua primeira fundação, alcançou licença de D. João V, por alvará de 14 de janeiro de 1717, e declaração do cardeal patriarcha ao breve pontificio de lhe não prejudicar á concessão a variação do logar por decreto de 1 de abril do mesmo anno. Desembaraçados e dispostos estes principios, vieram logo de Italia para este convento quatro sacerdotes com dois irmãos leigos da mesma congregação, e se estabeleceram no sitio e quinta de Rilhafolles, onde começaram a exercer as funcções do seu instituto. D. João V quiz depois que a nova congregação ficasse em tudo sujeita ao cardeal patriarcha de Lisboa, mas os padres não se sujeitaram a esta determinação. José Gomes da Costa falleceu em 2 de novembro de 1725, e os outros padres, vendo impossibilitado o estabelecimento do mosteiro, voltaram pouco a pouco para Italia, á excepção do padre José Joffreu, catalão, e o leigo João Baptista Marquisio, italiano, os quaes, ajudados com alguns padres portuguezes, fôram continuando os exercicios espirituaes de ordinandos. E apezar d'el-rei impetrar um breve pontificio para que pudessem livre e licitamente passar a esta casa da Congregação da Missão, sujeita ao patriarcha, quaesquer individuos da mesma Congregação sujeita ao padre geral, ninguem quiz entrar n'ella. Estava já como frustrada e desfeita esta fundação, quando em 1738, em que D. João V quiz celebrar com extraordinaria grandeza a festa e oitavario da canonisação de S. Vicente de Paula no ultimo dia de julho, concedeu ao padre José Joffreu licença para se fundar esta congregação sujeita ao superior geral d'ella, residente em Paris. Ficou logo por superior o padre Joffreu, e vieram em diversos tempos padres da mesma congregação, de França, Italia e Catalunha. Começavam logo a admittir noviços e continuaram com os exercicios do instituto. D. João V dotou este novo convento com abundantes rendimentos. O terremoto de 1755 causou pequenos estragos, que de prompto se repararam. O convento ficava no alto d'uma serra, indo do convento de Santo Antonio dos Capuchos para Rilhafolles, estando a egreja situada dentro d'um pateo, com simples perspectiva, tendo ao lado o convento, que tinha a frente para o lado da barra. Na egreja viam se 5 capellas, contando com a capella-mór, onde estava a imagem de Nossa Senhora, como padroeira do reino; as outras 4 capellas eram lateraes. Existiam diversas irmandades e confrarias. Depois de 1834 o convento ficou deshabitado, continuando na egreja a celebrar-se missa aos domingos e dias santificados. Em 1835 o governo aproveitou o edificio para ali se installar o Real Collegio Militar, que estava na Luz, ficando a egreja servindo de capella do mesmo collegio. Procedeu-se a diversas obras, organisando-se accommodações convenientes. Durante a sua permanencia em Rilhafolles, nome porque o conveuto era mais conhecido, o Collegio Militar estabeleceu algumas novas aulas aos respectivos cursos. Mais tarde, por decreto de 14 de novembro de 1848 o Collegio Militar foi transferido para Mafra, ficando o edificio de Rilhafolles á disposição do ministerio do reino, para ser convertido em hospital de alienados. V. *Lisboa (Hospital de Rilhafolles).*

Convento dos Terceiros do Carmo. Nos ultimos annos do seculo XVII, é que se começaram a receber irmãos no convento do Carmo, com o nome de Terceiros, sem embargo de já n'esse tempo, por bulla muito anterior de Xisto IV, a irmandade do Carmo poder receber esses irmãos. Quando em Lisboa se tratou de organisar esta ordem, os terceiros, já então existentes, de S. Francisco, de S. Domingos e de Santo Agostinho, oppozeram-se a que a ordem tomasse o nome de Terceira, e sobre isto se instaurou processo, que correu no tribunal na Legacia, obtendo afinal sentença a seu favor os carmelitas. Os terceiros das outras ordens appellaram para Roma, mas não seguindo a appellação, a sentença foi publicada, e lida nos pulpitos de todas as egrejas da cidade. O collector geral apostolico, n'esta côrte, monsenhor Lourenço Gamalo, confirmou a sobredita sentença por uma sua provisão, na qual declarou, que nenhuma pessoa se atrevesse a dizer que a ordem Terceira do Carmo não podia fazer irmãos terceiros, por ser esta proposição contraria ás bullas dos Summos Pontifices. A data d'esta provisão é de 13 de abril de 1635. Monsenhor Marcello Durazzo, nuncio apostolico n'estes reinos, com poderes de legado *á latere*, por sua provisão de 12 de maio de 16.6, confirmou e ratificou a anterior provisão. A irmandade dos Terceiros viveu alguns annos sem estatutos, até que em 9 de maio de 1665 se juntaram os irmãos e assentaram em eleger tres irmãos de qualidade e zelosos, para fazerem os estatutos, leis e ordens de que se havia de compôr o compromisso, pelo qual se regesse a irmandade. Em 16 de julho do mesmo anno de 1665 se reuniu a irmandade, viu e examinou o compromisso apresentado pelos tres eleitos, e o approvou. Depois, apresentado á approvação do padre provincial n'este reino, da ordem carmelitana, e afinal á do padre geral da mesma ordem, ficou regendo a irmandade. E assim ficou definitivamente constituida a ordem Terceira do Carmo, a qual foi crescendo e florescendo, a ponto de no anno de 1706, contar 8:000 a 9:000 irmãos de ambos os sexos. A ordem tinha uma capella magnifica no claustro do convento, e possuia valiosas alfaias, como um frontal riquissimo de prata, que servia no altar da capella, e tambem na egreja nos terceiros domingos; um andor egualmente de prata, em que a imagem da Senhora ia para a egreja, e muitos outros objectos preciosos. O chronista da ordem dos carmelitas, fr. José Pereira de Sant'Anna, diz que na cimalha da porta da capella dos Terceiros, no claustro do convento, se lia uma inscripção, pela qual constava que a ordem Terceira mandára fazer á sua custa a obra dos Passos e azulejar todo o claustro no anno de 1722, tendo tido já os Passos principio no anno de 1670. O mesmo chronista accrescenta, que n'uma parede se viam embutidas duas pedras com letreiros, um dos quaes dizia assim: «Floresceu muito mais n'este conven-

to a veneravel ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo desde 28 de dezembro de 1629, e o edificio d'esta capella foi em 14 de março de 1638 obrado todo á custa das esmolas dos irmãos da dita ordem, para honra e gloria da mesma Senhora» Outro letreiro declarava que a capella era jazigo exclusivo dos irmãos da ordem, e que os padres graciosamente lhe haviam cedido tudo isso, por escriptura de 22 de dezembro de 1637. Estas datas não contradizem o que acima se disse, porque apezar de não ter estatutos, já a irmandade de Nossa Senhora do Carmo, antes de 1665, se denominava Ordem Terceira, e recebia irmãos terceiros; mas só depois é que foi authenticamente organisada. No anno de 1700 deu a ordem principio á reedificação do seu hospital, em que dispendeu consideraveis sommas, e cujas obras ainda não estavam concluidas em 1704 ou 1706. João Baptista de Castro, no *Mappa de Portugal*, affirma que era obra sumptuosa, e custára mais de cem mil cruzados. O terremoto de 1755 arruinou o hospital, e depois, a construcção da muralha, que se fez para sustentar o convento, tornou impossivel a sua restauração. O hospital era situado na rua Valverde, que corresponde á actual rua do Principe. Depois do terremoto deu-se á ordem outro terreno para o seu hospital, mas ficou sem effeito, e só em 1780 é que se edificou onde actualmente está, no largo do Carmo. A capella do hospital veiu a ser a capella da ordem, depois de 1834. O edificio ficou incompleto, pois deveria ficar muito mais espaçoso. Existem ali as imagens commemorando a Paixão de Christo. São todas de tamanho natural de bellas proporções, e de madeira de cedro, trabalhos de José d'Almeida, esculptor que muito floresceu na primeira parte do seculo XVIII, e parece que executados já depois do terremoto, por se terem perdido as antigas n'esta horrivel catastrophe. As imagens são nove, e d'ellas vem uma descripção minuciosa no vol. II do *Summario de varia historia*, do dr. José Ribeiro Guimarães, a pag. 174 e seguintes. Representam: 1.º o Senhor orando no Horto; 2.º O Senhor preso; 3.º O Senhor açoitado preso á columna; 4.º O Senhor sentado na pedra fria, ou da Cana Verde; 5.º O Senhor na varanda de Pilatos, ou *Ecce Homo;* 6.º O Senhor dos Passos; 7.º O Senhor Crucificado; 8.º O Senhor morto; 9.º Nossa Senhora da Soledade. A capella do Senhor morto era riquissima. A imagem estava mettida n'um tumulo de prata, e servia lhe de frontal, ou antes, de porta, uma grade, tambem de prata, representando corôas de espinhos entre si unidas. Este tumulo fôra dadiva da rainha D. Luiza de Gusmão, mulher de D. João IV. Tinha tambem grandes castiçaes de prata, feitos de uma esmola que para esse fim dera a infanta D. Catharina, que foi rainha de Inglaterra, por ter casado com o rei Carlos II. Além d'estas possuia muitas outras alfaias valiosas, que tudo se perdeu com o terremoto. Depois, a imagem estava n'um tumulo de madeira de cedro, de excellente obra de talha. Em 1834, ou depois, para accommodarem melhor o tumulo na capella dos Terceiros, cortaram-lhe metade e inutilisaram n'o. A metade que ficou subsistindo, existe na capella. As imagens da Paixão continuaram a sair na procissão que a ordem Terceira celebrava na ultima sexta feira da quaresma, com o titulo de procissão do Triumpho. Um proprietario abastado em Portugal e no Brazil, Manuel Ignacio de Oliveira, que era irmão terceiro do Carmo no Rio de Janeiro, veiu para Lisboa e filiou-se na ordem Terceira carmelitana d'esta cidade. Visitando a capella do Carmo, viu as imagens, e pesaroso por haver já muitos annos que se não celebrava a procissão, pensou em restabelecel-a. Decorreram annos, e fallecendo em 15 de novembro de 1862, deixou em testamento o seguinte legado: «A' ordem Terceira do Carmo de Lisboa, deixo 20:000$000 réis, com obrigação de mandar dizer uma missa por minha alma, em todas as sextas feiras de cada semana, e de fazer a procissão chamada do Triumpho, que é na sexta feira chamada dos Ramos. E porque a capella da Ordem Terceira não tenha capacidade para collocar os andores, que saia a tal procissão da egreja do Sacramento ou dos Martyres, e determino que o seu itenerario seja este: Rua do Chiado, rua Nova do Almada, travessa de S. Nicolau, rua do Ouro, rua dos Capellistas, rua Augusta, praça de D. Pedro, lado oriental, frente do theatro de D. Maria II, lado occidental da praça, rua Nova do Carmo, entrando na egreja d'onde houver saido. E quando a Ordem Terceira assim não faça, perderá o legado, o qual passará para a Misericordia de Lisboa» A Ordem Terceira, cumprindo o legado, realisa a procissão todos os annos, não na sexta feira, mas no domingo de Ramos, para o que teve autorisação. No edificio se fizeram as obras precisas, para se poder ali mesmo desempenhar o acto da procissão, sem ser necessario ir a outra egreja, como indicava o testador.

Convento dos Terceiros de Jesus. A ordem dos terceiros regulares de Jesus foi instituida n'este reino por um religioso hespanhol, no anno de 1443, em Santarem; em 1591 se estabeleceram por todo o paiz com grande numero de casas Está situado junto á egreja do convento de Nossa Senhora de Jesus, pela parte do Evangelho; tendo a entrada principal por dentro da referida egreja, ficando a porta junto á capella do cruzeiro. Tem tambem uma entrada lateral por um corredor, que vae sair mesmo ao lado da egreja, cuja porta está voltada ao sul. A capella era grandiosa. No terremoto de novembro de 1755, caiu o tecto, que era de abobada, sem causar victimas, porque as pessoas que estavam na egreja, conseguiram fugir para o pateo do hospital. O desabamento da abobada arruinou a capella; ficou tambem destruida a casa do despacho. Os prejuizos repararam-se depressa á custa dos proprios irmãos terceiros. Esta ordem é de grande caridade para com os pobres, para o que constituiram um sumptuoso hospital, em que annualmente se gastavam muitos mil cruzados em proveito da pobreza. No tempo do padre Carvalho da Costa, como elle conta na sua *Chorographia portugueza*, contavam-se entre irmãos e irmãs, mais de 5:000 pessoas. A egreja actual tem sete capellas, com a capella-mór, onde se vê a imagem de S. Francisco de Assis. Todos os quadros das capellas, e os do corredor que vae para a porta do templo, passam por ser pinturas de Joaquim Manuel da Rocha, primeiro professor da Aula Publica em 1781. O decreto da extincção das ordens religiosas, permittiu que se conservassem as ordens terceiras.

Convento dos Terceiros de S. Francisco. A instituição da ordem dos Terceiros de S. Francisco obedeceu a um forte movimento do povo, que póde traduzir-se como reacção das massas populares contra o despotismo dos senhores feudaes, cujo poder sobre seus vassallos era tão grande, como eram extensos os seus dominios territoriaes. Os vassallos do feudalismo não passavam de escravos, mas d'uma revoltante oppressão. S. Francisco d'Assis não podia vêr assim o povo escravisado, e durante cinco annos estudou a maneira de anniquilar, de partir as algemas d'esta servil e tristissima situação, até que por fim, saiu prégando a lei da pobreza, e não será difficil imaginar-se o enthusiasmo que os seus sermões produziram, vendo se que elle dava o exemplo, porque S. Francisco, dedicando-se á religião, o seu primeiro acto foi renunciar completamente a todo o dominio territorial que lhe pertencia pela sua familia. As populações populares o cercavam anciosamente, correndo a toda a parte onde elle se encontrava, para ouvirem a sua palavra energica, consoladora e insinuante. Para corresponder a este grande movimento e enthusiasmo popular, S. Francisco teve a inspiração de crear as ordens terceiras, em que fôssem admittidos os seus discipulos sem quebra dos laços de familia ou da sociedade. E a sua experiencia teve um exito tão sublime, que as outras ordens religiosas tambem organisaram depois, á imitação da franciscana, irmandades de terceiros, como a de S. Domingos, do Carmo, de S. Agostinho e da Trindade. O enthusiasmo pelas ordens terceiras foi crescendo prodigiosamente. Pontifices, reis, artistas de genio e poetas immortaes consideravam acima do seu grande poder e grande talento, a gloria de serem irmãos terceiros de S. Francisco Entre os muitos papas que se alistaram n'esta ordem, conta-se o fallecido Leão XIII, antecessor do actual chefe da egreja catholica; nos monarchas vêmos S. Luiz, rei de França, e Fernando de Castella, que no meio da sua côrte comprazia se em se despojar das vestes reaes, para envergar o humilde habito franciscano, cingindo a cintura com o cordão da ordem terceira. Os reis de Portugal: D. Affonso II, D. Diniz, D. Affonso IV, D. Fernando, D. João I, D. Duarte, D. Affonso V, D. João III, D. Sebastião, o cardeal D. Henrique, os monarchas castelhanos Filippe I, II e III, D. João IV e D. Pedro II, todos se filiaram n'esta ordem franciscana. Depois do terremoto de 1755, os irmãos terceiros resolveram edificar na rua Nova dos Martyres, hoje de Serpa Pinto, um edificio proprio, para se installar a sua ordem e hospital. N'essa epoca era aquelle local muito conveniente por ficar muito proximo do convento de S. Francisco da Cidade, e não defrontava com as magnificas edificações da Casa de Bragança, mandadas construir posteriormente, as quaes prejudicaram bastante as condições hygienicas do edificio. Depois da extincção das ordens religiosas em 1834, a congregação dos terceiros de S Francisco ficou sem capella para os actos do culto, que até ali se celebravam n'uma capella do convento de S. Francisco. Os terceiros mendigaram dos governos uma egreja, e pela portaria de 6 de fevereiro de 1838 se poz á sua disposição a Real Casa de Santo Antonio, o convento da Esperança e o de S. João Nepomuceno. Foi este ultimo o escolhido pelo patriarcha, do qual a ordem tomou posse em 10 de fevereiro do mesmo anno, e d'onde saiu em 1854, indo para o Corpo Santo em 26 de agosto. Em 29 de agosto de 1872 desfez-se o contrato que se fizera com os religiosos ali existentes, e ficando de novo a ordem sem egreja, resolveu-se em 19 de novembro do mesmo anno transferir o culto para a capella do hospital. Em 1874 fez-se uma larga reconstrucção no edificio, ficando a capella no segundo pavimento, onde hoje ainda existe, espaçosa e elegante, com todas as commodidades, boa sacristia com os seus arcazes, vendo-se no altar a imagem de Nossa Senhora da Conceição, tendo aos lados as de S. Francisco e S. Domingos. Na entrada da porta do edificio vê se no chão escripta aquella data de 1874. Em 1897 foi encarregada uma commissão de estudar o projecto d'uma nova casa e capella annexa; esta commissão apresentou o seu projecto e orçamento. Houve grandes discussões a este respeito, dando em resultado nada se fazer. Em 1899 houve o alvitre de se comprar o antigo convento das Bernardas á Esperança, procedendo-se a todas as obras precisas para a installação da capella e do hospital Estabeleceu-se grande lucta pela difficuldade de se levantar um edificio annexo á capella com todas as condições hygienicas precisas. Em março de 1902 passaram a celebrar-se os actos religiosos na ermida das Mercês, da rua Formosa, quando d'ali saiu a congregação das *Irmãs Reparadoras*; mais tarde, porém, tiveram que deixar aquella ermida, no fim do primeiro semestre do anno de 1907, continuando a celebrar-se as festividades e os officios do culto na capella do hospital. Os irmãos terceiros, para serem admittidos, pagam uma joia de entrada, e depois o annual; querendo recolher-se ao edificio, pagam mais uma pensão por uma só vez, e trazem o seu enxoval. Ali teem um bom tratamento, com os competentes creados para o serviço. Os invalidos são ali admittidos gratuitamente, até numero 12, podendo só entrar quando haja vaga, e teem os seus quartos separados. No hospital ha enfermarias muito bem cuidadas, enfermeiros, medico e botica dentro do edificio. Os doentes pobres não teem differença alguma no tratamento nem na applicação dos soccorros medicos.

Convento da Trindade. De religiosos da ordem da Santissima Trindade, fundado por S. João da Matta e S. Felix de Valois. A primeira casa, que teve esta ordem em Portugal, foi em Santarem, no anno de 1217, na ermida de Nossa Senhora da Abobada, de que D. Affonso II fez mercê a varios religiosos francezes, que tinham arribado a Lisboa. A ordem continuou a construir conventos por todo o paiz. Segundo se lê na parte I, cap. 83, da *Historia Ecclesiastica de Lisboa*, de D. Rodrigo da Cunha, a fundação do convento da capital foi em 1294, n'um sitio que a cidade deu liberalmente aos primeiros fundadores, que vieram de Santarem, sitio em que se incluia a ermida de Santa Catharina, que lhes serviu de egreja em quanto se não edificou o novo convento. As obras haviam começado em 2 de janeiro de 1283 com as muitas e grandiosas esmolas que a rainha Santa Izabel, mulher d'el-rei D Diniz, deu ao seu confessor fr. Estevão de Santarem, religioso da mesma ordem, e se continuaram com

outras esmolas das principaes pessoas da côrte. Foi o primeiro ministro do novo convento o padre-mestre fr. Martinho, religioso de grande talento e de reconhecida virtude, ao qual succedeu o referido padre-mestre fr. Estevão de Santarem. O sitio escolhido para o edificio foi um monte, que n'aquelle tempo ficava fóra dos muros da cidade, entre as actuaes egrejas de S. Roque e do Loreto. Junto á ermida de Santa Catharina se construiram uns humildes aposentos, onde os religiosos viveram alguns annos, até se acabarem completamente as obras do convento e da egreja. Era o templo de tres naves, muito grande, podendo admittir um numeroso concurso de devotos. A mesma rainha Santa Izabel mandou construir, por alma de D. Diniz, uma capella riquissima dedicada a Nossa Senhora da Conceição, sendo esta a primeira capella que n'este reino se consagrou a tão alto mysterio, de que a santa rainha era devotissima. Assim se conservou o convento até 1560, anno em que, a 15 de março, sendo ministro fr. André Fogaça, redemptor geral, e provincial fr. Roque do Espirito Santo, tambem redemptor geral e confessor d'el-rei D. Sebastião, se lançou a primeira pedra na reedificação do convento, assistindo á cerimonia o bispo de Leiria D. Antonio Pinheiro, o 1.º conde da Idanha, D. Pedro d'Alcaçova, e outras pessoas nobres da côrte. Com esta reconstrucção se corrigiram alguns defeitos que se notavam no antigo edificio, fazendo-se a egreja, para melhor commodidade, em fórma de salão magestoso, d'uma só nave com tres portas para o poente. No cruzeiro havia duas capellas, que na grandeza e na altura correspondiam á capella-mór, e outras duas collateraes, mais pequenas, em tudo similhantes ás do corpo da egreja, e outra que se fez depois, que correspondia á Via Sacra, que ia para a sacristia, em cujo altar se via a imagem d'um Crucifixo de muita devoção. As capellas da egreja eram ao todo 18. A de Nossa Senhora d'Assumpção foi fundada e dotada por Antonio Carneiro, secretario de estado de D. Manuel e de D. João III, pae do 1.º conde da Idanha, e instituidor do seu morgado; a capella de Nossa Senhora da Piedade e Chagas de Christo, foi fundada por Simão de Mello, sobrinho do governador da India Lopo Vaz de Sampaio, para seu jazigo e dos seus descendentes. N'esta capella erigiu fr. Diogo de Lisboa uma confraria para os homens do mar, que passou depois á egreja das Chagas, que o mesmo fr. Diogo fez edificar, e n'ella disse a primeira missa, alcançando da Sé Apostolica um especial privilegio para que fôsse freguezia dos mesmos irmãos. *(V. Lisboa, Egreja das Chagas)*. A capella de Santo Onofre foi fundada pela infanta D. Maria, filha d'el-rei D. Manuel, por ter muita devoção com aquelle santo, e d'ella fez mercê a Gaspar Rebello, creado de sua casa, depois que resolveu construir para seu jazigo a capella de Nossa Senhora da Luz. A capella dedicada aos Santos Reis Magos, foi mandada fazer pelo governador da India Lopo Vaz de Sampaio. A denominada de Todos os Santos tinha uma confraria instituida pelo padre-mestre fr. Bernardo da Madre de Deus, para os creados e officiaes nobres da Casa Real, em 1570. A esta confraria encommendaram os religiosos do convento o cuidado e a administração da procissão do enterro de Christo, que já antigamente se fazia com toda a piedade e devoção em sexta-feira santa, na fórma como a instituira o padre-mestre fr. Bernardino de Santo Antonio. Foi fundadora d'esta capella a condessa de Linhares D. Filippa de Sá, mulher do conde D. Fernando de Noronha. A capella-mór era dedicada á Santissima Trindade. Foi de Duarte d'Albuquerque, senhor da capitania de Pernambuco. A portaria regular do convento, que ficava para o sul, era mais accommodada do que pedia a grandeza do edificio, e jazigo dos irmãos escravos de Santo Christo. Via-se alí uma capella grande com a imagem do Senhor dos Passos, que saia em procissão todas as sextas feiras de quaresma á noite. Foi seu fundador D. Affonso da Costa. Da casa da portaria passava-se ao claustro grande, assim chamado por haver outro mais pequeno, onde havia 10 capellas, assim como no claustro grande, sendo as d'este claustro collocadas, 8 nos cantos e duas em cada uma das casas do capitulo. Uma d'estas capellas era consagrada a Nossa Senhora das Neves, de que foi administrador Gaspar Cardoso do Amaral e Gaula. No claustro grande, da parte do norte, ficava uma grande casa, a que chamavam *De Profundis*, por ser ali que os religiosos iam rogar a Deus pelos seus bemfeitores. Da portaria tambem se subia aos dormitorios, que eram grandes, largos e compridos, com boas cellas e em tão grande numero, que podiam accommodar 110 frades. Antes dos dormitorios entrava-se no cartorio, onde se viam em varias e boas pinturas os retratos de muitos varões illustres, que teve a ordem trinitaria em virtudse e em letras. A maior parte d'este grandioso edificio ficou destruida com o incendio succedido em 22 de setembro de 1708, escapando sómente a egreja, a livraria, algumas officinas inferiores, e casas que a abobada defendeu, como fôram a *De Profundis*, refeitorio, claustro grande e capitulo. Sendo reparado, achava-se o edificio quasi na ultima perfeição, e reputado entre os mais importantes e magestosos de Lisboa, quando o terremoto de novembro de 1755 o derrubou, victimando 15 religiosos, acabando de transformar tudo em cinzas o incendio que se seguiu áquella horrorosa catastrophe. Consumiram-se mais de 100 imagens de vulto, que ornavam as capellas, que eram na maior parte, de valor e muito devotas, como a de Santo Christo crucificado, com o titulo de *Milagroso;* o Santo Christo, que estava no côro; o Senhor Morto; Senhor dos Passos, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Salvação, e outras muitas, escapando unicamente a do Senhor Resgatado, posto que ficasse debaixo das ruinas. Foi tambem uma perda lamentavel a das muitas reliquias que enchiam quatro altares, destruindo-se a sacristia com as suas custosas alfaias, 11 custodias, 3 cofres, sendo 1 do valor de 5:000 cruzados; 102 castiçaes de pé alto, 21 corôas, 22 resplendores, em que se contava um de ouro cravado de brilhantes; 32 lampadas, das quaes duas da capella-mór custaram 15:000 cruzados; 19 cruzes, em que havia duas que tinham custado 6:000 cruzados; 6 ciriaes de excessiva grandeza e valor, e outras muitas peças de prata; 2 formosissimos orgãos da egreja, e do côro magnifico, que tinham custado perto de 50 mil cruzados. Perdeu-se tambem uma importantissima collecção de livros,

que constituia a estimavel bibliotheca do convento, que pela sua raridade estava avaliada em 200 mil cruzados. Alguns dos religiosos, comtudo, não abandonaram o convento, pelo contrario, vendo que no pateo do carro lhes ficara um palheiro velho ainda coberto, ali se accommodaram pobremente seis ou sete; e os outros fôram para o convento de Nossa Senhora do Livramento, em Alcantara. Cuidaram logo de improvisar no referido pateo uma egreja, abrindo lhe a porta para a rua, e adornando-a com seis capellas e varias imagens, collocando n'um dos altares a do Senhor Resgatado, que puderam tirar illesa das ruinas. N'um celleiro que estava no mesmo pateo menos arruinado, fizeram seis cubiculos, onde habitaram mais de 20 religiosos para melhor se celebrarem os officios divinos. Construiu-se novo edificio, ficando a egreja com 5 capellas, incluindo a capella-mór, na qual se viam collocados nos nichos do retabulo os dois santos fundadores; n'uma das capellas lateraes estava a imagem de Nossa Senhora da Salvação. No tecto da egreja existia um quadro dedicado á Santissima Trindade, que ficou destruido quando se desmanchou o tecto; era pintura de Pedro Alexandrino de Carvalho. A egreja era de estuque; no convento havia varios quadros, sendo alguns os retratos de bispos e d'outros vultos distinctos da ordem. Como trabalho de esculptura via se na portaria uma estatua de pedra, d'um dos santos fundadores, muito antiga, e na egreja existiam imagens de madeira em todas as capellas, sendo as mais valiosas as de Nossa Senhora da Salvação e S. Onofre, que foi para a Academia das Bellas Artes. Os religiosos fôram em 1833 viver para o seu convento da Pena em Cintra, por ordem do governo, ficando o convento de Lisboa para ali se installar a Intendencia da Policia, depois Prefeitura, etc. sendo encarregado do desenho e da direcção das obras que se projectaram, o architecto Joaquim Possidonio Narciso da Silva, que depois foi architecto da Casa Real. Quando em 1834 saiu o decreto da abolição das ordens religiosas, estavam os religiosos ainda em Cintra. O primeiro trabalho a que se procedeu no edificio de Lisboa, foi apear os tectos da egreja e do convento, principiando-se a obra, que não chegou a concluir-se, vendendo-se afinal em 1835 todo o edificio, que se transformou em diversas propriedades. O edificio da egreja, cêrca e convento da Trindade, ia da rua de S. Roque até á esquina da travessa de João de Deus, abrangendo a actual rua Nova da Trindade, a bem conhecida Cervejaria, o largo e theatro da Trindade, etc.

Lisboa (*Conventos de freiras em*). O decreto de 8 de maio de 1834, que extinguiu as ordens religiosas, permittiu ás freiras que se conservassem nos seus conventos até á sua morte, mas não se consentindo que desde então houvesse mais profissões. A' medida que os conventos ficassem deshabitados pela morte da sua ultima freira, se fôsse aproveitando o edificio para algum estabelecimento do estado ou se vendesse a qualquer particular. Depois de 1834 assim se tem procedido em todo o paiz, e parece que já não existe nenhuma freira professa. Daremos nota alphabetica d'estes conventos.

Convento das Albertas. Era de religiosas carmelitas descalças da ordem de Santo Alberto. Estava situado na rua das Janellas Verdes, da banda do mar, proximo do convento dos *Marianos*. Foi fundado em 1584 pelo cardeal archiduque Alberto, governador de Portugal, no tempo de Filippe II, de Hespanha. As freiras fundadoras vieram do convento de Sevilha, sendo todas discipulas de Santa Thereza. Lançou se a primeira pedra no edificio no referido anno. A egreja era pequena e d'uma só nave, com a porta para o norte. Tinha a capella-mór e dois altares collateraes; duas capellas no corpo da egreja, sendo uma do lado da Epistola, com a imagem do Santo Christo, e a do lado do Evangelho com a de Santa Thereza. Em circulo de toda a egreja possuia alguns quadros a oleo, trabalho do pintor Bento Coelho. Havia tambem um quadro pequeno com a imagem de Santa Philomena, o qual estava collocado em fórma de altar, com devoção particular. Das imagens, a que mais se salientava, era a do Christo expirando na cruz. O convento possuia 4:000 cruzados de renda. O terremoto de 1755 arruinou-o de tal fórma, que as religiosas estiveram bastante tempo em barracas na quinta do provedor dos armazens a S. Sebastião da Pedreira, indo depois para o palacio do conde da Ribeira Grande, á Junqueira, onde viveram em barracas na cêrca, em quanto se não reconstruiu o convento. Ha poucos annos, por morte da ultima freira, procedeu-se a obras no edificio, e na cêrca formou-se um bonito jardim.

Convento de Andaluz. De freiras da ordem de S. Domingos, fundado em 1699. Ficava situado um pouco acima do convento de Santa Martha.

Convento da Annunciada. V. vol. I do *Portugal*, pag. 590.

Convento do Bom Successo. Era de religiosas dominicanas irlandezas. V. *Portugal*, vol. II, pag. 373.

Convento do Calvario. De freiras observantes franciscanas. Está situado defronte do palacio real d'Alcantara. Foi fundado em 1600 por Violante de Noronha, mulher de Manuel Telles de Menezes, e por sua filha D. Maria Magdalena Telles. Vieram formar esta congregação soror Ignez de S. Francisco, do mosteiro da Esperança, que foi logo nomeada abbadessa, madre Maria da Assumpção, do de Alemquer, e madre Brites da Natividade, de Trancoso. A egreja era d'uma só nave, com a porta voltada ao norte; tinha 8 capellas, além da capella-mór, e das que existiam no côro e no ante-côro. Conservava 12 paineis com muitas reliquias, mandadas por alguns cardeaes ás fundadoras, a saber: a cabeça d'uma das onze mil virgens, uma grande reliquia do Santo Lenho e um espinho da corôa de Jesus Christo. No côro notavam-se boas pinturas feitas em Roma. O convento foi fundado para 33 freiras, mas o geral accrescentou-lhe mais 10. Tinha 25 irmãs terceiras, para servirem no convento, e 3 na sacristia. O terremoto de 1755 arruinou totalmente o convento, victimando 22 religiosas, 4 recolhidas e 6 serventes. Das poucas que escaparam, refugiaram-se algumas no mosteiro que ficava defronte, chamado das *Flamengas*, indo outras para as casas dos seus parentes.

Convento do Coração de Jesus, V. *Estrella*.

Convento do Desaggravo. E' mais vulgarmente conhecido pelo nome de *Conventinho do Desaggravo.* Está situado defronte da egreja de Santa Engracia, proximo do Campo de Santa Clara. Foi fundado pela infanta D. Maria Anna, filha d'el-rei D. José I, em agradecimento para com Deus de a ter livrado d'uma grande doença. No local do arruinado convento de Santa Clara, que o terremoto destruira, edificou, com approvação e auxilio da rainha D. Maria I, o convento do Desaggravo. Em 23 de outubro de 1783 entraram n'esta casa religiosa quatro freiras fundadoras, com 8 recolhidas e seis noviças. N'esse dia celebrou-se um solemne pontifical, a que assistiram as pessoas reaes. A infanta D. Maria Anna morreu no Rio de Janeiro em 16 de maio de 1813, e ali ficou depositada no convento de Nossa Senhora d'Ajuda, onde as religiosas celebraram exequias solemnes. A noticia do fallecimento da infanta chegou ao conventinho em julho do mesmo anno, e alguns dias depois tambem n'elle se realisaram exequias, com grande pompa. Em 3 de janeiro de 1822, pelas 11 horas da noite, chegou ao convento o cadaver da infanta, o qual, depois dos responsos cantados pelos frades do convento da Graça, ali ficou depositado, no côro de baixo, n'um tumulo, onde ainda existe. A egreja e o conventinho do Desaggravo são pequenos e pobres, e nada offerecem de notavel. Em tempos mais antigos, saia d'esta egreja uma procissão á meia noite, a 16 de janeiro, em desaggravo do desacato da egreja de Santa Engracia.

Convento da Esperança. O sitio da Esperança era um dos mais alegres de Lisboa, nos seculos XVI, XVII e XVIII, tendo uma vista encantadora para o rio Tejo, d'onde lhe veiu o primeiro nome, que teve, de *Boa Vista.* Da parte do rio havia muita animação de commercio e construcções navaes, e para o lado de terra, o Poço dos Negros e S. Bento, com muitas hortas e quintas, que tornavam muito pittoresca e amena toda aquella localidade. N'uma d'essas quintas, chamada da *Sizana*, foi que em 1530 D. Izabel de Mendanha edificou um mosteiro para recolhimento de senhoras nobres, dedicado a Nossa Senhora da Piedade. Por isso se ficou chamando a essa casa religiosa *Nossa Senhora da Piedade da Boa Vista.* D. Izabel de Mendanha, por sua morte, deixou-lhe a maior parte dos bens que possuia. Para se dar começo ao mosteiro, que ficou pertencendo á ordem da segunda regra de S. Francisco, vieram em 1536 do convento da Conceição, do Funchal, nove religiosas, e duas do de Santa Clara, de Santarem. O mosteiro chegou a ter 60 freiras, quasi todas fidalgas, sujeitas ao provincial de S. Francisco da Cidade, e possuia bons rendimentos. Ficou com o titulo de *Santa Clara*, por ter sido esta santa a primeira religiosa da ordem, em 1212. Como aquelle sitio era paragem maritima e muito frequentado de nauticos, estabeleceu-se na egreja uma irmandade de pilotos e mestres, com o nome de *Nossa Senhora da Esperança.* Esta irmandade foi prosperando em dinheiro e em importancia, de tal fórma, que o mosteiro começou a chamar-se da *Esperança.* D. Joanna d'Eça, viuva do donatario da ilha da Madeira, Pedro Gonçalves da Camara, camareira-mór da rainha D. Catharina, mulher de D. João III, reedificou a casa, e esta soberana, triste e desenganada do mundo, construiu junto do convento uma casa para seu hospicio, abrindo depois para o côro uma porta de communicação, pelo desejo de acompanhar nos exercicios religiosos as freiras, suas visinhas e amigas. Parece, porém, que não havia tirado a necessaria licença papal, porque os seus escrupulos a obrigaram a alcançal-a posteriormente; isso explica a bulla *Exigit celsitudinem*, em que Paulo IV absolve a mesma augusta soberana de todas as censuras em que tivesse incorrido. A bulla tem a data de 18 de agosto de 1558. No largo da Esperança via-se em frente, olhando para o norte, um pouco á direita, a porta da egreja, com o adro, tendo as paredes revestidas de bonitos azulejos, representando figuras e ornatos architectonicos. Contiguo á egreja, para a equerda, corria um muro muito alto, tendo no extremo occidental o portão do pateo do convento. Ao poente, na parede lateral de um predio da rua da Esperança, estava um chafariz, que ainda hoje se conserva, o qual foi construido no seculo XVIII pelo engenheiro militar e architecto Carlos Mardel. Do lado oriental ficavam uns casebres com janellas de sacada, dependencias do convento, que chegavam até á esquina da rua do Poço dos Negros. A egreja, d'uma só nave, tinha a porta para o sul, e era toda de abobada, de lançaria pintada e dourada, com as paredes azulejadas, a que serviam de adorno uns bons paineis de molduras douradas. No altar da capella-mór, do lado do Evangelho, viam se as imagens de S. Francisco e de S. Domingos; do lado da Epistola as de S. José e Santa Clara; em cima, na tribuna, Nossa Senhora da Piedade. A capella collateral do lado da Epistola era a de Nossa Senhora da Esperança, tendo ao lado a de S. João Evangelista; do lado do Evangelho estavam as capellas de Santo Antonio, S Miguel e S. Jeronymo Havia ainda outra capella collateral, consagrada ao Amor Divino. No tecto via se um quadro de Nossa Senhora da Piedade, e na capella do Santissimo Sacramento existiam quadros, mas sem terem nada de notavel. As imagens de valor, como esculptura, eram a de Nossa Senhora da Piedade e a de Santo Antonio. No convento havia um bom claustro, e na cêrca uma fonte nativa de excellente agua. O terremoto de novembro de 1755 causou bastantes estragos no edificio. A egreja teve grande ruina nas abobadas, sendo preciso apeal as para evitar maior desastre. As religiosas, muito assustadas, fôram abrigar-se n'umas barracas que se improvisaram na cêrca, onde viveram algum tempo com as religiosas de Santa Clara, que vieram tambem aqui recolher-se, em quanto se não acabava o sumptuoso mosteiro, que el-rei D. José mandou construir contiguo ao da Esperança, para n'elle se collocarem as duas communidades de Santa Clara e do Calvario, que tinham ficado completamente sem habitação. O convento da Esperança tornou-se historico, por se ter ali recolhido, em 21 de novembro de 1667, a rainha D. Maria Francisca de Saboia, mulher de D. Affonso VI, em quanto se não decidiu a questão, que depôz este monarcha, em favor de seu irmão D. Pedro, que veiu a governar, primeiro como regente, e depois como rei, com o nome de D. Pedro II. A'cêrca da egreja da Esperança escreveu o conde Rackzinsky, a pag. 402 do seu livro *Les artes en Portugal:* «Esta egrejinha da

Piedade da Esperança tem uma apparencia irregular, mas pittoresca a mais não poder ser. Fórma um dos lados de uma resumida praça, e faz angulo com um chafariz, cuja architectura e cuja situação produzem muito bello effeito. Os azulejos que emmolduram o portal do templo não deixam de ter certa graça; são de desenho facil, o em estylo *rococó*, segundo o costume de quasi todos os que representam grupos, figuras, ou ornatos architectonicos.» Entre o convento da Esperança e as primeiras casas da rua direita, que vae para Santos, existia o denominado *Cruzeiro da Esperança*, defronte das pilastras da escadaria do chafariz. Era um telheiro collocado sobre postes de ferro grossos, com vidraças de roda, e duas escadas circulares de cantaria algum tanto ordinaria; dentro havia de um lado uma imagem de Nossa Senhora da Piedade, com o Senhor morto nos braços, e na parte opposta um Crucifixo. Pendia do alto uma lampada que os devotos accendiam á noite. No dia da festividade da Santa Cruz, os moradores da freguezia de Santos concorriam com algumas esmolas, e empenhavam se em solemnisar e render as homenagens áquelle respeitavel monumento, não só com grandes fogueiras e muito fogo na vespera, como tambem armando um coreto, onde se collocava uma banda de musica marcial. O largo da Esperança achava-se todo juncado de flôres, buxo, espadana e muita areia encarnada; o cruzeiro estava todo ornado de sedas e de flôres com muitas vellas de cêra dentro, toda a noite e dia accezas; a concorrencia do povo era numerosa. No dia da festividade celebrava-se missa cantada, com Sacramento exposto, no convento das religiosas da Esperança; davam-se muitas esmolas aos pobres, e era um dia de alegria e festejo para os moradores d'aquelles sitios. Esta descripção vem a pag. 556 e 557, da *Ribeira de Lisboa*, livro do sr. visconde de Castilho (Julio). O cruzeiro foi derrotado em janeiro de 1835, de noite, pela camara municipal, sendo removidos para a cêrca do convento da Esperança a cruz e alguns objectos, e a imagem de Nossa Senhora da Piedade para a egreja. Depois do fallecimento da ultima freira demoliu-se aquella casa religiosa, demolição ha muito tempo premeditada. Já em 1865 se pensava n'uma grande rua que ligasse o largo da Esperança com o palacio das Côrtes. Em 1879 projectava-se tambem uma avenida desde o Aterro até ao Rato, e na sessão de 18 de novembro apresentava á camara a sua commissão de obras e melhoramentos o projecto e orçamento para o primeiro lanço da dita avenida, que era a rua entre o Aterro e S. Bento. Na sessão camararia de 13 de dezembro de 1880 propoz-se a expropriação immediata de parte do convento e cêrca da Esperança, bem como de alguns predios pertencentes ás freiras, para se abrir a tal rua, que primeiro se chamou do *Duque da Terceira*. Em novembro de 1881 a camara resolveu proceder a essas expropriações. Tudo afinal se fez, e a rua projectada do Aterro ás Côrtes foi inaugurada, com o nome de *D. Carlos*, no dia da acclamação do actual monarcha, em 28 de dezembro de 1889. Do livro intitulado *No tempo dos francezes*, do sr. Francisco da Fonseca Benevides, a pag. 52 e 53, transcrevemos as seguintes e curiosas noticias ácêrca do convento da Esperança: «No interior do mosteiro havia lindos quadros em relevo, um dos quaes representava Santa Clara, no primeiro plano, de corpo inteiro, e muitas figuras ao longe, esculpidos e cobertos de pintura ou esmalte sobre uma massa, especie de alvenaria, na propria parede em que se achavam. Graças aos esforços do architecto da camara, José Luiz Monteiro, fôram tirados os quadros, em 1891, sem a menr deterioração, e remettidos para o museu de Bellas Artes. Um d'estes quadros tinha na parte posterior a data de 1560. Na casa do capitulo havia, sobre o arco, duas bellas figuras de mulheres com azas, tendo uma na mão alguns prégos, e a outra um martello; estavam tambem esculpidas em uma especie de alvenaria, que fazia parte da parede; datavam do anno de 1600. Antes que se perdessem, pela demolição, fiz tirar algumas reproducções em gesso, pelo formador Guido Lippi, as quaes mandei para algumas das escolas industriaes, que estavam sob a minha inspecção n'essa epoca. Era immensa a profusão de azulejos que havia no interior do mosteiro da Esperança; muitos formavam quadros, de varias côres, alguns muito lindos, representando figuras, vasos, flôres e ornatos diversos. Além d'isso, havia muitos, mais ordinarios que guarneciam as paredes dos claustros, desde o chão até certa altura. Na maior parte pareciam datar do seculo XVII. Por proposta de Manuel de Castro Guimarães, encarregado dos pelouros das obras e fazenda da cidade, membro da commissão administrativa do municipio de Lisboa, resolveu esta commissão ceder ás escolas industriaes uma parte dos azulejos que guarneciam as paredes interiores do extincto convento. Em harmonia com esta resolução, combinei com o architecto Luiz Monteiro a distribuição a fazer das collecções de azulejos, tanto dos que formavam quadros inteiros e completos, como dos que constituiam as guarnições, nas paredes, e remetti essas collecções, devidamente encaixotadas e embaladas, para as escolas industriaes da circumscripção do sul e da circumscripção do norte, e para os museus industriaes e commerciaes de Lisboa e Porto, partilhando assim do donativo municipal todos estes estabelecimentos.» Hoje no local do antigo convento e egreja vê se o quartel n.º 1 dos bombeiros municipaes.

Convento das Flamengas em Alcantara. V. *Portugal*, 1.º vol. pag. 157.

Convento das Francezinhas. Assim é mais vulgarmente conhecido o convento do *Santo Crucifixo*, de religiosas capuchas francezas da primeira regra de Santa Clara. O convento está situado na calçada da Estrella, esquina do Caminho Novo, hoje rua de João das Regras, defronte do edificio das Côrtes. Foi fundado em 1667 pela rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboia, casada com D. Affonso VI, e depois com seu irmão, D. Pedro II. A rainha trouxera de Paris quatro freiras, que chegaram a Lisboa em 2 de agosto de 1666, ficando depositadas no convento das Flamengas em Alcantara, onde se conservaram sete mezes, passando depois no principio da quaresma de 1667 para o convento da Esperança, tendo-se concluido o seu convento, sairam d'ali no domingo da Paschoela do mesmo anno, vindo em coches, acompanhadas das principaes senhoras da côrte até á egreja de S. Bento, que estava ricamente adornada, e onde as esperava

o cabido que as acompanhou em procissão ao seu mosteiro; as religiosas traziam na mão, cada uma, um crucifixo, e na cabeça uma corôa de espinhos; fôram até á egreja, levando o Sacramento D. Luiz de Sousa, então capellão de D. Pedro II Estas religiosas estiveram primeiramente na obediencia dos nuncios d'este reino; depois, por bulla de Clemente XII, ficaram sujeitas ao ordinario, em 23 de abril de 1739. Das quatro freiras fundadoras, chamava-se madre Maria de Santo Aleixo, a que foi nomeada abbadessa. O terremoto de novembro de 1755 não lhe causou ruina consideravel, mas as religiosas abrigaram-se em barracas formadas na cêrca, emquanto se não repararam os prejuizos. A egreja é d'uma só nave com duas portas, uma para o nascente, que é a principal, e outra para o norte. Tem seis capellas, contando com os dois altares que ficam debaixo do côro, e é toda ornada de quadros muito grandes de molduras douradas. O tecto é todo adornado de ricas pinturas e figuras, que conteem as Virtudes Theologaes, e ao centro está um crucifixo com o padre S. Francisco e Santa Clara. Diz o padre Carvalho da Costa, na *Chorographia Portugueza*, vol. III, pag. 515, que na capella-mór estão os tumulos da rainha padroeira, fallecida em 1684, e da infanta sua filha, que falleceu em 1690. O convento era muito grande e espaçoso; tinha tres dormitorios, o maior com dobradas cellas; os claustros muito alegres. No edificio do convento das Francezinhas está hoje o Asylo de costureiras e creadas. Na antiga cerca existe o Posto de Desinfecção de Lisboa e uma esquadra de policia.

Convento da Madre de Deus. Era de religiosas franciscanas da primeira regra de Santa Clara. Foi fundado pela rainha D Leonor; mulher de D João II. A piedosa soberana intentara edificar uma casa ou collegio de virgens, que, abandonando todas as vaidades mundanas, se entregassem devotamente ás santas doutrinas da meditação e da contemplação. A rainha envergava o habito da ordem seraphica, mostrando assim o seu muito amor e respeito por S. Francisco de Assis; no anno de 1508 pensou na fundação d'um mosteiro, na obediencia da regra primeira de Santa Clara. Para realisar o seu santo intento, tratou de adquirir do pontifice Julio II as necessarias licenças, e tão depressa recebeu o breve papal, não se demorou em pôr em pratica o seu plano. Escolheu umas casas na Costa do Castello, entre S. Eloy e a freguezia de S. Bartholomeu; mais tarde, porém, não lhe parecendo apropriado aquelle local, comprou umas casas e horta chamada *das Conchas*, situadas em *Enxobregas*, hoje *Xabregas*, propriedade de D. Ignez da Cunha, viuva de Alvaro da Cunha. Foi ali que teve origem o convento da Madre de Deus. Ao principio era muito limitado o plano das obras, mas no meado do anno seguinte já estava em circumstancias de ser habitado. A rainha D. Leonor mandou então vir do convento de Jesus, de Setubal, sete freiras franciscanas, que entraram na nova casa religiosa a 18 de junho de 1509, ficando assim constituida a communidade. A fundadora foi ampliando o edificio, construiu a egreja, cujas obras começaram em 23 do referido mez e anno. O local havia sido sagrado pelo arcebispo de Lisboa D. Martinho da Costa, cerimonia a que assistiram a rainha D. Leonor e muitas pessoas da côrte. A instituidora não conseguiu vêr a egreja completa, porque falleceu, faltando ainda a capella-mór. O mosteiro ficou subordinado ao convento de Santa Maria de Jesus, de Xabregas, de religiosos da mesma ordem de S. Francisco. Contiguo ao convento mandou a referida rainha D. Leonor edificar um palacio para sua habitação, que se denominou *paço de Enxobregas*, por estar situado n'aquelle local que se chamava *Valle de Enxobregas*, hoje *Xabregas*, como já dissémos. Abriu communicação para o convento, e ali viveu os seus ultimos annos. O primitivo mosteiro da Madre de Deus era muito modesto, em harmonia com o viver austero d'aquellas religiosas Foi grande a fama milagrosa que adquiriu a imagem de Nossa Senhora da Madre de Deus; as respectivas chronicas contam muitos milagres pela intercessão da Virgem, que attrahiu á egreja do convento numerosos devotos, desde os mais humildes homens do povo até aos fidalgos de maior nobreza, concorrendo todos as esmolas e outras offertas mais ou menos valiosas. Os reis de Portugal ficaram sendo padroeiros do convento, que sempre favoreciam com importantes dadivas. El-rei D. Manuel, por alvará passado em Evora a 4 de julho de 1509, mandou que se não construissem casas desde aquelle mosteiro até ao convento de Santa Maria de Jesus, no mesmo sitio de Xabregas, nem em terreno proprio, nem concedido pela camara, e que os donos das hortas circumvisinhas não pudessem vendel-as a pessoas de maior qualidade, sem sua licença. D. João III isentou dos cargos do concelho o tintureiro que tingia os véos das religiosas. Este monarcha fez grandes modificações no convento, mandou construir a nova egreja com a capella-mór, que faltava á antiga, e um novo claustro com muitas capellas. A nova egreja edificou-se, em consequencia das aguas, que nas grandes marés chegavam até ás paredes do templo primitivo, causando graves incommodos aos concorrentes. Por este motivo ficou a nova egreja em terreno mais elevado, fazendo se uma escadaria para se subir á porta da entrada Como n'esse tempo se tivesse operado a transição da architectura gothica para a classica, ou do *renascimento das artes*, fez se o mesmo que na egreja de Belem; construiu-se a capella-mór segundo o gosto da moda. A antiga egreja reservou-se para a casa do capitulo, sendo entaipada a porta que dáva para a rua. No entretanto, a invasão das aguas continuou, e em 1557, já no reinado de D. Sebastião, sendo regente sua avó, a rainha D. Catharina, a camara de Lisboa pensou em resguardar aquelle sitio por meio d'uma muralha ou caes, que defendendo as edificações não impedisse o transito, para o que já n'aquella epoca tinha em deposito a quantia de 300$000 réis. As freiras, apenas, tiveram conhecimento das idéas da camara, trataram de pedir que lhes fôsse cedido o dinheiro para pagamento de dividas, que as obras urgentes feitas no convento, as obrigara a contrahir. A rainha regente deferiu a favor a pretenção das religiosas, por alvará de 17 de setembro do mesmo anno de 1557. O convento da Madre de Deus era destinado a receber unicamente 20 freiras, mas a rainha D. Catharina, parecendo-lhe limitado esse numero, elevou-o a 30, obtendo para isso em 1567 a licen-

ça do pontifice Pio I. El-rei D. Sebastião frequentou muito o convento, assim como o dos religiosos de Xabregas, onde ia todos os sabbados ouvir missa e ajudar a outra. A princeza D. Joanna, sua mãe, doou áquellas religiosas o primeiro vestido com que entrou em Portugal, que era de velludo roxo todo guarnecido de ouro, e a princeza D. Maria, irmã d'el-rei D. Manuel, era tão dedicada áquella egreja, que se entretinha tratando dos altares. No convento da Madre de Deus existiam muitas preciosidades artisticas, como um santo sudario bordado a seda preta. que todos suppunham pintado, que fôra offerta do imperador Maximiliano a sua prima D. Leonor; presumia-se que era reproducção do sudario que se guardava em Turim. Era costume mostrar-se em quinta feira santa, por occasião do convento foi sepultada a real fundadora, em sepultura rasa, á entrada da casa do capitulo, e junto d'ella sua irmã, a duqueza de Bragança D. Izabel, mulher do duque D. Fernando II, o suppliciado de Evora. Nas reliquias tambem se couta o corpo de Santa Auta, uma das onze mil virgens, o qual veiu para o convento em solemne procissão no dia 12 de setembro de 1517, sendo enviado á rainha D. Leonor pelo imperador Maximiliano I. O terremoto de 1 de novembro de 1755 causou graves prejuizos no edificio, tanto na egreja como no convento. Apearam-se as paredes da capella-mór, a parede do côro correspondente á egreja, algumas officinas dentro do convento, a egreja e a sacristia. A terrivel catastrophe tambem destruiu algumas télas magnificas, pinturas de Beuto Coelho da Silveira, que

Vista geral do convento da Madre de Deus

sermão na cerimonia do *Lava pés*. Sendo muito grande a concorrencia dos devotos, e como todos pretendessem venerar aquella reliquia, mandou-se construir um pulpito fóra da egreja, d'onde o sudario era apresentado ao povo Possuiam tambem as religiosas um espinho da corôa de Jesus Christo, que estava mettido n'um relicario de ouro, em fórma de capellinha, que pertencera a el-rei D. Duarte. Um Christo esculpido em marfim; uma bella cruz de prata, de tres palmos d'altura, sobre a qual se via um santo lenho formado de muitas particulas, offerta da imperatriz D. Maria, irmã de Filippe II, de Castella, á rainha D. Catharina. Ainda se notavam outros objectos preciosos, como um relicario de ouro em fórma de noz, onde se guardava uma reliquia do santo sudario de Christo e outra de sua columna; uma tijellinha de pau por onde Santo Antonio havia bebido agua, etc. No claustro do floresceu no seculo XVII, as quaes fôram substituidas por outras de André Gonçalves, que falleceu em 1762. A egreja é pequena, mas accada e muito bonita. E' rica de obras de talha dourada, que se presume ser trabalho de um afamado esculptor que vivia n'essa epoca em Lisboa, chamado Braz Mascarenhas. Tem a capella-mór, onde estava o sacrario, tendo aos lados as imagens de Santa Clara e d'outra santa da ordem, e as dos santos fundadores; duas capellas na frente, sendo da parte do Evangelho a de Nossa Senhora da Madre de Deus, fazendo symetria com a da Adoração dos Reis; mais duas capellas lateraes da esquerda, sendo a primeira dedicada ao Senhor Jesus Nazareno, captivo, imagem privilegiada, unica que existia d'esta invocação em Lisboa; na parte da Epistola outra capella com imagens de santos da ordem. A imagem de Nossa Senhora da Madre de Deus é da

maior perfeição e respeito, que se conhece em todo o reino. O quadro da *Gloria*, sobre o tecto da capella mór, é devido ao pincel do referido pintor André Gonçalves. A sacristia tornou-se notavel pelo primor dos seus ornatos; tem quadros em ponto pequeno, representando a vida de José do Egypto, que dizem ser obra prima de André Gonçalves. Outros, em que se vêem Santa Luzia, Santa Eufemia e Santa Ignez, fôram pintados por Bento Coelho da Silveira; outros dois são attribuidos a Christovão d'Utrecht, discipulo de Antonio Moro, que esteve em Lisboa no tempo de D. João III: n'um está representado um papa abençoando duas damas e um homem, que parece serem o papa Clemente VII, D. João III, e as rainhas D Catharina e D. Leonor; o outro representa a cerimonia das bençãos nupciaes de D. João III e D. Catharina. No reverso d'estes dois quadros está pintada a pro-

côro é riquissimo pela sua obra de talha e pelas pinturas, que o guarnecem. Para a magnificencia da egreja e do côro concorreu com devotada dedicação o presbytero José Pacheco da Cunha. Foi elle quem, á custa de esmolas, para que tambem contribuiu largamente D. João V, conseguiu realisar obras da mais subida importancia na sacristia, no côro e ante-côro; obras, que pelo seu valor artistico transformaram aquellas casas n'um verdadeiro museu de preciosidades. A elle se devem as principaes que se executaram na egreja; todos os ornatos do santuario do côro; o pavimento de parquet da capella de Santo Antonio; muita talha da egreja e da sacristia; grade d'ébano e marmore florentino que serve de teia á egreja; o arcaz da sacristia; a construcção d'um andor de grande custo para a imagem de Nossa Senhora da Madre de Deus, etc. N'esta egreja não havia irmandade nem confraria, mas

Entrada do convento da Madre de Deus

cissão que levou para esta egreja o corpo de Santa Auta. Estes ultimos fôram reproduzidos em azulejo por Pereira Junior, achando-se collocados aos lados do arco entre a egreja moderna e a antiga. Nas sobreportas da sacristia ha dois quadros, um de Nossa Senhora e outro do Salvador do Mundo. As imagens de maior veneração n'esta egreja. são as de Nossa Senhora da Madre de Deus, S. José e Jesus Nazareno. O

uma reunião de nobres, que todos os annos faziam a procissão de Nossa Senhora, conduzindo-a no seu andor, coberta, até á portaria do convento, onde a entregavam, tornando depois a buscal-a da mesma fórma para a egreja no sabbado da Allelnia. Em agosto de 1833 formaram-se as linhas de defeza de Lisboa, e D. Pedro IV mandou que as religiosas se transferissem para dentro da cidade, porque o seu convento

ficava entre os dois fócos das linhas. As freiras, porém, pediram que as deixassem estar ali, e ellas se sujeitariam a todos os incommodos. Por este motivo supportaram o ataque que no dia 14 de setembro de 1833 houve no Alto de S. João e beira-mar, entre os dois exercitos liberal e absoluto, conservando-se nas poucas horas que durou o combate, resando no côro, rogando a Deus que as livrasse do perigo. O combate em nada prejudicou o convento, porém sim uma fragata de guerra, que fazendo fogo para terra contra o exercito inimigo, attingiu tambem o edificio. Passada esta melindrosa situação, as freiras continuaram no convento entregues aos seus exercicios religiosos. Junto ao mosteiro da Madre de Deus estava o paço de Xabregas, confórme dissémos, que pertenceu depois ao marquez de Niza, e onde está hoje estabelecido o Asylo de D. Maria Pia. (*V. este nome*). Em data de 4 de outubro de 1871, pouco depois da morte da ultima freira, foi elaborado o projecto e orçamento da annexação do edificio do extincto mosteiro áquelle asylo. Iniciou-se então uma nova epoca de ampliações e reparações de maior vulto, e que no seu decorrer teve por dirigentes varios funccionarios de obras publicas desde 1872. O fallecido architecto João Maria Nepomuceno foi o primeiro funccionario, que superintendeu nas obras do Asylo de D. Maria Pia e egreja da Madre de Deus, que então já pertencia áquella casa de beneficencia, e a elle se deve a remodelação da fachada da egreja. Querendo o referido architecto aproveitar umas casas, que ficavam contiguas áquelle templo, e abrir uma nova porta de entrada para o edificio, descobriu a porta da primitiva egreja, que fôra, entaipada, confórme referimos, e que se conservava ainda em muito bom estado. Em vista d'esta preciosa descoberta, logo se pensou em aproveitar o antigo portal para substituir o que então existia. E' de boa e singela architectura, e de typo muito usado no seculo XVI. João Maria Nepomuceno teve um guia importante na remodelação da fachada, que aproximou o mais possivel da primitiva, foi o quadro da sacristia, em que já falámos, onde se vê representada a procissão que conduziu o corpo de Santa Auta para a Madre de Deus; n'aquelle quadro acha se perfeitamente delineada a frontaria da antiga egreja. Foi tambem no tempo d'este architecto que se apeou a cupola da torre e se abriu no massiço da alvenaria em que ella assentava, um vão em que se construiu a escada actual, e que da rua dá communicação para a sineira.

Convento da Madre de Deus (*Egreja actual do antigo*). Transcrevemos a curiosissima descripção que em 1899 fez d'esta magnifica egreja o fallecido conductor de obras publicas Liberato Telles, a quem foi encarregada a restauração do edificio: «Ao iniciar os trabalhos, foi minha intenção imprimir-lhes uma certa ordem, afim de que elles pudessem seguir regularmente e sem interrupção. Vou, pois, esclarecer sobre o estado em que actualmente se encontra este edificio, isto é, depois das restaurações executadas sob a minha gerencia.=*Sala de D. Manuel (Primeira casa do capitulo)*. Como as paredes se achavam em mau estado, fôram revestidas de azulejos de subido valor, sobre os quaes estão optimamente pintados quadros de assumptos religiosos; alguns d'elles, um primor de execução. Entre estes quadros merece citar-se um que representa o Crucificado, que veiu do pharol de S. Vicente, e que deve ser de proveniencia hollandeza. Os demais vieram do extincto convento de Sant'Anna. O pavimento teve de ser todo assoalhado, por isso que se achava ainda em terra.=*Egreja primitiva (depois casa do capitulo)*. E' de fórma rectangular e tem dois bellos altares decorados com opulento trabalho de talha dourada. No que fica da direita vê se em grupo a *Assumpção da Virgem*, e por baixo, mas sobre o altar, um sarcophago, tambem de talha, onde se encerra a imagem da Virgem, denominada da *Boa Morte*. Em frente d'este, isto é, no altar da esquerda, ha tambem um bello trabalho de talha dourada. No centro ha um nicho em que se vê um Christo crucificado, a Virgem e S. João. Aos lados d'este altar ha quatro nichos onde se acham algumas imagens, aliás sem valor, que modernamente ali fôram collocadas, e na parte inferior um vão onde se guarda a imagem do Senhor Morto. Além d'estes dois altares ha ainda um magnifico e elegante relicario, ultimamente construido com boa talha que existia em deposito, relicario que foi todo dourado de novo Esta construcção teve por fim preencher o vão que existia entre as portas de accesso para a sala de D. Manuel, e assim encobrir a falta de azulejos que ali se notava. As paredes estão revestidas de azulejos polychromados, de bello effeito, de origem antiga uns, e outros, se bem que eguaes, por mim mandados recentemente fabricar na officina do conhecido ceramista Roseira. Os azulejos d'este revestimento eram eguaes aos que cobriam as paredes dos jardins do antigo mosteiro, corredores e refeitorios, O primitivo revestimento d'esta egreja parece ter sido feito com azulejos arabes, dos quaes ainda hoje existem alguns nos caixotões que ficam por baixo de cada uma das tres janellas, e aos lados da moderna escada; estes ultimos recentemente collocados como é de prever. Nas paredes vêem-se duas cruzes de pedra, que teem a fórma da cruz de Christo, e que são o documento da sagração da egreja, o que justifica o não haver ali pedras de ara sobre os altares. Por sobre o revestimento de azulejos ha, ainda, uma decoração formando molduras, de differentes dimensões, de boa talha dourada e destinadas a receber quadros, que não existiam na data em que tomei posse. O tecto é formado por nove grandes caixotões completamente ornamentados e destinados a receber outras tantas télas, que tambem já não existiam.=*Egreja moderna*. E' bella, de magnifico effeito, e toda recamada de boa talha dourada (seculo XVIII), e de muitas télas, entre as quaes se destacam algumas de bastante valor, taes como a da *Coroação da Virgem*, attribuida a André Gonçalves, e as duas que estão collocadas junto do altar-mór, cujo autor não conheço. A architectura da egreja é classica. Na capella-mór, o cruzeiro é formado por pilastras ornadas de talha, assim como as quatro archi-voltas, sendo tudo coroado por uma cupola ou lanternim modernamente construido. O altar-mór é de marmore, ficando na sua retaguarda o retabulo e camarim, bem como o sacrario, tudo de boa talha dourada. Aos lados do altar-mór ha dois quadros antigos: por cima das portas das sacristias ha logar, em talha dourada, para ou-

tros dois, que actualmente estão a ser restaurados, e cuja restauração está quasi concluida; e no arco do cruzeiro, que é todo revestido de magnifica talha assente sobre cantaria, ha mais dois quadros de madeira. No altar-mór, ao lado do Evangelho, fica a tribuna real, tambem de magnifica talha dourada e ornada de duas télas. Em frente da tribuna, e sobre uma janella, ha um grande quadro allusivo á vida de tes altares ficam pela parte de dentro da famosa teia, ultimamente restaurada, que é formada por balaústres salomonicos, de ébano uns, e outros de finissimo mosaico florentino, constituindo uma joia artistica muito pouco vulgar e de muitissimo valor. Por sobre o envasamento das paredes destacam-se quinze quadros mettidos em molduras de bella talha, cujos assumptos, com excepção de dois, são allusivos á vida de

Côro da egreja do convento da Madre de Deus

S. Francisco de Assis. No corpo da egreja, cujas paredes são todas revestidas de quadros de azulejo com 3,55 de altura, ha dois altares tambem de talha dourada, sendo o do lado do Evangelho, onde primitivamente estava collocada a imagem de Santa Auta, muito concorrido pelas pessoas mordidas por suppostos cães hydrophobos, as quaes ali se dirigiam a fim de obterem uma prompta cura. Actualmente, porém, tanto um como outro altar teem diversas imagens. Es- S. Francisco d'Assis Por cima do entablamento ha 13 quadros, dos quaes 6 são de grandes dimensões, e alludem, com excepção de um, á vida de Santa Clara Por cima do arco do cruzeiro, e occupando a parede toda, ha uma grande téla representando a *Coroação da Virgem perante a côrte celestial*, téla que está emmoldurada em bellissima talha dourada com figuras de anjos. O tecto é em fórma de abobada de volta perfeita e formado por vinte caixotões, dentro dos quaes

e devidamente emmolduradas existem outras tantas télas allusivas á vida de Nossa Senhora. Ainda por cima do entablamento, e pela parte inferior da luneta, ha dois quadros mettidos na decoração que orua a parede, e que alludem á morte de Santa Clara. Do lado da Epistola fica o pulpito, obra grandiosa e na qual se evidencia o espirito verdadeiramente artistico da epoca em que foi construido. A base ou misula, sobre que asseuta, é toda de talha dourada, do mais caprichoso desenho e de deslumbrante effeito. O varandim é de madeira, egualmente dourada e toda rendilhada, de um gosto delicadissimo e de difficil execução. As costas do pulpito são, tambem, de finissima talha de rico desenho. No envasamento das paredes, que é de azulejo, distinguem-se quatro quadros, tres ao lado do Evangelho e um ao lado da Epistola. Este representa um S. Jeronymo e aquelles uma alameda, o perdão do Bispo, e uns viandantes transportando aves e differentes objectos. Defronte da porta da egreja, porta construida já depois do terremoto, existia um altar que foi apeado por ordem do architecto Nepomuceno. O guarda-vento é de bom desenho e em harmonia com o esplendor da egreja. Tem duas faces; a do lado de dentro é de espinheiro e pau santo e a do lado de fóra egual á da parte principal. A grade de ferro e os pilares da escada são obra recente, mas de bom effeito. A egreja, posto que não seja das maiores, é muito rica em obra de talha dourada, que se presume ser trabalho d'um esculptor de nome Braz de Mascarenhas. As reparações que se effectuaram após o terremoto de 1755, não fôram conscienciosas, por isso que não se attendeu á feição primitiva do edificio A porta principal e as janellas fôram feitas de novo, perdendo na reedificação as galas do estylo gothico. Na egreja que acabo de descrever operou-se uma completa e condigna restauração, sendo hoje deslumbrante o seu aspecto.=*Moderna sacristia.* Fica do lado do Evangelho E' uma casa de regulares dimensões e convenientemente illuminada, que está em via de conclusão. O arcaz é um movel do valor, e o fundo da capella representa o aproveitamento de varias peças de talha, que estavam em deposito. Em uma das paredes d'esta casa está collocada uma pedra rectangular destinada a receber uma torneira. Sobre a dita pedra e em alto relevo, vêem se dois golphinhos E' trabalho antigo; naturalmente da primitiva do mosteiro.=*Claustro grande.* Mede 32^m,40 de comprimento por 25^m,75 de largura e tem communicação com o jardim por meio de cinco arcos por lado, arcos que teem 3^m,74 de vão. E' fechado em abobada de aresta, correspondendolhe na parte superior o outro claustro. Nas paredes tem um envasamento de azulejo azul e branco que ultimamente ali mandei collocar e que veiu do convento das Grillas. Nos angulos, entre o envasamento e o nascimento das abobadas, vêem-se o pelicano e a rede de rasto, divisas de el-rei D. João II e da rainha D. Leonor sua mulher. Na parede poente a primeira porta é a de communicação para a capella arabe, unica que actualmente existe no claustro e que se acha em restauração. N'esta parte do claustro e junto á porta que dá ingresso para a capella arabe, já referida, e ainda contigua á entrada para a primitiva egreja, está em campa raza sepultada a rainha fundadora, ficando á sua esquerda, e egualmente em campa raza, a sepultura de soror Collecta, primeira abbadessa d'aquelle mosteiro. Aos pés d'estas duas repousam tambem, e em egual sepultura, os restos mortaes de D. Izabel, duqueza de Bragança, mulher do malogrado duque de Bragança, D. Fernando II, e irmã da rainha D. Leonor. Não foi n'este local que primitivamente fôram encerrados os despojos da que foi fundadora do mosteiro, pois que el-rei D. João III os fez remover para outra sepultura, tambem no claustro, sendo mais tarde inda novamente trasladados para junto da porta do capitulo (antiga egreja), onde hoje se encontram. Tambem n'este mosteiro tiveram sepultura a rainha D. Maria, segunda mulher de el-rei D. Manuel, depois trasladada para Belem, e a intanta D. Maria, filha do mesmo monarcha e mais tarde trasladada para a Luz. Além da porta que para a capella arabe existem mais cinco, que dão ingresso para casas de arrecadação e para um portal, que estabelece a communicação para o claustrim. Na parede sul ha tres portas de communicação para a egreja, das quaes só uma é a de serviço, o vão de uma capella que n'outros tempos ali existiu e mais tres vãos. Do lado do nascente existem duas portas de communicação com a rua, e entre ellas cinco vãos de janellas. Do lado do norte ha sete portas de casas com differentes applicações. No rectangulo formado pelo claustro ha um jardim, feito recentemente e dividido em canteiros, onde estão massiços de bellas flôres e de verdura. No centro do jardim existe um tanque com seu repuxo, que foi tambem restaurado, e que me parece muito digno de apreço e da mais escrupulosa conservação. A taça sobre o tanque é inteiriça e bem proporcionada, assentando sobre quatro columnas: uma ao centro e tres aos lados. A do centro é devéras curiosa: compõe-se o capitel de seis figuras de quarenta e cincoenta centimentros de altura, na acção de sustentarem a taça, e teem umas fitas, sobre as quaes e em caracteres gothicos existem as seguintes legendas:

Ajuda-me bem=O melhor que posso=E tu que não ajudas=Não posso mais=Muito pesado=Deus nos ajude.

As outras tres columnas apresentam uns capiteis ornamentados de folhagem. Além do revestimento de azulejo e da restauração do tanque refez se todo o pavimento do claustro.=*Claustrim.* Do claustro grande passa-se para o claustrim por meio de onze degraus de cantaría de dimensões ordinarias, que assim vencem a differença de nivel entre um e outro pavimento. O claustrim é de bella architectura, tendo as paredes revestidas com um magnifico azulejo, enxaquetado, que ali foi ultimamente posto e que veiu do convento de Sant'Anna. E' aqui que existe uma fonte outr'ora abastecida de bella agua, e que é da primitiva do mosteiro. No patamar da escada que liga o claustrim ao claustro grande ha duas janellas; uma que pertence á capella arabe e outra a uma casa que serve de arrecadação.=*Capella arabe.* Está actualmente em restauração. O seu estado de ruina era grande, porém o estylo em que está construida e o envazamento de azulejo que reveste as paredes

tornam-n'a digna de apreço. O azulejo não está, é certo, em harmonia com o estado da capella, que é arabe, e naturalmente ali foi applicado em data já muito posterior á sua fundação; no entanto não posso deixar de recommendar a sua conservação n'aquelle local, attenta a sua belleza, e intensidade das côres e brilho do vidrado. =*Claustro superior.* Tem dimensões eguaes ás samento um revestimento de cantaria com 0,32 de largura, espessura em que a parede cresce depois do fecho da abobada do claustro inferior, tendo a parede n'esta altura $0^m,77$. Sobre o lagedo do revestimento assentam duas columnas distanciadas $1,^m30$, de trabalho modesto, e entre cada quarto, isto é, de pilastra a pilastra, $4,^m0$ de espaço livre. A primeira e ultima columnas

Interior da egreja do convento de Madre de Deus

do claustro grande, sobre o qual corre. A sua altura interior é de $2^m,95$, dos quaes $0,^m89$ são revestidos por um envasamento de azulejo sobre o qual se vêem pintados differentes assumptos, alguns de regular desenho. Do lado maior do rectangulo formado pelo claustro, está a parede revestida de estuque liso, bem como o tecto. Do lado menor, face do jardim, corre sobre o envasamento de cada lado encostam ao massiço da cantaria do cunhal, e a contar d'esta a quarta do vão e a primeira do seguinte encostam á pilastra. A parede norte tem sete portas que communicam com a enfermaria. A parede léste tem outras sete, que communicam com as casas dos empregados do asylo. A parede sul tem cinco portas e duas janellas; uma das portas communica para

o exterior. A ultima porta a ligar com o nascente communica por meio de quatro degraus com o ante-côro. N'este claustro refez-se todo o pavimento, que estava bastante arruinado, restauraram-se muitos azulejos e metteu-se de estuque a parede e o tecto. Em uma das casas cujas portas communicam com o claustro que acabo de descrever, ha um deposito de imagens, tapetes de Teheran e uns grandes caixões onde estão arrecadados paramentos e outros objectos do culto; o bem assim umas taboas pintadas, de valor, que fôram encontradas, juntamente com o entulho, pelo encarregado da obra Severiano da Silva.=*Ante-coro* (*Capella de Santo Antonio*). Antes de se entrar no ante-côro encontra-se como que um vestibulo onde antigamente estava armado o presepe, e que por isso era conhecido pela *casa do presepe*. N'esta casa estão collocados onze quadros differentes, de assumptos religiosos, todos elles bastante apreciaveis, bem como diversas esculpturas, dois frontaes e restos do antigo presepe. Tambem ali existem umas taboas, que são pintadas por ambos os lados, e reputadas de muito valor. Entre os quadros que ali se encontram, destaca-se um que representa *O descendimento da cruz*, obra muito recommendavel, mas cujo autor se ignora. O presepe era uma obra preciosissima, como ainda se póde avaliar pelos restos que d'elle existem, e foi executado pelo distincto esculptor portuguez Antonio Ferreira, que floresceu no seculo passado e que era mais conhecido pelo *Ferreirinha de Chellas*, por ser n'esta localidade que habitou. Este distincto artista produziu muitos trabalhos de importancia, e a elle se referem os chronistas, citando como de muito valor os que produziu para os presepes da Cartuxa, Embrexados e Madre de Deus. Pela mesma epoca floresceu tambem um outro esculptor de nome José de Almeida, mais conhecido pelo *Romano*, por ter estudado em Roma, e com quem o *Ferreirinha* mantinha boas relações de amizade, e para quem conseguiu a execução de uma imagem da *Senhora Mãe dos Homens*, trabalho ajustado em outubro de 1742 com frei João de Nossa Senhora, vulgo o *poeta de Xabregas*, pela quantia de setenta e duas moedas de ouro, devendo a imagem ter oito palmos de altura, na attitude de deitar a benção, o Menino Jesus no braço esquerdo e dois anjos na peanha, obra esta cuja execução foi considerada muito perfeita. A esculptura do presepe da Madre de Deus era um primor e, ainda que poucas peças hoje existam, estas são dignas de ser admiradas pelos que visitem o edificio. No Museu de Bellas Artes estão algumas figuras que pertenciam áquelle presepe. Entrando na capella de Santo Antonio, que primitivamente era denominada o *ante-coro*, depara-se aos olhos do visitante um conjuncto de coisas apreciaveis e que todas prendem a attenção. O tecto é formado por caixotões ornamentados de talha dourada a ouro fino, de bom acabamento e de boa esculptura, encerrando onze quadros bellos, allusivos á vida de Santo Antonio, e attribuidos ao grande pintor portuguez André Gonçalves. A' direita, entrando pelo vestibulo, ha tres portas: a primeira é fingida, dando as outras duas sobre o claustrim; as da esquerda são duas, das quaes uma dá sobre o claustro e a outra sobre o côro. Em volta das paredes ha um envasamento com 3^{m},28 de altura, de bons azulejos, sobre os quaes estão representados, com certa correcção, differentes passos da vida dos eremitas. Sobre o envasamento de azulejo, que corre de nivel com a cimalha das portas, ha uma ordem de quadros, de cinco por lado maior e tres pelos lados menores, sendo tambem menores as dimensões dos que assentam sobre as portas e altar, quadros todos de valor, de assumptos de classificação e devidos ao pincel de bons artistas estrangeiros. Em frente da porta principal está o altar de Santo Antonio, todo de boa talha dourada, sendo digno de menção o retabulo, de bello risco, decorado com columnas salomonicas. A banqueta é tambem digna de notar-se. O pavimento é feito de parquet de custosas madeiras. Foi ultimamente restaurado, porém, a restauração subordinou-se á traça primitiva.=*Coro*. O côro é tudo quanto de mais artistico se possa imaginar. Toda a casa é riquissima da mais caprichosa talha e nas paredes ha quadros de grande valor artistico. O tecto é formado por quinze caixotões completamente decorados com obra de talha formando preciosas molduras, onde se acham outros tantos quadros allusivos á *Vida de Christo*. A parede do fundo, por onde é a entrada para o mesmo côro, e por cima do relicario, é tambem decorada com seis quadros de diversa fórma e dimensão e todos elles de assumptos sacros, representando o do centro *A ultima ceia*. A parede da frente, onde se acha o precioso tabernaculo, é ainda, decorada com seis bellas télas, entre as quaes se distingue o notavel quadro da *Cidade Santa*, e que foi uma das offertas do imperador Maximiliano I á rainha D. Leonor. N'este quadro, que o fallecido monarcha D. Fernando tinha em grande apreço, vê-se ajoelhada uma religiosa, que é a fundadora do mosteiro, unico retrato que d'ella possuimos e que foi por ella mesma mandado executar. Ha tambem ali dois altares com dois pequenos sacrarios de delicada e preciosa talha. As paredes lateraes, e ainda por cima do relicario, são decoradas com quadros allusivos á *Vida da Virgem*. Entre elles figuram dois, que são principalmente dignos de menção por serem os retratos d'el-rei D. João III e da rainha D. Catharina, e que expressamente fôram mandados pintar por aquelle monarcha para serem offerecidos ás religiosas do mosteiro da Madre de Deus. Estes quadros são attribuidos ao grande pintor Albert Durer. Todas as télas estão mettidas em molduras de avultado trabalho de talha dourada. Completa a casa o precioso relicario, formado por vinte e dois nichos onde existiam figuras e diversas reliquias. Este trabalho é feito de fina talha dourada, tendo por baixo, em duas ordens, 62 magnificas cadeiras de carvalho do norte. Tudo quanto deixo dito é, relativamente, pouco, attendendo á importancia da egreja e seus annexos; comtudo julgo ser o bastante para que se fique conhecendo o que é a egreja da Madre de Deus, que com tanta justiça e com tão justificadas razões devia ser considerada, de ha muito, um dos monumentos nacionaes mais dignos de tal classificação.»

Convento das Monicas. Era de religiosas da ordem das eremitas calçados de Santo Agostinho. Foi fundado por D. Maria Abranches, filha de Alvaro Abranches, capitão mór de Azamor, e de D. Joanna de Mello. A illustre fundadora lançou-

lhe a primeira pedra em 1 de janeiro de 1586. Em 11 de outubro do mesmo anno collocou-se no respectivo altar da egreja do convento o Santissimo Sacramento, professando n'esse dia 12 noviças, nomeando o provincial da ordem prioreza D. Izabel de Noronha, sub-prioreza D. Jeronyma de Menezes, e mestra das noviças D. Margarida da Silva, vindo estas tres freiras do convento do Menino Jesus, de Evora, e assim se deu principio á communidade. Estava situada esta casa religiosa na freguezia de S. Vicente de Fóra, na travessa das Monicas, tendo a frente para o lado da barra. O terremoto de novembro de 1755 arruinou o bastante, fallecendo n'aquella terrivel catastrophe sete religiosas, duas seculares, duas creadas e uma negra. Na egreja destruiu-se totalmente a capella mór. Existiam no convento n'esta occasião 192 religiosas, além de muitas seculares, educandas e creadas, sendo ao todo 300 pessoas, que fôram refugiar-se na cêrca, indo depois para a quinta contigua chamada da *Abelha*, onde promptamente mandaram erigir um altar para a celebração da missa, e dos officios divinos. Seguiram mais tarde, em procissão, para a quinta da *Mitra*, em Marvilla, pertencente ao patriarcha e accomodaram se n'algumas salas do palacio, que o prelado lhes franqueou, e ali se demoraram até que voltaram para o seu convento, depois de reconstruido. A egreja tinha 8 capellas, incluindo a capella-mór, onde se viam as imagens dos santos fundadores; em tres nichos, collocados por baixo da moldura da capella, estavam as de Santo Agostinho, Santa Monica, sua mãe; duas capellas, aos lados da capella-mór, sendo uma ao Santissimo Sacramento; do lado do Evangelho, no corpo da egreja, tres capellas, e duas do lado da Epistola, ficando a porta da entrada da egreja em symetria com a terceira capella fronteira. Existia a irmandade dos escravos do Santissimo, e a de Nossa Senhora da Piedade, instituida em 1811, que tinha estado primeiro no seu oratorio, situado no principio da Costa do Castello, sendo depois conduzida a imagem para a ermida do Senhor dos Passos, da calçada da Graça, d'onde veiu em solemne procissão para a egreja das Monicas em 8 de agosto de 1811. O templo possuia muitos quadros, havendo entre elles alguns, que se julga serem trabalhos de Bento Coelho da Silveira. Das imagens, a mais perfeita era a de S. Pedro d'Alcantara, que estava n'um dos altares do lado da Epistola. O convento era muito grande, mas o grande incendio que soffreu em 1820, destruiu o grande dormitorio, do lado da egreja de S. Vicente, ficando as religiosas com o resto do edificio para sua habitação. Em 1872 foi installada no convento das Monicas a Casa da Correcção, que se havia instituido por decreto de 15 de junho de 1871; actualmente conservam-se ali só os menores do sexo feminino, porque os do sexo masculino passaram para o convento da Cartuxa em Laveiras. V. *Casa de Correcção*, no presente diccionario, vol. II, pag. 838, e *Laveiras*, vol. IV, pag 87 e 88.

Convento de Nossa Senhora da Conceição dos Cardaes. Estava situado na rua Formosa, esquina da rua dos Cardaes de Jesus, hoje de Eduardo Coelho, onde actualmente se vê o Asylo das Cegas. (V. no *Portugal*, vol. I, pag. 827). Foi primeiramente um recolhimento de mulheres, e depois, em 1681, D. Luiza de Tavora, commendadeira do mosteiro de Santos, ali fundou um convento para carmelitas descalças da ordem de Santo Alberto reformada por Santa Thereza. Entraram como fundadoras quatro religiosas, das quaes vieram duas do mosteiro de Aveiro, sendo uma nomeada prioreza; outra do mosteiro de Carnide, que foi mestra das noviças, e sua mãe, que era religiosa de Santo Alberto, que ficou sendo porteira da superiora. A ceremonia da sagração e da posse das religiosas verificou-se em 8 de dezembro do referido anno de 1681, dia em que se festeja Nossa Senhora da Conceição, por isso o convento ficou assim denominado. A padroeira D. Luiza de Tavora viveu n'esta casa com um breve do papa, sem professar a regra carmelitana, e por sua morte deixou-lhe bastantes rendimentos, com a pensão de duas capellas. O terremoto de 1 de novembro de 1755 causou enormes estragos, tanto no mosteiro como na egreja, tendo as religiosas de se abrigarem n'umas barracas, que se armaram na propria cêrca, onde se conservaram até á reconstrucção do edificio. A capella-mór da egreja é de rica talha de ornato antigo; vê-se ali um retabulo dourado que é muito apreciado, e um grande quadro allegorico da Conceição da Virgem, plano de Vieira Lusitano, mas executado pelo seu contemporaneo e amigo André Gonçalves. Sobre o altar está a imagem de Nossa Senhora da Conceição. A egreja é adornada, assim como o tecto, com bons quadros allegoricos ao culto divino; tem ainda outras capellas com diversas imagens, em que figura a do Coração de Jesus.

Convento de Nossa Senhora da Encarnação. Para amparo e abrigo d'algumas orphãs nobres e senhoras honestas, erigiram alguns religiosos homens de negocio de Lisboa um recolhimento, que sustentavam á sua custa. Vendo el-rei D. João III a santa dedicação dos fundadores d'esta religiosa casa, destinada a um fim tão honroso e humanitario, tomou o recolhimento sob a sua protecção em 1543, dotando-o com rendimentos certos e annuaes, para ali serem mantidas 21 orphãs, filhas de funccionarios, e ainda fidalgas, cujos paes houvessem fallecido em serviço da corôa, ordenando que, de tres em tres annos, se enviassem para a India e para o Brazil algumas d'estas orphãs, recommendadas aos vice-reis e governadores d'aquelles estados, as casassem com a decencia possivel, preferindo-as nos provimentos de officios para seus dotes. Estas orphãs tiveram na India tanta estimação, que uma d'ellas, chamada D. Maria, foi a rainha de Maldiva, porque o rei d'aquellas ilhas casou com ella, em Gôa, no anno de 1548. Esta rainha era tão reconhecida á educação que recebera no recolhimento, que mandou uma valiosa offerta para a sua egreja, a qual constava d'um frontal e uma casula, que para memoria ainda se conservavam no convento, em 1731, segundo diz o padre Baptista de Castro, no *Mappa de Portugal*. O primeiro local onde esteve situado o recolhimento das orphãs, era junto ao hospital real de Todos os Santos, n'umas casas contiguas á roda dos enjeitados, onde é a actual rua da Bitesga, pouco mais ou menos, e por occasião d'uma peste que assaltou Lisboa, el-rei D. Sebastião o mandou transferir para umas casas proximas do castello de S. Jorge. A austeridade e boa edu-

eação em que viviam estas orphãs, lhes adquiriu tal fama, que muitas donzellas e viuvas, possuindo as qualidades marcadas nos estatutos da instituição, procuravam recolher-se como porcionistas n'este convento, e assim cresceu tanto o numero, que o edificio já se tornava pequeno; por este motivo, no anno de 1:83 passaram as religiosas para umas casas do duque de Aveiro. No tempo de D. João IV mudaram-se para as casas onde existiam por occasião do terremoto, e que haviam sido de D. Fradique Manuel. O convento era de tanta superioridade que tinha na egreja o Santissimo Sacramento, e o seu capellão era da Mesa da Consciencia. O terremoto de 1755 e o incendio, que se lhe seguiu, tudo destruiu. As recolhidas passaram para diversos sitios até que o edificio se reconstruiu, voltando então para o seu antigo domicilio.

Convento de Nossa Senhora da Encarnação. De commendadeiras da ordem de S. Bento de Aviz. Foi fundado pela infanta D. Maria, filha d'el-rei D. Manuel e de sua terceira mulher, a rainha D. Leonor, irmã do imperador Carlos V. Depois da morte de seus paes e d'el-rei D. João III, fez testamento deixando herdeiras dos seus bens as almas de seu pae e de sua mãe, e a sua propria, instituindo muitas obras e legados pios, entre os quaes ordenava a edificação, em Lisboa, d'um mosteiro de religiosas da ordem de S. Bento, no sitio que melhor parecesse ao padre geral da referida ordem, a cuja obediencia haviam de ficar sujeitas, querendo que no dito mosteiro se observassem as regras da ordem benedictina com a mesma exactidão que se notava nos outros conventos, de cujo fundador a infanta foi sempre muito devota. Ordenou que no mosteiro houvesse 62 religiosas, das quaes seriam 25 de nobre sangue, e pela maior maior parte, orphãs, entrando sem dote algum, sendo nomeadas para os diversos cargos por el-rei, a quem pedia fôsse protector e padroeiro do convento. Ordenou mais que as 37 religiosas que tinham de preencher o numero das 62, haviam de ser todas limpas de sangue, e que o seu dote não seria fazenda de raiz, para não ficarem sujeitas aos cuidados de administração, mas seriam 10$000 réis de juro perpetuo, e 25$000 réis para seus alimentos, em sua vida, e as referidas tenças das religiosas seriam totalmente administradas pela abbadessa do convento, querendo que da communidade se acudisse ás religiosas com tudo quanto lhe fôsse necessario, e que as taes religiosas entrariam com licença d'el-rei. Declarou tambem ser sua vontade que as 20 servidoras que deveria ter o mosteiro, não fôssem admittidas senão depois de jurarem perpetua clausura, ficando como oblatas e donatarias á ordem, ficando esta obrigada a provêl-as de tudo o necessario, assim no tempo da saude como no da enfermidade, por toda a vida, com declaração de que se por suas culpas merecessem ser despedidas, o pudessem ser sem o mosteiro ficar obrigado a sustental-as. Foi d'esta maneira que a infanta D. Maria determinou a fundação do seu convento, a que tambem impôz o titulo de Nossa Senhora da Encarnação, pelo grande acatamento que sempre lhe merecera tão grandioso mysterio. Sendo tantos os bens, que n'este reino possuia a infanta, que lhe pertenciam pela morte de seu pae, e tantos os que tinha herdado de sua mãe, porque além da grande importancia em alfaias preciosas de ouro, prata, joias e tapeçarias, eram tambem muitos os que lhe tocavam em França, deixados por sua mãe, D. Leonor, que tambem fôra rainha d'aquella nação (V. *Leonor (D.)*, tanto do seu doto como de suas arrhas, que tudo se havia avaliado em 300:000 cruzados. Pertenciam-lhe tambem muitas terras que o imperador Carlos V doara a sua irmã, a mencionada rainha D. Leonor, nas altas Canarias, cujo dominio passara á infanta D. Maria como herdeira universal de sua mãe. E', porém, bastante para admirar, que sendo tão grande a fortuna deixada pela infanta para se puderem cumprir todos os legados que deixara no testamento, não só se lhe não désse cumprimento com a brevidade que ella queria, mas que se retardasse a execução de alguns por muitos annos, e a outros se não désse cumprimento na fórma ordenada pela testadora, sendo um dos que menos se cumpriu a fundação que ordenara do mosteiro da ordem de S. Bento da mais perfeita observancia, porque, além de passar muito tempo sem se lhe dar execução, quando se tratou de fundar o convento, foi com uma grande mudança na fórma como a infanta o ordenara, porque o rei castelhano, que então dominava em Portugal, movido de conveniencias politicas, alcançou uma bulla do pontifice Paulo V, para que as religiosas d'aquelle mosteiro fôssem da ordem militar de S. Bento de Aviz, e ficassem sujeitas ao rei de Portugal, como grão mestre d'esta ordem, tendo a jurisdicção espiritual sobre as religiosas o prior mór de Aviz, que assim o faria saber aos confessores das referidas freiras. A obrigação dos votos, que constitue o estado religioso, foi concedida pelo papa, de tal fórma que o voto de castidade, que professavam, era conjugal, ficando assim livres para poderem contrahir licitamente o matrimonio; comtudo, havendo essa concessão, não consta que nenhuma das religiosas se aproveitasse d'essa liberdade. No voto de pobreza estavam dispensadas, porque podiam possuir bens, e por sua morte, dispôr d'elles como lhes approuvesse. A clausura permittia-lhes sair com licença da prelada, para visitar as parentas mais proximas, algumas egrejas e outros mosteiros. O numero de freiras professas podia chegar a 25, e a cada uma d'ellas se dava das rendas do convento 30$000 réis annuaes para ajuda dos seus alimentos. Não comiam em communidade, mas cada uma no seu aposento. Para seu serviço tinha cada uma a sua creada, ou mais, confórme precisassem e as suas posses lhes permittissem. Além das que eram religiosas professas e que podiam ser 25, confórme dissémos, cujos logares eram de nomeação regia, havia tambem outro estado, a que se chamava *moças do coro*, que passavam depois a religiosas professas. As moças do côro, apezar de observarem as regras como as religiosas, não tinham cousa alguma das rendas do mosteiro; pelo contrario, quando entravam eram obrigadas a fazer uma offerta de 60$000 réis ao mosteiro Havia ainda outro estado de recolhidas, as quaes, ou sendo casadas e por terem os maridos ausentes ao serviço do rei, preferiam viver n'aquelle convento; outras, sendo viuvas, que desejavam retirar-se do mundo, assim como donzellas que preferiam a vida claustral. Estas recolhidas pagavam na occasião da entrada 200$000 réis. A pre-

lada do convento tem o nome de commendadeira, é da eleição do rei, como grão-mestre da ordem de Aviz, precedendo para isso consulta da Mesa da Consciencia, como tribunal das ordens militares, sendo antecedente á consulta uma informação, que por ordem do tribunal fazia um dos seus membros, o qual vindo ao convento saber noticias, por meio d'algumas religiosas das mais graves e antigas, quem lhe parecesse mais digna e conveniente para exercer aquelle logar, cuja nomeação merecia a mais rigorosa attenção, porque além de ter por subditas pessoas de grande nobreza, tambem o governo da prelada duraria em quanto ella vivesse. A primeira que existiu no convento, foi em 1617, D. Luiza de Noronha, que fôra freira no convento da Esperança, sendo eleita por Filippe III, de Hespanha, em 5 de agosto, na egreja de S. Matheus, onde fez a sua profissão na fórma seguinte: «Eu D. Luiza de Noronha da ordem S. Bento de Aviz por el-rei nosso senhor, como mestra, com autoridade apostolica, que para isso houve, me offereço e dou a Deus, e ao bemaventurado S. Bento, e prometto obediencia a el rei, nosso senhor, mestre da dita ordem, e a seus successores, e faço voto, e prometto de viver segundo a regra, privilegios e estatutos da dita ordem, em todos os dias da minha vida, e se para isso devo renunciar o anno da provação, d'aqui o renuncio.» Logo que o mosteiro da ordem militar de S. Bento de Aviz teve principio na referida data de 5 de agosto de 1617 na egreja de S. Matheus, se procurou sitio para fundar o edificio, para o que se fez eleição d'aquelle em que se conserva ainda hoje, do qual era proprietario D. Aleixo de Menezes, que o vendeu á commendadeira D. Luiza de Noronha. O local ficava retirado do trafego e commercio da cidade, por detraz, ao lado esquerdo, da calçada que vae para o Campo de Sant'Anna, hoje *dos Martyres da Patria;* é um pequeno largo que tomou o nome de *Encarnação.* O edificio está voltado para o sul. A fachada da egreja é lateral; sobre a porta se vê n'uma tarja o escudo das armas da infanta D. Maria, a cuja piedade se deve a fundação do mosteiro. A egreja não é grande; na capella-mór, que é magestosa e de boa architectura, ha um rico sacrario de prata massiço, n'um sumptuoso throno, e no centro um anjo e a Virgem, representando o mysterio da Annunciação. A banqueta e o cofre tambem são de prata, obra de muito valor. Além d'esta capella, ha mais 5, sendo tres do lado do Evangelho, e só duas do lado da Epistola, por causa da porta da entrada, tendo em todos os altares boas imagens. Em toda a egreja e na capella-mór se vêem ricos quadros com molduras de talha dourada, allegoricos a Nossa Senhora e a S. Bento. O tecto é formado em meia laranja, e apresenta uma vistosa pintura de figuras, ramos e flôres. Defronte da capella-mór fica o côro de cima e o côro de baixo, e pouco mais levantada do pavimento da egreja, está a grade, tendo de cada lado um confessionario, que occupa pouco logar, revestindo a parede que segue depois da referida grade, um magnifico azulejo, similhante aos que se vêem entre as capellas da egreja. Por cima da grade do côro de baixo se vê um quadro com moldura de talha dourada, representando S. Bento dando a regra ás suas religiosas. A pintura de todos estes quadros, julga se, que seja de André Gonçalves e de Bento Coelho da Silveira, ou pelo menos da sua escola. No côro ha dois bellos orgãos. O convento da Encarnação possue muita prata, ricos ornamentos, como frontaes, casulas, pannos de pulpito, etc. No anno de 1643 muitas nobres senhoras residentes em Lisboa formaram uma irmandade dedicada ao Santissimo Sacramento, com o nome de escravas suas, e para merecerem tão nobre titulo se valeram da protecção de Nossa Senhora da Encarnação, por ter sido a primeira que se honrou com o nome de escrava, quando o anjo lhe annunciou que fôra destinada para mãe de Deus, e como tal senhora do céo e da terra. A irmandade teve um Compromisso, composto de diversos artigos, no primeiro dos quaes dizia que a commendadeira do mosteiro da Encarnação fôsse perpetua irmã da Mesa. N'um dos artigos tambem se recommendava a festa do Corpo de Deus com a maior pompa, durante oito dias, começando na quinta feira do Corpo de Deus, terminando no fim do seu oitavario. O papa Innocencio X concedeu em 3 de março de 1608 a esta irmandade das escravas do Santissimo Sacramento, muitas graças e indulgencias. No convento ha dois dormitorios, um grandioso claustro e casa do capitulo, muito grande, não tem refeitorio nem enfermaria, porque as religiosas comem todas nos seus aposentos, onde tambem se tratam, quando estão doentes. O que se torna mais notavel no convento, é o côro de baixo, de que já falámos, e de que mais usam as religiosas, o qual em grandeza e elegancia é um dos melhores de todos que existem na cidade. Tem quatorze cadeiras de cada lado, e no fim de cada lanço das cadeiras uma capella e um confessionario. Sobre a grade do côro ha um nicho grande com a imagem de Christo crucificado, ficando a cada lado um altar. Além dos aposentos do mosteiro já citados, ha outros, em que se abrigam as senhoras que ali vivem recolhidas. No dia 10 de agosto de 1734 um violento incendio arruinou o convento e a egreja; as religiosas passaram provisoriamente para o mosteiro de Santos-o-Novo, emquanto duraram as obras da reconstrucção do edificio mandadas fazer por D. João V.

Convento de Nossa Senhora da Nazareth. Era mais conhecido pelo convento *das Bernardas*, por serem aquellas religiosas recoletas da ordem de S. Bernardo, ou de Cistér. Principiou por um recolhimento de mulheres penitentes, que fundou em 1653 uma senhora chamada Maria da Cruz, sendo geral do convento d'Alcobaça fr. Gerardo Pestana, concorrendo para esta fundação o devoto padre fr. Vivardo de Vasconcellos, monge professo no convento de S. João de Tarouca, o qual tomou posse do recolhimento em 1651, e o converteu em mosteiro, com o titulo de Nossa Senhora da Nazareth, vindo para mestras e fundadoras a madre Antonia Moniz, que tomou o cargo de abbadessa, e mais duas freiras, todas do mosteiro de S. Bento, de Arouca. O convento das Bernardas estava situado no fim da rua da Esperança, terminando com cunhal da mesma egreja, tendo a frente para o lado do sul. A egreja, hoje profanada, era differente de todas as de Lisboa; a escada por onde se sobe para o edificio, fica dentro da primeira porta; depois de muitos degraus, chega-se á frente da portaria, ficando a egreja á esquerda, formada em pa-

vimento nobre, tendo por baixo um andar de casas e lojas. Era o unico templo d'esta cidade construido por esta fórma. O convento era magestoso, a egreja d'uma só nave; na capella-mór estavam o Santissimo Sacramento, a imagem de Nossa Senhora da Nazareth na sua tribuna dourada, a de S. Bernardo, do lado da Epistola, e S. Bento, da parte do Evangelho; tinha dois altares collateraes com S. Gonçalo e S. João. No corpo da egreja havia seis capellas, todas douradas e com os respectivos quadros. Nas do lado da Epistola viam-se as imagens de Sant'Anna, S. Joaquim e Nossa Senhora; S. Pedro e os apostolos S. Simão e S. Judas; as do lado do Evangelho tinham as imagens de S. João Baptista; Jesus, Maria, José; e Santa Ignez. O terremoto de 1755 destruiu completamente o mosteiro, obrigando a communidade a retirar-se para o convento da Esperança, em cuja cêrca estiveram em barracas as religiosas até 25 de maio de 1756, em que fôram enclausurar-se na quinta dos *Louros*, no Campo Pequeno, que el-rei D. José comprou por 20:000 cruzados para as recolher. Na reedificação ficou a egreja com tres capellas, incluindo a capella mór, onde se collocou a imagem de Nossa Senhora da Nazareth, e dois nichos com as dos dois Santos fundadores, sendo as outras duas capellas lateraes. O templo era muito simples de pinturas, as paredes de liso estuque, o tecto ornado com um quadro da mesma invocação da Virgem, pintado por Pedro Alexandrino de Carvalho. A imagem de maior valor que existia, era a de Nossa Senhora da Nazareth. Fallecendo a ultima freira, o edificio foi vendido ao professor Joaquim Lopes Carreira de Mello, que ali fundou o Collegio de Nossa Senhora da Conceição. Houve depois outro collegio do professor Ferreira, e o Lyceu Polytechnico, de Luiz Rodrigues, que organisou uma fanfarra com os alumnos, a qual tocava á missa aos domingos na capella.

Convento do Rato. Assim era mais conhecido o convento de Nossa Senhora dos Remedios, de religiosas da ordem da Trindade, situado no largo do Rato, dentro d'um grande pateo. Manuel Gomes de Elvas, fidalgo da Casa Real, no seu testamento, feito em Lisboa a 29 de junho de 1620, instituiu dois morgados dos bens que possuia, mandando que se fundasse com a maior grandeza um mosteiro da ordem da Trindade, para cuja fundação alcançara licença regia, o qual se construisse no sitio de Campolide, chamado hoje *Rato*, devendo entrar n'aquella casa religiosa 40 freiras sem dote, que seriam apresentadas pelos seus successores, administradores dos referidos morgados, como tambem dois capellães, para cujas despezas e sustentação deixou rendimentos competentes. Determinou mais que na capella-mór da egreja se fizesse um jazigo para os referidos administradores, e que o seu corpo fôsse sepultado na egreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo, de Lisboa, sendo depois trasladado para a egreja do mosteiro, quando ella se concluisse. Fallecendo Manuel Gomes de Elvas, deu-se principio á construcção do convento, e chegando-se a terminar as obras, houve entre os testamenteiros algum desaccôrdo, em que interveiu o patriarcha D. Thomaz d'Almeida, e pela piedade e muito zelo d'este prelado, se começou a clausura em junho de 1721, entrando para o convento algumas religiosas com apresentação do administrador. Reconhecendo-se então que os rendimentos, applicados ao dote do mosteiro, eram insufficientes para a manutenção das 40 religiosas, como recommendava o instituidor, se reduziram ao numero de 30, e mais 6 conversas para o serviço particular do mosteiro, que ficou depois sujeito á jurisdicção do ordinario. Até ao tempo do padre Baptista de Castro, segundo elle declara, ainda se não havia podido fazer a trasladação dos ossos de Manuel Gomes de Elvas, por não se saber o logar onde fôra sepultado na egreja do Carmo. O terremoto de 1755 causou pequena ruina ao edificio, que de prompto se reparou. A egreja tem 7 capellas, além da capella-mór, onde estão collocados nos nichos do retabulo as imagens dos santos fundadores da ordem trinitaria, S. João da Matta e S. Felix de Valois, que são boas esculpturas; duas das outras capellas ficam aos lados da capella-mór, e no corpo da egreja, tres do lado do Evangelho e duas do lado da Epistola; em todas ellas se vêem imagens de vulto. No vestibulo ha uma capellinha dedicada a Nossa Senhora, tendo ali incorporada uma confraria intitulada de *Caridade*, composta de pessoas muito devotas e caritativas. O tecto da egreja é pintado por Victorino Manuel da Serra, sendo o trabalho do centro de Jeronymo de Barros Ferreira; o quadro representando Santo Antonio, e pintura de Antonio Machado Sapeiro; os quadros das capellas representam, na primeira do lado da Epistola, S. Miguel; a segunda Nossa Senhora das Necessidades; as tres do lado do Evangelho são: primeira, o beato Simão de Roxas; a segunda e a terceira só teem imagens em vulto. Actualmente está ali installado o Asylo de Nossa Senhora da Conceição para raparigas abandonadas.

Convento da Rosa. Era de religiosas da ordem de S. Domingos, dedicado a Nossa Senhora do Rosario. Foi fundado em 1519 por Luiz de Brito Nogueira e sua mulher D. Joanna de Athaide de Sousa, conforme se lê na seguinte inscripção sepulchral, collocada defronte da porta: «Aqui jaz o senhor Luiz de Brito Nogueira, senhor dos morgados de S. Lourenço de Lisboa e senhor dos morgados de Santo Estevão na cidade de Beja, o qual senhor foi tão bom cavalleiro em seu tempo, que o não houve melhor, e com elle jaz sua mulher D. Joanna de Athaide de Sousa, a qual com seu consentimento fez este mosteiro, a que deixou toda a sua fazenda, porque não tinha filho, nem filha, e elle dito senhor deixou sua terça, porque tinha filhos de outra mulher, que herdaram seus morgados. Em 1523.» Os fundadores, depois de alcançadas as devidas licenças de Roma, tanto do papa, como do geral da ordem dominicana, e de el-rei D. Manuel, deram principio ás obras em 1519, sendo provincial fr. Jorge Vogado, confessor e prégador d'el-rei. A egreja era d'uma só nave com a porta para o lado do sul, toda dourada, com cinco capellas: a capella-mór, duas collateraes e duas no corpo da egreja, sendo a da parte do Evangelho dedicada a S. João Baptista, e a da parte da Epistola a S. João Evangelista. Tinha um bello côro, ricos ornamentos, e muitas peças de prata e de ouro. Havia dois capellães do habito de S. Pedro, que residiam no mesmo convento. Esta casa religiosa chegou a contar 145 freiras, além de

pupillas, noviças, e muitas creadas. Com o terremoto de 1755 desabou o tecto da egreja, ficando arruinadas as paredes do côro, da torre, e de alguns dormitorios, estragos que facilmente se puderam reparar. Os muros do convento do lado do castello de S. Jorge tambem cairam, mas de prompto se tornaram a levantar. Falleceram n'aquella terrivel calamidade uma religiosa, uma secular, uma creada e uma escrava. As religiosas horrorisadas romperam a clausura, indo parte d'ellas, conforme puderam, para casa de seus paes e parentes, recolhendo-se outras n'uma barraca na quinta dos frades dominicos de *Arroios*, voltando depois para o convento, quando este se reconstruiu.

Convento do Sacramento. Era de religiosas da ordem de S. Domingos, situado na praça d'Armas, em Alcantara. O edificio construiu-se sobre um rochedo, ficando muito perto das egrejas de S. Francisco de Paula, S. João de Deus e Livramento. Foi fundado em 1612 pelo conde de Vimioso D. Luiz de Portugal, e sua mulher, a condessa D. Joanna de Castro. O arcebispo de Braga D. Aleixo de Menezes lhe lançou a primeira pedra em 7 de janeiro do referido anno de 1612, a cuja cerimonia assistiu toda a nobreza. As freiras ficaram na obediencia do geral da ordem dominicana. A egreja era d'uma só nave, tendo a fachada lateral com a frente para o norte, e a entrada principal fechada n'um pateo. Na capella-mór via se uma excellente tribuna; era toda dourada, e sobre o altar estava o Santissimo Sacramento dentro d'um globo de madeira dourada, rodeado por uma parreira, sustentada por um anjo e dois serafins, aos lados, tendo cada um d'elles uma vella na mão que sempre se accendiam á missa conventual. Sobre o globo viam-se muitas espigas de trigo, com sete columnas que o cercavam, figurando tudo figuras do divino Sacramento. N'esta capella, havia no lado da Epistola as imagens de S. Domingos e S. Thomaz; e no lado do Evangelho as de S. Francisco e Santo Antonio. A capella collateral do lado da Epistola era do Santo Christo, e a do lado do Evangelho de Nossa Senhora do Rosario, de tamanho natural, imagem de muita devoção, com sua irmandade. No adro havia mais duas capellas, sendo uma de Nossa Senhora do Rosario e a outra de S. Domingos, tendo ambas muitas reliquias; por cima da grade do côro notava-se a imagem de Jesus crucificado, junto da qual se expunha o Sacramento duas vezes no anno Tinha o convento um bom claustro com sua fonte de jaspe ao centro, uma cêrca espaçosa, em cujos muros batiam as ondas do rio Tejo, para onde o convento gozava d'um lindo ponto de vista. O seu rendimento era de 5:000 cruzados, além das numerosas esmolas dos devotos. O terremoto de 1755 causou-lhe pequeno estrago, que foi logo reparado.

Convento das Sallesias. De religiosas da ordem de S. Francisco de Salles, intitulado da *Visitação de Nossa Senhora*. Está hoje situado na rua das Sallesias, em Ajuda. Foi fundado em 1711 pelo padre Theodoro de Almeida para educação de meninas, vindo as primeiras religiosas para formar a communidade do convento de Anneey, da Saboia, onde se conservam as reliquias de S. Francisco de Salles. As freiras fundadoras fôram recebidas em Lisboa com toda a solemnidade no mencionado anno de 1714. O edificio construiu-se então no fim da Cordoaria n'uma travessa á direita, onde estiveram a egreja e o convento, até 1846, anno em que se mudou a egreja, para a que de novo se edificou, onde actualmente se encontra. O antigo edificio era vasto e distribuido segundo todas as regras da hygiene. Na cêrca viam-se frondosos arvoredos, perfeitamente tratados. A antiga egreja tinha apenas uma capella, onde estava o Santissimo Sacramento e o santo patriarcha da ordem, S. Francisco de Salles. A egreja moderna concluiu-se pelo zelo do fallecido padre Raymundo dos Anjos Beirão. E' espaçosa e elegante, em fórma de cruz, com um elevado zimborio, que torna a egreja clarissima; tem varias capellas e boas quadros, sobresaindo um de grandes dimensões, que está na sacristia, bella pintura representando o Senhor Morto, tendo ao pé Nossa Senhora da Soledade, entre S. João Evangelista e Santa Maria Magdalena. São de muito gosto e de grande valor todos os objectos do culto divino, notando se principalmente ricos paramentos com

Convento das Sallesias

primorosos bordados, trabalhos executados no convento. O côro é vastissimo. A transferencia da antiga egreja para a moderna fez-se em solemne procissão, em 13 de agosto de 1846, conduzindo-se o Sacramento, acompanhado de todas as irmandades das egrejas parochiaes e capellas circumvisinhas, parte da côrte, muitos devotos, e guarda de honra. O convento foi reedificado, e tem servido de recolhimento a muitas senhoras nobres. Aquella casa religiosa é actualmente uma bella casa de educação, intitulada *Associação de Beneficencia S. Francisco de Salles*, onde ha professoras illustradissimas, que ensinam diversas disciplinas, bordados, musica, e outros trabalhos, proprios d'uma educação finissima e de uma boa dona de casa, sendo as educandas tratadas com toda a dedicação.

Convento do Salvador. De religiosas da ordem dos prégadores de S. Domingos, situado no bairro d'Alfama, n'um pequeno largo denominado do *Salvador*, proximo das egrejas de S. Thomé, que já hoje não existe, e de Santo Estevão. Antes da

fundação do convento já n'aquelle sitio viviam em penitencia e completa solidão algumas mulheres em recolhimento, onde concorriam devotamente muitas romarias ao Santo Crucifixo, a que chamavam *S. Salvador da Matta*, imagem que um certo fidalgo, que andava á caça, encontrou juntamente com outra de Nossa Senhora, tendo o Menino Jesus nos braços, estando ambas as imagens cobertas de silvas e arvores agrestes. Achou se a cruz cravada na terra até aos pés do crucifixo, onde as abelhas haviam fabricado seus favos de mel com tal artificio que, por assim dizer, lhe serviam de altar. Aqui se fundou logo uma pequena ermida. Augmentando consideravelmente a concorrencia dos devotos, construiram se umas casas para abrigo dos muitos romeiros, que de todas as partes do paiz ali vinham, e n'estas casas se recolheram algumas emparedadas sustentando-se das esmolas, que lhes davam as nossas rainhas e muitos devotos. Passavam já de vinte as mulheres ali encerradas, quando, com licença do papa Bonifacio IX e de el-rei D. João I, o arcebispo de Lisboa e cardeal de Roma, D. João Esteves de Azambuja, as fez tomar o habito dominicano em 1392. A esta solemnidade assistiram todos os nobres da côrte e o prior da ordem de S. Domingos, fr. Lopo, com outros religiosos da sua provincia. Ficou sendo prelada Margarida Annes, que era a presidente do antigo recolhimento. O mosteiro ficou logo em perpetua clausura, tendo por confessor fr. Rodrigo de Setubal, a quem se encommendou o material da obra, sendo do espiritual encarregado o padre mestre fr. Vicente de Lisboa, que muito trabalhou na fundação do convento. Grandes fôram os rendimentos e privilegios com que o fundador enriqueceu o convento, e maiores as mercês e doações feitas pelos monarchas portuguezes. Quando o arcebispo falleceu, ainda as obras não estavam concluidas, mas a rainha D. Leonor mulher de D. João II, as terminou no anno de 1478. D. João Esteves de Azambuja foi sepultado no côro de cima, e collocou-se-lhe sobre a campa um epitaphio em latim. Entre outras reliquias, que o fundador deu a esta casa religiosa, contava-se uma boa parte do Santo Lenho, mettida n'um relicario que se guardava na sacristia, a que mais tarde as freiras mandaram fazer um sacrario, que collocaram no altar do côro. A egreja é d'uma só nave, com a porta para o sul; está ali estabelecida a freguezia do Salvador. Tem sete capellas, além da capella-mór, em que se vê o retabulo e dois nichos com as imageus dos santos fundadores, S. Domingos e S. Francisco. As outras capellas eram a do Santissimo Sacramento, do Rei Salvador, imagem de muita devoção, que tinha a sua confraria; a de Santa Catharina de Sena, com irmandade, a de S. José, Nossa Senhora dos Remedios, de que eram administradores os condes dos Arcos; Nossa Senhora da Boa Viagem, com irmandade, que fôra primitivamente dos homens do mar, Nossa Senhora do Rosario, cuja irmandade era administrada pelos pretos. Havia tambem a irmandade de escravos do Santissimo Sacramento. Em tempo mais remoto, dizem, ter existido uma confraria do Rei Salvador. Nas capellas viam-se quadros a oleo, de varios santos da ordem dominicana. O corpo da egreja arruinou-se com o terremoto de 1755, de tal fórma, que para se reedificar foi preciso começar desde os alicerces, proseguindo as obras até 1762, ficando a egreja por concluir. O Santissimo Sacramento foi para a egreja do Menino Deus, onde se conservou dois mezes, recolhendo-se depois na casa, que era grade das religiosas. Fôram victimas da terrivel catastrophe doze freiras professas, uma noviça leiga, duas seculares e uma creada. As outras sairam da clausura, indo umas para o Cardal da Graça, abrigando-se na quinta do alcaide fidalgo; outras estiveram no Campo Grande, em casa do desembargador Francisco Lopes de Carvalho, voltando alguns annos depois para o seu convento, que se reedificara. O mosteiro é pequeno, mas com boas accommodações. O governo ordenou, pela portaria de 17 de outubro de 1836, que a freguezia do Salvador se trausferisse para a egreja do Menino Deus, dos terceiros de Xabregas e ficasse reunida á de S. Thomé, que tambem ali estava. Mais tarde a freguezia do Salvador voltou para a antiga egreja, onde se conserva. V. *Salvador*.

Convento de Sant'Anna. De freiras da ordem terceira de S. Francisco, da provincia de Portugal. Este convento, segundo a tradição, teve a seguinte origem: Em 1521 uma preta chamada Anna fundou na freguezia de S. Bartholomeu ao Castello, um recolhimento para beatas penitentes da Paixão de Christo, ordem que fôra fundada em 1280 em Paris por um grande servo de Deus, francez, do nome de Beltrão. N'aquelle recolhimento se encerraram 20 mulheres além da fundadora, que lhes procurara o necessario alimento, auxiliando muito esta santa empresa fr. João Soares, da ordem de Santo Agostinho, que então era esmoler e confessor de D. João III, e que mais tarde foi bispo de Coimbra. Fr. João Soares ordenou ás recolhidas que obedecessem aos prelados e professassem a ordem Santo Agostinho. Viveram d'esta fórma perto de 20 annos, com tão bom exemplo que a rainha D. Catharina, em 1561, mandou que se transferissem as recolhidas para uma antiga ermida de Sant'Anna, situada no campo assim denominado, e ali se construiu novo convento, que ainda ha pouco tempo existia. A rainha quiz que professassem a terceira regra de S. Francisco, debaixo da obediencia da provincia de Portugal. Foi abbadessa, cargo que exerceu durante 25 annos, D. Filippa de Sousa, que veiu do convento de Chellas. El-rei apresentava n'este mosteiro 20 logares, como consta d'um alvará de 24 de setembro de 1577, passado por D. Sebastião, e a rainha apresentava tambem dois logares instituidos por D. Catharina. O terremoto de 1755 causou-lhe grandes estragos; arruinaram se dois dormitorios, um que ficava para o lado da portaria, e outro para a calçada do Lavra; cairam mais tres varandas do claustro, e varias casas e officinas, ficando sepultadas nas ruinas cinco religiosas, cinco seculares, cinco creadas e uma educanda. As religiosas sairam atterrorisadas da clausura, e fôram para a cêrca do collegio de Santo Antão, onde estiveram dois dias, mudando-se depois para a quinta da Bemposta, do infante D. Pedro, que lhe mandou fazer barracas promptamente, conservando se aqui até á vespera de S. João do anno de 1756, em que se recolheram para o seu mosteiro, que já estava reparado no que se tornara mais urgente. A egreja tinha 5 capellas,

contando com a capella-mór, onde estava a imagem de Nossa Senhora, e outras imagens da ordem franciscana. Em 1899 foi demolido este convento. No seu local existe o Instituto Bacteriologico.

Convento de Santa Apolonia. De religiosas da primeira regra de S. Francisco, de Santa Clara. Foi fundado por uma beata de habito fechado, que professara na ordem franciscana, chamada Izabel da Madre de Deus, a qual veiu de Villa Viçosa com os senhores da Casa de Bragança, sendo muito considerada pela rainha D. Luiza de Gusmão, mulher de D. João IV, que lhe chamava a sua capuchinha. Izabel da Madre de Deus recolheu-se na ermida de Santa Apolonia, que pertencia aos confeiteiros, afim de tratar da capella e da imagem da referida santa. Como era muito estimada na Casa Real, a infanta D. Catharina a levou para Inglaterra, em 1662, quando casou com o rei Carlos II. Em 1693 regressou a Portugal, e voltou para a antiga ermida, que se havia reedificado em 1671, e com outras companheiras deu principio a um recolhimento por direcção de fr. Amaro da Esperança, commissario dos terceiros de S. Francisco da Cidade. O papa Clemente XI transferiu o recolhimento em mosteiro, onde professaram em 6 de fevereiro de 1718 todas as recolhidas, que o tinham sido dez annos, ficando a mais antiga por abbadessa. No dia seguinte se lançou o véu de noviças a 14 recolhidas, que tinham seis annos de reclusão para professarem seis mezes depois. Nos seguintes dias festejaram solemnemente Santo Ignacio de Loyola, que tinham eleito advogado da sua pretenção, e a S. Francisco, seu patriarcha, e Santa Apolonia, tutelar de sua casa. O recolhimento, na sua origem, deveu muito á Casa Real, porque as melhores peças e ornamentos de valor, imagens de santos e os seus ricos vestidos, tudo foi dado pela rainha D. Luiza de Gusmão, até o vestido que a rainha D. Catharina trazia quando casou por procuração com o rei de Inglaterra, na sé de Lisboa, lhe mandou dar para adornar as imagens. O convento estava situado á beira-mar, junto ás portas da cidade e do forte de Santa Apolonia, tendo a frente para o norte. O mosteiro poucos estragos soffreu com o terremoto de 1755, mas as religiosas refugiaram-se no forte em quanto o convento se não reedificou, devido á piedade d'um devoto. Além da capella mór, a egreja tinha mais duas capellas; na capella-mór viam se dois nichos em misulas, onde estavam os santos fundadores S. Francisco e S Domingos; nas outras viam-se as do Senhor Jesus da Paciencia e de S. Macario. A egreja era pequena; tinha a irmandade de Santa Apolonia e a confraria do Senhor da Paciencia. Em 1833, por occasião de se formarem as linhas da defeza de Lisboa, mandaram se recolher aos conventos de religiosas, as commendadeiras de Santos para o mosteiro da Encarnação; as de Arroios para o das Monicas, e as de Santa Apolonia para o de Sant'Anna. Em 1834, depois de terminadas as luctas da Liberdade, as freiras recolheram aos respectivos conventos, conservando-se as de Santa Apolonia em Sant'Anna, d'onde fôram depois transferidas para as Monicas, indo duas religiosas servir no côro da egreja dos padres barbadinhos italianos, actual parochia de Santa Engracia, ficando a egreja de Santa Apolonia desoccupada, e o convento servindo de domicilio aos orphãos da Casa Pia, que aprendiam as disciplinas no Arsenal do Exercito.

Convento de Santa Brigida. De religiosas, vulgarmente conhecidas por *Inglezinhas.* A origem d'este convento é ingleza. Foi fundado em Inglaterra pelo rei catholico Henrique V, que intentando fazer guerra aos seus inimigos, quiz fundar dois conventos que estivessem sempre de dia e de noite louvando a Deus n'um continuo *Lausperenne*; um d'elles, que se intitulava de Sion, da invocação de S. Salvador, revelado pelo mesmo santo á gloriosa madre Santa Brigida, segundo diz a lenda, e outro de religiosos cartuxos, cuja fundação se principiou em 1416. Continuaram na observancia religiosa com grande exemplo de virtude, até ao tempo de Henrique VIII, que não sendo catholico, mandou supprimir e destruir todos os conventos e egrejas existentes no seu reino, deixando só estes dois, em consideração da memoria do seu fundador, que pouco depois mandou tambem extinguir, dizendo que fôssem as freiras para as casas dos seus parentes. Muitos religiosos e religiosas fugiram então para os reinos catholicos. A rainha Maria, mulher de Filippe, de Hespanha, tornou a admittir os conventos, mas o seu reinado foi breve, e não tendo filhos, passou a corôa para a rainha Izabel, que não sendo tambem catholica, prohibiu as ordens religiosas, apoderando se das rendas dos conventos, que sustentavam 60 freiras, 25 frades, e todo o pessoal preciso para o culto divino e para o serviço dos mosteiros. Não podendo as religiosas viver seguras, sairam de Inglaterra em communidade, e fôram para Flandres e França, andando errantes perto de 40 annos de uma terra para outra, por causa das guerras que então assolavam aquelles paizes, mudando 70 vezes de localidade, no espaço de 37 annos Já desesperadas por não vêrem terminar a perseguição contra os catholicos, que a toda a hora ameaçava a sua ruina, rogavam incessantemente a Deus, com a abbadessa e o seu confessor, que lhes inspirasse um logar onde pudessem finalmente socegar. Diz a tradição, que foi ouvida uma voz extranha, indicando lhe a Hespanha, e as religiosas, sentindo o espirito mais tranquillo, resolveram emprehender a jornada para aquelle paiz, e depois de muitos trabalhos e privações conseguiram chegar a Lisboa no dia 4 de maio de 1594, tendo a fortuna de serem recolhidas no convento da Esperança. Depois, uma nobre senhora chamada Izabel de Azevedo, lhes deu umas casas que possuia no sitio do Mocambo, para ali habitarem. Armaram uma egreja n'uma das casas, e começaram as suas devoções. Este local era na rua das Inglezinhas. Em 17 de agosto de 1651 a egreja foi victima d'um grande incendio, que a reduziu a cinzas. As freiras passaram para o convento da Esperança, onde estiveram sete mezes, recolhendo-se depois n'umas casas da mesma visinhança, emquanto se não construiu o novo edificio, para cujas obras concorreram muito Rui Correia Lucas e sua mulher D. Milicia da Silveira. Em 2 de outubro do referido anno de 1651 lançou-se a primeira pedra no novo edificio, e cinco annos depois, em 1656, já estava concluido um dormitorio, onde se recolheram as religiosas, construindo-se

mais tarde a egreja, de que fôram padroeiros os já mencionados Rui Correia Lucas e sua mulher. O convento ficou conhecido pelas *Inglezinhas*, confórme dissémos, por terem sido as fundadoras 15 religiosas inglezas, para o sustento das quaes lhes mandou dar o rei Filippe II 2$000 réis diarios e 12 moios de trigo por cada anno, sendo tudo pago pelas lezirias de Santarem, o que junto aos rendimentos que já possuiam, perfazia a somma de 5:000 cruzados. O convento tinha dois clerigos do habito de S. Pedro para administrarem os sacramentos, sendo um d'elles procurador da casa. O terremoto de 1755 poucos prejuizos causou ao edificio, que fôram logo reparados. A entrada para o convento e egreja é dentro d'um pateo guarnecido de frondosos arvoredos, tendo a fachada lateral, com a frente para o sul. A egreja é d'uma só nave. Além da capella mór, onde se vêem as imagens de Nossa Senhora da Salvação e de Santa Brigida, tem mais outras capellas lateraes, da invocação de Santo Christo, Nossa Senhora do Populo, e de Santa Catharina.

Convento de Santa Clara. De religiosas da ordem de S Francisco, da provincia de Portugal. Foi fundado por quatro damas muito nobres, D. Ignez Fernandes, mulher de D. Vivalvo de Pandulfo, elle genovez e ella asturiana; D. Maria Martins, D. Maria Domingas, viuva de Durão Martins da Parada, rico homem e mordomo mór de el-rei D. Diniz, e D. Clara Annes Soares, filha de João Soares e de D. Margarida. A principal fundadora foi a referida D. Ignez Fernandes. Começou a edificar-se o mosteiro em 1288 no sitio em que depois esteve a capèlla-mór do convento da Trindade, mas seguindo a obra vagarosamente pelas despezas que n'ella se faziam, receando-se até que não fôsse ávante Diz a tradição que D. Ignez teve uma visão, em que lhe mandava edificar o convento em certo campo muito vasto. D. Ignez Fernandes comprou então uma herdade a Gonçalo Peres, situada no actual Campo de Santa Clara, e a obra foi em tanto augmento, que já no anno de 1292, no dia primeiro de fevereiro, para ali entraram freiras, a quem a referida fundadora o havia doado Eram estas religiosas da ordem de Santa Clara, estando presente ao acto da entrega o provincial fr. Martim Annes, e outros religiosos da ordem franciscana, além de muitos particulares, mostrando-se todos muito empenhados na fundação d'este convento A 7 de setembro de 1294 lançou a primeira pedra para a construcção da egreja o bispo de Lisboa D. João Martins de Soalhães, concorrendo a esta solemnidade muitos fidalgos da côrte. No convento existiam quatro padres: dois confessores, um capellão e um feitor para a vivenda. para os quaes havia um grande dormitorio, com 10 cellas e um refeitorio; tambem existiam quatro donatos, servindo um de sacristão e os outros tres ao serviço dos padres. O claustro era quadrado, com diversos jardins, tendo ao centro uma fonte de bella agua. Em torno d'este claustro estavam todas as officinas do mosteiro, e as capellas douradas com os sete passos da Paixão de Christo, admiravelmente ornadas; outras capellas com a imagem do Senhor dos Passos; o Menino do Presepe, todos de jaspe preto e branco, com adornos preciosos; outra de Nossa Senhora de Belem, imagem milagrosa, que importara em 15:000 cruzados, toda de talha, com tribuna, paredes e tectos com seus nichos cheios de muitos corpos de santos, tudo dourado, e com bons ornamentos. No mesmo lado do claustro havia a capella de S. Francisco, outra de Nossa Senhora da Conceição, outra de S. João Evangelista, e varios nichos em toda a extensão do claustro. Nas varandas de que se compõem os quatro lanços do claustro, estava uma capella de Nossa Senhora da Graça, tendo nas paredes varios nichos com boas imagens; n'estas varandas de cima, havia outra capella de Nossa Senhora da Penha de França, e muitos nichos e paineis. O côro era grandioso e muito espaçoso, com duas ordens de cadeiras, tendo nichos com varios santos; no altar do côro estava o Santissimo Sacramento n'um sacrario de prata, com a porta de crystal, tão claro que se via o cofre que encerrava, como se o sacrario não tivesse porta, e só se abria quando se administravam os sacramentos ás doentes; este altar ficava em cima da grade do côro, cuja largura era toda de grades entalhadas e douradas; tinha sete lampadas de prata, continuamente accesas. Em baixo, no pavimento do côro, existiam duas capellas collateraes com valiosos paramentos e notaveis imagens. Junto ao côro estava uma casa de oração e duas capellas com boas imagens. No ante-côro tres capellas. No côro de baixo uma capella dos Santos Reis. A egreja era toda de talha dourada; o tecto todo apainelado, representando os paineis passagens do Apocalypse. A capella-mór e a tribuna eram magestosas; no corpo da egreja existiam sete capellas, sendo tres da direita, entrando pela porta principal: Trindade, St.ª Maria Magdalena, e de St.º Agostinho quatro do lado esquerdo: S. João Baptista, S. João Evangelista, Nossa Senhora da Conceição e a Ascensão de Christo. Por cima da tribuna que estava no fundo da egreja, havia outra capella, que ficava nas costas do côro, em que se via o sacrario com o Santissimo Sacramento. O sacrario grande da egreja, o frontal, o panno do pulpito, tudo era de prata. Existiam tambem no convento grande quantidade de ricos paramentos, muitas peças de prata, duas custodias, sendo uma d'ellas feita em Roma; tambem havia reliquias de Santa Clara, do Santo Lenho, e de varios santos. As freiras de Santa Clara eram senhoras da villa de Pereira e de Sarilhos, de muitos fóros e juros, notaveis privilegios e isenções, concedidos pelos nossos antigos monarchas O terremoto de 1755 arrasou completamente a egreja e o mosteiro, que na grandeza excedia a todas as mais que existiam em Lisboa, exceptuando a tribuna e as costas da capella-mór. N'esta catastrophe morreram mais de 400 pessoas, que estavam assistindo aos officios divinos. O côro de cima tambem abateu, sepultando nas suas ruinas 56 religiosas, 1 educanda, uma noviça, 14 recolhidas, 43 creadas e 9 escravas. O convento depois reedificou-se.

Convento de Santa Joanna. Era de religiosos da ordem de S. Domingos, fundado em 25 de novembro de 1699, n'uma quinta de D. Alvaro de Castro, senhor do Paul de Boquilobo, adeante do convento de Santa Martha. A quinta fôra deixada em testamento para ali se estabelecer um collegio de missionarios da India. Pelo terremoto de 1755 não soffreu damno algum. N'esta epo-

ca existiam no convento poucos religiosos, e como as freiras do convento da Annunciada, que era da mesma ordem dominicana, se vissem na urgencia de abandonar o seu mosteiro, que o terremoto arrasara, vieram recolher-se na cêrca do convento de Santa Joanna, accommodando-se em varias barracas que mandaram levantar. Desejando persistir n'aquelle convento, d'onde saiam os frades que ainda restavam, el-rei D. José, por especial mercê e dispendio de 1:000 cruzados, mandou preparar melhor o mosteiro, que ainda hoje existe, para as freiras formarem a sua clausura perpetua, assim como as religiosas dominicanas do convento da Rosa, que pouco depois ali fôram reunir-se. O convento de Santa Joanna fica no fim da rua de Santa Martha, dentro d'um grande pateo, ficando a egreja á direita com a frente para o lado do sul. No frontispicio vêem-se as armas reaes. Tem 8 capellas, incluindo a capella-mór, onde estão os santos fundadores S. Domingos e S. Francisco; tres capellas do lado do Evangelho, e duas no lado da Epistola, tendo ao centro a porta da entrada; duas na frente da egreja, aos lados da capella-mór A' porta da entrada ha uma capella de Nossa Senhora da Piedade, que tem sua confraria Toda a egreja é adornada de quadros pintados a oleo, allegoricos ao culto divino. O côro é muito nobre; o tecto tem em partes algum estuque de relevo da escola de João Grossi, que floresceu em Lisboa depois do terremoto de 1755, e foi o autor do tecto do convento dos Paulistas, e de muitas outras egrejas de Lisboa. No extincto convento de Santa Joanna estão actualmente estabelecidas umas consultas medicas gratuitas, das freguezias dos Anjos e S. Jorge, ás terças e sextas feiras; das freguezias da Pena e do Soccorro, ás segundas e quintas feiras; e das freguezias do Coração de Jesus, S. José, e S. Sebastião da Pedreira, ás quartas feiras e sabbados.

Convento de Santa Martha. De religiosas da primeira regra da ordem de S. Francisco, de Santa Clara. Está situado defronte da egreja parochial do Coração de Jesus, junto ao palacio dos condes de Redondo, tendo a fachada para o lado do poente. No seu principio foi um recolhimento de orphãs, que por iniciativa do padre jesuita Antonio de Monserrate, el-rei D. Sebastião mandou construir para recolher as orphãs desamparadas, filhas dos seus creados, que tinham sido victimas da grande e terrivel peste que em 1569 assolou Lisboa O recolhimento foi dotado pelo referido monarcha com 20 moios de trigo e 1:000 cruzados de renda. As recolhidas pretenderam mais tarde tornar a sua casa em convento, á sua custa, e com autorisação do cardeal D. Henrique, que já fôra acclamado rei, lançaram a primeira pedra no novo edificio no dia 6 de fevereiro de 1580. D. Henrique não chegou a vêr concluido o convento, porque falleceu n'esse mesmo anno. Só em 1583 é que as recolhidas alcançaram o seu desejo, vendo em 5 de novembro terminadas as obras; foi então que vieram os breves do papa Gregorio XIII ao arcebispo de Lisboa D. Jorge d'Almeida, que tomou o convento debaixo da sua protecção e obediencia, conservando-se depois na dos arcebispos seus successores; a clausura ficou pertencendo á ordem franciscana da regra de Santa Clara. A primeira abbadessa foi a madre Maria do Presepio, da casa dos condes da Sortelha e da Feira, religiosa professa do convento de Santa Clara, de Santarem, que veiu com duas sobrinhas suas, tambem freiras do referido convento, fundar a nova clausura. O padre jesuita Pedro da Fonseca, que muito se interessou por esta casa religiosa, lhe fez uns estatutos especiaes em ordem da sua conservação. O terremoto de novembro de 1755 causou alguns estragos tanto ao convento como á egreja, o que obrigou as freiras a refugiarem se na cêrca, em barracas improvisadas de prompto, mas depois de reparados esses estragos, recolheram-se outra vez á sua antiga casa. O palacio do conde de Redondo, que fica contiguo ao convento no qual ha uma tribuna que o communic para a capella-mór na egreja, não soffreu com a terrivel calamidade, e ali se recolheram algu s pobres doentes e miseraveis, a quem a piedade d'aquelles nobres fidalgos caritativamente prodigalisou os precisos cuidados A egreja tem 12 capellas contando com a capella-mór, onde se vêem em nichos aos lados do retabulo, as imagens dos santos fundadores d'esta ordem; 4 capellas do lado do Evangelho e 5 do lado da Epistola; ao lado do arco da capella-mór duas capellas na frente para a egreja O templo é dedicado a Nossa Senhora da Conceição, cuja imagem se venera na capella-mór No local do antigo convento está construido um moderno hospital, que é um edificio muito elegante. Veiu substituir o do Desterro.

Convento de Santos-o-Novo. De religiosas commendadeiras da antiga ordem de S. Thiago da Espada, creada em Castella por Fernando II, em 1175, e introduzida em Portugal por D. Affonso Henriques em 1177. El-rei D. Diniz, em 1288, a tornou independente e separada da hespanhola, o que foi confirmado pelo papa Nicolau IV. Conta a tradição, que no dia primeiro de outubro do anno 307 da era de Christo, o rio Tejo lançou á praia os corpos dos santos martyres Verissimo, Maximo e Julia, irmãos, e naturaes de Lisboa, filhos de paes nobres e ricos, mandados martyrisar por Publio Daciano, legado do imperador Diocleciano. Alguns escriptores dizem que estes santos fôram martyrisados n'aquelle mesmo sitio, e sepultados ali pelos christãos, que descobriram os tres corpos na margem do rio. N'esse local, que por este facto se ficou chamando *praia Santos*, se erigiu uma capellinha, que se conservou até ao anno de 1147, por ser a unica que os moiros consentiram aos christãos por estes sitios, mediante um avultado tributo annual. Conquistada Lisboa, D. Affonso Henriques mandou logo construir uma egreja com o nome de *Santos*, e a deu aos cavalleiros da ordem de S. Thiago da Espada D. Sancho I lhes construiu um espaçoso mosteiro para sua residencia. Dando lhes D. Affonso III as villas de Alcacer do Sal e Mertola, os cavalleiros para ali se mudaram, ficando o convento de Santos destinado para n'elle se recolherem as mulheres e mais senhoras das familias dos cavalleiros, quando estes andavam em campanha. Algumas d'estas recolhidas professavam o mesmo voto dos cavalleiros. A primeira superiora foi D Sancha Martins, a quem deram o titulo de *commendadeira*, que depois veiu a generalisar-se. Esta senhora foi mais tarde canonisada. D. João II, em 1470, mandou construir o actual convento das commen

dadeiras, denominado *Santos-o-Novo*, no pateo *das Commendadeiras*, na calçada da Cruz da Pedra, freguezia de Santa Engracia, mudando para aqui as *mulheres da obrigação* dos cavalleiros de S. Thiago em 1475. Emquanto duraram as obras estiveram aquellas senhoras na ermida do Paraiso, que ficava entre o convento de Xabregas e o de Santa Clara. Ficou se chamando a esta nova casa religiosa *Santos o-Novo*, e ao antigo edificio *Santos-o-Velho*. O referido monarcha reconstruiu a antiga egreja, que mais tarde, em 1566, foi elevada a parochia (V. *Santos*). No dia 5 de setembro de 1490 fôram, por ordem de D. João II, conduzidas solemnemente em procissão para o novo convento as sagradas reliquias dos tres santos martyres, procissão em que se incorporaram as religiosas, o cabido da cathedral, e todas as ordens monasticas. As reliquias fôram encerradas n'uns cofres de prata, que se collocaram ao lado direito do altar-mór. Este mosteiro era muito nobre; as religiosas viviam como senhoras, e não como freiras; a sua commendadeira tem sido sempre uma senhora de reconhecida nobreza. O convento é magestoso, e um dos maiores de Lisboa; tem bons dormitorios, espaçoso claustro e 365 janellas. Por cima do grande portão da entrada estão as armas da ordem, lavradas em pedra. Entrando se por este portão encontra-se um pateo vastissimo, onde se vê a portaria do convento e o frontispicio da egreja, que fica voltado para o sul. A egreja tem na capella mór as imagens de Nossa Senhora e de S. Thiago. Além d'esta, tem a egreja mais cinco capellas. Com o terremoto de 1755 ficou este grandioso edificio muito arruinado por dentro, e as religiosas tiveram de armar barracas na cêrca para se abrigarem, em quanto se não reedificou o convento. Tem uma corporação de escravos do Santissimo Sacramento; toda a egreja é guarnecida de quadros a oleo, com riquissimas molduras de talha dourada. Em 1833, por occasião de se formarem pela segunda vez as linhas de defeza de Lisboa, D. Pedro IV mandou que as religiosas de todos os conventos se recolhessem para dentro das linhas da cidade, e as commendadeiras de Santos recolheram-se, na maior parte, no mosteiro da Encarnação da ordem de Aviz, e regressaram ao seu convento, quando terminaram as luctas civis.

Convento das Trinas do Mocambo. Era de religiosas descalças da ordem da Trindade, recoletas, muito conhecidas pela sua vida penitente e de austeridade. Foi fundado em 1657 por Cornelio Wandali e sua mulher Martha de Bós, ambos de familias flamengas muito nobres; Wandali era sobrinho do primeiro bispo de Gaudaro D. Cornelio Janseuio. Possuindo bens de fortuna e sendo muito religiosos, não tendo filhos, resolveram empregar as suas riquezas em obras de beneficencia, soccorrendo os pobres, casando orfãs e amparando viuvas. Tinham n'um retiro de Lisboa, no bairro do Mocambo, uma propriedade, e n'ella construiram uma ermida dedicada a Nossa Senhora da Soledade. Em 1657, pouco antes de se começar a obra da ermida, falleceu em cheiro de santidade o padre mestre fr. Antonio da Conceição, da ordem da Trindade. Conhecendo este religioso os sentimentos piedosos dos nobres flamengos, procurou-os, e lhes communicou o seu ardente desejo de que aquella obra se continuasse, instituindo-se um convento, onde se recolhessem dez filhas suas espirituaes, a quem elle havia pouco tempo lançara o habito trinitario, e que desejavam viver em communidade. O pedido do padre foi attendido, porque fallecendo depois Cornelio Wandali deixou ordenado em seu testamento, que no retiro que possuia no bairro do Mocambo, se edificasse um convento de religiosas da ordem da Trindade, pedindo a sua mulher que concorresse para aquella obra, ordenando que o enterrassem na capella-mór, e que se resasse todos os dias uma missa por sua alma. O padre doutor fr. Isidoro da Luz, commissario geral e visitador da provincia, com o seu companheiro D. fr Antonio Correia, alcançaram as licenças necessarias para se effeituar este legado. Do convento do Calvario vieram em 1661 as fundadoras, ficando abbadessa soror Catharina de Santo Antonio. O convento ficou acanhado por falta de recursos; a nova egreja era de boa architectura, e acabou-se com esmolas, especialmente da condessa de Redondo, D. Magdalena, que viveu alguns annos entre as religiosas, e falleceu no mesmo convento. Não foi consideravel a ruina que lhe causou o grande terremoto de 1755, comtudo, as religiosas muito horrorisadas, fôram para a Portella, e estiveram em barracas na quinta chamada do *Meio Milhão*, d'onde voltaram para o convento, já reparado, em 8 de janeiro de 1757. Na capella-mór da egreja está a imagem de Nossa Senhora da Soledade, e tem mais capellas lateraes, todas com as imagens de diversos santos. A egreja é adornada de ricos quadros a oleo, com molduras douradas. Ali se venera uma pequena imagem do Menino Jesus dos Attribulados, que está n'um quadro colorido. Em circulo, no corpo da egreja, tambem se vê uma collecção de figuras pintadas em azulejo. No edificio do convento estão actualmente installadas as Irmãs Hospitaleiras portuguezas de S. Patricio.

Lisboa (*Cozinhas economicas de*). V. no vol. II, pag 127.

Lisboa (*Cunhal das Bolas em*). V. n'este vol., a pag. 234, col. 2.ª

Lisboa (*Diocese de*). V. no artigo *Lisboa*, a pag. 226, col. 2.ª, e *Lisboa* (*Prelados de*).

Lisboa (*Districto administrativo de*). V. n'este vol., a pag. 221.

Lisboa (*Egrejas de*). Mencionaremos as seguintes, que não são parochiaes. Das que pertenceram a communidades religiosas encontra-se a descripção nos artigos relativos aos diversos conventos, de que faziam parte.

Egreja das Chagas Fr. Diogo de Lisboa, religioso do convento da Trindade de Lisboa (V. *este nome*), instituiu em 1493 uma confraria intitulada das *Chagas de Christo*, compósta sómente dos maritimos que andavam em viagem na carreira da India, e nas outras possessões portuguezas do ultramar. Graças á protecção do instituidor, que gozava das maiores considerações e respeito, a confraria das Chagas de Christo floresceu durante muitos annos, alcançando avultadas esmolas dos numerosos devotos e dos seus confrades. Annos mais tarde, porém, suscitaram-se certas desintelligencias entre os religiosos trinitarios e a confraria, e então fr. Diogo de Lisboa resolveu-se a construir uma egreja especial para o estabelecimento d'aquella sua devo-

ta instituição. O local escolhido foi o alto d'um monte, que ficava sobranceiro ao rio Tejo, e proximo de outro, chamado do *Belveder* ou do *Pico*, onde 1557 a rainha D. Catharina, mulher de D. João III, erigiu o templo de Santa Catharina do Monte Sinai. (V. *Santa Catharina*). As obras da nova egreja das Chagas caminharam com a maior velocidade, porque fr. Diogo de Lisboa não descançava, desejoso de vêr completa a edificação para poder transferir a confraria para a sua propria casa. Foi no anno de 1542 que se conseguiu terminar as obras, celebrando-se a primeira missa no novo templo a 30 de novembro d'aquelle anno. Fr. Diogo de Lisboa alcançou do pontifice Paulo III as honras da parochia para a sua egreja, e permissão para administrar os sacramentos aos maritimos, ficando então a egreja sendo freguezia dos homens da carreira da India, e sujeita á basilica de S. João de Latrão, de Roma, com isenção do ordinario, confórme as disposições do concilio tridentino. O referido pontifice concedeu tambem á confraria a faculdade de nomear capellão, e de construir junto da egreja um hospital para os feridos e doentes da armada. No anno de 1623, o papa Urbano VIII, por uma bulla datada de 23 de outubro, confirmou aquelle privilegio. A transferencia da confraria effeituou-se, portanto, em 30 de novembro de 1542, com a maior pompa, saindo da egreja do convento da Trindade uma grandiosa procissão, composta de oitocentos devotos, conduzindo andores riquissimos, e acompanhados de musica e de muito povo. A egreja das Chagas não tinha sumptuosidade de construcção nem bellezas architectonicas, mas conservava grande riqueza em alfaias e paramentos, entre os quaes figuravam alguns, bordados e franjados de ouro, e muitas peças de prata riquissimas. A maior parte, porém, d'estas riquezas foi destruida pelo terremoto de 1755. A egreja foi reduzida completamente a cinzas, salvando-se apenas alguma prata e quatro imagens de santos. A confraria estabeleceu-se então provisoriamente n'uma quinta a Sete Rios, denominada *Quinta Nova*, onde se conservou até junho de 1756, anno em que passou para uma ermida de madeira, que se mandára construir no sitio dos Cardaes, na Cotovia, e tão depressa se concluiu a nova egreja, a que actualmente existe voltou para o seu local primitivo. O padre Carvalho da Costa, na *Chorographia Portugueza*, vol. III, pag. 477, faz a descripção da antiga egreja, dizendo que era d'uma só nave, com tres portas, uma para o sul, outra para o norte, e outra para o poente, como ainda hoje se vê. Tinha quatro capellas; na capella-mór havia um sacrario, onde estava o Senhor Crucificado, Nossa Senhora e S. João Evangelista; da parte do Evangelho as imagens de Santo André e de Santa Catharina; do lado da Epistola, as de S. Lourenço e Santa Luzia. Debaixo da capella-mór estava a de Nossa Senhora da Piedade, imagem de muita devoção, que trouxera da India o mercador Antonio Pereira, natural de Lisboa. A outras duas capellas eram: uma da parte do Evangelho, tendo as imagens de Nossa Senhora da Graça e S. José; e da parte da Epistola, as de Nossa Senhora da Salvação, Santo Antonio e S. Pedro Gonçalves, em tres nichos. A egreja tinha uma torre com relogio, como ainda hoje conserva. O templo actual é de modesta architectura, mas no interior está muito bem adornado, ainda que com muita singeleza. Hoje os rendimentos são muito mais diminutos, porque a irmandade das Chagas de Christo está pouco numerosa; comtudo, fazem-se ali algumas festas com sumptuosidade, especialmente a do orago, em 6 de fevereiro, precedida da novena que começa em 28 de janeiro. O largo das Chagas apresenta um panorama pittoresco e magnifico, que domina o rio Tejo, a Outra Banda, a barra e grande parte de Lisboa Occidental. Dizem que foi na egreja das Chagas, n'um dos officios da semana santa, que Luiz de Camões viu pela primeira vez a sua Natercia querida. || Bibliographia: *A egreja das Chagas*, opusculo por Carlos Testa.

Egreja da Conceição Velha. O infante D. Henrique, o grande navegador, edificou uma ermida na praia do Restello, em Belem, por ser ali que as embarcações de alto bordo costumavam fundear, por ser bom ancoradouro. Uma bulla de Pio II, do anno de 1459, deu-lhe todas as prerogativas de parochia. Em 18 de setembro de 1460 o infante fez doação da ermida, e mais propriedades com que a havia ampliado, á ordem dos freires de Christo, de que era mestre e administrador, mandando que para ali viessem alguns freires da mesma ordem para offerecer os soccorros espirituaes a todos os mercantes, agasalhando os que chegassem, e não tivessem logo de prompto casa para se recolherem, tratando os doentes e praticando muitas obras de caridade evangelica. O orago d'esta ermida era Nossa Senhora de Belem, que outros chamavam do *Restello*, sendo de pedra a imagem que se via no altar. Mais tarde, el-rei D. Manuel, em memoria da descoberta do caminho da India, quiz construir n'aquelle local uma magestoso convento e deu á ordem de Christo, em troca da ermida do Restello, uma casa de muito maiores dimensões, no sitio chamado *Villa Nova de Gibraltar*, proximo da egreja da Magdalena e dos antigos muros da cidade. Aquella casa havia sido synagoga dos judeus, e era conhecida pela *Judiaria Grande*. O templo foi purificado e consagrado a Nossa Senhora da Conceição, e feito de novo, segundo diz Damião de Goes, na *Chronica d'El-Rei D. Manuel*. A imagem de Nossa Senhora de Belem, que estava na ermida do Restello, foi transferida para a sua nova egreja, vindo pelo rio acima n'uma galeota, com a maior solemnidade, desembarcando no caes da Ribeira, passando depois á egreja, que ficava a pequena distancia. D. Manuel dotou o novo templo com os precisos rendimentos para a sua sustentação, e deu-lhe regimento a 29 de janeiro de 1504, que o papa Julio II approvou, eximindo a egreja e as pessoas que lhe pertencessem, do poder do ordinario, sujeitando-as a el-rei como administrador da ordem de Christo. A 16 de janeiro de 1568 foi ali creada, por el-rei D. Sebastião, com approvação e consentimento do cardeal-infante D. Henrique, então arcebispo de Lisboa, a parochia de Nossa Senhora da Conceição, organisada em terreno desmembrado das freguezias da Magdalena, S. Nicolau e S. Julião. Esteve aqui a parochia 114 annos, mudando-se para a ermida de Nossa Senhora da Victoria em 16 de abril de 1682, por ter deliberado o arcebispo de Lisboa D. Luiz de Sousa, separar a freguezia para evi-

tar as discordias, que sè haviam suggerido entre o vigario, cura e irmãos do Santissimo, por serem os freires de nomeação regia, e os curas do ordinario. A parochia esteve na ermida da Victoria até 1699, em que foi para a egreja da Conceição Nova, cuja construcção havia começado no anno antecedente, ficando-se desde então conhecida a antiga egreja dos freires por *Conceição Velha*. (V. *Portugal*, vol. II, pag. 1111). Segundo o padre Antonio Carvalho da Costa, na sua *Chorographia Portugueza*, a egreja fundada por D. Manuel, era muito vistosa e alegre, com a porta principal para o poente e outra para o sul, tinha boas capellas limpas e curiosamente adornadas. Na capella-mór via-se uma excellente tribuna, obra de el-rei D. Pedro II, que deu a esta egreja muitas peças de prata e de ouro, e ricos paramentos. N'esta capella estava a milagrosa imagem de Nossa Senhora do Restello, que tinha vindo da sua ermida do logar de Belem. As outras capellas tinham as seguintes invocações: Santissimo Sacramento, Nossa Senhora da Piedade, Nossa Senhora da Atalaia, Nossa Senhora da Luz e Neves, a do Senhor Jesus, onde estava a imagem de Nossa Senhora do Rosario, e a de S. Braz, onde se viam as imagens de Santo Ignacio e de S. Basilio, todas estas capellas do lado do Evangelho; as do lado da Epistola, começando do cruzeiro, eram as do Espirito Santo, das Almas; onde estavam S. Jeronimo, S. Miguel e S. Leonardo; a de Santa Catharina, Sant'Anna, S. Joaquim e Nossa Senhora, e a de Nossa Senhora da Apresentação, junto da porta travessa. No tempo do padre Carvalho da Costa, principio do seculo XVIII, havia n'esta egreja um vigario, oito beneficiados, um thesoureiro, todos com habito de Christo, e mais quatro moços do côro e um sacristão; as confrarias das almas, a dos correeiros, e a dos cavalleiros da ordem de Christo. No *Santuario Marianno* vem descripta a frontaria. No meio tinha a imagem de Nossa Senhora da Conceição e aos lados as de S. Pedro, S. Paulo, S. Francisco e Santo Antonio, e as divisas do rei fundador D. Manuel, que eram as armas reaes e a esphera. D. Pedro II decretou que as tenças dos cavalleiros da ordem de Christo tivessem o mesmo encargo que as commendas dos commendadores, e que assim como estes, pelos rendimentos d'ellas, eram obrigados a reedificar, conservar e ornar as suas egrejas annexas; assim tambem o fôssem os cavalleiros a respeito da egreja da Conceição, pelo rendimento das tenças, para o que se lavrou assento na folha do almoxarifado da mesa mestral da ordem. O dinheiro era applicado para as obras da capella-mór, que não estavam ainda concluidas. Pela mesma occasião se passou ordem para que os sobejos dos almoxarifados de Thomar, Soure, Benavente, Alcacer do Sal, Ilhas e chancellaria da ordem, fôssem entregues ao thesoureiro, para serem applicados e dispendidos nas obras da fabrica da mesma egreja. O referido monarcha acceitou em perpetua protecção a irmandade de Santa Cruz, que os cavalleiros erigiram n'aquella egreja, applicando annualmente 100$000 réis do almoxarifado de Soure para as despezas d'essa mesma irmandade, na persuasão de que a egreja teria melhor subsistencia e mais augmento e esplendor do que se n'ella residisse a parochia. Junto á egreja da Conceição dos freires, construiu D. Manuel o grandioso edificio da Misericordia, para a confraria que, com este titulo, á rainha D. Leonor, mulher de D. João II, e o seu confessor fr. Miguel Contreiras haviam instituido em 15 de agosto de 1498 na capella de Nossa Senhora da Piedade, nos claustros da sé de Lisboa. El-rei D. Sebastião mandou que os 8 capellães da egreja da Conceição tivessem a natureza de beneficios collados, e d'elles se formasse uma capella de cantores, destros em musica, em que fôssem providos dois contra-baixos, dois contraltes e um mestre de capella, dois tenores com a obrigação da cantarem de canto de orgão as missas de todos os domingos e dias santificados, regulando-lhes o modo e ordem em que n'esta parte se devia observar, e que o vigario fizesse exame de canto-chão e de grammatica. O governo mandou dar todos os annos, para ajuda da armação e cêra da festividade da semana santa, 60$000 réis. Em 5 de junho de 1762 foi passado n'este sentido um novo titulo. Os moços do côro da collegiada da Conceição tinham um vestido de dois em dois annos, que constava de loba, capa e cabeção, duas sobrepelizes, uma lisa e outra com renda e 600 réis para voltas, o que foi compensado em 12$500 em cada anno, pelo aviso regio de 22 de novembro de 1770. O terremoto de 1755 arruinou completamente a egreja da Conceição dos freires, assim como a Misericordia, e as propriedades que ficavam annexas, escapando unicamente a capella do Espirito Santo, que existia na Misericordia, e fôra fundada por D. Simôa Godinho de côr preta, e a porta travessa que lhe ficava em frente, com as suas duas formosas janellas. Na restauração de Lisboa, foi tudo aproveitado, por ordem do marquez de Pombal, para se formar uma nova egreja que seria dada aos freires da ordem de Christo, ficando por capella-mór a do Espirito Santo, e a porta travessa para a entrada principal do templo. E' esta a actual egreja da Conceição Velha. No resto do terreno edificaram-se propriedades diversas, tomando todo aquelle sitio uma fórma inteiramente diversa, do que tinha antes do terremoto. Os freires passaram para o seu novo templo em 1770, e ali se conservaram até 1834, á extincção das ordens religiosas continuando com a cerimonia de armarem os cavalleiros da ordem de Christo. Na egreja ainda existem dois capacetes que serviam para aquelle fim e o respectivo livro das orações. A imagem de Nossa Senhora do Restello foi encontrada intacta entre as ruinas, e D. José a mandou trasladar para a nova egreja, onde hoje se vê no segundo altar do lado da Epistola, local em que se collocou em 1872, quando se construiu um camarim para o Senhor dos Passos. Por cima da porta principal da egreja foi collocado, em 1880, um quadro de figuras esculpidas em pedra, que d'ali tinha sido tirado pelos freires, em 1818, para dar mais claridade ao côro, sendo em seu logar posta uma grade de ferro. O quadro representa Nossa Senhora da Misericordia, de manto aberto, sustido por dois anjos, e a seus pés, de um lado, el-rei D. Manuel, a rainha D. Leonor, e principes d'aquelle tempo, todos de joelhos; e do outro lado o pontifice Leão X, o instituidor fr. Miguel Contreiras, cardeaes e bispos, que concederam a estes reinos a fundação de hospitaes, misericordias e albergarias. O

aproveitamento dos restos do edificio da Misericordia e a fundação do templo actual, foi obra do architecto Francisco Antonio Ferreira, por alcunha o *Cangalhas*. Pela extincção das ordens religiosas, a egreja da Conceição Velha entrou na lista dos bens nacionaes, e esteve para ser vendida, mas foi retirada da praça, e conservada ao culto. N'esta egreja existem actualmente as seguintes irmandades: a do Santissimo Sacramento da Resurreição e Caridade, que veiu do convento do Carmo, por provisão de 5 de abril terremoto de 1755. A egreja da Conceição Velha tem 7 altares, incluindo o da capella-mór, onde está a imagem de Nossa Senhora da Conceição; os outros 6 altares são dedicados ao Santissimo Sacramento, Senhor dos Passos, Nossa Senhora do Restello, Senhor Jesus da Humildade, S. José e S. Joaquim. Os retabulos representam, em télas a Nossa Senhora da Soledade, Nossa Senhora do O', Nossa Senhora da Pureza, e a Ceia de Christo. Na frente do côro está collocado um quadro representando S. Miguel, que

Egreja da Conceição-Velha

de 1837; a de Santa Cruz e Passos, fundada na egreja da Penha de França em 1857, e que veiu para a Conceição Velha em 1872; e a de Nossa Senhora da Conceição, de origem moderna, tendo havido uma outra antiga que pertenceu á corporação dos correciros. Tambem ha diversas associações de devotos, que contribuem para o sustento do culto. O portico, estylo manuelino, que se vê actualmente na egreja da Magdalena, pertenceu ao templo dos freires fundado por D. Manuel, mas para ali se aproveitou depois do pertenceu ao altar onde está o Senhor dos Passos. Aos lados da capella-mór, e por cima das portas das sacristias, ha duas boas imagens de madeira, de S. Pedro e S. Paulo. Nos altares vêem-se as imagens de Nossa Senhora da Conceição, com irmandade sua; Senhor dos Passos, Santo Amaro, S. Braz, Sant'Anna com a menina ao collo, que pertenceu ao officio dos tanoeiros, outra tambem de Sant'Anna, Santa Catharina, muito antiga, S. Gonçalo d'Amarante, S. Joaquim, que veiu do convento de Sant'Anna, o

Senhor Jesus da Humildade, Santo Antonio, que n'outro tempo teve irmandade, Nossa Senhora do Restello, Nossa Senhora das Mercês e Nossa Senhora da Atalaia, imagem antiquissima, que tinha capella na alfandega, na chamada Casa da India, e quando terminou esta repartição é que foi para a Conceição Velha. Por occasião da grande peste de 1506, os officiaes da alfandega fizeram a promessa, segundo diz a tradição, de irem descalços annualmente em romaria ao sitio da Atalaia, no outro lado do rio Tejo, se escapassem ao terrivel flagello. A romaria começou em 1507 e durou até 1833, contribuindo por muitos annos poderosamente o Estado para o deslumbramento com que se effeituavam essas festas no concelho de Aldeia Gallega; diz a tradição, que o bodo era tão abundante, que de vespera se matavam muitos bois, e até n'um anno foi convidada, e assistiu á festa, a officialidade d'uma esquadra, que ao tempo estava fundeada no Tejo. Na sacristia principal ha um grande areaz de pau santo, com nove gavetões e dois armarios, onde se guardam os paramentos. A egreja não tinha pulpito; o que existe foi feito em 1884. Na frontaria do templo houve n'outro tempo uma lampada, allumiando a imagem de Nossa Senhora da Misericordia, que ainda no seculo XVIII estava resguardada da acção injuriosa do tempo por meio d'um caixilho de madeira com vidros. Os altares apresentam na frente a cruz de Christo, que se vê tambem na frontaria do côro, no lavatorio de pedra, da sacristia, nos reposteiros das portas de entrada, e nas quatro da capella-mór. Este ornato é para recordar que pertenceu aos freires da ordem de Christo. Entre as alfaias da egreja, ha a notar um grande cofre de prata, com a respectiva peanha, que serve para o deposito na semana santa, e que figurou na exposição da Arte Ornamental, realisada em 1882; ha tambem um calix de prata dourada com campainhas, e duas patenas, obra muito antiga; uma custodia de prata dourada, e um bonito missal bem encadernado com guarnições de prata e uma imagem de Nossa Senhora da Conceição em alto relevo de cada lado da capa. Na egreja existem duas boas imagens, Senhora das Dores e S. José, offerecidas ha perto de 30 annos por D. Joaquina de Miranda e Brito; e a da Senhora d'Arrabida, que veiu do convento da Esperança. Durante umas obras que se fizeram n'esta egreja os officios divinos fôram celebrados na da Oliveira, da rua de S. Julião; a imagem do senhor dos Passos foi para ali levada em procissão a 6 de janeiro de 1884, retirando a 19 de novembro de 1885. O quadro de Nossa Senhora da Expectação, da Conceição Velha, que representa a imagem que os empregados da alfandega levavam annualmente á Atalaia, foi pintado, segundo Volkmar Machado, por D. Joanna Ignacia, chamada a Joanna do Salitre, em 1770. Os da Senhora da Piedade e de S. Miguel fôram pintados por Bruno José do Valle, o da Ceia do Senhor por Manuel Joaquim da Rocha, e o da Senhora da Pureza pelo pintor francez Gerard. Nos estuques trabalhou o artista brazileiro Felix da Rocha; o quadro central do tecto é muito apreciado e guarnecido de emblemas religiosos representando o *Triumpho da Immaculada Conceição*. Na sacristia chamada dos Passos tambem existem alguns quadros. Emquanto duraram umas obras na egreja da sé, de 1860 a 1864, esteve esta freguezia na Conceição Velha. O fallecido Rosa Araujo protegeu muito esta egreja, que tambem tem merecido a dedicação do sr. Filippe Nery Faria Silva. Este senhor escreveu e publicou em 1900 um livro deveras curioso, intitulado *A Egreja da Conceição Velha e varias noticias de Lisboa*, d'onde extrahimos estes apontamentos e transcrevemos alguns periodos.

Egreja do Corpo Santo. O seu principio foi uma capella dedicada a Nossa Senhora da Graça, muito antiga, de que se não conhece a epoca da fundação, nem o nome do fundador. Sabe-se que foi em epocas remotas egreja parochial, até 1412, em que a séde da freguezia se mudou para a egreja de S. Paulo, como se via d'uma inscripção que estava na porta principal da egreja do Corpo Santo, que assim o declarava. Para a capella subia se por uma escada de pedra, de 15 degraus, terminada superiormente por um pateo, com um vasto parapeito, que servia de pulpito. e ali prégou muitas vezes o padre jesuita Ignacio Martins, mais vulgarmente conhecido por *mestre Ignacio*, autor das *cartilhas*, publicadas com o seu nome. Corriam a ouvil-o os moradores d'estes sitios, que n'esse tempo, 1580 a 1590, eram muitos estrangeiros, soldados, marinheiros e pescadores. A Companhia de Jesus costumava mandar a esta capella, todos os domingos de tarde, ensinar a doutrina christã, a esta gente. Os maritimos collocaram aqui uma imagem de S. Pedro Gonçalves, religioso da ordem de S. Domingos, a que elles dão o nome de *Corpo Santo*, advogado dos navegantes e de todos que andam por sobre as aguas do mar. Como uma grande parte dos habitantes d'estes sitios eram marinheiros e pescadores, foi pouco a pouco perdendo a capella o seu antigo nome de Nossa Senhora da Graça, e denominando se *Corpo Santo*. A imagem de S. Pedro Gonçalves era muito festejada; no dia da Senhora dos Prazeres saia d'esta egreja uma procissão, em que o santo ia em andor debaixo do palio, dando volta a todas as hortas e ruas da cidade em grande alegria. Até 1755 fôram administradores d'esta egreja os pescadores do alto, do bairro da Pampulha, que formaram uma irmandade de Nossa Senhora da Graça, e faziam á sua custa os reparos da egreja e as solemnidades religiosas dos dois padroeiros. A egreja havia sido reedificada em 1564. Tinha grandes privilegios, e todos os moradores do sitio, desde a praia até ao largo, pagavam á Senhora da Graça certa pensão ou tributo, e de tudo quanto no largo se expunha á venda lhe pagavam tambem uma pequena contribuição. Foi arruinada pelo terremoto de 1755, e parece que se não reedificou.

Egreja do Loreto. Pertence á colonia italiana, e foi edificada no seculo XVI. Junto ás muralhas da cidade, feitas por el-rei D. Fernando, e proximo ás portas denominadas de Santa Catharina, que ficavam collocadas nas alturas aproximadamente da esquina da rua do Thesouro Velho (hoje rua de Antonio Maria Cardoso), existia uma ermida muito antiga, dedicada a Santo Antonio. Esta ermida já era propriedade dos italianos. Foi no reinado de D Manuel, pelos annos de 1517, que aquella colonia estrangeira pediu concessão ao monarcha portuguez e ao pa-

pa Leão X, para ampliar a sua egreja, concessão que obteve, ficando o novo templo annexo ao cabido lateranense por breve, passado por aquelle cabido em 20 de abril de 1518, e confirmado pelo mesmo pontifice Leão X, por Clemente VII, no anno de 1523, e dois seculos depois, por Benedicto XIII, em 6 de abril de 1726. A nova egreja abriu-se ao culto dos fieis no dia 8 de janeiro de 1522, reinando já el-rei D. João III, recebendo a invocação de *Nossa Senhora do Loreto*, por ficar sendo dependencia da Santa Casa do Loreto, isto é, ao cabido lateranense. Os italianos quizeram instituil a parochia nacional isenta. O cabido metropolitano queixou-se ao papa, n'aquella epoca, Paulo III. O pontifice entregou a causa ao tribunal da Rota, o qual decidiu que «os italianos não podiam instituir parochia no districto da freguezia dos Martyres, sem o cousentimento do cabido de Lisboa, e que os privilegios lateranenses não lhe podiam valer senão em quanto a graças espirituaes.» Cinco annos depois, o cabido da sé de Lisboa permittiu que se erigisse a parochia, «renunciando os italianos todos os privilegios presentes e futuros, que fôssem contra a jurisdicção ordinaria.» D'este contrato fez se escriptura, que tem a data de 2 de janeiro de 1551. No anno de 1573, os italianos recorreram a el-rei D. Sebastião, representando-lhe que para a egreja ficar perfeita confórme o plano, tornava-se preciso demolir uma torre que servia de fortaleza, a qual campeava junto aos muros da cidade. O monarcha deferiu o requerimento, mediante certas condições, a que os italianos se obrigaram, por escriptura feita em 24 de abril de 1577. Estas condições, segundo consta d'uns documentos existentes no cartorio da irmandade do Loreto, que o autor da *Lisboa Antiga* diz ter examinado, eram as seguintes: «... que se sobreviesse guerra, fôsse atulhada a egreja até á altura bastante para servir á defeza da cidade.» Na quarta feira 29 de março de 1651, incendiou se a egreja, sendo o prejuiso superior a 400 mil cruzados; salvou-se apenas o cofre do Sacramento, que se transferiu para a ermida do Alecrim, que lhe ficava proximo. No dia 17 de abril seguinte, começaram os trabalhos do desentulho das ruinas, para se proceder á reconstrucção do templo, a qual foi confiada ao architecto Matheus do Couto. A irmandade comprou em 29 de julho de 1657 umas casas, que ficavam contiguas á egreja, para as demolir, e formar n'aquelle espaço a sacristia. No anno de 1668 augmentou-se o adro, onde vieram estabelecer-se vendedeiras de fructa, construindo logares de madeira, chegando a tal o abuso que foi preciso a irmandade requerer á camara para fazer desobstruir o adro. As obras duraram 25 annos, realisando-se a reabertura da egreja no dia 7 de setembro de 1676. Segundo se lê na *Lisboa Antiga*, o templo tinha pouco mais ou menos o traçado que se conservou na reconstrucção posterior ao terremoto, com a differença de em volta correr um cemiterio gradeado de ferro, com escadas para a rua. Emquanto duraram as obras a parochia funccionou na ermida do Alecrim, assim como a parochia da Encarnação, que fôra instituida, em 1551, e se reunira ao Loreto, por não ter casa propria. Depois da reedificação do Loreto, a freguezia da Encarnação voltou ainda, juntamente com os italianos para a nova egreja, onde se demorou até 1679, epoca em que por desintelligencias das irmandades, se desligou completamente, passando mais uma vez para a ermida do Alecrim, d'onde saiu então, annos mais tarde, com grande pompa para a sua propria casa. «Os italianos, diz Baptista de Castro, no *Mappa de Portugal*, alcançaram em agosto de 1664 um monitorio do cardeal Colona, arcipreste da Sacrosanta Basilica Lateranense e juiz ordinario privativo das suas causas, em que annularam a composição que fôra feita com o cabido metropolitano de Lisboa, sem o consentimento do cabido lateranense, sobre cuja causa tinham os italinos aberto já uma sentença na Legacia em 23 de novembro de 1662, em que se julgou extincto o sobredito contrato com o incendio e ruina da mesma egreja, não passando á novamente reedificada a sujeição e obrigação que tinha a primeira ao cabido de Lisboa, por força de contrato. Mas não obstante isto, consta que depois da reedificação fôra a egreja visitada pelo cardeal arcebispo D. Luiz de Sousa, em 25 de agosto de 1677, e ultimamente em 29 de outubro de 1725, pelo Dr. Manuel Lopes Simões, ministro da curia patriarchal, e depois bispo de Portalegre, confórme a ordem do patriarcha D. Thomaz d'Almeida.» A egreja era administrada por um provedor, escrivão, e thesoureiro, que os italianos elegiam todos os annos no primeiro domingo de setembro. Tinha 16 capellães com obrigação de missa quotidiana; d'estas capellanias, 8 tinham sido instituidas pelo negociante genovez Francisco André Carrega; 4 por Nicolau Micon, tambem genovez; 3, por Cesar Ghersi e seu irmão João Thomaz Ghersi; e uma por Mathias Thomaz Ghersi. Os dois genovezes Francisco André Carrega, fallecido em 1676 e Nicolau Micon, fallecido em 1675, fôram os p[illegible]aes promotores da reedificação da egreja [illegible] retratos viam-se na sacristia, onde tam[illegible] [illegible]haviam sepultado os seus cadaveres. No anno de 1720, seudo provedor Thomaz Caetano Medici, e thesoureiro Pedro Franco Olivieri, determinou a mesa da irmandade que os capellães tivessem augmento nos seus ordenados, porém ficando-lhes a obrigação de ensinar grammatica aos estudantes da sacristia, que eram 4, mas que n'esta refórma augmentavam a 7 pela admissão de mais 3 estudantes. A egreja do Loreto não foi das que soffreu mais com o terremoto de 1755; ainda assim, cairam algumas pyramides da torre, e a fachada, sem que felizmente houvesse victimas a lamentar. Como a egreja ficara intacta, muitas pessoas se refugiaram n'aquelle recinto sagrado, passando todo o dia e noite de sabbado, 1 de novembro (em que se deu a terrivel catastrophe), até ao domingo seguinte da manhã. O parocho (n'aquella epoca João da Costa Machado) e o thesoureiro (o beneficiado Clemente da Fonseca), mostraram grande coragem, quando, no domingo de tarde, perceberam que o fogo, que se seguiu ao terremoto, se ia aproximando arrogantemente da egreja. Os dois venerandos sacerdotes não hesitaram um instante em salvar os livros da parochia, e os vasos sagrados, não só os pertencentes á egreja, que eram 2, como tambem 2 da freguezia do Sacramento, 2 do convento da Boa Hora, e 1 da egreja da Encarnação, que todos ali haviam sido

abrigados na occasião do sinistro, por aquellas casas religiosas terem ficado quasi totalmente em ruinas. Para conseguirem o seu piedoso intento, os dois sacerdotes, paramentados de sobrepeliz e estola, levaram no domingo, proximo da noite, os vasos sagrados para a egreja de Santa Izabel, que se conservara sem prejuizo algum. Effectivamente, o Loreto não pôde escapar ao terrivel incendio, o qual, na segunda feira 3 de novembro, se communicou pelos telhados do palacio, que pertencera ao secretario de guerra João Pereira da Cunha Ferraz, que ficava contiguo á egreja, e consumiu toda a prata, as lampadas, incluindo a que estava no cruzeiro, que pezava onze arrobas, muitos ornamentos riquissimos, e quadros de valor, que adornavam as capellas. As estatuas dos apostolos, os jaspes, e a pedraria das columnas dos altares e de toda a egreja, estalaram com a violencia das chammas. Só a imagem da Senhora do Loreto foi respeitada pelo incendio, caindo para traz do altar-mór, onde ficou sem o menor damno, assim como uma caixa de madeira dourada, que encerrava os ossos de S. Justino e outras reliquias, e que estava guardada no concavo do mesmo altar. O fogo não poupou tambem a casa do despacho da irmandade, destruindo muita prata e um ornamento riquissimo de lhama branca recamado de ouro e matizes, que poucos annos antes se tinha mandado fabricar a Genova; outros estragos ainda de importancia soffreu o templo, avaliando-se os prejuizos em mais de 500 mil cruzados. Como a sacristia tinha escapado ao furor das chammas, os italianos estabeleceram ali provisoriamente a egreja. Abriu-se uma porta para o lado da rua de S. Roque; defronte d'esta porta armou-se um altar, onde se depôz o sacrario e a imagem da Senhora do Loreto, collocando-se no concavo do altar as reliquias de S. Justino; ao lado do Evangelho pôz-se um crucifixo que se venerava n'um dos pulpitos, e fôra salvo pelo padre Pedro Francisco Caneva, capellão da mesma egreja; e no lado da Epistola, a imagem de Santo Antonio, que um devoto conseguira tambem salvar, e levara para a ermida da quinta do desembargador José Simões Barbosa, em Palma. Junto da porta da entrada collocou-se a pia baptismal, e em torno dos altares uma gradaria de madeira pintada; no corredor que fica por detraz do altar-mór, formou-se o côro. Com a egreja assim improvisada, começaram a celebrar-se os officios divinos no dia 5 de junho de 1756. O templo foi depois reedificado, e reaberto á adoração dos fieis no anno de 1785, data que está marcada sobre a porta travessa, que deita para a rua de S Roque, e que parece ter sido feita então, tomando o espaço d'um dos altares lateraes que existiam antes do terremoto Na reedificação observou se o risco, pouco mais ou menos, da primitiva egreja, sendo as obras de pintura confiadas ao distincto artista portuguez Cyrillo Wolkmar Machado A antiga egreja era composta d'uma só nave, tinha a capella-mór, de ordem corinthia com columnas salomonicas de pedra verde, e 12 capellas lateraes, de ordem composita A imagem do orago, a Senhora do Loreto, é toda de cedro, e foi feita em Italia; na cornija, sobre as capellas, estavam mettidas em nichos, as estatuas dos doze apostolos e dos dois evangelistas S. Lucas e S. Marcos, todas de marmore e vindas de Italia. Hoje existem só as estatuas dos evangelistas, no arco cruzeiro, sobre as duas portas que deitam para a sacristia; as dos apostolos, que se destruiram completamente no incendio, fôram substituidas por pinturas a claro-escuro, simulando as antigas estatuas. A actual egreja tem a capella-mór, dois altares em frente, no arco cruzeiro, sendo o do lado do Evangelho, dedicado ao Santissimo, e o do lado da Epistola, ao Espirito Santo, onde se vê collocada, n'uma maquineta, a imagem do Senhor Jesus do Bom Fim; os 5 altares d'esse mesmo lado teem as seguintes invocações, indicadas nos respectivos quadros: S. Miguel, S. Francisco de Assis, Santo Antonio, Senhora do Monte do Carmo, e Santa Catharina de Genova. E' n'este altar onde se costuma collocar a imagem da Senhora da Conceição, em dezembro, para a festividade que os italianos celebram todos os annos. Os altares do lado do Evangelho são quatro em vez de cinco, por causa da porta que dá ingresso para a rua de S. Roque, e são dedicados a S. João Baptista, S. Francisco de Paula, S. Carlos Borromeu, e Sant'Anna. Sobre a porta da entrada principal, para o lado da praça do Loreto, vê-se um grupo de anjos gravados em marmore de Carrara, segurando o escudo pontificio; aquelle trabalho de esculptura é attribuido ao artista italiano Borromino. As lados estão duas grandes estatuas de S Pedro e S. Paulo, e sobre a cornija, a estatua da Senhora do Loreto. Sobre a porta travessa ha tambem um quadro em marmore, representando a fugida de Nossa Senhora para o Egypto. Na sacristia ainda hoje se vêem, em frente do altar, onde se venera o Senhor Jesus dos Afflictos, os retratos a oleo dos dois genovezes, principaes promotores da primeira reedificação, Francisco André Carrega e Nicolau Micon, em que já falámos, os quaes estão sepultados, um de cada lado do altar da mesma sacristia. Na casa do despacho da irmandade, tambem se vê o retrato de José Fontana, e outros quadros em madeira, uma especie de mosaico, offerecidos em 1822. No altar da sacristia está um lindo busto de Nossa Senhora, esculpido em marmore de Carrara. No anno de 1857, em que Lisboa se viu invadida pela terrivel epidemia da febre amarella, começou a celebrar-se uma festa ao Senhor dos Afflictos na sacristia do Loreto, em cumprimento d'um voto feito pelas pessoas pertencentes á egreja; essa festa fez se todos os annos até á morte de Eugenio Mangaldi e do padre Ferrari, que fôram os ultimos fallecidos, d'esses devotos. A solemnidade mais imponente, que se realisa na egreja do Loreto, é a da Senhora da Conceição, em 8 de dezembro. Ainda assim, hoje não tem semelhança com a sumptuosidade que se observava ha mais de 30 annos, e de que ainda nos lembramos. O sermão de manhã era prégado em italiano; de tarde, executava se um pomposo *Te-Deum*, a grande instrumental, a que assistia o Nuncio de Sua Santidade, e muitas pessoas da primeira nobreza do paiz. Hoje estão de posse da egreja uns padres italianos, que lhe fizeram algumas modificações

Egreja do Menino Deus. Foi um recolhimento de mantelatas da ordem Terceira de S. Francisco, de Xabregas, onde tambem ha um hospital para os doentes da mesma ordem. Para a sua

fundação, que teve principio em 1710, comprou a ordem terceira umas casas que possuia João Antonio de Alcaçovas defronte da antiga egreja parochial de S. Thomé. A 4 de julho de 1711 lançou D. João V a primeira pedra no edificio, concorrendo com avultada esmola para a continuação da obra, que nunca se concluiu. A ordem terceira obrigou-se por uma escriptura a pagar todos os annos 70$000 réis ao prior e beneficiados da referida parochia, pela falta da regalia das festas que a mesma ordem executava com os religiosos n'este hospicio, e por poderem sepultar na sua egreja os terceiros. No altar-mór do novo templo foi collocada a imagem do Menino Jesus, imagem muito afamada de milagrosa, que fôra offerecida á ordem terceira pela madre Cecilia de Jesus, do convento da Madre de Deus. A egreja ficou conhecida pelo nome, que ainda hoje conserva, de Menino Deus. No hospital havia enfermeira-mór e mais cinco irmãs, em cujo numero entrava a aia do Menino Jesus. O terremoto de novembro de 1755 não causou prejuizo á egreja, e para ali fôram os conegos e a basilica de Santa Maria, que tinham estado em barracas na freguezia de S. José. A primeira vez que exerceram os actos ecclesiasticos na egreja do Menino Deus foi na festa do Anjo Custodio em 1757. As enfermarias do hospicio e a casa do despacho da ordem terceira é que ficaram arruinadas Na occasião do terremoto vieram para esta egreja as freguezias de Thomé e Salvador, saindo mais tarde, a de S. Thomé para S. Vicente, e a do Salvador para a sua antiga egreja. Actualmente no Menino Deus existem as irmandades do Menino Jesus, a do Senhor Jesus do Penedo, e a do Rosario.

Egreja do Monte e S. Gens. Foi fundada em 1147, logo depois da tomada de Lisboa, sendo na primitiva consagrada a S. Gens, bispo de Lisboa, que n'este sitio fôra martyrisado com outros seus companheiros. O eremitas de Santo Agostinho, quando vieram para Portugal no mesmo anno de 1147, estabeleceram-se n'esta ermida, que ficava nas faldas do monte de S. Gens, construindo com esmolas umas casas contiguas, para lhes servirem de hospicio, e a que se deu o nome de *Eremitorio de S. Gens.* Existia aqui a cadeira de pedra historica, em que, dizem, o santo se sentava para prégar e ensinar a doutrina aos christãos. Os religiosos conservaram-se aqui até 1243. N'este anno, a proprietaria do monte de S. Gens, uma senhora chamada D. Suzana, condoida de vêr os frades alojados n'um sitio tão mau e doentio, lhes fez doação do monte, para ali poderem construir um convento mais amplo, doando lhes juntamente todas as terras circumvisinhas, que tambem lhe pertenciam, assim como uma herdade que possuia em S. Vicente de Fóra. Os religiosos construiram então o seu segundo convento e capella no cume do monte, passando para ali a cadeira de S. Gens, que se collocou debaixo d'um alpendre, onde ainda hoje se conserva. Mais tarde vieram os eremitas augustinianos fundar o seu terceiro convento no sitio da Graça, então chamado *Almafála* (V. *Lisboa, convento da Graça*), conservando todavia a posse e administração da antiga capella. A cadeira de S. Gens era de grande devoção, onde iam sentar-se muitas pessoas aleijadas e muitas senhoras quando se viam aproximar da maternidade. Esta devoção ainda se tornou mais fervorosa, depois que a rainha D. Maria Anna d'Austria foi ali sentar-se em 1723 para ser bem succedida no seu parto, mandando pôr grades de ferro em torno da cadeira. O terremoto de 1755 arruinou totalmente a egreja do Monte e S. Gens. A imagem de Nossa Senhora, que actualmente existe, é a antiga, que foi achada debaixo das ruinas sem lesão consideravel. O padre capellão, com o auxilio de alguns devotos, mandou logo edificar uma capella de madeira no mesmo sitio, onde, com a possivel decencia foi por algum tempo venerada, tratando-se com fervor da reedificação da egreja, que veiu a concluir-se com toda a magnificencia, sendo o edificio ampliado. Para estas obras concorreram os devotos com esmolas, especialmente o contador-mór Placido da Castanheira, que só á sua custa concorreu com a maior parte das despezas. A planta foi feita pelo architecto Honorato José Correia. Em 1796 e 1798 imaginou-se um novo projecto para se reedificar a planta da egreja, e fazer de novo duas fachadas. Esta planta era accrescentada com uma casa de sete capellas dedicada aos mysterios de Nossa Senhora Nada, porém, foi a effeito Em 1814 se mandou ali collocar arvoredo, que ainda existe. Teem se feito por diversas vezes alguns concertos n'esta egreja; em 186) foi toda restaurada, sendo o tecto pintado a fingir estuque apainellado e floreado, com tanto primor, que illude á primeira vista, julgando-se verdadeiro estuque. Tambem se restaurou, n'esta occasião, o presepe, que está do lado esquerdo á entrada da porta principal. A egreja tem tres altares, estando no altar-mór a imagem de Nossa Senhora do Monte. O marco, que se vê no pedestal da cruz do atrio da egreja, tem a data de 1147. Ha aqui a confraria de S. Gens. Na egreja existem muitos quadros, sendo considerados os melhores os que representam os doze apostolos, pintados por Joaquim Manuel da Rocha. Antigamente havia ali uma feira publica annual em 8 de setembro, e que durava tres dias. O adro da egreja do Monte é um dos mais importantes e dilatados pontos de vista de Lisboa. D'ali se desfructa o rio Tejo, grande parte da cidade, e alguns arrabaldes, muitas serras, planicies e povoações. Dizem que a invocação propria da Senhora do Monte é Nossa Senhora da Visitação, e que se ficou assim chamando pelo local em que está a capella. D'ahi vem, que em veneração d'este titulo, nas segundas feiras do mez de junho até ao dia 24, de S. João, tinha a seguinte devoção o povo de Lisboa, principalmente as mulheres, a qual se lê no liv. 5.º, tit. 3.º da *Chronica dos eremitas de Santo Agostinho*, de fr. Antonio da Purificação: «Depois que cada devoto faz a sua oração n'esta ermida, se torna a sair d'ella, e tomando pela parte esquerda a vae cercando em roda até chegar pela parte direita á mesma estancia d'onde havia começado o circulo. E feito este primeiro circulo prosegue logo a fazer o segundo, e assím continúa até fazer nove circulos; e acabados elles torna a entrar na ermida, e offerece á Virgem Senhora Nossa aquelles passos, tomando a por advogada para suas necessidades.»

Egreja de Nossa Senhora da Conceição e Santo Antonio á Carreira dos Cavallos. Foi hospicio de religiosos capuchos da provincia da Concei-

ção da Beira e Minho, reedificado em 1738, na estrada da Carreira dos Cavallos, pela devoção e dispendio do infante D. Francisco. Em 1755 o mandou novamente reedificar o infante D. Pedro, em todas as suas officinas, dormitorios e cellas com generosidade verdadeiramente regia. Com o terremoto de 1755 soffreu pequeno estrago, mas os religiosos, muito assustados, resaram algum tempo na portaria, e mandaram reparar um pedaço da parede do altar mór que tinha caido. Este templo tem o titulo de Real Capella.

Egreja de Santo Amaro. Está situada na eminencia d'um monte, d'onde se goza um lindo panorama, d'uma larga varanda cercada de grades de ferro. Para a egreja sóbe-se por uma bem lançada escada de pedraria, com espaçosos taboleiros. A construcção da egreja denota grande antiguidade, e d'ella faz menção Christovão Rodrigues d'Oliveira, que escreveu em 1551. Em 1540 já existia uma confraria de Santo Amaro na egreja de S. Sebastião da Pedreira; a esta confraria foi doado o terreno onde existe a actual egreja de Santo Amaro. Em 18?7, a junta de parochia da freguezia de S. Pedro, em Alcantara, vendo o abandono em que estava aquelle templo, se encarregou da sua administração. A egreja de Santo Amaro foi um dos raros edificios religiosos que escaparam do terremoto de 1755. E' de boa architectura, em fórma redonda, de pedra lavrada, com tres portas, sendo a principal para o nascente, uma para o norte e outra para o sul. Além da capella-mór, onde está a imagem de Santo Amaro, tem mais duas lateraes. A egreja era sujeita a S. João de Latrão, Roma. Tem bom adro com duas capellas do mesmo santo, ambas revestidas de azulejos, nas quaes, no dia da festa de Santo Amaro se dizem muitas missas, onde concorrem muitos romeiros, seus devotos. Havia um capellão que resava missa todos os dias, e um ermitão, que pedia esmola para o culto do santo; tendo ambos casa em que viviam, junto á egreja. Sendo Santo Amaro advogado contra as molestias de braços e pernas, é grande a romaria que ainda hoje ali concorre no mez de janeiro, em que se festeja o santo, levando a maioria das pessoas muitas promessas, sendo consideraveis as esmolas que durante os dias em que dura a romaria se recebem na capella, o que dá um grande rendimento para o seu culto todo o anno. Antigamente vinha muita gente das provincias á romaria de Santo Amaro, e ainda hoje as ovarinas e os gallegos concorrem em grande devoção a esta festa. Nas tardes dos domingos de janeiro se vêem no largo umas populares danças e descantes ao som de gaita de folles e do tambor. As ovarinas com enfiadas de pinhões que mandam vir dos pinhaes de Leiria, Bombarral e d'outros pontos, assentam-se nas escadarias que vão para a egreja, e ali os vendem. Entre as numerosas promessas que revestem as paredes do templo, conta-se uma perna de prata, como a de uma creança de seis mezes, objecto de muito valor, que dizem ser offerta d'um rei portuguez.

Egreja de Santo Antonio. O senado da camara de Lisboa construiu na sé uma capella em honra do popular santo portuguez; não se sabe bem ao certo a data da construcção, mas segundo parece, já existia em 1431; e o papa Eugenio IV dispensou-a da jurisdicção ordinaria, por uma bulla datada do anno de 1433, a pedido do mesmo senado. Diz-se tambem que el-rei D. Affonso V, depois das conquistas de Tanger e Arzilla, em 1471, trouxera de Tanger umas portas de bronze, e que as offerecera para a capella de Santo Antonio. D. João II ordenou depois, em seu testamento, a el-rei D. Manuel, que lhe succedeu no throno, a construcção de um templo dedicado ao nosso santo compatriota, no mesmo local onde existira a casa, em que elle nascera. D. Manuel cumpriu esta clausula do testamento, e o culto da capella, que existia na sé, passou para a nova egreja, que aquelle monarcha dotou com muita grandeza, ricos paramentos, alfaias, vasos sagrados, e importantes rendimentos, o que tornou a egreja de Santo Antonio uma das mais sumptuosas d'aquella epoca. Assim ficou convertida em templo sagrado a casa historica, que ainda hoje é denominada=*Real casa de Santo Antonio.* Dentro da egreja, por debaixo do côro, ao lado esquerdo da porta principal, está escripto n'um grande quadro de pedra, um resumo d'este facto. Do lado direito, n'um outro quadro egual, está tambem escripto em resumo o facto de ter escapado ao terremoto a capella-mór e o pequeno quarto, onde a tradição diz que o santo nasceu, o qual está collocado por debaixo da referida capella, assim como a data de 25 de agosto de 1767, em que se lançou a pedra fundamental no templo que hoje existe. Attendendo á piedosa devoção dos dois monarchas, o architecto collocou um rotulo no arco da porta formando uma especie de grinalda, em que se viam umas letras de pedra, simulando troncos de arvores, e varios bichos esculpidos. As letras diziam o seguinte:

JOANNES II EMMANUEL I
REGES HOC OPUS CONSTRUXERUNT

Debaixo da tribuna do senado estava uma pedra dourada com uma longa inscripção que vem transcripta no livro das *Antiguidades de Lisboa*, publicado por Antonio Coelho Gasco. Todos os reis de Portugal concorreram para o esplendor do templo; D. João V, porém, sempre grandioso em todos os emprehendimentos, especialmente em relação ás coisas religiosas, foi o monarcha que mais se distinguiu em concessões e offertas. O templo restaurou-se, começando as obras valiosimas em 1718, sendo provedor o conde da Ribeira, D. Rodrigo da Camara. Veiu pedra de Italia, com que se fizeram importantes e primorosos trabalhos de embutidos de differentes côres, que serviram para guarnecer o tecto, e outros ornamentos do corpo da egreja. Todos os annos augmentava a grandeza do templo, com a compra de muitas alfaias e paramentos valiosos para as solemnidades religiosas. Só a prata que existia n'aquella santa e real casa, elevada em honra do thaumaturgo portuguez, estava avaliada em 90 mil cruzados (36:000$000 réis); deante da imagem do santo viam se nove lampadas de prata, primorosamente trabalhadas. As obras da grandiosa restauração, realisada por D. João V, terminaram em 1728; o templo continuou progredindo em engrandecimento, devido á magnanimidade d'aquelle monarcha, e diz se que no anno de 1740 os seus rendimentos subiam aproximadamente a 23 mil cruzados; as esmolas dos

devotos avultavam extraordinariamente, dispendendo se grande parte em missas, que durante o anno se resavam, entre vinte e cinco a trinta mil. Antes da restauração feita por D. João V, não havia collegiada, só depois é que ella se estabeleceu. Tinha um capellão-mór, que recebia differentes proventos; no côro contavam se 19 capellães cantores, dos quaes havia 6 por instituição de D. João V, 4 meninos de capella effectivos e 3 supranumerarios. Pelo que respeita aos bens da casa poucos templos haverá que tenham tido tão grande rendimento e possuido tão rias d'esta côrte; 3.º de alguns bens e fóros doados ou deixados. A egreja, além do altar-mór, tinha mais 4 dedicados ao sr. Jesus de Portugal, Jesus Maria José, S. Francisco e S. Boaventura; uma grande reliquia da cabeça do santo, que o infante D. Pedro, filho de João I, conseguiu trazer de Padua; uma custodia de ouro com pedras preciosas encerrando um dedo do santo, que a rainha de Hespanha, D Margarida d'Austria, mulher de Filippe III, obteve da Republica de Veneza em 1610, e veiu ella propria trazer á egreja, o qual expou lo-se no seu altar á veneração

Egreja de Santo Antonio da Sé

ricas alfaias. Só no tempo de D. João III as esmolas se calculavam annualmente em perto de 1:000$000 réis, quantia importantissima n'aquella epoca; e tal augmento foi tendo o rendimento, que pouco antes do terremoto chegou a exceder a 8:000$000 réis. Isto procedia principalmente: 1.º de esmolas com que os devotos do santo concorriam de todo o reino, no qual em vista de Breves Pontificios e Provisões Regias, se não podia pedir em nome de Santo Antonio senão para a sua casa de Lisboa; 2.º de juros assentados em alguns almoxarifados e thesoura- dos fieis em todos os dias da sua festa, e dando-se a beijar ao povo, do mesmo altar desappareceu em 8 de junho de 1718. Junto á egreja esteve em tempo o senado, conservando se ainda ali no glorioso dia primeiro de dezembro de 1640. Foi d'ali que sairam incorporados os vereadores com a bandeira da cidade, para se reunirem aos que pelejavam pela restauração do reino. Annexa a esta egreja foi instituida uma cadeira de latim para a instrucção de 8 meninos que, ao passo que serviam na capella, se preparavam com esse estudo para a sua futura ordenação, concor-

rendo a casa com a despeza d'ella, quando pelo seu comportamento d'isso se tornavam credores, e chegando até a provel-os nas capellas vagas. O terremoto de 1755 destruiu tanta grandeza, salvando-se unicamente a capella-mór e o pequeno quarto onde nascera o santo, confórme dissémos. A imagem, que hoje se venera, é ainda a mesma que então existia, e que foi salva tambem, por estar collocada no altar-mór. Nas proprias ruinas da egreja construiu-se uma barraca para se celebrarem os officios divinos, o que se realisou pela primeira vez no dia um de novembro de 1756. O actual templo foi edificado pelo architecto portuguez Matheus Vicente, que foi tambem quem edificou o convento da Estrella. As obras fizeram-se pelo senado, e á custa de muitas esmolas de pessoas devotas. No anno de 1780, já estavam bastante adeantadas, quando se recebeu do Ultramar um importante auxilio pecuniario. A' porta da egreja viam-se durante todo o tempo que duraram os trabalhos de reconstrucção, os meninos de côro pedindo esmolas, commemorando assim, além da idéa piedosa, o facto de Santo Antonio ter sido menino do côro da sé de Lisboa. Em muitas localidades armaram-se diversos nichos com a imagem do santo thaumaturgo, onde tambem se recebiam esmolas. Foi talvez d'estes nichos, que se seguiu o costume, que já hoje é raro, dos rapazes armarem pelas ruas altarzinhos ao santo popular, pedindo esmolas aos transeuntes para cêra, e outros festejos infantis. No dia 15 de maio de 1787 foi benzido o templo, e franqueado á devoção dos fieis, mas no anno de 1812 é que ficou definitivamente concluido. As obras importaram em 300 mil cruzados (120 contos de réis). A egreja é de fórma elegante; além da capella-mór, tem mais 4 altares: o do Santissimo, do Espirito Santo, Santo Christo, e Senhora da Conceição; um orgão muito apreciado, e magnificos quadros pintados pelo distincto pintor Pedro Alexandrino de Carvalho, e que não fôram ainda retocados, apezar de já contarem mais de 100 annos Aos lados do altar-mór, estão tambem as imagens de S. Sebastião e S. Vicente. Ao principio da egreja vê-se outro altar dedicado á Senhora das Dores, e defronte um quadro representando Santo Antonio, que fr. Marcos de Lisboa diz ser uma verdadeira effigie, copiada em Padua Debaixo da capella-mór ainda se conserva o pequeno quarto, onde o santo nasceu, segundo dizem os chronistas. E' uma especie de corredor subterraneo, muito baixo, forrado, em parte, de azulejos azues e brancos floreados; as paredes são de alvenaria e caiadas; ao fundo fórma um pequeno vão, onde está o seguinte letreiro escripto em latim:

NASCITUR. HAC. PARVA. UT.
TRADUNT. ANTONIUS, AEDE.
QUEM. COELI. NOBIS. ABSTULIT.
ALMA. DOMUS.

cuja traducção é a seguinte: *N'esta pequena casa, segundo referem, nasceu Antonio, aquelle que a celestial morada nos arrebatou.* O quarto, para onde se entra por uma escada, que se vê na sacristia ao lado do altar, era perfeitamente escuro, porque a claridade que recebia, provinha d'uma unica fresta, que ficou soterrada, quando se levantou a rua defronte da egreja da sé; para ali se entrar, era preciso luz, porém depois foi arredada a pedra que do lado da rua tapava a fresta e a claridade tornou a ser restituida. A egreja ainda hoje pertence á Camara Municipal, que é sómente quem sobre ella tem jurisdicção. No dia 13 de junho, em que se festeja o milagroso santo, realisa se uma pomposa solemnidade, precedida da trezena, que começa no dia 1, á qual assistem todos os vereadores da camara com o maior acatamento. Durante o dia costuma estar patente á devoção dos fieis, o quarto, em que falámos. Da sé tambem é de antigo uso ir uma delegação do cabido patriarchal visitar o antigo menino do côro, honra e gloria da nação portugueza, no dia da sua commemoração solemne. A delegação entra pela porta principal, e depois do *Tantum Ergo* cantado pelos cantores da sé, sae pela porta travessa, em direcção á cathedral. Um pouco adeante d'esta porta, vê-se tambem um quadro de pedra, onde está descripto o facto do papa Pio VII conceder, a instancias da rainha D. Maria I, muitas indulgencias a todas as pessoas que devotamente visitarem em qualquer dia do anno a real casa de S. Antonio. A egreja tem muitos privilegios concedidos pela Santa Sé. O mais importante é o do pontifice Eugenio IV, pela bulla de 3 das kalendas de fevereiro de 1433, expedida no terceiro anno do seu pontificado com que aquella casa ficou immediatamente sujeita á Santa Sé Apostolica, e isenta da jurisdicção ordinaria de todo e qualquer prelado, sem reconhecer outro superior ecclesiastico que não fôsse o papa. Esta isenção foi mais d'uma vez disputada pelo ordinario de Lisboa, que tentava exercer jurisdicção na casa e capella de Santo Antonio, mas a Corôa portugueza soube sempre defender de similhantes ataques aquella prerogativa. Assim em 1647 viu-se obrigado o senado a levar por esse motivo um recurso á Corôa, que lhe foi decidido favoravelmente por sentença de 11 de dezembro d'aquelle anno, confirmado pelo Desembargo do Paço a 20 de julho do 1648. Da mesma fórma recorreu o senado a esse meio quando no tempo de D. João V o ordinario de Lisboa tentou nova invasão, repellido pela sentença do Juizo da Corôa de 27 de julho de 1730 Outro privilegio, que foi concedido por Clemente X em breve de 23 de dezembro de 1675, dirigido ao arcebispo de Calcedonia, nuncio n'este reino, consiste em se poder celebrar missa na egreja uma hora antes da aurora, e uma hora depois do meio dia. Estas graças permanentes fôram confirmadas por Pio VI no breve de 19 de fevereiro de 1782, que obteve a rainha D Maria I. Fôram tambem concedidas muitas graças á confraria do santo d'esta egreja, por bullas de diversos pontifices, que em seguida mencionamos: 1.° Breve do papa Eugenio IV, datado do 3.° dia das Kalendas de fevereiro do anno (24 de janeiro) de 1433, concedendo isenção «in perpetuum» de toda a jurisdicção do Ordinario, Arcebispo e Arcediago do Lisboa, ou de outra qualquer autoridade ecclesiastica, excepto a Santa Sé Apostolica, para esta Capella, com todas as suas possessões, rendas e bens presentes e futuros. 2.° Breve do papa Clemente X, datado de 23 de dezembro de 1765, confirmando todas as isenções, graças e privilegios, concedidos pelos Summos Pontifices, seus antecessores,

á antiga e magnifica egreja fundada em honra de Santo Antonio Portuguez, que na Italia se chama de Padua, e bem assim ao Provedor e outros officiaes e confrades da dita Confraria de Santo Antonio de Lisboa. 3.º Breve do Santo Padre o Papa Paulo IV, datado do 16.º dia das Kalendas de Janeiro do 4.º anno, do seu pontificado, em que, além de outros muitos privilegios, concede aos confrades d'esta Confraria, que fôrem nobres, graduados ou presbyteros, a faculdade de ter Altar Portatil com a devida reverencia e honra, sobre o qual em logares para isto congruentes e honestos, ainda não sagrados, possam celebrar missas ainda posto por autoridade ordinaria interdicto Ecclesiastico, e em quanto a qualidade dos negocios congruentes ordenar isto, ainda antes do amanhecer, junto á luz do dia, fechadas as portas e lançados fóra os interdictos. 4.º Breve do Santo Padre Pio VI; datado de 19 de fevereiro de 1782, confirmando as graças e privilegios, concedidos a esta egreja e seus confrados pelos Summos Pontifices Eugenio IV, e Clemente X. Este breve tem o Regio Beneplacito, assignado em nome da Rainha Nossa Senhora pelo ministro Visconde de Villa Nova da Cerveira. 5.º Breve do Santo Padre o Papa Sixto; datado das Nonas de junho de 1586, concedendo varias indulgencias aos confrades de Santo Antonio, e ainda aos que visitarem a egreja em dias e com as condições no mesmo Breve designados. 6.º Breve do Papa Pio VII, datado de 14 de novembro de 1816, reduzindo differentes encargos. 7.º Breve do Papa Clemente X, datado de 23 de dezembro de 1675, concedendo a graça de se poder celebrar missa n'esta egreja uma hora antes da aurora e outra depois do meio dia. 8.º Breve do papa Gregorio XVI, datado de 12 de agosto de 1840, concedendo a esta egreja para o dia 2 de agosto de cada anno as indulgencias do Jubileu da Porciuncula. 9.º Breve do mesmo Papa, datado de 14 de agosto de 1840, permittindo que a festa de Santo Antonio com a missa propria se possa celebrar em qualquer dia, excepto quando o dia 13 de junho incidir nas domingas de Pentecostes ou da Trindade, ou no dia do Corpo de Deus. Este breve tem o Regio Beneplacito. 10.º Breve do mesmo Santo Padre, datado de 31 de julho de 1841, concedendo indulgencia plenaria a todos os fieis que nas expressas condições visitarem esta Egreja no dia 16 de julho, festa de Nossa Senhora do Monte do Carmo, e nos dias do seu oitavario. 11.º Breve do mesmo Papa, datado de 24 de setembro de 1841, concedendo que a missa propria da Trasladação de Santo Antonio possa cantar-se n'esta egreja, e bem assim recitar-se o officio proprio, quando o dia 15 de fevereiro seja alguma das Domingas, Septuagesima, Sexagesima ou Quinquagesima. A camara municipal, na qualidade de administradora, deliberou em sessão de 31 de outubro de 1906, que fôssem depositados no seu archivo os diplomas originaes existentes na Real Casa de Santo Antonio, comprovativos das suas isenções e privilegios acima citados, que o thesoureiro inspector entregou ao archivista, cobrando o competente recibo.

Egreja de S. Braz e Santa Luzia. Situada no largo do mesmo nome, entre a rua do Limoeiro e o largo das Portas do Sol. A primeira invocação d'esta egreja foi S. Braz, e é tão antiga a sua fundação que a data ainda não pôde ser descoberta. As mais antigas noticias certas referem-se ao tempo em que esta egreja foi bailiado da ordem de D. Affonso de Malta, entro os annos de 1248 e 1279, no reinado de D. Affonso III, passando depois a ser commenda da mesma ordem Nas suas frequentes reedificações perdeu a egreja quasi todos os vestigios da sua remota antiguidade, sem adquirir belleza alguma architectonica. Torna-se, porém, notavel pelas antigas sepulturas reaes que encerra: a de Fernando Affonso, cavalleiro templario, filho bastardo de D. Affonso III; Gil Affonso, cavalleiro da ordem de Malta, bailio da egreja de S. Braz, tambem filho bastardo do mesmo rei; Fr. Lourenço Gil, freire da referida ordem, commendador de S. Braz, e filho do bailio Gil Affonso, fallecido em 31 de dezembro de 1346. Além d'estas sepulturas. ainda aqui se vêem outras com brazões d'armas, grosseiramente esculpidos nas campas. Não se sabe quando esta egreja deixou o seu antiquissimo orago S. Braz, para tomar por padroeira a martyr Santa Luzia. A egreja soffreu pequeno estrago com o terremoto de 1755, sendo de prompto reparada.

Egreja de S. Luiz, rei de França. A confraria de S. Luiz da nação franceza esteve na ermida de Nossa Senhora da Oliveira no anno de 1558. Começou-se a construir a nova egreja de S. Luiz ás portas de Santo Antão, em 1563, onde actualmente existe, a qual se concluiu no anno de 1572, e juntamente um hospital para recolher e tratar os doentes pobres da nação franceza. Em 20 de agosto do mesmo anno o arcebispo de Lisboa, D. Jorge d'Almeida concedeu licença para ali se celebrar missa, cerimonia que se effeituou pela primeira vez no dia 25 seguinte, em que a egreja resa do S. Luiz, rei de França. Para ficarem isentos da freguezia de S. José, a que pertenciam, se contrataram com o prior, então Nuno Cabral Camello, dando 600 réis cada anno. Dizem, que a imagem de S. Luiz e muitos ornamentos estiveram na ermida da Victoria. A confraria e o seu capellão teem muitos privilegios concedidos pelo pontifice Paulo IV em 1561. A mesma confraria fez no anno de 1580 um contrato com o cozinheiro-mór da caldeiraria Marcos Heitor, por este lhe fazer mercês d'umas casas suas sitas defronte da mesma egreja, onde se fez o côro, com obrigação de lhe mandarem resar casa semana uma missa, pela sua alma, e pela de sua mulher, com outras mais clausulas. A ruina que teve com o terremoto de 1755 foi pequena, e logo se reparou. A egreja ainda hoje se conserva, sendo muito concorrida, especialmente pelas pessoas da nossa aristocracia. Ali se realisam sumptuosas festas, sobretudo a do Mez de Maria, que se effeitua em maio.

Egreja de S. Roque. Em 1506 uma horrorosa peste assolou todo o reino de Portugal, fazendo os seus maiores estragos em Lisboa. Foi tão grande a mortandade que nas egrejas já não havia capacidade para sepultar as victimas da horrorosa epidemia; então el-rei D. Manuel mandou fazer um cemiterio n'um enorme descampado, que ficava fóra das portas da cidade, onde hoje se vê o sitio de S. Roque, e construiu ali uma ermidinha dedicada a S. Roque, advogado contra a peste. A fama milagrosa que o santo varão gozava em Veneza, onde se conservava

o seu corpo incorrupto, despertou ao monarcha o desejo de possuir algumas das sagradas reliquias do venerando advogado contra a peste, e por isso pediu á senhoria de Veneza que lh'as concedesse, como remedio efficaz e divino preservativo contra a perniciosa e devastadora enfermidade. A senhoria de Veneza promptamente satisfez o pedido de el-rei D. Manuel, e as reliquias fôram recebidas em Lisboa, e conduzidas para a ermidinha de S. Roque, com as maiores demonstrações de respeito e devoção. Balthazar Telles, na parte I, pag. 92 e seguintes da *Chronica da Companhia de Jesus*, trata da egreja de S. Roque com toda a minuciosidade, e diz que o monte onde se construiu a ermida, estava todo coroado á roda de copiosas e frondosas oliveiras, uma das quaes se conservou por muito tempo situada n'uma rua junto a S. Roque, cujos moradores cuidavam desvelladamente. Essa rua ainda é hoje conhecida pela rua da Oliveira. N'aquelle vastissimo campo havia um logar junto á porta cidade, que depois se chamou *postigo de S. Roque*, no qual estava o adro e cemiterio em que se enterravam os mortos pela peste. N'este local é que se edificou a ermida, lançando-se a primeira pedra a 24 de março de 1506, como se vê d'uma pedra que estava sobre a porta da sacristia da confraria de S. Roque, e a sagrou, *autoritate Apostolica*, com indulgencias, o bispo D. Duarte, a 25 de fevereiro de 1515. De outra pedra, que se conservava na casa de S. Roque com um letreiro gothico, consta que no anno de 1525 sagrou o adro da ermida com a mesma autoridade e indulgencias o bispo D. Ambrosio. Acabado o edificio se instituiu uma confraria de nome de S. Roque, em que se inscreveram as pessoas reaes e as da primeira nobreza, seguindo se depois muitas pessoas do povo, continuando todos no culto do santo padroeiro, com o maior fervor e devoção. A porta da ermida ficava voltada para o lado onde hoje está a torre, e a capella mór no sitio em que actualmente se vê a capella de S. Roque. Dos terrenos que circumdavam a ermida, pertencia parte, desde 1401, á ordem da Trindade. Eram terras e olivaes, que andavam aforados a diversos, até que por fim os padres da Companhia de Jesus, quando ali estabeleceram a sua casa professa, os compraram, ficando, porém, sempre pagando fôro ao convento da Trindade. Em 1553 ainda a Companhia de Jesus não tinha casa professa em Lisboa, e D. João III lhe concedeu a ermida de S. Roque para formarem a sua egreja (V. o artigo *Jesuita*, vol. III do *Portugal*, pag. 1021.) Junto á ermida havia duas casinhas terreas, pousada dos capellães e ermitão, e n'ellas se albergaram os padres jesuitas, em numero de 14 ou 15, servindo lhes da egreja a ermida, com alfaias emprestadas do collegio de Santo Antão. Assim viveram por dois annos. Como nos sitios não havia agua, iam todos elles buscal-a, *a campã tangida*, com suas quartas e cantaros, como se lê no *Codice manuscripto* da Bibliotheca Nacional, ms. n.º 207. D. João III comprou varios terrenos para a cêrca, e fez grandes donativos aos padres jesuitas, com que elles deram começo á obra da nova egreja. Traçou-se o projecto d'um novo e mais espaçoso templo, ficando a ermida a servir de capella-mór e cruzeiro A primeira pedra foi lançada com toda a solemnidade em 1555 pelo padre João Nunes Barreto, da Companhia de Jesus, sagrado patriarcha da Ethiopia. Não julgaram os padres o templo sufficiente para os seus desejos, e resolveram em 1566 tornal-o mais grandioso, construindo o templo de tres naves, mas logo no anno seguinte reconsideraram, e assentou-se então no definitivo plano, que era ser o templo d'uma só nave. Desfizeram-se os alicerces, e a capella antiga, que tinha servido de cruzeiro, e o alpendre a que se chamava *egreja velha;* a obra seguiu, porém, vagarosamente, em consequencia da peste que voltou a Lisboa em grande força em 1569, e pela falta de recursos. Em 1571 puderam activar-se mais os trabalhos, ficando as paredes concluidas na altura da cornija interior, em outubro de 1573. Entendeu-se conveniente não a cobrir de abobada, com o receio de que as paredes não aguentassem, e por isso se determinou cobril-a de madeira, e escolheram-se vigas vindas da Prussia e da Allemanha. Nos annos de 1555 a 1577 haviam-se gasto nas obras 75:000 cruzados, para cuja somma haviam concorrido largamente el-rei D. Sebastião, a rainha D. Catharina, e o cardeal D. Henrique. Filippe II, de Hespanha, mandou a Portugal o architecto italiano Filippe Terzo, o qual, segundo alguns affirmam, conseguiu cobrir o templo d'um madeiramento formado pelos mastros de madeira vindos da Prussia, ligados por fórma até então não usada em Portugal. O adro da egreja de S. Roque era muito maior do que o actual, avançando até um terço do largo. O templo tem tres portas, sendo a do centro mais elevada; o espaço que fica debaixo do côro é sustentado por duas bellas columnas doricas de pedra, vendo-se a cada lado cinco grandes arcos; nos quatro primeiros ficam as capellas, mettidas para dentro das paredes, contendo preciosidades artisticas. O quinto arco, que de um lado corresponde ao outro, fórma o cruzeiro da egreja. Nos dois topos do cruzeiro ha duas portas fronteiras; a do lado da Epistola deita para o edificio de S. Roque; a outra conduz á sacristia antiga e moderna, e, pelo corredor que segue, dá passagem para a porta do carro. Depois que os padres jesuitas fundaram a sua casa professa, o sitio de S. Roque começou a ser notavelmente concorrido, tornando-se moda ir ouvir as prédicas jesuiticas, que ali se realisavam repetidas vezes. No anno de 1718, a 31 de dezembro, teve principio n'esta egreja, a instancias do primeiro patriarcha de Lisboa, D. Thomaz d'Almeida, a solemne cerimonia de acção de graças a Deus por se ter chegado ao fim do anno, continuando-se em egual dia todos os annos, a que publicamente assistiam as pessoas reaes e os grandes da côrte, cantando-se um *Te-Deum* a dois coros pelos melhores musicos e instrumentos, alternando alguns versos devotos todos os estudantes do collegio de Santo Antão. Depois do terremoto de 1755, este acto solemne passou a ser celebrado na capella real do palacio d'Ajuda. A capella-mór era dedicada a Jesus, no tempo da Companhia de Jesus, actualmente é a Nossa Senhora da Visitação, ou das Misericordias; ali teve sepultura D. João Borja, filho de S. Francisco de Borja. que foi duque de Gandia, e 3.º geral da ordem dos jesuitas. No cruzeiro foi sepultado o primeiro patriarcha de Lisboa D. Thomaz de Almeida. O tecto da egre-

ja é de estuque, ornado de pinturas antigas. Com o terremoto de 1755 desabou a varanda e passadiço, que havia sobre a cimalha do frontispicio, bem como o tympano, onde estava o nicho com a imagem de pedra, de S. Roque, e assim esteve alguns annos até que se construiu novo tympano, com uma cruz de ferro no angulo superior. Quando a Companhia de Jesus foi supprimida, cunhal que faz para a rua de S. Pedro d'Alcantara, onde se notam grandes fendas. Os degraus da escada da torre ficaram quasi todos partidos. Em 1862 fizeram-se algumas obras n'esta egreja, restaurando-se então as bellas pinturas do tecto. Em 1892 fizeram-se novas obras, sendo restauradas as inscripções lapidares ali existentes. Na capella-mór, aos lados do altar, estão

Egreja de S. Roque

pelo decreto de 3 de setembro de 1759, foi installada na casa de S. Roque a Santa Casa da Misericordia, onde se tem conservado. O grande tremor de terra na manhã de 11 de novembro de 1858, que tantos prejuizos causou em Lisboa, e em outros pontos, especialmente em Setubal, que soffreu enormes estragos, tambem causou grandes desvios na cimalha da egreja, principalmente no umas imagens colossaes dos santos da Companhia de Jesus: S Ignacio de Loyola, S. Francisco Xavier, S. Francisco de Borja e S. Luiz Gonzaga O corpo da egreja tem quatro capellas de cada lado. A primeira da direita, entrando pela porta principal, é dedicada a Nossa Senhora da Doutrina, e tem dois valiosos quadros, de Bento Coelho da Silveira: *A Resurreição* e a *Ascensão*

de Christo. A segunda é de S. Francisco Xavier, onde se vê a imagem do santo, que dizem ser um primor de esculptura; n'esta capella ha dois quadros, cujo autor se ignora: um representa *Paulo III, no acto de enviar para Portugal os primeiros religiosos da Companhia de Jesus, em 1540;* o outro representa *D. João III, rodeado da sua côrte, dando audiencia de despedida ao padre S. Francisco Xavier, quando este partiu para a India, em 1541, para propagar o Evangelho no Oriente.* A terceira capella é a de S. Roque, que tem o excellente quadro do santo, pintado em madeira por Gaspar Dias, depois de regressar de Italia, onde fôra estudar nos fins do seculo XVI. A quarta é a do Santissimo Sacramento; tem dois bellos quadros de Bento Coelho da Silveira: *Transito da Virgem*, e a sua *Coroação.* N'esta capella ha a imagem de Nossa Senhora da Boa Morte, que está mettida no altar, e que só é visivel em certos dias do anno A primeira capella do lado esquerdo é dedicada á Familia Sagrada, Jesus Maria José. Tem quatro paineis: o *Menino entre os doutores*, de José de Avellar Rebello, pintor afamado do seculo XVII; o *Repouso no Egypto*, que se suppõe do mesmo autor; ambos são pequenos e estão no fundo da capella; aos lados ha dois quadros grandes: *O Nascimento de Christo*, e a *Adoração dos Reis Magos*, os quaes parecem ser do pintor portuguez do seculo XVII André Reinoso. A segunda capella é de Santo Antonio, onde se vêem dois quadros de Vieira Lusitano: *Santo Antonio prégando aos peixes* e *Santo Antonio pedindo á Santissima Virgem auxilio contra as tentações do demonio.* A terceira é de Nossa Senhora da Piedade, em que está um pequeno quadro, que se attribue a Bento Coelho da Silveira; é uma bella pintura de *Nossa Senhora das Dôres;* tem dois quadros grandes, sendo um o *Descimento da cruz* e outro *Jesus Christo caindo sob o peso da cruz, quando subia para o Calvario;* são copias de pintor desconhecido. A quarta é a capella riquissima de S. João Baptista (V. *o artigo seguinte).* Por cima das capellas corre um friso de pedra, e sobre elle, no meio do arco de cada capella, fica uma tribuna bastante espaçosa. Estas tribunas teem no fundo largas janellas de vidraças, que dão luz á egreja. Entre estas tribunas ha 16 paineis representando diversos passos da vida de Santo Ignacio de Loyola. São 7 de cada lado, e 2 entre as 3 janellas do côro. Quando em 1843 se descobriram as reliquias, por detraz dos altares de Todos os Santos, das Onze Mil Virgens, da Senhora da Piedade, do Santissimo Sacramento e de N. S.ª da Doutrina, fôram apeados os quadros d'estas capellas para se limparem e concertarem. Em 1862 tambem se apearam, para o mesmo fim, os paineis que ficam sobre a capella, dourando-se-lhes as molduras. Na sacristia, sobre os caixões dos paramentos, ha uma serie de pequenos quadros, representando scenas da vida de S. Francisco Xavier; os do lado direito são pintados por André Reinoso; os da esquerda são de outro autor, cujo nome se ignora. Debaixo do côro ha dois retratos, attribuidos a Antonio Moro, pintor de Utrecht, que veiu a Portugal no seculo XVI: um é D. João III e o outro a rainha D. Catharina, sua mulher. A' entrada da egreja de S Roque ha azulejos de muito valor, que dizem ser dos primeiros que existiram em Portugal. No largo de S Roque existe um pequeno monumento, um padrão commemorativo do casamento da rainha senhora D. Maria Pia com o fallecido monarcha D. Luiz I, mandado levantar em 1862, pela colonia italiana.

Egreja de S Roque (Capella de S. Baptista na). Foi fundada por D João V, e o que deu origem á piedosa obra d'este monarcha, segundo a tradição, foi o seguinte: D. João V costumava assistir ás solemnidades, que pomposamente se celebravam em S. Roque, e n'uma d'estas festividades reparou que todas as capellas se viam muito bem cuidadas e brilhantemente adornadas, emquanto que a de S. João Baptista, que ficava em frente da capella do Santissimo Sacramento, se destacava pela sua pobreza e abandono. Extranhando esta excepção desejou saber o motivo porque se não tratava tambem convenientemente da referida capella, e recebeu em resposta que todas as outras tinham irmandades proprias muito dedicadas ao seu culto, asseio e ornamentação, mas a de S. João não tinha irmandade, e por isso ninguem se interessava. Esta informação contrariou o soberano, que logo resolveu tomar a capella de S. João ao seu cuidado, e muito principalmente por ser consagrada ao santo de seu nome. Grandioso e rasgado em tudo quanto projectava, D. João V imaginou um santuario deslumbrante, tanto no trabalho artistico, como em riqueza e sumptuosidade. Em 1722 viera para Lisboa, a convite de D. João V, o padre jesuita João Baptista Carbone, celebre mathematico e astronomo napolitano, juntamente com o padre Domingos Cappaci, para aqui proceder a obervações astronomicas. Foi a Carbone que o monarcha deu a incumbencia de tomar as competentes medidas do ambito da capella, e de as enviar para Roma ao commendador Manuel Pereira Sampaio, para ali se edificar uma capella toda em mosaico. Sampaio encarregou do projecto os architectos italianos Nicolo Salvi e Luigi Vantivelli. Fizeram estes o projecto, desenhos e modelo, em harmonia com as minuciosas instrucções recebidas, acompanhando-os de pequenos paineis modelos pintados por Agostinho Massucci, o mais afamoso pintor de Roma n'aquella epoca. O modelo era de madeira imitando todas as côres das pedras que existem na capella, com outros paineis pintados em pergaminho. O modelo veiu para Lisboa, e foi muito do agrado do monarcha, que immediatamente mandou começar os trabalhos, enviando logo grandes sommas de dinheiro para Roma, continuando, emquanto elles duraram, com repetidas e importantes remessas. Quando a capella se concluiu, em 1744, foi armada dentro da egreja de S. Pedro, e depois de sagrada pelo papa Benedicto XIV, em 15 de dezembro do mesmo anno, o pontifice officiou pontificalmente a troco da avultadissima offerta de 100:000 cruzados. Em 1746 desarmou-se a capella, sendo cuidadosamente mettida em caixotes, e assim se transportou para Lisboa, vindo acompanhada por alguns dos artistas que executaram a obra, e do distincto esculptor Alexandre Giusti, que nunca mais abandonou Portugal. Quando chegou a Lisboa, D. João V achava-se gravemente doente; já não pôde vêr realisada a sua obra monumental, porque falleceu em 1750, e a capella só

pôde abrir-se ao culto publico em 13 de janeiro de 1751, já no reinado de D. José I, porque os trabalhos de assentamento fôram muito demorados. E' este santuario um dos mais grandiosos monumentos de Portugal, e que tem sido a admiração de todos os estrangeiros que nos visitam.

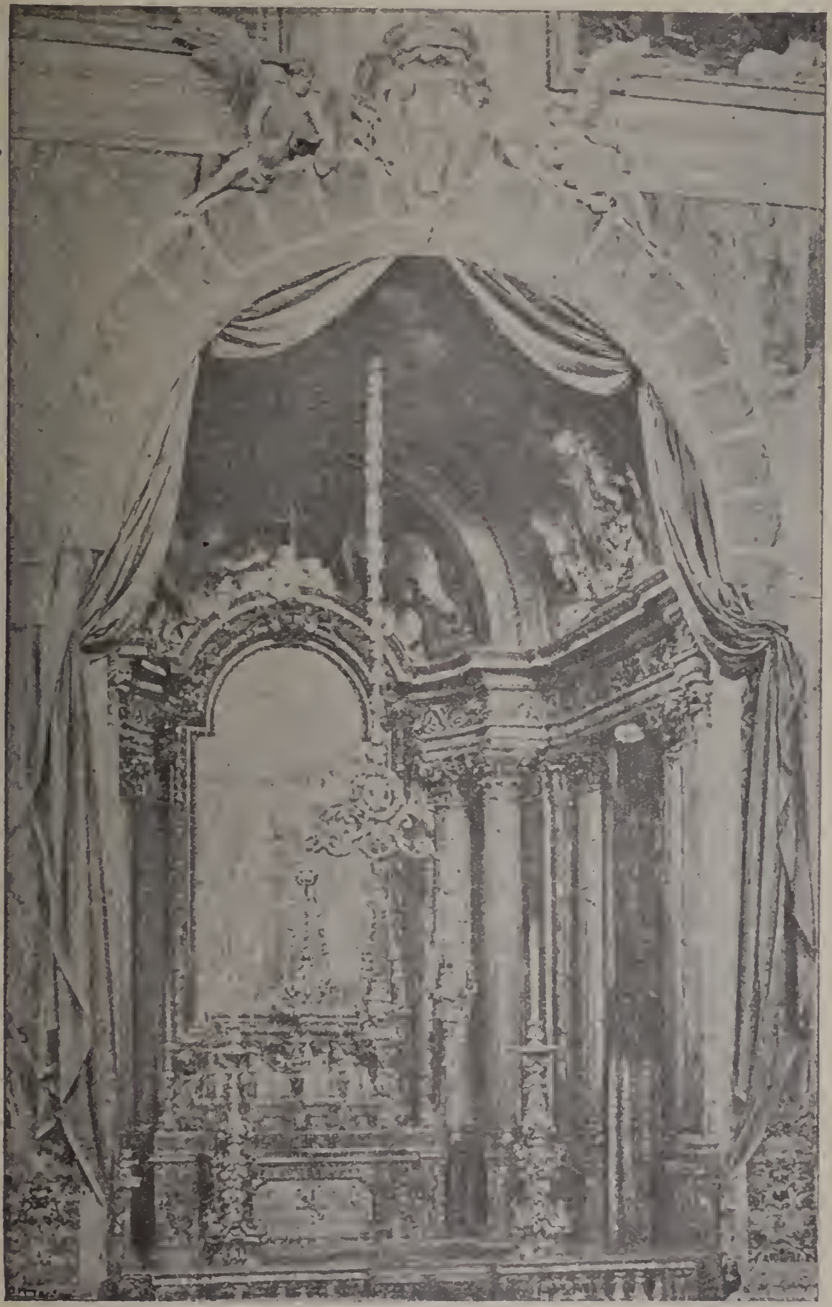

Egreja de S. Roque—Capella de S. João Baptista

O arco da capella, da parte de fóra, é de colorinda, tendo na parte superior as armas reaes, e aos lados dois genios, tudo de marmore. O arco, pela parte de dentro, é todo de alabastro. O pavimento feito em mosaico, tendo tambem porfiro em algumas partes, imita um tapete la-

vrado com enormes florões, de varias côres; no centro vê-se desenhado um grande globo; é trabalho estylo romano, de Eurico Enuo. O rodapé de toda a capella é de marmore preto de Italia, com veios brancos. As grades da teia são de lindissimo marmore verde antigo. Os dois primeiros degraus, por onde se sóbe para o altar, são de porfiro, e estão assentes sobre bronze dourado; o subpedaneo é de fino granito do Egypto, tambem assente sobre bronze. Os dois retabulos do tecto são de marmore de Carrara e feitos sob a direcção do esculptor Mayne, coajuvado por Alexandre Giusti. Tem oito columnas, cujos fustes são de lapis-lazuli, sendo as bases de alabastro, e por cima das bases jaldo antigo; os capiteis são de bronze lavrado em figuras, e os fundos das columnas de diaphano alabastro e de violacea amethysta. As hombreiras e as vergas das portas são de verde antigo; a cimalha por cima das columnas de jaldo antigo, guarnecido de bronze lavrado. O tecto tem dois quadros, varias tarjas e cherubins, tudo de jaspe, com pedras preciosas de verde antigo e de jaldo antigo. As molduras dos quadros são de porfiro e todas guarnecidas de bronze lavrado em flôres. O altar, de alvissimo jaspe, ostenta um frontal permanente e fixo, constituido por uma grande placa inteiriça de preciosissimo lapis-lazuli, de cujo tamanho se não conhece rival, pela raridade cada vez maior que vae tendo este lindissimo marmore azuloide. As guarnições são de amethysta. Tudo o mais é de colorinda lavrada, amethysta e lapis-lazuli. Todos estes marmores fórmam pela paciente conjugação dos seus veios os mais curiosos desenhos. Na capella admiram se tres riquissimos quadros, feitos em mosaicos por Martia Moretti, parecendo magnificas pinturas, trabalho a que se dedicou desde 1743 até 1752. O maior e o mais importante está sobre o altar; representa *O Baptismo de Christo*; vê-se o Padre Eterno n'uma nuvem acompanhada com tres anjos; o Espirito Santo, em fórma de pomba, sobre a cabeça de Jesus, e em baixo o rio Jordão. Este trabalho é tão notavel que o artista soube imitar no mosaico a transparencia das aguas, de modo a vêr-se os pés de Christo mettidos no rio. Este quadro foi executado, segundo o desenho de Miguel Angelo. Os outros dois quadros estão collocados sobre as portas do transepto, que este santuario tem dos lados com cancellos de bronze dourado, de admiravel trabalho de buril; o da parte do Evangelho é a *Descida do Espirito Santo* sobre os discipulos no Cenaculo, trabalho feito sob desenho de Raphael O da parte da Epistola é a *Annunciação da Virgem*; n'elle se vê, ao lado direito Nossa Senhora, hesitante, ajoelhada, e do lado opposto o archanjo S. Gabriel. Superiormente ha nuvens em que se mostram formosos anjos e cherubins. E' trabalho feito sob desenho de Guido. São tambem notaveis as tres lampadas, que estão na capella, com o fundo de prata, adornadas de figuras de bronze lavrado, dois enormes tocheiros, quasi de dobrada altura de um homem, com figuras de prata dourada, os quaes custaram, cada um, 7 :000 cruzados. A banqueta ordinaria é de bronze dourado e guarnecido de lapis-lazuli. Tem tres sacras de bronze lavrado e guarnecido de seraphins em alto relevo Sobre a balustrada que veda a capella dois formosissimos, confessionarios, que fôram restaurados e ali collocados em 1892. Nas solemnidades serve um frontal de lapis-lazuli com dois anjos de prata aos lados, com cêrca de um metro de altura; no centro tem aquelle passo do Apocalypse, em que se mostra o cordeiro e os velhos fazendo as suas adorações, emmoldurando tudo em grandes e delicados ornatos de prata, cujo valor se calcula em 60:000 cruzados. Uma banqueta de seis castiçaes, sendo a cruz de prata ricamente dourada e lavrada quasi até á altura de uma pessoa. Dois castiçaes de prata dourada com grande lavor, que servem de ciriaes. Quatro relicarios de prata lavrada e dourada. Um calix, um prato grande e jarro de prata dourada lavrado com tarjas. Duas galhetas e prato, purificador e tampa, caixa para hostias, apagador, vaso de lavatorio, candella, campainha, thuribulo de columnas, que então era invento recente, e naveta. Todas as peças são de prata dourada e primorosamente cinzeladas. Esta prata foi levada á Casa da Moeda pelos francezes, em 1808, para se derreter, tendo-se apenas feito dinheiro de quatro relicarios de prata, que não eram lavrados. Isto, e a circumstancia de terem tudo muito bem guardado, mostra a sua tenção de levarem para fóra do paiz tão preciosos objectos. Com a expulsão dos francezes voltou a prata para a capella. No incendio que se seguiu ao terremoto de 1755, perderam-se muitas preciosidades que estavam guardadas no Thesouro Velho, e no da Patriarchal, em 13 de maio de 1769, tambem se derreteram 38 castiçaes similhantes aos dois que servem de ciriaes, um grande sacrario de prata dourada, todo guarnecido de pedras preciosas, e um riquissimo pallio. A capella tem riquissimos paramentos, e um tapete todo tecido a fio de ouro, que só serve no dia de S. João, o qual importou em 72:000 cruzados. Os administradores d'esta sumptuosa capella fôram sempre monsenhores da Patriarchal até 18?2, e só ali pódem dizer missa provinciaes, geraes das ordens religiosas, deões da sé, conegos, monsenhores, principaes, bispos, arcebispos e o nuncio apostolico. Na festa do dia 24 de junho, de S. João, celebrava-se missa de pontifical. Na doação do edificio de S. Roque feita á Santa Casa da Misericordia, foi incluida a capella de S. João Baptista, a qual ficou *ipso facto* sob o seu dominio legal. Muitas preciosidades pertencentes a esta capella, bem como as alfaias, tapetes, paramentos e ornatos, teem figurado em varias exposições de arte ornamental. Por muito tempo esteve a capella vedada ao publico por um amplo cortinado de damasco verde, patenteando-se sómente em dias festivos ou aos visitantes que o desejassem, mas quando se celebrou em 1898 o quarto centenario da instituição da Misericordia, o provedor ordenou que o cortinado fôsse tirado, e desde então conserva-se patente, tendo sempre um guarda, que é um dos velhos asylados do Amparo.

Egreja da Saude Os artilheiros da guarnição de Lisboa eregiram esta capella a S. Sebastião, advogado contra a peste, por occasião da grande peste de 1596 que causou centenares de victimas. A egreja situada no largo da Mouraria, como ainda hoje se vê, ficava fóra das portas da cidade, ao Areo do Marquez de Alegrete. Em 7 de junho de 1569 nova peste começou a desenvolver-se em Lisboa, mas ainda mais atterradora,

havendo dias de succumbirem para cima de 500 pessoas; muitas familias fugiam espavoridas da capital, e por conselho dos medicos el-rei D. Sebastião tambem foi para Cintra com sua avó, a rainha D. Catharina, e a infanta D. Maria para Alemquer, indo habitar junto do convento de S. Francisco. A mortalidade chegou a tal ponto, que nos templos já não havia logares para sepulturas, abrindo-se então muitas covas em olivaes, praias, e em todo o vasto campo de Santa Barbara. Para ajudar o insano trabalho de sepultar as pobres victimas do terrivel flagello, foi commutada a pena aos condemnados ás galés; apezar d'isso, ainda aquelles desgraçados não eram sufficientes braços, chegando se a sepultar muitos cadaveres nos proprios logares onde se encontravam, depois de ahi jazerem tres ou quatro dias, já em estado de putrefacção, para evitar maior demora. Na praia do rio Tejo edificou-se um grande hospital provisorio, todo de madeira, com cento e tantas divisões, collocando-se em cada uma d'ellas cinco ou seis doentes Fizeram-se muitas procissões de penitencia, sendo a primeira a 14 de agosto, em que os religiosos franciscanos da provincia do Algarve sairam do convento de Santa Maria de Xabregas, acompanhados dos conegos regrantes, e fôram a S. Vicente de Fóra, levando sobre um andor a imagem de S. Sebastião debaixo do pallio, e voltando depois para Xabregas. Diogo Barbosa Machado, nas *Memorias de el rei D. Sebastião*, descreve com as mais horrorosas côres aquella epoca calamitosa. Finalmente o terrivel flagello terminou. Todas as pessoas, a quem os medicos prognosticaram a facilidade de se repetir na primavera seguinte a horrorosa epidemia, recorrem ao monarcha, pedindo-lhe o consentimento para se fazer uma procissão em acção de graças a Nossa Senhora, esperando que assim se aplacassem as iras celestes. Foi o senado de Lisboa que dirigiu a el-rei a petição, a que o soberano, que então se achava em Salvaterra, respondeu com a seguinte carta regia, datada de 13 de abril de 1570, em que autorisava aquella cerimonia religiosa: «Vereadores e Provedores dos Mesteres da Cidade de Lisboa Eu El-Rey vos envio muito saudar. Vi vossa Carta de 10 d'este mez, e os testemunhos dos Fisicos, que com ella me enviastes sobre a saude d'essa Cidade, pelos quaes parece que, louvado Nosso Senhor, está agora sã; e porque he já tempo de se fazer a Procissão solemne, que me escrevestes, que tinheis assentado, que se fizesse, para se darem graças a Deus por tão grande mercê, como esta he, vos encommendo, que ordeneis como logo se faça a dita Procissão com toda a solemnidade, devoção, e demonstrações de reconhecimento, que se deve a Nosso Senhor por esta mercê sua tão mal merecida dos homens, e tão propria da sua Misericordia; e deveis tambem ter muy particular cuidado de fazer proseguir com toda a diligencia a obra do Templo do Bemaventurado S. Sebastião, conforme ao que vos tenho escripto, e ao voto, que eu fiz, e assim ao que vós tendes feito em nome da Cidade, eu o hey. Escripto em Salvaterra a treze de abril de mil quinhentos e setenta. Rei.» O templo, a que se refere esta carta régia, era o cumprimento d'um voto feito por D. Sebastião, quando recebeu a agradavel noticia de estar extincta a peste em Lisboa. El-rei estava em Montemór-o-Novo, e escreveu uma carta ao senado de Lisboa, com a data de 16 de outubro de 1569, em que lhe ordenava a edificação do templo. N'outra carta, escripta em Evora, em 28 de dezembro do mesmo anno, autorisava el-rei que o templo fôsse edificado no sitio da Mouraria, onde já estava a egreja da Saude, encarregando Affonso Alvares, mestre das fortificações, de escolher e comprar os terrenos necessarios, e fazer o modelo do templo. Os factos que em seguida se deram, até á partida do rei para Africa em 1572, fôram o motivo porque o templo nunca se chegou a construir, e hoje vêmos apenas a antiga egreja dos artilheiros dedicada a S. Sebastião, onde mais tarde se collocou a imagem de Nossa Senhora da Saude. Foi em 20 de abril de 1570, isto é, sete dias depois de se ter recebido a carta regia com a autorisação real, que se fez pela primeira vez a solemne procissão que saiu da sé, sendo a Virgem levada em triumpho sob a invocação de Nossa Senhora da Saude. Era a terceira quinta feira do mez de abril, dia em que sempre se ficou fazendo a procissão desde aquella epoca até á actualidade, transferindo-se unicamente para a quarta quinta feira do mesmo mez, quando acontece aquelle dia ser quinta feira santa. Em seguida á procissão a imagem foi recolhida na egreja do Collegio dos Meninos Orphãos onde ficou collocada, formando-se então uma irmandade com o titulo de *Nossa Senhora da Saude*. A imagem conservou se na egreja dos Meninos Orphãos até 1661, fazendo se todos os annos a solemne procissão, a qual se dirigia á sé, d'onde era acompanhada até S. Domingos por todo o cabido patriarchal, regressando depois á sua residencia. N'aquelle anno de 1661, porém, começaram algumas desintelligencias entre os administradores do Collegio dos Meninos Orphãos e a irmandade da Senhora da Saude, o que obrigou a irmandade a pensar na edificação d'uma capella propriamente dedicada á sua padroeira. Os artilheiros que possuiam a sua egreja de S Sebastião na Mouraria, tiveram noticia d'aquella resolução, e fôram offerecel-a á irmandade de Nossa Senhora da Saude; a offerta foi acceita, com a condição, porém, de ficar a egreja com o titulo da Saude, sendo a imagem da Virgem collocada no altar principal. Os artilheiros não se oppozeram a estas condições, as duas irmandades fundiram-se n'uma só, e fez-se competente escriptura d'esta juncção, a qual foi approvada pelo papa Alexandre X. Foi na quinta feira 20 de abril de 1662 que a imagem da Senhora da Saude saiu da egreja do Collegio dos Meninos Orphãos e depois da costumada visita á sé e a S. Domingos, deu solemne entrada na sua egreja da Mouraria. N'esta antiga capella esteve primitivamente a parochia, que hoje tem a invocação de Nossa Senhora do Soccorro, sendo ali instituida em 1596, pelo arcebispo D. Miguel de Castro, desmembrando-a da de Santa Justa. Depois, ou porque foi crescendo a população, ou porque era improprio a parochia não ter egreja sua, ou ainda por algumas desavenças entre as irmandades, os parochianos resolveram construir edificio para a sua parochia, e em 29 de setembro de 1646 foi transferida para a actual egreja do Soccorro, indo o Sacramento e a imagem da Virgem em pomposa procissão. O alvará de 27 de maio de 1647

determinava que a cada um dos coudestaveis, que assentasse praça para a India, se tirassem 400 réis, e aos artilheiros 200 réis, para se refazer do necessario para o culto a ermida de S. Sebastião, que foi dada aos artilheiros pela rainha D. Catharina. Os irmãos da Senhora da Saude mandaram fabricar um rico retabulo com tribuna de boa talha dourada com as suas columnas salomonicas, como era o gosto architectonico então; na tribuna está collocada a imagem, n'um throno, debaixo de docel, coberta com uma rica cortina, que só abre aos dias santificados. A egreja tem boas pinturas, de Antonio Machado Sapeiro, pintor que floresceu nos principios do seculo XVIII, sendo o retabulo, trabalho de Braz de Almeida, esculptor e pintor que viveu na segunda metade do seculo XVII. A egreja é d'uma só nave, tendo a porta principal voltada ao sul, e outra para o nascente. O terremoto de 1755 arruinou parte da egreja, mas fôram logo reparados os estragos. O Collegio dos Meninos Orphãos, em que se fala, e onde a imagem de Nossa Senhora esteve desde 1570 até 1662, é o edificio onde actualmente está a ermida da Guia. O rei é juiz perpetuo da irmandade. A imagem da Senhora da Saude tem sido sempre de grande devoção, e possue valiosos e ricos vestidos com os respectivos mantos, e muitas joias preciosas, offertas de piedosos devotos, e cumprimento de promessas, feitas durante o largo espaço de mais de trezentos annos, da sua instituição em 15›0. O vestido mais rico é de gorgorão côr de cereja bordado a ouro fino, e de preço, segundo dizem tão alto pela mão d'obra, que não se lhe assignala o valor. E' tradição que este vestido e o competente manto fôra o do casamento da rainha D. Maria Anna d'Austria, mulher de D. João V, e dado depois d'aquella cerimonia, á imagem, como era uso fazer-se. O immediato em valor é de setim branco bordado com estrellas de ouro fino, o qual lhe foi offerecido por devoção em 1856, por occasião da epidemia da cholera-morbus. Dos outros sete vestidos não ha assentamentos relativos á proveniencia; um é de seda branca bordado a ouro, que parece de mais recente data; todos os outros fôram offertas feitas em remotas epocas, e teem as seguintes côres: de seda branca tecido em ramagens de côres e bordado de ouro; de setim azul bordado tambem a matiz e ouro; de setim côr de castanha bordado a ouro; de setim roxo com riscas de seda branca bordadas de matiz; de damasco roxo tecido de ouro; e de velludo azul recortado, com renda dourada. A imagem tambem possue tres corôas, sendo uma com pedras e duas lisas, tendo uma d'estas, de peso o valor de 61$000 réis; quatro cordões de ouro, uma pulseira com fechos de diamantes; um fio de perolas e outros objectos de menor valor. No anno de 1857, quando a epidemia da febre amarella tanto horror causou em Lisboa, onde fez milhares de victimas, entre as muitas procissões de penitencia, que então se fizeram, a devota imagem de Nossa Senhora da Saude saiu tambem da sua egreja, sendo levada para a de Jesus, parochial das Mercês, onde se conservou alguns dias, em que se fizeram fervorosas preces, regressando depois á sua egreja.

Egreja da Saude (Procissão de Nossa Senhora da Saude). Nas *Memorias de el rei D. Sebastião*, de Barbosa Machado, vem assim descripta esta procissão na primeira vez que se realisou, em 20 de abril de 1570: «Na vespera illuminaram se todos os edificios e todas as egrejas, formando os sinos uma plausivel e estrondosa consonancia. Precediam a procissão varias danças e invenções jocosas, que augmentavam o jubilo geral. Compunha-se de toda a comitiva do clero, familias religiosas, parochiaes e confrarias, sendo tão numerosa, que saindo da sé pela manhã, eram duas horas depois do meio dia quando entrou na egreja do convento de S. Domingos. Sobre um precioso andor ia a imagem de Nossa Senhora da Saude, a cuja protecção era a cidade devedora do que experimentava depois de tão horrivel contagio. No fim de toda a procissão, se via outro andor onde iam collocadas as mais insignes reliquias, que se veneram n'esta côrte. Depois de entrar a procissão em S. Domingos, subiu ao pulpito o mestre fr. João da Silva, da ordem dos prégadores, o qual fez um eloquente discurso.» Actualmente a procissão realisa se da seguinte fórma: Sae da egreja da Saude cerca das 10 horas da manhã, vae até á sé, onde se canta um *Te-Deum*, e d'ali sae acompanhada pelo cabido patriarchal, até á egreja de S. Domingos, onde ha sermão; o cabido separa-se, e retira se para a sé. Terminado o sermão, segue o prestito para a egreja da Saude. Na procissão vêem-se as duas actuaes confrarias existentes na egreja: de Santo Antonio, e N. S.ª da Saude e S. Sebastião, composta dos artilheiros que acompanham vestindo a capa por cima do uniforme, sendo a officialidade quem conduz os andores da Senhora da Saude e de S. Sebastião, e todas as mais insignias. No prestito incorporam se muitos anjos vistosamente adornados. Para abrilhantar mais aquelle acto religioso, tocam alternativamente diversas peças de musica, durante o transito, muitas philarmonicas e algumas bandas regimentaes. A imagem da Senhora da Saude é de roca, e vae sempre vestida com muita riqueza; tem sufficiente estatura, e o seu rosto é formoso, muito expressivo e infunde respeito e devoção. A imagem de S. Sebastião é pequena, de má esculptura; julga-se que é a primitiva que os artilheiros mandaram fazer para a sua antiga capella, ou pelo menos, tem muita antiguidade, anterior ao terremoto de 1755. A procissão da Saude, é ainda hoje, uma das mais brilhantes que se fazem em Lisboa, e a que aflue grande concorrencia.

Lisboa *(Ermidas de)*. O padre Carvalho da Costa, na sua *Chorographia Portugueza*, e o padre Baptista de Castro, no *Mappa de Portugal*, dão nota de muitas ermidas de Lisboa, que existiam no tempo d'estes dois escriptores, sendo algumas pertencentes a palacios de fidalgos. Actualmente ha as seguintes: *Ascensão; Fieis de Deus; Immaculada Conceição*, na travessa do Thorel, no palacete do sr. Manuel de Castro Guimarães; *Nossa Senhora da Bonança*, calçada da Fabrica da Louça, no palacio do marquez da Praia e Monforte; *Nossa Senhora do Monte do Carmo*, rua do Sol ao Rato, pertencente ao palacio do marquez de Fayal; *Nossa Senhora da Caridade*, becco da Caridade; *Nossa Senhora das Dôres e Santissimo Coração de Jesus*, rua do Embaixador em Belem; *Nossa Senhora da Gloria do Cardeal*, rua de Nossa Senhora da Gloria; *Nossa Senhora de Lourdes*, na quinta das Picôas; *Nossa Senhora dos Milagres*, rua da Estrella;

Nossa Senhora do Monte do Carmo, rua da Junqueira; *Nossa Senhora do Monserrate*, rua das Amoreiras; *Nossa Senhora da Oliveira*, rua de S. Julião; *Nossa Senhora do Parto, S. Chrispim e S. Chrispiniano*, rua de S. Mamede; *Nossa Senhora do Populo*, calçada de Arroios, no palacio do conde de Linhares; *Nossa Senhora dos Remedios*, rua dos Remedios em Alfama; *Nossa Senhora do Resgate*, rua dos Anjos; *Nossa Senhora da Victoria*, rua da Victoria; *Santa Rosa de Lima*, rua de Arroios; *Senhor Jesus da Boa Nova*, rua do Jardim do Tabaco; *Senhor Jesus da Boa Sorte*, largo das Olarias; *Senhor Jesus dos Navegantes*, rua dos Navegantes; *S. Roque*, no Arsenal da Marinha; ermidas nos palacios dos condes da Lapa e do Lavradio, marquez da Foz, largo do Caldas, etc. Descreveremos as seguintes, algumas das quaes já não existem.

Ermida do Alecrim. Estava situada, pouco mais ou menos, no local occupado hoje pelo predio que torneja da rua das Flôres para o largo do barão do Quintella. A ermida tinha a invocação de Nossa Senhora do Alecrim. Foi fundada por uma senhora distinctissima da ilha de S. Miguel, chamada D. Anna de Vilhena, casada com o desembargador da Casa da Supplicação Christovão Soares de Albergaria, que falleceu no proprio dia da acclamação de D. João IV. A ermida começou a edificar-se em 10 de maio de 1641, dizendo-se já ali a primeira missa n'esse mesmo anno. Esta ermida serviu de parochia á freguezia da Encarnação desde 1651 até 1676, em consequencia de ter ardido a egreja do Loreto, onde a freguezia estava estabelecida. Pela reconstrucção da egreja incendiada, voltou para ali a freguezia da Encarnação, porém, por divergencias com a irmandade do Loreto, voltou novamente para a ermida do Alecrim, onde se demorou então desde 1679 até 1708, em que se edificou a actual egreja da Encarnação. O terremoto de 1755 destruiu completamente a ermida, e a irmandade, com a imagem de Nossa Senhora do Alecrim, refugiou se na ermida e hospicio dos Clerigos Pobres, a S. Pedro d'Alcantara, passando, mais tarde, pela demolição d'esta ermida e hospicio, para a egreja do Sacramento. A irmandade da Senhora do Alecrim fazia a procissão do Enterro de Christo, que saía na sexta feira de Paixão, de tarde. Esta procissão ainda chegou a sair alguns annos da egreja do Sacramento. Parece que a irmandade já não existe.

Ermida d'Ascensão. Situada na calçada do Combro. Foi fundada em 1500 por Antonio Simões de Pina, fidalgo da Casa Real. Sua filha, D. Catharina de Pina, herdou-a pelo fallecimento do devoto fundador, e accrescentou-a, em honra do culto, com cinco capellães e um sepulchro de Endoenças em que todos os annos se expunha por diversas vezes o Santissimo Sacramento, e no jubileu da Ascensão com toda a solemnidade. D. Catharina de Pina não teve filhos, porém seu marido, o desembargador André Valente de Carvalho, que foi vereador principal do senado da camara, annexou todos os seus bens a esta ermida, com sujeição de vinculo e morgado, que veiu depois a pertencer a Antonio Correia da Silva, por ser um dos parentes mais proximos dos fundadores. Pela inscripção que se lê por cima da porta se sabe que a fachada do templosinho foi feita á custa dos irmãos de N. S.ª do Amparo, em 1675. N'um assento de vereação do senado da Camara de Lisboa, em 21 de maio de 1592, ha uma referencia muito interessante á ermida da Ascensão. Era a ella que se levavam as creanças perdidas. Confórme os *Elementos para a historia do municipio*, vol. II pag. 68, o assento diz o seguinte: «Accordou se em camara *que toda a pessoa que achar menino ou menina perdidos, os leve e entregue na ermida da Ascensão á calçada do Congro, á hermitôa*», etc. Por meio de escriptos notificados nos pulpitos se dava conhecimento dos meninos achados e entregues, tanto n'esta ermida, como no hospital dos Palmeiros e nas ermidas dos Fieis de Deus e da Senhora dos Remedios, em Alfama, que tinham egual incumbencia. Quando em 1708 a rainha D. Maria Anna d'Austria introduziu em Portugal os carmelitas descalços allemães, vieram estes para umas casas do Corpo Santo, passando depois para a ermida da Ascensão, e finalmente para o convento de S. João Nepomuceno, onde está hoje o Asylo de Santa Catharina. A ermida pouco soffreu com o terremoto de 1755. Na occasião da catastrophe fôram ali recolhidos os vasos sagrados da freguezia das Mercês, que então estava na actual egreja das Mercês da rua Formosa, que o terremoto arruinara. Em quanto duraram as obras da reconstrucção do edificio, conservou-se a parochia na ermida da Ascensão, voltando depois para a sua primitiva casa, em solemne procissão, no dia 22 de maio de 1757.

Ermida dos Fieis de Deus. Está situada á esquina da travessa d'este nome e da rua dos Caetanos, para onde tem a porta da entrada. Foi fundada em 1551. E' tradição que no principio do seculo XVI, sendo d'aquelle sitio dos Caetanos e seus arredores um completo despovoado, terras de pão e olivaes, vivia ali um ermitão n'uma ermidinha consagrada ás almas do Purgatorio. O eremita abrigava as creanças perdidas, tratando-as com todo o cuidado, emquanto não appareciam os paes e estes, ao encontrarem os filhos, davam de esmola ao ermitão, ordinariamente um vintem, acompanhado de mil agradecimentos, segundo o *Santuario Mariano*, de fr. Agostinho de Santa Maria, vol. VII, pag. 26. Com um vintem comprava-se n'aquella epoca, um alqueire de trigo. O fundador da ermida dos Fieis de Deus foi um tal Affonso Braz, que por sua morte, succedida em 29 de janeiro de 1569, deixou 2$500 réis para se dizerem annualmente 50 missas pelas almas do Purgatorio; observou mais que, em quanto vivessem umas suas sobrinhas, fôssem ellas as administradoras da ermida, passando por morte d'ellas para o padroado da Misericordia de Lisboa. No anno de 1590, pouco mais ou menos, muitas pessoas devotas erigiram uma confraternidade, e mandaram fazer uma imagem da Virgem, a que deram o titulo de Nossa Senhora d'Ajuda, supplicando em seguida á Sé Apostolica, a concessão para a fraternidade ser aggregada á archi-confraria do hospital do Espirito Santo, *in Saxia*, podendo assim os confrades participar das indulgencias e privilegios que muitos pontifices haviam concedido áquella archi-confraria de Roma. O papa Gregorio XIV satisfez a supplica da Confraternidade, por uma bulla datada em 1592. No anno de 1632 era juiz da irmandade de Nossa Senhora d'Ajuda e Fieis de Deus o bacharel Manuel Rodrigues Cabral,

e vendo que a ermida estava pobre, deixou-lhe por sua morte alguns legados, entre os quaes se contavam umas casas e uns cantaros de azeite. Fr. Agostinho de Santa Maria no *Santuario Mariano*, já citado, conta minuciosamente as desavenças que se seguiram entre o parocho e a irmandade, em consequencia d'aquelle legado, pretendendo por fim ser administrador da casa Bartholomeu Ravasco, o que facilmente alcançou, por ser irmão da Mesa da Misericordia, e além d'isso porque residia defronte, podendo d'esta fórma tratar do augmento da ermida e do culto de Nossa Senhora d'Ajuda. Os confrades não gostaram d'aquella resolução, e oppozeram-se energicamente á nomeação de Ravasco, mostrando, com documentos e escripturas, que o antigo administrador não podia ser demittido, pois não havia commettido crime algum. Bartholomeu Ravasco dispunha de muita influencia, e como se tinham perdido muitos papeis relativos aos legados de Manuel Rodrigues Cabral, e inclusivamente a bulla de Gregorio XIV, pôde desfazer todas as razões allegadas pelos confrades, e estes então, opprimidos pela força e pela violencia, agarraram na imagem da Senhora d'Ajuda, com todas as peças ricas e preciosas alfaias, pertencentes á irmandade, e fôram recolher se na parochia de Santa Catharina, freguezia a que pertenciam, levando juntamente as propriedades e rendimentos de legados que tinham tido. A imagem ficou, portanto, em Santa Catharina, onde era venerada e festejada. Os moradores do sitio, e das proximidades da ermida dos Fieis de Deus, zangaram-se muito por lhes haverem levado a milagrosa imagem. Parte d'elles reuniram-se e trataram de reorganisar a primitiva confraternidade, á qual fôra concedida, pela bulla de Gregorio XIV, a aggregação da archi-confraria do hospital do Espirito Santo, em Roma. A reformada confraternidade procurou outra imagem, e alcançou-a dos religiosos carmelitas; esta era de roca, e tinha quatro palmos e meio de altura. A nova imagem foi collocada solemnemente no sitio onde se venerava a primeira, e tornou-se objecto de tanta devoção, e fôram lhe attribuidos tantos milagres que os devotos continuamente concorriam á ermida, levando offertas e muitas esmolas valiosas. Annos mais tarde, entrou para a confraria um padre chamado Gil Lourenço. Este religioso tomou tanto interesse pelo engrandecimento do culto, que mandou levantar a capella, fazer um retabulo de excellente talha, e uma larga tribuna, onde collocou a imagem sobre um throno perfeitissimo. As paredes da capella ornaram-se de ricas pinturas, e, das pinturas até ao chão, guarneceram se de precioso azulejo, etc. Diz fr. Agostinho de Santa Maria que a ermida de Nossa Senhora d'Ajuda e santos Fieis de Deus era uma das mais ricas de Lisboa. O padre Gil Lourenço mandou fazer nova imagem, esculptura em madeira, de egual tamanho da que estava na tribuna, para a substituir. Era na verdade perfeitissima, mas quando quiz proceder á substituição, os devotos oppozeram-se tenazmente, não querendo que a antiga imagem fôsse retirada da tribuna. Gil Lourenço desistiu da sua idéa, e a nova imagem foi collocada em um nicho que servia de santuario ao lado da capella da parte do Evangelho. Parece que o terremoto de 1755 não causou estragos na ermida dos Fieis de Deus, que ainda hoje se ostenta, com a sua irmandade, fazendo a sua festividade annual com todo o brilhantismo.

Ermida de N. S.ª d'Assumpção. Estava situada na antiga rua *dos Prateiros* ou da *Prata*. Diz Pinho Leal, no vol. IV do *Portugal antigo e moderno*, «que esta rua era tão estreita, que não podia passar por ella uma besta de carga, e tinham os seus moradores, por privilegio real, duas colunmnas, uma em cada extremidade da rua, e no centro d'ella, para impedirem o transito de bestas carregadas, pelo grande transtorno que causavam aos peões, que ficavam sem ter por onde passar. No reinado de D. Affonso VI mandou a camara de Lisboa alargar a rua ficando desde então até ao dia do terremoto de 1755, de fórma que podiam passar por ella tres carroças emparelhadas. Esta rua foi quasi toda subvertida com o terremoto, e não é facil designar hoje o logar que occupava; mas parece-me que estava situada, pouco mais ou menos, em parte da actual rua d'Assumpção.» No reinado de D. Manuel collocaram os *prateiros*, como se designavam então os ourives da prata, no seu arruamento, que então se chamava *rua dos Prateiros* ou *da Prata*, um nicho com a imagem de Nossa Senhora d'Assumpção, á qual faziam uma solemne festividade em 15 de agosto, sendo então a rua adornada com varios altares de grande riqueza, Quando se alargou a rua, projectaram todos os moradores, de commum accordo, edificar á Senhora d'Assumpção, em vez do nicho, que tinha sido desfeito com o alargamento da rua, uma ermida magestosa. Decorreram algun annos, e em 1697 se deu principio á ermida, que ficava ao centro da rua, na parede do lado Oeste. Desde que se desmanchou o antigo nicho até á conclusão da ermida, esteve a imagem em casa d'um ourives da mesma rua, com a maior devoção e reverencia. Terminada a obra foi transferida a imagem para a sua nova casa, no proprio dia d'Assumpção, 15 de agosto, com toda a pompa, havendo á noite uma vistosa *encamisada* (cavalhada) de figuras com attributos da Senhora. A imagem tinha apenas dois palmos de altura, mas dizem ser muito bonita, sendo o corpo de vestir. A ermida ficou inteiramente destruida pelo terremoto de 1755 com tudo quanto encerrava, conservando-se por memoria o titulo da rua da Assumpção. Mais tarde edificou-se na rua da Prata uma pequena ermida dedicada a S. Eloy, advogado dos ourives. Era muito pequena, e na sua festa, que nos parece realisar-se em 1 de dezembro, os devotos chegavam até ao fim do passeio, armando-se até esse ponto uma pequena barraca de madeira, como accrescentamento da ermida. Ha já muitos annos que tudo acabou.

Ermida de Nossa Senhora da Caridade. Foi fundada por D. Duarte d'Eça e Faria, filho de Antonio d'Eça, e neto de D. João d'Eça, governador das ilhas de Sofala. Era situada junto ao convento de Santa Brigida, *Inglezinhas*. Foi destruida pelo terremoto de 1755.

Ermida de Nossa Senhora da Guia. Esta antiga ermida ficava no fim da antiga rua da Palma, pouco mais ou menos, onde está actualmente uma pharmacia, que faz esquina para a rua de S. Vicente á Guia. Foi demolida, assim como outras propriedades, quando se projectou abrir o prolongamento da referida rua da Palma até

ao largo do Inteudente. Fôra fundada a ermida em 1600. Quando se demoliu, passou a imagem da Senhora da Guia para o edificio, onde ainda hoje se conserva, e que fôra o collegio dos Meninos Orphãos.

Ermida e hospicio de Nossa Senhora da Conceição, dos Clerigos Pobres. Foi fundado o edificio em 12 de dezembro de 1651 pelo tenente general de artilharia Rui Correia Lucas, e sua mulher D. Milicia da Silveira, para 13 clerigos pobres do habito de S. Pedro, que, não sendo de Lisboa, costumavam vir a esta cidade a tratar negocios seus. A egreja começou a edificar-se em 18 de abril de 1722. O hospicio tinha administradores seculares subordinados ao provedor dos Residuos, e á Mesa da Consciencia e Ordens Estava situado defronte da alameda de S. Pedro d'Alcantara. A ermida tinha tres altares, e era adornada com muitos quadros pequenos. O terremoto de 1755 arruinou muito o edificio, que na reconstrucção ficou melhorado no frontispicio. A ermida e hospital fôram demolidos ha talvez 40 annos, passando os clerigos para a egreja da Encarnação, e a irmandade de Nossa Senhora do Alecrim, que existia ali, para a egreja do Sacramento. Os clerigos pobres mais tarde sairam da Encarnação, e fôram para um hospicio a Santa Martha. A antiga ermida a S. Pedro d'Alcantara era obrigada a fazer um officio annual por alma dos fundadores. No local onde existiu a capella e hospicio vê-se hoje uma importante propriedade.

Ermida de Nossa Senhora de Monteagudo. Estava no caminho da Penha de França, sendo construida em 1693 por Lourenço Pires de Carvalho, commissario da Bulla da Cruzada. Foi depois seu administrador o conde de Soure. Nada soffreu com o terremoto de 1755, mas já hoje não existe.

Ermida de Nossa Senhora da Oliveira. Estava situada no adro da egreja parochial de S. Julião, para a parte do sul, sobre o chafariz, que existia aqui, chamado dos *Cavallos*, na *rua Nova dos Mercadores*, ou de *El-Rei*, e que occupava antes do terremoto de 1755, com pouca differença, a actual *rua d'El Rei*, vulgo dos *Capellistas*. A ermida foi fundada pelos annos de 1300, por Pedro Esteves e sua mulher, Clara Geraldes, naturaes de Guimarães, junto a uma grande oliveira, que existia aqui, e por isso se ficou chamando á imagem *Nossa Senhora da Oliveira*. Os eremitas da ordem de Santa Maria de Roque Amador, vulgo, *Reclamador*, erigiram n'este sitio um hospital, e d'esta circumstancia tambem se deu á imagem a denominação de *Santa Maria de Roque Amador*. O hospital denominava-se de *Frei João*, que era um frade muito virtuoso, da ordem de Roque Amador, que foi o fundador, do hospital, ou por muito tempo seu administrador. Esta ordem teve principio em França, no anno de 1166, talvez no santuario da Virgem de *Rocamadour*. O fim principal da instituição era erigirem hospitaes para peregrinos. Os outros reis da christandade admittiram em seus reinos religiosos d'esta ordem, para a fundação dos hospitaes, em que exercessem a sua caridade. Em Portugal fundaram-se muitos hospitaes. Esta ordem floresceu, sendo muito respeitada, até ao reinado de D. João II, em que foi supprimida, ou deixou de existir. A imagem era muito bonita; de roca, e tinha vestidos riquissimos. Estava n'uma rica tribuna, no altar-mór; a ermida tinha mais dois altares, sendo um dedicado a Jesus Cruxificado, e outro a S. Gonçalo de Amarante. Depois de ser pertença dos religiosos, passou a ser administrada esta casa pela corporação dos confeiteiros de Lisboa, que faziam a sua festa no dia 8 de dezembro. O terremoto de 1755 destruiu completamente o edificio, que não se tornou a reconstruir. A corporação dos confeiteiros tem hoje ainda a sua capella de Nossa Senhora da Oliveira na rua de S. Julião.

Ermida de Nossa Senhora do Paraizo. Teve a sua primeira fundação em Santos-o-Velho, junto aos frades marianos, passando depois ao pateo de Santos-o-Novo. Foi edificada por Diogo Pereira, cavalleiro da ordem de S. Thiago, com a condição de que em tempo algum pudesse sair da irmandade o dominio da ermida. Foi benzida pelo bispo de Fez D. Belchior Beliago, a 9 de maio de 1562.

Ermida de Nossa Senhora da Pureza. Foi fundada em 1581 por Manuel de Castro, solicitador dos orphãos, e sua mulher, Filippa Lourenço, os quaes a dotaram com 100$000 réis para a fabrica. Foi depois administrada pelo conde de Castello Melhor, que comprou o direito aos herdeiros em 18 de maio de 1711. Não padeceu nada com o terremoto de 1755. Esteve depois ali installada a freguezia de S. Nicolau. Foi a melhor ermida que existiu em Lisboa, não só pela sua forma e vastidão, mas tambem pela riqueza dos marmores que a adornavam. O palacio do marquez de Castello Melhor, do qual fazia parte a referida ermida, e a senhora da Pureza era padroeira, foi expropriado por utilidade publica para a construcção da Estação dos Caminhos de Ferro no largo do Camões. Reconhecendo-se mais tarde não ser necessario a expropriação, passou o palacio a ser propriedade do sr. marquez da Foz, que o reparou e decorou ricamente. Mais tarde resolveu alugal-o, pelo que procedeu a novas obras d'adaptação, demolindo a ermida. A imagem de N. S.ª da Pureza foi levada em 5 de fevereiro de 1902 para a egreja parochial de S. Lourenço. As columnas e balaustres da ermida foram adornar a fachada do lado sul do Museu de Artilharia. Na *Lisboa Antiga e Moderna*, de Angelina Vidal, tomo I, pag. 25, encontram-se as seguintes noticias referentes a esta ermida: «Morto o primeiro conde de Castello Melhor, o seu successor no vinculo comprou uma ermida, que estava na esquina opposta na rua da Gloria, e fez uma communicação do palacio para lá, por meio de um passadiço. Em uma janella d'esse passadiço mandou gravar o seguinte:—*Esta capella é de Nossa Senhora da Pureza do amor de Deus. Feita em julho de 1585 e agora renovada pelo padre Antonio de Castilho, em abril de 1692.* Na sobreverga, lia-se:—*Esta Ermida é do conde de Castelho Melhor=Anno de 1720.* Depois do terremoto de 1755 o conde foi elevado a marquez e mandou construir um novo palacio, segundo o risco do celebre architecto italiano Francisco Fabri. As obras começaram no anno de 1777.»

Ermida de N. S.ª da Purificação, ou da Escada. Era muito antiga, pois foi edificada no tempo de D. Affonso Henriques, e alguns escriptores suppõem até que fôsse edificação dos gôdos. O que não padece duvida é ser muito mais an-

tiga que a egreja de S. Domingos, porque esta egreja, quando se construiu, ficou contigua á ermida de Nossa Senhora da Escada da parte do Evangelho, vindo ambas a formar um conjuncto, e tendo communicação interior. D. Affonso III, que foi o fundador do convento e egreja de S. Domingos, mandou fazer n'esta egreja uma tribuna para a ermida. Além da communicação interior, havia tambem uma serventia externa, pelo atrio da egreja, por uma larga escada de pedra de 31 degraus, por onde se subia para a ermida, o que originou o nome popular de *Nossa Senhora da Escada*. A ermida estava assente sobre firmes abobadas de tres capellas da egreja de S. Domingos, do lado do Evangelho, tornando a egreja defeituosa, porque as capellas ficavam mais baixas, o que mais tarde se remediou, n'umas reformas da egreja no tempo de D. João III. A ermida de Nossa Senhora da Escada era no sitio, onde hoje se vê uma confeitaria, e ainda existia em 1834. No tempo de D. Affonso Henriques a imagem gozava grande fama de milagrosa, tanto em Lisboa como nos arredores, pelos muitos milagres que lhe attribuiam. Os maritimos, principalmente, consagravam-lhe a mais particular devoção. Conforme os nossos antigos chronistas, está averiguado que existiu em epocas muito remotas um esteiro ou braço do rio Tejo, que chegava até á Mouraria, e os navios ancoravam sempre n'este sitio, julgando-se seguros dos vendavaes, fundeando á vista da capella. Nunca se póde conhecer a origem da imagem de Nossa Senhora da Escada. Suppõe-se que appareceu n'este mesmo logar, onde estava escondida desde o anno de 715. O seu primeiro titulo era *Santa Maria da Corredoura*, por ser este o nome do sitio. Fazia-se a sua festa a 2 de fevereiro, dia da Senhora da Purificação, e ali ia em procissão o senado e o cabido de Lisboa. Quando a familia real habitava no palacio dos Estaos, que ficava proximo, onde se vê hoje o theatro de D. Maria II, dizem que aquella ermida servia de capella real. A imagem da Senhora tambem era de muita devoção para os nossos monarchas. No tempo d'el-rei D. Fernando I foi reedificada a ermida por um bemfeitor, Pedro Affonso Mealha, védor da fazenda real, e grande valido do monarcha. D. Duarte, filho de D. João I, não se contentando com as obras que seu pae mandara fazer na ermida, a restaurou com toda a magnificencia, dando-lhe uma esmola importante para que uma lampada alumiasse a imagem continuamente, de dia e de noite. O infante D. Fernando, que morreu captivo em Africa, foi ali confessar-se e commungar, antes de embarcar para as regiões africanas. N'aquelle sitio levantou ferro toda a armada em 25 de julho de 1437, para a conquista de Tanger. D. Affonso V, dispondo-se a tomar Arzilla e Tanger, foi o primeiro a offerecer-se, a si e á sua armada, á Senhora da Escada, confessando-se e commungando na sua ermida, na manhã de 15 de agosto de 1471, embarcando na tarde d'esse mesmo dia. D. João III, vendo o convento de S. Domingos muito arruinado com o terremoto de 1531, deu grandes esmolas para a sua reedificação, recommendando instantemente a ermida de Nossa Senhora da Escada. Entre os votos que os habitantes de Lisboa fizeram por occasião da guerra contra Castella para a defeza do reino, em tempo de D. João I, houve o de uma procissão á referida ermida, além de outros em que se promettiam reformas de costumes. A procissão fazia-se no dia de S. Jorge, saindo da egreja d'esta invocação para a ermida da Senhora da Escada, levando a imagem do santo. Instituiu-se depois outra procissão de triumpho no dia 14 de agosto, em acção de graças pela batalha de Aljubarrota, saindo da sé e recolhendo na egreja da Graça. D. João I, retirando de Alcochete a Lisboa, atacado da doença de que falleceu, foi, antes de entrar no palacio, onde hoje é o Limoeiro, á ermida da Senhora da Escada despedir-se da Virgem e interceder a sua protecção para a viagem da eternidade. Ambas as citadas procissões deixaram de se fazer por ordem de Filippe II, de Hespanha, quando se apoderou de Portugal. O terremoto de 1755 causou grande destroço á ermida, e o incendio, que se seguiu, a arruinou de todo. Em 1834, ou pouco depois, a ermida, que já não tinha a grandeza antiga, foi arrazada, levantando se em seu logar a importante propriedade, que está junto á egreja de S. Domingos.

Ermida de Nossa Senhora dos Remedios. No principio da rua das Portas da Cruz, hoje chamada dos *Remedios*, está esta ermida, que foi fundada em 1581, e dedicada ao Espirito Santo. Era a capella do hospital d'este nome. A irmandade do Espirito Santo compunha-se dos navegantes e pescadores d'Alfama, com o seu juiz conservador, que era o corregedor do crime de Lisboa. O hospital fôra instituido para os irmãos pobres. A irmandade tinha sido originariamente instituida na egreja parochial de S. Miguel d'Alfama, antes da instituição da Misericordia, e emquanto os irmãos não construiram casa propria. Por questões entre os irmãos e alguns padres da egreja, por causa de interesses, resolveu a irmandade fundar uma ermida, que lhe servisse de séde. Escolheram então o local, e edificaram a ermida, que ainda hoje existe, ao Chafariz de Dentro, conforme dissémos, dedicando-a ao Espirito Santo, e obtendo da curia romana varias bullas de privilegio. Existiu muitos annos esta irmandade. Os irmãos tinham uma tumba propria para conduzir os defuntos, a qual era coberta de um rico panno de velludo preto, com barras, e cruz de brocado de ouro, franjado do mesmo metal, e uma rica cruz, com manga, egual ao panno da tumba, com a divisa do Espirito Santo, que é uma pomba branca com as azas abertas, bordada no mesmo brocado, cercada de um resplendor de ouro. Enterravam os irmãos e suas mulheres, filhos e filhas, emquanto viviam debaixo do patrio poder, sem o minimo interesse. Com a mesma caridade enterravam os creados e escravos dos irmãos. Aos que eram pobres tratavam cuidadosamente no seu hospital, e se falleciam, davam lhes sepultura e mortalha, mandando-lhes dizer certo numero de missas. Erigindo se a Misericordia, perto d'esta ermida e hospital, no local onde existe a egreja da Conceição Velha, a administração da nova instituição pretendeu prohibir que a irmandade do Espirito Santo tivesse uma instituição da mesma especie, e houve por isso uma renhida demanda sustentando os irmãos do Espirito Santo a sua posse, autorisada e protegida por provisões regias e bullas pontificias, e o seu direito, fundado

além d'isso, pela sua prioridade. Terminou a demanda por uma escriptura de concerto, feita em 12 de agosto de 1692, na qual se estipulou que os pescadores enterrariam seus irmãos e familias, mas não pessoas estranhas Era então provedor da Misericordia Mathias d'Albuquerque, que foi vice-rei da India. O terremoto de 1755 arruinou muito a ermida, mas os estragos logo se repararam. Emquanto á invocação actual de Nossa Senhora dos Remedios, lê se no *Santuario Marianno*, Livro I, tit 46: «O que pude descobrir é que n'aquella egreja ha um poço, que fica em o canto d'ella, ao entrar da porta principal, da parte esquerda. N'este, dizem todos, por tradição, que indo um trabalhador, ou servente de pedreiro tirar agua para alguma obra que na egreja se fazia, e que tirando o caldeirão tirára n'elle a santa imagem. Alvoroçado com o successo, chamou pelos officiaes e estes pelo mestre, e que todos entenderam ser cousa milagrosa; e muito mais, por ser o poço baixinho (que se tira d'elle agua com limitada corda) e tirando-se d'elle continuamente agua, nunca fôra vista. Tambem se admiraram mais que estando esta santa imagem n'aquelle poço, se visse a pintura enxuta e sem lesão, o que não podia ser senão por milagre, em uma imagem de madeira e estofada.» (vestida). A fama d'este milagre correu em breve por toda a cidade, e muitos afflictos recorreram á imagem, procurando remedio aos seus males, e por isso o povo começou a chamar-lhe *Nossa Senhora dos Remedios*, titulo que desde então lhe ficou, assim como á ermida. A imagem, que appareceu no poço, tem uns 30 centimetros de altura; é de vestir, e com um rosto de adoravel belleza. Está collocada sobre o sacrario em um throno, sob um docel, tudo adaptado á sua pequenez. Diz a lenda que a Senhora desapparecia ás vezes, e acreditavam os devotos que ella ia acudir aos seus pescadores do alto, quando estavam em perigo, pelos vendavaes ou pelos navios africanos. Para não deixar de haver sempre na ermida uma imagem de Nossa Senhora dos Remedios (continua a lenda) mandaram os irmãos fazer outra, de maiores proporções, que está collocada no altar-mór. E' tambem muito perfeita. Além do altar-mór, a ermida tem mais dois, sendo todos de talha dourada.

Ermida de Nossa Senhora da Victoria, e hospital. Foi fundada em 1556. Está situada na rua da Victoria, junto á rua do Crucifixo, antigo sitio denominado *Caldeiraria.* N'este sitio existia um hospital de mulheres incuraveis, dedicado a Sant'Anna, e dependente do hospital de Todos os Santos, por cujo provedor e irmãos corria a sua administração. Entre as enfermas recolhidas no hospital de Sant'Anna, havia uma velha, cega, muito devota de Nossa Senhora, e com esmolas que juntou, lhe mandou fazer uma imagem, de róca, que foi collocada no altar do mesmo hospital, dando-lhe o titulo de *Nossa Senhora da Victoria.* O povo começou a ter grande devoção pela imagem, fazendo-lhe sumptuosa festa, e instituindo-lhe uma confraria para perpetuar esta devoção. A confraria constituiu-se em irmandade com o seu compromisso, por escriptura publica, em 1530. Os irmãos desejavam que a Senhora tivesse casa propria, e sabendo isto uma beata da ordem Terceira de S. Francisco, Margarida Lourenço, lhe offereceu umas casas que possuia, proximo e abaixo de S. Vicente de Fóra, entre as Portas da Cruz, hoje rua dos Remedios, e o postigo do Arcebispo, hoje Arco Pequeno, casas em que morava, que eram grandes, e uma boa quinta que ficava annexa, para que acabassem uma ermida que ella havia começado, e trazerem para ali a imagem de Nossa Senhora da Victoria. Fez doação de tudo á referida Senhora, por escriptura de 10 de julho de 1536, nas notas do tabelião Gaspar Gonçalves, tendo esta doação effeito só por sua morte, e com a condição dos irmãos lhe mandarem fazer todos os annos um officio funebre no annivesario da sua morte. As casas e quinta eram foreiras á ordem de Malta, de que era então grão-prior o cardeal infante D. Henrique, que negou licença para a fundação. Outros dizem que D. Henrique não negou esta licença, porém sim outra, que Margarida Lourenço lhe pedira primeiro, para construir naquellas mesmas casas e quinta uma egreja de Nossa Senhora da Consolação e um mosteiro de freiras annexo. Quando Margarida Lourenço estava prestes a expirar ratificou por testamento a doação que fizera á Senhora da Victoria, e deixando-lhe ainda mais outras peças e propriedades, e de tudo tomou posse a irmandade. Sendo grande a distancia da Caldeiraria ás casas doadas, e sendo os irmãos officiaes de officio, que tinham n'aquelle districto os estabelecimentos, accrescentando além d'isso a difficuldade da licença para a conclusão da capella começada pela doadora, resolveram em 1545, fazer uma supplica ao papa, então Paulo III, para que lhes concedesse licença para venderem as casas e quinta, e fazerem com o preço da venda outra egreja, junto ao hospital de Sant'Anna, onde a imagem da Senhora da Victoria continuava a estar. O papa concedeu a licença pedida. No anno de 1550 venderam as casas, e com o preço da venda, juntamente com esmolas dos irmãos, se compraram duas propriedades de casas junto do hospital. Obtiveram permissão da administração do hospital de Todos os Santos para aggregarem a si o hospital de Sant'Anna, obrigando-se a sustentar as mulheres incuraveis d'este, á custa dos rendimentos da Senhora da Victoria; e por morte d'estas a conservarem sempre quatro mulheres pobres incuraveis; as rendas com que até então se sustentava o hospital de Sant'Anna, se incorporaram no hospital de Todos os Santos, e os irmãos cumpriram sempre o promettido, á custa das rendas da Senhora da Victoria, e supprindo com suas esmolas ao que faltava. Deu-se principio á nova egreja em 1556, como acima dissémos. Para ficarem isentos da freguezia de S. Nicolau, a que pertenciam, fizeram um contrato com o prior e beneficiados, por escriptura publica, feita pelo tabellião Sebastião Rodrigues, notario apostolico, em 17 de junho de 1555, pelo qual se obrigaram a dar-lhes todos os annos 3$000 réis, renunciando os priores e os beneficiados, por si e futuros, tudo o que pudessem haver da Senhora da Victoria, pelo que os irmãos ficaram livres para fazerem todas as suas festas, sem dependencia da parochia As obras proseguiram com toda a regularidade, empregando os irmãos todos os seus esforços para que ellas se activassem o mais possivel. A egreja concluiu-se com toda a magnificencia, e sobre a

porta principal se collocou a seguinte inscripção.

Sacro Templo do Nossa Senhora da Victoria
Edificado em 6 dias do mez de Agosto, anno de 1556
Em tempo do muito poderoso rei D. João III d'este nome

A irmandade adornou a egreja com retabulos e pinturas, e outras muito custosas alfaias, calices, custodia e outras peças de prata. Instituiram se capellas pelos irmãos e por outras pessoas nobres, particulares, pelo que se diziam aqui muitas missas, pelos seus capellães e por outros muitos clerigos seculares e regulares. Tinham varios capellães, presididos pelo capellão-mór; não resavam em côro, mas celebravem em todos os sabbados do anno missas cantadas, com acompanhamento de orgão em todas as festas da Virgem, qualquer que fôsse a sua invocação. Em 20 de dezembro de 1595 se fez um novo compromisso, que revogava ou modificava alguns dos artigos do primeiro. N'elle se determinava que a festa principal fôsse a 8 de setembro, dia da natividade de Nossa Senhora; que se fizesse a 2 de fevereiro a festa de Nossa Senhora da Purificação, em memoria de se ter instituido a irmandade n'este dia do anno de 1530. Tambem se estabeleceu, que se celebrassem todas as festas da Semana Santa, desde o domingo de Ramos até domingo de Paschoa, e a festa do Natal, para que se construiu um bonito presepe. Desde a construcção d'esta egreja, deixou-se de chamar *hospital de Sant'Anna*, ficando desde então com a designação de *hospital de Nossa Senhora da Victoria*. O governo d'esta casa compunha se d'um provedor, escrivão, thesoureiro, procurador e nove vogaes, todos eleitos por sortes. Os irmãos teem muitos privilegios, graças e indulgencias, porque no anno de 1561 se aggregaram ao hospital de *Sancti Spiritus in Saxia*, de Roma, e gozam por isso de todas as prerogativas, graças e privilegios do hospital romano, por bulla pontificia, expedida pelo papa Innocencio XII, que se guarda no archivo. Pagava-se todos os annos ao hospital de Roma dois escudos de ouro, em signal de sujeição e reconhecimento. Em 1707 esteve aqui estabelecida, por consentimento da irmandade, a freguezia de S. Nicolau, em quanto duraram umas obras que se fizeram na egreja parochial. Entre as muitas reliquias que se guardam n'uma custodia de prata, existente na capella chamada dos *Cunhas*, existe uma reliquia do martyr S. Jorge, offerecida por D. Joanna Vaz, senhora muito devota, que foi dama da infanta D. Maria, filha d'el-rei D. Manuel, e depois da rainha D. Catharina, mulher de D. João III. Quando o general castelhano D. João d'Austria entrou em Portugal, invadindo a provincia do Alemtejo em 1663, com um poderoso exercito, tomou a cidade de Evora em 22 de maio, e d'ali veiu até Setubal com a sua numerosa cavallaria, o povo de Lisboa, muito afflicto, corria ás egrejas pedindo victoria contra os castelhanos Fizeram-se muitas procissões publicas, com imagens tidas por mais milagrosas e a irmandade de Nossa Senhora da Victoria tambem saiu com a sua imagem em devota procissão, n'um riquissimo andor, pelas ruas da cidade. Ao recolher á egreja, recebeu-se a alegre noticia de que o conde de Villa Flôr alcançara grande victoria na batalha do Ameixial em 8 de junho, derrotando o exercito castelhano. D. Affonso VI attribuiu este facto á protecção de Nossa Senhora da Victoria, pelo que se constituiu seu feudatario, offerecendo-lhe logo quatro arrobas de cêra, e obrigando-se a continuar todos os annos com egual offerta, que passou aos seus successores. Na ermida ha tambem o altar de Nossa Senhora da Lembrança, fundado por um devoto, que instituiu aqui uma capellania. São os caldeireiros que lhe fazem a festa e tratam do altar. O terremoto de novembro de 1755 arruinou muito a egreja. Principiaram logo as obras da reedificação, mas seguiram tão demoradas, que só terminaram em 1824. A actual ermida tem o altar-mór, onde está a imagem da Senhora da Victoria; dois altares lateraes, do lado do Evangelho Santo Antonio, e do lado da Epistola Nossa Senhora da Lembrança. No hospital conserva-se sempre um numero certo de mulheres pobres e velhas, só sendo admittidas quando ha alguma vacatura. São muito bem tratadas, e quando estão doentes, teem todos os soccorros medicos. No dia 8 de setembro, em que solemnisa a Senhora da Victoria, costuma estar patente ao publico o hospital. A administração d'esta ermida e hospicio pertence á irmandade do Santissimo Sacramento da freguezia da Conceição Nova.

Ermida de S. Chrispim e S. Chrispiniano. Não se sabe o nome do fundador d'esta capella, mas é muito antiga, e suppõe-se fundação do seculo XIII. Está situada na rua nova de S. Mamede, junto ao sitio, onde foi a porta da *Alfofa*. E' administrada por uma grande irmandade, que se compõe de sapateiros. Antes de S. Vicente, eram os santos martyres Chrispim e Chrispiniano os padroeiros de Lisboa. N'esta ermida está a imagem de Nossa Senhora do Parto, que é de grande devoção. E' imagem de roca, sempre bem vestida, que se vê collocada no meio do retabulo da capella-mór. Antigamente fazia-se-lhe uma grande festa na terceira oitava do Natal, dia dos Santos Innocentes. O terremoto de 1755 causou-lhe alguma ruina, que foi logo reparada. Na Bibliotheca Nacional existe um manuscripto (*Fundo antigo, n.º 17, fol. 37*), em que se refere um legado interessante feito a esta ermida: Catharina Fernandes deixou umas casas ao pé da ermida de S Chrispim, aos irmãos sapateiros, para no dia d'aquelles martyres deitarem aos rapazes uma sacca de castanhas e uma alcofa de maçãs, em commemoração da tomada do castello de Lisboa aos moiros. Segundo se lê no mesmo ms. aquella mulher, no dia da tomada do castello, começou a deitar tudo quanto tinha em casa aos soldados e á mais gente. Está sepultada na mesma ermida em campa raza

Lisboa (*Escolas superiores de*). V. no vol. III pag. 173 e seguintes.

Lisboa (*Estações dos Caminhos de Ferro em*). As estações mais importantes dos caminhos de ferro em Lisboa pertencem á Companhia Real, com a excepção da do Terreiro do Paço, que pertence ao Estado (*V. Caminhos de Ferro*, vol. II, pag. 665).

Estação de Alcantara. Foi primitivamente a estação principal do caminho de ferro de Lisboa a Cintra, construida em 1887. Mais tarde, pela ligação d'esta linha com a de Cascaes, erigiu-se a estação de *Alcantara-Mar*, ficando a primeira,

conhecida por *Alcantara-Terra*. Actualmente serve a linha de Oeste, mas só para mercadorias. A estação de Alcantara-Terra foi construida em grande parte sobre o antigo caneiro, que para isso teve de ser coberto em mais de 240 metros, alterando-se tambem em grande extensão o curso das aguas, para accommodação das diversas dependencias da *gare*. Comprehende esta estação um edificio para passageiros, com salas de espera, vestibulo de bagagens, escriptorios, telegrapho, chefe da estação, formando um parallelogrammo, de 95 metros por 10 de fundo. O accesso para passageiros faz-se pelo lado do poente, onde a entrada é coberta com uma *marquise*. Do mesmo lado existe um caes para volumes transportados por grande velocidade, com acesso especial pela rua da Fabrica da Polvora, e depois uma cocheira para 24 carruagens em 8 vias. Em frente estende-se o grande caes de mercadorias, de 90 metros de comprimento com accesso pela antiga estrada da Circumvallação da cidade, ao qual segue um outro para vehiculos e gado, e outro ainda, pequeno e isolado, para materias inflammaveis. Em face d'este está um grande caes para carvão, que fica em frente de uma rotunda para 6 machinas, com officina de reparação annexa. A' saida da estação tem a linha um tunnel com 540 metros de extensão e a profundidade maxima de 52 metros.

Estação do Caes do Sodré. Acha-se situada no local de que tirou a denominação. Serve a linha de Cascaes. E' de construcção provisoria.

Estação do Caes dos Soldados. Tambem designada por estação de Santa Apolonia. Acha se situada no largo dos Caminhos de Ferro. E' a estação principal destinada ás linhas de Norte e Leste. Serve tambem para a linha de Oeste. No sitio chamado *Caes dos Soldados* havia um grande edificio, que servia de quartel de artilharia, tendo na sua frente um espaçoso terreiro, fechado com grades de ferro, que o separavam da rua, tambem chamada do Caes dos Soldados. Com a construcção da estação deu se ao sitio a designação de Largo e rua dos Caminhos de Ferro. Fizeram o risco e dirigiram as obras do edificio os engenheiros Angel Arribas Ugart, director, João Evaugelista de Abreu, engenheiro-chefe, Lecrenier, engenheiro divisionario, e constructor Oppermann. Lançou-se a primeira pedra dos alicerces em outubro de 1862. Concluiram-se as obras, e foi a estação aberta ao publico no dia 1 de maio de 1865. Custou toda a construcção 250 contos de réis. O edificio tem quatro frentes, medindo 135 metros de comprimento, 50,^{m}40 de largura e 13 m. de altura. Actualmente, trata se de lhe accrescentar um andar. As duas fachadas olham, uma para O, por onde saem os passageiros que chegam no caminho de ferro, e outra por E, por onde entram os vagões. Os terreiros onde se vêem as officinas, separadas do edificio principal, bem como o que fica ao S, fôram em grande parte conquistados ao Tejo. No pavimento terreo da estação está o salão real, cocheiras de carruagens, as salas do chefe, da distribuição de bagagens, da saida dos passageiros, da alfandega, da recepção das bagagens, de *espera*, dos passageiros, da fiscalisação do governo, do serviço de saude, do telegrapho, do chefe da estação, café e restaurant, etc. No andar nobre estão as salas de administração, direcção e secretaria, e as differentes repartições de todos os serviços do caminho de ferro: repartição do movimento, via e obras, trafego; tracção, armazens, contabilidade geral, etc, etc. A grande nave onde os passageiros entram e saem dos comboios occupa o centro do edificio. Tem de comprimento 117 metros, de largura 24,^{m}60, e de altura 13 metros. O tecto do edificio é todo de ferro, com vidraças no centro, sendo a construcção solida e elegante.

Estação do Rocio. Está situada no Largo de Camões, junto do antigo Rocio, hoje Praça de D. Pedro IV. Fica em frente do theatro D. Maria II. O architecto sr. José Luiz Monteiro quiz applicar a este edificio o estylo manuelino, o que tornou muito pesado o seu aspecto. Serve a estação as linhas suburbanas, de Cintra, e as grandes linhas de Norte, Leste e Oeste. O edificio dos passageiros compõe-se de dois corpos rectangulares. O corpo principal tem lojas e dois pavimentos superiores. A area que occupa é do 43,5 metros por 23. O corpo lateral tem egual numero de pavimentos com 45 metros de frente por 19 de fundo. No primeiro pavimento para o largo de Camões, ha um espaçoso vestibulo de entrada de passageiros, no qual se encontram a venda de bilhetes e recepção de bagagens. A' direita, ao fundo, ha dois ascensores para os volumes no sentido vertical. Ao lado esquerdo do vestibulo está a larga escada que conduz ao andar superior, tendo ao lado dois ascensores para passageiros, no sentido vertical, systema Edoux. O pavimento superior foi destinado para os escriptorios do conselho de administração da Companhia Real, sala de reunião, e outras dependencias do serviço, havendo ao centro uma grande claraboia para lhes dar luz e ventilação. E' só no segundo andar que os dois edificios se communicam, nos seus extremos, junto á frontaria do lado do antigo pateo do Duque de Cadaval., O corpo da frente é repartido em escriptorios do inspector, chefe do movimento, serviço medico, fiscalisação do governo, casa de descanço de machinistas e conductores, do telegrapho, gabinete do chefe da estação, escriptorio para o director, e um espaçoso salão real. O corpo do lado do pateo, no pavimento ao rez-do-chão, tem ao fundo um vestibulo de bagagens, para entrega das que chegam; á esquerda d'este o escriptorio para a alfandega, e á direita a escada pela qual descem os passageiros do 2.° andar. As bagagens baixam por ascensor. Os passageiros que entram na estação pelo lado da calçada do Duque penetram no edificio logo por aquelle andar entrando pelas portas ao longo do vestibulo. Estes, porém, são os passageiros sem bagagem, porque os demais entram pelo vestibulo principal, para ahi despacharem os seus volumes. A' saida da gare da estação do Rocio, encontra-se o grande tunnel denominado da Avenida, acabado de perfurar em 1888, anno em que se ligaram os diversos poços. Este tunnel tem a outra extremidade junto da estação de Campolide. A saida da estação do Rocio tem o tunnel duas galerias com 8 metros de largura, separadas por uma parede de metro e meio de grossura. Estas duas galerias prolongam-se na extensão de 30 metros, reunindo-se depois n'um só tunnel para duas vias. A gare está repartida em tres grupos de

linhas, ladeadas por patins cobertos por uma enorme *marquise*. As linhas dividem-se em: para as partidas dos comboios das linhas grandes; para a chegada dos mesmos comboios; e para a partida e chegada dos comboios *tremvias*. Com a inauguração d'esta estação começaram em Lisboa os tremvias, ou pequenos comboios successivos, para as povoações proximas. Para esse fim o serviço faz-se por um systema especial, sempre com o mesmo material, mudando apenas a machina passageiros. Ao lado da estação do Rocio ergue-se o magnifico hotel Avenida Palace, que está ligado interiormente á estação. O risco do edificio deve-se tambem ao architecto sr. José Luiz Monteiro, que n'elle foi muito feliz, pois ficou uma construcção elegante e distincta. Além do hotel internacional estão alojados aqui os escriptorios da companhia dos Vagons-lits, e alguns estabelecimentos importantes.

Estação do Terreiro do Paço. Está situada

Estação Central dos Caminhos de Ferro

ra a frente do trem, assim que este pára na estação *terminus*. Por isso as referidas linhas tinham ao principio tres placas, rotatorias, hoje substituidas por um apparelho automatico aperfeiçoadissimo, que as põem em communicação entre si, e por meio das quaes a machina, que reboca um comboio que chega, vae immediatamete tomar a outra linha e, por esta fórma, collocar-se na cauda do trem, a fim de o levar em sentido inverso, logo que tenham entrado os novos passageiros. Poucos minutos bastam para a saida d'uns, entrada de outros e partida do comboio. Fóra das plataformas, ou patins cobertos, acham-se uma cocheira para machinas, reservatorio de agua, placa de locomotivas, caes de carvão, etc. Ao centro, em frente da entrada do tunnel está a casa com o apparelho Saxby para fazer as agulhas dentro do tunnel. A estação mede ao todo 60,m57 de largura e 215 de comprimento, desde a entrada do tunnel até á parede do edificio de na Praça do Commercio, junto do torreão O. Acha-se ligada por vapores á estação do Barreiro (V. *este nome)* e serve as linhas do Sul e Sueste.

Lisboa *(Estatua equestre d'el-rei D José, no Terreiro do Paço)*. Depois do terremoto de 1 de novembro de 1755 foi resolvida a reedificação da cidade de Lisboa, e o marquez de Pombal, querendo conservar no futuro indelevel memoria do poderoso rei, seu amo, ou antes, tornar immorredoura a celebridade que o seu nome havia alcançado no paiz e no estrangeiro, como um dos primeiros estadistas do seu seculo, pensou em erigir uma estatua a el-rei D. José, e onde se pudesse tambem admirar o seu busto. Tratou-se de organisar uma praça digna para um tal monumento, e foi o *Terreiro do Paço*, hoje *praça do Commercio*, que se escolheu, depois de perfeitamento reedificado, para a collocação da estatua. O plano do delineamento da nova praça foi elaborado pelo architecto civil e militar, Euge-

nio dos Santos. Para o trabalho do plano da estatua appareceram diversos concorrentes, mas quem officialmente ficou encarregado foi o afamado esculptor Joaquim Machado de Castro, que apresentou em 21 de março de 1771 dois modelos do mesmo desenho, um em ponto pequeno feito em cêra, côr de passas de uva, do tamanho d'um palmo, e outro de barro do tamanho de quatro palmos. Foi este o preferido, porque o marquez de Pombal o julgou mais confórme com as suas idéas; a estatua seria toda de bronze, representando D. José a cavallo; ficaria collocada sobre um pedestal de cantaria, em que se visse o busto do marquez, contido n'um medalhão, tambem de bronze, collocado debaixo das armas reaes e da corôa, que parecia querer sustentar. Sendo approvado o modêlo, foi dada ao esculptor uma casa na Fundição de Cima, para ali estabelecer a sua officina de trabalho. Coube aquelle grande empreendimento ao fundidor, o tenente-coronel Bartholomeu da Costa, que se houve da fórma mais discreta, podendo quasi dizer-se que o seu trabalho de execução alcançou maior gloria, do que o da invenção feito por Machado de Castro. Bartholomeu da Costa fez deveras um milagre, conseguindo tal perfeição na sua obra, pelas grandes difficuldades com que luctou, começando por não ter um receptaculo proprio em que se pudesse derreter uma tão grande quantidade de bronze, que se tornava necessaria para fundir unidas as duas enormes peças de cavallo e cavalleiro. Finalmente, as difficuldades fôram-se desfazendo, e o trabalho ficou concluido. No vol. II da *Historia do reinado de el-rei D. José*, de Simão José da Luz Soriano, onde vem minuciosamente descripta a estatua equestre, lê-se o seguinte, a pag. 96: «A casa que se destinou para fundir o metal, que havia de constituir o colossal corpo da estatua, foi aquella que na Fundição de Cima fica logo pela parte de dentro da parede, que se vê fronteira á incompleta egreja de Santa Engracia, e que se acha á porta que para ali tem aquelle mesmo arsenal. Pelo lado interior fez-se uma bem fortificada muralha, que em proporcionada altura, e com superioridade á machina, havia de sustentar o tanque, onde se derretesse o metal, tendo por baixo e pelos lados a necessaria capacidade para se incendiarem as materias combustiveis, que com a violencia das suas chammas o liquifizessem. E para que o total da estatua ficasse menos pesado, e de mais a mais se evitasse emprego d'uma grande porção de bronze, que seria necessario derreter para o enchimento de todo o seu interior, fez-se a effigie vasia o mais que foi possivel, ligando-se todas as partes com varões de ferro farpados, afim de constituirem um todo indissoluvel. O corpo que havia de ser fundido, formou-se de cêra; a fôrma fez-se de gesso, com grande grossura, fortificada por uma boa parede de grossa alvenaria, espéeada de solido e bom vigamento Executado que foi tudo isto, ao impulso e calor do fogo foi-se derretendo a cêra e caindo pelos orificios no receptaculo, que para este fim se tinha feito A quantidade de cêra que para esta obra se empregou foi tanta que a sua falta levou os cerieiros a augmentarem a quarta parte do preço porque d'antes a vendiam, lavrada ao povo, emquanto de fóra não chegou novo provimento.» A obra afinal ficou terminada, e no dia 15 de outubro de 1774 é que se conseguiu que a fundição da estatua ficasse completa, sem que durante aquelle arduo trabalho houvesse a lamentar o mais pequeno desastre. Foi tal a impressão que aquella grandiosa obra causou no publico, que se tornou o assumpto de todas as conversações, havendo muitos incredulos que não podiam convencer-se, que se tornasse realisavel. Resolveu se pôr a estatua em exposição. Em primeiro logar concorreu a familia real, o marquez de Pombal, toda a nobreza, ministros das legações estrangeiras; depois os professores e mestres da arte; era geral a admiração, como se pudera ter fundido um corpo metallico d'aquella grandeza, e com a maxima perfeição. O dia 22 de maio de 1775 foi o destinado para a conducção da estatua para o Terreiro do Paço. Dois dias antes deitou-se um bando, como então era costume, para haver tres noites de illuminações. Este bando compunha-se de muitas musicas, e de todos os ministros, desembargadores, continuos do senado da camara, e mais empregados. Os grupos lateraes de cantaria e todo o pedestal haviam sido feitos ao mesmo tempo que a estatua, n'uns telheiros armados proximo do local do monumento. Chegou o dia 22 de maio, em que effectivamente se procedeu á conducção da colossal estatua, confórme estava annunciado. Para se solemnisar tão grandioso facto, organisaram-se importantes festas. Na vespera arearam-se as ruas, e logo na madrugada do dia 22 marcharam os regimentos de infantaria, os quaes desfilando desde o local onde estava a estatua até ao Terreiro do Paço, formaram duas alas durante todo o caminho. A cavallaria postou-se nas embocaduras das ruas, para as conservarem livres do enorme concurso do povo, que se agglomerava com a maior influencia para assistir áquella cerimonia, tão enthusiasticamente esperada O séquito saiu da Fundição de Cima na seguinte fórma: um esquadrão de cavallaria, ao qual se seguiram 24 cavallos da Casa Real, muito bem ajaezados, levando ceirões cheios de flôres que serviam para alcatifar as ruas. Estes ceirões iam cobertos com uns pannos de velludo carmezim, sendo os cavallos conduzidos por moços da real camara. Em seguida, diversos carros com pipas de agua, cordas e alguns instrumentos de prevenção. Viamse depois os ministros de estado, fidalgos, marechaes, officiaes superiores, ministros dos tribunaes, o juiz do povo e mais o seu escrivão, a casa dos vinte e quatro, officiaes de fazenda do arsenal do exercito, os mestres da fabrica, o commissario de mostras com a patente de brigadeiro de artilharia, Bartholomeu da Costa, mestre da fundição, que subira ao posto de tenente-general de engenheiros, corpo a que já pertencia, e que alcançara o habito de Christo com a tença de 200$000 réis. Iam tambem incorporados no séquito: o esculptor Joaquim Machado de Castro, lente de esculptura e estatuaria, que egualmente havia sido agraciado com o habito de Christo e a tença de 30$000 réis, sendo tambem nomeado esculptor da Casa Real, logar que ha muitos annos estava vago, Reinaldo Manuel dos Santos, architecto das obras publicas, que se encarregara da conducção da estatua, e a quem fôra concedido o posto de capitão de engenheiros e a mercê do habito de Christo, com a tença

de 30$000 réis; João dos Santos, nomeado para levantar a estatua do chão até ao pedestal, e que sendo sota patrão-mór da ribeira das naus, passara a patrão-mór. Depois seguiam-se mil e tantos trabalhadores, enfeitados com flôres no peito e no chapéo, sendo uns destinados a mudar as pranchas, e outros a formarem duas alas, para puxarem pelas cordas da zôrra que conduzia a estatua. No fim de muito trabalho e de muitas difficuldades, conseguiu se fazer-se mover a estatua, que foi saudado pelo povo com muitos vivas. A zôrra andava sobre os pranchões com todo o vagar, e no meio dos maiores esforços dos trabalhadores. A estatua vinha coberta com uma caixa de páu, onde se via escripto: *Non velant nubila solem.* Eram 3 horas da tarde quando o sequito chegou ao campo de Santa Clara, e apresentando se ali novas difficuldades para o seu regular andamento, o marquez de Pombal, a quem fôram avisar, ordenou logo novas providencias, e a marcha pôde continuar. Já perto da noite chegou a estatua ao hospicio que pertencera aos jesuitas, e onde hoje está o hospital da marinha. Durante a noite todos descançaram, mas ás 4 horas da madrugada já estavam nos seus postos para proseguirem a marcha. No dia seguinte, 23 de maio, não houve tão grandioso apparato. N'essa noite ainda a estatua ficou parada, proximo das Portas da Cruz, hoje rua dos Remedios. Na noite de 24 tornou a parar, defronte do chafariz do rei, e só no dia 25 ou 26 é que se pôde conseguir, que chegasse ao local do seu destino. O Terreiro do Paço estava brilhantissimo. O marquez de Pombal e toda a côrte occupavam as janellas das differentes secretarias. A chegada da estatua foi saudada com muitos vivas, e as maiores demonstrações de regosijo publico. O ministro entregou então ao engenheiro conductor o decreto, em que se declarava dever ficar pagas até ao fim de maio todas as folhas das ferias da Fundição e do Arsenal; o engenheiro, depois de ler o decreto em voz alta, foi pregal-o n'uma das columnas do Terreiro do Paço. Na tarde do dia 27, pelas 5 horas e meia, collocou se a estatua sobre o pedestal, na presença de toda a côrte; o trabalho correu muito bem, ficando a estatua devidamente assente, tendo só por cobertura um involucro de brim, que mais tarde se substituiu por outro de seda carmezim com uns cordões de retroz, que tocavam no chão; os cordões estavam collocados de maneira, que apenas se puxassem, a cobertura caísse de prompto, deixando patente a estatua. A inauguração foi de tiuada para 6 de junho, em que el-rei D. José completava 60 annos de edade. Fôram grandiosas as festas. Na manhã de 2 de junho saiu um bando do senado da camara, obrigando os moradores de Lisboa a illuminarem as habitações nas noites de 6, 7 e 8. Este bando muito consideravel, era assim composto: uma força de cavallaria, a que seguiam as musicas dos tres regimentos de cavallaria, indo todos vestidos de azul, com agaloados de prata, e levando os chapéos egualmente agaloados. Via-se depois o meirinho da cidade e o seu escrivão, o porteiro, o procurador da cidade mais antigo, os almotacés da limpeza, os juizes do crime, etc. As pessoas que compunham este brilhante acompanhamento, iam, na maior parte, montadas em soberbos cavallos, vistosa e ricamente ajaezados. Defronte do monumento improvisou-se um castello de madeira, que depois de concluido parecia ser de cantaria Era redondo, e no seu exterior tinha a circumferencia de 364 palmos. Davam-lhe entrada 4 magnificos porticos que iam ter a um cruzeiro, que se formara no interior d'aquella fortaleza improvisada. Os porticos eram adornados de grossas columnas que sustentavam a architectura superior. Nos 4 vãos estavam collocadas 4 figuras de jaspe allegoricas, representando a magnificencia, a monarchia lusitana, a fecundidade, e o contentamento publico. Dentro do castello via se uma bateria sustentada tambem por columnas, e que era encimada por uma cupola, onde se admiravam outras 4 figuras: a pintura, com um debuxo na mão; a mathematica, com a esphera; a providencia, com o leme; e o negocio, com caduceo de Mercurio. Sobre a cupola estava a estatua de Apollo. No dia 6 de junho de 1775 logo de manhã cêdo começaram a affluir ao Terreiro do Paço grandes massas de povo. A's 11 horas, os regimentos de infantaria, sob o commando do marechal-general conde de Lippe, formaram n'aquella praça. A cavallaria estacionou no Rocio, e d'ali se destacaram patrulhas, que percorriam as ruas da baixa, e as mais que confinam com o Terreiro do Paço. A familia real saiu d'Ajuda, disfarçadamente, em seges, pelas duas horas e meia da tarde, e foi collocar se, juntamente com toda a nobreza, no torreão, do lado do poente. O marquez de Pombal é que veiu acompanhado desde sua casa, na calçada d'Ajuda, d'um luzido cortejo principesco, que principiava por um piquete de cavallaria, seguindo-se depois uma sege conduzindo o meirinho do senado e o seu escrivão; uma berlinda da Casa Real com o juiz do povo e o seu escrivão; algumas carruagens com os officiaes da casa dos vinte e quatro; ministros do senado; deputados da Junta do Commercio, etc. O marquez, acompanhado de seu filho, o conde de Oeiras, vinha n'um dos coches mais ricos da Casa Real, tirado por 6 magnificos urcos, adornados de redes e de grandes plumagens. Chegando o cortejo ao Terreiro do Paço, e depois de muitas cerimonias que ordenava o programma, o marquez de Pombal e Joaquim Ignacio da Cruz Sobral, que desempenhava o cargo de inspector geral, puxaram pêlos cordões para descobrir a estatua, o que não se effeituou com a facilidade que se esperava, sendo preciso que o meirinho subisse ao pedestal para concluir a tiragem do involucro. Todos que se achavam em frente, se ajoelharam. Os vivas rebentaram por todos os lados, e as bandas regimentaes, com alegres musicas, augmentaram o brilhantismo da festa. Na *Historia do reinado de el-rei D. José,* a que já nos referimos, lê-se a seguinte descripção d'aquelle notavel monumento: «O monarcha está vestido de armas brancas, alusivas á heroica fortaleza com que salvou e defendeu os seus povos dos estragos e machinações, que não podiam ter outro fim, que a completa ruina da monarchia; monta sobre um soberbo e elegante cavallo para mostrar a facilidade com que o sujeita, tendo todas as acções tal naturalidade, que parecem animadas, sendo de materia metallica o cavallo e cavalleiro, para expressar a duração. Empunha na mão direita o sceptro, e com a esquerda toma as redeas do cavallo; a sua altura é de 31 palmos e meio. As cobras e silvados,

que se acham espalhados pelos montuoso terreno que o cavallo pisa, são allusões aos grandes embaraços e difficuldades, que se venceram para a reedificação da cidade, e as maximas viciosas que se extirparam para felicitar o paiz. O pedestal, sobre que se vê a estatua, assenta sobre uma base, ou soco, que pelas faces norte e sul, nascente e poente, apresenta seis degraus de cantaria, por onde se sobe para elle; a superficie d'esta base, ou soco, é de 72 palmos de comprido e 62 de largo; a sua altura é de 12 palmos com 38 de comprimento e 37 e meio de largura, tendo os cantos cortados por modo tal que fica fazendo figura de uma cruz. Nos dois braços, os do nascente e poente, estão dois grupos de excellente esculptura, tendo as figuras as faces vol-

Estatua equestre de el-rei D. José

tadas para o Tejo, como a estatua egualmente a tem, por ser d'ali que se considera ser a entrada da cidade. O grupo do lado direito, que é o do poente, representa o triumpho, tirando pelas rédeas um cavallo, que atropella um prisioneiro de colossal estatura, e tendo na mão a trombeta da fama; o do lado esquerdo, que é o do nascente, representa egualmente o mesmo triumpho com um elephante, que pisa outro prisioneiro de egual estatura, vendo-se em ambos estes grupos espalhados varios despojos da guerra, ambos elles são peças do mais aprimorado cinzel, e que honram sobremaneira o artista, que as concebeu e desempenhou. A allegoria d'estes dois grupos é que Portugal em diversos tempos tem tido muitos e gloriosos triumphos, principalmente nas duas partes do mundo, representadas pelo cavallo e elephante. D'entre os dois citados grupos levanta se o pedestal, cujo comprimento se estende para o lado do Tejo; tem de altura 32 palmos, de comprimento 27, e de largura 18. As duas faces, a que se encostam os grupos, são planas, mas as da frente e revez convexas. Na frente do pedestal, ou na face que olha para o Tejo, estão logo por baixo da cimalha, relevadas em cantaria, as armas reaes de Portugal, e pendente d'ellas um retabulo, ou medalhão de bronze, com a effigie do marquez de Pombal, levantada em meio busto. Na face opposta, ou a que faz frente para o arco da rua Augusta, que é a face do norte, vê-se um painel de admiravel lavôr, em esculptura de baixo relevo, que representa a *Lysia desmaiada* pelos estragos, que lhe fez o memoravel terremoto do primeiro de novembro de 1755, e o incendio que o acompanhou; mas o governo da republica a restabeleceu, sendo este passo figurado por um *mancebo*, que vestido de armas brancas, com uma lança na mão direita e um ramo de oliveira na esquerda, a levanta pelo braço. Ali se vê mais o amor da virtude, symbolisado *n'um menino*, coroado de louro, que tambem tem tres corôas na mão esquerda; com a direita guia o governo da republica á presença da generosidade régia, que é o principal vulto do painel, figurada por uma mulher corôada, e vestida com a real purpura, que vem descendo do real throno em auxilio da cidade, mostrando com a mão esquerda o sitio onde deve edificar-se, e com a direita a figura do commercio, representado por um varão nobremente vestido, que de joelhos lhe offerece aos pés em um cofre as riquezas, como producto dos seus exercicios. Mais se vê ali a providencia e a architectura, figuradas por duas mulheres, tendo aquella a corôa de espigas de trigo na cabeça e na mão um leme e duas chaves, e esta um esquadro e um compasso; ambas ellas sustentam o desenho da nova Lisboa, e ambas ellas manifestando pelos seus attributos, tendo a primeira junto de si o leão, symbolo da generosidade, e a segunda a cegonha e as mós do moinho, symbolo do negocio.» No pedestal, por baixo do retrato do marquez de Pombal, está a seguinte inscripção latina:

Josepho I. Augusto. Pio. Felici. Patri. Patriae. Quod. Regiis. Juribus. Adsertis Legibus. Emendatis. Commercio. Propagato. Melitia Et. Bonis Artibus. Restitutis. Urbem. Funditus. Eversam. Terramotu. Elegantiorem Restauravit. Auspice. Administro. Ejus. Marchione. Pombalio Et. collegio. Negotiatorum. Curante.

S. P. Q. O.

Beneficiorum Memor.

A. MCCDLXXV

P.

Esta inscripção ainda tem na parte inferior, mais umas palavras, que não trascrevemos, em consequencia de lhe faltarem já muitas letras, que provavelmente a acção do tempo tem destruido. Por leituras antigas se sabe que memoravam os nomes do esculptor e do fundidor. Concluidas todas as cerimonias da inauguração, entrou no Terreiro do Paço, vindo da rua Augusta, um carro triumphal representando o *Templo da immortalidade*, onde se viam muitas figuras allegoricas, entre as quaes se admirava tambem a do marquez de Pombal, tendo na mão esquerda o escudo das quinas portuguezas. O carro triumphal deu vagarosamente tres voltas na praça, e saiu outra vez pela rua Augusta. Os regimentos então desfilaram para os quarteis, passando em continencia pela frente da estatua. Eram 7 horas e meia quando terminou a passagem da tropa, dando-se então começo ás brilhantes illuminações projectadas. Durante todo o dia e noite, tanto a Junta do Commercio como o Senado da Camara de Lisboa e Casa dos vinte e quatro, apresentaram aos seus convidados uma permanente mesa, onde se viam muitos doces e vinhos especiaes. A Casa dos vinte e quatro tambem promoveu uma serenata, no fim da qual o juiz do povo pronunciou uma oração congratulatoria. No dia 7 a tropa tornou a formar-se no Terreiro do Paço, e ás 4 horas da tarde chegou a familia real; seguiu-se depois uma procissão civica, composta de differentes carros triumphaes, todos com figuras allegoricas, apparecendo tambem o do *Templo da immortalidade*, que se vira na vespera. *(V. o artigo seguinte)*. Os carros collocaram-se aos lados da estatua, e todos fôram prestar lhe homenagens, retirando-se em seguida Já era perto da noite, e portanto deu-se começo novamente ás illuminações. No castello improvisado queimaram-se algumas peças de fogo de artificio, findo o qual o castello deu uma salva real, illuminando-se então com o maior brilhantismo. N'essa noite o senado deu um grande baile e opipara ceia, para que foi convidada a familia real, os marquezes de Pombal e toda a nobreza do reino. A decoração das salas era esplendida, tornando-se notavel pela riqueza e elegancia. N'uma das salas armou se uma tribuna para a familia real, e ao fundo um grande coreto, onde se realisou um concerto, cantando-se em italiano a sonata *L'Eroè Coronato*, de David Peres. Em seguida procedeu-se ao baile, em que, apezar da sua avançada edade de 76 annos, o marquez de Pombal dançou com a embaixatriz de Hespanha, dançando a marqueza com o embaixador. A' meia noite serviu se a ceia n'uma sala armada para esse fim. Ao lado esquerdo da mesa via-se representado um lago, guarnecido de arvoredo, observando-se sobre as aguas embarcações de todas as especies que costumavam navegar no Tejo, tendo bandeiras de todas as nações; no principio do lago via-se symbolisando o Tejo um venerando velho rodeado de nymphas, e no fim uma cascata. O outro lado da me-

sa figurava um jardim. No dia 8 reuniram-se as tropas outra vez no Terreiro do Paço, onde lhes passou revista o marechal-general conde de Lippe. A' noite continuaram as illuminações, e estiveram ainda publicas as mesas com os dôces e vinhos, no Senado, Junta do Commercio e Casa dos vinte e quatro. Assim concluiram as assombrosas festas da inauguração da estatua equestre de el-rei D. José, que attraíu a Lisboa enorme concorrencia de provincianos e estrangeiros, Com tanto enthusiasmo por uma obra que fôra iniciativa do marquez de Pombal, mal se poderia imaginar que dois annos depois, com a morte d'el-rei D. José, havia de acontecer os casos celebres de que resultou a demissão do grande ministro, e a sua partida obrigada para Pombal. O povo ia ao Terreiro do Paço atirar com pedras ao busto do grande estadista, e continuamente appareciam pelas esquinas da praça diversos pasquins sedíciosos. D. Maria I, querendo evitar este furor popular, mandou em 27 de abril de 1777 retirar do pedestal o busto do marquez, collocando em seu logar as armas do senado de Lisboa, representadas por um navio cortando as ondas com todo o panno largo. E assim se conservou até que D. Pedro IV, em outubro de 1833, em attenção ao duque de Saldanha, neto do marquez de Pombal, ordenou que o busto tornasse para o seu antigo logar, accrescentando-se a data de *12 de outubro de 1833*.

Estatua equestre d'el-rei D. José. (Descripção dos carros triumphaes, que figuraram nas festas da inauguração da). Por ser muito curiosa, transcrevemos esta descripção, que vem no vol. II da *Historia do reinado de el-rei D. José*, de Simão da Luz Soriano, a pag. 124 e seguintes: «Apenas chegou a familia real, começaram logo a tocar os timbales e clarins reaes, que estavam nos degraus do pedestal do monumento. Viu-se depois entrar pelo arco triumphal uma figura de cavallo, ricamente vestida, que trazia outra de pé e bem trajada á sua estribeira, aleatifando a terra com flôres, que lhe lançava de uma bandeja. Emquanto isto se executava, ia de novo entrando na praça aquelle magnifico carro, que já na precedente tarde se tinha visto (V. *o artigo anterior)*. Seguiu depois o carro de *Apollo*, senão tão precioso, decerto não menos estimavel. N'ella se figurava Apollo em um mancebo de boa presença, com o cabello louro, e de louro egualmente coroado; vinha armado á europea, vestido de encarnado com estibalêtes da mesma côr nos pés, sentado na tripode, trazendo na mão direita o arco e a flexa, na esquerda a lyra, e a aljava ao hombro. Pela parte de fóra d'este carro vinham ao lado direito a aurora e o meio dia, e ao lado esquerdo a tarde e a noite, denotando assim as quatro partes de que o dia se compõe, e a que preside Apollo. A aurora representava-se por uma mulher formosa com cabello louro, estrella na cabeça, vestida de roupas talares encarnadas, trazendo na mão direita um facho de fogo, e flôres na esquerda. O meio dia era figurado por um homem de edade varonil vestido côr de ouro, e de ouro cingida a frente, trazendo na mão direita um semicirculo, para o qual apontava com o indice da mão esquerda. A tarde era symbolisada por uma mulher de meia edade, cabello castanho, com o vestido de um amarello escuro, trazia na mão direita uma sedela e canna de pescar, e na esquerda um ramo de campainhas amarellas, e aos pés alguns peixes. A noite representava-se por uma mulher de côr macilenta, cabello preto, cingida de dormideiras, vestida de roupa talar azul escuro com estrellas brancas, trazia na mão direita um facho de fogo, e com a esquerda apontava para uma coruja que trazia aos pés. Todo este carro era pintado de verde, fingindo arvoredo, do mesmo modo as rodas, que exteriormente se viam cobertas de folhas grandes de arvores; moviam-no seis cavallos ajaezados, cobertos de verde, passado de ouro e prata. Ao precedente seguia se outro carro chamado *Oceano e Thetis*. Mostrava-se o Oceano por um velho venerando, com barba comprida, cabello castanho claro, diadema na cabeça, tridente na mão direita, o corpo quasi nú, coberto com uma ligeira capa verde. Fazia de Thetis uma mulher de meia edade, cabello branco, vestia como o Oceano, mas sentada. No meio d'este carro viam-se quatro nymphas com offerendas, proprias das regiões em que habitavam, taes como Galathéa e Ephediadres, Tagide e Naiade. A primeira era figurada por uma mulher formosa, cabello louro, vestida com roupa curta azulada, que lhe não cobria braços e peitos, trazia nas mãos alguma baixella com algumas peças de ouro e prata. A segunda era uma mulher de aspecto alegre, côr muito rubicunda, cabello ruivo, vestida de vermelho, trazendo na mão uma arvore de coral. A terceira era uma mulher bem parecida, semblante risonho, cabello castanho, e vestido verde singelo, tendo aos pés uma tartaruga e buzios. A quarta era uma mulher de meia edade, clara, cabello annelado, roupa talar côr de prata, trazendo na mão uma concha de aljofares e fios de perolas. Na almofada sentava-se o nosso magestoso Tejo, figurado por um velho com veste curta e justa, golpeada de conchas azues, e capa amarella, trazia sobre a cabeça uma concha, cingida com a espada, e a almofada era azul, esquartelada de prata. O sota era o rio Douro, representado por outra similhante figura, só com a differença de não ter barbas. Na frente do carro vinha um Tritão de grande corpulencia, com meio corpo de homem e meio de sereia,, com a cauda bifida cheia de conchas; cingia folhas de golfão, e parecia vir tocando em um buzio. O carro era prateado, escurecido de azul ferrete com algumas conchas, as rodas formavam-se tambem de conchas enlaçadas com rabos de peixe- espadas e safios. Os cavallos, que o puxavam, vinham cobertos de redes azues, esquarteladas de prata. No seu ambito se accommodavam 24 musicos instrumentistas e alguns poetas; e pela base inferior havia seis janellas, pelas quaes se iam espalhando flôres e poemas impressos. Veiu depois um outro carro, chamado *Portugal Triumphante* pela protecção das sciencias e das artes liberaes. Figurava-se Portugal em um orbe, sentado em um throno, vestido de armas europêas, roupa talar, capa magna carmezim, forrada de pelles, elmo dourado na cabeça, sobre ella uma serpente, e laurel de ouro, na mão direita trazia um sceptro de ouro, e na esquerda as quinas de Portugal. Immediatas a esta figura viam-se mais quatro, representando outras tantas virtudes, que eram a justiça, benignidade, amor da patria, e liberalidade. A justiça figurava-se por uma

mulher toda vestida de roupa talar branca, com a espada na mão direita, e a balança na esquerda. A benignidade era outra mulher vestida de côr azul pelo mesmo modo que a precedente, espremendo os peitos com as mãos; tinha ao lado direito um pedestal marchetado de estrellas de ouro, e sobre elle uma chamma de fogo. O amor da patria era um mancebo vigoroso vestido como soldado romano de armas azues, tendo tambem aos pés muitas armas, na mão direita uma corôa de grama, e na esquerda outra de oliveira. A liberalidade era uma mulher vestida de branco com uma aguia na cabeça, e na mão direita um compasso, e a cornucopia cheia de flôres e fructos. Na frente d'este carro vinham as artes liberaes, voltadas para o heroe, tributando-lhe vassalagem; eram ellas a mathematica, representada por uma mulher de meia edade, coberta por um véo transparente, com azas na cabeça; trazia na mão direita um compasso, com que mostrava medir uma taboa em que se viam desenhadas algumas figuras geometricas, e na esquerda o globo terraqueo. O commercio, figurado em um homem ricamente vestido de azul claro e côr de rosa, á antiga portugueza; trazia na mão direita uma cornucopia de fructos e flôres, na esquerda o caduceo de Mercurio, e uma bolsa de dinheiro, e aos pés uns poucos de livros abertos com algarismos arithmeticos. A historia era designada por uma mulher com azas, vestida de branco, trazendo um livro em branco aberto em que mostrava escrever; junto a esta ia Saturno, sobre o qual parecia que escrevia. A quarta arte era a arithmetica, demonstrada por uma mulher com o cabello louro, braços nús, vestida de côr cambiante; trazia na mão direita um compasso, esquadro, e prumo, e na esquerda um papel com desenho de edificios, columnas e capiteis. A pintura decifrava-se por uma outra mulher formosa, com o cabello preto e solto, uma mascara pendente ao pescoço, letreiro na testa, que dizia: *Imitatio*, pincel na mão direita, paleta e tintas na esquerda. Mostrava-se a esculptura por uma outra gentil mulher com o cabello composto sem artificio, vestida de côr de rosa; trazendo na cabeça um ramo de louro, a mão direita pousava sobre uma estatua, e na esquerda tinha um martello e alguns ponteiros. Por despojos do triumpho viam-se ao lado do carro ligadas com cadeias a discordia, furor, ignorancia e hypocrisia. A discordia era representada por uma furia infernal, vestida de muitas côres, tinha cobras por cabellos, a testa cingida por um listão ensanguentado, e pendente do cinto a palavra *Enredos*. Representava-se o furor por um homem de terrivel e furibundo aspecto, com os olhos retorcidos, mordendo os beiços, cabello eriçado, forcejando como para libertar-se da cadeia com que pelos sangradouros tinha presos os braços. A ignorancia mostrava-se por uma mulher corpulenta, semblante desengraçado, olhos vendados, orelhas grandes e agudas, bem vestida, coroada de dormideiras, descalça, e com uma canna verde na mão. A hypocrisia era indicada por uma mulher magra, pallida, vestida de estamenha parda, com muitos buracos pelo uso, a cabeça inclinada para a terra, e velada a cara, o braço direito nú, contas grosseiras na cinta, e pés de lobo. Na frente do carro vinha a fama, figurada por uma gentil dama, com azas nas costas, corôa de louro, vestida de roupa branca curta, ligada com cinto de ouro, do qual pendia um coração, levando um clarim na mão direita, e na esquerda um ramo de oliveira. Servia de cocheiro a providencia representada por uma mulher vestida de azul escuro, capacete dourado, cingido de espadanas, trazendo na mão direita uma serpente com um espelho, e na esquerda uma seta, calçava estibalêtes roxos. Servia de sota o deus Mercurio, designado por um mancebo com vestido justo, capa traçada, capacete dourado, azas e estibalêtes azues. Todo este carro era dourado, e os raios das rodas fingiam labaredas de fogo, puxavam-no oito urcos brancos, cobertos com redes carmezins esquarteladas de ouro, e da mesma côr e materia eram tambem os jaezes A estes carros seguiam-se mais quatro, representativos das quatro partes do mundo, pois que prestando sujeição aos reis portuguezes, não deviam faltar no modo que lhes fôsse possivel em render a necessaria obediencia á erigida estatua do rei, que representava, augmentando com o seu obsequio o jubilo d'este culto. O carro que figurava a *Europa* vinha precedido de dois cavalleiros, em que se symbolisava a gloria do principe, e a honra como primeiro movel das suas acções. Indicava a gloria do monarcha um principe primorosamente vestido, com cabello grande solto, cingida a cabeça de joias, com um ramo de louro na mão direita, e no braço esquerdo um escudo, em que se via pintada uma pyramide. A honra designava se por outro robusto mancebo, vestido de purpura, manto real, elmo dourado na cabeça, coroado de palma, com uma haste de lança na mão direita, e no braço esquerdo enfiadas umas corôas de louro e zambujo; trazia nas costas uma tarja com dois templos pintados, e a letra: *Hic terminus hoerit*. Seguiam-se em duas alas 16 mulheres pela direita. e 16 homens pela esquerda, todos a pé, chamava-se a *Dança das collarejas*, com vestidos uniformes, o das mulheres constava de saia azul, roupinhas côr de rosa, tudo de setim de seda, agaloado de prata, coifa azul bordada de prata, sapatos do mesmo, e meias côr de perola; o dos homens constava de vestia côr de rosa, calçado azul, tudo de setim de seda, agaloado de prata, coifa similhante, chapéo branco atado com fitas côr de rosa, meias côr de perola, atadas com fitas da mesma côr, e sapatos brancos. Por entre estas duas alas caminhava o carro, puxado por seis urcos malhados; levava na frente um brioso cavallo, significativo d'esta parte do mundo, no centro 10 instrumentistas, e outros tantos dançarinos, nobremente vestidos com uniformidade á europea, e todos elles mascarados para se não conhecerem. Na pôpa sobre um pedestal, via-se a figura da Europa, representada por uma formosa matrona, trajada de ricas e régias roupas talares, e ostentando em seus bordados o primor com que esta arte se executa n'esta parte do mundo; como superior ás mais trazia corôa e manto imperial; na mão direita um templo, e um sceptro na esquerda. No respaldo do pedestal ia um trophéo de armas, allusões ecclesiasticas e significativas de quanto a Europa se distingue na pureza da religião, e onde melhor se manejam as armas, e se cultivam as letras e as sciencias. Sobre as duas voltas da pôpa iam duas estatuas douradas, sendo ambas da deusa Pallas, na parte direita

como protectora das armas, na esquerda como deusa das sciencias, artes liberaes e mechanicas; coroavam-se de louros com estrella na cabeça e roupas talares, levando na mão diroita um prumo e esquadro, e na esquerda livros e fasces consulares. Seguia-se o carro da *Asia*, precedido de duas figuras a cavallo, que serviam de guias, e symbolisavam a sujeição e a victoria, indicativas dos factos obrados pelos portuguezes no seu continente. A da parte direita, que era a sujeição, ia bem vestida, com a cabeça descoberta, cingida a frente com uma cadeia, que tambem ligava o sceptro, que levava na mão direita, e nas costas uma tarja em que se via pintada uma torre com uma espada em cima A victoria, sobre um precioso vestido, levava o peito e elmo de prata, coroada a frente de louro, grandes plumas, e manto encarnado; tinha na mão direita uma palma, e nas costas a tarja em que se via um tropheo de armas destroçado, e em cima a clava de Hercules. Marchava entre duas alas de egual numero de figuras, por cada lado, constituindo a chamada *Dança das hortelõas*; vinham todas com uniformidade de vestidos, e todos estes de setim de seda; as mulheres vestiam saia e gibão verde, agaloados de ouro, coifa e sapatos da mesma côr, e bordados de ouro, bandas de flôres a tiracolo, c ramalhetes das mesmas nas mãos; os homens vestiam vestia e calção verde, agaloados de ouro, coifa verde, bordada de prata, chapéo branco, ligado com fitas verdes, que tambem lhes atavam as meias côr de perola, e sapatos brancos. O carro levava na prôa um camello, guiado por um asiatico, symbolo d'este continente. No centro iam tambem 10 instrumentistas, e outros tantos dançarinos, com vestidos ricos ao trajo oriental, mascarados, como os do antecedente carro. Na pôpa sobre um pedestal via-se a Asia, figurada por uma dama coroada de flôres e fructos, e espigas de trigo, vestido rico bordado de ouro, perolas e pedras preciosas; na mão direita trazia um perfumador, em que queimava incenso, que tirava d'um vaso, que tinha na mão esquerda, e uma palma com algumas tamaras. Seguia-se o carro da *Africa*, precedido de duas aguias a cavallo, e das figuras expressivas do temor e da paz. O temor vinha bem vestido, coberto com pelle de cervo, cuja cabeça lhe servia de capacete; levava nas costas uma tarja em que se via pintado um alfange quebrado, e uns grilhões em cima. A paz vinha vestida de branco, coroada de oliveira e espigas de trigo, trazia na mão direita o caduceo, e nas costas uma tarja em que se via uma clava, e a ella atados um lobo, e uma ovelha, com a letra: *Pax Augusti*. Formavam 16 mulheres e outros tantos homens duas alas, entre as quaes marchava este carro, constituindo a chamada *Dança da ribeira do peixe;* vinham todas as figuras vestidas á hespanhola de setim de seda, branco e preto, mantilhas brancas agaloadas de ouro, e as roupinhas de prata, coifas brancas bordadas de ouro. Por entre as alas vinha o carro; levava na prôa um cafre negro, abraçado com um dente de marfim, no centro 10 instrumentistas, e outros tantos dançarinos, mascarados e vestidos á africana; levava na pôpa um elephante, symbolo da Africa, a qual em figura de dama ia sobre elle sentada; tinha a côr preta, cabello revolto ou encarapinhado, quasi núa, e uma cabeça de elephante por capacete, arrecadas nas orelhas, fios de perolas, e ramos de coral ao pescoço, manilhas de ouro, e perolas nos braços e pernas, na cinta um rico panno, que lhe servia de decente cobertura, aljava e arco a tiracolo; na mão direita um escorpião, e na esquerda uma cornucopia cheia de flôres, fructos e espigas de trigo. Seguia-se o carro da *America*, tambem precedido de duas figuras a cavallo, representativas da generosidade e da riqueza, ambas ellas vestidas, aquella coroada de pennas, manto rico e real, com o braço direito nú, um compasso na mão, e nas costas uma tarja em que se via pintado um leão de ouro, voltando uma cornucopia de joias e dinheiro, que por ella transbordava. Marchava entre duas alas de 16 homens e outras tantas mulheres, constituindo a chamada *Dança das curraleiras;* vestiam as mulheres roupinhas azues, saia côr de rosa, á camponeza, tudo de setim de seda, agaloados de ouro, coifa côr de rosa, bordada de prata, chapellinho redondo branco com um laço de fita côr de rosa pendente, sapatos brancos, bordados de ouro, e á imitação d'isto vestiam tambem os companheiros. Ia na prôa do carro um caboclo sentado preparado ao uso do paiz, com fructos, aves e animaes proprios d'elle; levava egual numero de instrumentistas e dançarinos mascarados, vestidos á americana. Na pôpa via-se um grande jacaré, symbolo da America, a qual se via n'elle sentada em figura de dama com a côr baça, quasi núa, coroada e cingida de pennas, do hombro direito pendia-lhe um rico véo listado, que decentemente a vestia, do esquerdo pendia-lhe a tiracolo uma aljava; levava flexa na mão direita, arco na esquerda, e debaixo d'este uma cabeça passada com um setta. Logo que estes carros entraram na praça, fôram buscando o logar do seu destino; o de *Apollo* ficou ao lado direito da estatua, o do *Oceano* ao esquerdo, o de *Portugal Triumphante* do lado posterior, e os das quatro partes do mundo nos angulos. Tanto que assim se distribuiram, entrou o de *Apollo* a fazer as suas continencias, que consistiram em ir para defronte da estatua, e tocar uma sonata, a que responderam os mais das suas respectivas posições, dançando n'ellas com primor, para que tinham precedido repetidos ensaios. Acabado este obsequio parou tudo, e emquanto o carro de *Apollo* foi buscar o seu logar, chegava o do *Oceano* para fazer o mesmo rendimento, a que responderam os mais, conforme fica dito. O mesmo se foi depois praticando com os outros, seguidos por sua ordem, e como o movimento era vagaroso, as sonatas grandes, e os carros muitos, com este fausto e magnifico divertimento se gastou o resto da tarde, de sorte que saindo da praça pela mesma fórma e ordem porque entraram, eram quasi 8 horas, quando o ultimo desapparecia.»

Lisboa *(Fabrica das Sedas no Rato em)*. V. *Lisboa (Real Fabrica das Sedas)*.

Lisboa *(Feira da ladra em)*. V. no vol. III do *Portugal*, a pag. 332.

Lisboa *(Fortificações de)*. V. no artigo *Lisboa*, neste vol., a pag. 226, col. 2.

Lisboa *(Freguezias de)*. V. no artigo *Lisboa*, neste vol., a pag. 227.

Lisboa *(Historia de)*. V. neste vol., a pag. 224.

Lisboa *(Hospicios, collegios e recolhimentos re-*

ligiosos de). Os missionarios do Varatojo tinham um hospicio na rua da Conceição, á Cotovia, o qual se fundou em 1760, por mercê de el-rei D. José I. Tiveram outro hospicio, na Cordoaria Nova, que se fundou em 1685, por mercê de D. Pedro II. Ficaram ambos totalmente destruidos pelo terremoto de 1755.

Collegio de Nossa Senhora da Conceição. Era noviciado da Companhia de Jesus, e estava situado no sitio chamado da Cotovia, onde depois se estabeleceu o Real Collegio dos Nobres, e actualmente se vê a Escola Polytechnica. A Companhia de Jesus exigia que os seus noviços tivessem dois annos de noviciado, em vez de um, como ordinariamente ordenavam todas as outras ordens religiosas, e em cada provincia queriam ter uma casa separada para a educação dos noviços. Em 1587 não havia ainda collegio em Lisboa, e na congregação provincial que se fez n'esse anno, concordou se em pedir a Claudio Aquaviva, que então era o geral da companhia, o consentimento para a fundação da casa para os educandos. Em 1595 os jesuitas tomaram posse d'uma quinta em Campolide, e foi ahi que os padres determinaram dar principio ao noviciado, emquanto se não arranjava o dinheiro. Os devotos Fernão Telles de Menezes, que fôra governador da India, e sua mulher, D Maria de Noronha, tomaram a seu cargo fundar em Lisboa uma casa especial para os noviços. Estes devotos deram para esta fundação a importancia de 500$000 réis. Fez se escriptura, assignada em 26 de dezembro de 1597, e procedeu-se á dedicação da nova casa para os noviços O padre provincial Christovão de Gouveia mandou vir 15 noviços de Coimbra e Evora, nomeando seu reitor o padre Antonio Mascarenhas, o qual se demorou por tres annos exercendo aquelle cargo, até que foi promovido para o collegio de Coimbra. O primeiro noviço recebido em Campolide, chamava-se Antonio de Azevedo, e era natural de Lisboa; ajudou a fundação do collegio com suas esmolas, e cedeu-lhe uma pensão annual de 120$000 réis. Antonio de Azevedo veiu depois a morrer na casa professa de S. Roque, em 22 de julho de 1632. A quinta de Campolide dividiu-se em duas partes, ficando uma pertencente aos noviços, e outra, com o seu pomar, á casa de S Roque. Em 1621 os padres da casa professa venderam tambem aos noviços a outra parte que tinham reservado para si, assim como haviam vendido a primeira, ficando d'esta fórma o collegio do noviciado senhor de toda aquella propriedade, que servia de recreio aos noviços. O noviciado durou seis annos em Campolide, porque em 1603 os padres da Companhia de Jesus requereram ao geral para que fôsse suspenso, e se gastassem os rendimentos no edificio do Monte de Olivete. Procurou-se então sitio em Lisboa para a nova casa, e afinal foi resolvido que o edificio se levantasse na quinta do Monte de Olivete, dada pelo fundador, no sitio da Cotovia, por ficar mais proximo da casa professa de S. Roque, e ser logar muito saudavel e arejado. A primeira pedra na construcção do novo collegio foi lançada em 23 de abril de 1603, procedendo-se ao ceremonial com toda a pompa. Assistiram o fundador e mais padres autorisados de toda a provincia, que se encontravam na congregação que se acabava de celebrar em S. Roque. Assim conta a cerimonia o chronista Antonio Franco, na *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus, na corte de Lisboa:* «Leram-se os letreiros que tinha a pedra, enramaram-n'a com flôres, e tendo o fundador na mão um cordão de seda, e o padre provincial outro, que, atados nas pontas da taboa sobre que estava a pedra tambem atada, se começou a lançar devagar, dizendo o fundador ao padre provincial que lhe deitasse uma grande benção, e o padre provincial lhe disse certa oração. N'esta fórma, a som de charamellas, foi a pedra assentada no fundo do alicerce. Antes de ir abaixo, se lançaram na concavidade d'ella algumas medalhas de Nossa Senhora, de S. Pedro e S Paulo, do nosso S. Ignacio, e de S. Xavier, alguns reaes de prata, e o fundador lançou um portuguez de ouro, moeda d'aquelle tempo, e se tapou a pedra. Feita esta solemnidade, se fôram passar o dia em honesta recreação á quinta de Campolide, onde viviam os irmãos noviços que, como fica dito, em breve deixaram o posto, passando para Coimbra e Evora, em ordem a crescer o rendimento para os gastos do edificio.» As obras continuaram, e a 26 de março de 1605 foi lançada a primeira pedra na egreja pelo bispo de Malaca, D. Fr. Christovão, da ordem de S. Jeronymo, grande devoto da Companhia de Jesus. Até ao anno de 1607 encarregou-se das obras o padre João Delgado, que fôra mestre de Mathematica no collegio de Coimbra, e no de Santo Antão, de Lisboa. D'essa data até 1609, foi entregue esse cuidado a Balthazar Alvares, architecto da Casa Real, o qual alterou o primitivo plano da egreja e capella-mór. As obras tiveram então um andamento muito demorado, porque afrouxaram os recursos; afinal os padres encontraram um devoto que muito os auxiliou. Foi este o flamengo Lourenço Lombardo, homem muito rico que vivia em Lisboa, n'uma casa que edificara no outeiro chamado *Moinho de Vento*, proximo a S. Roque. Lourenço Lombardo proseguiu as obras com toda a actividade, e segundo, a tradição, despendeu 15:000 cruzados. A egreja ficou concluida e o edificio do collegio capaz para se habitar, em 1619. Além da capella-mór, onde estava a imagem de Nossa Senhora da Conceição, tinha mais 6 lateraes, e duas na frente, aos lados da capella-mór. Em todas se viam quadros a oleo, pinturas antigas, sem grande merecimento. Nas portas d'um oratorio que estava na sacristia havia dois quadros, um o *Nascimento de Christo*, e o outro o *Baptismo de Christo por S. João Baptista*, sendo pintura de Grão Vasco. O tecto era trabalho de Luiz Gonçalves de Sena; o quadro de S. Pedro e S. Paulo e o da conversão d'este santo eram pintados por André Gonçalves, e o de Jesus dando as chaves a S. Pedro, de Manuel José Gonçalves. O collegio era de dois pavimentos, e tinha uma grande area, que fórma hoje o jardim da Escola Polytechnica. A Companhia de Jesus foi abolida em 1759, e o collegio da Cotovia, por ser muito amplo e estar bem situado, aproveitou-se para a nova casa de educação, que o marquez de Pombal pensava instituir. Era esta casa um collegio destinado sómente aos filhos das familias nobres. O decreto da sua fundação foi assignado em 7 de março de 1761 (V. *Real Collegio dos Nobres*). O decreto de 4 de janeiro de 1837 extinguiu este collegio,

e quando se creou em 11 d'esse mesmo mez e anno a Escola Polytechnica, ali foi installada. V. *Portugal*, vol. III, pag. 178 e seguintes.

Collegio dos Cathecumenos. Estava situado no fim da actual rua do *Diario de Noticias*, e durante seculos serviu para baptisar moiros e judeus que se convertiam á religião christã. Tinha um provedor com o titulo de superintendente, que depois de o haver sido 25 annos o bispo de Targa D. Fr. Jeronymo de Gouveia, a Mesa da Consciencia e Ordens encarregou esta superintendencia a um dos seus deputados. Em 1834 foi ali estabelecido um asylo de infancia desvalida, que se tem conservado até hoje.

Collegio dos Meninos Orphãos. O edificio onde hoje está a ermida de Nossa Senhora da Guia, á Mouraria, era o antigo collegio de Jesus, para meninos orphãos, instituido pela rainha D. Catharina, mulher de João III. Foi em 1549 que se construiu aquella casa de beneficencia, a instancias do padre Pedro Domence, natural da Catalunha, conego da sé de Barcelona, que vindo a Lisboa, aqui se conservou, e foi capellão-mór do referido monarcha. No breve para a instituição do collegio, passado pelo nuncio n'este reino D. João, arcebispo Sepontino, envolvia não só o titulo da invocação, que era da Senhora do Monserrate, mas nomeava tambem uma tal contraria do Menino Jesus, d'onde talvez resultou o chamar-se ao collegio *Collegio de Jesus.* N'este breve determinava-se que os orphãos pedissem esmola para seu sustento, o que sempre fizeram, apezar das doações feitas pela instituidora. O titulo da invocação da Senhora do Monserrate, era em memoria de um outro estabelecimento religioso, que em epocas mais remotas, construira para o mesmo fim, a rainha D. Brites, mulher de D. Affonso III. A instituição do collegio sómente admittia 30 orphãos do sexo masculino, desamparados, preferindo se os naturaes de Lisboa e seu arcebispado. A rainha D. Catharina concedeu-lhe doação de alguns bens, como acima dissémos. O padre Carvalho da Costa, no vol. III da *Chorographia Portugueza*, declara que o rendimento do collegio constava de 12 moios de trigo, uma pipa de vinho e outra de azeite, das esmolas que os orphãos pediam, e dos acompanhamentos dos defuntos, cuja receita montava a mais de 3:000 cruzados por anno. O collegio era administrado pelo tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens. Os orphãos tinham de comer, vestir e calçar; aprendiam a lingua latina e o canto do orgão; recebiam uma educação adequada á vida ecclesiastica, por serem destinados á vida da egreja no paiz e nas missões. Quando se fez a procissão de Nossa Senhora da Saude, a primeira vez em 1570, recolheu-se ali aquella imagem, até que em 1662 foi para a sua actual egreja. (V. *Lisboa, egreja e procissão da Senhora da Saude).* O edificio é todo de cantaria; o portal é do architectura gothica e as janellas, posto que sejam de estylo da renascença ou classico tendo versiculos gravados na pedra, mostram bem a sua antiga construcção. Quando el-rei D. José I subiu ao throno, mandou reedificar o Collegio dos Meninos Orphãos, que estava muito arruinado. A reedificação foi feita desde quasi dos alicerces, e concluiu-se no anno de 1754. Um anno depois, o terremoto do primeiro de novembro damnificou bastante o edificio; caiu uma parte da parede para o lado que confina com a rua de João de Outeiro; as abobadas abriram e estalaram, porém, felizmente, todos estes estragos fôram faceis de reparar. Por fortuna, não houve victimas a lamentar, porque os orphãos e todas as mais pessoas, que habitavam o collegio, fugiram para a cêrca. Depois do terremoto de 1755 o collegio foi convertido em recolhimento de mulheres, e muito posteriormente, depois da extincção das ordens religiosas em 1834, essas mulheres fôram transferidas para o convento do Grillo. O collegio e egreja profanaram-se então, e serviram de residencia á Sociedade Pharmaceutica; parece que em baixo, nas lojas, tambem houve um estabelecimento qualquer. Quando, porém, se tratou do prolongamento da rua da Palma, se expropriou a antiga ermida da Guia e outras propriedades, o Collegio dos Meninos Orphãos tornou a ser sagrado e restaurado, para se recolher aquella irmandade com a sua imagem, que desde então se tem conservado ali, fazendo as suas costumadas festividades. Ao edificio se chama ainda Recolhimento do Amparo. Por decreto de 28 de dezembro de 1907 foi cedido ao Congresso das Associações de soccorros mutuos para ali se installar, saindo a antiga irmandade.

Recolhimento do Espirito Santo. Existia antigamente na actual rua de Eduardo Coelho, defronte da porta da sacristia da egreja parochial das Mercês, no local onde se vê hoje uma grande propriedade, que torneja para o principio da rua de S. Marçal. Fôra fundado em 1671 por uma senhora nobre e piedosa, chamada D. Maria Borges, para n'elle viverem algumas senhoras retiradas do mundo. Em 1680 o recolhimento começou a ser administrada pelos religiosos da ordem Terceira de Jesus.

Recolhimento de Lazaro Leitão. Foi fundado em 1747 pelo principal da santa egreja de Lisboa, Lazaro Leitão Aranha, precedendo a approvação de el-rei D. João V, para ali se recolherem viuvas nobres, pobres e honestas, consignando rendas patrimoniaes para a manutenção do mesmo instituto. Tinha o recolhimento 42 cellas, e todas as officinas precisas para accommodação das viuvas, provendo-o tambem de jardim, horta, agua, etc. As viuvas tinham, além do sustento, medico, cirurgião e botica gratuitamente. Poderia haver no recolhimento meninas nobres, com o titulo de porcionistas, e mediante o pagamento de um estipendio á casa, para ali receberem educação, e se instruirem nos mesteres proprios do seu sexo. Pela resolução de 12 de junho de 1747, tomou D. João V o recolhimento debaixo da sua protecção. O benemerito fundador tambem mandou construir uma egreja no mesmo edificio. No dia 3 de julho do referido anno assistiu a rainha D. Maria Anna d'Austria á entrada solemne de dez viuvas e sete educandas. Lazaro Leitão Aranha celebrou missa na egreja, administrou a communhão ás viuvas e ás educandas, fez as nomeações para os cargos da communidade, e entregou á regente os estatutos da casa, seguindo-se depois missa cantada, sermão e *Te-Deum*. O recolhimento de Lazaro Leitão ainda existe e está situado nas visinhanças de Santa Apolonia, na travessa denominada do Recolhimento de Lazaro Leitão.

Recolhimento de Nossa Senhora da Natividade.

Era situado no local onde hoje se vêem umas propriedades, que fórmam o quarteirão nas ruas do Loreto, Chagas, Horta Secca e Emenda. O recolhimento foi fundado em 1586 pelo cardeal-arquiduque Alberto, a instancias dos jesuitas, para ali se recolherem mulheres convertidas, as quaes eram governadas por uma regente, e dirigidas pelos padres da Companhia de Jesus. A organisação do recolhimento era rigorosa e austera. Ali se resgataram mulheres peccadoras, segundo diz o padre Carvalho da Costa, no vol. III da *Chorographia Portugueza*, a pag. 477, e durante alguns annos eram enviadas para as conquistas, onde muitas casaram. O terremoto de 1755 reduziu a cinzas todo o edificio, passando as convertidas para o sitio da Fonte Santa, onde se conservaram provisoriamente em barracas, indo depois para o recolhimento do Rego.

Recolhimento do Rego. Este recolhimento foi instituido por Margarida das Mercês de Maré, filha de paes estrangeiros, com o intuito de recolher mulheres perdidas, que se quizessem regenerar, e bem assim as douzellas pobres e abandonadas, que pela miseria da sua situação estivessem expostas á mesma vida de perdição. Alugou se para esse fim uma casa no sitio do Grillo, tendo a fundadora quem a ajudasse com esmolas para se levar a effeito tão benemerita instituição. Concorreram tantas mulheres convertidas que o asylo não era já sufficiente para as abrigar. A rainha D. Maria I tambem protegeu muito o recolhimento, e facilitou-lhe os meios para se construir um novo edificio, e com esmolas de devotas se construiu o recolhimento do Rego. A fundadora foi sempre incansavel em promover o augmento e prosperidade da sua instituição, e, quando falleceu, foi sepultada na egreja do recolhimento, pondo-se sobre a campa o seguinte epitaphio: «Aqui jaz Margarida das Mercês de Maré, fundadora do Real Recolhimeto das Convertidas do Rego, que falleceu aos tres de abril de 1801, tendo de edade 55 annos, 4 mezes e 6 dias. Requiescat in pace.» A invocação d'esta casa benemerita era Nossa Senhora do Rosario; mais tarde, reuniram-se ali as recolhidas do largo de Leão, cujo recolhimento tinha o titulo de Nossa Senhora das Dôres, e o recolhimento do Rego ficou desde então denominando-se de *Nossa Senhora das Dôres* e *Santissimo Rosario*. Hoje no edificio, depois das necessarias obras a que se procedeu, está installado o hospital dos tuberculosos.

Ha ainda actualmente os seguintes recolhimentos: Do Santissimo Sacramento e Assumpção, largo do Calvario; Das escravas do Santissimo Sacramento, rua da Rosa; De Nossa Senhora do Amparo, rua do Grillo; De Nossa Senhora do Amparo, rua da Achada.

Lisboa *(Hospitaes de)*. Ha diversos, estando alguns a cargo de differentes ordens e associações piedosas. Mencionaremos os seguintes.

Hospital Colonial de Lisboa. Foi installado no edificio da Cordoaria Nacional, á Junqueira, por carta de lei de 24 de abril de 1902. E' destinado ao tratamento dos doentes militares, civis, e ecclesiasticos dependentes da direcção geral do Ultramar. Além das enfermarias e do serviço de isolamento, no hospital ha uma enfermaria para officiaes inferiores, e quartos para os officiaes. Tambem se admittem doentes particulares, mediante uma pensão mensal, que varia, confórme as enfermarias em que se recolhem. N'este edificio está egualmente a Escola de Medicina tropical, que comprehende duas classes de discipulos; os medicos candidatos ao posto de medico dos quadros sanitarios do ultramar e da marinha, e os que estão já n'estes quadros; voluntarios, os medicos civis ou militares, podendo exercer a medicina no continente portuguez. As cadeiras d'este curso são tres: *Pathologia e clinica*, *Hygiene e climatologia*, *Bacteoriologia e parasitologia*. A direcção da Escola é a mesma que a do hospital. A abertura do curso é no principio de novembro, encerrando-se no fim de fevereiro. Em março realisam-se os exames, os quaes consistem em parte theorica e em parte pratica, no laboratorio e nas enfermarias do hospital Colonial. Aos estudantes é conferido um diploma, que lhes dá preferencia para todas as funcções de medico nas colonias e na marinha. Como auxiliares d'este estudo, contam-se os laboratorios de bacteriologia e de parasitologia, o das analyses, o Hospital Colonial. o museu e a bibliotheca. A escola organisa missões scientificas ás colonias portuguezas e estrangeiras.

Hospital do Desterro. E' no edificio do antigo convento d'este nome, destinado a doenças secretas. V. *Convento do Desterro*, n'este vol. pag. 250.

Hospital Estephania. Foi fundado pela rainha D. Catharina, mulher de D. Pedro V, sendo construido em parte da real quinta da Bemposta, vulgarmente chamada *Quinta Velha*. Hoje fica na rua de *Joaquim Bonifacio*, uma das novas ruas que se abriram no bairro Estephania. A intenção da fundadora era que o hospital servisse exclusivamente para creanças, mas por diversos motivos não pôde cumprir-se o desejo da soberana. O projecto veiu de Inglaterra, mandado, a pedido de D. Pedro V, pelo principe Alberto, marido da rainha Victoria. As despezas da construcção fôram feitas primitivamente por D. Pedro V e D. Estephania; mais tarde continuaram pelo Estado por ordem d'el-rei D. Luiz, que mandou proseguir as obras, considerando o hospital com propriedade nacional, e destinando-o para o tratamento e curativo de adultos do sexo feminino e de creanças pobres d'ambos os sexos para os quaes haveria uma enfermaria especial, testemunho ao respeito e memoria pelas intenções dos seus fundadores. Para a conclusão das obras foi o governo autorisado a contrair um emprestimo até á quantia de réis 70:000$000, por carta de lei de 13 de abril de 1874. Foi o hospital inaugurado solemnemente em 17 de julho do 1877, 18.° anniversario do fallecimento de D. Estephania, por el-rei D. Luiz e sua magestade a rainha Senhora D. Maria Pia, ficando aberto em 15 de julho do anno seguinte. O vestibulo do edificio é elegante e dominado por um escudo dividido em duas partes, contendo a do lado direito as armas de Portugal e a do esquerdo os da casa de Hohenzollern, a que pertencia a rainha fundadora. O pavimento da entrada é de marmore, e contém quatro nichos com estatuas. Aos lados estão as casas para receber doentes, consultas, cirurgião de serviço e guarda de instrumentos cirurgicos. Segue-se um espaçoso claustro, tendo no centro um tanque, e em volta 20 arcos de cantaria, e quatro

nichos lateraes para estatuas. O pavimento d'esta arcada é de pedra preta com enfeites de granito. Por cima corre uma larga galeria para passeio dos convalescentes. Ao fundo do claustro está a capella, que é de marmore e estuque, sendo o altar-mór de marmore preto e branco. No tympano vê-se um medalhão com o emblema da caridade, e por cima da porta outro com a imagem de Santa Estephania. Os festões que estão dos lados são d'um bello trabalho. O retabulo do altar-mór é um quadro da escola moderna allemã, representando na parte superior a imagem de Nossa Senhora da Conceição, que parece attender ás supplicas d'uma pessoa real, indicada pelo seu manto, e se julga representar a rainha D. Estephania; no ultimo plano do quadro vê-se um grupo de 9 creanças em differentes posições, esperando obter, por intermedio da real bemfeitora, a protecção da Santa Virgem. O edificio está dividido em quatro corpos principaes, que fórmam uma cruz; tem tres andares, dois em que estão as enfermarias, e um para accommodações. Tem quartos particulares, uma enfermaria particular, e mais as seis seguintes: *1.ª Santa Estephania; 2.ª Sant'Anna; 3.ª Nossa Senhora do Carmo; 4.ª Santa Catharina; 5.ª Santa Quiteria;* e *6.ª Santa Margarida.* No fundo de cada enfermaria ha sentinas inodoras, lavatorios, e casas para banhos, com tinas de marmore. Estas enfermarias assentam sobre abobadas de tijolo de grande altura e solidez. A communicação faz-se por diversas escadas interiores, que facilmente conduzem de umas a outras enfermarias e officinas do estabelecimento. Ha agua em todos os pavimentos. Em 1880 construiu se na cêrca uma enfermaria-barraca; na mesma epoca se installou tambem uma tenda de ambulancia para receber os doentes que teem de soffrer operações de grande cirurgia.

Hospital francez. No asylo de S. Luiz, situado na rua Luz Soriano, 182. E' propriedade da *Société Française de Bienfaisance*, e está confiado ás irmãs da caridade de S. Vicente de Paula.

Hospital da Marinha. Situado no Campo de Santa Clara. E' destinado a receber os doentes da armada, funccionarios e militares do ultramar, e guarda municipal. Do preambulo do alvará com força de lei de 27 de setembro de 1797 consta que o governo destinara para hospital da armada real o hospicio que fôra dos jesuitas ao Paraiso, mandado entregar á administração real da junta da fazenda da marinha. N'esse local mandou o governo construir um edificio com todas as accommodações necessarias para o destino a que o consagrava; tendo aliás a previdente lembrança de recommendar que no mesmo edificio houvesse designadamente espaço para o estabelecimento d'um laboratorio chimico, e dispensatorio pharmaceutico, de que pudessem fornecer-se não só o hospital da marinha, como a armada real, e até todos os hospitaes reaes dos dominios portuguezes do ultramar, o que por certo redundaria em beneficio da fazenda, como apropriado alvitre que era de poupar despezas na preparação e remessa de medicamentos. Para se effeituar a construcção do indicado edificio, mandou o governo abrir um emprestimo de 150:000 cruzados, ao juro de 5 por cento, e com as clausulas exaradas no citado alvará de 27 de setembro de 1797. Em quanto se não concluiu o edificio, que é o que actualmente existe no Campo de Santa Clara, serviu o hospital do Desterro de hospital da marinha. Em 25 de julho de 1855 foi nomeada uma commissão de inquerito, para examinar o estado das diversas repartições da marinha. Na data indicada visitou a commissão o hospital da marinha, e no *Inquerito* que se publicou em 1856, vem no tomo I, a pag. 17 e seguintes a *Visita ao hospital da marinha*, em que se lê: «O hospital da marinha é um edificio magnifico, vasto, e muito bem conservado, com todas as accommodações necessarias para o seu destino. A botica é grandiosa, e tem as convenientes accommodações. Notámos que na excellente sala do laboratorio se faz uso de um pilão, que é uma vergonha para um estabelecimento de tal ordem. O machinismo grosseiro e rude d'este instrumento é coevo certamente da infancia das artes, e dos tempos primitivos da ignorancia e da rudeza. Armarios, balanças, vidros e outros objectos, tudo é antiquado. A commissão examinou as denominadas *boticas de bordo* que ali existem, e são uns enormes caixões, sem os necessarios repartimentos e condições indispensaveis, para que, com o balanço do navio, se não deteriorem os medicamentos, e se quebrem os boiões, vidros, etc. Não ha na botica uma collecção de vidros especiaes de pharmacia, de chimica e botanica, como fôra natural. A botica tem um boticario, um ajudante, um praticante, e um servente. Parecerá talvez a alguem que ha uma tal ou qual demasia de pessoal, tratando se de uma botica, que não fornece remedios para fóra, e que apenas os prepara para o hospital e para algum navio do Estado. A commissão, porém, não se atreve a enunciar um similhante juizo, tanto mais quanto o hospital é um vasto estabelecimento, e o serviço pharmaceutico deve necessariamente ser consideravel». As providencias que a commissão lembrou, e outras que o tempo foi indicando, fôram mais tarde adoptadas, de sorte que em 1871 foi de justiça louvar o estado lisongeiro d'este estabelecimento, dizendo-se: »Do estado lamentavel em que o hospital se achava no que respeita ás condições hygienicas, e outras que não devem ser esquecidas em estabelecimentos de egual natureza, passou ao estado em que hoje o encontram os nacionaes e estrangeiros que o visitam.» V. *Inquerito ácêrca das repartições da marinha, ou os trabalhos da commissão nomeada pela camara dos senhores deputados para examinar o estado das diversas repartições de marinha*, Lisboa, 1856; *Analyse do parecer da commissão de fazenda da camara dos senhores deputados sobre o orçamento de marinha para o anno de 1871 a 1872*, Lisboa, 1871. O hospital da marinha foi o primeiro de Lisboa, que teve uma estufa de desinfecção. Além dos quartos para os officiaes e para os aspirantes, tem 11 enfermarias, comprehendendo os serviços especiaes para tuberculosos, variola, doenças de pelle, etc. O serviço clinico é feito pelo sub-director e 4 medicos internos, os quaes, além das enfermarias, teem o serviço do banco para os casos urgentes nos accidentes na rua. O gabinete de bacteriologia e analyses clinicas, assim como o serviço de desinfecção, estão a cargo do medico naval, que tambem está encarregado da instrucção technica dos enfermeiros navaes. No Hospital da Marinha está a Junta de Saude Naval.

Hospital Militar da Estrella. Situado na praça da Estrella, no edificio onde os religiosos da ordem benedictina tiveram o seu primeiro convento em Lisboa (*V. Lisboa, Convento da Estrellinha*). Logo depois da extincção das ordens monasticas em 1834, foi este convento destinado para hospital militar, ficando mais vulgarmente conhecido pelo *hospital da Estrellinha.* Organisado dentro das paredes d'um convento, não podia satisfazer ás exigencias mais severas da hygiene; desde a sua installação em 1834, teem-se empregado esforços para o melhorar, mas o seu principal defeito é ser uma construcção dupla-quadrangular, com dois pateos interiores de deseguaes dimensões e sem symetria. Depois d'um espaçoso pateo chega-se á porta principal por uma escadaria, e ali se entra no vestibulo da egreja, verdadeiro primor na obra de talha da sua capella-mór e no trabalho de mosaico da banqueta e degraus do altar. Esta capella está profanada, e parte em ruinas, pelo descalabro da obra de talha, e principalmente pela fenda aberta na sua abobada. Em tempos passados, a policia ou disciplina da casa era cousa muito problematica, havendo veteranos, que viviam permanentemente nas enfermarias, tendo lojas de alfaiate, de sapateiro, de tabacos e de outras industrias, ao mesmo tempo que de noite se jogava no recinto das sentinas, então collocadas para fóra da parede em varandas. Custou muito a acabar com estes abusos inveterados, o que pôde conseguir com muitos esforços o medico militar Francisco José Maria de Lemos, energico director que teve o hospital em 1851. Em repetidas obras se rasgaram boas enfermarias na peripheria do edificio, sendo notavel a que no andar nobre olha para o nascente e as duas que olham para o sul. Em 1863, tendo-se adquirido um renque de casas o quintaes que havia na rua de S. Bernardo, construiu-se um annexo ao hospital, ligado com elle por um arco, com communicação de atmospheras, arco que depois se demoliu. Esta construcção deu tres enfermarias, que ficaram destinadas para isolamento de doentes infectos ou de contagiosos. Na cêrca do antigo convento existem como annexos enfermarias, barracas para o tratamento de determinadas doenças. Antes da data referida, fizera-se outra obra, então muito festejada, mas que em parte deu muito maus resultados, fôram as sentinas construidas dentro do edificio, proximo da cozinha n'um andar e dos quartos de officiaes no outro, e em ambos os pisos só n'uma face do edificio. Um machinismo muito ingenuo, dando corrente d'agua ao abrir da porta dos gabinetes, suppunha-se então ser a ultima palavra da hygiene hospitalar. Veiu o tempo, e aquillo tornou-se tudo um foco de infecção, cujo termo se andava reclamando ha muito, mas só em 1899 fôram ouvidas as justificadas queixas, procedendo se á construcção de novas sentinas, dispostas de modo a poderem servir todas as faces do edificio, e em toda a parte collocadas para fóra d'elle, e com plena interrupção de atmospheras. Era então director do hospital o dr. Carlos Moniz Tavares, e á dedicada e zelosa direcção d'este funccionario se deveu este melhoramento, e muitos outros, como o inicio do funccionamento do serviço de desinfecção no hospital, do aproveitamento das enfermarias da cêrca da Estrella, da inauguração de um regular systema de isolamento para as doenças transmissiveis, do estabelecimento dos serviços de bacteriologia e de radiographia, a restauração quasi completa do obsoleto material cirurgico e de exploração, etc. Os congressistas do congresso medico, que em 1898 visitaram o hospital da Estrella, confessaram terem ficado maravilhados de vêr fazer milagres de hygiene dentro d'uma velha construcção monastica. O hospital possue actualmente quatro enfermarias de medicina e duas de cirurgia, uma de doenças syphiliticas, e uma enfermaria prisão. Ha quartos para os officiaes, enfermarias para os officiaes inferiores, assim como enfermarias e quartos isolados para as doenças infecciosas; um laboratorio de analyses chimicas, uma installação radiographica e uma outra ophtalmologica. No hospital de Lisboa, assim como no do Porto, fazem-se conferencias medicas mensaes, em que devem tomar parte todos os cirurgiões ao serviço do quartel general da primeira divisão, e nas quaes são apresentados doentes escolhidos. Os depositos estabelecidos, junto do Hospital da Estrella, no edificio da egreja, fornecem medicamentos e objectos necessarios ao serviço de saude do exercito, como instrumentos de cirurgia, roupa, mobilia, etc. Ha dois: o primeiro tem sob a sua guarda o material sanitario de mobilisação, formando o parque sanitario. E' dirigido por um pharmaceutico militar. O segundo está sob a direcção d'um medico. O hospital da Estrella recebe todos os doentes que pertencem a corporações organisadas militarmente, exercito de terra, guarda fiscal e policia.

Hospital de Nossa Senhora da Saude. Situado na rua de Sousa Holstein, no Rego. E' destinado para creanças pobres e doentes, d'ambos os sexos. A iniciativa d'este instituto é devida ao padre Miel, superior dos lazzaristas, sendo auxiliado por algumas senhoras da alta sociedade. Este hospital está confiado aos cuidados das irmãs de S. Vicente de Paula. E' sustentado por um fundo constituido por donativos, e protegido pela Sociedade protectora das creanças, composta de senhoras, tendo por presidentes sua magestade a rainha Senhora D. Amelia, e a sr.ª duqueza de Palmella. Além dos soccorros medicos, as creanças recebem fato, calçado, brinquedos, etc.

Hospital da Rainha D. Amelia. Situado na estrada de Sacavem. Foi installado no antigo convento de Arroios, recebendo exclusivamente os tuberculosos na parte principal do edificio; na cêrca havia annexos para isolamento das doenças contagiosas. Os doentes d'este hospital fôram transferidos para o hospital do Rego. (*V. adeante*). Hoje existem aqui apenas invalidos, tendo a enfermaria n.º 1, de *S. Matheus*, para homens, e a n.º 2, *Nossa Senhora da Conceição*, para mulheres.

Hospital Real de S. José. Situado na rua do Arco da Graça. E' o hospital central, séde da administração e dos serviços geraes dos hospitaes civis de Lisboa, comprehendendo S. José, Desterro, S. Lazaro, Estephania, Rainha D. Amelia, Rego e Rilhafolles. Foi installado no edificio do antigo collegio de Santo Antão, o Novo, noviciado dos jesuitas. Tendo ardido em 1750 o hospital de Todos os Santos, fundação de D. João II, e ficando em completa ruina pelo ter-

remoto de 1755 (V. *Lisboa, Hospital de Todos os Santos)*, armaram-se enfermarias provisorias para os doentes, as quaes estavam disseminadas por differentes partes, no mosteiro de S. Bento, nos palacios do conde de Castello Melhor e de D. Antonio Vaz d'Almada, etc. Reconhecendo-se a urgente necessidade de se reunirem todas as enfermarias em novo hospital, foi lembrado o collegio de Santo Antão, o Novo, que ficara desoccupado em 1759 com a expulsão dos jesuitas, e pela carta regia de 26 de setembro de 1769 se concedeu aquelle edificio para substituir o hospital de Todos os Santos. Deu-se-lhe então o titulo de *Hospital de S. José*, por ter sido doado por el-rei D. José, para um fim tão utilitario. Nos dias 3, 4 e 5 de abril de 1775 conduziram se para ali os doentes por ordem do referido monarcha. Para esta mudança, realisada sob a direcção de Francisco Furtado de Mendonça, então enfermeiro-mór do hospital, concorreu a nobreza da côrte, pessoas caridosas e os irmãos da Misericordia, conduzindo todos em macas e esquifes os doentes de maior perigo. Os religiosos dos conventos de Lisboa tambem fôram em communidade prestar os seus serviços com a maior caridade, conduzindo aos hombros os doentes. Os de menor perigo transportaram se em seges, que alguns devotos prestaram. Com esta mudança não houve despeza alguma, e ainda muitos devotos e nobres, ao conduzirem os enfermos, deixaram avultadas esmolas no hospital. O edificio é notavel pela sua vastidão. Em frente da fachada principal, que olha para o sul, fôram collocadas em 1811, pelo enfermeiro-mór D. Francisco d'Almeida, as estatuas dos Apostolos que adornavam a antiga egreja, formando-se os pedestaes com a cantaria d'uma das torres, que se apeou, por ameaçar ruina. O referido enfermeiro-mór, n'esse mesmo anno, fez construir o portico e o muro que cérca o pateo da entrada, onde durante muitos annos se fez uma feira nos dias de S. José e de de S. João, por provisão de 1 de fevereiro de 1812. Posteriormente muitos melhoramentos se tem feito n'este hospital; formaram-se novas enfermarias, alargaram-se outras, e melhoraram-se algumas a que faltava a luz precisa, e eram pouco ventiladas. Em 1849 e 1850 fôram mudados para o edificio de Rilhafolles 170 alienados, que occupavam no hospital as enfermarias de S. Theotonio e de Santa Eufemia, nos terrenos baixos junto ao pateo das arvores, A superintendencia e direcção do hospital de S. José e dos outros seus annexos, acima citados, pertencem a uma administração composta do administrador principal, nomeado pelo governo com o titulo de enfermeiro-mór, que é sempre um medico de competencia indiscutivel, um adjunto e um secretario, tambem nomeados pelo governo. Estes funccionarios constituem o conselho da administração, que se reune em sessão ordinaria uma vez por semana, e em sessão extraordinaria quando o administrador principal o convoca. A administração de todos os serviços technicos, financeiros e economicos dos hospitaes é feita por intermedio das seguintes repartições: expediente administrativo, contencioso e estatistica, contabilidade e economia dos hospitaes, vigilancia e policia. Este ultimo serviço é exercido por uma repartição estabelecida no hospital de S. José, tendo uma delegação em cada um dos outros hospitaes. Além d'outras inspecções, ha uma para a manutenção d'uma boa hygiene geral dos hospitaes e dos differentes serviços, particularmente a desinfecção, uma inspecção geral exercida por um inspector technico, a quem tambem pertence inspeccionar os generos alimenticios, desde o momento em que se recebem dos fornecedores, até serem empregados. Os serviços clinicos dos hospitaes estão agrupados em duas grandes secções: *Serviços internos* e *serviços externos*. Os internos comprehendem as enfermarias de clinica geral e especial, agrupados em duas secções: medicina e cirurgia, com a obstetricia, sendo o movimento das enfermarias consideravel. O pessoal effectivo de cada enfermaria compõe-se do director clinico, um assistente, um interno, um enfermeiro em chefe, quatro enfermeiros e dois creados. A distribuição dos serviços externos é a seguinte: *Junta consultiva* (consulta externa para a medicina e cirurgia em geral), que é composta do director do *Banco*, de dois medicos e de dois cirurgiões do *Banco*. Funcciona todas as manhãs no hospital de S. José, para todos os doentes pobres que se apresentem, tanto que pelo seu estado exigem a entrada no hospital, como os que pódem ser tratados em suas casas com o auxilio dos conselhos, receitas e tratamento feito nos hospitaes. Em S. José ha as seguintes enfermarias: Cirurgia para homens: *Santo Onofre*, *Santo Amaro*, *S. João Baptista*, *Santo Antonio* e *S. Francisco;* para mulheres: *Santa Joanna*, e *Santa Maria Anna*.—Medicina, para homens: *S. Sebastião*, *S. José* e *Sousa Martins;* para mulheres: *Santa Izabel* e *Santa Emilia*. N'este hospital ha quartos particulares, que fôram abertos pela primeira vez em 25 de agosto de 1811, pagando-se 800 réis por dia, e sendo apenas ali tratados doentes do sexo masculino. A mulheres começaram a ser tratadas em quartos particulares em 4 de março de 1813, pagando ao principio réis 1$200 por dia, e depois apenas 480 réis. Até 1811 os doentes que pagavam o seu tratamento eram alojados nas enfermarias geraes. Merecem especial menção pela sua vastidão e desenvolvimento a lavandaria e a cozinha. A secretaria occupa toda a frente do edificio, e no andar terreo com portas para o pateo interior, encontra-se á esquerda a sala da junta consultiva e o deposito dos instrumentos cirurgicos, e em frente o *Banco*, a casa dos assentos e a capella, antiga sacristia da egreja. Tambem são dignas de mencionar-se a sala das autopsias e o amphitheatro das operações. O Banco é um posto de soccorro para os casos urgentes, quer do hospital, quer dos accidentes na rua. O Banco faz tambem o tratamento cirurgico dos doentes que se apresentam fóra da hora regulamentar, que é das 10 ás 11 da manhã. Esta admissão, comtudo, não póde effeituar se senão em circumstancias particulares. O Banco tem 8 cirurgiões effectivos e 2 supplentes; o serviço é feito de fórma que ha sempre um cirurgião no hospital de S. José e um outro no hospital Estephania. A escolha dos medicos é feita por concurso de provas praticas; entra-se para a secção de medicina, como medico da Junta, e para a secção de cirurgia como cirurgião do Banco. De cada um d'estes postos passa-se pela antiguidade, ao de assistente (sempre na mesma secção), e finalmente á direcção d'uma enfermaria. Os internos são chamados pa-

ra a administração, e escolhidos entre os estudantes do quinto anno da Escola Medica; pódem ficar no seu posto depois de terem concluido os estudos. As suas funcções limitam-se ao serviço clinico das enfermarias onde estiverem collocados. Os medicos, assim como todos os empregados do hospital, teem direito á reforma. Entre os serviços geraes dos hospitaes civis deve mencionar-se o Laboratorio d'analyses clinicas, no edificio do hospital de S. José, cujos serviços estão promptos para todos os hospitaes. Ao seu director cabe o encargo da execução das analyses que lhe fôrem pedidas pelos medicos e outros chefes de serviço dos hospitaes; a autopsia nos doentes fallecidos no hospital, e cujos cadaveres não sejam reclamados pelas suas familias, pelos directores das enfermarias, ou pela Escola Medica; a applicação da electrotherapia e da phototherapia. A admissão dos doentes no hospital de S. José é feita pela Junta Consultiva ou pelo Banco, sendo os doentes, que tiverem sido admittidos, apresentados ao chefe da repartição da acceitação, que tem de julgar sobre as condições em que elles se apresentam. A admissão geral dos doentes faz-se das 9 ás 11 horas da manhã. Além d'esta hora, só se admittem quando o estado dos doentes exige prompto soccorro; quando fôrem victimas d'um accidente, e quando feito o tratamento de occasião, não possam, pelo seu mau estado, regressar ás suas casas, ou quando o doento vier de fóra de Lisboa, munido dos documentos legaes, e não tenha onde pernoitar.

Hospital do Rego. Este hospital foi installado em 1906 no antigo recolhimento do Rego. Compõe-se de duas secções. A primeira, que está no corpo principal do edificio, é destinada ao tratamento dos doentes tuberculosos, contendo 212 camas. No rez-do-chão encontram-se a administração, a hydrotherapia, os serviços geraes, o alojamento do medico do dia, etc. Os primeiro e segundo andares conteem sómente enfermarias, sendo tres em cada andar. A segunda secção, para as doenças infecto-contagiosas, comprehende 22 pavilhões. Uma alea central é limitada por duas series de pavilhões, sete de cada lado; cada um d'elles, sómente rez-do-chão, póde conter 33 camas. Ao lado se elevam outros pavilhões de differentes dimensões, no total de 516 doentes. A primeira secção, para os doentes tuberculosos, tem 7 enfermarias. No rez-do-chão ha 2 enfermarias de cirurgia para homens, com 34 camas; no primeiro andar 3 enfermarias de medicina para homens, sendo uma de 42 camas, outra de 31, e outra de 16 para creanças. No segundo andar ha tres enfermarias para mulheres, uma de medicina, com 42 camas; duas de cirurgia, sendo uma para creanças, com 47 camas. Ha pavilhões para doentes de variola, de meningite e sarampo, etc.

Hospital de Rilhafolles Está situado na rua da Cruz da Carreira, no edificio do antigo convento dos religiosos de S. Vicente de Paula, vulgo *Rilhafolles*, por ser assim chamado aquelle sitio. (V. *Lisboa, convento de S. Vicente de Paula).* Foi instituido este hospital em 1838, para alienados d'ambos os sexos. Desde a sua fundação tem sido, por diversas epocas, muito melhorado. E' o unico hospital que tem um director medico e um regulamento especial, que lhe dá uma certa independencia. Tem um director geral, que reside no edificio, encarregado de todo o serviço clinico dos homens; um medico da secção das mulheres, e um cirurgião. Os pensionistas, tanto de um como de outro sexo, para serem admittidos, devem apresentar um requerimento escripto pela pessoa que deseja fazer o internato, contendo todas as indicações respectivas á identidade do requerente e do alienado, e d'uma certidão de doença mental passada por um medico, que não deve ter nenhum parentesco com o doente, e certifique o seu estado individualmente, assim como da necessidade de elle ser internado no hospital. Emquanto aos alienados indigentes, determina o regulamento que sejam admittidos só os doentes curaveis, ou que apresentem inclinação para a malvadez ou para o impudôr. A admissão d'estes doentes é feita geralmente com a intervenção da autoridade administrativa ou judiciaria, e o medico só intervem para passar a certidão. Se o doente tem sido julgado por um tribunal, é indispensavel que seja acompanhado da copia da sentença que lhe diz respeito; se é interdicto, deve ser apresentada uma autorisação judiciaria. No hospital ha uma consulta externa para as doenças nervosas e mentaes. A lei de 4 de julho de 1889 estabeleceu o que se chama o *fundo dos alienados.* Fixa receitas provenientes de contribuições especialmente creadas e d'outras fontes, e ordena a construcção de novos hospitaes d'alienados. A respeito dos novos hospitaes nada se tem feito.

Hospital de S. Lazaro. E' situado na rua d'este nome, e destinado ao tratamento dos doentes d'ambos os sexos atacados de lepra. Desde o começo do seculo XIII que os leprosos teem sido isolados, principalmente em Portugal, onde lhe davam então o nome de *gafos.* Fundaram-se muitos hospitaes para os abrigar, com o titulo de *gafarias. (V. este nome).* Até ao anno de 1844 era administrado este hospital pela camara de Lisboa, e desde essa epoca ficou incorporado no hospital de S. José. Actualmente existem ali a enfermaria n.º 1, de *S. Lazaro*, para homens, e a n.º 2, de *Santa Martha*, para mulheres. V. *Lazaro.*

Hospital de Todos os Santos. Nas dependencias do convento de S. Domingos foi construido este grandioso hospital, a que vulgarmente tambem se chamava *Hospital de el-rei.* O edificio occupava o local, onde hoje vêmos o mercado da Praça da Figueira e os grandes predios que defrontam para a Praça de D. Pedro, até á rua da Betesga. D. João II, sendo ainda principe, já pensava na edificação d'um importante e real hospital para abrigar pobres doentes e desvalidos; ainda antes de subir ao throno alcançara uma bulla do papa Xisto IV, passada em 13 de agosto de 1479, para o fim de poder annexar *a um amplo e solemne hospital dos pobres que se dispunha a construir em Lisboa, todos os bens dos hospitaes, cujos proventos não excedessem a trezentos florins de ouro annualmente.* A bulla era concebida n'estes termos, porque na petição feita pelo rei, dizia-se que «apezar de haver na cidade muitos hospitaes de pobres, e muitas casas instituidas para hospitalidade dos mesmos, os seus rendimentos são insufficientes para conservar a decente hospitalidade, e na mesma cidade se deve construir um amplo e solemne hospital para os pobres e peregrinos e outras pessoas miseraveis.» No anno de 1485 tambem D. João II alcançou do papa

Innocencio VIII a faculdade de reunir os hospitaes pequenos de cada logar e cidade, aos hospitaes maiores, que ali houvesse. A idéa principal de reunir n'um só todos os hospitaes era evitar os abusos de muitos administradores em prejuizo dos doentes. A difficuldade de se proceder a uma rigorosa fiscalisação, por serem muitas aquellas casas caritativas, despertou a idéa de se edificar o hospital de Todos os Santos. A primeira pedra foi lançada em 15 de maio de 1492 pelo referido monarcha, que pela sua propria mão lançou muitas moedas de ouro e prata nos alicerces. D. João II, porém, falleceu sem vêr concluida a sua obra, mas deixando-a muito recommendada no testamento. El rei D. Manuel, seu successor, proseguiu a construcção do edificio, e impetrou tambem do papa, então Alexandre VI, a concessão de annexar os rendimentos de todos os hospitaes á nova casa de caridade, a qual lhe foi feita pela bulla passada em 1501, quando se concluiram as obras. O monarcha dotou o hospital com muitas rendas e privilegios. O edificio tinha a fórma de cruz de quatro braços eguaes, assente em 35 columnas de cantaria. Em cada braço da cruz havia um claustro com seu poço e uma espaçosa horta, tambem com seu tanque, havendo abundancia de agua. A um lado ficava a enfermaria para os religiosos capuchos, que iam ali tratar-se nas suas doenças a expensas do proprio hospital. N'um dos braços formados pela cruz estava a sumptuosa egreja, cuja porta principal deitava para o lado do Rocio; era de tres naves, e uma das maiores que então existiam em todo o reino. Subia-se para ella por uma escadaria de 21 degraus, que tinha tres faces, a qual ia dar a um espaçoso patamar O portico era ornado de primorosa architectura gothica floreada, com os emblemas dos reis fundadores: *os pelicanos* de D. João II, e a *esphera armilar* de D. Manuel. Os *pelicanos* viam-se aos lados do baldaquino, e a *esphera* no alto da fachada. A capella-mór era muito espaçosa e de grande altura, e ficava no fecho da cruz; estava collocada de tal fórma que pelas janellas pertencentes a tres grandes galerias que rodeavam todo o edificio, podiam os doentes, cujas enfermarias eram nos outros tres braços da cruz, nas suas camas, ouvir a missa que se resava no altar-mór. As principaes enfermarias deitavam para estas galerias, onde tambem se viam alguns assentos de pedra. Havia a enfermaria de S. Cosme, destinada para os feridos; a de Santa Clara, para as mulheres; e a de S. Vicente, para os pobres. N'estas enfermarias os leitos estavam collocados em repartimentos dentro de uns arcos, de sorte que os corredores ficavam livres. Por alguns inconvenientes que se apresentaram, houve uma epoca em que os doentes ficaram privados de assistir á missa, até que em 1617, sendo provedor D. Henrique de Portugal, se armou um altar portatil em cada enfermaria, para ali se celebrar missa aos domingos e dias santificados. Além das enfermarias já mencionadas, havia mais a de S. Damião, S. Diogo, dos camarentos, e dos feridos, etc. Um corredor para os camarentos e outro para os feridos; uma casa para as mulheres syphiliticas e outra para homens syphiliticos, uma para convalescentes, 9 casas para doidos, sendo 5 para homens e 4 para mulheres. As camas dos corredores só eram collocadas, quando o numero dos doentes se tornava muito importante. Por debaixo das enfermarias havia na fachada da frente uma extensa arcaria formada por 35 columnas de cantaria, em que já se falou, pela qual se passava ao andar terreo, séde do hospicio de Nossa Senhora do Amparo, destinado a agasalhar peregrinos nacionaes e estrangeiros, e indigentes, a que o hospital dava cama e agua. Havia tambem o *creandario* ou hospicio de enjeitados, com amas pagas pelo cofre hospitalar. Estas creanças eram mais tarde entregues a mestres ou mulheres que lhes ensinavam algum officio ou mister. A roda dos enjeitados ficava do lado da rua da Betesga, muito proximo ao Rocio. A Misericordia era a administradora do hospital, e por isso lhe competia provêl o de empregados, que tinham de servir durante todo o anno, com a obrigação de conservarem a maior limpeza, se tratarem os doentes com todo o cuidado. Eram 128 irmãos da Misericordia, que todos os annos se nomeavam, entre os quaes figuravam nobres e mechanicos. Havia o enfermeiro-mór, que era sempre o provedor da Misericordia, e no seu impedimento o thesoureiro da fazenda do hospital, cargo confiado sempre a um fidalgo já velho e respeitavel, que morava no proprio edificio. Havia tambem um escrivão, dois mordomos das demandas das casas, dois dos enjeitados, um roupeiro que se encarregava de cuidar de toda a roupa precisa para as camas dos doentes, e que eram subordinados aos enfermeiros, um mordomo de despensa, que fornecia tudo o necessarío, confórme as requisições feitas pelos mordomos das enfermarias. Nas *Grandezas de Lisboa*, do padre Nicolau de Oliveira, livro publicado em 1620, vem uma minuciosa e curiosa descripção das grandes compras diarias que se faziam para os doentes. Desde o dia 1 de novembro de 1616 até egual dia de 1617, diz Nicolau de Oliveira, que não houve muitos doentes, entraram a tratar-se no hospital 3026 enfermos, e d'estes morreram 620, ficando completamente curados 2151. os mais conservaram-se nas enfermarias. Houve mais 200 enjeitados. Estavam tomadas as providencias para se evitarem abusos da parte dos empregados. No inverno os enfermos jantavam ás 11 horas da manhã, e ceavam ás 5 horas da tarde. No verão era o jantar ás 10 horas da manhã, e a ceia ás 4 da tarde. As refeições annunciavam-se por um toque de sino. O mordomo dos feridos tinha a seu cargo as enfermarias de S. Cosme, S. Damião e Madre de Deus, tendo cada uma sete enfermeiros, que eram praticantes de cirurgia. Estes enfermeiros, quando saíam do hospital, passava se-lhes carta de exame, para poderem tratar de doentes em todo o reino. O mordomo da capella vigiava a fórma de administrar os officios divinos, e as decorações da capella em dias de festa. Em todos os mezes eram revesados os 10 mordomos seguintes: um da capella, seis das enfermarias, dois da bolsa e um da despensa. O enfermeiro mór, thesoureiro, escrivão de fazenda, roupeiro, dois mordomos das demandas, e dois dos enjeitados, eram nomeados annualmente. Havia mais os seguintes empregados: 23 enfermeiros, o porteiro da porta grande, que dava entrada para o hospital; outro porteiro na que dava entrada para as enfermarias, 10 merceeiros, e outros 4 pertencentes á capella de S. Pedro, situada na sé; 2 visitadores

da Misericordia; 3 homens do esquife, 1 coveiro, 1 medidor do celleiro, um moço da bolsa, que fazia as compras na ausencia do respectivo mordomo; 1 despenseiro, 1 cozinheiro, 1 trinchante, 5 amas de leite para os enjeitados, e não sendo sufficientes, se entregavam as creanças a outras amas fóra do hospital, que fôssem bem affiançadas: 1 ama, chamada ama sêcca, que era sempre uma mulher edosa de reconhecida honestidade e confiança; 2 physicos (medicos) que tinham casa dentro do hospital para habitar, para poderem ser encontrados a todas as horas; 3 cirurgiões, 1 barbeiro, etc. Na enfermaria dos capuchos, em que já se falou, havia um vigario e 5 frades para tratarem os capuchos doentes; tinha uma grande varanda, no fundo da qual se viam dois pequenos quartos, tendo cada um o competente leito, onde se recolhiam dois religiosos, que todos os mezes eram enviados ao enfermeiro-mór, para ajudarem a bem morrer os enfermos, e que não os abandonavam de noite e dia, até expirarem. Quando entrava um doente para o hospital de Todos os Santos, era logo confessado e commungado; depois conduziam-n'o para a enfermaria competente, tomando se-lhe nota, n'um livro de registro, o nome, naturalidade, filiação e estado. A enfermaria dos convalescentes estava no mais alto do edificio, n'uma sala muito alegre e espaçosa, em que dava o sol, a penas nascia, por tres grandes janellas de sacada A egreja tinha 12 capellães, um mestre de capella que dava lições de canto e orgão, e meninos do côro para a celebração dos actos religiosos, a que sempre se procedia com a maior sumptuosidade. No hospital de Todos os Santos fizeram-se grandiosas festas em honra de S. Camillo de Lellis, quando se realisou a sua canonisação em Roma, pelo papa Benedicto XIV, em 17 de agosto de 1745. As festas duraram oito dias, desde 18 até 25 do referido mez de agosto; assistiram as pessoas reaes, todas as ordens religiosas, e o arcebispo de Lacedemonia, D. José Dantas Barbosa, celebrou de pontifical na festividade do ultimo dia, em que tambem saiu uma procissão de triumpho. A egreja estava ricamente decorada. Em todas as noites houve brilhantes illuminações. Fôram oito dias de perfeito regosijo publico. Em 27 de outubro de 1601 manifestou-se um grande incendio no hospital, que causou importantissimos prejuizos, mas não consta que houvesse victimas. O edificio foi reparado, mas a 10 de agosto de 1750 tornou a ser incendiado, mas d'esta vez é que o incendio se tornou horroroso, reduzindo quasi completamente a cinzas aquelle monumental edificio, escapando só a fachada, o patamar de pedra da escada da egreja com as escadas correspondentes, e uma das enfermarias. O fogo começou pelas 3 horas da manhã na casa chamada das tinas, onde se aquecia a agua para os banhos dos doentes; communicou-se logo para a sacristia da egreja, e d'ahi para as enfermarias, casas dos doidos e dos mortos, casa dos enjeitados, capella-mór, e em pouco tempo todo o edificio estava em chammas. Consta que morreu unicamente um doido. Todas as pessoas se salvaram para o convento de S Domingos, que apezar de estar contiguo ao hostal, nada soffreu, e para outras casas das proximidades. Existiam então 723 doentes e 17 doidos, e além dos enjeitados que fôram salvos pelas janellas que deitavam para a horta, por ali se tiraram os berços, as camas, e mais moveis dos seus dormitorios. As creancinhas fôram primeiro para a capella-mór da egreja de S. Domingos, e as amas para o palacio do senado, que era ao lado do da Inquisição, e depois para o palacio do conde da Ribeira. Salvaram se muitas imagens de santos, e o sacramento, que foi recolhido na egreja de S. Domingos. Os doentes fôram transportados, depois, para o convento, ficando as mulheres na egreja, e os homens na casa do capitulo e na da portaria; d'aqui fôram levados para o convento do Desterro. El-rei D. José mandou berlindas da casa real para os conduzir, e este exemplo foi seguido por todos os fidalgos, que mandaram tambem as suas carruagens. Durante muitos dias as casas religiosas de Lisboa enviaram soccorros aos doentes, e abriram-se muitas subscripções, que alcançaram avultadas esmolas. No dia seguinte ao incendio, os religiosos dominicanos déram jantar e ceia aos soldados, á mestrança do arsenal e a todas as pessoas do povo, que acudiram, na sua vastissima casa do refeitorio, onde, se póde dizer, houve mesa franca todo o dia. O patriarcha mandou logo ao hospital uma esmola de 250 gallinhas 250 frangos, 250 pães e 250 arrateis de dôce, e visitou depois o hospital do Desterro, deixando uma avultadissima esmola. As ruinas d'aquelle grandioso edificio ficaram inteiramente arrasadas, cinco annos depois, com o terremoto de 1 de novembro de 1755. Na reedificação de Lisboa, feita pelo marquez de Pombal, organisou-se n'aquelle sitio o mercado da Praça da Figueira, que ainda hoje existe. Além das *Grandezas de Lisboa*, do padre Nicolau d'Oliveira, já citadas, póde vêr-se ácêrca do hospital de Todos os Santos o livro do sr. dr. Alfredo Luiz Lopes, publicado em 1890, com o titulo de *O Hospital de Todos os Santos, hoje denominado S. José*, em que vem uma relação de todos os medicos e cirurgiões, que fizeram parte dos referidos hospitaes até á data da publicação do livro. Ali se encontram tambem muitas noticias curiosas ácêrca do hospital de Todos os Santos; *Summario de Noticias de Lisboa*, de Christovão Rodrigues de Oliveira, 1551, edição de 1760; *Memorial sobre o hospital de Todos os Santos em 1761*, por Machado de Mendonça; *Summario de Varia Historia*, do dr. Ribeiro Guimarães, vol. I, pag. 50 e seguintes.

Hospital Veterinario. Está annexo ao Instituto de Agronomia e Veterinaria, na rua do Instituto Agricola. O decreto de 21 de junho de 1859 teve por fim crear um *conselho especial de veterinaria*, e instaurar junto do Instituto Agricola um *hospital veterinario*, o demais *estabelecimentos supplementares* autorisados pelo decreto de 5 de dezembro de 1855 Este decreto veiu publicado no *Diario do Governo*, de 9 de julho de 1859. Com a data de 22 de dezembro de 1887 publicou-se um decreto, referente ao plano de organisação do hospital veterinario, em que se lê o seguinte no primeiro artigo: «O hospital veterinario de Lisboa, destinado ao tratamento dos animaes enfermos, de qualquer especie, pertencentes a particulares ou ao estado, e a servir de auxilios e complemento ao ensino medico-veterinario, será, para os effeitos legaes, considerado como annexo ao Instituto de Agronomia e Ve-

terinaria, e funccionará junto do mesmo instituto» Nos artigos que seguem, diz-se, que constará d'uma secção hospitalar propriamente dita, d'um banco ou consultorio medico veterinario de serviço permanente, de uma pharmacia, d'uma officina siderotechnica, etc. A secção hospitalar propriamente dita, constará de differentes enfermarias e installações para animaes, tanto pequenos como grandes; para tratamento e observação dos grandes animaes affectados de doença suspeita; para o tratamento de doenças contagiosas ou inficiosas, curaveis; outra para as mesmas doenças, sendo incuraveis; etc. Além d'estas, o governo autorisará a fundação de outras enfermarias ou installações que os progressos da sciencia ou as exigencias do serviço tornarem necessarias. O banco ou consultorio medico veterinario comprehenderá uma installação destinada ao exame e consulta dos grandes e pequenos animaes; um gabinete para os serviços de escripturação relativa á admissão de animaes, á consulta e entrada nas enfermarias. A pharmacia terá as installações necessarias para a conveniente conservação e preparação dos medicamentos destinados ao consumo hospitalar, e á venda aos particulares. A officina siderotechnica comprehenderá as installações apropriadas para a ferração dos animaes. No hospital tambem haverá as accommodações precisas para arrecadação de forragens, arreios, e material do serviço; alojamentos para o pessoal obrigado a pernoitar no estabelecimento; gabinetes para o pessoal dirigente, secretario, archivo, bibliotheca e deposito de material de cirurgia. A direcção superior de todos os serviços technicos e administrativos do hospital veterinario será confiada a uma junta denominada *Junta directora do hospital veterinario de Lisboa*, de que é presidente o director do instituto de agronomia e veterinaria. Esta junta compôr-se-ha dos lentes cathedraticos das cadeiras que fórmam a secção veterinaria do instituto e do lente cathedratico da cadeira de zootechnia, tendo por vice-presidente o inspector do hospital e por secretario o lente substituto mais moderno da respectiva secção.

Lisboa *(Illuminação de)*. V. vol. III, pag. 952.

Lisboa *(Imprensa Nacional de)*. V. vol. III, pag. 958.

Lisboa *(Inquisição de)*. V. vol. III, pag. 979.

Lisboa *(Institutos de)*. V. vol. III, pag. 985 e seguintes.

Lisboa *(Jardins publicos de)*. Actualmente existem os seguintes: *Jardim das Albertas*, na rua das Janellas Verdes, na cêrca do antigo convento das Albertas e defronte do palacio Minas. Fica sobre a rocha do conde d'Obidos, e d'ali se disfructa um magnifico panorama que domina o rio Tejo, avistando-se todo o movimento maritimo, que n'este ponto é incessante. ‖ *Jardim da Alegria*, situado na praça d'este nome; é pequeno mas elegante, e tem ao centro um tanque com repuxo. ‖ *Jardim do Alto de Santa Catharina*; organisado ha poucos annos; é de pequenas dimensões, mas goza-se d'este ponto um curioso e vastissimo panorama, tanto de terra como do rio Tejo. ‖ *Jardim das Amoreiras*; *(V. adeante)*. ‖ *Jardim Botanico da Escola Polytechnica*, (V. *Escola Polytechnica*, *Portugal*, vol. III, pag. 178 e 179 ‖ *Jardim Constantino*, no fim da rua de Passos Manuel. E' assim chamado em memoria do grande florista Constantino José Marques de Sampaio e Mello, conhecido por *Constantino*, *rei dos floristas*. (*V. Sampaio e Mello)*. ‖ *Jardim da Estrella*. (*V. adeante)*. ‖ *Jardim da Graça*, situado no largo d'este nome, e proximo da egreja; tambem apresenta um lindo ponto de vista da ci-

Jardim das Amoreiras

dade e do rio Tejo. || Ha ainda os jardins da praça das Flôres; o da praça do Principe Real, *(V. adeante)*; o da praça de D. Luiz, ao Aterro; junto á egreja de Santos o-Velho; S. Pedro d'Alcantara. *(V. adeante)*; *Jardim Zoologico (V. Portugal*, vol. III, pag. 1017*)*; campo de Santa Clara, campo dos Martyres da Patria, campo de Ourique, praça d'Armas, em Alcantara, etc.

Jardim das Amoreiras. Está situado na praça d'este nome. Vê-se aqui a ermida de Nossa Senhora do Monserrate, onde no domingo do Espirito Santo costumava haver festa, e arraial que durava tres dias. Começava então a feira, chamada das *Amoreiras*, que durava até meado do mez de agosto, em que principiava a feira de Belem. No *Portugal*, vol. III, pag. 335, artigo *Feiras*, vem a descripção da antiga feira das Amoreiras. Quando a camara municipal resolveu ajardinar o largo das Amoreiras, dando-lhe o titulo de *praça*, transferiu-se a feira para o sitio da Torrinha, no fim da Avenida da Liberdade, mas os feirantes queixavam-se da falta de concorrencia por ficar muito distante, o que occasionou passar a feira para o hypodromo de Belem, d'onde afinal veiu a estabelecer-se em Alcantara, onde ha muitos annos se tem feito.

Jardim da Estrella. E' situado na praça d'este nome, defronte do antigo convento do Coração de Jesus, onde hoje está installada a freguezia da Lapa. Deve-se ao marquez de Thomar a idéa da construcção d'este jardim, quando em 1842 foi nomeado presidente do conselho do ministros, e ministro do reino. Com esta obra conseguia-se aformosear muito sensivelmente um dos sitios mais aprazíveis da cidade, e ao mesmo tempo proporcionar aos habitantes d'um populoso bairro, até então como quo abandonado, uma diversão honesta e proficua á saude. Defronte do convento acima citado, existiam algumas terras de semeadura de pouco ou nenhum valor, e diversas casas de pobrissima apparencia. Estes terrenos pertenciam á massa fallida de Antonio José Rodrigues. Combinada definitivamente a construcção do novo jardim e passeio da Estrella, procedeu-se á expropriação d'aquelles casebres, perante o juiz de direito da 5.ª vara, sendo entregues os terrenos á camara municipal no dia 18 de junho de 1842, em consequencia d'um officio expedido pelo governo civil, de 28 de abril d'aquelle anno, e em cumprimento da portaria datada de 5 do referido mez de abril, que lhe fôra remettida pelo thesouro publico. A compra dos terrenos effeituou-se por 4:000$000 réis, importancia que se deduziu do donativo de 5:000$000 réis, offerecidos para as obras projectadas pelo barão de Barcellinhos. As luctas civis de 1844 a 1847, conhecidas pela revolta da *Maria da Fonte*, obrigaram a paralysar os trabalhos da construcção, e só no dia 30 de setembro de 1850 é que se recomeçaram effectivamente, tratando-se do gradamento e da plantação. Dirigiram os trabalhos os architectos da repartição das Obras Publicas, sendo a plantação confiada aos jardineiros Bonard e João Francisco. Os accidentes do terreno fôram habilmente aproveitados, e conseguiu se levantar um traçado, que satisfez a todas as condições, afastando-se muito da monotonia dos antigos passeios e das mattas do reino. As obras continuaram morosamente, e segundo parece ,terminaram em 1852, começando n'esse anno a estar publico o jardim, que vulgarmente é mais conhecido por Passeio da Estrella. A seguinte representação feita á rainha D. Maria II, em março de 1851, pedindo meios pecuniarios para o acabamento das obras, dá idéa de que a camara municipal luctava com as maiores difficuldades financeiras. E' o *Documento 17=Synopse dos principaes actos administrativos da Camara Municipal*, etc. *Parte II, anno de 1851*, que transcrevemos: «Senhora=Pela Portaria do Ministerio do Reino de 13 de Novembro de 1850, Determinou Vossa Magestade que a Camara Municipal de Lisboa, procedesse á construcção de um Passeio publico, em o terreno fronteiro ao Convento da Estrella, pois que estando o Governo disposto a auxilial-a mui activamente no empenho de levar a effeito aquelle melhoramento a favor d'este Municipio, tinha desde já destinado para costear a obra do referido Passeio a quantia de quatro contos seteeentos cincoenta e sete mil e cinco réis, producto d'um donativo feito pela Casa de Joaquim Manuel Monteiro, do Rio de Janeiro, e que por conta d'esta somma a Camara ficara autorisada a receber do Inspector Geral das Obras Publicas a importancia dos documentos da despeza que se fôsse effeituando com a referida obra. A Camara dando execução á citada Determinação, mandou começar a obra, e para pagamento das despezas correntes tem até hoje recebido da Repartição das Obras Publicas quatro contos e quinhentos mil réis, os quaes estão consumidos, restando unicamente uma pequena quantia que apenas chegará, quando muito, para satisfazer as ferias de duas semanas. Não podendo porém a Camara continuar esta obra, sem que o Governo de Vossa Magestade dê as providencias necessarias para que entrem no seu cofre as sommas em que fôrem importando as respectivas ferias, pois que é notoria a escacez dos meios que presentemente tem para as suas despezas ordinarias, vem por isso expôr a Vossa Magestade com todo o acatamento, o estado d'este negocio, para que Se Digne Resolver o que fôr mais do Seu Agrado, porque é evidente quo não vindo com a precisa antecedencia os meios para pagar aos operarios a Camara passa a despedil-os deixando tudo no estado em que se achar por estar absolutamente impossibilitada de a continuar pela ausencia total de meios para ella. Deus guarde, etc., Camara, em 9 de Março de 1851.» Joaquim Manuel Monteiro, de que fala esta representação, era portuguez estabelecido no Rio de Janeiro, sendo em 1863 presidente da Sociedade Portugueza do Beneficencia, d'aquella cidade, e foi depois agraciado por el-rei D. Luiz com o titulo de conde da Estrella *(V. Estrella)*. As obras de architectura, mereceram alguns reparos do fallecido general Joaquim da Costa Cascaes, antigo professor de desenho de architectura, de perspectiva e topographia militar do Real Collegio Militar, que a este respeito publicou um artigo no vol. X do *Panorama*, de 1853, pag. 54. O Jardim da Estrella tem muitos attractivos, os quaes estão, por assim dizer, todos concentrados, fazendo parecer o passeio menos espaçoso do que realmente é. O gradamento e os porticos são de ferro fundido, e os desenhos ligeiros e elegantes. Vêem-se, n'aquelle aprazivel recinto, diversos lagos, imitando escrupulosamente a natureza, uma

soberba cascata, elegantes kiosques, estufas, pequenas e formosas fontes, um bello coreto para musica, feito de marmore branco, um grande pavilhão de apparatoso risco, montanha russa, d'onde se goza um lindo ponto de vista, etc. A entrada principal é para a praça da Estrella, e mais duas, para as ruas de S. Bernardo e Nova da Estrella. A planta do pavilhão foi trabalho do architecto da camara municipal, e já fallecido ha annos, Pedro José Pezerat, e importou em 7:688$184 réis. Até ao fim de junho de 1858, a despeza feita com o Jardim da Estrella, incluindo a do pavilhão, sommava 76:724$203 réis, quantia que a camara recebeu do ministerio do reino, resultado de donativos offerecidos para este e outros destinos. Segundo Pinho Leal, no *Portugal antigo e moderno*, vol. IV, pag. 423, em 1874 calculava-se a despeza total em 80:000$000 réis. O Jardim da Estrella tornou-se moda, e muito sistiu a camara com todos os alumnos das suas escolas, uniformisados; a junta geral do districto, governador civil, representantes da imprensa, etc. Em 1885 houve tambem n'aquelle jardim uma kermesse, em beneficio do Asylo das Raparigas Abandonadas, estabelecido no antigo convento do Rato, kermesse promovida por uma commissão de fidalgas, a qual se effeituou nos dias 18, 19, 20, 25, 26 e 27 de abril, reabrindo-se depois no dia 24 de maio seguinte, e continuando em dias alternados até principios de junho. Na inauguração da kermesse houve corridas de velocipedes, e outras alegres diversões, abrilhantando mais a festa os batalhões infantis da camara municipal, que formaram e fizeram os seus exercicios militares junto á Escola Froebel. Em 1895, por occasião do centenario antonino, tambem ali houve festas e illuminações. O Jardim da Estrella passou mais da moda, com-

Lago do Jardim da Estrella

concorrido especialmente aos domingos, ás horas em que no coreto toca uma das bandas regimentaes. No anno de 1870 ou 1871, o rico proprietario Paiva Raposo mandou para o pavilhão, com o devido consentimento da camara municipal, um soberbo leão, que trouxera d'Africa, o qual sustentava á sua custa, pagando tambem a despeza do competente e indispensavel guarda. A expensas egualmente de Paiva Raposo, fizeram-se as grades que fechavam a jaula, e outra casa contigua, onde o leão se apresentava á vista do publico. Quando o leão morreu as grades do pavilhão fôram tiradas. No anno de 1882, na commemoração do centenario do marquez de Pombal, a camara municipal estabeleceu no Jardim da Estrella uma escola da infancia, pelo systema Froebel, cuja inauguração se realisou em 21 d'abril, centenario d'aquelle distincto pedagogo de Francfort. A' cerimonia, que foi imponente, astudo, ainda se nota bastante concorrencia aos domingos, nas horas em que ha musica. Aos dias de semana, de tarde, é o habitual passeio de creanças, pertencentes a familias abastadas, portuguezas e estrangeiras, moradoras nos sitios da Lapa e Estrella, que vão para ali brincar acompanhadas das amas e das creadas. Nos ultimos annos, teem-se ali promovido differentes festejos nocturnos, fogos de artificio, kermesses, etc.

Jardim da Praça do Principe Real. E' um bonito jardim, situado na praça assim denominada. Aquelle local tinha n'outro tempo o nome de *largo da Cotovia*. Estava ali um palacio em construcção, pertencente aos condes de Tarouca, quando se deu o terremoto de 1755, e tendo-se arrasado completamente o edificio da Patriarchal, que ficava contiguo aos paços da Ribeira, no Terreiro do Paço, ali se construiu o novo templo da Patriarchal, que pouco tempo se con-

servou, pois que em 1759, n'um sabbado, vespera do domingo do Espirito Santo, ardeu completamente, passando a Patriarchal para o convento de S. Bento da Saude, onde é hoje o palacio das côrtes. O largo da Cotovia ficou muitos annos em ruinas, e conhecido pela *Patriarchal Queimada*. No meado do seculo passado ainda assim se conservou, vendo-se entulho em muitos sitios, e uma ribanceira para o lado da rua da Procissão, difficil de subir. Em 1865 a camara municipal mudou para ali a feira das Amoreiras, que pouco tempo depois voltou para o seu antigo sitio, quando a camara resolveu ajardinar o largo, que já havia tomado o nome de praça do *Principe Real*, em homenagem a D. Pedro V, antes de ter sido acclamado rei em 1855. Mais tarde arborisou-se a praça tornando-se n'um bonito jardim, a ribanceira para a banda da rua da Procissão desappareceu, collocando-se ali uma especie de terraço, com varanda, descendo-se facilmente para a referida rua por dois caminhos lateraes. A Companhia das Aguas estabeleceu na praça do Principe Real um deposito de agua, com um bonito e largo tanque, com seu repuxo que a agua eleva a grande altura. A praça está rodeada de importantes propriedades.

Jardim da Praça do Principe Real

Cédro da Praça do Principe Real

Jardim do Passeio Publico do Rocio. Chamava-se *Passeio Publico* a um jardim que ficava situa-

do onde hoje vêmos a Avenida da Liberdade; o qual começava na actual praça dos Restauradores, n'um largo, chamado *Largo do Passeio Publico*, para onde havia a entrada sul, e terminava na *praça d'Alegria*, situada em todo aquelle espaço onde começa a rua das Pretas e a calçada do Salitre, onde havia a entrada norte. Existiam ali importantes propriedades, que se demoliram, desapparecendo tambem a referida praça, para se formar a Avenida da Liberdade. O Jardim do Passeio Publico era todo cercado de gradaria, tendo apenas as duas mencionadas entradas, e formava aos lados duas ruas, que se chamavam *rua Occidental* e *rua Oriental do Passeio Publico*. N'aquelle local existiam no seculo XVIII umas hortas denominadas *hortas da cêra*, para onde, depois do terremoto de 1755, se removeu o entulho que se tirou das ruinas, em que ficara toda a cidade baixa. As hortas da cêra eram propriedade do marquez de Castello Melhor, e alastravam-se até ao principio do Salitre. Fazia parte d'estas hortas, a que tinha por nome *horta da Mancebia*, e foi ahi que se estabeleceu o Passeio Publico. O marquez de Pombal, quando se reedificou Lisboa, lembrou-se de fazer um retiro aprazivel, que pudesse servir de passeio e de ponto de reunião, e comprou áquelle illustre fidalgo o terreno onde estava a referida horta da Mancebia, em 1764. Ainda n'esse anno se inaugurou o passeio, que se fez sob o risco do architecto Reinaldo Manuel. Para o seu aformoseamento offereceu Jacome Ratton, dos viveiros da sua importante propriedade da Barca d'Alva, uns freixos que fôram as primitivas arvores do Passeio. Elle proprio o declara nas suas *Recordações*, publicadas em Londres no anno de 1817. O recinto do Passeio Publico constava então simplesmente d'um bosque de 300 metros de comprimento, cercado por grossos muros revestidos de buxo e de louro pela parte interior, tendo 15 janellas de grades de cada lado. A frente era um tapume de madeira com uma cancella; uma frente provisoria, que durou até 1834, em que a camara municipal mandou fazer o risco para a ampliação e conclusão do Passeio. Depois da devida autorisação do governo, deu-se começo aos trabalhos em 1835. Umas barras enormes que obstruiam o largo, onde hoje é o principio da Avenida, fôram demolidas, e grande parte do terreno incorporou-se na area destinada para o elegante jardim que se projectava. As obras caminharam regularmente até certo ponto, porém a collocação das grades que deviam substituir os muros, é que teve grande demora, pelas difficuldades que sobrevieram, chegando-se até muitas vezes a suspender os trabalhos por falta de dinheiro. A camara municipal estava sobrecarregada de enormes compromissos, e apezar dos seus esforços, e mesmo d'alguns sacrificios, não podia realisar os capitaes sufficientes para o complemento da obra; em 1839 abriu-se uma subscripção, e com o seu producto foi a camara auxiliada, e os trabalhos continuaram com maior actividade. Em agosto de 1840 já as grades estavam collocadas em roda de todo o recinto do Passeio, e tendo-se começado o lago e a cascata que lhe servia de remate pelo lado do norte, tornaram-se a interromper os trabalhos, por já estarem esgotados todos os recursos. Esta interrupção, porém, foi pequena, porque a camara, conforme pôde, e com bastantes sacrificios, lá foi continuando as obras, até que se conseguiu ter-

Entrada principal do Passeio Publico ao Rocio

minar o Passeio Publico. Com as obras do gradeamento o Passeio foi ampliado com mais de 30 metros de comprido, ficando a rua do centro com 20 metros de largura, a medida que se conservou, até ser demolida. A planta, feita pelo architecto Malaquias Ferreira Leal, em nada se alterou; a entrada principal era formada por tres portões de ferro, sendo mais largo o do centro; nos intervallos viam-se duas corôas de louro guarnecidas de fitas douradas, tendo na parte inferior escripta d'um e d'outro lado a data de quando haviam sido collocadas: *4 de abril de 1838*, dia em que se festejava o anniversario natalicio da rainha D. Maria II. Proximo da entrada havia um espaçoso tanque, pouco mais ou menos, onde hoje está o monumento dos Restauradores. Aos lados viam-se collocadas symetricamente quatro estatuas; ao centro do Passeio, defronte do largo d'Annunciada, aproximadamente, viam-se tambem collocados em symetria dois grandes lagos, onde se admiravam as magnificas figuras do Douro e do Tejo, que depois se aproveitaram para o embellezamento da Avenida. Tanto estas duas estatuas, como as quatro que estavam ornando o tanque da entrada do Passeio, haviam sido mandadas fazer no começo do seculo XIX, e o intendente da policia Diogo Ignacio de Pina Manique destinava-as para adornarem um chafariz que se projectava construir no Campo de Sant'Anna. A cascata com que fechava o recinto do lado do norte, tinha escadas d'ambos os lados, por onde se subia para um pequeno terraço. Estava collocada no extremo da rua principal, e foi construida na mesma epoca em que se gradeou o passeio. Era de fórma elegante, com tres arcos, tendo o do meio, sobre um pedestal uma estatua allegorica deitando agua de um vaso que sustinha nos braços, e os dois arcos dos extremos grupos de plantas aquaticas, que se estendiam por todo o lago. Os arcos eram forrados de concharia e seixos, formando bonitos desenhos, e a estatua foi feita pelo professor da Academia das Bellas Artes Francisco de Assis Rodrigues. Sobre o lago viam-se dois cysnes de pedra, e a cascata era rematada por um terraço, que deitava para a tambem demolida praça da Alegria, e para o qual se subia por dois lanços de escada, confórme dissémos.

Entrada do lado norte do Passeio Publico do Rocio

Aos lados da cascata ficavam os dois portões de ferro, que formavam a entrada pelo lado do norte. O Jardim do Passeio Publico tornou-se da moda e um ponto de reunião, especialmente aos domingos e dias santos, durante as horas em que algumas bandas regimentaes ali iam tocar, n'um corêto que se levantara proximo do tanque da entrada, e que mais tarde foi mudado, pouco mais ou menos, para defronte do largo da Annunciada. O Passeio abria logo de manhã, e fechava no fim da tarde, sendo avisados os passeantes por tres toques de sineta. Em 1851 houve pela primeira vez grande illuminação, feita com balões, que segundo dizem, foi de maravilhoso effeito. A entrada n'essa noite era por bilhetes, custando cada um 240 réis. As grades fôram tapadas com pannos de arrás, e as entradas com tapumes de madeira. Todas estas precauções tinham por fim obrigar os curiosos a entrar no Passeio e a comprar o competente bilhete de admissão, não gozando de graça o espectaculo, agrupando-se ás grades. Mais tarde, durante as illuminações que todos os annos ali se realisavam na estação calmosa, sendo o preço da entrada 100 réis o bilhete, e depois, se não erramos, a 50 réis, nunca mais se tomou o expediente de tapar as grades, deixando ali estar quem não queria, ou não podia comprar o bilhete de admissão. Em differentes epocas, quantas curiosidades e divertimentos ali se gozaram. *Café Concerto*, em que

umas cantoras francezas cantavam umas alegres cançonetas, e representavam pequenas comedias e scenas comicas, n'um palco que se armou ao ar livre; magnificos fogos de artificio de Madame Tournour, cujas peças se armavam no terraço da cascata; bazares com variados e lindos premios, bailes infantis dirigidos pelo já hoje fallecido professor de dança Justino Soares; outros bailes, em que as creanças e o referido professor se apresentavam vestidos á Luiz XV, e muitas outras festas, que attraiam sempre grande concorrencia ao Passeio Publico. O Freitas, proprietario do antigo *Café Freitas*, que por muitos annos existiu no Rocio, esquina do largo de Camões, tambem arvorou estabelecimento dentro do Passeio. Houve epoca em que se exhibiram ali uns concertos, que se tornaram afamados, nas noites de illuminação, executados pela banda dos marinheiros, que em tempo se tornou celebre, dirigidos pelo seu professor Arthur Reinhardt. Tambem ali deu concertos uma orchestra de musicos allemães dirigida pela professora Madame Amann O camartello civilisador acabou com aquelle elegante jardim, substituindo o pela actual Avenida da Liberdade.

Jardim de S. Pedro d'Alcantara. E' um dos passeios mais pittorescos de Lisboa, tanto na parte superior que fórma a alameda, como na inferior propriamente o jardim. D'um e d'outro ponto se avista um lindo e curioso panorama da cidade, para o lado oriental. Quando se fez a grande obra do Aqueducto das Aguas Livres, parece que pelo seu plano, deveria vir o aqueducto geral desde a fonte da Agua Livre, no sitio de Caneças e Bellas, até S. Pedro d'Alcantara, erigindo se aqui o *deposito das aguas*, mas não se levou a effeito este plano, apezar do povo ter contribuido com subsidios para se conseguir este melhoramento e a construcção d'um chafariz. No tempo d'el-rei D. José, em 1752, houve representações do povo ao monarcha e ao senado, e só em 1754, é que principiou a correr agua no chafariz de S Pedro d'Alcantara. Pouco tempo depois d'estas representações, fôram introduzidas as aguas do aqueducto na parte occidental de Lisboa, e não tardou a reconhecer-se a insufficiencia do manancial para o abastecimento da parte oriental. Por conseguinte desistiu-se da obra projectada em S. Pedro d'Alcantara, não chegando mesmo a ter principio o reservatorio. A muralha, toda de boa cantaria, que fôra construida depois de 1732, anno em que começaram as obras do aqueducto, ficou incompleta na parte superior, devendo elevar-se a mais alguma altura. Assim abandonado e um pouco desviado do caminho publico, em breve foi convertido em monturo de immundicies e de animaes mortos o terreno sustenta lo por aquella muralha, e sobre o qual se viam quantidade de pedras lavradas e outros materiaes, destinados para o acabamento da mesma obra. O terremoto do dia primeiro de novembro de 1755 causou uma fenda larga e per-

Jardim de S. Pedro d'Alcantara

pendicular na referida muralha, proximo do angulo do sul. Quem começou a aformosear e a atterrar o terreno da alameda de S. Pedro d'Alcantara, foi uma companhia da guarda real da policia, que se estabelecera em quartel no palacio do marquez de Santa Iria, que ficava mesmo defronte da alameda. Este palacio está hoje substituido por uma sumptuosa propriedade á moderna. O terreno inferior, porém, até 1834 continuou a ser vasadouro, e para ali se lançaram grandes entulhos por occasião da reedificação de Lisboa, quando se tratava dos alicerces das novas construcções a calçada da Gloria e a rua das Taipas eram sitios de pouca passagem, e formavam uma ribanceira. Parece que procedendo-se á construcção do aqueducto, fôra comprado todo aquelle terreno, como consta das seguintes verbas que veem mencionadas na *Relação* das propriedades compradas para a obra das aguas, publicada na *Memoria sobre chafarizes*, de José Sergio Velloso de Andrade, a pag. 372: «A D. José de Portugal, pelo terreno para o chafariz, aqueducto, muralha e mais obras, a S. Pedro d'Alcantara, 4:000$000 réis; Pela compra de umas casas no sitio de S. Pedro d'Alcantara, que pertenciam á testamentaria de Manuel Teixeira de Carvalho, e cuja quantia foi entregue por deposito no cofre do Juizo dos Residuos Ecclesiasticos, réis 6:000$000.» Foi D. Pedro IV, em 1831, quem mandou dar principio ao embellezamento da alameda e do jardim, que actualmente existem, que durante o decurso de muitos annos a camara municipal tem por vezes melhorado. A alameda chegava só até ao sitio onde se vê hoje um grande tanque, sendo ali limitada por uma fileira de marcos de pedra; e tendo collocada ali tambem a porta, que está actualmente no fim da alameda, por onde se desce para o jardim. Além dos marcos de pedra ficava o chafariz, formando um largo, onde se reuniam os aguadeiros. Quando a Camara Municipal transferiu o chafariz para a calçada da Gloria, tirou os marcos de pedra, alongou e arborisou a alameda até ao ponto em que actualmente se vê, collocou ali o já citado tanque, que dizem ter pertencido ao paço da Bemposta, e mudou a porta de communicação do jardim para o fim da alameda. A cascata do jardim foi construida em 1835. N'aquelle elegante recinto ha viçosos canteiros, copada vegetação, e está adornado com os bustos, em pedra, collocados sobre columnas, de Camões, Affonso d'Albuquerque, Vasco da Gama, infante D. Henrique, D João de Castro, Pedro Alvares Cabral, João de Barros; tambem se vêem os bustos de Ulysses, Faustina, Marco Aurelio, e d'outras figuras importantes de remota antiguidade, algumas das quaes não teem designação. Ha de haver talvez uns bons 50 annos que a alameda e jardim de S. Pedro d'Alcantara serviram de tentação aos suicidas. Muitas vezes os jornaes déram noticias de desvairados que se despenhavam da muralha para a rua das Taipas, para assim terminarem a existencia. Para se evitarem estes lamentaveis acontecimentos, collocaram-se sentinellas permanentes, tanto n'um como n'outro ponto; vendo se, porém, que essa medida não era sufficiente, porque os suicidas aproveitavam qualquer distracção das sentinellas, a camara municipal mandou collocar sobre a muralha a gradaria, que ainda se conserva, conseguindo assim que os suicidios ali não continuassem. Tambem ha de haver 40 para 50 annos, formou se uma commissão composta de moradores das proximidades de S. Pedro d'Alcantara, para se contratar uma banda regimental, ou philarmonica, que no verão ás noites das quintas feiras, tocasse na alameda durante duas horas. Era um bello passatempo para as familias que se reuniam ali,

Tanque da Alameda de S. Pedro d'Alcantara

mas parece que esta diversão nocturna só se realisou n'um anno Quando se inutilisou o antigo Passeio Publico para se começarem as obras da Avenida da Liberdade, tambem na alameda passou a tocar aos domingos de tarde a banda regimental que habitualmente ali tocava n'esses dias. Ha poucos annos estabeleceram se no jardim de S. Pedro d'Alcantara uns concertos ao ar livre, e loja de bebidas, á imitação do que a cervejaria Jansen & C.ª instituira na explanada, que deitava para a rua do Alecrim. Estes divertimentos tambem pouco duraram. No anno de 1904 collocou-se na alameda de S. Pedro d'Alcantara um monumento, em memoria de Eduardo Coelho, um dos fundadores e proprietarios do *Diario de Noticias*, poeta, jornalista, e escriptor muito considerado. A inauguração realisou-se em 29 de dezembro, exactamente no dia em que aquelle importante jornal completava 40 annos de existencia, pois n'esse dia do anno de 1864 se distribuiu o primeiro numero programma, começando em 1 de janeiro seguinte, 1865, a distribuição regular. Foi em 17 de janeiro de 1895, que se reuniu na séde da Associação de Soccorros mutuos *Eduardo Coelho*, a grande commissão que se organisara, tendo por presidente o conde de S. Marçal, para se erguer este monumento. Abriu-se uma subscripção publica, que, só por intermedio do *Diario de Noticias*, attingiu a somma precisa para se effeituar a obra. O projecto do monumento foi confiado ao architecto Alvaro Machado, ficando as esculpturas a cargo do esculptor Costa Motta. E' d'este artista o busto de Eduardo Coelho e o do rapaz vendedor de jornaes, que figura no monumento. A inauguração foi uma festa sympathica, que attrahiu grande concorrencia de povo. Ali se viu representado o ministerio, a Camara Municipal, a Sociedade de Geographia, muitas associações, e a imprensa de Lisboa, Porto e d'outras terras do paiz. Houve discursos proferidos por diversos oradores, enaltecendo a memoria do fallecido jornalista e a sua obra litteraria e associativa. O monumento é de pedra e bronze, sendo todo o trabalho de cantaria executado nas officinas de Moreira Rato, Filhos. Os trabalhos em bronze fôram entregues á fundição de canhões do arsenal do exercito. O busto está sobre um pedestal e voltado para o sul, tendo na frente, na parte inferior a estatua do vendedor de jornaes. Nos outros tres lados do pedestal lêem-se as seguintes inscripções:

Monumento a Eduardo Coelho

A

EDUARDO COELHO
22=IV=1835
14=V=1889

BENEMERITO DA
IMPRENSA POPULAR

FUNDADOR DO
DIARIO DE NOTICIAS

No dia da inauguração do monumento foi tambem collocado na sala da redacção do *Diario de*

Noticias o medalhão de Baptista Lopes, que fôra um empregado dedicado do jornal, esculptura de J. Moreira Rato.

Lisboa *(Jornaes de)*. V. no fim dos artigos referentes a Lisboa, e no vol. III, pag. 1064, artigo *Jornal*.

Lisboa *(Judiaria de)*. V vol. III, pag. 1068.

Lisboa *(Limoeiro, cadeia civil de)*. Situada no largo denominado do *Limoeiro*, um pouco adeante da sé cathedral. Segundo parece, existiu ali uma casa de moeda, depois ter existido outra, no sitio da Pedreira, junto ás Portas da Cruz, que se ficou chamando da *Moeda Velha*. Foi no tempo d'el rei D. Fernando I, que se construiu no sitio, onde é hoje o Limoeiro, um sumptuoso palacio para habitação da familia real, que se ficou chamando *Paço dos reis*, mas a que o povo dava o nome *de Paço da Moeda*, provavelmente por terem estado ali as officinas da moedagem. (V. *Lisboa, Casa da Moeda)*. Na *Chronica de D. João II*, Garcia de Rezende attribue o nome de *Limoeiro*, que depois se adoptou, a uma grande arvore que existiu junto do edificio. El-rei D. Fernando, quando regressou do Porto, depois do seu casamento com D. Leonor Telles, foi habitar n'aquelle paço, onde falleceu em 22 de outubro de 1383. Foi no Paço da Moeda Nova, como tambem se lhe chamava vulgarmente, que D. João I, o Mestre de Aviz, matou o conde de Andeiro, valido da rainha D. Leonor Telles, em 6 de novembro do referido anno de 1383, sendo tradição, que este facto se deu na chamada sala das columnas, que é actualmente a prisão n.° 1, caindo morto o conde junto d'uma d'estas columnas que ainda existem. N'aquelle palacio habitou depois a côrte de D. João I, em quanto se procedeu ás obras de reedificação do paço da Alcaçova, no castello de S. Jorge. O mesmo soberano o cedeu a seus filhos, os infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, e por isso se ficou chamando ao edificio *Paço dos Infantes*. Alexandre Herculano, no *Monge de Cistér*, descreve minuciosamente esta habitação real, que se chamava então *paço a par de S. Martinho*, e no vol. II, pag. 242 e seguintes dá nota d'um sarau, que se realisou ali no tempo de D. João I. Mais tarde, D. Duarte, já depois de ter subido ao throno, destinou este palacio para a residencia das commendadeiras de Santos, que ali estiveram no anno de 1405. No tempo de D. Affonso V serviu de casa de moeda, tornando depois a ser habitação dos infantes, e ali residiu D. João, mais tarde D. João II. Foi este monarcha quem estabeleceu a cadeia do Limoeiro no antigo paço da Moeda, e D. Manuel, seu successor, n'uma reconstrucção que fez no edificio, ali estabeleceu tambem a Casa da Supplicação, obra que o chronista Damião de Goes classifica de sumptuosa. D. João V procedeu a nova reedificação, mandando pela mesma epoca construir uma cadeia no castello de S. Jorge. D. Antonio, prior do Crato, quando em 1580 teve de retirar-se de Lisboa, mandou abrir as portas do Limoeiro, saindo todos os presos, que espalhados pela cidade, commetteram muitos roubos e outros crimes. Em 1640 tambem foram abertas as portas da cadeia, e a este respeito diz o conde da Ericeira, no *Portugal restaurado*: «Chegando al-

Cadeia Civil de Lisboa

guns fidalgos á Casa da Supplicação, acharam as portas fechadas. D. Gastão Coutinho abriu as cadeias e soltou todos os presos, que estavam n'ellas, parecendo-lhe improprio não lograrem o privilegio do dia em que se declarava a liberdade da patria.» Em 1755, por occasião do grande terremoto de um de novembro, fugiram muitos presos, porque a cadeia soffreu grandes destroços, assim como a Casa da Supplicação. O marquez de Pombal mandou reedificar o edificio, dando-lhe um plano adaptado para a cadeia principal da côrte. No memoravel dia 24 de julho de 1833 os presos fugiram tambem da cadeia, roubando moveis e roupas, e queimando os livros do registo n'uma enorme fogueira, que accenderam em frente da casa do carcereiro. Em 29 de abril de 1847 fôram abertas as portas do Limoeiro, saindo quasi todos os presos, mas fôram recapturados, vindo alguns feridos. Consta que alguns dos presos se recolheram outra vez á prisão por livre vontade. Pela portaria de 31 de outubro de 1833 fôram mandados desmanchar todos os carceres e segredos do Limoeiro. Pela mesma occasião cessou a distincção entre a cadeia da côrte e da cidade, ficando reduzida á denominação de cadeia da cidade, com um carcereiro. O decreto de 25 de novembro do mesmo anno nomeou uma commissão encarregada da sopa de caridade aos presos indigentes, commissão que foi dissolvida por decreto de 28 de agosto de 1845. Proximo do Limoeiro ha o Aljube, prisão destinada ás mulheres, a qual faz parte da referida cadeia, e está sob a sua direcção. Ainda no seculo xviii existia a prisão do *Tronco*, que ficava no actual pateo d'este nome, e onde era a entrada principal do velho theatro da Rua dos Condes. No *Occidente*, de 1886, vol. ix, vem uma minuciosa descripção do Limoeiro, a pag. 171, 178, 187, 196, 222, 236, 254 e 276.

Lisboa (*Lyceus de*). V. *Lyceu*.

Lisboa (*Matadouro de*). Está situado no largo da Cruz do Taboado. No seu genero, é um estabelecimento modelo, que dizem rivalisar com os congeneres do estrangeiro. O edificio, construido por differentes corpos, tem no conjunto a fórma rectangular, occupando uma superficie de 13:200 m. quadrados. A fachada principal, olhando para o sul, compõe-se de dois corpos eguaes divididos por um corredor de entrada que vae até á casa da matança. N'esta, a parte inferior é occupada pelas repartições, a superior serve de habitação ao almoxarife e ao fiel. Nos outros corpos estão a casa da matança, os estabulos, as officinas de fusão de cebo e de preparação de sangue, tripas e miudezas, casa de pesagem, palheiro, depositos de carne, talhos, vestiaria das operações e officinas de carpintaria e serralharia. Damos em seguida a historia do gado desde que entra no matadouro até que sae. Começaremos pelas vitellas e carneiros, que em geral entram diariamente em numero de 40 as primeiras, e de 100 os ultimos, pela manhã, depois de transitarem pelo mercado do Campo Grande, onde lhes fazem a primeira inspecção. Pelo regulamento, todo o gado deve ficar 24 horas no Matadouro antes de ser abatido, mas como ás vezes ha falta de carne, é morto no proprio dia, ficando no entanto nos pateos até ao momento de ser conduzido á balança, para o peso em vivo, peso que serve para a liquidação do imposto de consumo cobrado pela alfandega e da quota de proporção que o matadouro percebe pelo seu serviço. O gado lanigero não é pesado em vivo. porque é livre de imposto e a quota paga por cabeça. Os bois e as vitellas, depois de pesados, são conduzidos á casa da matança, que tem a fórma rectangular e mede 50 m. de comprido por 34 de largo, dividindo-a em 5 naves, largas columnatas de ferro, em cujas argolas se prendem as rezes logo que são abatidas. Nos angulos d'esta casa, ha quatro divisões que servem as do norte para a matança dos vitellos e do gado dos israelitas e as do sul para os carneiros. Extensos pateos dividem os corpos do edificio, e largos subterraneos que communicam por escadas de pedra com o resto do edificio, applicam-se á arrecadação e salga. Uma linha ferrea atravessa todas as dependencias, girando sobre ella carros

Matadouro de Lisboa

de ferro para transporte de varias miudezas das rezes, cada uma das quaes tem a sua preparação especial. O processo da matança é o denominado do jugo. Consiste em fazer a secção da espinhal medulla, por meio de uma faca triangular e aguçada (faca de jugar) cuja lamina o operario introduz no espaço que fica entre o occipital e a vertebra atlas. Vibrado o golpe, o animal cae como fulminado, e novamente o sacrificador lhe introduz a faca no canal rachidiano. A agonia do animal não passa de 3 minutos. Procede-se logo á sangria, usando uma outra faca (faca de sangrar); e depois á esfoladura, com a faca de branquear, que tem a fórma triangular, sendo o gume convexo no terço anterior. A morte dos carneiros é diversa. São *jugados* com uma haste de ferro afiada que lhes fere a espinal medulla, e depois são sangrados por degolação. Antes de se lhes dissecar a pelle, e ás vitellas, são assoprados por meio d'um folle. As operações que se fazem ao gado morto são, por sua ordem, a extracção da lingua, estomago, intestinos, suspensão, fressuras e depois o esquartejamento, marcando-se depois a tinta preta em cada um dos phurico, e depois essa carne é enviada para o guano. A lesão mais vulgar nas rezes é hoje a tuberculose. Só depois d'esse exame é que as carnes são levadas á balança para determinação do peso limpo, peso que é a base da liquidação do custo da rez, e seu rendimento. Os despojos das rezes, que se não vendem nos açougues, excepto as fressuras e cabeças, são retiradas da casa da matança para as diversas officinas e depositos. Vão para lá os estomagos, as mãos, as tripas, e sebo, que são o producto do commercio dos tripeiros; o sangue, as pelles e os chifres, que ficam sendo propriedade dos donos das rezes. A preparação de todos estes residuos é muito curiosa. Dos estomagos extrahem-se o epithelio e a gordura, de fórma que as membranas musculosas e a mucosa fiquem completamente limpas para poderem ser utilisadas na alimentação publica; as mãos de vacca e os pés de vitella e carneiro são submettidos á acção da agua quente, raspados e desunhados; as tripas preparam-se despegando os intestinos das mesentherias e despindo as das membranas sorosa e muscosa, ficando portanto reduzidas á tunica muscular a qual,

Sala da Matança

quartos em que se divide a rez, e em cada uma das vitellas e carneiros, numeros dos talhos a que são destinados, não, é claro, sem soffrerem um exame especial dos medicos veterinarios. Quando estes lhes encontram lesões microscopicas de alguns dos morbus especificados no regulamento sanitario, destroem-as com acido sul- depois de limpa, constitue a chamada tripa do commercio; o sebo é refinado pela acção combinada do calor e de um alcali, em vasos fechados, processo de fusão este muito salubre e rapido; o sangue é cozido até coalhar e se libertar da agua, sendo depois comprimido fortemente em uma prensa, fragmentado em uma calhandra mo-

vida a vapor, esfarellado em moinhos e posto emfim a seccar n'uma estufa; as pelles salgam-se com sal commum. Muitos d'estes despojos, preparados no matadouro, teem merecido em diversas exposições internacionaes premios muito honrosos. Findos estes serviços os pateos e officinas são lavados e desinfectados. Tambem é digno de menção o gabinete de analyses microscopicas e bacteriologicas, em que se faz com uma regularidade systematica o exame trichnoscopico da carne de todo o suino ali abatido, carne que precisa d'uma observação minuciosa por causa da *trichina*, microscopico cuja existencia na carne é o bastante para que esta seja perigosissimo elemento morbido, constituindo portanto a saida de gado n'essas condições um verdadeiro crime. Os israelitas usam degolar a rez com uma faca muito polida, extremamente afiada, cortante, e de lamina perfeita; degolam-n'a d'um só golpe, com a rapidez do relampago cortando ao mesmo tempo ambas as guellas da rez. O exame sanitario é egual ao que se segue para todo o gado. Na verdade, o matadouro é um dos estabelecimentos publicos mais bem montados, que existem no paiz. Muitos d'estes melhoramentos são devidos ao fallecido inspector Joaquim Eleuterio Sabino de Sousa, que era um distincto veterinario, o qual publicou um livro descriptivo muito curioso, em portuguez e em francez, intitulado *L'abbattoir municipal*, livro que foi muito apreciado no estrangeiro.

Lisboa *(Mercados de)*. No artigo respectivo ao principal mercado da capital, a Praça da Figueira (V. *adeante)*, se encontram algumas noticias historicas relativas aos mercados de Lisboa. Com o alargamento da cidade, ficaram pertencendo tambem a ella os mercados de Algés e Belem *(V. este nome)*. Dos actuaes mercados fazemos a seguir a descripção.

Mercado de Alcantara Está situado na rua da Fabrica da Polvora. A sua construcção é recente, e o edificio é pequeno mas elegante. O projecto foi do architecto sr. José Alexandre Soares, dirigindo a construcção de alvenaria o sr. Quirino Mendes, e fornecendo a parte metallica a casa Dargent & C.ª O mercado abrange uma area aproximada de 900 metros quadrados, tendo 32 logares, incluindo 4 torreões, além de 41 mesas para peixe. Os logares medem 2 metros de frente por 3 de fundo, tendo portanto uma superficie de 6 metros quadrados. As bancadas para peixe tem 80 centimetros de frente por 75 cent. de fundo, um aparador na retaguarda e o espaço necessario para os vendedores, o que perfaz 3 metros. Os torreões teem 9 metros quadrados de superficie. O terrado central é dividido em 3 talhões, medindo o primeiro 28 metros, o segundo 29 metros, e o terceiro 38,05 metros. As fachadas do mercado são tres, deitando as principaes para o lado da rua de Alcantara e rua da Fabrica da Polvora. A creação d'este mercado representou um grande beneficio prestado ao populoso bairro de Alcantara *(V. este nome)*. A sua inauguração realisou-se no dia 1 de janeiro de 1906. Para levar a effeito esta construcção organisou se uma companhia, em que entravam alguns dos mais estrenuos propagandistas dos melhoramentos do bairro, e entre elles os srs. Brito Nogueira, Carlos Augusto Xavier, e Antonio Nunes Sequeira, coadjuvados pelo prior de Alcantara, rev. José de Almeida Campos, e pelo sr. João Pereira da Gama.

Mercado Central dos productos agricolas. Propriedade do Estado, no Largo do Terreiro do Trigo. Foi primitivamente defronte da actual egreja da Conceição Velha, tendo sido mandado construir por el-rei D. João III. Ahi se arrecadava não só o trigo do Alemtejo e outras provincias do reino, mas tambem o que vinha do extrangeiro, sendo esse edificio um verdadeiro celleiro de Portugal. V. *Terreiro do Trigo*.

Mercado geral de gados. Está situado junto á moderna avenida Ressano Garcia, na antiga estrada de Telheiras. Serve-o a linha do caminho de ferro com o apeadeiro de Entre Campos. Pertence á companhia do mesmo titulo do mercado.

Mercado da Praça da Figueira. E' o melhor e mais importante da capital, pela sua elegancia e abundancia. E' propriedade da companhia da mesma denominação. A historia d'este mercado é antiga, mas a mais importante foi depois do terremoto. Tem a data de 23 de novembro de 1775 o decreto que manda estabelecer este mercado, no terreno que fôra dependencia do convento de S. Domingos, e onde se havia construido o grandioso e real hospital de Todos os Santos. O terreno ficára vago pela destruição completa d'aquella casa de beneficencia com o incendio de 10 de agosto de 1750, e a horrorosa catastrophe de 1755. O hospital transferira-se para o antigo Collegio de Santo Antão, que fôra dos jesuitas, expulsos em 1759. O referido decreto de 23 de novembro de 1775 ordenou que se fizesse, em beneficio do publico, uma area de quatro frentes, com 380 palmos do norte ao sul, e 440 do nascente ao poente, para ali se estabelecer uma praça de fructas e hortaliças, com os arruamentos, e cabanas necessarias ao seu serviço e ao seu uso. O terreno foi concedido á Camara Municipal, com a obrigação d'ella fazer a dita obra, sem comtudo ser responsavel por pagamento algum relativo ao terreno. As obras de construcção do mercado importaram em réis 10:251$312. Existiam anteriormente ao estabelecimento da praça da Figueira uns mercados nas praças das Marinhas da Boa Vista, Rocio e Ribeira de Lisboa. Com a data de 8 de outubro de 1760 publicou se um edital mandando ao senado da camara que determinasse os logares para a venda dos comestiveis que costumavam affluir áquellas praças, comtanto que se não construisse casa alguma de madeira, frontal ou outra materia, que fôsse fixa ou estavel; sómente se poderiam organisar cabanas ou logares todos da mesma medição, amoviveis e volantes, que pudessem levantar apenas houvesse qualquer nova ordem. Em 2 de janeiro de 1765 publicou-se novo edital, ordenando que as cabanas não fôssem aforadas ou arrendadas por mais de tres annos. Em 25 de novembro de 1769 prohibiram-se em Lisboa as cabanas que vendiam generos de mercearia. O decreto de 13 de abril de 1771 deu providencias sobre a venda, distribuição e aluguer das cabanas da Ribeira do Peixe, declarando vitalicios os seus logares. Os abusos no mercado novo da praça da Figueira iam augmentando escandalosamente; muitas pessoas que compravam generos aos lavradores, e vinham revender na praça, postavam-se ali todo o dia, estabelecendo

barracas portateis, retendo dentro do recinto do mercado, cavalgaduras e carros fazendo pejamento, maltratando os fazendeiros que pretendiam vender por sua conta, falsificando os pezos e as medidas, causando assim grande prejuizo ao publico. Para evitar esses abusos foi affixado nas casas da almotaçaria um edital ordenando que na praça da Figueira só os fazendeiros, lavradores e hortelões pudessem vender, por grosso e miudo, generos de fructas e hortaliças, aves, ca-

Mercado da Praça da Figueira

ça, leitões, cabritos, queijos, leite e ovos. Os carros e cavalgaduras, que conduzissem os generos, deviam sair assim que descarregassem. Os vendedores tinham de apresentar na almotaçaria certidões dos respectivos juizes e escrivão do julgado ou freguezia dos seus domicilios, provando serem os proprios e os generos da sua lavra. Os conductores dos generos vindos das quintas e fazendas dos fidalgos e nobres tinham tambem de apresentar certidão, declarando de quem eram os generos e a localidade d'onde vinham. O edital ordenava egualmente que a praça levantasse ás duas horas, tanto de verão como de inverno, devendo os vendedores retirar os restos dos generos que ficassem por vender. Nas cabanas das mulheres, em frente das ruas, só podia expôr-se á venda toda a qualidade de fructas, e nas do lado da praça, hortaliças, queijos e ovos. As tres classes de vendedeiras de aves, fructas e hortaliças, não podiam vender os generos pertencentes ás outras. Este edital tinha a data de 23 de julho de 1800; ordenava muitas mais disposições, entre as quaes se prohibia que se matassem porcos dentro da praça, nem tampouco se vendessem. Só era permittida a venda da carne de porco por miudo, nos logares da fructa, vindo já cortada e limpa de fóra, não se podendo fazer pezo algum superior a oito arrateis. Em 1804 tinha a praça 210 logares. Um novo edital de 5 de julho de 1819 dispensou as licenças, ficando a praça livre e franca a todos os vendedores. A venda ás pessoas da cidade, que iam adquirir provisões, devia ser feita até ás 9 horas da manhã, no verão, e até ás 10, no inverno, tocando a esta hora a sineta para a entrada dos revendedores, levantando a praça no inverno ás 3 horas, e no verão ás 4. Em 1834 mandou-se profundar o terreno ao centro da praça na esperança de se encontrar agua para a limpeza do mercado. A construcção do poço central começou em 1 de novembro de 1835, concluindo-se em 25 de dezembro do mesmo anno. Em 1849 a camara mandou fazer um gradeamento de ferro e oito portas, para fecharem o recinto da praça. No anno de 1852 reedificaram-se os logares, e plantaram se mais algumas arvores, como se tinha feito em 1835. A Praça da Figueira teve depois o grandioso melhoramento que a tornou digna da capital. Deve-se esta reforma á Companhia dos Mercados de Lisboa, que em 17 de abril de 1875 apresentou á Camara Municipal uma proposta e plano para a construcção do novo mercado. Dias depois appareceu outra proposta assignada por Joaquim Lucio de Araujo e Manuel José Ferreira Lima, e em 26 de outubro do mesmo anno de 1875 ainda a camara recebeu outra proposta assignada por Basilio de Castello-Branco. A camara approvou a segunda proposta, mas não tendo sido acceita pelo conselho de districto, levantou-se uma demanda que durou alguns annos. A camara durante este tempo deliberou construir um novo mercado na Avenida, e deu começo ás obras, que ficaram depois sem effeito. Resolvida a demanda a favor de Joaquim Lucio de Araujo e de Manuel José Ferreira Lima, estes cederam a concessão por 100:800$000 réis á Companhia dos Mercados sendo 81:000$000 réis em dinheiro e o restante em acções beneficiarias. O plano foi traçado por Manuel Maria Ricardo Correia. Em 1883 demoliu-se a antiga praça, passando provisoriamente a venda costumada para a praça de D. Pedro. As obras do novo mercado terminaram

em 24 de abril de 1885, realisando-se em 16 de maio seguinte a sua solemne inauguração. A' noite e na do dia seguinte houve illuminação a gaz, sendo extraordinaria a concorrencia. A venda regular começou logo na segunda feira seguinte 18. Nas noites de Santo Antonio, S João e S. Pedro, realisam se grandes romarias á Praça da Figueira, não sendo conhecida a origem d'este antigo costume.

Mercado de Santa Clara. E' principalmente destinado á venda de objectos usados, e conhecido de ha muito pelo nome de *Feira da Ladra.* (V. *este nome*). O mercado realisa se ás terças feiras e sabbados; torna-se notavel e curioso pela diversidade de objectos expostos, alguns velhissimos e á primeira vista sem o menor valor real. A's vezes tambem apparecem verdadeiras preciosidades, de que os colleccionadores e antiquarios lançam mão, por modico preço. E' propriedade da Companhia dos Mercados e Edificações Urbanas. Está em exploração desde outubro de 1877, devendo passar para a posse do municipio em 1927.

Mercado de S. Bento. Está situado no largo de S. Bento, proximo do palacio das Côrtes. E' mercado de ferros velhos, á excepção d'alguns logares em que se exploram diversos generos de commercio. Pertence tambem á Companhia proprietaria do mercado de Santa Clara. Foi inaugurado em 1 de janeiro de 1881, mas pouco tempo serviu para o fim a que se destinava pela falta de concorrencia tanto de fazendeiros como do publico em geral. A referida companhia tem o direito de o explorar por cincoenta annos, no fim dos quaes será entregue ao municipio de Lisboa. O edificio comprehende vinte e nove lojas com porta para o interior do mercado e para a rua de S. Bento, tendo todas sobre-loja, e vinte e dois logares com divisoria contiguos ás paredes que limitam o mercado pelos lados noroeste e sudoeste. A area do mercado excede 2300 metros. Os tres porticos de entrada são muito elegantes. Na parte central existe um pequeno jardim triangular, e um marco fontenario.

Mercado Vinte e Quatro de Julho. Mercado de peixe, e generos alimenticios. E' propriedade do municipio de Lisboa. Substituiu o antigo mercado da Ribeira Nova, mandado construir junto ao forte de S. Paulo no tempo d'el-rei D. José, depois do terremoto de 1755, e doado por este soberano á cidade de Lisboa. Extincto o forte de S. Paulo por occasião da construcção do aterro em frente da Boavista, foi o seu terreno entregue á camara, que resolveu edificar ali o novo mercado. Tal como existe, o mercado é fechado, havendo para elle ingresso por oito grandes portões, tres na fachada anterior, tres na posterior, e dois lateraes. E' dividido em grande numero de logares, que correm ao longo das paredes. Ao centro erguem se as mesas para a venda do peixe. Foi inaugurado em 1 de janeiro de 1882.

Lisboa (*Misericordia de*). V. *Misericordia.*

Lisboa (*Moiraria de*). V. *Moiraria.*

Lisboa (*Monumentos de*). V. *Lisboa* (*Praças de*).

Lisboa (*Muralhas de*). V. n'este vol. pag. 231 e 241.

Lisboa (*Museus de*). V. nos seus titulos ou em *Museu.*

Lisboa (*Observatorios de*). V. *Observatorio.*

Lisboa (*Paços reaes de*).

Paço d'Ajuda. V. *Portugal,* vol. I, pag 110.

Paço da Alcaçova. V *Portugal,* vol. I, pag. 150.

Paço d'Alcantara. V. *Portugal,* vol. I, pag. 157.

Paço de Belem. V. *Portugal,* vol. II, pag. 260.

Paço da Bemposta. V. *Portugal,* vol. II, pag. 290.

Paço de Enxobregas, ou de Xabregas. Estava contiguo ao convento da Madre de Deus. Foi fundado pela rainha D. Leonor, mulher de D. João II, que tambem foi a fundadora do referido convento, onde passou os ultimos annos da sua vida, e ali falleceu. Residiram depois n'este paço, por varias vezes, D. João III, a rainha D. Catharina, sua mulher, e el-rei D. Sebastião. D. João IV, a pedido de sua mulher, D. Luiza de Gusmão, doou este palacio á condessa de Unhão, camareira-mór da rainha. Extinguindo-se o ramo primogenito da casa de Unhão, passou esta para os marquezes de Niza, que entrando na sua posse, no seculo XVIII, reconstruiram completamente o palacio. A falta de reparos e o abandono concorreram para que este sumptuoso palacio se arruinasse, e o aterro do caminho de ferro do norte e leste tambem o prejudicou bastante, tirando-lhe grande parte da vista que tinha para o rio Tejo, e collocando o n'uma rua baixa, que muito o desfeou. O ultimo marquez de Niza, D. Domingos da Gama, o vendeu a um particular, o qual o vendeu depois ao governo para n'elle se fundar o actual asylo de D. Maria Pia

Paço das Escolas Geraes. Pertenceu ao infante D. Henrique, o grande navegador, sendo então conhecido pelos *paços do infante.* Estava situado a S. Vicente de Fóra, no local, que depois se chamou *Escolas Geraes,* nome que ainda conserva. D. Henrique o doou á Universidade, em 1431, juntamente com umas casas e terreno, que ficavam contiguos ao palacio, e que elle depois comprou a D. Alvaro de Castro, por *400 dobras de bom ouro, e 44 panos de Castella,* segundo diz Pinho Leal, no vol. IV do *Portugal Antigo e Moderno,* a pag. 129, accrescentando em nota: «N'aquelle tempo havia dobras de ouro francez e de outras nações, feitas de ouro com muita liga; por isso nos contratos era preciso pôr-se declaração de *bom ouro,* que era o da moeda portugueza e hespanhola.» Como á Universidade se chamava então *Escolas Geraes,* ficou o paço do infante desde então conhecido por este nome. Quando a Universidade voltou para Coimbra em 1537, no tempo de D. João III, vendeu aquella propriedade a diversos particulares. Ainda em 1755 os paços das Escolas Geraes eram habitados por diversos proprietarios e inquilinos, morando ali tambem, no dia do terremoto de um de novembro, monsenhor Amaral, prelado da egreja patriarchal. O terremoto arruinou completamente o edificio, sendo depois aproveitados para construcções insignificantes alguns lanços das paredes que tinham ficado de pé. Consta que existem ainda algumas reliquias do antigo palacio, na rua das Escolas Geraes, no pateo dos Quintalinhos. V. adeante, *Paço da Moeda Velha.*

Paço dos Estáos. V. *Portugal,* vol. III, pag. 207.

Paço da Moeda Nova. V. *Lisboa* (*Limoeiro*) a pag. 356 do presente volume.

Paço da Moeda Velha, ou *da Pedreira*. Edificio antiquissimo, do qual já antes do terremoto de 1755 não havia vestigios. Parece que era de construcção arabe, que el-rei D. Diniz reconstruiu, ou que arrasou para n'elle se construir os paços da Universidade. Estava edificado no sitio chamado primitivamente *Pedreira*, logar onde el-rei D. Fernando mandou depois construir as *Portas da Cruz*. Este palacio era da Corôa, e D. Diniz ali estabeleceu a Universidade em 1290, que se conservou até 1308, anno em que foi mudada para Coimbra. No reinado de D. Affonso IV voltou outra voz, em 1338, para este mesmo palacio. Estava então servindo o palacio de Casa da Moeda, e por isso se lhe ficou chamando *Paço da Moeda Velha*, para se distinguir do da *Moeda Nova*, que era a actual cadeia do Limoeiro. Conservou-se a Universidade n'este paço até 1354, em que tornou para Coimbra, d'onde veiu ainda para o referido palacio de Lisboa em 1377, no reinado de D. Fernando I, e ali esteve muitos annos. Arruinando-se o edificio, andou a Universidade alguns annos por casas de aluguer, até que o infante D. Henrique que vivia em Sagres, tendo conhecimento d'este facto, fez doação á Universidade, em 1431, do seu palacio de Lisboa, que tomou então o nome de Escolas Geraes, para onde se transferiu immediatamente a Universidade, permanecendo ali 136 annos.

Paço das Necessidades. Foi edificação d'el-rei D. João V, assim como a quinta e a egreja. N'aquelle local existiu uma capella, onde se venerava a imagem de Nossa Senhora, que tinha sido trazida da Ericeira por uma devota, que fôra ali refugiar se com seu marido, por ocasião da terrivel peste que assolou Lisboa em 1599, e que obrigou muita gente a fugir da capital. O terreno no alto d'Alcantara onde se construira a capella, fôra generosamente offerecido pela proprietaria, Anna Gouveia de Vasconcellos, e as mais despezas para a edificação, fôram feitas á custa d'esmolas de muitos devotos, entre os quaes figuraram bastantes maritimos, que se constituiram em confraria, com a invocação de Nossa Senhora das Necessidades. Em 1659 o conselheiro de estado de D. João IV, Pedro de Castilho, comprou as casas annexas á capella, e formou um templo mais vasto; D. João IV, que tinha grande devoção pela Senhora das Necessidades, enriqueceu aquelle templo, dando lhe objectos de subido valor e muitos rendimentos. D. Pedro II e a rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboia, sua primeira mulher, quando residiam no paço d'Alcantara, visitavam frequentes vezes a egreja das Necessidades, onde ouviam missa e faziam as suas orações, sendo muito devotos da veneranda imagem, e concorriam com esmolas para o engrandecimento do culto divino. Em 1742, adoecendo gravemente el rei D. João V, no paço da Ribeira, mandou vir este monarcha para junto do seu leito a milagrosa imagem, e quando se viu livre de perigo e em esperançosa convalescença, considerou as suas melhoras um beneficio da Virgem, e então construiu o magestoso templo, que ainda existe, em substituição da antiga egreja, que já precisava de bastantes reparos. Conservou o templo a mesma invocação de Nossa Senhora das Necessidades, e o monarcha concedeu-lhe todas as honras e prerogativas de capella real. Havia proximo um grande terreno, de que era proprietario Balthazar Pereira do Lago; D. João V comprou aquelle terreno, e ali fez construir o magnifico palacio, que hoje admiramos, e a quinta que lhe está annexa, edificando tambem um convento para os congregados de S. Filippe Nery. (V. *Lisboa, convento de Nossa Senhora das Necessidades*). Esta grandiosa obra foi começada em 1743, sob o risco de Caetano Thomaz de Souza, e concluiu-se em 1750. Pouco depois de concluido o palacio, foi para ali habitar o infante D. Manuel, e mais tarde o infante D. Antonio, ambos irmãos de D. João V. O terremoto de 1755 destruiu parte do convento, mas não causou prejuiso algum ao palacio nem á egreja. No tempo de el rei D. José e de D. Maria I, serviu o paço das Necessidades para hospedagem de alguns principes estrangeiros, que visitaram esta côrte Os ultimos que ali residiram fôram os filhos de Jorge III, d'Inglaterra, o principe de Galles, mais tarde Jorge IV, e seus irmãos. Quando se instituiu a Academia Real das Sciencias, foi escolhido o palacio das Necessidades para a sua installação, e foi tambem ali que se realisaram, no grande salão da bibliotheca, as sessões das primeiras côrtes extraordinarias de 1821. Pela extincção das ordens religiosas, em 1834, ficou o convento dos congregados de S. Filippe Nery fazendo parte do palacio. Depois das luctas civis, em 1833, a rainha D. Maria II escolheu aquelle paço para a sua residencia habitual, assim como depois el-rei D. Pedro V. No paço das Necessidades realisaram-se brilhantes festas por occasião dos dois casamentos de D. Maria II; da acclamação de D. Pedro V e de D. Luiz; do casamento de D. Pedro V e de suas irmãs, as infantas D. Maria Anna e D. Antonia. Tambem ali se deram tristes acontecimentos: a morte de D. Maria II em 15 de novembro de 1853; da rainha D. Estephania, mulher de D. Pedro V, em 15 de julho de 1859; do referido monarcha em 11 de novembro do 1861, e do infante D. Fernando em 9 do dito mez e anno. El-rei D. Luiz, sendo acclamado rei, e depois do seu casamento, escolheu para sua residencia o paço d'Ajuda, continuando seu pae, el-rei D. Fernando, sua mulher, a sr.ª condessa d'Edla, e o infante D. Augusto a viverem nas Necessidades, fallecendo ali el-rei em 15 de dezembro de 1885, e o infante a 26 de setembro de 1889. D. Fernando escolheu para seus aposentos só uma parte do palacio. Na capella ha boas pinturas, de artistas nacionaes, magnificas alfaias e paramentos, e vasos sagrados de muita riqueza, tornando-se mais notavel a celebrada o riquissima custodia que pertenceu ao convento de Belem, no gosto gothico e adornada de riquissimos diamantes, mandada fazer por el-rei D. Manuel do primeiro ouro que veiu da India para Portugal. Na fachada da egreja, sobre o portico, estão duas estatuas de S. Filippe Nery e do S. Francisco de Salles, que são trabalhos do esculptor italiano Alexandre Giusti, assim como o da estatua de S. Pedro, que está collocada a um dos lados da porta. A estatua de S. Paulo, que está no outro lado, é obra de José d'Almeida, esculptor do seculo XVIII. A bibliotheca do paço das Necessidades encerra livros antigos de muito valor e manuscriptos riquissimos. No jardim existem magnificas estatuas de marmore, representando differentes virtudes, e tanto

no jardim como na quinta se vê uma grande collecção de plantas exoticas, uma vasta e sumptuosa estufa, formosos lagos, etc. Quando em 1886 se realisou o casamento de D. Carlos, ainda principe e duque de Bragança, o paço das Necessidades foi completamente renovado e guarnecido com muito gosto e riqueza, para receber e hospedar a familia da princeza D. Amelia, depois rainha de Portugal, e outros principes estrangeiros, que vieram a Lisboa assistir ás brilhantes festas que então se effeituaram. Depois de residir por algum tempo no paço de Belem, el-rei D. Carlos I resolveu ir habitar no das Necessidades. O actual rei de Inglaterra, Eduardo VII, quando em 1903 visitou Lisboa, e a rainha Alexandra, em 1905, hospedaram se no paço das Necessidades. O aspecto exterior do edificio é vulgar, ainda que de architectura severa. Entrando se pelo largo das Côrtes, assim chamado por se terem ali reunido as côrtes de 1821, chega-se a um espaçoso pateo destinado para as carruagens esperarem, o qual tem ao fundo um arco, que passa por baixo dos terraços que cercam o pateo. Transpondo-se este arco vê se uma pequena casa de entrada guarnecida de magnificas cadeiras de couro repregadas, quadros apreciaveis, tendo nos angulos ricas talhas da India obra em vulto perfeitamente executada, e que está quasi ao centro da sala em frente d'uma janella. A armadura que reveste este cavalleiro foi offerecida a D. Luiz I pelo rei de Italia Victor Manuel, pae de sua magestade a senhora D. Maria Pia. As paredes d'esta sala estão guarnecidas com alguns quadros notaveis, sendo um gothico de inestimavel valor, e outros de Tony de Bergue e de Holbein. Todos os mais objectos que adornam a sala, incluindo bellas jarras da India, cofres marchetados, vasos cinzelados em metaes, estofos e moveis, completam harmonicamente o todo da sala. A' entrada da seguinte sala estão duas figuras revestidas de armaduras com seus capacetes e lanças. Ao centro vê-se um riquissimo vaso de Sévres, que foi offerecido por Napoleão III a D. Pedro V, e que figurou na exposição de Paris de 1855. Em toda a sala se admiram quadros e objectos d'arte. A sala de recepção é denominada sala amarella, por serem amarello todos os estofos. Nas paredes estão alguns quadros notaveis, havendo dois ou tres dos artistas portuguezes Metrass e José Rodrigues. N'esta sala ha dois contadores avaliados em 10:000 libras; são guarnecidos de tartaruga e marfim, com figuras douradas; jarras da India, de Sévres e do Japão, poncheiras, um magnifico re-

Paço das Necessidades

Passa-se á sala d'armas, ou sala de espera, onde se encontra uma grande collecção de armas de todas as epocas e de todos os paizes, dispostas umas caprichosamente em elegantes cabides, outras em panoplias penduradas das paredes, juntando-se a isto armaduras completas envergadas em manequins, e um cavalleiro da edade media revestido de armadura e montado n'um cavallo, logio do tempo de Luiz XV, sobre um fogão da mesma epoca, etc. A sala Saxe é um verdadeiro museu de preciosa louça de Saxe, disposta em aparadores de marmore e preciosos armarios antigos de carvalho. A sala de jantar tem tres formosas janellas gothicas, que deitam para o jardim. Os vidros d'estas janellas são pintados com figuras, obra dos seculos XIV e XV. E' ricamente

guarnecida esta sala de faianças antigas de grande belleza e muito raras; tem um magnifico lavatorio de Sévres, etc. A galeria é verdadeiramente um museu de pintura, porque, a par dos quadros modernos, encontram-se quadros de quasi todas as escolas antigas. Artistas nacionaes e estrangeiros teem ali as suas obras. Vêem-se tambem esculpturas, e é assim que, a par de baixos e altos relevos, se admiram estatuas e bustos notaveis que occupam a galeria e as duas salas annexas. Na esculptura moderna destaca-se a estatua do Saltimbanco, obra do esculptor Simões d'Almeida. Os medalhões, os contadores, as jarras, preciosas esculpturas em madeira, bronzes, gravuras, etc., mostram o que de mais notavel e raro ha em artes. A sala da bibliotheca é a mesma que existia no convento, mas que foi enriquecida e embellezada por el-rei D. Fernando com a mobilia custosa, que hoje a guarnece. Sobre as estantes vê-se grande profusão de livros, onde domina a litteratura allemã. Vasos etruscos, de Sévres, e outras obras d'arte, assentam sobre estas estantes. Preciosas collecções de gravuras de diversos autores e escolas estão dentro de pastas com os competentes rotulos; a isto juntam-se os albuns, as grandes edições illustradas, obras raras, codices e livros illuminados. N'um pequeno movel envidraçado guardam se varias preciosidades archeologicas, algumas encontradas em escavações. Ha ainda n'esta sala mais exemplares de faianças, azulejos e cristaes. A sala do jogo é ricamente mobilada, e ali se encontram tambem objectos d'arte, sobretudo em porcelanas e em bronze. Na sala da musica existem dois fortes pianos de cauda, além d'outros instrumentos. Estes apontamentos são tirados d'uma curiosa descripção, que vem publicada a pag. 11 do vol. IX do *Occidente*, anno de 1886, pouco tempo depois da morte de el-rei D. Fernando, e é referente só aos aposentos que o rei artista occupava. Na referida descripção tambem se descreve o quarto da cama de D. Fernando, onde se viam quadros de Miguel Lupi e de Silva Porto, esmaltes de Limoges, e sobre os *étagéres* mil objectos artisticos de valor; e o *atelier*, que occupava uma sala no extremo esquerdo do palacio. Ali se viam quadros dos grandes mestres, havendo entre elles um Rubens authentico; ricos armarios de pau santo e carvalho, onde estavam em exposição preciosos crystaes, porcelanas, faianças, incluindo algumas raras da fabrica do Rato, objectos de ouro, prata e outros metaes artisticamente trabalhados, pequenas esculpturas em marfim, illuminuras em livros antigos, miniaturas, camapheus, um sem numero, emfim, de objectos de valor, que seria difficil mencionar-se. Viam-se tambem no *atelier* uns magnificos contadores de ebano com embutidos de marfim e tartaruga, constando estes embutidos de filetes e placas sendo, principalmente as de marfim gravadas em preto representando caçadas, paizagens, factos historicos, e outros assumptos. Esta sala era o logar predilecto do rei artista, e n'ella passava longas horas entregue aos seus labores artisticos.

Paço Patriarchal. V. n'este vol. pag. 276.

Paço da Ribeira. Foi construido por el-rei D. Manuel. Querendo este monarcha possuir uma residencia condigna ás prosperidades e grandezas do seu reinado, mandou fazer a grande praça do Terreiro do Paço em terreno roubado ao Tejo, e edificar o paço da Ribeira, que deu o nome ao vasto terreiro, que tem hoje a denominação de Praça do Commercio, mas que é mais vulgarmente conhecida pelo seu antigo nome de Terreiro do Paço. A verdadeira data da fundação d'esta residencia real não é conhecida, mas presume se que fôsse entre os annos de 1500 a 1505, e que a familia real viesse para ali habitar em dezembro d'este ultimo anno. Comtudo, as obras do embellezamento, parece que continuaram por alguns annos, porque os muitos materiaes, ferramentas, e engenhos de construcção existiam ainda ali no verão de 1509, como se vê d'um barracão que no sitio se fizera para se guardarem todos esses utensilios, que se fala n'um documento do livro III d'el-rei D. Manuel, fl. 42, existente no cartorio da Camara Municipal. Tambem se presume que trabalhassem n'esta construcção o architecto e esculptor Martim Annes, mestre das obras reaes de Lisboa, e Pedro Nunes, que em 1504 substituiu Martim Annes, impossibilitado pela sua muito avançada edade; o que não soffre duvida, é ter ali trabalhado o mestre d'obras João de Castilho, ainda por ordem de D. Manuel, e de seu filho D. João. Isto consta d'uma carta d'este ultimo rei, datada de Almeirim a 30 de janeiro de 1541. O que tudo demonstra é que as obras do paço da Ribeira duraram muito tempo, e como o edificio estava collocado sobre os armazens aduaneiros da Casa da Mina, o povo começou a chamar-lhe paço da *Casa Mina*, assim como tambem paço da *Ribeira* D. João III aperfeiçoou muito a obra de seu pae; deu á sua habitação mais largueza, quebrou lhe a monotonia d'uma só face, aproximou-se do Tejo, e tomou assim posse indisputada e definitiva do lanço occidental da nobre praça. No topo do edificio viam se as espheras manuelinas, que D. João III conservou para memoria do fundador. D. Manuel falleceu no paço da Ribeira a 13 de dezembro de 1521. No seu tempo occupava o edificio parte do lado norte da praça, onde hoje estão as repartições dos ministerios do reino e da justiça. Filippe II, de Hespanha, assenhoreando-se de Portugal, ali habitou temporariamente quando visitou Lisboa em 1581, e construiu um torreão, que deitava sobre o Tejo, pouco mais ou menos, onde se vê o torreão proximo ao caes dos vapores do caminho de ferro do sul e sueste, feito á similhança do antigo. Em 12 de janeiro de 1582 falleceu ali tambem o velho general hespanhol duque de Alba, D. Fernando Alvares de Toledo. N'aquelle paço residiu o vice rei de Portugal, o cardeal archiduque Alberto, desde o verão de 1583, em que chegou a Lisboa. Em 1609, em carta regia de 10 de março, recommenda Filippe III, de Hespanha, e II de Portugal, á Camara de Lisboa, que projectando vir breve ao reino, faça ella as obras que se julgarem necessarias no paço da Ribeira, onde tencionava hospedar-se o real hospede; e como a fazenda não podia com esses dispendios, a Camara havia de tomal-os a si, tirados *do real do vinho e da carne* concedido para obras publicas em Lisboa. O monarcha castelhano não veiu em 1609, como tencionava, porém sim em 1619. Mandou então o marquez de Alemquer, vice-rei de Portugal, embellezar o paço da Ribeira para a recepção do regio visitante. Em 1610 renovou-se

a capella com grande magnificencia, e o seu pateo tambem, por ordem do marquez de Castello Rodrigo, n'essa epoca vice-rei do reino. No seculo XVII encontram-se ali vivendo altos funccionarios, e estabelecidos os tribunaes. Em julho de 1633 residia o vice-rei D. João Manuel, arcebispo de Lisboa, o qual cedeu o paço em janeiro de 1635 á duqueza de Mantua, que veiu a Lisboa como vice-rainha, e que ainda ali se conservava quando se deu a Restauração do primeiro de dezembro de 1640. D. João IV assentou a sua residencia no paço da Ribeira, desembarcando no Terreiro do Paço em 7 do referido mez de dezembro, e foi ali que se armou um grande tablado, debaixo das sacadas, para se proceder no dia 15 ao cerimonial da coroação. D. João V ampliou muito o paço da Ribeira, quando se tratou do seu casamento com a archiduqueza D. Maria Anna d'Austria. Em 14 de dezembro de 1745 numerosa familia, os irmãos e filhos de el-rei? Serve agora de não pequeno embellezamento a este palacio o baluarte que se construiu até á praia, e está bem fortificado e abastecido de artilharia, e de todas as machinas precisas. Tambem tem este paço um jardim delicioso com muitas arvores, plantas recendentes e alamedas repartidas em taboleiros de varias côres, que são um primor d'arte. Tem demais uma capella com numerosa collegiada, composta de respeitabilissimos ecclesiasticos, presididos quasi sempre por um bispo. Fazem-se aqui os divinos officios, com tal ordem, tão excellente e variada musica vocal e instrumental, que, mais se lhe póde chamar uma cathedral, que não uma capella Junto ao real paço ha outros edificios de rara celebridade, entre os quaes tem o primeiro logar o arsenal real, ou sala d'armas, onde cuidadosamente se conservam todos os instrumentos proprios da

O Paço da Ribeira desde a dominação Filippina

deu-se ali um incendio, ardendo seis grandes sacas e damnificando outras. O padre Duarte Sande no seu livro *Primeira embaixada do Japão á Europa*, em que descreve a cidade de Lisboa, no seu tempo, em 1584, falando d'esta residencia real, diz que: «pela sua vastidão, magnificencia e commodidade é tão excellente que os reis de Portugal costumam quasi sempre habitar n'elle. O seu terreiro, junto ao mar, é tão espaçoso que offerece aos cavalleiros e fidalgos portuguezes o mais bello sitio para passear e espairecer, especialmente no estio, em que pela amenidade do sitio, pelo vento fresco do mar e pelas regas quotidianas de agua levada em carros para esse fim, parece estar convidando a todos para tão bello logradouro. E o que direi da regia habitação, dos seus porticos, dos seus pateos, das suas columnatas, das suas varandas e eirados, das suas salas e aposentos de todo o genero que costumam alojar el-rei, a rainha e sua arte da guerra. Vêem-se ali enormes peças de artilharia, fundidas de optimos metaes, algumas das quaes fôram ganhas aos inimigos, nos campos de batalha, e, mostram-se, como trophéos das victorias alcançadas; outras fôram construidas á custa da real fazenda, para servirem nas guerras. Admiram-se varios repartimentos de diversas armas; estes, com espingardas, aquelles com hastas, aqui espadas, acolá toda a casta de armamentos pesados e ligeiros, de ataque e de defeza. Além estão bem figuradas estatuas de cavalleiros, armados de ponto em branco, montados em cavallos de páu, tão ao vivo affeiçoados, que pódem reputar-se homens de lança em punho, para a peleja. Finalmente, tão ricas em armas são estas salas reaes, que ao menos nos aunos atraz podiam armar e apparelhar para a guerra, um exercito de setenta mil homens.» Este arsenal, obra de el-rei D. Manuel, chamava-se Armazem das armas, e occupava o lado occiden-

tal do Terreiro do Paço, e depois d'elle feito, e em continuação d'elle e de outros em que se contava a Casa da India, onde se guardavam as mercadorias e especiarias vindas do Oriente, se edificou por cima de todos uma galeria de salas e quartos para aposento regio, que se ligou ao paço da Ribeira por um arco, que ficava onde começa actualmente a rua do Arsenal. No vol. VI do *Archivo Pittoresco*, a pag. 78, etc. em artigo intitulado *Lisboa em 1584*, fala-se ácêrca d'este paço, e do livro do padre Duarte Sande. Na *Ribeira Nova*, livro do sr. visconde de Castilho (Julio), encontram se muitas noticias curiosas ácêrca do paço da Ribeira, e d'ali transcrevemos da pag. 387 a seguinte descripção feita no tempo de D João V por Colmenar, na sua obra *Description et delices d'Espagne et de Portugal*, edição de 1741, tomo III, pag. 266: «Entre os melhores edificios de Lisboa é o mais notavel o palacio real; dá logo em cara a quem chega a esta capital pela banda do Tejo. Fica mesmo á beira da agua, no extremo da praça de que já falei (Terreiro do Paço), por modo que o Soberano póde das suas janellas destructar quantos navios entram ou sáem. E' grande o paço, regular, e magnifico. Os aposentos muito aceados, e rica mente aderessados no inverno; de verão despenduram-se todas as tapeçarias Figuram entre os maiores ornamentos dos salões as largas vistas sobre o rio até ao mar. E' este paço um edificio quadrado, com zimborio, e quatro torrinhas ou mirantes, duas plataformas de balaustres, duas galerias cruzadas de cem passos de comprido, dois andares, e varandas nas sacadas. Não foi assim de seu principio. Dois Reis ou tres ali trouxeram obras, nomeadamente Filippe II, que mandou construir o grande torreão sobre o Tejo, a um canto da praça Real. Ha salões esplendidos, taes como o dos Tudescos, onde se reunem as Côrtes, o dos Conselhos de Guerra, e os de varios Tribunaes A capella do Rei fica n'um dos extremos, riquissima, e toda rutilante de ouro e azul. No terceiro andar, é a livraria onde se admira grande somma de bons livros, em estantes de nogueira. Começou a o rei Affonso V, no seculo XV. Ao entrar no recinto d'este paço encontra-se o visitante n'um pateo quadrado, rodeado de arcadas onde os mercadores vendem artefactos raros e preciosos da India ou de outras terras estrangeiras.» Fr. Claudio da Conceição, no vol. XI do *Gabinete historico*, pag. 375, quando nos faz saber quanto D. João V melhorou o palacio, diz que fez a escada principal do quarto da rainha, delineada e executada pelo architecto Antonio Canavarro, e com casas novas excellentemente pintadas, e ricos adornos. Reedificou outras, quando succedeu atear-se o fogo em um dos quartos do mesmo palacio, que enobreceu e estendeu com outras muitas obras; além dos quartos que fez para o principe D. José em 1728, e outros para as suas netas, por cima dos armazens da Ribeira das Naus, que se acabou no principio do anno de 1749. Camillo Castello Branco tambem publicou em 1874, nas *Noites de insomnia*, extractos d'um manuscripto que encontrou, cujo autor se não declara, onde um erudito do seculo XVIII consignava em termos minuciosos a descripção do paço em tempo d'el-rei D. José: «E' a mais detida descripção que ainda vimos, diz Camillo. Ouçamos pois esse tal autor anonymo, que parece ter conhecido de perto o edificio, e com os seus pormenores nos vinga do silencio de outras testemunhas oculares. Segundo tão bom informador, continha o edificio dentro em si tres grandes quadras, ou pateos, com galerias á volta. A quadra que ficava junto da egreja patriarchal, chamada *Pateo da Capella*, era rodeada de arcadas com largas janellas no andar superior. Por baixo das arcadas (como hoje em Paris no *Palais-Royal)* abrigavam-se lojas de tudo quanto se podia imaginar precioso, até ouro, e diamantes. D'este pateo communicava-se por um vasto portico voltado ao Sul, com outra quadra sobre o comprido, não menos rodeada de galerias, e tambem com lojas ricas; sobre essa galeria caiam as janellas do chamado *quarto da Rainha*. Ao pé erguera el-Rei D. João V a alta e magestosa torre de marmore, com dois sinos para os quartos de hora, e outro timbre mais grave para as horas. Sobre a Ribeira das Naus edificara o mesmo Soberano outra ala chamada *quartos dos Infantes*, e terminada ao Poente por uma formosa varanda, ou terrado, gradeada de balaustres de marmore primorosamente lavrado, sobre cujos pilares se assentavam, de onde em onde, vasos de jaspe cheios de murta e flôres. Tudo no mais apurado estylo da era. Toda a fachada oriental do palacio, isto é, a que dava sobre o Terreiro do Paço, era occupada por uma espaçosissima galeria, que pegava pelo lado do Sul com o magnifico pavilhão denominado o *Forte*, obra de Filippe Terzi, por ordem de Filippe II. E' essa justamente a galeria a que allude Sousa (*Historia Genealogica*. tomo VIII, pag. 167), e que partia do *canto da torre que fica da parte do rio, até ao outro canto da varanda de pedraria que fica da parte da terra* (palavras d'elle) Diz mais o anonymo redactor do manuscripto, que se tinha delineado fechar com o mesmo risco toda a praça em volta, com outro pavilhão fronteiro, no sitio da Alfandega. Contigua a este lanço corria uma varanda de arcos que dava serventia para a *sala dos Tudescos*. Essa varanda de arcos era a mesma que Sousa chamou ha pouco *varanda de pedraria*, e que apparece em todas as estampas do seu tempo. A sala dos Tudescos era o que é hoje no paço d'el-Rei a sala dos archeiros, ou a primeira sala, onde se acham os archeiros, successores da antiga guarda tudesca, ou allemã, e que veem em alas bater com o conto das alabardas no chão, á entrada de cada visitante de categoria. Essa *varanda* communicava com outro quarto não menos magestoso, com suas galerias, eirados, e torreões; ahi assistiam habitualmente os Infantes, irmãos ou filhos dos Reis, e em 1754, quando o autor escrevia, servia este quarto de residencia á Rainha-mãe, a Senhora D. Maria Anna de Austria. Havia ahi grandes e preciosas ante-camaras, com tapeçarias e moveis inestimaveis e pinturas dos mais insignes autores. Residia el-rei D. José, como alguns dos seus predecessores, no torreão filippino chamado *do Forte*; era este torreão a melhor habitação de todo o palacio. As suas ante camaras, salas, e gabinetes, encerram o mais precioso que póde a terra dar, porque as tapeçarias de ouro, prata, velludo, damasco e outras sedas, quadros de admiraveis pinturas, e toda a mobilia, dão a conhecer a soberania da Magestade que o occupa. A *casa dos Embaixadores* é a melhor da Euro-

pa. Ficava no segundo andar do torreão. N'este palacio ha uma notavel Bibliotheca, constante de muitas casas de livros, com manuscriptos, os mais raros; e, sem duvida, se estivesse em ordem, como as bibliothecas do Vaticano, e d'el-Rei de França, e da Sorbona, não lhes seria inferior, para o que muito concorreu a curiosa applicação e magnifica despeza do senhor Rei D. João V, mandando comprar fóra consideraveis collecções. Para o lado do rio tem este palacio um bello jardim com grande eirado, com viveiro abundante de todo o genero de aves raras, especialmente pombas e rolas de varias castas. Não se póde dar mais aprazivel espectaculo no mundo que a vista d'este jardim sobre o mar. O senhor Rei D. João V accrescentou outro quarto a este palacio; é o que fica no largo da Patriarchal, e corre até ao theatro da Opera. Consta este augusto edificio de varios corpos e muitas galerias, todas de apuradissima arte, obra do famoso architecto Frederico (Frederico Ludovice), em que os marmores apostam duração com a eternidade. Dois lanços d'este quarto abrem para o largo da Patriarchal, e em meio de cada um avulta um portico grandioso, levantado em grossas columnas marmoreas, com capiteis corinthios excellentemente folheados. Todo o restante d'este primoroso edificio é feito de polidissima cantaria, com formosos lavores e remates, com oculos romanos na cimalha, que lhe dão graça e belleza. O saguão que vae do largo da Patriarchal, e atravessa este quarto para a *Campainha*, é a melhor peça de arte d'esta Cidade, porque as quatro columnas de jaspe que tem na frente de duas escadas lateraes, são perfeitissimas no trabalho dos lavores.» O theatro da Opera foi edificado logo depois de 1750, por el-rei D. José, no torreão da Casa da India. Ahi cantaram artistas italianos, mandados vir de proposito. O theatro era, porém, provisorio. Foi em 1753, sob o desenho do architecto italiano João Carlos Bibiena, ou Bibiani, que o referido monarcha mandou levantar um theatro novo, no outro extremo do paço, para o lado onde é hoje a rua do Arsenal. N'esse mesmo anno foi inaugurado em grande gala. Bibiena mandou vir de Italia o architecto e pintor decorador Diogo Azzolini para o auxiliar nas pinturas e scenographias do theatro Real da Opera. O terremoto de 1755, e o incendio que se lhe seguiu, arrasou completamente todas estas grandezas, reduzindo todo o edificio do paço da Ribeira, theatro e patriarchal, a um montão de ruinas de impossivel reconstrucção.

Paço de Santo Eloy. Foi mandado construir já no reinado de D. Manuel, pela rainha D. Leonor, pouco depois do fallecimento de seu marido, el-rei D. João II, e para ali foi habitar. Ficava este palacio proximo do convento de Santo Eloy, para cuja egreja a fundadora mandou fazer um passadiço, onde tinha uma tribuna reservada. Parece que existiu este paço no sitio em que se vê hoje um palacete sobre o *Arco das Damas* e rua do mesmo nome.

Paço de Santos-o Velho. Junto á egreja parochial de Santos existia um paço real, onde se edificara no tempo de D. Sancho I um convento, em que residiram até ao reinado de D. João II as commendadeiras da ordem de S. Thiago. Este monarcha construiu o mosteiro, que ainda hoje existe, que se ficou chamando de *Santos-o-Novo*, para onde transferiu as commendadeiras. A antiga egreja constituiu-se em parochia, como actualmente se conserva, e o convento ficou desoccupado. Fernão Lourenço, que D. João II havia nomeado em 1486 thesoureiro e feitor da Casa da Mina, nomeação que D. Manuel confirmou em 1496, vendo o convento que se erguia antiquado e alteroso á beira da agua, adeante dos olivedos e vinhaes da Boa Vista, casa que estava então solitaria pela saida das commendadeiras, pensou em adquirir aquella vivenda que apezar da sua austeridade, elle sendo homem de fortuna, reedificaria, podendo transformal-a n'um palacio, rodeando-o de flôres e verdura. Mas parece que Fernão Lourenço, para satisfazer o seu desejo, se entendeu com as religiosas, e só houve o mosteiro por aforamento, ou de aluguer por longuissimo praso, ou por alguma outra fórma, porque as commendadeiras, apezar da sua transferencia para Santos o-Novo, nunca perderam o direito de proprietarias. El rei D. Manuel, n'um dos passeios que costumava dar no Tejo, reparou de longe n'aquelle moderno palacio, recortado de coruchéus, e brilhante de azulejos e marmores, conservando para maior seducção, n'esta phase profana o quer que fôsse de claustral, entre os verdejantes arvoredos e jardins aprazíveis, com que Fernão Lourenço embellezara o seu palacio. O monarcha ficou surprehendido, e conseguiu tomar aquella importantissima vivenda por aluguer, ou por emprestimo, e ali habitou por vezes, fixando ali a sua residencia de verão. A cêrca do antigo convento transformado agora em palacio, occupava tambem o terreno onde depois do terremoto de 1755 se assentou a actual calçada do Marquez de Abrantes, que na sua primitiva se chamou calçada do Conde de Villa Nova Em 1501 recebeu D. Manuel n'este palacio em audiencia solemne a embaixada veneziana que veiu a Portugal pedir auxilio para a guerra contra os turcos. O monarcha não resistiu ao desejo ardente, que sempre o animara, de vir a ser proprietario d'aquella encantada habitação, e alcançou a suspirada posse por tentadoras propostas que mandou fazer a Fernão Lourenço. Diz Damião de Goes, na *Chronica d'el-rei D. Manuel*, parte I, cap. xxxv, referindo-se a Fernão Lourenço, que *do seu fundou de novo os paços por escãibo de bens da Corôa que lhe deu.* Na Torre do Tombo, segundo a *Ribeira de Lisboa*, do sr. visconde de Castilho, pag. 597, existe um documento importante, que é a carta de 26 de outubro de 1501, em que o monarcha concede a Fernão Lourenço, nos termos mais honrosos, os senhorios de Gestaçô e Penajoia. Ficou então o palacio chamado *Paço de Santos*, tendo hasteado no torreão principal a vistosa bandeira branca de damasco de ouro, adornada com a cruz de Christo em setim escarlate, com cordões de ouro e hastea dourada. E' esta a descripção da bandeira de D. Manuel, feita por Gaspar Correia, nas *Lendas da India*, tomo I, pag. 532. D. João III tambem habitou o paço de Santos, e ali recebeu em janeiro de 1522 o embaixador do imperador Carlos V. No reinado de D. Sebastião tambem a côrte ali habitava por vezes. Em 1574 determinou este monarcha reedificar a egreja de Santos-o-Velho, mas até março de 1578 ainda se não haviam começado os trabalhos,

por haver duvidas, pendentes de pleito na Casa da Supplicação, por desaccordo entre as autoridades ecclesiasticas, os desembargadores, e as justiças. Essas desavenças afinal acabaram, mas D. Sebastião não teve ensejo para realisar a reedificação que projectava, o que veiu a effeituar o cardeal-rei D. Henrique. Depois da morte de D. Sebastião as commendadeiras de Santos consideravam-se na posse legitima do paço, que estava então deshabitado, obtiveram licença para o venderem, e o comprou por 10:000 cruzados D. Luiz de Lencastre, commendador-mór da ordem de Aviz, 3.º filho do duque D. Jorge. O cardeal-rei D. Henrique, governador e perpetuo administrador da ordem de S. Thiago, concedeu em 20 de maio de 1579 ao mosteiro de Santos, de que era então commendadeira D. Anna de Lencastre, novas rendas e immunidades, e sete dias antes de morrer, ainda lhe concedeu novas regalias, em carta de 23 de janeiro de 1580. Quanto á venda do palacio e seus pertences a D. Luiz de Lencastre, tendo faltado, segundo se apurou a clausula do consentimento do grão mestre da ordem, que era o rei, annulou o contrato D. Manuel de Seabra, bispo-deão da capella real, quando em 1593 fez uma visitação por ordem do rei D. Filippe. ao mosteiro de Santos. Alguns annos antes de fallecer, a commendadeira D. Anna de Lencastre, filha de D. Luiz de Lencastres, obteve que lhe fôsse nomeada por coadjutora e futura successora sua prima D. Beatriz de Lencastre, irmã do duque de Aveiro. Os Lencastre não desistiam da compra do antigo palacio, e queriam ter por seu lado a commendadeira, para se aproveitarem da sua influente posição. N'uma carta de 28 de junho de 1629 menciona-se que a commendadeira D. Brites de Lencastre pedira licença para a venda *das casas de Santos-o Velho e outras particulares tocantes áquelle convento.* A venda era tratada d'esta vez com D. Francisco Luiz de Lencastre, filho do já citado D. Luiz, e o rei Filippe, na referida carta de 23 de junho, ordenava que a venda se effeituasse, na fórma apontada pela Mesa da Consciencia, para que assim se pudesse depôr o cuidado, que dava o receio da ruina do mosteiro velho. Esta indicação mostra claramente que tanto o convento como as casas do velho paço de Santos, contiguo, ameaçavam ruina. D. Francisco de Lencastre quiz comprar isso tudo, que, segundo disse, tinha já pertencido temporariamente a seu pae. D. Francisco Luiz de Lencastre era um dos fidalgos que tinham adherido á usurpação hespanhola. Os Lencastres habitaram n'aquelle palacio por muitos annos, e ali deram sumptuosas festas. Depois do terremoto de 1755, habitava o palacio o conde de Villa Nova, e por isso, quando na reedificação da cidade, vendo-se que a rua da Esperança era pequena para o transito, se abriu a calçada, se lhe deu o nome de *Conde de Villa Nova*, que é, como já dissémos, a actual calçada do Marquez de Abrantes. Moraram no seu palacio os Lencastres, um dos ramos da descendencia do duque de D. Jorge, condes de Figueiró, depois condes de V. Nova de Portimão, e por fim marquezes de Fontes, e depois de Abrantes, pela extincção da linha primogenita dos Almeidas, condes de Abrantes, ficando a varonia sendo Lencastre. A familia dos marquezes de Abrantes deixou de habitar n'aquelle palacio, e em 1840 arrendou-o á imperatriz, viuva de D. Pedro IV; o arrendamento findava em 1847, mas a augusta inquilina auseutou se um pouco antes, por causa d'uma viagem que fez á Allemanha. Em 1848 voltou a residir ali o marquez D. José Maria da Piedade de Lencastre, que estava então de posse da casa. Em 1853 habitou uma parte do palacio a infanta D. Anna de Jesus Maria com seu marido o marquez de Loulé, que depois foi elevado a duque do mesmo titulo. Em setembro de 1870 arrendou o palacio ao ministro de França, conde Armand, e desde então ali se tem conservado a legação franceza. O palacio, que na sua primitiva, e ainda por seculos se conservou á beira mar, está hoje em consideravel distancia, pelo actual aterro da Boa Vista.

Paço de S. Bartholomeu. Estava contiguo á muralha do castello de S. Jorge, mas fóra d'ella, para Este. Ficava tambem proximo da egreja parochial de S. Bartholomeu, com a qual communicava por um passadiço. Foi mandado construir por D. Affonso III, o primeiro monarcha que estabeleceu a sua côrte em Lisboa. N'este paço morreu o fundador e nasceu seu filho, el-rei D. Diniz, que aqui residiu até se construir o paço da Alcaçova no castello. Este soberano o doou a seu neto D. João Affonso, filho do seu filho bastardo D. Affonso Sanches, passando desde então a ser propriedade particular. O terremoto de 1755 arrasou completamente o paço de S. Bartholomeu, e na reconstrucção de Lisboa ficou transformado em um largo o que era paço, e em umas propriedades o que fôra a egreja.

Paço de S. Christovão. No largo de S. Christovão, fazendo esquina para a rua do Regedor, ainda hoje se vê um elegante palacio, onde n'outro tempo existiu o paço de S. Christovão. Segundo diz Ruy de Pina, na *Chronica de D. Affonso V*, pertenceu aquella real residencia a D. Alvaro, filho do 2.º duque de Bragança, D. Fernando. D. Alvaro foi chanceller de Portugal e regedor das justiças, cargo que deu origem ao nome de *Regedor*, que se dá ainda á rua que fica junta ao palacio. Posteriormente pertenceu o paço de S. Christovão aos condes de Aveiras e marquezes de Vagos, e parece que ainda hoje pertence a estes fidalgos. No tempo de D. João V foi um dos condes de Aveiras quem mandou reedificar o palacio, construindo-se então completamente a fachada principal. O terremoto de 1755 arruinou muito o edificio, o qual se reparou em parte, ficando o resto em ruinas, onde depois se organisaram casas para habitação de pessoas pobres. O paço de S. Christovão tornou-se notavel, por ter ali residido a infanta D. Leonor, filha de D. Duarte e irmã de D. Affonso V, desde o seu casamento com o imperador d'Allemanha, Frederico III, até á partida para os seus novos estados. Ruy de Pina, na *Chronica* já citada, diz que o casamento, que em Lisboa foi feito por procuração, se realisou na capella do paço de S. Chistovão, mas alguns historiadores dizem que foi no da Alcaçova, e outros contam ter sido na sé. Por essa occasião houve esplendidas festas, tanto no paço da Alcaçova como no de S. Christovão. A infanta D. Leonor, depois imperatriz d'Allemanha, foi conduzida para S. Christovão montada n'um soberbo palafrem, acompanhando-a el-rei D. Affonso V, e a rainha, os quaes cavalgavam a seu lado, com as infantas e infan-

tes, o marquez de Valença, prelados, e os embaixadores allemães. As restantes pessoas que compunham o numerosissimo sequito, pagens e criados, seguiam a pé. Chegando o cortejo ao largo de S. Christovão, entrou pelo amplo portal para o grande pateo que ficava ao centro do edificio, e ali se apearam os principes. A real comitiva subiu para o palacio e se dirigiu á sala do throno, tomando cada qual o logar que lhe competia nas solemnidades da côrte. D. Affonso V conduziu sua irmã ao throno, sentando elle e a rainha sua esposa aos lados do solio. Seguiu-se grande baile em que tomaram parte os infantes e os fidalgos. As festas tiveram de se addiar em consequencia de adoecerem com febres os embaixadores allemães, e ainda depois d'elles se restabelecerem, houve novo addiamento, e n'este intervallo a imperatriz resolveu viajar pelo reino em companhia dos embaixadores. Regressando a Lisboa, deu-se então principio aos esplendidos festejos no dia 13 de outubro de 1451; o casamento realisara se a 9 de agosto d'aquelle anno. D. Affonso V, a rainha e mais a real familia vieram buscar a imperatriz para a conduzirem ao paço da Alcaçova, onde se realisou um sumptuoso sarau. As festas duraram oito dias, e d'ellas vem publicada uma curiosa descripção no vol. IV do *Archivo Pittoresco*, a pag. 319. No dia 25 de outubro embarcou a imperatriz acompanhada da sua real familia, dos embaixadores e mais pessoas da côrte. Antes do embarque havia-se celebrado um solemne *Te-Deum* na sé.

Lisboa (*Palacios de*). Existiram n'esta cidade importantes palacios, como os *dos duques de Bragança*, na rua, que hoje tem o nome de Antonio Maria Cardoso (V. *adeante*). O do *marquez de Marialva*, no local onde se vê actualmente a praça de Luiz de Camões, e que o terremoto de 1755 completamente arrazou (V. *Lisboa. Bairro Alto)*. O do *conde de Soure*, na rua da Rosa até ao Alto do Longo. O dos *marquezes de Alegrete*, no largo da Moiraria, que foi construido no seculo XVII pelos condes de Villar Maior, sobre um lanço da muralha da cêrca de D. Fernando, e sobre a porta da Moiraria; depois d'aquelle fidalgo ser elevado ao titulo de marquez de Alegrete, ficou-se chamando á porta da Moiraria *Arco do marquez de Alegrete*, e ainda hoje ali existe a rua com esse titulo. O *palacio da Annunciada*, dos condes da Ericeira (V. *Annunciada*, vol. I do *Portugal*, pag. 591). Defronte da alameda de S. Pedro d'Alcantara o *palacio do marquez de Santa Iria e do conde d'Alva*. O *palacio do Corte Real* (V. *adeante)*, etc. Existem actualmente, entre outros os seguintes: o dos srs. *duques de Palmella*, na rua da Escola Polytechnica, onde residem estes illustres fidalgos, e o do largo do Calhariz, de que tambem são proprietarios. N'este largo ha tambem o *palacio dos condes do Sobral*, onde está installada a administração da Caixa Geral dos Depositos; o dos srs. *condes de Azambuja*, e o que faz esquina para a rua das Chagas, que, segundo consta, pertenceu a *Lazaro Leitão Aranha*, e onde morava em 1755 o embaixador francez, marquez de Baschi; nos annos de 1870 a 1872 tambem ali residiu o ministro hespanhol Fernandez de los Rios. A S. Pedro d'Alcantara, defronte da calçada da Gloria, o palacio que foi *solar dos Andradas*, antigos senhores da Villa Nova d'Andrada, onde se formou depois o Bairro Alto (V. n'este vol. pag. 232). O que fica mesmo em frente da alameda, que pertenceu a *Bernardino Ludovice*, architecto da basilica de Mafra. *Palacio dos condes d'Obidos*, á rocha ainda hoje conhecida por este nome, o qual foi construido por aquelles fidalgos no seculo XVII; a casa dos condes d'Obidos passou para a dos condes de Sabugal; em 1874 foi este palacio vendido em praça a um particular por 12:000$000 réis; el-rei D. Luiz obteve que o comprador lh'o cedesse pelo mesmo preço, e deu-o a uma irmã do conde de Sabugal, dama do Paço, voltando d'esta fórma a ser propriedade da mesma familia. *Palacio dos Condes de Olhão*, na rua da Rosa, no Cunhal das Bolas, tendo a principal entrada no cimo da rua da Luz Soriano, onde está o Asylo S. Luiz, dos francezes; este palacio tambem era conhecido pelo nome de *Pilatos*, segundo a tradição, foi edificado por um judeu muito rico, que pretendia figurar pomos de ouro no cunhal do seu palacio; o judeu chamava-se, ou tinha alcunha de *Pilatos*, nome que ficou ao palacio; o edificio passou a outra familia, que o instituiu em vinculo, e depois pelo casamento com a herdeira d'este morgado. passou á casa dos marquezes de Olhão. *Palacio do marquez de Abrantes*, na calçada do mesmo titulo; vasto edificio, com jardim para o sul, onde hoje está a legação franceza. Foi aqui o antigo paço de Santos (V. n'este vol. pag. 367). *Palacio do marquez de Pombal*, ás Janellas Verdes, onde se installou o Museu de Bellas Artes; ali viveu muitos annos, e fal., a imperatriz D. Maria Amelia, viuva de D. Pedro IV. Na rua Formosa, o palacio pertencente aos antepassados do referido marquez, é vastissimo, e tem annexa uma boa quinta com seu jardim; foi n'este palacio que nasceu aquelle grande estadista em 13 de maio de 1699. Na mesma rua existe o palacio que pertenceu aos *viscondes de Lançada*, onde hoje estão estabelecidos os escriptorios e typographia do *Seculo*. *Palacio dos Condes d'Almada*, no largo de S. Domingos, onde actualmente está o quartel general da 1.ª divisão militar; este palacio é celebre pelas suas gloriosas recordações; era seu proprietario em 1640 D. Antão d'Almada, um dos heroes da guerra da restauração da nossa independencia; era n'este palacio, n'um pavilhão do jardim, que D. Antão d'Almada e os outros conjurados faziam as suas reuniões quando tratavam da conjuração de 1 de dezembro. Para memoria do feliz exito da conjuração mandou D. Antão desenhar em azulejos no referido pavilhão, os retratos dos conjurados, e mandou erigir em frente do palacio, que deita para as escadinhas da Barroca, e sobre o telhado, duas memorias do dia 1.º de dezembro de 1640; eram duas torrinhas ameiadas, construidas de tijolos. (V. 1.º vol. do *Portugal*. pag. 217, artigo de *D. Antão d'Almada)*. *Palacio dos marquezes de Ficalho*, na rua de Luz Soriano. *Palacio dos marquezes de Olhão*, ao Calhariz, que hoje pertence á sr.ª condessa de Castro Marim; n'este palacio esteve o Correio Geral durante 99 annos; depois de se proceder a importantes obras, o palacio ficou em proporções para se alugar a differentes inquilinos e actualmente ali vivem varias familias, e está estabelecida a administração e recebedoria do 3.º bairro. Na rua da Barroca, o palacio que pertenceu á fallecida *baroneza d'Almeida*. *Palacio de Galvão Mexia*, na rua dos Mouros hoje transfor-

mado em elegante propriedade. O de *Jacome Ratton*, na rua Formosa, que foi depois do barão d'Alcochete. *Palacio dos Rebellos*. de que o fallecido marquez de Vallada era proprietario, na travessa da Queimada, e actualmente é uma importante propriedade, estando n'uma das partes estabelecidos os escriptorios e typographia do *Diario Illustrado*. O de *Gaspar José Vianna*, na rua das Chagas, onde em tempos esteve a Sociedade de Geographia, a legação hespanhola, e foi tambem alguns annos habitação do sr. marquez da Foz. Na rua das Chagas, esquina da rua da Horta Secca, o palacio que foi do capitalista *Manuel Antonio da Fonseca*, conhecido pelo *Monte Christo*. Na rua da Horta Secca, esquina da rua da Emenda, onde esteve ha talvez 50 annos o *Club Lisbonense*, reunião dos nossos principaes aristocratas, deputados,e banqueiros; ali se effeituaram brilhantes concertos e bailes; o Club Lisbonense mudou depois para o largo do Carmo, no palacio onde actualmente existe o Lyceu; o referido palacio pertenceu mais tarde ao visconde de Condeixa, que depois o vendeu a uma senhora brazileira, viuva; esta senhora passou a segundas nupcias com o sr. Joaquim Ferreira Gonçalves. *Palacio das Côrtes* (V. Lisboa, *convento de S. Bento da Saude*). *Palacio do marquez de Ponte de Lima*, situado junto á egreja parochial de S. Lourenço, que pertence hoje ao sr. marquez de Castello Melhor; o pateo de entrada tem magnificos azulejos de Pereira Junior. *Palacio dos condes e marquezes da Ribeira*. V. *Junqueira*. *Palacio do conde de Redondo*, a Santa Martha. *Palacio Murça*, na calçada do Combro, esquina da travessa de André Valente, onde tem a entrada; pertenceu aos condes de Murça,e é agora propriedade dos srs. condes de Arnoso; está ali estabelecido o *Lyceu Polytechnico*. *Palacio Minas*, que foi dos marquezes d'este titulo; é situado defronte do jardim das Albertas, e estão ali estabelecidas as repartições de fazenda e a administração do 4.º bairro. *Palacio do conde de Mesquitella*, situado na calçada do Combro, á esquina da travessa do Alcaide. Ali residiu e falleceu o conde de Mesquitella, mais tarde elevado a duque de Albuquerque, e um dos seus antepassados, Antonio de Sousa de Macedo, que foi embaixador em Inglaterra. achando-se em Londres quando Carlos I foi decapitado; foi tambem secretario de estado d'el-rei D. Affonso VI; n'aquelle edificio está hoje installada a Escola Preparatoria Marquez de Pombal. *Palacio da Flôr da Murta*, na rua do Poço dos Negros, esquina da rua de S. Bento; pertenceu aos morgados da Flôr da Murta; estão n'elle, estabelecidas as officinas da casa de machinas Street. *Palacio do conde de Ceia*, na rua da Escola Polytechnica, esquina da rua do Arco, a S. Mamede; pertence aos herdeiros da viscondessa de S Thiago de Cayolla. *Palacio dos marquezes de Lavradio*; no campo de Santa Clara; foi mandado construir pelo primeiro patriarcha de Lisboa, para seu sobrinho D. Antonio de Almeida Soares e Portugal, 4.º conde de Avintes, que foi o 1.º marquez de Lavradio. *Palacio do conde de Cabral*, no largo do Poço Novo. *Palacio Cabedo*, na rua de Eduardo Coelho, em frente do edificio da Academia Real das Sciencias. *Palacio Barcellinhos*, que fica em frente da rua Garrett; foi do visconde de Ouguella, e estão hoje ali estabelecidos os Grandes Armazens do Chiado. *Palacio dos condes das Alcaçovas*, na rua da Cruz dos Poyaes de S. Bento, ao principio da rua de S. Marçal. O palacio do largo de S. Roque, esquina da travessa da Queimada, foi fundado por Gaspar de Brito Freire, e pertenceu mais tarde ao capitalista Bartholomeu dos Martyres Dias e Sousa, sogro do fallecido conde de Thomar, a quem o palacio ultimamente pertencia; no segundo andar esteve alguns annos a Escola Academica, antes da sua mudança para a calçada do Duque, e actualmente estão em toda a propriedade as repartições do Conselho Administrativo dos Caminhos de Ferro do Estado. O *palacio dos condes da Anadia* fica na rua de S. João dos Bemcasados, ás Amoreiras.

Palacio dos duques de Bragança. Era grandioso, e occupava quasi todo o lado do Este da rua do Thesouro Velho, hoje de Antonio Maria Cardoso, toda a actual rua do duque de Bragança, o lado do Oeste do largo do Picadeiro, e todo o hotel de Bragança Foi fundado por D. Nuno Alvares Pereira. Seu genro, D. Affonso, conde de Barcellos e 1.º duque de Bragança, o augmentou e melhorou muito, e os seus successores tanto o engrandeceram que ficou sendo o palacio mais vasto de Lisboa. A residencia habitual dos duques de Bragança era em Villa Viçosa, onde tinham o seu solar e a sua côrte principesca A Lisboa vinham unicamente visitar a familia real, ou por occasião de grandes festas publicas. Sendo acclamado D. João II, 8.º duque de Bragança, 4 º do nome, como rei de Portugal, vieram para este palacio os archivos, joias, baixellas, e mais riquezas dos paços de Villa Viçosa. Preferindo D. João IV para sua residencia o paço da Ribeira, ficou este palacio servindo de casa do thesouro dos duques de Bragança, e d'este facto se deu áquella rua o nome de *Thesouro* por ser ali a entrada principal do palacio. D. João V o reconstruiu de tal maneira, que o fez perder o seu aspecto primitivo. Este monarcha instituiu n'aquelle palacio, em 8 de dezembro de 1720, a Academia Real de Historia Portugueza, a qual esteve ali funccionando até 1731, na mesma sala, onde por algumas vezes se reuniram os conspiradores de 1640. O terremoto de 1755 e o incendio ,que se lhe seguiu, reduziram quasi todo o palacio a ruinas, perdendo-se joias e alfaias de subido valor, e importantissimos documentos do archivo. Não se tratou nunca de se reconstruir o edificio, e n'aquellas ruinas se construiram varios casebres, em que vivia muita gente pobre, servindo tambem por vezes de couto a criminosos Em 1811 um grande incendio arrasou tudo completamente, e desde então é que se começaram a edificar as propriedades magnificas, que existem agora.

Palacio do Côrte Real. Estava situado ao Corpo Santo, e parece que foi o seu fundador Vasque Annes Côrte Real, védor d'el-rei D. Manuel. Uma sua descendente, D. Margarida Côrte Real, casou com D. Christovão de Moura, portuguez que se tornou valido de Filippe II, e opressor dos seus compatriotas durante a usurpação filippina. O monarcha castelhano o agraciou com o titulo de conde de Castello Rodrigo, titulo que seu filho, Filippe II, de Portugal, elevou ao de marquez. Com o casamento, ficou D. Christovão de Moura possuidor do palacio do Côrte Real. O

valido de Filippe de Castella, porém, achou aquella residencia muito mesquinha, e traçou o vasto plano d'um opulento palacio, que fôsse digna habitação do elevado cargo que elle exercia na côrte castelhana. Na obra de Coelho Gasco, intitulada *Origem e antiguidades de Lisboa*, que se não imprimiu, mas existe manuscripta uma copia na Bibliotheca Nacional de Lisboa, lê se a fl. 293 e seguintes, ácerca d'este palacio, que viera a ter em Lisboa o *primeiro logar na magestade*, ficou competindo *com as principaes casas da Europa*, e declarava bem *o alto espirito do prudente marquez de Castello Rodrigo*. O palacio ficava, como dissémos, ao Corpo Santo, tendo um passadiço para o paço da Ribeira, e occupava, pouco mais ou menos, o local onde se vêem hoje as officinas do arsenal da marinha. Compunha-se de quatro lanços com uma quadra, ou pateo, ao centro, formando quatro frentes, deitando a do sul para o Tejo, a do nascente para a Ribeira das Naus, a do poente para a rua chamada do Côrte Real, e a do norte para o largo do Corpo Santo. Em cada um dos quatro cantos via se um torreão, tendo os do lado do Tejo uns terraços ou varandas, d'onde se gozava um lindo ponto de vista. No intervallo, entre os terraços, havia um jardim. O palacio tinha lojas e dois andares, com longas filas de nove sacadas nobres, além das dos torreões. Entre salas e outros quartos, contava 185 aposentos. Sobre a porta da entrada principal estavam esculpidos em marmore, e dominando o largo do Corpo Santo, as armas de Moura e Côrte Real em duas palas, assentes na Cruz de Calatrava, ordem de que o marquez D. Christovão era mestre. Para o lado do nascente seguia se um terreno onde estava o picadeiro, a cavallariça, o palheiro, e outras dependencias; esse terreno occupava todo o comprimento da frente oriental do palacio até confinar com a Ribeira das Naus, havendo uma estreita serventia, que isolava do terreno o corpo do palacio. Por baixo do passadiço, que dissémos existir para o paço da Ribeira, ficava a entrada da rua do Côrte Real para o largo do Corpo Santo. Julga se que esta edificação começou em 1585. Em 15 de março de 1642, D. João IV decretou a confiscação de todos os bens que o marquez de Castello Rodrigo possuia em Portugal, em que se contavam a quinta de Queluz e o palacio do Corpo Santo. Em 17 de agosto de 1654 concedeu o referido monarcha estas duas importantes propriedades a seu filho, o infante D. Pedro, que mais tarde veiu a ser rei, segundo de nome. Em 1662, desde 10 até 13 de março, esteve hospedado no palacio do Côrte Real o conde de Sandwich, embaixador inglez, nomeado para acompanhar a Londres a infanta D Catharina, filha de D. João IV, que casou com o rei Carlos II de Inglaterra. Ainda n'esse anno, em 4 de junho, tendo o infante D. Pedro completado 14 annos, sua mãe, a rainha regente D. Luiza de Gusmão, lhe permittiu que tivesse casa áparte, para viver independente, indo habitar o seu palacio do Côrte Real. D. Pedro continuou ali habitando durante a sua regencia, na impossibilidade do irmão, D. Affonso VI, e ainda depois de já ser acclamado. Terminada a guerra com a Hespanha e publicadas as pazes em 1668, foi o palacio do Côrte Real restituido á descendencia dos seus antigos possuidores. Eram então os descendentes es principes Pios de Saboia, marquezes de Castello Rodrigo em Castella, mas a familia real portugueza continuou de posse do palacio, pagando de renda aos proprietarios 5.000 cruzados. N'aquelle sumptuoso palacio havia embarque facil n'um caes a meio do jardim; ali embarcou a 11 de agosto de 1681, em grande gala, n'um riquissimo bergantim, D. Pedro II, quando foi a bordo do hiate inglez que conduzia sua segunda esposa, a nova rainha D. Maria Sophia. O desembarque dos noivos foi n'uma ponte construida sobre a Casa da India, d'onde se communicava ao pateo da capella. Por ali seguiu a pé o cortejo nupcial. N'aquelle palacio nasceram todos os filhos de D. Pedro II, e falleceu a rainha D. Maria Sophia Izabel de Neuburgo em 27 de dezembro de 1693. Em 1702 recebeu D. Pedro II no palacio do Côrte Real, em audiencia, o principe Jorge de Darmstadt. Em 26 de janeiro de 1751, o principe D. Felisberto Pio de Saboia Moura Côrte Real Spinola e La Cerda, marquez de Castello Rodrigo e Almacer, duque de Rochera, grande de Hespanha de primeira classe, senhor dos morgados dos Côrtes Reaes e dos Mouras, vendeu esta residencia historica e principesca, mas para elle completamente inutil, por um juro real de 5:000 cruzados annuaes ao infante D. Pedro, irmão de el-rei D. José, e depois D. Pedro III pelo seu casamento com D. Maria I, sua sobrinha. O novo proprietario resolveu ir para ali habitar, e mandou logo proceder a grandes obras de adornos e aperfeiçoamentos, mas, n'esse mesmo anno de 1751, pegou fogo n'uma sala onde os pintores preparavam colias e tintas. O fogo foi lavrando surdamente, e só se deu por elle ás 7 horas, quando já tinha invadido até á primeira sala dos porteiros da canna. Foi tal a violencia do sinistro, que em quatro horas arderam todas as salas e quartos, e os quatro torreões dos cantos, ficando só livre as duas formosas varandas, que saiam do palacio para o rio, e as casas que havia por baixo com algumas cavallariças. Assim o conta fr. Claudio da Conceição, no *Gabinete historico*, tomo XII, pag. 64, accrescentando que varios creados da Casa Real, que residiam no palacio, perderam muito do que possuiam, e que teria sido total a perda se não viessem em seu auxilio as tripulações das naus inglezas então surtas no Tejo. Parece que os estragos se repararam, pelo menos em parte do edificio, porque em 1755, quando se deu o terremoto de um de novembro, estava ali estabelecido o *Tribunal da Casa do Infantado*. O terremoto destruiu completamente o edificio, que nunca mais se reconstruiu.

Palacio dos marquezes de Castello Melhor. Pertence actualmente ao sr. marquez da Foz. Está situado na Avenida da Liberdade. O antigo palacio e solar dos Vasconcellos, depois condes, e por fim marquezes de Castello Melhor, occupava antes do terremoto de 1755, todo o espaço que fica entre a rua dos Condes e a rua do Jardim do Regedor. Foi destruido pelo terremoto, e nunca mais se reedificou. Construiram se depois n'aquelle local diversas propriedades particulares, que ficaram sendo foreiras aos referidos fidalgos. Os condes da Castanheira possuiam um palacio á esquina da calçada da Gloria, que o conde de Castello Melhor, escrivão da puridade e valido de D. Affonso VI, comprou em praça no

anno de 1666. A rainha de Inglaterra, D. Catharina, viuva de Carlos II e filha de el-rei D. João IV, attendendo aos serviços que o conde lhe prestára, deu-lhe 1:000 libras esterlinas de pensão annual, por espaço de tres annos, um annel de brilhantes que valia 12:000 cruzados, e uma joia que lhe offereceu em nome de seu cunhado Jacob II, de Inglaterra, avaliada em 9:000 cruzados. Tudo lhe foi dado por uma carta, escripta em latim, datada de 23 de setembro de 1685, a qual tem o retrato da rainha D. Catharina em miniatura, no alto da primeira lauda do pergaminho, que dizem conservar-se cuidadosamente no archivo da casa. O conde applicou estas 3:000 libras em augmentar e melhorar o velho palacio que comprara. O jardim deitava para uma horta, chamada da *Mancebia*, que o conde comprou, bem como outras que existiam n'aquelle sitio, chamado então *Valverde*, e que lhe custaram para cima de 20:000 cruzados. Depois de se ter assim ampliado esta nobre residencia, o conde instituiu-a em morgado no anno de 1703. A carta de D. Catharina foi copiada como um documento honrosissimo, na escriptura da instituição do vinculo, que tomou o titulo de *morgado de Santa Catharina*, para perpetuar a memoria do agradecimento á rainha que o tinha gratificado tão generosamente. O annel e a joia ficaram tambem vinculados no mesmo morgado Na referida escriptura, o conde enumerava todos os serviços que prestára a Portugal nos diversos cargos que até então exercera, dizendo tambem, que da sua familia procediam os homens que se acharam nas tres occasiões de maior perigo de que resava a nossa historia: Egas Moniz, em tempo de D. Affonso I; Mem Rodrigues de Vasconcellos, no de D. João I: e elle, no de D. Affonso VI. Por morte do conde de Castello Melhor, o seu successor comprou a ermida de Nossa Senhora da Pureza, que estava na parte opposta da calçada, ao norte, á esquina da rua da Gloria. O palacio communicava com a ermida por um passadiço que atravessava a calçada da Gloria. Na verga d'uma janella do passadiço pertencente á ermida, lia-se:

ESTA CAPELLA E' DE NOSSA SENHORA DA PUREZA DO AMOR DE DEUS, FEITA EM JULHO DE 1585, E AGORA RENOVADA PELO P. ANTONIO DE CASTILHO, EM ABRIL DE 1692.

Na sobreverga tinha esta inscripção:

ESTA ERMIDA HE DO CONDE DE CASTELLO MELHOR ANNO DE 1720.

Confórme dissémos, o antigo palacio d'estes nobres fidalgos ficou completamente arrasado pelo terremoto de 1755. No anno de 1765, por indemnisação do monopolio do sabão preto, que tinha a casa de Castello Melhor em Lisboa, e dos fornos de *pão de poia*, na ilha da Madeira, que passaram a ser dominio da Corôa, o 4.° conde, José de Vasconcellos e Sousa, foi elevado ao titulo de marquez de juro e herdade, e teve a concessão de muitos bens de raiz e padrões de juros reaes, assim como uma grande parte da cêrca da casa de S. Roque, que fôra dos jesuitas, com cujo terreno o novo marquez engrandeceu a sua propriedade. Planeou então construir um grande palacio, encarregando do projecto o architecto italiano Francisco Xavier Fabri, um dos que fizera a planta do palacio d'Ajuda. Parece que a obra se principiou em 1777. As madeiras empregadas vieram do Brazil, mandadas por Luiz de Vasconcellos e Sousa, um dos ultimos vice-reis d'aquelle estado. Emquanto duraram as obras, o marquez foi residir com sua familia para o antigo palacio dos condes de Castanheira. Depois de concluido o novo palacio, que ficou o edificio magestoso que hoje existe, o antigo foi demolido, e no sitio que occupava, construiram se boas propriedades. Segundo o risco de Fabri, o palacio devia ter mais outro andar, tambem de sacadas, com um zimborio ao centro, e um torreão em cada extremidade, mas alterou-se o plano, n'esta parte, tirando se-lhe o segundo andar, em consequencia do mau effeito

Palacio Foz

que faria tão grande altura, sendo muito estreita a rua Occidental do Passeio Publico, em que então estava collocado o palacio. As obras estiveram paradas durante 40 annos, até que, em 1845, o 4.° marquez, Antonio de Vasconcellos e Sousa, lhe deu um grande impulso, deixando por sua morte, succedida em 1858, quasi concluidas as obras de canteiro, e muito adeantadas nas outras artes. No mesmo anno de 1858, estando já concluida a capella do palacio, foi demolida a antiga ermida de Nossa Senhora da Pureza, passando para ali o Sacramento, bem como as imagens e mais objectos. A sagração e dedicação da nova capella foi feita em 27 de junho d'esse anno, com a maior pompa e magnificencia. (V. *Lisboa, Ermida de Nossa Senhora da Pureza).* Na quinta do palacio fundou-se um theatro e um circo, juntamente com uma esplanada, debaixo do titulo de *Recreios Lisbonenses,* ou

Recreios Whythoine. Era este o nome d'um dos primeiros palhaços que havia tido o antigo *Circo de Price*, na calçada do Salitre, e que se tornou empresario d'esta nova casa de espectaculos, de que se formou uma companhia. Quando se tratou de construir a estação central do Caminho de Ferro, foi demolido o theatro e o circo, ficando desde então o palacio pertencendo ao sr. marquez da Foz. Era uma residencia principesca, onde se reuniam numerosas e preciosissimas obras d'arte. O sr. marquez da Foz mandou restaurar todo o palacio, sendo encarregado d'esse trabalho o fallecido entalhador Leandro Braga. Se a sua fama artistica não estivesse já de ha muito estabelecida, bastavam os trabalhos que executou n'este sumptuoso palacio, para lhe dar os creditos de artista distincto. A entrada era imponente; viam-se ali salas de grande valor, tanto pela decoração, como pelo mobiliario, preciosidades e quadros dos mais afamados autores; a sala de Luiz XVI, a de baile, a do bilhar, a da bibliotheca, todas as salas emfim, eram um complexo de riqueza. Em 1901, porém, o sr. marquez da Foz resolveu vender em leilão tudo quanto encerrava aquella deslumbrante e riquissima residencia, e na verdade esse leilão se realisou durante muitos dias. Hoje está estabelecido no primeiro andar do edificio um animatographo, e parece que se projecta ali collocar outro; em baixo vêem-se diversas e importantes lojas.

Lisboa *(Pantheon nacional de)*. V. *Belem*. Está estabelecido no edificio dos Jeronymos, onde se encontram os restos de Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Camões, João de Deus e Vasco da Gama. Foi o decreto de 26 de setembro de 1836 que determinou o estabelecimento de um pantheon em Portugal, ordenando que um dos edificios nacionaes fôsse destinado a receber as cinzas dos grandes homens portuguezes fallecidos depois de 24 de agosto de 1820, e que só o corpo legislativo concederia as honras do Pantheon; que nenhum cidadão poderia receber essas honras senão quatro annos depois da sua morte, e que só o referido corpo legislativo decretava as excepções a favor dos grandes homens mortos antes de 24 de agosto de 1820.

Lisboa *(Pantheon real de)*. Acha-se estabelecido no claustro da egreja de S. Vicente de Fóra. V. *neste vol. a pag. 278*.

Lisboa *(Passeios de)*. V. *Jardins* e *Praças*.

Lisboa *(Pateo da Comedia)*. Antigo theatro, assim denominado, que existiu no sitio chamado das Fangas da Farinha, junto ao palacio do senhor de Barbacena, onde hoje se vê o largo da Boa Hora, no fim da rua Nova do Almada. Foi fundado por D. João Hiranço e Luiz de Castro em 1619, por occasião das festas com que em Lisboa foi recebido Filippe III. O pateo da Comedia foi doado pelo citado senhor de Barbacena, em 1633, a fr. Domingos do Rosario para ali estabelecer um hospicio de religiosos. Nos camarotes organisaram-se cellas, armando-se no proprio palco a capella-mór da regra. V. *Lisboa (Convento do Corpo Santo)*.

Lisboa *(Penitenciaria Central de)*. Já eram antigas em França as prisões chamadas *Penitenciarias*, cujo systema de construcção é o isolamento entre os presos, tendo por fim a sua regeneração pelo trabalho, quando nas principaes nações da Europa se introduziram as penitenciarias, dando os mais satisfatorios resultados, reconhecendo-se praticamente serem indispensaveis, sobretudo nos paizes em que a pena de morte está legalmente abolida. Em Portugal, por muitos annos reclamaram este melhoramento os homens competentes, o que resolveu o governo a pensar sériamente n'este emprehendimento de tão re-

Penitenciaria Central de Lisboa

conhecida utilidade. Foi no ministerio presidido por Joaquim Antonio de Aguiar que se promulgou a lei de 1 de julho de 1867, que aboliu a pena de morte, de trabalhos publicos, degredo, e em geral das penas perpetuas, substituindo o regimen penal, que então vigorava, pela prisão cellular com separação de preso a preso de dia e de noite, pelo degredo como pena complementar. Para a execução d'esta lei foi autorisado o governo, por decreto de 24 de abril de 1873, a mandar construir uma cadeia penitenciaria no districto de Lisboa, nos termos do artigo da lei de 1 de julho de 1867. Já havia sido escolhido, como posição mais conveniente para o edificio da Penitenciaria, um terreno em Campolide, nas *Terras do Seabra* ou *Entre-muros*, que reunia todas as condições desejaveis, por ser bastante espaçoso, muito arejado, distante de habitações e de quaesquer focos insalubres. Em 25 de outubro de 1864 fôra encarregado Joaquim Julio Pereira Caldas de levantar a planta d'uma prisão penitenciaria, trabalho que não pôde concluir, por fallecer em agosto de 1871 sendo nomeado em 20 de agosto de 1872 para o substituir o engenheiro Le-Cocq, que principiou por completar o plano do seu fallecido collega, o qual tinha por base o da cadeia de *Maras*, em Paris, e por ultimo elaborou o projecto de que o havia encarregado o ministro da justiça, moldado no plano da prisão de *Pentonville*, construida em 1846. O projecto foi approvado pela junta consultiva das obras publicas, e depois pelo respectivo ministro, em portaria datada de 2 de julho de 1873. Feitas as expropriações precisas, começaram os trabalhos da construcção do edificio em 4 de novembro do referido anno, sob a direcção technica de Victor Le-Coq. Em 9 de agosto foi posto ás suas ordens o engenheiro Ricardo Julio Ferraz para ser incumbido da direcção das obras. O ministro da justiça, julgando necessario que o encarregado da direcção d'estas obras tivesse conhecimento pratico d'estas construcções, incumbiu Ferraz de ir estudar as penitenciarias de Inglaterra e da Belgica, para onde partiu em 27 de agosto, regressando a 29 de outubro. A portaria do ministerio das obras publicas, de 10 de julho de 1874, determinou que a construcção das obras da Penitenciaria, a cargo da direcção das obras publicas do districto de Lisboa, constituisse uma direcção especial das obras publicas, com o titulo de *Direcção das obras da Penitenciaria Central de Lisboa*, e por outra portaria, da mesma data, foi nomeado director d'esta repartição o engenheiro Ricardo Julio Ferraz, que já estava encarregado da direcção d'estas obras sob as ordens do director das Obras Publicas. Em 7 de novembro de 1874 Ferraz apresentou o projecto definitivo da Penitenciaria, elaborado segundo os melhoramentos que tinham sido introduzidos n'esta ordem de construcções. Este projecto foi feito com as commodidades sufficientes para supprimir a cadeia districtal destinada ao cumprimento da pena de prisão correccional por mais de tres mezes, e tem 100 cellas a mais do que o projecto primitivo. Em 25 de fevereiro de 1875 a junta consultiva das Obras Publicas e Minas deu a sua consulta a favor do projecto, que foi approvado por el-rei D. Luiz em 22 de março seguinte. Em 28 de abril de 1877 o engenheiro Ferraz pediu a sua demissão de director das obras da Penitenciaria e uma syndicancia aos seus actos, demissão que lhe foi concedida pela portaria de 30 de abril do mesmo anno. Por outra portaria d'esta mesma data, ficou provisoriamente a superintendencia das obras, que estavam quasi concluidas, a cargo do engenheiro Eça, na qualidade de director das obras publicas de Lisboa. Em 8 de maio seguinte, Eça propoz para chefe de secção o engenheiro Garção, para o auxiliar nos serviços da Penitenciaria. Pela portaria de 17 de novembro do mesmo anno, as obras passaram novamente a formar uma direcção especial, sendo Garção nomeado director. Em 1878 foi nomeada uma commissão de inquerito ás obras, sendo ordenado ao director que facultasse á commissão a inspecção de todos os trabalhos feitos, e de todo o deposito e dependencias das obras, o exame dos livros e documentos existentes na Penitenciaria. A portaria de 17 de agosto do citado anno de 1878 exonerou o engenheiro Garção do logar de director, e nomeou para o substituir o engenheiro Jayme Larcher. Por ultimo ficou sob a direcção das obras publicas a construcção da Penitenciaria, sendo nomeado chefe de secção Joaquim Pedro Xavier da Silva, até se concluirem as obras. A 2 de setembro de 1885 deram ali entrada os primeiros reclusos. O edificio está situado á beira da estrada da circumvalação, hoje rua do Marquez de Fronteira Consta de habitações de empregados, administração, prisão, hospital, cozinha e gazometros. As habitações fórmam um edificio isolado, cuja frontaria constitue a fachada principal. O corpo do centro, e a prisão propriamente dita, constituem um edificio em fórma de estrella, cujo centro se eleva até terminar n'uma cupola bastante alta, encimada por uma cruz. Este centro é occupado por uma rotunda, onde está a capella, e d'onde partem seis alas, duas grandes e quatro mais pequenas destinadas ao serviço da prisão. As alas são successivamente designadas pelas letras A, B, C, D, E e F. O corpo central dá entrada á rotunda, constituindo uma setima ala, cujo eixo é perpendicular á frente do edificio de habitação. Accumulam-se no corpo central diversos serviços, taes são: serviço de administração ou secretarias; serviços clinicos como os do hospital; serviços de economia domestica, como lavandarias e casas para banhos; e serviço de detenção provisoria quando se recebem os presos Os subterraneos da rotunda e da parte das seis alas da prisão são affectos ao serviço domestico. Ha duas entradas lateraes com escadas, que dão ao nivel do solo para os subterraneos, destinados ás communicações dos serventes extranhos ao serviço da prisão. Tem edificios accessorios: um destinado á cozinha, dispensa e fornos de pão, e dois destinados á fabricação de gaz e comprehendendo a casa dos fornos Tanto no topo das alas, como entre ellas, acham se distribuidos os passeios dos presos, dispostos em fórma de leque, para tornar mais facil a vigilancia, fechando este recinto uma muralha de 8 m. de altura; exteriormente ha outra muralha de 4 m. de altura, que fórma com a precedente um caminho de ronda. A architectura da fachada principal do edificio é no estylo gothico-germanico, e a das alas é subordinada ao mesmo estylo. Os torreões setteirados, que guardam e defendem a entrada principal, o

coroamento em ameias, que encima o edificio, as cornijas decorativas das janellas, tudo indica a força, gravidade e austeridade proprias a edificios d'esta natureza. Este genero de architectura foi usado na prisão de Birmingham, Leeds, etc. A parte occidental do edificio é destinada á habitação do director e do chefe dos guardas; a parte oriental á habitação do sub-director, do medico e do capellão. A' entrada vêem-se os aposentos destinados ao guarda portão e a caserna da guarda. O corpo central comprehende dois andares e os subterraneos. As viaturas que atravessam o corredor central abobadado do edificio de habitação, penetram no pateo de entrada, na frente do corpo central, cujas alas lateraes lhe dão a fórma em U. As secretarias e dependencias da administração, a pharmacia e os serviços judiciaes relativos ao interrogatorio dos presos não julgados e outros, occupam o andar terreo. No primeiro andar acha-se estabelecido o hospital e suas dependencias. Nos subterraneos existem os armazens de provisões situados ao nivel do rez do chão. As provisões são n'elles descarregadas directamente dos carros, passando através das caixas afuniladas, para esse fim dispostas no terreno. Os quartos de banho e de vestir occupam uma outra parte dos subterraneos. Este corpo, disposto em tres andares, incluindo os subterraneos, é ligado com a rotunda por uma galeria coberta disposta em dois andares, rez do chão e subterraneo. No rez-do-chão e parte adjunta á rotunda central existem os parlatorios. Nos subterraneos, em telheiros annexos á galeria, de ambos os lados, estão dispostos os quartos destinados ás lavandarias, devendo a roupa lavada ser enxuta primeiro pelo apparelho hydro-extractor, e depois em magnificas estufas. A prisão está traçada para que n'ella possa ser rigorosamente observado o systema de disciplina de isolamento, segundo o qual os presos, posto que continuamente separados uns dos outros e desprovidos de todos os meios de communicação reciproca, já pela vista, já pela fala, teem todavia direito ás condições de salubridade nas suas cellas, a tomar ar e a fazer exercicio em passeios convenientemente dispostos. Pódem ser providos dos meios de instrucção moral e religiosa, bem como de occupação ou trabalho manual, e pódem em todas as circumstancias communicar com um guarda de prisão, de cujo auxilio careçam. Os presos mandados para a Penitenciaria, devem entrar em carruagens fechadas especiaes. Atravessam o corredor central do edificio de habitação e o pateo de entrada, sendo depois recebidos no corpo central, edificio de entrada da prisão. Depois de lavrado o respectivo registo, são conduzidos a uma primeira cella, onde não ha nenhuma mobilia. Ali cortam-lhes o cabello á escovinha e rapam-lhes a barba. Depois descem por uma escada, que fica fronteira a essa cella, e chegam ao pavimento subterraneo, onde estão montadas estufas de desinfecção, tinas de banhos, lavandarias, etc. Até á sua entrada na estufa, os presos novos estão em commum. Chegados á estufa, despem-se para o fato ser desinfectado e lavado, e dirigem-se ás cellas dos banhos, onde se lavam, vestindo em seguida a roupa do uniforme, camisa, ceroulas, e meias brancas; casaco e calça de mescla côr de pinhão no inverno, e de linhagem no verão, e chinellas de cabedal. Recebem tambem uma chapa pequena, de fórma oval, de latão, onde está gravado o numero do preso, e que este conserva ao peito, entregando-lhe finalmente o sacco para a cabeça. Começa então o isolamento completo. O condemnado nunca mais torna a conhecer os companheiros de prisão, nem lhes póde falar. O sacco para a cabeça é de linhagem, de fórma oval, tem dois orificios para o preso vêr, um outro na direcção da bocca, e uma pequena saliencia onde se mette o nariz. A parte central da rotunda affecta a fórma d'um duodecagono coroado por um alto zimborio, seis lados do qual fórmam o principio das alas, emquanto que as seis faces restantes se ostentam livremente entre alas, effeituando-se por meio d'uma d'estas faces a juncção com a galeria coberta, que põe a rotunda em communicação directa com o edificio de entrada. Em cada uma das alas ha a distinguir o subterraneo, o andar terreo, o primeiro e segundo andares, e os mezzaninos. Os subterraneos dão sobre pateos baixos, annexos ás faces livres da rotunda, dos quaes partem fossos, que correm ao longo das faces longitudinaes das alas até ao topo das mesmas. O subterraneo debaixo da rotunda tem espaços convenientes para arrecadação de materiaes, e proporciona meios de accesso para todas as partes da prisão ligadas com o serviço domestico, já para os subterraneos das diversas alas, já para os pateos baixos, onde estão as cozinhas, os gazometros e as lavandarias. No andar terreo e nos dois andares superiores estão as cellas dos presos. Cada ala tem um corredor central illuminado superiormente, e duas series de cellas lateraes. Ligeiras escadas de ferro estabelecidas em caixas reintrantes nas nascenças das alas, dão accesso aos andares superiores. Existem outras escadas de ferro nos topos das alas, que dão accesso ás galerias e aos subterraneos. Galerias de ferro, assentes sobre consolas, correm ao longo das faces do corredor á altura do pavimento do primeiro e segundo andares, e são ligadas por pontes de ferro de communicação. Em cada andar d'uma ala grande ha 24 cellas de cada lado, e nas alas pequenas 14 por lado, excepto em duas, onde estão 14 d'um lado e 6 do outro, sendo o espaço restante occupado pelos compartimentos, onde os presos devem mover as bombas que hão de elevar as aguas aos reservatorios superiores. Os corredores das galerias são fechados por abobadas de tijolo interrompidas de espaço a espaço por claraboias de ferro e vidro. A armação da abertura das alas é formada por asnas de ferro á *Polonceau*, abertas de lousa, com excepção da parte central que fórma uma lanterna em todo o comprimento do eixo de cada ala. Vêem-se nos mezzaninos os collectores de ventilação terminados pelas chaminés de aspiração. Competem tres chaminés por banda ás alas grandes e duas por cada lado a cada uma das alas pequenas. Os reservatorios de ferro para a distribuição das aguas estão assentes nos mezzaninos. Galerias exteriores de ferro, adaptadas ás faces livres da rotunda, põem em communicação entre si as diversas alas á altura dos mezzaninos. A parte central da rotunda é occupada pela capella, que ao mesmo tempo serve de aula. O altar está collocado sobre uma platafórma sustentada por columnas de ferro. Os presos, mesmo quando assistem á missa

ou á aula, estão sujeitos ao regimen do isolamento, podendo apenas ser vistos pelo padre e pelos guardas. Entre as paredes interiores da rotunda e as paredes exteriores, nos cinco intervallos deixados entre as alas, existem os compartimentos, onde estão os gabinetes de ouvir missa, dispostos em amphitheatro, e as series d'elles fórmam circulos concentricos com o altar; as suas faces lateraes vão convergir todas no centro do altar. A' hora da aula, occupam os presos novamente o amphitheatro. O professor vae para uma parte, onde se colloca uma grande ardosia, e é d'aquelle ponto que faz a sua exposição, respondendo os presos apenas por gestos, pois que até ali lhes não é permittido falar. O professor, porém, está autorisado a ir ás cellas dar lições mais completas aos presos. O duodecagono, formado de columnas de ferro fundido que sustentam o altar, é dividido em duas partes, a superior das quaes fórma um posto de observação envidraçado, para se examinar todas as alas ao mesmo tempo, fiscalisando-se o serviço dos guardas, e vigiando se os presos. Os topos das alas são terminados em torreões abertos interiormente pela gola e setteirados na face curva. Dispostos em fórma de leque existem os passeios isolados, cujas divisorias convergem todas no centro do torreão, onde ha um quarto com tantas frestas quantos são os passeios. D'esta fórma os guardas collocados dentro dos torreões observatorios, pódem facilmente examinar tudo quanto se passa no interior da ala respectiva, e bem assim vigiar os presos que fazem exercicio nos passeios. De cada lado das alas grandes existem egualmente passeios dispostos em leque, divergindo de um torreão central ou observatorio isolado. Os passeios são fechados por grades de ferro do lado fronteiro aos muros de vedação e munidos de portas de ferro do lado opposto e menor, que fórma a entrada. Cada passeio tem um pequeno alpendre na extremidade opposta á casa de observação, para preservar da chuva o preso. As cellas são todas bem ventiladas e abobadadas de tijolo. O extradorso das abobadas é revestido d'uma camada de beton, e asphaltado formando o pavimento das cellas superiores. As portas são singelas, chapeadas de ferro na face interior, e abrindo para dentro; teem uma pequena portinhola com fechadura, que serve para a distribuição de provisões e materiaes. Ha n'ellas um pequeno oculo, por onde se vigia o preso. A luz é recebida por meio de frestas, de maneira que os presos se não pódem vêr mutuamente. Um pequeno vão aberto na parede e munido de portinhola, recebe um vaso inodoro de cobre provido de fechadura hydraulica; um pequeno cano de aspiração absorve todavia qualquer exhalação que elle possa emittir. A mobilia é formada por um leito de madeira ou de ferro, que se póde transformar n'um assento e banca. As aguas que cáem sobre as coberturas de lousa do edificio, são recebidas em algerozes interiores, que correm ao longo das cimalhas, e que por meio de canalisação de grés vão desaguar nas cisternas situadas debaixo dos observatorios ao nivel dos subterraneos. Pias annexas ás cisternas permittem o aproveitamento das aguas, sendo o excedente, por meio d'um descarregador, dirigido á canalisação subterranea formada por canos dispostos na direcção do eixo longitudinal de cada uma das alas, os quaes vão reunir-se a um cano collector que circumda a rotunda, e do qual parte o cano de esgoto. A conducção das comidas, para os diversos andares das alas, é feita por meio de elevadores, movidos pelos proprios presos, que postos no andar terreo junto a cada um d'aquelles, fazem subir por meio d'uma manivella a plataforma, contendo as rações, á altura de cada andar, onde os guardas tiram as destinadas aos presos d'este andar, por um signal dado a distribuirem por elles, operação que se faz com a maior celeridade. Os presos são todos obrigados a trabalhar, em harmonia com as suas forças e com a sua cultura intellectual. Na Penitenciaria ha mestres de varios officios, encarregados de ensinar e dirigir o trabalho dos presos. As officinas são no andar inferior, subterraneo. Os presos trabalham isolados cada um na sua cella, onde, além dos guardas, só entram os mestres dos respectivos officios. Por decreto de 20 de setembro de 1881 foi instituido o *Conselho geral penitenciario*, que funcciona no ministerio da Justiça, o qual se compõe de membros de direito e membros de eleição. Entre os primeiros conta-se um professor da Escola Medica e um professor da Escola Polytechnica; o numero dos membros eleitos é de seis, sendo dois nomeados pela Associação dos Advogados; dois pela Academia Real das Sciencias, escolhidos entre os socios effectivos; um medico nomeado pela Sociedade das Sciencias Medicas, e um engenheiro nomeado pela Associação dos Engenheiros Civis. A eleição é feita por quatro annos, sendo permittida a reeleição. A este conselho pertence: recommendar á clemencia real os condemnados que, tendo cumprido dois terços da sentença, e tendo dado provas de completa regeneração, merecem diminuição na pena; recommendar ao governo as reformas do regimen penitenciario que se julgarem convenientes; promover a organisação de sociedades de protecção para os condemnados, que tenham já cumprido a sentença.

Lisboa *(Poços de)*. Tem havido differentes poços na capital, e alguns ainda hoje existem, em que nos fala José Sergio Velloso de Andrade, no seu livro *Memorias sobre chafarizes, bicas, fontes e poços publicos*, etc., publicado em 1851, mas o mais notavel é o Poço do Borratem, que adeante mencionamos. Em 1837 fôram mandados fazer na praça de D. Pedro, vulgo *Rocio*, dois poços pela commissão que fechou com columnellos e correntes de ferro esta praça, para a mesma ser regada no verão; e porque se não levou a effeito pela dita commissão a factura de bombas proprias para esse fim, se fizeram duas muito excellentes na Abegoaria da Limpeza da Cidade, com que se realisou a rega. Cada poço tinha 36 palmos de alto e 6 de diametro. Eram de alvenaria. Parece que foi no sitio onde estavam estes poços que se vêem actualmente os dois elegantes lagos, que adornam a praça de D. Pedro. O poço existente na Praça da Figueira *(V. Lisboa, Mercados)* N'uma escada da rua da Prata, julgamos que existe ainda um poço, de que Velloso d'Andrade nos dá a seguinte descripção: «Este poço, na escada n.º 17, tem 19 palmos de alto, por 3 e meio de diametro; e 5 d'agua, que nunca abaixa, por ser uma forte veia que ali passa; pois deitando-se-lhe um balde se conhece perfei-

tamente a impetuosidade com que a agua o encosta á parte onde vae a corrente. Serve de grande auxilio no verão, pondo-se-lhe uma bomba, que dá agua a um chafariz de madeira com quatro tubos, que se arma na rua. Junto do fundo d'este poço ha um vazio, que parece uma grande casa, e mais alto que um homem, o que talvez será escavação da corrente.» Na Praça do Commercio, vulgo *Terreiro do Paço*, fez-se em 1844 um poço, 28 palmos de alto, 8 de diametro, e 12 d'agua. O *Poço dos Mouros* tem de alto 72 palmos, e 9 de diametro. O titulo demonstra a sua antiguidade, e na bordadura da parte da Penha um corvo e um navio, o que indica ter sido obra do senado Em 1837 foi limpo, e fechado com tampa e alçapão, o qual aberto faz frente ao nordeste, pondo-se-lhe dois prumos de ferro com freixal de madeira, roldana e pia para gado, ficando um visinho proximo com a chave para o fechar de noite, a qual depois passou para o guarda barreira que existia ali. Em setembro de 1844 estava quasi secco o poço, pois se lhe via parte do fundo; ao nivel da calçada tem um desaguadouro, e na força dos invernos transborda a agua pelo bocal, correndo pelo referido desaguadouro. O poço do Campo Pequeno foi feito de empreitada em 1779 por Manuel Ribeiro, e o senado pagou aos seus herdeiros 150$000 réis porque se tinha ajustado, fóra o bocal que custou 25$-20. Em 1842 a camara municipal lhe mandou pôr um arco com roldana e tampa com alçapão e chave, que se guardava n'um armazem de vinhos ali proximo, para ser fechado de noite.

Poço do Borratem. E' bem conhecido este poço, que ainda hoje existe proximo da praça da Figueira, no fim da rua da Bitesga, no largo intitulado do *Poço do Borratem.* Segundo diz Vilhena Barbosa, nos seus *Estudos historicos e archeologicos*, tomo II, pag. 102 e seguintes, parece que aquelle poço fazia parte do morgado de S. Matheus, que se compunha d'uma ermida com esta denominação, e umas casas contiguas, situadas defronte de outra, que ficava proximo da esquina do beco dos Surradores, onde dizem que João das Regras, o grande jurisconsulto de D. João I, habitou depois do seu regresso de Bolonha, em que estudara e se doutorara em 1382. Este morgado, assim como o de Santo Eutropio, e muitos outros bens, pertenciam a Martim Vasques da Cunha, casado com D. Constança, filha natural de Henrique II, de Castella. Apezar da bastardia do nascimento, D. Constança nobilitara ainda mais, com o seu consorcio, a seu marido, que por esse facto alcançou a mercê do titulo de conde de Valença do Campo. Do casamento de Martim Vasques da Cunha nasceu uma filha unica, chamada D. Leonor, que D. João I concedeu por esposa a João das Regras, dando-lhe juntamente o morgado de S. Matheus e os outros bens que pertenciam a Martim Vasques da Cunha, em recompensa de serviços prestados pelo nobre jurisconsulto do seculo XIV, doação que tem a data de 22 de julho de 1397. João das Regras, depois de casado, fixou a sua residencia na casa da ermida de S. Matheus, e ali falleceu annos depois, a 3 de maio de 1422. Esta propriedade continuou pertencendo aos seus descendentes, que fôram os condes de Monsanto, marquezes de Cascaes e de Niza. No meado do seculo XVII, as casas e a ermida de S. Matheus estavam bastante arruinadas; o seu proprietario, então o 6.º conde de Monsanto e 1.º marquez de Cascaes D. Alvaro Pires de Castro, mandou as demolir, edificando n'aquelle mesmo logar uma nova ermida e palacio contiguo. Esta ermida e palacio, juntamente com os seus jardins e horta, transformaram-se no seculo XVIII no convento de S. Camillo de Lellis. *(V. Lisboa, Conventos de).* O Poço do Borratem, conforme dissémos, pertencia ao morgado de S. Matheus. Tem 50 palmos de altura e 9 de diametro. A agua, como tinha fama de possuir certas virtudes, houve uma irmandade que, sem se saber com que titulo, nem em que tempo, conseguiu aproveitar-se d'ella, e impôr um tributo sobre quem a usava. A irmandade de Santo André e Almas da freguezia de Santa Justa, até 1818, recebia 80 réis por mez de cada aguadeiro, e forneceia os baldes e cadeias. Porém, o mais notavel, é que uma certa Maria Thereza, viuva, constituia-se administradora do poço, e exigia 240 réis por mez de cada aguadeiro, e d'esta quantia entregava uma pequena parte á referida irmandade e guardava para si a maior parte, como o senado verificou, e além d'isso tinha em seu poder a chave da coberta do poço. Houve questão a este respeito, que durou até agosto de 1821, resolvendo afinal o Desembargo do Paço e o governo, que o poço, por estar em terreno publico, pertencia á camara, e portanto a agua era do uso livre do povo. Mas o senado, acabando com as usurpações da irmandade e de Maria Thereza, entregou a chave da coberta a um capataz, que reformava as cordas e os baldes, quando era preciso, e fechava o poço todos os dias ao anoitecer, recebendo dos aguadeiros e creados de servir 80 réis mensaes. Em 1836 fez-se ali collocar uma nova armação de ferro e os necessarios apparelhos, e em 1840 se lhe fez uma tampa nova. Na sessão de 10 de setembro de 1849 a camara municipal resolveu que estas despezas fôssem feitas pelo seu cofre. Na *Lisboa antiga*, do visconde de Castilho (Julio), vol. III, pag 298, lê-se o seguinte ácerca dos diversos donos que teem tido os modernos predios que substituiram a antiga propriedade do morgado de S. Matheus: « .. um fragmento sobre a rua do Amparo foi comprado em 1835 por Bernardo de Araujo Couto; a esquina comprou-a Alexandre José Gomes; outro lote comprou-o Francisco Ribeiro, dos Olivaes; outro, José da Cruz; outro, sobre o largo do Borratem, ficou a Antonio José da Silva Braga, cuja viuva o vendeu ao sr. Bernardino José de Carvalho; outro, emfim, adquiriu-o o mesmo senhor no Thesouro publico. Ora justamente no lote vendido pela sr.ª viuva Braga, incluia se a egreja dos Camillos, que tinha sido feita no proprio sitio onde se erguera, defronte do beeco dos Surradores, a velha ermida de S. Matheus. O quinhão doado ao hospital, tornejando do Borratem sobre a Bitesga, ainda em 1858 se achava um cahos. O poço do Borratem fica ao ar livre, e era mais um tanque do que um poço; percebiam-se-lhe no anteparo, meio alluido em volta do bocal, os signaes do attricto de cordas e baldes. O mais, cercado de taboalho velho, eram casebres sem fórma nem alinhamento, telheiros, palhoças, ruinas amontoadas, um ferreiro, umas estrebarias para os burrinhos das saloias vendedeiras, um tanoeiro, etc. Em agosto d'este anno de 1858 foi a administração do hospital obrigada pela camara

a recuar o tapume; e pouco depois começou a edificação do grande predio, que lá vêmos na esquina, cobrindo o celebre poço com uma abobada. Em 1860 comprou esse predio ainda incompleto ao hospital, o sr. Bernardino José de Carvalho, concluiu-o, e passados poucos annos vendeu-o ao visconde da Gandarinha.» A casa proximo da esquina do becco dos Surradores, onde dissémos ter morado João das Regras primitivamente e antes do seu casamento, conservou-se sem alteração alguma até ao anno de 1755, tendo, porém, pertencido a diversos donos; o terremoto do dia primeiro de novembro causou-lhe sensivel ruina, deixando illesa, todavia, uma arcada de tres grandes arcos ogivaes, que fórma o corpo inferior do edificio, e dá entrada para o pavimento terreo. Hoje o poço está bem acondicionado debaixo d'uma abobada no predio que se construiu em terreno que foi do hospital de S. José, e continúa no serviço publico. A loja onde está o poço, é illuminada por um bico de gaz, e o povo póde ir de noite e de dia buscar agua. Diz-se que na occasião de se abrirem os alicerces para os predios actuaes, se encontraram uns tanques velhos de pedra, em ar de tinas, que pareciam indicar ter havido ali em epocas muito remotas, algum estabelecimento balnear. Emquanto á origem do nome de *Borratem*, conta-se que, em tempo antigo havia ali um tanoeiro, que usava servir-se do poço publico para os usos quotidianos do seu mister, e deitava para dentro d'elle os arcos e aduellas das pipas para amollecerem, porém o povo que ia ali buscar agua para gastos, ou para remedio, via o tanque sempre obstruido, e todo maculado de borras e detrictos, por isso murmurava: *Tem borra* ou *borra tem*. E d'este facto ficou o poço com o nome de *Borratem*. Esta agua é hoje pouco considerada, mas os antigos attribuiam-lhe grandes virtudes. *O Aquilegio medicinal*, de Francisco da Fonseca Henriques, medico de D. João V, diz que é reputada por boa para os que padecem achaques de calor, assim bebendo a, como tomando banhos. *A Polyanthea Medicinal*, por João Curvo Semedo, publicada em 4.ª edição no anno de 1727, diz a pag. 470: «A agua do Poço do Borratem, que temos em Lisboa, é admiravel para curar as comichões, impingens, bostellas, gretaduras, e achaques de figado, como o experimentou a rainha D. Luiza Maria de Gusmão, o inquisidor Luiz Alvares da Rocha, Pedro de Castilho, o juiz do Terreiro, o medico Duarte Lopes, e outras muitas pessoas que, padecendo não só chagas, comichões, costras e quenturas do figado, mas o que é mais, padecendo lepras, sem poder ter allivio com todos os remedios da arte, cobraram perfeita melhoria só em beberem da dita agua e tomar banhos n'ella.» Hoje ainda a agua do Poço do Borratem, para muita gente, é efficaz no tratamento de molestias cutaneas, e a empregam em banhos, e mesmo bebendo-a, não sabemos se com resultado ou se por antiga crença.

Lisboa (*Porto de*). As grandes obras com que foi dotado o porto de Lisboa devem-se ao ministro das obras publicas Emygdio Navarro, que as decretou em 1888, ao engenheiro Adolpho Loureiro que as dirigiu, e ao empreiteiro Hersent, que as construiu e explorou durante alguns annos, nos termos do seu contrato. Em 1889 já se tinham empregado varios apparelhos, sendo um dos mais potentes o *Debarquement flutant*, ou draga destinada a remoção das areias e lôdos que deviam fazer os aterros na margem do rio. O *Debarquement flutant* estava assente em duas barcaças collocadas parallelamente e sufficientemente afastadas uma da outra a modo de entre ellas poder entrar uma outra barcaça carregada de areia ou lôdo. N'uma das barcaças sobre que assentava o apparelho, estava a machina motora que o punha em movimento, isto é, que fazia elevar os alcatruzes (*godet*) que elevavam a areia ou o lôdo da barcaça carregada, e o vasavam sobre a calha que o ía lançar no aterro. Para que este entulho não ficasse depositado sobre o calha, cuja inclinação não era grande, havia uma bomba que o impellia para o aterro. Esta bomba funccionava na outra barcaça sobre que assentava o apparelho *Debarquement flutant*. A parte entre o antigo caneiro d'Alcantara e a Cordoaria, e a que seguia ainda para deante, foi feita por conta da Companhia Real dos Caminhos de Ferro, que a deu de empreitada ao referido Hersent. A necessidade de concluir a linha do caminho de ferro de Cascaes, fez concentrar mais a força dos trabalhos n'este ponto. Os terrenos conquistados ao Tejo pela Companhia Real dos Caminhos de Ferro ficaram sendo propriedade sua, segundo o contrato feito com o governo, á excepção d'uma faxa de terreno para uma aveuida marginal, e mais umas parcellas que ligassem com as vias publicas estabelecidas nos antigos terrenos. As obras continuaram regularmente, devendo estar concluidas, pelo contrato feito com o empreiteiro Hersent, no mez de agosto de 1897. O governo concedeu a prorogação d'este prazo, e quando terminou esta concessão, foi, pela carta de lei de 12 de março de 1907, autorisado a explorar por conta propria, a partir de 8 de maio seguinte, o porto de Lisboa, entregando a gerencia dos respectivos serviços a um conselho de administração, sob a autoridade immediata do ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria. Nas bases a que se refere a carta de lei permitte-se ao conselho de administração o resolver sobre varias obras complementares, taes como: o prolongamento do caes para montante de Santa Apolonia, modificação do desembarcadouro do Caes da Fundição, desembarcadouros fluctuantes, e a continuação do molhe de Santos. A exploração do porto de Lisboa abrange toda a margem direita do Tejo, desde 3:500 metros a montante da extremidade oriental do caes construido em Santa Apolonia até á Torre de Belem e fundeadores existentes entre estes dois pontos. (*V.* a pag. 228 do presente volume col. 2). Todos os navios que entrem no porto de Lisboa, com excepção dos nacionaes, que se empreguem na pesca ou na pequena cabotagem costeira, pagarão uma taxa modica de estacionamento, proporcional á sua lotação, que será levada em conta no pagamento da de atracação para os navios que se utilisem dos muros dos caes. Na exploração do porto de Lisboa comprehendem-se todos os serviços do seu trafego, incluindo cargas, descargas, transportes, armazenagens, manipulações e operações similhantes, com excepção do trafego do despacho da alfandega. Entre os caes de Santa Apolonia e a Torre de S. Vicente, de Belem,

existem as seis docas seguintes: Terreiro do Trigo, Alfandega, Alcantara, Santo Amaro, Belem e Bom Successo. Algumas teem 100 e 180 metros de comprimento. Estão actualmente arrendadas para a sua exploração e reparação de navios á Parceria dos Vapores Lisbonenses, tendo logar estas ultimas officinas em frente da Rocha do Conde d'Obidos. Os serviços sanitarios do porto de Lisboa, sob a presidencia do inspector do Lazareto *(V. este nome)*, são exercidos pelo Posto Maritimo de Desinfecção e Estação de Saude. O posto maritimo está situado na rua Vinte e Quatro de Julho, defronte da Rocha do Conde d'Obidos.

Praça do Commercio

Lisboa *(Praças de)*. Das muitas praças que existem em Lisboa, mencionaremos as principaes, e em que se vêem monumentos, levantados á memoria de homens notaveis que engrandeceram a patria.

Praça do Commercio. Nome que se deu ao antigo terreiro do Paço, quando se reedificou Lisboa depois do terremoto de 1755, mas que vulgarmente é ainda assim conhecido. Aquelle local não passava d'uma praia de cascalho, areias ou lodos, como era em geral toda a frontaria maritima da cidade. Ali tinham sido *espalmadeiros*, logar em que se *espalmavam*, ou querenavam os navios, e até se construiam. Esses *espalmadeiros* abertos, em que assim se fazia arsenal maritimo, foi el-rei D. Manuel quem em grande parte os mandou aterrar. Ainda se não pensava em se construir o paço da Ribeira, e já por aquelles sitios se planeava, desde 1498, ou ainda antes, a obra d'um caes para facilitar os desembarques, que eram feitos segundo o methodo primitivo, e por isso muito difficil para gente, mas sobretudo para os animaes. Em 20 de agosto d'esse anno, uma carta regia de el-rei D. Manuel ordenou que, além de outras obras, continuasse a do *caes da embarcação das bestas.* Ha algumas providencias reaes, que dão a conhecer a actividade crescente dos armazens que começaram ali a recolher os productos da conquista; uma d'ellas é a carta de 8 de maio de 1500, em que o rei determina que se dê principio á construcção d'um caes, e a outra de 21 do dito mez, em que se promette para o caes a isenção de todo o direito ou tributo. Damião de Goes, na *Chronica d'el-rei D. Manuel*, parte IV, cap. LXXXV, diz que el-rei mandou fazer de novo o caes da pedra de Lisboa, e taboleiros de longo da praia, tudo de pedra. Depois de se ter feito o aterro dos *espalmadeiros* e construido o caes, que tanto melhoraram aquelle local, onde affluiam os embarques e desembarques das armadas, entendeu tambem o monarcha que devia tirar d'ali as Ferrarias, que no seculo XV e principios do XVI, eram na Ribeira, junto do muro velho, e por cartas regias de 1 a 28 de junho de 1509, as mandou transferir para junto da ponte de madeira, para além da porta da Oura, pouco mais ou menos entre o Corpo Santo e o Caes do Sodré. Desde o caes até á Alfandega mandou mais tarde el-rei D. Sebastião construir uma parede, onde aportassem as barcas do pescado, o que não impediu que a praia do terreiro servisse para construcção de navios, ainda no anno de 1574. No tempo de fr. Nicolau de Oliveira, segundo elle conta nas *Grandezas de Lisboa*, publicadas em 1620, trat. V, cap. IV, o terreno contava 620 passos de comprimento sobre 200 de largura, entre o edificio da Alfandega e do Terreiro do Trigo, ao nascente; a residencia real e a Casa da India ao poente e nordeste; uma fila de predios e arcos ao norte; e a cortina do caes da Pedra ao sul. Era o terreiro um nobre e desafogado logradouro, ufania da população e adorno da cidade. Depois de se ter edificado o paço da Ribeira, fi-

çou se chamando ao terreiro, o *Terreiro do Paço* No tempo de D. Manuel realisaram-se ali algumas corridas de touros e jogos de cannas. No reinado de D. João III, foi tambem no Terreiro do Paço, que em 20 de setembro de 1540 a Inquisição, ha pouco tempo estabelecida em Lisboa, celebrou o seu primeiro auto da Fé, a que assistiram das janellas do paço real, el-rei com muitos prelados e fidalgos da côrte, presidindo áquella tenebrosa ceremonia, o bispo do Algarve D. João de Mello, e sendo inquisidor geral o cardeal-infante D. Henrique. O Terreiro do Paço que se aformoseara em terreno roubado ao Tejo para commodidade da capital, era mais restricto do que hoje é. Na esquina nordeste do actual torreão do ministerio da Guerra, approximadamente, já batia o mar; na direcção leste-oeste tambem a praça era menor, e não regular como se vê hoje, adornada com as suas arcarias symetricas. No anno de 1513 iam ali todos os dias fazer exercicio, antes da saida para Azamor, os terços do duque de Bragança D. Jayme. Aquelle terreiro prestava se ás paradas militares da milicia e ás correrias dos antigos cavalleiros e cortezãos. Como este terreiro se considerava, até certo ponto, uma especie de logradouro do paço real, quem julgava ter á sua conta a administração da praça, era um funccionario publico o provedor das Obras Reaes, o que motivou certos respeitosos protestos do Senado da Camara. Da parte da Alfandega, no Terreiro do Paço, costumavam estanciar os chamados *guarda fatos*, que eram uns homens approvados pela Camara, e cujo mister se cifrava em guardar ali, a troco d'algum dinheiro, quaesquer objectos que lhes confiassem, e tomar sentido nas cavalgaduras das pessoas que vinham do termo com encommendas ou a tratar dos seus negocios. Para esse mister tinham licença da Camara, mas não pagavam dinheiro algum. Havia tambem ali um certo numero de vendedeiras, que vendiam agua fresca e fructas da estação, ganhando assim a sua vida, estas, porém, pagavam á Camara dois tostões annuaes, o que equivalia a sete tostões da nossa actual moeda. Um dia o provedor das Obras Reaes, então Gonçalo Pires de Carvalho, mandou participar a essa gente, que desde aquella data haviam de pagar a el-rei o seguinte: os guarda-fatos tres cruzados por anno (uns 3$800 réis actuaes), e as vendedeiras trinta réis por mez (ou uns 1:000 rs. annuaes de hoje). Falando ellas em licença da Camara, foi-lhes declarado pelo agente do provedor, que não era precisa. Recusando-se algumas a esta nova disposição, fôram presas. A Camara, em nome d'ellas, e em nome do que reputava a justiça, reclamou perante o rei Filippe III em 28 de janeiro de 1634. Não se sabe qual foi o seguimento d'esta questão, mas julga-se que a ordem de Gonçalo Pires não teve seguimento. Consta, que mais tarde el-rei D. João IV ordenou, que os logares do chão do terreiro e da praça das berças (a ribeira dos comestiveis) corressem por ordem da Cidade, sem aluguer nem pensão alguma. No tempo d'este monarcha, para se aformosear a praça, construiu-se ali um chafariz, que se compunha d'um tanque, d'onde se erguia um pedestal com uma urna na fórma de esphera achatada, com quatro bicas. Essa urna, adelgaçada em collo de bilha, servia de poiso a uma estatua de Apollo, de excellente esculptura, tudo de marmore. Este chafariz existiu até ao dia do terremoto de 1755, que o arrasou completamente. Em 1730 ainda o Terreiro do Paço era de architectura irregular, sendo assim como sempre fôra, o centro naval, commercial, aristocratico e politico de Lisboa, por estar ali situada a residencia real. O terremoto destruiu inteiramente o paço da Ribeira, e damnificou muitissimo o terreiro. As ondas o invadiram até a grande distancia, arrasando com a sua impetuosidade tudo quanto encontravam na passagem. Na reedificação da cidade foi ordenado pelo decreto de 16 de janeiro de 1758, que se fizesse o novo terreiro, indicando-se a fórma como deveria ser construido. O engenheiro Eugenio dos Santos de Carvalho foi o encarregado do projecto, e quando se terraplanou a praça, logo se fez o alicerce para o monumento a el-rei D. José, em que o marquez de Pombal já pensava. A praça levou tempo a concluir. Quando em 1775 se inaugurou a estatua equestre (V. n'este vol. pag. 330 e seguintes), ainda a maior parte dos edificios em volta do terreiro (a não ser do lado oriental) estava por fazer; para as pomposas festas que então se realisaram, improvisou se um simulacro de madeira pintada, representando as secretarias e as arcadas como se haviam de construir. O marquez de Pombal deu-lhe o titulo de *Praça do Commercio*, por estar ali a Alfandega, onde se costumavam reunir os negociantes. N'aquella praça installaram-se as secretarias de todos os ministerios, as repartições do correio e telegraphos desde o anno de 1881, o Supremo Tribunal de Justiça, o Tribunal do Commercio, a Junta do Credito Publico, a Alfandega, a Bolsa, etc. Na *Ribeira Nova*, livro do sr. visconde de Castilho, a que já nos temos referido, vem a pag. 447 descriptas as actuaes medições do Terreiro do Paço, que o illustre escriptor declara ter tirado, e muita vez quasi formaes palavras, d'um artigo intitulado *Calculo demonstrativo da area da Praça do Commercio de Lisboa, e do numero de pessoas que póde conter*, o qual vem na *Mnemosine Lusitana*, de 1817, n.º XVIII, e é assignado por J. C. Silva: «E' um parallogrammo de 722:100 palmos quadrados; a saber: os lados do Norte e do Sul medem 830 palmos; os do Nascente ao Poente, 870 palmos; Area da arcada do Norte: 20:416 palmos quadrados; Area da arcada do Nascente: 14:300; Area da arcada do Poente: 14:300; Area do vão de cada arco 90 palmos quadrados; numero dos arcos nos tres lados da praça: 86; Area total do vão de todos os arcos (exceptuando o da rua Augusta), 17:740 palmos quadrados; Area total da praça com as arcadas: 793:664 palmos quadrados; Area da planta do monumento central, que é elliptica: 4:116 palmos quadrados. Nos extremos das duas alas, do Nascente e do Poente, ha os dois torreões do Ministerio da Guerra e da Alfandega, que avançam sobre a praça; a planta d'essa porção saliente é para cada torreão um parallelogrammo, cuja area é de 4:440 palmos quadrados; total da area absorvida pelos dois torreões: 8:880 palmos quadrados. Deduzindo da area total da praça esse espaço dos torreões e o do monumento, ficam de espaço livre 780:668 palmos quadrados. Dando a uma pessoa 9 palmos quadrados, calcula se que na area da praça e suas arcadas pódem caber 867:740

pessoas.» Um edital de 2 de maio de 1823, mandado pôr em vigor pelo de 20 de agosto de 1833, estatue certas providencias policiaes que se haviam de observar nos caes e praças, e exceptua por então, temporariamente, as *caixas de assucar*, que no Terreiro do Paço se conservavam despachadas por baldeação. A postura da Camara Municipal de 13 de agosto de 1841, mandada vigorar por edital de 9 de setembro seguinte, determina um grande melhoramento na praça: veda o transito de vehiculos ou cavalgaduras pelos passeios e pelo centro; outra, de 24 de outubro de 1842, prohibindo os arraes e mestres de falúas e outros barcos grandes do Tejo amarrarem no caes das Columnas, a não ser o tempo indispensavel para carga ou descarga. Em julho de 1851 officiou a Camara Municipal ao administrador geral da Alfandega Grande, pedindo-lhe désse ordem para que os homens da companhia braçal não atravessassem carregados de fardos o centro do Terreiro do Paço. Em sessão camararia de 11 de dezembro de 1865 foi approvada uma proposta para a arborisação da praça, o que se realisou em 1866. Na Praça do Commercio vão desembocar no lado do norte as tres ruas Aurea, Augusta e Bella da Rainha; do lado do nascente a rua da Alfandega, e do lado do poente a rua do Arsenal. No plano da reedificação de Lisboa estava comprehendido o da praça do Commercio e do arco, que em harmonia com o esty-

Praça do Commercio—Arco da rua Augusta

lo geral da praça determinava o centro da fachada do norte. A construcção d'esta parte da praça foi muito morosa, e tanto que em 1843 ainda o arco não estava fechado, mas já se tinha concebido a idéa de se não concluir em conformidade com o risco primitivo. Apresentaram se differentes projectos para a conclusão d'aquelle monumento. Era impossivel deixar a praça incompleta, tornando-se, portanto, de urgente necessidade o terminal-a, e em 1843 o governo determinou que os architectos em serviço na intendencia das obras publicas apresentassem os respectivos projectos. Manuel da Cruz apresentou um na importancia de 149:931$160 réis; Sergio da Costa Soares Araujo, importando em 140:000$000 réis; Caetano José de Paula, em 152:751$920 rs; Paulo José Ferreira da Costa, em 120:343$410 réis, e outro com uma economia de 17:000$000 réis, aproveitando para isso a torre da egreja da Graça, que então se dizia ameaçar ruina, e Feliciano de Sousa Correia, um projecto, que tinha por fim formar um terraço em cima do arco, e levantar no centro um monumento a D. Pedro IV. Nenhum d'estes projectos se pôz em execução; foi tambem rejeitado um dos architectos Rambois e Cinnati, sendo approvado mais tarde o do architecto Verissimo José da Costa. A obra continuou demoradamente, apezar das sommas que todos os annos consumia, até que em 1873 o intendente das obras publicas julgou dever concluir finalmente a praça do Commercio. As obras terminaram. A parte architectonica do arco até ao seu fecho, é da maior correcção e elegancia. Sobre o arco vê-se o colossal e magnifico grupo allegorico devido ao cinzel do esculptor Calmels, o qual representa a Gloria coroando o Genio e o Valor. O modelo d'este grupo esteve na exposição internacional do Porto, onde causou admiração. Das estatuas feitas por Victor Bastos, pode especialisar-se a de Vasco da Gama, e a cabeça do Tejo, que é uma peça de estudo e de trabalho consciencioso. As quatro estatuas representam Vasco da Gama, Viriato, Nuno Alvares Pereira e o marquez de Pombal. Os dois vultos lateraes tambem são allegoricos, e figuram o Tejo e o Douro. Sobre o arco, e por baixo do grupo, está a seguinte inscripção:

Monumento ao Duque da Terceira

VIRTVTIBVS
MAIORVM
VT. SIT. OMNIBVS. DOCVMENTO. P. P. O.

Praça do Duque da Terceira. Assim se denomina a antiga praça dos Remolares, desde a inauguração do monumento levantado em memoria do marechal do exercito duque da Terceira, mas que ainda hoje é mais vulgarmente conhecida pelo *Caes do Sodré.* Até ao terremoto de

1755 existiu um pequeno largo de fórma regular, com o nome do *Romolares*, ou *Remolares*, onde depois se formou a actual praça junto ao Tejo, com seu caes, tendo em frente a espaçosa rua do Alecrim. Diz Pinho Leal, no vol. IV, do *Portugal antigo e moderno*, pag. 172, que aquelle largo tomara o nome de *Remolares*, por causa dos carpinteiros de remos que iam ali trabalhar. Quando o marquez de Pombal dividiu a cidade de Lisboa em bairros para serem vigiados por magistrados especiaes, formou tambem o bairro dos *Remolares*, a que deu o seu corregedor respectivo, e parece que o ultimo magistrado, que ali houve, foi José Bernardo da Silva Cabral. O nome de *Caes do Sodré*, porque se tornou mais conhecida esta praça, parece que provém depois do terremoto de 1755, em consequencia d'um rico proprietario, chamado Vicente Sodré, ter ali edificado alguns predios importantes. Este homem era descendente d'um subdito inglez, Fradique Sodré, que viveu em Lisboa no tempo de D. Affonso V. A Camara Municipal mandou arborisar a praça em 1845, e em 1849 resolveu proceder ao calçamento. Adoptara-se já, com toda a segurança, o systema das calçadas-mosaico, inventado pelo general Eusebio Candido Pinheiro Coelho Furtado, e ensaiado primeiro no castello de S. Jorge. A obra do empedramento da praça dos Remolares começou em janeiro de 1850, e seguiu até se concluir. Em 1860 havia no centro da praça uma escadaria circular de poucos degraus, e 2 m. de diametro, tendo ao centro sobre um pedestal, uma meridiana ou relogio de sol. Esta meridiana tornou-se alvo das epigrammas por ser considerada como inutil. Afinal foi demolida, para n'aquelle local se collocar o monumento ao duque da Terceira. Quando se tratou de se levantar um padrão commemorativo do valente marechal do exercito que tanto se distinguira nas luctas da Liberdade, abriu-se concurso para a construcção, sendo adjudicada ao architecto José Antonio Gaspar e ao esculptor José Simões d'Almeida Junior, os quaes executaram fielmente o programma. A 12 de maio de 1875 foi referendado um decreto nomeando uma commissão para levantar em Lisboa uma estatua á memoria do marechal do exercito portuguez duque da Terceira. No dia 24 de julho de 1875 procedeu-se á ceremonia do lançamento da primeira pedra do monumento. Foi feita com a maior solemnidade, com assistencia das pessoas reaes, dos altos funccionarios do Estado, e da guarnição militar de Lisboa, que primeiro foi á praça de D. Pedro passar em continencia pela frente da estatua do imperador. As obras proseguiram regularmente, e a inauguração realisou-se tambem com solemnidade a 24 de julho de 1877, 44.º anniversario do desembarque do duque em Lisboa com as tropas constitucionaes do seu commando. O monumento é composto de tres partes: envasamento, pedestal e estatua, tendo em volta um simples degrau, que lhe dá maior elevação. A estatua representa o duque da Terceira fardado, na attitude nobre e severa que lhe era habitual, com o chapéo armado no braço esquerdo e o bastão na mão direita. Ornam-lhe o peito varias condecorações com que o honraram governos nacionaes e estrangeiros, na sua longa e gloriosa carreira, porém realça entre todas a gran-cruz da Torre e Espada. Na frente, e sobre o dado do pedestal, está saliente o escudo e a corôa do duque, cercado de ramos de louro, e cintado pelo festão de carvalho que circumda o pedestal. Nas quatro faces do dado fôram postas em letras de bronze estas inscripções:

Ao Duque da Terceira 1877

24 de julho de 1833

Guerra peninsular 1808 a 1814

Campanhas da liberdade 1826 a 1834

Na frente, e sobre o envasamento, estão entrelaçadas uma palma e uma corôa de louro, emblemas da victoria. O monumento tem a altura total de 9 metros; e a estatua de bronze, medindo 3 m. e 30 cent., foi fundida por Luiz Alves, nas officinas de João Burnay.

Praça de D. Luiz. Fica no Aterro da Boa Vista, proximo do mercado de 24 de julho. Está ajardinada, tendo ao centro o monumento commemorativo do marquez de Sá da Bandeira. Na sessão da Camara Municipal de 10 de fevereiro de 1862, o vereador José Carlos Nunes apresentou uma proposta para que no Aterro da Boa Vista, no terreno que confinava pelo norte com a casa da Moeda, sul com o Tejo, nascente com o forte de S. Paulo, e poente com a rua Vinte e quatro de julho, se formasse uma praça, com o nome de *D. Luiz Primeiro*. Esta proposta foi approvada, e logo no verão de 1863 se tratou da regularisação da nova praça; em 1 de agosto de 1861 verificaram-se os seus alinhamentos, e em 1 de dezembro communicava o ministro da marinha á Camara que se tinham expedido ordens para a demolição do forte de S. Paulo, que servia de estorvo á nova praça, e cujo material se vendeu em hasta publica a 13 de janeiro de 1865. Depois ajardinou-se e arborisou-se o terreno, tornando-se o bonito passeio que hoje existe. A estatua do illustre guerreiro e homem de estado foi solemnemente inaugurada em 31 de julho de 1884. A idéa originaria d'este monumento pertence a Luiz Teixeira Homem de Brederode, e foi apresentada ainda em vida do marquez. Homem de Brederode falleceu em 21 de agosto de 1874, deixando em poder do sr. duque de Palmella, seu sobrinho e primeiro testamenteiro, a quantia de 400$000 réis, para o começo das obras do monumento. O marquez de Sá da Bandeira morreu a 6 de janeiro de 1876, e n'esse mesmo dia escreveu Simão José da Luz Soriano uma carta ao *Diario Popular*, em que lembrava a conveniencia da erecção d'esse monumento, e juntava á offerta de Luiz Teixeira Homem de Brederode, um donativo seu, na importancia de 600$000 rs. Em seguida o sr. duque de Palmella convidou varios cavalheiros para se constituirem em commissão, afim de se realisar aquella idéa, e no dia 11 do dito mez de janeiro, cinco dias depois da morte do marquez, constituiu-se a commissão n'uma das salas do Banco de Portugal. Promoveu-se logo uma subscripção publica para o monumento, em Portugal e no Brazil, e alguns personagens estrangeiros tambem offereceram á commissão o seu importante concurso. A 16 de abril de 1880 abriu-se concurso dentro e fóra do paiz para um projecto de monumento, e a 9 de novembro d'es-

se anno, n'uma sala da Escola Polytechnica, abriram-se os volumes que continham os projectos, modelos e photographias enviadas. Eram quatro os projectos, sendo escolhido o do esculptor Giovanni Ciniselli, de Roma. Sendo-lhe adjudicada a execução do monumento veiu este artista a Lisboa examinar a praça de D. Luiz e tomar as precisas notas, assignando se o contrato em 28 de maio de 1881. A 4 de abril de 1882 collocava-se a pedra fundamental da base do monumento. Ciniselli dedicou-se deveras á sua obra, mas a morte veiu surprehendel-o a 12 de maio de 1883, em Roma, deixando-a incompleta. A estatua estava fundida, outros pormenores estavam promptos, mas para a completa execução do monumento faltava o ultimo toque do cinzel do artista. A' inauguração, realisada como dissémos em 31 de julho de 1884, assistiu el rei D. Luiz, a rainha senhora D. Maria Pia, el-rei D. Fernando e os principes, a familia do marquez de Sá da Bandeira, o ministerio, a commissão do monumento, alto funccionalismo civil e militar, membros da imprensa, etc. A's 6 horas da tarde, ao som do hymno nacional e das salvas d'artilharia dadas pelos navios surtos no Tejo, entraram na praça de D. Luiz, os soberanos com a sua comitiva, o ministerio, etc., e tomando o monarcha os cordões que prendiam a bandeira azul e branca, que cobria a estatua, a patenteou á vista do publico, que soltou vivas de enthusiasmo. Depois de ser lido pelo presidente da commissão um pequeno discurso, a que el-rei respondeu, e de estar assignado por todas as pessoas presentes o auto da inauguração, toda a familia real se dirigiu expressamente ao logar reservado para a familia de Sá da Bandeira, que era ao lado da estatua, a cumprimentar a filha do valente general, sr.ª D. Luiza Fanny de Sá Nogueira, e todos os sobrinhos do marquez. A base architectural do monumento foi trabalho de Germano José de Salles. A base é formada de tres largos degraus; o pedestal compõe-se de um plinto geral onde assentam estatuas ou grupos allegoricos, e o corpo do pedestal é revestido nas duas faces lateraes de baixos relevos reproduzindo factos da vida do marquez: o ferimento em Vielle, a mutilação no alto da Bandeira, o desembarque em Villa do Conde, a retirada para a Galliza. Corôa o monumento a estatua em bronze do marquez, empunhando a bandeira, symbolo da liberdade, no qual tambem um genio empunha um facho, que representa a luz que dimana da liberdade. Na parte posterior assenta a estatua da historia que tem todo o porte sereno da imparcialidade, a mulher que na parte anterior aponta ao filho o apostolo da emancipação dos escravos, tem, tam-

Praça de D. Luiz—Monumento a Sá da Bandeira

bem muita propriedade; os dois leões que ladeiam o pedestal, um prostrado, outro no acto de se erguer, não vencido, são de boa execução, assim como os baixos relevos em marmore de Carrara.

Praça de Luiz de Camões. Ninguem ignora que n'este local se ostentava o sumptuoso palacio do marquez de Marialva, que o terremoto de 1755 completamente destruiu. O palacio occupava o vasto recinto da praça, tendo aos lados as ruas da Horta Secca e do Loreto, na frente, proximo ás egrejas da Encarnação e Loreto as portas de Santa Catharina, o do outro lado, confrontando para o local onde hoje vêmos a grande propriedade do abastado capitalista o sr. dr. Carvalho Monteiro, uma pequena travessa denominada *dos Gatos.* Nas ruinas do palacio edificaram-se annos mais tarde uma porção de casas mais ou menos abarracadas, onde se estabeleceram diversas lojas, tornando-se conhecidas pelos *Casebres do Loreto.* O unico fragmento, que se conservava do antigo palacio, era o angulo que formava a esquina da rua do Loreto para o largo das Duas Egrejas: umas sacadas altas e severas, um cunhal de pedra lioz com uns brazões firmados na esquina. Na parte interior do cunhal affixavam-se os cartazes dos theatros. O interior dos casebres era um dedalo de pateos e casinhas ridiculas, de mau aspecto. O camartello civilisador arrasou em 1859 todos aquelles casebres, para se organisar a actual praça, onde se projectou levantar um monumento que servisse de perpetua memoria do grande poeta Luiz de Camões. Depois da completa destruição

Monumento a Luiz de Camões

dos casebres, tratou-se das obras da praça, e em seguida da estatua. O monumento foi modelado em gesso pelo estatuario Victor Bastos, o qual esteve em exposição na Camara Municipal. Constituiu se uma grande commissão, cujo presidente era o marechal Saldanha, para levar a effeito tão grandiosa idéa. Sendo approvado o modelo por D. Pedro V e por seu pae, el-rei D. Fernando, publicou-se em 14 de junho de 1860 uma circular, que se enviou a todos os districtos, concelhos e freguezias do reino e suas possessões, aos consulados de Portugal nas differentes nações, com especialidade no Brazil, por estar ali estabelecida uma colonia portugueza; de toda a parte concorreram, emfim, para a grande subscripção, e realisada a somma necessaria, foi contratado com Victor Bastos que o monumento ficasse prompto para ser inaugurado em 1864. Estando concluidos os alicerces, procedeu-se á cerimonia do lançamento da pedra fundamental, que se verificou em 28 de junho de 1862, reinando já D. Luiz I. Para essa festa armou-se nas janellas do primeiro andar da propriedade do abastado lavrador Raphael José da Cunha, hoje pertencente ao sr. Carvalho Monteiro, uma tribuna ricamente decorada de velludo carmezim franjado de ouro, para a familia real, e junto do alicerce tres vistosos pavilhões, para a camara municipal, ministros, secretarios de estado, pares do reino, deputados, corpo diplomatico, titulares, a Academia Real das Sciencias, corporações scientificas e litterarias, jornalistas, etc. No pavilhão do centro via se sobre uma mesa coberta de velludo, o modelo do monumento e uma escrevaninha com a penna de ouro cravejada de brilhantes que fôra offerecida ao visconde de Castilho pelos portuguezes residentes na provincia de Porto Alegre, do Brazil, e que o poeta espontaneamente emprestou para a assignatura do auto da collocação da pedra fundamental. A's 6 horas da tarde do referido dia 28 de junho de 1862 toda a guarnição militar formou alas em torno da nova praça, e comparecendo el-rei D. Luiz e seu pae, el-rei D. Fernando, começou a cerimonia solemne com todo o enthusiasmo. No meio do alicerce estava a pedra fundamental aprumada e coberta com uma alcatifa carmezim. Junto viam-se dois bufetes cobertos com banccaes de velludo de egual côr. Sobre o da esquerda tinha-se collocado, em cima d'uma padiola forrada de seda azul e branca, um cofre de marmore; no da direita, uma bandeja com outro cofre, sendo de prata estes dois objectos; sobre o mesmo bufete estavam mais seis salvas, tambem de prata, contendo a primeira o auto escripto em pergaminho; a segunda a lamina com a inscripção commemorativa; a terceira as moedas nacionaes, a quarta a trolha de prata com o cimento, a quinta a colher, a sexta o camartello. O auto foi lido pelo duque de Saldanha, presidente da commissão, e depois assignado por D. Luiz, D. Fernando, ministros, secretarios de estado, presidentes das duas camaras legislativas, presidente da camara municipal, e por todos os membros da commissão. Em seguida, procedendo-se ás cerimonias do estylo, metteram-se todas as diversas moedas no cofre de prata, sendo este fechado, tomando posse da chave o presidente da camara municipal, n'essa epoca Antonio Esteves de Carvalho, para que fôsse encerrada juntamente com o traslado do auto no archivo da Camara. O cofre de prata foi mettido dentro do cofre de marmore, sendo este collocado na cavidade do alicerce, assentando-se logo em cima a lage preparada para esse fim. Terminada cerimonia salvaram todos os navios de guerra surtos no Tejo, e o castello de S. Jorge. Serviu-se em seguida um profuso lunch nas salas do primeiro andar, onde se armára a tribuna real. A' noite houve illuminações em todas as janellas da praça, e nos pavilhões tocaram algumas bandas regimentaes. O desejo da commissão promotora da homenagem, prestada ao principe dos nossos poetas, não se realisou com a brevidade que se esperava. Só em 1867 é que se conseguiu o acabamento dos trabalhos d'esculptura, e portanto foi n'esse anno que se realisou a inauguração da estatua. Destinou se o dia 9 de outubro para a solemne cerimonia. A tribuna para a familia real foi armada no mesmo local como no anno de 1862, e ás 4 horas da tarde achava se formada na praça toda a guarnição da cidade. A' chegada das pessoas reaes todas as bandas reunidas tocaram a marcha dedicada a Camões, escripta expressamente por Arthur Reinhard, professor da banda dos marinheiros. O cortejo encaminhou-se para o monumento. Começava pelos porteiros da real camara, com as maças de prata; seguiam-se os arautos, passavantes, reis d'armas, Camara Municipal de Lisboa, Academia Real das Sciencias, conselho geral de instrucção publica, universidade de Coimbra, corporações scientificas, litterarias e artisticas, commissão central dos subscriptores do monumento, titulares, deputados, pares do reino, ministros, etc. O presidente da commissão, duque de Saldanha, não pôde comparecer por estar doente, e por isso foi o vice-presidente, Francisco de Paula Santiago, quem, presidindo á cerimonia, leu um breve discurso, em que manifestava os esforços da commissão em levar a effeito a grandiosa idéa de render homenagem ao eminente poeta, cantor das nossas glorias patrias, pagando assim o paiz uma divida em aberto desde 10 de junho de 1580, dia em que fallecera Luiz de Camões, pobre e quasi esquecido. Terminado o discurso, Santiago apresentou a suas magestades o esculptor Victor Bastos, que D. Luiz agraciou com o grau de official da ordem de S Thiago do merito scientifico, litterario e artistico. Em seguida descobriu-se a estatua, procedendo-se a esta cerimonia, sendo entregue a D. Luiz e a D. Fernando, pelo presidente do conselho de ministros, Joaquim Antonio de Aguiar, e vice presidente da Camara Municipal, os cordões da cortina que velava o monumento. Apenas a estatua ficou patente as tropas apresentaram as armas, e as musicas todas reunidas, executaram outra marcha brilhante tambem dedicada a Camões, escripta por Guilherme Cossoul. Grandes girandolas de foguetes, uma salva real no castello de S. Jorge, n'outras fortalezas, e em todos os navios surtos no Tejo, annunciaram que estava concluido o grandioso preito de homenagem a Luiz de Camões, elevando-lhe uma estatua. A praça apresentava uma brilhante e magestosa perspectiva embandeirada, e devidamente adornada, toda a guarnição militar em alas, circumdando o monumento, vendo-se enorme concorrencia de povo no recinto da praça e nas suas immediações. A' noite houve illuminações, e diver-

sas bandas e philarmonicas tocaram nos coretos que se haviam improvisado. A estatua é fundida em bronze; tem 4 m. de altura, e está assente n'um pedestal octogono de 7 m. e 48 cent. de altò, rodeado de 8 estatuas de pedra lioz, de 2 m. e 40 cent., representando: *Fernão Lopes*, historiador; *Pedro Nunes*, cosmographo; *Gomes Eannes de Azurara*, chronista; *João de Barros*, historiador; *Fernão Lopes de Castanheda*, idem; *Vasco Mousinho de Quevedo*, *Jeronymo Côrte Real* e *Francisco de Sá de Miranda*, cantores epicos das nossas descobertas e conquistas.

Praça de Luiz de Camões (Festas commemorativas do terceiro centenario de Camões). Em 1880 organisou-se uma commissão, afim de commemorar o terceiro centenario da morte do poeta Luiz de Camões, succedida em 10 de junho de 1580. Esta commissão era composta dos seguintes escriptores, jornalistas e artistas, alguns dos quaes já hoje não existem: Theophilo Braga, Ramalho Ortigão, Eduardo Coelho, Luciano Cordeiro, Rodrigues da Costa, Pinheiro Chagas, Jayme Batalha Reis, Magalhães de Lima, Rodrigo Affonso Pequito, Silva Porto, J. Luciano Monteiro, Simões d'Almeida, José Maria Pereira Junior, Luiz A. Thomazini e Columbano Bordalo Pinheiro. Prepararam-se grandiosas e esplendidas festas; as columnas dos jornaes encheram-se de artigos firmados pelas nossas mais autorisadas pennas d'aquella epoca, publicaram se poesias, gravuras commemorativas e allegoricas, retratos, representando differentes phases da vida do poeta, uma nova edição das *Lusiadas* feita sobre a primeira que appareceu no seculo XVI, ainda em vida do poeta, etc. As festas duraram tres dias, 8, 9 e 10 do referido mez de junho e anno. No dia 8 fôram trasladados do convento de Sant'Anna para a egreja de Belem, os restos mortaes de Camões, assim como os de Vasco da Gama, que estavam depositados na egreja da Vidigueira. Foi brilhantissima a chegada a Belem. O Tejo apresentava um aspecto esplendido e poetico. Houve illuminações grandiosas. A praça de D. Pedro, ruas do Ouro, do Alecrim, Nova do Almada, Augusta e Garrett produziam um effeito deslumbrante. O bairro Camões, que então se inaugurou, tambem esteve em festa, havendo fogo d'artificio, illuminações, etc. O mais magestoso, comtudo, de todas as manifestações foi o cortejo civico, que no dia 10 de junho se formou na praça do Commercio, e se dirigiu á de Luiz de Camões, a collocar uma corôa no pedestal do monumento. Para se assignar o respectivo auto do cortejo civico se armou na praça do Commercio um pavilhão, trabalho do architecto José Luiz Monteiro, tendo aos lados umas graciosas galerias semi-circulares. Na manhã do mencionado dia 10 de junho reuniram-se no pavilhão el rei D. Luiz, a rainha senhora D. Maria Pia e os altos funccionarios do Estado. O auto foi assignado com a penna de ouro, que a commissão executiva da imprensa offerecera á Camara Municipal, em prova do poderoso auxilio que prestára á realisação de tão patriottica solemnidade. Organisou-se o cortejo, que saiu da praça pela uma hora da tarde, depois de desfilar pela frente do pavilhão; seguiu pela rua Augusta, praça de D. Pedro, entrando pelo lado oriental, e voltando pelo lado occidental, depois de passar pela frente do theatro de D. Maria II, rua do Ouro, rua do Arsenal, praça do Municipio, rua de S. Julião, rua Nova do Almada, rua Garrett, até á praça de Luiz de Camões. Em todo este longo transito era saudado por uma multidão compacta, commovida, curiosa e enthusiasta pela grandiosa manifestação que os portuguezes de 1880 prestavam ao principe dos nossos poetas, esquecido pelos portuguezes de 1580. Ali não se conheciam opiniões politicas; n'aquelle cortejo d'um comprimento descommunal, como nunca se tinha visto em Lisboa nos tempos modernos, incorporaram-se todos os partidos, todas as associações, gremios, collegios, jornalistas, homens de sciencia, militares e nobreza. Eram 10 os carros triumphaes allegoricos, que a commissão havia delineado, produzindo todos um effeito surprehendente. O 1.º era o dos *Bombeiros voluntarios*, onde se viam os respectivos utensilios muito bem dispostos. O 2.º representava um *Galeão portuguez do seculo XVI*; fôra preparado pelo pintor de marinhas Luiz Thomazini. O 3.º era o do *Commercio e Industria*; espectaculoso, cheio de ornamentação, com allegorias ao commercio e á industria, revestido d'um ar triumphante; foi organisado pelo pintor decorador José Maria Pereira Junior. O 4.º ia cheio de flôres e corôas, precedendo o 5.º carro que symbolisava a *Agricultura*; viam-se ali diversos utensilios agricolas, formando um encantador aspecto campesino e agrario. O 6.º era o carro das *Colonias*, que se erguia com todo o brilhantismo; era um risco perfeitamente caracterisado, com uma vistosa cobertura formada por uma colcha da India, trophéos d'armas africanas e asiaticas, idolos selvagens de attitudes estranhas e estravagantes, d'um pitoresco originalissimo; este carro fôra desenhado por Columbano Bordalo Pinheiro. No 7.º carro triumphal admirava se o symbolo da *Arte*, representado pela elegante e aeria estatueta do *Genio*, moldada por Simões d'Almeida. O 8.º era o carro triumphal militar, que conduzia um bastião severo e imponente, traçado por Silva Porto, recordando as glorias da nossa antiga cavallaria. Seguia-se o 9.º carro, que era dos estudantes de infantaria e de cavallaria, bem ornado militarmente, e por ultimo o 10.º carro, o da *Imprensa*, devido ao architecto José Luiz Monteiro. Era este um dos mais brilhantes trophéos de que se compunha o cortejo civico. A estatua de Gutemberg erguia-se orgulhosa entre ornatos, que se tornavam elegantes pela simplicidade e bem elaborado do desenho. O cortejo seguia da seguinte fórma: A Camara Municipal de Lisboa com o seu estandarte desfraldado, acompanhada do pessoal dos pelouros, das escolas e asylos municipaes e bombeiros; delegações de todas as municipalidades do paiz; Commissão central *Primeiro de dezembro de 1640*; associações de agricultura, commercio e industria, soccorros mutuos, propaganda, beneficencia, etc.; representação dos poderes publicos, magistratura, altos dignitarios da nação, tribunaes, funccionalismo, etc.; Representantes do corpo diplomatico e consular estrangeiros, escolas, institutos, commissões e associações de sciencia e de arte; delegações e corporações do exercito e da armada; os quadros typographicos, administrativos e de redacção dos diversos jornaes, a Associação typographica lisbonense, Caixa de soccorros da Imprensa Nacional, os proprietarios, directores

e pessoal das diversas typographias, os escriptores publicos, os representantes dos jornaes das provincias, do Brazil, da imprensa estrangeira, etc. A chegada do cortejo civico á praça de Luiz de Camões foi das mais commovedoras. As corôas conduzidas pelas diversas corporações iam sendo depostas no pedestal do monumento entre saudações clamorosas da multidão. Depois todo o cortejo passou respeitosamente em volta do monumento, seguindo pela rua do Alecrim até á praça dos Remolares, dispersando-se no Aterro da Boa Vista. Os carros triumphaes fôram para a praça do Commercio, onde estiveram tres dias patentes á curiosidade do publico. Nas salas da Sociedade de Geographia admirava-se uma excellente exposição camoneana: edições luxuosas e aprimoradas como saem das modernas officinas francezas; folhetos, medalhas, quadros, livros, bustos, etc. A' noite houve sarau litterario, que esteve brilhantissimo, onde se pronunciaram notaveis discursos, e se fizeram enthusiasticos brindes. Mais de 50 corôas e ramos fôram collocados junto á estatua, tornando a praça um perfeito jardim; entre estas corôas viam-se algumas riquisssimas, com as seguintes dedicatorias: *Litteratura e artes*, de Hespanha =*Hespanha artistica e litteraria*=da *Prensa de Badajoz*=da *Fraternidade*, colonia hespanhola= do *Gabinete Portuguez de leitura*, do Rio de Janeiro=da *Sociedade Amizade, Recreio e Instrucção*, de Ponta Delgada=da *Freie Deutsche Hochslift fur Wissenchaften Himste und allgemeine Bildung*, que tem a sua séde em Francfort=da Commissão executiva da imprensa=da Sociedade de Geographia=do collegio de Campolide= da *Associação typographica lisbonense*=do conde de Carvalhido=do Centro republicano federal= do Centro eleitoral republicano democratico=da redacção do *Diario de Noticias*. Os bombeiros voluntarios depuseram um ramo elegantissimo de flôres artificiaes, feitas em madeira, d'onde pendiam duas ricas fitas encarnadas bordadas a ouro. No dia 4 do mez de julho seguinte realisou-se no bairro Camões um banquete offerecido á commissão executiva da imprensa e á Camara Municipal, por uma grande commissão composta de industriaes, artistas, commerciantes, escriptores, finalmente, representantes de todas as profissões, em testemunho de reconhecimento pelo esplendor com que procederam ás festas do tricentenario de Camões. O banquete effeituou-se n'um pavilhão, que se levantou nos jardins do antigo palacio do conde de Redondo, que defrontava com os terrenos do bairro Camões.

Proximo á praça de Luiz de Camões fica o largo do Barão de Quintella, onde se vê o monumento á memoria do fallecido homem de letras Eça de Queiroz, devido á iniciativa de um grupo de amigos e admiradores do seu talento. O trabalho da estatua é do esculptor Teixeira de Queiroz. Foi no dia 9 de novembro de 1903 que se realisou pelas 3 horas da tarde a inauguração do monumento. A este acto assistiu o estadista, já hoje fallecido, o conselheiro Hintze Ribeiro, então presidente do conselho de ministros. Discursaram os srs. conde de Arnoso, conde d'Avila, Ramalho Ortigão, dr. Luiz de Magalhães, Annibal Soares, dr. Antonio Candido, conde de Rezende. O actor Ferreira da Silva tambem recitou uma poesia, escripta pelo sr. Alberto d'Oliveira. Em seguida foi aberta uma pasta de velludo azul celeste, com fitas da mesma côr, que encerrava o auto da entrega do monumento á Camara Municipal. O auto foi assignado por todas as pessoas presentes, sendo os primeiros a assignar o conselheiro Hintze Ribeiro, e o ministro da fazenda, o sr. Teixeira de Sousa. A estatua representa

Monumento a Eça de Queiroz

Eça de Queiroz curvado sobre a figura da Verdade, lendo se no pedaço de marmore tosco, que lhe serve de pedestal, as seguintes palavras ali gravadas:

Sobre a nudez forte da Verdade o manto diaphano da phantasia.

Praça do Municipio. Nome actual do antigo largo do Pelourinho, onde fica situado o edificio da Camara Municipal. A mais antiga praça do Pelourinho, de que ha noticia, era no sitio correspondente á rua da Bella da Rainha, de hoje, mais vulgarmente conhecida pela rua da Prata. Era uma praça pequena, em fórma d'um quadrilongo, onde desembocavam antes do terremoto de 1755, as ruas que então deixaram de existir: *de Vêr o Peso, Nova, da Prataria* e *de D. Gil Eannes*. Em tempos muito remotos vinham todos os dias es-

tacionar n'esta praça varios homens munidos de papel, penna e tinteiro, e sentados gravemente deante d'umas mesas se encarregavam de redigir requerimentos, a ler e a escrever cartas ás pessoas que o não sabiam e d'elles precisavam, o que então era muito vulgar pela grande falta de instrucção. Uma memoria antiga diz que eram dez as mezas ali estabelecidas para aquelle fim, e que esses homens tambem se encarregavam de arranjar casamentos e de comprar propriedades. Damião de Goes, na *Descripção de Lisboa*, publicada em 1542, fala a este respeito. Christovão Rodrigues de Oliveira, no *Summario das Noticias de Lisboa*, impresso em 1551, diz que no seu tempo ainda existia esta pratica. Conservou-se esta praça até ao terremoto de 1755. Chamavam-lhe então *praça do Pelourinho Velho*, porque havia outra do *Pelourinho Novo*, muito vasta, mas irregular, contigua ao Tejo, no logar em que existiram as *tercenas navaes*, de el rei D. Fernando I, e que depois foi praça da Ribeira e mercado principal da cidade, onde se vendiam em barracas de madeira os generos que se vendem agora na praça da Figueira. Não se sabe com certeza quando se construiu esta praça do Pelourinho Novo; julga-se que fôsse no reinado de D. Sebastião. O pelourinho era antigamente o symbolo municipal; as terras que gozavam da preeminencia de villa, com a sua camara, tinham pelourinho. Era um instrumento de morte, ou pelo menos de castigo para os criminosos. No pelourinho se expunham aquelles, que pelos tribunaes eram condemnados a essa pena. Destruida Lisboa pelo terremoto de1755, desappareceram as duas praças do Pelourinho no plano da reedificação da cidade. O architecto Eugenio dos Santos de Carvalho, que delineou esse plano, foi quem fez a planta da actual *praça do Pelourinho*, hoje do *Municipio*, bem como o risco dos edificios que a guarnecem. N'este local existiu até ao reinado de D. João V um pequeno largo triangular chamado a *Tanoaria*, guarnecido da parte de léste e sul com os paços da Ribeira, que faziam ahi um angulo, no qual se abria um arco, que dava passagem para o *pateo da Capella*, que a seu turno se communicava com o Terreiro do Paço por meio de outro arco, quasi correspondente á entrada da actual rua do Arsenal. N'umas obras que D. João V mandou fazer para aformosear os paços da Ribeira e reconstruir a capella real, desappareceu o *largo da Tanoaria*. No reinado de D. José houve n'este sitio outra transformação muito importante, primeiramente com as demolições e edificações que se fizeram em 1751, para o estabelecimento do cabido, ou sacro collegio patriarchal, da administração da fazenda, e arrecadação do thesouro ou guarda joias d'aquella santa egreja; depois, em 1753, com a fundação do vasto e magnifico theatro regio, que o terremoto destruiu no fim d'um anno da sua inauguração, e finalmente em 1754, em que se começou a grande obra da nova calçada de S. Francisco. Esta calçada, que principiava junto á capella-mór da Patriarchal, no largo que se estendia em frente d'esta egreja, e que havia pouco tempo fôra ampliado e denominado *Praça da Patriarchal*, foi tambem destruida pelo terremoto, antes de se concluir. A actual praça do Municipio está situada a oeste da do Commercio. Entram n'ella as seguintes ruas: da parte de léste a *d'El-rei*, vulgarmente conhecida pela *rua dos Capellistas*, e a do Arsenal; da parte de oéste a continuação d'esta ultima, e do lado do norte o largo de S. Julião. A elegante columna que se eleva no centro da praça, é de pedra inteiriça, mas finge ser formada de tres hastes, que sobem da base ao capitel torcidas e separadas. Era o pelourinho, ao qual um decreto de D. Maria II mandou tirar os distinctivos de cadafalso. A Camara Municipal cercou depois com grades de ferro o monumento, e o pequenino jardim que se formou em torno.

Praça de D. Pedro. Nome que se deu á historica e antiga praça do Rocio, por decreto de 31 de outubro de 1836, em homenagem ao imperador D. Pedro IV, mas que vulgarmente ainda hoje se chama *Rocio*. Esta praça já no seculo xv era importante e considerada, porém de fórma muito irregular, tanto nos edificios ali situados, como na sua area, que n'uns pontos era mais estreita e n'outros mais larga. O paço dos Estáos ficava ao Norte, no sitio onde se vê o actual largo de Camões, e o do conde de Ourem no lado da egreja de S. Domingos, estando ambos separados por uma rua que, passando por detraz d'este palacio, ia ter ás portas de Santo Antão. Não ficavam na mesma linha os dois palacios, sendo o do conde muito recolhido, e o paço dos Estáos tanto para a frente, que as suas duas fachadas, uma para o Sul e outra para Este, caiam ambas sobre a praça do Rocio. (*V. Estáos*, vol. III, pag 207). Foi n'este paço que no tempo de D. João III se installou o tribunal da Inquisição. O terremoto de 1755 arrasou completamente este edificio, assim como todos os que adornavam o Rocio. Na reedificação de Lisboa deu-se nova fórma a esta praça, e o novo palacio do Santo Officio estendeu-se para Este, occupando todo o lado norte da praça. Fez-se-lhe um jardim, que se estendia pela rua do Principe até á rua hoje chamada do *Jardim do Regedor*, com um lago e estatuas de marmore, que, segundo dizem, estão actualmente adornando o interior do reservatorio das Amoreiras. A revolução de 1820 teve principio na praça do Rocio, e a regencia do reino celebrou por muitas vezes as suas sessões no palacio da Inquisição, já depois de ter acabado definitivamente aquelle horroroso tribunal. Desde 1846 que no local onde existiu aquelle edificio, se vê o theatro de D. Maria II. A praça de D. Pedro é a mais sumptuosa, vasta e elegante da capital, depois da Praça do Commercio. No centro houve um bonito chafariz, chamado *Apollo*, que depois passou para a Guia. Em 1647 houve corridas de touros e ainda em julho de 1755 se realisou aqui a ultima corrida. Em 15 de setembro de 1821, D. João VI e os infantes D. Miguel e D. Sebastião fôram á praça do Rocio realisar a ceremonia da collocação da primeira pedra d'um monumento que as côrtes haviam resolvido erigir commemorando a constituição que se proclamara em 1820. Sendo derribada esta constituição em 1823, D. João VI tratou logo de mandar suspender as obras do monumento, e demolir o que já estava feito. Em memoria do imperador D. Pedro, que viera livrar os portuguezes do jugo oppressor do absolutismo, projectou-se annos depois de terminadas as luctas civis, elevar um monumento onde a sua estatua recor-

dasse perpetuamente o seu nome. Para se collocar o monumento foi escolhida a praça de D. Pedro. Nomeou-se uma commissão para se levar a effeito o projecto, e em 17 de julho de 1852 procedeu-se á cerimonia do lançamento da pedra fundamental, a que assistiu a rainha D. Maria II, começando as obras logo em seguida. Chegou a formar-se o pedestal, que ficou com a apparencia um tanto ridicula d'um *galheteiro*, e assim era denominado e conhecido. Por muitos annos se conservou d'esta maneira aquelle pedestal, sempre de sentinella ao lado, produzindo um pessimo effeito, e dando logar a epigrammas, satyras e chocarrices, apezar dos repetidos officios da Camara Municipal, entre os quaes se encontra um, datado de 31 de dezembro de 1860, pedindo instantemente a conclusão do monumento, que nunca chegou a realisar-se. Os membros da commissão formada em 1852 que conseguira realisar a cerimonia da collocação da pedra fundamental, tinham deixado de pertencer á Camara, e alguns já eram fallecidos; portanto podia considerar-se dissolvida de facto a commissão. Finalmente em 1862 o governo presidido pelo duque de Loulé foi autorisado, pela carta de lei de 2 de julho, a que abrisse annualmente os creditos extraordinarios para se levar a effeito um monumento grandioso, digno de alto personagem a que era dedicado. Nomeou-se uma nova commissão, composta dos seguintes membros: conde do Farrobo, presidente, a alta iniciativa particular; duque de Palmella, e marquezes de Sá da Bandeira, de Sousa Holstein e de Fronteira, os grandes lidadores politicos e militares da evolução constitucional; os viscondes de Menezes e de Benagazil, e Jorge Husson da Camara, o elemento particular amador de bellas artes; e Francisco de Assis Rodrigues, director da Academia, esculptor de merito, Joaquim Pedro de Sousa, Marciano Henriques da Silva, e Miguel Angelo Lupi, professores e artistas, o elemento technico. Uma portaria de 25 de fevereiro de 1864 ordenou a demolição do celebre *galheteiro*. A commissão examinou os antigos projectos, e não vendo possibilidade em aproveitar nenhum d'elles, abriu concurso em 30 de março do mesmo anno de 1864, para o qual convidou artistas de todas as nações a apresentarem os seus projectos. No programma declarava-se que o custo não deveria exceder a 80:000$000 réis, e estabelecia cinco premios para os artistas que mais se distinguissem, sendo o primeiro de 2:000$000 réis, o segundo 1:000$000 réis, e os restantes de 500$000 cada um. N'este concurso appareceram 87 projectos, sendo estes, além dos de Portugal, da Italia, Russia, Inglaterra, Hollanda e Belgica. O primeiro projecto escolhido foi o dos artistas francezes Elias Robert esculptor e Jean Antoine Gabriel Davioud architecto; o segundo o de Antonio Thomaz da Fonseca. Foi, portanto, tratado com os artistas francezes Davioud e Robert a construcção da parte architectonica e ornamental por 43:200$000 réis, e para a execução da primeira parte, fornecimento de pedras collocação de estatuas, e mais accessorios do monumento, contratou se o industrial de Lisboa Germano José de Salles, pelo preço de 30:000$000 réis, ficando assim o custo total em 72:000$000 réis. Em 27 de março de 1867 o marquez de Sousa Holstein communicou ao presidente da Camara Municipal, que o empresario da parte architectonica e ornamental do monumento ia tratar da fundação dos alicerces. No dia 29 do mez seguinte lançou-se a primeira pedra, e os trabalhos começaram logo com actividade. Tres annos depois, em 29 de abril de 1870, 44.° anniversario da outorga da Carta Constitucional, celebrou-se pomposamente a inauguração do actual monumento, a que assistiram as pessoas reaes. A praça de D. Pedro via-se artistica e elegantemente adornada. Em frente do monumento, ao centro, elevava-se o pavilhão real, de 40 m. de circumferencia, sustentado por oito columnas forradas de seda azul e branca, oitavado, e no gosto oriental. A decoração interior era riquissima, tendo ricas sanefas de velludo, franjadas de ouro. A cupola, pintada de azul e branco, com ornatos phantasiosos, estava forrada de damasco encarnado, com apanhados ao centro; o docel de velludo lavrado, guarnecido e franjado de ouro. Para o pavilhão real subia-se por 9 degraus devidamente atapetados. Aos lados viam-se duas grandes tribunas forradas egualmente de azul e branco, tendo as sanefas de velludo, e em cada angulo um pendão tambem azul e branco, hasteado n'uma lança. As tribunas mediam cada uma 218 m. de comprimento e 5 de largura. A da direita era destinada para o corpo diplomatico estrangeiro, e a da esquerda para os altos funccionarios, pares do reino, deputados, etc. Em frente das tribunas, ao norte, notava-se um grande estrado raso e descoberto. A' esquerda eram os logares reservados para as senhoras, á direita para os funccionarios publicos, commissões de diversas associações, e jornalistas. Pelas 3 horas da tarde as tropas formaram na praça do Commercio, depois desfilaram até á de D. Pedro, indo a artilharia e cavallaria pela rua da Princeza, vulgo Fanqueiros, caçadores n.° 5, e infantaria n.os 10 e 16 pela rua Aurea, caçadores n.° 2 e infantaria n.os 1, 2 e 7, pela rua Bella da Rainha. A's 4 horas chegou el-rei D. Fernando, acompanhado do infante D. Augusto, e logo se içou o pavilhão real na tribuna; ás 4 e meia chegaram el rei D. Luiz, a rainha senhora D. Maria Pia e o principe herdeiro, depois D. Carlos I. Ao som do hymno da Carta, tocado por todas as bandas regimentaes que se haviam formado por detraz da tribuna real, D. Luiz desceu da tribuna seguido de toda a sua comitiva, e dirigiu-se para o monumento, onde lhe foi entregue o cordão da bandeira que velava a estatua do imperador. Procedeu-se então á cerimonia do descobrimento, e em seguida o castello de S. Jorge, as torres e os navios de guerra surtos no Tejo, déram as salvas imperiaes de 101 tiros. As tropas desfilaram depois em continencia pela frente do monumento. A' noite houve illuminacões na praça de D. Pedro, no theatro de D. Maria II, edificios publicos, quarteis, e em muitas casas particulares. O monumento desde a base á altura da cabeça da estatua, tem 27 m. e 50 cent., e de largura 9 m. e 49 cent. E' composto: do envasamento, pedestal, columna e estatua. O envasamento tem duas partes, ambas quadradas e de angulos chanfrados: a primeira acompanhada de quatro pequenos pedestaes rectangulares, onde se vêem as figuras allegoricas da Prudencia, Justiça, Fortaleza e Moderação; a segunda parte ornada com os escudos das seguintes cidades:

Angra do Heroismo, Braga, Bragança, Coimbra Evora, Faro, Funchal, Gôa, Guimarães, Lisboa, Loanda, Macau, Moçambique, Ponta Delgada, Porto e Vizeu. Na frente tem a seguinte dedicatoria em letras de bronze:

A D. Pedro IV, a Nação portugueza.

Em cada uma das faces do pedestal se vê uma inscripção tambem em letras de bronze. Do lado do Este:

Nasceu em 21 de outubro de 1798

Do lado do Sul:

A D. Pedro IV, os portuguezes, 1870

Do lado do Oeste:

Falleceu em 24 de setembro de 1834

Do lado do Norte:

Outorgou a Carta Constitucional a 29 de abril de 1826

A parte inferior das columnas adorna-se com quatro figuras da Fama, em baixo relevo, ligadas por festões, pendentes das mãos. A estatua representa o imperador vestido de general, coberto com o manto da realeza; a cabeça está coroada de louros; na mão direita sustenta a Carta Constitucional, e a esquerda está apoiada na espada. A estatua de D. Pedro é fundida em bronze; o envasamento é de marmore de Montes Claros; a base, as estatuas e a columna, de pedra lioz das pedreiras de Pero Pinheiro e das Lameiras. A base de todo o monumento é de granito do Porto. Quando em 1858 se realisou o casamento de D. Pedro V com a princeza D. Estephania, casamento que causou extraordinaria influencia pela profunda sympathia que todos os portuguezes consagravam áquelle malfadado monarcha, o então *galheteiro* foi aproveitado na ornamentação da praça de D. Pedro, para servir de base á estatua do hymeneu, que foi ali collocada, e que produzia um maravilhoso effeito. A estatua estava voltada para o lado da praça do Commercio, agitando com a mão direita o facho do seu genio; a columna, symbolo de apoio e da firmeza, era decorada de branco e ouro. Em baixo, em torno do pedestal que sustentava a columna, viam-se as 4 estações. Quando se realisou o casamento de el-rei D. Luiz, em 1862, tambem ali se levantou uma columna como a de Trajano, de 9 m. de altura, incluindo o capitel, pintada côr de bronze, tendo desenhados a ouro os coches, e mais estado com que os regios consortes

Praça de D. Pedro—Theatro D. Maria II e Monumento a D. Pedro IV

fôram á egreja de S. Domingos para o acto do casamento. O desenho era em espiral, volteando toda a columna, acompanhado de fieiras de bicos de gaz, para se illuminar com 600 luzes. A columna rematava por uma grande estrella, tambem para se illuminar a gaz, tendo no centro as iniciaes dos nomes dos reaes noivos em letras de fogo. Nos angulos do pedestal tinha quatro fogaréos bronzeados. Por muitos annos foi costume no dia 24 de julho, dia commemorativo da entrada do duque da Terceira em Lisboa, algumas philarmonicas irem cumprimentar ao toque da alvorada, e durante o dia, a estatua do imperador, tocando os hymnos da Carta e de D. Pedro IV.

Praça dos Restauradores. Está situada no principio da Avenida da Liberdade. N'esta praça está erguido o monumento á memoria dos heroes que tanto se distinguiram na guerra da Restauração de 1640, e promoveram a gloriosa conjuração do dia primeiro de dezembro d'esse anno, que firmou a independencia de Portugal, que durante 60 annos estivera escravisado ao dominio oppressor de Castella. A *Commissão Central Primeiro de Dezembro de 1640* foi que teve a iniciativa d'esse preito de homenagem, alheio completamente á politica, tendo o unico fim da commemoração d'um facto historico glorioso para Portugal. A primitiva idéa era excessivamente modesta, limitando-se a levantar um pequeno obelisco em frente do palacio dos condes d'Almada, onde actualmente está o quartel general da 1.ª divisão militar; surgiram, porém, grandes difficuldades, em que tomou parte muito activa o proprietario do referido palacio, que não só embargaram as obras do nivelamento do terreno a que procedera a Camara Municipal, mas nem ao menos permittiram que no palacio fôsse collocada uma lapide commemorativa. A commissão resolveu então procurar outro local para collocar o monumento, e de accôrdo com a Camara Municipal, obteve que na sessão extraordinaria de 14 de outubro de 1875, a camara cedesse a parte sul do antigo Passeio Publico do Rocio, no largo onde existia o grande tanque circular, á entrada, para ali lançar os alicerces do monumento. No dia primeiro de dezembro do mesmo anno de 1875 procedeu-se ao lançamento da pedra fundamental, cerimonia que se realisou solemnemente, em que o ministerio se fez representar, e a que assistiram muitos convidados. A pedra fundamental foi benzida pelo arcebispo de Mytilene, então D. Antonio José de Freitas Honorato. As difficuldades ácêrca do local estavam sanadas; faltava, porém, vencer as que se apresentavam para se levar a effeito aquelle patriotico plano. A commissão abriu um concurso para o projecto do monumento, mas não satisfazendo nenhum dos que se apresentaram, encarregou o professor da Academia Real das Bellas Artes, Antonio Thomaz da Fonseca, de elaborar um novo projecto. Foi este apresentado á commissão technica, que se nomeara para esse fim, composta dos generaes Augusto Xavier Palmeirim, João Maria Feijó e Miguel Baptista Maciel. Esta commissão, depois de pequenas modificações, approvou o projecto de Antonio Thomaz da Fonseca, na sessão de 7 de julho de 1877, e resolveu em 4 do seguinte mez de agosto a construcção, e que fôsse encarregado por empreitada Sergio Augusto de Barros, o qual contratou por escriptura publica a construcção do monumento, na parte respeitante ao trabalho de pedra e erecção, pela quantia de 22:900$000 réis. Para fazer face a esta despeza e ás outras exigidas até á conclusão do monumento, resolveu a commissão abrir uma subscripção, que em Portugal e no Brazil produziu aproximadamente a importancia de 60:000$000 réis. Com este valioso auxilio seguiram regularmente as obras, e em 1882 já estavam concluidos os trabalhos de pedra e erecção, acabando-se pouco tempo depois as estatuas de bronze, que servem de ornato. O monumento compõe-se de um envasamento de 4,70 m., de um pedestal com 6,90 m., altico 3,20 m. e o obelisco de 14,60 m., dando um total de 30 m. aproximadamente. O aspecto geral do monumento é harmonioso e de bom effeito. A execução é perfeita no trabalho de canteiro e de esculptura em pedra, com especialidade as 4 corôas de louro entrelaçadas com palmas, que assentam nos 4 angulos do pedestal, e os 2 trophéos collocados nas faces do attico que olham para Este e Oeste. As estatuas de bronze, assentes no pedestal nos lados Norte e Sul do monumento, são trabalhos de muito valor. A do Sul representa o *Genio da Independencia.* A estatua está de pé e altiva, quebrando as cadeias que a algemavam, erguendo para o ar o braço esquerdo, em que mostra na mão um élo d'essa cadeia. Foi feita esta estatua pelo esculptor sr. Alberto Nunes. A outra, collocada no lado do Norte, representa o *Anjo da Victoria*, alçando na mão direita a corôa laureante dos vencedores, e assentando na esquerda a palma das victorias de tantas batalhas vencidas, e de cujos despojos jazem a seus pés as armas e armaduras enfloradas de louro. E' trabalho do esculptor sr. Simões d'Almeida. A fundição d'estas duas estatuas executou-se no Arsenal do Exercito por conta do governo, que forneceu tambem o bronze, avaliado em 6:000$000 réis. O monumento foi inaugurado em 28 de abril de 1886. A Commissão Central Primeiro de dezembro de 1640 compunha-se então dos seguintes e importantes personagens: presidente, Antonio Maria Fontes Pereira de Mello; 1.º secretario, visconde de Sanches de Baena; 2.º secretario, Lino José Daniel de Carvalho; thesoureiro e vogal da commissão executiva, o commendador Francisco Lourenço da Fonseca; presidente da commissão executiva e membro da commissão technica; o general Augusto Xavier Palmeirim; vice-presidente e membro da commissão technica, o general Miguel Baptista Maciel; vogal da commissão executiva, o general Antonio de Mello Breyner. Pelas 4 horas e meia da tarde do referido dia 28 de abril de 1886 fôram descobertas as estatuas por el-rei D. Luiz e o principe, mais tarde D. Carlos I, ao som do hymno da Restauração, e com a presença de toda a familia real, ministerio, camara municipal, membros dos corpos legislativos, auctoridades civis, militares e ecclesiasticas, e dos membros da Commissão Central Primeiro de Dezembro de 1640. A este acto fez guarda de honra o regimento de caçadores n.º 5; e uma bateria de artilharia n.º 1, postada em frente do caes da Praça do Commercio, deu a salva do estylo. A' noite foi illuminado o monumento, o palacio dos condes d'Almada e o theatro de D. Maria II, onde se realisou uma recita de gala, re-

presentando se o drama *Os portuguezes em 1640*, escripto expressamente para este fim pelo juiz Miguel Osorio Cabral, e por elle offerecido á Commissão.

1211;—D. Paio, 1232;—D. João I, 1240;—D. Ayres Vaz, 1244;—D. Matheus, 1259; — D. Esteves Annes de Vasconcellos, 1284;—D. Domingos Jardo, 1289;—D. João Martins de Soalhães, 1294—

Praça dos Restauradores e Avenida da Liberdade

Lisboa (*Prelados de*). Como ficou dito no artigo relativo á cidade e sua historia (V. *n'este vol. a pag.* 226), a diocese de Lisboa foi successivamente bispado, arcebispado e patriarchado. O primeiro bispo, nomeado por D. Affonso Henriques, foi o inglez Gilberto, mas antes d'elle houvera muitos outros. De 16 ha só a tradição, de 8 ha noticia pela sua assignatura nos concilios Os bispos tradicionaes são, desde a introducção do Christianismo: S. Manços, anno de 34;—Filippe Filoteu, 92;—S. Pedro I, 166;—Pedro II, 213;—Jorge, 260;—S. Gens, 284;—Pedro III, 297;—Januario, 300;—Potanio, 356;—Antonio, 373;—Neobrido, 430;—Julio, 461;—Azulano,—João, 500;—Eolo, 536;—Nestoriano, 578. Os bispos de que ha noticia pelas suas assignaturas são: Paulo I, Goma, Viarico, Neufridio, Cesario, Theodorico, Ara e Landerico. A lista dos bispos do tempo da monarchia comprehende os seguintes: D. Gilberto, inglez, 1147;—D. Alvaro, 1166;—D. Soeiro I, 1185;—D. Soeiro Viegas II, D. Fr. Estevão II, 1312;—D. Gonçalo Pereira, 1322;—D. João Affonso de Brito, 1326;— D. Vasco Martins, 1342;—D. Estevão Annes, 1344;—D. Theobaldo, 1349;—D. Reginaldo, 1356;—D. Lourenço Rodrigues, 1358;—D. Pedro Gomes Barroso, 1365;—D. Fernando, 1370;—D. Vasco II, 1371;—D. João d'Aix, 1381;—D. Martinho, 1381;—D. João Annes, 1383. Foi este o ultimo bispo e primeiro arcebispo, pois que em 1394 foi erigida a sé de Lisboa em sé archiepiscopal, dando se-lhe para suffraganeos os bispados de Lamego, Silves e Guarda. Os arcebispos fôram os seguintes: D. João Annes, 1394;—D. João Esteves de Azambuja (cardeal), 1402;—D. Diogo Alvares, 1414;—D Pedro de Noronha, 1424;—D. Jaime (filho do infante D. Pedro e cardeal), 1453;—D. Affonso Nogueira, 1459;—D. Jorge da Costa, 1464;—D. Martinho da Costa, 1502;—D. Affonso (filho de el rei D. Manuel, e cardeal), 1523;—D. Fernando de Vasconcellos e Menezes, 1540;—D. Henrique (cardeal e depois rei de Por-

tugal), 1564;—D. Jorge d'Almeida, 1570;—D. Miguel de Castro, 1586;—D. Affonso Furtado de Mendonça, 1627;—D. João Manuel, 1633;—D. Rodrigo da Cunha, 1636;—D. Antonio de Mendonça, 1669;—D. Luiz de Sousa, 1676;—D. João de Sousa, 1703. Depois da morte d'este arcebispo é que se erigiu a sé de Lisboa em sé patriarchal, dando-se-lhe por suffraganeos os bispados de Leiria, Lamego, Portalegre, Guarda, Funchal, Angra, Maranhão e Grão-Pará. Mais tarde, os bispados suffraganeos ficaram sendo: Angola, Angra, Cabo Verde, Castello Branco, Funchal, Guarda, Lamego, Leiria, Mytilene (*in partibus infidelium*), Portalegre e S. Thomé e Principe. (V. *Lisboa*). Fôram-lhe annexados a prelazia de Thomar e o priorado do Crato. A lista dos patriarchas é a seguinte: D. Thomaz de Almeida, 1716 1754;—D. José Manuel da Camara, 1754-1758;—D. Francisco de Saldanha, 1756-1776;—D. Fernando de Sousa e Silva, 1776-1786;—D. José Francisco Miguel Antonio de Mendonça, 1786 1808;—D. Carlos da Cunha e Menezes, 1819-1824;—D. Fr. Patricio da Silva, 1824-1840;—D. Fr. Francisco de S. Luiz Saraiva, 1840-1845;—D. Guilherme Henriques de Carvalho, 1845-1847;—D. Manuel Bento Rodrigues, .1857-1869;—D. Ignacio do Nascimento de Moraes Cardoso, 1871-1883;—D. José Sebastião Netto, 1883 1907;— D. Antonio Mendes Bello, 1907.

Lisboa *(Real Fabrica das Sedas de)*. Notavel estabelecimento industrial erigido no seculo XVIII e extincto no seculo seguinte. Para se indicarem as origens da Real Fabrica das Sedas é preciso remontar ao anno de 1730 ou 1731, epoca em que appareceu em Portugal um francez de nome Roberto Godin, com o projecto de estabelecer fabricas de lavrar sedas a ouro, prata, matizes e de outras muitas e diversas qualidades. Foi presente o seu requerimento a el-rei pelo Conselho de Fazenda em 17 de janeiro de 1734, e sendo previamente ouvidos o Provedor e Deputados dos negociantes, consultou, primeira e segunda vez, aquelle tribunal, e sobre a segunda consulta, em data de 17 de junho de 1732, baixou a Real Resolução de 13 de fevereiro de 1734, que concedeu a Godin a graça implorada. Em 25 do mesmo mez e anno, expediu-se-lhe o respectivo alvará com as condições ajustadas e organisadas pelo Conselho da Fazenda, sendo seu védor o marquez de Alegrete, e assignadas pelo secretario de Estado, Diogo de Mendonça Côrte Real. Essas condições, muito interessantes, são um notavel diploma da legislação fabril portugueza. Fôram originariamente escriptas no livro dos contratos das manufacturas do reino e n'elle assignadas por Roberto Godin, pelo védor e ministros do Conselho da Fazenda. D'ellas se tirou uma copia que subiu juntamente com o alvará de confirmação e com elle tornou para o mesmo Conselho, authenticada com a assignatura de Côrte-Real. Tendo-se incendiado o archivo do Conselho de Fazenda, por occasião do terremoto de 1755, e receando que o original já não existisse, teve o benemerito José Accursio das Neves, autor do livro adeante citado, a idéa de as transcrever de uma copia legal que conhecia. O estabelecimento da fabrica de Godin começou no sitio da Fonte Santa, onde elle morava. Tentou depois transferir-se para uma horta ao fundo da rua de S. Bento, denominada horta do *Bedió*. Por difficuldades que sobrevieram, resolveu depois estabelecel-a no suburbio do Rato, no espaçoso edificio, adeante descripto, começado em 1735 e acabado em 1740. Por decreto de 14 de maio de 1750 passou a fabrica para a administração da Fazenda, visto as circumstancias criticas em que se encontrava, sendo primeiro administrador Vasco Lourenço Velloso, e depois a Junta do Commercio. De todas estas administrações se encontra minuciosa descripção no livro de Accursio das Neves, *Noções historicas, economicas, e administrativas sobre a producção, e manufactura das sedas em Portugal, e particularmente sobre a Real fabrica do suburbio do Rato, e suas annexas*. As fabricas e aulas que se estabeleceram junto da Fabrica das Sedas, fôram as de tinturaria, debuxo, calandra, cutelaria, estuque, pentes, caixas de papelão, vernizes, relogios, louça, botões, tapeçarias, xarões, etc. Tudo isto constituia o *Real Collegio de Manufacturas Nacionaes*, como o marquez de Pombal lhe chamava sempre nos seus officios. E para melhor desempenhar as condições de collegio, os aprendizes, que trabalhavam por conta da fabrica, compunham uma communidade, com a respectiva cozinha, refeitorio, enfermaria e medico, tudo pago pela administração, estando sujeitos a contra-mestres que os ensinavam e lhes dirigiam o trabalho. A Real Fabrica, com as suas annexas, chegou a ter uma consignação annual de cem mil cruzados. Pelas *Noções economicas* se conhece o movimento da Fabrica Real até á epoca em que foi escripto (1826). Arrastando-se por mais alguns annos a sua laboração, veiu o edificio, no meado do seculo XIX, a ser occupado por outras industrias, adaptando-o o proprietario tambem a habitações. Em 3 de agosto de 1897 um grande incendio devorou o velho edificio. A fachada ficou de pé. A sua extensão é de cerca de 110 metros. Tem na parte direita 14 janellas em cada um dos dois pavimentos. No corpo central, tem o pavimento do primeiro andar 3 janellas, e no alto do frontão ainda se vê o brazão d'armas reaes portuguezas. Na parte direita ha tambem 14 vãos. O corpo central é um tanto saliente em todo o prolongamento do edificio, o qual é separado da rua por uma faxa de terreno gradeado. Dos corpos avançados dos extremos, o da direita liga com as propriedades da senhora duqueza de Palmella, e o da esquerda faz angulo e torneja para o largo do Rato. Entre outros estabelecimentos estiveram aqui installados o Collegio Artistico-Commercial de J. M. Andrade Ferreira, onde se realisaram as notaveis conferencias litterarias de Castilho, Bulhão Pato, Thomaz Ribeiro, Manuel do Roussado, e outras. Por occasião do incendio pertencia esta propriedade ao marquez Alessandro Palvacinio, e actualmente aos seus herdeiros. Na historia industrial portugueza representa este edificio um verdadeiro monumento.

Lisboa *(Ribeira de)*. Ainda existiam no século passado os mercados da *Ribeira Velha* e da *Ribeira Nova*, que desappareceram com o Aterro e outros melhoramentos que se teem feito nas obras do porto de Lisboa. A Ribeira fórma, desde séculos uma parte dos rendimentos da Camara Municipal, pelas doações com que os antigos soberanos premiaram os serviços da sua capital. Por uma carta de janeiro de 1248, do in-

fante D. Affonso, mais tarde D. Affonso III, como procurador e defensor do reino, fôram cedidos os logares e chãos da Ribeira á Camara Municipal para seu serviço e sua utilidade. Abrangiam o espaço da margem do Tejo, que vae do antigo edificio das *Sete Casas* ao chafariz do Rei. Primitivamente fôram destinados á venda do peixe, depois tambem ali se vendiam fructas, hortaliças e outros generos, n'umas lojas que a Camara mandara construir, e de que tirava um certo rendimento. Pouco mais ou menos, a partir do antigo caes de Santarem, começava o abarracamento das vendedeiras, composta no principio do seculo XVI de 34 cabanas, ou alpendres compridos, recobertos de telha verde. Duas d'essas cabanas eram de madeira, e n'ellas se vendia o sal. As outras eram tão grandes que havia tres onde 40 pessoas vendiam á vontade caça, creação, ovos, e outros comestiveis vulgares. Adeante d'estas cabanas da caça havia duas, onde estacionavam os empregados do rei e os do duque de Bragança, encarregados da cobrança do dizimo do peixe. Ainda outra onde se pagava o dizimo da hortaliça, e outra, junto ao rio, onde os feitores se abrigavam da chuva e do sol. Fr. Nicolau d'Oliveira, que viveu no seculo XVI e principios do XVII, nas *Grandezas de Lisboa*, tratado V, diz o seguinte ácêrca da Ribeira: «Segue-se a Ribeira, ou praça de peixe, em a qual ha setenta mulheres que o vendem em logares certos e limitados e dados pela cidade, de modo que não se póde alguma mudar de um logar para outro sem ordem do vereador, que para isso a cidade tem deputado e guarida na casinha dos almotaceis, e é tanto o que n'estes logares estas mulheres ganham, que algumas d'ellas teem de seu mais de quatro mil cruzados ganhados n'estes logares. N'estes logares em que se vende o peixe não ha cabanas, provendo o assim a cidade, afim de obrigar as vendedeiras a que vendam mais depressa o peixe por se lhes não damnar com a quentura do sol, e a razão é porque, havendo taxa em todas as cousas que na praça se vendem, só no peixe a não ha, porque a variedade dos tempos o não soffre; sendo a causa que, havendo em tempo de bonança tão grande multidão de peixe que causa espanto e admiração a todo o estrangeiro que o vê, em tempo tormentoso ha mui pouco ou nenhum, salvo o do rio ou algum miudo que vem de Setubal por terra. Ha aqui mais uma cousa muito para notar e pela qual se póde alcançar alguma noticia da multidão de peixe de toda a sorte que a esta praça vem, não falando de muito que se vende por outras partes da cidade, de barcos que ás escondidas despejam em suas casas o peixe que trazem para não pagarem siza, que tem cada uma d'estas mulheres certo numero de canastras e cestos, e paga do chão cada uma d'ellas meio real, que é menos de meio maravedi castelhano, e anda esta arrendada em cento e trinta mil rs. Ha mais um guarda de todas estas canastras e tripeças, em que as mulheres se assentam e pagam em cada semana quinhentos réis. E concluindo com esta praça do peixe, mostra-se mais a sua multidão, em que sendo a cidade obrigada a dar cestos aos pescadores que chegam á Ribeira para lavarem o peixe e o levarem ás mulheres que o hão de vender; os pescadores em recompensa d'este beneficio dão (sem obrigação a que isso tenham) o peixe que querem a quem lhes dá estes cestos. Encommenda a cidade isto a certos homens, os quaes dão os cestos aos pescadores e recolhem o peixe que elles de sua livre vontade lhes dão, do qual o terço é da cidade e as duas partes dos homens, que teem isto a seu cargo A' cidade importa o terço oitocentos mil réis, em que o traz arrendado, e com o que fica vivem onze homens, que tantos são os que dão estes cestos. E para que isto pareça tão grande cousa como é, se deve entender que nunca o terço será muito ao justo e que o rendeiro que dá por elle setecentos mil réis deve de ganhar ao menos duzentos. Ha mais aqui á parte do rio cincoenta e quatro escamadeiras de peixe, que ganham mui bem de comer a este officio e muitas d'ellas são mui ricas. Fica mais n'esta praça um sitio deputado para salgar sardinha e ha dezoito mulheres postas pela cidade para este officio.» El rei D. Manuel, em carta de 7 de junho de 1502, doou á cidade a praia e salgado da Ribeira, desde o cunhal das casas de Fernão Lourenço em Cata-que-farás, hoje travessa do Alecrim, até á esquina das casas de Miguel Côrte Real, para n'ella e moradores d'ella, assim mareantes, como quaesquer outras pessoas que navios tivessem, *os corregerem, espalmarem e poerem em monte*, e D. Manuel accrescentava: «que nunca algum tempo nós nem a dita cidade possamos dar, nem doar a dita Ribeira e salgado nem parte d'ella para se em ella fazerem casas nem outra cousa alguma que nojo faça ao correger dos ditos navios, antes esteja sempre em praia despejada na maneira que ora está.» Em carta de 16 de julho do mesmo anno, fez o referido monarcha doação á cidade: «do chão nosso que é na Ribeira da dita cidade, que se começa desde o postigo novo que abriu Lopo Mendes á Tanoaria em frente das suas casas, até á parede das casas de Vasco Anues Côrte Real védor da nossa casa, que entesta com a janella que está no muro das casas de Diogo Delgado almoxarife que foi das nossas tercenas, tirando porém cinco braças de craveira ao longo do dito muro, que se começam do dito postigo para deante contra as casas do dito védor, e de largo tanto quanto sair a nossa tercena, que havemos mister pera hua obra que se hy ha de fazer; o qual chão, tiradas as ditas cinco braças, queremos e nos praz que seja pera serventia, logro, e prol commum da dita cidade, e nom pera nenhuma outra bemfeitoria; e fazendo-se hy, se perca pera nós.» A 19 do mez de agosto seguinte appareceu uma carta de doação do mesmo soberano, feita ao Hospital Real, de todos os chãos e salgados sitos na Ribeira desde as portas da Cruz até ás de Cata-que-farás, e bem assim de um foro de 5$000 réis, imposto em metade d'um chão em Alfama, com metade da agua que ali sae, do qual chão era emphyteuta o conde de Penella. O provedor do hospital mandou tomar posse d'essas doações, afim de as poder aforar. A vereação da Cidade, assim que o soube, representou logo ao soberano pedindo que a concessão se não estendesse aos salgados da Ribeira, pelo muito damno que todo o pejamento estranho ali causaria ao serviço das cousas do mar. O doador attendeu a reclamação, e ordenou em carta de 8 de fevereiro de 1503, que as doações outorgadas ao hospital se não entendessem com o salgado da Ribeira: «desde o canto das

casas do conde de Portalegre (junto ao que é hoje o Arco de Jesus ao caes de Santarem) que vae contra as casas de João de Avellar, até o canto derradeiro descontra as casas de Sautos» Em troca dos chãos e salgados sitos na Ribeira desde o postigo do Furadouro (o actual Arco de Jesus já mencionado) até ao postigo de Alfama, deu a Camara da Cidade ao Hospital Real réis 15$000 annuaes na renda do marco, julgando-se ao mesmo hospital por sentença o resto dos chãos, dos quaes tomou posse por escriptura de 20 de setembro de 1575. A planta de Lisboa, desenhada depois do terremoto de 1755, veiu dar feição completamente nova ao sitio. A Ribeira tomou outra apparencia, e circumscreveu-se em area mais acanhada. O alvará de 2 de janeiro de 1765, ordena ao presidente do Senado, que mande fabricar as obras do mercado delineadas no plano e prospecto assignado pelo conde de Oeiras, para ficar perpetuamente servindo para as vendas publicas, e privativamente pertencendo ás pessoas das profissões n'elle mencionadas. Por alvará de 13 de abril de 1771 mandou el-rei D. José, ou antes o seu ministro marquez de Pombal, edificar na ribeira de S. Paulo um novo mercado, designando o modo da venda e distribuição dos viveres, e aluguer dos logares. As barracas ou cabanas dos vendedores não tinham plano; eram umas baiucas breadas, de tecto esconço, ou de duas aguas, altas e baixas, e mal arruadas. A Camara Municipal determinou reformar este mercado importante, e em julho de 1834 annunciou por edital, e pelos jornaes, a arrematação da obra dos melhoramentos a que mandou proceder na Ribeira Nova. O novo mercado ficou sendo assim conhecido, dando-se ao antigo a designação de Ribeira Velha. Este mercado estava muito arruinado; na sua primitiva fórma era todo calçado e lageado, e occupava uma grande superficie quadrangular, tendo 132 telheiros ou cabanas, com 256 logares. Destinado exclusivamente, como dissémos, á venda do peixe fresco, n'este mercado os logares das vendedeiras gozavam do privilegio de serem vitalicios; como, porém, o numero d'aquellas era menor que o dos logares, permittiu-se por aviso regio de 1771, que se estabelecesse ali a venda de fructas. As primeiras providencias policiaes do mercado fôram determinadas pelo marquez de Pombal, e publicadas no edital do Senado de 30 de julho de 1771. As providencias fôram muito repressivas e, em parte, motivadas por os vendilhões pretenderem collocar cabanas de pião portateis nas ruas que davam accesso ao mercado, difficultando não só a passagem, mas desfeiando a perspectiva da praça da Ribeira Nova, então considerada uma das melhores da cidade. Mais adeante, no terreno que fôra occupado pelo hospital de Todos os Santos, mandou D. José, por alvará de 23 de novembro de 1775, edificar um mercado publico, destinado á venda de fructas e hortaliças. A edificação d'este mercado custou á cidade 10:251$340 réis. O escrivão des arrendamentos, em uma conta que deu ao senado em 1784, diz: «Na Praça Nova, que sendo estabelecida sómente para a venda de fructa e hortaliça, por não haver quem occupasse todos os logares com estes generos, se admittiram depois algumas galliuheiras, e ultimamente toda a qualidade de officios, tabernas e lojas de bebidas, com que se preencheram todos os vãos que se achavam devolutos. A respeito dos logares de fructa, hortaliça e gallinhas, ha preços certos, ainda que ignoro a ordem por que fôram estabelecidos; mas é constante que desde a sua origem fôram taxados: os logares do centro e da parte de fóra a 8$000 réis, e os mais a 6$400 réis; os da parte de dentro, por metade d'estes, e os mais logares que se acham occupados com lojas de bebidas, outras similhantes vendas, não teem regularidade nem avaliação.» Em 1804 construiu-se o mercado da Praça da Figueira, demolindo-se o de Todos os Santos. Permaneceu ainda o da Ribeira Nova que n'esse mesmo anno tinha os logares alugados por 1:406$400 réis. Por deliberação camararia de 5 de janeiro de 1882, mandou-se, por seu turno demolir este mercado, em consequencia de se ter aberto já ao publico o de 24 de Julho. Em março de 1837 a Camara Municipal ordenou obras no mercado da Ribeira Velha.

Lisboa *(Sé de)*. A'cêrca da fundação d'este grandioso edificio, um dos mais importantes dos nossos monumentos historicos, ha muita divergencia entre os historiadores e chronistas. José Cardoso, no *Agiologio Lusitano*, vol. III, pag. 674, diz que D. Affonso Henriques, tomando Lisboa em 25 de outubro de 1147, foi render graças a Deus pela victoria alcançada, e mandara consagrar a mesquita-mór dos moiros a Nossa Senhora d'Assumpção, nomeando para bispo da cathedral D. Gilberto, varão inglez de notoria virtude. Na *Chronica dos conegos regrantes de Santo Agostinho*, parte I, liv, V, cap. VIII, pag. 251, diz D. Nicolau de Santa Maria. que D. Gilberto foi sagrado bispo pelo arcebispo de Braga D. João Peculiar, sendo preferido a todos os outros, por ser considerado a mais digno dos estrangeiros que ajudaram D. Affonso Henriques na conquista de Lisboa. D. João Peculiar acompanhara sempre el-rei no decurso d'aquella guerra; D. Affonso assistira á sagração, e terminada a cerimonia, D. Gilberto fizera juramento de obediencia ao dito arcebispo como primaz das Hespanhas. Sagrado em bispo, D. Gilberto procurara com todo o cuidado tornar ao seu primeiro lustre a egreja de Lisboa, ordenando que os clerigos da sé vivessem em commum na fórma que na egreja catholica tinha de novo introduzido o patriarcha Santo Agostinho, e para habitação dos clerigos que nomeara para conegos da sua cathedral, emquanto se não fazia dormitorio junto á claustra da sé, lhes assignou 80 moradas de casas na rua, que por muito tempo se ficou chamando *dos conegos*, as quaes moradas fôram doadas para este effeito, pelo rei D. Affonso Henriques, juntamente com a metade das rendas, e terras de Marvilla em Santarem para sustentação e vestiaria dos mesmos conegos, como consta da doação do referido bispo D. Gilberto, que vem publicada na parte II da *Historia Ecclesiastica*, de D. Rodrigo da Cunha. Terminados os dormitorios da sé e o refeitorio, viveram os conegos regularmente dentro da claustra. O padre Carvalho da Costa, na *Chorographia Portugueza*, vol. III, pag. 342, diz que, segundo muitos autores, o edificio da sé foi fundado por Constantino Magno, quando aquelle imperador veiu a Hespanha e dividiu os seus bispados; e confirma esta opinião pelo facto da parte interior da sé ser

cercada de varandas e columnas, exactamente como o templo de Santa Sophia, de Constantinopla, que fôra fundado tambem pelo mesmo imperador. Esta egreja está transformada actualmente em mesquita dos turcos. No *Mappa de* vecm umas curiosas observações ácêrca da fundação da sé. No vol. XI do *Archivo Pittoresco*, pag. 91, tambem o abbade de Castro publicou um artigo a respeito da fundação da sé, referente ás opiniões de diversos escriptores. O facto é

Frontispicio da sé de Lisboa

Portugal, de Baptista de Castro, vol. III, pag. 198, da edição de 1870, affirma-se egualmente esta origem, accrescentando-se ter sido a fundação do edificio feita por Constantino, ou por Santa Helena, sua mãe. No livro dos *Monumentos nacionaes*, de Mendes Leal, publicado em 1868, que se não pôde ainda averiguar com exactidão a epoca nem o verdadeiro fundador d'aquelle edificio historico e antiquissimo, mas a tradição mais vulgarmente adoptada é ter sido ali a grande mesquita dos moiros no tempo da tomada de Lisboa, e que o nosso primeiro rei a mudou em

templo christão. A mesquita achava-se quasi obstruida por uma enorme quantidade de cadaveres e feridos, e nos seis dias que decorreram desde 25 d'outubro, em que se deu a batalha, até 1 de novembro, em que se realisou a consagração, tratou-se de limpar e preparar convenientemente todo aquelle recinto para a solemne ceremonia, realizando-se uma pomposa procissão em que se viam muitos padres e bispos, todos vestidos de ricas capas, o rei D. Affonso, com todos os guerreiros pela sua ordem militar, com as bandeiras victoriosas erguidas, e arrastadas as que haviam sido tomadas aos moiros, levadas pelos captivos. Acompanhavam tambem a procissão os soldados estrangeiros e fidalgos do capitão general Guilherme de Longa Espada, muitos grandes senhores, muitas trombetas, sacabuxas e atabales. Todos os antigos monarchas portuguezes protegeram e engrandeceram a sé. D. Affonso Henriques e o bispo D. Gilberto procederam a consideraveis obras, ordenando aquelle soberano em testamento que os moiros de Santarem, e todos quantos estivessem captivos em Lisboa, ao tempo do seu fallecimento, servissem para trabalhar nas obras da cathedral. D. Sancho I, á imitação de seu pae, beneficiou muito a sé, mandando-lhe dar no testamento, feito em 1209, *mille morabitinos* (2:326$000 réis da moeda actual) e mais um calix de ouro. A rai- D. Urraca, mulher de D. Affonso II, tambem no testamento lavrado em 1214, legou ao bispo de Lisboa D. Sueiro Viegas 300 maravedis (réis 697$500), e ao cabido da sé outros 300 para suffragios annuaes. D. Affonso III tambem lhe deixou em testamento, feito em 1271, 1:000 libras (720$000 réis) para obras e paramentos. D. Diniz contemplou a cathedral, no seu testamento, em 1322, com um legado importante. Durante os seculos XII e XIII, parece que se empregou bastante actividade em reedificações e augmentos da egreja: ali estavam estabelecidas as escolas dos conegos e o paço dos bispos. Em 9 de dezembro de 1321 houve um furioso terremoto, que arruinou muito a capella-mór da sé. D. Affonso IV, apenas subiu ao throno, procedeu logo a consideraveis obras de reedificação, as quaes duraram até 5 de abril de 1334, collocando-se então nas *costas da capella-mór* um padrão epigraphico, que vem transcripto na *Historia Ecclesiastica*, de D. Rodrigo da Cunha, parte II, cap. XIV. Em 24 de dezembro de 1337, novo terremoto assolou Lisboa, não causando destroços importantes, mas em 1344 egual catastrophe se repetiu, que arruinou sensivelmente a sé e outros edificios. D. Affonso IV reedificou outra vez o templo, elevando a capella-mór com a maior magnificencia, escolhendo-a para sua sepultura; e na verdade ali foi depositado o seu cadaver, juntamente com a da rainha D. Beatriz, sua mulher, em dois soberbos mausoléos do lado do Evangelho. Em 1356, no dia 24 de agosto, outro terremoto arruinou mais uma vez a capella-mór, tornando o perigo ainda mais imminente um raio que violentamente caiu sobre ella. Reinava D. João I, e nas obras feitas por este monarcha é que, segundo parece, os mausoléos fôram collocados na capella mór. Estes mausoléos, confórme se lê no vol. III do *Mappa de Portugal*, de Baptista de Castro, a pag. 334, da edição de 1763, tinham na face esculpidos alguns martyrios de S. Vicente, e por cima uma figura da Fama com a trombeta na mão, a qual fôra despojo da batalha do Salado, como se deprehende dos versos latinos que se liam na tarja dourada. Os mausoléos tinham os seguintes epitaphios. O de el-rei:

ALPHONSUS NOMINE QUARTUS
ORDINE SEPTIMUS PORTUGALIAE REX.

o da rainha:

BEATRIX PORTUGALIAE REGINA,
ALPHONSI QUARTI UXOR.

Ao lado d'uma das sepulturas estava um painel da batalha do Salado; ao lado da outra, outro painel representando a vinda da rainha de Castella, D. Maria, a Portugal, a implorar o soccorro de seu pae. O tumulo da rainha D. Beatriz achava-se revestido sempre com um rico pano, antiga offerta da rainha de Aragão; tinha sete escudetes de castellos e leões bordados á cabeceira, e outros sete sobre os pés. O terremoto de 1755 tudo destruiu. Do lado da Epistola, fronteira aos dois mausoléos, via-se a capella onde se encerrava o corpo de S. Vicente, o qual fôra transportado do sacro promontorio do Algarve ao porto de Lisboa, e se collocara na egreja em 15 de setembro de 1173. Com o decorrer do tempo, e devido talvez aos destroços dos diversos terremotos e ás muitas reedificações do templo, perdeu-se a idéa da collocação d'essas reliquias, e só em 13 de janeiro de 1614, parece que se descobriram por acaso, no tempo do arcebispo D. Miguel de Castro. Celebraram-se então grandiosas festividades na sé, que duraram desde 14 de março até 15 de setembro do referido anno. O cofre das reliquias, segundo a tradição, tornou a perder-se, porque 78 annos depois, em 1692, descobriu-se novamente, como se lê na vida do arcebispo D. Luiz de Sousa, pag. 231. D. João I ainda mais beneficiou a sua cathedral, elevando-a a sé metropolitana, em 1393, mercê que alcançou do papa Bonifacio IX; era então bispo de Lisboa D. João Annes de Thomar, que por esse facto ficou sendo primeiro arcebispo. Quando morreu em 14 de agosto de 1433, D. João I foi depositado na capella-mór n'um catafalco armado em frente da capella de S. Vicente, onde permaneceu até 25 de outubro, em que se trasladou para o seu jazigo no convento da Batalha. Até ao reinado de D. João V não se encontra nada de notavel ácerca de melhoramentos, ou de novas edificações na sé de Lisboa. Aquelle monarcha, porém, querendo erigir a sua egreja patriarchal, dividiu o arcebispado em duas dioceses, por virtude da bulla *Aurea* de Clemente XI, datada de 7 de novembro de 1716, ficando então a sé com o titulo de arcebispado oriental, constituindo-se o cabido de 8 dignidades: deão, chantre, arcediago de Lisboa, thesoureiro-mór, arcediago de Santarem, mestre escola, arcediago da terceira cadeira e arcipreste; 20 conegos, 4 meios conegos, 12 quartanarios, 10 bachareis e varios capellães. Annos mais tarde, pela bulla *Salvatoris nostri*, de Benedicto XIV, em 13 de dezembro de 1740, foi abolido o titulo de sé, tomando o nome honorario de *Santa Maria*, extinguindo-se juntamente

a dignidade archiepiscopal, que se uniu ao novo patriarchado e metropole de Lisboa, erecto na antiga capella real, ficando supprimidas e extinctas para sempre todas as dignidades, canonicatos, meias prebendas e quartanarias, removendo el rei, por virtude do mesmo *Motu proprio*, a cada um dos conegos que existiam, de seus canonicatos e prebendas, compensando-os no entretanto do prejuizo que soffriam, com outras honras equivalentes do real thesouro, como fôram: aos dignitarios e conegos o habito de Christo, e a cada um dos meios conegos o de S. Thiago; e aos quartanarios o de Aviz, com tenças proporcionadas á sua grandeza, expedindo um decreto ao Conselho da Fazenda em 12 de novembro de 1742, para serem pagas por mezadas pelo thesoureiro da casa da Moeda, e na sua falta, pela thesouraria da Alfandega do tabaco. O dia 17 de novembro de 1742 foi o ultimo em que os conegos rezaram no côro, expirando então totalmente o titulo, habito e residencia. Supprimidas as dignidades e o cabido na egreja de Santa Maria, erigiu-se no mesmo templo uma nova basilica por virtude das bullas *Ea quae providentiae* de Benedicto XIV, passada em 14 de julho de 1741, e a de *Salvatoris nostri*, do mesmo pontifice, ficando os conegos novamente erectos, e os mais ministros subordinados ao patriarchado, e o direito do padroado competindo ao rei. A Basilica Patriarchal de Santa Maria Maior teve principio em 18 de novembro de 1742. (V. *O artigo seguinte)*. Em 1748, por ordem de D. João V, o architecto Antonio Canevari fez collocar na torre do lado direito da sé um grande relogio, que era o chamado *relogio da cidade*. O terremoto de 1755 causou terriveis estragos na sé de Lisboa. Da sua reedificação só se tratou alguns annos depois. Durante este tempo, parece que a egreja se conservou em lastimoso estado de abandono. Tem a data de 22 de abril de 1767 a carta regia dirigida por el-rei D. José ao cardeal patriarcha ácêrca da reconstrucção da magestosa cathedral. O edificio antes do terremoto era bem differente do actual. As suas torres, mais altas que as de hoje, eram sobrepujadas por longos e agudos coruchéos, e no extremo opposto, onde é actualmente o zimborio, erguia-se uma alta torre de ameias, que dava ao conjuncto mais aspecto de castello que de templo. Eram cinco as naves, das quaes fôram interceptadas as duas extremas, certamente para se formar o cruzeiro, dando ao conjuncto mais aspecto de egreja christã, ficando portanto só tres, de architectura ogival, sustentadas em duas ordens de columnas. A galilé, que cobre agora a porta principal, devia ter sido feita posteriormente á epoca da conquista de Lisboa. O templo primitivo constava só do actual corpo da egreja; a capella-mór foi construida depois, talvez ainda por D. Affonso Henriques, mas reedificada por alguns dos seus successores, conforme dissémos. Na *Memoria* do conego aposentado da sé de Lisboa, Luiz Duarte Villela da Silva, publicada na *Revista Universal Lisbonense*, de 1857, n.os 1 a 22, lê-se que nas ruinas do terremoto de 1755 ainda o reverendo conego Villela descobrira vestigios do antigo templo, que demonstrava ter sido d'uma grandeza extraordinaria. Nas costas da capella-mór existiam ainda as bases onde se estribavam os arcos da abobada, permanecendo egualmente as frestas rasgadas. Affirma que não ha duvida que o templo constava de cinco naves, pois na casa onde se revestem os conegos, descobriam-se pedaços de columnas, o que fazia acreditar que as capellas instituidas por D. Affonso IV tinham communicação para o corpo da egreja, e na sacristia continuavam as capellas, e o mesmo do outro lado. Diminuiram, portanto, a largueza e a extensão do templo, estreitando as naves. As obras da reedificação depois do terremoto de 1755, começadas em 1767, duraram seis annos. As antigas e toscas columnas já bem carcomidas pelo fogo, fôram cobertas de estuque, collocando-se-lhes capiteis dourados da ordem corinthia; as abobadas e arcos com molduras, e ornatos em relevo, e pinturas analogas á invocação da Basilica; os altares, lados do cruzeiro, e sobreporta da escada do côro, foram ennobrecidos com primorosos quadros de Pedro Alexandrino de Carvalho. A antiga fórma do corpo da egreja, capella, frontispicio, e torres, não soffreu alteração alguma. Das duas torres quadrangulares que se desenham na frente, uma, a do norte, é antiga. A do sul, onde está o relogio, caiu em parte pelo terremoto, mas foi reconstruida, supprimindo-se em ambas os seus altos coruchéos bisantinos Na do norte ha uma janellinha historica, actualmente muito disfarçada com cantarias modernas. Foi aquella janella, d'onde precipitaram á rua em 1384 o bispo D. Martinho Annes, partidario de D. Leonor Telles. No anno de 1778 foi collocado ao lado direito da porta principal um quadro representando o *Salvador do mundo*, trabalho do mesmo artista, e em 1780 collocou-se o da *Resurreição*, defronte da capella do Sacramento. As ossadas de D. Affonso IV e da rainha D. Beatriz, que se encôntraram nas ruinas, fôram trasladadas provisoriamente para a capella da Senhora da Tocha, e só em 30 de novembro de 1781 voltaram para a capella-mór, para dois tumulos, que se levantaram em substituição dos antigos. Do lado do Evangelho está o de D. Affonso IV, tendo as armas reaes de Portugal, e em remate uma aguia com a legenda *Altiora peto*; no tumulo lê-se a seguinte inscripção:

ALPHONSUS NOMINE QUARTUS,
ORDINE SEPTIMUS PORTUGALLIAE REX,
OBIIT XXVIII MAII MCCCLVII.
PRIORI TUMULO TERRAEMOTU EVERSO,
HUC TRANSLATUS MDCCLXXXI.

Da parte da Epistola está o outro tumulo, o da rainha D. Beatriz, tendo á direita as armas de Portugal, e á esquerda as de Castella; por timbre vê-se uma Phenix em ultimo remate. No tumulo lê-se:

BEATRIX PORTUGALLIAE REGINA,
ALPHONSI QUARTI UXOR,
OBIIT DIE XXV OCTOBRIS ANNO MCCC. XI.
PRIORI TUMULO TERRAEMOTU EVERSO,
HUC TRANSLATA MDCCLXXXI.

O tumulo de D. Affonso IV está hoje occulto pela cathedra patriarchal, e o de D. Beatriz por uns grandes cortinados de damasco, figurando parede, onde se encosta uma credencia. No dia 24 de dezembro de 1781 é que se celebraram os officios divinos na capella-mór da sé, pela primei-

ra vez depois da reconstrucção do templo. Desde aquella epoca até hoje tem-se procedido por vezes a diversas obras na sé, e no anno de 1858, em que as obras fôram mais importantes e mais demoradas, passou provisoriamente o cabido para a egreja de S. Vicente. Por detraz da egreja existe o chamado *Pateo da sé*, com uma entrada para a egreja e outra para a rua do Limoeiro. Este pateo parece as ruinas d'um antigo e bom claustro pela sua esculptura de que ainda se vêem restos, e attendendo ás inscripções que se conservam nas paredes, parece ter sido obra de el-rei D. Diniz. Este claustro esteve até ha poucos annos meio subterrado pelo entulho do terremoto de 1755, com muitas casinhas pittorescas disseminadas em volta, e com uma horta em miniatura no centro. Os trabalhos de reconstrucção, iniciados ha annos, puzeram a descoberto duas alas completas do claustro: a do norte e a de oeste, e uma porção, pequena, da ala do sul. A de léste tinha desapparecido completamente, e no logar d'ella se vê a *charola*. Calcula-se que na reconstrucção feita por D. Affonso IV, depois dos estragos causados pelo terremoto de 1344, este monarcha maudou erguer onze capellinhas em volta da capella-mór. a que se deu o nome de *charola*. Para a realisação d'esta ultima obra é que foi supprimida a ala léste do claustro. Estas capellas estão de ha muito desviadas do seu primitivo fim. Umas servem de cartorios, outras estão fechadas, e uma, a quarta do lado direito, desappareceu para se fazer uma passagem para o claustro. Tambem o mesmo rei instituiu uma especie de asylo, que no tempo se chamava *merciciria*, para recolher doze homens e doze mulheres pobres. Por um decreto de D. Pedro IV, datado de 4 de fevereiro de 1834, foi extincta a Patriarchal, que então estava na Ajuda, e restituidas á Basilica de Santa Maria todas as prerogativas e honras da sé archiepiscopal metropolitana, de que gozava antes da creação da patriarchal por el-rei D. João V. O relatorio do ministro da fazenda José da Silva Carvalho, que interinamente dirigia a pasta dos negocios ecclesiasticos, apresentava as difficuldades de sustentar dignamente a Santa Egreja Patriarchal, lembrando a sua extincção e o engrandecimento da antiga sé, ficando esta com o mesmo numero de dignidades, ministros e conegos, de que primeiro se compunha. Em conformidade com esta reforma, foi passado o citado decreto. Entre as cousas raras que se veneram na sé, vê-se a cruz na escada do côro, impressa em uma pedra, segundo a tradição, pelo leve toque de um dedo de Santo Antonio, quando era menino do côro, para se livrar das tentações do demonio. Na entrada principal acha-se uma lapide mettida na parede em caracteres gothicos com uma traducção em latim em outra lapide fronteira, pela qual consta que fôra feita aquella traducção em 1654, e que contém como esta cidade de Lisboa foi tomada aos moiros em 1147, em dia de S. Chrispim. A' esquerda, entrando a porta principal, encontra-se a pia baptismal onde foi baptisado Santo Antonio. Para commemorar este facto, ainda hoje se lê sobre a porta do baptisterio, em letras douradas o seguinte distico latino:

HIC SACRIS LUSTRATUS AQUIS ANTONIUS ORBEM
LUCE BEAT, PATRIAM CORPORE, MENTE POLUM.

Nos claustros vê-se uma grande cadeira de pedra, cuja origem os nossos historiadores presumem de differentes fórmas, por não haver documento algum que bem a justifique. A cadeira tem no espaldar gravadas a preto umas armas portuguezas, com a data de 1629; em torno nota-se um gradeamento de bicos, que parece ter sido ali posto modernamente, para evitar que alguem se sente. Muitos escriptores tem escripto ácêrca da sé de Lisboa, com especialidade o sr. visconde de Castilho, que trata minuciosamente d'este historico templo, no vol. IV da *Lisboa antiga*.

Sé (Basilica patriarchal de Santa Maria Maior na egreja da). Esta basilica ficou assim constituida: um presidente com habitos prelaticios, cujo logar não tinha collação, e se intitulava *officio*, o qual fôra concedido pelo papa Benedicto XIV, em bulla de *Motu proprio*, passada em Roma a 17 de agosto de 1754, e acceita em Lisboa por monsenhor Bernardes em 8 de outubro do dito anno, e por elle sentenciada em 12 do referido mez; 27 conegos, 20 beneficiados, 12 clerigos beneficiados, 10 padres bachareis, 6 padres capellães, providos em 6 capellas, instituidas na mesma egreja pelo arcebispo D. Miguel de Castro, com obrigação de coro e canto de orgão, e de 26 missas sómente por mez cada capellão; 2 padres capellães, providos em 2 capellas, que instituiu o conego doutoral João de Azevedo, com as mesmas obrigações; 4 padres capellães, providos em 4 capellas instituidas por Antonio Gonçalves Prego, com obrigação de coro; 6 meninos do côro, effectivos, e mais 8 extranumerarios; 2 mestres de cerimonias; 6 contraltos; 3 tenores; 3 contrabaixos; 2 organistas; 1 mestre de musica; 1 mestre da classe de solfa; 3 cursores ou custodios do côro, sem vencimento estabelecido. Uma camara para o governo interior e economico da dita egreja, sua fabrica e sacristia; 3 camararios, dos quaes um era o presidente, e 2 conegos providos todos os annos pelo prelado, a quem tocava primitivamente o governo todo; 1 secretario, que era um beneficiado provido todos os annos pelo mesmo prelado; 1 porteiro, que era um dos cursores; 2 letrados, 1 procurador para cobrar os fóros, e mais 3 para as causas e outras dependencias; 1 escrivão dos emprazamentos; 1 vedor da sacristia, que era um conego; 1 thesoureiro da fazenda, que era um beneficiado, e mais outros empregados de menos importancia. Depois da egreja ser considerada como parochia, a sua administração foi confiada a um cura, que mais tarde, o primeiro patriarcha de Lisboa, D. Thomaz d'Almeida, collou com o titulo de reitor. Na sé existiam então as seguintes irmandades e confrarias: Irmandade do Santissimo, que apresentava 9 capellas de varios instituidores e de varias congruas; Das Almas, com 7 capellães; Da Senhora da Piedade, pertencente aos calafates, com um capellão só para os sabbados, domingos e dias santificados; De Santo Aleixo, com capellão aos domingos e dias santos; De Jesus da Boa Sentença, com duas capellas; De Jesus Maria José. que pertencia aos correios, com seu capellão para domingos e dias santos; Confraria de Sant'Anna, que tratava da festa e do ornato da capella; outra confraria da mesma santa, em uma capella no cruzeiro da egreja, que era dos officiaes da

casa da Moeda; a dos foreiros de Santo Amaro; a dos foreiros da Senhora a Grande; e a de Santo Antonio, pertencente aos meninos do côro. Além d'outras capellas, existiam na sé as seguintes: duas da invocação de S. Sebastião, pertencentes á cadeira da mitra supprimida; uma de S. Bartholomeu, uma de S. Pedro, que d'antes se chamava do Santo Lenho, onde estão enterrados Ruy Figueira, e seu pae, João Gomes da la Higuera, e se deu depois ao bispo de Bona, D. Pedro Fernandes, que lhe fez picar as 5 folhas de figueira, que tinham as ditas sepulturas; as capellas de S. Lourenço e de S. Manços; as que fôram instituidas por D. Affonso IV em 1355, com obrigação de missa quotidiana, e de resarem os capellães no coro o officio divino, ao mesmo tempo que os conegos o cantavam; cerimonias celebradas na capella de Santo Ildefonso. A estas capellas, conhecidas por *Affonsinas*, pertenciam 24 merceeirias, 12 para homens e 12 para mulheres, com obrigação de assistir de manhã e de tarde aos officios divinos. Para habitação dos merceeiros mandou D. Affonso IV edificar um hospicio com divisão, junto ao mar, defronte do Campo das Cebolas, na Ribeira. Antes do terremoto de 1755, este hospicio existia por detraz da egreja de Santo Antonio da Sé, n'umas casas onde muito anteriormente, em 1594, estava um recolhimento para donzellas pobres, e as 12 merceeiras residiam n'umas casas da rua dos Conegos, defronte da porta travessa da egreja da sé, da parte do norte. A rua dos *Conegos* ficava pouco mais ou menos, onde hoje se vêem as ruas de S. Mamede e das Pedras Negras. Alguns fidalgos estabeleceram tambem na sé de Lisboa capellas, que muito beneficiavam, e destinavam para seus jazigos. Entre estes contam-se: D. Gracia, mãe do conde D. Pedro de Barcellos, filho d'el-rei D. Diniz, determinando no seu testamento, lavrado a 17 de dezembro de 1322, que no cruzeiro do templo se instituisse a expensas suas uma capella dedicada a S. Gervasio, junto da de Santa Catharina, ordenando que a sepultassem n'aquelle logar. D. Tareja Annes de Toledo, terceira mulher do conde D. Pedro, e que era dama da rainha D. Beatriz, mulher de D. Affonso IV, deixou tambem, por testamento feito em 7 de dezembro de 1348, ordem para a fundação d'uma capella na sé, annexando-se-lhe um hospital que desejava fôsse estabelecido n'umas casas, que tinham pertencido a sua sogra, a referida D. Gracia, dotando o dito hospital com muitas rendas. O bispo de Lisboa D. Gonçalo Pereira fundou para seu jazigo uma capella junto á porta travessa da egreja. Era uma obra de boa architectura, segundo a tradição. Muitos annos mais tarde ali foi sepultado o mesmo bispo, n'um tumulo alto lavrado de figuras, com a sua estatua em cima, vestida de pontifical. Hoje não resta vestigio algum de tanta grandeza. A capella de S. Salvador pertencia á familia de Alvaro Alpoim, fidalgo que viveu no tempo de D. João I. A capella depois mudou de titulo, tomando a invocação de Bom Jesus. E' esta uma das capellas que está profanada, mas conserva ainda o brazão dos Alpoins O bispo de Lisboa D. João Martins de Soalhães fundou em 1305 a capella de S. Sebastião, de que fôram padroeiros os viscondes de Villa Nova da Cerveira. N'ella está sepultado, n'uma caixa de pedra com tampa, em grande altura, o primeiro arcebispo de Lisboa D. João Annes, que falleceu em 1402. Tambem se sepultaram n'esta capella: o conego da sé Antonio Tavares; outro conego, em cuja lapide se lê unicamente o nome de João, por se não perceber já o resto do nome, e a data do fallecimento, 1354, (1316 da era christã); outra lapide indica a sepultura do alto funccionario Vasque Annes, que floresceu nos reinados de D. Affonso IV e D. Pedro I. O terremoto de 1755 causou enormes estragos na egreja da sé. No *Mappa de Portugal*, de Baptista de Castro, vol. III, e no *Gabinete Historico*, de fr. Claudio da Conceição, vol. IX, veem largamente descriptos esses estragos. Caiu a cupola, e fabrica exterior do zimborio sobre a nave do meio da egreja, e rompendo-lhe a sua fortissima abobada, veiu descançar no plano da mesma nave; a torre do lado do mar, em que estava o relogio, tambem desabou, ficando toda em pedaços. Dentro da egreja caiu a imagem de Nossa Senhora, que estava no altar-mór, separando-se-lhe a cabeça do corpo, a qual foi depois encontrada nos suburbios da cidade em casa d'uma mulher do povo; caiu egualmente no corpo da egreja a imagem d'um crucifixo, que se via no côro de cima, e o magnifico orgão, causando estrondo enorme. O cofre, que encerrava o corpo de S. Vicente, ficou destruido; no seu altar appareceram mais tarde algumas das reliquias dispersas e queimadas. O incendio, que se seguiu ao terremoto, anniquilou todas as imagens, retabulos e ornamentos da egreja; o unico altar que o incendio respeitou foi o da Senhora a Grande, que se conservou incolume; os destroços fôram tambem enormes em todos os pontos da egreja, e em muitas capellas do claustro; o cartorio antiquissimo, que pouco tempo antes havia sido mais bem reorganisado pelo engenheiro-mór Manuel da Maia, ficou reduzido a cinzas. A sacristia não soffreu com o incendio, permittindo assim que se salvassem os ornamentos e alfaias, que estavam ali guardados. Houve algumas victimas. No adro, com o desabamento da torre, morreu o beneficiado Francisco de Salles de Freitas, e outro beneficiado, cujo nome se não sabe, alguns meninos do côro, o conego Ludovice e o beneficiado Lucas dos Santos. Os ministros da egreja, atemorisados, fôram recolher-se n'uma ermida ao Cardal da Graça, onde resaram unicamente um dia os officios divinos; depois passaram para uma barraca proxima, em que resaram sete dias; o cardeal patriarcha concedeu-lhes então a egreja do Senhor Jesus da Boa Morte, onde se estabeleceram em 21 de dezembro de 1755. N'este dia, porém, sentiu-se um novo abalo de terra, muito forte, o qual, pelo grande susto que causou, fez com que se não executasse a ordem do prelado. Em vista d'esta circumstancia, voltaram os ministros da egreja para a barraca da freguezia de S. José, em 24 do dito mez de dezembro, e ali se conservaram até 16 de julho de 1757, passando então para a egreja do Menino Deus, e mais tarde para a de S. Roque. Os capellães das capellas conhecidas por *Affonsinas*, estabeleceram-se por ordem do patriarcha na ermida de S. Vicente Ferrer, ás Olarias, em fevereiro de 1756, indo depois para uma capella junto da antiga, que tinham na basilica de Santa Maria, que escapara ao terremoto. Fr.

Claudio da Conceição, no vol. XIII, pag. 59 do *Gabinete historico*, diz que nos estragos causados na sé, em todas as capellas, officinas e casas interiores, ficou illesa a imagem de Nossa Senhora a Grande, conservando os seus vestidos sem offensa alguma do fogo. Pela sua grandeza, pois tem 10 palmos de altura, assim é chamada, mas a sua verdadeira invocação é Nossa Senhora de Bettencourt. A imagem é de pedra, tendo as roupas semeadas de flôres de ouro, mas adornam-n'a de preciosos vestidos, guarnecidos de ouro com toa lha No braço esquerdo tem o Menino Jesus, tambem vestido, e ambas as imagens teem ricas corôas de prata dourada. Está collocada a imagem n'um tabernaculo de jaspes preciosos, adornado de columnas salomonicas, n'um altar da parte do Evangelho. N'este altar esteve tambem depositada 61 annos a pequenina imagem de Nossa Senhora da Conceição da Rocha, apparecida em 1822 no logar de Carnaxide. Veiu trazida para a sé em solemne procissão no dia 28 de maio d'aquelle anno, e em 30 de setembro de 1883 voltou com grande pompa para Carnaxide para um templo que ali se elevou em sua homenagem. Na egreja havia riquissimos ornamentos, que se perderam com o incendio que se seguiu ao terremoto, e do antigo ornamento branco bordado a ouro, consta que existe sómente o froutal do altar mór e o panno do pulpito; tambem escaparam n'aquella horrorosa catastrophe os ricos ornamentos encarnados bordados a ouro, e os que tinham sido dados pelo arcebispo D. Miguel de Castro. Na invasão franceza desappareceram d'esta egreja banquetas de prata, lampadas, muitos tocheiros e outras alfaias preciosas Em todo o templo e claustros ainda hoje se vêem muitas sepulturas, entre as quaes se notam as dos bispos e arcebispos de Lisboa, pessoas notaveis e fidalgos, fundadores de diversas capellas dos claustros. Essas sepulturas estão largamente descriptas na *Memoria para a historia ecclesiastica de Portugal*, na *Lisboa antiga*, e na *Memoria* do conego Duarte Villela, publicada em 1857 na *Revista Universal Lisbonense*. Citaremos as sepulturas dos seguintes prelados: D. João I, arcebispo de Lisboa, fallecido em 1440, jaz na capella de S. Sebastião; João Rodrigues, deão e conego da sé, nuncio apostolico e collei tor geral n'este reino, fallecido em 1454, tendo o seu tumulo por detraz da capella do Sacramento; D. Pedro, arcebispo, neto de el-rei D. Fernando de Portugal e d'el-rei D. Henrique de Castella, que morreu em 4 de agosto de 1452, jaz na capella do Sacramento; na capella-mór está sepultado o arcebispo D. Martinho da Costa. Proximo d'esta sepultura está a de D. Fernando, filho de D. Affonso, primeiro conde de Penella, arcebispo de Lisboa, capellão-mór dos reis D. Manuel, D. João III e D. Sebastião. Falleceu com 83 annos, em 1564. Junto das grades da capella mór está uma sepultura, cujo epitaphio declara ser de Diogo de Gouveia, doutor em Theologia, reitor da Universidade de Paris, conego da sé, o qual serviu a 5 monarchas de Portugal e a 4 de França. Falleceu em 2 de agosto de 1600. Na capella-mór tambem está sepultado D. Miguel de Castro, que foi governador e vice-rei de Portugal, e falleceu em 1625. A' entrada da porta de ferro, que deita para a rua do Limoeiro, vê-se a capella de S. Bartholomeu, erigida por Bartholomeu Joannes, homem nobre que se distinguiu no tempo de D. Affonso III e de D. Diniz. N'esta capella está sepultado o seu fundador, e na parede existe uma inscripção em gothico, que se não póde ler. Junto á dita porta de ferro, tambem existe a sepultura do cardeal D. Rodrigo da Cunha. O epitaphio já se não póde ler, por estar muito deteriorado com o tempo, está, porém, publicado na *Historia Genealogica da Casa Real*, e na *Lisboa antiga*, vol. IV, pag. 310. Nos claustros, entre o altar de Santo Aleixo e o de S. Miguel, lê-se n'uma grande lapide a seguinte inscripção: «João Falcão de Sousa, conego que foi n'esta sé, erigiu 20 sepulturas para n'ellas se enterrarem os pobres desamparados d'esta freguezia da sé, e lhe deixou dez mil réis de juro no senado da Camara d'esta cidade para d'elles se pagar ao coveiro que abrir as sepulturas, e se dizerem trinta missas cada anno no oitavario dos Santos. O vedor da obra tem incumbencia de cobrar o juro e mandar dizer as trinta missas. Uma escriptura está no cartorio do tabalião, e outro treslado teem os irmãos de Santo Aleixo. Aurelio de Miranda, tabalião do senado fez esta escriptura. Pede-se um padre nosso e uma ave Maria, pelas almas d'estes pobres desamparados.» N'uma d'estas sepulturas, destinadas aos pobres, fôram enterrados os restos mortaes do arcebispo D. João de Sousa, fallecido em 29 de setembro de 1710, por determinação do illustre finado, não conservando epitaphio algum sobre a sepultura. Na capella da Senhora da Piedade da Terra Solta, estão enterrados em sepultura rasa, coberta por uma campa de pedra negra, expressa determinação do arcebispo D. Luiz de Sousa, capellão-mór de D. Pedro II e cardeal da Santa Egreja Romana, os restos mortaes d'este prelado, tendo por epitaphio, escripto unicamente sobre a pedra, determinação tambem do finado, o simples letreiro

Sub tuum praesidium

Esta capella caiu completamente com o terremoto, e ficou cheia de entulho. O beneficiado João Mauricio da Cruz Pombeiro mandou-a desentulhar, e encontrou-se quebrada a pedra que cobria a sepultura, mas o caixão inteiro e muito bem conservado. Esta capella tornou-se notavel por ter sido escolhida, em 1498, para a primitiva séde da Misericordia, quando foi instituida pela rainha D. Leonor e fr. Miguel de Contreras. Na *Memoria para a historia ecclesiastica de Portugal*, a fl 70, lê-se uma minuciosa descripção de valiosas offertas feitas á sé de Lisboa pelos cardeaes D. Jorge, D. Affonso de Sousa; pelos arcebispos D. Jorge, D. Fernando, D. Miguel de Castro, D. Affonso Furtado de Mendonça, D. João Manuel, D. João de Sousa; e pelos bispos D. Manuel d'Almeida e D. Martinho. Antes do terremoto de 1755, conforme se lê na *Chorographia Portugueza*, do padre Carvalho da Costa, vol. III, pag 342, a capella-mór da egreja da sé era de excellente architectura, e das melhores do reino, tendo da parte da Epistola outra mais pequena, toda de pedra embutida, onde estava o corpo de S. Vicente. No cruzeiro viam-se 8 capellas: N. S.ª a Grande, N. S.ª da Pombinha, S. Pedro, N. S.ª da Apresentação, Santa Catharina, Sant'Anna, N. S.ª da Quietação, e Santissi-

mo Sacramento. Nos claustros estavam as capellas que já citámos. Na reedificação da sé inutilisaram-se e profanaram-se algumas capellas, ficando a capella-mór muito differente. A actual é de tecto curvo de volta abatida, tendo nove janellas acima da cornija, a qual assenta sobre pilastras com capiteis jonicos. Ao fundo o altar-mór, com retabulo de Pedro Alexandrino de Carvalho, representando N. S.ª d'Assumpção. Aos dois lados duas tribunas para a familia real, seguindo-se os tumulos de D. Affonso IV e de D. Beatriz, hoje occultos (*V. o artigo antecedente*), e dois enormes orgãos, muito bons e vistosos, com tribuna dourada para os cantores. Em baixo os bancos dos conegos, cobertos de damasco e brocado. No claustro existe a capella de Santo Ildefonso, cuja imagem ainda se conserva no altar. Actualmente é conhecida pela *capella do Presépe*, porque encerra um magnifico presépe de figuras de barro, obra de Machado de Castro, que a fez por indicação d'um beneficiado da sé, chamado Oliveira, o qual depois o offereceu áquelle templo. Junto d'esta capella ha uma porta, que se julga ter pertencido a alguma das capellas supprimidas, sobre a qual se lê

ESTA SANCRISTIA
SE FEZ NO ANNO DE

1629

As duas capellas seguintes estão hoje profanadas; a primeira, que era de *Santa Cecilia*, segundo uns escriptores, e de *S. Cosme e Damião*, segundo outros, serve hoje de gabinete do deão da sé; na segunda, que era de S. Salvador, da casa dos Alpoins, arrecadam-se actualmente alfaias velhas. As de S. João Evangelista e de S. Lourenço servem hoje de arrecadação de paramentos. Sobre a segunda d'estas capellas lê-se a seguinte inscripção: *Os irmãos da irmandade do M. S. Lourenço mandarão reedificar a sua custa esta capella e fazer todas as obras della no anno de 1631.* A que se segue é de N. S.ª de Belem, onde se lê egualmente um letreiro, declarando ter a irmandade mandado fazer obras á sua custa, em 1634. A actual capella do Santissimo Sacramento é de estylo moderno, muito rica e symetrica; tem ornamentação fortemente colorida, bellas alcatifas, flôres, damascos e ouro, onde sobresáe a camara do sacrario. Por cima vê-se um excellente quadro de Pedro Alexandrino de Carvalho, representando a Eucharistia e os doutores da Egreja. Caminhando pela nave esquerda do templo, vindo da capella-mór, encontra-se a sacristia, que é vastissima, toda rodeada de armarios de pau santo com ornamentos de bronze dourado. Tem 4 janellas para o lado do sul, e outras 4 para a nave do templo; entre ellas vêem-se uns nichos com as seguintes estatuas de marmore: Santa Izabel, Santa Engracia, S. Antonio, S. Damaso, S. João de Deus e S. Verissimo. No topo da sacristia está um altar, e na parede fronteira uma fonte de marmore de côres, com tres bicas de bronze. Ao centro a mesa de marmore d'Arrabida, e que serve para preparo do calix e registo dos missaes.

Lisboa (*Sociedade de Geographia de*). V. *Sociedade de Geographia de Lisboa.*

Lisboa. (*Theatros antigos, circos, praças de touros, e outros divertimentos publicos, que já não existem*). Chamavam se antigamente os theatros *pateos das comedias*, e pagavam arrendamento ao hospital real de Todos os Santos, o que formava uma das receitas d'aquella grandiosa casa. Este rendimento proveiu do seguinte alvará, de Filippe I de Portugal, datado de 20 de agosto de 1588, pelo qual foi ordenado: «que n'esta cidade de Lisboa se não possam representar comedias em geral nem em particular, senão nos logares que o provedor e officiaes do hospital assignalaram, e isto pelo tempo de dois annos sómente, que começarão na data d'este alvará em deante, com declaração que não concederão representarem-se as ditas comedias se não mostrando-lhes, os que as houverem de fazer, licença e approvação dos ministros por quem isto correr, para que não sejam indecentes nem prejudiciaes aos bons costumes da republica; e o proveito que d'isso resultar se dispenderá em beneficio dos doentes que se curam no dito hospital.» Não era propriamente um tributo, mas um privilegio, como muitos outros que depois se concederam áquella casa de caridade. O privilegio foi ampliado com mais dois annos, por alvará de 7 de outubro de 1595, mas parece que pouco depois cessára a concessão de se representarem comedias publicamente, pois que por carta de Filippe II, de Portugal, de 9 de abril de 1603, se permittia, *por fazer mercê ao hospital*, que passada a quaresma, *se representassem comedias em Lisboa*, com declaração de que os textos se examinassem e approvassem por um dos desembargadores do paço, e *que os homens que n'ellas entrassem representassem a sua propria figura, e as mulheres do mesmo modo.* Por novo alvará de 10 de novembro de 1612, foi renovada sem limite de tempo a primitiva mercê de 1588, guardadas as condições da de 1595. Tudo mostra que o hospital continuou na posse d'este privilegio, até que os interesses o levaram a pedir remedio contra o prejuizo que estava soffrendo pela representação d'outros espectaculos, não comprehendidos nos citados alvarás. Foi attendido por provisão de 15 de setembro de 1738. O hospital conservou-se no gozo d'este privilegio, até que *por justos motivos* lhe foi revogado, obtendo em compensação, por carta regia de 28 de janeiro de 1743, a esmola annual de 1:300$000 réis, pagos pelo rendimento da Casa da Moeda, com a condição, que se em algum tempo se lhe concedesse de novo o referido privilegio, ou ainda sem intervenção do hospital *se continuarem n'esta côrte as ditas representações de comedias ou operas, ou qualquer outra similhante*, ficando cessada a dita esmola. Por escriptura de 9 de maio de 1591 contratou o hospital com Fernão Dias de Latorre a construcção de *dois pateos*, que este se obrigou a fazer no prazo d'um anno, em logares convenientes, *os quaes seriam cobertos, com suas varandas cobertas de telha e madeira, e com suas paredes de alvenaria e pedraria, e suas portas, e com todas as mais achegas necessarias.* De tudo o que rendessem os pateos e varandas, receberia o hospital duas das cinco partes. Um d'estes pateos foi construido, com o nome de *theatro da Moiraria* ou *pateo da Bitesga*, e já em 11 de julho de 1594, data da primeira receita proveniente de comedias, o hospital recebia: *da*

caixa de Manuel Rodrigues das comedias da Bitesga, 2$320 réis, e da *caixinha das comedias*, parece que do mesmo local, e respectivo aos mezes de novembro e dezembro do dito anno, e janeiro e fevereiro de 159), 85$130 réis. Se notarmos que o total d'estas verbas, 87$450 réis, provinha, na fórma da referida escriptura de dois quintos do rendimento do pateo, sendo relativos aos citados cinco mezes, vê-se que o todo do producto foi de 394$800 réis, o que denota que o theatro da Bitesga era vasto e de consideravel rendimento. Não se conhece desde então documento algum ácêrca da receita propriamente dita d'este pateo, mas sabe-se que se representaram ali os dramas de Antonio José da Silva, que, segundo dizem, para aquelle theatro começou a escrever, notando-se que a revogação do privilegio das comedias, e compensação da esmola de 1:300$000 réis, é de 28 de janeiro de 1743. O theatro ou pateo da *Rua das Arcas* parece ser o mesmo de que ha noticia existir em 1593 com o titulo de *pateo da rua da Praça da Palha*, na freguezia de Santa Justa, por estar situado muito proximo d'este local. O seu primeiro empresario foi o mesmo Fernão Dias de Latorre, a quem se seguiu Antonio da Silva e Sousa. Foi o pateo mais considerado que teve Lisboa. Este theatro soffreu um incendio em 1697 ou 1698, constando ser *em resultado da malevolencia d'uns visinhos que tinham janellas para o pateo*, mas foi reedificado. O hospital, depois do incendio, entendeu que devia adquirir a propriedade, accrescentando-a com o terreno d'alguns predios contiguos, e construindo ali um novo e grande pateo.[1] Ficava este á entrada da rua das Arcas, que ia do Rocio pela rua da Praça da Palha para S. Nicolau, entre os becos das *Comedias* e do *Lopo Infante*. O theatro e a rua das Arcas fôram destruidas pelo terremoto de 1755, sendo a rua eliminada na planta da reedificação da cidade. A rua começava onde corre hoje o segundo quarteirão da rua Augusta, vindo da praça de D. Pedro, e na direcção do terceiro pouco mais ou menos, virando á esquerda, era o beco das Comedias. A administração do theatro, que era por conta do hospital, luctou com muitos dissabores, com as escripturas dos actores e actrizes, além d'outras contrariedades, e pela demanda que sustentou com os religiosos do convento do Carmo, que, não se sabe porque motivo, se apossaram e gozaram durante tres annos de 14 camarotes. Em 1672 o hospital procurou, a custo de grandes sacrificios, mas como salvaterio de repetidas perdas, trazer a Lisboa a companhia do Escamilha, considerada a melhor das que então existiam em Madrid, mas não conseguiu contratal-a, pelas excessivas exigencias do empresario. De 1737 a 1742 fôram seus arrendatarios Luiz Trinité, João de Villa Nova e Antonio Fustier, por 600$000 réis annuaes. Por documentos respectivos a esta casa de espectaculos, parece que as representações até 1716 fôram dadas exclusivamente por companhias hespanholas, e que foi Trinité o empresario que deu as primeiras representações com portuguezes, representando as comedias de Antonio José da Silva, o *Judeu*, cessando assim o constante reportorio de traducções ou imitações do theatro hespanhol e italiano. Pela ordem das datas segue-se a representação das operas italianas, que segundo o seguinte despacho da mesa da Misericordia, de 17 de julho de 1737, *já antes de 1737 tinham logar no theatro junto ao convento da Trindade:* «A mesa, usando do seu privilegio na fórma que lhe é concedido, dá licença ao supplicante para *continuar* em fazer representar operas como até agora no theatro junto ao convento da Trindade, por tempo de dez annos, contribuindo em cada um com setecentos mil réis, para a cura dos enfermos do hospital, pagos aos quarteis.» etc. Estas operas eram as que se haviam introduzido na côrte em 1735, representadas e cantadas por musicos italianos, como declara a provisão de 15 de setembro de 1738. A este theatro davam o nome de *Academia da Trindade*, e ficava, pouco mais ou menos, no actual largo da Abegoaria. O contrato foi feito com Alexandre Pagnetti, que não pôde cumprir as clausulas a que se obrigára allegando em desculpa: «que não podia concorrer com os empresarios das *comedias* italianas, a quem o hospital concedera represental-as *dando-lhe o pateo dos Condes, em que antigamente se representavam em hespanhol, por seiscentos mil réis*, no que, claramente se vê, vieram os *ditos francezes* a ter mais utilidade do que antes tinham, pois então pagavam oitocentos mil réis de aluguer d'umas casas, em que faziam as ditas comedias, e agora se lhes deu casa e privilegio por menos duzentos mil réis, á vista do que se faz preciso ao supplicante expôr a vv. ex.as, que sendo elle o primeiro que fez offerta e lanço para esta casa, e *tendo sido elle quem n'esta côrte principiou com tanta despeza o divertimento da opera*, para o que fez grande empenho de sua casa, por estar um anno effectivo, por causa dos lutos reaes, sem a fazer, por cuja razão, querendo vêr se recuperava alguma cousa no tempo da primavera, se empenha muito mais, como é notorio, em que mostra a experiencia que só nos tres mezes de inverno e entrudo, se póde fazer com esperança de alguma utilidade... *tendo pago um conto de réis pelas casas em que está o dito theatro, e fazer trinta e cinco mil cruzados de despezas certas, para pôr prompto o dito theatro*, e companhias de musicos que esperam.» Pagnetti conclua, pedindo ser alliviado da pensão, ou que se lhe désse chão livre para fazer um theatro capaz, ou que, continuando nas mesmas casas em que estava, se arbitrasse o que deveria dar cada anno, attendendo se a não se lhe dar pateo como se déra aos francezes, e prohibindo-se a estes «andarem fazendo representações em musica, nem ainda a titulo de entremezes, como tambem aos presepios que não possam exceder o tamanho nem qualidade das suas figuras, e que havendo outro qualquer curioso que queira fazer operas, o supplicante lh'o possa impedir, etc.» O hospital deferiu, em 28 de julho de 1737, reduzindo a pensão a 600$000 réis, mas declarando que não podia obstar a que os arrendatarios da comedia representassem como se representava em todas as partes do mundo, nos theatros destinados para comedias, e que procuraria prohibir que nos *theatros de presepio* se não excedesse o costume presente. O empresario não melhorou de fortuna, voltou a pedir a concessão do prazo de dois annos para construir um theatro, pagando durante este tempo 300$000 réis annuaes. Ainda se attendeu a este pedido, mas o empresario só pôde sustentar-se mais seis me-

zes, passando o contrato pelo tempo restante a Antonio Ferreira Carlos. O *pateo dos Condes* continuou a gozar do exclusivo da representação das operas italianas por espaço de 10 annos, que obtivera Paguetti, o referido Antonio Ferreira Carlos, que ainda em 1742 conservava a empresa, pagando annualmente ao hospital réis 600$000. O *pateo dos Condes* parece que ficava aproximadamente no sitio onde se construiu ainda no seculo XVIII o antigo theatro da Rua dos Condes, e hoje se vê o moderno theatro tambem assim intitulado. *O Theatro da Ajuda* era no palacio real do mesmo nome, e foi inaugurado em 4 de novembro de 1737 com a opera italiana. Teve um grande esplendor no reinado de D. João V, e no tempo de D. José chegou a ser considerado um dos primeiros da Europa. Foi construido pelo architecto italiano Carlos Bibiena, que tambem edificou o do Paço da Ribeira (V. n'este vol. pag. 367). O terremoto de 1755 arrazou todos estes theatros, menos o primeiro que teve o titulo de *Bairro Alto*, cujos estragos que soffreu, fôram reparados. Este theatró foi organisado no antigo palacio dos condes de Soure, situado na rua da Rosa e Alto do Longo. Residiu n'este palacio a rainha de Inglaterra D. Catharina, quando enviuvou do rei Carlos II, até ao dia 31 de dezembro de 1705, em que se mudou para o paço da Bemposta, que D. Catharina mandara edificar. O palacio dos condes de Soure ficou deshabitado, e mais tarde começou a alugar-se parcialmente a empresarios de theatrinhos de bonecos e de presepios, formando-se ali um theatro, que tomou o titulo de *Bairro Alto*, por ser este o nome do bairro em que estava collocado. As primeiras representações datam de 1732. Pelo seguinte documento e outros identicos da proveniencia de *bonecos e presepios*, se deprehende que este divertimento esteve em uso por muitos annos: «Pagou Francisco Luiz, por seu fiador Victorino Vaz Gonçalves, por conta do que devia do arrendamento dos *bonecos da casa do Bairro Alto*, réis 120$000, entrando n'aquella quantia 600$000 réis da casa do presepio » No theatro do Bairro Alto tambem houve companhias de canto, dramaticas e tragicas, quando deixou de ter titeres e presepios. Representaram-se ali comedias de Antonio José da Silva, o *Judeu*, de Alexandre Antonio de Lima, de Nicolau Luiz, etc. Depois tornaram-se moda as tragedias de Racine, etc. D. João V mandou vir para Lisboa uma companhia d'artistas italianos, e foi, por assim dizer, aquelle monarcha que vulgarisou entre nós o gosto pelos apparatos scenicos. O primeiro artista decorador do seculo XVIII, Simão Caetano Nunes, era o encarregado de dirigir os trabalhos artisticos. N'este theatro esteve com grande exito a companhia hespanhola de Antonio Rodrigues, homem que era muito estimado pelo clero, pela nobreza, sendo, além de actor, poeta, historiador e philosopho. Tambem aqui se representaram peças magicas de grande espectaculo, com especialidade o *Feiticeiro de Salerno*, com vistas e machinismo de grande effeito, no que trabalharam os artistas italianos Silverio e Stopani, e o citado pintor decorador portuguez Simão Caetano Nunes. No tempo de D. João V déram-se algumas scenas escandalosas, por causa dos amores d'aquelle monarcha com a actriz italiana Petronilla, e a hespanhola Izabel Gamarra. Fôram tão notorias as devassidões e prodigalidades, que bastantes annos mais tarde, a rainha D. Maria I, subindo ao throno em 1777, prohibiu que as mulheres pizassem o palco, sendo os papeis de dama desempenhados por homens. As mulheres só tornaram a tomar parte nos espectaculos, apparecendo pela primeira vez no palco do theatro de S. Carlos em 1799, por autorisação do principe regente D. João, mais tarde D. João VI. Depois da morte de Antonio José da Silva, o *Judeu*, o theatro decaiu muito, e em 1742 tornou a haver representações de bonifrates, e presepio, apresentados por um mestre de pedreiro, chamado Francisco Luiz, que se arvorou em empresario. Alguns annos mais tarde, depois de reparados os estragos feitos pelo terremoto, organisou-se uma sociedade formada por João Gomes Varella, boticario, João da Silva Barros, entalhador, e o mencionado Francisco Luiz. O palacio foi arrendado, procedeu-se a obras, reconstruiu-se o theatro, e principiando os trabalhos em outubro de 1760, conseguiu-se inaugurar os espectaculos no carnaval de 1761. A empresa, parece não ter sido feliz, apezar dos sacrificios que fez, e da grande variedade de espectaculos que apresentava, compostos de dramas, comedias e bailados. No verão de 1770 cantou-se a opera de Goldoni *Il viaggiatore ridicolo*, com musica de Giuseppe Scolari. No outono d'este anno cantou-se *L'incognita perseguitata* com musica de Nicoló Piccini. O theatro do Bairro Alto era frequentado pela primeira sociedade de Lisboa. El-rei D. José assistiu a muitos dos seus espectaculos. No seculo XVIII, depois do terremoto, e no seculo passado, construiram-se alguns theatros, circos, praças de touros, etc., que na maior parte já não existem. Mencionaremos esses em primeiro logar, passando depois aos que ainda se conservam.

Café Concerto. Sala destinada a concertos de cançonetistas francezas, fundada por uma empresa de accionistas. Mais tarde passou a chamar-se *Casino Lisbonense*. Ficava no largo da Abegoaria, no edificio onde actualmente está a importante casa de estofadores e decoradores, sob a firma de Barbosa & Costa. Nas lojas via-se uma espaçosa loja de bebidas e gabinetes; no primeiro andar um grande salão, tendo ao fundo um pequeno palco, e em volta uma vasta galeria. A inauguração realisou-se em 26 de dezembro de 1857, em que se estrearam as cançonetistas Aubigny, Marie, Norbert e Rossy, sendo este espectaculo dado em beneficio das familias das victimas da febre amarella, que n'esse anno assolou a capital. Tambem ali se representaram pequenas comedias francezas. Depois, com o titulo de *Casino Lisbonense*, realisavam-se pelo carnaval bailes de mascaras, que eram muito concorridos. N'aquelle recinto tambem se déram alguns concertos executados pelos nossos primeiros artistas de então. O Casino Lisbonense foi escolhido para conferencias democraticas, que se tornaram celebres. V. *Conferencias* vol. II, pag. 1117.

Floresta Egypcia. Assim se denominava um recinto de diversões publicas, estabelecido na rua da Escola Polytechnica, proximo á egreja de S. Mamede, no palacio de que é actualmente proprietario o sr. Vaz Monteiro. Estas diversões realisavam-se nas salas do palacio, no theatro,

chamado *sala de crystal*, por ser todo envidraçado, e nos jardins. Foi empresario o pyrotechnico italiano José Osti, que viera estabelecer-se em Lisboa com uma importante fabrica de fogos de artificio, em Alcantara, sendo tambem fabricante dos antigos fosforos conhecidos pelo seu nome, que fôram então uma grande novidade, e considerados um grande melhoramento. José Osti organisou em 1852, no mesmo sitio de Alcantara, o *Jardim Mythologico*, onde havia differentes diversões, exercicios de força, balouços, carroussel, balanças de pezar, jogos de todas as especies, bonitos fogos de artificio, etc. Parece que o Jardim Mythologico, por estar distante da cidade, ou por outra qualquer circumstancia, não attrahia concorrencia, e foi então que José Osti arrendou o palacio da rua da Escola Polytechnica, para ali estabelecer o mesmo genero de divertimentos. A inauguração realisou-se em 30 de agosto de 1855. A Floresta Egypcia tornou-se moda. Nos jardins estabeleceram-se as diversões que já existiam no antigo Jardim Mythologico, havendo ainda montanhas-russas por onde se subia e descia por uns elegantes carrinhos de mão. Havia magnifico restaurant e café, grandes bailes nas vastas salas do palacio, que eram muito concorridos, especialmente os de mascaras no carnaval, em que tambem se dançava no theatro, formando a platéa uma brilhante sala, collocando-se a orchestra no palco. N'este theatro deram-se muitos espectaculos publicos. Organisou-se uma companhia dirigida por um actor chamada Francisco Fernandes; esta companhia foi substituida em 1857 por outra, intitulada *Companhia portugueza lyrico-dramatica*. N'este anno tambem ali representaram os zuavos, militares francezes que tinham estado na Criméa, na guerra da Russia contra a Turquia, e que nos descanços dos combates se entretinham a representar pequenas comedias. Eram 6 os executantes, desempenhando dois os papeis de dama. Terminada a guerra, os zuavos percorreram diversas terras estrangeiras exhibindo os seus trabalhos, e vieram tambem a Lisboa, mas então já dois se haviam desligado, e só 4 é que se apresentaram representando no antigo theatro de D. Fernando, indo depois ao da Floresta dar uma serie de recitas. A entrada para o edificio custava 160 réis, sendo pagos em separado todos os differentes divertimentos. Por morte do José Osti, ainda continuou a sua viuva, ligando-se a um socio, a explorar aquella casa de espectaculos, que então se resumia só aos jardins e theatro, que se alugava para recitas de amadores, mas foi caindo em decadencia, para que tambem mui to concorreu a installação do Café Concerto, até que acabou completamente. O theatro era espaçoso, tinha platéa, um palco razoavel, e duas ordens de galerias.

Novo Gymnasio Lisbonense. Existiu no largo do Poço do Borratem, onde hoje se vê uma estancia. Era um barracão de madeira. Os espectaculos consistiam em bailados, quadros vivos, etc. Foi inaugurado em 16 de agosto de 1853, mas pouco tempo durou.

Praça de Salitre. Foi edificada para praça de touros, e ali se déram ainda bastantes touradas, até que se fundou a praça do Campo de Sant'Anna. Ficou então destinada a trabalhos equestres e gymnasticos. Ali esteve uma companhia dirigida por um artista chamado D. José Serrate, que apresentou apparatosas pantomimas representando guerras, outras burlescas, etc. Tambem ali esteve a companhia de Madame Tournour, com os seus quadros vivos que produziam magnifico effeito, etc. Junto ficava o antigo theatro do Salitre, que depois tomou o nome de *Variedades Dramaticas*. Em parte da praça tambem se organisou em tempo um pequeno circo, chamado *Novo Circo de Price*, que teve pouca duração. Quando se formou a Avenida da Liberdade, foi demolida a praça e o theatro, assim como muitas propriedades da antiga praça da Alegria, etc.

Praça de Touros no Campo de Sant'Anna. Existiu esta praça até que se construiu a actual praça do Campo Pequeno. Ali se déram touradas durante muitos annos, sendo um dos maiores divertimentos para os antigos amadores tauromachicos ir nas vesperas das touradas esperar os touros ao Campo Pequeno ou ainda a maiores distancias, e acompanhal-os depois de madrugadas até á praça. Tambem ali se verificaram algumas touradas nocturnas. Houve epoca em que se déram espectaculos gymnasticos e equestres dirigidos pelo italiano Ciniselli.

Recreios Lisbonenses. Foi fundado na quinta do palacio do marquez de Castello Melhor, e destinado a ser um jardim no genero dos antigos tivolis, com jogos, illuminações, serenatas, fogos de artificio, etc. O seu fundador foi Henry Whyttoine, um dos tres palhaços que teve o antigo circo de Price na sua primeira epoca, em 1860. Ficando muito agradado de Lisboa, resolveu aqui permanecer, e estabeleceu uma tabacaria na rua Aurea; por sua iniciativa se organisou uma companhia para a construcção da referida casa de divertimentos, que se tornou mais conhecida pelo nome de *Recreios Whyttoine*. A sua inauguração foi em 6 de novembro de 1875. Existiu ali um circo, theatro, café, restaurant, casa para diversos jogos, alamedas illuminadas, etc. No circo trabalharam companhias gymnasticas, acrobaticas e equestres; e no theatro companhias portuguezas e estrangeiras de declamação e de opereta, principalmente hespanholas de zarzuela. Em 27 de maio de 1882 inaugurou-se com o titulo de *Colyseu dos Recreios*, um novo theatro-circo, organisado na esplanada, por um sarau gymnastico-equestre, dado em beneficio dos Albergues Nocturnos pelo Real Gymnasio Club Portuguez. O Colyseu dos Recreios começou a edificar-se em 6 de junho de 1881, segundo o plano e direcção do architecto Parente. Era um recinto vasto; tinha quatro ordens de logares: cadeiras em torno da arena; fauteuils por detraz das cadeiras, logares de geral, ficando por cima uma ordem de camarotes. Em frente do palco, e por cima da entrada principal do circo, ficavam os camarotes reservados para a familia real, para o proprietario do terreno dos Recreios, e para a direcção da sociedade exploradora dos Recreios Whyttoine. N'este theatro-circo, além de companhias acrobaticas e equestres, trabalharam companhias de opera lyrica, de opereta e de zarzuela. Em 1887 foi demolido para se construir a gare da estação central da Companhia dos Caminhos de ferro Portuguezes.

Theatro da Alegria. Era situado na rua da Alegria. Foi construido por iniciativa de um em-

pregado publico e jornalista de appellido Barata, e d'um militar, do appellido Castanheira. O risco foi dado por João Augusto Barata, auxiliado pelo machinista Antonio Augusto da Silva. O theatro era todo de madeira e ferro Inaugurou-se em 11 de janeiro de 1890, com uma revista do anno de 1889, original do fallecido Baptista Machado, intitulada *FF e RR*. Ali se representou pela primeira vez em 6 de março uma peça de Antonio de Campos Junior, com o titulo de *Torpeza*, que muito agradou; era um brado de indignação pelo *ultimatum* inglez de 11 de janeiro do mesmo anno. Cantava-se n'esta peça a musica de Alfredo Keil, *A Portugueza*, que causava o maior enthusiasmo. Por desintelligencias entre os empresarios o theatro viu-se obrigado a fechar pouco tempo depois, funccionando mais tarde com diversas sociedades de artistas. No fim de varias tentativas d'algumas emprezas, sempre com mau exito, o theatro foi vendido em hasta publica e demolido.

Theatro Apollo. Existiu na rua do Alvito, em Alcantara. Foi construido á custa de quatro socios, que tiveram grande prejuizo. Inaugurou-se em 31 de dezembro de 1895. Passando depois a novo proprietario, reabriu-se em 17 de outubro de 1897, n'uma empresa dirigida por Daniel Alves. Parece que já não existe.

Theatro D. Augusto. Foi construido em Alcantara, no local onde se estabeleceu depois a estação do Caminho de Ferro, por Villar Coelho, que tambem se tornou empresario d'uma pequena companhia. O theatro era todo de madeira. Inaugurou-se em 20 de julho de 1872 com as comedias: *O homem das cautellas*, em 2 actos; *Um annuncio no Diario de Noticias*, e *Gato por homem*, ambas em 1 acto. O theatro deu grave prejuiso, até que fechou.

Theatro do Bairro Alto. O segundo theatro, que existiu com este nome, ficava situado no largo de S. Roque. O palacio do patriarcha, ali existente, ficara completamente derrotado pelo terremoto de um de novembro de 1755, e nas suas ruinas, tanto no largo como no pateo, que então se chamou *Pateo do Patriarcha*, se construiram diversas barracas, e n'um grande casarão que resistira áquella terrivel catastrophe, formou-se o novo theatro do Bairro Alto. O dinheiro para a sua edificação foi fornecido por um tal Dionysio José Monteiro de Mendonça. O fundador chamava-se Roberto José de Mattos, o mestre d'obras Joaquim da Costa, que tambem pintou o scenario Manuel Joaquim da Rocha pintou o panno de bocca. No local do antigo palacio e do theatro vê-se hoje a Companhia de Carruagens Lisbonense. A abertura parece ter sido em 1815 com uma companhia composta, na maior parte, de curiosos; porém fallecendo poucos mezes depois a rainha D. Maria I, teve de fechar o theatro durante o luto de um anno, reabrindo então em 1817. Foi n'aquelle theatro que Almeida Garrett teve a sua estreia como autor dramatico, representando-se em 29 de setembro de 1821 a tragedia *Catão* e a farça *Corcunda por amor*. Por diversas epocas ali se sustentaram companhias francezas, hespanholas e d'opera italiana. O theatro era pequeno, mas ainda assim tinha duas ordens de camarotes, uma varanda corrida por cima da segunda ordem, e platéas superior e geral. O palco deitava para o lado da calçada do Duque. Foi n'este theatro que se déram os primeiros bailes publicos de mascaras que se realisaram em Lisboa, no carnaval de 1823, nos dias 8, 9, 10 e 11 de fevereiro. Em 1836 a Camara Municipal mandou-o demolir.

Theatro de Buenos Ayres. No dia 16 de janeiro de 1808 inaugurou-se um theatro no sitio de Buenos Ayres, mas parece ter tido pouca duração. Fazia parte da companhia Catharina Talassi, que se tornou depois uma distincta actriz, assim como sua filha Carlota Talassi.

Theatro Circo de Price. O inglez Thomaz Price estabeleceu em Lisboa um circo equestre e gymnastico, a que deu o seu nome, o qual se inaugurou no inverno de 1860. Este genero de divertimentos causou grande alvoroço tanto na capital como nos seus arredores, d'onde vinham muitas pessoas assistir aos espectaculos. No entretanto, o Circo de Price não era completa novidade, porque já tinha havido no largo da Annunciada o antigo Circo de Madrid e a praça do Salitre, onde se davam bellos divertimentos de cavallinhos, gymnasticos e acrobaticos. O Circo de Price, porém, tornou-se moda pelos seus variados e escolhidos espectaculos; ali se apresentaram todas as novidades da epoca, notaveis artistas acrobatas, gymnastas e equestres, graciosos palhaços, como os da primeira epoca, Whyttoine, Secchi e Alfan, pantomimas engraçadas, etc. O circo estava construido n'uma horta situada ao principio da rua do Salitre, estendendo-se o muro a todo o comprimento da travessa das Vaccas. A casa tinha frente para a rua, e por onde se fazia a entrada para o circo já existia, tendo estado ali por muitos annos a administração do bairro do Rocio. Thomaz Price aforou a horta, comprou a casa, e fez construir por conta propria o circo e o theatro, que mais tarde deixou de ser seu, em consequencia de hypothecas com que se onerou, indo construir um segundo circo na antiga praça do Salitre. O facto é que o Circo de Price tornou-se um dos divertimentos mais predilectos de Lisboa, e durante dez invernos, seguramente, as suas funcções attrahiram enorme concorrencia. Os rapazes da epoca enthusiasmaram-se tanto por aquelles exercicios gymnasticos, que, por curiosidade, pretendiam imital-os, o que causou desastres, e alguns bem serios, pela falta do estudo da gymnastica. Póde, na verdade, dizer-se, que foi desde a installação do Circo de Price, que se desenvolveu em Portugal o gosto pela gymnastica, e o estudo que faz hoje parte obrigada dos cursos dos principaes collegios de educação. Os bailes de mascaras que se realisavam nos quatro dias de carnaval, eram esplendidos, assim como a mascarada que em um d'esses dias, ordinariamente na terça feira gorda, percorria as ruas principaes da cidade; era de grande comprimento, figurando todos os artistas da companhia com os respectivos trajos dos seus trabalhos, e os cavallos vistosamente ajaezados, cobertos de redes brancas, que chegavam ao chão, indo n'um carro bem adornado a orchestra do circo. No tempo de verão déram-se no theatro espectaculos com companhias portuguezas e de zarzuela hespanholas. A arena transformava-se em platéa, e a orchestra, que nos espectaculos do inverno tocava no palco, tomava o seu logar na frente, como é costume em todos os theatros. Quando o Circo de Price fechou de vez

as suas portas é que se fundou o novo circo, colyseu e theatro, na quinta do palacio do marquez de Castello Melhor. V. *Recreios Lisbonenses.*

Theatro de D. Fernando. Era no largo de Santa Justa, onde hoje se vê o *Hotel Suisso.* Existira ali a egreja parochial de Santa Justa, que se profanara em 1834, sendo a parochia transferida para a egreja do antigo convento de S. Domingos, onde se tem conservado. Foi esse edificio que se transformou em theatro, mandado construir por uma associação, que se tornou empresaria. O theatro ficou mal construido e de má apparencia; a platéa era comprida, mas estreita, tendo tres ordens de camarotes, além das frisas, que formava grande altura, o que lhe dava um aspecto pouco agradavel. O palco tinha se organisado no local da capella-mór do antigo templo. A inauguração realisou-se em 29 de outubro de 1849, anniversario natalicio d'el-rei D. Fernando, cujo nome o theatro havia tomado, representando-se o drama de Scribe, em 5 actos, *Adriana Lecouvreur*, em que entrou a actriz Emilia das Neves, que fazia parte da companhia. O drama agradou muito, e Garrett assistiu ás primeiras representações. A primeira companhia, que ali representou, tinha por director e empresario Emilio Doux, que foi um dos reformadores da arte dramatica em Portugal. A empresa quebrou no fim de sete mezes, e os artistas quizeram trabalhar em sociedade, explorando o theatro por sua conta, mas Emilia das Neves não concordou. Em 22 de julho de 1850 reabriu o theatro, ainda com a direcção de Emilio Doux, pondo em scena com grande successo a opera comica de Scribe, *A Barcarolla*, musica de Auber, sendo a companhia reforçada com artistas cantores. Aquelle theatro foi malfadado, porque o publico pouco affluia, apezar de terem ali representado artistas de fama, e de se darem espectaculos attrahentes pelo merecimento das peças e pelo bom desempenho. Trabalharam tambem n'aquelle theatro algumas companhias francezas de declamação e de opera comica, e hespanholas de zarzuella. As peças pelas companhias portuguezas, que por diversas epocas ali representaram, que obtiveram melhor exito, foi a *Barcarolla*, cuja musica se tornou muito popular, *A Palavra de Rei*, opera comica de Cesar Lacerda, com musica de Carlos Bramão; o *Rei e o eremita*, oratoria de Braz Martins, *O Martyr*, drama de Cesar de Lacerda, *A Revista de 1856*, de Joaquim Augusto de Oliveira, etc. Em 1857 representaram ali os quatro zuavos, militares francezes, que tinham estado na guerra da Criméa, e percorreram algumas terras de França e Hespanha, representando pequenas peças. O infeliz theatro não pôde resistir á sua má sorte, e foi demolido em 1859. Esteve depois ali estabelecido o deposito d'uma fabrica de tabacos, depois o *Hotel Pelicano*, e actualmente o *Hotel Suisso*, confórme dissémos, occupando as lojas do edificio a companhia do Papel do Prado com os seus depositos.

Theatro de D. Fernando. Existiu ha bastantes annos um theatro popular, com esta denominação, na rua do Olival, ás Janellas Verdes, mas pouco tempo durou, parece que por falta de concorrencia.

Theatro da Ilha dos Amores. Estava situado na rua da Fabrica da Polvora, em Alcantara. Fôra improvisado n'uma barraca de madeira e de lona. Inaugurou-se em 26 de outubro de 1867 com o drama de Costa Braga, *Paulo e Maria, ou a escravatura branca.* Foi n'este theatro que se estreou o popular actual actor comico Alfredo de Carvalho.

Theatro do Pateo do Tijolo. Foi construido de madeira no antigo Pateo do Tijolo, junto á actual rua de D. Pedro V, que então se chamava do *Moinho de Vento.* Era seu proprietario o antigo cabelleireiro Villar, pae do que actualmente está estabelecido na rua do Loreto, esquina da rua da Emenda. Pouco tempo durou.

Theatro do Rato. Situado na quinta do Ferreira, ao Rato. Era um theatro popular que se inaugurou no dia 27 de março de 1880, com o titulo de *Novo Theatro das Variedades*, representando-se a comedia em 1 acto *O crime do Bemformoso* e a peça sacra *Martyrio e Gloria ou Torquato o Santo.* O espectaculo não agradou, e a empresa acabou poucos dias depois. Organisaram-se por differentes vezes outras empresas, mas sempre com mau exito. O theatro ardeu, e foi reconstruido em melhores condições Organisaram-se então, por diversas vezes, empresas que não fôram mais felizes, formando companhias populares em que se contavam alguns artistas revelando bastante merecimento, conseguindo ganhar as sympathias do publico. No entretanto, a concorrencia não correspondia aos desejos dos empresarios. Ha poucos annos tomou conta do theatro como empresario o actor Santos Junior; fez-lhe alguns melhoramentos, e começou pondo em scena algumas revistas, com bastante cuidado, e outras peças de espectaculo. Parecia que a fortuna d'esta vez queria proteger esta nova tentativa, mas outro incendio reduziu a cinzas o theatro, e desde então nunca mais se reconstruiu.

Theatro dos Restauradores. Quando se demoliu o Colyseu dos Recreios, na esplanada da quinta do marquez de Castello Melhor, installou-se n'uma das salas do primeiro andar, que se conservava de pé, um pequeno theatro a que déram o nome de *Restauradores*, nome da praça que já então ali se projectava. Déram-se algumas recitas com a opereta *Nitouche*, e parece que mais algumas, mas o theatro teve curta duração.

Theatro da Rua dos Condes. O antigo theatro assim chamado, onde floresceram os nossos primeiros artistas dramaticos, foi construido, ao que parece, entre os annos de 1756 e 1765. Existiam n'aquelle local o *pateo dos Condes*, a cadeia do *Tronco* e o palacio dos condes da Ericeira. O terremoto de 1755 tudo derrotou, e foi em parte d'aquellas ruinas que se construiu o theatro com a direcção e plano do architecto Petronio Mazzoni, tomando o nome antigo, por ficar situado na rua dos Condes Representaram-se ali diversas operas italianas, até que em 1770 foi escripturada a companhia lyrica italiana, de que fazia parte a celebre cantora Zamperini. Com esta artista, que se tornou muito conhecida, não só pelo seu merecimento, como pelos numerosos amantes, e entre os quaes se contavam o conde de Oeiras, filho do grande estadista marquez de Pombal, e o padre José Agostinho de Macedo, déram-se taes escandalos que o marquez a mandou sair de Portugal, e o padre José Agostinho

ficou prohibido pelo patriarcha de entrar no theatro. Os espectaculos constavam até então de operas e bailados, sendo as decorações trabalhos de Antonio Stoppani e do artista portuguez Simão Caetano Nunes, e por elles dirigidos. Os fatos estavam ao cuidado de Domingos d'Almeida. Depois da saida da Zamperini variaram muito o reportorio e o pessoal artistico do theatro. N'um requerimento do empresario Paulino José da Silva, e do dono do theatro, Henrique da Silva Quintanilha, dirigido ao governo de D. Maria I em 15 de setembro de 1780, foi pedida licença para se expôrem ao publico *peças comicas e tragicas representadas por homens*, allegando-se em favor da petição as avultadas despezas que os requerentes haviam feito no theatro, da qual pagavam decima á rainha. Recordava-se tambem o exemplo de D. João V e de D. José I, que assistiam frequentemente ás representações theatraes, approvando-as assim com a sua presença. Teve bom despacho este requerimento. No fim de 1782 estiveram no theatro da Rua dos Condes uns estrangeiros que desempenhavam com bonecos algumas peças comicas, ao que denominavam *representar de improviso*. Constando, porém, na Intendencia Geral da Policia, que estas representações se tornavam um pouco indecentes, Pina Manique mandou aviso para que se emendassem, e continuando os mesmos abusos, o intendente prohibiu-as terminantemente, e allegando a empresa que tinha licença da rainha, Pina Manique respondeu que a licença cessava logo que o espectaculo produzisse escandalo Nos annos seguintes continuou a ser variado o reportorio. Em 21 de fevereiro de 1787 foi remettido ao ministro do reino José de Seabra da Silva pela Intendencia da Policia, o drama sacro ou oratoria, *Martyr Santo Adrião*, que estava licenceado pela *mesa da commissão geral sobre o exame e censura de livros*, para ser levada á scena confórme pediam os empresarios d'aquelle theatro. A arte de representar, no entretanto, havia decaido muito, principalmente pela prohibição das mulheres pisarem o palco, por um decreto da rainha. Desde 1790 até 1792 cantaram-se na Rua dos Condes muitos dos dramas lyricos, que mais agrado alcançavam n'aquelle tempo, nos diversos theatros da Europa. Cantaram-se operas do celebre compositor Giovanni Paisiello, de G. Gazzaniga, etc. A 17 de novembro de 1790 foi festejado o anniversario natalicio da rainha D. Maria I com a representação da *acção dramatica em musica*, *Il templo della gloria*, escripta por Eustachio Manfredi, e musica de Carlos Spontini, mestre de capella Em 1791 passou a ser empresario da Rua dos Condes Francisco Antonio Lodi, que se conservou até 1792, tomando depois a empresa do theatro de S. Carlos, quando se abriu, e onde esteve por muitos annos. A situação d'um empresario, n'essas epocas, não era invejavel, porque os theatros só se podiam manter, recorrendo, muitas vezes, ao expediente das loterias e rifas, que o governo autorisava. No tempo de Francisco Lodi trabalharam tambem artistas portuguezes, dando recitas alternadas com os italianos, que se conservaram até 1782, passando este anno a Rua dos Condes a ser theatro nacional, para que foi nomeado inspector o juiz do crime do bairro do Mocambo. N'esse mesmo anno se abriu o theatro com o drama allegorico *Auspicio feliz*, escripto por José Paulo Henriques de Campos. A 21 de junho de 1793 dizia o intendente da policia ao ministerio do reino, que deveria mandar se tropa regular para os theatros (Rua dos Condes e Salitre, que tambem então funccionava), ficando obrigado o official commandante da força a auxiliar o inspector da casa de espectaculo, para se manter a ordem, e acabar com toda a «conversação, ruido ou quaesquer desordens, que perturbem a representação ou ataquem a qualquer dos espectadores.» Em 1780 era empresario o actor Antonio José de Paula, que requereu ao principe regente D. João, desse ordem á Intendencia da Policia para consentir que duas mulheres tomassem parte nos espectaculos do seu theatro. A concessão não ficou logo decidida por estar doente Pina Manique, mas afinal sempre se fez, porque n'esse tempo já não vigorava o decreto da prohibição das mulheres seguirem a carreira dramatica. Em 1804, tendo morrido Antonio José de Paula, passou a empresa a Manuel Baptista de Paula, que se dizia seu herdeiro. No mesmo anno este novo empresario fez uma escriptura com Francisco José de Faria, que fôra empresario do Salitre no anno antecedente, e tivera enormes perdas, para que ambos explorassem o theatro da Rua dos Condes. Déram-se então questões com os actores e actrizes do Salitre. N'este theatro installou-se a nova empresa Parizini, que se formara de proposito para proteger os artistas dissidentes, escripturando tambem alguns actores que tinham trabalhado na Rua dos Condes até ao carnaval de 1804. Na questão dos actores envolveu-se o architecto e pintor Manuel da Costa, que fôra do Salitre para a Rua dos Condes, mediante escriptura em favoraveis condições, porém Manuel da Costa desaviu-se com o empresario, e voltou para o Salitre. A empresa de Manuel Baptista de Paula conservou-se até 1809, anno em que passou a uma sociedade de actores, continuando sob a sua direcção. Quando em 1808 o exercito francez, commandado por Junot, foi expulso do paiz, depois das derrotas da Roliça e do Vimeiro, os actores da Rua dos Condes tomaram parte no contentamento geral por tão feliz successo, festejando-o nos dias 29 e 30 de setembro e 1 de outubro do citado anno. Para este fim mandaram levantar na frente do theatro um grandioso edificio da ordem composita. Na construcção, que foi illuminada n'aquellas noites, notava-se um grande quadro transparente, de Cyrillo Wolkmart Machado, representando a Lusitania acompanhada pela religião, agradecendo as victorias. O edificio e toda a obra de pintura, menos a dos quadros, eram trabalhos do architecto Joaquim Costa, irmão de Manuel da Costa, que o substituira em 1804 n'aquelle theatro. Nas duas primeiras noites houve só illuminações, na terceira realisou-se recita, e mais nas duas noites seguintes. Por um decreto de 3 de fevereiro de 1812, passado pela regencia do reino, juntou-se a exploração dos theatros da Rua dos Condes e de S. Carlos, por artistas portuguezes e italianos, com subsidios e varios privilegios. A regencia determinou depois que a sociedade da Rua dos Condes passasse para S Carlos, onde seriam executadas, além dos dramas em linguagem portugueza, algumas farças italianas em musica. Estabeleceu tambem que a sociedade se compuzés-

se de artistas e artifices, que entrariam com o seu trabalho, e de particulares, que constituiriam um fundo em acções, sob a direcção de Manuel Baptista de Paula, e a inspecção immediata de Sebastião Xavier Botelho, que era o inspector de S. Carlos. Concedia-se á sociedade o auxilio de oito casas de sortes, o qual seria effectivo até ao carnaval de 1813. N'uma portaria de 11 de março d'este anno determinou-se que o theatro da Rua dos Condes fôsse regulado pela mesma direcção e inspecção que o de S. Carlos, o que indicava que uma só empresa administrava os dois theatros. No mez de setembro d'aquelle anno, terminado um concerto porque o primeiro dos dois theatros passou, propoz o intendente da policia que se não mantivesse essa ordem quando reabrisse a Rua dos Condes, pois que em certos dias, principalmente aos domingos, não poderia o inspector Botelho fiscalisar os dois theatros. Até 1818 teve a sociedade dos artistas e artifices as duas empresas, luctando com difficuldades pecuniarias, de que eram sempre remedio as casas de sortes e loterias. Mas n'este anno ficou só com a da Rua dos Condes. No fim do anno de 1819 veiu do Brazil um proprio a Lisboa escripturar actores para o theatro de S. Pedro, do Rio de Janeiro, e fôram escripturados alguns da Rua dos Condes, que embarcaram pouco depois do carnaval de 1820. Ficando sem estes artistas, a sociedade mandou escripturar no Porto a actriz Ludovina, como primeira dama, e mais uma irmã e dois irmãos d'ella, e o theatro reabriu pela paschoa de 1820, e deu espectaculos até 15 de setembro do mesmo anno, sendo n'esta data retirado o auxilio das casas de sorte pelo governo constitucional que se havia constituido. O theatro continuou a funccionar mesmo sem o subsidio, até ao carnaval de 1821. N'este anno reuniram-se novamente os artistas dissidentes, e formaram uma sociedade com organisação diversa, ficando como director e caixa Manuel Baptista de Paula. Viveu a sociedade com muitas difficuldades pela falta de recursos, até que as côrtes lhe concederam o subsidio annual de 6:000$000 rs., pagos em prestações eguaes; este pagamento nem sempre andava regular por causa da falta de dinheiro que havia nos cofres da Intendencia da Policia e do senado da camara, o que deu causa a repetidas reclamações. A isto se referem varios officios do magistrado superior da policia. Quando em 1826 falleceu D. João VI, fechou o theatro da Rua dos Condes por tres mezes, e durante este intervallo se reuniram os artistas, na maior parte, formando uma sociedade, e ao recomeçarem os espectaculos abriram-se os theatros do Salitre e da Rua dos Condes, mas o resultado das duas empresas foi deploravel. No carnaval de 1827 os actores do Salitre vieram para a Rua dos Condes, formando se então uma companhia importante. O subsidio de 6:000$000 réis continuou a ser abonado, sendo elevado depois a 8:000$000 réis pelo governo do infante D. Miguel. Em 1829 partiram para o Brazil algumas actrizes e actores, ficando a companhia muito fraca, que teve de ser reforçada com o actor Victorino, e outros. Com os succcssos politicos que se déram até 1833 estiveram todos os theatros fechados, e só reabriram no fim de julho d'esse anno, por occasião dos festejos que se realisaram em Lisboa, pela victoria, alcançada pela divisão do duque da Terceira. e a chegada de D. Pedro IV. Os espectaculos depois eram raros, até que no fim de 1834 veiu para a Rua dos Condes uma companhia franceza, conhecida pela companhia de Mr. Paul e madame Charton, vindo tambem Emilio Doux. Causou certa influencia este facto, e a companhia estreou-se em 4 de janeiro de 1835 alcançando grande exito. O theatro começou a ser concorrido pelas principaes familias de Lisboa. A companhia demorou-se até abril de 1837, ficando Emilio Doux, que escripturou alguns artistas portuguezes, attrahiu alguns discipulos, e começou a dar em portuguez a melhor parte do reportorio francez. Emilio Doux prestou grandes serviços ao nosso theatro. Graças ás suas lições, os nossos actores corrigiram-se de muitos defeitos. Com a sua excellente direcção se aperfeiçoaram já então os distinctos artistas Florinda de Toledo, Carlota Talassi, Victorino, Matta, Epiphanio, e se crearam outros, que fôram a gloria do theatro portuguez, como Emilia das Neves, Theodorico, João Anastacio Rosa, pae dos actuaes actores d'este appellido, Tasso, Sargedas, Delphina e outros. Até 1840 se conservou Emilio Doux dirigindo a Rua dos Condes, conseguindo sempre concorrencia aos espectaculos que eram muito variados. Ali se representaram os dramas de Garrett, alcançando grande exito em 1838 o *Auto de Gil Vicente*. Foi uma das epocas mais prosperas que teve a Rua dos Condes. Na saida de Emilio Doux, tomou a empresa o conde de Farrobo, que não foi muito feliz, perdendo importantes quantias, pela fórma fabulosa com que montava as peças e dos grandes ordenados aos artistas. Ali se cantaram então as operas francezas *Fra Diavolo*, *A Dama Branca*, *o Dominó preto*, etc. Em 1844 passou o theatro a ser dirigido por uma sociedade de actores. sendo a direcção composta de Matta, Sargedas, e Caetano José da Silva, marido da actriz Carlota Talassi, e ensaiador o actor Epiphanio. Os principaes artistas sairam em 1846 para o theatro de D. Maria II, que então se inaugurou. N'este anno ainda deu alguns espectaculos com a prestidigitadora franceza Mademoiselle Auguinet. Depois fechou se o theatro, e só em 1852 é que o José Vicente, guarda-roupa, arrendou o edificio, e fez-lhe algumas obras. Formou-se uma associação, que o explorou por bastantes annos, chegando a ter companhias muito boas. O theatro reabriu em 4 de julho de 1852 com a peça em 3 actos *Loucuras da mocidade*. Em 1865 foi o theatro alugado a Francisco Palha, que deu ali uma serie de representações com a excellente companhia que depois veiu inaugurar em 1867 o theatro da Trindade. Seguiram-se diversas empresas, com mais ou menos exito. A ultima epoca theatral foi a de 1881 a 1882, sendo a ultima recita ali realisada a 20 de maio de 1882. O theatro foi demolido; mais tarde improvisou-se ali n'um barracão, uma pequena sala de espectaculos, que teve o titulo de *Chalet da Rua dos Condes*, até que se fundou o actual theatro. No *Occidente*, volumes V e VI, 1882 e 1883, vem um minucioso estudo do velho theatro da Rua dos Condes, pelo bem conhecido escriptor Maximiliano de Azevedo.

Theatro do Salitre. Estava situado na rua do Salitre, defronte do antigo Circo de Price. Teve depois o titulo de *Variedades dramaticas*. Era

seu proprietario João Gomes Varella. Foi construido pelo architecto Simão Caetano Nunes, que, segundo parece, foi o primeiro empresario. O theatro inaugurou-se em 27 de novembro de 1782. O actor, então muito considerado, Antonio José de Paula, que encetára a sua carreira artistica no theatro do Bairro Alto, foi com uma companhia por elle organisada, dar espectaculos no Brazil, de que tirou bom resultado. Regressou em 1794, e tomou a empresa do theatro do Salitre, arranjando uma companhia, em que figuravam os primeiros actores d'aquelle tempo, e havendo a prohibição das mulheres pisarem o palco, os papeis de dama eram desempenhados por actores. Representaram-se dramas e algumas tragedias. Antonio José de Paula escreveu e traduziu bastantes peças que se representaram no seu theatro. Esta empresa inaugurou os seus espectaculos em 2 de julho do referido anno de 1794. Antonio José de Paula falleceu em 19 de maio de 1803, e a empresa passou para Joaquim Francisco de Nossa Senhora e Manuel José Fernandes. As peças continuaram a ser montadas com bastante luxo como no tempo do fallecido empresario. Em 1804 houve desintelligencias entre a empresa e os actores, e alguns d'estes fôram escripturar-se no theatro da Rua dos Condes. Uma nova empresa, dirigida por Parizini, que se formou para proteger os artistas dissidentes, foi recrutar tambem alguns dos actores, que tinham representado na Rua dos Condes no carnaval de 1804. Não sabemos o seguimento d'esta questão, mas em 1806 era empresario um tal Faria, que pôz em scena uma peça de grande espectaculo, intitulada *As Covas de Salamanca*, que deu bella receita no theatro. Em 1821 esteve no theatro do Salitre uma companhia franceza de declamação e dansa. Quando falleceu D. João VI, em março de 1826, os theatros estiveram fechados tres mezes, e durante este tempo formou-se uma sociedade em que entrava a maioria dos artistas, que na reabertura dos espectaculos começaram explorando os theatros do Salitre e da Rua dos Condes, mas a sua tentativa foi muito infeliz e teve curta duração. Annos mais tarde, Emilio Doux deixou a Rua dos Condes, e veiu formar empresa no theatro do Salitre, e quando este reformador do theatro portuguez se retirou para o Gymnasio, ficou o Salitre ao abandono, tendo de quando em quando algumas companhias irregulares e as quaes se não sustentavam. Em 29 de abril de 18 8, inaugurou-se uma nova empresa, sob a direcção do antigo actor Dias, em que se representou o drama *Antony*, de Alexandre Dumas. No fim do anno de 1857 formou-se uma nova associação. O theatro foi completamente restaurado, e tomou o titulo de *Variedades dramaticas*. A inauguração realisou-se em 1 de fevereiro de 1858 com a magica *A Loteria do Diabo*, que obteve um enorme successo, principalmente devido ao actor Isidoro Sabino Ferreira. Seguiram-se outras magicas, tambem com bom exito, *A Corôa de Carlos Magno*, *A Ave do Paraizo*, *O Reino das Fadas*, etc. O theatro desde o seu começo fôra construido com disposição conveniente para os machinismos precisos n'este genero de espectaculos, que na reedificação em 1858 mais se aperfeiçoaram. Veiu depois a empresa, com a direcção de Pinto Bastos, que inaugurou os seus espectaculos em 6 de abril de 1873 com o drama militar em 5 actos *Os Filhos da Republica*. Deram-se depois com bom resultado as magicas *os Amores do Diabo*, *A Pera de Satanaz*, *A Pomba dos ovos de ouro*, etc. Seguiram-se outras empresas, com maior ou menor exito, até que o theatro foi sentenciado a ser demolido por causa das obras da Avenida da Liberdade. A demolição começou em 24 de agosto de 1879.

Lisboa *(Theatros e outras casas de espectaculos que actualmente existem em).*

Colyseu dos Recreios. Situado na rua de Santo Antão. A antiga empresa dos Recreios Lisbonenses, cujo theatro e circo estavam estabelecidos nos jardins do palacio dos marquezes de Castello Melhor e que fôram expropriados para a construcção da estação central dos Caminhos de Ferro, adquiriu uns terrenos que existiam na rua de Santo Antão, terrenos vastissimos e em rampa, e tratou de os apropriar para a construcção d'um grande colyseu. Os trabalhos de desaterro de 16 m. de altura fôram importantes, e demandaram grossas muralhas de supporte, de 6 m. de espessura ao pé, o que consumiu avultadas sommas de dinheiro e tempo. Para fazer face a tão dispendiosas obras concorreu muito a verba que a Sociedade de Geographia entregou, e a indemnisação que a Companhia dos Caminhos de Ferro deu pela demolição dos antigos Recreios. O resto do capital empregado foi obtido por acções e obrigações, tendo os portadores 50 por cento no preço dos differentes logares em um espectaculo por semana. As obras começaram em janeiro de 1888, sob o plano de Goulard, e sendo dirigidas por Manuel Garcia Junior. A construcção metallica foi feita sob a direcção de Castanheira das Neves, sendo a cupola de ferro, uma das cousas mais admiraveis no Colyseu, feita em Berlim por Hein Lehmann. O Colyseu tem a configuração d'um polygono de nove lados, e a grande cupola de ferro assenta sobre as paredes exteriores do edificio, tornando todo o recinto desafogado de columnas, havendo unicamente as que sustentam as duas ordens de camarotes e a grande varanda do *Promenoir*. O recinto do circo armado em platéa, comporta 1:200 cadeiras; a geral, que corre em torno, é em amphitheatro, e está lotada para 2:500 logares. Tem 110 camarotes divididos em duas ordens, havendo na segunda ordem uma galeria. O camarote real fica fronteiro ao palco. O *Promenoir* é uma vasta galeria que corre em volta de todo o recinto. A decoração da sala é muito vistosa. O proscenio é de muito bom gosto, e foi delineado pelo scenographo Machado, e executado sob a sua direcção. O palco tem 30 m. de fundo por 20 de largura. As varandas do ordimento assentam sobre vigamento de ferro. A cavallariça é toda de ferro, fechada em abobadilha á prova de fogo. A fachada é de grande effeito, mas a rua onde está o edificio não a deixa brilhar. O bufete e loja de bebidas tambem são espaçosos. A inauguração realisou-se a 14 de agosto de 1890 com a opera comica *Bocacio*, cantada por uma companhia italiana. Na epoca de inverno funcciona ali uma companhia gymnastica, equestre e acrobatica, e no verão dão-se espectaculos, quasi sempre por companhias italianas ou hespanholas. Desde a sua inauguração tem havido no Colyseu diversas empresas, mas ne-

nhuma se tem podido sustentar; ha bastantes annos, porém, tomou a empresa Antonio dos Santos Junior, actual empresario, que alcançou concorrencia para o Colyseu, e para evitar que o Real Colyseu da rua da Palma o prejudique conserva-o arrendado por sua conta, dando-se ali espectaculos sómente quando assim o entende. Nos ultimos tempos, na epoca de verão, Santos Junior tem escripturado companhias de opera lyrica italiana, com artistas de verdadeiro merecimento. Sendo os preços de entrada convidativos, vae vulgarisando-se assim mais o gosto pela boa musica. Ali se tem cantado operas de Verdi, Donizetti, de Rossini, Meyerbeer, etc. Nas ultimas noites do carnaval costumam realisar-se brilhantes bailes de mascaras, formando um grande salão, vistosamente adornado, o recinto do Colyseu e o palco. Junto e no mesmo edificio do Colyseu está o da Sociedade de Geographia.

Praça de Touros no Campo Pequeno. V. vol. II do *Portugal*, pag. 682.

Real Colyseu de Lisboa. Está situado na rua da Palma. E' um theatro-circo que foi construido em terreno pertencente á condessa de Geraz de Lima, hoje do seu viuvo, sr. conde da Folgosa, por meio de obrigações, estando á frente da empresa Antonio dos Santos Junior, Alexandre Mó e Henrique Diaz. A inauguração realisou-se em 25 de dezembro de 1887. Tendo fallido esta empresa, tomou conta do edificio o sr. conde da Folgosa, escolhendo para administrador do Colyseu o referido Antonio dos Santos Junior, que depois tomou a empresa do Colyseu dos Recreios, que ainda conserva. O Real Colyseu está quasi sempre fechado.

Theatro de D. Amelia. E' o mais moderno dos nossos theatros. Está situado na rua de Antonio Maria Cardoso. Foi construido em 1893, por iniciativa do actor Guilherme da Silveira. O terreno pertence á Casa de Bragança, com a qual foi feito o contrato. Guilherme da Silveira associou-se com alguns capitalistas, entre os quaes o empresario brazileiro Celestino da Silva, o visconde de S. Luiz de Braga, Antonio Ramos e Alfredo Miranda, negociantes no Rio de Janeiro, etc. O constructor foi Luiz Ernesto Reynaud, e a decoração deve-se principalmente aos scenographos italianos Rossi e Manini. As obras começaram em junho de 1893, e a inauguração realisou-se em 22 de maio de 1894, com a opera comica *A Filha do tambor-mór*, cantada pela companhia de opereta italiana Gargano. O theatro interiormente é de bella apparencia, com especialidade no *foyer* e jardim de inverno. Exteriormente é d'uma vulgar simplicidade. A entrada é feita por uma escadaria em meia laranja; a aza direita dá ingresso para a platéa, e a esquerda fica sobre o jardim de inverno. A sala de espectaculo é ampla, sendo um pouco mais apertada para o palco, de fórma a proporcionar a todos os espectadores a vista da scena inteira. Tem uma ordem de frisas, em plano pouco superior á platéa; duas ordens de camarotes, primeiro e segundo balcão, e uma ampla galeria, que circumda a sala, e em frente do palco, ao fundo, em amphitheatro, n'um desdobramento de espaço muito bem calculado para estabelecer logares baratos, mais afastados do proscenio, do que a zona da platéa, a linha de balcões e a cinta dos camarotes. Por cima do vestibulo, e dando sobre uma escadaria por meio d'uma balaustrada curva e dourada, se vê o *foyer*. E' esguio, elegante e luxuoso. Quasi todo em branco e ouro, elevam-se-lhe pelo contorno largas columnas a sustentar o tecto, o qual tem por adorno principal uma pintura recortada, representando uma bailadeira e um amorsito brincando com uma penna de pavão. As paredes vêem-se cobertas por espelhos e paineis. Pequenos amores servem Champagne em taças; o da cabeceira representa um concerto á Luiz XV, obra de Rossi. No jardim amplissimo, vê-se um macisso de palmeiras, coberto de crystal á altura d'um quarto andar, ladrilhado em mosaico; é aqui que está estabelecido um café. O camarote real fica no balcão da primeira ordem, e é encimado pelas armas reaes. O tecto da sala é d'um bello trabalho de esculptura e pintura; tem por centro um florão rendilhado, d'onde pende um lustre, de luz interior, formando uma suspensão de crystal em grinaldas, festões e pingentes. O circulo da composição que abrange todo o diametro da platéa, é repartido em quatro sectores. Os quatro raios que partem em relevo do florão central para a barra da circumferencia, são como as varetas esmaltadas d'um leque, em que joviaes amorsinhos brincam entre filigranas ou sobre lavores de ourivesaria. A pintura central do tecto occupa os quatro sectores, tendo o motivo principal da composição no angulo que abre sobre a linha do proscenio. Cerca de vinte figuras, nymphas e genios tangem e bailam, n'uma choréa aeria. Reclinada n'uma nuvem a figura central do primeiro plano, empunhando um tyrso de que se suspende uma mascara, esparge a sala de flôres, soltando n'um abandono a facha cerulea, que a desveste caindo n'um movimento de bandeira arriada sobre os relevos da cimalha até á bambolina do proscenio. O arco do proscenio é coroado de tres figuras de meninos, agrupados n'uma lição de canto, esculpidos n'um branco de marmore. O panno de bocca veiu de Italia; é um trabalho vigoroso e bem lançado. Representa um concilio de musas n'uma bella paisagem de jardim, em que se salienta a figura da poesia, coroada de louros e empunhando uma lyra. No theatro de D. Amelia tem havido diversas empresas; ali teem representado além dos primeiros artistas portuguezes, diversas companhias estrangeiras, especialmente hespanholas. Tem pisado aquelle palco celebridades artisticas, como a Duse, Novelli, Dora Lambertini, o transformista Frégoli, etc. Ali se déram concertos da capella russa, e outros por diversas notabilidades, actualmente em evidencia.

Theatro da Avenida. Situado na Avenida da Liberdade. Foi construido n'um terreno pertencente a João Salgado Dias, que com Alexandre Mó e Ernesto Desforges levaram ao fim a obra, recorrendo para esse fim á emissão de certo capital em acções do valor de 10$000 réis, com que levantaram a credito outras quantias Estes senhores constituiram a primitiva empreza. O theatro inaugurou-se em 11 de fevereiro de 1888, sabbado de carnaval, com a comedia em 1 acto, *O Tio Torquato*, em que entrou o actor Taborda, e a comedia em 3 actos, *De Herodes para Pilatos*. Mais tarde o theatro foi hypothecado, sendo depois, a requerimento dos crédores, vendido em hasta publica, ficando pertencendo ao dr. Daniel

Tavares. O theatro da Avenida tem tido desde então diversas empresas. Esteve ali em tempo a companhia do theatro do Principe Real do Porto, sendo empresario e director o fallecido maestro Alves Rente. Sousa Bastos tambem teve a sua empreza mais d'uma epoca. O empresario Drumond explorou o theatro com companhias francezas, hespanholas e portuguezas. Ainda outras empresas ali se teem estabelecido, até á que vigora actualmente, dando os seus espectaculos com melhor ou peor exito. O theatro tem boa apparencia; uma ordem de camarotes de balcão, e mais duas ordens de camarotes, amplas platéas, etc.

Theatro do Gymnasio. Está situado na rua Nova da Trindade, antiga travessa do *Secretario de Guerra*, junto ao theatro da Trindade. No seu principio não passava d'um barracão armado em circo de cavallinhos, arlequins, bailarinas, acrobatas, etc. Viera para ali trabalhar uma companhia que funccionara n'um circo que existia na rua da Procissão. A barraca pertencia a João José da Motta, proprietario d'uma officina typographica, estabelecida n'um primeiro andar do Rocio, no local onde hoje se vê a pharmacia Estacio. N'aquella officina foi apreudiz o actor Taborda, que depois se tornou uma das nossas glorias artisticas. Ali se imprimiam cautellas e os cartazes para os theatros de S. Carlos, Rua dos Condes e Salitre. O Motta teve desejos de transformar o circo em theatro, e pediu a Manuel Machado que o auxiliasse, mas possuindo apenas a quantia de 600$000 réis, viam se em serios embaraços. Manuel Machado era fiscal no theatro de S. Carlos, e entendeu se com o empresario, n'aquella epoca, Vicente Corradini, e vencidas as difficuldades que sobrevieram, construiu-se só com aquella importancia um theatrinho, que ficou de tão acanhadas dimensões, que nem a autoridade permittia que funccionasse como theatro publico, o que se pôde conseguir por empenho do conselheiro Silva Canellas, que muito se interessou. A inauguração realisou-se em 16 de maio de 1846, com o melodrama *Os fabricantes de moeda falsa*, em que se estreou o actor Taborda, n'um pequeno papel, e a comedia *Marido que se desmoralisa*. O espirituoso escriptor e folhetinista Julio Cesar Machado, descreveu assim o antigo theatro do Gymnasio: «Era um theatrinho de cartas, sem proporções, sem espaço, sem commodidades, mas alegre, sympathico, especie de creança do povo, pobre, rotinha e risonha, que dá mais gosto vêr, que alguns moninhos frizados, embiocados em arminhos, de olhos franzinos e carinhas de asnos. Theatrinho de occasião, que parecia sair de uma habilidade de berliques e berloques! Tinha duas vistas, uma de bosque, outra de sala, como nos theatros particulares, devia caber tudo e fazer-se tudo ali.» O theatro começou a ter muita concorrencia, mas os successos politicos muito o prejudicaram, obrigando a empresa a suspender os espectaculos. Tres mezes depois reabriu com os actores constituidos em sociedade, tendo por ensaiador Emilio Doux, que viera a Portugal, e se dedicara a reformar a arte de representar, estabelecendo mesmo uma aula de declamação na Rua dos Condes. A sociedade melhorou muito. Doux introduziu em Portugal um genero novo, o *vaudeville*, que agradou immenso. Os socios tambem quizeram explorar a opera comica por conselhos do maestro Miró. Emilio Doux oppoz-se energicamente, allegando que os artistas d'aquelle theatro não estavam em condições de cantar. Miró insistiu, tomando a responsabilidade do exito da tentativa, e a sociedade approvou a proposta de Miró. Emilio Doux, despeitado, deixou o theatro, entrando então para ensaiador o actor Romão Antonio Martins, logar que conservou por muitos annos com a maior competencia. Cantaram-se as operas comicas *A Marqueza*, o *Conselho das Dez*, *A velhice namorada sempre leva surriada*, *O Chalet*, etc. Francisco Palha escreveu uma revista do anno, com o titulo de *Lisboa em 1850*, que foi a primeira peça d'este genero que se representou em Lisboa, e que causou grande enthusiasmo. O theatro do Gymnasio seguia prosperamente, e era frequentado pela primeira sociedade de Lisboa, sendo administrado por uma commissão formada por Manuel Machado, director-fiscal, e os actores Romão e Moniz. As pessoas reaes manifestavam desejos de assistir aos espectaculos do Gymnasio, mas o theatro era de tal ordem que não podia recebel as. Os socios começaram então a pensar em construir um novo theatro, mas faltavam os recursos. O theatro fechou, dando a ultima recita em 2 de abril de 1852, e começou a ser demolido logo no dia 5. Manuel Machado, que foi sempre, por assim dizer, a alma do Gymnasio, conseguiu que o ministro Rodrigo da Fonseca Magalhães auxiliasse a construcção, dando credito á empresa. Os scenographos Rambois e Cinatti prestaram-se gratuitamente a fazer o risco do novo theatro e a dirigir os trabalhos. O mestre d'obras Francisco Vianna Ruas, que fôra empresario de S. Carlos, tomou conta da construcção, fornecendo todo o material e pagando aos operarios. As condições fôram estas: o empreiteiro obrigou-se a dar o theatro prompto a funccionar no prazo de sete mezes pela quantia de réis 12:000$000 réis, paga no prazo de 12 annos, em prestações semestraes de 600$000 réis, sendo 500$000 réis de capital e 100$000 réis de juros de móra. Faltavam ainda os meios para fornecer o scenario, mobilia e outras cousas indispensaveis. Todos os fornecedores se promptificaram a entregar tudo, esperando pelo pagamento. O panno de bocca foi pintado e offerecido generosamente por Cinatti e Rambois, as scenas pintadas por Antonio José da Rocha, e o lustre feito por Imberton, dono d'um estabelecimento de candieiros na rua do Ouro. As pessoas reaes tomaram os camarotes, que ainda hoje conservam, dando 600$000 réis por anno, e mandaram-n'os decorar e mobilar á sua custa. El rei D. Fernando e seus filhos, D. Pedro e D. Luiz, fôram visitar o theatro em obras, tomando grande interesse porque ellas terminassem. A sociedade artistica obteve ainda do Banco de Portugal um credito de 5:000$000 réis. Concluidas as obras no prazo marcado, fez-se a inauguração do novo theatro do Gymnasio a 18 de novembro de 1852, com o seguinte espectaculo: *Monologo de inauguração*, escripto por Mendes Leal, e recitado pelo actor Braz Martins; *O Tio André que vem do Brazil*, comedia em 3 actos; *O Homem das Botas*, em 1 acto; o *Misanthropo*, em 1 acto; e tocou-se uma nova symphonia de abertura, composta por Filippe Joaquim Real, regente da orchestra. A sociedade artistica compunha-se então dos seguin-

tes actores e actrizes: Taborda, Pereira, Moniz, Braz Martins, Areias, Romão, Marques, Ramos, Assumpção, Emilia Candida e Joaquina; scenographo Antonio José da Rocha, Manuel Machado, fiscal, e Isidoro Lima, camaroteiro e thesoureiro. Os artistas escripturados eram Abreu, Cesar de Lima, Joaquim Moniz, Santos, Margarida Lopes, Emilia Letroublon, Maria José de Noronha, Ludovina e Magdalena. O ponto era o Fidanza; os directores da sociedade Taborda, Moniz e Manuel Machado; director da orchestra Filippe Real. Uma das peças que alcançaram grande exito no Gymnasio foi a oratoria de Braz Martins, *Gabriel e Lusbel ou O Thaumaturgo*, que pela primeira vez se representou na paschoa de 1854. Esta peça causou tão grande enthusiasmo que veiu muita gente da provincia de proposito a Lisboa para a vêr. Em 1856 a sociedade luctou com difficuldades por causa da epidemia da cholera morbus, e em 1857 redobraram-se essas difficuldades, motivadas pela febre amarella. Por essa occasião o governo auxiliava-a, dando 24$000 réis por cada espectaculo. Até 1860 o theatro caminhou mais ou menos desassombradamente, mas n'essa epoca, estando pagas todas as letras da construcção do theatro, ainda se deviam ao Banco de Portugal os 5:000$000 réis. Reorganisou-se a sociedade, e contratou-se com o capitalista Veiga um emprestimo de 12:000$000 réis a juro e a cedencia do camarote n.º 17 até final pagamento. D'esse dinheiro pagou-se a divida ao Banco, satisfizeram-se algumas contas pequenas, e distribuiu-se uma parte pelos socios, ficando o resto em cofre para fundo da sociedade. Como as direcções não satisfizessem os socios, foi a gerencia dada exclusivamente ao actor Taborda, que depois a passou a Manuel Machado. As difficuldades então cresceram, as dividas amontoaram-se, alguns socios falleceram e outros abandonaram a casa, ficando a sociedade sómente reduzida a Manuel Machado, Assumpção, Romão, Marques e Emilia Candida. Correndo mal os negocios, Machado propoz aos consocios que desistissem de todos os seus direitos ao theatro a favor d'um capitalista, que lhes garantia 18$000 réis mensaes a cada um. Emilia Candida e Romão não acceitaram, mas os restantes assignaram uma escriptura n'esse sentido. Decorreram mezes, o capitalista não appareceu, o theatro funccionava sob a firma de Manuel Machado, e os socios estavam lesados, nada podendo reclamar sobre a propriedade, porque ella respondia pela divida ao Veiga e a outros muitos. Como salvaterio formou então Machado uma companhia de accionistas, em acções de 100$000 réis cada uma, cuja primeira direcção foi formada pelo visconde de Ribamar, dr. Cunha Seixas e Marques Queiroz. Manuel Machado recebeu 25 acções beneficiarias. A nova companhia empresaria empregou todo o capital em dar maiores dimensões á sala dos espectaculos, e na compra de ricas mobilias e custosas tapeçarias. A 29 de outubro de 1868 reabriu o theatro depois das novas obras, representando-se a opereta em 3 actos. *As Georgianas*, com musica de Offenbach. A nova empresa começou a decair de mez para mez, succedendo-se as direcções umas ás outras. A companhia, vendo-se na impossibilidade de gerir o theatro, por falta de recursos e de credito, começou a alugal-o a diversas empresas, não tendo nenhuma d'ellas alcançado grandes prosperidades De 1 de setembro de 1870 a junho de 1871 foram empresarios Manuel Machado, Cruz, do guarda-roupa, e Cesar de Lacerda; de 1 de julho de 1871 a maio de 1872, foi só Manuel Machado; de 1 de junho de 1872 a 30 de junho de 1873, tiveram a empresa Alfredo de Mello, Couto d'Almeida e Xavier d'Almeida; de 1873 a 1874, foi só empresario Xavier d'Almeida; de 1874 a 1876, tomou conta uma sociedade artistica, de que faziam parte Cesar Polla, Joaquim d'Almeida, Leopoldo de Carvalhho, Emilia dos Anjos e Maria das Dôres. Em 1876 reuniu-se a esta sociedade o actor José Carlos dos Santos. Esta sociedade liquidou em 1877. Em 1 de setembro d'este anno foi o theatro alugado a Ernesto Desforges, que trouxe a companhia italiana de opereta de Achille Lupi e Maria Frigerio, que debutou com a opereta *Pompon*, mas esta empresa não pôde aguentar-se, seguindo-se depois a de José Romano, que durou alguns mezes. Finalmente, em julho de 1878, tomou conta do theatro o empresario José Joaquim Pinto, que se conservou até ha poucos annos, sendo actualmente empresario o actor Valle. As companhias do Gymnasio sempre tem sido compostas de artistas de valor, passando muitos para o theatro de D. Maria II, depois de fazerem tirocinio no Gymnasio, como artistas distinctos Teem concorrido muito para este resultado os bons ensaiadores que tem ali havido, o antigo Romão Antonio Martins e Leopoldo de Carvalho, que ha bastantes annos exerce esse cargo com a maior dedicação e competencia. O edificio pertenceu depois ao tabellião dr. José Justino de Andrade, e é actualmente de seus filhos, os cantores Antonio e Francisco d'Andrade.

Theatro de D. Maria II. Está situado na praça de D. Pedro, com a frente para o sul, no local que se tornou historico por terem estado ali estabelecidos o paço dos Estáos, o tribunal da Inquisição, o palacio da Regencia, o Erario publico e outras repartições do Estado. O theatro foi construido em 1846. O velho theatro da Rua dos Condes era então considerado o primeiro theatro nacional de Lisboa, e desde muito tempo que se trabalhava activamente em construir um outro, que fôsse digno d'uma capital como Lisboa, e que se pudesse chamar, sem vergonha, o primeiro theatro nacional e normal. Era governador civil de Lisboa Joaquim Larcher, um dos maiores influentes, que desde 1836 pensavam n'aquelle grandioso emprehendimento, e é a elle que se deve a iniciativa da edificação do elegante theatro de D. Maria II. Fez-se o risco para a nova construcção, procurou-se logar apropriado, mas os acontecimentos politicos de 9 e 10 de setembro d'aquelle anno fizeram abortar a primeira tentativa de Joaquim Larcher. O novo governo constituido, em portaria de 28 de setembro de 1837, commetteu aquelle cargo a Almeida Garrett, mais tarde visconde d'Almeida Garrett, que entendendo não ser sufficiente a construcção d'um theatro normal para engrandecer a arte e a litteratura dramatica em Portugal, pensou egualmente na instituição d'um Conservatorio, e da inspecção geral dos theatros. A primeira tentativa feita por Garrett tambem falhou, mas a segunda foi ávante, e os trabalhos começaram com a maior actividade. Pensou-se em aproveitar o edificio onde estivera o Thesouro, e que se havia

incendiado em 14 de julho de 1836, para a installação da nova casa de espectaculos. Encarregou-se o architecto Chiari de elaborar a planta e fazer o orçamento da obra, mas como os meios com que a empresa podia contar eram muito precarios, esse orçamento foi feito com a maxima economia em 24:000$000 réis. Pretendeu-se obter esta quantia por meio de subscripção, d'alguns capitalistas, mas não foi possivel, porque a guerra civil havia deixado o commercio e a industria do paiz em misero estado. Algum tempo depois nomeou-se uma commissão para organisar uma companhia por meio de acções de preços mais commodos. Esta commissão era composta pelo conde do Farrobo, Almeida Garrett, Rodrigo da Fonseca Magalhães, Castilho e Caetano Martins. Organisada a companhia, abriu-se uma subscripção. D. Maria II e el-rei D Fernando subscreveram com 10:000$000 réis; o conde do Farrobo com 12:000$000 réis, e varias outras pessoas contribuiram com donativos na importancia de réis 8:700$000, perfazendo um total de 30:000$000 réis. Esperou-se pela sancção do corpo legislativo, o que só se alcançou em 4 de maio de 1839. Tratou-se novamente da escolha do local para a construcção do theatro, por terem sido já vendidas pelo Governo á Camara Municipal as ruinas do palacio incendiado do Rocio, e ficou resolvido aproveitar-se uma parte da cêrca do extincto convento de S. Francisco. O governo encarregou da execução do referido decreto o inspector dos theatros, que era Almeida Garrett, e este ia dar he andamento, quando o conde do Farrobo declarou que não podia constituir a sociedade, mas se o terreno lhe fôsse vendido por baixo preço, ficando o theatro propriedade sua, o edificaria á sua custa, sem o menor auxilio de extranhos nem do Estado. Garrett, que só tinha em mira que o theatro se construisse, insistiu com o governo para acceitar a proposta. Sendo esta apresentada nas côrtes, assim ficou resolvido. As cousas, porém, andaram mal encaminhadas, as clausulas e exigencias fôram crescendo, a ponto que o conde de Farrobo, julgando-se offendido, desistiu de tudo, e ainda d'esta vez nada foi a effeito. Em 1840 Garrett apresentou na camara dos deputados uma nova proposta para a edificação do theatro nacional, ajudando o governo com a parte dos materiaes e o terreno, ficando o resto das despezas a cargo d'uma companhia organisada pelo governo, sendo o capital amortisado de fórma, que o edificio se pudesse considerar para sempre propriedade nacional. Esta proposta foi convertida em lei, que tem a data de 6 de novembro do citado anno de 1840. O governo nomeou uma commissão para formar a companhia e tratar da edificação do novo theatro. Escolheu se definitivamente o palacio do Rocio, que pertencia á Camara Municipal. Sendo examinadas as ruinas, o governo as comprou em 18 de maio de 1841 por 10:000$000 réis. Em seguida abriu-se concurso para a planta do novo edificio. Fôram apresentados seis desenhos, e cujo exame durou até abril de 1842. O governo, tendo readquirido o edificio, dava-o para a construcção do theatro e assim todos os materiaes que estivessem á sua disposição, com a condição de approvar o risco, fiscalisar a obra, e o theatro ficaria sendo propriedade nacional. Levantava se um emprestimo de réis 100:000$000 em apolices de 100$000 réis, ficando o theatro e suas dependencias hypothecados ao pagamento do emprestimo, que tambem era garantido pelo producto do aluguer da casa, pela terça parte de qualquer subsidio annual, pelo producto de quatro beneficios por anno e de tres loterias em tres annos Tratava-se da subscripção e de outras formalidades, quando por desintelligencias com o governo, Almeida Garrett foi demittido do logar de inspector geral dos theatros, em 16 de julho de 1841, o que deu causa a que todos os trabalhos ficassem paralysados Onze dias depois, a 27 de julho, tomou o logar de inspector geral dos theatros o conselheiro Joaquim Larcher. Nenhum dos riscos para a edificação do theatro tinha sido approvado. O architecto italiano Fortunato Lodi offereceu-se para fazer um novo risco, mas a commissão não acceitou. Até ao fim de abril de 1842 nada se fez. N'essa epoca os caixas do contrato do tabaco eram obrigados pela sua escriptura do monopolio a serem empresarios do theatro de S. Carlos; era esta uma das condições expressas do contrato, que os obrigava a graves prejuizos e a grandes desgostos. Querendo livrar-se d'aquelle encargo, os referidos caixas lembraram-se de offerecer 40:000$000 réis para as obras do novo theatro nacional, com a condição de serem dispensados do compromisso a que estavam obrigados. Joaquim Larcher fez nova proposta para a fundação do theatro, a qual foi approvada juntamente com a dos caixas do contrato do tabaco. O risco apresentado por Fortunato Lodi tambem ficou approvado. Dissolveu se a commissão que fôra nomeada, e creou se outra para superintender nas obras, a qual ficou composta do conselheiro Joaquim Larcher, vice-presidente do Conservatorio e inspector geral dos theatros, do inspector geral das obras publicas e Jacinto Dias de Carvalho, thesoureiro. Vencidas ainda algumas contrariedades, começaram em 7 de julho de 1842 as obras da demolição da parte, que se conservava ainda de pé, do palacio incendiado, e em novembro d'esse mesmo anno foi lançada a pedra fundamental do novo edificio. Duraram as obras perto de quatro annos, e no principio de 1846 estavam concluidas, marcando-se o dia 4 de abril, em que se festejava o anniversario natalicio da rainha D. Maria II, para a inauguração da nova casa de espectaculos. A companhia do theatro da Rua dos Condes, que então era composta dos mais distinctos artistas, passou para o novo theatro do governo, e tratou-se da escolha do drama com que se havia de realisar a inauguração. Concorreram ao Conservatorio, áquelle certamen dramatico, 33 producções, porém só fôram admittidos os seguintes dramas: *A vespera d'um desafio*, *O poder dos remorsos*, *Alvaro Gonçalves o Magriço e os doze de Inglaterra*. Os dois primeiros trabalhos ficaram considerados, pela censura dramatica, como dignos de premio pelo seu valor relativo, e *Alvaro Gonçalves o Magriço* teve a classificação de extraordinario merecimento absoluto e relativo, e dignissimo de subir á scena, para solemnisar a abertura do theatro. A inauguração veiu a realisar se no dia 13 de abril de 1846, em que n'aquelle anno se festejava o anniversario natalicio da rainha, por coincidir o proprio dia, 4 de abril, com as festas da semana santa, em que então se prohibiam os espectaculos por 15 dias, desde o domingo de Lazaro

até domingo de Paschoa, inclusivé; o dia 13, segunda feira de Paschoa, era o primeiro em que se permittiam espectaculos publicos, e por isso ficaram assim transferidos todos os festejos e recepções reaes pelo anniversario da soberana. Apezar do honroso parecer da inspecção geral dos theatros, o drama *Alvaro Gonçalves o Magriço* não teve o acolhimento que se esperava. Muitas peças se seguiram, sendo umas recebidas com mais agrado do que outras, até que appareceram os dramas de grande espectaculo: *O alcaide de Faro*, *O Templo de Salomão*, e *A Prophecia ou a queda de Jerusalem*, que attrahiram enormes concorrencias ao theatro, desde 1848 a 1852, chegando a vir a Lisboa muita gente das provincias para assistir áquelles grandiosos espectaculos. A despeza da construcção do novo theatro correu toda por conta do Estado, além dos 40:000$000 réis offerecidos pelos caixas do contrato do tabaco. Incluindo todas as despezas de materiaes que se aproveitaram do palacio incendiado e de alguns edificios que tinham sido já anteriormente demolidos, e as importancias das decorações interiores, sceuario, moveis, guarda-roupa, etc., o custo do theatro de D. Maria II attingiu a 400:000$000 réis, pouco mais ou menos. A fachada principal do theatro é adornada com um elegante peristylo, sustentado por seis grandes columnas da ordem jonica. O frontão, que a corôa, tem no vertice a estatua de Gil Vicente, o creador do theatro portuguez, e nos acroterios as estatuas de Melpoméne e Thalia, as musas da tragedia e da comedia. O tympano é occupado inteiramente por um formoso grupo de figuras em alto relevo, representando Apollo e as sete restantes musas. O desenho d'este grupo é trabalho de Antonio Manuel da Fonseca, lente de pintura historica na Academia das Bellas Artes, que falleceu em 1890. Coube a execução a Cesarino, Lata, Caggiani e Aragão. A estatua de Gil Vicente foi modelada pelo professor de esculptura da mesma academia, Francisco de Assis Rodrigues, e executada por Cesarino. As estatuas de Melpoméne e Thalia fôram desenhadas e modeladas por aquelles dois professores, e esculpidas por Caggiani, Lata, Pedro d'Alcantara e Eça. No friso, por baixo da empena, está um relogio, de mostrador transparente, que se illumina de noite. Sobre as 17 janellas do andar nobre d'esta fachada estão outros tantos quadros moldurados, contendo bustos de poetas e escriptores distinctos, em meio relevo. No attico da mesma fachada vêem-se quatro grandes quadros ou tabellas, tambem moldurados, nos quaes estão representadas em meio relevo as 4 partes do dia: nos dois da parte do oriente o *crepusculo da manhã* e o *meio dia;* nos dois da parte do occidente o *crepusculo da tarde* e a *noite*. O desenho é do referido professor Fonseca, o modelo de Assis Rodrigues, e a execução no marmore de Aragão, Cesarino, Rodrigues, Schiappa Pietra, Lata e Caggiani. A entrada geral para o theatro é pelo lado do largo de Camões, por um atrio sobre o qual se vê uma espaçosa varanda. A entrada para o palco é pelo lado do largo de S. Domingos, por outro atrio egual. A sala é magestosa e brilhantissima, a tribuna real de um effeito maravilhoso. O governo explorou o theatro por muito tempo. Por um decreto, com a data de 28 de outubro de 1847, foi concedido a este theatro um subsidio de 6:000$000 réis annuaes, promulgando dois regulamentos, o do palco e outro sobre a leitura, censura e representação das peças dramaticas. Ha mais de 30 annos que o governo adjudicou o theatro a emprezas particulares, o que ainda hoje se observa. No tempo de D. Pedro V era aquelle theatro o preferido para as recitas de gala; assim nas festas da acclamação d'aquelle monarcha, em setembro de 1855, e depois nas do casamento em maio de 1855, e no dia 16 de setembro, anniversario natalicio do referido soberano, D. Pedro V apresentou-se sempre no theatro normal com toda a côrte. Desde o tempo em que Francisco Palha foi commissario regio no theatro de D. Maria II que nas quatro ultimas noites do carnaval ali se executam bailes de mascaras, tanto no salão que ha na altura da primeira ordem dos camarotes, como na vastissima sala que se organisa juntando a platéa ao palco. Em 1890, por occasião do *ultimatum* inglez, foi n'este edificio que se installou a commissão executiva da grande subscripção nacional para a defeza do paiz, a qual funccionou no salão do theatro que fica na parte occidental. A commissão revestiu de pannos negros a grande varanda, que corre por sobre o atrio, e n'esses pannos se lia em letras brancas: *11 de janeiro—Grande subscripção nacional—Defeza do paiz.* Uma bandeira nacional enlaçada de crepe erguia-se a meio da varanda, e por detraz da bandeira, e sobre a parede do edificio, estava um grande mappa de Africa, onde se destacavam a tinta vermelha os territorios portuguezes, vendo-se n'estes duas manchas negras indicando a parte d'esses nossos territorios que os inglezes nos usurparam. A commissão installou-se no theatro de D. Maria em 24 de fevereiro de 1890, e n'esse mesmo dia publicou um manifesto ao paiz.

Theatro do Principe Real. Está situado na rua da Palma. N'um terreno desoccupado que existia depois da abertura da prolongação d'esta rua até ao largo do Intendente, á esquina da Carreirinha do Soccorro, edificou Francisco Vianna Ruas em 1864, um salão, a que deu o nome de *Vauxhall*, para ali se darem bailes de mascaras nas noites do carnaval, que pouco resultado déram. Como fôsse infeliz na tentativa, aproveitou o mesmo local para entrada e loja de bebidas, e tomando todo o predio da esquina d'aquellas duas ruas, construiu nos fins do mesmo anno um salão para concertos, que veiu a inaugurar-se em dezembro de 1864 com o nome de *Salão Meyerbeer*, sendo a festa musical dirigida pelo professor Arthur Reinhardt. Os resultados não fôram melhores, e por isso o emprezario Vianna Ruas resolveu transformal-o em theatro, e convidou o actor Cesar de Lima a associar-se com elle. As obras começaram em julho de 1865, e proseguiram com actividade, inaugurando se o novo theatro em 28 de setembro, em que completava dois annos de edade o principe real, mais tarde D. Carlos I, tomando o theatro, por esse motivo, o titulo de *Principe Real.* O espectaculo constou da comedia em 3 actos *Dois pobres a uma porta*, outra em 1 acto, *Muito padece quem ama*, e da *Saudação*, poesia de Mendes Leal, recitada por Cesar de Lima. Esta empresa durou dois annos; depois seguiu-se a de Pinto Bastos e José Carlos dos Santos, que inaugurou os seus espectacu-

los em 26 de outubro de 1865 com o drama em 5 actos *João o Carteiro*. Foi n'aquelle theatro, e n'essa empresa, que se cantou pela primeira vez em Lisboa musica de Offenbach, que então flo rescia em Paris: a opereta era a *Gran-Duqueza de Gerolstein*, que se cantou em 1868 com enorme successo, agradando muito a novidade da musica espirituosa e alegre de Offenbach, e o seu desempenho. A *Gran-Duqueza* sustentou-se por mais d'uma epoca em espectaculos successivos, sendo sempre recebida com enthusiasmo. No theatro do Principe Real ainda a empresa Santos e Pinto Bastos apresentou o grande tragico Ernesto Rossi, que deu ali uma serie de representações, attrahindo grande concorrencia, prin cipalmente de artistas, que iam admirar o trabalho do notavel mestre. A companhia era de primeira ordem, especialisando-se tambem a actriz Cazilini e o comico Cavara. O debute foi com o drama *Kean*, seguindo-se o *Hamlet*, *Romeo e Julieta*, *Ruy Blas*, *Othello*, *Mercador de Veneza*, etc. Pouco depois desligou-se Pinto Bastos da empresa, e José Carlos dos Santos associou-se com José Joaquim Pinto, dirigindo o theatro até junho de 1870, em que esta nova empresa passou para o theatro de D. Maria II. A companhia dramatica escolhida, que Santos organisara no Principe Real, executando magistralmente peças como a *Vida d'um rapaz pobre*, *Solteirões*, *O Abysmo*, etc., attrahira ao theatro um publico selecto e conhecedor do verdadeiro methodo artistico. De 1870 a 1871, com a saida de Santos, tornou-se o theatro do Principe Real mais popular, voltando a ser empresarios Vianna Ruas e Cesar de Lima. Parte dos actores da companhia de Santos o tinham acompanhado, e a nova empresa procedeu a escripturar outros artistas. Apresentou-se com grande luxo a magica *Pelle de burro*, que não deu o resultado que se esperava. Nesta epoca declara-se a guerra franco-prussiana; na rua dos Condes represeutou-se com grande exito um drama allusivo, de Augusto Garraio, o *Porta-bandeira do 99º de linha*, e a empresa do Principe Real lembrou-se tambem de pôr em scena um drama n'este sentido, e apresentou o drama militar *O Cerco de Paris*, que deu enchentes successivas. Foi depois outra vez empresario Pinto Bastos, que ali se conservou até 1877, sal vo uma epoca em que Baptista Machado teve a empresa com outro socio. O reportorio tornou-se muito variado, constando os espectaculos de dramas, operetas, magicas, etc. N'esta empresa, em fevereiro de 1875, apresentou-se no theatro do Principe Real a companhia hespanhola de zarzuela de D. João Molina, e n'esse mesmo anno a companhia dramatica italiana de Celestina Paladini, que alcançou grandes triumphos. A despedida foi uma das festas mais enthusiasticas que se déram n'aquelle theatro. Os jornalistas, tendo á frente Teixeira de Vasconcellos, offereceram a Paladini uma lindissima corôa. Durante a direcção de Pinto Bastos esteve no theatro do Principe Real a companhia franceza de opereta, em que vieram as cantoras Margueritte Preciosi e Marie Denis, que se tornaram muito queridas do publico. A companhia deu 150 recitas, sempre com enchentes. N'essa epoca era moda ir ao theatro do Principe Real. Depois d'uma serie de representações da companhia de Celestina Paladini, esteve em março de 1876 a do actor Dominici e actriz Barach, e em setembro de 1877 a de Jacinto Pezzana Gualtieri, artista dramatica de grande merecimento, que representou a *Maria Stuart*, e outros dramas, que receberam fartos applausos. Na epoca de 1875 a 1876, n'algumas recitas extraordinarias, entraram alguns dos nossos primeiros artistas, como Emilia das Neves, Anna Pereira, Rosa (pae), etc. Tambem ali déram uma serie de espectaculos Furtado Coelho e Lucinda Simões. Em 1878 Sousa Bastos e o actor Dias, do Porto, tomaram a empresa, e apresentaram a opereta *Verde Gaio*, com musica de Alves Rente, *A Princeza Azulina*, e outras. Desde o fim do anno de 1879 até á actualidade teem sido empresarios os srs. Ruas, filhos do constructor do theatro. Obedecendo ás imposições da commissão que passou vistoria ás diversas casas de espectaculo de Lisboa, o proprietario do edificio, João Antunes Borges, mandou fazer-lhe grandes obras e melhoramentos. O *Consultorio de engenharia civil* contratou este trabalho, que se realisou sob a direcção do engenheiro João Candido de Moraes. Estas obras importaram em 25:000$000 réis, aproximadamente. Sem augmentar o tamanho da sala, modificaram-se muito as condições de commodidade para o espectador. A pintura do tecto foi trabalho do pintor decorador José Maria Pereira Junior; tem frisas e tres ordens de camarotes. A inauguração da epoca de 1882 fez-se em 15 de dezembro com o drama em 5 actos, *Filha e mãe*, de Paulo Giacometti, traduzido por Maximiliano de Azevedo, e a comedia *Cabellos de minha mulher*, traducção de Gervasio Lobato.

Theatro da Rua dos Condes. Situado na Avenida da Liberdade, esquina da rua dos Condes. Foi edificado no local do antigo theatro d'aquelquelle nome, ficando com a entrada principal para o lado da Avenida, onde era o antigo palco. O actual dono do terreno e do edificio é o bem conhecido commerciante Francisco Grandella. O projecto para a construcção foi confiado ao desenhador da Camara Municipal Dias da Silva, e a construcção da obra ao constructor João Pedro dos Santos. Fez-se uma emissão de titulos de 10$000 réis, com garantia de entrada por meios preços nos espectaculos, quatro vezes por mez, e amortisaveis cada anno por sorteio. A inauguração realisou-se em 23 de dezembro de 1888, com um monologo da apresentação do theatro, recitado pelo actor Taborda, uma allegoria *Hontem e hoje*, escripta por Baptista Machado; e a opereta em 2 actos, *As duas rainhas*, traducção de Sousa Bastos e Joaquim Augusto de Oliveira, com musica de Luiz Dalhunty. O espectaculo não agradou, recebendo porém muitos applausos o actor Taborda, no monologo. A empresa pertencia então a Salvador Marques e Casimiro d'Almeida. O edificio tem a frente principal, como dissémos, para a Avenida da Liberdade, entra se n'um vestibulo com tres amplas portas, que dava ingresso para um espaçoso salão-bufete, cujo tecto era muito vistoso e de grande effeito, sendo pintado em estylo arabe por Augusto Gameiro. Do vestibulo partem duas largas e elegantes escadarias, por onde se sóbe para os camarotes, e que d'antes tambem se subia para as platéas. A sala de espectaculo é ladeada por uma varanda que corre ao longo da fachada do lado da rua dos Condes, para onde o theatro tem

5 rasgadas janellas. No salão da platéa ha largas janellas sobre a Avenida. A decoração da sala, incluindo o tecto, proscenio e panno de bôcca, é trabalho dos scenographos Eduardo Reis e Julião Machado. Do lado do palco ha tambem grandes janellas para a varanda lateral, e no primeiro pavimento, espaçoso e de grande altura, ficam os camarins dos artistas. As duas fachadas do edificio são de aspecto elegante, sendo todas de cantaria extrahida das pedreiras da Batalha. O theatro passou mais tarde por uma grande transformação, quando ali se tornou empresaria a actriz Lucinda Simões. O botequim desappareceu, e a platéa desceu ao nivel da rua; formaram-se balcões, mas o terreno acanhado não permittiu que se déssem as precisas commodidades aos artistas e aos espectadores. Diversas emprezas teem explorado aquelle theatro, que ultimamente se tem dedicado a pequenos espectaculos populares, realisando dois em cada noite.

Theatro de S. Carlos. Está situado no largo d'este nome, fazendo esquina para a actual rua de Serpa Pinto e para o largo do Picadeiro. Em 1792, os capitalistas Joaquim Pedro Quintella, Anselmo José da Cruz Sobral, Jacinto Fernandes Bandeira, Antonio Francisco Machado, João Pereira Caldas e Antonio José Ferreira Sola, formaram uma sociedade para se proceder á edificação d'um theatro digno de Lisboa, que até então possuia os do Salitre, Rua dos Condes e Bairro Alto. Quintella, depois barão d'este titulo, cedeu o terreno, de que era proprietario, com a condição de ter sempre, tanto para si como para os seus descendentes, um grande camarote na ordem nobre, ficando considerado para todos os effeitos como exclusivamente propriedade sua. Este camarote ficava junto ao proscenio, tendo varias salas, e entrada independente para o lado da rua Nova dos Martyres, hoje de Serpa Pinto. El-rei D. Fernando o arrematou em hasta publica, em 1880, por 21:970$000 réis, quando se procedeu ao espolio do 1.º conde do Farrobo, que fallecera em 24 de setembro de 1869. Por morte d'el-rei D. Fernando, comprou-o a sr.ª condessa d'Edla, sua viuva, a qual o mandou dividir em dois camarotes, um para seu uso e outro para alugar. O risco do theatro de S. Carlos foi elaborado pelo architecto José da Costa e Silva, sendo copia do theatro de S. Carlos, de Napoles, que depois ardeu em 1816. A direcção e a inspecção das obras fôram confiadas a Sebastião Antonio da Cruz Sobral, sendo mestre das obras Joaquim Pereira. Auxiliou muito a construcção o intendente geral da policia Pina Manique, e é a elle que se deve, em grande parte, a rapidez e economia com que o edificio foi feito, porque, na verdade, começando as obras em 8 de dezembro de 1792, seis mezes depois estava o theatro prompto a funccionar. O custo das obras, incluindo os trabalhos do aterro do Picadeiro, o paredão da rua do Outeiro, hoje de Paiva de Andrade, e largo de S. Carlos, foi de 165:845$196 réis. O sr. F. Fonseca Benevides, no seu importante livro *Real Theatro de S. Carlos*, descreve minuciosamente as verbas de despeza. A inauguração devia effeituar se em 29 de abril de 1793, mas ficou addiada por não estarem concluidas as obras, vindo a realisar-se em 30 de junho do mesmo anno, com a opera de Cimarosa, *La ballerina amante*, tendo tomado a empresa Francisco Lodi, de sociedade com André Lenzi. A opera foi cantada pelo tenor Guariglia, pelo baixo bufo Marchesi e pelos sopranistas Caporalini, Caravanna e Olivierio. N'este tempo era expressamente prohibido, por um decreto de D. Maria I, que as mulheres representassem ou cantassem nos nossos theatros. Os papeis de dama eram, portanto, desempenhados pelos sopranistas, ou homens a quem tinham supprimido os orgãos sexuaes para impedir o desenvolvimento da larynge e o engrossamento da voz. Eram conhecidos e escripturados como cantores *castrati*. A prohibição das mulheres pizarem o palco durou até ao fim do seculo XVIII, tendo, por grande excepção, durante este tempo, cantado n'um concerto em 24 de janeiro de 1795 a brasileira Joaquina Maria da Conceição Lapinha, e em 18 de fevereiro de 1797, Thereza Melazzi. Fôram as duas unicas mulheres que pizaram o palco de S. Carlos até ao fim do anno de 1799, em que o principe regente D. João concedeu que os papeis de dama continuassem a ser desempenhados por mulheres. Durante a empresa de Francisco Lodi, em 1797, houve tambem representação de comedias e dramas portuguezes de declamação, e n'aquelle mesmo anno funccionou uma companhia de funambulos portuguezes, que inaugurou os seus espectaculos em 28 de julho. Nas noites de festa, que em S. Carlos se effeituaram, fôram as decorações do architecto romano Vicenzo Manzzoneschi, que foi quem construiu o theatro de S. João, do Porto, inaugurado em 13 de maio de 1798. Quando o principe regente D. João concedeu que as mulheres representassem, eram empresarios o *virtuosi* Caporalini e Crescentini. As primeiras damas, que se escripturaram, fôram Marianna Albani e Luiza Gerbini, sendo esta ultima uma grande professora de rabeca, de que deu um concerto em 5 de junho de 1799. Pela demencia de D. Maria I, tomou o titulo de regente do reino, em 15 de junho de 1799, o principe D. João. Fizeram se grandes festas para solemnisar aquelle acto. Em S. Carlos houve tambem uma esplendida funcção promovida por Diogo de Pina Manique, que se realisou em 2 de julho d'aquelle anno, compondo-se o espectaculo do drama *Julio Sabino* e da dança *Conquista de Florida Branca*, e uma poesia em honra do principe regente, recitada por Luiza Gerbini. Para abrilhantar mais a festa, Manique offereceu a todos os convidados refrescos, doces e vinhos. A empresa de Caporalini e Crescentini durou só uma epoca, 1799 a 1800, passando depois á de José Durelli e do conde da Ribeira Grande, que acabou pelo carnaval de 1801. De 6 de abril a 6 de julho de 1801, foi empresario o dr. Joaquim José de Sousa Bahiana; de 1801 a 1802 voltou Crescentini com uma companhia de artistas, até ao carnaval de 1802. Francisco Lodi tomou a empresa até ao carnaval de 1805, e Jacinto Fernandes Bandeira e J. Pereira Caldas fôram empresarios até ao carnaval de 1808. Durante a invasão franceza, o general Junot obrigou Francisco Lodi a tomar novamente conta da empresa, e por sua ordem houve recita de gala em S. Carlos, a 5 de agosto de 1808, em honra de Napoleão, cantando-se a opera *Demoofonte*, de Marcos Portugal. A empresa acabou em 1809, mas o intendente de policia Lucas de Seabra e Silva, a obrigou a conservar se até fevereiro de 1810. De 1810 até ao

carnaval de 1812 teve a empresa uma sociedade de artistas. D'esta data até 1818 pertenceu o theatro a Manuel Baptista de Paula & C.ª, de sociedade composta de actores, artifices e accionistas, como ordenava o decreto de 3 de fevereiro de 1812. (V. *Theatro da Rua dos Condes*, n'este vol. pag. 417). O theatro, porém, esteve fechado durante um anno de luto nacional, pelo fallecimento da rainha D. Maria I, e reabriu em 5 de julho de 1817. De dezembro de 1818 a dezembro de 1820 fôram empresarios Luiz Chiari e Mari; em 1821 a maio de 1822, Antonio Simões Mayer, e depois até janeiro de 1823 João Baptista Hilberath e Margarida Bruni; de janeiro a junho d'este anno o governo nomeou uma commissão administrativa para dirigir o theatro, a qual era presidida pelo barão de Quintella. Os mesmos Hilberath e Margarida tiveram de novo a empresa até junho de 1825; até 1828, foi Antonio dos ministros, tendo já começado o primeiro acto, todos se levantaram, até a rainha D. Maria II e el-rei D. Fernando, e o marechal teve uma estrondosa ovação, interrompendo-se o espectaculo por tres quartos de hora. De 1855 a 1856 foi a empresa de Martins & C.ª e depois Ruas & C.ª, de 1856 a 1860 tomou o governo conta da empresa, representado pelo commissario regio D. Pedro Brito do Rio; Vicente Corradini voltou a ser empresario, de 1860 a 1861; Frescata & C.ª, sendo o socio Campos Valdez, 1861 a 1864; Cossoul & C.ª (sociedade com Campos Valdez e Guilherme Lima e depois Bento da França), 1864 a 1873; Ferreira & C.ª (sociedade com Castro Pereira e depois dr. Troni), 1873 a 1876; Pacini & C.ª (com uma sociedade por acções) 1876 a 1879; Freitas Brito & C.ª, 1879 a 1883; Governo, commissario regio Campos Valdez, 1883 a 1884; Campos Valdez, 1884 a 1889; herdeiros de Campos

Real Theatro de S. Carlos

Marrare o empresario; em 1828, Margarida Bruni; de 1834 a 1836 Antonio Lodi; de 1837 a 1838 Antonio Porto; 1838 a 1840 o conde do Farrobo; Freitas Guimarães e Brandão, caixas do contrato do tabaco, 1841 a 1842; Vicente Corradini e Domingos Lombardi, janeiro a abril de 1843; A. Gomes Lima & C.ª, maio de 1843 a setembro de 1844; Vicente Corradini, 1846 a 1850; Cambiajo & C.ª, sociedade com Lucotte e Frescata, 1850 a 1852; Domingos José Marques Guimarães, sendo director A. Porto, 1852 a 1854; Yorck & C.ª, 1854. N'este anno foi o governo autorisado, por carta de lei de 5 de agosto, a comprar o theatro de S. Carlos, pagando 50:000$000 réis nominaes, em inscripções, aos liquidatarios do contrato do tabaco, findo em 1817. Em 15 de março de 1851 houve uma recita memoravel em S. Carlos, por se apresentar ali pela primeira vez o marechal duque de Saldanha, que tomara conta do governo, depois da queda do ministerio do conde de Thomar. Saldanha entrou no camarote Valdez, representados por Augusto Machado, Augusto Fuschini e Mattoso da Camara, 1889 a 1892. N'este anno a empresa deu se por fallida, o governo retirou o subsidio ao theatro, e em dezembro do mesmo anno tomou o theatro por concurso o emprezario Freitas Brito. Nos ultimos annos tem sido empresario Giuseppe Paccini. Do livro *Real Theatro de S. Carlos*, já citado, transcrevemos a seguinte descripção: «O edificio confina, pelo norte onde tem a fachada principal, com o largo de S. Carlos, pelo poente com o largo do Picadeiro, pelo nascente com a rua Nova dos Martyres, hoje de Serpa Pinto, e pelo sul com uma quinta e predio contiguos. Na frente, tem ao centro tres pavimentos; no primeiro está o salão de entrada, o qual tem 16,ᵐ37 de comprimento e 8ᵐ,73 de largura, cujo tecto foi pintado por Cyrillo Wolkmar Machado, representando o precipicio de Phaetonte; o pavimento é de marmore, em xadrez branco e azulado. Hoje as decorações d'este salão reduzem-se a simples es-

tuques com armas e ornatos. No segundo pavimento está o salão nobre, que só foi concluido em 1796, e que então se chamava o *Salão das oratorias*. Chamava-se assim por se representarem ali operas sacras durante a quaresma. Era concessão feita por D. Maria I, revogando a ordem que anteriormente déra, da prohibição de espectaculos na quaresma, sendo estes permittidos unicamente com a condição de serem operas sacras, e cantadas no salão superior. A primeira opera que se cantou, foi *Santa Elena nel Calvario*, de Caetano Zola, em 28 de fevereiro de 1796. O salão era das mesmas dimensões que o anterior, e tem tres portas para o terraço que deita sobre o largo de S. Carlos. Nas extremidades leste e oeste d'este salão havia dois coretos. No terceiro pavimento do corpo central da fachada, ha um salão com tres janellas, destinado á pintura de scenas, e que tem as mesmas dimensões das anteriores. Este corpo central tem quatro columnas da ordem dorica. Sobre as duas portas lateraes do salão, que deitam para o terraço, estão esculpidas duas cornucopias com o caduceu de Mercurio, e sobre a porta do meio a seguinte inscripção:

CARLOTAE
BRAZILIAE PRINCIPI
QUOD FELICEM STATUM REX P.
THEAT. AUSPICATO EXTE
AUCT. DIO. IGN. PIN. MANIQ. P.P.
OLYSIPONENSES CIVES
SOLIC. AMORE ET LONGA FIDE
ERGA. DOMUM AUG. PROBATI
IN. MON. PUBLICAE LAETITIAE
C
ANNO MDCCXCIII

O salão inferior tem tres portas que ficam por baixo do terraço, o qual descança sobre arcadas de cantaria, em cujos arcos posteriormente se puzeram grades de ferro. Ao centro na parede superior do frontispicio está um relogio com o mostrador transparente. Nos lados da fachada ha quatro pavimentos, a saber: do lado direito, ou poente, está no primeiro um botequim; no segundo esteve primitivamente uma sala de bilhar, e hoje é um gabinete pertencente á tribuna real; no terceiro estava um botequim; o quarto era uma dependencia da guarda-roupa; do lado esquerdo, do oriente, está no primeiro piso a casa do camaroteiro e bilheteiro; no segundo era o escriptorio e suas dependencias, hoje está ahi tambem a sala de ensaios ao piano; no quarto estavam arrecadações. Em 1880 começaram obras para reunir o salão do segundo pavimento ás salas dos corpos lateraes, para formarem um grande salão para concertos e bailes de mascaras. Dois grandes vasos e as armas reaes corôam a parte mais elevada do frontispicio. A sala dos espectaculos é de fórma elliptica, graciosa e mui bem traçada: os elementos d'esta ellipse são: eixo maior=23,^{m}6; eixo menor=16,^{m}6; excentricidade=8,^{m}6; o fóco sonoro fica a 0,^{m}55 da actual ribalta, sobre a orchestra; a sala tem de comprimento até á ribalta, 20^{m},26, e tem de altura 15,^{m}40. Contém cinco ordens de camarotes, que primitivamente eram doze por ordem, deseguaes, sendo de menores dimensões os tres perto do proscenio; em 1850 construiram-se duas frisas por baixo da tribuna, com a designação das letras *A*, *B*, nos logares onde antes estavam os soldados de policia. A tribuna occupa o espaço de tres camarotes em altura e tres em largura; por cima estão as varandas, que tambem occupam uma torrinha de cada lado; as tres seguintes fórmam as galerias. Primitivamente, as ordens eram designadas por primeira, segunda, terceira, quarta e quinta, partindo debaixo para cima, de modo que a segunda ordem das forçuras, como então se dizia, era a ordem nobre; n'este andar, do lado do nascente, os dois camarotes de bocca, ou do proscenio, fórmam um só camarote, que não tem numeração, e que pertencia com as salas annexas ao barão de Quintella. Mais tarde, o nome de forçuras desappareceu, e ficou transformado em frisuras, para os camarotes do primeiro pavimento, convertendo-se depois no de frisas, que ainda dura; tambem o uso fez designar a ordem nobre por primeira ordem, e successivamente diminuiu de uma unidade a numeração das ordens superiores, ficando as frisas fóra das *ordens*. A bôcca da scena mede 14,^{m}21, junto á sala, 13,95 na ribalta, e 13,^{m}20 do lado interior da scena, e é guarnecida de cada lado com duas columnas de madeira da ordem composita, tendo entre ellas uma figura allegorica, dourada, a *Virtude* e o *Costume*. Sobre o vão recto do frontispicio na frente do palco está um relogio com mostrador. O primitivo panno de bôcca foi pintado por Cyrillo Wolkmar Machado; o exterior dos camarotes, tecto da sala, e algumas scenas, por Manuel da Costa, que tambem dirigiu a construcção do palco scenico; o interior da tribuna foi pintado por Giovanni Appiani. Algumas scenas da primeira opera fôram pintadas por Gaspar José Raposo, e as das danças por Antonio Baila.» O camarote real junto ao proscenio foi construido muito posteriormente, no tempo do reinado de D. Miguel, que nunca o utilisou. O theatro era illuminado a sebo e a azeite, e só em 1850 é que principiou a ter illuminação de gaz, que actualmente está substituida pela luz eletrica. A primeira illuminação era feita por meio de candelabros, lustres, e placas dispostas em torno da sala, sendo mais tarde substituido o systema por um grande lustre para azeite, collocado ao centro da sala. No theatro de S. Carlos teem cantado por differentes epocas os principaes cantores italianos de reconhecido merito, e que se tornaram celebres, assim como celebridades européas, tanto musicaes como dramaticas. Ali teem realisado concertos Paganini, Listz, Arthur Napoleão, Saint-Saens, Vianna da Motta, e muitos outros; artistas dramaticos: Salvini, Rossi, Adelaide Ristori, Elvira Pasquali, a Chamont, Dupuis, Italia Vitaliani, etc.

Theatro da Trindade. No local onde hoje vêmos esta elegante sala de espectaculos, existiam diversas casas de soffrivel apparencia para o lado da rua de S. Roque, e umas casas abarracadas, pateos, e as ruinas d'um palacio que caira pelo terremoto de 1755, para o lado do largo e rua da Trindade. E' ao fallecido escriptor e poeta Francisco Palha que se deve a fundação d'este theatro. Era então commissario regio junto ao theatro de D. Maria II, onde trabalhava uma companhia que formava o mais brilhante conjuncto de actores e actrizes, no genero dramatico e

no comico, como não existira nunca em Lisboa. Parece que algumas divergencias entre o commissario regio e a direcção do theatro de D. Maria II, deram origem a que Francisco Palha pensasse da fundação d'um novo theatro, onde pudesse representar simultaneamente o drama, a comedia e a opera comica, reunindo no mesmo edificio um grande salão proprio para concertos e bailes de mascaras. Francisco Palha organisou uma companhia com o capital de 80:000$000 réis, em acções de 1:000$000 réis cada uma, entrando o sr. duque de Palmella, os dois irmãos capitalistas, já hoje fallecidos, Francisco e Fortunato Chamiço, Frederico Biester, Oliveira Machado, Freitas Guimarães, Ribeiro da Cunha, Antonio Thomaz Pacheco, e outros. A primeira direcção compoz se: sr. duque de Palmella, presidente; Freitas Guimarães, thesoureiro; Francisco Palha, director technico, e Cunha Moniz, director de scena e ensaiador. Escolheu-se o terreno acima indicado, e começaram as obras da demolição das antigas casas e barracas, para se proceder activamente com as da construcção. Tendo saido Francisco Palha do theatro de D. Maria II, dividiu se a companhia, permanecendo ali uma parte, que proseguiu nos seus espectaculos, emquanto que a outra parte acompanhou Francisco Palha. Emquanto duraram as obras, o futuro empresario arrendou o velho theatro da Rua dos Condes para a sua companhia dar espectaculos, o que se realisou durante o anno de 1866. No theatro de S. Carlos tambem realisou algumas recitas, levando á scena a *Cigana*, drama em 6 actos, e *Alva Estrella*, drama historico em 5 actos, de Mendes Leal, etc. Na Rua dos Condes apresentou *A Familia Benoiton*, *O Demonio do jogo e o Montjoie*, *Mulheres á solta*, etc. Na companhia contavam-se entre outros, os actores Santos, Tasso, Joaquim d'Almeida, Isidoro, Queiroz, e as actrizes Emilia Adelaide, Emilia Letroublon, Delfina, etc. As obras da construcção do theatro e do salão concluiram-se finalmente, sendo o salão que abriu primeiro as suas portas ao publico, realisando bailes de mascaras magnificos no carnaval de 1867. Em seguida improvisaram-se uns espectaculos no mesmo salão, representando-se o drama em 5 actos *Branca de Valneuil*, algumas comedias, e a já citada *Familia Benoiton*, que tinha alcançado grande successo na Rua dos Condes. A inauguração do theatro realisou-se a 30 de novembro do citado anno de 1867, com a representação do drama em 5 actos, de Ernesto Biester, *A mãe dos pobres*, e a comedia em 1 acto, *O Xerez da viscondessa*. Uma companhia franceza, escripturada por Francisco Palha, deu tambem, por esta epoca, os seus espectaculos, simultaneamente com a companhia portugueza, debutando com *Le Marquis de Villemer*, e seguindo com as comedias *Les femmes qui pleurent*, *Le Gendre de Mr. Poirier*, etc. O plano e a direcção das obras do salão e do theatro fôram confiados ao architecto Miguel Evaristo. O theatro tem tres frentes; a principal deita para o largo da Trindade, e as outras duas deitam para as ruas Nova da Trindade e de S. Roque. E' n'esta ultima que fica a verdadeira entrada do palco e dos camarins dos artistas. Os bustos que adornam a fachada principal, são de Gil Vicente, Antonio Ferreira, Damião de Goes, e Sá de Miranda O vestibulo tem 9 m. de comprimento e 7 de largura. Na frente vêem-se as portas que dão entrada para o salão, platéas e camarotes, os quaes teem egualmente outras entradas. A' esquerda do vestibulo está a loja de bebidas, sala vastissima de 15 m. de de comprimento e 11 de largura, com magnificas janellas que deitam para a rua Nova da Trindade; ao fundo vêem-se duas casas de bilhar e alguns gabinetes. A sala de espectaculos tem tres patéas: cadeiras, superior e geral; balcão, frisas, tres ordens de camarotes, e varandas. A pintura do tecto é trabalho do artista José Procopio, que foi discipulo dos professores Rambois e Cinatti; entre as muitas decorações variadas, admiram-se 12 medalhões com os retratos de Gil Vicente, Sá de Miranda, Antonio Ferreira, Garção, Manuel de Figueiredo, Camões, Antonio José, H. de Mattos, Feijó, João Baptista, Bocage e Garrett. As escadas e corredores dos camarotes são espaçosos e dispostos de fórma que facilita muito a saida dos espectadores. O theatro da Trindade é muito arejado, porque o systema de ventilação, applicado pelo architecto Miguel Evaristo, satisfaz as exigencias da hygiene, e commodidade do publico. Por meio d'esse systema, é constantemente renovado o ar, conservando-se sempre no interior do edificio uma temperatura deveras agradavel. O proscenio tem 11,m20 de largura, e o palco 20 m. de comprimento e 22 de largura. O arco do proscenio é todo branco, com ornamentos dourados. O palco é movediço, podendo subir ou baixar com facilidade, e além d'essa vantagem de grande importancia para certo genero de peças, tem alçapões, que ajudam muito as transformações e apparições em magicas. Para este fim existe por baixo do palco uma casa de 7 m. de altura, onde pódem trabalhar com desafogo os mais complicados machinismos. O salão dos concertos e bailes tem 8 grandes janellas. E' do comprimento de 15 m. e da largura de 11. Em volta tem uma espaçosa galeria com tres ordens de cadeiras, sustentada por elegantes columnas, e guarnecida com uma linda gradaria, de fórma convexa, branca e dourada. No fundo do salão ha um palco para os concertos, e para a orchestra nos bailes de mascaras. As paredes, por baixo da galeria, estão revestidas de espelhos com molduras douradas. Por cima da sala dos espectaculos, no ultimo pavimento, estão o guarda-roupa, a casa de pintura, 4 tanques de ferro para deposito d'agua, que offerecem prompto auxilio no caso de incendio; e os grandes tubos de ventilação e exhalação do calorico. Este pavimento communica para o palco, por meio d'uma escada. O theatro ficou importando, incluindo o edificio, salões, officinas e todas as decorações, em 120:000$000 réis. Depois do fallecimento de Francisco Palha, tem sido o theatro entregue a diversas empresas, como Sousa Bastos, José Ricardo e Domingos Gouveia, etc. Ultimamente tem sido explorado pela empresa do actor Taveira. No tempo de Francisco Palha, houve pelo menos uma epoca em que este empresario tambem tomou conta do theatro de D. Maria II, representando as duas companhias, simultaneamente, n'um e n'outro theatro. Lembra-nos ainda vêr Emilia das Neves representar na Trindade a *Joanna a doida* e *o Drama da Rua da Paz*. Nos ultimos annos, em que o gosto do publico se manifestou pelos

animatographos, que se encontram disseminados por toda a cidade, tambem no Salão da Trindade se tem proporcionado esse espectaculo, que attrahe sempre numerosa concorrencia.

Lisboa (*Tomada de*). Tendo D. Affonso Henriques conquistado á força de armas os fortes castellos de Mafra e Cintra, procurava ensejo de se apoderar de Lisboa, a fim de n'ella estabelecer a capital do seu novo reino Do castello de Cintra avistou o monarcha uma grande esquadra que demandava o Cabo da Roca, vindo a fundear em Cascaes. Era uma armada de cruzados, convocada pelo rei de França, composta de muitos principes do seu reino, do condado de Flaudres, Austria, Inglaterra, Allemanha, e de varias provincias do norte, que se dirigiam á Terra Santa. Não se conhecem os nomes de todos os chefes que vinham nesta armada, sabendo se que os principaes eram: Guilherme de Longa Espada, general da gente de desembarque, Chil-de Rolim, D. Ligel de Flandres, Liberche, Guilherme, Dodechino, abbade, e o conde de Arestolh, general da frota. Constava a esquadra de duzentas naus com 14:000 homens de guerra. O abbade, varão muito erudito, escreveu um livro sobre os successos d'esta cruzada. N'elle diz que os navios entraram o Tejo, dando fundo em Lisboa, na vespera dos Apostolos S. Pedro e S. Paulo. D. Affonso Henriques mandou quatro dos seus cavalleiros reconhecer a esquadra, quando ella fundeou em Cascaes, e a conferenciar com os chefes, induzindo os á tomada de Lisboa, promettendo-lhes metade da cidade e a partilha nos despojos, se o ajudassem. Depois de varias conferencias, acceitaram os chefes dos cruzados a proposta. Em vista do accordo o rei marchou logo a cercar Lisboa por terra com os seus 13:000 homens, e os estrangeiros entraram a barra do Tejo, guarnecendo as duas margens. Os portuguezes assentaram arraiaes na parte oriental da cidade, occupando os sitios actualmente do Caes dos Soldados, largo de Santa Clara, e dos antigos mosteiros de Sant'Anna e Encarnação até ao Collegio de Santo Antão, hoje hospital de S. José. D'aqui principiava o acampamento dos cruzados, que fizeram praça d'armas no local onde depois foi o convento de S. Francisco da Cidade, e a egreja dos Martyres. Decorreram cinco mezes de cerco, e durante este tempo varios assaltos parciaes, sortidas e escaramuças se effectuaram, combatendo sitiantes e sitiados com egual ardor e decidida bravura. D. Affonso Henriques, vendo dizimadas as suas hostes pelos numerosos e successivos combates, e principiando a faltar-lhes os recursos, convocou um conselho, a que assistiram os principaes chefes dos dois exercitos, portuguez e cruzado, e n'elle se decidiu um assalto geral á cidade. Não estão de accordo os escriptores sobre o dia em que este assalto teve logar. Diz se vulgarmente, e assim se encontra gravado na lapide commemorativa no vestibulo da sé, que a conquista de Lisboa foi em uma sexta feira, dia dos martyres S. Chrispim e S. Chrispiniano (25 de outubro). Autores veridicos sustentam que teve logar em uma segunda feira, dia da festa de Santa Ursula e as Onze mil virgens a 21 do mesmo mez. Figura entre estes ultimos o abbade Diodechino, capellão-mór, segundo parece, da armada dos cruzados, que affirma ter sido conquistada a cidade no dia da festa das Onze mil virgens. Ainda outros autores conciliam as duas datas, dizendo que a cidade se ganhou no dia 21 e que os tres dias de permeio se empregaram em limpar as ruas e lançar ao mar os corpos dos moiros. Como D. Affonso Henriques tinha promettido aos estrangeiros tres dias de saque, elles os aproveitaram, commettendo muitos horrores, que o rei não quiz presenciar. Prohibiu as suas tropas de invadirem a cidade, fazendo-as retirar logo que foi tomada, e só fez a sua entrada triumphal no dia 25. O ataque final principiou ás 6 horas da manhã e durou até ao meio dia, porque os moiros, extenuados pelo rigor do cerco, entregaram então a cidade á clemencia do vencedor. Os portuguezes atacaram a parte E, isto é pelo actual bairro de Alfama, sendo a porta que existia no sitio onde hoje está S. Vicente de Fóra a primeira entrada. Os cruzados atacaram pelo N e O. Foi grande a mortandade de moiros, mas os autores mais veridicos asseveram ainda assim um numero inverosimil, que vae de 200 a 500 mil, o que daria 100 mil mortos por mez. O primeiro acto que praticou D. Affonso Henriques foi purificar e benzer a *egreja maior*, que estava servindo de mesquita aos moiros Dirigindo-se a ella, acompanhado dos prelados, fidalgos e capitães do exercito, fôram ali dar graças a Deus por tão assignalada victoria, que os tornava senhores da mais formosa e importante cidade da Lusitania. Os cruzados não quizeram acceitar metade da cidade de Lisboa, conforme o rei lhes promettera, contentando-se com os riquissimos despojos. Aos principaes estrangeiros que o ajudaram deu D. Affonso Henriques, para elles e seus herdeiros povoarem e possuirem, Almada, Villa-Franca, Villa Verde, Azambuja, Arruda, Lourinhã, e outras povoações. A Pero Viegas. nobre fidalgo e valente guerreiro, alcaide-mór de Palmella, que se encontrou no cerco e tomada da cidade, fel-o D. Affonso alcaide mór de Lisboa. D. Ligel de Flandres, um dos mais nobres fidalgos estrangeiros, casou com D. Dordia, filha de Pero Viegas.

Lisboa (*Tratado de*). Tratado concluido a 13 de fevereiro de 1668 entre Portugal e a Hespanha por mediação da Inglaterra, e pelo qual foi reconhecida de facto a independencia portugueza. Ceuta foi a unica possessão de Portugal que ficou em poder dos hespanhoes.

Lisboa (*Viação de*). Pela descripção dos antigos bairros da velha capital e pelos diversos terremotos que houve até ao de 1755, se póde calcular qual seria o estado da viação lisbonense até ha bem pouco tempo. A planta da cidade soffreu bastantes alterações com os cataclysmos antigamente, e não são menores as que modernamente tem recebido em resultado da abertura de grande numero novos bairros e avenidas. A rede das ruas da cidade era tão emaranhada e tão confusa, que, antes do terremoto grande, no proprio centro da povoação era preciso dar muitas voltas para ir a qualquer ponto ainda que fôsse perto. Entre o Terreiro do Paço e o Rocio não havia communicação directa. Uma carruagem só poderia passar, mettendo pelo Arco dos Pregos, seguindo a rua Nova, então a mais bella da cidade (hoje Rua d'El-Rei), passando pela do Ouro, dos Douradores até ao largo dos Escudeiros. Era a cidade uma verdadeira

teia de travessas estreitas e becos escuros, em todas as direcções. A viação tornava-se, pois, difficil, e muitas vezes não podiam passar ao mesmo tempo uma carroça e uma cavalgadura. O parallelogrammo, cortado por largas ruas, que hoje coustitue a cidade baixa, data da reconstrucção pombalina. Essas ruas, então consideradas muito largas, são hoje insufficientes para o transito. A rua do Arsenal é a arteria de mais intenso movimento. Pela rua do Ouro, modernamente, só se consente o transito de vehiculos de sul para norte. Nas ruas de S. Julião e da Conceição, desde a rua Nova do Almada até á rua Bella da Rainha (antiga rua da Prata) tambem só é permittido o transito de vehiculos de carga n'uma só direcção. A rua da Prata, denominava-se antigamente dos *Prateiros*, ou dos *Ourives da Prata*, e era tão estreita que não podia passar por ella uma besta de carga. Os seus moradores tinham, por privilegio real, duas columnas, uma em cada extremidade da rua, e no centro d'ella, para impedirem o transito de cargas. No reinado de D. Affonso VI mandou a camara alargar a rua, pelo que, já antes do terremoto de 1755, podiam passar por ella tres carroças emparelhadas A' antiga viação juntava-se a questão das precedencias de hierarchia social, pelas quaes uma carruagem de fidalgo mais nobre teria que passar adeante de outra conduzindo fidalgo de graduação inferior. No bairro de Alfama, existe uma inscripção de 1686, regulando o transito na rua do Salvador. N'outras ruas só se permitte a passagem numa direcção. As chronicas registam algumas collisões divertidas com os vehiculos conduzindo pessoas da côrte, por duvidas suscitadas pelas precedencias. N'um ramo de serviço publico tão momentoso e importante, parece até impossivel como se attendia a taes preeonceitos Dada a estreiteza das ruas, eram por demais impertinentes as prerogativas fidalgas. Até ao anno de 1755 os vehiculos mais usados eram as carroças, pequenos trens, aos quaes se fôram substituindo as seges de duas rodas que, mais tarde, tiveram grande voga As berlindas, estufas, coches envidraçados, os florões, paquebotes, carrocins e outras, eram no seculo XVII as carruagens da moda, a que se juntavam as liteiras e cadeirinhas. No seculo XVIII o calexe foi o vehiculo que predominou O seculo XIX, com as seges, traquitanas, berlindas, etc., legou nos o coupé, e as variadas especies de carruagens ainda em uso. O seculo actual dá nos o automovel, e a tracção electrica, na viação publica. Teria aqui logar a descripção de quantos meios de transporte teem existido em Lisboa, mas faltam-nos os precisos elementos. Pódem citar se os *char á-bancs*, antigas *platéas*, omnibus, carros americanos, ripperts, e tantos outros vehiculos cujas carreiras representaram um progresso na viação lisbonense. Com o alargamento da cidade para os arrabaldes, os vapores de Belem, os carros para Cascaes, as diligencias para os logares suburbanos, mal satisfaziam as necessidades, que provocaram o estabelecimento do caminho de ferro systema Larmanjat, e mais tarde a linha ferrea de Cintura, de Cintra, de Cascaes e Sacavem, com os seus tramvias. A' tracção animal, dentro da cidade, sobreveio a tracção electrica, que é sem duvida o mais importante melhoramento do seculo actual. Dada a orographia da cidade, com tão crescido numero de eminencias, comprehende-se bem a necessidade de a dotar com os ascensores que hoje possue. Constituiram na epoca da sua construcção um grande melhoramento para a viação publica, e ainda hoje alguns prestam excellente serviço, ligando logares mais elevados com a cidade baixa. Os ascensores de Lisboa são uns de via funicular e outros de movimento vertical. Aos primeiros pertencem o da Calçada da Bica Grande, que liga a rua de S. Paulo com o largo do Calhariz; o da linha Camões-Estrella; o da Calçada da Gloria, que liga a Avenida da Liberdade a S. Pedro d'Alcantara, e o da Graça, que começa junto da rua da Palma. N'este systema de viação, todo o mechanismo fica alojado subterraneamente, não oppondo obstaculo algum á circulação ordinaria, a qual, se é nulla nalgumas das linhas, é importantissima noutras. Além das linhas citadas, houve ainda, pelo mesmo systema funicular, o de Santo Antão a S. Sebastião da Pedreira, que deixou de funccionar pela concorrencia que lhe fez a tracção electrica, que facilmente sobe as ruas mais ingremes, como a do Alecrim, etc. Adeante, como exemplo, da viação funicular, descrevemos o ascensor da calçada do Lavra. Ao systema vertical pertencem, além de elevadores em edificios publicos e particulares, os da rua do Crucifixo ao Chiado, do largo do Municipio ao da Bibliotheca, e o da rua do Ouro ao largo do Carmo, tambem adeante descripto como modelo no seu genero.

Ascensor da Calçada do Lavra. Foi o primeiro que no seu genero houve na capital. Inaugurou se em abril de 1884. A ingrime calçada foi, em parte, transformada n'um plano inclinado funicular pelo engenheiro Mesnier, conforme o systema Riggenbach. Partindo do extremo inferior da calçada, o plano inclinado divide-se em duas rampas, tendo a primeira 22 e a segunda 24 por cento. A altura vertical vencida é de 42 metros. O comprimento total da linha é de 186 metros, sendo 93 para cada rampa Parte do trajecto do ascensor effeitua-se na calçada publica muito estreita do Lavra, até meio da sua extensão, e a outra em terreno proprio adquirido pela Companhia dos Ascensores Mechanicos de Lisboa, que se formou para a exploração d'este systema de viação, tendo sido seus fundadores o referido engenheiro e os industriaes Manuel Joaquim Gomes e Antonio Pereira dos Santos Beirão. No extremo superior da calçada está assente uma grande roldana ou tambor de 2,m40 de diametro, em cuja gola passa um cabo de 25 milimetros de diametro formado de feixes de fio de aço fundido, a cujos extremos estão presos os carros para os passageiros. Cada um destes carros move-se, subindo ou descendo, sobre a sua respectiva linha e por effeito do cabo. A estructora mettalica da linha compõe-se de dois carris *vignole* espaçados de 1 metro e fixados ás longuerinas encaixadas n'um canal de alvenaria hydraulica. Da parte externa da linha está posta uma cremalheira, na qual entram os dentes de duas rodas fixadas aos eixos dos carro. Esta cremalheira modera a velocidade e constitue um elemento importante de segurança, bem como os travões. Ao centro das linhas ha um canal de ferro, rasgado por uma fenda, e dentro d'elle se aloja o systema de roldanas que suportam e dirigem o cabo uas curvas e alinhamentos rectos. O

Vista topographica da antiga Lisboa, reducção a dois terços da estampa da obr

…AECIPVARVM MVNDI THEATRVM QVINTVM autor Jorge Braunio (Colonia Agrippina, 1582)

movimento dos carros foi, primitivamente, produzido pela introducção, no reservatorio do carro situado no cimo do plano, de quantidade sufficiente de agua, para romper o equilibrio em que elles se encontram depois da entrada dos passageiros. Chegado ao extremo inferior o carro descendente despejava o volume de agua que trazia, e ficava prompto a funccionar.Cada carro descendente consumia, em media, 2 metros cubicos de agua. Para evitar qualquer contingencia no serviço, que se désse pela falta de agua, substituiu-se este elemento pela força de uma machina a vapor. A mesma modificação se fez depois nos outros funiculares, da calçada da Gloria, Camões Estrella, Bica e Graça.

Ascensor-Ouro-Carmo. Proximo ao largo do Rocio, entre a rua Aurea e a rua do Carmo, estão

Elevador Ouro-Carmo

as duas escadinhas de Santa Justa. E' aqui que se ergue este elevador. A estação inferior está sensivelmente em nivel com a rua do Ouro. Este ascensor é na essencia exactamente do systema do do Municipio-Bibliotheca. Compõe-se de duas torres mettalicas conjugadas, formando um rectangulo de 3,5 por 7,5. O eixo maior coincide com o eixo das escadinhas de Santa Justa, e o lado menor fica parallello á rua do Ouro, a pequena distancia d'esta rua. Deduzindo o espaço occupado pelas torres, nas escadinhas, fica d'um e d'outro lado espaço livre mais que sufficiente para o transito ordinario. Dentro de cada torre trabalha uma *cabine*, para o transporte de passageiros, podendo transportar até 40. As *cabines* estão ligadas entre si por um forte cabo de fio de aço, que passa no extremo superior das torres pela garganta d'uma grande roldana de 4 metros de diametro. A differença de nivel entre o piso da estação inferior e o da superior é de 30 metros. A installação motora fica em galeria abobadada, aberta por baixo das escadinhas, Primeiro empregou-se o vapor e ultimamente a electricidade, achando-se o serviço ligado ao da tracção electrica, na exploração da linha Carmo-Campolide, e *vice-versa*. Da primeira galeria no cimo da torre, que constitue a estação superior, o passageiro dirige-se para o largo do Carmo, em curto trajecto, atravessando primeiramente a ponte ou viaducto e em seguida o terraço junto das ruinas do convento do Carmo, sae no largo pelo portão entre o lyceu e o Museu Archeologico. A ponte é formada com duas *consolas* ligadas pelo meio, que se articula a um pilar oscillante, articulado tambem na sua base, na embocadura das escadinhas na rua do Carmo. Os dois braços da ponte equilibram se, e as reacções sobre o pilar oscillante passam pelo eixo deste. E' autor d'este ascensor o referido sr. Raul Mesnier du Ponsard.

Viaductos. A differença de nivel de algumas ruas, que cruzam sobre outras deu logar a obras d'arte importante. Assim, podem considerar-se uns viaductos os dois arcos antigos da rua do Alecrim, que passam sobre a rua de S. Paulo e rua Nova do Carvalho. Nas avenidas modernas tambem existem os seguintes: Na avenida Fontes Pereira de Mello, passando sobre a rua de S. Sebastião da Pedreira. Esta importante obra foi delineada e executada pelo conductor princi-

Viaducto de S. Paulo

pal das obras publicas, em serviço na camara municipal, Henrique Sabino dos Santos. Na rua

Paschoal de Mello existe um viaducto, passando sobre a rua de Arroios, e na avenida D. Amelia outro que passa sobre a rua dos Anjos. Na avenida Ressano Garcia, cortando a ao meio, existe a linha do Caminho de ferro, sobre duas passagens, estando em projecto um novo viaduto, obra architectonica de grande elegancia e que embellezará aquella avenida. As pontes mettalicas dos elevadores do Carmo e da Bibliotheca bem se pódem considerar uns viaductos sobre a rua do Carmo e a Calçada de S Francisco. D'estes ultimos se gozam lindissimos panoramas de duas partes distinctas da cidade e do rio.

Lisboa *(Vista topographica da antiga).* — 1. Castello real, ou paços do Castello.—2. Paço da Ribeira. — 3. Paço dos Estáos. — 4. Paço de Santo Eloy.—5. Alfandega.- 6. Terreiro do Trigo. — 7. Casa velha da India. — 8. Casa nova da India.—9. Arsenal velho. — 10. Hospital de Todos os Santos.—11. Rocio.—12. Praça do pelourinho velho. — 13. Rua Nova dos Mercadores.— 14. Chafariz d'El-Rei.—15. Mercado da Ribeira do peixe.—16. Cadeia do Limoeiro.—17. Castello da cidade. — 18. Alcaçova.—19. Caes do carvão. —20. Calcetaria. —21. Caes da Madeira.—22. Cordoaria Nova. —23. Escolas Geraes.—24. Paço da madeira.—25. Convento de S. Francisco.— 26.—Convento do Carmo.—27. Convento da Trindade.—28. Convento de S. Domingos —29 Convento de S. Eloy.—30. Convento de S. Vicente. —31. Convento da Graça.—32. Collegio de S. Roque, dos jesuitas.—33. Collegio de Santo Antão, dos jesuitas.—34. Collegio dos Orphãos — 35. Convento do Salvador.—36. Convento da Rosa.—37. Convento da Annunciada.—38. Convento da Esperança. — 39. Convento de Sant'Anna. —40. Convento de Santa Clara.—41. Porta do Ferro —42. Porta do Mar, vulgo Postigo da rua das Canastras.—43. Portas do Mar, a S. João.— 44. Porta do chafariz d'El rei. 44 * Postigo do conde de Linhares.—45. Porta de S. Pedro.—46. Porta do Sol.—47. Porta d'Alfôfa. 47. * Porta de S. Jorge.—48. Porta de D. Fradique.—49. Porta do Mouiz.—50. Porta de S. Lourenço, vulgo postigo.—51. Porta da Moiraria. —52. Postigo da rua da Palma.—53. Porta do Jogo da Pella.—54. Postigo de Sant'Anna.—55. Porta de Santo Antão.—56. Porta da estrebaria d'El-Rei.—57. Postigo de S. Roque.—58. Postigo da Trindade.— 59. Porta de Santa Catharina.—60. Porta do Duque de Bragança. —61. Porta do Corpo Santo. —62. Porta dos Cortes Reaes. 62 * Porta dos Cobertos.—63. Porta Aurea.—64. Porta do Almazem.—65. Arco dos Paços.—66. Postigo da Moeda.—67. Arco dos Pregos.—68. Arco dos Barretes.—69. Porta da Ribeira —70. Porta da Portagem.—71. Porta Nova do Mar.—72. Porta do chafariz dos cavallos.—73. Postigo da Polvora.—74. Porta da Cruz.—75. Porta de S. Vicente.—76 Postigo de S. Vicente.—77. Postigo de Nossa Senhora da Graça.—78. Porta de Santo André. 78 * Postigo d'Alfama.—79. Sé archiepiscopal.—80. Egreja de S. Julião.—81. Egreja da Magdalena.—82. Egreja de N. S.ª da Conceição —83. Egreja de S. Nicolau.—84. Egreja de Santa Justa.—85. Egreja de S. Mathias.—86. Egreja de S. Sebastião da Moiraria.—87. Egreja de Santo Antão no collegio dos jesuitas.—88. Egreja de S. Lourenço.—89. Egreja de S. Christovão.—90. Egreja de S. Mamede.—91. Egreja de S. Jorge.—92. Egreja de S. Bartholomeu.— 93. Egreja de S. Jacob — 94. Egreja do Espito Santo.—95. Egreja de Santa Cruz.—96. Egreja do Salvador, e convento. — 97. Egreja de S. Thomé.—98. Egreja de Santo André.—99. Egreja de Santa Marinha.—100. Egreja de S. Vicente, e convento.—101. Egreja de Santo Estevão —102. Egreja de N. Senhora do Paraizo.— 103. Egreja de S. Miguel.—104. Egreja de S. Pedro. — 105. Egreja de S. João da Praça.—106. Egreja de S. Sebastião, da Padaria.—107. Egreja dos Martyres.—108. Egreja de S. Paulo. —109. Egreja da Esperança, e convento.—110. Egreja do Loreto.—111. Egreja da Trindade, e convento.—112 Egreja de N. S.ª da Escada.—113. Egreja de Sant'Anna, e convento.—114. Ermida dos Fieis de Deus.—115. Egreja de Santa Catharina.—116. Egreja das Chagas. 116 * Egreja de N. S.ª da Victoria.—117. Ermida de Nossa Senhora.—118. Egreja do Corpo Santo.—119. Ermida de S. Thomé.—120. Ermida de N. Senhora da Oliveira.—121. Ermida de N. S.ª da Consolação, á Porta do Ferro. —122. Egreja de Santo Antonio de Padua.—123. Egreja da Misericordia. —124. Ermida do Espirito Santo em Alfama.— 125. Egreja de S. Martinho.—126. Egreja de S. Braz e Santa Luzia —127. Egreja de S. Luiz.— 128. Egreja do Espirito Santo da Pedreira.— 129. Ermida de N. S.ª do Monte.—130. Caes da pedra.—131. Cadeia da cidade, vulgo Tronco.—132. Casa da Moeda.—133. Palacio do duque de Aveiro.—134. Palacio do duque de Bragança.—135 Palacio do marquez de Villa Real.—136 Palacio do conde de Portalegre.—137. Palacio do conde de Redondo.—138. Palacio do conde de Lafões. —139. Praça dos Canos.—140. Ermida de N. Senhora da Palma.

Lisboa *(Jornaes e outros periodicos de).* Até ao fim do anno de 1907 publicaram-se os seguintes: *A. B. C. da Agricultura*, 15 junho, 1903; *Abelha (A)*, 1818; *Abelha (A)*, 1830; *Abelha (A) L'abeille française*, abril, 1836 a 15 maio, 1843; *Abelha litteraria (A)*, agosto, 1846; *Abelha do Meio Dia*, 31 julho, 1809, a 29 março, 1810; *Abelha Portugueza*, 8 a 28 janeiro, 1821; *Academia (A)*, abril, 1883; *Academia (A)*. 21 fevereiro, 1884 a março, 1885; *Academia (A)*, 1890; *Academia (A)*, 10 janeiro, 1907; *Academia dos Humildes e Ignorantes*, 1759 a 1770; *Academia Orthographica Portugueza*, 1789; *Academico (O)* 1835; *Academico (O)*, 2 janeiro a 13 fevereiro, 1881, veio do *Ecco Academico* com o n.º 17; *Academico (O)*, 1884; *Academico, (O)*, 2 abril, 1893; *Academico (O)*, 1894; *Academico (O)*, 9 fevereiro, 1895; não passou do seu n.º programma, que tem a referida data; *Academico (O)*, 14 abril, 1895; *Academico (O)*, 1896; *Academico (O)*, 23 dezembro, 1896; *Academico Illustrado (O)*, 1 maio, 1884; *Açoite (O)*, 1847; *Açoite dos Periodiqueiros*, 16 a 23 setembro, 1826; *Actor (O)*, 16 outubro, 1883; *Actual (O)*, 4 março a 21 maio, 1888; *Actualidade*, 15 março, 1896; *Actualidades*, 1894; *Actualidades*, 5 fevereiro, 1895; *Actualidades*, 1904; publicou um supplemento ao n.º 1 com o titulo *O Chic; Actualidades*, 10 agosto, 1906; *Açucena*, dezembro, 1861; *Advogado dos Lojistas (O)*, 2 outubro, 1884 a abril, 1885; *Aerolito*, 1883; *Aerostato (O)*, 16 fevereiro, 1887; *Africa Illustrada*, 1892; *Africa Portugueza*, 4 a 25 novembro, 1877; *Agapito (O)*, 23 dezembro, 1859, a 22 agosto,

1860; *Agente Commercial (O)*, 11 outubro, 1845 a 20 novembro, 1851; *Agitador (O)*, 1894; *Agricultura Contemporanea (A)*, 1 maio, 1886, a junho, 1889; *Agricultura Moderna*, 6 janeiro, 1894; *Agricultura Nacional*, 20 junho, 1893; *Agricultura Portugueza*, 1 dezembro, 1888; *Aguia (A)*, 11 julho a 30 setembro, 1834; foi seguida pela *Aguia do Occidente*; *Aguia*, 1 junho, 1899; *Aguia do Occidente*, 1 a 31 outubro, 1834. Continuação de *A Aguia*; *Agulha Medica*, 17 setembro, 1855 a 1 agosto, 1856; *Ahi vem o papão*, 13 dezembro, 1831 a 16 abril, 1832; *Alarme (O)*, 8 setembro, 1894; *Album (O)*, 1868 a 1871; *Album (O)*, 1891; *Album de Artistas*, 1894; *Album Artistico*, 1890; *Album Artistico de Portugal*, agosto, 1898; não passou do 1.º n.º; *Album biographico*, junho, 1884 a janeiro, 1885; *Album de Caricaturas*, 1876; *Album do Charadista*, 15 outubro, 1878, a junho, 1879; *Album do Clero*, março, 1898; *Album dos Contemporaneos Illustres*, 1887; *Album de Debuxos*, 1 fevereiro, 1886; *Album das Glorias*, março, 1880; *Album humoristico*, 1876; *Album Legitimista*, agosto, 1885; *Album Litterario*, 1 agosto, 1860, a agosto, 1861; *Album Litterario*, 3 janeiro, 1863 a setembro, 1864; *Album Litterario*, fevereiro a março, 1871, *Album Litterario (O)*, 4 agosto a setembro, 1878; *Album Litterario*, outubro, 1885 a 4 janeiro, 1886; *Album Litterario do Mensageiro Lisbonense*, 1852; *Album Militar*, janeiro a abril, 1879; *Album Musical*, maio, 1851 a junho, 1852; *Album Musical*, 1862; *Album Musical*; publicaram-se dois numeros 1, sendo um de 15 junho e outro de 3 julho, 1892; *Album Musical*, 20 maio, 1894; *Album para todos*, março, 1872; *Album Photographico*, outubro, 1861; *Album Poetico Musical*, janeiro, 1873 a abril, 1883; *Album Republicano*, 15 dezembro, 1906; *Album de Symphronios*, janeiro a maio, 1882; *Album Theatral*, 1857; *Album Theatral*, janeiro, 1871 a 1872; *Album Theatral*, 1906; *Alcaiote (O)*, 6 junho, 1897. não passou do n.º 1; *Alcance (O)*, 31 julho, 1838 a 19 setembro, 1839; *Alcantara Moderna*, dezembro, 1905; *Aldeão (O)*, 1 maio, 1836 a 9 maio, 1840; *Alguns mezes em Lisboa depois da Restauração*, 1825; *Alfacinha (O)*, 26 agosto a 31 outubro, 1882; *Alfarrabista (O)*, 1889; *Alfinete (O)*, 1 fevereiro, 1883; *Algarviense (O)*, 5 abril, 1863 a 1870; *Aljubarrota*, 5 outubro a 28 dezembro, 1866; *Alliança (A)*, 12 junho, 1892; *Alma Nova*, 15 janeiro a 16 fevereiro, 1895; *Alma Nova*, 20 janeiro, 1907; *Alma Portugueza*, 19 fevereiro, 1905; *Almanach Annunciador e Litterario*, fevereiro, 1903; *Almanach Mensal*, 22 março, 1851; *Almanach Mensal Commercio e Industria*, janeiro, 1872; *Almocreve com petas*, 1852; *Almocreve das petas*, 11 janeiro, 1797, a março, 1800; *Alvôres*, 1900; *Alvião do Minho (O)*, agosto, 1846; *Alviçareiro*, 1890; *Alviçareiro (O)*, 16 abril, 1892; *Alvorada (A)*, abril a maio, 1848; *Alvorada (A)*, janeiro, 1870; *Alvorada (A)*, 9 outubro, 1892, continuação da *Luz* com o n.º 84; *Alvorada (A)*, Lisboa, 1897; *Amador Dramatico (O)*, 4 outubro, 1888; *Amador Dramatico (O)*, 7 janeiro, 1894; *Amarello (O)*, setembro, 1863 a abril, 1864; *Ambulancia Medica*, 1862; *America (A)*, janeiro, 1868, a setembro, 1871; *Ami du Timbrophile (L')*, 10 abril, 1888, em 1889 ainda se publicava; *Amigo do Bem Publico ou o Realista Constitucional*, 14 setembro, 1826; *Amigo da Carta (O)*, 14 agosto a 21 novembro, 1826; *Amigo de D. Pedro (O)*, 24 setembro a 5 novembro, 1836; *Amigo da Justiça (O)*, de 1833 a 1835; *Amigo da Patria*, 23 novembro a 20 dezembro, 1868; *Amigo dos Portuguezes (O)*, 1830 a 1831; *Amigo do Povo*, 12 agosto, 1878, a março, 1886; *Amigo do Povo (O)*, 1 outubro, 1820 a 11 julho, 1821; *Amigo do Povo (O)*, 1 dezembro, 1891; *Amigo da Religião (O)*, 7 julho, 1853, a 28 maio, 1866; *Amigo da Religião e do Rei (O)*, 1827; *Amigo da Verdade*, janeiro, 1873, em publicação, do tomo V em deante passou a intitular-se *Amigo da Verdade* e *O Amigo da Infancia*; *Amona ou Misto Curioso*, agosto, 1836 a 1837; *Amor e Liberdade*, 1 fevereiro, 1904; *Amphion (O)*, abril, 1881, em 1890 ainda se publicava; *Amphion Litterario (O)*, abril, 1884 a 1890; *Analeto de Recreação e Erudição*, 1805 a 1806; *Angelo Pitou*, 31, março a abril, 1878; *Annaes Administrativos e Economicos*, 1855; *Annaes Archi-Confraria do Santissimo e Immaculado Coração de Maria*, 1845 a 1847; *Annaes da Associação dos Advogados de Lisboa*, 1856 a 1872; *Annaes da Associação Catholica Portugueza*, julho, 1882; *Annaes do Club Militar Naval*, dezembro, 1870, em publicação; *Annaes do Collegio de Nossa Senhora da Conceição*, janeiro, 1851, a 1882; *Annaes da Commissão Central Permanente de Geographia*, 1 dezembro, 1876, a 1 junho, 1877; *Annaes do Conselho Ultramarino*, janeiro, 1854 a 1867; *Annaes do Conselho de Saude Publica do Reino*, março, 1838 a junho, 184 ; *Annaes de Instrucção Publica*, 1 maio, 1875; *Annaes de Marinha e Ultramar*, 11 agosto, 1866 a 15 junho, 1868; *Annaes Maritimos e Coloniaes*, novembro, 1840, a agosto, 1846; *Annaes Medicina Dynamica*, 1832; *Annaes de Medicina pelo systema de Raspail*, outubro, 1865 a setembro, 1867; *Annaes do Municipio de Lisboa*, 15 maio, 1856 a dezembro, 1859; *Annaes de Propagação da Fé*, janeiro 1838, em publicação, (janeiro, 1908); *Annaes do Observatorio do Infante D. Luiz*, 1863, em publicação, (dezembro, 1907); *Annaes da Obra da Santa Infancia*, 1861, em publicação, 1908; *Annaes das Sciencias e Lettras*, março, 1857 a novembro, 1858; *Annaes das Sciencias Medicas*, janeiro a março, 1858; *Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana*, 1 maio, 1850 a 1851; *Annaes da Sociedade Juridica*, abril, 1835 a abril, 1837, *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional*, 1 maio, 1852 a meados de 1854; *Annaes Tauromachicos*, 27 março a 9 agosto, 1870; *Annão dos Assobios (O)*, 1832; *Annuario do Archivo Pittoresco*, janeiro, 1864 a dezembro, 1866; *Annuario da Sociedade dos Architectos Portuguezes*, 1905; em publicação, (janeiro), 1908; *Annunciador*, 1902; *Annunciador (O)*, julho, 1870 a 1871; *Annunciador (O)*, 23 novembro, 1877; *Annunciador (O)*, 1 junho a julho, 1879; *Annunciador (O)*, 1889, foi seguido pelo *Commercial*, de 1892; *Annunciador (O)*, maio, 1900; *Annunciador Commercial*, 2 março, 1890; *Annunciador Gratis*, janeiro, 1849 a 1852; *Annunciador Gratis*, 1855; *Annunciador Litterario*, 1 abril, 1855; *Annunciador Litterario*, março, 1879 a maio, 1881; *Annunciador Luzitano*, 1893; *Annunciador do Povo*, 1868 a 1869; *Annunciador Universal (O)*, 1895; *Annunciador Universal Illustrado*, julho a novembro, 1883; *Annuncio (O)*, 1876; *Annuncio Constitucional*, 1834; *Annuncio Correio*, 1876; *Annuncio Postal (O)*, 1892; *Annuncios Ruraes*, 1802; *Anomalo (O)*, janeiro, 1837; *Anonymo (O)*, janeiro, 1752 a 1754; *Antagonista*

dos Abusos (O), 24, maio a 21 junho, 1836; *Anti-Jacobino (O)*, 31 março, 1828; *Anti-Jesuita (O)*, 1894; *Anti-Palinuro*, 1 dezembro, 1830; *Anti-Toureiro*, 1837; *Antonio Maria (O)*, 12 junho, 1879 a 21 janeiro, 1885; *Appendice do Diario do Governo*, janeiro, 1887, em publicação, dezembro, 1907; *Apollo*, 5 janeiro a 16 maio, 1850; *Apostolado de Jesus Maria José*, janeiro, 1890; *Arbitrador (O)*, setembro a outubro, 1891, foi continuado pelo *Arbitrador Judicial*, que lhe seguiu a numeração com o n.º 31; *Arbitrador Judicial*, 5 novembro, 1894, em continuação do *Arbitrador; Archeologo Portuguez (O)*, janeiro, 1895, em publicação, dezembro, 1907; *Archote*, 30 julho a 12 agosto, 1869; *Archivista (O)*, 6 junho, 1839 a 10 maio, 1842; *Archivo Academico*, janeiro a fevereiro, 1883; *Archivo Academico*, 15 janeiro a 15 fevereiro, 1884; *Archivo Aduaneiro*, 9 junho a 24 agosto, 1873; *Archivo de Architectura Civil*, julho, 1865 a setembro, 1867; *Archivo Bibliographico*, 1894; *Archivo Commercial*, 5 março a 12 dezembro, 1864; *Archivo Constitucional e Christão*, junho a julho, 1846; *Archivo Contemporaneo*, dezembro, 1865; *Archivo Contemporaneo*, 29 maio a julho, 1869; *Archivo de Direito*, 1893; *Archivo Dramatico*, 1866; *Archivo Dramatico*, 1872; *Archivo Dramatico*, 30 agosto, 1884 a 1 fevereiro, 1885; *Archivo Familiar*, 26 setembro, 1857 a setembro, 1861; *Archivo Historico de Portugal*, 1889; *Archivo de Legislação*, 7 janeiro, 1905; *Archivo Litterario*, 1 agosto, 1862 a 1 setembro, 1863; *Archivo Litterario*, maio a agosto, 1875; *Archivo Litterario*, 12 dezembro, 1880 a 1 março, 1881; *Archivo Lisbonense (O)*, 1 maio, 1855 a 1856; *Archivo Municipal de Lisboa*, abril, 1860 a 16 janeiro, 1869; *Archivo Opthalmotherapico de Lisboa*, janeiro, 1880, em publicação; *Archivo Pharmaceutico*, janeiro, 1892; *Archivo Pittoresco*, 1 julho, 1857 a dezembro, 1868; *Archivo Popular*, 1837; *Archivo Popular de bons romances*, 1883; *Archivo Portuguez*, 11 agosto a 3 novembro, 1838; *Archivo Portuguez*, 13 maio a setembro, 1848; *Archivo do Povo*, janeiro, 1868 a 1872; *Archivo Precioso*, janeiro, 1892; *Archivo Romantico*, 1848; *Archivo Rural*, 5 maio, 1858 a junho, 1877; *Archivo Rural*, 28 janeiro, 1896; *Archivo das Sciencias Ecclesiasticas*, 15 julho, 1868 a janeiro, 1870; *Archivo Theatral*, janeiro, 1838 a 1845; *Archivo Theatral*, janeiro, 1861; *Archivo Typographico*, 20 novembro, 1839; *Archivo Universal*, 3 janeiro, 1859 a dezembro, 1860; *Archivos de Medicina*, 25 fevereiro, 1897; *Arco Iris (O)*, 14 setembro, 1902, em publicação; *Arena (A)*, 1900; *Argo (O)*, 1883; *Argus Lusitano*, 9 janeiro, 1823 a 28 novembro, 1826; *Armazem Interessante*, 1807; *Arauto (O)*, 11 abril, 1854 a 20 setembro, 1855; *Arauto (O)*, 25 abril, 1865 a maio, 1867; *Arauto (O)*, 7 janeiro, 1886; *Arauto (O)*, janeiro, 1904; *Arte (A)*, janeiro, 1879 a setembro, 1881; *Arte Dramatica (A)*, 1 novembro, 1873 a dezembro, 1877; *Arte do Florista (A)*, dezembro, 1904, poucos numeros se publicaram; *Artes e Lettras*, janeiro, 1872 a maio, 1875; *Arte da Moda (A)*, junho, 1896, durou cerca de um anno; *Arte Musical (A)*, 1 setembro, 1873 a dezembro, 1875; *Arte Musical (A)*, 15 janeiro, 1890; *Arte Portugueza*, janeiro a junho, 1895; *Arte Typographica (A)*, 15 abril, 1898; *Artista (O)*, 24 outubro, 1847; *Artista (O)*, 1 abril a julho, 1852, *Arieiro (O)*, 20 março a 19 abril, 1837; *Asniberodezasnador*, 1836; *Asmodeu*, 9 fevereiro, 1856 a 19 maio, 1864; *Asmodeu Boletim*, 1858; *Assembleia Litteraria*, 4 agosto, 1849 a 15 abril, 1851; *Associação Operaria*, março, 1905; *Assumpto (O)*, 18 abril, 1886; *Astro da Lusitania*, 30 outubro, 1820 a 15 abril, 1823; *Atalaia Nacional dos Theatros*, 28 junho a 26 agosto, 1838; *Athleta (O)*, 1 julho, 1838 a 21 abril, 1842; *Atheneu (O)*, 6 janeiro, 1850 a 30 maio, 1851; *Atheneu Commercial*, 10 junho, 1885 a 24 abril, 1886; *Attila (O)*, junho a setembro, 1858; *Atlantico (O)*, 28 janeiro, 1880, em 1892 ainda se publicava; *Atomo (O)*, 1888; *Atomo (O)*, 22 março, 1891; *Atomo (O)*, 7 março, 1893; *Atrevido (O)*, 1 outubro, 1843; *Aurora (A)*, 1 outubro a 14 dezembro, 1837; *Aurora*, 1 junho, 1845 a 9 fevereiro, 1846; *Aurora (A)*, 29 outubro a novembro, 1855; *Aurora (A)*, 11 setembro, 1879 a 15 janeiro, 1880; *Aurora (A)*, 10 março a outubro, 1884, teve mais duas edições do n.º 1, sahidas: 6 abril e 1 outubro; *Aurora Academica*, 21 dezembro, 1874 a 1 março, 1875; *Aurora Commercial*, 31 outubro a 17 dezembro, 1876; *Aurora da Liberdade*, 1853; *Aurora de Lisboa*, 31 março a abril, 1886; *Aurora Lisbonense*, 28 setembro, 1824; *Aurora Litteraria*, 1 outubro 1860 a 26 maio 1864; *Aurora Litteraria*, 2 maio a junho, 1886; *Aurora do Porvir*, setembro, 1905 a março, 1907, é successora do *Defensor dos Animaes* com o n.º 15; *Aurora Recreativa*, dezembro, 1847, seguimento da *Revista Recreativa; Aurora Regenerada*, 27 julho a 2 agosto, 1833; *Aurora da Revolução*, 7 janeiro a 13 junho, 1886; *Audiencia (A)*, 2 maio a 25 julho, 1880; *Autonomia Portugueza*, 25 maio a 24 outubro, 1869; *Auxiliador Industrial Portuguez*, janeiro a dezembro, 1819; *Ave (A)*, 7 fevereiro a 7 março, 1878; *Avenida (A)*, 14 novembro, 1886 a 2 janeiro, 1887; *Avisador Lisbonense*, 1842 a 1860; *Aviso (O)*, 28 junho, 1846; *Avô dos Periodicos (O)*, setembro a outubro, 1826; *Az de Cópas*, 14 fevereiro a 31 março, 1889; *Azagaia*, 19 janeiro, 1896; *Azorrague (O)*, 18 agosto, 1838 a 9 janeiro, 1840; *Azorrague (O)*, 1895, não passou do numero programma; *Azul e Branco*, 6 outubro, 1907, em publicação; *Bairro Estephania (O)*, maio, 1895; *Baixa (A)*, 17 janeiro, 1891; *Balão (O)*, 3 fevereiro a março, 1884; *Balas .. de papel*, 30 novembro, 1891; *Bandarilha (A)*, 22 abril a agosto, 1888; *Bandarra (O)*, 29 abril a 12 julho, 1848; *Bandeira dos Operarios (A)*, junho a julho, 1856; *Bandeira Portugueza (A)*, 3 julho, 1884 a 30 setembro, 1888; *Bandeira Republicana Democratica (A)*, 13 julho a 10 novembro 1878; *Barão dos Assopros (O)*, 9 outubro a novembro, 1865; *Baratissimo (O)*, 31 julho, 1848 a 14 maio 1849; *Barbeiro (O)*, 10 janeiro a 3 março, 1837; *Barbeiro (O)*, 15 junho, 1845 a 15 julho, 1849; *Barco da Carreira dos Tolos*, janeiro a dezembro, 1803; *Barrete Phrygio*, 27 agosto a 24 setembro, 1880; *Barricada (A)*, 1890; *Barricada (A)*, 30 março, 1896; *Batalha (A)*, 9 novembro, 1891 a 1895, foi seguido pelo *Debate*; *Batalha*, 11 junho, 1896; *Beija-Flôr*, 15 agosto 1838 a 13 abril 1839; *Beija-Flôr (O)*, 13 abril a 1 junho, 1842; *Beija-Flor (O)*, 20 março a abril, 1883; *Bem Publico (O)*, 20 junho, 1857 a 23 junho, 1876, continuação de *O Domingo; Bem Publico (O)*, 8 outubro, 1905; *Beneficencia (A)*, 1 novembro, 1852 a 1854; *Berlinda (A)*, dezembro, 1870 a julho, 1871; *Berro (O)*, 9 fevereiro, 1896; *Besouro (O)*, março a abril, 1849; *Besouro*, 1880; *Besta*

Esfolada (A), 1828; *Bibliographia Critica de Historia e Litteratura*, 1872 a 1875; *Bibliographia de Portugal e Brazil*, 1 outubro a 19 novembro, 1881; *Bibliophilo (O)*, abril a agosto, 1849; *Bibliophilo (O)*, 1 março, 1896; *Bibliotheca de Agricultura e Sciencias*, fevereiro, 1880; *Bibliotheca Dramatica*, maio, 1841; *Bibliotheca Familiar Recreativa*, 1835 a 1844; *Bibliotheca Luzitana*, 1 janeiro a 15 dezembro, 1855; *Bibliotheca para todos*, 1895; *Bibliotheca dos Pobres*, maio, 1886; *Bibliotheca Recreativa*, 1874; *Bibliotheca Republicana*, 1874; *Bibliotheca da Sciencia Pratica*, janeiro, 1889; *Bibliotheca Universal*, janeiro, 1803 a dezembro, 1805; *Bibliotheca Universal Antiga e Moderna*, 1888; *Bicho da Lettra (O)*, 31 outubro, 1903; *Bicycleta (A)*, 1 maio, 1895; *Bijou (O)*, 1891; *Bijou d'Annuncios*, 13 fevereiro, 1883; *Bijou Illustrado*, 1900; *Binoculo (O)*, 5 outubro a 10 dezembro, 1870; *Binoculo (O)*, 1 janeiro, 1876; *Binoculo (O)*, 18 fevereiro a 12 abril, 1906; *Biographia dos Personagens Illustres de Portugal*, 1838 a 1839; *Biographia de Titulares Portuguezes e Brazileiros*, 1889; *Biographia de Homens Celebres dos Tempos Antigos e Modernos*, 1883 a 1889; *Biographo (O)*, julho, 1838 a junho, 1839; *Biographo (O)*, 1 fevereiro a 1 junho, 1880; *Biographo Democrata (O)*, 1 maio, 1901; *Bisturi (O)*, 9 dezembro, 1897; *Bocage (O)*, 20 fevereiro, 1888 a abril, 1889; *Bocage em Camisa*, 5 março, 1891; *Bohemio (O)*, 9 abril, 1893; *Bohemio (O)*, 8 janeiro, 1900; *Bohemio (O)*, 14 setembro, 1907; *Boletim*, maio, 1809; *Boletim*, 12 outubro a 6 dezembro, 1846; *Boletim da Academia Portugueza dos Amadores da Arte Photographica*, abril a maio, 1887; *Boletim da Agencia do Trabalho*, 1905; *Boletim das Alfandegas*, 1 junho a 15 agosto, 1865; *Boletim d'Annuncios*, novembro, 1881, poucos numeros se publicaram; *Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação de Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, março, 1874, em publicação, (dezembro, 1907); *Boletim da Assistencia Nacional aos Tuberculosos*, agosto, 1906, em publicação, (dezembro, 1907). *Boletim da Associação Commercial dos Logistas de Lisboa*, 1 janeiro, 1888, em publicação, (dezembro, 1907); *Boletim da Associação dos Conductores de Obras Publicas*, janeiro de 1897, em publicação, *Boletim da Associação dos Empregados dos Caminhos de Ferro*, 15 outubro, 1892; *Boletim da Associação dos Jornalistas e Escriptores Portuguezes*, 10 junho 1884 a fevereiro, 1885; *Boletim da Associação dos Medicos Portuguezes*, maio, 1899, em publicação, (dezembro, 1907); *Boletim dos Atiradores Civis Estrella*, abril, 1896; *Boletim do Banco Popular Independencia*, janeiro 1875 a agosto 1877; *Boletim Bibliographico*, 1889; *Boletim Bibliographico*, maio 1893; *Boletim Bibliographico de «A Critica»*, junho, 1897; *Boletim da Bibliotheca dos Antiquarios*, março a abril, 1869; *Boletim das Bibliothecas e Archivos Nacionaes*, janeiro, 1902; *Boletim da Caixa de Credito Industrial*, junho, 1869 a 15 julho, 1877; *Boletim da Camara do Commercio*, julho, 1894; *Boletim de Chimica Applicada*, 1861; *Boletim do Clero e do Professorado*, 2 maio, 1863 a 27 novembro, 1875; *Boletim da Colonia Portugueza para Huila*, 30 janeiro a 28 fevereiro, 1885; *Boletim Colonial*, setembro, 1888; *Boletim Colonial*, 1890; *Boletim Commercial*, abril, 1898; *Boletim Commercial e Maritimo*, janeiro, 1899; *Boletim da Commissão Central Promotora do Commercio de Vinhos e Azeites*, novembro, 1894; *Boletim do Conselho Ultramarino*, 15 fevereiro 1854 a 1867; *Boletim do Consultorio Especial da Homeopathia Pura*, janeiro, 1861 a 1862; *Boletim da Cooperativa Militar*, abril, 1895, em publicação, (dezembro, 1907); *Boletim Demographico Sanitario*, janeiro, 1881 a 1884; *Boletim da Direcção Geral de Agricultura*, janeiro, 1889; *Boletim Estatistico das Alfandegas*, janeiro, 1886, em publicação, (dezembro, 1907); *Boletim do Fôro Porguez*, 16 maio, 1877; *Boletim Geral do Consultorio Occulista*, agosto, 1879 a 1889; *Boletim Geral de Instrucção Publica*, 6 fevereiro, 1861 a dezembro, 1864; *Boletim do Gremio Portuguez de Amadores Photographicos*, junho, 1890; *Boletim da Guarda Fiscal*, janeiro, 1885, em publicação, (dezembro, 1907); *Boletim Hebdomadario de Estatistica Demographica e Medica*, agosto, 1880; *Boletim do Hospital de S. José e Annexos*, 15 janeiro, 1902; *Boletim Judicial*, 22 novembro, 1875; *Boletim do Campeão Vermelho*, 1900; *Boletim de Lisboa*, 9 junho, 1851, *Boletim de Lisboa*, 28 maio, 1854 a 18 junho, 1855; *Boletim Litterario da Livraria Campos Junior*, agosto, 1868; *Boletim da Livraria Bertrand*, janeiro, 1887 a junho, 1888; *Boletim de Medicina Homoepathica*, julho, 1888; *Boletim Mensal da Delegação de Saude do Districto de Lisboa*, junho, 1895; *Boletim Mensal da Livraria M. Gomes*, março, 1894. *Boletim do Mercado Central de Productos Agricolas*, janeiro, 1906; *Boletim Militar do Ultramar*, 1 julho, 1878, em publicação, (dezembro, 1907); *Boletim do Ministerio da Fazenda*, janeiro a outubro, 1865; *Boletim do Ministerio da Guerra*, outubro, 1859 a junho, 1860; *Boletim do Ministerio dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça*, janeiro a dezembro, 1859; *Boletim do Ministerio das Obras Publicas Commercio e Industria*, julho 1852 a dezembro, 1868: *Boletim da Moda*, 15 dezembro, 1894; *Boletim Musical*, junho, 1899; *Boletim Nacional*, maio, 1846; *Boletim da Nova Livraria Internacional de Lisboa*, janeiro, 1888; *Boletim de Novidades Musicaes*, outubro, 1899; *Boletim Official da Associação de Classe dos Compositores Typographicos*, abril, 1904, *Boletim Officiale da Camara del Commercio Hespanhol em Lisboa*, dezembro, 1887; *Boletim Official do XV Congresso de Medicina*, 19 a 26 abril, 1906; *Boletim Official do Exercito*, fevereiro, 1849 a 1883; *Boletim Official do Governo Geral da Provincia de Angola*, 13 setembro, 1845, em publicação, dezembro, 1907; *Boletim Official da Grande Loja de Maçons Antigos de Portugal*, janeiro a abril, 1883; *Boletim Official da Grande Loja de Portugal*, 1882; *Boletim Official do Grande Oriente Luzitano*, julho, 1869 a 1881; *Boletim Official da Inspecção Geral do Sello*, janeiro, 1896; *Boletim Official de Instrucção Publica*, janeiro a dezembro, 1861; *Boletim Official do Ministerio da Fazenda*, janeiro a dezembro, 1848; *Boletim Parlamentar do Districto de Bragança*, 17, fevereiro, 1901; *Boletim Photographico*, janeiro, 1900; *Boletim Postal (O)*, 10 março, 1888; *Boletim da Praça de Lisboa*, 20 julho, 18 9 a 21 março, 1840; *Boletim da Propriedade Industrial*, janeiro, 1885, em publicação, dezembro, 1907; *Boletim da Real Associação Central de Agricultura*, abril, 1899; *Boletim da Revista Critica e Jurisprudencia Geral e Legislação*, fevereiro. 1870; *Boletim de Rilhafolles*,

1849; *Boletim de Sanidade Maritima*, 30 dezembro, 1876; *Boletim de Sanidade Pecuaria*, janeiro, 1883 a agosto, 1886; *Boletim de Saude e Hygiene Municipal de Lisboa*, janeiro, 1887; *Boletim da Semana*, 3 junho, 1876; *Boletim do Serviço Geral de Instrucção Publica do Camara Municipal de Lisboa*, outubro, 1886 a setembro, 1888; *Boletim do Serviço Sanitario do Reino*, 1902; *Boletim da Sociedade da Cruz Vermelha*, abril, 1888, em publicação, dezembro, 1907; *Boletim da Sociedade Geographia de Lisboa*, dezembro, 1876, em publicação, dezembro, 1907; *Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal*, junho, 1907, em publicação; *Boletim da Sociedade Protectora dos Animaes*, março a julho, 1876; *Boletim da Sociedade de S. Vicente de Paula*, 2 janeiro a 3 março, 1862; *Boletim da Tarde*, 2 janeiro a 31 março, 1865; *Boletim Telegrapho-Postal*, 12 janeiro, 1881 a 1884; *Boletim dos Theatros Commercio e Industria*, 1 abril 1883; *Boletim de Therapeutica e Pharmacia*, 1 janeiro, 1887, em publicação, dezembro, 1907; *Boletim dos Tribunaes*, 16 a 19 outubro, 1838; *Boletim dos Tribunaes*, 7 novembro, 1860; *Boletim dos Tribunaes*, 8 outubro, 1885 a 1888; *Boletim de Variedades do Reportorio da Camara*, 1874 a 1880; *Bombeiro (O)*, fevereiro, 1877; *Bombeiro (O)*, 1 agosto, 1905; *Bombeiro de Lisboa (O)*, 1 dezembro, 1888; *Bom-Senso (O)*, 1883; *Borboleta (A)* 1841; *Borda d'Agua (O)*, 8 a 12 julho, 1837; *Borga (O)*, 13 maio, 1894; *Borga (O)*, 17 a 28 maio, 1906; *Bosquejos Litterarios*, março, 1877; *Bot'Abaixo*, 18 fevereiro, 1894; *Boudoir*, 14 dezembro, 1863 a 1 julho, 1865; *Bouquet Litterario*, 1868; *Bric-á-brac*, janeiro, 1895; *Brado Portuguez*, 1851; *Brado da Lealdade (O)*, novembro, 1846; *Branco e Negro*, 1896; *Braz Corcunda*, 1821 a 1823; *Brazil (O)*, 25 agosto, 1871 a setembro, 1877; *Brazil-Portugal*, 1 fevereiro, 1899, em publicação, dezembro, 1907; *Brazileira (A)*, 1 novembro, 1905, em publicação, dezembro, 1907; *Brazileiro em Lisboa (O)*, 12 outubro a 11 dezembro, 1837; *Brazileiro em Portugal*, 1822; *Bruxa Encantada*, 22 setembro, 1826; *Bull Dog (O)*, 23 janeiro a fevereiro, 1886; *Bulletin de la Société de Sciences Naturelles*, novembro, 1907, em publicação; *Burlesco (O)*, 2 janeiro a 14 março, 1880; *Burocracia Portugueza*, janeiro, 1891; *Burro (O)*, outubro, 1883 a 188·; *Cabra (O)*, 19 abril, 1894, o seu numero programma é de 1 de fevereiro do mesmo anno; *Cabra (A)*, 10 fevereiro, 1897; *Cabrion (O)*, 10 dezembro, 1860 a 1861; *Cabrion (O)*, maio a junho, 1873; *Cabrion (O)*, 21 fevereiro, 1889 a 30 janeiro, 1870; *Cacholetas Litterarias*, 1861; *Caça (A)*, 15 agosto, 1899, em publicação, dezembro, 1907; *Caçador Simão*, 1890; *Cacete (O)*, novembro, 1831 a 1833; *Café Jocoso*, 1797 a 1798; *Caixeiro* 1896; *Caixeiro (O)*, 25 abril, 1897; *Caixeiro*, janeiro, 1902; *Caixeiro Portuguez (O)*, 3 junho a 26 agosto, 1858, o numero programma a 27 maio, 1858; *Caixeiro Portuguez (O)*, 6 junho, 1897; *Calcanhar de Achiles (O)*, maio, 1870; *Caloiro (O)*, 5 setembro, 1863, *Caloiro (O)*, 13 a 22 janeiro, 1881; *Calouro (O)*, 1853; *Camara Optica*, 1807 a 1809; *Camara Optica (A)*, 12 setembro, 1826; *Camara Optica*, março a julho, 1837; *Camarim Lisbonense (O)*, novembro, 1885; *Camartello (O)*, 21 agosto, 1869; *Camões (O)*, 1860; *Camões*, 1895; *Campainha do Diabo (A)*, 26 novembro a dezembro, 1865; *Campeão (O)*, 1846; *Campeão (O)*, 12 outubro a 13 dezembro, 1876; *Campeão (O)*, 1897; *Campeão da Arte (O)*, 1864; *Campeão Liberal (O)*, 14 setembro, 1872 a 1873; *Campeão Lisbonense*, 18 outubro, 1821 a 7 abril, 1823; *Campeão Popular*, 5 junho, 1898; *Campeão Portuguez em Lisboa*, 6 abril, 1822 a 31 maio, 1823; *Campo Pequeno*, 1895; *Cancioneiro Musical Portuguez*, 1884; *Cancro Nacional (O)*, 1 setembro a 6 outubro, 1885; *Cão do Cego*, 1789; *Capital (A)*, 22 maio, 1886 a 21 abril, 1887, *Capital (A)*, 2 abril, 1898; *Capitolio (O)*, outubro a dezembro, 1886; *Carantonha (A)*, 1899; *Carapuça (A)*, 15 agosto a 27 outubro, 1879; *Carapuças*, 1 novembro, 1895; *Carapuceiro (O)*, 16 a 28 janeiro, 1837; *Careta (A)*, 25 outubro, 1905; *Caricatura (A)*, 2 a 13 janeiro, 1837; *Caricatura (A)*, 1890; *Carta (A)*, 21 setembro, 1847 a 29 fevereiro, 1848; *Cartaz d'Annuncios*, abril, 1859; *Carteira Biographica*, novembro, 1885 a novembro, 1886, continuado pelo *Portuguezes Illustres; Carteira de um Rapaz*, 9 abril, 1892; *Cartilha Rural*, 1897; *Cartista (O)*, 8 a 12 junho, 1837; *Carvoeiro (O)*, 1869; *Casa Favorita (A)*, 1 agosto, 1894; *Casmurro (O)*, 8 maio, 1905; *Catholico (O)*, 23 fevereiro, 1842 a 8 abril, 1843; *Catholico (O)*, 21 março, 1851 a 10 março, 1853; *Catholico (O)*, 1 janeiro 1873 a 11 maio, 1876; *Caustico (O)*, 21 agosto a 4 setembro, 1887; *Cavaquinho (O)* janeiro, 1872; *Cega-Rega (A)* 1891; *Cega-Rega (A)*, 10 dezembro, 1900; *Cenaculo*, janeiro, 1875; *Censor (O)*, 1835 a 1836; *Censor (O)*, 21 janeiro, 1897; *Censor Luzitano (O)*, 9 setembro, 1822 a 11 abril, 182 ; *Censura (A)*, 11 outubro a dezembro, 1864; *Ceres (A)*, junho, 1897; *Chacota*, 1892; *Chalaça (A)*, 21 agosto, 1904. Em publicação, dezembro, 1907; *Chapeleiro (O)*, 1 janeiro, 1896, *Charadista (O)*, 6 abril a 21 setembro, 1839; *Charadomania (A)*, abril a junho, 1873, *Charamella (A)*, agosto, 1846; *Charuto (O)*, 1842; *Chato (O)*, 12 agosto, 1888; *Chave das Sciencias Ecclesiasticas*, 1869; *Chega a Todos (O)*, 12 setembro, 1838 a 13 novembro, 1839; *Chiado (O)*, 1 janeiro, 1879; *Chiado (O)*, 9 janeiro, 1898; *Chicote (O)*, 2 agosto, 1895; *Chicote dos Ladrões (O)*, março a maio, 1874; *Chinello (O)*, 1900; *Chocalheiro (O)*, 1858; *Chocalheiro (O)*, 1847; *Chocalho do Diabo (O)*, 17 a 18 de abril, 1889; *Chronica (A)*, 20 janeiro, 1896; *Chronica (A)*, abril, 1900; *Chronica Constitucional de Lisboa*, 25 julho, 1833 a 30 junho, 1834, foi seguida pela *Gazeta Official do Governo; Chronica Encyclopedica*, 1860; *Chronica Illustrada*, 1 abril, 1882; *Chronica Mensal*, junho, 1882; *Chronica Mensal* (pelo *Pombo Correio*), 1882; *Chronica Moderna*, 2 janeiro, 1881 a março, 1882; *Chronica Musical*, 18 dezembro, 1877 a março, 1878. *Chronica Occidental*, 1882; *Chronica Portugueza*, novembro, 1846; *Chronica Semanal*, junho, 1884; *Chronica Theatral*, 1846; *Chronica dos Theatros*, 1851; *Chronica dos Theatros*, 1865; *Chronica dos Theatros*, 18 julho, 1880; *Chronista (O)*, 4 março a agosto, 1827; *Chulipa (A)*, 27 setembro, 1896; *Chumbo (O)*, 1900; *Cidadão (O)*, 5 maio, 1870; *Cidadão Constitucional Desvalido*, 10 outubro, 1826; *Cidade e os Campos (A)*, julho, 1906; *Cigarra no Club (A)*, maio a junho, 1883; *Cinco réis (O)*, 1 abril a 7 agosto, 1843; *Circulo n.º 73*, 6 agosto, 1876 a meados de 1878; *Cithara (A)*, 15 janeiro, 1878; *Civilisação (A)*, 18 maio, 1855 a 8 setembro, 1857; *Civilisação (A)*, 1865; *Civilisação Christã (A)*, 1889; *Civilisação e Pro-*

gresso, 4 fevereiro a 10 abril, 1865; *Civilisador (O)*, 5 junho, 1858 a 16 julho, 1859; *Clamor Academico*, 1 fevereiro a 19 abril, 1865; *Clamor Nacional*, 26 junho, 1902; *Clamor da Patria*, 13 abril, 1890, em continuação da *Monarchia*; *Clamor Popular (O)*, 12 maio a 9 novembro, 1878; *Clarim (O)*, 27 fevereiro, 1888; *Clarim (O)*, fevereiro, 1889; *Clarim Cartista (O)*, 23 agosto a 23 setembro, 1826; *Clarim Portuguez (O)*, agosto, 1826 a 10 setembro, 1827; *Clarim dos Realistas Portuguezes*, 17 a 20 agosto, 1828; *Clarim da Verdadeira Regeneração*, 1823; *Claro Escuro (O)*, abril a junho, 1883; *Clero (O)*, 5 maio, 1885; *Cócó (O)*, 20 agosto a setembro, 1883; *Cócóte (A)*, 1894; *Coevos Selectos*, 16 a 31 outubro, 1885; *Collecção de Documentos Officiaes*, 1860; *Collecção de Instrucções sobre a Agricultura, Artes e Industrias*, 1831 a 1832; *Colonial (O)*, 3 setembro, 1907, em publicação; *Colonias Portuguezas (As)*, janeiro, 1883 a 6 junho, 1892; *Colyseu (O)*, 18 janeiro, 1887; *Colyseu dos Recreios*, 1891; *Combate (O)*, 23 agosto, 1881, o seu numero programma, publicou-se em 24 julho do mesmo anno; *Combate (O)*, 4 janeiro, 1893; *Combate (O)*, 1 dezembro, 1899; *Combatente (O)*, 4 dezembro, 1882; *Comedia (A)*, 10 outubro, 1907; *Comedia Portugueza*, 6 outubro, 1888 a 19 dezembro, 1889; *Cometa (O)*, 5 outubro a 30 dezembro, 1836; *Cometa (O)*, 1881; *Commercial (O)*, 9 setembro a 2 dezembro, 1888; *Commercial (O)*, fevereiro, 1892, successor do *Annunciador*, com o n.º 51, 4.º anno; *Commercial (O)*, 8 dezembro, 1897; *Commerciante (O)*, 29 setembro, 1902; *Commerciante Politico (O)*, 1834; *Commercio (O)*, 1867; *Commercio (O)*, 8 janeiro, 1880 a 12 fevereiro, 1882; *Commercio (O)*, 1894; *Commercio (O)*, 31 março, 1897; *Commercio e Industria*, 1852; *Commercio e Industria*, junho, 1880 a setembro, 1907; *Commercio, Industria e Agricultura*, setembro, 1902; *Commercio e Industria de Portugal*, 5 maio, 1894; *Commercio e Lealdade*, junho a novembro, 1888; *Commercio de Lisboa*, 5 abril, 1863 a 12 agosto, 1865; *Commercio de Lisboa*, janeiro, 1879 a 1880; *Commercio de Lisboa*, 14 novembro, 1886 a 12 julho, 1888; *Commercio de Lisboa*, 1898; *Commercio Lusitano*, 1849; *Commercio de Portugal*, 26 junho 1879 a 31 julho, 1897; *Compadre Matheus (O)*, 1 março a novembro, 1869; *Compilador (O)*, novembro, 1821 a julho, 1822: *Compilador (O)*, 10 janeiro a fevereiro, 1836; *Compilador*, 3 março, 1848; *Com Privilegio Real*, agosto, 1778 a 13 novembro, 1807; *Concentração (A)*, 14 outubro, 1900; *Conciliador Lusitano (O)*, 10 junho a 23 dezembro, 1822; *Concordia*, setembro, 1882 a 1884; *Conquista do Pão (A)*, abril, 1907; *Consciencioso (O)*, 1 dezembro, 1866 a 1868; *Conservador (O)*, 15 setembro, 1851 a 14 fevereiro, 1852; *Conservador (O)*, 21 janeiro, 1862 a 28 fevereiro, 1865; *Constitucional (O)*, 13 janeiro a 18 março, 1823; *Constitucional (O)*, 2 janeiro a 28 fevereiro, 1835; *Constitucional (O)*, 10 janeiro, 1838 a 1841; *Constitucional (O)*, 4 abril, 1865; *Constitucional Portuguez*, outubro, 1833; *Construcção (A)*, dezembro, 1893; *Construcção (A)*, 1 janeiro, 1896; *Construcção Moderna*, 1 fevereiro, 1900; *Constructor (O)*, janeiro a dezembro, 1880; *Constructor (O)*, abril, 1906; *Consultor Juridico (O)*, 15 julho, 1907; *Contemporaneo (O)*, 1874; *Contemporaneo (O)*, janeiro, 1875; *Contemporaneo*, 1 abril, 1897; *Contemporaneos (Os)*, maio, 1866; *Contos Modernos*, 1890; *Contra-Censor*, 20 setembro a 20 dezembro, 1822; *Contra-Mina*, 2 dezembro, 1830 a 29 abril, 1832; *Coquinó (O)*, 15 agosto, 1893; *Corbeille (A)*, 15 maio, 1893; *Coria (A)*, 1890; *Corja (A)*, 1898; *Correaria Nacional (A)*, outubro, 1893; *Corrector de Lisboa*, 1 dezembro, 1836 a 1837; *Corrector Lisbonense (O)*, agosto, 1842 ; *Correio (O)*, 3 dezembro, 1836 a 23 dezembro, 1837; *Correio (O)*, 13 julho, 1889 ; *Correio (O)*, janeiro, 1897; *Correio Academico*, 9 janeiro a fevereiro, 1887; *Correio dos Açôres (O)*, 2 fevereiro, 1863 a 28 fevereiro, 1864; *Correio Agricola de Lisboa*, 5 agosto, 1899; existia em 1903; *Correio Annunciador*, 1 fevereiro, 1899; *Correio d'Annuncios*, 2 setembro, 1861 a 25 abril, 1862; *Correio d'Annuncios*, agosto, 1878; *Correio d'Annuncios*, novembro, 1888; *Correio do Brazil*, junho, 1882 a 15 maio, 1885; *Correio do Brazil*, 24 novembro, 1888 a 27 março, 1889; *Correio Braziliense (O)*, junho, 1808 a dezembro, 1822; *Correio das Colonias*, 3 setembro, 1883; *Correio Commercial*, junho, 1903; *Correio das Damas (O)*, 1 janeiro, 1836 a 31 dezembro, 1852; *Correio dos Dois Mundos*, 7 novembro, 1867 a 13 janeiro, 1869; *Correio das Escolas*, 10 janeiro, 1897; *Correio da Europa (O)*, 31 maio, 1857 a 1 fevereiro, 1859; *Correio da Europa (O)*, 13 janeiro, 1867 a 13 julho, 1868; *Correio da Europa*, 6 janeiro, 1880, em publicação; *Correio Geral do Commercio*, 1875; *Correio Juridico*, 1889; *Correio Juridico*, 1 outubro, 1892; *Correio de Lisboa*, 1 outubro a 30 novembro, 1812; *Correio de Lisboa*, 8 maio a 19 julho, 1828; *Correio de Lisboa*, 23 outubro, 1837 a 1845; *Correio de Lisboa*, 17 fevereiro, 1871 a 17 junho, 1873; *Correio de Lisboa*, 24 setembro, 1874 a 26 dezembro, 1875; *Correio de Lisboa*, 1878; *Correio de Lisboa*, setembro, 1882 a março, 1884, foi seguido pela *Gazeta Commercial*; *Correio de Lisboa*, 2 setembro, 1886 a 27 fevereiro, 1887; *Correio de Lisboa*, 2 maio a setembro, 1892, successor da *Epocha*; *Correio de Lisboa*, 5 abril, 1905; *Correio dos Lojistas*, 1864; *Correio de Londres*, 15 junho, 1809 a 19 dezembro, 1810; *Correio Lusitano*, 1 setembro, 1888 a agosto, 1890; *Correio da Manhã*, 1 dezembro, 1884 a 10 junho, 1896; *Correio da Manhã (O)*, 18 junho, 1896; *Correio Maritimo*, 20 novembro, 1904 a fevereiro, 1905; *Correio Medico de Lisboa*, 1 julho, 1871, em publicação; *Correio Mercantil*, 16 julho, 1838 a julho, 1839; *Correio Mercantil*, 5 julho a 14 outubro, 1862; *Correio Mercantil (O)*, 24 novembro, 1856 a 29 junho, 1857; *Correio Mercantil Economico de Portugal*, janeiro, 1790 a 1810; *Correio da Moda*, julho a outubro, 1807; *Correio Nacional*, 1 fevereiro, 1893; *Correio da Noite*, 1 abril, 1881, em publicação; *Correio da Noite*, (edição da manhã), 1887; *Correio de Noticias*, 2 julho a 30 dezembro, 1888; *Correio de Noticias*, 31 outubro, 1878 a 1880; *Correio da Peninsula*, 3 julho, 1809 a 9 agosto, 1810; *Correio de Portugal*, 20 julho a 18 dezembro, 1884; *Correio de Portugal*, 6 março, 1888 a 20 dezembro, 1892; *Correio de Portugal*, março, 1901; *Correio Portuguez*, 1 dezembro, 1841 a 31 dezembro, 1846; *Correio Portuguez*, 13 novembro, 1884 a 20 maio, 1888; *Correio do Povo*, 15 dezembro, 1887 a maio, 1888; *Correio do Povo*, janeiro, 1870; *Correio Realista*, 23 junho a julho, 1828; *Correio das Salas*, 1 outubro, 1887; *Correio da Semana*, 21 junho, 1885; *Correio do Sul*, 31

outubro, 1871 a 20 setembro, 1874; *Correio da Tarde*, 4 junho a 28 agosto, 1809; *Correio da Tarde*, 10 março a 10 maio, 1823; *Correio da Tarde*, 6 janeiro, 1860; *Correio da Tarde*, 8 maio, 1872 a 31 dezembro, 1877; *Correio da Tarde*, 14 julho, 1891 a 31 julho, 1894. Successor do *Globo*, com o n.º 713; *Correio dos Theatros*, 1845; *Correio dos Tribunaes*, 15 fevereiro, 1897; *Correio Ultramarino*, 5 junho, 1872; *Correios e Telegraphos*, 1881; *Correspondencia de Lisboa*, 15 abril, 1873 a agosto, 1874; *Correspondencia de Portugal*, 28 janeiro, 1862 a 15 novembro, 1887; *Correspondencia Constitucional*, 1821 a 1823; *Corrida (A)*, 10 outubro, 1891; *Corsario (O)*, 2 abril a 7 maio, 1838; *Corsario (O)*, 28 outubro, 1883; *Corsario (O)*, 1890; *Cortador (O)*, 1 abril a 17 junho, 1837; *Cosinheira Elegante e Economica*, 1870; *Cosmochronometro (O)*, maio, 1897; *Cosmorama Litterario*, 4 janeiro a 27 agosto, 1840; *Cosmorama Politico*, 1835; *Courrier de France et du Portugal*, 7 maio, 1888 a fins de 1889; *Courrier de Lisbonne*, 17 a 29 setembro, 1870; *Creanças (As)*, 17 julho, 1884 a março, 1885; *Credito (O)*, 20 agosto, 1891 a agosto, 1892; *Crença (A)*, 1862; *Crença Catholica (A)*, 31 outubro a 8 dezembro, 1884; *Crença Liberal (A)*, 11 maio, 1862, em publicação; *Crença Religiosa (A)*, 5 setembro, 1878 a 8 junho, 1883; *Crente (O)*, 1851; *Crepusculo (O)*, 16 janeiro, 1884; *Cri-Cri (O)*, 3 dezembro, 1876 a 10 fevereiro, 1878; *Critica (A)*, 17 outubro, 1895; *Critica (A)*, 1 outubro, 1904; *Critica Amena*, 20 julho a agosto, 1886; *Critico (O)*, 1898; *Cruz do Operario (A)*, 10 julho, 1880 a 12 janeiro, 1888; *Cruzada (A)*, 1 novembro, 1858 a janeiro, 1859; *Cruzador*, 7 março, 1892; *Cuchares (O)*, 26 junho, 1887; *Curioso (O)*, 1 julho a 29 setembro, 1846; *Curioso Dramatico (O)*, setembro, 1880 a março, 1881; *Cyclista (O)*, 9 dezembro, 1900; *Cysne do Tejo (O)*, 22 setembro, 1856 a janeiro, 1857; *Dardo (O)*, 18 março, 1897; *Debate (O)*, 13 outubro, 1895 a 30 maio, 1895, como successor da *Batalha*, de 1891; *Debate (O)*, 30 março, 190?; *Debates (Os)*, 1 outubro, 1865 a 29 abril, 1866; *Debates (Os)*, 1 agosto, 1888; *Defensor dos Animaes (O)*, julho, 1904 a agosto, 1905, foi seguido pela *Aurora do Porvir*; *Defensor do Exercito (O)*, 1 a 15 agosto, 1886; *Defensor dos Jesuitas (O)*, 26 agosto, 1829 a junho, 1833; *Defensor da Liberdade (O)*, 20 agosto a 7 setembro, 1864; *Defensor dos Operarios (O)*, 10 fevereiro, 1872 a fins 1873; *Defensor dos Operarios*, 20 junho a 11 julho, 1880; *Defensor do Povo (O)*, 1 outubro, 1851 a abril, 1859; *Defensor do Povo (O)*, 1883; *Defensor da Religião (O)*, 1836; *Defensor do Trabalho (O)*, 11 agosto, 1862 a 4 setembro, 1865; *Defensor do Throno e do Altar*, 1823; *Defeza (A)*, 8 outubro, 1899; *Defeza de Portugal*, 16 julho, 1831 a 7 março, 1833; *Delicias da Vida (As)*, 1 outubro, 1869 a principios de 1870; *Democracia (A)*, 26 abril, 1848; *Democracia (A)*, 8 junho a 17 agosto, 1861; *Democracia (A)*, 16 março 1871; *Democracia*, 12 outubro, 1873 a 15 outubro, 1881. Foi seguida pela *Democracia Portugueza*; *Democracia Christã (A)*, 1 fevereiro, 1903; *Democracia Portugueza*, 16 outubro, 1881 a 22 dezembro, 1889, em seguimento de *A Democracia* de (1871), com o n.º 2357; *Democrata (O)*; 12 junho, 1839 a 11 agosto, 1840; *Democrata (O)*, 5 janeiro a 31 março, 1865; *Democrata (O)*, 7 março, 1897; *Democrito (O)*, 14 maio, 1865 a 1867; *Democrito (O)*, 25 maio, 1876; *Derriço (O)*, 6 junho a 8 agosto, 1852; *Desafogos da Vida (Os)*, 6 janeiro a dezembro, 1863; *Desapprovador (O)*, 1818 a 1819; *Desengano (O)*, 6 setembro, 1830 a 19 setembro, 1831; *Desengano (O)*, outubro a 14 novembro, 1873; *Desengano dos Povos (O)*, 1830; *Desenjoativo Theatral (O)*, junho a setembro, 1838; *Desenho sem Mestre*, 1898; *Desforra (A)*, 1823; *Despacho (O)*, janeiro, 1905; *Despertador (O)*, 17 fevereiro, 1860 a setembro, 1862; *Despertador do Povo (O)*, 11 setembro a outubro, 1826; *Destribuidor de Carapuças (O)*, 7 janeiro a fevereiro, 1863; *Destribuidor de Carapuças (O)*, 1864; *Dez réis (O)*, 1 janeiro a 25 outubro, 1841, sendo continuado pelo *Jornal de Utilidade Publica*; *Dia (O)*, 1887; *Dia (O)*, 1900; *Dia*. Supplemento Illustrado, 1896; *Dia de Juizo*, 2 a 7 janeiro, 1837; *Diabo (O)*, 1899; *Diabo Côxo (O)*, 1822; *Diabo Coxo (O)*, 1872 a 1873; *Diabo Coxo (O)*, outubro a novembro, 1886; *Diabo em Lisboa*, 24 fevereiro, 1879; *Diabo em Lisboa*, 9 a 30 setembro, 1888; *Diabrete (O)*, 20 julho a 31 outubro, 1835; *Dialogo das Velhas*, 1823; *Diario (O)*, setembro, 1902; *Diario de Annuncios*, 1860 a 1861; *Diario de Annuncios*, 1873 a 1874, *Diario de Avisos*, 26 julho, 1869 a 18 outubro, 1875; *Diario de Badajoz*, 8 junho, 1809; *Diario da Camara dos Deputados*, 27 janeiro, 1821, em publicação; *Diario da Camara dos Dignos Pares do Reino*, 10 junho, 1842, em publicação; *Diario da Camara dos Senadores*, 10 dezembro, 1838 a 18 novembro 1841; *Diario Civilisador*, 10 junho, 1880 a 11 abril, 1886; *Diario Commercial*, 7 janeiro a 15 outubro, 1864; *Diario Commercial*, 1870 a 1880; *Diario do Commercio*, 2 janeiro, 1876 a 10 novembro, 1880; *Diario das Côrtes Geraes e Extraordinarias da Nação Portugueza*, 1821; *Diario Critico*, janeiro, 1803 a 1804; *Diario Democratico*, 1 março a 2 maio, 1860; *Diario Economico*, 1822; *Diario Economico*, 12 outubro, 1879 a 1880; *Diario Extraordinario da Europa*, junho, 1821; *Diario do Governo*, setembro, 1820, em publicação; *Diario do Governo da Corunha*. (traducção), 3 agosto, 1809; *Diario Illustrado*, 1 junho, 1872, em publicação; *Diario das Leis*, 3 agosto, 1876; *Diario de Lisboa*, 1 novembro, 1859 a 31 dezembro, 1868; *Diario de Lisboa*, 1 julho a 28 novembro, 1880; *Diario de Lisboa*, 13 maio, 1888; *Diario Lisbonense*, 1 maio, 1809 a 31 maio, 1813; *Diario da Manhã*, 1 janeiro, 1876 a 12 novembro, 1884, seguimento da *A Discussão*, com o n.º 155; *Diario da Manhã*, 1 janeiro a 29 junho, 1898; *Diario Nacional*, 1 outubro 1871 a 10 fevereiro, 1872; *Diario Nacional (O)*, 17 janeiro a 22 fevereiro, 1893; *Diario da Noite*, 10 novembro, 1880 a 13 abril, 1881; *Diario de Noticias*, janeiro, 1865, em publicação; *Diario para os Realistas Pobres*, 11 a 12 agosto, 1828; *Diario dos Pobres*, 2 janeiro, a 3 junho, 1858; *Diario Popular*, 13 junho, 1866 a junho, 1895, seguido pelo *O Popular*; *Diario de Portugal*, janeiro a abril, 1864; *Diario de Portugal*, 15 novembro, 1877 a 16 novembro, 1884; *Diario Portuguez (O)*, 12 janeiro a 13 abril, 1869; *Diario do Povo*, 13 novembro, 1835 a 18 abril, 1836; *Diario do Povo*, 1880; *Diario da Regencia*, 12 fevereiro a 4 julho, 1821; *Diario da Tarde*, 1 a 30 janeiro, 1885; *Diario Universal de Medicina, Cirurgia e Pharmacia*, janeiro a abril, 1764; *Diplomata Portuguez (O)*, 1836; *Director (O)*, 2 janeiro, 1838 a 24 dezembro, 1840; *Direito*

(O), 6 maio, 1857 a 3 janeiro, 1859; *Direito (O)*, 5 dezembro, 1868, em publicação; *Discipulo Instruido*, 1759 a 1760; *Discussão (A)*, 1 março a 2 maio, 1860; *Discussão (A)*, 5 julho a 31 dezembro, 1875, seguido pelo *Diario da Manhã*; *Distracção Instructiva (A)*, 1 agosto, 1842 a 1843; *Divertimento Instructivo*, setembro, 1805 a 1806; *Do Notariado*. 1 janeiro, 1894; *Dó Ré Mi*, 6 maio a 3 novembro, 1889; *Dom Basilio*, 11 março, 1866; *Dom Basilio*, 11 outubro, 1894; *Dos Nacionaes*, 12 fevereiro, 1882 a 1884; *Domingo (O)*, 12 maio, 1855 a 12 maio, 1857, foi seguido pelo *Bem Public*; *Domingo (O)*, 20 dezembro, 1874 a 25 abril, 1875; *Domingo (O)*, 15 março, 1891; *Domingo (O)*, 31 janeiro, 1897, poucos numeros se publicaram; *Domingo (O)*, maio, 1897; *Domingo (O)*, 20 março, 1904; *Domingo Catholico (O)*, fevereiro, 1885; *Domingueiro (O)*, 25 maio a 6 junho, 1851; *Doutrina Constitucional*, 25 outubro, 1826; *Doze de Agosto*, 7 março, 1856 a 27 agosto, 1866; *Doze Mezes do Anno (Os)*, janeiro a dezembro, 1849; *Dragão (O)*, 23 novembro a 27 dezembro, 1836; *Dramatico (O)*, 1843 a 1844; *Dramaturgo Portuguez (O)*, dezembro, 1839 a dezembro, 1842; *Duas Figas (As)*, 1826; *Duende (O)*, 1823; *Duende (O)*, janeiro, 1863; *Duende (O)*, 15 fevereiro, 1863; *Dynastia (A)*, 4 a 26 janeiro, 1885; *E' Tarde*, 10 abril, 1848; *Ecclesiterum*, 1878; *Ecco Litterario*, 1 junho, 1855 a 1 abril, 1856; *Ecco Litterario*, 3 a 10 setembro, 1864; *Ecco Marcial*, 1892; *Ecco Musical*, 1 julho, 1873 a 5 fevereiro, 1874, seguido pela *Chronica Musical; Ecco dos Operarios (O)*, 28 abril, 1850 a 29 novembro, 1851; *Ecco Popular*, 13 julho a 28 setembro, 1873; *Ecco da Razão e da Justiça*, 21 julho, 1837; *Eccos do Paiz*, 29 outubro, 1903; *Echo (O)*, 4 agosto, 1835 a 12 agosto, 1840, *Echo (O)*, 17 janeiro, 1889; *Echo (O)*, 1 janeiro, 1890; *Echo (O)*, 12 março, 1893; *Echo (O)*, maio, 1894; *Echo (O)*, 1 janeiro, 1901; *Echo Academico*, 14 novembro a dezembro, 1880; *Ecco das Associações*, 26 agosto, 1894; *Echo Insulano*, 7, março, 1907; *Echo Internacional*, 1900: *Eeho da Juventude*, 2 janeiro a 1 abril, 1883; *Echo Liberal*, 15 dezembro, 1866 a maio, 1867; *Echo da Liberdade*, 1 a 20 junho, 1869; *Echo Litterario*, 6 janeiro, 1886; *Echo Metalurgico*, 3 novembro, 1895; *Echo Musical*, 1874; *Echo Nacional*, 19 outubro, 1899; *Echo d'Obras Publicas*, 1 abril, 1906; *Echo Official*, 23 outubro, 1898; *Echo do Paiz*, 25 agosto a dezembro, 1887; *Echo Photographico*, junho, 1906; *Echo Portugais (L')*, 1889; *Echo de Portugal*, 1866; *Echo de Portugal*, 29 abril, 1868; *Echo de Portugal e Brazil*, 1 janeiro a 29 março, 1884; *Echo das Provincias (O)*, 24 fevereiro a 28 setembro, 1856; *Echo de Roma*, 1 maio, 1869 a abril, 1878; *Echo de S. Lazaro*, 5 outubro, 1884 a 5 janeiro, 1885; *Echo Scientifico*, 7 janeiro, 1902; *Echo Theatral*, 23 setembro, 1852; *Echo Theatral*, 1894; *Echo dos Theatros*, 1897; *Echos da Academia*, 9 janeiro, 1893; *Echos Agricolas*, abril, 1901; *Echos da Avenida*, 1890, em publicação; *Echos de Lisboa*, maio, 1905; *Echos do Municipio*, 16 janeiro, 1897; *Echos do Paiz*, 15 outubro, 1893; *Echos Theatraes (Os)*, 5 fevereiro, 1906; *Echo Español (El)*, 1 abril, 1898; *Economias (As)*, 10 fevereiro, 1867 a 3 maio, 1868; *Economico Liberal (O)*, 3 a 9 novembro, 1836; *Economista (O)*, 1811, *Economista (O)*, 1881 a 1905; *Economista Portuguez (O)*, 5 abril a 18 setembro, 1879; *Economista Portuguez (O)*, 24 julho, 1904; *Educação Popular*, junho, 1874 a abril, 1876; *Egualdade (A)*, janeiro, 1884 a janeiro, 1885; *Elegancia (A)*, dezembro, 1890, (o primeiro numero impresso é o 10, por isso que os outros eram manuscriptos); *Elegante (A)*, 1883; *Eleitor Provocado (O)*, 23 agosto, 1836; *Elenco (O)*, 15 maio, 1839; *Electrico (O)*, 1 maio, 1902; *Electrico (O)*, 1 junho, 1905 a 1907; *Electro-Homoeopathia*, 15 janeiro, 1894; *Elucidario Postal*, janeiro a maio, 1885; *Emancipação (A)*, 15 agosto a 17 novembro, 1849; *Emancipação (A)*, 1892; *Emancipação (A)*, 1897; *Encadernação Artistica (A)*, 1 maio, 1894; *Encanto (O)*, 1 agosto, 1894; *Encyclopedia Catholica*, 1897; *Encyclopedia Estudiosa*, 1870; *Encyclopedia das Familias*, 15 outubro, 1887, em publicação; *Encyclopedia Litteraria*, 4 julho a 20 agosto, 1863; *Encyclopedia Litteraria*, janeiro a junho, 1871; *Encyclopedia Popular*, janeiro, 1867; *Encyclopedia Republicana*, 1882; *Encyclopedia Rural*, janeiro a março, 1841; *Encyclopedico das Familias (O)*, 1 junho, 1858 a maio, 1859; *Engenheiro Civil Portuguez (O)*, abril a maio, 1804; *Engenheria e Architectura*, 31 maio, 1891; *Ensaio Litterario*, 8 junho a 7 agosto, 1861, *Ensaios Litterarios*, 3 outubro, 1863 a 30 abril, 1864; *Ensaios Litterarios*, março, 1868; *Ensino (O)*, 31 janeiro, 1885 a 31 junho, 1887; *Ensino Livre (O)*, 8 outubro, 1871 a meados, 1872; *Ensino Livre (O)*, 10 junho, 1897; *Entre-Acto (O)*, 17 maio a 2 junho, 1837; *Entre-Acto (O)*, 30 agosto, 1840 a 28 março, 1841; *Entre-Acto (O)*, 2 outubro, 1852; *Entre-Acto (O)*, 29 abril a 17 maio, 1883; *Epaminondas*, 1848; *Epoca (A)*, junho, 1848 a julho, 1849; *Epoca (A)*, 1 setembro, 1860 a 22 dezembro, 1863; *Epoca (A)*, 8 maio a 13 julho, 1882; *Epoca (A)*, 1 janeiro, 1887, finalisou em 1889; *Epoca (A)*, 1 maio, 1902, em publicação; *Era Nova*, 31 julho a setembro, 1880; *Era Nova (A)*, 1 novembro, 1882 a 17 dezembro, 1885; *Era Nova (A)*, 1 junho, 1906, successor do *Jornal da Manhã*, com o n.º 1303; *Esboços*, 1 junho a 15 novembro, 1878; *Esboços*, 10 maio, 1883; *Escalpello*, 10 abril, 1863; *Escalpello*, 1867; *Escandalo (O)*, 12 junho, 1878; *Escandalo (O)*, 4 julho a agosto, 1858; *Escapello e Drastico*, 21 março a 23 dezembro, 1884; *Escarro (O)*, junho, 1888; *Escholiaste Medico (O)*, julho, 1851 a 31 dezembro, 1850; *Escogitador (O)*, 1857; *Escola (A)*, 1880; *Escola (A)*, 1884; *Escola Castilho*, fevereiro, 1876; *Escola Livre*, outubro, 1888; *Escolar (O)*, 1885; *Escova (A)*, 1 maio a 12 junho, 1889; *Escudo (O)*, 1 maio, 1823; *Escudo do Christão (O)*, 24 dezembro, 1847 a 4 março, 1848; *Escudo Constitucional (O)*, 9 setembro a 6 outubro, 1826; *Escudo da Liberdade (O)*, 1823; *Escudo da Religião Catholica (O)*, janeiro a dezembro, 1837; *Esculapio (O)*, 7 fevereiro, 1849 a 29 março, 1854; *España (La)*, 1880 a 1886; *Espagnol (El)*, 1898; *Espartilho (O)*, novembro, 1885; *Espectaculo (O)*, 9 dezembro, 1894, não passou do numero programma; *Espectador (O)*, 1840, *Espectador (O)*, 1843; *Espectador (O)*, 1 outubro, 1848 a março, 1849; *Espectador (O)*, janeiro a março, 1869; *Espectador Imparcial (O)*, 15 setembro, 1866 a 13 fevereiro, 1868; foi continuado pelo *Mosquito; Espectador Portuguez*, junho, 1876 a 1878; *Espectro (O)*, 16 dezembro, 1846 a 3 julho, 1847; *Espectro (O)*, 20 abril, 1888 a fevereiro, 1889; *Espectro (O)*, 22 fevereiro, 1907; *Espectro da Granja*,

28 setembro, 1880 a 30 novembro, 1883; *Espectro Internacional (O)*, 1872 a 1875; *Espectro de Juvenal*, dezembro, 1872 a junho, 1873; *Espectro do Mundo (O)*, 1907, publicaram-se uns tres numeros; *Espectro Republicano (O)*, 2 março, 1882 a 25 outubro, 1883; *Espelho (O)*, 14 junho, 1860; *Espelho Critico (O)*, 1822; *Espelho dos Jornalistas (O)*, 5 a 18 setembro, 1826; *Espelho do Palco (O)*, 1 setembro a 24 novembro, 1842; *Esperança*, 3 janeiro, 1878 a 31 março, 1882; *Esperança (A)*, 1 setembro, 1852 a 1 abril, 1854; *Esperançoso (O)*, 1 fevereiro a 1 maio, 1863; *Esphera (A)*, 1 dezembro, 1886; *Espiritismo (O)*, 1 julho a dezembro, 1887; *Espirito Novo (O)*, 1895; *Espreitador (O)*, 20 agosto a setembro, 1845; *Espreitador (O)*, 22 abril a 2 setembro, 1849; *Espreitador do Mundo Novo*, janeiro a dezembro, 1802; *Esquerda Dynastica (A)*, 2 abril, 1888 a 31 dezembro, 1890; *Estação de Paris*, 20 dezembro, 1894; *Estandarte (O)*, 2 agosto, 1847 a 22 novembro, 1851; *Estandarte (O)*, 19 novembro, 1879; *Estandarte (O)*, 23 fevereiro a 31 maio, 1882; foi seguido do *Estandarte Republicano*; *Estandarte Portuguez*, 1883; *Estandarte Republicano (O)*, junho, 1882 a meados de 1883, continuação do *Estandarte*, este jornal não tem nome, nem numero, nem preço, janeiro, 1844; *Estreia (A)*, 1896; *Estrella (A)*, 28 dezembro, 1837 a outubro, 1839; *Estrella (A)*, 1890, *Estrella d'Alva*, 5 novembro, 1860 a julho, 1864; *Estrella Lusitana (A)*, 5 janeiro a 21 agosto, 1828; *Estrella Lusitana (A)*, 1 julho a 2 setembro, 1823; *Estroina (O)*, 23 junho, 1901; *Estudante (O)*, 14 janeiro, 1897; *Estudante de Dezenho e Pintura*, junho a julho, 1840; *Estudo (O)*, 6 janeiro a 28 agosto, 1868; *Estudos Physicos*, junho, 1905; *Etc. e Tal*, 1883; *Eugenia*, julho, 1823; *Eurico*, janeiro, 1882; *Europa*, 22 junho a 30 setembro, 1874; *Eutherpe*, 1865; *Eutherpe*, março, 1883 a março, 1884; *Eu, Tu e Elle*, 1 a 17 agosto, 1852; *Evangelista (O)*, 1893; *Evolução (A)*, abril a setembro, 1878; *Evolução (A)*, 27 novembro, 1881 a fevereiro, 1882; *Evolução Litteraria*, maio a julho, 1877; *Examinador (O)*, 13 fevereiro a 14 julho, 1837; *Exercito Portuguez (O)*, julho, 1878 a dezembro, 1895; *Exercito Portuguez (O)*, 10 agosto, 1901; *Exercito Ultramarino (O)*, 10 novembro, 1887, em 1889 continuava; *Explorador (O)*, 15 janeiro a 1 fevereiro, 1885; *Expressão da Verdade (A)*, 5 fevereiro, 1866 a 25 janeiro, 1869; *Expresso (O)*, 20 janeiro, 1895; *Expresso na Côrte (O)*, 1 janeiro a 20 outubro, 1740; *Facecia Liberal (A)*, 15 agosto, 1822 a janeiro, 1823; *Facho (O)*, 23 agosto a 1 novembro, 1881; *Facho (O)*, fevereiro, 1890, não passou do n.º 1; *Fagulha (O)*, 5 dezembro, 1869; *Fagulha (O)*, 4 fevereiro, 1902; *Fallador (O)*, outubro, 1843; *Fallador (O)*, 1847; *Falstaff*, março, 1897; *Fama (A)*, 1840; *Fama*, 8 janeiro a 2 abril, 1843; *Fama (A)*, 1 junho a novembro, 1844; *Fama (A)*, maio a junho, 1871; *Fama*, 18 outubro, 1886 a março, 1887; *Fama Commercial*, 1897; *Familia (A)*, 27 abril, 1878; *Familia (A)*, 8 agosto, 1883; *Familia Portugueza (A)*, 5 janeiro, 1893; *Fantasma (O)*, 27 junho, 1888; *Farças (As)*, 3 outubro, 1873; *Farol (O)*, março, 1823; *Farol (O)*, 18 março, 1848 a 4 setembro, 1849; *Farol Lusitano (O)*, 12 janeiro a 19 maio, 1836; *Farol Realisto (O)*, 1830; *Farol da Religião (O)*, 1837; *Farpa (A)*, 25 outubro, 1888: *Farpa (A)*, outubro, 1892, Não passou do n.º 1; *Farpas (As)*, maio, 1871 a junho, 1883; *Farpinhas (As)*, 1877; *Favorito (O)*, 1 junho, 1865 a fevereiro, 1871; *Fauteuil (O)*, 1 dezembro, 1884 a janeiro, 1885; *Fé (A)*, 4 maio, 1871 a 1882; *Fé Catholica (A)*, 15 julho, 1861 a 1 março, 1867; *Fé e Patria*, janeiro, 1898; *Federação (A)*, 29 outubro, 1856 a 10 janeiro, 1866; *Federação (A)*, 1893; *Federação (A)*, 7 janeiro, 1894; *Federação (A)*, 1895; *Federação (A)*, 8 agosto, 1900, veio substituir *A Lucta*, suspensa pela autoridade; *Federação Commercial (A)*, 25 março a 17 junho, 1877; *Federação Iberica*, 14 janeiro, 1900; *Feira (A)*, 30 julho, 1904; *Fenix (A)*, 6 julho a 4 novembro, 1837; *Ferrão (O)*, 17 fevereiro a 2 maio, 1878; *Fervilha (O)*, 8 março a 24 maio, 1896; *Fiado Descosido (O)*, 1827; *Figaro (O)*, 11 julho a 10 outubro, 1875; *Figaro (O)*, 1880; *Figaro (O)*, 28 dezembro, 1881 a 26 junho, 1884; *Figaro (O)*, 6 fevereiro, 1890; *Figaro (O)*, 15 outubro, 1897; *Figaro à Lisbonne*, 1863; *Fim do Seculo*, 15 maio a 24 novembro, 1892; *Financial and Mercantil Gazette*, 1 janeiro, 1877 a 1 junho, 1880; *Fiscal dos Annuncios (O)*, 31 julho a 11 novembro, 1826; *Flauta (A)*, 26 maio, 1837; *Flôr Litteraria (A)*, 19 janeiro a 16 maio, 1867; *Flôr do Mondego*, 18 maio a 30 junho, 1879; ha outro n.º 1, de 15 abril do mesmo anno; *Flora*, 1854; *Flora e Pomona*, dezembro, 1854 a janeiro, 1855; *Flôres Dispersas*, abril, 1889; *Floricultor (O)*, 1889; *Florilegio Catholico*, janeiro, 1867; *Foguete (O)*, 24 fevereiro a 3 maio, 1889; *Folha (A)*, 14 setembro a 9 novembro, 1853; *Folha (A)*, 15 outubro, 1893; *Folha (A)*, 3 novembro, 1902; *Folha Academica (A)*, 19 novembro a dezembro, 1885; *Folha de Annuncios*, 5 julho a 3 outubro, 1834; *Folha de Annuncios*, 2 janeiro a julho, 1844; *Folha Commercial da Praça de Lisboa*, 3 julho, 1835; *Folha Commercial da Praça de Lisboa*, 1853 a 1864; *Folha do Commercio (A)*, 17 agosto, 1884, em publicação. *Folha dos Curiosos*, dezembro, 1868 a maio, 1869; *Folha Illustrada*, 19 maio, 1886; *Folha de Lisboa (A)*, 22 outubro, 1893; *Folha de Lisboa*, 1895; *Folha de Lisboa*, 1897; *Folha Litteraria*, 3 fevereiro, 1884; *Folha Negra*, 10 outubro a 7 novembro, 1870; *Folha de Noticias*, 9 setembro, 1894; *Folha Nova (A)*, 25 maio, 1905; *Folha Popular (A)*, 26 janeiro, 1896; *Folha Popular (A)*, 1 janeiro, 1899; *Folha do Povo*, 11 agosto, 1881, (finalisou em 1907.) Era successora de *O Trinta Folha da Praça de Lisboa*, 1 janeiro, 1824 a 1836; *Folha da Tarde*, 1 maio, 1884; *Folha da Tarde (A)*, 14 novembro 1904, (veio substituir provisoriamente a *Folha do Povo*, suspensa pela autoridade.) *Folhetim (O)*, 16 abril, 1857; *Folhetins Homoristicos*, 1892; *Folheto d'ambas Lisboa*, 22 junho, 1730 a 17 agosto, 1731; *Folheto Cotovia*, 11 junho, 1749; *Folheto de Lisboa*, 2 janeiro, 1740 a 28 dezembro, 1748; *Folheto dos Preços Correntes*, 1821; *Folheto Universal*, 1764; *Folia (A)*, 20 fevereiro, 1898; *Fome (A)*, 1846; *Fome e o Povo (A)*, 1855; *Fonte (A)*, 1849; *Foice do Minho (A)*, agosto, 1846; *Forasteiro (O)*, 1842; *Forcado (O)*, 1894; *Furibundo (O)*, 1868; *Fortuna (A)*, janeiro, a 28 abril 1845; *Franco-Portugais (Le)*, 5 maio, 1839, a 9 agosto, 1840; *Fraternidade (A)*, 8 a 13 maio, 1848; *Froebel*, 21 abril, 1882 a maio, 1885; *Fructos Academicos*, 3 janeiro a 14 fevereiro, 1865; *Fulgores*, janeiro, 1901; *Funda de David (A)*, setembro, 1826; *Fura Vidas (O)*, 10 março, 1889 a 2 fevereiro, 1890; *Fustigador (O)*, 1 agosto 1862

a 1863; *Futuro (O)*, 28 março, 1858 a 2 maio 1860; *Futuro (O)*, 5 maio, 1885; *Futuro (O)*, 19 janeiro a 28 fevereiro, 1889; *Futuro (O)*, 16 junho, 1892; *Futuro (O)*, 22 dezembro, 1900; *Futuro de Portugal (O)*, 7 março a 28 junho, 1881; *Gabinete do joven naturalista*, 1855; *Gabinete de Leitura*, 11 janeiro, abril 1884; *Gabinete de Leitura e Bellas Artes*, 1841; *Gabinete de Reporters (O)*, 17 fevereiro, 1894, publicou um numero programma; *Gafanhoto (O)*, abril, 1903; *Gaita (A)*, 22 fevereiro, 5 março, 1823; *Gaita (A)*, 22 março, 1888 a 26 outubro, 1890; *Gaita de Folles (A)*, 21 setembro a 9 novembro, 1845; *Gajo (O)*, 14 janeiro a 1 abril, 1877, foi substituido pelo *Pavão*; *Galeria (A)*, 1839, seguida da *Miscellanea Politica*; *Galeria Annunciadora*, 18 novembro, 1888, só este numero, reappareceu em 18 dezembro com designação de n.º 1, *Galeria Artistica*, 1858; *Galeria Artistica*, 1859; *Galeria Artistica*, 15 janeiro, 1882; *Galeria dos autores mais celebres de medicina e cirurgia*, 1828; *Galeria Biographia Illustrada*, 25 novembro, 1890; *Galeria Biographica Luso Brazileira*; 15 março, 1895; *Galeria Contemporanea*, abril, 1886; *Galeria de criminosos celebres de Portugal*, 1890; *Galeria (A) dos deputados das côrtes geraes extraordinarias*, etc., 1822; *Galeria Familiar*, outubro, 1861 a janeiro, 1862; *Galeria Historiographica do Clero Portuguez*, 1886; *Galeria Industrial*, agosto a outubro, 1887; *Galeria Litteraria*, 17 fevereiro a 2 março, 1853; *Galeria Lyrica*, 1864; *Galeria Lyrica*, 1865 a 1866; *Galeria Militar Contemporanea*, 1 janeiro, 1878 a setembro, 1879; *Galeria Nacional*, novembro, 1897; *Galeria Pittoresca*, 30 janeiro, 1839 a 1842; *Galeria Pittoresca*, julho, 1893, unico publicado; *Galeria Republicana*, 15 janeiro, 1882 a outubro, 1883; *Galeria Tauromachica*, 1903; *Galeria Theatral*, 1839; *Galeria Theatral*, 21 outubro, 1849 a 24 fevereiro, 1850; *Galeria Universal*, 1 outubro, 1842 a 1844; *Galeria dos Vice reis e Governadores da India Portugueza*, 1841 a 1843; *Galgo (O)*, 2 outubro a 31 dezembro, 1857; *Galhofa (A)*, 1900; *Gallegnito (El)*, 24 janeiro a junho, 1887; *Gargalhada, (A)*, 1878; *Gargalhada (A)*, 1900; *Garlopa (A)*, 25 abril, 1886; *Garra (A)*, 14 setembro, 1907; *Garrett*, 1 novembro a dezembro, 1867; *Garrote (O)*, abril, 1907; *Gata (A)*, 5 novembro, 1893, unico publicado; *Gato (O)*, 1898; *Gato Preto (O)*, 25 fevereiro, 1892; *Gatos (Os)*, 1889; *Gazeta (A)*, 16 junho, 1895; *Gazeta de Agricultura e Commercio de Portugal*, 1 outubro, 1811 a 29 dezembro, 1813; *Gazeta das Aldeias*, 5 julho, 1855 a 25 dezembro, 1857; *Gazeta das Alfandegas*, 20 setembro, 1873 a 15 julho, 1891; *Gazeta d'Almada ou Telescopico Portuguez*, 7 julho, 1809 a 16 fevereiro, 1810; *Gazeta de Angola*, 1881; *Gazeta da Associação dos Advogados*, outubro, 1873 a agosto, 1876; *Gazeta da Bolsa*, 1871 a 1877; *Gazeta dos Caminhos de Ferro de Portugal e Hespanha*, 15 março, 1888, em publicação; *Gazeta do Campo*, 1804 a 1806; *Gazeta dos Catholicos Portuguezes*, 28 outubro, 1877; *Gazeta do Chiado*, 12 novembro, 1876 a janeiro, 1877; *Gazeta Commercial*, 18 novembro, 1877 a 1878; *Gazeta Commercial*, 8 março, 1884 a 31 novembro, 1885, veiu do *Correio de Lisboa*; *Gazeta do Commercio*, 4 setembro, 1876, em 1899 ainda se publicava; *Gazeta Constitucional*, 3 agosto, 1817 a 22 setembro, 1828; *Gazeta Constitucional*, 2 a 26 agosto, 1838; *Gazeta do Continente*, setembro a outubro, 1877; *Gazeta das Damas*, 29 novembro a 6 dezembro, 1822; *Gazeta do dia*, 29 maio a 20 novembro, 1875; *Gazeta do Domingo*, 1822; *Gazeta Ecclesiastica*, agosto 1878; *Gazeta em que se relatam as novas todas que houve n'esta Côrte e que vieram de varias partes*, novembro, 1641 a setembro, 1647; *Gazeta dos Empregados no Commercio e Industria*, 15 fevereiro, 1696; *Gazeta das Escolas*, 1 março a 25 outubro, 1873; *Gazeta das Escolas*, março, 1906, *Gazeta Extraordinaria de Londres*, 30 setembro, 1762; *Gazeta das Fabricas*, janeiro, 1865, a agosto, 1866; *Gazeta Financeira (A)*, julho, 1880 a 1 novembro, 1882; *Gazeta Fiscal (A)*, 5 fevereiro, 1890; *Gazeta Forense*, 20 maio, 1896; *Gazeta do Funccionalismo*, 15 novembro, 1892; *Gazeta do Governo*, 6 outubro a 31 dezembro, 1834; continuação da *Gazeta official do Governo*; *Gazeta do Gremio Industrial*, 16 maio a 27 junho, 1868; *Gazeta Homeopathica Lisbonense*, abril, 1859, a 1860; *Gazeta Homeopathica Portuense*, 1853; *Gazeta dos Hospitaes Militares*, 15 janeiro, 1877, em publicação; *Gazeta Industrial*, 4 janeiro, 1891; *Gazeta Instructiva*, 1814; *Gazeta dos Lavradores*, janeiro, 1879, a agosto 1885; *Gazeta dos Lavradores*, abril, 1904; *Gazeta de Lisboa*, 10 agosto, 1715, a 23 junho, 1833; *Gazeta de Lisboa*, 1 abril, 1865 a fins de 1866; *Gazeta de Lisboa*, 1868; *Gazeta de Lisboa*, 18 março, 1885; *Gazeta de Lisboa*, 23 janeiro, 1893; *Gazeta Lisbonense*, 10 março a 27 maio, 1865; *Gazeta Litteraria*, 28 março a 5 outubro, 1867; *Gazeta Litteraria*, 29 março, 1888; *Gazeta Litteraria*, junho, 1890; *Gazeta Maçonica*, 1885; *Gazeta Medica de Lisboa*, 1 fevereiro, 1853 a julho, 1883; *Gazeta da Mocidade*, 1883; *Gazeta dos Municipios*, 27 junho, 1888; *Gazeta Musical*, 16 fevereiro, 1884 a 1 janeiro, 1886; *Gazeta Musical de Lisboa*, 7 outubro, 1872 a 15 setembro, 1873; *Gazeta Musical de Lisboa*, 17 fevereiro, 1889; *Gazeta Nacional*, 1846; *Gazeta da Noite*, 1878, *Gazeta da Noite*, 1881; *Gazeta do Notario*, 5 dezembro, 1901; *Gazeta de Noticias*, 8 abril a 12 maio, 1838; *Gazeta das Obras Publicas*, 4 dezembro 1888 a 14 dezembro, 1890; *Gazeta Official do Governo*, 1 julho a 4 outubro, 1834; passou a chamar-se *Gazeta do Governo*; *Gazeta do Operario*, 9 fevereiro a 3 agosto, 1865; *Gazeta do Parnaso Protogectica*, 1649; *Gazeta dos Parochos*, 15 junho, 1897; *Gazeta Pedagogica*, 10 abril, 1869 a 1872; *Gazeta de Pharmacia*, 1866; *Gazeta de Pharmacia*, agosto. 1882; em publicação; *Gazeta Popular*, 13 abril, 1870; *Gazeta Popular*, 24 julho, 15 agosto, 1875; *Gazeta de Portugal*, 1 julho, 1822 a 10 março, 1837; *Gazeta de Portugal*, 9 novembro, 1862, a 5 janeiro, 1867; do n.º 1 a 73 deu um *Boletim da Tarde*; *Gazeta de Portugal*, 5 a 21 julho, 1882; *Gazeta de Portugal*, 1 de novembro, 1887 a 10 abril, 1892; *Gazeta do Povo*, 1 julho, 1865; *Gazeta do Povo*, 14 outubro 1869, a 29 dezembro, 1872; *Gazeta da Relação*, 1 maio 1868 a 11 novembro, 1870; *Gazeta da Relação de Lisboa*, 1 a 16 fevereiro, 1838; *Gazeta da Relação de Lisboa*, 30 abril, 1885; em publicação; *Gazeta do Rocio*, 1 agosto, 1808 a 1809; *Gazeta das Salas*, julho a novembro, 1877; *Gazeta das Salas*, 30 janeiro; 1890; *Gazeta de S. Carlos*, 1819; *Gazeta da Tarde*, 3 a 9 dezembro, 1875; *Gazeta dos Theatros*, 25 abril, 1875; *Gazeta dos Theatros (A)*, 1887; *Gazeta dos Tribunaes*, 2 outubro, 1841

a 29 abril, 1868; *Gazeta Universal*, 1 maio. 1821, a 6 março, 1823; *Gazette Diplomatique et Consulaire du Portugal*, janeiro, 1896; *Gazette Française du Portugal*, 1 dezembro, 1884, a 12 março, 1885; *Gazette du High-Life (La)*, 16 maio, 1886; *Gazette du Portugal*, 8 fevereiro, 1882, a agosto, 1885; *Gazette du Portugal illustrée*, 16 abril, 1891; *Gazetilha (A)*, 6 abril, 1889; *Gazetilha da Tarde*, 1884; *Genio (O)*, 20 janeiro a 8 março, 1873; *Genio do Bem (O)*, 1 janeiro a 30 junho, 1853; *Genio Constitucional (O)*, 30 setembro, 18.6; *Geração Nova (A)*, 1894; *Geração Nova (A)*, 3 abril, 1898; *Germinal*, 5 outubro, 1902; *Gil Braz*, 20 abril, 1898; *Gil Vaz (O)*, 15 fevereiro, 1884; *Gil Vicente*, 19 novembro, 1852 a 16 abril, 1853; *Giroflé (O)*, 1878; *Globo (O)*, 1852; *Globo (O)*, 11 maio, 1885; *Globo (O)*, 1 abril, 1889 a 14 julho, 1891; *Globo Illustrado (O)*, 4 janeiro a março, 1880; *Globo Illustrado*, 23 dezembro, 1882 a 1 março, 1884; continuada do *Raio*; *Glorias de Portugal*, 1864; *Gotas de Chypre*, 20 janeiro a outubro, 1889; *Gralha (A)*, 4 setembro, 1847; *Grande Annunciador (O)*, 20 julho, 1884 a 1888; *Grande Soirée (La)*, 26 outubro, 1877, em 1889 ainda se publicava; *Grande Elias*, 1 outubro, 1903; *Grandes Armazens do Chiado (Os)*, outubro, 1905, em publicação; saiu um numero programma em agosto, 1905; *Granja (A)*, 10 dezembro, 1886; *Graphico (O)*, 1 junho, 1903; *Graphico (O)*, 15 setembro, 1904; *Gratis (O)*, 9 novembro, 1856 a 31 dezembro, 1857; *Gratis (O)*, 15 dezembro, 1876 a 1877; *Gratis Commercial*, 1850; *Gratis Lisbonense (O)*, 13 junho, 1851; *Gratis Moderno (O)*, 18 outubro a 27 dezembro, 1862; *Gravura de madeira em Portugal*, abril, 1872 a 1874; *Gremio (O)*, fevereiro, 1892; *Grillo (O)*, 18 maio, 1888; *Grinalda (A)*, junho, 1849; *Grito Popular (O)*, fevereiro, 1890; o 1.º n.º é 49, por ser continuação do *Fura-Vidas*; *Grito Popular (O)*, 20 junho, 1892; *Grito do Povo (O)*, 12 janeiro, a 9 abril, 1888; *Guarda Avançada*, 6 fevereiro a 29 maio, 1835; *Guarda Avançada dos Domingos*, 19 abril a 24 maio, 1835; *Guarda Nacional*, 29 junho a 5 setembro, 1847; *Guarda Nacional de Lisboa*, 29 janeiro, 1837; *Guarda Nocturno (O)*, 9 a 27 junho, 1888; *Guepe (La)*, 29 agosto, 1868 a 21 fevereiro, 1869; *Guerra (A)*, maio, 1898; *Guerrilhas (Os)*, 1836; *Guia para lavradores*, 10 agosto, 1846 a 1848; *Guiador do Povo (O)*, 1845; *Guttemberg*, 1 junho a julho, 1882; *Gymnasta (O)*, 15 novembro, 1878 a 8 fevereiro, 1879; *Hanacanda*, 23 março, 1906; *Harpa do Povo*, 1847; *Hebdomadario Lisbonense*, dezembro, 1863 a 17 julho, 1867; *Heraclito e Democrito*, 19 março, 1823; *Heraldo (O)*, 25 janeiro, 1904; *Heraldo (O)*, junho, 1905; *Heraldo (O)*, 1 agosto, 1906; *Hercules Lusitano (O)*, 7 dezembro, 1835 a 11 janeiro, 1836; *Herodes (O)*, 30 outubro, 1887; *High-Life (O)*, janeiro. 1889; *High-Life (O)*, 8 outubro, 1905; *Hygiene das Familias*, 25 setembro, 1882; *Historia (A)*, 1 janeiro a março, 1871; *Historiador (O)*, 7 março a 4 dezembro, 1840; *Homem (O)*, 6 outubro, 1852; *Homem Livre (O)*, 28 novembro, 1820; *Homens d'hoje (Os)*, 29 julho, 1880, não passando do 1.º n.º; *Homens d'Amanhã (Os)*, março 1882; *Horas Amenas*, janeiro, 1906; *Horas d'Ocio*, 19 março, 1891; *Horizonte*, 25 fevereiro, 1907; *Hospital do Mundo (O)*, janeiro, 1804 a janeiro, 1805; *Humanidade (A)*, 1 maio, 1905; *Humanidade (A)*, 1 junho, 1907, em publicação: *Hygiene Popular*, 6 junho, 1890; não passou do 1.º n.º; *Hypiatria (A)*, 8 a 23 fevereiro, 1831; *Ideal (O)*, 1885; *Ideal (O)*, 1902; *Igualdade (A)*, 1 fevereiro, 1863 a 28 fevereiro, 1864; *Igualdade (A)*, 1874; *Igualdade (A)*, 1876; *Illustração (A)*, 1 abril, 1845 a setembro, 1846; *Illustração (A)*, 15 janeiro a 1 outubro, 1852; *Illustração (A)*, setembro, 1882; *Illustração Feminina*, 17 agosto a 2 novembro, 1868; *Illustração da Infancia*, 31 maio, 1877; *Illustração Lusitana*, 1892; *Illustração Luso-Africana*, 4 julho, 1907; *Illustração Luso-Brazileira (A)*, 5 janeiro, 1856 a 31 dezembro, 1859; *Illustração Monarchica*, 1885; *Illustração Popular (A)*, 14 janeiro, 1866 a 1874; *Illustração Popular*, 1 julho a 25 dezembro, 1884; *Illustração de Portugal e Brazil (A)*, 1885; *Illustração Portugueza*, 1 julho, 1884 a 6 outubro, 1890; *Illustração Portugueza*, 9 novembro, 1903, em publicação; *Illustração Theatral*, 16 março, 1906; *Illustração Universal*, 9 fevereiro a 27 dezembro, 1884; *Illustrador (O)*, 11 setembro, 1845 a 21 maio, 1846; *Iman (O)*, 1847; *Imparcial (O)*, 2 fevereiro, 1836; *Imparcial*, 20 abril, 18:7; *Imparcial (O)*, 6 abril a 22 junho, 1844; *Imparcial (O)*, 4 outubro, 1855; *Imparcial (O)*, 20 novembro a 1 dezembro, 1872; *Imparcial (O)*, 1876; *Imparcial (O)*, 23 maio, 1883; *Imparcial (O)*, 4 outubro, 1884; *Imparcial (O)*, 1 janeiro, 1886 a 1890; veiu da fusão da *Patria* com a *Gazeta Commercial*; *Imparcial*, 10 maio, 1896; *Imparcial (O)*, 4 fevereiro, 1901; *Imparcial Artistico*, 15 outubro, 1905; *Imparcial Lisbonense (O)*, 13 outubro, 1843; *Imparcialidades*, 25 junho, 1882 a 8 abril, 1883; *Importador de Portugal e do Brazil (O)*, 15 janeiro, 1882; *Imprensa (A)*, 6 agosto, 1839, *Imprensa (A)*, 15 janeiro, 1852 a 13 agosto, 1853; *Imprensa (A)*, outubro, 1885; *Imprensa (A)*, 5 julho, 1903; *Impressor*, 7 janeiro, 1907; *Imprensa e Lei*, 16 agosto, 1853 a 18 novembro, 1856; *Indagador Constitucional (O)*, 1821; *Independencia (A)*, dezembro, 1861; *Independencia (A)*, 18 janeiro, 1877 a 7 fevereiro, 1878; *Independencia (A)*, 1 outubro, 1897, unico; *Independencia Nacional*, 15 maio, 1865 a 5 abril. 1869; *Independencia Nacional (A)*, 5 fevereiro a 27 junho, 1867; *Independencia e Ordem*, 3 julho a setembro, 1888, seguido pelo *Correio Lusitano Independente (O)*, 22 novembro, 1821 a 30 março, 1822; *Independente (O)*, 3 janeiro a 28 março, 1835; *Independente (O)*, 20 janeiro a 4 novembro, 1836; *Independente (O)*, 1 março, 1840 a 31 julho, 1847; *Independente (O)*, 8 setembro, 1879 a 4 abril, 1881; *Independente (O)*, 30 janeiro, 1887; *Independente (O)*, 10 outubro, 1887; *Independente (O)*, 3 fevereiro, 1889; *Independente (O)*, 3 dezembro, 1893; *Independente (O)*, 29 outubro, 1896; *Independente (O)*, 27 março, 1898; *Indicador (O)*, 30 janeiro, 1835; *Indicador Commercial (O)*, 1884; *Industria (A)*, julho, 1893; *Industria e Commercio*, 16 julho. 1898; *Industria e Commercio*, fevereiro, 1900; *Industria Nacional*, supplemento á *Gazeta das Fabricas*, 25 a 29 maio, 1867; *Industriador (O)*, junho, 1849 a 1851; *Industrial (O)*, 20 maio, a 1837; *Industrial Civilisador (O)*, outubro, 1835 a 1837; *Inferno (O)*, 1896; *Informador*, dezembro, 1878; *Inglezes em Portugal (Os)*, 1822 a 1823; *Inquiridor dos Periodicos (O)*, 1826; *Instituições (As)*, 8 novembro, 1881 a dezembro, 1885; *Instituto (O)*, 9 março, 1899; *Instituto Academico (O)*, janeiro, 1896; *Instrucção do Povo (A)*, fevereiro, 1905; *Instrucção*

Publica, julho, 1855 a 31 dezembro, 1861; *Instrucção Publica*, 1 junho a 4 agosto, 1864; *Insulano (O)*, 5 janeiro a 5 outubro, 1887; *Interessante (O)*, janeiro, 1835 a 24 maio, 1836; *Interesse Academico*, 16 fevereiro, 1889; *Interesse Publico (O)*, 2 janeiro, 1847 a 19 novembro, 1851; veiu do *Jornal d'Utilidade Publica*; *Interesse Publico (O)*, 15 março, 1886 a 26 fevereiro, 1887; *Interesse Publico (O)*, 20 março, 1890; *Internacional (O)*, outubro, 1899; *Internacional*, outubro, 1900; *Interprete (O)*, 1845; *Intervallo (O)*, 15 fevereiro, 1896; unico; *Intransigente (O)*, 20 dezembro, 1885; *Intransigente (O)*, 1889; *Intransigente*, 20 maio, 1894; *Invencivel (O)*, 5 setembro a 19 outubro, 1826; *Investigador (O)*, 1837; *Investigador Constitucional*, 1821, findou em 12 abril, com o n.º 10; *Investigador da Industria Lusitana (O)*, 27 outubro, 1862 a meados, 1863; *Isto!* 4 fevereiro, 1880; *Jacaré (O)*, 23 novembro, 1879 a novembro, 1889; *Janota (O)*, 16 fevereiro a 6 abril; 1851; *Janota Critico (O)*, 13 junho, 1852; *Japonez (O)*, 10 maio a junho, 1867; *Jardim das Damas*, 1 fevereiro, 1845 a dezembro, 1849; *Jardim Illustrado*, 15 janeiro, 1884; *Jardim Litterario*, 1847 a 1855; *Jardim das musas e dos sabios, ou As flores praticas estrangeiras e nacionaes*, 1805; *Jardim Popular (O)*, 1857; *Jesuita (O)*, 1 março, 1881; *João Ratão (O)*, 9 de novembro, 1884; *Joia (A)*, 1891; *Jornal (O)*, 2 janeiro, 1897; *Jornal (O)*, 15 fevereiro, 1902; *Jornal Academico*, 1 setembro, 1883, publicou um numero programma em janeiro; *Jornal Academico*, 1 janeiro, 1885; *Jornal Academico*, 1 dezembro, 1886; *Jornal de Agricultura Pratica*, 15 outubro, 1866 a 30 setembro, 1871; *Jornal dos Alfaiates*, janeiro, 1896; *Jornal dos Amores ou As Calouriadas de Coimbra*, fevereiro, 1837; *Jornal d'Annuncios (O)*, 2 março a 14 maio, 1835; *Jornal de Annuncios*, 1 junho, 1837 a 31 maio, 1842; *Jornal de Annuncios*, 3 fevereiro, 1877 a 1888; *Jornal dos Artistas*, 15 dezembro, 1836 a junho, 1837; *Jornal da Associação Fraternal dos Sapateiros*, 4 outubro, 1853 a 23 setembro, 1854; *Jornal da Associação dos Professores*, 1 novembro, 1856 a 7 março, 1863; *Jornal das Associações Portuguezas*, 1875; *Jornal das Bellas Artes*, ou *Mnemosine Lusitana*, 1816 a 1817; *Jornal das Bellas Artes*, outubro, 1843 a 1846; *Jornal das Bellas Artes*, janeiro a março, 1848; *Jornal de Bellas Artes*, janeiro, 1857 a agosto, 1858; *Jornal da Bibliotheca Economica*, 6 maio a 1 julho, 1854; *Jornal do Bombeiro (O)*, 18 janeiro, 1885; *Jornal do Bombeiro (O*, 1 janeiro, 1888, em 1889 publicava-se ainda; *Jornal do Brazil*, 27 dezembro, 1897; *Jornal dos Caçadores*, janeiro a julho, 1875; *Jornal dos Cegos*, novembro, 1895; em publicação; *Jornal do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, 12 fevereiro, 1853 a julho, 1854; *Jornal do Clero*, 11 janeiro, 1860; *Jornal do Clero*, 1866; *Jornal de Coimbra*, 1812; *Jornal das Colonias*, 20 abril, 1876, em publicação; *Jornal de Comedias e Dramas*, 1854; *Jornal de Comedias e Variedades*, junho, 1835 a 1836; *Jornal Commercial*, 14 a 21 setembro, 1868; *Jornal Commercial*, 26 outubro, 1869; *Jornal do Commercio*, 16 agosto, 1834; *Jornal do Commercio*, 17 outubro, 1853, em publicação; *Jornal do Commercio*, 1868; *Jornal do Commercio (O)*, 1 agosto, 1896, em publicação, e successor do *Jornal do Commercio*, supprimido por um acto policial com o n.º 12:791, 13.º anno; *Jornal do Commercio de Lisboa*, 24 outubro, 1886 a 3 abril, 1887; *Jornal do Conservatorio*, 1839; *Jornal do Contribuinte*, 3 julho, 1876 a 3 janeiro, 1877; *Jornal das Côrtes de Portugal*, 1881; *Jornal das Creanças*, numero programma, 15 junho, 1898, n.º 1, 1 dezembro, 1898; *Jornal das Damas*, janeiro, 1867 a dezembro, 1879; *Jornal os Debates*, 7 fevereiro, 1891, unico publicado por ter sido suspenso pela autoridade, viera substituir *Os Debates*; *Jornal dos Debuxos*, 1 a 26 janeiro, 1838; *Jornal do Domingo*, 20 fevereiro, 1881 a 18 março, 1888; *Jornal dos Economistas*, ou *Revista da Industria Universal*, 16 setembro a outubro, 1855; *Jornal Encyclopedico*, julho, 1788 a maio, 1793; *Jornal Encyclopedico*, novembro, 1836 a fevereiro, 1837; *Jornal Encyclopedico*, 1 julho, 1779; *Jornal Encyclopedico ou Diario Universal de Sciencias e Artes*, 1806; *Jornal Encyclopedico de Lisboa*, janeiro a dezembro, 1820; *Jornal do Exercito*, 14 abril, 1867 a 26 julho, 1868; *Jornal dos Facultativos Militares*, 1843 a 1849; *Jornal das Familias*, 1 dezembro, 1904; *Jornal de Flauta*, 1838; *Jornal dos Funccionarios Publicos*, 19 maio, 1881 a 21 agosto, 1882; *Jornal Illustrado*, 1861; *Jornal da Infancia*, 24 julho a outubro, 1875, *Jornal da Infancia*, 4 janeiro a dezembro, 1883; *Jornal de Lisboa*, 1 setembro, 1809; *Jornal de Lisboa*, 1 julho, 1864 a 16 julho, 1867; *Jornal de Lisboa*, 5 janeiro, 1873 a 31 dezembro, 1875; *Jornal de Lisboa (O)*, 25 julho, 1897 a 30 setembro, 1899; *Jornal dos Lojistas*, 25 agosto a 22 setembro, 1877; *Jornal de Mathematica Elementar*, 1 novembro, 1883 a 1 março, 1884; *Jornal de Medicina e Sciencias accessorias*, julho, 1849 a novembro, 1850, *Jornal de Medicina Veterinaria*, 1828; *Jornal Medico-Cirurgico Pharmaceutico de Lisboa*, janeiro, 1835 a janeiro, 1837; *Jornal Mensal de Educação*, outubro, 1835; *Jornal Mercantil*, 1 janeiro a 25 novembro, 1858; *Jornal Militar*, 1 janeiro a 15 julho, 1841; é designado na folha do rosto que acompanha o n.º 1, com o titulo de *Folha do Exercito Portuguez*; *Jornal Militar*, 1 novembro, 1845 a 1 setembro, 1846; *Jornal das Minas e da Industria Metallurgica*, outubro, 1892; *Jornal de Modinhas*, agosto a outubro, 1796; *Jornal da Noite*, 2 janeiro, 1871 a 1888; *Jornal da Noite, Supplemento Litterario*, 4 outubro, 1891; *Jornal da Noite*, 1907 a março, 1908; *Jornal de Noticias*, 3 abril, 1865 a 14 novembro, 1866; *Jornal de Noticias*, 31 julho, 1881 a 8 agosto, 1888; *Jornal de Noticias*, 1 março, 1884, em 1889 ainda se publicava; *Jornal de Noticias*, março, 1899; *Jornal Official de Agricultura, Artes e Sciencias*, 25 julho, 1877 a 31 julho, 1881; *Jornal para rir*, 15 maio, 1856 a 31 dezembro, 1857; *Jornal para Todos*; 34 setembro, 1859 a maio, 1860; *Jornal para Todos*, 1 novembro, 1869 a 5 fevereiro, 1870; *Jornal para Todos*, 1898; *Jornal de Pharmacia e Chimica*, janeiro, 1887; *Jornal de Pharmacia e Sciencias accessorias de Lisboa*, 10 janeiro, 1848, em publicação. *Jornal Philarmonico*, 1839; *Jornal Poetico*, 1812; *Jornal do Povo*, 1 a 18 janeiro, 1838; *Jornal do Povo*, 21 abril a 21 maio, 1868; *Jornal do Povo*, 4 janeiro, 1879 a 7 agosto, 1880, era conhecido pelo nome de *Folha avulsa*; *Jornal do Povo*, 1 dezembro, 1902; *Jornal de Queixas e Petições*, 5 maio, 1878; *Jornal de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes*, novembro, 1866; *Jornal de Seguros*, 30 janeiro, 1906; *Jornal das Senhoras*, 16 janeiro, 1896; *Jornal das Senhoras*, 25

março, 1907; *Jornal das Senhoras*, 10 outubro, 1904; *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras*, 1 abril a agosto, 1836; *Jornal da Sociedade Catholica*, 1 abril, 1843 a 1853; *Jornal da Sociedade Litteraria Patriotica*, 16 abril a 11 outubro, 1822; *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, maio, 1836; *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, janeiro, 1835, em publicação; *Jornal do Sport*, 28 setembro, 1905; *Jornal Telegraphico Postal*, 31 janeiro, 1885; *Jornal do Theatro*, 1835; *Jornal do Trabalho*, 4 agosto, 1862 a 16 dezembro, 1863; *Jornal de Utilidade Publica*, 26 outubro, 1841 a 31 dezembro, 1846, sequencia do *Dez Réis; Joven Naturalista (O)*, 10 fevereiro a 1 julho, 1840; *Judeu Errante (O)*, dezembro, 1850 a 1852; *Junta Apostolica sem mascara*, 1827; *Justiça (A)*, janeiro, 1852 a 8 outubro, 1853; *Justiça (A)*, 20 março a 20 junho, 1881; *Justiça (A)*, 8 agosto, 1885; *Justiça (A)*, 5 abril, 1890; *Justiça (A)*, 10 junho, 1891; *Justiça (A)*, 18 março, 1896; *Justiça (A)*, 1899; *Justiça (A)*, fevereiro, 1906; *Justiça do Povo (A)*, 4 janeiro a fevereiro, 1885; *Juventude Legitimista*, 1894; *Khi (O)*, 1891; *Laberinto (O)* 18 julho, 1880; *Lagard Portuguez (O)*, 21 novembro a 15 dezembro, 1808; *Lamparina (A)*, 1869; *Lança (A)*, 15 janeiro a junho, 1840; *Lanterna (A)*, 8 outubro, 1868 a 21 junho, 1873; *Lanterna (A)*, 1878; *Lanterna (A)*, abril, 1880 a dezembro, 1882; *Lanterna (A)*, 1890; *Lanterna (A)*, julho, 1894; *Lanterna (A)*, 1897; *Lanterna (A)*, 7 fevereiro, 1897; *Lanterna (A)*, 24 julho, 1898; succedeu ao *Paiz*, supprimido por ordem da autoridade; *Lanterna (A)*, 10 setembro, 1900; *Lanterna Hospitalar (A)*, 1895; *Lanterna e Luz*, janeiro, 1870; *Lanterna Magica*, setembro a outubro, 1809; *Lanterna Magica*. 22 novembro a 10 dezembro, 1836; *Lanterna Magica*, 15 maio a 31 julho, 1875; *Lapis e Penna*, novembro, 1907, em publicação; *Lavrador (O)*, fevereiro a março, 1884; *Lavrador (O)*, 15 outubro, 1900; *L'asmodée*, 1858; *Legislação (A)*, 1893; *Legislação Administrativa; Legitimista (O)*, 1837; *Lei (A)*, abril a maio, 1836; *Lei (A)*, 1 setembro, 1849 a 13 janeiro, 1883; *Lei (A)*, 1889; *Leitura (A)*, 10 janeiro, 1894; *Leituras Populares*, 1 janeiro, 1861 a abril, 1881; *Leituras Populares Illustradas*, 1883; *Liberal (O)*, 5 outubro, 1820 a 30 junho, 1821; *Liberal (O)*, 16 março a 27 abril, 1869; *Liberal (O)*, 1889; *Liberal (O)*, 31 janeiro, 1894; *Liberal (O)*, 10 maio, 1896; *Liberal (O)*, em publicação, suspendeu em 3 julho, 1904, reappareceudo em março, 1906; *Liberdade (A)*, 26 junho, 1861; *Liberdade (A)*, 3 setembro, 1878 a 1881; *Liberdade (A)*, 1879; *Liberdade (A)*, 7 setembro, 1880 a 1882; *Liberdade (A)*, 12 agosto, 1882; *Liberdade (A)*, 23 agosto, 1896; *Liberdade (A)*, 31 janeiro, 1901; *Libertador (O)*, 7 março a 6 maio, 1867; *Lide (A)*, 25 março, 1897; *Liga (A)*, 4 novembro, 1848 a 23 junho, 1849; *Liga Naval Portugueza*, outubro, 1902; *Lingua do Diabo*, 1878; *Lingua do Diabo (A)*, dezembro, 1887 a julho, 1888; *Lisbia (A)*, 24 dezembro, 1890, unico publicado; *Lisboa e Açôres*, 5 abril, 1859; *Lisboa-Coimbra*, 1889; *Lisboa Elegante*, 1886; *Lisboa Elegante*; 28 janeiro, 1900; *Lisboa Elegante*, 1 fevereiro, 1902; *Lisboa Mundana*, 30 março, 1888 a 16 outubro, 1890; *Lisboa-Porto*, numero unico, julho, 1888; *Lisbon Chronicle (The)*, 2 março a 13 abril, 1839; *Lisbon English Journal (The)*, maio a 13 agosto, 1836; *Lisbonense (O)*, 3 julho, 1862; *Lisbonense (O)*, 10 dezembro, 1866; *Lisbonense (O)*, 26 setembro, 1869 a abril, 1871; *Lisbonense (O)*, 8 março a 30 agosto, 1891, foi continuado pelo jornal *A Manhã; Lisbonin (Le)*, 10 dezembro, 1856; *Lithographia*, 1856; *Litteratura (A)*, 1 agosto a 15 outubro, 1891, fundiu-se com o *Passatempo; Livre Exame (O)*, 15 setembro, 1885 a março, 1886; *Livre Pensamento (O)*, 1886; *Livre Pensamento (O)*, setembro, 1888; *Livre Pensamento (O)*, 1 junho, 1907; *Livreiro*, catalogo periodico da Livraria Ferreira Lisboa & C.ª, 1870 a 1874; *Livro de Ouro (O)*, janeiro, 1885 a setembro, 1886; *Locomotiva (A)*, 23 julho, 1905; *Lojista (O)*, 20 junho, 1880; *Lojista (O)*. 14 agosto, 1891; *Loteria (A)*, 9 maio, 1901; *Lua Nova*, 1890; *Lucifer*, 4 fevereiro a 5 novembro, 1864; *Lucta (A)*, 1 janeiro, 1894; *Lucta (A)*, 1 maio, 1900, em publicação; *Luiz de Camões*, 1863; *Lumière du Valent*, junho, 1885; *Luneta (A)*, 9 abril a 31 dezembro, 1836; *Lusitanie (La)*, 27 janeiro a 24 abril, 1839; *Lusitano (O)*, outubro, 1838, a 21 janeiro, 1839; *Lusitano (O)*, 23 setembro, 1847 a 31 maio, 1848; *Lusitano (O)*, 15 a 23 novembro, 1868; *Lusitano (O)*, 24 julho a setembro, 1881; *Lusitano (O)*, 29 janeiro, 1885 a 1838; *Lusitano (O)*, 1 maio, 1905; *Luso (O)*, 6 novembro, 1869 a 7 abril, 1870; *Luso Africano (O)*, 18 maio, 1892; existia em junho, 1892; *Luso Liberal (O)*, 4 janeiro, 1837; *Lutin (Le)*, 1 outubro, 1856 a março, 1857; *Luz (A)*, fevereiro, 1877 a janeiro, 1878; *Luz (A)*, 5 agosto. 1883; *Luz (A)*, maio, 1886; *Luz (A)*, 20 abril, 1890; *Luz (A)*, 15 outubro, 1895; *Luz accesa por a lingua do Diabo (A)*, março, 1880; *Luz Electrica (A)*, 1869; *Luz da Lanterna (A)*, dezembro, 1869; *Luz do Povo (A)*, 12 setembro, 1878 a 13 dezembro, 1881; *Lyceu Polytechnico*, outubro, 1897; *Lyra (A)*, 1883; *Ayra do Apollo (A)*, 15 dezembro, 1849, a 1856; *Lyra do Orphêo (A)*, março, 1886; *Lyra Portugueza*, 1868 a 1869; *Lyrial (O)*, n.º 6 em 8 julho, 1896; *Lysia degenerada*, 2 novembro, 1820 a 8 fevereiro, 1821; *Lysia Dramatica*, janeiro a março, 1846; *Má Lingua (A)*, 7 a 14 maio, 1889; *Madrugada (A)*, 28 outubro, 1894; *Madrugada (A)*, 13 outubro, 1895; não passou d'este n.º; *Madrugada (A)*, 21 abril, 1906; *Magdalcão (O)*, 1896; *Magisterio (O)*, 1 fevereiro, 1880; *Mais um periodico*, 1826; *Mais uma tosa nos liberaes*, 1831; *Mal Amanhado (O)*, 1889; *Mal Amanhado (O)*, 1890; *Mala da Europa*, 13 outubro, 1866, a 27 dezembro, 1871; *Mala da Europa*, 13 agosto, 1894, em publicação; *Mala da Europa*, 2.ª edição, n.º programma a 17 julho, 1898; n.º 1 a 11 agosto, 1898; *Malagueta (A)*, fevereiro, 1890; *Malcreado (O)*, 16 dezembro, 1888, *Malhete (O)*, 1882; *Mancebo Liberal do Tejo (O)*, 1833; *Mandarim (O)*, 2 setembro a 25 outubro, 1881; *Mandarim (O)*, 10 a 20 abril, 1883, reapparição do *Mandarim*, publicado em 1881; *Mandarim (O)*, 1 dezembro, 1897; *Mandarim Junior (O)*, 22 abril a 26 julho, 1883; *Manhã (A)*, 1 setembro, 1891 a 13 abril, 1892, foi continuação do *Lisbonense* com o n.º 145, aliás 144; *Manipulador (O)*, 2 novembro, 1894; *Manual das Familias*, 1896; *Mappa Politico*, 1 setembro a 1 outubro, 1809; *March! March!*, 1835; *Maria da Fonte*, 15 março a 30 julho, 1885; *Maria Rita (A)*, 14 maio, 1898; *Marcial (O)*, maio, 1880 a outubro, 1881; *Marianno (O)*, 1889; *Marianno (O)*, 1894; *Marinha e Colonias*, 10 dezembro, 1856 a 16 março, 1857;

Marinha e Ultramar (A), 3 setembro a 31 outubro, 1863; *Mariposa (A)*, 1 setembro, 1855; *Marselhesa (A)*, 1 maio a agosto, 1881; *Marselheza (A)*, 1897; *Marselheza (A)*, 3 junho, 1901; *Marselheza (A)*, 8 fevereiro, 1906; *Marte (O)*, março, 1882 a 29 julho, 1883; *Massoneria de l'Occidente (La)*, 1885; *Mastigoforo (O)*, fevereiro, 1824, a 26 julho, 1829; *Matraca (A)*, 25 agosto, 1847, a 5 abril, 1848; *Medicina Contemporanea (A)*, 7 janeiro, 1883, em publicação; *Medicina Militar (A)*, 1 março, 1898; *Medicina Portugueza*, abril a 3 junho, 1839; *Medico Illustrado (O)*, janeiro a maio, 1880; *Medicos Perfeitos (Os)*, 1759 a 1760; *Meia Folha só*, 28 julho a 9 agosto, 1833; *Meio Dia (O)*, 16 dezembro, 1890, a fevereiro, 1891; *Melodrama (O)*, abril, 1851; *Melro (O)*, 17 maio, 1857 a 1858; *Melro (O)*, 9 junho, 1888; *Memorial Ultramarino e Maritimo*, abril, 1836; *Menestrel(O)*, março a dezembro, 1871; *Mensageiro (O)*, 1 setembro, 1809; *Mensageiro (O)*, 17 dezembro, 1838, a abril, 1839; *Mensageiro*, 1889; *Mensageiro (O)*, outubro, 1905; *Mensageiro do Coração de Jesus*, 1874; *Mensageiro Lisbonense (O)*, 7 novembro, 1851, a 24 agosto, 1852; *Mensageiros das Damas (Os)*, janeiro, 1853, a fins de 1858; *Mephistó!* novembro a dezembro, 1878: *Mercado de Sellos (O)*, 1 setembro, 1888; *Mercantil (O)*, 6 setembro. 1885; *Mercurio (O)*, 7 maio a 31 dezembro, 1838; *Mercurio da Europa*, 1689; *Mercurio Historico Politico e Litterario de Lisboa*, janeiro, 1794 a junho, 1797; *Mercurio Lisbonense*, 14 novembro a 22 dezembro, 1836; *Mercurio Lusitano*, 1 setembro, 1812, a 22 dezembro, 1815, veiu do *Semanario Lusitano; Mercurio Portuguez*, janeiro, 1863, a julho, 1867; *Metralhadora (A)*, 21 a 27 setembro, 1873; *Microbio (O)*, 18 julho, 1885; *Microbio (O)*, 1894; *Microscopio (O)*, 29 abril a 5 agosto, 1883; *Microscopio Patriotico*, 1810; *Mil Diabos (O)*, outubro, 1882; *Mil e uma catanadas*, 1852; *Mil Trovões*, 24 novembro, 1872, a 26 outubro, 1873; *Miliario de Hypocrates*, 1899; *Minerva (A)*, maio a junho, 1836; *Minerva Constitucional*, 11 novembro a 9 dezembro, 1820; *Minerva Lusitana*, 1801 a 1803; *Minerva Lusitana*, maio a agosto, 1842; *Miscellanea (A)*, 4 abril, 1899; *Miscellanea curioso de varias poesias joviaes e serias*, 1815; *Miscellanea Historica*, novembro, 1861 a dezembro, 1863; *Miscellanea Historica e Recreativa*, março, 1879; *Miscellanea Illustrada*, 22 dezembro, 1874 a 14 março, 1875; *Miscellanea Politica*, 16 junho a 8 dezembro, successora da *Galeria; Miscellanea Recreativa*, 23 novembro 1864 a fevereiro, 1866; *Missão Portugueza (A)*, 1 abril, 1854 a 15 setembro, 1856; *Mnemosine Constitucional*, 25 setembro, 1820 a 30 junho, 1821; *Mocidade (A)*, abril, 1872, a maio, 1873; *Mocidade (A)*, 8 janeiro, 1887; *Mocidade (A)*, 1890; *Mocidade (A)*, 1 março a 26 julho, 1891; *Mocidade (A)*, 1 abril, 1894, *Mocidade (A)*, 1 março, 1899; *Mocidade Academica*, 2 a 15 agosto, 1891; *Mocidade Illustrada (A)*, 1893; *Moda (A)*, 1890; *Moda Illustrada*, 1 outubro, 1875 a março, 1876; *Moda Illustrada (A)*, 1 janeiro, 1879, em publicação; *Modesto (O)*, 15 junho a 4 julho, 1875; *Monarchia (A)*, abril, 1871; *Monarchia (A)*, 19 abril, 1873; *Monarchia (A)*, 7 outubro a 21 novembro, 1881; *Monarchia (A)*, 16 agosto, 1891 a abril, 1892; *Monarchia Portugueza (A)*, 1882; *Monarchia Portugueza Restituida*, 1823; *Monitor de Interesses Economicos*, 2 janeiro a 30 abril, 1877; *Monitor Portuguez (O)*, 24 agosto, 1863 a 27 junho, 1864; *Monoculo (O)*, 5 maio, 1886; *Monumentos Nacionaes*, 1868; *Mosaico (O)*, 14 janeiro, 1839 a 1841; *Mosaico (O)*, 27 abril, 1879; *Mosaico*, agosto, 1885; *Mosquito (O)*, março, 1867; transfiguração do *Espectador Imparcial*; *Mosquito (O)*, 14 outubro, 1883 a fevereiro, 1884; *Motim Litterario*, 1811; ha 3 edições; *Movimento (O)*, 1 novembro, 1835 a 28 agosto, 1836; *Movimento (O)*, 5 abril, 1857; *Movimento (O)*, 5 janeiro, 1890; *Mudo com falla (O)*, 24 dezembro, 1820; *Mulher (A)*, 15 março, 1883 a 30 abril, 1885; *Mundo (O)*, 24 julho, 1882; *Mundo (O)*, 16 setembro, 1900; *Mundo Academico (O)*, 1 dezembro, 1882 a 15 janeiro, 1883; *Mundo Artistico*, março a setembro, 1885; *Mundo ás avessos (O)*, dezembro, 1849; *Mundo ás Direitas*. 9 março, 1850; *Mundo Catholico*, maio, 1899; *Mundo Commercial (O)*, 24 agosto a 26 outubro, 1884; *Mundo Dramatico*, fevereiro, 1849; *Mundo Economico (O)*, janeiro, 1903; *Mundo em Casa*, 1896; *Mundo Illustrado (O)*, 1878; *Mundo Legal e Judiciario (O)*, 10 outubro, 1886, em publicação; *Mundo Litterario (O)*, 9 janeiro a 24 maio, 1879; *Mundo Litterario (O)*, 1 março a 7 dezembro, 1884; *Mundo Musical (O)*, 15 junho, 1893; *Mundo Theatral*, 6 junho a 22 outubro, 1855; *Municipio (O)*, 1 setembro a 14 novembro, 1863; *Municipio (O)*, 6 janeiro, 1897; *Murmurio (O)*, janeiro, 1861; *Musa de prata*, 1890; *Museu (O)*, 15 maio a junho, 1836; *Museu (O)*, 25 novembro, 1837; *Museu Historico e Recreativo*, novembro, 1861, a dezembro, 1863; *Museu Litterario*, 14 maio a junho, 1875; *Museu Litterario Util e Divertido*, 1 janeiro a julho, 1833; *Museu Pittoresco*, maio, 1840; *Museu Technologico*, abril, 1877 a janeiro, 1878; *Myosotis*, 1893; *Na Brecha*, 1 novembro, 1897; *Na Vanguarda*, 19 agosto, 1896; continuação da *Vanguarda*, com o n.º 1861; *Na Vedeta*, 1 novembro, 1896; *Nação (A)*, 15 setembro, 1847, em publicação; *Nação e Rei*, 15 outubro, 1820; *Nacional (O)*, 3 novembro, 1834 a 31 dezembro, 1842; *Nacional (O)*, 1 janeiro, 1886 a 26 junho, 1887; *Nacional (O)*, 1 dezembro, 1890 a 15 agosto, 1891; *Nacional (O)*. 9 agosto, 1905, não passou d'este numero programma; *Nacionalidades (As)*, 1 dezembro, 1879, *Navalha de Figaro*, 26 julho, 1821; *Negociante Perfeito (O)*, 1816; *Neophito (O)*, janeiro, 1857; *Neorama Theatral*, 16 setembro a 25 outubro, 1843; *Nivel (O)*, 1 janeiro, 1884; *Noite (A)*, 15 outubro, 1890, em 1893 ainda se publicava; *Noites de Vigilia*, 1896; *Nossa Patria (A)*, 1905, em publicação; *Nossa Terra (A)*, março, 1904; *Nosso (O)*, 15 novembro, 1902; *Notariado*, 1 a 15 janeiro, 1905; *Notas da Decadencia*, 1906; *Noticia Historica das Ordens Religiosas e Congregações que existem em Portugal*, 1831; *Noticiador (O)*, 3 agosto a 10 setembro, 1836; *Noticiador*, abril a 28 junho, 1839; *Noticiador (O)*, agosto, 1849; *Noticiario Portuguez*, 1 maio a 12 junho, 1866; fundiu-se com *As Noticias*; *Noticiador do Progresso*, 25 fevereiro a abril, 1856; *Noticias (As)*, 27 março a 15 julho, 1866; fundiu-se com o *Noticiario Portuguez*, d'onde saiu o *Diario Popular; Noticias do Dia*, 1 a 29 agosto, 1875; *Noticias do Dia*, 9 abril, 1905; *Noticias do Estado do Mundo*, 1715; *Noticias de Lisboa*, 3 abril a 24 junho, 1884; *Noticias de Lisboa*, 16 janeiro, 1905; *Noticias da Noite*, 7 março, 1867 a 1 janeiro, 1889; *Noticias*

para os pobres, 1827; *Noticias de Portugal*, 28 agosto a 18 dezembro, 1878; *Noticias de Portugal*, 1896; *Nouveau Regulateur (Le)*, março, 1822; *Nova Bibliotheca Theatral*, 1871; *Nova Era (A)*, 1 novembro, 1893, suspendeu com o n.º 27, reappareceu em 2 dezembro, 1894 com o n.º 28; *Nova Europa (A)*, setembro a 11 outubro, 1880; *Novas Leituras Populares*, 1 agosto, é a data dos 2 n.ºs programmas saidos, 1896; *Novellas do Minho*, janeiro, 1875 a 1877; *Noventa Diabos*, 16 janeiro, 1887; *Noventa Diabos*, 1889; *92*, 1890; *Noventa e Tres (O)*, 2 outubro, 1881 a 15 maio, 1887; *Novidade Litteraria Filosophica*, 1802; *Novidades (As)*, 1 setembro, 1865 a março, 1867; *Novidades (As)*, 10 agosto, 1868 a 26 junho, 1869; *Novidades (As)*, 18 março, 1879 a fevereiro, 1880; *Novidades (As)*, 7 janeiro, 1885, em publicação; *Novo Academico*, 5 outubro, 1878 a 21 janeiro, 1879; *Novo Album Theatral*, 1872; *Novo Correspondente*, 2 janeiro a 24 fevereiro, 1837; *Novo Diabrete (O)*, 3 novembro a 10 dezembro, 1835; *Novo Diario de Lisboa*, 1 setembro, 1809; *Novo Escolar (O)*, 1 fevereiro a março, 1887; *Novo Gratis (O)*, 1840; *Novo Gratis*, 1 julho, 1843 a dezembro, 1844; *Novo Gratis*, 1860 a 1862; *Novo Hercules*, 28 setembro a 4 dezembro, 1822; *Novo Mensageiro do Santissimo Coração de Jesus*, abril, 1881, em publicação; *Novo Rebate (O)*, 1 novembro, 1880; *Novo Seculo (O)*, outubro a dezembro, 1901; *Novo Vocabulario Filosophico Dramatico*, 1831 a 1832; *Novos Horisontes*, 15 janeiro, 1906; *O que é a Constituição*, 1826; *O que são os portuguezes e o que valem*, 1 junho, 1895; *Obra (A)*, 19 julho, 1891, em 31 março, 1895 ainda se publicava; *Observador (O)*, 5 maio a 23 junho, 1839; *Observador Portuguez (O)*, janeiro 1818 a março, 1819; *Observador Portuguez e Historico Politico de Lisboa*, 27 novembro, 1807 a 15 setembro, 1808; *Observador Viajante (O)*, 1 setembro a 15 outubro, 1840; *Occidente (O)*, 1 janeiro, 1878, em publicação; *Occulto Instruido (O)* 1756 a 1757; *Oceano (O)*, 1885; *Oculo (O)*, 28 maio a novembro, 1847; *Official do Braz Tizana (O)*, 25 abril a 25 agosto, 1846; *Omnibus (O)*, 8 maio a 5 junho, 1837; *Operario (O)*, 6 abril a setembro, 1867; *Opinião (A)*, 17 dezembro, 1856 a 1 setembro, 1865; *Opinião (A)*, 16 dezembro, 1890; *Opinião (A)*, 5 fevereiro, 1906; *Opinião Liberal*, 22 outubro, 1899; *Opinião Nacional*, 15 abril, 1867 a 2 janeiro, 1868; *Opinião Popular (A)*, 1 agosto a 7 novembro, 1868; *Oraculo (O)*, 21 julho, 1823; *Oraculo Politico e Litterario (O)*, 29 agosto a 22 setembro, 1826; *Orador Sagrado (O)*, 1858; *Ordem do dia*, 7 março, 1809 a março 1834; continuado pela *Ordem do Exercito*; *Ordem do Exercito*, março, 1834, em publicação, continuação da *Ordem do Dia; Ordens da Armada*, 28 agosto, 1835, em publicação; *Orgia (A)*, 26 fevereiro, 1882; *Oriente (O)*, 1 dezembro, 1900; *Oriente (O)*, 25 dezembro, 1906; *Orpheo (O)*, 1882; *Ortigas, casos e costumes*, 1877; *Ortigas do Diabo*, 25 novembro, 1877; *P-A-Pá Santa Justa*, 1890, não passou do numero programma; *Padaria Nacional*, 1900; *Pae Anselmo (O)*, 21 setembro, 1879 a 1885; *Paginas Catholicas*, 1871; *Paiz (O)*, 23 julho a 4 novembro, 1851; *Paiz (O)*, 26 setembro, 1863 a 24 janeiro, 1864; *Paiz (O)*, 1 janeiro, 1873 a 30 dezembro, 1876, veiu da *Gazeta do Povo*, e foi continuado pelo *Progresso; Paiz (O)*, 1889; *Paiz*, 1 março, 1891; *Paiz (O)*, 1 novembro, 1895; *Paiz*, 20 julho, 1898, veiu substituir *O Paiz* que fôra supprimido; *Paiz (O)*, 7 setembro, 1900 escaparam 3 exemplares, unico publicado; *Paiz (O)*, 21 dezembro, 1905, em publicação; *Palco (O)*, 24 setembro, 1863; *Palco (O)*, 1876; *Palco (O)*, outubro, 1892; *Palco (O)*, 15 abril, 1894; *Palco Particular (O)*, 9 setembro a 14 outubro, 1883; *Palcos e Arenas*, abril, 1881; *Palcos e Circos*, junho, 1882; *Palcos e Circos*, 1 julho, 1894; *Palcos e Circos*, 5 agosto, 1900, unico; *Palcos e Letras*, 1898; *Palestra (A)*, 15 abril, 1885; *Palestra Admiravel*, 1759 a 1760; *Palestra Politica*, 30 maio a 27 junho, 1836; *Palestras Criticas*, 1771; *Palestras Criticas e Semi-jocosas*, dezembro, 1871; *Palhaço (O)*, 4 março, 1889; *Palhaço de Algodres (O)*, 1845; *Palito (O)*, 23 julho a 3 setembro, 1843; *Palladio Portuguez*, 1796 a 1797; *Pamphletos*, 16 janeiro a 12 agosto, 1848; *Pandega (A)*, 16 abril, 1854; *Pandego (O)*, 1857; *Pandemonio*, 11 janeiro a 22 março, 1885; *Panorama (O)*, 6 maio, 1887 a novembro, 1868; *Panorama Photographico de Portugal*, 1869, *Pantheon (O)*, 1886; *Pantologo (O)*, 10 junho, 1844 a 18 abril, 1845; *Papagaio (O)*, 1 junho, 1845; *Papagaio (O)*, 21 abril, 1867; *Papão (O)*, 7 outubro, 1883; *Papão Junior (O)*, 5 novembro, 1893; *Paquete Commercial (O)*, 23 março, 1852 a 1854, fundiu-se no *Jornal do Commercio*; *Paquete do Tejo (O)*, julho, 1866 a junho, 1867; *Paquete do Ultramar*, 5 julho, 1839 a 27 maio, 1840; *Para entreter*, fevereiro, 1894; *Pardal (O)*, 3 janeiro, 1886; *Parlamentario*, 1836; *Parlamentario ao Raio e ao Toureiro*, 3 dezembro, 1836; *Parlamento (O)*, 14 abril, 1858 a 7 maio, 1861; *Parodia*, 1900; em publicação; *Parodia (A)*, 17 janeiro, 1901; *Partido Constituinte (O)*, 1 abril, 1871 a 4 janeiro, 1873; *Partido Nacional (O)*, 19 março a 8 agosto, 1869; *Partido Nacional*, 6 junho, 1895; *Partido Operario (O)*, 9 setembro, 1894; *Partido Popular (O)*, 21 fevereiro a 17 março, 1878; *Partido Popular (O)*, 1 dezembro, 1888; *Partido do Povo*, 1878; *Partido Regenerador (O)*, 1 a 31 agosto, 1881; foi o primeiro que appareceu publicado pelo novo partido regenerador sob a chefia do conselheiro Serpa Pimentel; *Passatempo (O)*, 1 maio a 30 novembro, 1837; *Passatempo (O)*, 1887; *Passatempo (O)*, 1890; *Passatempo (O)*, 1894; *Passatempo (O)*, 1900; *Passatempo (O)*, 25 outubro, 1906; *Passatempo Curioso (O)*, 1779; *Passatempo Musical (O)*, 1837, *Pasto do Entendimento*, 1816; *Pastor Fidelissimo (O)*, agosto, 1842 a março, 1843; *Patria (A)*, 13 outubro, 1855 a 24 abril, 1856; *Patria (A)*, 20 março a 4 setembro, 1873; *Patria*, 1 fevereiro a 31 dezembro, 1885, fundiu-se com a *Gazeta Commercial*, formando o *Imparcial; Patria (A)*, 20 janeiro, 1890, em 1 fevereiro 1891 foi supprimido por ordem superior; *Patria (A)*, 8 fevereiro, 1894; *Patria (A)*, 1 março, 1899; *Patria*, 16 agosto, 1905; *Patria e Rei*, 15 dezembro, 1868 a 6 fevereiro, 1869; *Patriota (O)*, 1809; *Patriota (O)*, 27 setembro, 1820 a 17 dezembro, 1821; *Patriota (O)*, 1 janeiro, 1843 a 9 abril, 1853; *Patriota (O)*, 5 abril a 22 julho, 1869; *Patriota (O)*, 14 julho, 1864 a janeiro, 1885; *Patriota (O)*, fevereiro, 1890, não passou do 1.º numero; *Patriota (O)*, 3 abril, 1904, não passou do 1.º numero; *Patriota Independente (O)*, 10 abril, 1881; *Patriota Sandoval (O)*, 4 a 25 janeiro, 1822; *Pavão (O)*, 15 abril, 1877, substituiu o *Gajo*, numero unico; *Pavilhão Lusitano (O)*, 2 a

30 outubro, 1826; *Pedestrianismo (O)*, 8 maio, 1898; *Pega (A)*, 24 agosto, 1845 a 28 setembro, 1849; *Penacho (O)*, 4 abril, 1880; *Peneireiro (O)*, 12 março a 26 agosto, 1858; *Peninsula Federal e Democratica (A)* 7 outubro, 1848; *Peninsular (O)*, 6 junho a 16 julho, 1872; *Penna Aparada (A)*, 1827 a 1828; *Penna e Lapis*, 8 maio a julho, 1882; *Pensador (O)*, 7 outubro, 1826; *Pensamento (O)*, 8 agosto, 1863; *Pensamento (O)*, abril, 1891; *Pensamento Social (O)*, 10 março, 1872 a 4 outubro, 1873; *Pensamentos avulsos sobre idéas liberaes*, 15 agosto, 1826; *Pequenino (O)*, 4 setembro, 1873 a 1875; *Perdiz (A)*, 4 agosto, 1873; *Perfil (O)*, 18 maio, 1884; *Perfis Artisticos*, maio, 1881 a julho, 1883; *Perfis Celebres*, julho, 1886; *Perfis Contemporaneos*, 1895; *Perfis Litterarios e Artisticos*, outubro, 1883 a março, 1884; continuação dos *Perfis Artisticos; Perfis Militares*, agosto, 1880; *Perfume (O)*, 19 abril, 1896; *Periodico das Damas*, 19 julho, 1823 a 30 janeiro, 1824; *Periodico dos Homoepathas*, 1874; *Periodico de Optalmologia Pratica*, janeiro, 1878 a 1881; *Periodico do pobre*, 22 abril a 5 julho, 1837; *Periodico dos Pobres (O)*, 30 setembro, 1826 a 15 outubro, 1846; *Periodico para os bons realistas*, 10 junho a 23 agosto, 1828; *Periodico para os pobres*, 7 julho, 1827 a 21 agosto, 1828; *Petit Club (O)*, 1862; *Petiz (O)*, 3 maio, 1883; *Petiz (O)*, setembro, 1885; *Petiz (O)*, 22 julho, 1894; *Petiz (O)*, 1896; *Petiz Jornal (O)*, 1876; *Petiz Jornal (O)*, 1898; *Petiz Jornal (O)*, 7 abril, 1907; *Phantasma (O)*, 18 setembro, 1879; *Phantasma das Camarilhas*, 3 fevereiro a 5 março, 1884; *Pharol (O)*, 20 janeiro a 7 outubro, 1847; *Phenix de Lisboa*, 29 setem. 1834; *Phenix Theatral*, 1884; *Philantropia*, 11 julho, 1836; *Philatelique Portugaise (La)*, 30 janeiro, 1896; *Philatelista (O)*, abril, 1887 a outubro, 1894; *Philemporo (O)*, 21 março, 1855 a 21 dezembro, 1862; *Photographo (O)*, 20 julho, 1903; *Pianinho*, 1882; *Picaresco (O)*, 1 maio, 1888; *Pim-pam-pum*, 9 abril, 1888 a 25 abril, 1889; *Pim-pam-pum*, abril, 1906; *Pimpão (O)*, 1 outubro, 1876, em publicação; *Pimpão (O)*, 1898; *Pimpona (A)*, 1892; *Piparote (O)*, novembro, 1865; *Piparote*, 1883; *Pipia (O)*, 1826; *Pirata (O)*, 4 agosto a 8 setembro, 1838; *Pirata (O)*, 6 novembro a dezembro, 1842; *Pirata (O)*, 1850; *Pirata (O)*, janeiro, 1856; *Pirata (O)*, 1891; *Pistarola (O)*, 1 setembro, 1876; *Pitorra (O)*, 1886; *Platea (A)*, 23 fevereiro, 1875 a 20 abril, 1876; *Plebe (A)*, 3 fevereiro, 1894; *Pobre Generoso*, 10 outubro a 16 novembro, 1826; *Polichinelli (Le)*, 1889; *Policia Secreta*, 1 fevereiro a abril, 1835; *Politica Liberal (A)*, 3 maio, 1860 a 16 agosto, 1862, *Politica Musical (A)*, 1870; *Polka*, 6 julho, 1845; *Polytechnico (O)*, 1867; *Pombo Correio (O)*, 1882; *Ponteiro (O)*, 10 março a 17 abril, 1827; *Pontos nos ii*, 7 maio, 1881 a 5 fevereiro, 1891; *Pontualidade (A)*, 31 março, 1888; *Popular (O)*, 24 dezembro, 1836 a 9 fevereiro, 1837; *Popular (O)*, 22 a 23 fevereiro, 1847; *Popular (O)*, 14 abril, 1848 a 8 setembro, 1849; *Popular (O)*, 1860; *Popular (O)*, 6 junho, 1870 a fevereiro, 1871; *Popular (O)*, 10 janeiro, 1895, não passou do n.º programma e do n.º 1, sendo substituido pelo *Academico; Popular (O)*, 14 junho, 1896, em publicação; *Popular (O)*, junho, 1903; *Porte-assignatura*, 14 maio, 1885; *Porto Franco (O)*, 2 a 8 novembro, 1836; *Portugal*, 12 maio, 1881, em 1889 ainda se publicava; *Portugal*, 15 janeiro a 30 dezembro, 1891; fundiu-se com o *Portuguez*, formando *O Reporter; Portugal (O)*, 1 abril, 1900; *Portugal*, 12 fevereiro, 1906; *Portugal*, 6 fevereiro, 1907; *Portugal em Africa*, janeiro, 1894; *Portugal Agricola*, 1889; *Portugal Artistico*, 1853 a janeiro, 1854; *Portugal e Brazil*, 1895; *Portugal e Brazil*, 15 novembro, 1898; *Portugal e Colonias*, 1 janeiro, 1888; *Portugal Financier (Le)*, 22 outubro, 1894; *Portugal Illustrado*, 5 novembro, 1863; *Portugal Illustrado*, 25 janeiro, 1893; *Portugal Illustrado*, 5 junho, 1896, unico publicado; *Portugal Litterario*, 4 janeiro, 1862 a setembro, 1864; *Portugal Litterario*, 1895; *Portugal, Madeira e Açôres*, 5 outubro, 1894, em publicação; *Portugal Militar*, janeiro, 1903; *Portugal Moderno*, 20 abril, 1891; *Portugal Novo*, 20 abril, 1907; *Portugal Philatelico*, maio, 1893; *Portugal Pittoresco*, 1 julho a agosto, 1843; *Portugal Pittoresco*, 15 janeiro, 1883 a 1885; *Portugal Velho*, 21 setembro, 1839 a 24 novembro, 1843; *Portugal Velho*, 1894; *Portuguese Advertiser (The)*, 15 janeiro, 1905; *Portuguez (O)*, 30 outubro, 1826 a 17 setembro, 1827; *Portuguez (O)*, 7 janeiro a 1 julho, 1840; *Portuguez (O)*, 11 abril, 1853 a 8 dezembro, 1866; *Portuguez (O)*, 9 fevereiro, 1890 a 31 dezembro, 1891; o 1.º numero é o 753, anteriormente tinha o titulo de *O Reporter*, que fiudou com o n.º 752; *Portuguez Constitucional*, 22 setembro, 1820 a 27 julho, 1821; *Portuguez Constitucional (O)*, 2 julho a 31 outubro, 1836; *Portuguez Constitucional Regenerado*, 1 agosto, 1821 a 25 maio, 1822, successor do *Portuguez Constitucional; Portuguez Liberal (O)*, 5 a 7 setembro, 1826; *Portuguezes Illustres*, agosto, 1886 a outubro, 1887, continuação da *Carteira Biographica*; *Porvir (O)*, 16 abril, 1893; *Postilhão (O)*, junho, 1843; *Postilhão (O)*, 29 fevereiro a 23 maio, 1852; *Postilhão de Lisboa*, julho, 1809; *Postilhão das provincias do reino*, 3 julho, 1828; *Povo (O)*, julho, 1856 a 28 janeiro, 1860; *Povo (O)*, julho, 1884 a 1885; *Povo Legitimista (O)*, 31 janeiro, 1860 a 12 maio, 1861: *Povo e o Rei (O)*, 1857; *Povo Republicano (O)*, 1877; *Povo Soberano (O)*, 24 novembro a 2 dezembro, 1835; *Povo Ultramarino (O)*, 1 setembro, 1880 a 5 junho, 1885; *Preços correntes da praça de Lisboa*, janeiro, 1807; *Precursor (O)*, 1 a 10 setembro, 1839; *Precursor (O)*, 1870; *Pregão do cego*, 1842; *Pregoeiro (O)*, 11 julho, 1838 a 30 março, 1848; *Pregoeiro Lusitano (O)*, 20 setembro, 1820 a 17 abril, 1821; *Pregoeiro Lusitano (O)*, 9 dezembro, 1822 a 14 fevereiro, 1823; *Prémières (Les)*, dezembro, 1888, saiu só o n.º 1; *Preto no Branco (O)*, 12 dezembro, 1907, em publicação; *Primavera (A)*, 11 agosto a 8 outubro, 1868; *Primeiro de Maio (O)*, 1 maio, 1891; *Primeiro de Novembro (O)*, 1 novembro, 1902; *Primeiro de Dezembro (O)*, 1878; *Pro-Patria*, fevereiro, 1891, por ter sido suspenso por ordem da autoridade, só saiu o 1.º numero, viera substituir a *Patria; Pró-Saude*, março, 1904; *Procurador do Povo*, 27 outubro a 8 dezembro, 1866; *Procurador dos Povos*, 12 março a 13 julho, 1833; *Procurador dos Povos*, 22 janeiro, 1838 a janeiro, 1848; *Producções Litterarias*, 1806 a 1807; *Productor (O)*, 1897; *Programma Annunciador*, outubro, 1898; *Programma Annunciador*, 1900; *Programma Official, Corrida de Touros*, 8 maio, 1904; *Progressista (O)*, 17 março, 1863 a 28 fevereiro, 1864; *Progresso (O)*, 14 janeiro, 1854 a 7 maio, 1856; *Progresso (O)*, 19 janeiro,

1863, saiu depois do 2.º numero com o titulo de *A Igualdade; Progresso (O)*, 4 julho a 27 dezembro, 1869; *Progresso (O)*, 1873; *Progresso (O)*, 3 janeiro, 1877 a 29 julho, 1886; *Progresso (O)*, 15 agosto, 1900; *Progresso (O)*, 10 abril, 1905; *Progresso Industrial (O)*, 11 dezembro, 1852 a 3 março, 1853; *Progresso Industrial*, 15 fevereiro, 1896; *Progresso Litterario*, 1866; *Progresso e Ordem*, 1 julho a 18 setembro, 1864; *Proletario (O)*, 1 maio, 1898; *Promittente (A)*, 1 novembro, 1895; *Propaganda (A)*, 17 julho, 1873; *Propaganda (A)*, 16 julho, 1893; *Propaganda (A)*, 13 fevereiro, 1894, devido aos acontecimentos que se deram no Rocio em 30 junho, 1895, foi suspenso, finalisou pois com o supplemento ao n.º 61; *Propaganda Democratica*, 1 outubro, 1886 a 15 março, 1888; *Propheta (O)*, 6 agosto a 19 outubro, 1882; *Propheta de Hoje (O)*, 23 outubro, 1882 a 28 outubro, 1886; *Proscenio (O)*, 1892; *Protesto (O)*, 7 agosto, 1875 a 26 fevereiro, 1882; *Protesto Operario (O)*, 1885; *Provincia e Lisboa (A)*, 1 agosto, 1907; *Provinciano (O)*, 13 agosto, 1836 a 11 janeiro, 1837; *Provinciano (O)*, 1 janeiro, 1880; *Psychismo (O)*, janeiro, 1889; *Publicação Photographica*, junho, 1869; *Publicações Theatraes*, 1868; *Publicador (O)*, 1 abril, 1842 a 1843; *Publicador de Annuncios (O)*, 18 junho, 1838; *Publicador Litterario (O)*, janeiro a novembro, 1849; *Publicador de Receitas (O)*, 1 julho, 1848; *Publicador Theatral*, 1840; *Publicola (O)*, 23 janeiro a 10 fevereiro, 1827; *Punhal dos Corcundas*, 1823; *Pyrilampo (O)*, 1883; *Pyrilampos*, maio, 1888; *Quadro Litterario*, 13 junho, 1844; *Quer Dinheiro (O)*, 1865; *Questão Social (A)*, 8 julho, 1892; *Questão Social (A)*, 1 maio, 1900; *Quinas (As)*, 24 novembro, 1882 a janeiro, 1883; *Quinquilheiro (O)*, 1835; *Quinzena (A)*, 1 a 31 dezembro, 1851; *Quixote (O)*, 1896; *Quotidiana (A)*, 1827; *Rabecão (O)*, 4 janeiro a 8 março, 1823; *Rabecão (O)*, 28 outubro, 1847 a 31 julho, 1848; *Rabecão (O)*, novembro, 1873; *Rabecão*, 1877; *Rabecão (O)*, 25 abril, 1882; *Radical (O)*, 17 julho, 1881; *Raio (O)*, 30 março a 6 setembro, 1836; *Raio (O)*, 30 agosto a 29 setembro, 1873; *Raio (O)*, fevereiro, 1880; *Raio (O)*, 31 agosto a 21 dezembro, 1882, foi seguido pelo *Globo Illustrado*; *Raio (O)*, 25 julho a 18 outubro, 1888; *Raio (O)*, 24 março, 1890; *Raio Theatral (O)*, 8 outubro a 31 dezembro, 1843; *Ramalhete (O)*, 23 novembro, 1837 a 13 julho, 1844; *Ramalhete do Christão*, 12 agosto, 1871 a 30 junho, 1877; *Ramalhete Litterario (O)*, 1863; *Ramalhete do Povo*, 10 janeiro, 1878 a 31 dezembro, 1879; *Rapaz (O)*, 1883; *Rapido (O)*, 11 janeiro, 1894; *Rapido (O)*, 15 julho, 1900; *Ratão (O)*, maio a setembro, 1880; *Realeza (A)*, setembro, 1882 a 18 novembro, 1883; *Realista (O)*, 23 setembro, 1826 a 27 junho, 1828; *Rebate (O)*, 29 junho, 1873 a 27 fevereiro, 1874; *Rebate (O)*, 3 a 16 setembro, 1877; *Rebate (O)*, 13 janeiro, 1889, *Rebate (O)*, 1 setembro, 1892; *Rebate*, 15 junho, 1896; *Rebeca (A)*, setembro, 1846; *Rebeca (A)*, 1857; *Rebeca do Diabo*, 6 novembro, 1876 a 10 dezembro, 1877; *Rebeca do Diabo Junior*, 18 janeiro, 1880 a 22 maio, 1881; *Rebelde (O)*, 20 abril, 1889, só o n.º programma; *Reclame (O)*, junho, 1895, existia em março, 1896; *Reclamo (O)*, 1892; *Recopilador (O)*, 1 a 7 setembro, 1826; *Recopilador (O)*, 29 novembro, 1837; *Recreação Familiar*, 1896; *Recreativo (O)*, 1 fevereiro a 28 dezembro, 1838; *Recreativo (O)*, 1 maio a 1 julho, 1861; *Recreativo (O)* 8 março, 1891; *Recreio (O)*, janeiro, 1835 a dezembro, 1842; *Recreio (O)*, 24 setembro, 1866 a janeiro, 1867; *Recreio (O)*, 29 outubro, 1885, a 25 de dezembro de 1899, deu o titulo á empresa editora d'este diccionario; *Recreio Apolineo*, julho, 1866 a 1867; *Recreio Escolar*, março a abril, 1883; *Recreio Infantil*, 1874 a 1876; *Recreio Marcial*, 1890; *Recreio Militar (O)*, 10 agosto, 1896; *Recreio Musical*, 10 junho 1880 a 1881; *Recreio Musical (O)*, 1890; *Recreio Popular (O)*, 4 junho, 1855 a 10 abril, 1856; *Recreio do Povo*, 1873; *Recreio Theatral*, janeiro, 1839; *Redactor (O)*, setembro a novembro, 1803; *Reflexões sobre o Correio Brazileiro*, agosto a novembro, 1809; *Reforço Patriotico ao Censor Lusitano*, outubro, 1822; *Reforma (A)*, 11 outubro, 1851 a 31 agosto, 1852; *Reforma (A)*, 6 junho, 1892 a 25 fevereiro, 1893; *Reforma*, maio, 1906; *Regeneração (A)*, 7 junho a 13 dezembro, 1851; *Regenerador (O)*, 15 abril a 15 novembro, 1848; *Registro Medico*, 15 março a outubro, 1847; *Registro Parlamentar*, 1893; *Rei da Madureza (O)*, 16 maio a 6 junho, 1889; *Rei e Ordem*, 6 janeiro, 1857 a 8 julho, 1860; *Rei e Patria*, 15 dezembro, 1847; *Reinação (A)*, 1900; *Reinadio (O)*, 1896; *Reino do Algarve (O)*, 10 julho a 26 agosto, 1864; *Relação Universal que succedeu em Portugal e mais provincias do Occidente e Oriente*, março, 1625 a agosto, 1627; *Relampago (O)*, 27 junho, 1834; *Relampago (O)*, 18 maio a junho, 1845; *Religioso (O)*, 17 janeiro a dezembro, 1846; *Renascença (A)*, 8 novembro, 1894; *Renascença (A)*, 1898; *Renascença*, março, 1903; *Rendufe (O)*, 1826; não passou do n.º prospecto; *Reporter (O)*, 1 janeiro, 1888; *Reporter (O)*, 3 janeiro, 1892 a 3 outubro, 1899, em 1 julho, 1898 fez fusão com o *Diario da Manhã*, n.º 1949; *Reporter dos Theatros*, maio a junho, 1898; *Repertorio das Camaras*, 8 maio, 1864 a 1880; *Repertorio Comico Dramatico*, 1854; *Repertorio de danças*, 1860; *Repositorio de Legislação e Jurisprudencia*, 1 janeiro, 1896; *Repositorio mensal de documentos da Direcção Geral dos Correios*, 1878; *Repositorio Postal Telegraphico*, outubro, 1880 a 1884; *Republica (A)*, 25 abril a 20 junho, 1848; *Republica (A)*, 10 maio a julho, 1870; *Republica*, 28 novembro, 1874 a 4 abril, 1875; *Republica (A)*, 10 novembro, 1880 a 22 janeiro, 1881; *Republica (A)*, 1908; *Republica Federal (A)*, 31 outubro, 1869 a 31 março, 1871; *Republica Latina*, 2 fevereiro, 1890; *Republica Portugueza*, 24 agosto a 21 outubro, 1882; *Republica Social (A)*, 1 maio, 1890; *Republicano (O)*, 1848; *Republicano (O)*, 1869; *Republicano (O)*, 26 junho a 3 julho, 1881; *Republicas*, 6 dezembro, 1884 a março, 1887; *Resenha Theatral*, 1843; *Resistencia (A)*, 14 março, 1897; *Restauração (A)*, novembro, 1833; *Restauração (A)*, 25 maio, 1842 a 14 outubro, 1846; *Restauração (A)*, 31 dezembro, 1882 a 1883; *Restauração da Carta*, 2 janeiro a 20 abril, 1846; *Restaurador (O)*, 10 maio, 1837; *Resumo da Estatistica Nevrologica da cidade de Lisboa e freguezias suburbanas*, 28 dezembro, 1879 a 3 janeiro, 1880; *Resumo Historico dos successos memoraveis da Restauração do Porto*, 1809; *Resumos Estatisticos*, 15 janeiro, 1881, em publicação; *Retorno do Almocreve das Petas*, 4 maio, 1797 a janeiro, 1798; *Retratos e Elogios de Varões e Donas*. 1806 a 1822; *Retratos dos Grandes homens da nação portugueza*, 1804 a 1825; *Revelação (A)*,

9 a 16 maio, 1847; *Revista (A)*, 2 julho, 1834 a 4 novembro, 1836, continuação da *Revista Semanal*; *Revista (A)*, 9 agosto, 1891, não passou do 1.º numero; *Revista (A)*, 1899; *Revista Academica*, fevereiro, 1883; *Revista Academica*, 1 dezembro, 1887 a 1 março, 1888; *Revista Academica*, janeiro, 1902; *Revista de Administração Militar*, janeiro, 1902; *Revista Agricola*, setembro, 1866 a dezembro, 1875; *Revista Agronomica*, maio, 1856 a 1866; *Revista Agronomica*, janeiro, 1903; *Revista das Alfandegas*, 19 novembro, 1892; *Revista das Alfandegas*, 1898; *Revista Amarella*, 21 outubro, 1903; *Revista da America*, 1 a 30 abril, 1876; *Revista Archeologica e Historica*, janeiro, 1887 a agosto, 1888; *Revista das Artes Graphicas*, dezembro, 1906; *Revista de Artilharia*, julho, 1904; *Revista Azul*, 25 janeiro, 1896; *Revista Azul*, 5 junho, 1904; *Revista do Bem*, 15 janeiro, 1905, em publicação; *Revista Bibliographica*, 1866; *Revista Bibliographica*, 22 agosto, 1892; *Revista Bibliographica Portugueza e Extrangeira*, janeiro, 1859; *Revista Branca*, 1899; *Revista Branca (A)*, 15 janeiro, 1906; *Revista dos Campos*, 1889; *Revista Christã*, 1849 a 1850; *Revista Colonial (A)*, 6 janeiro a 20 março, 1885; *Revista Colonial*, 1 março, 1894; *Revista das Colonias*, 18 setembro a 15 dezembro, 1863; *Revista Commercial Litteraria e Illustrada*, 1883; *Revista Contemporanea (A)*, 15 janeiro a abril, 1848; *Revista Contemporanea*, 1 setembro, 1855 a junho, 1857; *Revista Contemporanea*, 10 janeiro, 1902; *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, abril, 1859 a 1865; *Revista do Conservatorio Real de Lisboa*, junho a julho, 1842; *Revista do Conservatorio Real de Lisboa*, maio, 1902; *Revista Critica e Amena*, janeiro a março, 1887; *Revista Critica de Bellas Artes*, 15 dezembro, 1876 a março, 1877; *Revista Critica e Jurisprudencia Geral e Legislação*, janeiro, 1870 a 1871; *Revista de Curiosos*, 8 setembro, 1887; *Revista de Direito Commercial*, janeiro, 1894; *Revista de Direito Internacional Diplomatica e Consular*, 15 janeiro, 1899, poucos numeros se publicaram; *Revista de Direito e Jurisprudencia*, janeiro, 1898; *Revista de Direito Legislação e Jurisprudencia*, setembro, 1892, é seguimento da *Revista Juridica*; *Revista Economica*, 13 fevereiro a 5 junho, 1846; *Revista Economica*, 10 fevereiro, 1855 a 26 janeiro, 1856; *Revista Elegante*, 25 outubro, 1905; *Revista Encyclopedica Popular*, 3 abril, 1898; *Revista de Engenharia Militar*, julho, 1896; *Revista do Ensino*, 1885; *Revista do Ensino Livre*, maio, 1902; *Revista Escolar Portugueza*, 29 fevereiro a 15 agosto, 1884; *Revista Escolar Portugueza*, 1893; *Revista dos Espectaculos*, março, 1850 a janeiro, 1859; *Revista dos Espectaculos*, 1 a 22 setembro, 1867; *Revista Estrangeira*, setembro, 1853 a janeiro, 1861; *Revista de Estudos Livres*, 1883; *Revista dos Estudos Scientificos*, abril, 1889; *Revista Evangelica*, 10 outubro, 1899; *Revista do Exercito e da Armada*, maio, 1893; *Revista da Exposição Agricola de Lisboa*, 4 maio a 24 setembro, 1884; *Revista da Folha Official*, 26 setembro, 1895; *Revista dos Genios de ambos os sexos*, 1815; *Revista Geral de Direito e Especial de Notariado*, 20 fevereiro, 1900; *Revista do Globo*, 28 fevereiro, 1853; *Revista Homeopathica Portugueza*, 1876; *Revista Illustrada*, 5 novembro, 1886; *Revista Illustrada*, 16 fevereiro, 1907, em publicação, é continuação da *Semana Illustrada*; *Revista Industrial*, 1875, n.º unico; *Revista Industrial, Commercial e Agricola*, agosto, 1891; *Revista Industrial, Commercial e Agricola*, junho, 1892; *Revista Industrial de Couros, Pelles, Sapataria*, etc., 1 dezembro, 1899, ainda se publicava em novembro, 1907; *Revista Intellectual Contemporanea*, 1 outubro, 1886 a 29 janeiro, 1887; *Revista Internacional*, dezembro, 1903; *Revista de Instrucção Publica para Portugal e Brazil*, 1 julho, 1857 a abril, 1858; *Revista dos Jogos*, agosto, 1901; *Revista dos Jornaes Politicos*, 3 abril a 12 agosto, 1843; *Revista Juridica*, 1892; *Revista de Jurisprudencia Militar*, 1886, não passou do n.º 1; *Revista de Lisboa*, 3 outubro a dezembro, 1853; *Revista de Lisboa*, 15 agosto, 1858 a 1859; *Revista de Lisboa*, 24 junho a 12 agosto, 1877; *Revista de Lisboa*, dezembro, 1901; *Revista Lisbonense*, 15 março, 1905; *Revista Maçonica*, maio, 1903; *Revista de Manica e Sofala*, março, 1904, em publicação; *Revista Mechanica Portugueza*, 1 outubro, 1893, publicou-se um n.º programma com data; *Revista Medica de Lisboa*, 1844; *Revista Medica Portugueza*, 10 junho, 1864 a 30 janeiro, 1866; *Revista de Medicina e Cirurgia*, 10 janeiro, 1894; *Revista de Medicina Positiva e Sciencias Accessorias*, janeiro, 1891; *Revista de Medicina Veterinaria*, março, 1902; *Revista do Meio Dia*, 1 setembro, 1850; *Revista Militar*, janeiro, 1849, em publicação; *Revista da Mocidade*, 1 fevereiro, 1896, com a data do 2.º n.º pois que o primeiro não se imprimiu, saiu manuscripto; *Revista Moderna*, 12 janeiro, 1889; *Revista Moderna*, 1895; *Revista dos Monumentos Sepulchraes*, outubro, 1868 a março, 1869; *Revista Municipal*, 10 fevereiro, 1876; *Revista Municipal*, 1893; *Revista dos Municipios*, 11 janeiro, 1905; *Revista de Nevrologia e de Psychiatria*, janeiro, 1888 a junho, 1889; *Revista Nova*, novembro, 1893; *Revista Nova*, 5 abril, 1901; *Revista de Obras Publicas e Minas*, janeiro, 1870, em publicação; *Revista Occidental*, 15 fevereiro a 30 agosto, 1875; *Revista Official*, 1902; *Revista dos Palcos*, 24 março, 1889; *Revista Pedagogica*, 15 março a dezembro, 1871; *Revista Pedagogica*, 6 dezembro, 1903; *Revista Peninsular*, 15 setembro, 1855 a agosto, 1857; *Revista Philosophica*, 23 agosto, 1853 a 1868; *Revista Philosophica*, 1 janeiro, 1868; *Revista Pittoresca e Descriptiva de Portugal*, 16 setembro, 1861 a 1863; *Revista Politica*, 21 janeiro a 11 março, 1864; *Revista Politica*, 15 junho, 1901; *Revista Popular*, 4 março, 1848 a dezembro, 1855; *Revista Popular e de Conhecimentos Uteis*, 3 junho, 1888, 17 agosto, 1890; *Revista Popular de Conhecimentos uteis*, 7 novembro, 1897; *Revista Popular de Conhecimentos uteis*, 12 março, 1905; *Revista Popular Illustrada*, 1895; *Revista de Portugal*, 1842; *Revista de Portugal*, 30 setembro a 2 dezembro, 1871; *Revista de Portugal e Brazil*, outubro, 1873 a setembro, 1874; *Revista Portugueza*, novembro, 1907, não passou do n.º programma; *Revista Portugueza Colonial e Maritima*, 20 outubro, 1897; *Revista Portugueza de Medicina e Cirurgia praticas*, 1 novembro, 1896 a 15 abril, 1897; *Revista Portugueza de Therapeutica Homeopathica*, julho a outubro, 1880; *Revista Recreativa*, 17 abril, 1846 a dezembro, 1847; foi seguida pela *Aurora Recreativa*; *Revista Republicana*, 20 abril, 1894; *Revista Republicana*, 8 dezembro, 1906; *Revista das Sciencias Milita-*

res, julho, 1885; em publicação; *Revista do Seculo*, 1 julho a novembro, 1865; *Revista da Semana*, 13 outubro a 20 janeiro, 1867; *Revista Semanal*, 3 novembro, 1833, a 27 junho, 1834; seguido da *Revista; Revista Semanal*, 13 novembro a dezembro, 1870; *Revista Semanal do Clero e Professorado*, dezembro, 1878, a 15 abril, 1879; *Revista de Sport*, 7 agosto, 1898; *Revista de Sport*, 5 julho, 1903; *Revista dos Tabelliães*, março, 1867, a julho, 1875; *Revista Taurina*, 18 abril, 1897; *Revista Telegraphica monitor scientifico e noticioso*; *Revista Telelegrapho-Postal*, 1 novembro, 1900; *Revista Theatral*, 3 fevereiro, 1839; *Revista Theatral*, 8 agosto a novembro, 1840; *Revista Theatral*, 1 outubro, 1843 a 28 janeiro, 1844; *Revista Theatral*, 27 fevereiro a 14 maio, 1847; *Revista Theatral*, 21 nov.°, 1847 a janeiro, 1849; *Revista Theatral*, 15 outubro, 1869 a 1870; *Revista Theatral*, 15 janeiro, 1885 a 15 dezembro, 1896; *Revista dos Theatros*, 21 setembro a 26 novembro, 1843; *Revista dos Theatros*, 1873; *Revista dos Tribunaes*, 20 dezembro, 1841 a 26 março, 1843; *Revista Universal*, 20 maio a 1 julho 1877; *Revista Universal*, 10 a 15 maio, 1882, *Revista Universal Lisbonense*, 1 outubro, 1841 a meados de 1859; *Revolta (A)*, 12 maio a 2 setembro, 1889; *Revolta (A)*, 4 junho, 1891, no mesmo dia em que saiu foi apprehendido pela policia, saiu só este numero; *Revolta (A)*, 11 setembro, 1892; *Revolta de Janeiro*, 14 junho, 1868; *Revolta Litteraria (A)*, 1891, *Revoltado (O)*, fevereiro a maio, 1887; *Revolução (A)*, 13 dezembro, 1876, não passou do 1.° numero; *Revolução (A)*, 17 junho a agosto, 1880, publicou 2 n.os programmas, 5 maio e 10 junho, 1880; *Revolução (A)*, 1881; *Revolução (A)*, 20 março a 30 outubro, 1881; *Revolução (A)*, 13 dezembro, 1885, n.° unico; *Revolução (A)*, 4 março, 1890; *Revolução de Janeiro (A)*, 28 julho, 1891; *Revolução de Maio (A)*, 24 agosto a 15 setembro, 1870; *Revolução do Minho (A)*, 28 maio a 6 outubro, 1846; *Revolução de Setembro (A)*, 22 junho, 1840 a 23 março, 1892, com o n.° 14:861, viveu 51 annos; *Revolucion (La)*, 5 maio, 1880, não passou d'este numero, que é programma; *Revolucionario (O)*, 18 março, 1893; *Revolucionario (O)*, 14 setembro, 1902; *Revue Lusitanienne*, 2 janeiro a 5 novembro, 1852; *Revue Musicale (La)*, 7 agosto, 1849 a 1850; *Revue Peninsulaire*, 1 outubro 1848 a 10 agosto, 1850; *Revue du Portugal et de ses colonies (La)*, setembro, 1885; *Ribalta (A)*, 24 julho, 1892; *Ribalta (A)*, 5 março, 1893; *Ribaltas e Gambiaras*, 11 janeiro a 30 outubro, 1881; *Ridiculos (Os)*, 3 outubro, 1895; *Ridiculos (Os)*, 1900; *Ridiculos (Os)*, 12 abril, 1905, em publicação; *Rigoleto (O)*, 5 janeiro, 1856 a 31 maio, 1857; *Risota (A)*, 28 junho, 1890; *Roda da Fortuna (A)*, 1816 a 1817; *Rolha (A)*, 1890; *Romancista (O)*, 8 junho a 28 dezembro, 1839; *Rosa (A)*, 20 abril a 21 julho, 1840; *Rosa Lisbonense (A)*, 15 dezembro, 1845 a 5 janeiro, 1846; *Rosario (O)*, outubro, 1907, em publicação; *Rossi*, março, 1869 a janeiro, 1870; *Roupa branca*, 5 julho, 1897; *Rouxinol (O)*, 7 janeiro, 1839; *Rua (A)*, 5 a 15 julho, 1882; *Rua (A)*, 1 abril, 1897; *Rua da Barroca*, 21 dezembro, 1896; *Ruas de Lisboa*, 1826 a 1828; *Rufo (O)*, outubro a 8 dezembro, 1876; *Sabonete (O)*, 1857; *Sacristia (A)*, 15 a 29 agosto, 1880; *Sal e Pimenta*, 1894; *Sala de Raridades*, 13 a 27 maio, 1837; *Salão de Vendas*, 10 fev.°, 1895; *Salteador (O)*, outubro, 1843; *Salvação de graça*, outubro a dezembro, 1875; *Sancho Pança*, outubro, 1868; *Sanfona (A)*, 22 fevereiro, 1823; *Sanfona (A)*, 1824, *Santelmo*, 20 setembro a 19 novembro, 1839; *Santilão Xoé*, 1835; *Santo Antonio Annunciador*, 1895; *Santo Antonio de Lisboa*, 12 junho a 4 dez.° 1881: *Sapataria Portugueza*, 12 janeiro, 1890, em publicação, fundado por iniciativa da Associação Industrial dos Lojistas de Calçado; *Sarilho (O)*, 5 março, 1905; *Saude (A)*, 1898; *Scena (A)*, 8 fevereiro, 1891; *Scena (A)*, 1896; *Scentelha (A)*, 3 junho a 1 agosto, 1881; *Scentelha (A)*, 1 junho, 1885; *Sciencia para todos*, 7 janeiro, 1882; *Sciencia Popular (A)*, 5 janeiro, 1885; *Sciencias, Artes e Letras*, 15 janeiro, 1887; *Secção de Annuncios do «Rossi»*, 1869; *Seculo (O)*, 1848; *Seculo (O)*, 1 abril a 30 dezembro, 1855; *Seculo (O)*, 4 janeiro, 1881, em publicação; *Seculo no Brazil e Colonias Portuguezas (O)*, 10 abril, 1899, em dezembro 1907 ainda se publicava; *Seculo (O), Supplemento Humoristico*, 4 novembro, 1897; *Seculo Dezenove (O)*, 2 janeiro, 1856 a outubro, 1857; *Seculo das Luzes (O)*, 20 agosto a 1 outubro, 1866; *Seculo Negro (O)*, 1895; *Seculo XX (O)*, 1892; *Seculo XX (O)*, 20 outubro, 1901, publicou-se um n.° programma com a data de 1 maio, 1901; *Sega-Rega (A)*, 15 fevereiro a 12 março, 1823; *Segredo Revelado (O)*, 1828; *Seguros e Finanças*, 10 fevereiro, 1906; *Semana (A)*, janeiro a agosto, 1852; *Semana (A)*, 21 janeiro, 1897; *Semana de Evora*, abril, 1895, unico publicado, *Semana Illustrada*, 1878; *Semana Illustrada*, 1883; *Semana Illustrada*, 22 outubro, 1887, 1889 ainda existia; *Semana Illustrada (A)*, 20 janeiro, 1894; *Semana Illustrada*, 8 novembro, 1903; *Semana de Lisboa (A)*, 7 junho a agosto, 1885; *Semana de Lisboa*, 9 março, 1890, suspendeu em outubro; *Semana de Lisboa*, supplemento ao *Jornal do Commercio*, 1 janeiro, 1893; *Semana Litteraria*, 14 abril a 5 maio, 1889; *Semana Litteraria (A)*, supplemento ao *Correio de Lisboa*, 2 abril, 1893; *Semana de Loyola*, 6 abril, 1884 a 21 novembro, 1886; *Semana Religiosa*, janeiro a 24 dezembro, 1868; *Semana Theatral*, 1850; *Semana Theatral*, 20 agosto, 1860; *Semana Theatral*, 1866; *Semana das Musas*, 1856; *Semanal de Poesias*, setembro, 1834; *Semanas proveitosas aos viventes racionaes*, 1759; *Semanario '(O)*, 16 a 23, setembro, 1826; *Semanario (O)*, 2 janeiro, 1857; *Semanario (O)*, 9 dezembro, 1867 a março, 1868; *Semanario*, 1889; *Semanario curioso*, 1846 a 1850; *Semanario de Debuxos para bordar*, janeiro, 1837; *Semanario Harmonico*, 15 setembro, 1835 a 1840; *Semanario de Instrucção e Recreio*, 2 setembro, 1812 a 25 agosto, 1813; *Semanario Lusitano*, 5 maio, 1809 a agosto, 1812, seguido do *Mercurio Lusitano; Semanario Lusitano*, 1833; *Semanario Nacional*, 1821; *Semanario Patriotico*, julho, 1808; *Semanario Philarmonico*, 1862; *Semanario Pittoresco*, 1838; *Semanario Popular*, janeiro a agosto, 1866; *Semanario Religioso*, 19 agosto, 1827 a 1828; *Semsabor (O)*, 1838; *Senhor Bordalo (O)*, 14 novembro a 15 dezembro, 1880; *Sentinella (A)*, 14 agosto, 1881; *Sentinella Constitucional (A)*, 2 setembro a 13 outubro, 1826; *Sentinella da Liberdade*, 17 fevereiro, 1874; *Sentinella do Palco (A)*, 11 novembro, 1840 a 4 julho, 1841; *Sentinella do Povo (A)*, 29 dezembro, 1873 a 11 janeiro, 1874; *Sentinella do Progresso (A)*, 27 julho a 10 setem-

bro. 1868; *Serias considerações*, 1832; *Seringação (A)*, 3 outubro a 21 novembro, 1852; *Seringador (O)*, 1856 a 1857; *Serões da Aldeia*, 1830; *Serões da Aldeia*, 1868; *Serões Recreativos (Os)*, 1840 a 1841; *Serões e Sestas*, 1895; *Serpentão (O)*, 1823; *Servil arrependido (O)*, 13 a 27 maio, 1823; *Setta (A)*, 30 março, 1884; *Setta (A)*, 10 abril, 1889; *Simples (O)*, 1895; *Simples (Os)*, dezembro, 1898; *Sinapismo (O)*, 3 maio, 1896; *Situação (A)*, 18 abril a maio, 1889; *Situação (A)*, 3 maio, 1891; *Situação (A)*, 4 fevereiro, 1898; *Sobrescripto-Annuncio (O)*, 1876; *Sociedade Futura*, 1 maio, 1902; *Sol (O)*, 17 a 24 janeiro, 1837; *Sol (O)*, 6 janeiro a 4 abril, 1871; *Sol e Moscas*, 1898; *Sol e sombra*, 1894; *Soldado de Tarimba*, 1826; *Sombra (A)*, 28 junho, 1888; *Sonho lembrado*, 1762; *Sorvete*, setembro, 1855; *Sotaina (A)*, 21 abril a 23 maio, 1880, *Spectro (O)*, 30 maio a 8 julho, 1837; *Sport (O)*, 16 maio, 1886, não passou do n.º programma; *Sport (O)*, 22 janeiro 1894; *Sport (O)*, 12 fevereiro, 1897; *Sport (O)*, 15 novembro, 1902; *Sport-Velo (O)*, 14 janeiro, 1897; *Sports (Os)*, 22 outubro, 1905; *Successos (Os)*, março a abril, 1883; *Successos (Os)*, 8 junho, 1902; *Suffragio Universal (O)*, 14 agosto a 23 setembro, 1881; *Suissa (A)*, 1898; *Suisso (O)*, 27 novembro, 1898; *Supplemento (O)*, 1 a 4 outubro, 1879; *Supplemento (O)*, 8 julho 1898; *Supplemento burlesco ao «Patriota»* 12 agosto, 1847 a 9 abril, 1853; *Supplemento illustrado «O Dia»*; *Supplemento ao Independente*, 25 nov.º, 1821 a 1822; *Supplemento aos Periodicos*, 1826; *Supplemento em portuguez ao Weldon's Ladies Journal»*, março, 1906; *Syndicato (O)*, 1887; *Synopse Commercial*, 21 setembro, 1836; *Tagarella (O)*, 29 julbo a 22 agosto, 1828; *Tagarella (O)*, 1847; *Tambor (O)*, 15 setembro, 1866; *Tam tam*, 1896; *Tarde (A)*, 22 abril, 1889; *Tarde (A)*, 1890 a 11 fevereiro, 1892; *Tarde*, 22 fevereiro, 1892 a 14 janeiro, 1905, em abril de 1892, com o n.º 1323, fez fusão com a *Gazeta de Portugal*; *Tardes Divertidas*, 23 junho, 1794; *Tardes de Maio*, 1758; *Tardes Noites*, 11 novembro, 1897; *Tardes de Verão*, 1 agosto, 1837; *Tecido (O)*, 2 novembro, 1895; *Tejo (O)*, 4 fevereiro a 29 julho, 1867; *Telegraphico (O)*, 1891; *Telegrapho (O)*, 12 a 28 outubro, 1837; *Telegrapho (O)*, 7 junho a 24 julho, 1845; *Telegrapho (O)*, 15 junho a 14 outubro, 1846; *Telegrapho (O)*, agosto, 1883; *Telegrapho Europeo (El)*, 9 agosto a setembro, 187.; *Telegrapho Portuguez*, 19 dezembro, 1808 a 31 dezembro, 1814; *Templario (O)*, 12 agosto, 1900; *Templo da Gloria dos Lusos (O)*, 1806 a 1807; *Templo da Memoria (O)*, 1820; *Tempo (O)*, 4 março a 4 junho, 1835; *Tempo (O)*, 23 janeiro, 1838 a 24 agosto, 1839; *Tempo (O)*, 3 agosto a 20 dezembro, 1847; *Tempo (O)*, 16 abril a 1 outubro, 1881; *Tempo*, 14 julho, 1896, veiu substituir *O Tempo*; *Tempo Presente (O)*, 1806 a 1807; *Tempo (O)*, 2 janeiro, 1889 a 10 junho, 1896, mudando o titulo para *Tempo*, com o n.º 2:31 ; *Tentativa*, 15 abril, 1889; *Terrivel (O)*, 1842; *Terror das Camarilhas*, agosto a outubro, 1873; *Terror dos Ladrões (O)*, janeiro a agosto, 1874; *Tesoura (A)*, setembro, 1858; *Tesoura (A)*, 9 dezembro, 1883 a 16 março, 1884; *Tesoura Politica (A)*, março a setembro, 1868; *Thalia*, 9 março, 1889; *Theatro (O)*, 2 outubro, 1865; *Theatro (O)*, 11 dezembro, 1892; *Theatro (O)*, maio, 1893; *Theatro Comico*, 1798; *Theatro Comico*, 1875; *Theatro Comico Portuguez*, 1759 a 1787; *Theatro Contemporaneo*, 1869 a 1873; *Theatro dos Curiosos*, 1881; *Theatro Dramatico*, 1837; *Theatro Escolhido*, 1863; *Theatro Estrangeiro*, 1787; *Theatro Humoristico*, 1872; *Theatro Moderno*, 1856 a 1866; *Theatro Nacional*, 1812; *Theatro para rir*, 1857 a 1861; *Theatro Popular*, 1864 a 1865; *Theatro Popular*, 1866; *Theatro de Sala*, 1860 a 1861; *Theatro Universal*, 26 março, 1839; *Theatros (Os)*, novembro, 1895 a janeiro, 1896; *Theatros (Os)*, 1900; *Theatros e Assembléas*, 1 outubro a 16 dezembro, 1856; *Theatros e Circos*, 1896; *Thesouro Artistico*, 1883; *Thesouro dos Oradores*, 29 agosto, 1868 a 27 janeiro, 1870; *Thesouro dos Prégadores (O)*, 27 julho, 1869; *Tigre (O)*, 10 a 16 junho, 1849; *Tim tim por tim tim*, 1889; *Tiro Civil (O)*, 7 março, 1895; em publicação; *Tirocinio Litterario*, janeiro. 1861 a 1862; *Topa a tudo (O)*, 5 outubro, 1884; *Torniquete (O)*, 28 fevereiro 1863 a março, 1865; *Torre de Babel (A)*, 24 outubro, 1836; *Toucador (O)*, 22 fevereiro a março, 1822; *Toucador das Bellas*, 13 fevereiro, 1846; *Toucador das Damas (O)*, 7 outubro, 1842; *Tourada*, 1894; *Touradas e Toureiros*, 14 abril, 1895, unico publicado; *Toureiro (O)*, 1876 a 1877; *Toureiro (O)*, 3 maio, 1836 a 29 dezembro, 1837; *Toureiro Classico*, 14 abril, 1895 a outubro, 1897; *Toureiro Classico*, 18 março, 1903; *Toureiro Portuguez*, 8 junho, 1890; *Touro (O)*, 25 janeiro, 1879, em publicação; *Tout-Lisbonne*, outubro, 1888; *Trabalho (O)*, 1843; *Trabalho (O)*, 4 janeiro, 1872 a 7 novembro, 1878; *Trambulhão (O)*, junho, 1817; *Trapos* 1901; *Triangulo (O)*, dezembro, 1890; *Tribuna*, *(A)*, 1 novembro, 1877 a outubro, 1875; *Tribuna (A)*, 3 setem.º, 1891; finalisou com o n.º 42 em 21 outubro, 1891, em razão de ter sido mandado suspender judicialmente por causa de um artigo contra a força armada; *Tribuna*, 1 janeiro, 1899; *Tribuna (A)*, 3 novembro, 1903; *Tribuna do Operario (A)*, 1 janeiro a dezembro, 1855; *Tribuna Popular*, 1881; *Tribuna do Povo (A)*, 22 junho a 5 agosto, 1835; *Tribuna do Povo (A)*, 2 março a 13 julho, 1879; *Tribuna do Povo*, 18 dezembro, 1881, não passou d'este n.º, continuando porém com o titulo de *Tribuna Popular*; *Tribuna Sagrada*, 1867; *Tribuna Theatral (A)*, 1863; *Tribunal da Razão*, 1814; *Tribuno (O)*, 1 julho, 1843 a 30 setembro, 1844; *Theatro de Almacave (O)*, 11 agosto, 1846; *Trincheira (A)*, 17 abril, 1892, em 1906 publicava-se, depois de diversas interrupções; *Trinta (O)*, 5 janeiro, 1879 a 9 agosto, 1881; *Trinta Diabos*, março, 1869 a fevereiro, 1870; *Trinta Diabos & C.ª*, 1 novembro a 24 dezembro, 1882; *Trinta Diabos Junior*, abril, 1872 a 29 dezembro, 1878; *Trinta Mil Diabos*, outubro, 1872 a 5 novembro, 1873; *31 de Janeiro (O)*, 1º janeiro, 1893, não passou d'este numero; *31 de Janeiro (O)*, 2.º; 1 janeiro, 1893; *Tripa Virada*, 1823; *Triumpho da Religião, do Throno e da Patria*, 1823; *Troça (A)*, 14 outubro, 1900; *Trombeta (A)*, 1869; *Trombeta Final (A)*, 4 setembro, 1827, a 18 maio, 1832; *Trombeta Lusitana*, 14 novembro, 1822 a 19 junho, 1823; *Trovador (O)*, 1848; *Trovador (O)*, 12 maio a 16 novembro, 1855; *Trovão (O)*, 3 junho a 2 agosto, 1836; *Trovão Lusitano*, 22 a 29 agosto, 18.6; *Tuba da Verdade (A)*, 1 novembro a dezembro, 1836; *Tufão (O)*, 15 agosto, 1879; *Tumulo (O)*, 30 setembro a 4 novembro, 1836; *Tumulos (Os)*, 1846; *Tutti-li-Mundi*, abril, 1883; *Tutti-li-Mundi Li-*

bera! (O), 1822; *Typographia (A)*, 1830; *Typographia (A)*, julho a novembro, 1836; *Typographo (O)*, 29 abril a 7 maio, 1880; *Typographo*, 1894; *Ultramarino (O)*, 6 março, 1809; *Ulysséa Dramatica (A)*, abril, 1843; *Um quarto de hora de Leitura*, 12 dezembro, 1841 a 2 janeiro, 1842; *União (A)*, 3 janeiro, 1848 a 10 outubro, 1850; *União (A)*, 1893; *União (A)*, 1 outubro, 1894; *União Academica (A)*, 1 abril a 19 julho, 1855; *União dos Atiradores Civis Portuguezes*, outubro, 1905; *União Civica (A)*, 15 março, 1891; *União Nacional*, 28 maio a 8 junho, 1868; *Union Espanola (La)*, 9 janeiro, 1888; *Union Galaica (La)*, 19 julho, 1891; *Universal (O)*, 20 agosto, 1831 a 14 março, 1835; *Universal (O)*, 3 fevereiro, 1891; *Universal (O)*, supplemento illustrado, 23 maio, 1892; *Universo (O)*, abril a junho, 1885; *Universo Artistico (O)*, 20 janeiro, 1858; *Universo Illustrado*, 7 janeiro, 1877 a 26 março, 1887; *Universo Pittoresco*, 1839 a dezembro, 1844; *Util (O)*, maio, 1837; *Utilidade (A)*, 4 a 23 setembro 1848; *Utilidade (A)*, 15 setembro, 1895; *Utilidade Commercial*, 15 setembro, 1885; *Utilitario (O)*, 6 junho, 1895; *Vae-vem (O)*, 1883; *Vanguarda (A)*, 12 maio, 1880 a 25 dezembro, 1881; *Vanguarda (A)*, 9 março, 1891; *Vanguarda*, 10 novembro, 1895, continuado do n.º 1915 de *A Vanguarda; Variedades*, janeiro, 1801 a junho, 1814; *Variedades*, dezembro, 1886 a janeiro, 1887; *Varino (O)*, 21 fevereiro a 11 abril, 1889; *Vedeta (A)*, 1 abril, 1890 a 11 maio, 1891; *Vedeta (A)*, 6 junho, 1897; *Velho Economico (O)*, setembro, 1826; *Velho Liberal (O)*, agosto a outubro, 1826; *Velo-Portugal*, 1 fevereiro, 1904; *Velo-Sport (O)*, 22 novembro, 1896; *Verdade (A)*, 1828; *Verdade (A)*, 1 setembro, 1839 a 29 abril, 1840; *Verdade (A)*, 15 novembro, 1863 a 31 outubro, 1864; *Verdade (A)*, maio, 1866 a 10 setembro, 1868; *Verdade (A)*, 4 maio a 19 outubro, 1879, *Verdade (A)*, 19 novembro, 1903; *Verdade (A)*, janeiro, 1906; *Verdadeiro Amigo do Povo (O)*, 10 fevereiro a 11 março, 1837; *Verdadeiro Liberal (O)*, 1 a 17 março, 1821; *Verdadeiro Patriota*, 1 maio, 1837; *Veridico (El)*, 2 novembro, 1812; *Verité Industrielle, Commerciale, Agricole et Artistique (La)*, 21 outubro, 1861 a 28 dezembro, 1863; *Vermelhos (Os)*, outubro, 1897; *Vespa (A)*, 11 março a 7 abril, 1858; *Via Ferrea (A)*, outubro, 1903; *Viajante (O)*, 13 outubro, 1838 a 18 outubro, 1849; *Vida (A)*, maio, 1906; *Vida Elegante*, 6 outubro, 1907; *Vida Galante (A)*, 7 janeiro, 1899, um numero só; *Vida Illustrada (A)*, 10 setembro, 1907, em publicação; *Vida Nova*, 24 abril, 1891, suspendeu com um supplemento ao n.º 1; *Vida Nova*, 5 julho, 1894; *Vigia (O)*, 1844; *Vigilante (O)* 13 julho a 22 outubro, 1838; *Vigilante (O)*, 1 setembro, 1894; *Vigilia (A)*, outubro, 1886; *Vigilia do Capitolio*, 25 janeiro, 1837; *Vinha Portugueza*, janeiro, 1886, em 1889 existia; *Vintem das Escolas (O)*, 1 julho, 1902; *28 (O)*, 28 novembro, 1899; *Viola de Lereno (A)*, 1798; *Vira (O)*, 1 março, 1906; *Viróсса (O)*, abril, 1906; *Volta do Mundo*, 1880; *Voltigeur Français (Le)*, 1 a 31 maio, 1835, *Voz Academica*, 27 abril a 31 julho, 1865; *Voz Academica (A)*, março, 1882; *Voz Academica*, março, 1885 a junho, 1886; *Voz do Caixeiro (A)*, 15 setembro, 1888, em 1889 continuava; *Voz do Caixeiro (A)*, 8 janeiro, 1900; *Voz do Clero*, 27 janeiro, 1870; *Voz do Commercio (A)*, 4 maio a outubro, 1872, continuação do *Mil Diabos; Voz Feminina (A)*, 5 janeiro, 1868 a 27 junho, 1869; *Voz Galaica (La)*, 20 setembro, 1886 a 3 outubro, 1887; *Voz da Mocidade (A)*, 26 fevereiro a 9 junho, 1863; *Voz do Municipio (A)*, 14 janeiro, 1884; *Voz do Operario (A)*, 15 outubro, 1879, em publicação; *Voz do Paiz (A)*, 1887; *Voz da Patria*, 30 julho, 1853; *Voz da Patria*, 9 dezembro, 1902; *Voz do Povo*, 25 fevereiro a 9 março, 1864; *Voz do Povo (A)*, 13 abril, 1865; *Voz do Povo*, maio a julho, 1871; *Voz da Razão (A)*, 23 dezembro, 1820; *Voz da Religião*, 4 abril, 1846; *Voz da Religião contra a incredulidade*, 30 maio, 1829; *Voz do Trabalho*, 1 maio, 1896; *Voz do Veterano (A)*, 24 julho, 1887, em 1889 publicava-se; *Voz do Veterano (A)*, 19 março, 1893; *Vulcão (O)*, 25 abril a 28 novembro, 1880; *Vulcano (O)*, 1878; *Xocalho (O)*, 1836, *Xpto*, 25 novembro a dezembro, 1877; *Zabumba (O)*, 8 a 13 março, 1832; *Zabumba (O)*, 1809; *Zacuto Lusitano*, 20 fevereiro a 14 julho, 1849; *Zé (O)*, 13 janeiro a fevereiro, 1902; *Zé Pereira*, 13 fevereiro a 3 maio, 1884; *Zé Povinho (O)*, outubro a dezembro, 1880; *Zé Povinho (O)*, 23 julho a 6 setembro, 1883; *Zé Povinho (O)*, 3 a 19 junho, 1888; *Zoophilo (O)*, 14 janeiro, 1877, em publicação; *Zum zum (O)*, 21 março a abril, 1883. || *Numeros unicos, e outros diversos:* Além dos jornaes diarios, que são os jornaes propriamente ditos, e além dos semanarios, quinzenarios, etc., e de todas as publicações com dia determinado para apparecer, tambem se teem publicado em Lisboa os numeros unicos, de que damos em seguida uma relação tão completa quanto possivel, que nos parece dever interessar os colleccionadores. Alguns d'estes numeros unicos são verdadeiramente curiosos e alguns de grande luxo. *Acclamação (A)*, 28 dezembro, 1889; *Africano (O)*, dezembro, 1884; *Albergue (O)*, 11 abril, 1897; *Albergue das Creanças Abandonadas*, junho, 1903; *Albergue das Creanças Abandonadas*, junho, 1904; *Album*, 19 setembro, 1895; *Alfredo de Carvalho*, 4 abril, 1900; *Anacleto tercеario (O)*, 26 novembro, 1895; *Anathema*, fevereiro, 1890; *Andaluzia*, fevereiro 1885; *Andaluzia (A)*, março, 1885; *Annunciador (O)*, 1900; *Antonio (O)*, 1 fevereiro, 1903; *Apotheose a Xavier de Paiva (A)*, maio, 1892; *Arco Iris (O)*, 17 agosto, 1902; *Arreda ! Maldito*, 1892; *Arreda ! que te espeto!* 23 fevereiro, 1887; *Arreda! que te espeto!*, 12 fevereiro, 1888; *Arreda! que te espeto!* fevereiro, 1905; *Artista*, 31 maio, 1889; *Associação (A)*, 12 abril, 1902; *A'vante*, 7 agosto, 1904; *Balão Pombo*, 17 abril, 1884; *Beja-Creche*, abril, 1885; *Bisnaga (A)*, 1893; *Borga*, 1891; *Brinde (O)*, outubro, 1884; *Buraco (O)*, 5 março, 1889; *Camarim 34*, 1903; *Camões*, 1880; *Capello e Ivens*, 16 setembro, 1885; *Carnaval (O)*, 1895; *Carnaval*, 1896; *Carnaval*, 1897; *Carnaval (O)*, 22 fevereiro, 1903; *Carroageiro (O)*, 22 setembro, 1901; *Castilho*, 25 janeiro, 1900; *Cavalleiro (O)*, julho, 1901; *Cavalleiro da Rocha Vermelha*, 1892; *Centenario (O)*, 1.º, 1895; *Centenario (O)*, 2.º, junho, 1895; *Centenario (O)*, maio, 1898; *Centenario do Bom Jesus do Monte*, 1884; *Christo (O)*; *Cid (O)*, janeiro, 1885; *Cidade de Lisboa a Capello e Ivens (A)*, 13 setembro, 1885; *Club (O)*, fevereiro, 1905; *Cocotte (A)*, 1894; *Communa (A)*, 18 março, 1896; *Consagração*, dezembro, 1904; *Correio Nacional*, 1892; *Courrières*, junho, 1906; *Creanças (As)*, 17 maio, 1885; *Dezoito de Março (O)*, 1895; *18 de Março*, 1897; *18 de março (O)*, 1897; *Diario Illus-*

trado, 6 janeiro 1904; *Domingo (O)*, maio, 1887; *Duse (A)*, 20 abril, 1898; *Eccos de S. Carlos*, abril, 1903; *Echo da Officina*, 18 fevereiro, 1904; *Echos do Carnaval*, 3 fevereiro, 1883; *Editor (O)*, 1883; *Editor (O)*, 12 fevereiro, 1888; *Elegante (O)*, 1879, o primeiro numero unico publicado em Portugal; *Emancipação (A)*, junho, 1897; *Entre-acto (O)*, 1884; *Escola (A)*, 1895; *Estas-te a rir (O)*, 1890; *Etc. e Tal*, 29 março, 1883; *Estrella (A)*, maio, 1885; *Estudantina*, abril, 1884; *Exposição Operaria (A)*, maio, 1889, *Fernandes da Fonseca*, 28 fevereiro, 1887; *Festa (A)*, 31 maio, 1892; *Festa do Publico (A)*, 7 abril, 1902; *Fim de Seculo*, 1892; *Flores de Caridade*, 23 abril, 1885; *Flores Humildes*, 1895; *Folia (A)*, 1 fevereiro, 1902; *Folies Bergères*, junho, 1906; *França-Portugal*, 27 outubro, 1905; *Frigideira (O)*, outubro, 1885; *Frontão (O)*, 1888; *Fructa do Tempo*, 20 fevereiro, 1887, adstricto ao n.º 65 da *Capital*; *Galeria Democratica*, 1884; *Garrett*, 1899; *Gaseta Esterilisada*, 6 fevereiro, 1902; *Gratia Plena*, 8 dezembro, 1904; *Gratidão (A)*, 4 setembro, 1901; *Gratidão (A)*, 19 novembro, 1904; *Gratidão da Nação (A)*, 16 janeiro, 1905; *Guilherme de Azevedo*, 6 abril, 1899; *Guilherme Cossoul*, 7 setembro, 1889; *Gymnastica (A)*, 17 maio, 1885; *Harem d'El-Rei (O)*, 1 julho, 1897; *Herege (O)*, 18 abril, 1889; *Hespanha (A)*, março, 1885; *Homenagem (A)*, 7 agosto, 1898; *Homenagem a Affonso Taveira (A)*, 6 janeiro, 1904; *Homenagem a Costa Goodolphim*, 1895; *Homenagem a João de Deus*, 1896; *Homenagem a José Ignacio de Araujo*, 31 julho, 1898; *Homenagem a Justino Dias de Lima Soares (A)*, 19 julho, 1891; *Homenagem a Manuel dos Santos*, 6 julho, 1902; *Homenagem pela Caixa Operaria á memoria de José Fontana*, 30 março, 1884; *Homenagem Prestada a Theophilo Braga*, 3 dezembro, 1899; *Homenagem a Raphael Peixinho*, 9 julho, 1905; *Homenagem ao Talento*, 1 maio, 1894; *Imprensa e a Associação (A)*, 1883; *Impressor (O)*. 24 dezembro, 1901; *In Memoriam*, março, 1894; *India*, maio, 1898; *Instrucção Popular (A)*, 8 janeiro, 1893; *Italia Recordações*, maio, 1884; *Ivens e Capello*, 16 outubro, 1880; *Ivens e Capello*, setembro, 1885; *João Bucha*; 4 fevereiro, 1894; *Joaquim Pedro Monteiro*, 28 agosto, 1897; *Jorge Cadete*, 26 julho, 1903; *Jornal do Exercito*, 1891; *Jornal de Lisboa*, dezembro, 1898; *Jornal Unico*, fevereiro, 1884; *Julio de Andrade; Justiça*, maio, 1903; *Kermesse na Tapada d'Ajuda*, 29 maio, 1882; *Khi (O)*, 10 janeiro, 1891; *Ladrão (O)*, 1885; *Larga o Rabo!* 13 fevereiro, 1885; *Larga o Rabo!* 23 fevereiro, 1887; *Liga (A)*, fevereiro, 1905; *Lisboa Andaluzia*, março, 1885; *Lisboa-Club*, 29 maio, 1898; *Lisboa-Club (O)*, 4 outubro, 1903; *Lisboa-Créche*, 17 maio, 1884; *Lisboa-Torres Vedras*, 30 dezembro, 1886; *Lusitania*, 11 janeiro, 1890; *Lusitano*, 1890; *Lux-Charitas*, 1897; *Luz (A)*, 8 janeiro, 1900; *Magdaleão (O)*, 11 janeiro, 1890; *Manuel Casimiro*, 9 julho, 1899; *Manuel dos Santos*, 29 setembro, 1901; *Marianno (O)*, 6 março, 1887; *Marselheza (A)*, outubro, 1905; *Metallurgico (O)*, 1 maio, 1902; *Miliario de Hypocrates*, 8 março, 1899; *Monaco (A)*; *Mundo (O)*, 16 setembro, 1902; *Mutilados de Sacavem (Os)*, 1886; *Mutualista (O)*, 18 junho, 1902; *Nabo (O)*, 28 fevereiro, 1888; *Naja Saude!* 5 junho, 1904; *Natal (O)*, 25 novembro, 1901; *No Tejo*, janeiro, 1887; *92*, 1 julho, 1892; *Paço d'Arcos (O)*, 1898; *Papelaria Palhares (A)*, 10 agosto, 1904; *Para os pequeninos*, julho, 1885; *Parotida (A)*, 22 fevereiro, 1900; *Patria a Garrett (A)*, maio, 1901; *Pela Infancia (A)*, julho, 1901; *Peninsula (A)*, março, 1885; *Perola de Camões*, 1880; *Pimpão (O)*, 25 setembro, 1898; *Piné (O)*, 1895; *Pintor (O)*, 3 maio, 1891; *Por Ella*, 7 dezembro, 1903; *Portugal e Hespanha*, (1.º), 1885; *Portugal e Hespanha*, (2.º), 28 fevereiro, 1885; *Portugal Touriste*, setembro, 1906; *Praça da Figueira*, 15 junho, 1895; *Prece (A)*, abril, 1884; *1.º de Dezembro*, 1887; *1.º de Maio*, 1900; *Pró Justiça*, 1899; *Pró Saude*, 22 outubro, 1903; *Productor (O)*, 19 setembro, 1897; *Protecção ao Cego*, 19 março, 1904; *14 de Julho*, 1889; *Quinze de Agosto*, 1889; *15 de Agosto*, 1899; *Raphael Peixinho*, 18 julho, 1897; *Reporter (O)*, 1887; *Republica Franceza (A)*, outubro, 1905; *Restauração de Portugal*, 1886; *Revista Academica*, 1887; *Revista Camões*, 1880; *Rosa Engeitada*, 1901; *Salsa (O)*, 12 fevereiro, 1888; *Salsifré (O)*, 29 maio, 1884; *Salvé!* setembro, 1903; *Santo Antonio*, 1895; *Sarau (O)*, 12 março, 1902; *Saudação*, 2 fevereiro, 1896; *Seculo (O)*, 25 dezembro, 1895; *Sedulo (O)*, fevereiro, 1894; *Senefelder*, 1 fevereiro, 1885; *70 (O)*, março, 1889; *Serralheiro (O)*, 5 dezembro, 1897; *Simples (O)*, 1 novembro, 1895; *Theophilo Braga*, 1899; *Thomé (O)*, 28 maio, 1888; *Tomate (O)*, 1891; *Torneiro (O)*, 27 julho, 1902; *Torres Branco*, agosto, 1904; *Tourada*, 1900; *Trabalho (O)*, 15 agosto, 1889; *Tragedia (A)*, 13 janeiro, 1885; *Tribuna Republicana*, 1887; *Trincheira de Cacilhas (A)*, 18 setembro, 1893; *Trindade-Baquet*, março, 1888; *Troça (A)*, 1900; *Tuna (A)*, 25 dezembro, 1898; *Typographo (O)*, 18 setembro, 1904; *Typographos e Camões (Os)*, 1880; *Um feixe de pennas*, abril, 1885; *Variedades*, 6 março, 1887, *Verruma (A)*, 15 fevereiro, 1887; *Victoria*, 31 julho, 1898; *21 Setembro*, 1904; *Vivinha a saltar!*, março, 1904; *Voluntario (O)*, 18 outubro, 1902; *Voz do Evangelho (A)*, 1889; *Zé da Pala (O)*, 21 dezembro, 1893. Esta minuciosa lista do jornalismo lisbonense foi extrahida d'uns estudos ineditos, que gentilmente nos franqueou, como costuma, o nosso prezado collaborador d'esta especialidade bibliographica, sr. Sebastião da Silva Leal, infatigavel e devotado colleccionador de jornaes, cuja autoridade no assumpto se funda na importantissima e bem organisada collecção, que possue, e nos trabalhos que sobre ella tem elaborado.

Lisboa. Pov. na freg. do Salvador, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Lisboa de S. José. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Pousaflôres, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Lisboinha d'Além. Pov. na freg. de N. S.ª dos Martyres, de Serra do Bouro, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Lisbonina. Nome antigo das peças de ouro.

Lisga. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco.

Liteira. Cadeirinha portatil coberta e fechada, sustentada por meio de dois varões compridos que assentam sobre duas bestas, collocadas uma adeante e outra atraz. Serve para conducção de pessoas. A liteira é de origem oriental. Os persas tambem a usavam. O *Cantico dos canticos* descreve a liteira de Salomão, de cedro, ornada de ouro, de prata e mosaicos. Na Grecia, no se-

culo IX, era este luxo mais reservado ás mulheres; depois tambem os homens o usaram. As liteiras tinham quatro pés, e eram bastante compridas, para que o possuidor se pudesse ali deitar. Os romanos fizeram da liteira um uso muito mais geral, principalmente para viajar, porque nas cidades o poder sair de liteira constituiu um privilegio durante muito tempo. Em Portugal tiveram as liteiras grande voga, e não houve casa nobre que, pelo menos, não tivesse uma.

Liteiros. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Litem. V. *S. Simão de Litem* e *S. Thiago de Litem.*

Lithographia. Arte de traçar na pedra, a lapis ou á penna, planos, desenhos, etc., que pódem em seguida ser reproduzidos em papel, pano, etc., por meio da impressão. Foi descoberta em 1796 pelo bavaro Senefelder, introduzida em França desde 1806 a 1808, e antes do meado do seculo passado, em Portugal. Apezar de não ter attingido ainda aqui o desenvolvimento, que no estrangeiro tem obtido, por se oppôr a estreiteza do meio, comtudo ha trabalhos das principaes lithographias de Lisboa e do Porto, que muito honram os artistas d'esta especialidade. Ha na lithographia duas partes distinctas: uma artistica e outra mechanica ou industrial. O desenho a lapis na pedra firma a parte artistica. O impressor, lithographo que reproduz o desenho do artista, executa a parte mechanica ou industrial. Justino Guedes e Roque Gameiro deram grande impulso á lithographia em Portugal.

Litrella. Pov. na freg. de S. Thiago de Besteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Litura. O que está apagado n'uma escriptura, o que se riscou ou raspou n'um escripto e que por isso não ficou legivel.

Liturgia. Natureza e ordem das cerimonias e das orações de que se compõe o serviço divino. Foi designado pelo nome de liturgia na maioria das cidades gregas, e em particular em Athenas, o conjuncto das prestações de toda a ordem impostas aos cidadãos, obrigações cuja extensão e natureza variavam com a cifra das fortunas, e que tinham por fim supprimir a insufficiencia dos impostos, fazendo pezar exclusivamente sobre as classes mais ricas as despezas de certos serviços publicos. Depois da fundação do Christianismo, o termo *liturgia* foi applicado ao conjuncto das cerimonias do culto, e mais especialmente ás orações da missa. Nas linguas modernas tem uma accepção mais larga, e designa todos os ritos do culto publico E' n'este sentido que se dizem as *liturgias christãs*, e por uma extensão, um pouco arbitraria, as *liturgias pagãs*, a *liturgia mosaica*, etc. Todas as liturgias christãs concordam em que teem por base a presença real de Christo na Eucharistia, a efficacia sobrenatural dos sacramentos e a oração pelos mortos. Differem nas fórmas exteriores ou nas fórmulas de invocação. Em todas, a missa, considerada como um verdadeiro sacrificio, é o centro do culto publico.

Livra. Moeda. V. *Libra.*

Livração. Pov. na freg. de Santa Christina, de Toutosa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. Tem est. post. com serviço de encommendas, e est. do Caminho de Ferro na linha do Douro, entre as de Villa Meã e Marco de Canavezes.

Livramento. Logar da freg. de S. Pedro dos Grilhões da Azueira, conc. de Mafra, a 92 k. d'esta villa e a 40 de Lisboa. Existe n'este logar uma ermida de boa construcção dedicada a N. S.ª do Livramento, onde acodem romeiros de

Ermida do Livramento

bastante longe a celebrar as suas festas em honra de N. Senhora, com o maior luzimento A junta de parochia, a cargo de quem está á administração dos bens da ermida, manda celebrar no dia de Todos os Santos a festividade a que concorre muita gente das proximidades, indo ali no mesmo dia festejar os dois cirios principaes: o de Mafra e o de Fernandinho, logar da freguezia de S. Mamede da Ventosa, concelho de Torres Vedras. Pela mesma occasião ha uma grande feira, que dura tres dias. Antes do apparecimento de Nossa Senhora da Rocha em Carnaxide era esta ermida o centro de piedade a que acudiam os principaes devotos da capital e suburbios, a ponto de ter um rendimento consideravel só de esmolas. Depois do apparecimento de Nossa Senhora da Rocha enfraqueceu muito a concorrencia á capella do Livramento, que hoje tem um rendimento exiguo para o custeio do culto, mas que ali se conserva com a maior decencia. A data mais antiga que apparece no cartorio da parochia, e em inscripções da ermida, é a de 1657, sendo a data da fundação da freguezia muito mais antiga. Não havendo tombo, existe a tradição de que na Quinta das Lapas, no logar da Azueira, hoje pertencente a José Ribeiro Cecilio, viveram dois velhos ecclesiasticos, muito piedosos, que conservavam uma devoção extraordinaria á imagem que hoje se venera na sua ermida sob o titulo de Nossa Senhora do Livramento. Por aquelle tempo a peste invadiu a provincia da Extremadura de tal modo, que os povos recorreram á protecção divina para que d'elles afastasse o flagello. Os dois ecclesiasticos convidaram os moradores da freguezia da Azueira a que recorressem a protecção da Mãe de Deus, cuja imagem elles possuiam na sua Quinta das Lapas; ali acorreram não só os moradores da Azueira como dos logares visinhos, não soffrendo prejuizos com a peste. As freguezias distantes ao saberem isto reuniram tambem as suas orações, a ponto que os padres não podendo já suportar o incommodo causado pela grande concorrencia de devotos, fizeram transportar processionalmente a imagem de N. Senhora para a egreja parochial da Azueira, onde começou a ser invocada com o titulo de N. Senhora do Livramento. Foi tal a confiança dos povos na intercessão d'esta imagem, que principiaram ali a vir de longinquas freguezias com os seus cirios a festejal-a. Por devoção d'elles, se pediram esmolas para a construcção de uma sumptuosa ermida, exclusivamente consagrada ao culto d'esta imagem, construindo tambem casas que ainda hoje existem para commodo de todos os romeiros, que viessem ali pagar as suas promessas ou incorporados nos cirios. Existem tambem cocheiras para acommodação dos animaes em que se transportam os devotos. A ermida está bem conservada, fazendo-se ali todos os actos do culto com relativa grandeza. Por privilegio concedido pelos patriarchas de Lisboa fazem-se n'ella todos os actos parochiaes, menos os baptismos, por não haver lá pia baptismal. A nossa estampa representa a ermida e arraial no dia de Todos os Santos.

Livramento. Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Alcabidéche, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa; tem est. post. || S. Pedro, de Azueira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. (V. o *artigo anterior*). || Ilha da Madeira e distr. do Funchal: Santo Antão, de Caniço, conc. de Santa Cruz; N. S.ª do Monte, conc. do Funchal; N. S.ª da Luz e conc, de Ponta do Sol. || S. João Baptista e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || Pov. n a freg. de Rosto do Cão, na ilha de S. Miguel, conc., com. e distr. de Ponta Delgada; tem est. post. Cereaes, boa fructa e vinho. Pertence ao commando mil. dos Açôres e ao distr. de recrut. e res. n.º 26, com a séde em Ponta Delgada.

Livrança. Ordem de pagamento feita por escripto. V. *Cheque*.

Livraria. V. *Bibliotheca* (no *Portugal*, vol. II, pag. 335). Como ficou dito, no logar citado, a primeira livraria, ou bibliotheca, que houve em Portugal foi a de el rei D. João I, que seu filho D. Duarte augmentou muito. Seguiram-se as de D. Affonso V, D. Manuel, e mais tarde a de D. João IV. N'esta, que foi consumida pelo incendio subsequente ao terremoto de 1755, tinham entrado a do marquez de Castello Rodrigo, e, pela morte do infante D. Duarte, a que este deixara em Villa Viçosa, ao partir para a Allemanha. Enriquecida posteriormente com as repetidas acquisições do seu real dono, veio a tornar-se notabilissima, como é sabido, sendo uma das cousas que mais a recommendavam a sua abundante collecção de musicas, da qual existe impressa uma parte do catalogo. A livraria real occupava umas quatro casas nos paços da Ribeira; mas estava então mal accommodada e em pouca ordem. Continha umas sete mil obras. Depois d'ella as principaes eram, parece, a de D. Pedro de Alencastre, filho do duque de Aveiro, com sete mil volumes, a do 1.º marquez de Niza com tres mil obras. Além de outras, havia no seculo XVII, em Lisboa, as livrarias de fr. Izidro e de D. André, de alguns conventos e casas particulares. Pelos seus diplomatas, em serviço nos paizes estrangeiros, ordenavam os nossos monarchas as compras de manuscriptos e livros impressos com que opulentaram as suas livrarias. Damião de Goes mandou illuminar em Flandres alguns manuscriptos para o infante D. Fernando. D. João IV alcançou muitas obras pelas diligencias do referido 1.º marquez de Niza, que, em 1647, estando em Italia, fez adquirir em Veneza muitos livros, com esse destino. Para D. João V comprou o conde de Tarouca, em Vienna e na Haya, algumas obras apreciaveis. Para a conservação das livrarias fôram varios os expedientes que se adotaram. Nos primeiros tempos, em que os livros eram carissimos, estavam alguns de interesse geral presos com cadeias. Por sua carta de 18 de abril de 1426 (1388) ordenou D. João I que dois livros, que nessa data enviava á camara de Lisboa, fossem patentes ao exame dos interessados presos por uma cadeia bem grande e grossa. Seculos depois os possuidores de livrarias impetravam da Santa Sé breves de excommunhão contra quem d'ellas tirasse livros. Contam-se varios exemplos. Existem na Torre do Tombo os seguintes documentos: Uma sentença apostolica de excomunhão geral, publicada contra as pessoas que tivessem desviado alguns papeis do mesmo Real Archivo, de 12 de outubro de 1684; uma carta de excommunhão passada pelo nuncio, a instancias do escrivão do archivo Gaspar Alvares de Louzada, por faltarem n'elle muitos livros e documentos, em 14 de outubro de 1621. Nas fa-

milias, as livrarias eram vinculadas, a fim de evitar a sua dispersão, e algumas vezes se vinculava o exemplar d'uma unica obra, manuscripto precioso ou de grande valor estimativo. Com a Inquisição era difficil o constituirem-se boas livrarias. Poderosos fidalgos a custo alcançavam a graça da Curia de possuirem algumas obras por tempo limitado. As prorogações d'esses privilegios eram impedidas pelas normas inquisitoriaes. Com os seus familiares e servidores era mais tolerante a Inquisição, e d'ali o terem certos livros os fidalgos que eram familiares do Santo Officio. Breves apostolicos permittiam a posse e a leitura de livros prohibidos e a sua conservação nas livrarias. Em tempos mais modernos a censura exerceu grande violencia sobre a acquisição de livros, impedindo até a sua importação por intermedio dos livreiros. A lei de 30 de julho de 1795 era applicada com rigor pelos censores regios, mas o Desembargo do Paço ainda era mais exigente e intolerante em questões de religião e de Estado. Anteriormente ainda era peor, pois que o marquez de Pombal já modificara e substituira pelo Tribunal Regio da Censura os tres, que havia, do Estado, do prelado e da Inquisição. No seculo XVIII as livrarias particulares da capital e arredores soffreram muito com o terremoto. Constituiu-se então a livraria do palacio da Ajuda, com os livros que Barbosa Machado offerecera a el rei D. José, os quaes na sua maior parte fôram para o Brazil em 1807. Salvou-se do terremoto, entre outras, a livraria dos marquezes de Alegrete (V. *este nome*), que ainda hoje contém mais de dez mil volumes. A do conde da Ericeira, com a sua galeria de quadros, desappareceu no incendio. No seculo XIX, sendo extinctas as ordens religiosas, constituiram-se com os seus livros diversas bibliothecas publicas e privativas de escolas, academias, etc. *Bibliographia*: Catalogo da Livraria de D. Duarte, nas *Prosas da historia Genealogica da Casa Real*. *A Livraria Real, no tempo de D. Manuel* por Sousa Viterbo. *Catalogo da livraria de musica del rei D. João IV*, por Sousa Viterbo. *Mappa de Portugal* por B. de Castro, tomo II, pag. 350. *O primeiro Marquez de Niza*, noticias bibliographicas por José Ramos-Coelho.

Livreiro. No tempo dos manuscriptos denominava-se *livreiro* o escrevente que os copiava. Quando da letra de mão se passou á de imprensa denominava-se livreiro o encadernador, impressor e o mercador de livros, indistinctamente. O officio de livreiro foi sempre distincto dos outros officios mechanicos, como os impressores, moedeiros, etc., parecendo que nunca esteve sujeito ás bandeiras, embora tivesse delegado á Casa dos Vinte e Quatro. Os livreiros tinham no antigo regimen por padroeira a Santa Catharina, cuja festa celebravam com o maior esplendor, na respectiva igreja. Ainda hoje a celebram na freguezia da Lapa, de Lisboa. Na collecção dos regimentos dos officiaes mechanicos, reformados em 1572 por Duarte Nunes de Leão, existente no archivo municipal de Lisboa, encontra se tambem o dos livreiros. Em 23 de janeiro de 1733 foi approvado um novo regimento para este officio. Segundo uma estatistica de 1807 havia na capital 43 mestres livreiros com suas lojas. Os livreiros gozaram de varios privilegios. Dos de Coimbra eram quatro os privilegiados pela Universidade segundo o Estatuto de 1597, devendo ter as suas tendas muito bem providas de livros. A maior parte dos livreiros e impressores mais conhecidos em Portugal eram estrangeiros, que para aqui vieram exercer a sua arte. São bem conhecidos os appellidos Aillaud, Bertraud, Borel, Chardron, Craesbeck, Deslandes, Lallemant, Manescal, Morando, Moré, Reycend, Rolland, etc.

Livro. A historia interna do livro abrange as duas especies mais importantes, a do *manuscripto* e a do *impresso*. Em logar competente se encontram referidas e descriptas (V. *Manuscripto* e *Typographia*). Quanto á historia externa a encadernação fornece elementos interessantes. Assim, algumas vezes, nos cartorios os livros distinguiam-se pela côr do estofo da encadernação, se eram importantes os diplomas que continham e pela sua antiguidade. Na camara municipal de Lisboa era celebre o livro *carmezim;* na sé de Coimbra o livro *preto;* na camara do Porto o livro *verde*. Em tempos modernos, por extensão, tambem se designam por côres certos livos especiaes. ‖ *Livro azul*. E' dado este nome ao livro em que o governo inglez collige os documentos, e que é distribuido no parlamento. De todos esses volumes o mais conhecido em Portugal, e que especialmente se chama *livro azul*, é o que comprehende os documentos apresentados pelo gabinete S. James á camara dos communs em sessão de 9 de junho de 1847, e em que estava reunida a *Correspondencia diplomatica ácêrca dos negocios de Portugal*. Este livro versa todo sobre os acontecimentos politicos de Portugal desde o golpe de Estado de 6 de outubro de 1846 até quasi ao fim de maio de 1847. Esse volume do *Livro azul* produziu grande sensação entre nós, e d'elle existem varias traducções impressas no Porto e em Lisboa, sendo algumas additadas com mais documentos relativos á guerra civil, e em particular á intervenção armada estrangeira que pôz termo á lucta. ‖ *Livro branco;* nome dado ao livro em que o governo portuguez collige os documentos e que é distribuido no parlamento. ‖ *Livro vermelho*; similhante aos anteriores, e assim denominado em Hespanha. ‖ Outros pormenores da encadernação déram nome a alguns livros antigos. Na camara municipal de Lisboa, o *Livro dos Pregos*, por os ter nas capas. Na Torre do Tombo, o *Livro dos Copos*, que pertenceu á ordem de S. Thiago, tinha na capa a cruz de metal da forma dos copos d'uma espada. Na camara municipal de Coimbra o *Livro da correia*, o *livro das taboas vermelhas*; etc. Quanto á historia interna dos livros impressos, pode desde já citar-se que, além da prohibição geral para a impressão de todos os livros, sem que fôssem vistos pelas differentes censuras, do estado, do prelado da diocese e da Inquisição, livros havia que ainda careciam d'outra licença especial para se imprimirem. Eram os *Livros de linhagens* (carta regia de 31 de outubro de 1606) e os *Livros d'armas e familias*, que deviam ter licença do rei d'armas (alvará de 11 de maio de 1607).

Livro de Horas. Livro de orações a N. Senhora. Havia-os manuscriptos, illuminados, do mais alto valor. Podem ainda admirar-se: o que pertenceu a el-rei D. Duarte e que existe na Torre do Tombo (V. *Portugal*, vol. III, a pag. 955); o que pertenceu á rainha D. Leonor e que

se conserva no archivo da Imprensa Nacional, e um que se guarda na Casa Real. Do primeiro fizemos já menção n'esta obra no logar acima citado, reproduzindo uma das suas formosas illuminuras. Do segundo podem vêr se as reproducções d'algumas estampas na revista lisbonense *Arte Portugueza*, 1895, com artigo de D. José Pessanha. Do ultimo, fez Ramalho Ortigão uma interessante noticia descriptiva no *Catalogo da Sala d'El-Rei*, por occasião da exposição de arte sacra-ornamental em 1895. Archivaremos aqui algumas notas relativas a este manuscripto, que bem o merece: *Livro de Horas*, em latim, formato oitavo em finissimo pergaminho, obra dos principios do seculo XVI e talvez portugueza. As illuminuras, especialmente as do calendario representam diversas scenas da vida rural e n'essas copias do natural reconhece-se que os objectos representados são evidentemente portuguezes. A primeira pagina do gracioso manuscripto tem um disco de ouro illuminado no qual se vê o Creador governando um carro de guerra tirado a dois cavallos. Inferiormente lê-se a seguinte instrucção, escripta em portuguez: «Saberes que em este anno de 1517 anda o are numero em XVII começando na primeira cassa depois da cruz & dahi anda cada anno em hua cassa ate que chega a XIX. & tornares outra vez a contar I. II. III té chegar a XIX. e nam tem mais cõ conta.» Ha, ainda, outras indicações curiosas. Das suas cincoenta e oito paginas illuminadas devem mencionar se em especial o quadro da *Deus in adjutorium meum intende*, que representa a adoração dos reis magos. As tarjas d'esta pagina são decoradas com diversas moedas de ouro e prata: duas com as armas de Leão e Castella e dois *portuguezes* de D. João III, moeda esta que nos deixa estabelecer a chronologia da factura do livro, pois que indica o anno de 1538 em que foram cunhados. No principio das *Horas*, emmoldura o Evangelho de S. João uma vista, cheia de minucias, dos antigos paços da Ribeira e da Ribeira das náos. A mais formosa de todas as estampas é decerto a da pagina *Incipit officium sanctae crucis*; mostra o calvario e a triste scena rescende um profundo sentimento de dôr. Enquadra inferior e lateralmente esta suave composição uma tarja em angulo recto, que por si tem pequeninos quadrinhos representando os passos da Paixão. Em todas e especialmente n'estas illuminuras se revelam o talento e a habilidade do artista. Na pagina *ad missam Sanctae Mariae* a arvore de Jessé apresenta-nos a genealogia da Virgem. A pagina *Incipit officium mortuorum — Ad vesperas* mostra o enterro de D. Manuel, é admiravel: Vê-se o interior de uma egreja gothica, com armação funebre, da abobada estão suspensos os grandes galhardetes negros com as armas reaes portuguezas. Ao centro está a eça, a qual rodeiam uns monges com cirios accesos. Em volta d'esta illuminura central desfila o prestito funebre, apregoando o auto da morte, e a respectiva cerimonia da quebra dos escudos. O esquife é acompanhado de religiosos e cavalleiros cobertos de luto levando ao peito as cruzes de Christo e de Malta. A rua por onde passa o cortejo é bem alinhada, mostra enorme perspectiva e revela cuidadosa minucia. A scena representa de noite, de um luar triste que deixa vêr ao longe o Tejo. Além d'estas illuminuras ha mais outras illustrando as orações respectivas Ahi teem varios santos a sua imagem, e os santos portuguezes estão bem representados. Todas as letras iniciaes e capitaes são lindamente ornadas com aquelles elementos decorativos tão queridos dos illuminadores: os insectos, as aves e as florinhas. Manifestamente, este codice foi obra de portuguez ou portuguezes, artista eximio que produziu um dos mais formosos livros de Horas que se conhecem. Nas bibliothecas e archivos publicos se encontram numerosos exemplares de *Livros d'Horas*, manuscriptos illumiuados muito preciosos. Estes livros eram geralmente em latim e em francez, e até nas duas linguas, uma em cada columna. Havia-os escriptos em portuguez, mas era prohibido rezar por elles, a não ser que o possuidor tivesse breve apostolico para rezar por livros *em linguagem* e não em latim.

Lixa. Pov. na freg. de S. Miguel, de Borba de Godim, conc. de Felgueiras, distr do Porto, pertencendo uma parte á freg. do Salvador, de Villa Cova da Lixa, do mesmo conc. e distr. N'esta pov. faz-se uma feira annual, que foi approvada pela Junta Geral do distr. do Porto, em março de 1871. Em 3 de abril de 1834 houve aqui um renhido combate entre as tropas constitucionaes commandadas pelo general Torres, barão do Pique do Celleiro, e as tropas realistas do commando do general José Cardoso. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Covello, conc. de Gondomar, distr. do Porto. Entre esta pov. e a Villa Meã deu-se um combate contra os francezes em 16 de abril de 1809. Tem est. post. com serviço de encommendas. || S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Lixa do Alvão. Pov. na freg de S. Thiago, de Soutello de Aguiar, conc. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real.

Lixo. Pov. na freg. de Santa Leocadia, de Tamel, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Lixosa. Povoações nas freguezias: Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || S. Lourenço, conc. e distr. de Portalegre.

Liz. Familia antiga de Portugal, cujas armas são: sete bandas verdes em campo de ouro; timbre meio leão de ouro armado e bandado de verde. Temos nota de alguns individuos d'este appelido. Manuel de Liz foi correio da India, aonde em 1641 levou as cartas participando a acclamação de D. João IV. Os Liz Velho eram de Setubal e fôram escriptores. V. *Liz Velho*.

Liz Pov. na freg. de S. Thiago, de Infesta, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Rio do distr. de Leiria, que se fórma da juncção das duas ribeiras Córtes e Sirol; banha Leiria, e vae desaguar no Oceano junto de Vieira, com 25 k. de curso.

Lizei. Pov. na freg. do Salvador, de Trancozellos, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu.

Lizouros. Pov. na freg. de Santa Maria, de Cunha, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Llana Nome dado por Antonio de Nola á actual ilha do Sal, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental, por elle descoberta em 1460.

Lôa. Prologo ou introducção das composições

dramaticas antigas, destinado a captar a benevolencia dos espectadores. Qualquer discurso laudativo. Versos em louvor dos santos.

Loa. Pov. e sobado de N'Gonga-Muiuza, conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 2.ª divisão.

Loacho. Bahia do conc. de Dombe Grande, no distr. de Benguella, prov. de Angola. Desagua n'ella o rio S. Francisco ou Copororo, terminado ao N na ponta das Salinas, e ao S na da Equinina. || Pov. ou estabelecimento do conc. de Dombe Grande, no distr. e com. de Benguella, prov. e bisp. de Angola. Fica na costa da bahia de Loacho.

Loanda *(Districto de)*. Um dos seis districtos em que está dividida a provincia de Angola *(V. este nome)*, na Africa Occidental. Tem a sua séde na cidade de Loanda, capital da provincia. E' limitado ao N por uma linha que segue o rio Cugo, a encontrar se com o rio Cavali, por este rio e as suas vertentes comprehendidas entre Banza-Njumba e Mucacala, atravessando pela divisoria das aguas entre o Oceano e a bahia do Cuango, em direcção ao affluente do Loge, que passa entre Sala Sambo e Mahungo, d'onde segue pela margem esquerda do Loge até á costa; a E por uma linha que acompanha o rio Cuango, desde a embocadura do Cugo até ás suas origens, e d'aqui segue por Quibau e Cauene para Cauica; ao S pelo rio Mauhaugo para montante até á sua origem, cortando em seguida pela divisoria das aguas entre as bacias hydrographicas do Cuiba e Luaço com a do Loando, e, passando por Saudamba e Quimbolo, corta para O o Cuanza; atravessa então a Lemba em direcção á foz do Ca-Cuanza, affluente do Cutato, continuando na direcção do O até ao rio que nasce junto ao monte Luvundo e segue esse curso até á sua confluencia com o Cuvo, correndo por este para montante na distancia de 13 kilom., dobrando para SO até encontrar o rio Elonga, cujo curso segue, entrando no rio Tapado que desce ao mar; a O é limitado pelo Oceano Atlantico. O districto comprehende os seguintes concelhos: Loanda, Alto Dande (séde Caxito), Ambaca (séde Pemba), Ambriz, Barra do Bengo (séde Quifangondo), Barra do Dande (séde Forte da Barra), Cambambe (séde Dondo), Cazengo (séde Caculo, hoje Ndala Tando), Duque de Bragança, Encoge, Golungo Alto, Icolo e Bengo (séde Cabiri), Libollo (séde Cabullo), Novo Redondo, Massangano, Muxima, e Zenza do Golungo (séde Calugucmbo). E' a região mais povoada e decerto a mais importante provincia. O districto póde considerar-se dividido em duas zonas distinctas: a littoral e a montanhosa. A primeira, que abrange uma largura de 150 metros, é baixa e arida, com excepção das margens dos rios e dos valles, onde quasi sempre se encontra vegetação. N'esta parte as alturas maiores não excedem de 250 metros. A' proporção, porém, que se sóbe para o planalto central, mudam notavelmente as condições naturaes: a vegetação apresenta se luxuriante, o terreno, abundantemente regado, favorece a producção. O clima, em resultado d'estas diversas condições naturaes, é tambem muito differente na região do littoral e na região montanhosa. O clima do planalto é mais salubre. Tem o districto bastantes cursos d'agua, sendo alguns de grande importancia. Entre elles, encontram-se, de N para S, o Loge, Dande, Bengo, Cuanza e Cuvo. O Cuanza tem alguns affluentes importantes: o Lucala e o Luinha, na margem direita, e o Gango e Tamba na margem esquerda. A população prefere naturalmente os concelhos mais saudaveis e ferteis, e por isso é consideravel a differença de densidade d'ella entre os concelhos do littoral e os da região montanhosa. Alguns d'estes concelhos são notaveis pela grande actividade agricola e commercial. O commercio de Loanda e a grande exportação que se faz pelo porto d'esta cidade são pela maior parte alimentados pelos productos dos ferteis terrenos de Ambaca, Malange, Cazengo, Golungo-Alto e Massangano. Uma grande quantidade d'estes productos affluem ao rio Cuanza e por ahi a Loanda. A industria fabril é ainda rudimentar. Entre as varias tentativas feitas contam-se as do estabelecimento de fabricas de sabão, pregos, louças, etc., que fôram abandonadas pela falta de consumo. As salinas no Cacuaco teem prosperado. Nos mesmos terrenos existem pedreiras, d'onde se extrae cantaria e pedra para cal. O commercio de exportação consta de café, cera, ginguba, algodão, borracha, e gomma copal. O commercio de consumo local abrange milho, mandioca, feijão, etc. O commercio angolense tem passado diversas crises, tendo attingido grande incremento no decenio de 1886 a 1896. A agricultura, sob a direcção de europeus, começou em meados do seculo passado, criando-se diversas fazendas agricolas e distillações de canna sacharina na maior parte dos concelhos, as quaes, apezar da sua pouca prosperidade actual, demonstram a força de vontade e tenacidade dos seus iniciadores. As principaes culturas são o café, algodão, algum tabaco, e em ensaios o cacau e o fabrico do assucar.

Loanda *(Bahia de)*. Porto da cidade de Loanda. E' formada pela terra alta de barreiras avermelhadas e brancas, terminando no cimo em plataforma e que se estende desde o morro das Lagostas até ao morro de S. Miguel junto do qual descreve uma ligeira enseada. Fronteira á cidade está a Ilha de Loanda *(V. adeante)*, que lhe serve de quebra-mar, tornando o porto muito abrigado. No morro das Lagostas existe um pharol, e no baixo da ponta da ilha um pharolim, montado sobre uma torre de ferro, isolada, por estar rodeada de agua. O fundeadouro para navios de grande lotação é a NNE do Penedo. O fundo varia entre 7 e 2 metros. E' porto amplo, podendo conter 140 navios de alto bordo. Para reparações e limpezas de navios existe ali uma doca fluctuante.

Loanda *(Ilha de)*. Na costa occidental da Africa portugueza. E' quasi raza e de areia. A vegetação em tufos consta na sua maior parte de palmeiras e coqueiros. Tem cêrca de 13 kilom. de comprimento e 500 metros de largura. Está separada da ilha que fica ao S., pela barra da Corimba; alonga-se para o O da bahia de Loanda e por entre a barra da Corimba ao S e a fortaleza de S. Pedro ao N. Tem uma ermida, onde se diz missa. Na ilha está estabelecido o deposito da estação naval de Angola, o qual se compõe de deposito de mantimentos e sobresalentes, officinas e casa d'habitação do commandante da divisão naval. Modernamente foi tambem ali construido um lazareto. Ao S ha uma fabrica de telha

e tijolo, que se consome nas edificações em volta do deposito. O resto são palhotas de pescadores, principaes habitantes da ilha. Era defendida antigamente por um forte, que já não existe, denominado de Nossa Senhora da Flôr da Rosa, sobre um banco arenoso, distante da ilha 2 kilom., e que se diz ter feito parte d'ella. Esta ilha fazia parte dos dominios do rei do Congo e chamavam-lhe a ilha do Dinheiro, por ser nella que se vinham aprovisionar de buzios miudinhos, que serviam de moeda corrente no interior. Foi descoberta por Diogo Cão, sendo a primeira terra do Congo que o illustre capitão Paulo Dias de Novaes pizou, apossando-se d'ella em 1575, apezar de já ali viverem alguns portuguezes idos do Congo. Em volta da ilha abunda o peixe de differentes qualidades.

Loanda *(S. Paulo da Assumpção de)*. Cidade, capital da provincia de Angola, séde do districto de Loanda. Está situada á beira do Oceano Atlantico, e vista do mar apresenta-se em amphitheatro, sendo o seu porto magnifico. Acha-se edificada, parte na orla do terreno arenoso banhado pelo Oceano, parte em terreno mais elevado, sendo a primeira a cidade baixa, e a segunda a cidade alta, tendo estas mesmas designações os respectivos bairros. Divide-se em quatro freguezias: Nossa Senhora do Carmo, Remedios, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora do Cabo. Loanda foi primitivamente uma pequena povoação que Paulo Dias de Novaes, neto de Bartholomeu Dias, fundou em 1575. Entrando no porto, conquistou uma porção de terreno, e sob a invocação de S. Sebastião lançou os alicerces da primeira egreja da provincia de Angola. A povoação foi feita cidade em 1605, tendo os fóros de villa desde a sua fundação. Em 1626 foi trasladada para a cidade de S. Paulo de Loanda a sé do Congo, que fôra instituida por bulla de 13 de junho de 1597. O edificio da sé caiu em ruinas. O nome de *S. Paulo da Assumpção de Loanda*, com que se accresceutou o da cidade, provém da grande victoria que em 15 de agosto de 1648 alcançou Salvador Correia contra os hollandezes, restaurando na provincia o dominio portuguez. Em 1641 as tropas d'uma esquadra hollandeza atacaram e tomaram a cidade em 24 de agosto d'aquelle anno. Os hollandezes fôram auxiliados na façanha pela gente dos reis do Congo, Dongo e rainha Matamba. A 15 de agosto de 1648 uma frota portugueza, commandada por Salvador Correia de Sá Benevides, vinda do Rio de Janeiro, vingou a bandeira das quinas, anniquilou os audaciosos aventureiros e castigou severamente a traição dos réis indigenas. O do Congo teve de ceder immediatamente a ilha de Loanda; o do Dongo viu os seus territorios incorporados na provincia de Angola e foi morto por Luiz Lopes de Sequeira no ataque e conquista das Pedras de Pungo Andongo; a rainha Matamba tambem teve de ceder parte dos seus dominios. O rei do Dongo usava o appellido de An Gola, estendia os seus territorios por toda a região entre o Loge e o Cuanza; ao N confrontava com reino do Congo e ao S com o reino de Benguella. Os dominios que teve de ceder ficavam na parte media, entre o Lucalla e o Cuanza, correspondendo, pouco mais ou menos, ao actual concelho de Pungo-Andongo. A bahia de Loanda está comprehendida entre as pontas de S. Miguel e da Mãe Izabel. Na primeira ergue-se a fortaleza de S. Miguel, e para o norte da ponta da Mãe Izabel, n'uma pequena costa, está a fortaleza do Penedo. Desde a orla do mar ao Penedo até á base da escarpa do morro de S. Miguel comprehende-se a cidade baixa. Partindo de N para S encontra se primeiro a estação principal do caminho de ferro, seus depositos, armazens e officinas, a egreja da Nazareth, o mercado, alfandega, capitania dos portos da provincia, correio e telegrapho, administração do concelho, quartel da policia, direcção e officinas das obras publicas a praça de Pedro Alexandrino, onde está erigida a estatua de Pedro Alexandrino; a E d'esta praça corre a rua Salvador Correia, quasi parallela á bahia, ficando tambem quasi em frente d'aquella praça a egreja parochial dos Remedios No extremo da rua fica o edificio do Terreiro. No largo D Rosa está a egreja parochial do Carmo. Notam-se ainda, na parte baixa da cidade, a doca e plano inclinado, pertencente á companhia dos vapores de navegação do rio Cuanza, a ponte de desembarque, ponte da alfandega com guindaste a vapor, e ainda outras particulares que se encontram na margem da cidade baixa. Proximo do Penedo está a ponte do caminho de ferro, onde tambem se encontram os depositos de carvão. A parte restante da cidade baixa prolonga se para o interior, mas o terreno vae-se elevando. E' o bairro indigena das Ingombotas, que foi cortado pela linha ferrea. Aqui, proximo da egreja do Carmo, está em construcção o edificio para os paços do concelho. A cidade baixa communica com a alta pelas calçadas antigas, ingremes, do Possolle, do Pelourinho e das Cruzes, e duas mais modernas. A cidade baixa é puramente commercial e a par dos edificios, acima indicados, existem estaleiros, depositos de carvão e de madeiras. Defronte da alfandega está a succursal do Banco Nacional Ultramarino. A seguir á fortaleza de S. Miguel, encontram-se o observatorio, o quartel militar, o palacio do governo e do bispo, a escola d'artes e officios, a relação e a repartição de fazenda. Os palacios do governo e do bispo ficam na praça D. Pedro V, onde está erigida a estatua a Salvador Correia, ficando contiguo a esta praça o jardim publico, com um coreto e um tanque. A léste da praça existe a egreja da Misericordia, que foi reedificada depois de um incendio, que a destruiu, e mais adeante o hospital D. Maria Pia, edificio que deve ser descripto mais especialmente. Ainda na mesma direcção se encontra a abegoaria municipal e a estação do caminho de ferro denominada da cidade alta. A calçada das Cruzes vae dar a um alto, onde fica o cemiterio, que se avista do mar a grande distancia Loanda está ligada a Ambaca, por um caminho de ferro com o percurso de 364 kilometros. Ha um comboio diario, que transpõe aquella distancia em dois dias, pois a sua velocidade é de 16 a 20 kil. por hora, e não viaja de noite, passando a na estação de Zenza, onde o comboio descendente tambem tambem pernoita. As aguas que abastecem a cidade são captadas a juzante da povoação Quifangondo. Nos arrabaldes ha muitas casas de habitação sobre o planalto São umas casas de campo, onde se vive todo o anno, outras teem hortas que fornecem Loanda de algumas hortaliças e fructos N'este arrabalde se construiu

um sanatorio para tuberculosos. Loanda abunda de peixe, que se encontra nas proximidades da costa. Ha em Loanda o tribunal da Relação, tendo a comarca duas varas, com um juiz de direito cada uma. E' aqui a séde do bispado de Angola e Congo, suffraganeo da provincia ecclesiastica lisbonense Tem direcções de obras publicas, alfandega, serviço de saude, imprensa nacional, capitania dos portos, etc. Loanda está ligada á metropole por um cabo telegraphico submarino; tem uma rede telephonica para particulares e repartições publicas. A linha telegraphica do caminho de ferro serve as estações, ramificando-se tambem para varias povoações importantes. Por seu intermedio está ligado o Ambriz a Santo Antonio do Zaire. O observatorio meteorologico e magnetico da cidade de Loanda está estabelecido n'uma torre de forma quadrangular, pertencente ás ruinas da antiga sé de Loanda, situada na parte mais elevada da cidade, a 800 metros ao S do morro S. Miguel. A installação regular d'este observatorio data de 1879. A altitude da varanda do edificio é de 66,m31; a distancia ao mar de 187 metros; a altura da varanda sobre o solo, 20 metros. No vertice do angulo SE da varanda da torre eleva-se um mastro de ferro de 7 metros de altura, ao longo do qual sobe um balão de forma espherica, de 1m,10 de diametro, destinado a indicar, no momento da sua queda, a 1 hora, tempo medio de Loanda. Coordenadas do mastro 8° 48' 45"=S; longitude, 13.° 13' 15"=E de Greenwich. Este observatorio é um estabelecimento importante, o unico, talvez, em toda a Africa Occidental, tendo postos subordinados. Acha se provido de numerosos instrumentos e tem um director proficiente. Outro estabelecimento de que se orgulha Loanda é o Hospital de D. Maria Pia, aberto em 1883. O primeiro hospital de Loanda deve-se ao primeiro bispo de Angola (depois da mudança da sé, D. Frei Simão de Mascarenhas, que em 1626, seguindo os caritativos exemplos do padre Contreiras, confessor da rainha D Leonor, fundou a *Misericordia de Loanda,* dotando a rasoavelmente. O hospital foi progredindo, a ponto que em 1703, sendo governador Bernardo Tavares, foi ordenado ao physico mór da provincia que ensinassem medicina. Em 1770 o antigo edificio foi completamente reedificado pelo zelosissimo governador D. Francisco Innocencio de Sousa Coutinho, soffrendo ulteriores reparos em 1817, 1824 e 1861. Apesar d'esta série de reconstrucções e reparos, o edificio era insufficiente para hospital, não só por demasiado acanhado, mas por impossivel limpeza. O novo Hospital D Maria Pia, mandado levantar no cêrca do collegio de S. José, foi começado a construir em 1875, tendo se gasto em estudos o tempo que vae de 25 de fevereiro de 1864, data da remessa dos primeiros planos ao governador Baptista de Andrade, até á apresentação do projecto definitivo de Claudio José de Sousa e Faro, approvado e mandado executar pelo ministro da marinha João de Andrade Corvo. O edificio occupa uma area de 12:200 metros quadros e é constituido por 10 pavilhões, collocados symetricamente por grupos de 2, perpendiculares a um corredor central. Entre estes pavilhões, que compõem o edificio principal, ha intervallos ajardinados. Afóra isto, ha um grupo de dependencias formado pela capella, casa mortuaria e de autopsias e um outro grupo formado pela cozinha, enfermaria particular, prisão, lavandaria e desinfecção O primeiro grupo do edificio principal tem um comprimento de 93 metros e é destinado ao atrio da pharmacia, secretaria, salas da junta de saude e de operações, residencia do director e do primeiro pharmaceutico. O segundo grupo comprehende dois pavilhões: um para os quartos particulares e outro para laboratorio de analyses clinicas, radiographia e habitação das irmãs hospitaleiras. O terceiro grupo tem uma enfermaria para mulheres e outra de medicina para europeus. O quarto grupo é formado por uma enfermaria de medicina de europeus e outra de medicina de indigenas. O quinto grupo aloja duas enfermarias de cirurgia, sendo uma para europeus e outra para indigenas Como annexos d'este quinto grupo, estão uns quartos para delirantes e a sala de hydrotherapia Loanda tem por brazão d'armas um escudo bipartido com

Loanda—Cidade alta

a imagem de Nossa Senhora da Conceição da parte direita, em campo azul, e a de S. Paulo á esquerda em campo vermelho. Este brazão é anterior á restauração de Angola por Salvador Correia (*V. Angola*). Nossa Senhora da Conceição é o orago da sé, e S. Paulo o patrono da cidade. A defeza de Loanda é feita, pelo lado de terra, com uma linha de guarda-barreiras, construida em 1817; e pelo lado do mar por tres fortalezas e dois fortes. A fortaleza de S. Miguel deve a sua primeira fundação a Paulo Dias de Novaes, e a segunda ao governador Vasconcellos da Cunha, 1638. No seculo XVIII foi reedificada e melhorada. A fortaleza de S. Pedro está situada sobre o morro da Cassandama. Foi começada em 1703 e acabada em 1756. A fortaleza de S. Francisco, do Penedo, é a chave do porto de Loanda; a sua construcção data de 1687, e sendo ampliada em 1765 pelo governador D. Francisco de Sousa Coutinho, ficou chamando-se assim, em sua honra. ‖ *Jornaes de Loanda*: *Annunciador*, 1884; *Arauto Africano*, 17 março, 1889; *Aurora (A)*, 1856, o primeiro jornal propriamente dito, aqui publicado; *Bofetadas*, 24 outubro, 1894; *Boletim da Associação Commercial de Loanda*, 22 outubro, 1893, ha muito cessou a sua publicação; *Boletim Official da Provincia de Angola*, 13 setembro, 1845, em publicação, dezembro, 1907; *Boletim da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Geographicos Africanos*, janeiro, 1881; *Civilisação da Africa Portugueza*, 6 dezembro, 1866 a 26 setembro, 1869; *Commercio de Angola*, 12 julho, 1892; *Commercio de Loanda*, 18 setembro, 1867; *Correio de Loanda*, 1 janeiro, 1890; *Correspondencia de Angola*, 29 junho, 1875; *Cruzeiro do Sul (O)*, 16 junho, 1873, em 1889 ainda se publicava; *Defeza de Angola (A)*, 8 outubro, 1903, em publicação, dezembro, 1907; *Desastre (O)*, 30 setembro, 1889, já ha muito se que não publica; *Exercito Ultramarino*, 10 novembro, 1887, em 1889 ainda se publicava; *Echo de Angola (O)*, 1881, *Foguete (O) (?)*, 1888; *Folha de Loanda (A)*, 21 novembro, 1889; *Futuro de Angola (O)*, 9 março, 1882, em 1889 ainda se publicava; *Imparcial (O)*, 26 abril 1894; *Imparcial (O)*, 20 maio, 1888; *Jornal de Loanda*, junho, 1878; *Luz e Crença*, 1904; *Mercantil*, 1869, em 1889 ainda se publicava; *Muen Exi*, 2 junho, 1889; *Pharol do Povo (?)*, 1883; *Policia Africano (O)*, 3 fevereiro, 1890; *Provincia (A)*, 3 setembro, 1893; *Rei Guilherme (O)*, 9 outubro, 1886; *Revista de Loanda*, 1 abril, 1896; *Sant'Elmo*, 1896; *Serrão (O)*, 10 setembro, 1886; *Ultramar*, 1882, em 1889 ainda se publicava; *União Africo Portugueza (A)*, 6 maio a dezembro, 1882; *Verdade (A)*, 12 fevereiro, 1882 a outubro, 1888; *Voz de Angola*, 1908. Numeros unicos: *Angola a Capello e Ivens*, setembro, 1885; *Galeria Africana*, 5 setembro, 1893; *Portugal Africa*, 1890.

Loanda—Monumento a Salvador Correia

Loanda. Pov. no sobado de Unze, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. Está situada no caminho do Zumbo. ‖ Pov. do conc. do Ambrizete, distr. do Congo, prov. de Angola. Pertence á div. do Quinzau. ‖ Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola. Pertence á div. de Quissanga.

Loango. Região na costa d'Africa Occidental, comprehendida entre o cabo Lopo Gonçalves ao norte e o rio Chiloango ao sul. O rei indigena d'este territorio tinha como vassallos os reis de Cacongo e Cabinda, pagando estes os tributos do costume. Toda esta costa foi n'outro tempo muito povoada de feitorias de diversas nacionalidades, quando o trafico da escravatura estava no seu auge. Quando a escravatura foi reprimida não diminuiu o numero de feitorias, antes pelo contrario augmentou e começaram ellas a commerciar com os indigenas, permutando azeite de palma, coconote, borracha e marfim por mercadorias europeias. Predominou sempre aqui o elemento portuguez, vendo-se as feitorias das diversas nacionalidades obrigadas a terem empregados portuguezes, pois fôram sempre estes os que mais se relacionaram com os indigenas, e elles por seu lado só procuravam feitorias onde houvesse portuguezes. As feitorias portuguezas

existiram sempre em grande numero, e por vezes fôram os nossos navios de guerra obrigados a intervir nas questões suscitadas entre europeus sem distincção de nacionalidade e indigenas em toda a costa do Loango. Apezar de em 1883 os indigenas da vasta região terem pedido o protectorado de Portugal, foi o Loango occupado pelos francezes, a titulo de que tendo o explorador Brazza occupado a margem direita do lado Stanleypool, precisavam ter na costa um porto que lhes désse accesso directo para aquelle lago. Por isso o Loango faz hoje parte do Congo francez, sendo a sua frouteira S com o territorio portuguez na costa, o rio Massabi. Apezar do Loango estar na posse dos francezes ha um quarto de seculo, ainda os indigenas só falam, afóra a sua lingua, o portuguez.

Loango. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola. Pertence á div. do Mussuco.

Loba. Veste roçagante antiga; tunica aberta usada como trajo escholastico. Béca, batina ou samarra ecclesiastica.

Loba. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Aborim, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, de Gafanhoeira, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Lobaco. Pov. do sobado de Quimalo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Lobagueira. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Couto de Cima, conc. e distr de Vizeu. || Santa Maria, de Covas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Engracia de Rio Covo, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Lobagueira de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Suzana, de Maxial, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Lobameã. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Bico, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Lobão. Familia, cujas armas são: Em campo de ouro cinco flôres de liz azues postas em aspa com uma orla verde, e n'ella cinco lobos de ouro postos á sua direita; elmo de prata aberto; timbre, um lobo de ouro com uma flôr de liz do escudo na espadua.

Lobão *(Manuel de Almeida Sousa de)*. V. *Sousa de Lobão.*

Lobão. Pov. e freg. de S. Julião, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Tondella, distr. e bisp. de Vizeu, 399 fog. e 1803 hab. Tem esc. d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada na estrada que vae de Tondella a Vizeu, entre veigas ferteis e muito apraziveis. Corre-lhe proximo a ribeira de Asnes. O parocho é vigario, que o real padroado apresentava, o qual tinha de rendimento 40$000 réis e o pé d'altar. Lobão foi villa. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. da Feira, distr. de Aveiro, bisp. do Porto. Tem esc. do sexo masculino e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 9 k. da séde do conc. O cura era apresentado pelo reitor de S. Pedro de Canedo, e tinha de rendimento 180$000 réis. A egreja matriz é muito boa, tendo uma elegante e elevada torre. A terra é muito fertil. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. || Pov. na freg de S. Bartholomeu, do Rego, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Lobas. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Luz, de Gaula, conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal.

Lobases. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Lobata *(João Antonio de Macedo Araujo e Costa, 1.º barão, 1.º visconde e 1.º conde de)*. Fidalgo da Casa Real, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, commendador da ordem de Christo, proprietario no concelho de Moimenta da Beira. Era filho de Joaquim José da Costa Araujo, fidalgo cavalleiro por alvará de 11 de fevereiro de 1870, e de sua mulher, D. Maria Delfina de Macedo. O sr. conde de Lobata casou em Fornos d'Algodres, a 11 de agosto de 1881, com D. Maria José d'Abreu Castello Branco, filha do 2.º conde de Fornos d'Algodres, e viuva de seu tio, irmão de seu pae, o 1.º conde d'este titulo. Tem a data de 26 de dezembro de 1878 o decreto que o agraciou com o titulo de barão; 17 de março de 1881 o que o elevou a visconde, e 1 de julho de 1886 ao de conde.

Lobata. Povoações nas freguezias: S. Thiago e S. Matheus, e conc. do Sardoal, distr. de Santarem. || S. João, de Villa Boa, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Lobatas. Pov. na freg. de N. S.ª do Monte Sião, de Amora, conc. de Seixal, distr. de Lisboa. || Quinta no mesmo logar, fundada talvez por Pedro Anues Lobato no seculo XIV, e na qual se encontra estabelecida uma fabrica de vidros. A especialidade do fabrico são as garrafas e garrafões. A fabrica das Lobatas emprega 350 operarios, comprehendendo mulheres e crianças. Dotada de todos os melhoramentos, produz perto de 90:000 garrafas por semana e cêrca de 70:000 garrafões por anno, tendo, além do forno Siemens em laboração, mais dois em construcção, para vidros de varias côres. A primeira fabrica de vidros da Amora começou a funccionar em 11 de setembro de 1888, sendo a sociedade formada pelos srs. James Gilman, Justino Guedes, William Gilman e José L. da Silva Gomes, e a fabrica estabelecida na vasta quinta das Lobatas, propriedade d'este ultimo. (V. *Amora*, vol. I do *Portugal*, pag. 451, col. 2.ª). Por não haver em Portugal operarios especialistas, fôram elles contratados em Inglaterra. Por occasião do *ultimatum* fôram estes repatriados e a fabrica fechou. Formou-se depois uma sociedade anonyma, de que é principal accionista o dr. Antonio Centeno, e vieram operarios allemães e belgas, voltando a fabrica a funccionar em 2 de julho de 1890. Desde então desenvolveu-se extraordinariamente, sob a direcção do engenheiro technico sr. José Maria Alvares e do mestre Jean Driés, suisso.

Lobatinhos Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Lobato. Familia da Galliza. Tem por armas: Em campo vermelho tres castellos de prata em roquete, orla de ouro com oito lobos de negro; timbre um castello, e saindo do alto da torre do meio um dos lobos.

Lobato (*Antonio José dos Reis*). Cavalleiro da ordem de Christo, bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, etc. Ignora-se a sua naturalidade, e as datas do seu nascimento e fallecimento, mas julga-se que em 1804 já não existia. Escreveu: *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza, composta e offerecida ao Ill.mo e Ex.mo Sr. Sebastião José de Carvalho e Mello, Marquez de Pombal*, etc., Lisboa, 1770; houve outra edição em 1771, sendo depois muitas vezes reimpressa. Por alvará de 30 de setembro de 1770 foi ordenado aos mestres da lingua latina, quando recebessem nas suas classes os discipulos, os instruissem previamente pelo tempo de seis mezes, se tantos fôssem necessarios, na *grammatica portugueza composta por Antonio José dos Reis Lobato*, pelo *methodo, clareza, e boa ordem com que era feita*. Reis Lobato escreveu mais: *Elogio ao Ill.mo e Ex.mo Sr. Sebastião José de Carvalho e Mello, Marquez de Pombal*, etc., *no dia dos seus felices annos*, Lisboa, 1773.

Lobato (*Estevão*). Guarda-roupa de el rei D. Pedro I, desde o tempo de ser infante. Foi um dos signatarios no instrumento de testemunhas, que para prova da validade do casamento com D. Ignez de Castro, D. Pedro fez publicar em Coimbra, em 1360, terceiro anno do seu reinado. Estevão Lobato era filho de Pero, ou Pedro Esteves, um dos senhores que assistiram em Santarem, a 18 de novembro de 1319, ao auto da acceitação da bulla do papa João XXII, por que se erigiu a ordem de Christo; foi tambem secretario de el-rei D. Pedro I, e vedor da casa de D Pedro, conde de Barcellos. Sua mãe chamava-se Margarida Eannes. Era terceiro neto paterno de D. Vasco Lobato, fidalgo da Galliza, senhor do couto de Melan, que viera a Portugal no reinado de D. Sancho II, ou no de D. Affonso III.

Lobato (*Gervasio Jorge Gonçalves*). Segundo official da secretaria do reino, professor de declamação na escola dramatica do Conservatorio Real de Lisboa, escriptor dramatico, jornalista, etc. N. em Lisboa a 23 de abril de 1850, onde tambem fal. a 26 de maio de 1895. Era filho de Gervasio Gonçalves Lobato, official maior da secretaria de marinha, e de sua mulher, D. Maria das Dôres Leite Lobato Fez os estudos preparatorios do lyceu, e destinando-se á carreira diplomatica, frequentou o Curso Superior de Letras, que completou em dois annos, e a cadeira de Direito Internacional na Escola Naval. Sempre muito dedicado á litteratura, e com especialidade ao theatro, abandonou os estudos, e trocou a perspectiva d'um futuro consulado ou d'uma futura embaixada pela cultura das letras. Aos 15 annos já se preoccupava com o jornalismo, e juntamente com alguns condiscipulos, fundou um jornal litterario, intitulado a *Voz Academica*. Pouco tempo depois publicou o seu primeiro folhetim no *Diario Popular*, versando sobre *litteratura feminina*, a pretexto do livro *Primavera de mulher*, da conhecida escriptora D. Maria Amalia Vaz de Carvalho, e de um estudo, que sobre este poema publicou D. Anna Ribeiro de Sá. Foi depois assiduo collaborador do *Braz Tizana*. Além dos dois jornaes citados, collaborou nos seguintes, sendo em alguns d'elles redactor: *Gazeta de Portugal, Diario Popular, Gazeta Litteraria, Recreio, Jornal da Noite, Diario Illustrado, Pan, Progresso, Correio da Noite, Reporter, Pimpão, Figaro. Paiz, Jornal do Domingo, Seculo, Diario de Noticias, Occidente*, onde escreveu a *Chronica Occidental* até á data do seu falleeimento. O primeiro jornal, em que Gervasio Lobato entrou, como redactor, foi o *Jornal da Noite*, sendo ao mesmo tempo seu fundador com Teixeira de Vasconcellos, visconde de Paiva Manso, Rangel de Lima, Ferreira de Mesquita, Emauz Gonçalves, Ernesto Severo dos Anjos, Calvet Magalhães e Santos Nazareth. Fundou, com Pinheiro Chagas, o jornal *A Discussão*, que depois tomou o nome de *Diario da Manhã*, e mais tarde o de *Correio da Manhã*. Em 1875 fundou *O Contemporaneo*, com Salvador Marques, Sousa Bastos e Pedro Vidoeira. Dedicando-se ao theatro, apresentou o seu primeiro trabalho, a comedia em 1 acto, *O Rapto d'um noivo*, de collaboração com Maximiliano de Azevedo, em que só entravam duas figuras, a qual se represen-

Gervasio Jorge Gonçalves Lobato

tou no theatro de D. Maria II. Seguiram se no Gymnasio duas comedias originaes: *No Campo*, em 1 acto, e *Debaixo da mascara*, em 3 actos. Desde então fôram numerosas as producções que appareceram em todos os theatros, tanto originaes como traducções e imitações. Citaremos as seguintes, além das já mencionadas: Originaes: em 4 actos: *Diz se*, *As Medicas*, de collaboração com Fernando Caldeira; *O Commissario de policia*, *As Noivas do Eneas*; em 3 actos: *Medicina de Balzac, Sua Excellencia, Em boa hora o diga*; as operetas, de collaboração com D. João da Camara, e musica de Cyriaco Cardoso: *O Burro do sr. Alcaide, O Solar dos Barrigas, Cócó, Reineta e Facada*, o *Testamento da Velha*, e *O Valete de copas*, magica; em 2 actos: *Segu. s de vida*; em 1 acto: *Grotescos, A Condessa Heloisa, A Burgueza, O Zé Palonso*, de collaboração com D. João da Camara e Lopes de Mendonça; *O tio Rufino, As manas Felgueiras, Os Annos da Menina*, e *O ensaio da festa*, *O festim de Balthazar*,

comedia escripta para uma recita de caridade, que se realisou no theatro de S Carlos, e representada pelos primeiros actores portuguezes. El rei D. Carlos assistiu á representação, e chamando ao camarote Gervasio Lobato, agraciou o com o officialato da ordem de S. Thiago, lançando-lhe elle proprio ao pescoço o collar distinctivo. As traducções são as seguintes: *Tio Celestino*, *Miss Helyett*, *Kikirikokambo (Rei Coco)*, *Condecorado*, *A Doutora*, *Ferias do casamento*, *Nitouche*, *Cocord e Bicoquet*, *Cossaca*, *Alfaiate de senhoras*, *Durand Durand*. *Dr. Jojó*, *O deputado de Bombignac*, *Homem da Bomba*, *Tres mulheres para um marido*, *Rei de ouros*, *Lili*, *Collegio de meninas*, *Patija da primavera*, *Comboio de recreio*, *Mulheres carraças*, *Sergio Pannine*, *Vida infernal*, *Naná*, *Marido da debutante*, *Cerco ao tio*, *Não se deve dizer*, *Dinheiro do anão*, *João Bundry*, *Filho de Coralia*, *Bigamo*, *Coupé 117*, *Radiante*, *Niniche*, *Cabeça de vento*, *Edade ingrata*, *Rua da Paz 115*, *Mulher do papá*, *Marido no campo*, *Sociedade onde a gente se aborrece*, *Voz do sangue*, *Armario das afflicções*, *Grande Casimiro*, *Amigo dos diabos*, *Tres chapéos*, *Almas do outro mundo*, *Fernando o Felizardo*, *O primeiro marido da França*, *A gralha*, *O mestre de armas*, *A Familia Mougrol* em sociedade com Maximiliano de Azevedo, etc. A maior parte das suas peças foi representada no Gymnasio Gervasio Lobato tambem escreveu os seguintes romances: *A Comedia de Lisboa*, *A Primeira confessada*, *Lisboa em camisa*, *Os Invisiveis de Lisboa*, *Os Mysterios do Porto*, *A Comedia do theatro*, *O Grande circo*, e de collaboração com Jayme Victor: *Os dramas de Africa* e *Jack o Estripador* Tambem collaborou n'uma historia de Portugal, escrevendo um volume. Quando falleceu, andava traduzindo a peça franceza *Champignol*, e preparava-se para escrever um romance historico para a empresa editora Mello de Azevedo & C.ª

Lobato *(Pedro Annes)*. Fidalgo, que viveu durante os reinados de D. Fernando, D. João I, D. Duarte e D. Affonso V. N. em Santarem, e fal. em Lisboa, em edade muito avançada. Era filho primogenito de Estevão Lobato, guarda-roupa de D. Pedro I. No tempo d'el rei D. Fernando foi, entre outros fidalgos, nomeado para vassallo do conde de Barcellos, D. João Affonso Tello de Menezes, irmão da rainha D. Leonor Telles, a quem prestou muitos serviços, como o de se offerecer em Rio Maior, e depois em Lisboa, para effeito de dar a morte ao conde João Fernandes de Andeiro. Teve por irmãos Estevão Annes Lobato e João Lobato, e com elles veiu ao cêrco de Lisboa em 1384. Esteve na batalha de Aljubarrota, sendo, antes d'ella começar, armado cavalleiro por D. João I; distinguiu se muito no combate pelo seu valor, e foi companheiro inseparavel do condestavel D. Nuno Alvares Pereira, sob cuja bandeira sempre militou. Quando D. Nuno passou ao Alemtejo, e pediu conselheiros com quem deliberasse sobre os negocios da guerra, os cavalleiros do partido de Lisboa o elegeram, pela grande confiança que d'elle faziam, juntamente com João Vasques d'Almada e Affonso Pires da Charneca, assim como os de Evora fizeram a outros seus patriotas. Tambem tomou parte na conquista de Ceuta, indo como capitão d'uma nau, na armada que foi para essa expedição. Na jornada de Tanger não entrou em combate, mas serviu com a experiencia e grande conhecimento da arte da guerra, offerecendo a el-rei D. Duarte um livro, que elle approvou, e deu ao infante D. Henrique, aconselhando-o, que sempre o consultasse para o bom resultado d'esta empresa. Pedro Annes Lobato exerceu o cargo de védor da Fazenda, por mercê de D. João I, o qual, creando depois em Lisboa a Casa do Civel, que é hoje a Relação do Porto, o nomeou primeiro regedor. Por seus serviços lhe deu o mesmo soberano o rendimento dos banhos da cidade de Lisboa, junto ao Chafariz do Rei, nomeando-o seu vassallo, e os direitos da Moiraria na mesma cidade. D. Duarte lho concedeu a honra de cavalleiro do seu conselho, e o mandou como seu embaixador a Castella. Na menoridade de D. Affonso V, foi eleito pelas côrtes de Torres Novas, em 10 de novembro de 1439, para ser um dos fidalgos que assistissem ao conselho da rainha D. Leonor e do infante D. Pedro, sendo contra este tão inclinado ao partido da rainha, que de tudo quanto se passava contra ella, logo a avisava secretamente. Pedro Annes Lobato foi casado com Catharina Eannes, filha de Estevão Eannes. D'este consorcio houve João Lobato, que casou com D. Violante de Brito Fogaça, filha de Diogo Fogaça, commendador de Cauha e Cabrella; Rui Lobato, chanceller-mór do reino no tempo d'el-rei D. Manuel; D. Izabel Lobato, mulher de Affonso Pereira, reposteiro-mór; e D. Maria Eannes Lobato, que casou com João Gallego de Andrade. Teve, sómente em sua vida, os direitos da villa de Almada que lhe doou o condestavel D. Nuno Alvares Pereira, quando repartiu os bens pelos seus capitães e soldados; e em agradecimento, e pela grande amizade que os ligava, quando o mesmo condestavel fundou a quinta no sitio de Corroios, que depois pertenceu aos religiosos carmelitas, fez outra quinta visinha no sitio de Cheiraventos, na freguezia da Amora, que ficou aos seus descendentes, e que, parece, será a actual quinta das Lobatas (V. *este nome*).

Lobato *(Roque Pinto)*. Professor d'arte poetica, que viveu no seculo XVII. Era natural da villa da Feira. Escreveu o seguinte: *Cancion a la prision y muerte del serenissimo senhor infante D. Duarte*, etc., Lisboa, 1650. E' um opusculo de 22 pag. e muito raro.

Lobato. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia e conc. de Elvas, distr. de Portalegre. ‖ S. Miguel do Pinheiro, conc. de Mertola, distr. de Beja.

Lobato de Castro *(Manuel Antonio)*. Vereador no Porto. N. em Barcellos em 1681, onde tambem falleceu em 3 de agosto de 1721. Era filho de Manuel Affonso Lobato e de Maria Antonia da Paixão. Cultivou a um tempo, com grande aproveitamento, a musica e a poesia. Metreficou bastante em hespanhol, e como compositor musical, escreveu diversos villancicos que se cantaram na sé do Porto nas festas de Santa Cecilia, os quaes se publicaram na mesma cidade em 1712. Escreveu mais: *Metrica descripcion en la entrada que hizo el ill.mo sr. D. Thomaz d'Almeida en la ciudad del Oporto*, Coimbra, 1707; *Descripcion metrica del celeberrimo culto, y magnifico aparato con que la... Magestad de... D. Juan el V, solemnizó los dias de Corpus en la ciudad de*

Lisboa occidental, en el 8 de junio de 1719 y en 30 de mayo de 1720, Lisboa, 1720.

Lobato Pires *(Jorge Guilherme)*. Lente do Real Collegio Militar, escriptor e poeta. N. em Lisboa a 11 de outubro de 1829, fal. a 3 de julho de 1866. Era filho de Joaquim Romão Lobato Pires, primeiro tenente da armada, e lente substituto, addido á Escola Naval. Lobato Pires seguiu o curso do Collegio Militar, e assentando praça em cavallaria n.º 4, fez algum serviço no regimento, que n'essa epoca se aquartelava em Santarem. Tinha o posto de tenente, quando foi nomeado professor do Real Collegio Militar, onde regeu as cadeiras de geographia, eloquencia, philosophia, direito e administração militar. Era amigo intimo de Latino Coelho, e fez parte das redacções da *Politica Liberal* e da *Civilisação*. Collaborou tambem na *Revolução de Setembro*, e em outros jornaes politicos e litterarios. No Real Collegio Militar foi elle quem em 1860 fez o discurso de abertura das aulas, discurso que foi publicado no *Archivo Universal* Lobato Pires tinha espirito culto, mas muito exaltado era um romantico e foi victima do seu temperamento, que o levou á loucura, vindo a fallecer no hospital de Rilhafolles. Pinheiro Chagas publicou um esboço critico biographico, acompanhado de retrato, no *Archivo Pittoresco*, vol. VII, pag. 340. Escreveu: *Duas palavras ácêrca da arte poetica*, saiu no *Archivo Universal*, tomo I, 1859; *Discurso de abertura solemne do Collegio Militar*, no referido jornal, tomo II, pag. 243 e seguintes; *Amor de Poeta*, drama em 1 acto, imitação, em verso; no mesmo *Archivo* e volume, pag. 229, 283, 294, 356 e 378; tambem se publicou em separado Em diversos jornaes inseriu muitas poesias, sendo as que mais se distinguiram: *O Universo*, na *Revolução de Setembro*, e a *Humanidade*, no *Futuro*. Estas poesias causaram a maior impressão, porque encetavam um novo genero em Portugal, o da poesia scientifica.

Lobatos. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Jarmello, conc. e distr. da Guarda. ‖ N. S.ª do Pranto e conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Lobazim. Pov. na freg. de S. Thiago, de Lordelo, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Lobegada. Pov. na freg. de S. Salvador, de Portella Suzã, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Lobeira *(Vasco de)*. E' muito nebuloso tudo que respeita a este escriptor, que escreveu o celebre romance *Amadis de Gaula*, e que, segundo se affirma, foi natural do Porto. Duarte Nunes do Leão, na *Chronica de el-rei D. João I*, tomo I, pag. 247, da edição de 1780, diz que elle fôra com outros armado cavalleiro no dia da batalha d'Aljubarrota, a 14 de agosto de 1385, mas Fernão Lopes, na *Chronica d'El-Rey D. Fernando*, cap. CLXXVII, ao tratar dos alvoroços que em 1384 houve em Elvas por motivo de Alvaro Pereira, alcaide do castello, alçar pendão pela rainha D. Beatriz, já nomeia a Vasco de Lobeira como cavalleiro, sendo elle um dos refens que ficaram com o alcaide no castello de Elvas para segurança da tranquillidade; outros escriptores o consideram mais antigo, dizendo que vivera no reinado de D. Affonso IV, como se lê na *Europa Portugueza*, de Faria e Sousa, tom. III, pag. 372. Um critico estrangeiro, Mr. de Sismondi, o fez contemporaneo d'el-rei D. Diniz, suppondo que florescera entre os annos de 1290 e 1325. Os primeiros dão ao seu fallecimento a data de 1403. Gomes Eannes de Azurara diz que vivera no tempo d'el-rei D. Fernando; Miguel Leite Ferreira, que em 1598 annotou as obras de seu pae, Antonio Ferreira, publicadas por Pedro Craesbeck, escreve: *Historia de Amadis de Gaula por Vasco de Lobeira, natural da cidade do Porto.* Ha quem julgue que Vasco de Lobeira fôsse descendente de João Lobeira, filho bastardo de Pedro Soares Alvim, e depois legitimado. João Lobeira era poeta, e encontram-se poesias suas no *Cancioneiro da Vaticana*. A primeira vez que se encontra o nome de Vasco Lobeira, como autor do celebre romance de cavallaria *Amadis de Gaula*, é na *Chronica de D. Pedro de Menezes*, escripta por Azurara em 1454. O dr. João de Barros, que vivia no reinado de D. João III, fala de Vasco Lobeira, na sua *Descripção Entre Douro e Minho* manuscripto, cap. 80: «Fez os quatro livros de Amadis, obra certamente subtil e graciosa, e approvada de todos os galantes, mas como estas cousas se usam em nossas mãos, os castelhanos lhe mudaram a linguagem, e attribuiram-se a obra a si; mas não falta entre elles quem a restitua a seu verdadeiro dono; e entre elles o arcebispo D. Antonio Agostinho, varão eruditissimo e antiquario diligente, nos *Dialogos das medalhas romanas*, dialogo 2.º, fol. 16, diz: Amadis de Gaules foi composto por Vasco de Lobeira portuguez» O padre Agostinho Rebello da Costa, na sua *Descripção topographica e historica da cidade do Porto*, no cap. IX, que é consagrado aos homens que illustraram esta cidade, inscreve-o a pag. 351 do modo seguinte: «Vasco de Lobeira, secular, e famoso em letras e armas, foi armado cavalleiro pelas mãos d'el-rei D. João I e o primeiro autor que escreveu historias fabulosas chamadas *Cavallarias Andantes*, de que teve tantos imitadores. Morreu em 1404.» O 7.º numero dos *Estudos e Notas Elvenses*, por A. Thomaz Pires, publicado em Elvas, em 1905, dá noticias ácêrca de Vasco de Lobeira, e de seu pae João Lobeira.

Lobeira. Pov. e freg. dos Santos Cosme e Damião, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 54 fog. e 235 hab. A pov. dista 1 k. da séde do conc., e está annexada ecclesiasticamente á freg. de Athães. O cabido da collegiada, de Guimarães apresentava o parocho, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. militar e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. | Povoações nas freguezias: Santa Margarida, de Aldeia Velha, conc de Aviz, distr. de Portalegre. | S. Miguel, de Chorente, conc. de Barcellos, distr. de Braga. ‖ S. Felix, de Gondifellos, conc. de Villa N. de Famalicão, do mesmo distr. ‖ Santo Adrião, de Oleiros, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. ‖ Santa Maria, de Elvas-Alcaçova, conc. de Elvas, distr. de Portalegre. ‖ Ponta da costa S da ilha de S. Miguel, Açôres.

Lobeiros. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Lobel. Pov. na freg. de S. Mamede, de Villa Maior, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Lobelha *(Monte da)*. Na freg. de Santa Clara-

a-Velha, conc. de Odemira, districto de Beja.

Lobelhe. Pov. e freguezia de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 114 fog. e 497 hab. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 1 k. da séde do conc. e está situada na estrada, que vae de Valença a V. N. da Cerveira. Corre-lhe proximo o rio Minho. O real padroado apresentava o cura, que tinha 100$000 réis de renda. E' uma das mais antigas freguezias de Portugal, pois já existia no anno 675. Sobre a margem do rio Minho possuiam os jesuitas uma grande quinta, que, depois da expulsão da Companhia de Jesus, passou a ser propriedade da Universidade de Coimbra. Foi depois vendida em hasta publica, comprando-a por réis 16:000$000 João Antonio Pereira, de Sôppo, que construiu aqui uma boa vivenda com umas importantes casas de habitação. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Por decreto de 12 de julho de 1895, que extinguiu o conc. de V. N. da Cerveira, foi esta freg. annexada ao de Valença, voltando novamente para o de V. N. da Cerveira, que ficou restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898.

Lobelhe do Matto. Pov. e freg. de S. Paulo, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu; 123 freg. e 579 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. A pov. dista 4 k. da séde do conc. O vigario de Fornos de Maceira Dão apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Lobió. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Roussas, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Lobisios. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, de Gafanhão, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Lobite. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Estombar, conc. de Lagôa, distr. de Faro. || N. S.ª da Luz e conc. de Lagôa, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição e conc. de Silves, do mesmo districto.

Lobito (*Bahia do*). Fica na costa do conc. e distr. de Benguella, prov. de Angola. E' formada por uma peninsula ou lingua de areia que corre do S para o N, e na extremidade da qual está a ponta do Lobito, e pela terra firme. Tem pouco mais de 2 k. de comprimento por 1 de largura. Os lados O e S são orlados d'um parcel que a estreita muito O Anha e um outro pequeno rio vão desaguar n'esta bahia, um a E e outro ao SO. A bahia de Catumbella das Ostras é uma das melhores da costa, e serviu por muito tempo de ancoradouro seguro aos navios que se empregavam no trafico da escravatura. Nunca se estabeleceu ali povoação alguma, pela falta absoluta de agua doce. Está em construcção um caminho de ferro para o serviço d'esta região.

Lobito (*Ponta do*). Ponta da costa do conc. e distr. de Benguella, na prov. de Angola. Fórma a extremidade NE d'uma estreita peninsula de areia.

Lobo. E' appellido nobre em Portugal. Attribue-se a sua ascendencia a D. Loba Gomes, filha do conde D. Gomes Nunez. Veiu de Hespanha na pessoa de D. Pedro Paes Lobo, um fidalgo da comitiva de sua prima, a rainha D. Mecia Lopes de Haro, 2.ª filha do conde D. Lopo Dias de Haro, senhor de Biscaia, e mulher de D. Sancho II, de Portugal. D'este D. Pedro Paes Lobo procedem os Lobos de Evora, Extremoz, Elvas, Lisboa, Alvito, Oriolla, etc., tendo por armas: Em campo de prata, cinco lobos negros, passantes, em aspa armados de ouro, lampassados de purpura, elmo d'aço aberto, e por timbre um dos lobos das armas. D'este appellido foi tambem D. Maria de Sousa Lobo, bisneta de Diogo de Sousa Lobo, um dos cinco irmãos que no reinado de D. João passaram da Galliza a Portugal, com este appellido, e foi senhor d'Alvito. Foi segunda mulher de D. João Fernandes da Silveira, regedor das justiças e chanceller-mór de D. Affonso V, e seu escrivão da puridade, o qual por este casamento foi senhor d'Alvito, e o 1.º barão d'este titulo, feito pelo mesmo monarcha em 27 de abril de 1475. A varonia d'esta casa segue-se por seu filho, Diogo de Sousa Lobo da Silveira, que adoptou as armas antecedentes, accrescentando-lhe uma orla azul, carregada de 8 aspas de ouro, e o lobo do timbre com uma das aspas na espadua. Foi do mesmo appellido D. João Lobo, bispo de Tanger, ao qual el-rei D. Manuel deu por armas em 1506: Um escudo de purpura, e no centro uma cidade de prata, e uma grande brica, que occupa a quarta parte do escudo, carregada das primeiras armas dos Lobos; Elmo d'aço, aberto, e timbre um dos lobos das armas, com uma aspa de ouro na espadua.

Lobo (*Abilio Eduardo da Costa*). Mais conhecido por Abilio Lobo. Chefe da Caixa Economica Portugueza, na Caixa Geral dos Depositos, deputado e jornalista. N. em Coimbra e fal. em Lisboa a 14 de fevereiro de 1908, contando, pouco mais ou menos, 57 annos de edade. Era filho de José Joaquim Pimentel Lobo. Frequentou na Universidade de Coimbra, em 1875, o 2.º anno de Mathematica, mas n'esse anno resolveu abandonar os estudos, e seguir a vida burocratica em Lisboa. Entrou na politica, filiando-se no partido regenerador, de que foi um dedicado correligionario; quando dirigia o *Diario de Portugal*, saiu eleito deputado, parece que em 1885. Foi secretario do ministro da marinha, sr. conselheiro Julio de Vilhena, em 1881. Annos depois, em 1893, foi nomeado pelo gabinete regenerador agente financial em Londres, para a vaga de Costa Ricci, cargo que exerceu até 1905, vindo depois tomar o seu antigo logar de chefe da Caixa Economica Portugueza.

Lobo (*Affonso*). Compositor de musica e mestre de capella da cathedral de Lisboa nos fins do seculo XVI, passando depois a exercer o mesmo cargo na de Toledo, para que foi nomeado em 18 de setembro de 1601. O catalogo da livraria de D. João IV menciona tres composições de Affonso Lobo, que são: um villancico do Natal, em portuguez, a 3 e a oito vozes; um *Miserere* a 3 côros, e um villancico da Conceição a 6 vozes. A *Defeza da musica moderna*, por D. João IV, cita um motete de Affonso Lobo entre as obras dos principaes mestres, como exemplo de habilidade no contraponto. Dizem que no archivo da sé de Lisboa ha um livro de estante feito no seculo XVII, contendo composições de varios autores

coevos, e entre ellas um motete d'este antigo mestre da sé, e que se junta ao seu nome o appellido de Borja. Affonso Lobo fez imprimir em Madrid, em 1602, um livro de obras suas, intitulado: *Liber primus Missarum Alphonsi Lobo di Borja Sanctae Ecclesiae Toletanae Hisp. Primatis Portionarii, Musices, que Praefecti.* D'este livro extrahiu D. Hilariou Eslava um cantico de *Magnificat* a 8 vozes, que inseriu na sua collecção *Lyra sacra hispana*, que se publicou até 1869.

Lobo *(Alvaro).* Jesuita. N. em Villa Real em 1551, fal. em Coimbra a 23 de abril de 1608. Era filho de Antonio Lobo e de Beatriz de Contreira. Professou o instituto da Companhia de Jesus a 28 de fevereiro de 1566. Cursou os estudos na Universidade de Coimbra, e foi mestre de Philosophia em Evora, durante 4 annos. Exerceu o cargo de regente nos collegios de Braga e de Lisboa, e o de reitor no do Porto. Escreveu: *Martyrologio Romano accomodado a todos os dias do anno, conforme a nova ordem do Calendario, que se reformou por mandado do papa Gregorio XIII, trasladado de latim em portuguez pelos padres da Companhia de Jesus*, Coimbra, 1591; no fim traz: *Martyrologio dos Santos de Portugal, e festas geraes do reino; recolhido de alguns autores e informações por alguns padres da Companhia de Jesus*, Coimbra, 1591; a 2.ª edição saiu com o titulo seguinte: *Martyrologio Romano, emendado por ordem do papa Gregorio XIII e novamente accrescentado com autoridads do papa Clemente X*, Lisboa, 1861; saiu ainda 3.ª edição, preparada pelo padre jesuita Victorino Pacheco, com o titulo: *Martyrologio Romano, traduzido do latim em portuguez por alguns padres da Companhia de Jesus, e impresso em Coimbra e Lisboa, agora novamente accrescentado e emendado*, Lisboa, 1748. No fim traz o *Martyrologio Portuguez.* Consta que o padre Alvaro Lobo, quando morreu, tinha muito adeantada uma *Historia da Companhia da Provincia de Portugal*, da qual se aproveitou muito o padre Balthazar Telles, quando escreveu a *Chronica* da mesma companhia. Alguns escriptores o suppõem autor da *Chronica do Cardeal Rei D. Henrique*, que a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis publicou pela primeira vez em 1840. Deixou manuscripto: *Tratado da Familia dos Almeidas* e *Tratado da Entrada das Religiões n'este reino.*

Lobo *(Antonio).* Pintor. Foi um dos melhores discipulos de Vicente Bacarelli, professor italiano, de perspectiva e architectura, que veiu a Lisboa nos ultimos annos do seculo **XVIII**. Antonio Lobo tambem teve discipulos que muito se distinguiram, como Antonio Pimenta Rolim, Braz de Oliveira e Antonio Simões. Foi pae do pintor Francisco Xavier Lobo.

Lobo *(Antonio Augusto da Silva).* Proprietario da Empresa Litteraria Fluminense, estabelecida na rua dos Retrozeiros, o qual falleceu em janeiro de 1900. Silva Lobo teve grande nomeada como agitador e politico terrivel; começou a sua carreira no Centro Promotor, e mais tarde foi um dos fundadores da Associação Patriotica, que pouco depois se dissolveu, o que o tornou conhecido pelo *Lobo da Patriotica.* Tomou parte no motim conhecido pela *Penichada*, e em outros, tendo chegado a ser indicado como um dos redactores da celebre *Lanterna.* Por fim, deixou a politica, e retirou-se á vida privada. Partiu então para o Brazil onde fundou uma empresa litteraria, que prosperou no Rio de janeiro, formando depois uma succursal em Lisboa, que é a casa acima citada.

Lobo *(Antonio Bernardino Cerqueira).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, natural de Ponte da Barca, onde nasceu em 1 de outubro de 1837. Escreveu alguns artigos em jornaes politicos da provincia do Minho, e outros no semanario intitulado *Phosphoro*, que se publicou em Coimbra em 1861. Collaborou tambem no semanario o *Tira teimas*, assignando os seus artigos com as iniciaes C. L., e umas cartas com o pseudonymo *José Agostinho de Macedo.*

Lobo *(Antonio Maria de Sousa).* V. *Sousa Lobo (Antonio Maria de).*

Lobo *(Antonio de Santa Martha).* Conego secular dos evangelistas. N. em Evora a 20 de dezembro de 1716, ignora-se a data do fallecimento. Era filho de João Nunes de Carvalho e de D. Josepha Luiza da Moura e Cunha. Professou no convento de Xabregas a 22 de dezembro de 1738. Foi doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, examinador synodal do bispado do Porto, academico dos arcades de Roma, com o nome de *Electro*, e procurador geral da sua congregação. Escreveu: *Discurso academico para lenitivo do sentimento da morte do ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. D. Francisco Xavier de Menezes, 4.° conde da Ericeira, exposto n'uma carta escripta á Academia dos Escolhidos da Côrte*, etc. Coimbra, 1744; *Oração funebre historica e panegyrico, recitada nas solemnissimas exequias, que na morte do fidelissimo rei e senhor D. João V de Portugal se celebraram na cathedral do Porto a 5 de setembro de 1750*, Porto, 1751; *Oração congratulatoria do milagroso prodigio com que Deus conservou a vida do nosso fidelissimo rei e senhor D. José I no horrorosissimo insulto com que foi accomettido em 3 de setembro de 1758*, Lisboa, 1759.

Lobo *(Antonio de Sousa da Silva Costa).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, professor do Curso Superior de Letras par de reino vitalicio, ministro de Estado. etc., Possuidor de boa fortuna, nunca exerceu cargos publicos. Na camara dos pares distinguiu-se sempre pelo seus discursos. Em 1892 foi chamado aos conselhos da corôa, sendo presidente de ministros o dr. José Dias Ferreira, ficando a seu cargo a pasta dos negocios estrangeiros. Tem viajado muito pela Europa, sempre muito estudioso, adquirindo assim grande somma de conhecimentos scientificos. Dizem que possue uma bibliotheca importantissima.

Lobo *(Fr. Custodio)* Religioso da ordem da Trindade, fal. no convento de Lisboa a 2 de fevereiro de 1654. Era filho de Domingos Vicente e de Antonia Gonçalves. Professou a 14 de abril de 1588, sendo ainda muito novo. Foi mestre dos noviços no seu convento, e ministro nos de Louzã e de Lagos; definidor e visitador geral da ordem, presidente do capitulo, por ser o decano de toda a provincia, examinador das tres ordens militares, e deputado da Bulla da Cruzada. Deixou impressos com o seu nome alguns *Lunarios.*

Lobo *(P. Diogo).* Jesuita. N. em Tanger em 1629 e fal. em Coimbra a 20 de março de 1691.

Era filho de João Lobo de Sampaio e de Izabel Pereira, descendentes de familias muito nobres. Tinha 15 annos quando foi admittido no noviciado de Lisboa, onde depois ensinou humanidades e rhetorica. Foi prégador de D. Affonso VI e de D. Pedro II, e um poeta latino muito apreciado. Publicou alguns dos seus sermões, e tinha 2 volumes de *Sermões varios* promptos para a impressão, quando morreu. Deixou tambem em manuscripto: *Vida do padre João Nunes, da Companhia de Jesus, e confessor da Rainha D. Luiza Francisca de Gusmão.*

Lobo *(Duarte).* Um dos compositores e o mais considerado professor de musica que existiu nos seculos XVI e XVII. N. em 1540 e fal. em 1643 com 103 annos de edade. Estudou em Evora com o professor e mestre de capella d'esta cidade, e veiu depois para Lisboa exercer este cargo na capella do Hospital de Todos os Santos, d'onde passou para a sé, antes de 1594. Competiu com o carmelita fr. Manuel Cardoso na sciencia do contraponto e no numero de obras que fez imprimir, sobrelevando-lhe, porém, na circumstancia de ter produzido discipulos muito notaveis, como Alvares Frovo, Antonio Fernandes, fr. Antonio de Jesus, e outros. Os livros de musica, que publicou, fôram impressos na celebre officina Plantiniana de Antuerpia. N'uma obra moderna, *Histoire de la typographie musicale dans les Pays Bas, par Goovaerts*, vem a descripção exacta d'esses livros, extrahida dos archivos d'aquella officina, com algumas notas interessantes sobre o numero de exemplares tirados e custo do trabalho typographico. Diz Goovaerts que nos mesmos archivos se guarda a correspondencia em latim, mantida desde 1600 por Duarte Lobo com Plantin, sobre a impressão das suas obras, que elle subscrevia dando ao seu appellido a fórma latina *Lupus-Lupi.* Eis a descripção, segundo Goovaerts: *Eduardi Lupi Lusitani Civis Olisiponenses, In Metrepolitana eiundem Urbiu Ecclesia Beneficiarij, et Musices praefecti Opuscvla: Nactalitia Noctis octonis vocibus. B. Maria Virg. Antiphonae octonis vocibus. Eiusoem Virginis Salve choris tribus, et vocibus undenis.* Auterpia, 1602, em quarto. Na Bibliotheca Publica de Evora, dizem que ha uma parte truncada d'esta obra; *Magnificat quatuor vocibus*, Antuerpia, 1605, grande in-folio contendo 16 canticos de *Magnificat* em diversos tons N'esta obra deu ao seu appellido a fórma hespanhola: *E. Lopes; Eduardi Lupi Lusitani civis Olisiponensis in Metrepolitana eiusdem Urbis Ecclesia Beneficiarij et Musices praefecti Liber Missarum, IV, V, VI et VIII vocibus*, Antuerpia, 1621. Grande in-folio, com o frontispicio gravado em cobre representando as armas do capitulo metropolitano de Lisboa. Partituras com 171 paginas. Contém este livro: *Asperges* e *Vidi aquam*, a 4 vozes; 4 missas a 4 vozes, 1 a 5, outra a 6, e 2 a 8, sendo a ultima de defuntos; termina com 2 motetes, sendo um a 5 vozes e outro a 6; *Eduardi Lupi Lusitani*, etc. *Liber II, Missarum IIII*, V e VI vocibus, Antuerpia, 1634. Grande in-folio; partitura com 159 paginas, ornada de um frontispicio gravado e de tres outras gravuras. Em Lisboa imprimiram-se as duas seguintes obras de cantochão: *Officium Defunctorum*, 1603; *Liber Processionem et Stationum Ecclesiae Olysiponensis in meliorem formam reductus;* 1607. No catalogo da livraria de D. João IV estão mencionadas as seguintes composições: *Psalmos de vesperas*, em numero 10, e uma *Magnificat*, a 5, 7 e 8 vozes; 5 missas, 4 sequencias e 4 lições de defuntos, a 4, 6, 8 e 9 vozes; motete *Andivi vocem de Cœlo*, a 6 vozes; 2 villancicos do Sacramento, a solo e a 5 vozes. Duarte Lobo foi conego da quarta prebenda na sé de Lisboa, e reitor do seminario archiepiscopal.

Lobo *(Eduardo Barros).* Jornalista. N. em Gouveia a 17 de dezembro de 1857, e fal. em Lisboa em egual dia do anno de 1893. Fez os seus primeiros estudos no seminario de Coimbra, e foi depois para o Porto, onde se dedicou ao jornalismo. Começou a colaborar na *Lucta*, depois no *Dez de Março*, e por fim no *Primeiro de Janeiro.* Fez parte da redacção do *Jornal de Noticias,* que teve curta duração, e n'elle começou a revelar-se o correcto prosador, e o critico implacavel porque se havia de tornar conhecido. Mais tarde publicou uma revista critica, intitulada *Vespas*, que foi editada pela casa Chardron. Veiu depois para Lisboa, e começou a collaborar no *Diario Illustrado*, e em outros jornaes. Traduziu varios romances de Balzac para a *Collecção Pedro Correia.* Encetou diversas publicações que tiveram curta duração, havendo, porém, uma d'ellas, *O Arauto*, pequena revista litteraria, em que Barros Lobo era o unico redactor, continuando a affirmar os seus reconhecidos creditos como estylista. Publicou depois *A Musa loura*, uma breve collecção de pequenos contos, e *A Cega-Rega*, uma revista de critica litteraria, de que apenas sairam dois numeros. Era um grande admirador de Zola, do qual traduziu dois livros: *Germinal* e o *Romance da moda.* Firmava ordinariamente os seus escriptos com o pseudonymo de *Beldemonio*, nome por que vulgarmente se tornou conhecido. Entre os seus trabalhos destacava-se tambem um volume, publicado em 1887, com o titulo de *Viagens no Chiado*, etc.

Lobo *(D. Francisco Alexandre).* Freire professo da ordem de S. Bento de Aviz, doutor em Theologia e lente da mesma faculdade na Universidade de Coimbra, socio da Academia Real das Sciencias, bispo de Vizeu, par do reino, ministro de Estado, etc N. em Beja a 14 de setembro de 1763, fal. em Lisboa, no convento das Flamengas, ao Calvario, a 9 de setembro de 1844. Era filho de Manuel Lobo da Silva, e de sua mulher D. Antonia Maria Lobo. Doutorou-se a 4 de outubro de 1787, e passou a reger uma das cadeiras de Theologia. A Academia Real das Sciencias o nomeou seu socio, e n'essa qualidade escreveu memorias muito importantes, que lhe grangearam grande fama Em maio de 1819 foi eleito bispo de Vizeu, sendo sagrado 16 de julho de 1820, dignidade de que só tomou posse a 17 de novembro do referido anno. Desde então dedicou-se muito á politica do paiz, e ainda em 1820 fez uma allocução aos eleitores das novas côrtes, que depois mandou imprimir. Em 1826 foi eleito par do reino, e a 16 de dezembro d'este anno, a infanta regente D. Izabel Maria o chamou para fazer parte do ministerio, encarregando-o da pasta do reino. Como se mostrava muito affecto ao partido absoluto, o infante D. Miguel o nomeou, em 1828, conselheiro de Estado e reformador geral dos estudos. Vendo, porém, o ca-

minho errado que D. Miguel seguia, e reprovando os excessos que se praticavam, pediu a sua demissão do cargo de reformador geral dos estudos, e foi viver para a sua diocese. Triumphando a causa constitucional, e não querendo reconhecer o governo da rainha D. Maria II, entendeu que devia sair do reino, o que realisou em 1834, logo em seguida á convenção de Evora Monte, indo para França, e depois para Roma. Conservou-se 10 annos emigrado, mas sentindo saudades da patria, resolveu reconhecer o partido liberal e regressar ao reino, desembarcando em Lisboa em 1844. O governo lhe permittiu que retomasse posse do bispado de Vizeu, mas não pôde aproveitar-se d'essa permissão, porque falleceu pouco depois no convento das Flamengas, onde se hospedara, contando 81 annos de edade. Em cumprimento das suas disposições testamentarias foi o seu cadaver transportado para Vizeu, e depositado na egreja do Seminario, sendo em 18 de dezembro trasladado para a sé, com grande acompanhamento, onde se celebraram no dia 19 solemnes exequias, ficando sepultado ao fundo da capella-mór. Antes de se ausentar do reino, em 1834, tinha concluidas e promptas para a impressão umas *Memorias sobre a vida e escriptos de D. Jeronymo Osorio, bispo de Silves*, de *D. Fr. Amador Arraes, bispo de Portalegre*, e de *Fr. Thomé de Jesus*. O manuscripto formava um grosso volume em 4.º e desappareceu, sendo roubado como aconteceu a muitos outros objectos do espolio episcopal, sem que se saiba que destino tiveram. Francisco Eleutherio de Faria e Mello, que teve com o bispo D. Francisco Alexandre Lobo a maior intimidade, e que o acompanhou na emigração, encarregou-se de coordenar todas as suas obras, mas, como falleceu em maio de 1851, não pôde completar a publicação, que deveria formar pouco mais ou menos 10 volumes, tendo saido só tres, que adeante mencionamos, ficando o 3.º incompleto. O referido Faria e Mello escreveu uma *Memoria sobre a vida de D. Francisco Alexandre Lobo*, etc., em 1844, publicada em seguida á morte do bispo, na qual se encontram muitas noticias. *Obras de D. Francisco Alexandre Lobo, Bispo de Vizeu, impressas á custa do Seminario da sua diocese*, tomo I, Lisboa, 1848; com o retrato do autor; contém este vol., além do *Catalogo geral* das suas obras, tanto impressas como inéditas, que occupa de pag. IX até XVIII, os seguintes opusculos: *Discurso sobre o modo de escrever a historia* (inédito); *Memoria historica e critica ácêrca de Luiz de Camões e suas obras* (já impressa nas *Memorias da Academia*, tomo VII, parte I); *Summario historico da campanha de Portugal em 1810 e 1811; Resumida noticia dos bispos de Vizeu, desde o seculo XVI; Biographias e juizos sobre homens de letras; Inquisição e Institutos monasticos; Cultura das letras; Revolução franceza; Poesias; Uma oração de Cicero; Elogios historicos de Simão de Cordes, e F. X. de Oliveira Mattos*, etc., e mais alguns fragmentos tudo até então inédito=Tomo II, Lisboa, 1849, contém: *Elogio historico de D. José Maria de Mello* (já impresso nas *Memorias da Academia*); *Memoria historica e critica ácêrca do P. Antonio Vieira* (impressa separadamente em Coimbra, 1823, sem o nome do autor, e muito diverso do agora publicado); *Resumida noticia da vida de D. Nuno Alvares Pereira de Mello, duque do Cadaval* (impressa em Paris, 1837, tambem sem o seu nome); *Resumo da historia do antigo testamento* (segunda edição; a primeira saiu anonyma em Coimbra, em 1822)=Tomo III, 1853, contendo: *Pastoraes, Cartas, Editaes*, e outros papeis, quasi todos relativos ao officio episcopal; *Estatutos do Seminario de Vizeu; Diario da viagem que o autor fez em 1834*, etc.

Lobo *(Francisco José da Costa)*. Deputado, par do reino, capitalista, presidente da Associação Commercial de Lisboa, etc. N. em Lamego em 1811, fal. em Lisboa a 8 de dezembro de 1865. Era filho de paes humildes. Revelando desde creança uma viva intelligencia, foi estudar para Coimbra, mas as luctas civis da Liberdade, o obrigaram a interromper os estudos, que nunca mais continuou. Tendo então grangeado alguns bens de fortuna, estabeleceu-se no Porto, em 1834, como negociante de vinhos, tornando-se logo distincto na sua classe, pela sua intelligencia, probidade, e conhecimento dos negocios. Em 1845 fazia parte da direcção do Banco Commercial do Porto e da Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Os accionistas dedicavam-lhe a mais plena confiança, que muito se justificava pela firmeza e prudencia de que deu provas na epoca da revolução conhecida por *Maria da Fonte*, quando o Porto estava no poder dos insurgentes, decididos a sustentarem uma lucta tenacissima contra o governo. Costa Lobo conservou se no Porto á frente d'esses estabelecimentos, dirigindo-os com raro acerto em epoca tão revoltosa. No referido anno de 1845 a provincia do Douro o elegeu seu deputado, sendo, porém, esta camara dissolvida, tornou a elegel-o para a legislatura de 1846, mas esta camara tambem se dissolveu, e em 1848 as duas provincias, Douro e Traz-os-Montes, o apresentaram como seu representante em côrtes, pela maxima confiança e consideração que lhe merecia um homem que déra provas de tanta competencia e energia nas circumstancias difficeis em que se encontrara no Porto. Em 1851 foi o circulo de Lamego que o elegeu deputado para as côrtes constituintes que se iam reunir. Levantou-se, porém, a questão da sua elegibilidade, entendendo n'essa occasião a maioria que a não tinha, por ser um dos caixas do Contrato do Tabaco. Por este facto não se verificou a eleição, e só em 1858, quando acabou o Contrato, que até então estivera vigente, é que voltou ás assembléas legislativas, tendo sido successivamente eleito pelos circulos do Porto e de S. João da Pesqueira. A 17 de maio de 1861 foi eleito par do reino. Teve tambem a carta de conselho, foi membro da Junta do Commercio e Industria, junto do ministerio das obras publicas, e durante alguns annos presidente da Associação Commercial de Lisboa. Durante a epidemia da febre amarella, que assaltou a capital em 1857, prestou serviços muito importantes, sendo membro d'uma commissão encarregada de prover ao sustento economico e hygienico das classes indigentes. O relatorio d'essa commissão mereceu que o ministro do reino, então o marquez de Loulé, o elogiasse n'uma portaria de louvor em termos extremamente honrosos.

Lobo *(Francisco Rodrigues)*. V. *Rodrigues Lobo (Francisco)*.

Lobo *(Francisco Xavier)*. Pintor. N. em Lis-

boa na segunda parte do seculo XVIII, e fal. no meado do seculo XIX, antes de 1844. Era filho de Antonio Lobo. Estudou com o professor André Gonçalves, e pintou figuras, paizagens, ornatos, fructos, natureza morta, mas foi artista mediocre. Era philosopho e mordaz, sem ser grande poeta, escreveu epigrammas bastante picantes. Segundo Cyrillo Wolkmar Machado, escreveu umas pequenas obras, que se não imprimiram, *Silva Laudatoria*, dedicada aos pintores, esculptores e architectos, seus contemporaneos, em que muito os elogia; *Tratado succinto de pintura pratica e especulativa*, dialogos sobre a arte de pintar.

Lobo (*D. Gaspar da Conceição*). Conego da ordem de Santo Agostinho. Era natural de Coimbra, e fal. em Caminha a 17 de dezembro de 1840. Pertencia a uma familia distincta da provincia do Minho. Professou a 24 de agosto de 1802 no convento de Santa Cruz, de Coimbra. Exerceu diversos cargos na sua ordem, e foi reitor do collegio da Sapiencia. Escreveu uma especie de manual do jardineiro e algumas obras religiosas.

Lobo (*Gaspar Gomes*). Presbytero secular, que viveu no seculo XVI. Foi vigario na egreja de Santo Antonio do Tojal, e compoz muitos sermões, que não chegaram a imprimir-se.

Lobo (*Gregorio de Pita*). Escriptor muito versado em jurisprudencia civil e canonica. N. em Caminha e fal. contando apenas 38 annos de edade, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de Braz Pita de Ortigueira e de D. Margarida Soares Lobo. Foi admittido a collegial canonista no collegio de S. Pedro, na Universidade de Coimbra, a 8 de fevereiro de 1656. Deixou manuscriptos 5 tomos de diversas materias juridicas. Escreveu: *Allegação de Direito a favor da Casa de Villa Real contra D. Carlos de Noronha*.

Lobo (*Heitor*). Constructor de orgãos, que viveu no seculo XVI. Na parte II, pag. 329, da *Chronica dos Conegos Regrantes da ordem de Santo Agostinho*, diz D. Nicolau de Santa Maria, referindo-se ao anno de 1559: «Tambem no mesmo anno mandou o P. Prior geral concertar o orgão grande, por Heitor Lobo, famoso organista, que lhe accrescentou registos, e o fez como de novo, e fez o orgão pequeno, e tambem o Realejo com doçainas, e charamelas que se levava antigamente nas procissões pela Claustra.»

Lobo (*P. Jeronymo*). Jesuita. N. em Lisboa em 1595, fal. em Lisboa, na Casa Professa de S. Roque, a 29 de janeiro de 1678. Era filho de Francisco Lobo, governador de Cabo Verde, e de D. Maria Brandão. Entrou para a Companhia de Jesus em 1 de maio de 1609, e professou a 5 de janeiro de 1619. Foi missionar para as nações orientaes, embarcando a 29 de abril, de 1621, na nau capitanea *Conceição*, com o vice-rei D. Affonso de Noronha. Teve uma viagem muito infeliz, pelos perigos e enfermidades que soffreu e os seus companheiros; o navio não pôde seguir, voltando a Portugal a 7 de outubro. Tentou segunda viagem, e saiu de Lisboa a 18 de março de 1622, com o vice-rei D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira. Foi tambem muito infeliz, soffrendo grandes trabalhos pelos combates que se deram entre a nossa armada e as naus inglezas e hollandezas, no porto de Moçambique, até que a muito custo pôde aportar a Cochim a 8 de outubro do referido anno de 1622, entrando em Gôa alguns dias depois. Esteve na Ethiopia prégando a religião christã, conseguindo algumas conversões. Tambem missionou em Fremona, capital do reino de Tigré, d'onde saiu em 1626, indo trasladar para mais decente logar os ossos de D. Christovão da Gama, que jaziam no campo de Ofalá, situado nos confins de Tigré, e os remetteu ao conde da Vidigueira, vice-rei do estado indiano, sobrinho de D. Christovão da Gama. Depois d'algumas digressões, a outras terras da Abyssinia, voltou a Gôa a 8 de dezembro. Determinando regressar a Portugal, saiu a barra de Gôa a bordo da nau *Nossa Senhora de Belem*, a 23 de fevereiro de 1635, e naufragou na costa do Natal. Esteve depois em Loanda, missionando com os outros padres seus companheiros. Embarcou para as Indias Occidentaes com tenção de passar a Hespanha, e saindo com o governador D. Manuel Pereira Coutinho, passando dois mezes de boa viagem, fôram acommettidos junto da ilha de Zumbe por um corsario hollandez. No fim de muitos trabalhos conseguiu entrar em Lisboa a 8 de dezembro de 1636, depois de 14 annos de ausencia. No anno de 1637 foi a Roma, e passando a Napoles, Milão, Barcelona e Valença, voltou a Lisboa. Fez terceira viagem para a India, embarcando em 26 de março de 1640 com o vice-rei João da Silva Tello, conde de Aveiras, e chegando a Gôa a 17 de setembro, foi recebido pelos padres da Companhia de Jesus com affectuosas demonstrações, que muito se admiraram e lastimaram os trabalhos que soffrera. Exerceu o cargo de provincial da provincia de Gôa, sendo depois eleito preposito da Casa Professa em 1648. O governador D. Filippe de Mascarenhas o mandou prender publicamente pelo ouvidor geral do crime, sendo levado ao carcere do convento de S. Francisco, por ter recolhido um fidalgo, que o vice-rei suspeitava ser cumplice d'um desacato, que contra elle fizeram os seus inimigos. Da India foi a Roma, onde o geral o nomeou reitor do collegio de Coimbra, e como conhecesse que o clima não era bom para a sua saude, resignou o governo. A sua ultima morada foi a Casa Professa de S. Roque, de Lisboa, onde falleceu. Escreveu um *Itinerario das suas viagens*, que nunca se imprimiu em portuguez, e cujo autographo foi offerecido em 1829 á Academia Real das Sciencias pelo socio Manuel José Maria da Costa e Sá, acompanhado de varias reflexões suas, como se vê nas *Memorias* da mesma academia, tomo X, parte II, pag. XIV. Estas viagens do padre Jeronymo Lobo fôram traduzidas, em parte, e publicadas em diversas linguas; em inglez, com o titulo *A short relation of the river Nilo*, etc., London, 1673. Em francez: *Relation historique d'Abissinie*, etc., Paris, 1728. Em Italiano: *Relazione varie cavate di una traduzione ingleza*, etc., Florença, 1693. Consta que o padre Balthazar Telles, chronista da Companhia de Jesus, se aproveitou muito d'esta obra para a sua *Historia da Ethiopia*. O padre Jeronymo Lobo deixou mais alguns manuscriptos.

Lobo (*João do Quental*). Fidalgo da Casa Real, commissario geral da cavallaria do regimento da praça de Moura, e depois brigadeiro. Era natural d'Elvas, sendo filho de Manuel do Quental Lobo, senhor do morgado do Lago, e de sua mulher

e prima, D. Catharina Freire Godinho. Dedicou-se muito ao estudo da Genealogia. Deixou manuscripta uma obra em 54 volumes, intitulada: *Collecção das Familias do Reino de Portugal*, e um outro livro: *Theatro historico da fundação e antiguidade da cidade de Elvas*. Existem alguns dos seus manuscriptos na livraria dos marquezes de Penalva.

Lobo *(D. Joaquina Candida de Sousa Calheiros)*. Escriptora e poetisa. N. em Braga em julho de 1780, e fal. no Porto em novembro de 1828. Era filha de José Calheiros de Magalhães Andrade, e de D. Antonia Rita Lino de Sousa. Casou com Bartholomeu da Costa Lobo, desembargador da relação do Porto. Escreveu: *Cathecismo religioso, moral e poetico para instrucção do cidadão portuguez*, Coimbra, 1822. O *Cathecismo* finda a pag. 53, seguindo depois varias poesias politicas, em que são commemorados os successos mais notaveis do tempo, como a installação das côrtes, chegada d'el-rei, etc.

Lobo *(José Maria de Sousa)*. V. *Sousa Lobo (José Maria de)*.

Lobo *(José do Quental)*. Conselheiro da Mesa da Consciencia e Ordens. Exerceu tambem por tres annos o cargo de reitor do Real Collegio dos Nobres, sendo então exonerado, estabelecendo se-lhe uma pensão.

Lobo *(Luiz)*. Jesuita. N. em Lisboa, e fal. em Evora com perto de 70 annos de edade, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de D. João Lobo, 4.º barão d'Alvito, e vedor da fazenda d'el-rei D. Sebastião, e de D. Leonor Henriques, irmã de D. Vasco Mascarenhas, sendo por isso neto do capitão de ginetes D. João Mascarenhas. Entrou na Companhia de Jesus, onde exerceu durante muitos annos o cargo de mestre da doutrina. Foi reitor por varias vezes, e preposito da Casa professa de S Roque, em Lisboa.

Lobo *(Luiz)*. General de brigada reformado, tendo pertencido á arma de infantaria; commendador da ordem de Aviz, e condecorado com a medalha de prata de comportamento exemplar. N. em Torres Novas a 25 de dezembro de 1816. Foi commandante do regimento do Ultramar, e exerceu por alguns annos na Escola do Exercito o logar de instructor para os exercicios de infantaria, esgrima, administração e contabilidade correspondentes. Escreveu: *Serviço dos destacamentos, diligencias e escoltas*, Lisboa, 1872; *Escripturação, contabilidade e administração nos corpos de caçadores e infantaria*, Lisboa, 1872.

Lobo *(Luiz Caetano)*. Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, já hoje fallecido. Era natural de Gôa, sendo filho de Manuel do Rosario Lobo. Foi doutorado em 5 de maio de 1851.

Lobo *(Luiz Teixeira)*. Jurisconsulto do seculo xv, cavalleiro professo da ordem de S. Thiago. Era filho do dr. João Teixeira, chancellermór de D. João II. Foi educar-se em Florença, para onde partiu em 1481, e ali cursou Humanidades e as linguas latina e grega. Esteve depois em Sena estudando Jurisprudencia Cesarea com o jurisconsulto Burgarino; tambem frequentou a Universidade de Bolonha, onde recebeu a borla doutoral. Chegando a fama do seu talento e instrucção ao duque Hercules de Ferrara, este o convidou com generosos partidos para explicar jurisprudencia na Universidade de Ferrara, e ali se conservou dois annos regendo a cadeira de Prima. Regressando a Portugal, el-rei D. Manuel o nomeou mestre de seu filho, o principe D. João, que mais tarde foi rei, terceiro do nome, cujo logar havia vagado pela morte de D. Diogo Ortiz de Vilhegas, bispo de Tanger. Luiz Teixeira Lobo era commendador da Granja de S. Gonçalo de Amarante, chanceller-mór do reino, e desembargador do Paço. Casou com D. Catharina de Perestrello. Deixou alguns escriptos em latim.

Lobo *(Manuel do Quental)*. Senhor do morgado do Lago e Monte-Longo. N. em Mugem, a 8 de janeiro de 1634, fal. em Elvas a 9 de março de 1688. Era filho de João do Quental Lobo e de Maria Pegado da Ponte, sua segunda mulher. Foi muito erudito na lingua latina, em mathematica, em historia e na Genealogia. Casou a 27 de julho de 1666 com D. Catharina Freire Godinho, filha de Luiz Borralho Godinho, e de sua mulher Margarida Freire. Deixou manuscriptas umas *Memorias Genealogicas das Familias nobres da cidade de Elvas*. Alguns dos seus manuscriptos, e de João do Quental Lobo, conservam-se na livraria dos marquezes de Penalva.

Lobo *(Manuel Archanjo Marques)*. Bacharel, formado em tres faculdades, pela Universidade de Coimbra: Mathematica, com distincção, em 1858; Philosophia, tambem com distincção, em 1860: e em Medicina, com *accessit*, em 1864. N. em Latigão, provincia de Bardez, India Portugueza, a 9 de agosto de 1834, fal. em Coimbra em dezembro de 1883. Era filho de Francisco João Marques e de D. Izabel Maria Lobo. Foi nomeado professor de introducção aos tres reinos da natureza e mathematica elementar para Vianna do Castello, por decreto de 24 de setembro de 1864, logar que resignou em 1866. Conservou-se depois em Coimbra ensinando particularmente as mesmas disciplinas, explicando Mathematica e exercendo clinica. Era socio effectivo do Instituto de Coimbra, etc. Escreveu: *Resumo de geographia mathematica para uso dos examinandos*, Coimbra, 1855; *Deducção explicita da formula trigonometrica, para mais facil intelligencia da trigonometria, com regras para uso das tábuas trigonometricas de Callet*, Coimbra, 1866; *Principios geraes de mineralogia*, Coimbra 1868; *Generalidades de geometria plana*, Coimbra, 1866; foi publicada com as iniciaes A. da C., querendo o autor occultar o seu nome, por causa da guerra que os outros professores lhe moviam; teve segunda edição; *Generalidades de geometria no espaço*, Coimbra, 1866; tambem saiu com as mesmas iniciaes A. da C.; *Elementos de arithmetica redigidos em conformidade com programma official dos lyceus*, Coimbra, 1867; 2.ª edição, não sabemos a data; 3.ª, 1873; 4.ª correcta e augmentada, 1877; 5.ª tambem não conhecemos a data; *Elementos de chimica, redigidos em conformidade com o programma official dos lyceus*, Coimbra, 1875; 2.ª edição, correcta e augmentada, Coimbra, 1883; *Historia natural: Botanica redigida em conformidade etc.*, Coimbra, 1877; *Historia natural: Zoologia, redigida em conformidade*, etc., Coimbra, 1878; *Trigonometria rectilinea redigida em conformidade*, etc., Coimbra, 1879; *Historia natural: Mineralogia e Geologia, redigidas*, etc., Coimbra 1880; *Elementos de physica*, Coimbra, 1882.

Lobo *(Ruy)*. Foi o primeiro possuidor do mor-

gado de Santa Catharina, e fal. a 6 de janeiro de 1648. Era filho de Christovão Gonçalves Lobo, veador da rainha D. Leonor, mulher de el-rei D. Duarte, e mãe de D. Affonso V, e de Maria Paçanha; neto materno de João Vaz Paçanha, escrivão da puridade da referida rainha, e depois d'ella ter fallecido em Castella, para onde a acompanhou, foi secretario de el-rei D. Affonso V. Ruy Lobo está sepultado na egreja de S. Francisco, de Alemquer, em cuja sepultura lhe mandou seu filho, Garcia Lobo, lavrar o seu escudo de armas.

Lobo. Pov. na freg. de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra.

Lobo d'Avila *(Arthur Eugenio).* Jornalista, escriptor, 1.º official aposentado da Caixa Geral dos Depositos, etc. N. em Lisboa a 6 de outubro de 1855, sendo filho do fallecido general José Maria Lobo d'Avila, e de sua mulher D. Carolina Lodi Peixoto Lobo d'Avila. Estudou preparatorios no Lyceu Nacional de Lisboa, fazendo depois o curso da Aula do Commercio, carreira a que a principio se dedicou. Em 1874 foi despachado como empregado da Alfandega, e sendo n'esse anno seu pae nomeado governador de Macau, o sr. Lobo d'Avila o acompanhou, servindo em commissão na secretaria da junta de fazenda. Estando ligado ao cargo de governador de Macau o de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Portugal nas côrtes da China, Japão e Siam, o sr. Lobo d'Avila tambem exerceu o cargo de secretario da legação portugueza. Regressou a Lisboa em 1877, e fez serviço na alfandega até 1881, anno em que teve a nomeação de primeiro escripturario da Caixa Economica Portugueza. Ao mesmo tempo frequentava o Curso Superior de Letras, concluindo aquelles estudos em 1880, obtendo distincção nas cadeiras de historia, litteratura e philosophia da historia. Em 1885 foi nomeado primeiro official da Caixa Geral dos Depositos, logar em que se aposentou por decreto de 13 de maio de 1896. Foi redactor do *Commercio de Lisboa*, e tem collaborado nos seguintes jornaes: *Diario de Lisboa*, *Epoca*, *Jornal das Colonias*, *Jornal da Noite*, quando era seu proprietario Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos, *Commercio de Portugal*, *Diario da Manhã*, *Diario de Noticias*, *Diario Popular*, *Jornal do Commercio*, *Novidades*, *As Instituições*, *Seculo*, *Figaro*, etc. Na sessão solemne que a Real Associação Central de Agricultura Portugueza realisou a 12 de abril de 1905, em homenagem ao fallecido visconde de Coruche, inaugurando-se tambem o seu retrato, foi o sr. Arthur Lobo d'Avila, como socio honorario d'aquella associação, o convidado para escrever e ler o *Elogio Historico*, que depois saiu impresso no *Boletim* da associação, publicando-se tambem em separado, com o titulo: *Elogio Historico do visconde de Coruche*, lido na Real Associação Central de Agricultura Portugueza, por Arthur Lobo d'Avila. Tem publicado as seguintes obras: *A Caixa Economica Portugueza e a reforma de 15 de julho de 1885; A protecção á agricultura e o commercio dos cereaes;* os romances: *Memorias do Padre Vicente*, Lisboa, 1878; *Os ministros do sr. Moura*, publicado em folhetins nas *Instituições*, e em livro separado; fez-se depois segunda edição com o titulo de *Ministro Ideal*, dedicada ao sr. dr. Theophilo Braga, e precedida d'uma carta do mesmo escriptor; *Vasco*, publicado em folhetins nas *Novidades; A Descoberta e Conquista da India pelos portuguezes*, romance historico, premiado no concurso litterario pelo *Diario de Noticias*, por occasião do centenario do descobrimento do caminho maritimo da India em 1898; publicou se em folhetins no referido jornal, e em edição separada pela Casa Editora de João Romano Torres; *Os Caramurús*, *Os Amores do Principe Perfeito* e *O Reinado Venturoso*, romances historicos, que saíram em folhetins no *Diario de Noticias*, sendo os dois primeiros publicados pela referida Casa Editora, e o *Reinado Venturoso*, em 2 volumes, pela Empresa Fluminense; *O Rei Magnifico*, em publicação no *Diario Popular*. A sua estreia no theatro foi com a comedia em 1 acto, *Uma Noiva no prégo*, que se representou no Gymnasio em 1880. Em 1898 tambem concorreu ao

Arthur Eugenio Lobo d'Avila

concurso de um drama historico, aberto pela commissão do centenario da India, com o drama em 5 actos *A Descoberta da India ou o Reinado de D. Manuel*, que obteve o terceiro logar, sendo premiado e por isso publicado em edição official. Em dezembro de 1905, quando se commemorou o centenario de Bocage, a Sociedade Artistica do theatro de D. Maria II convidou o sr. Arthur Lobo d'Avila a escrever uma peça ácêrca do popular poeta, para ali se representar. O trabalho apresentado foi a comedia historica em 3 actos, intitulada *O Coração de Bocage*. Para o theatro escreveu mais as seguintes peças: *O Infante D. Manuel*, comedia historica em 4 actos; *O Principe Perfeito*, drama em 4 actos, extrahido do romance já citado, em collaboração com Julio Rocha, que se representou no theatro do Principe Real; *Os Malhados*, peça em 4 actos, publicada em 1902, e n'esse mesmo anno repre-

sentada no theatro de D. Amelia; *Antes quebrar que torcer*, peça em 4 actos; *As meias roxas*, comedia historica em 3 actos, de collaboração com Julio Rocha.

Lobo d'Avila (*Carlos Orta*). Escriptor, jornalista, deputado, ministro de estado, etc. N. em Lisboa a 17 de março de 1860, fal. na mesma cidade a 9 de setembro de 1895. Era filho do conde de Valbom, Joaquim Thomaz Lobo d'Avila, e de sua mulher, a condessa D. Maria Francisca de Paula Orta, filha dos 1.os viscondes d'Orta. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, on e fez um dos seus cursos mais distinctos. Aos 18 annos estreou-se uas letras com um livro de viagens que publicou em fins de 1878, intitulado *Carteira de um viajante*, tendo o sub-titulo de *Apontamentos a lapis*, prefaciado por Pinheiro Chagas. N'este livro revelou Carlos **Lobo** d'Avila grandes qualidades de escriptor. *A carteira de um viajante* fôra escripta para se publicar em folhetins no antigo *Diario da Manhã*. Sendo estudante, redigiu em Coimbra a *Revista Litteraria*, e juntamente com Luiz de Magalhães escreveu uns folhetos com o nome de *Zumbidos*, em que manifestou apreciaveis dotes criticos. Não havia ainda realisado a formatura, quando foi eleito deputado, em junho de 1884, e na primeira recomposição do ministerio presidido por Hintze Ribeiro, que se realisou em 1895, entrou para a pasta das obras publicas, passando depois

Carlos Orta Lobo d'Avila

para a dos estrangeiros. Foi redactor do *Tempo*, que depois se tornou orgão do partido constituinte, de que era chefe José Dias Ferreira. Collaborou em differentes jornaes politicos, como o *Reporter*, *Correio da Noite*, *Novidades*, *Tarde*, *Diario Illustrado*, etc., sendo mais assiduo no *Diario Illustrado*, onde publicou uma serie de artigos politicos que fôram muito apreciados, analysando e criticando um projecto de reforma da *Carta Constitucional*, apresentado por José Dias Ferreira. Esses artigos sairam colligidos n'um folheto. No *Diario da Manhã*, respondeu lhe Delphim d'Almeida. No *Diario Illustrado*, tambem publicou, com diversos pseudonymos, artigos e folhetins. Carlos Lobo d'Avila falleceu quasi repentinamente, aos 34 annos de edade, depois de regressar do Gerez, onde estivera fazendo uso das aguas. Foi quem completou o livro *O Principe Perfeito*, que Oliveira Martins deixára incompleto, quando falleceu, aproveitando e colligindo todos os apontamentos que pertenciam áquelle escriptor e estadista.

Lobo d'Avila (*Francisco de Paula*). General de divisão reformado. N. em Lagos a 23 de julho de 1801, fal. no Porto a 27 de outubro de 1887. Era filho do coronel Joaquim Anastacio Lobo d'Avila e de sua mulher D. Marianna Victoria de Mendonça Pessanha, pertencente a uma das mais distinctas familias do Algarve. Matriculou-se na Academia de Marinha, fazendo com distincção o curso, sendo premíado em todos os tres annos. Assentou praça, como voluntario, a 10 de fevereiro de 1823, em infantaria n.° 10, e com este regimento entrou, em 1826 e 1827, nas primeiras campanhas contra os revolucionarios absolutistas, assistindo ás acções de Ponte da Cabra e de Coruche. Em junho de 1827 foi reconhecido como cadete, e a 9 de julho seguinte promovido a alferes para o mesmo regimento. Pouco tempo depois, em 1828, dava o infante D. Miguel o golpe de Estado, contra o qual se sublevou uma parte do exercito. Francisco de Paula Lobo d'Avila militou nas fileiras dos insurgentes liberaes, e entrou no combate da Cruz dos Moroiços, tendo em seguida de emigrar para a Galliza com o resto da divisão liberal. A elle se deve o terem-se salvo as duas bandeiras do seu regimento, porque uma cingia-a ao corpo, e assim a occultou das autoridades hespanholas, profundamente hostis á emigração liberal, salvando a outra da mesma fórma o porta-bandeira Girão, a convite de Lobo d'Avila. Estas duas bandeiras conservam-se no museu militar do Arsenal do Exercito. Da Galliza passou a Inglaterra com os seus companheiros, e d'ali para a ilha Terceira. Collocado na companhia de sapadores, e depois addido ao batalhão de artilharia de Angra do Heroismo, foi promovido a tenente em outubro de 1831 para o primeiro batalhão da referida arma. Assistiu á tomada das ilhas de S. Jorge, Faial e S. Miguel, exercendo n'esta ultima as funcções de inspector do arsenal. Na expedição do exercito libertador, que D. Pedro IV organisou a qual veio desembarcar nas praias do Mindello em 1832, tambem Lobo d'Avila tomou parte, sendo logo em fins de julho nomeado ajudante de campo do commandante geral de artilharia. Distinguiu-se na sortida de 14 de novembro ao sul do Douro, commandando a força que inutilisou a bateria inimiga, ganhando por isso o habito da Torre e Espada; depois de elevado a capitão do estado maior em 4 de abril de 1833, assignalou-se ainda nas linhas de Lisboa em 5 de setembro, merecendo ser agraciado com o grau de official da referida ordem, e posteriormente em Amarante, Castro Daire e na batalha d'Asseiceira, em que recebeu a mercê do habito da Conceição. Terminada a campanha, foi no-

meado chefe do estado maior da 6.ª divisão militar. Sendo promovido a major para o primeiro regimento de artilharia, passou á terceira secção em 1844, voltou á primeira em 1846; promovido a tenente-coronel, foi nomeado chefe do estado

Francisco de Paula Lobo d'Avila

maior da 3.ª divisão. Entrou tambem na politica, eleito deputado pelo circulo de Ovar. Mostrando-se hostil ao partido de Costa Cabral, quando, depois do golpe de Estado de 6 de outubro de 1846, rebentou no Porto a revolução, logo se reuniu aos insurgentes; foi um dos membros da Junta do Porto, que então se constituiu, sendo encarregado dos negocios da guerra. Tornou-se notavel a actividade verdadeiramente extraordinaria com que organisou e disciplinou as forças que seguiram o partido da Junta. Conservou-se no seu posto até á convenção de Gramido, assignada em 30 de junho de 1847, retirando-se então para a sua casa de Chavães, onde viveu completamente afastado da politica até 1851, anno em que foi nomeado commandante do material das 3.ª e 4.ª divisões. Em 1864 teve a promoção de general de brigada, ficando a seu cargo a brigada de instrucção do Porto; logo em seguida foi nomeado do commandante geral interino da arma de artilharia, passando pouco depois a effectivo. Era então ministro da fazenda seu irmão Joaquim Thomaz Lobo d'Avila, mais tarde conde de Valbom, e o gabinete estava sendo alvo d'uma vivissima opposição. Quando em dezembro de 1864 o ministro da guerra conferiu ao general Lobo d'Avila a medalha de ouro do valor militar, e a de prata de comportamento exemplar e de bons serviços, militares, como premio d'uma carreira sem nodoa, esse acto foi vivamente discutido e incriminado, levantando-se fortes debates na camara dos pares. A imprensa da opposição occupou-se largamente d'esta campanha politica, que ficou conhecida pelo nome *Cruz de Soutulho*, e em que se fizeram as mais acerbas accusações ao valente militar, que o obrigou a pedir a sua reforma, que lhe foi concedida no posto de general de divisão a 25 de julho de 1865, indo viver para Santarem. A questão, nascida do ardor da politica versava sobre varios factos imputados ao general, succedidos no tempo da Junta do Porto, accusando-o de se ter valido da sua posição para obter uma herança, e de haver contribuido para a morte do advogado Agostinho Julio, que fôra assassinado na noite de 21 de julho de 1850. Rodrigo Lobo d'Avila, filho do valente militar, querendo justificar seu pae e esclarecer esta questão, que deu logar á publicação de varios pamphletos, escreveu uma memoria, que se imprimiu em 1865, com o titulo: *O general Francisco de Paula Lobo d'Avila e os seus detractores*. Appareceu tambem em defeza do general um folheto, que se julgou ser escripto por elle proprio, com o titulo de *A questão da concessão das medalhas militares ao general Lobo d'Avila*. A campanha tornara-se vehemente e abalara o ministerio; Joaquim Thomaz Lobo d'Avila saiu do gabinete, e como outros ministros o acompanharam, teve o duque de Loulé, para manter a situação, de refundir completamente o ministerio. O general Lobo d'Avila ainda viveu muitos annos, retirado no Porto, até que falleceu. Era casado com D. Thereza Telles Lobo d'Avila.

Lobo d'Avila *(Joaquim Thomaz)*. Foi o 1.º conde de Valbom. V. *este titulo*.

Lobo d'Avila *(José Maria)*. General de brigada, governador de Macau, ministro plenipotenciario na China, Japão e Siam, deputado, par do reino, etc. N. em Lisboa a 29 de fevereiro de 1817, onde tambem fal. em 7 d'agosto de 1889.

José Maria Lobo d'Avila

Era filho do coronel de infantaria Joaquim Anastacio Lobo d'Avila, que fez a guerra peninsular, sendo condecorado na batalha de Albuhera, em 1811, combatendo contra as forças do general

francez Soult, e de sua mulher D. Marianna Victoria de Mendonça Pessanha. Assentou praça aos 16 annos de edade, como soldado voluntario em 9 de agosto de 1833, no 2.º batalhão de artilharia. Em 10 de outubro marchou para o exercito das operações, servindo na 3.ª brigada de calibre 6, de que era commandante o capitão João Cypriano de Barros. Em 1 de novembro era promovido a cabo. Assistiu no dia 5 de setembro de 1834 á defeza das linhas de Lisboa, na bateria do Seabra, por cima do bosque do Louriçal, e esteve no dia 14 do mesmo mez na defeza da linha no ataque proximo oo Alto de S. João. No dia 11 de outubro, depois da saida das linhas de Lisboa, figurou na acção do Alto de Loures, antes da passagem do rio. Assistiu á acção de Pernes, sortida para destruir os moinhos, estando na columna de operações commandada pelo barão de S. Cosme. Esteve na acção do dia 18 em Almoster, no exercito do commando do marechal de Saldanha, em frente de Santarem, regressando doente a Lisboa. No ataque ás linhas de Lisboa prestou um relevante serviço, segundo se lê na *Historia do marechal Saldanha*, por D. Antonio da Costa: «Para defender a posição do reducto do Seabra investe contra os realistas, collocados como acabamos de vêr, na altura fronteira, a brigada de D. Thomaz de Mascarenhas. Cae mortalmente ferido este brioso general, merecendo distincção por sua valentia o ajudante de campo do imperador, conde de Ficalho, ao acompanhar a carga. Prejudicava muito os liberaes o fogo de uma linha de atiradores realistas ao longo de um muro que os acobertara. Do reducto do Seabra que intenta arremetel-a, é maudado o valente artilheiro José Maria Lobo d'Avila ao reducto da Atalaya com aviso para que cessem de disparar contra aquelle ponto. Conseguindo chegar com a ordem, são os atiradores realistas desalojados intrepidamente para além do muro indicado» Declarado aspirante a official, depois do competente exame, foi despachado alferes para o Ultramar, a 9 de fevereiro de 1835, promovido a tenente em 17 de junho de 1837, a capitão em 12 de abril de 1842, a major em 22 de abril de 1845, a tenente-coronel em 16 de novembro de 1854, e a coronel em 17 de novembro de 1875, sendo então transferido para o exercito de Portugal no posto de coronel de infantaria, em conformidade do decreto de 2 de dezembro de 1869, e promovido a general de brigada em 1882. Exerceu varios governos em Africa; foi governador de Macau, nomeado em 1874, e ministro plenipotenciario na China, Japão e Siam; deputado em differentes legislaturas, par do reino eleito pela Guarda, e vogal do Supremo Tribunal de Guerra e Marinha. Possuia as medalhas das campanhas da Liberdade algarismo n.º 2, e as de ouro de bons serviços e de comportamento exemplar. Era official e commendador das ordens de Nossa Senhora da Conceição e de S. Bento de Aviz. Tambem fôra agraciado com a commenda da Legião de Honra, de França, concedida por serviços prestados áquelle paiz, como governador de Macau. O general José Maria Lobo d'Avila era casado com D Carolina Lodi Peixoto Lobo d'Avila.

Lobo d'Avila *(Amandio José)*. Major reformado. N. em 1805. Assentou praça na cidade de Santarem no regimento n.º 10, em 15 de abril de 1825. Tinha 20 annos de edade. Serviu como soldado *agaloado*, usando as insignias de cadete, menos as estrellas. De cadete passou a porta-bandeira do regimento. Foi promovido a alferes em 13 de outubro de 1831, a tenente em 25 de julho de 1833, e a capitão em 5 de setembro de 1837. Entrou nas seguintes campanhas: em 1826 contra o general Silveira, em 1828 e em 1832 contra as tropas absolutistas. Assistiu a varios combates, batalhas e assaltos; na acção de Amarante em 1826; na de Coruche em 1827, na dos Moroiços em 1828; na do Vouga no mesmo anno, na da Villa da Praia, ilha Terceira, em 1829; na do Lombo do Gato, ilha de S. Jorge, em 1831; na Ladeira Velha, ilha de S. Miguel, em 1831; e em differentes combates, na defeza das linhas do Porto. Emigrou com a divisão liberal para a Galliza em 1828, d'ali passou a Inglaterra, e depois á ilha Terceira Veiu desembarcar nas praias do Mindello, pertencendo ao exercito libertador, como alferes, em 8 de julho de 1832, entrando no Porto no dia seguinte. Esteve na defeza das linhas do Porto e assistiu ás batalhas de Ponte Ferreira, de Souto Redondo, em que o seu batalhão, se póde dizer, salvou a causa da Liberdade. Entrou em quasi todas as sortidas, sendo ferido em 29 de setembro de 1832 na bateria denominada da Lomba, proximo do Senhor do Bomfim. Em 1833, continuou na defeza do Porto, ficando gravemente ferido em 24 de março d'esse anno, no sitio chamado Casa Negra, proximo da estrada da Aguardente. Em virtude dos ferimentos recebidos passou a pertencer ao Deposito Geral Militar do Porto. Assim continuou, em 1834, sendo nomeado para assistir a conselhos. Foi depois ajudante do Governador Militar de Coimbra, e desempenhou varias commissões desde 1834 a 1848, passando para a companhia de veteranos de Mattosinhos, ficando addido ao castello de S. João da Foz do Douro, onde assistia tambem a conselhos. Era condecorado com a medalha n.º 9 de D. Maria e D. Pedro (campanhas da Liberdade). Falleceu a 9 de julho de 1863, no posto de major graduado.

Lobo d'Avila *(Rodrigo)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado em differentes legislaturas, etc. N. em Santarem a 6 de agosto de 1839, sendo filho do general de divisão Francisco de Paula Lobo d'Avila, e de sua mulher, D. Thereza Telles Lobo d'Avila. Foi secretario geral do districto de Faro, delegado do procurador regio em S. João da Pesqueira e Braga; em 1891 era juiz de Direito. Até ao 4.º anno de Direito assignava-se Rodrigo Lobo de Gouveia e Avila. Escreveu: *O General Francisco de Paula d'Avila e os seus detractores (memoria redigida por seu filho)*, Lisboa, 1865. N'ella demonstra-se a falsidade das accusações que diversos jornaes politicos dirigiram ao referido general, o que é comprovado por 35 documentos extrahidos das notas officiaes, além d'outros passados por varias pessoas e corporações, e que bastante esclarecem esta questão. V. *Lobo d'Avila (Francisco de Paula)*.

Lobo d'Avila Lima *(José)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa no anno de 1885, sendo filho do dr. Manuel Caetano da Silva Lima, e de sua mulher, D. Joanna Palmyra Lobo d'Avila. Estudou instrucção primaria e secundaria no collegio de

Campolide, sendo premiado em todos os annos lectivos. Formou-se em Direito, depois d'um brilhante curso, sendo classificado em todos os annos. Deve fazer exame de licenceado em 15 de junho do corrente anno devendo em seguida tomar capello. E' considerado como um dos academicos de mais valor do seu curso. Publicou em 1905 um livro intitulado: *Movimento operario em Portugal*, que foi prefaciado pelo sr. conselheiro Anselmo d'Andrade. Tem escripto, em varios jornaes e revistas, artigos litterarios e estudos sobre sciencias sociaes e economicas.

Lobo de Carvalho *(Antonio)*. Poeta satyrico. N. em Guimarães pelos annos de 1730, e fal. em Lisboa a 26 de outubro de 1787. Era mais conhecido pela alcunha de *Lobo da Madragôa*. As suas composições conservaram-se por muitos annos manuscriptas, mas em 1852 fôram colligidas e publicadas em volume, com o titulo: *Poesias joviaes e satyricas de Antonio Lobo de Carvalho*, Cadiz, 1852.

Lobo Correia *(Pedro)*. Escrivão da contadoria geral da guerra, etc. Era natural de Lisboa, onde tambem falleceu a 30 de janeiro de 1708. Escreveu: *Sentinella contra judeus, posta em a torre da egreja de Deus*, etc., *traduzida do castelhano*, Lisboa, 1674; 2.ª edição, Coimbra, 1710; 3.ª em Lisboa, 1748; *Nascimento, vida e morte admiraveis do grande servo de Deus, Gregorio Lopes, natural da villa de Linhares, composto pelo licenceado Francisco Losa, traduzido na lingua portugueza, e accrescentado o fim e primeiro capitulo*, Lisboa, 1675; *Introducção á vida devota de S. Francisco de Sales, traduzida em portuguez*, Lisboa, 1682, saiu sem o nome do traductor; *Vida de Adão, e orações contra as tempestades*, Lisboa, 1682, e Coimbra, 1709.

Lobo Morto Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Rio Maior, districto de Santarem.

Lobo Moura *(Bartholomeu)*. N. em Evora em 1638, onde tambem fal. a 30 de março de 1719. Era filho de Luiz de Azambuja de Moura da Cunha, e de Joanna Lobo Vieira Recebeu o grau de mestre em Artes na Universidade de Evora, frequentando tambem por algum tempo a faculdade de Theologia. Passou depois á de Coimbra, onde estudou Jurisprudencia Pontificia Foi reitor da parochial egreja de Santo Antão, de Evora, protonotario apostolico, e escrivão da camara do arcebispado de Evora. Escreveu: *Extracto da magestosa procissão que a devoção dos mordomos da Irmandade do Santissimo da egreja parochial de Santo Antão da cidade de Evora determinaram fazer na festa do Corpus Christi*, etc., Evora, 1687; *Desposorios eucharisticos*, etc., Lisboa, 1683; *Demonstração do amor e vontade, e devoção do juiz, mordomos e mais irmãos da Sagrada Imagem da Senhora da Victoria, na egreja de S. Vicente, em Evora, no domingo 21 de agosto de 1712*. Deixou em manuscriptos 6 tomos de *Sermões varios*.

Lobo da Silva *(D. Thereza Eugenia Maldonado da Gama)*. Religiosa da ordem de Santa Clara, natural de Evora, sendo filha de D. João Maldonado de Azevedo, desembargador do Porto, e de D. Brites Pereira da Gama Lobo. Despresou muitos casamentos vantajosos, para se encerrar no claustro, e professou no convento de Santa Clara, de Evora, em 1694. Desde creança que se lhe conhecia vocação para a poesia vulgar, dedicando os seus versos a assumptos sagrados. Publicaram se, em lingua castelhana: *Romances a la Serenissima Senhora Princeza del Brazil, nuestra senhora en su felicissima venida a Portugal; A la muerte de la Serenissima Senhora D. Francisca Infanta de Portugal*, sem ter logar nem data da impressão.

Lobo da Silveira *(D. Diogo)*. Dom prior de Guimarães, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, conego da sé de Lisboa, etc. N. em Lisboa a 7 de setembro de 1666. Era filho de D. João Lobo da Silveira, 6.º barão de Alvito. Foi quem redigiu os estatutos da collegiada de Guimarães; collegial do collegio de S. Pedro, conego da sé de Lisboa, e sumilher da cortina de D. Affonso VI. Este monarcha o nomeou D. prior da collegiada de Guimarães. Foi tambem eleito bispo de Vizeu, mas não chegou a exercer esta elevada dignidade, porque a morte o surprehendeu, sendo victima d'um desastre, ficando sepultado debaixo das ruinas d'uma varanda que lhe caiu em cima

Lobo da Silveira *(D. Luiz)*. Era natural de Lisboa, e fal. em Madrid em 1626, sendo filho de D. Rodrigo Lobo, pagem da lança d'el-rei D. Sebastião na batalha de Alcacer-Kibir, commendador de S. João de Trancoso e de Santa Maria de Sarzedas, casado com D. Maria de Noronha da Silveira, dama da infanta D. Maria Foi herdeiro dos senhorios de seu pae, e das commendas de Santa Olalha, no bispado de Miranda, e de Santa Maria de Sarzedas, no da Guarda, ambas na ordem de Christo. Militou nas praças de Ceuta e de Tanger com grande bravura. Teve natural vocação para o estudo da Genealogia, que cultivou com profunda investigação e incansavel desvello, ficando considerado como um dos mais famosos genealogistas de Hespanha. Foi casado com D. Joanna de Lima, filha de D. Diogo de Lima, commendador de Vitorinha, camareiro-mór do infante D. Luiz, casado com D. Maria Coutinho, filha de Martim Affonso de Sousa. D'este consorcio nasceu, entre outros filhos, D. Rodrigo Lobo da Silveira, que foi o 1.º conde de Sarzedas. Deixou manuscripto: *Nobiliario historico que contém as descendencias, e acções dos Serenissimos reis de Portugal; Historia Geral de França desde a morte de Henrique II, até o ultimo edito da Paz feito em Ruão por Henrique IV.*

Lobos. Casal na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, distr. de Leiria. || Casal na freg de N. S.ª dos Milagres, de Vieira, conc. e distr. de Leiria. || Monte na freg. de S Gens, de Palla, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu. || Ribeira do distr. de Bragança. Nasce na freg. de Corujas, e depois de passar por Macedo de Cavalleiros, lança-se no rio Tua, proximo de Mirandella, com 30 k. de curso.

Lobrigos Pov e freg. de S. João Baptista, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Santa Martha de Penaguião, com. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 340 fog. e 1:431 hab. Tem est. post. permutando malas com Santa Martha, e escolas do sexo feminino. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada junto da margem direita do rio Douro em terreno muito accidentado. O duque de Lafões apresentava o abbade, que tinha de rendimento annual 10:000 cru-

zados, segundo o *Portugal sacro e profano*, porém, no *Portugal antigo e moderno*, vol. IV, pag. 432, diz Pinho Leal que o rendimento era muito maior, pois havia annos em que, só em vinho, fazia o abbade, de 19 a 20 contos de réis. Era, na verdade, a mais rica abbadia de Portugal, e mais rendosa do que alguns bispados A pov. é muito fertil em vinho, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. Pelo decreto de 26 de setembro de 1895, que suprimiu o conc. de Santa Martha de Penaguião, ficou esta freg annexada ao de Peso da Regua, mas voltou ao antigo conc. que foi restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. || Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Santa Martha de Penaguião, com. de Peso de Regoa, distr. de Villa Real, bispado de Lamego; 227 fog. e 957 hab. A séde do conc. a que pertence, é na area d'esta freg., sendo até o seu primitivo nome *S. Miguel de Penaguião*. O abbade da freg. de S. João de Lobrigos apresentava o cura, que tinha 150$000 réis de renda annual. Esta freguezia é mais antiga que a monarchia portugueza, e a de S. João Baptista foi d'ella desmembrada, e actualmente é mais importante. A egreja matriz construiu-se em 1191 (anno de 1153 da era de Christo). A pov. está situada na margem direita do rio Corgo. Tambem ficou pertencendo ao conc. de Peso da Regoa, pelo decreto de 26 de setembro de 1895, voltando para o de Santa Martha de Penaguião, que o decreto de 13 de janeiro de 1898 restaurou. Pertence, como a freg. antecedente, á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Locaia. Pov. na freg. do Salvador do Monte, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Locio (*D. José Antonio*). Major reformado e abastado proprietario. N. em Lisboa a 6 de julho de 1825, fal. em Cascaes em 21 de outubro de 1903. Foi alumno do Collegio Militar, e assentou praça em 1846. Acompanhou como alferes porta-bandeira o regimento de infantaria n.º 16 na revolução chamada da *Maria da Fonte*, entrando na batalha do Alto Viso; em 1 de maio de 1846 foi ferido na perna esquerda por uma bala de artilharia. Reconhecendo-se a gravidade do ferimento, no campo lhe foi amputada a perna, um pouco abaixo do joelho. Transportado a Lisboa, soffreu nova operação, sendo a amputação feita pelo terço inferior. Recebeu a sua reforma em 1847, no posto de tenente e addido como ajudante da praça de Cascaes, onde então se aquartelava um batalhão de veteranos. Foi-lhe concedida a pensão de sangue, e em 23 de abril de 1884 alcançou melhoria na reforma no posto de major. Em 1851 casou com D. Maria Porfiria de Freitas. D. José Locio era muito affeiçoado a Cascaes, e por isso muito dedicado a todos os melhoramentos e instituições locaes Por varias vezes exerceu os cargos de provedor da Misericordia d'essa villa, vereador e vice-presidente da camara municipal, socio fundador e director da Associação de Soccorros Mutuos. Foi o fundador e director da primitiva philarmonica e sociedade do theatro. Quando falleceu era vice-presidente da Associação dos Bombeiros Voluntarios.

Locio e Seiblitz (*D. Jorge Eugenio de*). Official do exercito ao serviço do infante D. Miguel, entrando, como tal, na convenção de Evora Monte em 1834; escriptor, jornalista, etc. N. em Villa Nova de Portimão a 23 de fevereiro de 1819, fal. em Lisboa a 5 de janeiro de 1883. Era filho de D. Francisco Xavier Locio Seiblitz, descendente d'uma familia nobre da Suecia, natural de Pernambuco, fidalgo da Casa Real, desembargador da Relação e casa do Porto, superintendente das alfandegas do Algarve, etc., casado com D. Maria Amelia Coelho Judice Biker Gusmão Tavares. D. Jorge Locio era muito versado em humanidades e na lingua latina, sendo o seu autor classico mais predilecto Virgilio, que sabia quasi de cór. Conhecia perfeitamente as linguas franceza e hespanhola, tambem lhe não era extranha a lingua ingleza, e possuia alguns conhecimentos de Mathematica. Quando o cardeal-patriarcha D. Guilherme I estabeleceu no edificio de S. Vicente de Fóra uma aula de Theologia, D. Jorge Locio matriculou-se como discipulo ordinario, onde obteve umas noções geraes de Theologia Dogmatica e Moral. Foi um dos fundadores do jornal a *Nação*, e pela morte do redactor principal, o dr. Manuel da Silva Bruschy, succedida em 1873, tomou esse encargo, que conservou até fallecer. Collaborou tambem no *Portugal Velho*. Publicou em Lisboa no anno de 1844 estes dois opusculos: *Grammatica da lingua portugueza, offerecida á mocidade lisbonense; Nova grammatica franceza por Noel e Chapsal, traduzida em Portuguez*. Tambem escreveu: *A Legitimidade e o sr. Mendes Leal*, Lisboa, 1882; *La verité sur la question de la legitimité en Portugal*, Lisbonne, 1885. D. Jorge Locio Seiblitz falleceu repentinamente, fulminado por uma apoplexia, na propria redacção da *Nação*. O seu funeral foi muito concorrido, vendo-se ali homens de todos os partidos politicos; a imprensa liberal fez-se distinctamente representar.

Loco. Pov. do sobado de N'Dondo iá Quirima, conc de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 9.ª divisão.

Locola. Rio de Cabinda, Africa Occidental, em cuja margem esquerda ha varias feitorias. Degua no Oceano Atlantico e tem pouco fundo.

Lodão. Pov. na freg. de Santa Cruz do Douro, conc. de Baião, distr. do Porto.

Lodares. Pov. e freg de Santa Marinha, da prov. do Douro, conc. e com. de Louzada, distr. e bisp. do Porto; 171 fogos e 708 hab. Tem correio e esc. de sexo masc. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada entre o rio Sousa e uma ribeira affluente do mesmo rio. O papa, o bispo e o mosteiro de Cette, dos eremitas de Santo Agostinho, apresentavam alternativamente o abbade, que tinha de rendimento annual 590$000 réis. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: Santa Marinha de Lodares, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Pedro, de Valle de Nogueiras, conc. e distr. de Villa Real.

Lodeiro. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Cabril, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || Santa Eulalia, de Gaifar, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. José, de Godim, conc. de Peso da Regoa, distr. de V. Real. || S. Jorge, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr de Vianna do Castello | S. Martinho, de Mei, do mesmo conc. e distr. | S Miguel, de Oliveira do Douro, conc. de Siufães, distr. de Vi-

zeu. || S. Pedro da Cova, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Santo André, de Tellões, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Casal na freg. de Santa Christina, de Figueiró, do mesmo conc. e distr. || Quinta na freg de S. Miguel, de Christello, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Lodeiro d'Arque. Pov. na freg. de Santa Maria, de Salto, conc de Montalegre, distr. de Villa Real.

Lodeiros. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Gamil, conc. de Barcellos, districto de Braga

Lôdo. Pov. na freg de S. João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Lodões. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Villa Flôr, distr. e bispado de Bragança; 48 fog. e 178 hab. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 1 k da séde do conc. O reitor de Villa Flôr apresentava o vigario, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. O clima é quente e pouco salubre. Esta freg. está annexada civilmente á de Villa Flôr, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com séde em Mirandella.

Logar. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Beire, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Ilha da Madeira e distr. do Funchal: N. S.ª da Natividade, do Faial, conc. de Sant'Anna; Bom Jesus, de Ponta Delgada, concelho de S. Vicente.

Logar d'Além. V. *Além*.

Logar d'Aquem. Pov. na freg. de S. Miguel, de Parreiras, conc. de Paredes de Coura, distr de Vianna do Castello.

Logar de Baixo. Povoações nas freguezias: Santo Estevão, de Boalhosa, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Bartholomeu, de Mar, conc. de Espozende, distr. de Braga. || S. Pedro da Torre, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Ilha da Madeira; N. S.ª da Luz e conc. da Ponta do Sol, distr. do Funchal. || Santa Marinha, de Tayão, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Travassô, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Villa Chã, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Logar Bom. Pov. na freg. de S. João Degolado, de Terrugem, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Logar de Cima. Povoações nas freguezias: Santo Estevão, de Boalhosa, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Bartholomeu, de Mar, conc. de Espozende, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Sistello, conc. de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Tayão, conc. de Valença, do mesmo distr. || S. Thiago, de Villa Chã, conc. de Ponte do Lima, do mesmo districto

Logar d'Eira. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Louredo, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Logar do Meio. Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira; Santo Antonio, conc. e distr. do Funchal. || Santa Maria da Vinha, de Areosa, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Madail, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Logar dos Moinhos. Pov. da freg. do Salvador e conc. de Miranda do Corvo, districto de Coimbra.

Logar Novo. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, só nova, conc. e distr. de Coimbra. || Santa Eulalia, de Constance, conc. de Marco de Canavezes, distr do Porto. || S. Thiago, de Faria, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S Pedro, de Figueiredo, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Salvador, de Ginzo, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Thiago, de Ourilhe, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr || S. Paio, de Parada de Tibães, conc. e distr. de Braga. || S. Thomé, de Prozello, conc. de Amares, do mesmo districto.

Logar Novo dos Pinheiros. Pov. na freg. de S. Miguel, de Refoios de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Logar do Pastor. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural.

Logar do Senhor do Gallo. Pov. na freg de S Lourenço, de Alvellos, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Logares. Pov. na Ilha da Madeira, freg. da Santissima Trindade, de Tabua, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Logarinho. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Arnas, conc. de Sernancelhe, districto de Vizeu.

Logarinho *(Bairro do)* Na Ilha da Madeira; freg de Santa Beatriz, de Agua da Pena, conc. de Machico, distr. do Funchal.

Logarinhos Pov. na freg. de S. Mamede, de Cibões, conc. de Terras do Bouro, distr. de Braga.

Loge *(Ponta do)*. Ponta septentrional da bahia de Ambriz, do conc. d'este nome e provincia de Angola. Dista da embocadura do rio Loge cêrca de 5 kilom. para NO. E' baixa e arenosa, e d'ella parte um recife para o mar.

Loge *(Rio)*. Rio do conc. de Ambriz, distr. de Loanda e provincia de Angola. Nasce nos sertões do reino do Congo e desagua ao fundo da bahia do Ambriz, na enseada Funta, em 7.º 51' Tem a embocadura quasi totalmente fechada, é todavia rio abundante, porquanto durante longo espaço apresenta perto de 4 metros de fundo Banha terrenos feracissimos nos quaes se erguem varias aldeias. Parece ter perto de 400 kilom. de curso e é alimentado por diversos affluentes. Tambem se chama *Rio Bamba* e *das Ambres*.

Lôgo. Morada, residencia obrigada que tinha o colono, ou emphyteuta, de residir pessoalmente na terra do prazo, e de não a poder em tempo algum alienar, e se morresse sem filhos, se devolvia immediatamente ao senhorio directo. Chamava-se a esta qualidade de prazo: *casal de fôgo e lôgo*.

Logo de Deus Pov. na freg. de S. Paulo de Frades, conc. e distr. de Coimbra.

Logoão. Rio. V. *Longo*.

Logra Sol. Pov. na freg. de S. Vicente, de Vacariça, conc. de Mealhada, districto de Aveiro.

Loguém. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Gestaçô, conc. de Baião, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Loiça. Productos ceramicos, taes como de olaria (barro), falança, porcelana, etc. V. *Ceramica* e *Olaria*.

Loiral. Pov. na Ilha de S. Jorge, no conc. da Calheta, distr. e bisp. de Angra do Heroismo. E' abundante em vinhos, cereaes, gados e pescarias.

Loivo. Pov. e freg. de Santa Marinha, da provincia do Minho, conc. e com de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 147 fog. e 454 hab. Tem escolas para ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 1 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem esquerda do rio Minho. As freiras do convento de Sant'Anna, de Vianna do Castello, apresentavam o vigario, que tinha de rendimento 100$000 réis. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Esta freg. foi annexada ao conc. de Valença, pelo decreto de 12 de julho de 1895, que supprimiu o de V. N. da Cerveira, e voltou para este, por ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898.

Loivos. Pov. e freg. de S. Geraldo, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Chaves, districto de Villa Real, arcebisp. de Braga; 238 fog. e 946 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post. permutando malas com Vidago, notario, pharmacias, e feira nos dias 15 e 26 de cada mez. A pov. dista 13 k da séde do conc. e está situada n'uma baixa. O reitor de Santa Maria, de Moreiras, apresentava o cura, que tinha 12$000 rs. e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Pov. na freg. de Santo André, de Fiães do Rio, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Loivos do Monte Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Douro, conc. e com. de Baião, distr. e bisp. do Porto; 116 fog. e 450 hab. Tem caixa post. A pov. dista 6 k. da séde do conc. O abbade de Gestaçô apresentava o cura, que tinha rs. 30$000 e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Loivos da Ribeira. Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. do Douro, conc. e com de Baião, distr e bisp. do Porto; 111 fog. e 506 hab. Tem esc. do sexo fem. A pov. está annexada civilmente á de S. Miguel, de Trezouras, e fica distante 15 k. da séde do conc. E' situada proximo do rio Teixeira O morgado do Senhor das Chagas, da familia dos Tavoras e Noronhas, Lemos, Cernaches, apresentava o abbade, que tinha réis 200$000 annuaes. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil e ao distr. de recrut. e reserva n.º 13, com a séde em Villa Real.

Lojas. Pov. na freg de N. S.ª dos Anjos e conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Lojistas de Lisboa (*Associação Commercial dos*). Importante aggremiação, cujos fins são discutir as questões que interessam aos seus associados, tomar conhecimento de quaesquer actos que os agentes da autoridade pratiquem contra algum socio. etc., iniciar e desenvolver os assumptos ou melhoramentos commerciaes; promover por meios legaes a educação e a moralidade dos caixeiros, etc, a instrucção dos socios e seus filhos, estabelecendo escolas, gabinetes de leitura, etc. Tem a sua séde no Largo da Abegoaria.

Loliem. Pov. do conc. de Canácona, Novas Conquistas, arceb de Gôa, India.

Loliem-Pollem Aldeia e regedoria do conc. de Canácona, distr. e arcebisp. de Gôa, no Estado da India. Pertence ás Novas Conquistas Por decreto de 30 de agosto de 1907 foi creada uma capellania n'esta pov., onde, por subscripção publica e com o auxilio do governo provincial, se construiu uma capella.

Lolo. Pov. do sobado do mesmo nome, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. || Sobado do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, provincia de Angola.

Lolondo. Rio da costa de Cabinda, Africa Occidental, cuja margem esquerda é rematada pela ponta do Chapéo de Sol. Nasce no sertão, e vae desaguar no Oceano Atlantico.

Lomão. Pov. na freg. de S. Miguel, de Queirã, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Lomar. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 143 fog. e 699 hab. Tem escolas d'ambos os sexos. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada junto da margem esquerda do rio Este. A mitra apresentava o reitor, que tinha de rendimento 60$000 réis, e o pé d'altar. Ha vestigios de fortificações muito antigas na serra que fica entre esta freg. e a de Guizande. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com séde em Braga. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Luzim, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Lomba. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Amarante, distr. e bisp. da Porto; 132 fog. e 625 hab. Tem correio com serviço de posta rural, escolas d'ambos os sexos, e fabricas de teares de algodão. A pov. dista 1 k. da séde do conc. e corre por ella o rio Ovelha. A mitra apresentava o abbade, que tinha réis 220$000 de rendimento. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. do Douro, conc. de Gondomar, com., distr. e bisp. do Porto; 307 fog. e 1:127 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Ha n'esta freg. minas de antimonio. A pov. dista 17 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Douro. O abbade de Meles apresentava o cura, que tinha 6$000 rs. de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 18, com a séde no Porto. || Pov. e freg. de S. Caetano, na região oriental da ilha das Flôres, conc. das Lagens das Flôres, comarca de Santa Cruz das Flôres, districto de Horta, bispado de Angra do Heroismo; 150 fog. e 617 hab. Está situada entre as povoações de Santa Cruz e das Lagens. Tem esc. do sexo masc. e est. post. permutando malas com as Lagens. O solo é fertil. Abunda em madeiras e tem bons pastos e muito gado. Pertence ao commando mil dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. Sendo supprimido o conc. de Lagens das Flôres pelo decreto de 18 de novembro de 1895, passou a pov. de Lomba para o de Santa Cruz das Flôres, voltou, porém, ao seu antigo conc. que foi restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. || Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Aboim da Nobrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria Ma-

gdalena, de Agadão, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Matheus, de Alvâres, conc. de Goes, distr. de Coimbra. || S Gens e conc. de Arganil, do mesmo distr. || S. Simão, de Arões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de Buecos, conc. de Cabeceiras de Basto, distr de Braga. || S. Thiago, de Burgães, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, districto de Aveiro. || N. S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || Santa Maria, de Cunha, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Santo Antonio, de Fatima, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || Santa Marinha, de Gontinhães, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Guifões, conc. de Bouças, districto do Porto. || Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santa Marinha, de Palmás, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santo Thirso, de Paramos, conc. da Feira, do mesmo distr. || S. Martinho, de Pecegueiro, conc. de Sever do Vouga, do mesmo distr. || O Salvador, de Pombeiro, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || Santa Marinha e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || Ilha de S. Jorge; S. Thiago, de Ribeira Secca, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo. || N. S.ª da Conceição, de Rossas, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Sande, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || Santa Eulalia, de Sobrosa, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Maria Magdalena e conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Vicente, de Troviscal, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || S Thiago e conc. de Vagos, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Villa Chã, conc de Oliveira de Azemeis, do mesmo distr. || S. Miguel, de Villa Franca, conc. e distr. de Vianna do Castello || S. Miguel, de Villarinho, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Aldeia da freg. de S. Thiago e S. Matheus e conc. de Sardoal, distr. de Santarem || Ilha do Faial; N. S.ª da Conceição, conc. e distr. de Horta. || Serra do distr. de Vizeu; corre na freg. de Areozêllo das Maias, conc. de Oliveira de Frades, e estende-se até junto do rio Vouga. Tem 3 k. de comprimento e 2 de largura. || Serra do distr. de Bragança E' uma ramificação da serra de Quiraz; tem 8 k. de extensão por 3 de largura, e 842 m. de altura. || Cabo da costa oriental da ilha das Flôres, Açôres. Está situado proximo da pov. de Lomba, e assenta n'elle a pov. de Ponta Ruiva. || Pov do sobado de Zundo, conc. de Ambaca, districto de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 8.ª divisão. || Pov. do sobado de Cabaça, do mesmo conc., districto e prov. Pertence á 1.ª divisão.

Lomba d'Agua. Ilha de S Miguel; pov. na freg. de N. S.ª das Candeias, de Candelária, conc. e distr. de Ponta Delgada.

Lomba do Alcaide. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de Santa Mãe de Deus e conc. de Povoação, distr. de Ponta Delgada.

Lomba de Alveite. Pov. na freg. de N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

Lomba d'Arregaça. Pov na freg. de Santo Antonio dos Olivaes, concelho e distr. de Coimbra.

Lomba da Assomada do Nordestinho. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de S. Pedro, de Nordestinho, conc. de Nordeste, distr. de Ponta Delgada.

Lomba d'Avô. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, de Gafanhão, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Lomba do Barc . Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto e conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Lomba do Barqueiro. Pov. na freg. de S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Lomba do Botão. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de Santa Mãe de Deus e conc de Povoação, distr. de Ponta Delgada. Tem est postal.

Lomba do Carro. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de Santa Mãe de Deus e conc. de Povoação, distr. de Ponta Delgada.

Lomba da Casa. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Aguda, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Lomba do Cavalleiro. Ilha de S. Miguel; pov na freg. de Santa Mãe de Deus e conc. de Povoação, distr. de Ponta Delgada.

Lomba Chã. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco

Lomba de Cima. Pov. do sobado de Cacolombole, conc. de Ambaca, distr. de Loanda, provincia de Angola. Pertence á 11.ª divisão.

Lomba Cimeira. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Moiriscas, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Lomba da Cruz. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de S. Jorge e conc. de Nordeste, distr. de Ponta Delgada. || Cabo da costa SO da ilha de S. Miguel, situado entre a ponta da Ferraria e a da Fonte Grande.

Lomba das Fagundas. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de N. S.ª da Penha de França, de Agua Retorta, conc. da Povoação, distr. de Ponta Delgada.

Lomba da Fazenda. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de S. Jorge e conc. de Nordeste, distr. de Ponta Delgada.

Lomba do Ferreiro. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, de Gafanhão, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Lomba Grande. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Mosteiros, conc. e distr. de Ponta Delgada.

Lomba dos Gagos. Ilha de S. Miguel; pov. de S. Sebastião, de Ginetes, conc. e distr. de Ponta Delgada.

Lomba de João Loução. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de Santa Mãe de Deus e conc. de Povoação, distr. de Ponta Delgada.

Lomba da Ladeira do Nordestinho. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de S. Pedro, de Nordestinho, conc. de Nordeste, distr. de Ponta Delgada.

Lomba da Maia. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. do Espirito Santo, de Maia, conc. de Ribeira Grande, distr. de Ponta Delgada. Tem est. postal, creada por portaria de 24 de maio de 1905.

Lomba da Nazareth. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de S. Jorge e conc. de Nordeste, distr. de Ponta Delgada.

Lomba da Ovelha. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade e conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Lomba do Paraizo. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de N. S.ª das Candeias, de Candelária, conc. e distr. de Ponta Delgada.

Lomba de Pau. Pov. na freg. de S. Mamede, de Quiaios, conc. da Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Lomba da Pedreira. Pov. na freg. de S. Jorge e conc. de Nordeste, distr. de Ponta Delgada.

Lomba de Pinheiros. Pov. e freg. do Espirito Santo, da prov. da Beira Baixa, conc. e com de Sabugal, distr. e bisp. da Guarda; 71 fog. e 299 hab. Tem est. post. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada junto d'um alto cerro. O vigario da villa de Louro apresentava o cura, que tinha 7$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Lomba do Pó. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de Santa Mãe de Deus e conc. de Povoação, distr. de Ponta Delgada.

Lomba do Poço Frio. Pov. na freg. de S. Mamede, de Quiaios, conc. da Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Lomba do Pomar. Ilha de S. Miguel; pov. na freg de Santa Mãe de Deus e conc. de Povoação, distr. de Ponta Delgada.

Lomba do Rei Pov. na freg. do Salvador e concelho de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Lomba do Reitor. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Palmás, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Lomba dos Remedios. Ilha de S. Miguel; pov. no conc. e distr de Ponta Delgada.

Lomba da Salga Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Achadinha, conc. de Nordeste, distr. de Ponta Delgada.

Lomba de Santa Barbara. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de S. Pedro, de Ribeira Sêcca, conc. de Ribeira Grande, distr. de Ponta Delgada.

Lomba de Santo Antonio do Nordestinho. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de S. Pedro, de Nordestinho, conc. de Nordeste, distr. de Ponta Delgada.

Lomba de Santo Ericio. Pov. na freg. de S. Martinho, de Nespereira, conc. de Sinfães, districto de Vizeu.

Lomba de S. Pedro. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. dos Santos Reis Magos, de Fenaes da Ajuda, conc de Ribeira Grande, distr. de Ponta Delgada.

Lomba da Terra Chã. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de N. S.ª da Penha de França, de Agua Retorta, conc de Povoação, distr. de Ponta Delgada.

Lomba da Velha. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª dos Prazeres, conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Lombada. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Arga de Baixo, conc. de Caminha, districto de Vianna do Castello. || S. Sebastião. de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Ilha da Madeira e distr. do Funchal; S. Salvador e conc. de Santa Cruz; S. Martinho, conc. do Funchal; N. S.ª do Monte, do mesmo conc.; N. S.ª da Luz e conc. de Ponta do Sol. || S. Christovão, de Macinhata do Vouga, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Lombada dos Cedros. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. João Baptista, de Fajã da Ovelha, conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Lombada do Loreto. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Braz, de Arco da Calheta, conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Lombada dos Marinheiros. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. João Baptista, de Fajã da Ovelha, concelho da Calheta, distr. do Funchal.

Lombada Primeira, Segunda, e Terceira. Ilha da Madeira e distr. do Funchal; tres povoações na freg. do Bom Jesus, de Ponta Delgada, conc. de S. Vicente.

Lombada Velha. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Pedro, de Ponta do Pargo, conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Lombadas. Uma das nascentes de aguas mineraes da ilha de S. Miguel. Fica no concelho da Povoação, não longe do local das Furnas. Segundo a analyse feita em 1886 em Paris por Alfred Riche, professor de Chimica na Escola Superior de Pharmacia de Paris, e por Charles Bardy, perito adjunto nos tribunaes do Sena, esta agua (engarrafada) contém 1,gr.748 de acido carbonico, e produz pela evaporação um residuo solido de 0,gr225 por 1:000 e pela calcinação um residuo fixo de 0,gr168. Esta agua tem especial acção benefica no tratamento das dispepsias, lithiase biliar, engorgitamento hepatico, etc.

Lombadinha. Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira e distr. do Funchal: Santa Quiteria, de Boaventura, conc. de S. Vicente; N. S.ª da Luz, de Gaula conc. de Santa Cruz; S. Pedro, de Ponta do Pargo, conc. da Calheta. || Santa Eulalia, de Gondoriz, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Lombador. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Padrões, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Lombamião. Pov. na freg. de Santo André, de Campeã, conc. e distr. de Villa Real.

Lombão. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, dist. de Aveiro. || O Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Lijó, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || Quinta na freg. de Santa Margarida da Coutada, conc. de Constancia, distr. de Santarem.

Lombardos. Pov. na freg. de N. S.ª da Annunciação e concelho de Mertola, distr. de Beja.

Lombas. Povoações nas freguezias: Ilha de S. Miguel; N. S.ª da Conceição, de Mosteiros, conc. e distr. de Ponta Delgada || S. Pedro, de Ossella, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Ilha do Porto Santo; N. S.ª da Piedade e conc. de Porto Santo, distr. do Funchal. || Santa Maria, de Ul, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Lombe. Pov. do sobado de Tanda, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. Está situada no caminho do Zombo. || Pov. no conc. de Malange, distr. de Lunda, prov. de Angola. Pertence á 5.ª divisão, e é governada por numerosos sobas. || Pov. do sobado de N'Dangi, conc.

de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 8.ª divisão || Rio do distr. de Loanda, na prov. de Angola. N no conc. do Duque de Bragança, corre de NE para SO, atravessa o conc. de Pungo-Andongo, e vae desaguar no rio Cuanza, pela margem direita. Tem pouco mais de 100 k. de curso.

Lombelho. Pov. na freg. de S. Vicente, de Alfena, conc. de Vallongo, distr. do Porto.

Lombella. Pov. na freg. de S Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Lombige. Rio da prov. de Angola. E' um confluente do Bengo. Nas suas margens tem-se encontrado alguns vestigios de ouro. || Logar da prov. de Angola, situado nas margens do rio do mesmo nome. No seculo XVIII encontraram-se ali importantes minas de ouro e crystal, das quaes fôram mandadas amostras para Lisboa, em 1754.

Lombinha. Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira; Santo Antão, do Seixal, conc. de Porto Moniz, distr. do Funchal. || Ilha de S. Miguel; N. S.ª das Candeias, de Candelária, conc. e distr. de Ponta Delgada.

Lombinha da Maia. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. do Espirito Santo, de Maia, conc de Ribeira Grande, distr. de Ponta Delgada.

Lombinho Ilha da Madeira; pov. na freg. do Bom Jesus, de Ponta Delgada, conc. de S. Vicente, distr. do Funchal.

Lombo Pov. e freg do Espirito Santo, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 92 fog. e 441 hab. Tem escola do sexo fem. e est. post. A pov. dista 14 k. da séde do conc. e está situada na serra de Chacim, proximo da margem direita do rio Azibo. O abbade de Chacim apresentava o vigario, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Capareiros, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Fontão, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || Espirito Santo, .de Lamas, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || Ilha da Madeira e distr. do Funchal: S. Salvador e conc. de Santa Cruz; N. S.ª da Luz, de Gaula, do mesmo conc.; S Pedro, de Ponta do Pargo, conc. da Calheta; N. S.ª da Conceição e conc. de Porto Moniz; N. S.ª dos Remedios, de Quinta Grande, conc. de Camara de Lobos; freg. e conc. de S. Vicente; Santa Beatriz, de Agua de Pena, conc. de Machico. || Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Turquel, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. José, conc. de Columbo, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 1.ª divisão da Barra do Cuanza. || Pov. do sobado de Dembo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo. || Pov. do sobado de Quimpece, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. || Pov. do sobado de Pembege, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, da mesma prov. || Pov. do sobado de Nameala, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, da mesma prov. || Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, da mesma prov. Está situada no caminho de Tumba. || Pov. do sobado de Sengnene, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, da mesma provincia.

Lombo da Achada do Judeu. Ilha da Madeira; pov. na freg. e conc. de S. Vicente, distr. do Funchal.

Lombo dos Aguiares. Ilha da Madeira; prov. na freg. de Santo Antonio, conc. e distr. do Funchal.

Lombo da Apresentação. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S Bento, de Ribeira Brava, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Lombo d'Athouguia. Ilha da Madeira; pov. na freg. do Espirito Santo e conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Lombo de Baixo e Lombo de Cima. Ilha da Madeira; duas povoações na freg. de N. S.ª da Natividade, de Faial, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

Lombo da Boa Vista. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santa Maria Maior *(sé)*, conc. e distr. do Funchal.

Lombo do Brazil. Ilha da Madeira; pov. na freg. do Espirito Santo e conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Lombo Cabo ou Lombo do Bairro. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Pedro, de Ponta do Pargo, conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Lombo da Calçada. Ilha da Madeira; pov. na freg de S. Salvador e conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal.

Lombo das Canhas. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Canhas, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Lombo dos Castanheiros. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S ª da Graça, do Estreito da Calheta, conc. da Calheta, districto do Funchal.

Lombo do Cerrado. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Pedro, de Ponta do Pargo, conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Lombo Cesteiro. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Bento, de Ribeira Brava, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Lombo Chão. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª do Livramento, do Curral das Freiras, conc. de Camara de Lobos, districto do Funchal.

Lombo do Coelho. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª dos Prazeres, conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Lombo da Cunha. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Jorge, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

Lombo do Curral. Ilha da Madeira; pov. na freg. e conc. de Sant'Anna, districto do Funchal.

Lombo do Doutor. Ilha da Madeira; pov. na freg. do Espirito Santo e conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Lombo da Egreja. Ilha da Madeira e distr. do Funchal; pov. na freg. de N. S.ª do Livramento, de Achadas da Cruz, conc. de Porto Moniz; pov. na freg. de N. S.ª da Graça, do Estreito da Calheta, conc. da Calheta.

Lombo d'Egua. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Fatima, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Lombo da Estrella. Ilha da Madeira; pov. na freg. do Espirito Santo e conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Lombo das Faias. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santo Antonio da Serra, conc. de Machico, distr. do Funchal.

Lombo dos Falcões. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. João Baptista, de Fajã da Ovelha, conc. de Calheta, distr. do Funchal.

Lombo Folar. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Lombo Furado. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Bento, de Ribeira Brava, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Lombo Gallego. Ilha da Madeira; pov. na freg de N. S.ª da Natividade, do Faial, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

Lombo Grande. Ilha da Madeira; pov. na freguezia de S. Roque do Faial, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

Lombo de João Boeiro. Ilha da Madeira. Pov. na freg. de S. Roque, conc. e distr. do Funchal.

Lombo do Lameiro. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Graça, do Estreito da Calheta, conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Lombo das Laranjeiras. Ilha da Madeira; pov. na freg; do Espirito Santo e conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Lombo da Levada. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Bento, de Ribeira Brava, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Lombo do Lourenço. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, do Faial, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

Lombo Meão. Pov. na freguezia de S. Thiago e conc. de Vagos, distr. de Aveiro.

Lombo do Meio. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. do Porto Moniz, distr. do Funchal.

Lombo dos Moinhos. Ilha da Madeira e distr. do Funchal; pov. na freg de S. Salvador e conc. de Santa Cruz; pov. na freg. de N. S.ª da Graça, do Estreito da Calheta, conc. da Calheta.

Lombo do Moleiro. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª d'Ajuda, de Serra d'Agua, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Lombo dos Palheiros. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Roque do Faial, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

Lombo do Pico. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Jorge, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

Lombo da Quinta. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Gonçalo, concelho e distr. do Funchal.

Lombo do Reis. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Graça, do Estreito da Calheta, distr. do Funchal.

Lombo da Rocha. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª dos Prazeres, conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Lombo do Ramão. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Braz, de Campanario, conc. de Camara Lobos, distr. do Funchal.

Lombo do Salão. Ilha da Madeira; pov. na freg. do Espirito Santo e conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Lombo de S. João. Ilha da Madeira e distr. do Funchal; pov. na freg. de N. S.ª da Luz e conc. de Ponta do Sol; pov. na freg de S. Bento, de Ribeira Brava, do mesmo concelho.

Lombo de S. Lourenço. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. João Baptista, de Fajã da Ovelha, conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Lombo Segundo. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Roque, conc. e districto do Funchal.

Lombo dos Serrões. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Estreito da Calheta, conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Lombo Travesso. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Vagos, distr. de Aveiro.

Lombo do Urzal. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santa Quiteria, de Boaventura, conc. de S. Vicente, distr. do Funchal.

Lombos. Pov. na freg. de N S.ª da Luz e conc; de Lagôa, distr. de Faro. || Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Magdalena do Mar, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Lombrezido. Pov. na freg. de Santos Cosme e Damião, de Lobreira, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Lomde. Pov. do sobado de Quimalo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Lomegal. V. *Lamegal*.

Lomelino. Familia nobre de Genova, que passou a Portugal no descobrimento das ilhas dos Açôres. As suas armas são: Escudo cortado em faxa e arqueado, tendo a parte superior de vermelho e a inferior de ouro.

Lomende. Pov. na freg. de S. Martinho, de Covellas, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Lomezinha. Pov. na freg de N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Lomite. Pov na freg. de N. S.ª dos Milagres, conc. e distr. de Leiria.

Lomueno. Pov. do conc de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. Está situada na região de Pangala.

Londa. Pov. do sobado de Quinzau, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, provincia de Angola.

Londe. Pov. do sobado de Hango, conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 8.ª divisão. || Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. || Pov. do sobado de Cuimba, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. Está situada no caminho do Zombo. || Pov. do sobado de Quiunga, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. || Pov. do sobado de Funquilla, conc. de S. Salvador e distr. do Congo. || Pov. do sobado de Sangui, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. || Pov. do sobado de Quintino, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. Está situada no caminho do Zombo.

Londo. O colono ou emphyteuta que tomava a *landa* ou *londa*, por qualquer contrato, pagava ao senhorio directo uma renda ou foro, que se denominava *londo* ou *londos*.

Londoca. Pov. do conc de Cabiuda, distr. do Congo, prov. de Angola. Pertence á regedoria do Povo Grande.

Londral. Pov na freg. de Santo André, de Escariz, conc. de Arouca, districto de Aveiro.

Longa. Villa e freg. de S. Pelagio, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Tabuaço, distr. de Vizeu, bisp de Lamego; 123 fog. e 445 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 7 k. da séde do

conc. e está situada na encosta d'um monte, proximo da margem direita do rio Thedo. O cabido da sé de Lamego apresentava o abbade, que tinha 450$000 réis de rendimento. A terra é fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Pov. na freg. de S. Lourenço, de Montaria, conc. e distr. de Vianna Castello. || Pov. na freg. do Salvador, de Modivas, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Bahia da costa de Quissama, no conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola. Tem uns 38 k. de largura entre a ponta Longa ao N e o morro de Benguella-a-Velha ao S, mediando entre estes dois cabos a ponta Negra. E' quasi toda orlada de barreiras e pouco segura, não obstante ser muito cavada. A pouco mais de 1 k. da costa ha ancoradouro, entre 19 a 24 m. Vae desaguar n'esta bahia o rio Longa ou Longo. Tem feitorias. || Ilha da prov. da Guiné, Africa Occidental, situada no rio Nuno. V. *Diabo (Ilha do)*. || Ilha do distr. de Cabo Delgado, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. || Ponta ou cabo da costa de Quissama, no conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola. Fórma o limite N da bahia de Longa e o extremo N da foz do rio Longo. Está situada a 24 k. a SE do cabo de S. Braz. || Pov. do sobado de Calunga Cagimbi, freg. de S. Joaquim, conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 2.ª divisão.

Longães. Pov. na freg. de Santo André, de Friandes, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Longainhos. Pov. na freg. de Santa Maria, de Rendufinho, conc. de Povoa de Lanhoso, distr de Braga.

Longal. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Louredo, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Longarella. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Monte Redondo, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Longarinha. Pov. na freg. de S. Salvador, de Paderne, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Longo Povoações nas freguezias : S. Julião de Calendario, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga, || N. S.ª da Conceição, de Paialvo, conc. de Thomar, distr. de Santarem || S. João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Pov. do sobado de Hubia, conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 9.ª divisão. || Pov. do sobado de Cateco, conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 9.ª divisão. || Pov. do sobado de Cassoba Canginge, conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 4.ª divisão. || Pov. do sobado de Queta, na freg. de S. Joaquim, conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 6.ª divisão. || Pov. do conc. de Pungo-Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Rio do conc. de Muxima, no distr. de Loanda, prov. de Angola. N. em terra de muganguellas, corre de E para O, separa o conc. de Muxima do de Novo Redondo, e vae desaguar na bahia Longa, ao S e perto da ponta Longa. Suppõe-se que o seu curso é approximadamente de 200 k. As margens são paludosas e o clima mortifero. Entre os seus principaes affluentes nota-se o Bumbe na margem direita, situado a E do lago Gando. A embocadura do Longo tem por limite N a ponta Longa, e por limite S a ponta Negra. Na foz, onde o mar rebenta impetuosamente, só muito cautellosamente pódem passar lanchas, guiadas por peritos. Em frente da entrada do rio estende se um grande banco, mas ao N d'ella ha desembocadouro.

Longo da Villa. Pov. na freg. de Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Longomel. Pov. na freg. de S. Francisco de Assis, e conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre.

Longos. Pov. e freg. de Santa Christina, da prov. do Minho, conc. e comarca de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 236 fog. e 855 hab. Tem esc. do sexo fem. A pov. dista 3 k. da séde do conc. O arcediago de Olivença apresentava o vigario, que tinha 100$000 réis de rendimento. A pov pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 20, com a séde em Amarante.

Longos Valles. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. e com. de Monsão, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga ; 461 fog. e 1610 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post. e feira a 16 de cada mez, O real padroado apresentava o vigario, que tinha 100$000 réis de rendimento. A pov. está situada na margem esquerda do rio Minho, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Existiu n'esta freg. um antigo convento de frades cruzios, fundado por D. Affonso I em 1140, com muitas rendas e privilegios, que os monarchas seus successores augmentaram. D. Sancho I coutou o mosteiro em 1197, dizendo na carta de encoutamento que lhe fez esta mercê pelo assignalado serviço que o prior D. Pedro Pires lhe fez em fundar á sua custa a torre e fortaleza da villa de Melgaço. Com o decorrer do tempo, o convento veiu para o poder de commendatarios, sendo o ultimo D. Duarte, filho natural de D. João III, que falleceu aos 22 annos, em 11 de novembro de 1543. O cardeal-rei D. Henrique fez com que o convento, bem como as suas dependencias e rendimentos, passassem para os jesuitas em 1551, por bulla do papa Julio III. O edificio é hoje propriedade particular.

Longra. Povoações nas freguezias : Santo Estevão, de Aboim das Choças, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Alvaro, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || S. Cyriaco, de Barcel, conc. de Mirandella, distr. de Bragança. || S. Miguel, de Barrio, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello || S. Silvestre, de Bezelga, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || S. Miguel, de Borba de Godim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Christovão, de Carangueijeira, conc. e distr. de Leiria. || S. Pedro, de Escudeiros, conc. e distr de Braga. || Santa Maria Magdalena, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Thiago, de Rande, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || Santo André, de Varzea da Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo districto.

Longras Povoações nas freguezias : S Paio, de Agua Longa, conc de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, do mesmo distr. || O Salvador, de Pedregães, conc. de Villa Verde, distr. de

Braga || Santa Maria, de Vermoim, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo districto.

Longras e Além. Pov. na freg. de Santo Adrião, de Duas Egrejas, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Longroiva. Villa e freg. de Santa Maria, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Mêda, distr. da Guarda, bisp. de Lamego; 263 fogos e 983 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A villa dista 5 k. da séde do conc. e está situada entre dois pequenos ribeiros, correndo-lhe proximo o rio Pisco; é cercada de quatro outeiros, que a tornam pouco sadia, por falta de ventilação. O primitivo nome d'esta villa foi *Longobria*. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha 40$000 annuaes. A pov. é muito antiga, e suppõe-se ter sido fundada pelos celtas, porque já existia no tempo dos romanos. Sendo abandonada pelos arabes, foi povoada em 1145 por D. Fernão Mendes de Bragança, que lhe reedificou o castello, dando-o n'esse mesmo anno aos templarios. Este castello está em ruinas, mas a torre ainda se encontra bem conservada. D. Fernão Mendes era rico-homem, conde e cunhado de D. Affonso Henriques, por ser casado com a rainha D. Sancha, filha legitima do conde D. Henrique e da rainha D. Thereza. No tempo dos godos era esta villa uma das seis matrizes que constituiam o bispado de Lamego. O primeiro foral de Longroiva foi-lhe dado pela rainha D. Thereza, em Cantanhede, a 26 de outubro de 1124, D. Affonso II o confirmou em Pinhel, em fevereiro de 1220, e foi communicado a Longroiva, por carta expedida de Santarem por el-rei D. Diniz, em 7 de fevereiro de 1304. El-rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Santarem, no primeiro de junho de 1510. Longroiva pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. Ha n'esta villa um estabelecimento de aguas thermaes sulfurosas, muito bem montado e muito concorrido. São tres as nascentes de diversas qualidades, sulfurea, ferrea e purgativa. Estas aguas são conhecidas desde remotas eras, talvez desde o tempo dos templarios, mas de taes epocas não consta ter havido estabelecimento balnear. O primeiro que se construiu data do anno de 1810, por ordem da junta de parochia, á custa das esmolas dadas a N. S.ª do Torrão, sua padroeira. Era uma simples e acanhada casa de telha vã com algumas banheiras. Depois que Longroiva foi incorporada no concelho de Mêda em 1840, a camara ampliou e desenvolveu o balneario, construindo n'elle dois tanques, um para cada sexo No anno de 1878, a camara construiu um novo estabelecimento balnear, que é o actual, com que dispendeu a quantia de 18:000$000 réis. E' um edificio sumptuoso de cantaria, collocado no local do antigo, a 200 metros da villa, constando de seis espaçosos quartos tendo tinas de pedra e de azulejo, salão de espera, passeios e casas para habitação de banhistas pobres. As quadras balneares são duas: de principio de maio até fim de junho, e de principio de setembro até fim de outubro, sendo esta quadra a mais concorrida. A primeira nascente, de agua sulfurea, brota d'um serro, a pouco mais de 10 m. do edificio, por varias fendas de rocha schistosa. No local da nascente ha um pequeno tanque de cantaria para onde corre a agua, e se reune para se distribuir pela canalisação especial, directamente ás banheiras ou ás caldeiras de cobre, onde são aquecidas artificialmente. De ha muito se aproveitam estas aguas no uso interno e externo. Internamente, simples ou misturadas com o leite, produzem bons resultados nas doenças chronicas das mucosas da pharinge e da larynge, nas dispepsias, nos engorgitamentos do figado e baço de natureza paludosa, nas congestões hemorrhoidarias não agudas, e no escrofulismo. Externamente applicam-se estas aguas contra rheumatismos chronicos, difficuldades de movimentos derivadas de fracturas, luxações, etc., e doenças cutaneas. A agua ferrea da segunda nascente brota na margem esquerda do ribeiro da *Fonte Ferrada*, no sitio de Cancelha, a 300 metros de Longroiva. Usam-se estas aguas desde remotas epocas, não só no proprio local onde brotam, mas em localidades distantes, para onde são transportadas, em grande escala, em garrafas. Teem as mesmas vantagens que as dos preparados ferreos. As aguas purgativas da terceira nascente brotam n'uma depressão de terreno, abaixo da estrada que vae de Valle da Veiga para Longroiva, a cêrca de 500 m., para o nascente d'esta povoação. A nascente assenta n'uma rocha schistosa, branda e amarellada, onde se encontram muitas incrustações salinas. Estas aguas são frias e o seu effeito purgativo é manifesto e seguro. No livro *Aguas Minero-Medicinaes de Portugal*, do sr. dr. Alfredo Luiz Lopes, trata-se minuciosamente ácêrca d'estas aguas thermaes. Bibliographia especial: *Descripção da villa de Longroiva e suas aguas mineraes*, por José Pinto Rebello de Carvalho, foi publicada nas *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo VII, 1821; *Longroiva e suas aguas mineraes*, com uma estampa; publicou-se na *Revista Universal Lisbonense*, tomo IV, pag. 151; *As aguas mineraes de Longroiva, poema philosophico offerecido á excellentissima senhora D. Anna Rachel Cid Leite Madureira*, pelo dr. José Pinto Rebello de Carvalho, Coimbra, 1821; tambem foi publicado no *Cidadão Litterato*; *Topographia Medica da Cidade da Guarda*, por Francisco Antonio da Cunha, publicada nos *Annaes de Saude Publica do Reino*, Lisboa, 1841, tomo I, pag. 42; *Catalogo descriptivo da secção de minas da Exposição Nacional de Industrias Fabris de Lisboa em 1888*, por Severiano Monteiro e José Augusto Barata, Lisboa, 1889.

Longua. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. Fica no rio Bidise.

Longue. Pov. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. de Angola. Commando mil. de Anha. || Pov. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. de Angola. Pertence á 1.ª divisão,

Longueira. Ilha da Madeira e distr. do Funchal; pov. na freg. de S. Braz, de Campanario, conc. de Camara de Lobos; pov. na freg. freguezia de N.ª S.ª da Natividade, do Faial, conc. de Sant'Anna. || Pov. na freg. de Santa Cruz, de Juvim, conc. de Gondomar, distr. do Porto || Pov. da freg. de S. Lourenço dos Orgãos, conc. da Praia, com. de Setavento, ilha de S. Thiago, archipelago, prov. e bisp. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Lonho. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Moldes, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Lopes Appellido antigo em Portugal. A João

Lopes, cavalleiro da casa da infanta D. Joanna, filha de D. Affonso V, deu este monarcha, em 1466, as seguintes armas, que elle usou e os seus descendentes: Em campo azul uma palmeira de ouro e um corvo negro poisado sobre ella com as azas estendidas; timbre, o mesmo corvo com um ramo de palma no bico. Ao bispo de Miranda, D. Turibio Lopes, deu D. João III as seguintes armas: Escudo esquartelado: no primeiro quartel em campo azul, tres estrellas de ouro em roquete, no segundo em campo de prata uma palmeira verde com fructos de ouro, e assim os contrarios; orla amarella com a letra de ouro: *Unam petii a Domino hanc requiram ut habitem in domo Domini.*

Lopes *(Affonso)*. Pintor, que viveu no tempo de el-rei D. Manuel. Em 1516 morava e trabalhava em Evora. Diz o conde A. Raczynski, no *Dictionnaire Historico-Artistique du Portugal*, a pag. 174, que nos archivos reaes, no livro de despezas do recebedor dos trabalhos de S. Julião, de Setubal, se encontram differentes passagens relativas a este pintor, e entre ellas, as seguintes: pagamento feito em 1521 a Affonso Lopes, pintor, 10$000 réis, por conta do preço das pinturas que devia executar n'aquella egreja; no mesmo anno, pagamento ao referido pintor, 800 réis de despeza por ter ido de Evora a Setubal, e d'ali a Lisboa, apresentar ao rei os desenhos dos quadros que tinha de executar em Evora.

Lopes *(Agostinho)*. Medico de profissão, cuja faculdade dictou na Universidade de Salamanca em 1564. Compoz e imprimiu um livro sobre Medicina.

Lopes *(Alfredo Luiz)*. Medico contemporaneo. N. em Lisboa a 19 de agosto de 1853, sendo filho de Manuel Antonio Lopes, empregado publico, nascido em Portalegre em 7 de setembro de 1823, e de D. Anna Rosa Rosado Lopes, tambem natural de Portalegre, onde nasceu em 1 de abril de 1822, fallecida em Lisboa em março de 1905. O sr. dr. Alfredo Lopes casou em 1884 com D. Maria Henriqueta Ferreira Lopes. Fez o curso de medicina na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, o qual terminou com louvor em 13 de julho de 1878. Além das cadeiras do Lyceu, Escola Polytechnica, exigidas para os preparatorios do curso de Medicina, em cujos exames teve quasi sempre distincções e louvor, obteve egual classificação nas cadeiras de Physica e Chimica do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa Leccionou particularmente mathematica e introducção á historia natural. Foi nomeado medico do Banco do Hospital de S. José em 13 de julho de 1878, exercendo este cargo até 11 de maio de 1881, passando depois por concurso de provas praticas para a secção de medicina do mesmo hospital, sendo nomeado director de enfermaria por decreto de 11 dezembro de 1898. Exerce actualmente este cargo no hospital do Rego, enfermaria de tuberculosas. Nomeado medico substituto da Santa Casa da Misericordia, de Lisboa, em 1879, passou a effectivo em 31 de março de 1882, e exerce hoje o logar de director dos serviços medicos internos e pharmaceuticos d'esse estabelecimento, cabendo-lhe a gloria de ter montado o Posto Permanente de Soccorros Medicos ali existente, bem como a Pharmacia Central e as succursaes dos tres dispensarios situados em pontos excentricos da capital. Serviu de sub-delegado de saude de 1884 a 1886, e de clinico das enfermarias das cadeias civis de Lisboa. E' membro da Academia Real das Sciencias de Lisboa (1888), do Instituto de Coimbra (1891), da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa (1879), onde desempenhou o cargo de 1.º secretario, de bibliothecario e de redactor do jornal; da Sociedade de Hydrologia Medica de Paris (1894), da Sociedade Franceza de Hygiene (1893), do Bureau permanente dos Congressos Internacionaes de Hydrologia e Climatologia, etc. Foi thesoureiro do Congresso Internacional de Medicina que teve logar em Lisboa em 1905, e da Associação dos Medicos Portuguezes desde a sua fundação até 1906. Fez parte do comité portuguez de varios congressos medicos estrangeiros, e de muitas commissões medicas portuguezas, taes como da reforma da alimentação no hospital de S. José e annexos, da confecção do formulario de medicamentos da Santa Casa da Mi-

Alfredo Luiz Lopes

sericordia, da reforma e modificações a introduzir nas Caldas da Rainha, etc. Fundou e redigiu o importante jornal *Revista de Medicina e Cirurgia*, que se publicou em Lisboa, por fasciculos quinzenaes de 32 paginas, desde 1 de novembro de 1896 a 30 de outubro de 1902 (144 numeros), e onde estão archivados valiosos trabalhos seus e dos melhores medicos portuguezes contemporaneos. E' commendador da nobre ordem de S. Thiago, graça que lhe foi concedida por decreto de 15 de agosto de 1906, carta de 20 de março de 1907, em testemunho dos seus meritos scientificos e relevantes serviços prestados no exercicio da sua profissão. E' 1.º secretario da Commissão de Propaganda da Assistencia Nacional aos Tuberculosos, e director do Dispensario anti-tuberculoso de Lisboa da mesma benemerita instituição, onde tem prestado innumeros serviços. Além de muitos artigos scientificos e litterarios dispersos no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, *Correio Medico*, *Medicina Con-*

temporanea, *Revista de Nevrologia*, *Revista Portugueza de Medicina e Cirurgia praticas*, *Boletim da Assistencia aos Tuberculosos*, *Gazeta de Pharmacia*, *Jornal do Commercio*, *Diario de Noticias*, etc, publicou os seguintes trabalhos: *Feridas do peritoneo*, these inaugural; in 4.º, de 108 pag., Lisboa, 1878; *O Medico Illustrado*, jornal de sciencias e letras, de que se publicaram apenas 7 numeros, Lisboa; 1880; cada numero in folio de 8 pag. com capa e uma photographia; *Formulario de medicamentos da Santa Casa da Misericordia de Lisboa*; in 8.º, 59 pag, 1884; *Idem* em 1906 (ambos em collaboração); *Oliva*, romance, anatomico, publicado primitivamente no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, n.º 2, de 1878; transcripto no *Correio Medico* em 15 de abril de 1887, e traduzido em alguns jornaes medicos francezes e hespanhoes; *A Moderna Cirurgia pulmonar*, memoria apresentada á Academia Real das Sciencias de Lisboa; grande formato de 44 pag., Lisboa, 1888; *Guia pratica do tratamento dos envenenados*; in 4.º com 89 pag. e um grande mappa, Lisboa, 1890; *Guia synoptico do tratamento dos envenenados*, Lisboa, 1890; folheto de 19 pag. in. 8.º, editado pela Santa Casa da Misericordia de Lisboa; *O Hospital de Todos os Santos*, hoje denominado de *S. José*, contribuição para a historia das sciencias medicas em Portugal; in 8.º de 157 pag., Lisboa, 1890; *Aguas minero-medicinaes de Portugal*, vol. in 4.º com 476 pag., Lisboa, 1892; *As Aguas minero-medicinaes de Vidago*; in 16.º, 84 pag., Lisboa, 1893; *Estudos de Anthropologia criminal*; notas anthropometricas e psychologicas, Lisboa, 1894; in 4.º com mappas e um curioso diccionario do calão dos criminosos portuguezes; publicou-se tambem na *Revista da Educação e ensino*, em 1894; *Resenha bibliographica e chronologica dos jornaes portuguezes de medicina e cirurgia*, in 4.º de 26 pag., Lisboa, 1895 (de collaboração); *Medica Palestra*, Lisboa, 1895; in 16.º com 59 pag.; collecção de satyras em verso publicadas com o anagramma *Fredoal; Estudo estatistico da criminalidade em Portugal nos annos de 1891 a 1895;* grande formato de 297 pag. e numerosos mappas, Lisboa, 1897; *Aphorismos populares para a defeza contra a tuberculose*, Lisboa, 1900; duas grandes edições feitas pela Assistencia Nacional aos Tuberculosos; *Clinica da enfermaria de tuberculosas no hospital da Rainha D. Amelia*, folheto, separata da *Revista Portugueza de Medicina*, Lisboa, 1901, 17 pag.; *O Dispensario anti-tuberculoso de Lisboa*, *Relatorios*, 1902, 1903, 1904 e 1905; os relatorios dos seguintes annos estão insertos no jornal da Assistencia Nacional aos Tuberculosos; *Formulario bromatologico para o hospital de S. José;* in 4.º, com 86 pag., Lisboa, 1902 (de collaboração); *Os bons ditos de Sousa Martins*; no livro *In-Memoriam Sousa Martins*, Lisboa, 1904; de pag. 135 a 166; *L'Assistance Nationale aux Tuberculeux dans la lutte contre la tuberculose en Portugal-Le Dispensaire de Lisbonne;* folheto in folio, 15 pag. com gravuras, Lisboa, 1905, etc.

Lopes *(André)*. Piloto, muito perito na arte nautica, e autor d'um *Roteiro* ou *Carta de marear*.

Lopes *(Antonio)*. Escriptor e poeta. Era natural de Vianna do Castello, e falleceu em Villa Nova de Portimão, mas não se sabe as datas do nascimento nem da morte. Aprendeu letras humanas e as artes da Rhetorica e Poetica nas aulas da Companhia de Jesus. Foi capellão do bispo de Silves D. Jeronymo Osorio, e parocho da egreja da Alagoa, no Algarve. Escreveu grande numero de poesias em latim, nas quaes se conta um poema em verso heroico sobre o sitio de Mazagão em 1652. Todas as suas producções ficaram ineditas.

Lopes *(Antonio)*. Medico de quem fala com louvor Zacuto Lusitano, mas de que apenas se sabe que era natural de Lisboa. Compoz muitas obras, mas não se imprimiu nenhuma.

Lopes *(Antonio)*. Natural de Lisboa, e muito erudito na lição dos livros sagrados e profanos. Escreveu em 1729 as seguintes obras, que nunca se imprimiram: *Annel Nupcial, que para firmeza da Fé, Dilatação do Christianismo, augmento das duas monarchias Portugueza e Catholica, lavrou o Salomão portuguez o Serenissimo Senhor D. João V, Rei de Portugal, nos augustos desposorios de seu filho o principe D. José com a Serenissima Senhora D. Maria Anna Victoria, infanta de Castella*; *Naticinio de felicidades portuguezas confirmado nos reciprocos casamentos dos Principes Successores de dois monarchas de Portugal e Hespanha o senhor D. José Principe do Brazil, e ao senhor D. Fernando Principe das Asturias.*

Lopes *(Antonio Maximo)*. Advogado da Casa da Supplicação. N. em Lisboa no anno de 1755 e foi filho de Francisco Lopes Ferreira e de Anna Clara da Conceição, neto paterno de Antonio Lopes, que em 1684 residia na cidade de Evora. Muito applicado ao estudo recebeu desde creança varios elogios dos seus mestres, chegando um a devolver-lhe as mensalidades, que lhe pertenciam, como premio dos serviços por elle prestados no ensino dos condiscipulos. Depois de bem exercitado na lingua latina, entrou como praticante no escriptorio do dr. Nabo, que com grande nomeada exercia a advocacia no vetusto bairro de Alfama, em Lisboa. Nabo era ophtalmico, precisando trabalhar com as janellas fechadas á luz do candieiro. Resignou-se Maximo Lopes a trabalhar quasi nas trevas, o que muito agradou a Nabo, que por sua morte lhe deixou o escriptorio, a livraria e a clientella, que era selecta e numerosa. Em 14 de novembro de 1802 e por occasião do nascimento do infante D. Miguel, foi agraciado pelo principe regente D. João com o habito de Christo e a tença de réis 12$000, paga pelo almoxarifado de Coimbra, professando no convento da Luz a 25 de maio de 1803 em virtude do alvará de 13 de fevereiro do dito anno, recebendo-lhe a profissão Fr. Antonio da França. Por este tempo foi nomeado curador da administração judicial, que foi posta á casa da Serenissima Senhora Princeza viuva D Maria Francisca Benedicta, serviço que durou até setembro de 1808 em que findou a administração, devolvendo n'aquella data delicadamente mettidos n'uma bolça de ouro á excelsa princeza os salarios que lhe eram devidos, acompanhando essa devolução das seguintes palavras: *a honra de ter servido a Vossa Alteza é sobeja paga dos meus minguados serviços*. Em 1807 casou com D. Marianna Victoria de Carvalho, filha de Manuel de Carvalho, negociante de grosso tracto e conhecido n'aquella epoca pelo *Carvalho da sé*, por ter edificado para sua residencia o palacete que

hoje é séde da Companhia Geral de Credito Predial Portuguez no largo d'aquella egreja. Pouco tempo depois teve que se ausentar da capital fugindo á despotica oppressão que Lagarde exercia em Lisboa, refugiando-se no Campo Grande e indo habitar uma pequena casa junto da egreja dos Santos Reis, onde nasceu seu filho Joaquim Maximo Lopes de Carvalho (V. *Lopes de Carvalho).* A derrota de Junot no Vimeiro a 21 d'agosto e a convenção de Cintra a 31 d'aquelle mez, restabeleceram a paz no paiz e a ordem em Lisboa, vindo novamente Maximo Lopes para a sua casa nas Escolas Geraes, onde se conservou até fallecer. Em outubro de 1810 achava-se n'uma propriedade que possuia no termo de Alemquer, quando inopinadamente teve que a abandonar para fugir á invasão de Massena que açulando e devastaudo a região, tentava atacar as linhas.

Antonio Maximo Lopes

Chegado a Lisboa coube-lhe, como a muitos outros cidadãos validos, a defeza da linha, que mais proxima ficava de Lisboa, e para onde, como o regulamento mandava, partia em certos dias a exercitar se no manejo das armas. Enviuvando a 2 de outubro de 1812, Maximo Lopes nunca mais logrou ter saude, vindo a fallecer a 15 de fevereiro de 1814 victimado pela anazarca, e sendo sepultado na egreja de S. Vicente de Fóra, Maximo Lopes, além de abalisado advogado da Casa da Supplicação, foi conselheiro da Regencia durante muitos mezes. Conhecia o latim, que proficientemente escrevia, e as linguas franceza e italiana. Escreveu *Memorias sobre economia agricola*, publicadas por Henrique Zeferino d'Albuquerque em 1891, e 11 cartas dirigidas ao arcebispo de Beja D. Fr. Manuel do Cenaculo Villas Boas, cujos originaes se acham archivados na Bibliotheca de Evora.

Lopes (*Ascenso).* Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra. Era natural d'esta cidade. Foi lente de Codigo, provido por opposição em 19 de maio de 1554, na referida Universidade. Deixou differentes obras juridicas em latim.

Lopes *(Carlos).* Escriptor, mais conhecido pelo pseudonymo de *Pedro Ivo*, com que assignava as suas obras. N. no Porto em 15 de janeiro de 1842, onde tambem falleceu em 4 de outubro de 1906. Era filho de José Carlos Lopes, commerciante portuense e notavel bibliophilo do seu tempo, e de D. Margarida Candida Moreira Lopes; irmão do professor dr. José Carlos Lopes (V. *este nome*). Foi educado na Allemanha, e dedicou se á vida commercial. Além de outros cargos, exerceu o de director da antiga Companhia Utilidade Publica, e mais tarde o de presidente da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Através d'Africa, de que foi um dos fundadores. Sendo nomeado depois director do Banco Alliança, conservou-se no exercicio d'estes dois cargos até á data do fallecimento. Dedicando-se sempre á litteratura, publicou em differentes jornaes, muitos contos e artigos sobre diversos assumptos, que sairam anonymos ou com o pseudonymo de Pedro Ivo. D'entre esses escriptos destacam-se tres folhetins, publicados no *Commercio do Porto*, de 1873 a 1880, com os titulos: *A mosca*, *Agramonte*, e *Para os pobres de Cedofeita*. Bibliographia: *Contos*, Porto, 1874; 2.ª edição, Lisboa, 1895; consta este volume de 10 contos, dos quaes haviam já sido publicados no *Commercio do Porto*, em folhetins, os 5 seguintes: *O Milagre*, *A sentença da tia Angelica*, *Meigo*, *A figa de azeviche* e o *Cruzeiro da via sacra*; no jornal allemão *Aus fremdenzungen eine halbmonatss chrift, gerausgegeben von Joseph Kurschner, Stuttgart*, 1892, saiu de pag. 477 a 488, a versão do conto *A quina de espadas*, feita por traductor desconhecido; *O sêllo da roda*, romance, Porto, 1876; 2.ª edição, 1878, e 3.ª 1881, tambem no Porto. D'este romance extraiu o escriptor Carlos Borges um drama, que se representou com o mesmo titulo no theatro Baquet, do Porto, e no Gymnasio, de Lisboa, o qual ficou inédito; quasi pelo mesmo tempo, o sr. visconde de Sanches de Frias fazia apparecer outro drama no Pará, que foi publicado pelos editores M. F. da Silva & C.ª, livraria classica do Pará, com o titulo de: *O sêllo da roda, drama em um prologo, tres actos e um epilogo, extrahido do natavel romance do mesmo nome, original de Pedro Ivo.* Escreveu mais: *Serões de inverno*, Porto, 1880; collecção de 8 contos, dos quaes tinha sido publicado na *Revista Occidental*, o intitulado *Não pôde ser*, e no *Commercio do Porto A dona da ovelha* e a *Alma damnada*; *A florista*, conto original, que saiu anonymo, intercalado entre outros contos e artigos da traducção da obra *A vida das flôres*, por Alphonse Karr e Taxile Delord, traducção feita por uma sociedade litteraria, sob a direcção de Duarte de Oliveira Junior, Porto, 1883 e 1884, 2 tomos; *A Florista*, está no tomo II, de pag. 275 a 282; *O povo é sempre o mesmo! Sempre imprevidente!* conto publicado no *Commercio do Porto illustrado*, de 1893.

Lopes *(Carlos Craveiro).* Capitão de mar e guerra. N. em 26 de setembro de 1807, na cidade de Oeiras, então capital da provincia de Piauhy, no Brazil; fal. em 7 de agosto de 1865. Era filho de Hygino Craveiro Lopes, official do exercito.

Quando em 1823 a provincia de Piauhy se levantou como as outras provincias proclamando a independencia do Brazil, era então Hygino Craveiro Lopes major de infantaria, e governava como commandante das armas a villa de Campo Maior. Não adherindo ao pronunciamento por se conservar fiel á sua bandeira e ao seu rei, mas não podendo resistir ás massas populares que de toda a provincia se levantavam ao grito da independencia, o major Hygino Craveiro, ás ordens do general Fidié, retirou com as forças do seu commando para Caxias de Aldeias-altas. Durante seis mezes resistiram as forças portuguezas no morro das Taboças, aos assaltos repetidos do exercito de Felgueiras; mas por fim vendo-se sem recursos e sem esperanças de soccorros, fôram obrigadas a capitular. Carlos Craveiro Lopes, que apenas contava 16 annos de idade, tendo praça assente de voluntario, acompanhara seu pae em toda esta campanha, e em virtude d'um dos artigos da capitulação, voltou com elle para o reino. Chegando a Lisboa em 1824, e não lhe abundando os meios de fortuna, tratou de pelo estudo procurar posição. Frequentou e fez exame do primeiro anno da escola regia de cirurgia, e completou o curso da Aula do Commercio, mas não lhe sorrindo nenhuma d'estas carreiras, por já estar affeito á vida militar, decidiu-se a entrar na marinha de guerra, matriculando-se na Academia de Marinha, onde completou o curso da arma com premio e distincções em todos os tres annos. Em 3 de outubro de 1830 teve praça como voluntario da armada. Tendo embarcado na corveta *Urania*, foi com esse navio aprisionado pela esquadra franceza do almirante Roussin, que então cruzava na costa de Portugal e bloqueava o Tejo, apoderando-se de todos os navios portuguezes, como consequencia das dissenções que se déram entre o governo de D. Miguel e a França. Achando-se em Brest, pronunciou-se com a guarnição do seu navio a favor da causa constitucional, não acceitando o regresso ao reino quando os francezes entregaram os navios aprisionados, e foi apresentar-se na ilha Terceira ao serviço da rainha D. Maria II. Fazendo parte da pequena esquadrilha, que se organisou, assistiu a toda a campanha das ilhas, sempre com bravura e intrepidez, como soldado e como marinheiro. Veiu na expedição liberal desembarcar nas praias do Mindello, e durante o cerco do Porto, foi empregado, assim como todos os seus camaradas de marinha, ora no serviço das canhoneiras, ora na defeza das linhas da Serra do Pilar. Em 1832 teve a promoção de guarda-marinha, e pouco depois a de segundo tenente, servindo como immediato do bravo commandante Soares Franco no brigue escuna *Liberal*. Craveiro Lopes, a quem a sua posição de immediato, obrigava a ficar a bordo tomando conta do navio na ausencia do commandante, era sempre, e com a permissão d'este, dos primeiros a saltar na praia e a correr na avançada, porque não lhe consentia o animo ficar passivamente assistindo aos perigos dos seus camaradas. Terminada a campanha, Craveiro Lopes foi sempre empregado no serviço do mar, quer de guarnição como official immediato, quer como commandante de differentes navios, sendo considerado um dos mais habeis navegadores e dos mais finos manobristas. Era prompto e rapido na concepção e na execução do movimento preciso e seguro para salvar ou dirigir o seu navio n'uma occasião de perigo. Da sua modestia inqualificavel, lhe provinha decerto um tal ou qual desconhecimento que para com elle havia da parte das summidades governativas, e a falta de premios a serviços importantes, que n'outro qualquer seriam considerados. Craveiro Lopes não sabia fazer-se valer. Elle que poderia tão bem ou melhor que outro qualquer, escrever as suas participações, ou relatar os seus serviços, deixava aos seus immediatos, como cousa de pouca monta, o cuidado de fazer os officios e relatorios que assignava sem lêr, ou a que, quando os lia, não se atrevia a censurar com as observações precisas. Ignorantes ou malevolos redigiam mal e muitas vezes sem verdade, o que elle depois confirmava com a sua assignatura, e que na maior parte dos casos o fez apreciar em pouco pelo governo. Foi assim que da guerra e dos desembarques em Bissau, que elle fez como commandante do brigue *Vouga*, e da estação naval de Cabo Verde, só com a sua guarnição e com o fraco auxilio d'um pequeno navio de guerra francez, houve premios e bem merecidas distincções aos estrangeiros, pensões ás viuvas de officiaes francezes mortos na campanha, todo o reconhecimento emfim da valiosa coadjuvação por elles prestada; mas o governo que isso fazia, fundado decerto nos relatorios do seu delegado em Cabo Verde, deixou completamente esquecidas a responsabilidade, a direcção e os incontestaveis serviços prestados pelo commandante Craveiro Lopes e pelos seus subordinados. Foi assim que em 1854, como commandante da corveta *D. João I*, e da estação naval de Macau, combateu e destruiu, em Ningpó, a potente esquadra do pirata china *Apak*, garantindo a segurança do nosso consulado n'aquelle ponto, tomando satisfação do que contra o mesmo se praticara, e fazendo ainda outros importantes serviços n'aquella estação, sendo elle completamente esquecido nas remunerações que a outros se distribuiram. Craveiro Lopes commandou tambem as escunas *Esperança*, *Nympha*, *Conselho*, o vapor *Infante D. Luiz*, a fragata *D. Fernando*, e as estações navaes de Cabo Verde e de Macau. Falleceu de repente, victima d'uma apoplexia, tendo o posto de capitão de mar e guerra.

Lopes (*Catharina*). Viveu no seculo XVI. Era casada com Fernão Nunes, morador em Lisboa. Esta senhora foi autorisada a curar fracturas, para que tinha licença passada em carta por D. D. João III, datada de 17 de setembro de 1535. O diploma regio é o seguinte: «Dom Joham etc., a quamtos esta minha carta for mostrada e o conhecimento dela pertemcer faço saber que a mim praz dar llugar e licença a Cateryna Lopez molher de Fernan Nunez, morador em Lixboa, que ella posa correger braços e pernas e cousas quebradas e fóra do seu llugar e chaguas per todos meus reynos e senhoryos sem embarguo de quaesquer leis e ordenações que aja em contrario, por quanto fuy certo pelo doutor mestre gill meu fisico e sollugião mor, a que eu a mandey examinar, e a examinou a achou auta pera vsar do que dito he, e por tamto mando a todalas justiças e pesoas a que o conhecimento desta pertemcer que pela dita Catarina Lopez vsar o que dito he a não prendam nem consyntam ser feito sem rezão amtes liuremente vse do que dito, etc.»

Lopes *(Christovão)*. Pintor da côrte de D. João III, e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz. N. em 1516 e fal. em 1600. Era filho de Gregorio Lopes, que foi pintor na côrte de D. Manuel e na de D. João III. Christovão Lopes começou por ser discipulo de seu pae, estudando depois sob a direcção de Affonso Sanches Coelho. Fez muitos retratos de D. João III e de toda a familia real. Era imitador fiel de Miguel Angelo, e deixou alguns quadros notaveis como os que se vêem na capella-mór da egreja dos Jeronymos, em Belem. Palomino, no seu *Museu pittoresco*, o designa como *eminente pintor portuguez*.

Lopes *(Clemente)*. Presbytero secular, natural de Torres Novas, que escreveu varias obras poeticas, em que se contam: *Auto do Nasciment* e *Comedia de Santo Antonio*.

Lopes *(David de Mello)*. Lente do Curso Superior de Letras, escriptor orientalista, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Além de professor muito distincto, o biographado tem se notabilisado pela sua especialidade de arabista. N'um paiz que tão fundas tradições conserva do dominio arabe, o conhecimento da lingua d'esse povo é elemento valiosissimo para a averiguação historica de muitos pontos intrincados, e na verdade David Lopes, em trabalhos bastante valiosos, alguns problemas tem esclarecido, taes como o da batalha de Ourique e outros. As suas opiniões são sempre acatadas pelos eruditos, pois além dos seus profundos conhecimentos é um escriptor de impeccavel probidade litteraria (V. *Noticia de alguns arabistas e interpretes*, por Sousa Viterbo, pag 39 e 40). Nasceu na freguezia do Nesperal, concelho da Certã (Beira Baixa), em abril de 1867. Fez os seus estudos de lyceu em Lisboa, os quaes terminou em 1888. Em 1889 foi para Paris, onde frequentou a Escola de Linguas Orientaes e Escola de Estudos Superiores (historicos e philosophicos), estudando n'uma e n'outra o arabe. Em 1892 voltou para Portugal e matriculou se no Curso Superior de Letras, cuja frequencia concluiu com distincção em 18·5 N'este anno fez concurso para a cadeira de francez do lyceu de Lisboa, sendo provido n'ella em 1896. Em 19(1 foi nomeado professor da cadeira da lingua e litteratura franceza do Curso Superior de Letras, e secretario da mesma escola, depois da remodelação e conversão do Curso em Escola Normal Superior. Eis a lista das suas obras: *Extractos da historia da conquista da Iaman pelos othomanos, contribuição para a historia do estabelecimento dos portuguezes na India*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, 8.°, 100 pag ; *A peça de Diu*, Lisboa, Imprensa, 1892, 8.°, 18 pag., com 2 estampas. Tanto este como o antecedente opusculo fizeram parte das memorias apresentadas á X sessão do congresso dos orientalistas, que devia celebrar-se em Lisboa em 1892; *Textos em aljamia portugueza, documentos para a historia do dominio portuguez em Safim*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, 8.°, 157 pag; *Chronica dos Reis de Bisnaga, manuscripto inedito do seculo XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, 8.°, LXXXIX e 123 pag. Foi traduzida para inglez por Robert Sewell com o titulo: *A Forgotten Empire; Historia dos portuguezes no Malabar, por Zindim, manuscripto arabe do seculo XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898, 8.°, CIII e 94 e 139 pag., com 4 mappas. Estas tres publicações fizeram parte das contribuições da Sociedade de Geographia de Lisboa, para a celebração do quarto centenario do descobrimento do caminho maritimo da India; *Alexandre Herculano, Antonio Caetano Pereira e a batalha de Ourique, estudo critico*, Lisboa, 1906, 8.°, 29 pag.; Extrahido do *Boletim da Sociedade de Geographia*. n.° 5 de 1898 1899; *Toponymia arabe de Portugal*, Paris, 1902, 8.°, 44 pag. Extrait de la *Revue Hispanique*, t. IX; *Quem era o rei Esmar da batalha de Ourique?*, Zaragoza, Escar, 1904, 4 pag., Extracto del *Homenaje à D. Francisco Codera; Trois faits de phonétique historique arabico-hispanique*, Paris, Ernest Leroux, 19 6, 8.°, 2) pag. Extrait du Tome III des *Actes du XIV Congrès International de Orientalistes* No *Archeologo portuguez*, I, 97-103, 273-279; II, 204-210; VIII, 112-150 publicou pequenos artigos sobre cousas arabico portuguezas; e na *Revista litteraria* do *Seculo* de 26 de março e 23 de abril de 1906 explicou o termo *Alporão*.

Lopes *(Diogo)*. Medico, que estudou na Universidade de Salamanca. Era natural de Penamacor. Foi grande philosopho, sendo um medico muito considerado entre os maiores professores da faculdade de Medicina, por Zacuto. Existe impressa em Coimbra, em 1602, uma obra sua com o titulo: *Tratactus de elementis et rerum omnium mixtione*.

Lopes *(P. Diogo)*. Jesuita. Lente de Prima de Theologia e de Escriptura na Universidade de Evora. N. em Beringel em 1591, e fal. em Lisboa a 10 de agosto de 1649. Frequentando aos 17 annos de edade a primeira classe de humanidades no collegio da Companhia de Jesus, foi admittido n'este Instituto em 4 de abril de 1608. Exerceu por muitos annos o cargo de cancellario na referida Universidade. Missionou em muitas terras do reino, e falleceu na casa professa de S. Roque. Escreveu uma obra em latim, que se publicou em Lisboa, no anno de 1646. Publicou tambem: *Sermão estando exposto o Santissimo, no fim d'uma novena, que os religiosos da Companhia de Jesus, Collegio de Evora, fizeram pelo feliz successo das armas d'el-rei nosso senhor*, Lisboa, 1644.

Lopes *(Duarte)*. Cirurgião e primeiro lente de anatomia no hospital de Todos os Santos. Pelo alvará de 20 de novembro de 1556 foi creada esta aula de anatomia, sendo d'ella encarregado Duarte Lopes com o ordenado annual de 12$000 réis, sendo obrigado a ler todos os dias uma lição de Guido durante uma hora pouco mais ou menos, ficando depois meia hora para responder e explicar as duvidas que os ouvintes lhe apresentassem. Era egualmente obrigado a fazer as anatomias que fôssem necessarias, e que se lhe ordenassem, nos corpos dos fallecidos no hospital e nos justiçados. Em 1560, Duarte Lopes foi mandado á Mina, por ordem da rainha regente D. Catharina, ficando Pedro Lopes Cardoso a substituil-o na clinica e ensino no hospital.

Lopes *(Duarte)*. Notavel explorador africano do seculo XVI. Era natural de Benavente. Esteve em Africa desde 1578 até 1587, e sendo enviado a Filippe II e a Xisto V para chamar a sua attenção para os negocios do Congo, communicou a Pigafelta o resultado das suas observações, que fôram publicadas em 1591, pelas quaes se vê, que Duarte Lopes conhecia perfeitamente os la-

gos Tanganika e Victoria Nianza, que se suppunham descobertos pelos viajantes inglezes do seculo XIX. Estes factos fôram postos em evidencia pelo escriptor inglez Henry Major, na sua *Vida do infante D. Henrique*, onde publicou o mappa que demonstra a prioridade dos nossos descobrimentos

Lopes (*Emilia*). Actriz muito apreciada e societaria do theatro de D. Maria II. N. no Porto em 28 de dezembro de 1863, fal. em Lisboa a 22 de março de 1903. Estreou-se no theatro Baquet, do Porto, em 8 de dezembro de 1885, no drama em 5 actos, *Nobres e plebeus*, representando em seguida nos dramas *Nana* e *Noites da India*, e na revista *O Porto por um oculo*. Veiu pouco depois para Lisboa, escripturada para o Gymnasio, debutando em 3 de outubro de 1886 no drama *O Cunhado*. Esteve mais tarde algum tempo no theatro da Avenida, em diversas empresas, e em 1892 foi contratada para o theatro de D. Maria II, onde se estreou no *Intimo*, peça em 3 actos. Fazendo grandes progressos na arte, teve bastantes applausos, agradando muito nas peças *Amigo Fritz*, *Salto mortal*, *Os Velhos*, *Tio Milhões*, *Sociedade onde a gente se aborrece*, etc. Em 1897 passou para a Trindade, como societaria, e ali se distinguiu nos dramas: *A Honra*, *Musotte*, *Martyr*, *Dois garotos*, *João Darlot*, na comedia de Molière *As Preciosas ridiculas*, etc. Quando em 1898 se constituiu a sociedade emprezaria do theatro de D. Maria II, Emilia Lopes foi admittida como actriz de segunda classe, e ali prestou bons serviços. Do seu reportorio lembram-nos as seguintes peças, além das já mencionadas: *Questão de dinheiro*, *Elegantes pobres*, *Noite de Natal*, *Falstoff*, *Lua de mel*, *Mercadet*, *Catharina*, *Sempre noiva*, *Papa flôres*, *Pae prodigo*, *Tartufo*, *Sinhá*, *Auto do amor*, *Casamento de Figaro*, *Inez Pereira*, *Diana de Lyz*, *Solar Pentley*, etc

Lopes (*Fernão*) Historiador, e o primeiro chronista-mór do reino, de que ha noticia certa. Acêrca das datas do seu nascimento e fallecimento nada se conhece de positivo; suppõe-se que nascesse, pouco mais ou menos, no anno de 1380, e que vivia ainda em 1459, já em edade muito avançada. El rei D Duarte o encarregou de escrever as chronicas dos monarchas seus antecessores, e o nomeou chronista mór do reino, por carta de 19 de março de 1434, com o ordenado de 6$000 réis de tença annual, a qual foi confirmada por D. Affonso V em carta de 11 de janeiro, segundo uns, ou de 3 de junho, segundo outros, do anno de 1449. Fernão Lopes era guarda-mór da Torre do Tombo, cargo para que fôra nomeado em 1418, e que exerceu até 1451, em que se demittiu voluntariamente. Para levar a effeito a sua obra, fez as maiores investigações no Archivo Real, e nos cartorios das cathedraes e conventos de todo o paiz, examinando as inscripções abertas em marmore e gravadas em bronze. Escreveu as chronicas do conde D. Henrique, e de todos os monarchas até D Duarte, mas infelizmente só existem as de D. Pedro I, D Fernando e D João I. Suppõe-se que as outras fôram subtrahidas por outros escriptores, que d'ellas se aproveitaram para as suas chronicas A chronica de D. João I publicou se pela primeira vez em 1644, e as de D Pedro I e de D. Fernando só no principio do seculo passado, em 1816, no tomo IV da *Collecção de Livros ineditos de Historia Portugueza*, etc., *publicados por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Fernão Lopes foi tambem escrivão da puridade do infante D. Fernando, filho d'el-rei D. João I, e de D. Duarte, antes de subir ao throno. Gomes Eannes de Azurara, seu contemporaneo e successor no cargo de chronista mór do reino, chamava-lhe *pessoal notavel, e homem de communal sciencia e autoridade*. Todos os nossos criticos e philologos teem sido unanimes em engrandecer o merito de Fernão Lopes. Francisco Dias Gomes chamou-lhe «o *pae da prosa portugueza*, e o primeiro talvez que na Europa escreveu a historia dignamente.» Alexandre Herculano, no *Panorama*, tomo III, pag. 197, diz: «Se em tempos modernos e mais civilisados houvera vivido e escripto, não teriamos por certo que invejar ás outras nações nenhum dos seus historiadores. Nas chronicas de Fernão Lopes não ha só historia, ha poesia e drama; ha a edade media com sua fé, seu enthusiasmo, e seu amor da gloria.» Sobre Fernão Lopes póde consultar-se a *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. II, pag. 28; o *Discurso preliminar* no tomo IV da *Collecção de Livros ineditos*, acima citado; *Memorias para a Historia do Real Archivo*, por João Pedro Ribeiro, pag. 54; *Dissertação para apurar o catalogo dos Chronistas-móres*, por Fr. Manuel de Figueiredo; no prologo das *Memorias d'el-rei D. João I*, por José Soares da Silva; *Chronica d'el-rei D. Manuel*, por Damião de Goes, parte IV, cap. 38. Bibliographia: *Chronica d'El-rei D. João I de boa memoria, e dos reis de Portugal o decimo; Parte I, em que se contém a defensão do reino até ser eleito rei*, Lisboa, 1644; *Parte II, em que se continuam as guerras com Castella, desde o principio do seu reinado até ás pazes*, Lisboa, 1644. Estas duas partes costumam andar reunidas á 3.ª parte, escripta por Gomes Eannes de Azurara, ou encadernadas, n'um só volume, ou em tres volumes separados: *Chronica do senhor D Pedro I, oitavo rei de Portugal*; saiu, confórme dissémos, no tomo IV da *Collecção dos Livros Ineditos*, onde se encontra a pag 1 a 120; esta edição foi feita sobre o antigo codice manuscripto do Archivo Nacional, confrontado com o da Bibliotheca Nacional, e com outro que possuia o marquez de Pancos; *Chronica do senhor rei D. Fernando, nono rei de Portugal*; saiu na referida *Collecção*, tomo IV, de pag 121 a 525.

Lopes (*Firmino João*). Juiz do Supremo Tribunal de Justiça, conselheiro, deputado, par do reino, etc. N. na freg. do Outeiro, do concelho de Bragança, em 5 de maio de 1825, fal em Lisboa, com 80 annos de edade, em 27 de outubro de 1906. Fez o curso de Direito na Universidade de Coimbra, que terminou em 1848. Alistou-se no batalhão academico, que se organisou em 1846 por occasião da revolta denominada *Maria da Fonte*, de que se tornou um dos seus soldados mais energicos, servindo ás ordens das juntas revolucionarias até 1847. Em 1850 entrou na carreira administrativa, em que se conservou até, 1855, desempenhando gratuitamente varias commissões extraordinarias de serviço publico, como syndicancias e organisações de orçamentos e contabilidade municipal, recusando sempre as gratificações extraordinarias com que se pretendia remunerar esses serviços. Foi depois nomeado auditor dos conselhos de guerra, que ao tempo

funccionavam em Chaves e Bragança, logar que exerceu até 1850, em que pediu a demissão, por não ser possivel accumular o exercicio d'essas funcções com os trabalhos de advocacia a que se dedicara em Macedo de Cavalleiros, onde alcançara importante clientella. Foi nomeado em 1862 delegado do ministerio publico em diversas comarcas, sendo promovido em 1870 a juiz de direito. Esteve na comarca da ilha de S. Jorge, passando depois ás de Fronteira, Villa Nova de Foscôa, Miraudella e Villa Real, passando depois para o 2.º districto criminal de Lisboa. Em 1889 foi promovido a juiz da 2.ª instancia, e quando falleceu, era juiz do Supremo Tribunal de Justiça. Entrando na politica logo depois da sua formatura, filiou-se no partido regenerador, sendo eleito deputado pela primeira vez em 1879, e reeleito em varias legislaturas até 1891; foi par do reino electivo, governador civil de Bragança Depois da morte de Fontes Pereira de Mello, em 1887, desejava afastar-se da politica activa, e entregar-se unicamente aos seus deveres de magistrado. Mas quando falleceu Lopo Vaz de Sampaio e Mello, em 1892, resolveu não mais se importar de cousas politicas no districto de Bragança. Assim se conservou durante annos, até que se formou o partido regenerador-liberal, em que elle acompanhou o sr. conselheiro João Franco Castello Branco, sendo eleito presidente do Centro Regenerador Libe al, que se fundou em Lisboa, em 1903. Firmino João Lopes fôra novamente feito par do reino, em 28 de maio de 1906, mas não chegou a tomar posse na respectiva camara, por motivo da doença, de que alguns mezes mais tarde foi victima.

Lopes *(Francisco)*. Medico da real camara da rainha D. Catharina, mulher de D. João III. Era muito dedicado á poesia, e escreveu um livro em portuguez e italiano, com o titulo: *Versos em loor de la Virgen sin mancilla Madre de Dios*, que se imprimiu em Lisboa no anno de 1573, sendo reimpresso em 1575. N'este livro intitula-se doutor, e no privilegio se diz que é medico da rainha D. Catharina. Tambem collaborou com poesias latinas na *Relação do solemne recebimento que se fez em Lisboa ás santas reliquias que se levaram á egreja de S. Roque da Companhia de Jesus aos 25 de janeiro de 1588*, do padre Manuel de Campos, impressa no mesmo anno.

Lopes *(Francisco)*. Livreiro, escriptor e poeta que floresceu no seculo XVII. Era natural de Lisboa, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Escreveu as seguintes obras em verso: *Santo Antonio de Lisboa*; *Primeira e segunda parte, do seu nascimento, creação, vida, morte e milagres*, Lisboa, 1610; reimprimiu-se com o titulo: *Vida, acções e milagres de Santo Antonio, gloria de Portugal, e singular ornamento de Lisboa sua patria*, Lisboa, 1680; outra edição, em 1683; *Segunda parte de Santo Antonio, e verdadeira historia dos cinco martyres de Marrocos; trata de sua vida, morte e milagres, conforme as chronicas da sagrada religião dos Menores; com algumas curiosidades dignas de notar*, Lisboa, 1619; houve mais edições, em 1671, 1674 em 1682, duas em 1701, cada uma publicada por seu editor, e em 1749; *São Gonçalo de Amarante, nascimento, creação, vida, morte e milagres*, Lisboa, 1627; outra edição em 1691; *S. Bom Homem, redondilhas*, Lisboa, 1628; *Passatempo honesto de adivinhações em verso, declarações d'elle em prosa*, Lisboa, 1603; outra edição em 1658; *Segunda parte*, Lisboa, 1659, outra edição em 16 7; sairam ambas as partes, sendo a primeira mais augmentada, em 1788; *O Soldado da Gloria, e capitão da Companhia de Jesus, Santo Ignacio de Loyola na sua canonisação*, Lisboa, 1622; *Feitos heroicos, e milagres que S. Francisco Xavier fez nas partes do Oriente pela fé catholica*, Lisboa, 1622; *Redondilhas á canonisação de Santa Izabel, rainha de Portugal*, Lisboa, 1624; *Gloria de Portugal na felice acclamação do muito alto e poderoso rei D. João IV*, Lisboa, 1641; *Honra da patria, offerecida a D. Gastão Coutinho, quando rendeu as fortalezas das barras de Lisboa, com as virtudes d'el rei D. João IV e da rainha nossa senhora*, Lisboa, 1641; *Silva oriental na acclamação d'el-rei D João IV; Primeira e Segunda parte*, Lisboa, 1642; *Favores do céo, do braço de Christo, que se despregou da cruz, e de outras maravilhas dignas de se notar*, Lisboa, 1642; *Valentia christã, e respeito dos portuguezes ao culto divino*, Lisboa, 1642; *Milagroso successo do Conde de Castello Melhor*, Lisboa, 1643; *Auto e colloquio do nascimento do menino Jesus*, Lisboa, 1646; ha outras edições, em 1673 e 1785.

Lopes *(P. Francisco)*. Jesuita. Era natural de Lisboa, sendo filho de Pedro Lopes de Villa Nova, e de Ambrosia de Figueiredo. Entrou na Companhia de Jesus no collegio de Coimbra, a 25 de janeiro de 1591. Sendo reitor em Elvas, foi nomeado procurador em Roma, indo occupar o logar de assistente, em substituição do P. Antão Gonçalves. Falleceu n'aquella cidade a 39 de julho de 1680. Gozou da fama de bom prégador, mas dos seus muitos sermões, sómente publicou o que prégou na egreja do convento do Carmo, de Lisboa, áçêrca da canonisação de Santa Maria Magdalena de Pazzi

Lopes *(Francisco Hygino Craveiro)*. General de divisão do Estado Maior general, chefe da casa militar de el-rei, commandante da 1.ª divisão militar, etc. N. em 25 de outubro de 1838, sendo filho do general Francisco Xavier Lopes (V. *este nome*). Assentou praça de voluntario em 13 de outubro de 1852, no antigo batalhão de caçadores n.º 5. Cursou os cursos superiores na Escola Polytechnica, sendo promovido a alferes alumno para o 1.º regimento de artilharia em 5 de outubro de 1858. Seguiu depois o curso d'esta arma na Escola do Exercito, tendo o 1.º premio pecuniario na 1.ª cadeira, e em todos os annos nas cadeiras de desenho, o qual concluiu em 4 de julho de 1860, recebendo a promoção de 2.º tenente, e em 5 de julho de 1862 a 1.º tenente. Foi requisitado pelo ministerio das obras publicas, em 26 de junho de 1863, servindo ali com toda a proficiencia, tanto nos trabalhos de campo como nos de gabinete. Voltou ao serviço do ministerio da guerra em 24 de julho de 1866, por assim o haver solicitado, e foi promovido a capitão no dia 26, sendo nomeado sub chefe da 1.ª repartição da 1.ª direcção do ministerio da guerra em 23 de janeiro de 1867, logar em que se conservou até 22 de novembro de 1869. De janeiro de 1870 a 2 de outubro de 1871 exerceu as funcções de director da officina pyrotechnica, e da fórma como se houve, mereceu ser elogiado pelo general commandante geral de artilharia. Da officina pyrotechnica passou a sub-chefe da 3.ª repartição

da direcção geral de artilharia, cargo que exerceu até 15 de dezembro de 1874, data em que teve a nomeação de commandante da 1.ª secção do material de guerra da 4.ª divisão militar e o encargo de dirigir interinamente o extincto trem de Elvas, em que se conservou até 11 de janeiro de 1877. Regressando a Lisboa foi nomeado adjunto da Fabrica d'Armas, e em 12 de julho d'este mesmo anno, vogal do jury de exames de habilitação dos alumnos do curso de cavallaria e de infantaria da Escola do Exercito. Em 17 de junho de 1878 foi nomeado para assistir em Bredelar-Mepper ás experiencias no polygono da fabrica Krupp, com canhões couraçados. Em 8 de dezembro do mesmo anno foi a Essen receber as baterias de artilharia de campanha, material encommendado á fabrica Krupp. Tambem foi louvado pela fórma como desempenhou o trabalho relativo á compra d'estas baterias. Em 4 de fevereiro de 1879 foi promovido a major, sendo pouco depois collocado no regimento de artilharia n.º 1. Pela organisação do exercito de 31 de outubro de 1884 foi promovido a tenente-coronel. Fez parte da commissão encarregada de proceder á revisão do codigo de justiça militar de 9 de abril de 1875 e do regulamento disciplinar de 15 de dezembro do mesmo anno. N'esta commissão foi louvado pela proficiencia, intelligencia e solicitude de que deu as maiores provas. Em julho de 1886 foi nomeado vogal do jury para exames de habilitação do curso de artilharia da Escola do Exercito, e em 12 de setembro de 1888 teve a promoção de coronel. Em 3 de outubro d'este anno foi nomeado commandante da escola pratica da arma em Vendas Novas. Tambem teve o encargo de elaborar os regulamentos para a escola pratica de cavallaria e de infantaria, que se devia organisar no campo de Tancos, commissão em que foi louvado pela intelligencia e zelo com que se houve. Recebeu egualmente louvor pela dedicação com que desempenhou o serviço de que fôra incumbido sobre o estudo das boccas de fogo que vieram da Allemanha, e pela fórma como se houve, sendo presidente da commissão encarregada de elaborar os compendios para as escolas regimentaes, commissão que foi classificada como importante e extraordinaria. No 1.º de agosto de 1889 foi transferido para o commando do regimento de artilharia n.º 1, e ali se conservou até setembro de 1890, em que foi nomeado inspector do material de guerra da 1.ª divisão militar. Em março de 1893 passou a chefe da 3.ª repartição do commando geral de artilharia. Em janeiro de 1894 foi nomeado vogal effectivo do jury de exames dos capitães de artilharia candidatos ao posto de major. Em 9 de junho d'esse anno teve a promoção de general de brigada, sendo no mez seguinte nomeado presidente da commissão encarregada de reunir n'um só diploma a legislação, fabrico e consumo das substancias explosivas, em que tambem foi louvado, vogal do jury de exames dos coroneis candidatos ao posto de general de brigada. Em 17 de janeiro de 1895 foi nomeado director geral do ministerio da guerra, tendo pouco depois a nomeação de presidente da commissão encarregada da classificação dos sargentos para os empregos civis. Em março de 1897 foi nomeado, na qualidade de director geral do ministerio da guerra, para fazer parte da commissão encarregada do arrolamento de todos os empregados dependentes de todas as secretarias do estado. Em julho de 1898 foi agraciado com a nomeação de ajudante de campo honorario de el-rei D. Carlos I, e em 25 de maio de 1900 promovido a general de divisão. O sr. general Craveiro Lopes é gran-cruz, grande official e commen-

Francisco Hygino Craveiro Lopes

dador e official da ordem de S. Bento de Aviz, official da de S. Thiago; tem as medalhas de ouro de bons serviços e de comportamento exemplar; gran-cruz das ordens hespanholas: de Izabel a Catholica; de Merito Militar, cruz de 3.ª classe da mesma ordem, e cavalleiro da de Carlos III.

Lopes *(Francisco Ignacio)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. N. em Almada a 3 de agosto de 1806, onde tambem fal. em 2 de dezembro de 1893. Era filho de Ignacio José Lopes, primeiro cirurgião da armada real, e de D. Maria do Carmo Lopes. Terminou a sua formatura na Escola-Medica de Lisboa em 1827, e começou a exercer clinica em Almada, tornando-se tão afamado que a camara em 30 de junho de 18 0 o nomeou medico do partido do municipio, e em seguida o governo lhe conferiu o cargo de delegado do cirurgião-mór do reino na comarca de Setubal. Em julho de 1833 foi nomeado, pelo governo constitucional, cirurgião mór da guarnição do castello e linhas de defeza de Almada. Em 1850 foi eleito vereador da camara d'este concelho, sendo depois nomeado presidente. Concorreu então muito para os notaveis melhoramentos a que se procedeu nos annos de 18 0 a 1858. Foi sua a creação de soccorros a incendios, construcções de poços, nos sitios em que não havia aguas publicas, como no Valle de Rosal e Romeira, sendo o segundo o melhor no genero; reedificou o chafariz da

Fonte Santa, restaurou estradas, entre as quaes se contam: caminho novo para a Costa, calçada de Cacilhas, da Fonte da Pipa, da Trafaria, e ainda outras, como a das Amendoeiras, Mutella, Pombal, etc. As construcções que se fizeram, tambem sob os seus auspicios, fôram importantes, como a capella do cemiterio, a praça e casa do açougue; casa para a bomba, etc. Voltando em 1860 a exercer esse cargo, deram se novos melhoramentos: illuminação de Cacilhas e Almada, o grande caes do Ginjal, etc. Repetidas vezes foi eleito á junta geral do districto, sendo tambem membro da sua commissão executiva. Em 1860 o circulo de Almada o elegeu seu deputado, sendo por tres vezes reeleito até 15 de janeiro de 1869. Em 1880 foi novamente eleito procurador á junta géral do districto, sendo reeleito em 1886. Estava filiado no partido regenerador, mas retirou-se da politica, em 18?7, depois do fallecimento de Fontes Pereira de Mello.

Lopes *(Francisco José)*. Fundador e proprietario da fabrica do lanificios da Romeira, em Alemquer, já hoje fallecido. Era natural da freguezia de Adaufe, concelho de Braga, e desde muito novo se dedicou á vida commercial, onde alcançou avultada fortuna. Em 1870 comprou a azenha da Romeira, e n'aquelle local mandou edificar o principal edificio da fabrica, que depois se ampliou largamente com edificações novas. Francisco José Lopes estava sempre prompto a concorrer para os melhoramentos de Alemquer, que lhe merecia particular predilecção. Na encosta fronteira á fabrica mandou construir dois palacetes, e fazer outros trabalhos, que tornaram em aprazivel vivenda aquelle sitio, que era perfeitamente um ermo. A fabrica tambem se tornou conhecida pelo nome de *Fabrica Nova* V. *Alemquer*, no *Portugal*, 1.º vol. pag. 192.

Lopes *(Francisco Luiz)*. Escriptor. N. em Faro em 1816, e fal. em Sines em 28 de setembro de 1869. Frequentou os primeiros estudos no seminario de Faro, os quaes interrompeu, para voluntariamente ir assentar praça n'um dos corpos do exercito em 1833, onde serviu por algum tempo, matriculando-se depois na Escola Medico Cirurgica do Porto, passando mais tarde á de Lisboa, concluindo ali o respectivo curso em 1844. Foi promovido a cirurgião-ajudante do regimento de infantaria n.º 17, e exercia este cargo em 1846, quando os seus principios politicos o levaram a seguir a causa, a cuja frente se encontrava a Junta do Porto, apresentando-se em Evora aos insurgentes progressistas, que o nomearam cirurgião de brigada n'uma das divisões populares, e conservou-se n'esta situação até terminar a guerra civil. Em agosto de 1847 foi provido no partido de cirurgião do concelho de Sines pela respectiva camara municipal. Escreveu: *Uma duqueza de Florença*, Lisboa, 1842, pequeno romance em cinco quadros, da escola de Victor Hugo, que foi reproduzido no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, sem o nome do autor; *Breve noticia de Sines, patria de Vasco da Gama*, Lisboa, 1850. Escreveu numerosos artigos em jornaes politicos, a proposito de varios assumptos, uns com o seu nome, e outros com as iniciaes F. L. L., e outros anonymos. Por occasião da inauguração do theatro de D Maria II, em 1844, concorreu com o drama *Luiz de Camões* ao premio proposto pelo Conservatorio, mas foi-lhe rejeitado.

Lopes *(Francisco Xavier)*. General de brigada da arma de artilharia, director da Administração Militar, etc. N em Campo Maior de Piauhy, no Brazil, a 10 de maio de 1814, fal. em Lisboa a 1 de maio de 1883. Era filho de Hygino Xavier Lopes, official de infantaria, que partira para o Brazil no principio do seculo XIX, e ali tomou parte na guerra da Independencia, regressando a Portugal depois de ser proclamada. Francisco Xavier Lopes, sendo muito creança, não pôde logo acompanhar seu pae, e ficou algum tempo no Maranhão, vindo depois para Lisboa. Matriculou-se no Collegio Militar, fez um curso brilhante, e quando o concluiu, assentou praça no regimento de artilharia n.º 2, a 22 de setembro de 1832. No anno seguinte tomou parte muito activa na defeza de Lisboa, assistindo ás acções de 5 e 14 de setembro, sendo n'este mez promovido a 2.º tenente, e ás de 10 e 11 de outubro. Acompanhou sempre o exercito liberal até á convenção de Evora Monte, assignada em maio de 1834, e quando terminou a campanha, matriculou-se na Academia de Fortificação, e depois na Escola do Exercito, organisada em 1836, onde seguiu e concluiu o curso de engenheiro, alcançando premios e distincções, e grangeando fama de aptidão e de talento entre os seus condiscipulos e professores. Em todas as epocas em que por causa das commoções politicas as escolas se fecharam, Xavier Lopes apresentou-se no serviço da fileira, procurando com ardor os ensejos de revelar a sua capacidade intelligente e a sua actividade. Em 1837, durante a revolta dos marechaes, serviu ás ordens do general Sá da Bandeira. No entanto fôra promovido a 1.º tenente. Em 1841 subiu ao posto de capitão, e estando em Faro por occasião da revolta de Torres Novas, em 1844, foi preso como suspeito, mandado a Cascaes, sendo pouco depois passado á 3.ª secção. Em 1845 era promovido a major, sem prejuizo dos officiaes mais antigos da sua arma, e n'esse anno solicitou, e obteve ser nomeado engenheiro para a provincia de Angola, para onde partiu. Pouco tempo depois de ter chegado a Loanda, foi mandado a Benguella para construir um forte, que evitasse as continuas investidas dos gentios de Catumbella e do Dombe Os relevantes serviços, que então prestou, valeram-lhe uma medalha commemorativa de agradecimento, que lhe conferiu a camara d'aquelle concelho ultramarino. Concluida a sua commissão no ultramar, que durara tres annos, regressou a Lisboa em fins de 1848, e em 1849 fez uma viagem a França e a Inglaterra. onde estudou e examinou minuciosamente tudo quanto lhe pareceu mais importante em assumptos militares Voltou a Portugal nos fins de 1849 e em janeiro de 1850 foi nomeado chefe de secção no ministerio da guerra, cargo que exerceu até novembro de 18?9, sendo durante este largo tempo encarregado de diversas e importantes commissões, que todas desempenhou com a maior competencia. Uma d'essas commissões foi a de ir á Belgica receber as carabinas Enfield, com que durante algum tempo estiveram armados os nossos corpos de caçadores Coube lhe durante esse periodo a iniciativa na maior parte dos trabalhos preparatorios, para a creação e estabelecimento da Escola pratica de Artilharia, e a formação do polygono de Vendas Novas. Em 1864 havia sido promovido a tenente-

coronel, e em 1866 a coronel. Em 1869 foi-lhe confiado o commando do regimento de artilharia n.º 3, deixando esse commando em seguida aos acontecimentos de 19 de maio de 1870, e que reassumiu quando se deu a demissão do ministerio que formara o marechal duque de Saldanha. Em novembro de 1872 foi nomeado presidente da commissão, que se creou, para estudar as questões relativas ao armamento e material de guerra do exercito, passando depois a inspector do material de guerra da primeira divisão. Em 1874, sendo promovido a general de brigada, foi nomeado governador da praça de Elvas, onde se conservou até agosto de 1876, tendo vindo a Lisboa commandar a brigada de artilharia na parada por occasião da visita do principe de Galles, actualmente el rei Eduardo VII, de Inglaterra. Em março de 1877 foi nomeado presidente da commissão encarregada de codificar a nossa legislação militar, e depois membro da commissão de defeza de Lisboa, de que já anteriormente fizera parte, quando era coronel. Em 3 de setembro de 1879 foi nomeado director da Administração militar. Era commendador da ordem de Christo e da da Torre e Espada, cavalleiro de de S. Bento de Aviz; gran-cruz da ordem da Izabel de Hespanha e commendador da de Carlos III tambem de Hespanha. O general Xavier Lopes foi pae do sr. general de divisão Francisco Hygino Craveiro Lopes.

Lopes *(Garcia)*. Medico, que viveu no seculo XVI. Era natural de Portalegre. Estudou em Salamanca, e exerceu clinica em Portugal, Castella e Flandres. Escreveu a seguinte obra, que se imprimiu em 1564, em Antuerpia: *De varia rei medicae lectione.*

Lopes *(Gaspar)*. Professor da grammatica portugueza em Villa Nova de Portimão. Attribue-se lhe uma *Ars grammaticae*, que se imprimiu em Flandres.

Lopes *(Gregorio)*. Pintor de el-rei D. João III, e pae de Christovão Lopes, tambem pintor (*V. este nome*). Tem a data de 25 de abril de 1522 a sua nomeação de pintor do rei. Trabalhou em Thomar, onde pintou, entre outros, um quadro de *Santo Antonio*, outro de *S. Bernardo*, e outro de *Santa Maria Magdalena*, além de dois retabulos da capella de Nosso Senhor. Felleceu em 1551.

Lopes *(Gregorio)*. Escriptor, que viveu no seculo XVI. N. em Linhares a 4 de julho de 1542, fal. a 20 de julho de 1596. Era filho de Paulo Lopes e de Maria Affonso de Pombal. Deixou a patria aos 17 annos, indo viver na America e no Mexico, sempre entregue a exercicios de piedade e devoção. Attribue-se-lhe o seguinte escripto, em lingua castelhana: *Explicação do Apocalypse* que se imprimiu em Madrid no anno de 1678. Deixou em manuscripto: *Chronologia dos tempos; Tratado das propriedades das ervas; Carta escripta ao padre Francisco Lossa*, em que dá a razão porque compoz a *Explicação do Apocalyse*, saiu impressa na vida do autor, escripta por Fr. Affonso Ramon, a pag. 147.

Lopes *(Henrique)*. Poeta comico, de que apenas se sabe que escreveu varios autos, publicando-se um d'elles, com o titulo de *Cena Policiana*, que saiu na primeira parte dos *Autos* e *Comedias Portuguezas*, impressas em 1587.

Lopes *(Jeronymo)*. Escudeiro fidalgo da casa de D. João III, que publicou e addicionou a *Chronica do infante D. Fernando*, escripta por João Alvares.

Lopes *(João)*. Cirurgião do hospital de Todos os Santos, nomeado em 29 de junho de 1695.

Lopes *(João Antonio)*. Chefe d'uma das secções da Companhia do Credito Predial, escriptor e traductor dramatico. N. em Lisboa a 25 de novembro de 1836, fal. a 23 de outubro de 1905. Desde muito novo frequentou o theatro da Rua dos Condes, privando com os artistas da companhia de Emilio Doux. Aos 17 annos empregou se no commercio, por não poder proseguir os estudos, em consequencia da morte de seu pae, e nas horas vagas traduzia peças para o theatro. Em 1875 e 1876 foi secretario gerente da empresa Parizini, no theatro das Variedades. Entrou para a Companhia do Credito Predial, onde esteve empregado 30 annos, até á data do fallecimento. Era casado com D. Maria Gertrudes Prazeres Moraes Lopes. Ainda muito novo escreveu para uma sociedade de amadores, de que era director, a comedia n'um acto, intitulada *Grande cousa é ter dinheiro*, que se representou no theatro da Floresta, e depois nas Variedades. Traduziu do francez o drama em 3 actos *A Cega*, que se representou nos theatros particulares do Aljube e dos Anjos, assim como a comedia, em 1 acto, *Um rapaz apressado*. Do hespanhol traduziu o drama em 4 actos, *Filha e mãe*, do francez o drama em 5 actos, *A policia*, e a comedia em 1 acto, *Os serões da viscondessa*, que se representaram no Gymnasio. Para as Variedades traduziu o drama em 5 actos *Os thugs ou os Estranguladores da India*, o drama em 5 actos *A Cabana do tio Thomaz*, drama em 5 actos o *Terremoto das Antilhas*, e a comedia, em 1 acto, *No telhado*. Para o Principe Real traduziu as comedias *Se Deus quizer* e o *Priminho*, e os dramas *A Dama das camelias*. Para o theatro de D. Maria II traduziu a comedia, em 1 acto, *O fogo no convento*, que se representou pela primeira vez em beneficio de Manuela Rey, e foi uma das corôas d'esta distincta actriz. Traduziu ainda muitas outras peças para differentes theatros, algumas das quaes, parece que não chegaram a representar se.

Lopes *(João Baptista da Silva)*. Chefe de repartição no Arsenal do Exercito. N. em Lagos a 28 de novembro de 1781, fal. em 29 de agosto de 1850. Era filho de José Lopes, proprietario em Morfacem, freguezia de Caparica, e de D. Francisca Maria da Silva; irmão do 1.º barão de Monte Pedral, José Baptista da Silva Lopes. Exerceu alguns annos em Lagos a profissão de advogado. Seguidor das doutrinas liberaes, teve de soffrer longo e penoso martyrio, vendo-se forçado a emigrar em 1823. Foi preso em 24 de maio de 1828, e encarcerado nos calabouços da Torre de S. Julião Barra, onde jazeu até ao dia 24 de julho de 1833. Depois entrou no serviço do Estado na qualidade de chefe addido á 1.ª repartição do Arsenal do Exercito. Foi eleito deputado nas legislaturas de 1842 e 1848, apresentando na respectiva camara varias propostas e projectos de lei sobre assumptos de administração civil e militar. Silva Lopes foi socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, da de Turim, e do Instituto Historico e Geographico do Rio de Janeiro. No tempo que permaneceu na Torre de S. Julião aggravou se-lhe a falta de vista, de que padecêra ainda muito novo, sendo afinal em 1848

accommettido d'um ataque de amaurosis, que o impossibilitou de toda e qualquer applicação visual. N'este estado ainda sobreviveu algum tempo. Era casado com D. Maria Benedicta de Macedo. A sua necrologia saiu no *Periodico dos Pobres do Porto*, de 5 de outubro de 1850 Escreveu: *Historia do captiveiro dos presos de Estado na torre de S. Julião da Barra, de Lisboa, durante a desastrosa epoca da usurpação do legitimo governo constitucional*, Lisboa, 1833 e 1834, 4 tomos; no tomo 1 vem a lista nominal de todos os presos que n'aquelle periodo estiveram retidos na torre; *Memoria sobre a suppressão dos direitos de consumo em Lisboa, e seu termo, e incorporação da Alfandega das Sete-casas n'a Alfandega-grande*, Lisboa, 1834; *Corographia, ou Memoria economica, estadistica e topographica do reino do Algarve*, Lisboa, 1841; contém tambem documentos illustrativos, 10 mappas impressos e 3 estampas lithographadas, servindo de complemento uma grande carta corographica do Algarve, que se vendia em separado; foi offerecida pelo autor á Academia Real das Sciencias, que a mandou imprimir; *Relação da derrota naval, façanhas e successos dos Cruzados, que partiram do Escalda para a Terra Santa no anno de 1189 escripta em latim por um dos mesmos cruzados, traduzida e annotada em portuguez*, Lisboa, 1844; tambem foi offerecida pelo autor á Academia Real das Sciencias, que a mandou imprimir; traz uma vista da cidade de Silves; *Memorias para a historia ecclesiastica do bispado do Algarve*, Lisboa, 1848, impressa tambem por ordem da Academia; *Memoria sobre a reforma dos pezos e medidas*, Lisboa, 1850; *Escolas regimentaes*, artigo publicado na *Revista Universal Lisbonense* de 26 de junho de 1845; *Escolas regimentaes e Collegio militar*, publicado no mesmo jornal em 21 de outubro de 1847; *Artigos sobre a marinha portugueza*; sairam no *Panorama*, de 1840, n.os 147, 149, 152, 158 e 168; consta que no mesmo jornal ha outros artigos seus, sem o nome do autor. Além das referidas obras, deixou varios trabalhos inéditos, alguns dos quaes existiam na secretaria da Academia Real das Sciencias, com os titulos: *Memoria biographica do dr. Manuel Pedro de Mello, recitada na sessão de 21 de novembro de 1839; Elogio historico do em.° cardeal patriarcha de Lisboa, Saraiva*, lido em sessão de 22 de outubro de 1845; *Elogio necrologico do sr. Joaquim de Santo Agostinho Brito França Galvão, lido em sessão de 10 de dezembro de 1845; Discurso sobre a necessidade de fixar a orthographia da lingua portugueza, lido em sessão de 8 de março de 1843.* Consta que em poder de seu filho, de nome egual ao de seu pae *(V. o artigo seguinte)*, ficaram mais os seguintes manuscriptos: *Grammatica da lingua portugueza, com um systema de neographia; Resumo dos acontecimentos de 1812, 1813 e 1814, para servir á historia do imperador Napoleão, pelo barão Fain, traduzido no revelim da torre de S. Julião em 1830*, 4 tomos; *Historia de Inglaterra por Goldsmith, traduzida e augmentada até 1838*, 2 tomos; *Excerptos do Memorial de Santa Helena do Conde Lascasas, traduzidos e coordenados*, 2 tomos; *Bellezas da historia da Turquia*, traduzidas na Torre de S. Julião; *Historia de Carlos V, por Robertson*, traducção do 1.° volume, e outras versões egualmente incompletas, em razão de não existirem na torre os volumes todos, de que as obras se compunham.

Lopes *(João Baptista da Silva)*. Administrador dos Correios, telegraphos e pharoes de Lisboa. N. em 1 de julho de 1819, fal. em 14 de abril de 1896. Era filho de João Baptista da Silva Lopes, chefe da repartição do Arsenal do Exercito, e de sua mulher, D. Maria Benedita de Macedo. A sua primeira nomeação, como official de 3.ª classe, data de 15 de junho de 1838, sendo exonerado d'este logar para passar a amanuense de 2.ª classe da secretaria do Conselho de Estado, por decreto de 12 de agosto de 1845. Por decreto de 17 de junho de 1846, voltou para o seu antigo logar. Pela portaria de 12 de março de 1850, passou a 2.° escripturario da Contadoria, e tres annos depois, pelo decreto de 14 de junho de 1853, foi nomeado chefe de secção. O decreto de 12 de agosto de 1863 o nomeou secretario da sub-inspecção geral dos correios. Foi elevado a administrador central do correio de Lisboa, por decreto de 23 de dezembro de 1873, e administrador dos correios, telegraphos e pharoes de Lisboa, por decreto de 14 de outubro de 1880, logar que exerceu até fallecer. Em 1885 foi nomeado delegado de Portugal ao grande congresso postal. Escreveu: *Diccionario Postal e chorographico do Reino de Portugal comprehendendo a divisão administrativa, judicial e ecclesiastica do continente do reino e dos archipelagos dos Açôres e Madeira*, 3 volumes; Lisboa, 1.° 1891, 2.° 1894, e 3.° 1895.

Lopes *(João José)*. Escriptor, sendo filho de José Joaquim Lopes, major governador do forte de S. Bruno, e de D. Camilla Rosa da Silva Lopes. Cursou o Lyceu Nacional de Lisboa e o 1.° anno de Curso Superior de Letras. Em 1883 era primeiro official chefe de secção na direcção geral dos correios, telegraphos e pharoes do reino. Escreveu: *Educação e instrucção*; serie de artigos publicados na *Revolução de Setembro*, de 4 e 11 de abril, 22 de maio e 19 de julho de 1862; *Diccionario de mithologia universal*, etc.; só sairam 7 fasciculos; *Apontamentos geographico-commerciaes sobre a Gran-Bretanha*, serie de artigos publicados em diversos numeros do *Archivo Commercial*, de março a julho de 1864; *Projecto de reforma de instrucção primaria e secundaria*, série de artigos inserta no *Jornal do Commercio* de 18, 21, 22, 24, 25 e 26 de setembro de 1869; fez-se tiragem á parte d'esta obra com o mesmo titulo, Lisboa, 1869, com 4 mappas demonstrativos; *Duas palavras aos socios do monte pio geral, que desejam a vida d'esta sociedade*, Lisboa, 1871; *Taboada methodica dos rudimentos do arithmetica para uso das escolas de instrucção primaria, redigida por um plano inteiramente novo, approvada pela junta consultiva de instrucção publica*, etc. *Primeira parte: numeros inteiros*, Lisboa, 1871; *Gazeta das escolas: semanario litterario e noticioso, dedicado ao estudo da educaçã publica e á propagação de todas as idéas que interessam ás familias, aos professores e aos estudantes*, Lisboa, 1873. João José Lopes collaborou em outros jornaes, especialmente em assumptos litterarios e de instrucção publica.

Lopes *(João Luiz)*. Capitão de engenheiros, director das Obras Publicas no districto de Ponta Delgada, etc. N. no principio do seculo passado e falleceu em 1864. Assentou praça em 3

de junho de 1824, e era sargento de artilharia, e alumno do 3.º anno da antiga Academia de Fortificação em 1829, quando pelas suas idéas liberaes, teve de emigrar, achando-se demittido do serviço e expulso da Academia. Fez depois parte do exercito constitucional, e com elle o resto da campanha, como official desde 1833, até á convenção de Evora Monte. Proseguiu depois os seus estudos, entrou na arma de engenheiros em 1846. No anno de 1847, levado ainda pela politica, pediu a demissão, e foi reintegrado em 1849 Tendo chegado a capitão de engenheiros, foi por algum tempo director das obras publicas no districto de Ponta Delgada. Escreveu: *Memoria sobre o corpo de Engenharia em Portugal, e sobre a nova organisação de que carece para os melhoramentos sociaes do paiz*, Lisboa, 1846; *O Baratissimo, ou pequeno Civilisador popular; semanario de conhecimentos usuaes, e de litteratura para as classes laboriosas*, Lisboa, 1848 e 1849.

Lopes *(Joaquim)* Benemerito marinheiro, mais conhecido, pelo *patrão Joaquim Lopes*. N. em Olhão a 19 de agosto de 1800, fal. em Paço d'Arcos em dezembro de 1890, sendo filho do pescador Francisco Lopes, e de sua mulher Rosa Maria. Na edade de 6 annos entrou na escola de primeiras letras de Olhão, onde aprendeu a ler e escrever, até aos 10 annos, dedicando-se depois, na companhia de seu pae, ao exercicio da pesca. Chegado á adolescencia desejou possuir um cahique proprio, e ambicionou uma vida livre de miseria. Entendendo que não realisaria o seu sonho, emquanto se empregasse na pesca pelas costas do Algarve, foi exercer a sua profissão para Gibraltar, depois de obtida a licença paterna. Passados 11 mezes, não lhe sorrindo a fortuna, regressou a Olhão, que mais tarde abandonou, vindo trabalhar para as canoas de pesca, de Paço d'Arcos, dedicando-se ali, com a maior perseverança, ao estudo da barra de Lisboa, e em pouco tempo ficou conhecedor de todos os baixos e cachopos d'estes sitios. Honrado, sincero, affavel e leal para com todos, em breve se tornou o idolo dos seus camaradas, aos quaes a sua coragem o faziam respeitavel. Em 1820 acceitou o logar de remador da falua do Bugio, e desde essa data que a bravura unida aos seus conhecimentos praticos de todos os perigos do rio Tejo, lhe deram a celebridade. O seu primeiro acto de dedicação foi em 29 de julho de 1823. Assistia a uma funcção religiosa na quinta do Areeiro, que fica proximo á foz do rio de Oeiras, que n'esse dia, estando obstruida a barra com as areias, formava pela terra dentro uma larga e funda lagôa, caudalosa em alguns sitios. De repente houve um grande alarido entre o povo. Um homem pretendeu atravessar a lagôa com um irmão, que levava ás costas, mas vendo-se em perigo, abandonou a creança, tratando sómente da sua salvação. Vendo isto, Joaquim Lopes lançou-se immediatamente á agua, mesmo sem se despir, e em breve, ganhando a distancia de uns 30 passos que o separava do ponto onde se havia submergido a infeliz creança, mergulhou. No meio do silencio pavoroso dos espectadores, appareceu Joaquim Lopes á flôr d'agua, segurando a creança com a mão esquerda, nadando com a direita para terra. Ainda não parou aqui o seu arrojo; vendo o irmão mais velho da creança tambem prestes a afogar-se, Joaquim Lopes deixando a creança em terra, precipitou-se de novo na lagôa, e conseguiu salvar o segundo naufrago. Tanta generosidade e tanta coragem, commoveu todos os romeiros, e alguns minutos depois, Joaquim Lopes, já de fato mudado, recebia as mais sinceras felicitações da multidão enthusiasmada. Passado pouco tempo, estava o intrepido marinheiro na torre do Bugio, e uma onda envolvia um cabo de esquadra, de artilharia, que passava d'uma cabeça de areia para a fortaleza. Todos os presentes bradaram a um tempo: «Joaquim Lopes! Joaquim Lopes!» como se invocassem a divina providencia; mas não era preciso, porque o bravo marinheiro tinha observado o facto, e já tomara um cabo, e entregando uma das extremidades aos companheiros, atirou-se ao abysmo. Atou a corda em redor da cintura do cabo, mandou aos da fortaleza, que puxassem, e elle, nadando e amparando-o, chegaram sãos e salvos. Do mesmo modo livrou da morte, em 1828, a Francisco de Salles, sargento de veterinaria, da guarnição da Torre. O patrão da falúa do Bugio morreu em 18 de maio de 1833; aquelle logar pertencia ao remador mais antigo, e Joaquim Lopes era o mais moderno. O governador chamou todos os remadores para elegerem novo patrão, e todos fôram unanimes em eleger Joaquim Lopes, que no seu novo emprego, continuou a praticar actos de verdadeiro heroismo. A 19 de março de 1823 casou na egreja matriz de Oeiras com Maria do Rosario, filha de José de Oliveira Raposo e de Maria do Rosario, todos naturaes de Olhão. D'este matrimonio houve 7 filhos, dos quaes tambem se distinguiu Quirino Antonio Lopes, como remador e depois patrão da falúa do Bugio, concorrendo, como seu pae, para a salvação de muitos naufragos. Joaquim Lopes costumava, qual outra sentinella vigilante, estar quasi constantemente d'oculo em punho, olhando de sua casa, d'onde se descobria a barra, para o mar, investigando-o, a vêr se haveria algum nauta perdido, que fôsse preciso salvar. Em 16 de fevereiro de 1856, pelas tres horas e meia da manhã, encalhou no baixo de *Alpeidão* a escuna ingleza *Howard Primorose*. O mar estava bravissimo, mas quando as torres davam o signal de *soccorro*, já o intrepido Joaquim Lopes gritava aos seus remadores: «Vamos salvar os nossos irmãos! O mar é muito, mas os homens a quem Deus dá coragem teem tanta força como elle.» De Paço d'Arcos largou immediatamente a sua falúa, vôando em soccorro dos naufragos. Deu-se, porém, uma invencivel contrariedade. A falúa não podia navegar sobre o baixo, e portanto não podia salvar os infelizes, que, subidos ás enxarcias, viam a a seus pés o navio despedaçar-se e submergir se cada vez mais nas ondas embravecidas, e a pouca distancia retirar-se, por impotente, a falúa salvadora. Mas Joaquim Lopes não se retirara por cobardia, porque não temia a morte, nem hesitava um só momento em arriscar a vida a bem da humanidade. Foi a Paço d'Arcos, e trouxe uma sua pequena lancha de pesca. Quando chegou ao local do sinistro, já os naufragos boiavam á mercê das vagas furiosas, agarrados aos fragmentos do navio. Os remadores hesitavam e empallideciam, mas Joaquim Lopes gritou-lhes: «Que é isto? Não é este mar, nem com o dobro da sua ferocidade, que nos ha de metter a pique. Onde está o perigo é ali (apontando para o logar fatal),

onde estão 12 horas de agonia, e dentro de poucos minutos a morte. A'vante, rapazes! Nossa Senhora da Guia está olhando para nós, da sua capellinha bemdita; ou morreremos todos, e ella nos dará o premio da bemaventurança, ou salvaremos aquelles desgraçados!» A voz potente e as santas palavras de fé e caridade, déram coragem aos remadores, e o fragil barquinho vôa debatendo-se com a furia das ondas, e toda a tripulação do navio inglez, que se compunha do capitão e 5 marinheiros, ficou salva. O governo inglez condecorou o patrão Joaquim Lopes e a todos os seus remadores com uma medalha de prata, de *distincção e merito*, e a *Real Sociedade Humanitaria do Porto* premiou Joaquim Lopes com a grande medalha de ouro, nomeando-o socio honorario, dando aos remadores a medalha da segunda classe. Fôram estas as primeiras condecorações que adornaram o peito do intrepido marinheiro. Em março do mesmo anno de 1856 ia Joaquim Lopes sendo victima do seu arrojo humanitario, tirando debaixo d'uma canôa, que se virou na Praia da Sardinha, em Paço d'Arcos, um homem que tinha ali ficado, o qual, nas agonias da submersão, se agarrou por tal fórma ao seu salvador, que lhe tolhia completamente os movimentos, e teriam ambos morrido, se tres catraeiros lhe não acudissem logo, arriscando-o a uma morte certa. Por este acto de verdadeira dedicação o premiou novamente a *Real Sociedade Humanitaria do Porto*, com a medalha de 2.ª classe. Em 24 de fevereiro de 1858, pelas 8 horas da manhã, encalhou uma escuna ingleza, a *British Queen*, no fatal baixo do *Alpeidão*. Apenas as torres deram o signal de soccorro, Joaquim Lopes convidou os companheiros a seguil-o, e embarcando na sua providencial canôasinha de pesca, correram em demanda dos naufragos. D'esta vez a sua caridade não pôde ser plenamente satisfeita, porque o navio submergiu-se todo, de um só jacto, quando os ousados remadores se aproximavam d'elle pela terceira vez, podendo apenas ser salvo o capitão. Como o estado do naufrago reclamava urgentes soccorros, fez se, com gravissimos riscos, rumo para a torre do Bugio. Chegado, porém, ali, um vulto negro se descobre no logar do sinistro. *Homem que se afoga!* gritam todos. *E' um cão!* diz alguem. Ao que Joaquim Lopes responde: «E' um cão, mas tambem tem vida, e é o mais leal amigo do homem.» E lançando-se de novo ao abysmo, salva o cão. O governo inglez condecorou pela segunda vez o valente homem do mar com a medalha de ouro, e os seus remadores com a de prata. Dois d'estes eram seus filhos Quirino e Carlos Lopes. Pela occasião do naufragio do brigue francez *Estephanie*, Joaquim Lopes e os seus salvaram tres marinheiros. Um d'elles era o capitão, que queria morrer agarrado ao casco desconjuntado do seu navio. Quirino, o robusto filho do patrão Joaquim Lopes, o arrancou d'ali á força. O governo francez mandou a Joaquim Lopes a medalha de prata, premio do valor e philantropia. A fama de Joaquim Lopes estava para sempre estabelecida, e todos os seus actos de abnegação e coragem eram logo publicados e justamente avaliados. Em 19 de fevereiro de 1862, encalhou e perdeu-se na costa, ao sul da torre do Bugio, o bergantim hespanhol *Achilles* Joaquim Lopes correu logo em soccorro dos naufragos, e conseguiu salval-os. O governo hespanhol mandou-lhe collocar no peito a medalha de ouro de distincção humanitaria. A 22 do referido mez e anno, despedaçou se contra o *Dente do Cachôpo*, o hiate portuguez *Almirante*, da praça do Porto. Joaquim Lopes e os seus bravos filhos e remadores salvaram toda a tripulação. Então, el-rei D Luiz chamou o patrão Joaquim Lopes á sua presença, pregando-lhe por suas proprias mãos, na grosseira jaqueta maritima, o habito da Torre e Espada, e apertou commovido a mão callosa do destemido homem do mar, fazendo o merecido elogio aos seus actos de coragem e abnegação. A imprensa de todos os partidos louvou esta acção nobre do soberano. O imperador D. Pedro II, do Brazil, quando visitou Lisboa, quiz vêr Joaquim Lopes, e deu-lhe um cordeal abraço. Os elogios que a este benemerito, verdadeira providencia dos naufragos da barra de Lisboa, prodigalisaram todos os jornaes do paiz, e muitos jornaes inglezes, hespanhoes e francezes, davam materia para um grosso volume. A Real Sociedade Humanitaria do Porto, a Sociedade Beneficente do Pará e o Centro Promotor das Classes Laboriosas de Lisboa, lhe mandaram o diploma de socio honorario. Esta ultima associação mandou collocar o retrato de Joaquim Lopes, filho do povo, no logar principal do seu salão, entre os illustres patriotas Manuel da Silva Passos e José Estevão Coelho de Magalhães. Da grandiosa festa que então se realisou, escreveu o fallecido poeta Thomaz Ribeiro a mimosa poesia *Novas Conquistas*, em que elogia os tres heroes retratados. Desde 1859, que Joaquim Lopes deixou de se servir da pesada e ronceira falua, e da fragil canôa de pesca, para salvar os seus similhantes. O governo portuguez, á força de continuas reclamações da im-

Joaquim Lopes

prensa, dera-lhe um barco *salva-vidas*, que mandou construir, segundo os ultimos melhoramentos introduzidos n'esta especie de vasos. Mais tarde o ministro da marinha, Mendes Leal, concedeu ao patrão Joaquim Lopes a graduação de mestre da armada e uma pequena gratificação. O governo entendia que lhe premiava assim os prodigiosos serviços, pelo que os jornaes continuaram a advogar a causa da justiça e da humanidade, mas vendo que o governo a nada attendia, propuzeram que se abrisse uma subscripção nacional a favor do homem que o governo parecia ter em pouca consideração. Joaquim Lopes, apenas teve noticia d'esta resolução, declarou no *Jornal do Commercio*, que «quem, bem ou mal, vive do seu trabalho, não estende a mão á esmola das multidões, e que os peitos, onde se abriga o amor do proximo, são grandes de mais para albergarem sentimentos mesquinhos. Que competia ao governo, mas nunca ao povo, envergonhal-o, lançando-lhe o manto do pobre mendigo.» Muitas vezes aconteceu mandarem-lhe dinheiro, depois de praticar algumas das suas façanhas. Recebia-o, e repartia-o em seguida pelos seus camaradas. Fôram-lhe levar em certa occasião, uma rica salva de prata com as iniciaes do seu nome, presente, segundo se dizia, d'uma senhora de elevada categoria, e uma porção de libras, para dividir pelos seus remadores, o que elle fez logo. A salva guardou-a com a maior estima. O paiz afinal decidiu-se a favor do patrão Joaquim Lopes, sendo-lhe votada nas côrtes uma pensão anuual de 2 0$000 réis, com supervivencia para sua mulher ou filhas. Passado algum tempo o governo concedeu-lhe a graduação de segundo tenente da armada. O ministro que referendou o decreto, que tem a data de 23 de agosto de 1866, foi o visconde da Praia Grande. Em Paço d'Arcos construiu Joaquim Lopes, auxiliado pela fé e piedade de outros cavalleiros e dos povos circumvisinhos, a capella do *Bom Jesus dos Navegantes*, que é de grande devoção. A capella foi benzida em 8 de setembro de 1873, realisando-se em dois dias de festa, solemnidade religiosa, arraial em que tocou a banda de infantaria n.º ‹, bonitas illuminações e fogo d'artificio. O funeral de Joaquim Lopes foi uma verdadeira demonstração publica de quanto era considerado e admirado pela sua coragem e altruismo. Em Paço d'Arcos reuniram-se os vapores *Victoria*, *Relampago*, *Marianno de Carvalho* e *Lidador* que rebocava o salva-vidas, que conduziu o cadaver até ao Arsenal. El-rei D. Carlos associou-se tambem a esta manifestação mandando que o seu hiate *Amelia* seguisse a esquadrilha. Desde a humilde casa de Joaquim Lopes até ao embarque no salva-vidas, pegaram nas borlas do caixão Antonio Ennes, então ministro da marinha, marquez de Fronteira, Francisco Costa, e os srs. duque de Palmella, Jayme Arthur da Costa Pinto, o presidente da camara de Oeiras, e João da Cruz, empregado do salva-vidas. A fanfarra de Oeiras seguia o prestito. A viagem foi difficil, por causa do vento rijo e da chuva, e só pelas 4 horas da tarde é que chegou o prestito ao Arsenal. Depois de feita a encommendação na capella de S. Roque, seguiu o prestito para o cemiterio occidental, sendo o feretro transportado n'uma carreta conduzida por bombeiros e marinheiros. Além das pessoas mencionadas incorporaram-se no prestito Thomaz Ribeiro, ministro das obras publicas, Marianno de Carvalho, Baptista de Andrade, Eduardo Pinto Bastos, alumnos da Escola Naval, jornalistas, corporação dos carteiros, bombeiros da Imprensa Nacional com uma corôa, escola *Fernandes Thomaz*, banda Guilherme Cossoul, e muitos cavalheiros de distincção, que todos esperaram no Arsenal a chegada do feretro. No cemiterio estava uma fôrça do regimento de caçadores n.º 2, para prestar as honras militares, e a charanga da armada. Em 1900, em commemoração do centenario do nascimento do patrão Joaquim Lopes, realisaram-se em Paço d'Arcos grandes festas.

Lopes *(Joaquim José Pedro)*. Official da secretaria de Estado dos negocios estrangeiros, deputado da Junta dos Juros dos Reaes Emprestimos, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, escriptor, etc. N., segundo se julga, em Lisboa, em 1781, onde tambem fal. 11 de novembro de 1840. Destinando-se para seguir a vida commercial, frequentou o curso da respectiva aula, e adquiriu sufficiente conhecimento das linguas ingleza e franceza. Diz-se que durante algum tempo foi caixeiro d'uma loja, ou estabelecimento, de generos de mercearia. Era de talento mediocre, mas como tivesse bastante vocação para as letras, e desejo de se instruir, procurou relacionar-se com os que as cultivavam, preterindo sobre todos o padre José Agostinho de Macedo, a quem tomou por mestre e por guia, travando com elle estreita amizade. Conseguindo em junho de 1813 ser incumbido da redacção da *Gazeta de Lisboa*, entregou-se completamente á litteratura, vivendo e sustentando sua familia, com os proventos d'este cargo e os meios que adquiria por outras publicações, podendo ainda comprar alguns livros. Pouco a pouco foi formando uma livraria, que se tornou copiosa com o tempo, a qual constava de milhares de volumes, entre os quaes havia muitos de preço, no que, segundo se dizia, gastou para cima de 10:000$000 réis. Lopes foi redactor da *Gazeta de Lisboa*, até novembro de 1820, quando o titulo d'aquelle jornal mudou para *Diario do Governo*, continuando ainda a seu cargo até abril de 1821, em que foi exonerado, passando então a redigir por sua conta a *Gazeta Universal*. Em 13 de junho de 1823 retomou a redacção da *Gazeta de Lisboa*, da qual esteve algum tempo privado em 1827. Foi ainda readmittido pela terceira e ultima vez, parece que em 1831. A sua muito pronunciada adherencia ás doutrinas absolutas, que advogava por convicção propria, e tambem pela necessidade de desempenhar o cargo de redactor do jornal official, em que fôra investido, fôram a causa de que soffresse por vezes alguns contratempos nas vicissitudes politicas desde 1820, até ser em julho de 1833 destituido de todos os logares e commissões que exercia. Reduzido á miseria, viveu ainda alguns annos, sobrevindo-lhe para maior desgraça a infelicidade de perder de todo a vista, e com ella a consolação da leitura, unico lenitivo que lhe ficara para amenisar os seus grandes desgostos. Dizem que era homem de severa probidade, e que no seu trato intimo era muito agradavel. Os seus livros de que, segundo se julga, se começou a desfazer para occorrer á urgente necessidade da sua triste situação, fôram depois da sua morte desbaratados pela viuva e filhos, que

ção tendo outro recurso, se viam obrigados a vender por todo o preço, sendo o ultimo resto, que vultava ainda a 4:000 ou mais volumes, vendido em 1844 a um commerciante de livros. «As obras de Joaquim José Pedro Lopes, diz Innocencio, no vol. IV do *Diccionario bibliographico*, a pag. 108, mais consideraveis pelo numero que pelo merito, compõem se na quasi totalidade de periodicos e traducções. Imprimiu tambem avulsamente muitos versos, destinados a solemnisar os acontecimentos publicos do seu tempo. A sua versificação é sempre correcta, e vê-se que elle não ignorava as regras e preceitos classicos. Como, porém, lhe faltava o genio, propensão e mais dotes naturaes, todas as suas producções poeticas trazem comsigo o cunho da insipidez, não havendo entre ellas alguma que possa recommendar lhe o nome á posteridade » Bibliographia: *Semanario de Instrucção e Recreio*, Lisboa, 1812-1813, 2 tomos; publicado desde 2 de setembro de 1812 até 25 de agosto de 1813; *Gazeta Universal*, Lisboa, 1821-1823, 3 tomos; este jornal diario, e quasi exclusivamente destinado a noticias politicas, e redigido em sentido adverso ás instituições liberaes que então vigoravam, começou em 1 de maio de 1821 e acabou em 6 de março de 1823, com a deportação do seu redactor, que foi mandado sair de Lisboa pelo governo; *Museu Litterario, util e divertido*, Lisboa, 1833; publicava-se duas vezes por mez, começando no principio do referido anno, e terminando com a instauração do governo constitucional em Lisboa em julho seguinte, sairam só 13 numeros; *O Interessante, jornal de instrucção e recreio, com muitas noticias politicas, extrahidas dos periodicos estrangeiros*, Lisboa, 1835, saia em folhetos semanaes de 24 paginas, formando cada semestre um volume, parece que chegaram a sair 3 volumes; *A Minerva, ou jornal de instrucção amena e proveitosa*, Lisboa, 1836; era mensal, mas só se publicaram os numeros de maio e junho. Todos estes jornaes fôram publicados sem a indicação do seu nome no frontispicio, á excepção do tomo II do *Semanario*. Teve grande parte na collaboração do *Jornal Encyclopedico de Lisboa*, publicado pelo P. J A. de M.(Padre José Agostinho de Macedo), em 1820; e nos dois volumes, de que elle consta, ha muitos artigos originaes seus, cuja enumeração vem no fim do 2.º volume, além das traducções e coordenações das do ramo scientifico, e alguns outros, etc. Escreveu mais: *Historia secreta da côrte e gabinete de Saint Cloud, ou de Bonaparte; em uma serie de cartas, escriptas durante os mezes de agosto, setembro e outubro de 1805*, etc., *traduzida do inglez em portuguez*, Lisboa, 1810, 2 tomos; *Metusko, ou os polacos, novella de Pigault-Lebrun, traduzida em Portuguez*, Lisboa, 1815; *Atalaia contra os Pedreiros livres, discurso sobre a sua origem, instituto, segredo e juramento*, etc. *A que se junta a bulla do summo pontifice Benedicto XIV, que os condemnou*; *traduzida do hespanhol, accrescentada com um appendice de varias noticias reconditas da Maçonaria, e os graus da Maçonaria das mulheres*, etc., Lisboa, 1817; teve 2.ª edição em 1818, e terceira, *mais accrescentada*, em junho de 1823; *As idéas liberaes, ultimo refugio dos inimigos da religião, e do throno*; traduzido do italiano, Lisboa, 1819; 2.ª edição, 1823; *A religião provada pela revolução, ou exposição das prevenções decisivas que a favor do christianismo resultam da revolução, das suas causas e effeitos, pelo abbade Clausel, etc*, traduzido em portuguez, Lisboa, 1819; *Caracteres da verdadeira religião, propostos á mocidade de um e outro sexo*, etc., traduzido em portuguez, Lisboa, 1819; *Os precursores do Anti-Christo, historia prophetica dos mais famosos impios*, etc., traducção do francez, Lisboa, 1825; *Verdadeiros interesses das potencias da Europa, e do imperio do Brazil, relativamente aos actuaes negocios de Portugal*, traduzido do francez, Lisboa, 1829; *A expedição de D. Pedro ou a neutralidade fingida*, traduzida do inglez, Lisboa, 1832; *O Quixote do seculo XIX, ou historia da vida e feitos, aventuras e façanhas de Mr. Legrand, heroe philosopho moderno, cavalleiro andante*, etc., *composta por D. João Francisco Seneriz, e publicada em Madrid em 1836*, traduzida em portuguez, Lisboa, 1839, 4 tomos, sem o nome do traductor; *Breves observações criticas, e correcções feitas aos numeros 8.º e 9.º do «Observador Portuguez»*, Lisboa, 1818; saiu com o pseudonymo de Hygino Antunes; fôram confutados successivamente por Pato Moniz em varios numeros do *Observador*; *Memoria sobre a origem, fórma e autoridade das Côrtes de Portugal*, Lisboa, 1824; *Carta ao sr Antonio Maria do Couto, na qual se dá breve, seria e terminante resposta ao «Manifesto» em que pretende mostrar os erros do poema «Oriente» e defender os das «Lusiadas»*, Lisboa, 1815; *Noticia*, Lisboa, datada de 1 de julho de 1815, e assignada com as iniciaess J. J. P. L. N'este brevissimo escripto invectiva fortemente o professor Couto, que publicara a sua *Breve analyse do poema Oriente* contra José Agostinho de Macedo; publicaram-se muitos opusculos a favor e contra o padre José Agostinho, por occasião da publicação do poema *Oriente*, polemica que não deixa de ser interessante para a nossa historia litteraria. Ao mesmo respeito publicou Lopes alguns opusculos, que sairam em fórma de appendices a outras composições de Macedo. São as seguintes: *Appendice em que se transcrevem e apontam algumas passagens de autores celebres que tiveram o arrojo de censurar a Lusiada de Camões;* saiu na *Carta de Manuel Mendes Fogaça, em resposta á que lhe dirigiu Antonio Maria do Couto*, etc. de pag. 39 a 56; *Carta ao sr. Antonio Maria do Couto, professor que ensina grego aos seus discipulos;* vem no livro intitulado *O Couto*, por J A., de pag. 111 a 151; *Joaquim José Pedro Lopes, redactor da «Gazeta de Lisboa, ao sr. Antonio Maria do Couto, S. D*, no opusculo *Analyse analysada*, de pag. 51 a 54. Publicou ainda estes escriptos: *Ode á saida da familia real portugueza para o Brazil*, Porto, 1808, sem nome do autor; *Ode á restauração do reino de Portugal*. Porto, 1808; *Ode ao illustre general Silveira seguida de um elogio á nação portugueza*, Lisboa, 1809; *Ode ao faustissimo natalicio do Principe Regente*, Lisboa, 1811; *Ode á insigne victoria ganhada pelo exercito alliado em 22 de julho de 1812*; *Epicedio á memoria da augustissima rainha D. Maria I*, Lisboa, 1816; *Epithalamio ás faustissimas nupcias de S. A. R. o sr. D. Pedro de Alcantara*, etc., Lisboa, 1818; *Ode pyndarica, a rebellião fulminada*, Lisboa, 1823; *Ode pyndarica, regressando á patria o ser.mo sr. infante D. Miguel*, Lisboa, 1828; *Ode saphyca, no dia 26 de outubro de 1828, anniversario natalicio de S. M. o Sr. D. Miguel I*, Lisboa, 1828; *Ode sobre*

a expedição rebelde, Lisboa, outubro, 1831; *Em 26 de outubro de 1830, anniversario de el-rei de Portugal e Algarves o sr. D. Miguel I, ode*, Lisboa, 1830; *Relação dos factos praticados pela Commissão dos commerciantes de vinhos em Londres, correspondentes da Companhia geral de Agricultura das vinhas do Alto-Douro no Porto, em consequencia da petição apresentada á Camara dos communs*, etc., *com um appendice*, traduzida do original inglez, Lisboa, 1813; saiu com as iniciaes J. J. P. L., *Continuação da relação dos factos praticados pela Commissão dos Commerciantes de vinhos*, etc., Lisboa, 1813; *Ode ao exercito portuguez, restituido victorioso á patria*, 1814; *Ode á acclamação de S. M. F. o sr. D. João VI, rei do reino unido*, Lisboa, 1816; *Ode pyndarica á chegada do nosso augusto monarcha e sua real familia ao porto de Lisboa em 1821*, publicado na *Gazeta Universal*, de 12 de julho de 1821; *Ode a El-Rei nosso senhor, promulgando a carta de lei e mais providencias publicadas no dia 5 de junho de 1824;* na *Gazeta de Lisboa*, de 10 de junho de 1824; *Ode subindo ao throno o ser.mo sr. D. Miguel I, rei de Portugal e dos Algarves*, etc., Lisboa, 1828; *Elogio a Sua Magestade a Imperatriz Rainha, no seu faustissimo dia natalicio a 25 de abril de 1828*, Lisboa, 1828; *No faustissimo dia natalicio de Sua Magestade a Imperatriz Rainha em 25 de abril de 1829*, Lisboa, 1829; *Ode no faustissimo anniversario natalicio d'el rei nosso senhor*, Lisboa, 1829.

Lopes *(José Bento)*. Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra. Era natural do Porto, onde exerceu clinica durante alguns annos, e falleceu em 1800. Escreveu: *Primeiros elementos de Cirurgia therapeutica, que para uso da Universidade de Coimbra... compoz o doutor Caetano José Pinto de Almeida, lente cathedratico da mesma Universidade; traduzidos do latim em vulgar, e accrescentados de muitas notas, Parte I. Epitome da historia da Cirurgia*, Porto, 1794; *Parte II, Systema de Nosologia*, Porto, 1795; *Observações sobre a cura da gonorrhea virulenta, traduzidas do inglez de Simons*, Porto, 1794; fôram accrescentadas com alguns capitulos e grande numero de notas, pelo traductor; *Anno medico, que contém as observações meteorologicas e medicas, feitas na cidade do Porto em 1792*, tomo I, Porto, 1798; não se publicou mais nenhum; *Observações meteorologicas e medicos feitas na cidade do Porto, precedidas d'uma descripção da mesma cidade*; insertas no *Jornal Encyclopedico*, caderno de fevereiro de 1792, a pag. 303, e continuadas nos cadernos seguintes.

Lopes *(José Carlos)*. Bacharel formado em Medicina e Cirurgia, e em Philosophia pela Universidade de Coimbra; doutor pela faculdade de Medicina de Paris, lente cathedratico da Escola Medico Cirurgica do Porto, e Medico do hospital da Trindade da mesma cidade. N no Porto a 4 de junho de 1838, onde tambem falleceu em 1903. Era filho do negociante José Carlos Lopes, e de sua mulher, D Margarida Candida Moreira Lopes Concluidos os preparatorios matriculou-se na Universidade, seguindo com distincção os cursos de Philosophia de Medicina, tomando o grau de bacharel. Indo continuar os seus estudos de medicina em Paris, doutorou-se n'aquella Universidade em 1864. Regressando ao Porto, sua patria, não o tentou tanto a clinica como o exercicio do professorado. Primeiramente demonstrador da secção de medicina da Escola Medica, era promovido a lente cathedratico em julho de 1867, regendo a cadeira de physiologia, e depois a de materia medica. Jubilou-se em 1895, entregando-se então a trabalhos litterarios, publicando varios artigos em varios jornaes politicos, litterarios e scientificos, que nunca assignou, tornando-se notavel em assumptos de bibliographia. Dizem que o doutor José Carlos Lopes possuia uma das mais opulentas e escolhidas bibliothecas de Portugal, e na parte *Camoneana*, talvez das primeiras que se conhecem. Escreveu e publicou: *Etude sur la féve au Calabar (physostigma venenosum); thése pour le doctorat em Medicine, presentée et soutenue le 31 aôut 1864*, Paris, 1864; com uma estampa; *Carta* (em resposta a uma consulta do sr. Camillo Castello Branco); está intercalada na obra *Narcoticos*, do referido romancista, tomo I, pag. 40 a 43.

Lopes *(José Eduardo)*. Capitão de cavallaria, fallecido em 2 de dezembro de 1886. Estudou no Lyceu de Lisboa, e quando concluiu o curso, assentou praça no regimento de lanceiros n.º 2, como sargento aspirante, sendo mais tarde promovido a alferes, quando terminou, com distincção, a frequencia da Escola do Exercito. Em janeiro de 1877 embarcou para a Africa, onde durante um periodo excedente a tres annos e meio, prestou relevantes serviços, como militar e como empregado das obras publicas, em Moçambique, Quilimane e Tete, sendo elle quem por occasião d'uma revolta do gentio, que ameaçava invadir e saquear Quilimane, tomou o commando d'uma expedição, devendo-se á sua grande coragem e á sua clara intelligencia a completa derrota dos sublevados, pelo que foi condecorado com o habito da Torre e Espada. Regressando a Lisboa em julho de 18·0, aqui se conservou até 1883, em que de novo voltou a Africa, fazendo parte da commissão encarregada de estudar o caminho de ferro do Transvaal. Voltando novamente á metropole nos fins do anno de 1886, resolveu não tornar a Africa, por se sentir muito arruinado de saude. Os soffrimentos aggravaram-se, vindo a fallecer n'esse anno, no posto de capitão.

Lopes *(José Fialho)*. Meirinho dos clerigos da villa de Beringel. Era natural de Beja. Tinha muita vocação para a poesia, e escreveu: *Portugal engrandecido, ou as sciencias restauradas em Portugal pelos sapientissimos Academicos da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1752.

Lopes *(José Quintino Travassos)*. Inspector das escolas primarias da Camara Municipal de Lisboa, antigo professor em Almada e em Lisboa, vogal da commissão encarregada dos regulamentos e programmas de instrucção primaria, etc. Falleceu em Lisboa a 2 de dezembro de 1899. Escreveu: *Compendio de arithmetica e systema metrico*, approvado pela junta consultiva de instrucção publica para as escolas de instrucção primaria e habilitação aos exames de admissão nos lyceus; teve diversas edições, sendo a 4.ª *reformada*, publicada em 1883; a 6.ª tambem *reformada*, 1884; *Resumo de arithmetica e systema metrico, extrahido d'um compendio do mesmo auctor*, etc., Lisboa, 188·; *Compendio de historia sagrada, respondendo a todos os pontos do programma official para uso das escolas primarias de ensino complementar*, Lisboa, 1884; *Grammatica elementar da lingua*

portugueza, da reforma segundo os programmas officiaes, etc, *6.ª edição*, Lisboa, 1884; *Compendio de historia patria, revisto pelo ex.mo sr. M. Pinheiro Chagas, para uso das escolas primarias de ensino complementar e habilitação para o exame de admissão nos lyceus*; *quinta edição reformada segundo os novos programmas de ensino complementar*, Lisboa, 1884; *Compendio de geometria, redigido segundo o programma official para uso das escolas e habilitação aos exames de instrucção primaria complementar*, Lisboa, 1885. Escreveu tambem: *Historia dos animaes*; *Leituras correntes e instructivas*; *A chave da sciencia*; *Contos da avósinha; Duqueza de Cacilhas*, e a comedia em 1 acto: *O nariz de meu tio*, que se publicou em 1871.

Lopes *(P. Luiz)*. Jesuita. N. na Vidigueira em 1597, fal. no collegio de Evora, em 1676. Era filho de Estevão Jorge e de Maria Lopes. Entrou na Companhia de Jesus aos 14 annos, no noviciado de Evora, a 20 de dezembro de 1611, onde professou no anno seguinte. Dictou Philosophia n'esse collegio, sendo depois mestre de noviços em Evora, reitor do collegio de S. Miguel, preposito da casa professa de Villa Viçosa, reitor do noviciado de Lisboa, novamente do noviciado de Evora, secretario da provincia do Brazil, reitor dos collegios de Coimbra e Evora. Escreveu a *Vida do padre Luiz Alvares*, em latim, que nunca se imprimiu.

Lopes *(Manuel)*. Confessor e prégador na Congregação do Oratorio do Porto, onde viveu 15 annos, e depois lente de Philosophia da congregação de Braga. N. em Lisboa a 27 de dezembro de 1676; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Filippe Lopes de Carvalho e de Thomazia de Jesus. Deixando o instituto dos congregados, foi provido no cargo de chantre do côro da Misericordia de Lisboa. Desde muito novo mostrou vocação para a poesia; escreveu e publicou um volume de poesias em latim.

Lopes *(Manuel Antonio)*. Cirurgião da Armada Real, que serviu algum tempo interinamente de cirurgião-mór, etc. Escreveu: *Dissertação medico-obstetricia sobre as differentes situações da cabeça do feto no tempo do parto*, Lisboa, 1811; *Tratado compendioso do scirro e do cancro, em que se trata das causas, e do methodo curativo mais adequado a estas molestias*, Lisboa, 1810.

Lopes *(Margarida)*. Actriz muito conhecida dos theatros de Lisboa e do Porto N. em 19 de abril de 1838, e fal. em egual dia do anno de 1896, completando exactamente 68 annos de edade. Começou a sua carreira artistica no theatro do Gymnasio, passando depois para o de D. Maria II onde esteve pouco tempo, e casou com o actor Carvalho, que pertencia áquella companhia, o qual falleceu em 1857 victimado pela febre amarella. Esteve diversas epocas no Porto, e nos ultimos annos da sua carreira fez parte da companhia do theatro do Principe Real, de Lisboa. Foi em diversas epocas ao Brazil, sendo sempre recebida com muito agrado. Era uma artista consciencíosa, e muito util no theatro. Do seu grande reportorio em differentes theatros, lembram-nos as seguintes peças: *Capitão maldito, Povo, Navalha, Niniche, Fada de Coral, Demonio negro, Dramas da taberna, Vida d'um rapaz pobre, Quem é o pae da creança?, O Cabo da caçarola, Fraquezas humanas, Duas orphãs, O Rabo do diabo, O Lanceiro, As ambições d'um eleitor*, etc.

Lopes *(Pedro)*. Medico, que estudou nas Universidades de Evora e de Salamanca. N. em Aviz, e fal. em Malaga em 1638. Era filho do dr. João Lopes, professor de Medicina. Exerceu clinica em Portalegre e Malaga. Deixou impressos diversos volumes de poesias em latim.

Lopes *(Pedro Ignacio)*. Engenheiro civil de 1.ª classe do corpo de engenheiros de obras publicas. N. em janeiro de 1840, e fal. em 22 de dezembro de 1900. Era filho do desembargador do mesmo nome. Formou se em Mathematica e Philosophia na Universidade de Coimbra, e foi em 1860 para Paris, onde cursou engenharia na Escola de Pontes e Calçadas, sendo um dos primeiros classificados. Foi n'este curso que Pedro Ignacio Lopes e o sr. Pires de Sousa tiveram por condiscipulo o presidente da Republica franceza Sadi Carnot, e ambos estiveram no Havre, estudando na applicação de trabalhos praticos, sob a direcção do referido Sadi Carnot, que para aquella cidade fôra nomeado chefe de secção das obras do porto. Sempre que Pedro Ignacio Lopes ia a Paris visitava no palacio do Elyseu o seu antigo condiscipulo. Depois de ter concluido os estudos em França, regressou a Lisboa, em 1864 e apresentou-se ao serviço do ministerio das obras publicas, recebendo em 27 de agosto d'esse anno a graduação de alferes. Desempenhou diversas commissões importantes até 1868, anno em que foi nomeado director das obras do rio Mondego e barra da Figueira da Foz, passando depois, em 1875, para o serviço da Companhia Real dos Caminhos de Ferro. N'esse intervallo fez o estudo e o traçado da linha de Villa Nova de Gaia, até á estação de Campanhã, sendo a ponte D. Maria Pia construida sob a sua inspecção, inaugurando esta linha, e fez tambem o estudo do ramal de Caceres, desde Valle da Lama até ao Sever, fronteiro a Hespanha, trabalhos em que revelou os seus vastos conhecimentos technicos. Em 1880 elaborou um trabalho notavel, que lhe grangeou a consagração de engenheiro eminente. Foi o relatorio dos caminhos de ferro do norte e leste, que lhe valeu o applauso de todos os administradores e accionistas da Companhia. E' um trabalho de profundo estudo, claro em argumentos e minucioso em detalhes de ferro-viarios. Serviu como engenheiro adjunto da Companhia Real dos Caminhos de Ferro desde 1880 até 1884, anno em que foi nomeado director, logar que exerceu até 1890, mostrando sempre a maxima dedicação e desinteresse Em 1890, Pedro Ignacio Lopes passou ao serviço do governo, sendo nomeado para o logar de director do serviço de estradas, e depois para o de director dos edificios publicos. D'este logar passou para o de director dos Caminhos de Ferro do sul e sueste, para que foi nomeado por decreto de 27 de abril de 1898, sendo então agraciado com a carta de conselho, apresentando logo no anno seguinte um apreciado relatorio, que foi o primeiro que appareceu publicado ácêrca d'aquellas linhas. Ao conselheiro Pedro Ignacio Lopes se deve o rapido progresso material das linhas sul e sueste, e tambem o augmento da receita. Representou Portugal em diversos congressos internacionaes de caminhos de ferro. Em 3 de julho de 1899 foi a Paris tomar posse do lo-

gar de vogal da secção portugueza na Exposição Universal, assistindo tambem ao notavel congresso de engenheiros, que n'aquella cidade se realisou, como representante da engenharia portugueza. Durante a sua permanencia em Paris aproveitou consultar os medicos especialistas da dolorosa enfermidade de que soffria, que era um cancro n'um labio, de que afinal veiu a ser victima. Obtendo algumas melhoras regressou a Lisboa, chegando ainda em principio de agosto a tomar posse do seu logar de director da Companhia dos Caminhos de Ferro do sul e sueste, mas não tardou a recolher-se a sua casa, onde falleceu pouco tempo depois. O conselheiro Pedro Ignacio Lopes havia seguido os respectivos postos, chegando ao de tenente-coronel, que conservava, quando morreu, e em que fôra promovido a 29 de julho de 1885. Era cavalleiro da ordem de S. Thiago, commendador das ordens estrangeiras: da Rosa, do Brazil; de Izabel a Catholica e Carlos III, de Hespanha; de Frederico, da Prussia; e official da Legião de Honra, de França. Escreveu: *Dados estatisticos relativos á construcção e exploração da rede dos caminhos de ferro do sul e sueste nos annos decorridos de 1 de janeiro de 1880 a 31 de dezembro de 1897*, Lisboa, 1898.

Lopes *(Simão)*. Mercador de livros, que viveu em Lisboa no seculo XVI, sendo tambem proprietario d'uma typographia. Era muito versado na lingua castelhana. Traduziu e imprimiu por sua conta, em 1598, o *Flos Santorum e historia geral da vida e feitos de Jesus Christo*, etc. do mestre Alonso de Villegas, capellão na egreja de Toledo.

Lopes *(Thomé)*. Cavalleiro da Casa Real, escrivão da camara de el-rei D. Manuel, encarregado de prover, concertar e ordenar a livraria e cartorio da Torre do Tombo, onde foi guarda-mór. Era natural do Porto. Embarcou em Lisboa, como escrivão da nau da India, em 1 de abril de 1502. Depois de ter percorrido varios pontos do Oriente, regressou a Portugal em 1504. Escreveu uma *Relação de viagem á India*, que foi traduzida em italiano, e publicado no tomo I das *Navegações e viagens*, de Ramusio.

Lopes de Andrade *(Cypriano)*. Vice-almirante, presidente do conselho general d'armada, inspector do arsenal, director geral de marinha, vogal do Supremo Tribunal de Marinha, etc. Era natural de Lisboa, onde falleceu em 20 de maio de 1907, sendo filho de Cypriano Lopes de Andrade e de D. Leonor Moraes Lopes de Andrade. Assentou praça em 14 de julho de 1852; foi promovido a aspirante de segunda classe em 21 de agosto de 1854, a aspirante de primeira classe em 16 de junho de 1855, a guarda marinha em 13 de março de 1858, a segundo-tenente em 5 de junho de 1860, a primeiro-tenente em 30 de outubro de 1871, a capitão-tenente em 25 de abril de 1881, a capitão de fragata em 29 de dezembro de 1887, a capitão de mar e guerra em 4 de julho de 1888, a contra-almirante em 7 de fevereiro de 1904, e a vice-almirante em 24 de dezembro de 1901. Foi official de guarnição, commandante de varios navios, entre os quaes se conta o cruzador *D. Carlos;* governador d'algumas das nossas possessões, presidente da commissão de artilharia naval, e exerceu ainda outras commissões. Em 1900 foi ao Brazil com o *Adamastor*, representar Portugal na commemoração do centenario do seu descobrimento, em 1500. Quando falleceu, exercia o cargo de presidente do conselho general da armada. Era commendador da ordem da Torre e Espada; grancruz, grande official e commendador da de S. Bento de Aviz; possuia a medalha de ouro de comportamento exemplar; a de cobre de philantropia e caridade; a de prata, concedida ao merito, philantropia e generosidade; a de serviços no ultramar, commemorativa da expedição a Angola, a da ordem de Merito Naval, de Hespanha, e a de ouro de Mecklemburg-Schwerin.

Lopes Arneiro *(Paulino)*. Professor regio de latim. Escreveu: *Grammatica portugueza em analogia com as linguas de que toma origem, principalmente latina e grega*, Lisboa, 1827.

Lopes Athaide *(Fr. Florentino de Santo Thomaz)*. Religioso da ordem de S. Domingos. Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. N. em S. Miguel de Taide, comarca de Guimarães. Ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de Francisco José Lopes Velloso e Athaide, e doutorou-se a 18 de julho de 1831.

Lopes de Azevedo *(Martim)*. V. *Falcão-Cotta* e *Azevedo* (*Casa solar de*). 19.º senhor da casa e couto de Azevedo, moço fidalgo da Casa Real, senhor da villa de Souto de Riba-Homem e de outros senhorios e padroados de egrejas. Nasceu nos meados do seculo XVI, reinando em Portugal D. João III, e foi filho de Pedro Lopes de Azevedo, senhor da dita casa e senhorios, e de sua mulher D. Brites Pereira, filha mais velha de Jorge Pereira, senhor de Mazarefes e Paradella. Foi Martim Lopes de Azevedo casado com D. Leonor da Silva, filha de Alvaro Pinheiro, alcaide-mór de Barcellos, senhor da honra e morgado de Pouve, e de sua mulher D. Francisca da Silva, filha de João Rodrigues de Sousa e Vasconcellos, irmão legitimo de Simão de Sousa de Vasconcellos, commendador e alcaide-mór de Pombal, progenitor dos marquezes de Castello Melhor. Era Martim Lopes de Azevedo homem de espirito alentado e de coração eminentemente portuguez, e por isso quando por morte do cardeal-rei se levantaram as dissensões sobre quem havia de succeder na corôa portugueza, como não houvesse outro principe portuguez que se puzesse á testa do partido nacional senão o prior do Crato D. Antonio, Martim Lopes o seguiu com a admiravel fidelidade, e por isso unindo se a seus primos o almirante do reino e o senhor da villa e casa da Trofa, e o conde de Vimioso e a outros fidalgos, oppuzeram a resistencia possivel á invasão castelhana, mas sendo a fortuna adversa á causa da nacionalidade portugueza, teve Martim Lopes de soffrer os trabalhos da prisão e do exilio da patria, e sómente passados alguns annos conseguiu do governo do rei Filippe II perdão por intervenção de sua tia D. Leonor de Mascarenhas, que fôra dama da imperatriz D. Izabel, mãe do dito rei Filippe. Em consequencia d'estes desgraçados acontecimentos perdeu Martim Lopes d'Azevedo a commenda de Cervães, e os senhorios da Corôa, que possuia, ficando reduzido apenas á casa e senhorio de Azevedo, que eram hereditarios, e aos padroados de Gallegos e Quiraz, annexos á mencionada casa. Martim Lopes de Azevedo morreu pelos fins do seculo XVI ou

principios do xvII. A respeito de Martim Lopes póde lêr-se o que escreveu Camillo no seu *D. Antonio, prior do Crato*, Porto, 1880, pag. 251. Ahi se citam: o tomo II das *Provas da historia genealogica da Casa Real*, a pag. 556; o tomo II da *Hispania illustrada*, a pag. 1175; e o *Exemplar da carta latina do prior do Crato D. Antonio*, escripta no anno de 1583 ao papa Gregorio XIII, a pag. 53.

Lopes Branco (*Antonio Roberto de Oliveira*). Juiz da Relação do Porto, do conselho de Sua Magestade, ministro de Estado, antigo deputado em varias legislaturas, etc. Por alvará de 9 de janeiro de 1862 foi-lhe concedido o seguiute brazão: Escudo esquartelado, tendo o quartel superior da direita com uma palmeira de ouro com duas estrellas de prata de cinco raios cada uma e acantonados em chefe sobre campo azul: o superior da guerra carregado com tres corvos negros voantes e collocados em roquete e assim o seu alterno sobre campos de prata, e o superior da esquerda carregado com uma oliveira da sua côr sobre campo de ouro, coronel de ouro decorado com pedras preciosas e, na parte superior, recortado com oito angulos agudos, dos quaes só apparecem em pintura apenas cinco que rematam cada um em uma perola, ficando o virol sobre o do centro onde se firma o timbre representado por um leão rompante de purpura com a lingua de prata. Escreveu: *Memoria dos principaes actos e trabalhos do Ministro e Secretario d'Estado*, etc., Lisboa, 1851; *Segunda edição com dois appendices*, etc.; *Collecção dos projectos de lei mais importantes, que propoz á Camara dos Deputados nas seis legislaturas que foi membro d'ella*; *Relatorio que leu á Mesa da Santa Casa da Misericordia do Porto, no fim do anno 1857-1858, o quarto que serviu o cargo de provedor; com os mappas e documentos de que no mesmo relatorio se faz menção*, Lisboa, 1858.

Lopes Cabral (*Fr. Antonio*). Freire da ordem militar de Christo, capellão cantor da capella real, no tempo dos reis D. Affonso VI e D. Pedro II, academico da Academia dos Singulares, etc. N. em Lisboa em 1634, e fal. a 26 de dezembro de 1698. Era filho de Pedro Lopes Cabral e de Filippa de Sousa. Antes de cantor da capella real, foi beneficiado nas egrejas de Santa Maria, de Thomar, e de Santa Maria do Castello, de Ponte do Lima. Foi um ardente cultor da litteratura gongorica, e um dos mais activos socios da Academia dos Singulares. As actas d'esta academia abundam em composições metricas do capellão Cabral, sonetos, oitavas, silvas, e até um poema carnavalesco intitulado *Serpentomaquia, conto em que se descreve a batalha da Serpe e Drago*. Escreveu: *Panegyrico ao Excellentissimo Senhor D. Antonio Luiz de Menezes, Marquez de Marialva .. capitão general das armas portuguezas, em a memoravel victoria de Montes Claros*, Lisboa, 1665; *Pancarpia, ou Capella florida, matizada e odorifera, tecida com dezoito sermões differentes*, Lisboa, 1694; *Festas Reaes na Côrte de Lisboa no casamento dos Reis da Gran-Bretanha Carlos e Catharina, em os touros que se correram no Terreiro do Paço*, Lisboa, 1661; saiu com os nomes de Luzandro, Aonio e Luzindo; *Quarto dia do triumpho dos animaes, escripto por Bernardo, companheiro da Bandeirinha*, Lisboa, sem data, mas deve ser, segundo parece, 1661; *S. João Baptista, escripto na lingua toscana por Joseph Baptista, traduzido no idioma portuguez*, etc., Lisboa, 1640; outra edição em 1691; *Maria Magdalena peccadora, amante e penitente*, etc., *composta em italiano por D. Anton Julio Brugnole Sale, e traduzida em portuguez*, Lisboa, 1695; outra edição em 1706. Este livro foi prohibido por edital da Real Mesa Censoria de 10 de novembro de 1768, dizendo os censores, *por não conter a vida da santa, e sim uma novella das mais licenciosas, organisada de affectos indecentes, pensamentos pueris, jogos de espirito, metaphoras, allegorias e ficções só proprias dos seculos da barbaridade e da ignorancia.*

Lopes Cardoso (*Pedro*). Cirurgião e lente de anatomia no hospital de Todos os Santos, sendo nomeado em 10 de dezembro de 1560 para substituir Duarte Lopes durante a sua estada na Mina, vencendo o ordenado de 12$000 réis, e tendo eguaes obrigações.

Lopes Carreira de Mello (*Joaquim*). Escriptor, e director do collegio de Nossa Senhora da Conceição, socio correspondente do Instituto de Coimbra. N. na Mealhada em 16 de julho de 1816, fal. muito obscuramente em Lisboa no anno de 1885. Pertencia a uma familia miguelista, e conservou-se sempre fiel aos seus principios politicos, embora seu tio, o latinista Francisco Antonio Martins Bastos, tivesse sido mestre de todos os filhos da rainha D. Maria II. Fundou um collegio, a que deu o titulo de *Nossa Senhora da Conceição*, que adquiriu bastante celebridade por ter um corpo docente de primeira ordem. O collegio occupava todo o edificio do antigo convento das Bernardas, na rua da Esperança. Escreveu grande numero de compendios de estudo, e adquiriu fama, como excellente director do seu collegio. Redigiu por algum tempo um jornal, intitulado *Instrucção Publica*, que se publicava duas vezes por mez, começando no 1.º de julho de 1855; parece que se chegaram a publicar 6 volumes. Bibliographia: *Compendio de civilidade, extrahido dos melhores autores*, Lisboa, 1851; teve muitas edições; *Breve tratado de Chorographia portugueza historica politica, offerecido á mocidade portugueza*, Lisboa, 1851; *Compendio de Chorographia de Portugal e dominios para uso das escolas de instrucção primaria, approvado por Sua Magestade, sob consulta do Conselho Superior de Instrucção Publica*, 6.ª edição, Lisboa, 1858; *Compendio de doutrina christã dogmatica e moral, para uso dos alumnos das escolas de instrucção primaria*, etc., *approvado*, etc., 4.ª edição, Lisboa, 1857; *Compendio da Historia de Portugal, desde os primeiros povoadores até nossos dias*, Lisboa, 1853; *Resumo chronologico da Historia de Portugal, desde os primeiros povoadores até nossos dias, ou apontamentos de factos para guia no estudo da historia portugueza*, 2.ª edição Lisboa, 1860; *Epitome da Historia de Portugal para as escolas de instrucção primaria; approvado por Sua Magestade, sob consulta*, etc., Lisboa, 1856; 2.ª edição, 1857; *Resumo da Historia Sagrada antiga e da egreja christã, para as escolas de instrucção primaria do primeiro e segundo grau*; 2.ª edição, Lisboa, 1859; *Resumo da Historia Universal profana para as escolas de instrucção primaria do primeiro e segundo grau*. Lisboa, 1856; *Compendio de Geographia e Chronologia para uso das escolas*, Lisboa, 1854; *Geogra-*

phia historica, ou Chronologia para uso das escolas, Segunda parte da Geographia e Chronologia, Lisboa, 1855; *Lições de litteratura ou Selecta portugueza para uso das escolas*, Lisboa, 1857; *Biographia do padre José Agostinho de Macedo, seguida de um catalogo alphabetico de todas as suas obras*, Porto, 1854; *Descripção da sessão solemne que teve logar no collegio de Nossa Senhora da Conceição em 8 de dezembro de 1852, por occasião da distribuição dos premios aos alumnos*, Lisboa, 1852; *Descripção da sessão solemne*, etc., *em 8 de dezembro de 1853*, etc., Lisboa, 1853; passando para os *Annaes do Collegio*, etc., desde 1851 a 1882; *Estatutos do Collegio de Nossa Senhora da Conceição de Lisboa*, etc., Lisboa, 1854; *Compendio historico sobre os costumes dos romanos, ou noticia historica sobre a origem dos romanos, fundação de Roma, sua organisação politica, administrativa, judiciaria, militar, e cerimonias civis e religiosas, para uso dos estudantes de latinidade*, Lisboa, 1859; *Portugal e suas dynastias e governos, ou Verdades historicas e politicas ácêrca das suas legitimidades*, Lisboa, 1860.

Lopes de Carvalho (*Antonio Maximo*). Commendador da ordem de S. Thiago; viticultor no concelho de Alemquer, socio correspondente do Instituto de Coimbra, da Real Associação de Agricultura Portugueza, vogal correspondente da commissão dos Monumentos Nacionaes, deputado, vereador e vice-presidente da camara municipal de Alemquer, etc. N na quinta do Valle, no logar da Labrugeira, em 21 de julho de 1852, sendo filho de Joaquim Maximo Lopes de Carvalho, e de sua mulher D. Anna Dorothéa Perestrello de Andrade Cotta Bandeira. Depois de ter cursado os primeiros tres annos do Lyceu de Lisboa e a antiga Aula do Commercio, entrou como caixeiro na Companhia de seguros Bonança em outubro de 1870, onde se conservou até 1876. Fallecendo seu pae em 28 de agosto de 1873, e herdando algumas terras na sua legitima, resolveu administral-as, o que poz em pratica no anno de 1876, estabelecendo a residencia na sua quinta da aldeia da Labrugeira, tornando se um viticultor e um agricultor distincto, devido aos profundos estudos agricolas a que se tem dedicado, demonstrando pelas suas noções theoricas a sua autoridade scientifica sobre o assumpto. Em 1895 foi nomeado pela Real Associação Central de Agricultura relator no congresso realisado n'aquelle anno, cabendo-lhe relatar os parasitas animaes da videira. No anno de 1896 foi eleito vereador da camara de Alemquer, occupando no anno seguinte o logar de vice-presidente. Em abril de 1897 o circulo de Alemquer o elegeu seu deputado independente, e fez parte da commissão de agricultura nos annos de 1898 e 1899. Foi agraciado pelo governo com a commenda da ordem de S. Thiago. O sr. Lopes de Carvalho casou em Thomar a 21 de março de 1887 com D. Maria Christina Tamagnini Guimarães. Bibliographia: *Noticia sobre alguns insectos uteis á Agricultura*, Lisboa, 1879, opusculo de 40 pag.; *Subsidios para a Ampelographia Portugueza*, Lisboa, 1885, opusculo de 55 pag.; *Agricultores illustres de Portugal*, Lisboa, 1892, 1 vol. de 207 pag.; *Ensaio sobre a entomologia agricola*, Lisboa, 1894; 1 vol. de 280 pag., illustrado com 58 gravuras; *Manual pratico da cultura das arvores de fructo de caroço*, Lisboa, 1894, 1 vol. de 220 pag., illustrado com 22 gravuras; *As melhores forragens*, Lisboa, 1898; 1.º vol., de 290 pag. e 25 gravuras; 2.º vol, Lisboa, 1901, de 292 pag. e 61 gravuras; *Vida de Joaquim Maximo Lopes de Carvalho*, Lisboa, 1903, 1 vol. de 142 pag., e 4 retratos; *Novos subsidios para a Ampelographia portugueza*, Lisboa, 1903, opusculo de 25 pag., escripto em francez; *Noticia biographica de D. Angela Tamagnini d'Abreu*, opusculo de 901 pag., illustrado com 1 retrato e 2 brazões d'armas. O sr. Lopes de Carvalho collaborou no *Jornal de Horticultura Pratica*, desde 1871 até 1892, anno em que terminou a publicação. Actualmente escreve na *Vinha Portugueza*, *Portugal Agricola* e *Gazeta de Alemquer*. Publicou alguns artigos no *Diario Illustrado*, *Nação*, *Damião de Goes*, etc. Para este diccionario tambem o sr. Antonio Maximo Lopes de Carvalho tem mandado alguns artigos e diversos esclarecimentos, muito uteis a esta obra.

Lopes de Carvalho (*Joaquim Maximo*). Nasceu na quinta do Valle na Labrugeira, a 11 de junho de 1856, e é filho de Joaquim Maximo Lopes de Carvalho (*V. Portugal*, vol. II pag. 819) e de D. Anna Dorothéa Perestrello de Andrade Cotta Bandeira. Depois de completar os dois primeiros annos do curso do Lyceu, entrou como amanuense de 2.ª classe na Direcção dos Caminhos de Ferro do Minho e Douro—serviço de fiscalisação e estatistica—, por despacho ministerial de 25 de junho de 1875, sendo promovido á 1.ª classe no mesmo serviço por despacho de 30 de outubro do mesmo anno, a sub-chefe de Repartição de Contabilidade Geral em 2 de agosto de 1887, e, finalmente a chefe de secção de fiscalisação e estatistica, em 24 de janeiro de 1900. Em 9 de novembro d'esse anno foi encarregado pelo Conselho de administração dos Caminhos de Ferro do Estado de reorganisar o serviço de contabilidade da Direcção do Caminho de Ferro do Sul e Sueste, serviço que terminou em 10 de junho de 1901, sendo os seus trabalhos muito elogiados em conselho. Em 22 de dezembro de 1904 foi nomeado por concurso chefe de serviço de Contabilidade e da Thesouraria do Caminho de Ferro do Minho e Douro, em cujo logar se conserva. Casou na cidade do Porto a 4 de fevereiro de 1878 com D. Maria Merceana Carneiro de Carvalho, filha do negociante d'aquella praça João Joaquim Dias Carneiro, de cujo matrimonio houve 4 filhos, 3 dos quaes são vivos. Lopes de Carvalho, sem ser technico, tem construido no Porto 14 predios, 6 dos quaes lhe pertencem, fazendo elle as plantas, orçamentos, alçados, etc, etc, trabalhos estes que teem sido sempre approvados nas repartições competentes.

Lopes de Carvalho (*Pedro Antonio*). Escriptor, cujo nome se conhece pela seguinte traducção: *Arte de formular, segundo as regras da chimica pharmaceutica, ou diccionario manual portatil para uso dos medicos, cirurgiões e boticarios; traduzido do allemão em francez por B. Dutillieul*, etc., *vertida em portuguez, e offerecida ao sr. Luiz Herculano de Carvalho, boticario em Lisboa*, Lisboa, 1817.

Lopes de Carvalho (*D. Ruy*) Doutor nos Direitos Cesareo e Pontificio pela Universidade de Coimbra, apreciado jurisconsulto, bispo de Miranda, etc. N. em Lamego, e fal. no logar de Bornes, pertencente á sua diocese, a 13 de agos-

to de 1559. Era filho de Martinho de Carvalho Rebello, fidalgo da Casa Real e contador da Fazenda da comarca de Lamego, e de D. Ignez Borges, filha de Diogo Borges, commendador de Refoios de Basto. Foi abbade de Santa Maria, de Lijó e de S. Pedro de Goães, no arcebispado de Braga, por apresentação d'el-rei D. João III, por serem ambas as freguezias do padroado real. Exerceu por algum tempo o logar de agente dos negocios de Portugal com a Curia Romana. Foi conego da sé de Evora, quando dirigia esta diocese o cardeal-infante D. Affonso, de quem era grande valido e desembargador, e inquisidor na inquisição d'esta cidade, d'onde passou a deputado do conselho geral, subindo depois á cadeira episcopal de Miranda, sendo o 2.º bispo d'esta diocese. Em 1540, sendo pontifice Paulo III, D. Ruy Lopes de Carvalho, então bispo de Miranda, com o auxilio de D. João III, lançou o fundamento do collegio de *S. Pedro*, na Universidade, debaixo do titulo dos *Clerigos Pobres*, aos quaes prescreveu certas leis, conformes a este instituto e fundação. Pelo diploma de 1 de agosto de 1545, concedido pelo nuncio e legado *à latere* n'estes reinos, Luiz Lipomano, e consentimento do monarcha, que o referido pontifice confirmou em 1549, fôram annexas *in solidum* a este collegio a egreja de Santa Maria, de Lijó, e a de S. Pedro, de Goães, com o qual rendimento se ficou sustentando o collegio, além de muitos bens patrimoniaes do bispo, de que este lhe fez doação. O collegio estava situado na rua da Sophia, e era considerado um dos mais celebres, não só de Portugal, mas de todo o orbe catholico. Mais tarde, el-rei D. Sebastião, considerando a grande utilidade que poderia resultar se o collegio mudasse a sua primeira instituição de *Clerigos Pobres*, por outra mais illustre, a fim de n'elle serem admittidos tanto ecclesiasticos como seculares, ao estudo das tres faculdades de Theologia, Direito Civil e Canonico, obteve do pontifice, por bulla passada em 1571, que o collegio se reformasse passando para um quarto dos paços da Universidade. O bispo D. Ruy Lopes de Carvalho compoz os Estatutos para o collegio de S. Pedro, que ficaram manuscriptos, e por elles se governou o collegio até ao anno de 1600.

Lopes de Carvalho *(Thadeu Luiz Antonio).* Fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo, capitão-mór de Abadim e Negrellos, etc. N. em Guimarães a 21 de fevereiro de 1692, ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Gonçalo Lopes de Carvalho, senhor dos coutos de Negrellos e Abadim, e de sua mulher D. Guiomar Bernarda da Silva. Lopes de Carvalho herdou os referidos coutos, com jurisdicção civil e criminal em todas as suas possessões, e solares de Camões, Laudim, Torneiros, Monte Longo, sendo padroeiro das suas egrejas. Casou em 19 de maio de 1720 com D. Brites Thereza de Menezes, filha de Sancho Manuel da Silva e de D. Maria Thereza de Vilhena e Menezes. Tendo enviuvado, passou a segundas nupcias a 10 de julho de 1725 com D. Francisca Rosa Maria de Mendoça e Menezes, filha de D. Fernando Furtado de Mendoça e Menezes, e de sua mulher D. Maria Luiza de Valladares. Por ser muito applicado ao estudo da historia, foi eleito academico supranumerario da Academia Real da Historia, sendo alumno dos areades com o nome *Tagomello Coriteo*, e da dos *Infecundos*, em Roma; patrono da academia instituida em Guimarães, sua patria, na qual assistiu em 10 de dezembro de 1746, D. José, arcebispo e senhor de Braga, que em seu applauso compuzeram os academicos diversas obras, tanto oratorias como poeticas, as quaes se publicaram em Coimbra, em 1747, no collegio das Artes. N'este livro, a pag. 21, vem uma *oração* de Thadeu Luiz Antonio Lopes de Carvalho, presidente da Academia, e varias poesias sobre diversos assumptos. A oração tem por titulo: *Guimarães agradecida; applauso metrico, que a celebre Academia da muito notavel villa de Guimarães recitou na presença do ex.mo sr. D. José, arcebispo e senhor de Braga, primaz das Hespanhas*, etc. Deixou em manuscripto: *Memorias Ecclesiasticas, seculares e genealogicas da villa de Guimarães.*

Lopes de Castanheda *(Fernão).* Historiador, e religioso da ordem de S. Domingos. N. em Santarem, fal. em Coimbra a 23 de março de 1559. Era filho illegitimo do licenceado Lopo Fernandes de Castanheda, ouvidor da cidade de Gôa. Na edade da adolescencia entrou na ordem dominicana, que depois abandonou, acompanhando seu pae ao Oriente, na armada em que foi por governador da India Nuno da Cunha, embarcando em Lisboa a 18 de abril de 1528. Chegando a Gôa, impellido pela gloria da nação portugueza, de que fôra glorioso theatro todo o Oriente, pensou em escrever uma historia em que deixasse na posteridade eternisada a memoria de tão illustres façanhas. Para conseguir o seu fim, não sómente investigou as noticias que estavam depositadas nos cartorios e archivos, mas consultou os proprios capitães e generaes, que tinham assistido a tantas victorias alcançadas em mar e em terra. Não satisfeito ainda, percorreu diversas terras, examinando as suas situações, habilitando-se assim, depois de empregar vinte annos n'estas minuciosas investigações, a escrever a historia do descobrimento da India até ao governo de D. João de Castro. Regressando depois ao reino, pobre de fortuna e bastante doente, mas enriquecido de noticias, contentou-se, para angariar meios de subsistencia, em acceitar o logar de bedel no collegio das Artes da Universidade de Coimbra e de guarda do respectivo archivo, em que se conservou até fallecer, sendo sepultado na egreja parochial de S. Pedro, de Coimbra. Escreveu: *Historia do descobrimento & conquista da India pelos Portuguezes; feyta por Fernão Lopes de Castanheda; E aprovada pelos senhores deputados da sancta Inquisição;* no fim tem: *Foy impresso este primeiro livro da Historia da India em a muyto nobre & leal cidade de Coimbra por Iohão da Barreyra & Iohão Alvarez, empressores del Rey na mesma Universidade; Acabou-se aos seys dias do mes de Março, de MDLI*, 4.º, 267 pag. Era dedicado a D. João III. Tres annos depois reimprimiu-se este livro com differente dedicatoria ao mesmo rei, achando-se já a esse tempo publicados os seguintes livros até ao 5.º N'esta nova edição, o 1.º livro tinha por titulo: *Ho liuro primeiro dos dez da historia do descobrimento & conquista da India pelos Portuguezes: Agora emmedado & accrecentado; E nestes dez liuros se coutê todas as milagrosas façanhas que os Portuguezes fizerão em Ethiopia, Arabia, Persia, E nas Iu-*

dias, dentro de Ganges & fóra dele, & n a China & nas ilhas de Maluco, do tempo q. dom Vasco da Gama conde da Vidigueira & almirante do Mar Indico, descobrio as Indias, até a morte de dom Ioão de Castro que la foy gouernador & viso rey; Em que se contem espaço de cinquoenta annos; Com priuilegio real. Este privilegio vem no principio do livro, passado por D. João III em Almeirim a 14 de junho de 1552, «para que ninguem possa imprimir esta obra por ter seu autor gastado n'ella muita fazenda, e mais de 20 annos.» No fim tem: *Foy impresso primeiro liuro da Historia da India em a muyto nobre & leal cidade de Coimbra por Iohão Barreyra, empressor del rey na vniuersidade; Acabou-se aos vinte dias do mez de Iulho; De MDLIIII;* este primeiro livro saiu ainda outra vez reimpresso por diligencia do professor Francisco José dos Santos Marrocos, Lisboa, 1797; 2 tomos. A reimpressão não se fez dos tomos seguintes. Os 2.º e 3.º livros publicaram-se em Coimbra, no anno de 1552; os 4.º e 5.º tambem em Coimbra, 1553; os 6.º e 7.º Coimbra, 1554; o 8.º em Coimbra, 1561. Este liv. o saiu posthumo, e os filhos do autor o dedicaram a el-rei D. Sebastião, dizendo: «Pedimos a Vossa Alteza, queira tomar sob o seu amparo este livro oitavo, e com este o nono e o decimo seguintes, que mui cedo se imprimirão.» D'onde se conclue que os deixou escriptos Fernão Lopes de Castanheda, as quaes comprehendiam o governo de D. João de Castro, e os mandou recolher D. João III, «a requerimento de alguns fidalgos, (como escreve Diogo de Couto, *Decada* IV da *India*, liv. 5.º, cap. 1.º) que se acharam n'aquelle raro e espantoso cêrco, porque falava n'elles verdades», e ainda que os filhos do autor podiam cumprir a promessa que fizeram a D. Sebastião, por ser já fallecido seu avô D. João III, nunca se imprimiram, e os originaes conservavam-se em poder de Francisco Gomes, como affirmou em 15 de janeiro de 1620, a Francisco Galvão Maldonado, que assim o escreve na sua *Bibliotheca Portugueza.* Os 7 livros da *Historia da India* fôram traduzidos em italiano, por Affonso de Ulloa, impressos em Veneza em 1578. O 1.º tambem foi traduzido em francez por Nicolau de Gronchy. Além d'estas traducções, ainda o 1.º tomo teve as seguintes: em castelhano, impressa em Anvers, 1554; outra em francez, Paris, 1553; e uma traducção ingleza, que vem descripta por Ternaux-Compans na *Bibliothèque Assiatique*, sob o n.º 519. Dos 7 numeros se fez *nova edição* em 1833, na typographia Rolandiana. A'cêrca da *Historia da India*, de Castanheda, publicou um curioso artigo o fallecido escriptor Rodrigo de Lima Felner, na *Noticia preliminar* ao tomo I das *Lendas da India*, de Gaspar Correia. Fernão Lopes de Castanheda deixou manuscripto um *Livro de Cavallarias.*

Lopes Castello (*Antonio*). Presbytero. N. em Lisboa, onde tambem falleceu em 25 de janeiro de 1709, com mais de 80 annos de edade. Foi beneficiado na egreja parochial da Magdalena, de Lisboa. Escreveu: *Officio em louvor do Santissimo Sacramento, com cinco soliloquios para antes e depois da confissão e communhão*, Lisboa, 1670; *Officio de Nossa Senhora com as rubricas em portuguez*, etc., Lisboa, 1659.

Lopes Castilho (*Bernardo*). Bacharel formado em Leis, ouvidor da Casa Real e pagador geral das tropas da Beira, em favor do qual seu tio paterno, Antonio Lopes de Castilho, instituiu em 1694 o vinculo da Vermiosa. Era casado com D. Catharina da Sella Falcão da Costa e Mendonça, filha de Manuel da Sella Falcão, e de sua mulher D. Helena da Costa Teixeira de Mendonça.

Lopes Coelho *(Domingos)* Escriptor e poeta, que viveu no tempo de D. Pedro II e de D. João V. Era natural de Lisboa. Escreveu: *Ecco saudoso, que no coração do maior monarcha justamente sentido responde ao rigor com que a Parca a impulsos de tyrania, o destituiu da posse do seu maior bem na morte da augustissima e serenissima senhora D. Maria Sophia Izabel, Rainha de Portugal*, Lisboa, 1699; *Historia da prodigiosa e admiravel vida do Apostolo Valenciano o glorioso S. Vicente Ferrer, recopilada e escripta no idioma portuguez da que escreveram os PP. MM. Fr. Francisco Gavalde e Fr. André de Valdecebro*, etc., Lisboa, 1713; houve mais duas edições, em 1740 e 1752.

Lopes Correia *(João).* Licenceado cirurgião dos males, no hospital de Todos os Santos, sendo nomeado em 1708, quando se fundiram n'um só os logares que então existiam de *cirurgiões de males.* Foi aposentado em 1728. Era natural de Coruche, e fal. em 1730. Foi tambem cirurgião da Casa da Supplicação. Escreveu: *Castello forte contra todas as enfermidades que perseguem o corpo humano*, etc., Lisboa, tomo I, 1723; 2.º 1726.

Lopes da Costa *(Affonso).* Fidalgo que militou na India. Commandava um dos 6 navios collocados debaixo do commando de Affonso de Albuquerque, quando este se separou de Tristão da Cunha, a cujas ordens viera desde Lisboa, no 1 de agosto de 1507. Foi sempre um dos mais insubordinados dos seus capitães, e a nau, que elle commandava, foi uma das tres que desertaram deante de Ormuz. Intrigou depois fortemente a favor de D. Francisco de Almeida na sua lucta contra Affonso d'Albuquerque, e quando este ficou emfim com o governo da India, Affonso Lopes da Costa, que era um dos seus inimigos mais declarados, partiu com D. Francisco d'Almeida para a Europa.

Lopes da Costa *(Affonso).* Natural de Torres Novas. Desde a infancia se dedicou ao serviço da egreja, sendo moço da capella real. Acompanhou D. Sebastião na jornada de Africa, onde ficou captivo na batalha de Alcacer-Kibir. Sendo depois resgatado por 3:000 cruzados, para recompensar os seus serviços e merecimentos, foi eleito thesoureiro-mór da mesma capella real. Era muito inclinado á poesia, principalmente á jocosa, da qual fez varias obras para se representarem nos theatros, com que excessivamente agradava aos espectadores, publicando e emendando os Autos, compostos por Antonio Prestes e Luiz de Camões, com este titulo: *Primeira Parte dos Autos e Comedias Portuguezas*, Lisboa, 1587.

Lopes da Costa *(Nicolau).* Advogado da Casa da Supplicação, etc. Escreveu: *Allegação final a favor do ex.mo conde de Oeiras* sobre a reivindicação das casas chamadas o palacio das Janellas Verdes, na causa que lhe moveu com o inculcado pretexto de lesão enormissima o autor Manuel Ignacio Ramos da Silva de Eça no juizo da commissão para se julgar em uma só

instaucia, decreto, tenções, sentença e embargos a ella por parte do ex.mo réo, Lisboa, 1786; *Allegação analytica e apologetico-critica do ex.mo marquez de Pombal* na causa do libello que lhe move sobre a casa das Janellas Verdes Manuel Ignacio Ramos, offerecida em sustentação dos embargos que fornece o dito ex.mo marquez, etc., Lisboa, 1786.

Lopes Crasto *(Diogo)*. Um dos advogados de causas forenses, que mais floresceram no seu tempo. Era natural de Lisboa, e muito erudito em Direito Cesareo e Canonico. Falleceu em Lisboa a 27 de de fevereiro de 1698. Era muito consultado pelas principaes pessoas da côrte. Casou com D. Maria Marques. Escreveu algumas obras juridicas que se imprimiram, e a seguinte: *Allegação de direito a favor dos religiosos do convento de Nossa Senhora do Carmo de Lisboa, em a causa... que lhe moveram os irmãos da veneravel ordem Terceira, sobre a sagrada e milagrosa Imagem de N. S. Jesus Christo*, Lisboa, 1697.

Lopes da Cruz *(Luiz Adelino)* Professor. N. em Coimbra a 11 de novembro de 1835. Era filho de José Lopes da Cruz, sargento reformado, e de D. Maria da Conceição da Cruz. Ficando orphão de mãe aos 2 annos de edade, foi entregue aos cuidados do seu tio, o conego José Lopes da Cruz, que tratou da sua primeira educação, mandando-o depois para Lisboa em 1850 afim de seguir a vida commercial. Pouco tempo se demorou na capital, voltando para Coimbra, por conselho dos medicos, em dezembro do mesmo anno Continuando alguns estudos preparatorios, dedicou-se tambem ao ensino primario e á calligr phia, em que se tornou distincto, merecendo por isso as honras de calligrapho da Casa Real. Escreveu: *Resumo da ortographia portugueza para uso dos meninos que frequentam as escolas de instrucção primaria, segunda edição corrigida e simplificada*, Coimbra, 1857; terceira edição, Coimbra, 1870; *Arte calligraphica*, Coimbra, 1858; *Nova arte calligraphica theorica e pratica, para uso dos alumnos das escolas de instrucção primaria, e dos que se habilitam para o professorado, segunda edição correcta e augmentada*, Coimbra, 1865; folio oblongo de VIII-24 pag. e 18 estampas lithographadas. Mais um *Additamento á segunda edição* com rosto separado, 9 pag. e 3 estampas.

Lopes Fernandes *(Manuel Bernardo)*. V. *Fernandes (Manuel Bernardo Lopes)*.

Lopes Galvão *(José)*. Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra. N. em Bordeiro, comarca de Arganil; ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de Manuel Galvão, e doutorou-se a 5 de julho de 1818.

Lopes Marçal. *(José)*. Medico pela Universidade de Coimbra; director do posto meteorologico de Evora, e delegado de saude do districto, etc N. em Sant'Anna, do concelho da Certã, em 6 de fevereiro de 1845, sendo filho de José Lourenço Marçal e de D. Josepha Maria Lopes. Foi para Evora entregue aos cuidados d'um seu tio, Francisco Lopes, antigo commerciante d'aquella cidade, ali começou os estudos preparatorios para entrar na Universidade de Coimbra, em que se matriculou no primeiro anno de Mathematica e de Philosophia em outubro de 1861. Concluiu a sua formatura em Medicina, com distincção, em 1870. Exerce clinica em Evora, é medico do Asylo da Infancia Desvalida e da Casa Pia; professor do Lyceu da cadeira de introducção á historia natural dos tres reinos, e de principios de Physica e Chimica. Sendo ainda estudante, escreveu e publicou: *Noções sobre a origem dos logarithmos, modo da formação de umas taboas, uso das mesmas*, etc., Coimbra, 1866.

Lopes da Matta *(P. Manuel)*. Sacerdote da Congregação da Missão de S. Vicente de Paula. N. no Tojal, freg conc. da Certã, em 1760, fal. a 21 de maio de 1825. Entrou na congregação a 5 de novembro de 1777. Tinha fama de ser um exemplar de costumes e um zeloso missionario. Escreveu: *Sciencia dos costumes, ou Ethica resumida, por um anonymo portuguez*, Lisboa, 1813. Não mencionou o seu nome. Diz Innocencio da Silva, no *Diccionario Bibliographico*, vol. VI, pag. 39: «D'esta mesma edição tenho visto exemplares evidentemente contrafeitos, com novo frontispicio, que indica ser impressão feita em Lisboa.»

Lopes Mendes (*Antonio*). Medico veterinario, escriptor, agronomo, deputado, etc. N. em Villa Real a 30 de janeiro de 1835, fal. em Lisboa a 31 de janeiro de 1894. Era filho de Antonio Lopes Mendes e de D. Maria Emilia Cardoso, ambos proprietarios. Nos seus ascendentes conta-se Diogo Cão, o descobridor do Zaire. Demonstrando logo nos primeiros annos uma decidida vocação artistica, seus paes o enviaram para a Academia Polytechnica do Porto, que frequentou alguns annos, vindo depois concluir em Lisboa o curso de agronomia e com tanta distincção que regeu alguns annos uma cadeira do Instituto

Antonio Lopes Mendes

Agricola. Foi durante este primeiro curso que o governo ordenou uma excursão agricolo-scientifica ao norte do reino, e d'ella fez parte o distincto alumno professor. No *Archivo Pittoresco* publicou então uma serie de desenhos de monumentos, paizagens e costumes portuguezes, começada a publicar no vol. V, e interrompida com a suspensão d'aquelle semanario. No *Archivo Pittoresco* mostrou Lopes Mendes a sua rara vocação para o desenho, nomeadamente de *paiza-*

gem, manifestada desde os mais tenros annos. Estando ainda ao serviço do Instituto Agricola, levantou de 1858 a 1859 a planta topographica da colonia da *Venda do Alcaide*, dando melhor direcção aos trabalhos agricolas e á fruição das colonias. Nas ferias de 1858 escreveu uma interessante memoria sobre a doença dos laranjaes de Setubal, memoria que inscriu no *Archivo Rural* do Instituto Agricola, e que mereceu de Ferreira Lapa a seguinte apreciação muito lisonjeira: «Entra tambem n'este numero uma correspondencia relativa á doença radicular das laranjeiras em Setubal, do sr. Lopes Mendes, habilitado distinctamente n'este anno, com os cursos do Instituto, e já encarregado de uma importante exploração rural. O sr. Lopes Mendes foi um estudante mais que regular; mereceu a estima de seus mestres; foi um dos alumnos que acompanhou a commissão agricola na sua excursão scientifica ao norte do reino, e era *pela sua habilidade pouco commum em desenho* ajudante do professor d'esta disciplina no Instituto.» Reunidos em um só os institutos agricola e veterinario, fundou-se um estabelecimento hippico para o aperfeiçoamento e producção das differentes raças, e coube a Lopes Mendes a honra de ser o installador do primeiro estabelecimento official d'esta especialidade, em cuja administração prestou valiosos serviços. O conde de Torres Novas, sendo governador da India, em 1862, desejando melhorar as condições agricolas d'aquellas possessões, requisitou do nosso governo um homem com as habilitações necessarias para o ajudar em tão importante missão. O governo consultou o Instituto Agricola, e este lhe indicou Lopes Mendes, que acceitou a missão com enthusiasmo, e n'esse mesmo anno partiu para a India, onde se conservou até 1871, merecendo pelo seu trabalho e intelligencia as maiores provas de estima e consideração, tanto do conde de Torres Novas, como dos governadores que lhe succederam, José Ferreira Pestana e visconde de S. Januario. Não só desempenhou com louvor varias commissões de serviço publico, mas nas suas horas de descanço, durante a sua longa permanencia na India, estudou sobre o local a historia das nossas possessões asiaticas, desenhou na sua carteira monumentos, palacios, pagodes, costumes, coordenando depois os seus apontamentos, organisou assim a sua obra *India Portugueza*, interessantissimo album das suas glorias, que offereceu á Sociedade de Geographia. A *India Portugueza*, além da parte historica e descriptiva, comprehende 350 gravuras feitas sobre desenhos do autor, e 7 cartas geographicas elucidativas do texto, tambem por elle organisadas. A Sociedade de Geographia conseguiu que o governo a mandasse imprimir á custa do Estado. Lopes Mendes já havia publicado em Nova Gôa no anno de 1864, um trabalho, com o titulo de *Apontamentos sobre a provincia de Satary do estado da India Portugueza*, em que se contém a descripção topographica, geologica, agricola e economica da provincia; usos e costumes dos seus habitantes, suas leis, religião, etc. Emquanto esteve em Gôa publicou diversos artigos na *Illustração goana*. Regressando a Portugal, Lopes Mendes casou em 11 de setembro de 1873, em Lisboa, com D. Joanna Maria dos Santos Oliveira, realisando se o casamento na capella do palacio das Picôas. Visitando o Bussaco, levantou a carta d'aquella formosissima matta, acompanhando-a de curiosas noticias e desenhos, formando tudo um interessante livro, que publicou em 1875, com o titulo de *O Bussaco*. Em 1879 foi eleito deputado por Mapuçá, Damão e Diu; fez notaveis estudos a respeito dos fluentes da Praganã Nagar Avely, na Cumbaya; procedeu, á sua custa, a melhoramentos em Sanquelim. Lopes Mendes fez tambem parte da expedição scientifica enviada, com a protecção do governo, pela Sociedade de Geographia á Serra da Estrella em agosto de 1881, onde se demorou 15 dias. D'ali trouxe tambem muitos desenhos, que se publicaram em gravuras no seu relatorio. Em 1883 quiz visitar a India Occidental. Estava ainda bem presente na memoria de todos a sorte desgraçada que tivera o celebre explorador Créveaux e a sua comitiva, sendo assassinados convardemente nas margens do Polycomayo, pelos indios. Essa sanguinolenta tragedia, em que o intrepido francez perdeu a vida, encheu de pavor toda a gente, menos Lopes Mendes, que se resolveu a ir pelo simples amor da sciencia, continuar os trabalhos do notavel escriptor francez, victima da ferocidade do indigena. Lopes Mendes participou á Sociedade de Geographia a sua resolução, e pedindo-lhe instrucções, ao que ella respondeu fazendo votos pelo bom exito dos trabalhos do seu erudito consocio, a quem encarregou unicamente de cumprimentar, em seu nome, o imperador do Brazil, presidente da secção da sociedade nas terras de Santa Cruz. Lopes Mendes embarcou para a America, fazendo a viagem á sua custa, e percorreu toda a bacia hydrographica do Amazonas, e grande parte do Brazil, o Perú, as republicas do Prata, etc. Em 1884 regressou a Lisboa munido de valiosos documentos para outro livro, *A America Austral*, de cuja publicação audava tratando quando falleceu Havia já publicado, comtudo, umas dez cartas no *Boletim* da Sociedade de Geographia, de que a mesma sociedade fez edição separada. *O Occidente*, vol. VI, de 1883, publicou algumas d'estas cartas. Lopes Mendes collaborou muito no *Archivo Pittoresco*, *Archivo Rural*, *Occidente*, e ainda em outros jornaes. Quando falleceu, andava planeando uma viagem ás ilhas dos Açôres. Publicou tambem a biographia de D. Jorge Augusto de Mello, primeiramente no jornal *As Colonias Portuguezas*, e depois n'um folheto, impresso em 1884. O dr. Augusto Cesar da Silva Mattos, de Trancoso, publicou em 1882 uma interessante biographia de Lopes Mendes, sob o titulo de *Movimento Geographico em Portugal e Antonio Mendes, apontamentos biographicos*.

Lopes de Mendonça (*Antonio Pedro*). Escriptor e jornalista, deputado, socio effectivo e bibliothecario da Academia Real das Sciencias de Lisboa, professor no Curso Superior de Letras, etc. N. em Lisboa a 14 de novembro de 1826, onde tambem fal. a 8 de outubro de 1865. Entrou muito novo no serviço da marinha como aspirante, e fez uma viagem a Angola, mas teve de desistir de seguir essa carreira. Tinha apenas 14 para 15 annos quando publicou a traducção do romance de Alexandre Dumas *Izabel de Baviera*, que se imprimiu em Lisboa em 1841, e dois annos depois, em 1843 publicava umas *Scenas da vida contemporanea*, que fôram mal recebidas. A critica não levou em conta a extrema juventude

do moço escriptor, e foi com elle demasiadamente severa. No entretanto Lopes de Mendonça continuava a servir na marinha, e militava á sombra da bandeira insurgente da junta do Porto, servindo na esquadra debaixo das ordens de Salter. Vencida a junta, Lopes de Mendonça foi desligado do serviço, e dedicou-se exclusivamente á litteratura. José Estevão Coelho de Magalhães o convidou para entrar como folhetinista na *Revolução de Setembro*, onde muito se distinguiu, desde 1846 a 1857, em que se conservou n'essa secção do jornal. No entretanto ia trabalhando sempre n'outros jornaes, escrevendo na *Semana*, *Revista Peninsular*, *Ecco dos Operarios*, *Archivo Pittoresco*, *Panorama*, *Patria* e *Illustração Luso Brazileira*. Consta que em 1848 publicou uns folhetos politicos, contra o governo, os quaes se distribuiram secretamente, anonymos, e cujos titulos se não conhecem. Lopes de Mendonça tambem escreveu para o theatro, mas não foi muito feliz. Quando em 1851 se formou a Regeneração, Lopes de Mendonça acolheu este novo partido com enthusiasmo, e logo em outubro d'esse anno publicou um *Manifesto eleitoral*. Ao mesmo tempo conseguiu fazer uma viagem rapida á Italia, viagem de que resultou um dos seus melhores livros, *Recordações de viagem*. Em 1855 foi eleito deputado. Quando se fundou o Curso Superior de Letras, rejeitando Antonio Feliciano de Castilho a regencia da cadeira de Litteratura moderna, que D. Pedro V lhe havia offerecido, a cadeira foi posta a concurso, sendo Lopes de Mendonça nomeado por decreto de 6 de agosto de 1860. Sendo um brilhante escriptor, tinha decidida negação para discursar; na camara dos deputados tentou falar n'uma sessão, mas não o pôde conseguir, sentando-se no meio do silencio constrangido da camara e da afflicção dos seus amigos. Nunca mais tentou subir á tribuna. Sendo nomeado professor do Curso Superior de Letras, tambem lhe não foi possivel fazer a sua prelecção. O sr. Bulhão Pato, no seu livro *Sob os cyprestes*, diz, que Lopes de Mendonça só uma vez falou, e falou bem, falou admiravelmente. Foi quando apresentou n'um d'esses conciliabulos democraticos de 1848 o joven typographo Vieira da Silva. Lopes de Mendonça tinha ardentes convicções democraticas e um vivo desejo de desenvolver entre nós o principio da associação. Fundara com Sousa Brandão o jornal intitulado *Ecco dos operarios*. Ufanava-se dos seus collaboradores, quasi todos typographos, operarios. Vieira da Silva era um dos seus predilectos. Quando o apresentou, esqueceu-se de que estava a discursar, e sem querer, arrastado pelo seu enthusiasmo, falou brilhantemente. Nunca mais tornou a encontrar essa inspiração de um momento. Foi por esta occasião que Lopes de Mendonça entrou para a Academia, sendo eleito socio effectivo, e ao mesmo tempo nomeado bibliothecario. Como academico trabalhou bastante. Escreveu o elogio historico do duque de Palmella, mas não pôde pronuncial-o, por um incommodo subito que teve. Então desenvolveu-o, ampliou-o, e fez d'elle um interessante livro Collaborou tambem nos *Annaes da Litteratura*, da Academia. Já por esse tempo publicara o seu livro mais celebre, *Ensaios de critica e Litteratura*, refundidos depois e publicados com o titulo de *Memorias da litteratura contemporanea*. Lopes de Mendonça, na opinião dos seus biographos, não era um critico, da mesma fórma que não era um romancista nem um dramaturgo. O que elle tinha era um estylo arrebatador, mas foi exclusivamente um folhetinista, como Julio Janin. Primava em bordar variações encantadoras sobre um thema fugitivo. Era essa a sua feição predominante. Os seus adversarios, sempre despiedados, faziam satyras pela sua impossibilidade de falar em publico, em vez de lamentarem essa desgraça. Estas criticas muito continuadas magoavam deveras Lopes de Mendonça, que cheio de brio e de dignidade se entregava furiosamente ao estudo para cumprir dignamente as suas obrigações de professor. Havia casado com uma senhora de familia ingleza, e os cuidados de familia ainda mais lhe augmentavam o ardor do trabalho. Similhante lucta foi-lhe enfraquecendo as faculdades intellectuaes até que chegou ao estado de completa alienação, que se manifestou em dezembro de 1860, resistindo a todos os soccorros e meios de tratamento, que se empregaram, e n'esta dolorosa situação ainda viveu perto de cinco annos. Nos jornaes de 10 de outubro de 1865, *Revolução de Setembro*, *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Portugal*, *Jornal de Lisboa*, *Portuguez*, etc., appareceram artigos commemorativos do successo, em que todos deploravam a perda do antigo companheiro das lides jornalisticas Pinheiro Chagas publicara pouco tempo antes na *Revista Contemporanea*, tomo V, de pag. 561 a 572, uma apreciação critica, que foi depois reproduzida nos *Ensaios criticos* do mesmo escriptor, a pag 218 e seguintes. Bibliographia: *Izabel de Baviera*, *Reinado de Carlos VI, romance de Alexandre Dumas, traduzido em portuguez*, Lisboa, 1841, 3 tomos; *Scenas da vida contemporanea, primeira serie*, Lisboa, 1843; *Affronta por affronta*, drama em 4 actos, representado no theatro de D. Maria II, seguido de *Casar ou metter freira*, proverbio n'um acto, Lisboa, 1849; fez-se 2.ª edicção em 1858, juntando-se-lhe a comedia n'um acto, *Como se perde um noivo*; *Memorias de um doido, romance contemporaneo*, Lisboa, 1849; *Ensaios de critica e litteratura*, Lisboa, 1849, sendo depois refundida pelo autor, e publicada com o titulo de *Memorias de Litteratura contemporanea*, Lisboa, 1855; *Como se perde um noivo*, comedia em 1 acto, Lisboa, 1849; *Já é tarde*, idem, Lisboa, 1850; *Recordações de Italia*, Lisboa, tomo I, 1852; tomo II, 1853; *A Questão financeira em 1856*, Lisboa, 1856; *Manifesto eleitoral*, tem no fim a data de 29 de outubro de 1851; *Curso de Litteratura professado no Gremio Litterario*, Lisboa, 1849; *Lições para maridos*, comedia em 3 actos, imitada do hespanhol, Lisboa, 1858; *Tutor e pupilla*, comedia em 1 acto, Lisboa, 1859; *A bom entendedor meia palavra*, proverbio; saiu na *Revista Contemporanea*, tomo I, 1859; *A côrte de Filippe IV*, drama em 4 actos; saiu no *Archivo Universal*, tomo II; *Uma porta deve estar aberta ou fechada*, proverbio; é o n.º 1 do *Theatro de Sala*; *Scenas e Phantasias de nossos tempos*, Lisboa, 1860; *Noticia historica do duque de Palmella*, Lisboa, 1859; *Damião de Goes e a Inquisição em Portugal, estudo biographico*, Lisboa, 1849; reproducção mais correcta e augmentada dos artigos que de principio sairam no tomo II dos *Annaes das Sciencias e Letras*; *Estudo critico ácêrca do bispo de Vizeu D. Francisco*

Alexandre Lobo; saiu no referido tomo dos *Annaes*, de pag. 5 a 36; *Estudo ácêrca de José Agostinho de Macedo,* idem, de pag. 449 a 477, e 513 a 540; *A'cêrca de Nicolau Clenarde, ou Cleynart*, no tomo I dos mesmos *Annaes*, pag. 131 a 140.

Lopes de Mendonça *(Henrique)*. Capitão de fragata, poeta, escriptor, bibliothecario da Escola Naval, socio effectivo da Academia Real das Sciencias, professor de historia na Escola de Bellas Artes de Lisboa, vogal do Conselho de Arte Dramatica, etc. N. em 12 de fevereiro de 1856. Era sobrinho do distincto escriptor Antonio Pedro Lopes de Mendonça *(V. este nome)*. Encetou a sua carreira de escriptor dramatico com a comedia n'um acto, em verso, *A Noiva*, que pela primeira vez se representou no theatro de D. Maria II a 9 de fevereiro de 1884, sendo muito bem recebida pelo publico. A 19 de março de 1886 apresentou no mesmo theatro o drama historico em 5 actos o *Duque de Vizeu*, em verso, que teve o maior successo. O distincto poeta estava tambem consagrado como autor dramatico de superior merecimento, reputação que mais se accentuou nos seus posteriores trabalhos: *A Estatua*, drama em 5 actos, para cuja representação o fallecido esculptor Leandro Braga fez uma bella estatua, que esteve depois em exposição no palacio do sr. marquez da Foz; *A Morta*, drama historico em 5 actos, do tempo de D. Ignez de Castro; *Affonso d'Albuquerque*, outro drama historico, tambem em 5 actos, ambos representados com o maior successo no theatro normal. Tem ainda as seguintes peças *O Salto mortal*, comedia em 1 acto; *Dôr de cotovêllo*, traducção de Moliére. No theatro do Gymnasio representou-se a comedia em 1 acto, *Batalha eleitoral*. No do Principe Real o drama em 4 actos, *Joanna*. No da Rua dos Condes, *As Côres da bandeira*, quadro maritimo, e *Paraiso conquistado*, phantasia dramatica. O sr. Lopes de Mendonça collaborou em duas farças, que se representaram no Rua dos Condes e no Avenida, sendo uma d'ellas o *Zé Palouso*, em cujo desempenho tomou parte a notavel cantora Theodorini. Para a companhia da empresa Rosas & Brazão, no theatro de D. Amelia, escreveu a peça em 3 actos, *Amor louco*, cuja acção se passa na Ericeira. N'uma tentativa de creação de opera portugueza, escreveu o *Ticão Negro*, para que o maestro Augusto Machado escreveu a musica, e que se representou em 1902, no theatro d'Avenida pela companhia do empresario Sousa Bastos, obtendo grande exito. Em 1905 apresentou no theatro de D. Maria II um novo drama, intitulado *Nó cégo*. E' do sr. Lopes de Mendonça a canção patriotica *A Portugueza*, para que Alfredo Keil escreveu a musica, por occasião do *ultimatum* inglez de 11 de janeiro de 1890. Escreveu tambem o *Elogio historico de Pinheiro Chagas*, que foi lido na sessão solemne presidida por el-rei D. Carlos I, realisada em 8 de maio de 1904 na grande sala da Bibliotheca da Academia Real das Sciencias. N'este anno publicou a *Historia de Portugal contada aos pequenos portuguezes*, elaborada conforme o programma de ensino primario, que se decretou em 18 de setembro de 1902. O sr. Lopes de Mendonça tambem copiou uma das estancias dos *Lusiadas*, na edição manuscripta, que ha annos se publicou, dirigida e coordenada pelo sr. Fernandes Costa.

Henrique Lopes de Mendonça

Lopes de Miranda *(José)*. Nasceu em Lisboa a 15 de março de 1688; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Domingos Lopes e de D. Marianna de Miranda. Publicou em nome do seu filho Thomaz José de Macedo e Miranda, cavalleiro professo da ordem de S. Thiago, fidalgo da Casa Real e contador dos Contos do Reino, o seguinte: *Ramalhete do jardim da erudição, e deleitavel compendio das sentenças dos melhores autores expostas pelas letras A B C*, Lisboa, 1734.

Lopes de Moraes *(Antonio José)*. Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. N. em Cativellos, comarca da Guarda. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de José Francisco de Moraes. Doutorou-se a 2 de julho de 1815. Foi lente da cadeira do novo testamento da faculdade de Theologia na referida Universidade, tendo sido alguns annos lente substituto das duas cadeiras de grego do real collegio das Artes. Foi o dr. Lopes de Moraes o primeiro e principal collaborador do diccionario *Lexicon*, tendo por ajudante o dr. fr. Fortunato de S. Boaventura, que tambem tinha sido professor de grego no referido collegio das Artes. O dr. Lopes de Moraes trabalhou no diccionario desde 1830 até 1834.

Lopes de Moraes *(João)*. Conhece-se este nome pelos seguintes escriptos: *Duas palavras aos governos por occasião das eleições*, impresso clandestinamente em Coimbra, 1845, como declara Joaquim Martins de Carvalho nos seus *Apontamentos para a historia da typographia em Coimbra; Duende-burrete, ou coco-diabo, e diabococo, exorcismado por um academico*, Coimbra, 1850. Tem no fim o nome do autor.

Lopes de Morago *(Estevão)*. Mestre da capella da sé de Vizeu e compositor de musica. As suas obras conservavam-se na Bibliotheca Real de Musica, antes do terremoto de 1755.

Lopes de Moura *(Ignacio)*. Formado em leis pela Universidade de Coimbra, desembargador da Casa da Supplicação, cavalleiro da ordem de Christo, etc. N. em Moura, e fal. em 1 de abril de 1709. Era filho de Antonio Ferreira, cavalleiro da ordem de Christo e cirurgião da camara de el-rei D. Pedro II, e de D. Maria de S. João. Cursou na Universidade de Coimbra jurisprudencia civil, passou para a Casa da Supplicação em

18 de março de 1692; foi nomeado corregedor do civel da côrte em 13 de novembro de 1700, e desembargador dos aggravos a 14 de outubro de 1701. Escreveu: *Flôres de devoção, colhidas no campo de Santa Barbara debaixo da benevola influencia de Nossa Senhora das Mercês*, etc., Lisboa, 1701; *Dadas segunda vez á estampa por seu filho Ignacio de Santa Barbara Ferreira de Moura*, Lisboa, 1736.

Lopes de Oliveira *(Bernardino)*. Abastado proprietario, vice-consul do Brazil em Alcobaça e provedor da Misericordia da mesma villa. N. em Alcobaça a 4 de novembro de 1832, fal. em Braga a 12 de fevereiro de 1907. Aos 14 annos embarcou para o Brazil, e empregou-se no commercio em Pernambuco, onde se demorou 17 annos, desenvolvendo rara actividade e fino tacto commercial. Não tardou a que passasse a proprietario, conseguindo, á custa de grande labutação e rigorosa economia, juntar abastada fortuna, com que regressou á terra da sua naturalidade em 1863. Em Pernambuco era protector desvelado do *Gabinete de Leitura* e do *Asylo*. Voltando a Alcobaça, deu largas á sua energia e ao seu bom senso methodico e illustrado, espalhando boa parte da sua grande fortuna nos melhoramentos materiaes e moraes da sua terra. Transformou e modernisou o theatro, e iniciou e realisou muitos outros emprehendimentos, que o tornaram crédor de geral sympathia. Em 1874 foi eleito vereador da camara municipal de Alcobaça, sendo logo elevado a presidente. Em 1886 foi nomeado provedor da Misericordia, e pensou em fundar um hospital conforme os preceitos modernos. A' Misericordia faltavam recursos, mas Bernardino Lopes, que nunca esmorecia, lembrou-se dos seus amigos de Pernambuco, manifestando-lhe o seu humanitario plano. As offertas não se demoraram, e em 18 de abril de 1887 se lançaram os primeiros fundamentos do hospital, que é hoje um edificio modelar. Uma das enfermarias tomou o nome do benemerito fundador, e o seu retrato foi collocado na sala das sessões, não só do hospital, como do asylo.

Lopes de Oliveira *(João)*. Era natural de Evora, e muito perito na arte poetica. Escreveu: *Achilles e Thetis;* representada em 1578 na noite do Natal; *O Prodigo*, constava de prosa e verso, comprehendendo 75 folhas, que foi approvado pela inquisição de Evora em 25 de agosto de 1590.

Lopes de Oliveira *(Manuel)*. Fidalgo da Casa Real, bacharel formado em Direito Civil pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa em 1638, onde tambem fal. a 9 de abril de 1711, sendo filho do licenceado André de Oliveira Machado, procurador geral da Casa de Bragança, e de D. Francisca Bocarro. Foi corregedor do civel da côrte, desembargador dos aggravos, procurador da Corôa, conselheiro da fazenda, desembargador e chanceller mór do reino. No auto celebrado em 1 de janeiro de 1707, em que foi jurado successor da Corôa D. João V, recitou uma oração, que mereceu o applauso de tão autorisado congresso. Era casado com D. Helena Ramires Esquivel. Escreveu: *Allegação de direito a favor de D. João da Silva, marquez de Gouveia, sobre a successão do estado e casa de Aveiro*, Lisboa, 1666; *Pratica no auto do levantamento e juramento que os grandes, titulos ecclesiasticos e seculares, e mais pessoas... fizeram ao muito alto .. senhor rei D. João V, na corôa dos seus reinos e senhorios de Portugal*, Lisboa, 1707. Deixou alguns escriptos em latim.

Lopes Pacheco *(Diogo)*. Um dos assassinos de D. Ignez de Castro. Fidalgo do conselho de D. Affonso IV, e um dos mais ricos do reino; 8.º senhor de Ferreira de Aves, proprietario da quinta da *Fonte da Pimenta*, em Cadafaes, e da quinta de Bellas, que pertenceu depois aos marquezes d'este titulo. Era filho de Lopo Fernandes Pacheco, 7.º senhor de Ferreira de Aves e chanceller da rainha D. Brites, mulher de D. Affonso IV *(V. Fernandes Pacheco)*, e de D. Maria Gomes Taveira. A certeza de que, logo que morresse D. Affonso IV, todo o valimento e todo o predominio iriam sem duvida para os parentes de D. Ignez de Castro, levaram Diogo Lopes Pacheco a aconselhar aquelle monarcha que se desembaraçasse, pelo punhal, da amante de seu filho, o que estava bastante nos habitos d'aquella epoca brutal, mas os encantos e a brandura de D. Ignez de Castro sensibilisaram o rei, e o fizeram hesitar em dar a ordem fatal. Os conselheiros, que eram Diogo Lopes Pacheco, Alvaro Gonçalves e Pedro Coelho, vendo a hesitação do monarcha, perceberam que estava imminente uma reconciliação entre D. Affonso IV e seu filho, que D. Ignez de Castro seria a medianeira e elles as victimas. Apressaram-se por isso a commetter o assassinio para envolverem o rei na sua cumplicidade, e para evitarem uma reconsideração perigosa. São bem conhecidos os resultados d'este crime, a colera de D. Pedro, a sua revolta e a guerra que teve com seu pae. Quando estava proximo da morte, D. Affonso IV chamou os tres conselheiros, e na presença de Alvaro Gonçalves Pereira, prior do Crato, disse-lhes, que até áquelle momento os protegera com a sua autoridade, mas que apenas seu filho subisse ao throno, bem deviam saber que não estariam seguros em Portugal. Em vista d'este conselho, Diogo Lopes Pacheco partiu para Castella com os dois companheiros, mas D. Pedro, assim que foi acclamado, pensou em lançar mão d'elles. Tinha para isso em Castella um rei muito apropriado aos seus desejos, tambem do nome de Pedro, a quem chamavam *o Cruel*, que desejava apoderar-se d'uns fidalgos castelhanos, que se haviam revolucionado, e se tinham refugiado em Portugal. Entre os dois monarchas combinou-se secretamente a troca, e D. Pedro mandou immediatamente para Castella os fidalgos refugiados em Portugal, em quanto o rei de Castella tratava de mandar prender os fugitivos portuguezes. Pedro Coelho e Alvaro Gonçalves facilmente se prenderam, porém Diogo Lopes Pacheco salvou se por um acaso milagroso. Um mendigo, que elle favorecia com esmolas, viu a prisão dos dois criminosos, e notou que se fechavam as portas da cidade. Sabia que Diogo Lopes Pacheco andava á caça, e tratou de ir avisal-o. Já se não concedia que saisse pessoa alguma para fóra das portas, mas os guardas nem fizeram caso d'um pobre mendigo estropiado, e como que nenhum mal podia fazer. Correu o homem os arredores até encontrar Lopes Pacheco. Este, andava tão entretido na caça, que o mandou embora, mas o pobre mendigo tanto insistiu que Diogo Lopes Pacheco o attendeu, rece-

bendo a inesperada noticia. Logo ali trocou o seu fato pelos andrajos do mendigo, e mettendo-se entre uma récua de arrieiros, atravessou assim humildemente disfarçado todo o reino de Castella até chegar a Aragão. Não se julgando ainda ali em segurança, atravessou os Pyrenéos, e passou a França, onde se acolheu junto do conde Henrique de Trastamara, filho bastardo de Affonso XI, o irmão illegitimo de D. Pedro, o *Cruel*, que andava proscripto por causa do seu vingativo irmão. Henrique aconselhou o a que partisse para Avinhão, que por ser terra pontificál, lhe devia offerecer asylo mais seguro. Assim o fez Diogo Lopes Pacheco, mas quando Henrique de Trastamara, ajudado pelo celebre condestavel Duguesclin, moveu guerra a seu irmão, Lopes Pacheco acompanhou-o a Hespanha, gozou sempre do seu valimento, e depois da morte de D. Pedro I, de Portugal, foi até enviado a Lisboa por Henrique, em 1372 para celebrar pazes com o rei D. Fernando. Este monarcha recebeu-o muito bem, restituiu-lhe os bens confiscados, fêl-o rico homem do seu conselho, e enviou-o por varias vezes como embaixador a Castella. Quando, porém, D. Fernando quiz casar com D. Leonor Telles, Lopes Pacheco não approvou o casamento, manifestando-se mesmo contra esse acto. Era crime que D. Fernando não perdoaria facilmente, e por isso tornou a refugiar-se em Castella. Mais tarde veiu a Portugal, como embaixador, sondar as intenções de D. Fernando com relação a Castella; examinou bem a situação, viu o descontentamento na nobreza e a irritação dos animos, mas percebeu a enorme influencia que D. Leonor adquirira no animo fraco do rei. Percebeu, por conseguinte, que eram verdadeiras as noticias, que corriam, d'uma alliança de D. Fernando com o duque de Lancaster, pretendente á corôa de Castella, e aconselhou Henrique de Trastamara que invadisse Portugal, e marchasse rapidamente sobre Lisboa. O rei de Castella assim fez, e quando parou em frente de Coimbra, deu-se o caso de se alojarem no mosteiro de S. Francisco: Diogo Lopes Pacheco e D. Diniz, filho de D. Ignez de Castro, que tambem se refugiara junto de Henrique, de fórma que o assassino e o filho da assassinada podiam vêr juntos da janella do seu alojamento o logar onde se perpetrara o crime. Por morte d'el-rei D. Fernando, quando rebentaram as discordias, e o mestre de Aviz foi proclamado defensor do reino, Lopes Pacheco voltou para Lisboa em 1384 desejando ao menos morrer na sua patria. Metteu-se dentro da cidade, que logo depois foi cercada por D. João, de Castella, e aqui falleceu na avançada edade de 80 annos Diogo Lopes Pacheco foi casado com D. Joanna Vasques.

Lopes Pereira. Ao posto militar de N'Dalla Cachibo, em Angola, cujos trabalhos de construcção se inauguraram em principios de agosto de 1903, foi dado o nome de *Lopes Pereira*, em homenagem ao facultativo do quadro de saude da provincia que fez parte da columna militar de reconhecimento militar da Quissama, e que falleceu victima do seu zelo pela sciencia e pelo cumprimento do seu dever. Tem est. postal e telegraphica aberta ao serviço internacional.

Lopes Pereira *(Manuel)* Professor de Medicina, que vivia nos principios do seculo XVIII. Era natural de Miranda. Exerceu a sua profissão, primeiramente na praça e hospital de Almeida, e depois em Villa Flôr e Mogadouro. Foi medico do marquez de Tavora e do bispo e cabido de Miranda. Publicou em Salamanca, no anno de 1700, uma obra com o titulo de *Xeniolum medico theorico praticum*, etc.

Lopes Pestana *(Francisco)*. Freire professo na ordem de Aviz. N. em Santarem, onde tambem fal. a 20 de agosto de 1672. Era filho de Francisco Lopes e de Joanna Netto. Foi collegial do collegio da Purificação, de Evora. Dictou Theologia no convento de Aviz por muitos annos; foi prior commendado em 1635 na parochial egreja de S. Lourenço, de Santarem, prior da freguezia do Salvador, de Veiros, do bispado d'Elvas. Deixou alguns manuscriptos.

Lopes Praça (*José Joaquim*). Doutor em Direito e lente jubilado d'esta faculdade, na Universidade de Coimbra. N. em Castêdo, districto de Villa Real, em 1 de janeiro de 1844, sendo filho de José Joaquim Lopes Praça, e de sua mulher D. Lucrecia da Silva Ferraz e Almeida. Depois de ter estudado latim em Soutêllo do Douro, concelho de S. João da Pesqueira, cursou em Braga os preparatorios precisos para a vida ecclesiastica, a que seus paes o destinavam. Seguiu o curso triennal do seminario da mesma cidade, tendo sido approvado com louvor, a 3 de julho de 1871, em exame publico de Theologia dogmatica, 1.º e 2.º anno e historia sagrada e ecclesiastica; e plenamente nos outros exames necessarios para a vida ecclesiastica, terminando o curso em 1862. No anno seguinte proseguiu os seus estudos em Coimbra, fazendo os exames precisos para se matricular no primeiro anno de Theologia e Direito na Universidade. Cursou juntamente Theologia e Direito, durante os tres primeiros annos, e não continuou por se tornarem incompativeis as horas de aula. No quinto anno de Direito frequentou a primeira cadeira do curso administrativo, chimica organica. Como alumno da Universidade obteve duas *distincções*, cinco *accessit* e dois *premios*. Formou-se em Direito a 26 de junho de 1868. Por decreto de 25 de novembro do mesmo anno foi despachado professor vitalicio de portuguez, latim, francez e economia rural de Montemór-o-Novo, para a qual fizera previamente concurso. Esta cadeira fôra, com outras, creada por lei de 16 de dezembro de 1867, e voltou para Coimbra a terminar os seus estudos na Universidade, tendo obtido licença para esse fim, em data de 11 de fevereiro do mesmo anno. Então defendeu theses nos dias 21 e 22 de junho, fez acto de licenceado a 2 de julho, recebendo o grau de doutor a 4 do referido mez, sempre do anno de 1869. Em outubro abriu a cadeira, de que era professor, e começou a sua regencia, continuando até 11 de outubro de 1870, em que foi encarregado da regencia dos cursos de historia, chronologia, geographia, e de portuguez (2.º anno) no Lyceu Nacional de Vizeu, para onde partiu, regressando á sua cadeira em Montemór-o-Novo em abril de 1871, tendo sido exonerado da commissão, a pedido seu, pela portaria de 31 de março do mesmo anno. Durante esta commissão concorreu a quatro substituições vagas na faculdade de Direito. Na primeira votação foi approvado por unanimidade; na segunda não foi classificado, por já estarem preenchidas as quatro vagas. De-

pois do seu regresso de Montemór-o-Novo, continuou na regencia da sua cadeira até 1880, em que passou a fazer serviço no Lyceu Central de Lisboa. Em dezembro de 1881 concorreu novamento a tres substituições vagas na faculdade de Direito. Na primeira votação foi approvado por unanimidade, e na segunda ficou classificado para o primeiro logar. Sendo despachado substituto por decreto de 29 de dezembro de 1881, tomou posse a 17 de janeiro de 1882, continuando a reger a sua cadeira até ser jubilado. Entrou repetidas vezes nas commissões de exames, fazendo serviço no Lyceu Nacional Central de Lisboa O sr. dr. Lopes Praça é antigo socio do Instituto de Coimbra, e socio honorario da Associação dos Artistas de Coimbra. Bibliographia: *Historia da Philosophia em Portugal nas suas relações com o movimento geral da philosophia*, Coimbra, 1868, tomo I, que comprehende: 1.º *Philosophos portuguezes desde o começo da monarchia até o sr. Silvestre Pinheiro*; 2.º *Philosophia das nossas escolas desde o começo da monarchia até 1814*; 3.º *Ligeiro esboço do movimento geral de philosophia desde a edade media até o fim do seculo XVIII*; *Documentos comprovativos á historia da philosophia*; *Theses selectas de Direito*, impressas em portuguez e latim, Coimbra, 1869; *Ensaio sobre o padroado portuguez, dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas*, Coimbra, 1869; *Dissertação para o concurso de um logar de lente substituto na faculdade de Direito na Universidade de Coimbra; sobre a rescisão do contrato de compra e venda por lesão e vicios redhibitorios, segundo o artigo 1582.º do Codigo Civil Portuguez*, Coimbra 1870; *A mulher e a vida, ou mulher considerada debaixo dos principaes aspectos*, Coimbra 1872; *Compromisso da santa casa da Misericordia de Montemór-o-Novo*, Coimbra, ; *Direito constitucional portuguez*, Coimbra, 1880, 3 tomos; *O catholicismo e as nações catholicas*, *Das liberdades da egreja portugueza*, dissertação para o concurso ao magisterio na faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1881. O sr. dr. Lopes Praça fez parte da redacção da *Academia* e do *Jornal Litterario*, publicados em Coimbra, e tem escripto em diversos jornaes artigos litterarios e scientificos.

Lopes Rebello *(P. Diogo)*. Capellão d'el-rei D. Manuel. Foi tambem seu mestre, ensinando-lhe primeiras letras e grammatica. D. Manuel, apenas teve vontade propria, o recompensou, facilitando-lhe os meios de ir estudar as sciencias escolasticas a Paris, onde se demorou dez annos. Foi prior da ordem de Clermont, e sendo bacharel na faculdade de Theologia, foi admittido no collegio Real de Navarra, situado em Paris, pelo reitor João Raulin em 1495, onde depois recebeu os graus de licenceado e de mestre em Artes. Falleceu no mesmo collegio a 17 de março de 1498. Em Paris publicou em 1497 um livro escripto em latim, intitulado: *Tractatus, qui dicitur Fructus sacramenti penitentiae*, etc., e outro: *De Assertionibus cathoticis apostoli Pauli*, dedicado ao bispo de Ceuta. O primeiro d'estes livros teve segunda edição em 1198 Escreveu ainda outra obra, com o titulo: *Liber de Republica magna doctrina, etc.*, Paris, 1497. Era dedicado a el-rei D. Manuel, e trata de questões politicas.

Lopes Rebello *(Pedro)* Presbytero do habito de S. Pedro, e poeta do seculo XVIII, que escreveu e publicou em 1734 um opusculo que constava de 12 oitavas e de 7 decimas, intitulado: *Avisos ao peccador obstinado e desengano para a morte.* Era tambem muito perito na lição dos livros asceticos.

Lopes Ribeiro *(Francisco)*. Poeta do seculo XVII, natural de Lisboa. Segundo diz Barbosa Machado no volume II da Biblioteca Lusitana, eternisou-se só com dois sonetos em louvor do conde de Linhares, D. Miguel de Noronha, governador e capitão general de Tanger. Os sonetos são o 1.º e o 4.º no *Certame Poetico* em louvor do referido fidalgo.

Lopes Rosa *(Duarte)*. Medico e poeta. Era natural de Beja, sendo filho de João Alvares de Castro, medico d'el-rei D. Pedro II. Saiu de Portugal por ser judeu, onde tinha o nome de Moysés, e foi refugiar-se em Italia, conservando-se muitos annos em Roma, chegando a ser medico do papa. Em 1699 achava-se em Amsterdan, onde afinal fixara a sua residencia, e ali escreveu e publicou: *Panegyrico sobre la restauracion de Inglaterra en la coroacion de las inclitas magestades de Guilherme III y Maria por reys de la Gran Bretanha*, 1690; *Elogio ao felice nascimento do serenissimo infante de Portugal D. Francisco Xavier, filho das inclitas magestades D. Pedro II e D. Maria Sophia*, 1691; *Soneto dedicado á magestade da serenissima princeza de Neuburgo D. Maria Sophia, agora rainha de Portugal*, etc., sem logar nem anno de impressão; *Ao ex.mo principe senescal de Ligne, marquez de Arronches, em louvor do panegyrico que s. ex.ª dedicou á real magestade d'el-rei nosso-senhor D. Pedro* II, sem logar nem anno de impressão; *Elogios dedicados ao felice nascimento do serenissimo principe de Portugal, filho das muy inclitas magestades d'el-rei D. Pedro Segundo e D Maria Sophia que Deus guarde*, sem indicação de logar nem anno de impressão. Deixou em manuscripto: *Novellas hespanholas*; *Luzes de la Idéa y academicos discursos que se propozieron en la ilustre Academia de Amsterdam en el ano de 1683*, etc.; *De locis affectis; De Fetribus Malignis.*

Lopes de Sequeira *(Diogo)*. Moço fidalgo, do conselho d'el-rei D. Manuel e seu almotacé-mór, 4.º governador e capitão-mór da India, etc. N. na villa do Alandroal em 1466, onde tambem fal. a 14 de outubro de 1530. Era filho de Lopo Vaz de Sequeira, alcaide-mór da referida villa, e de sua mulher, D. Cecilia de Menezes, filha de D. Fernando de Menezes, senhor de Cantanhede e mordomo-mór da rainha D. Izabel, mulher de D. Affonso V. Diogo Lopes de Sequeira, como filho primogenito, herdou de seu pae a alcaidaria do Alandroal. Encontra se já com assentamento no foro de moço fidalgo, desde o anno de 1481, e é o ultimo no livro das moradias de D. Affonso V, inserto no tomo II das *Provas da Historia Genealogica* Em 1495 achou-se com D João II, ao tempo do seu fallecimento, entre os fidalgos e cavalleiros que compunham o conselho. Sendo almoxarife da alfandega de Lisboa, logar que serviu por algum tempo, el-rei D. Manuel lhe fez mercê do cargo de almotacé-mór do principe D. João, por alvará passado em Almeirim a 17 de dezembro de 1507. O principe contava então apenas 5 annos de edade e mostrou tanto agrado por aquella nomeação, que, ao subir ao throno, logo o confirmou no mesmo cargo por alvará de 26 de junho de 1522. Era vice-rei da India D. Francisco d'Al-

meida, e as noticias vindas d'aquelles estados eram as mais lisongeiras relativas ao grande trato e riqueza do reino e cidade de Malaca. Em 1508, D. Manuel determinou mandar Diogo Lopes de Sequeira a descobrir esta provincia com 4 naus no intuito de reconhecer na passagem a ilha de Madagascar, e verificar se n'ella havia minas de ouro, prata, e algumas drogas, segundo as informações de Tristão da Cunha; continuar a sua derrota pela ilha de Ceilão, e passar ultimamente a Malaca, onde devia estabelecer-se. Para isto lhe deu regimento em 13 de fevereiro, que mandou fazer em Almeirim e assignou, dando lhe amplos poderes, pela muita confiança, que elle lhe merecia. Lopes de Sequeira saiu a barra de Lisboa em 5 de abril do referido anno de 1508, e seguiu feliz viagem até se encontrar em 20 de julho com Duarte Lemos. Sobrevindo-lhe então um temporal chegou a Madagascar a 4 de agosto, e reconhecendo a ilha por um cabo da banda de fóra, lhe poz o nome de *S. Lourenço*, por ser o dia 10 do mesmo mez a commemoração d'este santo. Recolheu ali alguns infelizes que tinham naufragado com João Gomes de Abreu, e descobrindo algumas outras pequenas ilhas arribou a Cochim em 21 de abril de 1509, depois de consumir mais de um anno n'esta desgraçada viagem. O vice-rei recebeu-o bem, mandou concertar as 4 naus, e deu-lhe outro navio, com que partiu a 29 de agosto. Houve vista da ilha de Nicobar, descobriu Sumatra, tratou alliança com o rei de Pedir, fazendo arvorar, por signal d'ella e em memoria de ser o primeiro portuguez que abordava ali, um padrão das armas portuguezas no porto da cidade; ancorou em Pacem a 6 de setembro, onde tambem asseutou pazes e poz outro padrão; e chegou a Malaca a 11 do referido mez de setembro. Recebido no principio com contentamento e festas de apparato, nada pôde conseguir do que fôra incumbido e esperava realisar, em assentar ali uma feitoria de commercio com perpetua paz e amizade, e trazer a Portugal embaixadores malaios, porque movendo-lhe traição os moiros, e especialmente contra elle, de que escapou com grande risco da sua vida, fez se á véla, chegou a Travancor, e sabendo ali que Affonso de Albuquerque já estava de posse do governo das Indias, não quiz ir a Cochim, e saiu do porto a 27 de abril de 1510, e pela mesma derrota que seguira ao começar a viagem, entrou em Lisboa n'este anno. D. Manuel, apezar de sentir o mau successo d'esta expedição, não deixou de lhe agradecer o bom serviço que fizera, concedendo-lhe algumas mercês. Em 1516 foi a outra expedição, indo com 30 naus e caravélas em soccorro de Arzilla, a que o rei de Fez puzera cerco, e foi tão feliz que á sua chegada se levantou o cêrco a 3 de julho, fugindo o rei para Alcacer-Kibir. Mandou logo para o reino toda a armada, á excepção de 7 caravélas, com que, em conformidade de regimento que levára, andou todo aquelle verão em guarda do Estreito, d'onde voltou a Lisboa com as 7 caravélas n'aquelle mesmo anno. No mez de junho de 1517 D. Manuel o mandou segunda vez a Africa com uma armada de 60 vélas de que lhe entregou a capitania e regimento, para que tomasse em Arzilla 50 cavallos, e outros tantos em Tanger, e juntamente com os que levava do reino, fôsse a Ceuta para em companhia de D. Pedro de Menezes, governador d'aquella praça, cair sobre a villa de Targa, e rendel-a. Malogrou se este intento, não se chegando mesmo a tentar a empresa por discordias, que se deram entre os dois, não querendo D. Pedro ceder ás propostas de Diogo Lopes de Sequeira, como homem de grande opinião. Fôram ambos sobre a villa, mas sem nada fazerem, voltaram a Ceuta, d'onde Lopes de Sequeira saiu. D'este acontecimento informou o soberano por uma carta escripta de Ceuta a 4 de agosto. Mas para que de todo não voltasse ao reino sem entrar n'alguma empresa, que lhe fôsse honrosa, partiu para Arzilla, e com D. João Coutinho de Redoudo, que então governava aquella praça, entrou pela terra, e praticando nos moiros acções de muito valor, regressou a Portugal, onde chegou no meado de novembro. Por este tempo vagara o governo da India pela saída de Lopo Soares de Albergaria, e como as cousas d'Africa clamavam tão de perto a favor de Diogo Lopes de Sequeira, o nomeou el-rei seu successor. O novo governador saiu de Lisboa a 26 de março de 1518 com uma forte armada de 9 naus, d'uma das quaes era o commandante. Teve primeiro a carta de conselho, passada em Lisboa a 9 de fevereiro. Chegando a Gôa em 8 de setembro partiu para Cochim, onde foi recebido com muitas festas, tendo a deferencia de não acceitar o governo emquanto o seu antecessor não partisse para o reino. Começou cumprindo as ordens que levava, e mais em conformidade no serviço d'el-rei, tornou a Gôa, passando pelas fortalezas de Calecut e Cananor, provendo em tudo que lhe pareceu conveniente. Levantou fortalezas em Coulão e em Chaul. Saindo outra vez de Cochim em 2 de janeiro de 1520, mais feliz do que o seu antecessor, entrou pelo Estreito do Mar Roxo com uma poderosa armada em 17 de março, e tomando sem resistencia a cidade de Maçuá, sujeita aos abexins, passou ao porto Arkiko do senhorio do Preste João, e lhe mandou embaixada e presentes em nome de el-rei D. Manuel por D. Rodrigo de Lima, a quem deu regimento por elle assignado com a data de 25 de abril. D. Rodrigo chegou com feliz viagem á Abyssinia, e foi recebido pelo imperador com particulares significações de affecto Queimou a ilha de Dalaca, que os moiros haviam abandonado com medo, acolhendo-se á terra firme, e fazendo-se de véla para Ormuz, onde invernou, recolheu-se a Cochim victorioso no fim de agosto. No principio de fevereiro de 1521 foi a Diu com tenção de fazer ali fortaleza com uma armada, entre embarcações differentes, de mais de 80 vélas em numero, o que não realisou pelos artificios de Melique Az, e de Saca, seu filho; conhecendo com muita prudencia que não podia render a cidade, deu-se pressa em partir para Cochim, por ser quasi chegado o fim do seu triennio. Achou já ahi D. Duarte de Menezes, que o ia render, de posse do governo, que sem o esperar, nem usar de nenhuma deferencia para com elle, se aposentara na fortaleza. Lopes de Sequeira escreveu logo a el rei, tendo a carta a data de 1 de novembro. Partiu para o reino em 22 de janeiro de 1522, com 8 vélas carregadas de especiaria, e chegou a Lisboa, onde soube do fallecimento de D. Manuel. Diogo Lopes de Sequeira havia casado, antes de partir a primeira vez para a India, com D. Maria Freire, filha de

Nuno Fernandes Freire, de Beja. Casou segunda vez com D. Maria de Vilhena, filha de Rui Barreto, senhor da Quarteira, alcaide-mór de Faro, e védor da Fazenda do reino do Algarve. Foi sepultado na ermida de Nossa Senhora da Consolação, junto á villa de Almodovar, cuja imagem trouxera da India, e ali a collocou procedendo-se a devotas festas. As armas dos Sequeiras são em campo azul cinco vieiras de ouro em aspa estendidas de preto; timbre cinco pennachos do primeiro com uma vieira no meio; d'estas usava Diogo Lopes de Sequeira, como se nota na chancella d'uma carta sua para el-rei D. Manuel, escripta em Cochim a 28 de dezembro de 1519, em que lhe dava conta da India e do seu estado.

Lopes Simões *(D. Manuel)*. Bispo de Portalegre, sendo o 14.º d'aquella diocese. Era natural de Cascaes. Foi eleito por D. João V, e confirmado pelo papa Bento XIV, tomando posse a 4 de março de 1741.

Lopes Sueiro *(Francisco)*. Poeta do seculo XVII, natural de Lisboa. Era academico da Academia dos Singulares, e muito versado na mythologia e na arte poetica. As suas composições publicaram-se unicamente na segunda parte da *Academia dos Singulares*, Lisboa, por Antonio Craesbeck, 1668, e por Manuel Lopes Ferreira, 1698. A pag. 205 vem: *Oração recitada em 7 de dezembro de 1667*; e a pag. 26, 51, 352, 353 e 374, cinco sonetos a diversos assumptos.

Lopes Vieira *(Affonso)*. Bacharel em Direito pela Universidade, escriptor e poeta, redactor do *Diario da Camara dos Senhores Deputados*. N. em Leiria a 26 de janeiro de 1878, sendo filho do dr. Affonso Xavier Lopes Vieira *(V. o artigo seguinte)*, e de sua mulher, D. Marianna de Azevedo. Concluidos os preparatorios em Lisboa, matriculou-se na Universidade de Coimbra, terminando em 1900 o seu curso, que foi dos mais distinctos. Durante o periodo que frequentou a Universidade publicou as collecções de poesias intituladas: *Para quê?*, *Naufrago*, *O Poeta*, *Saudade*, *O Meu adeus*, e a farça commemorativa o *Auto da Sebenta*, representado por estudantes nas festas do chamado centenario da *Sebenta*. Bibliographia: *Marques, historia de um perseguido*, Lisboa, 1903; *A' gente nova*, versão de Pedro Kropotkine. Lisboa, 1904; *Poesias escolhidas*, (1898-1902), Lisboa, 1904; *Conto do Natal*, Lisboa, 1904; *O Encoberto*, Lisboa, 1905; *Ar livre*, Porto, 1906.

Lopes Vieira *(Affonso Xavier)*. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra; advogado, redactor da camara dos deputados, etc. Matriculou se na Universidade em 1869, fazendo um curso brilhante, concluiudo a sua formatura com distincções e accessit, em 1874. E' natural de Leiria, sendo filho do dr. José Lopes Vieira da Fonseca, advogado, e sobrinho do fallecido poeta dr. Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro. Em seguida á formatura foi estabelecer banca de advogado em Leiria, e tanto n'esta cidade como nas comarcas proximas, que frequentava mais assiduamente, Alcobaça, Caldas da Rainha, Porto de Moz, Villa Nova de Ourem, Ancião, Pombal e Figueiró dos Vinhos, o sr. dr. Lopes Vieira tem vinculado o seu nome ás causas criminaes mais importantes, ali debatidas até 1883. Em 1884 veiu para Lisboa, e estabeleceu banca de advogado. Dedicando se exclusivamente á vida do fôro, conseguiu em alguns annos, á custa do seu esforço e perseverança, conquistar uma clientela distincta. Em janeiro de 1895 foi advogado de defeza do tenente d'armada, hoje capitão-tenente, o sr. Francisco Annibal Oliver, no processo promovido contra este official e o sr. Augusto Castilho, por occasião da guerra civil do Brazil. Este processo foi um triumpho para os considerados réos, e para o seus defensores, dr. Lopes Vieira, como fica citado, e o dr. Alves de Sá, advogado do sr. Augusto de Castilho. Em 1901 fez parte da commissão administrativa, que se nomeou para a camara municipal de Lisboa, a qual era composta dos srs marquez d'Avila, presidente, conde de Sabrosa, barão d'Almeida Santos, conselheiro Matheus dos Santos, Theodoro Ferreira Pinto Bastos, Dr. A. Moraes Carvalho Sobrinho, Francisco Sommer, José Bello, D. Luiz de Castro, Jeronymo José Monteiro e dr. Affonso Lopes Vieira. Emquanto permaneceu em Leiria, fundou um jornal politico *O Districto de Leiria*.

Lopo. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Lopo Gonçalves. Cabo no extremo N da ilha de Lopo Gonçalves, da costa do Gabão, na Africa Occidental. Aqui ergueram os portuguezes antigamente uma fortaleza. Foi descoberto em 1469 ou 1470 por Lopo Gonçalves. Nas cartas e livros modernos é denominado Cabo Lopes. || Ilha na mesma costa, banhada pelo golfo dos Mafras e situada ao S do rio do Gabão, na embocadura do rio Lopo. Os portuguezes tiveram aqui uma feitoria.

Lordello. Familia, cujo appellido provém do logar de Lordello, freguezia de S. João, do julgado de Neiva, onde era o seu solar, e que já existia no tempo d'el rei D. Diniz. As suas armas são: Em campo verde uma banda de prata carregada de tres rosas vermelhas entre seis borregos do mesmo metal; timbre, um dos borregos com uma rosa vermelha na bocca.

Lordello *(José da Fonseca e Gouveia, 1.º barão de)*. Tenente general, commendador das ordens da Torre e Espada e d'Aviz; governador militar da ilha do Faial em 1831, do castello da Foz do Douro, desde 1832 até junho de 1833, da linha de Lordello em 25 de julho de 1833, etc. N. em 12 de novembro de 1792, e fal. a 30 de janeiro de 1863. Era filho de José Vicente da Fonseca e Gouveia, thesoureiro da alfandega do Porto, e de sua primeira mulher, D. Norberta Emerencia Archer. Por morte de seu pae, succedida em 29 de setembro de 1824, herdou a sua importante casa. Em 5 de novembro de 1834 casou com sua prima D. Maria Leopoldina Archer, filha de Francisco Archer, e de sua mulher, D. Francisca Leonor Belem. Foi agraciado com o titulo de barão de Lordello por decreto de 10 de outubro de 1836.

Lordello. Pov. e freg. de N. S.ª da Expectação, da prov. do Minho, conc. e com. de Monsão, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 57 fog. e 260 hab. Tem est. post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. O morgado da Barbeita apresentava o abbade, que tinha 150$000 réis de renda. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb

de Braga; 324 fog. e 1:313 hab. Tem esc. do sexo feminino, est. post. e est. do caminho de ferro na ramal de Trofa-Guimarães, entre as estações de Negrellos e Vizella. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada junto da estrada real de Guimarães a Santo Thirso, e correm por ella dois ribeiros, que vão desaguar no Vizella. O arcebispo de Santa Christina apresentava o vigario, que tinha de rendimento 40$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S Christovão, da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto; 67 fog. e 258 hab. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada n'um valle proximo do rio Sousa A mitra primacial apresentava o abbade, que tinha 200$000 réis de rendimento. A terra é fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. de Paredes, distr. e bisp. do Porto; 418 fog. e 1:856 hab. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e corre por ella o rio Douro. O bispo apresentava o abbade, que tinha 1:000$000 réis de rendimento annual. A terra é fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. N'esta freg. é importante a industria de marcenaria. Houve n'esta pov. um convento de conegos regrantes da ordem de Santo Agostinho, que foi fundado no seculo XIII. O bispo do Porto, D. João de Azevedo, o uniu e annexou á mesa pontifical da sé do Porto, por bulla de Xisto IV, em 1475. || Villa e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com. e distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 206 fog. e 838 hab Tem escolas de ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada junto da origem d'um affluente do rio Corgo. Pertence a villa á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. E' pov. muito antiga, pois já era *Honra dos Lordellos*, no tempo de D. Diniz. Estes Lordellos possuiam aqui a *Quinta de Lordello*, d'onde tiraram o appellido. A mitra apresentava o vigario, que tinha 60$000 réis de rendimento. D. Manuel deu-lhe foral, por inquirições, em Evora, a 12 de novembro de 1519. || Povoações uas freguezias: Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto. || Santa Maria, de Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Thiago, de Boivão, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Bouro, conc. de Amares, distr. de Braga. || O Salvador, de Cabreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Paredes, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Mamede, de Recezinhos, do mesmo conc. e distr || Santa Eulalia, de Sanguedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Julião, de Serafão, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Vicente, de Sousa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || O Salvador, de Valdreu, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Veade, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || N. S.ª da Purificação, de Villa Chã, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Villa Secca, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Lordello de Baixo. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Lara, conc. de Monsão, districto de Vianna do Castello.

Lordello do Ouro. Freg. da prov. do Douro, conc., com., distr. e bisp. do Porto, pertencente ao bairro occidental da mesma cidade. O real padroado apresentava o reitor, que tinha 100$000 réis de rendimento. N'esta freg. ha fabricas de tecidos e de phosphoros, teares manuaes, sociedades cooperativas, de classe e de soccorros mutuos.

Lordemão. Pov. na freg. de S. Paulo de Frades, conc. e distr. de Coimbra.

Lordosa. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Alta, conc., com. e distr., bisp. de Vizeu; 359 fog. e 1:646 hab. Tem esc. do sexo fem. A egreja d'esta freg. dista 11 k. da séde do conc. O real padroado apresentava o vigario, que tinha 100$000 réis de rendimento. D. Sancho II deu-lhe foral em fevereiro de 1223, com o nome de *Lardosa*. A terra é fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Rans, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Loreto (*Fr. Francisco*). Monge benedictino, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. Era natural de Arcos de Valle-de-Vez, sendo filho de Luiz Manuel de Mello. Doutorou-se em 1 de fevereiro de 1807, e foi lente da referida Universidade.

Loreto (*Fr. José*). Religioso da ordem de S. Francisco. Era filho natural de Luiz de Mello Freire, 13.º senhor da villa de Mello, na Beira Alta. Seu pae o destinava á carreira das letras, em que muito se distinguiu, tanto na lingua latina, como em poesia, e lição de historia. Deixou, porém, o seculo pelo claustro, professando o instituto franciscano na provincia de Portugal, no convento de Lisboa, a 16 de fevereiro de 1700. Tornou-se muito apreciado como professor e como prégador. Foi guardião do convento de Santarem, definidor, confessor das religiosas do convento de Santa Clara, de Lisboa, em 1730, e do convento de Sant'Anna, da mesma cidade, em 1738. Como era muito perito em poesia, foi um dos censores do certame academico, celebrado no convento da Graça, de Lisboa, onde falleceu repentinamente em 1740, estando revendo os seus sermões para se publicarem, que formariam uns 12 volumes. Apenas chegaram a imprimir-se os dois seguintes: *Sermão no solemnissimo oitavario em que celebraram os reverendissimos padres da Companhia de Jesus da Casa Professa de S Roque a canonisação de Santo Estanislau Koska e S. Luiz Gonzaga*, etc., Lisboa, 1728; *Sermão da Senhora Sant'Anna*, etc., *prégado no seu mosteiro de Lisboa no dia da sua festa de 1738*, Lisboa, 1739.

Loreto (*Casal do*). Na freg. de S. Thiago, de Eiras, conc. e distr. de Coimbra.

Loriga. Vestimenta militar antiga, que consistia n'uma especie de saio de malha com laminas d'aço ou escamas de ferro, e que fazia parte da armadura dos guerreiros. Primitivamente era fabricada de lóros, ou correias de couro crú, de tal modo entretecidos, que ficavam impenetraveis.

Loriga. Villa e freg. de Santa Maria Maior, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Ceia,

distr. e bisp. da Guarda; 561 fog. e 2:236 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, correio com serviço de posta rural, medico, pharmacia, fabricas de tecidos, etc. A villa dista 10 k. da séde do conc. e está situada nas abas da serra da Estrella, na margem direita d'um affluente do Alva. O real padroado apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 15 de fevereiro de 1514. Loriga foi séde d'um concelho extincto pelo decreto de 24 de outubro de 1855. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. Publicou-se aqui o jornal *Estrella d'Alva*, cujo primeiro numero tem a data de 2 de fevereiro de 1901.

Lorigão. Saio de malha mais amplo, mais de prova e reforçado do que a loriga. V. *este nome*.

Lorigo. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Mondim, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Lorjó Tavares *(José)*. Escriptor, dramaturgo, jornalista. N. em Faro a 21 de dezembro de 1857, sendo seus paes o consul de Inglaterra Francisco José Tavares e D. Francisca Elisabeth Welmer Lorjó, dama hollandeza de rara formosura. Veiu ha bastantes annos para Lisboa, entrando logo no jornalismo,e começando a evidenciar-se pelas suas aptidões de escriptor e variada illustração. Durante onze annos foi redactor do *Correio da Noite*, e tem collaborado nos seguintes jornaes: *Correio Portuguez*, *Occidente*, *Commercio Portuguez*, *Diario da Manhã*, etc. Foi proprietario, juntamente com seu cunhado Jayme Victor e Ernesto Bartholomeu, dos *Perfis Contemporaneos*. E' tambem um dos proprietarios e directores da revista illustrada *Brazil-Portugal*, que principiou a publicar-se no anno de 1899. Em propaganda d'esta revista tem ido annos successivos ao Brazil e actualmente (1908) ali se encontra, fazendo parte da commissão portugueza da Exposição. Em 1903 resolveu ir até ás illhas dos Açôres com egual propaganda, sendo n'essa excursão acompanhado por sua mulher, sr.ª D. Margarida Victor Lorjó Tavares. Dedicou-se egualmente ao theatro, e debutou com a opera comica, em 3 actos, *A Moira de Silves*, que se representou pela primeira vez na Trindade, em 5 de janeiro de 1891, sendo a musica escripta por João Guerreiro, o mallogrado artista, que falleceu com 37 annos de edade, tendo conseguido terminar a opera, mas não chegando a vêl-a em scena. *A Moira de Silves* teve um successo. No theatro de D. Maria II, representou-se pela primeira vez, em 29 de outubro de 1892, a sua comedia-drama, em 4 actos, *O segredo da confissão*, que foi acolhida com grande exito. Escreveu ainda para o mesmo theatro o drama em 3 actos, *O Suicida*, que teve a sua primeira representação em 6 de abril de 1894. Traduziu do hespanhol, em verso, a comedia em 1 acto *Uma aposta*, que se representou nos theatros de D. Maria II, S. Carlos e Trindade. Na Rua dos Condes apresentou a traducção da comedia de Pailleron, *Cabotinos*! representada pela companhia da actriz Lucinda Simões. Consta que tem mais alguns trabalhos theatraes, que se não representaram, contando-se entre elles a opera comica *João da Ermida*, que deu causa a umas criticas na imprensa e a uma scena de pugilato entre o autor e o então director technico do theatro da Trindade, Mattoso da Camara. Ha, publicadas, traducções suas de escriptos francezes, inglezes e hespanhoes. Fala seis linguas. E' cavalleiro da Legião de Honra.

Lorjó Tavares *(D. Margarida Victor)*. Escriptora e poetisa. N. em Torres Novas a 19 de fevereiro de 1858; é casada com o sr. Lorjó Tavares. Publicou uma conferencia, sobre *Camões e as mulheres portuguezas*, que realisou na Sociedade de Geographia de Lisboa, por occasião do centenario de Camões, em 1880. Tem feito longas viagens na Europa e no Brazil.

Loronha. Appellido nobre em Portugal, d'onde passou á Inglaterra, na pessoa de Martim Affonso de Loronha, deixando ali descendencia. Regressou a Portugal em 1140. Foi o rei da Gran-Bretanha, que lhe deu por armas: Escudo dividido em pala; a 1.ª de prata e a 2.ª de verde. No canto esquerdo d'esta, uma pomba de prata, e no meio das duas palas uma rosa encarnada, e por baixo d'ella uma flôr de liz, de ouro; timbre, uma pomba voante.

Lorosas. Pov. na freg. de S. Julião, de Silva, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Lorvão. Pov. e freg. de N. S.ª da Expectação da prov. do Douro, conc. e com. de Penacova, distr. e bisp. de Coimbra; 847 fog. e 3:609 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 23, com a séde em Coimbra. Esta aldeia é notavel pela industria de palitos, trabalho a que se entrega uma grande parte dos seus habitantes. D'ali se fornecem palitos a todo o reino, e tambem para exportação. A pov. fica distante 3 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem direita do rio Mondego, em terreno accidentado, mas bastante fertil, n'um valle profundo e estreito, formado por montes sobrepostos e elevados, e onde a custo penetram os raios do sol. Este valle é dividido por um pequeno ribeiro, em cujas estreitas margens estão assentes o antigo e historico convento dos frades benedictinos, que mais tarde passou a religiosas da ordem de S. Bernardo, e a aldeia de Lorvão. O local em que se fundou o convento era muito do agrado dos monges benedictinos, que procuravam sempre logares mais retirados e fragosos para imitarem quanto possivel os desertos de Sublaco, onde o instituidor da sua ordem passou vida austera. A'cérca da epoca da edificação do mosteiro tem havido diversidade de opiniões. Na *Chronica de Cister*, diz fr. Bernardo de Brito ter visto n'uma memoria antiga, no fim d'um manuscripto da propria casa, o seguinte: «Domus nostra Lurbani constructa fuit vivente patre nostro Benedicto, et dedicata sanctis martyribus Mameti et Plagio». Em linguagem vulgar quer dizer: «A nossa casa de Lorvão foi fundada em vida do nosso padre S. Bento, e dedicada aos santos martyres S. Mamede e Plagio, etc.» Esta opinião, porém, tem sido contestada por alguns escriptores, e Mabillon, no prefacio do tomo I dos *Actos dos Santos Benedictinos*, tratando d'este assumpto, não assigna a epoca certa em que a ordem benedictina se estabeleceu em Hespanha, e só affirma, ser já aqui conhecida e praticada no seculo VI. Leitão Ferreira, no *Catalogo dos bispos de Coimbra*, diz que

o fundador foi o primeiro abbade de Lorvão, Lucencio, bispo de Coimbra, nos annos 561 e 562. Alguns escriptores tambem sustentam que o mosteiro já existia no principio do seculo v, quando Ataces, rei dos alanos, conquistou Coimbra aos moiros. O que passa por certo é ser o convento de Lorvão um dos primeiros da ordem benedictina, chamada a *Regra Santa*, que depois se propagaram por todo o paiz. Os moiros, quando invadiram a Lusitania, destruiram e saquearam muitas egrejas e conventos. Mas depois, em 734, Ali-Boacem, rei moiro de Coimbra, promulgou uma lei, pela qual consentia o exercicio do culto catholico, mas que todas as egrejas lhe pagassem certos tributos. N'esta mesma lei, porém, exceptuou o mosteiro de Lorvão, pela seguinte declaração: «O mosteiro das montanhas, chamado Lorvão, não pague pêso algum; porque os frades, de boa vontade, mostram o logar em que pastam seus veados e fazem bom gasalhado aos moiros, e nunca achei n'elles mentira nem má vontade. Possuam em paz e quietação todas as suas herdades sem discordia, sem vexação nem força, da parte dos moiros, vão e venham a Coimbra, com toda a liberdade, de dia ou de noite, quando quizerem. Comprem e vendam, sem pagar direitos, contanto que não saiam do nosso territorio, sem nossa licença.» Os monges, no entretanto, conheciam que era muito importante passar Coimbra ao poder dos christãos, e como, pela convivencia com os moiros, eram sabedores do que se passava na cidade e do estado das suas forças, esperaram a occasião oportuna para a conquista de Coimbra, e fôram dois a Carrion, onde Fernando I, de Castella, descançava das fadigas da guerra, incital-o a que marchasse com o seu exercito sobre Coimbra. O rei Fernando seguiu o conselho dos monges, e veiu pôr um apertado cêrco a Coimbra, que durou quasi sete annos. Chegando, porém, a faltar aos sitiantes os mantimentos, e desanimado já Fernando de Castella pela longa demora do cêrco sem resultado, resolveu desistir da empresa, mas os monges de Lorvão, conhecendo-o muito que lhes importava e ao bem da christandade a conquista de Coimbra, forneceram a Fernando de Castella, os soccorros precisos, e o cêrco continuou, entrando finalmente, a 28 de julho de 1064, o exercito pela porta da Traição, e as bandeiras castelhanas tremularam nos muros de Coimbra. Em premio dos valiosos auxilios prestados pelos monges, o rei Fernando lhes offereceu a cidade, que elles não acceitaram, contentando se unicamente com uma egreja, a de S. Pedro, e com uma casa para hospicio. O rei fez muitos presentes ao convento, conservou grande affeição aos monges, e concedeu-lhes grandes privilegios e doações. O mosteiro, que já era rico, ficou sendo riquissimo. A prodigiosa riqueza e opulencia transformou os frades, de humildes religiosos em grandes e ociosos senhores, que vivendo com a maior magnificencia, chegaram a praticar grandes abusos, caindo a ordem em relaxamento. A noticia da vida desregrada e escandalosa dos frades chegou aos ouvidos da infanta D. Theresa, filha d'el-rei D. Sancho I. Esta senhora, tendo sido annulado o seu casamento com o rei Affonso IX, de Leão, resolvera passar o resto da vida n'um claustro, e escolheu o mosteiro de Lorvão para ali se recolher uma communidade de freiras da ordem de S. Bernardo, supplicando a el-rei seu pae, que expulsasse os monges benedictinos, que tão mal se portavam. D. Sancho satisfez a supplica da filha, e mandou os monges para o convento de Pedroso, no concelho de Villa Nova de Gaia. Em 24 de dezembro de 1200 foi o rei a Lorvão com o bispo de Coimbra e com o abbade de Alcobaça, fazer entrega do convento á infanta D. Thereza. N'esta occasião o abbade de Alcobaça lançou-lhe o habito da ordem de S. Bernardo, assim como a muitas senhoras illustres, que voluntariamente a quizeram acompanhar no seu religioso intento. D. Thereza ali viveu e falleceu em 1250 sendo sepultada na egreja do convento, junto ao tumulo de sua irmã, a infanta D. Sancha, fundadora do mosteiro de Cellas, de Coimbra. Começou a divulgar-se de tal fórma a fama das virtudes d'estas duas senhoras, que por todos eram consideradas como santas. O cardeal D. Henrique começou a tratar da beatificação das duas virtuosas infantas, e empenhou se tambem n'este negocio D. Sebastião, mas, ao começar-se com as indagações competentes, succedeu a infeliz jornada d'Africa, e em seguida o curto reinado do cardeal D. Henrique, e nunca mais se pensou n'esta beatificação. Só no reinado de D. Pedro II, por diligencias das religiosas de Lorvão, é que ella se realisou. Foi o papa Clemente XI que as beatificou *vivae vocis oraculo* em 13 de setembro de 1704, sendo depois canonisadas por bulla de 23 de dezembro de 1705. Em 1713, a abbadessa D. Bernarda Telles de Menezes, vendo que os tumulos das duas infantas não correspondiam á sua elevadissima gerarchia de santas, ordenou que se fizessem dois cofres de prata, os quaes fôram encommendados por fr. João de Faria, então o procurador geral da ordem cisterciense no Porto, a Manuel Correia Silva, artista muito apreciado. A trasladação dos ossos para os novos cofres realisou-se com a maior pompa e magnificencia no dia 19 de outubro de 1715, assistindo o bispo-conde de Coimbra, o D. abbade geral de Alcobaça, o cabido, o senado da camara de Coimbra, os substitutos do corregedor e do juiz de fóra, oito cavalleiros da ordem de Christo, grande numero de abbades e religiosos de varias ordens, muitas outras pessoas de distincção, tanto ecclesiasticas como seculares, e grande multidão de povo. Os dois tumulos actuaes teem longos epitaphios latinos. Tanto a egreja como o convento teem soffrido em varias epocas grandes modificações, reedificações e ampliações, podendo dizer-se, que pouco ou nada existe da primitiva fundação. O convento actual parece ser construcção do seculo xvii, por ter n'uma das portas esculpida a data de 1630. Aos lados superiores d'esta porta vêem-se umas inscripções. O exterior do edificio é magestoso, e fórma um angulo que, com um comprido muro e com umas casas que servem de hospicio, fecha um extenso pateo quadrilongo. A egreja é vasta, de architectura elegante e sumptuosa. No altar-mór vê-se um optimo throno, dourado, com columnas de pedra, admiraveis pelo seu tamanho. Tem mais sete altares, estando em dois d'elles os preciosos tumulos onde estão depositadas as reliquias de Santa Thereza e de Santa Sancha. Os tumulos são de prata em relevo, representando ramos e flôres, com pedraria de côres differentes n'ella engastada, e tudo assente sobre velludo carmezim. Teem o comprimen-

to de oito palmos, dois e meio de largura, e altura proporcionada, estando ambos cobertos por valiosos pannos de damasco branco primorosamente bordados a ouro. Os outros altares são adornados com magnificos retabulos, e com pinturas de Pascal Parente Do tecto vêem-se pendentes grandes candelabros suspensos por optimas correntes douradas. A porta do templo é digna de menção, por ser de muito boa madeira chapeada de ornatos de metal. O côro é lindissimo, adornado com primorosos entalhes de madeira e quadros a oleo. Fica separado da egreja por uma linda grade de ferro com engastes de bronze As religiosas de Lorvão, as mais ricas de Portugal, ficaram reduzidas ás mais tristes circumstancias desde 1834. Em 1903 o fallecido principe real D. Filippe e o infante D. Manuel, actualmente reinante, visitaram este mosteiro, que apezar de já ha muito tempo se encontrar ao abandono, não deixou de ser ainda considerado como um documento historico de grande valor. Em 1899 publicou-se em Coimbra um livro do fallecido escriptor Lino d'Assumpção, intitulado *As freiras de Lorvão*, ensaio de monographia monastica A'cêrca d'este convento tambem vem publicado um artigo no *Archivo Pittoresco*, a pag 75 e 87, firmado por Augusto Mendes S. de C.

Lorvão (*Apocalypse de*). Celebre manuscripto illuminado, do seculo XII. V. *Illuminura* (pag. 954 do vol. III).

Loryllo Pov. do conc. de Alto Dande, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 3.ª divisão.

Losanza. Rio da prov de Moçambique, Africa Oriental. N. no sertão, ao S, corre para N, e vae pela margem direita do Zambeze alimentar este rio, a O da confluente do Cafué, depois de ter fertilizado as terras dos bocôas.

Losna (*Monte de*). Pico crateriforme da ilha do Fojo, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Loteria. A idéa de determinar pela sorte aquelle numero, ou pessoa, a quem deve pertencer um valor qualquer, precedeu a nossa era de alguns seculos. Foi, segundo parece, conhecida a loteria dos hebreus e dos egypcios, praticando-se tambem em Roma. A origem das loterias remonta portanto á mais alta antiguidade. Os romanos, para celebrarem as saturnaes crearam uma especie de loteria, cujos bilhetes eram distribuidos gratuitamente e todos ganhavam premios. Nero imaginou loterias publicas em proveito do povo. O imperador Heliogabalo organisou loterias com premios uteis e inuteis, assim, por exemplo um premio de seis escravos e outro de seis moscas. Em França, Francisco I concedeu em 1539 autorisação para uma loteria, mediante 2:000 libras annuaes. Por esta epoca fez se a mesma tentativa das loterias em Inglaterra e Hollanda, onde obtiveram um exito colossal. A primeira loteria real de França data de 1700, sendo supprimida em 1793 e restabelecida em 1804. E' certo que o privilegio da loteria do Estado é invenção dos italianos, tanto romanos como venezianos, florentinos e genovezes, que começaram pelas loterias de commercio, adoptadas para facilitar a venda de mercadorias velhas. As loterias nem só existem na Europa, tambem as ha na China e na India. Actualmente conservam-se na Allemanha, Italia, Hespanha, Russia, etc Em Portugal a loteria foi estabelecida no reinado de D. Maria I, nos fins do anno de 1783, em beneficio da Santa Casa da Misericordia (V. *o artigo respectivo*). Pela mesma occasião se mandou applicar a terça-parte do seu producto á Academia Real das Sciencias. O alvará de 31 de maio de 1800 determinou que as loterias que em dez annos se fizessem no Porto, ou em Lisboa, seriam applicadas á amortização do papel moeda, considerado causa publica. O decreto de 6 de maio de 1803 estabeleceu loterias a bem da fazenda real (V. *Loteria Real*). Ainda a outros fins teem sido applicadas as loterias entre nós. Por avisos de 10,. 24 de julho e 19 de outubro de 1811 e 20 de fevereiro de 1812 houve tres loterias a favor do resgate dos captivos. Por alvará de 22 de junho de 1815 foi destinada ao estabelecimento da Instituição Vaccinica. Pelos avisos de 19 de junho e 28 de setembro de 1816 houve loterias em beneficio da Casa Pia Para a India e China tambem tem havido loterias, afim de soccorrer os estabelecimentos pios. A primeira foi para Macau, sendo annual conforme a carta regia de 5 de junho de 1810. A Santa Casa da Misericordia de Nova Gôa ainda tem a sua loteria. A prohibição das loterias estrangeiras, em Portugal, está regulada pelos decretos de 28 de abril e 10 de dezembro de 1892. || *Bibliographia:* No *Archivo Pittoresco*, de 1860, vol. III, pag. 260 e outras, ha uns artigos sobre as loterias. No *Recreio*, de 1892, n.º 13, e seguintes, existem tambem uns artigos sobre a historia das loterias. Nas *Memorias da Academia*, tomo IV, parte I, e tomo V, parte I, ha trabalhos de Francisco Antonio Ciera e de Araujo Travassos. O primeiro intitula se: *Plano da extracção de loterias.*

Loteria hespanhola. Embora prohibida rigorosamente em Portugal, pela lei de 25 de janeiro de 1677 e decretos 3 de junho de 1841, 28 de abril e 10 de dezembro de 1892, a loteria hespanhola foi sempre muito procurada entre nós. Algumas vezes, porém, se permittiu aqui a sua venda, mas com um certo lucro para o Estado, pago pela imposição nas fracções originaes dos bilhetes de um sello especial, sendo esta imposição feita na Casa da Moeda. As cautellas emittidas pelos cambistas tambem eram carimbadas com egual sello, na proporção do seu capital. Temos nota de sellos das seguintes importancias 7 e meio, 15 e 30 réis impostos, respectivamente, nas cautelas de 60 réis (50 réis de capital), 120 réis e 240 réis. Nos bilhetes originaes, e suas fracções, o sello era de 135 réis em cada *decimo* de *cinco pesetas*. O imposto do sello era, pois, de 15 °/₀. Apezar da rigorosa prohibição dos decretos de 1892, a loteria hespanhola é ainda muito procurada pelos portuguezes que, por intermedio dos correspondentes dos commerciantes e de casas bancarias, adquirem grande numero de bilhetes. O enthusiasmo dos jogadores redobra com as loterias grandes, sobretudo com a do Natal. Nos tempos em que era permittido abrir cautelas da loteria de Madrid, muitos cambistas de Lisboa e do Porto emittiam livremente grande numero de fracções, havendo cautelas de todos os preços a partir de 30 réis (25 réis de capital). Lojas de capella, e outros particulares, abriam por sua vez fracções da loteria hespanhola, dando-lhe os nomes pittorescos de *Loteria felix*, *Loteria da Pechinxa*, e outros. De alguns

exemplares, que conhecemos, constam diversos outras designações. Até 1870 os premios eram em *escudos*, havendo um de 600:000 escudos na loteria do Natal de 1866. Em 1872 o premio grande da loteria do Natal foi de 1:500:000 pesetas. Actualmente é de 5:000:000 de pesetas. A loteria em Hespanha é antiga. Desde tempos remotos que ali existiram rifas, e outros jogos similhantes. Em 1276 publicou o rei Affonso X um *Ordenamiento de las «tafurerias»*, compilado de 44 leis diversas sobre jogos. Carlos III, em 30 de setembro de 1763, creou a loteria do Estado. Em 1805 foi imitada em Portugal, por decreto de 3 de fevereiro, que mandou fazer uma loteria de noventa numeros, da mesma forma que se praticava em Hespanha. A moderna loteria hespanhola, tal como se faz, isto é, repartindo entre certo numero de bilhetes uma parte do valor de todos, foi implantada pelas côrtes de Cadiz em 3 de novembro de 1811. Fernando VII deu grande desenvolvimento á loteria.

Cautela de «tres» vintens d'uma loteria grande de Hespanha (Natal de 1872). No reverso vê-se o plano

Loteria da Misericordia. A loteria portugueza, denominada da Santa Casa da Misericordia de Lisboa, foi estabelecida em 1783, reinando D. Maria I. A *Gazeta de Lisboa*, de 9 de dezembro d'aquelle anno, publicava o seguinte na parte official: «Sua Magestade foi servida, a requerimento do provedor e irmãos da Misericordia, e debaixo da administração dos mesmos, permittir o estabelecimento de uma loteria annual de 360:000 cruzados, cujos lucros formados de 12 por cento, que se tirarão dos premios, serão repartidos em tres partes, das quaes uma será applicada para o Hospital Real, outra para os Expostos, e outra para a Academia das Sciencias.» O plano, que se publicou depois n'um supplemento da *Gazeta*, apresenta o seguinte: «Capital de 144:000$000 réis, divididos em 22:500 bilhetes a 6$400 réis cada um, sendo o premio grande de 12:000$000 réis Attribue-se ao duque de Lafões, fundador da Academia das Sciencias, a idéa d'esta loteria, visto que foi a mesma academia a primeira corporação que, sem ser pobre, participou dos proventos da sua instituição. Annos depois o intendente da policia Diogo Pina Manique, vendo se em grandes difficuldades para manter os encargos da Casa Pia, então estabelecida no quartel de S. Jorge, requereu uma parte da loteria da Misericordia, ou a organisação de uma outra especial. A este respeito foi publicado o seguinte na *Gazeta de Lisboa* do dia 5 de março de 1793: «Sua Magestade, tomando em consideração que a Casa Pia, estabelecida no Castello de S. Jorge d'esta cidade, e outros muitos objectos pios, publicos e necessarios, que ella comprehende, debaixo da direcção e inspecção do doutor Diogo Ignacio de Pina Manique, do seu conselho, desembargador do paço, e intendente geral da policia da côrte e reino, se fez digna, pela sua importancia e utilidade geral, da sua real attenção: Houve por bem, por decreto de 26 de fevereiro de 1793, dirigido á Meza da Misericordia, ordenar que n'aquelle anno, e d'ali por deante se augmentassem 216 contos na loteria, applicando para a Casa Pia o lucro dos 12 por cento d'esta somma addicionada.» O capital da loteria ficou sendo então de 432 contos de réis, divididos 45:000 bilhetes pelo preço de 9$600 cada um, sendo o premio de 40:000$000 réis. São interessantes os seguintes periodos do officio de Pina Manique em 25 de janeiro de 1793 sobre a loteria: «Lembrei-me de pedir uma loteria, obrigado não só d'isto, mas tambem para me remir d'essa despeza, e poder assistir áquelles importantes objectos da Casa Pia, que tenho referido a V. Ex.ª, a qual me foi offerecida no principio do estabelecimento da mesma casa, vindo á minha, enviado por seu pae e de ordem de Sua Magestade, D. Diogo de Noronha, hoje embaixador em Hespanha, com a copia do decreto em que Sua Magestade mandava fazer uma loteria, que eu não quiz acceitar por temer que não houvesse extracção aos bilhetes, nem querer comprometter-me a expôr-me; e então é que foi dada a mesma loteria á Misericordia de Lisboa, que é a que tem hoje, e faz todos os numeros. Faz se outra no Porto, que Sua Magestade facilitou á Misericordia d'aquella cidade e ás convertidas do Rego; em uma e outra se disputa no povo a preferencia dos bilhetes, e ha as desordens que a V. Ex.ª são presentes, chegando a tanto a paixão do mesmo povo, que ha presentemente uma grande extracção de avultadas sommas de dinheiro de contado de Portugal para

Inglaterra, Hollanda e Irlanda, para se tirarem bilhetes nas suas loterias, não esquecendo acceites de extrangeiros para melhor convidarem os vassallos de Sua Magestade a espalhar em Lisboa e no Porto o plano das mesmas loterias, que passo ás mãos de V. Ex.ª, a qual extracção tal vez se evite de algum modo, havendo a loteria que suppliquei » Depois de obtida a concessão,

Cautela de se s vintens d'uma loteria da Santa Casa no 3.º trimestre de 1850

as loterias annuaes ficaram alternadas entre a Casa Pia e a Misericordia, fazendo cada uma d'estas administrações, separadamente, a venda dos bilhetes e a extracção dos numeros. Por occasião da Loteria Real, de que trata o alvará de 18 de junho de 1799, fôram suspensas e prohibidas to-

Cautela de trinta réis (25 réis de capital) conferida com o sello da Misericordia (1875)

das as outras loterias, sendo indemnisadas as Santas Casas da Misericordia de Lisboa e do Porto pelos lucros perdidos. A's loterias reaes fôram applicadas *todas as formalidades costumadas nas da Misericordia* por alvará de 28 de abril de 1802. Em 1804 começaram as loterias annuaes da Misericordia com o capital de 400 contos, compostas de 20:000 bilhetes a 20$000 réis cada um, na conformidade do alvará de 6 de maio de 1803. Com a mudança de regimen foi a loteria da Santa Casa autorisada por portaria de 27 de maio de 1834 e decreto de 5 de outubro de 1838, unica que ficou subsistindo quando fôram prohibidas as loterias por decreto de 3 de junho de 1841. D'esta epoca, em deante, a da Misericordia foi permanecendo, com pequenas alterações, até que se creou a Loteria Nacional Portugueza, em 9 de maio de 1892, realizando-se então n'esta data, entre o governo e os concessionarios da compra das emissões da loteria, representados pela Companhia Alliança de Loterias, um contrato, em conformidade do decreto de 28 de abril d'aquelle anno. A Companhia obrigara-se a comprar, pelo menos, dois mil contos de réis de bilhetes e fracções originaes da loteria nacional, do que proviria para o Estado a receita de seiscentos contos de réis annuaes, comprehendendo cento e oitenta contos para os estabelecimentos de beneficencia. Não podendo, porém, a Companhia adquirir mais do que mil e setenta e dois contos

de réis, foi o contrato rescindido pelo decreto de 6 de abril de 1893. Actualmente é este diploma que regula a loteria portugueza. A exploração da loteria voltou sob a antiga denominação a ser feita, provisoriamente, pela Santa Casa da Misericordia de Lisboa, por conta do Estado, sob a administração de uma commissão presidida pelo provedor da mesma Santa Casa, e da qual são vogaes os seus dois adjuntos e os provedores da Real Casa Pia e do Asylo de Mendicidade, o enfermeiro-mór do Hospital de S. José e annexos e o director geral da Thesouraria do Ministerio de Fazenda. Os planos das emissões são elaborados pela commissão e submettidos á approvação do ministro da Fazenda. Do capital de cada loteria serão divididos em premios 70 por cento. A parte a dividir entre o Estado e os estabelecimentos de beneficencia interessados na loteria é liquida de todas as despezas e na proporção de dois terços para o Estado e um terço para os mesmos estabelecimentos. As emissões de loterias serão sempre postas á venda com sessenta dias, pelo menos, de antecedencia, ao da extracção de cada uma. Os bilhetes são divididos em vigesimos, e na emissão de cautelas são estas conferidas e carimbadas com um sello annual pela Santa Casa, que assim fiscaliza os cambistas. Antes d'esta authenticação, que parece datar de 1870, eram as cautelas chancelladas no Commissariado Geral de Policia, cujo sello tambem indicava o anno. As loterias da Santa Casa dividem-se em ordinarias e extraornarias, sendo nas primeiras o preço do bilhete 6$000 réis e o premio de 12:000$000 réis. Nas extraordinarias os premios e preços dos bilhetes variam muito, havendo ainda as loterias maiores da Paschoa, Santo Antonio e Natal, em que o ultimo premio grande foi de duzentos contos de réis. Teem variado os systemas de extracção e os planos, que são mais ou menos convidativos. Ha bastantes annos houve loterias em que os bilhetes eram de quatro côres differentes, das quaes uma saía premiada, tendo premio todos esses numeros. Este systema, porém, durou pouco porque não cahiu no agrado do publico. O processo actual é constituido por duas espheras, tendo uma os numeros e a outra os premios, e girando simultaneamente.

Fracção original (vigesimo n.º 20) de um bilhete da loteria ordinaria da Santa Casa da Misericordia

Cautela de doze vintens da Loteria da Misericordia de Lisboa (reducção a 3/4)

Loteria Nacional As loterias d'esta denominação substituiram as *Loterias Reaes* (V. *adeante*) A primeira Loteria Nacional, assim designada, de que temos noticia, foi mandada fazer para o Estado do Brazil, separando-se annualmente 60:000 cruzados, a favor das manufacturas e artes, que mais necessitassem d'este

soccorro, em conformidade do alvará de 28 de abril de 1809. Outra loteria d'este nome se fez por alvará de 31 de maio de 1835 em beneficio da terceira Caixa da Junta dos Juros. Por decreto de 9 de abril de 1847 se mandou proceder a uma Loteria Nacional de 2.400:000$000 réis de inscripções ou apolices de 5 °|₀ da divida interna fundada, que o governo possuisse ou houvesse de crear, em conformidade do decreto de 10 de março anterior, dividindo-se o capital da loteria em 125:000 bilhetes de 19$200 réis cada um, pagos em notas do Banco de Lisboa, que o governo pretendia amortizar por esta operação. O decreto de 18 de outubro do referido anno, providenciando sobre a extracção dos bilhetes da loteria, prorogou o prazo para ella se effectuar. Tendo sido acceites em pagamento dos bilhetes varios documentos de creditos sobre o Estado, além das notas do Banco, determinou o decreto de 19 de janeiro de 1848 que se suspendesse a acceitação de cedulas dos empregados publicos e os recibos notados dos militares. A lei de 19 de maio de 1848 mandou proceder em Lisboa a uma Loteria Nacional, destinada exclusivamente á amortização das notas do Banco. Pela portaria de 2 de junho do mesmo anno foi marcado o dia 5 de julho, e seguintes, para a extracção. O decreto de 7 de março de 1849 ordenou a extracção da segunda serie da mesma loteria, tambem exclusivamente com aquelle destino. Os premios seriam satisfeitos em inscripções, ou apolices, de 5 °|₀ de divida interna. Por decreto 3 de maio de 1849 procurou-se facilitar a extracção d'esta segunda serie da Loteria Nacional, mas parece que isso se não conseguiu, pois que a loteria foi mandada suspender por decreto de 22 de junho do referido anno, sendo restituido o preço dos bilhetes vendidos aos compradores mediante a sua apresentação. Desde então nunca mais se effectuaram loterias d'esta especie. Em 1888, porém, o ministro da Fazenda, Marianno de Carvalho, entre outros emprestimos, realisou um que bem se póde incluir n'esta lista. E' o emprestimo de 4 °|₀ de 1888, creado por decreto de 14 de abril d'esse anno, composto de 156:060 obrigações do valor de 22$500 réis nominaes cada uma com juro de 4 °|₀, e diversos premios, sendo um de 4:500$000 réis, todos distribuidos por *loteria* ou *sorteio*. Ainda, ultimamente, o emprestimo de 3 °|₀ amortizavel, com premios, emittido em 1905, constitue uma loteria do mesmo genero. Os premios grandes foram primeiro de réis 9:000$000 e depois de 5:000$000 réis, sendo as obrigações em numero de 270:000 e do valor nominal de 10$000 réis cada uma.

Loteria Real. Antiga loteria destinada a certas operações financeiras, taes como: reforma de moeda, amortização de papel moeda, apolices, notas do Banco. A primeira d'estas loterias foi creada por carta regia de 4 de maio de 1688, afim de com o seu producto se reformar a moeda cerceada. Os premios, constituidos por padrões de juros vitalicios, eram distribuidos pelo systema chamado da *Tontina*. O alvará de 30 de março de 1703 mandou fazer uma Loteria Real de cem mil cruzados, com premios de tenças vitalicias, a beneficio da Casa do Infantado. Esse diploma e o edital de 28 de julho do mesmo anno declaram quaes os privilegios das tenças de Sortes Reaes, regulando tambem as referidas sortes. O alvará de 18 de junho de 1799 estabeleceu uma Loteria Real, com o fundo de dois milhões de cruzados em 20:000 bilhetes de 40$000 réis cada um, conforme determinado plano. Foi então declarado que embargo ou penhora não se fazia nas pensões vitalicias, que resultassem dos bilhetes d'esta Loteria Real, por motivo algum, nem ainda o mais privilegiado. Por aviso de 31 de julho de 1799 fôram incluidas duas propriedades na mesmo loteria. Por alvará de 7 de março de 1801 foi estabelecida uma nova Loteria Real, sendo tambem os premios em titulos com juros vitalicios. Dos respectivos bilhetes reproduzimos em gravura o de N.º 28:257. O decreto de 6 de maio de 1803 estabeleceu as loterias a bem da Fazenda Real. Uma provisão da mesma data concedeu as Casas das Sortes a beneficio do theatro de S. Carlos. O decreto de 3 fevereiro de 1805 estabeleceu uma Loteria Real de noventa numeros, como se fazia em Hespanha. Finalmente, por alvará de 31 de maio de 1835 organisou-se ainda uma loteria em beneficio da 3.ª caixa da Junta dos Juros, que tinha a seu cargo os Reaes Emprestimos. O alvará da primeira *Loteria Real*, muito curioso e minucioso, é o seguinte:

«Eu a Rainha Faço saber aos que este Alvará virem, que tendo consideração ao muito que importa á Causa Publica, e segurança d'estes Reinos, que não só se verifiquem os Fundos, que mandei recolher ao Meu Real Erario por via de Emprestimo, por Decreto de 26 de Outubro de 1796, e Alvarás a elle posteriores; mas que além d'elles se procurem, e verifiquem outros, que não sejam honerosos, antes mais interessantes aos Meus Fieis Vassallos: Tenho Approvado, e Mando que o Estabelecimento de uma loteria seja por ora um dos meios proprios para este fim, pelas grandes utilidades que d'ella lhes póde resultar, e ainda mesmo para aquelles, a quem sahirem em branco os seus bilhetes, em quanto ficam gozando em vida de uma pensão proporcionada ás suas entradas. Para que assim se estabeleça e effectue: Sou servida ordenar o seguinte: «Ordeno, que se estabeleça uma Loteria com o Titulo de *Real Loteria*, do fundo de dois milhões de cruzados, divididos em vinte mil bilhetes de quarenta mil réis cada um, pelos quaes se destribuirão os premios que vão indicados no plano, que será com este Alvará assignado pelo Marquez Mordomo-Mór, do Meu Conselho de Estado, e Presidente do Meu Real Erario. Que os bilhetes sejam assignados de chancella pelos deputados da Junta da Arrecadação da Rendas destinadas para o pagamento dos juros do novo emprestimo, de que o mesmo Marquez é tambem presidente, Jacinto Fernandes Bandeira, e Antonio Francisco Machado, dos quaes o primeiro se entenderá como thesoureiro, e o segundo como escrivão, para a distribuição dos mesmos bilhetes, recebimento do seu preço, e entrega da sua importancia no Meu Real Erario. Que logo que os bilhetes se acharem promptos para a sua distribuição, o Marquez Presidente nomeará dois Ministros de Letras, que com todos os deputados da sobredita Junta, e servindo de fiscaes, ponham em pratica a mesma Loteria, observando-se em todas as suas operações o mesmo methodo, com que até agora se tem expedido as Loterias da Santa Casa da Misericordia de Lisboa; e dando-se principio á sua extracção quatro mezes pre-

cisos do dia em que se fizer publica a distribuição; a qual extracção se fará na Casa da mesma Junta, patente ao publico, com assistencia dos ditos deputados, e ministros, todos os dias de manhã sem interrupção, e com a maior diligencia possivel. Que aos proprietarios dos numeros que sahirem com premios de predios, rusticos ou urbanos, se entregue logo pela dita Junta certidão em fórma por todos assignada, pela qual conste ter aquelle proprietario exhibido n'ella o bilhete premiado com o predio; e tendo os mesmos proprietarios á vista da dita certidão pago na estação competente a siza correspondente ao valor com que cada um dos predios se acha estimado no sobredito plano; com ella, e com o conhecimento da mesma siza, requererão, e se lhes passarão pelo Conselho da Minha Real Fazenda Titulos legaes, com os quaes entrarão effectivamente na posse dos ditos predios, e gozarão de todos os effeitos do seu dominio, como se rigorosamente, e com todas as solemnidades de direito os tivessem comprado á Minha Real Fazenda. Que aos das pensões vitalicias, assim de numeros com premios, como em branco, se entreguem pela mesma Junta eguaes titulos, com a declaração da exhibição de bilhetes, e das pensões que lhes correspondem, os quaes titulos sendo rubricados pelo Marquez Presidente, e assignados pelos ditos deputados, e fiscaes, ficarão constituindo divida da Minha Real Fazenda, e d'elles se formarão assentamentos na mesma Junta, de que se extrahirão annualmente as folhas competentes; pelas quaes, approvadas pelo sobredito Marquez Presidente, serão as ditas pensões indefectivelmente, e sem desconto de decima, ou de outro algum emolumento, pagas na referida Junta, assim, e do mesmo modo que n'ella se pratica com os juros do novo emprestimo. Que para o dito pagamento o mesmo Marquez Presidente mandará passar do Meu Real Erario para a dita Junta as sommas, em que andarem contratadas as rendas da Prebenda de Coimbra, e Almoxarifado de Torres Novas, tenham ou não entrado no mesmo Erario; e não chegando o producto das mesmas rendas para inteiro pagamento, o fará completar pelo do papel sellado, mandando passar do seu cofre em seus devidos tempos a quantia necessaria para o dito complemento. Que aos ditos proprietarios de numeros de pensões vitalicias, de premio, ou em branco, fique sendo livre nomear a pessoa que quizerem, para n'esse nome, e vida se expedir o titulo, e lavrar o assentamento das ditas pensões, as quaes Mando que comecem a ter vencimento não do dia dos assentamentos, mas do seguinte ao em que se concluir a extracção da Loteria. Que n'ella possam entrar todas, e quaesquer pessoas, nacionaes, e estrangeiras, de estados alliados, neutros, ou inimigos, communidades, ecclesiasticos, seculares, ou regulares, confrarias, e quaesquer corporações de mão morta, e a estas ficará competindo a mesma faculdade de poderem nas pensões vitalicias, nomear dentro, ou fóra d'ella a pessoa que lhes parecer; comtanto, que o façam no prefixo termo de quinze dias depois do ultimo da extracção; e quando não nomeiem, ficarão gozando das ditas pensões pelo espaço de quarenta annos, em cuja duração se lhes farão os assentamentos; mas sahindo-lhes em premio predios rusticos, ou urbanos, serão as mesmas corporações obrigadas a guardar com elles o que lhes está determinado sobre os bens immoveis. Que

Bilhete da «Loteria Real» de 1801 (Reducção a 3/4)

nas ditas pensões vitalicias se não possa fazer embargo, ou penhora por motivo algum, por mais privilegiado que seja; que nellas não possa ter logar reprezalia, ou embaraço por guerra, prohibição de correspondencia, ou qualquer outro impedimento entre as nações; e que succedendo serem as mesmas pensões nomeadas por paes, ou avós em filhos, ou netos, não entre a collação qualquer valor, em que esta nomeação se estime; porque de Minha vontade, em attenção á Causa Publica, a que devem ceder todos os outros objectos, animar, e privilegiar este com toda a especie de isenções, e liberdades. E para que esta Loteria não possa soffrer distracção alguma: Hei por bem suspender e prohibir quaesquer outras que se tenham concedido, ou ainda se concederem antes que esta plenamente se realise, entrando as das Santas Casas da Misericordia de Lisboa, e Porto, as quaes serão por Mim gratificadas com as porções dos lucros que perderem por esta prohibição. E este Alvará se cumprirá tão inteira, e inviolavelmente, como n'elle se contém, sem duvida, ou embargo algum, qualquer que elle seja; e valerá como Carta passada pela chancellaria, posto que por ella não haja de passar, e o effeito delle deva durar mais de um, e muitos annos, sem embargo das Ordenações, que o contrario determinam. Dado no Palacio de Queluz em 18 de junho de 1799.» Como se vê, esta grande loteria do Estado era devéras convidativa. O plano contava os seguintes oito premios, em propriedades rusticas e urbanas: O Lizirão de Malveira, avaliado em 15:000$000 réis —Tres propriedades de casas, situadas no lado do sul na calçada de S. Francisco, tendo a primeira tres frentes, avaliada em 8:000$000; a segunda, em 3:200$000; a terceira, em 2:400$000 —A metade que pertencia á Real Fazenda, da herdade chamada do Areeiro, termo de Jerumenda, comarca d'Elvas, compondo-se de mato de azinho, terras de semeadura, e outras incultas, tudo ua avaliação de 1:400$000 réis—A herdade de Valdez, termo de Alvalade, comarca de Ourique, avaliada em 1:400$000 réis—A herdade do Coqueiro, em Montargil, comarca de Santarem, que se compõe de terras de mato e arvores de sobro, no valor de 1:200$000 réis—Uma courella com oliveiras nos Varellos, no termo de Thomar, avaliada em réis 1:000$000. Estes oito premios sommavam 33:600$000 réis. Os das pensões vitalicias eram 6:670, na importancia de réis 800:000$000, a saber: 1 pensão de 700$000 réis, avaliada em 20:000$000 réis; 1 outra de 450$000 réis, em 12:800$000 réis; 2 pensões de 112$000 réis cada uma, constituindo 2 premios, no valor de 9:600$000 réis; 7 de 84$000 réis cada uma, formando 7 premios, importando em 16:800$000 réis; 12 de 56$000 réis (12 p.) 19:200$000; 20 de 35$000 réis (20 p.) 20:000$000 réis; 24 de réis 21$000 (24 p.) 14:400$000 réis; 40 de 17$000 réis (40 p.) 20:000$000 réis; 100 de 14$000 réis (100 p.) 40:000$000 réis; 340 de 7$000 réis (340 p.) 68:000$000 réis; 500 de 5$000 réis (500 p.) 75:000$000 réis; 5:612 de 2$800 réis (5:612 p.) 449:200$000 réis; 2 de 24$000 réis, formando um premio para o primeiro numero que saisse em branco, e o outro para o ultimo, avaliados ambos em réis 1:400$000. Além d'estes premios, ainda se contavam 13:330 bilhetes em branco, constando cada um d'elles d'uma pensão vitalicia de 1$200 réis, na importancia total de 15:966$000 réis.

Lotolim. Freg. do Salvador do Mundo, do conc. e com. de Salsete, distr. e arceb. de Gôa.

Loubite. pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Silves, distr. de Faro.

Louçães. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade e conc. de Villa N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Louçainha. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Espinhal conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Louçãs. Pov. e casaes na freg. de N. S.ª da Piedade e conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Louceira. Pov. na freg. de S. Simão, de Villa Fresca de Azeitão, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Louço. Casaes na freg. de S. Vicente do Paul, conc. e distr. de Santarem. ‖ Casal na freg. de S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Louções. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Turquel, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Loudel. V. *Laudel.*

Loulé *(Agostinho Domingues José de Mendóça Rolim de Moura Barreto, 8.º conde de Valle de Reis, 1.º marquez de).* Era o 23.º senhor de Azambuja e da Povoa de Meadas; 13.º senhor do morgado da Quarteira, gentil-homem da camara de D. João VI e seu estribeiro-mór, coronel de cavallaria, etc. N. em 8 de agosto de 1780, fal. assassinado em Salvaterra de Magos, em 28 de fevereiro de 1824, sendo filho de Nuno José Fulgencio Agostinho João Nepomuceno de Mendóça e Moura, 6.º conde de Valle de Reis, e de sua mulher, D. Anna José Monica de Menezes e Noronha, filha dos 4.ºs marquezes de Marialva e 6.ºs condes de Cantanhede. Esta familia descende

Marquez de Loulé

dos antigos soberanos biscaynhos, que já reinavam no seculo IX com o titulo de condes e senhores de Biscaya, e cuja soberania acabou incorporando-se este paiz no de Castella, pelo consorcio de D. Joanna Manuel, 12.ª condessa, senhora de Biscaya, com Henrique II, rei de Castella. D. Diogo Lopes de Mendóça, d'essa illustre linhagem, e sua mulher, D. Leonor, filha de Fernão Pires de Lara, que era meio irmão d'el-rei Affonso VII, de Castella, tiveram por 3.º filho a Fernão Iniguez de Mendóça, o qual, passando a Portugal no sequito da rainha D Brites, mulher de D. Affonso III, casou n'este reino com D. Guiomar Affonso de Rezende, e n'elle deu principio á familia dos Mendóças. Antonio de Mendóça, 4.º neto de Fernão Iniguez, casou com D. Izabel de Castro, filha de Fernão Almada, 2.º conde de Abrantes, e da condessa D. Constança de Noronha, neta de D. Affonso, conde de Gijon, filho legitimado de Henrique II, de Castella, e de D. Izabel, filha tambem legitimada de D. Fernando I, de Portugal. João de Mendóça, 3.º neto do mencionado Antonio de Mendóça, foi vice-rei da India e general da armada em Portugal. Acompanhou D. Sebastião a Africa, e morreu na batalha d'Alcacer-Kibir. Do seu casamento com D. Joanna de Aragão, filha de Nuno Rodrigues Barreto, alcaide-mór de Faro, e irmã de D. Francisco de Aragão, mulher de D. João Borja, filho do 4.º duque de Gandia, teve a Nuno de Mendóça, que foi o 1.º conde de Valle de Reis, feito por Filippe III de Portugal, em 16 de agosto de 1628, governador de Tanger, conselheiro de Estado e governador de Portugal, juntamente com D. Antonio de Athaide, 1.º conde de Castro Daire, sob o dominio dos Filippes de Castella. Pelo consorcio de Nuno de Mendóça, 2.º conde de Valle de Reis, com D Luiza de Castro, filha e herdeira de Rui de Moura Telles, senhor da Povoa e Meadas, conselheiro de Estado, veador da fazenda, presidente do desembargo do paço, estribeiro-mór da rainha D. Luiza de Gusmão e gentil-homem da camara do infante D. Pedro, e de sua mulher, D. Luiza de Castro, filha de D. Francisco Rolim de Moura, 14.º senhor de Azambuja, vieram a ser os condes de Valle de Reis, depois marquezes e duques de Loulé, herdeiros e representantes d'essa illustre e antiquissima familia, que tem por tronco a D. Childe Rolim, um dos fidalgos estrangeiros que, aportando ao rio Tejo casualmente n'uma armada de cruzados inglezes, francezes e allemães, ao tempo que D Affonso Henriques expugnava Lisboa aos moiros, o ajudaram a conquistal-a, o monarcha, não só lhes permittiu o saque da cidade, como offereceu terras aos que quizessem ficar no paiz. Childe Rolim, ou, como pretendem alguns escriptores, um seu filho ou parente, acceitou a offerta, e nas terras que lhe fôram doadas, fundou a villa d'Azambuja, de que fôram donatarios os seus descendentes até ao actual sr. duque de Loulé, que é o 25.º donatario. Agostinho José de Mendóça, pela renuncia que em seu favor fez seu irmão mais velho, José Maria de Mendóça, foi despachado a 29 de abril de 1793, com o titulo de conde de Valle de Reis, do qual veiu a ser o 8.º A renuncia de José Maria de Mendóça era dos direitos que tinha á casa paterna, como filho primogenito, reservando para si as honras de conde em sua vida, sendo elle o 7.º conde de Valle de Reis.

Por morte de seu pae, succedida em 4 de junho de 1799, tomou posse d'aquella importante casa, de todos os senhorios acima citados, etc. Em 6 de julho de 1799 foi creado marquez de Loulé, e em 1807 era coronel, sendo como tal nomeado por Junot para commandar o 3.º regimento de cavallaria da Legião Lusitana, que se organisou com os restos dos regimentos n.ºs 2, 3, 5 e 8. N'essa qualidade serviu no exercito de Napoleão, e acompanhou a Portugal o general Massena na segunda invasão franceza, motivo porque os tribunaes portuguezes o condemnaram á morte, por sentença de 21 de novembro de 1811. Este facto o obrigou a estar homiziado até 1818, em que sua irmã D. Eugenia, dama da rainha, lhe obteve o perdão, e com elle o ser reintegrado em todos os seus bens e honras, até no valimento do proprio monarcha, a quem foi servir para o Brazil, regressando com elle para Lisboa, em junho de 1823, quando já corria muito agitada a politica do paiz. A dissidencia, que a disseminação das idéas liberaes começava a fazer geminar no animo dos portuguezes, e que tanto sangue havia, mais tarde, de fazer derramar, tinha as suas raizes mesmo no palacio real. O rei, fraco, bondoso e inimigo da tyrannia e da opressão, não era desfavoravel ás idéas liberaes, como o demonstrara jurando a Constituição de 1820. D. Carlota Joaquina e o infante D. Miguel eram a alma e a vida do partido absolutista e retrogrado. O marquez de Loulé fôra conselheiro fiel de el-rei, e por conseguinte convinha aos seus inimigos fazêl-o desapparecer da scena politica. Era um estorvo poderoso ás machinações da rainha e do infante seu filho. Em 30 de maio de 1823, a previsão do marquez é que baldara os planos da rainha, constrangendo, com as forças das suas considerações, el-rei a sair de Lisboa, porque d'esta fórma acabou com os motivos pretestados pelo partido da rainha de o desapossar do governo, e de nomear regente do reino a mesma rainha, o que decerto aconteceria, se el-rei, correndo a sorte dos liberaes como havia deliberado, permanecesse em Lisboa. Os odios contra o valido do monarcha tinham-se exacerbado, e os partidarios do infante D. Miguel o persuadiram da urgente necessidade de se desfazerem do marquez, e assim ficou resolvido. Apresentou-se uma occasião propicia, que foi logo aproveitada. D. João VI resolvera, nos fins de janeiro de 1824, ir passar o carnaval a Salvaterra de Magos. O marquez acompanhava a côrte, como de costume, e no exercicio do seu emprego no paço, havendo poucos dias antes recebido a nomeação de estribeiro-mór, ultima graça que lhe foi concedida. Decidiu-se uma representação no theatro, que ficava pegado ao palacio real, em que o marquez devia tomar parte. O infante D. Miguel mandou ir de Lisboa todos os objectos precisos, e principiaram os ensaios. Simão José da Luz Soriano, na *Historia do cêrco do Porto*, conta o seguinte a respeito do assassinio do marquez de Loulé: «No dia 28 de fevereiro, tendo saido primeiro do theatro todas as pessoas que ali concorriam, ficaram atraz D. Miguel, o marquez de Abrantes, o de Loulé, além de um celebre Leonardo, que era ou fôra sota-cocheiro da casa real, e um campino, intimo amigo d'este ultimo. Do theatro para o quarto d'el-rei e para o resto do palacio, vae-se por um corredor, por onde saiu o infante

e as mais pessoas, que com elle tinham ficado atraz. Foi então que se deitaram ao infeliz Loulé, e o assassinaram. Segundo o que n'aquelle tempo correu, parece que o cocheiro Leonardo, desempenhando as ordens recebidas de D. Miguel, arremessou de repente sobre a cabeça do desgraçado marquez um cobertor de lã que trazia dobrado e pendurado ao hombro, como é de pratica entre os campinos do Ribatejo; cobertor que foi visto nas varandas do theatro, e com o qual o atabafou suffocando-o por modo tal, que nem para a sua salvação pôde dar um só grito; n'este estado lhe atiraram em seguida fortes pancadas sobre a cabeça, com que o mataram, cravando-lhe depois de morto por barbaro divertimento uma choupa, com que lhe cortaram o beiço inferior e lhe offenderam tambem o céo da bocca. De dentro do paço e perto do quarto d'el-rei, onde o marquez foi assassinado das dez para as onze horas d'aquella noite, se conduziu o cadaver para o entulho do palacio velho, onde o mesmo cocheiro Leonardo e um sargento de policia, José Verissimo, o deixaram ficar, e onde n'aquelle estado foi encontrado na manhã seguinte. El rei horrorisado com similhante crime, perpetrado no seu proprio paço, tão perto do seu proprio quarto, saiu para Lisboa.» D. João VI ordenou, que se procedesse a um inquerito para apurar quem havia praticado o crime, que a população inteira da capital bem conhecia. O marquez de Abrantes, sendo accusado como D. Miguel, de ajudar a matar o infeliz fidalgo, partiu para Inglaterra, por precaução. Mas a certa altura as investigações policiaes pararam, e aquelle assassinio ficou sempre envolvido em mysterio. O dr. Silva Gayo, no seu interessante romance *Mario*, n'uma larga nota, declara não acceitar como verosimil o boato que correu sobre o assassinato do marquez de Loulé, e documenta esta sua duvida com uma carta do respeitavel legitimista Manuel Maria da Silva Bruschy, que peremptoriamente affirma a innocencia do infante D. Miguel, attribuindo a morte do marquez a qualquer desastre. (V. *Mario*, 3.ª edição, pag. 450 a 453). O marquez de Loulé era gram-cruz da ordem da Torre e Espada, commendador da de Christo, e cavalleiro da de S. João de Jerusalem. Casou em 28 de janeiro de 1799 com sua prima, D. Maria Margarida do Carmo de Menezes, filha dos 5.ºs marquezes de Marialva. O senhorio de Azambuja anda n'esta familia desde janeiro de 1200; o morgado da Quarteira desde 19 de setembro de 1413, e o senhorio da Povoa e Meadas desde o 1.º de junho de 1482. O brazão dos duques de Loulé é o dos Mendóças, de que tambem usam os condes d'Azambuja. Escudo franchado de verde e ouro; sobre o verde uma banda encarnada, perfilada de ouro, e nos dois angulos de ouro letras azues, que dizem *Ave Maria*.

Loulé (*Nuno José Severo de Mendóça Rolim de Moura Barreto, 9.º conde de Valle de Reis, 2.º marquez e 1.º duque de*). Gentil-homem da camara de D. João VI e seu estribeiro-mór, 24.º senhor de Azambuja, 12.º de Povoa de Meadas, e 14.º do morgado da Quarteira; general de divisão reformado, par do reino, ministro de Estado, deputado, conselheiro de Estado, etc. N. a 6 de novembro de 1801, fal. em 22 de maio de 1875. Era filho do marquez de Loulé (V. *o artigo antecedente*). Fez o curso do collegio militar, e assentou praça aos 16 annos de edade, em 18 de julho de 1820, sendo promovido a alferes de cavallaria em 24 de junho de 1821, e n'este posto serviu de ajudante de ordens do infante D. Miguel, commandante em chefe do exercito, partindo de Lisboa com o mesmo infante para Santarem em 27 de maio de 1823. Por decreto de 24 de junho do mesmo anno foi condecorado com a venera chamada dos *Inauferiveis direitos da Realeza*, ou como vulgarmente o alcunharam, *da poeira*, como está publicado no *Supplemento* ao n.º 148 da *Gazeta de Lisboa*, de 25 de junho de 1823. Pela mesma occasião e motivos, foi encartado no titulo de conde de Valle de Reis. No dia immediato á tragica morte de seu pae, D. João VI o investiu em todas as honras, titulos e dignidades, começando n'esse mesmo dia, 1.º de março, o seu serviço ao paço. Na *Gazeta de Lisboa*, de 2 de março de 1824, a pag. 224, lê-se o seguinte: «Sua Magestade, querendo dar um testemunho da sua Real Saudade pelo Marquez de Loulé, Gentil-Homem da sua Camara, e cujos serviços lhe fôram sempre gratos: Houve por bem, fazer mercê a seu filho, o conde de Valle de Reis, do titulo de Marquez de Loulé, e de todos os bens da corôa e ordens, que possuia o Marquez seu pae, tendo-lhe o mesmo Senhor, outro sim feito a graça de o chamar para o serviço junto á sua Real Pessoa na qualidade de Gentil-Homem da sua Camara, etc.» Por carta regia de D. Pedro IV, datada do Rio de Janeiro, em 30 de abril de 1826, foi eleito par do reino. O marquez de Loulé era um dos mais bellos e elegantes fidalgos do seu tempo, d'uma educação esmeradissima, d'uma affabilidade, que lhe attrahia a estima e a sympathia de todas as pessoas com quem tratava. Simão da Luz Soriano, na *Historia do Cêrco do Porto*, já citada, diz que o marquez de Loulé era de rara gentileza, a ponto de ser nomeado como tal pelos jornaes de Paris de 1830, onde esteve durante parte do tempo da emigração. Outro tanto dizem d'elle as memorias do principe de Lichnowsky, impressas em 1840, e que o apresentam como o homem mais bonito do seu tempo. A 5 de dezembro de 1828 casou com a infanta D. Anna de Jesus Maria, filha de D. João VI e de D. Carlota Joaquina. O casamento realisou-se particularmente na capella do palacio de Queluz, celebrando a cerimonia no impedimento do patriarcha D. Patricio, o padre Francisco André Affonso Parra, beneficiado e capellão da imperatriz-rainha D. Carlota Joaquina. (V. *Bragança, D. Anna de Jesus Maria de*). Este enlace, que era um verdadeiro escandalo para o partido representante do velho absolutismo, esta ligação da infanta, que quebrando a sua corôa quasi real descera até a um simples vassallo, embora de nobre ascendencia, não era de natureza a deixar tranquillos os noivos no paiz, e o triste exemplo do fim que tivera seu pae, devia pôr o marquez de Loulé de sobre-aviso ácêrca dos perigos que corria no reino. Quiz-se dizer que não podia este consorcio ser do desagrado de D. Miguel, visto que elle fôra autorisado pela rainha, a quem o infante obedecia cegamente, e que este estava, havia tres annos, ausente em Vienna d'Austria; affirma-se mesmo que o infante consentiu, mas é indubitavel que devia guardar rancor contra o marquez, e que este, a titulo de viagem de recreio, partiu em janeiro de 1828, com

sua mulher em excursão pelas principaes capitaes da Europa. O infante D. Miguel regressou á patria em fevereiro d'esse anno. A saida, pois, do marquez de Loulé e de sua mulher, se não foi dictada pela prudencia, bem o pareceu, e os acontecimentos posteriores o justificaram plenamente. Em 16 de março de 1832, foi nomeado ajudante d'ordens de D. Pedro IV, e n'esta qualidade veiu desembarcar nas praias do Mindello em 8 de ju-

1.° duque de Loulé

lho do mesmo anno. A 6 de agosto de 1832 foi promovido a tenente de cavallaria. Era tremenda a lucta, em que os partidos belligerantes andavam envolvidos, praticando-se em ambos os campos façanhas de valentia e bravura. Mas nem só no campo de batalha a causa liberal reclamava serviços, no gabinete tambem havia a resolver problemas não menos difficeis, do que os que se resolviam com as armas na mão. Foi n'estas circumstancias embaraçosas que o marquez de Loulé fez a sua iniciação como estadista, entrando para o ministerio a 12 de janeiro de 1833, quando o duque de Palmella e Mousinho da Silveira sollicitaram a sua demissão, e ficando encarregado da pasta dos negocios estrangeiros, como mais tarde geriu tambem a da marinha interinamente, quando do gabinete saiu Joaquim Antonio de Magalhães. D'estes cargos foi exonerado do 2.° em 21 de abril, e do 1.° em 26 de julho do referido anno. Os acontecimentos precipitaram-se, e a victoria sorriu ás armas liberaes, depois do combate naval de S. Vicente, do feliz exito da arrojada expedição do Algarve, coroada pelo desembarque das tropas do duque da Terceira em Lisboa. Era preciso, portanto, participar tão jubilosas noticias á rainha D. Maria II, que estava em Paris desejosa de saber o resultado da lucta. Foi o marquez de Loulé encarregado d'esta honrosa missão. Partiu para Paris, já no posto de capitão, a que fôra promovido em 25 de julho de 1833, e regressou ao reino, acompanhando a rainha e sua madrasta, a imperatriz D. Amelia, a bordo do vapor inglez *Sonho*, que entrou a barra de Lisboa a 22 de setembro, effeituando-se o desembarque no dia seguinte, no meio do maior enthusiasmo e regosijos publicos. O marquez de Loulé reassumiu logo os seus cargos de ministro das duas pastas referidas, mas havendo creado certo vigor o partido denominado opposição, de que eram chefes Saldanha e Rodrigo Pinto Pizarro, accusando fortemente o ministerio pela sua demasiada clemencia com os miguelistas e por muitos outros actos da sua administração, o marquez, em vista da vehemencia das queixas contra os seus collegas, e não querendo partilhar a responsabilidade dos seus actos, pediu e obteve a demissão de ministro dos negocios estrangeiros em 3 de outubro. Nas luctas parlamentares que se seguiram, Loulé inscreveu-se entre os membros do partido progressista, e, ou por este motivo ou pelos boatos que se espalharam de querer avocar para sua mulher, restituida ás honras de infanta que havia perdido pelo titulo de marqueza, o cargo de regente da rainha menor, caiu no desagrado de D. Pedro, que pelo decreto de 28 de agosto de 1834 o demittiu do cargo de seu ajudante de campo. Os acontecimentos precipitaram-se. As camaras legislativas proclamaram em 20 de setembro a maioridade da rainha, resolvendo-se assim a questão complicada da regencia. O marquez de Loulé, fiel ao seu partido, tornou com elle a occupar a pasta dos negocios estrangeiros em 18 de setembro de 1835, caindo com todo o ministerio em 19 de abril de 1836. Em conformidade das idêas que adoptara, apoiou a revolução de 9 de setembro d'esse anno, sendo por ella eleito deputado ás côrtes constituintes, que promulgaram a constituição de 1838, e mais tarde o elegeram senador. Em 1840, na questão com a Hespanha, a pretexto da navegação do rio Douro, foi nomeado ajudante do duque da Terceira. Em 1843 entrou na colligação do partido setembrista e miguelista contra o governo de Costa Cabral. Em 1844 foi promovido ao posto de major. O marquez de Loulé, casado com a tia da rainha, gozando grande prestigio na côrte e no estrangeiro, fidalgo de raça e escravo severo da etiqueta palaciana, seguia de coração a causa popular, a causa progressista, e acceitara do ministerio de maio de 1846, sob a presidencia do duque de Palmella, depois da revolução do Minho, o cargo de governador civil de Coimbra; e quando o golpe de estado de outubro promoveu a enorme reacção do dia 9 no Porto, e a formação da Junta do Porto, o devotado setembrista adheriu a esta revolução, acceitando da Junta revolucionaria o cargo de supremo governador civil de Coimbra, pelo que foi exautorado de todos os seus titulos, postos, honras e condecorações. Aquelle cargo, n'essa epoca, era uma especie de arcebispo metropolitano civil com seus districtos suffraganeos. Sempre leal ao seu partido, sobre que tinha grande influencia, acompanhou a lucta até ao final, cabendo-lhe a dolorosa missão de ser o signatario da convenção de Gramido, de 30 de junho de 1847, por parte da Junta do Porto, quando o auxilio reunido de tres nações poderosas veiu por um momento suffocar a vontade popular. O partido progressista não desanimara, retrahira-se, esperando melhores

dias. O marquez de Loulé presidiu ao primeiro *meeting* que houve no paiz, celebrado nos fins do anno de 1847, para tratar de trabalhos preparatorios para as eleições, sendo o principal orador José Estevão Coelho de Magalhães. Não correu por esses annos até 1851 muito prospera fortuna ao partido popular, e em muitos animos lavrava já o desalento de vêr vingar a sua causa. José Estevão e Rodrigues Sampaio luctavam sempre com fé inabalavel, e a victoria da causa, tão valorosamente defendida em 1846, alcançou-se emfim n'esse anno de 1851, devido mais ao acaso, que ás combinações politicas, sendo o seu maior adversario, o duque de Saldanha, quem a devia fazer triumphar. A revolta iniciada pelo marechal, com os batalhões de caçadores n.º 1 e 5, estava prestes a perder-se, quando os progressistas do Porto perfilharam o movimento insurreccional, e os estudantes de Coimbra revoltaram a divisão que se encontrava ali, adheriu Saldanha a esta nova feição da revolta militar, que serviu para implantar de vez no paiz os principios do progresso, da tolerancia politica, da ordem e plenissima liberdade. Tendo triumphado este movimento a que se deu o nome de *Regeneração*, o marquez de Loulé foi nomeado ministro da marinha, cargo que só pôde exercer alguns dias. Mas votado com accordo de todas as opiniões politicas, o Acto Addicional, que assegurou ao paiz 30 annos de paz, encetado o largo caminho dos melhoramentos materiaes, onde o estadista Fontes Pereira de Mello devia iniciar-se para o prestigio do seu nome, começou a sentir-se a necessidade de um partido forte e bem organisado, que na opposição contrabalançasse o novo partido regenerador, e que se alternasse com elle no poder. Foi d'esta necessidade da vida constitucional que nasceu o partido historico, de que se tornou chefe, sem eleição, o marquez de Loulé. Em 3 de junho de 1856 foi encarregado de organisar o ministerio, reservando para si a pasta dos estrangeiros a do reino por alguns dias, e tambem interinamente a das obras publicas, até á queda do gabinete em 16 de março de 1859. Este ministerio teve existencia bem atribulada; foi elle que soffreu a affronta da *Charles et George*, e foi elle que introduziu em Portugal as irmãs da caridade franceza, que tinham de ser origem de muitos conflictos. Em 1859 subiu ao poder o ministerio regenerador presidido pelo duque da Terceira, e depois por Joaquim Antonio d'Aguiar. Este governo teve curta duração, voltando em 5 de julho de 1860 ao poder o marquez de Loulé, em que foi presidente do conselho e ministro do reino. Este ministerio conservou-se 5 annos, tendo successivas modificações ministeriaes, até 17 de abril de 1865, em que foi substituido por um ministerio de transição sob a presidencia do marquez de Sá da Bandeira. Durante a gerencia d'aquelle gabinete deu-se o lamentavel acontecimento da morte de D. Pedro V e do infante D. Fernando em novembro de 1861, e a do infante D. João em dezembro seguinte, correndo tambem grande perigo a vida do infante D. Augusto, que pôde salvar-se. Este facto sobresaltou sobremaneira a opinião publica, e deram se os chamados tumultos do Natal, que José Estevão, na sua palavra calorosa, chamou *a anarchia da dôr, respondendo ao despotismo da morte*. Levantaram-se então boatos absurdos e calumniosos, attribuindo ao veneno aquellas mortes, sendo o duque de Loulé injustamente accusado de tomar parte n'este supposto crime de regicidio, levado pela ambição de collocar no throno de Portugal seu filho primogenito, neto legitimo de D. João VI. O povo que adorava o joven monarcha D. Pedro V, revoltou-se querendo matar o marquez, o qual com todo o ministerio, passara para o arsenal da marinha, por uma escada, que ficou celebre, indo depois desembarcar em Alcantara no quartel dos marinheiros militares. Era preciso que o marquez de Loulé tivesse grande e verdadeira popularidade para resistir a estas calumnias, que a paixão popular lhe atirava, e para que pudesse de novo readquirir todo o seu prestigio, quando em 1862 resolveu a questão das irmãs francezas, d'um modo sympathico á opinião publica, fazendo-as sair do reino, sacrificando tudo, até as affeições mais intimas dos seus parentes. N'este mesmo anno rebentaram no Minho uns tumultos, que fôram reprimidos, sendo deportadas para Africa, sem processo, as praças do exercito n'elles implicadas, mas o marquez de Loulé, então ausente do reino, quando regressou, não approvou o procedimento dos seus collegas, e os deportados fôram restituidos á patria. Esta ausencia fôra motivada pelo honroso encargo de ir a Turim assignar o auto de recepção de sua alteza real a princeza D. Maria Pia de Saboya, a futura rainha de Portugal, encargo que lhe foi dado pela carta patente de 29 de agosto de 1862, pelo que largou as funcções de presidente do conselho em 12 de setembro para as reassumir no seu regresso em 6 de outubro, sendo por esta occasião elevado ás honras de duque de juro e herdade, pelo decreto de 3 do referido mez de outubro. Foi ainda durante o seu ministerio que rebentou o scisma do partido historico, dividindo-se em dois grupos, a que a linguagem popular deu os nomes de *unha preta* e *unha branca*, sendo este o fiel ao chefe, que tinha de se ligar com o partido regenerador, dando origem ao ministerio de fusão de 4 de setembro de 1865. Em 6 de setembro de 1868 foi reformado na patente de general de divisão. No dia 11 de agosto de 1869 foi novamente chamado ao poder, substituindo o ministerio do bispo de Vizeu, sendo presidente do conselho e gerindo a pasta do reino; este ministerio caiu em 19 de maio de 1870, quando se deu a revolta militar movida pelo marechal Saldanha, a que se seguiu o ministerio por elle organisado e presidido. Em 1871 foi nomeado presidente da camara dos pares, logar de que pediu a exoneração em 1873, por motivo de intrigas politicas. O duque de Loulé possuia as seguintes honras: gran-cruz das ordens da Torre e Espada e de Nossa Senhora da Conceição, commendador da de Christo; gran-cruz das ordens de S. Mauricio e S. Lazaro, da Sardenha; de Ernesto Pio, de Saxe Coburgo-Gotha, de Carlos III, de Hespanha; de Leopoldo, da Belgica; de Leão, dos Paizes Baixos; da Aguia Vermelha, da Prussia; da Corôa Verde, de Saxonia; da Aguia Negra, da Prussia; de Pio IX; de Danebrog, da Dinamarca; cavalleiro de S. João de Jerusalem, e da Annunciada, de Italia. Tambem possuia a medalha de D. Pedro e D. Maria com o algarismo n.º 9.

Loulé *(D. Pedro Agostinho de Mendoça Rolim de Moura Barreto, 10.º conde de Valle de Reis, 3.º*

marquez e 2.º duque de). Mordomo-mór e veador da casa da rainha senhora D. Maria Pia, estribeiro mór d'el-rei, par do reino, tomando posse na respectiva camara a 8 de fevereiro de 1876, general de brigada reformado, commandante do forte da Guia, etc. N. em Paris a 7 de outubro de 1830, sendo filho do 1.º duque de Loulé (*V. o artigo antecedente*), e de sua mulher, a infanta D. Anna de Jesus Maria de Bragança. Assentou praça, aos 18 annos de edade, em 11 de novembro de 1848, e tendo sido promovido successivamente por antiguidade, era em 1883 major de cavallaria, sendo n'esse anno promovido a tenente-coronel em 10 de outubro, e reformado na patente de general de brigada em 9 de dezembro de 1885. Por morte de seu pae, herdou a sua importante casa, honras e titulos. Casou em 19 de abril de 1852 com D. Constança Maria de Figueiredo Cabral da Camara, filha dos 2.ºˢ condes de Belmonte, D. José Maria de Figueiredo Cabral da Camara e D. Maria Domingas Castello Branco. O sr. duque de Loulé é muito dedicado á arte musical, e um distincto amador. Foi um dos fundadores da Academia Real dos Amadores de Musica, organisada em 1884, desempenhando desde a primeira sessão o cargo de presidente da assembléa geral. Na ordem da antiguidade e de precedencia é o socio n.º 1, sendo tambem um dos executantes na orchestra. Em differentes datas tem sido agraciado com as seguintes condecorações: gran-cruz da ordem de Christo e commendador da de Nossa Senhora da Conceição; gran-cruz das ordens estrangeiras: Carlos III, de Hespanha; de S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia; da Corôa de Ferro, da Austria; de Nossa Senhora de Guadalupe, do Mexico; grande official da Legião de Honra, de França. Tambem possue a medalha militar de prata de comportamento exemplar. Na edição manuscriptas dos *Lusiadas* de Camões, publicada ha annos, vê-se uma das estancias copiada pelo sr. duque de Loulé.

2.º duque de Loulé

Loulé. Villa da prov. do Algarve, séde de conc. e de com., distr. de Faro, bisp. do Algarve, relação de Lisboa. Tinha só uma freg., da invocação da S. Clemente, mas actualmente tem tambem a de S. Sebastião, organisada pelos decretos de 13 de agosto de 1890 e 3 de dezembro de 1891. A villa pertence á 4.ª div. mil., 8.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro. A Meza da Consciencia e Ordens apresentava o prior, que recebia 240 alqueires de trigo, 180 de cevada, 180 almudes de vinho, e mais, de umas capellas de missas, 116 alqueires de trigo e réis 24$000 em dinheiro, annualmente. A villa é importantissima, e o concelho o maior do Algarve, e muito commercial, sendo o seu principal commercio a exportação de figos seccos, alfarroba, amendoa, obras de palma, esparto, louça ordinaria, calçado e cortiça. Compõe-se de 8 freguezias, comprehendendo as existentes na villa, com 8:849 fog. e 44:063 hab., sendo, 22:388 do sexo masc. e 21:675 do fem., n'uma superficie de 90:447 hect. As freguezias são as seguintes: S. João Baptista e S. Lourenço, de Almansil, hab. 3:233: 1:623 do sexo masc. e 1:610 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Alte, 4:846 hab.: 2:491 do sexo masc. e 2:355 do fem.; Santo Antonio, do Ameixial, 1:592 hab.: 840 do sexo masc. e 752 do fem.; S. Sebastião, de Boliqueime, 4:981 hab.: 2:487 do sexo masc. e 2:494 do fem.; S. Clemente, de Loulé, 12:840 hab.: 6:560 do sexo masc. e 6:280 do fem.; S. Sebastião, de Coulé, 9:671 hab.: 4:794 do sexo masc. e 4:877 do fem.; N. S.ª da Assumpção, de Querença, 2:270 hab.: 1:181 do sexo masc. e 1:089 do fem.; S. Sebastião, de Salir, 4:630 hab.: 2:412 do sexo masc. e 2:218 do fem. Loulé está situada nas abas da serra do Monte Figo, n'um alegre e elevado outeiro, proximo d'uma ribeira circumdada de campos, hortas, olivaes e pomares. O seu territorio é muito fertil e muito abundante de boas aguas. E' uma das mais antigas povoações do Algarve. Não se sabe com certeza quem foi o seu fundador, nem a epoca em que foi fundada. Pretendem alguns escriptores que fôsse construida com os materiaes da antiquissima cidade de Quarteira, mas não parece verosimil, porque Quarteira ficava junto ao mar entre Faro e Albufeira, e segundo alguns, no local onde hoje se vê a aldeia da Quarteira. A cidade de Quarteira foi fundada, segundo uns, pelos antigos lusitanos, e, segundo outros, pelos phenicios. Tambem ha quem tenha a opinião, de que Loulé é fundação dos cartaginezes, 404 annos antes da vinda de Christo. O que não padece duvida, é que esta povoação já existia em 715, quando os moiros invadiram a peninsula, mas não se sabe qual a sua categoria, nem se já se chamava *Loulé*. Foi o mestre da ordem de S. Thiago, D. Paio Peres Correia, quem a conquistou aos moiros em 1249, reinando D. Affonso III. Vendo este monarcha que os moiros, na maior parte, depois da conquista do Algarve, se recolhiam ás cidades africanas do litoral do Mediterraneo, deixando as terras do Algarve despovoadas e arruinadas, cuidou de as reconstruir e povoar de novo. Para este fim, concedeu a Loulé, em agosto de 1266, o mesmo foral que tinha dado a Faro, Silves e Tavira, o qual se compu-

nha de grandes privilegios e isempções, proprios para chamar a estas terras novos moradores. O castello de Loulé esteve algum tempo em poder dos castelhanos, mas o rei de Castella o mandou entregar a D. Affonso III em fevereiro de 1267. Este monarcha tambem concedeu foral aos moiros forros de Loulé, a 12 de julho de 1269. Seculos depois, el-rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 20 de agosto de 1504. Loulé era uma das praças mais fortes do Algarve, mas o terremoto do 1.º de novembro de 1755 lançou por terra o castello, assim como o antigo e sumptuoso convento da ordem de Santo Agostinho, que pertencera aos templarios. As fortificações eram muito antigas, pretendendo alguns que fôssem construcções dos romanos. D. Henrique de Menezes, senhor e conde de Loulé, a mandou reedificar em 1462. D. Henrique era filho do conde de Vianna, D. Duarte de Menezes, e D. Affonso o agraciou com o titulo de conde, instituindo o condado de Loulé. Este senhorio passou depois para D. Francisco Coutinho, conde de Marialvas que o deu em dote a sua filha, D. Guiomar Coutinho, quando casou com o infante D. Fernando, filho mais novo d'el-rei D. Manuel. Não havendo descendencia d'este matrimonio, vagou o senhorio para a Corôa. Depois foi dada a alcaidaria-mór aos condes de Valle dos Reis. A egreja matriz, S. Clemente, é muito antiga. O seu padroado entrou no escambo feito por el-rei D. Diniz que o terremoto arrazou. O 3.º de frades franciscanos capuchos da provincia da Piedade, fundado em 1546 por Nuno Rodrigues Barreto e sua mulher, D. Leonor de Milão. Em 1692 passaram os religiosos para outro que se havia construido n'outro local, mas proximo, por o antigo ameaçar ruina. Houve tambem o convento de Nossa Senhora da Conceição, de religiosas da ordem de S. Francisco, que principiou por um recolhimento de mulheres pobres, mas por serem poucas e pobres, fôram mandadas para o convento das bernardas, de Tavira, ainda muito antes de 1834. No largo d'este convento existia um chafariz, no qual, a par das armas de Portugal, com a orla de 15 escudos, estavam as da villa, que são um loureiro verde sobre um castello. Na Torre do Tombo, porém, as armas de Loulé são um escudo em branco, sem mais divisa. Foi demolido em 1838 para se fazer outro, uns 10 metros ao O do antigo. Esta obra principiou em 4 de setembro de 1837. A Misericordia é pobre, pelo que se lhe annexou, por carta de 25 de fevereiro de 1570, um hospital para pobres, instituido por D. Affonso V, fundado n'uma albergaria, que existira na villa. Os primeiros doentes, que se recolheram n'este hospital, fôram os soldados feridos na tomada de Tanger, em 1471. Denominava-se *Hospital de Nossa Senhora dos Pobres* ou *do O'*. Em carta de 8 de outubro de 1682 foi nomeado seu administrador o padre João de Aguiar Ribei-

Loulé — [I]greja ma[t]riz

com D. João Osorio, mestre da ordem de S. Thiago, em 4 de dezembro de 1298, e desde então ficou pertencendo a esta ordem. Pelos dizimos da commenda se pagava ao parocho, a tres beneficiados e a um sacristão. Em Loulé houve tres conventos de frades; o 1.º de franciscanos, que em 1580 o cardeal-rei deu aos frades cruzios. O 2.º de agostinhos descalços, antiquissimo, que pertencera primitivamente aos templarios. Foi o ro, que augmentou as rendas em 203$500 réis e 369 alqueires de trigo, com a obrigação de 80 missas resadas e 32 cantadas. D. Pedro II doou ao hospital uma pensão de 100$000 réis, em 15 de dezembro de 1692, a qual pagou o almoxarifado do Algarve até 1813. Em 13 de julho de 1694 o padre Aguiar Ribeiro nomeou, para lhe succederem na administração, os frades agostinhos do hospicio de Nossa Senhora das Dôres, o

que foi confirmado por alvará de 16 de julho de 1696. Em 24 de outubro de 1820, o bispo do Algarve, D. José Maria da Cunha Azeredo Coutinho, como presidente da *Junta do Melhoramento*, mandou vender o hospicio. Deixaram então os frades a administração da Misericordia, sendo o seu hospital transferido para o hospicio, com as suas respectivas officinas, formando os dois um só estabelecimento. Loulé, no antigo regimen, gozava da prerogativa de enviar procuradores ás côrtes,os quaes tinham assento no banco n.º 9. Até 1834 foi governada no civel, por um juiz de fóra. Nos ultimos tres dias do mez de agosto realisa se aqui uma feira, a chamada de *Loulé*, que foi concedida por D Affonso VI, por alvará de 11 de agosto de 1666. Loulé tem escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. S.; estação do caminho de ferro, linha sul e sueste, entre as de Boliqueime e de Almancil Nexe; advogados, procuradores, medicos, pharmacias, agencias bancarias e de seguros; notarios; fabricas de cêra, de curtimento de pelles, de fiação, de louça ordinaria e de sabão; vice-consul de Hespanha; hoteis; theatro; sociedades de instrucção e recreio: *Club Louletano*, *Cooperativa de Instrucção e Recreio Popular*, *Gremio Artistico*; philarmonicas: *Alumnos Artistas de Minerva* e *União Marçal Pacheco*. Além da feira de agosto, ha em Loulé ainda as seguintes: 2.º domingo da quaresma, denominada dos *Passos*; a 8 de dezembro, a de *Nossa Senhora da Conceição*; mercado em todos os domingos e dias santificados. A' ermida da Senhora da Piedade, a 2 k. da villa, faz-se uma romaria no 2.º domingo depois da quaresma. No concelho de Loulé ha minas de cobre, que fôram lavradas pelo governo, nos seculos XVII e XVIII. Os arredores são muito pittorescos; por toda a parte se encontram copados arvoredos, fontes e arroios de boas aguas, hortas e pomares bem cultivados. Ha tambem 7 ermidas: *N. S.ª da Piedade*, *N. S.ª das Portas do Céo*, *N. S.ª da Boa Hora*, *N. S.ª do Bom Successo*, *N. S.ª da Conceição*, da Quarteira, e duas de *Santa Luzia*. No concelho ha montados de sobreiros e azinheiros, onde se criam bastantes porcos. Bibliographia: *Monographia do concelho de Loulé*, pelo dr. Athaide de Oliveira. || *Jornaes*. Teem sido aqui publicados: *Algarvio (O)*, 31 março, 1889; *Folha de Loulé*, 9 abril, 1905, em publicação (dezembro, 1907); *Folha do Sul*, 5 janeiro, 1902, em publicação (dezembro 1907); *Louletano (O)*, 9 janeiro, 1893; *Pregoeiro (O)*, 4 agosto, 1898 a 31 outubro, 1901.

Loulé—Hospital da Misericordia

Loumar. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Moreira do Geraz do Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Louraço. Ilha de S. Jorge; pov. e freg. de N. S.ª do Livramento, do conc. da Calheta, com. de S. Jorge, distr. e bisp de Angra do Heroismo.

Louradella. Pov. na freg de S Sebastião, de Queiriga, conc. de V. N. de Paiva, distr. de Vizeu.

Louraes Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Calmeias, conc. e distr. de Leiria. || Santo André, de Santa Cruz do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Gandra, do mesmo conc e distr. || Ilha de S. Jorge: pov. na freg. de S. Thiago, de Ribeira Secca, conc. de Calheta, distr. de Angra do Heroismo || Logar da ilha de S. Jorge. E' o limite da região começada na ponta do Topo, onde não houve nunca tremores de terra e onde a vegetação é opulentissima.

Loural. Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira e distr. do Funchal: S. Salvador e conc.

de Santa Cruz; freg. e conc. de S. Vicente. || Santa Lucrecia de Algeriz, conc. e distr. de Braga. || Ilha de Santa Maria: N. S.ª da Purificação, do Espirito Santo, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada.

Loural de Baixo, Loural Primeiro, Loural Segundo. Tres povoações na freg de S. Thiago, de Ribeira Secca, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Loure. V. *São João de Loure.*

Loureda. Pov. na freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 92 fog. e 338 hab. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada na margem do rio Vez. Foi séde do antigo arciprestado de Valle-de-Vez, e eram os arciprestes que apresentavam o vigario, que tinha 150$000 réis de rendimento annual. No logar do Paço havia uma casa nobre que pertenceu á familia dos Caldas, administradores da capella da Conceição, dos Arcos, instituida pelo abbade de Sabadim. Ainda existem vestigios d'essa casa. A pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Lourede de Cima. Pov. na freg. do Salvador do Monte conc. de Amarante, distr. do Porto.

Louredinho Pov na freg. de Santa Maria, de Valle, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Lourêdo E' appellido nobre, tomado d'uma das povoações d'este nome, mas hoje fóra de uso. O infante D. Pedro, no seu *Livro de Linhagens*, a fl. 57, v., chama á freg. de S. Vicente da pov. de Louredo, do conc. de Arouca, distr. de Aveiro, *Lourêdo da Beira*, para não se confundir com outras do mesmo nome, e segundo elle, Soares de Albergaria e outros, o appellido *Lourêdo* foi tomado d'esta aldeia. Tem o seguinte brazão d'armas: Em campo verde, um castello d'ouro, lavrado de negro, com portas e frestas de azul, entre dois leões de prata, trepantes, lampassados de purpura. Elmo aberto, e por timbre um dos leões das armas. Esta familia deixou ha muitos annos o appellido de Louredo, por se ter ligado, por casamento, com outra familia de appellido mais nobre, a dos *Menezes*. O seu solar era na freg. de S. Vicente da referida aldeia, onde possuia uma bella casa de habitação, com bonita capella, e grandes rendimentos em propriedades e fóros.

Louredo *(Manuel Lourenço Baeta Neves, 1.º barão de).* Commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição; proprietario e negociante em Barbacena, imperio do Brazil; subdito portuguez. N. a 10 de janeiro de 1814, sendo filho de Joaquim Baeta Neves, proprietario, e de sua mulher D. Maria Affonso, ambos naturaes do logar de Corte Redór, na freguezia de Cadafoz, conc. de Arganil. Casou em 1837 com D. Anna Quiteria de Sequeira Alvim, filha do major Anacleto Dias Sequeira e de D. Maria Cherubina do Carmo Alvim. Foi agraciado com o titulo de barão de Louredo, por decreto de 17, e carta de 21 de janeiro de 1869.

Louredo. Pov. e freg. de Santa Clara, da provincia do Alemtejo, conc., com., distr. e bisp. de Beja; 204 fog. e 753 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada na estrada real de Beja a Mertola A mitra apresentava o cura, que tinha 330 alqueires de pão meiado. A terra é fertil em cereaes, e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. || Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Santa Martha de Penaguião, com. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 179 fog. e 822 hab. Tem escolas d'ambos os sexos. A pov. dista 6 k da séde do conc. e está situada na falda da serra do Marão, proximo do rio Aguilhão. A mitra primacial apresentava o abbade, que tinha 400$000 réis de rendimento. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. Foi annexada ao conc. de Villa Real, pelo decreto de 26 de setembro de 1895, que suppriiu o de Santa Martha de Penaguião, e voltou novamente para este, por ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. || Pov. e freguezia de N. S.ª do Rosario, da prov. do Minho, conc. e com. de Vieira, distr. e arceb. de Braga; 123 fog. e 534 hab. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Cávado, na falda d'uma serra. A abbadia de S. Gens de Salamonde apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Povoa de Lanhoso, distr. e arceb. de Braga; 64 fog. e 255 hab. A pov. dista 2 k. da séde do conc. O prior do mosteiro do Souto apresentava o vigario, que tinha 30$000 réis e o pé d'altar. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8 com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. do Douro, conc. e com. da Feira, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 200 fog. e 728 hab. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 20 k. da séde do conc. O reitor de S. Pedro, de Canedo, apresentava o cura, que tinha 80$000 réis de rendimento. A terra é fertil, e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. Pertencia ao conc. de Arouca, e foi annexada ao da Feira por decreto de 21 novembro de 1895. || Pov. e freg. de S. João Baptista, da provincia do Douro, conc. e com. de Amarante, distr. e bisp. do Porto; 85 fog. e 329 hab. A pov. dista 5 k. da séde do conc. Pertenceu ao arcebispado de Braga, e o arcebispo apresentava o abbade por concurso synodal, que tinha 400$000 réis de rendimento. D. Affonso III deu-lhe foral em setembro de 1213. Esta freg. chamava-se então *Lourêdo de Terras de Gouveia*. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. Christovão, conc. e com. de Paredes, distr. e bisp. do Porto; 147 fog. e 571 hab. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem direita do rio Sousa. O papa e o abbade benedictino do mosteiro de Paço de Sousa apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 370$000 réis de rendimento. Foi villa e behetria, e depois honra, que D. Affonso IV concedeu a D. Leonor Furtado, pelas annos de 1340. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18 com a séde no Porto. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Abragão, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santo André, de Poiares, conc. de Poiares, distr de Coimbra. || Santa Maria, de Arrifana, do mesmo conc. e distr. || Santa Maria, de Avelleda,

conc. e distr. de Braga. || S. Julião, de Calendario, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo districto. || S. Bartholomeu, de Campello, conc. de Baião, distr. do Porto. || O Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Mamede, de Coronado, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Cypriano, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Gilhofrei, conc. de Vieira, distr. de Braga. || N. S.ª da Natividade, de Luso, conc. de Mealhada, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de Meiomães, concelho de Rezende, distr de Vizeu. || S. Lourenço, de Paranhos, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Pedro e conc. de S. Pedro do Sul. distr. de Vizeu. || S. Martinho e conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Revelhe, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Matheus, da Ribeira, conc. de Terras do Bouro, do mesmo distr. || Santa Maria, de Sá, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Lourêdo d'Além, Pov. na freg. de Santa Cecilia, de Villaça, conc. e distr. de Braga.

Louredo d'Almas. Pov. na freg. de S. Salvador do Monte, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Louredo de Baixo. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Meiomães, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Salvador do Monte, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Louredo de Cima. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Meiomães, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Louredo de Mattos. Pov. na freg. de S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Loureira. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 111 fog. e 507 hab. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Homem. O arcebispo apresentava o abbade, por concurso synodal, que tinha 220$000 réis de rendimento. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Santa Catharina da Serra, conc. e distr. de Leiria. || S. Pedro, de Gondarem, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Santo Estevão, de Pussos, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || N. S.ª do O' de Ançãon, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Loureiro. Familia que tomou este appellido da quinta do Loureiro, na freg. de Silgueiros, no termo de Vizeu. São Figueiredos, e usam das mesmas armas. Ao capitão Luiz do Loureiro accrescentou o brazão el-rei D. João III a 26 de julho de 1551, dando-lhe o escudo esquartelado, tendo no primeiro quartel, em campo vermelho um castello de prata, com escada de ouro; o contrario partido em pala; na primeira, em campo de ouro, uma bandeira verde, de haste vermelha, ferro de prata; a segunda, de vermelho, com bandeira de prata, haste de ouro, ferro de sua côr. Ao segundo e ao contrario, as armas dos Figueiredos: Em campo vermelho cinco folhas de figueira verdes perfiladas de ouro; timbre, dois braços de leão vermelhos, em aspa, tendo cada um uma folha de figueira na garra, e entre elles o alcaide de Azamor nascente, tendo as mãos atadas com um cordão de ouro.

Loureiro *(Arthur)*. Pintor paizagista contemporaneo. N. no Porto em 1853, sendo filho do antigo medico Francisco José de Sousa Loureiro, e irmão do fallecido escriptor e jornalista Urbano Loureiro. Tendo frequentado com a maior distincção a Academia de Bellas Artes de Lisboa, foi completar os seus estudos de pintura em Roma, e depois em Paris, subsidiado pelo Estado. Aprimorada a sua educação artistica nos *ateliers* dos mais afamados pintores, partiu para Australia, residindo em Melbourne perto de 20 annos, onde dirigiu uma escola industrial de desenho e arte decorativa para o sexo feminino. Na Galeria Nacional d'aquella cidade encontram-se duas télas do illustre pintor portuense, adquiridas por elevado preço. Elle e Sousa Pinto são os unicos artistas portuguezes que figuram na referida Galeria Nacional de Melbourne. Depois de longa ausencia regressou ao Porto, e em 1903 expoz n'uma das salas do Palacio de Crystal uma collecção de quadros que mereceram as mais lisonjeiras referencias, como os seguintes: *Mar agitado*, *Sol posto*, *Mar calmo*, *Barcos*, *D'aldeia em aldeia*, etc. No Palacio de Crystal estabeleceu uma escola de pintura. Diz um dos seus biographos: «Paizagista de grandes qualidades; as suas télas denunciam um temperamento forte de artista que possue uma maneira sua e pinta sem subordinações deprimentes a determinados principios ou escolas. A longa permanencia no estrangeiro robusteceu-lhe as qualidades, naturaes tão distinctamente reveladas quando estudante, integrando-o definitivamente na arte que com tanto amor cultivara. Arthur Loureiro é um dos mais illustres pintores portuenses, e um dos mais distinctos ao lado dos que se salientam nos grandes centros artisticos do estrangeiro.» No Museu Municipal do Porto existe um seu quadro, adquirido em 1873, intitulado *Paizagem no Alfeite*, Ribatejo.

Loureiro *(Belchior)*. Advogado muito apreciado no seu tempo. Era natural de Beja, e ali fal. em 1665. Foi professor de Direito Civil. Deixou alguns trabalhos inéditos, em que se conta: *Glossa sobre as Remissões de Barbosa, e á ordenação com todas as ampliações, e limitações que ha sobre a Ordenação, como sobre o que escreveu o mesmo Barbosa*.

Loureiro *(Benjamim Maria de)*. Capitão do corpo de officiaes da administração militar. N. em Ribafeita, concelho de Vizeu, em 21 de fevereiro de 1865. Assentou praça em 27 de abril de 1883, sendo promovido a alferes em 30 de setembro de 1891, a tenente em 2 de novembro de 1899, a capitão em 15 de maio de 1904. Tem a medalha de prata de comportamento exemplar. Sendo 1.º sargento da guarda fiscal, escreveu e publicou em 1888, no Porto: *Programma para o exame de primeiro cabo na guarda fiscal, ordenado no capitulo II do decreto de 15 de novembro de 1888, publicado no Boletim da Guarda Fiscal n.º 8, e em harmonia com o estatuido no artigo 3.º do decreto de 9 de setembro de 1886—Prova oral com as respostas correspondentes extrahidas dos regulamentos então em vigor*.

Loureiro (*Francisco de Sousa*). Do conselho do principe regente D. João, doutor e lente jubilado de Medicina da Universidade de Coimbra,

primeiro medico da real camara, physico-mór do reino, deputado da junta do proto-medicato, director geral da Academia das Bellas Artes de Lisboa, membro do Conservatorio Real da mesma cidade, socio da Academia de Medicina de Barcelona, etc. N. em Coimbra, sendo baptisado a 20 de setembro de 1772; fal. em Lisboa a 19 de outubro de 1844. Era filho do dr. Manuel de Sousa Loureiro, e de sua mulher D. Thereza Victoria de Sousa. Matriculando-se na Universidade, tomou o grau de doutor em 28 de junho de 1795, com o nome de Francisco José de Sousa Loureiro. Em seguida foi nomeado lente substituto extraordinario das duas cadeiras de Medicina pratica, as quaes regeu até 1 de maio de 1800, em que passou a substituto ordinario. Continuou a leccionar estas cadeiras, sendo em 1805 despachado lente de materia medica e pharmacia, passando depois ás cadeiras de Physiologia e Pathologia, que regeu durante 10 ou 11 annos. Grangeando creditos de bom professor e de muito versado em boas letras, foi escolhido por D. João VI para mestre do infante D. Miguel, e depois de terminar esta commissão voltou ao exercicio da clinica. Sendo director geral da Academia de Bellas Artes, pronunciou na sessão solemne de distribuição de premios em 1843, um discurso, que foi impresso em 1844, e traduzido em francez foi incluido na obra *Les Arts en Portugal* do conde Raczynski, sendo acompanhado de observações e reparos justificados, que não são muito favoraveis á proficiencia do autor em assumptos artisticos. No *Dictionnaire Historico-Artistique du Portugal*, do referido conde, tambem se encontra um juizo critico a este respeito, a pag. 178 e seguintes. Escreveu *O braço invencivel na guerra ou Palafox*, traducção d'uns versos latinos de Fr. Fortunato de S. Boaventura, sairam na folha 6.ª da *Collecção de Poesias*, publicadas por occasião da restauração do reino, Coimbra, 1809; *Proclamação de Manuel de Sousa Moreira, estudante da faculdade medica... posta em linguagem*, Coimbra, 1808; *Juizo Imparcial em resposta a um medico, seu discipulo e seu amigo, que o consultou sobre o uso e applicação da quina, do sulphato de quinino, e da agua de Inglaterra nas febres, e nas molestias chronicas*, Lisboa, 1849; 2.ª edição, 1842; *Na sessão publica triennal, e distribuição dos premios na presença de Suas Magestades Fidelissimas, em 29 de dezembro de 1843; discurso pronunciado pelo director Francisco de Sousa Loureiro; O grupo de Lacoonte, e a Eneida portugueza de João Franco Barreto*, breve dissertação artistica publicada no *Cosmorama Litterario*, de 1840, a pag. 41, 52 e 56; *Parecer apresentado ao Conservatorio sobre um drama «Miguel de Vasconcellos» proposto para premio;* saiu no tomo II das *Memorias do Conservatorio*, Lisboa, 1843, de pag. 115 a 121. Escreveu tambem dois *Sonetos* a Manuel Ferreira de Seabra, por occasião d'este lhe ter dedicado a traducção da tragedia *Zaira*; sairam com a mesma traducção, impressa em Coimbra, 1817.

Loureiro *(P. João)*. Jesuita; grande botanico, e missionario na Cochinchina. N. em Lisboa em 1710, pouco mais ou menos, onde tambem fal. em 18 de outubro de 1791. Cursou os estudos no collegio de Santo Antão, e vestiu a roupeta de jesuita em 1732. O padre João Loureiro destinou-se a consagrar-se inteiramente á vida religiosa que professava, e alcançada a licença dos seus superiores partiu para a China em 1735, segundo elle proprio declara em carta de 13 de agosto de 1775. Ali o esperavam grandes trabalhos, sendo-lhe precisa toda a prudencia, constancia e caridade christã para alcançar algum resultado da ardua tarefa que emprehendera, de missionario apostolico. Não podia, porém, livremente exercer a religião catholica entre aquelles povos, mas não desistindo dos seus intentos, fingiu-se medico para obter licença de residir ali, o que era prohibido aos europeus, e entrar sem suspeita na casa dos christãos e administrar-lhes os sacramentos; porém, como podia ser chamado pelos gentios no exercicio da sciencia que fingia praticar, resolveu applicar-se ao estudo da botanica, correndo para isso grandes perigos para obter as plantas, cujas virtudes medicinaes precisava estudar profundamente, e vendo-se n'esta empresa desajudado por completo de livros que o dirigissem em carreira tão difficil como estranha para elle. Teve a fortuna, porém, de ser procurado pelos naturaes, que de toda a parte ali concorriam, e que até o proprio rei lhe permittisse ter residencia na Cochinchina, nomeal-o director dos estudos physicos e mathematicos da côrte, com quanto lhe não désse licença de fazer missões publicas para a propagação do Evangelho, tolerando, comtudo, que occulta e acauteladamente o fizesse. O padre Loureiro ia fazendo larga provisão das plantas que serviam ao seu intento e desprezando as outras, mas lembrando-se do muito que a botanica podia lucrar se elle as colligisse todas e reduzisse esses trabalhos a um systema regular e scientifico, resolveu empregar-se tambem n'esses cuidados, e prestar ás sciencias serviço egual ao que n'aquellas paragens estava fazendo á religião. Faltavam-lhe os livros, mas finalmente pôde alcançar, que o capitão de navio Thomaz Riddel lhe mandasse de Cantão um *Genera plantarum*, e outras obras de Linneu, que lhe serviram de auxilio valiosissimo. O padre João Loureiro viveu 36 annos na Cochinchina, estando 4 annos em Macau; em 1779 foi para Cantão, onde se demorou 3 annos, colhendo grande abundancia de noticias botanicas, e conseguindo que um natural do paiz lhe levasse as plantas, visto que era vedado aos europeus a saida do povoado. No regresso a Portugal permaneceu tres mezes em Moçambique, tambem entregue a estudos botanicos, e á comparação reciproca das diversas plantas que colligia, e estudava. Durante estas custosas peregrinações preparou o padre João Loureiro a sua *Flora cochinchinense*, que offereceu á Academia Real das Sciencias, a qual a mandou imprimir, e em 1790 a *Historia natural e civil da Cochinchina*, com a carta geographica d'aquelle paiz, que estava em Londres no poder de José Bancks, distincto cultivador das sciencias e protector decidido dos sabios, que tanto honrara com a sua amizade o abbade Correia da Serra, e que se correspondia com o padre João Loureiro para a Cochinchina, convidando-o repetidas vezes para que fôsse viver na sua companhia em Inglaterra, e honrando-o com os maiores e successivos louvores. Chegou a Lisboa em janeiro de 1782, tendo-o já a Academia Real das Sciencias nomeado seu socio em 4 de abril de 1781, distincção a que elle correspondeu dignamente com a publicação da sua

Flóra cochinchinense, reimpressa muitas vezes em Allemanha, e annotada por Wildenow, com as 6 memorias, que andam nas Memorias da Academia, que são todas de grande merecimento, e com outros trabalhos seus que se guardam nos archivos d'aquella sociedade, sendo alguns na lingua chineza, que elle sabia perfeitamente. A Sociedade Real de Londres, de que era socio, tambem se aproveitou dos seus trabalhos de botanica, publicando alguns d'elles nas suas *Memorias*. Já em edade muito avançada, enfraquecido pelas peregrinações e por tão aturados e trabalhosos estudos, falleceu n'uma casa da rua do Sol, da freguezia de Santa Engracia. A memoria d'este conspicuo e respeitavel missionario teve a devida commemoração no *Elogio historico*, que escreveu o dr. Bernardino Antonio Gomes, o qual foi lido na sessão solemne da Academia das Sciencias em 30 de abril de 1865. Apezar de ser jesuita, o padre Loureiro nunca foi inquietado, porque o seu valor scientifico tornava-o superior a todas as questões politicas e religiosas do seu tempo. Bibliographia: *Flóra Cochinchinensis, sistens Plantas in regno Cochinchinae nascentes*, etc., Lisboa, 1790, 2 tomos; *Memoria sobre a transplantação das arvores mais uteis de paizes remotos*, no vol. I das *Memorias Economicas da Academia*; *Memoria sobre o algodão, sua cultura e fabrico*, idem; *Da incerteza que ha ácêrca da gomma myrrha: dá se noticia de um arbusto, que tem as mesmas qualidades e virtudes;* na *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias*, tomo I; *Memoria sobre uma especie de petrificação animal*; idem, tomo II; *Exame physico e historico «Se ha ou tem havido no mundo diversas especies de homens»*, no mesmo vol.; *Descripção botanica das cubebas medicinaes*, idem; *Consideração physica e botanica da planta Aerides, que nasce, e se alimenta no ar;* idem.

Loureiro *(João Bernardo da Rocha)*. V. *Rocha Loureiro (João Bernardo da)*.

Loureiro (*Fr. José de*). Religioso da ordem de S. Bernardo, no convento de Alcobaça, que viveu no seculo XVIII. Escreveu: *Oração congratulatoria e panegyrica, pelo livramento da conjuração machinada contra a pessoa e importantissima vida do ex.*^{mo} *Marquez de Pombal*, Lisboa, 1776. D'esta conspiração era accusado o genovez João Baptista Pelle. De Fr. José Loureiro encontram-se varias poesias portuguezas e latinas no livro: *Relação das acções em que, no real mosteiro de Alcobaça, se renderam graças pelos felicissimos annos de el rei D. José, em 6 de junho de 1775*. Escreveu mais: *Theatro litterario ou origem das letras*, Coimbra, 1767; consta de dois pequenos discursos, um ácêrca da origem da eloquencia e da philosophia, e outro a respeito da hypocrisia litteraria.

Loureiro (*José Candido*). Doutor em Medicina pela faculdade de Bruxellas, medico-cirurgião pela escola de Lisboa, membro de varias sociedades medicas nacionaes e estrangeiras, etc. N. em Lisboa em 1821, onde tambem fal. a 29 de maio de 1870. Era filho de João Baptista Loureiro. Frequentando a Escola Medica, defendeu these a 29 de julho de 1842. Em 8 de novembro de 1856 foi nomeado medico extraordinario do hospital de S. José, e n'esse mesmo anno foi director do hospital da Cholera Morbus, no Caes dos Soldados; em 1857 tambem foi director do hospital da Febre Amarella no Desterro. Querendo dedicar-se especialmente ao estudo das doenças de olhos, partiu para Bruxellas, onde esteve funccionando como medico adjunto ao Instituto ophtalmologico, e como chefe de clinica do dr. Cunier; em Paris serviu egualmente debaixo da direcção dos professores Desmarresy e Sichel, distinctos medicos d'aquella especialidade. Voltando para Lisboa em 1844, abriu no anno seguinte um consultorio ophtalmologico, auxiliado pelos drs. J. J. de Simas, F. Martins Pulido e Antonio Joaquim de Figueiredo. Este instituto durou pouco tempo, por causa das luctas politicas de então, e o dr. José Candido Loureiro só reabriu o consultorio em 1855, auxiliado por Sá Mendes, cirurgião-mór de infantaria n.º 10. Proseguiu por alguns annos, até que por contrariedades e embaraços que sobrevieram, o consultorio novamente fechou. Em 1867 foi nomeado pelo governo delegado official ao congresso internacional ophtalmologico reunido n'esse anno em Paris, de 12 a 14 de agosto. Publicou, tanto para serem presentes a esse congresso como ao congresso de Heidelberg em 1865, a que fôra á sua custa, uns estudos em francez sobre a influencia do tabaco nas doenças dos olhos. Em 1867 publicou o relatorio dos trabalhos do congresso de Paris, e n'esse relatorio um valioso estudo historico da ophtalmologia em Portugal. Os seus estudos sobre a influencia do tabaco nas doenças dos olhos, e principalmente a sua theoria de que é mais prejudicial o tabaco fumado do que cheirado, encontraram em Paris um contradictor no dr. Carcassone, resultando d'ahi sair o dr. Loureiro em sua defeza com uma carta em francez dirigida ao *Evénement medical*. Regressando a Portugal, trabalhou energicamente, para que se estabelecesse no hospital de S. José uma enfermaria para os ophtalmicos, idéa que já sustentara em 1857 nas suas *Considerações praticas sobre a irite*. A' doença, emfim, em que era especialista, consagrou quasi todas as suas obras. Em 1869 foi nomeado sub-delegado technico de saude no districto central de Lisboa, e n'essa qualidade publicou em 1869 no *Diario do Governo* um extenso relatorio sobre a epidemia de metro peritonite puerperal, que houve na enfermaria de Santa Barbara do hospital de S. José e no hospital provisorio da calçada de Sant'Anna. Em maio de 1870 adoeceu, e recolheu-se a um quarto do hospital de S. José. Sendo de caracter muito apprehensivo, julgou-se perdido e resolveu suicidar-se precipitando-se da janella do seu quarto, que era no terceiro pavimento; caindo sobre o lagedo, ficou em miseravel estado. O desastre dera-se pelas 3 horas da tarde de 29 do citado mez de maio, e na noite d'esse mesmo dia falleceu. Bibliographia: *Recueil de quelques écrits ophthalmologiques, publiés dans differents journaux français et belges*, Lisbonne, 1844; *Considerações praticas sobre a irite e suas principaes terminações, precedidas de algumas reflexões sobre a urgente necessidade de uma enfermaria especial para o tratamento das molestias de olhos*, Lisboa, 1857; *Duas palavras sobre o relatorio e projecto de lei n.º 121, apresentado na camara dos pares pelo digno par o sr. Margiochi, e sobre o decreto de 3 de outubro de 1860*, etc.; sairam na *Politica Liberal*, n.º 284 e 292, de 1861; *Refutação da resposta do dito senhor ás «Duas palavras»*, etc.; no

mesmo jornal, começada no n.º 316 de 25 de maio, continuada no dia seguinte, e concluida no n.º 334; *Do tratamento do tumor e da fistula lacrimal pelas injecções lacrimonasaes e dilatação progressiva, a proposito de varios doentes do consultorio ophtalmologico de Lisboa*, Lisboa, 1861; *Algumas considerações praticas sobre a chloroidite a proposito de varios doentes do consultorio ophtalmologico de Lisboa*, Lisboa, 1861, com uma estampa; *Consultorio ophtalmologico de Lisboa, ou clinica de molestias de olhos; relatorios e estatisticas dos doentes ali vistos e tratados nos annos de 1860 e 1861, seguidos de algumas considerações geraes sobre a especialidade de molestias de olhos em Portugal*, Lisboa, 1862; *Influence du tabac à fumer sur les maladies des yeux, communication faite au congrés ophtalmologique d'Heidelberg de 1865*, Paris, 1865; *Quelques remarques pratiques sur l'ophtalmo-nicotisme et sur l'ophtalmo-alcoolisme communication faite au congrés international periodique d'ophtalmologie de Paris de 1867*, Paris, 1867; *Relatorio sobre o congresso periodico de ophtalmologia reunido em Paris no mez de agosto de 1867, apresentado a s. ex.ª o ministro e secretario d'estado dos negocios do reino* (em 11 de dezembro de 1867), Lisboa, 1868; *Lettre adressée à la rédaction de l'Evénement médical*, Paris, 1868; *Relatorio sobre a epidemia de metro peritonite puerperal, que grassou na enfermaria de Santa Barbara do hospital de S. José, e no provisorio da calçada de Sant'Anna, desde dezembro de 1863 a abril de 1868, apresentado a s. ex.ª o sr. ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, e presidente da junta consultiva de saude publica;* saiu no *Diario do Governo*, de 20 e 22 de novembro de 1869. O dr. José Candido Loureiro publicou varios artigos nos tomos IX, XVI e XIX do *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*.

Loureiro *(José Jorge)*. Marechal de campo, do conselho de sua magestade, conselheiro de Estado, ministro, 1.º ajudante de campo de D. Pedro V, etc. N. em Lisboa a 23 de abril de 1791, onde tambem falleceu em 1 de junho de 1860. Era filho de Domingos Gomes Loureiro, acreditado negociante de Lisboa, e de D. Anna Izabel Joaquina de Loureiro. Concluidos os preparatorios matriculou-se em Direito na Universidade de Coimbra. No principio do curso surprehendeu-o a revolução contra as tropas francezas em 1808, que o levou a alistar-se como voluntario no batalhão academico. Depois da convenção de Cintra assignada em agosto d'esse anno, pela qual Junot saiu de Portugal, José Jorge Loureiro voltou a Lisboa, reconhecendo a sua vocação mais para a vida militar, do que para a advocacia. Seu pae, porém, não se conformava com aquella resolução, e exigia que elle proseguisse o curso de direito. Em casa de seus paes achava-se então hospedado o brigadeiro inglez Campbell, e por sua influencia pôde José Jorge Loureiro conseguir satisfazer os seus desejos. Tinha 18 annos, e assentou praça a 25 de abril de 1809, e aproveitando a disposição que concedia o posto de alferes aos voluntarios academicos, foi despachado official a 24 de setembro d'esse mesmo anno. A's ordens do general Campbell, que o requisitara para seu ajudante de campo, começou os estudos praticos da arte da guerra, entrando em successivas batalhas, distinguindo-se em algumas d'ellas principalmente nas de Albuhera em 16 de maio de 1811, e Pamplona em agosto de 1813. Em setembro de 1812 foi promovido a tenente, e quando terminou a campanha, recolheu á patria. Em 1818 teve a promoção de capitão, e adheriu ao movimento liberal, sendo n'esse anno nomeado addido á legação portugueza na Suecia, cargo em que se conservou por alguns annos; regressando a Lisboa foi collocado no regimento de infantaria n.º 1. Era esta a sua situação, quando em 1828 desembarcou em Lisboa o infante D. Miguel. Partidario enthusiasta da revolução liberal, emigrou para Londres, passando pouco depois a Paris, e emquanto ali esteve, frequentou os cursos de sciencias naturaes, economicas e historicas, alternando sempre as lições theoricas com os estudos praticos. Sempre com a idéa de alargar e augmentar os seus conhecimentos e instrucção, emprehendeu excursões a varios pontos da França, aos Alpes e á Suissa. Transportou-se depois para as ilhas dos Açôres a reunir-se aos bravos defensores da causa da liberdade. Chegado á ilha Terceira foi-lhe confiada a commissão de chefe do estado maior da 2.ª divisão expedicionaria. Entrou na batalha de Ponte Ferreira, onde ganhou o posto de major, e sendo encarregado em fins de julho da repartição do quartel mestre general no commando em chefe do exercito libertador, de tal fórma se distinguiu na batalha de 29 de setembro, que D. Pedro IV o agraciou com a commenda da Torre e Espada. Tão repetidos feitos e tão distinctos serviços explicam a rapidez da sua carreira, e a escolha que sempre mereceu para as commissões mais honrosas, mas tambem mais arriscadas, que pódem ser incumbidas nos campos de batalha. Assim sob as ordens do general Stubs exerceu o logar de chefe do estado maior da 3.ª divisão do exercito, e em meado do anno de 1833 foi nomeado quartel-mestre general da divisão, commandada pelo duque da Terceira, que destroçou as forças miguelistas, atravessando denodadamente o Alemtejo, tendo desembarcado na praia de Cacella, aportando depois a Lisboa no memoravel dia 24 de julho. O exito d'esta operação militar, que tão decididamente concorreu para o triumpho tão assignalado da causa liberal, deve-se em grande parte a José Jorge Loureiro, como a ella se deveu a organisação do exercito, que valiosa e brilhantemente defendeu as linhas de Lisboa contra as tropas miguelistas. Terminada a guerra, o bravo militar dedicou-se á politica, e foi ministro pela primeira vez em 18 de novembro de 1835, sendo encarregado da pasta dos negocios da guerra, tendo por companheiros o marquez de Saldanha, na presidencia, Francisco Antonio de Campos na fazenda, visconde de Sá da Bandeira no reino, Vellez Caldeira na justiça, e o marquez de Loulé nos estrangeiros. Sete dias depois assumiu José Jorge Loureiro a presidencia do conselho, entrando para a pasta do reino Luiz da Silva Mousinho d'Albuquerque, ficando o visconde de Sá da Bandeira com a da marinha. Este ministerio caiu em 20 de abril de 1836, principalmente por causa das difficuldades financeiras que não pôde vencer. Ao poder subiu então o ministerio presidido pelo duque da Terceira. Em 1838, José Jorge Loureiro pediu a demissão do posto de coronel, que lhe havia sido conferido em 1834, e

sendo reintegrado em dezembro de 1840, foi logo em seguida nomeado chefe do estado maior do exercito de observação, que n'esse tempo se formou em consequencia das complicações diplomaticas que se seguiram entre Portugal e Hespanha. Em 1842, dando-se a restauração da Carta Constitucional, entrou no gabinete constituido em 9 de fevereiro sob a presidencia do duque da Terceira, com a pasta da marinha, e interinamente com a da fazenda. Esta sua gerencia foi de curta duração, porque durante o anno de 1842 as evoluções ministeriaes fôram de quasi todos os dias. Depois da revolução de 1846 tornou a entrar no ministerio presidido pelo duque de Palmella, gerindo as pastas da marinha e da guerra desde 16 de maio até 19 de julho do referido anno. Finalmente em 6 de junho de 1856, no gabinete presidido pelo duque de Loulé, assumiu a pasta da guerra, e interinamente a da fazenda, sendo substituido em ambas a 23 de junho de 18 7. Entretanto subiu o illustre militar ao generalato, e sendo escolhido por D. Pedro V para seu ajudante de campo logo em seguida á acclamação, em 185), foi em maio de 1860 nomeado 1.º ajudante de campo do monarcha, pelo fallecimento do duque da Terceira. Pouco tempo exerceu este elevado cargo, porque falleceu em junho seguinte. José Jorge Loureiro era commendador da ordem da Torre e Espada, gran-cruz da de Leopoldo da Belgica, da Corôa de Ferro d'Austria, condecorado com diversas medalhas de honra das campanhas da guerra peninsular. Escreveu: *Regulamento de Tactica.* Attribue-se lhe o opusculo, que se imprimiu anonymo em 1851: *Breve noticia da expedição do marechal do exercito Duque da Terceira, sobre o reino do Algarve em 1833.* Para a sua biographia póde vêr-se o *Jornal do Commercio* de 2 de junho de 1860, *Parlamento* de 3 do referido mez e anno, *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, tomo II, pag. 99 a 113, 221 a 23). 270 a 281; *Gazeta Commercial*, 20 de julho de 1884.

Loureiro *(José Marques).* Horticultor notavel. N. em Besteiros, districto de Vizeu, em 1830; fal. no Porto em 1898. Tendo apenas 14 annos de edade, em 1844, foi para o primitivo estabelecimento de floricultura de Pedro Marques Rodrigues, do Porto. A sua aprendizagem de horticultor foi tão distincta, e tanto se insinuou no espirito do chefe, que este, em 1855, lhe cedeu o estabelecimento, que no poder do seu novo possuidor floresceu notavelmente, graças á sua actividade e dedicação. Em 1865 concorreu á exposição internacional, realisada no Palacio de Crystal, apresentando uma esplendida collecção, que obteve um exito brilhantissimo, sendo uma verdadeira surpreza para a propria cidade, que não sabia que dentro dos seus muros conservava tantas preciosidades. Até então a floricultura em Portugal não passava, por assim dizer, d'um mero passatempo, reduzido á cultura d'um limitado numero de plantas já muito conhecidas. Todos os exemplares, apresentados n'aquelle grandioso certamen, tinham o respectivo nome botanico. Causou tambem grande surpreza o primeiro catalogo de Marques Loureiro, em que appareceram 34 variedades de laranjeiras e 750 de camelias N'este catalogo se destaca um trabalho importante sobre a divisão das camelias pelo systema do padre Berlése. Relacionado com os principaes horticultores francezes, comprehendeu a necessidade de os entender, e por isso chamou um mestre; mais do que as lições que dava, lhe valeu o convivio com o conselheiro Camillo Aureliano, apaixonado floricultor, que o habilitou a lêr e traduzir correctamente o francez. Em 1865 foi nomeado fornecedor da casa da rainha senhora D. Maria Pia. D. Fernando, que lhe consagrava especial predilecção, visitava sempre, quando ia ao Porto, a quinta das Virtudes, onde era o horto do distincto horticultor. El rei D. Luiz tinha até como praxe estabelecida ser a sua primeira visita ao estabelecimento Loureiro, onde em geral se demorava bastante tempo, admirando todas as suas preciosidades horticolas, e conversando affavelmente com o proprietario. Com o sr. José Duarte de Oliveira fundou em 1870 o *Jornal de Horticultura Pratica*, que durou 23 annos, prestando valiosos serviços á agricultura. E' uma bella publicação, precioso repertorio de tudo quanto possa interessar aos que se dedicam ao cultivo da terra. Reconhecendo a grande importancia d'estas publicações e d'outras sujeitas ao mesmo criterio, encarregou o sr. Joaquim Casimiro Barbosa de escrever a obra em 3 volumes, *A horta e o jardim.* Foi tambem da sua iniciativa o desenvolvimento da plantação de muitas essencias florestaes, das novas videiras, das preciosas plantas forraginosas. Em 1877 realisou no Palacio de Crystal a exposição horticola, onde figuraram as opulentas collecções das suas estufas e os ricos exemplares dos seus jardins, tudo perfeitamente rotulado e organisado. De 1865 a a 1889 obteve 22 premios nas 22 exposições a que concorreu no Porto e em Lisboa, entre os quaes se contavam 37 medalhas de ouro. A obra de Marques Loureiro comprehende 50 annos de trabalho, luctando dia a dia, vendo, inquirindo, estudando, visitando o estrangeiro, e colhendo dos seus livros e dos seus parques o que nos fôsse util, necessario e proveitoso. O que essa obra teve de productiva, escreveu o sr. Duarte de Oliveira no *Jornal Horticola Agricola*, no numero de homenagem a José Marques Loureiro, de 1898. No anno de 1890, depois d'uma curta enfermidade que lhe abateu o corpo e o espirito, resolveu liquidar o negocio, passando o estabelecimento a uma parceria que se organisara sob a denominação de *Companhia Horticola-Agricola Portuense,* na qual entrou como director. O vasto estabelecimento das Virtudes é hoje propriedade da *Companhia Agricola Horticola-Portuense*, successora da *Horto Agricola.* Um grupo de amigos de Marques Loureiro tomou a iniciativa de lhe levantar um monumento para commemorar a sua vida. Foi no jardim da Cordoaria que se inaugurou esse monumento no dia 20 de agosto de 1904. O projecto foi elaborado pelo esculptor Teixeira Lopes. A Flora portugueza é symbolisada na figura d'uma mulher dos campos, vendo-se a um lado, na parte inferior, o busto de Marques Loureiro. A inauguração realisou-se com toda a solemnidade, sendo o monumento entregue á camara municipal. Pronunciaram-se diversos discursos, e o vice-presidente da União dos Jardineiros do Porto, ao terminar o seu discurso, offereceu ao esculptor, sr. Teixeira Lopes, um ramo de flôres naturaes enlaçado por uma fita de seda, em que se lia: *Ao grande esculptor Teixeira Lopes offerece a União dos Jardineiros*

do Porto. Marques Loureiro era socio honorario da Associação Rural do Uruguay, e socio correspondente da Sociedade Protectora dos Animaes e Plantas de Cadiz.

Loureiro *(Lourenço Trigo de).* Jurisconsulto. N. em Vizeu a 25 de dezembro de 1793, fal. no Recife, Brazil, em 1870 Matriculou-se na faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, que frequentava quando as aulas se fecharam por causa da invasão franceza. Partiu então para o Rio de Janeiro em 1810, e ahi foi empregado na administração geral do correio, na qualidade de official papelista. Fundando-se no Rio de Janeiro o collegio de *S. Joaquim*, que foi depois o collegio de *D. Pedro II*, foi para ali nomeado professor de primeiras letras e de francez, passando depois a reger a mesma lingua franceza no collegio das Artes da Academia de Sciencias sociaes e juridicas de Olinda, onde se conservou desde 1828 a 1841, tendo se formado no entretanto na propria academia. Nunca mais voltou a Portugal, seguindo a vida do magisterio, e exercendo alguns cargos de eleição popular, sendo eleito deputado, etc. Publicou alguns opusculos e outras obras sobre estudos scientificos.

Loureiro *(Luiz de).* Capitão que no tempo dos monarchas D. Manuel e D. João III militou nas campanhas d'Africa, praticando actos de bravura. Foi muitos annos governador das praças de Çafim e Mazagão. Sendo já de avançada edade passou de Mazagão a Tanger com poucos companheiros, e saindo-lhe ao encontro um esquadrão de moiros, foi por elle morto ás lançadas.

Loureiro *(Luiz de Loureiro Queiroz Cardoso do Couto Leitão Teixeira, 1.º visconde de).* Fidalgo da Casa Real por successão a seus maiores, e proprietario. N. a 19 de abril de 1814; desconhecemos a data do fallecimento. Era filho de Luiz de Loureiro de Queiroz Cardoso do Couto Leitão, 1.º barão de Prime, e de sua mulher, D. Maria da Gloria Teixeira de Carvalho Sampaio Rocha Velho. Casou em 13 de setembro de 1862 com D. Antonia da Silva Mendes, filha de João da Silva Mendes, fidalgo cavalleiro da Casa Real, abastado proprietario em Vizeu, e de sua mulher D. Eugenia Candida da Silva Mendes. Foi agraciado com o titulo de visconde de Loureiro por decreto de 17 e carta de 26 de fevereiro de 1866. Brazão d'armas: Escudo esquartelado; no primeiro quartel esquartelado: Em campo vermelho um castello de prata com portas e frestas lavradas de preto e uma escada de ouro arrumada a elle; e o contrario partido em pala; a primeira de ouro com uma bandeira verde, em pala, com haste de vermelho e ferro de prata; e a segunda de vermelho com uma bandeira de prata com haste de ouro e o ferro da sua côr; o segundo de vermelho com cinco folhas de figueira verdes em aspa, perfiladas e com o tronco de ouro, e assim os contrarios; no segundo quartel as armas dos Queiroz: Escudo esquartelado; no primeiro quartel, em campo de ouro seis crescentes vermelhos em duas palas; no terceiro, em campo de prata um leão sanguinho, e assim os contrarios; no terceiro quartel as armas dos Cardosos: Em campo vermelho dois cardos verdes com alcachofras floridas de prata, com raizes e perfis de ouro, entre dois leões batalhantes; e no quarto quartel, as armas dos Leitões—Em campo de prata tres faxas vermelhas; timbre, dois braços de leão vermelhos, em aspa, tendo cada um na mão uma folha egual á das armas, e no meio d'estas o alcaide de Azamor da cintura para cima, vivo, e com as mãos atadas com um cordão de ouro.

Loureiro *(Luiz de Loureiro Queiroz Couto Leitão, 2.º visconde de).* Fidalgo da Casa Real. N. a 26 de outubro de 1864, e já hoje fallecido. Era filho do 1.º visconde de Loureiro, e de sua mulher, D. Antonia da Silva Mendes. Era casado com D. Maria de Jesus. Esta senhora falleceu em 16 de novembro de 1906.

Loureiro *(Urbano).* Escriptor e jornalista. N. no Porto em 1845, e fal. em S. Mamede de Infesta a 10 de junho de 1880, sendo filho do antigo medico Francisco José de Sousa Loureiro. Cursou distinctamente a Academia Polytechnica do Porto, e dedicando-se ao jornalismo, de tal fórma se salientou pelo brilho, elegancia, ironia e vivacidade dos seus artigos, que não tardou a occupar um dos principaes logares da imprensa periodica do paiz. Era um polemista decidido e um argumentador muito habil e temivel. Estreou-se na vida litteraria com successivas publicações, em que desde logo evidenciou uma alta capacidade para a critica, e uma d'essas publicações foi o periodico *Salamalek.* Como jornalista liberal, foi d'elle que partiu a campanha que se iniciou contra o ultramontanismo Com Guilherme Braga, Borges de Avellar, Agostinho Albano, etc., sustentou violentas pelejas contra o partido reaccionario. Em 1870 atacou a questão da moeda falsa, e ainda nos ultimos tempos de vida se occupou da testamentaria do conde de Ferreira. Durante muitos annos foi o jornalista mais temido da imprensa portugueza. Fundou e redigiu o *Diario da Tarde*, que nos ultimos annos tomou o nome de *Lucta.* Os seus artigos n'estes jornaes eram lidos com avidez, pois que em todos elles dominava o espirito ironico e faceto, que constituia a feição mais saliente e notavel do seu temperamento. N'esses jornaes encontram-se artigos, chronicas, contos, folhetins, criticas, abrangendo os mais variados assumptos, a religião, a politica, a litteratura, o theatro, os costumes, e todos os aspectos, emfim, da vida nacional, que Urbano Loureiro apreciava, ridiculisava, commentava de leve, gracejando, o que não impedia que, por vezes, esse gracejo maguasse e ferisse profundamente pelo ridiculo que deixava cair sobre as instituições e os individuos. Foi o mais intransigente inimigo da hypocrisia, severo com os tartufos da religião, da politica, da imprensa E' longa a serie dos seus escriptos. As obras publicadas são: *Questão de palheiro-Coimbrões e lisboetas*, 1866; *Perfis burlescos estudos contemporaneos*, 1865; *Bocage*, jornal de critica, 1865 a 1867; *Os gafanhotos*, revista mensal, 1868; *Bocage*, annuario, 1868; *Pataratas, esboços a carvão*, 1869; *Os anonymos*, 1870; *Um punhado de verdades*, 1870; *O japonez*, annuario, 1872; *Os ridiculos estudos humoristicos*, 1874; *Os ortigões*, 1877 a 1878; *Os hypocritas; A infamia de frei Quintino*, 1878; *O Tam-tam*, annuario humoristico, 1879. Para o theatro escreveu: *Victimas e algozes*, drama em 5 actos, que se representou no antigo theatro da Trindade, do Porto; *Lua de mel*, 1 acto; *Viriato, ou as carnificinas do amor, ultimo acto d'uma grande tragedia*, tragedia burlesca, que se representou no

theatro Baquet, etc. Escreveu tambem a opereta *Os guardas do rei de Siam*, com musica do maestro Franchini. Deixou muitos manuscriptos, dos quaes citaremos os seguintes: *Rivaes burlescos* e *Os meus papeis*, poesias comicas; *Entre marido e mulher*, comedia em 1 acto; *O amigo Fortunato*, comedia em 1 acto; *O padre Matheus, contos de sacristia*, romance; *O excommungado*, drama; dois actos d'uma comedia, e outros trabalhos incompletos.

Loureiro. Pov. e freg. de S. João, da prov. do Douro, conc. e com. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro, bisp. do Porto, 616 fog. e 2:689 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio. A pov. dista 6 k. da séde do conc. O reitor de Avanca apresentava o cura, que tinha 200$000 réis de rendimento. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 411 fog. e 1:889 hab. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem direita do rio Douro. Os condes de Murça apresentavam o abbade, que tinha 1:200$000 réis de rendimento annual. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. Distante 1 k. ao norte das Caldas de Moledo, e proximo do rio Sermanha, brota uma agua sulfurea, thermal, muito similhante, mas menos quente que a das Caldas de Moledo, cuja nascente é tambem conhecida pelo nome de *Sermanha*. || Povoações nas freguezias: S. João Baptista de Areias de Villar, concelho de Barcellos, districto de Braga. || O Salvador, de Arvore, concelho de Villa do Conde, districto do Porto. || S. Marcos, de Calhandriz, concelho de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || S. Thomé, de Correlhã, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Conceição, de Covas, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || O Salvador, de Delães, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Paio, de Eira Vedra, conc. de Vieira, do mesmo distr. || S. Felix, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Ferreira, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Thiago, de Gavião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Miguel, de Gemeos, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Gondar, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Insalde, conc. de Paredes de Coura, do mesmo distr. || Santa Maria, de Jazente, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Thiago, de Lustosa, conc. de Louzada, do mesmo distr. || Santa Christina, de Nogueira, do mesmo conc. e distr. || Santa Christina, de Padreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Perosinho, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Cypriano, de Pinheiros, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Assumpção (sé), conc. e distr. de Portalegre. || S. Thiago, de Rebordães, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Estevão, de Regadas, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Sande, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || N. S.ª d'Assumpção, de Sernache dos Alhos, conc. e distr. de Coimbra. || N. S.ª da Natividade, de Silgueiros, conc. e distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Silvalde, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Sobreposta, conc. e distr. de Braga. || Santo Adrião, de Sul, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Julião, de Taboaças, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. Pedro Fins, de Torno, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santo André, de Varzea da Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Villa Chã, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Casal na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra. || S. Faustino, de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Quinta na freg. de S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Quinta na freg. de S. Julião, de Cacia, conc. e distr. de Aveiro.

Loureiro de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. do Salvador, de Grijó, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Loureiro de Miranda (*Antonio*). General de brigada reformado. N. em 1816, fal. a 20 de abril de 1876. Serviu na guarda municipal de Lisboa, e era ali capitão, quando escreveu e publicou em 1859, o seguinte: *Diccionario de Hippiatria commum, para conhecimento dos defeitos e doenças visiveis do cavallo*. Serviu na arma de cavallaria. Era official da ordem da Torre e Espada, cavalleiro das de Christo, S. Bento de Aviz, e de S. Fernando, de Hespanha, de 1.ª classe; condecorado com varias medalhas e distincções honorificas.

Loureiro Novo e Loureiro Velho. Duas povoações na freg. de Santa Eulalia, de Fermentões, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Loureiros. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição e conc. de Ancião, distr. de Leiria. || N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || S. Mamede, de Quiaios, do mesmo conc. e distr. || S. Thiago, de Silvalde, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Clara, de Torrão, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto || S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Lourel. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Lourenceiros. Pov. na freg. de S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Lourencinha. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Camara de Lobos, districto do Funchal.

Lourencinho. Pov. na freg. de S. Lourenço do Bairro, conc. de Anadia, districto de Aveiro.

Lourenço. As armas da familia d'este appellido são as seguintes: Escudo em campo azul com tres estrellas de ouro e o chefe de ouro adeante.

Lourenço (*D.*) Arcebispo de Braga. N. na Lourinhã, na quinta da Charrua, fal. em Braga a 28 de abril de 1397. O desejo de se instruir e de ouvir os grandes mestres que n'aquelles tempos floresciam em diversas universidades, o obrigou a sair de Portugal. Correu as Universidades de Montpellier, Tolosa, Paris e Bolonha. Regressando a Portugal, foi nomeado por el rei D. Fernando desembargador e vedor da sua fazenda, bispo do Porto, e em 1374 arcebispo de Braga. Foi elle que persuadiu aquelle monarcha a seguir o verdadeiro pontifice, Urbano VI, no gran-

de scisma, que n'essa epoca tanto affligiu a christandade. Tendo sido, pelo papa, deposto do seu cargo, foi a Roma, e ahi obteve sentença a seu favor, pelo que lhe foi restituida a mitra primacial. Nas guerras que se déram contra Castella, seguiu o partido do Mestre de Aviz, e foi um dos primeiros e principaes portuguezes que o acclamaram em Coimbra, e com tanto fervor se empenhou em conduzir aquella empresa ao desejado fim, que em grande parte lhe ficou devendo D. João I a corôa e o reino. Na memoravel batalha de Aljubarrota, em agosto de 1385, foi valente soldado, pelejando heroicamente, sendo ferido n'uma das faces, de que lhe ficou um grande signal, que elle muito prezava, como prova visivel de que expuzera a vida em honra da patria. Em Aljubarrota andava com uma cruz de prata erguida, animando os soldados, e aconselhando-lhes que entrassem no combate com coragem. D'esta batalha deixou D. Lourenço uma descripção em cartas escriptas ao abbade de Alcobaça D. João de Ornellas, que se imprimiram na *Historia Ecclesiastica de Braga*, por D. Rodrigo da Cunha. Em todas as occorrencias importantes do seu tempo, foi sempre o seu conselho e o seu braço, a mais acertada direcção, a execução mais prompta. D João I dizia que o condestavel D. Nuno Alvares Pereira e o arcebispo D. Lourenço eram os seus dois olhos. O arcebispo, comtudo, apezar da sua solicitude nos negocios publicos, não se descuidava dos cargos a que o obrigavam a sua elevada dignidade. Attendia com toda a vigilancia ao seu bispado, enriqueceu a sé de Braga com preciosos ornamentos, soccorria os pobres com importantes esmolas. Mandou construir o tumulo de pedra em que devia ser sepultado, tendo na parte superior a sua estatua vestida de pontifical; reparando depois que lhe faltava no rosto o signal da ferida que recebera em Aljubarrota, agarrou n'uma espada, e com ella deu um profundo golpe na face da estatua, dizendo: «agora sim, que está ao natural.» O corpo do venerando arcebispo está encerrado na sé de Braga, n'um caixão com tampa de vidro.

Lourenço *(Fr.)* Professor do instituto de S. Jeronymo e discipulo de Vasco Martins, fundador d'essa ordem em Portugal. Foi prior do convento de Penha Longa, e depois mandado pelo seu mestre a Cordova para fundar o convento de Valparaiso. Tendo sido vigario e depois prior d'este novo convento, voltou a Portugal, e no convento do Matto, junto de Alemquer, passou o resto da vida em exercicios religiosos, fallecendo em 1430.

Lourenço (*Fr*). Foi monge cisterciense e bacharel em Canones. Ignora-se o seu appellido e o nome da terra em que nasceu. Rejeitou a abbadia de Bouro e o cargo de geral da sua congregação. Escreveu um *Tratado da Conceição de Nossa Senhora*, cujo manuscripto se guardava na livraria do convento d'Alcobaça.

Lourenço *(Affonso)*. Foi filho de Lourenço Martins, que em 1330 erigiu a ermida e vinculo chamado morgado de Santa Catharina em Alemquer. Lourenço Affonso morreu sem geração, passando o vinculo aos herdeiros collateraes.

Lourenço *(P. Agostinho)*. Jesuita. Era natural de Terena, e fal. em Santarem a 25 de março de 1695. Foi mestre de Theologia no convento de Faro, e de Philosophia no de Santo Antão. Acompanhou a rainha da Gran-Bretanha, D. Catharina, filha de D. João IV, quando partiu para Inglaterra a reunir-se a seu marido, o rei Carlos II. Foi tambem seu prégador. Durante o tempo em que viveu em Londres imprimiu um *Curso philosophico*, em 3 volumes, e uns *Syntagmas theologicos*, em 2 volumes, tudo escripto em latim. Regressando ao reino em 1689, foi reitor do collegio de Santarem, onde falleceu.

Lourenço *(Agostinho Vicente)*. Professor na Escola Medica de Nova Gôa, e da Escola Polytechnica de Lisboa, encarregado do estudo da hydrologia medica do reino, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. em Margão, villa principal do concelho de Salsete, na India; fal. em Lisboa em 13 de fevereiro de 1893. Estudou nas escolas de Gôa os preparatorios e o curso medico, mostrando logo nos primeiros annos a mais decidida vocação para os estudos superiores. Trabalhou muito, e distinguiu-se; fez-se medico, e pouco tempo depois foi professor na escola medica de Nova Gôa. Tendo a consciencia do seu muito valor, não se sentia bem no meio scientifico acanhadissimo que uma colonia arredada lhe podia proporcionar. O seu maior desejo era vir á Europa aperfeiçoar-se na carreira que escolhera, mas faltavam-lhe os recursos. Aproveitou-se então d'uma velha usança das camaras agrarias da India portugueza, que de tempos a tempos subsidiava um alumno distincto das escolas locaes para vir á Europa aperfeiçoar-se nos estudos em que maiores aptidões revelára. Solicitou um subsidio, e alcançou-o, vindo em seguida para Lisboa acompanhado e protegido por um dos homens a quem a colonia indiana mais respeitava, o secretario do governo n'aquella provincia, Custodio Manuel Gomes, a quem se tornara sympathico pelo seu talento e pelos bons desejos de se instruir. Chegando a Lisboa, Custodio Manuel Gomes facilitou-lhe os meios de estudar, mas as aspirações de Agostinho Vicente Lourenço eram mais vastas, não se limitavam sómente a conhecer a sciencia portugueza, desejava ir a Paris completar a sua instrucção scientifica O subsidio que alcançara em Gôa, que era apenas de 20$000 réis mensaes, não chegava para este emprehendimento, mas pôde conseguir que pelo ministerio do reino lhe fôsse abonada a quantia mensal de 20$000 rs. Com o rendimento de 40$000 réis por mez partiu sem demora para Paris, ancioso por frequentar clinicas, por vêr de perto os grandes mestres, e voltar para a sua terra natal revestido do saber e auctoridade medica, que na escola onde primeiro estudara nunca poderia alcançar. Seguiu entre outras a clinica de Gendrin, que n'esse tempo era em Paris uma das summidades da medicina clinica. De professor e mestre, Gendrin tornou-se amigo de Lourenço: estimava-o e considerava-o como medico, a ponto de procurar dissuadil-o por todos os modos de trocar os trabalhos da enfermaria pelos do laboratorio chimico, que já então principiavam a attrahir o alumno. Gendrin dizia-lhe: «Deixe-se de chimicas, prosiga nos seus estudos medicos, vaticino-lhe o primeiro logar na medicina portugueza» As tendencias da sua vocação tiveram, porém, mais força que os conselhos do mestre. A chimica fascinou-o, e Lourenço passou a viver no laboratorio de Wurtz. Feliz nos primeiros ensaios, votou-se

de corpo e alma ao estudo de alguns dos mais intrincados problemas que então se agitavam. Principiou a serie de memorias á Academia de Sciencias com exito crescente, e a medicina, o seu primeiro ideal, foi posta de lado por completo. Foi a chimica organica o campo predilecto das suas investigações e descobertas, e apresentou notaveis trabalhos, entre os quaes a consolidação da theoria atomica; os glycoes e as glycerinas, o ether intermediario do glycol, dos alcooes polyethylenicos fôram por elle descriptos uns e encontrados outros. A Academia de Paris apreciou muito estes trabalhos, e principalmente o sabio chimico Dumas que, com palavras de muito elogio, se referiu ao illustre homem de sciencia n'um documento academico muito honroso. Já com um nome feito no mundo scientico, uma reputação garantida, partiu para a Allemanha e onde frequentou o laboratorio de Bunsen, convivendo na intimidade de muitos dos mais laureados vultos da chimica allemã. Esteve depois em Londres, onde casou, e voltando a Paris fez o curso de engenharia civil e doutorou-se em sciencias. Não era facil a estrangeiros alcançar este titulo, que só pela sua raridade constitue um diploma apreciavel. Dumas instou para que elle acceitasse um bem remunerado logar no Egypto, onde iria, se quizesse, desenvolver o ensino da chimica. Outros o pretendiam para a faculdade de medicina de Leão, onde iria, se quizesse, dirigir a cadeira de chimica e toxicologia. Mas o dr. Lourenço tudo rejeitou, resolvendo vir para Lisboa. Tendo recebido do governo portuguez os meios indispensaveis ao seu estudo, tinha contrahido para com a sua patria uma divida de gratidão, a que elle julgou não se dever eximir. Chamou-o de Lisboa o duque de Loulé, então ministro do reino, offerecendo-lhe uma cadeira na Escola Polytechnica, e ao lado d'elle, em Paris, o conde do Lavradio juntava as suas instancias ás do duque de Loulé. O dr. Lourenço não hesitou, e veiu para Lisboa, entrando em 1862 como professor na Escola Polytechnica, onde por muitos annos se conservou. Fóra das suas occupações escolares, o dr. Agostinho Vicente Lourenço exerceu varios e honrosos cargos em Portugal. Desde a sua chegada foi eleito socio da Academia Real das Sciencias; desempenhou o logar de engenheiro chefe de 1.ª classe no quadro das obras publicas, e n'esta qualidade foi encarregado do estudo da hydrologia do reino. Estudou as aguas mineraes do districto de Lisboa, as de Chaves e Vizella Organisou uma resenha de todas as aguas potaveis da capital, trabalho que foi publicado no *Diario do Governo* em 1867 e apresentado em folheto á exposição de Paris do mesmo anno juntamente com o estudo das aguas de Chaves, que obteve a medalha de ouro da exposição. Desempenhou numerosas commissões, quasi todas gratuitas, apezar de serem muitas d'ellas trabalhosas e de grandes responsabilidades. Nos ultimos tempos, sentindo-se cançado e velho abandonou um pouco a sciencia. Fizera-se industrial e explorava o estabelecimento de banhos sulfureos de S. Paulo. O pouco que lia era sobre arte, especialmente sobre a pintura, de que era muito amador. Costumava passar quasi todos os verões em Paris, e em 1892, anno anterior á sua morte, voltou d'aquella cidade muito animado; havia assistido a congressos e conversara com os camaradas d'outro tempo, o que muito o distrahira. Voltou á regencia da sua cadeira, interrompida havia alguns annos, e iniciou novos trabalhos de laboratorio, sobre os quaes guardava um certo segredo. Esta actividade, porém, teve pouca duração. A bronchite de que ha muito soffria, aggravou-se, e em poucos dias o victimou. Bibliographia: *Relatorio sobre as aguas mineraes do concelho de Chaves*; saiu no *Diario de Lisboa*, e transcripto na *Gazeta Medica* de 1865, a pag. 337, 368 e 397, concluido a pag. 411; publicou-se em opusculo separado mandado imprimir pela camara municipal de Chaves, com o titulo: *Relatorio das analyses chimicas das aguas mineraes do concelho de Chaves, que brotam perto d'esta villa, e das povoações de Vidago e Villarelho, feitas em Lisboa pelo sr. dr. Agostinho Vicente Lourenço, publicado no Diario de Lisboa de 22 de maio de 1865*, etc., Porto, 1865; *Relatorio ou analyse das aguas de Vidago*, saiu no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, n.º 3 a 12 de 1865, e n.º 1.º de 1866; *Investigações ácêrca da synthese dos alcooes monoatomicos*, no *Jornal das Sciencias mathematicas e physicas*, publicado sob os auspicios da Academia Real das Sciencias, n.º 1.º, 1866, a pag. 13; *Estudos preliminares sobre as principaes aguas mineraes do reino*, apresentado ao ministerio das obras publicas, com a data de 1 de julho de 1867, inserto no *Diario de Lisboa* de 26 de agosto, e na *Gazeta de Portugal*, de 27 do referido mez.

Lourenço *(Antonio)* Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, onde tambem foi lente. Era natural de Serpa, e fal. em Coimbra a 9 de janeiro de 1630. Foi desembargador da Relação do Porto e da Casa da Supplicação. As postillas que dictou, sendo lente na Universidade, eram muito estimadas pelos entendidos.

Lourenço *(Domingos)*. Professor de instrucção primaria em Gôa Era natural da India. Escreveu: *Grammatica da lingua portugueza para uso dos meninos, extrahida de diversos autores classicos Segunda edição*, Margão, 1865.

Lourenço *(João)*. Diplomata; embaixador de D. João III á Curia romana. Escreveu um *Regimento para officiaes de uma casa poderem bem servir seus cargos*, cujo manuscripto existia na bibliotheca do duque de Lafões.

Lourenço Alcaide *(Monte do)*. Na freg. de S. Braz dos Mattos, conc. de Alandroal, distr. de Evora.

Lourenço Domingues *(Quinta de)*. Na freg. de Santa Maria do Castello e conc. de Pinhel, distr. da Guarda.

Lourenço Marques. Rio do distr. de Lourenço Marques, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' propriamente o estuario onde vão desaguar os rios Umbeluse ou Espirito Santo, o Tembe e o Matola. Alguns autores o consideram como a continuação do Umbeluse.

Lourenço Marques *(Bahia de)*. No districto do mesmo nome, na provincia de Moçambique. E' considerada o melhor porto da costa sueste, por consistir n'um vasto e seguro abrigo dos navios que demandam a entrada natural para o Transvaal e Suazilandia. Forma a bahia uma consideravel reintrancia da terra, em fórma de sacco, com a abertura voltada para o N., comprehendida entre a Xefina, pequena ilha si-

tuada junto da barra do Incomati, e as ilhas da Inhaca e dos Elephantes, que a abrigam por L. Da Xefina sáe uma longa e estreita restinga que corre para E-O, e pelo N. das ilhas da Inhaca, e dos Elephantes estende-se uma serie de bancos perigosos para a navegação mas que deixam entre si dois canaes d'accesso para o interior da bahia, na qual desaguam o Incomati, o Espirito Santo e o Maputo. A maior largura da bahia, entre a foz do Espirito Santo e a ilha dos Elephantes, é de 29 kilom. e o maximo comprimento, entre a restinga de Xefina e o S. da bahia, é de 51 kilometros. Por causa dos baixios perigosos, que existem na bahia, se construiu um pharol no baixo Cockburn e poz em pratica um systema de balisagem que assegura a qualquer hora a entrada no porto, cujo movimento se tem desenvolvido grandemente nos ultimos annos. Para E, na embocadura da bahia e a 25 kilom. de Lourenço Marques, está a ilha do Mel ou de Benguelene e mais para dentro fica a dos Limões. Estas ilhas, assim como a da Macaneta, estão cobertas de arvores que produzem excellente madeira. A bahia de Lourenço Marques, tambem conhecida por *Lagoa Formosa* e *Delagoa Bay*, como lhe chamam os inglezes, parece que já era conhecida antes de ser explorada por Lourenço Marques, que foi o primeiro que descobriu n'aquellas paragens o resgate do marfim. Chamar-se-hia então *Bahia da boa morte*, e deve o seu nome actual ao do mencionado explorador portuguez. Foi descoberta em 1544 e Lourenço Marques foi ali estabelecer-se com Antonio Caldeira para desenvolver com elle o resgate do marfim. A noticia do descobrimento da bahia foi trazida a D. João III por D. João de Castro. Em 1546 mandava o mesmo rei reconhecer os rios que nella desaguam e levantar uma feitoria fortificada na margem direita do rio do Espirito Santo, a qual se tornou depois muito importante. Explorado o commercio d'esta região, que consistia principalmente em marfim, firmou-se o dominio portuguez no referido rio e fundaram-se outros estabelecimentos nas ilhas dos Elephantes e da Inhaca. Começaram os hollandezes a lançar as suas vistas sobre a bahia, cujo commercio ia gradualmente augmentando. Em 1688 mandaram ali uma galeota para se apoderarem d'ella, o que não conseguiram. Em 1721 fundaram na margem direita do rio uma pequena feitoria, fronteira ao estabelecimento portuguez, que foi arrazado pelos cafres. Sem desanimarem com o revez soffrido, levantaram outro presidio, que fôram obrigados a abandonar por causa da guerra em que andavam com a Inglaterra. Entretanto o estabelecimento portuguez descahia por se ter interrompido por algum tempo a navegação do porto de Lourenço Marques, e sendo mandado restaurar o mesmo estabelecimento e a respectiva fortaleza pelo governador geral Francisco de Mello e Castro, em 1752, já em 1758 se exportava d'ali, além de marfim, ferro e cobre. Em 1777 o commandante da nau austriaca *Joseph e Thereza*, que ia em viagem para a India, desembarcou no porto de Lourenço Marques uma bateria e alguma gente que se fortificou e fundou um estabeleci-

Vista centra do porto de Lourenço Marques

mento, indo ali depois dois navios de guerra tambem austriacos, o *Principe Fernando* e o *Conde de Proli*, que desembarcaram tropas na Inhaca, onde tambem estabeleceram uma feitoria; mas tanto esta como aquelle fôram arrazados, e os navios tomados, em 1 e 21 de abril de 1781, pelo commandante da fragata portugueza *Sant'Anna*, Nicolau Delgado Figueiredo da Cunha de Eça, e por Joaquim Vicente Godinho de Mira, tenente-coronel da legião dos voluntarios reaes, que desembarcou duas companhias de infantaria e de cipaes e um destacamento de artilharia com peças de campanha e munições de guerra, tendo previamente prestado obediencia os regulos Capella, de Mafumo, de Matola e da Inhaca. No mesmo anno o governador de Moçambique nomeou Joaquim d'Araujo governador de Lourenço Marques, o qual com sessenta praças restabeleceu a feitoria e as fortificações da margem esquerda do rio do Espirito Santo, em terras do regulo da Matola. Em 1783 o governador João Henriques d'Almeida, que succedeu áquelle, abandonou com toda a guarnição o presidio, temendo o ataque d'um dos regulos visinhos que interceptara a circulação de mantimentos entre o sertão e a feitoria. O regulo Capella cedeu em 1795 as suas terras a Portugal, e em 1796 foi o presidio atacado, saqueado e arrazado por muitos piratas francezes, sendo restaurado e guarnecido em 1799. A partir d'esta epoca o seu estado foi melhorando até 1823, anno em que os vatuas do sul, tendo invadido os territorios do interior do districto introduziram o trafico da escravatura. Em 1818, por influencia de Cavalcanti de Albuquerque, governador geral da provincia, estabeleceu-se em Lourenço Marques para a pesca da baleia uma companhia, que acabou por morte de João Pereira da Silva Caldas, assassinado pelos cafres, e em 1824 fundou-se uma companhia commercial com o exclusivo de todo o trafico da bahia, e mais privilegios concedidos posteriormente. Esta sociedade apenas conseguiu durar dez annos. Pela sua vastidão e pela sua situação geographica, que podem fazer d'esta bahia o mais importante porto da Africa Oriental, desde ha muito que a Inglaterra a tem cubiçado. Em 1686 mandou ali o governo inglez navios mercantes artilhados que procuraram prejudicar o commercio portuguez e indispôr contra nós os cafres, mas a inquebrantavel energia de D. Miguel d'Almeida, então governador de Moçambique, não permittiu que levassem por deante o seu plano. Outras tentativas se repetiram por parte de inglezes mas sendo todas mallogradas, até que em 1861 foi arvorada a bandeira britannica nas ilhas da Inhaca e dos Elephantes, declarando-se serem possessões inglezas e annexadas á colonia do Natal. Protestou contra isto o governo portuguez, por intermedio do nosso ministro em Londres, o conde do Lavradio, em nota de 22 de fevereiro de 1862, e após varias contestações annuiu o governo inglez a uma proposta de arbitragem que lhe foi feita em notas de 5 de janeiro e de 3 de fevereiro de 1869 pelo marquez de Sá da Bandeira. O presidente da republica franceza, Mac-Mahon, foi escolhido para arbitro do pleito e decidiu-o a favor de Portugal. A sentença encontra-se publicada no *Diario do Governo* de 1875. Tudo parecia fazer renunciar de vez a quaesquer pretensões sobre a formosa bahia de Lourenço Marques, quando em 1881 um tratado negociado pela Inglaterra com o governo portuguez, sendo ministro Andade Corvo, importava a alienação d'aquella preciosa possessão. O tratado, embora fosse approvado ainda pela camara dos deputados, não foi por deante por causa dos graves tumultos populares que se produziram contra elle. Afinal a bahia de Lourenço Marques continúa sendo portugueza, e honra seja que Portugal tem nos ultimos annos envidado notaveis esforços em melhoramentos e obras no porto, que asseguram a sua posse e importancia.

Lourenço Marques (*Districto de*). Na provincia de Moçambique, Africa Oriental. Tem a sua séde na cidade de Lourenço Marques, que actualmente comprehende a villa da Ponta Vermelha, e está limitada ao N. e N.E pelo districto de Gaza, a O pelo Transvaal e pela Suazilandia e ao S pelos territorios incorporados na colonia do Natal, tendo por limite a confluencia do Pongolo com o rio Maputo. E' o districto atravessado por alguns rios importantes. A borracha abunda ao N do Incomati, e o tabaco nasce quasi espontaneamente, tendo-se semeado já em 1855. O cajueiro, o ricino, o carrapateiro e a cultura do café e da canna saccharina teem sido ensaiadas. A cal explora se em varios sitios, e a argila, que é vulgar, facilita a fabricação de tijolos, visto que a pedra é extremamente rara em toda a zona do littoral. A industria da pesca é largamente exercida na bahia. Os principaes productos exportados são: amendoim, gergelim, urzella, borracha, cera, marfim, pelles, couros, gomma copal, ouro, etc. Na importação avultam as bebidas distilladas, os tecidos de lã, de linho e de algodão estampado, vinho, etc. Na fauna figuram o elephante, o hippopotamo, a zebra, o bufalo e varias aves. O terreno que se estende para NO da cidade de Lourenço Marques, comprehendido entre esta cidade e a cordilheira dos Libombos, é uma vasta zona pouco elevada sobre o nivel do mar, limitada ao N pelo rio Incomati, ao S pelo rio Umbeluse, a E pela bahia e porto de Lourenço Marques e a O pela serra dos Libombos. Esta faxa de terreno tem uma superficie que se desenvolve em extensas planicies de fracas inclinações e com ondulações suaves e bastante regulares. A notavel uniformidade d'esta zona é apenas interrompida por dois valles extensos, mas pouco profundos, o da Eufuleue e o da Matola, e pelo leito d'algumas ribeiras que levam aos principaes rios as aguas da encosta oriental dos Libombos, e de areas relativamente pequenas dos terrenos das planicies. Em vastos tratos d'este territorio as aguas fluviaes desapparecem principalmente por uma infiltração rapida, facilitada pela natureza argilo arenosa dos terrenos; noutros reunem-se em depressões naturaes de grandes areas, mas com pequenas profundidades, formando lagoas, que seccam nos mezes da estiagem. As ribeiras, na sua maioria, são torrenciaes e só teem agua quando caem chuvas fortes e prolongadas. A vegetação é geralmente vigorosa, e em alguns logares o matto é muito denso e embaraçado. Todos estes terrenos, e muito principalmente as margens do Incomati, são de excellente qualidade e proprios para a cultura d'uma grande variedade de generos agricolas, como cereaes, algodão, canna saccharina, tabaco, café, etc. Além da capital, da praça

de guerra e da bahia de Lourenço Marques, o districto comprehende, entre outras, as ilhas dos Elephantes, da Xefina, Molungos, Benguelena, Passaros, da Macaneta, do Mel e da Inhaca. O extenso territorio do districto é em geral saudavel no interior e o mais temperado da provincia de Moçambique. E' insalubre em varios pontos do littoral, sobretudo nas proximidades das margens dos rios por serem baixas, bem como nos logares onde as aguas estão estagnadas, o que não obsta a que haja logares de clima relativamente temperado. A quadra invernosa começa em abril e acaba em setembro. O tempo das chuvas e do calor principia em outubro e acaba em março. Em todo o districto ha muito gado, vastissimas pastagens e bosques cerrados. A industria fabril já apresenta uma certa importancia. A industria caseira é representada por cestos de diversos feitios, esteiras, cordas de palma, azagaias, escudos de couro de boi, etc. O commercio com o interior consiste na permutação de fazendas, taes como zuartes, algodões crús, pannos da costa. lenços estampados e tintos, e polvora, armas, aguardente, missanga, instrumentos agricolas, marfim, pontas de abada, couros diversos, etc. Tem o districto um estabelecimento muito importante, as officinas da Catembe, para reparações de navios, que tendo começado muito simples e modestamente se tornaram um utilissimo arsenal.

Lourenço Marques. Cidade, capital do distr. do seu nome e da provincia de Moçambique, na Africa Occidental. Pelo seu excellente porto e notavel posição geographica é um dos principaes centros de actividade do continente africano. Esta importancia maior se tornará quando se tiverem realizado por completo os melhoramentos de que ainda carece aquelle magnifico porto para offerecer ao commercio todas as facilidades de carga, descarga e transporte de mercadorias. São já notaveis os trabalhos feitos neste sentido, estando o porto de Lourenço Marques dotado de grandes melhoramentos. A ponte caes acostavel foi inaugurada em 1903. Como quasi todos os estabelecimentos portuguezes da Africa, que originariamente eram pequenas feitorias abertas ou mal defendidas por simples estacadas, nas quaes um ou mais mercadores negociavam com os indigenas os productos do sertão, foi esta cidade a principio uma insignificante feitoria fundada pelo anno de 1544 pelo portuguez Lourenço Marques, e desde logo cubiçada pelos hollandezes e por outros estrangeiros por causa do seu esplendido porto, para a defeza do qual e da povoação nascente, depois de expulsos os intrusos em 1780 e, animado o commercio, se mandou levantar a fortaleza que ainda hoje ali existe. Depois com tal rapidez se desenvolveu a povoação que em 1876 foi elevada á categoria de villa, por decreto de 19 de dezembro, e em 1887 passou a ter os fóros de cidade por decreto de 10 de novembro. Desde 1 de dezembro de 1898 que é a séde do governo geral da provincia de Moçambique. Hoje é a capital da Africa Oriental Portugueza. A povoação assenta na margem esquerda do rio de Lourenço Marques ou do Espirito Santo. Pode considerar-se dividida em duas zonas: a alta, comprehendendo a parte da cidade que assenta na encosta, e a baixa, na qual se incluem a antiga villa e os arruamentos projectados nos terrenos baixos que ficam entre a margem do rio e o sopé da encosta. Estes terrenos eram alagados

Vista da cidade de Lourenço Marques

pelas aguas salgadas até á construcção do dique marginal em que assenta o caminho de ferro de Lourenço Marques ao Transvaal, e nelles se accumulavam tambem as aguas doces da encosta da zona alta, que formando fontes no sopé iam misturar-se com as salgadas, originando um pantano de terriveis consequencias para a salubridade da povoação. A construcção, porém, do dique, e um bem elaborado systema de vallas, que recebendo as aguas da encosta as conduzem até desaguarem no rio, produziu o dissecamento do pantano, verdadeiro foco de infecção que dezimava a população. Os progressos de Lourenço datam dos ultimos tempos. Em 1828 a povoação tinha apenas 35 metros de frente, uma unica casa de madeira e algumas palhotas. Em 1867 foi cercada por uma muralha de pedra abaluartada, que levou dois annos a construir, e que por varias vezes prestou excellentes serviços á população, defendendo-a dos ataques dos cafres. Em 1880 já a villa contava muitas casas de alvenaria, de madeira e barro, de madeira e ferro zincado, com coberturas de telha franceza ou com terraços de argamassa, de ferro zincado e de feltro. Hoje é uma bonita cidade africana, que se engrandece graças aos successivos melhoramentos de toda a ordem que nella se realizam. Esses progressos modernos datam de 1876 e em virtude d'elles se começou ali a sentir uma grande corrente de emigração nacional e estrangeira. Então mais se accentuaram as obras de saneamento, absolutamente indispensaveis. A cidade apresenta bons edificios publicos e particulares, jardim, tracção electrica, theatro, agentes de commissões, de expedição e de navios, fabricas de bebidas gazozas, alfandega, associações de classe, bancos, bombeiros, cambistas, consulados de muitas nações, correios, telegraphos, telephones, fabricas de distillação, de electricidade, de gelo, escolas, hospital militar e civil, hoteis, livrarias, fabricas de moagem, de tijolos, etc.; tribunal de justiça e do commercio, typographias, instituto D. Amelia, policia, guarnição militar, hippodromo, caminho de ferro para o Transvaal, etc. D'entre os edificios principaes destacam-se a egreja, o hospital, a secretaria do governo, o paiol, etc. A egreja foi principiada a edificar em 1879, em terreno destinado á nova cidade. Fica entre a estrada da Ponta Vermelha e a rua Francisco Costa. E' um edificio simples mas elegante. O projecto da egreja foi devido ao official de engenheiros sr. João Antonio Ferreira Maia, que dirigiu a construcção até fins de 1879. A construcção fez se com grande morosidade. Em 1881 ainda faltava concluir o trabalho de alvenaria, fazer o reboco, madeiramento da capella mór e das duas casas lateraes e o forro; quasi dois annos depois é que a sua construcção concluiu. O hospital tambem levou muito tempo a concluir, devido a por vezes haver falta de verba orçamental para para as despezas e n'outras occasiões haver falta de materiaes. Em agosto de 1881 o governo tomou posse da fachada principal do edificio, com excepção do pavilhão do lado norte, e da frente sul, excepto uma enfermaria á qual faltava o ladrilhamento do sólo para ficar completa. As obras da construcção estiveram confiadas ao conductor Falcão que, para assegurar uma sufficiente fiscalisação no interior do hospital, tornar as accommodações mais proprias ao fim a que se destinavam, obter um regular abastecimento de aguas nas cisternas do edificio e assegurar a limpeza, propoz umas modificações ao primitivo projecto. O antigo hospital occupava em 1876 um pequeno quarto, sem luz e ventilação, humido, da praça de N. S. da Conceição. O hospital era ao mesmo tempo botica, administração, enfermaria de homens e mulheres, de brancos e pretos, soldados e sargentos. Em 1877 foi o hospital installado em 16 casas de madeira que da metropole havia para ali conduzido o transporte *Africa*, para servirem de quartel a uma força militar. O novo edificio comporta 80 camas, enfermarias geraes, quartos particulares, jardim e demais accommodações proprias de um estabelecimento d'esta ordem. O projecto é do engenheiro Ferreira Maia, e o começo da sua execução teve logar em janeiro de 1878. Está bem e hygienicamente situado. A alfandega está installada n'um edificio feito pela direcção das obras obras publicas, segundo o projecto do conductor sr. Joaquim José Lapa. Importou em 14 ou 15 contos. O Instituto Rainha D. Amelia é um bom estabelecimento, que presta relevantes serviços. Deve-se a sua construcção ao bispo de Moçambique, D. Antonio José de Sousa Barroso. A camara municipal de Lourenço Marques tem um estandarte azul e branco com as armas portuguezas bordadas, ladeadas por uma palmeira e pelo sol. || *Jornaes: Annunciador (O)*, 1897; *Boletim Municipal*, 1897; *Commercio de Lourenço Marques (O)*, 3 setembro, 1892; *Diario de Noticias*, março, 1905, continuação do *Districto*, em publicação (1907); *Districto (O)*, janeiro, 1905, seguido pelo *Diario de Noticias; Futuro (O)*, 1895, em publicação (1907), successor do *Futuro de Lourenço Marques; Futuro de Lourenço Marques (O)*, 12 julho, 1894, seguido pelo *Futuro; Imparcial (O)*, 4 abril, 1901; *Jornal do Commercio*, janeiro, 1904; *Lourenço Marques Guardian*, março, 1905; *Luso-Africano*, 3 janeiro, 1892; *Mignon (O)*, março, 1905; *Portugueza (A)*, 1905; *Portuguez (O)*, 20 outubro, 1900; *Portuguez*, 8 dezembro, 1900, continuação de *O Portuguez*, com o n.º 12; *Progresso de Lourenço Marques (O)*, janeiro, 1902; *Progresso de Lourenço Marques*, 25 maio, 1905, successor de *O Portuguez, Portuguez, O Progresso*, e *A Portugueza*; *Situação (A)*, janeiro, 1890; *Vida Nova*, março, 1907. Numeros unicos: *Ideal (O)*, 1 agosto, 1901; *Kermesse (A)*, 1 janeiro, 1893; *Victoria de Gaza (A)*, 2 setembro, 1897. || *Bibliographia*: Entre outros escriptos, podem indicar-se: *Lourenço Marques, estudo synthetico sob o aspecto historico, politico e moral*, etc., pelo general Camara Leme; Lisboa, 1897. *Lourenço Marques e as suas relações com a Africa do Sul*, por Eduardo de Noronha; Lisboa, 1895. *Portugal em Lourenço Marques*, publicação de Eduardo Borges de Castro; Porto, 1895. *A politica inter-colonial e internacional e o tratado de Lourenço Marques*, por Carlos Testa; Lisboa, 1881. *O districto de Lourenço Marques, no presente e no futuro, breves apontamentos lidos em sessão de 14 de abril de 1880 da Sociedade de Geographia de Lisboa*, por Augusto de Castilho, etc.; Lisboa, 1880. *O districto de Lourenço Marques no presente e no futuro*, por Augusto de Castilho; Lisboa, 1882. *Considerações ácêrca do tratado de Lourenço Marques e da conveniencia de estabelecer nessa localidade a capital portugueza*

dos dominios africanos orientaes, por Pedro Gastão Mesnier; Porto, 1882. *Exame sobre o tratado relativo á bahia e territorio de Lourenço Marques, concluido entre Portugal e a Inglaterra em 30 de maio de 1879, e respectivo protocolo e artigo addicional, e sobre a alliança luso-britannica*, pelo visconde de Arriaga, etc; Lisboa, 1882. *Memoria sobre Lourenço Marques, «Delagoa Bay»*, pelo visconde de Paiva Manso; Lisboa, 1870. *Lourenço Marques*, artigos de Andrade Neves, no *Seculo*, em dezembro de 1895. *As officinas da Catembe, em Lourenço Marques*, artigos publicados no mesmo jornal, 1902. O *Occidente*, *Branco e Negro*, *Brazil-Portugal*, e outras revistas illustradas, teem publicado muitas vistas e edificios de Lourenço Marques.

Passeio da Ponta Vermelha

Lourenços. Povoações nas freguezias: S. Paio de Melgaço, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Lourenira. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Lourentim. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. ‖ S. Martinho, de Sande, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Loures *(Angelo Francisco Carneiro, 2.° visconde de)*. Moço fidalgo com exercicio; guarda-roupa honorario de el-rei D. Luiz; doutor em Philosophia pela Universidade de Iena em Saxe Weimar. N. a 27 de dezembro de 1837, fal. em 10 de novembro de 1870. Era filho do 1.° visconde de Loures, de egual nome, antigo negociante em Pernambuco, e commendador da ordem de Christo, e de sua mulher, D. Maria Mirza Geródé, filha de Pedro Paulo Geródé, e de sua mulher D. Maria Magdalena. O 2.° visconde de Loures casou em 27 de fevereiro de 1861 com D. Josephina Clarisse de Oliveira, filha de Antonio Joaquim de Oliveira, negociante em Lisboa, e de sua mulher, D. Clarisse Duprat. (V. *Sebastião Duprat*, vol. III do *Portugal*, pag. 100). O titulo foi concedido por decreto de 13 de maio de 1851, e renovado no 2.° visconde por decreto de 29 de julho de 1859. A sr.ª D. Josephina de Oliveira, ficando viuva, passou a segundas nupcias, em 18 de novembro de 1871 com 2.° visconde de Valmor, Fausto de Queiroz Guedes, de quem tambem enviuvou. V. *Valmor*.

Loures. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. da Extremadura, séde de conc., com , distr. e patriarchado de Lisboa. Está situada n'uma planicie aprazivel, na estrada de Lisboa a Torres Vedras, cercada de boas propriedades agricolas e de importantes quintas de recreio com boas casas de habitação, entre as quaes se destacam a *Quinta do Correio-Mór*. (V. *Portugal*, vol. II, a pag

1153), e a quinta de N. S.ª do Covão, situada na falda da serra de Montemór, tendo pertencido ao dr. Frederico Aronca. Esta pov. é antiquissima; ignora-se a data da fundação e o nome do fundador, mas sabe-se que já existia em 1250, sendo bispo da diocese D. Ayres Vasques. A mitra apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. A egreja, dizem, ter sido fundada pelos templarios, passando depois á ordem de Christo. Da edificação primitiva, parece que existem sómente os alicerces. A egreja actual é moderna, e julga-se que fôsse construida depois do terremoto. E' ampla, de tres naves, em arcaria de volta redonda. A porta lateral é de estylo manuelino. A capella-mór tem o pavimento e as paredes forradas até meio de bellos mosaicos florentinos. O pulpito é constituido por um monolitho, assim como a escada que a elle conduz. A' entrada da porta principal, pela parte externa, vêem se duas campas sem inscripção, mas que denotam grande antiguidade. Ao lado esquerdo fica o adro ou cemiterio, no meio do qual se levanta, sobre dois degraus oitavados, o elegante cruzeiro, de cruz floreada, que um bello trabalho, embora não apresente nenhuma figura ou imagem, e que parece remontar ao seculo XV. Ha mais de 50 annos ainda esta povoação era afamada pelos seus frondosos pomares de laranja, que se exportavam em abundancia, não só para o paiz, como para o estrangeiro. A molestia, porém, extinguiu quasi por completo esta cultura. A aguas são magnificas e abundantissimas. A pov. pertence á 1.ª div. mil., 2.ª brigada, grande circumscripção mil. sul, e ao distr. de recrut e res. n.º 5 com a séde em Lisboa. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas, permutando malas com Lisboa; agencias das companhias de seguros: *Internacional*, *La Union y El Fenix Espanol*, e *Tagus;* hospedarias, fabrica de lacticinios, medico, pharmacias; sociedade *Recreio Musical de Loures*; feira de gado no 4.º domingo de julho. Loures pertenceu ao conc. de Olivaes, mas, quando este foi extincto, constituiu-se em concelho, ficando com uma parte das freguezias d'aquelle. Por decreto de 26 de setembro de 1895 foi transferida para este conc. a freg. de Camarate, que pertencia ao 3.º bairro de Lisboa, e a antiga freg. de Sacavem intra muros, que pertencia ao 1.º bairro, e que ficou annexada á de Sacavem extra-muros, constituindo para todos os effeitos uma só freg., com a denominação de Sacavem. O conc. de Loures comprehende 15 freguezias com 22:018 hab., sendo 11:283 do sexo masc. e 10:735 do fem. As freguezias são: N. S.ª da Encarnação, de Appellação, 374 hab.: 220 do sexo mac. e 154 do fem ; N. S.ª da Purificação, de Bucellas, 2:617 hab.: 1:379 do sexo masc. e 1:238 do fem.; S. Thiago, de Camarate, 666 hab.: 402 do sexo masc. e 264 do fem ; S. Saturnino, de Fanhões, 1:812 hab : 804 do sexo masc. e 1:008 do fem.; S. Julião, de Friellas, 279 hab : 147 do sexo masc. e 132 do fem.; Santa Maria, de Loures, 4:791 hab.: 2:356 do sexo masc. e 2:125 do fem ; S. Pedro, de Louza, 1:634 hab.: 789 do sexo masc. e 845 do fem ; Santissimo Nome de Jesus, de Odivellas, 1:918 hab.: 967 do sexo masc. e 951 do fem ; Santo Adrião, de Povoa de Santo Adrião, 435 hab.: 218 do sexo masc. e 217 do fem ; N. S.ª da Purificação, de Sacavem, 2:308 hab.: 1:285 do sexo masc. e 1:023 do fem.; Santa Iria, de Santa Iria de Azoia, 1:505 hab.: 795 do sexo masc. e 710 do fem ; S. João Baptista, de Talha, 511 hab.: 262 do sexo masc. e 249 do fem ; Santo Antão, do Tojal, 1:339 hab.: 692 do sexo masc. e 647 do fem ; S. Julião, de Tojal, 1:330 hab.: 657 do sexo masc. e 673 do fem.; S. Silvestre, de Unhos, 499 hab.: 310 do sexo masc. e 189 do fem. Tambem pertencem ao concelho de Loures, em parte, as freguezias do Lumiar, Ameixoeira e Carnide. Serve de divisoria a estrada militar, pertencendo áquelle concelho a parte norte das freguezias. Antigamente a freguezia do Lumiar e da Ameixoeira eram do concelho dos Olivaes, extincto por decreto de 22 de julho de 1886, e a de Carnide era do concelho de Belem. Com o alargamento da capital ficou a parte sul das referidas tres freguezias incluida no 2.º e 4.º bairros da cidade. A camara municipal de Loures adoptou o brazão d'armas do concelho dos Olivaes. Os logares mais importantes do concelho são: Caneças *(V este nome)*, Barro, Pinheiro de Loures, Montemór, Murteira, e Zambujal. A seguir podem indicar-se os logares Dos Cães, Calvos, Ponte de Louza, e Tojalinho, e por ultimo os logarejos Torre dos Trotos, Sete Casas, Palhaes, Salemas, Alvogas, etc. O commercio principal do conc. é cebolas, feijão, tomates, fructas e vinhos de Bucellas. No antigo caminho de ferro Larmanjat, de Lisboa a Torres Vedras, Loures era a 6.ª estação. A 10 de outubro de 1833 deu-se um combate entre constitucionaes e realistas, entre Loures e Lumiar. No Alto de Loures tambem se deu uma acção em 11 de outubro de 1834, em que o palacio do *Correio-Mór* serviu de hospital de sangue. O chafariz de Loures foi feito por portaria de 19 de abril de 1791. Recebe a agua da nascente do Penedo, por cima do logar das Alvogas, que fica em grande distancia, importando a obra em 69:424$876 réis. Consta que este trabalho foi muito auxiliado. com transportes, por Feliciano Antonio de Vasconcellos, proprietario da quinta que fica em frente d'este chafariz, e por isso se lhe concedeu licença para encanar para ali os sobejos. Na parte urbana d'esta propriedade estão alojadas as repartições do concelho. Pertence actualmente ao sr. José Duarte Jorge de Jesus.

Louriçal *(Fr Affonso do)*. Monge da ordem de S. Bernardo, que no anno de 1200 escreveu 3 volumes com excellente calligraphia, sendo muitas das letras primorosamente illuminadas a côres e ouro. Esse escripto, que tinha o titulo de *Vocabularium Papiae adauctum* existia ainda no meado do seculo XVIII na bibliotheca do convento de Alcobaça.

Louriçal (*D. Francisco Xavier Raphael de Menezes, 6.º conde da Ericeira, 2.º marquez de)*. Senhor da Ericeira; 4.º senhor de Ancião, 10.º senhor do Louriçal, do morgado da Annunciada e dos da casa de Sarzedas, commendador de diversas commendas pertencentes á casa dos condes da Ericeira, etc.; ajudante de ordens do governador das armas no Alemtejo, o conde de Atalaia. N. em 2 de maio de 1711; ignora se a data do fallecimento. Era filho do 5.º conde da Ericeira e 1.º marquez de Louriçal, D. Luiz Carlos

Menezes, e de sua mulher, D. Anna Xavier de Rohan. Por morte de seu pae, succedida em 1742, tomou posse da sua importante casa. Casou em 2 de maio de 1742 com D. Maria Josepha da Graça de Noronha, filha unica dos 3.os marquezes de Cascaes, D. Manuel José de Castro e D. Luiza de Noronha. Fallecendo sem successão, passou a casa e titulo a seu irmão D. Henrique de Menezes (V. *o artigo seguinte).* A casa dos marquezes de Louriçal tinha o seguinte brazão d'armas: Escudo esquartelado; no 1.º e 4.º quarteis as armas de Portugal; no 2.º e 3.º tres flôres de liz em campo azul, e no meio do escudo as armas dos Menezes, que é em campo de ouro um annel tambem de ouro; timbre, uma donzella vestida de ouro com o escudo nas mãos. Este mesmo brazão usavam os marquezes de Marialva.

Louriçal (*D. Henrique de Menezes, 7.º conde da Ericeira e 3.º marquez de).* Senhor da Ericeira, 5.º senhor de Aneião, 11.º do Louriçal, e de todos os morgados e commendas já citados, etc., gentil homem da camara da rainha D. Maria I, cavalleiro da ordem do Tozão de Ouro, de Hespanha; commendador da ordem de Christo; enviado extraordinario e ministro plenipotenciario a Turim e a Roma, etc. N. em 5 de janeiro de 1727, fal. a 29 de maio de 1787. Era filho do 1.º marquez de Louriçal. Foi a Madrid, como embaixador em 1785, encarregado de negociar os tratados matrimoniaes dos infantes de Portugal e Hespanha, D. João e D. Gabriel. Succedeu na casa a seu irmão, e casou com sua sobrinha, D. Maria da Gloria da Cunha, 3.ª filha de José Felix da Cunha Menezes, senhor do morgado de Paio Pires, e de sua mulher, D. Constança de Menezes.

Louriçal (*D. Luiz Carlos de Menezes, 5.º conde da Ericeira e 1.º marquez de).* Senhor da Ericeira e seu termo; 3.º senhor de Ancião, 9.º da villa de Louriçal, e de todos os morgados e commendas da casa dos condes da Ericeira; vice-rei da India, etc. N. em Lisboa a 4 de novembro de 1689, fal. em Gôa a 12 de junho de 1742. Era filho de D Francisco Xavier de Menezes, 4.º conde da Ericeira, e de sua mulher, D. Joanna Magdalena de Noronha Aprendeu os primeiros rudimentos das artes e sciencias de seu pae, exercitado no jogo das armas, e principios de Geometria e Fortificação. Começou a servir no Alemtejo em 1710 com o posto de ajudante de campo de seu cunhado o conde da Ribeira D Luiz Manuel da Camara, general de batalha na mesma provincia, assistindo ao combate da cavallaria sôbre o rio Fiolhaes. No anno seguinte, sendo coronel do regimento de infantaria da praça de Moura, foi mandado pelo governador das armas Pedro de Mascarenhas, com 700 infantes impedir o soccorro que os castelhanos queriam introduzir na praça de Campo Maior, sitiada pelo marquez de Bay, general das armas castelhanas, cuja empresa desempenhou com imminente perigo de vida. Em 6 de abril de 1717 foi nomeado vice-rei da India, contando apenas 27 annos de edade. Chegou a Gôa a 29 de outubro do mesmo anno. O primeiro acto do seu governo foi a expedição da armada contra a cidade de Popotana situada pouco distante da praça de Diu, a qual, depois de forte resistencia foi reduzida a cinzas, morrendo 1:500 barbaros, sendo pagos 38:000 xerafins de que era devedor ao Estado o divam da mesma cidade. As nossas armas soccorreram com exito um sultão malaio que implorava o nosso auxilio. Em 1719, o almirante Antonio de Figueiredo Utra ficou victorioso em tres batalhas navaes contra uma poderosa armada de arabicos, destroçando alguns navios á vista de Bender Cougo. O vice rei promulgou novos regulamentos de fazenda e ordenação militar, levantou fortificações em Damão e Diu, e fez importantes obras em Gôa, como a plantação de um immenso bambual na fronteira de Salsete para pôr obstaculo ás invasões dos mahrattas. Favoreceu tambem muito a agricultura e industria. Recebeu embaixadas da Persia e do Grão-Mogol. Terminados os tres annos do seu governo, succedeulhe Francisco José de Sampaio, senhor de Villa Flôr, general de batalha. Saiu de Gôa a bordo da nau *Nossa Senhora do Cabo,* em 25 de janeiro de 1721, mas sendo obrigado por um furioso temporal a arribar á ilha de Bourbon, ali deu fundo a 6 de abril. O governador da ilha recebeu-o com generosa hospitalidade, e mandou reparar os estragos da nau, que soffreu segunda fatalidade, sendo atacada no porto onde estava ancorada, por duas naus de piratas inglezes. O conde saiu acompanhado de tres creados, e resistindo por largo tempo com a espada aos inimigos, que excediam a 400, caiu por fim abatido, por uma lucta tão desigual, e para que não perigasse a sua vida, bradou o quartel mestre que ninguem se atrevesse a offendel-o, cessando com esta ordem, todo o combate. O conde foi conduzido á nau dos piratas, onde o trataram com todo o respeito, e querendo entregar-lhe a sua equipagem, o conde não acceitou. Acompanhado dos officiaes das duas naus entrou na bahia de S. Paulo, e ali cada uma das naus salvou com 21 tiros. Demorou-se aqui 7 mezes, até que entrou no porto um navio da Companhia de França, que vinha de Meca, e n'elle embarcou a 15 de novembro, chegando á ilha de Santa Helena a 4 de janeiro de 1722, onde tambem o governador o acolheu generosamente. Depois de receber distinctas honras nas provincias de Bretanha, Anjou, Touraine e Orlenois, chegou a Paris em 24 de abril, recebendo n'essa cidade as mais estimaveis distincções do duque regente e d'outros principes da casa de Rohan, com quem tinha parentesco, por parte da condessa sua mulher. Partiu de Paris a 15 de março de 1723, e em Baiona tambem foi muito obsequiado pela rainha de Hespanha, viuva de Carlos II. Finalmente chegou a Lisboa a 23 de junho de 1423, tendo gasto 2 annos, 4 mezes e 28 dias. Demorou se alguns annos na côrte, mas os bons serviços que prestara na India, onde o seu nome ficou sendo muito respeitado, fizeram com que a 17 de abril de 1740 fôsse nomeado vice-rei pela segunda vez, recebendo no dia 22 a mercê do titulo de marquez de Louriçal. Saiu de Lisboa a 7 de maio com uma armada de 7 naus, com 2:000 soldados e 16 peças de nova invenção, que davam 20 tiros por minuto, e que tinham sido imaginadas pelo official dinamarquez Weinholtz ao serviço de Portugal N'esta viagem tambem soffreu grandes calamidades, sendo obrigado a dar fundo na bahia de Santo Agostinho na ilha de S. Lourenço, e a arribar a Moçambique, até que aportou á barra de Mormugão em 13 de maio de 1741, tomando

posse do governo no dia 18 do referido mez. Na madrugada de 13 de junho foi invadida a fortaleza de Corquem, sendo levada por assalto, e rendido o forte de Colsala. morrendo 500 barbaros. Estas victorias, que libertaram a provincia de Bardez, encheram de tal pavor os inimigos do Estado, que obrigou logo o Bounsoló a pedir a paz, que se celebrou com immortal gloria das armas portuguezas, em 11 de outubro do citado anno de 1741. Abateu tambem n'uma batalha campal o orgulho do Maratá, que arrogantemente entrara pela provincia de Salsete, de que se seguiu a entrega das praças de Sanguem e Pondá. No meio de tanta gloria adoeceu gravemente, fallecendo pouco tempo depois. O seu cadaver ficou sepultado, como elle expusera no testamento, na casa professa da Companhia de Jesus, de Gôa, ao pé do altar de S. Francisco Xavier. O marquez de Louriçal falava e escrevia com a maior facilidade as linguas castelhana, italiana e franceza. Foi muito perito na historia sagrada e profana, principalmente no que respeita a Portugal, assim como no estudo das medalhas antigas e monumentos romanos. Casou em 20 de abril de 1709 com D. Anna Xavier de Rohan, filha primogenita do conde da Ribeira D. José da Camara. presidente do senado de Lisboa, senhor e capitão general da ilha de S. Miguel, e da condessa Constança Emilia de Rohan, filha dos principes de Soubisse, Francisco de Rohan e Anna Chabot de Rohan. Escreveu: *Oração recitada no Paço em 17 de maio de 1736, quando foi eleito academico da Academia Real*; saiu na *Collecção dos Documentos* da dita Academia do anno de 1736. Deixou em manuscripto: *Complemento ao doutisssimo vocabulario do Padre D. Raphael Bluteau, clérigo regular e academico da Academia Real; Catalogo da vastissima Bibliotheca de seu pae, o conde da Ericeira D. Francisco Xavier de Menezes; Supplemento ao Diccionario historico de Morery; Historia das familias illustres portuguezas que passaram ao Oriente desde o seu descobrimento até ao anno de 1742.*

Louriçal *(D. Luiz Eusebio Maria de Menezes da Silveira, 8.º conde da Ericeira, e 4.º marquez de).* Senhor da Ericeira, 6.º senhor de Anceião, 12.º senhor de Louriçal, do morgado da Annunciada e dos da casa de Sarzedas, etc., coudel-mór, par do reino em 1826; commendador da ordem de Christo, major de infantaria. N. a 14 de agosto de 1780; não se sabe a data do fallecimento. Era filho do 3.º marquez de Louriçal, D. Henrique de Menezes, e de sua mulher, D. Maria da Gloria da Cunha. Casou em 15 de janeiro de 1799 com D. Joaquina de Menezes, filha dos 5.ºˢ marquezes de Marialva, D. Diogo José Vito de Menezes Coutinho e D. Margarida Caetana de Lorena.

Louriçal. Villa e freg. de S. Thiago, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Pombal, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 1:464 fog. e 6:025 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post, permutando malas com a R. A. Lisboa-Figueira, est. do caminho de ferro na linha de Lisboa á Figueira da Foz, entre as de Guia e Telhada, Misericordia, hospital, advogado, medico, notario, pharmacias, fabrica de serração. A villa dista 14 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda da ribeira de Vinha da Rainha. Pertence á 5.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. A Universidade de Coimbra apresentava o abbade, que tinha rs. 200$000 réis de rendimento. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 23 de agosto de 1514. A egreja matriz é um bom templo, com bellos altares e imagens de fina esculptura. Foi ha pouco tempo reparada. Houve no Louriçal um convento de freiras da ordem Terceira de S. Francisco, cuja egreja era dedicada ao Santissimo Sacramento. Teve principio esta casa religiosa n'um recolhimento de beatas, fundado em 1630 por Maria do Lado, senhora de grandes virtudes e que tinha fama de santa. D. João V, sendo ainda principe, vendo-se accommettido de violenta enfermidade, fez voto de transformar o recolhimento em convento, se Deus o melhorasse. Depois de restabelecido cumpriu o voto, e obtido o breve do papa, a autorisação do geral da ordem de S. Francisco e do bispo de Coimbra, mandou vir d'Evora algumas freiras para fundadoras da nova communidade, as quaes fôram recebidas em Lisboa com toda a pompa. Depois de se terem hospedado no convento da Esperança, seguiram para o Louriçal, onde com o cerimonial de Santa Egreja Romana, o bispo de Coimbra, D. Antonio de Vasconcellos, fundou solemnemente o novo mosteiro e a sua magnifica egreja em maio de 1709. E' um templo de elegante architectura. O altar-mór, assim como os outros lateraes, são todos de magnificos marmores de Italia e de côres variadas, tendo umas ricas columnas de marmore preto encimadas por artisticos capiteis de jaspe. As imagens são de boa esculptura, principalmente as de S. Francisco e de Santa Clara. Possue riquissimas alfaias, custodia de prata dourada com muitas pedras preciosas, calix de ouro de grande valor, e os paramentos tambem ricos, sendo uns bordados a matiz e outros a ouro. Adornam toda a egreja magnificos damascos. N'este convento residem hoje algumas recolhidas, com a denominação *Associação de Beneficencia de Nossa Senhora da Boa Morte*. Junto ao pinhal do Urso, no termo e freguezia de Louriçal, está o santuario de N. S.ª do Desterro, que foi fundado em 1630. A imagem é de grande devoção para os povos d'estes sitios; a Senhora dá uma das mãos ao Menino Jesus, e a outra a S. José. A 4 k. a NO da villa, n'um sitio chamado *Aljazêde* está o santuario de N. S.ª dos Prazeres. Os condes da Ericeira eram os padroeiros e protectores d'este santuario. A imagem de Nossa Senhora vê-se sobre um throno de anjos, no centro do altar. Louriçal foi séde d'um antigo concelho, que se suppriniu pelo decreto de 24 de outubro de 1855. || Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Silva Escura, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro || S. Salvador, de Tonda, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Casaes na freg. de Santa Maria Magdalena, de Dos Negros, conc. de Obidos, distr. de Leiria. || Monte, na ilha de S. Miguel. Em 1522, por occasião d'um terremoto, parte d'este monte desabou sobre Villa Franca do Campo, soterrando muitos habitantes.

Louriçal de Baixo (*Herdade de*). Na freg. de N. S.ª da Luz, de Albernôa, conc e distr. de Beja.

Louriçal do Campo. Pov. e freg. de S. Bento, da prov. da Beira Baixa, conc., com. e distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 305 fog.

e 1:654 hab. Pertenceu ao antigo conc. de S. Vicente da Beira, que ficou extincto pelo decreto de 7 de setembro de 1895. Está situada nas abas da serra da Gardunha, junto á origem da ribeira de Ocreza, 28 k. distante da séde do conc. Tem hoteis, caixa post. e escolas para ambos os sexos, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. O vigario da freg de S. Vicente da Beira apresentava o cura, que tinha 20$200 e o pé d'altar. Está n'esta pov. o collegio de S. Fiel, para meninos orphãos, que foi fundado por José Bento Ribeiro Gaspar, natural d'esta terra, e que sendo estudante da Universidade, deixou os estudos para professar na ordem de S. Francisco, tomando o nome de fr. Agostinho da Annunciação. Este collegio é muito importante, recebe alumnos internos e externos, publica duas revistas, sendo uma scientifica com o titulo de *Broteria*, e outra musical, *Lyra sacra*.

Louriceira. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Extremadura, conc., com. e distr. de Santarem, patriarchado de Lisboa, 107 fog. e 443 hab. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 21 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades da margem direita do Alviella. O povo apresentava o cura, que tinha 50$000 réis. Esta freg. está annexada civilmente á do Espirito Santo, de Malhou, do mesmo concelho. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa. || Povoações nas freguezias: S. Silvestre, de Abobreira, conc. de Mação, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Almoster, conc. e distr. de Santarem. || S. Sebastião, de Cumieira, conc. de Penella, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco || S. Pedro e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Louriceira de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Lourenço, de Arranhó, conc. de Arruda dos Vinhos, districto de Lisboa.

Louriceiras de Santo Antonio. Pov. na freg. de S. Thiago da Guarda, conc. de Anción, distr. de Leiria.

Louridal. Povoações nas freguezias: Santa Maria Magdalena, de Chaviães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria da Porta e conc. de Melgaço, do mesmo distr. || S. João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Lourido. Povoações nas freguezias: Santa Cruz, de Alvarenga, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Miguel, de Entre Ambos os Rios, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Escudeiros, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago, de Espargo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Freixo de Cima, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Godinhaços, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Golães, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Pedro, de Jugueiros, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Maria, de Moure, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Miguel, de Rans, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Cosme e Damião, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Lourim. Pov. na freg de N. S.ª da Annunciação e conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa.

Lourinha. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Formariz, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Infesta, do mesmo conc. e distr. || S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Thiago, de Ronfe, conc de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª da Piedade e conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Lourinha de Baixo. Pov. na freg. de S. Miguel, de Marmelleira, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu.

Lourinha de Cima. Pov. na freg. de S. Thiago, de Cortegaça, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu.

Lourinhã *(D. João de Almeida de Mello e Castro, 2.º visconde e 1.º conde da).* Senhor da villa d'este nome, e alcaide-mór de Sernancelhe. Foi o 2.º visconde da Lourinhã, em verificação da 2.ª vida concedida no titulo do 1.º visconde, seu tio Manuel Bernardo de Mello e Castro. Foi elevado a conde por decreto de 25 de abril de 1824. Era casado com D. Domingas de Noronha, dama de honor da rainha D. Carlota Joaquina.

Lourinhã *(Manuel Bernardo de Mello e Castro, 1.º visconde da).* Senhor da villa d'este nome, official-mór da Casa Real, no officio de couteiro-mór da real tapada de Villa Viçosa; alcaide-mór da villa de Sernancelhe; cavalleiro professo da ordem de Christo; familiar do Santo Officio, nomeado por carta de 16 de agosto de 1754; commendador de S. Pedro das Alhadas na ordem de Christo, no bispado de Coimbra; governador e capitão general do Grão-Pará e Maranhão; governador da praça de Elvas, general de infantaria, governador militar das armas da provincia do Alemtejo; conselheiro de guerra, etc. N. em Lisboa a 16 de fevereiro de 1716; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Francisco de Mello e Castro, fidalgo da Casa Real, commissario de cavallaria no Alemtejo, governador militar da praça de Mazagão, e de sua mulher D. Maria Joaquina Xavier da Silva. O visconde da Lourinhã casou com D. Domingas Izabel de Noronha, filha de D. José de Noronha, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher D. Maria das Montanhas da Silveira. Fallecendo sem geração legitima, herdou a casa sua irmã D. Violante Joaquina de Mello e Castro, casada com D. Antonio d'Almeida Beja e Noronha, fidalgo da Casa Real, cavalleiro e commendador da ordem de Aviz, governador militar da praça d'Elvas, coronel de cavallaria, etc.

Lourinhã. Villa da prov. da Extremadura, séde de conc. e de com., distr. e patriarc. de Lisboa. Tem uma só freg., cujo orago é N. S.ª da Annunciação. Está situada a 75 k. ao norte de Lisboa e a 2 k. do Oceano Atlantico, na estrada de Lisboa-Torres-Peniche, n'uma baixa, cercada de pequenos montes, excepto pelo lado que communica com o mar. Apezar de ser humido, comtudo o seu clima é saudavel e muito temperado, em qualquer estação, pelas brisas constantes do mar. Ligada directamente por carreira de diligencia diaria com a estação do caminho de

ferro de Torres Vedras, a 20 k.,na linha de Oeste, entretanto a que lhe fica mais proximo é a de Bombarral, a 17 k, com boa estrada de macadam, e dentro em breve, dizem, que ficará servida pela estação do Outeiro da Cabeça, a 12 k., terminada que seja a estrada, agora em construcção. A pov. é muito antiga, talvez do tempo dos romanos, como parecem attestar objectos encontrados em varias escavações, desenvolvendo-se sob o dominio dos arabes, segundo o indica o crescente no seu brazão, e soffrendo em seguida a influencia dos cruzados francezes, que deixaram signaes bem visiveis da sua passagem, no brazão d'armas, tres flôres de liz, e afóra isso, na denominação de grande numero de povoações. A'cêrca da origem do nome de Lourinhã nada está averiguado. Dizem uns que provém de *Lourim*, nome de uma pequena povoação ao sul da villa, opinião que parece ser pouco acceitavel; outros querem, que seja corrupção de *Laurianna*, seu primitivo nome; e finalmente, que vem de *Loureiro*, pela abundancia d'estas arvores, outr'ora n'estes sitios, o que parece mais coherente, em vista do seu antigo brazão d'armas. Na Torre do Tombo não existe o registo d'este brazão, comtudo, desde tempos immemoriaes, consta que esta villa o possuia. Sobre a porta dos paços do concelho vê-se, em pedra antiquissima, um loureiro com bagas d'ouro em monte de ouro e campo de prata, tendo á direita duas flôres de liz, outra á esquerda, e sobre esta um crescente de prata. O antigo sêllo da villa, existente no archivo da camara municipal, mostra no centro um loureiro, tendo por cima, em circulo, a legenda: *Lovrinham.* O sêllo é de cobre, e está em perfeito estado de conservação, tendo-o aproveitado a camara, que por elle mandou fazer o seu actual sêllo modernisando-o. A pov. foi dada por D. Affonso I ao cruzado D. Jordan, fidalgo francez, como paga do auxilio que lhe prestara na conquista de Lisboa. A este fidalgo se attribue a construcção do castello, de que hoje apenas restam vestigios de ruinas, e de cujo recinto se des-

Brazão d'armas da villa da Lourinhã

Lourinhã—Egreja matriz

fructa um soberbo panorama, tendo no horisonte o Oceano, com as ilhas Berlengas, fronteiras ao Cabo do Carvoeiro. O seu primeiro foral foi-lhe dado em 1160 por D. Jordau, que Affonso II confirmou depois, em Santarem, em março de 1218, confirmando-o novamente D. Affonso III, em Lisboa, a 16 de outubro de 1251. Era este documento um dos mais antigos do reino; é notavel por algumas disposições extraordinarias e mesmo barbaras que continha, fructo, sem duvida das legislações do norte. Ali se determinava que — *O roussador (*violador*) seja preso e justiçado. Se fugir, pague CCC (300) soldos ao pretor e avenha-se com os paes ou parentes da mulher roussada.* A'cêrca do castigo do assassino, determinava o foral—*O matador, se se puder prender, seja sepultado vivo, e o morto lançado em cima d'elle.* El-rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, no primeiro de junho de 1512. Nenhum d'estes documentos, preciosos para a historia do concelho, aqui existe, pois em virtude d'uma revolta popular, fôram os archivos publicos saqueados e queimados barbaramente em 5 de janeiro de 1868. D. João I deu o senhorio d'esta villa ao notavel jurisconsulto e seu dedicado amigo João das Regras. Na parte mais elevada da villa, no ambito do antigo castello, se encontra em ruinas o vasto edificio da sua antiga egreja matriz, com primorosos trabalhos de esculptura, estylo gothico, de grande perfeição e valor artistico, segundo a opinião dos entendidos, do melhor que possuimos no genero. Ignora-se a data da fundação, que parece ter sido no principio da monarchia; sabe-se, comtudo, que foi reedificada e ampliada no reinado de D. João I, e sagrada pelo arcebispo de Braga, D. Lourenço, o heroico batalhador de Aljubarrota, que era natural d'esta villa. (V. *D. Lourenço*, n'este vol.) Na capella-mór, que é de estylo gothico, bem como o camarim, observam-se restos de magnifica obra de talha dourada, hoje em completo estado de ruina. O templo comporta mais de duas mil pessoas. As suas columnas de marmore são magnificas, e é pena que aquelle monumento esteja abandonado. A capella-mór e a torre parece terem sido construidas muito tempo depois da fundação do templo, porque o estylo, logo á primeira vista, bem indica não ser o mesmo adoptado na construcção da egreja, não podendo, comtudo precisar-se a epoca em que fôram feitas, havendo, porém, quem affirme que são de data manuelina. Em 1834, a junta de parochia, sob um pretexto qualquer, commetteu o vandalismo de mandar tirar toda a madeira e telha, dando em resultado arruinar-se o templo rapidamente. No velho templo existem diversas campas, duas das quaes merecem especial attenção. Uma tem esculpido um brazão d'armas circumdado de flôres diversas e lizes, tendo n'um escudo central um leão rompante; encima-o um elmo emplumado, sobre o qual tem ainda um outro leão rompante. Por cima do brazão lê-se o seguinte:

ESTA S.ª HE DE Aº DE SOV
SA NETO E DE SVA MO
LHE R BRIATIS LANDEIRA
E DE SEVS ERDRºˢ FALECEO
A 17: DE JVLHO: 1561
ANOS

A outra campa apresenta toscamente esculpidas uma espada cruzada com uma lança, tendo esta uma bandeira junto ao ferro, o que leva a crer ter sido jazida de algum cavalleiro, rico homem de pendão. Em 1889, o deputado Pedro Antonio Monteiro, secundado pelo então administrador do concelho, Victor de Portugal, deliberou, activamente ajudado pelos membros da junta de parochia, proprietarios e diversos funccionarios publicos, tomar a peito a restauração da velha matriz. A tentativa era arrojada. Os trabalhos começaram, mas depois suspenderam-se, por diversas circumstancias que sobrevieram, sendo uma d'ellas a enorme despeza que se fazia com a reparação de que o templo carecia. Contando a commissão apenas com os seus fracos recursos, e não podendo esperar auxilio algum dos poderes superiores, teve afinal de desistir do seu proposito, e os trabalhos não continuaram. A Misericordia, de fundação antiquissima, apezar dos seus escassos recursos actuaes, sustenta um pequeno hospital, que a custo satisfaz ás exigencias do concelho. Possue na sua capella, restaurada ha poucos annos, uma imagem de S. Jeronymo, considerada como esculptura de valor. Houve na Lourinhã um convento de frades franciscanos, denominados de *Recoletos franciscanos de Santo Antonio de Xabregas*, que foi fundado em 1598. Os frades eram denominados *recoletos xabreganos*, por ser a cabeça da sua provincia o convento de *Xabregas*, de Lisboa. Depois da extincção das ordens religiosas, em 1834, ficou a egreja servindo de matriz da freguezia. E' um templo simples com os seus ornatos de azulejos azues. No lado esquerdo do alpendre vêem se representados n'um quadro d'estes azulejos N. S.ª do Carmo, com dois santos, tendo por baixo escripto *Salve Rainha*; o do lado direito representa N. S.ª do Rosario, tendo á direita S. Domingos e á esquerda uma santa, lendo-se por baixo *Ave Maria*. Por cima da porta de entrada, estão ainda representados S. Paschoal Bailão e S. Salvador Doria. Em 1841 vieram do mosteiro de Val Bemfeito tres quadros que serviram para adornar a egreja: S. Jeronymo, Santa Paula e Santa Eustachia. Estes quadros são attribuidos a Josepha de Ayala. Em 1844 fez-se a casa do baptisterio, sendo n'ella collocada a pia baptismal que pertencia á velha egreja matriz. No anno de 1846 fôram começadas as obras da capella destinada para as imagens de Senhor Jesus do Cruzeiro e N. S.ª das Dôres, imagens que pertenciam tambem á antiga matriz. As obras ficaram concluidas em 1847, celebrando-se a primeira missa no dia 26 de março d'esse anno. O edificio do convento e a cêrca annexa, fôram, por carta de lei de 15 de setembro de 1814, cedidos á camara municipal para o estabelecimento dos paços do concelho, casa de audiencias e cadeias. E' ali tambem o quartel do destacamento militar. Não lhes tendo a camara dado esta applicação, foi, por carta de 7 de abril de 1877, relevada da responsabilidade em que incorrera, e auctorisada a applicar a cêrca a um passeio publico. N'este recinto realisa-se a feira annual de S. Matheus, a 21 de setembro, e um mercado de gado maior e miudo no segundo domingo de cada mez. A 24 de agosto tambem se realisa a feira de S. Bartholomeu, e a 8 de setembro no sitio de N. S.ª da Misericoria. A estação telegrapho-pos-

tal tem o serviço de emissão de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, serviço especial de encommendas postaes e de valores declarados. Possue a villa duas magnificas escolas para o ensino primario: uma para o sexo masculino, construida pelo legado do benemerito conde de Ferreira, lendo-se no frontispicio do edificio a data de *21 de março de 1866*. A outra escola, é uma das melhores que se conhecem, construida a expensas do municipio, com um subsidio de 800$000 réis dado pelo governo. O edificio é simples, mas elegante e bem distribuido. O risco foi de Schiappa Monteiro, sendo as obras dirigidas por José Gazul. No largo do Convento, defronte da egreja matriz, está o edificio mandado construir em 1878, pela camara municipal para o ensino elementar e complementar do sexo feminino. Em 17 de fevereiro de 1887 foi creado um julgado municipal, que por decreto de 20 de setembro de 1890 se transformou em comarca; por decreto de 30 de janeiro de 1894 creou-se a conservatoria do registo predial e hypothecario. O edificio dos paços do concelho está situado na Praça do Marquez de Pombal. A sua architectura é moderna, mas não offerece novidade. Nos pavimentos superiores estão installadas as secretarias da camara e da administração do concelho, o archivo municipal e a conservatoria do concelho. Nos pavimentos inferiores, a repartição de fazenda e recebedoria. Lourinhã figurou nas luctas com Castella depois da morte do rei D. Fernando I, tendo quasi sempre bandeira pelos castelhanos, apezar de pouco antes, quando o mesmo soberano fez o chamado *novo cêrco* de Lisboa, cingindo-a com as importantes muralhas, que depois a defenderam da furia castelhana, os seus habitantes se haverem distinguido pelo valioso auxilio que prestaram n'essa obra, trabalhando affincadamente, mais que nenhuns outros. Lourinhã teve varios senhorios, entrando afinal no dos condes de Monsanto. Foi depois constituida em condado, sendo o ultimo conde da Lourinhã, titulo de que não usava, D. Thomaz Antonio de Noronha Ribeiro Soares e

Lourinhã — Interior da egreja matriz

Castilho, que falleceu em Lisboa a 21 de abril de 1902. Foi reitoria com 8 beneficiados. Antes de 1834 tinha juiz ordinario e duas companhias de ordenanças. Lourinhã é uma das freguezias mais importantes do patriarchado, pois conta, além da séde, 23 logares importantes, além de quintas e casaes. O seu territorio é muito abundante de todos os generos agricolas, principalmente de cereaes; tem aguas mineraes, minas de ferro e de enxofre, e uma extensa zona de carvão fossil de optima qualidade, com um jazigo no sitio da Pedra Furada. A villa tem uma boa avenida, adornada de eucalyptos, bastante frondosa, a que chamam *Avenida da Senhora dos Anjos*, que serve uma das entradas da villa. E' um passeio muito agradavel. Em 1891 foi acabada de construir a ponte que atravessa o pequeno rio, que tambem tem o nome de *Nossa Senhora dos Anjos*, rio de pouca importancia, mas que no inverno tem occasiões de sair fóra do seu leito e inundar os campos circumvisinhos, não só pelas chuvas que engrossam a corrente, como pelas correntes que das montanhas veem ali desaguar. O projecto d'esta ponte foi feito por Schiappa Monteiro, e o assentamento começado pelo conductor d'obras publicas José Gazul, sendo acabado pelo conductor então de serviço no concelho Ezequiel Pereira Coutinho. A villa tem advogados, agencias do banco Lisboa & Açôres, e das companhias de seguros: *Commercial do Porto*, *Equidade*, *Portugal*, *Probidade* e *Tagus;* seguros de vida, *A Equitativa dos Estados Unidos do Brazil*; associação de soccoros mutuos, hospedarias, medicos, pharmacias, notarios; sociedades; *Club recreativo 14 de Julho*, *Philarmonica Lourinhanense*. Os logares mais importantes são: Martelleira, Toxofal de Baixo, Sobral, Atalaia de Cima, Seixal, Ribamar e Ribeira dos Palheiros. Pertence á 1.ª div. mil., 1.ª brigada, grande circumscripção mil. sul, e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa. Foi esta villa solar dos Ribeiros, que procedem de Martim Paes Ribeiro, e de sua irmã, a celebre e formosa D. Maria Paes Ribeiro, a *Ribeirinha*, amante de D. Sancho I. Tambem era solar dos Veigas, familia que procede de Leonardo Esteves de Napoles que, vindo para Portugal no reinado de D. Affonso IV, se distinguiu na batalha do Salado. O concelho comprehende 7 freguezias, n'uma superficie de 17:374 hect, com 2:697 fog. e 12:115 hab., sendo 6:418 do sexo masc. e 5:697 do fem. As freguezias são: N. S.ª da Annunciação, da Lourinhã, 5:634 hab.: 2:964 do sexo masc e 2:670 do fem.; S. Lourenço dos Francos, de Miragaia, 1:984 hab: 1:053 do sexo masc. e 931 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Moita dos Ferreiros, 1.067 hab: 572 do sexo masc. e 495 do fem; Divino Espirito Santo, de Moledo, 519 hab: 283 do sexo masc. e 236 do fem.; S. Domingos, de Reguengo Grande, 1:438 hab.: 760 do sexo masc. e 678 do fem.; S. Lourenço dos Gallegos, de S. Bartholomeu, 778 hab.: 418 do sexo masc. e 360 do fem; S. Miguel, de Vimeiro, 695 hab.: 368 do sexo masc. e 327 fem. O concelho é essencialmente agricola, cujas producções mais importantes são cereaes e vinho. O vinho é a cultura dominante, sendo prodigiosa a sua producção, destinada, quasi na totalidade, á distillação, comtudo, tem bons vinhos de pasto, muito apreciados pelo seu typo especial pouco alcoolisado. Deve tambem especialisar-se a saborosa maçã, conhecida pela designação de *raineta parda* ou *reguenga*, que é produzida na freguezia de Reguengo Grande, e muito apreciada no mercado da capital, onde attinge preços elevados. N'este concelho ha magnificas pedreiras de pedra calcarea em constante exploração e, bem assim, algumas minas de linhite e carvão de pedra, não explorado. *Jornaes*: Publicou se aqui *A Tentativa*, 30 de novembro de 1902.

Lourinhal Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Carvalho, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Lourinhos. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Louriz Pov. na freg. de S. João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Lourizella. Povoações nas freguezias: Santo Estevão, de Couto de Esteves, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Prestimo, conc. de Agueda, do mesmo districto.

Louro. Pov e freg. de Santa Lucrecia, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 233 fog. e 990 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 4 k da séde do conc. e é atravessada pelo rio Este. O seu abbade era da apresentação alternativa da Casa de Bragança e do D. Prior dos cruzios do mosteiro de Santa Maria da Oliveira. Depois da extincção d'aquelle convento, e das suas rendas e regalias serem reunidas ao convento de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, passou a alternativa da apresentação do dito abbade, para o D. Prior d'este convento e a Casa de Bragança. A egreja matriz é espaçosa, e está situada junto do seu passal, n'um logar elevado, alegre e sádio. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Louros. Ilha da Madeira e distr. do Funchal: pov. na freg. de S. Gonçalo, conc. do Funchal; pov na freg. de N. S.ª da Luz e conc. de Ponta do Sol, || Pov. na freg. de S. Sebastião, de Moiriscas, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Pov. na freg. de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Louros da Corujeira. Pov. na freg. de S. Martinho do Bispo, conc. e distr. de Coimbra.

Lourosa *(Manuel Gomes Galhano)*. Professor de Medicina e de Astrologia, que viveu no seculo XVII. Era naturel de Almada, onde tambem falleceu. Teve muita vocação para a poesia latina. Escreveu: *Poema historicum in quo celebre miraculi portentum circa Joannem IV, divinitus peracti decantatur*, Ulysipone, 1648; *Polymathia exemplar*; *Doutrina de discursos varios*; *offerecido ao conde de Castello Melhor; Cometographia Metheorologica do prodigioso e diuturno cometa que appareceu em novembro de 1664*, Lisboa, 1666. Deixou alguns manuscriptos, em que se encontra um tratado sobre as aguas das Caldas.

Lourosa. Villa e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Oliveira do Hospital, distr. e bisp. de Coimbra; 282 fog. e 1:137 hab Tem esc. do sexo masc., correio com serviço de posta rural, e feira na segunda feira depois do primeiro domingo de cada mez. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Alva. A mitra apresentava o vi-

gario, que tinha 60$000 réis e o pé d'altar. O primeiro foral d'esta villa foi-lhe dado pelo bispo de Coimbra, em Coja, a 6 de fevereiro de 1347; el-rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 12 de setembro de 1514. A terra é fertil e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 23, com a séde em Coimbra || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. da Feira, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 421 fog. e 1:945 hab. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada n'uma elevação de terreno ligeiramente accidentada. O parocho tinha o rendimento annual de 400$000 réis. Lourosa é uma villa bonita e fertil, cortada pela estrada que vae de Lisboa ao Porto. Tem bons pontos de vista. A egreja matriz é antiga e pequena, mas elegante. Realisa-se aqui uma feira a 10 e 28 de cada mez. A pov. pertence á 5.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. || Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Alta, conc., com., distr. e bisp. de Vizeu; 606 fog. e 2:609 hab. Esta freg. é tambem conhecida por *S. João da Lourosa*. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural, permutando malas com Vizeu A egreja matriz d'esta freg. dista 5 k. da séde do conc. A mitra apresentava o cura, que tinha 60$000 réis de rendimento. N'esta freg. ha dois logares com o nome de Lourosa, designados por *Lourosa de Baixo* e *Lourosa de Cima*. No primeiro está o santuario de N. S.ª da Nazareth, edificado em 1504, como consta d'uma inscripção que está sobre a porta principal da capella. Dizem ter sido o fundador Antonio Luiz, por alcunha *O Pombo*, pela grande devoção que tinha a Nossa Senhora, cuja imagem é de pedra, com 1 m. de altura, tendo o menino Jesus nos braços. Na capella ha só um altar. Por detraz d'ella, passa um ribeiro, do nome de Lourosa, que rega e fertilisa os seus campos. Em frente da capella ha extensos olivaes e bons pomares de fructa. A imagem é de muita devoção para os povos d'estes sitios. Os descendentes de Antonio Luiz, *O Pombo*, é que administravam esta capella, para o que possuiam os bens que o fundador lhes deixara para o culto, reparos e concertos, mas elles preferiram aproveitar se dos rendimentos, e deixarem a capella ao abandono. No logar de Lourosa de Cima está situada a egreja matriz, e ali se vê tambem a capella de N. S.ª dos Escravos, que tem apenas um altar. Foi fundada em 1660 por devoção dos habitantes d'esta aldeia. Em frente d'esta capella ha uma praça ou terreiro, onde se vêem dois grandes carvalhos. A imagem é tambem de muita devoção. A terra é fertil, e pertence á 2.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. de Caldas da Rainha, distr. de Leiria || Santissimo Sacramento, de Burgo, conc. de Arouca, distr de Aveiro. || S Mamede, de Santa Cruz da Trapa, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Simão, de Gouveia, conc de Amarante, distr. do Porto || N. S.ª da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || S. Miguel do Matto, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || Santa Marinha, de Nespereira. conc. de Sinfães, do mesmo distr. || N. S.ª da Expectação, de Souzella, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Thiago de Besteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Tremez, conc. e distr. de Santarem,

Lourosa de Mattos. Pov. na freg. da S. Miguel, de Urró, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Lourosas. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Esperança, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Lourozella. Pov. na freg. de S. Thiago, de Lourosa, conc. da Feira, distr. de Aveiro

Louvanda. Pov. na freg. de Santa Leocadia, de Fradellos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Louvel. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Louza *(Augusto Cesar da Rocha)*. Inspector geral dos Bens Nacionaes, deputado e escriptor. Falleceu em Lisboa a 22 de abril de 1906. Exerceu o cargo do secretario do ministro da marinha, sr. conselheiro Teixeira de Sousa. Foi deputado ás côrtes, fazendo parte das maiorias regeneradoras, nas seguintes legislaturas: na de 1901 que se compôz de uma unica sessão legislativa, tendo prestado juramento no dia 7 de janeiro; de 1902 a 1904, prestando juramento na sessão de 8 de janeiro de 1902; e finalmente na de 1904 que tambem se compôz de uma unica sessão legislativa. N'este anno tomou parte nos trabalhos da camara por ter sido chamado a representar o circulo de Margão, onde havia sido eleito na legislatura anterior, até que chegasse a Lisboa o processo eleitoral do deputado a quem ali houvesse sido conferido o respectivo mandato. N'esta qualidade prestou portanto juramento em outubro de 1904. Tomou parte n'algumas discussões da camara, sendo sempre a sua palavra ouvida com agrado, pois que Augusto Louza era um orador de palavra facil e insinuante. Deixou alguns trabalhos, entre elles um livro intitulado *A Suissa*, e que escrevera em Davos-Platz. Collaborou tambem na imprensa jornalistica.

Louza Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. da Torre de Moncorvo, distr. e bisp. de Bragança; 332 fog. e 1:350 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e caixa post. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada nas alturas que dominam o curso do Douro. O cabido da sé de Braga apresentava o vigario, que tinha 100$000 réis de rendimento. O clima é frio e a terra fertil. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de N. S.ª dos Altos Céos, da prov. da Beira Baixa, conc., com. e distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 287 fog. e 1:007 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e caixa post. permutando malas com Castello Branco. A pov. dista 16 k da séde do conc e está situada n'um valle, na estrada de Castello Branco a Penamacôr. Corre-lhe proximo a ribeira de Alpreadre. O tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis de rendimento. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Arcozêllo, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Miguel, de Campia, conc. de Vouzella. distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de S. João da Madeira, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Matim, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S.

Lourenço, de Montaria, conc. e distr. de Vianna do Castello || Santo Adrião, de Padim da Graça, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Pindello, conc. de Oliveira de Azemeis, distr de Aveiro. || Santa Maria, de Prado. conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Valle de Bouro, conc de Celorico de Basto, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Louza de Cima

Louza da Bajouca. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Monte Redondo, conc. e distr. de Leiria.

Louza de Cima. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Extremadura, conc. de Loures, com., distr. e patriarc. de Lisboa; 413 fog. e 1:634 hab. Tem esc. do sexo masc., caixa post., permutando malas com Lisboa; pharmacia, fabricas de cortumes e de lacticinios. A pov. dista 15 k. da séde do conc., e está situada na margem da ribeira do mesmo nome. O povo apresentava o cura, que tinha 120 alqueires de trigo, 40 de cevada, 14 arrobas de carne, pelo Natal; o folar pela Paschoa, que andava por 12$800 réis, e 3$000 réis em dinheiro. A esta freguezia dava-se-lhe antigamente o nome de *S. Pedro de Louza Pequena.* Hoje tambem é conhecida só pela denominação de *Louza.* O portal do sul da egreja parochial de S. Pedro, tem a data de 1549, com a seguinte inscripção: *Foi feito em 1549 annos.* E' esculpido com uvas, parras e figuras. A terra é muito fertil em cereaes, fructas, especialmente morangos, e as aguas potaveis muito boas. Ha em Louza algumas nascentes de aguas ferreas, e uma importante pedreira, d'onde se extrahe a pedra chamada de *salléma*, no sitio d'este nome. Louza era a 8.ª estação do antigo caminho de ferro Larmanjat, de Lisboa a Torres Vedras. Pertence á 1.ª div. mil e ao distr. de recrut e res n.º 5, com a séde em Lisboa. Tem um chafariz, que recebe a agua por uma mina pouco distante, correndo os sobejos para a estrada. Este chafariz foi reformado em maio de 1837, dando se a obra por empreitada a Manuel Affonso, do logar de Louza, por 240$000 réis. A freguezia de Louza de Cima compõe-se dos seguintes logares: Louza, Louza Pequena, Torre Pequena, Ponte do Sousa, Fontellas, Carcavellos, Forno, Freixieiras, Barril, Monte Gordo, Sallemas, Montachique e Cabeça de Montachique. O rio Louza nasce na Venda do Pinheiro, passa a O da povoação, e vae encontrar-se com o rio de Sacavem. Tem uma ponte de segunda ordem, sobre a qual passa a estrada real. Existe aqui uma philarmonica. No sitio conhecido por *Louza de Baixo*, ha uma fonte, que se fez em 1837, sendo a nascente muito proximo.

Louza Pequena Pov. na freg. de S. Pedro, de Louza, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Louzã (*D. Diogo de Menezes d'Eça, 3.º conde da*). Moço fidalgo por alvará de 7 de outubro de 1785, accrescentado a fidalgo escudeiro por alvará de 8 de março de 1795; 11.º senhor da casa de Cavalleiro, par do reino, ministro de Estado, presidente do real erario, no Brazil; mordomo-mór da archiduqueza d'Austria, primeira mulher de D. Pedro IV, D. Maria Leopoldina; deputado da Junta dos Tres Estados, socio honorario da Academia Real das Sciencias, tenente-coronel de cavallaria, etc. N. em Guimarães a 1 de agosto de 1772, fal. a 4 de fevereiro de 1862. Era filho do 1.º conde de Cavalleiros, D. Rodrigo José Antonio de Menezes, e de sua mulher, D. Maria José Ferreira d'Eça e Bourbon. Foi o 3.º conde da Louzã pelo seu casamento, que se realisou em 23 de novembro de 1801, com a 3.ª condessa d'este titulo, D. Marianna do Resgate de Salda-

nha Côrte Real da Camara e Lencastre, sr.ª do morgado de Cadafaes e mais casa de sua mãe, D. Maria Rosa de Saldanha Azevedo Côrte Real da Camara, primeira mulher do 2.º conde da Louzã, D. Luiz Antonio de Lencastre Basto Baharem, de cujo matrimonio era filha unica. A mercê de titulo de 3.º conde foi feita a seu marido por decreto de 11 de maio de 1804. D'este matrimonio não houve geração, passando depois o titulo ao filho primogenito do segundo matrimonio do referido 2.º conde, D. João José de Lencastre Basto Baharem, que foi o 4.º conde da Louzã. D. Diogo de Menezes Ferreira d'Eça acompanhou de Leorne ao Rio de Janeiro em 1817 a archiduqueza D. Maria Leopoldina, para se realisar o seu casamento com o principe D. Pedro, mais tarde imperador do Brazil. O 3.º conde da Louzã foi ministo da Fazenda no reinado de D. João VI; presidente do Real Erario, no Brazil, em 1821; par do reino nomeado em 30 de abril, de 1826, de que prestou juramento e tomou posse na sessão da respectiva camara de 31 de outubro do mesmo anno. Teve suspensão no exercicio do pariato, em consequencia do decreto com força de lei, de 28 de maio de 1834, que considerava como resignando aquella honra os pares do reino, que tivessem praticado quaesquer actos politicos que offendessem as disposições da Carta Constitucional, que estabelecera a sobredita camara, ou que tivessem contribuido para sustar o regimen constitucional da monarchia, fundado pela mesma Carta; disposição que posteriormente se annulou pelo decreto com força de lei de 23 de maio de 1851, que restabeleceu o exercicio do pariato aos pares suspensos em virtude do mencionado decreto de 28 de maio de 1834. O conde da Louzã, porém, não voltou á camara. Tambem fez parte do ministerio durante o governo do infante D. Miguel, no anno de 1828, e ainda depois, tendo a seu cargo a pasta da Fazenda. O conde da Louzã era gran-cruz da ordem de N. S.ª da Conceição, commendador da de Christo, e gran cruz da de Leopoldo, d'Austria. Foi dedicado ao infante D. Miguel, que sempre acompanhou fielmente até á convenção de Evora Monte.

Louzã *(D. João José de Lencastre Basto Baharem, 1.º conde da)*. Official mór da Casa Real; 12.º senhor do morgado da Marinha, instituido em 1450 por Vasco Gil Correia; par do reino, de que tomou posse na respectiva camara em 5 de março de 1853; governador civil dos districtos de Villa Real, Vianna do Castello e de Lisboa, proprietario. N. em 15 de setembro de 1823, fallecido ha bastantes annos. Era filho do 2.º conde da Louzã, D. Luiz Antonio Lencastre Basto Baharem, e de sua segunda mulher D. Francisca de Saldanha da Gama. Casou em 15 de janeiro de 1842 com D. Maria Joanna de Sá Pereira de Menezes Mello Souto Maior, filha dos 3.ºˢ condes da Anadia. Tendo enviuvado passou a segundas nupcias em 28 de agosto de 1848 com D. Carlota Imsess, filha do negociante inglez Roberto Imsess, e de D. Rosa Amelia Imsess. O conde da Louzã era commendador das ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição; commendador de numero extraordinario da ordem de Carlos, III, de Hespanha.

Louzã *(D. Luiz Antonio de Lencastre Basto Baharem 2.º conde da)*. Senhor de Sernache dos Alhos, alcaide-mór do Celorico da Beira, 11.º senhor do morgado da Marinha; veador da rainha D. Carlota Joaquina; gran cruz da ordem de N. S.ª da Conceição, commendador da de Christo; tenente-coronel do exercito. Falleceu a 8 de outubro de 1830. Os condes da Louzã descendem pela linha varonil d'el-rei D. João II. O titulo foi creado por el-rei D. José I, em 27 de março de 1765, mas não podemos saber o nome do 1.º conde. Casou com D. Maria Rosa de Saldanha Azevedo Côrte Real da Camara, filha de D. José Pedro da Camara, moço fidalgo; do conselho d'el rei D. José; governador da India e das armas da provincia do Minho; marechal de campo, e de sua primeira mulher D. Marianna Victoria de Saldanha Tavora, senhora do morgado de Cadafaes. D'este matrimonio houve só uma filha, D. Marianna do Resgate de Saldanha Côrte Real da Camara e Lencastre, que foi a 3.ª condessa da Louzã. *(V. 3.º conde d'este titulo, n'este vol., pag. 553)*. Enviuvando em fevereiro de 1786, o conde da Louzã passou a segundas nupcias com D. Francisca de Saldanha da Gama, dama da rainha D. Carlota Joaquina, filha do 6.º conde da Ponte, João de Saldanha da Gama Mello Torres Guedes de Brito e de sua mulher, D. Maria Constança de Saldanha Oliveira e Daun. D'este matrimonio houve dois filhos: D. João José de Lencastre, que foi o 4.º conde da Louzã, e D. Antonio Manuel de Lencastre, que foi visconde e conde d'este titulo *(V. Lencastre)*. O brazão d'armas dos condes da Louzã é o seguinte: Escudo partido em pala: na primeira as armas dos Lencastres, escudo do reino com um filete preto em contrabanda, que passa por baixo do escudinho do meio; na segunda as armas dos Bastos, em campo de ouro tres troncos com seus esgalhos de sua côr postos em banda.

Louzã *(D. Luiz Antonio de Lencastre Baharem 5.º conde da)*. Fidalgo da Casa Real. Sub-chefe da repartição central do governo civil. N. em Lisboa a 3 de julho de 1849, fal. em Paço d'Arcos a 5 de julho de 1907. Era filho do 4.º conde da Louzã, D. João José de Lencastre Basto Baharem, e de sua segunda mulher D. Carlota Imsess. Foi casado tres vezes; a primeira, em 28 de dezembro de 1879, com D. Amelia Maria Anna d'Almeida Ribeiro Neves; a segunda, em 31 de julho de 1880, com D. Amelia Elisa Affonso; e a terceira com D. Emma Pereira Foios de Freitas, filha de Antonio Marques de Freitas.

Louzã Villa da prov. do Douro, séde de conc. e de com., distr. e bisp. de Coimbra, relação do Porto. Tem uma só freguezia, cujo orago é S. Silvestre. Está situada n'um formoso valle, junto á ribeira do Arouce, nas faldas da serra da Louzã, que é uma das ramificações da serra da Estrella. A ribeira de Arouce é aqui atravessada por uma ponte de cantaria de um só arco, e vae juntar-se com a ribeira de Ceira. Esta ponte foi construida por um devoto de N. Sr.ª da Piedade, em 1744, segundo indica a seguinte inscripção, gravada n'uma lapide engastada no arco:

OBRA DA
DEVOÇÃO
A N. SNᴿᴬ E
A S. JOÃO
ERA 1744

O tempo apagou o resto da inscripção, que talvez declarasse o nome do devoto. Sobre a inscri-

pção está gravada uma cruz, e por baixo o symbolo do nome de Jesus *(I. H. S.)*. Junto á ponte ha uma fonte de muito boa agua. O ponto mais alto da serra da Louzã, a que chamam o *Altar do Trivim* acha se a mais de 680 m. acima do nivel do mar. Em 1863 collocou-se ali um marco geodesico para a triangulação do reino. Já em 1800, por ordem do principe regente D. João, se collocara ali uma columna para o mesmo fim. A serra é formada de diversos montes que se vão sobrepondo bem accidentados e abundantes d'agua, fertilisando os campos; a serra é accessivel por muitas partes, mas o melhor caminho que da villa conduz ao altar, sem todavia deixar de ser escabroso, não tem menos de 10 k. de comprimento. Para gozar, porém, a formosura do valle, não é preciso subir a tão grande altura; quem, na quadra mais bella do anno, saindo da villa propriamente dita, se dirigir a um d'esses montes, observará um lindo e pittoresco panorama. A villa da Louzã, sob o nome de *Arunce* ou *Arouce*, data de tempos immemoriaes, pois que se esta primitiva povoação existiu em volta do castello, mas nas visinhanças das faldas da serra, como parece indicarem os vestigios de antigas edificações na montanha onde assenta o mesmo castello, não se conhece documento algum, porque se possa determinar a data precisa do seu estabelecimento, ou, pelo menos, declarar o nome do povo ou tribu que primitivamente ali floresceu. No entretanto, a situação da fortaleza n'uma especie de promontorio cercado de fragas e penedias, nas raizes das quaes se deslisa caprichosamente a ribeira de Arouce, que vem do alto da serra, e que devia por força estar apartada de qualquer povoado importante, deu ensejo a que se divulgassem interessantes lendas. A mais curiosa é por certo, a que nos deixou escripta Miguel Leitão de Andrada, na sua *Miscellanea*, figurando basear-se em documentos da epoca. A lenda que vem ali narrada, é inverosimil, mas curiosa. Diz Miguel Leitão de Andrada, que 79 annos antes da vinda de Christo, no tempo do grande Sertorio, estando muito descançados na cidade de Coninbriga (hoje Condeixa a Velha), que era então perto do mar, o opulento rei Arunce, a princeza Peralta, sua filha, e a côrte, surgiu ali, não se sabe d'onde, n'uma poderosa armada guarnecida de numerosos guerreiros, um poderoso conde estrangeiro Vinha com o proposito de saquear o rei e a cidade, pela fama das grandes riquezas ali existentes. Desembarcou com os seus guerreiros, e atacando a cidade descuidada, espalhou n'ella o terror e a desolação, roubando tudo que era de valor. Tal foi o estrago que o conde e os seus fizeram n'aquella populosa cidade, metropole do reino do mesmo nome, não perdoando a gente nem a edificios, que não ficou pedra sobre pedra, não se tornando a reconstruir. Foi tal o terror dos habitantes que puderam escapar a esta devastação, que abandonaram para sempre a cidade. O rei Arunce fugiu com a filha pela terra dentro, que era então quasi despovoada, e veiu esconder-se n'um castello que edificou, *quasi nas entranhas e coração de umas serras, entre vastissimos e serrados arvoredos;* e lançando fama de que partia para Africa a pedir soccorros, afim de recuperar o perdido reino, metteu no castello a princeza, com varias pessoas de sua casa e a parte que pudera salvar dos seus thesouros, pois julgava que a tinha aqui segura dos ataques dos seus inimigos, tanto pelo castello ser forte e mettido no mais escondido da serra, como por estar *quasi feito ilha*, cercado d'uma ribeira muito fresca, a qual tambem, assim como o castello, tomara o nome d'este rei, *Arunce* ou *Arouce*. Para maior segurança dos seus receios e temores, continúa a lenda, deixara sim ali sua filha e thesouros, com elles o coração, mas fez *encantar* o dito castello e com todas as riquezas que n'elle deixou, e que algum dia será encontrado por quem tiver a ventura de poder *desencantar* a princeza e tudo o mais. Por este motivo o povo rude d'estes sitios, em busca de thesouros que estão encantados no castello, o teem em grande parte destruido, com as suas repetidas excavações, comtudo ainda se conserva uma parte, e a torre de menagem com suas ameias. Leitão de Andrada conta em seguida as tristezas, amores e suspiros da princeza encantada, e o mais que foi succedendo ás pessoas que com ella estavam reclusas no castello. Fala das grandes esperanças que Sertorio alimentava de vir um dia a haver as grandes riquezas do rei Arunce, casando com a princeza etc O que parece fóra de duvida, é que a villa de Louzã teve primitivamente o nome de *Arunce* ou *Aruccis*, o que se poderá conjecturar que a sua fundação remonta a tempos anteriores á dominação romana na peninsula. A'cêrca do nome, querem alguns que seja corrupção de *Arunce*, dizendo que os moiros, quando tomaram o castello, lhe conservaram o seu antigo nome, mas não podendo pronunciar Arunce, diziam *Alonçon*, que depois se converteu em *Louzan* ou *Louzã*. Pinho Leal, no vol. IV do *Portugal antigo e moderno*, a pag. 473, diz que Aruccis parece ser uma palavra celtica já alatinisada pelos romanos; e tres povoações distinctas da Lusitania se encontram com este nome: uma ao sul do rio Tejo, á qual os moiros corromperam em *Aroche*, e é a actual Arronches. Parece que esta é a mais antiga das tres, pois os romanos lhe chamavam *Aruccis-Vetus*. Outra, tambem no Alemtejo, se denominava *Aruccis-Nova*, que é a actual villa de Moura N'um manuscripto muito antigo sem data nem assignatura, que Pinho Leal diz que possuia, dá elle a seguinte etymologia á palavra *Aruccis:* no local onde está o castello, havia uma ára celtica que os moiros destruiram, para no seu logar edificarem um templo, que cercaram com uma fortificação. A este monte veiu a chamar-se *Cabeço da ára*, que por fim se corrompeu em *Aruccis*. Segundo alguns escriptores, o conde D Sisnando, governador de Coimbra, a quem se attribue a fundação ou a reconstrucção do castello em 1080, conservou o templo idolatra, que foi purificado e dedicado a S. Pelagio, ou S. Paio. O primitivo assento da villa foi no sitio onde hoje se vê o castello, segundo se presume, e já acima citámos, pelos vestigios de edificios que ainda se notam. O castello fica á entrada d'uma das duas peninsulas, que a ribeira de Arouce fórma a 1 k. da villa, no centro de muitas sinuosidades das montanhas que lhe ficam a Oeste. A antiga povoação estendia se até á ribeira em rapido declive, o que se prova pelos restos de edificios e alicerces, que por ali ha. Na outra peninsula que fica parallela com esta, mas em sentido inverso, está o *Penhasco das ermidas*, ou das tres capellinhas de S. João, do Senhor da Agonia, e N. S.ª da

Piedade, que vão trepando e coroando um penhasco solitario e collossal. No tempo de D. Affonso Henriques ainda o castello de Louzã estava bem conservado e bem tratado. Para ali iam passar o verão a rainha D. Mafalda, sua mulher, e as damas da sua côrte. No tempo dos nossos primeiros monarchas foi a villa dada em senhorio á familia Cáceres. Passados tempos veiu este senhorio á casa dos duques de Aveiro, que o possuiram até 1759, em que foi extincto o ducado, sendo os seus bens incorporados na corôa. El-rei D. Manuel deu-lhe categoria de villa, e foral, em Lisboa, a 25 de outubro de 1513. D'este foral existem na camara da villa dois exemplares perfeitamente eguaes; tem illuminuras e 11 folhas de pergaminho, tudo fortemente encadernado. A antiga egreja matriz, de que se ignora a data da fundação, foi reconstruida no seculo XVIII, não se recommendando pela sua architectura, tanto interna como externa, tendo apenas digno de menção, de um dos lados da nave a capella do Santissimo Sacramento, cuja architectura do seculo XVI apresentava alguma belleza e elegancia nas fórmas e ornamentação; e do lado opposto a capella da familia Ferraz, que era de architectura manuelina exteriormente, e, no interior, da epoca de D. Sebastião e dos Filippes, mas sem cousa notavel na sua disposição e ornamentação interna. O real padroado apresentava o prior, que tinha 400$000 réis de rendimento. Estando já em ruinas, construiu-se um novo templo, empenhando-se n'esta obra o bispo conde desde 1872, até que em 1883 ficou concluida, vindo o reverendo prelado inaugurar solemnemente a nova egreja, onde celebrou de pontifical. O edificio não se recommenda pela sua architectura. Gastaram-se nas obras 15:200$000 réis, concorrendo para esta importancia com subsidios o cofre da Bulla da Santa Cruzada, a camara municipal, donativos de particulares, em que sobresaiu o da viscondessa do Espinhal com 2:000$000 réis, e 1:200$000 réis com que o governo auxiliou, em duas prestações. Ultimamente, o que muito embelleza o interior do templo, fizeram-se uma tribuna e uns altares em obra de talha, a expensas do fallecido visconde de Ferreira Pinto, natural d'esta villa, que n'ellas dispendeu a importancia de 3:000$000 réis. Na parede do lado direito da capella-mór está uma lapide commemorativa d'este facto. Na egreja ha duas boas imagens antigas e de fina esculptura: a de S. Silvestre e a de um Santo Christo de marfim. A casa da camara municipal é um edificio regular. Na praça onde está situada, houve um pelourinho, symbolo das antigas isenções municipaes. Era de grés vermelho das pedreiras da serra de Alveite, nos limites dos concelhos de Louzã e Poiares. Estava sobre uns degraus, d'onde foi removido e encostado ao cunhal do edificio da camara, tirando-se-lhe em 1834 os ferros cruzados e argolas que tinha no tronco das tres faces. Depois desappareceu completamente, e ignora-se o local onde existe. Houve em Louzã um convento de frades antoninos, que foi vendido, e é actualmente propriedade particular. São de boa architectura os palacios da familia Salazar, da viscondessa do Espinhal e de Carvalho Montenegro. Este senhor foi o fundador do hospital de S. João *(V. o artigo seguinte)*; por sua iniciativa se fundou o *Instituto de D. Luiz I promotor de instrucção primaria e secundaria*, com aula nocturna, e uma bibliotheca popular, contendo mais de 500 volumes. Além da ribeira de Arouce, que é ali mais conhecida pela *ribeira de S. João*, que nasce na serra junto aos *poços de neve* e da ribeira de *Ceiça*, ha varios ribeiros que cortam, regam e fertilisam os terrenos d'este concelho, trazendo tambem algum peixe, e trutas de muito boa qualidade. Ha varias fontes de agua potavel magnifica, e uma nascente de aguas ferreas em Villarinho, e a de Valle de Sancho, junto ao casal do Ermio. A capella da Misericordia, que muitos dizem ter sido particular, parece, pelo contrario, que foi fundada pela rainha D. Leonor, viuva de D. João II. Na porta tem a data de 1568, e ao lado uma escadaria de pedra com alpendre e campanario, tudo do seculo seguinte. Louzã teve juiz de fóra, juiz dos orphãos, escrivães e duas companhias de ordenanças com seu capitão-mór, e um regimento de milicias, de que foi o ultimo commandante o coronel Salazar. O tenente-coronel d'esse regimento, Victorio Telles, que fôra nomeado coronel pela revolução liberal de 1828, foi uma das victimas do governo absoluto, sendo enforcado no Porto em 7 de maio de 1829. Em Louzã ha escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N. e Coimbra; advogados, agencia de *Portugal*, e das companhias de seguros: *Internacional*, *Popular*, *Previdencia e Tagus;* associação de bombeiros voluntarios, hoteis, medicos, pharmacias, notarios, fabricas de papel: *Penedo e Boque;* theatro, *Club Louzanense*, *Philarmonica Louzanense*. No dia 24 de cada mez ha uma feira importante de gado bovino e suino, no sitio do Regueiro; outra feira a 24 de junho, concedida por D. João III, em alvará de 1537, é de gado, fancaria, ourivesaria, funileiro, sapateiro, algibebes e quinquilherias; mercado aos domingos. A villa pertence á 5.ª div. mil., 9.ª brigada, grande circumscripção mil. do Centro, e ao districto de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. O concelho da Louzã é um dos mais saudaveis do distr. de Coimbra; compõe-se de 5 freguezias, com 2:777 fog. e 11:365 hab., sendo 5:250 do sexo masc. e 6:115 do fem., n'uma superficie de 13:031 hect. A villa dista 18 k. da séde do distr. As freguezias são: Santo Antonio, do Casal do Ermio, 416 hab.: 183 do sexo masc. e 233 do fem.; S. Miguel, de Foz de Arouce, 1:374 hab.: 609 do sexo masc. e 765 do fem.; S. Silvestre, de Louzã, 5:675 hab.: 2:660 do sexo masc. e 3:015 do fem.; N. S.ª do Soccorro, de Serpins, 1:967 hab.: 877 do sexo masc. e 1:090 do fem.; S. Pedro, de Villarinho, 1:933 hab.: 921 do sexo masc. e 1:012 do fem. O principal commercio do todo o conc. é azeite, cereaes e papel. A'cêrca do sitio pittoresco, conhecido pelo *Penhasco das ermidas*, na encosta fronteira ao castello, vêem-se as tres capellinhas acima citádas, que se destacam pela sua alvura do verde negro da serra, e são, pela ordem ascendente, primeiro a capella de S. João, que é a maior de todas e de construcção antiga, simples e pobre em adornos; tem alpendre e as portas são ogivaes; é dos fins do seculo XV, sendo tambem muito antigas algumas das imagens ali existentes

Depois sobem-se alguns lauços de escada e encoutra-se a capellinha do Senhor da Agonia, que tem por cima da porta toscamente gravada a data de 1802, que deve ser o anno em que foi feita ou n'ella se fez algum concerto. Junto d'esta capella, a um lado d'um pequenino adro, eleva-se uma cruz de pedra, de metro e meio d'altura, tendo por baixo a seguinte inscripção:

ESTAS OBRAS
MANDOV FAZER
O CAPITÃO FRANC.º
BARBOSA NA
TVRAL D'ESTA
VILLA ERA DE
1624

Este Francisco Barbosa não foi o fundador, mas o reedificador ou coustructor das escadas ou de algumas das capellas. No fim de outros dois lanços de escadas, no cume do rochedo que termina o penhasco, está a capella de N. S.ª da Piedade, cuja imagem é da maior devoção para todos os povos da Louzã e seus arredores. E' construcção dos fins do seculo XVII. Esta capella foi completamente restaurada pela viscondessa do Espinhal, e ampliada, tendo-se por isso construido um paredão em volta, o que em grande parte destruiu a belleza natural do sitio. Todos os annos, na 5.ª feira d'Ascenção, se faz uma importante romaria á Senhora da Piedade e a S. João. Da egreja sae uma procissão solemne, que depois de percorrer algumas ruas, se dirige á capella de S. João, onde se realisa grande festa e arraial, no largo terraço, em honra da Senhora da Piedade, havendo á noite grande illuminação e fogo de artificio. Proximo do castello, no logar em que as serras começam a abrir para dar logar aos campos, está edificada a fabrica, um engenho de papel, como d'antes se dizia, centro industrial que ha mais de 150 annos, sem interrupção, dá trabalho aos habitantes da Louzã. Foi fundada em 1718, no reinado de D. João V, por um genovez auxiliado com subsidio do governo e com o emprestimo de 2:800$000 réis para a fundação, sendo superintendente d'esta obra D. João Netto Arnaut. Por muito tempo foi a melhor do paiz e a mais protegida dos governos, que chegaram mesmo a prohibir a exportação de trapo, em seu beneficio, por decreto de 19 de abril de 1749, sendo mais tarde os seus empregados isemptos dos serviços publicos, etc. Mas no reinado seguinte, não tendo sido ainda pago o citado emprestimo de 2:800$000 réis, o marquez de Pombal tomou conta da fabrica, a que deu notavel impulso, sendo seu admistrador João Antonio de Amorim Vianna. Andou depois sempre arrematada com o tratado do tabaco, até que em 1821 foi vendida em hasta publica. Em 1824 novamente foi á praça, sendo comprada pela firma Pereira & C.ª, sociedade ou companhia de que fazia parte João José de Lemos, rico negociante de Coimbra, que em 1833 conseguiu ficar sendo seu unico proprietario. Lemos procedeu logo a grandes melhoramentos. Devido aos seus esforços, a fabrica, que em 1821 empregava apenas 25 operarios d'ambos os sexos, em 1838 empregava 80, e em 1870 mais de 200. Em 12 de julho de 1873 João José de Lemos arrematou o fornecimento do papel sellado, obrigando-se a dal o a 1$830 réis a resma. Por sua morte, deixou a fabrica em testamento a seu afilhado João Gonçalves de Lemos, e depois do fallecimento d'este ultimo proprietario, succedido em 1879, continuou fabrica a funccionar sob a firma de Viuva Lemos & Filhos, até 1889, em que se constituiu em companhia com outras fabricas de papel portuguezas, sendo a denominação de *Companhia de papel do Prado*. O trabalho, ali antigamente quasi todo manual, está hoje completamente transformado, e é na maior parte mechanico. A força motora que exclusivamente se empregava era a agua, mas foi quasi totalmente substituida pelo vapor, a que se deve o grande augmento de producção. E' agora illumiuada a luz electrica. Segundo a tradição, deu-se no principio do seculo passado um caso deveras curioso na importante casa do dezembargador Salazar, que já mencionámos. Depois da batalha do Bussaco, a 27 de novembro de 1810, o general Massena viu-se obrigado, por marchas successivas, a evitar as forças commandadas por lord Wellington. Alguns mezes mais tarde, porém, tendo os francezes estabelecido o seu quartel general na referida casa do dezembargador Salazar, a rectaguarda do seu exercito foi completamente derrotada em Foz de Arouce, pela vanguarda do exercito anglo-luso, ficando no lôdo do rio um grande numero de soldados francezes. Masseua, apenas soube este desastre, lembrando-se do que acontecera no Bussaco, fugiu precipitadamente de Louzã, sem sequer se aproveitar do jantar, que estava prompto á sua espera. Pouco tempo depois entraram as forças do exercito anglo-luso, e Wellington, sentindo-se fatigado e com appetite, descançou em casa do dezembargador, sentou-se á mesa, e comeu, mais a sua comitiva, o jantar que Massena abandonara. Em Louzã ha os seguintes jornaes: *Jornal da Louzã*, maio, 1885, em publicação, dezembro, 1907; *Louzanense (O)*, 9 junho, 1900, em publicação, dezembro, 1907.

Louzã *(Hospital de S. João da)*. E' um edificio modesto, segundo as modernas condições hygienicas, bem situado e arejado. Foi seu fundador João Elysiario de Carvalho Montenegro natural da Louzã, que fôra para o Brazil empregar-se no commercio, o qual, estando no Rio de Janeiro, escreveu em 1856 a seu irmão, o dr. José Daniel de Carvalho Montenegro, sobre a idéa de fundar um hospital para enfermos pobres, e sobre os meios com que contava alcançar os necessarios fundos para a sua installação e manutenção, os quaes eram recorrer á caridade dos seus compatriotas residentes no Brazil, concorrendo elle com a sua propria bolsa, que estava sempre aberta para acudir á miseria. O dr. José Daniel de Carvalho Montenegro, que era então provedor da Misericordia da Louzã, recebeu gostosamente a idéa humanitaria do irmão, e convocando a Mesa da Misericordia, teve a satisfação de vêr que a mesa tambem a acceitara de bom grado, desejando que se puzesse em pratica. Nomeou-se uma commissão no Rio de Janeiro, de que ficaram membros João Elysiario e José Antonio de Carvalho, tambem filho da Louzã. Em seguida o dr. José Daniel expoz ao governador civil do districto de Coimbra, n'aquella epoca o general Maldonado, que desejavam crear na villa em beneficio das classes pobres, e pediu que fôsse nomeada officialmente uma commissão com-

posta de homens influentes, de boa posição social e residentes em Louzã, afim de solicitar donativos na villa, receber os que fôssem enviados pela commissão do Brazil, e dirigir os trabalhos da edificação do hospital, assim que se alcançassem os fundos sufficientes. O governador civil promptamente se encarregou de organisar a commissão local, que foi nomeada por alvará de 16 de julho de 1856. Mas occorrendo a morte d'um dos vogaes e a saida de outros para fóra do concelho, ficou a commissão muito limitada e quasi sem funccionar, até que em dezembro de 1865, o dr. José Daniel, pezaroso de que os trabalhos preliminares se não desenvolvessem como era de esperar, e como anciosamente desejava o fundador, novamente representou ao governador civil, então D. João Pedro da Camara, ácêrca da necessidade e conveniencia de dissolver a commissão nomeada em 1856, e nomear outra, o que effectivamente se verificou por alvará de 23 do referido mez de dezembro do anno de 1865. Installada a nova commissão e sabendo-se que no Brazil havia já uma quantia superior a 3:000$000 réis, moeda forte, começaram os trabalhos, mandando-se fazer o risco, que foi confiado ao architecto João Pedro Fernandes Thomaz Pippa, sendo o local escolhido para o edificio um vasto campo, junto ao sitio chamado *Fonte dos Moiros*. Desde então os membros da commissão tomaram grande actividade, e aproveitando a occasião em que o fundador vinha a Louzã, prepararam tudo para que se fizesse a ceremonia da collocação da pedra fundamental, que se realisou pomposamente em 24 de junho de 1866. O campo estava ornado de grinaldas de murta, entre mastros embandeirados e coroados com os escudos das armas portuguezas desde a fundação da monarchia. Ao centro levantava-se um pavilhão vistosamente guarnecido de florões de murta e sanefas de damasco, vendo-se-lhe no remate da cupola encruzadas as bandeiras portugueza e brazileira, como symbolo da fraternidade dos dois povos. Antes da collocação da pedra fundamental, o prior da egreja matriz lançou a benção ao cofre que encerrava as moedas do reinado d'el-rei D. Luiz I, a copia da acta da ceremonia devidamente assignada, e como homenagem á imprensa, diversos numeros de jornaes que annunciavam esta solemnidade. O fundador, recebendo do presidente da camara municipal a trolha e a colher, que lhe fôram offerecidas, encaminhou-se com os outros membros da commissão, autoridades e ecclesiasticos, para o alicerce onde se devia collocar a primeira pedra e lançar as primeiras colheres de argamassa. As duas philarmonicas tocaram então os hymnos de D. Luiz e da Carta Constitucional, que o povo acompanhava com enthusiasticos vivas ao fundador do hospital. Finda a ceremonia celebrou-se um solemne *Te-Deum* na egreja matriz Os trabalhos continuaram com actividade verificando-se a inauguração nos fins do anno de 1867 ou principios de 1868. O edificio tem 6 janellas na frente, 6 na parte posterior e 3 de cada lado, ao todo 18 janellas, e todas de archivolta. Tem enfermaria para homens, outra para mulheres, gabinete para a direcção, um quarto para o enfermeiro e outro para a enfermeira, gabinete para operações, sala para convalescentes, casa de arrecadação, 2 quartos para creados, cosinha contigua, mas separada do edificio. No topo da fachada vê-se a estatua da Caridade. Os soccorros medicos e pharmaceuticos fôram nos primeiros tempos offerecidos gratuitamente por dois cavalheiros pertencentes á commissão. O terreno em volta do hospital foi ajardinado e arborisado para passeio dos convalescentes. No hospital ha tambem uma capella.

Louzã (*Serra da*). No distr. de Coimbra, ficando entre as villas de Serpins, Alvares, Penella, Miranda do Corvo e Louzã. E' ramificação da serra da Estrella. Tem 690 m. de altura sobre o nivel do mar, medindo só o dorso da serra, excluindo os pontos culminantes, ou picos. A serra desce desde o ponto de Malhão até á Senhora das Preces e serra da Aguieira, onde torna a subir, d'ahi desce um pouco, mas continúa sempre magestosa até avistar Coimbra, onde formando a elevação de 1 k., no Trivim, toma a direcção de NNE a SSO, com o nome de *Serra da Louzã* ou *Coentral*. A 18 k. de distancia parece terminar em dois picos muito altos, sobranceiros ao Espinhal; mas, elevando-se outra vez na serra do Ancião, segue até ao mar. Esta serrania compõe-se de montes sobre montes, cortados de infinitas gargantas e valleiros. Differentes rios aqui teem a sua origem, e é abundantissima de boas aguas, que regam e fertilisam extensas veigas e muitas campinas. E' povoada de muitas aldeias e casaes, tanto no centro, como nas suas faldas e vertentes.

Louzada. As familias d'este appellido usam diversos brazões de armas. Umas trazem em campo de prata uma lage côr de piçarra saindo d'ella dois lagartos verdes com as linguas vermelhas; outras usam escudo de campo de ouro com uma louza ou lage de côr de piçarra apparecendo por debaixo d'esta as cabeças e mãos de seis lagartos de verde com escamas de ouro, orla vermelha carregada de seis aspas de ouro; timbre quatro pennachos de côres distinctas; outras ainda teem o escudo cortado em faxa, na primeira em campo vermelho um leão de ouro com uma espada de prata na garra direita em acção de descarregar o golpe; na segunda em campo vermelho cinco crescentes de prata com as pontas para a parte direita do escudo postos em santor; timbre o leão com a espada.

Louzada *(Antonio Coelho)*. Escriptor e romancista. N. no Porto a 4 de novembro de 1828, onde tambem falleceu nos fins de junho de 1859, contando apenas 31 annos incompletos. O seu primeiro romance, *A Rua escura, tradição portuense*, deu-lhe grande fama, fazendo-se duas edições em pouco tempo, sendo a data da segunda, 1857. A seguir publicou o romance *Na consciencia*, no mesmo anno de 1857, escripto, segundo consta, em resposta a um outro livro de Camillo Castello Branco, intitulado *Onde está a felicidade?* Publicou ainda em 1857 outro trabalho, *Os Tripeiros, romance do seculo XIV*. Louzada collaborou nos jornaes *A Peninsula* e *Clamor publico*. Falleceu muito novo, sendo um escriptor de merecimento, que poderia ter um brilhante futuro. Na *Revista Peninsular*, tomo II, pag. 279, lê se o seguinte: «A. Louzada é um moço de talento. Como poeta tem o merito da originalidade, que não é muito vulgar presentemente. As suas poesias são mimosas no pensamento, e novas na metrificação; mas a especialidade do seu talento é outra. A. Louzada é romancista, mas

um romancista que estuda os costumes das epocas, que observa a sociedade nas suas crenças, na sua vida intima, nas suas superstições e vicios. Estudando as tradições e lendas da antiguidade fórma d'ellas o nucleo do romance, que mobila e adereça depois conforme os usos da epoca que representa. Formado o seu estylo, aperfeiçoado sobre tudo o descriptivo, creio que ha de vir a ser um dos nossos mais portuguezes romancistas» Camillo Castello Branco, de pag. 117 a 127 dos *Esboços de appreciações litterarias*, escreveu muito elogiosamente ácerca das obras de Louzada. *A Semana*, do Rio de Janeiro, n.º 1, da 2.ª serie, 1861, a pag. 199, tambem fala de A. Louzada de fórma lisongeira.

Louzada (*Antonio José Coelho*). Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra. N. no Porto onde tambem falleceu, mas não sabemos as datas do nascimento nem do fallecimento. Era filho de Agostinho José Coelho. Doutorou-se em 17 de julho de 1825.

Louzada. Villa da provincia do Douro, séde de conc. e de com., distr., relação e bisp. do Porto. A freguezia é de S. Miguel, de Silvares e Cristellos. Pertence á 6.ª div. mil., 11.ª brigada, grande circumscripção mil. norte, e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. A villa dista 38 k. da séde do distr. e está situada na margem esquerda do rio Ave. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, com o titulo de villa, em Lisboa, a 17 de janeiro de 1514. No dia 15 de novembro de 1873 foi registrada perante a camara municipal d'esta villa, uma mina de estanho, chumbo e outros metaes, que fôra descoberta por Agostinho Moreira. Esta mina é situada no valle de Fonte Cova. Em 1863, uma sociedade, composta d'alguns cavalheiros da localidade, fundou um collegio, que ao principio foi dirigido pelo P. Antonio José Rodrigues Soares, bacharel formado em Theologia. O collegio estava situado na quinta da Ribeira de Louzada, a 3 k. da villa d'este nome, que então pertencia á freg. de Christellos e tinha o titulo de *Collegio de Nossa Senhora do Bom Successo*, por haver perto uma capella d'este nome. Mais tarde dissolveu-se a sociedade fundadora, e passou o estabelecimento, sendo propriedade do director, para a quinta de *Vinça*, na freg. de S. Paio de Casaes, casa feita de proposito para o collegio por ordem de Antonio de Sousa Freire. A quinta de *Vinça* fica a 4 k. a NE de Louzada, na margem esquerda do ribeiro Mesio, que vae desaguar no rio Sousa. Tomou então o nome de *Collegio de Nossa Senhora da Ajuda*, por haver nas proximidades uma capella d'esta invocação. Em Louzada ha escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de valles do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras, obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. D; advogados. agencia da companhia de seguros *Internacional*, e das de seguros de vida: *Equitativa dos Estados Unidos do Brazil* e *Previdencia*; Associação de Soccorros mutuos, e Escola elementar de Agricultura pratica, hoteis, medicos, pharmacias, Misericordia e hospital, instituido por doação testamentaria de José Freire, da Tapada; notarios, sociedade de recreio: *Assembléa Recreativa Louzadense*; feira nos dias 9 e 25 de cada mez, e no sabbado anterior ao ultimo domingo de julho. A villa é muito aprazivel, e tem bons edificios de construcção moderna. A 4 k. de distancia da estação de Cahide, d'este concelho, no caminho de ferro da linha do Douro, freg. de S. Pedro Fius, de Torno, avista-se a pequena povoação de Nossa Senhora da Apparecida, contituida quasi toda por modestas habitações de pequena industria; possue um mercado quinzenal, que é muito concorrido pelo povo dos arredores. Tem na sua capella a imagem de N. S.ª da Apparecida, que é de muita devoção. Segundo a tradição, a imagem foi encontrada por um velho e virtuoso vigario no mesmo sitio, onde hoje existe a ermida. Conta-se que a imagem foi conduzida em devota procissão para a egreja matriz de Louzada, mas que no dia seguinte desappareceu, indo encontrar-se no mesmo local onde fôra achada. Erigiu-se-lhe então uma ermida, que existe ainda hoje debaixo do adro da capella, que mais tarde ali se construiu. E' esta um templo de linhas singelas, bastante amplo, com um campanario de tres sinos, tudo devido a donativos dos devotos da milagrosa imagem. Nos dias 13, 14 e 15 de agosto de cada anno realisam-se ali grandes festas em honra de Nossa Senhora da Apparecida, indo de Louzada uma luzente romaria. No dia 13 faz-se uma feira de gado cavallar, e no dia 14 effeitua-se uma pomposa e comprida procissão, com 5 andores, muitos pendões de seda, cruzes alçadas, figuras allegoricas a pé e a cavallo, bois muito gordos enfeitados com flôres e campainhas e cavallos de luxo. A' noite queima-se uma enorme quantidade de fogo de artificio; diversas philarmonicas ali se reunem tambem. No dia 15 ha missa a grande instrumental na capella e sermão, e outra procissão, porém muito resumida. No ultimo domingo de julho tambem se realisa a pomposa romaria do Senhor dos Afflictos. O conc. da Louzada comprehende 26 freguezias com 4:258 fog. e 16:545 hab., sendo 7:405 do sexo masc. e 9:140 do fem., n'uma superficie de 7:676 hect. As freguezias são: S. Mamede, de Alemtem, e Santa Maria, de Villar Forno; estas duas freguezias teem 643 hab.: 306 do sexo masc. e 337 do fem.; Santa Maria, de Alvarenga, 119 hab.: 60 do sexo masc. e 59 do fem.; O Salvador, de Aveleda, 603 hab.: 273 do sexo masc. e 330 do fem.; S. Vicente, de Boim, 346 hab.: 168 do sexo masc. e 178 do fem.; S. Pedro, de Cahide de Rei, 1:013 hab.: 456 do sexo masc. e 557 do fem.; S. Paio, de Casaes, 520 hab.: 236 do sexo masc. e 284 do fem.; S. Thiago, de Cernadello, 443 hab.: 186 do sexo masc. e 257 do fem; S. João Evangelista, de Covas, 373 hab.: 171 do sexo masc. e 202 do fem.; S. Salvador, de Figueiras, 484 hab.: 208 do sexo masc. e 276 do fem; Santa Marinha, de Ladares, 708 hab.: 314 do sexo masc. e 394 do fem; S. Thiago, de Lustosa, 1:322 hab: 548 do sexo masc. e 774 do fem.; S. João Baptista, de Macieira, 422 hab.: 198 do sexo masc. e 224 do fem.; Santa Maria, de Meimedo, 1:558 hab.: 690 do sexo masc. e 868 do fem.; S. João Evangelista, de Nespereira, 449 hab.: 202 do sexo masc. e 247 do fem; S. Verissimo, de Nevegilde, 869 hab.: 390 do sexo masc. e 479 do fem.; Santa Christina, de Nogueira, 336 hab.: 146 do sexo masc. e 190 do fem.; Santa Eulalia, de Ordem, 435 hab.: 196 do sexo masc. e 239 do fem.; S. Lourenço, de Pias, 356 hab.: 170 do sexo masc. e 186 do fem.; Santa Eulalia

de Barrosas, 1:098 hab.: 487 do sexo masc. e 611 do fem.; Santa Margarida de Louzada, 290 hab.: 133 do sexo masc. e 157 do fem.; Santo Estevão de Barrosas, 321 hab.: 142 do sexo masc. e 179 do fem.; S. Miguel de Louzada, 436 hab.: 190 do sexo masc. e 246 do fem.; S. Miguel, de Silvares e Christellos, 1:701 hab.: 776 do sexo masc. e 925 do fem ; N. S.ª da Expectação, de Souzella, 805 hab.: 347 do sexo masc. e 458 do fem.; S. Pedro Fins, de Torno; 895 hab.: 412 do sexo masc. e 483 do fem. O principal commercio de todo o conc. é, sobretudo, agricola, e muito abundante de vinho e milho. Especialisa-se a cultura dos melões. *Jornaes:* Publicaram-se aqui os seguintes: *Correio da Louzada (O)*, 3 maio, 1888; *Louzadense (O)*, 9 junho, 1885 a abril, 1886. || Pov. na freg. de S Mamede, de Villa Verde, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Louzada Machado *(Gaspar Alvares)*. Licenceado em Theologia pela Universidade de Coimbra, escrivão da Torre do Tombo e reformador dos padroados da Corôa, cargo para que foi nomeado pelo alvará de 20 de março de 1612, etc. N. em Braga em 1554, fal. em Lisboa a 29 de outubro de 1634. Foi secretario do arcebispo de Braga D. Fr. Agostinho de Castro, ou de Jesus. Serviu interinamente de guarda-mór na Torre do Tombo. Escreveu muitas obras historicas e genealogicas, que ficaram ineditas, e que se perderam completamente, parece que em grande parte, no terremoto de 1755.

Louzadella. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Queiriga, conc. de V. N. de Paiva, distr. de Vizeu.

Louzadello. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Balazar, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto.

Louzado. Povoação e freg. de Santa Marinha, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 173 fog. e 742 hab. Tem esc. para o sexo masc. e est. postal; apeadeiro no caminho de ferro do Minho, e ramal de Guimarães, entre a est. de Trofa e o apeadeiro de Pisão. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e fica proximo do rio Ave. O papa, a mitra e o convento benedictino de Santo Thirso, apresentavam alternativamente o abbade, com 350$000rs. de rendimento. A terra é muito fertil, cria gado e caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Romão, de Coronado, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Martinho, de Coura, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello || Monte na provincia do Minho, no conc. de Vianna do Castello, junto á ponte de Anhel, que fica sobre o rio Neiva. Tem grande altura, e no seu cume vêem-se vestigios d'uma antiquissima povoação, a que os povos d'aquelles sitios dão o nome de *Cidade Grande*. A pov. era defendida por muralhas. Faz menção d'esta cidade um documento que existe no archivo da sé de Braga, que contém a divisão que se fez de Entre Douro e Minho, em 12 condados, no tempo do rei D. Fernando Magno. Suppõe-se, com bons fundamentos, que esta cidade foi fundada pelos antigos lusitanos para lhes servir de abrigo durante as encarniçadas guerras que por tantos annos sustentaram com os romanos. Segundo consta do citado documento, esta cidade foi destruida pelos moiros.

Louzados. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Arcozêllo, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Louzal de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Conceição, e conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Louzas. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Dornellas, conc. de Boticas, distr. de Villa Real. || Santa Marinha, de Paradella, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Ul, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Louzeira. Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu, de Bensafrim, conc. de Lagos, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição e conc. de Castro Verde, distr. de Beja. || Herdade na freg. de N. S.ª do Monte, de Valle de Guizo, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Louzella. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Mogege, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Louzinha. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Nogueira, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Louzões. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Louzos. Pov. na freg. de Santa Maria, de Airão, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Lovar. Pov. na freg. de Santo Adrião, de Macieira de Rates, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Lovazim. Povoações na freguezias: S. Miguel, de Aves, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Thiago, de Lordello, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Lovizios. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, de Gafanhão, conc. de Castro Daire, distr de Vizeu.

Lovo. Pov. do sobado de Tanda, conc. de S Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. Está no Caminho do Zombo. || Pov. do sobado de Songula, do mesmo conc. e districto.

Lozena. Nome d'uma importante povoação edificada nos territorios da Companhia do Nyassa, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Lua *(Praia da)*. Enseada da costa do conc. de de Dombe Grande, no distr de Benguella, prov. d'Angola. Estende-se entre a praia Nime ou de Eminene, ao N, e a praia da Equimina ao S, e é abrigada ao SO pelos morros que a limitam n'aquelle ponto. Tem mau ancoradouro, por ser muito funda até proximo de terra. Na epoca das chuvas é cortada principalmente ao N pelas torrentes que se despenham das terras altas do interior. Tambem é conhecida pela *Praia do Cholulo*.

Luabo. Rio do antigo distr. de Sena, na provincia de Moçambique, Africa Oriental. E' o proprio rio Zambeze, que, junto do prazo Luabo, recebe este nome. As suas boccas são todas mais ou menos accessiveis á navegação, principalmente a chamada *barra do Inhamissengo*. O Zambeze, para baixo da Chamoára, divide-se em numerosissimos braços, que se entrelaçam em uma rede que o conduz ao mar, entre o Luabo d'Oeste e o Linde; mas as aguas do Zambeze vão mais diretamente entrar no canal de Moçambique pelas boccas ou barras, que do sul para norte são as seguintes: Luabo d'Oeste, separando os prazos Melambe e Cheringoma; Rio Melambe, dividido

do Inhamissengo pela ilha d'este nome, que se estende até perto de Goche; a bocca do Cuama ou Luabo de leste, que é a mais larga de todas e a que pela disposição natural das ilhas do delta, parece ser a continuação do leito medio do rio; a Barra Catharina logo a seguir; e por ultimo a barra de Chinde, actual entrada do Zambeze. || Vastissimo prazo do antigo districto, hoje circumscripção, de Sena, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está situado na margem esquerda do Zambeze, entre o Muto, affluente d'este grande rio, e o Oceano Indico. O solo, que é fertilissimo, está, na sua parte baixa, sujeitos a frequentes innundações do Luabo. As suas mattas, que produzem excellente madeira de construcção, são povoadas de animaes ferozes. Este prazo é actualmente administrado por uma companhia portugueza, que tem a sua séde em Lisboa, a *Companhia do Luabo*. Essa companhia explora a lenha das mattas para a vender aos navios que navegam no Zambeze, o sal, diversos generos agricolas, começando em 1901 a tentar a cultura do algodão.

Luabo Velho. Rio da prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' um dos braços do Luabo.

Luadas. Aldeia da prov. do Douro, na freg. de S. Miguel, de Coja, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. Junto a esta aldeia, sitio extremamente montanhoso, existem galerias subterraneas de grande extensão, nas quaes o povo acredita haver grandes thesouros encantados. Os que se teem atrevido a entrar n'estas escavações, desanimam depois de percorrerem varios metros, que não se sabe até onde ellas vão dar; mas sabe se que teem varias ramificações. Julga-se que houvesse ali grande lavra de minas de ouro, prata ou cobre, talvez dos romanos, e depois dos moiros.

Luaia. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. Está situada na região do Café.

Luala. Affluente do rio Quaqua, no distr. de Quelimane, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Lualua. Pov. do conc. de Cazengo, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 2.ª divisão.

Luamba do Golome. Sobado do conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á freg. de Samba Coango.

Luamba Luangonga. Sobado do conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á freg. do Amaral.

Luancos. Povos da antiga Lusitania, cuja capital era a cidade de Merva. Não se sabe onde era situada esta cidade e o seu territorio. Ptolomeu, na 2.ª *Taboa da Europa*, cap. VI, quando trata da chancellaria de Braga, fala d'estes povos.

Luanda. Pov. do sobado de N'Cama, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Luando. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola. || Sobado do conc. de S. Salvador e distr. do Congo. || Pov. do sobado do mesmo nome, do mesmo conc. e districto.

Luango. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. Está situada na região de Pangala.

Luangos. Pov. da freg. de S. José, conc. de Dembos, distr. de Loanda, prov. de Angola. Está dividida pelos sobados de N'Gimbo-aluquem e Pungo-aluquem.

Luanica. Pov. da freg. de S. José de Encoge, conc. d'Encoge, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. || Pov. do sobado de Lumbos conc. de S. Salvador e distr. do Congo. || Pov. do sobado de Tanda, do mesmo conc. e distr. || Pov. do sobado do Bom, do mesmo conc. e districto.

Luansa. Sobado do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. Está situado no Caminho do Zombo.

Luanza. Pov. do sobado de Quilongo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Luari. Pov. do distr. de Damão, arcebispado de Gôa, na India.

Luassè. Rio do antigo distr. de Sena, na provincia de Moçambique, Africa Oriental. Corre a 15 k. ao O do Inhamissengo ou Congune, braço do Luabo ou Zambeze, nasce nas terras do antigo prazo Mellambe, e vae desaguar no Oceano Indico. Tambem é conhecido por *Luabo de Oeste*.

Luavo. Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola. Pertence á delegação do Chiavala.

Luaxi. Sobado do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 8.ª divisão. || Pov. do sobado de Luaxi, conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 8.ª divisão.

Lubadas. Pov. na freg. de Santa Cecilia, de Bemfeita, conc. de Arganil, districto de Coimbra.

Lubala. Um dos sobados em que está dividida a pov. de Cahombo, do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á 12.ª divisão.

Lubamba. Pov. do sobado de Nameala, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. || Pov. do sobado de Mutano, conc. do Humbe, distr. de Huilla, prov. de Angola.

Lubango. Conc. do distr. da Huilla, prov. de Angola, limitado ao N pela cordilheira da Chella e pelo conc. de Quillengues (Tylenge), ao S e SE pelo planalto da Humpata e a L pelo conc. de Huilla. Fez parte, com outros, do distr. de Mossamedes, do qual foi desannexado por decreto de 2 de setembro de 1901. Comprehende as colonias Sá da Bandeira e do Caculovar, e é formado pela bacia do Lubango, que se prolonga no rumo de SE com o valle superior de Caculovar n'uma extensão de 30 k. A bacia é constituida por altas montanhas, que são: ao N, as serras de Nigombe e Numpaka; a O, as serras da Kongola e Karnéke, que dão accésso para o planalto da Humpata por um estreito desfiladeiro chamado *Bocca do Humpata*; e ao S a elevada montanha do Mukoto, que interrompendo-se bruscamente em toda a sua altura de 400 m., fórma a *ponta do Lubango*. A ESE fica a abertura do valle por onde corre o Caculovar. A colonia do Caculovar está situada na margem direita do rio do mesmo nome, a 8 k. a SE da colonia Sá da Bandeira, com a qual communica por uma estrada carreteira. Assenta sobre uma collina que

tem 20 m. d'altura sobre o leito do rio e é muito accidentada oppondo por isso serios embaraços á construcção d'uma levada para a irrigação dos arimos. Por varias vezes se tem querido levar agua para a colonia, mas todas as tentativas feitas n'este sentido mallograram-se perante as difficuldades naturaes apresentadas pela accidentação do terreno, e este insuccesso tem ahi impedido o desenvolvimento da agricultura, de passo que fez paralysar a expansão da colonisação pelo valle superior de Caculovar. Entretanto, nas margens d'este rio ha varzeas com 500 e 700 m. de extensão que poderiam ter sido aproveitadas para o estabelecimento da colonia, evitando-se assim os terrenos accidentados, que a pratica demonstra serem os mais improprios para a lavoura. O clima do valle de Caculavar é superior ao da bacia do Lubango, pois que a sua posição desafrontada de montanhas elevadas permitte o franco accesso dos ventos, que, correndo ao longo das encostas e das varzeas, varrem todas as impurezas miasmaticas e ao mesmo tempo moderam os effeitos da temperatura. As casas dos colonos são construidas de pau a pique com cobertura de colmo. Estão regularmente situadas a distancias eguaes e bem alinhadas. As principaes culturas dos arimos são: a da batata doce, a da abobora, a da ervilha e a do feijão. Além dos colonos agricultores, ha muitos outros que exercem varias artes e officios.

Lubanza. Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola. Pertence á delegação do Chiavala.

Lubenos ou Leunos. Povos da antiga Lusitania. Segundo Plinio, liv IV, cap. 20.º, estanciavam na margem esquerda do rio Minho, proximo da actual villa de Monsão. Suppõe-se que a sua capital era a cidade de Benis, que, segundo uns, deu o seu nome ao rio Minho, e segundo outros, ao rio Coura. Benis ficava no monte Medullio, hoje serra de Arga, e no paiz bracarense. Foi destruida pelos barbaros do norte, no principio do seculo v.

Lubonia. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola.

Lubreu. Pov. na freg. de Santa Maria, de Ferreiros, conc. e distr. de Braga.

Lubuco. Pov do sobado de Hui N'Dalla, conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola Pertence á 4.ª divisão.

Lucalla. Rio do distr. de Loanda, na prov. de Angola. E' um affluente da margem direita do Cuanza. Nasce nos contrafortes orientaes da serra da Canganza, e corre nas terras dos concelhos do Duque de Bragança, Ambaca, Cazengo e Golungo Alto, até se lançar n'aquelle grande rio abaixo do antigo presidio de Massangano. E' apenas navegavel desde a sua confluencia até á pov. de Oeiras, isto é, durante pouco mais de 10 k. Tem varios affluentes, entre os quaes o Muria o Luinha, o Macondo e o Luando, e o seu curso está calculado em 330 k. Sobre o rio Lucalla foi lançada em 1887 a ponte, chamada *Pinheiro Chagas*, para ligação do prolongamento da linha ferrea que foi projectada até á Lunda. O risco d'esta ponte foi feito pelo engenheiro Claudino Faro. || Pov. da prov. d'Angola, distr. de Loanda Começou a ser edificada em 1893, para além do rio do mesmo nome, por commerciantes portuguezes que permutam os seus artigos com o gentio de Jinga e de Bangalla, que afflue ali da alta Lunda, conduzindo borracha, café e outros generos. Esta pov. dista 364 k. de Loanda, que é toda a extensão do caminho de ferro de Loanda a Ambaca. E' constituida por casaria coberta de zinco, como a cidade da Beira, na Africa Oriental, encontrando-se ali tudo o que se necessita. E' muito abundante em carne e hortaliças. || Pov. do sobado de Inauguangua, conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. d'Angola. Pertence á div. de Luxilo. || Pov. do sobado de Bengo Agongo, freg. de S. Joaquim, conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 2.ª div. || Pov. do sobado de Calunga Cagimbi, freg. de S Joaquim, conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 2.ª div. || Pov. do sobado de N'Golla Bumba, freg. de S. Joaquim, conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 3.ª div. || Pov. do sobado de Quibembe, freg. de S. Joaquim, conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 3.ª div. || Pov. do conc. de Cazengo, do mesmo distr. e prov. Pertence á 1.ª div. || Um dos numerosos sobados em que está dividida a pov. de Lombe, do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. || Sobado e pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Lucalla de N'Dalla hoho. Sobado do conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. d'Angola. Pertence á divisão de Samba Cango.

Lucalla do N'Alla Mona. Sobado do conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á divisão de Sangi á Lomba.

Lucalla Luambango. Sobado do conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á freg. de Samba Cango.

Lucalla Luanganga. Sobado do conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á div. de Samba Cango.

Lucamba. Sobado do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 9.ª div. || Um dos sobados em que está dividida a pov. de Bumba, do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á 15.ª div. || Um dos sobados em que está dividida a pov. de Quissonde, do conc. de Malange, do mesmo distr. e prov. Pertence á 16.ª divisão.

Lucambo Um dos sobados em que está dividida a pov. de Saty, do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á 14.ª divisão

Lucas. Familia castelhana que passou a Portugal, e cujo solar era na villa de Belmonte. As suas armas são: Escudo cortado em faxa, na primeira cinco peras de sua côr com seus pés e folhas de verde em campo de prata, na segunda em campo azul tres faxas de ouro; timbre com as peras do escudo.

Lucas (*Bartholomeu Rodrigues*). Fidalgo da Casa Real e commendador da ordem de Christo. Era filho de Rodrigo Annes Lucas. Viveu no seculo xvii. Foi corregedor do crime e côrte, juiz dos cavalleiros, etc.

Lucas (*Rui Correia*). Tenente general de artilharia, deputado da Junta dos Tres Estados, e provedor dos Armazens da Corôa. Era filho do

antecedente, e casado com D. Milicia da Silveira. Tendo morrido sua filha unica, fundou juntamente com sua mulher o hospicio dos Clerigos Pobres, a S. Pedro d'Alcantara, em Lisboa (V. *Portugal*, n'este vol. pag. 325). Serviu tambem como corregedor do crime da côrte e casa, e juiz dos cavalleiros, como seu pae. Rui Correia Lucas foi muito dedicado ao estudo da genealogia.

Lucas 1.º Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Lucas 2.º Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Lucas & Filho Casa typographica fundada em 1872 por Lucas Evangelista Torres, de sociedade com seu filho Luiz Marcellino Torres, sob a firma social acima citada. Esta empresa editora começou pela publicação da *Bibliotheca Universal, dedicada ao visconde de Castilho*, dedicatoria devida á protecção que sempre lhe dispensou aquelle grande escriptor. A primeira obra saida foi o romance de Pinheiro Chagas, *Os Guerrilheiros da morte*, a que seguiram obras de Teixeira de Vasconcellos, M. Pereira Lobato, C. Pinto d'Almeida, Alberto Pimentel, Guiomar Torresão, Alfredo Campos, Oliveira Mascarenhas, J. Simões Dias, Antonio Francisco Barata, D. Thomaz de Mello, D. Maria Amalia Ribeiro de Sá, Reis Damaso, Xavier de Paiva, etc. A *Bibliotheca Universal* chegou a publicar mais de 40 volumes, formando uma collecção muito importante e curiosa. Por morte de Luiz Marcellino Torres, em 1875, a casa Lucas & Filho continuou com a mesma firma social, mas sob a gerencia de Lucas Evangelista Torres, que ficou sendo o unico proprietario. Além de muitas publicações, tanto avulsas como editadas pela casa, nota-se a *Educação Popular*, collecção de que sairam 16 volumes sob a direcção de Pinheiro Chagas. Em 1886 fundou o infatigavel editor a *Encyclopedia das familias*, curiosa collecção que ainda existe, contando já 22 annos, e que actualmente é dirigida na parte litteraria pelo bem conhecido escriptor Fernando Mendes. Lucas Evangelista Torres, que tambem se dedicara á litteratura e ao jornalismo, collaborou muito na *Encyclopedia* e nos jornaes *Federação* e *Artista*. Associou-se mais tarde com o dr. Luiz Antonio Gonçalves de Freitas, e essa empresa publicou alguns numeros da *Revista Illustrada*, que era collaborada pelos mais distinctos homens de letras de então. Na casa Lucas & Filho tambem se tem publicado alguns jornaes. Em agosto de 1895 falleceu o proprietario, ficando por successores seus filhos João Romano Torres e Manuel Lucas Torres. Actualmente a casa pertence a este ultimo, que substituiu com o seu nome a antiga firma, denominando-se *Manuel Lucas Torres*, editor.

Lucasi. Pov. do sobado de Causi, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. Está situada no Caminho do Zombo.

Luçassi. Pov. do sobado de Gunga, conc. de Cacouda, distr. de Benguella, prov. de Angola. Pertence á 6.ª divisão.

Lucefece. Rio do distr. de Evora. Na freg. de Rio de Moinhos, passa pela estrada de Villa Viçosa a Redondo, onde tem ponte, e depois de banhar as visinhanças da villa de Terena, lança-se no rio Guadiana, com 40 k. de curso. Tambem é chamado *Rio de Terena*.

Lucelo. Pequeno sepulchro, razo e humilde. Vem do latim *luculus* ou *lucelus*. Em 1298, D. Fr. João Martins, bispo da Guarda, mandou por testamento, que o seu corpo *jasca no lucelo só terra*, segundo um documento existente no archivo do bispado da Guarda.

Lucena. Esta familia é oriunda da Andaluzia, da cidade de Lucena, d'onde tiraram o appellido. O primeiro que d'elle usou, foi o dr. Vasco Fernandes de Lucena, natural d'aquella cidade, que veiu para Portugal no tempo de D. João I, que muito o estimava pelo seu saber. Foi seu solar em Ourem (V. *Fernandes de Lucena, Vasco)*. Casou em Lisboa com D. Violante Alvim, e d'este casamento procedem os Lucenas de Portugal. As suas armas são: Em campo azul um sol de ouro, orla de prata, carregada de oito cruzes verdes, como as de Aviz. Elmo de prata aberto; timbre, uma aspa de ouro com cinco cruzes das armas. D. Fernão de Lucena, parente do antecedente, veiu tambem para Portugal, fez seu solar em Beja, e teve descendencia. Estes Lucenas usam as seguintes armas: Escudo dividido em contrabanda; na primeira, de purpura, um crescente de ouro com pala, ao alto, com as pontas viradas para a direita; na segunda, de azul, tres estrellas de ouro, de oito pontas, em contrabanda. Outros Lucenas usam tambem: Em campo azul, um crescente de prata, no meio de tres cometas, de ouro, em roquete; elmo de prata, aberto; timbre, o mesmo crescente das armas e um cometa, que toca com a cauda o concavo do crescente. Ainda outros Lucenas alteraram as suas armas, por se ligarem a familias de outro appellido, juntando as d'estas com as suas.

Lucena (*Affonso de*). Cavalleiro da ordem de Christo, commendador da de S. Thiago, alcaide-mór de Portel e de Evora Monte, licenceado em Direito Civil pela Universidade de Coimbra, secretario e procurador da duqueza de Bragança D. Catharina, etc. N. em Trancoso, e vivia ainda em 1611. Era filho de Manuel de Lucena, ouvidor de Barcellos e creado dos duques de Bragança, e de Izabel Nogueira Saraiva. Instituiu em 10 de janeiro de 1611 o morgado da Quinta dos Pechinhos, situada no termo de Villa Viçosa, com a condição de, extincta a sua descendencia d'ambos os sexos, se uniria ao morgado da Cruz que possuia a Casa de Bragança, para se repartir o seu rendimento pelos creados pobres da casa. Casou em Villa Viçosa com D. Izabel d'Almeida, filha de André Mendes Bandeira e de D. Leonor d'Ameida. Compoz, juntamente com o desembargador Felix Teixeira, a seguinte allegação, que se imprimiu com as de outros jurisconsultos: *Allegação de direito offerecida ao muito alto e muito poderoso Rei D. Henrique nosso senhor, na causa da successão d'estes reinos por parte da senhora D. Catharina sua sobrinha, filha do infante D. Duarte seu irmão, a 22 de outubro de 1579*. Almeirim, 1580. Foi traduzida em latim por Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo, e publicada em Paris, 1641. Deixou manuscripto: *Memoria de algumas cousas pertencentes aos duques de Bragança, escripta á senhora D. Catharina, duqueza de Bragança*.

Lucena (*Diogo Carvalho de*). Advogado da

Casa da Supplicação; deputado da Real Junta do Commercio, provedor da Junta da Administração dos fundos da Companhia de Grão-Pará e Maranhão. N. em Lisboa em agosto de 1720, e fal. em Londres nos fins do seculo XVIII. Era filho de Francisco de Carvalho Chaves e de D. Joanna Leonor Chaves. Escreveu: *Defensão legal do alvará com força de lei, de 20 de dezembro de 1753, de regulação de ordenados dos Ministros e officiaes de Fazenda, ou convencimento pleno do papel intitulado «Manifesto legal» escripto a bem da justiça de D. Rodrigo Antonio de Noronha e Menezes, propritario dos officios de Provedor da Alfandega, e Feitor-mór das do reino*, Lisboa, 1754. Parece que este opusculo não agradou muito ao governo da rainha D. Maria I, pelo zelo que mostrava pela politica do marquez de Pombal, porque Diogo de Lucena saiu de Portugal, e veiu a fallecer em Londres quasi esquecido.

Lucena *(Francisco de)*. Secretario de estado de D. João IV. Era filho de Affonso de Lucena, jurisconsulto e familiar da Casa de Bragança, de quem os duques suppunham ter serias razões de aggravo. Accusavam-n'o de ter trahido as confidencias da duqueza D. Catharina, de ter seguido o partido dos hespanhoes e de ter alcançado para seu irmão Fernando de Mattos, o logar do secretario de conselho de Portugal, logar em que lhe succedeu depois o proprio Francisco de Lucena. N'esta situação mostraram se sempre hostis os Braganças e os Lucenas, e nem quando o duque de Olivares molestou Francisco de Lucena, este se aproximou do duque de Bragança. Mas Francisco de Lucena tinha a reputação de ser muito conhecedor dos negocios, havia falta de homens no priucipio da Restauroção, e a urgencia das circumstancias fez com que todos instassem com Francisco de Lucena para que acceitasse o cargo de secretario de Estado, que este mostrava grande repugnancia em acceitar, porque tinha em Madrid um filho, e receava que fôsse victima d'alguma desgraça, apenas se soubesse que seu pae exercia tão importante cargo no reino restaurado. Afinal acceitou, e os primeiros actos do seu governo fôram de grande tino e de grande prudencia. Foi por seu conselho. que se promulgou o decreto de 10 de janeiro de 1641, pelo qual D. João IV confirmava todas as mercês feitas pelos Filippes. Esta medida era prudentissima. Descontentou muitos ambiciosos, que a pretexto de patriotismo esperavam locupletar-se com os despojos dos que tinham sido nomeados para os differentes empregos pelos hespanhoes, mas satisfazia todos os homens cordatos, conservava á revolução a sua pasmosa unanimidade, arrancava aos hespanhoes um exercito seguro de homens desempregados, que defenderiam com raiva a sua causa, se vissem que a restauração de Portugal era para elles a miseria e a fome. Outra medida aconselhada por Francisco de Lucena foi a de não se darem recompensas a pessoa alguma, baseadas nos serviços prestados na Restauração. Lucena viu com profunda perspicacia que, allegando toda a gente que tomára parte activa na restauração de Portugal, recompensar alguem por estes serviços era fazer mil descontentes por um satisfeito. Francisco de Lucena cortou com grande habilidade todas as pretensões a recompensas por esse motivo. Nem o proprio João Pinto Ribeiro, entre as muitas mercês que teve, recebeu uma só com fundamento nos serviços que prestara á restauração do throno de D. João IV, e se D. Antão d'Almada recebeu dentro de breve prazo uma tença de réis 800$000, foi allegando-se os serviços que prestára na embaixada de Londres. Estes actos de Francisco de Lucena mostravam a finura do seu espirito, mas não deviam concorrer pouco para lhe crear desde logo numerosos inimigos. Entretanto tratava elle com egual acerto dos negocios diplomaticos, escolhendo admiravelmente os plenipotenciarios que enviava ás differentes côrtes. N'um negocio, porém, foi extremamente infeliz, e d'isso não deixaram de lhe fazer carga os seus inimigos. E' certo, que não avisou com bastante cautella o infante D. Duarte, irmão de D. João IV, que andava militando na Allemanha, da restauração de Portugal e da necessidade que elle tinha de sair promptamente da côrte do imperador, tão ligado por interesses de familia com o rei de Hespanha. E' certo tambem que se commetteu a imprudencia de se deixar sair livremente a duqueza de Mantua sem se estar ainda livre das mãos dos nossos inimigos Na tragedia do Rocio, em 1641, ainda Francisco de Lucena teve um papel logico, mas pouco sympathico. Descoberta a conspiração do marquez de Villa Real e do arcebispo de Braga, Francisco de Lucena mostrou-se sempre contrario a idéas de clemencia. Entendia elle, segundo os dictames da sua politica, ainda politica do tempo, que a realeza do duque de Bragança não seria tomada a serio pela Europa, emquanto elle não a firmasse com uma sentença de morte contra um subdito traidor. Entendeu que as cabeças do marquez de Villa Real e do duque de Caminha, rolando no cadafalso do Rocio, affirmariam melhor a realeza de D. João IV, do que todas as acclamações populares. Por isso tanto empenho mostrou n'essa execução, que chegou a offerecer para a decapitação dos fidalgos, o cutello que servira em Madrid para decepar a cabeça de D. Rodrigo Calderon, e que elle trouxera para Lisboa como curiosidade. Tudo isso eram odios accumulados contra Francisco de Lucena, a que se juntaram outros ainda mais terriveis, os dos jesuitas; Francisco de Lucena não tratara com muita consideração o engenheiro jesuita João Paschasio Cosmandez, e este jurára vingar-se Accrescenta-se que os generaes estavam descontentes de Franco de Lucena, e bem se póde imaginar a tempestade que se preparava contra o pobre secretario de Estado. Reuniram se as côrtes de 1642, em que o governo tinha de pedir á nação novos sacrificios. A nobreza procurava esquivar-se ao pagamento de tributos, mas n'essa occasião era indispensavel que todos pagassem, e Francisco de Lucena empenhou se ardentemente em conseguil-o. As côrtes accederam, mas não se separaram, sem dispararem uma fréchá contra o ministro. Desabafaram todos os odios, e os procuradores requereram a el-rei que se devassasse o procedimento do secretario do Estado, que era accusado de manter correspondencia com a côrte de Madrid. O facto era verdadeiro, mas o rei bem sabia que essa correspondencia era licita como a que se estabelece entre exercitos inimigos para a troca de prisioneiros. Francisco de Lucena tinha um filho preso em Madrid, e negociava para o trocar por algum prisioneiro hespanhol.

Comtudo, D. João IV acceden ao requerimento e Francisco de Lucena foi preso na torre de S. Julião para averiguações, mas apezar de bons desejos dos inimigos, a devassa nada apurou, que pudesse comprometter o ministro, e Lucena foi solto. No entretanto, caindo nas garras dos inimigos, não lhe era facil desembaraçar-se d'elles. Logo se forjaram as mais medonhas intrigas, de que foi principal instrumento um catalão, chamado D. Pedro Bonete, industriado para isso pelos inimigos de Lucena. O ministro pouco tempo esteve em liberdade, sendo outra vez preso, e conduzido então para o Limoeiro. Fizeram lhe a gravissima accusação, de que estava implicado n'uma conspiração que tinha por fim entregar aos hespanhoes o forte de Santa Luzia, que era, por assim dizer, a chave de Elvas. Procedeu-se a nova devassa. D. João IV não desgostava de atirar á opinião publica, indignada pelo procedimento que houvera com o infante D. Duarte, uma victima expiatoria d'essas culpas; Pedro Vieira da Silva, o novo secretario de Estado, não queria largar o cargo; os jesuitas que o sustentavam, não queriam que voltasse ao poder um homem que os tratava com menos consideração. Todas estas causas reunidas bastavam para que fôsse facil prever o resultado do processo. Francisco de Lucena foi condemnado á morte. Antes de ser conduzido ao cadafalso, levaram-n'o á Mesa da Consciencia, onde o relaxaram ao braço secular, por ser cavalleiro da ordem de Christo. A 22 de abril de 1643 leram-lhe a sentença, que o condemnava a ser degolado, e a 28 do referido mez executou-se a sentença Mas tão evidentes fôram as infamias do processo, que o povo, apezar de o odiar por elle ter sido secretario das mercês em Lisboa com Miguel de Vasconcellos, e que o quizera fazer em pedaços quando elle fôra para o Limoeiro, assistiu com respeitoso silencio á sua passagem para o supplicio. O conde da Ericeira, que aliás se fez ecco dos odios dos fidalgos contra o ministro, não pôde deixar de dizer no *Portugal restaurado*, tomo 2.°, pag. 25, que *ficou no juizo dos que o não sentenciaram á morte, muito duvidosa a sua culpa*. Francisco de Lucena foi decapitado com o mesmo cutello, que offerecera para o supplicio do marquez de Villa Real. Mais tarde foi rehabilitada a sua memoria.

Lucena *(P. João de)*. Jesuita. N. em Trancoso, em 1550; fal. em Lisboa, na casa professa de S. Roque, em 2 de outubro de 1600. Era filho do licenceado Manuel de Lucena, ouvidor de Barcellos, creado dos duques de Bragança, e de Izabel Nogueira Saraiva. Contava 15 annos de edade, quando entrou para a Companhia de Jesus no noviciado de Coimbra, a 14 de março de 1565. Foi depois mestre de Philosophia na Universidade de Evora, e bom prégador. Escreveu: *Historia da vida do Padre Francisco de Xavier, e do que fizeram na India os mais religiosos da Companhia de Jesus*, Lisboa, 1600. Publicou-se uma segunda edição d'esta obra, Lisboa, 1788, 4 tomos, feita por Bento José de Sousa Farinha. Foi traduzida em italiano pelo P. Luiz Mansonio, Roma, 1613; em castelhano pelo P. Affonso do Sandoval, Sevilha, 1619. E' uma obra muito estimada pelas interessantes noticias que dá da India e d'outros paizes da Asia. Dizem que na Bibliotheca de Evora existem manuscriptos alguns sermões do P. João de Lucena.

Lucena *(João Rodrigues de)*. Poeta, filho de Christovão de Lucena e neto de Vasco Fernandes de Lucena. Casou com D. Maria Tavares, filha de Sancho Tavares. Teve decidida vocação para a poesia, e publicou alguns dos seus versos no *Cancioneiro* de Garcia de Rezende, em junho de 1516, de pag. 139 a 142. Entre elles se contam duas cartas traduzidas do latim em portuguez, uma de Sabino e outra de Ovidio, com os titulos: *Carta de Ulysses a Penelope* e *Carta de Enone a Paris*.

Lucena *(Joaquim Botelho de)*. General de divisão reformado, e engenheiro. N. em 15 de maio de 1831, fal. em Lisboa em 13 de janeiro de 1903. Assentou praça em 22 de julho de 1847, sendo promovido a alferes em 8 de junho de 1858, a tenente em 15 de fevereiro de 1868, a capitão em 28 de janeiro de 1874, a major em 12 de outubro de 1881, a tenente-coronel em 31 de outubro de 1884, a coronel em 23 de novembro de 1899 a general de brigada em 30 do referido mez e anno, sendo reformado em general de divisão a 18 de junho de 1901, por ter attingido o limite da edade. Foi director das obras publicas de Villa Real, onde estudou e construiu a estrada de Marão, que é das mais notaveis pelas grandes difficuldades que apresentava o seu traçado. Dirigiu egualmente as obras publicas dos districtos de Castello Branco e de Aveiro, os serviços hydraulicos do Mondego, Vouga e Liz, e a fiscalisação da Companhia das Aguas de Lisboa. Cultor assiduo das sciencias sociaes, consagrava os seus ocios ao estudo das sciencias economicas principalmente. Traduziu os *Sophismas economicos* de Bastiat, precedendo aquella versão de um estudo sobre a theoria e a *balança do commercio*, e conhecia a fundo as obras de Spencer e outros sociologistas. Nos ultimos annos fazia parte do conselho superior de obras publicas e minas, como inspector das obras publicas.

Lucena *(Fr. José de Noronha Faro de)*. Religioso da ordem Terceira de S. Francisco, e prégador muito apreciado no seu tempo. N. no Porto em 1 de agosto de 1765; ignora-se a data do fallecimento. Dos seus muitos sermões, só se imprimiu o seguinte: *Sermão de Nossa Senhora da Rosa, prégado no real mosteiro de Santa Maria de Arouca, em o anno da beatificação da rainha Santa Mafalda*, Porto, 1794.

Lucena *(Vasco Fernandes de)*. V. *Fernandes de Lucena (Vasco)*.

Lucena *(Vasco Martins de)*. O infante D. Pedro, filho de D. João I dedicava-lhe grande estima pela sua profunda intelligencia em letras sagradas e profanas. Por insinuação do mesmo infante, traduziu para instrucção de D. Affonso V, ainda creança, a obra intitulada: *Instrucção de Principes*, que não chegou a publicar-se.

Lucena de Carvalho *(Gonçalo)*. Poeta, que viveu no seculo XVII, e era natural de Alcacer do Sal. Affirmam os seus contemporaneos que fazia excellentes versos. Manuel Severim de Faria louva muito, n'uma carta datada de 1647, um poema heroico d'este poeta, sobre a *Batalha de Ourique*, que ficou inedito, assim como todos os seus escriptos.

Lucenga. Pov. do sobado de Nameala, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Lucio *(João Baptista)*. Escriptor, cujo nome

se conhece pelos seguintes escriptos: *Collecção de receitas e segredos particulares, necessarios para o tintureiro e para a maior parte dos artistas, manufacturas, officios, e outros differentes objectos;* Lisboa, 1844, 6 tomos; *O fabricante de vinhos e vinagres, ou methodo pratico e abbreviado para guia das pessoas que se occupam no fabrico e commercio d'estes liquidos em Portugal,*etc. Lisboa, 1846. Consta que ainda publicou o seguinte: *Arte de fabricar brilhantes vernizes, O ligador de metaes, ou arte de compor metaes preciosos, e de uso e interesse nas artes*, etc.

Lucira Grande. Bahia da costa dos Mucoandos, no conc. de Dombe Grande, distr. de Benguella, prov. de Angola. Está limitada ao N pela enseada de Lucira Pequena, e ao S pela caldeira do cabo de Santa Martha. N'esta bahia abrem-se as furnas naturas chamadas *Ventas de Chico Franco*, e vae desaguar um rio que corre por entre as montanhas que se elevam ao fundo. Ao centro d'ella ergue-se um monte pyramidal, pardacento no vertice e amarellado na base. E' muito funda. Varias feitorias, que exploram a pesca e a apanha de urzella. Era chamada *Bahia Vermelha.*

Lucira Pequena. Enseada da costa dos Mucoandos, no conc. de Dombe Grande, distr. de Benguella, prov. de Angola. Está limitada ao N pela enseada da Lapa, e ao S pela Bahia Vermelha, ou de Lucira Grande. Fica na falda de varios montes, e é muito funda mesmo proximo da costa.

Lucome. Pov. do sobado de Bongo N'Dalla, conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 11.ª div. || Pov. do sobado de Pamba N'Gonga, conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 8.ª divisão.

Lucuacua. Pov. do sobado de N'Cai, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov de Angola. Está situada no Caminho do Zombo.

Lucuaqua. Sobado do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. Está situado no Caminho do Zombo. || Pov. do sobado do mesmo nome, conc., distr. e provincia. Está situada no Caminho do Zombo.

Lucuasua. Pov. do sobado de Elamba, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. Está situada no Caminho do Zombo.

Lucto. V. *Luto.*

Lucue. Rio da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Nasce no sertão, ao S, corre para o N, alimentado por varios affluentes, e lança-se na margem S do lago Nyassa.

Lucunga. Pov. do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. d'Angola. Pertence á 21.ª divisão, e está dividida em tres sobados: Quinonde, Bola Cassache e Buluma.

Lucuti. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Lucuze. Pov. do sobado de Bungo á Quembi, conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. d'Angola. Pertence á divisão de Samba Cango. || Pov. do sobado de Cumbango, conc. do Duque de Bragança, do mesmo distr. e prov. Pertence á div. de Samba Cango.

Lucuze de Cima. Pov. do sobado de Quiboco, conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á div. de Samba Cango. || Pov. do sobado de Vunda do Helle, conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á div. de Samba Cango. || Pov. do sobado de Vunda do Cata, do mesmo conc., distr. e prov. Pertence á mesma div. || Pov. do sobado de Samba, do mesmo conc., distr. e prov. Pertence á mesma divisão.

Ludo. Povoações nas freguezias: S. João Batista, de Almansil, conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Sebastião, de Salir, do mesmo conc. e districto. || Ribeiro, que nasce na serra do Algarve. Passa proximo da freg. de S. Lourenço, de Almansil, onde tem uma ponte de pedra, cortando ahi a estrada de Faro. Tem outra ponte, de bella architectura, mandada construir pelo bispo do Algarve D. Francisco Gomes do Avellar. Vae desaguar no Oceano, por entre excellentes veigas, bem cultivadas e ferteis.

Ludovici ou Ludovice *(João Frederico)*. Architecto allemão, que veiu estabelecer-se em Portugal, e se nacionalisou portuguez. Foi architecto do palacio e convento de Mafra. N. em Hohenhast em 1670, fal. em Lisboa em 18 de janeiro de 1752. O seu verdadeiro nome era João Frederico Ludewig, sendo filho do ourives Pedro Ludewig, e de sua mulher, Izabel Ludewig. Assentou praça em 1689, contando 19 annos de edade, e tomou parte na guerra que rebentára no anno anterior, contra a França, quando se realizou a liga de Augsburgo. Conservou-se no serviço militar até ao fim da lucta, que se deu em 1697, partindo depois para Italia em viagem instructiva. A vista e a contemplação dos grandes e numerosos primores d'arte que se encontram n'esse paiz, enthusiasmaram-n'o, e por tal fórma o prenderam, que lhe trocaram a vocação. Ludovici não pensou mais na carreira das armas. Os jesuitas haviam descoberto em Ludovici grandes talentos e grandes aptidões, tanto no seu officio de ourives, que aprendera com seu pae, como no seu amor pelas artes, e procuraram attrahil-o para a Companhia de Jesus, conseguindo que elle se convertesse, do lutheranismo que seguia, ao catholicismo, e isto apezar de seu pae ser um lutherano intransigente. Partiu em 1698 para Roma, e residiu na penitenciaria de S Pedro, entregue ás praticas e aos estudos precisos para abjurar, como effectivamente abjurou, mas o que os padres não alcançaram, foi que elle professasse, porque Ludovici (assim italianisara o seu nome), apaixonara-se em Roma por uma formosa senhora, Clara Morelli, filha de um sapateiro de Espoleto, com quem casou. Veiu depois para Lisboa com sua mulher, e estabeleceu-se como ourives na rua dos Canos, proximo do collegio de Santo Antão, da Companhia de Jesus. Os jesuitas, apezar d'elle não ter querido entrar na sua ordem, continuavam a protegel-o efficazmente, porque elle tambem ficou sendo como que um irmão secular. Começou a dedicar-se á architectura, desenvolvendo grande intelligencia n'esta arte; superintendeu n'algumas obras muito modestas, em que o seu talento se não podia manifestar. Quando em 1711 D. João V resolveu a contrucção do palacio e do convento de Mafra, apresentaram-se tres architectos disputando a honra de preferencia: D. Filippe Juvára, Antonio Canevari e João Frederico Ludovici. Juvára era o unico dos tres que viera a Lisboa expressamente, não para offerecer um risco em concorrencia com outros artistas, mas para se encarre-

gar da construcção do monumento, sendo para esse fim pedido ao rei da Sardenha por intermedio do ministro de D. João V, e dizem, que dos tres projectos em concurso, era o de Juvára que mais sobresaia em elegancia, belleza e sumptuosidade. Comtudo, o projecto de Ludovici foi o que obteve approvação. Julga-se que esta preferencia foi devida á protecção dos jesuitas, ou seria talvez por estar o plano traçado mais conforme com os costumes e indole do rei e do povo n'essa epoca. Não foi, porém, o edificio de Mafra a unica obra importante que Ludovici dirigiu em Portugal. Tambem dirigiu a obra da nova porta para a capella real elevada pouco tempo antes á preeminencia de patriarchal; as das novas capellas-móres da egreja de S. Domingos, de Lisboa, e da sé de Evora; edificou a sua casa nobre a S. Pedro d'Alcautara, defronte da calçada da Gloria, e a de campo em Alfarrobeira, estrada de Bemfica, com uma elegante ermida. Ainda dirigiu outras obras, em que se foi generalisando o mesmo typo de architectura. O terremoto de 1755 destruiu a Patriarchal, deixando sómente de pé a porta e a grande janella que a coroava, que el-rei D. José cedeu para as obras da reedificação da egreja de S. Domingos, onde ainda se conservam, servindo de principal ornamento á fachada do templo. A capella mór, ou antes o altar-mór d'esta egreja, que o terremoto respeitou, é sem duvida um dos mais ricos de Lisboa; a da sé de Evora é magestosa, e segundo consta, não ha em todo o paiz outra que se eguale na riqueza dos marmores, na magnificencia dos ornamentos, na perfeição de algumas das esculpturas e na perspectiva agradavel e grandiosa que apresenta. Ludovici tambem modelava com perfeição, e do mesmo modo esculpia em prata e em outros metaes, e á sua proficiencia n'este ramo deve a esculptura importantes serviços. Ao passo que dirigia a escola de Architectura, chamada do *Risco*, que foi creada junto ás obras de Mafra, visitava assiduamente a escola de esculptura a que presidia Giusti, animando os alumnos, aconselhando-os e mesmo mostrando-lhes o caminho da perfeição com tanta intelligencia, bom gosto e zelo, como se fôra elle o professor a quem estivesse confiado o encargo de crear a escola e restaurar este ramo da arte em Portugal. D. João V, que se esforçava por dar ás artes no paiz o maior esplendor, cobriu de honras e riquezas o benemerito artista que levantara assim a architectura e a esculptura do abatimento em que jaziam; deu-lhe o posto de coronel de engenheiros e foi padrinho d'um dos seus filhos. El-rei D. José, em dezembro de 1750, poucos mezes depois de ter subido ao throno, remunerou egualmente Ludovici, nomeando-o architecto-mór do reino, com patente, soldo, e graduação de brigadeiro de infantaria na primeira plana da côrte, e declarando no decreto, que lhe fazia esta mercê «pela grande capacidade com que servira por tempo de 40 annos ao senhor rei D. João V, desempenhando e fazendo modelos com tal acerto, que executados, deixam bem vêr a magnificencia de quem os mandára pôr em execução, e instruindo os operarios empregados em taes obras com tanto zelo, que á sua doutrina se deve o grande adeantamento em que se acham as artes n'estes reinos.» Ludovici passou a segundas nupcias, na capella da sua casa de Bemfica, a 28 de junho de 1722, com D. Anna Maria Verney. Teve seis filhos, sendo dois do primeiro matrimonio: João Pedro e D. Maria Joaquina Ludovici, e quatro do segundo: João Frederico, José Joaquim, Caetano e José Frederico. João Pedro Ludovici foi bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, e por vezes substituiu seu pae na direcção das obras de Mafra. El-rei D. José concedeu a João Pedro Ludovici, por alvará de 15 de setembro de 1759, umas casas no sitio d'Ajuda, cujo alvará, que em seguida transcrevemos, talvez se relacione com o attentado de que aquelle monarcha foi alvo na noite de 3 de setembro de 1758 no sitio onde a 3 de setembro de 1760 se lançou a primeira pedra para a construcção da egreja da Memoria, a qual fica em terreno fronteiro e immediato ao da propriedade, onde então moraria o agraciado. Eis o alvará, documento que está registado a folhas 347 do livro 68 da Chancellaria de el-rei D. José e correspondente ao anno de 1759: «Eu El-Rei faço saber aos que este alvará virem que Hei por bem fazer mercê a João Pedro Ludovici da barraca ou sejão casas com seu quintal em que está acomodado na Calçada que vem do lugar de Belem para este sitio de Nossa Senhora da Ajuda, cujo terreno está murado e tem de comprimento pela parte da dita calçada que é do nascente, setecentos noventa e dois palmos, comprehendidas as casas, e pela parte do poente em que está a rigueira tem de comprimento oitocentos vinte e um palmos; e pela parte do sul, junto á estrada que vae para a minha quinta chamada do Meio, tem de largura duzentos viute e dois palmos, e da parte do norte em que tem acomodações de cocheiras e cavalharices, tem de largura duzentos e cincoenta e quatro palmos; conservando o registo d'uma penna de agua que tem extrahido para seu uso com faculdade minha do cano de aqueducto que vem das minas do Valle de Nossa Senhora da Ajuda para a minha quinta chamada «de baixo»; as quaes casas com o seu quintal lhe ficará precipuo e incommunicavel, e o poderá viucular livremente para o filho ou filha que lhe succeder com as clausulas, e vocações, que lhes parecer e para sua maior firmeza e estabilidade Hei outro sim por bem approvar. Pelo que mando ao Contador de minha Fazenda d'esta cidade e seu termo, e aos ministros e mais pessoas a que o conhecimento d'este pertencer, o cumpram e guardem e façam inteiramente cumprir e guardar, como n'elle se contem, o qual valerá posto que o seu effeito haja de durar mais d'um anno sem embargo da ordenação em contrario por quanto a folhas 119 verso do livro segundo das fianças que se tomam aos novos direitos, fica dada uma a pagar as que dever da mercê acima, como constou por certidão dos officiaes dos mesmos direitos que se rompeu ao assignar d'este, e no registo do Decreto em virtude do qual este se obrou, se porá a verba necessaria do conteudo nelle Lisboa quinze de setembro de mil setecentos e cincoenta e nove annos. (a) Rei, etc.» João Pedro Ludovici foi pae de José Frederico Ludovici, escrivão da camara do Desembargo do Paço, fallecido a 19 de maio de 1825 na sua quinta de Bemfica, e de D. Marianna Clara Ludovici, casada em 1777 com o capitão-mór Manuel Antonio Godinho da Gama, fallecido na rua do Sol ao Rato a 24 de abril

de 1801. Do casamento d'esta senhora nasceram oito filhos, o primogenito dos quaes se chamou João José Ludovici Godinho da Gama, official de artilharia, fallecido em Oeiras cerca de 1847, pae de D. Marianna Clementina Braamcamp Leal da Gama, casada com Balthazar Sinel Cordes, fallecida a 5 de setembro de 1896, e mãe de D. Maria da Conceição Sinel de Cordes Cabedo Ludovice e do capitão do corpo de estado maior sr. João José Sinel de Cordes. Em 1881 o visconde de Sanches de Baena publicou um folheto intitulado: *Apontamentos ácêrca da biographia do notavel architecto da basilica real, palacio e convento da villa de Mafra*.

Ludovice da Gama. Foi autor do seguinte livro: *Resumo da caça ordinaria, poesia e sciencia do caçador rustico*, Lisboa, 1866.

Lue. Rio do conc. de Ambriz, no distr. de Loanda, prov de Angola. Tambem é conhecido pela designação de *Rio Ambrizete*.

Luè. Sobado do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. || Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola. Pertence á div. de Moqui.

Luègi. Pov. do sobado de Caudumba, conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á div. de Samba Cango. || Pov. do sobado de Caxibo, do mesmo conc., distr. e prov. Pertence á mesma divisão. || Pov. do sobado de Quitalla, conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 9.ª divisão. || Pov. do sobado de Zenza, conc. de Ambaca, do mesmo distr. e prov. Pertence á 8.ª div. || Pov. do sobado de N'Dalla Caballo, conc de Ambaca, do mesmo distr. e prov. Pertence á 8.ª div. || Pov. do sobado de Samba Lucalla, do mesmo conc., distr. e prov. Pertence á 8.ª div. || Pov. do sobado N'Dalla Quiluala, do mesmo conc., distr. e prov. Pertence á 8.ª divisão.

Luegi de Baixo. Pov. do sobado de Zenza, conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 8.ª divisão.

Luegi de Cima. Pov. do sobado de Quinjango, conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á div. de Samba Cango. || Pov. do sobado de Lucalla Luanganga, do mesmo conc., distr. e prov. Pertence á mesma div. || Pov. do sobado de N'Dalla Bumba, do mesmo conc., distr. e prov. Pertence á mesma divisão.

Luêm. Pov. da antiga jurisdicção de Cabo de Rama, no conc. e com. de Salsete, distr. e arceb. de Gôa, na India.

Luema Luende. Pov. do sobado de N'Dalla Quiluala, conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 8.ª divisão.

Luene. Pov. do sobado de Queta, freg. de S. Joaquim, conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 6.ª divisão.

Luenia. Pov. do sobado de Vinda, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Luèri. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. Fica no rio Luégi.

Luèsi. Pov. do sobado de Tchinga, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. Está situada no Caminho do Zombo.

Lufe. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Gaifar, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Lufinha. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Ribafeita, conc. e distr. de Vizeu.

Lufrei. Pov. e freg. do Salvador, prov. do Douro, conc. e com. de Amarante, distr. e bisp. do Porto; 173 fog. e 813 hab. Tem escolas para ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada perto da margem esquerda do rio Tamega. O reitor de Gondar apresentava o vigario, que tinha 100$000 réis de rendimento. Existiu aqui um antiquissimo mosteiro de freiras da ordem de S. Bento, que foi supprimido no seculo XVI, passando as religiosas para o convento de S. Bento da Ave Maria, do Porto. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Lufreu. Pov. na freg. de S. Paio, de Farinha Podre, conc. de Penacova, districto de Coimbra.

Lufua. Pov. do sobado de Bamba, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, provincia de Angola.

Lugar-Chão. Logar pequeno, conc., julgado, couto, ou povo de poucos visinhos. *Aos lugares chaaons, a que Nós nom escrepvemos.* (Carta de D. João II, sobre a *taxa dos viveres e officios*, de 1487). *Lugar-Chão*, se dizia d'aquelle que não era acastellado.

Lugenda. Rio da prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' um affluente do Rovuma, e pela extensão do seu curso e pela quantidade d'agua que leva, é, na opinião de muitos viajantes que o teem percorrido, o rio principal. Por assim dizer, constitue a arteria maritima dos territorios da Companhia de Nyassa. O Lugenda, engrossado por numerosos affluentes, segue aproximadamente na direcção do nordeste primeiro e depois quebra bruscamente para o norte, despenhando-se em cataractas até cair no Rovuma. Em muitos pontos o seu curso presta-se ao transporte de mercadorias entre distancias relativamente grandes.

Lugimbo. Pov. do sobado de Quiende, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Lugo. Familia illustre da Galliza, da qual passaram alguns membros a Portugal. Provém de D. Rodrigo Ramaes, neto de D. Fruela, rei de Leão. As suas armas são: Em campo vermelho uma cruz de ouro floreteada com o centro de verde, que é o vazio, e d'elle saem quatro espigas de trigo do mesmo metal, que fórmam outra cruz nos angulos.

Lugo *(Gaspar de Seixas Vasconcellos)*. Contador-mór das contas em Portugal, nascido em Lisboa e fallecido em Madrid, 1664. Escreveu varias obras, entre as quaes um *Trofeos de la paciencia christiana y reglas que deben observar los ministros supremos en las audiencias*, a que D. Francisco Manuel de Mello se refere com grande elogio.

Lui. Rio da Africa Occidental. N. ao S de Cassange, na prov. de Angola, corre para NE, e vae desaguar no Cuango.

Luia. Rio do antigo distr. do Sena, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. N. no sertão, ao S da serra Fura, e lança-se no Mazoa, affluente da margem direita do Zambeze.

Luilhas. Pov. na freg. de S. Miguel, de Monte, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Luimbo. Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola. Pertence á delegação do Chiavala.

Luinga. Pov. do concelho de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Luinha Pov. do conc. de Cazengo, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 3.ª div. || Rio do distr. de Loanda, na prov. de Angola. E' um affluente do rio Lucalla. Tambem lhe chamam *Luina*.

Luini. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, provincia de Angola. Fica no rio Lucegi.

Luiz I *(D.) O Popular*. 31.º rei de Portugal; segundo filho da rainha D. Maria II e d'el-rei D. Fernando. N. em Lisboa, no paço das Necessidades em 31 de outubro de 1838, fal. em Cascaes a 19 de outubro de 1889. Foi baptisado na capella do referido paço, pelo patriarcha de Lisboa D. Patricio da Silva, capellão-mór da rainha, a 14 de novembro do mesmo anno, sendo padrinho o rei de França Luiz Filippe. O seu nome completo era D. Luiz Filippe Maria Fernando Pedro d'Alcantara Antonio Miguel Raphael Gabriel Gonzaga Xavier Francisco de Assis João Augusto Julio Volfrando Saxe-Coburgo-Gotha de Bragança e Bourbon. Até á morte de seu irmão, el-rei D. Pedro V, foi infante de Portugal, o 1.º duque do Porto e duque de Saxonia. Recebeu uma educação esmeradissima, como todos os filhos de D. Maria II. A soberana destinava-o á vida maritima, não simplesmente como official de marinha honorario, mas como pratico, porque entendia que os principes, apezar do seu elevado nascimento, assim o deviam ser tanto na marinha como no exercito, partilhando os mesmos trabalhos e fadigas dos marinheiros e soldados. Quando falleceu D. Maria II, em 15 de novembro de 1853, contava D. Luiz 15 annos de edade, e D. Pedro V 16, faltando-lhe apenas 2 para attingir a maioridade de 18 annos, marcada pela constituição do paiz. El-rei D. Fernando ficou regente do reino, e os dois irmãos logo emprehenderam uma viagem de instrucção e recreio pelas côrtes européas. A bordo do vapor *Mindello* sairam a barra de Lisboa em maio de 1854, indo directamente a Londres, passando depois á Belgica, Hollanda, Prussia, Austria, França, Saxe-Coburgo Gotha, e voltando a Londres, d'onde regressaram a Lisboa. Em todas as côrtes grangearam os reaes viajantes as maiores sympathias pela sua esmerada educação e fina intelligencia. No anno seguinte realisaram outra viagem, visitando algumas das côrtes, onde já haviam estado em 1854, indo tambem a Italia, á Suissa, etc. No seu regresso, D. Pedro V assumiu o governo do reino, sendo acclamado em 16 de setembro de 1855, dia em que justamente completava 18 annos de edade. N'estas viagens dedicara-se D. Luiz especialmente aos estudos navaes, e alistando-se na armada, foi investido no commando do brigue *Pedro Nunes*, e depois no da corveta *Bartholomeu Dias*. Visitou então as nossas costas africanas; esteve em Angola, onde foi recebido com enthusiasmo. Voltando a Lisboa, assistiu, como condestavel do reino, ao casamento de D. Pedro V, em maio de 1858, em que se realisaram pomposas festas; e aos de suas irmãs, as infantas D. Maria Anna, em maio de 1859, e D. Antonia, em setembro de 1861. Fôra promovido ao posto de capitão de fragata a 24 de março de 1858, e n'esta patente acompanhou a Lisboa a rainha D. Estephania, sua cunhada, e as infantas aos seus novas paizes. Em 1861 saiu de Lisboa com o infante D. João, em viagem pela Europa, e estava em Londres quando recebeu o noticia de que D. Pedro V adoecera gravemente, o que tornava de grande urgencia o seu regresso a Portugal. Os dois infantes embarcaram logo na corveta *Bartholomeu Dias*, e desembarcaram em Lisboa pouco depois do fatal dia 11 de novembro de 1861, em que fallecera o monarcha. A primeira noticia do lamentavel successo, logo a recebeu a bordo, dada indirectamente pelo marquez de Loulé, presidente do conselho de ministros, tratando-o pelo titulo de *magestade*. O paço das Necessidades estava coberto de luto; o infante D. Fernando, ainda uma creança, havia fallecido dois dias antes do monarcha; em dezembro seguinte, nas vesperas

D. Luiz I

do Natal, falleceu o infante D. João, e D. Augusto tambem se encontrava perigosamente enfermo, escapando quasi por milagre. Não tardou tambem a receber-se a noticia da morte do principe Alberto, marido da rainha de Inglaterra, que D. Luiz deixara em Londres de perfeita saude, e com quem havia jantado na vespera da sua partida. O povo que adorava o joven monarcha, indignou se com tão successivas e extraordinarias mortes; espalharam-se boatos de envenenamento, accusando-se pessoas muito intimas do paço, dizendo-se até que o principe Alberto de Inglaterra succumbira por engano ao envenenamento preparado para o infante D. Luiz. Estes boatos tomaram grande vulto, e o povo arrebatado pela paixão insurgiu-se dando logar a alguns tumultos, especialmente quando falleceu o infante D. João, e pelo carnaval seguinte. Saindo do ministerio o marquez de Loulé e alguns dos outros ministros, que eram os mais alvejados pela ira popular, a situação foi-se modificando, e com

quanto a opinião publica, na sua maioria, estivesse convencida que a morte do rei e dos infantes não fôra natural, os espiritos fôram serenando, a ordem foi-se restabelecendo, os tumultos reprimiram se, mas verdadeiramente só houve completo socego, em 1864, quando se conseguiu suffocar a insurreição militar, que se dera no Minho. No entretanto, o novo rei fez a sua proclamação, e assumiu o governo a 14 de novembro de 1861; no dia 15 convocou ás côrtes para ratificar o juramento feito e declarado na proclamação, effeituando-se a cerimonia da acclamação a 22 de dezembro seguinte. N'esse dia interrompeu-se o luto, por ser considerado de grande gala, mas nas festas que se realisaram, notava-se um certo ar de tristeza, que a custo se podia disfarçar, pois que o sentimento pelos successos anteriores, com especialidade pela morte de D. Pedro V, era profundo e geral. Em seguida pensou-se no casamento de el-rei, e sendo escolhida a filha mais nova do rei de Italia Victor Manuel II, a princeza D. Maria Pia de Saboia, deu-se começo ao respectivo contrato, vindo o casamento a realisar-se por procuração em Turim a 27 de setembro de 1862, sendo ratificado em Lisboa a 6 de outubro seguinte, com sumptuosas festas e brilhantes illuminações. Em 1865 houve no Porto uma exposição internacional no Palacio de Crystal, que se construira para esse fim. O exito foi enorme, causando enthusiasmo em todo o paiz tão notavel emprehendimento. N'esse anno, o ministerio progressista historico, depois de ter procurado conservar-se por meio de repetidas reconstrucções, não pôde manter-se no poder, caindo deante da fusão d'um dos principaes grupos d'esse partido com o partido regenerador. Constituiu-se então um gabinete presidido por Joaquim Antonio de Aguiar, tendo, porém, verdadeiramente, como dirigente Fontes Pereira de Mello, que foi sempre um dos estadistas mais affeiçoados a el-rei D. Luiz. Em 1866 veiu a Lisboa a rainha D. Izabel de Hespanha. Em 1 de janeiro de 1868, em consequencia d'umas medidas de fazenda que a opinião publica reprovou, deu-se o motim, que se chamou da *Janeirinha*, e a attitude que a cidade do Porto assumiu, obrigou o ministerio a demittir-se. (V. *Portugal*, vol. III, pag. 1013). O então conde d'Avila teve o encargo de organisar um ministerio, que teve curta duração. As medidas, que tinham provocado os tumultos, fôram revogadas, e os ministros não sabendo ou não podendo conjurar o mal que ameaçava affectar a economia do paiz, contrahiram emprestimos com elevadissimos juros, que vieram aggravar mais a crise politica e financeira. Para maior fatalidade a guerra do Paraguay paralisava a remessa de dinheiro do Brazil para a Europa, o que muito affectava o credito portuguez, já vacillante pelas discordias internas, e a que muito susto causava a revolução que rebentara em Hespanha em 1868 para derrubar do throno a rainha D. Izabel II, que ficara substituido por um governo interino. Os fundos portuguezes baixaram terrivelmente, e a situação mostrou-se deveras gravissima. Appellou-se então para as economias, e o ministerio do conde d'Avila foi substituido por outro, com esse programma, o do bispo de Vizeu, que não pôde tambem sustentar-se por muito tempo. Em 1869 subiu ao poder um ministerio progressista historico presidido pelo duque de Loulé. As circumstancias não melhoraram, e a Hespanha, decidindo na sua constituição adoptar a fórma monarchica, andava em busca d'um rei, pensando no soberano portuguez, vendo n'essa escolha a tão desejada união iberica. Foi n'esta occasião que D. Luiz escreveu a carta, que ficou memoravel, affirmando que nascera portuguez, e portuguez queria morrer. No entretanto os acontecimentos da politica interna tomaram uma feição, que ha muito tempo não tinham. O marechal duque de Saldanha, apezar da sua edade muito avançada, julgando-se offendido pelo governo do duque de Loulé, promoveu a revolta militar de 19 de maio de 1870, indo de noite ao paço d'Ajuda com alguns regimentos, impôr ao monarcha a demissão do ministerio. Assestaram-se contra o paço as boccas d'algumas peças d'artilharia. D. Luiz passou n'essa noite algumas das horas mais angustiosas da sua vida, porque o velho marechal lhe infligia uma humilhação, a que elle suppunha, não teria nunca a sujeitar-se. No proposito de evitar mais lamentaveis acontecimentos D. Luiz cedeu áquella inesperada e arrogante intimação, e o duque de Loulé foi demittido. O marechal formou um ministerio, que apenas durou cem dias, levantando contra si todos os partidos organisados no paiz. O marquez de Sá da Bandeira prestou-se a auxiliar el-rei no empenho que tinha de pôr termo a uma posição tão humilhante. A' revolta de 19 de maio respondeu o golpe de estado de 29 de agosto, pelo qual o rei demittiu o ministerio Saldanha, chamando ao poder Sá da Bandeira, que immediatamente cedeu ao conde d'Avila o encargo de constituir o ministerio, porque o velho general só pensara em livrar o soberano da situação difficil em que se via. O novo ministerio foi formado com elementos reformistas, sendo o bispo de Vizeu um dos ministros. Divergencias entre os dois grupos que o compunham, produziram uma crise, em que o rei deu força ao conde d'Avila, e o ministerio foi reorganisado, saindo os elementos reformistas, e dissolvendo-se a camara que tinha uma maioria reformista. A nova camara constituiu-se principalmente de elementos progressistas historicos e regeneradores, e em 13 de setembro de 1871 demittiu-se o ministerio, subindo ao poder Fontes Pereira de Mello, que organisou um gabinete regenerador, que se conservou até 1877. Durante este largo periodo deram-se notaveis acontecimentos em Hespanha. D. Fernando fôra convidado para o throno d'aquelle paiz, que recusara egualmente, como seu filho; o principe Amadeu de Saboia, filho do rei d'Italia Victor Manuel, fôra tambem convidado, e acceitara o espinhoso cargo, em que se conservou até 1873, anno em que nova revolução em Hespanha obrigou o principe Amadeu a retirar-se para o seu paiz. Proclamou-se então a republica em Hespanha, que apenas durou dois annos, sendo em 1875 restaurada a monarchia bourbonica, subindo ao throno o rei Affonso XII. No principio do anno de 1877 demittiu-se o ministerio regenerador, depois de se conservar seis annos no poder, que fôram para o paiz de grande prosperidade. Succedeu lhe de novo o conde, já então marquez d'Avila, que formou um ministerio de transição. Em 1876 formara-se na praia da Granja o partido progressista com a fusão dos partidos refor-

mista e historico, suppondo-se que o primeiro ministerio que subisse ao poder, fôsse organisado com o novo partido, mas não succedeu assim, e quando em 1878 se deu um conflicto parlamentar, foi chamado outra vez Fontes Pereira de Mello para constituir o gabinete. D'este facto se originou uma das campanhas mais extraordinarias e de consequencias mais funestas que tem havido em Portugal. Os progressistas, despeitados por não terem sido chamados ao poder como esperavam, atacaram directamente o rei, accusando-o de patrocinar escandalosamente os regeneradores. O *Diario Popular* e o *Progresso* publicaram artigos violentissimos. Fontes não mostrou então a sua energia caracteristica, talvez, por ter tomado a deliberação de não ler jornaes, e não medir, portanto, o alcance das invectivas. A accusação ficou impune, o que lhe fez ganhar forças, tornando-se pertinaz e implacavel. O nome do rei foi completamente despretigiado; accusavam-n'o das cousas mais graves, de ter procurado ser rei de Hespanha, entrando em negociações com o imperador Napoleão III, não sendo por conseguinte a sua carta, em tempo publicada, senão um documento hypocrita; accusavam-n'o de ter sido cumplice do marechal Saldanha na revolta de 19 de maio de 1870, e de querer demittir o ministerio Loulé, porque o duque recusava augmentar o subsidio ao theatro de S. Carlos, para que a empresa pudesse escripturar uma bailarina de notavel formosura. Não houve, finalmente, injuria que lhe não dirigissem, accusação infamante que lhe não fizessem. Esta campanha diffamatoria durou um anno, no fim do qual, tendo caido o ministerio regenerador, D. Luiz chamou o partido progressista a formar gabinete. A realeza assaltada capitulava, e a capitulação era funesta, porque o throno nunca mais readquiriu o prestigio, que até então tivera. Em maio de 1879 constituiu se emfim o ministerio progressista, e dentro em pouco principiou tambem a organisar-se em Portugal o partido republicano, que já em 1880 alcançara grande força, porque bastante inquietou o governo, que receando vêr as festas do centenario de Camões perturbadas pelas suas manifestações, aconselhou o rei a retrahir-se um pouco, conservando-se n'aquella solemnidade civica como um simples espectador. Em 1881 queria o governo progressista fazer votar nas camaras o projecto d'um tratado com a Inglaterra relativo a Lourenço Marques, em que appareciam clausulas extremamente desagradaveis para o paiz. Os republicanos aproveitaram a repulsão que o tratado inspirou, para promoverem uma agitação, de que resultou a queda do ministerio. Foi chamado então ao poder Antonio Rodrigues Sampaio, que formou um gabinete completamente regenerador, o qual no fim d'esse mesmo anno de 1881 foi substituido por outro, tambem regenerador, presidido por Fontes Pereira de Mello. O partido progressista, ficando na opposição, renovou a campanha de 1878, mas com menos violencia. Surgiu a questão do caminho de ferro de Salamanca. A iniciativa que tomou o partido regenerador, foi recebida com pouca sympathia, e o partido progressista combateu-a energicamente, merecendo applausos da grande maioria do paiz. Não conseguindo, porém, o que desejava, que era a queda do ministerio, e querendo por força derrotal-o, arrojou-se de novo á lucta contra o rei, e quando em 1882 D. Luiz foi a Vizeu com a familia real inaugurar o caminho de ferro da Beira Alta, tentou fazer manifestações que lhe fôssem desagradaveis. O visconde do Serrado, que era governador civil, fez o seu discurso, que não foi quasi ouvido, e todos receavam que a multidão instigada pelos politicos, fizesse alguma manifestação hostil. El-rei não se perturbou, e quando o visconde do Serrado acabou de falar, tomou a palavra; a sua voz sonora e sympathica logo impressionou o publico. O seu discurso, em que exaltou as memorias patrioticas de Vizeu, enthusiasmou-o. A manifestação hostil transformou-se n'uma ovação delirante. Todos estes factos davam vitalidade ao partido republicano, já então importante pelo numero e pela qualidade das pessoas que n'elle militavam. Esta viagem de D. Luiz e da familia real ás provincias do norte, fôra precedida de muitas outras feitas em diversas occasiões, tendo sido os augustos personagens sempre recebidos em toda a parte com enthusiasmo. D. Luiz, depois da sua acclamação, tambem fôra diversas vezes ao estrangeiro, ficando regente do reino seu pae el-rei D. Fernando. Em 1881 foi officialmente a Caceres ter uma entrevista com o rei de Hespanha Affonso XII, que no anno seguinte, 1882, lhe veiu pagar a visita a Lisboa, voltando depois el-rei a Madrid em 1883. No Porto recebera sempre D. Luiz, assim como a familia real, as maiores provas de sympathia. Em 1883 o principe real D. Carlos e seu irmão o infante D. Affonso, fizeram uma viagem pela Europa. O ministerio regenerador continuava a poder, reconstituindo-se em 1883 com quatro novos ministros, Lopo Vaz, Barjona de Freitas, Antonio Augusto de Aguiar e Pinheiro Chagas. Durante este ultimo periodo recebeu importante impulso o nosso movimento colonial. Quando el-rei D. Luiz começou o seu reinado, estava quasi concluido o caminho de ferro do norte e leste, e em construcção o do sul e sueste. Em 1877 conseguiu vêr concluido o caminho de ferro do norte pela construcção da ponte Maria Pia; em 1889, com a conclusão da linha do Algarve, viu tambem terminada a principal rede ferro-viaria ao sul do Tejo. Em 1881, o ramal de Caceres concluido, punha a capital do reino em contacto mais directo com a de Hespanha; em 1882, a conclusão do caminho de ferro da Beira Alta e do ramal da Figueira abria ao commercio uma nova fonte de riqueza. Em 1885 concluia-se a rede de caminhos de ferro do Minho e Douro, em 1887 achava-se acabada a linha de Lisboa e Figueira por Torres Vedras, o caminho de ferro de Cintra, e em 1889 a linha de Cascaes; tambem se concluira o caminho de ferro de Guimarães, da Povoa de Varzim ao Porto e a Villa Nova de Famalicão, etc. No seu tempo começaram-se as obras do porto de Lisboa e as do porto de Leixões; no ultramar iniciaram-se as importantes obras do cabo submarino que liga Portugal com todas as suas possessões da Africa Occidental, as do caminho de ferro de Ambaca e de Lourenço Marques, deu se impulso á colonisação de Mossamedes. Nas suas relações internacionaes Portugal tambem não foi infeliz; gozava de paz absoluta, e esteve sempre em excellentes relações com as nações estrangeiras. Mereceu a affeição particular do imperador Napoleão III,

e foi sempre bemquisto pela republica franceza; viu resolvidos a favor de Portugal por arbítragem, primeiro do presidente da republica dos Estados Unidos, depois, pelo da republica franceza, as questões com a Inglaterra ácêrca da ilha de Bolama e de Lourenço Marques. Nas colonias, se houve a guerra desastrosa da Zambezia em Moçambique e os tristes acontecimentos de Bolor na Guiné, o monarcha pudera vêr, em compensação, para o fim do seu reinado restabelecida a ordem em toda a extensão do nosso dominio colonial. No reinado de D. Luiz assignou-se o tratado do Zaire, resolvido na conferencia de Berlim, e pelo qual, se Portugal cedia as suas aspirações um pouco vagas a todos os territorios comprehendidos entre 5.º 12' e 8.º de latitude meridional, em compensação obtinha territorios ao norte d'aquelle primeiro limite, e via reconhecidos definitivamente os seus direitos a uma região que lhe fôra até então sempre defeza e o seu dominio n'essa rica região do Zaire e do Congo, onde logo se formou um novo districto da provincia de Angola com o nome de districto do Congo. Em 20 de fevereiro de 1886 tornou ao poder o partido progressista. Começava-se então a tratar do casamento do principe real D. Carlos com a princeza D. Maria Amelia de Orleans, casamento que se realisou em 22 de maio d'esse mesmo anno. Por essa occasião fez el-rei D. Luiz uma viagem ao estrangeiro, ficando o principe regente do reino, e d'essa viagem já voltou doente, posto que essa doença senão tivesse manifestado de um modo que inspirasse receios. Em 1887 recebeu um golpe cruel, a morte de Fontes Pereira de Mello, estadista muito dedicado e de quem elle era sincero amigo. Os tratados que se celebraram depois de 1886 com o estrangeiro, não eram dos mais consoladores. Pelo tratado com a França ácêrca da Guiné, perdiamos o Casamansa; pelo tratado com a Allemanha recuavamos ao sul de Angola até Cunene. El-rei D. Luiz era um espirito culto; além da sua especial instrucção scientifica, falava correctamente sete ou oito dos principaes idiomas da Europa; dedicava se ás bellas artes, desenhando e pintando, compondo musica, e executando-a em diversos instrumentos, com especialidade no violoncello e no piano. Tinha profundo amor ás letras, estudando os classicos e os sabios. Era considerado um dos monarchas mais instruidos e estudiosos da Europa. O theatro enthusiasmava-o, e tinha por Shakespeare um verdadeiro culto. Quiz emprehender a traducção de algumas das suas obras, e como lhe dissessem aquelles a quem lia os seus escriptos, que as traducções estavam excellentes, resolveu-se as publical-as, sem lhes pôr o seu nome. A primeira que se imprimiu, foi a traducção do *Hamlet*, em 1877; edição muito nitida em papel superior, destinada para brindes; em 1880 fez-se a 2.ª edição, em que se lia a nota seguite: «propriedade cedida por sua magestade el-rei á associação das crêches.» El-rei, permittindo que o dito instituto fizesse a nova impressão, foi para que o producto da venda revertesse em producto do cofre que protege a infancia indigente. Em seguida publicou o *Mercador de Veneza*, em 1879; d'esta edição cedeu el-rei 300 exemplares a favor da Sociedade das Casas de Asylo da Infancia Desvalida de Lisboa. Tambem traduziu o *Ricardo III*, publicado em 1880; depois appareceu o *Othello*, em 1885, trazendo o nome do traductor. Começou as traducções, que não concluiu, do *Romeo e Julieta*, *Estupro de Lucrecia*, *Venus e Adonis*, *A Esquiva domada*. Traduziu tambem varias poesias de Rollinat, alguns trechos da *Fille de Rolland*, de Bernier, e a comedia de Pailleron *Le Monde ou l'on s'ennuie*, que Gervasio Lobato traduziu com o titulo de *Sociedade onde a gente se aborrece*. Como presidente da Academia Real das Sciencias instituiu o premio de 1:000$000 réis destinado á obra mais notavel que se tivesse publicado n'esse anno. Fundou os Albergues Nocturnos, e subsidiou largamente muita obra de caridade. A doença que o assaltara havia alguns annos, caminhava lentamente. Fez uma viagem ao estrangeiro, em que teve occasião de abraçar pela ultima vez o imperador Guilherme, que lhe era muito affeiçoado. Em 1888, por conselho dos medicos, foi ao Bom Jesus de Braga em companhia de sua familia. D'ali dirigiu-se a Vianna do Castello para inaugurar as obras do porto, e a Guimarães inaugurar a estatua de D. Affonso Henriques. Foi tambem ao Gerez, onde assistiu a uma caçada. O anno de 1889 annunciou-se mal. No verão foi para Cintra, mas ahi os soffrimentos tornaram se gravissimos. Nos fins de setembro levaram-n'o para Cascaes quasi moribundo, vindo a fallecer em outubro, depois de dolorosa e prolongada agonia. D. Luiz foi tambem o presidente do Congresso de Beneficencia Municipal, em que prestou os maiores serviços. El-rei D. Luiz era grão-mestre das tres ordens militares, de Christo, d'Aviz e S. Thiago da Espada; grão-mestre das ordens de Nossa Senhora da Conceição e da Torre e Espada; cavalleiro das seguintes ordens estrangeiras: Suprema da Santissima Annunciada, de Italia; Tosão de Ouro, de Hespanha; Jarreteira, de Inglaterra, grancruz das ordens de Ernesto Pio, de Saxe Coburgo-Gotha; da Corôa de Arruda (Rue), de Saxonia Real; da Aguia Negra, da Prussia, com collar; do Cruzeiro do Sul, da Rosa, com collar, e de D. Pedro I, do Brazil; de Santo Estevão da Hungria, Austria; de Merito Militar de S. Fernando; da ordem soberana de S. João de Jerusalem, de Roma; de Santo Humberto, da Baviera; da Legião de Honra, de França; de Santo André, com collar, de Santo Alexandre Newsky, de Saut'Anna, e da Aguia Branca, da Russia; do Elephante, em brilhantes, da Dinarmarca; dos Serafins, e de Santo Olavo, da Succia; do Leão Neerlandez, dos Paizes Baixos, Hollanda; do Salvador, da Grecia; da ordem de Luiz, de Hesse Gran-ducal; da Corôa dos Wendes, com collar, de Mechlembourgo-Scheverim Strelitz; da Estrella, da Roumania; do Medjidié, em brilhantes, da Turquia; da ordem da Vigilancia ou Falcão Franco, de Saxe Weimar; do Sol de Ouro, de Siam; do Nichan-Iftikar, em brilhantes, de Tunes; do Sol de Ouro, da Birmania; da ordem do Redemptor do Mundo, da Liberia; de S. Carlos, de Monaco; dos Cavalleiros de S. Marino; da Real Ordem de Mélusine. Era presidente da Academia Real das Sciencias, e presidente honorario e protector de varias corporações scientificas, litterarias e de beneficencia do reino. Fundou em 1883 a escola de instrucção primaria na real quinta do Alfeite, que se inaugurou em 8 d'abril d'esse anno. Em 30 de abril de 1862 man-

dou deduzir da sua dotação a quantia de réis 42:000$000, como donativo espontaneo, que deveria verificar-se no anno economico de 1862-1863, sendo sua vontade que d'esta somma fôssem applicados 10:00$000 réis para a edificação do Observatorio Astronomico de Lisboa, e réis 6:000$000 para os melhoramentos do Observatorio do Infante D. Luiz, devendo a restante quantia do 26:000$000 réis entrar na receita geral do thesouro publico. Quando em 1863 se estabeleceu o Asylo dos filhos dos soldados, D. Luiz cedeu para a sua installação a parte do edificio de Mafra onde estivera o Collegio Militar, e assistiu em 24 de agosto á abertura do mesmo asylo. Em 19 de maio de 1864 mandou entregar á Escola Naval de tiro estabelecida a bordo da nau *Vasco da Gama* diversos livros francezes, afim de constituirem o núcleo d'uma bibliotheca especial para a instrucção respectiva, devendo essa bibliotheca ser installada no mencionado navio, sob os cuidados e direcção do competente official director.

Luiz *(D.)* Infante de Portugal, filho de el-rei D. Pedro I, quando principe real, e de sua mulher, a rainha D. Constança. Falleceu 8 dias depois de nascer. D'este infante foi madrinha D. Ignez de Castro, a pedido de D. Constança, que por este meio procurava afastar de seu marido a seductora dama Os padrinhos contraem um parentesco espiritual com os paes dos afilhados, parentesco a que se dá o nome de *compadres*, o que, segundo as leis canonicas, determina um impedimento, que só póde ser dispensado pelo nuncio apostolico. D. Constança, sendo conhecedora da paixão de D. Pedro por D. Ignez de Castro, pretendeu, tomando aquella dama por madrinha, acabar aquella paixão, mas pelo contrario, parece que ainda mais os aproximou.

Luiz *(D.)* Infante de Portugal, 4.º filho de el-rei D. Manuel e de sua segunda mulher, a rainha D. Maria. Foi duque de Beja, condestavel do reino, grão prior do Crato, da ordem de S. João de Jerusalem, etc. N. em Abrantes a 3 de março de 1506, fal. a 27 de novembro de 1555. Tinha pouco mais de um anno quando el-rei seu pae lhe nomeou por governador de sua casa a Rui Telles de Menezes, senhor de Unhão, por carta passada em Abrantes, a 10 de maio de 1507, e pouco depois lhe deu o mesmo fidalgo por camareiro mór, a 12 do dito mez, por outra carta passada em Alemquer. Dando desde muito creança provas de grande intelligencia, seguiu com ardor as lições do professor Pedro Nunes, com quem aprendeu philosophia, arithmetica, geometria e astronomia, distinguindo-se tanto n'estas disciplinas que mereceu do seu sabio mestre um encarecido elogio, por occasião do lhe dedicar a traducção dos tres tratados de Ptolomeu, como vem mencionado nas *Memorias historicas sobre alguns mathematicos portuguezes*, de Antonio Ribeiro dos Santos: «E duvidando muito comigo, se dirigiria isto a V. A. a materia da obra me convidou a fazer: que pois V. A. tem tanto primor na Cosmographia, e na parte instrumental, e tem tão alto e tão claro entendimento e imaginação, que póde facilmente inventar muitas cousas que os antigos ignorâram, parece que de direito lhe pertencia: de outra parte punha me grande receio de ser a Obra tão pequena e não haver nella cousa que a V. A. seja nova.» Nos seus estudos com Pedro Nunes teve por collega D. João de Castro, com quem manteve sempre a mais dedicada amizade. Tambem estudou outras sciencias com o mestre Lourenço de Caceres, homem de muita erudição, que depois nomeou seu secretario. O infante D. Luiz mostrou muita predilecção pela poesia, e grande affecto a Gil Vicente. A sua intimidade com os sabios e os poetas do seu tempo, o seu trato affectuoso com muitos dos mais illustrados fidalgos da côrte, a sua amabilidade muito pouco propria d'um principe n'aquella epoca, a sua viva intelligencia, o seu espirito aberto a todas as grandes cousas, tinham lhe grangeado não só a estima das pessoas que frequentavam o paço, mas tambem uma grande popularidade, porque realmente o povo gostava de vêr aquelle principe jovial, franco, desembaraçado, intelligente e instruido, tão completamente diverso do sombrio D. João III, seu irmão. Foi essa mais uma razão para que o monarcha começasse a crear contra elle certa inimizade, que o levou a atravessar todos os seus planos e a contrariar todos os seus projectos. D. Luiz desejava ardentemente ir á India, e decerto seria de grande proveito n'essa epoca a ida ao Oriente d'um principe tão chegado ao rei, tão estimado e tão digno de commandar. D. João III nunca acceedeu áquelle desejo, e essa negativa causou o maior desgosto ao infante D. Luiz. Não foi ainda por vontade d'el-rei que D. Luiz tomou parte na celebre expedição de Carlos V contra Tunis em 1535. O imperador pedira auxilio a Portugal para essa expedição emprehendida contra o celebre corsario Barbaroxa, que se asseuboreara das regencias de Argel e de Tunis, e que dominava impunemente o Mediterraneo, onde praticava toda a qualidade de piratarias. D. João mandou-lhe immediatamente uma esquadra de vinte caravélas, duas naus e o celebre galeão *S. João*, cognominado o *Botafogo*, que era o navio mais afamado da epoca. A esquadra ia commandada por Antonio Saldanha. Mais uma vez o monarcha se esquecera de seu irmão, que de certeza ambicionaria ser elle o commandante da esquadra. Comtudo, o infante não pôde resistir ao desejo de tomar parte na expedição, e saiu secretamente de Evora, onde estava a côrte, indo ter a Barcelona com o imperador Carlos V, que tinha por elle o mais vivo affecto. D. João III não teve remedio senão sanccionar a resolução tomada pelo infante, e mandou para o acompanharem muitos fidalgos de autoridade, dando-lhe em tudo, a elle o primeiro logar, como era devido a pessoa de tão elevada jerarchia, e ordenando-o assim por carta a Antonio de Saldanha, commandante da esquadra, para que por todos fôsse obedecido onde estivesse, como se fôsse o proprio rei. A primeira idéa do imperador foi desalojar o inimigo de Tunis, onde se havia fortificado, para que voltasse ao mar, em que só poderia accommetter com forças vagas; e apezar da empresa ser tão difficil como arriscada, deveu-se á animosa deliberação do infante, contra o parecer de muitos capitães antigos e experimentados, o felicissimo successo com que se concluiu, cortando com o decantado e espantoso galeão, que governava, de 366 peças de bronze a fortissima cadeia que atravessava o porto de Goleta, dando-lhe assim a elle imperador a victoria, como a honra, que por ella

veiu, ao nome portuguez. Carlos V, em recompensa dos seus merecimentos e pelos memoraveis serviços que lhe prestara n'aquella gloriosa empresa, pensou em dar ao infante a investidura de Milão, que vagara pela morte do duque d'aquelle estado Francisco Esforcia, que não deixára descendencia. Não pôde, porém, effeituar-se o seu desejo por se lhe oppôrem as pretenções de França. D. Luiz era muito religioso, e fundou em Extremoz o mosteiro das religiosas de S. João de Malta, unico que aquella ordem teve em Portugal; tambem fundou os dois conventos da provincia da Arrabida, de que foi grande bemfeitor; o primeiro de N. S.ª da Piedade, entre Benavente e Salvaterra, onde residia a maior parte do anno, como se tivesse professado; o segundo, para que deu sómente o sitio no termo e visinhança de Lisboa, de Santa Catharina de Ribamar, que depois veiu a fundar a infanta D. Izabel, mulher do infante D. Duarte. D. Manuel consagrava grande estima a D. Luiz, e entre outras mercês, o nomeou fronteiro-mór da comarca entre Tejo e Guadiana, por carta, dada em Lisboa a 16 de novembro de 1521, que foi assignada por D. João, ainda principe, por seu pae o não poder fazer pela sua doença, que um mez depois o victimou. Esta mesma mercê lhe confirmou depois D. João III, em Coimbra, por carta de 5 de agosto de 1527, com a clausula expressa de cumprir a vontade d'el-rei D. Manuel seu pae, e recommendação feita a elle a tempo do seu fallecimento. Teve carta de mercê do titulo de duque de Beja, e de doação em sua vida das villas da Covilhã, Ceia, Almada, Moura, Serpa, Marvão, concelho de Lafões, e Besteiros, dada em Coimbra, por D. João III, no mesmo dia 5 de agosto de 1527, em que declara fazel o assim por cumprir e trazer a effeito a vontade d'el-rei D. Manuel seu pae, que já o tinha mandado fazer por uma carta sua ainda, por elle não assignada a tempo do seu fallecimento, a qual lhe recommendou assignasse por não estar em disposição de o poder fazer. Da cidade de Beja teve carta de doação das rendas e senhorios e de todo o seu termo, dada em Evora a 29 de março de 1534, tomando posse por elle o dr. Affonso Serrão, dezembargador, ouvidor e chanceller de sua casa, a 5 de abril seguinte. Foi condestavel do reino por carta passada em Coimbra, com as mesmas clausulas acima citadas; e ultimamente administrador perpetuo com jurisdicção no priorado do Crato, por carta de 10 de março, dada em Lisboa, em 1529, na qual se declara ser já commendatario do dito priorado por mercê d'el-rei D. Manuel seu pae. O infante D. Luiz nunca foi casado, como descreve Damião de Goes e outros historiadores, no entretanto não faltaram muitas negociações e contratos de casamento correspondentes á sua pessoa e merecimentos, que se não effeituaram. Fôram estes o da princeza Hedwige, filha de Sigismundo, rei da Polonia; o de Christina, filha de Christiano II, rei de Dinamarca, viuva de Francisco Esforcia, com quem o imperador Carlos V lhe queria entregar o ducado de Milão; com a filha primogenita de Francisco I, rei de França, casando o delfim duque de Bretanha seu filho, com a infanta D. Maria, irmã do infante; com a infanta D. Maria, sua sobrinha, que depois foi rainha de Hespanha, casando com Filippe II; com a princeza Maria, filha de Henrique VIII de Inglaterra, e herdeira d'aquella corôa por morte de seu irmão Duarte VI, que tambem veiu a casar com o mesmo Filippe II, já viuvo da infanta de Portugal; e ultimamente com D Maria, sua sobrinha, filha do infante D. Duarte, que foi duqueza de Parma, mulher de Alexandre Farnesio. Deixou um filho natural, havido de Violante Gomes, por alcunha a *Pelicana*, que parece ter sido de origem judaica, de que resultou um filho, que foi o celebre D. Antonio, prior do Crato. Estando D. Luiz em Salvaterra, adoeceu gravemente, o que o obrigou a regressar á côrte, e junto do mosteiro de S. Bento dos Loios, n'uma quinta que pertencia ao conde de Linhares, D. Antonio de Noronha, acompanhando-o por ordem d'el-rei D. Antonio d'Athaide, conde da Castanheira, e Pedro de Alcaçova Carneiro, secretario do conselho d'el-rei, em poucos dias falleceu. No dia seguinte foi sepultado com grande pompa no convento de Belem. A'cêrca do infante D. Luiz póde vêr-se *Vida do infante D. Luiz*, por D. José Miguel João de Portugal, conde de Vimioso; *O Anno historico*, tomo III, pag. 397 a 399; *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. III, pag. 45. Attribuem-lhe o *Auto de D. Duardos*, que depois, de repetidas impressões, saiu em Lisboa, 1659, comtudo, este *Auto* foi publicado entre as obras de Gil Vicente, e figura no vol. III d'essas obras, com o titulo de *Tragicomedia*. Varias *Cartas* do infante, dirigidas a diversas pessoas, andam no livro acima citado do conde de Vimioso, e na *Vida de D. João de Castro*, por Jacinto Freire de Andrada; nas *Chronicas* da Companhia de Jesus, da Arrabida, dos Conegos regrantes; no *Antiquario Conimbricense*, etc.

Infante D. Luiz

Luiz *(P. André)*. Jesuita. N. em Evora, onde tambem fal. em edade muito avançada a 28 de

dezembro de 1639. Havia professado a 10 de agosto de 1585. Foi mestre de Rhotorica e de Theologia na Universidade de Evora, onde tambem exerceu o cargo de regente pelo espaço de oito annos. Foi prégador muito apreciado. Escreveu: *Breve discurso sobre a Junta dos Senhores Prelados em Thomar, feito pelo P. André Luiz da Companhia de Jesus;* sem anno nem logar de impressão.

Luiz *(Antonio).* Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra; professor d'esta faculdade, de Philosophia e da lingua grega na mesma Universidade. N. em Lisboa, e fal. em 1555. Como tinha profundo conhecimento da lingua grega, lingua ignorada ainda n'aquella epoca na maior parte da Hespanha, davam lhe o nome de *Grego.* Era tambem muito perito em latim, em philosophia e na medicina. O seu elevado talento e muita instrucção o tornaram muito sympathico a el-rei D. João III, que lhe dispensava grande consideração, assim como os homens mais eruditos do seu tempo, João de Barros, Diogo Pires, Jeronymo Nunes Ramires e Jeronymo Cardoso. Tomou posse da cadeira de grego na Universidade a 4 de março de 1547. Deixou o seguinte manuscripto, que, segundo consta, existe na Torre do Tombo: *Libani sophistae declamatio pulcherrima de moroso que duxit uxorem loquarem; Antonio Ludovico medico ulisiponense interprete.* E' traducção do grego, com dedicatoria ao bispo D. Antonio Pinheiro. Publicou algumas obras sobre medicina, escriptas em latim, e em manuscripto, deixou um *Tratado de Agricultura*, e um *Tratado da Lingua portugueza.* Traduziu do grego para latim: *Commentaria D. Cyrilli in Isajam Prophetam.*

Luiz *(Francisco).* Poeta comico, que escreveu um *Auto de Gil Ripado ou de D. Bernardim,* que se imprimiu em 1631.

Luiz *(P. Francisco).* Presbytero, mestre de capella da sé de Lisboa, pelo meado do seculo XVII. N. em Lisboa, onde tambem fal. a 27 de dezembro de 1693. Foi sepultado na egreja dos Martyres. Era muito perito em musica, e compoz uns psalmos e villancicos para diversas vozes, e o *Texto da Paixão da Dominga de Ramos e de sexta feira santa*, a 4 vozes, dedicado a Jesus Christo.

Luiz *(P. Gaspar).* Jesuita, natural de Portel, que viveu no seculo XVII. Depois de ter sido professor de Rhetorica nos collegios de Lisboa e Evora, embarcou para o Oriente, e empregou-se com ardor nas missões do Japão e da Cochinchina. D'esses seus trabalhos deixou noticias em duas relações, que se publicaram em italiano.

Luiz *(P. Gregorio).* Jesuita. N. em Alpalhão, e fal. em 3 de junho de 1660. Era filho de Simão Inchado e de Maria Luiz. Entrou no noviciado de Evora, da Companhia de Jesus, a 9 de maio de 1610. Dictou dois annos Theologia no collegio da ilha de S. Miguel, onde erigiu a confraria de N. S.ª da Victoria, e lhe ordenou os estatutos, porque se deviam dirigir. Passou á ilha Terceira, e ali foi reitor do collegio da cidade de Angra, em que deu principio á egreja e augmentou as obras do collegio com a doação que lhe fez o chantre da cathedral Sebastião Machado de Miranda. Foi depois ao reino de Angola como missionario, mas na viagem o navio que o conduzia foi tomado pelos corsarios hollandezes, soffreu muitos trabalhos, até que o abandonaram na ilha de S. Thiago de Cabo Verde, d'onde regressou a Lisboa em 14 de dezembro de 1636, a bordo d'uma nau da India, que por acaso chegára áquelle porto, em que vinha o conde de Linhares D. Miguel de Noronha. Tendo exercido o logar de mestre de noviços em Evora, e sendo companheiro do visitador, o padre André de Moura, recolheu-se á casa professa de S. Roque, onde falleceu. Compoz as seguintes obras, que ficaram manuscriptas: *Vida da Veneravel Madre Soror Violante da Ascenção religiosa do convento do Salvador de Evora*, etc., fallecida em 2 de fevereiro de 1640; *Vida do padre Luiz Alvares, da Companhia de Jesus; Tratados varios espirituaes.*

Luiz *(João).* Esculptor em madeira, de Evora, cuja actividade começou em 1750. Deixou trabalhos seus na egreja do convento das religiosas de S. José, e na do Carmo, de Evora.

Luiz *(Jorge).* Licenceado em Canones, que viveu no seculo XVII. Escreveu: *Relação da Santa Imagem de Christo, que veiu de Angola ao convento do Carmo de Lisboa.* Lisboa, 1638. E' um romance em applauso do apparato com que foi processionalmente conduzida aquella imagem, que viera resgatada de Argel, depois de ter sido captiva dos moiros, para o convento do Carmo de Lisboa, em julho de 1638.

Luiz *(P. Manuel).* Jesuita. Doutor em Theologia pela Universidade de Evora. N. em Beja em 1608, fal. em Evora a 13 de dezembro de 1682. Era filho de Fernão Luiz e de Margarida Baiona. Aos 14 annos entrou para a Companhia de Jesus no noviciado de Lisboa a 5 de abril de 1622, e professou a 15 de agosto de 1644. Aprendeu letras humanas e as sciencias severas na referida Universidade, onde as ensinou, como tambem Escriptura Sagrada; doutorou-se em 24 de fevereiro de 1647. Foi procurador da sua ordem em Roma e reitor dos collegios de Elvas, Lisboa e Evora. Escreveu: *Sciencia do bem e do mal, para fugir o peccado e seguir a virtude, pelos PP. Filippe e Ignacio, flamengos, da Companhia de Jesus*, Coimbra, 1660; Evora, 1687; sem o nome do traductor; *Cuydayo bem: ensina o meio breve, facil e seguro para se salvar, accrescentado com a philosophia do verdadeiro christão, e com um exercicio quotidiano para o mesmo fim*, Evora, 1674; Coimbra, 1676; traducção do francez; *Theodosius Lusitanus, sive Principis perfecti vera effigies*, etc., Eborae, 1680; era dedicado á rainha D. Catharina, de Inglaterra. Deixou em manuscripto: *Arte de orthographia; De Causis et Causalitatibus.*

Luiz *(Manuel).* Só se conhece por ter escripto: *Elogio ao ex.mo e rev.mo sr. D. José Francisco de Mendonça*, etc., Lisboa, 1786

Luiz *(Nicolau).* Autor comico, que viveu no seculo XVIII. São muito escassas as noticias a seu respeito. Costa e Silva, no *Ensaio biographico-critico sobre os melhores poetas portuguezes*, tomo X, pag. 294 e seguintes, diz que este celebre fabricante de comedias era natural de Lisboa, e mestre de meninos morador na rua da Rosa, proximo ao pateo do Conde de Soure; homem excentrico, que vivia só com uma creada velha, e frequentava assiduamente o theatro do Bairro Alto. Vestia com o maior desalinho, usava de cabelleira de grande rabicho, um capote de baetão

de toda a roda, e acompauhava-o sempre um grande cão d'agua. Possuia uma livraria de autores dramaticos e comicos hespanhoes; compunha comedias sobre as d'aquelles autores, e vendia os manuscriptos aos cegos que os mandavam imprimir, vendendo-os por conta propria. Nicolau Luiz era gastador, e consumiu todo o seu dinheiro em brodios e divertimentos com os actores e outros amigos, em que tambem se viam mulheres. Costa e Silva conta da seguinte fórma, como Nicolau Luiz começou a dar as suas comedias para o theatro do Bairro Alto. Tendo estreitas relações com o actor José Procopio, que antes de se entregar a esta vida fôra professor de Rhetorica, conversava com elle no café do theatro, e José Procopio lhe expoz a difficuldade de encontrar uma peça para o seu beneficio, e então Nicolau Luiz o levou a sua casa, e lhe mostrou os manuscriptos de varias comedias, dizendo-lhe que os levasse e escolhesse a comedia que mais lhe conviesse, accrescentando que eram todas trabalho seu, feito nas horas que os rapazes o deixavam livre. José Procopio leu os manuscriptos, conheceu o talento pratico e dramatico do seu amigo, e escolhera a tragedia *Ignez de Castro*, que alcançou grande successo na representação. Era traduzida da tragedia hespanhola *Reynar despues de morir*. Innocencio da Silva, no vol. VI do *Diccionario Bibliographico* a pag. 274, diz parecer-lhe que Nicolau Luiz tivera tambem o appellido *da Silva*, mas a noticia de suas circumstancias e acções individuaes ficou em plena obscuridade. Acaso será elle, como tenho para mim, diz Innocencio, o mesmo Nicolau Luiz da Silva, de quem fala Joaquim José Moreira de Mendonça, na sua *Historia Universal dos terremotos*, pag. 143, que era em 1755 escrivão do povo, e que por occasião da memoravel catastrophe de primeiro de novembro, foi mandado *levantar vara* para sevir cumulativamente com o juiz do povo, Antonio Rodrigues de Leão, e ao qual se deveu grande zelo e trabalho nas diligencias com que andava descobrindo mantimentos para soccorro dos habitantes da capital? O que d'elle nos conta Costa e Silva, falava não de sciencia propria, mas por tradições havidas mais de 40 annos d'aquelle em que escrevia, e fabricou um capitulo que na maior parte, dá ares de verdadeiro romance, incluindo ahi circumstancias, a meu vêr contradictorias e anachronicas, que mal pódem conciliar-se entre si, e com outros factos sabidos. O que não padece duvida é que Nicolau Luiz foi um escriptor fecundissimo, e durante muitos annos sustentou os theatros de Lisboa com as peças que traduzia dos theatros hespanhol e italiano, das quaes grande parte se imprimiu, e constituem pelo menos um terço das comedias chamadas de *cordel*, porque os cegos, vendedores privilegiados d'esta especie de escriptos, as expunham ao publico pendentes d'um barbante, pregado nas paredes ou nas portas dos seus logares ou tendas volantes. No vol. VI e no XVII (*supplemento*) do referido *Diccionario Bibliographico*, vem uma minuciosa e curiosa descripção de todas essas peças, divididas em secções de comedias e tragedias.

Luiz (*Casal do*). Na freg. de Santo Aleixo, de Villa Verde, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Luiz Filippe (*D.*) Principe real, filho de D. Carlos I e da rainha senhora D. Amelia. N. em Lisboa, em 21 de março de 1887, fal. victima do attentado de 1 de fevereiro de 1908, assim como seu pae. O seu nome completo era D. Luiz Filippe Mario Carlos Aurelio Fernando Victor Manuel Lourenço Miguel Raphael Gabriel Gonzaga Xavier Francisco de Assis Benito. Fez o seu juramento como principe herdeiro do throno, em junho de 1901, contando 14 annos de edade, realisando-se a cerimonia na camara dos pares, na presença de seus paes, da côrte e do parlamento convocado em grande gala. Acompanhou juntamente com seu irmão, o infante D. Manuel, actualmente rei de Portugal, sua mãe, a rainha senhora D. Amelia, na viagem feita ao Mediterraneo, em 1903. Tomou posse do seu logar no conselho de Estado em 13 de abril de 1906, como lhe competia nos termos do artigo 112.º da Carta Constitucional, que dá esse direito ao

D. Luiz Filippe

herdeiro da corôa desde os 18 annos de edade. Em 1906 teve a regencia do reino de 11 a 16 de março, por causa da viagem de SS. MM. a Madrid. Em 1907 fez uma viagem a Africa visitando diversas das nossas colonias, acompanhado pelo ministro da marinha, então o sr. conselheiro Ayres Ornellas de Vasconcellos. O principe D. Luiz Filippe era duque de Bragança e de Saxonia, capitão honorario de Lanceiros n.º 2. A sua morte tragica causou a mais horrorosa impressão, pois não passou do assassinio de um adolescente, que não a merecia. Um seu biographo, traçando-lhe o elogio, jura que na alma d'aquelle mancebo se continham os predicados moraes de um futuro grande rei. E accrescenta: «Ninguem mais lhano e affectuoso do que Elle; ninguem mais cheio de boas intenções. Tinha toda a elegancia da bondade (permitta-se esta phrase), todos os resguardos de um bem intencionado, todas as tolerancias de um christão. A'

mesa do estudo, docil e attento, escutando as prelecções de um estudioso, que (á falta de outros méritos) possuia a experiencia, e lhe falava sempre franco, á maneira de um avô com um neto, era para vêr a sagacidade com que pedia explicações, e acompanhava de commentarios sensatos as palavras do seu mestre. Com os seus servidores era polidissimo, e agradecia sempre, com o seu sorriso de Principe benevolo, o minimo serviço que lhe prestavam, um livro que mandára buscar, uma carta que lhe traziam, a minima coisa. Já cultissimo, apezar dos seus poucos annos, senhor da Historia patria, da Geographia, do Desenho, da Mathemathica, etc., falava como um nacional o francez, o inglez, o allemão, além de peritissimo no jogo das armas, na equitação, em todas as prendas de um homem da sua esphera. No que dizia, e no que sabia calar por polidez, era um verdadeiro homem do mundo, elle que do mundo apenas conhecia os primeiros passos. Na sua figura nobre e attrahente revelava-se o Grande e o Bom.»

Luiz Quimbundo. Pov. do sobado de Helo-a-Quembi, na freg. de N. S.ª da Victoria, conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 5.ª divisão.

Luiz-ria N'Gongo. Pov. do sobado de Caculo-Cahango, na freg. de N. S.ª da Conceição, conc. de Muxima, districto de Loanda, prov. de Angola.

Luiz Thede. Pov. na freg. de Santa Maria, de Gavea, conc. de Melgaço, distr. de Viauna do Castello.

Luiza *(D.)* Filha natural mas legitimada de D. Pedro II, e de D. Maria da Cruz Mascarenhas. N. em Lisboa a 9 de janeiro de 1679, fal em Evora a 23 de dezembro de 1732. Creou-se em casa do secretario de estado Francisco Correia de Lacerda, e na edade de 8 annos recolheu-se ao mosteiro de Carnide, onde estava sua tia D. Maria, filha natural de D. João IV. Casou em 14 de maio de 1695 com o 2.º duque de Cadaval D. Luiz Ambrosio de Mello. Enviuvou em 1700, casou segunda vez em 26 de setembro de 1702, com seu cunhado o 3.º duque D. Jayme de Mello. Foi sepultada no convento dos conegos seculares de S. João Evangelista, de Evora, no jazigo dos duques de Cadaval.

Luiza *(Casal da)*. Na freg. de S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Luiza Francisca de Gusmão *(D.)*. Rainha de Portugal, mulher de el-rei D. João IV. N. em S. Lucar de Barrameda, na Andaluzia, Hespanha, a 13 de outubro de 1613, fal. em Lisboa a 27 de fevereiro da 1666. Era filha do 8.º duque de Medina Sidonia D. Manuel Peres de Gusmão, e de D. Joanna de Sandoval, filha do 1.º duque de Lerma, D. Francisco Sandoval, familias de grande nobreza, sendo descendente pelo lado paterno dos duques de Bejar e de Pastrana, e por sua mãe dos duques de Gandia e de Mediua Coeli. Casou por procuração no principio de janeiro de 1633, com D. João, 8.º duque de Bragança, que em 1630 herdara aquella pulentissima casa por morte de seu pae, o 7.º duque, D. Theodosio, succedida em 29 de novembro do referido anno. A ratificação do casamento realisou-se com grande pompa em Elvas no dia 12 do citado mez de janeiro de 1633, sendo celebrante o bispo D. Sebastião de Mattos Noronha, mais tarde arcebispo de Braga. Effeituaram-se então em Villa Viçosa brilhantes festas. Este consorcio fôra muito do desejo do ministro castelhano conde-duque de Olivares, tanto que, em attenção a elle, restituiu á casa de Bragança o ducado de Guimarães e outras prerogativas que lhe haviam sido tiradas. Não realisou, comtudo, as suas esperanças aquelle ministro, porque a nova duqueza, longe de aconselhar seu marido á submissão á Hespanha, sempre o aconselhou a cumprir o seu dever de principe portuguez. Na ultima hora, na hora das hesitações, quando o duque D. João, intimado por Filippe IV para se apresentar em Madrid, iutimado pelos conjurados para acceitar a corôa que a revolução lhe ia offerecer, se mostrava como sempre hesitante, quiz consultar sua mulher, e encontrou n'ella os varonis espiritos que sempre lhe notaram. A duqueza era ambiciosa, e attribue-se-lhe a seguinte resposta: *que tinha por mais acertado morrer reinando, que acabar servindo*, palavras que os manuaes da historia nacional paraphrasearam d'este modo: *antes ser rainha uma hora, do que duqueza toda a vida.* Esta resposta conceituosa, cuja veracidade tem sido contestada, se acaso é verdadeira, exprime bem, comtudo, a sua resolução intrepida, e o seu desejo de subir ao primeiro logar da gerarchia do reino. Realisada a revolução do primeiro de dezembro, D. João IV dirigiu-se a Lisboa, onde chegou no dia 6, celebrau-do-se a ceremonia da acclamação em 15. A rainha D. Luiza de Gusmão entrou em Lisboa a 26 de dezembro, acompanhada por seu filho, o principe D. Theodosio, e por suas filhas D. Joanna e D. Catharina. Apezar de ser hespanhola, o povo, que bem sabia quanto ella concorrera para decidir seu marido a acceitar a corôa de Portugal, prestou-lhe as maiores manifestações de sympathia e enthusiasmo D. João IV logo lhe estabeleceu casa, nomeando mordomo-mór D. Sancho de Noronha, conde de Odemira; estribeiro-mór D. Luiz de Noronha, e camareira-mór a marqueza de Ferreira D. Joanna Pimentel. Para damas fôram escolhidas senhoras das mais illustres familias. D. Luiza de Gusmão soffreu grande desgosto com a perda de seu filho primogenito, o principe D. Theodosio, que falleceu apenas com 19 annos, em 15 de maio de 1643. D. João IV morreu em 1656, deixando em testamento a rainha sua mulher como tutora e curadora de seus filhos, e regente do reino durante a menoridade de D. Affonso. D. Luiza de Gusmão, porém, já não tinha a energia da sua primeira mocidade; como politica, foi joguete de dois partidos que então dividiam a côrte, e deixou-se dominar especialmente pelo frade hollandez fr. Domingos do Rosario; como mãe, não teve força para cohibir as desgraçadas tendencias de seu filho D. Affonso VI, as suas devassidões e a sua prejudicial turbulencia. Tauto se affligia com a deploravel educação de seu filho, que em 1661 quiz largar a regencia, tendo D. Affonso completado 18 annos de edade, mas o conselho de Estado instou muito com ella para que se conservasse no poder, receando que o novo rei, ao assumir o governo, entregasse os primeiros logares do Estado aos irmãos Conti, dois genovezes que eram seus validos, e que desde a infancia se lhe haviam aggregado, com o maior escandalo. D. Luiza de Gusmão cedeu, e o primeiro acto que

praticou depois d'esta resolução, foi desterrar violentamente para o Brazil os dois Conti. Preparou assim, porém, o golpe que a devia derrubar, porque da influencia que os Conti exerciam no animo do rei, se apoderou habilmente o conde de Castello Melhor, que no anno immediato, 1662, auxiliado pelo conde de Athouguia e Sebastião Cesar de Menezes, levou el-rei para o palacio d'Alcantara, e ahi fez com que elle participasse á rainha ter resolvido assumir as redeas do governo, visto ter chegado, havia muito, á maioridade legal. A rainha resentiu se profundamente com aquelle procedimento, mas não hesitou em entregar a regencia, continuando a viver no paço, até que em 1663 o conde de Castello Melhor conseguiu que ella se retirasse para o convento do Grillo, em Xabregas, onde falleceu. No entretanto, nos seis annos que foi regente, teve de supportar a maior força da guerra com a Hespanha; foi n'esse periodo que o marquez de Marialva ganhou as batalhas das linhas d'Elvas e de Monte Claros. No seu governo tambem se fez a paz dos Pirinéos, que nos deixou completamente desamparados deante da Hespanha, mas as habeis negociações do conde de Soure conseguiram que a França nos mandasse soccorros secretos, que fôram de muita utilidade. Tambem no seu governo se realisou o casamento da infanta D. Catharina com o rei Carlos II de Inglaterra. D. Luiza de Gusmão fundou em Lisboa o collegio dos irlandezes ao Corpo Santo; o convento de Corpus Christi, de carmelitas descalços; e no sitio do Grillo o mosteiro de religiosas da mesma ordem. Foi n'este convento, confórme dissémos, se recolheu, depois de deixar o governo do reino, em 17 de março de 1663. A rainha foi conduzida n'um coche forrado de veludo preto, acompanhada com duas damas de honor; seguindo-se o coche d'el-rei com o estribeiro-mór e o camareiro mór, e mais quatro coches com as damas. Na clausura ficaram D. Izabel de Castro, duas damas da camara e algumas creadas particulares. A rainha em seu testamento ordenara que fôsse sepultada no convento de Corpus Christi, emquanto se não concluisse a egreja do Grillo. Assim se cumpriu, sendo conduzida solemnemente no dia 2 de março, em seguida ao fallecimento, para o convento de Corpus Christi, onde ficou depositada junto do altar-mór, do lado do Evangelho, sobre uma eça de quatro degraus cobertos de velludo preto e passamanes de ouro. Em 1691, D. Pedro II a mandou trasladar para debaixo do sacrario, logar que lhe tinha preparado desde o principio. Mas apenas se concluiu a egreja do convento do Grillo, D. João V, para cumprir o que ella ordenara no testamento, trasladou para ali o cadaver da rainha sua avó, o que se realisou em 17 de junho de 1713, ficando sepultado no jazigo por detraz do altar-mór. No principio de janeiro de 1889 fôram os restos mortaes da rainha D. Luiza de Gusmão para o panthcon real da egreja de S. Vicente de Fóra. O feretro foi conduzido n'um dos coches mais ricos da Casa Real, sendo o prestito formado por mais tres coches ricos, algumas carruagens com officiaes da Casa Real e sacerdotes, e fechado por um esquadrão de cavallaria n.º 4. Em S. Vicente de Fóra onde a guarda de honra o esperava, foi o feretro recebido pelo patriarcha, cabido, etc., e depositado na cripta real.

Rainha D. Luiza de Gusmão

Luiza Loango. Rio da costa de Loango, Africa Occidental, a cêrca de 16 k. ao N do rio Cacongo, no limite N. da prov. d'Angola. Nasce a SE da referida costa e vae desaguar na bahia de Cacongo, tambem chamada *de Kilongo*. Este rio é muito caudaloso, mas está obstruido por numerosos bancos de areia.

Luize. Rio do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Lulendo Pov. do sobado de N'Gaudo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Lumbega. Ilha do Faial Pov. na freg. de S. Catharina, de Castello Branco, conc. e distr. de Horta.

Lumbi. Pov. do sobado de Nameala, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. || Pov. do sobado de Lumbo, do mesmo conc., distr. e prov. || Pov. do sobado de N'Gando, do mesmo conc., distr. e provincia.

Lumbilu. Pov. do extincto sobado de Calumbu, freg de S. José, conc. de Calumbo, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 7.ª div de N'Guimbi.

Lumbo. Pov. do sobado de Quilumbo, conc. do Egito, distr. de Benguella, prov. de Angola. || Sobado do conc. de S. Salvador e distr do Congo, da mesma prov. || Um dos sobados em que está dividida a pov. de Luximbe, do conc. de Malange, distr. da Lunda, pov. de Angola. Pertence á 19.ª div. || Territorio do distr. e prov. de Moçambique, na Africa Oriental. Fica na terra firme e defronta com a ilha de Moçambique. O ter-

reno, comquanto alagadiço, é muito productivo e está cultivado. || Nome d'uma das mais importantes povoações edificadas nos territorios da Companhia do Nyassa, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. || Pov. do distr., conc., e prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está edificada no territorio do mesmo nome e plantada de pomares, mangues e palmeiras, etc. População composta de naturaes e de europeus. Esta povoação, com outras do continente, abastece dos seus generos agricolas a cidade de S. Sebastião de Moçambique.

Lumbonde. Pov. do sobado de Cáfontuca, conc. do Humbe, distr. de Huilla, prov. de Angola.

Lumbungo. Um dos sobados em que está dividida a pov. de N'Ganga Sole, do conc. de Malauge, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á 7.ª divisão.

Lume. Pov. do sobado de N'Gando Acabuto, freg. de S. Joaquim, conc. de Golongo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 2.ª divisão.

Lumião. Pov. na freg. de S. Miguel, de Refoios de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Lumiar. Pov. e freg. de S. João Baptista, actualmente incluida na cidade de Lisboa, 3.º bairro, menos uma parte que pertence ao conc. de Loures; 573 fog. e 2:595 hab. A pov. fica 2 k. ao N do Campo Grande, e está situada n'uma planicie, cercada de bellas quintas, palacios e casas de campo, em que se destaca a importantissima propriedade dos srs. duques de Palmella. O clima é muito saudavel, sendo o seu territorio abundante de muito boas aguas. Era aqui a 4.ª estação do antigo caminho de ferro Larmanjat. A egreja matriz foi fundada pelo bispo de Lisboa D. Matheus. Não se impõe exteriormente por nenhuma belleza architectonica. E' composta de tres naves divididas por duas renques de cinco grossas columnas cada uma. Pegada á terceira columna do lado do Evangelho existe o pulpito, de columnellos de marmore de duas côres, o qual assenta sobre uma columneta ou espigão central, com posição leve, cuidada e elegante. Vê-se que este pulpito foi para ali transferido do seu primitivo logar, que era na segunda columna do lado da Epistola, a contar da capella-mór, porque uma inscripção que se lê na parte inferior do fuste da dita segunda columna, assim o indica. A esta egreja anda ligada uma curiosissima lenda a proposito da cabeça de Santa Brigida, preciosa reliquia, que ainda ali mais ou menos authenticamente se conserva. Santa Brigida, era natural de Lisboa, e foi martyrisada pelos barbaros no primeiro de fevereiro do anno 518. Eis a lenda: No reinado de D. Diniz vieram a Lisboa tres cavalleiros hybernios trazendo a preciosa reliquia. O monarcha mandou-a para o convento de Odivellas, que então se andava construindo. Apezar da jornada não ser longa, os cavalleiros descançaram no caminho, e n'este intervallo a cabeça da Santa Brigida desappareceu milagrosamente. Trataram logo de a procurar, e fôram descobril-a no alto d'um pinheiro que estava junto á porta da egreja do Lumiar. A lenda não diz qual dos cavalleiros subiu ao cimo da arvore para alcançar a devota reliquia, mas declara que o prior da freguezia se oppozera a que a levassem. A vontade divina estava bem expressa n'aquelle milagre, e seria gravissima injuria attentar contra um facto tão extraordinario. Os cavalleiros, porém, desejosos de cumprir a ordem de el-rei, seguiram a Odivellas indo entregar a devota reliquia á abbadessa do convento, que D. Diniz fundára. O milagre repetiu-se, e a cabeça de Santa Brigida tornou a apparecer no Lumiar. Então todos se humilharam, e a egreja do Lumiar ainda hoje conserva uma lapide commemorativa d'este facto, a qual se vê collocada na face externa d'uma das paredes lateraes. Esta reliquia está encerrada n'um relicario de prata, no altar consagrado á mesma santa. A feira que se effeitua ali annualmente a 2 de fevereiro, é antiquissima. El-rei D. Diniz, conhecedor de que os habitantes dos arredores se dedicavam aos trabalhos do campo, e que para isso lhes seria mister o auxilio de animaes, concedeu-lhes alguns bois, cabras e carneiros para o desenvolvimento da região. No terreiro em frente da egreja vê se um simples mas elegante cruzeiro, que tem por unica inscripção a data de *1619*, em algarismos grosseiros, gravados n'um dos frisos da base. O padroado da egreja pertencia ás freiras de Odivellas, sendo o prior apresentado pela abadessa com o rendimento de 480$000 réis. Fôra doação feita por D. Thereza Martins, que a usufruiu por morte de seu marido, D. Affonso Sanches, filho natural d'el rei D. Diniz, que tivera este padroado em razão de estar a egreja edificada em terras pertencentes a uma quinta e casa de campo, que seu pae lhe doára, e que fôra fundada por seu avô D. Affonso III. Chamava se a esta residencia *Paço de D. Affonso Sanches*, e depois de terem sido confiscados a este infante todos os bens por ordem de seu irmão D. Affonso IV, principiou-se a chamar *Paço do Lumiar*. A propriedade deixou mais tarde de pertencer á Corôa, vindo para a posse de diversas familias, conservando o nome de *Paço do Lumiar*, que se estendeu á povoação que se foi edificando, nome que ainda conserva. O Paço do Lumiar fica a O do Lumiar, n'um bonito terreiro, cercado de bellas propriedades, avultando entre ellas a dos srs. viscondes do Paço do Lumiar, com aprazíveis jardins e importante quinta. N'este local ha a ermida de S. Sebastião, cuja porta é no estylo manuelino. Na face externa da parede posterior acha se embutida uma cruz de azulejos sobre uma caveira, com a data: *Anno de 1628*. A propriedade dos srs. duques de Palmella, já citada, pertencia á casa dos marquezes de Angeja, e o 3.º marquez, D. Pedro de Noronha, no seculo XVIII, construiu o palacio, que actualmente existe, no mesmo local do antigo; aformoseou a quinta e enriqueceu-a com muitas plantações de arvores exoticas, obras d'arte e um curioso jardim botanico, em que se vê um gigantesco *Dragoeiro*, com os ramos já carcomidos pela sua grande antiguidade. Extinguindo-se o ramo primogenito dos marquezes de Angeja pelo fallecimento do ultimo marquez, que era tenente-general, pelos annos de 1830, os seus herdeiros venderam a propriedade ao 2.º duque de Palmella, D. Domingos de Sousa Holstein. Desde então começaram as obras em larga escala, principalmente na quinta, que foi augmentada ainda com varias fazendas, que se compraram aos seus respecti-

vos proprietarios, e com um palacio e quinta que lhe ficavam contiguas, que tinham pertencido aos marquezes de Olhão, sendo por estes vendidos ao 1.º conde da Povoa, Henrique Teixeira Sampaio, avô materno da actual sr.ª duqueza de Palmella. E' um vastissimo terreno em socalcos, assombrado por arvoredo secular, e artisticamente aproveitado, para mais lindo effeito da paizagem, tanques de marmore e lagos a fingir naturaes, espraiando-se a agua sobre a relva sempre viçosa; repuchos saindo mysteriosamente d'entre macissos de verdura e flôres; uma copiosa collecção de plantas raras, já em estufas, já ao ar livre; vasos e estatuas de marmore, ornando jardins, ou coroando formosos terrados; viveiros de formosas aves, oriundas de differentes regiões; ruas de bosque plantadas ao gosto moderno; jardins em terrados, como suspensos, com lindos pontos de vista; por toda a parte uma pomposa vegetação, etc. No cimo da collina ergue-se um alto e espaçoso terrado, cercado de grades de ferro, para o qual se sóbe por duas escadas de pedra. No meio do terrado levanta-se uma bonita casa, coroada por uma torre com relogio. E' destinada aos hospedes, e denomina-se *Casa do Monteiro mór*. N'esta quinta existe a primeira *araucaria excelsa*, que veiu para Portugal por avultado preço. O palacio é grande e de architectura regular. Na estrada que vae do Paço do Lumiar para a Luz ergue-se um humilde cruzeiro, que apenas se recommenda pela seguinte inscripção:

ESTA. CRUZ. MANDOV
FAZER. O PADRE. FR.CO
GLZ. POR SVA DVASSÃO
PED HV PADRE NO
SSO. E HVA. AVE MARIA
PELLAS ALMAS. DO
PVRGATORIO. 1680

No Lumiar ha escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. ‖ Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves, de Figueiredo das Donas, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. ‖ S. João Baptista, de Pelmá, conc. d'Alvaiazere, districto de Leiria.

Lumiar *(Asylo da Infancia Desvalida e dos Pobres do)*. A installação d'este asylo foi devida em grande parte, a Theotonio Victorino d'Assumpção, já hoje fallecido, proprietario do antigo hotel denominado *Nova Cintra*, na calçada do Carriche, onde actualmente está o posto da guarda fiscal, da barreira que por aquelle lado limita a cidade de Lisboa. Foi o referido Theotonio d'Assumpção que tomou a iniciativa de formar uma benemerita associação, com o titulo de *Commissão de Beneficencia de Mendicidade*. Não sabemos a data da fundação, mas com certeza já existia em 1857, quando em Lisboa se deu a terrivel epidemia da febre amarella. N'essa epoca já a Commissão de Beneficencia de Mendicidade vestia e educava quatro creanças do sexo feminino, e distribuia annualmente um bodo a 80 raparigas do Lumiar. Theotonio d'Assumpção começou por organisar, na quinta que possuia n'aquelle sitio, uns pequenos bazares onde angariava os meios de sustentar a sua obra de caridade. Estes bazares organisavam-se todos os annos por occasião da festividade de Nossa Senhora da Conceição. Em 7 de novembro de 1858, em assembléa geral e por proposta de João Matta da Silva, a Commissão de Beneficencia de Mendicidade passou a chamar-se *Asylo da Infancia Desvalida e dos Pobres do Lumiar*, designação que tem conservado. Um anno depois o asylo vestia e educava 12 creanças, numero que dois annos mais tarde, 1861, foi elevado a 16. A obra de Theotonio d'Assumpção fructicava-se prosperamente. O ensino era ministrado pela professora D. Blandina Coelho da Motta, coadjuvada pelo professor regio do Lumiar, e ambos subvencionados pelo cofre do asylo. O numero dos subscriptores augmentava dia a dia, como tambem augmentavam os lucros dos bazares. Além d'isto, o asylo era contemplado de quando em quando, por disposições testamentarias, com valiosos legados, e alguns importantissimos, como o de 9:700$000 réis, que em 1872 lhe deixou Francisco Borja Freire. Em agosto de 1867, por alvará do governador civil de Lisboa, o asylo tomou posse dos bens, de que já era depositario, da *Confraria e Albergaria do Divino Espirito Santo*, e como tambem ao tempo já recebia o valioso donativo do compatriotas nossos residentes no Brazil, adquiriu uma propriedade na rua do Lumiar. Mandou-se levantar ali o edificio do Asylo, mas apezar de toda a boa vontade das antigas direcções, as obras não puderam proseguir, ficando ainda por largo tempo o edificio por concluir. Devido, porém, aos esforços da direcção eleita em 1878, e sobretudo á energia do thesoureiro, que mais tarde foi presidente da direcção, Augusto Carlos Miranda Monteiro, as obras terminaram em 1880. Theotonio d'Assumpção já havia fallecido, não chegando a vêr as proporções que tomara a sua idéa beneficente. O Asylo da Infancia Desvalida e dos Pobres do Lumiar occupa um edificio amplo, arejado, com todas as condições hygienicas exigidas para o fim a que se destina. No pavimento terreo tem a capella atapetada de mosaico, com um quadro a oleo representando Santa Thereza, quadro que pertenceu ao extincto convento de Odivellas; a sacristia, onde se guardam paramentos antiquissimos e alguns quadros de valor; o refeitorio, casa espaçosa que recebe luz por quatro janellas que deitam para a rua do Lumiar; cosinha, de pavimento lageado, muito clara e asseiada; a casa dos engommados, a casa dos banhos com tres boas tinas de marmore; os quartos dos creados e a secretaria. Junto á cosinha ha uma pequena dependencia onde se guardam os objectos alimenticios. No primeiro andar vê-se a sala das visitas com diversas cadeiras e sofás de systema austriaco, e a aula da 1.ª classe, toda estucada, recebendo luz por duas janellas de varanda e contendo logares para 35 alumnas. Ao lado d'esta aula fica a sala da costura, d'onde se passa á aula de 2.ª classe, installada nas mesmas condições hygienicas da primeira, e contendo 9 pequenas bancadas para as asyladas, e 2 banquinhos para as mais pequeninas. No primeiro andar ha tambem a sala das sessões, os quartos da regente e da sua ajudante; o dormitorio contendo 12 camas, lavatorios com 8 bacias de pó de pedra e todos os objectos indispensaveis para o tratamento das creanças; a rouparia, aulas de estudo e de costura, e outras dependencias menos importantes. No pateo do asylo construiram-se dois barracões, servindo um d'elles para se armazenar

carvão, lenha e petroleo, estando no outro installada uma bomba de incendios, systema Flaud. O primeiro barracão está completamente isolado do corpo principal do edificio. O asylo é abastecido d'agua por uma dotação gratuita feita pela Companhia das Aguas de Lisboa; a agua para banhos, lavagens, etc. vem d'um grande poço com uma bomba patente, resguardada em casa apropriada para evitar qualquer desastre. A agua sobe por meio da bomba a um reservatorio de 20 m. de altura, sendo d'ali distribuida pelas differentes secções do asylo. Em volta do edificio ha um terreno destinado ao recreio das creanças. Na parte superior do asylo fica a enfermaria, onde são internadas as doentes de pouca gravidade; as outras são sempre enviadas para o hospital *Estephania*, provendo a administração do asylo a todas as despezas com o seu tratamento. As creanças não são admittidas com menos de 6 annos nem mais de 9, sendo preferidas as orphãs de pae e mãe. A edade fixada para a saida é de 16 annos completos, salvo algum caso extraordinario. Tambem são admittidas internadas pensionistas, sendo estas obrigadas ao pagamento d'uma mensalidade arbitrada pela direcção. Em 1903, a direcção do asylo, persuadida que a educação das creanças só póde attingir resultados completos quando dada em internato, empenhou se em realisar esse desejo, acolhendo se 12 meninas, elevando se este numero á proporção que os rendimentos o permittam. A inauguração do internato do asylo, que se realisou em 19 de abril do citado anno de 1903, foi revestida de certa solemnidade. As 12 meninas entraram na tarde do dia 18, e no dia 19, ás 11 horas houve missa na egreja parochial do Lumiar, a seguir uma pratica allusiva ao acto pelo prior, Francisco de Paula da Fonseca Neves, actualmente parocho da freguezia da Pena; ás 2 horas jantar ás creanças, offerecido pela direcção do asylo; ás 3 a sessão solemne, ficando depois o asylo exposto ao publico. Estes festejos fôram abrilhantados pela *Academia Musical 1.º de junho de 1893*, do Lumiar.

Lumiara. Pov. na freg. de Santo André, de Canidello, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Lumiares. *(Carlos Carneiro de Sousa e Faro, 5.º conde da Ilha do Principe e 1.º conde de)*. Foi em 29 de setembro de 1753, que el rei D. José I concedeu o titulo de conde de Lumiares, trocando-o pelo de conde da Ilha do Principe. *(V. Portugal*, vol. III, pag. 947.*)* Parece que o 2.º conde d'este titulo foi ratificado n'um dos seus filhos, mas, nada pudémos averiguar a este respeito. O brazão d'armas é o dos Carneiros: Em campo vermelho uma banda azul coticada de ouro e carregada de tres flôres de liz do mesmo metal, entre dois carneiros, de prata passantes, armados de ouro; timbre, um dos carneiros do escudo.

Lumiares *(José Felix da Cunha e Menezes, 5.º conde de)*. 16.º senhor do Vimieiro, 13.º de Alcoentre, 15.º do morgado de Paio Pires, tenente de infantaria e major do 5.º batalhão da guarda nacional. N. a 2 de julho de 1808, ignora-se a data da sua morte. Era filho do 4.º conde do mesmo titulo, José Manuel da Cunha Faro Menezes, e de sua mulher, D. Luiza de Menezes. Casou em 8 de junho de 1835 com D. Constança de Saldanha e Castro Riba Fria, 2.ª filha de João Maria Raphael de Saldanha Albuquerque Castro Riba Fria, moço fidalgo, alcaide-mór de Cintra, commendador da ordem de Christo, senhor do morgado de Penha Verde, casado com D. Maria Thereza Braamcamp de Almeida Castello Branco. D'este consorcio houve um unico filho, que foi o 6.º conde de Lumiares. A condessa D. Maria Thereza, tendo enviuvado, passou a segundas nupcias com seu cunhado, D. Manuel da Cunha e Menezes, filho do 4.º conde de Lumiares.

Lumiares *(José Manuel Ignacio da Cunha e Menezes da Gama e Vasconcellos Carneiro de Sousa Portugal e Faro, 4.º conde de)*. Brigadeiro dos reaes exercitos e veador da casa da rainha D. Maria II, 15.º senhor de Vimieiro, etc., par do reino, ministro de Estado, etc. N. em Lisboa a 12 de janeiro de 1788, onde tambem fal. a 24 de outubro de 1849. Era filho do 3.º conde de Lumiares, Manuel Ignacio da Cunha e Menezes e da condessa sua mulher, D. Maria do Resgate de Portugal Carneiro da Gama de Vasconcellos e Sousa e Faro. Tendo se alistado no exercito, militou na guerra da Peninsula, e quando terminou a campanha, foi lhe conferida a medalha com o algarismo n.º 3, e a de commando de Albuhera. Posteriormente, sendo coronel de infantaria n.º 1, foi no fim do anno de 1826 promovido a brigadeiro, e tendo seguido a causa da Liberdade, foi vogal do supremo conselho militar na ilha Terceira, commandante da brigada ingleza e dos voluntarios nacionaes na defeza do Porto, e presidente do conselho de guerra permanente durante o cêrco da mesma cidade. Em 1836 foi escolhido para presidente e ministros, no gabinete que se organisou em seguida á revolução de setembro, e n'essa situação se conservou, accumulando tambem as pastas da guerra e da marinha, até ao celebre movimento da *Belemzada*, em novembro d'esse anno. Em 1826 fôra eleito par do reino, e em 1837 foi deputado ás côrtes constituintes. Quando falleceu, tinha a patente de marechal de campo. O conde de Lumiares casou em 15 de agosto de 1807 com D. Luiza de Menezes, dama da rainha D. Maria I, e 2.ª filha dos 1.ºs marquezes de Vallada, D. Francisco de Menezes da Silveira e Castro e D. Anna Thereza de Almeida.

Lumiares *(José Manuel da Cunha Faro e Menezes Silveira, 6.º conde de)*. Coudel-mór da Casa Real, commendador da ordem de Christo, etc. N. em 13 de maio de 1836, sendo filho do 5.º conde do mesmo titulo, José Felix da Cunha Menezes, e de sua mulher, D. Maria Thereza Braamcamp de Almeida Castello Branco. Casou em 10 de maio de 1858 com D. Anna Amelia Pinto de Sousa Coutinho Balsemão, filha dos 4.ºs viscondes de Balsemão, Vasco Pinto de Sousa Coutinho e de D. Maria da Penha Perestrello da Costa Sousa de Macedo. O titulo de conde foi-lhe renovado por decreto de 27 de abril de 1858.

Lumiares *(Manuel Ignacio da Cunha e Menezes, 3.º conde de)*. Teve este titulo pelo seu casamento com D. Maria do Resgate de Portugal Carneiro da Gama de Vasconcellos e Sousa e Faro, que depois de viuva foi 3.ª marqueza de Lumiares, camareira-mór e dama da ordem de Santa Izabel; a qual herdara a casa do 5.º e ultimo conde de Vimieiro, seu primo, senhor dos morgados e senhorios já citados, que falleceu sem successão em abril de 1801. A condessa, tendo

novamente enviuvado, tornou a casar com Luiz da Cunha Pacheco e Menezes, veador da princeza viuva D. Maria Benedicta.

Lumiares. Pov. na freg de S. Martinho das Chãs, conc de Armamar, distr. de Vizeu.

Lumiares(*Santa Cruz de*). V. *Santa Cruz de Lumiares.*

Lumini. Rio affluente do Zaire, Africa Occidental. Desemboca a 215 k acima das Cachoeiras do Iellala e a 400 da foz do Zaire.

Lumueno. Pov. do sobado de Gombe, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. Está situada no Caminho do Zombo. ‖ Pov. do sobado de Quinsundi, do mesmo conc., distr. e prov. ‖ Pov. do sobado de Quinzau, do mesmo conc., distr. e prov. ‖ Pov. do sobado de Namcala, do mesmo conc., distr. e prov. ‖ Pov. do sobado de N'Cai, do mesmo conc, distr. e prov. Está situada no Caminho do Zombo. ‖ Pov. do sobado de Cuimba, do mesmo conc., distr. e provincia. Está situada no Caminho do Zombo.

Luna. Trazem a sua origem de el-rei D. Garcia de Navarra, o valente, e da rainha D. Estephania. D. Balthazar, seu bisneto, casado com D. Sancha, filha de el-rei D. Sancho Ramires, foi o primeiro senhor de Luna. Esta familia, que é considerada uma das mais nobres da Peninsula, dividiu se em tres ramos, que conservaram a divisa da *Luna*, que adoptaram: 1.º Ramo: do patronimico Martinez de Luna. Descende de D. Fernando de Luna, filho de D. Pero Lopes, 3.º senhor de Luna, e neto de D Lope Ferrench, 2.º senhor de Luna. Brazão d'armas: em campo de sanguinho, um minguante de prata; pé do escudo do mesmo. 2.º Ramo: Provém de D. Fernando de Luna, filho de D. Lope Ferrench, 4.º senhor de Luna, cujos descendentes tomaram o appellido de *Mendoças*. Este ramo é conhecido pelo dos *Mendoças de Sevilha*. Brazão d'armas: Em campo de prata, um minguante enxequetado de ouro e preto; orla de sanguinho carregada de oito besantes de ouro, veirados de azul. 3.º ramo: Descende de D. Lope Ferrench de Luna, 6.º senhor de Luna, filho de D. Lope Ferrench, 4.º senhor de Luna. Brazão d'armas: Em campo de sanguinho, um minguante de prata; pé do escudo do mesmo; orlado de prata carregado de oito escudetes de sanguinho, com o pé de prata; timbre: Uma aspa de sanguinho carregada de um minguante de prata.

Luna (*João Pedro Soares*). Marechal de campo reformado. N. em Elvas em 1792, fal. em Lisboa a 19 de agosto de 1848. Era filho de Manuel Joaquim Soares Assentou praça de cadete no 3.º regimento de artilharia em 21 de abril de 1806 Em 1808, contando apenas 16 annos, fugiu de Elvas para Juromenha, e depois para Badajoz, levando comsigo dois soldados do regimento que conseguira alliciar; mas essa deserção era heroica, porque se tratava de escapar ao jugo e ao serviço dos francezes, que então dominavam o paiz, para offerecer o seu braço aos patriotas que tinham levantado o grito da independencia. Soares Luna continuou a servir como cadete no seu regimento debaixo das ordens dos generaes inglezes; assistiu ao cêrco de Olivença, e quando algumas companhias fôram destacadas para o cêrco de Badajoz, pediu para servir com ellas, e por tal fórma se distinguiu n'estes dois cêrcos, que mereceu alcançar o seu primeiro posto, sendo depois promovido a segundo tenente em 8 de maio de 1812. O theatro da guerra afastou se das provincias portuguezas, e Soares Luna, fazendo parte d'um regimento de artilharia de guarnição, não tomou parte no resto da campanha peninsular, por isso só a 11 de maio de 1819 foi promovido a segundo tenente, e a capitão no dia 18 de dezembro de 1820 Partiu para o Brazil em 1 de novembro de 1821, serviu nas tropas portuguezas que procuraram obstar á separação d'aquella nossa colonia, e regressou ao reino em 11 de setembro de 1823. Dois annos depois, a 13 de maio de 1825, era promovido a major, e nomeado commandante das companhias pagas que guarneciam a ilha do Faial. Estava n'essa ilha, quando o infante D. Miguel tomou posse do governo, e por muito tempo, tanto elle como o governador militar do Faial, Thomaz Ruxleben, conseguiram que não se proclamasse ali o governo absoluto, resistindo até ás intimações d'um official de marinha, que quizera estabelecer no Faial a autoridade do governo de Lisboa. Sabendo, porém, que uma forte esquadra se dirigia para os Açôres, não podendo estabelecer communicação com o governo liberal, que se installara solidamente na ilha Terceira, nem contar com a firme adhesão das tropas nem dos habitantes do Faial, Soares Luna e Ruxleben tiveram de fugir, mettendo se a bordo d'um navio que partia para Londres, indo apresentar-se ao marquez de Palmella, que os mandou para o deposito de emigrados que se reuniu em Plymouth. Quando Saldanha tentou desembarcar na ilha Terceira, acompanhou-o Soares Luna, mas o cruzeiro inglez não os deixou sequer aproximar da ilha, e Soares Luna teve de voltar com o seu chefe para a Europa. Só em agosto de 1830 é que conseguiu desembarcar na ilha Terceira, e em outubro d'esse anno recebeu do conde de Villa Flôr, depois duque da Terceira, o commando do batalhão academico, pequeno corpo de voluntarios formado pelos estudantes de Coimbra, que manobrava uma bateria de artilharia e que já fôra instruido e commandado pelo primeiro tenente José Maria Baldy. No commando d'esse corpo, que era difficil, porque se compunha de rapazes instruidos e intelligentes, em que se contava Almeida Garrett, Soares Luna portou se sempre com muito tacto e habilidade, conciliando o affecto e a estima dos seus subordinados, como se prova, entre outras cousas, a dedicatoria que Almeida Garrett lhe fez do seu livro *O Arco de Sant'Anna*. O corpo academico deveu á sua instrucção e direcção os elogios que mereceu ao imperador, quando veiu tomar o commando do exercito liberal. Debaixo do seu commando se portara elle brilhantemente no ataque da Ladeira Velha na ilha de S. Miguel. Dezembarcando nas praias do Mindello á frente do batalhão academico, prestava quinze dias depois um dos mais importantes serviços á causa liberal. D. Pedro marchara sobre Ponte Ferreira, onde se travou uma das primeiras batalhas da guerra, e deixara o Porto insufficientemente guarnecido; de subito appareceram sobre as alturas da serra do Pilar as tropas do general Povoas, do partido miguelista. O terror foi grande, e só Soares Luna conservou o sangue frio. Tomou logo com peças a bocca da ponte, e aproveitou a noite de 22 para 23 de julho a cobrir de baterias as eminencias da margem direita. Quando amanheceu o dia 23, Po-

voas viu na sua frente improvisada a defeza da cidade. O Porto fôra salvo pela energia do brioso commandante do batalhão academico. Ainda em agosto d'esse anno de 1832 Soares Luna dirigiu habilmente uma sortida até Villa do Conde. Em 1833, quando se organisou a expedição que se devia dirigir sobre Lisboa, Soares Luna partiu commandando o destacamento do batalhão academico, que acompanhou o conde de Villa Flôr; ficou, porém, no Algarve nomeado governador de Faro, logar em que prestou talvez os mais importantes serviços da sua carreira militar. Em primeiro logar organisou admiravelmente e com a maxima promptidão a artilharia que devia marchar sobre Lisboa, arranjando-lhe munições em grande abundancia, e preparando tudo excellentemente; em segundo logar organisando rapidamente a defeza de Faro, construindo reductos, artilhando-os, armando tres barcas canhoneiras, creando batalhões nacionaes, e governando ao mesmo tempo a cidade com moderação e acerto. Por todas estas medidas mereceu os mais honrosos attestados de José Jorge Loureiro, do duque da Terceira, do visconde de Sá da Bandeira, do duque de Palmella, e da camara de Faro, que sobretudo se lhe mostrou altamente reconhecida, mandando cunhar uma medalha commemorativa que lhe offereceu, pedindo ao governo licença para elle a poder gozar como uma condecoração. Na verdade, Soares Luna, que fôra entretanto promovido a tenente coronel, salvára algumas vezes a cidade de Faro, porque Sá da Bandeira mais d'uma vez deixára a cidade completamente desguarnecida, e nem por isso Soares Luna deixára de repellir o inimigo. Assim aconteceu em 23 de fevereiro de 1834, mas o dia que a camara de Faro commemorava com mais enthusiasmo, e em que o proprio Luna n'um dos seus folhetos chama com orgulho o dia mais glorioso da sua vida, foi o de 27 de fevereiro do mesmo anno. A cidade ficara desguarnecida, quando o inimigo a atacou em força, e já estava quasi senhor do reducto Duque de Bragança, quando Soares Luna, que tinha apenas dentro da praça 14 soldados de cavallaria pessimamente montados, deu á frente d'elles, d'essa insignificante escolta, uma carga tão furiosa aos miguelistas, que os obrigou a abandonar o reducto já occupado; depois, dirigindo uma sortida geral dos milicianos, que só combatiam habitualmente detraz dos muros das fortificações, mas que o enthusiasmo arrastava agora, repelliu e desbaratou completamente o inimigo. No dia 5 de maio do mesmo anno ainda os miguelistas tentaram novo ataque, sendo outra vez repellidos. Em 24 de julho de 1834 foi Soares Luna promovido a coronel de artilharia, commandante do regimento n.º 2 da mesma arma, cujo quartel era em Belem. Tendo de deixar o governo de Faro, a sua partida causou o maior desgosto a todos os habitantes d'aquella cidade, e nas proximas eleições de deputados, o elegeram para representante da provincia do Algarve. Na camara, apezar de não ser muito eloquente, por mais d'uma vez se manifestou contra as dotações e favores concedidos aos liberaes da ultima hora. Adheriu á revolução de setembro, e achou se n'uma situação embaraçosa quando rebentou o movimento reaccionario, conhecido pelo nome de *Belemzada*. O seu regimento estava em Belem, e a rainha exigiu que fôsse elle a sua guarda de honra, não deixando o coronel de estar a seu lado. Ao principio Soares Luna apenas desconfiou de que alguma cousa se tramava sem saber o quê, mas quando percebeu o fim do movimento, participou para Lisboa que o regimento continuava firme na sua adhesão á causa setembrista, e não contribuiu pouco, pela sua attitude e pela dos seus officiaes e soldados, para que a *Belemzada* se mallograsse. O coronel Luna foi eleito deputado ás côrtes constituintes, e quando Sá da Bandeira teve o encargo de ir pacificar as provincias do norte, pediu para que elle o acompanhasse, entre outros officiaes. Concedida a necessaria licença das côrtes, Luna partiu, e Sá da Bandeira o encarregou de exercer o importantissimo logar de governador militar do Porto, e a fórma como se houve mereceu-lhe os elogios do seu chefe. Continuando a militar no parlamento nas fileiras do partido setembrista, fez parte da opposição aos ministerios semi-cartistas, que principiavam a preparar a restauração da Carta. Tendo sido dissolvida a camara, os deputados da opposição publicaram um manifesto, dando conta ao paiz do uso que tinham feito do seu mandato. Não foi pequena a surpreza do coronel Luna, que assignara esse manifesto com todos os seus collegas da opposição, quando recebeu um officio do ministerio da guerra, em que se lhe perguntava se era verdadeira a sua assignatura. O coronel Luna respondeu com um officio energico, em que negava ao ministerio da guerra o direito de inquirir e de fiscalisar o seu procedimento como deputado. A replica a este officio foi simplesmente a ordem do exercito que o collocava na 3.ª secção. Assim se conservou alguns annos, luctando com as doenças e os achaques, e consolando-se com a estima publica da malevolencia do governo. Entretanto chegou á altura de ser promovido a brigadeiro, e foi nomeado brigadeiro graduado. Em 1846, estando no poder um ministerio liberal, que foi derrubado depois pelo golpe de Estado de 6 de outubro, Soares Luna foi nomeado governador da torre de S. Julião da Barra, apezar de todas as suas instancias para se escusar allegando falta de saude, mas esta nova prova de confiança dos liberaes o apontou ás iras dos cartistas. No dia 6 de junho de 1847 foi violentamente reformado em marechal de campo pelo ministro da guerra, Jeronymo Pereira de Vasconcellos, barão da Ponte da Barca. Contra essa medida violenta, que abrangeu muitos outros officiaes distinctos, escreveu Soares Luna um folheto intitulado *As reformas forçadas*, onde se encontram notas biographicas interessantes a respeito dos outros officiaes, que tinham sido victimas, como elle. Pouco tempo depois de estar reformado, falleceu, contando 56 annos de edade. O marechal de campo Soares Luna era commendador da ordem de S. Bento de Aviz, cavalleiro das da Torre e Espada e de Nossa Senhora da Conceição, condecorado com a cruz de duas campanhas da guerra peninsular. Escreveu: *Descripção da formosa caldeira da ilha do Faial*, Lisboa, 1831; *Memorias para servirem á historia dos factos de patriotismo e valor, praticados pelo distincto e bravo Corpo Academico, que fez parte do exercito libertador*, etc., Lisboa, 1837; *As reformas forçadas, ou o escandaloso abuso com que se invocou a legislação vigente no decreto de 6 de junho de 1847, referendado pelo então Mi-*

nistro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o Barão da Ponte da Barca, Lisboa, 1848; *Documentos segundo a ordem chronologica em que se acham datados, e que attestam os serviços militares preteridos por João Pedro Soares Luna*, Lisboa, 1838.

Luna (*Luiz de Mello de*). Inquisidor e deão da sé de Braga. Era irmão de Miguel de Vasconcellos.

Luna (*D. Marianna de*). Foi 2.ª mulher de Diogo Soares, ministro em Madrid, durante parte da denominação hespanhola, e estava com seu marido em Madrid em 1632. E' a esta senhora que, com todas as probabilidades, se refere Innocencio da Silva no seu *Diccionario Bibliographico*, por ser filha de um lente da Universidade, Pedro Barbosa da Luna, e por escrever o seu livro de versos em 1641, epoca em que ainda vivia. O serem os versos escriptos em portuguez e hespanhol tambem não será indifferente, pois ella, como mulher de Diogo Soares e tendo vivido em Madrid, fazia muito uso do castelhano com certeza. Ainda que n'aquelle tempo fôsse um idioma empregado por bastantes pessoas portuguezas, para empregal o e principalmente em verso era necessario conhecel-o bem. O que é para admirar é que sendo o marido hespanhol, ella fôsse portugueza; mas n'aquelle tempo de servilismo se nos homens reinava o egoismo bem póde ser que nas mulheres reinasse o coração. Escreveu o *Ramalhete de flôres á felicidade deste Reino de Portugal, em sua milagrosa restauração por sua magestade D. Juan IV do nome e XVIII em numero dos verdadeiros reis portuguezes*, Lisboa, por Domingos Lopes Rosa, 1642. Consta que era irmã de Miguel de Vasconcellos.

Luna (*Miguel Jacome de*). Licenciado em Leis. Foi desembargador e vereador da Camara de Lisbôa. Casou com D. Genebra Barbosa Aranha, filha de Rui Vaz Aranha e de D. Joanna Garcia da Rocha. Foi tambem juiz dos cavalleiros e nomeado corregedor da cidade de Evora por alvará de 10 de novembro de 1573 de que tomou posse em 1 de janeiro de 1574; desembargador da Casa do Civel em 2 de janeiro de 1577; desembargador dos Aggravos em 8 de novembro de 1577, conservador da Casa da Moeda em 2 de julho de 1586 epoca em que tambem exercia o cargo de vereador da Camara de Lisboa, etc. Era avô do celebre Miguel de Vasconcellos, de tão triste memoria na historia portugueza.

Luna (*Pedro Barbosa de*). Nasceu em Vianna do Castello. Estudou na Universidade de Coimbra; foi collegial de S. Paulo, onde entrou em 23 de novembro de 15?4, conservando se ali até 13 de novembro de 1587. Foi lente de prima na faculdade de Leis, em cuja jurisprudencia foi reputado um dos primeiros do mundo. Escreveu varios volumes de Commentarios para a interpretação dos *Digestos* que fôram bem recebidos em toda a Europa, e d'elles faz menção Nicolau Antonio na sua *Bibliotheca Hispanica*. El rei D. Sebastião tirou o da cadeira de lente nomeando-o desembargador do Paço, exercendo tambem o cargo de chanceller-mór do reino. Foi um dos 4 ministros que Filippe II de Hespanha escolheu para conselheiros de Estado. Parece não ter sido homem antipathico, afóra o papel triste que desempenhou no governo dos Filippes. Foi assassinado com uma estocada na noite de 23 de outubro de 1621 perto de sua casa junto do chafariz d'El Rei. Foi nomeado desembargador da Casa da Supplicação em 13 de fevereiro de 1608. Casou com D. Antonia de Mello e Vasconcellos, filha de Miguel da França Moniz, senhor do prazo de Serzedello, e de D. Guiomar de Eça e Vasconcellos, senhora de Alvarenga.

Luna de Faro (*Fernando de*). Desembargador dos Aggravos, deputado da Mesa da Consciencia e ordens e bispo d'Elvas em 1714. Era filho do 4.º conde de Vimieiro D. Diogo de Luna de Faro e da condessa D. Francisca de Noronha, sua mulher.

Lunario. Calendario que conta pelas luas. *Lunario perpetuo*, almanach em que estão marcadas as luas de um cyclo lunar. Temos nota dos seguintes, além dos de fr. Custodio Lobo, religioso trino, que falleceu em Lisboa em 1654, e que deixou impressos varios *Lunarios: Lunario Lusitano ou novo Guia de lavradores, hortelãos, jardineiros com as phases da lua, calculadas para o Meridiano do Porto, n'este anno de 1806, segundo depois do bissexto. Serve para todo o Reino.— Por seu autor Damião Francez Junior*, Porto, offic. de Antonio Alvares Ribeiro, in. 8.º 1806; *Plonostico curioso, e lunario pala os annos de 1806-(1818). . Contem turo que nere se acha esclipto pala gloverno dos labladola e mais zenze dos campos. . . Por os pletó Flancisco Suzá Hallus*, Porto, offic. de Antonio Alvarez Ribeiro, (1805-1807), in. 8.º; *Prognostico do tempo, que poderá haver no anno de 1808, regulado pelas luas, em que se fazem algumas advertencias aos agricultores. Dado á luz por Pedro Columbino*, Lisboa, offic. de João Evangelista Garcez, 1808; *Lunario Lusitano, ou Guia de lavradores, hortelãos, jardineiros .. com as phases da lua, calculadas para o Meridiano do Porto nos annos de 1810. Serve para todo o Reino.—Por seu author Custodio Carneiro, Lunario e prognostico diario, que contem as prognosticações dos tempos por extenso, e as horas particulares de semear com as fases da lua. . . colculadas para o Meridiano do Porto no anno de 181?.—Por seu author hum astronomo Lusitano, da Borda d'Agua*, Lisboa, Impr. Regia, Impr. de Alcobia e Typ. Rollandiana, 1811-1829, in. 8.º; *Prognostico, e curioso lunario para o anno de 1818, segundo depois do bissexto, que contem as pronosticações dos tempos por extenso, e as obras particulares de semear e plantar. . . Obra utilissima. . . para lavradores. . . Por seu author Roberto da Silva Pinto, da Borda d'Agua*, Lisboa, na Impr. Regia 1817, in. 8.º; *Prognostico curioso, e lunario para o anno de 1819, terceiro depois do bissexto, no qual se mostrão os dias, em que a lua faz as conjuncções, opposições. . . com o sol. . . Obra util para os navegantes .. lavradores, hortelãos. . . Por seu author Hum Astronomo natural e morador na provincia da Beira Baixa*, Lisboa, Nova Impressão da Viuva Neves e Filhos, 1818, in. 8.º; *Lunario e prognostico diario, que contém as prognosticações dos tempos por extenso, e as horas particulares de semear, com as phases da lua. . . calculadas para o meridiano do Porto nos annos de 1823, 1824 . ., Por um Maltez da Borda d'Agua—Beira*, Coimbra, Impr. da Universidade, in. 8.º; *Lunario Universal, que contém as prognosticações dos tempos, com as phases da lua, signos e dias, calculadas para o anno de 1823, terceiro depois do bissexto.—Obra utilissima para lavrado-*

res.. Por seu author José Pereira Pinto, Coimbra, Impr. da Universidade, 1822, in. 8.º; *Lunario Universal para o anno bissexto de 1824, que contem as prognosticações dos tempos, e as phases da lua, Por J J. Pinto Aregos*, Coimbra, Impr. Christã, Rua dos Coutinhos, 1823, in. 8.º; *Lunario, ou novo prognostico dos tempos e horas da semana calculado com as faces da lua, e mais planetas para servirem de governo a todos os lavradores... N'este anno de 1831, 3.º antes do bissexto, Por Hum Astronomo Lusitano da Borda d'Agua*, Lisboa, Impr de Alcobia, 1830, in 8.º; *Lunario prognostico diario, que contém as prognosticações dos tempos por extenso e as horas particulares de semana com as phases da lua, e mais planetas calculadas para o meridiano do Porto... nos annos de 1831, 1832, 1834, 1836, 1839—1843 1845, 1846—1850, 1853 e 1858, 1860, 1862—1866, Por Antonio de Sousa*, Coimbra, na Real Impr. da Universidade, in. 8.º

Lunda. Um dos districtos administrativos em que está dividida a provincia de Angola (Africa Occidental). Tem por limites N. e L. a linha de fronteira com o Estado independente do Congo, resultante dos respectivos convenios, ao S o curso do Cassai, desde o affluente que vae do lago Dilolo até proximo de Canica, e a O o distr. de Loanda. A séde do districto é em Capenda Camalemba. Tem tres concelhos: Duque de Bragança, com a sua séde na aldeia de Santa Maria, dividida em onze sobados e outras povoações; o de Malange, que comprehende a freguezia de N. S.ª da Assumpção e 24 divisões, tres das quaes são postos militares, abrangendo todas numerosissimos sobados; e o de Cassange. A occupação d'esta região tem custado a Portugal grandes sacrificios materiaes e pessoaes. Em 1884 a expedição de Henrique de Carvalho tambem foi desastrosa, não conseguindo os seus fins. A conferencia de Berlim, em 1885, fixou os limites mas a sua demarcação não está completa, ao que parece. A'cêrca da Lunda, e dos seus habitantes, é muito interessante a volumosa obra do major Henrique de Carvalho *Ethnographia e historia tradicional dos povos da Lunda*, publicada em 1890, e a *Lunda, ou os estados do Muantivua*, em 1895, além de outros trabalhos do mesmo explorador africanista. V. *Angola* e *Malange*.

Ludimbo. Pov. do conc. do Humbe, distr. de Huilla, prov. de Angola.

Lunga. Pov. do sobado de Songula, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. || Pov. do sobado de Queta, na freg. de S. Joaquim, conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 6.ª div. || Pov. do sobado de N'Golla Muhongo, conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 11.ª div. || Rio que communica com a lagôa do mesmo nome, e que serve de linha divisoria de fronteira entre Portugal e o Estado Independente do Congo.

Lunga e Muchelia. Pov. da capitania-mór de Mossuril, freg. de N. S.ª da Conceição e de N. S.ª dos Remedios, distr. e prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Lungue. Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Lunguesi. Pov. e sobado do mesmo nome, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Lunoango Pov. da freg e conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. no Congo, provincia de Angola.

Lunvo. Pov. do sobado de Quimpacana, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov de Angola.

Luou. Povoações nas freguezias: Santo André, de Santa Cruz do Lima, conc de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Gandra, do mesmo conc. e districto.

Lupe. Ribeira do distr. de Portalegre. N. proximo de Veiros, e depois de correr pela freg. de Santo Amaro, entra na Ribeira Grande, abaixo de Fronteira, com 25 k. de curso.

Lupembe. Pov. do sobado de Mahengue, concelho, do Humbe, distr. da Huilla, prov. de Angola.

Lupi (*Miguel Angelo*). Professor de pintura historica na Academia de Bellas Artes de Lisboa. N. n'esta cidade a 8 de maio de 1826, onde tambem fal. em 26 de fevereiro de 188?. Era filho de Francisco Lupi, de origem italiana, e de D. Maria do Carmo Lupi. Mostrando desde creança muita vocação para o desenho, matriculou-se na Academia de Bellas Artes em 4 de fevereiro de 1841, na aula de desenho historico. Fez um curso brilhantissimo, sendo premiado nos tres annos lectivos de 1841 a 1843. Em 15 de fevereiro de 1844 entregou-se definitivamente aos estudos da pintura historica, que era a sua predilecção. Reflectindo, porém, que se não tivesse outro modo de vida, luctaria com a falta de recursos para se sustentar, primeiro que chegasse pela arte a auferir rasoaveis lucros, resolveu empregar-se, e em maio de 1849 entrou para a Imprensa Nacional n'um logar de amanuense da contadoria, onde permaneceu até abril de 1851, anno em que obteve o logar de contador na junta de fazenda na provincia de Angola, para onde partiu a tomar posse do seu novo emprego, de que se exonerou a 27 de setembro de 1853, regressando então a Lisboa. Em 12 de outubro de 1855 saiu o decreto que o nomeava aspirante de 2.ª classe da repartição de fazenda do districto do Porto; logar que não chegou a exercer, por ter sido transferido em 24 do mesmo mez para aspirante de 2.ª classe da direcção do Tribunal de Contas, sendo logo em seguida nomeado amanuense do mesmo tribunal, pelo decreto de 26 de agosto de 1859. Lupi passara os melhores annos da mocidade no exercicio das suas funcções officiaes, mas não largara nunca o pincel e a paleta, resignando-se a trabalhar como simples amador de pintura e esse facto lhe valeu o ser encarregado de pintar o retrato de D. Pedro V para o tribunal, e ainda hoje se vê n'uma das suas salas. Lupi pôde finalmente realisar as suas aspirações artisticas. A exposição d'aquelle quadro bastou para revellar ao publico um verdadeiro talento, augurando-lhe um glorioso futuro artistico. O governo estabeleceu-lhe uma pensão para estudar em Italia, resolução que foi acolhida com geral applauso, e em 1860 partiu Miguel Angelo Lupi para Roma, regressando á patria em novembro de 1863. O primeiro quadro da sua notavel e vastissima collecção, o que pintou em Roma, chamava-se *D. João de Portugal*, tendo por assumpto a scena final do 2.º acto do drama *Fr. Luiz de Sousa*, de Almeida Garrett. Diz Pinheiro Chagas na biographia do

grande pintor, que publicou em 1883, no *Occidente*, vol. VI, pag. 66, 78 e 86: «O assumpto foi admiravelmente escolhido. Se a execução não corresponde completamente ao arrojo, foi porque um artista, privado por tanto tempo dos meios de estudar e de progredir, começando agora de novo aos trinta e quatro annos a sua carreira, não podia attingir desde logo aos pincaros a que

Miguel Angelo Lupi

o seu genio depois o levantou. E' certo que o quadro tem pouca perspectiva. A sala não se desenrola bem deante do espectador, nem a galeria dos quadros se prolonga bem pela parede fóra. As duas figuras principaes atropellam-se um pouco. Sobretudo o colorido é fraco. Mas em compensação, que admiravel physionomia a de D. Magdalena de Vilhena! Como o terror se pinta bem no seu rosto angustiado! Como se percebe que uma catastrophe subita a fulminou em plena tranquillidade. Gosto menos da physionomia do romeiro. A expressão é mais vaga. Não se adivinha no seu rosto, um pouco de *cliché*, que tanto póde ser o de Rui Gomes da Silva do *Hernani*, como o do Barba-Roxa dos *Burgraves*, as paixões e os sentimentos que o agitam; mas, fôssem quaes fôssem os defeitos que se pudessem notar no quadro, o que elle desde logo revelava era uma tendencia notabilissima para pintar a figura humana, sobretudo uma predilecção especial pelos rostos femininos, que sabia pintar com inexcedivel delicadeza de toques. Estava ali evidentemente um grande pintor historico, um homem fadado para arrancar da sombra da historia as figuras que no seu primeiro plano se agitam e fazel as reviver na téla. Por isso quando Lupi foi a concurso para a cadeira de pintura historica, executando para esse concurso a bellissima téla, que intitulou *Um beijo de Judas*, o publico saudou com verdadeiro enthusiasmo a sua nomeação.» Lupi tornou-se o artista predilecto do publico. Nas exposições da Sociedade Promotora de Bellas Artes de 1863 e 1864, os visitantes agrupavam se de preferencia na frente dos seus quadros. N'esta ultima exposição, o quadro *Esperança e saudade* conquistou os mais sinceros applausos do publico. Em janeiro de 1864 recebeu a nomeação de professor interino da cadeira de desenho historico. Em 1867 foi a Paris em commissão do governo, inspeccionar os trabalhos do monumento de D. Pedro IV, que ali se estava fazendo. Parece que foi essa a unica missão official de que se encarregou, depois de ter sido nomeado lente da Academia de Bellas Artes. Algum tempo depois de regressar de Paris, tomou posse, como effectivo, do seu logar de professor da cadeira de pintura historica. Os seus quadros appareceram na exposição de Madrid em 1871. recebendo premio o que se intitulava *Mãe;* na exposição universal de Paris, em 1878, tambem foi premiado o seu quadro *As lavadeiras do Mondego*. Lupi era tambem um retratista de primeira ordem; apanhava a simillhança com uma facilidade surprehendente. Além dos quadros apontados, sabemos dos seguintes, historicos, de genero ou de paizagem: *A Esmola do Espirito Santo*, *O Tintoretto*, que foi adquirido por el rei D. Luiz I, *A Espera*, *Leitura de uma carta*, *A Costureira*, *Confidencia*, *Salvae-o*, que foi vendido para Londres, *Aguadeira*, *Forte da Guia*, *Os dois escravos*, eram os retratos de dois pretos pertencentes a Serpa Pinto; *O Crepusculo*, *A Familia*, que pertence á sr.ª condessa d'Edla, *Lição de bordado*, *Esboceto de Vasco da Gama*, *Cartão de Egas Moniz*, *O Marquez de Pombal determinando a edificação de Lisboa*, quadro encommendado pela camara municipal, e que figura na sala das sessões da mesma camara, e muitos outros. Retratos, temos conhecimento dos seguintes: D. Luiz I, D. Fernando II, Wisse Dahl, arcebispo de Gôa, José da Costa Pereira e filhos, visconde de Castilho (Antonio Feliciano de Castilho), viscondessa de Castilho (D. Candida), duque d'Avila, marqueza de Bellas, Ferreira do Amaral, visconde de Penalva d'Alva, Condessa de Geraz de Lima, conde de Castro, general Filippe Folque, visconde de Condeixa, Bulhão Pato, Venancio Deslandes, marqueza do Faial, mãe do dr. Sousa Martins, João Lupi, Mattoso da Camara, Emilia Adelaide, Augusto Rosa, baroneza da Folgosa, Veiga Barreira, um filho de Pinheiro Chagas, e retratos de pessoas da familia de Miguel Angelo Lupi. O notavel artista falleceu aos 56 annos de edade, e a sua morte foi justamente pranteada. Escreveu: *Catalogo dos projectos para o monumento de sua magestade imperial o senhor D. Pedro IV, recebidos em virtude do concurso aberto em 30 de março de 1864 pela commissão nomeada para tratar do monumento*, Lisboa, 1865; com 1 estampa lithographada; foi reproduzido em diversos numeros da *Gazeta de Portugal*; *A reforma da Academia Real de Bellas Artes de Lisboa*; Depois da sua morte publicou se um *Catalogo dos quadros, aguarellas, e desenhos, obras do fallecido Miguel Angelo Lupi*, leilão na Academia de Bellas Artes, em 16 de dezembro de 1883 e dias seguintes; Lisboa, 1883.

Luquengo Pov. do sobado de Cansi, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Lurango. Rio do distr. de Quelimane, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Nasce no sertão do distr, corre para N S, e lança-se no canal de Moçambique entre Mazemba e Mariangova.

Lurella. Rio do antigo distr. de Tete na prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' um dos affluentes da margem esquerda do Zambeze e defronta com o Aruenha, tambem affluente d'aquelle grande rio.

Luria. Termo antigo; suppõe-se ser o calabre de que usam os pedreiros, para levantarem as pedras de construcção dos edificios. No foral que D. Affonso Henriques deu á *cidade* de Cêa em 1136, se diz: *Se o muro cair, e se houver de levantar, o senhor da terra aprompiara o Mozom, e luria, e marra, e m ilios e duas alavancas*; *e nós nostros corpos, et illo muro sedeat factum.*» Julga-se pois que *mozom* é o guindaste, e *luria* o calabre.

Lurillo de Cima. Pov. do sobado de Canda do Quigillo, conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á div. de Saugi á Lomba.

Lurio. Grande rio da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está comprehendido nos territorios pertencentes á Companhia do Nyassa, marcando o limite L dos mesmos territorios, atravessa o paiz do Lomue e lança se no mar a 200 k., acima de Moçambique. O seu curso é desconhecido em parte, sabendo-se apenas que nasce proximo do lago Chirua, e que as nascentes de quasi todos os seus affluentes estão pelas serranias do Namuli. Corre primitivamente na direcção do nordeste até ás alturas do celebre monte Ierati, onde se inflecte na direcção proxima de leste. Na sua foz está edificada a grande povoação do mesmo nome, onde o commercio é consideravel, principalmente em marfim.

Luriz. Pov. na freg de S João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Luriz da Ribeira. Pov. na freg. de S. Martinho de Campo, conc. de Vallongo, distr. do Porto.

Luro. Pov. na freg. de S Thiago, de Valpedre, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Lury. V. *Lurio*.

Lusba. Pov. na freg. de S. Martinho, de Pecegueiro, conc. de Sever do Vouga, distr de Aveiro.

Luscos. Pov. na freg. de S. Pedro, de Monte de Fralães, conc. de Barcellos, distr. do Braga.

Lusia. Pov. na freg. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. Tem minas de cobre.

Lusina. Nome que nas cartas e livros modernos se dá ao rio Lifune. V. *este nome.*

Lusitania. Região da antiga Hespanha, habitada pelos povos conhecidos pelo nome de Lusitanos, e comprehendida especialmente entre os rios Douro e Tejo. Quando os romanos se assenhorearam de toda a Hespanha, dividiram-n'a em tres grandes provincias, que fôram a *Tarragoneza*, a *Lusitania* e a *Betica*. As duas primeiras eram provincias imperiaes, a ultima provincia senatorial. Não comprehendia a Lusitania, do Portugal moderno, nem Minho, nem Tras os Montes, que faziam parte da Tarragoneza, e comprehendia em compensação uma parte da Extremadura hespanhola, tanto que a sua capital era Merida *(Emerita)*. Comprehendeu depois tres circumscripções judiciarias, cujas capitaes eram Emerita *(Merida)*, Pax Julia *(Beja)*, e *Scalabis (Santarem)*. A Lusitania comprehendia, além dos tres *conventos* Emerita, Pax Julia e Scalabis, 46 povos, sendo 5 colonias, municipio de cidadãos romanos, 3 de antigo direito latino e 37 tributarios. A Lusitania era sulcada por um grande numero de estradas, como se póde vêr no itinerario de Antonino; só em Merida rematavam 9 estradas, em Lisboa 4, etc. Antes do grande Sertorio vir governar os povos da Lusitania, a pedido d'estes, no anno do mundo 3920, 84 annos antes da vinda de Christo, não havia na Peninsula Iberica uma só via de communicação que tal nome merecesse. Sertorio era um romano tão corajoso e perito pelas armas como insigne pelas letras, e estabelecendo o seu quartel general em Evora, não só venceu os generaes romanos Caio Auio, Romano Cota, Dédio, Quinto Metello-Pio, Lucio-Domicio, Manolio, Metello e Pompeo, que Roma mandou successivamente contra os lusitanos, mas fez progredir e desenvolver muitos e grandes melhoramentos materiaes e moraes, na sua patria adoptiva, pagando aos lusitanos, em differentes monumentos de utilidade publica, o amor e a obediencia que lhe dedicavam. Na opinião de alguns escriptores, as primeiras estradas que se viram na Lusitania, fôram mandadas por elle construir. As estradas eram commodas, duradouras, luxuosas, e proporcionando aos transeuntes vias facilimas de communicação entre as diversas povoações, e ás suas tropas o rapido transporte de um a outro ponto. De milha em milha collocavam um padrão *(marco miliar)* com a indicação do numero de milhas que uma cidade distava da outra. Muitos d'estes padrões eram ornados de bellas esculpturas e com inscripções laudatorias a diversos imperadores ou pessoas notaveis. Estas estradas eram construidas á custa do Estado, ou do dinheiro tirado dos cofres publicos, ou de donativos e legados que para isso destinavam os particulares, ou, finalmente, do producto dos despojos dos inimigos do imperio. Havia homens exclusivamente destinados ao governo e conservação das estradas, a que davam o nome de *Viarum Curatores*, com as attribuições, pouco mais ou menos, dos actuaes chefes de cantoneiros ou fiscaes das estradas. Havia *vias militares* e *vias vicinaes*, e os nomes dos que concorriam para a sua construcção, reedificação ou concerto, eram inscriptos nos marcos miliares, o que era considerado como grande honra. Ninguem estava isento de contribuir para as estradas, nem mesmo as propriedades do imperador. Os montes eram aplanados, e quando absolutamente o não podiam ser por causa dos rochedos, n'estes mesmos abriam caminho amplo a picão. Se havia declives ou baixos, entulhavam se ou se construiam viaductos, procurando se sempre que as estradas fôssem planas e em linha recta. Todas as vias militares eram calçadas, consistindo o pavimento em quatro camadas, cada uma de differente materia. A primeira, que servia como de alicerce ou fundamento das outras, chamava-se *statumen*; e antes de a construirem se limpava d'ali toda a terra friavel, areia ou argilla que pudesse obstar á firmeza e segurança que se exigia. A segunda camada chamava-se *ruderatio*, e consistia em uma composição de fragmentos de louça, telhas, tijolos, etc., adherentes com argamassa ou com betu-

me. A' terceira camada se dava o nome de *nucleus*, e era formada de cal e arcia, que se applicava em consistencia branda e capaz de admittir as fórmas que lhe quizessem dar. Era sobre esta que se collocava a quarta e ultima camada, a que se dava o nome de *summa crusta* ou *summum dorsum*, que consistia em seixos, calhaus, pedras chatas, tijolo ou cousa similhante, que fazia os caminhos lisos, rijos e duraveis. Para que as aguas não as arruinassem, construiam fossos ou vallas de um e outro lado, e deixavam as calçadas abauladas, para que as aguas se escoassem logo pelas vallas lateraes. As estradas eram mais ou menos bellas, segundo o material proximo, que n'ellas se podia empregar. Onde havia abundancia de pedra branca rija, como na estrada de Salamanca, ficava o leito muito alvo, e por isso se lhe dava o nome de *via argentea*. Onde a pedra era cinzenta ou côr de ferro, chamava se *via ferrea*. Se a Lusitania foi habitada por povos aqui estabelecidos antes dos celtas, aquelles nenhuns vestigios deixaram da sua passagem e nem o nome se sabe, suppondo os modernos historiadores que effectivamente houve uma raça n'estas regiões antes dos celtas, na impossibilidade de os nomear, chamam-lhe *pre-celtas*. Os monumentos mais antigos da Lusitania são celtas, segundo os antigos, e pre-celtas, segundo os modernos. Pelos annos de 930 a 950 da era christã principiou-se a chamar *Portugal* á Velha Lusitania, mas davam-se-lhe ambos os nomes, ora um, ora outro. O nome de Portugal começa, porém, a apparecer com mais frequencia no fim do seculo X, onde muitos lusitanos se declaram já portuguezes. Reinando D. Fernando, cognominado o magno, nos reinos de Leão e Castella, pelos annos 1040, vivia na provincia do Minho, onde tinha grandes dominios entre os rios Ave e Cávado, o conde D. Froila, ou Froilaz, no seu solar acastellado de Vermuim, e por isso lhe chamavam *D. Froila de Vermuim*. Este conde, já se não dizia *lusitano*, mas sim *portuguez*. O mesmo D Fernando magno denominou officialmente *Portugal* a este reino, quando em 1067 o deu a seu filho D. Garcia, e este desde então se intitulou *rei de Portugal*, tendo a sua côrte em Coimbra. Assim acabou nos actos officiaes o nome de *Lusitania*, que por quasi tres mil annos se fez celebre na antiguidade e na edade media. A'cêrca da primitiva religião d'esta parte da Europa, pouco se conhece. Suppõe-se que *Tubal* seguiu a religião de Noé, e que Gerião introduziu aqui a idolatria, mas nada se sabe de positivo, quanto á sua *theogonia*. Sabe-se apenas que *Endovelico*, que alguns querem seja o mesmo que *Cupido*, era a divindade principal dos celtas, e *Teut* ou *Theut* a immediata. Que nos seus *dolmens* lhe sacrificavam differentes animaes, e até victimas humanas; que elevavam *antas*, algumas monstruosas, em sua honra, e que construiam *carus* onde faziam as suas orações. Os *celtiberos* erigiram um immenso e sumptuoso templo a *Endovelico*, em Terena. Os gregos, os cartaginezes e os romanos tambem nos introduziram a sua religião, erigindo varios templos aos seus deuses e deusas. Os cartaginezes levantaram em Vila Viçosa um magestoso templo a Proserpina, deusa do Inferno. Diana tinha um bello templo em Evora; outro em Vianna do Alemtejo e outro em Vianna do Castello. Em Evora, querem alguns, que houvesse outro templo dedicado a Venus. No Cabo de S. Vicente adorava-se o Sol; em Setubal a baleia; em Cintra a Lua, ou Cynthia, d'onde se pretende que deriva a palavra Cintra; em Alcobaça Cupido; em Aravor, perto de Marialva, Jupiter; em Vizella, Ceres, etc. Bibliographia. *Religiões da Lusitania, na parte que principalmente se refere a Portugal*, por J. Leite de Vasconcellos; *Mappa breve da Lusitania antiga e Galliza bracharense*, no qual em 6 taboas chorographicas se noticiam todas as cidades e povoações que floresceram nos passados seculos, com todas as 6 provincias em que se divide Portugal, por Francisco do Nascimento Silveira, Lisboa, 1804.

Lusitano *(Francisco Vieira)*. V. *Vieira Lusitano*.

Lusitano *(Vicente)*. Musico theorico, que se estabeleceu em Italia no meado do seculo XVI. Era natural de Olivença, que n'essa epoca pertencia a Portugal, em cujo dominio esteve desde 1297 até 1657. *(V. Olivenca)*. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento de Vicente Lusitano. O que tornou celebre o nome d'este musico portuguez foi uma discussão que sustentou em Roma com D. Nicolau Vicentino, outro theorico de merecimento, cuja discussão despertou grande curiosidade na sociedade artistica d'aquella epoca. A discusão teve por origem uma das questões pueris que eram frequentes no tempo da Renascença, e constituiam o divertimento favorito das academias. Foi promovida por Nicolau Vicentino, natural de Vicencia e discipulo do celebre contrapontista flamengo Adriano Willaert, fundador da escola veneziana. Nicolau Vicentino era muito vaidoso, e ainda mais lhe augmentava a vaidade o facto de ser mestre da casa dos poderosos duques de Ferrara, onde muito o consideravam, protegendo o especialmente o cardeal Hypolito, irmão do duque Affonso I. N'um dos ultimos dias do mez de maio de 1551, Vicente Lusitano e Nicolau Vicentino assistiram em casa de Bernardo Acciajuoli Buccellai á execução d'um trecho musical a varias vozes, composto sobre o cantochão *Regina Coeli*. Sairam e vieram conversando sobre o que tinham ouvido. Vicente Lusitano declarava que essa composição era do genero diatonico, declaração que irritou muito o musico italiano, que pretendia resuscitar os generos chromatico e enharmonico e applical-os ao systema da epoca. A questão azedou-se de fórma, que fizeram uma aposta de dois escudos de ouro, e combinaram submetter a materia em debate ao juizo de Bartholomeu Escobedo, de Segovia, e Ghisilino Dankerts, da Zelandia. O cardeal Hypolito de Ferrara sabendo do debate, quiz que elle se realisasse em 4 de junho, reunindo-se um numeroso auditorio, e sustentando os dois musicos por mais de tres horas as suas opiniões, mas como faltava Dankerts, que tivera de sair de Roma, não se proferiu a sentença, ficando o segundo debate para o dia 7 de junho. Antes d'isso, porém, os juizes pediram aos contendores que apresentassem os seus argumentos por escripto, o que elles fizeram promptamente, mas nem por isso deixou de haver a segunda discusão, que se realisou no Vaticano em presença de todos os capellães cantores e de muitos outros artistas, prelados e fidalgos. Proferiu-se a sentença, que foi toda a favor de Vicente Lusitano, sendo Nicolau Vicentino obrigado a pagar os dois escudos de ouro da

aposta. O cardeal Hypolito irritou-se muito com a sentença, e se elle não tivesse de sair de Roma poucos dias depois, o que fez acompanhado do seu protegido, teriam resultado d'este conflicto artistico grandes tempestades. Vicente Lusitano quiz affirmar bem o seu triumpho, e para isso publicou em italiano o seguinte opusculo, em que affirmava bem os seus principios musicaes e cujo titulo damos em portuguez: *Introducção facilima e novissima de canto firme figurado, contraponto simples e em concerto com regras geraes para fazer fugas differentes sobre o canto firme a duas, tres e quatro vozes e composições, proporções, generos diatonico, chromatico e enharmonico*, Roma, 1553. N'este opusculo mostrou-se o musico portuguez admirador da sciencia do italiano seu adversario, esperando assim abrandar a tempestade que receava. Com effeito a ira de Vicentino satisfez-se simplesmente com a publicação da obra intitulada: *A antiga musica reduzida á moderna pratica com a declaração e com os exemplos dos tres generos*, etc. N'esta obra atacava a sentença dos dois juizes, o que obrigou um d'elles, Dankerts, a sair a campo com uma defeza, que ficou inedita, porque a influencia do cardeal Hypolito impediu que se lhe concedesse licença para a impressão. Annos depois o padre João Maria Artusi, de Bolonha, saiu em defeza do musico portuguez, publicando um folheto, em que justificava a sentença a favor d'elle. O opusculo de Vicente Lusitano teve mais duas edições, feitas em Veneza em 1559 e 1561. Bernardo da Fonseca o traduziu em portuguez, imprimindo-se em Lisboa, no anno de 1603, cujo manuscripto entregou ao chantre da sé de Evora, Manuel Severim de Faria.

Lusitano *(Zacuto)*. Professor dos delirios do Talmud, dos quaes teve por interprete a Rabbi Sangar. Foi muito perito na Astrologia e na Geographia. Escreveu *Tratado do clima da Lusitana*, offerecido a D. Affonso V, cujo manuscrito se conservava na livraria do convento de Alcobaça.

Lusitano *(Zacuto)*. Doutor em Medicina pela Universidade de Siguença. N. em Lisboa em 1575, fal. em Amsterdam, a 21 de janeiro de 1642. Na primeira edade deu claros argumentos de agudeza de engenho, e de facil comprehensão para se instruir assim nas letras humanas como nas faculdades de Philosophia e de Medicina, nas quaes tanto se distinguiu nas universidades de Coimbra e de Salamanca, que antes de completar 19 annos de edade foi doutorado em medicina na Universidade de Siguença. Voltando á patria exerceu clinica durante 30 annos, tratando egualmente, com a mesma dedicação tanto os pobres e humildes como os grandes e poderosos, ganhando geral estima e consideração. Occultamente, era professor dos ritos de sinagoga, e receando que fôsse alcançado pela Inquisição, fugiu clandestinamente para Amsterdam, onde se circumcisou em 1625, contando 50 annos de edade. N'esta cidade passou o resto da vida exercendo a medicina pratica e na composição dos seus doutos livros. Fal. com 67 annos, deixando do seu nome escurecida memoria pela sua apostasia, merecendo, porém, memoria illustre pelas suas obras sobre medicina, que são notadas por muitos escriptores, cujos nomes veem na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. III, pag. 797 e 798, assim como o titulo das referidas obras, que são escriptas em latim e publicadas em Amsterdam. Deixou tambem alguns manuscriptos.

Lusitanos. Antigos habitantes da Lusitania, que viviam na maior parte do territorio hoje conhecido pelo nome de Portugal. A sua origem é a mesma que a dos outros povos de Hespanha. A Lusitania era limitada ao norte pelo Douro, a leste pelo Côa, e oeste pelo Oceano; comprehendia as actuaes provincias da Beira, Extremadura, parte setentrional do Alemtejo, parte da Extremadura hespanhola e provincia de Salamanca. A Lusitania, provincia romana, comprehendia além d'isso, o resto do Alemtejo e do Algarve. Alguns escriptores suppõem que os lusitanos faziam parte da grande confederação celtica que invadiu a Hespanha uns seis seculos antes de Christo, e que se estabeleceram na região que habitavam ao mesmo tempo que os celtiberos se estabeleceram na região do Ebro. Havia proximo das nascentes do rio Tejo uma tribu chamada *Lusões*, que parece ter sido um desmembramento da dos Lusitanos, assim como no resto da Extremadura hespanhola habitavam os *Vettões*, que parece terem sido tambem um ramo do povo lusitano. Strabão descreve esses povos, habeis em armar e descobrir ciladas, ageis e ligeiros na guerra, fazendo as suas evoluções militares com muita ordem e destreza. Descreve tambem a sua vida, religião, costumes, etc. Os lusitanos fôram sempre um dos povos mais bellicosos da Hespanha. Alliados aos cartaginezes, diz-se até que Amilcar desposou uma lusitana, e que d'esse casamento nasceu o famigerado Annibal. O que não padece duvida é que os lusitanos fôram por muito tempo o terror de Roma. Logo que os romanos se apoderaram de Hespanha, começaram os lusitanos a sua tenacissima resistencia, invadiram a Betica, derrotaram Galba, e foi a uma traição d'este general que os romanos deveram o triumphar, fazendo nos lusitanos uma carnificina horrorosa, carnificina a que escapou o celebre Viriato, que jurara vingança, e que pondo-se á frente dos lusitanos derrotou successivamente uns poucos de exercitos romanos, e fez com que em Roma se tremesse d'esse heroico chefe occidental. Assassinado por dois traidores que o ouro romano comprára, Viriato deixou os lusitanos em grande turbação por algum tempo, mas não tardou a que novamente se revoltassem, sendo necessario para os domar a expedição de Decio Bruto. De novo se sublevaram, tendo os romanos sempre em constante sobresalto, acceitando então mais tarde o commando do general romano Sertorio, partidario de Mario e como tal proscripto por Sylla, que renovou as façanhas de Viriato, chegando quasi a proclamar a independencia da Lusitania, mas que ao mesmo tempo introduziu no occidente da peninsula os costumes, as artes, o luxo de Roma, de fórma que, quando Sertorio morreu, foi facil aos romanos conciliarem a adhesão dos lusitanos, e incorporarem-n'os no seu vasto imperio. Os montanhezes do Herminio, mais rebeldes a essas innovações, ainda luctaram contra Cesar, que se estreou como general a combater os lusitanos, mas de nada valeu essa valorosa e renhida lucta, porque pouco depois os lusitanos desappareceram, absorvidos na vasta unidade do imperio roma-

no, que formou a grande familia dos povos latinos.

Luso. Pov. e freg. de N. S.ª da Natividade, da prov. do Douro, conc. de Mealhada, com. de Anadia, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra: 366 fog. e 1:631 hab. Está situada na vertente O N O da serra do Bussaco, n'um sitio aprazivel, fertil e muito saudavel, que fica entre duas collinas, que se defrontam, e é sulcada por um delicioso valle. A pov. dista 6 k. da séde do concelho; é muito pittoresca, e muito celebrada pelas suas aguas thermaes, que lhe attraem grande concorrencia. Luso é propriamente um logar de villegiatura, e na sua área existe a matta do Bussaco, notavel pela sua belleza e magnificas arvores, que se prolonga n'uma extensão de cêrca de 10 k., completamente murada, e com quatro portas: *Coimbra*, *Sulla*, *Rainha* e *Luso*, sendo esta ultima a mais frequentada *(V. Bussaco)*. A pov. tem escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. B. A.; bons hoteis, medicos, pharmacias, advogado; feira de gado bovino, no 3.º domingo de cada mez, e est. no caminho de ferro da Beira Alta, entre as de Mortagoa e Pampilhosa O collegio dos eremitas de Santo Agostinho, de Coimbra, apresentava o cura, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. Luso ia, talvez, 70 annos, era uma freguezia de pouca importancia, mas depois tornou-se moda na estação calmosa, e começou a ser muito frequentada, adquirindo a fama de ser a *Cintra da Beira*; a população foi augmentando progressivamente, com especialidade depois do anno de 1859; construiram-se bonitas propriedades, elegantes chalets, e bons edificios, e actualmente Luso é na verdade uma deliciosa estação Grande parte d'estes melhoramentos é devida ao fallecido estadista Emygdio Navarro, sendo ministro das obras publicas. As aguas termaes, que são exploradas por uma sociedade denominada: *Sociedade para o melhoramento dos banhos do Luso*, tambem muito concorrem para o engrandecimento da povoação. A agua mineral provém, por varias origens, da rocha de formação carbonifera do Bussaco, entre as duas pov. contiguas, de *Luso de Além* e *Luso da Egreja*. A descoberta da utilidade das aguas do Luso foi devida ao acaso, assim como muitas outras. Em 1775 um individuo, que soffria d'uma molestia herpetica, lavando-se certo dia n'esta agua sentiu algum allivio, pelo que se continuou a lavar, e mesmo a beber d'ella, e em pouco tempo ficou completamente curado. No logar da *Lameira de S. Pedro*, na proximidade do Luso, habitava o medico José Antonio de Moraes, que examinando e verificando a qualidade pathologica d'estas aguas, mandou construir n'aquelle local umas barracas de colmo e ramagens, onde principiou a tratar varios doentes. Algum tempo depois construiu-se um barracão de madeira. Affluiram nos annos consecutivos muitos doentes, e em 1838 já havia cinco barracões, que a camara municipal da Mealhada fez substituir por um modesto balneario, que não passava d'uma casa de alvenaria, de uns seis metros de comprimento e outros tantos de largura, onde se viam banheiras, que davam cada uma banho simultaneo a 6 e 8 pessoas, geralmente desconhecidas; mas as banheiras não se lavavam, passando a agua d'umas para as outras, chegando a ser tal a immundicie, que os doentes de maior consideração começaram a abandonar aquelle balneario, apezar de conhecerem a boa qualidade das aguas. Muitos annos assim se conservaram os banhos, até que em 1845, o então governador civil de Coimbra, José Joaquim Lopes de Vasconcellos, se lembrou de remediar aquelle desleixo. Fez reunir em Luso uma commissão para se encar-

Uma vista do Luso em 1888

regar do melhoramento dos banhos, mas deixando Lopes de Vasconcellos de ser governador civil d'aquelle districto, a commissão nada fez. Em 1849, o governador civil Thomaz de Aquino Martins da Cruz, não só nomeou uma commissão para este urgentissimo melhoramento, como empregou o maior zelo para que fôsse a effeito, mas ainda d'esta vez nada se conseguiu, por ter sido exonerado do cargo aquelle magistrado. Mais tarde é que o dr. Antonio Augusto da Costa Simões, natural da Mealhada, lente de Medicina na Universidade de Coimbra, tomou a iniciativa para a grande reforma que se tornava urgente n'aquelles banhos. Auxiliado por alguns amigos, conseguiu organisar uma sociedade, com o titulo acima citado, tendo o fundo de 600 acções de 10$000 réis cada uma, ao juro de 5 por cento, devendo o estabelecimento reverter para a camara da Mealhada, remidas que fôssem as acções. Os trabalhos preparatorios concluiram se em 17 de janeiro de 1851, e foi então que se preparou tudo para dar principio ás obras, o que se verificou a 27 de julho do mesmo anno. Construiu-se um solido edificio, tendo 9 quartos, cada um com duas banheiras forradas de azulejo branco, com torneiras de porcelana, da fabrica da Vista Alegre. Tem uma boa caldeira a vapor, construida na antiga fundição Collares, de Lisboa, para os banhos de temperatura artificial. Fizeram-se regulamentos, estabeleceu-se uma sala para descanso, leitura e jogo de vasa; tendo os pobres banhos gratuitos. As aguas são limpidas, transparentes, incolores, inodoras, pouco unctuosas e quasi insipidas Fôram chimicamente analysadas em 1850 pelo dr. Costa Simões, em 1860 pelo dr. Martins de Carvalho em Paris, em 1867 pelo dr. Agostinho Lourenço, e em 1871 pelo dr. F. A. Alves. São usadas com proveito em poção, e mais geralmente em banhos, no tratamento das molestias de pelle, no arthritismo, rheumatismo, e n'algumas nevralgias. Bibliographia especial: *Memoria ou observações rapidas das aguas naturaes em geral e particularmente da agua denominada Fonte do Banho de Luso*, pelo dr. Manuel José Mourão, 1845; *Os banhos de Luso*, pelo dr. A. A. da Costa Simões, no *Instituto de Coimbra*, 1852, vol. I, pag. 8, 26, 45, etc; *Regulamento dos banhos de Luso*, Coimbra, 1859; *Noticia dos banhos de Luso*, pelo dr. A. A. da Costa Simões, Coimbra, 1859, com 2 estampas; *Aguas de Luso, sua analyse*, por F. A. Alves, na *Revista de Pharmacia e Sciencias Accessorias do Porto*, tomo XVI, 1872, pag. 79, e no *Instituto de Coimbra*, do mesmo anno; *Estudos analyticos sobre as aguas mineraes de Luso*, por F. A. Alves, Coimbra, 1875; *O Bussaco*, por Silva Mattos e Lopes Mendes, Lisboa, 1874, pag 88 e seguintes. Em Luso ha tambem aguas potaveis excellentes, e uma fonte de agua ferrea, descoberta em 1855 por occasião das obras para a construcção do actual balneario. Jornaes aqui publicados: *Bussaco (O)*, 8 dezembro, 1902 a 3 agosto, 1905; *Bussaco (O)*, 14 janeiro, 1906, só se publicou um numero; *Bussaco (O)*, 21 janeiro, 1906, em publicação, dezembro, 1907; *Revista do Luso*, 1901.

Luso—Fonte e ermida de S. João

Luso. Roça da Ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Luso d'Além. Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Luso, conc. de Mealhada, distr. de Aveiro. Tem caixa com serviço de porta rural.

Luso da Egreja. Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Luso, conc. de Mealhada, distr. de Aveiro. Tem caixa com serviço de posta rural.

Luso da Silva *(Augusto)*. Professor de Geographia e Historia no Lyceu Nacional do Porto. N. n'esta cidade em 22 de fevereiro de 1827, onde tambem fal. a 13 de maio de 1902 Era escriptor

e poeta. Fez parte da commissão que tratou das festas do centenario do infante D. Henrique, no Porto em abril de 1894 Escreveu: *Rimas de Augusto Luso da Silva*, Porto, tomo I, 1853; não consta que se publicassem mais tomos. Na *Revista Peninsular*, tomo 2.º, pag. 282, lê-se o seguinte: «A. Luso é poeta arcadico-elmauista. As suas *Rimas* tem porém n'esse genero bastante merecimento, especialmente na poesia bucolica.» Augusto Luso publicou muitos artigos em prosa e em verso nos jornaes litterarios e politicos do Porto e de Lisboa.

Lussaca. Ha tres ilhéos d'este nome, no distr. e prov. de Moçambique, Africa Oriental, na costa da Cabaceira, grande terra firme, fronteira á ilha de Moçambique. São denominados: *Grande Lussaca*, *Pequeno Lussaca*, e o que fica no meio d'estes dois: *Medio Lussaca*.

Lussalengo. Pov. do conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola. Pertence á delegação do Chiavala.

Lussana. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola.

Lussanga. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola. Pertence á divisão de Quissanga.

Lussanza. Pov. do sobado de Bango a Quitamba, na freg. de S. Joaquim, conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, pov. de Angola. Pertence á 8.ª divisão.

Lussengue Pov. do conc. de Pungo-Andougo, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á div. de Calundo.

Lusseque. Um dos sobados em que está dividida a pov. de Sansa, do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á 24.ª divisão (Posto militar).

Lussue. Pov. do conc. de Cazengo, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 4.ª divisão.

Lussunguigi. Pov. do sobado de Vunda do Quingongo, conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á div. de Sangi á Lomba. || Pov. do sobado de Vunda do Lumbombo, do mesmo conc., distr. e prov. Pertence á div. de Sangi á Lomba. || Pov. do sobado de Vunda do Quimace, do mesmo conc., distr. e prov. Pertence á mesma div. || Pov. do sobado de Vuuda do Massanga, do mesmo conc., distr. e prov. Pentence á mesma div. || Pov. do sobado de Vunda do N'Zacata, do mesmo conc., distr. e prov. Pertence á mesma div. || Pov. do sobado de Vunda do N'Gunga, do mesmo conc., distr. e prov. Pertence á mesma div. || Pov. do sobado de Canda de Vulla N'Dungue, do mesmo conc., distr. e prov. Pertence á mesma divisão.

Lussunguije. Pov. da aldeia Santa Maria, sobado de Quiuculo Quiaquimono, conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, pov. de Angola.

Lustosa. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. de Louzada, distr. e bisp. do Porto; 376 fog. e 1:322 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de postal rural. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Guimarães a Vallongo. A casa dos condes da Barca apresentava o abbade, que tinha 800$000 réis de rendimento. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 20 com a séde em Amarante. || Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Ribafeita, conc. e distr. de Vizeu.

Lustoso. Pov. na freg. de S. Vicente, de Passos, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Lutanda. Pov. do sobado de N'andala Tuto, conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 1.ª divisão.

Lutande. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 5.ª divisão.

Lutande de Cima. Pov. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 5.ª divisão.

Lutete. Pov. do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á 2.ª div. || Pov do conc. de Pungo-Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á div. das Pedras. || Pov do conc. de Pungo Andongo, do mesmo distr. e prov. Pertence á div. de Calundo. || Pov. do conc. de Ambaca, do mesmo distr. e prov. Pertence á 6.ª div. || Pov. do sobado de Cabanga, conc. de Ambaca, do mesmo distr. e prov. Pertence á 8.ª div. || Pov. do conc. de Pungo-Andongo do mesmo distr. e prov. Pertence á div. de Lutete.

Lutica e Cuperal. Pov. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. de Angola Commando militar da Anha.

Luto. Profundo sentimento de tristeza causado pela perda d'um parente, ou de qualquer pessoa que nos é cara. No portuguez antigo tambem se dizia *loito* e *dó*. A idéa de traduzir os sentimentos provocados pela morte dos seus parentes, por signaes exteriores, encontra-se em todos os povos que nos deixaram documentos historicos. Em Portugal tem variado as côres e as fazendas destinadas para luto. Consta que no principio da monarchia se usava uma fazenda chamada *arbim* (V. *este nome*), mas o mais antigo luto que se conhece é o burel branco e a almafega branca (V. *estes nomes*), usando da côr preta sómente as pessoas reaes. Nas exequias que o rei de Castella realisou em Toledo pela morte do rei de Portugal D. Fernando I, diz Fernão Lopes que aquelle monarcha vestia um saio preto, e a rainha ia n'umas andas vestida de almafega preta. Os portuguezes, tanto homens como mulheres, que iam com ella, levavam burel branco vestido. No funeral do mesmo soberano, o conde de Ourem veiu vestido de preto, e Gonçalo Vasques de Azevedo tanto estranhou aquelle trajo, que o conde foi logo cobrir-se de burel branco Ainda no tempo de D. João II as praticas eram as mesmas. Por morte do principe D. Affonso, filho d'este monarcha, sua mulher, a princeza D. Izabel cobriu a cabeça com um saio negro, o rei e a rainha vestiram-se de luto negro, e o reino de almafega e burel branco. Quando a princeza viuva se retirou para Hespanha, diz Garcia de Rezende, foi com ella el-rei João II e toda a côrte, indo todos cobertos de burel, sem apparecer homem algum vestido de preto, salvo el-rei e alguns bispos e clerigos. Na morte do mesmo soberano a côrte vestiu fatos de lã, e segundo se diz, foi prohibido aos habitantes de Lisboa enfeitarem-se pelo espaço de seis mezes. Na segunda metade do seculo xv a etiqueta queria que os principes de sangue se vestissem de preto nos funeraes dos reis, mas, segundo diz Montrelet, depois de terminados os officios punham vestidos de purpura, seguindo a moda franceza. El-rei D. Manuel, por ordenação de 17 de outubro de 1499, prohibiu geralmente o luto, ou dó, de burel, mandando que nunca mais se pudesse

usar por qualquer pessoa que fôsse; prohibindo tambem ás mulheres, de todas as condições, o trazerem *vaso na cabeça*, debaixo de severas penas aos transgressores, e aos ministros que os não castigassem. *Vaso na cabeça* era uma especie de capuz ou capello, que usavam as pessoas que andavam de luto. Suppõe-se que o tal *vaso* tambem era de burel, e fazia tão medonhas as pessoas, que o usavam, que vulgarmente se lhe dava o nome de *carantonha*. Ao terminar o luto, os testamenteiros costumavam dar ás pessoas que tinham usado a almafega, um vestido de valencina ou valenciana, que era um tecido de côr agradavel. No reinado de D. João III se principiou a usar a côr preta para luto, que se foi generalisando, e é usada actualmente. Quando falleceu D. João IV, em 1656, decretou-se o luto de baeta grossa virada do avêsso. Em 6 de agosto de 1699, por motivo da morte da rainha D. Maria Sophia Izabel de Neubourg, segunda mulher de D. Pedro II, se publicou o seguinte, que extrahimos dos *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*, vol. XIII, pag. 176, nota: «O presidente, vereadores, procuradores d'esta cidade de Lisboa e os procuradores dos mesteres d'ella, etc.—Como pela demonstração de sentimento que deve geralmente haver n'esta cidade pelo fallecimento da rainha, nossa senhora, que santa gloria haja, a que os moradores da mesma cidade são obrigados a apparecer publicamente com luto, confórme suas possibilidades, mandam que todas as pessoas de qualquer qualidade e condição que sejam, tragam luto, como se praticou em similhantes occasiões, que será confórme dispõe a pragmatica, sem excepção de pessoa alguma; e ás do povo, de inferior condição, em que se não considera possibilidade para se vestirem de luto, quaes são, homens de carreto, ribeirinhos, aguadeiros e outras occupações de trato servil, trarão uma gorra negra em logar de luto, e as mulheres que em corpo vendem pela cidade ou em praças publicas, que não pódem fazer luto, trarão em logar d'elle, toalhas estiradas, e trazendo mantilhas serão negras. E por este mandam aos almotacés das execuções o façam publicar pelos logares e praças publicas d'esta cidade, para que venham á noticia de todos, e, depois de publicado e registrado no livro da almotaçaria, se fixará na porta da casinha da Ribeira, para que seja patente a todos. Lisboa, 6 de agosto de 1699.» Quando falleceu o principe D. Carlos, filho de D. João V, em 30 de março de 1736, que pouco mais tinha de 19 annos de edade, ordenou o monarcha que se suspendesse o despacho dos tribunaes por tres dias, a começar no dia do enterro, e que os ministros d'elles tomassem luto nas suas pessoas e familias, o qual seria de baeta do avesso e capa comprida na familia de escada acima. Na casa e mesa dos tribunaes não ha de haver luto; o das pessoas ha de ser de um anno: seis mezes rigoroso e seis mezes alliviado. Não tardou que nos senados fôssem distribuidas as competentes propinas para luto. Segundo a pragmatica, o luto por morte de infantes não era obrigatorio para todas as pessoas, como succedia pelo fallecimento de rei ou de rainha. N'este caso costumava a camara lançar um pregão pela cidade, dispondo o que a tal respeito e em taes circumstancias cada um tinha a fazer. A 28 de maio de 1736, D. João V dispensou o luto sómente no dia do Corpo de Deus a todas as pessoas, que eram obrigadas a ir na procissão, ministros e officiaes do senado, e fôssem vestidos de gala. O mesmo aconteceu no dia 6 de junho, anniversario natalicio do principe do Brazil D. José, mais tarde D. José I, que tambem o luto ficou suspenso. Quando falleceu D. João V, em 31 de julho de 1750, fôram expedidas logo no dia 1 de agosto, confórme o costume, as cartas régias annunciando a morte d'el-rei, e mandando tomar luto pelo espaço de dois annos, sendo um pesado e outro alliviado. Comtudo, no dia seguinte, 2 de agosto, por um regio aviso, fôram taxadas as fazendas proprias de luto nos mesmos preços que tinham antes do fallecimento d'el-rei, prohibindo-se aos mercadores que levantassem estes preços. N'este caso o governo, vendo que os mercadores haviam de vender as fazendas que tinham, quiz pôr os cidadãos ao abrigo da especulação commercial, evitando que os mercadores abusassem da necessidade e da obrigação de pôr luto, para venderem as fazendas por preços exorbitantes, com vexame dos cidadãos que eram obrigados a enlutar-se. O senado da camara de Lisboa ordenou que no dia 8 de agosto todos os cidadãos vestidos de luto rigoroso assistissem á demonstração de sentimento pela morte de D. João V, na quebra dos escudos, sob pena de pagarem 2$000 réis, ficando sujeitos ás mais penas que o senado ordenasse contra os que não comparecessem. Pelo fallecimento d'el-rei D. José a pena imposta pelo senado aos que não assistissem á quebra dos escudos, foi de 4$000 réis. O luto pela morte da rainha D. Maria I durou um anno completo, sendo seis mezes rigoroso e seis mezes alliviado. Desde então teem sido muito mais moderados. A ultima pragmatica que se ordenara ainda em tempo de D. João V, tinha a data de 24 de maio de 1749, e ficou substituida pelo decreto de 25 de outubro de 1862, que regulava o luto que se devia tomar pelo fallecimento das pessoas reaes. Ha annos publicou-se um novo decreto, que actualmente vigora, o qual estabeleceu que o luto pelo imperante d'este reino seja de 4 mezes; no caso de ser casado, pelo fallecimento do seu real consorte, 3 mezes. Pelos paes, avós ou bisavós, e filho primogenito dos soberanos, 2 mezes. Pelos infantes e infantas, seus filhos, e por seus netos ou bisnetos, 30 dias. Por seu sogro ou sogra, genro ou nora, irmão ou irmã, cunhado ou cunhada, 20 dias. Por seus tios, sobrinhos e primos co-irmãos, 14 dias.

Lutuosa. Antigo direito que os donatarios cobravam por morte dos respectivos reudeiros, ou os bispos pela vagatura d'alguma egreja sua subordinada. Esta *lutuosa* consistia sempre em algum traste mais precioso que se encontrava entre o espolio do fallecido, ou fôsse movel ou semovente. Este uso se introduziu em logar da *quarta canonica episcopal*, que foi substituida pela *lutuosa*. Em alguns bispados, não se encontrando aos defuntos cousa de valor, pagava-se de *lutuosa* um marco de prata. Em 1316, o bispo de Vizeu D. Martinho concedeu ao seu cabido as *lutuosas* de todas as egrejas, assim como levava a sua parte dos dizimos e dos outros direitos que a sé devia ter nas referidas egrejas. Este antigo direito acha-se tambem designado por *Loitosa*, *Luctuosa*, *Lutosa* e *Luytosa*. Antigamente os

vassalos do rei não podiam testar das suas armas e cavallos, devendo ficar ao soberano por *lutuosa*, e elle fazia d'ellas mercê ao que entrava a servir em logar do fallecido. Tambem foi lei antiga e costume as viuvas pagarem *lutuosa*, para poderem tornar a casar. Nos emprazamentos em mais de uma vida o senhorio directo recebia, além do fôro annual, outro tanto pelo fallecimento de cada vida, o que constituia a *lutuosa*. Era, em geral, egual ao fôro de um anno, renda ou pensão, e na mesma especie: generos, animaes ou dinheiro. Como prestação certa, fôram as *lutuosas* abolidas pelo Codigo Civil.

Lutua (*Monte da*). Na freg. de S. Brissos, conc de Montemór-o Novo, distr. de Evora.

Luva. Peça do vestuario que apresenta exactamente a configuração da mão e lhe serve de involucro, tendo uma divisão especial para cada dedo, e póde ser feita de pellica, seda, lã, retroz, etc. A luva das armaduras, impropriamente chamada pelos autores portuguezes *guante*, é a *manopla*. V. *este nome*.

Luvar (*Monte do*). Na freg. de Santa Maria, de Veatodos, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Luvares. Pov. na freg. de Santa Maria, de Telhado, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Luveiro. Operario que faz luvas. Este antigo officio em Lisboa já tinha regimento proprio na collecção dos regimentos reformados por Duarte Nunes do Leão, em 1572. Anteriormente estava incorporado na bandeira de S. Miguel, onde se conservou até á extincção da Casa dos Vinte e Quatro. Além do regulamento de 1572 houve tambem o de 1758, além de varios accrescentamentos. No archivo municipal de Lisboa existem ambos os regimentos. No *Recreio*, n.ºs 17, e seguintes, da 19.ª serie, Lisboa, setembro de 1895, está publicado o mais antigo. Na mesma revista, serie 17.ª n.ºs 23, e seguintes, ha um desenvolvido estudo sobre o uso das luvas, entre nós. O exame de um official luveiro no seculo XVI consistia em saber espalmar, lavar, curtir a courama; cortar um par de luvas, e cozel-as bem e desenganadamente; fazer uma bolsa de homem e outra de mulher segundo o costume e guarnecida de couro escodado, e botões inteiros; cortar uma grossa de atacas. O regimento de 1758 exigia mais no exame: saber tingir de todas as côres as pelles pertencentes ao officio, todas do curtimento de pedra hume e azeite, ou quaesquer outras obras a que o tempo futuro désse uso, ou se usassem quando se effectuasse o exame. Em principios do seculo XVII existiam em Lisboa nove mestres luveiros. Em 1807 uma estatistica aponta dez.

Luxilo Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á div. das Pedras.

Luxilo. Pov. do sobado de Canda do Dungue, conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á div. de Luxilo. ‖ Pov. do sobado de Macassenda, do mesmo conc., distr. e prov. Pertence á referida div. ‖ Pov. do sobado de Canda Quivange, do mesmo conc., distr. e prov. Pertence á referida divisão.

Luximbe. Pov do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. de Angola. Pertence á 19.ª div e é governada por numerosos sobas.

Luxo. Magnificencia no vestuario, na mesa, na mobilia, adornos, etc. Nos bons tempos da monarchia, promulgou D. Pedro I uma pragmatica (V. *este nome*), refreando o luxo. A pena imposta era de açoites pela primeira vez, e a de morte na reincidencia, a todo o vassalo que comprasse fazenda fiada. D. Fernando, D. João I, D. Duarte, D. Affonso V, D. João II e D. Pedro II tambem publicaram ordenações, reprimindo o luxo dos vestidos e das equipagens. Posteriormente ainda se publicaram mais providencias n'este sentido, sendo a ultima em 24 de maio de 1749, que prohibia não só o luxo e excesso dos trajos, carruagens, moveis e lutos (V. *este nome*), mas tambem o uso das espadas ás pessoas da classe mechanica. Em geral as pragmaticas eram mal recebidas e muito pouco observadas. O luxo attingiu o seu apogeu em Portugal nos seculos XVI a XVIII, sendo de notar que o soberano mais faustoso, D. João V, fôsse quem promulgasse a ultima pragmatica. Do luxo viviam muitas industrias, que assim eram affectadas.

Luz (*Fr. Antonio*). Religioso da ordem de S. Bento. N. na quinta dos Pombaes em Guimarães em 1619, fal. a 11 de abril de 1679. Era filho de Diogo de Bouro Coelho e de D. Ignacia Vieira Carneiro, ambos de illustre ascendencia. Recebeu o habito de S. Bento no convento de Tibães em 7 de novembro de 1635 Foi doutor em Theologia e lente da Universidade de Coimbra, sendo nomeado para reger a cadeira de Durando em 25 de janeiro de 1664, passando á de Escoto em 31 de julho de 1666, á de vespera em 27 de novembro de 1669, e por ultimo a lente de prima, de que tomou posse em 17 de outubro de 1676; em 23 de fevereiro de 1679 foi eleito vice-reitor da referida Universidade. El-rei D. Pedro II o quiz nomear bispo de Angola, mas recusou-se a acceitar essa dignidade. Estava dispondo para a impressão as lições que tinha dictado, quando a morte o surprehendeu. Publicou: *Sermão na capella da Universidade de Coimbra em acção de graças pelo nascimento da princeza D. Izabel em 21 de janeiro de 1669*, Lisboa, 1669.

Luz (*Fr. Christovão da Madre de Deus*) Religioso da ordem de S. Francisco. N. no Rio de Janeiro, onde tambem falleceu em 1720. Era filho de Francisco Dias da Luz, e de Domingas da Silveira. Professou na provincia de Santo Antonio do Brazil. Exerceu na sua ordem os cargos de guardião e definidor. Foi um dos procuradores geraes, que vieram a Lisboa solicitar a erecção da provincia da Immaculada Conceição, o que conseguiu em 1675; duas vezes provincial, visitador e por muitos annos secretario do Santo Officio. Escreveu as duas obras seguintes, que ficaram ineditas: *Cuidado contra o tempo*, em que se encontravam varias noticias do estado do Brazil e da religião serafica d'esse paiz; e *Cartorio da provincia da Immaculada Conceição*, do estado do Brazil, em que resumia a historia d'essa provincia.

Luz (*D. Fafez*). Alferes-mór do conde D. Henrique, com quem veio para Portugal. Era ricohomem e foi casado com D. Froulhe Viegas, filha de D. Egas Paes de Penegate, fundador do mosteiro de Reudufe. Teve dois filhos: D. Godinho e D. Egas. O primeiro fundou o mosteiro de Fonte-Arcada. De D. Fafez Luz descendem, segundo os nobiliarios, as familias illustres dos Fafez e Godinhos.

Luz *(Fr. Filippe da)*. Eremita da ordem de Santo Agostinho. N. em Lisboa e fal. em Villa Viçosa em 1633. Era filho de Francisco Fernandes e de Catharina Nunes. Professou no convento da Graça, de Lisboa, em 24 de fevereiro de 1574. Foi prior d'este convento, visitador da provincia, e confessor do duque de Bragança D. João, mais tarde D. João IV. Era tido na conta de excellente prégador: Escreveu: *Sermões; Primeira parte, que começa na quarta feira de cinza até á primeira oitava da Paschoa, dirigidos ao ill.*^mo^ *Sr. D. Miguel de Castro, Metropolitano Arcebispo de Lisboa*, etc., Lisboa, 1617; *Sermões: Segunda parte, que contem todas as festas que por discurso de todo o anno se festejam, dirigidos ao ill.*^mo^ *Sr. D. João da Silva, capellão-mór da Casa Real*, etc., Lisboa, 1628; *Sermões; Terceira parte, que começa da primeira dominga do advento até á ultima depois do pentecoste*; *A festa do nascimento de Christo Redemptor nosso*; *A festa da Ascenção, etc.. dirigidos ao ill.*^mo^ *Sr. D. João de Lencastre, bispo de Lamego*, Lisboa, 1625; *Tratado do desejo que uma alma deve ter de se ir viver ao deserto, para servir a Deus com grande pontualidade*, Lisboa, 1631; *Tratado da vida contemplativa, mui util a todas as pessoas devotas* etc., Lisboa, 1627.

Luz *(Fr. Isidoro da)*. Religioso da ordem da Trindade. N. em Santarem, e fal. no collegio de Coimbra a 22 de julho de 1690. Professou no convento de Lisboa em 1594. Instruido em Santarem em letras humanas, matriculou-se na Universidade de Coimbra, onde recebeu o grau de doutor em Theologia, em que depois se jubilou. Sendo novamente creada a cadeira de Theologia Polemica, foi provido n'essa cadeira com egualações á de Escoto, em que tomou posse a 25 de fevereiro de 1665, passando á de vespera em 1666 e á de prima em 1667. Foi visitador da provincia, ministro do convento de Santarem, commissario geral, e por ultimo provincial, eleito em 1664. Publicou algumas obras em latim, cuja descripção se póde vêr na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. II, pag. 917 e 918.

Luz *(Fr. João da)*. Religioso da ordem de S. Bento. N. em Aveiro a 28 de dezembro de 1662, fal. no convento de Santarem a 16 de setembro de 1717. Era filho de Manuel Dias Bento e de Maria de Sousa. Estudou os primeiros rudimentos no recolhimento dos Meninos Orphãos, de Lisboa, e professou no convento de Lisboa a 30 de abril de 1679. Foi abbade do collegio da Estrella e do convento de Santarem. Passou a Roma como procurador da provincia do Brazil. Deixou em manuscripto: *Explicações espirituaes*, etc.

Luz *(Joaquim Antonio Velloso Barreiros, visconde de Nossa Senhora da)*. V. *Nossa Senhora da Luz.*

Luz *(José Lourenço da)*. V. *Luz Gomes (José Lourenço da)*.

Luz *(Fr. Manuel da)*. Religioso da ordem da Trindade. N. em Lisboa, e fal. em 28 de novembro de 1733. Professou no convento de Lisboa em 1683. Foi presentado em Theologia, secretario da provincia, visitador do convento de Lisboa, e examinador das tres ordens militares. Escreveu: *Compromisso que ordenou para melhor governo da Congregação dos Escravos de Santo Christo milagroso novamente reformada n'esta côrte de Lisboa no Real Convento da Santissima Trindade*, etc., Lisboa, 1707; *Colloquios e estimulos espirituaes*, etc., Lisboa, 1729. Em manuscripto: 1 volume de *Sermões varios.*

Luz *(Fr. Simão da)*. Religioso dominicano da ordem dos prégadores. Era natural de Lisboa, e professou no convento d'esta cidade em 20 de agosto de 1581. Foi professor de Theologia nos collegios de Coimbra e de Evora, e regente dos estudos. Era considerado um dos melhores prégadores do seu tempo. Escreveu: *Sermão em acção de graças... na procissão que em 27 de abril de 1619 veiu da Sé a S. Domingos de Lisboa, pela vinda da catholica magestade d'el-rei D. Filippe o segundo*, Lisboa, 1619; *Breve relação do insigne martyrio de treze martyres, religiosos da ordem de S. Domingos... que padeceram no imperio do Japão pela prégação do Santo Evangelho desde o anno de 1617 até* o de *1624*, Lisboa, 1630; *Sermão no officio que fez* o *convento de S. Domingos, de Lisboa, ao ill.*^mo^ *sr. e rev.*^mo^ *sr. arcebispo D. Miguel de Castro*, etc., Lisboa, 1626; *Sermão nas exequias de Nuno Alvares Portugal, um dos tres governadores d'este reino, e de D. Joanna Côrte real de Portugal, sua mulher, que se celebraram no mosteiro de S. José dos Capuchos da provincia da Arrabida*, Lisboa, 1623.

Luz *(D. Thomaz da)*. Religioso da ordem de Santo Agostinho. N. no Porto, e fal. em Lisboa a 5 de outubro de 1732. Professou no convento de S. Salvador, de Grijó, em 12 de março de 1688. Foi por muitos annos capellão da capella de N. S.ª do Pilar, em S. Vicente de Fóra, de Lisboa. Escreveu: *Noticia da tradição verdadeira e indubitavel da maravilhosa vinda da Imagem de Nossa Senhora sobre o Pilar de Saragoça, e verdadeira copia authentica a Lisboa com a novena á dita imagem*, Lisboa, 1721.

Luz *(Fr. Thomaz da)*. Freire da ordem militar de Christo. N. em Lisboa em 1633, fal. a 12 de maio de 1713. Chamava-se no seculo Antonio Moniz, e quando professou, no convento de Thomar em 6 de janeiro de 1648, tomou o nome de fr. Thomaz da Luz. Era filho de Diogo Moniz da Silva e de Maria Moniz da Silva. Escreveu um diccionario portuguez-latino dos nomes proprios, e um folheto, com o titulo de *Brachiologia do sacro imperio*, Lisboa, 1687; em que se trata da divisão da politica da Allemanha, com um *Elogio ou oração laudatoria da nação germanica*, etc. Deixou manuscriptas algumas obras, cuja relação vem no 3.º vol. da *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, a pag. 745.

Luz *(Fr. Vicente da)*. Religioso carmelita calçado. N. em Lisboa, onde tambem fal. a 13 de fevereiro de 1713. Era filho de Manuel da Costa e de Marianna da Gama. Recebeu o habito no convento de Sant'Anna, de Collares, em 22 de agosto de 1607, e professou solemnemente a 24 do mesmo mez de 1608. Foi mestre dos conventos de Moura, Coimbra e Lisboa; secretario e socio do provincial Fr. Francisco da Natividade; reitor do collegio de Coimbra, primeiro definidor, e provincial do capitulo celebrado em Lisboa a 29 de abril de 1708. Era um bom latino bom poeta e um dos mais apreciados prégadores do seu tempo, merecendo o applauso de D. Pedro II, e de Carlos VI, quando esteve na côrte de Lisboa. Escreveu: *Sermão nas exequias da Serenissima Rainha de Portugal, D. Maria Sophia Izabel de Nenbourg em 20 de agosto de 1699, no convento do*

Carmo, de Lisboa, Lisboa, 1699; *Circulo Sacro e Floresta Mystica*; constava de diversos sermões distribuidos pelos mezes do anno, obra que ficou incompleta.

Luz. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Carnide, 3.º bairro de Lisboa. E' um sitio aprazivel, rodeado de casas de campo e de quintas com jardins, pomares e arvores silvestres. Tem uma espaçosa praça, alindada com duas fileiras de arvores em torno, e por fóra d'ellas, pelos quatro lados da praça, largas ruas macadamisadas para carruagens. Aos lados d'esta praça vê-se o antigo convento dos freires da ordem de Christo, e o edificio do antigo hospital, onde ha muitos annos está estabelecido o Real Collegio Militar. A fundação do convento liga se com uma lenda, que deu origem ao nome da localidade. Conta-se que no seculo xv, pelos annos de 1463, um homem chamado Pero Martins, que era natural de Carnide, se livrára milagrosamente do captiveiro em que jazia em Africa, graças á intervenção d'uma imagem de Nossa Senhora, que lhe apparecera no carcere e o confortára. Voltando para a sua terra natal, tornou a apparecer-lhe a mesma imagem toda cercada de luz, sobre uma fonte chamada a *Machada*, que parece existir ainda junto á parede da capella-mór da egreja pelo lado exterior. No sitio onde se dera aquella milagrosa apparição construiu Pero Martins uma ermida para recolher a imagem, dando-lhe a invocação de *Nossa Senhora da Luz*. Em 1543, D. João III deu a ermida aos freires da ordem de Christo para ali edificarem um convento. A infanta D. Maria, irmã d'este monarcha, filha d'elrei D. Manuel, e de sua terceira mulher, D. Leonor, concorreu muito para estas obras, edificando á sua custa a egreja e a capella-mór, em 1575, sendo a construcção confiada ao architecto Jeronymo Ruão, filho de João Ruão, que D. Manuel mandára vir de França para trabalhar no convento de Santa Cruz de Coimbra. Conta-se que a infanta recommendara que a egreja *fôsse uma das melhores cousas da Europa* A invocação da ermida passou ao convento, assim como á povoação, que se foi formando em torno. O terremoto de 1755 arrasou o templo e o mosteiro, deixando apenas a capella mór, o arco cruzeiro, e parte das paredes do corpo da egreja. Ali se tem conservado o culto, celebrando se em 8 de setembro solemne festividade em honra de Nossa Senhora da Luz, havendo arraial e uma feira, que dura tres dias. A infanta D. Maria falleceu em 1577, deixando ordenado no seu testamento que se não estivesse ainda concluida a capella de Nossa Senhora da Luz no convento dos freires de Christo na occasião da sua morte, que destinara para seu jazigo, a depositassem, em quanto se não concluisse, no mosteiro da Madre de Deus, de Lisboa. Assim se fez, ficando o seu corpo depositado na casa do capitulo d'este mosteiro, d'onde 20 annos depois, por determinação de Filippe I, de Portugal, foi trasladado para a referida capella de Nossa Senhora da Luz, em 30 de junho de 1597. Jaz em pavimento da capella-mór, ao centro, em sepultura pouco levantada e sem nenhuma letra, ou divisa, symbolisando-se por este signal de humildade a muita que esta princeza guardou em seu coração por toda a vida. No meio do cruzeiro, ao lado do Evangelho, se lê em pouca altura na parede uma inscripção, gravada em letras pretas romanas em uma pedra de marmore branco de tres palmos de alto e cinco de largo, a qual diz assim:

«A Capella moor deste Mosteiro de N. Senhora da Luz e este Cruzeiro são da sepultura da Serenissima Infanta Dona Maria que Deus tem, filha d'El-Rei Dom Manuel, e da Rainha Dona Liauor sua mulher, na qual Capella e Cruzeiro se não dará sepultura a pessoa alguma de qualquer calidade que seja nem em tempo algum se fara nhum Deposito nem nhum litereiro por assi estar asentado por Sua Magestade e por contrato solene e celebrado que se fez cõ o Padre Prior e Padres d'esta Casa confirmado pelo Padre Dom Prior e mais Padres do seu Convento de Tomar cujo trelado está na Torre do Tombo e nesta casa de Nossa Senhora. Faleceo a dez Doutubro de 1577.»

A capella-mór está separada das ruinas do corpo da egreja por uma parede tosca, com uma porta e duas janellas. a qual encobre todo o arco cruzeiro. Do folheto do sr. Gabriel Pereira, *De Bemfica á Quinta do Correio-Mór*, transcrevemos a seguinte descripção: «A capella-mór é ampla, alta, coberta de abobada revestida, assim como as paredes, de marmores diversos formando quadrellas; é o conhecido estylo classico dominante no findar do seculo xvi. Nichos com estatuas animam as grandes paredes. Na parede que olha ao sul estão rasgadas janellas que dão bastante claridade. O altar-mór está elevado, sobre o pavimento da capella; quatro degraus se sobem para lá chegar. Além do altar-mór abre-se um grande arco que abriga o sacrario, soberba obra d'arte muito elegante, em madeira entalhada e dourada, atraz fica o vasto côro, agora sacristia, no mesmo nivel da egreja. Proximo do grande altar, no chão, ha uma abertura circular que diz para a fonte de agua milagrosa. Ao meio da capella-mór o singelo tumulo da fundadora. Na capella-mór ha duas capellas lateraes: outras duas no cruzeiro. Empregaram na construcção marmores branco e vermelho, servindo-se da pedra d'Arrabida na ornamentação; nos frisos e molduras sobresaem quadrados, losangos, ellipses feitos n'essa pedra, bem trabalhada e polida. A pedra vermelha fórma o fundo, a branca a parte saliente e ornamental. Nos grandes nichos da capella mór estão dezesete estatuas em marmore: N. S.ª com o Menino Jesus, S. Thomé, Santo André, S. João, S. Lucas, S. Matheus, S. Marcos, S. Simão, S. Mathias; estão á direita, olhando para o altar-mór: á esquerda, S. Filippe, S. Thiago Maior, S. Pedro, S. Judas Thadeu, S. Thiago Menor e S. Bartholomeu. As estatuas da Virgem e dos Evangelistas são maiores. Estas estatuas são em marmore branco d'Extremoz, lindo marmore; o trabalho é muito pegado, os artistas não se atreveram a desligar, a destacar braços ou mãos. No exterior do edificio, lado sul, ha outra estatua de N. S.ª com o Menino e ainda uma terceira na frontaria do Collegio Militar; todas da mesma epoca e do mesmo estylo acanhado. São todavia de bom trabalho, e representam excellentemente o estado da estatuaria em Portugal naquelle tempo. No altar-mór admiramos alguns baixos relevos em fino jaspe, em seis pe-

quenas pilastras; são figuras symbolicas da Fé, Justiça, Fortaleza, etc. Sobre a figura da Fortaleza ha um medalhão com Hercules, o leão e o centauro finamente executado. Uma das figuras é a Astronomia, outra a Medicina. Nas pilastras que fórmam as esquinas do altar, as faces lateraes, mostram fructas e flôres, escudos e peças d'armadura. Estes bellos baixos relevos são de pura Renascença, d'um estylo muito anterior ao frio classicismo da capella-mór. Alguns dos symbolos destôam da idéa christã, parecem deslocados na ornamentação do altar mór. E' possivel que sejam peças destinadas a outra obra d'arte, que fôram aqui aproveitadas. Na alta parede da frente da capella-mór ha oito quadros em disposição symetrica; o maior occupa o centro, é N S.ª da Luz com o Menino, que apparecem ao pobre Pedro Martins; o milagre que deu origem á fundação da ermida primitiva. Este quadro está assignado: *Franciscus Venegas, Regius pictor faciebat.* Sobre este quadro está outro painel de moldura circular, que representa a Coroação da Virgem; está tambem assignado: *F. Venegas, f.* Como estes dois quadros estão bastante alto as assignaturas não se descobrem á primeira vista, mas é facil a leitura com um binoculo regular. A' esquerda da Coroação está a Adoração dos Reis, á direita a Apresentação no Templo, em molduras ellipticas; não lhes descubro assignatura. Aos lados do grande quadro do milagre de Pedro Martins, está a Visitação á esquerda, e á direita a Adoração dos pastores; não lhes vejo assignatura; por baixo á esquerda N. S.ª e S Joaquim, a direita a Annunciação, este assignado: *F. Venegas f.* Os paineis não assignados pódem ser do mesmo artista *Venegas*; são pinturas em madeira, bem desenhadas e pintadas, em boa conservação. A' primeira vista estas pinturas destoam, divergem entre si; a meu vêr porque o pintor, que era excellente executante, não tratou de inventar, contentando-se em copiar, ou quasi, os bons quadros que conhecia. Na capella da esquerda está o quadro da Circumcisão. O fundo é formado por apparatoso edificio do renascimento. A figura da Virgem é admiravel; á esquerda, a Caridade, mulher com duas creanças, de bom effeito; á direita, no fundo escuro, a Humildade. No primeiro plano vê se um tapete persa e um cãosinho felpudo, de luxo, pintado com muito cuidado. Na capella á direita a Sacra Familia, Anjos coroando; fundos claros, edificio do renascimento em ruina. Detalhes minuciosos. O trabalho d'esculptura em madeira dourada que reveste a grande parede da capella-mór faz bom effeito; é desegual, talvez em parte material aproveitado para encher o vão. Mas o sacrario é uma peça de grande elegancia; renascença classica de cuidadosa execução. Na capella da esquerda do cruzeiro está um quadro notabilissimo. S. Bento dá a regra aos seus monges. No primeiro plano á esquerda el-rei D. Manuel, á direita a infanta D. Maria. Um fidalgo e diversos monges fórmam grupo atraz da figura do rei, uma dama e muitas freiras estão depois da infanta. Todas as figuras estendem o braço direito, a palma da mão para cima como signal de acceitação da regra. D. Manuel tem o collar de Christo. A infanta veste com fausto; vestido de tissu lavrado, apertado na frente com laços de fitas com agulhetas; joias com pedras preciosas, gorgeira de fina renda, gola muito alta, collar com fita pendente de ouro e pedras. O lindo rosto juvenil da dama de côrte, vestida mais modestamente, pintado n'um tom menos brilhante, succede muito bem á magestosa grande dama, e prepara para o aspecto ascetico do grupo de freiras. Tanto estas como os frades teem physionomias estudadas; são retratos. Por isto este painel tem o duplo valor de obra d'arte, e de documento historico, dando ainda preciosos elementos de indumentaria. As grades da capella-mór e das outras capellas são em pau santo com torcidos. No cruzeiro á direita fica outro altar. E' a capella do Senhor dos Afflictos; é a imagem de Jesus Crucificado, esculptura em madeira de boa execução, corpo robusto com anatomia estudada. Sob a imagem, n'um friso, ha duas taboas pintadas que merecem attenção. Em uma Santo Antonio e S João Baptista; na outra as santas Agueda e Luzia, com os seus emblemas. São pinturas talvez do começo do seculo XVI, ali applicadas. No cruzeiro, á direita, uma porta singela dá para uma pequenina capella, agora sem culto; construcção do começo do seculo XVII. Tem rodapé de azulejos, altar e chão de boa pedra Está aqui um tumulo com escudo d'armas sem letreiro; outro com brazão e a seguinte legenda: Aqui está sepultado o religiosiss.º varão da ordem de Chr.º D F. Martinho de Ulhoa bispo que foi de S. Thomé, Congo e Angola juntamente que mandou fazer esta capella em a qual se diz missa quotidiana falleceo a 8 d'agosto de 1606.—Guarda se na sacristia (antigo côro) um grande retabulo que servia de tapar o vão do arco da capella mór. Representa o milagre de N. S.ª a Pedro Martins. E' fraca pintura. Está assignado e datado: *Anno de 1714. Henrique Ferreira fez.* Sobre o altar da sacristia está a imagem de N. S.ª dos Remedios. E' esculpida em madeira, e por n'esta ter dado o caruncho a vestiram de sêda para occultar as lesões. Merece toda a attenção E' pintada e dourada; luxuoso vestido rodado de mangas perdidas, fita de joias em relevo com imitação de pedras finas. No vestido o artista imitou rico tissu floreado. O vestuario d'esta imagem recorda o do retrato da infanta. Deve ser esculptura do fim do seculo XVI. Da mesma epoca deve ser um grande frontal com o brazão da infanta bordado no centro e aos lados; tem fachas de velludo vermelho com bordado alto a ouro e prata, sendo os vãos ou entre-fachas de seda branca. Junto do altar-mór a abertura do poço ou fonte da agua milagrosa, um simples bocal raso com tampa de madeira. A fonte é bem curiosa. A entrada deita para um quintal contiguo. Descemos a escada e na parede vêmos alguns azulejos antigos, moiriscos, de fino esmalte e relevos. Um portico em estylo manuelino dá para o espaço onde nasce a agua; uma abobada forrada de azulejos brancos com estrellas azues; outros revestem os rodapés e paredes, em pequenos quadros formados de quatro azulejos, de diversos typos, alguns raros. O portico tem columnas torcidas e no intercolumnio uma facha com romans.» No corpo da egreja ainda se viam os bellos marmores primorosamente esculpidos nas paredes, que o terremoto deixára de pé, e magnificas columnas, mas hoje nada resta d'essas venerandas ruinas, porque ha mais de 60 annos as columnas e os marmores vieram para a

repartição das obras publicas para serem empregados em differentes obras da cidade. O que existe do convento é obra de reedificação, projecto vasto e magestoso que não chegou ao andar nobre. Na parte que está feita funccionou algum tempo a Escola Veterinaria, e depois serviu, por vezes, de quartel de cavallaria e deposito da mesma arma. O hospital foi fundado pela mesma infanta D. Maria, e só se concluiu em 1618, muito depois do seu fallecimento, mas a infanta deixara-lhe rendimentos bastantes para poder tratar e sustentar 63 pobres enfermos. No seculo XVIII ainda o hospital existia, sendo mantido por dois freires da ordem de Christo. O terremoto de 1755 tambem o arruinou bastante, mas os estragos fôram logo reparados. No principio do seculo XIX o edificio foi convenientemente adaptado para ali se estabelecer o Real Collegio Militar, que se conservou desde 1814 até 1835, anno em que passou para o convento de Rilhafolles, sendo mais tarde transferido para Mafra, e voltando depois definitivamente para a Luz, onde ha muitos annos se conserva. Na Luz existiu em tempo, um cruzeiro, segundo conta fr. Roque do Soveral, freire da ordem de Christo, na *Historia do insigne apparecimento de Nossa Senhora da Luz, e suas obras maravilhosas*, publicada em 1610. No cap. XII do livro III, narra elle as augustias por que passou a companhia da urca *Fortuna*, cujo salvamento, a fé viva d'aquelles rudes marinheiros attribuiu á benevola intervenção de Nossa Senhora da Luz, que fervorosamente invocaram. Feita a promessa do devido reconhecimento, que não tardariam a cumprir, logo que chegassem a Lisboa, «tiraram entre si cem mil réis de esmolas que trouxeram a esta santa casa, vindo todos em solemne procissão.» Fr. Roque do Soveral conclue: «O remate das mercês que apontamos seja uma cruz de pau, que defronte da porta afóra da egreja, d'esta esclarecida Senhora, está arvorada em pedestal de pedra marmore bem lavrada, e corre em campo liso da melhor pedra o letreiro seguinte: — Esta cruz fizerão os officiaes & marinheiros da Vrca fortuna em que foy governador dõ Francisco de Sousa, na era de 1591, & correrão muyto trabalho das ilhas pera terra, fez-lhe nosa Senhora da Luz, por quem chamarão, mercê de os livrar, & trazer a salvamento a Lisboa.»—A gente do mar tinha particular devoção pela imagem de Nossa Senhora da Luz, em cujo templo, segundo affirma fr. Roque do Soveral, se observaram muitos e repetidos votos de marcantes afflictos e gratos.

Luz Pov. da freg. de N. S.ª da Luz, da prov. do Alemtejo, concelho de Mourão, com. de Reguengos de Monsaraz, distr. e arceb. de Evora; 101 fog. e 454 hab. Esta freg. está aunexada civilmente á de Mourão. Tem esc. para o sexo fem. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada na falda d'um monte proximo da margem do rio Guadiana. A mitra apresentava o cura, que tinha 120 alqueires de trigo e 60 de cevada, de rendimento. A pov. pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal || Pov. e freg de N. S.ª da Luz, da prov do Algarve, conc. e com. de Lagos, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 570 fog. e 1:967 hab. Tem correio e esc. do sexo masc. A egreja matriz fica a 6 k. da séde do conc. Está situada proximo do mar. A mitra apresentava o cura, que tinha 60 alqueires de trigo, 75 de cevada e 1 arroba de figos de cada fogo. A freg. está espalhada por casaes e fazendas, a que chamam *montes*. Comprehende as aldeias de *Espiche* e *Almadêna*, que ficam na estrada que vae para o Cabo de S. Vicente. A egreja está quasi erma, e fica proximo da fortaleza de N. S.ª da Luz, que defendia uma grande extensão de praia. Tem marinhas de sal. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. || Pov. e freguezia de N. S.ª da Luz, da prov. do Algarve, conc. e com. de Tavira, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 570 fog. e 2:644 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e est. do caminho de ferro do sul e sueste, entre a de Tavira e o apeadeiro do Livramento; e no ramal de Portimão entre o mesmo apeadeiro e a est. de Pedras d'El-Rei. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada na estrada real de Faro a Tavira. A mitra apresentava o cura, que tinha 210 alqueires de pão terçado. de rendimento. A egreja matriz é muito antiga e de singular architectura, com abobada e *aranhas* de pedra lavrada, assim como o arco da capella-mór, que até ao meio tinha uma grade de ferro, que foi tirada depois do terremoto de 1755. E' de tres naves, e as paredes exteriores adornadas de ameias, em fórma de pequenas torres. Apezar da freguezia ser quasi toda espalhada por casaes, é muito fertil em tudo. Pertence a pov á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 4 com a séde em Faro. || Pov. e freg. de N. S.ª da Luz, do conc. e com. de Santa Cruz da Graciosa, distr. e bisp. de Angra do Heroismo; 532 fog. e 1:902 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Tambem é conhecida pelo nome de *Sul*. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. || Porto da ilha de S. Thiago, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental, na costa E. Tambem é conhecida por *Nossa Senhora da Luz*. No tempo em que florescia a villa dos Alcatrazes, que foi salgada e arrasada, este porto era o mais frequentado dos sete da ilha Depois caiu em decadencia. || Luz, ou Nossa Senhora da Luz, era o nome primitivo da actual cidade do Mindello, no archipelago e prov. de Cabo Verde. || Freguezia de N. S.ª da Luz, no presidio de Zeguichor, no conc. de Cacheu, prov. da Guiné, Africa Occidental. || Freguezia de N. S.ª da Luz, do conc da Praia com de Sotavento, ilha de S. Thiago, archipelago, prov. e bisp. de Cabo Verde, Africa Occidental. Fertil em assucar, tabaco, batatas, mandioca, aguardente, milho, cafezaes, etc. O algodoeiro apparece espontaneamente. || Freguezia de N. S.ª da Luz, do conc. e ilha de S. Vicente, com de Barlavento, do mesmo archipelago, prov. e bisp. E' a unica freg que conta a cidade do Mindello. || Freguezia de N. S.ª da Luz, da ilha de Maio, com. de Sotavento, do mesmo archipelago, prov. e bisp. Exploração agricola variada. || Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Arcozello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello || S. Vicente e conc. de Abrantes, distr. de Santarem || S. Thiago e conc. de Castello de Vide, distr. de Portalegre. || N. S.ª da Graça, de Bobadella, conc. Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Luz Côrte Real *(Francisco Pereira da)*. Ge-

neral de brigada. N. em Lagos em 1821, sendo descendente de familia muito distincta. Assentou praça em infantaria n.º 15, a 11 de maio de 1839, contando 19 annos de edade. Foi promovido a alferes em 6 de maio de 1846, a tenente em 16 de abril de 1851, a capitão em 18 de novembro de 1872, a major no mesmo dia e mez, do anno de 1874. a tenente-coronel em 4 de março de 1879, a coronel em 7 de setembro de 1881, a general de brigada em 1889. Quando saiu coronel foi commandar o regimento de infantaria n.º 11, conservando-se n'este commando até á sua promoção ao generalato. Como general foi segundo commandante da terceira divisão, que tem a séde no Porto, tomando muitas vezes o commando na ausencia do primeiro commandante. Nos acontecimentos de 31 de janeiro de 1891 que se déram no Porto, houve-se o general Côrte Real de fórma que conseguiu abafar promptamente a revolta militar. Possue a commenda da ordem de Aviz e a medalha de comportamento exemplar. A sua carreira militar exerceu-a em grande parte no Algarve, onde tinha a sua casa.

Luz Fernandes (*Antonio José da*). Director geral da repartição tachygraphica da camara dos deputados. N. em 8 de setembro de 1816, fal. em 10 de janeiro de 1887. Dedicou-se muito ao estudo da tachygraphia, para que tinha a maior vocação. A tachygraphia começou a desenvolver-se em Lisboa por occasião das côrtes de 1820, sendo nomeado professor regio o hespanhol Angelo Ramon Marti. Foi elle quem ensinou José Servulo da Costa, Freineda e muitos outros, que se tornaram tachygraphos distinctos. Em 1834, quando se reuniram as primeiras côrtes depois de implantado o systema representativo, foi Servulo da Costa, então tachygrapho-mór, encarregado de reger a aula de tachygraphia, e no primeiro de novembro do mesmo anno, precedendo a concurso, admittiram-se oito praticantes para a camara dos deputados, sem vencimento, recebendo apenas no fim da sessão uma gratificação de 50$000 réis. N'esse numero entrou Luz Fernandes. Em 1835, por proposta approvada em sessão nocturna, começou a vencer o ordenado de 300$000 réis. Em 1837 foi nomeado primeiro tachygrapho, e em 1848, por morte de Julio José da Silva, chefe da repartição tachygraphica da camara dos deputados, foi nomeado para exercer este cargo. Em 1854, além da aula de tachygraphia que estava estabelecida na camara dos pares, creou-se outra na dos deputados, sendo Antonio da Luz Fernandes o encarregado de a reger, tendo por substitutos Francisco Emygdio da Silva, sub-chefe da repartição tachygraphica, e Clemente José dos Santos, primeiro tachygrapho. O governo reconhecendo os valiosos serviços prestados á tachygraphia por Luz Fernandes, que pelos seus esforços conseguira o seu grande desenvolvimento, concedeu-lhe o habito da ordem de N. S.ª da Conceição. Mais tarde, sendo presidente do conselho de ministros o bispo de Vizeu D. Antonio Alves Martins, fôram supprimidas por decreto de 15 de abril de 1869, a titulo de economias, as aulas de tachygraphia que existiam nas duas camaras, ficando por consequencia dispensados do serviço os respectivos professores. Annos depois foi reconhecida a urgente necessidade de restaurar o curso de tachygraphia, e estabeleceu-se uma só aula sob a dependencia das duas camaras, em julho de 1882, sendo nomeado Luz Fernandes seu professor, cargo em que se conservou até á data do fallecimento.

Luz Gomes (*José Lourenço da*). Lente jubilado e director da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa; medico cirurgião honorario da Real Camara, enfermeiro-mór do hospital de S. José, par do reino, deputado, do conselho da rainha D. Maria II e dos monarchas D. Pedro V e D. Luiz I, presidente da direcção do Banco de Portugal, vereador e presidente da camara municipal de Lisboa, abastado proprietario e capitalista, etc. N. em Lisboa em 8 de setembro de 1800, dia de Nossa Senhora da Luz, e por isso tomou esse appellido; fal. em Paço d'Arcos em 13 de julho de 1882. Era filho de Vicente Luciano Gomes e de sua mulher, D. Florentina Gomes. Seguiu o antigo curso interno no hospital de S. José, e o de Physica e Chimica nas aulas da Casa da Moeda, sendo tal o seu aproveitamento que pouco tempo depois, em 1821, era nomeado cirurgião ajudante do banco e porteiro das aulas no mesmo hospital, o que equivalia a demonstrador de anatomia. Em 4 de agosto de 1821 foi nomeado lente substituto da cadeira de medicina operatoria, e em 1826 cirurgião effectivo do hospital e lente proprietario da cadeira de clinica, que regeu por muitos annos, dedicando-se a operações muito difficeis e delicadas. José Lourenço da Luz foi o mais brilhante operador portuguez, verdadeiramente notavel pelo seu arrojo e pericia. Foi o primeiro cirurgião que em Portugal fez as laqueações da arteria carotida primitiva, o que realisou em 27 de fevereiro de 1825 obtendo assim a cura de um doente do hospital em imminente perigo de vida, em consequencia d'um ferimento da carotida. Foi tambem o primeiro medico portuguez que executou, com o melhor exito, a ligadura da iliaca externa (9 de dezembro de 1824), facto tão importante, que d'elle se fez menção especial nos *Annales de médicine physiologique de Broussais*. Tambem em 1833 extrahiu pela talha o maior calculo vesical que entre nós se tem visto, pois que pesava cêrca de 700 grammas, sendo para notar que todos estes operados se curaram. Congregando-se com os seus collegas, lentes da antiga escola, logo depois de estabelecido definitivamente em 1834 o regimen liberal, conseguiu fundar um jornal scientifico, intitulado *Jornal das Sciencias Medicas de Lisboa*, que principiou a publicar-se em janeiro de 1835. Fundando-se em 18 de maio do mesmo anno a actual Sociedade das Sciencias Medicas, de que José Lourenço da Luz foi um dos fundadores, o jornal ficou sendo orgão da sociedade, continuando a publicação com o titulo seguinte: *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, no mez de janeiro de 1836. Dedicou-se á politica, começando por ser eleito vereador da camara municipal, da qual foi pouco depois presidente. Amigo e partidario do governo do conde de Thomar, se lhe prestava todo o concurso da sua actividade e intelligencia, não deixava de procurar introduzir ordem, regularidade e melhoramentos na repartição a seu cargo. Assim conseguiu, a custo, melhorar a escripturação e fazenda municipal. A reforma dos cemiterios foi um dos seus mais instantes cuidados. José Lourenço da Luz era director e lente jubilado da Escola

Medica, e pôde obter que n'essa escola se organisasse um gabinete de phrenologia, para o que fez ali depositar os craneos de Diogo Alves e Mattos Lobo. No fim de alguns annos de lucta alcançou o estabelecimento de um hospital de alienados no antigo convento de Rilhafolles, d'onde o duque de Saldanha fez, para esse effeito, remover o Real Collegio Militar, que estava então ali installado. Foi director presidente por alguns annos do Banco de Portugal, sendo repetidas vezes reeleito, o qual pelos seus esforços pôde levantar da decadencia em que se encontrava, por meio d'uma commissão de inquerito parlamentar, uma das primeiras que se nomearam em Portugal, e que muito proveitosa foi para o credito d'aquelle estabelecimento. Era então deputado, sendo eleito nas legislaturas de 1845 a 1851, e conhecido por um dos mais valiosos defensores do governo d'essa epoca, e por um dos membros mais importantes do partido cabralista. Por carta regia de 17 de maio de 1861 teve a nomeação de par do reino, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara na sessão de 20 de maio do mesmo anno, competindo-lhe n'essa qualidade as honras da grandeza do reino, de que se encartou por carta de 24 de julho tambem de 1861. O seu estado de saude, porém, não lhe permittiu prestar na camara alta os serviços que prestára anteriormente na dos deputados. Tambem exerceu o cargo de enfermeiro-mór do hospital de S. José. Era membro effectivo da Sociedade das Sciencias Medicas, sendo em 1842 eleito, por unanimidade, socio honorario de primeira classe. José Lourenço da Luz collaborou na *Revista Medica de Lisboa*, de 1844 a 1846. Quando era director do Banco de Portugal, deu-se uma pendencia entre a direcção e Thomaz Maria Bessone, mais tarde visconde de Bessone, negociante e capitalista, de que resultou a sua fallencia. Sustentou outro litigio intentado contra elle, como tutor dos filhos de Pereira da Costa, em que tambem figuravam contas do Banco de Portugal e a firma Bessone. Acêrca d'estes litigios publicaram-se de 1863 a 1872, além de numerosos artigos e correspondencias nos jornaes, especialmente na *Gazeta de Portugal*, *Revolução de Setembro*, *Portuguez*, *Commercio de Lisboa*, varios folhetos e livros. José Lourenço da Luz possuia as seguintes honras, além das já citadas: a commenda da ordem de Christo e a de Nossa Senhora da Conceição. Casou em 1828 com D. Carlota Joaquina da Silva, filha de Antonio Francisco da Silva, proprietario e capitalista, e de sua mulher, D. Anna Rita de Mello. D'este matrimonio, entre outros filhos, houve Caetano da Silva Luz, visconde de Coruche, fallecido em dezembro de 1904. Por alvará de 5 de abril de 1877 foi-lhe concedido o brazão d'armas, que já descrevemos no artigo do visconde de Coruche, vol. II do *Portugal*, pag. 1164. Em 1825 publicou um opusculo de 14 pag com 1 estampa, intitulado: *Observação de um caso de laqueação da arteria iliaca externa para curar o ancurisma inguinal, praticado por José Lourenço da Luz.*

Luz Pitta *(Antonio da)*. Bacharel em letras pela respectiva faculdade de Montpellier com diploma de 9 de setembro de 1826; bacharel em sciencias physicas pela respectiva faculdade da mesma cidade, com diploma de 21 de abril de 1827; doutor em Medicina pela respectiva faculdade da mesma cidade com diploma de 7 de dezembro de 1830; doutor em cirurgia pela faculdade de Paris, com diploma de 12 de agosto de 1831; medico habilitado em Portugal com diploma de 19 de abril de 1836, etc. N. na villa da Ponta do Sol, ilha da Madeira, a 2 de setembro de 1805. Exerceu as seguintes commissões de serviço publico: na ilha da Madeira delegado do cirurgião-mór do reino, por provisão regia de 4 de junho de 1835, até ser extincto aquelle cargo; provedor da saude, nomeado interinamente em 23 de fevereiro de 1846, e confirmado por decreto de 4 de março do mesmo anno; delegado do Conselho de Saude Publica do Reino desde 20 de junho de 1846, e depois confirmado pelo diploma do ministerio do reino de 23 de junho de 1851; professor da segunda cadeira da Escola Medico-Cirurgica do Funchal, director presidente do conselho escolar; medico e cirurgião effectivo do hospital da Misericordia da mesma cidade, e do hospicio da princeza D. Maria Amelia, desde 1853; presidente da camara municipal do Funchal, membro da Junta Geral, e do conselho do mesmo districto; deputado na legislatura de 1852, reeleito em 1853, conservando se até 1857. Era membro da Sociedade Cirurgica de Emulação de Montpellier, com diploma de 29 de julho de 1830; membro do Circulo medico e da Sociedade de Historia, natural da mesma cidade, membro fundador da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, com diploma de 28 de julho de 1836. Possuia a commenda da ordem de Christo, concedida em remuneração de serviços importantes e arriscados, que prestou em 1856, quando a cholera-morbus invadiu pela primeira vez a ilha da Madeira, e o grau de cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição. Escreveu: *Proposições sobre a vaccina: these inaugural defendida na Faculdade de Medicina de Montpellier em 28 de agosto de 1830; Vantagens da reunião immediata por meio da sutura depois das operações cirurgicas; these inaugural sustentada na Faculdade de Medicina de Paris em 1.º de agosto de 1831; Excisão do collo do utero, operação feita em Lisboa na pessoa da Ex.ma S.ª D. M. R. C. de L. de P. de L.*, Lisboa, 1849, com uma estampa; *Observação de uma amputação do collo do utero*, com estampas, Lisboa, 1849; *Lições feitas na Escola do Funchal, e instrucções populares sobre a cholera-morbus epidemica*, Madeira, 1849; *Relatorios estatisticos annuaes, sobre o movimento clinico do Hospicio da princeza D. Maria Amelia, no Funchal;* annos de 1853 até 1858, inclusivé; *Relatorio historico e estatistico sobre a invasão, desenvolvimento e mortalidade da epidemia cholerica na Madeira em 1856*, apresentado ao Conselho de Saude Publica do Reino em 1859; *Discurso pronunciado na abertura da Escola medico-cirurgica do Funchal em 1865*; veiu reproduzido no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, vol. XXX, de pag. 366 a 370. Antonio da Luz Pitta foi um dos redactores do *Agricultor madeirense*, jornal publicado debaixo dos auspicios da Sociedade Agricola do Funchal, e foi tambem durante 9 annos um dos principaes collaboradores do jornal politico *A Ordem*.

Luz Soriano *(Simão José da)*. Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, official-mór graduado no ministerio da ma-

rinha, chefe da secção de marinha, deputado, escriptor, historiador e jornalista, etc. N. em Lisboa a 8 de setembro de 1802, onde tambem fal. a 18 de agosto de 1891. Era filho de paes muito pobres e humildes, Domingos José Soriano e Angelina Rosa de S. José. Contava apenas dois annos de edade, quando seu pae resolveu partir para o Brazil na esperança de angariar fortuna, mas parece que nada conseguiu, porque nunca mais se receberam noticias a seu respeito. Sua mãe, vendo-se sem recursos, não podendo cuidar da educação de seu filho, pôde alcançar por intervenção d'um tio, que Luz Soriano fôsse admittido na Casa Pia, onde cursou e concluiu os estudos de instrucção primaria Estava-lhe então destinada a aprendizagem d'um officio mechanico, mas o futuro historiador, que já n'esse tempo mostrava certa força de vontade, que tanto o caracterisava, convencendo-se que o seu talento o levava a mais altos destinos, pôde conseguir, depois de ter estudado grammatica latina, matricular-se na antiga Academia Real de Marinha, onde logo no exame do primeiro anno foi contemplado com o premio pecuniario de 72$000 réis. Esta distincção enthusiasmou tanto o administrador da Casa Pia que propoz ao intendente geral de policia, o barão de Rendufe, para que o joven estudante fôsse escolhido para cursar os estudos na Universidade de Coimbra a expensas do cofre da intendencia, o que se obteve por deliberação do então ministro do reino, marquez de Palmella. Chegado á Universidade, depois de feitos todos os exames preparatorios, matriculou-se Luz Soriano no primeiro anno de Mathematica como estudante ordinario, e no de Philosophia como estudante obrigado. Cursou o primeiro e o segundo anno d'estas faculdades, ficando approvado plenamente, e sendo premiado no segundo anno de Mathematica. Tendo continuado o terceiro do curso, 1827 a 1828, viu-se obrigado a interromper os estudos, por causa da guerra civil que então se declarou, tendo rebentado no Porto em 16 de maio de 1828 o grito liberal, proclamando pela segunda vez os principios liberaes de 1820. O mallogro d'essa revolta obrigou os corpos, que a sustentavam, a emigrar para a Galliza. Luz Soriano, como constitucional exaltado, alistara-se no batalhão dos academicos de Coimbra, que tomou parte muito activa no movimento que se déra n'esta cidade no dia 22 do mencionado mez, e por isso tambem seguiu os emigrados, que da Galliza passaram a Plymouth, d'onde fôram para a ilha Terceira em fevereiro de 1829. Ali, pela sua dedicação ao trabalho e á causa liberal, Luz Soriano tornou-se jornalista, sendo o redactor principal da *Chronica da Terceira*, que principiou a publicar se semanalmente em 17 de abril de 1830, havendo anteriormente a essa data saido algumas folhas avulsas com a narração dos successos e noticias politicas do tempo. Depois de redigir os primeiros 12 ou 15 numeros do jornal, Luz Soriano retirou se da redacção por causa d'umas desintelligencias que teve com o marquez de Palmella, sendo n'esse cargo substituido pelos dois academicos Elias José de Moraes e José Estevão Coelho de Magalhães, e finalmente pelo official do batalhão de voluntarios da rainha João Eduardo de Abreu Tavares. Este jornal advogava energicamente os principios liberaes, animando o partido que o sustentava, e influindo-o á lucta. Mais tarde, em 1832, tomou parte na expedição liberal que veiu desembarcar nas praias do Mindello. Seguiu-se o cêrco do Porto, em que Luz Soriano, como artilheiro academico, praticou actos de bravura, requereu com insistencia que o collocassem na guarnição da Serra do Pilar, e o seu procedimento tornou-se tão notavel que mereceu ser classificado com distincção pelo tenente general visconde da Serra do Pilar, José Antonio da Silva Torres Ponce de Leão, como attesta o respectivo e honroso documento. Terminadas as luctas civis pela convenção de Evora Monte em maio de 1834, Luz Soriano voltou para a Universidade a concluir os estudos, obtendo premios em todos os annos do curso, e tomou o grau de bacharel na faculdade de Medicina, obtendo por fim informações distinctissimas em litteratura.

Simão José da Luz Soriano

Já desde a sua permanencia na ilha Terceira, fazendo-se justiça ao seu grande merito litterario, fôra empregado ao serviço do ministerio da marinha, onde continuou a pertencer, e para onde voltou quando concluiu os estudos, sendo depois d'alguns annos de serviço nomeado chefe d'aquella repartição, que exerceu sempre com o maior zêlo e intelligencia, e em que veiu a ser reformado em julho de 1867. No exercicio d'esse cargo prestou os mais relevantes serviços para a organisação da colonia de Mossamedes; para se consolidar o dominio portuguez no porto de Ambriz, de que a Inglaterra pretendia assenhorear-se. Luz Soriano fôra eleito deputado pela provincia de Angola em 1853, sendo reeleito nas seguintes legislaturas, e sobre a referida questão pronunciou um vehemente discurso, em que mostrou bem o seu profundo talento e os seus conhecimentos praticos do ultramar, sustentando os

nossos direitos sobre aquella colonia. Este notavel discurso foi publicado, além do *Diario da Camara*, no *Diario do Governo*, de 13 de julho de 1853, e traduzido em inglez por ordem do embaixador de Inglaterra, em Portugal, que o enviou para o seu governo. Está inserto na collecção das peças officiaes, que o governo britannico annualmente publicava ácêrca do trafico da escravatura, para ser apresentado no parlamento. Na referida collecção se encontra a pag. 407 do vol. de 1 de abril de 1853 a 31 de março de 1854, com o titulo de classe B: *Correspondence with British Ministers and Agents in foreign countries, and with foreign Ministers in England, relating to the slave trade.* A Inglaterra afinal desistiu das suas pretenções, ficando assim terminada uma pendencia de tão elevado alcance. Tambem se deve ao grande merito litterario de Luz Soriano o termos supplantado uma pretenção da França sobre o caso da escuna *Fourvis*; pois tendo ella aportado a Loanda, vindo de Marselha, e sendo o seu capitão coagido a pagar certos direitos da alfandega, recusou-se ao pagamento, e a fez encalhar, retirando-se para Marselha. Veiu em seguida o governo francez exigir indemnisações com perdas e damnos, que importavam em muitos contos de réis. Luz Soriano prestou na repartição ultramarina taes esclarecimentos, e desenvolveu argumentos tão efficazes, que aproveitados no ministerio dos estrangeiros, para onde fôram enviados, fizeram calar as notas diplomaticas da França. Todos estes factos lhe mereceram a nomeação de vogal extraordinario do conselho ultramarino, pelo decreto, em que se liam expressões muito elogiosas, passado em 23 de agosto de 1865, referendado pelo marquez de Sá da Bandeira, de quem era verdadeiro amigo. Luz Soriano, depois da sua aposentação, entregou-se com mais afinco á vida de escriptor, a que sempre foi muito dedicado O governo encarregou-o de escrever, por meio do estipendio annual de 600$000 réis, a *Historia da guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal*, trabalho que emprehendeu, e chegou a concluir em 17 volumes, acompanhando o de uma numerosa collecção de documentos de muito valor. A obra foi começada em 1866 e terminou em 1884. E' dividida em 3 epocas, tendo a primeira 3 volumes; a segunda 5, e a terceira 9; comprehende o reinado de D. Maria I, a historia da guerra da peninsula com mappas illuminados dos combates, e campo de batalha. E' um trabalho importantissimo, não só pela narração dos factos, mas pelos documentos que encerra. A *Historia do cêrco do Porto*, é tambem uma obra collossal, uma das glorias de Luz Soriano. Tem o seguinte titulo: *Historia do cêrco do Porto precedida de uma extensa noticia sobre as differentes phases politicas da monarchia, desde os mais remotos tempos até ao anno de 1820, e desde este mesmo anno até ao começo do sobredito cêrco.* São dois grossos volumes, sendo publicado o 1.º em 1846, e o 2.º em 1849, trazendo este volume uma carta topographica das linhas do Porto. Esta obra não deixou de lhe occasionar attrictos, visto ser uma historia contemporanea, e o marquez de Palmella, a quem a mesma se refere em muitos logares, fazendo por um lado elogio ao arrojo do distincto historiador em se abalançar a escrever um trabalho de tanto alcance, não se dispensou de lhe offerecer um grande numero de notas, que em parte modificava algumas das suas asserções; accrescentando, que talvez o illustre historiador ás vezes désse credito a boatos infundados, ou se deixasse apaixonar por sentimentos de sympathia ou antipathia, isto, na melhor boa fé possivel. Luz Soriano, prestando homenagem ao marquez de Palmella, na segunda edição da sua notavel obra, não alterou o texto, mas publicou em additamento as notas do nobre marquez, deixando ao leitor imparcial o ajuizar dos factos confórme lhe parecesse mais acertado, dando assim uma prova da sua lealdade; accrescentando que o sr. marquez de Palmella lhe attribue algumas vezes uma narração apaixonada, se esqueceu tambem de que na narração d'aquelles factos que lhe diziam respeito era juiz e parte ao mesmo tempo. Mas parece que o accrescentamento das notas não chegou a publicar-se. Appareceu, porém, um opusculo intitulado: *Duas palavras sobre a Historia do cêrco do Porto*, tendo no fim a data de 1 de fevereiro de 1849, e a assignatura de Roberto José da Silva. Além d'estas obras Luz Soriano escreveu ainda o seguinte: *Historia do reinado de D. José e da administração do marquez de Pombal*, 2 volumes, Lisboa, 1867; *Poesias diversas de Simão José da Luz*, Angra, 1832; *Folhinha da Terceira para o anno de 1832, bissexto*, Angra, 1832; foi editor d'esta publicação e um dos seus collaboradores; o barão de Humboldt, em 1836, procurou com empenho um exemplar para a bibliotheca real de Berlim; *Memoria sobre os sertões e a costa ao sul de Benguella na provincia de Angola, escripta sobre documentos officiaes, que existem na secretaria do estado dos negocios de marinha*; saiu nos *Annaes maritimos e coloniaes*, serie 6.ª, 1846, n.º 3, pag. 73 e seguintes; *Memoria concernente a sustentar a opinião dos que julgam contagiosa a cholera-morbus epidemica;* saiu no *Diario do Governo*, de 7 de março de 1848; foi suscitada pela questão que a esse respeito se levantou nas nossas sociedades medicas, por occasião de ser invadida a Europa segunda vez por aquella epidemia; *Artigo necrologico, consagrado á memoria do sr. Francisco de Assis Moraes Cardoso, guarda-mór da saude no porto de Belem;* saiu no *Diario do Governo*, de 2 de dezembro, 1848; *Outro dito á memoria do conselheiro Pedro Alexandrino da Cunha, capitão de mar e guerra, que em 6 de julho de 1850 falleceu, sendo governador de Macau*; no *Diario do Governo*, de 3 de outubro 1850; *A Quadrilha dos srs. Antonio Rodrigues Sampaio, Francisco Tavares de Almeida, Antonio Pedro de Carvalho, e Antonio dos Santos Monteiro, ou duas cartas ao redactor da «Imprensa e Lei» com uma introducção sobre a defeza do deputado por Angola Simão José da Luz*, Lisboa, 1854; *O depoimento do sr. official mór «Cravalho» na Commissão de inquerito, acompanhado de alguns apontamentos biographicos para quem se dedicar a escrever a vida de tão notavel contemporaneo*, Lisboa, 1856; o commentario d'este, e do antecedente opusculo, que versam ambos principalmente sobre assumptos de interesse pessoal, acha se nas *Revelações da minha vida*, do mesmo autor, de pag. 591 a 616; *Necrologia do P. Ignacio da Purificação, bibliothecario que foi da livraria do real paço de Mafra;* saiu no *Diario do Governo* de 2 de maio de 1855; *Utopias desmascaradas do sys*

tema liberal em Portugal, Lisboa, 1858; *Revelações da minha vida, e memorias de alguns factos e homens meus contemporaneos*, Lisboa, 1860; além da exposição veridica e documentada dos factos da vida, ligados na maior parte ás vicissitudes politicas por que o paiz tem passado desde 1820 em deante, o autor intercalou na sua narrativa alguns capitulos curiosos, e puramente historicos, que não são de certo os menos interessantes da obra, como o capitulo 3.º que de pag. 68 a 297 comprehende a historia antiga e moderna de Coimbra e da sua Universidade, com o catalogo completo dos reitores, acompanhado de noticias biographicas; e o capitulo 8.º, de pag. 470 a 508, contendo uma descripção geographica das ilhas dos Açôres, etc.; *Introducção á segunda epoca do estabelecimento do governo parlamentar*, Lisboa, 1870; *Tratado de Lourenço Marques negociado pelo sr. João de Andrade Corvo, e observações sobre o referido tratado*, Lisboa, 1880; *Vida do marquez de Sá da Bandeira*, 2 volumes. Escreveu tambem *O Relatorio*, que pela secção do ultramar o ministro da marinha apresentou ás côrtes em março de 1859, e varias outras peças officiaes. Simão José da Luz Soriano viveu sempre com a mais rigorosa economia, e conseguiu reunir uma importante fortuna. Ainda em sua vida fez doação, á camara municipal de Lisboa, das suas casas, com reserva do usofructo, para n'ella se estabelecer uma aula publica de instrucção primaria, que ainda dotou com a quantia de 8:000$000 réis, o que deu logar a que a rua onde as mesmas casas estão situadas, que d'antes se chamava *do Carvalho*, passasse a denominar-se *Rua Luz Soriano*, por deliberação da mesma camara municipal. Subscreveu com réis 400$000 para a subscripção nacional na pendencia com a Inglaterra em janeiro de 1890. Contribuiu com 600$000 réis para o monumento erigido á memoria do marquez de Sá da Bandeira. No seu testamento dotou a Casa Pia com varias propriedades e ainda com fundos sufficientes, para que entre os alumnos se escolhessem tres dos mais distinctos em talento e applicação, para irem frequentar a Universidade de Coimbra, com a mensalidade de 15$000 réis. Isto perpetuamente, incumbindo a Misericordia de Lisboa de fiscalisar o cumprimento das condições d'esse legado, que lhe ficaria pertencendo com os mesmos encargos, quando elles se não cumprissem pelo primeiro estabelecimento contemplado. Dotou tambem a Misericordia de Coimbra com fundos sufficientes para se escolherem tres menores que manifestassem talento e dedicação ao estudo, para serem subsidiados com egual mezada, para poderem frequentar os estudos superiores. Contemplou grande numero de estabelecimentos de beneficencia com cêrca de 1:000$000 réis cada um; deixou bastantes esmolas de 4$800 réis a cada familia pobre. Deixou 30 a 35 contos de réis para se levantar um monumento a Affonso d'Albuquerque, o que depois se realisou em Belem, inaugurando-se solemnemente em 3 de outubro de 1902 *(V. Belem*, no vol. II, pag. 255*)*, providenciou com relação aos tumulos de Camões e Vasco da Gama, na egreja de Belem; deixou dotes de 100$000 réis para o casamento de donzellas pobres. A sua morte foi muito sentida, e o funeral muito concorrido. A' beira do tumulo, o dr. Carlos da Costa Pereira Mendes, de Thomar, pronunciou um eloquente discurso, que o *Diario Illustrado* de 21 de agosto de 1891 publicou.

Luzares. Pov. na freg. de Santa Maria, de Campanhã, 1.º bairro do Porto.

Luzellas. Pov. da prov. de Traz-os-Montes, ha muitos annos incorporada na de S. João Baptista, de Mazagão, conc. de Carrazêda de Anciães, distr. de Bragança. Era uma freguezia muito antiga, tendo por orago Santo Amaro, e foi independente até ao principio do seculo XIX. O reitor de Mazagão apresentava o vigario, que tinha 30$000 réis e o pé d'altar. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Colmeal, conc. de Figueira de Castello Rodrigo, distr. da Guarda.

Luzença. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Luzencas. Pov. na freg. de S. Verissimo, de Luzio, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Luzenda d'Além. Pov. de Santa Maria Maior e concelho de Goes, districto de Coimbra

Luzenda de Santo Antonio. Pov. na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Luzes. Pov. na freg. de S. Pedro, de Gafanhoeira, conc. de Arraiollos, districto de Evora.

Luzianes. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Senhorim, conc. de Nellas, distr. de Vizeu.

Luzianos *(Monte dos)*. Na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Alvito, distr. de Beja.

Luzim. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. do Porto; 162 fog. e 734 hab. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem direita do rio Tamega. A pov. é muito antiga, pelo menos do tempo dos arabes. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Luzinde Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Alta, conc. de Penalva do Castello, com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu; 159 fog. e 633 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. O reitor de Pindo apresentava o cura, que tinha 10$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Luzidinho. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Luzinde, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu.

Luzio. Pov. e freg. de S Verissimo, da prov. do Minho, conc. e com. de Monsão, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 91 fog e 327 hab. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc. Foi primitivamente do padroado real, e em 1308 el rei D. Diniz a trocou por outra, com o bispo de Tuy, D. João Fernandes de Sotto Maior. O padroado passou depois ás freiras franciscanas de Monsão, as quaes, quando fôram para o mosteiro da Conceição, de Braga, passaram o padroado para o arcebispo. Duas partes d'esta freg. eram couto, marcado, annexo ao de S. Fins, no que tocava ao civel, e no crime pertencia a Monsão. Os povos

d'esta freg. eram isentos de ir á guerra, e havendo-a em Portugal e Galliza, corria por conta dos luzienses velarem o *Vão da Estaca*, pela parte de baixo de Lapella. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Bico, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Porto nos territorios da Companhia do Nyassa, Africa Oriental.

Lyceu. Nome de um antigo passeio de Athenas, nas margens do Illissus, e no qual Aristoteles instruia os seus discipulos. Nome dado ao conjuncto das doutrinas que se ensinavam na escola fundada por Aristoteles. Por extensão, se dá o nome de Lyceu a estabelecimentos publicos, e até particulares, de instrucção secundaria. (V *Instrucção)*. Esta designação em Portugal data, officialmente, da reforma de 7 de setembro de 1835. A creação dos lyceus foi indispensavel, pois substituia o ensino ministrado pelas ordens religiosas extinctas havia pouco. Depois ficaram sendo os institutos officiaes em que se ensinava a instrucção secundaria geral. Os lyceus do reino dividem-se em centraes e nacionaes. Os centraes são os de Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Evora, Vizeu, Ponta Delgada e Funchal. Em Lisboa ha tambem dois lyceus nacionaes. O curso lyceal distribue-se por 7 annos, com exames no 3.º 5.º e 7.º annos. As disciplinas que constituem o quadro respectivo são portuguez, latim, francez, allemão, inglez, geographia, historia, mathematica, sciencias naturaes, philosophia e desenho. Algumas d'estas disciplinas frequentam-se pelos 7 annos. Para os effeitos do concurso de professores fórmam as disciplinas dos lyceus sete grupos, tendo as provas publicas uma parte geral e outra especial. Os lyceus femininos, exclusivamente, não existem ainda, a não ser que se dê esse nome á Escola D. Maria Pia. Houve uma lei creando lyceus femininos em Lisboa, Porto e Coimbra, decretada em 9 de agosto de 1888 pelo sr. conselheiro José Luciano de Castro, e regulamentada em 6 de março de 1890 pelo fallecido conselheiro Antonio de Serpa Pimentel. Estes lyceus, segundo as disposições legaes, deveriam ser fundados pelo governo com a coadjuvação das camaras municipaes e associações de beneficencia. N'uma circular de 10 de março de 1890, escrevia Serpa Pimentel aos governadores civis d'aquellas tres cidades: «Não me demorarei em mostrar a v. ex.ª as vantagens que devem esperar-se do estabelecimento de institutos, que tão excellentes fructos teem produzido nos paizes, que ha muito os possuem. Bastará ponderar que os adversarios que mais objecções oppunham a esta innovação, duvidando da sua efficacia ou allegando a sua inutilidade, reconhecem hoje, rendidos á evidencia dos factos, o erro das suas infundadas previsões e concordam na alta importancia e indiscutivel necessidade de se ministrar á mulher uma instrucção liberal, mais elevada do que a da escola primaria, que lhe fórme o espirito e que a habilite para utilmente desempenhar os variados misteres da vida domestica e exercer as profissões mais conformes á sua indole e aptidões naturaes. Apezar d'esta verdade geralmente proclamada, é certo que os institutos de que se trata, importam uma novidade para o paiz; e por isso, e porque da sua conveniente installação depende o seu futuro credito e consequentemente a sua maior propagação, torna-se indispensavel cercal-os de solidas garantias que assegurem o seu bom credito e estabelecel-os em condições appropriadas para merecerem a confiança dos chefes de familia e das corporações que a lei chama a cooperar na sua manutenção.» Em janeiro de 1892, subiu ao poder o conselheiro Dias Ferreira, em condições excepcionaes politicas e economicas, e supprimiu a verba de 13:500$000 réis, votada anteriormente para auxiliar o estabelecimento de lyceus femininos; e supprimiu-a pelo decreto de 3 de março d'esse mesmo anno, no qual se lêem as seguintes palavras: «Para os institutos de ensino secundario do sexo feminino, que ainda não fôram acceites pela opinião e pódem dispensar-se por agora, não vale a pena manter na tabella a verba respectiva de 13:500$000 réis.» Em resultado da suppressão da verba orçamental destinada ao ensino secundario feminino, a creação de taes escolas, decretada pelo sr. conselheiro José Luciano de Castro em 1888, ainda está sem execução.

Lyra *(Antonio Velloso de)*. V. *Lira*

M

Mabaia. Pov. do sobado de Bamba, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. || Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, na 2.ª div. || Bocca do Cuanza, do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Mabrasa. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, no Congo Ialla, distr. do Congo, prov. de Angola.

Mabuco. Pov. da freg. de S. José de Cabiri, na 4.ª div. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Mabueta. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola.

Mabuila. Terras do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Mabunni. Pov. do sobado de Lué, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Mabungúa. Prazo da Corôa no distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem cêrca de 13 k. de comprimento por 1 de largura, e abunda em salitre, pau ferro e extensas matas povoadas de animaes ferozes. Solo muito fertil em arroz, canna d'assucar, milho, etc.

Maça. Pau bastante pezado com uma das extremidades mais grossa, que antigamente servia d'arma. A primitiva maça d'armas era a clava de ferro, que consistia n'um pau nodoso muito mais grosso para a parte inferior e guarnecido de pontas pyramidaes de ferro. Manejava-se habitualmente com as duas mãos. A maça d'armas tornou-se depois mais elegante e leve, passando successivamente a ser de bronze, ferro e aço. Quando a armadura dos guerreiros se tornou mais resistente, a cabeça da maça foi dividida e aberta para as pancadas serem mais contunden-

tes. || Clava, insignia de maceiros. E' de prata com o escudo real, sendo levada em algumas cerimonias deante do rei, do antigo chanceller-mór, do reitor da Universidade, dos cardeaes, e outras dignidades.

Maça. Pov. na freg. de S. Paio, de Eira Vedra, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Macà. Pov. do sobado de Caboco, na 3.ª div. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda.

Macabello *(Antonio do Espirito Santo)*. Prégador do seculo XVIII, que falleceu em abril de 1738. Foi advogado de grande fama na Casa da Supplicação. Deixou impressa uma obra intitulada *Polyanthea Eucharistica*.

Macabio. Pov. na freg de S Pedro, de Roriz, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Macaco *(Ilhéo do)*. E' situado na costa E da ilha de S. Thomé, prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. Fica entre a praia Lança e a Grande de Calaboys

Macaco *(Ponta do)*. Cabo da costa do distr. de Benguella, prov. de Angola. Separa a enseada dos Monos ou bahia das Vaccas da bahia Farta ou Torta. E' alta e alcantilada. Tambem é conhecida pela *Ponta das Vaccas*.

Macacorte. Pov. na freg. de S. Miguel, de Villa Cahiz, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Macada. Pov. na freg. de Sant'Anna, de Vimieiro, conc. e distr. de Braga.

Maçadas. Pov. na freg de S. Mamede, de Castanheira do Vouga, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Maçaduras. Pena ou multa que antigamente pagavam os que matavam, feriam, espancavam, faziam contusões, *maçavam* ou tambem injuriavam com palavras affrontosas, torpes e indignas, que faziam empallidecer o offendido. No foral de Bragança de 11 de novembro de 1514 declara el-rei D. Manuel que mais se não devem levar as penas de *maçaduras e sangue*, que antes chamavam *indicias*, e no principio da monarchia, *vozes, coimas* ou *livores*.

Maçagoso. Pov. na freg. de S. Adrião, de Sul, conc. de S. Pedro do Sul, districto de Vizeu.

Macaia. Terra de cafres situada ao N do antigo distr. de Sofala, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Separa-a da circumscripção (antigo districto) de Sena o rio Mussunguri.

Maçainhas. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc. de Belmonte, com. da Covilhã, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 161 fog. e 655 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 5 k. da séde do conc. O vigario de Santa Maria, de Belmonte apresentava o cura, que tinha 7$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Pov. e freg. de N. S.ª da Fumagueira, da prov. da Beira Baixa, conc, com., distr. e bisp. da Guarda; 253 fogos e 1:012 hab. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada na margem d'um affluente rio Mondego. O prior da freg. de S. Thiago da Guarda apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. O primitivo nome d'esta freg. foi *Granja de Maçainhas*. A pov. é muito antiga, porque em 1210 aforou o mosteiro de Salzedas a seis moradores a sua granja de Maçainhas no termo da Guarda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12 com a séde em Trancoso.

Maçainhas de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Fumagueira, de Maçainhas, conc. e distr. da Guarda.

Maçaira. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Valle de Janeiro, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

Maçal do Chão. Pov. e freg. de Santo Estevão, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Celorico da Beira, distr. e bisp. da Guarda; 157 fog. e 556 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem direita do rio Mondego. O commendador de Oliveira do Hospital apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Maçal da Ribeira. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Trancoso, distr. e bisp. da Guarda; 138 fog. e 598 hab, incluindo a freg. de N. S.ª da Graça, de Villares, a que está annexada civilmente, figurando a pov. com o nome de *Villares e Maçal da Ribeira*. Tem esc. do sexo masc. e est. post. O real padroado apresentava o abbade, que tinha 150$000 réis. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Macalhana. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Alfeizerão, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Macalla. Pov. do sobado de N'Dangi, conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 9.ª divisão.

Macaluè. Ilha do distr. e archipelago de Cabo Delgado, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Macambaca. Territorio da circumscripção (antigo districto) de Sena, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Macaneta. Ilha do conc., com. e distr. de Lourenço Marques, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está situada na bahia de Lourenço Marques, e tem grandes mattas.

Macanga. Monte situado a O do antigo districto de Quelimane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' uma das ramificações da serra Morumballa.

Macange. Pov. do sobado do mesmo nome, na 1.ª divisão (Sengue) do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Maçanicas. Pov. da freg. de N. S.ª da Graça, de Maçãs de Caminho, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Mação. Villa da prov. da Extremadura, séde de conc. e de com., distr. de Santarem, bisp. de Portalegre, relação de Lisboa. Tem uma só freg., sendo orago N. S.ª da Conceição. Está situada n'um declive, proximo do rio Nabão, a 9 k. de distancia da margem direita do rio Tejo; é muito pittoresca e tem bonitos pontos de vista, muito fertil em cereaes, azeite, bons vinhos e fructas. Nos seus montes apparece muita caça. O real padroado apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. Os marquezes de Fontes eram alcaides-móres d'esta villa. Até 1834

tinha capitão-mór com duas companhias de ordenanças. No logar do Outeiro d'este conc. descobriu-se em janeiro de 1873 uma mina de ouro. Ha tambem aqui minas de ferro, que chegaram a ser manifestadas. Mação pertence á 4.ª div. mil., 7.ª brigada, grande circumscripção mil. sul, e ao distr. de recrut. e res. n.º 22 com a séde em Abrantes. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegr., cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. L.-Abrantes; feira nos dias 1 e 2 de novembro, mercados aos domingos e quartas feiras, e de gado lanigero nos terceiros domingos de cada mez; advogados, agencia do *Banco Alliança*: de seguros *Bonança, Equitativa dos Estados Unidos do Brazil, Internacional* e *Tagus*; hospedarias, medicos, pharmacias, misericordia, hospital, notarios; philarmonica *Maçaense*, theatro, estradas para Abrantes, Belver e Villa Velha de Rodam. Em 1708 havia em Mação fabricas de baetas de boa qualidade, e que se conservam ainda. Desde remotas epocas se fabrica n'esta freguezia uma especialidade de fazendas de lã, a que dão aqui o nome da *lãzinha*. Estes estofos são alguns tintos com anil, mas a maior parte ficam com a côr natural da lã preta. Até 1860 fazia-se na villa todo o serviço de cardar, fiar e tecer á mão. Desde então teem levado d'aqui as lãs para as fabricas de Portalegre, Castanheira, Castello Branco, e até alguns as levavam para Castello Novo e Covilhã, a 20 e mais legoas de distancia, soffrendo com isso, não só os incommodos e despezas de jornada, fretes, esperas nas fabricas, como demora no aviamento das lãs, ás vezes 6, 7 e 8 mezes. Em 1858 veiu á villa um engenheiro de machinas para, por meio d'uma companhia, fundar uma fabrica de cardar e fiar lã; mas todos recearam mau resultado da empresa, e retrahindo-se os capitaes, não se levou a effeito a construcção de tão util estabelecimento. Tendo sido despachado para Marvão o juiz ordinario dr. Joaquim Lourenço Vidal, no fim do anno de 1871, este magistrado observou o movimento industrial, e auxiliado por outros esclarecimentos concluiu que era urgentissimo e da maior utilidade para esta villa uma fabrica de cardar e fiar, e que não deixaria tambem de ser vantajoso para quem o emprehendesse. A sua boa vontade venceu todas as difficuldades, e pôz em movimento a nova fabrica em outubro de 1873. Esta fabrica carda e fia a lã para as fazendas chamadas lãzinhas, por conta dos fabricantes, e tambem por conta propria. O agente propulsor da fabrica, empregado tanto de verão como de inverno, é exclusivamente o vapor. O edificio estava situado nos suburbios da villa, junto á fonte publica da povoação chamada *Fonte do Forno*. N'uma noite do mez de agosto de 1893 foi devorado por um grande incendio. O rico proprietario Francisco de Piua Falcão mandou tambem em 1873 começar a construcção d'uma outra fabrica de lanificios, de mais vastas dimensões e mais aperfeiçoados machinismos, ao fundo da rua de Amieira. Em 1889 dois industriaes, Francisco Bispo Salgueiro e Vicente Mendes Mirrado, constituidos em sociedade, fundaram a 200 m. para o norte da villa, no sitio da Chã, uma outra fabrica de lanificios, ainda mais importante que a anterior. Estas duas fabricas ainda hoje existem. O fabrico das primitivas lãzinhas está agora principalmente entregue aos cuidados da industria domestica. Outra industria que tem prosperado n'este concelho é a dos cortumes de pelles, das melhores de Portugal. Durante muitos annos o exercito nacional forneceu-se dos afamados cordovões de Mação. A egreja actual da Misericordia parece ter sido a antiga egreja de Santa Maria, porque n'ella, além da antiguidade, se ergue ainda em um nicho exterior sobre a porta principal, uma velha esculptura de Nossa Senhora com a simples invocação de *Santa Maria*. A egreja que serve hoje de matriz é de construcção muito posterior, assim como a capella de Santo Antonio. Mação era commenda da ordem de Christo, e d'ella foi commendador Mendo Foyos Pereira, secretario de estado, irmão de D. Fr. João Botado, bispo de Hypponia, e de D. Fr. Pedro Foyos, bispo de Bona, ambos religiosos eremitas de Santo Agostinho. Por decreto de 14 de janeiro de 1868 foi extincto o concelho de Mação, assim como outros, o que promoveu na villa uma grande indignação, revoltando se os habitantes, chegando a queimar em effigie o ministro do reino. O decreto, porém, foi revogado pelo de 28 de dezembro do mesmo anno. Mação foi creada comarca por lei de 1873, effeituando-se n'essa occasião grandes festejos. Para a constituir se juntaram as freguezias, que faziam então parte do concelho, as de Abobreira e Panascoso, que eram do concelho de Abrantes, a de Alcaravella, que era do concelho do Sardoal, e a de S. Pedro do Esteval, que era do concelho de Proença-a-Nova. As producções agricolas do concelho são de excellente qualidade. São afamadas as laranjas da Abobreira e do Valle do Grou, e o mel do Carvoeiro. O que, porém, tem honrado especialmente a lavoura é o vinho conhecido pelo nome de *Chave dourada*, que se tornou muito afamado, mas está hoje em decadencia. Duas grandes trovoadas causaram males enormes á agricultura de Mação: uma em 8 de setembro de 1878, e outra em 1901. D'ambas as vezes o governo acudiu com soccorros pecuniarios. As correntes d'agua abundam no concelho. Além do Tejo, que lhe passa a uma legoa para o sul, tem esta villa a leste a ribeira *d'Eiras*, a *do Pae á Fome*; e a poente, banhando-a, o ribeiro de *Mação*, e mais distante a ribeira *do Cadoiro*. Ainda ha outros ribeiros. Mação tomou parte muito activa em todas as luctas civis do partido constitucional. Em 1846, quando Maria da Fonte, no seu delirio, arrastava atraz de si os revoltosos, outra mulher, *Maria do Alho*, desempenhou no concelho de Mação o mesmo papel. Nas luctas eleitoraes de 1886, que fôram especialmente renhidas n'este concelho, as mulheres entraram por muito nos enthusiasmos d'essa occasião. Foi notavel na resistencia que então offereceu a pressões de diversa ordem a freguezia de Carvoeiro, e uma aldeia em pezo, a Ortiga, mostrou-se tenazmente republicana. E' um vivo documento das paixões d'essa epoca o opusculo do dr. Abilio de Sá, juiz da comarca, intitulado: *Mação e o seu pelourinho*. N'este concelho ha as aguas mineraes de Fadagosa (*V. este nome*), e o seu principal commercio consta da fabricação e venda de lãs, pelles e cêra em vellas; exporta azeite, cortiça e madeiras. O concelho comprehende 7 fre-

guezias, com 2:059 fog. e 14:886 habitantes, pelo censo de 1900, sendo 7:077 do sexo masc. e 7:809 do fem. As freguezias são: S. Silvestre, de Abobreira, 774 hab.: 369 do sexo masc. e 405 do feminino; N. S.ª da Conceição, de Amendoa, 1:698 hab.: 846 do sexo masc. e 852 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Cardigos, 2:475 hab.: 1:140 do sexo masc. e 1:335 do fem ; S. João Baptista, de Carvoeiro, 1:526 hab.: 717 do sexo masc. e 809 do fem.; N. S.ª da Graça, de Envendos, 2:282 hab.: 1:115 do sexo masc. e 1:167 fem ; N. S.ª da Conceição, de Mação, 3:769 hab.: 1:720 do sexo masc e 2:049 do fem ; N. S.ª do Pranto, de Panascoso, 2:362 hab.: 1:170 do sexo masc. e 1:192 do feminino. Jornaes publicados em Mação: *Jornal de Mação (O)*, 8 de janeiro de 1899; *Maçaense (O)*, 15 de maio 1892; *Noticias de Mação*, dezembro, 1905, em publicação (dezembro 1907).

Maçapez. Ilha da Madeira e distr. do Funchal; povoações nas freguezias: S. Braz, do Arco da Calheta, conc. da Calheta; S. Salvador e conc. de Santa Cruz; S. João Baptista, de Fajã da Ovelha, conc. da Calheta; N. S.ª de Guadalupe, de Porto da Cruz, conc. de Machico; Santissima Trindade, de Tabua, conc. de Ponta do Sol.

Macarca. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Alfeizerão, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. ‖ N. S.ª da Victoria, de Famalicão, conc. de Pederneira, do mesmo districto.

Maçarocas *(Imposto das)*. Em 1628, reinando em Portugal Filippe IV de Castella, occorreram na cidade do Porto uns tumultos, cuja origem é muito curiosa. Tendo aggravado extraordinariamente os tributos, lembrou-se o governo de Castella de lançar um novo imposto sobre as maçarocas. Por ordem do concelho de estado veiu de Madrid a Portugal o secretario Francisco de Lucena, o qual, chegando ao Porto, apresentou ao senado da camara a sua commissão. Reunido o senado, a ordem real foi acatada. Estabelecida a fórma da cobrança do novo imposto, que incidia sobre cada roca, o mulherio, que tirava d'essa industria tão caseira um pequeno rendimento, principiou a mostrar-se inquieto, e, após umas conferencias celebradas entre as mulheres mais animosas, decidiu-se reagir contra esse tributo que tão gravemente lhes affectava os seus limitados lucros. N'um dado momento tudo sae para a rua. A' frente do bando meia duzia de regateiras e vendedeiras affoitas injuriavam furiosamente o governo de Madrid e a cobardia do senado, exigindo a abolição do disparatado tributo. Em tropel atravessaram as ruas até que, chegadas ao terreiro de S. Domingos, encontraram o secretario de estado Francisco de Lucena. Rijo foi o ataque contra o serventuario de Filippe IV. Ao mulherio tinham-se juntado marujos, artifices, toda a arraia miuda, que sempre se associa estas manifestações tumultuosas. Lucena, sobre quem a multidão arrojou quantas pedras encontrou, viu-se em tão serios embaraços, que suppoz chegada a sua ultima hora. Conseguindo, porém, astuciosamente escapar-se, refugiou-se no convento de S. Domingos, onde os frades o acolheram, cerrando immediatamente as portas, para que a onda revoltante não ousasse invadir o convento. Os revoltosos, comtudo, não se aquietaram. Pedradas certeiras batiam de encontro ás rijas portas, a vozearia era enorme. Lembrou-se então um frade de berrar á multidão que Lucena, saltando os muros da cêrca, passara ao convento de S. Francisco, e d'ali, saindo pelo postigo do Pereira, atravessara o rio indo refugiar-se no convento da Serra do Pilar O ardil produziu o effeito desejado. O mulherio socegou e, resmungando sempre, debandou para suas casas. Inteirado do caso, o bispo, que era D. Fr. João de Valladares, eremita de Santo Agostinho, logo se dirigiu ao senado da camara para, em commissão, procurarem Francisco de Lucena, afim de lhe pedirem que não fizesse caso do motim, pois que n'elle só haviam entrado mulheres e gente de baixa condição, que voltasse confiadamente á cidade, porque as ordenanças e a justiça estavam prevenidas para ovitar qualquer desacato; que perdoasse ás pobres mulheres a sua rebellião, de que deveriam já estar arrependidas. Lucena fingiu condescender, mas recusou-se a entrar na cidade. Partindo para Madrid, deu conta dos successos occorridos, cujas consequencias seriam bem lamentaveis se o bispo, que estava a par de tudo quanto se passava, não recommendasse a seu irmão Mendo da Motta Valladares, e a Carlos de Aragão, presidente do conselho de Estado, que obtivessem de Filippe IV o perdão para os delinquentes. Ouvido o governador das justiças, Diogo Lopes de Sousa 2.º conde de Miranda, apressou-se tambem a dizer que o tumulto fôra provocado por mulheres e gente da mais baixa condição. O rei perdoou a rebellião, e ninguem foi castigado por estes tumultos que ficaram conhecidos na historia das revoltas populares do Porto pela *revolta das maçarocas*.

Maçarocas Pov. na freg. de S. Pedro e concelho de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Macarome. Freg. da prov. do Minho, cujo orago era S. Gens, que foi supprimida no principio do seculo XIX, por ser muito pequena, sendo annexada á de Santa Eulalia, de Cabanellas Emquanto foi independente era o vigario apresentado pelo abbade de Cabanellas, tendo réis 8$000 de congrua e o pé d'altar.

Maçarotal. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Maças. Pov. na freg. de S. Pedro Fins, de Torno, conc. de Louzada, distr. do Porto. ‖ Casal na freg. de S. Thiago de Bésteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Maçãs. Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria. ‖ S Silvestre, de Britiande, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. ‖ S. João Baptista, de Paramio, conc. e distr. de Bragança. ‖ Ribeira da prov. da Extremadura Passa pela Varzea de Collares, e vae juntar as suas aguas n'uma repreza conhecida por *Tanque da Varzea*. ‖ Rio na prov. de Traz-os-Montes, que nasce em Hespanha, e serve, por algumas leguas, de raia de Portugal e Castella. Entra na margem esquerda do rio Sabor, quasi defronte das *Talhas*.

Maçãs *(Praia das)*. V. *Praia das Maçãs*.

Maçãs de Caminho. Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Alvaiazere, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 128 fog. e 598 hab. Tem escolas d'ambos os sexos. A villa dista 2 k. da séde do conc. O tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis de rendi-

mento. Esta pov. foi villa antigamente, e commenda da ordem de Christo, tendo até 1834 uma companhia de ordenanças. No sitio do valle de Sobral, d'esta freg. ha minas de ferro, das quaes era proprietario em agosto de 1873 Carlos Hynne. Pertence esta povoação á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 15, com a séde em Thomar. Foi annexada ao conc. de Ancião por decreto de 7 de setembro de 1895, que extinguiu o de Alvaiazere, mas voltou para este, por ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898.

Maçãs de D. Maria. Villa e freg. de S. Paulo, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Alvaiazere, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 724 fog. e 2:825 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, pharmacia, e est. post permutando malas com Pombal. A villa dista 10 k. da séde do conc. e está situada no alto da serra de Santa Helena, passando-lhe pelo lado E o rio Alge. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 12 de novembro de 1514. Foi séde d'um conc. que se supprimiu por decreto de 24 de outubro de 1855, pertenceu depois ao de Figueiró dos Vinhos, sendo annexada ao de Ancião por decreto da 7 de setembro de 1895, passando ao de Alvaiazere por decreto de 13 de janeiro de 1898. Emquanto foi conc. tinha camara e justiças proprias, e todos os officios publicos eram dados pelos infantes. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. O prior do convento de Grijó, de conegos regrantes de Santo Agostinho (cruzios), apresentava o vigario, que tinha 100$000 réis de rendimento. Primeiro foi apresentação alternativa do pontifice e do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Segundo a tradição, era n'esta villa que se faziam as eleições da antiga commenda das Cinco Villas. Tem uma casa nobre com capella e brazão d'armas dos Pimenteis Teixeiras, descendentes do conde de Benavente, irmão de D. Affonso II. A villa é muito antiga, e pertenceu até 1641 á casa dos marquezes de Villa Real. Depois da conspiração d'este fidalgo contra D. João IV, em que os seus bens ficaram confiscados, passou a villa a ser propriedade da Casa do Infantado. A terra é muito fertil. No sitio da Cova das Barrancas, d'esta freg., ha minas de ferro, das quaes era proprietario em janeiro de 1873 Carlos Hynne.

Macau *(Provincia de)*. Peninsula asiatica situada no extremo SE do imperio chinez, fazendo parte da ilha chineza de Hiang-Chan, na entrada do grande rio Cantão. Estende-se num comprimento maximo de 4:400 metros e n'uma largura de 1680 metros. A superficie d'esta possessão póde avaliar-se em 10 kilom, quadrados, occupando propriamente a cidade 3,23 kilom. quadrados. O nome de Macau foi dado pelos portuguezes a esta pequena peninsula onde se estabeleceram em 1557. O nome de *Macau* ou *Amacau*, na sua forma primitiva, proviria de duas palavras chinezas *Ama* e *Cau*, designando a primeira o idolo de um pagode que ali havia desde tempos remotos, e significando a segunda *porto*. Começando os portuguezes a chamar ao sitio *Amacau*, déram depois á cidade o mesmo nome, com pequena differença. A provincia de Macau, tendo por capital a cidade, comprehende as ilhas de Hiang-Chan (onde se acha situada a cidade), Colovaue, Taipa, D. João, Lapa, Montanha ou Taivang-cam, e os suburbios de Patane, San-kiu, Sakom, Mong-ha, Lontim-chine. A população da provincia é de 78:805 habitantes, sendo portuguezes 4:079, chinezes e estrangeiros, 74:726.

Macau *(Santo Nome de Deus de)*. Cidade, capital da provincia de Macau. E' séde do governo, do bispado e da comarca. Está situada na peninsula ligada á ilha chineza de Hiang-Chan, á entrada do rio Cantão na costa da China. *(V. este nome)*. Em fins de 1556 infestava estas paragens um famigerado pirata, Chan-si-lau, que levava o terror e a devastação aos povos do littoral. Os portuguezes com repetidos ataques conseguiram exterminar-lhe as forças. Em paga d'este relevante serviço o imperador da China concedeu a Portugal a posse de Macau, onde em 1557 se erigiu a povoação que os portuguezes denominaram do *Santo Nome de Deus*. Em 1573 os chins vedaram nos a entrada da ilha Hiang-Chan, construindo uma muralha no isthmo que separa a cidade d'aquella ilha. Na muralha havia uma porta que só devia abrir-se uma vez por semana, mas que se foi abrindo mais e mais, repetidamente, até que chegou a abrir-se todas as manhãs. Esta porta ficou-se chamando *Porta do Cêrco*. Com o desenvolvimento da povoação, ereou-se em 23 de janeiro de 1567 o bispado do Japão e China, sendo nomeado bispo D. Belchior Carneiro, que governou a diocese de Macau até 1569. Em 1583 foi estabelecido o governo municipal e em 10 de abril de 1586 foi-lhe communicado que á cidade tinham sido concedidos os privilegios da de Evora. Em 1590 introduziram os jesuitas a imprensa em Macau. No anno anno anterior tinham chegado aqui os religiosos de Santo Agostinho, que fundaram o convento do mesmo nome. O primeiro convento de Macau foi o de S. Francisco, que já existia em 1584. Durante o dominio filippino Macau não arriou a bandeira portugueza, e soffreu um violento ataque dos hollandezes em 23 de junho de 1622, que fôram repellidos. Em commemoração d'esta grande victoria se fez um voto, promettendo ir os moradores da cidade todos os annos, com o corpo do senado, render graças a Deus á sé cathedral. A procissão ainda se realisa. D. João IV confirmou a Macau todos os privilegios de que já gozava. Os chins procuraram algumas vezes expulsar os portuguezes por inveja do seu commercio com o Japão. Intervindo na administração da cidade os mandarins tornaram-se despotas, prohibindo até o commercio com Cantão. Estabeleceram então a sua alfandega, no sitio da Praia Pequena seguindo-se um periodo de irritantes exigencias. Em 13 de maio de 1809 uma carta regia conferiu ao senado de Macau o titulo de *Leal* As insolencias dos chins duraram até meados do seculo XIX, epoca em que a guerra com a Inglaterra lhes desviou as attenções. O commercio de Macau foi muito prejudicado com

Brazão d'armas da cidade de Macau

a abertura do porto de Houg-Kong. A 20 de novembre de 1845 promulgou-se um decreto declarando franco ao commercio de todas as nações o porto de Macau, mas esta medida foi muito tardia. A 21 de abril de 1846 tomou posse do governo de Macau João Maria Ferreira do Amaral, (V. *este nome*) que ia resolvido a estabelecer a absoluta independencia da colonia e a levantar o nome portuguez na China. Pagou com a morte o seu arrojo, sendo assassinado á traição em 1849 proximo da Porta do Cêrco. Conseguira entretanto grandes melhoramentos materiaes e implantar reformas salutares, no proseguimento do seu plano patriotico. Supprimiu tambem a alfandega chineza, que mais tarde, segundo a convenção de 1886, foi restabelecida com a clausula da sua extincção logo que o fosse em Hong Kong. Os generos sobre que incide o principal movimento commercial de Macau, de importação e exportação, são: arroz, azeite, chá, fio de algodão, opio, pexe salgado e seda. Os tufões do mar da China affectam muito a possessão portugueza. Um dos mais violentos foi o de 1874 que destruiu muitos edificios, sobretudo ao longo da Praia Grande. O ultimo que assolou esta nossa possessão foi em 29 de setembro de 1906, causando prejuizos importantes. Macau tem por brazão as armas reaes em escudo de prata e em volta *Cidade do nome de Deus, não ha outra mais leal.* O aspecto da cidade, vista do porto, é muito formoso e pittoresco. Está edificada em amphitheatro sobre uma extensa bahia, defendida por tres fortes, sendo o principal denominado de S. Thiago da Barra. Para o lado de terra, mas dominando egualmente o mar, defendem a cidade outras tres fortalezas. A mais importante é a de S. Paulo do Monte. Divide-se a cidade em duas partes distinctas, uma habitada pelos portuguezes e estrangeiros europeus, a outra em que reside a população chineza. As parochias são tres: Sé, a mais populosa, S. Lourenço, e Santo Antonio. A cathedral é um bom templo. Foi fundada por D. Belchior Carneiro. Os outros edificios religiosos são: a Misericordia, com um recolhimento annexo para donzellas pobres, o convento de Santa Clara, de freiras franciscanas, duas ermidas, sendo uma da invocação de Nossa Senhora da Penha, outr'ora fortaleza, e os extinctos conventos de S. Francisco e de S. Domingos, dos eremitas de Santo Agostinho. Os jesuitas tiveram em Macau um sumptuoso collegio, da invocação de S. Paulo, edificado em 1662 no mesmo sitio, onde tinham um hospicio fundado em 1565 e incendiado annos depois. Pela extincção da Companhia de Jesus ficou pertencendo o edificio ao senado da cidade. Em 26 de janeiro 1834, servindo de quartel militar, foi destruido por um violento incendio. No recinto da egreja incendiada, fez-se depois o cemiterio publico. O palacio do governador, na Praia Grande, em frente do bello caes, a alfandega, a casa do senado, a casa da companhia ingleza das Indias, o paço episcopal, os quarteis, seminario de S. José, lyceu, hospital de S. Januario, são edificios e instituições que opulentam a cidade. O paço episcopal occupa o convento de N. S.ª da Guia, situado dentro da fortaleza do mesmo nome, que se ergue sobre uma montanha alcantilada, dominando a cidade e a bahia. Os arrabaldes da cidade são muito limitados, por não os permittir maiores a exiguidade do territorio. Ha em Macau uma curiosidade natural, e ao mesmo tempo sitio historico de grande apreço. E' a *gruta de Camões*, onde o grande epico compoz alguns dos cantos dos *Luziadas*. E' formada esta gruta por grandes rochedos, com duas entradas divididas por um penedo de figura comica, no qual descança a parte superior da rocha. Achava se esta gruta n'um quintal particular, mas passou depois para o governo, que ali fez um parque. O antigo proprietario, Lourenço Marques, mandou collocar na gruta em 1840 um busto do poeta em bronze, fundido em Lisboa e que foi substituido por outro em 1866. || *Jornaes:* Teem-se publicado em Macau os seguintes: *Abelha da China*, 12 setembro, 1822 a 27 dezembro, 1823, o primeiro jornal que se publicou em Macau, seguido da *Gazeta de Macau*; *Aurora Macaista*, 14 janeiro, 1843 a 1844; *Boletim official do governo de Macau e Timor*, 5 setembro, 1838 a janeiro, 1839, foi seu antecessor *Macaista Imparcial*, e foi continuado pela *Gazeta de Macau; Boletim da Provincia de Macau e Timor*, 8 janeiro, 1846, em publicação, tem tido muitas variantes no seu titulo; *Chronica de Macau*, 12 outubro, 1834 a 18 novembro, 1836; succedeu á *Gazeta de Macau*; *Commercial (O)*, 1838 a 1842; *Correio (O)*, 1890; *Correio de Macau (O)*, 15 outubro, 1882 a 5 outubro 1883; *Correio Macaense*, outubro, 1838 a março, 1839; *Correio Macaense (O)*, 2 setembro, 1883, findou em 1890; *Echo Macaense*, 1893; *Farol Macaense (O)*, 23 julho, 1841 a 1842; *Gazeta de Macau*, 1 janeiro, 1824 a 30 dezembro, 1826, proveiu da *Abelha da China* e succedeu-lhe a *Chronica de Macau; Gazeta de Macau*, 17 janeiro, a 29 agosto 1839, em seguimento do *Boletim Official do Governo de Macau* e da *Chronica de Macau; Gazeta de Macau e Timor*, 20 setembro, 1872 a 20 março, 1874; *Imparcial*, 1 abril 1873; *Independente (O)*, 1867 a 18 junho, 1869; *Independente (O)*, 29 maio, 1873; *Jornal de Macau*, 1 abril, 1875 a 8 março 1876; *Liberdade (A)*, julho, 1890; *Lusitano (O)*, 28 agosto, 1898; *Macaista Imparcial (O)*, 2 julho, 1836 a 4 julho, 1838; antecessor do *Boletim Official do Governo de Macau; Macaense (O)*, 28 fevereiro, 1882 a 28 outubro, 1886; *Noticiario Macaense*, 1869 a 24 fevereiro, 1870; *Oriente (O)*, 10 outubro, a 18 janeiro, 1872; *Oriente Portuguez (O)*, 26 abril 1892; *Portuguez na China (O)*, setembro, 1839 a 1843; *Procurador dos Macaistas*, 1841 a 1845; *Solitario Macaense (O)*, 1844 a 1845; *Tassi-Yang Kuo*, 8 outubro, 1863 a 26 abril, 1866; *Verdadeiro Patriota*, 1839; *Voz do Crente (A)*, 1 janeiro, 1887. Além d'estes jornaes publicou-se mais o numero unico seguinte: *Jornal Unico*, 18 maio, 1898. || *Bibliographia*: *Tentativa para uma Memoria sobre a soberania e posse dos portuguezes em Macau* por J. Augusto da Graça Barreto. *Memoria sobre Macau*, por José de Aquino Guimarães e Freitas; Coimbra, 1828. *Memoria sobre a destruição dos piratas na China*, etc. por José Ignacio Andrade, Lisboa, 1824. *As alfandegas chinezas de Macau* por A. Marques Pereira; Macau, 1890. *Ephemerides commemorativas da historia de Macau e das relações da China com os povos christãos*, por A. Marques Pereira; Macau, 1868. *Meteorologia de Macau*, relatorio official de Adolpho Talone da Costa e Silva; Macau, 1888. *O commercio e a industria do chá de Macau*, por J. A. Côrte Real; Macau, 1879. *Ma-*

cau e os seus habitantes, relações com Timor, por Bento da França; Lisboa, 1897. *Subsidios para a historia de Macau*, por Bento da França; Lisboa, 1888. *Macau*, n.º 183 da Bibliotheca do Povo e das Escolas; Lisboa, 1891. *Apontamentos para a historia de Macau*, por J. Gabriel B. Fernandes; Lisboa, 1883 *Relação dos bispos de Macau*, por J. Gabriel B. Fernandes; Lisboa, 1884. *Historia de Macau, recopilada de autores nacionaes e extrangeiros*, etc., por José Manuel de Carvalho e Sousa; Macau, 1845. *Memoria sobre o estabelecimento de Macau*, Lisboa, 1879. *Memoria sobre a franquia do porto de Macau*, por José Antonio Maia, Lisboa, 1842. *O porto de Macau, ante-projecto para o seu melhoramento*, por Adolpho Ferreira Loureiro; Coimbra, 1884.

Macasa. Pov. da 7.ª div. (Pedras) do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Macazana. Pov. do conc. de Pernem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada na margem direita do rio de Chaporá. || Freg. do conc. de Salsete, no distr. e arceb. de Gôa.

Maceada. Pov. na freg. de Sant'Anna, de Vimieiro, conc. e distr. de Braga.

Macêda. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Ovar, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 409 fog. e 1:919 hab. Tem esc. do sexo fem. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie, sobre a estrada que da Feira vae á estação do caminho de ferro em Ovar. O commendador das ordens de Malta, de Villa-Meã, apresentava o reitor, que tinha réis 100$000 de rendimento. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Campanhã, bairro Oriental do Porto. || Santo André, de Cella, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Macedinho. Pov. na freg. da Santissima Trindade, conc. de Villa Flôr, districto de Bragança.

Macedo. Familia portugueza que teve o seu solar em Macedo de Cavalleiros, e procedia de Ruy Martins de Macedo, senhor de Sauceris, que viveu no tempo d'el-rei D. Diniz. Villas Boas, na *Nobiliarchia Portugueza*, pag. 296, na edição de 1676, diz que esta familia procede de Martim Gonçalves de Macedo, que na batalha d'Aljubarrota soccorreu el-rei D. João I, matando Alvaro Gonçalves de Sandoval, cavalleiro castelhano, que lhe tinha agarrado na maça. Tem por armas: Em campo azul cinco estrellas de ouro, de cinco pontas cada uma postas em santor; timbre, um braço, vestido de azul com uma maça de ouro cravejada de pontas de ferro como a clava de Hercules, em acção de descarregar a pancada.

Macedo (*Agostinho José da Costa de*). Professor regio de Philosophia racional e moral, e segundo bibliothecario da Bibliotheca Nacional de Lisboa, socio da Academia Real das Sciencias, etc. N. em Lisboa a 17 de fevereiro de 1745, e fal. completamente cego em 1822 Dirigiu a impressão que em 1790 se fez do *Foral de Lisboa*, e é sua a prefacção que ahi se encontra; dirigiu egualmente a edição feita em 1786 da *Chronica do Palmeirim de Inglaterra*, e é tambem d'elle a prefacção do editor, que vem no principio do tomo I. Foi um dos tres collaboradores effectivos, que começaram e concluiram o primeiro e unico volume do *Diccionario da Lingua Portugueza*, publicado em 1793, em nome da Academia Real das Sciencias. Pertence-lhe tambem a compilação e redacção do denominado *Catologo da Academia*

Macedo (*Alfredo Antas Lopes de*). Tenente-coronel do corpo de officiaes de Administração Militar; chefe da 2.ª repartição da 5.ª direcção. N. em 11 de março de 1855, assentou praça em 12 de outubro de 1875, logo com o posto de alferes, passando a capitão em 24 de janeiro de 1883, a major em 20 de fevereiro de 1891, e a tenente-coronel em 1 de agosto de 1895 Tomou parte na expedição que esteve em Africa em 1895, com Mousinho d'Albuquerque, em que ficou prisioneiro o celebre Gungunhana, regressando a Lisboa em março de 1896. E' official da ordem de Christo; tem as medalhas de prata de comportamento exemplar, e de ouro para commemorar a expedição a Moçambique em 1894 e 1895.

Macedo (*P. Antonio de*). Jesuita. N. em Coimbra em 1612, fal. na casa professa de S. Roque, de Lisboa, em 15 de julho de 1695. Era filho de João Rodrigues e de Maria de Macedo. Entrou na Companhia de Jesus aos 14 annos, no collegio de Lisboa, a 25 de agosto de 1626 Por ordem de D. João IV, foi, acompanhado do P. João de Andrade, como confessor e interprete da lingua latina de José Pinto Ferreira, embaixador na Suecia: saindo de Portugal a 24 de junho de 1650, chegou a Stockolmo, côrte d'aquelle paiz, a 30 de julho do mesmo anno. A rainha, desejando converter-se á fé christã, encarregou-o de ir a Roma com uma carta ao geral da Companhia de Jesus, em que lhe pedia lhe enviasse dois padres italianos para a instruirem nos preceitos do Christianismo. O P. Antonio de Macedo partiu em cumprimento d'esta commissão, a 31 de agosto de 1651, e depois de percorrer varias terras, chegou a Roma a 23 de outubro. A rainha, em recompensa d'este serviço, deu-lhe um valioso collar de ouro com o seu retrato. Vinte annos permaneceu em Roma o P. Antonio de Macedo, exercendo o logar de penitenciario da egreja de S. Pedro, e voltando a Portugal foi eleito reitor do noviciado de Lisboa. Foi outra vez a Roma como procurador da sua provincia, e regressando ao reino, exerceu os cargos de reitor do collegio de Evora, e de preposito na casa professa de S. Roque. Foi tambem, na sua ordem, professor de humanidades e de theologia Antes de ir para Roma a primeira vez, esteve em Mazagão, como missionario. Deixou impressas varias obras escriptas em latim.

Macedo (*Antonio Millis de*). Advogado da Casa da Supplicação e procurador da casa e estado de Aveiro. N em Lisboa a 8 de outubro de 1695, ignora-se a data de fallecimento. Era filho de dr. Francisco Millis de Macedo, e de D. Josepha Maria de Magalhães. Deixou manuscriptas algumas obras em latim.

Macedo (*Antonio de Sousa de*). V. *Sousa de Macedo (Antonio de)*.

Macedo (*Augusto Freire de Carvalho*). Doutor em Mathematica pela Universidade de Coimbra. Era natural d'esta cidade, sendo filho de José Rodrigues de Macedo. Já é fallecido. Doutorou-se a 31 de julho de 1845.

Macedo (*Bastião de*). Camareiro guarda roupa e vedor do cardeal D. Henrique, provedor da Misericordia de Alemquer. N. n'esta villa, onde

tambem fal. em 5 de julho de 1570, sendo sepultado na egreja do Espirito Santo. Era filho de Francisco de Macedo, e de sua mulher Briolanja Pires. Foi muito da confiança d'el-rei D. Manuel, que o empregou secretamente em colher informações sobre a maneira de tomar a cidade de Tetuão, e n'ella construir uma fortaleza. Casou com D. Helena Jorge.

Macedo *(Belchior de Castro)*. Escriptor citado por Barbosa como autor d'uma *Descripção das provincias do Perú, Terra firme, Chili e outras escriptas em hespanhol*, que não chegaram a imprimir-se. Viveu muitos annos nas chamadas Indias Orientaes.

Macedo *(Fr. Bento de)*. Religioso da ordem dos carmelitas. Era natural de Lisboa, onde falleceu, no convento do Carmo, em 1654, sendo filho de Gregorio Gomes e de Guiomar de Macedo. Professou no citado convento a 16 de março de 1626. Tendo estudado as artes, passou ao collegio de Coimbra, e depois á Universidade, em que se doutorou em Theologia a 29 de julho de 1651. Tinha fama de bom prégador. Escreveu em latim um *Curso philosophico*, que não chegou a imprimir-se.

Macedo *(P. Bento de)*. Jesuita. Era natural de Borba, sendo filho de Bento Fernandes e de Maria Franca. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Professou no collegio de Evora a 23 de fevereiro de 1692. Foi doutor em Theologia na Universidade de Evora, doutorando-se em 29 de outubro de 1721, e na mesma Universidade leccionou Rhetorica, Philosophia e Theologia. Exerceu os cargos de reitor no collegio de Coimbra, e de preposito na casa professa de S. Roque, de Lisboa. Deixou publicada uma obra com o titulo de *Pharus dialectica*.

Macedo *(Diogo de)*. Engenheiro de florestas pela Escola Imperial de Nancy, e agronomo pelo Instituto Agricola de Lisboa; administrador das mattas no districto de Leiria, deputado, socio da Sociedade Geographica de Paris, etc. N. no Porto em 8 de fevereiro de 1833, fal. em 1875. Foi eleito deputado por V. N. de Gaia de 1870. Era um homem extremamente bondoso. Escreveu uma *Selecta ingleza*, juntamente com o dr. Joaquim Simões da Silva Ferraz. Publicou tambem: *Estudo economico ácêrca do concelho de Villa Nova de Gaia*, inserto no *Archivo rural; Apontamentos de economia florestal*, na *Revista de Obras publicas e minas*, publicação mensal da Associação dos engenheiros civis portuguezes, tomo I, 1870, pag. 175, 191, 225, etc.

Macedo *(Diogo de)*. Escriptor, jornalista, poeta, deputado, etc. N. em Peso da Regoa a 7 de junho de 1844. Estudou no Porto no collegio da Guia, mostrando muita vocação para as linguas estrangeiras, e especialmente para o desenho. Em 1862, contando 18 annos de edade, veiu estudar em Lisboa e depois em Coimbra, não podendo continuar o curso a que se destinava, em consequencia d'uma grave doença, que o impossibilitou por algum tempo. Conseguindo restabelecer se entregou-se dedicadamente ao jornalismo e á litteratura. Durante dois annos redigiu o *Nacional*, collaborando egualmente em outras folhas politicas do paiz. Por essa epoca fundou o primeiro jornal democratico das provincias do norte, *A Visão*; em seguida fundou o *Internacional*, e annos depois a *Revista Litteraria do Porto*, uma das publicações portuenses mais curiosas e bem redigidas. Dedicou-se tambem á poesia, e com tanta felicidade, que o fallecido escriptor Camillo Castello Branco, no seu *Cancioneiro alegre*, o classificou como um dos mais primorosos poetas portuguezes. Escreveu alguns romances, como *Josephina, A provinciana, o Christão novo*, etc. D'este ultimo falou muito a imprensa de Lisboa com palavras elogiosas. Em 1871 foi nomeado administrador do concelho de Peso da Regoa. Auxiliado por el-rei D. Luiz iniciou e organisou n'aquella villa o hospital, que tomou por titulo o nome do monarcha. Em 1874 o Banco da Regoa o elegeu para seu director, cargo que sempre exerceu com a maior competencia. Militando no partido regenerador foi deputado pela primeira vez em 1878, eleito por Valle de Passos. Salientou-se na camara, pronunciando alguns discursos que muito se apreciaram, e apresentou um projecto de lei favoravel á lavoura do Douro. Em 1879 foi novamente deputado, sendo eleito por Peso da Regoa.

Macedo *(Eduardo)*. Publicou: *Principios elementares de Musica para uso das escolas de ensino primario de um e outro sexo, colligidos segundo o programma official*, Porto, 1886.

Macedo *(Florinda de)*. Actriz e uma das cantoras de opereta mais apreciaveis. Era uma das actrizes mais queridas das nossas platéas, com especialidade do theatro da Trindade, onde fez grande parte da sua carreira artistica. N. em Rio Maior a 29 de novembro de 1845, fal. em Lisboa a 6 de janeiro de 1896. Veiu para Lisboa ainda muito creança, para a companhia de sua tia, a actriz Emilia Candida, e estreou-se no antigo theatro do Aljube n'uma recita de amadores na comedia em 1 acto *Somnambula sem o ser*. Tinha 14 annos quando appareceu no Gymnasio cantando a opereta de Miró, *A Marqueza*, em que logo revelou a mais harmoniosa voz de soprano de opera comica. O seu debute foi auspicioso. Continuou n'esse theatro, conseguindo sempre agradar, entrando nas peças: *O Filho-familia, O andador das almas, As georgianas, A viagem á China, Tio Braz*, etc. Em 1869 passou ao theatro da Trindade, onde se estabelecera definitivamente a opereta. A actriz Anna Pereira, por causa d'uma prolongada doença, não podia representar, e Florinda foi substituil-a no papel de principe encantador da magica *A gata borralheira*. Obteve um successo, e desde então tomou parte em grande parte do reportorio, merecendo sempre os mais phreneticos applausos do publico, de que se tornou a actriz predilecta. O seu reportorio era enorme; citaremos os nomes d'algumas das peças que o compõe, além das já citadas: *Fausto o petiz, Princeza da Trebizonda, Rosa de sete folhas, A Gran-duqueza de Gerolstein, O Rouxinol das salas, Pepe Hillo, Amar sem conhecer, Amazonas de Tormes, Dominó preto, Sargento Frederico, Nini, O tributo das cem donzellas, Campanone, A cruz de ouro, Duende, O thesouro escondido, A filha da Senhora Angot, Giroflé-Giroflá, Marselheza, Joanna, Joanninha, Joannica; Os sinos de Corneville, O Milho da padeira, A filha do Inferno, Babiole, Madame Favart, Orpheu no Inferno, Os dragões d'el rei, A Mascotte, Volta ao mundo, Luzbelin, O moleiro d'Alcalá, Amor molhado, A noiva dos girasoes, Miss Helyett, A Menina do telephone, Côrte do rei Pimpão*, etc.

Em 1893 foi escripturada para o theatro de D. Maria II, e ali, em genero completamente diverso d'aquelle em que sempre trabalhara, tambem se distinguiu em algumas peças, como no *Medico á força*, *Santa Humbelina*, *Casamento de Olympia*, *A mantilha de renda*, *Bibliothecario*, *Monsenhor*, *Ultima setta*, etc. Os ultimos annos da sua vida fôram amargurados pela doença que a assaltou, e de que veiu a fallecer.

Macedo *(Francisco de)*. Era filho de Ruy Dias de Goes e irmão de Damião de Goes. Foi o priro provedor da Casa do Espirito Santo em Alemquer. Casou com Briolanja Pires, e falleceu a 22 de dezembro de 1545, sendo sepultado na egreja do Espirito Santo, de Alemquer.

Macedo *(Fr. Francisco de)* Religioso carmelita. N. em Torres Vedras, e fal. no convento do Carmo, de Lisboa, a 5 de julho de 1725. Era filho de João de Macedo da Veiga e de Maria Pina. Entrou no collegio de Coimbra a 22 de março de 1661, e professou solemnemente no convento da sua ordem, de Lisboa, a 13 de abril de 1662 Foi vice-reitor do collegio de Coimbra, prior do convento de Setubal, confessor das religiosas do convento da Esperança, de Beja, custodio da provincia, definidor por duas vezes, socio e secretario do provincial Fr. Francisco Ribeiro, cathedratico da Universidade de Coimbra. Deste religioso existe impresso um *Sermão de Santa Cecilia*.

Macedo *(P. Francisco de)*. Jesuita. N. em Lisboa no principio do seculo XVII, e vivia ainda em 1675. Era filho de Gregorio Gomes e de Guiomar de Macedo. Entrou na Companhia de Jesus a 10 de julho de 1623, onde ensinou Philosophia, e saindo por justificadas causas, passou ao estado de clerigo secular, continuando os estudos na Universidade de Coimbra, doutorando se em Theologia. Foi conego da collegiada de Barcellos, e um dos prégadores mais conceituados do seu tempo. Escreveu: *Sermão da invenção da Santa Cruz*, etc ,Lisboa, 1673; *Sermão da Soledade da Mãe de Deus, prégado na collegiada de Barcellos*, etc., Lisboa, 1675.

Macedo *(Francisco Ferraz de)*. Medico pela Escola do Rio de Janeiro, notavel anthropologista, escriptor, etc. N. em Agueda em 1845, fal. em Lisboa a 28 de janeiro de 1907. Aos 8 annos, em 1853, foi para o Brazil, onde começou os seus estudos, e apenas completada a instrucção primaria foi destinado e iniciado na profissão de alfaiate, chegando a ser o mestre da alfaiataria de seu pae. Alguns annos depois, amigos de seu pae o resolveram a abandonar aquella profissão para seguir estudos e carreira mais elevada. Fez então o curso secundario, entrou nas escolas superiores, e com notavel destaque fez tambem o curso superior de pharmacia, em que se formou, aos 22 annos, em 1867, doutorando-se mais tarde em Medicina e Sciencias Naturaes em 1872. Exerceu a clinica durante alguns annos, grangeando grande fama, e depois, sendo já senhor d'uma boa fortuna, iniciou-se nos estudos de anthropologia, sciencia de que então pouco se falava. N'essa epoca começou a sua brilhante carreira de homem de sciencia. Regressando do Brazil, fez uma viagem pela Europa. Visitou os principaes museus, trabalhando com os principaes mestres. De volta das suas viagens, estabeleceu se em Lisboa, recolheu a colossal collecção anthropologica, empregando-se de dia e de noite a medir e a estudar mil e tantos craneos e cento e tantos esqueletos portuguezes. Foi com os dados, que assim recolheu, que formulou a sua interessante *lei da harmonia Kormio-cephalica*. O seu nome começou então a figurar nas actas das sessões das sociedades scientificas extrangeiras e nos principaes congressos. O seu trabalho era infatigavel, tanto no amphitheatro da Escola Médica, como na Penitenciaria e nas cadeias. Nos trabalhos da Sociedade de Anthropologia de Paris, de que era membro titular, tambem tomou grande parte. O professor Manouvrier, no *Progrés medical* de 15 de junho de 1889, dizia que o dr. Ferraz de Macedo era um homem conscienciosissimo, um pesquisador incansavel e instruidissimo, dotado de notavel tenacidade. Quatrefages, na *Historia geral das raças humanas*, refere-se ás suas observações com manifesta e honrosa consideração. O dr. Ferraz de Macedo, passado alguns annos, sempre entregue á sciencia, teve a desventura de perder sua mulher e filhos, e parte da fortuna que possuia no Brazil. Com o auxilio d'um seu amigo, o sr. dr. Carvalho Monteiro, pôde alcançar ser nomeado director dos serviços anthropometricos e photographicos do juizo de instrucção criminal. Durante este periodo, é que pela anthropologia desce aos dominios morbidos dos trisectores do angulo *(Trigonisotomia)*, e, que pela anthropologia sóbe até á elaboração d'um methodo physiologico e racional de ensino da leitura e escripta da lingua portugueza *(methodo luso)*. A doença começou a atacal-o, mas apezar do soffrimento, ainda foi a Italia e á Suissa assistir a congressos, por nomeação do governo como seu representante official. Aggravando-se os padecimentos succumbiu por fim, pedindo que entregassem ao museu da Escola Polytechnica toda a sua collecção, todos os seus livros de Anthropologia, todos os seus instrumentos, mappas, desenhos e as suas obras. A collecção compõe-se de 1:023 craneos medidos e classificados, e 150 esqueletos completos, estudados por elle, e um articulado. E' grande a lista das suas publicações, e entre estas avultam, não só trabalhos scientificos, como obras litterarias e philosophicas. Algumas das suas obras litterarias são versões do russo e do grego moderno, linguas que o dr. Ferraz de Macedo muito bem conhecia, assim como a franceza, a ingleza e a italiana. Dos seus trabalhos anthropologicos deve principalmente mencionar-se os seguintes: *O homem quaternario e as civilisações prehistoricas na America*, Lisboa, 1882; *Ethnogénie brésilienne*, versão de Albert Girard, 1.ª edição, e de Henri de Courtois, 2.ª edição, Lisboa, 1886 e 1887; *Quadros anthropologicos (Antiguidades monumentaes do Algarve*, vol. 2.º pag. 492 e 494*)*, Lisboa, 1887. Este trabalho comprehende um extracto d'um estudo inedito cephalico de typos actuaes de todas as provincias de Portugal. Foi principalmente sobre as observações e medidas do indice cephalico, feitas pelo dr. Ferraz de Macedo, que o professor Alvaro Basto urdiu a sua bella dissertação de licenceatura: *Indice cephalico dos portuguezes*; *Tableau des dégrés de complication et de soudure de la suture sagittale, sur 1:000 crânes portugais contemporains (Dictionnaire des sciences anthropologiques*, Paris, 1888, vol. 2.º pag. 1031*)*; *Tableau des sutures craniennes*. Este quadro figurou na

exposição universal de Paris de 1889; *Tableau de capacité cranienne dans trois cathegories d'individus portugais contemporains.* Tambem figurou na dita exposição. Tem sido principalmente sobre observações exteriometricas colhidas pelo dr. Ferraz de Macedo que o sr. Costa Ferreira tem elaborado as suas memorias sobre a capacidade craneana dos portuguezes. *Notes sur quelques anomalies craniennes (Archivio di Psichiatria*, Turim 1889); *De l'encéphale humain avec et sans commissure grise* (trabalho apresentado ao congresso internacional de Anthropologia criminal, de Paris), Genebra, 1889; *Crime et criminel* (trabalho apresentado ao congresso internacional de Anthropologia criminal de Bruxellas), traducção de Henri de Courtois, Lisboa, 1892; *Lusitanos e romanos em Villa Franca de Xira*, Lisboa, 1893; *Degeneração e degenerados na sociedade*, Lisboa, 1899; *Elementos elucidativos sobre a relação dos indices cephalicos e da estatura com a capacidade craneana (Instituto*, 1900); *Bosquejos de anthropologia criminal*, Lisboa, 1900; *Os criminosos*, Lisboa, 1901. Ultimamente o dr. Ferraz de Macedo publicára alguns estudos sociologicos, como *Os mendigos criminosos*, etc. Em 1895 o conselheiro Thomaz Ribeiro foi nomeado nosso ministro no Brazil, sendo substituido pelo dr. Ferraz de Macedo na direcção da *Mala da Europa*, onde publicou importantes artigos, logar que exerceu durante alguns mezes.

Macedo (*Francisco Millis*). Jurisconsulto. N. em Lisboa a 20 de outubro de 1650, onde tambem falleceu a 24 de dezembro de 1724. Era filho de Luiz de Pina Caldas e de D. Anna Maria Millis. Casou com D. Josepha Maria de Magalhães. Das muitas allegações que compoz, apenas se imprimiu uma sobre a successão da casa de Aveiro, e a favor de D. Pedro de Lencastre.

Macedo (*Fr. Francisco de Santo Agostinho de*). V. *Santo Agostinho de Macedo (Fr. Francisco de)*.

Macedo (*P. Gaspar de*). Jesuita. N. em Alcobaça, fal. nas Caldas da Rainha a 11 de outubro de 1649. Era filho de Pedro Leitão e de Maria de Macedo. Entrou na Companhia de Jesus, no collegio de Coimbra, a 6 de janeiro de 1615. Foi doutor em Theologia, lente de Rhetorica, Philosophia e de Escriptura Sagrada, na Universidade de Evora. Escreveu: *Sermão pelo bom successo das armas portuguezas, prégado no Collegio de Evora a 30 de maio de 1644*, Lisboa, 1644.

Macedo (*Gaspar Moraes de*). Piloto que na navegação da India era muito pratico, e que escreveu um *Roteiro* d'essas paragens, o qual se guardava manuscripto na livraria do duque de Lafões.

Macedo (*Guilherme Quintino Lopes de*). General de divisão, do conselho de S. M., commendador da ordem de Aviz, commendador e official de varias ordens estrangeiras, professor no Real Collegio Militar, governador das praças de Monsanto e da torre de S. Julião da Barra, etc. N. em Angra do Heroismo a 11 de março de 1832. Fal. em Lisboa em 14 de março de 1895. Era descendente d'uma familia illustre e de honrosas tradições militares. Assentou praça em artilharia a 23 de julho de 1847, com 15 annos de edade. A sua promoção a 2.º tenente tem a data de 19 de dezembro de 1849, e foi promovido a 1.º tenente a 17 de outubro de 1854, a capitão em 23 de maio de 1860, a major em 18 de dezembro de 1872, a tenente-coronel em 24 de novembro de 1875, a coronel em 4 de agosto de 1880, a general de brigada em 26 de fevereiro de 1890 e mais tarde a general de divisão. Foi muito tempo chefe da repartição do gabinete do ministerio da guerra, ao lado de Fontes Pereira de Mello, que o contava no numero dos seus mais prestimosos e dedicados amigos. No Real Collegio Militar regeu a cadeira de Philosophia, Direito e Administração militar. Foi commandante da Escola pratica do polygono de Vendas Novas, chefe do estado maior do commando geral de artilharia, deputado pelos circulos de Lagos e de Lisboa, governador de Cabo Verde, cargo que exerceu apenas alguns mezes, sendo por ultimo nomeado governador das praças de Monsanto e de S. Julião da Barra. Ao governo da primeira d'estas praças o fôram buscar em 1891 para lhe confiarem o commando da 3.ª divisão militar, no Porto, onde se déram os bem conhecidos acontecimentos do dia 31 de janeiro d'aquelle anno. Além das honras já citadas, possuia tambem as medalhas de prata de comportamento exemplar e de bons serviços. Escreveu: *Relatorio ácêrca do campo de Challons, feito em harmonia com as instrucções de que trata a portaria expedida pelo ministerio da guerra de 16 de julho de 1867*, Lisboa, 1868.

Macedo (*Henrique de Macedo Pereira Coutinho, conde de*). Bacharel formado em Mathematica e Philosophia, pela Universidade de Coimbra, lente jubilado da Escola Polytechnica, deputado, par do reino, ministro de estado e ministro plenipotenciario em Roma, Bruxellas e Madrid, astronomo do Observatorio de marinha, vogal do Conselho Superior de Instrucção Publica, etc. N. em Verride, concelho de Montemór-o-Velho, a 6 de setembro de 1843, sendo filho de Antonio de Macedo de Sousa Pereira Coutinho Menezes e de D. Maria Augusta da Cunha Portugal e Menezes. Ainda estudante da Universidade alcançou permissão de se apresentar a um concurso da Escola Polytechnica, ficando nomeado lente substituto de Mathematica por decreto de 22 de abril de 1863, passando a proprietario da terceira cadeira pelo decreto de 23 de maio de 1883. Tomou o grau de bacharel nas referidas faculdades em 1864. Para ajudante do Observatorio da Escola Polytechnica foi nomeado em 1875, e para o de Ajuda em 1878. Em 1865 filiou-se no partido progressista, foi deputado pela primeira vez em 1869, e reeleito em varias legislaturas posteriores. Era par do reino hereditario, por carta regia de 7 de janeiro de 1881, prestando juramento e tomando posse na respectiva camara sessão de 5 de fevereiro do mesmo anno. Em 1885 foi nomeado vogal do Conselho Superior de Instrucção Publica, e em 1886 fez parte do ministerio, no gabinete presidido pelo sr. conselheiro José Luciano de Castro, encarregando se da pasta da marinha e ultramar. Abandonou depois a sciencia e a politica, dedicando se á diplomacia. Foi nomeado enviado extraordinario e ministro plenipotenciario a Bruxellas em 1889, sendo transferido para Roma em 1891, e em 1893 para Madrid. Estando n'esta ultima legação veiu differentes vezes a Lisboa para assistir ás sessões da camara dos pares, e tambem em gozo de licença. Em 1896, foi, n'estas circumstancias, que par-

tiu em 20 de junho para Karlsbad, licença por dois mezes, concedida na portaria de 18 do referido mez, voltando a Madrid a 26 de agosto. Em 9 de abril de 1899 saiu de Madrid em direcção a Haya, com os competentes poderes para, como plenipotenciario por parte de Portugal, tomar parte nos trabalhos da conferencia internacional reunida n'aquella capital para estudar os meios de evitar o augmento dos actuaes armamentos d'onde, findos os trabalhos da dita conferencia, voltou ao exercicio das suas funcções a Madrid, a 30 de agosto de 1899. Em 1901, achando-se em Madrid no exercicio das funcções do seu cargo, assistiu com todo o pessoal da embaixada ás solemnes cerimonias do casamento da princeza das Asturias. Em 14 de junho d'este anno veiu a Lisboa em serviço, regressando a Madrid a 15 de julho, vendo-se obrigado a novamente se ausentar em 21 de agosto, em desempenho de outras commissões de serviço. Voltando a reassumir as funcções do seu cargo a 4 de novembro, foi d'elle

Conde de Macedo

depois dispensado pelo seu mau estado de saude a 11 de janeiro de 1902, sendo exonerado do referido cargo e collocado na disponibilidade, por decreto de 18 de setembro do mesmo anno. O sr conde de Macedo é commendador e gran-cruz da ordem de Christo por carta regia de 12 de maio de 1887. Possue tambem as seguintes honras: gran-cruz das ordens hespanholas de Carlos III e de Merito Naval; gran-cruz da ordem de Pio IX, e da Corôa de Italia, da Estrella Polar da Suecia, etc. O titulo de conde de Macedo foi lhe concedido por decreto de 30 de julho e carta de 19 de setembro de 1890. Casou com uma irmã do sr. conselheiro Ressano Garcia, a qual falleceu em Malaga, no principio do anno de 1903. Escreveu: *No estado actual da sciencia geodesica como procederia para obter a grandeza do metro?* these de concurso para a terceira cadeira da Escola Polytechnica. Na collecção das obras de Julio Verne, do fallecido editor David Corazzi, traduziu as seguintes: *Da terra á lua, viagem directa em noventa e sete horas e vinte minutos*, Lisboa, 1878; *A' roda da lua, continuação de «Da terra á lua»*, Lisboa, 1879; *Aventuras do capitão Hatteras: Parte I: Inglezes no polo norte; Parte II: O deserto no gelo*, Lisboa, 1879; 2 volumes; *A ilha mysteriosa; Parte I: Os naufragos do ar; Parte II: O abandono: Parte III: O segredo da ilha*, sem data. O sr. conde de Macedo tem desempenhado commissões importantes, tanto no reino como no estrangeiro. Tem collaborado em diversas folhas politicas, com especialidade no *Progresso* e no *Diario Popular*.

Macedo (*P. Ignacio José de*). Presbytero secular; cavalleiro da ordem de Christo, professor de Philosophia, prégador regio, etc. N. no Porto em 1774, onde tambem fal. a 17 de fevereiro de 1834. Aos 8 annos de edade partiu para o Brazil, indo residir na cidade da Bahia. Seguindo a carreira ecclesiastica, ordenou-se de presbytero, e pouco depois foi nomeado professor de Philosophia, examinador synodal e censor regio. N'essa epoca redigiu o primeiro jornal que n'aquella cidade se publicou, o qual se intitulava *A Edade de ouro*. Sendo nomeado procurador regio, conservou-se na Bahia, até á proclamação da independencia do Brazil, voltando a Portugal em 1823, depois de 40 annos permanecer n'aquella cidade. Foi então estabelecer-se no Porto, e quando em 1826 começou o regimen da Carta Constitucional, o padre Ignacio de Macedo adoptou com enthusiasmo as novas idéas, e principiou a redigir um jornal, a que deu o nome de *Velho liberal do Douro*, o qual se publicou até 1828, advogando ardentemente os principios liberaes. N'esse anno, quando o infante D. Miguel tomou posse do governo, começou a ser perseguido, e veiu refugiar se em Lisboa, mas com tanta infelicidade que foi logo descoberto, sendo preso a 30 de agosto de 1829 e encarcerado na torre de S. Julião da Barra, onde se conservou até 11 de julho de 1830, em que o mandaram para o Porto, para ahi ser julgado. Ainda estava preso, quando D. Pedro IV entrou no Porto, e alcançando então a liberdade, continuou a publicar *O Velho liberal do Douro*. Este padre, que sempre se mostrou muito liberal, escreveu as seguintes opusculos sobre assumptos historicos-politicos: *Sermão em memoria do faustissimo dia em que Sua Alteza Real entrou a barra da Bahia, recitado no antigo collegio dos jesuitas da mesma cidade em 2 de janeiro de 1815*, Bahia 1815; *Elogio ao commercio, recitado no festim, que os negociantes da Bahia deram ao governador Conde dos Arcos em 6 de setembro de 1817*; era escripto em verso, Bahia, 1817; tambem saiu na *Relação* do mesmo festim, publicada no referido anno: *Oração gratulatoria recitada na cathedral do Porto em 27 de novembro de 1825, no solemne Te-Deum que a camara celebrou em acção de graças pela carta de lei em que S. M se dignou assumir o titulo de imperador do Brazil*, Porto 1825; *Oração funebre nas exequias do muito alto e muito poderoso senhor D. João VI, imperador do Brazil, e rei de Portugal, recitada na Santa Casa da Misericordia da cidade de Braga*, Porto 1826; *Oração funebre*, etc., *celebradas na Santa Sé do Porto, pelo Senado da Camara*, Porto, 1826; *O Velho liberal do Douro;* a collecção completa d'este jornal politico, noticioso e litterario, compõe se de duas series, ambas de 4.º começando a 1.ª em 1826, e acabando em 1828; a esta serie se pódem juntar 3 opusculos, que o autor publicou

em separado: *Influencia da religião sobre a politica do Estado*, Lisboa, 1826; *Influencia da religião sobre os costumes*, Lisboa 1826; *Ensaios politicos de Macedo, ou Collecção do Velho liberal do Douro, precedido de dois discursos sobre a influencia da religião na politica e nos costumes*, Lisboa, 1827. Depois da entrada de D. Pedro IV no Porto e do autor ter saido da prisão, recomeçou a publicação da segunda serie, imprimindo-se varios numeros soltos, os quaes se reuniram mais tarde, saindo com o titulo: *Collecção dos numeros do Velho Liberal do Douro, impressos na cidade do Porto antes da restauração de Lisboa* Lisboa, 1833. Escreveu mais o seguinte opusculo, que se publicou em 1834, já depois da sua morte: *Considerações sobre as causas da elevação e decadencia da Monarchia Portugueza, desde Affonso I até D. Maria II*, e *Elementos de Philosophia racional e moral*, impressos em Faro, 1843.

Macedo (*P. João Campello de*). Freire professo da ordem de Christo, thesoureiro-mór da capella real no tempo de D. João IV e D. Affonso VI; mestre de cerimonias ecclesiasticas, etc. N. em Obidos, e fal. em Lisboa a 25 de maio de 1666. Escreveu: *Declaração que agora fez o nosso SS. Papa Urbano VIII sobre se haver de antecipar o presente anno de 1639 a vigilia do jejum de S. João Baptista, como consta do breve incluso*, etc., Lisboa, 1639; *Resolução sobre o n.º 2 da rubrica 6 de «Virgiliis»*, Lisboa, 1639; *Disposição e ordem com que se celebrou o baptismo do principe D. Affonso... na capella real*, Lisboa, 1644; *Instancias que faz o cerimonial dos bispos ás opiniões que o licenceado Christovão Martins... traz no seu opusculo de «Ritibus Sauris»*, Lisboa, 1654; *Thesouro de Cerimonias, que contém as das missas resadas e solemnes, assim de festas como de defuntos*, etc., Lisboa, 1657; 2.ª edição, com alguma alteração no titulo, Lisboa, 1668; 3.ª em 1671 e 4.ª em 1682. Saiu mais tarde, *novamente accrescentada pelo P. João Duarte, parocho da egreja do Campo Grande*, Lisboa, 1697; outra edição, 1734. Escreveu mais: *Officia sanctorum pro capella Regia de mandato Illustrissimi ac Reverendissimi D. Joannis à Sylva Capellani majoris ordinarii Capellae Domus Regiae ac totius Curae Lusitanae typis mandata*, Ulyssipone, 1633.

Macedo (*João Ferraz de*). V. *Ferraz de Macedo (João)*.

Macedo (*P. Joaquim de*). Sacerdote da Congregação, de S. Vicente de Paula. N. em Lisboa a 25 de março de 1719, fal. na casa da Santa Cruz, junto de Guimarães, a 14 de julho de 1791. Sendo sacerdote, entrou na Congregação a 25 de abril de 1746. Escreveu: *Guia de peccadores, e exhortação á virtude, na qual se trata copiosamente das grandes riquezas e formosura da virtude, e do caminho que se ha de seguir para a alcançar; composta na lingua hespanhola pelo veneravel P. M Fr. Luiz de Granada, e traduzida na portugueza por um zeloso salvador das almas*, Lisboa, 1764; traz no começo um breve resumo da vida de Fr. Luiz de Granada, e saiu sem o nome do traductor; *Compendio da vida de S. Vicente de Paula*, imprimiu-se em 1779, sob o nome de D. Jeronymo da Cunha; *Instrucções de sacerdotes... por Fr. Antonio de Molina, traduzido do castelhano em portuguez por um devoto*, etc., Lisboa, 1757; *Introducção ao symbolo da fé, composta na lingua hespanhola pelo veneravel P. M. Fr. Luiz de Granada, e traduzida na portugueza por * * *; Lisboa, *Parte I*, 1780; *Parte II*, 1782; *Principios e documentos da vida christã, pelo cardeal Bona*, traduzidos do latim; saiu depois da sua morte, em 1793.

Macedo (*Joaquim Freire de*). Doutor em Philosophia pela Universidade de Coimbra, professor no real collegio das Artes, no lyceu nacional de Coimbra e no de Lisboa, etc. N. em Coimbra a 18 de fevereiro de 1810, fal em Lisboa a 16 de novembro de 1874. Era filho de Joaquim Freire de Macedo, negociante em Coimbra, e de D. Angelica Albina de Macedo e Almeida. Doutorou se em 17 de julho de 1838, mas não entrou no corpo docente da Universidade, e apenas foi em Coimbra professor substituto de grego no collegio das Artes. Tendo ficado herdeiro principal de seus tios, casou em 1 de janeiro de 1845 com D. Maria Augusta de Figueiredo Sanches Barreto. Dotado de genio emprehendedor e com muita tendencia para as artes mechanicas, fez em Coimbra a primeira tentativa para estabelecer uma moagem por vapor; tendo-lhe, porém, falhado muitos dos elementos com que contava para tirar lucros d'esta empresa, viu-se por fim obrigado a sacrificar a maior parte dos seus bens, entrando n'estes a horta e o antigo convento de Santa Clara. Desgostoso com este resultado, aproveitou a occasião de sair de Coimbra, e em 1855 mudou a sua residencia para Lisboa, sendo despachado, para o lyceu nacional d'esta cidade, lente de geographia, chronologia e historia. Infatigavel trabalhador, aproveitava as horas, de que podia dispôr, no ensino particular. Quando falleceu, era o decano dos professores do lyceu de Lisboa. Escreveu: *Compendio da grammatica portugueza, approvado pelo conselho geral de instrucção publica*, Lisboa, 1862; fizeram-se mais edições, sendo a 5.ª accrescentada, que se publicou em 1875, já depois da sua morte; *Resumo da grammatica portugueza*; tem varias edições, sendo a data da 7.ª 1881; *C. Julii Cesaris commentaria de Bello gallico*, edição annotada em portuguez, Paris, 1868; com 1 mappa da Gallia, e 1 vocabulario geographico tambem em portuguez; *Manual para o exame do magisterio de instrucção primaria*, Lisboa, 1868, 2 vol; esta obra foi escripta de collaboração com o conselheiro Francisco de Castro Freire; *Arte de correspondencia commercial, ou modelos de cartas sobre differentes assumptos commerciaes*, (com a traducção franceza em frente, feita por Adolpho Daux), Lisboa, 1868. O dr. Fr. de Macedo deixou algumas obras ineditas, umas quasi completas, outras em via de conclusão, mas que ficaram pela maior parte destruidas no incendio que em 1850 devorou a casa onde residia a sua familia na rua do Moinho de Vento, hoje rua de D. Pedro V. Nos destroços d'esses manuscriptos existia um trabalho para facilitar o estudo da historia, e as seguintes obras: *Rudimentos de grammatica latina*, *Diccionario latino-portuguez*, *Diccionario inglez-portuguez*, e *Philosophia da historia da humanidade*, traducção de Herder.

Macedo (*Joaquim José da Costa de*). Fidalgo da Casa Real, do conselho de S. M., commendador da ordem de N. S.ª da Conceição; antigo deputado, vice-presidente da Junta dos Juros dos Reaes Emprestimos, socio e secretario perpetuo da Academia Real das Sciencias, guarda-mór da

Torre do Tombo, etc. N. em Lisboa a 25 de abril de 1777, fal. na Gollegã em 15 de março de 1867. Era filho de Agostinho José da Costa de Macedo. Foi um grande erudito e um curioso bibliophilo. A sua bibliotheca era importantissima. Por uns conflictos graves, demittiu se do seu cargo de guarda-mór da Torre do Tombo, e de secretario da Academia, em 1857. Joaquim José da Costa de Macedo era tambem commendador da ordem da Rosa, e official do Cruzeiro do Brazil, commendador da de Gustavo Vasa da Suecia; socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Madrid, e de muitas outras sociedades scientificas e litterarias da Europa e America. Escreveu: *Sur les eléments de l'Histoire du Portugal*, por Mr Serieys *(Extrait de la Revue Philosophique, litteraire et politique*, etc.), 8.º gr. de 20 pag. sem designação do anno nem logar da impressão; *Projecto de regimento das Côrtes Portuguezas*, Lisboa, 1820; *Memorias para a historia das navegações e descobrimentos dos portuguezes*, inserta no tomo VI da parte I, das *Memorias da Academia Real das Sciencias*, 1819; *Additamentos á primeira parte da Memoria, sobre as verdadeiras epocas em que principiaram as as nossas negociações e descobrimentos no Oceano Atlantico*; insertos no tomo XI, parte II da *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias*; *Discurso recitado em 15 de maio de 1838, na sessão publica da Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1838; saiu tambem no tomo XII, parte II, da referida *Historia* e *Memorias*, onde se encontram varios discursos gratulatorios, por elle pronunciados perante suas magestades, como secretario da Academia, em nome das deputações academicas, que fôram enviadas ao paço em diversas occasiões, etc.; *Memoria sobre os vasos murrhinos;* no tomo XII, parte II das referidas *Memorias*, de pag. 1 a 151: com tres estampas; *Discurso lido em 22 de janeiro de 1843, na sessão publica da Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1843; tambem inserto nas *Memorias da Academia*, segunda série, tomo I, parte II; *Memoria em que se pretende provar que os arabes não conheceram as Canarias antes dos portuguezes;* nas *Memorias*, série e tomo citados, de pag. 37 a 268, *Memoria sobre o ponto d'onde se espalharam pela Asia as doutrinas religiosas do paganismo;* no tomo I das *Actas da Academia Real das Sciencias*, 1849, de pag. 124 a 158; *Sobre o estado da navegação dos arabes nos tempos proximos ao Islamismo, e sobre a invasão dos mesmos arabes na Hespanha*; no tomo I das *Actas*, de pag. 54 a 75; *Como e quando passaram para a Grecia as doutrinas religiosas da Persia*; no tomo I das *Actas*, de pag. 239 a 250; *Discurso lido em 5 de julho de 1854, em sessão publica da Academia Real das Sciencias, como secretario geral;* no tomo I, parte, I, das *Memorias da Academia*, 2.ª classe, 1854; *Noticia historica dos trabalhos da classe das Sciencias Moraes, Politicas e Bellas-Letras da Academia Real das Sciencias, lida na referida sessão*; vem no mesmo tomo e parte; *Memoria sobre o conhecimento da lingua e litteratura grega, que houve em Portugal até o fim do reinado d'el rei D. Duarte*, no mesmo tomo e parte. De todos estes discursos e memorias se tiraram tambem exemplares em separado, com rostos especiaes.

Macedo *(Joaquim Lopes de)*. Tenente-coronel. N. na freg. de Santa Maria de Cottas, concelho de Alijó, em 29 de julho de 1797; ignoramos a data do fallecimento. Era filho d'uns humildes lavradores da provincia de Traz os Montes. Assentou praça como voluntario, em Lamego, no regimento de caçadores n.º 5, a 29 de março de 1817, tendo 20 annos de edade. Logo em 1820 assistiu com o seu regimento á acclamação da constituição em Lisboa, sendo este o primeiro acontecimento notavel da sua carreira militar. Entrou no ataque da ponte e villa de Amarante contra as forças do general Silveira, em 23 de março de 1823, perseguindo as no dia immediato até Villa Real de Traz os-Montes, e seguindo na divisão do general Luiz do Rego, acossando ainda aquellas tropas revoltosas para além da cidade de Leão, em Hespanha. Mas não tardou que os acontecimentos se precipitassem, que a ante camara da liberdade se entenebrecesse, tornando os seus fieis servidores em martyres ou heroes. Ia começar a grande lucta. O batalhão de caçadores n.º 5 foi deportado para a ilha de S. Miguel em 26 de outubro de 1823, e Lopes de Macedo iniciou-se então nas amarguras d'aquella vida aventurosa, em que a gloria se comprava a preço de sangue, devendo só encontrar o epilogo mais tarde, pelo triumpho seguro e definitivo da causa liberal. Em 16 de outubro de 1826 casou com D. Francisca Amalia da Rocha Carvalho, em Ponta Delgada. Em 1828 passou com parte do seu batalhão á ilha Terceira, que devia ser o primeiro baluarte da liberdade portugueza, correndo então grande risco e soffrendo total perda dos seus minguados haveres, porque o navio que o conduzia foi assaltado por um bergantim de piratas que tudo lhe roubaram, bem como aos seus bravos companheiros d'armas. Em 4 de outubro d'esse anno assistiu á batalha de Pico do Celeiro, fazendo a 10 d'esse mez parte d'uma diligencia de 40 soldados, mandada bater uma força enorme de guerrilhas, na villa dos Biscoitos, onde ficou prisioneiro, sendo depois conduzido para a villa da Praia, apóz um vigoroso e renhido combate. Até á convenção de Evora Monte não houve, por assim dizer, batalha, combate, acção, recontro ou escaramuça, das muitas que n'esse tempo se travaram, em que não tomasse parte, portando-se sempre valentemente. Como official inferior encontramol-o assistindo em 11 de agosto de 1829 á acção da villa da Praia, á tomada da ilha de S. Miguel, e á acção de Ladeira Velha, em 2 de agosto de 1831; embarcando em 23 de junho de 1832 na expedição dos 7:500 bravos, que a 8 do mez seguinte veiu desembarcar nas praias do Mindello. Era então 1.º sargento, e foi a primeira praça do batalhão que saltou em terra, com mais 12 soldados, por ordem do imperador que, ao desembarcar, se lhe apoiou no hombro, ajudando a abrir na areia a cova onde se hasteou a primeira bandeira azul e branca, que então tremulou na terra firme de Portugal. No cêrco do Porto assistiu a diversas escaramuças e tiroteios na Bandeira até ao dia 21, ao reconhecimento de Vallongo, e retirado para o Porto em 22, á batalha de Ponte Ferreira em 23 e no dia immediato ao incendio lançado pelos frades no convento que servia de alojamento ao seu batalhão, d'onde se salvou, rompendo audaciosamente por entre as chammas Em 7 de agosto esteve na batalha de Souto Redondo; em 18 na acção das linhas do Porto; de 8 de setem-

bro a 12 do outubro, nos combates de Villa Nova de Gaia, fazendo parte da sortida pelo cêrco e Aguardente em 16 de setembro, e na acção de 29 do mesmo mez, figurando com o seu batalhão no ataque á baioneta contra a columna inimiga, que chegara a penetrar na cidade até ao Poço das Patas; ainda assistiu ao bombardeamento e defeza da Serra do Pilar, em 13 e 14 de outubro, e á sortida de Quebrantões e Furada em 14 de novembro. Esteve na acção de Antas em 24 de março de 1833, e á de 25 de julho no sitio do Pastelleiro na Foz, recebendo n'esse dia o premio dos seus relevantes serviços, com o despacho de alferes para o mesmo corpo, e n'este posto assistiu á acção sobre as linhas do Porto até Vallongo em 18 de agosto, seguindo depois para Lisboa a tomar parte na acção de 5 de setembro nas linhas, tornando-se tão distincto o seu comportamento, na quinta do Louriçal, que foi condecorado no campo de batalha com o 1.º grau da ordem da Torre e Espada. Entrou na batalha de 10 de outubro fóra das linhas, no combate de Loures em 11, bem como no combate e entrada em Leiria a 15 de janeiro de 1834, na acção da Torre do Bispo e de Pernes, a 30, e na batalha de Santa Maria de Almoster a 18 de fevereiro, seguindo com o seu batalhão até Evora Monte, onde se assignou a convenção, que poz termo á guerra civil. Em 1836 serviu sob as ordens do conde de Bomfim, na divisão de operações ao sul do Tejo. No combate de Chão da Feira era já tenente; emigrou depois para Hespanha, e mais tarde, tendo sido promovido a capitão em 5 de março de 1845, esteve na tomada da praça de Monsão, e na sortida de Caminha, onde foi feito prisioneiro e maltratado, depois de porfiada lucta com forças muito superiores, sendo em seguida remettido preso para a Relação. Lopes de Macedo foi elogiado pelo imperador na ordem do dia, de 17 de março de 1830, de 26 de julho de 1832 e 6 de setembro de 1833; foi agraciado com o grau de cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição, em 22 de agosto de 1835; com o de cavalleiro de Aviz em 4 de dezembro de 1845; com o de official da Torre e Espada, em attenção aos distinctos serviços prestados ao throno legitimo e liberdades patrias, e pelos seus merecimentos e relevantes serviços, com o de commendador da ordem de Aviz, além das medalhas da divisão auxiliar á Hespanha, de D. Pedro e D. Maria com o algarismo n.º 9, de valor militar e de comportamento exemplar. Tendo sido promovido a major graduado em 29 de abril de 1851, a tenente-coronel em 1855, reformou-se n'este posto em 16 de junho d'esse anno, e foi nomeado governador do forte do Bom Successo em 3 de abril de 1858.

Macedo *(Joaquim Lopes de)* Professor e compositor de musica. N. em Santa Comba Dão a 5 de outubro de 1879, sendo filho do professor de musica José Vieira Lopes de Macedo. Desde tenra edade se dedicou á arte musical, e sendo dotado d'uma precoce intelligencia e accentuada vocação, já aos 15 annos dirigia com relativa proficiencia a philarmonica de Aguiar da Beira, e a escola de musica do collegio de Nossa Senhora da Lapa, de Sernancelhe. Em 1897 casou em Montemór-o-Velho com D. Emilia Cardote, sobrinha do commendador Augusto Pereira Cardote, e n'esse mesmo anno tomou a seu cargo a regencia da philarmonica de Cannas de Senhorim. Mais tarde dirigiu a de Figueira da Foz, e actualmente é professor e dirige a philarmonica de Monforte, que é considerada uma das primeiras do districto de Portalegre, devido aos esforços de Joaquim Lopes de Macedo. Em 1900, com a sua philarmonica, obteve em Portalegre os mais enthusiasticos applausos, rendendo lhe tambem a imprensa local grandes elogios. Em 1902, em Elvas, por occasião da feira de S. Matheus, alcançou novos triumphos. Lopes de Macedo tem muitas composições musicaes, de que citaremos: no genero sacro: *O Santissimo*, *Tantum Ergo*, *Corpus Christi* (marcha triumphal), e *Ave Maria*; no genero profano: *Music Master* (marcha), *High-life* e o *Elvense* (passo doble), etc. Concorreu ao 8.º Concurso Internacional, realisado em Turim em 1905 pela empresa da revista musical *Il Mandolino*, com a marcha triumphal de sua composição, intitulada *Torino*, que alcançou um diploma de merito e a medalha de prata, de honra, que lhe foi conferida pelo respectivo jury, composto dos maestros italianos Francesco Ricardo, Felice Brandol e Gilardenghi Andréa. A medalha e o diploma fôram-lhe entregues solemnemente em Monforte.

Macedo *(José de)*. Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, e escriptor. N. em Lisboa a 22 de dezembro de 1667, onde falleceu a 28 de julho de 1717. Era filho de Antonio de Macedo e de D. Violante de Castilho. Esteve seis annos em Inglaterra. Foi muito erudito, e muito conhecedor das linguas latina, italiana, ingleza e franceza. Reduziu a cinzas todas as poesias que compuzera em latim e em portuguez, dizendo que, depois de Virgilio e de Camões, não deviam apparecer outros versos. Foi sepultado no convento do Carmo. Dos seus escriptos sómente se publicou o seguinte, e esse mesmo com o pseudonymo de Antonio de Mello da Fonseca: *Antidoto da lingua portugueza, offerecido ao muito alto e muito poderoso rei D. João V, nosso senhor*, Amsterdam; sem anno de impressão, mas na dedicatoria tem a data de 1710.

Macedo *(José Agostinho de)*. Eremita da ordem de Santo Agostinho e depois presbytero secular, prégador regio, escriptor, poeta, etc. N. em Beja a 11 de setembro de 1761, fal. em Pedrouços a 2 de outubro de 1831. Era filho de Francisco José Tegueira e de sua mulher Angelica dos Seraphins Freire. Seguiu a vida religiosa, e professou no convento da Graça, de Lisboa, em 15 de novembro de 1778, com o nome de Fr. José de Santo Agostinho. Foi mandado para o convento de Coimbra, e ali conviveu com o poeta brazileiro Fr José de Santa Rita Durão, o autor do poema *O Caramurú*, adquirindo o gosto pela poesia. Procedendo-se á eleição do provincial, veiu José Agostinho de Macedo a Lisboa para a votação, e faltando orador, subiu ao pulpito pela primeira vez, improvisando uma oração tão eloquente que causou o maior espanto. Por este tempo começou a sua lucta desenfreada contra os frades. A vida claustral de José Agostinho de Macedo foi uma serie de escandalos e de luctas invejosas, que só terminaram com um rompimento decisivo entre o frade dissoluto e os seus superiores. N'uma epoca de relaxação dos costumes fradescos, a attitude de José Agostinho de Macedo excedeu a tudo quanto se possa

imaginar. Estando no convento da Graça, procedeu de tal modo que foi mettido no carcere, desculpando-se que era victima de intrigas que lhe forjavam os outros frades, seus inimigos, movidos pela inveja. Em 1780 foi mandado para uma cadeira do collegio de Nossa Senhora do Populo, de Braga, e pelas apostasias que n'esse collegio commetteu, sendo tambem accusado de roubar livros da livraria, foi preso em 1782, aggravando a culpa com o crime de fuga e de arrombamento do carcere. A sentença de condemnação dada em 17 de agosto no convento de S. João Novo, do Porto, era muito benevo'a, ficando perdoadas algumas penas e diminuidas outras. Removido para o convento da Graça, de Evora, novamente esteve preso, soffrendo segunda sentença em 21 de março de 1785, em que foi convencido de apostasia, de fuga, e de outros crimes e delictos; ainda d'esta vez houve misericordia para com o réo. Emquanto permaneceu encarcerado, escreveu um *Panegyrico* em verso, ao então bispo de Beja, D. Fr. Manuel do Cenaculo Villas Boas, que foi a primeira manifestação do seu talento litterario; este panegyrico ficou inédito. Voltando ao convento da Graça, de Lisboa, tornou a fugir da clausura, sendo então remettido por castigo para o convento de Torres Vedras, d'onde tambem se evadiu. Por terceira sentença, dada no convento da Graça em 22 de julho de 1788, foi novamente accusado de apostasia, de fuga, roubo de livros e d'outros crimes gravissimos. A sentença teve a confirmação do definitorio, ficando o réo julgado incorrigivel e digno de ser expulso da religião. José Agostinho de Macedo recorreu em 1789 para a nunciatura contra a sentença, allegando ser victima de calumnias, intrigas e malquerenças. O nuncio apostolico interveiu então a seu favor, pedindo em 1790 que o admittissem no convento dos Paulistas, para vêr se se regenerava. Assim se cumpriu, mas o frade dissoluto não tardou a fugir tambem d'aquella casa religiosa, apenas teve occasião, roubando da livraria livros que foi vender ao livreiro francez João Baptista Reyeeud. D'esta vez voltou-se contra elle o nuncio, escrevendo em julho de 1791 uma carta ao reitor do convento dos Paulistas, pedindo-lhe que o mandasse prender com o auxilio da policia, porque os confrades o temiam, e não se affoitavam a lançar-lhe a mão. Por um officio de 14 do referido mez e anno, mandado ao juiz do crime do bairro de Santa Catharina, é que se soube da venda ao livreiro francez dos livros roubados. Por officio do intendente da policia Pina Manique, de 8 de outubro ainda de 1791, dirigido ao prior do convento da Graça, foi entregue n'aquella casa religiosa José Agostinho de Macedo, que fôra encontrado nas ruas em trajo secular e descomposto. Afinal foi expulso da ordem, por um decreto conventual, confirmado por sentença do definitorio. A expulsão deu-se no dia 18 de fevereiro de 1792, e tal odio inspirava aos seus confrades, que se procedeu áquelle acto com toda a communidade reunida, pondo-o em seguida fóra do convento da Graça, fechando-lhe immediatamente as portas. José Agostinho de Macedo, porém, não era homem que se resignasse com este tratamento ignominioso, e serviu-se de todos os recursos de que pôde lançar mão, para appellar d'esta sentença diffamatoria, e só obteve que ella não tivesse effeito perante os tribunaes civis e perante a fé apostolica, alcançando do papa um breve para passar ao estado de presbytero secular, mediante a execução do mesmo breve, ordenado pelo prelado respectivo em 20 de março de 1794. Começando vida nova, fez-se prégador distincto, e por muito tempo se sustentou quasi exclusivamente com o producto dos sermões, porque o rendimento das suas obras cedia-o maior parte das vezes aos editores Era grande o numero d'ellas, e muitas tiveram repetidas edições. Em 1 de dezembro de 1802 foi nomeado prégador régio da Santa Egreja Patriarchal, em provisão do cardeal patriarcha Mendonça. Este logar havia sido creado por D. João VI, então principe regente, e foi por effeito d'uma carta régia, com a data de 8 de novembro antecedente, que Macedo obteve ser despachado. Em 17 de maio de 1804 alcançou do mesmo prelado licença para continuar a dizer missa, de que tinha sido prohibido José Agostinho de Macedo foi sempre considerado como um dos poetas de mais talento, e nos seus poemas philosophicos nota-se elevação de pensamento e de fórma. Apezar da sua vida desregrada, manifestou a sua vocação para a poesia, sendo ainda frade graciano, escrevendo uma *Elegia á sentidissima morte do ill.mo sr D. José Thomaz de Menezes*, etc, que se publicou em 1790 com as iniciaes J. A. R. G, que significavam *José Agostinho religioso graciano*, e em 1791 escreveu um *Epicedio na morte do ill.mo sr. João Pedro de Mello*, acompanhado por dois sonetos sobre o mesmo assumpto. Na sua carreira poetica tornou-se, porém, muito curiosa a lucta vaidosa que emprehendeu para supplantar Camões. Tinha pelo nosso grande poeta um secreto desdem. Escreveu primeiro umas *Reflexões criticas sobre o episodió do Adamastor no 5.º canto dos Lusiadas*, e não se contentando com isto, intentou tratar, por uma fórma exclusivamente sua, o mesmo assumpto, que tornou Camões immortal, e publicou a primeira tentativa em 1811. Intitulou-se *Gama* este trabalho, que era um poema narrativo, dedicado a Ricardo Raymundo Nogueira: tinha 10 cantos, e precedio-a uma ode pindarica em louvor de Camões. O ex-frade, como esperto, tomava aquella precaução, e mais socegado ficou ainda, vendo que o poema passava sem maiores questões. Teve sómente de responder ás criticas do *Investigador portuguez* e de outros, defendendo o seu poema energicamente, em dois folhetos, que publicou, os quaes se intitulavam: *Resposta aos dois do Investigador em Londres, que no caderninho 8.º paginas 510 atacam, segundo o costume, o poema Gama* e o *Exame examinado, ou resposta aos senhores bachareis João Bernardo da Rocha e Nuno Pato Moniz*. Socegando mais estas polemicas, José Agostinho de Macedo publicou em 1814, o celebre poema *O Oriente*, precedido d'uma extensa dedicatoria á nação portugueza e de um discurso inicial, em que procurava demonstrar os defeitos dos *Lusiadas*. *O Oriente* veiu levantar grande celeuma, e muitos escriptores trataram de castigar o atrevimento de José Agostinho de Macedo. Entre estes figurava Nuno Pato Moniz, como o mais encarniçado inimigo do frade. José Agostinho não se calou, e conseguiu quasi sempre supplantar os adversarios, porque nenhum lhe era egual no genero satyrico e vigoroso com

que manejava a penna. Entre as suas respostas nota se a que publicou em 1815, dirigida a Antonio Maria do Couto, com o titulo de *Analyse analysada*. Em 1820 publicou a *Censura dos Lusiadas*, obra que se tornou d'uma triste celebridade, e em que elle escrevia, parecendo não comprehender o motivo por que Camões déra o titulo de *Lusiadas* ao seu poema immortal. Innocencio Francisco da Silva, no *Diccionario bibliographico*, vol. IV, pag. 201, diz que se Macedo fôsse mais bem aconselhado, deveria supprimir a publicação d'esta obra, que não era mais do que uma ampliação ao discurso preliminar publicado na primeira edição do *Oriente*, porque similhante escripto ficou servindo no futuro de prova indelevel dos excessos a que póde ser impellido um espirito naturalmente atrabiliario e orgulhoso, instigado pelo capricho e pela necessidade de advogar uma causa perdida. A obra, segundo o fallecido bibliographo, é um complexo de paradoxos, incoherencias e contradicções flagrantes. O *Oriente* teve segunda edição em 1827, por conta do mosteiro de Alcobaça, trazendo o retrato do autor, sendo-lhe supprimida a dedicatoria á nação portugueza e o discurso inicial, querendo assim mostrar José Agostinho de Macedo, que reconhecia a inconveniencia dos seus ataques contra Luiz de Camões. O ex-frade e o poeta Bocage fôram amigos até certo tempo, porém o genio vaidoso e a má indole de José Agostinho de Macedo fez com que se tornasse inimigo implacavel do grande e popular poeta. Estando ainda no convento da Graça, em 1791, escreveu Macedo um folheto de 8 paginas, intitulado: *Ode sobre a verdadeira felicidade, dirigida ao sr. Manuel Maria Barbosa du Bocage, seu amigo*. Este folheto tornou-se rarissimo mais tarde, quando se quebraram as relações de amizade entre os dois poetas. Sendo ainda amigos, fundou-se a *Nova Arcadia ou Academia de Bellas Letras*, que teve curta duração. N'esta sociedade usava José Agostinho do pseudonymo de *Elmiro Tagideo*, e Bocage o de *Elmano Sadino*. Bocage, com o seu genio epigrammatico e maledicente, não respeitando nunca ninguem, começou a divertir-se com os seus collegas Appareceu então publicado um soneto, sem assignatura, em despique a este procedimento, que feriu profundamente o nosso poeta. Este anonymo foi attribuido ao abbade de Almoster, poeta d'algum merecimento, mas não ha certeza que fôsse elle, porque se conservou sempre o maior segredo sobre o autor. Bocage andava furioso, e não sabendo de quem se havia de vingar, tratou de insultar todos os socios, publicando um soneto violento, em que alludia especialmente a José Agostinho de Macedo, dizendo: *O tonsurado, retumbante Elmiro*, etc. Esta accusação era tão directa, que José Agostinho de Macedo se considerou altamente ferido no ponto mais vulneravel da sua vaidade litteraria, porque de alguma fórma acceitava a opinião de muitas pessoas, que diziam ser elle mais declamatorio e assoprado do que grandioso; e mais sensivel se lhe tornava ainda esta ferida, que lhe recordava os desgraçados tempos da sua vida monastica. Estava declarada a guerra com Bocage, e d'um modo difficilimo de reconciliação. Começou um tiroteio entre os dois poetas, ficando n'esse ponto sempre superior Bocage, por ser, como é sabido, um grande improvisador e epigrammatico. José Agostinho ouvia continuamente os motejos do adversario; no theatro da Rua dos Condes representou-se a tragedia *Zaida*, e logo no dia seguinte appareceu um soneto de Bocage dos mais fulminantes. O ex frade desesperado, começou com satyras as mais pesadas e insultantes, suppondo que levaria assim vantagem ao seu contendor. São admiraveis as satyras com que de parte a parte se guerreavam. N'uma d'ellas José Agostinho de Macedo mettia Bocage a ridiculo, zombando até da sua figura e fealdade, chamando frivolas e insulsas ás suas composições, tratando o tambem como traductor de aluguer, papagaio, bugio, etc. Em tudo se notava odio e espirito de vingança. Bocage, tendo conhecimento d'esta satyra, desesperou se, e, segundo se conta, entrou como doido no botequim de Nicola, onde ia frequentes vezes; achava-se n'esta occasião no botequim um amigo do poeta, o morgado de Assentis, que ficou espantado de o vêr n'aquelle desespero. Pouco depois, estando com o espirito mais socegado, escreveu em duas

José Agostinho de Macedo

horas, em resposta á alludida satyra, uma outra, que teve o titulo de *Pena de talião*, que póde considerar-se um monumento da poesia satyrica portugueza Adoecendo gravemente Bocage, doença de que falleceu, José Agostinho de Macedo teve a especulação de lhe enviar uma *Epistola*, em que muito o elogiava, e Bocage, que afinal tinha muito boa fé, acreditou o seu adversario, e respondeu-lhe commovido, com uma poesia em que retirava todas as phrases insultantes que dissera. Esta epistola está publicada nas obras de Bocage. Fallecendo Bocage em 1805, ainda José Agostinho de Macedo achou conveniente apparentar grande consternação, e escreveu um *epicedio*, encarecendo muito o talento e o caracter do finado poeta. Este *epicedio*, considerado como uma das melhores poesias de José Agostinho de Macedo, foi impresso por um amigo intimo de Bocage, Diogo José Blancheville, que se impressionou muito, por vêr o vaidoso padre render assim homenagem a um homem, de quem era terrivel inimigo. A satyra, que provocara a resposta *Pena de talião*, dizia-se que ti-

nha sido impressa em folha avulsa, e que d'essa fórma havia chegado ás mãos de Bocage, porém Innocencio da Silva affirma que foi publicada pela primeira vez em 1838, e a réplica *Pena de Talião* parece que ficou inedita. Vê se que a reconciliação entre os dois poetas foi especulativa da parte de José Agostinho de Macedo, porque no poema de satyra litteraria *Os burros ou o reinado da sandice, poema heroi-comico-satyrico*, intercalou alguns trechos insolentes á memoria de Bocage, recordando-se dos seus antigos odios, e tratando-o como atheu, debochado, etc. O procedimento do padre, para com a memoria do seu adversario, indignou toda a gente. Foi Pato Moniz quem, em despique, respondeu a José Agostinho de Macedo em defeza do poeta popular. Travou se então uma renhida e prolongada lucta entre elles. Em 1810 publicou o padre *Os Sebastianistas*, em que, figurando censurar os que esperavam pela vinda de D. Sebastião, atacava fortemente os liberaes, ou antes os jacobinos, como então se denomiuavam, e que já n'essa epoca lhe mereciam todos os rancôres. O livro publicou se, quando a regencia de Lisboa prendeu e deportou muitos homens distinctos, por os julgar affeiçoados ás idéas da revolução franceza. Varios homens importantes, entre os quaes figurava João Bernardo da Rocha, achavam-se emigrados em Londres, por cousequencia livres do poder do governo portuguez, e então responderam affoitamente e com toda a energia aos *Sebastianistas*: José Agostinho de Macedo replicou com a sua linguagem atrevida, como sempre costumava, e mais se affoitava ainda por ter n'esta guerra o abrigo das autoridades, que o collocava em excellente terreno. Muitas contendas sustentou com diversas pessoas, entre as quaes se contava Antonio Xavier, autor do entremez *Manuel Mendes*, e de varias comedias, que o publico sempre recebia com o maior agrado. José Agostinho de Macedo não era dos mais felizes no theatro, e não podia conformar se de que as peças de Antonio Xavier supplantassem as suas. Escreveu então umas diatribes contra elle, que se publicaram com o titulo de *Cartas do dr. Manuel Mendes Fogaça* e mais tarde *As Pateadas do theatro investigadas na sua origem e causas*, folheto de fina observação, e de muita graça, que teve duas edições, uma 1812 e outra em 1825. Depois da morte de Bocage, entendeu José Agostinho de Macedo que não devia recear adversario algum que o supplautasse, e então começou a publicar *O Motim litterario*, que teve grande voga, e em que elle provocava toda a gente, sem guardar conveniencias. Depois escreveu o *Dialogo dos mortos*, critica violentissima á traducção da *Illiada*, publicada por Costa e Silva e A. M. do Couto. Estes novos inimigos, que procurou, fôram bem ridiculisados em diversos folhetos. *A Vida de Bocage*, escripta por Costa e Silva ainda mais desesperou o vaidoso padre, que immediatamente publicou umas violencias incriveis, a que chamou *Considerações mansas*. José Agostinho de Macedo foi um dos mais declarados inimigos da revolução de 1820. N'essa epoca publicou os *Exorcismos contra periodicos e outros maleficios*. Em 1821 appareceram *O cordão da peste ou medidas contra o contagio periodiqueiro; O reforço ao cordão da peste*, e cartas dirigidas aos redactores do *Diario do Governo* e do *Patriota*. Mostrando-se assim inimigo encarniçado do jornalismo liberal, abusava altamente da liberdade de imprensa, que a revolução havia permittido, tanto publicando os escriptos citados, como tratando as questões politicas da fórma que entendia. Na *Gazeta Universal*, em 1821, veem uns artigos, que deram causa a insolentes polemicas com João Bernardo da Rocha e Pato Moniz. Respondeu a duas cartas publicadas no *Investigador*, escriptas pelo marquez de Penalva e pelo conde da Barca, e ao convite que a junta do governo dirigiu a todos os homens politicos, sobre a melhor fórma de se convocarem as côrtes em Portugal. N'estas questões politicas houve-se de tal maneira que foi eleito deputado substituto por Portalegre, logar de que nunca chegou a tomar posse. Não lhe agradando o regimen da Carta Constitucional, em 1826, escreveu a este respeito as *Celebres cartas a Joaquim José Pedro Lopes*. Em maio de 1826 começou a receber uma pensão de 300$000 réis; até então vivia, como dissémos, quasi exclusivamente do producto dos seus sermões, e grangeou tal fama de distincto prégador, que todos os templos, onde apparecia, se apinhavam de povo para o ouvirem; teve dias de prégar mais de seis sermões em diversas egrejas, sobre o mesmo assumpto, notando todos com assombro que não se repetia em nenhuma das orações, conservando sempre a mesma fluencia de phrase. Quando se organisou o poder absoluto do infante D. Miguel, em 1828, José Agostinho de Macedo enthusiasmou-se com o novo systema goveruativo, e tornou-se um perseguidor implacavel dos liberaes. Dedicando-se inteiramente á causa absolutista, compunha elogios dramaticos, versos em honra de D. Miguel, sustentava o seu direito e defendia a causa absoluta com todo o calor em artigos insertos em todos os jornaes. Contra o partido constitucional, tornou se o maior inimigo, escrevendo desabridamente contra os que se atreviam a defender a *Carta*, e publicou o mais violento pamphleto, *A Besta esfolada*, de que foi editor o procurador do convento d'Alcobaça. D. Miguel quiz recompensar o seu extrenuo defensor dando-lhe differentes honras, porém José Agostinho de Macedo só acceitou o cargo de chronista substituto do reino, com o ordenado de 300$000 réis, para escrever a historia de Portugal, desde que D João VI assumira as redeas do governo, até ao dia 11 de julho de 1828, em que D. Miguel tomou posse do reino. O decreto concedendo esta mercê tem a data de 14 de junho de 1831. Em 12 de agosto de 1830 tambem D. Miguel lhe havia concedido a mercê de beneficio simples da egreja de S. Pedro do Valle no arcebispado de Braga, mas por causa da sua doença, de que veiu a fallecer pouco depois, não chegou a gozar nenhuma d'estas mercês. Em março de 1824 havia sido nomeado censôr do ordinario, cargo que exerceu com todo o descernimento, sendo dignas de louvor as censuras que escreveu sobre diversas obras, que fôram submettidas ao seu parecer. Tambem foi socio correspondente da *Academia Tiberina*, de Roma, onde as suas obras eram muito consideradas. Esta honra lhe foi dada por proposta espontanea dos academicos D. Belchior Missirini, D. Francisco Valory e monsenhor Manuel Muzzarelli. Dizem que a abnegação de José Agostinho de Macedo em não querer acceitar grandes honras do

governo absoluto, só tem explicação no desejo que manifestava em alcançar a mitra; mas nenhum dos seus amigos politicos se atreveria a satisfazer-lhe esse desejo, porque ainda que os muitos serviços prestados á causa de D. Miguel fôssem muito valiosos, a sua vida anterior havia sido tão escandalosa, um complexo de desregramentos e relaxação de costumes religiosos, que seria impossivel alcançar de Roma similhante mercê. José Agostinho de Macedo succumbiu a uma enfermidade vesical, de que havia annos padecia, complicada com a gotta, a que no dia 19 de setembro sobrevieram sezões. No dia 28 pediu os sacramentos, e rogou que se fizesse constar o seu desejo de que lhe perdoassem todos aquelles que se reputassem offendidos por escripto ou por palavra. D. Miguel deu-lhe as maiores provas de quanto apreciava os seus serviços e o seu talento, mandando lhe um dos medicos da sua real camara. O seu cadaver teve a honra, por ordem de D. Miguel, de ser conduzido n'um dos coches mais ricos da Casa Real, tirado por 8 cavallos com o competente acompanhamento, até á egreja do convento do Rato, ficando sepultado na capella de S. Thomaz de Villa Nova, que José Agostinho de Macedo escolhera para esse fim, dando avultada esmola ás freiras d'aquelle convento, em attenção á sua pobreza A chave do caixão foi entregue ao infante D Miguel. A *Gazeta de Lisboa*, de 14 de outubro de 1831, traz uma noticia circumstanciada ácêrca da doença e da morte de José Agostinho de Macedo A seu respeito coordenou o sr dr. Theophilo Braga em 1899 e 1900 varios trabalhos em 3 grossos volumes: *Memorias para a vida intima de José Agostinho de Macedo.* Existem mais os seguintes trabalhos: *Catalogo alphabetico das obras impressas de José Agostinho de Macedo*, etc., por A M. do R. A. (Antonio Manuel do Rego Abranches), Lisboa, 1849; *Biographia do P. José Agostinho de Macedo por Joaquim Lopes Carreira de Mello, seguida de um catalogo alphabetico de todas as suas obras*, Porto, 1854, com retrato; *Vida de José Agostinho de Macedo, e noticia de seus escriptos por M. J. Torres*, Lisboa, 1859, com retrato; *José Agostinho de Macedo e a sua epoca*, critica litteraria, artigo de A. P. Lopes de Mendonça inserto no tomo II dos *Annaes das Sciencias e Letras publicados debaixo dos auspicios da Academia Real das Sciencias, 2.ª classe;* pag. 449 a 477, e de 513 a 540; *Diccionario bibliographico*, de Innocencio da Silva, vol. IV pag. 183 a 214 e 460 e XII pag 200 a 203; *Gazeta Commercial*, de 18 de janeiro, 10, 11 e 12 de maio de 1885.

Macedo *(José Agostinho de). Bibliographia:* Poesia epica, didactica, lyrica, etc.: *O Oriente*, poema, Lisboa, 1814, 2 tomos, ornados com os retratos do autor e de Vasco da Gama, gravados a buril; 2.ª edição, Lisboa, 1827; tambem com o retrato do autor, sendo gravado em metal; 3.ª edição, Porto, 1854; *Gama, poema narrativo*, Lisboa, 1811; *A Meditação, poema philosophico em quatro cantos*, Lisboa, 1813, com uma *dedicatoria do autor á Universidade de Coimbra*, em prosa; 2.ª edição, Lisboa, 1818; não traz a citada dedicatoria; 3.ª edição, Pernambuco, 1837; n'esta edição torna a apparecer a referida dedicatoria; 4.ª edição, Porto, 1854; *Newton, poema*, (4 cantos), Lisboa, 1813; 2.ª edição *correcta e augmentada*, Lisboa, 1815; Pato Moniz escreveu no *Observador portuguez* uma longa critica d'este poema; saiu ainda, em 3.ª edição, no jornal *O Iris classico*, publicado no Rio de Janeiro em 1849, tomo II, pag. 289 e seguintes; este mesmo poema refundido pelo seu autor e largamente acrescentado, com o titulo: *Viagem extatica ao templo da Sabedoria, poema em 4 cantos;* 2.ª edição, Pernambuco, 1836; 3.ª, Porto, 1854; tambem se fez uma edição em Braga, 1841; *A Natureza, poema em seis cantos*, dizem que foi composto em 1806, mas só se publicou em 1846; *Contemplação da Natureza, poema* (em 2 cantos), *consagrado a S. A. R. o Principe regente nosso senhor*, Lisboa, 1801; é precedido d'uma dedicatoria e prefacção em prosa, e d'uma epistola em verso ao P. Fr José Marianno da Conceição Velloso; *O Novo Argonauta, poema*, Lisboa, 1809; 2.ª edição, Lisboa, 1825; *Poema sobre o proseguimento da guerra com a França, composto em inglez por Mr Gerniugham, e traduzido em portuguez*, Lisboa, 1798; *Os Burros, ou o reinado da Sandice, poema-heroi-comico-satyrico em seis cantos*, Lisboa 1812; e depois accrescentado com mais dois cantos intercalados, Lisboa, 1814; houve uma edição feita em Paris em 1827, sem designação do nome do autor, e outra tambem em Paris, 1835; *Obras de Horacio traduzidas em verso portuguez, tomo I: Os quatro livros das odes e epodos*, Lisboa, 1806; Macedo affirma, em mais de um logar, que entregara a Fr José Marianno Velloso, director da Imprensa Regia, o manuscripto completo da traducção do lyrico latino, porém que o padre brazileiro levára comsigo em 1807 para o Rio de Janeiro a parte ainda inedita, que devia formar o tomo II, e comprehendia as *Epistolas, Satyras* e *Arte poetica; A Lyra Anacreontica*, á Ill.ma Sr.ª D. M C. D. V. (D. Maria Candida do Valle), Lisboa, 1819; 2.ª edição, Lisboa, 1835; 3.ª, Pernambuco, 1836; *Ode sobre a verdadeira felicidade; dirige se ao sr. Manuel Maria Barbosa du Bocage seu amigo*, etc., Lisboa, 1791; *Ode á funesta separação de uma dama, no momento em que o seu amante se apartava da sua presença*, etc., Lisboa, 4.º, 1792; outra edição em 8.º no mesmo anno; esta ode foi tirada do jornal inglez *The European Magazine*; a edição em 4.º saiu anonyma, e a de 8.º declara o nome do traductor; *Ode pindarica ao feliz successo das armas portuguezas, que auxiliam as de Hespanha contra a França*, Lisboa, 1794; tem uma breve dedicatoria em verso a D Duarte da Encarnação, prior do convento de S Vicente de Fóra; *Ode á ambição de Bonaparte*, Lisboa, 1813; *Ode ao invicto Wellington*, Lisboa 1813; *Ode ao principe Kutusow pela batalha de Berodino*, Lisboa, 1813; *Ode a sua magestade imperial Alexandre I, o Triumphador, pelo decreto em que manda se edifique em Petersburgo um templo a Deus*, etc., Lisboa, 1813; *Elegia á sentidissima morte do ill.mo e ex.mo sr. D José Thomaz de Menezes*, etc., Lisboa, 1790; *Epicedio na morte do ill.mo e ex.mo sr. D. João Pedro de Mello, Principal decano da santa egreja patriarchal*, etc., Lisboa, 1791; tem mais sonetos allusivos ao assumpto; *Epicedio na morte do ill.mo e ex.mo sr. D João Ansberto de Noronha, conde de S. Lourenço*, etc., Lisboa, 1804; *Epicedio na morte de Manuel Barboza du Bocage*, etc., Lisboa, 1806; *Epistola ao sr. Stockler sobre a viagem aerea do capitão Lunardi*, Lisboa, 1794; *Epistola a sua ex.ª Lord Wellington, duque*

da Victoria, generalissimo do exercito alliado, etc, Lisboa, 1813; *Epistola ás grandes potencias alliadas, na passagem do Rheno,* Lisboa, 1814; *Epistola ao sr. João de Figueiredo Maio e Lima, eximio poeta, sobre as suas pretenções e esperanças na côrte,* Lisboa, 1815; sem o seu nome; *Epistola de Manuel Mendes Fogaça, dirigida de Lisboa a um amigo da sua terra, em que lhe refere como de repente se fez poeta, e lhe conta as proezas de um rafeiro,* Lisboa, 1822; *Obras poeticas italianas, analogas á feliz chegada a esta capital de Sua Alteza Seremissima o sr. infante D. Miguel, etc., autor Eugenio Bartholomeu Bocca-negra, e traduzidas em portuguez,* Lisboa, 1828; com o texto na frente; *Satyra a Manuel Maria Barbosa du Bocage;* saiu pela primeira vez com o titulo de: *Collecção de varios e interessantes escriptos do P. José Agostinho de Macedo, publicada pela Sociedade Propagadora das Bellas Letras,* Lisboa, 1838; saiu depois no tomo VI das *Poesias de Bocage,* publicadas por Marques Leão, pag. 58 e seguintes; foi mais tarde impressa em separado, Lisboa, 1845. No *Jornal Encyclopedico* encontram se os seguintes escriptos de José Agostinho de Macedo: *Ode, augurando a regia successão ao throno lusitano,* publicada ainda sob o nome de Fr. José de Santo Agostinho, no caderno de janeiro de 1792, a pag. 70; *Ode, sinceros votos dos fieis vassallos portuguezes na enfermidade de sua Augustissima Soberana,* etc., saiu no caderno de fevereiro do mesmo anno, pag. 367; *Ode epodica ao capitão Cook,* caderno de março do mesmo anno, pag. 101; *Ode ao grande Pompéo,* saiu anonyma, no caderno de abril, idem, pag. 268; *Ode, a Belisario,* no caderno de maio de 1793, pag. 419. No *Almanach das Musas,* acham-se os seguintes: *Ode, vantagens da pobreza e da vida ignorada,* na parte III, pag. 210; *Ode ao faustissimo dia do natal do ill.mo e ex.mo sr. Conde Regedor,* etc; na parte IV, pag 74; *A Jacinta,* na parte IV, pag. 42; não traz o nome do autor. Na *Collecção das obras poeticas que se offereceram ao Principe do Brazil,* etc., vem o seguinte, de José Agostinho de Macedo: *Idyllio em o feliz nascimento do sr. D. Antonio, principe da Beira.* N'um pequeno folheto intitulado: *Tributo de gratidão, que a patria consagra a S. A. R. o Principe Regente,* etc., vem a pag. 9 a seguinte *Ode á paz geral.* Nas *Composições poeticas de Belmiro Transtagano* (Belchior Manuel Curvo Semmedo) impressas em 1803, tomo I, pag. 3, lê-se: *Epistola* (em applauso do autor das *Composições* a quem é dirigida); traz no fim a assignatura *Elmiro Tagideo.* Na *Nova Collecção dos improvisos de Bocage,* etc., impressa em 1805, saiu a pag. 67: *Epistola* (a Manuel Maria Barbosa du Bocage); foi depois reproduzida no tomo IV das *Poesias* do mesmo Bocage, publicado por Marques Leão, pag. 53; e tambem na *Livraria classica portugueza,* tomo XXIV, pag. 44. No *Semanario de Instrucção e Recreio,* acham se muitas composições suas em prosa e verso; estas são: *Ode sobre a calumnia, traduzida de Fulvio Testi,* tomo I, pag. 29.; *Ode (Paraphrase da)* 12.ª do *livro II de Horacio,* no mesmo tomo, pag. 152; *Ode (Paraphrase da)* 30.ª do *livro III,* etc., idem; pag. 279; *Ode (Paraphrase da)* 16.ª do *livro II,* etc., idem, pag 287; *Ode (Paraphrase da)* 14.ª do *livro II,* etc., idem pag 373; *Ode (Traducção da)* 5.ª do *livro I,* idem, pag. 417; *Ode (Traducção da)* 3.ª do *livro I,* no tomo II, pag. 264; *Ode (Traducção da),* 2.ª do *livro I,* idem, pag. 397; *Epistola ao ill.mo e ex.mo sr. Conde de...* no tomo I, pag. 253; *Elogio para se recitar na abertura do real theatro de S. Carlos,* no tomo I, pag. 63; *Elogio recitado no theatro da Rua dos Condes pela actriz Maria Ignacia da Luz,* no tomo I, pag. 85; *Elogio recitado no theatro da Rua dos Condes pelo actor Diogo,* no tomo II, pag. 8; *Monologo* (ao começo do anno de 1812), no tomo I, pag. 102; *Monologo: Entre as perseguições da inveja se apura, e se descobre o merito e o talento;* no tomo I, pag. 134; *Epigramma a Horacio;* no tomo I, pag. 280; *O Burro: Apologo;* no tomo I, pag. 418; *Hymno cantado no theatro da Rua dos Condes pela actriz Maria Ignacia da Luz;* no tomo II, pag 10. Na primeira edição do *Passeio,* poema de José Maria da Costa e Silva, impressa em 1816, de pag. 175 a 188, saiu: *Epistola ao sr. José Maria da Costa e Silva.* Na *Mnemosine Lusitana,* de Pedro Alexandre Cavroé, 1816, tomo I, pag. 196, saiu: *Ode a Manuel Maria Barbosa du Bocage, por occasião da sua enfermidade;* transcripta depois na *Livraria Classica,* tomo XXIV, pag. 38. No *Jornal Encyclopedico de Lisboa,* de 1820, vem no tomo II, pag. 414 a 425: *Epistola a Buffon;* sem declaração do nome do autor.—Theatro: *Branca de Rossi,* tragedia em 5 actos, Lisboa, 1819; *D. Luiz de Athaide, ou a tomada de Dabul, drama heroico,* Lisboa, 1823; *A impostura castigada, comedia composta em 1812,* Lisboa, 1822; *O Sebastianista desenganado á sua custa, comedia representada oito vezes successivas no theatro da Rua dos Condes em 1810,* Lisboa, 1823; *Clotilde, ou o triumpho do amor materno, drama heroico em tres actos,* Lisboa, 1841; representou-se na Rua dos Condes em 22 de outubro de 1811, no beneficio da actriz Maria Ignacia da Luz; *O vicio sem mascara, ou o philosopho da moda;* drama em 1 acto, Lisboa, 1841; representado no mesmo theatro em 1810; *O Preto sensivel,* drama n'um acto, Lisboa, 1836; *O voto, elogio dramatico nos faustissimos annos do Principe Regente nosso senhor, representado no theatro de S. Carlos a 13 de maio de 1814,* Lisboa, 1814; *A volta de Astréa, drama allegorico para se representar no theatro portuguez da Rua dos Condes em 26 de outubro de 1829, fausto anniversario natalicio do senhor D. Miguel I,* Lisboa, 1829; n'este anno fez-se outra edição na Imprensa Regia, tendo tambem no fim os dois seguintes sonetos: *Apotheose de Hercules, elogio dramatico representado no real theatro de S. Carlos no dia 26 de outubro de 1830, natalicio do muito alto e muito poderoso senhor D. Miguel I,* Lisboa, 1830.—Eloquencia Sagrada e Profana: *Sermão de acção de graças ao omnipotente pelo beneficio da paz geral, prégado na egreja de S. Paulo em 14 de fevereiro,* etc, Lisboa, 1814; *Sermão das Dôres de N. Senhora, prégado na tarde, na real capella dos paços de Queluz, na festividade que mandou fazer a sereníssima Princeza do Brazil, viuva, no anno de 1803,* Lisboa, 1813; 2.ª edição, 1829; *Panegyrico de S. Francisco Xavier, recitado na real capella dos paços de Queluz, a 3 de dezembro de 1804,* etc., Lisboa, 1812; *Sermão na festividade da instituição da real ordem de Santa Izabel, celebrada na egreja de S. Roque a 24 de setembro de 1805,* Lisboa, 1819; *Sermão prégado na real casa de Santo Antonio, na grande festividade que o ill.mo*

e ex.^{mo} *Senado da Camara de Lisboa fez pela restauração d'este reino, em 28 de setembro de 1808*, Lisboa, 1809; *Sermão prégado na egreja de N. S.ª dos Martyres a 23 de novembro de 1808, por occasião da festividade na restauração d'este reino*, Lisboa, 1809; 2.ª edição, 1814; *Sermão de preces pelo bom successo das nossas armas contra as do tyranno Bonaparte na terceira invasão d'este reino, prégado na egreja de N. S.ª dos Martyres a 31 de agosto de 1811*, Lisboa, 1811; 2.ª edição, 1814; *Sermão sobre o espirito de seita dominante no seculo XIX D. O. C. ao clero portuguez, prégado na egreja de Santa Justa na primeira Dominga da quaresma de 1811*, Lisboa, 1811; 2.ª edição, 1828; *Sermão contra o philosophismo do seculo XIX, prégado na egreja de S. Julião, na quinta dominga da quaresma de 1811*, Lisboa, 1811; 2.ª edição, 1828; *Sermão de quarta feira de cinza, prégado na santa egreja da Misericordia de Lisboa em 3 de março de 1813*, Lisboa, 1813; 2.ª edição, 1827; *Sermão de acção de graças pelo milagroso restabelecimento da felicidade da Europa, prégado na real casa de Santo Antonio, no dia 2 de maio de 1814*, etc., Lisboa, 1814; *Sermão de acção de graças pelo milagroso beneficio da paz geral, prégado na egreja de S. Julião a 22 de junho de 1814, etc.*, Lisboa, 1814; *Sermão sobre a verdade da religião catholica, prégado na egreja de N. Senhora dos Martyres na quaresma de 1817*, Lisboa, 1818; *Sermão da Magdalena, prégado em Lisboa, na egreja da mesma santa, a 22 de julho de 1820*, Lisboa, 1820; *Sermão de acção de graças pelo feliz regresso de Sua Magestade, prégado na real casa de Santo Antonio na festividade ordenada pelo ex.^{mo} Senado da Camara a 23 de julho de 1821*, Lisboa, 1821; 2.ª edição, 1821; *Sermão de acção de graças pelo restabelecimento da monarchia independente, prégado na egreja de N. Senhora da Graça de Lisboa, na festividade que fez o Senado da Camara a 27 de novembro de 1823*, Lisboa, 1823; *Sermão do primeiro domingo do Advento, prégado na Santa Egreja Patriarchal a 28 de novembro de 1824*, Lisboa, 1824; *Oração funebre, que nas exequias do ill.^{mo} Barão de Quintella recitou na parochial egreja de N. S.ª da Encarnação, a 30 de outubro de 1818*, Lisboa, 1818; *Oração funebre, recitada nas exequias do ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Conde de Rio Maior, celebradas na egreja do convento de S. Pedro d'Alcantara em 27 de setembro de 1825*, Lisboa, 1826; *Oração funebre nas exequias do muito alto e muito poderoso imperador e rei o senhor D. João VI, celebradas na basilica do Coração de Jesus em 10 de abril 1826*, Lisboa, 1826; *Elogio historico do ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Ricardo Raymundo Nogueira, conselheiro de Estado*, etc., Lisboa, 1827; *Elogio do Summo Pontifice Pio VII, recitado em Napoles pelo P. D. Joaquim Ventura, traduzido em portuguez*, Lisboa, 1827, com uma breve prefacção do traductor; foi edição feita á custa do mosteiro de Alcobaça; *A's valerosas tropas portuguezas, na sua triumphante reversão á capital: O Juiz do Povo, em nome dos honrados habitantes de Lisboa*, Lisboa, 1814; tem no fim a assignatura do juiz do povo Antonio Joaquim Mendes, mas affirma-se que este discurso fôra escripto por José Agostinho de Macedo, a rogos do mesmo juiz do povo; *Discurso preparatorio da Junta parochial de S. Mamede d'esta capital, que recitou o seu respectivo parocho*; saiu no *Astro da Lusitania*, de 23 de dezembro de 1820; tambem se affirma ser por elle escripto.—Philosophia: *A verdade, ou pensamentos philosophicos, sobre os objectos mais importantes á religião e ao estado*, Lisboa, 1814, 2.ª edição, 1828; 3.ª, Pernambuco, 1837; *O Homem, ou os limites da razão: tentativa philosophica*, Lisboa, 1815; *Refutação dos principios metaphysicos e moraes dos Pedreiros-livres illuminados*, Lisboa, 1816; *Demonstração da existencia de Deus*, Lisboa, 1816; reimprimiu-se no Rio de Janeiro em 1845. —Opusculos e escriptos periodicos politicos: *Carta de um vassallo nobre ao seu rei, e duas respostas á mesma, nas quaes se prova quaes são as classes mais uteis ao estado*, Lisboa, 1820; *Parecer sobre a maneira mais facil, simples e exequivel da convocação das côrtes geraes do reino, no actual systema da monarchia representativa e constitucional*, Lisboa, 1820; *Carta sobre as côrtes em Portugal, em que se dá uma idéa da sua natureza e objecto, desde a fundação da monarchia*, Lisboa, 1820; *Considerações politicas sobre o estado da decadencia de Portugal, e absoluta necessidade do seu remedio, trazido pela nova ordem do presente Governo Supremo*, Lisboa, 1820; *O Escudo, ou jornal de instrucção politica*, n.ºs 1, 2, 3. 4 e 5, e *Supplemento* aos n.º 1 e 2, Lisboa, 1823; começou ainda em abril, ou nos principios de maio, e terminou com a queda do governo constitucional no fim d'este mez; *A Tripa virada, periodico semanal*, Lisboa, 1823; sairam os n.º 1, 2 e 3, sendo no mesmo anno reimpressos no Porto; *Tripa por uma vez, livro primeiro e ultimo*, Lisboa, 1823, tambem reimpresso no Porto; *Mania das Constituições, pelo P. José Agostinho de Macedo, reimpressa com licença do seu autor, por um verdadeiro apaixonado, e da sua doutrina*, Lisboa, 1823; era a *Carta sobre as Côrtes em Portugal*, já citada; *Refutação methodica das chamadas «Bases da Constituição politica da Monarchia portugueza» traduzidas do francez e castelhano, por cem homens, que se ajuntavam na livraria da casa das Necessidades, a cada um dos quaes a nação dava 4$800 réis diarios para a deitarem a perder; dedica, offerece e consagra aos senhores fanqueiros e bacalhoeiros, capellistas, quinquilheiros de Lisboa, e seus suburbios e termo, um Cura d'Aldeia*, Lisboa, 1824; sem o nome do autor; *Bases eternas da Constituição politica: achadas na cartilha do Mestre Ignacio pelo Sacristão do padre Cura d'Aldeia; dedicadas aos senhores cathedraticos da Universidade, seus oppositores, doutores simples, estudantes e bedeis; assim como a todos os senhores officiaes e curiosos de Cartas Constitucionaes*, Lisboa, 1824, sem o nome do autor; *O Pau da Cruz, dedicado e descarregado em todos os senhores da segunda Legislatura, pelo thesoureiro do padre Cura d'Aldeia*, Lisboa, 1824, idem; *Carta do Enxota-cães da sé ao Thesoureiro d'Aldeia, ou amalgamento do pau do Enxota com o pau da cruz*, Lisboa, 1824, idem; *Cartas de José Agostinho de Macedo, a seu amigo J. J. P. L.* (Joaquim José Pedro Lopes), Lisboa, 1827; *Refutação do monstruoso e revolucionario escripto, impresso em Londres, intitulado «Quem é o legitimo rei? Questão portugueza, submettida ao juizo dos homens imparciaes»*, Lisboa, 1828; *A Besta esfolada*, comprehende 26 numeros, publicados em vida do autor, e mais um, que saiu posthumo, incompleto, e sem numeração ordinal, Lisboa, 1828 e 1829; *Os Jesuitas, ou o problema, que resolveu, e ao muito*

alto e muito poderoso senhor D. Miguel I, consagrou o autor, etc., Lisboa, 1830; *Os Jesuitas e as letras, ou a pergunta respondida*, Lisboa, 1830; *Os Frades, ou reflexões philosophicas sobre as corporações regulares*, Lisboa, 1830; *O Desengano, periodico politico e moral*, Lisboa, 1830 a 1831; *Artigo communicado*, ácêrca do modo mais legal, que em sua opinião cumpria seguir na entrega do reino ao sr. D. Miguel, como rei legitimo; inserto na *Gazeta de Lisboa*, do 1.º de maio de 1828.—Philologia, critica litteraria e moral, etc.: *Motim litterario, em fórma de soliloquios*, Lisboa, 1811; 4 tomos; saiu uma nova edição em 1841, *accrescentada com a biographia do autor, um catalogo das suas obras, e juizo critico d'ellas, por Antonio Maria do Couto, professor de grego*, etc., 4 tomos; *Dialogo dos mortos: Homero e Camões*; saiu no *Motim Litterario*, tomo I, pag. 323 a 398; *A Miseria; dialogo*, Lisboa, 1811; anda no tomo II do *Motim Litterario*; *Os Sebastianistas (*Reflexões criticas sobre esta ridicula seita*)*, Lisboa, 1810; n'este mesmo anno tambem se imprimiu no Rio de Janeiro; a apparição d'esta obra provocou grande polemica, e contra ella e o seu autor se publicaram muitos opusculos, que a todos José Agostinho de Macedo respondeu nos folhetos que se seguem: *Justa defensa do livro intitulado «Os Sebastianistas»*, Lisboa, 1810; *Mais logica, ou nova apologia da «Justa defensa dos Sebastianistas»*, Lisboa, 1810; *A Senhora Maria, ou nova impertinencia*, Lisboa, 1810; *Inventario da «Refutação analytica»*, Lisboa, 1810; *Considerações christãs e politicas sobre a enormidade dos libellos infamatorios*, Lisboa, 1811; este serve especialmente de resposta ao que em Londres se imprimiu com o titulo: *O Feitiço voltado contra o feiticeiro; Carta ao erudito autor da «Defeza dos papeis anti-sebasticos do R. P. J. A. M.» etc.*; vem na mesma *Defeza*, de pag. 5 a 11, impressa em Lisboa, 1810; *Reflexões criticas sobre o episodio do Adamastor no canto V dos «Lusiadas» em fórma de carta*, Lisboa, 1811; *Carta que escreveu o doutor Manuel Mendes Fogaça a um seu amigo transmontano, sobre uma comedia que vira representar em Lisboa*, Lisboa, 1811, é uma critica ao drama de Antonio Xavier, intitulado *A Preta de talentos*; *Carta segunda do doutor Manuel Mendes Fogaça ao seu amigo transmontano, sobre mais comedia*, Lisboa, 1812; critica do drama magico do mesmo Xavier, que tem por titulo *Adelli; Carta escripta por Manuel Mendes Fogaça a seu amigo Antonio Mendes Balêa, sobre uma farça anonyma, que lera impressa, e vira uma vez representar, intitulada «Manuel Mendes»*, Lisboa, 1812; *Carta de Fogaça, ou historia do cêrco de Saragoça, segundo a viu representar em uma comedia o doutor Manuel Mendes Fogaça, que a descreve ao seu amigo transmontano no estylo do seu quinto avô Fernão Mendes*, Lisboa, 1812; critica do drama de Antonio Xavier, *Palafox em Saragoça*; *As pateadas do theatro, investigadas na sua origem e causas*, Lisboa, 1812; 2.ª edição 1825; *Carta d'um pae para seu filho, estudante na Universidade de Coimbra, sobre o espirito do «Investigador portuguez em Inglaterra»*, Lisboa, 1812, sem o nome do autor, tendo no fim por assignatura *Ilario Valente*; *Resposta aos dois do Investigador de Londres*, etc. *(V. o artigo antecedente)*, Lisboa, 1812; *O Exame examinado*, etc. *(Idem)*, Lisboa, 1812; *Carta de Manuel Mendes Fogaça, em resposta á que lhe dirigiu Antonio Maria do Couto, intitulada «O doutor Halliday em Lisboa impugnado até á evidencia»*, Lisboa, 1812; *Considerações mansas sobre o quarto tomo das obras metricas de Manuel Bocage, accrescentadas com a vida do mesmo*, Lisboa, 1813; invectiva dirigida a José Maria da Costa e Silva, autor da biographia de Bocage, que precede o referido tomo IV; *A Analyse analysada*, Lisboa, 1815; responde ao que escreveu A. M. do Couto na sua *Breve Analyse do Oriente*; *O Couto*, Lisboa, 1815; é resposta ao folheto do Couto *Regras da Oratoria da cadeira; Carta de Manuel Mendes Fogaça, escripta ao seu amigo transmontano, sobre uma cousa que observára em Lisboa, chamada «Observador»*, Lisboa, 1818; *Cartas philosophicas a Attico*, Lisboa, 1815; contém 27 cartas, que versam sobre assumptos de litteratura, critica e philosophia moral; o autor as dedicou a D. Joanna Thomasia de Brito Lobo da Silveira, religiosa no mosteiro de Odivellas; *O Espectador portuguez; Jornal de litteratura e de critica*, Lisboa, 1816 a 1818; publicava-se semanalmente, e comprehende 4 semestres, formando cada semestre um volume; no 3.º contém egualmente uma folha com o titulo: *Reflexão prévia ao Espectador portuguez do terceiro semestre*, 7 pag. de numeração em separado; *O Desapprovador*, Lisboa, 1818 e 1819; *Censuras dos Lusiadas*, Lisboa, 1820; 2 tomos (V. *o artigo antecedente*); *Jornal encyclopedico de Lisboa*, coordenado pelo P. J. A. de M., Lisboa, 1820; 2 tomos; foi publicado mensalmente desde janeiro até dezembro do referido anno; *Carta primeira escripta ao sr. Pedro Alexandre Cavroé, mestre examinado do officio de carpinteiro de moveis*, Lisboa, 1821; foi provocada por um folheto que o dito Cavroé imprimira contra J. Agostinho, com o titulo de *Resposta ao papel intitulado Exorcismos*, etc., bem como outro do mesmo, intitulado *Resposta á carta do reverendo sr. José Agostinho*, etc., promoveu a continuação da polemica, que Macedo sustentou em mais 6 cartas successivas, publicadas em 1821, com a designação de *Carta segunda, carta terceira, carta quarta, carta quinta, carta sexta, carta septima*, etc.; *Exorcismos contra periodicos e outros maleficios*, Lisboa, 1821; sem o nome do autor; contra este folheto appareceram varias respostas e refutações, pela maior parte anonymos; *Cordão da peste, ou medidas contra o contagio periodiqueiro*, Lisboa, 1821; tambem sem o seu nome; *Reforço ao cordão da peste*, Lisboa, 1821; tambem sem o nome do autor; *Carta escripta ao redactor da «Gazeta Universal», pelo veterano fóra do serviço, ex-redactor do «Jornal Encyclopedico de Lisboa»*, etc., Lisboa, 1821; *Carta ao sr. redactor do «Diario do Governo» e aos outros cantadores de patranhas «D'ambas as Indias, ambas as Hespanhas»*, Lisboa, 1822; sem o nome do autor, tendo, porém, no fim a rubrica *Forno do Tijolo*, etc; *Carta ao sr. redactor do «Patriota»*, Lisboa, 1821; como a precedente, é escripta em defeza do principal D. Carlos de Menezes, contra a arguição que a este fizera o *Patriota* em o n.º de 5 de novembro de 1821; *Reflexões imparciaes sobre as causas da detenção do ill.mo e ex.mo sr. D. Marcos de Noronha, conde dos Arcos*, etc., Lisboa, 1821; sem o seu nome; teve uma edição no Rio de Janeiro, em 1822; contendo tambem esta edição *Peças justificativas; Manifesto á nação, ou ulti-*

mas palavras impressas de José Agostinho de Macedo, Lisboa, 1822; *Carta ao sr. Joaquim José Pedro Lopes*, Lisboa, 1822; *Uma palavra só sobre o Padre, por um homem que nunca lhe falou*, Lisboa, 1822; traz no fim a assignatura apocripha C. S. D. F., porém tanto este como os 3 seguintes opusculos, com as mesmas iniciaes, fôram escriptos pelo proprio José Agostinho de Macedo, como affirma Innocencio da Silva, que declara ter visto os autographos com a sua propria letra, que serviram para a impressão; *Mais meia palavra sobre o Padre*, Lisboa, 1822; *Um quarto de palavra sobre o Padre, ou o vergalho de mariolas*, Lisboa, 1822; este foi especialmente provocado pela apparição d'um papel com o titulo de *Sova no Padre*, etc ; *Ultimo quarto de palavra sobre o Padre*, Lisboa, 1822; *Proposta dirigida ao rev.*mo *P. M. Doutor Fr. José de S. Narciso, religioso eremita de S. Paulo, e actual encommendado na egreja de S. Nicolau de Lisboa, com o auxilio do braço secular*, etc.; Lisboa, 1822; tem no fim por assignatura *O Anão dos assobios; Segunda gaitada do Anão dos assobios*, Lisboa, 1822; *Gaitada terceira ao P. Fr. José da Encommendação*, Lisboa, 1822; *Gaitada quarta e ultima ao rev. sr. Fr. José da Encommendação*, Lisboa, 1822; tem relação com esta especie os dois opusculos que se seguem, ainda que publicados tres annos depois, quando constou em Lisboa que o ex-encommendado de S. Nicolau, P. José Narciso, se fizera circumdar em Gibraltar, abraçando publicamente o judaismo; *Ritornello de pardal, com que o Anão dos assobios dá os parabens ao reverendo Goibinhas, nos seus desposorios com a ill.*ma *D. Rachel da Palestina*, etc., Lisboa, 1825; sem o nome do autor; *Dueto de laberco e taralhão, com que o Anão dos Assobios dá os parabens a rabbi Goibinhas pelo nascimento de seus dois filhos gemeos*, etc., Lisboa, 1825; *Carta ao senhor Anão dos Assobios*, Lisboa, 1822; é datada do *Forno do Tijolo*, mas sem o nome do autor; *Simphonia de cochicho, com corno-inglez obrigado, ou o Anão dos Assobios ao P. Medrões teimoso*, Lisboa, 1822; o resto da polemica relativa ao *Cidadão Lusitano* do dito abbade, anda nas cartas, que fôram insertas na *Gazeta Universal*; *Carta aos senhores Anonymos do Porto*, Lisboa, 1823; *Sandoval nú e crú*, Lisboa, 1823; é resposta ao que a seu respeito escrevera Sandoval no papel *Oraculo*; *Resposta aos collaboradores do infame papel intitulado «Correio interceptado» n.º VI, impresso em Londres, segundo o costume*, Lisboa, 1826; deu motivo a esta resposta a inserção no *Correio* de uma censura de José Agostinho em que era incidentemente injuriado o dr. Abrantes, etc.; *Parecer sobre a obra do P. M. Doutor Fr Fortunato de S Boaventura, intitulada «Historia chronologica e critica da Real Abbadia de Alcobaça»*, etc.; além de sair na propria *Historia*, de pag. III a XII, fez-se edição em separado, Lisboa, 1827; *A voz da justiça, ou o desaforo punido*, Lisboa, 1827; é resposta ao que se escrevera contra o autor; *Carta unica sobre um muito pequeno e pobre folheto, qus se chama: «Breves observações sobre o fundamento do projecto de lei para a extincção da Junta do estado actual e melhoramento temporal das ordens regulares»*, etc., Lisboa, 1828; as *Breves observações*, comquanto anonymas, sabe-se que fôram escriptas por fr. Matheus d'Assumpção Brandão, deputado da Junta; *Carta avulsa ao seu amigo, que por nome e sobrenome não perca, sobre o diluvio das respostas e respondões ao artigo communicado na «Gazeta»*, n.º 103, Lisboa, 1828; *Carta primeira ao seu amigo Faustino*, Lisboa, 1828; *Considerações sobre um formidavel soneto, cujo autor se dá a conhecer pelas letras J. B. L. R.* (João Bernardo Loureiro Rocha), *escriptas em maio de 1811*, Lisboa, 1835; edição posthuma, mas tinham sido insertas no *Museu Litterario*, de pag. 385 a 407, com o titulo: *Reflexões criticas sobre um soneto que aos annos de S. A. R o Principe Regente nosso senhor saiu impresso em Lisboa no dia 13 de maio de 1811; Parecer que deu o P. José Agostinho de Macedo sobre o merecimento de Homero, para servir de prefacio á muito elegante traducção em verso solto portuguez, com que enriqueceu a litteratura patria o sr. José Maria da Costa e Silva*; vem no folheto: *Iliada de Homero traduzida do grego*, etc.; *Critica á Chronica da Casa dos vinte e quatro, que emprehendeu o P. Fr. Claudio, chronista-mór do reino*; escripta em 1826, em fórma de *Carta dirigida ao muito honrado juiz do Povo, por um juiz de Bandeira*; saiu posthuma, formando o segundo folheto da *Collecção de varios e interessantes escriptos do P. José Agostinho*, etc.; anda tambem inserta a pag. 41 da *Miscellanea, constando de peças ineditas*, etc., *pela Sociedade do Anomalo*, impressa em 1837. No *Semanario de Instrucção e Recreio*, vem de José Agostinho de Macedo, pertencentes a esta especie, os seguintes artigos em prosa: *Discurso sobre as vantagens consoladoras da vida humilde*; no tomo I, pag. 79 e seguintes; é a primeira das *Cartas a Attico*, como o autor as imprimiu depois em 1815; *Problema: A Imprensa é um bem, ou é um mal ?*, no tomo I, pag. 117; *Apologia da barba*, idem, pag. 155; *Plutarcho* (Sobre a moral de); idem, pag. 171: *Problema: Ha na vida maiores bens, ou maiores males ?*, idem, pag. 204; *O coxo invejoso, e o corcunda avarento*; idem, pag. 223; *A Pedra philosophal*; idem, pag. 259; *O Café*; idem, pag. 290; *Tudo o que é excessivo passsa a ser ridiculo*; idem, pag. 307; *Abundancia e penuria*; idem, pag. 338; *Physica experimental*; idem, pag. 354; *Theatro*; idem, pag. 404; *O Incredulo*; idem, pag. 420 e 434; *Os meus Mas!...*; no tomo I, pag. 13; *Haverá dias aziagos ?*, idem, pag. 28; *Carta ao meu amigo Beirão sobre os periodicos*; idem, pag. 91; *Segunda Carta ao meu amigo Beirão*; idem, pag. 173; *Questão irresolvivel: Que cousa é um Periodico ?*; idem, pag. 183, continuado a pag. 215, 233, 249, 266, 284 e 299; *Fim da questão*; idem, pag. 317; *O meu ultimo adeus á letra redonda*; idem, pag. 331; *Resposta a uma carta*; idem, pag. 348 Na *Gazeta Universal, politica, litteral e mercantil*, ha de José Agostinho de Macedo os artigos seguintes, sob a fórma e indicação de *Cartas ao redactor da Gazeta :* (Anno de 1821, n.º 177), expondo as suas idéas ácêrca do modo como julga deverem-se entender no systema representativo os principios designados com os nomes de *egualdade, liberdade, propriedade e segurança*; continuado o mesmo assumpto nos n.os 179 e 183, 3, 5 e 11 de dezembro; (Anno de 1822, n.º 8); Carta em que inclue outra dirigida ao redactor do *Diario do Governo*, analysando em estylo faceto um artigo do mesmo *Diario*, n.º 308, em que se relata certo facto acontecido em Valencia de Hespanha; 10 de janeiro; (N.º 9). Analyse simi-

lhantemente feita de outro artigo do *Diario*, em que se davam noticias dos recentes successos politicos do reino de Galliza; 11 de janeiro; (N.º 20). A'cêrca de outro artigo do *Diario*, que falava de tomadias de trigo feitas aos castelhanos em Bragança, como de um meio efficaz para animar a agricultura, etc.; 25 de janeiro; (N.º 27). começando pela exposição de um texto do celebre publicista Jeremias Bentham, descae por uma transicção algum tanto forçada, sobre Pato Moniz e Cavroé, zombando dos periodicos que estes redigiam; 4 de fevereiro; (N.º 41). A'cêrca de Pato Moniz e da Maçonaria; 25 de fevereiro; (N.º 51). Versa sobre os mesmos assumptos da precedente; 5 de março; (N.º 60). Nova diatribe contra Pato Moniz; 15 de março; (N.º 64) estabelece e sustenta mediante um longo parallelo, até dar em fim demonstrada a proposição paradoxal: *Que a cousa mais similhante, e mais parecida a um liberal é um corcunda;* 21 de março; (N.º 69). Depois de entreter-se largamente da pessoa de Pato Moniz, e de sua vida privada, volta ao parallelo da carta antecedente, concluindo que não ha entre liberaes e corcundas mais uma que só differença e é, que os corcundas exercem muitos e diversos officios e profissões, em tanto que os liberaes só teem um unico officio, o de *pedreiro*!; começa depois a combater a obra do abbade de Medrões, intitulada o *Cidadão lusitano*, etc.; 28 de março; (N.º 73). Ataca João Bernardo da Rocha, com chufas e gracejos, tomando para thema o *Exame critico*, que este publicára sobre os negocios do Brazil; segue confutando as doutrinas do abbade de Medrões, no que este dissera com respeito ás confrarias e irmandades de Lisboa; 2 abril; (N.º 76). Contra o abbade de Medrões, que na sua obra tomara a defeza dos pedreiros livres; discorre tambem sobre a accusação que o promotor fiscal da liberdade de imprensa fizera da carta supra, inserta em o n.º 69; 9 de abril; (N.º 78). Prosegue confutando a obra de Medrões, e volta novamente á questão do artigo accusado, estabelecendo a differença de accepção entre os nomes de *liberal* e *constitucional*; 11 de abril; (N.º 83). Continuação da polemica com Medrões, pelo que expendera com respeito ao numero excessivo dos dias santificados, e ao abuso da demasiada frequencia nas egrejas, etc.; 17 de abril; (N.º 91). Sobre a accusação do n.º 69 da *Gazeta*, estabelecendo o seu plano de defeza, que intentava seguir perante o jury; 26 de abril (N.º 105). Declaração da falsidade com que diz lhe fôra attribuido um artigo do n.º 94 da *Gazeta*, que o tenente de artilharia A. P. da F. Neves accusára perante o tribunal da liberdade de imprensa; 13 de maio (N.º 177). Discurso sobre as eleições dos deputados para a nova legislatura, mostrando as qualidades que deviam possuir os eleitos; 14 de agosto (N.º 183). Correspondencia, tendo por signatario *Um Constitucional*; contém considerações sobre as doutrinas enunciadas nos periodicos do tempo, fazendo a apologia da *Gazeta Universal*; 22 de agosto (N.º 228). Agradecimento aos eleitores do circulo de Portalegre, que n'elle votaram para deputado; promette mandar alguns artigos para *Gazeta*, etc. 15 de outubro; (N.º 231). Como que pretende negar serem seus os papeis publicados recentemente, e que se lhe attribuiam taes como as *Gaitadas do Anão dos Assobios*, etc.; comtudo, ahi mesmo deixa entrever que são suas aquellas publicações; 22 de outubro (N.º 246). Sobre a publicação pela imprensa de um folheto com o titulo: *Constituição da Maçonaria Lusitana*, o qual lhe serve de thema, para brindar Pato Moniz com uma diatribe das costumadas; 6 de novembro (N.º 252). Sobre um papel impresso, que lhe dirigiram com o titulo de *Berro*; depois de algumas particularidades que lhe dizem respeito, transcreve 6 oitavas que escrevera, para servirem de dedicatoria á nação britanica do poema *Oriente*, na edição que já então preparava; 13 de novembro (N.º 254). Discorrendo sobre a sua apresentação perante o jury, confórme a intimação que recebera, para ali responder á accusação que se lhe fizera pelo artigo inserto no n.º 69 da *Gazeta*; 15 de novembro; (N.º 261). Resposta a outra carta, que apparecera impressa no *Astro da Lusitania* n.º 208, ácêrca do prior de Montemór-o-Novo; 23 de novembro; (N.º 224). Elogiando o merito e serviços do coronel Raymundo José Pinheiro; 27 de novembro; (N.º 277). Reflexões sobre alguns successos do tempo: Sermão prégado na ermida de Cazellas pelo P. Vicente de Santa Rita; espionagem da policia, juramento da rainha, analysando o procedimento das côrtes e do governo, com respeito a este caso; 23 de dezembro; (Anno de 1823, N.º 27). Agradecimento ao anonymo, que fizera inserir na *Gazeta* n.º 24 o *Elogio* d'elle José Agostinho; 14 de fevereiro; *Carta a Pedro Alexandre Cavroé*, em que dá a este satisfação de certa allusão que lhe dizia respeito, no *Jornal Encyclopedico*, n.º IX, a pag. 189 e 190; saiu na *Mnemosine Constitucional*, de 11 de janeiro de 1821; *Censura do Mastigoforo*, periodico mensal composto por Fr. Fortunato de S. Boaventura; vem no mesmo jornal n.º 3, a pag. 122; *Censuras de um livro «Feitos memoraveis da Historia de Portugal» e de um opusculo intitulado «O Somnambulo»*; insertos no *Correio interceptado*, de pag. 185 a 195, Londres, 1825; *Censuras ou informações ácêrca da obra «Historia da reforma protestante de Inglaterra e Irlanda, por G. Cobbet, traduzida do inglez»*, Lisboa, 1827; *Censura do periodico «Semanario religioso»*; saiu no prospecto, ou annuncio para a publicação do mesmo *Semanario*, Lisboa, 1827; *Carta «Joaquim José Pedro Lopes, ácêrca do merecimento do opusculo «A legitimidade da exaltação do sr. D. Miguel I ao throno de Portugal»*, etc.; anda com o mesmo opusculo; mas foi impressa em separado, tendo no fim uma breve censura da obra, feita egualmente por José Agostinho de Macedo, na qualidade de censôr do ordinario; *Parecer que deu sobre o escripto «Que relação ha entre a legitimidade de um governo, e o seu reconhecimento»*, impresso em Lisboa, 1832; vem no mesmo opusculo; *Carta a um amigo que lhe fez vêr o manuscripto de uma resposta que dá o P. M. Dr. Fr. Fortunato de S. Boaventura ao ill.mo conselheiro João Pedro Ribeiro;* anda inserta de pag. 25 a 31 do folheto *Brevissima resposta*, etc. As seguintes sairam em collecções já publicadas depois da morte do autor: *Resposta dada á Commissão de censura, quando em 1827 o mandou consultar... se queria ser o censôr do periodico dos Pobres;* saiu no *Museu Litterario util e divertido*, 1833, a pag. 56; *Carta do doutor Manuel Mendes Fogaça ao seu amigo transmontano, sobre o grande prodigio do invisivel, ou encoberto*

das botas; escripta em dezembro de 1811; saiu no referido *Museu* a pag. 161; *Censura e parecer sobre o programma da dança «O dia do Juizo»*, que se pretendia representar no theatro de S. Carlos em 1826; saiu no mesmo jornal, a pag. 276; *Censura de um livro intitulado «Vida e obras da madre Seraphica Santa Thereza de Jesus», feita em 2 de fevereiro de 1826;* saiu no 1.º n.º a *Minerva, ou jornal de instrucção amena*, etc.; *Informação ou censura no principio da obra «Exame critico do livro dos Martyres de Fox»*, traduzido do inglez, impresso em Lisboa, 1828; *Censura* do folheto *Cancioneiro patriotico, ou o systema das ideias liberaes refutado*, etc; saiu incorporado no mesmo folheto; *Prefacção* da obra *D. Miguel I*, impressa em Lisboa, 1828; *segunda edição mais correcta*, 1829; anda no principio da mesma obra; *Censura e reflexões*, sobre a publicação do *Manifesto do Grande Oriente Lusitano contra a Loja Regeneração*, etc., Lisboa, 1829; vem no principio d'este folheto de pag. 3 a 9; *Censura*, ou informação no principio do opusculo anonymo: *Exposição franca sobre a Maçonaria, por um exmaçon que abjurou a sociedade*, Lisboa, 1828, pag 1 e 2; *Censura*, para a impressão da tragedia *Fayel*, em que pede juntamente a escusa do cargo de censor; saiu transcripta a pag. 291 do *Chaveco liberal*, jornal publicado em Londres, em 1829; *Censura* de uma relação de festas celebradas em 1828 na egreja da Encarnação, publicada por um sujeito, que se assignava *O Boticario apedrejado*, saiu a pag 32 do 2.º folheto *Collecção de varios e interessantes escriptos*, etc.; *Carta anonyma á Academia Real das Sciencias em 1820;* saiu a pag. 31 da *Miscellanea, constando de peças ineditas, memorias*, etc., *pela Sociedade do Anomalo*, Lisboa, 1837. — Miscellaneas historicas, e outras avulsas: *Gazetas de Lisboa*, desde março de 1792 até fim do mesmo anno: *Historia de Portugal, composta por uma sociedade de litteratos inglezes*, etc., *traduzida por Antonio de Moraes Silva, e agora novamente accrescentada com varias notas, e com o resumo do reinado da Rainha N. S. até o anno de 1800*, tomo IV, Lisboa, 1802; n'esta obra pertence a José Agostinho de Macedo o que vem de pag. 74 até 150, em que finda o volume, no que se contém uma breve noticia, ou antes um panegyrico do reinado de D. Maria I; *Elogio de Matheus Fernandes* (que se diz ter sido o primeiro architecto do convento da Batalha); saiu anonymo na collecção intitulada *Retratos e elogios dos varões e donas que illustraram a Nação Portugueza*, no n.º 4, publicado em 1806; depois ao completar o volume, com frontispicio que se imprimiu em 1817, distribuiu-se outro elogio differente para substituir aquelle, declarando-se na prefacção anteposta ao mesmo volume que o primeiro *Elogio* estava cheio de equivocações e erros, etc. No tomo I do *Espertador portuguez*, pag. 94, vem a citada prefacção acompanhada de observações de José Agostinho de Macedo; *Carta de despedida ao resto do exercito francez, pelos fieis e honrados portuguezes*, Lisboa, 1808; *O segredo revelado, ou manifestação do systema dos Pedreiros livres e illuminados. e sua influencia na fatal revolução franceza; obra extrahida das Memorias para a historia do Jacobinismo do abbade Barruel, e publicada em portuguez*, etc., *Parte I*, Lisboa, 1810; *Parte II*, Lisboa, 1810; 2.ª edição, 1820; *Parte III*, Lisboa, 1810; 2.ª edição, 1816; *Parte IV*, Lisboa, 1810; 2.ª edição, 1820; *Parte V*, Lisboa, 1811; *Parte VI*, Lisboa, 1812; *Relação das festas do Loreto* (por occasião da restituição do papa Pio VII a Roma em 1814), Lisboa, 1814; saiu anonymo; *Representação feita ao Intendente Geral da Policia em 1818 contra Pato Moniz*; saiu no *Portuguez Constitucional Regenerado*, n.º 94, de 1822; *O Arrependimento premiado: historia verdadeira, que á ill.ma sr.ª D. J. T. D. B. L. D. S. P. E. C* (D. Joanna Thomazia de Brito Lobo de S. Paio, etc.) offerece ***, Lisboa, 1818; é traducção d'uma pequena novella ingleza, e traz no principio uma dedicatoria do traductor; *Discurso para a abertura do Seminario Episcopal de Elvas*, Lisboa, 1816; *Ladainha da paixão de Nosso bemdito Salvador, traduzida litteralmente de um catecismo inglez intitulado «Chave do Paraizo», impresso em Londres em 1732*, etc, Lisboa, 1821; *Annuncio para a publicação de um intentado periodico «Pedro de Malas-artes»*, Lisboa, 1821; *Prospecto para a liquidação do jornal «Escudo da Patria»*, 1823; *Annuncio ao publico;* tem no fim a subscripção: *Forno do Tijolo 6 de setembro de 1824*, Lisboa, uma pagina in folio, é um prospecto para a publicação dos seus sermões em collecção, que devia constar de 10 tomos de oitavo, comprehendendo cada um até 12 sermões, etc., não se chegou a publicar nem o 1.º tomo; *Modo pratico de ganhar o sagrado jubileu do anno santo, conforme as disposições da bulla do Summo Pontifice Leão XII*, Lisboa, 1826; *Novena da Santissima Virgem Mãe de Deus e Senhora nossa, cuja sacrosanta imagem, milagrosamente apparecida em uma gruta junto a Carnaxide, se venera na basilica de Santa Maria; disposta e ordenada por J. A. de M.*, Lisboa, 1827; *Requerimento feito em nome do coronel Raymundo José Pinheiro*; *Relação das operações militares da expedição, que debaixo do commando do chefe de esquadra da armada real José Joaquim da Rosa Coelho, foi mandada aos Açôres, para os rebeldes da ilha Terceira*, Lisboa, 1829; sem o seu nome; sabe se comtudo que este opusculo fôra por elle coordenado, e que é de sua penna a *Advertencia*, de pag. III a VIII, sendo-lhe os documentos fornecidos pelo coronel Lemos, que fôra commandante da tropa expedicionaria; *Disticos que se puzeram na grande illuminação do bairro de Belem*, 1828.—Obras manuscriptas em verso; *A Thebaida de Stacio*, traduzida em portuguez; parece que esta versão foi concluida em 1797; *Zaida, tragedia original em 5 actos;* representou-se no theatro da Rua dos Condes em fins de 1804, ou no principio de 1805, sendo pouco depois mandada retirar da scena por aviso do intendente geral da policia de 14 de janeiro d'esse anno; *Panegyrico ao ex.mo e rev.mo sr. D. Fr. Manuel do Cenaculo Villas Boas, bispo de Beja*, etc.; *A Creação*, poema em oitavas rimadas; *Duas odes*, no gosto horaciano, compostas em 1803; imprimiu-se depois em 1865; *Ode a Francisco Freire de Carvalho*, no tempo em que este era ainda religioso de Santo Agostinho; *Ode ao eruditissimo senhor José Maria da Costa e Silva;* especie de *centão* tecido de versos, phrases e vocabulos escolhidos nas composições poeticas do mesmo Costa e Silva, e nas de Bocage, Pato Moniz e Santos e Silva, e destinado a ridiculisar o estylo e linguagem d'estes, e d'outros poetas d'aquelle tempo; parece ter sido escripta em

1812; *Ode por occasião da festividade de N. Senhora das Dores, celebrada em Faro, em 1827; Ode saphica, em applauso do regresso do sr. D. Miguel a Portugal em 1828*; *Satyra* (2.ª) *a Manuel Maria Barbosa du Bocage*, escripta em 1801; é em fórma de epistola; *Satyra a Nuno Alvares Pereira Pato Moniz*; foi provocada por uns sonetos, em que este censurava a traducção dos odes de Horacio; escripta em 1806; *Satyra contra os poetas contemporaneos*; parece ter sido composta pelos annos de 1806 ou 1807; *Epistola a Francisco Freire de Carvalho*, datada de 21 de maio de 1808; *Elogio dramatico* (em que são interloeutores os Genios da Lusitania e do Brazil), *recitado n'um theatro particular em Villa Franca de Xira* em 22 de junho de 1818; *O voto satisfeito; drama allegorico na eleição da ex.ma sr.ª D. Jacinta Efigenia de Abreu Coutinho para abbadessa do mosteiro de Cós*; *Monologo recitado no theatro da Rua dos Condes, em uma representação dada a beneficio do cirio de N. S. do Cabo; Lôa para se recitar na festividade de N. S das Dores em Faro, no mez de julho de 1827; Doze inscripções destinadas para se collocarem na illuminação que se fez na praça de Belem, em applauso do anniversario do regresso do sr. D. Miguel em 1828.* As poesias que se seguem são todas improprias de se imprimirem por conterem obscenidades taes e tantas, que não admittem expurgação possivel: *Satyra a D. Gastão Fausto da Camara Coutinho*, escripta em 1805; é em fórma de carta; *Parodia do Elogio que em a noite do seu beneficio recitou a primeira actriz, a senhora Marianna Torres, no theatro da Rua dos Condes*; é um apontoado de obscenidades escripto em 1812, quando existia a maior força da rivalidade entre José Agostinho e Antonio Xavier, que o era autor do *Elogio* parodiado; *Epicedio á morte dos periodicos*; satyra escripta em 1814, logo depois de proclamada a paz geral; em algumas copias anda com o titulo: *O enterro do Telegrapho*; *Resposta* dos amaveis assignantes do *Telegrapho*, *á despedida que no ultimo numero lhes dirigiu o patarata Olivia*; composta em janeiro de 1815; *Traducção da Epistola a Priapo*; tirada do original italiano, que Piron imitou em francez; foi clandestinamente impressa; *Carta de Gonçalo Annes Bandarra, escripta a João Baptista da Fundição, achada pela preta Suzana do Rosario na bocca de um calhandro, que ia vasar á praia*; parece ter sido feita em 1809; *Assim o querem assim o tenham; satyra pelo executor da alta justiça*; é precedida de um prologo em prosa; composta em 1814, e foi depois augmentada em 1818 ou 1819, com um longo trecho, ou invectiva contra os medicos de maior nomeada que então havia em Lisboa; *Decimas satyricas*, feitas por occasião do casamento do filho do marquez de Tancos, D. Antonio, depois conde de Cêa, com a filha do negociante Manuel de Miranda Corrêa; diz José Agostinho de Macedo que as compuzera a pedido de P. A. Cavroé.—Obras manuscriptas em prosa: *Parecer ácêrca da situação e estado politico de Portugal depois da saida de S. A. R para o Brazil, e invasão que n'este reino fizeram as tropas francezas*; datado de 29 de maio de 1808; tem no fim 14 notas, que fôram accrescentadas em tempo mais moderno; *Resposta do general Marmont ao antigo redactor do «Telegrapho» Mr. de L O* (Luiz de Sequeira Oliva); tem no fim a data de 27 de novembro de 1811; *Carta do doutor Manuel Mendes Fogaça ao seu amigo transmontano, sobre os periodicos do tempo*, datada de 29 de março de 1812; *Cartas aos redactores do «Investigador portuguez»*; datada de 18 de junho de 1812; *O Boi no chão; obra extrahida dos manuscriptos do defunto enxota cães da sé de Lisboa, dada á luz por seu sobrinho André Calado*; é escripto em defeza de José Luiz da Silva, negociante de Lisboa, contra o que a seu respeito publicara o desembargador José Ignacio de Mendonça Furtado em um opusculo impresso; *Carta a Fr. Fortunato de S. Boaventura*, datada de 6 de dezembro de 1828; trata da apologia que Fr. Fortunato emprehendera, e começara a publicar sob o titulo de *Defensor dos jesuitas*, a cujo respeito o mesmo Fr. Fortunato lhe pedira o seu parecer; accrescem a esta especie varias outras de critica e litteratura, em que José Agostinho desenrola a sua grande erudição, a carta, posto que destinada para se imprimir não chegou a sêl-o, porque os frades d'Alcobaça julgaram que ella ia antes prejudicar que favorecer a causa dos jesuitas: visto que José Agostinho mostrando-se apparentemente seu advogado e admirador, deixava entrever bastante que professava a respeito d'esta ordem idéas e sentimentos bem oppostos aos enunciados: *Resposta á censura que o P. M. Fr. José Joaquim da Immaculada Conceição fez ao folheto «Reflexão previa ao Espectador portuguez»*; datada de 30 de maio de 1817; *Carta sobre assumptos de politica geral, que estava para ser inserta no n.º IX do «Jornal Encyclopedico»*, o que se não effeituou em virtude da mudança de governo trazida pela revolução de 24 de agosto de 1820; *Carta sobre assumptos politicos, dirigida a S. M. a imperatriz rainha D. Carlota Joaquina, a quem todavia parece não chegara a ser entregue*; escripta em 1829; *Collecção das censuras feitas a varios livros e opusculos, que lhe fôram distribuidos para rever, na qualidade de censor do ordinario*, desde abril de 1824 até setembro de 1829; estas censuras, escriptas em fórma de cartas ao arcebispo vigario geral D. Antonio José Ferreira de Sousa, e quasi todas em estylo faceto e familiar, comprehendem especies muito diversas, e algumas de notavel interesse para a historia litteraria e politica do tempo; fôram publicadas em 1900 pelo sr. Theophilo Braga, bem como as *Cartas de correspondencia particular*, com muitas pessoas mais ou menos notaveis, escriptas em diversos tempos, e pela maior parte sobre assumptos politicos e litterarios; muitas d'ellas recommendaveis pelas particularidades que encerram, principalmente as do periodo que decorreu de 1828 a 1831; *As horas da manhã, poema*; *Mahomet II, tragedia*; *O pae por força, comedia*; representada no theatro da Rua dos Condes; *O Estalajadeiro logrado, comedia*; *Discurso ácêrca do prazer*. Innocencio diz que viu e examinou todos estes manuscriptos, e possuia a copia da maior parte d'elles e d'alguns os proprios autographos. Além dos apontados, existem algumas pequenas e insignificantes producções: varios sonetos, epigrammas, quadras, oitavas, etc. Nos manuscriptos que se perderam contam-se a *Epistola*, que elle dirigiu a Bocage, quando estava preso no carcere do convento, e mencionada pelo mesmo Bocage na *Pena de Talião*; a *Metamorphose de*

Lereno em papagaio, a que tambem ali se allude; uma *Ode aos tumulos dos reis*, existentes no mosteiro de Belem, de que o morgado de Assentis falou com elogio; *O Sermão* que o proprio José Agostinho diz que escrevêra para ser prégado na festa da installação das côrtes em 1821, e uns *Versos* que fizera, e se recitaram no theatro por essa occasião; muitas poesias avulsas de todos os generos, grande numero de sermões encommendados que escreveu para outros prégarem; varias *Memorias* e requerimentos feitos a pedido de individuos particulares, em negocios de interesse pessoal, etc. Da *Historia d'Africa*, cujo 3.º volume diz elle no *Manifesto* haver queimado em 1822, não existe vestigio algum, mas parece que esta obra nunca se escreveu, e só existiu na mente de José Agostinho de Macedo.

Macedo *(José de Castro Freire de)*. Funccionario publico. N. no logar de S. Silvestre, no concelho de Cintra, a 19 de março de 1811; fal. em Lisboa a 2 de dezembro de 1865. Era filho de Francisco Antonio Freire, major de milicias, e de D. Marianna Ermelinda Freire de Macedo. Começou o curso do Collegio das Artes no anno lectivo de 1825-1826, mas em 1828 teve de interromper os estudos, vendo se obriga lo a homiziar-se, apezar de ser uma creança de 14 annos, porque, partilhando já os sentimentos liberaes de sua familia, affixou na porta da egreja de S. Silvestre um pasquim contra o governo de D. Miguel. Emquanto esteve homiziado aperfeiçoou se em calligraphia e humanidades, conseguindo em 1832 passar a Lisboa vindo para casa d'um seu amigo intimo, José Ferreira Pinto Bastos, que o empregou no Contrato do Tabaco O partido constitucional não se esqueceu do que elle soffrera, ainda tão creança, e por diploma de 26 de março de 1837 foi nomeado primeiro redactor do *Diario das sessões da camara dos deputados*, logar que exerceu com muita distincção, como previram os examinadores das provas da sua capacidade, José Liberato Freire de Carvalho, Paulo Midosi e José Estevão Coelho de Magalhães, no parecer escripto antes d'aquelle despacho. Pertencendo ao partido setembrista, collaborou com frequencia na *Revolução de Setembro*. A pedido da casa editora Ailland traduziu alguns manuaes da *Encyclopedia hispano-americana*, nos quaes se contam os seguintes: *Manual do jardineiro e do arboricultor, ou arte de compôr, dirigir e adornar toda a qualidade de jardins, de cultivar e propagar as flôres, as hortaliças, de podar e enxertar as arvores fructiferas, formar latadas, aclimar plantas*, etc, por Julio Rossignon, e traduzido do hespanhol, com estampas, Paris 1866; *Manual do carpinteiro de moveis e edificios;* tratado completo de carpintaria e marcenaria, adornado de 211 estampas intercaladas no texto, que representam figuras geometricas, molduras, ferramentas, samblagens, portas, sobrados, tectos, moveis de sala, etc., tudo confórme os ultimos adiantamentos que teem feito estas artes, traduzido em portuguez por * * *, Paris, 1873, com 1 mappa de pesos e medidas dos padrões da camara municipal de Lisboa comparados com os do systema metrico.

Macedo *(Lino de)*. V. *Macedo e Valle (Lino Augusto de)*.

Macedo *(Luiz Augusto de Almeida)*. General de brigada, commandante das guardas municipaes, etc. N. em 1819, fal. a 6 de maio de 1884. Era filho de Luiz Antonio de Almeida Macedo, official d'armada. Dedicando-se á carreira das armas, matriculou-se no Real Collegio Militar, cujo curso concluiu em agosto de 1835. Em seguida assentou praça em cavallaria n.º 2, e passou a frequentar a Escola Polytechnica, completando o curso de preparatorios em 1839, indo depois para a Escola do Exercito, seguindo o curso do estado maior, que terminou em 1840, sendo despachado alferes para caçadores n.º 5. Em janeiro de 1843 teve a promoção de tenente, e n'esta data passou ao corpo do estado maior. Desempenhou varias commissões proprias da sua especialidade, e acompanhou ao Porto em 1846 o marechal duque da Terceira, como seu ajudante de ordens, depois do golpe de estado de 6 de outubro. Em abril de 1847 foi promovido a capitão, sendo egualmente nomeado adjunto ao quartel mestre general, e em 1850 chefe do estado maior na 8.ª divisão. Durante a guerra civil deu provas de muito valor, e ficou prisioneiro na Rela-

Luiz Augusto de Almeida Macedo

ção do Porto, onde se conservou até ao fim da campanha. Em 1851 foi nomeado chefe do districto de Cazengo, em Angola, sendo em 1853 transferido para secretario geral na provincia de Moçambique, mas por doença ficou exonerado d'esse cargo, mesmo sem ter chegado a tomar posse. Em janeiro de 1852 foi promovido a major, e em setembro de 1855 a tenente-coronel graduado para o quadro do corpo em julho de 1864, e á effectividade em abril de 1868. Em 1855 foi tambem nomeado governador de Timor e Solor, na Oceania, prestando n'esse governo os mais relevantes serviços. O respeito pelas armas e do dominio portuguez estava um pouco perdido entre os indigenas, não sendo extranhas a este estado algumas intrigas estrangeiras. Por mais d'uma vez os regulos do interior se haviam rebellado, chegando a intentar um assalto á nossa fortaleza de Dilly, capital do governo. Finalmente, o poderoso rajá D. João Moniz de Mattos, rei de Manumera, reunindo 6:000 homens de suas forças e das alliadas, resolveu-se a atacar resolutamente a nossa colonia e acabar com o dominio

portuguez. Avançou com audacia, tomou boas posições, e começou a inquietar a praça. O governador Macedo não hesitou um momento, reuniu a guarnição, que estava mal armada e mal municiada, dividiu-a em tres columnas, e á frente d'ella com o major Leão Cabreira, avançou contra o inimigo. O combate foi muito violento, mas no fim d'algumas horas o gentio ficou desalojado das suas posições, e posto em completa debandada, salvando se a custo em desorientada fuga. O campo estava cheio de mortos e feridos, munições e despojos, que se tomaram. Este facto restabeleceu a paz na ilha, e impoz aos regulos o respeito que tinham perdido aos portuguezes. O governo, em portaria de 30 de junho de 1858 louvou o *zelo, a actividade e o acerto com que se houve em circumstancias tão criticas*. N'esta epoca ainda recebeu, além d'esta, outras portarias de louvor pelos notaveis serviços que prestou no seu governo. Em 1860 foi nomeado chefe do 7.ª divisão militar, e transferido para a 5.ª, em 1864; da 5.ª passou á 7.ª, sendo exonerado d'esta commissão em 1868, por ter sido extincta a 7.ª divisão, mas foi nomeado pelo mesmo decreto para a 4.ª, passando a exercer egual cargo na 1.ª divisão em 1876. Encarregado depois d'uma commissão eventual de serviço, no ministerio da guerra, retomou mais tarde as funcções do seu cargo. Em 1866, tendo abortado a revolução de Prim, e sendo perseguido este general de perto, pelas forças do governo de Izabel II, passou a fronteira com alguns companheiros d'armas e os regimentos inteiros de Bailen e Calatrava. Macedo fôra promovido a coronel em 1874, e o governo o nomeou para a commissão difficil de fazer internar os emigrados. Com actividade notavel, o coronel Macedo venceu, n'uma marcha forçada de 19 horas, a distancia de Elvas a Barrancos, e houve-se por tal modo, que recebeu os maiores elogios do governo, e os agradecimentos mais sinceros do general hespanhol. Em 1874, tendo-se revoltado o regimento de lanceiros n.º 1, conseguiu impôr se aos revoltosos, chamal-os á obediencia, e conduzil os ao quartel debaixo de fórma, mostrando assim o seu arrojo e o prestigio de que dispunha, Em 11 de janeiro de 1876 foi promovido a general de brigada, tendo a fortuna de não chegar a estar dois annos no posto de coronel. Foi deputado em 1854, e reeleito em 1879 pelo circulo de Extremoz. Tambem serviu como chefe do estado maior na divisão do Alemtejo. Em 11 de maio de 1878 foi nomeado commandante das guardas municipaes, cargo que exercia quando falleceu. O general Macedo tinha a carta de conselho, concedida por decreto de 16 de março de 1865, era ajudante de campo honorario d'el-rei D. Luiz I, gran-cruz da ordem de S. Bento de Aviz, commendador da Torre e Espada, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição, e da Legião de Honra, de França.

Macedo *(Manuel de)*. Assim é mais conhecido vulgarmente este illustre pintor, scenographo e escriptor, sendo o seu nome completo Manuel de Macedo Pereira Coutinho. Conservador do Museu de Bellas Artes, professor de desenho no Instituto Industrial, etc. N. em 1 de maio de 1839, sendo filho do par do reino Antonio de Macedo de Sousa Pereira Coutinho de Menezes e de D. Maria Augusta da Cunha Portugal e Menezes, irmão mais velho do sr. conde de Macedo. Oriundo d'uma familia nobre e opulenta, que, assim como outras, desde 1835, muito soffreram nas suas fortunas, aconteceu a Manuel de Macedo o mesmo que a muitos herdeiros de casas antigas; viu se um dia, ainda quasi creança, luctando com a adversidade e falta de recursos, sem poder proseguir os estudos para a vida a que se destinara, e resolveu dedicar-se ao desenho, para que sentia grande vocação, e de que já tinha principios. mediante lições de professores estrangeiros, que recebera na infancia. Entrando no atelier do professor Annunciação, ali estudou perto d'um anno, de 1857 a 1858, e n'esta data, contando 19 annos, foi para o Porto, onde tinha parentes e amigos, recebendo conselhos e lições de Rezende, Correias, Pinto da Costa, e de A. Howell, distincto aguarelista inglez, de quem era amigo. Viveu dois annos no Porto, com grandes difficuldades, residindo na Foz, n'uma pequena casa, vendendo á colonia estrangeira no Porto albuns de desenhos humoristicos, quadros de costumes populares do norte, etc. N'essa colonia encontravam-se antigos condiscipulos de seu pae na Allemanha e na Dinamarca, amigos do tempo da emigração, que, desejando ser agradaveis, o favoreciam na tendencia que manifestava para esse genero de pintura, comprando-lhe os trabalhos, muitos dos quaes existem hoje na Inglaterra, tendo adquirido os mais importantes dos seus estudos um commerciante allemão, estabelecido em Liverpool, irmão do celebre pintor de genero Meyerheim. Em 1861 veiu para Coimbra para a companhia de seu irmão, actualmente o sr. conde de Macedo, que estudava na Universidade, e ali viveu dois annos estudando confórme podia. Guiado, então, pelos conselhos de Eugenio Lucini, um scenographo da escola de Barcelona, fez os seus primeiros ensaios scenographicos, trabalhando para o theatro de S. Luiz e no Academico. Em 1864 estava em Lisboa na companhia de seu irmão, e poucos mezes depois estreou se como scenographo no antigo theatro de Variedades, na magica *Pera de Satanaz*, de Eduardo Garrido, e encetando uma tentativa de unidade no espectaculo scenico, compoz e delineou não só grande parte do scenario, mas trajos e adereços, contribuindo muito para o grande exito que teve a peça. Juntando se então ao grupo dos scenographos portuguezes Rocha e Villela, e, eventualmente, Lima, tendo sua utilidade a entrada na profissão, aprendendo com os collegas, bons praticos, sob o o ponto de vista technico O seu espirito illustrado, porém, não se conformava com os velhos processos empregados então geralmente nos theatros, e conseguiu encaminhar a arte scenica, no sentido mais amplo, abrangendo os trajos, accessorios, etc., para terreno mais artistico, attendendo-se mais á côr local, verdade historica. effeito pittoresco, etc. Durante nove annos a scenographia absorveu-lhe a melhor da sua actividade, sendo considerado o nosso primeiro scenographo no seu tempo, sendo muito elogiados os effeitos de caracter—côr local—rigor historico e innovações no sentido da moderna scenographia. Pintou decorações theatraes em Lisboa, Porto, etc; por iniciativa de José Carlos Santos, preparou espectaculos completos nos theatros do Principe Real e de D. Maria II, como no *João Carteiro*, *Abysmo*, *Patria*, etc. Estes trabalhos,

comtudo, não o afastavam do desenho com que enchia formosos albuns, entre os quaes alcançou grande fama um que foi adquirido por el-rei D. Fernando. Em 1872 houve uma tentativa em favor da publicação illustrada, e a convite do gravador Pedroso, fez alguns ensaios de illustração; popularisando-se a gravura, Manuel de Macedo lançou se abertamente n'este genero de trabalho, abandonando o theatro. Na revista *Artes e Letras*, publicada n'esta epoca, encontram-se bellos desenhos de Manuel de Macedo, typos populares d'uma rigorosa naturalidade. Nas exposições da Sociedade Promotora de Bellas Artes distinguiram-se trabalhos seus, que a critica calorosamente elogiava. Uma doença d'olhos, bastante grave e demorada, o obrigou a afastar-se dos seus trabalhos, e foi então que em 1884 acceitou o logar de conservador no Museu Nacional de Bellas Artes, instituido n'esse anno, e d'ali a dois annos, em 1886, tendo o conselheiro Emygdio Navarro ampliado o ensino no Instituto Industrial de Lisboa, o nomeou professor da cadeira de desenho, cargos que ainda exerce. Durante dois annos fez parte do Conselho Superior de Instrucção Publica, como vogal da secção d'arte e industria. Continuou ainda a desenhar para o publico durante alguns annos, occupando-se eventualmente de desenhos e projectos para espectaculos theatraes, fornecendo indicações e figurinos a actores, etc. Em 1878 fundou a revista do *Occidente*, com Caetano Alberto e Guilherme de Azevedo, tomando o cargo de director artistico. D'esta excellente revista, que ainda hoje existe, estando no 31.º anno de publicação, é actualmente unico proprietario Caetano Alberto. O desempenho dos seus cargos officiaes o afastaram muito tempo do lapis e dos pinceis, obrigando o a dedicar se a particulares estudos. De 1893 a 1897 escreveu e publicou alguns livros de vulgarisação artistica e technica respectiva e especialidades d'artes. Collaborou na collecção *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, escrevendo o seguinte: *Manual de Arte dramatica*,

Manuel de Macedo

1885; *Desenho e pintura*; 1886; *Restauração de quadros e gravuras*, 1885; *Arte para todos*, 1897, tentativa de orientação de esthetica pratica. Tem tambem collaborado na revista *Arte portugueza*, e no *Occidente*, vulgarisando assumptos de arte pratica, e trasladando obras escolhidas das litteraturas ingleza e allemã, linguas que muito bem conhece. Manuel de Macedo é muito conhedor de theatro e de arte, a que tem prestado muitos e bons serviços. Os nossos artistas que se dedicam a esses estudos, sempre o consultam com muita vantagem. Tem traduzido varias peças francezas, inglezas e allemãs algumas de collaboração. D'estas nos lembra *O Lago de Kilarney*, drama em 3 actos, 1 prologo e 5 quadros, accommodada á scena portugueza, de collaboração com o fallecido escriptor theatral Joaquim Augusto d'Oliveira, a qual se representou no Gymnasio em 1871. Ultimamente traduziu para o theatro de D. Maria II, em 1902, as comedias *Escola antiga* e *Solar de Bentley* Na *Bibliotheca das Horas Romanticas* tambem publicou a traducção do romance do padre Prévost, *Manon Lescaut*, em 2 volumes, anno de 1903. Da 3.ª serie da *Arte e Artistas Contemporaneos*, do sr. Ribeiro Arthur, transcrevemos o seguinte: «Em 1899 renasce vivamente a publicação illustrada; Roque Gameiro, que começava a sua carreira de distincto illustrador, recorreu á experiencia erudita de Manuel de Macedo, reclamando a sua collaboração, e eil-o trabalhando com os novos tão moço de espirito como elles, fervoroso enthusiasta, e da sua collaboração com Roque Gameiro tem resultado magnificos trabalhos. Para os avaliar basta percorrer as paginas da *Sereia*, o formoso e commovente romance de Camillo Castello Branco. Ninguem melhor illustraria esse livro em que palpita a vida que animou uma parte da sociedade portugueza nos fins do seculo XVIII, os preconceitos sociaes em lucta com os sentimentos; episodio tragico do despotismo familiar. A existencia nas fidalgas moradias, o viver dos conventos, os costumes, o aspecto d'uma epoca tão caracteristica como o foi que começou sob a influencia do faustoso D. João V, são pelo lapis de Manuel de Macedo e de Roque Gameiro, ali evocados deliciosamente. Ninguem entre nós melhor que Manuel de Macedo recompõe uma epoca do nosso passado, tem estudado a vida portugueza em todos os seculos da sua existencia, conhece-a no que tem de mais intimo nos seus costumes, no seu mobiliario, o que elle não conhece é o causaço na velhice, assim como não conheceu o desalento na mocidade. Trabalhar, trabalhar ainda, trabalhar sempre, é a sua divisa. A sua consolação é, disse-me elle um dia, bem satisfeito, ter rabiscado tanto papel, tanta chapa de buxo para gravura, tanta téla scenographica, etc., que o total estendido em superficie ao comprido, transformado em ponte, lhe facultaria um passeio a pé enxuto pelo menos até aos Açôres.» Manuel de Macedo nos seus escriptos tem usado per vezes dos pseudonymos *Spectator* e *Pin-Sel*.

Macedo (*Fr. Manuel de*). Religioso dominicano da ordem dos prégadores. N. em Pernambuco em 1603, fal. em 1645. Era filho de Cosme Rangel, desembargador da relação do Porto, e de D. Joanna Cavalcanti, filha de Filippe Cavalcanti descendente d'uma das familias mais distinctas da capitania de Pernambuco. Vindo para Portu-

gal, completou em Lisboa a sua educação litteraria, e adquiriu fama de notavel prégador. O governo de Madrid quiz chamal-o á côrte, e a duqueza de Mantua, D. Margarida d'Austria, vice-rainha de Portugal, o honrou com a sua estima e o nomeou seu capellão. Este facto fez com que se tornasse suspeito depois da revolução de 1640, sendo accusado de que auxiliara em 1641 a fuga de alguns fidalgos portuguezes affeiçoados á causa de Hespanha. Fr. Manuel de Macedo foi preso e mandado para a India, onde esteve até que, reconhecendo se que a accusação era infundada, voltou para o reino, mas no regresso, o navio que o conduzia, teve de arribar a Angola, e ali falleceu. Deixou publicada em hespanhol: *Politica religiosa y carta de un padre a un hijo*, Saragoça, 1633. Foi traduzida em portuguez por Fr. Manuel de Lima, e impressa em Lisboa.

Macedo *(Manuel Alberto da Cunha)*. Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra. Natural de Penafiel, sendo filho de Antonio Alberto da Cunha. Doutorou-se a 21 de julho de 1822. Não se sabem as datas do seu nascimento e fallecimento.

Macedo *(Manuel Maio de)*. Professor de Medicina, natural do Porto. Escreveu: *Tratado ácêrca da incorrupção do arcebispo de Braga D. Lourenço Vicente, que morrendo no anno de Christo de 1397, foi achado o seu cadaver a 4 de junho de 1663.* O licenceado Jorge Cardoso, no *Agiologio lusitano*, chama lhe *medico insigne e oraculo d'esta edade nas letras humanas.*

Macedo *(Marcellino Leitão de)*. Jesuita, natural de Aljubarrota, e que viveu no seculo XVII. Escreveu um poema heroico em latim, tendo por assumpto a restauração de Portugal por D. João IV. Esta obra não chegou a imprimir-se, mas guardava-se na bibliotheca real.

Macedo *(Roberto Justiniano de)*. Conego secular da Congregação de S. João Evangelista. N. em Azeitão a 8 de março de 1676; não se sabe a data do fallecimento. Era filho de José Galvão de Quadros e de D. Ignez de Macedo. Recebeu a murça de conego em 10 de agosto de 1710. Depois de estudar Philosophia no collegio de Evora, e Theologia no de Coimbra, dictou estas sciencias aos seus domesticos. Foi reitor do collegio de Coimbra em 1732. Sendo provido na egreja parochial de Santa Maria da villa de Assumar, deixou a congregação, e ali se conservou até 1735, em que passou a prior da egreja de S. Pedro, de Torres Novas, havendo recebido o habito militar da ordem de Christo. Escreveu: *Sermão da Canonisação de S. João da Cruz, prégado no convento de Santo Alberto, no quarto dia do oitavario que as religiosas fizeram*, Lisboa, 1731

Macedo Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu, de Macedo do Peso, conc. de Mogadouro, distr. de Bragança. || S. Romão, de Ucha, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de Aréga, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria

Macedo Alves *(Guilherme Augusto de)*. 2.º official da 2.ª repartição de Instrucção Secundaria no Ministerio do reino. Publicou: *Legislação da Instrucção Primaria*, Lisboa, 1889, 1891 e 1894, 3 volumes 8.º

Macedo e Azevedo *(Antonio de Sousa de)*. Latinista, que viveu no seculo XVII. Compoz um panegyrico em verso latino, que não se imprimiu, mas que mereceu os maiores elogios do conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes.

Macedo e Brito *(Antonio Luiz de)*. Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra. Era natural de Faro, sendo filho de Antonio Luiz de Macedo. Foi doutorado a 12 de julho de 1801.

Macedo de Cavalleiros. Villa da prov. de Traz-os-Montes, séde de conc. e de com., distr. e bisp. de Bragança, relação do Porto. Tem uma só freg., cujo orago é S. Pedro, e está situada junto da ribeira de Lobos, a 44 k de distancia da capital do districto. E' fundação muito antiga. A Casa de Bragança apresentava o reitor, que tinha 50$000 réis de rendimento. D. Manuel não lhe deu foral, mas sim a Chacim, que é hoje uma freg. do concelho, e é esse foral que serve a Macedo de Cavalleiros, que foi elevada á categoria de villa por decreto de 15 de janeiro de 1863, e a séde de concelho por decreto de 31 de dezembro de 1853, tendo pertencido até essa data ao conc. dos Cortiços, que se supprimiu por decreto de 24 de outubro de 1855, ficando pertencendo ao novo concelho. Macedo de Cavalleiros pertence á 6.ª div. mil., 12.ª brigada, grande circumscripção mil. norte, e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella Tem escolas para ambos os sexos, e est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas, permutando malas com a R A D; advogados, agencias dos bancos de *Bragança* e *Alliança;* hoteis, medicos, pharmacias, agencia de seguro de vidas *A Equitativa dos Estados Unidos do Brazil*; *Club Macedence*; feira nos dias 18 e 29 de cada mez, mercado ás quintas feiras e domingos; est. do caminho de ferro, na linha de Foz-Tua, Mirandella-Rossas, entre as de Grijó e de Azibo. N'este conc. existe uma nascente d'aguas sulfurosas na freg. de Olmos, denominadas de *Escarledo*; e na freg. de Chacim tambem ha outra egual, conhecida pelo nome de *Abelheira*. O concelho comprehende 38 freguezias, com 4:492 fog. e 19:422 hab., sendo 9:814 do sexo masc. e 9:608 do fem., n'uma superficie de 71:510 hect. As freguezias são as seguintes: Santa Eugenia de Alla, 859 hab : 437 do sexo masc. e 422 do fem.; S. Nicolau, de Amendoeira, 430 hab : 215 do sexo masc. e 215 do fem.; Santa Catharina, de Arcos, 607 hab.: 303 do sexo masc. e 304 do fem.; S. Vicente, de Bagueixe, 343 hab : 179 do sexo masc. e 164 do fem.; Santa Martha, de Bornes, 686 hab.: 336 do sexo masc. e 350 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Burga, 307 hab.: 168 do sexo masc. e 139 do fem ; S Geraldo, de Carrapatas, 271 hab.: 145 do sexo masc. e 126 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Castellões, 528 hab.: 249 do sexo masc. e 279 do fem , Santa Comba, de Chacim, 754 hab.: 349 do sexo masc. e 405 do fem.; S. Nicolau, de Cortiços, 736 hab.: 376 do sexo masc. e 360 do fem ; S Thiago, de Corujas , 264 hab.: 139 do sexo masc. e 125 do fem ; Santa Marinha, de Edroso, 250 hab.: 124 do sexo masc. e 126 do fem.; S. Miguel, de Espadanedo, 311 hab.: 167 do sexo masc. e 144 do fem ; N. S.ª d'Assumpção, de Ferreira, 379 hab.: 195 do sexo masc. e 184 do fem.; Santa Maria Magda-

lena, de Grijó, 332 hab.: 195 do sexo masc. e 187 do fem.; S. Marthinho de Lagôa, 579 hab.: 301 do sexo masc. e 278 do fem.; Santa Epiphania, de Lamalonga, 985 hab.: 496 do sexo masc. e 489 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Lamas de Podence, 343 hab.: 181 do sexo masc. e 162 do fem.; Espirito Santo, de Lombo, 441 hab.: 203 do sexo masc. e 238 do fem.; S. Pedro, de Macedo de Cavalleiros, 1:148 hab.: 556 do sexo masc. e 592 do fem.; Santo André, de Moraes, 832 hab.: 433 do sexo masc. e 399 do fem.; S. Lourenço, de Móreus, 34 hab.: 173 do sexo masc. e 169 do fem.; S. Miguel, de Olmos, 460 hab.: 237 do sexo masc e 223 do fem; Santa Catharina, de Peredo, 569 hab: 281 do sexo masc. e 288 do fem.; N. S.ª da Purificação, de Podence, 577 hab.: 288 do sexo masc e 289 do fem; S. Lourenço, de Salsellas, 861 hab: 413 do sexo masc. e 448 do fem; Santa Comba, de Santa Combinha, 152 hab.: 77 do sexo masc. e 75 do fem.; S. João Baptista, de Sezulfe, 525 hab.: 298 do sexo masc. e 227 do fem.; S. Miguel, de Soutello Mourisco, 283 hab.: 180 do sexo masc. e 103 do fem.; S. Miguel, de Talhas, 715 hab.: 356 do sexo masc. e 359 do fem; N. S.ª d'Assumpção, de Talhinhas, 484 hab.: 239 do sexo masc. e 245 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Valbemfeito, 639 hab.: 326 do sexo masc. e 313 do fem.; S. Vicente, de Valle da Porca, 411 hab: 207 do sexo masc e 204 do fem; S. Jeronymo, de Valle de Prados, 439 hab.: 225 do sexo masc. e 214 fem; S. Martinho, de Villar do Monte, 181 hab.: 90 do sexo masc. e 91 do fem; Santo Antão, de Villarinho de Agrochão, 380 hab: 180 do sexo masc. e 200 do fem.; Santa Catharina, de Villarinho do Monte, 204 hab.: 103 do sexo masc. e 101 do fem.; S. Vicente, de Vinhas, 765 hab.: 394 do sexo masc. e 371 do fem. O principal commercio de todo o concelho é azeite, castanhas, batatas, cereaes e lã. Em Macedo de Cavalleiros tem havido os seguintes jornaes: *Athleta (O)*, 29 setembro, 1886. Publicou-se um numero programma; *Correio de Macedo*, 10 abril, 1889.

Macedo Chaves *(Antonio de Sousa de)*. Medico pela Escola Medico Cirurgica do Porto, actualmente exercendo clinica em Braga; etc. N. em Bessa, conc. de Boticas a 19 de junho de 1841, sendo filho de João Antonio de Sousa Macedo, e de sua mulher, D. Florinda Rosa Chaves. Cursou a Academia do Porto, e depois a Escola Medico-Cirurgica, nos annos de 1858 a 1866, em que terminou os seus estudos de medicina. Em 1867 foi nomeado medico de partido e subdelegado de saude de Cabeceiras de Basto, onde tambem exerceu clinica, grangeando as maiores sympathias. Em 1878 foi fixar a sua residencia em Braga, sendo logo nomeado medico do Montepio de S. José e da Associação Commercial, e mais tarde do hospital de S. Marcos. Entrando na politica, filiou-se no partido progressista, e é hoje o chefe d'esse partido em Braga. Foi em 1886 eleito procurador á Junta Geral do districto pelo concelho de Celorico de Basto, exerceu depois egual cargo no concelho de Braga, sendo eleito presidente da mesma junta e vogal da commissão executiva. Em 1891 foi nomeado governador civil substituto em Braga, cargo em que muito se distinguiu. Em 1893, depois d'uma renhidissima campanha eleitoral, em que ficou vencedor, teve a eleição de presidente da camara municipal. Casou em 31 de janeiro de 1866 com D. Emilia Julia de Sousa Lobão Macedo Chaves, filha de Francisco José de Sousa Lobão.

Macedo e Couto *(Joaquim José de)*. General de divisão, gorvernador geral da India, do conselho d'el-rei D. Luiz I e seu ajudante de campo honorario, commendador das ordens de S. Bento de Aviz e da Torre e Espada, etc. N. no logar da Fonte Santa, freguezia de Caparica, concelho de Almada, a 9 de março de 1810, fal. em Lisboa a 20 de outubro de 1879. Era filho do tenente Joaquim Pulcherio do Couto, e de sua mulher D. Gertrudes Magna de Macedo. Foi alumno do Real Collegio Militar, concluindo o curso com distincção em 1826. Assentou praça em 1 de setembro d'esse anno, sendo despachado alferes de infantaria em 9 de julho de 1827. Matriculou-se depois na Academia de Marinha, obtendo approvação plena no segundo anno de Mathematica, e a 6 de abril de 1833 emigrou para o Porto, indo reunir-se ao exercito liberal. Fez parte da divisão que veiu desembarcar no Algarve, commandada pelo marechal duque da Terceira, e continuou nas campanhas da Liberdade até á convenção de Evora-Monte, sendo ferido gravemente n'um braço. Era capitão em 1842 quando foi nomeado governador de Diu, e n'esse anno foi promovido a major. Regressou ao reino em 1849, e achava se já no posto de general de brigada, quando foi nomeado governador geral do Estado da India, por carta regia de 10 de novembro de 1871, sendo n'essa data promovido a general de divisão, sem prejuizo dos generaes de brigada mais antigos. A situação não era das mais faceis. Rebentara em Gôa uma revolta militar contra o então governador conde de S. Januario, e o governo da metropole, para acabar com essas constantes alterações da ordem, determinou dissolver o exercito da India, e o general Macedo e Couto foi o encarregado d'essa commissão, indo o batalhão de caçadores n.º 1 para restabelecer a ordem, acompanhando-o o infante D. Augusto, que no anno anterior fôra promovido a general de brigada. O infante acceitou gostosamente aquelle encargo, e embarcou com o novo governador e o referido batalhão a bordo do vapor *Neva*, que saiu a barra de Lisboa a 12 do mencionado mez de novembro. O vapor chegou ao Mandovi a 10 de dezembro, e Macedo e Couto tomou posse do governo na capella-mór da egreja do Bom Jesus, assistindo á cerimonia o infante D. Augusto. No Mandovi estava fundeada a corveta *D. Estephania* do commando do capitão de mar e guerra José Baptista de Andrade, e a 4 de janeiro de 1872 entrou no mesmo rio a corveta *Infante D. João* commandada pelo capitão de fragata Viegas do O'. Os decretos de que era portador o general Macedo e Couto continham reformas que mais ou menos prejudicavam directamente as principaes familias de Gôa, porém o governador geral, apezar de considerar menos justas parte d'essas medidas, tratou logo de as fazer executar com energia, encontrando pouca resistencia, e favorecendo quanto lhe foi possivel os mais infelizes. Em 3 de março de 1872 entrou a barra da Aguada o transporte de guerra *India*, do commando do capitão de fragata Thomaz Soares de Andréa, conduzindo o batalhão expedicionario, e no dia 24 ali embarcou o infante D. Augusto acompanhado

dos seus ajudantes de campo e do batalhão de caçadores n.º 1. O *India* aportou a Bombaim para metter carvão e seguiu para a Europa, chegando a Lisboa em 1 de maio. O general Macedo e Couto foi exonerado do governo da India em 17 de dezembro de 1874, dando posse ao seu successor, o general João Tavares d'Almeida, a 10 de maio de 1875. Dias depois embarcou para Portugal. Macedo e Couto foi tambem vogal do Supremo Tribunal de Justiça Militar de Gôa, e commandante da sub-divisão militar de Chaves. Escreveu o *Relatorio do coronel de caçadores n.º 2 da Rainha, Joaquim José de Macedo e Couto, ácerca do Campo de Challons.* Lisboa, 1869.

Macedo Malafaia *(Miguel Carvalho de)*. Natural de Lisboa. Sendo estudante de Jurisprudencia Canonica na Universidade de Coimbra, como era muito versado na metreficação da poesia latina, escreveu: *Funestos sentimentos e epithetos lastimosos na morte do ill.mo e ex.mo sr. Marquez de Valença*, Lisboa, 1749, consta de 8 sonetos; *Gloria portugueza, acção illustrada em despedida da ill.ma e ex.ma sr.ª marqueza de Tavora, acompanhando seu esposo, o ill.mo e ex.mo sr. marquez de Tavora para o vice reinado dos estados da India* Lisboa, 1750: *Novo terremoto nos remorsos da consciencia e avisos da culpa para acerto da emenda*, Lisboa, 1756; consta de um romance em verso, duas decimas e um soneto: *Ao nascimento do ex.mo sr. D. Luiz de Athaide, filho primogenito dos... condes de Athouguia*, romance historico; sem logar nem anno de impressão.

Macedo do Matto. Pov. e freg. de N. S. da Purificação, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com., distr., e bisp. de Bragança; 119 fog. e 564 hab. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 23 k da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 100$000 réis de rendimento. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10 com a séde em Mirandella.

Macedo do Pêso Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança; 69 fog. e 993 hab. Está annexada ecclesiasticamente á de S. João Baptista, de Penas Roias, e civilmente á de S. Martinho de Peso. A pov. dista 13 k. da séde do conc. O real padroado apresentava o cura, que tinha 8$000 reis de congrua e o pé de altar. Pertence á 6.ª div. mil e ao distr de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Macedo Pinto *(Antonio Ferreira de Macedo Pinto, visconde de)*. Fidalgo da Casa Real. por concessão feita em 13 de agosto de 1865; bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, lente jubilado da Escola Medico-Cirurgica do Porto, deputado, proprietario, capitalista, etc.. N. na povoação de Guedieiros, na freguezia de Sendim, distrito de Vizeu, a 20 de junho de 1810; fal. no Porto em 10 de fevereiro de 1879. Era filho do negociante Manuel Ferreira de Macedo Pinto, e de D. Maria de Deus Rodrigues Monteiro. Cursou a Universidade de Coimbra, formando-se na faculdade de Medicina em 1836, sendo premiado em alguns annos. Em seguida estabeleceu se em Bragança, onde foi medico do hospital e do partido municipal, de 1837 a 1848; foi por vezes nomeado procurador á Junta Geral da mesma cidade, e delegado do conselho de saude publica do reino, no mesmo districto, desde 1838 a 1848. Em 1846 foi administrador do concelho, e por duas vezes substituto do juiz de direito. Em 1848 transferiu a sua residencia para o Porto, sendo nomeado guarda-mór de saude do porto de S. João da Foz, pela portaria de 17 de outubro de 1851, logar que exerceu até ser despachado, por concurso, para o logar de demonstrador da secção medica na Escola Medico-Cirurgica do Porto, por decreto de 25 de abril de 1855. Foi lente substituto da mesma escola em 1854 e lente proprietario da 8.ª cadeira em 1857, jubilando-se em 1872. Foi deputado nas legislaturas de 1853 a 1856, eleito pelo Porto, e no parlamento tratou de varios assumptos de instrucção e saude publica, assim como de differentes questões economicas Recebeu por mais d'uma vez convite para ministro da fazenda, cargo a que sempre se recusou acceitar, por estar muito dividida a sua prodigiosa actividade em varios ramos de administração publica e particular. Foi nomeado vogal effectivo do Conselho Geral de Instrucção Publica, por decreto de 7 de julho de 1859, logar que não acceitou. Era socio effectivo da Associação Industrial Portuense desde 1853, e da Sociedade Agricola do districto do Porto, desde 1856; socio correspondente da Academia Cirurgica Malhorquina, desde 1848; membro titular vitalicio do Instituto Africano de Paris, desde 1854; socio honorario do Circulo Scientifico Allemão, desde 1860; vogal da commissão filial de beneficencia do Porto, por decreto de 1 de dezembro de 1868; conselheiro de el rei D. Luiz I por carta de 2 de março de 1869; membro do conselho do administração, e um dos fundadores da Companhia do Credito Predial Portuguez, e presidente do conselho de administração, e fundador da Companhia de Utilidade Publica, sendo o autor do projecto de estatutos do Banco União, na mesma companhia; director da Companhia de Viação Portuense, e foi tambem um dos fundadores e principal redactor do *Pharol Transmontano*, jornal de instrucção e recreio, que se publicava mensalmente em Bragança, começando em 1845; n'esse jornal inseriu numerosos artigos de interesse scientifico e litterario. O visconde de Macedo Pinto era socio correspondente e delegado da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, desde 1838; socio correspondente do Instituto de Coimbra, desde 1835. Possuia as seguintes houras: cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição, por decreto de 22 de setembro de 1846; cavalleiro da Ordem de Christo, por decreto de 22 de outubro de 1852; commendador da referida ordem de Nossa Senhora da Conceição, por decreto de 15 de dezembro de 1863 O titulo de visconde de Macedo Pinto foi-lhe concedido por decreto especial de 11 de junho de 1874. Casou no Porto em 1860 com D. Anna Clementina Peres Moreira Guimarães, filha de Manuel José Moreira Guimarães, negociante de grosso trato da praça commercial d'aquella cidade, e de sua mulher, D. Anna Luiza Peres Moreira Guimarães. Brazão d'armas: Escudo partido em pala; na primeira as armas dos Macedos: Em campo azul cinco estrellas de ouro de seis pontas postas em santor; na segunda, as dos Pintos: Em campo de prata cinco crescentes de lua de vermelho, em santor; timbre, o dos Macedos: um braço vestido de azul com uma maça de ouro, cravejada de pontas de ferro em acção de descarregar o golpe. Escreveu: *Projecto*

de *Estatutos, e relatorio da Caixa de Credito e Soccorros Mutuos da Associação Industrial Portuense*, Porto, 1854; foi um dos redactores do jornal da mesma associação; *Relatorio da commissão da Companhia de Viação Portuense, nomeada na sessão da assembléa geral de 14 de janeiro de 1856*, Porto, 1856; *Oração inaugural recitada na Escola Medico Cirurgica do Porto, na sessão solemne de abertura no anno lectivo de 1858 1859*, Porto, 1860; *Projecto de estatutos do banco União Portuense*, Porto, 1861; *Estatutos da nova companhia de Utilidade Publica, e contrato do emprestimo de 1:500 contos*, Porto, 1861; o projecto d'estes estatutos foi da sua redacção, sendo elle egualmente o negociador por parte da companhia do contracto celebrado com o governo para a realisação do referido emprestimo, destinado para obras publicas, que constituia a idéa capital d'esta organisação; *Relatorio e balanço da nova companhia Utilidade Publica respectivo ao anno civil de 1861*, Porto, 1862; *Relatorio e balanço*, etc., *relativo ao anno de 1862*, Porto, 1863; *Estudo sobre a parte financeira da proposta de lei para a construcção das vias ferreas ao norte do Douro; publicado no «Commercio do Porto,» n.os 103, 104 e 105, de 7, 8 e 9 de maio de 1867*, Porto, 1867; este estudo tambem foi reproduzido na *Gazeta de Portugal* e na *Revolução de Setembro; Appendice ao Estudo sobre a parte financeira da proposta de lei para o construcção das vias ferreas ao norte do Douro; Resposta aos artigos publicados no «Jornal do Porto,»* n.os 113, 114 e 115, Porto, 1867; *Memoria sobre a reforma da instrucção secundaria no districto de Bragança*, que foi publicada juntamente com o *Relatorio e Consulta* da junta geral do mesmo districto, *Bragança, 1839.* O visconde de Macedo Pinto tambem publicou diversos artigos sobre medicina, no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa* e nos *Annaes do Conselho de Saude Publica do Reino.* O visconde de Macedo Pinto deixou em seu testamento, entre outros legados, 4:000$000 réis nominaes á camara de Taboaço, para com o seu rendimento fundar uma escola de instrucção primaria, e mais 2:000$000 réis nominaes, para com os juros comprar livros para uma bibliotheca popular, para a qual deu alguns centos de volumes; á Escola Medico-Cirurgica do Porto deixou 2:000$000 réis nominaes, para com o juro instituir um premio ao estudante mais distincto que findasse o curso; o premio seria dado em livros indicados pelo proprio premiado. *O Commercio de Portugal*, de 11 de fevereiro de 1879, publicou um extenso artigo necrologico ácerca do fallecido titular.

Macedo Pinto *(José Ferreira de).* Bacharel formado em Philosophia, doutor e lente cathedratico de Medicina na Universidade de Coimbra, etc. N. em Guedieiros, na freguezia de Sendim, districto de Vizeu, em 15 de junho de 1814; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Manuel Ferreira de Macedo. Matriculou-se contra a sua vontade, no 1.º anno de Philosophia e Mathematica na Universidade, em 1835, e tendo cursado dois annos de Mathematica e tres de Philosophia, como preparatorios para o curso de Medicina, matriculou-se no 1.º anno d'esta faculdade em 1838. Frequentou o 4.º anno de Philosophia no anno lectivo de 1841 a 1842, na qualidade de ordinario, e o 5.º no anno seguinte. Tomou o grau de bacharel em Philosophia a 26 de de maio 1843, e em Medicina a 31 de julho d'esse anno. Frequentou o 6.º anno do curso medico, de 1843 a 1844, tomando o grau de licenceado em 14 de novembro de 1844, e doutorando se no 1.º do mez de dezembro seguinte. Foi premiado no 4.º e no 5.º anno de Philosophia, com o 1.º partido de 50$000 réis, e não obteve premios nos outros annos d'esta faculdade, porque a Universidade os não concedia á classe de *obrig dos.* Em medicina foi-lhe dado, no 2.º anno, o 1.º premio de 40$000 réis, e o primeiro partido de 50$000 réis. Nos 3.º, 4.º e 5.º annos obteve o partido de 50$000 réis. Fez um curso de 30 lições em Philosophia experimental, para ser admittido á classe de oppositor, para a qual se habilitou com o respectivo auto, a 23 de maio de 1845. Foi nomeado substituto extraordinario da 1.ª cadeira de clinica, em congregação de 18 de dezembro de 1845, e principiou a reger a dita cadeira em março de 1846. Em 1845 recitou a oração *de sapientia*, que foi impressa. Exerceu o cargo de secretario da sua faculdade desde 8 de novembro de 1845 até 10 de novembro de 1849, e em seguida, durante tres annos, o de fiscal da mesma faculdade. Foi nomeado demonstrador do theatro anatomico da Universidade, por decreto de 4 de agosto de 1846, tomando posse no dia 24 do mesmo mez. Ainda em 1846 foi, pelo reitor da Universidade, nomeado membro d'uma commissão encarregada de fazer ensaios sobre o magnetismo animal, e publicou um folheto d'estes ensaios. Foi nomeado substituto ordinario da faculdade, por decreto de 9 de agosto de 1851, e n'essa qualidade regeu com distincção varias cadeiras. Por decreto de 14 de março de 1855 foi nomeado lente cathedratico, com exercicio na cadeira de medicina legal, hygiene publica, policia medica, e historia geral de Medicina. Regeu esta cadeira com a maior distincção até novembro de 1866, e creou um gabinete de chimica medica, que dirigiu, gabinete que prestou importantes serviços ao estudo da toxicologia e politica medica, á physiologia, á anatomia, e a outras cadeiras da faculdade, e á administração da justiça. De 1842 até 1856 tambem exerceu a clinica. Na qualidade de substituto ordinario do Conselho Superior de Instrucção Publica, foi addido á 1.ª secção d'este conselho em 31 de janeiro de 1845, e nomeado secretario da 3.ª secção em janeiro de 1848, e ali elaborou o *Regulamento geral para as escolas* medico-cirurgicas insulares. Foi nomeado vogal effectivo do referido conselho, em Coimbra. Por occasião da epidemia da cholera-morbus foi nomeado, por portaria de 31 de agosto de 1855, director do hospital dos cholericos, cargo que acceitou sem reluctancia, apezar do seu grande perigo. Organisou e dirigiu o hospital com toda a dedicação, zelo e energia, fazendo um regulamento que foi approvado pelo governo civil. Estes serviços tão valiosos fôram prestados gratuitamente. Exerceu ainda outras commissões. Foi eleito deputado pelo circulo de Lamego na legislatura de 1856-1857, sendo então a causa da construcção da estrada marginal da Regoa á villa da Pesqueira. Obteve a construcção por decreto de 21 de novembro de 1863. Ainda depois de jubilado exerceu importantissimas commissões de serviço publico, relativas á sua faculdade. Por decreto de 3 de outubro de 1866 foi agraciado com a carta de conselho *pelos valiosos ser-*

viços prestados ás sciencias e ás letras, etc. O dr. Macedo Pinto era socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, da Associação Industrial Portuense e da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa; socio effectivo do Instituto de Coimbra, de que foi um dos fundadores, socio correspondente do Instituto Medico Valenciano; da Sociedade de Medicina de Leão, da Sociedade de Anthropologia de Paris, etc. Escreveu: *Compendio de veterinaria, ou curso completo de zooiatria domestica, approvado pelo Conselho Superior de Instrucção Publica*, Coimbra, 1852; *Segunda edição, reformada e muito accrescentada*, 1854; 2 tomos; 3.ª edição, formando 3 volumes; *Guia do alveitar, ou vade-mecum do veterinario; memorial pathologico e therapeutico, formulario pharmacologico*, Coimbra, 1852; *Segunda edição augmentada*, 1854; 3.ª edição em 1870; *Tratado elementar de medicina legal, coordenado segundo a legislação portugueza; por Januario Peres Furtado Galvão e José Ferreira de Macedo Pinto*, 1.ª parte, Porto, 1855; 2.ª parte, Coimbra, 1858; 2 volumes; *Oratio quam pro annua studiorum Institutione in Conimbricensi Academia habuit. IV Idus Octobris anni M.DCCC.XLV*, Conimbricae, 1845; *Relatorio da direcção do hospital de Nossa Senhora da Conceição em Coimbra*, etc., Coimbra, 1856; n'este trabalho collaborou o dr. Antonio Augusto da Costa Simões; *Toxicologia judicial e legislativa, obra destinada para servir de texto no ensino d'esta sciencia e de guia pratico nos exames toxicologicos*, etc., Coimbra, 1860; *Medicina administrativa e legislativa: obra destinada para servir de texto no ensino d'esta sciencia e para elucidar os facultativos, pharmaceuticos, engenheiros, magistrados, nas questões de hygiene publica e politica medica*, etc., Coimbra, 1862 e 1863, 2 volumes. O dr. Macedo Pinto publicou varios artigos no *Jornal da Sociedade Agricola do Porto*, 1856 a 1859, no *Instituto* de Coimbra, e em outros jornaes politicos e litterarios.

Macedo e Silva *(P. Antonio de)*. Presbytero secular. Foi parocho nas freguezias de S. Bartholomeu e de N. S.ª a Bella, do concelho de S. Thiago do Cacem. Nasceu em 1 de setembro de 1823. Escreveu: *Annaes do municipio de Sant-Iago de Cassem desde remotas eras até ao anno de 1853*, Beja, 1866.

Macedo de Sousa *(João Peres de)*. Só se conhece este nome por ser o autor dos seguintes escriptos: *Primeiro ministro, exemplar de ministros, o illustrissimo e excellentissimo senhor conde de Oeyras, dedicado ao... senhor Francisco Xavier de Mendonça Furtado, secretario de estado*, Lisboa, 1764; *Oitavas á exaltação ao throno da fidelissima e augusta magestade da rainha, nossa senhora, dedicadas ao fidelissimo senhor rei D. Pedro III*, Lisboa, 1777.

Macedo e Valle (*Lino Augusto de*). Bacharel formado em Medicina e Cirurgia pela Universidade de Coimbra. N. em Pombal a 5 de setembro de 1834, sendo filho do dr. Lino Lider Lopes do Valle e de D. Emerenciana Adelaide Freire de Macedo. Tomou o grau de bacharel, depois d'um curso distincto, em que obteve alguns premios. Foi medico do partido da camara do concelho de Alandroal e depois no de Villa Real de Santo Antonio. Era socio effectivo da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, e correspondente da Academia Medico-Cirurgica de Madrid, do Instituto Medico Valenciano, da Academia Real de Medicina de Sevilha, do Instituto de Coimbra, da Sociedade Agricola do Porto, etc. Collaborou em muitos jornaes scientificos, litterarios e politicos, sendo os seus artigos, na maior parte, assignados por L. de Macedo, e outros anonymos. Escreveu: *Algumas considerações ácêrca da gymnastica*; saiu na *Gazeta Medica de Lisboa*, do 1.º de maio de 1857; *Parallelo entre a embryotomia e a operação cesariana*, na mesma *Gazeta* do 1.º de setembro do dito anno; Artigo de *Medicina legal*, com a epigraphe: *Será possivel distinguir os ferimentos durante a vida dos praticados depois da morte?* no mesmo jornal, do 1.º de dezembro de 1858; *A illuminação pelo gaz, considerada medicamente, convirá aos enfermos dos nossos hospitaes?* idem, abril de 1859; foi transcripto em outubro do mesmo anno na *Nação*, e em mais jornaes; *Hermano e Dorothéa, traducção de Goethe;* saiu primeiramente no *Liz*, jornal de Leiria; tiraram-se exemplares em separado, 1856; n'este jornal escreveu mais artigos, onde se encontra o que tem por titulo: *Descobertas mais importantes do seculo XIX; Desenvolvimento successivo da agricultura de alguns povos;* no *Jornal da Sociedade Agricola do Porto* tomo I, 1856, pag. 281, 314 e 341; *Cultura da beterraba em Portugal*; no mesmo jornal e tomo citado, pag. 376; *A quinta modelo do sr. Le Cocq*; idem, tomo II, 1857, pag 20; *Considerações sobre a agricultura*; idem, pag 74; *Cultura do nopal;* idem, pag. 135; *Fabrico da cerveja*, idem, pag. 267; *Arboricultura*, idem, pag. 384; *Considerações sobre os estrumes*, idem pag. 386; *Considerações ácêrca dos correctivos*, no mesmo jornal, tomo III, 1858, pag. 49; *Considerações ácêrca das lavouras*, idem, pag. 112; *Noções geraes ácêrca da composição dos terrenos*, idem, pag. 357; *Considerações ácêrca dos solos araveis;* idem, pag. 362, continuado no tomo IV, pag 10. Muitos d'estes artigos fôram reproduzidos no *Commercio do Porto*, *Leiriense*, *Jornal do Commercio*, *Jornal Mercantil*, e em alguns jornaes dos Açôres. Escreveu mais: *Descripção de Londres*, saiu no jornal *A Nação*, em folhetins no anno de 1859, e faz parte d'um escripto mais extenso, que sob o titulo de *Impressões de viagem* o autor intentou publicar em separado pelo mesmo tempo, chegando a distribuir para esse fim os prospectos; estas *Impressões* são o resultado d'uma digressão, que no dito anno fez a Inglaterra e a outros paizes estrangeiros; *Medication electrica*; saiu na *Espana Medica, Iberia medica y cronica de los hospitales, periodico official*, n.º 210, de 5 de julho de 1860, a pag. 8; *Algunas considerationes ácêrca de la gimnastica*; na *Espana Medica*, n.º 241, de 12 do dito mez, pag 21; *A questão das gerações espontaneas na actualidade, Memoria;* saiu no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas*, tomo XXVIII, 1864, a pag. 15, 104, 133, 186, 264 e 384; *A que leva o amor! romance original*, no *Diario de Noticias*, de 4 a 9 de agosto de 1872.

Maceira. A familia d'este appellido tinha o seu solar na quinta da Maceira, na freg. de Santo Adrião, do concelho de Barcellos Era tambem o solar dos Macieis e Maçoulas. O primeiro, que se encontra com appellido de Maceira, é D. Lourenço Gomes da Maceira, ou da Maceira, va-

loroso militar, no tempo de D. Affonso III. As suas armas são: Escudo dividido em pala; na primeira, de prata, duas flôres de liz, azues, em pala; na segunda, tambem de prata, meia aguia de purpura, armada de negro, elmo de aço aberto; timbre, uma flôr de liz, de ouro, entre dois ramos de maceira verde, com maçãs de prata.

Maceira. Pov. e freg. de S. Sebastião, da provincia da Beira Baixa, conc. e com. de Fornos d'Algodres, distr. da Guarda, bisp de Vizeu; 144 fog e 523 hab. Tem esc. para ambos os sexos, e est. post. A pov. dista 2 k. da séde do concelho e está situada nas proximidades do rio Mondego, na estrada de Celorico para a Beira. O reitor de Santa Maria, de Algodres, apresentava o cura, que tinha 60$000 réis de rendimento. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. e freg. de N. S.ª da Luz, da prov. da Extremadura, conc., com. e distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 733 fog. e 3:392 hab. Tem escolas para ambos os sexos, e est post A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada na margem d'um affluente do rio Lena Esta freguezia foi creada em 1517 pelo infante D. Affonso, filho d'el-rei D. Manuel, administrador ou commendatario do convento de Santa Cruz, a requerimento dos habitantes de Maceira e dos logares visinhos, desmembrando-os da freg. de Santo Estevão, impondo lhe sómente a obrigação de irem todos os annos á sua antiga matriz no dia do santo padroeiro. Esta obrigação cessou quando se extinguiu a freguezia de Santo Estevão No sitio da actual egreja existia uma antiga capella dedicada a N. S.ª da Maceira, que por muitos annos ficou sendo padroeira da nova freg Esta capella foi reedificada e ampliada pelo licenceado Sebastião da Fonseca, do desembargo d'el rei, que possuia varias terras junto da capella Por esta reedificação pretendeu Fonseca ter direito á apresentação na egreja, ao que se oppozeram os beneficiados de Santo Estevão e de N. S.ª da Pena. O infante D. Affonso os harmonisou, assentando se que o licenceado e seus herdeiros, que possuissem a fazenda junto da egreja, apresentassem o cura, e que elle e os mais parochianos dariam ao parocho, annualmente, 100 alqueires de trigo e uma pipa de vinho, de 25 almudes, e em anno de esterilidade 500 réis por elles; tudo andava por 160$000 réis. O infante determinou que nem o dito licenceado, nem seus herdeiros, se intitulassem padroeiros d'esta egreja em tempo algum, porque o primeiro d'ella fôra o prior mór de Santa Cruz. Fonseca tinha mandado esculpir as suas armas na capella mór, mas fôram mandadas picar no anno de 1542, porém esta ordem não teve effeito, e as armas conservaram se. O licenceado Sebastião Fonseca não só fez muitas obras na egreja á sua custa, mas tambem lhe fez algumas doações, e os seus descendentes continuaram na apresentação, contra a vontade dos parochianos, que queriam ter esse direito. A egreja tem o altar mór e dois lateraes, e é toda forrada de bôrdo, madeira propria para a construcção de navios. Ultimamente a apresentação do cura era feita pelos herdeiros de José Galvão de Lacerda, e tinha 160$000 de rendimento Actualmente o orago da freguezia é N. S.ª da Luz, confórme dissémos. Defronte da porta da egreja do lado do evangelho, está uma capella de abobada de pedraria lavrada, com sacrario, e no meio uma grande cruz de pedra, tendo em baixo N. S.ª da Piedade, antigamente com a invocação de N. S.ª do Prauto, com Jesus Christo morto nos braços, e aos lados os dois ladrões. Tambem se vêem aqui as tres Marias, os quatro evangelistas e duas figuras de pontifices, com as insignias da Paixão do Salvador. Em cima está o Padre Eterno. Todas estas figuras são de pedra, e em vulto. N'esta capella estão as armas dos Fonsecas. Foi instituida por Francisco da Fonseca, fidalgo da Casa Real, e por sua mulher, Joanna Monteiro. Fizeram ambos testamento de mão commum em 1563, no qual ordenavam que o sobrevivente fizesse a capella dentro d'um anno, com missa quotidiana e quatro missas cantadas nos dias dos Fieis de Deus, Ascensão, Espirito Santo e N. S.ª da Conceição. O primitivo nome d'esta capella foi de N. S.ª do Prauto, actualmente denomina-se da Cruz. No mesmo testamento determinava que no sacrario d'este altar estivesse o Santissimo Sacramento, deixando para o azeite da lampada, que estaria sempre accesa de dia e de noite, a renda d'um cerrado. Tambem deixaram obrigada ao pagamento da esmola das missas, fabricas e ornamentos, a sua quinta de Candêllo na freguezia de Cepões, a 12 k de Vizeu Deixaram ainda outros legados pios. Ambos os instituidores ali fôram sepultados. Por cima da egreja parochial, no alto d'um monte, está a ermida de Santo Amaro, construida em 1576, e dotada por pessoa particular, sendo bispo d'essa diocese D. Gaspar do Casal. No logar do Porto do Carro vê se a ermida de N S.ª da Conceição, feita em 1548, por pessoa particular, que a dotou com rendas para a sua conservação. No logar de Melvôa ha a capella de Santa Maria Magdalena; no logar dos Cavallinhos existe a capella de S Mamede; na aldeia de Barbas a de S. Thiago; na aldeia da Moita a de S Silvestre, e entre as Sob-Costas a de S. José. Todas estas capellas fôram mandadas fazer em visitação, para se administrarem os sacramentos, pelo que os habitantes dos logares onde estão situadas, são obrigados á sua fabrica. Por baixo das casas onde habita o prior, na concavidade que faz a altura d'ellas no sitio do adro, está um oratorio dedicado a N. S.ª da Guia, construido pelo devoto João Francisco de Maceira, que o dotou. Vê-se ali uma imagem de Nossa Senhora, que antigamente estava n'uma lapa que existia no mesmo sitio, com o nome de *N. S.ª do Barro* ou da *Barroquinha*. A imagem é de muita devoção, principalmente dos povos da Pedreira. Em 1654 deu-se licença para que se dissésse missa n'este oratorio, a instancias do fundador. Junto do oratorio vê-se uma fonte, em que se lavam os romeiros, para remedio de varias enfermidades. Maceira pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria. || Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, A dos Cunhados, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. Está situada n'um valle, cercado de altanosos montes, menos pelos lados de oeste e leste, onde tem duas aberturas, seguindo aquella até ao Oceano, e esta até ao Vimeiro A pouca distancia da povoação está o pequeno estebelecimento dos *Banhos da Maceira*, que tambem são conhecidos pela designação de *Banhos de Vimeiro* (*V. este nome*). Está situado no valle que conduz ao Oceano, por

onde se deslisa o rio Alcabrichel, cujas margens são ornadas de frondosas arvores, e que vae desaguar junto de Porto Novo, logar em que se fez o desembarque das tropas inglezas que deram batalha aos francezes, nos campos do Vimeiro em 21 de agosto de 1808. A capella é consagrada a N. S.ª da Conceição, é antiga mas foi reedificada em 1790. || Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Santa Maria da Esperança, de Anissó, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. Pedro, de Dois Portos, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Formariz, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria e conc. de Marvão, distr. de Portalegre. || N. S.ª da Purificação, de Montelavar, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || O Salvador, de Rendufe, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago e conc. de Ceia, distr. da Guarda. || Monte na freg. de S. Luiz, conc. de Odemira, distr. de Beja. || S. Martinho, de Fornellos, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. Tem caixa post. || Pequeno rio da prov. da Extremadura; atravessa e rega o Valle do Vimieiro, de Alcobaça, e vae morrer no rio Alcôa.

Maceira de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Thiago, de Cepões, conc. e distr. de Vizeu.

Maceiradão. Pov. na freg. de S. Miguel, de Fornos de Maceiradão, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. Esta pov. é mais antiga que a monarchia portugueza, e já existia no tempo dos moiros, ou talvez mesmo no dos godos. O conde D. Henrique e sua mulher, D. Thereza, a fizeram couto em 1109. Existiu aqui um convento antiquissimo, que primeiro foi de monges benedictinos, e depois de religiosos bernardos. Sobre a sua fundação ha duvidas. Santa Rosa de Viterbo, no seu *Elucidário*, diz que D. Affonso I e sua mulher, a rainha D. Mafalda, deram em 1154 ao mestre Soeiro Theodoniz, professor de medicina, cinco casaes em Travanca, junto a Vizeu, *em recompensa da cura que havia feito por ordem real, a Rodrigo Exemenis.* Que este Soeiro veiu a fazer-se monge, e fundou um pequeno mosteiro, na egreja de Santa Maria, de Moimenta, que era herdade sua, e que o rei lhe coutou em 1161, e se ficou chamando *Couto de Santa Maria de Moimenta de Zurára.* Que os monges, ou por acharem pequeno o mosteiro, ou por outra qualquer razão hoje ignorada, fundaram um novo mosteiro em Maceiradão, para onde se mudaram em 1173, coutando-lhe o rei, n'esse mesmo anno, o mosteiro, e dando-lhe o couto de Maceiradão. Esta doação está assignada, pelo rei, por seu filho D. Sancho, mais tarde el-rei D. Sancho I, e por sua filha, a rainha D. Thereza. Era então abbade do mosteiro seu fundador, o mestre D. Soeiro Theodonis. No cartorio do mosteiro havia, porém, um documento muito antigo (escripto em latim barbaro). que dizia (traducção): «Havia em Leiria, em 1108, um alcaide moiro, chamado Al-Barasch esforçadissimo cavalleiro, que n'esse anno foi feito prisioneiro pelo conde D. Henrique, perto de Coimbra (onde então estava o conde), em uma correria que ahi fôra fazer o moiro. O conde o tratou muito bem, e o levou para Guimarães, onde se converteu ao christianismo e se fez frade, e foi o fundador do mosteiro de Maceiradão.» Outros ainda fazem este convento mais antigo. Fr. Agostinho de Santa Maria, no seu *Santuario Marianno*, pag. 15 do vol. V, diz que os frades fundaram o Santuario de Nossa do Monte, no anno de 900, ou antes. Quando o abbade João Cirita introduziu a reforma de S. Bernardo, ou de Cistér, na ordem de S. Bento, foi ella adoptada pelos monges de Maceiradão. Este mosteiro chegou a ser muito rico, com varias doações dos reis e particulares, e directo senhor de varias terras. Junto a este mosteiro está o Santuario de Nossa Senhor do Monte, acima citado, fundado na maior eminencia d'um cabeço, que se avista a grandes distancias. D'aqui lhe provém as duas invocações da Virgem, que se venera n'este santuario, pois uns lhe chamam *N. do Monte,* e outros *N. S.ª da Cabeça.* A origem d'esta ultima invocação, segundo uns, é por ser aquella imagem advogada das dôres de cabeça, e segundo outros por estar na cabeça do monte. Não se sabe ao certo a data da fundação d'esta capella, mas ha a certeza de ser antiquissima. O *Santuario Marianno*, confórme dissémos, suppõe ser obra dos monges benedictinos do mosteiro de Maceiradão, pelos annos de 900, ou antes, mas o que parece mais provavel é que elles reedificassem a capella depois do anno de 1173. E' certo que aquelles religiosos tinham por costume, muito antigo, irem todos os sabbados cantar uma missa á capella, a que davam o nome de *Santa Maria do Monte.* Diz o mesmo escriptor que é possivel que o primitivo mosteiro fôsse no sitio onde hoje está a capella, e veiu a mudar-se mais para baixo, para o sitio actual, por terem os monges mais por onde poderem alargar a sua cêrca. A festa de Nossa Senhora fazia-se, e parece que se faz ainda, no dia 3 de maio, Invenção da Santa Cruz. A capella actual não é a primitiva, mas sim de reedificação moderna e de graciosa architectura.

Maceiras Pov. na freg. de S. Jorge, de Varzea, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Monte na freg. de Santa Clara-a-Velha, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Maceirinha. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Carviçaes, conc. da Torre de Moncorvo, distr. de Bragança. || Santa Eulalia, conc. de Ceia, distr. da Guarda || N. S.ª da Luz, de Maceira, conc. e distr. de Leiria.

Maceiro. Bedel, porteiro, porta maça, official que leva a maça em certas cerimonias civis ou religiosas. V. *Maça.*

Maceiro Pov. na freg. de Santa Maria, de Quintiães, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Macella Ilha Terceira; pov. na freg. de S. Pedro, de Ribeirinha, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Macens. Pov. na freg. de S. Silvestre, de Britiande, concelho de Lamego districto de Vizeu.

Macequece. Freguezia de N. S.ª do Rosario, da circumscripção de Manica, nos territorios administrados pela Companhia de Moçambique, Africa Oriental. || Séde d'uma das circumscripções de Manica, em que estão divididos os territorios da Companhia de Moçambique. Africa Oriental. Minas de ouro, exploradas em parte pela Companhia das minas de ouro de Macequece, com séde em Lisboa, constituida com o capital de 468:000$000 réis. Serviço de minas excel-

lentemente montado. Hospital, colonia agricola europeia, estação telegrapho-postal, delegação da alfandega da Beira, corpo de policia, escola Freire de Andrade, repartições diversas, etc. Publicou se aqui o jornal *Lucta (A)*, dezembro, de 1902.

Machacaomo. Pov. do commando de M'Chops, no distr. mil. de Gaza, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Machada. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Telariga, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Machadas. Pov. na freg. de Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa || Casal na freg de N. S.ª da Purificação, de Alcorachel, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Machado. Familia muito antiga, que teve por origem, pelo lado feminino, o conde D. Osorio de Cabreira, que passou a Portugal no tempo do conde D. Henrique. Tem por armas: Em campo vermelho tres machados postos em roquete, e nove torres por orla com uns machados em aspa por timbre. Quando el-rei D. Manuel reformou os brazões, o dos Machados foi assim modificado: Cinco machados de prata com os cabos de ouro em campo vermelho postos em santor, e timbre dois machados do escudo em aspa atados com um torçal vermelho.

Machado (*Achilles Alfredo da Silveira*). Capitão de engenharia, lente da Escola Polytechnica, do conselho de Sua Magestade, socio correspondente da Academia Real das Sciencias, etc. N. em Bellas a 25 de dezembro de 1862. Assentou praça em 20 de novembro de 1880; matriculou-se no Real Collegio Militar, terminando o curso de engenharia militar em 1887, sendo n'esse anno promovido a alferes em 1 de janeiro; a tenente em 23 de janeiro de 1889 e a capitão em 3 de setembro de 1898. Por decreto de 27 de novembro de 1902 foi nomeado, na conformidade do disposto no artigo 14.º da carta de lei de 19 de julho de 1902, para, em commissão, exercer o logar de professor da 4.ª cadeira da Escola de Pharmacia, annexa á Escola Medico Cirurgica. E' professor da cadeira de chimica mineral na Escola Polytechnica, vogal do Conselho Superior de Instrucção Publica, membro effectivo do Conselho Medico Legal da Circumscripção de Lisboa. E' actualmente professor cathedratico da Escola de Pharmacia, regendo desde 7 de janeiro de 1903 a 4.ª cadeira, analyses toxicologicas, chimica legal, alterações e falsificações de medicamentos e alimentos. O sr. capitão Achilles Machado é cavalleiro da ordem de Aviz, e possue a medalha de prata de comportamento exemplar. Escreveu: *Caminhos de ferro*, 1 vol. que fórma o n.º 124 da *Bibliotheca do Povo*, Lisboa, 1886; *A polvora e os explosivos modernos*, da mesma Bibliotheca, Lisboa, 1888. De collaboração com seu irmão, o professor Virgilio Machado, escreveu os *Elementos de chimica*, em dois volumes, que se publicaram em 1892, sendo o 1.º *Metalloides*, com 257 gravuras; o 2.º *Metaes*, com 144 gravuras.

Machado (*Adriano d'Abreu Cardoso*). Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, onde foi tambem reitor e antigo lente, par do reino, deputado, ministro de estado, director geral da Instrucção Publica, do conselho de Sua Magestade, procurador da corôa, etc. N. em Mousão a 7 de julho de 1829, fal. no Porto a 25 de maio de 1891. Era filho de Rodrigo de Abreu Machado, e de sua mulher D. Maria Eufrasia d'Abreu Cardoso Machado, sobrinho de José Maria d'Abreu, 1.º barão de S. Thiago de Lordello e reitor da Universidade. Adriano Machado veiu para o Porto aos 7 ou 8 annos, onde estudou os preparatorios para entrar na Universidade, e emquanto esta esteve fechada em consequencia dos successos politicos, estudou grego e allemão no collegio da Formiga. Matriculou-se depois, fazendo um curso brilhante, doutorando-se a 25 de maio de 1851, e ficando logo pertencendo ao corpo docente da Universidade, como doutor addido. N'esta qualidade não tinha serviço permanente nem gratificação alguma. Foi depois para Monsão exercer a advocacia, tornando-se notaveis muitas das suas allegações Durante a sua permanencia n'aquella villa, foi por vezes a Coimbra tomar parte na argumentação de theses e exames provados, e assistiu a capellos, sem gratificação para despezas de jornada. Em 1855 foi nomeado lente substituto, logar que exerceu até 1858. N'esta data, a 17 de julho, em que completava 29 annos de edade, recebeu o decreto de lente proprietario da cadeira de Economia Politica na Academia Polytechnica do Porto, por concurso em que se tornou notavel, começando em outubro a regencia da sua cadeira. Em 1862 foi tambem nomeado reitor do Lyceu Nacional da mesma cidade. Continuou a sua carreira de professor até 1865, sendo n'este anno nomeado commissario dos estudos no Porto, desempenhando egualmente as funcções de procurador á junta geral do districto, prestando em todos estes cargos relevantes serviços, em que foi louvado pelo governo. O duque de Loulé, em 1864, o convidou a tomar conta da direcção geral da instrucção publica do ministerio do reino, logar para que foi nomeado por decreto de 18 de fevereiro de 1865, e que desempenhou até junho de 1869. Foi autor da reforma de instrucção superior apresentada pelo bispo de Vizeu, D. Antonio Alves Martins, o foi tambem por sua iniciativa que principiaram os exames do sexo feminino nos lyceus. Quando entrou em execução a reforma de instrucção superior, que dispunha que os professores em commissão optassem pela sua commissão ou pela sua cadeira, Adriano Machado voltou para o Porto N'essa occasião veiu a Lisboa uma commissão de alumnos da Academia Polytechnica pedir-lhe que acceitasse a nomeação de director da mesma academia, cujo decreto tinha a data de 5 de junho de 1869. Adriano Machado acceitou, e conservou-se n'aquelle cargo até 1883 ou 1884. Sem estar filiado em partido algum politico, o circulo de Penafiel o elegeu em 1871 como deputado independente. O conselheiro Anselmo Braancamp começou logo a requestal-o para o seu partido historico, mas só se filiou na sessão seguinte, impondo a condição de propôr a lei da responsabilidade ministerial, admistradores de concelho electivos e outros projectos de lei. Tornou a ser deputado na legislatura de 1878 a 1879, sendo eleito pelo Porto. Em 1879 é que pela primeira vez foi chamado aos conselhos da corôa, no ministerio presidido por Anselmo Braancamp, encarregando se da pasta da justiça e negocios ecclesiasticos. D'esse gabinete fizeram parte,

além de Ansolmo Braancamp, presidente de conselho e ministro dos estrangeiros, o sr. conselheiro José Luciano de Castro, ministro do reino, e os já fallecidos estadistas: Heurique Barros Gomes, da fazenda; João Chrisostomo d'Abreu e Sousa, da guerra; Saraiva de Carvalho, d'obras publicas; o marquez de Sabugosa, da marinha. Conservou-se n'este ministerio até 1881, devendo se ao seu trabalho reformas importantes, como a da tabella judiciaria e a das dioceses, que o governo regenerador poz depois em execução. Trabalhou tambem n'um codigo commercial, assim com em muitos outros projectos: reforma das cadeias, dotação de clero, registo civil, casas de correcção, etc. Por decreto de 30 de abril de 1886 foi nomeado reitor da Universidade, logar de que tomou posse perante o claustro pleno a 18 de maio seguinte, e de que foi exonerado a 13 de janeiro de 1890. O conselheiro Adriano Machado era um dos membros mais dedicados do partido progressista. Escreveu: *Um brado contra os calumniadores da magistratura*, Porto, 1860, folheto em 8.º de 15 pag Este escripto, inspirado pela indignação que lhe causara uma especie de libello famoso, em que julgou vêr atrozmente injuriada a mesma magistura, imprimiu se na sua ausencia, e saiu com muitas incorrecções, mas assim mesmo foi transcripto no *Braz Tizana*, de 21 de setembro de 1860. E' tambem da sua penna a *Consulta da Junta Geral do Districto do Porto* em 1864, que mereceu então grandes louvores á imprensa periodica Em 1858 inseriu no *Instituto de Coimbra* as *Prelecções de Direito Publico* de Ricardo Raymundo Nogueira, de que tambem se tiraram em separado alguns exemplares.

Adriano d'Abreu Cardoso Machado

Machado (*Alberto Telles de Utra*) V. *Telles (Alberto)*.

Machado (*Alvaro Augusto*). Architecto. N. em junho de 1874, sendo filho do fallecido scenographo Eduardo Machado. Entrou para a Academia de Bellas Artes em 1889, e completou o curso em 1897, tendo sido um dos estudantes mais laureados. Cursou architectura com o professor Monteiro. Obteve varios premios, contando-se entre elles uma medalha de prata no curso geral, e depois outras no curso especial, nos 3.º e 4.º annos, bem como o premio pecuniario de 30$000 réis, pela elaboração d'uma estação terminus de caminho de ferro. Este projecto esteve na exposição promovida pelo Gremio Artistico, por occasião do centenario da India, em 1898, e alcançou o segundo premio. Entre os seus trabalhos conta-se tambem o projecto do mausoléo do visconde de Valmor, situado no cemiterio do Alto de S João, logo á entrada no lado direito, para onde foi trasladado em 7 de abril de 1906 o cadaver do illustre titular, que fallecera em Paris em dezembro de 1898. O jazigo é grandioso e riquissimo, de estylo romanico bisantino, e tão notavel na parte exterior como na interior. Vêem-se ali trabalhos valiosos, tanto de esculptura, como de pintura (*V. Valmor, visconde de*). O projecto do monumento a Eduardo Coelho, na alameda de S. Pedro d'Alcantara, foi tambem elaborado pelo sr. Alvaro Machado, monumento que se inaugurou em dezembro de 1904. (V. *Portugal*, n'este vol. pag. 365). São do mesmo illustre architecto os seguintes trabalhos: ornamentação d'uma saia, estylo Luiz XVI, em casa do sr. commendador Mauperrin; a Galeria Manuelina, no paço episcopal, de Coimbra; projecto e enfeites do carro allegorico dos empregados do commercio que figurou no cortejo civico do centenario da India, em 1898. O sr. Alvaro Machado é artista de reconhecido valor, muito estudioso e habil, como o demonstra o tirocinio que tem tido no Sanatorio da Parede, como valioso collaborador do sr. Rosendo Carvalheira.

Alvaro Augusto Machado

Machado (*Fr. Amaro de Sousa*). Religioso da ordem Terceira de S. Francisco. N. em S. Christovão de Louredo, bispado do Porto, em 20 de dezembro de 1761, fal. já no seculo XIX, mas ignora-se a data. Escreveu: *Officio que se celebra em quinta feira da Hora, em memoria da Ascensão de Christo, com um sermão sobre a mesma festividade*, etc. Porto, 1790. Saiu sem o seu nome.

Machado (*Antonio*). Esculptor que viveu no seculo XVIII, vindo a fallecer já em 1810. Era fi-

lho de Francisco Remigio, architecto, e foi discipulo de José d'Almeida, que tinha a fama de ser o primeiro esculptor portuguez do seculo XVIII. No começo do reinado de D. Maria I, fez a estatua de *Venus*, que se vê no chafariz das Janellas Verdes; e *São Pedro*, do frontispicio da egreja de S. Paulo. Em 1793 tambem esculpiu umas imagens para a egreja de S. Julião. São seus trabalhos as estatuas de *Nilo* e do *Tejo*, destinadas para um chafariz. Os modelos das estatuas eram de Nicolau Villela.

Machado *(Antonio Jorge)*. Advogado. N. em Santarem, em 1670, onde tambem fal. a 2 de maio de 1729. Era filho de Antonio Jorge e de Maria Cordeiro. Depois de se formar na Universidade de Coimbra na faculdade de Direito Cesareo exerceu por muitos annos a advocacia em Santarem. Deixou escripto em latim um tratado juridico da captura dos réos.

Machado *(Antonio José)*. Capitão de fragata, governador de Lourenço Marques, etc. N. em Lagos a 30 de novembro de 1852. Assentou praça de aspirante de marinha a 3 de novembro de 1870, seguindo o curso muito distinctamente, sendo promovido a guarda-marinha em 4 de outubro de 1873, a 2.º tenente em 10 de maio de 1877, a 1.º tenente a 5 de junho de 1884, a capitão tenente em 6 de maio de 1892, e a capitão de fragata em 30 de julho de 1898, sendo em decreto n'esta data tambem nomeado governador de Lourenço Marques. Tem desempenhado varias commissões de serviço, sendo as mais importantes as do commando do vapor *Sena*, da corveta *Rainha de Portugal*, das canhoneiras *Mandovi* e *Douro*, e a esquadrilha do Congo. N'estes commandos provou bem os seus especiaes dotes de marinheiro e disciplinador, pois que n'uma das viagens que fez na canhoneira *Douro*, conseguiu trazer o navio até ao Tejo em boa ordem, apezar do pessimo estado em que elle se encontrava, demandando immediato fabrico. Aquella viagem foi um triumpho para o sr. Antonio José Machado. Tambem tem desempenhado varias commissões, estando em terra, como a de ajudante da 1.ª direcção do Arsenal de Marinha; ajudante do chefe do Departamento Maritimo do Centro e da Cordoaria Nacional; vogal da commissão encarregada de formular as instrucções e regulamentos necessarios para a execução do processo, da arqueação dos navios, e de propor as modificações no mappa dos emolumentos das capitanias dos portos do reino e ilhas adjacentes; chefe da 3.ª repartição do conselho do almirantado e chefe de secção na Direcção Geral das Alfandegas.

Machado *(Antonio Julio de Sousa)*. Coronel do estado maior de infantaria, ajudante de campo honorario d'el-rei, commandante da 11.ª brigada de infantaria, etc. N. em Vidago a 20 de novembro de 1849, sendo filho do cadete de dragões de Chaves Timotheo de Sousa Machado que fez as campanhas da guerra peninsular. Assentou praça no regimento de infantaria n.º 2, em 20 de dezembro de 1867. Entrou para a Escola do Exercito n'esse anno, e foi promovido a alferes em 19 de janeiro de 1870, a tenente em 2 de junho de 1875, a capitão em 30 de agosto de 1882, a major em 30 de setembro de 1891, a tenente coronel a 26 de dezembro de 1895, e a coronel em 3 de setembro de 1898. Em 1889 visitou a Hespanha, a França, a Belgica, a Hollanda e a Allemanha, para estudar e se aperfeiçoar na organisação das escolas praticas de infantaria, indo umas vezes em serviço do estado e outras á sua custa, sendo depois nomeado director da carreira de tiro na escola pratica de infantaria em Mafra, e sub-director do mesma escola, commissões em que se conservou até 1892, grangeando a estima e consideração de todos quantos com elle serviram. Passou depois ao corpo de infantaria n.º 13, em Villa Real, e em 1895 veiu para infantaria n.º 1, onde foi convidado pelo ministro da guerra para commandar o 2.º batalhão de caçadores n.º 3 que seguiu para Lourenço Marques, na expedição militar de 22 de abril d'aquelle anno. N'essa epoca tinha o posto de major, e muito se evidenciou nos combates de Coolella e de Manjacaze, á frente do seu batalhão, e apezar de mal ferido logo no começo do combate, o animava, incitando-o corajosamente á lucta, contribuindo assim poderosamente para

Antonio Julio de Sousa Machado

a victoria alcançada. N'essa campanha d'Africa em que ficou feito prisioneiro o regulo Gungunhana, serão sempre memoraveis os nomes de Rodrigues Galhardo, Sousa Machado, Mousinho d'Albuquerque, Caldas Xavier, Couceiro, Ayres de Ornellas, Miranda, Couto, e muitos outros que se tornaram verdadeiros heroes. Nas manobras militares no Bussaco em junho de 1904, tambem tomou parte o sr. coronel Sousa Machado. As manobras duraram tres dias, assistindo el-rei D. Carlos, e a rainha senhora D. Amelia, os principes e o senhor infante D. Affonso. O sr. coronel Sousa Machado possue as seguintes honras: commendador da ordem da Torre e Espada; commendador e cavalleiro da de S. Bento d'Aviz; as medalhas de ouro de valor militar, de bons serviços, de comportamento exemplar, e a de ouro para commemorar a expedição a Moçambique em 1894-1895. Foi membro da Commissão Central do Centenario da India, em 1898; tambem copiou uma das estancias dos *Lusiadas* de Camões na edição manuscripta, que ha an-

nos se publicou, dirigida pelo sr. Fernandes Costa.

Machado *(Antonio d'Oliveira Amaral).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, juiz o vice-presidente da relação dos Açôres, do conselho de Sua Magestade, cavalleiro da ordem de Christo, etc. N. em Mangualde a 12 de março de 1805, fal. a 8 de julho de 1852. Tendo soffrido alguns ataques de alienação mental, teve de deixar o exercicio do seu cargo, e veiu para Lisboa procurar melhoras, e aqui falleceu. Escreveu: *As eleições para deputados na ilha de S. Miguel em 1845;* Lisboa, 1845; saiu sem o seu nome; *A Razão—A Justiça (Annotação sobre a politica)*, Lisboa. 1850; *Noticia ácêrca do doutor Vicente José Ferreira Cardoso e das suas obras*, artigo inserto na *Gazeta dos Tribunaes*, de 18 de abril de 1846, jornal em que publicou ainda outros artigos e correspondencias; *Conversa d'um eleitor comsigo mesmo (de Benjamin Constant), traducção com algumas notas*, Ponta Delgada, 1838.

Machado *(Antonio Pedro Baptista).* Jornalista, escriptor, auctor-actor. Nasceu em Lisboa em 8 de outubro de 1847, fal. em 15 de dezembro de 1901. Era filho de Francisco Antonio Baptista Machado, mestre de capella da sé de Lisboa, cantor, organista e mestre de piano, fallecido em 11 de agosto de 1877. Diz um seu biographo que Baptista Machado nasceu com vocação para a arte dramatica, que desde creança sempre o preoccupou. Entrou aos 5 annos n'um collegio particular, d'onde saiu aos 15; esteve depois no lyceu, em que completou em tres annos o curso de preparatorios; na Escola Polytechnica, entrando aos 18 annos para a Escola Medica, mas a attracção do palco impossibilitava-o de cuidar seriamente dos estudos. Seu pae resolveu mandal-o para a Universidade de Coimbra para o primeiro anno de Direito, mas desistiu porque Baptista Machado, sempre rebelde ao estudo e sempre com enthusiasmos por aventuras amorosas, não lhe importava os estudos nem satisfazer os desejos paternos. Seu pae, vendo que nada podia conseguir, pensou em fazel-o empregado publico, e arranjou-lhe um logar de amanuense n'uma repartição de fazenda. Já então representava em theatros particulares, tornando-se um distincto amador dramatico, e escrevia para jornaes. O seu caracter irrequieto e independente o obrigava a faltar successivas vezes á repartição, e o chefe o admoestava, e além d'isso, como embirrava com as letras e com quem escrevia em jornaes, um dia, estando muito irritado, censurou deveras Baptista Machado, e este com a sua independencia e genio arrebatado voltou lhe as costas, e abandonou para sempre a repartição, resolvendo entregar-se inteiramente á litteratura dramatica e ao jornalismo. Com a sua grande vocação para o palco, acceitou o logar de guarda livros da empresa do theatro de D. Maria II, que vagara pela morte de José Manuel Alves, que até então o exercia. Durante um anno fez a respectiva escripturação. Preparava-se n'aquelle theatro uma recita de homenagem a Alexandre Herculano, com a segunda representação d'um drama, *O Bobo*, extrahido do romance d'este titulo, do grande historiador. Adoecera de repente na manhã do proprio dia o actor Joaquim d'Almeida, que desempenhava o papel principal, e a empresa encontrou se em serias difficuldades para se realisar á noite o espectaculo annunciado. Baptista Machado offereceu-se para de improviso se encarregar do difficil papel, e a sua proposta foi acceita. A' noite ao levantar do panno para o 1.º acto do drama, os espectadores viram espantados Baptista Machado em scena. Causou surpreza similhante arrojo, mas ao acabar o acto, houve uma verdadeira ovação. As plateias haviam sanccionado o actor com a sua approvação plenissima. N'essa mesma noite Baptista Machado entrava para a companhia do theatro, attrahido pela empresa que immediatamente lhe propoz escriptura. Representou depois na *Familia americana*, *Cora ou a Escravatura*, *Visconde de Letorière*, *Causas e effeitos*, etc. Tambem fôi ao Brazil como actor, conseguindo sempre ser applaudido. Depois deixou a scena, dedicando se ao jornalismo e a escrever para o theatro. A sua estreia foi uma pequena comedia em 1 acto, intitulada *Uma experiencia*, que se representou no antigo theatro da Rua dos Condes, fazendo um enorme successo, repetindo-se mais tarde em quasi todos os theatros de Lisboa, Porto, ilhas e Brazil. Como escriptor theatral evidenciou-se em todos os generos, e sempre com felicidade. D'elle conhecemes: Dramas: *O Mil trovões*, *O Corsario negro*, *Intrujões*, *Gaspar o serralheiro*, *Longe da vista* e *Bombeiro municipal*—comedias: *O tio padre*, *O tio Matheus*, *União iberica*, *Não tem titulo*, *Gata borralheira*, *Scenas da rua* e *O filho da senhora Angot*—magicas: *O castello azul* e *Lotelim Rapicca*—revistas: *O Sarilho*, *Coisas do arco da velha*, e *Coisas e loisas*—monologos e scenas comicas: *Rataplan*, *Fui vêr a Gran-Duqueza*, *O Cahos*, *A minha familia*, *O grande conquistador*, *Descuidos*, etc. Fundou diversos jornaes litterarios e politicos, como: *A Gazeta Popular*, *O Modesto*, *O Clamor academico*, *O Progresso Litterario* e *A Voz Academica*. Fez parte da redacção do *Seculo*, da *Folha do Povo*, e d'outros jornaes Baptista Machado por muitas vezes, e em differentes theatros, exerceu o logar de ensaiador, mostrando a maior competencia. A doença depois começou a apoquental o, uma doença de olhos, que o tornou quasi cego, a ponto de por fim já não poder escrever, tendo de dictar para que outros escrevessem. Mas que differença notavel que então se encontrava nos seus escriptos e gazetilhas, outr'ora tão engraçados e animados de espirituosa critica. A desgraça não se cançou de o perseguir, e ultimamente via se pelas ruas mal trajado, tornando se ridiculo, manifestando signaes de perfeita alienação, e o rapazio o perseguia, não respeitando o estado infeliz a que a doença conduzira o escriptor humoristico, o jornalista considerado. Afinal foi recolhido no hospital de Rilhafolles, onde falleceu aos 54 annos de edade.

Machado *(Augusto d'Oliveira).* Musico compositor, director da Escola de Musica e professor de canto, de primeira classe no Conservatorio Real de Lisboa, vogal do conselho musical, vogal do Conselho Superior de Instrucção Publica pelo referido Conservatorio, thesoureiro da camara municipal de Lisboa, etc. N. em Lisboa a 27 de dezembro de 1845, sendo filho do capitalista José de Oliveira Machado. Desde tenra edade manifestou grande vocação para a musica.

O seu primeiro mestre de musica e de piano foi, aos 7 annos de edade, o professor Osternol, conhecido ainda hoje por algumas musicas religiosas que nos deixou O notavel compositor Joaquim Casimiro deu-lhe as primeiras noções de harmonia. Foram tão grandes os progressos obtidos que aos 9 annos de edade já Augusto Machado se apresentou n'um concerto de amadores, tocando, com acompanhamento d'orchestra, o *Concerto para piano* de Herts, *sobre a marcha do Otello*, e como não havia em Lisboa a partitura de orchestra original, Joaquim Casimiro instrumentou de proposito toda esta parte. O desempenho do *Concerto* de Herts obteve calorosas acclamações. O estudo das regras da harmonia e os trabalhos praticos precisos tornaram se n'essa epoca para Augusto Machado bastante fastidiosos. Seu pae quiz augmentar a Casimiro o estipendio de professor, desde que este começara a juntar ás lições de piano as primeiras lições de harmonia. Joaquim Casimiro recusou, o que lhe interessava n'aquelle ensino não era o lucro, mas a organisação excepcional de artista que sentia, pouco a pouco, desenvolver-se no seu discipulo. Recebeu depois lições de flauta de Manuel Joaquim dos Santos, e de piano de Emilio Lami e de João Guilherme Daddi. Em 1867 já Augusto Machado havia escripto algumas pequenas composições, valsas e *romanzas*, mas pensava, principalmente, em se fazer pianista, e n'esse intuito foi a Paris receber lições de piano, por indicações de Marmontel, com Albert Lavignac, professor do conservatorio d'aquella cidade. Regressando a Lisboa, preoccupou se mais com os estudos de compositor, abandonando um pouco o piano, e o professor Monteiro d'Almeida, do Conservatorio, lhe deu lições de harmonia, fuga e contraponto, completando este curso completo em 1870, no Conservatorio. Em 1868 já se haviam ouvido no theatro de S. Carlos duas *romanzas* de sua composição, sendo uma em portuguez e dedicada á *prima donna* Massini. Depois ainda se ouviram varias composições de pequena importancia, entre as quaes se contava um bailado, com o titulo de *Zeffiereto*, que se executou no referido theatro em 1869. Augusto Machado foi durante tres annos administrador e director artistico em S. Carlos, sendo mais tarde o fiscal do governo. Em dezembro de 1870 apresentou na Trindade a sua primeira producção theatral, *O Sol de Navarra*, opereta em 3 actos, com o poema de Alfredo de Athaide, que não agradou, prejudicando bastante o effeito musical; comtudo, o novo compositor não desanimou, e a peça veiu depois a agradar, conservando-se algum tempo em scena. A imprensa acolheu o novo maestrino com artigos elogiosos animando-o a proseguir na carreira encetada. No entretanto, passaram se quasi tres annos sem que apparecesse nova composição. Augusto Machado durante este tempo, resolvera ir aperfeiçoar se em composição a Paris. Ouvia as melhores obras da escola moderna, estudava os grandes modelos antigos, e applicava se com dedicação ao estudo de harmonia, contraponto, fuga e instrumentação, com os maiores vultos do professorado musical francez, sendo Danhausser, o professor do conservatorio de Paris, com quem mais continuamente trabalhou, e quando regressou a Lisboa, continuaram ainda os seus estudos, recebendo, por meio d'uma correspondencia continua, os conselhos e os casos praticos a realisar. A 22 de outubro de 1873 apresentou na Trindade outro trabalho seu, a opereta em 2 actos, *A cruz de ouro*, que obteve um exito brilhante; era uma traducção de Alfredo de Athaide e Rangel de Lima. Seguiram se no mesmo theatro novas peças: em 9 de outubro de 1875 a opereta em 3 actos, *O desgelo*, traducção de Jayme Batalha Reis e Anthero do Quental, sendo a musica ensaiada por elle; em 1876, a magica, *Os fructos de ouro*, de Francisco Palha, e Leone; aos 28 de março de 1878, a *Guitarra*, 1 acto, poema de Eça Leal, e em 1879 a *Maria da Fonte*, tentativa de opereta nacional portugueza, que não agradou. Pelo tri centenario de Camões, foi Augusto Machado encarregado de pôr em musica uma ode symphonica dedicada ao grande poeta, que intitulou *Camões e os Lusiadas*, que difficuldades insuperaveis não deixaram ouvir,

Augusto d'Oliveira Machado

mas d'esta ode foi executado o trecho *Alma minha gentil que te partiste*, nos concertos que Saint Saens deu no theatro de S. Carlos, e obteve um enorme successo do auditorio e da critica. Já n'esse tempo se falava vagamente n'uma opera seria, *Os fidalgos de Bois Doré*, em que desde 1876 trabalhava Augusto Machado. Esta opera, que tem 4 actos, subiu á scena pela primeira vez, com o titulo de *Laureana*, em 9 de janeiro de 1883, no Grande Theatro de Marselha. O libreto fôra extrahido por Mr. Guiout do romance de Georges Sand *Les beaux messieurs de Bois Doré*. A esta recita memoravel, que foi classificada pelos principaes criticos uma das mais bem succedidas tentativas de descentralisação artistica, assistiu tudo o que n'aquella importante cidade se interessava por assumptos de musica, bem como alguns criticos francezes abalisados, como Lapomneray, Pradelle, etc., o

representante do ministro das bellas artes, etc. Esta opera veiu cantar-se em S. Carlos em 1 de março de 1884. Foi uma noite de triumpho para o illustre maestro portuguez, que recebeu duas ricas corôas, sendo uma offerecida pelos maestros da orchestra, e outra pela empresa, n'essa epoca Mattos & Valdez. A opera cantou-se ainda na epoca seguinte, e depois no theatro lyrico do Rio de Janeiro. Da *Laureana* havia-se executado em Portugal sómente um trecho. A *prima donna* Hermiuia Borghi-Mamo, que muito bem conhecia a partitura, sendo convidada em 1880 para um concerto em beneficio dos estudantes pobres de Lisboa, desejando cantar musica portugueza, pediu a Augusto Machado uma aria da sua opera, e executou o *cantabile* de *Laureana* no 3.º acto. Seguiu-se a opera em 4 actos, os *Dorias*, que se cantou em S. Carlos pela primeira vez em 15 de janeiro de 1887, obtendo tambem grande successo. Ao maestro Augusto Machado foi offerecida uma rica corôa com fitas azues e brancas, por todos os artistas que entraram na opera; e outra, de louro, com bagas de ouro e fitas azues e brancas, offerecida por Alfredo Keil. Uma commissão da Associação Musica 24 de junho tambem lhe offereceu o diploma de socio honorario da mesma associação. A Real Academia de Amadores de Musica offereceu-lhe egualmente uma bonita corôa. Augusto Machado compoz os bailados da opera *Fausta*, por encommenda d'um empresario francez, e que fôram executados com um brilhante exito n'um concerto da Real Academia de Amadores de Musica. Na Trindade apresentou em 1889 a opereta *Piccolino*, e em fevereiro de 1893 *A Leitora da infanta*, e ainda a opereta *Filhas do Capitão-Mór*. Em janeiro d'este anno foi nomeado professor de canto no Conservatorio, por morte de Melchior Oliver, e pouco depois foi lhe confiado o cargo de secretario d'aquelle estabelecimento, que elle desempenhou até ao fallecimento do director, Luiz Palmeirim, succedido em dezembro do mesmo anno, sendo escolhido pelo governo para o substituir interinamente, até á nomeação de novo director. A 7 de fevereiro de 1898 cantou-se pela primeira vez a sua terceira opera *Mario Wetter*, em 3 actos, que tambem alcançou phreneticos applausos. O libreto é do conhecido maestro e poeta italiano Rogerio Leoncavallo. Fala se ainda n'uma nova opera intitulada *Paula Vicente*, sendo o libreto de Antonio Ghislanzoni. Em janeiro de 1902 cantou-se no theatro da Avenida, empreza de Sousa Bastos, a farça lyrica em 3 actos, *O Tição Negro*, de Henrique Lopes de Mendonça, sendo a musica escripta por Augusto Machado, que obteve um extraordinario exito. El rei D. Luiz agraciou o illustre maestro portuguez com o habito da ordem de S. Thiago, em recompensa do seu merito artistico. Em 1890 publicou a traducção da *Musica sem mestre* em 50 lições, para uso dos amadores, familias, sociedades de musica coral e instrumental, collegios, escolas etc., por L. Girard e Arrenaud, para vozes e instrumentos.

Machado (*Bento José*). Conhece-se este nome pelo seguinte opusculo publicado em Lisboa, no anno de 1815: *O Novo Romeiro da Nazareth*; *relação historica do maravilhoso modo porque a devota imagem da Senhora viera dar ao Pendão em 1810, para escapar aos francezes... sua trasladação para a capella Real de Queluz.*

Machado (*Bernardino*). V. *Machado Guimarães*

Machado (*Fr. Boaventura*). Religioso da ordem de S. Francisco, chamado no seculo Simão Machado. N. em Torres Novas, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento, sabe-se porém que vivia ainda em 1632. Era filho de Tristão de Oliveira e de Gracia Machado. Professou no convento de S. Francisco, de Barcelona, tomando então o nome de Fr. Boaventura Machado. Foi um grande theologo, afamado prégador e prudente definidor. José Maria da Costa e Silva, falando de Simão Machado no seu *Ensaio biographico-critico*, no vol. VI, depois de analysar as comedias de que se trata, diz: «Simão Machado foi um genio emineutemente dramatico, egual a Gil Vicente na facilidade do dialogo, e muito superior a elle na contextura dos dramas, na variedade dos lances, e no desenho e desempenho dos caracteres As comedias de Alphea executadas por bons actores, e decoradas com o necessario apparato por machinistas habeis, e boas pinturas, ainda hoje seriam mui applaudidas no theatro como dramas magicos. Foi na verdade uma desgraça para a scena portugueza que elle a abandonasse tão cedo para metter-se frade. Se tivesse continuado na carreira encetada, amestrado pelo uso e pela experiencia, quem sabe até onde um genio tão raro poderia levantar o vôo?» Escreveu: *Comedias portuguezas feitas pelo excellente poeta Simão Machado; a D Francisco de Saa de Menezes, conde de Penaguião, camareiro mór de Sua Magestade*, etc; *Comedias do Cerco de Diu, primeira e segunda parte; Comedias da Pastora Alfêa, primeira e segunda parte; n'esta segunda impressão emendadas e accrescentadas de dois entremezes, e quatro lôas famosas*, Lisboa, 1631. As lôas e entremezes accrescentados são escriptos em castelhano. Fr. Boaventura Machado ainda deixou a seguinte obra, tambem em castelhano: *Primera parte del libro llamado Sylva de espirituales y morales pensamientos, symbolos y geroglificos sobre la vida y dichosa muerte del Padre Maestro Pedro Dias, de la Compania de Jesu*, Barcelona, 1632.

Machado (*Carlos Barcellos*). General de brigada reformado da arma de engenharia; colleccionador numismatico, etc. N. em 1800 e fal. em Serpa a 7 de abril de 1879. Tendo concluido o curso de engenharia militar, emigrou de Lisboa para o Porto em junho de 1833, e alistando-se como voluntario na artilharia, ganhou na acção de 25 do julho o habito da Torre e Espada, e o despacho de 2.º tenente. Passando depois á arma de engenharia, esteve empregado no ministerio do reino (a cargo do qual estavam então as obras publicas), e tomando parte activa na revolução de 1846, foi collocado na disponibilidade onde permaneceu até 1851. Voltando depois ao serviço activo, desempenhou varias commissões proprias do serviço da arma a que pertencia, foi governador do forte da Graça de 1867 a 1870, passou em seguida a commandar o Real Collegio Militar até setembro de 1871, e sendo então nomeado inspector de engenharia na 2.ª divisão militar, ahi se conservou até se reformar em setembro de 1873 no posto de general de brigada. Possuia uma interessante collecção de moedas portuguezas.

Machado *(Carlos Caldeira de Pina)*. Medico e poeta, cavalleiro fidalgo por seus maiores. E' filho do dr. Manuel Luiz O. Machado, medico, que se notabilisou durante as epidemias da cholera-morbus e da febre amarella, e como cirurgião militar na batalha do Alto do Viso, commendador das ordens de Christo, Conceição e da Torre e Espada, e de D. Maria Ritta Caldeira de Sousa e Alvim de Pina Castel Branco. Terminou com distincção o curso de medicina na

Carlos Caldeira de Pina Machado

Escola Medica de Lisboa, publicando como these inaugural um estudo sobre antipyrina, citado na cadeira de Materia Medica. Exerceu a clinica na Chamusca, districto de Santarem, onde reorganisou, como provedor, o hospital, tendo sido sub-delegado de saude e operador em obstetricia conhecido. Publicou profusamente nos jornaes artigos e composições poeticas e dois livros de versos cujas edições estão esgotadas. O primeiro, *Versos*, foi prefaciado por João de Deus, e o segundo um poema, *Alma Errante*, do qual a critica se occupou largamente. E' o solar de sua familia em Arronches.

Machado (*Carlos Cyrillo*). Funccionario publico, deputado, etc. N. em Lisboa a 3 de janeiro de 1817, fal. a 3 de setembro de 1869. Era filho de João Cyrillo Machado, intendente militar na ilha de S. Miguel, e de D. Severiana dos Reis e Sousa. Estudou e concluiu com distincção o curso da Aula de Commercio, e desejando seguir a carreira de official de marinha, frequentou e obteve premio no primeiro anno da Academia de Marinha, mas foi obrigado a interromper os estudos pelas circumstancias precarias a que n'essa epoca de revoluções seu pae se via reduzido. Entrou, porém, bem contra vontade por vêr assim perdidas as suas aspirações, como praticante para a Contadoria Geral das tropas, em agosto de 1833, serviu no exercito constitucional até ao fim da guerra civil, e em 1835 partiu para Hespanha ás ordens de seu pae, que fôra nomeado chefe da delegação fiscal da divisão auxiliar portugueza, que foi ali sustentar a causa da Liberdade. Dividindo-se a delegação em duas, Carlos Cyrillo Machado foi nomeado chefe d'uma d'ellas, e, apezar de ter então apenas 18 annos, desempenhou as funcções d'este cargo de tal fórma que recebeu grandes louvores, não só dos generaes e coroneis portuguezes, como dos chefes e funccionarios hespanhoes, captando a estima e o respeito de todos. Regressando á patria com a divisão em 1837, embarcou para os Açores em 1838 com seu pae, e depois do fallecimento d'este ficou encarregado da delegação fiscal n'aquelle archipelago, até que em 1845 voltou, a seu pedido, para Lisboa. Durante a guerra civil teve de se alistar n'um batalhão formado de officiaes que estavam na disponibilidade, dos empregados civis com graduação militar, e depois de terminada a lucta foi nomeado chefe da delegação fiscal na cidade do Porto. Até 1851 conservou se sempre extranho á politica, mas abraçando com enthusiasmo a causa da Regeneração, foi logo nomeado chefe da repartição de liquidação do exercito regenerador, formado no Porto pelo marechal Saldanha, escreveu depois varios artigos em differentes jornaes politicos. Foi eleito deputado na legislatura de 1852, e em todas, menos n'uma, até fallecer, e por vezes secretario da camara. Sendo muito versado em materias de economia politica e de administração militar, tendo bastantes e variados conhecimentos scientificos, falando e escrevendo bem hespanhol, francez, inglez e italiano, embora não fôsse grande orador, a sua voz era sempre escutada com attenção no parlamento, e as suas opiniões eram sempre de peso, porque havia a certeza de que elle tinha estudado profundamente a questão e era bem conhecida a honradez do seu caracter. Não tendo acceitado o logar de governador civil de Lisboa, nem o de chefe do seu gabinete, para que foi convidado e instado pelo estadista Fontes Pereira de Mello, quando em 1866 entrou para o ministerio, promtificou se a ser seu secretario porticular, nas duas repartições da fazenda e da guerra. Recusou a pasta da marinha e o titulo de visconde que lhe fôram offerecidos, e só muito instado por Martens Ferrão acceitou a commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição. Além d'estas e d'outras distincções honorificas, que não pôde recusar, possuia as medalhas de D. Pedro e de D. Maria, a da divisão auxiliar á Hespanha, por elle merecidamente ganha nos primeiros annos da sua vida publica. Falleceu victima d'uma apoplexia.

Machado (*Carlos Maria*). Mestre de musica no seminario de Santarem, bom organista, pianista e compositor. N. em Santarem em 1814, onde tambem fal. em 26 de outubro de 1865. Cursou os primeiros estudos na referida cidade, para seguir a carreira ecclesiastica, que abandonou por occasião da guerra civil. Esteve algum tempo em Coruche, como organista na egreja matriz, que tinha antigamente uma collegiada, e onde as festividades eram frequentes e feitas com pompa Voltou depois para Santarem, e ali passou o resto da vida. Escreveu muitas musicas religiosas, e alguns trechos para piano, imprimindo-se unicamente dois: uma *Valsa brilhante* e uma *Mazurka*.

Machado *(Carlos Maria Gomes)*. Bacharel pela Universidade de Coimbra, não sabemos de que faculdade. Botanico, colleccionador numismatico, commissario de estudos e reitor do Ly-

ceu Nacional de Ponta Delgada. Falleceu em 1901. Foi o instituidor do Museu da mesma cidade, auxiliado pelo capitão Chaves, seu discipulo, e pelo conde de Fonte Bella, que subsidiou certo tempo o Museu com 200$000 réis annuaes, e mandou para Lisboa, á sua custa, adquirir conhecimentos especiaes, o prégador Manuel Antonio de Vasconcellos. O mesmo titular offereceu ao Museu uma collecção ethnographica africana. Por portaria de 30 de julho de 1861 foi concedida a Gomes Machado a gratificação diaria de 2$250 réis de 1 de março até 31 de outubro de 1862, como auxilio para os trabalhos de exploração botanica do paiz, devendo dar conta, no principio de março de 1863, dos trabalhos que tivesse coordenado e reduzido. Ficando elle obrigado a fazer duas collecções de plantas seccas da nossa flora, competentemente classificadas, afim de se harmonisarem por meio de referencias mutuas com a respectiva flora. Uma d'estas collecções era destinada para o museu de Coimbra, e a outra para o estabelecimento scientifico de Lisboa, que o governo designasse. Os mezes de novembro, dezembro, janeiro e fevereiro seriam destinados para o estudo dos grandes herbarios e obras especiaes que não existissem no paiz, e que se precisassem vêr para complemento dos trabalhos de exploração no reino. Terminada a commissão, o governo approvou os trabalhos do bacharel Gomes Machado, e pela portaria de 15 de março de 1862 determinou que continuasse na mesma commissão. Por portaria de 10 de novembro do referido anno, o governo permittiu que elle continuasse a receber, pela continuação dos seus trabalhos, a gratificação correspondente aos mezes de novembro a fevereiro, em que deveria ir a Paris para desempenho da sua commissão. Pela portaria de 27 de julho de 1864, no intuito de alargar as excursões no interior de Portugal para a exploração botanica, de que estava encarregado, foi-lhe elevada a gratificação diaria a 4$000 réis. Escreveu: *Catalogo methodico das plantas observadas em Portugal*; começou a publicar-se no tomo I do *Jornal das Sciencias mathematicas, physicas e naturaes*, sob os auspicios da Academia Real das Sciencias, 1866, e prosegue ainda em artigos sucessivos no tomo II.

Machado *(Cyrillo Volkmar)*. V. *Volkmar Machado (Cyrillo)*.

Machado *(Diogo Barbosa)*. V. *Barbosa Machado*.

Machado *(Domingos da Costa)*. Um dos capitães-móres do Maranhão, pouco depois da conquista d'essas terras no primeiro quartel do seculo XVII. Sendo capitão commandante da fortaleza de S. Filippe, depois baluarte, quando em 1618 falleceu o primeiro capitão-mór Antonio d'Albuquerque Maranhão, foi por este escolhido juntamente com o capitão das entradas e explorador das riquezas do Pindaré, Bento Maciel Parente, para dirigir e guiar seu filho Antonio de Albuquerque Maranhão, a quem ficou commettido o governo da capitania. Rompendo depois de quatro mezes as hostilidades entre o capitão-mór e Parente, foi este mandado para Pernambuco, sendo conduzido á presença do governador geral D. Luiz de Sousa, que não só absolveu Bento Maciel, mas até o honrou encarregando-o da guerra contra Tupinambás. Conhecendo o governador que Antonio de Albuquerque se não sujeitava a tanta humilhação, passou a Domingos da Costa Machado patente de capitão-mór para servir no caso de se realisarem aquellas previsões. Effectivamente Albuquerque, logo que soube o modo como fôra resolvida a sua pendencia com Maciel, resignou o cargo, do qual Machado tomou posse a 6 de abril de 1619. No tempo do seu governo fez Parente uma guerra de exterminio aos Tupinambás, fundou perto da boca do rio Itapicarú o forte conhecido hoje pelo nome de Vera Cruz, e começou a povoar a terra firme com os indios já domesticados. Em 1620 chegou á cidade de S. Luiz, vindo das ilhas dos Açores, um navio commandado por Manuel Correia de Mello á custa de Jorge de Lemos Bettencourt, a quem fôra promettida uma commenda de 400$000 réis, se para aquella capitania levasse 200 casaes de colonos. Por conta d'esse numero iam já algumas familias no navio que nos referimos, e logo depois chegou uma caravéla, e afinal outra, conduzindo mais colonos e o proprio Bettencourt, que todos fôram magnificamente acolhidos pelo capitão-mór. N'esse mesmo anno, os indios goaynazes, moradores n'uma aldeia do rio Muny, procuraram Machado e offereceram-lhe a paz. Acceitou elle a proposta, e cheio de contentamento, para mais firmar a paz, mandou 13 soldados ás ordens de seu filho Jorge da Costa ocupar um local fronteiro áquella aldeia, mas os indios mostraram uma vez mais o seu genio traiçoeiro, e quando os portuguezes buscavam desprevenidos resgatar varios escravos, fôram acommettidos e mortos, salvando se unicamente o commandante por não estar ali n'essa occasião. Em 1621, chegou ao Maranhão outro navio dos Açores com 40 familias de colonos, mas n'esse anno reinou com grande força na cidade de S. Luiz uma epidemia de variola que fez grande numero de victimas, e que levou o capitão-mór a fazer um voto, em cumprimento do qual levantou á sua custa a egreja matriz e ajudou a obra do convento do Carmo. No anno immediato, havendo tomado conta do governo do estado do Brazil Diogo de Mendonça Furtado, nomeou Antonio Moniz Barreiros capitão-mór do Maranhão, e assim terminou a 20 de abril de 1622 o governo de Domingos da Costa Machado.

Machado *(Domingos dos Reis Teixeira do Paço da Costa)*. Doutor, lente de Philosophia na Universidade de Coimbra. Era natural de Chaves, sendo filho de Domingos Gomes Queiroga Teixeira. Doutorou se em 18 de fevereiro de 1821.

Machado *(Eduardo)*. Scenographo. N. em 8 de maio de 1854, fal. em 17 de setembro de 1907. Era filho de Antonio José Machado e de D. Joanna Rosa Marques Machado. Desde creança que a scenographia era a sua aspiração. Nos seus brinquedos entretinha-se já a fazer vistas para theatrinhos improvisados. Fez depois o curso de desenho na Academia de Bellas Artes, com muita distincção, obtendo alguns premios. Passou em seguida a aprender pintura scenographica com o professor Procopio Ribeiro, que, reconhecendo-lhe grande força de vontade e desejo de se aperfeiçoar, se interessou muito por elle. A primeira scena que pintou sósinho foi a do 3.º acto do *Filho da Senhora Angot*, no theatro do Principe Real, que alcançou grande exito. Da sala de pintura da Trindade, onde foi ajudante do refe-

rido pintor Procopio, passou ao theatro de S. Carlos para acabar a sua educação artistica com os scenographos Rambois e Cinatti. Foi com Rambois que Eduardo Machado mais aproveitou, tornando se um distincto paizagista. São numerosos os seus trabalhos, em differentes theatros nas decorações das seguintes peças: *João Thommaray*, *Estrangeira*, *Caridade*, *A vólta ao mundo em 80 dias*, *Grão-Mogol*, *Noiva dos Girasóes*, *D. Joannita*, *Rei Carrapato*, diversas revistas de Sousa Bastos, de Argus e de Baptista Machado, *A filha do mar*, *Sargento mór de Villar*, *Lisboa por um oculo*, *O diamante vermelho*, *A taberna*, *Judeu Errante*, *Ruas de Lisboa*, *Bandeira do Regimento*, *93*, *Espelho da verdade*, *Filhos do Capitão Grant*, *Reino dos homens*, etc. No Porto tambem pintou com o maior successo o scenario de diversas peças. Decorou os theatros do Gymnasio de Lisboa e D. Affonso, no Porto; o Circo Saraiva de Carvalho, da Figueira da Foz, o Colyseu dos Recreios de Lisboa, etc. O seu ultimo trabalho importante foi o *Mareorama*, que pela primeira vez appareceu no theatro da Avenida em 6 de janeiro de 1905, que produziu assombroso effeito. E' um trabalho collossal, uma *Viagem á India*, que n'uma téla de 200 metros, entretem o espectador durante 3 quartos de hora, renovando lhe a historia dos nossos feitos na India, desde a saida de Vasco da Gama da praia do Restello até á sua chegada aos areaes do Ganges. Eduardo Machado deixou um filho, o architecto Alvaro Augusto Machado. V. *este nome.*

Machado (*Fernão Amaral Botto*). Solicitador encartado, jornalista e deputado. E' natural de Gouveia. Como jornalista é sinceramente dedicado ás idéas democraticas e um luctador activo pelo ideal moderno. Nas eleições de 1903 foi proposto a deputado pelo circulo de Loures, como republicano-socialista. E' director e redactor do jornal *O Mundo Legal e Judiciario*. Em 1903 publicou-se um volume intitulado: *Pela verdade*, que constitue uma homenagem ao sr. Fernão Botto Machado. Ultimamente, 1908, saiu um volume seu, com o titulo de *Crenças e revoltas* adornado com 11 retratos de democratas.

Machado (*Francisco*). Abbade do convento de Tamarães da ordem de S. Bernardo, que viveu no tempo de D. João III. Deixou publicada uma obra com o titulo de *Veritatis repertorium in hebrœus*, e na *Chronica de Cister* se encontra uma carta d'elle a D João III sobre os milagres operados pelas infantas D. Thereza e D. Saucha, filhas de D. Sancho I.

Machado (*Francisco*) Jesuita. N. em Villa Real em 1588. Partiu para a India em 1611, e d'ali seguiu em 1625 para Zeila, porto do reino de Adel, onde por ordem do soberano d'esse paiz foi morto a 25 de setembro. Uma *Carta*, que escreveu de Caxem no anno de 1624, foi publicada com outras, vertida em italiano, em Roma.

Machado (*Francisco*). Jesuita. N. em Villa Pouca em 1598, fal. a 29 de junho de 1659. Foi mestre de Rhetorica e Poetica no collegio de Coimbra. Escreveu: *Sermão prégado no collegio de Santo Antão, estando exposto o Santissimo Sacramento, pelo feliz successo das armas e jornada de Sua Magestade ao Alemtejo*, Lisboa, 1643. Escreveu e imprimiu varias obras em prosa e verso na lingua latina, cujos titulos veem mencionados na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. II.

Machado (*Francisco José*). Tenente-coronel do estado maior de artilharia. N. em Lagos a 6 de março de 1846, sendo filho de Antonio José Machado lavrador. Nos primeiros annos entregou-se á agricultura, mas não tardou a emprehender no estudo, revelando uma extraordinaria força de vontade, porque estando já um pouco avançado em edade, conseguiu em dois annos completar o curso dos lyceus. Assentou praça em 6 de outubro de 1871, e matriculou-na na Escola Polytechnica, onde completou em tres annos, sempre com approvações plenas, o curso preparatorio d'artilharia. A 5 de janeiro de 1876 foi promovido a alferes, em 31 do mesmo mez do anno de 1878 a tenente, em 31 de outubro de 1884 a capitão, em 16 de novembro de 1895 a major, e em 22 tambem de novembro de 1900 a tenente-coronel. Desde o tempo de estudante que se dedicou ao partido progressista, em que depois se filiou, e sempre tem lealmente servido. Collaborou em diversas epocas nos jornaes progressistas, especialmente no antigo *Paiz*, *Progresso*, *Correio da Noite*, *Provincia*, *Commercio Portuguez*, do Porto, e em alguns outros jornaes de Lisboa e provincias. Tem desempenhado importantes commissões, algumas de caracter politico, sendo uma d'ellas a de administrador do concelho de Guimarães, em 1885, por occasião do conflicto que se deu entre Braga e Guimarães, em que prestou importante serviço conseguindo conciliar as profundas divergencias que ameaçavam a ordem publica. Tambem teve a commissão de serviço militar de ir a Peniche, sendo ali encarregado do material de guerra. Foi deputado pela primeira vez em 1886, eleito pelas Caldas da Rainha, sendo reeleito em successivas legislaturas. Mais tarde foi nomeado par do reino. O sr. tenente-coronel Francisco José Machado é cavalleiro e official da ordem de S. Bento de Aviz, e possue a medalha de prata de comportamento exemplar.

Machado (*Francisco José da Horta Osorio*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, pelo alvará de 22 de setembro de 1762; do conselho da rainha D. Maria I, e do principe regente D. João, depois D. João VI; conselheiro do Conselho da Real Fazenda, de Capa e Espada, por carta de 26 de junho de 1805; enviado extraordinario e ministro plenipotenciario nas côrtes de Madrid, aos Estados Geraes das Provincias Unidas dos Paizes Baixos, e na côrte de S. Petersburgo; alcaide-mór de Niza, da ordem de Christo, e commendador da mesma ordem; senhor de varios vinculos e capellas. N. em Faro a 3 de agosto de 1755, e fal. a 23 de março de 1817 Era filho de João Carlos da Horta Machado, fidalgo cavalleiro da Casa Real; senhor do vinculo da Torre de Marim, em Faro. Casou pela primeira vez, em abril de 1799, com D. Gertrudes de Mello Sodré, que falleceu em 11 de março de 1802, sem deixar successão, sendo filha de Sancho de Mello d'Azambuja Tavares Moniz, fidalgo cavalleiro da Casa Real, e de sua mulher, D. Anna Xavier Pereira da Cunha Sodré. A esta senhora estabeleceu o contrato de arrhas de 800$000 réis annuaes para lhe serem pagos pela decima parte do rendimento dos bens vinculados

de toda a sua casa, ficando viuva, e ainda que lhe ficassem filhos, (*provisões de 15 de janeiro e de 3 de abril de 1799*). Casou pela segunda vez, em junho de 1809, com D. Victoria José da Costa de Sousa de Macedo, filha dos 2.os viscondes de Mesquitella. D'este consorcio, entre outros filhos, houve João Carlos da Horta Telles Machado da Franca, que foi o 1.º visconde e o 1.º conde d'Alte. V. *este titulo*.

Machado (*Gaspar Froes*). Celebre gravador. N. em Santarem em 1759, fal. victima d'um naufragio em 1796. Começou os seus estudos com o professor Giusti, na escola de Mafra, onde se conservou quatro annos, passando depois a ser discipulo do gravador Joaquim Carneiro. Em 1780, o celebre artista italiano Tagliarini, sendo perseguido em Roma por haver imprimido sem autorisação *A tentativa theologica*, veiu refugiar-se em Portugal, e quando foi amnistiado voltou para Roma levando comsigo o moço artista portuguez, cujo talento elle muito apreciára. Mas ao chegar áquella cidade, Tagliarini abandonou o, e Gaspar Froes Machado, vendo-se n'uma terra estranha, teve a fortuna de ser acolhido pelo embaixador portuguez D. Diogo de Noronha, que o tomou debaixo da sua protecção e o fez entrar na escola do gravador Valpato, onde se applicou dedicadamente, fazendo muitos progressos. Estando em Roma gravou em 1793 um retrato da rainha D. Maria I, e uma allegoria composta por seu irmão Francisco Leal. Regressando a Lisboa casou com a filha de Francisco Manuel Peres, autor do desenho da estatua equestre. Froes Machado foi o autor da gravura d'uma allegoria do principe regente, dos retratos in folio d'este principe e de sua mãe. Tambem são suas as gravuras da obra intitulada *Feliz independente*, uma gravura da Torre de Belem, que foi offerecida por Niel ao duque de Lafões em 1783, e outros trabalhos apreciaveis. Em 1796 partiu para Inglaterra, no intuito de ir estudar com o celebre gravador Bartolozzi, mas o navio em que embarcara naufragou, e Gaspar Froes Machado foi uma das victimas. Contava apenas 37 annos de edade.

Machado (*Ignacio de Andrade Soutomaior*). Natural, capitão e vereador do Rio de Janeiro, onde foi senhor da opulenta casa de Jericino, composta de sete engenhos de assucar, além de outras propriedades. Foi casado com D. Anna de Alarcão e Luna, conforme a sua justificação feita em 2 de agosto de 1688, transcripta nas *Memorias genealogicas da familia dos Andrades Soutomaiores Machado, do Rio de Janeiro*, por Antonio Telles de Menezes, juiz dos orfãos da mesma cidade. Ignacio Machado era filho de Ignacio de Andrade Machado, e de sua mulher e sobrinha D. Helena Soutomaior Cardosa, fidalgo das familias dos seus appellidos na ilha Terceira, d'onde passou ao Rio de Janeiro, sendo ali capitão e vereador. Esta ascendencia se encontra mais estudada no *Nobiliario*, que escreveu Fr. Christovão da Conceição, e que deve existir no Brazil.

Machado (*Ignacio Barbosa*). V. *Barbosa Machado (Ignacio)*.

Machado (*Jeronymo Alves de Avellar*). Escriptor dramatico e jornalista. N. em Abrantes a 28 de dezembro de 1832, fal em Lisboa em 21 de março de 1887. Foi empregado em diversas emprezas theatraes e litterarias; por muitos annos o gerente da casa editora *Bibliotheca dos Dois Mundos*, de que era proprietario Pedro Correia da Silva, fundador e director do *Diario Illustrado*, sendo por esse tempo tambem administrador do *Diccionario Popular*, dirigido por Pinheiro Chagas, e fundação do referido editor. O nome de Avellar Machado anda ligado á fundação de jornaes baratos, com a venda ambulante pelas ruas. Poucos mezes depois da apparição do *Diario de Noticias*, em 1865, e quando este jornal ainda não tinha adquirido as sympathias que depois tanto o popularisaram, Avellar Machado fundou a *Gazeta do Povo*, a qual poderia e deveria ter tido uma longa vida se houvesse sido administrada com intelligencia pelos industriaes capitalistas com quem o fundador da publicação se associara. A *Gazeta do Povo* teve curta vida, e Avellar Machado renovou ainda a tentativa, publicando outro jornal da mesma indole, intitulado *Novidades*, que tambem se não sustentou. No entretanto ia-se radicando no conceito do publico o primeiro d'esses jornaes baratos e populares, o *Diario de Noticias*, que encontrara o segredo da sua prosperidade na boa direcção e administração. Depois das experiencias frustradas em que Avellar Machado consumiu sem proveito alguns capitaes relativamente avultados, outros jornaes appareceram, que tiveram tambem curta duração, como o *Noticiario Portuguez* e *As Noticias*, que tinha a especialidade de trazer todos os dias uma gravura. Estes dois jornaes vieram a fundir-se, dando origem ao *Diario Popular*, que ainda existe actualmente. Avellar Machado estabeleceu depois uma livraria na rua do Poço dos Negros, de que é hoje proprietario seu filho Augusto de Avellar Machado. Como autor dramatico, apontaremos as seguintes peças: *Brios militares*, comedia-drama de costumes militares, em 2 actos, e *Os homens do povo*, tambem em 2 actos; de collaboração com Henrique Van Deitters, duas comedias em 1 acto; *Não envenenes tu a mulher*, e *Scenas da vida intima;* de collaboração com Sousa Bastos, o drama maritimo em 3 actos, *O Tormenta*.

Machado (*João*). Magistrado, natural de Lisboa, fidalgo da Casa Real e desembargador da Casa da Supplicação. Teve brazão d'armas passado a 2 de novembro de 1513. Era filho do dr. Pedro Machado Carregueiro, fidalgo da casa d'el-rei D. Affonso V, do seu conselho e seu desembargador do Paço Casou com D. Branca Coelho. Foi neto de João Esteves Villa Nova Carregueiro, alferes-mór de D. João I, governador das justiças do reino, e de sua mulher Leonor Gonçalves Machado.

Machado (*João Augusto*). Artista canteiro, natural de Coimbra, que muito se tem evidenciado em obras de pedra. Foi alumno muito distincto da Escola das Artes Livres de Desenho. Principiou a estudar n'uma officina de canteiro, mas não tardou a revelar-se um operario de largo futuro. Encarregado de trabalhos de responsabilidade, em todos se tem manifestado um verdadeiro artista em obras d'aquelle genero. Estão n'este caso muitos jazigos que elle fez, diversos trabalhos seus que figuram no palacio do sr. dr. Carvalho Monteiro em Cintra, e no do sr. Relvas na Gollegã; o grande fogão da sala de jogo do Bussaco, o monumento a Nossa Senhora, em Vi-

zeu, e ultimamente o magnifico altar (Renascença) na egreja de Santa Cruz de Coimbra. Esta obra condiz perfeitamente com o pulpito da egreja, trabalho de muito merecimento. O altar é de pedra d'Ançã e tem de altura 6 metros. Os seus principaes motivos são: na predella tres nichos representando a Annunciação da Virgem, Assumpção e a Virgem na Cadeira; os doutores da egreja S. Agostinho, S. Gregorio, S. Jeronymo e S. Ambrosio. Nos medalhões das bases das columnas figuram os bustos de Leão XIII e Pio X. Em dois pequenos nichos das pilastras, S. Pedro e S. Paulo, e dois medalhões com os bustos de S. João e S. Marcos. No remate do altar o busto do Padre Eterno. Dentro da edicula vêem-se quatro medalhões com os Evangelistas Ha outros variados trechos religiosos decorativos, ornatos nas orlas e molduras, tudo de muito gosto e delicada correcção. João Machado é tambem o autor de projectos que teem sempre merecido a approvação dos mais entendidos.

Machado (*P. João Baptista*). Jesuita. Natural de Angra do Heroismo, que vindo para Portugal entrou para a Companhia de Jesus no collegio de Coimbra em 1597. Embarcou depois para o Oriente, passou o anno de 1609 no Japão, e empregando-se ali nos trabalhos das missões foi preso, e afinal morto em 22 de maio de 1617. D'elle existem umas *Cartas* impressas no *Novicíado de Lisboa*, de Franco.

Machado (*João Lopes Cardoso*). Escriptor de que apenas se sabe que foi delegado de cirurgia e de medicina em Pernambuco, e que escreveu: *Apologio da Agna de Inglaterra da real fabrico de José Joaquim de Castro*, Londres, 1812.

Machado (*Joaquim*). Tachygrapho. N. em Evora, onde tambem fal. entre os annos de 1844 e 1846. Era filho de Salvador Machado das Neves Fragoso. Matriculou-se em Canones na Universidade de Coimbra, e estava no 4.º anno quando a revolução de 1820 o obrigou a abandonar completamente, ou pelo menos a interromper o curso. Tendo-se dado ao estudo da tachygraphia, arte quasi inteiramente desconhecida em Portugal, deixou as aulas para ir exercer em Lisboa o logar de tachygrapho das côrtes constituintes, que se tinham visto obrigadas a chamar um hespanhol, D. Angelo Ramon Marti, para chefe da tachygraphia, com a designação de tachygrapho-mór. Mais tarde formou-se na faculdade de Canones, com a dispensa da frequencia do 5.º anno, em attenção aos serviços que prestara como tachygrapho nas côrtes de 1821 a 1823. Affeiçoando-se depois apaixonadamente ao partido miguelista, foi feito conego da sé de Evora. Succedera como bibliothecario na Bibliotheca d'aquella cidade ao 1.º bibliothecario, fr. José Constancio da Cunha. Em 1834 perdeu a conezia e o referido logar. Escreveu: *Systema stenographico inventado por Samuel Taylor, adaptado á lingua franceza por Theodoro Pedro Bertin, que Joaquim Machado, etc., applicou ao nosso idioma*, Lisboa, 1820; *Systema stenographico que ensina a escrever tão depressa como se fala*, Lisboa, 1822. Por este tempo publicou tambem o hespanhol D. Angelo Marti, um folheto com o seguinte titulo: *Tachygraphia inventada por D. Francisco de Paula Marti, professor publico de tachygraphia em Madrid, etc., accommodada á lingua portugueza por Angelo Raymundo Marti, primeiro tachygrapho que foi das côrtes geraes e constituintes da nação hespanhola em Cadix, e tachygrapho mór do soberano Congresso da Nação Portugueza*, etc., Lisboa, 1822. Passados annos, em 1828, publicou-se uma 2.ª edição.

Machado (*Joaquim Emygdio Xavier*). Coronel de cavallaria reformado. N. em 19 de julho de 1850, fal. no Estoril, em 25 de dezembro de 1904. Era filho do general Emygdio José Xavier Machado, que serviu na arma de artilharia. Foi alumno do Real Collegio Militar e da Escola do Exercito. Assentou praça em 18 de outubro de 1867, sendo promovido a alferes em 12 de janeiro de 1875, a tenente em 8 de setembro de 1880, a capitão em 4 de janeiro de 1888, a major em 21 de julho de 1897, e a tenente coronel em 23 de outubro de 1902, reformando-se depois em coronel. Serviu na guarda municipal, e por muitos annos na commissão geodesica. Foi official ás ordens do infante D. Augusto, e por morte d'este infante, passou á casa militar d'el-rei. Sendo ainda aspirante de cavallaria, e cursando a Escola do Exercito, escreveu e publicou em 1875 algumas pequenas obras litterarias a proposito do divorcio, do adulterio e de outros assumptos, que n'aquella epoca se debatiam apaixonadamente em França. Mais tarde, dedicou se especialmente ao estudo de assumptos militares, e publicou alguns livros notaveis sobre a reorganisação do exercito, defeza do paiz, etc., que lhe valeram merecidos elogios, e varias condecorações portuguezas e estrangeiras. O seu livro, sob o titulo de *O Sonho de José Monk*, pseudonymo que adoptou em respeito á sua situação especial de official ás ordens d'el-rei, levantou uma polemica de caracter internacional pela hypothese militar que era ali estudada com um grande criterio e grande superioridade de vistas. E a prova da superioridade no criterio com que n'aquelle livro se apreciavam as questões de caracter militar, que mais nos interessam, está precisamente na multiplicidade das criticas levantadas lá fóra em volta d'elle, na paixão com que foi encarado aquelle estudo desenvolvido, tomando-se á conta d'um grito de guerra. No fim de contas o que se estudava n'aquelle livro era uma simples hypothese tactica, sem o menor proposito de provocação. Xavier Machado exerceu uma commissão de serviço dependente do ministerio da fazenda. Sendo capitão de cavallaria n.º 2 foi nomeado commandante da expedição militar á India em 1896. Era official da ordem de Aviz por serviços distinctos, cavalleiro d'esta ordem e da de S. Thiago; possuia a medalha de prata de comportamento exemplar, e a medalha de prata commemorativa da expedição á India em 1896. O coronel Xavier Machado collaborou na *Revista Militar*, no *Exercito Portuguez*, e em outros jornaes da especialidade. Publicou os seguintes trabalhos: *Estudo de cavallaria em campanha*, Lisboa, 1875; *Considerações tacticas na cavallaria e a sua apreciação sobre o terreno*; *Memoria sobre o serviço da cavallaria nas zonas estrategicas de exploração*, Lisboa, 1879; *Será precisa uma nova carta militar das peninsulas de Torres Vedras e Setubal?* Lisboa, 1879; *Breve noticia de Portugal sob o ponto de vista geographico e militar; Questões de organisação militar.*

Machado (*Joaquim José da Gama*). Fidalgo da Casa Real, conselheiro de legação em Paris,

commendador da ordem de Christo, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e de muitas corporações scientificas estrangeiras, etc. N. em Lisboa pelos annos de 1776, fal. em Paris a 9 de junho de 1861. Em 1784 foi com sua familia para Paris, tendo então 8 annos de edade, afim de estudar no collegio de Harcourt sob a direcção do abbade Coesnon. Fez largas viagens, e afinal fixou a sua residencia em Paris, sendo nomeado conselheiro da embaixada portugueza. Só aos 50 annos, em 1826, é que principiou a estudar historia natural, dedicando-se muito aos estudos geologicos, e especialmente ornithologicos, d'um caracter extranhamente scientifico, o que lhe alcançou grande celebridade. Na seguinte obra resumiu o resultado dos seus estudos: *Thèorie des ressemblances, ou essai philosophique sur les moyens de determiner les dispositions physiques et morales des animaux, d'après les analogies de forme, de robe et de couleur, ornée de vingt planches*, Paris, 1831, *Séconde partie, ornée de neuf planches*, Paris, 1836; *Troisième partie, formant le complément de la Théorie des Ressemblances*, Paris, 1844, com tres estampas; *Quatriéme partie, formant la suite de la Théorie des Ressemblances*, etc., com 11 estampas, Paris, 1858. Por esta obra, a Academia Real das Sciencias lhe concedeu o diploma de socio correspondente. O nosso erudito compatriota tambem se tornou celebre pela grande excentricidade do seu caracter. Vivia isolado completamente n'uma casa, que era um viveiro de aves de todas as qualidades, e em que tambem se empilhavam outros animaes. Almoçava com elles todos os dias. Champfleury, no seu livro intitulado, *Os Excentricos*, consagra-lhe um dos capitulos mais interessantes, de pag. 23 a 41 da 2.ª edição, publicada em Paris em 1856. Ali se descreve a fórma excentrica do seu vestuario e como andava pelas ruas, o seu viver com os animaes, etc. Quando Gama Machado andava em viagem, levava sempre comsigo o seu periquito predilecto; na diligencia, na carruagem do caminho de ferro, ou no vapor, o periquito não deixou um unico dia de pedir o almoço dando um grito sempre á mesma hora com uma precisão mathematica, como se fôsse um chronometro. Este periquito era uma especie de vigia, de enfermeiro intelligente, porque se um passaro caisse subitamente com um desmaio, elle dava logo um grito para pedir soccorro. São curiosas as noticias que se lêem na citada obra, e das quaes veem transcriptos alguns trechos no *Diccionario Universal portuguez*, editado por Zepherino d'Albuquerque, vol. VI, pag. 150 e seguintes. Gama Machado costumava reunir em sua casa aos domingos alguns homens que professavam as mais diversas idéas. A reunião realisava se n'um gabinete, cujas paredes eram quasi completamente forradas de estantes cheias de diccionarios, e por isso o dono da casa, depois de ter mandado servir um magnifico chá acompanhado de *brioches* e d'alguns bolos, e seguido de alguns calices de excellente vinho do Porto, Xerez ou Madeira, dava o signal para principiar essa especie de conferencias dominicaes, dizendo: «Meus senhores, a sociedade dos diccionarios vae começar» Apezar de todas as extravagancias e excentricidades, Gama Machado era muito estimado em Paris, e todos que com elle tratavam, lhe consagravam o maior respeito e consideração. Appareceu uma manhã morto na cama. No testamento que se encontrou, ordenava, que o enterrassem ás 3 horas da tarde, *hora a que os corvos do Louvre vão comer*, que o mettessem no caixão que estava na casa de jantar e que tinha dentro a mortalha; que no caixão puzessem com elle um volume das obras de Lucrecio, seu autor favorito, e um pequeno mausoléo com passaros fallecidos ha annos e que tambem estava na casa de jantar; que o caixão fôsse conduzido ao Père-la-Chaise, na tumba dos pobres, cujo desenho existia egualmente na casa de jantar, e que atraz da tumba fôssem os seus cavallos, *que tanta vez sustentou nos bosque de Bolonha*, 6 coches de estado, 20 meninas da escola christã e 20 da escola de S. Nicolau, dando-se a cada uma d'essas creanças, 20 francos. Determinou tambem que na egreja se não puzesse nenhuma armação e que se não convidasse pessoa alguma. Gama Machado tinha no cemiterio do Père-la-Chaise um tumulo, que deu causa a larga demanda com a municipalidade de Paris, porque o nosso compatriota queria mandar pôr ali, em vez dos emblemas geralmente adoptados, *um menino saindo d'um ovo*. A sua fortuna era superior a um milhão. Deixou as suas collecções scientificas a el-rei D. Luiz, então ainda infante, 30:000 francos por anno á sua velha creada emquanto vivesse; a carruagem e cavallos ao cocheiro com 3:000 francos de renda vitalicia, egual renda ao creado de quarto, e mais outros legados. N'uma nota a pag. 150 da obra intitulada: *Les Portugais en France, les Français en Portugal*, de R. Francisque Michel, Paris, 1882, lê-se que o testamento é de 12 de março de 1852, e que o commendador Gama Machado legou á Academia das Sciencias de Paris uma somma de 20:000 francos, reduzida a 10:000 francos, para a fundação d'um premio que deve ter o seu nome. Um decreto de 19 de julho de 1878 autorisou a Academia a acceitar esse legado, por conseguinte a Academia, na conformidade das intenções do testador, devia conferir de tres em tres annos, a partir de 1882, o premio *Gama Machado*, ás melhores *Memorias* que se apresentassem sobre as partes córadas do systema tegumentar dos animaes ou sobre a materia fecundante dos sêres animados. O premio consistiria n'uma medalha de 1:200 francos. Deixou tambem á Universidade de Coimbra uma preciosa collecção phrenologica *(*collecção de cabeças para o estudo do systema de Gall*)*; e duas lindas jarras de porcelana; o busto allegorico em bronze, por Fratin, do proprio Gama Machado, e dois quadros a oleo, representando Galileu perante o tribunal da Inquisição; e o outro os agentes do mesmo tribunal torturando com o fogo um padecente para o forçarem a confessar-se réo. A faculdade de Medicina, á qual coube a collecção phrenologica, resolveu que d'esta se fizesse um gabinete para o estudo da phrenologia, e que o gabinete fôsse designado pelo nome de *Gama Machado*.

Machado *(Joaquim José)*. Coronel de engenharia, governador geral de Moçambique e da India, do conselho de Sua Magestade, etc. N no Algarve em 24 de setembro de 1847, d'uma familia humilde. Vindo cursar para Lisboa os seus estudos preparatorios, fêl-o com extraordinario e rapido aproveitamento, tanto mais para notar,

quanto a sua vida era cortada de difficuldades, consequencia da falta de recursos, difficuldades que o moço e brioso estudante superou á custa dos mais respeitaveis e sympathicos esforços. Ao mesmo tempo que frequentava e se distinguia nas cadeiras de um anno de curso, leccionava particularmente as disciplinas já apprendidas, e isto durou até quasi ao termo da sua frequencia na Escola Polytechnica, onde obteve tão altas qualificações, que foi classificado para a arma de engenharia. Passando a frequentar a Escola do Exercito, ali pôde dar mais desafogo ainda ao seu lucido talento, e manteve os seus creditos de moço intelligente e de estudante applicado e distincto. Assentou praça em 21 de outubro de 1869, aos 22 annos de edade, quando principiou a frequentar o 4.º anno da Escola Polytechnica; foi promovido a 2.º tenente para a arma de engenharia em 9 de dezembro de 1873, a 1.º tenente a 28 de dezembro de 1875, e em menos de um anno, no 1.º de agosto de 1876, a capitão, pois por uma serie de circumstancias anormaes, a promoção no quadro da sua arma correu com extraordinaria rapidez durante aquelle prazo. Exactamente por essa epoca, o ministro da marinha, então João de Andrade Corvo, organisou as duas grandes expedições de fomento material, com que pretendia iniciar um novo period) de vitalidade nas duas provincias ultramarinas de Angola e Moçambique. As condições em que se convidavam para este espinhoso serviço os moços officiaes e o pessoal mais intelligente da engenharia militar e civil do paiz, eram excepcionalmente vantajosas, e muitas illustrações saidas recentemente das escolas, correram a enfileirar-se n'aquella hoste civilisadora. O sr. Joaquim José Machado foi um dos primeiros a offerecer os seus serviços. Sendo favoravelmente acceite a sua pretenção no ministerio da marinha e ultramar, coube-lhe a direcção das obras publicas da provincia de Moçambique, com o encargo de organisar em Lisboa toda a expedição, começando na escolha do pessoal e descendo até á acquisição das menores exigencias materiaes. Em tudo se mostrou activo e competente o novo director da expedição, cercando-se de valiosos auxiliares e organisando todos os serviços com incalculavel presteza e com um acerto superior a todos os elogios. Pelo facto da sua nomeação para tão importante incumbencia, foi promovido a major, sem prejuizo dos officiaes mais antigos da sua classe e arma, em 13 de setembro de 1876, isto é, mez e meio depois da sua promoção a capitão, e apenas com 29 annos de edade, facto rarissimo no nosso paiz. O modo como desempenhou a sua commissão durante os tres annos do seu compromisso valeu-lhe a estima superior de todo o alto funccionalismo na secção ultramarina do nosso ministerio da marinha, e o respeito e inalteravel amizade de quantos serviram debaixo das suas ordens, entre os quaes se contavam engenheiros distinctissimos. Os seus serviços estão expostos em desenvolvidos relatorios, alguns dos quaes correm impressos, e por elles mereceu elogios dos governadores da provincia e do governo da metropole, em mais de uma portaria. Entre todos os seus trabalhos avulta porém, um que mais o apaixonou, e no qual empregou esforços sobrehumanos, realisando-o através de todas as contrariedades e vencendo todas as inclemencias que se lhe antepozeram e que, frequentes vezes, fôram graves. Referimo nos aos estudos do caminho de ferro de Lourenço Marques ás fronteiras do Transval. O sr. Joaquim José Machado, não só completou estes importantes estudos, como tambem foi o mais fervoroso advogado da construcção d'essa linha, e um dos mais prestantes e estrenuos apostolos de todos os progressos tendentes a melhorarem as condições da nossa provincia ultramarina de Moçambique. Construida a linha, procedeu-se á sua inauguração, em que representou officialmente o governo portuguez. Nas sessões dos dias 6, 13 e 22 de dezembro de 1880, na Sociedade de Geographia de Lisboa, o sr. Machado fez as mais judiciosas considerações sobre o estado presente e possibilidades de engrandecimento futuro d'esta provincia. Essas communicações fôram impressas pela Sociedade de Geographia, em 1881, n'um opusculo intitulado *Moçambique*. Os conhecimentos que o sr. Machado adquiriu pela sua pratica n'estes assumptos são variadissimos, e a sua palavra foi sempre escutada com a maxima attenção pela Sociedade de Geographia, onde o sr. Machado com frequencia se fez ouvir, esclarecendo com a sua illustração muitas das questões coloniaes que eram ali tratadas e discutidas. Em 1882 publicou a Sociedade de Geographia outro opusculo intitulado: *O caminho de ferro de Lourenço Marques; parecer da commissão africana e*

Joaquim José Machado

informação apresentada pelo vogal Joaquim José Machado. Esta *informação* occupa todo o opusculo, menos as du s primeiras paginas, que são as do *parecer*. Nos *Boletins* da mesma sociedade veem insertos muitos outros trabalhos do sr. Machado. Foi depois encarregado d'uma commissão de serviço em Bolama, e mais tarde encarregado de propôr as reformas para a obtenção de re-

cursos financeiros nas provincias de Angola e Moçambique. Em 1886 foi nomeado inspector das obras publicas do ultramar, sendo pouco depois encarregado da direcção da fiscalisação do caminho de ferro de Ambaca. Mais tarde foi nomeado director do caminho de ferro de Lourenço Marques, cargo que exerceu algum tempo, e em 1888 fez os estudos do caminho de ferro de Mossamedes. Em todas estas commissões se houve de fórma que foi muito elogiado. Concluida tão ardua commissão, teve o encargo em 1890, na qualidade de commissario do governo portuguez, de fazer a demarcação da fronteira portugueza entre o districto de Lourenço Marques e a republica do Transvall. Ainda n'esse anno, que acontecimentos graves na provincia de Moçambique reclamavam um governador energico e conhecedor da provincia, foi o illustre official de engenharia nomeado governador geral d'aquella provincia, cargo que exerceu até 2 de julho de 1891, não sem luctar com enormes difficuldades, que muito o desgostaram. Regressando a Lisboa, tomou conta d'outra commissão, a de governador dos territorios da Companhia, para que foi nomeado em 1892. Em 1897 foi nomeado governador geral da India. A 30 de junho de 1892 teve a promoção de tenente-coronel, e em 21 de novembro de 1895 a de coronel, que actualmente conserva. No anno de 1902 tambem foi o chefe da commissão de serviço para a delimitação das fronteiras de Barotze. Em 1903 foi agraciado com a commenda da ordem de S. Miguel e S. Jorge, alta distincção concedida pelo rei de Inglaterra, na occasião da sua proclamação. Em dezembro de 1904 foi-lhe tambem concedida pelo Supremo Conselho de Justiça Militar a medalha de ouro de serviços relevantes no ultramar. O nome do sr. coronel Joaquim José Machado está de tal modo ligado ao fomento do nosso dominio ultramarino ha perto de 30 annos, especialmente na provincia de Moçambique, que será difficil encontrar ali qualquer progresso, em que elle não tenha tomado parte muito activa. O seu nome figura entre os dos nossos mais illustres africanistas, no renascimento da Africa Oriental Portugueza. Tem-se conservado sempre alheio á politica, onde poderia attingir elevado logar, vivendo exclusivamente para a sua patria, e para a sua familia. Além das honras já citadas, possue o grande officialato e a commenda da ordem de Aviz, e o officialato da ordem de S. Thiago.

Machado (*Joaquim Pimenta de Avellar*). Official de marinha, governador de Benguella, etc. N. em 1851, e fal. em 27 de setembro de 1882. Assentou praça como aspirante de marinha em novembro de 1871; depois de ter estudado na Universidade de Coimbra o curso preparatorio, completou em julho de 1873 o curso da sua arma, e fazendo o competente tirocinio a bordo da fragata *D. Fernando*, foi despachado guarda-marinha a 4 de outubro d'esse anno. Tendo completado os tres cursos de embarque fóra do Tejo e sido approvado no exame pratico que a lei exige para o posto de 2.° tenente, foi a elle promovido em outubro de 1877, e desde então até maio de 1880, esteve quasi sempre embarcado, fazendo pequenas viagens. Em 1878 foi para a estação naval de Angola, d'onde recolheu doente no anno seguinte. A 26 de maio de 1880 foi nomeado ajudante d'ordens do governador geral d'Angola, Antonio Eleuterio Dantas, sendo então promovido a 1.° tenente supranumerario, e partindo para o seu destino a 5 de junho seguinte. Conservou-se n'essa commissão até 6 de outubro de 1881, em que foi tomar posse do governo de Benguella, para que havia sido nomeado. Em abril de 1882 apresentou-se em Lisboa com licença da junta de saude, retirando d'Africa a instancias dos medicos, que já previam o seu proximo fim, que se deu poucos mezes depois. Avellar Machado contava apenas 28 annos de edade, e a sua morte foi muito lastimada.

Machado (*Fr. José*). Religioso, dominicano, mestre da sua ordem e prégador régio. N. em 1775, ou pouco depois; fal. em Lisboa, victima d'um ataque de cholera morbus, em 1833. Era conhecido pelo nome de *Batalha*, o que faz julgar que fôsse natural d'aquella villa, ou que tivesse professado n'algum convento d'este nome. Em 1820 mostrou-se adverso ás novas idéas, e em varios folhetos defendia com as armas da ironia os principios mais reaccionarios. Adquiriu honrosa fama no exercicio de orador sagrado, para o que muito concorria, além do talento oratorio cultivado com o estudo, a sua boa disposição e presença no pulpito. Dos numerosos sermões que prégou, tanto em Lisboa como em outras terras, durante 18 ou 20 annos, parece que sómente se publicaram os dois seguintes: *Sermão dos Santos Innocentes prégado em 28 de dezembro de 1831 na Real Capella da Bemposta*, Lisboa, 1832; *Sermão da Conceição de Nossa Senhora*, na referida capella, Lisboa, 1832. Nos folhetos politicos acima citados, são-lhe attribuidos: *O fiado descosido*, Lisboa, 1827, e *Novo Mestre Periodiqueiro*, etc.

Machado (*José Alves Pimenta de Avellar*). General de brigada, antigo deputado, par do reino, vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar, etc. N. em Abrantes em 8 de novembro de 1847, sendo filho de João Alves Rodrigues Machado Pimenta, proprietario e lavrador em Abrantes, e de sua mulher, D. Joaquina Amelia Rovisco de Mendonça. Em 1864, contando 16 annos de edade, tinha concluido os preparatorios, e matriculou-se na Universidade de Coimbra, nas faculdades de Mathematica e de Philosophia, em que tomou o grau de bacharel, depois d'um curso muito distincto, em que recebeu premios pecuniarios e honorificos. Assentou praça em engenharia no dia 4 de outubro de 1869, matriculando-se então na Escola do Exercito em 1872. Em Lisboa conservou as suas tradições academicas de Coimbra, sendo premiado em todos os tres annos do curso, recebendo no fim a classificação excepcional de 17,6, correspondente a *muito bom*. Em 15 de janeiro de 1873 foi promovido a alferes, em 6 de fevereiro de 1875 a tenente, a 5 de janeiro de 1876 a capitão, a 31 de outubro de 1884 a major, a 27 de setembro de 1888 a tenente-coronel, a 30 de junho de 1893 a coronel, e a 3 de novembro de 1903 a general de brigada. Filiando-se no partido regenerador, onde tem sido sempre muito considerado, foi eleito deputado pela primeira vez na legislatura de 1881, sendo reeleito em 1884, 1898, 1899, etc. Na camara tomou parte muito activa n'algumas discussões, especialmente nas questões relativas a melhoramentos materiaes para o circulo de Abrantes, que sempre tem representado. Em 1901 foi elevado a par do reino. O sr. general

Avellar Machado tem desempenhado as seguintes commissões: Secretario do commando geral de engenharia; membro da commissão do aperfeiçoamento da arma; bibliothecario e conservador do museu technologico; membro da commissão de defeza de Lisboa e seu porto; chefe da 4.ª repartição do ministerio da guerra, logar que exercia em 1886; encarregado com o major Duval Telles de estudar os differentes systemas de pontes mais adoptados, e de adquirir uma para o exercito, que julgassem mais conveniente, e com as modificações mais adequadas; tem ainda tomado parte em outras commissões nos minis nisterios da guerra e obras publicas; de inquerito ao arsenal da marinha, á industria do sal, á crise agricola e á situação das classes trabalhadoras. E' relator annual do orçamento do ministerio da guerra, assim como tem sido sempre d'um importante numero de medidas concernentes a esta secretaria do estado; da lei da recompensa aos sargentos; applicação do decreto de 10 de setembro aos coroneis de todas as armas; plano de organisação hydrographica no continente do reino, porto do Funchal, reforma do pessoal technico do ministerio das obras publicas, etc. E' grande official da ordem de Aviz, por serviços distinctos; commendador da mesma ordem e da de S. Thiago; possue a cruz de 2.ª classe da ordem de Merito Militar de Hespanha.

Machado *(José de Moraes de Antas)*. Coronel do corpo de engenheiros. Viveu na segunda metade do seculo XVIII e principios do XIX. Serviu como quartel mestre general da divisão portugueza, que em 1793 foi auxiliar a Hespanha contra a republica franceza. Regressando a Portugal com o general Forbes, commandante em chefe d'aquellas forças, foi posteriormente governador do forte de Santo Antonio de Cascaes, e n'essa situação estava nos principios do anno de 1807. Desde então não se encontra mais noticias a seu respeito.

Machado *(José Vieira Gonçalves)*. Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, cidade de que era natural, sendo filho de Domingos José Gonçalves. Doutorou se a 2 de outubro de 1825.

Machado *(Julio Cesar)*. Escriptor, folhetinista notavel, secretario do Instituto Industrial, etc. N. em Lisboa a 1 de outubro de 1835; fal. na mesma cidade a 12 de janeiro de 1890. Era filho de Luiz Maria Cesario da Costa Machado, e de D. Maria Ignacia Machado. Em 1838, contando apenas 3 annos de edade, foi levado para a casa de campo que seus paes possuiam em Durruivos, aldeia situada nas proximidades de Obidos. Ali, na companhia de sua mãe, d'uma tia, de sua avó e d'um tio frade, foi crescendo, recebendo d'este velho tio os primeiros elementos de instrucção, e por morte d'este, continuou estudando com o prior da referida freguezia, o padre Paulo. No meio d'esta vida socegada e tranquilla, uma carta de seu pae chamou a Lisboa toda a familia, e assim vieram todos para Lisboa em 1844. Julio Cesar Machado entrou logo no collegio de Santa Martha, dirigido pelos irmãos Pontes de Athaide, mas como estes senhores eram realistas, um bello dia a casa foi assaltada a pretexto de haver ali uma arrecadação de polvora e armas, por se preparar uma revolta, e o collegio appareceu fechado. Julio Cesar Machado foi então para o Collegio Militar, estabelecido n'essa epoca no edificio de Rilhafolles, mas deante dos rigores do professor de latim, Mesquita, que entendia que só á força de palmatoadas se podia ensinar, Julio Cesar Machado, no meio d'uma sóva que estava levando, deitou a fugir pelos corredores, a correr até casa, mostrando ao pae as mãos rôxas e inchadas, conseguindo assim vêr-se livre do Collegio Militar e de tão barbaro professor. Passou a frequentar o Lyceu, e no meio dos seus estudos de latim e de philosophia, começou a escrever um romance, e pedindo a um amigo de seu pae, Lopes Cabral, que o apresentasse a Camillo Castello Branco, teve a fortuna de vêr impresso esse seu primeiro trabalho litterario, no jornal a *Semana*. O romancesinho chamava-se *Estrella d'Alva* Seu pae falleceu em 1851, deixando-o sem protecção e sem patrimonio, obrigando-o desde logo a procurar meios de subsistencia. O pae dissipou toda a sua fortuna, os predios, que possuia, estavam

Julio Cesar Machado

na mão dos crédores a quem já haviam sido hypothecados, e Julio Cesar Machado viu se obrigado a interromper os estudos regulares que frequentava na intenção de mais tarde entrar na Escola Medica, carreira a que seu pae o destinava. N'estas circumstancias tão criticas, lembrou-se de tentar fazer fortuna pelas letras, para que tinha decidida vocação. Escreveu um romance intitulado *Claudio*, que Lopes de Mendonça recommendou ao publico, e traduziu uma comedia, *As calças de lista,* que se representou no theatro do Salitre, mas a sua situação financeira cada vez era mais triste, quando Romão Antonio Martins, actor e ensaiador do Gymnasio, o encontrou, e lhe deu para traduzir a comedia franceza *Le Petit-fils*, dizendo-lhe que se agradasse, poderia render bem. Com essa traducção alcançou o logar de traductor do theatro, que exerceu por alguns annos. No seu livro *Apontamentos de um folhetinista*, descreve elle a sua vida com aquella *verve* que todos lhe conheciam,

e que o tornou tão apreciado, e ali se nota que a comedia o *Neto (Le petit-fils)*, que era muito engraçada, foi por assim dizer um dos marcos miliarios da sua carreira laboriosa. Continuou, portanto, a traduzir e a imitar para o Gymnasio differentes peças do repertorio francez, principalmente de Scribe, algumas das quaes tiveram grande voga, escrevendo tambem algumas comedias originaes, como o *Annel de alliança* e *Amigos! amigos!*, ambas em 1 acto. N'aquelle theatro travou relações com muitos dos homens mais notaveis da sociedade lisbonense. Foi ahi que elle conheceu o medico João Cypriano Ferreira, que mandou imprimir e lhe fez presente da edição dos *Ensaios litterarios*, que elle escrevera por esse tempo; tambem ali se relacionou com D. José d'Almada e Lencastre, que lhe despertou a idéa de se lançar na imprensa jornalistica, idéa de que nasceu o jornal *Ecco litterario*, que viveu dois annos, tendo por collaboradores Francisco Serra e José Joaquim Vieira. Foi ainda no Gymnasio que tomou conhecimento com o apreciado escriptor e poeta Mendes Leal, então redactor do jornal *A Lei*, o qual se queixava de ter de revêr as provas, trabalho muito enfadonho, mas a que se via obrigado por ter adoecido o revisor. Julio Cesar Machado offereceu-se, e durante uma semana ficou substituindo o revisor enfermo. Poucos dias depois, Albano Coutinho o procurou para revisor do *Doze de agosto*, e alguns mezes mais tarde entrava com egual cargo para a *Revista Universal Lisbonense* para substituir o revisor Meira. Uma vez, no meio da semana, estava já composta parte do jornal, e faltavam quatro columnas que Ribeiro de Sá prometteu para o outro dia, se tivesse tempo de escrever á noite, mas Julio Cesar Machado, desvanecido com a idéa de collaborar tambem n'um jornal, que depois do *Panorama*, era o jornal litterario mais importante n'esse tempo, escreveu um artigo a respeito do pintor Metrass, e depois de prompto entregou-o a Ribeiro de Sá, sem lhe declarar que era seu, dizendo-lhe que se havia recebido na redacção sem assignatura. O director da *Revista* deu ordem para lhe mandarem o artigo a casa, accrescentando que se não lhe agradasse, escreveria outro seu na manhã seguinte. O portador que fôra buscar o original, trouxe o que Machado escrevera. N'esta situação um pouco mais desafogada em que se via, com a secção litteraria do *Doze de Agosto*, da revisão d'este jornal e da *Revista*, e com as traducções para o Gymnasio, veiu a cholera-morbus em 1855, transtornal-o completamente, em consequencia de ter fechado o theatro, parado o *Doze de Agosto*, e acabada a *Revista Universal Lisbonense*. Julio Cesar Machado, com pouco mais de 20 annos, tendo procurado crear uma posição independente, viu-se sem recursos, e sem ter para onde appellar. Comtudo, não esmoreceu, e resolvido a sair de tão triste situação, escreveu os primeiros capitulos da *Vida em Lisboa*, obra que veiu a ter dois volumes, e ajustando a publicação d'esse trabalho com a casa editora Antonio Maria Pereira, passando aquella epoca calamitosa de 1856 e 1857, em que Lisboa foi assaltada pela cholera-morbus e febre amarella, trabalhando dia e noite, porque segundo o contrato feito, todas as semanas á entrega d'uma porção do manuscripto receberia um tanto. O romance imprimiu-se, vendeu-se rapidamente, os jornaes falaram d'elle com louvor, e Ricardo Guimarães, depois visconde de Benalcanfor, escreveu um bilhete ao autor, dizendo-lhe que á noite em S. Carlos o apresentaria a José Estevão, para entrar como folhetinista na *Revolução de Setembro*. Lopes de Mendonça escrevia o folhetim aos sabbados, e ficou combinado Julio Cesar Machado escrevel-o ás terças feiras. Não tardou que os jornaes d'este dia se esgotassem, a ponto de a *Revolução de Setembro* ter de augmentar a tiragem ás terças feiras. N'esta epoca, ainda Machado sustentava mais dois folhetins revistas por semana: aos sabbados na *Opinião*, jornal do duque de Loulé; e no *Rei e Ordem*, do conde de Cabral, ás quintas feiras, assignando com o pseudonymo de *Carolina*. Ninguem soube durante mais d'um anno o nome que occultava este pseudonymo, pois a indole era completamente differente em cada jornal. Pouco depois foi um dos directores da empresa do *Tejo, journal le plus occidental de l'Europe*, que durou seis mezes, sendo nos ultimos tres Julio Machado o unico collaborador. D'ahi a tres mezes apparecia o editor Correia de Seabra a pedir-lhe um livro, porque em vista do successo dos folhetins da *Revolução de Setembro*, era de tentar a publicação d'uma obra de Julio Cesar Machado. Fez-se o contrato, saiu o livro com o titulo de *Contos ao luar*, e com tanta fortuna que em 8 mezes se fizeram tres edições. Seguiram-se então outros livros: *Scenas da minha terra*, *Passeios e phantasias*, *Recordações de Paris e Londres*, etc. Em 1861 conseguiu fazer uma digressão ao estrangeiro, que era uma das grandes ambições da sua vida. Foi a Paris e a Londres, e com as recordações d'essa viagem escreveu o livro acima citado. Mais tarde esteve em Hespanha e na Italia, que descreveu nos seus livros: *Em Hespanha* e *Do Chiado a Veneza*. Julio Cesar Machado era um homem de nobre caracter e de um desinteresse inexcedivel. Ligado com os homens mais importantes do paiz, nunca lhes solicitou um emprego. Em 1864, tendo Ricardo Guimarães, que era secretario do Instituto Industrial, sido nomeado para outro logar, os amigos de Machado lembraram se de o nomear para a vaga que ficára. Machado acceitou, e exerceu aquelle logar até fallecer, mas nunca pretendeu outro, nem solicitou melhorias de vencimento, ou quaesquer vantagens ou reformas. Para que se lhe elevasse o ordenado, foi preciso que na camara houvesse quem tomasse a iniciativa, sem o consultar, de propôr esse augmento, que todos os deputados acolheram com applauso. Machado usou tambem dos pseudonymos *Odacham* e *Oiluj*, anagramma perfeito do seu nome. Com este ultimo nome assignou umas chronicas ligeiras que publicou até fallecer, na *Moda illustrada*, e *Zzzt*, na *Chronica Moderna*. Ha muitos artigos seus, que são completamente desconhecidos em Portugal; são os que mandava para o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro. Collaborou tambem na *Politica Liberal, Jornal do Commercio, Figaro, Diario de Noticias, Diario Illustrado, Chronica Moderna*, etc. No *Diario de Noticias*, publicou desde 1872 um folhetim humoristico, quinzenalmente, ora critico, ora commemorativo e apologetico; e outro desde 1880 no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro. Continuou escrevendo sempre para o theatro, deixando muitas

peças que se não representaram como a traducção da *Visite de noces*, de Alexandre Dumas filho, etc. Era socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e de muitas outras corporações. E' para lastimar que a sua morte fôsse tão tragica, o que causou uma dolorosa surpreza. Julio Cesar Machado, comtudo tornara-se um pouco excentrico. Padecia um tanto do figado, e a isso se attribuia a melancholia que por vezes o assaltava. Casou, e consagrou de subito a sua vida, principalmente, a seu filho, uma creança intelligente e vivissima, que adorava com verdadeiro fanatismo, fanatismo que deu o resultado que dá sempre a falta de disciplina na educação. O rapaz estonteou-se um pouco, e principiou a ter uma vida desregrada, que o levou, segundo parece, a uma situação desesperada, e suicidou-se. A dôr de Julio Cesar Machado foi profundissima. Caiu n'uma tristeza incuravel, mais do que isso, as faculdades do seu espirito evidentemente se alteraram Já no enterro do filho, a que por força quiz assistir, os seus amigos lhe notaram uma exaltação extranha, uma idolatria doida pela memoria da infeliz creança. Sua esposa partilhava a sua dôr. Pouco a pouco entrou n'aquelles dois espiritos a idéa de que lhes seria impossivel a vida. O suicidio foi o seu ideal, ou foi sobretudo o ideal de Julio Cesar Machado, que o incutiu com uma persistencia inabalavel no espirito de sua mulher. N'um domingo mandaram a creada a um recado que tinha pouca demora; depois puzeram o retrato do filho como n'um altar, e deante d'elle mataram-se um ao outro cortando as guélas com uma navalha. Quando a creada voltou, encontrou aquelle quadro angustiosissimo: Machado estava estendido no chão já morto, e sua esposa dando ainda signaes de vida. Levaram-n'a para o hospital, e conseguiram a custo salval-a. O espirituoso folhetinista, o humoristico escriptor é que desceu á campa, causando a mais pungente consternação. Havia dois mezes que o filho se suicidara. Julio Cesar Machado habitou sempre uma modesta casa na travessa do Moreira ao Salitre. Quando em 1904 se tratou de vender a casa, a camara municipal resolveu que fôsse collocada na fachada uma placa commemorativa. Mais tarde aquella travessa tomou o titulo de *Julio Cesar Machado*. No cemiterio do Alto de S. João existe a sua estatua.

Machado *(Julio Cesar)*. Bibliographia: *Claudio*, romance, Lisboa, 1852; fez-se nova edição em 1875, trazendo no fim, com o titulo de *Aquelle tempo*, varias anecdoctas e memorias contemporaneas, figurando n'ellas os homens de letras mais distinctos d'aquella epoca; *A mulher casada*, romance contemporaneo, Lisboa, 1852; *Estevam, paginas da ultima noite da vida*, romance contemporaneo, Lisboa, 1853; *Amigos! amigos!* proverbio n'um acto, Lisboa, 1853: *O tio Paulo*, drama em 3 actos; publicado no *Rei e Ordem*, em folhetins no anno de 1860, e depois no livro *Passeios e phantasias*; *O annel de alliança*, comedia em 1 acto, Lisboa, 1856; *A Vida em Lisboa*, romance contemporaneo, Lisboa, 1858, 2 tomos; *Biographia do actor Izidoro*; é o n.º 2 da *Galeria artistica*, etc., Lisboa, 1859; *Biographia do actor Sargedas*, o n.º 4 da mesma *Galeria*, Lisboa, 1859; *Biographia de Francisco Alves da Silva Taborda* (actor portuguez), na *Revista Contemporanea*, tomo III, pag. 169 a 186; *Biographia do actor Joaquim José Tasso*, na mesma *Revista*, tomo IV, pag. 541 a 560; *Biographia da actriz Soller*, Lisboa, 1860; *A vida em Lisboa*, comedia em 4 actos, de collaboração com Alfredo Hogan, Lisboa, 1861; *A esposa deve acompanhar seu marido*, comedia em 1 acto, Lisboa, 1861; *Primeiro o dever!*, drama em 3 actos, de collaboração com Alfredo Hogan, Lisboa, 1861; *Modesto de mais*, romance; na *Revista Contemporanea*, tomo V, pag. 573 a 582; *Contos ao luar*, Lisboa, 1861; tem tido diversas edições; *Scenas da minha terra*, Lisboa, 1861; *Passeios e Phantasias*, Lisboa, 1862; *Recordações de Paris e Londres*, Lisboa, 1862; *Amor ás cegas*, comedia em 1 acto, Lisboa, 1863; *Contos a vapor*, Lisboa, 1864; *Em Hespanha, scenas de viagem*, Lisboa, 1865; *Do Chiado a Veneza*, Lisboa, 1867; *Quadros do campo e da cidade*, Lisboa, 1868; *Trechos de folhetim*, Lisboa, 1870; *Da loucura e das manias em Portugal, estudos humoristicos*, Lisboa, 1872; teve outra edição em 1874; *A' lareira*, Lisboa, 1872; *Manhãs e noites*, Lisboa, 1873; *A senhora está deitada*, comedia em 1 acto, Lisboa, 1873; é o n.º 8 da serie *Bibliotheca dramatica*; *Lisboa na rua*, Lisboa, 1874; com gravuras, sendo os desenhos de Manuel de Macedo; *Os theatros de Lisboa*, Lisboa, 1875; *Lisboa de hontem*, Lisboa, 1877; *Fóra da terra*, de collaboração com Pinheiro Chagas; Lisboa, 1878; *Apontamentos de um folhetinista*, Lisboa, 1878; *A vida alegre*, Lisboa, 1880; *Historia de Gil Braz de Santilhana, por Lesage, traducção portugueza*, edição de luxo. *Mil e uma historias*, Lisboa, 1888. Na Trindade representaram-se as duas seguintes comedias em 1 acto, que alcançaram grande successo: *Para as eleições* e *Depois das eleições; Capitão Biterlin*, comedia em 1 acto, Lisboa, 1861; *O filho familias*, em 3 actos; *Visita de casamento.*

Machado *(Lucas José Gonçalves)*. Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra; era natural d'esta cidade, sendo filho de Domingos José Gonçalves Machado. Doutorou-se em 25 de julho de 1841.

Machado *(Manuel)*. Compositor musico, que vivia no principio do seculo XVII. Era natural de Lisboa e foi discipulo de Duarte Lobo. Recebeu a nomeação de musico da capella de Filippe III de Hespanha e II de Portugal. Deixou varias musicas que se guardavam na Bibliotheca Real: *Cogitavit Dominus*, a 4 vozes; *Lamentações de Quinta feira maior*, a 4 vozes; *Salve Regina* a 8 vozes, e varios *Villancicos*.

Machado *(Manuel)*. Esculptor. Viveu pelos annos de 1732. Era o pae do grande esculptor Joaquim Machado de Castro; modelava com perfeição, e foi o primeiro professor de seu filho.

Machado *(Manuel)*. Antigo societario e empresario do theatro do Gymnasio. N. no logar da Carvoeira, proximo de Torres Vedras, em 19 de outubro de 1806, fal. em Lisboa a 19 de dezembro de 1898, na edade de 92 annos. Machado viveu sete annos em Italia. Vindo depois para Lisboa, exerceu o logar de fiscal no theatro de S. Carlos, na empreza do conde do Farrobo. Depois fundou em 1846 o Gymnasio, no local onde hoje se encontra, em que existia então uma grande barraca, que servia de circo, a qual pertencia a um Motta, dono d'uma casa typographica no Rocio. Associando-se Manuel Machado com este

Motta, o barracão foi transformado em outro de melhores condições, que o publico começou a frequentar com mais animação, o que influiu Manuel Machado a ir mais longe, erguendo um theatro, onde pudesse reunir uma companhia composta de bons elementos. A vida de Manuel Machado está, por assim dizer, resumida á longa existencia do Gymnasio, cuja fundação já descrevemos n'este mesmo volume, pag. 413 e seguintes. Foi elle a alma d'aquelle theatro durante muitos annos, como societario e como emprezario; sacrificou-se bastante, e soffreu grandes dissabores; muitos actores e actrizes, que depois se tornaram distinctos ornamentos do theatro normal, ali se educaram, pelos esforços de Manuel Machado, e pelo bom ensaiador que encontraram em Romão Antonio Martins, actor muito conhecedor de palco e excellente mestre. Até 1872 conservou-se n'aquella empresa, que depois deixou por motivos que ignoramos, mas de que elle muito se queixava, alcunhando de ingratos e de invejosos os que tinham concorrido para esse fim. Foi depois camaroteiro, chefe dos porteiros de S. Carlos; em 1882 conseguiu ser porteiro no palacio das Janellas Verdes quando ali se deu a exposição da arte ornamental. Os ultimos annos passou-os amargurados por se vêr entrevado sem poder sair de casa, sem recursos, vivendo quasi exclusivamente de esmolas de amigos que ainda conservava. Manuel Machado era muito conversador e entretinha uma sociedade contando episodios da sua longa permanencia em Italia, anecdotas engraçadas, historias ácêrca do Gymnasio, de que falava constantemente como de um seu filho muito dilecto. Queixava-se dos que lhe não eram affeiçoados, das ingratidões de muitos que servira, e que o esqueceram na decadencia. Só o que sempre lhe mereceu a maior consideração foi o actor Taborda, o velho artista, de quem fôra sempre muito amigo, confessando-se muito reconhecido pelos continuos beneficios que d'elle recebia.

Machado *(Manuel Aleixo Duarte)*. Presbytero secular, doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, conego da egreja cathedral de Faro, deputado, etc. N. em Castro Marim a 4 de setembro de 1769, fal. no Algarve em 1833, ou pouco depois. Era filho de Aleixo Duarte Machado. Doutorou-se em 3 de julho de 1796. Destinando-se ao magisterio foi por algum tempo oppositor na referida faculdade, até que mudou de resolução, pelo motivo de ser eleito conego da sé de Faro. Foi deputado nas côrtes de 1822, eleito pela divisão do Algarve, prestando juramento na camara na sessão de 20 de novembro. Era homem de muito saber e dotado de felicissima memoria, mas dos seus trabalhos litterarios, apenas consta que se imprimissem os seguintes: *Sermão prégado nas exequias pelos portuguezes que morreram na ultima guerra, celebradas na cathedral de Faro em 23 de maio de 1814*, Lisboa, 1814; *Traducção dos Dialogos Socratris, feita do idioma francez em portuguez*, Lisboa, 1823; *Resposta a uma censura do Desembargo do Paço sobre os direitos da successão* ab intestato, etc., Lisboa, 1823.

Machado *(Manuel Luiz)*. Presbytero, natural da ilha Terceira. Ignora-se a epoca em que viveu, mas sabe-se que foi o autor d'alguns trabalhos genealogicos a respeito das familias d'essa ilha, e de outras do archipelago dos Açôres, que não chegaram a imprimir-se.

Machado *(Manuel de Sousa)*. Coronel de infantaria. N. em 20 de outubro de 1850, fal. em 11 de julho de 1908. Assentou praça em 12 de novembro de 1869, sendo promovido a alferes em 21 de janeiro de 1873, a tenente em 27 de fevereiro de 1878, a capitão em 31 de outubro de 1884, a major em 16 de setembro de 1895, a tenente-coronel em 15 de março de 1900, e a coronel em 18 de fevereiro de 1904. Os primeiros serviços que prestou, em Africa, foi como chefe do estado maior, quando se organisou a primeira expedição em 1890. Depois de permanecer um anno n'aquellas regiões, conhecedor de quanto ellas são inhospitas muita vez e da grande responsabilidade que sobre si tomam os commandantes em sertões, e falta de recursos, tomou a seu cargo o commando d'uma força, que saindo da Beira, havia de passar por Manica, Gorongosa e Sena, para depois descer até Quelimane. Realisou a viagem, commandando uns setenta e tantos homens, já no principio da estação calmosa, e levou-a a cabo, chegando a Quelimane sem que lhe faltasse um só dos seus. Em 12 de setembro de 1898 partiu para Moçambique, a bordo do vapor *Benguella*, a expedição commandada pelo então major Manuel de Sousa Machado, para combater os regulos de Cuamba e de Mataca. A expedição desembarcou em Chilomo a 11 de julho de 1899. Os pretos das forças do regulo de Cuamba, atacavam em numero elevadissimo, e em repetidos combates, como no mez de agosto, no dia 14, em que se deram varios recontros, onde ficaram feridos alguns cipaes da expedição; no dia 20, novo recontro, resultando bastantes baixas e ferimentos; no dia 22 na acção, nas proximidades d'um rio, em que houve muitas baixas e ferimentos; no dia 23, no combate de Mentaculo, em que Cuamba empregou a maior das suas forças, deixando no campo bastantes cadaveres, havendo na expedição tambem algumas baixas por morte e muitos feridos; no dia 24, a acção de Macoma, em que o regulo Cuamba resolveu retirar e abandonar as suas terras. Mas não era só contra os pretos que a expedição tinha de luctar, era tambem com a falta de recursos que se tornara assustadora. As provisões estavam reduzidissimas. A sêde atormentava os soldados. Chegaram a andar 35 k. sem encontrarem uma gota d'agua, bebendo a dos charcos immundos. Mas venceram por fim. Foi um facto verdadeiramente heroico a marcha d'esses soldados, depois dos combates, desde Chilomo até Napulu, povoação principal d'aquelle regulo, onde a expedição entrou triumphante em 28 de setembro, anniversario natalicio dos reis portuguezes, sendo então inaugurado o *Forte D. Carlos*, na margem direita do lago Amaramba. Foi uma marcha inevitavel, de mais de 550 k. em condições difficilimas, cada dia augmentadas pelo extenuamento dos soldados, pela fome, pela sêde, pela falta de recursos na ambulancia, que obrigou os officiaes aos maiores sacrificios. No dia 14 de outubro deu-se o primeiro encontro com as forças do regulo de Mataca, e a passagem á viva força do rio Livambala; no dia 16 foi o combate de Namatanda, em que a gente de Mataca soffreu grandes perdas; no dia seguinte, a acção de Namgama e passagem do rio Luangua, que obriga-

garam Mataca a fugir, abandonando as suas terras, realisando-se no dia 19 a entrada da expedição na povoação principal de Mataca, depois de muitos encontros com a gente das povoações visinhas. A expedição regressou a Lisboa, onde chegou a 27 de janeiro de 1900, desembarcando no arsenal da Marinha, no meio das mais enthusiasticas manifestações, assistindo el-rei D. Carlos, o infante D. Affonso, os ministros da guerra e da marinha, representantes das camaras dos pares e dos deputados, da Sociedade de Geographia, major Mousinho d'Albuquerque e muitos outros militares. O cortejo seguiu até ao quartel da Graça, junto do qual se erguia um arco triumphal, indo á frente das suas tropas o major Sousa Machado a cavallo acompanhado por grande numero de officiaes, ao som do hymno da Carta. Foi uma recepção commovente. A campanha de Mataca deu origem a dois cordealissimos telegrammas enviados ao governador geral de Moçambique pelo secretario de estado da republica sul africana e pelo alto commissario inglez. Foi n'esta campanha que Sousa Machado ganhou a commenda da ordem de Torre e Espada, conferida em decreto de 25 de janeiro de 1900. Além d'esta commenda, possuia mais as seguintes honras: ajudante de campo honorario d'el-rei D. Carlos, commendador e official da ordem de S. Bento de Aviz por serviços distinctos, cavalleiro da mesma ordem e da de S. Thiago; a medalha de prata de comportamento exemplar e a de ouro para commemorar a expedição á região de Nyassa em 1899.

Machado *(Paulo)*. Poeta do seculo XVI, natural de Beja, e que foi morto em 1600 por D. Francisco Rolim de Azambuja, que assim tirou vingança d'um romance satyrico, que contra elle compuzera.

Machado *(Raphael Coelho)*. Escriptor e professor e compositor de musica. N. em Angra do Heroismo em 1814, fal. em 9 de setembro de 1887, segundo se julga, no Brazil. Começou a ser educado para a carreira ecclesiastica, sendo menino do côro na cathedral d'aquella cidade, onde aprendeu musica e preparatorios para a vida a que se destinara, mas depois, por inclinação natural, ou por qualquer outra circumstancia, desistiu d'aquella idéa, dedicando-se de preferencia á musica. Em 1835 veiu a Lisboa proseguir aqui os seus estudos litterarios e artisticos, e em 1838 embarcou para o Brazil, estabelecendo-se no Rio de Janeiro como professor da arte musical, em que adquiriu grande fama. Inclinado tambem ás letras fundou em 1842 um jornal musical e poetico intitulado: *O Ramalhete das damas*, que durou 5 annos, e de que foi o redactor principal; publicava-se duas vezes por mez, contendo interessantes e curiosos artigos de esthetica musical, de critica scenica, de instrucção sobre todos os ramos da arte, noticias e biographias de musicos illustres, etc. Acompanhavam o jornal diversos trechos de musica. Vindo a Lisboa, apresentou no Conservatorio o seu *Tratado de harmonia*, que foi approvado na sessão de 7 de julho de 1851. Depois d'uma viagem pela Europa, para profundar os seus conhecimentos, em que percorreu a Inglaterra, França e Hespanha, regressou ao Rio de Janeiro em 1853, continuando a exercer o professorado musical, collaborando ao mesmo tempo na *Tribuna Catholica*, jornal do Instituto Episcopal Religioso, sendo em 1857 nomeado relator da commissão de redacção, cargo que no anno seguinte continuou a exercer. Além d'algumas poesias e de muitos artigos sobre diversos assumptos, publicados em varios jornaes, escreveu e imprimiu no Rio de Janeiro outras obras sobre musica, methodos para diversos instrumentos, musicas sacras, cujos titulos se encontram no 2.º vol. do *Diccionario biographico dos musicos portuguezes*, de Ernesto Vieira, pag. 51 e 52, e no vol. VII do *Diccionario bibliographico*, de Innocencio Francisco da Silva, pag. 46 a 48.

Machado *(Rodrigo de Sousa)*. Conego secular de S. João Evangelista, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. Era natural de Guias, comarca de Guimarães, sendo filho de Bernardo Machado. Doutorou se em 23 de janeiro de 1820. Foi eleito 4.º substituto pela provincia do Minho, nas eleições para as côrtes constituintes de 1821, e tomou assento na camara a 7 de maio, para preencher a vaga de João Gomes de Lima, que obteve escusa.

Machado *(Simão)*. V. *Machado (Fr. Boaventura)*.

Machado *(Virgilio Cesar da Silveira)*. Medico pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa, lente de Chimica no Instituto Industrial de Lisboa, proprietario do Consultorio Electrotherapico e do Instituto Medico, que tem o seu nome, socio effectivo da Academia Real das Sciencias, do conselho de Sua Magestade, etc. N. no paço de Queluz em 1 de março de 1859, sendo filho do almoxarife d'aquelle paço José Cypriano da Silveira Machado, e de sua mulher, D. Sebastiana Elisa da Silveira Machado. Tendo concluido os estudos preparatorios frequentou a Escola Polytechnica, de 1876 a 1877, manifestando logo no primeiro anno de frequencia aptidões especialissimas para os estudos de physica experimental e pratica. Por intermedio do professor Pina Vidal apresentou á Academia Real das Sciencias algumas memorias, que mereceram a honra de serem publicadas no *Jornal de sciencias mathematicas, physicas e naturaes*, da mesma academia. No anno lectivo de 1878 a 1879, passou para a Escola Medico-Cirurgica, completando o curso com distincção, em julho de 1883. No anno de 1881 foi nomeado pelo governo, secretario do commissario especial de Portugal na Exposição Internacional de Electricidade, realisada em Paris, e quando regressou a Lisboa fez algumas conferencias ácêrca do que vira mais importante na exposição. Abriu depois um gabinete especial de electrotherapia, consultorio que ainda hoje conserva, onde faz applicação de correntes electricas continuas, intermittentes, induzidas, etc., ao tratamento de diversas doenças, nas quaes a electricidade é considerada um vantajoso meio therapeutico. Annexo a este instituto funcciona um magnifico laboratorio para as analyses chimicas da urina, do sangue, do leite, etc., que são muito uteis para o diagnostico. Foi o sr. dr. Virgilio Machado o primeiro medico que em Portugal teve o arrojo, coroado d'um exito triumphal, de passar uma corrente electrica por agulhas cravadas em uma aneurisma da aorta, determinando a sua cura. A esta operação, que constituiu em Lisboa um acontecimento scientifico, effeituado na enfermaria do dr. e professor

Joaquim Theotonio da Silva, assistiram muitas notabilidades medicas, e numerosos alumnos da Escola Medica. Emprehendeu algumas viagens scientificas destinadas a visitar e estudar as principaes escolas de medicina e hospitaes, percorrendo a Hespanha, França, Belgica, Allemanha e Inglaterra. Em 14 de agosto de 1885 foi nomeado medico extraordinario no hospital de S. José. O sr. dr. Virgilio Machado tem sido sempre um infatigavel trabalhador; em 1903 fundou o Instituto Medico, que é um estabelecimento modelar. São numerosos os seus trabalhos originaes nos laboratorios que precederam a installação definitiva d'este instituto medico, em urologia, electricidade medica e roentgologia, trabalhos dispersos por mais de 40 monographias, alguns insertos nas *Memorias da Academia Real das Sciencias*, e outros nos relatorios da Academia Real das Sciencias de Paris, quasi todos citados e

Virgilio Cesar da Silveira Machado

transcriptos em revistas e livros francezes, allemães e norte-americanos. No Instituto tem salas especiaes, cheias de tudo o que constitue a ultima palavra nos methodos de observação e experimentação na ordem das sciencias biologicas e medicas. A' direita, vê-se uma sala espaçosa para a electricidade e radiologia (raios X); confinante a ella, a camara escura para a radioscopia; para o norte, as salas de espera, gabinete de consulta, tratamento de pobres No primeiro andar, gabinete de microscopia, espectroscopia, etc.; em seguida o laboratorio chimico, todo rebrilhante de esmaltes e polychromo de reagentes, mais além é a sala de operações, a sala de therapeutica pela luz, sala de banhos hydroelectricos. O sr. dr. Virgilio Machado foi redactor do *Correio medico*, e tem publicado os seguintes trabalhos: *A luz electrica na exposição de arte ornamental*, Lisboa, 1882; *Um telegrapho impressor; Novo densimetro para solidos e liquidos*, no *Jornal da Academia*, saiu tambem em separado, Lisboa, 1879; foi publicado em francez no jornal *La Nature*. No mesmo *Jornal da Academia* tem publicado: *Balança dosimetrica para solidos, liquidos e gazes, sem o emprego de pesos; Microphotometro electrico*; *A lei de Mariotti*; *Valor do acido picrico, na investigação da glycosuria*. E os seguintes livros: *A Electricidade*, Lisboa, 1887; *Urosemiologia*, Lisboa, 1890; *Formulario especial de Electrotherapia*, Lisboa, 1890-1892; *L'Identité entre les lois de Pfluger et celles de Brenner, prouvée par ma découverte de la Double Polarisation*, extrahido do *Jornal de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes*, 2.ª serie, n.º 6, Lisboa, 1891; *As applicações medicas e cirurgicas da Electricidade*, Lisboa, 1895. Com seu irmão, o sr. Achilles Machado, publicou: *Chimica Geral e Analyse Chimica*, Lisboa, 1892; 2 volumes, 1.º *Metalloides*, o 2.º *Metaes*. Tambem tem escripto muitos artigos scientificos, principalmente relativos á chimica medica e electrotherapia, em diversas revistas francezas e allemães.

Machado. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Almargem do Bispo, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Misericordia, de Bellas, do mesmo conc. e distr. || S. Nicolau, conc. e distr. de Santarem.

Machado de Azevedo *(Antonio)*. Escriptor, natural de Braga, onde nasceu em 1663, e fal. em 1733. Escreveu: *Vidas dos Santos varões illustres e Bispos, naturaes de Braga;* e *Supplemento á Historia Ecclesiastica de Braga, composta pelo Ill.mo arcebispo D. Rodrigo da Cunha*, etc.

Machado de Azevedo *(Manuel)*. Fidalgo, que viveu na côrte de el-rei D. Manuel e de D. João III; senhor das terras de Entre Homem e Cávado e villa de Amares, commendador de Souzel na ordem de Aviz, etc. N. em Louzã, sendo filho de Francisco Machado e de D. Joanna de Azevedo. Formou-se na Universidade de Coimbra em Mathematica e Philosophia. Era muito erudito na arte poetica e em litteratura. Veiu para Lisboa assim que falleceu seu pae, e viveu na côrte d'el-rei D. Manuel, sendo muito estimado, e particular amigo do infante D. Luiz. Ainda muito novo, D. Manuel offereceu-lhe o governo da provincia do Algarve, que durava tres annos. Machado de Azevedo tinha todos os predicados d'um perfeito cavalleiro e de um homem de côrte; era elegante, caçador intrepido, cantor, possuindo uma bella voz, tocava alguns instrumentos, muito eximio na dança, d'um trato finissimo, gozando de todo o valimento da côrte, adulador com as damas por quem era requestado, assim brilhava na côrte de el-rei D. Manuel e depois na de D. João III. Namorou-se d'uma dama da rainha D. Catharina, chamada D. Joanna da Silva, filha do aposentador-mór Manuel da Silva, alcaide-mór da villa de Soure, e de D. Ignez da Cunha Realisado o casamento, foi residir nas suas terras do Minho, no solar e casa de Crasto, onde vivia seu irmão Bernardino Machado e sua irmã D. Briolanja de Azevedo, que casou com o grande poeta Francisco de Sá de Miranda. Gozando das boas graças de el-rei D. João III e dos infantes seus irmãos, recebeu a honra que estes o fôssem visitar ao seu solar, querendo o cardeal D. Henrique, então arcebispo de Bra-

ga, baptisar o seu filho primogenito. Machado de Azevedo correspondeu a tão elevada honra, recebendo os infantes principescamente, mandando construir de proposito um luxuoso castello. O illustre fidalgo tornou-se muito amigo e muito intimo de Francisco de Sá Miranda, seu cunhado, cifrando, por assim dizer, esta intimidade e convivencia a maior satisfação dos ultimos annos da sua longa vida, pois que tal. aos 80 annos de edade; quando não conversavam, escreviam-se, ora em prosa ora em verso, e até as unicas poesias, que se conhecem de Machado de Azevedo, são umas *Redondilhas* e *Quintilhas*, dirigidas a Sá de Miranda. O seu bisneto, marquez de Montebello, escreveu em hespanhol uma biographia d'este fidalgo, onde veem publicadas as referidas poesias. A obra intitula-se: *Vida de Manuel Machado de Azevedo*, senhor de las casas de Crasto, Vasconcellos y Barroso, y de los Solares d'ellas, y de las Tierras de Entre-Homem e Cábado, Villa de Amares, Commendador de Souzel, en la Orden de Aviz, por el marquez de Montebello, Felix Machado da Silva Castro y Vasconcellos, Commendador de San Juan de Coucieiro, en la Orden de Christo, su bisneto, y successor de su casa. Escrevia-se a Dom Francisco Machado da Silva, su hijo, para que la imitasse, como imitó, hasta acabar la Filosofia, en edad de catorce anos y medio, en la qual fue Dios servido de llevarle para si. *Oy* se dá a la estampa para que estas dos vidas sirvam de dos espejos a Dom Antonio Machado da Silva y Castro, ultimo hermano de seis que tuve.—Impresso con liciencia por Pedro Garcia de Paredes. Ano de 1660. *(Parece que foi impressa em Madrid, como se vê pela estampa do brazão).* Em 1888, o professor bracarense Pereira Caldas mandou imprimir, com um preambulo, o seguinte: *Trovas de Manuel Machado de Azevedo*, etc. Fez-se apenas uma tiragem em papel de diversas côres, de 68 exemplares, e não se expoz á venda.

Machado de Barros *(Antonio Correia Vaz de Seabra).* Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra. Era natural de Lourosa de Trapa, comarca de Vizeu, sendo filho de José Vaz Correia de Seabra da Silva Pereira Baharem. Doutorou-se a 28 de maio de 1820.

Machado de Castro *(Joaquim).* Esculptor e estatuario. N. em Coimbra a 19 de junho de 1731, fal. em Lisboa a 17 de novembro de 1822. Era filho de Manuel Machado Teixeira, organeiro e esculptor, que, segundo dizia Machado de Castro, era dotado d'um engenho e habilidade encyclopedica, e de sua primeira mulher, D. Thereza Angelica Taborda. Seu pae, reconhecendo-lhe bastantes aptidões, mandou o para os geraes chamados do Pateo apprender grammatica latina com os padres jesuitas. Ao mesmo tempo que o joven educando exercitava o espirito com o estudo dos livros, aprendia em casa com o pae os processos de modelar, e exercitava-se na arte de esculptura. Foi duplo e poderoso impulso do seu espirito que lhe imprimiu o seu caracter artistico, e produziu esta individualidade da arte nacional. Na escola e na officina, Machado de Castro assombrava os professores pelos rapidos e prodigiosos progressos que fazia. A' medida que a intelligencia se ia desenvolvendo, iam crescendo as suas ambições e aspirações. Aos 15 annos já pensava em ir a Roma vêr, admirar e estudar os grandes genios artisticos. Fallecendo sua mãe, seu pae passou a segundas nupcias com D. Josepha da Cerveira. Machado de Castro começou então a sentir verdadeiramente a falta dos carinhos maternaes, porque a madrasta tratava-o com todos os rigores, e tão exaggerados se tornaram que Machado de Castro ainda mais persistiu na idéa de sair da sua terra, para se aperfeiçoar na sua educação n'um meio mais desenvolvido que não era Coimbra. Veiu para Lisboa aos 15 annos desejoso de encontrar um artista que o dirigisse e encaminhasse. Encontrando Nicolau Pinto, esculptor em madeira, pediu-lhe licença para frequentar o seu *atelier*, e começou logo a auxiliar o mestre nos seus trabalhos. Nicolau Pinto ficou por tal modo maravilhado da habilidade d'essa creança que o acaso lhe trouxera, que não tardou a encarregal-o de modelar varias imagens. O joven aprendiz apresentou modelos tão perfeitos, que o mestre não duvidou em tomal-os para si, copiando os em madeira. Em pouco tempo o discipulo tornou-se superior ao mestre, e por isso procurou encontrar outro com quem pudesse mais adeantar se. Lembrou-se então do habil esculptor em pedra José d'Almeida, que estudára em Roma, protegido e sustentado por D. João V, e que passava por ser o primeiro esculptor portuguez d'essa epoca. Resolveu-se a procural-o, e José d'Almeida recebeu-o attenciosamente. Machado de Castro começou a executar varias obras, que desde logo impressionaram o publico. A estatua que existe no portico da egreja de S. Pedro d'Alcantara, foi um dos primeiros trabalhos, que tornaram conhecido o seu nome. O povo agglomerava-se para admirar a producção artistica do notavel esculptor. Machado de Castro adquiriu tão grande fama que muitos artistas o procuravam congratulando o pelo seu talento superior, não duvidando em lhe pedirem que compuzesse os modelos para as obras de que se haviam encarregado. Machado de Castro satisfazia a todos os pedidos, recebendo muitos louvores pelo desembaraço com que trabalhava, e pela graça que respirava em tudo quanto saía das suas mãos. Com a consciencia do seu valor artistico, intentou ir para as obras da grandiosa basilica de Mafra, onde estavam muitos artistas de merecimento, tendo á frente o professor e illustre estatuario romano Alexandre Giusti. O seu ardente desejo de se aperfeiçoar na arte, o obrigou a sair de Lisboa, onde auferia bons lucros, e ir encerrar-se n'aquella villa conseguindo dentro em pouco, em 1756, ser nomeado ajudante do professor romano, situação em que se conservou durante 14 annos, trabalhando sempre assiduo e com o maior aproveitamento, adquirindo cada dia novos conhecimentos, e produzindo trabalhos já de excepcional valor. Mas em Mafra esperava-o um novo futuro. Como ali se tornara um ponto de reunião, não só de viajantes estrangeiros, como de poetas, artistas e sabios portuguezes, Machado soube tirar optimo partido, para se instruir, com a conversação dos homens doutos. Um dos frequentadores era o poeta Candido Lusitano, que não se cansava de admirar as novas producções dos artistas, que trabalhavam ali. Travou relações com o joven esculptor, e desde logo lhe votou sincera amizade. Reconhecendo o seu desejo de aprender, encarregou-se de lhe dar lições de Rheto-

rica, que o nosso artista acceitou gratamente. Mafra foi, por assim dizer, para Machado de Castro, não só um centro de educação artistica, como uma especie de universidade onde se lhe deparavam os melhores livros do seu tempo, como professores que o instruissem e o iniciassem no movimento intellectual do seculo. As novas relações com o poeta e pintor Vieira Lusitano, marcam assim uma epoca na educação litteraria de Machado de Castro. As novas theorias que se revoltavam contra a imitação servil dos mestres, contra o fanatismo das regras e que collocava acima de tudo o enthusiasmo e espontaneidade da poesia, a imitação da natureza, fôram adoptadas para sempre pelo nosso illustre artista, tornado um enthusiasta discipulo d'ellas. Joaquim Machado de Castro caracterisa se, porém, pelo seu bom senso, pela rectidão dos seus julgamentos e lucidez das suas idéas. Conservava-se no seu retiro de Mafra entregue ao estudo e ao trabalho, e estava concluindo um pequeno baixo relevo, quando em 19 de outubro de 1760 recebeu uma carta de Domingos da Silva Raposo, ajudante de architectura na Casa do Risco das Obras Publicas, convidando-o para entrar no concurso para a execução da estatua de D. José. Foi aquelle artista o primeiro que lembrou ao marquez de Pombal o nome de Joaquim Machado de Castro. Este não quiz partir sem acabar a sua obra, e por isso só um mez depois é que veiu a Lisboa, onde o architecto Reynaldo Manuel dos Santos lhe entregou dois desenhos eguaes ao que deram ao seu competidor, que era estrangeiro. Machado de Castro dedicou-se ao trabalho, começando a fazer o seu modelo de cêra. Mas uma difficuldade se lhe apresentava: os modelos impossiveis que por ordem do governo se davam aos concorrentes. Machado de Castro, artista instruido, consciencioso e correcto, e seguindo, além d'isso, as suas proprias inspirações e não as alheias, viu-se obrigado a seguir os modelos de mau gosto que lhe fôram apresentados para se guiar por elles. Entristeceu, pensando que executando-se a obra por elles, nem o artista nem a patria tirariam gloria sufficiente, por faltarem na imagem do heroe os incidentes e circumstancias, como elle havia imaginado, um poema epico que pretendia gravar na pedra, que pudesse servir de estimulo á posteridade. O pobre artista inspirado luctava, não só contra o regimen politico absoluto, mas contra a mesma escola autoritaria e dogmatica de que era adversario. Ou tinha que abandonar o concurso, o que era deshonroso para os seus sentimentos patrioticos, e contrariava as suas ambições de compôr uma obra que o immortalisasse; ou sujeitar-se ás ordens terminantes, dimanadas da autoridade legitima. No fim de muitas luctas comsigo proprio, resolveu dar principio ao seu primeiro e pequeno modelo nos fins de dezembro de 1770. Logo nos primeiros dias de janeiro de 1771 voltou ao referido modelo de cêra, em cuja materia o fez, por conservar sempre a medida, confórme o *petipé*, livre das diminuições do barro. Concluido o primeiro modelo com as alterações que entendeu, e que tinham sido concedidas, como artista de genio mais conhecedor das artes, foi avisado para comparecer no paço no dia 21 de março de 1771, juntamente com o seu competidor, que levou dois modelos, um confórme as severas instrucções que tambem lhe haviam sido dadas, e outro da sua lavra. Este concorrente era italiano, e dispunha de grandes protecções que fôram a causa da guerra de que Machado de Castro foi victima até á sua morte. O rei, comparando os modêlos apresentados, decidiu-se pelo nosso illustre artista. dirigindo-lhe palavras muito lisongeiras. No dia seguinte recebeu aviso de que estava encarregado da obra, e que a apromptasse o mais breve possivel. Ao começar o segundo modêlo em barro, que devia servir de guia ao modêlo grande, depararam-se novas difficuldades, offerecidas pelos secretarios de estado e o mundo official. Machado de Castro, com o talento de que era dotado, desejou corrigir algumas cousas do primeiro modêlo, afim de que a sua obra ficasse como elle ambicionava. Felizmente encontrou um dos melhores cavallos d'essa epoca, que o marquez de Marialva pôz á sua disposição para servir de modelo. Era um cavallo hespanhol de fina raça, que dava pelo nome de *Gentil*. A 10 de julho do mesmo anno de 1771 recebeu ordem para a execução do modelo grande. Machado de Castro seguiu n'este trabalho um methodo proprio, e que lhe parecia mais affeiçoado para a obra sair perfeita, afastando-se dos methodos ensinados por outros professores. Começou os trabalhos a 16 de outubro de 1771, e ordenaram lhe que os acabasse a 10 de março de 1772. Machado cumpriu as ordens recebidas n'este curto espaço de 5 mezes, tempo verdadeiramente prodigioso, porque no modelo grande foi que o esculptor corrigiu e alterou nos salientes e cavados, de modo a produzir o desejado effeito, augmentando ou diminuindo algumas partes, confórme lhe indicavam os seus estudos e observações. A 11 de outubro de 1773 começaram os trabalhos para a fundição, que se completaram a 18 de dezembro do mesmo anno. Nos principios de abril de 1775 foi perfeitamente concluido o colossal monumento, que ainda hoje se admira na Praça do Commercio, vulgo *Terreiro do Paço*. Em 15 de outubro de 1774 fundiu-se a grandiosa estatua, n'um só jacto e com uma perfeição tanto mais admiravel, quanto era este o primeiro trabalho no genero que se executava no paiz. Bartholomeu da Costa, distincto engenheiro, o fundidor da estatua, tornou-se tão celebre como o esculptor, pela grande obra patriotica que se erigiu. Os processos por elle empregados fôram os mais perfeitos e conhecidos no seu tempo; e quando a estatua saiu dos seus moldes foi tal o enthusiasmo do publico, que por muitos annos o esculptor Machado de Castro foi injustamente esquecido pelo fundidor. A inauguração do colossal monumento realisou se a 6 de junho do mesmo anno de 1775, anniversario natalicio d'el-rei D. José. Na *Historia do reinado de el-rei D. José*, de Luz Soriano, vol. II, e no presente vol. do *Portugal*, pag. 331 e seguintes, veem minuciosamente descriptos o trabalho que deu a conducção da grandiosa estatua para o Terreiro do Paço, as festas pomposas que se fizeram na sua inauguração, e a descripção do monumento e dos carros triumphaes, que compunham o cortejo civico, que então se realisou. No *Diccionario Universal Portuguez*, dirigido por Fernandes Costa, tambem se encontra um artigo interessante a este respeito e a biographia de Joaquim Machado de Castro, no vol. VI, pag. 140 e seguintes. Depois d'esta obra

immortal, temos a registrar outras do nosso notavel artista, como a *Fé* supplantando a heresia, que se admirava no frontispicio do palacio da Inquisição, e que não sabemos onde hoje existe; a estatua de *Neptuno* do antigo chafariz do Loreto, e que está actualmente no museu archeologico do Carmo. D. Maria I, quando construiu o convento da Estrella, encarregou o de todas as esculpturas e baixos relevos. N'este edificio teve a honra de desempenhar o mesmo papel que em Mafra desempenhara o seu professor e amigo Alexandre Giusti. Foi elle o autor do baixo relevo do frontispicio; das duas bellas estatuas de Nossa Senhora e de S. José, que se vêem debaixo da arcada da entrada; tambem são d'elle as estatuas sobrepostas nas quatro columnas, representando a *Fé*, a *Adoração*, a *Gratidão* e a *Liberalidade*. Cada uma é um desenho differente, cada uma tem a expressão propria e caracteristica. Tambem são trabalhos seus as estatuas de *Santo Elias*, *S. João da Cruz*, *Santa Thereza* e *Santa Maria Magdalena de Pazzi*. Esta obra foi começada em 1777 e concluida em 1783. Todas as esculpturas de madeira e barro que adornam interiormente o edificio, são obras por elle executadas e dirigidas. Na Patriarchal tambem deixou muitas obras: as imagens de Nossa Senhora e S. José, as dos santos apostolos Simão, Judas Thadeu e Mathias: dirigiu a esculptura do *Baldaquino* de S. Vicente e a dos modêlos da *Custodia* cravada de pedras preciosas e a *Pia baptismal*. Esculpiu em madeira a imagem de S. João Baptista, que foi para Almeirim, e a imagem de Nossa Senhora da Encarnação, que se venera actualmente na parochial egreja d'este nome, e que foi exposta ao publico em 24 de março de 1803, depois de se ter reedificado a egreja, que ficara muito damnificada pelo incendio que se deu ali em 18 de junho de 1802. Joaquim Machado de Castro tambem se revelou na esculptura civil. Além da estatua equestre, vêem-se as tres bellas estatuas no vestibulo do palacio d'Ajuda, que representam a *Generosidade*, a *Gratidão* e o *Conselho*; a estatua de *D. Maria I*, em marmore de Carrara, que existe á entrada da Bibliotheca Nacional de Lisboa, a qual foi executada pelos seus discipulos Faustino José Rodrigues e Feliciano José Lopes. São seus trabalhos as estatuas de *Alpheu* e *Arethusa*, e os bustos de *Homero*, *Virgilio*, *Camões* e *Tasso*, existentes na casa de Oeiras. Na quinta de Caxias tambem se encontram muitas estatuas em barro, de tamanho natural; e na quinta de Queluz admiram-se ricos vasos de barro ornados de festões e flôres. Foi tambem o autor de muitos tumulos ricos, como: o da rainha D. Marianna Victoria, que está na egreja de S. Francisco de Paula; o da rainha D. Maria Anna d'Austria, no hospicio de S. João Nepomuceno; D. Affonso IV, em bronze, que está na capella-mór da sé de Lisboa; e o do infante D. Pedro Carlos, que foi para o Brazil. Compoz um grande presépio para o convento da Estrella, outro para D. Maria I, outro para D. Carlota Joaquina, outros para os principes, e outro que existe na sé de Lisboa. Pina Manique, intendente geral da policia, empregou todos os esforços para desenvolver entre nós o gosto pela pintura e esculptura, e para isso creou na Casa Pia uma aula de desenho; e como em Portugal não existisse uma aula de nú, resolveu fundar uma sociedade para esse fim. Procurou os melhores artistas para directores d'esta academia, que se organisou em 16 de maio de 1780, sendo o numero de socios de 51, em que figuravam Joaquim Machado de Castro e muitos outros professores, alumnos e amadores das artes. Manique desejou que no dia 24 de dezembro de 1787, por meio d'uma sessão academica, a que assistisse toda a côrte, realisada na Casa Pia, se mostrasse a publico as vantagens do desenho. Foi Machado de Castro o encarregado de falar a esse auditorio selecto e composto das primeiras celebridades do paiz, e proferiu um brilhante discurso, em que se revelou tambem um orador erudito. As suas obras, tanto em prosa como em verso, e os seus variados conhecimentos, o elevaram á honra de ser eleito em 9 de fevereiro de 1814 socio correspondente da Academia Real das Sciencias, e alguns annos depois a mesma academia lhe offereceu a medalha de ouro com que

Joaquim Machado de Castro

costumava premiar os homens de merito. El-rei D. José nomeou-o esculptor da Casa Real e obras publicas, logar que exerceu egualmente nos reinados de D. Maria I e de D. João VI. Este monarcha nomeou-o director de toda a esculptura do palacio d'Ajuda e obras reaes. Machado de Castro foi lente da aula de esculptura, em que prestou relevantes serviços á arte nacional. Era casado com D. Maria Barbosa de Sousa. Possuia o grau de cavalleiro professo da ordem de Christo, com que fôra agraciado ao terminar todos os trabalhos do monumento da estatua equestre. Falleceu com 91 annos, e foi sepultado na egreja dos Martyres. Para a sua biographia póde vêr-se o artigo do director da Academia de Bellas Artes Francisco de Assis Rodrigues, que sob o titulo de *Commemoração* saiu na *Revista Universal Lisbonense*, de 17 de novembro de 1842, e foi reproduzida no *Diario do Governo*, de 24 do referido mez; n'este artigo veem apontamentos, em que se fala de Machado com muito louvor. Nas

Memorias de Cyrillo Volkmar Machado tambem se encontram muitos dados biographicos. Biographia: *Elogio ao sr. Francisco Vieira Lusitano, cavalleiro professo na Ordem de S. Thiago, dignissimo pintor de Sua Magestade Fidelissima*, etc., *em um soneto glosado*, Lisboa, 1758; *Ao rei fidelissimo D. José I, nosso senhor, collocando se a sua colossal estatua equestre na praça do Commercio; Ode, par Joaquim Machado de Castro, estatuario da mesma regia estatua, e de toda a esculptura adjacente*, Lisboa, 1775; é acompanhada de varias notas explicativas e interessantes, do que diz respeito á estatua, e mais partes que compõem aquelle monumento; *Triduo metrico na eleição que a provincia da Arrabida fez para seu ministro provincial da religiosa pessoa do rev.mo sr. Fr. Antonio das Chagas Lencastre*, etc., Lisboa, 1763; *Na feliz acclamação dos fidelissimos reis D. Maria I e D. Pedro III, nossos senhores; ode*, Lisboa, 1777; *Pelo restabelecimento da saude preciosa do ser.mo sr. D. João principe do Brazil, em agosto de 1789; ode saphica*, Lisboa, 1789; *Carta que um affeiçoado ás artes de Desenho escreveu a um alumno d'Esculptura, para o animar á perseverança no seu estudo*, etc , Lisboa, 1780; 2.ª edição, retocada pelo autor, Lisboa, 1817; *Discurso sobre as utilidades do Desenho: dedicado á Rainha N. S.ª e recitado na Casa Pia do castello de S. Jorge de Lisboa em 24 de dezembro de 1787*, Lisboa, 1787; 2.ª edição correcta e retocada, Lisboa, 1818; *Analyse graphico- orthodoxa, e demonstrativa de que sem escrupulo do menor erro theologico, a esculptura e pintura pódem, ao representar o sagrado mysterio da Encarnação, figurar varios anjos*, etc., Lisboa, 1805; com duas estampas; *Descripção analytica da execução da estatua equestre, erigida em Lisboa á gloria do senhor rei fidelissimo D. José I, com algumas reflexões e notas instructivas, para os mancebos portuguezes applicados á esculptura*, etc., Lisboa, 1810; é illustrada com 25 estampas gravadas a buril, das quaes as duas primeiras, que são allegoricas, o fôram por artista hespanhol em Madrid, e as outras em Lisboa. A esta obra serve como de complemento a seguinte: *Memoria sobre a estatua equestre do senhor rei D José I*; saiu no *Jornal de Coimbra*, n.º XI e XII, com estampas. Consta que Machado de Castro deixára em manuscripto as seguintes obras: *Orpheida, poema epico tragico em quatro cantos, Diccionario philosophico da arte de esculptura.*

Machado e Cerveira *(Antonio Xavier)*. Organeiro, que se tornou muito afamado, e que mais quantidade de trabalho produziu. N. na povoação de Tamengos, do concelho d'Anadia, em 1 de setembro de 1756, fal. em Caxias a 14 de setembro de 1828. Era filho de Manuel de Machado Teixeira ou Manuel Machado Teixeira de Miranda, tambem organeiro, e de sua segunda mulher, D. Josepha da Cerveira; irmão do grande esculptor Joaquim Machado de Castro, que era filho do primeiro matrimonio de seu pae com D. Thereza Angelica Taborda. No côro do mosteiro dos Jeronymos, do lado do Evangelho, segundo se lê a pag. 53 do 2.º vol. do *Diccionario bibliographico dos musicos portuguezes*, de Ernesto Vieira, existe um grande orgão já desmantelado, que tem o nome do pae dos Machados, como se vê pela seguinte inscripção: «Manuel Machado Teixeira de Miranda o fez e acabou no anno de 1781.» E' uma fabrica magestosa, que occupa lateralmente todo o comprimento do côro, tendo no interior uma escadaria que vae até á abobada do templo para se poder limparem e concertar todas as peças do instrumento. Diz a tradição que o fabricante deixara um volumoso livro manuscripto com a minuciosa descripção da sua obra, mas esse livro desappareceu. Machado e Cerveira aprendeu com seu pae a arte de construir orgãos. Na frente do referido orgão existe outro de egual construcção, que não chegou a concluir-se, e tambem se encontra egualmente desmantelado, tendo esta inscripção: «O Ex.mo D. Fr. Diogo de Jesus Jordão, sendo bispo de Pernambuco, mandou fazer este orgão no anno de 1789.» Este trabalho deve ser de Machado e Cerveira, porque n'essa data já seu pae havia fallecido. O primeiro orgão completo, que construiu, é o que o existe, ainda hoje bem conservado, na egreja das Maryres, que tem na inscripção a data de 1785, e o numero 3, indicador de serem tres instrumentos construidos pelo autor até esta data. O orgão tem vozes fortes e estridentes, e o frontispicio tem um bonito aspecto ornamental. Este trabalho deu grande fama a Machado e Cerveira, e desde então foi encarregado da construcção de quasi todos os orgãos que as egrejas de Lisboa, reedificadas depois do terremoto de 1755, tiveram de adquirir. Contam-se as construcções dos orgãos entre outras egrejas, das de S. Roque, convento da Estrella, convento d'Odivellas, que está actualmente na egreja de S. Julião, Sacramento, Santa Justa, os tres do convento de Mafra, o da capella real de Queluz, Soccorro, Santa Izabel, Boa Hora, em Belem; Anjos, S. Thiago, S. Lourenço, ermida da Victoria, Encarnação, etc. Tambem fabricou orgãos para diversas egrejas das proximidades de Lisboa, como Barreiro, Lavradio, Coruche, Marvilla; tres em Santarem, sendo o mais importante o da Misericordia; Santa Quiteria, de Meca, etc. Egualmente mandou muitos para o Brazil, sendo alguns d'elles de grandes dimensões. Pela construcção dos orgãos de Mafra e de Queluz foi nomeado organeiro da Casa Real, e condecorado com o habito de Christo. Desde então intitulava-se *Organorum regalium Rector*. Um dos ultimos orgãos, que construiu este laborioso fabricante, foi o que existe na egreja do Barreiro, que tem o n.º 103, e a data de 1828. Machado e Cerveira entrou para a irmandade de Santa Cecilia em 22 de novembro de 1808, exercendo durante os ultimos annos, e até poucos mezes antes de fallecer, o cargo de primeiro assistente, presidindo a todas as sessões da mesa. A sua officina de trabalho era n'uma das propriedades da Casa de Bragança, na rua do Thesouro Velho, actualmente rua Antonio Maria Cardoso. Depois da sua morte ainda a officina continuou funccionando, dirigida pelo seu ajudante e discipulo José Theodoro Correia de Andrade, sendo proprietaria a sua viuva, D. Maria Izabel da Fonseca Cerveira. A officina foi pouco a pouco caindo em decadencia, até que fechou, sem ter produzido mais nenhum trabalho importante.

Machado de Eça *(José da Silva)*. Governador de Cabo Verde, nomeado por decreto de 27 de setembro de 1792. para succeder a Freire José Teixeira Carneiro. No tempo de seu governo foi, pelo alvará de 30 de abril de 1794, isenta

dos direitos de entrada e saida a cêra de Cacheu e Bissau, e se semeou e cultivou pela 1.ª vez o algodão nas ilhas de Cabo Verde. Foi substituido a 3 de agosto de 1796 por Marcellino Antonio Basto.

Machado Guimarães (*Bernardino Luiz*). Doutor e lente cathedratico de Philosophia na Universidade de Coimbra, ministro de estado, vogal do Conselho Superior de Instrucção Publica, deputado, socio correspondente da Academia Real das Sciencias, escriptor, deputado, par do reino, actualmente presidente do directorio republicano, etc. N. no Rio de Janeiro a 28 de março de 1851, sendo filho do 1.º barão de Joanne, Antonio Luiz Machado Guimarães, e de sua segunda mulher, D. Praxedes de Sousa Guimarães. Vindo para Lisboa, em creança, estudou os preparatorios no Porto, e matriculou se em outubro de 1866 na Universidade em Mathematica, e no 1.º anno recebeu a honra de partido, mas chegando ao 3.º não proseguiu. Passando a frequentar o curso de Philosophia, formou-se em 1873, tendo recebido as honras de 1.º accessit no curso de Botanica, distincto na 1.ª parte de Physica, e o 2.º accessit no 5.º anno. Continuando a carreira universitaria, fez exame de licenceatura em 11 de janeiro de 1875, defendeu conclusões magnas em 9 de junho de 1876, e doutorou se no dia 2 de julho seguinte. Estando vagas duas substituições na facuIdade, concorreu a ellas, e tendo feito as respectivas lições em janeiro de 1877 e sido approvado em primeiro logar, foi despachado por decreto de 28 de fevereiro do mesmo anno, e destinado á regencia das 3.ª, 4.ª, 5.ª e 8.ª cadeiras. Por decreto de 17 de abril de 1879 foi despachado lente cathedratico de Philosophia, e tendo começado a professar na Universidade sendo ainda licenceado, era em 1883 lente de agricultura geral, zootechnia e economia rural na 8.ª cadeira do curso philosophico. Durante alguns annos manteve se entregue apenas aos seus estudos, e á regencia da sua cadeira, cultivando por dedicação a litteratura, mas afastado quasi por completo dos assumptos politicos. Depois filiou-se no partido regenerador, e em 1882 foi eleito deputado pelo circulo de Lamego, fazendo a sua estreia parlamentar em 1883, na discussão da resposta ao discurso da corôa, occupando-se especialmente da instrucção publica. Na legislatura de 1886 foi novamente deputado, sendo eleito por Coimbra. Em 1890, o corpo cathedratico da Universidade o elegeu par do reino, como representante d'aquelle estabelecimento scientifico, e em 1894 tornou a ser eleito, pelos suffragios dos seus collegas O sr. dr. Bernardino Machado dedicou se sempre com mais especialidade aos assumptos do ensino, tornando-se um apostolo valioso da instrucção popular. Os principaes assumptos de que tratou no parlamento fôram a reforma da instrucção secundaria, liberdade do ensino, a organisação do Conselho Superior de Instrucção Publica, que veiu a ser creado pelo decreto de 23 de maio de 1884, a instituição d'um ministerio de Instrucção Publica, que se creou mais tarde em abril de 1890, tendo curta duração. Em 1892 foi nomeado vogal do Conselho Superior de Instrucção Publica, tornando-se então deveras notavel a sua actividade como propagandista do ensino, prestando auxilio valioso ás instituições particulares de instrucção, entre ellas a Academia de Estudos Livres, que tem ha muitos annos os fóros de universidade popular. A maçonaria portugueza o escolheu para seu grão-mestre, cargo que exerceu alguns annos. Desempenhou algumas commissões importantes, entre as quaes se conta a de director do Instituto Industrial e Commercial, e a de representante de Portugal em Madrid, no congresso pedagogico hispano-portuguez-americano, nos festejos da celebração do centenario de Christovão Colombo. Foi eleito vice-presidente n'esse congresso, para o qual organisou uma valiosa collecção de memorias e photographias dos nossos principaes estabecimentos de instrucção. Foi ministro das obras publicas em 1893, no gabinete presidido pelo fallecido estadista Hintze Ribeiro, e a elle se deve o decreto que autorisou a organisação da exposição

Bernardino Machado

industrial portugueza, que n'esse anno se realisou nos salões do Museu Industrial e Commercial, installado no edificio dos Jeronymos, cuja exposição se inaugurou no dia 28 de julho. Durante o seu ministerio prestou bons serviços entre os quaes se contam: a creação de algumas escolas industriaes, o desenvolvimento da sericicultura em Mirandella, Guarda e Coimbra, etc. Publicou tres decretos em protecção ao operariado: regulando o trabalho das mulheres e dos menores nas fabricas industriaes, regulando as bolsas do trabalho, e creando o tribunal de arbitros-avindores Voltou depois á Universidade continuando na regencia da sua cadeira, de anthropologia, que foi creada por sua iniciativa, e unica que existe em Portugal, e sendo eleito presidente do Instituto de Coimbra, consagrou-se com toda a dedicação ao seu desenvolvimento, dando novo esplendor ao boletim d'essa

instituição, e creando-lhe um magnifico museu. Em 1897 foi o presidente do congresso pedagogico organisado pelo professorado primario, que se inaugurou em Lisboa no dia 12 d'abril d'esse anno. Os ideaes democraticos, que sempre alimentara, pareceram arraigarem-se-lhe cada vez mais, e então declarou-se abertamente republicano, tornando-se um dos membros mais influentes do seu novo partido, apresentando-se em comicios e em conferencias de propaganda. Em 1902 foi elevado a presidente do directorio do partido democrata, logar em que se conserva. Em 1907 tomou parte muito activa na gréve dos estudantes de Coimbra, que se generalisou por todo o paiz, protegendo-os e animando-os, o que o levou a resignar o seu logar de lente da Universidade. O sr. dr. Bernardino Machado casou em janeiro de 1882, no Porto, com D. Elisa Gonçalves Pereira, filha de Miguel Dantas Gonçalves Pereira, antigo deputado. Collaborou nos *Estudos cosmologicos*, jornal que se publicou em Coimbra, 1871, e no *Instituto de Coimbra*, onde além de outros trabalhos, inseriu em 1875, tomos 21, 22 e 23, a dissertação para o acto de licenceatura, com o titulo: *Theoria mechanica da reflexão e da refracção da luz (*segundo Fresnel*)* Bibliographia: *Deducção das leis dos pequenos movimentos periodicos da força elastica; theses de philosophia natural que... se propõe defender na Universidade de Coimbra no dia 9 de junho de 1876 para obter o grau de doutor*, dissertação inaugural; *Theoria mathematica das interferencias*, dissertação de concurso, 1876; *Affirmações politicas, 1888-1893*; Coimbra, 1896; *O Ensino*, Coimbra, 1898; *A Industria*, Coimbra, 1898; *O ensino primario e secundario*, Coimbra, 1899; *O ensino profissional*, Coimbra, 1900; *Notas d'um pae*, Coimbra, 1897; outro vol. em 1901; *A Agricultura*, Coimbra, 1900; *Introducção á pedagogia*, 1892; *Pela liberdade (*opusculo*)*, 1900; *O ministerio das obras publicas em 1893*; *A Universidade de Coimbra*, 1905; *Conferencias politicas (*opusculo*)*, 1904; *Pela Republica*, 1908; *Os meios de communicação e o commercio; Homenagens;* 1903; *Da monarchia para a republica*, 1905; *A Academia de Coimbra (*folheto*)*, 1905; *Theorias chimicas*, artigos publicados na *Revista scientifica*, publicada do Porto.

Machado de Mendonça (*Jorge Francisco*). Thesoureiro-mór e enfermeiro-mór do hospital de Todos os Santos; senhor da quinta da Torre, da provincia de Entre-Homem e Cávado, commendador da ordem de Aviz, coronel de infantaria, etc. Publicou com o seu nome o seguinte, cujo longo titulo transcrevemos completo por ser um documento curioso, e não vulgar, que contém materia de proveito para os que pretendem conhecer a origem e administração d'aquelle estabelecimento em antigos tempos: *Pelo breve Memorial expõe Jorge Francisco Machado de Mendonça ao ill.*^mo^ *e ex.*^mo^ *sr. Conde de Oeiras, do conselho de Sua Magestade, e seu secretario de estado dos negocios do reino, o regimen que tem estabelecido no Hospital real de Todos os Santos, d'onde por decreto do mesmo senhor é thesoureiro-mór executor de sua fazenda, e enfermeiro mór. Relata-se a fundação d'este hospital, e algumas noticias respectivas aos hospitaes, pelo que tudo liquido pela real direcção de Sua Magestade Fidelissima se emende o superfluo, continuando-se e dando-se as providencias necessarias e precisas, e as que fôrem do agrado do mesmo senhor. Declara-se tambem quanto Sua Magestade Fidelissima com o seu real e generoso coração tem concorrido para o mesmo hospital, excedendo em grandeza a todos os seus reaes predecessores, e o quanto os portuguezes tem a fortuna em serem vassallos de um rei tão pio e grande. Mostra-se recopiladamente a grandeza, dotes e actividade do seu ministro, e como amante da patria esperam os cidadãos d'ella, e ainda os estrangeiros e peregrinos o seu patrocinio para com o mesmo senhor*, Lisboa, 1761.

Machado Pereira *(P. Luiz)*. Presbytero secular, doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, mestre em Artes, mestre escola da sé de Miranda. Não é conhecida a sua naturalidade, nem as datas do nascimento e fallecimento. Escreveu: *Sermão nas exequias do principe D. Theodosio, prégado na sé de Miranda*, Lisboa, 1656.

Machado Pinto (*José*). Coronel de auxiliares, e administrador geral do contrato de tabaco pelos meados do seculo XVIII. Foi elle quem deu o nome á rua do Machadinho, de Lisboa, pelo palacio que ali edificou, e foi tambem elle quem abriu o caminho, chamado *Caminho Novo*, que é hoje *Rua de João das Regras*. Na frontaria do palacio vê-se o brazão d'armas.

Machado Sapeiro *(Antonio)*. Pintor, que falleceu em 1714. Deixou varias obras e retratos. Este artista procurava sempre imitar os trabalhos de Bento Coelho. Era, porém, muito inferior em merecimento. As obras mais importantes, que d'elle se conhecem, são as das seguintes egrejas de Lisboa: o tecto da sacristia do Loreto, o quadro de S. Christovão, da sé; alguns paineis nas egrejas da Saude, Anjos e Santa Martha, e na sacristia de Santo Antonio dos Capuchos; um santo Antonio, no convento do Rato, que dizem ser um dos seus melhores trabalhos; 8 paineis sobre as capellas da egreja de Santos. Um retrato que tirou de D. João V foi considerado o melhor de todos quantos se haviam feito d'esse soberano, e por elle recebeu uma avultada gratificação, como era proprio da generosidade do faustoso monarcha.

Machados. Povoações nas freguezias: S. Braz de Alportel, conc. e distr. de Faro. || S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria.

Machalinho. Pov. na freg. de S. Domingos, de Janeiro de Baixo, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Machanga. Delegacia da circumscripção de Chiloane, nos territorios administrados pela Companhia de Moçambique, Africa Oriental.

Machaquêne. Territorios pertencentes á primeira circumscripção do districto de Lourenço Marques, na provincia de Moçambique, Africa Oriental. Faziam parte das chamadas *Terras da Corôa*.

Machêde. Pov. e freg. de N. S.ª da Natividade, da prov. do Alemtejo, conc., com., distr. e arceb. de Evora; 311 fog. e 1:187 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. A pov dista 12 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Evora a Redondo, proximo da ribeira Degebe. A mitra apresentava o cura, que tinha 260 alqueires de trigo e 120 de cevada. Esta pov. já existia no tempo dos godos, e foi eregida em freg. no anno 672. Juntamente com a que se segue, forma-

va uma só freguezia, e pelos annos de 1200 é que se desmembrou a de S. Miguel, formando freguezia independente. Tambem é conhecida esta pov. pelo nome de *N S.ª de Machede*. A terra é fertil em cereaes. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. ‖ Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Alemtejo, conc., com., distr. e arceb. de Evora; 384 fog. e 1:322 hab. Tem escolas para ambos os sexos e est. post. permutando malas com Azaruja e Evora. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Evora a Redondo, junto d'um affluente da ribeira Pardiella. A mitra apresentava o cura, que tinha 448 alqueires de trigo e 129 de cevada. A terra é fertil em cereaes, e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. Tambem é conhecida por *S. Miguel de Machêde*. Tem est. do caminho de ferro na linha do sul e sueste, entre as de Evora e Azaruja, aberta em 7 de julho de 1907.

Macheia. Pov. na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Matacães, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Macheira. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Machico. Villa da ilha da Madeira, séde de conc., com de Santa Cruz, distr. e bisp. do Funchal. Tem uma só freg., N. S.ª da Conceição. Está situada n'um valle muito ameno e de prodigiosa vegetação, junto d'um monte ao norte da villa de Santa Cruz, que lhe fica distante 5 k. A villa assenta na extrema baixa do valle, á beira mar, cortada longitudinalmente por uma ribeira, que a divide em duas partes ou bairros: para oeste, o antigo, a villa propriamente dita, com as casas da nobreza da terra, a egreja matriz, modestamente manuelina, os paços do concelho, e ao longo da praia a encantadora alameda, é a que se denomina *Villa*; para léste, a *A Banda d'Além*, arrabalde de pobres maritimos, humildes habitações, tendo para o lado do mar a pequena egreja da ordem de Christo, que dizem ser a primeira egreja que se construiu na ilha da Madeira. Entre estes dois bairros vêem-se as grossas muralhas, a dentro das quaes corre a ribeira, mansa e limpida quasi sempre, torrencial e medonha nas invernias. A povoação de Machico é a primeira da ilha em antiguidade; foi fundada pelos seus primeiros fundadores, e a sua primeira capital. A'cêrca da origem do nome de *Machico* ha diversas opiniões, baseando se uma d'ellas na lenda de que. muitos annos antes da descoberta da Madeira, um inglez chamado Roberto Machim fugira do seu paiz para França em 1344, levando na sua companhia Anna Dorset, dama da alta nobreza de Inglaterra, e sendo o navio, em que embarcaram, atirado pelos ventos e pelas correntes a uma ilha deserta, deram o nome do fugitivo ao logar do desembarque, nome que se transformou de *Machim* em *Machico*, quando, depois do descobrimento da ilha de Porto Santo, Gonçalves Zarco e Tristão Vaz encontraram a Madeira, e n'ella o tumulo dos dois amantes. O chronista Azurara chama *Machito* á villa, e Luiz de Cadamosto *Monchico*, tendo-se já suscitado interessantes controversias a proposito d'aquella villa, entre outros escriptores, como o inglez Henri Major, Pinheiro Chagas, E. A. Bettencourt, como já succedeu a Damião de Goes, etc. Sobre este assumpto veja-se o *Diccionario universal portuguez illustrado*, dirigido por Fernandes Costa, vol. VI pag. 181 e seguintes. No vol. I, do *Frei Gonçalo Velho*, obra do sr. Ayres de Sá, a pag. CXVI e seguintes, transcreve-se um artigo escripto pelo sr. general Brito Rebello, inserto na *Homenagem do Diario de Noticias*, em 1894, commemoração do centenario henriquino. N'esse artigo se lê ter o sr. Brito Rebello encontrado um importante documento na Torre do Tombo, na chancellaria do rei D. Fernando I, relativo ao anno de 1379 (1417). O documento é o seguinte: «Casas em Lixboa.— Carta perque o dicto senhor deu huas casas que stam na Rua noua de lixboa que parte com casas do capitam moor e cum joham piriz canellas a machico mestre da sua barcha em que morasse em quãto fosse sua mercee, etc. em alanquer x ij (12) dias dabril de mjl iiij e xbij anos (1379). Arch. da T. do T. Liv.º 2.º de D. Fern. fs. 42» Continua o sr. Brito Rebello: «D'este documento, porém, resulta o facto positivo da existencia, em Portugal, no anno de 1379, de um maritimo, de graduação importante, com o nome de *Machico*; e desde que se encontra tal nome, está achada a origem d'aquelle, com que foi designado certo ponto da ilha da Madeira. Documentos d'esta natureza provam os factos com toda a evidencia. Parece-me, pois, que se póde estabelecer a seguinte conjectura: o *Machico* de que fala o documento, ou algum seu descendente, foi á ilha da Madeira na primeira ou em alguma das primeiras viagens; por velhice, doença ou outro accidente falleceu em certo ponto da costa; os seus companheiros enterraram-o, assignalando o logar da sua sepultura com uma cruz tosca de pau. Seria esta a que se recolheu á primitiva egreja, quando se fundou, e a lenda figurou depois como retirada da sepultura de Machim, e o sitio ficaria sendo designado pelo nome do primeiro, que honrou com os seus despojos a terra até ahi deshabitada. Passasse-se, porém, o facto d'este ou d'outro modo, um documento até hoje desconhecido vem levantar, do olvido de quasi cinco seculos, o nome do ignorado maritimo que, auxiliando a empresa a que se votava o infante D. Henrique, legou o seu nome a um local de uma das mais formosas regiões descobertas por seu desvelo, e explicar a origem d'aquella designação. Fique pois o nome de *Machico* inscripto na lista dos primeiros descobridores. Ao citarmos, portanto, e exalçarmos os nomes de Gonçalves Zarco e Perestrello, não esqueçamos jámais o do pobre *Machico*, que talvez fôsse quem os guiasse na sua audaz e feliz expedição.» A egreja, que se construiu na *Banda d'Além*, é vulgarmente conhecida pela *capella de Machim*, sendo de architectura manuelina, o que lhe dá fóros de antiga. Foi renovada em 1866, pouco mais ou menos, conservando, porém, o molde e architectura da primitiva, exceptuando a jauella da fachada, que ficou sendo circular, quando até então fôra egual ás lateraes. Dizem que foi n'esta capella que se celebrou a primeira missa na Madeira, em 2 de julho de 1419. O archivo do municipio de Machico passa por ser o mais antigo e o mais rico da ilha em diplomas valiosos, não só para a historia propriamente dita, como para a de todo o nosso ultramar. Des-

encaminhou-se, porém, o primeiro livro, e dos outros apenas se tem extrahido uma ou outra certidão para questões forenses; mas para estudos historicos, parece que tem sido pouco aproveitado. Ainda assim, segundo consta, o municipio de Machico é um dos poucos que tem escriptos e publicados os seus *Annaes*. Compilou-os o fallecido José Antonio d'Almada, quando era escrivão da respectiva camara, e se publicaram em folhetins na *Flôr do Oceano*, jornal do Funchal. A primeira parochia erecta na capitania de Machico foi a do logar, depois villa d'este nome, cujo vigario, subordinado ao de Santa Maria do Funchal, teve por subalternos os capellães de Santa Cruz, S. Vicente, Porto Moniz, Ponta Delgada, S Jorge e Faial, capellanias que depois de elevadas a freguezias, são, com a de Machico, consideradas *primitivas*; a de Machico constituiu se definitivamente em 1450. A historica capella da Misericordia foi levada em parte para o Oceano pela pavorosa alluvião de 1803, e tres dias depois da catastrophe o crucifixo, que existia no seu altar-mór, foi encontrado no alto mar. O povo denominou-o *Senhor Bom Jesus dos Milagres*, e sendo a capella reedificada com este nome em 1810, a reliquia deu origem a uma romaria no dia 9 de outubro, anniversario do acontecimento, e é uma das mais concorridas da ilha. Machico foi elevada á categoria de villa em 1451, e teve foral, juntamente com o da villa de Santa Cruz, dado por el-rei D. Manuel, em Almeirim, a 26 de junho de 1515. Diz se que foi nas proximidades de Machico que teve os seus ensaios e desenvolvimento a cultura da canna d'assucar, vinda da Sicilia em 1425, estabelecendo-se os primeiros engenhos nos logares chamados: Caramanchão, Ribeira Secca e Serra d'Agua Machico pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.º 27, com a séde no Funchal. Tem escolas para ambos os sexos, est post. e telegraphica com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com o Funchal; confraria da Misericordia, cujo compromisso foi confirmado por alvará de 9 de março de 1618. Tem duas fortificações, a de *Nossa Senhora do Amparo* construida em 1705, e serve actualmente de posto fiscal; e a do *Desembarcadouro*; agencia de seguros *Alliança*, e de vapores costeiros; fabricas de aguardente de canna, de moagens, e de moagem de canna d'assucar; hotel, medicos, pharmacias; philarmonica *D. Carlos I;* uma nascente de agua medicinal de *S. Roque*, que dizem ser muito efficaz no tratamento de doenças do estomago. O concelho comprehende 5 freguezias com 2:055 fog., e 11:799 hab., sendo 5:835 do sexo masc. e 5:964 do fem ; As freguezias são: Santa Beatriz, de Agua de Pena, 672 hab.: 342 do sexo masc. e 330 do fem.; S. Sebastião, de Caniçal, 371 hab.: 197 do sexo masc. e 174 do fem ; N S.ª da Conceição, de Machico, 6:110 hab.: 3:058 do sexo masc. e 3:052 do fem ; N. S.ª de Guadelupe, de Porto da Cruz, 3:524 hab.: 1:718 do sexo masc. e 1:806 do fem.; Santo Antonio da Serra (1.ª parte), 1:122 hab.: 520 do sexo masc. e 602 do fem. A 2.ª parte d'esta freg. fica no conc. de Santa Cruz. O principal commercio do conc. é aguardente, batata e peixe. Na moderna historia de Machico ha duas paginas tristes: a da epidemia da cholera-morbus em 1856, e a dos assassinios dentro da egreja parochial, por occasião da lucta eleitoral no anno de 1870.

Machial. V. *Maxial.*

Machieira. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Carvoeiro, conc. de Mação, distr. de Santarem. ‖ N. S.ª d'Assumpção, de Alte, distr. de Faro.

Machinca. Pov. na freg. do Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Machinga. Grande serra situada ao NO do limite N da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Fica nas terras dos muizas e foi visitada pelo dr. Lacerda em 30 de agosto de 1798, quando na sua tentativa de viagem para a costa occidental, mudando lhe então o nome para o de *Cordilheira Antonina*, em memoria do principe D. Antonio. No itinerario da viagem de Tete ao Cazembe, seguido pela expedição do major Monteiro em 1831, apparece esta serra com o nome de *Muxinga.*

Machio. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. da Pampilhosa, distr. e bisp. de Coimbra; 82 fog. e 627 hab. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 7 k. da séde do conc. Para esta freg fôram transferidos por decreto de 7 de setembro de 1895 os logares de Maria Gomes, Portalage e Travessa, desannexados da freg. de Alvaro, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. Pertence esta povoação á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra.

Machio de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Miguel, de Machio, conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Machoca. Pov. na freg. da sé d'Evora, conc. e distr. do mesmo nome.

Machoças ou Machossas. Pov. na freg. de Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto.

Machuqueira Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria. ‖ Santo Ildefonso, de Montargil, conc. de Ponte do Sôr, distr. de Portalegre.

Macida. Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Talhadas, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. ‖ S. Christovão, de Macinhata do Vouga, conc. de Agueda, do mesmo districto.

Macieira *(Henrique Eugenio Macieira, visconde e conde de).* Negociante e proprietario em Lisboa. N. a 15 de julho de 1830, fal. em 2 de janeiro de 1888. Era filho do negociante e proprietario Joaquim Gonçalves Macieira, e sua mulher D. Gertrudes Maria de Jesus Macieira. Casou em 1867 com D. Anna Gertrudes Ferreira, filha de Miguel Duarte Ferreira. O titulo de visconde foi concedido por decreto de 18 de dezembro de 1873, sendo elevado a conde pelo decreto de 21 de abril de 1887.

Macieira. Pov. e freg. de N. S.ª da Apresentação, da prov. da Beira Alta, conc. de Sernancelhe, com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp de Lamego; 106 fog. e 395 hab. Tem esc. do sexo fem., correio com serviço de posta rural, e feira nos primeiros domingos de cada mez. A pov. dista 6 k. da séde do conc. O vigario de Fonte Arcada apresentava o cura, que tinha de rendimento 60$000 réis A pov. pertence á 2.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9,

com a séde em Lamego. || Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Douro, conc. e com. de Louzada, distr. e bisp. do Porto; 133 fog. e 442 hab. Tem caixa post. A pov. dista 5 k. da séde do concelho. O vigario de Santa Christina, de Nogueira, apresentava o cura, que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: O Salvador do Mundo, de Almoster, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Santa Marinha de Avanca, concelho de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Beberriqueira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || S. Pedro, de Côtta, conc. e distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Fornellos, conc. de Sinfães, do mesmo distr. || S. Martinho de Gandara, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de Limões, conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || S. João Baptista, de Loureiro, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Gens, de Palla, conc. de Mortagua, distr. de Vizeu. || N. S.ª das Neves, de Pousaflôres, conc. de Anciāo, distr. de Leiria || S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || S. Miguel, de Souto, conc. de Feira, distr. de Aveiro. || Santo Adrião, de Sul, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Santa Christina, de Tendaes, conc. de Sinfães, do mesmo distr. || S. Mamede, de Travanca, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Vicente, de Troviscal, concelho da Certã, distr. de Castello Branco. || N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, do mesmo districto.

Macieira d'Alcoba. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Agueda, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 66 fog. e 320 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. permutando malas com Agueda. A pov. dista 16 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem esquerda do rio Alfusqueiro, na estrada que de S. João do Monte entronca com a estrada real de Aveiro a Vizeu. O prior da freg. de Talhadas apresentava o cura que tinha 30$000 réis e o pé d'altar. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24 com a séde em Aveiro.

Macieira de Cambra Villa da prov. do Douro, séde de conc. e de julgado municipal, com. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro, bisp. do Porto. Tem uma só freguezia, N. S.ª da Natividade. Está situada entre penedias, na estrada de Oliveira de Azemeis a Arouca, sendo limitada ao norte pelos montes de Thiomonde, que são extensas collinas cobertas de densos pinheiraes; do lado do poente pela serra de Lordello, que é uma escarpada montanha, cujos flancos estão d'um e d'outro lado recortados de socalcos, de taboleiros e de pequenas arrotéas penosamente arrancadas á inclemencia d'um terreno em parte granitico, em parte argiloso e de proveniencia secundaria; do lado do sul e sudoeste pelas montanhas alterosas de Castellões, pelos outeiros de Cabril e pelo monte abrupto do Castro que, segundo a versão mais corrente, fôra em tempos remotos um acampamento fortificado, onde descançavam á sombra de copado arvoredo as fulgurantes aguias romanas. Este monte, de aspecto singular e pouco vulgar, ainda serve de marco divisorio entre os dois concelhos da comarca, Oliveira de Azemeis e Macieira de Cambra. Pelo lado do norte e nordeste tambem se desenrola immensa cadeia de montanhas, que serve de linha divisoria entre este concelho e o de Arouca; mas já não succede o mesmo a léste e sueste, pois as serranias asperas e sêccas que parecem interpôr-se entre os concelhos de S. Pedro do Sul e Macieira de Cambra, bem como entre estes dois e Sever do Vouga, do lado sul, não são realmente linhas exactas de divisão de terrenos, mas sim um vasto e extenso planalto que comprehende na área de sua dilatada elevação, ora parte d'um concelho, ora parte de outro, sem, comtudo, os separar d'uma fórma bastante definida. A parte mais importante do conc. de Macieira de Cambra é justamente aquella que confina com o conc. de Oliveira de Azemeis, pois é n'essa risonha planicie e nas collinas adjacentes que se concentra, não só a maior densidade da população, como a parte mais activa do commercio e das industrias locaes. A parte da serrania, isto é, a extensa área que comprehende as freguezias de Junqueira e de Arões, embora disponha d'uma boa parte agricola e pastoril, de nenhuma fórma póde hombrear com os nucleos mais populosos de Macieira, de Castellões, e sobre todos da Gandara. A formosa e risonha campina, a que por sua fórma caracteristica, se costuma dar o nome de *Valle de Cambra*, encerra, confórme dissémos, a parte mais activa de todo o concelho. Além do rio Vigues, que percorre toda a parte superior da campina, ainda se póde apontar o ribeiro de Villa Chã, cujas aguas, cortando os campos que se estendem do lado norte e léste, vão confundir-se com as do rio antecedente, um pouco acima da ponte de Gandara. Mas, além d'estas disposições naturaes, além das aguas crystalinas dos dois ribeiros, que vão levar a vida a toda a parte aravel da planicie, ainda se pódem notar outras vantagens quer naturaes, que artificiaes e devidas á mão operosa do homem, como sejam as estradas districtaes que ligam este conc. aos de Arouca e de Oliveira de Azemeis, as estradas municipaes que ligam a praça de Gandara ás freguezias de Macieira, Roge e Castellões, e finalmente, um bom numero de caminhos vicinaes e boas pontes de pedra que permittem facil communicação entre todos os povoados do concelho. Comtudo, além d'este valle, que é inquestionavelmente o primeiro, deve-se notar ainda um outro valle secundario, de menos importancia commercial e agricola, apezar de poeticamente superior, attendendo-se á sua fórma altiva e grandiosa, é o valle do rio Caima. Este rio, partindo das alturas que dominam a Frecha da Mijarella, despenha se estrepitosamente por sobre as anfractuosidades de um leito de granito, cavado entre os montes rochosos de Roge, Macieira e Santa Cruz, até que, ganhando com mais brandura a ponte de Burgães, vem espraiar-se quietamente nas planicies arenosas de Areias, onde recebe, n'uma confluencia das mais encantadoras, as aguas que teem percorrido em diversos sentidos o valle maior de Cambra. Segundo as condições physicas do terreno, que são das mais accidentadas e irregulares, a população está desproporcionalmente espalhada por sobre os pontos mais principaes do concelho. A villa de Macieira de Cambra é pequena, e só tem de no-

tavel a sua antiguidade e a sua bella situação, pois fica quasi ao centro do Valle de Cambra, que é muito fertil. O rio Caima atravessa o vallè, sendo ahi cortado por algumas pontes de pedra, quasi todas construidas já no seculo XIX. A povoação é muito antiga, mas não consta que tivesse foral velho; el rei D Manuel é que lh'o concedeu, em Lisboa, a 10 de fevereiro de 1514. Pertencia á Casa do Infantado, que apresentava o prior, o qual tinha o rendimento de 1:000$000 réis. Macieira tem muitas construcções modernas, que a embellezam. A egreja matriz, apezar de pequena, é elegante e possue imagens magnificas, desfructando-se do adro um lindo panorama. O edificio onde estão os paços do concelho e a administração é antigo, e foi reedificado em 1827. Em 1894 abriu-se uma avenida entre a Praça Municipal e a capella do Calvario, que fica ao norte da villa, a qual depois de arborisada será um passeio muito aprazivel. Não muito distante da egreja matriz, occupando todas as eminencias do monte circumvisinho, fica a povoação de Sandiães, onde funccionam algumas fabricas de fogo de artificio. Em Macieira notam se ainda vestigios d'um antigo acampamento romano, a que o povo chama o *Crasto*, attribuindo aos moiros esses restos de ruinas de fortificações levantadas em volta do monte pelas legiões dos antigos Cesares. Hoje, quasi nada existe d'esse campo fortificado; apenas uma capellinha de construcção muito moderna. Consta que na occasião em que se cavaram os alicerces para a edificação da capella, fôra encontrada uma grande camara de tijolo, onde estavam depositados alguns esqueletos ainda bem conservados. Em Macieira ainda ha outras ruinas, mas de epoca muito mais recente; é um grande casarão, que actualmente serve de palheiro e ao mesmo tempo de morada a uns pobres caseiros; dizem ter sido ali o opulento solar do vice-rei da India Lopo Soares de Albergaria. Em Macieira de Cambra ha escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N.—Oliveira de Azemeis; medicos, pharmacias, notario, fabricas de manteiga e de papel, philarmonica *Lyra Cambrence*, romaria a N. S.ª da Saude, ermida situada no alto d'uma serra, d'onde se desfructa um lindo ponto de vista. Pertence á 5.ª div. mil. 9.ª brigada, grande circumscripção mil. centr., e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. Este concelho foi supprimido e annexado ao de Oliveira de Azemeis por decreto de 21 de novembro de 1895, mas ficou restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. A villa dista 45 k. da séde do districto. O concelho comprehende 9 freguezias, com 2:618 fog. e 12:180 hab., sendo 5:403 do sexo masc. e 6:777 do fem., n'uma superficie de 10:603 hect. As freguezias são: S. Simão, de Arões, 1:772 hab.: 792 do sexo masc. e 980 do fem.; S. Pedro, de Castellões, 2:902 hab; 1:284 do sexo masc. e 1:618 do fem.; S. João Baptista, de Cepellos, 1:231 hab.: 541 do sexo masc. e 690 do fem.; S. Thiago, de Codal, 350 hab.: 154 do sexo masc. e 196 do fem; S. Miguel, de Junqueira, 1:043 hab.: 470 do sexo masc. e 673 do fem.; N. S.ª da Natividade, de Macieira de Cambra, 2:009 hab.: 910 do sexo masc. e 1:099 do fem.; O Salvador, de Roge, 1:658 hab.: 708 do sexo masc. e 950 do fem; N. S.ª da Purificação, de Villa Chã, 939 hab.: 423 do sexo e 516 do fem.; S. João Baptista, de Villa Cova de Perrinho, 276 hab.: 121 do sexo masc. e 155 do fem O principal commercio de todo o conc. é manteiga, legumes, fructas, madeira, cortiça e vinho.

Macieira de Cima. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Macieira de Sarnes, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Macieira da Lixa. Pov. e freg. de Santa Leocadia, da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto; 192 fog. e 855 hab. Tem esc. para o sexo masc. e correio com serviço de posta rural A pov. dista 5 k. da séde do conc. O prior dos conegos regrantes do mosteiro de Caramós, apresentava o vigario, que tinha 60$000 réis de rendimento. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Macieira da Maia. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. de Villa do Conde, distr. do Porto, arceb. de Braga; 228 fog. e 969 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 8 k da séde do conc. e está situada junto do rio Ave. O reitor do convento dos loyos, do Porto, apresentava o cura que tinha 50$000 réis. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 18 com a séde no Porto.

Macieira de Rates. Pov. e freg. de Santo Adrião, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 188 fog. e 871 hab. Tem escolas para ambos os sexos e est. post. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada a 3 k. da margem direita do rio Este. O reitor da freg. de S. Miguel, de Chorente, apresentava o vigario, que tinha 70$000 réis de rendimento. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao districto de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Macieira de S. Miguel. Pov. na freg. de Santa Maria, do Fregim, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Macieira de Sarnes. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Douro, conc. e com. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 97 fog. e 417 hab. Tem caixa postal. A pov. está situada em terreno plano, ou collinas pouco accidentadas e ferteis. O abbade da freg. de Cesar apresentava o cura, que tinha só o pé d'altar. Esta freg. teve principio n'uma capella dedicada a Santa Eulalia, que existia no logar das Terças, e quando se erigiu a freguezia mudou se a egreja para o sitio actual. Segundo a tradição, houve aqui um pequeno convento de freiras benedictinas, que foi supprimido no seculo XVI, passando as religiosas para o convento de S. Bento da Ave Maria, do Porto. N'esta freg. ha minas de cobre, que pertencem á companhia das minas do *Pintor*; ha tambem minas de ferro, que nunca se exploraram. Tambem se chamava a esta freguezia *Macieira das Terças*. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

Macieira Velha. Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Macieiras *(Casal das)*. Na freg. de S. Pedro,

da Beberriqueira, conc. de Thomar, distr. de Santarem

Macieirinhas. Pov. na freg. de S. Miguel, de Cabreiros, conc. e distr. de Braga.

Macieiro. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Antime, conc. de Fafe, distr. de Braga || S. Thomé, de Travassos, do mesmo conc. e distr. || S. Paio, de Portella, conc. de Penafiel, distr do Porto.

Maciel. A familia d'este appellido tinha o seu solar no concelho de Barcellos, na quinta da Maceira, e este nome, corrompendo-se, deu origem ao de Maciel e Maçoula. As suas armas são as mesmas de Maceira V. *este nome*.

Maciel *(Antonio)*. Pintor, natural de Vianna do Castello, que viveu no seculo XVI. Em 1590 pintou um retrato de fr. Bartholomeu dos Martyres para o convento de S. Domingos d'aquella villa.

Maciel *(Antonio Antunes)*. Era natural da capitania de S. Paulo. Em 1718 acompanhou Paschoal Moreira Cabral na entrada feita por este, para conquistar o gentio Aripoconé, no sertão de Cuyabá, e durante a qual se descobriram as minas de ouro d'este nome. Foi elle o encarregado de ir apresentar a amostra do metal ao general conde de Assumar, e, depois de ter sido recebido com o maior contentamento pelo conde e pelos habitantes de S. Paulo, voltou logo ao sertão levando a Paschoal Cabral a provisão de guarda mór, para partilha das terras em que havia encontrado o precioso metal.

Maciel *(Antonio José Pereira Pinto)*. Mestre-escola na sé de Coimbra, e prégador regio. N. em Faro e fal. em Santarem em 1833. Era cavalleiro professo da ordem de Christo. Na polemica que se travou a proposito d'uma mercê feita por D. João VI ao physico-mór Manuel Vieira da Silva, barão de Alvaiazere, de uns terrenos accrescidos ao chamado Mouchão dos Coelhos, entrou Maciel, publicando em 1822 um folheto com o seguinte titulo: *Manifestação das falsidades conteúdas em um folheto que tem por titulo «Exposição dirigida ao publico sobre as mercês ob e subrepticias que ao medico Vieira se fizeram dos accrescidos no mouchão dos Coelhos»* Em resposta a este opusculo saiu depois outro, *anonymo tambem*, com o titulo: *Duas palavras ao medico Vieira*.

Maciel *(Filippe)*. Jurisconsulto; doutor e lente da Universidade de Coimbra, promotor, deputado e inquisidor, desembargador dos aggravos da Casa da Supplicação e deputado da Mesa da Consciencia e Ordens. Passava por ser homem muito erudito, e em Roma fizera boa figura quando ali fôra com os cardeaes Pereira e Cunha; mas tinha um genio muito jovial e os seus dictos sarcasticos e epigrammaticos não poupavam ninguem. Foi exactamente por causa d'essa mordacidade, que, em agosto de 1756, Filippe Maciel foi chamado á secretaria do reino, para se lhe intimar ordem de sair da côrte para a distancia de 60 legoas, dando se lhe por motivos d'este desterro o ter falado mal do soberano e das suas determinações Filippe Maciel escolheu para sua residencia Vianna do Minho, e ali falleceu. Era membro da Academia Real de Historia, e na collecção de *Memorias* d'essa sociedade se imprimiram algumas *Contas dos seus estudos*, publicando se em separado um *Elogio funebre do jesuita Antonio Simões*.

Maciel *(Francisco da Piedade)*. Religioso dominicano, que viveu no seculo XVII. Era natural de Lisboa, e professou no convento de Gôa. Compoz n'essa cidade uma obra que se imprimiu no anno de 1636, com o titulo: *Expositiones selectae sanctorum patrum*.

Maciel *(Gabriel Antunes)*. Capitão mór da villa de Sorocaba, d'onde era natural, sendo filho de João Antunes Maciel. O governador Rodrigo Cesar de Menezes foi quem o nomeou, em 3 de dezembro de 1723, em cuja patente se lia o seguinte: «Achando-se vago o posto de capitão mór da villa de Sorocaba, e sendo conveniente ao serviço de S. M., provêr o dito posto em pessoa em que concorram respeito, prudencia e os requisitos necessarios para dar cumprimento ás ordens que se expedirem áquella villa, por ser a primeira povoação em que costumam entrar os mineiros e mais pessoas que veem das minas de Cuyabá e tendo respeito aos merecimentos e mais partes que concorrem na pessoa de Gabriel Antunes Maciel, de uma das principaes familias d'esta capitania, e haver servido a S M. que Deus Guarde, por muitos annos, assim em descobrimento de sertões, conquistas de gentio barbaro que metteu de paz com grandes riscos de vida e despezas de sua fazenda, como em descobrimento de minas de ouro, sendo um dos primeiros que passaram ao dilatado sertão de Cuyabá e experimentando nas jornadas que fez um consideravel trabalho, assim nos caudalosos rios que navegou, como pelas fomes e sedes que se toleram n'aquelles sertões, sendo o supplicante um dos que mais procuraram assignalar-se no descobrimento das ditas minas, o que se lhe fazia difficultoso pelo muito gentio que n'elles habitava, e por esperar d'elle, etc.» Depois de haver estado por alguns annos em Cuyabá, e como capitão mór de Sorocaba, Gabriel Antunes Maciel, a instancias do capitão general conde de Sarzedas, voltou ás minas, levando comsigo uma forte expedição, para perseguir os ferozes indios paraguays, que havia muitos annos infestavam aquellas regiões, o com a sua habitual bravura afugentou e dizimou consideravelmente essa terrivel nação de indios. A elle se deve o descobrimento do rio Paraguay Diamantino em 1728, e o começo da povoação conhecida pelo nome de Alto Paraguay Diamantino, por haverem n'elle sido descobertos alguns diamantes. Era casado com D. Mecia Cardoso, e falleceu na primeira metade do seculo XVIII.

Maciel *(João Antunes)*. Superintendente das minas de Cuyabá, de que foi um dos descobridores. Era natural de Sorocaba, e irmão de Gabriel Antunes Maciel. O capitão-general Rodrigo Cesar de Menezes, quando o nomeou para o referido cargo, lhe mandou passar a patente em que resumia em parte os serviços por elle prestados, e por isso transcreveremos d'esse documento o seguinte: «Por ser pessoa das principaes familias d'esta capitania, e haver servido por mais de 20 annos nas Minas Geraes, de capitão de cavallos, e de sargento mór, por occasião em que os francezes invadiram o Rio de Janeiro, para onde marchou com quarenta homens pagos á sua custa, e os sustentou emquanto não o mandaram recolher, e passando a tenente-coronel d'um regimento das ditas Minas, o exercitou por 5 annos, e depois na occupação de guar-

da-mór das minas de ouro de S. João d'El-Rei e S. José, onde serviu por 7 annos, sendo eleito primeiro juiz ordinario, por occasião da elevação da villa de S. João d'El Rei, no arraial do Rio das Mortes, em que se houve com notorio procedimento, assim na administração da justiça, como na paz e socego com que conservou aquelles moradores, com o seu respeito e prudencia, experimentando na assistencia d'aquella villa consideravel prejuizo, por não assistir nas lavras em que trazia os seus escravos, por ser um dos melhores mineiros, fazendo ao mesmo tempo, o lançamento dos quintos de ouro por batêa, que depois cobrou com toda a promptidão, sem oppressão dos povos, não faltando em dar cumprimento a todas as diligencias do serviço real, de que foi encarregado pelo general D. Braz Balthazar da Silveira, tendo já mostrado o seu talento, fidelidade e valor, na occasião em que os Paulistas, seus naturaes, fôram ao Rio das Mortes a expelir os reinões, querendo fazer-se senhores das Minas, mettendo se no reducto que se fez no dito Rio das Mortes, para defeza dos forasteiros e moradores, pelejando contra seus parentes e naturaes, não por ter d'elles queixa, mas por o obrigar o zêlo e fidelidade de S. M. que Deus Guarde, em cuja acção se avantajou a todos, assim no que obrou, como no valor com que se houve na defeza do reducto, pois com a sua grande industria persuadiu aos seus naturaes a que desistissem da empresa, com o fingir que sobre elles vinha um grande exercito, no que fez um grande serviço a S. M., por evitar o dano que se seguia, sendo ganhas as Minas pelos Paulistas, resultando ficarem d'aquelle tempo em deante na obediencia do dito Senhor, etc » João Antunes Maciel por tres vezes explorou os sertões de Cuyabá, onde conquistou algum gentio, que desceu para a capitania de S. Paulo; e quando houve noticia de, n'esses sertões, haverem apparecido alguns indicios de existencia de ouro, foi lá, ainda mais uma vez, e augmentou esses descobrimentos, por ter muitos escravos. Depois de haver prestado tantos e tão assignalados serviços, de haver dispendido toda a sua consideravel fortuna no descobrimento das minas, recebeu do governo o habito de Christo, com uma pensão de 50$000 réis annuaes, vindo a morrer pobre, legando a sua familia sómente a memoria dos serviços que fizera em proveito da patria.

Maciel *(Joaquim Antonio Clementino)*. Major de milicias reformado. Era natural da Covilhã, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Esteve, como preso de estado, na Torre de S. Julião da Barra, desde 14 de fevereiro de 1827 até 14 de novembro do mesmo anno, em que foi transferido para as prisões do Porto. Imprimiu em 1820 os dois primeiros tomos da seguinte obra, que parece ter ficado incompleta: *Historia da conquista do Mexico, com a noticia do descobrimento, povoação, e progressos da America Setentrional, conhecida pelo nome de Nova Hespanha; traduzida em portuguez.*

Maciel *(José Alves)*. Bacharel formado em Philosophia pela Universidade de Coimbra; um dos conspiradores de Minas Geraes. N. em Villa Rica, d'essa capitania, em 1751, sendo filho do capitão mór José Alves Macieira e de D. Juliana Francisca de Oliveira. Começou os seus estudos na America, e veiu depois para Portugal, matriculou-se na Universidade em Philosophia, de que tomou o grau de bacharel, passando então a Inglaterra, onde se conservou anno e meio, estudando a industria manufactureira, e aperfeiçoando-se em chimica. Regressando á patria em 1788, cheio de enthusiasmo pela liberdade, e grande partidario das idéas republicanas e da emancipação do Brazil, colhidas na sua viagem pela Europa, e nas suas conversações com Thomaz Jefferson, acolheu com todo o fervor os designios de Joaquim José da Silva Xavier, mais conhecido pelo nome de *Tiradentes*, e os dois conseguiram chamar a seus projectos o commandante da força publica de Villa Rica, Francisco de Paula Freire de Andrade; o tenente-coronel de milicias da Campanha do Rio Verde, Ignacio José de Alvarenga Peixoto; o de Diamantina Domingos de Abreu Vieira; o doutor em medicina Domingos Vidal Barbosa; o ouvidor da comarca Thomaz Antonio Gonzaga; o ex secretario do governo Claudio Manuel da Costa, e varias outras pessoas importantes da capitania das Minas Geraes. Os conjurados pretendiam crear em Minas uma republica independente, á qual se juntassem as capitanias visinhas, que quizessem seguir-lhes o exemplo, mas tão levianamente procediam, que não tardou a que os seus projectos fôssem conhecidos do vice-rei, então Luiz de Vasconcellos, que mandou prender os 7 principaes da planeada revolta, e os que com elles entretivessem relações, dando ordem ao governador das Minas para lhe remetter todos para o Rio de Janeiro, para serem ali processados. José Alves Maciel foi preso em 28 de junho de 1789, e seguiu para a capital do estado com os seus companheiros, onde fôram julgados, sendo condemnados á morte por sentença datada de 18 de abril de 1792, que o vice rei conde de Rezende deu ordem no dia 20 para a sua execução. Mas em vista d'uma carta regia de D. Maria I, apresentada pelo chanceller Botelho, as penas fôram commutadas a todos os réos, menos ao *Tiradentes*, sendo por esta nova decisão José Alves Maciel degredado por 10 annos para Massango, no reino de Angola. Partindo para o exilio foi encarregado de levantar ali uma fabrica de ferro, mas não chegou a cumprir essa ordem, porque falleceu. Ignora se a data da sua morte.

Maciel *(Julião)*. Conego da sé de Coimbra. N. em Lisboa e fal. em 1718 Sendo muito dado á poesia, escreveu muitos versos, mas de todas as suas composições apenas se publicaram: *Fabula de Acis y Galatea*, *Oratorio a S. Gonçalo*, e *Oratorio que se canto en 22 de enero*, que tem 4 edições entre os annos de 1719 e 1723.

Maciel *(Manuel de Almeida)*. Mestre-escola na sé da Bahia. Deixou impresso: *Sermão em acção de graças pelos felizes desposorios dos serenissimos senhores D José, e D. Maria Francisca Benedicta, principes da Beira, prégado na sé da Bahia a 15 de agosto de 1777*, Lisboa, 1777.

Maciel *(Miguel Baptista)*. General de divisão. N. em Lisboa a 8 de maio de 1822, onde tambem fal. em 1 de novembro de 1900. Fez os seus primeiros estudos no antigo Collegio dos Nobres, passando para a Escola Polytechnica, quando em 1837 se creou este estabelecimento scientifico. Ali continuou os seus estudos, obtendo os cursos de preparatorios para engenharia, artilharia e estado maior. Em 1841 foi para a Escola

do Exercito, concluindo em 1842 o curso de infantaria e cavallaria, e em 1844 os das outras armas citadas. Foi o primeiro alumno que em 7 annos completou o novo curso de engenharia decretado em 1837, com todas as respectivas cadeiras, alcançando tambem approvação na 8.ª cadeira da Escola Polytechnica, apenas necessaria para o curso geral. Apaixonado pela carreira das armas, assentou praça, como voluntario, no batalhão de infantaria n.º 10, em 23 de dezembro de 1840, e foi nomeado anspeçada em 1 de de janeiro de 1841, tendo já habilitações para em breve ser alferes alumno Dadas as desaveuças com a Hespanha por causa da navegação do rio Douro, teve de partir para o norte com o seu batalhão, sendo chamado a fazer serviço no quartel general do duque da Terceira, que estava no Porto. Pela ordem do exercito n.º 19, de 11 de abril de 1842, foi reconhecido aspirante a official, obtendo n'aquelle mesmo anno o posto de furriel graduado em 1 de agosto, e o de 2.º sargento graduado em 1 de setembro, tendo então já o curso de infantaria e cavallaria. Em 2 de janeiro de 1843 era 1.º sargento, e por decreto de 6 de março de 1845 foi despachado alferes effectivo. Estando proximo a concluir o curso de engenharia, preferiu seguir a sua carreira na arma de infantaria, e terminados os trabalhos escolares, passou a infantaria n.º 11, onde fez serviço, sendo mais tarde escolhido para official em commissão do seu novo corpo em Lisboa, cargo que exerceu de fórma, que lhe valeu o ser superiormente elogiado. Em 15 de fevereiro de 1848 foi promovido a tenente. Por occasião dos successos politicos de 1851 serviu no quartel general da 2.ª divisão militar, sendo encarregado de altas missões de confiança, contando-se entre ellas a da correspondencia trocada com el-rei D. Fernando, que se encontrava em Coimbra á frente d'uma divisão. Fôram muito importantes os serviços que então prestou. Reprimiu com outros officiaes uma manifestação armada feita em Lamego; atravessou o rio Douro em circumstancias muito difficeis, e sustentou se na Regoa com duas companhias de infantaria n.ºˢ 9 e 14, e alguns cavallos de cavallaria n.º 8, tendo sob a sua guarda todos os armamentos e cofres dos districtos administrativos. Tendo o general conde da Ponte de Santa Maria assumido o commando da divisão de operações do norte, foi Miguel Baptista Maciel escolhido para adjunto á repartição do quartel mestre general, onde desempenhou bom serviço. Achando se em Villa Nova de Tazem, na serra da Estrella, proximo de Gouveia, recebeu ali o plenipotenciario das forças oppostas, o major Gorjão, depois general, que veiu apresentar a submissão d'aquellas tropas ao conde da Ponte de Santa Maria, e marcou-lhes itinerario para se dirigirem ao Porto Depois foi nomeado para fazer parte do quartel general da divisão de operações do exercito regenerador formado n'aquella cidade, e que tinha de marchar sobre Coimbra. Miguel Baptista Maciel foi graduado capitão em 24 de novembro de 1853, passando á effectividade em 15 de janeiro de 1861; promovido a major em 16 de janeiro de 1867, a tenente-coronel em 4 de janeiro de 1873, a coronel em 5 de janeiro de 1876, a general de brigada em 25 de fevereiro de 1885, e a general de divisão em 30 de dezembro de 1890. Foi commandante da 1.ª divisão militar, governador da praça da serra do Monsanto, hoje Campo Entrincheirado de Lisboa, onde prestou bons serviços, presidente da direcção do Montepio Official, pertencendo tambem á direcção de muitos outros institutos de soccorros e beneficencia; presidente da commissão central Primeiro de Dezembro de 1640, sendo vice-presidente da commissão executiva nomeada para se levar a effeito o monumento dos restauradores, que se inaugurou em 28 de abril de 1886, para que muito concorreu a sua força de vontade e iniciativa; membro da Associação dos Engenheiros Civis, etc. Entre as muitas commissões de serviço que desempenhou, contam se as seguintes: Durante a guerra civil de 1846 a 1847 foi receber com outros officiaes, a Peniche, onde estavam encarcerados na cidadella, as forças da divisão do commando do conde das Antas, que tinham ficado prisioneiras na esquadra proxima ás alturas da barra de Lisboa, trazendo-as na melhor ordem para a capital, e merecendo o reconhecimento dos prisioneiros. Em 15 de fevereiro de 1848 foi encarregado de realisar importantes trabalhos nos quarteis de Braga e do castello de Guimarães, afim de poderem receber corpos. Entre muitos melhoramentos feitos no do Populo em Braga, estabeleceu ali um paiol. Em 1845 desempenhou o serviço de engenheiro nas importantes obras dos canaes da Azambuja, merecendo por isso uma portaria de louvor em 24 de outubro de 1846 Levantou em 1848 a planta da cidade de Braga, coadjuvado pelo seu camarada Belchior José Garcez. Em 1849 exerceu o commando de engenharia na 5.ª divisão militar em Traz-os-Montes, onde melhorou muito as condições dos edificios militares, e principalmente do hospital militar, que foi estabelecido no forte de S Francisco. Passou a servir em 1850 na 2.ª divisão militar, onde tambem procedeu a trabalhos importantes nos edificios militares de Vizeu, Coimbra, Lamego e Figueira. Com varios officiaes de artilharia fez parte de commissões sobre classificação e aproveitamento das fortificações da 2.ª, 3.ª e 6.ª divisões militares, havendo sido incumbido, n'esta ultima, de desarmar a zona tactica da praça de Almeida. Em 1852 foi encarregado dos trabalhos do vasto itinerario no reino nos districtos comprehendidos na 3.ª divisão, e de muitos outros trabalhos, tanto de construcção como de projectos importantes. Em janeiro de 1857 foi nomeado commandante de engenharia na 3.ª divisão militar, cargo que desempenhou até 1866, em que foi escolhido para servir no campo de instrucção e manobras. Durante aquelle periodo accumulou tambem differentes trabalhos de obras publicas, taes como a liquidação das estradas do Porto a Braga e Amarante, e de Villa Nova de Famalicão a Vianna do Castello, realisando consideraveis economias para o thesouro, o que lhe valeu varias portarias de louvor, e elogios rasgados por parte de diversas autoridades. No Porto procedeu á edificação do quartel da Torre da Marca e á construcção do hospital de D. Pedro V, deixando estes edificios muito adeantados; reedificou o quartel de Santo Ovidio, restaurou o edificio da Casa Pia; fez o projecto do seminario, e elaborou em 1862 um excellente relatorio sobre as fortificações da 3.ª divisão, que foi muito elogiado. Foi a este official que se deveu o modelo para

camas de ferro que se distribuiram á guarnição do Porto, a restauração das fortificações das divisões; o artilhamento da serra do Pilar; a construcção da carreira de tiro em Esmoriz, e a escolha de Penafiel para séde d'um regimento Em 1866 fez parte da brigada de engenharia no campo de instrucção, de que foi 2.º commandante em 1867. Estabeleceu ali uma carreira de tiro para os corpos de infantaria, e um parque guarnecido com excellentes ferramentas; ampliou as construcções existentes, e dirigiu a construcção do hospital-barraca, sendo elogiado pelo ministerio da guerra e pelo general inspector do campo. Em 1869 veiu servir no commando de engenharia na 1.ª divisão. Em 1870 passou a chefe da 2.ª repartição da direcção geral da arma, sendo pouco depois incumbido de desempenhar uma commissão nos Açôres, ilha Terceira, onde se demorou até 1871, estudando a defeza da mesma ilha, e outros assumptos, pelo que foi louvado pelo governo.

Miguel Baptista Maciel

verno. Concluida aquella commissão passou a servir na 1.ª divisão militar. Em 1870 foi nomeado inspector de engenharia na 4.ª divisão, cargo que accumulou com o de chefe da 2.ª repartição da direcção geral da arma. Por aquella epoca, entre outros trabalhos valiosos, apresentou um projecto para equipagens de pontes militares. Presidiu ás commissões encarregadas de estudar as bases e modelos para os orçamentos, e de dar parecer sobre o local mais apropriado para o quartel general da 4.ª divisão; em 1880 foi inspector de engenharia na 3.ª divisão; vogal dos jurys para exame de habilitação do curso de engenharia militar na Escola Polytechnica em 1873, 1875 e 1879; organisou em 1881 a commissão de tombação de todas as propriedades do ministerio da guerra, em que prestou importantes serviços no Algarve, Extremadura, Minho, Alemtejo e Açôres; foi n'esse mesmo anno nomeado membro da grande commissão de defeza do reino, em cujos trabalhos tomou parte muito activa. Em 1883 passou a exercer o cargo de director da secretaria da direcção geral de engenharia, e commandou interinamente a arma e o corpo de estado maior até julho do referido anno, em que foi nomeado governador da praça de Monsanto. No commando das fortificações de Lisboa contribuiu para serem artilhados os fortes do Alto do Duque e de Caxias, e para que fôsse distribuido a todos os pontos fortificados e material de guerra e as munições indispensaveis. Em 1891 e 1892 presidiu á commissão de classificação dos officiaes inferiores para empregos publicos. Em 1893 e 1894 commandou a 4.ª divisão militar, mantendo ali a disciplina, a ordem publica e o prestigio da autoridade. Em fins do anno de 1894 voltou de novo a presidir á commissão de classificação para empregos publicos. Miguel Baptista Maciel, quando falleceu, era o general mais antigo do exercito, e estava no quadro auxiliar desde 13 de maio de 1896. Em 1861 foi agraciado com o grau de cavalleiro da ordem de S Bento de Aviz; em 1877 com as medalhas de prata de bons serviços e de comportamento militar; em 1881, com a commenda da mesma ordem e Aviz; em 1891, com a medalha de ouro de comportamento militar; em 1893 com a gran-cruz da referida ordem.

Maciel *(Vicente da Silveira).* Official de marinha, governador de Sofala, Inhambane e Quelimane. N. em Lisboa a 25 de março de 1840, fal. em Quelimane a 22 de junho de 1876 Seu pae era de egual nome e tambem official de marinha. Assentou praça na companhia dos guarda-marinhas a 4 de outubro de 1853, e tendo completado o curso em 27 de junho de 1859, embarcou logo como aspirante de primeira classe na corveta *D. João I* em agosto do mesmo anno, com destino á estação de Macau e mares da China. Foi promovido a guarda marinha em 24 de maio de 1860, e pouco depois seguiu viagem na guarnição da mesma corveta, indo ao Japão, desembarcando na cidade de Yeddo a 13 de julho com os mais officiaes da guarnição, que acompanharam o ministro plenipotenciario e o pessoal da missão incumbida de negociar um tratado de paz e commercio com aquelle imperio. Os pormenores interessantes da viagem da corveta *D. João I* ao Japão veem descriptos n'um livro publicado em 1863 pelo capitão de fragata Marques Pereira, commandante d'aquelle navio. Promovido a 2.º tenente em 4 de junho de 1862, chegou a Lisboa em setembro d'esse anno, e logo no mez de dezembro saiu de novo a barra para tomar o commando do hiate *S. Thomé*, que fazia parte da estação naval de Angola, e estava empregado no serviço de crusador. Ao anoitecer do 1.º de novembro de 1863, o hiate fundeou em frente da cidade de S. Thomé, e por este feliz acaso o tenente Maciel pôde, com a guarnição do seu navio e de combinação com o governador, de quem occultamente recebera aviso, obstar a que alguns degredados levassem a cabo o horrivel projecto que tinham feito, de roubar a alfandega da ilha, e saquear as casas dos mais ricos habitantes, e fugirem n'uma lancha d'antemão preparada. No serviço de cruzador se conservou ainda por algum tempo, até que, em principios de agosto de 1864 recebeu ordem para regressar á metropole. A demora, porém, que houve em lhe ser trans-

mittida esta ordem, fez com que o navio viesse demandar a costa de Portugal na estação invernosa, e que o seu commandante se visse constrangido, para não arriscar navio e vidas, a investir a barra sem piloto, largando finalmente ferro defronte de Belem na tarde de 24 de outubro. Os perigos que o tenente Maciel arrostou durante essa trabalhosa viagem, n'um navio pequeno, de más condições nauticas, e debaixo de continuados temporaes, fôram por elle mencionados n'um modesto relatorio, que está publicado no *Diario de Lisboa*, de 15 de novembro do mesmo anno, relatorio que mereceu os elogios dos officiaes encanecidos na vida do mar. Logo em dezembro de 1864 seguiu viagem para Cabo Verde, por ter sido nomeado commandante do hiate *S. Pedro*, que n'aquella provincia estava em serviço. Pouco tempo, porém, se demorou n'esta commissão, porque em junho de 1865 regressou a Lisboa, sendo mandado seis mezes depois embarcar na corveta *Sagres*, como official da guarnição, destinada a ficar ás ordens do governador de Cabo Verde e Guiné, e foi elogiado n'uma ordem da armada, pela fórma como cumpriu as ordens do dito governador. Terminada a commissão o navio voltou para Lisboa, e o tenente Maciel embarcou em agosto de 1866 na corveta *Sá da Bandeira*, seguindo viagem para a estação de Macau e Timor. Em junho de 1867 recebeu o commando da canhoneira *Camões*, que fazia parte da referida estação, e em janeiro de 1868 o conselho superior da provincia o encarregou de exterminar os piratas que infestavam Tailam e outras povoações. Perseguiu-os energicamente, causando lhes graves perdas, e maior damno ainda lhes causaria, se elles se não houvessem refugiado em terra, na proximidade de duas lorchas de guerra chinezas, que só lhes fizeram algum fogo, e este mesmo mal dirigido, quando se viram coadjuvados pela canhoneira *Camões*. No fim da refrega os chinezes apoderaram-se de tres embarcações que os piratas haviam abandonado na praia, mas o commandante Maciel obrigou-os a entregal-as ao seu navio, que era o verdadeiro apresador. Pelo bom desempenho d'esta commissão; e posteriormente, pelo denodo e intrepidez com que no seu pequeno navio obstou a que os empregados das alfandegas chinezas exercessem jurisdicção nas aguas do rio pertencentes a Portugal, foi elogiado nos boletins officiaes, e mais tarde condecorado com o habito da Torre e Espada. Quando em junho de 1869 pediu a exoneração do commando da canhoneira, foi-lhe declarado que tinha desempenhado muito bem aquella commissão. N'essa mesma data ficou ás ordens do governador da provincia. Em 30 de setembro foi lhe confiado o commando d'uma força destinada a ir capturar uma lorcha de piratas, que tinham roubado a barca allemã *Apenrade*, e dar busca a todas as casas de Tong-chan, onde se suppunha que elles se haviam refugiado. Em novembro do mesmo anno de 1869, obtida a indispensavel permissão, saiu de Macau no brigue mercante *Conceição de Maria*, na qualidade de capitão d'este navio, e chegou a Lisboa a 17 de setembro de 1870 O facto de ser confiada a um official ainda novo, uma embarcação mercante que trazia uma valiosa carga, é prova evidente da grande reputação que Vicente Maciel adquirira como homem de mar. No dia 27 do mesmo mez, isto é, 10 dias depois da sua chegada a Lisboa, embarcou, como official de guarnição, na corveta *Duque de Palmella*, seguindo viagem para Macau, onde novamente foi estacionar. Nomeado em maio de 1871 commandante da policia do mar no porto d'esta cidade, prestou valiosos serviços por occasião do cyclone que em principios de setembro assolou aquella colonia, e deu provas de singular arrojo, expondo-se aos perigos do mar para levar soccorros a toda a parte onde fôram precisos Em novembro do mesmo anno commandava interinamente a lorcha de guerra *Amazona*, quando teve o encargo de perseguir e destroçar um bando de piratas, que trazia em continuo sobresalto as povoações proximas da Taipa e Colovau, pelas depredações e crueldades que ali commettia. Para este fim desembarcou, com uma força composta de 60 praças de marinhagem da corveta, 2 guarda-marinhas, 14 soldados da policia do porto e dez lokanes da guarnição dos escaleres, na Ribeira da Prata, onde se haviam acoutado os piratas. Atacou-os, e apezar da resistencia d'estes e das boas posições que occupavam, pôl-os em debandada, e tomou-lhes uma peça d'artilharia, e 2 chapitões. Em 14 de maio de 1873 foi promovido a 1.º tenente, e a 21 de agosto, sendo commandante da escuna de guerra *Principe Carlos*, atacou, e tomou de noite, dentro do mesmo porto de Macau, uma lorcha de piratas, em que aprisionou 51. Na noite de 20 de novembro d'este anno, nas aguas de Macau, correu o tenente Maciel grave risco, estando para ser victima do genio traiçoeiro dos chins. Pelas 7 horas largou de bordo da escuna *Principe Carlos* uma baleeira tripulada por 5 homens, que levava para terra o commandante Maciel, o capitão de infantaria Gomes da Silva, que o fôra visitar, e o guarda-marinha Caetano Rodrigues Caminha. A noite era escura, e a meio caminho da terra, o guarda marinha, vislumbrando a pouca distancia uma embarcação que navegava em rumo opposto á baleeira, avisou o commandante, que vinha ao leme e que tentou evitar a abalroação, mas a embarcação chineza, ou por falsa manobra ou de proposito, metteu a prôa a meio da baleeira, afundou-a e continuou a navegar como se nada houvesse succedido de extraordinario. Esta embarcação era um *fai-á*, que levava uma importante carga do opio. Os *fai ás*, como embarcações destinadas a fazer contrabando, são muito velozes, excessivamente compridas, e tripuladas por 40, 50 e mais remadores, os quaes com o intuito de escaparem á vigilancia dos cruzadores das alfandegas chinezas, enleiam os remos com palha no logar dos toletes para lhes abafar o rangido. Maciel e o capitão Silva salvaram-se, segurando se a uns cabos que existiam á prôa do *fai á*, para o qual subiram depois; o guarda-marinha agarrou-se a um remo e saltou para dentro da embarcação; os mais tripulantes tambem treparam como puderam, menos um homem que depois appareceu por se ter salvado nadando. Vendo que o patrão do *fai á* proseguia no seu caminho, Maciel ordenou-lhe que os conduzisse a todos para a escuna ou para o caes da alfandega. Baldada intimação; o *fai-á* seguia de voga arrancada em sentido opposto. Maciel correu então para a ré, seguido d'um valente marinheiro chamado Raphael Antonio Garcia, afim

de tomar o leme. Achavam-se perto da ilha da Lapa, e de bordo do *fai-á* lançou se a nado um outro marinheiro, com o fim, segundo depois declarou, de ir buscar soccorro. Vendo isto, os chins largaram os remos, e arrojando-se tumultuosamente sobre o tenente Maciel e o marinheiro que o acompanhava, travaram com estes uma lucta desesperada. Os dois portuguezes estavam inermes, mas não lhes enfraqueceu o animo. Os chins furiosos vibravam lhes golpes sobre golpes, que o bravo marinheiro Raphael aparava nos braços para resguardar o seu commandante, e ambos, vendo a morte quasi certa, queriam vender bem cara a vida. A lucta, porém, era muito desegual, de modo que, repellidos e rechaçados pela turba multa dos piratas, fôram por estes arrojados ao mar, d'envolta com um pedaço de bambu dos enfeites da pôpa da embarcação, ao qual se haviam agarrado, e que cedendo ao peso quebrou-se, e lhes serviu de boia de salvação. Abandonados emfim pelos piratas, que talvez os julgassem mortos, ficaram á mercê de Deus. Nenhum sabia nadar. Finalmente, um escaler da canhoneira *Camões*, onde o marinheiro que se deitara a nado, fôra pedir soccorro, veiu salval-os da morte, bem como ao guarda marinha Rodrigues Caminha, que pretendendo ir accudir ao seu commandante, quando este se via a braços com os piratas, recebera uma violenta pancada na cabeça, e fôra tambem lançado ao mar, onde já estava quasi exanime. Durante o pavoroso tufão que assolou Macau na noite de 22 para 23 de setembro de 1874, a escuna *Principe Carlos*, abalroada, no meio do tumultuar medonho das vagas, pelos juncos que tinham perdido as amarrações, foi arrancada do seu ancoradouro, arrastada em vertiginosa carreira pelo furioso impulso do mar e do vento, e arrojada emfim para o interior das terras, onde ficou desconjunctada, a umas 12 milhas de Macau A guarnição salvou-se toda. O conselho de investigação a que o 1.º tenente Maciel respondeu por causa d'este sinistro, foi de opinião que o commandante e officiaes tinham empregado todos os meios para salvar o navio, e que tanto este como a guarnição eram dignos de louvor pela coragem e dedicação de que tinham dado exuberantes provas em tão difficil conjunctura. E na verdade foi louvado n'uma portaria publicada na ordem da armada n.º 24, do mencionado anno Maciel voltou a Lisboa em 9 de dezembro; a 5 de janeiro de 1875 foi promovido a capitão tenente, e a 20 de maio partiu para Moçambique, como governador do districto de Sofala, sendo depois transferido para o governo de Inhambane, e no dia 9 de outubro para Quelimane, d'onde veiu a fallecer no anno seguinte. Além do habito da ordem da Torre e Espada, que já citámos, possuia tambem o de S Bento de Aviz

Maciel Parente *(Bento)*. Governador do Maranhão, que viveu no seculo XVII. Tendo sido pelo capitão-mór Jeronymo d'Albuquerque Maranhão, encarregado de explorar o valle do Pindaré, e principalmente as minas, que se julgava, existissem ali, nada conseguiu, e depois ficou, juntamente com Domingos da Costa Machado, incumbido de guiar o filho do capitão-mór, a quem este em 1618 legou o governo que tinha exercido. Nos primeiros tempos, Bento Maciel Parente deixou a Antonio de Albuquerque todo o peso do governo, circumscrevendo os seus cuidados á reedificação do forte de S. José de Itapary; mas, dentro em pouco levado da inveja, rompeu em hostilidades com Albuquerque, e declarou lhe que tudo quanto elle fizesse sem o seu parecer e o do capitão Domingos da Costa era nullo e que assim lhe negava obediencia O governador, deante d'esta resolução, mandou prender Maciel na fortaleza de S Filippe, e quatro mezes depois remetteu-o sob a guarda de Domingos da Costa a Pernambuco, onde estava o governador geral D Luiz de Sousa O governador, não só absolveu o accusado, mas até o honrou, encarregando-o da guerra com os Tupinambás, lucta em que Bento Maciel se houve com incrivel crueldade, deixando na historia do Maranhão muitas paginas escriptas com sangue, porque foi o mais feroz exterminador dos Indios. Fallecendo em Belem Jeronymo Fragoso d'Albuquerque, capitão-mór do Grão Pará, e sendo conferido o governo a Custodio Valente com o padre Antonio da Merceana e o capitão Teixeira por adjuntos, Bento Maciel tentou assenhorear-se do poder; não o alcançou, mas não perdendo a sua idéa quiz d'ahi a tempos, em 1620, realisar o seu intento, perturbar o socego publico, e para isso voltou de novo a Belem. Pedro Teixeira, que n'essa occasião, pela retirada dos seus dois collegas, tinha as redeas do governo, e que era tão valoroso como acautelado, presentindo as intenções de Maciel, logrou, a tempo, neutralisal-as, e este, vendo que nada podia fazer, retirou-se para S. Luiz do Maranhão, e d'ahi para a foz do rio Itapicurú, construiu n'esse ponto o forte conhecido hoje pelo nome de Vera Cruz, e de cuja defeza se encarregou apenas com 80 homens, e, usando das attribuições que lhe haviam sido conferidas pelo governador do estado do Brazil, D. Luiz de Sousa, começou a povoar a terra firme, com os Indios de duas aldeias, já domesticados Posteriormente, durante o governo de Antonio Moniz Barreiros, mandou Bento Maciel, na qualidade de capitão-mór do Pará, abrir uma estrada, que foi de grande utilidade para ambas as capitanias, e que, saindo do Pará, terminava em Alcantara, e tendo sido, pela carta regia de 13 de junho de 1621, separadas do estado do Brazil, para formarem um novo estado, as capitanias do Maranhão e Grão Pará, foi Maciel, passados annos, investido no cargo de governador d'esse estado, e d'elle tomou posse a 27 de janeiro de 1638. Cercado de todo o prestigio e consideração, começou tratando de acabar as duvidas e questões que de longa data havia sobre a administração dos Indios forros, as quaes tinham sido causa de muitos desgostos e até de perturbações da ordem publica na capitania do Pará; e apezar das difficuldades que tinha de a vencer, conseguiu superal-as todas e terminar esse negocio d'uma fórma favoravel. Foi tambem no tempo de Bento Maciel Parente, que voltou ao Pará a expedição que saira no tempo do seu antecessor, Jacome Raymundo de Noronha, a explorar o Amazonas; mas de todos os factos notaveis, que n'esse periodo occorreram, o mais importante foi, sem duvida, a traiçoeira occupação da cidade de S. Luiz pelos hollandezes, a respeito da qual Varnhagen escreveu, na sua *Historia das luctas com os Hollandezes no Brazil*, o seguinte: «A esquadra destinada a assenhorear-se do

porto e da cidade, compunha-se de 13 navios de guerra, 3 bergantins e outros 3 barcos menóres Era d'ella vice-almirante o conhecido Lichthardt, e ia por chefe da tropa, que consistia de uns 1:000 soldados, o coronel Koen; tudo subordinado ao conselheiro politico Pedro Bas. Fundearam primeiro todos no Preá, áquem do Maranhão, e d'ahi mandaram explorar o que se passava, para seguirem com mais confiança. A 25 de novembro (1641), apresentou-se a esquadra sem bandeira deante do porto. Fôram de terra disparados alguns tiros de polvora sêcca. Porém, não sendo içada ainda nenhuma insignia e continuando os barcos a aproximar se do ancoradouro, começou o forte da cidade a disparar com bala e logo se travou o fogo de parte a parte; mas os navios passaram ávante, havendo unicamente perdido dois homens, e fôram fundear para a banda de dentro da porta do Desterro, onde a terra faz volta para o Portinho, que fica além da cidade. O governador, Bento Maciel Parente, na presença d'um ataque tão extranho como por elle inesperado, encarregou ao provedor-mór, Ignacio do Rego Barreto, que, em companhia do jesuita Lopo do Couto, fôsse avistar-se com o commandante da esquadra. Quando, porém, estes dois emissarios chegaram a bordo, foi-lhes dito que o chefe se achava em terra com a força que já ali se formava para marchar contra a cidade. Dirigiram-se, pois, para a paragem do desembarque e ao que se lhes apresentou como chefe disséram, da parte do governador, haverem sido ali recebidas ordens regias, annunciando as tréguas celebradas na Haya, havia mais de cinco mezes. Bem conheceria o chefe inimigo o tratado e o direito ás hostilidades que lhe dava o artigo 8.º d'elle, se não houvesse chegado ainda a noticia da ratificação, como bem presumia. Pediu, pois, para vêr essas ordens, e com a maior boa fé, saiu o governador da fortaleza, levando-as na mão, pensando que com isso ia poupar muito sangue e cumprir os seus deveres, como leal cavalleiro e bom christão. Examinou o chefe inimigo as taes ordens e desde logo se tranquillisou ao vêr que ainda n'ellas se não falava da ratificação, a qual, como óra sabemos, apenas havia sido assignada por Portugal, na semana anterior. Duvidou, ao que parece, Maciel Parente, pouco ao corrente das fórmas diplomaticas, de seus argumentos e resistindo se a acreditar que o governo da metropole havia andado com pouca previsão e bastante negligencia. Viu se, porém, obrigado a ceder ao numero das forças desembarcadas, mediante uns simulacros de concessões que lhe fôram feitas, de que as hostilidades não proseguiriam em quanto cada um dos chefes passava a pedir ordens á sua respectiva metropole, lavrando-se d'isso um termo que foi assignado pelo governador e por *Lichthardt* e pelo director Bas. Os hollandezes entraram logo no forte e na cidade, e arriando as bandeiras içaram as suas e no dia seguinte fôram apresentar ao governador para assignar um novo termo, rasgando o anterior, que diziam estava menos bem redigido. O velho Bento Maciel foi logo embarcado e conduzido ao Rio Grande, d'onde o levaram preso por terra até ao Recife, quando falleceu antes de chegar á Guyana. A guarnição que existia na praça, apenas de 130 soldados, foi embarcada, dizendo-se a todos que para a ilha da Madeira; mas partiram em uns barcos tão máus, que deram graças a Deus quando se viram chegados, uns á ilha de S. Christovão das Antilhas, e outros (uns 40) com o capitão Pedro Maciel, ás aguas do Pará, levados por um barco, a que se passaram no mar, pelo mau estado em que iam.» A maior parte dos escriptores, que teem tratado d'esta occupação da cidade pelos hollandezes, são muito severos para Bento Maciel, mas João Francisco Lisboa, nos *Apontamentos, noticias e observações para a historia do Maranhão*, está longe de seguir esse parecer, e diz: «E' certo que ao governador restava o supremo recurso de sepultar-se honradamente nas ruinas da sua fortaleza; mas a historia imparcial, sem absolvel-o plenamente, deve consignar todas as considerações e circumstancias que o desculpam Bento Maciel não era um cobarde. Simples capitão d'um dos navios da expedição de Alexandre de Moura, o seu valor nos combates, não menos que uma actividade devoradoura, revelada em multiplicadas expedições contra os Indios e Hollandezes, o fôram cada dia accrescentando em honras e postos, primeiro commandante do forte de S. José de Itapary, depois do Calvario, capitão-mór da capitania do Pará, cavalleiro da ordem de Christo, fidalgo da casa real, e governador emfim do estado do Maranhão. Taes e tantos fôram os seus serviços e em tão subida conta tinha o seu merecimento o governo da metrópole, que não só lhe doou ainda a capitania do Cabo do Norte, como lhe fez a singular mercê de determinar que todos os seus descendentes accrescentassem ao de Maciel o appellido de *Parente*, com que significasse cada um que pertencia a tão nobre tronco, perpetuando-se assim a memoria de seus feitos. Mas alquebrado pelos annos, era bem de presumir que com tão adeantada velhice, tambem lhe viesse a fraqueza, sua companheira quasi inseparavel. A côrte lhe havia dado ordem indirecta para não hostilisar os hollandezes, e era de resto permittido suppôr que toda a resistencia seria vã e aggravaria, inutilmente, a situação da colonia, quando, para oppôr a tão formidavel armada e a 2:000 homens de desembarque, não havia mais que algumas dezenas de soldados imberbes e bisonhos e uma população tão pouco numerosa, como enervada e imbelle. Os que da resistencia, que teve logar depois com exito tão feliz e prodigioso, argumentam para o que se podia fazer então, não advertem que foi mister uma oppressão odiosa e absurda de 10 mezes para despertar, no coração ulcerado dos colonos portuguezes, esses brios, innatos sim, mas a principio adormecidos» Quando o rei Filippe concedeu a Bento Maciel o appellido de *Parente* para elle e seus descendentes, deu lhe por armas: Escudo esquartelado; no primeiro quartel em vermelho, uma onça ou tigre de ouro, malhado de azul; no segundo, em um mar de prata, uma canôa de sua côr, e dentro as cabeças de seis homens que vão remando; no terceiro, em campo azul, uma fortaleza de prata sobre um monte de sua côr que sae de um rio de prata e azul; no quarto, em verde, uma penha de sua côr picada de ouro com uma cova na falda e n'esta tres barras de ouro e o contra-chefe de todo o escudo ondado de azul e prata; timbre, o tigre.

Maciel Parente *(João Amado)*. Era natural de S. Paulo, no Brazil, e floresceu nos seculos

xvii e xviii. Em junho de 1693 saiu da terra em que nascera, e foi para a Bahia com uma grande força de indios domesticados, que tinha sob a sua administração, afim de auxiliar a conquista e dispersão da tribu dos Guereus. A estes indios juntou se depois a ordenança do districto, e todos, sob o commando de Maciel, percorreram os sertões, ao occidente do rio de S. Francisco, e a norte dos limites da Bahia, destruindo as aldeias dos selvagens e abrindo estradas para estabelecer, pelo interior, communicações com aquella capitania. Os prisioneiros feitos n'essa expedição fôram em tão grande numero, que os melhores se venderam a 20 cruzados por cabeça, e a maior parte não obteve senão metade d'esse preço. Em recompensa dos seus serviços, Maciel teve uma grande sesmaria, e o senhorio d'uma villa, que se lhe permittiu fundar, e que effectivamente principiou do lado da Bahia, com a invocação de *Santo Antonio*, nome que o povo substituiu pelo do fundador, existindo ainda hoje essa terra com a denominação de *João Amado*

Macinhata. Pov. na freg. de S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Macinhata de Cima Pov. na freg. de Santo André, de Macinhata de Seixa, conc. de Oliveira de Azemeis.

Macinhata de Seixa ou da Seiça. Pov. e freg. de Santo André, da prov. do Douro, conc. e com. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro, bisp do Porto; 141 fog e 567 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem do rio Caima, e da estrada real que vae de Coimbra ao Porto. O collegio da Companhia de Jesus, de Coimbra, e depois de 1759, o real padroado, apresentava o reitor, que tinha 130$000 réis. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

Macinhata do Vouga. Pov. e freg. de S. Christovão, da prov. do Douro, conc. e com. de Agueda, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 444 fog. e 1:762 hab. Tem escolas para ambos os sexos, fabrica de telha, e correio com serviço de posta rural, permutando malas com Albergaria a Velha. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada na margem do rio Vouga, n'uma planicie inclinada sobre ferteis campos. Os duques de Lafões apresentavam o prior que tinha 400$000 réis de rendimento. A pov. é muito antiga, parece que já existia no tempo dos moiros. sendo então muito importante e governada por um regulo moiro. Pelos annos de 1855 demoliu se a antiga egreja, e construiu se outra no mesmo local, ficando no extremo da povoação, com a frente para o rio Vouga. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

Macissos. Pov. na freg. de S. Pedro, de Capareiros, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Mackonelt (*João Chrisostomo*). Antigo typographo, jornalista, empregado na direcção dos Caminhos de Ferro do Minho e Douro, depois na secretaria da camara dos deputados, etc. N. em Lisboa a 21 de dezembro de 1839, onde tambem fal. a 22 do referido mez do anno de 1898. Era filho de José Maria Mackonelt, empregado no arsenal de Marinha, e de sua mulher, D. Maria Felizarda Marques. Seu avô paterno chamava-se Ricardo Teixeira Mackonelt, natural da cidade de Ibernus, na Irlanda, doutor em Medicina e lente na Universidade de Coimbra. Em 1846 entrou para o collegio de Nossa Senhora da Conceição, á Esperança, mas a morte de seus paes o obrigou a desistir dos estudos Foi então para Pernambuco empregado no commercio, mas voltou para Lisboa em 1856, e no anno seguinte, 1857, entrou para a Imprensa Nacional para aprender a arte typographica. Em 1864 passou para a typographia do *Jornal do Commercio*, e em 1872 foi nomeado director da Imprensa Nacional de Loanda, e regressando mais tarde a Lisboa, deixou de todo a arte, e empregou-se na direcção dos Caminhos de Ferro do Minho e Douro, sendo em 1892 transferido para a direcção da camara dos deputados. Em 1885 deu um passeio pela Europa, visitando as principaes cidades de Hespanha. França e Italia, e em 1892 foi á cidade do Rio de Janeiro Era um strenuo defensor da emancipação da mulher, da libertação do escravo, do pobre e opprimido, sendo sempre um dos primeiros a trabalhar em seu beneficio com a maior dedicação. Evidenciou se como jornalista, começando em 1859 a escrever na *Federação*, collaborando depois no *Jornal do trabalho*; publicou tambem artigos no *Jornal do Commercio* e *Diario de Noticias*. Como orador tambem se evidenciou, discursando nas differentes associações populares a que pertencia, sendo a sua palavra sempre escutada attenciosamente. Em 1862, por occasião do casamento d'el rei D. Luiz I, escreveu o seguinte opusculo, em 8.º de 20 paginas: *Consorcio d'el-rei D. Luiz I com a princeza D. Maria Pia de Saboya.* Em 1867, quando se inaugurou a estatua de Luiz de Camões na praça do mesmo nome, escreveu outro opusculo, em 8.º de 12 paginas, com o retrato do poeta gravado em madeira, tendo por titulo: *Breve resumo da vida de Luiz de Camões, extrahida de diversos autores, e noticia do monumento e das tentativas para a sua realisação.* Este trabalho foi muito bem recebido pela Academia Real das Sciencias, que, em 7 de novembro do mesmo anno, lhe dirigiu um officio assignado pelo secretario da academia, então José Maria Latino Coelho. Em 1880, nas festas commemorativas do tri-centenario do poeta, escreveu: *Vida do grande epico Luiz de Camões, principe dos poetas portuguezes, coordenada por... Edição popular.* Era uma folha de impressão, formato in folio, em 4 columnas. Em 1868 fundou com Brauno Peixoto o jornal *Illustração feminina*, onde n'este anno publicou uma serie de artigos sob o titulo de *A mulher*; no mesmo jornal publicou em 1871 um artigo intitulado: *Os socialistas em Portugal*, escripto a proposito do protesto que os escriptores, que tinham organisado as *Conferencias do Casino Lisbonense*, fizeram contra a ordem, que consideravam uma arbitrariedade, do ministro então marquez d'Avila, passada em 27 de junho do mesmo anno, mandando encerrar as portas do Casino, prohibindo as conferencias. Em 1872 escreveu tambem na *Illustração feminina* os artigos *Propaganda democratica*, traducção de cartas, discursos e artigos dos mais notaveis apostolos da democracia; e *Portugal e a Republica.* Em 1869, depois da revolução de setembro em Hespanha, fundou, juntamente com o engenheiro Francisco

de Sousa Brandão, Costa Goodolphim e outros escriptores, o jornal *Republica Federal*, que terminou em 1872, seguindo-se-lhe outro com o titulo: *O Trabalho*. Quando o imperador do Brazil D. Pedro II esteve em Portugal em 1871, Mackonelt dirigiu-lhe no dia 13 de junho uma eloquente *Carta sobre a abolição da escravatura*, que foi muito elogiada por toda a imprensa brazileira. Installando-se no Porto o novo partido denominado *Esquerda Dymnastica*, organisado pelo estadista Barjona de Freitas, Mackonelt, na sessão presidida pelo fundador, proferiu um discurso, não só adherindo áquelle partido, mas apoiando o seu programma, com especialidade na parte referente ás questões sociaes, como a necessidade de leis, regularisando as horas de trabalho, as relações entre operarios e patrões, edificações economicas para as classes proletarias e trabalhos de menores, etc. Além dos jornaes já mencionados, João Chrysostomo Mackonelt collaborou na *Gazeta de Portugal*, *Diario Illustrado*, *Correio do Povo*, em Lisboa; no *Commercio Portuguez*, *Jornal da Manhã* e *Machina*, no Porto; no *Diario de Mercantil*, de Loanda, na *Gazeta de Noticias*, do Rio de Janeiro, etc. Foi tambem correspondente da *Democracia*, de Elvas. Fervoroso adepto do principio associativo, tomou parte muito activa em varias associações populares, prestando-lhes bons e desinteressados serviços, como no *Centro promotor dos melhoramentos das classes laboriosas*, *Gremio Popular*, *Albergue dos Invalidos do trabalho*, *Associação typographica lisbonense*, etc. Era socio correspondente da *Real Associação dos archeologos portuguezes*, socio da *Colonia Portugueza no Rio de Janeiro*, da *Associação Commercial de Loanda*, da *Associação dos Artistas de Coimbra*, e da *Sociedade de Geographia de Lisboa*. Casou com D. Maria Agueda de Sousa e Sá, que foi poetisa e escriptora, e collaborou no jornal *Illustração Feminina*. Uma de suas irmãs, D. Helena Margarida Mackonelt, foi condessa de Torres Novas, por ter casado com o 2.° conde d'aquelle titulo, o general José de Vasconcellos Correia.

Maçoeiras. Pov. na freguezia de S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Mações. Pov. na freg. de S. Silvestre, de Britiande, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Maçoira. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João de Fontoura, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Macolão. Pov. na freg. de Santo Adrião, de Cever, conc. de Santa Martha de Penaguião, districto de Villa Real.

Macole. Rio da provincia de Moçambique, Africa Oriental, e que vae desaguar no lago Nyassa.

Macombe. Regulo do Barué, na provincia de Moçambique, Africa Oriental, que se revoltou em 1902 contra a autoridade portugueza, sendo vencido e reduzido á obediencia por uma expedição militar, que foi castigal o.

Maçonaria Arte que consiste em dispôr pedras sobre pedras, ligando-as entre si com argamassa ou qualquer cimento. D'esta arte de construir se extendeu, na Edade-Media, o nome ás corporações operarias, especialmente de mestres constructores, officiaes de pedreiros, canteiros, esculptores, etc. A antiga maçonaria veiu substituir as corporações d'esses officios. Na epoca da Renascença, as corporações de artes e officios de cada paiz viram apparecer successivamente os membros de uma grande associação, tão numerosos como habeis, que depois de terem sido empregados pela egreja latina nas suas obras, se espalharam pela Europa, formando uma companhia edificadora. Pelos principios do seculo x, haviam se estabelecido na Lombardia um grande numero de confrarias de artistas seculares, as quaes creadas e protegidas pelo clero, tomaram o nome geral de *franco-maçonaria* ou de *pedreiros livres*, cujos associados obedeciam a preceitos similhantes aos das corporações de officios, apresentando comtudo um caracter muito especial. Eram, pois, os membros d'essa grande companhia que surgiam com um reforço artistico, vindo atravez do Norte da Europa, e aggregando a si allemães, francezes, belgas, e até gregos. Essas séries de aggregados constituiam *lojas*, em que cada dezena de associados obedecia a um chefe, em relação com os outros mestres de lojas, todas em activa communicação com a principal direcção, correspondendo-se n'uma linguagem secreta de signaes maçonicos, para que individuos extranhos á grande associação se não aproveitassem dos seus privilegios e beneficios. Era por meio d'esses signaes que os companheiros se reconheciam. Era com juramentos e provas terriveis que os obreiros se matriculavam na associação, compromettendo se solemnemente cada novo iniciado a não revelar o segredo dos engenhosos signaes com que se entendiam e a occultar de extranhos todos os processos e regras do officio. A' *franco-maçonaria* se deveu a alta perfeição

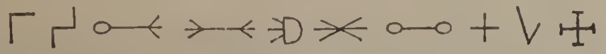

Marcas maçonicas existentes na parte exterior da cisterna do castello de Freixo de Espada á Cinta. (O conde A. de Raczynski).

Marcas maçonicas colhidas no interior da mesma cisterna (Id.).

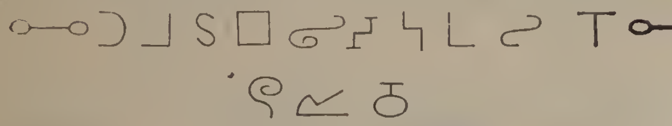

Marcas maçonicas que se encontram nas muralhas e na torre do mesmo castello (Id.).

scientifica adquirida nas artes e nos officios, e com a sua morte obliterou-se até a tradição preciosa dos processos technicos que por tantos seculos os seus associados guardaram fielmente. Em Portugal houve na Edade-Media varios d'esses mestres e architectos, portuguezes e estrangeiros, que construiram alguns dos nossos mais notaveis monumentos. Nas pedras d'esses edificios se encontram muitas siglas maçonicas. No *Diccionario Universal*, de Henrique Zeferino, a pag. 336 a 340 do vol. *M.* se encontram reproduzidos signaes maçonicos descobertos pelo conde A. de Raczynski no interior e exterior da cisterna do castello de Freixo de Espada á-Cinta, nas muralhas e torre do mesmo castello; na egreja da referida villa; no interior das muralhas do castello de Moncorvo; nas paredes exteriores da capella do castello de Numão; e nas paredes da sacristia da capella de S. Domingos da Queimada, em Lamego. Lopes Fernandes descobriu marcas maçonicas nas paredes das salas da torre de Beja. Narciso da Silva encontrou signaes maçonicos na cathedral de Guimarães, construida e restaurada em 1102, 1387 e 1429: nas paredes exteriores e no interior da sé velha de Coimbra, 1111; na sé de Braga, 1112, 1170; na sé do Porto, 1116, 1385; no castello de Leiria e sua capella, 1135, 1145, 1324; no interior da egreja de Santa Maria do Olival, em Thomar, 1146; no exterior da egreja de S. João do Alporão, Santarem, 1174; nas paredes exteriores e nos arcos botantes da sé de Lisboa, 1170, 1344; na egreja de S. Martinho de Cintra, 1147; na egreja, claustro e refeitorio do mosteiro de Alcobaça, 1153, 1170-1220; na egreja de S. João, em Thomar, 1165; no interior da sé de Evora, 1186; no interior da egreja de Santa Cruz de Coimbra, 1228, 1505; no interior da egreja de S. Francisco, em Santarem, 1242; no exterior da egreja velha de Odivellas, 1297; no interior do mosteiro de Santa Clara, a Velha, em Coimbra, 1287; na egreja e convento de Christo, de Thomar, 1323; na egreja da Graça, em Santarem, 1380; no exterior da egreja, interior do convento e dos claustros, e nas capellas da Batalha, 1388, 1434, 1437, 1442; no interior e exterior da egreja do Carmo, em Lisboa, 1389; no interior do palacio real de Cintra, 1411; no interior da egreja de Jesus, em Setubal, 1489; na egreja do mosteiro de Belem, 1500, e no claustro, 1507; no paço de Cintra,

Signaes maçonicos da egreja de Freixo de Espada á Cinta (A. de Raczynski)

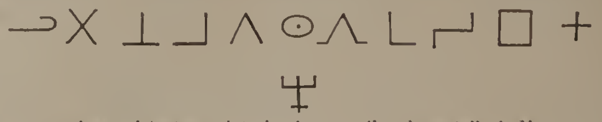

Marcas maçonicas existentes no interior das muralhas do castello de Moncorvo (Id.).

Marcas maçonicas existentes nas paredes exteriores da capella do castello de Numão (Id.)

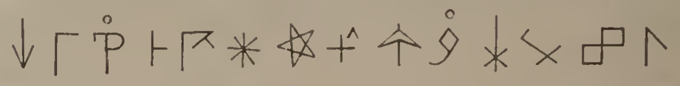

Signaes maçonicos existentes nas paredes da sacristia da capella de S. Domingos da Queimada, em Lamego, (Id.)

Signaes maçonicos do interior da capella de S. Domingos da Queimada em Lamego, (A. de Raczynski)

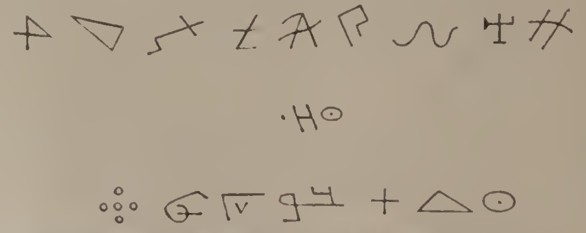

Signaes maçonicos existentes na cisterna do mesmo edificio, (Id.).

1503; no castello da Pena, 1511; e de tempos mais proximos (1738) se encontram varios signaes similhantes aos maçonicos a marcar pedras no aqueducto das Aguas Livres.

Maçonaria. Sociedade ou ordem, secreta em uns paizes, em outros não, especialmente na Europa e na America, sendo os seus principaes centros europeus em Inglaterra, Allemanha e França. A maçonaria tem por objecto, conforme os seus estatutos, a beneficencia, a moral universal e a pratica de todas as virtudes. Os franco-maçons consideram se irmãos, e devem, em tudo que não contrarie o objecto e fins da ordem, auxiliar-se reciprocamente, sejam quaes forem as condições, circumstancias e logar em que se achem. Sómente podem ser admittidas ao gremio maçonico pessoas probas, de bons costumes e conhecido modo de vida licito, seja qual fôr a sua religião. A iniciação é por meio de provas symbolicas, moraes e intellectuaes, com juramento de rigorosa observancia das leis e deveres maçonicos. Tem signaes particulares, uns geraes, outros privativos a cada grau, para os maçons se reconhecerem reciprocamente. Adoptou certos symbolos, todos deduzidos das alfaias das artes constructoras, do architecto, alvanéo e simples pedreiro. Estes symbolos são o avental de pelle, o esquadro, o compasso, o nivel, a trolha, a pedra, etc., representam na sua modesta simplicidade os referidos principios e deveres do franco-maçon. Tem gremios menores ou primarios, denominados *lojas*, cada uma das quaes não pode ter menos de sete *obreiros* ou membros. Os representantes das lojas constituem ou elegem os corpos superiores da ordem e o *grão-mestre* d'esta é eleito por suffragio universal. Tem tres graus: *aprendiz*, *companheiro* e *mestre*. Conforme os *ritos* ha outros graus mais. O grão-mestre, com os corpos superiores, formam o *Grande Oriente*, ou suprema governação maçonica. A maçonaria data do primeiro quartel do seculo XVIII. O seu estabelecimento em Portugal seria

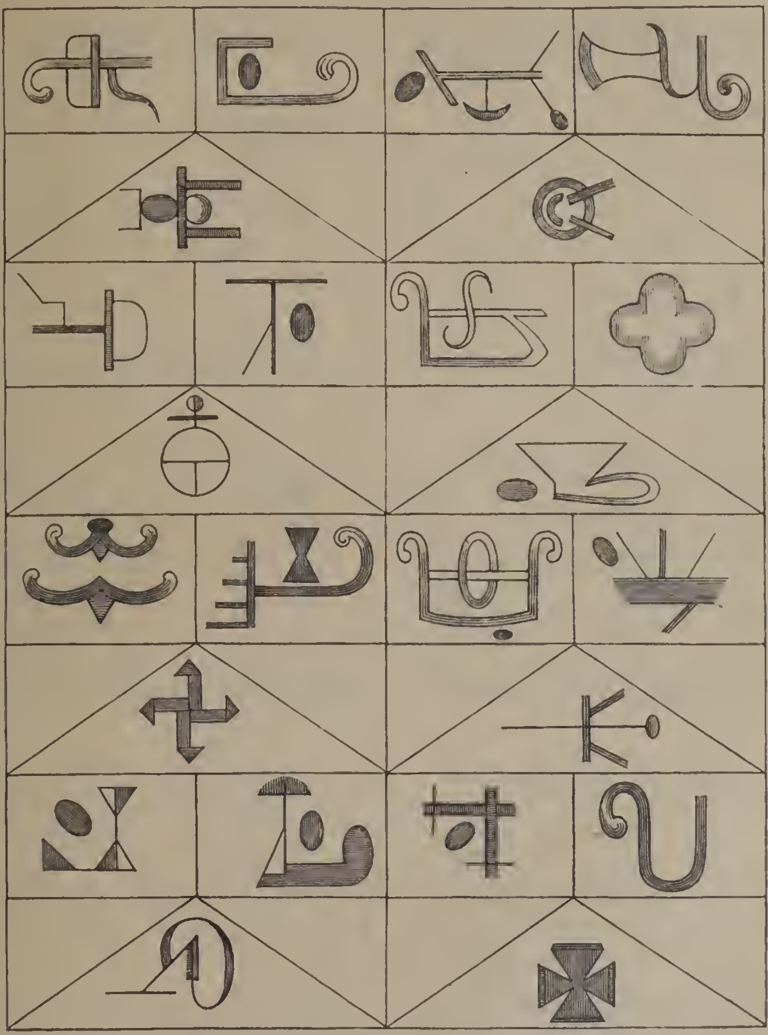

Signaes maçonicos que se encontram gravados nas paredes das salas da torre de Beja, Communicados ao conde A. de Raczynski por Manuel Bernardo Lopes Fernandes. —

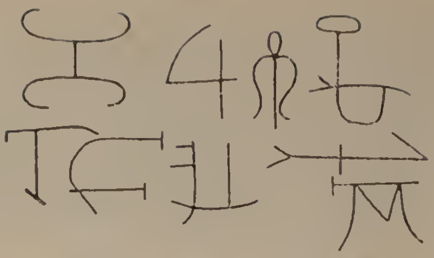

Signaes maçonicos da cathedral de Guimarães, construida e restaurada em 1102, 1387 e 1429. (Sr. Narciso da Silva).

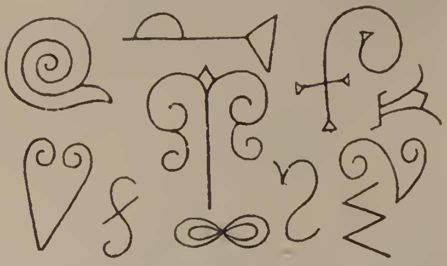

Signaes maçonicos, nas paredes exteriores da antiga cathedral de Coimbra, 1111. (Id.)

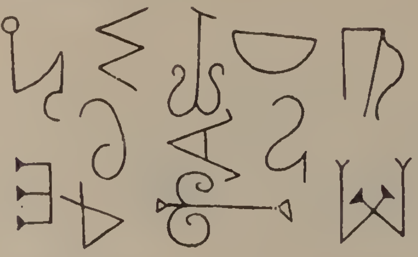

Signaes maçonicos, no interior d'esta mesma egreja, 1111. (Id.)

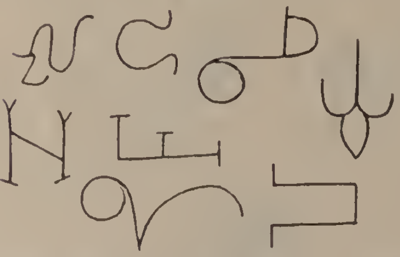

Signaes maçonicos existentes na cathedral de Braga, 1112, 1170. (Id.).

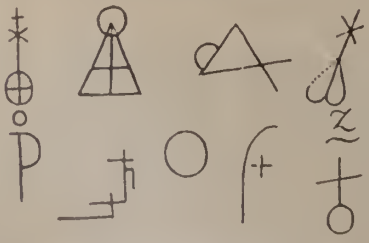

Signaes maçonicos, que se encontram no interior da Sé do Porto, 1116, 1385. (Id.).

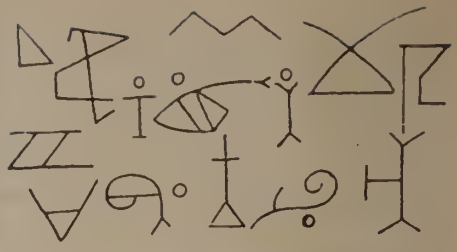

Signaes maçonicos encontrados no castello de Leiria e na sua capella, 1135, 1145, 1321. (Sr. Narciso da Silva.).

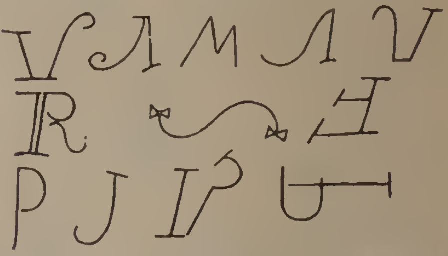

Signaes maçonicos encontrados no interior da egreja de Santa Maria do Olival, em Thomar, 1146. (Id.).

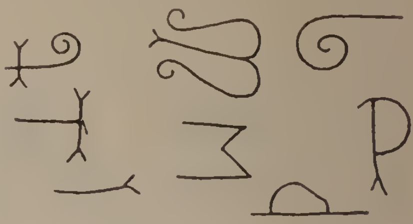

Signaes maçonicos do exterior da egreja de S. João de Alporão, Santarem, 1174, (Id.).

Signaes maçonicos existentes nas paredes exteriores da Sé de Lisboa, 1147. (Id.).

Signaes maçonicos existentes nos arcos-botantes da Sé de Lisboa, 1170, 1341. (Id.).

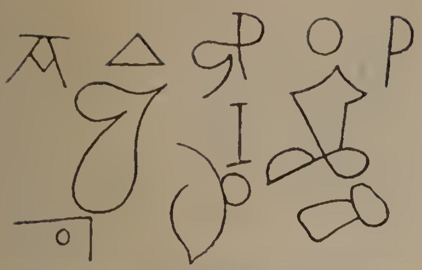

Signaes maçonicos existentes na egreja de S. Martinho, em Cintra, 1147. (Id.).

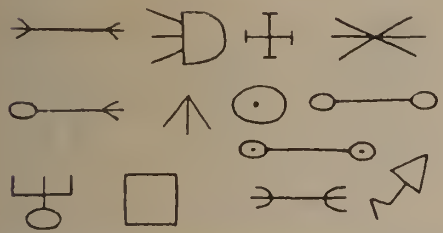

Signaes maçonicos encontrados no exterior do castello e nas paredes da egreja de Freixo de Espada á Cinta, 1211.(Id).

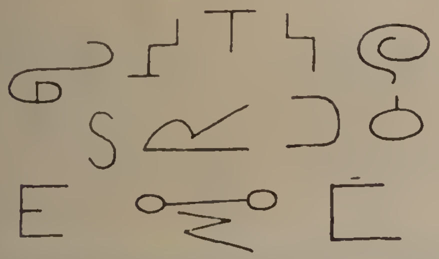

Signaes maçonicos encontrados nos mesmos locaes da villa de Freixo de Espada á Cinta. (Id.).

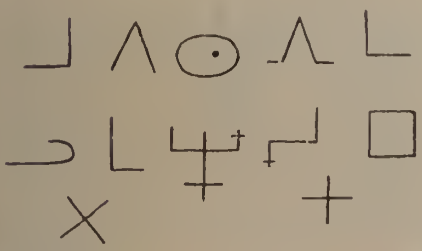

Signaes maçonicos encontrados no interior das muralhas do castello de Moncorvo, 1221. (Id.).

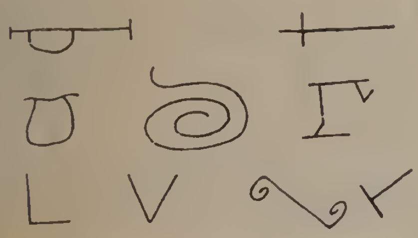

Signaes maçonicos encontrados no exterior da capella do castello de Numão, 1058. (Id.).

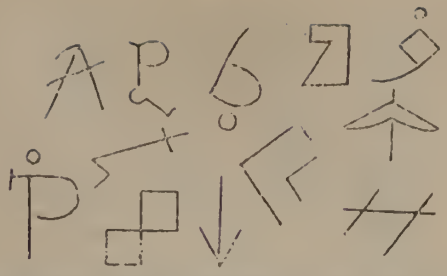

Signaes maçonicos, que se vêem no interior da capella, da sacristia, e na cisterda de S. Domingos da Queimada, Lamego, 1167, (Id.).

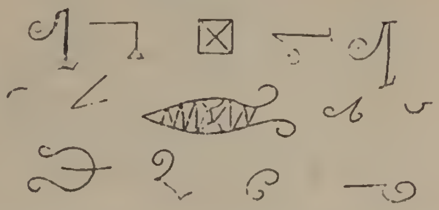

Signaes maçonicos existentes na egreja do mosteiro de Alcobaça, 1153. (Id.).

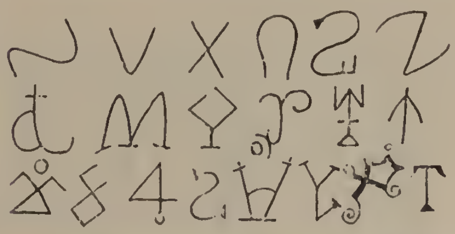

Signaes maçonicos, que se vêem no interior da egreja de S. João, em Thomar, 1165. (Id.).

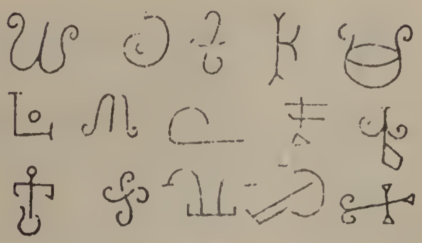

Signaes maçonicos, que se vêem no refeitorio do mosteiro de Alcobaça, 1170. (Id.).

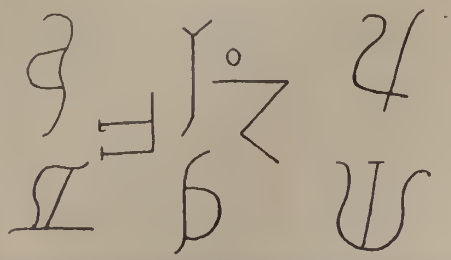

Signaes maçonicos existentes no interior da Sé de Evora. 1186. (Id.).

MAC

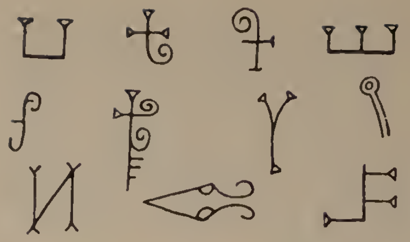

Signaes maçonicos existentes no claustro do mosteiro de Alcobaça, 1220. (Id.).

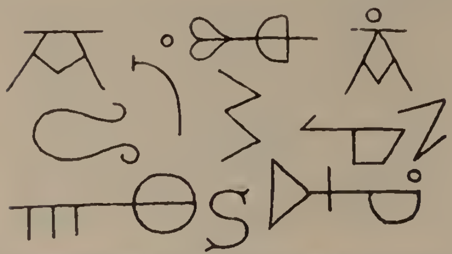

Signaes maçonicos do interior da egreja de Santa Cruz de Coimbra, 1228, 1508. (Id.).

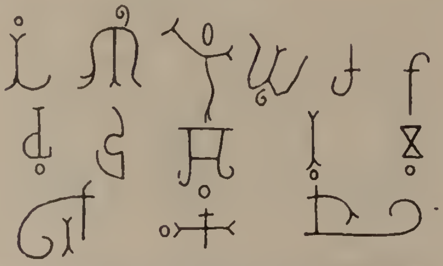

Signaes maçonicos, no interior da egreja de S. Francisco, em Santarem, 1242. (Id.).

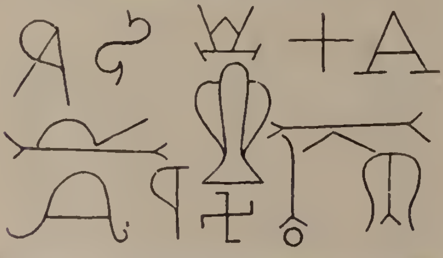

Signaes maçonicos, existentes no exterior da velha egreja de Odivellas, 1267. (Id.).

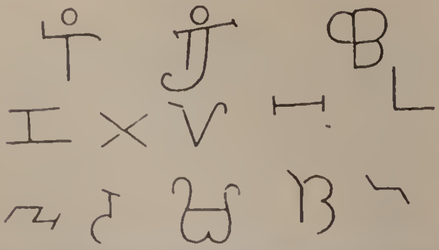

Signaes maçonicos, existentes no interior do velho convento de Santa Clara de Coimbra, 1287. (Id.).

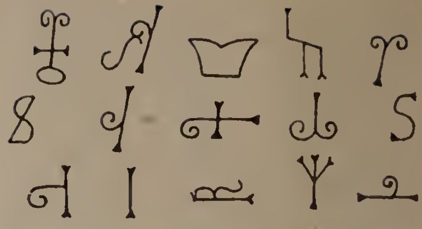

Signaes maçonicos, existentes no convento de Christo, em Thomar, 1323. (Id.).

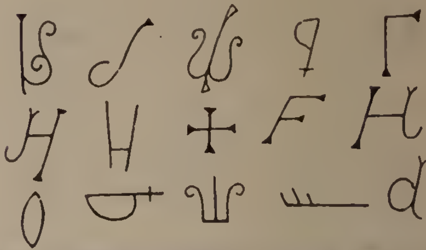

Signaes maçonicos, existentes na torre da egreja do convento de Christo, em Thomar, 1323. (Id.).

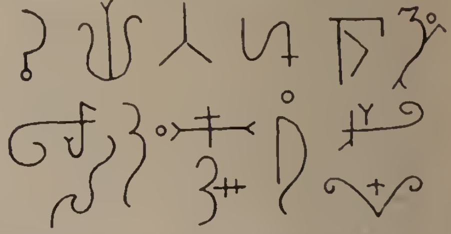

Signaes maçonicos, existentes no interior da torre e da egreja da Graça, em Santarem, 1380. (Id.).

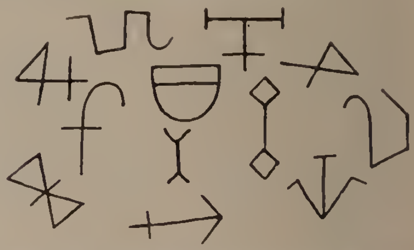

Signaes maçonicos existentes no exterior da egreja do convento da Batalha, 1385. (Id.).

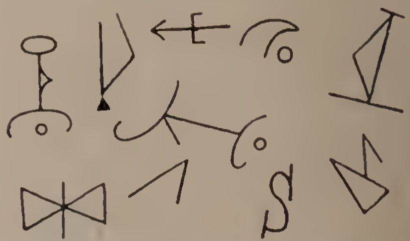

Signaes maçonicos existentes no interior do convento da Batalha, 1385. (Id.).

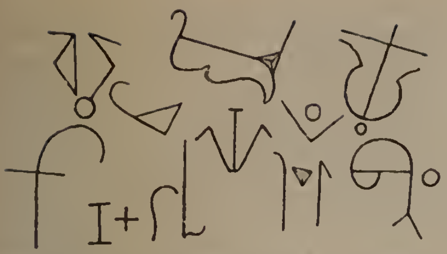

Signaes maçonicos existentes no interior do claustro real do convento da Batalha, 1388. (Id.).

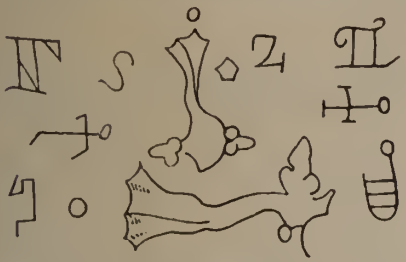

Signaes maçonicos, existentes no interior da egreja do Carmo, em Lisboa, 1389. (Id.).

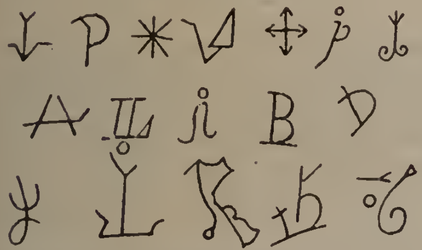

Signaes maçonicos, existentes no exterior da egreja do Carmo, em Lisboa, 1389. (Id.).

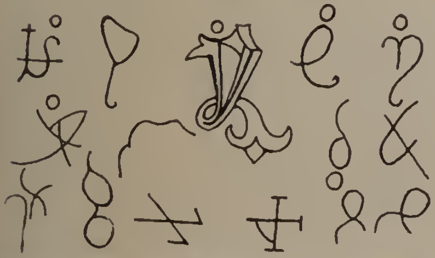

Signaes maçonicos, existentes no interior do palacio real de Cintra, 1411. (Id.).

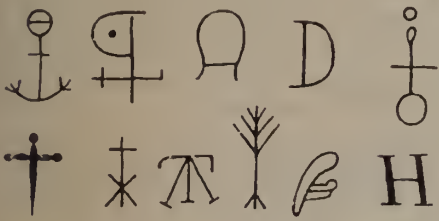

Signaes maçonicos, existentes no interior da egreja de S. Francisco, no Porto, 1425. (Id.).

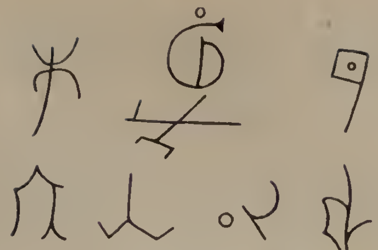

Signaes maçonicos, existentes na capella do fundador, no convento da Batalha, 1434. (Id.).

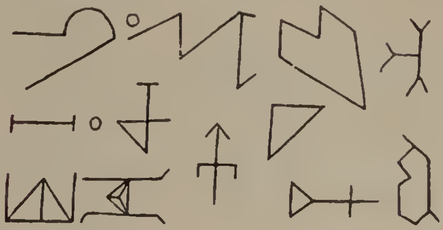

Signaes maçonicos existentes nas capellas Imperfeitas do convento da Batalha, 1437. (Id.).

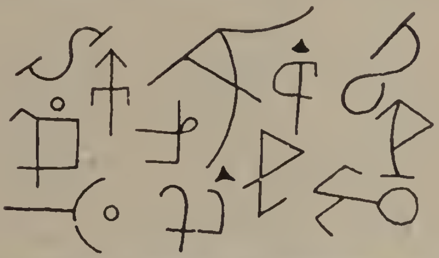

Signaes maçonicos existentes no claustro mais moderno do convento da Batalha, 1442. (Id.).

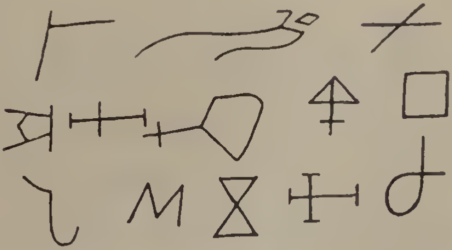

Signaes maçonicos, existentes no exterior e interior da egreja de Jesus de Setubal, 1489. (Id.).

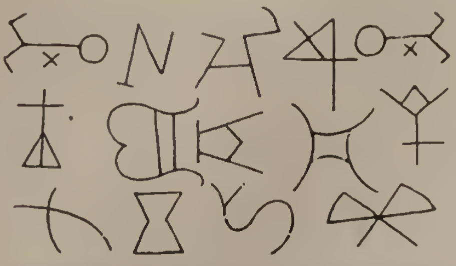

Signaes maçonicos, encontrados na egreja do mosteiro de Belem, 1500. (Id.).

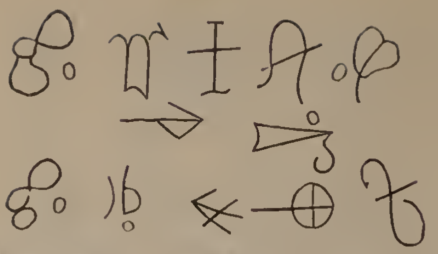

Signaes maçonicos, existentes no interior do palacio real de Cintra, 1503. (Id.).

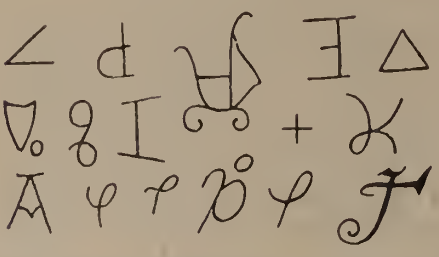

Signaes maçonicos, existentes no interior dos paços de Cintra, 1503. (Id.).

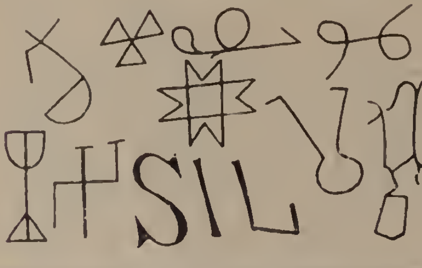

Signaes maçonicos, encontrados no claustro do convento de Belem, 1507. (Id.).

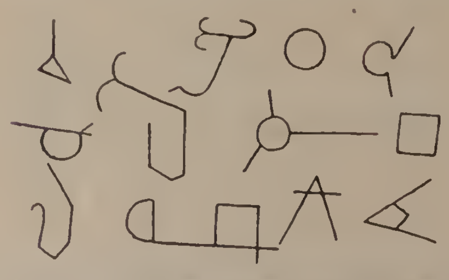

Signaes maçonicos, encontrados no interior do castello da Pena, em Cintra, 1511. (Id.).

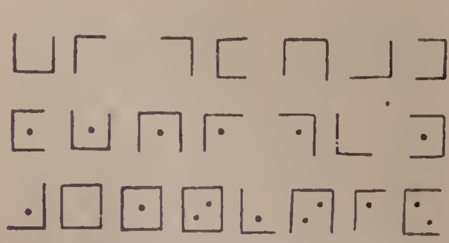

Antigos hieroglyphos maçonicos, ou alphabeto

Entre outros grão-mestres que teve a maçonaria em Portugal indicam-se: Costa Cabral, Moraes Mantas, barão de Villa Nova de Foscôa, José Estevão, João Gualberto Pina Cabral, Rodrigues Sampaio, marquez de Loulé, Manuel Gonçalves de Miranda, conde das Antas, conde Valbom, José da Silva Mendes Leal, Elias Garcia, Bernardino Machado. A bibliographia de origem maçonica divide-se em publicações secretas e não secretas. Estas ultimas datam de 1872. Muitas fôram impressas clandestinamente, e porisso de difficil enumeração. No vol. VII do *Diccionario Bibliographico*, de Innocencio, veem mencionadas numerosas obras sobre a maçonaria por-

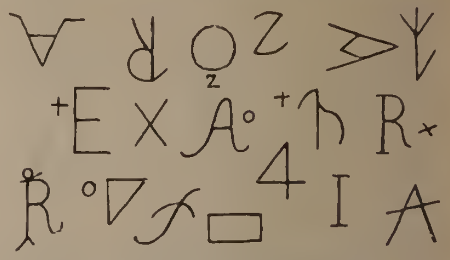

Signaes que se encontram a marcar pedras no grand aqueducto das Aguas Livres, Lisboa, 1738.

tugueza. Esta relação acha-se reproduzida, muito augmentada, no vol. VI do *Diccionario Universal Portuguez*. Citaremos, todavia, as seguintes obras: *Atalaia contra os Pedreiros-livres, discurso sobre a sua origem, instituto, segredo e juramento*, etc. *A que se junta a bulla do summo pontifice Benedicto XIV, que os condemnou, traduzida do hespanhol, accrescentada com um appendice de varias noticias reconditas da Maçonaria das mulheres*, traducção de Joaquim José Pedro Lopes, Lisboa, 1817, e outras edições *accrescentadas Exposição franca sobre a maçonaria por um ex-maçon que abjurou a sociedade*, Lisboa, 1828; *Bulla do Santissimo Padre Leão XII contra os pedreiros-livres mandada publicar pela piedade e decidido amor á religião e ao throno da muito alta e augusta Imperatriz Rainha a Senhora D. Carlota Joaquina de Bourbon*, Lisboa, 1828. N'esta bulla, que tem a data de 13 de março de 1825, veem transcriptas as que Clemente XII, Bento XIV e Pio VII publicaram nos seus pontificados contra a maçonaria, sendo a 1.ª datada de 27 de abril de 1738, a 2.ª de 18 de março de 1751 e a 3.ª de 13 de setembro de 1821; *Architectura mystica*, por Miguel Antonio Dias, 1843; *Esboço historico ácerca da Maçonaria em Portugal* por Rodrigo Felner, inserto no *Almanach do Rit.: Esc.: aut.: e acc.: em Portugal para o anno de 1845*, etc.

Maconde. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. de Angola.

Macondelumu. Pov. do sobado de Cáfontuca, na div. conc. do Humbe, distr. da Huilla, prov. d'Angola.

Macondoene. Pov. da Africa Oriental, prov. de Moçambique, distr. e com. de Inhambane. Foi um dos pontos visitados em 1855 pelo padre Montanha e alferes Teixeira, na sua visita de Inhambane para o Zoutpansberg, no Transvaal.

Macongo. Pov. do sobado de Calla Canambu-

ca, na freg. de S. Joaquim, 2.ª divisão do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Macongue. Pov. na prov. de Angola, distr. de Loanda, a NE do conc. de Novo Redondo, na margem do rio Longa.

Maconguiana. Terras na prov. de Moçambique, Africa Oriental, distr. de Inhambane, cujos habitantes reconhecem a soberania portugueza e pagam tributos em côcos, obras de palma e gente para serviço.

Maconjo. Rio do distr. de Mossamedes, prov. de Angola. Nasce nos contrafortes occidentaes da serra de Chella, e é tributario do rio Giraul.

Macontene. Pov. do actual distr. militar de Gaza, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. A 22 de maio de 1897 houve um combate contra o Maguiguana, chefe dos revoltosos d'aquellas e terras, a 21 de julho segundo combate contra o mesmo chefe.

Maçores. Pov. e freg. de S. Martinho, da provincia de Traz-os-Montes, conc. e com. da Torre de Moncorvo, distr. e bisp. de Bragança; 151 fog. e 549 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Moncorvo á Barca d'Alva. A camara ecclesiastica de Braga apresentava o abbade, que tinha 100$000 réis de rendimento. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Maçorra. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Fontoura, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Santa Leocadia, de Macieira de Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Maços. Pov. na freg. de S. Miguel, de Nogueira da Montanha, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Maçouda. Pov. na freg. de Santa Eulalia e conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Macoveiro. Aldeia na freg. de N. S.ª da Natividade, de Machede, concelho e distr. de Evora.

Macuana. Terras da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Dividem-se em *Macuana superior* e *Macuana inferior*, e são habitadas pelos macúas.

Macúas. Povos das terras de Moçambique e Angoche, Africa Oriental.

Macúca. Confluente da margem direita do rio Zambeze, no distr, de Tete, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Maculumbi. Pov. da freg. de N. S.ª da Victoria, na 2.ª divisão do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Macumbeze. Prazo da Corôa do distr. da Zambezia, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Solo muito fertil. Caça e mattas de excellentes madeiras.

Macumbi. Pov. do sobado de Sebastião F. da Costa, no conc. do Duque de Bragança, divisão de Caccesseria, distr. da Lunda, prov. de Angola.

Macunçue. Confluente da margem esquerda do rio Zambeze, no distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Oriental

Macungo. Pov. da 3.ª divisão (Mahaballa) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola.

Macungungo. Pov. no interior do distr. de Mossamedes, prov. de Angola, na margem direita do rio Cacolovar, uns 100 k. a SE de Huilla.

Macunigo. Pov. na 4.ª divisão (Lungue) do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Macupelana. Pov. do commando de M'Chops, no distr. mil. de Gaza, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Macurú. Pico situado ao S. da ilha de S. Thomé, na prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. Fica perto da angra de S. João.

Macussa. Pov. na freg. de S. Pedro, de Manique do Intendente, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa.

Macuta. Moeda de cobre da Africa Occidental, do valor de 50 réis fracos, ou 30 réis da moeda da metropole, approximadamente. Ha tambem a fracção, meia macuta, que vale 25 réis fracos (15 fortes), e ainda no paiz se conhece o quarto de macuta, a que chamam vulgarmente *quipaqua*. Esta moeda, porém, já não apparece, nem corre. Em moeda de prata havia tambem na provincia de Angola, peças de 12, de 10, de 8, de 6, de 4 e de 2 macutas, mas estas moedas não andam hoje em circulação, porque, sendo o seu valor intrinseco superior ao nominal, fôram todas exportadas. Tinha sido toda esta moeda cunhada em Lisboa no seculo XVIII.

Macuta. Pov. do conc. de S. Salvador do Congo, no caminho do Tumba, distr. do Congo, prov. de Angola.

Macutão. Pov. da freg. de S. Thiago, de Fontes, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

Macuti. Ponta situada no porto da Beira, provincia de Moçambique, Africa Oriental. Está construida n'ella um pharol magnifico, dotado d'um apparelho illuminante de 50:000 vellas, que assignala de noite o referido porto a mais de 21 milhas de distancia. As luzes do pharol são nove, em tres grupos de tres.

Macuze. Pov. do distr. de Zambezia, na provincia de Moçambique, Africa Oriental. Tem estação telegraphica. || Rio da prov. de Moçambique. Fica ao N do rio dos Bons Signaes, e é pequeno mas profundo, ligando-se por varias ramificações ao Licuari, affluente do Bons Signaes. Este rio é frequentado por barcos costeiros, aos quaes dá sempre accesso na preamar, sendo então um excellente surgidouro. Em barcos de pouco calado d'agua, como as lanchas-canhoneiras, por exemplo, póde fazer-se a navegação por dentro, entre Macuze e Quelimane. Nas margens do Macuze ha algumas pedreiras d'onde se tira pedra para as construcções de Quelimane.

Madagascar. Grande ilha do Oceano Indico, situada a E da Africa, da qual é separada pelo canal de Moçambique. Era conhecida pelos antigos pelo nome de *Ménuthias*. As relações dos arabes e dos chinezes com os povos de Madagascar são confirmadas pela narrativa de Marco Polo, que escreveu em 1298, e que foi o primeiro geographo que deu a essa ilha o nome de *Madagascar*, ou mais exactamente um nome parecido com este. Do afamado livro do celebre genovez publicou-se em 1502 uma versão portugueza, de que, segundo dizem, existe um rarissimo exemplar na Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Na livraria d'el-rei D. Duarte guardava-se uma traducção manuscripta de *Marco Paulo em linguagem*, como se vê do catalogo dos livros do uso d'este rei, inserto no tomo I das *Provas da Historia genealogica da Casa Real*, e no tempo de D. João II, Pero da Covilhã, chegando a Sofala, teve noticias de Madagascar pelos moiros, que lhe chamavam *Ilha da Lua;* foi, porém, Diogo Dias, irmão do celebre Bartholomeu Dias, o primeiro portuguez que visitou esta terra, descobrindo-a no dia 10 de agosto de 1500. Diogo Dias era um dos capitães da esquadra com que Pedro Alvares Cabral descobriu o Brazil, e que na viagem da America para a India foi salteada por um medonho temporal que fez sossobrar quatro naus e separou umas das outras, as que escaparam ao naufragio. Passado o mau tempo fôram-se encontrando esses navios dispersos até Moçambique. excepto Diogo Dias, segundo conta Gaspar Correia, nas *Lendas da India*, vol. I, pag. 153, «que nom sabendo per onde hia, nom se chegou a terra tanto como deuera, e foi ter por fora da ilha de Sam Lourenço, e porque a virão em seu dia lhe pozerão o nome; e chegando-se a ella creudo que era a costa de Moçambique, correrão de longo com boa vigia, buscando Moçambique, até que forão dar no cabo da ilha que foi fazendo volta até lhe dar o vento pola outra banda, que lhe ficou em contrario, polo que então conhecerão que era ilha e vinhão errados. Então se tornarão á ilha e surgirão em hum bom porto que fazia enseada abrigada dos ventos do mar e deitarão o batel fora e forão a terra onde acharão uma fonte d'agua muito boa: nom havia gente e havia muito bom pescado. Então mandou hum degradado que trazia porque em todalas náos El-Rey mandaua degradados pera assi aveuturarem em terras duvidosas e mandaua ElRey que fossem perdoados á ventura da morte cu vida. O qual foi pola terra dentro e achou umas aldeas de casas de palha e a gente preta e nua, com que falou por acenos, sem lhe fazerem nenhum mal, e se tornou á náo e com elle se vierão alguns daquella gente que venderão gallinhas e inhames e fruitas do mato boas de comer e esto a troco de facas e machados e cousas de ferro e continhas pintadas e cascaveis e espelhinhos: onde os nossos estiverão bem uns dias, mas porque a gente começou adoecer de febrés morrião, polo que então se partirão e forão pola bolina quanto poderão por tomar a costa de Moçambique, e tomarão a costa alem de Melinde e correrão a costa buscando Moçambique polos signaes que trazia o piloto no regimento e correrão tauto que passarão por Cacotará e forão ter no cabo de Guardafú, etc.» Em vista do que acabamos de descrever, parece que não póde haver duvida alguma de que a ilha de Madagascar foi descoberta pelos portuguezes, em 1500. Portugal nunca tomou uma effectiva posse d'esta descoberta, embora fizesse tentativas de exploração e de colonisação. Os hollandezes tambem lá quizeram estabelecer-se, mas os mais persistentes fôram os francezes, que a partir de 1642, quando já enfraquecido o nosso poder maritimo e colonial, se estabeleceram com feitorias commerciaes em Forte-Delphim, ligando-se com os indigenas Madagascar é actualmente uma simples colonia franceza.

Madail. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Douro, conc. e com. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 102 fog. e 415 hab. Tem caixa post. A pov. dista 3 k. da séde do conc. Pertenceu antigamente ao bispado de Coimbra. O reitor de Avanca apresentava o cura, que tinha 13$000 réis de congrua e o pé d'altar. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

Madama. Pov. da ilha do Sal, grupo de Barlavento, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Rio da pov. do mesmo nome, na ilha do Sal, archipelago e prov. de Cabo Verde. || Bahia situada na costa O da ilha do Sal no archipelago e prov. de Cabo Verde. E' limitada pelas pontas das Tartarugas e do Sul.

Madanços. Pov. na freg. de Santa Maria, de Outeiro, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Madanda. Vasto paiz de cafres situado no sertão do extincto distr. de Sofala, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' limitado ao N pelas terras de Quiteve e Quissanga, a E pelas do prazo Dope, que d'elle está separado pelos rios Gorongosa e Save; ao S pelo distr. de Inhambane e a O pela Quissanga e pelas terras dos butongos. Abunda em minas d'ouro e tem grandes matas de excellente madeira, povoadas por diversos animaes ferozes. Os habitantes differem dos outros cafres pelos trajos, usos e idiomas; são avarentos, desconfiados, maus e pouco communicativos; a sua linguagem é desagradavel. As mulheres tingem a cabeça com almagre amassado em oleo de côco e usam apenas um cinto, do qual pende um panno curto com que se resguardam. Este vasto territorio, formado de algumas terras que pertenceram ao grande imperio de Monomotapa, tambem é conhecido pelo nome de *Inhamasunda.*

Madei. Rio do distr. de Gôa, India. Nasce nos confins da antiga prov. de Satary, atravessa-a, e depois de juntar as as suas aguas com as do rio de Candiapar em Poudá, vae formar o rio Mandovy.

Madeira. Appellido muito antigo e nobre, tomado do nome da freguezia de S. João da Madeira, na provincia do Douro. Dizem que já se encontra no tempo d'el-rei D. Diniz. Segundo Bluteau, o primeiro que usou d'este appellido foi João Martins Madeira, alcaide-mór de Faro, e que tinha o seu solar na referida freguezia. As suas armas são: Em campo de purpura cinco cabeças de aguia, de ouro, cortadas em sangue, em aspa; elmo de aço, aberto, e por timbre, meia aguia de ouro, bicada de purpura. Outros d'este appellido usam as mesmas armas, mas o timbre é uma aguia de purpura, bicada e membrada de ouro.

Madeira *(Antonio).* Official-maior da vedoria do Alemtejo. Era natural de Elvas, e muito versado no estudo da historia. Escreveu uma *Memoria das acções dos portuguezes nas guerras contra Castella*, que não chegou a imprimir-se, e o manuscripto conservava-se na bibliotheca real.

Madeira *(Antonio).* Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, e conego doutoral da sé de Vizeu. N. n'esta cidade, e viveu na segunda metade do seculo XVI o principio do XVII Foi provido na dignidade de conego em 31 de março de 1594. Escreveu: *Regra dos sacerdotes, em a*

qual se contém as cousas mais necessarias da sua obrigação, com muitas considerações sobre ellas; 1.ª Parte. Coimbra, 1603. Parece que não publicou mais nada, apezar de na dedicatoria d'esta, dirigida a D. João de Bragança, bispo de Vizeu, dizer que tinha meditado em 2.ª e 3.ª partes.

Madeira (*Domingos*). Menestrel na côrte de D. Sebastião, e um dos mais estimados cantores do seu tempo. Foi o principal cantor que este monarcha levou na sua comitiva, quando visitou seu tio Filippe II, pelo natal de 1576, visita em que se realisou a celebre conferencia de Guadalupe, que tinha por fim o contrato de alliança com a Hespanha contra Marrocos. Tambem acompanhou D. Sebastião na fatal jornada a Africa, ficando captivo dos moiros na batalha d'Alcacer Kibir. Sendo resgatado do captiveiro voltou a Lisboa, e o cardeal D. Henrique lhe concedeu em 16 de dezembro de 1579 uma tença annual de 40$000 réis, attendendo aos seus serviços e á muita despeza que fizera com o seu resgate. Fillippe I, de Portugal, lhe concedeu egual tença em 1585. Exercia o cargo de menestrel desde o anno de 1568. Falleceu a 15 de agosto de 1589, concedendo o referido monarcha á viuva, Antonia Dias de Carvalho, a continuação da mesma tença, e mais 500 cruzados confiscados aos partidarios de D. Antonio, prior do Crato.

Madeira *(Gregorio)*. Pintor d'architectura e ornamentos. N. no Algarve e viveu no seculo XVIII. Começou por pintar quadros historicos, mas depois applicou-se á architectura e ornato, e n'esses generos chegou a pintar muito bem a oleo e a tempera. Entrou na irmandade de S. Lucas no dia 1 de fevereiro de 1748, e ignora se a data da sua morte, que foi posterior a 1755, porque em casa de Gregorio Madeira esteve depositada, em seguida ao terremoto, a imagem de S. Lucas da irmandade dos pintores.

Madeira *(Izabel)*. No segundo cêrco de Diu em 1546, não fôram só os homens que se distinguiram, e buscaram á porfia conquistar os primeiros logares, e aguerridos n'aquelle exercito de valentes guerreiros; as mulheres concorreram egualmente para o bom exito d'aquella renhida lucta, assignalando-se Izabel Madeira pela sua dedicação e intrepidez. Quando D. João Mascarenhas, o governador da praça, viu alguns baluartes arrasados, tratou de levantar á retaguarda d'essas ruinas novos muros para continuar a guerrear, e como faltavam homens para que a obra caminhasse com a rapidez precisa, offereceram-se mulheres para acarretar os materiaes, partindo essa idéa de Izabel Madeira, que era casada com um cirurgião, conhecido pelo nome de *Mestre João*, e de quem tinha dois filhos e uma filha. Foi ella escolhida para commandar esse batalhão feminino, em que, além de muitas outras, entraram Gracia Rodrigues, mulher de Ruy Mendes, Izabel Dias, casada com o feitor de elrei, e Izabel Fernandes, que mereceu depois o cognome de *velha de Diu*. Estas heroinas, com os filhos e os escravos, tomaram á sua conta acarretar a pedra e a terra, que levavam de umas casas que o governador mandou demolir, e do mesmo modo conduziram as traves, madeiras e tudo o mais que era preciso na obra, que em pouco tempo ficou concluida, e assim, não só alliviaram os soldados d'esse trabalho, permittindolhes que se consagrassem unicamente a repellir os assaltos do inimigo, mas tambem lhes incutiram mais confiança, mostrando-lhes que, apezar do sexo, não se escusavam de contribuir quanto podiam para a defeza. Não se limitaram, porém, a trabalhar nas muralhas as heroicas mulheres que obedeciam a Izabel Madeira; e quando os inimigos atacaram o baluarte de S. Thomé, lá appareceu o batalhão das valorosas mulheres, indo todas carregadas de lanças, dardos, panellas de polvora e pedras, que distribuiam pelos soldados, ou que ellas proprias arremessavam sobre os infieis, ao mesmo tempo que a boa velha Izabel Fernandes, levando bolos de assucar e bocados de dôces, ia correndo as muralhas e mettendo aquella refeição na bocca dos soldados, que via mais cançados e fracos, e gritando sempre: «Esforçae, filhos, pelejae, cavalleiros, que a Virgem Nossa Senhora está comvosco». N'esse e n'outros combates que se seguiram, occuparam-se tambem activamente as mulheres em conduzir para casa de Izabel Madeira os feridos, que encontravam logo ali o cirurgião, e depois uma enfermeira caritativa, que os tratava com o maior carinho. No assalto dado pelos moiros ao baluarte de S. João, foi morto o Mestre João que n'esse dia se juntara tambem aos combatentes, e n'essa occasião sua mulher, como conta Diogo de Couto, na *Decada* VI, livr. II: «que andava na obra, na tranqueira, com as mais companheiras, em lhe dando a triste nova, correu áquella parte com muitas que a seguiram, e achando o amado consorte despedaçado, o levantou nos braços, ajudada de suas amigas e o levou para a sua casa, onde o chorou com muita honra, enterrando-o logo com grande dôr e tristeza de todos. E acabado o funebre auto, tornou muito segura e com grande coração á obra da tranqueira que durou toda a noite.» São estas as ultimas noticias que se conhecem d'esta heroina.

Madeira *(João)*. Conego da sé de Vizeu, e autor d'uma obra, que se imprimiu, com o titulo: *Perfeito sacerdote*.

Madeira (*Fr. João*). Religioso dominicano da ordem dos prégadores. N. em Elvas, e fal. no convento da sua ordem, de Gôa, a 10 de abril de 1605. Quando Filippe II de Hespanha se assenhoreou de Portugal, não quiz continuar a viver n'este reino, e embarcou para a India em 1582, com dois frades dominicanos, Fr. Lopo Cardoso e Fr. João dos Santos, e chegando a Gôa passaram aos reinos de Cambaya e Sofala, como missionarios evangelicos. Levantaram duas ermidas, uma em Sofala, com a invocação de *Nossa Senhora do Rosario*, e outra n'um palmar que fica va perto do logar, e á qual deram o titulo de *Madre de Deus*. Regressou a Gôa já muito velho, e passou o resto da vida como enfermeiro solicito e dedicado. Escreveu um *Compendio da vida dos reis de Portugal*, que não chegou a imprimirse.

Madeira *(José da Cunha)*. Rei d'armas da India; serviu interinamente de rei d'armas de Portugal desde 23 de dezembro de 1817, até 20 de outubro de 1823.

Madeira *(Manuel)*. Homem de côr preta e de humilde nascimento, nascido no primeiro quartel do seculo XVII, e que se assignalou na guerra travada com os hollandezes para a restauração de Pernambuco. Quando rebentou a insurreição em 1645, juntou uma porção de homens pretos, e

dirigindo-se ao acampamento do chefe do exercito libertador, João Fernandes Vieira, offereceu-lhe os seus servicos e os d'aquelles que o acompanhavam. Recebendo o posto de capitão e o commando da gente que tinha reunido, bateu-se com intrepidez na batalha de Tabocas, e de egual modo se houve na acção da Casa Forte, em que os hollandezes capitularam, deixando nas mãos das forças insurgentes, além de grande quantidade de armamento, viveres e cavallos, 322 prisioneiros, entre os quaes se contava o commandante Henrique Hous e varios officiaes. Por occasião do ataque do forte das Cinco Pontas, praticou o valente capitão Manuel Madeira um acto de verdadeiro arrojo, e que hoje não é facil dizer se foi motivado por alguma indicação dos chefes, ou se foi levado a cabo, unicamente para mostrar aos companheiros que não havia perigo, nem façanha, por mais arriscada que fôsse, capaz de o acobardar. Uma noite, saindo do acampamento, atravessou as linhas inimigas, entrou dentro do forte e agarrando um soldado hollandez, partiu com elle aos hombros, sendo porém visto pelas sentinellas inimigas e perseguido por ellas, nem assim largou a prêsa, e atravessando a nado o rio Capibaribe, conseguiu ganhar a margem opposta e apresentar o prisioneiro aos seus camaradas. Apezar de ser então ferido n'uma perna, do que lhe resultou ficar depois aleijado, continuou posteriormente a distinguir-se, combatendo valorosamente nos dois assaltos que os hollandezes déram á Estancia de Henrique Dias, nos recontros da Campina do Taborda, e de Muribeca, e na primeira batalha dos Guararapés. O ousado negro illustrou-se tambem na marcha para a ilha de Itamaracá, e no combate em virtude do qual se rendeu a força que occupava essa posição, na escaramuça de Zubiribeira e nas duas que se travaram no sitio dos Afogados, recebendo na segunda d'essas refregas um grave ferimento no hombro, com o qual muito soffreu. Incumbido de ir ao acampamento inimigo, buscar um hollandez para servir de lingua ou interprete do nosso exercito, Manuel Madeira, com a audacia que o caracterisava, atravessa os arraiaes contrarios, agarra e amarra o soldado dos contrarios, e com elle regressa ao campo d'onde partira. Praticando estes e outros similhantes atrevimentos no ataque da força do Rego, e apertando o inimigo até o obrigar a render-se e a largar os fortes do Buraco, Barreta e Afogados, passou Madeira os ultimos tempos da lucta, sempre com as armas na mão sem descançar, nem de dia nem de noite, até que, feita a paz, voltou a viver obscuramente como antes de rebentar a guerra. Admittido em 1656 no quadro do exercito, não se sabe a que posto chegou, e apenas consta que falleceu no 1.º de julho de 1683. Os historiadores da guerra da Restauração não falam em Manuel Madeira, e o nome d'este ousado negro ficaria completamente desconhecido, se não existisse uma carta regia de 23 de abril de 1688, que em attenção aos serviços por elle prestados e dos quaes esse documento faz uma curta resenha, concede uma graça a seu sobrinho, o marechal de campo Domingos Rodrigues Carneiro.

Madeira. Archipelago situado no Oceano Atlantico. V. *Funchal (Districto administrativo de)*, a pag. 628 do vol. III.

Madeira *(Ilha da)* Uma das ilhas adjacentes, situada no Oceano Atlantico. Faz parte do archipelago do mesmo nome e é a sua ilha mais importante. Tem 65 kilom. de comprimento, desde a Ponta do Pargo até á de S. Lourenço, 20 k. de largura e 500 k. quadrados de superficie. E' da forma de um pentagono muito irregular. As suas costas, muito alcantiladas e fragosas, não offerecem ancoradouro seguro. Os portos mais importantes são: Porto Moniz, do Sol, Camara de Lobos, a ampla bahia do Funchal, o porto Novo, o de Santa Cruz e o de Machico. *(V. estes nomes).* E' muito montanhosa e pittorescamente accidentada por grande numero de picos. O dorso da serra que a atravessa de E a O, d'um a outro extremo, tem de 1:200 a 1:700 metros de altura media. O ponto mais elevado da ilha é o Pico Ruivo, que se ergue a 2:020 metros acima do nivel do mar. Os vastos planaltos que existem no cimo do grande massiço que atravessa a ilha occupam largas superficies. E' notavel, entre outros, o denominado Paul da Serra, que fica nas origens da ribeira da Janella, que desagúa na costa do norte, depois de engrossada com parte da copiosa nascente do pico do Rabaçal. A outra parte d'este manancial riquissimo foi aproveitada para réga dos terrenos de oito freguezias dos concelhos de Porto Moniz e Calheta. Para esse fim se abriram levadas que, percorrendo na serra um tunnel de 430 metros, derivaram as aguas para os contrafortes do sul da ilha, tornando ferteis largos tratos de terreno até então estereis e incultos. Fôram os habitantes da freguezia da Fajã que emprehenderam esses trabalhos á sua custa, mas a partir de 1836 começaram a ser dirigidos e custeados pelo governo. Os elementos geologicos que formam as cadeias de montanhas e as massas rochosas da ilha são productos de uma acção vulcanica submarina. A flora e muito interessante, affirmando a excellencia do clima. Ao lado das arvores fructiferas, crescem as plantas medicinaes, economicas, industriaes, as plantas das zonas temperadas ao lado da flora luxuriante dos tropicos, dando á ilha os aspecto surprehendente que a faz tão admirada dos viajantes. Na fauna distinguem-se a especie bovina, os peixes e as aves. D'estas ultimas existem na Madeira 204 especies distinctas, entre as quaes se encontram 4 especies peculiares: o *bisbis*, *tentilhão*, *freira* e *pombo torcaz preto*. O clima d'esta formosa ilha não tem rival. A Madeira é uma das mais encantadoras ilhas do mundo, pelos seus panoramas, paizagens e doçura de clima. E' considerada a pérola do Atlantico. A propriedade está, em geral, muito dividida. A emigração foi durante algum tempo muito importante, especialmente para a Brazil e ilhas de Sandwich. A ilha da Madeira foi descoberta (1418-1419) em seguida á de Porto Santo, pelos portuguezes João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, que a exploraram, recebendo aquelles de D. João I, em pagamento dos seus serviços, a capitania do Funchal, e o segundo a de Machico, em que a ilha foi dividida. A exploração da ilha continuou rapidadente, vendo-se Gonçalves Zarco na necessidade de queimar, para poder edificar a cidade do Funchal, as arvores que impediam os trabalhos de construcção. O fogo communicou-se ás immensas florestas de magnificas madeiras que cobriam a ilha, e de que lhe derivou o nome.

Do dominio dos donatarios e dos dizimos para o mestrado da ordem de Christo, passou a ilha para a corôa, sendo incorporada nos dominios do reino por carta d'el-rei D. Manuel. A cultura da canna sacharina, até á sua transplantação para o Brazil, foi muito importante na ilha da Madeira, chegando a haver mais de 100 engenhos. As vinhas constituiram depois a principal fonte de riqueza da ilha, sendo o seu vinho um dos mais preciosos do mundo. E' antigo aqui o processo de aquecimento dos vinhos, que muito os melhora. As producções principaes são: cereaes diversos, feijão, batata, inhames, vinho, laranja, castanha, bananas e canna de assucar; gado bovino, manteiga e queijos. A lã e o linho tambem teem alguma importancia Os habitantes, principalmente os camponezes, usavam outr'ora trajos pittorescos; são habilissimos artistas, como demonstram as industrias de flôres de cera e de pennas, as das rendas e bordados, a de objectos de palha e de verga, pequenas figuras de barro, e outras.

Madeira Abranches *(João de Pina)*. Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, e lente cathedratico de Economia Politica. N. em Lagares da Beira, e fal. repentinamente, em Coimbra, a 10 de novembro de 1883. Era filho de Manuel Mendes Gomes. Fez um curso distincto, em que obteve differentes *accessits*, e doutorou-se em 24 de julho de 1864, entrando para o corpo docente da Universidade em 1866. Escreveu: *Até onde póde estender-se a acção do estado, emquanto á propriedade territorial, cultura e saude publica*, dissertação inaugural, Coimbra, 1864; *Da solidariedade social defensiva*; dissertação apresentada no concurso para lente, Coimbra, 1866.

Madeira Abranches *(José)*. V. *Abranches*.

Madeira Arraes *(Duarte)*. V. *Arraes*.

Madeira da Egreja. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santo Antonio da Serra, conc. de Machico, distr. do Funchal.

Madeira de Mello *(Ignacio Luiz)*. Brigadeiro, governador das armas da Bahia, etc. N. em Chaves em 1775, falleceu depois de 1833. Alistou-se como cadete no regimento de infantaria da sua terra natal, a 15 de janeiro de 1791, sendo despachado alferes e depois promovido a tenente para o mesmo corpo; em 1797 e 1802. Durante o tempo em que Portugal esteve sujeito ao dominio do general Junot, deixou o serviço, voltando mais tarde a servir no mesmo regimento, já então infantaria n.º 12, apenas se levantou o grito de revolta contra os francezes, e a 3 de agosto de 1808 recebeu o posto de capitão. Entrou na guerra peninsular, em grande numero de acções, merecendo por vezes os elogios dos seus superiores, e até do marechal Beresford, na ordem do dia. Foi ferido no sitio de Burgos, outubro de 1812, e na batalha de Tolosa, abril de 1814, tendo sido a 24 de novembro de 1812 promovido a major, e dada a graduação de tenente-coronel a 10 de abril de 1814, como premio do modo como se houvera na citada batalha de Tolosa. Quando terminou a campanha foi despachado tenente-coronel effectivo em 1 de agosto de 1814, e embarcou para a Bahia, onde recebeu a graduação do posto de coronel por decreto de 6 de fevereiro, e depois a effectividade, em 1 de dezembro de 1818, sendo elevado a brigadeiro pela promoção feita em seguida á revolução de 1820. A noticia d'este acontecimento levada á Bahia despertou ali os sentimentos de alguns liberaes, e collocando-se á frente do movimento os tenentes coroneis do exercito Francisco José Pereira, Francisco de Paula Oliveira e Manuel Pedro de Freitas, que commandavam a cavallaria, infantaria e artilharia de guarnição na cidade, convocaram estes officiaes algumas reuniões secretas em que assentaram as bases e o fim da sublevação. Dispostas convenientemente as cousas, mandaram os tres commandantes que, ao amanhecer do dia 10 de fevereiro de 1821, os soldados dos seus regimentos pegassem em armas e se apoderassem do trem e de varios estabelecimentos publicos. Cumpridas estas resoluções seguiram os corpos para a praça do palacio dando vivas ás côrtes de Portugal e á futura constituição, emquanto os chefes do movimento chamavam por cartas e emissarios os officiaes da camara e muitos funccionarios a uma reunião, afim de serem adoptados os principios da revolução portugueza. Nos primeiros momentos o governador e capitão general conde da Palma quiz reprimir a sedição, mas não encontrando apoio nas tropas, e vendo que não era attendido pela camara e funccionarios que estavam reunidos nos paços do concelho, dispostos a acceitarem a revolução de 1820, e a organisar uma junta de governo, offerecendo lhe apenas a presidencia d'ella como prova de estima e respeito, resignou o governo, e embarcou com alguns empregados n'uma fragata ingleza em direcção ao Rio de Janeiro. Formou-se então uma junta governativa da capitania, a qual decidiu, que se reconhecesse a dynastia de Bragança e a religião, se jurasse a constituição que fizessem as côrtes de Portugal, e se nomeassem deputados para o congresso de Lisboa, se expedissem os actos officiaes em nome de D. João VI, se communicasse ao governo installado em Lisboa adhesão e obediencia dos habitantes da capitania, e finalmente que se escrevesse a el-rei, pedindo-lhe que abraçasse as idéas modernas, abandonando as tradições arbitrarias do poder e unindo-se á vontade do povo. Portuguezes e brazileiros se ligaram para levarem ao cabo esta empresa, inspirados todos pelas idéas liberaes e anciosos por quebrarem o jugo do absolutismo, mas não tardou a estabelecer-se a dissidencia entre os naturaes do paiz e os filhos de Portugal, tornando-se esta inimizade mais declarada entre as tropas indigenas e as europeas, representando o papel de chefes d'estes partidos, que começavam a organisar-se, por um lado o commandante de infantaria n.º 12, Ignacio Madeira, e por outro o tenente coronel brazileiro Manuel Pedro. Por algum tempo se conservaram estas rivalidades quasi latentes, mas em breve adquiriram corpo e importancia, e déram origem a tumultos que cessaram, quando chegou á Bahia a noticia de ter sido Ignacio Madeira nomeado pelas côrtes de Lisboa, em carta regia de 16 de fevereiro de 1822, governador das armas da provincia da Bahia. Posteriormente o general Ignacio Madeira resistiu com tenacidade ás forças enviadas contra elle pelo principe D. Pedro, quando se tratava da independencia do Brazil, e só quando não podia já ter esperança alguma no bom exito da defeza, vendo-se completamente derrotado pelas tropas brazileiras em 19 de dezembro de

1822 considerando que já não podia sustentar-se na capital, embarcou clandestinamente com as tropas portuguezas para Portugal em 1 de julho de 1823. Chegando a Lisboa, foi mandado responder a conselho de guerra, sendo accusado de «ter abandonado o seu posto sem ordem positiva e não ter tomado providencias economicas para prevenir a falta de viveres de reserva para a força que ali se esperava de Portugal, e que effectivamente recebeu, deixando de servir-se de todos os meios, e sufficiente força que tinha á sua disposição, para a defeza da cidade, e finalmente, por não conservar boa intelligencia com as autoridades, demittindo a penultima junta provisoria que houve na dita cidade, e não attendendo ás representações da ultima junta, sobre recursos e meios de defeza. «O conselho absolveu-o em sessão de 23 de outubro de 1824 «por não se verificar do processo a verdadeira culpa em que o réo se achasse comprehendido, antes se mostrarem destruidos todos os artigos da accusação pelos documentos e testemunhas produzidas por elle em sua defeza». A sentença só foi publicada na ordem do dia n.º 44, de 24 de abril de 1828. Dos ultimos annos da vida do general Ignacio Madeira de Mello apenas consta que foi reformado pelo governo de D. Miguel em janeiro de 1832, e que em junho de 1833 recebia os seus vencimentos em Vizeu. Ignora-se a data do fallecimento. Escreveu: *Proclamação*; Bahia; tem no fim a data de 31 de março de 1822; *Officios e documentos dirigidos ás côrtes pelo governador das armas da provincia da Bahia, em datas de 7 e 17 de março, e tambem a representação dirigida ás côrtes por diversas classes de cidadãos da Bahia em 22 de fevereiro, no mesmo anno de 1822*, Lisboa, 1822; *Officios e documentos dirigidos ao governo pelo governador das armas da provincia da Bahia, com datas de 7 e 9 de julho, d'este anno, e que fôram presentes ás cortes geraes extraordinarias e constituintes da nação portugueza em sessão de 26 de agosto do mesmo anno; e tambem o officio dirigido ao governo pela camara da Bahia, em 26 de junho, e que foi presente ás cortes em a sessão de 3 de setembro*, Lisboa, 1822; *Correspondencia do governador das armas da Bahia com el-rei e as côrtes de Lisboa*, Lisboa, 1822.

Madeira Pinto *(Ernesto)*. Secretario geral do ministerio das obras publicas, director geral do commercio e industria, deputado, do conselho de S. M., jornalista, etc. N. em Belem a 7 de junho de 1846, sendo filho de Joaquim Maximiano Madeira Pinto *(V. o artigo seguinte)*, e de sua mulher, D. Eleonida Rosa Mendes. Cursou o Instituto Industrial de Lisboa, e aos 16 annos foi nomeado, por concurso, mestre da officina n.º 8 (refinação de salitre e enxofre) do Arsenal do Exercito, onde serviu sob as ordens do capitão Vicente Ferreira Ramos. Aos 18 annos foi provido, por concurso em 27 de setembro de 1864, no logar de praticante da estação central do correio de Lisboa, onde seu pae era 2.º official. Mais tarde passou, por concurso, a 3.º official, e pouco tempo depois foi provido a 2.º official, por antiguidade, a 6 de fevereiro de 1878. Quando em 1880, o ministro das obras publicas, então Saraiva de Carvalho, reorganisou o serviço dos correios pela lei de 7 de julho, foi creado o importante e elevado cargo de inspector dos correios, e reconhecendo-se a dedicação de Madeira Pinto, o seu estudo pelos serviços do correio, e a sua elevada intelligencia, foi o seu nome lembrado, e a 28 do referido mez teve a nomeação de inspector, como recompensa dos serviços prestados ao paiz, não só na parte que tomara n'esta reorganisação, como tambem pelo desempenho de muitas commissões especiaes de que anteriormente fôra encarregado. Na verdade, o sr. Madeira Pinto havia sido secretario da commissão encarregada de elaborar o projecto de reforma do serviço postal e telegraphico, de que nascera a referida lei de 7 de julho de 1880, tendo sido antes d'isso incumbido pelo ministro das obras publicas Barros e Cunha, da organisação e estabelecimento das repartições postaes ambulantes. Foi até na organisação d'este ultimo serviço que a sua grande competencia, actividade e energia melhor se affirmaram. Além da organisação dos serviços postaes existentes, estabeleceu a posta

Ernesto Madeira Pinto

rural no districto de Aveiro, o primeiro em que esse melhoramento se iniciou. Mais tarde foi escolhido para professor do curso pratico de correios e telegraphos, então creado, tendo a sua nomeação a data de 13 de junho de 1881. Em 1 de abril de 1884 foi encarregado de estudar a posta rural nos districtos de Santarem, Leiria e Portalegre; em 21 de maio era presidente da commissão destinada a auxiliar os trabalhos preparatorios do congresso postal, e ainda n'esse anno era membro d'uma commissão que tinha por fim simplificar o systema de contabilidade da direcção geral dos correios, telegraphos e pharoes. Em 26 de janeiro de 1885 foi nomeado delegado ao congresso postal que n'esse anno se reuniu em Lisboa, em que affirmou por modo superior os seus conhecimentos especiaes d'esse importante assumpto. Por essa occasião foi agraciado com muitas condecorações de ordens estrangeiras. Depois da reforma do ministerio das obras publicas, feita pelo ministro Emygdio Na-

varro em 1886, foi o sr. Madeira Pinto nomeado director geral do Commercio e Industria, por despacho de 29 de julho do dito anno, sendo então tambem agraciado com a carta de conselho. Mais tarde teve transferencia para o logar de director geral dos correios e telegraphos em substituição do conselheiro Guilhermino de Barros, em 14 de agosto de 1893. O sr. conselheiro Madeira Pinto desde muito novo se dedicara tambem ao jornalismo. Por tradições de familia, e por sympathias pessoaes, pois era muito dedicado ao duque de Loulé, pae do sr. duque actual, cedo se alistou no partido historico, e collaborou no jornal d'esse partido, *O Paiz*, no mesmo tempo que o finado estadista Antonio Ennes era o redactor principal. Quando o partido historico se transformou no actual partido progressista, *O Paiz* tambem se mudou para *O Progresso*, ficando orgão do novo partido, e o sr. conselheiro Madeira Pinto acompanhou a folha n'essa evolução, tomando parte mais importante na redacção politica. Em 18?0 a provincia de Moçambique o elegeu deputado (circulo da Zambezia e Lourenço Marques), mas não tomou assento na camara, por ter sido nomeado inspector dos correios depois de estar eleito. Além do *Paiz* e do *Progresso*, já mencionados, tem collaborado nos seguintes jornaes: *A Gazeta do Povo*, *O Commercio de Portugal*, *O Diario de Noticias*, etc. Foi durante alguns annos correspondente, em Lisboa, do jornal do Porto *A Actualidade*, Escreveu: *Annuario postal para 1872*, Lisboa, 1872; *Annuario postal para 1878* (publicação official), Lisboa, 1878; *O Correio; origem e progressos das instituições postaes em Portugal*, Lisboa, 1882.

Madeira Pinto *(Joaquim Maximiano)*. Segundo official da administração central dos correios, em Lisboa. N. no Fundão em 1807, fal. em Lisboa a 28 de agosto de 1872. Era filho de Jeronymo José Madeira Pinto, proprietario e escrivão dos orphãos, no Fundão, e de sua mulher, D. Joanna Barbara de Fontes. Foi, como tantos outros, um heroe obscuro das luctas da Liberdade, um d'esses que á liberdade sacrificou o descanço, o socego da vida domestica, a fortuna e a saude, levando uma vida atribulada, ora nos lances das perseguições politicas de que foi victima, ora nas vicissitudes da emigração, ora nos azares dos campos de batalha, conservando até ao fim da vida a fé viva e a crença ardente nos principios que abraçara. A restauração do poder absoluto e o regresso do infante D. Miguel em 1828, fôram para esta familia, como para tantas outras da Beira, o ponto de partida de perseguições crueis nascidas dos odios politicos. No proprio dia em que se festejava com serenatas e illuminações officiaes o regresso de D. Miguel, eram presos Joaquim Maximiano Madeira Pinto. seu pae, sua mãe e suas irmãs. Arrastados de cadeia em cadeia, sequestrados os seus bens, viram-se condemnados a penas infamantes por crimes imaginarios. Joaquim Maximiano conseguiu fugir da prisão, e refugiou-se em Lisboa, onde um acaso o pôz em relações com um bom homem, que apezar de ser empregado no paço e miguelista exaltado, o teve escondido em sua casa durante tres mezes, e que não podendo conserval-o ali mais tempo, lhe arranjou guarida no collegio dos padres irlandezes, conhecido pelos *Inglezinhos*, que ainda hoje existe. A este tempo já o exercito libertador havia entrado no Porto, e os padres irlandezes conseguiram a passagem de Joaquim Maximiano a bordo d'um navio de guerra inglez, a nau *Asia*, que o deixou na barra do Porto com outros portuguezes que iam alistar-se no exercito liberal Joaquim Maximiano assentou então praça no regimento de voluntarios de D. Maria II, em 13 de agosto de 1832, tomou parte em toda a campanha, sendo especialmente louvado pelo valor e coragem como se houve nos combates de 29 de setembro e 17 de novembro do mesmo anno de 1832 (ataque ao Monte Covello); de 4 de março, e de 25 de julho de 1833 (ataques nas linhas do Porto); e de 18 de agosto do mesmo anno (ataque ás linhas miguelistas). Na batalha da Asseiceira mereceu pela sua valentia os louvores do coronel do regimento José de Sousa Pimentel. Tendo sido eleito candidato a alferes n'uma das eleições que houve no regimento, solicitou baixa do serviço militar logo que terminou a campanha, para se dedicar aos seus negocios particulares. As vicissitudes da politica desde 1835 até 1851 não o deixaram, porém, o ter descanço que desejava, forçando-o a entrar nas luctas civis. O golpe de estado de 6 de outubro de 1846 e a revolução que se seguiu, o fizeram tomar parte activa a favor da Junta do Porto e da causa que ella symbolisava. Por esse motivo foi preso em Lisboa, sendo solto em seguida, mas novamente preso e pronunciado por tentativa de alliciação e revolta contra o governo constituido, juntamente com Manuel José Mendes Leite. Manuel de Jesus Coelho, Antonio José Duarte Nazareth, Joaquim Henriques da Fonseca, Luiz Diogo Leite, Ricardo Borges Diniz, Francisco José Pereira e Horta, e Francisco Casimiro Judice Samora. Este processo chamado das *hydras*, foi annulado por accordão de 4 de novembro de 1848, que se publicou em 13 de novembro do mesmo anno no *Patriota*, e se tornou notavel pela fórma energica em que está redigido. Assim que se viu livre d'este processo, teve logo nova ordem de captura, mas pôde evital-a embarcando clandestinamente para o Rio de Janeiro a bordo da barca italiana *Cesar*, levando comsigo sua mulher, D. Eleonida Rosa Mendes, e seu filho Ernesto Madeira Pinto (*V. o artigo anterior*). Dada a amnistia em 1851, regressou á patria a bordo da nau *Vasco da Gama*, achando se arruinado de saude, e perdidos os bens que possuia. A' amizade de José Estevão Coelho de Magalhães deveu o ser nomeado para o modesto emprego de correio assistente em Aldeia Gallega, e de ser posteriormente trausferido para a administração central do correio de Lisboa, onde serviu até á data do seu fallecimento.

Madeira de Sousa *(Manuel)*. Bacharel formado em Direito civil pela Universidade de Coimbra, e advogado em Lisboa. N. em Alcobaça em 1697, fal. a 17 de outubro de 1757. Depois de ter cursado na referida universidade as aulas de Philosophia, passou a frequentar o curso de direito civil, em que se formou a 22 de janeiro de 1723. Vindo depois para Lisboa, e tendo já feito leitura no desembargo do Paço, preferiu a carreira da advocacia á da magistractura, e adquirindo bons creditos foi advogado da Casa da Supplicação, e syndico do Hospital Real de Todos os Santos. Escreveu uma *Resposta que em uma allegação de direito se defende a jurisdicção*

do Tribunal do Santo Officio contra a pastoral do ex.^mo e rev.^mo senhor Arcebispo de Evora, que saiu sem o seu nome na *Collecção primeira* dos papeis que se publicaram em 1746, em Madrid, contra os sigillistas. Entrando depois na questão da herança da casa de Aveiro, como advogado de D. Rodrigo Xavier Telles, conde de Unhão, publicou em defeza do seu cliente: *Allegação de direito pela justiça do ill.^mo e ex.^mo sr. D. Rodrigo Xavier Telles, conde de Unhão, sobre a successão do estado e casa de Aveiro*, Lisboa, 1748; é acompanhada d'uma arvore genealogica da casa d'Aveiro. N'este mesmo anno publicou em Madrid, sem o seu nome: *Consulta do reverendo D. Antonio Soares Pimentel sobre o recurso que interpoz o D. Abbade geral, esmoler-mór do reverendo Auditor da Nunciatura na causa dos dizimos, que lhe faz o procurador da Mitra patriarchal.* Deixou ainda varias allegações de direito.

Madeira Torres *(Manuel Agostinho)*. Presbytero secular, doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, prior da egreja de Santa Maria do Castello em Torres Vedras, deputado, etc. N. na freg. de S. Pedro d'esta villa, a 21 de novembro de 1771, fal. no seu priorado em 28 de janeiro de 1836. Era filho de Luiz Antonio Madeira e de D. Escolastica Torres. Destinando-se ás letras, matriculou-se na Universidade, em que recebeu a 14 de junho de 1795 o grau de doutor em Canones, e por algumas vezes foi oppositor ás cadeiras da sua faculdade, mas deixando a carreira do magisterio, teve a mercê do priorado de Santa Maria do Castello, concedida em 13 de novembro de 1797, por D. João VI, então ainda principe regente. Foi sempre tido em muita consideração pelos seus prelados, que em attenção ás suas virtudes e letras o nomearam em quasi todo o decurso da sua vida até 1833 (com pequenas interrupções que elle mesmo procurava) seu vigario n'este arciprestado, desembargador honorario nos primeiros annos de parocho, e depois effectivo da sua Relação Patriarchal; pela mesma razão foi incumbido pela *Junta dos soccorros do donativo britanico* em 1811, e annos seguintes, de repartir n'este districto grande somma do mesmo donativo; nomeado socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, foi durante este tempo que escreveu a descripção de Torres Vedras, que a Academia publicou em 1819; e escreveu a 2.ª parte que é a *Economica*, já quasi nos fins da sua vida, que tambem a Academia mandou imprimir em 1833. Foi eleito deputado ás côrtes em 1821, pelo districto de Torres Vedras, mas por motivo de doença pediu escusa, que lhe foi concedida em 30 de março do mesmo anno, sendo chamado para o substituir Ignacio Xavier de Macedo Caldeira. Conservou o priorado quasi 39 annos. Quando falleceu, deixou á Academia Real das Sciencias, como legado, grande parte da sua livraria, deixando tambem á misericordia de Torres Vedras a quantia de 20:000 cruzados, só com a unica condição de que todo o doente que saisse curado das enfermarias, para as quaes deixara o legado, fôsse á egreja da Casa resar por sua alma uma estação diante do Santissimo Sacramento. Da obra citada, publicou-se em 1861-1862, em Coimbra, pela imprensa da Universidade, uma segunda edição, com o titulo: *Descripção historica economica da villa e termo de Torres Vedras;* accrescentada com algumas notas dos editores. Tem duas estampas lithographadas, representando o brazão das armas antigo e moderno da villa, e 2 mappas desdobraveis. Escreveu tambem: *Sermão de acção de graças pelos ultimos gloriosos triumphos da campanha de 1813, prégado na tarde do dia 8 de dezembro na egreja de Santa Maria do Castello de Torres Vedras*, Lisboa, 1816.

Madeirã. Pov. e freg. de N. S.ª do Carmo, da prov. da Beira Baixa, conc. de Oleiros, com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 151 fog. e 796 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 17 k. da séde do conc. e está situada n'uma ramificação da serra de Cabeço da Rainha, na estrada que vae da Certã a Alvaro. O commendador da ordem de Malta, que residia n'esta ilha em nome da ordem em Portugal, apresentava o cura, que tinha 30$000 rs. e o pé d'altar. Depois de tomada a ilha de Malta pelos inglezes o padroado d'esta egreja passou para o Crato, sendo o cura apresentado pelos grão-priores, até 1834, em que esta ordem foi annexa ao patriarchado. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. Esta freguezia foi erecta em 1732, sendo desmembrada da de Alvaro, servindo de egreja a capella de S. Matheus, que depois foi a capella do cemiterio. No anno de 1737 edificou-se a egreja matriz, com a invocação de N. S.ª do Carmo. A escola de instrucção primaria para ambos os sexos foi fundada em 1860. A terra é saudavel, porém muito montanhosa, rodeada de oliveiras e castanheiros, desfrutando-se alguns pontos de vista muito pittorescos. Ha n'essas montanhas annualmente caçadas aos javalis. A freguezia da Madeirã pertence ao arciprestado ou vigararia da Certã. Em 1877 tinha 336 varões e 371 femeas, total 707 almas. Foi parocho d'esta freguezia de 1878 a 1880 o actual parocho da freguezia de Coja, rev. Padre Albino Simões Dias Cardoso, que nos numeros 19, 20, 21 e 24 do jornal de Braga *O Consultor do Clero*, publicou uma monographia d'esta terra e freguezia tratando do aspecto physico da terra, almas, alfaias, arciprestado, baptismos, Bulla de Santa Cruzada (rendimento), confrarias e irmandades, casa de residencia, cura ou coadjutor, conventos, caminho de ferro, correio, capellas, casamentos, costumes, concelho, comarca, diligencia ou mala posta, distancias, derrama, districto administrativo, diocese, egreja, estabelecimentos de caridade, escola, estradas, etymologia ou origem da terra, emolumentos de pé d'altar, exportação, festas facultativas, freguezias que a circumdam, fronteira de Hespanha, fogos, generos, importação, junta de parochia, julgado, logares da freguezia, local, media dos baptismos, casamentos, obitos, mercado, origem da parochia, passal, etc. No *Diccionario Universal*, de Henrique Zeferino, tambem vem um artigo minucioso ácêrca d'esta freguezia.

Madeiral. Pov. da freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da ilha de S. Vicente, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Fonte aberta em rochas basalticas muito accidentadas.

Madeiralzinho. Pov. da freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da ilha de S. Vicente, archipelago e prov. de Cabo Verde.

Madeiras. Pov. na freg. de S. Pedro, de Vaqueiros, conc. de Alcoutim, distr. de Faro.

Madeiro. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Veiros, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro.

Madeiros. Pov. na freg. de S. Thomé, de Canellas, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro.

Madentella. Pov. do commando de M'Chops, no distr. mil. de Gaza, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Maderne. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Gatão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Jorge, de Varzea, conc. de Felgueiras, do mesmo districto.

Madimba. Pov. do sobado de Bongue, no Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Madina. Pov. na costa da Serra Leôa, na Alta Guiné, perto da embocadura do rio do mesmo nome, em frente de Free-Town, Africa Occidental. Tem abundancia de tamaras e gado grosso.

Madinha. Territorio da Africa Oriental, incumbe do prazo Macure, no distr. de Quelimane, prov. de Moçambique. E' muito fertil. Produz bastante mantimento cafreal, e está habitado por colonos.

Madinhas. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Rio Frio, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Madões. Pov. na freg. do Salvador, de Freamunde, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Madorna. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Vairão, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Madorno. Pov. na freg. de S. Salvador, de Victorino das Donas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Madorra. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Aldreu, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Forjães, conc. de Espozende, do mesmo distr. || S. Miguel, de Perre, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Roriz, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Silva, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Madrandane. Canal do antigo distr., hoje circumscripção de Sena, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Une o rio Moccêre ao Zambeze, e dá logar á formação das ilhas Doto e Mirarame.

Madre d'Agua. Ilha da Madeira; pov. na freguezia de Santo Antonio da Serra, conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal.

Madre de Deus *(Antonio)*. Escriptor, que foi alumno da provincia da Madre de Deus, da India Oriental. Escreveu em 1593 um *Tratado de privilegios da ordem seraphica*, que se não chegou a imprimir.

Madre de Deus *(Fr. Antonio de)*. Religioso franciscano da provincia de Portugal, que viveu no seculo XVII. Foi mestre jubilado em Theologia, guardião do convento de Santarem, e definidor da provincia. Escreveu: *Sermão em o 1.º de dezembro de 1641 na procissão de graças que o senado da camara de Santarem foi dar na egreja do Santo Milagre pela felice acclamação de El-Rei D. João IV*, Lisboa, 1641.

Madre de Deus *(Fr. Antonio da)*. Religioso da ordem carmelitana. Era natural de Lisboa, e fal. em 5 de novembro de 1692, sendo filho de Gregorio Catalão e de Joanna Cardosa. Recebeu o habito no convento do Carmo, de Lisboa, a 13 de agosto de 1629, e professou um anno depois, a 15 do mesmo mez de 1630. Teve por mestres em musica Duarte Lobo e fr. Manuel Cardoso, vindo a occupar no seu convento os logares de mestre da capella, vigario do côro e sub prior. Compoz diversas musicas religiosas, como *psalmos, motetes, responsorios, Matinas da quinta, sexta e sabbado da Semana Santa*, a 8 vozes, etc.

Madre de Deus *(Antonio)*. Religioso da ordem de S. Paulo, 1.º eremita. N. em Lisboa a 28 de fevereiro de 1633, fal. em Setubal a 19 de junho de 1696. Era filho do dr. Antonio Mendes Arouca e de D. Izabel Lopes de Toar. Professou no convento do Sacramento de Lisboa, em 28 de janeiro de 1652. Estudou no collegio dos jesuitas de Santo Antão, passando depois á Universidade de Evora, onde recebeu os graus de mestre em artes e de licenceado em Theologia. Foi mestre de Theologia e Philosophia na sua religião, e tomou depois o grau de doutor na referida Universidade. Era considerado excellente prégador e escriptor no seu tempo. Não querendo acceitar nunca qualquer cargo honorifico retirou-se para o convento de Alferrara, onde se conservou entregue ao estudo, até que, precisando ir a Setubal, ali foi acommettido da doença, que o victimou. Dos seus muitos sermões apenas consta, que se publicassem: *Sermão em 17 de janeiro na festa que se costuma celebrar em o mosteiro da Rosa ao SS. Sacramento em desaggravo do sacrilego roubo que se fez ao mesmo Senhor, no caso acontecido em a egreja de Santa Engracia de Lisboa*, Lisboa, 1665; *Sermão nas exequias de Clemente IX na sé de Evora*, Evora, 1670; *Sermão S. Paulo 1.º Eremitão, prégado no convento de Alferrara*, Lisboa, 1687; anda tambem na collecção intitulada *Laurea Portugueza*. Em latim publicou 3 tomos de commentarios aos *Provérbios de Salomão*, saindo o 1.º com o titulo de *Apis Libani circumvolitans flores in horto Salomonis sive Commentaria litteralia et morali in cap. 10 Proverb. Tomus primus*, Lugduni, 1686 e 1701; o 2.º tomo, que se refere ao cap. 11, imprimiu-se em 1695, e o 3.º que se refere ao cap. 12, em 1698.

Madre de Deus *(Fr. Antonio da)*. Religioso franciscano da provincia d'Arrabida, que viveu no seculo XVIII. Era natural da villa de S. Martinho, que d'antes fazia parte dos coutos chamados d'Alcobaça, sendo filho de Francisco Ribeiro e de Helena da Silva. Recebeu o habito no estado de leigo a 8 de julho de 1735. Escreveu: *Elogio do preclarissimo fundador da Arrabida, o veneravel padre Fr. Martinho de Santa Maria*, etc., Lisboa, 1750; *Elogio da vida e morte do veneravel padre Manuel da Costa, vigario que foi da parochial egreja de Santa Maria d'Achete, no termo de Santarem*, Lisboa, 1761; *Vozes de desengano que bradam aos ouvidos dos peccadores adormecidos no letargo das culpas*, Lisboa, 1743; *Eccos do temor, clamores da verdade reflectida em proclamorosos brados do desengano*, etc., Lisboa, 1748; *Progymnasmo sagrado que convida e illustra aos catholicos*, etc., Lisboa, 1748. Deixou inedito: *Monte Santo d'Arrabida*.

Madre de Deus *(Fr. Antonio da)*. Religioso franciscano da provincia d'Arrabida. N. em 1691

no logar do Pinheiro, termo de Castro Daire e fal. no convento d'Arrabida a 8 de outubro de 1770. Era filho dos ricos lavradores Marçal Gomes Carneiro e Maria de Freitas. No seculo chamava-se Antonio de Freitas, nome que trocou em fr. Antonio da Madre de Deus, quando entrou no claustro. Até aos 15 annos applicou-se quasi exclusivamente aos trabalhos de agricultura, sob a direcção de seu irmão mais velho Manuel de Freitas; desejando, porém, dedicar-se á clausura, obteve licença de seus paes, e foi para Castro Daire, onde estudou latim, vindo depois para Lisboa continuar os estudos, sendo muito protegido pelo inquisidor promotor Antonio Ribeiro d'Abreu. Antonio de Freitas pretendia entrar para alguma das ordens religiosas em que pudesse dedicar-se ás missões, e todo o seu empenho era embarcar para o Oriente. O inquisidor não lh'o consentiu, não se importando que seguisse a vida religiosa, mas obrigando-o a desistir dos trabalhos de missionario. Entrou então na ordem franciscana, recebendo o habito no convento do Espirito Santo, junto a Loures, a 29 de março de 1714, e havendo se distinguido em todo o tempo do noviciado pela austeridade da sua vida e pelo escrupulo com que desempenhava todas as suas obrigações religiosas, professou solemnemente a 30 de maio de 1715. Foi mestre de noviços; passou depois ao convento de S. José de Ribamar, e d'este para o da Serra d'Arrabida, onde ainda com mais fervor se entregou aos exercicios de devoção e de penitencia, a ponto de cair gravemente doente, e ser preciso transferil-o para o hospicio de Mafra. Tendo recobrado a saude e recebido ordens sacras, voltou á Arrabida, e depois de ter servido algum tempo como sacristão, foi escolhido pelo provincial para porteiro do convento, logar que parecia ser então de grande importancia. N'este cargo se conservou 11 annos, e tão devotamente, que lhe chamavam o *porteiro santo* Passou então a presidente do convento d'Arrabida. Annos depois aggravando-se-lhe os soffrimentos, o obrigaram a sujeitar se a um rigoroso tratamento, e a vir a Lisboa, para soffrer uma dolorosa operação. No entretanto, continuou soffrendo, chegando a ficar completamente cego, e pouco tempo depois falleceu. Escreveu: *Breve compendio da vida e acções virtuosas do veneravel servo de Deus Fr. Antonio da Conceição, vulgarmente chamado Fr. Antonio do Lumiar, religioso da santa provincia do Algarve*, Lisboa, 1758; 2.ª edição, 1763; *Offerecimento quotidiano*, que parece ser imagem de confessores, e de que se fizeram varias edições; *Resumo dos exercicios espirituaes*, que foi mandado publicar pelo marquez de Alvito; *Resumo espiritual extrahido da doutrina dos Santos Padres*, de que se fizeram duas edições, uma por ordem do tenente-general, Manuel Gomes de Carvalho, e outra por conta do infante D. Pedro, depois rei D. Pedro II; *Instrucção christã*, mandada publicar pelo mesmo principe.

Madre de Deus *(Soror Auta da)* Religiosa no convento da Madre de Deus, de Lisboa, da ordem de S Francisco. N. em Coimbra, sendo filha d'um lente da Universidade d'aquella cidade. Mostrando grande vocação para os estudos, e tendo ardentes desejos de aprender, occultou o seu verdadeiro sexo, autorisando seu pae o disfarce, e estudou na Universidade Theologia e Direito. Depois do fallecimento de seu pae abandonou os fatos masculinos, e serviu algum tempo a rainha D. Leonor, mulher de D. João II, entrando mais tarde no convento da Madre de Deus, onde falleceu. Compoz um *Officio de Santa Auta*, em latim, que se imprimiu em Lisboa, 1621.

Madre de Deus *(Bernardo da)*. Conego secular de S. João Evangelista, que viveu nos fins do seculo XVII. Estudou Theologia na Universidade de Coimbra, recebeu o grau de doutor, adquiriu bons creditos como prégador, e em 1695 foi eleito reitor de Villar de Frades.

Madre de Deus *(Fr. Bernardo da)*. Religioso da ordem da Trindade. N. em Lisboa, e fal. a 8 de agosto de 1587. Professou em 25 de janeiro de 1557, e foi procurador geral da sua ordem. Deixou varios manuscriptos, contando-se entre elles um *Tratado da instituição da irmandade da misericordia de Lisboa*.

Madre de Deus *(Diogo da)*. Religioso da ordem de S. Francisco. Tinha no seculo o nome de Diogo de Bairos. N. em Faro, e tomando o habito em 1590, juntamente com um seu amigo, chamado Manuel Fernandes, viveram os dois no claustro até que viram as suas profissões annulladas em 1604, por se publicar então um breve e moto proprio dos papas Xisto V, Gregorio XIV e Clemente VIII, ordenando que, para a acceitação dos noviços se fizessem certas diligencias e quebrando todos os votos pronunciados sem a precedencia d'essas formalidades. Voltando ao seculo, os dois franciscanos serviram durante 10 annos como capellães no hospital de Todos os Santos, e resolvendo depois fazer vida eremitica, por indicação do padre Luiz Ferreira, natural dos Açôres, e que tinha a mesma idéa, escolheram para passar o resto da vida o Valle das Furnas, na ilha de S. Miguel, onde havia uma ermida de N. S.ª da Consolação. Chegando a Villa Franca do Campo em maio de 1614, e alcançada a licença do ouvidor ecclesiastico, partiram logo para o Valle das Furnas, onde fundaram junto á ermida um recolhimento, tomando roupetas pardas com licença do ordinario. Foi Diogo da Madre de Deus escolhido para ministro da nova casa religiosa, e n'este officio se conservou quasi 16 annos, até que falleceu a 11 de abril de 1630. A erupção de 2 de setembro d'esse anno obrigou os eremitas a deixarem o logar em que viviam, retirando se para o logar da Ribeirinha, em que permaneceram até que o bispo D. João Pimenta d'Abreu lhes deu licença para se estabelecerem em Valle de Cabaças. Em setembro de 1634 os religiosos, desejando ter junto de si as reliquias do seu fundador, fôram ao Valle das Furnas e desenterraram o cadaver que dizem terem encontrado incorrupto, e o trouxeram para o logar em que tinham a sua nova casa, e o depositaram na capella-mór da egreja de N. S.ª da Conceição do Valle de Cabaças.

Madre de Deus *(Fr. Diogo da)*. Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Almada, e fal. no convento de Xabregas em abril de 1722. Professou em 1678 no convento do Varatojo. Foi successivamente guardião dos mosteiros de Alvito, Loreto, Montemór o-Novo e Xabregas, custodio e secretario da provincia, e eleito provincial da provincia dos Algarves, em 1708.

Madre de Deus *(Fr. Faustino da)*. Religioso

franciscano da provincia dos Algarves. N. em Ovar nos fins do seculo XVI, e chamava-se no seculo Faustino da Silva, mudando de appellido quando tomou o habito serafico em 8 de fevereiro de 1613 no convento de S. Francisco de Bragança. Era filho de André Affonso e de Guiomar Gonçalves. Foi guardião do convento de Santa Cruz da ilha da Madeira em 1621, confessor das religiosas do convento de Valle de Pereiras, junto a Ponte do Lima, em 1630; do convento de Monchique, nos suburbios do Porto, em 1645, e do convento de Santa Clara, de Coimbra, em 1654. Escreveu: *Primeira Parte do Florilegio espiritual, colhido da doutrina dos Santos Padres*, etc., Coimbra, 1656. Este livro, dizem, ser muito estimado pela sua boa linguagem, e é hoje muito raro encontrar-se.

Madre de Deus *(Fr. Filippe da)*. Religioso da ordem sagrada e militar de Nossa Senhora da Mercê, e mestre de musica do gabinete de D. João IV. Nasceu em Lisboa, mas viveu muito tempo em Hespanha, onde professou, vindo para Lisboa depois de 1640, sendo muito bem acolhido por D. João IV, pelo seu valor na arte musical. Foi depois mestre da capella real no reinado de D. Affonso VI, e no anno de 1668 tornou a sair de Portugal. Escreveu muitas obras diversas, entre as quaes se contam algumas composições para que D. Francisco Manuel de Mello escreveu as poesias, que se imprimiram na sua collecção intitulada: *Avena de Tersicore*.

Madre de Deus *(Francisco da)*. Conego secular da congregação de S. João Evangelista. N. em Condeixa-a-Nova, e fal. em Xabregas a 25 de fevereiro de 1658. Era filho de Domingos Pires e de Izabel Matheus; chamava-se no seculo Francisco Saro, mas em 1618, entrando na congregação no convento de Villar de Frades, mudou o seu appellido para o de Madre de Deus. Estudou no collegio de Coimbra, da sua ordem, e passando á Universidade, doutorou se em Theologia, sciencia que dictou aos seus domesticos, assim como Filosofia. Por varias vezes se oppoz ás cadeiras da Universidade, que afinal desistiu, resolvendo retirar-se ao convento de S. João de Xabregas, onde era muito procurado pela nobreza que ia consultal-o sobre diversos assumptos. Em attenção aos seus grandes merecimentos D. João IV lhe offereceu a mitra da diocese de Macau, que não acceitou. Deixou manuscriptos uns commentarios em latim ás obras de S. Thomaz. São tres volumes em folio, com o titulo *In primam partem D. Thomae*, que se guardavam no convento de Santo Eloy, de Lisboa.

Madre de Deus *(Fr. Francisco da)*. Religioso da ordem Terceira de S. Francisco. N. em Castello de Vide a 18 de agosto de 1675; ignora-se a data da sua morte. Era filho de André da Fonseca Ferreira e de Anna Gil. Professou no convento de N. S.ª do Desterro, em Monchique, a 5 de agosto de 1693. Foi confessor das religiosas do convento de Sá, em Aveiro. Traduziu do latim a obra de João Clericato, intitulada: *Ecotemata ecclesiastica*, e do italiano, a que tem por nome *Le spighe raccolte*, mas nenhum d'esses trabalhos se imprimiu.

Madre de Deus *(Fr. Francisco da)*. Religioso franciscano da provincia da Arrabida. Era natural de Lisboa, e viveu no seculo XVIII, sendo filho de Vicente Franco e de Sebastiana da Silva. Professou no convento de Mafra a 16 de janeiro de 1737, onde foi substituto das cadeiras de Escriptura e de Prima de Theologia. Escreveu: *Sermão de Santo Antonio glorioso titular da sagrada bazilica de Mafra*, etc, Lisboa, 1752.

Madre de Deus *(Fr. Francisco Xavier da)*. Religioso reformado, e capellão do leal senado de Macau. Vivia no primeiro quartel do seculo XIX. Escreveu: *Oração em acção de graças recitada na egreja cathedral de Macau, por occasião da solemnidade em que o Leal Senado rendeu graças a Deus pela maneira com que sua magestade o senhor D. João VI havia reassumido o pleno exercicio dos seus reaes e inauferiveis direitos magestaticos*, Macau, 1824.

Madre de Deus *(Fr. Fructuoso da)*. Religioso da ordem dos carmelitas descalços. N. em Montemór-o-Velho no anno de 1580, fal. em Coimbra a 28 de março de 1660. Era filho de Gallor de Mendanha e de D. Maria de Sequeira. Chamava-se no seculo Fructuoso de Sequeira. Depois d'uma mocidade agitada, em que, segundo parece, fazia gosto de mostrar as grandes forças physicas de que era dotado, resolveu recolher-se ao claustro, e recebeu o habito carmelitano no convento de N. S.ª dos Remedios, de Lisboa, a 29 de agosto de 1604, professando a 8 do referido mez do anno de 1605. Foi prior dos conventos de Cascaes, Evora e Vianna, e retirando se para o Bussaco, a convite do prior, para assistir á dedicação da egreja, celebrada a 3 de maio de 1639, demorou-se n'aquelle convento 10 annos, até que, por motivo de doença, se viu obrigado a recolher-se ao collegio da sua ordem, de Coimbra, onde falleceu. Deixou inéditas as seguintes obras: *Caderno dos santos costumes de que devem usar os eremitães d'este santo deserto do Bussaco*, e *Tratado da familia dos Mendanhas*, da qual descendia.

Madre de Deus *(Fr. Gaspar da)*. Religioso da ordem de S. Bento, D. Abbade geral da sua ordem no Brazil, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. na fazenda de Sant'Anna, na villa de S. Vicente, provincia de S. Paulo, no Brazil, em 1714, fal. em Santos a 28 de janeiro de 1800. Era filho do coronel Domingos Teixeira de Azevedo e de D. Rosa de Sequeira Mendonça, ambos pertencentes a familias das mais nobres e mais ricas d'aquella capitania. Ficando orphão de pae, sendo ainda muito creança, foi educado sob a direcção de sua mãe, até que, aos 17 annos, despresando o brilhante futuro que tinha em perspectiva, resolveu seguir a carreira religiosa, e acompanhando o provincial Fr. Antonio da Trindade foi para o Rio de Janeiro, d'onde seguiu para a Bahia, entrando ali no convento da ordem benedictina, de que era abbade seu tio avô, pelo lado materno, fr. Baptista da Cruz. Seguindo com todo o fervor os estudos do convento, abriu a 10 de agosto de 1743 a sua aula de Theologia, e sendo eleito em 1752 abbade do mosteiro da sua ordem em S. Paulo, recusou essa honra. Eleito depois, em 1763, para egual cargo no convento do Rio de Janeiro, governou durante dois annos e quatro mezes essa casa religiosa, fazendo observar escrupulosamente a regra do seu instituto, zelando a pompa e esplendor das solemnidades do culto, reformando os paramentos, e administrando com o maior zelo os bens do mosteiro.

Elevado a provincial para a Bahia, serviu esse elevado cargo com geral applauso, e recolhendo-se a S. Paulo, quando findou o triennio, falleceu em Santos, conforme dissémos, sendo o seu corpo sepultado na egreja do mosteiro de S. Bento d'aquella cidade. Quando se fundou a Academia Real das Sciencias de Lisboa, em 1774, fr. Gaspar da Madre de Deus foi eleito socio correspondente. Escreveu: *Memorias para a historia da capitania de S. Vicente, hoje chamada de S. Paulo, do Estado do Brazil*; foi publicada esta obra em 1797 por ordem da referida academia. Innocencio da Silva, no vol. III do *Diccionario bibliographico*, diz a pag. 131, ácêrca d'estas *Memorias*: «São escriptas com sisuda indagação, e á vista dos documentos que o autor procurou haver com diligencia, examinando os cartorios, e fazendo todo o possivel para apurar a verdade dos factos.» Escreveu mais: *Noticia dos annos em que se descobriu o Brazil, e das entradas das religiões, e suas fundações*, etc.; publicadas depois da morte do autor, na *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico do Brazil*, tomo II, pag. 427 a 447; *Memorias*, publicadas na mesma *Revista*, concluidas a pag. 616 do tomo XXIV, 1861; *Historia das minas de S. Paulo, e da expulsão dos jesuitas*; manuscripto offerecido no Instituto pelo socio, o bacharel Fernandes Pinheiro, em 1862, como se declara no vol. XXV da *Revista*. No tomo VII da *Revista Popular*, do Rio de Janeiro, publicado em 1860, a pag. 355 e seguintes, vem um interessante artigo ácêrca de fr. Gaspar da Madre de Deus, escripto por J. Norberto de Sousa e Silva.

Madre de Deus (*D. Ildefonso da*). Conego regrante da ordem de Santo Agostinho. N. em Lisboa a 26 de novembro de 1737; ignora se a data do fallecimento. Professou a 4 de novembro de 1758 no mosteiro de Santa Cruz, de Coimbra. Escreveu: *Retiro espiritual para um dia de cada mez*, Coimbra, 1764; é traducção do francez, e tem sido varias vezes reimpresso; *Voz do pastôr, discursos familiares de um parocho aos seus freguezes para todos os domingos do anno;* tambem traduzida do francez; 4 tomos; 1.ª edição em Lisboa; e 2.ª edição, no Porto, em 1818.

Madre de Deus (*Soror Izabel da*). Abbadessa do mosteiro de Santa Clara, do Funchal. Escreveu: *Relação Summaria de varias Religiosas que floresceram em virtudes no convento de Santa Clara da cidade do Funchal.* Não chegou a imprimir se.

Madre de Deus (*João da*). Conego secular da congregação de S. João Evangelista. N. em Braga, e fal. a 7 de março de 1674. Era filho de Pedro Lopes e de Izabel Diniz. Recebeu a murça em 29 de dezembro de 1655. Foi mestre de noviços. Tornou-se notavel por ser excessivo nas suas penitencias. Fal. no convento de Villar. Com o nome de José Lopes, que tinha no seculo, publicou: *Exercicio quotidiano para todo o christão, colhido de varios autores*, Lisboa, 1669.

Madre de Deus (*D. Fr. João da*). Religioso da ordem de S. Francisco da provincia de Portugal, 1.º bispo da Bahia, etc. N. em Lisboa no principio do seculo XVII, e fal. a 13 de junho de 1686. Estudou lingua latina e o canto de orgão no convento de S. Francisco, de Lisboa, e professou no convento de Santarem. Foi prégador muito apreciado, guardião dos conventos de Coimbra e Lisboa, definidor, passando a provincial a 19 de novembro de 1675, no capitulo presidido pelo commissario geral Fr. Diogo Fernandes de Angulo. No tempo do seu governo acabou-se o edificio do collegio de S. Boaventura, de Coimbra, e se mudaram as freiras e o corpo da rainha Santa Izabel do antigo convento de Santa Clara para o que de novo se construiu. Exerceu tambem os cargos de examinador das ordens militares e censôr regio. Foi prégador de D. João IV, D. Affonso VI e D. Pedro II, e quando este ultimo monarcha, sendo ainda principe regente, elevou a cathedral a egreja de S. Salvador da Bahia, o nomeou primeiro bispo da nova diocese, a 13 de janeiro de 1682, sendo sagrado na capella-mór do convento de S. Francisco a 23 de setembro do mesmo anno, fazendo a sua entrada publica na Bahia a 20 de maio de 1683. Falleceu victima da epidemia que em 1886 grassava com intensidade n'aquella cidade. Escreveu um tratado, *De incarnatione*; outro, *De sacramentis in genere*, e uns commentarios com o titulo de *Aguia d'Esdras*, que se conservaram manuscriptos, assim como 89 sermões, que se guardavam na livraria do convento de S. Francisco de Lisboa. D'este prelado sómente existem publicadas duas *Censuras* que, por ordem do Desembargo do Paço, fez aos 1.º e 2.º tomos dos *Sermões* do padre Antonio Vieira, e que fôram impressas no principio d'esses volumes.

Madre de Deus (*Fr. João da*). Religioso da ordem da Trindade. N. em Lisboa na segunda metade do seculo XVII, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Professou no convento de Lisboa em 8 de agosto de 1694. Dictou as sciencias escolasticas até jubilar em Theologia. Foi ministro do convento de Lisboa, visitador geral, presidente da provincia, e confessor das religiosas trinas do convento da Soledade, de Lisboa. Dos seus muitos sermões, só se publicou: *Sermão no Real convento de Nossa Senhora do Carmo de Lisboa aos 23 do mez de setembro de 1727, na solemnidade com que o dito convento celebrou a canonisação de S. João da Cruz.*

Madre de Deus (*Fr. João da*). Religioso franciscano da provincia d'Arrabida. N. em Aldeia Gallega em 1553, fal. no convento de Santarem a 15 de junho de 1625. Era filho de Duarte Rodrigues Pimentel e de Francisca Rodrigues. Na edade de 15 annos, contra a vontade de seus paes, abraçou o instituto serafico da provincia d'Arrabida, onde foi admittido em 1568 pelo provincial Fr. Damião da Torre. Tornou-se notavel pela rigorosa austeridade em que vivia, e seus continuos jejuns. Foi guardião de varios conventos. Escreveu: *Alguns tratados do serafico doutor S. Boaventura, em que se contém uma doutrina mui proveitosa e necessaria a toda a pessoa, principalmente religiosa*, etc., *traduzidos do latim por um religioso capucho da ordem dos frades menores da provincia de Nossa Senhora da Arrabida*, Lisboa, 1602; *Processo da Paixão de Christo nosso redemptor*, etc., Lisboa, 1617.

Madre de Deus (*Fr. João da*). Religioso franciscano da provincia da Conceição, autor da seguinte obra: *Rhetorica sagrada e evangelica, ou eloquencia do pulpito em que se expõem os preceitos e regras mais necessarias, etc., ajuntam-se dois appendices, muito uteis*, Lisboa, 1778. Escreveu mais: *O ecclesiastico instruido, ou reflexões chris-*

tãs sobre os principaes deveres do Sacerdocio, Lisboa, 1792.

Madre de Deus *(Fr. José da)*. Religioso da ordem de S. Francisco. Era natural de Lisboa, sendo filho de Domingos Rodrigues de Andrade e de Antonia Maria. Professou a 3 de janeiro de 1729 no convento da Conceição, de Alferrara, da provincia d'Arrabida. Escreveu: *Avisos para bem morrer*, Lisboa, 1749. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento

Madre de Deus *(Soror Josepha Maria da)*. Religiosa da ordem de S. Francisco. Era natural de Amarante, sendo filha de Lucas Teixeira de Vasconcellos e de Andreza da Rocha Barbosa. Exerceu varios cargos no convento de S. Francisco, de Amarante, e foi eleita abbadessa em 11 de novembro de 1734. Deixou em manuscripto: *Vida da Madre soror Josepha da Cruz*; *Vida da Madre soror Joanna da Conceição*, os quaes se guardavam na livraria do convento de S. Francisco, de Lisboa.

Madre de Deus *(Fr. Luiz da)*. Eremita da ordem de Santo Agostinho, natural de Gôa. Professou em 1636, e foi prior do mosteiro de Mascate. Os infieis o mataram em 1647, quando atacaram aquella cidade.

Madre de Deus *(Fr. Luiz da)*. Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Lisboa em 1607, fal. no convento da mesma cidade em 1663. Era filho de Maximo Franco e de Anna Mendes. Aos 17 annos, tendo já estudado letras humanas, professou no convento de S. Francisco, de Guimarães, a 21 de março de 1624. Tanto se applicou ás sciencias escolasticas, que dictou Philosophia aos seus domesticos no convento de Santarem em 1636, e Theologia em 1639, até jubilar. Foi guardião do convento de Coimbra, definidor da provincia, confessor das religiosas do convento da Esperança, e examinador das tres ordens militares. Escreveu uma obra em latim, ácêrca da ordem serafica, que se publicou em Lisboa no anno de 1654. Deixou manuscripto, tambem em latim, um *Tratado da Fé*, o qual se conservava no convento de S. Francisco da Cidade.

Madre de Deus *(Manuel da)*. Conego secular da congregação de S. João Evangelista. Era natural de Lisboa. Professou no convento de Villar de Frades, e d'elle foi duas vezes eleito geral, em 1656 e 1665.

Madre de Deus *(Fr. Manuel da)*. Nasceu em Lisboa, e chamava-se no seculo Manuel Lopes. Passou depois a Hespanha, e ali entrou na ordem militar dos mercenarios descalços. Foi mestre de noviços, commendador dos conventos de Lora e de Fuentes, onde falleceu em 9 de julho de 1628. Deixou manuscripta uma obra com o titulo de *Excellencias de Maria Santissima*.

Madre de Deus *(Fr. Manuel da)*. Religioso da ordem dos carmelitas descalços. N. em Gallizes, no termo da villa de Nogueira, bispado de Coimbra, em 1646; fal. em Pernambuco em 1721, no convento de Olinda. Era filho de Simão Antunes e de Anna Brandão. Chamava-se no seculo Manuel Alvares Brandão. Recebeu o habito no convento de N. S.ª dos Remedios, de Lisboa, em 12 de fevereiro de 1662, e professou a 18 do mesmo mez do anno seguinte. Passou depois ao Brazil. Deixou manuscripta uma *Historia e vida da veneravel madre Anna de Santo Agostinho, religiosa carmelita descalça*.

Madre de Deus *(Fr. Manuel da)*. Religioso da ordem de S. Francisco. N. na Bahia em 1724, ignora-se a data da sua morte. Professou no convento de Iguaraçú em Pernambuco, a 5 de maio de 1745. Escreveu: *Summa triumphal da nova e grande celebridade do glorioso e invicto martyr, o beato Garcia, pelos homens pardos de Pernambuco*, Lisboa, 1753.

Madre de Deus *(Fr. Manuel da)*. Religioso da ordem dos carmelitas descalços. N. em Luso a 2 de novembro de 1806; ignora-se a data do fallecimento. Professou em 1823 ou 1824, e estava no convento do Carmo, de Braga, quando fôram extinctas as ordens religiosas em 1834. Conservou-se n'aquella cidade, dedicando-se principalmente a missões religiosas. Escreveu: *Piedosas meditações sobre a paixão de Nosso Senhor Jesus Christo, extrahidas e compendiadas da obra de Santo Affonso Maria de Ligorio, intitulada «Relogio da Paixão», e accrescentadas com algumas devoções*, Lisboa, 1852. Esta obra tem tido successivas edições, e de cada vez mais augmentadas, sendo a ultima em 1858.

Madre de Deus *(D. Fr. Miguel da)*. Foi eleito e confirmado bispo de S. Paulo, no Brazil, para succeder a D. Fr. Manuel da Resurreição, mas renunciou a mitra, antes de tomar posse.

Madre de Deus *(Fr. Nicolau da)*. Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Lisboa em setembro de 1692, ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Simão Ferreira e de Maria de Mattos. Professou em setembro de 1711 no convento de S. Francisco, de Extremoz. Foi prégador jubilado, e muito versado na Theologia ascética. Publicou em 1731 uma obra com o titulo de *Exercicios espirituaes*.

Madre de Deus *(Fr. Pantaleão da)*. Religioso menor da provincia de S. Thomé, e missionario em Janafapatão. Tendo aprendido a lingua oriental, escreveu n'essa lingua uma obra como titulo de *Defensa da verdade da religião catholica e confutação da cegueira da gentilidade*, que ficou inedita.

Madre de Deus *(Rodrigo)*. Conego secular de S. João Evangelista, natural de Mesão Frio; fal. no convento de Santa Cruz, de Lamego, a 17 de outubro de 1772. Era filho de Alvaro de Moura Coutinho e de D. Leonor Tavares. Entrou para o instituto de Villar de Frades a 22 de janeiro de 1703, e foi eleito geral, no capitulo de 11 de maio de 1743.

Madre de Deus *(Rodrigo da)*. Conego secular de S. João Evangelista. Era filho dos 3.ºs condes da Feira, e tinha o nome de Rodrigo Pereira, que deixou para entrar no convento de Villar de Frades. Foi um dos primeiros collegiaes que a sua congregação mandou a Coimbra em 1548. Foi provedor do hospital d'essa cidade em 1541, e no anno seguinte nomeado inquisidor da mesa do Santo Officio de Lisboa, tomando posse d'esse cargo a 19 de agosto. D. João III o elegeu mais tarde bispo de Angra, mas não acceitou, e adoecendo gravemente retirou se para o castello da Feira, onde nascera; e ali fal. em 6 de maio de 1553.

Madre de Deus. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Azurem, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ S. Martinho e conc. de Cintra, distr. de Lisboa. ‖ Ilha da Madeira; Santo Antão, de Caiuço, conc. de Santa Cruz, districto do Funchal.

Madre de Deus Araujo *(D. João da)*. Conego regrante de Santo Agostinho. Era tambem conhecido só por D. João da Madre de Deus. N. em Guimarães em 1760, e fal. em Lisboa a 19 de fevereiro de 1843. Vestiu a murça de conego no convento de Santa Cruz, de Coimbra, em 1778, contando 18 annos de edade. Foi estudar no collegio de sapiencia, Philosophia e Theologia dogmatica. Exerceu na sua ordem os cargos de vigario; serviu de visitador da congregação, e de substituto do D. prior geral, sendo depois eleito D. prior do mosteiro de Santa Maria de Refoios de Ponte do Lima. Foi tambem vice-cancellario da Universidade. Posteriormente exerceu o cargo de vigario capitular d'Elvas. Estando no convento de Mafra quando fôram extinctas as ordens religiosas, passou depois o resto da vida em casa d'um amigo em Lisboa. Escreveu: *O fervoroso escravo de Jesus sacramentado*, Lisboa, 1819; houve mais edições, tendo a 3.ª a data de 1833; *A verdade praticada*, etc., Lisboa, 1817; *Devoção especial do Santissimo Sacramento da Eucharistia;* reimpresso 4 vezes, mas desconhecemos as datas das edições; *Terço do Santissimo Sacramento; O amigo da religião e do rei, ou o amigo do altar e do throno, para formar a boa educação da mocidade portugueza, dedicada a sua magestade fidelissima a sr.ª D. Carlota Joaquina*, Lisboa, 1827; *O anno catholico*, Lisboa, 1830; *Compendio da vida admiravel do thaumaturgo portuguez Santo Antonio*, publicado em 1824; fizeram-se mais 9 edições; *Encantos da solida virtude*, Lisboa, 1837; *Memoria sobre a existencia do real mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, supprimido por um decreto no anno de 1834, dedicada á serenissima senhora infanta D. Izabel Maria*, Lisboa, 1839; este opusculo foi publicado com as iniciaes D. J. M. D. A. C. R.

Madre de Deus Galvão *(D. Fr. Antonio da)*. Religioso da ordem de S. Francisco, da provincia d'Arrabida, e bispo de S. Paulo, no Brazil. Fal. a 19 de março de 1764. Succedeu ao 1.º bispo d'aquella diocese, D. Bernardo Rodrigues Nogueira, e tomou posse do cargo por procuração dada ao arcediago Dr. Matheus Lourenço de Carvalho, a 18 de janeiro de 1750, fazendo a sua entrada publica na diocese em 28 de junho de 1751. Publicou: *Sermão da dedicação da basilica de Mafra, prégado no anno de 1740;* Lisboa, 1758.

Madre de Deus Miranda *(Manuel da)*. Conego secular da congregação de S. João Evangelista. N. em Guimarães, onde tambem fal. a 23 de setembro de 1692. Era filho de Christovão Machado Recolado e de D. Brites Machado da Maia. Recebeu a murça de conego secular em 23 de junho de 1641. Foi doutor em Theologia, prégador geral, e provedor do hospital das Caldas da Rainha. Escreveu e publicou os seguintes sermões: do *Santissimo Sacramento*, em 1685; da *Festa da Circumcisão*, 1685; da *Festa do Santo Christo do Arnado*, 1685; da *Segunda Sexta feira da quaresma*, 1686, e do *Outavario do Santissimo Sacramento*, 1688.

Madresilva. Ordem militar, que teve principio no reinado de D. João I, em uns moços fidalgos, com autorisação do rei, os quaes tomaram por divisa a planta d'este nome, e se distinguiram nas lides guerreiras de então.

Madroeira. Pov. na freg. de Santo Aleixo, do Becco, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Madroua. Pov. na freg. de S. Miguel, de Creixomil, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Madruga *(Garcia Gonçalves)*. Primeiro capitão-mór da Villa das Lages, na ilha do Pico. Servia já em 1580 Partidario de D. Antonio, prior do Crato, fôram-lhe pelas justiças de Castella confiscadas suas riquezas e escravos, tendo de se embarcar fugitivo. No reinado de D João III fez construir um galeão, no logar da ilha do Pico hoje chamado, por esse facto, Prainha do Galeão, ao qual poz o nome de *Trindade*, orago da villa, e veiu offerecel-o a el-rei em paga de certa quantia, com o que o monarcha se deu por bem satisfeito. Este galeão fez parte das armadas que nos annos de 1542 e 1543 fôram ás ilhas dos Açôres, ao mando, respectivamente, de Manuel de Macedo e Simão de Mello, para escoltarem as naus da India.

Madrugada. Ponta situada na costa E da ilha de S. Miguel, Açôres, entre as pontas da Marqueza e da Retorta.

Madumumbela. Serra da prov. de Moçambique, Africa Oriental Está situada no paiz dos matabeles, a O de Sofala.

Madureira. E' appellido nobre. O primeiro que se encontra com elle, é Alvaro Annes Madureira, no reinado de D Affonso V. Tem por brazão d'armas completo: Escudo de purpura esquartelado; nos 1.º e 4.º quarteis um leão de ouro; nos 2.º e 3.º, uma flôr de liz, do mesmo metal; elmo d'aço aberto. Timbre, o leão das armas. Outros do mesmo appellido usam: Escudo esquartelado; nos 1.º e 4.º quarteis de purpura, seis besantes de ouro, em duas palas; nos 2.º e 3.º, de prata, um cordeiro pardo, lampassado de purpura, tendo por baixo da barba uma flôr de liz, de prata. O mesmo elmo. Timbre, o cordeiro das armas. Outro ramo dos Madureiras tem por armas: Escudo esquartelado; nos 1.º e 4.º quarteis de purpura, uma flôr de liz, de ouro; nos 2.º e 3.º de purpura; um lobo de ouro, passante, com a boca aberta. O mesmo elmo. Timbre, o lobo das armas. Ainda outras pessoas d'esta familia usam: Escudo esquartelado; nos 1.º e 4.º quarteis, de purpura, um coelho de ouro; nos 2.º e 3.º, tambem de purpura, uma flôr de liz, de ouro Elmo de aço aberto, e por timbre o coelho das armas, com uma das flôres de liz das armas na testa.

Madureira *(Fr. Antonio)*. Religioso dominicano da ordem dos prégadores. N. no Porto em 1523, fal. em Lisboa em 1638, na edade de 115 annos Era filho de Lopo Cardoso de Madureira, senhor do Valle da Cunha, e de D. Catharina Garcêz. Professou no convento de Aveiro, aos 56 annos de edade, a 4 de agosto de 1579. Governou os maiores conventos da sua provincia, e era prior no de Lisboa, quando falleceu. Era homem muito erudito, e muito conhecedor de assumptos genealogicos, deixando 12 volumes grandes, que não se imprimiram, com o titulo de *Familias d'este reino.* D'esta especialidade reuniu uma numerosa livraria, não só de obras imprenssas, como manuscriptas.

Madureira *(Bernardo Augusto de)*. Doutor em Theologia e lente cathedratico da Universidade de Coimbra. N. em Ancêde, districto do Porto, sendo filho de Antonio Barbosa de Madureira. Doutorou-se em 10 de julho de 1870. Pu-

blicou em 1884, em Coimbra, um poema intitulado *O sol de Aquino.*

Madureira *(Diogo de).* Escriptor muito dedicado a estudos da genealogia. Era natural do Porto e deixou inédito um *Livro de Familias.*

Madureira *(Francisco Cardoso).* Escriptor muito dedicado ao estudo da historia profana, e muito conhecedor da de Portugal. Publicou em 1611 a seguinte obra, que ficou inédita: *Universal summario de varia historia, repartido em quatro partes,* etc.

Madureira (*P. João).* Jesuita. N. no Porto, e fal. a 5 de outubro de 1601. Chamava-se no seculo João de Gouveia, sendo filho de Henrique Nunes de Gouveia e de Brites Madureira. Foi admittido no collegio de Coimbra a 25 de outubro de 1561; exerceu os cargos de reitor do collegio de Santo Antão e preposito da casa professa de S. Roque. Andou muitos annos pelas praças e ruas de Lisboa explicando o Catecismo, sendo n'esse encargo successor do P. Ignacio Martins. Tendo sido nomeado visitador do Brazil pelo cardeal Claudio Aquaviva, encontrou grande opposição á sua partida no cardeal Alberti, então governador de Portugal, e no duque de Aveiro, de quem era confessor, mas illudindo as diligencias d'estas duas importantes personagens, conseguiu embarcar na margem esquerda do rio Tejo, com o pretexto de ir despedir-se do P. Fernão Cardim, procurador do Brazil, que com 16 companheiros, estava a bordo d'uma nau flamenga, que devia conduzil-os á America. O padre Madureira, vendo-se a bordo, logo fez tenção de não voltar a terra. O navio largou ferro a 24 de setembro de 1601, mas em frente de Cascaes appareceram duas naus de piratas inglezes, que o capturaram, ficando prisioneiros todos que conduzia. Em outubro d'esse mesmo anno o padre Madureira falleceu nas costas da Biscaia. Deixou manuscripto um poema heroico em latim, celebrando o martyrio do padre Ignacio Martins.

Madureira. Pov. na freg. de S Bento, de Pomares, conc. e distr. de Evora.

Madureira Feijó *(P. João de Moraes de*). Jesuita. N. na freguezia de S. Geus de Parada, nas proximidades de Bragança, a 21 de março de 1688; fal. a 29 de outubro de 1741. Era filho de Alvaro Annes de Moraes Madureira, morgado de Parada e fidalgo de juro e herdade, e de sua mulher, D. Theodora Pinto do Lago, de egual nobreza. Entrou na Companhia de Jesus, onde esteve 13 annos, e d'ella saiu com dispensa do padre geral Angelo Tamburino. Na Companhia estudou as sciencias amenas no collegio da ilha de S. Miguel, sendo depois mestre de Rhetorica no collegio de Braga. Tomou o grau de doutor em Theologia na Universidade de Coimbra Foi prégador muito apreciado, e prior da freguezia de N. S.ª do O', de Ançã, do bispado de Coimbra. Teve por discipulo o duque de Lafões, D. Pedro Henrique de Bragança, e para elle escreveu, especialmente, as duas obras a que deveu toda a fama e importancia que alcançou de grande grammatico. A primeira d'estas obras é a *Arte explicada,* e a segunda foi a *Orthographia.* O padre Madureira foi sempre considerado como dos mais conspicuos expositores do methodo grammatical do jesuita Manuel Alvares, porque em seu tempo se ensinava nas escolas de todo o reino. D'estas duas obras fizeram se muitas edições, apezar de lhes serem desfavoraveis as opiniões d'alguns escriptores. O titulo da 1.ª é o seguinte: *Arte explicada: 1.ª Parte, Principios: contém todos os nominativos, linguagens, rudimentos, generos, preteritos e declinações dos latinos e gregos,* etc., Lisboa, 1735; *Parte II: Syntaxe,* Lisboa, 1730, Coimbra, 1739; *Appendix da Syntaxe perfeita, segundo tomo da segunda parte*; *Escholios de nomes e verbos,* Lisboa 1732, e Coimbra, 1739; *Parte III, Tomo IV*; *Syntaxe e figurada, syllaba e versos, com a medição,* Lisboa, 1732, e Coimbra 1739. O titulo da 2.ª obra é o seguinte: *Orthographia, ou arte de pronunciar com acerto a lingua portugueza; dividida em tres partes: a 1.ª de cada uma das letras, e da sua pronunciação; das vogaes e dithongos, dos assentos, ou tons da pronunciação; a 2.ª, como se dividem as palavras; da pontuação; algumas abbreviaturas, conta dos romanos e latinos, calendas, nonas, e idos; a 3.ª dos erros do vulgo, emendas da orthographia no escrever e pronunciar toda a lingua portugueza; verbos irregulares, palavras dubias, e as suas significações; uma breve instrucção para os mestres das escolas,* Lisboa, 1734, e 1739, Coimbra, 1739, Lisboa, 1791; outra edição em 1836, etc.

Maduro. Pov. da freg. de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa.

Maduros. Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves, de Pousaflores, conc. de Ancião, distr. de Leiria || S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Madyoli. Terras do distr. de Lourenço Marques, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Fazem parte d'uma das circumscripções (a 2.ª) em que o districto está dividido.

Mãe d'Agua. Designação geral dos reservatorios, ou naturaes ou artificiaes, onde convergem as aguas nativas, e d'onde decorrem para diversas partes.

Mãe dos Homens *(Fr Manuel Joaquim da).* Religioso franciscano da provincia dos Algarves. N. em Portugal, segundo parece; sendo, porém, obrigado a sair do paiz em 1808, passou a Inglaterra e d'ahi ao Brazil, onde solicitou uma collocação, e nada pôde obter. D. João VI, a quem se apresentou, fez-lhe muitas promessas, que nenhuma se cumpriu, e o pobre franciscano viu-se reduzido pela necessidade, a ir parochiar n'uma aldeia de indios, no Ceará, tão pobre e tão desprezivel, que ninguem queria para ali ir. Não se sabe o nome da aldeia, mas a congrua era apenas de 80$000 réis por anno. Com essa diminuta quantia conseguiu fr. Manuel Joaquim Mãe dos Homens fazer alguns reparos na egreja, arranjar as alfaias necessarias para a celebração dos officios divinos, e entrando pelas florestas foi buscar os indios fugitivos e os reconduziu ás suas toscas habitações que estavam caindo em ruinas. No fim de tres annos a aldeia parecia outra, e foi o bastante para haver logo quem cubiçasse o logar. Fr. Manuel Joaquim da Mãe dos Homens recolheu então ao Rio de Janeiro, e aproveitando os conhecimentos que adquirira nas suas viagens pelo interior do Brazil, lembrou se de escrever um livro em que colligisse essas suas observações. Em 1816 estava a obra concluida e foi enviada á censura para ter a licença para a impressão, e depois de ser presente, conforme o desejo do autor, ao principe regente; o Desem-

bargo do Paço, porém, negou a licença attribuindo o religioso essa decisão a ciume d'um dos censores, o dr. José da Silva Lisboa, depois barão de Cayrú. Não parece justificada esta opinião, e julga-se que a licença fôsse negada por fr. Manuel Joaquim usar por vezes de termos menos comedidos, quando tratava de pintar os vicios e de reprovar os abusos praticados no governo. Apresentando o manuscripto a D. João VI, fr. Manuel Joaquim teve esperança de vêr impresso o seu trabalho, mas não logrou o intento, porque segundo consta, nunca se imprimiu. A obra formava um volume in folio, de mais de 200 paginas, e tinha por titulo: *Ensaio politico, historico e chronologico, para servir de introducção ao melhoramento dos estados do Reino unido de Portugal, do Brazil e Algarves, offerecido ao muito alto, ao muito poderoso e soberano rei o senhor D. João VI pelo padre Fr. Manuel Joaquim da Mãe dos Homens, religioso das menores observantes da provincia dos Algarves.* Escreveu outra obra, que se publicou em 1817 no Rio de Janeiro, com o titulo: *Academia philosophica das artes e das sciencias, que ensina os principios dos conhecimentos humanos ou as noções geraes de todas as artes, de todas as sciencias e de todos os officios uteis ao bem commum da sociedade.*

Mãe dos Homens *(Fr. Valentim da).* Religioso franciscano da provincia de Santo Antonio, que viveu na segunda metade do seculo XVIII, no convento de Santo Antonio, da cidade do Porto. Foi prégador afamado e publicou em 1805, reunidos em 5 tomos, muitos dos seus sermões, os quaes se reimprimiram em 1812, e em 1847. N'esta ultima edição, diz-se, que tambem estão incluidos varios sermões e panegyricos de outro prégador.

Mãe dos Homens Alhandra *(Fr. João José).* Religioso franciscano da provincia dos Algarves. Escreveu: *Oração funebre nas exequias que mandou fazer o ill.mo e rev.mo bispo de Elvas na sua egreja cathedral, pelas almas dos militares seus diocesanos, que morreram na batalha de Albuhera*, Lisboa, 1812.

Maeira das Lages. Pov. na freg. de S. Thiago, de Cepões, conc. e distr. de Vizeu.

Maeiros. Pov. na freg. de Santo André, de Villa Boa de Quires, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Mafalda *(D.)* Primeira rainha de Portugal, por ser casada com o nosso primeiro rei, D. Affonso Henriques Era filha de Amadeu II, conde de Saboia, Morianno e Piemonte, e da condessa Mafalda de Albon. Ignora-se a data do nascimento; algumas chronicas de Saboia a collocam depois do anno de 1136, porque o primogenito, Humberto, havia nascido em agosto d'esse anno. Sendo assim, teria casado D. Mafalda aos 10 annos, o que nada tinha de anormal n'aquelles tempos. No entretanto, é possivel que as chronicas, affirmando que o primogenito da casa de Saboia e Morianna nascera em 1136, se referissem aos filhos varões. Segundo a opinião mais provavel, o casamento de D Mafalda com D. Affonso Henriques realisou-se em 1146, porque só em julho d'esse anno é que se vê figurar a rainha de Portugal nos diplomas publicos, apparecendo geralmente com o nome de Mahalda, como traducção mais á letra de Mahault, nome da princeza de Saboia, que depois se converteu em Mafalda. Nos primeiros tempos da monarchia era fórmula necessaria que o nome da rainha apparecesse juntamente com o de seu marido, para a validade dos documentos. O casamento de D. Affonso Henriques foi um pequeno intervallo pacifico que, em 1146, deu descanço ás continuas guerras do primeiro rei de Portugal. Os esponsaes realisaram-se no citado anno, mas o monarcha, com o seu genio guerreiro, não podia entregar-se por muito tempo aos deveres de marido, e portanto logo no anno seguinte, 1147, proseguiu nas pelejas e conquistas contra os sarracenos, tomando a 15 de março Santarem, e a 25 de outubro a cidade de Lisboa. D. Affonso não desistiu das suas conquistas (V. *Portugal*, vol. I, pag. 58 e 59). Da vida particular d'esta rainha pouco se sabe; não constam nenhuns factos notaveis em que ella tomasse a iniciativa, á excepção das muitas fundações de piedade e penitencia, que os chronistas lhe attribuem. E' preciso tambem observar, que muitas vezes confundem a mulher de D. Affonso Henriques com a filha de D. Sancho I, que tinha o mesmo nome de Mafalda, portanto nem todas as fundações, de que resam as chronicas como provenientes da rainha, e algumas das quaes pertencem a sua neta, pódem ser attribuidas exclusivamente á sua iniciativa. E' muito difficil, e mesmo impossivel, pela falta de documentos coevos, verificar quaes das muitas fundações que os historiadores e chronistas attribuem á rainha verdadeiramente lhe pertencem. No tomo I pag. 60 da *Historia Genealogica*, de D. Antonio Caetano de Sousa, lê-se: «Da sua piedade são testemunhas o hospital e egreja de Canavezes, e o mosteiro da Costa de Guimarães, hoje de religiosos de S. Jeronymo, e muitas egrejas do reino.» Quanto ao primeiro, não padece duvida, que a rainha D. Mafalda instituiu n'aquelle logar, não um hospital, no sentido moderno da palavra, mas uma albergaria, ou estabelecimento onde eram recebidos de graça e tratados, em caso de doença, os viajantes pobres e desamparados Consta essa fundação de mais d'um documento, sendo o principal o proprio testamento da rainha. N'esse testamento dotava D. Mafalda a albergaria, além d'outras rendas, com os direitos de portagem, ou tributo que se cobrava pela entrada das mercadorias nas povoações. Este imposto foi posteriormente motivo de contestações entre os habitantes da povoa de Canavezes e os albergueiros, ou pessoas encarregadas da administração do estabelecimento; porém os reis, a quem D. Mafalda recommendara a instituição, decidiam sempre a favor d'esta, como se prova n'uns documentos de D. Diniz, D. Affonso IV e D. Pedro I. Quanto ao mosteiro da Costa e ás muitas egrejas de que se fala na *Historia Genealogica*, não se encontram documentos que o confirme. A' sé do Porto, sabe-se que doára metade da aldeia de Paços, na freguezia de S. Martinho de Fandinhães, concelho de Bem Viver. E' tradição que D. Mafalda estabeleceu dois barcos, no Moledo e Porto de Rei, para darem passagem no rio Douro junto a Lamego, deixando a mesma rainha as rendas de certas propriedades para sustento dos barqueiros, que deviam fazer gratuitamente aquelle serviço, sob pena de multa e prisão, se acaso exigissem alguma cousa dos passageiros. Julga-se em Mesão Frio que foi obra da rainha D. Mafalda a ponte sobre o Douro,

perto de Barqueiros, de que existem em ruinas um pilar e algumas pedras, bem como a ponte sobre o rio Tamega. Consta que possuia alguns bens em Portugal: a aldeia de Mexide, freguezia de Santa Maria de Villa Boa do Bispo; metade da aldeia de Paços, já citada, e diversos casaes em outras localidades. Falleceu em Coimbra a 3 de dezembro de 1158, e foi sepultada no convento de Santa Cruz, n'uma modesta sepultura, como exigia a rudeza d'aquelles tempos. Em 1515 el-rei D. Manuel mandou levantar o rico mausoléo, em que ainda hoje se conservam os ossos do primeiro rei de Portugal e da rainha sua mulher. A este respeito publicou o dr. Rodrigues de Gusmão uma *Breve dissertação*, no vol. V, 1862, do *Archivo Pittoresco*, a que respondeu o visconde de Figaniére, no mesmo jornal, vol. VI, 1863. E' uma questão interessante.

Mafalda *(D.)*. Denominada pelos nossos escriptores a *Rainha santa*. Filha de el-rei D. Sancho I e de sua mulher, a rainha D. Dulce. Da parte de seu pae tinha por avós el-rei D. Affonso Henriques e a rainha D. Mafalda; e da parte de sua mãe, o conde de Barcelona, D. Raymundo Berenguer IV, *principe y dominador de Aragon*, como elle a si proprio se chamava, e D. Petrouilha, rainha de Aragão. Não se sabe ao certo a data do nascimento, mas calcula se que fôsse no anno de 1189. O mais antigo documento, em que apparece o nome d'esta infanta, é uma escriptura de doação que seu pae fez da quinta de Lourosa, em terra de Alafões, ao convento de Lorvão em 1205, contando por conseguinte D. Mafalda 16 annos de edade. D. Sancho I, quando falleceu, deixou largamente repartidos por todos os seus filhos, assim como pelos mosteiros, egrejas e ordens militares as avultadas riquezas que tinha accumulado em vida. D. Affonso II, porém, seu successor, mostrou-se contrariado com tantas liberalidades, e procurou esquivar-se ao cumprimento dos legados, pretextando não só a illegalidade de se alienarem da corôa tamanha porção de bens, como tambem o estado de demencia em que estava o fallecido monarcha no momento em que dictara as suas ultimas vontades. (V. *Portugal*, vol. I, pag. 68). A sua filha D. Mafalda deixara D. Sancho os mosteiros de Arouca e de Bouças, assim como a herdade Cea, que fôra de sua mãe, além de 10:000 morabitinos e 200 marcos de prata. A infanta, tendo provavelmente razão bastante para suspeitar da boa vontade do irmão, implorou do papa Innocencio III um titulo que a protegesse da expoliação; o pontifice fez expedir uma bulla de confirmação, incumbindo da execução d'ella os prelados de Lisboa, Guarda e S. Thiago de Compostella, especificando-se n'esse documento que D. Mafalda só poderia ter o direito do padroado nos mosteiros que seu pae lhe legára. Não se julgou ainda assim bem segura contra a cubiça do irmão, e temendo, com justo motivo, que elle procurasse apoderar-se, á força, dos bens que lhe pertenciam, associou aos seus interesses a ordem do Hospital de Jerusalem, á qual doou o dominio de Bouças e d'outros logares, reservando para si o usofructo, em quanto viva. Nem esta mesma precaução lhe aproveitou, porque, apezar dos perigos que poderia trazer uma lucta á mão armada com aquella poderosa ordem, não deixou comtudo o monarcha de proceder violentamente, como se vê das queixas que os freires levaram á presença de Innocencio III, e que se encontram mencionadas n'um rescripto ou decretal dirigido pelo mesmo pontifice aos bispos de Astorga, Burgos e Segovia, em 23 de julho de 1212. E' preciso, porém, notar, que apezar d'esta apparente imparcialidade, o papa havia favorecido o monarcha, em prejuizo dos interesses da infanta, pois que, tendo limitado ao direito de padroado, na confirmação do testamento de S. Sancho, o legado que este fizera dos mosteiros, mezes antes de publicar este rescripto havia expedido outro, confirmando D. Affonso II na posse de todos os padroados que seu pae possuira. Emquanto se prolongavam os accidentes d'esta demanda, durante os quaes D. Mafalda parece que esteve privada da melhor parte da herança de seu pae, e com toda a certeza da propriedade de Bouças, veiu um successo estranho favorecer a sorte da infanta. No anno de 1214 falleceu o rei Affonso VIII de Castella, succedendo-lhe no throno uma creança de pouco mais de 10 annos, Henrique I, unico filho varão do fallecido monarcha. Ficou como tutora, sua mãe, D. Leonor de Inglaterra, que sobreviveu apenas 26 dias a seu marido. A tutoria passou então para a rainha Berenguela, ou Berengaria, irmã mais velha do novo rei, que tinha casado com Affonso IX de Leão, sendo depois este matrimonio considerado nullo por causa do parentesco. A ambiciosa familia dos Laras, rica e poderosa, conseguiu arrancar a tutela á rainha, que passou a ser exercida pelo conde D. Alvaro Nunes de Lara, representante d'esta familia. Assenhoreando-se do poder, o conde tornou-se violento com os adversarios, ao passo que não escrupulisava em dissipar as rendas do estado e vexar os povos, tanto em proveito proprio, como dos seus parciaes. Naturalmente augmentava dia a dia a opposição ao seu governo, de que era alma a rainha Berengaria. Mas a familia dos Laras não estava habituada a ceder facilmente a quaesquer resistencias; Alvaro Nunes de Lara, longe de se comedir, rompeu em hostilidade aberta contra a rainha, chegando até a mandal-a intimar para que saisse do reino, o que não chegou a conseguir, porque se oppozeram os partidarios d'ella, entre os quaes tambem se contavam algumas familias poderosas. O tutor lembrou-se então de formar allianças fóra do reino, buscando para o seu pupillo uma esposa, que lhe servisse a elle de docil instrumento para melhor o dominar. D. Mafalda, a irmã do rei de Portugal, pela brandura de genio, pelo ascetismo em que vivia, e pela ignorancia do mundo, era conveniente para o intentado fim, ao mesmo tempo que, sendo de edade mais superior á do rei de Castella, facilmente adquiriria no seu animo decisivo predominio. D. Affonso II diligenciava tambem a realisação d'este consorcio, sendo o seu agente em Castella para esse fim o deão de Lisboa, mestre Vicente. O habil ministro em breve conseguiu ultimar o contrato, e D. Mafalda foi tirada da obscuridade d'um mosteiro para subir ao principal throno da Hespanha. Elevada á categoria de rainha, ella adquiria aos olhos do irmão titulos, se não mais legitimos, ao menos mais solidos, para possuir o que seu pae lhe legára. E' assim que parece terem terminado as discordias com D. Mafalda, que depois conservou pacificamente o senhorio dos mosteiros e

beus que lhe eram disputados. Concluidas as negociações do casamento, o conde D. Alvaro Nunes de Lara veiu pessoalmente a Portugal para conduzir a infanta para Castella, onde o consorcio se realisou no anno de 1215. Mas a rainha Berengaria, a quem este enlace desagradava por ser contrario aos seus interesses, trabalhou activamente na curia romana para a annulação do casamento, com o pretexto de proximo parentesco. Innocencio III nomeou para juizes d'esta causa os bispos de Burgos e de Plasencia; mas parece que ainda mesmo antes de proferir qualquer sentença, foi o casamento naturalmente dissolvido pela morte de Henrique I, succedida por um desastre a 6 de junho de 1217, contando apenas 14 annos incompletos. Regressando a Portugal, D. Mafalda recolheu se em 1220 ao convento de S. Pedro, de Arouca, que era então de monjas benedictinas, e ali professou. Depois de 36 annos d'uma vida completamente dedicada ao claustro, á oração, e á continua pratica da caridade, falleceu com fama de santa a virtuosa rainha, no Rio Tinto, junto de Amarante, onde fôra procurar allivio aos seus soffrimentos, em 1 de maio de 1256, e não de 1290, como por lapso saiu no vol. I do *Portugal*, pag. 731, no artigo *Arouca (convento de)*. Como declarara no testamento que desejava ser sepultada no convento de Arouca, para ali foi transportada (V. o citado artigo). A Sé Apostolica, em 1290, approvou os cultos com que sempre foi venerada por santa, e seculos mais tarde, por diligencias dos mosteiros de Arouca e de Lorvão, Pio VI, por breve de 27 de julho de 1792 concedeu a beatificação da rainha D. Mafalda. Em 1814 publicou em Coimbra Fr. Fortunato de S. Boaventura a seguinte obra: *Memorias para a vida da beata Mafalda, rainha de Castella, e reformadora do Mosteiro de Arouca*. A esta obra se reuniu outra, escripta por Fr. Bernardo de Brito, com o titulo de *Historia da fundação e dedicação do mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca, e da santa vida de seus primeiros fundadores*, etc.

Mafaldo. Capitão d'uma das caravélas que, sob o mando de Diniz Eannes da Grã, fôram mandadas ao descobrimento da terra da costa occidental da Africa, por Gonçalo Pacheco, thesoureiro mór da casa de Ceuta e creado aposentado do infante D. Henrique. Eram tres as embarcações que compunham essa frota, que chegando ao Cabo Branco, encontrou um escripto de Antão Gonçalves, avisando a todos que aportassem de que não tivessem trabalho em buscar a aldeia que estava ali, porque elle a havia destruido. Seguindo para a ilha de Arguim entrou o capitão Mafaldo n'uma povoação onde os nossos fizeram 47 prisioneiros, e continuando pela costa adeante umas 80 legoas, captivaram mais alguns habitantes d'aquellas terras inhóspitas Na ilha das Garças encontrou Mafaldo e os seus companheiros o navio de Lourenço Dias, que era da frota capitaneada por Lançarote, e que saira de Lagos a 10 de agosto de 1475, e dias depois chegou esse capitão com mais cinco das suas embarcações, e todos juntos fôram atacar a ilha de Arguim, onde fizeram ainda mais alguns prisioneiros. Depois d'isto, Diniz Eanues, sentindo já falta de mantimentos, regressou ao reino com as suas tres caravélas, e nenhuma outra noticia se encontra de Mafaldo que, segundo diz João de Barros, era morador em Setubal na occasião em que partiu para a Africa.

Mafamede. Ilha do archipelago de Angoche, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está situada á entrada do rio Angoche, e tambem é chamada *Mafamale*.

Mafamude. Pov. e freg. de S. Christovão, da prov. do Douro, conc. de V. N. de Gaia, com., distr. e bisp. do Porto; 1:035 fog. e 5:408 hab. Está situada pittorescamente sobre a margem esquerda do rio Douro, em frente do Porto, formando um dos arrabaldes de V. N. de Gaia. O papa e os conegos regrantes (cruzios) do convento da Serra do Pilar apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 600$000 réis. Mafamude tem esc. do sexo fem., medicos, pharmacias, fabricas de derretimento de sêbo em rama, de louça, de distillação de aguardente, e de fitas de seda e algodão; associação de soccorros mutuos, de beneficencia, theatro, feira ás segundas feiras no largo de Santo Ovidio. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto. Estava situado n'esta freguezia, no sitio chamado antigamente *S. Nicolau*, da *Meijoeira* ou *Coimbrãos*, o convento de N. S.ª do Pilar, de conegos regrantes de Santo Agostinho. Em 18 d'abril de 1809, deu-se em Mafamude um combate contra os francezes.

Mafarrume. Ilha do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está situada ao S da ilha de Corôa de Rei.

Mafomedes. Povoações nas freguezias: Santo Adrião, de Cever, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. ‖ S. Pedro, de Teixeira, conc. de Baião, distr. do Porto.

Mafra (*Francisco de Mello Breyner*, 2.º *conde de*). Gentil-homem da camara d'el-rei D. Luiz I, ajudante de campo do mesmo monarcha e de D. Fernando, gran cruz da ordem de Aviz, commendador da da Torre e Espada, cavalleiro da de S. João de Jerusalem, commendador da Rosa do Brazil; general de brigada reformado, condecorado com a medalha 3 da campanha da Liberdade. N. em 5 d'abril de 1811, fal. em Mafra a 19 de outubro de 1881. Era filho do 1.º conde de Fialho D. Francisco José de Mello Breyner Telles da Silva e de sua mulher, a condessa D. Eugenia d'Almeida, camareira-mór da rainha D. Maria II, que teve, depois de viuva, os titulos de marqueza e de duqueza. Assentou praça a 25 de março de 1832, acompanhou a expedição que da ilha Terceira veiu desembarcar nas praias do Mindello, e distinguindo-se pelo seu valor na acção 29 de setembro d'esse anno nas linhas do Porto, foi despachado alferes, e poucos mezes depois, pelos assignalados actos de bravura que praticou em 24 de janeiro de 1833, foi promovido a tenente. N'este combate ficou gravemente ferido, mas apenas se restabeleceu, voltou a servir no exercito constitucional; servindo ainda no resto da campanha no estado maior general, foi em 1835 collocado n'esse corpo, e em 29 de janeiro de 1836 nomeado ajudante de campo d'el-rei D. Fernando. Em fevereiro de 1837 passou ao batalhão naval, regressando ao exercito em 1840. Tendo servido em varios corpos pediu a demissão em dezembro de 1846, por não concordar com o systema politico adoptado pelo governo d'essa epoca. Sendo reintegrado no seu posto de capitão, depois de terminada a guerra civil, su-

biu os differentes postos militares até coronel, commandou o regimento de infantaria n.º 17 e o batalhão de caçadores n.º 5, e em junho de 1866 foi escolhido por el-rei D. Luiz I para seu ajudante de campo. Reformado em 9 de julho de 1869 na patente de general de brigada, passou a exercer as funcções de camarista de el-rei D. Luiz I, e por decreto de 7 de janeiro de 1870 foi agraciado com o titulo de conde de Mafra. Atormentado pelos seus padecimentos, para os quaes muito concorria o grave ferimento quo recebera em combate, nos ultimos annos da sua vida esteve completamente afastado do serviço do paço, residindo quasi sempre em Mafra. Era casado com D. Emilia Pecquet da Silva, filha de Filippe Nery da Silva e de D. Anna Rosalia Pecquet.

Mafra *(D. Lourenço José Xavier de Lima, 1.º conde de).* Fidalgo da Casa Real, ministro plenipotenciario em diversas côrtes, etc. N. em 15 de maio de 1767, fal. a 11 de janeiro de 1839. Era filho do 1.º marquez de Ponte de Lima, D. Thomaz Xavier de Lima Nogueira Vasconcellos Telles da Silva, e da marqueza sua mulher, D. Eugenia Maria Josepha de Bragança. D. Lourenço de Lima seguiu a carreira diplomatica, e devido á influencia de seu pae, ministro do reino no tempo de D. Maria I, foi, ainda muito novo, despachado enviado extraordinario e ministro plenipotenciario para Turim, sendo transferido d'essa côrte, ainda nos ultimos annos do seculo XVIII, para Vienna d'Austria, onde se conservou até 1801. Nomeado em 6 de janeiro d'esse anno para a enviatura de Londres, como successor de D. João d'Almeida, foi logo incumbido de solicitar do governo inglez os recursos das tropas e dinheiro de que Portugal carecia para fazer face á invasão que estava imminente. O governo inglez escusou-se sempre, e D. Lourenço de Lima nada pôde conseguir. Mandou então em 15 de julho de 1801 um officio ao ministro dos negocios estrangeiros de Lisboa, narrando a fórma pouco agradavel como as suas solicitações haviam sido acceitas, mostrando bem claramente o systema interesseiro e mercantil d'aquella côrte. Vendo que as suas reclamações nunca eram attendidas nem os seus pedidos satisfeitos, julgando que o governo inglez o tinha em pouca consideração, pediu, e obteve em 1803, a transferencia para a côrte de Madrid, mas passando por Lisboa, demorou-se alguns mezes, e não chegou a tomar posse do seu novo cargo, porque foi chamado para Paris, como se vê do seguinte officio, dirigido por Antonio de Araujo e Azevedo, mais tarde conde da Barca, ao nosso ministro em Londres, com a data de 7 de julho de 1804: «Já constará a V. S.ª que o principe regente, nosso senhor, determinou mandar a Paris D. Lourenço de Lima, como embaixador extraordinario para cumprimentar Buonaparte. O marechal Lannes tinha escripto ha muito tempo ao seu governo, solicitando que lhe désse o caracter de embaixador, e indicou para Paris D. Lourenço de Lima, julgando que elle poderia, mais do que qualquer outro, fazer-se agradavel a Buonaparte. Seguindo-se depois a nomeação do imperador, não quiz sua alteza real mandar logo as credenciaes do seu ministro plenipotenciario em Paris, porque desejava saber primeiro se outras potencias reconheceriam Buonaparte n'aquella nova dignidade e os termos e titulos com que seriam concedidas as suas credenciaes. Portanto, para ganhar tempo, se avisou o governo francez, que sua alteza real resolvera mandar um embaixador extraordinario, o qual recebera ordem para partir com brevidade. Havendo já noticia da fórma das novas credenciaes d'el-rei catholico para o seu embaixador, assim como dos outros soberanos, julgou sua alteza real que não devia demorar mais o envial-as ao seu ministro plenipotenciario em Paris, o que não dispensa comtudo a embaixada extraordinaria, que havia sido participada com antecipação. D. Lourenço de Lima partirá muito brevemente em uma fragata, e se fôr agradavel ao novo imperador, que elle fique em Paris, como embaixador, segundo o que o marechal Lannes attesta, sua alteza real não fará difficuldade a este respeito, comtanto que haja reciprocidade, nomeando-se tambem embaixador para esta côrte.» Todo o empenho do governo portuguez, n'essa epoca, era conservar Lannes como representante de França em Lisboa, e como elle fôra promovido a marechal do imperio e se julgava este posto incompativel com o cargo de ministro de segunda classe, tratava-se de conseguir que elle fôsse elevado a embaixador, e com esse intento mudava-se a nossa legação em Paris para embaixada. D. Lourenço de Lima teve a nomeação de embaixador em 16 de julho de 1804, e partiu logo no dia 21 na fragata *Carlota*, e depois de chegar a Ostende, seguiu para Paris, onde entrou a 17 de agosto, chegando poucos dias depois o marechal Lannes, que, sendo chamado a Paris para assistir á coroação do imperador, fizéra a viagem por terra. D. Lourenço de Lima foi recebido em Aix la Chapelle, por Napoleão, na qualidade de embaixador extraordinario do rei de Portugal, depois de resolvidas algumas duvidas que a isso se oppozeram, mas que fôram desfeitas por Talleyrand e por Lannes. Posteriormente foi o mesmo diplomata apresentado e recebido pelo imperador como embaixador ordinario, e desde então passou a ser tratado por Talleyrand e pelas mais pessoas da côrte de França, com o titulo de conde, que sómente muito mais tarde veiu a receber definitivamente. Uma das primeiras questões, que D. Lourenço de Lima ia incumbido, era a da nomeação de Lannes para embaixador em Lisboa; mas esse negocio não se resolveu de prompto, e rebentando a guerra em 1805, o marechal voltou aos campos de batalha, e não pensou mais em diplomacia. D. Lourenço de Lima conservou-se em Paris, tomando parte nas difficeis e hesitantes negociações diplomaticas, em que o nosso governo se viu envolvido por aquelle tempo, até que, em meado de outubro de 1807, foi mandado sair em 48 horas d'aquella capital, com todo o pessoal da legação, e dentro em 15 dias, de França, por ter esta nação declarado guerra a Portugal. O embaixador partiu na madrugada de 26 de outubro, e depois de haver encontrado durante a viagem as tropas francezas em marcha para a nossa fronteira, chegou a Lisboa no dia 31 de outubro ou no primeiro de novembro, trazendo a promessa de Napoleão de que o seu exercito não entraria no nosso territorio, se o principe regente mudasse de politica e mandasse prender os subditos inglezes, e confiscar-lhes as propriedades. O governo portuguez hesitou, sem

saber o que deveria resolver, e não tendo a energia precisa para tomar uma decisão definitiva em vista da promessa trazida por D. Lourenço de Lima, fez publicar o decreto de 8 de novembro, pelo qual eram satisfeitos os desejos, ou para melhor dizer, eram cumpridas as ordens de Napoleão; mas só apparentemente, porque ao mesmo tempo dizia-se ao embaixador inglez, que os subditos d'essa nação seriam indemnisados do valor das suas propriedades. Este procedimento fez attrahir sobre Portugal o despreso da Europa, e nada se aproveitou, porque ainda n'esse mez de novembro as tropas francezas commandadas pelo general Junot, chegaram a Lisboa, e a familia real portugueza embarcava para o Brazil, abandonando a patria na occasião do maior perigo. Poucos mezes depois Junot dissolvia o exercito, e dos homens mais validos, e com muitos dos mais distinctos officiaes formou a legião portugueza, que encaminhou para França, com a idéa de afastar de Portugal os que eram mais para temer no dia em que o povo se resolvesse a expulsar os invasores. Guiado pelo mesmo pensamento de afastar os homens importantes, que se haviam conservado, depois da partida da familia real, imaginou formar uma deputação que fôsse cumprimentar o imperador, e pedir-lhe que reduzisse a enorme contribuição de cem milhões que fôra lançada sobre o paiz. Recaiu a escolha, por parte do antigo senado da camara, como representante do povo de Lisboa, nos desembargadores Joaquim Alberto Jorge e Antonio Thomaz da Silva Leitão; por parte do clero, no bispo de Coimbra D. Francisco de Lemos, no bispo do Algarve e inquisidor geral D. José Maria de Mello, e no prior-mór da ordem d'Aviz; e por parte da nobreza, nos marquezes de Marialva, Penalva e de Valença, assim como nos dois marquezes d'Abrantes, em D. Nuno Alvares Pereira de Mello, irmão do duque de Cadaval, no conde de Sabugal, no visconde de Barbacena, e em D. Lourenço de Lima A deputação partiu para Baiona, onde Napoleão devia estar entre 5 e 10 de abril, e effectivamente foi ali recebida pelo imperador, dirigindo depois para Portugal uma carta ou exposição aos seus compatriotas, datada de 27 de abril, e na qual dava conta do que se havia passado. Pouco tempo depois rebentava em differentes terras do reino a insurreição contra o dominio estrangeiro, e os membros da commissão fôram levados como prisioneiros, de Baiona para Bordéos, e d'ali para Paris, d'onde só puderam regressar á patria em 1814, depois da queda de Napoleão. Como nos primeiros annos do seculo XIX, quando a côrte de Lisboa vacillava entre a alliança ingleza e a franceza, D. Lourenço de Lima se mostrou sempre inclinado a esta ultima, ainda mesmo depois de prisioneiro em França, era pelo governo do Rio de Janeiro considerado um perigoso jacobino, e como tal receia que do Brazil viéssem ordens apertadas, para que se impedissem todas as communicações entre elle e sua familia. Ou porque essas impressões se não desvanecessem, ou porque o antigo diplomata estivesse cançado e aborrecido da vida publica, o certo é que depois do seu regresso á patria, não exerceu influencia alguma nos negocios do estado, servindo apenas o logar de conselheiro da fazenda, vivendo quasi sempre afastado, e residindo largos periodos no palacio que seus paes possuiam em Mafra. Depois de restabelecido o governo constitucional em 1833, é que D. Lourenço de Lima foi nomeado gentilhomem da camara da rainha D. Maria II, elevado ao pariato em 1 de outubro de 1835, e agraciado com o titulo de conde de Mafra em 1 de janeiro de 1836.

Mafra. Villa da provincia da Extremadura, séde de conc. e de com., distr., relação e patriarcado de Lisboa. Tem uma só freguezia, cujo orago é Santo André. Está situada n'um espaçoso terreno a O do Oceano, e dista 40 k. da séde do districto. E' formada por dois grupos de habitações, ao mais antigo dos quaes se dá o nome de *Villa Velha*. Pertence á 1.ª div. mil., 1.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa. A mitra apresentava o vigario, que tinha 200$000 réis de rendimento. *Mafra* vem da palavra arabe *Mahafra*, a cova; deriva-se do verbo *hafara*, cavar, abrir covas, etc. A povoação é muito antiga; presume-se que já existia no tempo dos romanos, mas não se sabe com que nome; no seculo IX é que já tinha, com certeza, o de Mafra. D. Affonso Henriques a conquistou aos sarracenos em maio de 1147. Havia em Mafra um castello, que se não póde affirmar positivamente que fôsse do tempo dos moiros, mas que já existia na primeira epoca da monarchia. Na carta de doação passada em Obidos a 1 de maio de 1221, ou 1183 da era de Christo, conferiu D. Sancho I o castello de *Mafara* ao mestre da ordem de Evora, que depois se chamou ordem de Aviz, e então sujeita á de Calatrava, D. Gonçalo Viegas, expressando-se do seguinte modo: «facio cartam donationis et perpetue firmitudinis vobis magistro domno Gunsalvo Venegas et fratribus vestris tam presentibus quam futuris de illo nostro castello quod vocatur mafara.» Se este documento prova que em 1183 já havia um castello em Mafra, uma carta de 1227 *(1189)*, designa esta terra com o nome de *villa*. Esta carta é passada em Coimbra, no mez de dezembro d'aquelle anno, pela qual D. Sancho I faz doação de Mafra com os seus termos novos e antigos ao bispo de Silves D. Nicolau. Egual designação é dada a Mafra n'um outro documento do mesmo anno de 1189, isto é, no foral que o bispo D. Nicolau deu aos seus creados e vassallos, moradores na sua villa de *Mafara*, foral de que existe uma traducção em portuguez dos fins do seculo XIV ou XV, n'um caderno de pergaminho, intitulado *Tombo de Terras da Extremadura*, existente no Archivo Nacional. Uma duvida, porém se oppõe, é como tendo o castello de Mafra sido, em 1183, doado á ordem de Evora, seis annos depois é a villa dada ao bispo de Silves. Teriam a villa e o castello donatarios differentes? Não é provavel, mas os documentos nada dizem a esse respeito. O certo é que tendo caido Silves de novo no poder dos moiros, deixou de existir a diocese pouco antes creada, e naturalmente a villa voltou aos dominios da corôa, que pouco tempo a conservou, pois que uma bulla de Innocencio III, de 1199, confirmou á ordem de Calatrava, ou de Evora, entre outros bens, a vida de *Malfora*, e n'outra bulla expedida aos 16 dias das Kalendas de junho de 1201 declara o mesmo pontifice tomar sob a sua protecção a ordem de Aviz e seus bens, entre os quaes Mafra é expressamente nomeada.

A estes documentos accresce ainda uma carta passada em Coimbra no mez de agosto de 1256, ou 1218 da era vulgar, pela qual o rei D. Affonso II confirma ao mestre D. Fernando a doação que seu pae fizera do castello de *Mafara* a D. Gonçalo Viegas. Não se póde dizer ao certo até quando este castello permaneceu na posse da ordem, mas em 9 de janeiro de 1327 (1289), estando el rei D. Diniz em Santarem, fez escambo com João Fernando o Batissela, e sua mulher Maria Annes, recebendo d'elles a villa, o castello e senhorio do Portel, dando-lhes a villa de *Mafara* com todos os seus direitos reaes, inclusivé o do padroado da egreja, o que foi ratificado por um novo documento, em que confirma o facto de ter dado a D. João Fornandes Lima (que é o mesmo João Fernandes Batissela) a villa de Mafra pela de Portel; e é datado de Salvaterra de Magos a 4 de janeiro de 1339, ou 1301 da era de Christo. Dizem que D. Diniz deu foral á villa de Mafra em 1304, reformando o antigo, mas não se conhece documento algum que o justifique. El-rei D. Manuel é que lhe deu foral novo, em Lisboa, a 1 de junho de 1513. Depois d'estes donatarios não é facil dizer quem fôram os senhores da villa do Mafra, porque os escriptores são pouco concordes n'esto ponto, e parece que não se encontram documentos positivos a esse respeito. Seculos mais tarde tiveram os marquezes de Ponte de Lima o senhorio de Mafra, pelo casamento de D. Diogo de Lima com D. Joanna de Vasconcellos, filha e herdeira de D. João de Vasconcellos, senhor do morgado da casa de Mafra. O palacio arruinado d'estes fidalgos fica em frente da egreja. A pouca distancia vê-se a quinta da Roussada, onde D. Maria I quiz fundar em 1791 um convento para frades franciscanos, cujas obras ainda começaram, mas não proseguiram. A 7 k. da villa, entre sul e sulsueste, ha um logarejo serrano, perto dos Casaes da Raimonda, chamado *Antas*, distante de Chelleiros para sueste pouco mais de meia legoa; quasi contiguo lhe fica, a noroeste, o moinho de Ansos. Na mesma linha, entre Antas e Mafra, está a freguezia da Egreja Nova, extremando com a de Chelleiros os seus limites parochiaes. Tambem ao sudoeste e pouco distante da villa ha um casal isolado denominado das *Antas*, perto do logar do Pipo; outro com egual nome de *Antas* a noroeste do Gradil, e ainda outro sitio do mesmo nome, perto de Almeirinhos, a menos d'uma legoa ao nordeste do Gradil, separado apenas 1 1/2 k. da estrada que a este segue para Torres Vedras. Nas *Antiguidades de Mafra*, de Estacio da Veiga, memoria apresentada á Academia Real das Sciencias, e publicada em 1879, descreve o autor as suas visitas a esses diversos pontos chamados *antas*, e o minucioso exame que fez de varias construcções subterraneas que existem no concelho, e ás quaes o povo de Mafra dá nome de *tulhas*. Na referida memoria narra Estacio da Veiga com todas as particularidades as suas pacientes explorações. A egreja matriz está edificada sobre um plano rectangular, dividido em tres naves por duas fileiras de columnas monocylindricas e pilastras, sendo a nave central prolongada, e terminada por um polygono de cinco faces symetricas, cujo espaço é occupado pela capella-mór. Tem dois porticos de arco ogival, um voltado para o occidente, e o outro para o sul. O primeiro é aberto n'um corpo saliente em meio da fachada; dois cordões, separados por uma faxa lisa e plana, fórmam o relevo do arco e assentam em cada lado sobre pequenas columnas, tambem em relevo. Termina esta fachada por um entablamento triangular, tendo no centro um oculo, ou janella circular sem ornato. O outro portico é similhante a este, mas de menores dimensões. A parte externa do polygono só tem descobertas as

Vista da villa de Mafra

tres faces comprehendidas no quadrante do nordeste; ás duas de sueste encosta dois lados a torre de base quadrada, coberta de cupola pyramidal, em que está o campanario. Aquellas tres faces, revestidas de alto a baixo de pedra apparelhada, são robustecidas nos angulos por contrafortes de base rectangular, até á cornija, onde terminam em modilhões de grande saliencia, representando figuras grotescas ou carrancas, que pela bocca dão saida ás aguas da chuva. N'este polygono houve primitivamente tres grandes janellas de arco semicircular, que mão profana completamente obstruiu e desfigurou. Duas eram fronteiras e abertas nas faces parallelas do polygono e a terceira na face central, com vista para o nascente. Para o lado interno, quasi tapado pelo throno da capella-mór, mostra um grande chanfro com mais de meio metro entre as arestas, e por isso a sua abertura n'este lado occupa muito maior espaço. Esta janella não foi totalmente entaipada, quando pela primeira vez a condemnaram. Havendo um travessão de cantaria quasi á altura do arco, parece que esta secção superior ficaria aberta para dar claridade, mas que depois seria fechada, quando se construiu o throno, excellente obra de talha dourada, talvez do seculo XVII, o qual chegando até ao tecto, de todo a inutilisou. São só duas em cada fileira as columnas monocylindricas. Todas teem capiteis diversamente adornados de folhas e palmetas, excepto duas, a do angulo esquerdo da janella do fundo, cujo capitel representa uma folha de planta bifurcada ao meio do limbo, para se destacar em duas volutas enroladas de fóra para dentro, e a segunda do portico do lado norte, tambem rematada em duas volutas. Nenhum ornato ha nos capiteis das pilastras. Sobre as duas fileiras se firmam, por banda, tres arcos de ogiva, e duas meias columnas em cada lado do portico sustentam arcos semicirculares em que assenta o côro. Cada nave é coberta de abobada semicylindrica, apoiada n'um continuo cruzamento de arcos. Esta egreja, calcula se, que fôsse construida entre o segundo terço do seculo XII e a primeira metade do seculo XIII. Mafra é muito fertil. Tem a Escola Real no edificio do convento, fundada por el-rei D. Pedro V, que foi solemnemente inaugurada pelo augusto fundador em 9 de dezembro de 1855. N'esta escola eram concedidos aos alumnos mais distinctos uns premios, e entre os quaes se contavam, por ordem do monarcha, umas medalhas de prata, que o gravador Gerard gravou em 1856, e que

Medalha da Escola Real de Mafra

fôram distribuidas e lançadas ao pescoço dos agraciados, em 26 de agosto de 1858, pela rainha D. Estephania. As medalhas tinham no anverso o busto de D. Pedro V, vendo-se em torno escripto *Petrus V. D. G. Portug. et Algarb. Rex*, e por baixo do busto o nome do gravador *Gerard. F. 1856*. No reverso uma corôa de louro, e ao centro *Escola Real de Mafra*. A Escola pratica de infantaria, creada em 17 de abril de 1890, está installada n'uma parte do real edificio; até então estivera ali a escola de infantaria e cavallaria creada em 22 de agosto de 1887. Foi tambem n'esse edificio que esteve installado o extincto Asylo dos filhos dos soldados. Por decreto de 5 de junho de 1903 foi concedido á camara municipal de Mafra o seguinte brazão d'armas: Um escudo tendo em campo vermelho um castello de ouro, aberto e illuminado do campo e carregado d'uma cruz de Aviz do proprio esmalte, entre dois crescentes de prata, chefe abatido de prata carregado de uma mitra verde enriquecida de ouro, coroa mural de ouro e por timbre uma aspa de vermelho. Mafra tem misericordia, hospital, escolas para ambos os sexos; est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas, permutando malas com R. A.—Lisboa-Figueira; est. no caminho de ferro, na linha de Torres Vedras, entre os apeadeiros da Pedra Furada e Alcainça-Moinhos; medicos, pharmacias, advogados, notario, agencia do banco *Economia Portugueza*, e das companhias de seguros: *Fidelidade*, *Internacional*, *Providencia*, *Norwich* e *Tagus*. Montepio Mafrense, hoteis, fabrica de gazozas, philarmonicas reaes: *Mafrense* e *Fanfarra*; feira no 3.º domingo de julho e 29 de novembro; mercado aos domingos. Na real tapada, perto e quasi defronte do logar de Murgeira, dentro d'uma pequena casa e quasi no principio do valle, brotam duas nascentes d'agua mineral, pouco abundantes no verão. Estas aguas são claras, limpidas, de sabor picante e muito gazozas. A analyse chimica, que lhe fez em 1845 F. A. Baleizão, declara que contem bastante acido carbonico, livre e combinado com bases de cal e outras. Fôram em tempos muito empregadas no tratamento da atonia do estomago, e n'algumas complicações urinarias do arthritismo. Bibliographia especial d'estas aguas: *Analyse chimica de diversas aguas ferreas*, no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, tomo III, 1842, pag. 161; *Analyse chimica da agua chamada*

ferrea da Real Tapada de Mafra, na *Gazeta Medica do Porto,* tomo II, pag. 156, e tomo IV, pag. 45; *A aguas de Mafra,* por Francisco Leite de Almeida, na *Gazeta Medica do Porto,* tomo III, 1845; *Analyse chimica da agua chamada ferrea da Tapada de Mafra,* por F. A. Baleizão, no *Jornal dos facultativos militares,* Lisboa, 1845, pag. 156. O concelho de Mafra comprehende 14 freguezias, n'uma superficie de 27:083 hect. com 5:687 fog. e 25:286 hab., sendo 13:271 do sexo masc. e 12.015 do fem. As freguezias são: S. Miguel, de Alcainça, 800 hab.: 422 do sexo masc. e 378 do fem.; S. Pedro dos Grilhões, de Azueira, 1:795 hab.: 886 do sexo masc. e 909 do fem.; N. S.ª, do Reclamador, de Chelleiros, 974 hab.: 501 do sexo masc. e 473 do fem.; N. S.ª d'Assumpção da Serra, de Enxara do Bispo, 2:164 hab.: 1:171 do sexo masc. e 993 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, 1:690 hab.: 924 do sexo masc. e 766 do fem ; S. Pedro, de Ericeira, 2:519 hab.: 1:196 do sexo masc. e 1:323 do fem.; S. Domingos, de Fanga da Fé *(Encarnação),* 1:584 hab.: 849 do sexo masc. e 735 do fem.; Santo Estevão, de Galés e Rogel, 1:486 hab.: 754 do sexo masc. e 732 do fem.; S. Silvestre, do Gradil, 848 hab.: 443 do sexo masc. e 405 do fem.; Santo André, Mafra, 4:794 hab.: 2:694 do sexo masc. e 2:100 do fem.; S. Miguel, de Milharado, 3:162 hab.: 1:628 do sexo masc. e 1:534 do fem.; N. S.ª do O', de Reguengo da Carvoeira, 736 hab.: 383 do sexo masc. e 353 do fem.; Santo Izidoro, 1:758 hab.: 905 do sexo masc. e 853 do fem.; N. S.ª da Oliveira, de Sobral da Abelheira, 976 hab.: 515 do sexo masc. e 461 do fem. O principal commercio no concelho consta de vinho, madeiras de pinho, batatas e louça de barro ordinaria. Os logares mais importantes dos arredores são: Sobreiro, Murgeira, Malveira, Venda do Pinheiro, V. Franca do Rosario, Picanceira, Povoa da Gallega, e Ribamar, onde ha uma praia de banhos, que é muito concorrida.

Fachada principal do Real Edificio de Mafra

Mafra *(Basilica do Real Convento de).* A origem da fundação d'este grandioso monumento conta-se da seguinte fórma: D. João V havia casado em 1708, e apezar de serem já passados quasi tres annos, nenhuma esperança havia de que em breve nascesse um herdeiro do throno, embora a rainha, D. Maria Anna d'Austria, tivesse tomado bastantes remedios para combater essa especie de esterilidade. Segundo a tradição constante, nos primeiros dias do anno de 1711, encontrou se no paço Fr. Antonio de S. José, frade leigo de Arrabida, com o bispo capellão-mór, D. Nuno da Cunha, e como este prelado rogou ao leigo que encommendasse sua magestade a Deus, para que lhe désse successão, Fr. An-

tonio respondeu, simplesmente, que el-rei teria filhos se quizesse. O bispo ficou a pensar no caso, e encontrando-se dias depois na sala dos tudescos com o leigo, estando tambem o conde de Santa Cruz, repetiu novamente a pergunta, a que o leigo deu a mesma resposta, mas o bispo insistiu com a explicação d'aquellas palavras enigmaticas e Fr. Antonio de S. José disse então: «Prometta el-rei a Deus fazer um convento na villa de Mafra, que logo Deus lhe dará successão.» O bispo e o conde fôram dar parte do que se tinha passado, ao rei e á rainha, e os soberanos, com a maior alegria, fizeram immediatamente o voto de fundarem um convento a Santo Antonio para a provincia d'Arrabida, se Deus lhes concedesse um filho, e d'ahi a poucas semanas a rainha sentia-se gravida, e a 4 de dezembro d'esse anno nascia a princeza D. Maria Barbara, que veiu a ser rainha de Hespanha; em 1712 nasceu o principe D. Pedro d'Alcantara, que falleceu em 1714, e n'esse mesmo anno, a 6 de junho, nasceu o principe D. José, que succedeu no throno. O visconde de Villa Nova da Cerveira apressou-se a offerecer a quinta que possuia em Mafra para n'ella se levantar o edificio, mas o soberano não acceitou, e reservou para si a escolha do sitio. Os frades arrabidos, apenas souberam do voto d'el rei, mandaram logo para Mafra Fr. Carlos da Madre de Deus, Fr. Bonifacio do Rosario e o leigo Fr. João de Santa Maria, que se alojaram n'uma pequena albergaria, que para os pobres peregrinos havia no arrabalde da villa junto da ermida do Espirito Santo. A' custa de esmolas dos moradores de Mafra, fizeram ali os religiosos uns repartimentos de madeira, formando um hospicio com 12 cellas, refeitorio, cozinha e enfermaria, o que tudo depois foi alargado por ordem de D. João V, emquanto se fazia o grandioso convento. Chegou o hospicio a ter 20 frades, e sendo transformado em guardiania em 1721, assim se conservou até que os religiosos passaram para o novo edificio. Determinado D. João V a cumprir o voto mandou Antonio Rebello da Fonseca, escrivão das cozinhas, criado muito antigo e muito da sua confiança, examinar o terreno para escolher o local em que se devia erigir o convento, e depois elle proprio, estando em Cintra foi a Mafra, e decidiu-se finalmente que o edificio se construisse a pequena distancia da povoação para o lado do nascente. Em seguida ordenou que se procedesse á avaliação das terras que pertenciam a diversos proprietarios, o que se fez em 21 de janeiro de 1713, sendo, por ordem d'el-rei, todos pagos. Annunciada a construcção de um edificio sumptuoso composto de palacio real e convento, apresentaram-se tres architectos, disputando a honra de preferencia, D. Filippe Juvára, Antonio Canevari e João Frederico Ludovici, sendo o plano d'este ultimo o que mereceu a approvação regia. Foi nomeado superintendente o corregedor de Torres Vedras, Leandro de Mello, thesoureiro o sargento-mór Antonio Soares de Faria, e mestre d'obras Carlos Baptista Gravo. Principiaram 400 homens e em algumas semanas 600, a abrir os alicerces. N'estes trabalhos se gastaram alguns annos, e tendo D. João V escolhido para lançar a primeira pedra o dia 19 de outubro de 1717 foi essa cerimonia addiada para 17 do mez seguinte, por não haver tempo bastante para dispôr e preparar tudo com a pompa que o soberano queria dar a essa solemnidade. No logar em que se havia de levantar depois a sumptuosa basilica, mandou para esse dia o rei construir uma egreja de madeira com o tecto formado de vélas de navios forradas interiormente de tafetás encarnados e amarellos, as paredes vestidas de ricos pannos d'Arrás, com as portas e janellas necessarias armadas de cortinas de damasco carmezim, guarnecidas de franjas e galões de ouro, e tendo na fachada um quadro em que estavam representados S. Pedro e S. João no acto de curarem o mendigo á porta do templo, e superiormente um outro quadro em que se via Santo Antonio, a quem era consagrada a egreja, cuja primeira pedra se ia benzer. Na capella-mór da egreja, que tinha de servir unicamente para a cerimonia, estavam accumuladas grandes riquezas, havendo dos dois lados setiaes de preciosa téla branca. Ao lado do que ficava da parte da Epistola viam-se os riquissimos paramentos com que o patriarcha D. Thomaz d'Almeida havia de celebrar a missa de pontifical, e muitos pratos e differentes peças de prata de primorosos lavores, não só para o serviço do culto, mas até para ostentação da grandeza do soberano, e no altar-mór uma banqueta com seis grandes castiçaes, e no meio uma cruz, tudo de prata e de grande valor. No canto do cruzeiro do lado da Epistola, havia em altura conveniente um côro para os musicos, e n'elle estava um orgão, existindo ahi proximo uns bancos compridos de espaldares, cobertos de pannos verdes para os conegos da patriarchal. Junto á columna do cruzeiro, que ficava do lado direito da egreja, via-se armada uma tribuna, sustentada em balaustres de fino ébano, coberta de cortinas de precioso brocado encarnado e com cadeiras e almofadas do mesmo tecido para el-rei assistir d'ahi á cerimonia, e defronte estavam os assentos para os cavalleiros, creados da casa real, e mais fidalgos que tomavam parte na festa. O pavimento da egreja improvisada foi todo coberto de pannos e espadanas e por cima alcatifado de pannos verdes. O dia 17 de novembro era o destinado para a cerimonia, confórme dissémos. D. João V chegou a Mafra no dia 14, acompanhado d'um luzido sequito, e foi alojar-se no palacio do visconde de Ponte de Lima. Poucas horas depois chegou tambem a Mafra o patriarcha com o chantre e o deão da sé, e successivamente ali se reuniram muitos nobres da côrte, e todos os conegos e capellães da patriarchal. Fôra o dia 16 destinado para a benção da cruz que devia ser collocada na capella mór do novo templo, e por isso ás 8 horas da manhã entrou na egreja a communidade dos arrabidos, que n'essa occasião se compunha de 64 religiosos de varios conventos Chegou o rei acompanhado da côrte, e a cruz foi benzida pelo chantre da sé patriarchal, D. Filippe de Sousa, com todas as cerimonias do ritual romano, seguindo-se a adoração, e concluida esta cerimonia, quatro sacerdotes devidamente paramentados, pegaram na cruz, e a fôram collocar e arvorar n'uma pedra, que para isso estava posta no logar onde devia ser depois o altar-mór, e entoados os hymnos religiosos, terminou n'esse dia a funcção. Ao norte da egreja havia-se armado uma barraca de campanha para ali se paramentarem o patriarcha, conegos e capellães.

A's 7 horas da manhã do dia seguinte reuniram-se no terreiro todos os parochos das freguezias circumvisinhas, que para isso haviam recebido ordem; ás oito horas e meia chegou o patriarcha, com todos os ministros que lhe deviam assistir, e logo depois o rei com a côrte, acompanhado d'uma escolta de cavallaria. Organisada em seguida uma solemne procissão, todos se encaminharam para a egreja, onde, sobre uma credencia, junto ao arco da capella-mór, se via a pedra que se havia de benzer, que era de fino jaspe, com uma grande cruz esculpida no meio, outras mais pequenas nos cantos, e outra pedra do mesmo fino marmore, com a seguinte inscripção:

DEO OPTIMO MAXIMO
DIVOQUE ANTONIO LUSITANO
TEMPLUM HOC DICATUM
JOANNES V LUSITANORUM REX
VOTI COMPOS OB SUSCEPTOS LIBEROS
PRIMUMQUE FUNDAVIT LAPIDEM
THOMAS I PATRIARCHA OLYSSIPONENSIS
OCCIDENTALIS
SOLEMNI RITU
SACRAVIT, POSUITQUE
ANNO DOMINI CIↃIↃCCXVII
XIV KAL DECEMBRIS

Estava mais sobre a credencia uma urna de marmore com tampa primorosamente lavrada e dentro d'ella um cofre de prata sobredourado, guardando a escriptura em pergaminho, pela qual el-rei se obrigava, por voto, a erigir o convento de Santo Antonio; outro pergaminho declarando quem benzeu a cruz e a primeira pedra; dois vidros de santos oleos, e duas caixas de prata sobredouradas, com um *Agnus Dei* do papa Innocencio XI, e outro do papa Clemente XI, que era então o chefe da christandade. Dentro da urna e debaixo do cofre havia 12 medalhas redondas, sendo 4 de ouro, 4 de prata e 4 de bronze, dispostas em cruz. Na primeira medalha de ouro estavam abertos a buril os retratos do rei e da rainha, tendo escripto em volta: *Joannes V Portugaliae et Algarbiorum Rex, et Maria Anna de Austria conjux*; e no reverso a planta do templo, com a letra: *Divo Antonio Lusitano, Mafra MDCCXVII.* A segunda medalha de ouro tinha d'um lado a imagem de Santo Antonio n'uma nuvem sobre o altar, e el-rei de joelhos deante d'elle com as mãos levantadas, e a seguinte letra: *In coelis regnat, invocatur in patria;* no reverso a perspectiva do templo com duas torres e zimborio, com a seguinte inscripção: *Divo Antonio Ulyssiponensi dicatum,* e no portico do templo: *Joannes V Portugaliae Rex mandavit. Mafra 1717.* Na terceira medalha via-se esculpido d'uma parte o retrato de Clemente XI, com a inscripção: *Clemens undecimus Pontifex Maximus*, e no reverso as armas do pontifice com a letra: *Pontificatus anno 17.* Na quarta medalha se via na frente esculpido o retrato do patriarcha com a inscripção: *Thomas I Patriarcha Ulyssiponensis Occidentalis*; e no reverso as suas armas com esta letra: *Sancti Antonii Ulyssiponensis templum a Joanne V Portugaliae Rex designatum, constructum, lapidem in signum posuit. Anno Dom. M.DCCXVII.* Os mesmos retratos, desenhos e inscripções se viam nas quatro medalhas de prata e nas quatro de bronze. Benzida pelo patriarcha com todas as cerimonias do ritual, a pedra foi então conduzida para o local em que devia ser collocada processionalmente pelo patriarcha, ajudado dos seus conegos, levando outros a segunda pedra e a urna de jaspe, seguindo-se o monarcha, e depois d'elle o geral da ordem de S. Bernardo, a cuja dignidade andava annexa a honra de esmoler-mór, com uma salva de prata, e n'esta 12 moedas de cada especie de dinheiro que então se cunhava no reino, que eram: Em ouro: 12 moedas de 4:800 réis, 12 meias moedas, 12 quartos de moedas, ou quartinhos. Em prata: 12 cruzados novos, de 480 réis; 12 moedas de 12 vinteus, 12 de seis, 12 de tres e 12 de vintem. Em cobre: 12 de dez réis, 12 de cinco réis, 12 de tres réis e 12 de real e meio. No sitio destinado para a collocação da pedra estava um banco coberto de velludo carmezim, e sobre elle um balde de prata cheio d'agua e duas vassouras de urze verde com cabos guarnecidos de seda encarnada e canotilho de prata, e uma colher de pedreiro com o cabo tambem de prata. Tendo o mestre lançado uma porção de cal no logar em que se havia de assentar a pedra, tomou el-rei uma das vassouras, lançou-lhe agua em cima, estendeu com a colher a cal e em cima d'ella foi posta a pedra principal; de um dos lados se accommodou a pedra que continha a inscripção e do outro a urna em que estavam mettidos os objectos acima citados, e no meio deitou o esmoler-mór as moedas, acabando a festa por benzer o patriarcha todos os alicerces da egreja, que estavam delimitados por uma teia de madeira guarnecida de tafetás encarnados, e por celebrar uma missa pontifical com toda a magnificencia. Assim terminou a cerimonia da collocação da pedra fundamental, que veiu a importar, segundo consta, em 200 mil cruzados, quer dizer, 80:000$000 rs. Os trabalhos continuaram com a maior actividade. Ao principio ordenou el-rei que os pagamentos se fizessem todos pelas rendas da Casa de Bragança, e que as ordens se passassem todas em nome do principe D. José, seu filho, e com effeito assim se executou; mas por fim, como as despezas excediam os rendimentos d'aquella casa, vieram na maior parte a ser satisfeitos pela fazenda real. Já os trabalhos estavam bastante adeantados, quando D. João V resolveu augmentar as proporções do convento, elevando o numero das cellas de 80 a 300, o que produziu enormes despezas, porque, não sendo possivel erigir um edificio d'essa grandeza no sitio, que para elle fôra de começo destinado, foi necessario fazer novas expropriações e arrazar um monte, que ficava ao sul da egreja, para nivelar o terreno. No vol 8.º do *Gabinete historico*, diz o P. Claudio da Conceição ácêrca d'este monte: «Fundado em uma rocha de tão má qualidade de pedra, que tendo, em quanto mettida no centro da terra, muita resistencia ao ferro, a tinha tambem ao fogo, a cuja violencia a desfaziam, que luzia muito pouco o trabalho, dando-se um dia por outro 1:000 tiros em que se gastavam 30 arrobas de polvora. Notando-se-lhe outra malignidade, que posta fóra da terra, em breve tempo se desfazia em saibro, de sórte que não tinha utilidade alguma para a obra. Trabalharam o primeiro anno e meio, n'este demolimento sómente, 5:000 homens, d'estes se occupavam 500 em abrir os

buracos para os tiros, outros em cavar e conduzir a terra e pedra em carrinhos de mão, que só para este ministerio se fizeram 7:000. Tambem serviam n'este desentulho 500 cavallos puxando por carros de duas rodas, e assim excediam por mez a despeza de 70:000 cruzados. Depois de haver bastante terreno para abrir com desafogo os alicerces do convento, se foi trabalhando mais lentamente na demolição d'este monte, mas sempre promettia muitos vagares o concluir-se, porque circulava quasi os dois lanços da parte de nordeste e sul; e como principiava a rocha debaixo do pavimento do convento, foi necessario em muitas partes profundal-o muito á violencia do fogo para abrir canos reaes e fazer terreno para o jardim, que estava no meio da quadra, lançando-lhe depois em cima terra particular, em altura de muitos palmos, para melhor se poder crear e conservar as murtas, buxos e outras plantas mimosas de que elle se fórma em admiraveis debuxos. Com as pedras e terra d'este desentulho, se entulhou e terraplanou um profundo valle em que hoje se vê uma formosa e dilatada praça deante das galerias do palacio real e frontispicio da egreja.» Ao mesmo tempo que se deu principio á egreja, começou logo el-rei a fazer encommendas para varias cidades da Europa, taes como Roma, Veneza, Milão, Genova, Liége, e outras terras da Hollanda e de França, não só de objectos necessarios para o culto, mas outros para adorno do magestoso templo, afim de que tudo estivesse prompto em devido tempo. De Italia mandou vir 3:000 pranchas de nogueira para os caixões da sacristia e para as cadeiras do côro; do Brazil veiu uma enormissima quantidade de pranchas de angelim, para portas e janellas da egreja e do convento, para sôlhos das cellas, dormitorios, refeitorios, etc. O rei mandou comprar navios inteiros de taboado do norte e mastros para formar andaimes e telheiros em que se trabalhasse e accommodasse a gente empregada nas obras, e egualmente comprou grandissima porção de cordas e amarras grossas para elevar as pedras aos pontos mais altos. Treze annos se gastaram em concluir o soberbo templo, trabalhando diariamente 20 a 25:000 homens, entre canteiros, alvanéos e serventes, contando-se n'este numero os que andavam nas pedreiras, e nos fornos de cal e de tijolo, e fazendo os canteiros serões durante as noites do inverno, para que mais depressa se chegasse a acabar a egreja. Apezar da grande actividade com que as obras proseguiam, ainda promettiam durar muito tempo primeiro que a egreja estivesse em condições de ser aberta, D. João V notou, porém, que em 1730 se dava uma coincidencia que só d'ali a bastantes annos se poderia repetir. Segundo o ritual romano, as egrejas devem ser sagradas em um domingo ou dia santo de preceito; o orgulhoso monarcha havia nascido em 22 de outubro, e no anno de 1730, esse dia era um domingo, portanto era forçoso que a sagração da basilica de Mafra se realisasse em 22 de outubro de 1730, embora para isso tivessem de se vencer difficuldades que pareciam insuperaveis, e fôsse preciso dispender sem olhar a quanto montava a satisfação d'esse capricho. D. João V assim o quiz, e nada mais foi preciso para que, effectivamente, no dia escolhido se verificasse a grande festa da sagração. Os alicerces do convento tinham-se começado a abrir em setembro de 1728, e as paredes iam-se levantando pouco a pouco, porque n'ellas trabalhava um numero de operarios quasi egual ao que se occupava nas obras da egreja, mas em vista da positiva resolução do soberano, ordenou-se em junho de 1729, a todos os ministros das provincias do reino, que mandassem para Mafra todos os operarios que pudessem arranjar de carpinteiros, pedreiros e trabalhadores. As autoridades mandaram apresentar muita gente, chegando a reunir-se 50:000 homens. A vedoria geral despediu os operarios que se julgaram inuteis, mas ainda assim, na lista de junho a outubro de 1730, estavam relacionadas 45:000 pessoas em serviço da obra. Do termo de Lisboa e Torres Vedras e do pinhal de Leiria, foi levada para Mafra espantosa quantidade de madeira, para ser consumida na obra, e para cozinhar os alimentos de toda essa grande multidão. O rei mandou comprar, por conta da fazenda real, 1:276 bois para conduzirem os materiaes das pedreiras. Dos carros e bois dos lavradores não se póde indicar numero exacto, porque iam das visinhanças de Mafra, e mesmo de terras afastadas muitas legoas, de semanas em semanas, dar uns certos dias de trabalho, mas fôram sem duvida muitos milhares, pois que houve columnas e pedras, cujo transporte exigia 30 e ás vezes 50 juntas de bois, andando os caminhos cheios d'estas conducções, e havendo dia em que nas estradas se contavam 2:500 carros com pedra, cal e tijolo. Para os operarios trabalharem, se construiram muitos telheiros de grandes dimensões, muitas casas para officinas de ferreiros, vidraceiros, latoeiros e pintores, e ao lado d'essas edificações se levantaram tambem muitas casas de pasto, em que todos comiam a credito por conta do salario que venciam. Para tratamento dos homens que adoecessem no trabalho, mandou o soberano preparar, junto do hospicio dos religiosos, um hospital que teve 8 enfermarias, com 535 camas, e mais duas com 240 camas. N'uma quinta chamada de Morelena, junto á pedreira de Pero Pinheiro, se construiu tambem uma enfermaria de 10 camas, para acudir de prompto aos que adoecessem n'essa pedreira ou na outra das Lameiras, que ficava proximo. Providencias tambem fôram dadas para que não faltasse o medico em Mafra nem cirurgiões, pharmaceuticos, etc. Tambem sobre outros assumptos se providenciou com toda a largueza, dispendendo-se sempre grossos capitaes. No dia 19 de outubro entrou em Mafra D. João V com o principe real D. José e o infante D. Antonio, acompanhados de todos os creados da casa real em riquissimos coches com soberbos cavallos, e no dia immediato chegou o patriarcha n'um esplendido coche, seguido de outros de estado e de mais quatro com os seus creados, e precedido do crucifero que a cavallo levava a cruz patriarchal levantada, e adeante d'elle o meirinho dos clerigos e todos os officiaes da camara da villa, que saíram a esperal o a grande distancia. O rei e os seus dois filhos fôram alojar-se no palacio do visconde de Ponte de Lima, e como não pudesse accommodar se n'aquelle edificio toda a casa real, ficou a rainha com a princeza do Brazil e com as suas damas na quinta do conde de Pombeiro em Bellas, o infante D. Francisco foi para a Ericeira, mas no dia da sagração todos se reuniram

em Mafra. O dia 21, vespera da sagração, foi destinado para a benção dos paramentos e de todos os objectos pertencentes ao culto, e pelas 7 horas da manhã entrou na basilica o deão da sé patriarchal, D José Manuel, que fôra incumbido d'essa cerimonia. Na capella mór estava arvorada a cruz que fôra ali erigida no dia em que se collocara a primeira pedra, e no cruzeiro, defronte do côro, havia uma grande credencia, sobre a qual estavam postas em ricas almofadas de damasco carmezim, guarnecidas de galão de ouro, as cruzes de bronze, que tinham de ser collocadas nos differentes altares. Feita a benção seguiu-se a dos paineis dos altares, e passando o deão á sacristia, ahi benzeu os paramentos sacerdotaes que estavam dispostos sobre varios caixões e em algumas credencias, e terminadas todas estas cerimonias, verificou-se a benção no convento de todas as officinas, noviciado, dormitorios, cellas e refeitorios, tomando el rei e a côrte parte em toda essa funcção que durou até ao meio dia. Pelas 4 horas da tarde chegaram D. João V, seus filhos e a nobreza á egreja do hospicio, e depois de assistirem a vesperas e a completas, organisou se uma procissão que deu volta ao novo templo e se recolheu em seguida ao hospicio. No palacio que se estava construindo e do lado esquerdo da egreja se formaram seis grandes salas de madeira para n'ellas se dispôr tudo o que no dia immediato havia de servir para a grande solemnidade da sagração. No *Monumento sacro e sagração da Real Basilica de Mafra*, de fr. João de S. Joseph do Prado, veem minuciosamente descriptas estas seis salas, n'uma das quaes estava armada uma sumptuosa capella, onde ainda no dia 21, o patriarcha, na presença da familia real e da côrte fechou n'um cofre com todas as cerimonias do ritual as reliquias que no dia seguinte haviam de ser collocadas no altar da capella-mór da basilica. Em seguida cantaram-se matinas. No dia seguinte, domingo 22 de outubro, realisou-se a cerimonia da sagração, que se encontra descripta no artigo seguinte, assim como o convento e a egreja.

Mafra *(Descripção das cerimonias da sagração da basilica de).* Das 4 para as 5 horas da manhã do dia 22 do outubro de 1730, formaram no largo em frente da egreja a cavallaria e a infanteria, que constava de 4 regimentos. Logo em seguida chegou el-rei D. João V com o principe D. José e o infante D. Antonio. Pelas 6 horas entraram no novo convento os frades arrabidos, ficando no hospicio sómente os que eram indispensaveis para o serviço das enfermarias. Quasi ao mesmo tempo chegou o patriarcha com todo o seu cabido, e subindo el-rei para a casa chamada *de Benedictione*, que ficava sobre o portico, ahi ouviu missa e deu em seguida beija-mão á côrte, por ser aquelle o dia do seu anniversario natalicio. Das 6 para as 7 horas appareceu a rainha com a princeza e o infante D. Pedro, vindos de Bellas, e o infante D. Francisco, que estava na Ericeira. No portico, á direita fôra collocada uma credencia, onde se via uma caldeirinha com o hyssope de prata dourada, e outros objectos que deviam servir ás cerimonias, e á esquerda um bufete para descançar o andor das reliquias. Defronte da porta principal estava a quadratura, ficando á esquerda o throno para o patriarcha, e ao pé outro throno similhante para a familia real. A grandiosa festa começou pelas 7 horas, organisando-se uma procissão, indo atraz do pallio o rei, os principes e a côrte. Chegando á porta da egreja, o patriarcha sentou-se no throno, entoou se a ladainha de todos os santos, e em seguida a procissão deu a primeira volta pelo lado exterior da egreja, começando pelo lado da Epistola, lançando o patriarcha agua benta nas paredes; chegando de novo á porta, a procissão deu segunda volta, repetindo a mesma cerimonia; houve ainda terceira volta, mas em sentido contrario, aspergindo a agua benta em ponto mais alto. Depois de estar benzida a egreja exteriormente, procedeu-se a outras cerimonias para a solemne entrada. O patriarcha ao chegar ao templo fez uma cruz no limiar da porta com o baculo, e depois de breve descanço a communidade formou-se no meio da egreja, entoando um hymno religioso, e as ladainhas ordenadas pelo ritual, e o patriarcha recitou as orações que a lithurgia determina n'estas occasiões. Fôram depois todos para a capella-mór, onde se viam dois thronos similhantes aos que estavam no portico, um para o patriarcha e o outro para as pessoas reaes. Defronte collocara-se uma grande credencia, em que brilhavam muitos objectos de prata só para ostentação, e outros que tinham de servir na cerimonia. Disposto tudo conforme determinam as rubricas do pontifical romano, o patriarcha benzeu a agua, a cinza, o vinho e o sal, e logo se dirigiu á porta da egreja, na qual, com o baculo fez duas cruzes, uma na parte inferior e outra na parte superior. Tornando para o altar-mór, deu em roda d'elle sete voltas, lançando-lhe agua benta, passou em seguida a aspergir a egreja, dando dentro d'ella tres voltas, como fizera do lado exterior do templo, aspergiu o pavimento desde o altar-mór até á porta, e depois em cruz, e por fim lançou agua benta na direcção dos quatro pontos cardeaes. Voltando á capella-mór, preparou o cimento que devia servir para fechar o sepulchro onde iam ser collocadas as reliquias, e em seguida formou-se uma procissão, que saiu da basilica para ir buscar o cofre das reliquias á capella provisoria onde haviam sido depositadas no dia antecedente. Chegando ali, o patriarcha collocou o cofre sobre o andor, que levado por quatro beneficiados deu uma volta á roda da egreja, sendo em seguida posto sobre o bufete, que para esse fim estava no portico, conforme se disse O patriarcha e as pessoas reaes subiram então para os respectivos thronos. O prelado fez uma breve pratica, e quando a terminou, banhou com os santos oleos duas pequenas cruzes esculpidas nas humbreiras da porta principal, e entrando processionalmente na egreja, deu principio á sagração do altar-mór. O patriarcha ungiu com os santos oleos o sepulchro ou urna aberta em meio do altar, para ali serem depositadas as reliquias, que eram dos doze apostolos, de S. Paulo, de S. Lucas, de S. Barnabé e de S. Marcos. Poz a pedra que devia fechar a urna, uniu as juntas com o cimento que fôra preparado, e em seguida continuou com a benção do altar-mór. Passou depois a sagrar as cruzes do cruzeiro e do corpo da egreja, para o que, havia ao pé de cada uma a competente escada de madeira primorosamente lavrada e pintada, imitando xarão vermelho, e com os degraus de largura tal que ao mesmo tempo por elles subiam

o patriarcha e os sacerdotes que tinham de administrar tudo o necessario para a sagração, e concluida esta cerimonia, voltou o prelado ao altar-mór para terminar a benção d'elle, em que muito tempo gastou, de maneira que eram 5 horas quando se acabou esta parte da festa. Logo sem interrupção os musicos da Patriarchal cantaram a hora de Tercia, e immediatamente se seguiu a missa de pontifical, que durou até ás 6 horas e 54 minutos. Depostos os paramentos pontificaes, o prelado encaminhou-se para a casa *de Benedictione*, e depois de lançar da janella a benção ao povo que enchia o terreiro, se retirou para o palacio, e os frades arrabidos fôram para o coro cantar os hymnos religiosos. Depois a commuuidade seguiu para o refeitorio, e então o rei, o principe e o infante D. Antonio, que tinham até ali acompanhado os religiosos, tiraram os chapéos e os espadins, e pegando cada um na sua bandeja, das que havia para o serviço da mesa, fôram distribuindo pelos frades os primeiros pratos, e o mesmo fizeram com o segundo e o terceiro, e como a distribuição ia correndo devagar, o rei deu ordem aos seus camaristas para o imitarem. Terminado o jantar, pelas 8 horas e 50 minutos, a familia real e os religiosos voltaram para a basilica, afim de ouvirem o sermão. D. João V havia ordenado pela secretaria de estado ás oito provincias, que tinha no reino a ordem de S. Francisco, que cada uma mandasse á festa de Mafra o prégador que tivesse de maior nomeada, para fazerem, segundo a ordem de antiguidades, um sermão n'aquelle oitavario, advertindo que para o sermão se preparassem dois padres, porque se acoutecesse adoecer o primeiro, estivesse o outro prevenido, e não houvesse falta em tão sumptuosas festas. O primeiro dia coube á provincia de Portugal, por ser a mais antiga, e foi o orador Fr. Fernando da Soledade, definidor e chronista. Terminado o sermão cantaram-se as segundas Vesperas da dedicação e em segunda Completas. Ainda houve Matinas, que acabaram depois das 3 horas da madrugada. As festas proseguiram nos dias seguintes; sendo em 23 benzidas as capellas da *Coroação* e a da *Conceição*, que depois ficou sendo de S. Pedro d'Alcantara, pelo bispo de Leiria D. Alvaro Abranches; no dia 24, benzeu o bispo de Portalegre, D. Alvaro Pires da Costa, as capellas da *Sacra Familia* e de *S. Pedro d'Alcantara*, que depois passou a ter o titulo de *Conceição*. No dia 25, sagrou as capellas do *Rosario* e dos *Confessores*, da ordem de S. Francisco, o bispo de Patára, D. Fr. José de Jesus Maria. No dia 26, foi a sagração da capella dos *Martyres*, pelo bispo de Nankim, D. Antonio Paes Godinho. No dia 27 sagrou-se a capella dos *Confessores*, que não tinham sido da ordem de S. Francisco, sendo celebrante o mesmo bispo de Leiria. No dia 28 foi sagrada a capella do Santo Christo pelo já citado bispo de Portalegre. No dia 29 e ultimo do oitavario, foi sagrada a capella das *Virgens*, pelo bispo de Patára, já mencionado. Em todos estes dias houve missa de pontifical, benção de reliquias collocadas em todas as capellas, sermões, durando as festas grande parte do dia, sendo o jantar tambem á noite, e proseguindo as matinas até á madrugada. E assim se concluiram as grandiosas festas da sagração da basilica de Mafra. Contudo aquelle colossal monumento não estava ainda concluido, e os trabalhos fôram proseguindo pelo systema adoptado desde o principio, até que, resolvendo se em 1733, pôr em praça a conclusão do edificio, ficaram com a arrematação nove mestres dos principaes ali empregados. Consignou-se para toda a obra 50:000 cruzados por mez. Avaliaram-se os mastros, madeiras dos andaimes, calabres e outros objectos que estavam servindo nas obras, e de que havia tanta profusão que só pipas para agua tinham vindo do Porto 400, dornas para ter a agua junto á obra havia 200, baldes eram sem conto, e demais a mais estavam trabalhando em Mafra dez officiaes n'essa especialidade. Todas essas cousas fôram entregues aos arrematantes, declarando a escriptura que o valor d'ellas se iria descontando na consignação pouco a pouco. Dos bois tomaram os arrematantes, por avaliação, os que julgaram necessarios, e o resto foi entregue aos lavradores em pagamento do trabalho que com os seus carros tinham feito na obra. A conclusão do zimborio formou um lanço especial, e foi arrematada por 400:000 cruzados, com a condição de ficar prompto em tres annos, e não entrando n'aquella somma o custo da machina para subir as pedras, nem as linhas e gatos de ferro com que ellas deviam ser seguras, o que tudo foi pago áparte, importando a machina e calabres em 35:500 cruzados, e o ferro em 4:193$050 réis. No primeiro de abril de 1733 tomaram os arrematantes conta da obra, que progrediu rapidamente, ficando tudo completo em 1735, sendo a 17 de setembro collocada a cruz que remata o zimborio. Depois de ella estar firme no seu logar, foi o guardião do convento, Fr. Nicolau de Santa Catharina, acompanhado d'uma grande parte da communidade ao terrapleno da abobada da egreja, e d'ahi benzeu a cruz, segundo os preceitos do ritual, e depois por uma escada portatil, com bastante difficuldade e receio subiu ao alto do zimborio um sacerdote com quatro acolitos, levando uma reliquia do Santo Lenho mettida n'uma cruz de crystal e um *Agnus Dei* do papa Innocencio XI, tudo fechado n'uma caixa de cobre, que foi posta no globo que serve de peanha á cruz. No edificio de Mafra teem-se installado diversos institutos e estabelecimentos. A escola de esculptura ali se creou em 1753 por ordem de el-rei D. José I, que vendo damnificados os paineis da sumptuosa egreja, resolveu que elles fôssem substituidos por outros em baixo relevo. Alexandre Giusti, o notavel esculptor romano que alguns annos antes tinha vindo a Lisboa para assentar a capella de S. João Baptista na egreja de S. Roque, foi encarregado de dirigir esses trabalhos, e indo para Mafra com sua familia, aggregou a si dois desbastadores, Pedro Antonio Luquez e Francisco Alves Canada, e com elles fez as estatuas dos Santos Bispos, que collocou em 1755, antes do terremoto. Cada dois annos ficava um retabulo acabado pela seguinte ordem: Santo Christo, Nossa Senhora do Rosario, as Santas Virgens, os Santos Martyres, os Confessores, a Sacra Familia e a Coroação da Virgem. Antes de acabar este ultimo, acabou Giusti de perder a vista, que lhe fôra successivamente faltando, talvez pelo costume de trabalhar de noite. N'esta escola crearam-se artistas, dedicando-se alguns depois a outras carreiras, e outros se tornaram afamados, como Lourenço Lopes, Alexan-

dre Gomes, José Joaquim Leitão, e sobre todos Machado de Castro. A escola durou ainda até 1770, mas começando-se n'este anno a modelar a estatua equestre d'el-rei D. José, em Lisboa, vieram para a capital formar uma nova escola, sendo Machado de Castro o director. A de Mafra ainda continuou, mas com muito poucos trabalhos, ficando completamente extincta em 1820. Até 1772 gozaram tranquillamente os arrabidos do magestoso convento; n'essa epoca, porém, as reformas que o marquez de Pombal intentou fazer nas ordens regulares, obrigaram os franciscanos a deixar aquella habitação, para ali se accomodarem os conegos regrantes de Santo Agostinho. Começou o ministro de D. José por abater a importancia do patriarcha e da egreja patriarchal, e por metter inteiramente no erario a administração dos rendimentos; mas depois abalançou-se a tomar as providencias que julgou necessarias para reduzir as casas conventuaes e para diminuir o grande numero de celibatarios que, como membros das ordens regulares, se consagravam ao ministerio sacerdotal. Começou a reducção pela ordem dos conegos regrantes de Santo Agostinho, que do seu mosteiro de S. Vicente de Fóra foram transferidos para o convento de Mafra, ficando secularisadas as casas que elles deixavam devoluto, as quaes passaram para o erario regio com o rendimento que tinham, sendo todas essas medidas approvadas pela Santa Sé nos breves de 4 de junho de 1770 e 9 de setembro de 1773. As razões que o marquez de Pombal teve para começar pelos conegos de Santo Agostinho a reducção que projectara, fôram: 1.º a necessidade de um templo espaçoso e junto do qual houvesse as accomodações precisas para a basilica patriarchal, que desde o terremoto estava sem egreja propria; 2.º alliviar o erario do pagamento de 60 a 80 mil cruzados, que todos os annos dispendia com a sustentação dos frades arrábidos, que n'elle habitavam e que então fôram secularisados ou passaram a viver em outros conventos da sua ordem; 3.º estabelecer no convento de Mafra um collegio de educação, onde os alumnos fôssem suppridos de tudo o necessario pela pensão de 60$000 réis. Por alvará de 18 de agosto de 1772 tomou o soberano sob a sua protecção o Real Collegio de Mafra, que foi estabelecido pelo cardeal Cunha, em conformidade da bulla *Sacrosanctum Apostulatus Ministerium* do papa Clemente datada de 4 de julho de 1770, e para a impetração da qual o rei D. José dizia ao soberano pontifice que era sua idéa: «que os conegos regrantes se exercitassem no ensino da mocidade das familias, que ou gozassem de nobreza civil, ou vivessem com decencia.» Pelo mesmo alvará acima citado, approvou D. José os estatutos que deviam de reger o collegio, no qual, segundo esse documento, se ensinariam as seguintes disciplinas: Linguas portugueza, franceza, italiana, ingleza, latina, grega, hebraica; Logica, metaphysica e ethica-physica racional e experimental. Para este estabelecimento se cunharam na casa da moeda duas medalhas: uma para commemorar a fundação do collegio, e a outra para premiar os alumnos que n'elle mais se distinguissem. Manuel Bernardo Lopes Fernandes, na sua *Memoria das Medalhas e Condecorações*, etc., descreve assim: A 1.ª Imagem de Nossa Senhora da Conceição, com serafins e sem legenda. No reverso *Real Collegio de Mafra.* A legenda no centro d'um quadro adornado de flôres, e por cima o sol. No exergo:

ANNO DOMINI
MDCCLXXII

A 2.ª *Victori.* A legenda em uma fita, um anjo entre nuvens, uma corôa de hera e uma palma. No reverso: *Hæc Juvenum Docto Mafrae Certamine Parta.* No campo o caduceu e ramos de louro e azinho. Em 1780 tomou a rainha D. Maria I sob a sua protecção este collegio, ao qual deu novos estatutos, declarando que os primitivos não eram bastantes para se conseguir o fim a que era destinado aquelle instituto. Segundo o pensamento dos novos estatutos, os collegiaes deviam instruir-se em todo o genero de preparatorios para conhecimento das sciencias maiores, e n'este sentido fôram creadas algumas cadeiras. Os conegos regrantes, durante a sua estada no convento, prepararam para livraria a soberba sala em que ella foi collocada em 1794, e a elles se deve tambem a collocação do pára-raios no edificio, sendo esse trabalho dirigido pelo conego D. Joaquim d'Assumpção Velho, em 1787. Desde 1731 até 1780 tinham caido no edificio 5 raios, alguns dos quaes causaram estragos importantes. O 1.º em 1731, caiu junto á torre do sul; o 2.º em 1740, na mesma torre, na occasião em que tocavam os sinos, para afastarem a trovoada imminente sobre a villa, segundo o antigo costume popular, que só com grande custo os conegos tiraram á gente de Mafra; o 3.º caiu em 1765 no zimborio, produzindo grandes destroços; o 4.º caiu na torre do lado norte, quando dois homens mais turbulentos, fazendo-se cabeças de uma especie de motim popular, originado pela prohibição de se tocarem os sinos em occasião de trovoada, tinham subido á torre e começavam a fazer badalar o sino chamado de Santa Barbara; e o 5.º em 1786, quando se tocaram os sinos para a festa de S. José, caindo na torre do sul duas faiscas que passaram á egreja, causando grande susto nos conegos, que estavam officiando na capella-mór. Em fevereiro de 1792 voltaram os conegos de Santo Agostinho para o seu antigo convento de S. Vicente de Fóra, e assim acabou o collegio instituido em 1772. Os arrabidos tornaram então para o convento, e nada de notavel se passou até que o principe regente se retirou quasi completamente da capital, indo viver para o palacio de Mafra, e foi ali que se reuniram os importantes conselhos para tratar dos gravissimos negocios de Estado. Depois da retirada da familia real para o Brazil em 1807, os francezes logo que entraram em Lisboa, destacaram para Mafra forças importantes que, em grande parte, estiveram aquarteladas no convento até ás vesperas da convenção de Cintra, que obrigou os soldados de Junot a embarcarem para França. Durante a guerra peninsular aproveitou-se o edificio para n'elle se estabelecer um deposito de recrutas. Em 1833 tornaram os conegos de Santo Agostinho a occupar o convento, conservando-se até á extincção das ordens religiosas em 1834. No anno de 1849 foi o edificio aproveitado para o Collegio militar, e ali esteve até 1858 em que se transferiu para a Luz; em 1870 novamente foi para Mafra, demorando-se então pouco tempo, vol-

tando outra vez para a Luz. No edificio tambem esteve o Asylo dos filhos dos soldados, e outros institutos, já citados.

Mafra *(Descripção da egreja da basilica de)*. O edificio tem a fórma d'um rectangulo, occupa uma area de 4:000 metros quadrados, e a sua face principal é voltada ao poente, e mede 220 metros. Compõe-se essa face da fachada do templo ornada por duas torres, entre as quaes medeia o espaço de 42 metros, e do palacio, que prolongando-se aos lados das torres, é terminado pelos torreões que ficam nos extremos da linha. A fachada do templo é toda de calcáreo branco e está assente n'um plano de 3,m7 acima do sólo e para ali convergem tres escadarias lançadas da frente e dos dois lados; tem um soberbo perystillo formado pois seis columnas jonicas de 8,m8 de altura, que descançam em sócos proporcionaes á sua grandeza, dividindo os tres arcos magestosos que constituem o portico do vestibulo do templo. Por traz das columnas ha pilastras collocadas nas devidas distancias, e nos intercolumnios duas pequenas portas fechadas por grades de ferro de bom trabalho. Sobre as columnas, e assente em airosa misula, descança a varanda da casa chamada *de Benedictione*, d'onde se lançava a benção ao povo, a qual tem tres grandes janellas, coroadas por seus respectivos frontões e divididas por columnas compositas; entre os capiteis das columnas se vêem anjos e flôres de perfeito trabalho, e aos lados da janella do centro ha duas estatuas de marmore de Carrara, representando S. Domingos e S. Francisco. Sobre o entablamento e coroando toda a fachada da egreja, ergue-se o grande frontão de figura triangular, rematado por uma cruz de ferro assente em pedestal de marmore. E' o frontão todo guarnecido de modilhões e o fundo occupado por lindos festões e grinaldas, que circumdam o tympano, magnifica placa de jaspe de figura elliptica, onde se vê representado, em meio relevo, a Virgem e o Menino Jesus e Santo Antonio. Aos lados da cruz, erguem se sobre acrotèrios duas pyramides rematadas por fogaréos. As torres, que são de fórma pyramidal, e cuja altura é de 68 m. contada desde o sólo, embora se confundam com o corpo do edificio até ao terraço, pódem até ahi dividir-se em tres partes distinctas. A base tem um portico que dá passagem para os lados externos da egreja, a segunda porção, que se confunde com o atrio, tem um arco como os do vestibulo com balaustrada de marmore e guarnecida de pilastras jónicas, e ao lado dos dois arcos vêem-se as estatuas de marmore de Carrára de Santa Clara e Santa Izabel da Hungria, mettidas em nichos, sendo estes coroados por frontões triangulares, em cujo tympano ha uma cabeça de anjo. A terceira parte das torres, que fica no plano do palacio, tem uma janella com sacada entre duas columnas e pilastras de ordem composita, e sobre o entablamento da mesma ordem assenta o primeiro corpo da torre acima do terraço. N'este corpo, pertencente á ordem attica, estão os machinismos dos relogios e carrilhões, e apparece o mostrador, cujo circulo é guarnecido de festões e coroado por um frontão triangular. O segundo pavimento das torres, acima do terraço, é egualmente quadrado, guarnecido de columnas de ordem corinthia, e n'esse estão os sinos que fórmam o carrilhão. O outro corpo superior a este, e em que se vêem os sinos para o serviço da egreja, é quadrado, de ordem composita e os arcos divididos por columnas. Sobre a cimalha d'este corpo, levanta-se a cupola, que apresenta em cada uma das suas quatro faces uma abertura elliptica, e dos quatro angulos da cimalha levanta-se egual numero de pyramides rematadas em fogaréo. No interior de cada uma das cupolas estão os dois sinos maiores, e a torre acaba por uma esphera segura por um eixo de ferro, que a atravessa, e que entra na abobada. Antigamente havia sobre a esphera uma cruz. Em cada uma das torres ha 57 sinos de varias dimensões, sendo um grande para dar as horas, que pesa 12:000 kilos, outro para dar as meias horas e outro para os quartos, 48 que fórmam o carrilhão, e 6 para o serviço da egreja. D'estes 48 o maior pesa 10:000 kilos e o menor 30. A um d'estes sinos dava se-lhe o nome de *Graça*, por ser muito suave e mavioso o seu toque, e servia para tocar aos sermões e procissões de preces; dizem ser obra d'um portuguez chamado Pedro Palavra. Um dos sinos da torre do norte não é da primitiva, e foi refundido em 1824 pelo artista portuguez Antonio Manuel. Estes sinos dobravam todos juntos nas festas religiosas produzindo um effeito imponente, e ouvindo-se a 15 kilom. de distancia. No *Monumento de Mafra, descripção minuciosa d'este edificio*, por Joaquim da Conceição Gomes, vem uma longa e minuciosa noticia ácêrca dos carrilhões, assim como no vol. 8.º do *Gabinete historico*, de Fr. Claudio da Conceição, pag. 294 e seguintes. Os machinistas fôram Nicolau Levache e Guilherme Withloehx, e vieram assental-os, no que gastaram mais d'um anno, sendo muitos homens a trabalhar continuamente, e ganhando 3$200 réis por dia, além da despeza do transporte. Os dois carrilhões importaram, cada um, n'um milhão de cruzados, *(*réis 400:000$000*)*; fizeram-se em Anvers e Amsterdam. A primeira vez que tocaram foi no dia da sagração da egreja. Para tocar os sinos das torres estavam antigamente destinados 4 donatos, que tinham casa no interior das mesmas torres, feita á maneira d'um convento com seus cubiculos e oratorio onde faziam os seus exercicios espirituaes; mas em 1820 esse serviço estava a cargo de moços para isso escolhidos. Aos lados das torres da egreja se prolongam dois corpos de alvenaria, ornados de pilastras, com um pavimento terreo e dois pavimentos nobres encimados pelos mezzaninos, sobre que assenta o terraço guarnecido d'uma balaustrada de marmore. N'estes dois corpos contam-se 112 portas e janellas. No centro do pavimento terreo vêem-se as duas entradas principaes do palacio, adornadas de columnas doricas as quaes guarnecem as tres portas, que dão ingresso para o vestibulo, e havendo aos lados duas pilastras de 27 m., que fazem subir o terraço mais 1,m8, e no extremo das quaes estão collocados vasos de marmore, de fórma elegante. O segundo pavimento comprehende casas de serviço da egreja ou do palacio; o terceiro é o do palacio propriamente dito, e os mezzaninos dão certa nobreza a toda esta parte do edificio. Os torreões, que occupam os extremos da fachada, são dois enormes colossos de marmore, de figura quadrangular, tendo cada um dos lados da base 26 m., e terminados no terraço por uma varanda de balaustres, sobre a qual se eleva

uma cupola em fórma de corôa, com janellas de fórma elliptica. Em saguões 3,^{m}8 abaixo do solo assentam as bases dos torreões em talude de ordem toscana. O pavimento terreo é ainda da mesma ordem, o segundo é dorico, o terceiro da ordem composita, e no entablamento d'este descança a cimalha guarnecida de denticulos, na qual se apoiam as varandas d'onde se levantam as cupolas. Cada torreão conta 62 janellas, de fórmas differentes, sendo as do ultimo pavimento ornadas de frontões triangulares. As frentes norte e sul do edificio, com o comprimento total de 205 m., são formadas de duas partes, uma mais avançada, que tem 45 m. a contar dos torreões da fachada principal, e outra recolhida 7^{m},8, com a extensão de 160 m. e acabando n'um pequeno torreão de marmore, que serve para cobrir e illuminar por meio de janellas abertas nas suas faces lateraes as escadas, que do terraço communicam com o solo, tocando em todos os pavimentos. Cada uma d'essas frentes comprehende o pavimento terreo, tres pavimentos nobres e os mezzaninos, sendo 185 o numero das portas e janellas. Ao centro da parte mais recolhida eram as portarias do convento, e na do lado sul ha um magestoso portico de tres arcos que dá entrada para um soberbo vestibulo. Estas frentes são revestidas de pilastras de calcáreo branco até aos terraços, que são guarnecidos de platibandas de 1 m. d'altura, e junto das quaes corre um cano aberto no marmore para conduzir as aguas das chuvas e goteiras que são egualmente de marmore. Os terraços, ainda que variando n'alguns pontos, teem em geral a largura de 16 m. A frente léste é parallela á fachada principal com 203 m. de comprimento e 230 portas e janellas, e a meio d'ella ha um corpo saliente, sobre o qual parece que se devia collocar o escudo das armas reaes. O espaço interior do parallelogrammo é na maior parte occupado pelo convento propriamente dito, que contém o pavimento terreo e tres pavimentos nobres, sendo o ultimo como cadastro* das abobadas dos terraços, que são cobertura do convento e suas dependencias. No centro fica o jardim, que occupa uma área de 3.660 metros quadrados, e por ultimo o corpo crucifórme da egreja acaba de encher o espaço interior, fechado pelas quatro faces do edificio. Inteiramente separado d'este, é o templo, magestosa massa de marmore composta de um corpo central e de dois lateraes de inferior altura, os quaes se prolongam em volta d'aquelle. Sobre os dois corpos lateraes se apoia a elevação crucifórme por uma successão de pilares de cantaria que sustentam a cimalha, e sobre esta fica a platibanda do terraço, formada d'uma balaustrada de 1 m. d'altura. A superficie do terraço é convexa, para mais facil escoamento das aguas pluviaes; grandes janellas abertas entre os pilares dão luz ao recinto do templo e quatro escadas em hélice dão serventia da egreja para o terraço. Sobre este se levanta o zimborio, que se póde considerar dividido em quatro corpos distinctos. O 1.° é a base, o 2.° o corpo propriamente dito do zimborio, de figura octogonal, tendo em cada face uma janella ornada de flôres em alto relevo, com uma grinalda no arco, e coroada por um frontão, cujo tympano é occupado por uma cabeça de anjo. Este corpo é guarnecido por 16 columnas corinthias, de marmore, as quaes sustentam o entablamento, onde se apoia a cupola, que fórma o 3.° corpo, terminado por uma varanda de grades de bronze, á qual se sóbe do terraço por uma escada de 98 degraus. D'esta varanda se descobre um vastissimo panorama. O convexo da abobada é cingido por 8 faxas, entre as quaes ficam 16 janellas circulares em duas ordens. Sobre a varanda eleva-se o lanternim, que fórma o 4.° corpo, de figura octogonal, e por fim o ultimo ou cupola, cujo remate, formado de uma só pedra, sustenta uma esphera de bronze, apoiada n'uma peanha do mesmo metal, e encimada por uma cruz tambem de bronze. A egreja é a peça mais recommendavel do monumento de Mafra. Ao transpôr os humbraes do magestoso santuario, resplandece de todas as partes um complexo de bellezas, formando nas suas manifestações multiplices, como que a visão de um mundo superior. Por toda a parte, desde o solo até ás abobadas, brilham os mais bellos marmores, os mais graciosos mosaicos animados pelo cinzel de habeis artistas. A grande nave central ornada de pilastras compositas e canneladas, as duas naves lateraes, cujas capellas se communicam pelos seus altivos porticos de marmore preto, preciosamente polidos, o cruzeiro, cujos arcos, guarnecidos de lindos florões, sustentam a cimalha onde se apoia o zimborio, os seus orgãos colossaes com seus formosos ornatos de metal, as cancellas e os candelabros do melhor gosto artistico, os magnificos retabulos de fino calcáreo, as estatuas de marmore de Carrara, tudo é coroado pela magestosa cupola do zimborio, peça que por si só constitue um monumento admiravel. Por toda a parte se nota a fecundidade de imaginação, a delicadeza das molduras e dos ornatos, a belleza das folhagens, das flôres, das rendas, dos metaes e da prodigalidade da esculptura nos altos relevos, cujos detalhes são expressos com a maior felicidade e precisão, e onde as figuras parecem respirar, tal é a fidelidade com que traduzem os sentimentos que lhes quizeram fazer exprimir. O vestibulo tem 28 m. por 7, e é fechado por grandiosas portas de ferro, collocadas nos soberbos arcos que fórmam o portico. Nas extremidades ha dois arcos eguaes e similhantes aos da fachada, os quaes communicam com o vão das torres, nas suas bases. O pavimento é em xadrez, e a abobada apainelada de marmores de variadas côres; 14 nichos abertos nas faces lateraes, encerram outras tantas estatuas de marmore de Carrara, de grandes dimensões, devendo notar-se a de S. Vicente e de S. Sebastião. Todas as outras representam heroes do Christianismo ou fundadores de ordens religiosas, e entre estas é digna de se especialisar a de S. Bruno. Fôram todas feitas em Italia. Tres portas no centro do vestibulo dão ingresso na egreja, sendo a principal ornada de duas columnas compositas canneladas. Sobre essa porta ha um frontão, cujo tympano, de primoroso trabalho, é uma lamina circular de jaspe, representando em baixo relevo a Virgem, o Menino Jesus e Santo Antonio. As portas lateraes são menores, guarnecidas egualmente de lindos festões de marmore. A egreja tem a fórma d'uma cruz latina. A nave principal de 33,^{m}5 de comprimento e 12 de largura, fórma o pé da cruz; o cruzeiro, cuja extensão é de 46,^{m}3, fórma os braços; e a capella-mór, de 16,^{m}3, completa o rema-

te da cruz. Da porta da entrada ao fundo da capella-mór, ha 63 m.; a linha vertical tirada do eixo da abobada tem 21,m5, e no centro do cruzeiro eleva-se o zimborio. A parte crucifórme, constituida pela nave, cruzeiro e capella-mór, fica totalmente separada do resto do edificio, e recebe por todos os lados a luz conveniente. A nave principal tem nas suas faces 8 janellas sobre a cobertura das naves onde estão as capellas lateraes, que abrem grandes arcos sobre a nave do centro. Uma balaustrada de marmore fecha, junto ao plano, o espaço dos arcos. No topo d'ella e sobre a porta principal, ha um quadro de marmore, no qual, em baixo relevo, estão esculpidos os paramentos necessarios para um pontifical, sendo notavel a perfeição com que, em pequeno espaço, se vêem representados com inexcedivel perfeição, tantos e tão variados objectos. Aos lados estão as estatuas da *Fé* e da *Religião*, sobre ellas tres tribunas para a familia real, e coroando tudo uma janella ornada de festões. Toda a grande nave é guarnecida lateralmente de pilastras canneladas, de calcáreo branco, e de ordem composita, apoiadas em sócos de marmore côr de rosa com veios brancos, e que sustentam o entablamento sobre o qual se apoiam os arcos que fórmam a abobada, que é cylindrica, tendo o friso revestido de marmore côr de rosa e a cimalha guarnecida de denticulos. Duas naves lateraes, parallelas á nave central, reforçam a elevação crucifórme e, prolongando-se além do cruzeiro, fórmam aos lados da capella-mór duas capellas collateraes. Cada uma d'essas naves tem tres capellas separadas e que communicam entre si por soberbos porticos de marmore preto polido, com ornatos de varias côres. Os porticos, além de muito ricos festões, apresentam no sobre-arco e em cada uma das faces um semi-circulo com um baixo relevo de marmore de Carrara, allusivo a certas passagens da Escriptura. Cada capella tem um altar com um bello retabulo e 4 estatuas de marmore de Carrara, mettidas em nichos abertos nos angulos. As estatuas representam os doutores, apostolos, evangelistas, etc., e fôram feitas por artistas italianos. Dois castiçaes e uma cruz de bronze, uma lampada suspensa da abobada e 2 tocheiros do mesmo metal, completam o adorno de cada altar. Cada uma das capellas tem 8,m8 por 6,m8; os retabulos, de calcáreo branco finissimo, entre duas columnas de marmore côr de rosa; sobre o retabulo ha uma janella semi-circular e as capellas terminam junto ao cruzeiro por uma especie de vestibulo, que tem nos 4 angulos outras tantas estatuas de marmore. O retabulo da 1.ª capella da nave lateral direita, denominada das *Virgens*, apresenta em meio e alto relevo um grupo de figuras, entre as quaes sobresaem, com admiravel expressão, Santa Izabel, rainha de Portugal, Santa Izabel, rainha da Hungria, e Santa Clara. A 2.ª capella, denominada dos *Confessores*, apresenta no retabulo S. Luiz, rei de França, Santo Ivo, S. Bernardino e outros. A cabeça e as roupas da imagem de S. Bernardino, especialmente, são d'um trabalho maravilhoso. Na 3.ª capella, chamada dos *Martyres*, o quadro representa um grupo d'esses heroes do Christianismo, e na parte superior vê-se a Virgem com o Menino Jesus, cercada de anjos que seguram açafates de flôres, corôas e palmas. A 1.ª capella da nave lateral esquerda, é a do *Santo Christo*; o retabulo apresenta em baixo relevo Christo crucificado e junto da cruz a Virgem, S. João e as tres Marias. Na 2.ª capella, dos *Bispos*, o quadro é composto de uns grupos d'esses prelados, e na parte superior vê-se a Virgem e o Menino Jesus, e ao lado muitos anjos sustentando as insignias episcopaes, sendo muito notavel a perfeição com que se acham reproduzidas na pedra as rendas e os arminhos. Na 3.ª capella, do *Rosario*, o quadro representa a Virgem, dando o rosario a S. Domingos, vendo-se ao lado S. Francisco e varios anjos, um dos quaes offerece á Senhora um açafate de flôres. O cruzeiro é formado por 4 magestosos arcos, cujas voltas são guarnecidas de lindos florões em alto relevo e que sustentam a cimalha, apoiada sobre grande quantidade de misulas, onde assenta o corpo do zimborio. A cimalha é circular. Tem duas capellas, sendo a do lado direito chamada da *Coroação*, e a do lado esquerdo da *Sacra Familia*. Aquella é fechada por uma grade de ferro com ornatos de bronze, e sobre a qual ha 8 tocheiros de um gosto artistico egual ao das grades. O retabulo d'este altar representa a Coroação da Virgem, e acha-se collocado entre duas columnas compositas de grés mosqueado e encaixilhado em marmore preto. Ante o altar vê-se um grande e bello candelabro, com 7 lampadas de bronze, as quaes pendem da bocca de 7 serpentes entrelaçadas n'uma ramagem de ferro guarnecida de muitos ornatos. Aos lados do supedaneo, ha duas portas e sobre ellas duas tribunas com docel para as pessoas reaes. Na outra capella, da *Sacra Familia*, o retabulo tem na parte superior a 1.ª e 3.ª pessoas da SS. Trindade entre nuvens que os anjos pretendem afastar, e em baixo está a Virgem segurando o Filho, S. José, S. Joaquim e Sant'Anna, que apresenta S. João a Jesus. E' fechada por uma balaustrada de marmore de côr, apoiada em base de calcáreo branco, o candelabro é de 3 lampadas, e aos lados do supedaneo ha tambem duas portas, e sobre estas, duas tribunas de sacada. No cruzeiro ainda se notam 4 orgãos, que estão ali collocados. A capella-mór tem 16,m3 por 12m; era antigamente fechada por uma grade egual á da capella da *Coroação*, mas essa peça foi tirada em 1868 e substituida por uma balaustrada de marmore. A antiga grade existe no museu do Carmo. O altar-mór é ornado por um quadro devido ao pincel de Trevisani, e no qual está representada a Virgem entregando o Menino Jesus a Santo Antonio. O caixilho do quadro é de marmore preto com um filete de metal; sobre o frontão que o cobre, ergue-se um crucifixo de jaspe, tendo aos lados dois anjos em adoração. Um candelabro egual ao da capella da *Coroação* está pendente ante o altar-mór, que é adornado com um crucifixo e 6 castiçaes de bronze. Aos lados da capella-mór ha duas capellas de 14 m. por 7, sendo a da direita de *S. Pedro d'Alcantara* e a da esquerda da *Conceição*. O altar da primeira é adornado com um quadro de pintura, em que se vê representado o santo que dá o nome á capella, com duas columnas compositas de marmore côr de rosa, crucifixo, castiçaes e 2 tocheiros de bronze. As paredes são decoradas por almofadas de marmore preto e por pilastras jonicas, um quadro da *Ceia*, pintura da escola romana, e 4 primorosas estatuas dos anjos:

S. Miguel, S. Raphael, S. Gabriel e o Custodio do Reino. A outra capella collateral da capella-mór, ou da *Conceição*, tem um retabulo, obra do cinzel de artistas portuguezes, no qual se vê representada a Virgem, tendo Jesus nos braços; sob os pés da Virgem está uma serpente, na bocca da qual entra o extremo d'uma cruz que o Menino segura nas mãos. Ao lado ha um excellente baixo relevo da Annunciação, e na capella vêem-se ainda 4 estatuas de Sant'Anna, S. Joaquim, S. José e S. João Baptista. Além dos 4 orgãos que existem no cruzeiro, ha mais 2 na capella-mór, sendo ao todo 6, que D. João V mandou fazer; eram porém de madeira ordinaria, tão feios na apparencia e tão faltos de belleza e de ornatos artisticos, que é muito de suppôr que só interinamente os acceitasse aquelle monarcha; mas a substituição afinal só veiu a realisar-se por ordem de D. João VI, que mandou construir por Antonio Xavier Machado e Joaquim Peres Fontanes os 6 orgãos que existem hoje. Toda a madeira, que n'elles se empregou, é de vinhatico, bem acabada e polida, e com muito luxo de ornamentação metallica, especialmente nos dois orgãos da capella-mór: estes ornatos são todos dourados e compostos de grandes folhagens, festões, laçarias e arabescos muito variados; sobre a caixa vêem-se emblemas de musica e varios instrumentos agrupados com muita arte. As caixas e todo o trabalho de samblagem fôram feitos em Lisboa, onde se montou uma officina, importando as obras ali executadas em 10:000$000 réis, e as despezas feitas em Mafra na importancia de 20:000$000 réis Os trabalhos começaram em agosto de 1792 e terminaram em dezembro de 1807. No entretanto, os orgãos já tocaram em junho d'esse anno. Os orgãos da capella-mór são os mais sumptuosos, e erguem-se sobre duas varandas de sacada, construidas de boa madeira do Brazil, com bonitos balaustres, e grande ornamentação de talha dourada. Fôram restaurados em 1875. No *Boletim da Associação dos Architectos*, ácêrca do edificio de Mafra, em 1822, vem uma descripção minuciosa dos 6 orgãos. A sacristia communica com a egreja por um corredor que vae dar á capella da *Conceição*, o qual tem as paredes guarnecidas d'um apainelado de marmores de differentes côres, tendo o chão egualmente formado d'um bello xadrez; em cada face ha 4 janellas que illuminam esta passagem. A sacristia, de 25,m2 por 9,m3, tem as paredes e o pavimento forrados de variadissimos marmores, e a abobada apainelada de estuque. No topo ha uma capella, cujo retabulo é um quadro de Ignacio de Oliveira Bernardes, representaudo S. Francisco recebendo as chagas; duas columnas compositas sustentando um bello frontão adornam o altar, em que se encontram trabalhos magnificos em marmores de extrema variedade, e cujo frontal de mosaico é o unico d'este genero que existe em toda a egreja. A sacristia, guarnecida lateralmente por pilastras jónicas de calcáreo branco, é muito clara, porque tem 24 janellas nas duas paredes lateraes. Vêem-se ahi 4 grandes caixões de mogno, com muito bom trabalho de talha, para guardar paramentos e alfaias, e cada um d'elles tem 20 gavetas, com seus ornatos e fechos de metal. Contigua á sacristia fica a casa do lavatorio, que tem ao centro uma bella mesa de marmore côr de rosa; sobre ella, suspenso do tecto, um candieiro de metal de 4 lumes, aos lados 4 formosas urnas de marmore, ornadas de grinaldas, festões e diversos lavôres, tendo cada uma d'ellas 6 torneiras de bronze para fornecerem a agua precisa. Junto d'essa casa existe uma capella denominada das *Graças*, onde os frades iam orar depois de celebrarem a missa; guardam-se ali os modelos dos retabulos e estatuas que adornam o templo. Ao lado da capella ha uma escada que conduz á *Casa da Fazenda*; mas antes de chegar a esta encontra-se outra chamada da *Areação*, sendo digna de notar-se a arrojada construcção d'uma escada de marmore, que partindo d'essa casa, vae findar junto da abobada, e dá serventia para diversas arrecadações. No grande deposito denominado *Casa da Fazenda*, estão guardadas muitas preciosidades artisticas, que fórmam um verdadeiro museu. Muitas d'estas preciosidades figuraram em 1882 na exposição da arte ornamental realisada no palacio das Janellas Verdes. Conceição Gomes descreveu minuciosamente aquelle riquissimo museu, n'um artigo publicado em 1882 no referido *Boletim da Real Associação dos Architectos*.

Mafra *(Descripção do convento da basilica da)*. A parte do edificio que constitue o convento, propriamente dito, acha-se contida no recinto do palacio, e está situada na parte posterior da egreja, com a qual communica por passagens subterraneas ou pelas sacristias. Tem a fórma quadrada, com 4 faces exteriores e 4 pavimentos, que eram os dormitorios, onde estão as cellas dos monges; occupa metade da area do edificio, e é coberta por um vasto terraço inferior á altura do pavimento do palacio. No centro ha um jardim. A entrada principal, *portaria mór*, é na face sul do edificio. Tres portas coroadas com seus frontões e fechadas com cancellas de ferro, elevando se do solo sobre 4 degraus de pedra, dão accesso ao vestibulo; bancos de marmore guarnecem lateralmente esta casa, cujo pavimento é xadrezado. Uma porta em frente da do centro do vestibulo dá passagem, por um amplo corredor, para o famoso salão, *Casa de entrada da portaria-mór*, e cuja apparencia é tão nobre como magestosa. A projecção horisontal d'esta casa é de 19 m. por 9; o chão apresenta um variado xadrez de marmores, e a abobada é lisa e descança sobre uma cimalha, ornada de molduras e filetes, que circumdam superiormente a casa. Dois grandes quadros da escola romana, encaixilhados em molduras de marmore escuro, occupam os dois topos da sala; um dos quadros, obra do pintor portuguez Ignacio de Oliveira Bernardes, representa a Virgem, o Menino Jesus e Santo Antonio; é uma imitação do quadro da capella-mór da egreja. O outro é de primorosa execução, trabalho de Pedro Bianchi. Na parte superior vê-se Christo com o braço erguido, empunhando um feixe de raios, que pretende lançar sobre a terra; ao centro apparece a Virgem, segurando-lhe o braço, querendo suspender o castigo; no plano inferior estão os dois patriarchas S. Domingos e S. Francisco de joelhos resando. Em torno da casa ha uma bancada de madeira do Brazil. Por meio d'uma porta em frente da de entrada, e como esta ornada d'uma lamina de marmore preto, ornada de festões, es-

tabelece-se a communicação com a escadaria principal do convento, peça magestosa e célebre pela sua construcção. E' composta de duas series de degraus de marmore, divididos em 4 lanços, os quaes, partindo do solo em sentidos oppostos, e encontrando-se em todos os patamares, fórmam nos pontos de reunião vastos taboleiros, cujo peso é sustentado por fortes pilares de pedra de 4 m. de altura. Uma graciosa balaustrada de calcáreo guarnece, sem interrupção, as duas escadas e os patamares, onde se abrem grandes janellas, que, com as suas soberbas lanternas envidraçadas e collocadas sobre o terraço, derramam abundante luz em todo este corpo. Concorrem a esta escada todos os dormitorios, extensos corredores de 170 m., onde existem as cellas ou quartos de fórma quadrada, com 5 m. por lado. N'estes vastos corredores, que teem o cunho de clausura, não ha casas ou objectos d'arte, que mereçam menção especial. Além da *portaria-mór* tem o convento outras entradas, como são a do carro, a egreja, as portas do palacio, e os portões que estão debaixo das torres, indo todas dar ao corredor das aulas. As torres da basilica teem, no seu pavimento, cada uma seu portão, por onde sem impedimento póde entrar todo o genero de carruagens, a circular egreja, por um terreiro sufficiente, que a divide do convento e do palacio, e só sobre pilares e arcos se vê o corredor, que a communica com a sacristia d'uma parte, e da outra com as enfermarias. D'este terreiro se entra por uma magestosa porta para o corredor das aulas, sobre o qual se vê uma dilatada varanda com seus balaustres, e por cima na parede do convento tres ordens de janellas. Entrando pelas portas do palacio para este corredor, pela parte de sul, acha-se logo um magestoso claustro, rodeado de columnas, em que se sustenta uma abobada, e sobre ella se vê uma varanda com grade de perfeitos balaustres, que circula todo o claustro. Defronte da entrada vêem-se as janellas da sacristia; da parte do sul e do poente as janellas das galerias do palacio, que por muitas e magestosas fazem uma admiravel perspectiva. Quem entrar pelas portas da parte do norte acha-se logo n'outro claustro similhante ao primeiro, e defronte se offerece á vista a capella do *Campo Santo*, assim chamada, porque n'este claustro se sepultavam os frades, e ali se depositavam os defuntos emquanto se celebrávam as exequias. Esta capella é imponente, e nos seus adornos muito propria para o fim a que era destinada. As suas dimensões são de 25,^{m}5 por 10,^{m}8. Duas famosas columnas compositas de marmore preto, tendo as bases e capiteis de marmore amarello, apoiadas sobre pedestaes, adornam o altar, formado d'uma só pedra, e cujo retabulo de pintura é encaixilhado em mica preta e coroado por um frontão denticulado, tendo no tympano duas cabeças de anjos. O quadro é obra de Pedro Quillard e representa a *Ceia*. Ao lado do altar e da parte da Epistola, vê-se uma campa rasa com uma pequena inscripção. O pavimento d'esta capella apresenta um xadrezado de marmores amarello e preto, e a abobada é apainelada de estuque; nos dois topos da casa ha duas grandes tribunas de calcáreo branco, apoiadas sobre misulas de um estylo severo e pesado. Da parte de fóra da capella estão as campas sepulchraes. Não foi este o jazigo primitivo; esse fôra instituido por debaixo da *Galilé* em catacumbas humildes, que serviram até ao tempo em que os conegos regrantes occupavam o convento. Estes, ou porque as considerassem demasiadamente pobres, ou para que os seus restos mortaes se não confundissem com os dos franciscanos, não as aproveitaram. Cada um d'estes claustros tem dois corredores fechados com magnificas portas, que vão sair ao corredor das aulas, e d'elles usava a communidade quando fazia procissões publicas ao redor da egreja. O corredor das aulas era assim chamado por estarem ali estabelecidas as escolas publicas do convento. E' notavel pela sua extensão de 187 m., com 5 de largura. Nos dois pontos extremos, norte e sul, tem duas portas com dois oculos guarnecidos de grades de ferro e vidraças, para o serviço externo. Vêem-se ali nobilissimas janellas pyramidaes, em numero de 24, que fecham de arco, e são ornadas de grades de ferro por fóra, e vidraças. A abobada é perfeitamente acabada e o pavimento xadrezado. No meio d'este corredor está a portaria para a clausura: da parte do norte, encostadas a este corredor, as casas do Refeitorio, da *De profundis* e do Lavatroio das mãos: da parte do sul ficam as aulas, que tinham esta denominação: 1.ª de Logica, 2.ª de Physica, 3.ª de Moral, a 4.ª a Casa dos Actos, 5.ª de Metaphysica, 6.ª que fica dentro do corredor que atravessa para a parte do poente, de Theologia; 7.ª, contigua a esta, de Grammatica Latina. As casas d'estas aulas são quadradas, em cada uma d'ellas se via uma tribuna de madeira portatil, onde el-rei se occultava, para assistir ás lições, quando estava em Mafra. A Casa dos Actos é magestosa. A projecção horizontal é de 25 m. por 9,^{m}4. Nas duas faces lateraes ha duas balaustradas de calcáreo branco, guarnecendo duas bancadas, que se elevam do plano por tres degraus. Eram os chamados *Doutoraes*. Nos da parte direita assentavam-se os arguentes, e nos da esquerda o regente dos estudos e os mestres. No topo da sala estava a cadeira do mestre, sobre a qual se via uma lamina de fino marmore encimada por uma folhagem composta de marmores de diversas côres, tendo em letras embutidas a seguinte inscripção:

JOANNES V MAFRENSEM ACADEMIAM
ERIGENS
DOMUM HANC SAPIENTIAE
DICAVIT
SAPIENTIA GRATA HANC SIBI SEDEM
ELIGENS
EX EA ACADEMIAM
REXIT
JOSEPHUS I UTRAMQUE NIMIUM
DILIGENS
SAPIENTIAE LEGIBUS ACADEMIAM
FIRMANIT
ACADEMIA GRATA PERPETUUM MONUMENTUM
SELIGENS
HUNC BIS LAPIDEM IN TITULUM
EREXIT
ANNO MDCCLII

Em frente ha um famoso quadro da escola romana, com 6 m. de altura, circumdado por uma moldura de marmore preto. O quadro representa a Virgem em pé, sustentando nos braços o

Menino Jesus, o qual segura com ambas as mãos uma cruz de comprida haste, cuja extremidade mette na bocca da serpente que está debaixo dos pés da Virgem. Na parte superior vê-se o Padre Eterno n'uma nuvem cercado de anjos; na parte inferior estão dois anjos em ponto grande, de cada lado da Virgem. Este quadro, obra do cavalleiro Sebastião Conca, tem admiravel transparencia de colorido. Esta sala é perfeitamente illuminada por tres janellas, que lhe ficam no topo; sobre a porta de entrada e na parede fronteira, ha duas tribunas; o pavimento á xadrezado de marmores de diversas côres, e uma cimalha guarnece superiormente a casa, cuja abobada é apainelada de estuque. Entrando para a clausura pela porta que fica no corredor das aulas, encontra-se uma casa oitavada, notavel no seu artificio. Da parte sul tem uma nobre escada. que em lanços uns sobre outros, vae subindo até ao ultimo dormitorio, dando a cada um d'elles serventia por portas francas. Do pé d'esta escada desce outra para um caminho subterraneo, por onde o noviciado se servia para o coro, e logo junto a esta escada, n'um pequeno pateo está uma fonte de excellente agua, que el-rei mandara para ali conduzir para mais commodidade dos religiosos. D'esta casa da portaria para a parte do norte se segue logo a casa do lavatorio das mãos, tambem de fórma oitavada. E' rodeada de bellos arcos, tendo debaixo d'elles 4 lavatorios de marmore de engraçada figura; é uma grande bacia sobre um bem lavrado pilar, e sobre a bacia uma formosa urna dividida em dois corpos symetricos. Por canos occultos de repuxo recebem em si a agua por 6 torneiras de bronze. D'esta casa se passa para a chamada *De profundis*, por se resar ali este psalmo antes da entrada no refeitorio. Tem 25,m5 por 9,m5. N'esta casa se vêem tres ordens de janellas magestosas, que são 20, e fingidas 25. Nos quatro cantos admiram-se quatro magnificos porticos, dando dois para o corredor das aulas e dois para o interior do convento. Sobre os assentos de pau do Brazil tem um espaldar de marmore vermelho lustroso, e no ar se vêem suspensos em cadeias de ferro tres candieiros de bronze de quatro lumes. Segue-se o Refeitorio, que é uma casa imponente mas sombria. A sua projecção horizontal fórma um rectangulo de 48,m8 por 9,m5. Pelo centro e encostadas ás faces lateraes ha, em toda a extensão da casa, 36 mesas de madeira do Brazil, e apoiadas em pilares de calcáreo branco. Na cabeceira da casa vê se um grande quadro de pintura representando a *Ceia* de Christo. Suspensos da abobada estão 9 lampeões de metal, que se accendiam durante as refeições da noite. Nos dois lados, e sobre as portas que dão serviço para o do corredor e para as cozinhas, ha dois pulpitos, onde dois religiosos liam algumas passagens do Evangelho, em quanto a communidade se conservava á mesa. Da portaria passa-se tambem a um largo corredor, já dormitorio de frades, o qual se divide em tres corpos, sendo o do meio um lanço do quadro dos dormitorios, que tem porta para o jardim. No corpo d'este corredor, da parte do Sul, está uma capella, cuja abobada é cavada. N'ella se vê um sacrario com o Santissimo Sacramento. Na primitiva n'esta capella havia 7 altares adornados de seus doceis, com uma perfeita sacristia, tendo todos os paramentos necessarios. No alto tem dois coretos com balaustres brancos, que correspondem aos 2.º e 3.º dormitorios, onde os religiosos iam a toda a hora resar. No fim do outro corpo d'este corredor, que está da parte do norte, fica a cozinha. A sua projecção horizontal é de 21,m8 por 10,m5. As paredes são vestidas de azulejo branco. Nos dois topos da casa ha duas grandes chaminés, com um fogão de especial artificio em que não apparece o fogo, e por este motivo tem engenhos para tirar os caldeirões do fogo. Encostada á parede se via uma grande pia de marmore, e n'ella mesmo abertos grandes alguidares de pedra em que se lavava a louça com torneiras de agua perenne trazida ali por canos occultos, que só deixa de correr, quando se fecham as torneiras. Ao centro da casa estão quatro mesas de marmore. Contiguas á cozinha e como seus accessorios havia diversas casas, como a da lavagem de hortaliças e de peixe, com 7 alguidares de pedra e numero egual de torneiras, e ao centro da casa tambem uma mesa de pedra; a pastelaria com tres grandes mesas e pias de pedra e dois fornos; a casa do azeite com duas grandes pias, o lavatorio dos habitos com 18 alguidares de pedra, e egual numero de torneiras. Nos intervallos d'estas casas ha diversos e espaçosos corredores, com facil communicação para conveniencia dos serviços. De diversos pontos partem escadas, que vão tocar nos pavimentos superiores, dando algumas d'ellas saida para os terraços. Vindo da portaria, tornando ao corredor em que se falou, e tomando pela parte do norte, logo no principio encontra-se uma escada, que sóbe desde o pavimento em lanços uns sobre outros até ao Noviciado, dando serventia aos dormitorios, por onde vae passando por portas francas. Immediata á aula da Grammatica vê-se a Casa do Capitulo, que apezar de ser despida totalmente de ornatos, é notavel pela sua figura elliptica, cujo eixo maior mede 25,m5 e o menor 8 m. A projecção vertical, tomada do centro da abobada, é de 14 m. Tem 28 grandes janellas, perfeitamente distribuidas, entre pilares, que estão collocados sobre um pedestal. Estas janellas são de diversas figuras, umas ovadas, outras oitavadas, outras mais altas que largas, e outras d'uma grande magestade tanto pela altura como pelo artificio. A abobada é de fórma ovada, formando uma cupola, que se firma em varios arcos, que teem o seu principio na cimalha real, e no prumo dos pilares, que estão entre as janellas. A cupola é de estuque, dividida em engraçados paineis. O pavimento apresenta um bello xadrez de mosaico O portico, por onde se entra para esta casa, é nobilissimo e de um singular artificio, formando sobre as suas humbreiras umas misulas primorosamente lavradas; e o seu frontispicio é composto de varios ornatos de maravilhosa talha. Sobre o portico se vê uma magestosa tribuna com sacada de balaustres. Defronte, no topo da casa, está um retabulo com uma tabella de marmore vermelho por modo de painel, de admiravel desenho, e por baixo disposição para se erigir um altar, sendo preciso, o que se realisava nas funcções capitulares. As enfermarias ficam da parte do norte, e tem a sua serventia ordinaria por uma espaçosa escada, que principia debaixo d'um arco de admiravel artificio, adornado em duas faces de varias e visto-

sas flôres; as paredes são revestidas de paineis, e tabellas de marmores brancos, vermelhos e azues lustrosos, e a abobada de estuque repartida em engraçados paineis. Sobre o arco se vê uma varanda de balaustres, que deita para a escada. Da parte sul está outra escada em correspondencia d'esta, e em tudo similhante, por onde se sóbe d'este corredor para a sacristia da egreja. Depois sóbe-se por outra para um corredor, com janellas de varanda de ferro, que deitam para um pateo, e entra-se na enfermaria dos doentes, cercada de beliches. No topo da casa está um altar para se dizer missa aos doentes. O painel d'este altar tem moldura de marmore preto crystalino e representa Nossa Senhora com o Menino Jesus nos braços, e ao lado S. José, com muitos anjos. Aos lados sobre vistosos pedestaes se vêem duas columnas de marmore vermelho, com bases e capiteis da obra composita. O arco que cobre o altar está vestido de laminas de marmore branco fendidas, n'um desenho singular, muito polido, que embutidas em campo vermelho, parece mais obra de pincel, que artificio de pedra. Em cima do arco tem um remate de primoroso desenho, e dos lados duas pequenas sacristias, com magnificas portas, onde se guardam os paramentos que servem para a missa. Na enfermaria ha 7 soberbos porticos com bons ornatos sobre as suas architraves; 2 ficam juntos ao altar, dando um serventia a um corredor que fica da parte do norte, onde estavam leitos para noviços, cellas dos enfermeiros, cozinha, dispensa, e outras casas mais precisas para este ministerio, e outro defronte para correspondente d'este; 2 no meio da enfermaria, um que dá serventia para a convalescença, e o que fica defronte para o mesmo corredor. Os ultimos 3 que ficam no fim da enfermaria, é por onde entrava o viatico para os doentes, o do meio dá serventia para casas por baixo, e o terceiro é correspondente do primeiro. A enfermaria dos convalescentes é egual a esta; no seu painel vê-se a pintura da Conceição, com as duas columnas aos lados. Tem 10 janellas com luz, e 26 fingidas. O convento tinha uma grande cêrca murada, que se compunha de varias arvores silvestres e fructiferas, divididas em muitas e espaçosas ruas vestidas de buxo. N'esta cêrca ha um jardim, onde se vêem 26 figuras, e 2 carrancas nas bacias das cascatas; 2 lagos que deitam agua. Faz segundo taboleiro para onde se sóbe por 3 escadas, e tem á roda 27 assentos. Dentro da quadra dos dormitorios se admira um bonito jardim, que tem uma área de 1:860 m. quadrados. Tem 8 ruas cuidadosamente traçadas, convergindo ao ponto central, constituindo outras tantas divisões ou canteiros de bonito desenho, ornados de buxo. Ao centro ha um lago de marmore, vendo se aos lados 4 conchas, tambem de marmore, e um grande numero de vasos symetricamente collocados. Muitos bancos de pedra circumdam o jardim, sobre o qual abrem 216 janellas dos 4 pavimentos, correspondendo 207 a egual numero de cellas, e 39 á bibliotheca. Quatro portas praticadas nas 4 faces lateraes estabelecem a communicação entre o jardim e o convento. O edificio, destinado ha muitos annos a serviços completamento oppostos para que fôra construido, tem soffrido numerosas alterações na sua disposição interna para apropriação conveniente de muitas das suas casas. A caserna, o Collegio Militar, o deposito geral de recrutas, as escolas de tiro e complementar, e o Asylo dos Filhos dos Soldados, cada um d'estes estabelecimentos fez modificações a seu modo. Algumas escadas fôram cortadas e interceptadas assim diversas communicações. No pavimento terreo, uma capella denominada dos *Martyres*, por causa d'um quadro que a adornava, foi applicada para refeitorio do Collegio Militar; a sala dos actos destinou se para o tribunal de justiça; o corredor das aulas está interrompido por um tapume; na casa *De profundis* armou-se um theatro; as cozinhas e seus accessorios soffreram bastantes alterações, porém da cozinha grande se serve a Casa Real, etc.

Mafra *(Palacio e bibliotheca de)*. A fachada ou frontaria do palacio prolonga-se desde as torres da egreja d'uma e d'outra parte, até terminar n'um soberbo torreão, sendo o do lado do sul destinado a el-rei, e da parte norte á rainha. Ambos são em tudo similhantes, tanto no interior como no exterior. A fachada tem tres ordens de magestosas janellas, que na correnteza fazem correspondencia ás do frontispicio da egreja. Cada ordem d'estas janellas tem as vergas, ou architraves de diverso feitio. No meio d'esta frontaria de uma e outra parte se vê um corpo mais levantado, entre dois pilares, que sóbem desde o pavimento até á cimalha real, mostrando que o dividem da mais correnteza, e sobre a cimalha se admira uma formosa varanda de balaustrada branca, que tem no meio e nos cantos suas pyramides de nobre artificio. No pavimento d'estes corpos, de uma e outra parte, estão as entradas dos palacios, que constam de tres magnificos porticos, entre quatro columnas doricas, em que se sustenta o remate dos porticos, e como as janellas d'estes dois corpos são mais magestosas e de primoroso trabalho, faz o todo d'elles uma admiravel perspectiva. Os torreões com que finalisa esta frontaria, são d'uma soberba magestade. As suas janellas na correnteza correspondem ás da frontaria do palacio, mas as nove que ficam na facc recta em tres ordens são ainda mais magestosas e da mais peregrina architectura. As duas ordens superiores tem sacadas para fóra de balaustres, e pilares dos lados, com grandes bases, e primorosos capiteis corinthios, e sobre as architraves um nobre ornato, de bem lavrada pedraria. Sobre a cimalha, em toda a sua circumferencia, vê-se uma varanda de balaustrada, e por baixo e por cima d'ella uma correnteza de janellas pequenas, por modo de frestas para dar luz ás muitas casas que tem no seu interior. Segue-se logo a cupola que fecha os torreões, e n'ella se vê outra ordem de janellas ovadas com primorosos feitios na circumferencia. Estes torreões terminam em pyramide aguda, composta de varios corpos, de singular symetria. São estes torreões e frontispicio da egreja com suas torres, um todo de pedraria de fino marmore; as paredes do palacio são de pedra e cal, rebocadas de saibro, quasi amarello, as janellas pintadas de vermelho, fazendo o numero 230 as portas e janellas, cuja variedade de côres e a architectura do frontispicio da egreja, torres e torreões, fórmam uma admiravel e grandiosa perspectiva. Nas casas subterraneas d'estes torreões estão as cozinhas e ucharias reaes, recebendo sufficiente luz do fosso, que

tem na circumferencia. De cada parte ha uma cozinha, tendo cada uma 8 casas, e todas com muita claridade. Como as duas partes do palacio são em tudo eguaes, bastará descrever a entrada do lado do sul, que é a principal quando o rei está em Mafra. O vestibulo, para onde se entra por uma porta de 5,m2 de altura e 2,m6 de largura, tem a fórma de um rectangulo de 17,m3 por 12 m., e é guarnecido de 4 arcos que sustentam a abobada. Completa o embellezamento do vestibulo um claustro com a sua arcada de marmore e no centro do qual fica um pateo que é um quadrado de 27 m. de largo. As faces do claustro são constituidas por 7 arcos, cujos pilares guarnecidos de hemicylindros doricos, sustentam o entablamento ornado de triglyphos da mesma ordem, e sobre o qual assenta o terraço que, ornado d'uma platibanda de marmore, cobre o claustro. Da face lateral do vestibulo sae a escada principal do palacio, com 4 lanços de 21 degraus. No fim do primeiro lanço ha duas janellas de grandes dimensões, e no primeiro patamar, á direita, uma porta que dá passagem para o atrio por uma casa denominada da *Via Sacra*, cujo pavimento é de xadrez de pedra azul; tem 4 janellas para a frente, e uma para o nascente. No segundo patamar ha tres portas que dão entrada para o segundo pavimento, que tem 6 pousadas para camaristas e guarda-roupas, com suas familias. Tem uma capella guarnecida de pedraria, e o pavimento em xadrez com seus embutidos, e painel de moldura de pedra preta. No patamar do terceiro lanço ha a entrada para tres quartos de creados particulares, e no primeiro e terceiro patamares da escada vêem-se duas janellas que fazem frente á egreja. O patamar do quarto e ultimo lanço tem 4 portas, uma das quaes dá passagem para a escada que vae aos ultimos pavimentos, onde existe uma numerosa quantidade de casas dos mezzaninos, que pelo seu diminuto pé direito, pouca applicação teem. As outras tres portas dão entrada para o palacio propriamente dito, que occupa o pavimento nobre do edificio, e consta de tres vastas galerias abobadadas, ou antes tres extensas linhas de salas todas despidas de todo o ornato, exceptuando aquellas que adeante mencionaremos. Nos extremos da linha da frente ficam os dois torreões, como já dissémos, tendo cada um no pavimento nobre 5 grandes salas e um gabinete. No do lado do sul fôram ha annos modificados estes aposentos, segundo o plano e sob a direcção do architecto Joaquim Possidonio Narciso da Silva, o qual, n'essa occasião, preparou na galeria do sul as salas que servem agora de recepção e de ante-sala. Na linha da frente existe a galeria de 220 m. de comprimento, que estabelece a communicação entre os dois torreões, na qual se comprehendem 8 grandes salas, tendo ao centro a casa chamada *de Beneditione*, já referida nos artigos anteriores. Esta casa é toda de vistoso marmore de differentes côres, e o pavimento de lindo mosaico, apresentando a abobada um apainelado de magnifico effeito, tendo as paredes guarnecidas de pilastras de calcáreo branco que sustentam a cimalha. Esta casa, a melhor do palacio, tem a fórma d'um rectangulo de 26,m5 por 6,m5, e é illuminada por tres janellas de sacada, tendo a do centro 6 m. de altura. A pedra, que fórma a sacada d'esta janella, está apoiada sobre as columnas do perystillo do templo. Na parede d'esta casa, que fica ao lado da egreja, ha tres tribunas, d'onde as pessoas reaes assistem á missa, e nos dois angulos internos ha duas escadas, que communicam com os corredores que vão aos orgãos, ás tribunas do corpo da egreja e ás capellas do cruzeiro. Aos lados da grande casa *de Benedictione* ficam duas

Bibliotheca de Mafra

casas de fórma octogonal, revestidas de marmores, com o pavimento em xadrez o embutidos, tendo no centro da abobada um engraçado florão. Cada uma d'estas casas tem duas janellas, uma para o poente e outra para o nascente, com suas balaustradas. Na galeria nobre vêem-se tambem duas capellas, uma da parte do sul e outra da do norte, todas de cantaria lustrada, apainelada, tendo ambas a sua sacristia. A capella do sul tem o tecto de pintura com Santo Antonio, S. Carlos Borromeu, S. João Baptista, e no quadro do altar Nossa Senhora do Livramento. A capella real do lado do norte, tem o comprimento de 33 m. por 9 de largura. Apezar das paredes serem por extremo simples, tem a abobada apainelada de estuque, e o altar decorado pelos mais primorosos arabescos e festões, sendo fechado por uma balaustrada de marmore de côres. Duas columnas de quartzo, com capiteis a capricho, sustentam um frontão de mosaico, que corôa o quadro do altar, que representa o Padre Eterno, o Espirito Santo, S. José, Nossa Senhora e o Menino Jesus, obra do pintor da Casa Real Ignacio Bernardes de Oliveira Romant. Por baixo do quadro, levantado sobre um fundo de feldspatho e quartzo, vê-se uma cornucopia de calcáreo branco, d'onde sáem flôres e fructas. A banqueta do altar é tambem de quartzo. Frontões elegantes corôam as portas da capella. Na intenção de adornar este pequeno templo, collocaram-se ali aguns quadros de pintura a oleo, que primitivamente decoravam os altares da egreja, e fôram ali depois substituidos pelos retabulos de marmore. D'entre elles, os mais notaveis são: O do *Coroação da Virgem*, obra de G. Corrado, quadro de grandes dimensões; a *Sacra Familia*, outra téla tambem de grandes dimensões, obra de Agostinho Massuci; *Martyres*, téla de menores dimensões, obra do mesmo autor; *Lava-pés*, quadro de eguaes dimensões, do pintor P. Quillard; *Baptismo de S. João*, quadro egual áquelles. Ao lado d'esta capella ha duas grandes casas que se chamavam *da musica*. Das salas que se vêem na galeria, ha sómente 4 que teem pinturas nos tectos allusivas ás expedições e descobrimentos da India e do Brazil. Estas allegorias são trabalhos de Cyrillo Volkmar Machado, que sendo em 1796 mandado para Mafra, pintou juntamente com Francisco Vieira Lusitano aquelles e outros frescos em diversas salas, nas quaes tambem trabalhou Domingos Antonio d'Oliveira Goes. Ao lado d'aquellas salas, communicaveis entre si, encontram-se a antiga sala da audiencia, que depois foi condemnada, e a ante-sala, ambas pintadas a fresco representando figuras allegoricas ou mythologicas. Por baixo ha uns pequenos quadros a fresco, com episodios de differentes batalhas, trabalhos de Domingos Antonio de Sequeira, com tão perfeitos cambiantes que parecem baixo-relevos. A projecção horizontal d'esta sala é de 18 m. de comprimento e 8,m3 de largura. Ha annos collocou-se ali um quadro a oleo, em grande, representando D. Pedro V a cavallo, obra de Petit. Na abobada d'esta sala vêem-se diversas divindades de primeira e segunda ordem. Apezar da vastidão e das suas longas enfiadas de camaras, não tem o palacio accommodações vantajosas, nem mesmo uma sala que corresponda a tanta grandeza, e por isso desde muitos annos se lhe acha reunida a parte do convento denominada coristado e noviciado, bem como a casa da convalescença proximo da enfermaria. Nos dois pontos extremos oppostos aos torreões, ha um pequeno numero de quartos conhecidos pelo nome de palacete, e junto d'elles duas grandes casas, que servem de vestibulo á grandiosa sala da Bibliotheca, que é de todas do edificio a mais magestosa Tem 88 m. de comprimento por 9,m50 de largura; é em fórma de cruz, tendo os braços 10 m. de extensão, e largura egual á do resto da sala, e havendo 4 arcos que sustentam a abobada nos angulos produzidos pela mudança da direcção das paredes para formar os braços. O pavimento é em xadrez de marmores variadissimos; o tecto de abobada, todo apainelado de altas molduras levantadas em estuque, formando ao centro um retabulo circular guarnecido de floreados festões em alto relevo fazendo moldura a um sol irradiado. A altura da sala, n'esse ponto central, e de 13 m.; 50 janellas, divididas em duas ordens, superior e inferior, illuminam abundantemente esta sala, duas portas praticadas na face lateral interna abrem sobre duas escadas de marmore, que communicam com todos os pavimentos do convento, e duas portas em cada um dos topos estabelecem a communicação com o palacio. Não se sabe precisamente qual o destino que o fundador tinha em vista dar a esta sala, sendo certo que os frades franciscanos tiveram a sua livraria n'outra casa, muito afastada, a qual continuou a ter a mesma applicação, e ainda depois do convento ser em 1771 occupado pelos conegos regrantes de Santo Agostinho. Fôram estes que destinaram para bibliotheca a magnifica e vastissima sala, onde ainda se conserva. Ali se executaram varios trabalhos sob a direcção do architecto Manuel; mas quando os conegos sairam em 1792, ainda esses trabalhos não estavam concluidos, e por isso a nova installação da bibliotheca só começou a servir em 1794. As paredes estão revestidas de estantes de 4 m. d'altura, e sobre estas corre uma galeria com segunda ordem de estantes, que vão até á cimalha que limita a parede e liga com a abobada. Estantes e galeria são de madeira do Brazil, e custosamente entalhadas, principalmente a balaustrada que fórma a galeria e a parte superior. A Bibliotheca comprehende 30.000 volumes em varias linguas, e todas estas obras systematicamente distribuidas por sciencias e disciplinas, e d'ellas existe um catalogo, datado do 1819, e coordenado por fr. João de Sant'Anna. Entre esses livros notam-se com especialidade riquissimas edições de 1470 a 1480, dos classicos latinos, admiraveis pela belleza do typo e pelas estampas, sobresaindo as edições das obras de Virgilio e das *Metamorphoses* de Ovidio, preciosas edições das chronicas portuguezas, um exemplar dos *Lusiadas* da edição do morgado Matheus, grande variedade de Biblias antigas e modernas em diversos idiomas, e entre ellas a Biblia polyglota, alguns manuscriptos religiosos com soberbas illuminuras, etc. Entre os manuscriptos ha musicas de Marcos Portugal, J. de Sousa, J. J. dos Santos, E. F. Leal, J. M. da Silva, J. J. Baldi, A. L. Moreira, e dos cantores italianos Antonio Tuzzi, Fortunato Mazziotti; etc. Dos manuscriptos illuminados são mais notaveis os seguintes: «9 Livros manuscriptos em pergaminho fi-

no, in 8.º=letra allemã=encadernação moderna =todos elles abrem pelo kalendario=todas as iniciaes são ornatadas e douradas e o dourado é polido=as tarjas e as margens das folhas apresentam flores illuminadas a côres diversas e com reflexos metallicos=os capitulos abrem com desenhos muito correctos representando a vida de N. Senhora, ou passagens da Biblia; as figuras e accessorios são illuminados e dourados; é muito fina a côr azul nos vestidos da Virgem=E' notavel a delicadeza nos traços dos desenhos e a finura das illuminuras. São muito recentes os titulos que se escreveram nos livros:=*officium defunctorum*, 1=*psalmi et orationes*, 3=*officium Beatae Mariae Virginis*, 1=*heures devotes*, 2=*heures chretiennes*. 2=Em um d'estes ultimos, lê se no principio, com os mesmos antigos caracteres e illuminuras: «Livre de bonne grace nouvellement compilé por li proufict des almes chrestiennes par Religieulx Agmes Archembault d'Andomuille de l'Ordre Monseigneur Sainct Benoist en le Monastére d'Auxg, dite li Moilines, l'an du Sauveur du Monde ke lou escrivoit li miliaire & katre cheus & chinckante. Moult Noble, Valoureux, et Redoubté Chevalier Pierr Sire Boufflers Campigneull e ke Dieu garde moultes annees.»=Os outros livros não teem declaração alguma, mas a fórma, os caracteres, os desenhos azues etc, provam ser da mesma épocha e até do mesmo autor São escriptos em latim.»

Mafra (*Real Tapada de*). E' constituida por uma grande porção de terreno todo murado, e que tem aproximadamente 20 kilometros de circuito. Parte d'esse terreno é cultivado, e outra parte occupado por matto e coberto de arvoredo, em que se cria muita caça. A tapada é muito abundante de excellente agua potavel, que, por uma boa canalisação é conduzida ao edificio e á villa. Ainda existe, dividida por um muro, a antiga horta dos frades, onde se encontra um tanque de 58 m. de comprimento e 22 de largura, assim como pomares de fructas de muitas qualidades, e ao lado da horta fica o jardim das *Lagôas*, formado com uns lagos toscos que lhe dão um aspecto muito pittoresco. No centro da tapada ha um palacete denominado o *Celebredo*, e que assenta no fundo d'um valle entre dois montes, banhado por um pequeno ribeiro, que nas excursões venatorias da familia real offerece um aprazivel logar de descanço. Até 1840 esteve todo esse vasto terreno quasi inteiramente perdido e abandonado, mas n'esse anno el-rei D. Fernando emprehendeu transformar a tapada de Mafra n'uma granja modelo, e com a sua vontade energica conseguiu em pouco tempo realisar esse seu pensamento civilisador. Aquelle monarcha ordenou que se começasse a desbravar esses terrenos incultos. O intendente das cavallariças reaes, então Antonio Severino Alves, foi encarregado de administrar as caudelarias ali estabelecidas, e da direcção d'aquelle arroteamento. Uma sexta parte da Tapada, aproximadamente mais perto do edificio, logo se destinou para cultura, e os trabalhos principiaram. Esta porção de terreno assim escolhida, se dividiu em oito tractos, cujo arroteamento proseguiu sem interrupção. Além da cultura feita á custa da Casa Real, fôram-se distribuindo aos habitantes da villa de Mafra os terrenos que elles quizessem desbravar. O inteiro usofructo d'esses terrenos ficavam pertencendo por tres annos a quem os convertesse, de maninhos que eram, em terras araveis, e ainda que o solo da tapada parecesse de inferior qualidade, e se encontrasse muito deteriorado pelas plantas ruins de que estava coberto, no entretanto aquella cultura deu bons resultados. Na encosta e veigas onde, antes, se viam prolongar-se silvedos, sarças, e outras hervas, já se estendiam, em pouco tempo, as searas, os campos de milho e os batataes, causando alegria aos habitantes da villa que se entregavam de boa vontade ao trabalho. Mais de 20 eguas, mães e filhas de 40 poldros, constituiam a caudelaria, que ia adquirindo rapido crescimento; 50 vaccas entre as de casta vulgar, turinas e de uma excellente raça asiatica, ali eram tratadas com os maiores cuidados. Os estabulos e curraes eram ordenados pelos melhores methodos empregados n'essa epoca, e com attenção a importantes considerações hygienicas. N'aquelle estabelecimento agricola havia muitos prados pastaveis, sendo as plantas que os constituiam a luzerna, os trevos, branco e encarnado, onobrychis (sainfoin), a anafa, a cenoura e a ervilhaca. Era de extrema importancia o incremento que estes prados podiam ter n'aquelles terrenos, que de tão pobres e tristes, se tornaram risonhos. Duas enormes lagôas, uma das quaes constantemente se refrescava, e supprida por uma pequena veia d'agua perenne, fôram limpas e vedadas, construindo-se canos subterraneos por onde se sangravam convenientemente. Estas lagôas, collocadas em certa altura, podiam regar um valle extensissimo, optimo para o augmento dos prados. A silvicultura tem em Mafra um inimigo terrivel, o noroeste. Este vento sopra ali com violencia extraordinaria. Alguma arvore silvestre, que vivia solitaria no meio d'aquelles mattos rasteiros, vergada para sueste na altura das arraucas, estendia rachitica as suas ramas açoutadas pelas ventanias quasi parallelas com a terra. Estabeleceu-se porém, um systema de abrigos para facilitar a propagação de arvores de floresta e de fructo. Progressivamente se fôram introduzindo, na granja de Mafra, differentes methodos de amanhar as terras. Os instrumentos aratorios e mais machinas de serviço agricola eram construidos no mesmo estabelecimento em officina para isso principalmente destinada. Ali se encontrava a charrua ingleza, a aravéça grande de uma aiveca, a pequena de duas, o semeador, as grades triangulares, e de diversos feitios, o trilho de debulhar, o engenho de traçar cevada, carros inglezes, etc., além dos instrumentos proprios do paiz. Esta transformação da tapada de Mafra n'uma granja modelo era uma fonte de progresso agricola. De tantos melhoramentos iniciados com tão bons auspicios, pouco ou nada resta hoje. A caudelaria acabou em 1853, e a quinta modelo quasi de todo desappareceu egualmente, por causa das providencias economicas adoptadas depois por alguns administradores da Casa Real. Sobre a villa de Mafra, e do seu colossal e grandioso monumento tem-se escripto muito; mencionaremos o seguinte: *Antiguidades de Mafra, ou relação archeologica dos caracteristicos relativos dos povos que senhorearam aquelle territorio antes da instituição da monarchia portugueza*, por P. M. Estacio da Veiga; *Descripção do real edificio de Mafra*, fragmento d'um livro; *O mo-*

numento de Mafra, descripção minuciosa d'este edificio, por Joaquim da Conceição Gomes, publicado em 1866; 2.ª edição com o titulo: *Descripção minuciosa do monumento de Mafra;* com uma noticia de Cintra, etc. publicada, em 1871; tem outras edições em portuguez e francez; *Monumento sacro da fabrica e solemnissima sagração da santa basilica do real convento, que junto á villa de Mafra dedicou a Nossa Senhora e Santo Antonio a Magestade Augusta do maximo rei D. João V*, por Fr. João de S. Joseph do Prado, 1751; *Gabinete historico*, do Padre Claudio da Conceição, vol. 8.º; *Panorama*, de 1843, artigo intitulado: *Duas epocas e dois monumentos ou a Granja real de Mafra*, por Alexandre Herculano; *Occidente*, vol. XVI, artigo intitulado: *Os Paços monasticos de Mafra*, por Alberto Telles, etc.

Mafra *(Pico de)*. Uma das principaes montanhas da ilha de S. Miguel, de Açôres.

Mafrense *(Domingos Affonso)*. N. em Faugas da Fé, do termo de Torres Vedras, mas ignoram-se as datas do nascimento e do fallecimento. Era filho de Julião Affonso e de sua mulher, Jeronyma Francisca. Deixando a terra onde nascera, partiu para o Brazil, e com um seu irmão, Julião Affonso Serra, foi viver nas margens do rio de S. Francisco, occupando-se ambos na cultura de terras que tinham arrendado. Os selvagens que habitavam as margens do mesmo rio, nas terras de Pernambuco, confinantes com a Bahia, continuamente assaltavam as fazendas dos povoadores, e nem sempre estes podiam com vantagem repellir os aggressores. Domingos Affonso Mafreuse, que era homem valente e de genio arrojado, dispoz se a dar um profundo golpe nas piratarias d'aquelles barbaros visinhos, e ajudado por seu irmão, por Francisco Dias e mais um irmão d'este ultimo, chamado Bernardo Pereira Gago, armou em 1674 uma grande bandeira, e entrando pelas terras de Pernambuco, perseguiu sem descanço os indios, que, batidos em varios recontros, se fôram internando pelos altos sertões, deixando livres os terrenos em que anteriormente viviam. Logo depois, Domingos e Julião Affonso transpuzeram a serra, que por isso recebeu o nome de *Serra dos Dois Irmãos*, e continuando a marchar para o norte descobriram as terras que o Canindé e seus affluentes fertilisam, perseguindo sempre os indios, dos quaes fizeram muito prisioneiros. De volta d'esta expedição cuidaram logo os dois irmãos de aproveitar os terrenos que tinham descoberto, e em 1676 pediram de sesmarias 40 legoas de terra para estabelecimento de suas fazendas. Dilatando essas propriedades e dirigindo toda a attenção para o desenvolvimento da creação de gado, que se tornou a principal industria de Piauhy, Domingos Affonso chegou a possuir uma grande fortuna, e mereceu ser considerado o verdadeiro conquistador e povoador d'aquella provincia. Pelas suas expedições ao interior, alcançou o sobrenome de *Sertão*. A ultima noticia que resta de Domingos Affonso Mafrense é o seu testamento, datado da Bahia, a 12 de maio de 1711, e impresso no vol. 2.º da *Revista do Instituto do Brazil*.

Mafuca. Ponta situada a 9 k. ao S da ponta do Coimado ou Falso Ambriz, na costa do concelho de Ambriz, districto de Loanda, prov. de Angola.

Mafuca Franco. Serra do conc. do Ambriz, no distr. de Loanda, prov. de Angola. Está situada na costa, pela qual se estende parallelamente cêrca de 10 k, é basaltica, escalvada, e as suas cercanias e encostas são muito povoadas. N'um dos seus montes do N ergue-se uma agulha basaltica, chamada o *Pilar de Granito*. Nas cartas estrangeiras esta serra tem o nome *Montanhas Aravat*.

Mafumo. Antigo reino de cafres do distr. de Lourenço Marques, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. As suas terras rodeavam o chamado *Presidio de Lourenço Marques*.

Mafutane. Monte da cordilheira dos Libombos, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem 600 m. de altura.

Maga. Pov. na freg. de S. Miguel, de Fontoura, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Magães. Pov. na freg. de Santa Maria, de Freixo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Magagade. Pov. no distr. de Sena, prov. de Moçambique, na margem direita do rio Zambeze. E' habitada por cafres.

Magaia. Territorio do distr. de Lourenço Marques, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Faz parte da 1.ª circumscripção, e está incluido nas chamadas *Terras da corôa*. Revolta do negros em 1895.

Magalhã. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Abbaças, conc. e distr. de Villa Real. ‖ S. Thiago. de Andrães, do mesmo conc. e districto.

Magalhães. Appellido muito nobre, que provém da quinta de Magalhães, na antiga provincia de Entre Douro e Minho, a qual era o solar d'esta familia. O primeiro que usou d'este appellido, foi Affonso Rodrigues de Magalhães, fidalgo do tempo de el-rei D. Diniz. As suas armas são. Em campo de prata tres faxas xadrezadas de vermelho e prata; timbre, um abutre de prata, armado de ouro. Outros d'este appellido usam o escudo esquartelado, sendo o primeiro quartel de prata com um pinheiro verde; o segundo azul com uma cruz de ouro florida e vasia, e assim os contrarios; timbre o pinheiro.

Magalhães *(Adolpho João Pinto de)*. Membro da junta governativa de Moçambique de 1834 a 1853. Era o thesoureiro geral da junta. Em 1837 era capitão-mór da Cabaceira Grande, e fez tambem parte do conselho de governo, que assumiu o poder por morte do marquez de Aracaty.

Magalhães *(Albano Pereira Pinto de)*. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. N. a 17 de maio de 1868 na freguezia de Mancellos, conc. de Amarante, em casa de seu avô materno o dr. José Justino Pinto de Carvalho. E' filho de Rodrigo Pereira da Costa Magalhães e de D. Maria do Carmo Pinto de Carvalho, moradores na sua casa da Pedreira, na freguezia de Travanca, do mesmo concelho de Amarante. Vivo, intelligente e estudioso, foi por seu pae destinado a cursar a faculdade de Direito, em que se formou em 1888. Depois de exercer a advocacia por algum tempo, no Porto, foi despachado delegado para a comarca de Macau, onde se conservou até 1896, em que foi promovido a juiz de direito, para a comarca de Timor. Em 1898

foi transferido para Macau; em outubro de 1905 passou para a Beira, na Africa Oriental; em 1906 foi promovido á segunda instancia, para a Relação de Moçambique, de que foi nomeado presidente interino, poucos dias depois de tomar posse. Em dezembro d'esse anno de 1906, foi agraciado com a carta de conselho; e nos principios do anno seguinte, foi transferido para a Relação de Gôa, onde se conserva. O conselheiro Albano de Magalhães tem sido sempre, e é considerado pelos poderes publicos e pelos povos, a que tem administrado justiça, como um magistrado recto, intelligente, austero e trabalhador, que honra a magistratura portugueza, pelo modo como tem exercido as elevadas funcções do seu cargo. Espirito observador e avido de novos conhecimentos, tem aproveitado suas viagens para vêr novas terras e dar uma volta ao nosso globo. Visitou Napoles, Egypto, Adem, Ceylão, Singapura, Macau, Timor e Africa Oriental, além de outras terras da India e China. Em

Albano Pereira Pinto de Magalhães

1904 seguiu de Macau a Hong-Kong, Changac, Japão (Nagazaki, Kobe, Yokohama), Canadá (Vancouver), Estados-Unidos (S. Paulo, S. Luiz, Chicago, Cataractas do Niagara, Nova-York), Liverpool, Londres, Paris, Lourdes e Lisboa. E fez esta accidentada viagem, acompanhado de sua esposa e dois innocentes filhos, e com elles penetrou, pelo tunel, até debaixo da grande cataracta!... Em quanto esteve juiz na Beira, viajou no interior da provincia, calculando ter andado seiscentas leguas; em Sena foi festejado com um monstruoso batuque. Sendo photographo amador muito distincto, conserva muitas e curiosissimas vistas dos pontos, que visitou e dos costumes dos respectivos povos. O conselheiro Albano de Magalhães é um escriptor elegante e consciencioso; tem interessantes relatorios de varias commissões, de que foi incumbido pelo governo Em 1904 publicou: *A Reforma da Instrucção Secundaria em Portugal. Clamores de paes e patriotas*, 1 vol. de 181 pag. Mas o que lhe tem merecido especial attenção são as nossas colonias, pelas quaes se interessa verdadeiramente, como funccionario zelosissimo, que n'ellas tem passado os melhores annos da sua mocidade. Em 1907 publicou: *Estudos coloniaes, I. Legislação colonial, seu espirito, sua formação e seus defeitos*, 1 vol. de 344 pag. A este seguir-se-hão outros volumes. Casou em Macau com D. Annie Loureiro de Magalhães, e tem dois filhos, Alberto e Rodrigo.

Magalhães *(P. Antonio de)*. Jesuita, que viveu no seculo XVIII, e que, tendo estado alguns annos na China empregado nos trabalhos das missões, foi pelo soberano d'aquelle imperio, Kan-hi, escolhido para ser portador d'um presente que elle mandou, pelos annos de 1720, a el-rei D. João V. O monarcha portuguez correspondeu a essa attenção, mandando tambem uma dadiva, não áquelle imperador, por já ter fallecido, mas ao seu filho e successor Yun Chin em 1725, e para essa missão foi escolhido o dr. Alexandre Metello de Sousa e Menezes, que levou como secretario o P. Francisco Xavier da Rua, e na companhia do qual foi tambem o P. Antonio de Magalhães, de quem não ha mais noticia.

Magalhães (*Fr. Antonio de)*. Religioso da ordem de Santo Agostinho calçado. N. no Porto, sendo filho de Manuel de Sousa Pinto Magalhães. Cursou Theologia na Universidade de Coimbra, e tomou o grau de doutor a 7 de outubro de 1804. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento.

Magalhães (*Antonio de Assis Teixeira de)*. V. *Teixeira de Magalhães (Antonio de Assis)*.

Magalhães *(Antonio Augusto Coelho de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em Aveiro a 28 de julho de 1815, fal. em Lisboa a 21 de novembro de 1871 Era filho do medico Luiz Cypriano Coelho de Magalhães, e de sua mulher, D. Clara Miquelina de Azevedo Leitão; irmão do grande tribuno José Estevão Coelho de Magalhães. Apezar de ser ainda muito novo, quando governava D. Miguel, que vendo a resistencia que os soldados de D. Pedro offereciam no celebre cêrco do Porto pretendeu atemorisal-os encarcerando todos os parentes d'elles, Antonio Augusto foi preso em Aveiro no mez de dezembro de 1832, sendo mais tarde remettido para a cadeia de Lamego, onde permaneceu até que vencendo a causa liberal, as portas da sua prisão lhe fôram abertas a 10 de abril de 1834. Em outubro d'esse mesmo anno matriculou-se na faculdade de Direito na Universidade, formando se em 1839, á custa de José Estevão, que do seu soldo tirava o necessario para sustentar seu irmão em Coimbra. Antonio Augusto esteve em Aveiro até 1850, anno em que José Estevão, que estabelecera banca de advogado em Lisboa, o chamou para junto de si, entregando-lhe pouco depois o escriptorio. Os dois irmãos viveram muito tempo juntos. Eram de genios deseguaes, mas de caracter em tudo similhante, ligava-os o mais extremado amor fraternal. José Estevão era mais velho em annos, mas na alma e no coração era tão novo como seu irmão. Conhecendo em Antonio Augusto um engenho vasto, pertinaz e perseverante, José Estevão quiz persuadil-o e desafial-o para entrar na vida politica, mas todas as suas diligencias fôram baldadas, porque Antonio Augusto, caracter tão

independente como o do seu irmão, preferia os trabalhos da advocacia ás luctas dos partidos politicos. Sendo assaltado d'uma paralysia, soffreu dolorosamente nos ultimos annos da sua vida, e falleceu na edade de 56 annos. Na vida publica exerceu apenas o cargo de curador geral dos orphãos da 5.ª e 6.ª vara, para que fôra nomeado por decreto de 26 de outubro de 1859, e de que tomara posse nos dias 7 e 9 de novembro. Foi casado com D. Camilla Augusta de Oliveira, filha do negociante de Aveiro Joaquim José de Oliveira.

Magalhães *(Antonio Joaquim Vieira de Magalhães, 1.º barão e 1.º conde de).* Ministro de estado, par do reino, commendador e gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição, gran-cruz da de Carlos III, de Hespanha; abastado proprietario, director de varias companhias, entre as quaes se contam as do Mercado da Praça da Figueira e da Real Fabrica da Marinha Grande. N. no Porto em 22 de junho de 1822, fal. em Cascaes a 9 de setembro de 1903. Era filho do visconde d'Alpendurada, Antonio Vieira de Magalhães, e de sua primeira mulher, D. Margarida Albina de Mello. Seguiu a carreira commercial, e foi negociante de grosso trato da praça de Lisboa. Por decreto de 13 de maio de 1854 recebeu o titulo de barão de Magalhães. Relacionando-se com o conde de Peniche, mais tarde marquez de Angeja, tomou parte muito activa na politica. Depois do movimento revolucionario promovido pelo duque de Saldanha em 19 de maio de 1870, foi chamado ao ministerio, então organisado pelo marechal, sendo nomeado ministro da Fazenda em 4 de julho. Por decreto de 24 do referido mez de maio e anno, foi agraciado com o titulo de conde. A sua administração pouco durou, porque o ministerio demittiu-se em 29 do seguinte mez de agosto, ficando conhecido pelo *ministerio dos 100 dias*. Posteriormente ainda se envolveu nas tentativas de revolta planeadas pelo marquez d'Angeja, seu intimo amigo. Pertenceu tambem ao grupo politico de Vaz Preto. A eleição de par do reino tem a data de 29 de dezembro de 1892, tomando posse na respectiva camara na sessão de 8 de fevereiro de 1893. O conde de Magalhães estava ultimamente afastado da politica, limitando-se unicamente a assistir ás sessões da camara dos pares. Casara em 29 de julho de 1857 com D. Antonia Maria d'Orta, filha do 1.º visconde d'Orta, Antonio José d'Orta, e de sua mulher, D. Manuela de Jesus Taronjo. O brazão d'armas é o mesmo dos viscondes d'Alpendurada. *(V. este titulo).* A condessa de Magalhães, em seguida ao fallecimento de seu marido, retirou-se para Madrid, onde falleceu em junho de 1905.

Magalhães *(Antonio Pedro Barreiros de)* Presbytero e prégador apreciado. D'elle se conhecem dois sermões, um do *Santissimo Sacramento*, prégado na Ericeira, e o outro, das *Dôres de Nossa Senhora*, na basilica de Mafra em 1862, sermões que o autor publicou em 2 folhetos, Lisboa, 1863, sob o titulo commum de: *O orador no Templo, collecção de sermões, segundo o estylo e gosto do presente seculo, por Antonio Pedro Barreiros de Magalhães, presbytero na egreja Romana.* Não se sabe se tambem publicou duas obras que annunciou, e parecia estar preparando n'aquelle mesmo anno de 1863: o *Sermão do Natal*, 5.º da sua collecção de sermões, e *Os Tres Mundos, romance philosophico e moral, dividido em tres partes: 1.ª Deus e a Natureza; 2.ª O Homem e a Sociedade; 3.ª O Evangelho e a Moral*, obra, que deveria compôr-se de 3 volumes.

Magalhães *(Antonio Peixoto de).* Poeta que viveu no seculo XVIII; ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento, mas sabe-se que nasceu em Amarante e falleceu em Ponte do Lima. Tendo concluido os estudos preparatorios, frequentou a faculdade de Medicina na Universidade de Coimbra, e recebendo o grau de doutor, foi exercer a sua profissão no Porto, passando depois a Ponte do Lima. Consta que escrevera grande numero de poesias, entre as quaes se citam particularmente um poema bucolico intitulado: *Amarilis Pastoril*, e um poema epico *Lusiphonsiada*, em que o autor celebrava as acções e feitos de D. Affonso Henriques. De todas as composições de Magalhães unicamente chegaram até nós, por estarem impressas na *Fenix Renascida*, o poema *Pegureiro do Parnaso*, e algumas peças de menor extensão.

Magalhães *(Antonio da Silva Pereira).* Escriptor, natural do Porto, ou que pelo menos ali viveu alguns annos. Escreveu: *Apontamentos para a historia, ou uma resposta ao artigo do sr. Alexandre Herculano de Carvalho, intitulado «Liberdade e restricção, ou a Questão dos cereaes»*, Porto, 1855; *Reflexões praticas sobre alguns actos administrativos do ill.mo e ex.mo sr. Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello, ministro e secretario de estado dos negocios da Fazenda e Obras Publicas, e principalmente sobre o projecto de cereaes*, Porto, 1856; *A sciencia academica ou a falta de instrucção pratica; resposta aos artigos do sr. João de Andrade Corvo, intitulados «Instrucção profissional»*, Porto, 1856; *A industria escravisada pela liberdade ou considerações geraes sobre industrias manufactora e vinicola*, Porto, 1867; *Os intransigentes ou os tratados*, Porto, 1892.

Magalhães *(Antonio Rodrigues Xavier de).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em Aveiro a 28 de abril de 1820, fal. a 8 de janeiro de 1869. Era filho de Luiz Rodrigues de Mello e de D. Maria Clementina Xavier de Magalhães. Tinha 16 annos quando se matriculou no 1.º anno de Direito, e quando concluiu a formatura foi estabelecer na sua terra natal banca de advogado, e nas lides do fôro adquiriu grande fama. Foi por varias vezes presidente da camara e vogal da junta do districto, presidente da Associação Commercial e vice-presidente da direcção da caixa economica. Foi um dos fundadores e assiduo collaborador do *Districto d'Aveiro*.

Magalhães *(Antonio de Sousa Pinto de).* Director da alfandega das Sete Casas, que escreveu em 1851 o seguinte opusculo: *Apologia que dirige aos seus concidadãos Antonio de Sousa Pinto de Magalhães, do conselho de Sua Magestade e director da alfandega das Sete Casas, afim de justificar os seus actos, desde que teve a seu cargo a administração da alfandega das Sete Casas, até 27 de julho de 1849.* N'este opusculo responde o autor a parte da *Memoria dos principaes actos e trabalhos do ministro e secretario de estado dos negocios da Fazenda, A. R. O. Lopes Branco.*

Magalhães *(Antonio Teixeira de).* Professor regio de Rhetorica e da lingua grega nas cidades do Porto e Braga, que viveu na segunda metade do seculo XVIII, e principio do XIX. Escreveu: *Quadro da vida humana, ou a Taboa de Cebes Thebano, traduzida do grego em portuguez*, Porto, 1787; Lisboa, 1819; *Compendio de Rhetorica Portugueza, escripta para uso de todo o genero de pessoas que ignoram a lingua latina*, Porto, 1782, e impressa depois em Lisboa; *Epistolas e Evangelhos, com varias orações proprias, que se lêem na missa, em os domingos e festas do anno, conforme o uso do Missal Romano*, etc., *traduzidas em vulgar*, Lisboa, 1819; 2 tomos; *Odes de Anacreonte, traduzidas do grego em verso portuguez*, Lisboa, 1819; saiu com as iniaes A. T. M ; *Nova traducção das eclogas de Virgilio com notas, e uma noticia da vida do poeta; por A. T. M.*, Porto, 1825.

Magalhães *(Antonio Xavier de Carvalho Pereira de).* Vigario da Real Capella de Nossa Senhora da Conceição, de Lisboa, dos Freires da Ordem de Christo, na qual era professo. Ignora-se a sua naturalidade e a data do nascimento, e parece que falleceu entre os annos de 1800 e 180?. Escreveu: *Panegyrico de S. Francisco Xavier, que recitou na Santa Egreja de Lisboa*, 1794; *Oração sagrada sobre a obediencia e amor que os vassallos devem tributar a seus monarchas; recitada na Real Casa de Santo Antonio de Lisboa*, Lisboa, 1797; *Epitaphio latino e portuguez consagrado á memoria do Illmo Sr. Paschoal José de Mello Freire*, Lisboa, 1799.

Magalhães *(Candido de).* Escriptor e editor. N. em Lisboa em 1834, falleceu tambem n'esta cidade ha já bastantes annos. Estreou se na vida litteraria, ao que parece, escrevendo e traduzindo varias comedias que fôram representadas nos antigos theatros do Salitre, Rua dos Condes e D. Fernando, sendo algumas d'ellas muito applaudidas, como as intituladas: *Nem turco nem russo* e *Um leão apaixonado*, ambas originaes. Collaborou em diversos jornaes politicos e litterarias, traduzindo, para o *Jornal do Commercio*, *Os Casacas pretas*, romance de Paulo Féval, que em 1870 editou em volume. Desde então começou a publicar por sua conta varios romances francezes e hespanhoes por elle traduzidos, e em 1874 fundou uma empresa litteraria com o titulo de *Bibliotheca Contemporanea*, onde publicou alguns d'esses romances, e algumas obras de educação. como a *Historia Universal da Egreja*, pelo dr. João Alzog, 4 vol., 1877-1878; *Educação das mães de familia*, de Aimé Martin, 2 vol., 1879; *Gymnastica domestica, medica e hygienica*, pelo D. Schreber, 1 vol., 1880; *A Familia*, de Paulo Janet, 1 vol., 1884, e sob o titulo de *Thesouro artistico*, uma collecção de contos destinados á infancia, originaes de varios escriptores, em cujo numero se conta o proprio editor. A *Bibliotheca Contemporanea* publicou os seguintes romances: *Pepita Jimenez*, de D. Juan Valera, 1 vol.; *Conde Duque de Olivares*, 4 vol.; *Bandidos celebres*, 4 vol.; *João Palomo*, continuação do precedente, 4 vol.; *Cozinheiro de el rei*, 5 vol.; todos estes 4 romances são de D. Manuel Fernandez y Gonzalez; *A Gaivota*, 2 vol ; *Elia ou a Hespanha ha trinta annos*, 1 vol.; ambos de Fernan Caballero; *Um drama no mar*, traducção de *La Comedia del Amor*, 6 vol.; *O livro de Job*, 3 vol.; *Historia d'um beijo*, 1 vol.; *Segunda vida*, 1 vol ; estes tres romances de D. Enrique Peres Escrich; *Historia do matrimonio*, 1 vol., de D. Antonio Flores; *Sete semanas em burro*, de D. Domingos Sandoval; *Salamandra*, de Eugenio Sue, etc. Candido de Magalhães tambem fundou outra empresa editora, a que deu o titulo de *Bibliotheca jovial*, onde publicou as seguintes traducções: *Os Maridos*, imitação da *Physiologie de l'homme marié*, de Paulo de Kock; *Arte de roubar os patrões*, imitado de Swift, e *Alphabeto da malicia das mulheres*, collecção de anecdotas. Tambem publicou uma *Hygiene Conjugal*, guia de casados, extractada do livro de Debay: *Hygiene do casamento.* Candido de Magalhães era muito trabalhador, porém muito modesto. Os ultimos annos da sua vida fôram muito amargurados, por causa d'uma doença que o assaltou, impossibilitando-o de trabalhar, até que succumbiu.

Magalhães *(Carlos Duarte).* Escriptor que se julga ter sido natural do Porto, e que foi autor do seguinte opusculo: *Epitome de grammatica portugueza, composto de elementos extrahidos de varios grammaticos, e philologos de melhor nota, e coordenados por C. D M.*, Porto, 1851.

Magalhães *(P. Cosme de).* Jesuita. N. em Braga em 1551, fal. em Coimbra a 9 de outubro de 1624. Era filho de João de Magalhães e de Anna de Barros. Entrou para a Companhia de Jesus no collegio de Coimbra a 6 de julho de 1567. Foi mestre de Rhetorica, Theologia e Escriptura. Deixou algumas obras em Latim.

Magalhães *(D. Domingos José de Sousa).* V. *Sousa Magalhães (D. Domingos José de).*

Magalhães *(Felix Pereira de).* V. *Pereira de Magalhães (Felix).*

Magalhães *(Fernão de).* O illustre circumnavegador do globo. Era natural da villa de Sabrosa, comarca de Villa Real, provincia de Traz-os-Montes. Pertencia a uma familia distincta, sendo filho de Pedro de Magalhães, e tendo moradia como moço fidalgo da Casa Real. Suppõe-se que teria nascido pelo anno de 1480, e veiu a fallecer no dia 27 de abril de 1521, ás mãos dos selvagens da ilha de Mactan, nas Filippinas. Fidalgo da côrte de D. João II, esteve ao serviço da rainha D. Leonor, continuando depois ao serviço de D. Manuel. Versado na cosmographia, decidiu abandonar a vida da côrte e embarcou em 1505 na armada de D. Francisco d'Almeida. Na India se conservou até aos fins de 1507, e regressando a Portugal, de novo partiu para ali em 1508, acompanhando no anno seguinte Diogo Lopes de Sequeira na viagem a Malaca. Com Francisco Serrão passou mais tarde a Ternate. Esteve tambem em Africa, e ahi se distinguiu pela sua valentia em Azamor, ficando ferido n'um perna. Tanto em Africa como na India, relevantes foram os serviços que prestou a Portugal. Regressando ao reino, cerca de 1512, dirigiu um requerimento a D. Manuel, pedindo augmento de moradia. Por um recibo datado de 14 de julho de 1512, vê se que Fernão de Magalhães tinha mil oitocentos e cincoenta réis por mez. O augmento que solicitava era de uns cem ou duzentos réis. D. Manuel indeferiu o requerimento baseado em informações que arguiam o valente fidalgo de pouco correcto n'um caso de divisão de presa em Azamor. Fernão de Magalhães passou então á Africa a reunir as provas

justificativas do seu procedimento, e voltando ao reino novamente requereu ao monarcha o pretendido augmento de moradia. Não o attendeu el-rei D. Manuel, e Fernão de Magalhães, justamente melindrado nos seus brios, pediu a el-rei que lhe désse licença *para ir viver com quem lhe fizesse mercê, em que alcançasse mais dita que com elle.* D. Manuel respondeu que fizesse o que quizesse. N'estas circumstancias, Fernão de Magalhães resolveu offerecer os seus serviços a Castella. Em 1518 saiu elle do reino, em companhia de Rui Faleiro, astrologo muito sabedor. Indo residir para Sevilha, ahi constituiu familia casando com uma filha de Diogo Barbosa, irmã de Duarte Barbosa, que depois o acompanhou na expedição. O projecto que tinha em mente, de descobrir um novo caminho para as Molucas, mais se avigorava com as cartas que recebia de Serrão e com as informações de Faleiro. Afim de executar o seu plano, iniciou os primeiros trabalhos entendendo-se com os homens mais importantes. A idéa foi logo acolhida pelo cardeal Ximenes, que então governava a Hespanha na ausencia de Carlos V, que se achava em Flandres. Quando o monarcha regressou, Magalhães foi a Burgos ter uma conferencia com elle. Estava por este tempo em Castella o embaixador portuguez D. Alvaro da Costa, que procurou embaraçar os planos de Fernão de Magalhães. Mas Carlos V deu ordem para se aprestar uma frota de cinco caravélas, sob o commando de Fernão de Magalhães, que por essa occasião foi investido na cavallaria de S. Thiago. Por este tempo succedeu enlouquecer o astrologo Rui Faleiro, tendo Magalhães de dirigir sósinho todos os trabalhos da viagem. Em 1 de agosto de 1519 partiu de Sevilha a armada que se destinava a circumnavegar o globo. Compunha-se das caravélas *Trindade*, *Santo Antonio*, *Concepcion*, *Victoria* e *Santiago*, respectivamente commandadas por Fernão de Magalhães, João de Cartagena, Gaspar de Quezada, Luiz de Mendoza e João Serrão. Como piloto da *Concepcion* ia Sebastião Elcano. A frota desceu o Guadalquivir, e a 17 de setembro largava de S. Lucar de Barrameda com rumo ao Occidente. O primeiro revez soffrido pelo ousado navegador foi a revolta das tripulações, que Fernão de Magalhães teve de afogar em sangue. Tendo chegado á costa da America do Sul, e passando pelo Rio de Janeiro e cabo de Santa Maria, a armada entrou no rio de S. Julião, sitio que a marinhagem julgou propicio para a sublevação que planeara, contra o chefe portuguez e de que este já estava prevenido. Ao orgulho castelhano repugnava servir um chefe extranho. No lance tremendo a attitude de Fernão de Magalhães foi severissima: João de Cartagena, o commandante da *Santo Antonio*, foi esquartejado; Luiz de Mendoza, que commandava a *Victoria*, foi degolado e depois esquartejado; seis marujos, cabeças de motim, fôram enforcados nas vergas. Restabelecida pelo terror a ordem, saiu a armada de S. Julião a 20 de agosto de 1520, sendo o commando das caravélas *Santo Antonio, Victoria* e *Concepcion* confiado a Alvaro de Mesquita Francisco Serrão e Duarte Barbosa. Navegando sempre ao sul e costeando a America Meridional, foi a pique a *Santiago*, salvando-se a tripulação e a carga. As quatro caravélas restantes fizeram aguada no rio a que se deu o nome de Santa Cruz, e a 18 de outubro sairam novamente ao mar. Depois de visto um cabo a que foi posto o nome de *Cabo das Virgens*, a gente da *Victoria* observou que para o sul do cabo, ia-se internando o mar. Logo mandou Magalhães reconhecer a costa, dando á boca do estreito que reconheceu o nome de *Todos os Santos* Antes, porém, de se aventurar a esse estreito, mandou o illustre navegador sondal-o. incumbindo d'esse serviço a *Santo Antonio*, a *Victoria* e a *Concepcion*. Esta separação permittiu que rebentasse nova sublevação. A gente da *Santo Antonio* afastada das outras caravélas, prendeu o seu commandante Alvaro de Mesquita, e fez-se de véla para Hespanha. Reunidas as tres restantes caravélas, debalde se aguardou o regresso d'aquella O grande navegador comprehendeu tudo. Mas a hora da sua gloria tinha soado. A 27 de novembro de 1520 percorreu todo o estreito, que de *To-*

Fernão de Magalhães

dos os Santos passou a denominar-se *Estreito de Magalhães*. Finalmente as caravélas hespanholas, sob o commando do valente capitão portuguez, navegavam no Oceano Pacifico. Restava que os navios seguissem o rumo do occidente para encontrarem as Molucas e regressarem depois á patria, tendo assim feito a primeira viagem completa da circumnavegação do globo. Seguindo o rumo de nordeste chegou a armada a uma ilha deserta, a que foi posto o nome de S. Paulo, e depois a outra a que se deu o nome de ilha dos Tubarões. A 13 de fevereiro passou o Equador e encontrou um archipelago povoado, hoje chamado ilhas *Mariannas*. Mais tarde chegava ao vasto archipelago que denominou de S. Lazaro. E' o actual archipelago das Filippinas. Foi exactamente n'esta altura da sua derrota que Fernão de Magalhães encontrou o termo final da sua gloriosa viagem. Quiz converter ao christianismo os regulos d'aquellas ilhas. O da Zebu fingiu

acceitar a catheehese, porém o da Mactan foi mais rebelde e insurgiu-se contra as propostas de Magalhães. Este para o eastigar marehou com quarenta homens contra o regulo, que reunira cerca de tres mil. Toda a valentia dos europeus de nada podia servir, em vista de tão enorme desproporção. Os heroicos combatentes, com o seu altivo chefe á frente, não tardaram em sucumbir ás fréchadas dos selvagens. Morto Fernão de Magalhães, elegeu a tripulação por chefes a Duarte Barbosa e João Serrão, cujo fim tragico o rei de Zebu velhacamente preparou, convidando-os e a outros navegantes para um banquete. Quando se dirigiam para o local designado fôram trucidados pelo gentio que caiu sobre elles. Serrão, coberto de sangue, ainda pôde chegar á praia, pedindo soccorro, mas era já tarde. De 237 homens que tinha a armada ao sair de Sevilha restavam 115. Dos restos da armada assumiu o commando supremo Sebastião de Elcano, piloto da *Concepcion*, a qual fôra queimada por inutil. Aportando as caravélas a Bornéo d'ali passou ás Molucas, d'onde se fez véla para a Europa. A *Victoria*, que era já a unica embarcação que restava, pois a *Santo Antonio* voltara para Sevilha, chegou a Cabo Verde a 7 de julho do 1522, com a tripulação faminta e doente. Os portuguezes julgaram a principio que se tratava de gente vinda das Antilhas, mas quando souberam a verdade, o governador mandou capturar a caravéla. Porém Sebastião de El cano teve tempo de evadir-se, mas tão apressadamente que deixou um barco tripulado por 13 homens que fôram presos e enviados a D. João III. Em 7 de setembro de 1522 desembarcou Elcano com 18 homens em S. Lucar de Barrameda. D. João III ainda mandou a Castella o embaixador Luiz da Silveira, para apresentar as suas reclamações a Carlos V. Entretanto Elcano relatava ao imperador os detalhes da aventurosa viagem, que tivera a fortuna de levar a cabo, e pela qual recebeu os premios que deviam pertencer a outrem. Mas a memoria de Fernão de Magalhães ficou eterna, no nome do Estreito, do archipelago, e das nuvens que assim se denominam. Carlos V, entre outros premios que concedeu a Elcano, galardoou o com um brazão d'armas em que poz sobre a esphera a legenda: *Primus circumdediste me*, o primeiro que me circumdou. A viagem de Fernão de Magalhães foi decisiva para o conhecimento da fórma da terra. ‖ *Bibliographia:* Barros, Gaspar Correia, e outros chronistas portuguezes; Herrera, Pigafetta, que acompanhou a expedição, Navarrete, Arana, outros autores hespanhoes A obra d'este ultimo está traduzida em portuguez por Fernando de Magalhães Villas Boas, em 1881, com o titulo *Vida e viagens de Fernão de Magalhães* por Diego de Barros Arana. Caetano Alberto tambem, soccorrendo se d'esta narrativa, escreveu o seu livro *Descobrimento das Filippinas*.

Magalhães (*Filippe de*). Um dos mestres de musica que floresceram no seculo XVII. N. em Azeitão no fim do seculo XVI; ignora-se a data do fallecimento. Estudou musica em Evora com o professor Manuel Mendes. Veiu depois para Lisboa ser mestre da capella da Misericordia, e d'aqui passou a exercer o mesmo logar na capella real sendo nomeado por Filippe III. Em 1614 imprimiu em Lisboa um livro de canto-chão contendo os officios de defunctos, o qual tem este titulo: *Cantus ecclesiasticus commendandi animas corporaque sepeliendi defunctorum Missa, & Stationes juxta Ritum Sacrosantae Romanae Ecclesiae, Breviarii Missalisque Romani Clementis VIII & Urbani VIII recognitionem ordinata*. Em 1641 teve 2.ª ed. Pedro Thalesio, na *Arte de Cantochão*, menciona que Filippe de Magalhães corrigiu erros de outros autores, citando-o nos seguintes termos: «Advertiu-se tudo prudentemente o insigne Mestre Filippe Magalhães, no seu *Canto Ecclesiastico dos Defuntos* » Além das edições citadas, houve mais duas posthumas em Antuerpia, ambas em 1691. A primeira tem o mesmo titulo que as edições de Lisboa, mas na segunda tem alguma modificação. Parece que muito posteriormente houve outra edição em Lisboa no anno de 1785. Filippe de Magalhães imprimiu em Lisboa em 1631, outro livro contendo diversas missas, antiphonas e um motete, cujo titulo é: *Missarum liber um antiphonis Dominicalibus*, etc. Em 1636 publicou outro livro com o titulo de: *Cantica Beatissima Virginis*. O catalogo da livraria de musica de D. João IV menciona ainda outras composições: uma missa, lamentações para quinta feira santa, villancicos, motetes, etc.

Magalhães *(Francisco Bento Alexandre de Figueiredo)*. Medico pela Escola Medico Cirurgica do Porto. N. em Gumiei, no concelho de Vizeu, a 9 de junho de 1838, fal. no Rio de Janeiro em 1895 ou 1896. A these que defendeu quando completou o curso medico, offereceu-a ao escriptor francez Henri Rochefort, então em grande evidencia pelos seus violentos ataques contra o imperador Napoleão III, no jornal a *Lanterna*. Vindo para Lisboa, entrou no quadro dos facultativos da armada, e desempenhou varias commissões de serviço. Esteve na India algum tempo, onde prestou serviços por occasião da cholera-morbus. Foi professor da escola mathematica militar de Gôa e da escola medico-cirurgica de Pangim, e ali escreveu diversos relatorios sobre questões de saude publica, os quaes sairam publicados no *Boletim do Governo*, d'aquelle estado. Em Cabo Verde, onde foi servir em 1868 por offecimento espontaneo e desinteressado, renunciando ao posto de accesso que lhe offereciam e ás remunerações extraordinarias a que tinha direito, tambem se distinguiu quando ali se deu a epidemia da febre amarella, serviços que lhe valeram a mercê do habito de Christo. Em 1861 publicou um opusculo com o titulo: *Breves considerações sobre a febre puerperal, destinadas a provar que ella não é essencial*. Na sua situação de medico da armada, prestou alguns serviços á rainha senhora D. Maria Pia. pelo que foi nomeado medico honorario da real camara. Depois das viagens que fez por conta e obrigação do seu cargo de medico da armada, emprehendeu novas viagens por conta propria, e depois de haver percorrido algumas republicas americanas, foi fixar-se definitivamente no Brazil, residindo no Rio de Janeiro, sendo dentro em pouco um dos mais distinctos medicos e dos membros mais benemeritos da colonia portugueza. O novo estado de cousas, que para si creára, o obrigaram, em 1871, a pedir a demissão de medico d'armada, ficando com as honras do posto de facultativo naval de 1.ª classe, que então tinha Livre dos la-

ços officiaes acceitou o cargo de director clinico do importantissimo hospital da Sociedade Portugueza de Beneficencia do Rio de Janeiro. Anteriormente havia creado n'aquella capital uma casa de saude, de sua direcção e exploração, onde desde logo prestou os maiores serviços aos seus compatriotas pobres, ou fôssem paizanos, ou fôssem praças de marinha dos navios da nossa armada, que a todos recolhia e tratava gratuitamente, offerecendo-se tambem no futuro a tratar nas mesmas condições, motivo que determinou uma honrosa portaria de louvor, expedida a 2 de outubro de 1876 pelo ministerio dos negocios da marinha. A referida Sociedade de Beneficencia deve ao dr. Figueiredo Magalhães os mais assignalados e importantes serviços, entre os quaes se menciona o de iniciar e abrir uma subscripção, para a qual concorreu com a quantia de 5:000$000 réis, afim de dotar a Sociedade com o predio do Alto da Real Grandeza, avaliado em 20:000$000 réis, e do qual lhe fez a doação em 16 de dezembro de 1884. Donativos diversos em numerario e em artigos de valor, cedencia de honorarios, pagamento de serviços á sua custa, tudo somma a importancia de réis 28:705$000, que, com o desvelo e solicitude na direcção clinica d'aquelle importante e piedoso estabelecimento, lhe valeram a honra de ser agraciado com a *Cruz humanitaria*, divisa da mesma sociedade, como symbolo real e distincção maxima de apreço em que fôram tidos os seus relevantes serviços prestados áquella humanitaria e patriotica instituição, de cujos hospitaes era o primeiro cirurgião e director clinico. O dr. Figueiredo Magalhães foi ao Chili, munido de cartas de recommendação e tendo conseguido que o governo chileno creasse para elle a cadeira de histologia, apenas a regeu um dia, porque os alumnos lhe fizeram uma demonstração pouco amavel, e por isso resolveu ausentar-se. Abandonando o Chili, emprehendeu uma viagem pela Europa; esteve em Paris, depois em Lisboa e no Porto, d'onde regressou novamente ao Rio de Janeiro. Em 1887 achava-se em Lisboa, e o governo de então o convidou para acceitar em Portugal uma commissão muito horosa, que elle recusou, não querendo abandonar a sua clinica e os seus velhos amigos do Brazil. Sustentou differentes polemicas jornalisticas, escrevendo em 1886 um opusculo a respeito de um caso clinico que foi debatido nos tribunaes. Esse opusculo tem o titulo de: *O Crime de Botafogo, Loucura hysterica.* Em 1880 tambem publicou o seguinte trabalho no Rio de Janeiro: *Camões e os portuguezes no Brazil.* Foi o 1.º visconde de Gumiei, tendo depois o titulo de conde de Figueiredo Magalhães. Falleceu no hospital da Sociedade de Beneficencia, victimado por uma pneumonia infectuosa, sendo o enterro feito pela colonia portugueza, que lhe mandou erigir um mausoléo no cemiterio onde foi sepultado. Além de medico cirurgião e parteiro pela Escola do Porto, o dr. Figueiredo Magalhães era tambem formado pela faculdade de Medicina da Bahia, pela Universidade de Santiago, pelo Proto-Medicato do Chili, pelo conselho universitario do estado oriental do Uruguay, e pela Universidade de Bruxellas. Foi membro de varias sociedades scientificas da Europa, e socio benemerito de diversas sociedades de beneficencia de Portugal, Brazil, Italia e França. Era commendador e cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição; cavalleiro da de Christo; official da de S. Thiago, cavalleiro da de Torre e Espada; da ordem real da Corôa de Italia condecorado com a medalha militar de bons serviços, de prata, por proposta do commando geral da armada, pelo modo como se comportara na epidemia de Cabo Verde em 1868; com a medalha humanitaria, de ouro, dada pela camara municipal da Ilha Brava; a medalha da Real Sociedade humanitaria do Porto, a de honra da Caixa de Soccorros de D. Pedro V, e a cruz humanitaria da Sociedade Portugueza de Beneficencia.

Magalhães *(D. Francisco do Santissimo Coração de Maria Cardoso e Castro).* Conego regrante da ordem de Santo Agostinho. N. no Porto a 30 de janeiro de 1797 ou de 1799; fal. no Rio de Janeiro em setembro ou outubro de 1847. Seus paes eram oriundos de S. Martinho dos Moiros, na comarca de Lamego. Tendo cursado os primeiros estudos no collegio dos orphãos da sua terra natal, vestiu em 1821 a murça de conego regrante no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, e matriculou-se na faculdade de Theologia na Universidade, mas não pôde formar-se, por causa dos acontecimentos politicos de 1828, e por este motivo não pôde tambem ir tomar posse do priorado do convento da Serra no Porto, para o qual fôra escolhido. Ficando em Coimbra como mestre de Theologia do Collegio da Sapiencia, sendo decidido partidario do governo absoluto, e gozando da fama de bom orador sagrado, foi elle quem prégou nas festas que n'aquella cidade se celebraram em 1828 por occasião do regresso de D. Miguel a Portugal, e depois para festejar a sua acclamação, assim como nas exequias que em 1832 D. Miguel mandou fazer a D. Affonso Henriques, quando mandou abrir na sua presença o tumulo do fundador da monarchia. Em 1829 foi ao Porto prégar um sermão n'uma festividade do Real Collegio dos Orphãos, a que tinha particular affecto, por ter feito ali os seus primeiros estudos. D. Francisco do Santissimo Coração de Maria teve a nomeação de prégador honorario do Paço da Bemposta. Como em todo o periodo de 1828 a 1834 se mostrasse abertamente um zelozo defensor da causa miguelista e um acerrimo adversario dos homens e das idéas liberaes, apenas terminou a guerra civil, julgou prudente emigrar, indo para Roma acompanhando o arcebispo de Evora Fr. Fortunato de S. Boaventura. Não conseguindo, grangear n'aquella cidade os meios de subsistencia precisos, resolveu embarcar em 1844 para o Brazil, dirigindo se a Pernambuco onde foi bem acolhido pelo bispo, que era tambem cónego regrante de Santo Agostinho, e que lhe deu alojamento no palacio episcopal, provendo-o n'uma cadeira de Theologia no seminario da diocese. D. Francisco do Santissimo Coração de Maria começou tambem a frequentar o pulpito, em que se tornou muito afamado, o que fez excitar a inveja d'outro prégador seu patricio, que por tal fórma o intrigou, que D. Francisco, aborrecido, decidiu regressar a Portugal e ir viver para Coimbra. Porém n'esta cidade ainda não estavam extinctos os odios que provocara com as suas perseguições, apezar de já terem decorrido mais de 10 annos, e o conego D. Francisco teve de fugir para Lisboa,

onde o ministro brazileiro Drummond o contratou para professor d'um curso de Theologia n'um convento de benedictinos do Rio de Janeiro. A 10 de outubro de 1846 voltou novamente ao Brazil, e chegou ao Rio de Janeiro a 28 de novembro seguinte. Mas as saudades da patria, os tormentos que passara nos 12 annos de peregrinações em terra extranha, não o deixaram gozar a vida tranquilla que elle esperava, e falleceu no anno seguinte. Escreveu: *Oração gratulatoria recitada na cathedral de Coimbra, na solemnidade que fizeram celebrar os nobres academicos realistas pelo feliz regresso de sua magestade o sr. D. Miguel I, no dia natalicio de S. M. a imperatriz rainha*, Coimbra, 1828; *Oração gratulatoria recitada na egreja parochial de S. João de Almedina, a 11 de maio do presente anno, na solemne acção de graças que os leaes conimbricenses realistas endereçaram ao Todo Poderoso pelo feliz regresso e acclamação de Sua Magestade o sr. D. Miguel I, o Desejado, feita n'esta cidade no dia 25 de abril pelos esforçados e nobres academicos*, Coimbra, 1829; a este sermão anda junta uma relação das festas da acclamação, a qual, se diz, fôra redigida por D. Francisco; *Sermão de Nossa Senhora da Graça, padroeira do Real Collegio dos orphãos da cidade do Porto, prégado no dia da sua festa, em 11 de dezembro de 1829, assistindo a illustrissima camara da mesma cidade*, Coimbra, 1830; *Sermão prégado nas solemnes exequias do sr. rei D. Affonso Henriques, as quaes mandou celebrar e a que assistiu com os serenissimos senhores infantes, o muito alto e muito poderoso senhor D. Miguel I, na real basilica do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, em 25 de outubro de 1832, na occasião em que fez abrir o regio tumulo d'aquelle valoroso monarcha*, etc., Coimbra 1832.

Magalhães *(Gabriel de)*. Jesuita. N. em Pedrogão em 1609, fal. em Pekim a 6 de maio de 1677. Era filho de Manuel Calvo de Magalhães, e de Maria de Andrade. Veiu para Lisboa estudar no collegio da Companhia de Jesus, e vestiu a roupeta da ordem em 1624. Dez annos depois, em 1634, embarcou para o Oriente. Esteve algum tempo em Gôa e em Macau, e penetrando no imperio da China, offereceu-se ao vice-provincial para substituir P. Buglio, que fôra estabelecer uma missão em Sse-Tchuen, e que adoecera ali gravemente. Soffreu grandes tormentos, porque os bonzos excitavam contra elle os indios da plebe, e como se isto não bastasse, esteve em risco de ser assassinado por um bando de rebeldes que se apoderaram da cidade. Acompanhando depois o exercito liberal que veiu libertar Sse-Tchuen, chegou o P. Magalhães em 1648 a Pekim, e ganhando a estima do imperador com algumas peças engenhosas que por suas proprias mãos fabricou, porque era muito habil em trabalhos mechanicos, obteve d'esse soberano casa para habitação, egreja e rendimentos para sustentar a missão. Depois da morte do imperador, foi preso e condemnado á morte, sendo accusado de ter querido corromper um juiz, mas reconhecida a sua innocencia foi posto em liberdade. Posteriormente ainda soffreu nova prisão, e estava para ser banido, mas ainda d'esta vez conseguiu livrar se, e depois foi muito querido e estimado do novo imperador, como se vê pelas demonstrações que elle deu, pela morte do P. Magalhães. E' curiosa a seguinte noticia, que a este respeito vem no vol. 2.º da *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, pag. 315: «Ao dia seguinte foi o vice-provincial o padre Fernando Verbeest certificar ao imperador da morte do padre Magalhães, para cujo enterro mandou logo 200 escudos e 10 peças de damasco, o qual foi disposto pela ordem seguinte: Precediam a toda a comitiva 24 trombetas e outros instrumentos, com dez officiaes que levavam em umas taboas escriptas pelos mandarins a comminação do castigo d'aquelles que não dêssem logar para a passagem do funeral. Seguia se uma liteira, em que ia escripto em setim amarello o elogio que o imperador mandou fazer ao padre defunto, que constava d'estas palavras: Agora entendo que Nghaen-(era o nome que na China se dava ao padre) é morto da doença. Faço-lhe esta escriptura em razão de que em tempo de meu pae, primeiro imperador da nossa familia, este padre com suas obras engenhosas acertou com o genio e gosto do dito meu pae, e tambem porque depois de estarem inventadas, teve cuidado de as conservar com uma diligencia extrema e sobre suas forças; e muito mais em razão de que viera de tão longe e além do mar, por viver como viveu muitos annos na China. Era homem verdadeiramente sincero, e de um engenho solido, como mostrou por todo o discurso da sua vida. Esperava que a sua enfermidade se pudesse vencer com os remedios, mas contra a minha esperança, se apartou de nós com grande pezar e sentimento do meu coração. Por estas razões, lhe mandei dar 200 escudos e dez grandes peças de damasco para que se conheça que minha tenção é nunca me esquecer dos vassallos vindos de tão longe. No anno 16 do imperador Camhi (que é o de Christo de 1677) aos 6 quartos da lua (que é a 7 de maio). Cercavam esta liteira muitos eunuchos christãos, dos quaes alguns eram da casa do imperador. Seguiam-se tres liteiras ornadas de sedas de varias côres. Na primeira ia uma cruz, na segunda a imagem de Nossa Senhora, e na terceira a de S. Miguel, acompanhadas de muitas bandeiras e lanternas. Em outra liteira se via o retrato do padre Magalhães, que mandara copiar o imperador por um primoroso pintor do seu palacio, o qual ia seguido de grande multidão de christãos e mandarins. No fim de toda esta pomposa comitiva era levado o feretro por 60 homens cobertos de luto, o qual estava posto sobre uma caixa envernisada com o tecto forrado de velludo rôxo. O numero de pessoas que acompanhava o enterro era tão grande, que os primeiros distavam dos ultimos o espaço de uma milha.» O P. Magalhães escreveu, com o titulo de *Doze excellencias da China*, uma obra que nunca se imprimiu em portuguez, mas de que existe uma traducção franceza, publicada em 1688, e depois reimpressa em 1690 em Paris, com o titulo de *Nouvelle rélation de la Chine, contenant la description des particularités de ce grand empire, composée en l'année 1668 par le R. P. Gabriel de Magaillans, de la compagnie de Jesus*, etc. Do P. Magalhães ainda se conhece uma *Carta*, escripta em Pekim a 2 de janeiro de 1669, na qual relata a perseguição do anno de 1664, e que foi vertida em italiano pelo P. Prospero Intorcetta, na sua *Compendiosa narratione dello stato de la mission chineze*, e da qual ha tambem uma

versão portugueza na *Relação da China* do P. Rougemont, de que foi traductor o P. Sebastião de Magalhães.

Magalhães *(Henrique Jacques)*. Fidalgo da Casa Real, do conselho de D. Pedro II, 2.º alcaide-mór de Castello Rodrigo; senhor das rendas da villa de Fonte Arcada, do Paul da Bordeira e Bordalete, e d'outros bens em Lagos e em Lisboa; mestre general dos galeões do estado da India; governador e capitão general do reino de Angola, capitão de mar e guerra da armada nacional, mestre de campo do terço de Cascaes e da armada da côrte, etc. N. em Lagos e fal. em 30 de abril de 1700. Era filho de 1.º visconde de Fonte Arcada, Pedro Jacques de Magalhães, e de sua primeira mulher, D. Luiza da Silva. Começou muito cedo a sua vida militar, pois aos 11 annos de edade, já em companhia de seu pae entrou na guerra da Restauração. Esteve no combate de Castello Rodrigo, em 6 de junho de 1644; nas batalhas do Ameixial, 8 de junho de 1663, e de Montes Claros, 17 de junho de 1665, sendo em ambas ferido; na restauração de Evora, e na tomada do forte da Guarda Exerceu os postos de capitão de infantaria, de capitão de cavallos couraças, e, depois de terminada a guerra com a Hespanha, foi capitão de mar e guerra, mestre de campo do terço da guarnição de Cascaes, e em seguida do terço da armada, e foi como segundo governador na armada, de que seu pae era chefe, a qual conduziu a Lisboa o duque de Saboya, que estava ajustado para casar com D. Izabel, filha de D. Pedro II. Nomeado governador de Angola, tomou posse do cargo a 3 de novembro de 1691, succedendo a Gonçalo da Costa de Alcaçova Carneiro de Menezes. Foi este governador quem primeiro levou de Lisboa a nova moeda de cobre, a *Macuta*, que em Angola devia substituir os *libongos*, em que até então se faziam os pagamentos aos soldados. Os *libongos* eram uns panninhos quadrados, do feitio de guardanapos, fabricados pelos negros com um tecido de palha tão flexivel como o panno de linho, mas de côr amarella, e a cada um dos quaes se dava o valor de 5 réis. Os soldados recebiam cada um 700 réis por mez e um sacco de farinha, e como o novo governador, cumprindo as ordens que recebera do governo de Lisboa, substituiu esse vencimento pelo de 200 réis na nova moeda, foi essa diminuição tão mal recebida, que se amotinou toda a tropa paga, e retirando para o sitio da Nazareth, ali elegeram os insurgentes chefes para os dirigirem, e lançaram bando para que se lhes unisse sob pena de morte qualquer pessoa que tivesse praça. Como o ouvidor Francisco Lopes da Silva era o executor do novo pagamento, os revoltosos invadiram-lhe a casa para o matarem, e não o encontrando, intimaram o governador a que o fizesse logo embarcar. No meio da revolta o governador cedeu, e mandou partir o ouvidor, ordenando ao mesmo tempo que se pagassem os 700 réis, com o que serenou o tumulto; mas rebentando nova revolta d'ali a cinco dias com o intento de expulsar Henrique Jacques de Magalhães, reuniu este a infantaria na praça, guarneceu a sua casa com as ordenanças, chamou os cabeças de motim a um e um, e fazendo os conduzir por outra porta á cadeia, mandou no dia immediato arcabuzar cinco á vista de todos. Os revoltosos intimidaram-se com este severo castigo, e d'ali em deante receberam o soldo na fórma estabelecida pelas ordens do reino, não deixando, apezar d'isso, o governador de mandar todos os inspiradores do movimento, que eram os naturaes do Brazil, para differentes presidios. de maneira que antes de um anno nem um só d'elles restava no terço. No tempo de Henrique Jacques de Magalhães renovou-se a guerra com os sobas de Quissama, que de novo quizeram perturbar a nossa navegação no Cuanza, sendo castigados severamente pelo capitão-mór Manuel de Magalhães Leitão, que o governador, em 1695, mandou contra esse gentio; em 1696 construiu-se um forte na ponta da ilha de Loanda, para cruzar os seus fogos com o de S. Pedro de Morro da Lagosta, forte que o mar destruiu d'ali a poucos annos, fazendo desapparecer com elle uma porção da ilha; a reconstrucção da fortaleza de Benguella, e a concessão de varios privilegios á companhia de Cacheu e Cabo Verde, tendentes a favorecer o trafico da escravatura. Em novembro de 1697 foi substituido no governo por Luiz Cesar de Menezes, e voltou então para Portugal. Sendo mandado soccorrer Mombaça, com o titulo de general dos galeões, e com 4 naus e 1 patacho bem guarnecidos de gente, encontrou a praça já em poder dos arabes; ou por ignorancia ou má vontade dos pilotos não tentou a restauração, e foi com os navios, que commandava, entrar a barra do Mandovi, a 6 de setembro de 1699. Chegando a Lisboa a noticia da perda de Mombaça, enviou o governo os soccorros de que podia dispôr, com ordem expressa de ser entregue a Henrique Jacques de Magalhães o commando de todas as forças que se reunissem na India, para a expedição contra os arabes, e era tanta a confiança no valor e prudencia d'este general, que o alvará de 15 de março de 1701 nomeando-o governador da India, ordenou ao almotacel-mór, que logo lhe entregasse o governo, o que era contrario ás praxes usadas até áquella epoca, um vice-rei entregar o poder a um governador antes de estar fixado o seu embarque para a Europa. Estes despachos, porém, não chegaram a cumprir se, porque, quando chegaram a Gôa, já Jacques de Magalhães era fallecido, tendo sido sepultado no cruzeiro da capella-mór da sé d'aquella cidade, onde se collocou o seu brazão. Era casado com D. Lourença Antonia de Menezes, filha de João Lobo Brandão de Almeida, e de sua mulher, D. Izabel Henriques de Menezes.

Magalhães *(João Correia Pacheco Pereira de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, senhor da quinta de Maravedi, proximo da aldeia de Quebrantões, da freg. de Mafamude, concelho de Villa Nova de Gaia, etc. N. na referida quinta a 27 de setembro de 1811, sendo filho de Manuel Correia Pacheco Pereira, e de sua mulher, D. Maria Benedicta de Moura Teixeira de Magalhães e Andrade. Foi capitão da 4.ª companhia do regimento de milicias da Feira, de que era coronel Alvaro Leite Pereira de Mello e Alvim. Pertencendo ao partido absolutista, fez a campanha civil desde 1832, no seu regimento até abril de 1834, passando então para a 1.ª companhia de granadeiros do regimento de infantaria n.º 11, a qual commandou na batalha d'Asseiceira, em 16 de maio d'esse anno, recebendo pela fórma como se

houve n'essa acção os elogios do seu coronel João Antonio Apparicio. Sempre fiel ao juramento que prestára, acompanhou as suas bandeiras até Evora, e foi um dos convencionados de Evora Monte. Depois de terminada a campanha, seguiu os estudos superiores na Universidade de Coimbra e formou-se em Direito. Foi juiz ordinario do julgado de Paredes por espaço de cinco annos, e depois administrador d'aquelle concelho, desde 28 de julho de 1851 até ao 1.º de setembro de 1863, anno em que requereu a sua exoneração. Dedicou-se então ao exercicio da advocacia, em que se tornou muito distincto. Casou em 21 de maio de 1854 com D. Maria Adelaide da Cunha Teixeira Vasconcellos Porto-Carreiro.

Magalhães *(João Jacinto de)*. Notavel physico e astronomo. N. em Aveiro em 1732, fal. em Islington, Inglaterra, em 7 de fevereiro de 1790. Foi um dos portuguezes que no seculo XVIII mais honraram o nome de Portugal, e que lá fóra era considerado um dos physicos e astronomos mais notaveis do seu tempo, sendo as suas obras extremamente apreciadas. Dizem ser descendente do celebre navegador Fernão de Magalhães. Aos 11 annos de edade, em 21 de junho de 1743, entrou para a congregação dos conegos regulares de Santo Agostinho, onde professou depois, tomando o nome de D. João de Nossa Senhora do Desterro; mas descontente ao que parece, com o estado que abraçara, e não podendo com o seu espirito livre e amante da sciencia submetter-se ás regras d'uma ordem monastica, diligenciou obter da curia romana um breve de secularisação, e em 1764 saiu de Portugal com destino a Inglaterra, onde foi fixar a sua residencia. Anteriormente havia publicado os dois seguintes trabalhos seus: *Novo Epitome da Grammatica grega de Port Royal, composto na lingua portugueza para uso das novas escolas*, Paris, 1760; não tem o nome do autor no frontispicio, mas no fim da dedicatoria vem elle assignado com as letras iniciaes *J. H. M* que significam, em francez, *Jean Hyacinthe de Magellan;* apparecem, comtudo, muitos exemplares d'esta edição, nos quaes se cortou a dedicatoria e frontispicio, sendo este substituido por outro, em que se lê: *Novo Epitome da Grammatica grega de Porto-Real, accommodado na lingua portugueza para uso das novas escolas, por mandado de Sua Magestade Fidelissima el-rei D. José I, nosso senhor*, Lisboa, 1760. O outro trabalho é o seguinte: *A Fé dos catholicos: obra dirigida a instruir e confirmar na sua crença os catholicos, e mostrar aos que o não são que não teem razão alguma para os accusar de que vivem errados*, etc.; *escripta pelo abbade Platel*, (aliás Fr. Norberto, capuchinho), e traduzida do francez, Lisboa, 1763; sem o nome do traductor no principio, mas vem indicado em uma nota na advertencia previa do editor Partindo para Inglaterra, foi escolhido, em virtude da perfeição com que falava as linguas do Meio Dia da Europa, para acompanhar durante as suas viagens, os filhos de algumas familias nobres, e d'este modo principiou a relacionar se com os sabios mais eminentes de diversos paizes, com os quaes manteve depois assidua correspondencia. Nascido com gosto muito inclinado á observação e com disposições pouco vulgares para a physica e para a mechanica, applicou-se muito a estas especialidades, e conseguiu realizar muitas experiencias interessantes e introduzir em varios instrumentos physicos e astronomicos alguns aperfeiçoamentos de valor. Em 1774 foi admittido na Sociedade Real de Londres, e era tambem membro da Academia das Sciencias de Paris, de Madrid e de S. Petersburgo. Parece que em 1778 foi encarregado pelo nosso ministro em Londres, Luiz Pinto de Sousa Coutinho, de dirigir a construcção de alguns instrumentos de physica, que a côrte portugueza desejava. O governo de Hespanha, n'esta mesma epoca, tambem o incumbiu de fiscalisar em Londres a construcção d'uns barometros que mandára ali fazer. Em francez escreveu as seguintes obras: *Description des octants et des sextants anglais ou quarts de cercle à reflexion, avec la manière de s'en servir et de les construire*, Paris, 1775; com figuras; *Description et usages des nouveaux barométres pour mesurer la hauteur des montagnes et de la profondeur des mines*, Londres, 1779; *Relation ou notice des derniers jours de mr. Jean Jacques Rousseau, circonstances de sa mort*, etc. *par mr. Le Begue du Presler, avec une addition relative au même sujet par J. H. de Magellan*, Londres, 1778; *Description des nouveaux instruments circulaires à reflection, pour observer avec plus de precision des distances angulaires*, Londres, 1779; com figuras; *Description et usages des instruments d'astronomie et de physique, faits à Londres par ordre de la cour de Portugal en 1778, adressée dans une lettre à son excellence M. Louis Pinto de Sousa Coutinho, envoyé extraordinaire à la cour de Londres*, etc., Londres, 1779; com figuras; *Essai sur la nouvelle theorie du feu elémentaire, et de la chaleur des corps; avec la description des nouveaux thermometres*, Londres, 1780; com figuras; *Notice des instruments d'astronomie, de geodesie, de physique. . par ordre de la cour d'Espagne*, Londres, 1780; com figuras; *Collection de differents traités sur les instruments d'astronomie et de physique*, Londres, 1784; com figuras; foi traduzido em inglez em 1785; *Description d'un appareil en verre pour composer des anx minerales artificielles*, Londres, 1777; com figuras; foi traduzido em allemão em 1780, e reimpresso em 1783 com uma resposta ás observações criticas que lhe fizeram. João Jacinto de Magalhães collaborou assiduamente desde 1778 até 1783, no *Journal de Physique* do padre Rosier, onde entre outros artigos, publicou a descripção d'um relogio que elle inventara, o qual, por meio de campainhas de diversos timbres, indicava as horas, meias horas, quartos, minutos, dias da semana, do mez, da lua, etc., o que era de grande vantagem para o duque de Aremberg, que, cegando completamente, pediu a Magalhães imaginasse um relogio que fôsse verdadeiramente util para quem se encontrava n'aquella triste situação. No *Journal Étranger* ha tambem alguns artigos de Magalhães, e no que corresponde ao mez de abril de 1760, vem uma extensa carta ácêrca do terremoto de 1755. Magalhães editou a *Mineralogia* de Cronstedt traduzida em inglez por G. Engistron com additamento; publicou tambem as *Voyages de Beniowiki.*

Magalhães (*João Jacques de* . Fidalgo da Casa Real; do conselho de D. João V, familiar do Santo officio, por carta de 27 de abril de 1702; alcaide-mór de Castello Rodrigo; senhor do Paul

da Bordeira e Bordelete, em Lagos, de outros vinculos na provincia da Extremadura; e do vinculo dos Andrades, na ilha da Madeira; coronel de infantaria da praça d'Almeida, que depois teve o n.º 23; governador e capitão da praça de Mazagão; governador e capitão general do reino de Angola, etc. Ignora-se a data do nascimento, mas sabe-se que falleceu em Loanda a 17 de abril de 1748. Era filho de Henrique Jacques de Magalhães *(V. este nome)*, e de sua mulher, D. Lourença Antonia de Menezes; neto do 1.º visconde de Fonte Arcada, Pedro Jacques de Magalhães, e pae do 2.º visconde, Antonio Jacques de Magalhães *(V. Fonte Arcada)*. João Jacques de Magalhães serviu na guerra da Successão de Hespanha, durante a qual foi feito prisioneiro; foi capitão de cavallos, coronel de infantaria, e governou a praça de Mazagão desde setembro de 1727 até janeiro de 1734, sem que durante esse periodo occorresse facto algum digno de menção especial, passando-se esses annos nas habituaes correrias e emboscadas de moiros, que os nossos trataram de repellir. Sendo nomeado governador d'Angola, tomou posse do cargo no 1.º de abril de 1738, succedendo a Rodrigo Cesar de Menezes. Nos primeiros annos do seu governo occupou-se com as obras da fortaleza de S. Miguel que, em 1673, fôra começada a reconstruir de pedra e cal e que elle deixou acabada exteriormente, e mandou tambem alargar o palacio da residencia dos governadores. Tendo em 1744, a rainha Ginga mandado matar um branco, que negociava nos seus estados, e roubava todos os pombeiros que por elles andavam resgatando escravos, João Jacques de Magalhães decidiu castigar essas ousadias, e por isso formou um dos maiores exercitos que até então se haviam visto n'aquellas terras. Além da infantaria que saiu da cidade com os capitães Roque Ferreira de Vasconcellos e Domingos da Fonseca Negrão, da companhia de cavallos e de differentes presidios, juntou-se ainda muita gente dos districtos, o que tudo fazia uns 20:000 homens, ás ordens do capitão-mór Bartholomeu Duarte Sequeira. Tomaram os nossos as ilhas do Cuanza, e, por uma série de victorias chegaram até á banza de Matamba, e obrigaram a rainha Ginga em 1745 a pedir a paz, cedendo a Portugal as ilhas de Quinalonga, e satisfazendo uma pensão annual como indemnisação das despezas da guerra a que tinha dado causa. Em seguida passou o capitão-mór a castigar os sobas da Quissama, e especialmente o rebelde Quirua, que implorou a paz a troco d'umas lagôas, cujas pescarias renderam depois bom dizimo para a fazenda real. João Jacques de Magalhães falleceu no fim de 10 annos de governo, e foi sepultado na egreja dos jesuitas, de Loanda. Por sua morte organisou-se um governo provisorio composto do bispo, do ouvidor e do sargento-mór que andavam em continuas dissensões e questões, até que em janeiro de 1749 chegou o novo governador, que foi o 1.º conde e 1.º marquez de Lavradio, D. Antonio d'Almeida Soares e Portugal. João Jacques de Magalhães era casado com D. Marianna Ignacia de Menezes, filha de D. Antonio de Menezes, alcaide-mór de Cintra, e de sua mulher, D. Antonia Margarida de Vilhena.

Magalhães *(João Maria de)*. General de brigada. N. em 8 de outubro de 1835, fal. em 26 de março de 1896. Era filho do general José Maria de Magalhães, e de D. Miquelina Candida da Silva Magalhães. Foi alumno do Collegio Militar e assentou praça em 3 de agosto de 1850; depois de ter concluido o curso de infantaria, teve a promoção de alferes a 29 de junho de 1852. Em setembro de 1860 foi encarregado pelo governo de frequentar o curso de engenharia florestal de Nancy, e matriculando-se nos cursos theorico e pratico d'esse anno lectivo, remetteu em agosto seguinte ao ministerio das obras publicas um relatorio circumstanciado d'esses estudos, o qual foi publicado no *Boletim* do mesmo ministerio, n.º 11, de novembro de 1861. Durante as ferias grandes estudou a pratica do serviço e administração florestal na graude floresta de Hagnenau e o sequeiro de sementes florestaes das essencias resinosas, e do que então viu e examinou, fez um relatorio, que enviou ao ministerio em 4 de outubro de 1869. Escreveu tambem um relatorio, inserto no *Boletim* de 5 de maio de 1862, acompanhado de desenhos e descripções a respeito dos estudos que fez em Strasburgo, do systema de conservação de madeiras pelo processo do dr. Boucherie, injectando-as com sulphato de cobre, e no *Boletim* n.º 11 de novembro seguinte, se encontra um outro relatorio de Magalhães, sobre a matricula do 2.º anno da escola de Nancy e respectivos exames finaes. Foi encarregado de fazer no anno immediato algumas excursões, de visitar e estudar os trabalhos feitos nos Alpes por conta do governo francez para enfraquecer as torrentes e evitar as inundações, sendo tambem incumbido de examinar os processos de rearborisação das montanhas em França, de passar á Allemanha, para ahi visitar as escolas e investigar diversos systemas de administração e pratica florestal, e finalmente de, no seu regresso a Portugal, observar os trabalhos de fixação das dunas do golpho de Gasconha e de tomar conhecimento do ensino e administração florestal no reino visinho. Antes de passar á Allemanha percorreu os Alpes e as montanhas do centro da França, e das suas observações mandou para o ministerio das obras publicas um relatorio que foi impresso em varios numeros do *Diario de Lisboa* de dezembro de 1864. No relatorio datado de 15 de fevereiro de 1864, e impresso no n.º 11 do *Boletim*, deu conta João Maria de Magalhães da ultima parte da sua missão, isto é, desde que passou o Rheno até chegar a Portugal. Em 5 de dezembro de 1865 foi promovido a tenente, em 2 de julho de 1873 a capitão, em 31 de outubro de 1884 a major, em 21 de julho de 1886 a tenente-coronel, em 5 de dezembro de 1888 a coronel, e em 28 de agosto de 1891 a general de brigada, posto em que falleceu. Era vogal do Supremo Tribunal de Justiça militar, grande official, commendador e cavalleiro da ordem de Aviz; commendador da de Nossa Senhora da Conceição, cavalleiro da de Christo; commendador da ordem de Izabel a Catholica, de Hespanha, e cavalleiro de 3.ª classe de Danebrog da Dinamarca. Possuia tambem a medalha de prata, de comportamento exemplar.

Magalhães *(João Mendes de)*. Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra. N. na freg. de Cambres, concelho de Lamego, a 7 de julho de 1836, fal. em Lamego a 10 de dezembro de 1897. No seu curso de Coimbra

obteve sempre *accessit* na faculdade de Mathematica, que frequentou até ao 2.º anno, assim como na de Philosophia, que frequentou até ao 3.º anno, e em Medicina ganhou sempre, ora *accessits*, ora premios. Tendo concluido a sua formatura concorreu ao partido medico de Mesão Frio, onde foi collocado, permanecendo ali até 1866, anno em que veiu para Lamego, obtendo o logar de facultativo d'um dos partidos da camara. Devotando se tambem dedicadamente ao magisterio secundario, foi nomeado professor de Mathematica das antigas aulas secundarias de Lamego, e em 1869 professor da mesma disciplina no seminario, tendo egualmente a nomeação de subdelegado de saude do concelho de Lamego. Havendo em 1880 as referidas aulas sido elevadas á categoria de lyceu, conservou a sua cadeira de Mathematica, que regeu até pouco antes da sua morte, assim como regeu a mesma cadeira no seminario. Em 1881 foi nomeado, com os maiores applausos dos professores e dos academicos, reitor do lyceu, logar que desempenhou até 1896, anno em que a lei respectiva, por então promulgada, tornando incompativeis os logares de reitor e professor, naturalmente o exonerou. João Mendes de Magalhães era de grande modestia, não queria nunca acceitar cargo algum publico, nem tão pouco condecorações, e só muito instado, é que foi nomeado procurador á antiga junta geral do districto, e em 1892 administrador do concelho. Pertencia ao partido regenerador, e em 1897 quizeram propol-o para deputado, mas rejeitou obstinadamente. Em 1853 havia casado com D. Maria Amalia Ramalho Mendes.

Magalhães *(João de Sousa Calvet)*. V. *Sousa Calvet Magalhães.*

Magalhães *(Joaquim Antonio de)*. Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, deputado, ministro de Estado, ministro plenipotenciario na côrte do Brazil, conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, etc. N. em Lamego a 27 de novembro de 1795, fal. em Lisboa a 5 de janeiro de 1848. Era filho de Bento José da Costa. Cursou a Universidade, recebeu o grau de doutor em Leis a 18 de junho de 1820, e foi depois oppositor a uma cadeira da faculdade. Seguiu, porém, a carreira judicial. Animado pelas idéas liberaes, escreveu e publicou em Coimbra, no anno de 1823, um elogio dramatico, em verso, com o titulo: *A queda do despotismo; drama historico em tres actos, composto para se representar em o dia 24 de agosto de 1822, em memoria do faustissimo dia da acclamação feita na cidade do Porto*, etc. Em 1826 foi eleito deputado nas côrtes que se reuniram, tomando parte muito activa nas questões que se discutiam nas camaras, manifestando-se logo um orador fluente e vigoroso. Em 1828 chegou a Lisboa o infante D. Miguel, e assumiu a regencia do reino. No meado de maio rebentou em Aveiro e no Porto a revolução contra o governo absolutista, e formou-se no Porto uma junta provisoria, em cujos membros foi incluido Joaquim Antonio de Magalhães. Quando depois a junta resolveu formar uma delegação com amplos poderes para se dirigir ao exercito e ordenar tudo que julgasse necessario ou conveniente para triumphar a causa constitucional, foi ainda Magalhães um dos escolhidos, e com os seus collegas marchou para Coimbra, e d'ali retrocedeu mais em direcção ao Porto, quando a divisão constitucional começou o seu movimento de retirada. Emquanto esses factos se passavam no exercito do sul do Douro, chegavam ao Porto o marquez de Palmella e muitos liberaes portuguezes, que com elle tinham vindo de Inglaterra no *Belfast*, e realisavam se acontecimentos importantes. Quando o general Saldanha se resolveu acceitar o commando das forças constitucionaes e pediu que lhe déssem companheiros para o governo, offereceram-se para essa difficil missão o coronel Gama Lobo e Joaquim Antonio de Magalhães, que foi quem lavrou a portaria da nomeação dos membros d'essa commissão, ficando d'esta maneira dissolvida a junta, cujos membros fôram desde logo procurar alojamento no *Belfast*, que se preparava para voltar a Inglaterra. Pouco depois o general Saldanha resolveu demittir-se do commando, e n'esse sentido officiou aos seus dois collegas, que, admirados de tal resolução, fôram ainda a bordo com idéa de fazerem mudar de tenção o general; não o podendo conseguir, deixaram-se ficar tambem no *Belfast*, e seguiram para Inglaterra. Estando em Londres, Joaquim Antonio de Magalhães escreveu e publicou o seguinte folheto: *Breve exame do assento feito pelos denominados estados do reino de Portugal, congregados em Lisboa aos 23 de junho de 1828*, e passando a França, imprimiu em 18.9 outro seu escripto: *Reflexões sobre a sentença proferida na cidade do Porto, contra o marquez de Palmella e outros*; publicando ainda depois em Londres no anno de 1830; *Analyse ás observações do general Saldanha, publicadas em Paris com a data de 13 de novembro de 1829*, referindo-se tanto as *Observações* como a *Analyse* ao episodio do *Belfast* e aos acontecimentos que se haviam dado no Porto nos ultimos dias de junho e primeiros de julho de 1828. Partindo mais tarde para os Açôres, Joaquim Antonio de Magalhães fez parte da junta consultiva, creada pela regencia, por decreto de 3 de junho de 1831, e trabalhou na redacção das leis da dictadura, collaborando com José da Silva Carvalho e José Leandro da Silva e Sousa, na refórma e organisação da justiça estabelecida por decreto de 16 de maio de 1832. Desembarcou com o exercito libertador nas praias do Mindello, e quando em dezembro seguinte, insistiu pela demissão Mousinho da Silveira, que tinha a seu cargo as pastas da fazenda e da justiça, foi convidado para o substituir José da Silva Carvalho, que se prestou n'aquellas apuradas circumstancias a acceitar a pasta da fazenda, com a condição de ser Joaquim Antonio de Magalhães nomeado ministro da justiça. N'este novo cargo prestou relevantissimos serviços á causa liberal, como se affirma n'um relatorio apresentado pelo governo ás côrtes em 1835, declarando esse documento official que a entrada de José da Silva Carvalho e de Joaquim Antonio de Magalhães para o ministerio *salvara a causa da rainha*. Pouco depois da entrada de Magalhães para o gabinete, chegou ao Porto o general Solignac, que assumiu o commando do exercito, mas em breve se manifestaram entre elle e o ministerio graves desintelligencias. Magalhães, como ministro da justiça, tratou de subornar o secretario do general para conhecer o que este dizia na sua correspondencia, mas Solignac, descobrindo que lhe haviam corrompido o homem em quem depositava completa confiança, foi pes

soalmente declarar a D. Pedro o que se passava, exigindo a demissão do ministro ou a sua. D. Pedro parece ter-se inclinado para esta ultima solução, e que em 19 de abril mandou offerecer a Saldanha o commando do exercito, com o pretexto que era desairoso para as tropas portuguezas terem por chefe um estrangeiro, e accrescentando que puzesse Saldanha todas as condições, porque mesmo sem se lerem, seriam acceitas e approvadas. Saldanha, ou por que suspeitasse da proposta, ou por qualquer outro motivo, respondeu que elle era o primeiro a confessar ser um grande desaire os portuguezes serem commandados por um estrangeiro,mas que maior desaire seria demittil-o, sem causa, depois de se haver convidado, o que portanto d'essa nodoa não queria elle participar. As manifestações contra Solignac continuaram algum tempo, conservando-se elle no commando do exercito, mas parece que Joaquim de Magalhães animou essas manifestações, porque não tardou a que saisse do ministerio. Depois de se ter definitivamente restabelecido o systema constitucional, Magalhães foi nomeado ministro plenipotenciario na côrte do Rio de Janeiro, cargo que exerceu desde 21 de outubro de 1835 até 24 de dezembro de 1836. Regressando á patria, tornou a ser eleito deputado, estando sempre na opposição emquanto estiveram no poder os ministros que representavam as idéas da revolução de setembro. Formando-se o gabinete de 16 de novembro de 1839, em que entravam homens já reconhecidamente pouco affectos á nova constituição, Magalhães prestou o seu apoio a esse ministerio, mas ligando se depois com Antonio Luiz de Seabra e outros deputados, que se diziam cartistas puros, separou se dos seus antigos amigos, e na nova legislatura fez cruel guerra ao governo. Apreciando os seus dotes de orador parlamentar, diz um dos seus biographos: «Era Joaquim Antonio de Magalhães um terrivel adversario, porque tinha sobretudo grandes faculdades de polemista, mas era tambem orador grave, sereno, erudito, e o seu celebre discurso em defeza da instituição do jury, pronunciado na sessão de 3 de agosto de 1840, é um modelo de eloquencia parlamentar no aspecto positivo que ella sobretudo deve ter, quando se discutem projectos de lei.» Joaquim Antonio de Magalhães, em 1842, tornou a entrar no ministerio, quando as circumstancias politicas eram bem difficeis, porque um dos ministros, Costa Cabral, tinha ido ao Porto, e proclamara a restauração da Carta Constitucional, e os collegas surprehendidos apresentaram todos á rainha o pedido de demissão. A 7 de fevereiro, D. Maria II, vendo-se em grandes embaraços, encarregou o duque de Palmella de formar um gabinete, que ficou conhecido pelo nome de *ministerio d'Entrudo*, no qual entravam, além do duque, que tinha a presidencia e a pasta dos estrangeiros, Joaquim Antonio de Magalhães, ministro do reino; Joaquim Filippe de Soure, da justiça; visconde de Sá da Bandeira, da guerra; Antonio Aluisio Jervis de Athouguia, da marinha; e Antonio José d'Avila, da fazenda. Esse governo, cuja existencia foi bem curta, mostrou uma actividade prodigiosa e Magalhães, na qualidade de ministro do reino, mostrou se decidido a tomar todas as providencias que julgou convenientes para suffocar o movimento, mas a rainha sympathisava com a restauração da Carta, e aproveitando as manifestações dos regimentos que formavam a guarnição da capital, demittiu logo no dia 9 o ministerio que nomeara dois dias antes, e chamou ao poder o duque da Terceira, que organisou um gabinete interino, esperando a chegada de Costa Cabral. Como deputado ainda Joaquim Antonio de Magalhães voltou á camara, sempre na opposição, mas pouco tempo se demorou, por ter sido nomeado conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça. A sua carreira publica, porém, estava terminada, porque as doenças, de que soffria, o obrigaram a afastar-se da politica, até que falleceu. Os seus discursos na camara dos deputados encontram-se nos respectivos *Diarios*, e sómente o que pronunciou defendendo a instituição do jury, em 1840, é que foi tambem impresso, como modelo de eloquencia parlamentar, na *Selecta*, de Caldas Aulete. Em 1844 publicou Joaquim Antonio de Magalhães um opusculo combatendo á luz dos principios liberaes o decreto do 1.º de agosto d'esse anno. Dizem que deixou manuscriptas muitas poesias.

Magalhães *(P. José Antonio de)*. Clerigo secular. N. em Santa Agueda de Carlam, no arcebispado de Braga, a 26 de agosto de 1786; ignora-se a data da sua morte, mas sabe-se que vivia ainda em 1860. A 28 de outubro de 1803 entrou para a Congregação da Missão, mas sendo esta congregação extincta em 1834, assim como as ordens, religiosas,passou a ser clerigo secular. Em 1841 publicou em Lisboa um volume de 372 pag., intitulado: *Cathecismo de doutrina christã contra os erros do tempo presente.*

Magalhães *(P. José Bernardino de)*. Presbytero e prégador apreciado. N. em Caminha a 20 de maio de 1687; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Bento de Sousa e de Felicia da Rocha Magalhães. Estudou humanidades em Braga, e passou depois a cursar a faculdade de Canones na Universidade de Coimbra, seguindo a carreira ecclesiastica, tomou ordens de presbytero e dedicou-se ao ministerio de pulpito. Nenhum dos seus sermões foi publicado; o unico dos seus trabalhos que se imprimiu, em 1748, tem por titulo: *Enigma das longitudes do orbe, theoricamente decifrado em cinco demonstrações, para a perfeita navegação de leste a oeste e complemento da nautica e geographia.* Diz Barbosa Machado, no 4.º vol. da *Bibliotheca Lusitana*, pag. 200, que o P. José Bernardino de Magalhães tinha colligido em volume, com o titulo de *Capitolio das musas*, varias poesias que escrevera no tempo da mocidade, e mais 5 tomos d'uma obra tendo o extravagante titulo: *Escudo do quinto imperio, ou armas do reino de Christo, enigma dos enigmos prophеticos, em que se contém a esperança de Portugal e os successos das egrejas mais notaveis até ao fim do mundo.*

Magalhães *(José Estevão Coelho de)*. Notavel orador politico, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, jornalista, deputado, etc. N. em Aveiro a 26 de novembro de 1809, fal em Lisboa a 3 de novembro de 1862. Era filho do medico Luiz Cypriano Coelho de Magalhães *(V. este nome)*, e de sua mulher, D. Clara Miquelina de Azevedo Leitão. Quando em 1810, os exercitos francezes invadiram Portugal, vendo se o dr. Magalhães obrigado a fugir de Aveiro, mandou o filho para casa da avó materna, D.

Anna Joaquina Ribeiro da Costa, que era muito extremosa pelo néto, e de cuja educação cuidou até que em 1821 seu pae novamente o chamou para junto de si. José Estevão teve então o grande desgosto de perder sua mãe. Seu pae tratou da sua educação litteraria, e mandou o para a aula de instrucção primaria d'um professor de Aveiro, chamado Custodio José Baptista, e depois passou a ouvir as lições de latim de José Lucas da Silveira, estudando juntamente logica com Francisco Ignacio de Mendonça, e rhetorica com o padre Manuel Xavier, poeta e prégador muito respeitado. Terminados os estudos preparatorios, o moço estudante desejava seguir a vida ecclesiastica, mas o pae tratou de o dissuadir d'essa idéa, e José Estevão matriculou-se em 1825 no 1.º anno de Direito na Universidade de Coimbra. Cheio de ardor, de crenças, de aspirações e de mocidade, sentindo o fogo da eloquencia que o arrebatava, começou a manifestar, nos clubs politicos que se formaram entre os academicos, o seu decidido amor á liberdade e o arrojo e energia de que mais tarde nos campos da batalha, nas lides da imprensa e nas luctas parlamentares, deu tão elevados testemunhos. José Estevão continuava a cursar as aulas no meio da grande agitação que lavrava no paiz, e chegando o mez de maio de 1828, em que os liberaes resolveram protestar pela força contra o procedimento do infante D. Miguel, o moço estudante entrou de corpo e alma na conspiração, que abortou, fazendo parte do batalhão academico que então se organisara, e em que tinha o posto de cabo. Começaram logo as perseguições de que havia de ser victima, e aos 19 annos de edade, ainda incompletos, teve de emigrar para a Galliza, com os seus companheiros, e embarcando em Ferrol com destino a Inglaterra, e desembarcando em Pymouth, ali se conservou até ao momento de poder ir associar se aos liberaes que levantaram a sua bandeira na ilha Terceira, Com o seu modesto posto de cabo da companhia d'artilheiros do batalhão academico serviu José Estevão durante todo o tempo que as forças constitucionaes se conservaram nos Açôres, e não tendo entrado na acção da Villa da Praia por estar destacado no interior da ilha Terceira, tomou parte na conquista das ilhas do archipelago, e com o exercito de D. Pedro embarcou para Portugal, vindo desembarcar no Mindello em 8 de julho de 1832. Os bravos academicos fôram encarregados da defeza da Serra do Pilar, e da fórma como se houveram nos ataques dos dias 13 e 14 de outubro do mesmo anno de 1832, o general Ponce de Leão, mais tarde visconde da Serra do Pilar, no seu relatorio ao governo elogiava muito os voluntarios academicos e o seu commandante, especialisando no combate do dia 13, José Estevão Coelho de Magalhães, José Silvestre Ribeiro e o alferes Alexandre Carvalhal Silveira, que encarregados dos trabalhos de fortificação, dirigiram o estabelecimento da brecha debaixo d'um vivissimo fogo da artilharia, e no dia immediato tiveram um comportamento egual ao dos seus camaradas. Por essa occasião José Estevão recebeu o habito da Torre e Espada Continuando a servir no cêrco do Porto como voluntario academico, deu novamente provas da sua bravura em differentes occasiões, e sendo despachado 2.º tenente de artilharia em 4 de abril de 1833, logo na acção de 25 de julho se assignalou no reducto que se tornou célebre com o nome *de flecha dos mortos*. Acompanhado unicamente de 20 soldados, defendeu tenazmente esse ponto das fortificações, e vendo cair mortos a seu lado os seus subordinados, sem perder o animo, ia sempre continuando o fogo, dirigindo as pontarias com tal acerto, que nas fileiras miguelistas era grande o estrago. Quando lhe restava apenas um soldado e não podia, portanto, continuar o serviço da peça, ainda se conservou no seu posto, até que o official inimigo entrou no seu reducto, e então com o atrevimento que lhe era proprio, chamuscou as barbas do adversario com a vella mixta que tinha na mão, e sob um chuveiro de balas deitou a correr para a retaguarda a unir-se ás forças liberaes. Por essa heroica defeza recebeu José Estevão o grau de cavalleiro da Torre e Espada, por decreto de 15 de agosto de 1833. mas como essa distincção já lhe havia sido conferida, contórme citámos, foi em 7 de fevereiro de 1834 elevado a official da mesma ordem, por um decreto muito honroso. Nos ultimos tempos da campanha José Estevão fez parte das forças, que ás ordens de Saldanha, continuaram a lucta contra os miguelistas, e terminada a guerra foi promovido a 1.º tenente em 24 de julho de 1834. Em outubro seguinte matriculou-se no 3.º anno da faculdade de Direito, porque tinha sido dispensado do exame do 2.º anno, pelo decreto de 8 de março de 1833, que deu perdão d'acto aos academicos, que se alistaram no exercito constitucional. Em 1837 concluiu o curso de Direito, e estava resolvido a deixar a carreira militar para ir exercer a advocacia na cidade do Porto, mas o pae contrariou-o n'esse desejo, e fazendo-o ele-

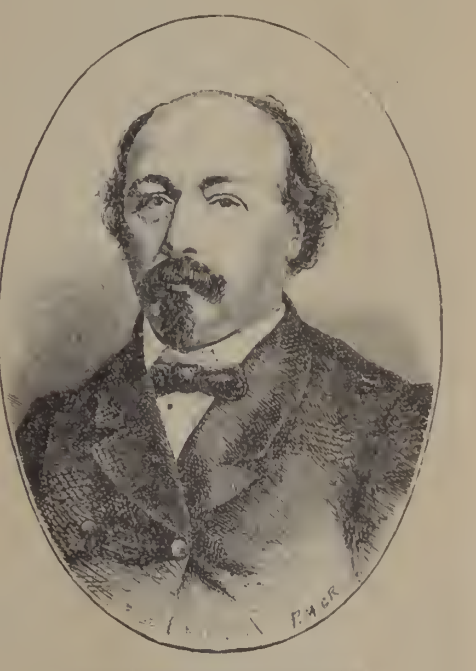

José Estevão Coelho de Magalhães

ger representante dos povos de Aveiro, no congresso constituinte que se ia reunir depois da revolução de setembro, conduziu-o assim ao campo em que tanto se havia de assignalar. Foi na tribuna parlamentar, sustentando os principios e as idéas liberaes, ou defendendo a honra da patria ultrajada por nações mais poderosas, que José Estevão ganhou os direitos á immortalidade e o nome de notavel orador portuguez. Enthusiastico democrata acolheu com applauso a revolução de setembro de 1836, pronunciou o seu primeiro discurso parlamentar em 5 de abril de 1837, que foi como uma profissão de fé politica, o seu programma de partidario ardente das idéas progressistas, que queria vêr affirmadas na constituição que se estava discutindo, e foi decretada no anno seguinte. Rodrigo da Fonseca Magalhães e Costa Cabral, inimigos da constituição democratica, tiveram n'elle um dos seus mais terriveis adversarios. Não se contentando com a tribuna do parlamento, e julgando que para melhor propagar as suas idéas, era preciso ter um jornal á sua disposição, fundou, com Manuel Antonio de Vasconcellos, *O Tempo*, cujo primeiro numero saiu a 29 de janeiro de 1838, sendo o artigo de fundo escripto por José Estevão, que n'elle combatia os planos financeiros do governo e as propostas feitas pela direcção do Banco de Lisboa, para um emprestimo ao thesouro. A opposição de José Estevão não se limitava, porém, só aos seus artigos no *Tempo* e aos seus discursos no parlamento e no *Club dos Camillos*, que foi uma das sociedades politicas d'essa epoca, que mais celebridade alcançou; tambem José Estevão, com a sua palavra inflammada, não se cançava de verberar os actos do ministerio, que julgava não ter força necessaria para defender a revolução contra as intrigas e manejos dos adversarios d'ella. Discutiam-se nos *Camillos* as proposições mais exaltadas, e como se sabia que a rainha só constrangida havia adherido á revolução, alguns membros do club envolviam o throno nos seus ataques ao ministerio; mas José Estevão, que na sua profissão politica, disséra querer um rei só com ministros responsaveis a executar só, conservava-se firme n'essas idéas. Terminada a missão do congresso, reuniram-se em dezembro de 1838 as novas camaras, e José Estevão, nomeado relator da commissão da resposta ao discurso da corôa, reprovou com toda a energia a marcha politica do gabinete. Este ministerio durou até abril de 1839, em que se formou outro gabinete presidido pelo barão da Ribeira de Sabrosa. A este ministerio prestou José Estevão o seu apoio franco e decidido; a 26 de novembro, eram chamados aos conselhos da corôa Rodrigo da Fonseca Magalhães e Costa Cabral, cujos sentimentos cartistas eram bem conhecidos, e por isso José Estevão fez a esse ministerio uma guerra crudelissima tanto no parlamento como na imprensa. A demissão do barão da Ribeira de Sabrosa e a formação do ministerio, que lhe succedeu, fôram attribuidas á influencia de lord Palmerston e do ministro inglez em Lisboa, e por isso José Estevão escreveu uma satyra pungentissima, que appareceu no *Athleta* do Porto, sendo depois transcripta no primeiro numero na *Lança*, que então começou a publicar-se em Lisboa. Essa satyra, em que se contava o baptisado do ministerio, tornou se celebre, e n'ella se encontra bem desenhada a situação do governo no principio do anno de 1840. Reunidas as côrtes em janeiro d'este anno, a opposição dirigiu ao governo os mais vivos ataques na discussão da resposta ao discurso da corôa, e foi n'esse debate que José Estevão teve por principal adversario outro grande orador, Almeida Garrett, que pertencendo ao centro da camara, era então um dos defensores do ministerio. Foi na sessão de 6 de fevereiro de 1840 que José Estevão pronunciou o seu primeiro discurso contra o projecto de resposta ao discurso da corôa, e foi ali que elle alludiu ao Porto Pireu, o que deu causa á celebrada replica de Garrett, que ficou conhecida na historia parlamentar portugueza pelo nome de discurso do *Porto Pireu*. O debate entre estes dois contendores notaveis, tornou-se imponente durante algumas sessões. Em vista do numero e qualidade dos deputados que contava a opposição, entendeu o governo que devia propôr á rainha a dissolução das côrtes, mas para a nova legislatura foi ainda reeleito José Estevão, que continuou a sua lucta pertinaz contra o ministerio, pronunciando, além de outros, dois importantes discursos, um na sessão de 3 de junho sobre a eleição do 4.º circulo do Porto, e outro ácêrca do projecto de lei sobre o censo eleitoral. Foi n'esse anno de 1840, que José Estevão alcançou em concurso publico a cadeira de economia politica da Escola Polytechnica, tendo por competidor n'esse certame José Maria Eugenio d'Almeida Deixou muitos apontamentos das suas lições, publicando o excerpto d'um d'elles, a respeito da emigração, no *Archivo Pittoresco* de 1862. Foi José Estevão, com o seu amigo e patricio Manuel José Mendes Leite, que fundou a *Revolução de Setembro*, jornal que principiou a publicar-se em 22 de junho de 1840. Antonio Rodrigues Sampaio foi tambem um dos redactores, e com a sua penna energica e virulenta tornou-se socio inseparavel de José Estevão nas luctas politicas, e nos perigos e trabalhos que soffreram. Depois de levada a cabo a restauração da Carta em 1842, José Estevão continuou na *Revolução de Setembro* a combater o governo, mostrando-se tambem vigoroso na camara, onde entrou como representante de Lisboa, porque o ministerio taes diligencias empregou para lhe contrariar a eleição, que o distincto deputado não pôde fazer vingar a sua candidatura por Aveiro, que sempre o elegera. N'essa legislatura a opposição contava um pequeno numero de deputados, e embora entre elles se contassem alguns dos homens mais distinctos do partido liberal, as suas vozes eram abafadas pela importancia numerica da maioria, e o governo tinha a certeza da approvação de todos os seus actos. Foi então que Antonio Cesar de Vasconcellos, depois conde de Torres Novas, saindo de Lisboa para aquella villa, em fevereiro de 1844, se poz á frente do regimento de cavallaria n.º 4, e levantou o grito de revolta contra o ministerio. José Estevão e muitos outros militares e paizanos do partido progressista, fôram juntar-se a Cesar de Vasconcellos, o qual, com as forças que pôde reunir, marchou sobre Almeida. José Estevão fôra mandado antes a essa praça para dispôr e preparar a revolução popular nas provincias do norte, e lá estava ainda quando as tropas do governo, sob o commando do conde de

Fonte Nova, puzeram a Almeida um apertado cêrco. A posição dos sitiados aggravava-se de dia para dia com a falta de viveres, e era indispensavel que os povos do norte se levantassem para chamar a attenção das forças do governo, pois d'outro modo a praça fatalmente havia de capitular em pouco tempo. No meio da irresolução dos chefes e da desanimação que já começava a manifestar-se entre os soldados, José Estevão offereceu-se para atravessar as linhas do inimigo e ir preparar a revolução na Beira e Traz-os-Montes. Na noite de 7 de abril, com o maior segredo e as possiveis precauções, saiu da praça pela poterna de S. João de Deus, acompanhado de João Bernardino da Silva Borges, Germano José Guedes, Antonio Maria, proprietario na villa d'Almeida, e um guia pratico d'aquelles sitios. Caminharam toda a noite espreitando o movimento das patrulhas dos sitiantes, até que chegaram de madrugada a uma ceara de centeio, onde o guia os deixou para se ir orientar no terreno. Voltando pouco depois, annunciou-lhes que estavam perdidos. José Estevão decidiu caminhar até um outeiro proximo para d'ali descobrir campo. Apenas chegaram ao alto, as cornetas e os tambores das tropas do governo e um tiro de peça disparado contra a praça, demonstraram a José Estevão e aos seus companheiros que estavam na retaguarda do quartel general do conde de Fonte Nova, e que por traz d'elles ficava a raia portugueza. Desceram o outeiro, tendo já nascido o sol, e depois d'uma marcha forçadissima passaram ás 9 horas da manhã o rio que divide Portugal da Hespanha. A pouca distancia do logar onde descançaram, viram um pastor de cabras, e chamaram-n'o para junto de si; o qual vinha acompanhado d'uma rapariguinha loura e esperta, que foi um grande auxiliar para José Estevão e dos seus companheiros, porque tendo-lhe feito perceber a sua situação e o estado de fraqueza em que estavam, immediatamente a rapariga lhes improvisou um almoço com o leite das cabras e um pedaço de pão de centeio que o pastor possuia. José Estevão informou-se que estavam na aldeia de Almofala, e como tinha ali um amigo, mandou pedir-lhe que viesse ter com elle. Não tardou que apparecessem tres homens que levaram os fugitivos para a casa d'uma fazenda proxima, onde fôram servidos com um bom jantar, tudo feito com as maiores precauções, porque a raia estava cheia de tropas hespanholas. Pela meia noite os amigos de Almofala mandaram tres boas cavalgaduras, em que os revolucionarios montaram, e guiados por um contrabandista marcharam para Subradillo, onde se esconderam dentro d'um palheiro, e ali estiveram o dia todo. A's 9 horas da noite seguinte marcharam sobre o Douro, que atravessaram n'uma barca hespanhola. Esconderam-se depois todos tres atraz d'umas grandes pedras que ficavam a pouca distancia, e ao romper da manhã destacou José Estevão o Guedes para Moncorvo, com cartas para os setembristas d'ali. A este tempo, já Costa Cabral havia mandado a todos os governadores civis das differentes provincias do reino, uma portaria circular, em que se offerecia o premio de 2:000$000 réis á pessoa que apresentasse ao governo a cabeça de José Estevão. Depois de 24 horas voltou o Guedes com muitos homens de Moncorvo, amigos pessoaes e politicos de José Estevão, que todos juntos marcharam logo para Freixo de Espada á Cinta. N'aquella villa encontrou já todos os elementos revolucionarios da provincia, que puzeram á disposição de José Estevão o dinheiro enviado pelo centro revolucionario do Porto. Dois dias depois marcharam todos para Moncorvo, e os setembristas d'ali propozeram que se fizesse immediatamente um grande pronunciamento popular em toda a margem do Douro contando com o destacamento de cavallaria n.º 6 e com a guarda nacional de Villa Flôr, Fozcôa e Mirandella. José Estevão oppoz-se ao pronunciamento, receoso da pouca segurança dos meios. Destacou para Chaves João Bernardino e para Bragança Germano José Guedes, com instrucções para se entenderem com os setembristas d'aquelles dois pontos, e intentarem o levantamento dos depositos de recrutas de caçadores n.º 3, infantaria n.º 13 e cavallaria n.º 6, e elle foi estabelecer a sua residencia em Murça, como ponto central. Este plano falhou, porque todos os elementos com que José Estevão contava em Chaves e Bragança, tinham sido inutilisados pelo governo. Depois d'esta tentativa em que se perdeu muito tempo, decidiu afinal José Estevão o pronunciamento popular da provincia, e com esse fim mandou João Bernardino para Veiga de Lila, o qual, de accordo e debaixo da direcção de Julio do Carvalhal, conseguiu levantar algumas forças populares na montanha auxiliadas pelos setembristas influentes de Villa Pouca de Aguiar. Tudo estava prompto e habilmente preparado para o dia designado. José Estevão devia sair de Murça com os populares que estivessem armados, e marchar com elles a tomar o commando das forças revolucionadas por Julio de Carvalhal, em quanto nos outros dois pontos da provincia os demais caudilhos, já prevenidos, levantariam simultaneamente o grito a favor da causa sustentada em Almeida. No dia designado para a partida de José Estevão, recebeu-se a noticia da capitulação da praça, e soube-se que as forças cabralistas marchavam sobre Traz-os-Montes. José Estevão ainda tentou resistir, mas os animos estavam desmoralisados, e os populares abandonaram-n'o. N'estas circumstancias partiu sósinho para Hespanha pela raia de Castella, e foi encontrar-se com os emigrados em Salamanca, onde entregou o dinheiro que tinha recebido no Porto para acudir ás necessidades da emigração, e pedindo licença a Cesar de Vasconcellos, tomou passaporte para Paris. Pouco depois d'essa revolta, na sessão de 18 de outubro de 1844, Passos Manuel proferiu um notavel discurso em que se referiu a José Estevão com algumas palavras muito elogiosas. José Estevão conservou-se quasi dois annos em Paris, voltando depois da revolução de maio de 1846, porque só então é que puderam regressar a Portugal os emigrados de Almeida. Apenas chegou a Lisboa tomou parte activa na politica, e d'accordo com Antonio Rodrigues Sampaio e com os seus amigos politicos redigiu o programma da *Associação eleitoral setembrista*, que o golpe d'estado de 6 de outubro não deixou pôr em pratica. Depois de andar por alguns dias escondido em differentes casas, disfarçou-se com habitos ecclesiasticos, e passou a Salvaterra, d'onde em companhia de Cesar de Vasconcellos foi a Santarem promover

a revolução a favor da junta do Porto. Com o mesmo intento visitou as Caldas, Alcobaça e Nazareth, e voltando a Santarem foi nos principios de dezembro mandado a Setubal para organisar a defeza d'essa terra, e com as forças que pudesse reunir, tentar um golpe de mão sobre Almada. Chegou a Setubal na madrugada de 10 de dezembro, acompanhado pelo seu ajudante d'ordens Domingos Ardisson, e fez logo organisar uma commissão delegada da Junta do Porto, mas não se encontrando ali armas nem munições, desistiu do projecto de fortificar a villa, que pouco depois teve de abandonar precipitadamente, porque ao anoitecer do dia 11 chegou a noticia da aproximação das tropas de Lisboa, que estavam em Azeitão sob o commando do general visconde de Setubal. José Estevão marchou com as suas forças para Alcacer do Sal, e unindo se ali com o celebre Galamba (*V. este nome*), seguiram todos para Evora. Encontrando-se a meio caminho com as tropas do commando do conde de Mello, marcharam todas essas forças do partido da Junta para Alcacer do Sal, e d'ahi para Aguas de Moura, onde chegaram no dia 23 com a idéa de atacarem Setubal no dia seguinte. Segundo as ordens recebidas n'essa noite, o conde de Mello aproximou se do Tejo, mas tendo em Canha na manhã de 25 recebido participação da derrota de Torres Vedras, voltou para Evora, e d'ahi mandou José Estevão e Anselmo José Braamcamp ao Algarve para n'essa provincia levantarem novas forças e obterem os meios pecuniarios indispensaveis para a continuação da guerra civil. Do Algarve vieram reforços ao general da Junta, que nomeou José Estevão seu quartel mestre general. N'esta qualidade serviu o valente tribuno o resto da campanha, até que a intervenção extrangeira veiu pôr termo a essa renhida lucta, ajustando-se a convenção de Gramido, assignada em 30 de junho de 1847. O partido setembrista que se vira obrigado a depôr as armas, preparou-se logo para tomar parte activa nas eleições de deputados, e José Estevão, como um dos membros mais importantes d'esse partido, promoveu o primeiro meeting eleitoral que se reuniu em Lisboa, e n'elle falou com a sua habitual eloquencia, arrebatando com as suas palavras enthusiasticas, todos os que assistiram a essa assembleia. Taes fôram, porém, os meios empregados pelo governo para afastar José Estevão do parlamento, que elle não pôde alcançar ser eleito por Aveiro, sua terra natal, e até 1851 viu-se obrigado a limitar a sua opposição ao ministerio a alguns artigos na *Revolução de Setembro*. Com a mudança politica de 1851, que se tornou conhecida pelo nome de *Regeneração*, José Estevão voltou a ter assento na camara dos deputados, e defendendo com todo o vigor o impulso dado pelo governo aos melhoramentos materiaes, elle proprio apresentou um projecto para a construcção do caminho de ferro de Villa Nova da Rainha ao Porto, e segundo o qual os trabalhos deviam começar infallivelmente no 1.º de janeiro de 1853. Com a queda do gabinete regenerador e a entrada no poder o ministerio historico, José Estevão passou a militar nas fileiras da opposição, e em varios discursos accentuou bem as suas idéas politicas Este ministerio presidido pelo duque de Loulé foi substituido em 1859 por um gabinete regenerador, ao qual José Estevão prestou todo o seu apoio; havendo, porém, este ultimo ministerio pedido a sua demissão em 1860 sem o communicar aos homens mais importantes do seu partido, o grande tribuno magoou-se profundamente com o que elle tomou por desconsideração. As suas relações com o partido regenerador esfriaram bastante, até que rebentando a questão das irmãs da caridade francezas, se romperam de todo, porque não quiz acompanhar os regeneradores no terreno que escolheram, e pôz-se deliberadamente ao lado do ministerio progressista historico, que se mostrava disposto a não consentir que aquellas religiosas viessem introduzir no ensino portuguez um elemento reaccionario. Foi um dos seus mais notaveis discursos o que pronunciou n'essa occasião, occupando a attenção da camara e das galerias, repletas de espectadores, durante duas sessões successivas. Desde então parece ter começado a pensar na organisação d'um partido novo. Voltando o duque de Loulé ao poder, foi dissolvida a camara dos deputados e José Estevão, que se apresentou candidato por Aveiro, dirigiu aos seus eleitores uma carta com a data de 15 de abril de 1861, em que apresentava o novo partido que começava a formar-se, declarando os motivos porque se organisara e o plano que se propunha a seguir. Para defender na imprensa o novo partido, creou Freitas de Oliveira o jornal *Liberdade*, que principiou a publicar-se a 26 de junho de 1861, sendo o primeiro artigo escripto por José Estevão. Entrando no parlamento, logo na discussão do discurso da corôa desenvolveu o seu programma politico. Foi tambem notavel o seu discurso na questão da barca franceza *Charles et George*; o sentimento do acrisolado amor patrio, protestando contra um acto de brutal abuso da força por parte d'uma nação, que querendo talvez desfeitear a Inglaterra, offendia os nossos brios, abusando da nossa fraqueza, taes fôram a inspiração d'aquelles dois eloquentissimos discursos, que fizeram epoca nos fastos parlamentares. Com a idéa de organisar um partido novo, promoveu José Estevão no escriptorio da *Politica Liberal* uma conferencia de alguns homens politicos e redactores de jornaes, e n'essas reuniões se assentou em formular um manifesto que seria assignado pelos jornaes ali representados e redigido por José Estevão. O manifesto appareceu nos jornaes de 27 de setembro de 1861, mas pouco effeito produziu. Foi, portanto, necessario addiar a organisação do novo partido, e quando em 1862 o marquez de Loulé tratou de recompôr o gabinete a que presidia, desejando chamar ao seu partido o grande tribuno, convidou-o para a pasta do reino. Desenvolveu-se então grande intriga procurando afastal-o do ministerio, o que desgostou profundamente o caracter honrado de José Estevão. Depois de encerradas as côrtes, foi José Estevão passar algum tempo em Cascaes, e havendo-se entabolado outra vez negociações para a entrada d'elle no ministerio, quando voltou em Lisboa no meado de outubro, parece que estava tudo disposto para dentro em pouco lhe ser confiada a pasta do reino, mas accommettido de doença mortal no dia 2 de novembro, falleceu dois dias depois. A sua morte causou a mais profunda impressão; o enterro foi uma manifestação imponentissima, milhares de pessoas acompanharam o feretro a pé até ao cemiterio dos

Prazeres; fizeram-se representar as camaras dos pares e dos deputados, a Sociedade das Sciencias Medicas, a Sociedade de Geographia, todas as associações e clubs, collegios, institutos, sociedades de recreio, corporações de bombeiros municipaes e de voluntarios, asylos, etc. As duas camaras parlamentares, apenas souberam a triste noticia, levantaram a sessão depois de sentidos discursos d'alguns pares e deputados. Por espaço de oito dias se conservou coberta de crepe a cadeira do grande orador. Foi resolvido que a camara mandasse lavrar em marmore o busto de José Estevão, para ser collocado na bibliotheca do corpo legislativo, e se abrisse uma subscripção nacional para se erigir um monumento funebre á memoria do notavel orador. A' beira da sepultura discursaram Luiz Augusto Rebello da Silva, Jacinto Augusto de Freitas Oliveira, José da Silva Mendes Leal e José Manuel Gonçalves, falando este ultimo em nome das creancinhas do Asylo de S. João, de que José Estevão fôra um dos fundadores e presidente. Todos os jornaes do paiz publicaram sentidos artigos necrologicos. O seu cadaver foi posteriormente trasladado para Aveiro em maio de 1864, sendo sepultado em jazigo que elle mandára ali construir. Na casa onde nasceu n'aquella cidade mandou a respectiva camara municipal collocar em 1887 uma lapide commemorativa. José Estevão tambem se distinguiu no fôro, apparecendo ali duas vezes d'um modo brilhante, da primeira em defeza do periodico *Portugal Velho*, e da segunda defendendo um boticario accusado de ter mandado matar seu sogro, conseguindo a absolvição dos seus constituintes. Era casado com D. Rita de Miranda Coelho de Magalhães, filha do medico Custodio Luiz de Miranda e de D. Margarida de Miranda de Moura. Esta senhora era natural do Porto, onde tambem falleceu a 2 de outubro de 1901. Para a biographia de José Estevão Coelho de Magalhães póde vêr-se a *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, tomo, I, 1859, artigo de Rebello da Silva; *Os varões illustres*, pelo mesmo escriptor; *Apontamentos sobre os oradores parlamentares de 1853 por um deputado*, de Cunha Rivara; *Esboço historico*, de Jacinto Augusto de Freitas Oliveira; *Archivo Pittoresco*, vol. V; *Diccionario Universal, Portuguez Illustrado*, vol. VI, etc.

Magalhães *(José Maria de)*. General de brigada. N. em Chaves a 18 de janeiro de 1808, fal. em 19 de março de 1869. Seu pae era um official do mesmo nome, que depois de haver tomado parte na guerra da Peninsula e nas campanhas da Liberdade, falleceu sendo governador militar de Bragança; sua mãe chamava-se D. Anna Thereza da Silva e Magalhães. Destinava-se á carreira das armas, mas começou muito irregularmente os estudos, porque andando sempre em companhia de seu pae, foi frequentando as aulas e escolas nas terras onde elle era mandado servir, contando, além de Chaves, sua naturalidade, Almeida, Porto e Penafiel No 1.º de agosto de 1823 assentou praça no regimento de infantaria n.º 12, sendo reconhecido cadete a 14 de março de 1824 e nomeado porta-bandeira a 4 de novembro de 1827. Frustrando-se a revolução do Porto em maio de 1828, emigrou com seu pae e seu irmão. Depois de percorrer os depositos de Plimouth, de Ostende e de Belle Isle, embarcou para os Açôres, e em 1830 fazia parte dos bravos que defenderam a cidade de Angra do Heroismo, tomando desde então parte muito activa nos acontecimentos em que tanto se distinguiu o exercito libertador. Entre os emigrados era grande o numero de officiaes, assim como o de cadetes, e por isso se formou com os primeiros o *batalhão sagrado*, constituindo-se com os segundos um corpo especial. Dentro em pouco os veteranos do batalhão sagrado entravam nos quadros dos corpos, e os cadetes do batalhão privilegiado cingiam a banda de official para substituirem, uns e outros, aquelles que as balas inimigas haviam já prostrado nos repetidos combates. N'esse corpo de rapazes enthusiastas acompanhou José Maria de Magalhães a expedição que libertou as outras ilhas do archipelago açoriano, e assistiu á acção da Ladeira Velha. Quando se organisaram os novos regimentos, foi promovido a alferes para infantaria n.º 18 em 11 de outubro de 1831, passando a ajudante do 3.º batalhão, por decreto de 4 do seguinte mez de novembro. Foi n'esta situação que tomou parte na expedição que veiu desembarcar nas praias do Mindello em 8 de julho de 1832. Quando se formou o regimento n.º 9, d'um dos batalhões de infantaria n.º 18, José Maria de Magalhães foi escolhido para ajudante do novo corpo, e n'elle fez o resto da campanha, distinguindo-se principalmente na sortida de Monte Pedral, a 18 de agosto de 1833, em que ficou gravemente contuso tendo duas costellas fracturadas, merecendo, pela fórma como se houve, ser condecorado e louvado por decreto de 25 setembro. Já na promoção anterior de 25 de junho, fôra promovido a tenente ajudante, e transportada a lucta para a capital, entrou o regimento n.º 9 nas acções de 5 e 14 de setembro, 10 e 11 de outubro, e depois d'estas ultimas foi em perseguição do exercito miguelista, que só parou em Santarem, e entrando na batalha d'Almoster, ali ganhou a cruz da ordem da Torre e Espada, por haver segundo diz o diploma e o boletim official, com a sua companhia desalojado o inimigo, que marchava em força sobre a villa d'Asseca. Terminada a lucta, o regimento n.º 9 foi aquartelar-se em Bragança, mas pouco tempo se conservou José Maria de Magalhães n'esta tranquilla situação, porque logo depois marchou para Hespanha fazendo parte da divisão auxiliar que o governo portuguez ali enviou para sustentar os direitos de Izabel II contra as pretenções de D. Carlos. O 1.º batalhão de infantaria n.º 9 fôra destinado como um dos corpos que deviam constituir a 2.ª brigada. Emquanto essas forças combatiam em diversos pontos da Hespanha, chegando até ás provincias vascongadas, manifestavam-se abertamente em Portugal as rivalidades, e dissidencias nascidas na emigração e os liberaes, dividindo-se em dois grupos distinctos, deixando as discussões no parlamento e na imprensa, appellaram para a sorte das armas, nascendo d'este facto a revolta dos marechaes para derrubar a obra da revolução de setembro. Para terminar o conflicto, foi chamada a divisão que combatia em Hespanha; o general que a commandava dispunha-se a entrar em Portugal á frente da 1.ª brigada e fez regressar a 2.ª já no caminho de Salamanca para Valladolid, o que deu causa a este julgar que teria um outro destino, levando-a

a abraçar um partido opposto ao dos seus camaradas. Foi-lhes a sorte adversa, e a convenção de Chaves em 20 de setembro de 1837, separando dos quadros do exercito os officiaes que tinham favorecido o movimento caudilhado por Terceira e Saldanha, collocou tambem n'essa precaria situação o tenente Magalhães, que por esse motivo não foi incluido na promoção que se realisou com a data de 5 d'esse mez. Reintegrado nos quadros do exercito em 1838, e mandado servir no batalhão de caçadores n.º 3, esteve depois ás ordens do commandante da 8.ª divisão militar, que fôra encarregado de acabar com as guerrilhas na serra do Algarve, e pelo modo como se houve n'essa commissão, foi Magalhães agraciado em 1841 com o habito da ordem de Nossa Senhora da Conceição. Indemnisado da preterição que soffrera em 1837 e despachado por isso capitão, foi em janeiro de 1846 collocado no regimento de infantaria n.º 10, e commandando esse corpo, tomou parte na lucta travada entre o governo da Rainha e a junta do Porto. Na batalha de Torres Vedras, no mez de dezembro d'esse anno de 1846, por muitas horas um pequeno esquadrão de cavallaria, os voluntarios de Vizeu e um punhado de soldados de caçadores, n.º 6 neutralizaram o empenho de todas as forças do marechal Saldanha, defendendo com vigor a passagem entre os reductos desmantelados da Forca e de S. Vicente. Foi então que o commandante de infantaria n.º 10 recebeu ordem para avançar á ponte, emquanto um batalhão de caçadores flanqueava a posição de S. Vicente e os outros corpos emprehendiam novo ataque. Apezar da difficuldade do commettimento e dos obstaculos que tinha a vencer, o regimento n.º 10 atacou a posição que lhe fôra indicada, e em recompensa da bravura com que se portou ahi, foi o capitão Magalhães promovido por distincção, no campo de batalha, a major do mesmo corpo, por decreto de 20 de janeiro de 1847. Elevado a tenente-coronel em março de 1850, estava commandando o batalhão de caçadores n.º 2, quando, em 1851, o marechal Saldanha resolveu pôr-se á frente do movimento que ficou conhecido pelo nome de *Regeneração*. Apezar da sympathia que tinha pelo marechal e do reconhecimento que lhe devia, recusou o convite que lhe foi feito para entrar na revolução, e olhando apenas ao seu dever militar, acompanhou el-rei D. Fernando a Coimbra, e com elle regressou a Lisboa, sendo um dos poucos que não o abandonaram n'esses dias para elle bem criticos e desagradaveis. Tendo triumphado a revolução, Magalhães perdeu o commando do batalhão, mas o marechal não tardou em mostrar lhe que sabia estimar e apreciar devidamente o modo como elle procedera, e elevando-o em junho de 1851 a coronel de infantaria n.º 16, transferiu-o logo depois para caçadores n.º 5, onde se conservou até voltar em agosto de 1863 para o seu antigo regimento n.º 10, em que serviu até ser promovido a general de brigada em 1867. O general José Maria de Magalhães fez parte de diversas commissões, e foi encarregado de elaborar trabalhos que melhorassem os diversos ramos da administração militar. Mencionaremos os seguintes: em janeiro de 1850, da que se incumbiu de formular um regulamento de fazenda; em novembro do mesmo anno, da que teve o encargo de apresentar um novo plano de recrutamento; em junho de 1851, da que foi destinada a examinar os majores de cavallaria e infantaria; em junho de 1860 foi nomeado presidente da commissão encarregada de rever, harmonisar e reformar o regulamento de tactica elementar, que veiu a ser adoptado em 1863; no anno de 1861 foi incumbido de propôr um plano de reforma para as bandas de musica militar, de escrever um regulamento para a creação, no exercito, dos logares de mestres d'armas, para a instrucção no jogo de espada, sabre e florete, e pratica no tiro de pistola no ensino dos officiaes de infantaria e caçadores, e foi escolhido para vogal da commissão creada para o melhoramento da arma de infantaria, em 31 de dezembro d'esse anno. Ainda posteriormente foi membro e presidente da commissão preparatoria para a arrematação de lanificios para o exercito, e vogal da commissão encarregada, em 1863, de elaborar um projecto de regulamento para o accesso dos officiaes, e em 1860 acompanhou ao campo de Chalons o visconde da Luz, que fôra nomeado chefe da missão militar que n'esse anno foi mandada assistir ás grandes manobras que n'aquelle acampamento se realisaram, sob o commando do marechal Mac Mahon. Regressando á patria, depois de ter visitado a França, Inglaterra, Belgica e Hespanha, apresentou Magalhães, então ainda coronel, um relatorio, no qual descreveu tudo quanto vira e presenciara, que mais particularmente dizia respeito á sua arma. Sendo, em 1867, nomeado commandante interino na 2.ª brigada de infantaria das forças que n'esse anno se reuniram no acampamento de Tancos, foi, ainda durante a epoca das manobras, promovido a general de brigada por decreto de 4 de setembro, e depois de concluidos os exercicios, foi nomeado commandante da 2.ª brigada de infantaria de instrucção e manobra Quando nos primeiros dias do anno de 1868, deixou o poder o ministerio presidido por Joaquim Antonio d'Aguiar, e o conde d'Avila, mais tarde marquez e duque d'este titulo, foi encarregado de organisar novo gabinete, o general Magalhães acceitou o convite da pasta da guerra, e n'essa situação se conservou, até que em 22 de julho d'esse mesmo anno de 1868 pediu a demissão, com todos os seus collegas, havendo n'esse intervallo sido eleito deputado por Elvas e por Chaves. O general voltou então ao commando da 2.ª brigada de infantaria, e passando n'essa qualidade á escola pratica de Vendas Novas, para examinar o ensino e pratica do ensino, assim como as qualidades das carabinas que ultimamente haviam sido distribuidas aos corpos de caçadores, foi ahi que se manifestou a doença, que o victimou alguns mezes depois.

Magalhães (*José Maria Barbosa de*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado, sub-director geral dos negocios ecclesiasticos, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, do Instituto de Coimbra, e da Sociedade de Geographia Commercial do Porto, jornalista, etc. N. em Aveiro a 26 de outubro de 1855, sendo filho de José Maria de Magalhães e de D. Anna Maria Barbosa de Magalhães. Cursou os preparatorios no lyceu de Vizeu, e em 1874 matriculou-se no 1.º anno da faculdade de Direito na Universidade

de Coimbra, concluiu o curso em 1879, tendo obtido a primeira classificação no 1.º anno, uma distincção no 2.º, honras de *accessit* no 3.º, a primeira distincção no 4.º anno, e a informação de bom com 15 valores de merecimento litterario no 5.º Por decreto de 25 de junho de 1879 foi nomeado administrador do concelho de Aveiro, logar de que pouco depois pediu a demissão. Por decreto de 16 de setembro do mesmo anno, e sob proposta da respectiva junta geral, teve a nomeação de vogal do concelho do districto d'Aveiro, conservaudo se n'este cargo até janeiro de 1881. Desde essa data foi successivamente eleito procurador á junta geral do mesmo districto, e como membro da sua commissão executiva funccionou algum tempo. Foi redactor politico do *Viriato*, de Vizeu, desde 1870 até 1873; tem collaborado em varios jornaes do paiz, politicos e litterarios, como a *Tribuna*, *O Campeão das provincias*, de que foi director politico, *O Districto d'Aveiro*, *A Lucta*, *O Club*, *O Porto*, *Mosaico*, etc. Foi tambem redactor politico do *Progressista*, desde 1878 até que este jornal terminou a publicação. Advogou em Aveiro, e era um dos redactores da revista de jurisprudeucia *O Direito*. Escreveu: *Dissertação academica, da não retroactividade da lei, algumas palavras a proposito do artigo 8.º do codigo civil portuguez*, Coimbra, 1875; é dedicada ao dr. Pedro Augusto Monteiro Castello Branco, lente de Direito na universidade; publicou esta dissertação quando cursava o 1.º anno de Direito; *Das obrigações solidarias em direito civil portuguez*, Coimbra, 1882; publicada quando frequentava o 5.º anno; *Codigo eleitoral portuguez, compilação systematica de todas as disposições legislativas reguladoras do direito e processo eleitoraes, contidas no decreto de 30 de setembro de 1852, nas leis de 23 de novembro de 1859, de 8 de maio de 1878 e 21 de maio de 1884, e no codigo administrativo de 6 de maio de 1878, e mais legislação correlativa*, Aveiro, 1884; publicou-se mezes depois a *Segunda edição, revista e accrescentada com numerosas notas, contendo resoluções do governo, decisões dos tribunaes, e opiniões da imprensa juridica sobre materia eleitoral*, Coimbra, 1885.

Magalhães *(Julio de)*. V. *Garcia Magalhães (Julio Cesar)*.

Magalhães *(Luiz de)*. Official do exercito portuguez no seculo XVII; militou na India, assistiu á restauração da Bahia em 1625, tomou parte na guerra de Pernambuco, recebendo durante ella varias feridas de que ficou aleijado d'um braço; foi promovido a capitão de infantaria, sendo encarregado do governo da praça de Cacheu, e por ultimo nomeado capitão general do estado do Maranhão. Tomou posse do cargo a 17 de fevereiro de 1649, e o seu primeiro cuidado foi tomar conhecimento das luctas e questões havidas entre o ouvidor Figueira Durão e o provedor-mór da fazenda Manuel Pitta da Veiga, que pela morte do anterior capitão general Francisco Coelho de Carvalho, succedida em 15 de fevereiro de 1648, ficára governando a capitania com a patente de capitão-mór. Da devassa a que se procedeu, resultou ser solto o ouvidor e suspenso Manuel Pitta da Veiga do logar de provedor-mór, sendo para este immediatamente nomeado, sem o menor escrupulo pelo capitão general, um seu irmão que o acompanhara para o Brazil. A viagem que Pedro Teixeira fizera a Quito, tinha desenvolvido entre os paraenses o gosto pelas descobertas das minas, e por isso Magalhães determinou mandar apromptar uma expedição para a descoberta das minas do rio Aguarico ou do Ouro, e deu ao mesmo tempo ordem para que o chefe aprisionasse ou resgatasse os indios. A expedição saiu do Pará a 24 de agosto sob o mando de Bartholomeu Barreiros de Athaide, mas voltou no anno seguinte sem ter obtido a mais pequena porção do precioso metal e sem ter resgatado um indio. O mau resultado d'esta empresa, aggravado ainda pela morte de Barreiros, que falleceu de desgosto por se vêr accusado de ter procedido mal, quando elle nada mais fizera do que cumprir as instrucções que recebera, abalaram muito a reputação de que até essa epoca gozava Luiz de Magalhães. Emquanto isto se passava, a côrte approvou o procedimento d'elle com o ouvidor Figueira Durão, mas estranhou com severidade o que praticára a respeito de Manuel Pitta, a quem mandou reintegrar no cargo, sendo o governador reprehendido pela nomeação que fizera de seu proprio irmão para aquelle logar. Viviam os habitantes do Maranhão e do Pará descontentes com a reunião das duas capitanias para formar um só estado, porque a experiencia de todos os dias lhes mostrava quanto era difficil a transmissão das providencias e medidas administrativas, e no anno de 1651 dirigiram n'esse sentido as suas representações ao soberano que, attendendo essas queixas, extinguiu a 25 de fevereiro de 1652 o estado do Maranhão, ficando em seu logar as capitanias de S. Luiz e do Grão-Pará, com jurisdicção independente uma da outra. A 17 de novembro entregou Luiz de Magalhães o governo ao seu successor, Balthazar de Sousa Pereira, e embarcou para Lisboa, sendo elle o primeiro governador que teve a fortuna de tornar a vêr as terras de Portugal, porque os dois Coelhos de Carvalho e Pedro d'Albuquerque morreram no Pará, e Bento Maciel morreu prisioneiro dos hollandezes, n'uma fortaleza do Rio Grande do Norte.

Magalhães *(Luiz Cypriano Coelho de)*. Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Aveiro no anno de 1778, onde tambem fal. a 27 de março de 1856. Era filho de Manuel Coelho de Magalhães, escrivão do almoxarifado da Casa de Bragança, na extincta villa do Eixo, e de sua mulher, D. Maria Angelica Ferreira de Abreu. Estudou em Coimbra no Collegio de Sciencias Naturaes, vulgarmente conhecido pelo *Collegio da Brôa* Cursou depois a faculdade de Medicina, em que se formou no anno de 1806. Fixando a sua residencia em Aveiro, principiou a exercer a clinica com muita fama, mas na epoca da invasão dos francezes teve de fugir d'Aveiro, por promover com enthusiasmo a restauração da nossa independencia. Em 1820 quando no Porto se verificou a revolução liberal, Luiz Cypriano tambem com enthusiasmo abraçou as novas idéas. Os povos d'Aveiro pretenderam então elegel-o seu representante no congresso constituinte, mas a doença que atacara sua mulher, D. Clara Miquelina de Azevedo Leitão, e que a victimou em junho de 1821, o obrigou a recusar essa honra que lhe offereciam, dedicando-se exclusivamente á sua clinica e a di-

rigir a educação de seu filho José Estevão Coelho de Magalhães (*V. este nome*), que principiava já a denunciar o seu grande talento. Alguns annos depois, o restabelecimento do systema absoluto pelo infante D. Miguel o obrigou a sair de Aveiro e a refugiar-se no Porto, onde se conservou homiziado até á entrada dos soldados de D. Pedro IV n'essa cidade. Depois de terminada a guerra civil, foi Luiz Cypriano eleito deputado por Aveiro, em 1835, e na camara fez parte da commissão de instrucção publica, mas a doença d'um dos seus filhos o obrigou a partir para Aveiro, e sendo pouco depois dissolvidas as côrtes, delegou o mandato em seu filho José Estevão, que nas côrtes de 1837 foi o deputado por Aveiro. Os ultimos annos de vida passou-os Luiz Cypriano afastado da politica, no descanço da sua casa, alegrando-se com os triumphos alcançados pelo grande tribuno seu filho, e satisfeito por vêr que todos os seus patricios o estimavam e respeitavam. Dedicava-se cuidadosamente ao exercicio da sua profissão com o maior desinteresse. Chamavam-lhe o medico dos pobres pela caridade com que os tratava, não se limitando unicamente a indicar-lhes o remedio, mandando-lhes tambem gallinhas e dinheiro para comprarem o que de mais careciam.

Magalhães (*Luiz Cypriano Coelho de*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado, ministro dos negocios estrangeiros, governador civil d'Aveiro, escriptor, poeta, jornalista, etc. N. em Lisboa a 13 de setembro de 1859, filho primogenito de José Estevão Coelho de Magalhães, e de sua mulher, D. Rita de Miranda Coelho de Magalhães. Matriculou-se na faculdade de Direito em outubro de 1877, formando-se em junho de 1882. Durante o tempo que frequentou as aulas da Universidade, não foi só o estudo da jurisprudencia que lhe prendeu a attenção, tambem cultivou a poesia, publicando em 1880 um volume de versos com o titulo de *Primeiros versos*, e em 1881 um poema camoneano intitulado: *As Navegações*, versos que se recitaram no theatro academico, quando se celebrou o sarau litterario na vespera da inauguração do monumento a Camões, em Coimbra; em 1880 ainda publicou outro opusculo, *O Casamento*. Em Coimbra fundou com Antonio Feijó, depois ministro em Stockolmo, a *Revista scientifica e litteraria*, e com Carlos Lobo d'Avila os *Zumbidos*, pequenos pamphletos no genero das *Farpas*. Em 1883 publicou: *As ultimas proezas judiciarias do conselho de decanos e da faculdade de Direito; duas palavras ao publico*, e em 1884, outro livro de versos: *Odes e canções*. No anno de 1885 entrou na politica, filiando-se no partido progressista, e começou a sua carreira de jornalista politico, fazendo parte da redacção do jornal portuense *A Provincia*, fundado por Oliveira Martins, apoiando o movimento politico denominado *Vida Nova*. Em 1890, quando o espirito publico se agitou por causa do *Ultimatum* da Inglaterra, adheriu ao movimento de protesto que então se iniciou, contribuindo efficazmente para a creação da *Liga Liberal* (V. o artigo n'este vol. pag. 183), e para que Anthero do Quental acceitasse a presidencia d'essa assembléa patriotica N'esse mesmo anno recusou a candidatura independente pela cidade do Porto, que lhe foi offerecida pelo partido progressista. Em 1892 recusou egualmente a candidatura pelo circulo de Villa do Conde, offerecida pelas varias influencias locaes, rejeitando ainda as candidaturas que o partido regenerador lhe offereceu na situação politica de 1893 e 1897. Em 1892, quando subiu ao poder o gabinete presidido por José Dias Ferreira, exerceu o cargo de governador civil do districto de Aveiro, desde abril até dezembro. Nas eleições supplementares de 1897 foi eleito deputado independente por Villa do Conde, sendo com esse mesmo caracter egualmente eleito pelo circulo da Povoa de Varzim, nas eleições de 1899 a 1900. Em 1901 acompanhou na camara os regeneradores dissidentes, votando, na questão das concessões ultramarinas, contra o gabinete Hintze Ribeiro. Com a dissolução das camaras e a promulgação da lei eleitoral elaborada no sentido de afastar do parlamento os amigos do sr. conselheiro João Franco, não tornou a ser eleito, filiando-se então no partido regenerador-liberal. Em 19 de maio de 1906, subindo ao poder o ministerio presidido pelo citado estadista João Franco, foi nomeado ministro dos negocios estrangeiros, cargo que exerceu até ser exonerado, a seu pedido, por decreto de 2 de maio de 1907. O sr. conselheiro Luiz de Magalhães, desde 1884, tem collaborado nos seguintes jornaes: *Actualidade, Commercio do Porto, Commercio Portuguez, Primeiro de Janeiro, Folha Nova, Provincia, Revista de Portugal, Novidades, Diario da Manhã, Nacional, Jornal do Commercio, Reporter, Interesse Publico, Tarde, Diario Illustrado, Illustração*, etc. Além das obras já mencionadas, tem publicado: *O brazileiro Soares*, Porto, 1886, com um prefacio de Eça de Queiroz; *Notas e impressões*, com os sub-titulos de *Artes e Letras, Politica e costumes*, Porto, 1890; *A divida e o deficit*, discurso parlamentar, 1900; *D. Sebastião*, poema, com illustrações, Coimbra, 1900; *Estudo sociologico*, de collaboração com os srs. conselheiro João Arroio, Antonio Henriques da Silva, Antonio Pinto de Mesquita e F. do Rego Feio; *In Memoriam*, em homenagem a Anthero do Quental, etc., 1896. Publicou tambem o discurso proferido por occasião de ser inaugurado o monumento a Eça de Queiroz no largo do Barão de Quintella, em Lisboa, no mez de novembro de 1903.

Magalhães (*Luiz do Rego da Fonseca*). Moço fidalgo com exercicio na Casa Real; bacharel formado em Philosophia pela Universidade de Coimbra, par do reino, etc. N. em 15 de outubro de 1827, fal. a 31 de dezembro de 1868. Era filho do notavel estadista Rodrigo da Fonseca Magalhães, e de sua mulher, D. Ignacia Candida do Rego Barreto. Matriculou-se na faculdade de Philosophia, em que tomou o grau de bacharel, succedeu a seu pae no pariato, de que tomou posse, na respectiva camara a 5 de junho de 1858. Casou em 23 de junho de 1849 com D. Julia Sophia Brandão e Sousa da Fonseca Magalhães, filha dos srs. barões da Folgoza. Rodrigo da Fonseca Magalhães recusou sempre honras que lhe offereciam, assim como o titulo de conde de Geraz de Lima, com que mais d'uma vez o quizeram agraciar, e para o obrigarem a acceitar, como herança a seu filho, lhe fôram novamente propôr essa mercê, estando o grande estadista já proximo da morte, mas ainda assim persistiu na recusa, recommendando a seu filho que nunca o usasse. Luiz do

Rego assim o prometteu e cumpriu a promessa. Só depois da sua morte, é que a sua viuva teve o titulo de primeira condessa de Geraz de Lima, em 26 d'agosto de 1869, em consideração dos muitos serviços prestados por seu sogro. (V. *Geraz de Lima*). Luiz do Rego da Fonseca Magalhães era commendador das ordens de S. Gregorio Magno de Roma, da de Carlos III, de Hespanha; cavalleiro da ordem de S. Mauricio e S. Lazaro, de Sardenha.

Magalhães (*Luiz Rufino Coelho de*). Irmão do grande orador José Estevão Coelho de Magalhães. N. na segunda decada do seculo XIX; matriculou-se na faculdade de Mathematica, na Universidade de Coimbra, depois de terminada a guerra civil, mas adoecendo gravemente quando frequentava o segundo anno do curso, recolheu-se á sua casa d'Aveiro, nas ferias da Paschoa de 1836, e falleceu.

Magalhães (*Manuel Luiz de*). Professor de grammatica latina e escriptor, fallecido pelos annos de 1793 ou 1794. Escreveu: *Compendio Grammatical da elypse e outras figuras, as quaes ornam a oração latina, traduzido da doutrina de Brocense; e juntamente um appendix ácêrca do modo de virgular a oração, e um breve tratado da medição dos versos*, Lisboa, 1804; *Reflexões sobre as quatro partes da Grammatica latina*: *etymologia, orthographia, prosodia e syntaxe*, etc., Porto, 1794. Parece ter sido publicado já depois da morte do autor.

Magalhães (*Manuel de Sousa*). Poeta brasileiro. N. na cidade de Olinda em novembro de 1744, e fal. a 11 de novembro de 1800. Era filho do Dr. Antonio de Sousa Magalhães e de D. Maria José de Jesus. Recebeu educação esmerada, viveu algum tempo no Rio Grande do Norte, voltou depois a Pernambuco, abriu um curso de latim em Pau d'Alho, onde residiu tres annos, e em 1771 passou para a cidade de Olinda, onde continuou a ensinar a mesma disciplina por espaço de 7 annos. Em 1776 resolveu seguir a vida ecclesiastica, e tomando ordens de presbytero, foi nomeado capellão do presidio de Fernando do Noronha, e dedicou-se a prégador, sendo os seus sermões sempre ouvidos com geral acceitação. Era homem muito estudioso, e chegou a reunir uma selecta livraria. Cultivou desde muito novo a poesia, mas d'elle apenas se conhecem 3 canticos a Nossa Senhora da Penha, 1 hymno a Nossa Senhora do Carmo, 4 sonetos, 2 glosas, e 1 décima, que tudo foi publicado por Antonio Joaquim de Mello no 1.º vol. das suas *Biographias de alguns poetas e homens illustres na provincia de Pernambuco*.

Magalhães (*Matheus de*). Escriptor. N. em Coimbra em 1837, sendo filho natural de José Estevão Coelho de Magalhães. Vindo para Lisboa, depois de estudar os preparatorios matriculou-se no Curso Superior de Letras, e dedicou-se á vida jornalistica, revelando bastante talento. Collaborou em differentes jornaes, entre os quaes se conta o *Archivo Pittoresco*; escreveu e traduziu para o theatro varias peças, contando-se o drama *Casados sem filhos*, que foi representado no theatro de D. Maria II em um dos beneficios da antiga actriz Manuela Rey. Traduziu as *Maravilhas do genio do homem*, de Amedée Bast, que se publicou em 1863, 2 tomos, annotados por Innocencio Francisco da Silva. Por circumstancias particulares foi para o Brazil, e parece que vivia n'uma das republicas do Sul da America, occupado em negocios commerciaes. Ha annos chegou a noticia da sua morte, mas não foi confirmada.

Magalhães (*Fr. Pedro de*). Religioso da ordem de S. Domingos; doutor em Theologia, deputado da inquisição de Evora, deputado do conselho geral, exercendo por alguns annos o cargo de inquisidor geral. N. em Torres Vedras em 1594, e fal. a 16 do fevereiro de 1675. D'elle existem impressos 3 volumes de Theologia, com os titulos de *Tractatus Theologicus de scientia Dei, praedestinatione et trinitate*, e uma *Carta á V Brigida de Santo Antonio*. Deixou manuscriptos: *Instrucção para os qualificadores* e *Elogio da veneravel Margarida da Resurreição*.

Magalhães (*Pedro Jacques de*). Foi o 1.º visconde de Fonte Arcada. V. *este titulo*.

Magalhães (*Pedro de Moraes*). Nasceu na villa do Recife, Brazil, pelos fins do seculo XVII, e alistando-se em 1709, foi despachado alferes de granadeiros e tenente de cavallos. Vindo a Portugal tomou parte na guerra da successão de Hespanha, assistiu ás batalhas de Almenar e de Saragoça, assim como á tomada da praça de Bolaguer, recuperou um comboio que tinha caído nas mãos dos hespanhoes, apoderando-se então de mais de 100 cavallos que de muito serviram para remontar a nossa cavallaria, e entrou em Madrid com o exercito do marquez das Minas, servindo (diz uma das suas patentes) com boa satisfação. distincção e honrado procedimento em todas as occasiões que se lhe offereceram, mostrando sempre o zelo e valor de bom soldado. Caindo afinal prisioneiro dos inimigos, foi resgatado pelo governo portuguez, e voltando a Lisboa passou novamente ao Brazil, onde foi nomeado ajudante do terço da guarnição de Olinda. Em 1726, por occasião da revolta da tropa do Recife, motivada pelo grande atrazo em que andavam os pagamentos, prestou Magalhães bons serviços á causa da ordem publica fazendo-se obedecer pelos soldados da sua companhia, e indo com elles guarnecer a fortaleza do Brum, com o que impediu que os sediciosos se assenhoreassem d'aquella fortaleza, que, pela sua posição era um ponto importante. Fazendo parte da guarnição de Olinda, quando se sublevaram os moradores do Cabo de Santo Agostinho, foi mandado para o Recife, e por vezes incumbido de reforçar a guarnição da fortaleza de Itamaracá, contribuindo n'essa epoca tambem para restabelecer o socego e tranquillidade. Quando a ilha de Fernando de Noronha foi occupada por uma expedição franceza, organisada pela Companhia Oriental, mandou o governo áquelle ponto um corpo de tropas para desalojar os estrangeiros, e a de 6 de outubro de 1737 sairam do posto do Recife essas forças sob o commando do tenente-coronel João Lobo de Lacerda, e entrando n'ellas o capitão Pedro de Magalhães. Desembarcando os nossos na ilha, facilmente realisaram o seu intento, porque os francezes não dispunham de meios de defeza, e começando-se então algumas obras de fortificação, voltaram os expedicionarios a Pernambuco; mas logo em 1739 regressou Pedro de Magalhães áquella ilha, encarregado do governo da praça, o qual exerceu durante cinco mezes. Promovido a ajudante do tenente-general da praça de Pernambuco e a sargento-mór de infantaria do Recife, foi mandado em commissão para o Ceará, e por fallecimento

do governador da capitania, Francisco da Costa, assumiu a direcção d'essa capitania. Elevado a tenente-coronel e depois a coronel commandante do regimento de Olinda, quando a colonia do Sacramento foi invadida pelos hespanhoes, embarcou com aquelle corpo para Santa Catharina, em fins de 1774, para ali se unir com outras forças e marchar para a colonia. Conseguindo os portuguezes recuperar o Sacramento, ali ficaram de guarnição até que em 1776, mandando o governo de Hespanha uma poderosa armada sobre aquelle ponto, se rendeu a colonia a 27 de fevereiro do anno seguinte pelo terror panico que se apoderou dos principaes chefes do nosso exercito. O coronel Pedro de Magalhães, porque ousou censurar a fraqueza do general, que sem oppôr a mais leve resistencia entregou a D. Pedro de Cevallos o posto que lhe fôra confiado, recebeu ordem de prisão, e sendo remettido para Lisboa, aqui foi mettido no carcere onde morreu obscuramente, sem nunca se lhe conceder o conselho de guerra perante o qual elle pedia e instava que o mandassem responder para se justificar.

Magalhães *(Rodrigo da Fonseca)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 2 de agosto de 1835; estadista notavel; gran-cruz da ordem de Christo, cavalleiro da da Torre e Espada; condecorado com a cruz n.º 4 das campanhas da guerra peninsular, e com a medalha britannica de 7 acções; par do reino; conselheiro de Estado effectivo, ministro de Estado, deputado, antigo official maior da Secretaria dos Negocios Ecclesiasticos e da Justiça, socio emerito da Academia Real das Sciencias de Lisboa, do Conservatorio Real de Lisboa, membro do Instituto Historico e Geographico do Brazil, etc N. em Condeixa-a-Nova a 24 de julho de 1787, fal. em Lisboa a 11 de maio de 1858. Era filho de Luiz da Fonseca Magalhães, proprietario, e senhor de Azenhas em Condeixa, e de sua mulher, D. Joanna da Costa Carvalho. Tendo apprendido em Condeixa com um jesuita egresso as primeiras letras e o latim, passou a frequentar as aulas do Collegio das Artes, em Coimbra, matriculando-se depois na Universidade, em Theologia para satisfazer á vontade de seus paes, que o destinavam á vida ecclesiastica, mas ao mesmo tempo matriculou-se nas faculdades de Philosophia e Mathematica. Fôram brilhantes os seus estudos, e já então se revelava a sua veia humoristica por muitos versos que corriam de mão em mão com applauso de todos. Em 1807 cursava o 2.º anno de Theologia, quando os estudos fôram interrompidos por causa da invasão dos francezes commandados por Junot, e a revolução de 1808, que obrigou a Universidade a fechar as aulas. Rodrigo alistou-se então no batalhão academico, que se formou em Coimbra, sob o commando do lente de Mathematica Tristão de Oliveira, e d'ahi passou para o corpo de guias, onde permaneceu até ser collocado, como alferes, no regimento de infantaria n.º 15. Ao mesmo tempo a sua musa, que até então se mostrara apenas humoristica, exaltou-se com os acontecimentos, e assumiu o tom epico. Ha de Rodrigo da Fonseca Magalhães, impressa em Coimbra n'um folheto em 1808, uma *Ode pindarica á restauração de Portugal*. Com o seu regimento tomou parte na guerra peninsular, sendo durante o tempo da campanha promovido ao posto de tenente, e merecendo depois ser agraciado com a medalha da guerra peninsular n.º 4, e com a medalha ingleza de 5 batalhas. Afastando-se por algum tempo, com licença, do seu regimento, veiu para Lisboa, e aqui estava em 1817, quando se principiou a tramar a revolução liberal, que não chegou a rebentar, mas que foi causa do supplicio do general Gomes Freire de Andrade e d'outros officiaes. Rodrigo da Fonseca entrou n'essas malfadadas combinações, mas conseguiu escapar ás primeiras denuncias, e pôde a tempo homiziar-se. Dois annos esteve escondido em Lisboa, mas afinal Beresford, que tivera conhecimento da parte que elle tomara na conspiração, depois de o mandar declarar desertor, pôz em campo as autoridades para descobrirem o esconderijo do joven tenente. Entendendo Rodrigo da Fonseca que não devia por maneira alguma demorar-se em Portugal, resolveu embarcar para o Brazil, onde o seu antigo commandante de infantaria n.º 15, o general Luiz do Rego Barreto, estava governando as armas na provincia de Pernambuco. Conta-se que para escapar ás perseguições e poder embarcar, se disfarçou em gallego, dizendo-se creado de si proprio, passando pelo meio dos policias, dando-lhes até as informações que elles procuravam. Chegando a Pernambuco encontrou o mais benevolo acolhimento em Luiz do Rego, que logo o nomeou seu secretario geral, sendo posteriormente tambem secretario da junta de governo, que n'aquella provincia do Brazil se organisou em março de 1821, quando ali chegou a noticia da revolução de 1820 em Portugal. Foi Rodrigo da Fonseca quem fundou em 1821, com o titulo de *Aurora Pernambucana*, o primeiro jornal politico que appareceu em Pernambuco, e ali se conservou até que accentuando-se claramente da parte dos brazileiros a idéa da independencia do Brazil, Luiz do Rego deixou o seu cargo de presidente da junta, e regressou a Portugal, embarcando em 26 de outubro de 1821, a bordo do vapor francez *Charles et Adele*, trazendo na sua companhia Rodrigo da Fonseca Magalhães, que já a esse tempo havia casado com sua filha, D. Ignacia Candida do Rego Barreto. Desembarcaram em Lisboa em 1822, onde ainda dominava o regimen liberal proclamado em 1820. N'este mesmo anno de 1822, a 12 de agosto, foi Rodrigo nomeado official da secretaria da justiça. Pouco tempo depois, sendo Luiz do Rego nomeado general de Traz-os-Montes, e tendo de subjugar a revolta absolutista do conde de Amarante, foi Rodrigo enviado á provincia, como commissario do governo, encarregado de trabalhar na pacificação d'ella, mas triumphando d'ahi a pouco a reacção com a jornada a Villa Franca, os absolutistas perseguiam tudo quanto era liberal, envolvendo n'essa perseguição Luiz do Rego e Rodrigo da Fonseca Magalhães, sendo ambos deportados para a Figueira da Foz, e Rodrigo demittido do logar em que fôra provido por concurso. Em 1824 teve licença de ir residir para Vianna do Castello, e em 1825 foi reintegrado no cargo de official da secretaria da justiça, o qual exerceu durante o tempo em que, depois da outorga da Carta Constitucional, vigorou entre nós o systema liberal. Restabelecido em fevereiro de 1828 o governo absoluto, como era já bem conhecido o talento de Rodrigo da Fonseca Magalhães, pretenderam os conselheiros de

D. Miguel chamal o ao seu partido, offerecendo-lhe honras e mercês, e o ministro da justiça, Furtado de Mendonça, acompanhado nas suas instancias pelo conde de Rio Pardo, pediu-lhe que redigisse um manifesto sustentando os direitos de D. Miguel ao throno portuguez. Recusou Rodrigo da Fonseca; vendo, porém, que esse procedimento não podia deixar de lhe trazer as perseguições com que o governo miguelista principiava a assignalar a sua administração, tratou logo de se homiziar, e assim permaneceu, até que chegando a Lisboa o seu amigo José da Silva Carvalho, que vinha fugido da Beira, conseguiram ambos embarcar a occultas para Inglaterra, chegando a Londres no fim de setembro. Rodrigo apresentou-se ao marquez de Palmella, que era então n'aquella cidade o chefe da emigração constitucional, e o marquez logo o empregou na secretaria da embaixada, pedindo-lhe que se encarregasse de dirigir dois jornaes que se fundaram para sustentar os principios liberaes, e combater os artigos e noticias que os jornaes do governo de Lisboa publicavam em desabono da causa liberal e dos seus partidarios. Rodrigo da Fonseca acceitou o convite, e redigiu a *Aurora* e o *Paquete de Portugal*, escrevendo tambem umas *Breves annotações ao denominado Manifesto do infante D. Miguel*, que fôram impressas em Londres sem o seu nome, em 1832, e de que mais tarde se fez nova edição em Lisboa, em 1833. Regressando á patria, depois do desembarque do exercito de D. Pedro no Mindello, foi pelo ministerio, que então dirigia os negocios publicos no Porto, encarregado de organisar as secretarias do Estado dentro d'aquella cidade, e no anno seguinte, quando se pensou em arranjar uma expedição, que fôsse desembarcar ao sul do reino, teve a missão de ir a Inglaterra entender-se com as pessoas a quem se incumbira a promptificação dos vapores e das munições de guerra e de bôcca, que eram Luiz Antonio d'Abreu Lima, depois conde da Carreira, ministro em Londres, João Antonio Alvarez y Mendizabal, e Francisco Ignacio Wanzeller. A 7 de fevereiro chegou a Londres, mas não levando o dinheiro preciso para os ajustes, e não sendo então possivel encontrar ali quem emprestasse qualquer quantia ao governo constitucional, porque a situação do Porto era muito critica e quasi desesperada, caducou o projecto da expedição, e só d'ahi a mezes pôde continuar a tratar d'esse negocio. Coadjuvando depois activamente o ministro Abreu Lima, contribuiu poderosamente para os arranjos da expedição que se organisou sob o commando de Napier, e voltando a Portugal em 1833, já depois da entrada dos constitucionaes em Lisboa, foi logo nomeado director geral do ministerio da justiça e administrador da Imprensa Nacional, logar que conservou por espaço de dois annos. Eleito deputado pela provincia do Minho, nas côrtes que se reuniram em 15 do agosto de 1834, revelou desde logo os seus talentos oratorios e o espirito de tolerancia e conciliação, que foi uma das suas qualidades caracteristicas durante toda a sua carreira publica. «N'aquella notavel assembléa, diz Latino Coelho, no *Elogio historico*, publicado em 1859, onde entravam os maiores engenhos politicos e parlamentares de Portugal, e onde se principiaram a delinear, por assim dizer officialmente, as fronteiras entre o partido conservador e o partido radical, deu Rodrigo da Fonseca não sómente os mais visiveis documentos do seu moderado liberalismo, senão tambem, o que era mui raro apóz uma guerra civil tão prolongada, e depois de tão vivos odios e tão cruentas represalias entre liberaes e absolutistas, nobilissimos testemunhos do seu espirito elevado e do seu generoso coração. A lei das indemnisações teve-o na tribuna por incansavel contradictor. As acerbas retaliações, com que o vencedor buscava desforrar-se das crueis perseguições de seus antagonistas, condemnou-as Rodrigo da Fonseca por impoliticas, odientas e encaminhadas a repartir a nação em duas grandes familias inconciliaveis, a dos expoliadores e a dos expoliados, em nome de uma lei iniqua e illiberal Na sessão de 1834, deixou Rodrigo da Fonseca paginas inspiradas pela generosidade e toleran-

Rodrigo da Fonseca Magalhães

cia. N'ellas resumbra a alteza, que sempre exerceu o seu espirito e que tão largamente resgatou os seus defeitos e os seus erros de estadista, e uma . certa facilidade em sacrificar ao bem da paz e da concordia a pontual observancia dos dictados e preceitos da ethica politica.» N'esta epoca fundou Rodrigo da Fonseca Magalhães, com Antonio Pereira dos Reis, um jornal, a *Revista*, e n'elle escreveu muitos artigos em que apresentava ao publico as suas idéas sobre o modo por que o governo devia proceder para solidamente se estabelecer entre nós o governo constitucional. Aos creditos que adquiriu como orador e como jornalista, deveu Rodrigo da Fonseca Magalhães ser nomeado ministro do reino em 15 de julho de 1835, no gabinete presidido pelo marquez de Saldanha. O ministerio fôra organisado em 27 de maio, sendo ministro do reino João de Sousa, que em 15 de julho, n'uma recom-

posição, passou para a pasta da justiça, indo então Rodrigo da Fonseca substituil-o. A esta sua administração deve Portugal a primeira tentativa de se fundar em Lisboa o ensino completo das sciencias, fazendo da capital o centro da instrucção. Creou se o *Instituto de Sciencias Physicas e Mathematicas*, por decreto de 5 de novembro, o qual comprehendia 24 cadeiras. Apenas o decreto appareceu. levantou-se uma celeuma em todo o paiz, promovida pela Universidade, que julgava os seus fóros e privilegios violados pela creação d'um outro estabelecimento superior. Esta opposição concorreu bastante para a queda do ministerio succedida a 18 de novembro. O ministro Mousinho d'Albuquerque, que substituiu Rodrigo da Fonseca, foi quem referendou o decreto de 2 de dezembro, que suspendeu a execução do que creara o Instituto. Pouco tempo depois rebentava a revolução de setembro de 1836, que encontrou em Rodrigo da Fonseca um dos mais francos e resolutos adversarios. Como jornalista e orador o tiveram os cartistas n'aquelle tempo como um dos mais estrenuos campeões. Quando o congresso de 1838 decretou a nova constituição, muito mais democratica que a Carta Constitucional, Rodrigo da Fonseca, inimigo das transformações precipitadas, mostrou-se no congresso francamente adverso á nova ordem de cousas, mas acceitou-a logo que foi votada por uma assembléa legalmente eleita e que representava incontestavelmente o paiz. Combatera a como orador, combatera-a como jornalista no seu jornal a *Revista*, mas não applaudiu as revoltas, que pretendiam desfazer com as armas o que construira no campo sereno da legalidade a vontade da nação. Esta sua attitude desencadeou contra elle muitos odios, e inspirou, entre outros, um poema satyrico intitulado *D. Rodrigo*, que foi attribuido ao barão da Ribeira de Sabrosa, e em que o crivavam de epigrammas e de calumnias. Não tardou o partido cartista a levantar-se, e os ministerios avançados que se tinham organisado logo em seguida á revolução, encontrando o paiz pouco preparado para as transformações radicaes a que o queriam sujeitar, tiveram de ceder o campo a um ministerio, que permanecia na orbita legal da constituição de 1838, mas que representava já os principios que lhe eram contrarios. Esse ministerio constituiu-se em 26 de novembro de 1839, e compunha-se do conde de Bomfim, presidente do conselho e ministro da guerra; Rodrigo da Fonseca Magalhães, do reino; Costa Cabral, da justiça; visconde da Carreira, dos extrangeiros; conde de Villa Real, da marinha; Florindo Rodrigues Pereira Ferraz, da fazenda. Este ministerio foi um dos mais arduos em que entrou Rodrigo da Fonseca, teve tormentosa e agitada vida, porque á opposição setembrista juntou-se logo a de um grupo que se denominou de cartistas puros, que não podiam vêr com bons olhos que alguns dos seus correligionarios se resolvessem a entrar n'um gabinete presidido pelo conde de Bomfim, general setembrista. Para se livrar d'essas difficuldades o ministerio dissolveu a camara, onde os adversarios haviam consumido alguns mezes discutindo os primeiros paragraphos do discurso da corôa, e apezar de alcançarem grande maioria nas eleições, em breve surgiram questões importantes que reclamaram toda a attenção e energia dos ministros, e principalmente de Rodrigo da Fonseca e de Costa Cabral, que eram os dois membros influentes do gabinete. N'estas questões, tomou grave aspecto a do Douro com a Hespanha, julgando-se imminente a guerra, chegando-se a organisar divisões de observação, e a fazerem se todos os preparativos para um rompimento com a nação visinha. Rodrigo da Fonseca mostrou-se sempre n'estas circumstancias eminente parlamentar e habilissimo estadista. Os dois poderosos ministros não viviam em boa harmonia, porque cada um d'elles se sentia com forças para occupar o primeiro logar, e não podia resolver-se a figurar no segundo plano. D'essa circumstancia nasceram grandes dissidencias, e o que mais accentuou ainda essa discordia entre os dois vultos politicos, foi o seguinte facto: As revoltas de 1840 haviam levado o ministerio a pedir ás camaras a suspensão das garantias. Foi na discussão d'essa medida que José Estevão pronunciou um dos seus mais brilhantes discursos. Venceu o governo, mas não tardou muito tempo, quando estava ainda longe de findar o prazo concedido pela camara para se conservarem as garantias, que Rodrigo da Fonseca viesse declarar ao parlamento *que não podia governar sem a liberdade da imprensa*. As dissidencias de Rodrigo da Fonseca e de Costa Cabral eram manifestas e conhecidas da propria opposição; o ministerio já tinha soffrido umas recomposições na pasta da fazenda, tendo sido nomeado Manuel Gonçalves de Miranda em 28 de janeiro de 1841, e o barão do Tojal em 12 de março seguinte, mas conservava-se pelos esforços da maioria, que conseguira congraçar os dois eminentes ministros, até que em resultado d'uma votação empatada na camara dos deputados, o gabinete apresentou a sua demissão. A rainha D. Maria II chamou os presidentes das duas camaras, para com elles combinar a solução da crise, e encarregando Rodrigo da Fonseca e Costa Cabral de organisar novo ministerio, ficou este composto de Joaquim Antonio de Aguiar, presidente e com a pasta do reino; Costa Cabral, da justiça; Antonio José d'Avila, da fazenda; conde de Villa Real, da guerra; José Ferreira Pestana, da marinha; e Rodrigo da Fonseca Magalhães, dos estrangeiros, pasta de que já estava encarregado interinamente desde 23 de junho de 1840. Este ministerio, constituido em 9 de junho de 1841, permaneceu á frente da administração publica até á restauração da Carta Constitucional, effeituada em janeiro de 1842 por Costa Cabral, por occasião da sua ida ao Porto. Durante esse periodo, Rodrigo da Fonseca teve de dirigir as negociações com a Curia Romana para o restabelecimento de relações entre a côrte de Lisboa e a Santa Sé, e em muitas das suas instrucções e dos seus despachos diplomaticos, deixou bem assignalado o seu talento superior e o seu decidido amor á terra em que nascêra. Com a restauração da Carta, Rodrigo da Fonseca passou a ser inimigo inconciliavel de Costa Cabral. N'esse mesmo anno foi nomeado conselheiro de Estado. Até maio de 1846 fez a mais viva guerra ao ministerio cabralista, por todos os meios ao seu alcance, e quando n'aquella epoca começavam nas provincias os tumultos e movimentos populares, e a rainha se decidiu a chamar aos conselhos da corôa homens sympathicos e que com o prestigio do seu nome pudessem serenar a tempestade que se annunciava terrivel; Rodrigo da

Fonseca foi um dos estadistas convidado pela soberana a tomar conta do governo, mas elle declinou essa honra, e aconselhou que fôsse chamado o duque de Palmella. Sendo adoptado este alvitre, tratou logo o novo gabinete de aproveitar Rodrigo da Fonseca, já consultando o sobre as mais importantes questões que tinha de decidir, já nomeando-o para fazer parte de varias commissões importantes, já incumbindo-o da espinhosa e difficil missão de ir pacificar a provincia da Beira, e especialmente o districto de Coimbra. Não pôde cumprir a sua missão, em primeiro logar porque os espiritos já estavam tão turbulentos que não admittiam pacificação possivel, em segundo logar porque desejando Rodrigo da Fonseca ir com um caracter puramente particular, o governo o nomeou publicamente *commissario regio*, isto é, *governador civil dos governadores civis*, como elle dizia no memoravel discurso em que annos depois descreveu na camara a sua inutil ida a Coimbra. O acceitar essa missão significava, porém, uma grande coragem, porque no estado em que estava Coimbra, ia correr, como correu, perigo de vida. Mas Rodrigo da Fonseca tinha no mais alto grau esse valor civico, que é a grande qualidade dos homens publicos. Affrontava serenamente as tempestades da tribuna, as invectivas do jornalismo e os clamores das revoluções. Foi eleito par do reino por carta régia de 22 de outubro de 1847, de que prestou juramento e tomou posse na sessão da respectiva camara de 13 de janeiro de 1848, continuando n'esta camara a guerra terrivel que fizera aos gabinetes presididos pelo conde de Thomar. Os discursos pronunciados nos dias 5, 7, 8, 12 e 14 de fevereiro de 1848, na discussão da resposta ao discurso da corôa, são considerados como os mais notaveis de toda a sua carreira parlamentar. Tres annos depois, em 1851, o duque de Saldanha promoveu o movimento da *Regeneração*, e Rodrigo da Fonseca foi um dos primeiros indigitados para entrar no gabinete que devia substituir o do conde de Thomar; mas diversas circumstancias impediram então a sua subida ao poder, e foi n'uma das muitas recomposições por que passou nos primeiros tempos o ministerio, que a 7 de julho foi dada a pasta do reino a Rodrigo da Fonseca Magalhães. Durante os cinco annos que esteve no poder, todo o seu empenho foi pôr em pratica os principios de tolerancia a que se mostrara affeiçoado. A *Regeneração* chamou a si todos os homens de boa vontade, que desejavam pôr termo aos males das guerras civis, abrir em Portugal o caminho do desenvolvimento e dos progressos materiaes, operar emfim a fusão dos partidos, obtendo que todos os portuguezes se congraçassem e encerrassem a era das revoluções. O Acto Addicional foi o sello d'esta conciliação. Ali se satisfaziam algumas das mais urgentes aspirações liberaes, sem dar a essa modificação da Carta um caracter tão democratico, que tornasse tão impossivel a transigencia dos ferrenhos conservadores. Este ministerio, demittiu-se em 6 de junho de 1856. O grande estadista, depois de deixar o poder, pouco tempo viveu. Quando correu a noticia da sua doença todos se sentiram profundamente impressionados, e o rei D. Pedro V quiz por todos os modos dar-lhe uma prova de alta consideração, agraciando o filho com o titulo de conde, que Rodrigo da Fonseca para si sempre recusara tenazmente. A 18 de abril de 1858 escrevia ao marquez de Loulé, presidente do conselho, a seguinte carta, que se tornou celebre, recusando para seu filho a mercê que el-rei lhe queria á força conceder: «Illmo e Exmo Sr. — No momento de receber a participação com que, por ordem de Sua Magestade V. Ex.ª me honra, apezar da oppressão que sinto da molestia que padeço, não posso deixar de immediatamente elevar á Augusta presença de Sua Magestade a expressão do meu sincero agradecimento, de que jámais perderei a memoria. Mas meu filho Luiz do Rego da Fonseca Magalhães, que me eguala em sentimentos de amor e gratidão á Real Pessoa de Sua Magestade, não póde deixar de proceder, como procedeu, vivendo a rainha a Senhora D. Maria II, de saudosa memoria, quando a recusa rainha de egual titulo que Sua Magestade me concedia, elle com decidida mas respeitosa resolução expôz ao duque de Saldanha, primeiro que emquanto seu pae vivesse, elle não tomaria na sociedade uma qualificação superior á d'elle; segundo, que não reputava os serviços de seu pae, por grandes que fôssem, para serem recompensados na pessoa do filho que nenhuns tinha feito ainda. Estes termos que eu mesmo tive a honra de repetir a Sua Magestade a Rainha a Senhora D. Maria II mereceram a real approvação d'aquella esclarecidissima soberana, o que para mim e para meu filho serviu de maior prova da benevolencia de Sua Magestade e do profundo senso de justiça com que ella avaliava os actos dos seus subditos. Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Fernando soube e teve abondade de approvar esse procedimento meu e de meu filho. Rogo a V. Ex.ª a graça de fazer d'elle sabedor a Sua Magestade El Rei repetindo na sua augusta presença os mesmos motivos que hoje nos determinam e que decerto hão de merecer a approvação do mesmo Senhor, a quem desde já protestamos o nosso reconhecimento. Deus guarde, etc.» A gran-cruz da ordem de Christo acceitou-a á rainha D. Maria II, depois de muitas instancias da soberana, porque decididamente se recusava a recebel-a. Além dos escriptos de Rodrigo da Fonseca, mencionaremos os seguintes: *Soneto a Condeixa queimada pelos francezes em 1811*, inserto ao *Telegrapho Portuguez*, n.º 38, de 12 de maio de 1812; *Principios de Economia Politica de Mac Culoch, reduzidas a compendio, para uso dos estudantes do Instituto hispano-luso do dr. Silvela*; *versão do inglez*, Londres, 1830. Dos seus discursos, segundo consta, além da collecção dos respectivos *Diarios*, publicaram-se em separado: *Discursos pronunciados na camara dos Pares, nas sessões de 5, 7, 8, 12 e 14 de fevereiro de 1848, na discussão da resposta á fala do throno*, Lisboa, 1848; *Discurso do ministro do reino, o sr. Rodrigo da Fonseca Magalhães, pronunciado na camara dos dignos pares, por occasião da discussão do projecto de resposta ao discurso da corôa, na sessão ordinaria de 1854*, Lisboa, 1854; *Discursos do ministro do reino*, etc. *pronunciados na camara dos pares, por occasião da discussão do projecto da lei n. 209, na sessão ordinaria de 1855*, Lisboa, 1855. Para a biographia de Rodrigo da Fonseca Magalhães póde vêr-se o *Elogio historico*, recitado na Academia Real das Sciencias por Latino Coelho, na sessão publica de 20 de fevereiro de 1859; *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, por Andrade Ferreira, tomo III, pag. 331

a 350; *Jornal do Commercio*, de 12 de maio de 1858; etc.

Magalhães e Avellar *(D. João de)*. Bispo do Porto, par do reino, etc. N. na freguezia de Arneiros, do bispado de Lamego, em dezembro de 1754, fal. em Villa Nova do Souto d'El-Rei a 16 de maio de 1833. Era filho de José de Magalhães Avellar Barbedo, e de D. Maria Leonarda Pinto. Matriculando se na Universidade de Coimbra na faculdade de Canones, alcançou o grau de doutor. Passando depois a lente cathedratico. Foi nomeado conego doutoral da sé de Lamego, deputado extraordinario da inquisição de Coimbra, e por ultimo eleito bispo do Porto, sendo sagrado a 29 de junho de 1816. Logo que o exercito libertador entrou no Porto, o bispo retirou-se para a sua casa de Villa Nova do Souto d'El-Rei, onde falleceu, e foi sepultado na sé de Lamego. Era tido como homem muito erudito, versado sobretudo em historia e antiguidades, e dotado d'uma memoria prodigiosa. Consta que começara em diversos tempos varias obras e memorias, sobre diversos assumptos, das quaes umas concluidas e outras imperfeitas existiam na sua riquissima livraria, composta de mais de 32:000 volumes, que juntara durante mais de 30 annos. Esta livraria foi sequestrada em 1832 pelo governo constitucional, serviu de nucleo para a Bibliotheca Publica do Porto, e foi depois comprada para o Estado aos herdeiros do bispo por 24:000$000 réis, como se vê d'um folheto publicado por um dos herdeiros, o conselheiro Fernando de Magalhães e Avellar, com o seguinte titulo: *Memoria acêrca da livraria dos herdeiros do bispo do Porto D. João de Magalhães e Avellar, vendida ao estado por escriptura publica lavrada nas notas do tabellião Thomaz Izidoro da Silva Freire em 7 de março de 1841, por effeito da lei de 30 de junho de 1843*, Lisboa, 1846. O bispo possuia tambem um precioso monetario, que os herdeiros venderam em Inglaterra. São conhecidas as seguintes publicações do bispo D. João de Magalhães e Avellar: *Pastoral aos parochos da sua diocese, recommendando-lhes que instruam os parochianos nos dogmas da egreja catholica, e na moral evangelica, e lhes persuadam as vantagens da nova situação politica inaugarada em 24 de agosto de 1820*, Porto, 1821; *Pastoral ao clero e povo da mesma diocese, congratulando se pela queda do governo constitucional, e combatendo as doutrinas propugnadas pelos adeptos do liberalismo*, Porto, 1823.

Magalhães Brandão *(Silvestre)*. Bacharel formado em Jurisprudencia Canonica pela Universidade de Coimbra. N. n'esta cidade a 31 de dezembro de 1687, ignora-se a data do fallecimento. Era filho de João de Magalhães e de Monica da Cruz. Recebeu o grau de bacharel a 2 de julho de 1710, e formou-se a 31 de maio de 1712. Foi advogado de causas forenses em Coimbra. Emprehendeu illustrar o tratado de *Jure Lusitane*, que compozera Matheus Homem Leitão, e conseguiu, publicando em 1749 um vol. em latim: *Additiones sive annotationes Juris laboratae*, etc.

Magalhães Castello Branco *(Carlos de)*. Cavalleiro da ordem de Christo, auditor do regimento de Aveiras, que escreveu e publicou em Lisboa, no anno de 1805 um livro, com o titulo: *Pratica criminal do Foro Militar, para as Auditorias e Conselhos de guerra.*

Magalhães Correia *(Paulino Augusto de)*. Facultativo de 1.ª classe do quadro de saude das provincias de Angola e S. Thomé e Principe, fallecido em 5 de novembro de 1907. Era filho do coronel d'Artilharia Paulino Correia. Fez o seu curso com varias distincções na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, perante a qual defendeu these, com o titulo de: *Adrenagem abdominal.* Entrando no quadro de saude do ultramar foi para Loanda em agosto de 1901, onde no começo da sua carreira mostrou logo o sincero culto que prestava do dever, levado mesmo no sacrificio, como se reconheceu em 1902, em que foi atacado de variola por effeito do muito cuidado que ligava aos doentes d'essa enfermidade, que lhe estavam confiados. Em 31 de julho do mesmo anno, estando destacado em Novo Redondo, foi mandado seguir para Benguella, fazendo parte da columna de operações no Bailundo, serviço em que se conservou até 26 de outubro, fazendo parte das forças que em 5 do referido mez atacaram a embala grande do Quibala. Desde então até 25 de maio de 1903 esteve dirigindo no Balombo uma enfermaria militar. Recolhendo a Loanda foi agraciado com as medalhas de prata, Rainha D. Amelia e de bons serviços no ultramar. Esteve ainda no Alto Dande de 8 de agosto de 1904 até 13 de novembro de 1905, e em 4 de dezembro de 1906 destacou para Novo Redondo. Manifestando-se revolta no gentio de Amboim, para onde marchou uma fôrça de Loanda, que recebeu alguns ferimentos na primeira investida, Paulino Correia, acompanhado d'um enfermeiro, foi mandado seguir por ordem telegraphica, de Novo Redondo para aquella região, onde se apresentou depois de dois dias de marchas forçadas e fatigantes, e com o maior zelo e boa vontade se dedicou logo no tratamento dos feridos, o que lhe exigiu dois dias de intenso trabalho na extracção dos zagalotes, que em alguns dos feridos foi demorada e dolorosa operação. Conservando se junto á columna não se limitou só aos seus deveres profissionaes, mas de carabina em punho tornou-se o mais devotado auxiliar do seu commandante. Com o seu sangue frio e coragem animava todos. E não foi só no serviço das marchas que elle de boa vontade se prestou a auxiliar o commandante da columna, offereceu-se incondicionalmente a prestar todos os serviços militares, não consentindo que o excluissem do arduo serviço de rondas, que desempenhou juntamente com os officiaes combatentes. Foi a Paulino Correia que se deveu o traçado e a direcção na construcção d'um reducto que se levantou em N'Gabella, margem direita do rio Mazunge, sobado Quissacra, com plena approvação do commandante da columna. Finda a campanha, que durou alguns dias, recolheu a Loanda com a saude bastante affectada e com os symptomas d'uma febre typhoide, mas não querendo acceder aos rogos dos seus amigos para ali ficar em tratamento, apenas se demorou 4 dias n'aquella cidade, seguindo depois a occupar o seu logar em Novo Redondo. A doença que o accommettera foi superior á sua energia, e decorridos poucos dias o prostrou para não mais se levantar. Foi transferido para o hospital de Loanda, onde falleceu.

Magalhães Coutinho *(José Eduardo de)*. Director e lente jubilado da Escola Medica-Cirurgica de Lisboa; commendador da ordem de Christo, primeiro medico da real camara, conselheiro,

director da Bibliotheca Real d'Ajuda, membro do Conselho Superior de Instrucção Publica, deputado, socio da Sociedade das Sciencias Medicas, de que foi presidente; socio da Academia Real das Sciencias, e de muitas outras sociedades scientificas, etc. N. em Evora a 24 de outubro de 1815, fal. em Lisboa a 13 de janeiro de 1895, sendo filho de José Bernardo Magalhães Coutinho, official de infantaria. Começou a estudar as primeiras letras, aos 8 annos de edade, n'uma escola de Evora, indo depois para Torres Novas, onde se dedicou ao estudo do latim. Deram-se então os acontecimentos politicos de 1828 para 1829, e Magalhães Coutinho veiu para Lisboa em companhia de seu pae, que poucos dias de liberdade gozou n'esta cidade, porque o intendente da policia logo o prendeu, julgando vêr ameaçados os absolutistas com a presença d'um official, já desligado por não ser affecto áquelle regimen. Magalhães Coutinho ficou abandonado, e não pen-

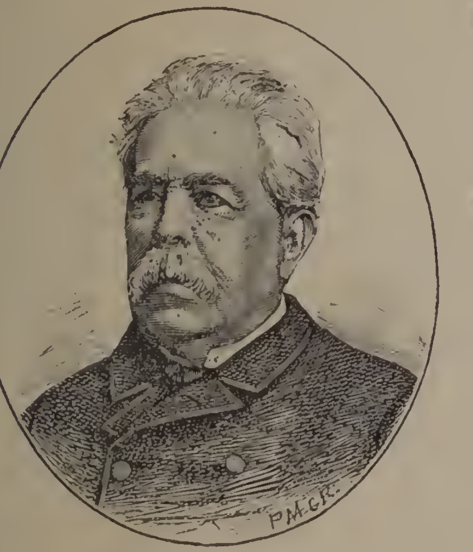

José Eduardo de Magalhães Coutinho

sou em aulas, não deixando comtudo de lêr os compendios, e mais dois ou tres livros, que o pae trouxera na sua mala. Antonio Maria do Couto, professor regio de grego, recebeu-o em sua casa, perguntando-lhe o que já tinha estudado, e vendo a sua boa vontade de aprender admittiu-o nas aulas; ali estudou então latim, francez, grego, logica e rhetorica. Chegou o anno de 1831, em que as perseguições politicas se tinham tornado deveras ameaçadoras, e o governo, por causa da guerra civil imminente, procedeu a um rigoroso recrutamento. Magalhães Coutinho, apenas contava 18 annos, mas receava que o obrigassem a assentar praça, vida para que não se sentia com vocação, e muito mais porque iria contrariar as crenças liberaes de seu pae, que elle tambem professava. Antonio Maria do Couto, vendo-o assim receoso, aconselhou-o a que se matriculasse na escola regia de cirurgia que livrava do recrutamento, e fez-lhe o elogio d'aquella profissão, o que muito enthusiasmou o joven estudante, que pensara sempre em frequentar na Universidade de Coimbra o curso de Direito. Couto observou-lhe ainda que fôsse para o hospital, e se não gostasse da vida de medico, a todo o tempo poderia dedicar-se a outra; o que se tornava preciso, era evitar que o fizessem soldado, com que o seu pae muito se desgostaria. Magalhães Coutinho matriculou-se poucos dias depois na escola de cirurgia, frequentando a aula de anatomia em 1831, e a de materia medica em 1832. A inquietação em que andava pelas desgraças de sua familia, e a necessidade em que se via de continuar com os seus exercicios de latim e do grego, o fizeram descuidar-se do estudo, para que lhe faltava o tempo, chegando até a ser considerado mau estudante, entre os condiscipulos. Havia pouco tempo que se matriculara no terceiro anno do curso da escola, quando raiou o dia 24 de julho de 1833, em que se proclamou em Lisboa o restabelecimento do regimen constitucional e a legitimidade da rainha D. Maria II. Magalhães Coutinho teve a fortuna de vêr logo reunida a sua familia, que tanto soffrera com os rigores do partido miguelista, e o joven estudante proseguiu na escola de cirurgia. Comtudo, os estudos ficaram interrompidos por algum tempo, porque a mocidade de Lisboa correu toda a alistar-se nos batalhões que se organisaram, e Magalhães Coutinho tambem assentou praça, mas pouco tempo serviu na vida militar, porque logo depois da acção de 5 de setembro foi requisitado pelo cirurgião-mór Lourenço Felix Sardinha, director do hospital da Estrella, para o ajudar no tratamento dos feridos. As funcções, que então exerceu, fôram as de enfermeiro, mostrando sempre a maior dedicação tanto por amigos como por inimigos. Em 1836 acabou o curso da escola, e tirou a respectiva carta. Em 1837 acompanhou o marechal Saldanha ao Chão da Feira. Para esta digressão militar houve motivo contrario ás suas opiniões politicas, que não eram então as mesmas porque combatia o marechal. O conflicto de 28 d'agosto d'esse anno, entre as forças que Saldanha commandava e as do conde de Bomfim, deu occasião ás primeiras operações cirurgicas que praticou. Nos fins do referido anno de 1837 chegou a Lisboa, e resolveu habilitar-se para concorrer aos logares do magisterio da escola. Foi explicador de anatomia, e começou vida nova de estudo, frequentando os cursos de Chimica, Physica, Botanica e Zoologia. Considerava que tendo sido a primeira reforma da escola em 1836, depois d'elle ter concluido o curso, vêr-se-ia muito inferior aos alumnos que viessem depois, e por isso se tornava preciso, aspirando ao professorado, preencher as faltas que tinha nos seus estudos, a que se applicou, mas com bastante irregularidade. Em 1840 desempenhou o logar de cirurgião-mór do segundo batalhão de voluntarios do commercio; em 1842 fez algumas conferencias publicas sobre phrenelogia. Em 1847 entrou para o corpo docente da Escola Medico Cirurgica. Em 2 de junho de 1856 foi nomeado cirurgião extraordinario do hospital de S. José, e em 1857 ajudante do cirurgião do banco. Serviu nos hospitaes da cholera-morbus e da febre amarella, em 1856 e 1857; exerceu clinica no hospital do Desterro, pedindo a sua exoneração em 1 de março de 1862. Foi depois director da Escola Medica, regendo com brilhantismo a cadeira de obs-

tetricia Magalhães Coutinho foi o primeiro cirurgião, em Portugal, que fez a applicação do chloroformio nos partos (1857), e o segundo que praticou a lithotricia (1857), operação esta que tinha sido feita apenas uma vez entre nós, 20 annos antes, pelo cirurgião João José Pereira. Tambem foi o primeiro cirurgião que em Portugal operou um doente anesthesiado pela amylena (3 de junho de 1857). Sendo eleito deputado em 1853, entrou nas seguintes legislaturas até 1856. Na sessão de 12 de março de 1853 apresentou uma proposta para reforma das escolas medico cirurgicas, ficando os alumnos com privilegios e titulos eguaes aos da Universidade de Coimbra. Depois d'uma vida muito trabalhosa, consagrando muitos annos á clinica e ao magisterio, Magalhães Coutinho deixou quasi completamente o exercicio da sua profissão em que tanto se assignalara, e pedindo a jubilação, ficou sendo primeiro medico da real camara e bibliothecario da bibliotheca real d'Ajuda. Exerceu tambem por algum tempo as funcções de director geral da instrucção publica, no ministerio do reino. Em 26 de janeiro de 1861 era vogal supplente do Conselho Geral de Instrucção Publica, sendo n'essa data, juntamente com João d'Andrade Corvo, tambem vogal supplente, encarregado de propôr, ouvindo o director da Escola Normal Primaria do districto de Lisboa, o plano das obras indispensaveis para o melhor aproveitamento do edificio e quinta annexa, em que esta escola ia funccionar, tanto em relação á instrucção dos alumnos, como ao aproveitamento e regularidade do ensino. Quando se creou o Conselho Superior de Instrucção Publica, por decreto de 23 de maio de 1884, foi Magalhães Coutinho nomeado um dos seus membros. Bibliographia: *Algumas considerações sobre a demencia e o idiotismo* (These), Lisboa, 1847; *Projecto de lei para a reforma das Escolas Medico Cirurgicas de Lisboa e Porto, apresentado na Camara Legislativa na sessão de 12 de março de 1853;* além de ser inserto no respectivo *Diario,* vem tambem no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas,* tomo XIII, a pag. 6?; *Discurso recitado na abertura da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa em 9 de janeiro de 1858,* Lisboa, 1858; *Discurso do Presidente da Sociedade das Sciencias Medicas, recitado na sessão de 17 de fevereiro de 1859*; saiu no *Archivo Universal,* tomo I, 1859, n.º 15; *Zacuto Lusitano, jornal semanal de medicina e sciencias accessorias,* 1849-1850, de que foi redactor principal; *Mezes de gestação*; nota na versão dos *Fastos,* de Ovidio, por Castilho, tomo II, pag 237. Publicou muitos artigos e memorias sobre medicina, no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas,* sobresaindo entre estes, os seguintes: *Conducta dos medicos,* em 1839: *Ensaios sobre phrenologia,* em 1844; *Dissertação sobre tumores brancos,* 1844, etc. Na *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil,* tomo I, de 1859, a pag. 249 a 260, vem publicada a biographia do dr. Magalhães Coutinho, escripta por João de Andrade C[illegible].

Magalhães e Figueiredo (*Manuel Luciano d'Abreu*). Desembargador da Casa da Supplicação. Nasceu em Sandomil, concelho de Cêa, em 1?9?, sendo filho do dezembargador do Paço João de Figueiredo, e de D. Anna Theodora d'Abreu Pinto Magalhães, pertencente a uma das mais illustres familias da Beira por ser setima neta do capitão-mór d'Avô Manuel Dias da Costa e de sua mulher, Suzana Manuel, de quem descendem muitas das mais distinctas familias d'aquella provincia. O desembargador João de Figueiredo fez parte da camara dos deputados em 1820 1822, e tomou assento nos Tres Estados no braço da nobreza em 1828 por occasião da acclamação de D. Miguel. Em 1834 emigraram para Londres, e de lá Manuel Luciano seguiu para Genebra a encontrar-se com D. Miguel, e d'ahi mandou para Portugal os manifestos em que este principe protestava contra a convenção de Evora-Monte, motivo porque lhe foi retirado o subsidio, que a mesma convenção lhe concedia. Pouco tempo se demorou ali, porque seu pae adoecia em Londres e ahi morria em abril de 1836. De regresso a Portugal foi residir para Paranhos, concelho de Cêa, onde falleceu em 1839 em casa de sua irmã D. Anna Carolina d'Abreu Magalhães e Figueiredo, casada com o morgado Francisco Jacome Freire de Vasconcellos, de quem são netos: Affonso d'Albuquerque do Amaral e Cardoso, casado com uma sobrinha da marqueza de Rio Maior, antigo empregado da alfandega de Lisboa, e actualmente director de uma companhia de seguros na capital; D. Maria da Conceição d'Albuquerque Bourbon, casada com Nicolau Nunes Ferreira, capitalista e negociante em Angola; e D. Anna d'Albuquerque Bourbon, casada com Antonio Carneiro de Sousa Lara, da firma Sousa Lara & C.ª, rico negociante em Africa.

Magalhães Lima (*Jayme de*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; director da agencia do Banco de Portugal em Aveiro, provedor da Misericordia e director da Caixa Economica da mesma cidade, deputado, jornalista, etc. N. em Aveiro a 15 de outubro de 1859, sendo filho de Sebastião de Carvalho Lima (V. *Lima, Sebastião de Carvalho*) e de sua mulher, D. Leocadia Rodrigues Pinto de Magalhães. Matriculando-se na Universidade, formou-se em 1880. Desde muito cedo se applicou ao estudo dos grandes problemas sociaes. Fez duas viagens ao estrangeiro, em que percorreu a Hespanha, França, Italia, Austria, Inglaterra, Belgica, Suissa, Hollanda, Russia e Norte d'Africa, estudando sempre, e corroborando com a experiencia os conhecimentos adquiridos, ou adquirindo os directamente novos. Filiou-se no partido regenerador, foi deputado, eleito por Aveiro, nas legislaturas de 1893, 1894 e 1897; em 1901 acompanhou os regeneradores-dissidentes, ficando pertencendo ao partido regenerador liberal, de que é o chefe no seu districto. De 1881 a 1885 foi vogal do conselho do districto de Aveiro, e em 1892 presidente da camara municipal da mesma cidade. No anno de 1899 fez uma notavel conferencia na Real Associação Central de Agricultura Portugueza, sobre o credito agricola de Portugal, que depois imprimiu. Tem publicado os seguintes trabalhos: *Estudos sobre a litteratura contemporanea,* 1886; *O sr. Oliveira Martins e o seu projecto de fomento rural,* opusculo, 1887; *A Democracia* (estudo sobre o governo representativo), 1888; *Arte de estudar,* traducção do inglez, de A. Bain, 1888; *Cidades e Paizagens,* 1889, depois da sua segunda viagem ao estrangeiro; *Doutrinas de Leão Tolstoi,* 1892; *Jesus Christo,* traduzido do francez, de Didon,

1891; *Transviado*, 1899; *Notas d'um provinciano*, 1899; *Elogio de Edmundo de Magalhães Machado*, 1900; *O Sonho da perfeição*, romance, 1901; *As Vozes do meu lar*, 1902; *Na paz do Senhor*, romance, 1903; *O Reino da saudade*, romance, 1904; *Via Redemptora*; *Apostolos da Terra*; *Servo e menor S. Francisco de Assis e os seus evangelhos*, Coimbra, 1908. O sr. dr. Jayme de Magalhães Lima tem collaborado nos seguintes jornaes: *Provincia*, *Novidades*, *Reporter*, *Nacional*, *Tarde*, *Jornal da Noite*, *Diario Illustrado*, *Vitalidade*, etc. Tem tambem publicado muitos artigos e monographias no *Boletim da Real Associação Central de Agricultura Portugueza*, *Revista dos Campos*, *Portugal agricola*, *Revista florestal*, *Revue politique et parlamentaire*, etc. Ultimamente tem-se dedicado ao estudo da jardinagem na sua quinta do Eixo. Consta que são notaveis os estudos feitos sobre os eucalyptos, de que já tem publicado muitos artigos avulsos, os quaes tenciona reunir em volume, quando acabar os seus trabalhos. Já tem seleccionado mais de 80 variedades d'essas arvores, como proprias para serem cultivadas em Portugal, apontando-lhes a origem, cuidados de reproducção e cultura, nosologia, applicações, etc., e diz se que a collecção de eucalyptos, que tem cuidadosamente feito, e cultiva na referida quinta do Eixo, é a primeira da peninsula.

Magalhães Lima *(Sebastião de)*. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, jornalista, escriptor, etc. N. no Rio de Janeiro em 30 de maio de 1851, sendo filho de Sebastião de Carvalho Lima, e de sua mulher, D. Leocadia Rodrigues Pinto de Magalhães. Tinha 6 annos de edade quando veiu para Lisboa, sendo entregue a um dos mais importantes negociantes da capital, e entrou para o collegio allemão, onde frequentou os estudos preparatorios para se matricular na faculdade de Direito, em Coimbra, o que realisou em 1870, seguindo um curso distincto, tornando-se notavel pelo desassombro com que confessava as suas opiniões e publicamente as defendia. Ao mesmo tempo que frequentava as aulas, collaborava em varios jornaes politicos e litterarios, e especialmente no *Districto de Aveiro* de que foi um dos fundadores. Emquanto cursava o segundo anno do curso juridico, publicou um volume com o titulo de *Miniaturas romanticas*, *Martyrio d'um anjo; Amour et Champagne; Um drama intimo; Fatalidade e o destino*; *Cambiantes da comedia humana*; *Estrellas e nuvens*; *A beira-mar; Um dia de noivado.* No terceiro anno, diz um dos seus biographos, teve a phase revolucionaria, revelou-se o evangelisador audaz, o polemista energico e convicto. Em 1 de maio de 1873 collaborou no semanario *A Republica Portugueza*, fundado por Alves da Veiga, escrevendo tambem em outros jornaes da mesma indole politica. Em 1874 esteve em Coimbra o grande orador hespanhol Emilio Castelar, que foi recebido com o maior enthusiasmo pela mocidade academica. Desejavam todos os estudantes ouvil-o, e entre hesitações e duvidas procurava-se o meio de solicitar de Castelar que falasse á academia. Magalhães Lima resolveu a questão. Enthusiasmado. e seguido dos academicos, foi cumprimental-o á casa onde elle estava hospedado. Emilio Castelar chegou a uma das janellas, e Magalhães Lima pronunciou de improviso um discurso vibrante, dizendo que a academia de Coimbra ia ali fazer a consagração da sua fé republicana e saudar n'elle o futuro das sociedades livres. Castelar, accedendo ao pedido que lhe fizeram, respondeu da janella, com um discurso apreciando lisongeiramente os brios da academia e a franqueza com que expressava a sua idéa. Por esta epoca publicou Magalhães Lima um romance com o titulo. *A Senhora Viscondessa*, e tendo nas ferias do quarto anno do curso visitado Hespanha, escreveu, depois do seu regresso o livro *Contos madrilenos*. Concluida a sua formatura em 1875 e tendo obtido a classificação de distincto, encetou em Coimbra a profissão de advogado, vindo pouco depois para Lisboa assentar banca, continuando ao mesmo tempo os seus trabalhos de propaganda democratica. Collaborou na *Democracia*, *Districto de Aveiro*, *Mosaico* e no *Jornal de Lisboa*. Escreveu uma serie de pam-

Sebastião de Magalhães Lima

phletos com o titulo de *O Espectro de Juvenal*, e em 1879 fundou o *Commercio de Portugal*, jornal que dirigiu, e que em 1880 passou a ser propriedade do visconde de Melicio. N'esse anno de 1879 tambem publicou um opusculo, *A questão do banco ultramarino*, em que fazia vehementes accusações á fórma por que aquella casa bancaria havia sido dirigida. Em 1881 fundou o *Seculo*, com outros conhecidos republicanos, jornal, de que é proprietario o sr. Silva Graça Hoje é director da *A Vanguarda*. Por causa d'alguns artigos publicados no *Seculo* foi processado e chegou a estar preso no Limoeiro; bateu se em duello ao sabre com Pinheiro Chagas, então director do *Diario da Manhã*, por causa d'algumas phrases mais violentas que um dos seus collaboradores escreveu n'outro artigo, e de que Magalhães Lima tomou a responsabilidade. No duello recebeu Pi-

nheiro Chagas um pequeno ferimento. Quando foi do tratado de Lourenço Marques destacou-se pela violencia dos seus ataques, quer escrevendo em jornaes, quer falando nos comicios que então se convocaram. Jornalista energico e orador fluente é um dos vultos principaes do partido republicano. Por occasião dos successos produzidos em 1890 pelo *ultimatum*, evidenciou-se tambem pela campanha que emprehendeu contra a Inglaterra. Tendo ido ao estrangeiro em missão politica, percorreu a Hespanha, a Italia e a França, sendo no seu regresso a Lisboa recebido com enthusiasmo pelo seu partido. O dr. Magalhães Lima, em 1880, fez parte da commissão executiva da imprensa nas festas celebradas em commemoração do centenario de Camões; em 1898 na que se organisou para as festas do centenario do descobrimento do caminho da India. Em 18 de dezembro de 1904 realisou-se um grande banquete no salão do Real Colyseu de Lisboa, em homenagem ao sr. dr. Magalhães Lima, a que presidiu o sr. dr. Alfredo da Cunha, director do *Diario de Noticias;* n'este banquete inscreveram-se mais de 300 pessoas, vendo-se ali reunidas quasi todas as classes sociaes, o commercio, a industria, a agricultura, o operariado, e o jornalismo. O sr. dr. Magalhães Lima é membro da Associação dos Jornalistas, é socio honorario da do Porto; nesta qualidade representou a imprensa da capital nos congressos que se realizaram em Stockolmo, Paris, Lisboa, Roma e Vienna. Tem publicado os seguintes escriptos: *Theoria da humanidade*, *Pena de morte*, *As subsistencias*, *Pela Patria e pela Republica*, *O Socialismo na Europa*, *O Livro da paz*, em 1895; *A federação iberica*, *O primeiro de maio*, *A obra internacional*, 1896; *O centenario no estrangeiro, conferencia realisada na Sociedade de Geographia de Lisboa no dia 11 de novembro de 1897*, Lisboa, 1897; etc. Além dos livros de propaganda politica social, tem ainda outros sobre litteratura.

Magalhães e Menezes (*Antonio de*). Mestre de campo de auxiliares da provincia do Entre Douro e Minho, e commendador de Abrantes, na ordem de Christo. Falleceu em 19 de junho de 1734, deixando manuscriptos dois extensos trabalhos genealogicos ácêrca das familias de Cardosos e Barros.

Magalhães Sepulveda (*Christovão Ayres de*). Tenente-coronel de cavallaria, lente da Escola do Exercito, deputado, governador civil de Bragança e de Coimbra, socio effectivo da Academia das Sciencias, da Academia de Historia de Madrid, do Instituto de Coimbra, escriptor, poeta, jornalista, etc. N. em Ribandar, Gôa, a 27 de março de 1853, sendo filho de Raphael Ayres de Magalhães e de D. Amalia de Sousa Sepulveda. Estando no ultimo anno do curso de infantaria da Escola Mathematica e Militar de Nova Gôa, foi escolhido em 1871, sendo governador da India o conde de S. Januario, para vir concluir os estudos a Portugal, sendo-lhe abonado o subsidio chamado das Camaras Agrarias de Gôa, que era destinado aos filhos da India, que mais se distinguissem nas escolas e nas provas publicas. Ali o conheceu o finado estadista e poeta Thomaz Ribeiro, que muito animou o moço estudioso, que manifestava superior talento, e lhe encaminhou os primeiros passos na Europa. Chegando a Lisboa assentou praça em 5 de novembro de 1872, sendo promovido a alferes em 27 de dezembro de 1876, a tenente em 31 de outubro de 1884, a capitão em 12 de setembro de 1890, major em 30 de dezembro de 1901. O sr. Christovão Ayres tem o curso de infantaria e cavallaria da Escola do Exercito, onde foi sempre laureado, completando-o com a cadeira de Economia Politica no Instituto, tendo cursado os preparatorios em Coimbra. Pertence ao estado maior da sua arma. Matriculou-se depois no Curso Superior de Letras, onde obteve classificações distinctas, concluindo os cursos de litteratura, de philosophia e de historia, que se professam n'aquelle estabelecimento scientifico. Entrando na politica filiou-se no partido regenerador, sendo eleito deputado por tres vezes, a primeira em

Christovão Ayres de Magalhães Sepulveda

1890, por Bardez, Gôa, a segunda por Portalegre, e a terceira pelas ilhas de Gôa. Foi governador civil de Bragança, e promotor de justiça no segundo conselho de guerra da 1.ª divisão. Como jornalista tem-se dedicado muito a questões militares, defendendo sempre os direitos e os legitimos interesses da sua corporação. Em 1876 fazia parte da redacção do *Jornal do Commercio*, de que foi director por muitos annos, e tem collaborado em diversas revistas e illustrações. O sr. Chistovão Ayres é commendador e cavalleiro da ordem de S. Thiago, official e cavalleiro da de Aviz; commendador da de Carlos III, de Hespanha; commendador da Ordem da Corôa da Prussia, com que o agraciou o imperador d'Allemanha, quando escreveu a monographia do regimento de cavallaria n.º 4, de que aquelle soberano é commandante honorario. Possue tambem a cruz de segunda classe da ordem de Merito Militar de Hespanha, e as medalhas de prata de bons serviços e de comportamento exemplar. O sr. Christovão Ayres é casado com a sr.ª D. Maria do Carmo, irmã da distincta escriptora e poetisa sr.ª D. Maria Amalia Vaz de Carvalho. Escreveu: *Indianas e Portuguezas*, vol. de versos, publicado em 1880, que teve mais edições; *Novos horizontes*, outro livro de versos;

Lentejoulas e Longinquas, contos; *Historia organica e politica do exercito portuguez.* Publicou tambem o seu discurso proferido na sessão solemne da Escola do Exercito em homenagem aos expedicionarios de Africa, e os seus discursos parlamentares, sendo um sobre assumptos militares, e outro sobre a India.

Magalhães e Silva *(Carlos Augusto).* Capitão de mar e guerra. N. em Mirandella a 30 de janeiro de 1852. Tendo estudado os preparatorios no Porto, assentou praça de aspirante a guarda marinha em 26 de julho de 1867. Concluindo o curso da sua arma, havendo obtido o primeiro logar entre todos os condiscipulos, foi promovido a guarda-marinha em 2 de outubro de 1869, e embarcou logo na corveta *Estephania*, que, sob o commando de José Baptista de Andrade, tinha sido escolhida para representar a marinha portugueza na festa da inauguração do canal de Suez. Um violento temporal obrigou a corveta a arribar com grossa avaria a um porto de Hespanha, pelo que não pôde assistir áquella grande solemnidade; mas o joven guarda-marinha pouco tempo se demorou em Lisboa, e tendo feito o respectivo tirocinio, foi despachado segundo tenente em 4 de junho de 1873. Fez repetidas viagens no transporte *Martinho de Mello*, e na estação de Moçambique commandou o vapor *Tete*, aprisionando ali alguns pangaios que se davam á escravatura. Voltando ao reino por opinião da junta de saude, veiu estabelecer-se em Lisboa, escrevendo por essa occasião no *Commercio de Portugal* uns artigos, assignados com as iniciaes C. M., ácêrca da politica geral do nosso paiz. Em 20 agosto de 1879 foi promovido a primeiro tenente, e depois de haver desempenhado varias commissões de serviço, foi em agosto de 1882 nomeado commandante da canhoneira *Bengo*, que fazia parte da divisão naval da Africa Occidental. Entrando na costa de Angola aportou á Ponta Negra, onde estava fundeada a canhoneira franceza *Saggittaire*, e sendo informado de que o commandante d'esse navio tinha mandado fazer a occupação de Loango em nome da França, protestou perante aquelle official, reivindicando para a corôa portugueza a preferencia no direito da occupação, e seguiu logo para Loanda a dar parte ao governador geral d'aquelle acontecimento. Resultou d'ali occuparem os portuguezes os territorios de Landana e Massabi, depois do que, o commandante da *Bengo* foi incumbido de fazer o levantamento hydrographico de Landana e Chinchoxo. No Zaire fez a policia do rio, intervindo em algumas pendencias dos indigenas com os europeus, bombardeou e queimou o povo do rei de Chomobica, potentado d'aquellas terras, que tinha commettido impunemente toda a casta de violencias contra os negociantes, e pelo seu procedimento energico e digno em todas essas questões e especialmente no Zaire, mereceu varias portarias de louvor do governador geral de Angola, então o sr. conselheiro Ferreira do Amaral, sendo alguns d'esses documentos sobremaneira honrosos. Regressando a Lisboa, com o navio que commandava, foi mandado fazer escala pela Guiné, onde o gentio estava praticando varias devastações com as suas correrias, e em Zeguichor e Bavim, desembarcou a guarnição da canhoneira para castigar aquelles selvagens que, não esperando tão prompto castigo, infestavam aquelles sertões e commettiam toda a especie de rapinas e de atrocidades. Pela energia e bravura com que se houve n'essas circumstancias, foi o sr. Carlos de Magalhães agraciado com o habito da Torre e Espada. Chegando a Lisboa na epoca em que a opinião publica andava occupada com a questão do Zaire, resolveu-se a instancias d'alguns amigos, a fazer sobre esse assumpto uma conferencia nas salas da Sociedade de Geographia, e aos applausos que unanimemente lhe dispensaram todos os que assistiram a essa sessão, se juntaram os louvores da imprensa. Essa conferencia foi traduzida pelo autor em francez, e publicada pela Sociedade de Geographia, com o titulo de *Le Zaire et les contracts de l'Association International, conference faite le 21 juin 1884*, exgotando-se rapidamente a edição, e no *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, n.º 3, da 5.ª serie, foi impresso em portuguez. Terminada a conferencia de Berlim, fôram alguns officiaes de marinha consultados sobre o modo de organisar a nossa administração nos territorios de novo adjudicados á provincia de Angola, e o sr. Carlos de Magalhães foi um dos escolhidos para prestar as informações necessarias e para dar o seu voto sobre aquelle importante assumpto. A esse respeito publicou um trabalho, a que deu o titulo: *Questões coloniaes; a occupação do Congo e a conferencia de Berlim.* O sr. Carlos Magalhães tem actualmente o posto de capitão de mar e guerra.

Magalhães Villas Boas *(Fernando de).* General de divisão reformado; secretario geral da Escola Polytechnica. N. em Barcellos em 1814, fal. em Lisboa a 1 de fevereiro de 1888. Era filho de José de Magalhães e Menezes. Estudou na Universidade de Coimbra o curso de Mathematica, de que tomou o grau de bacharel. Assentou praça em março de 1839, e sendo despachado alferes em 26 de novembro de 1840 foi empregado no estado maior do exercito de observação, que n'essa epoca se formou por haver receio de guerra com a Hespanha. Quando se dissolveu aquelle exercito, voltou para a Escola do Exercito, onde concluiu o curso de estado maior, sendo para este corpo promovido a tenente em setembro de 1843. Esteve algum tempo ao serviço da companhia d'obras publicas de Portugal, procedeu em 1849 por ordem do ministerio da guerra a differentes trabalhos de reconhecimentos militares, na provincia do Minho, foi adjunto do commando em chefe, e em agosto de 1851 passou a exercer o logar de secretario da Escola Polytechnica, em que se conservou até fallecer. Subindo os diversos postos da hierarchia militar, foi feito coronel em 27 de outubro de 1874, e a seu pedido reformou-se em 9 de maio de 1883 com a graduação de general de divisão. Na secretaria do corpo de estado maior, dizem que existe um volume, em que o general Magalhães Villas Boas colligiu os seus trabalhos de reconhecimentos. Em 1881 publicou uma traducção da *Vida e viagens de Fernão de Magalhães*, obra escripta em hespanhol por Diego de Barros Arana, accrescentando ao original um appendice, que contém documentos e observações interessantes a respeito do grande navegador. Villas Boas foi secretario da Escola Polytechnica 36 annos, e era muito estimado pelo seu caracter bondoso; quando falleceu, os alumnos d'essa epo-

ca prestaram-lhe no funeral todas as demonstrações da sua sympathia e respeito, e entre si abriram uma subscripção, com o producto da qual mandaram-lhe tirar o retrato, que offereceram depois á escola, sendo ali collocado sobre a cadeira, onde elle tantos annos se sentára.

Maganha. Pov. na freg. de S. Thiago, de Bougado, conc. de Santo Thirso, districto do Porto.

Maganhe de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Marinha, de Portella, conc. de V. N. de Famalicão, districto de Braga.

Maganja. Antigo prazo do extincto districto, hoje circumscripção, do Sena, na prov. de Moçambique, Africa Oriental, na margem esquerda do rio Zambeze. ‖ Montes situados ao N do Zambeze, na prov. de Moçambique. Fórmam a cordilheira que separa a bacia hydrographica do Chire da do Revumo e que serve de limite aos territorios portuguezes e inglezes. Fazem parte d'esta cordilheira o monte Namacaso, a serra Umfuta e o monte Chirombi.

Maganja da Costa. Pov. e residencia do distr. da Zambezia, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem estação telegraphica.

Maganja d'Além Chire. Pov. do distr. da Zambezia, na provincia de Moçambique, Africa Oriental. Tem estação telegraphica.

Maganja d'Aquem Chire. Commando militar do distr. da Zambezia, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Magantinha. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Louzada, distr. do Porto.

Magarão. Pov. na freg. de S. Pedro, de Aviutes, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Magarellas. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Torre Deita, concelho e distr. de Vizeu.

Magarellos. Pov. na freg. do Salvador, de Mouçós, conc. e distr. de Villa Real.

Magarreiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Alandroal, districto de Evora.

Magaruque. Ilhota do archipelago de Bazaruto, a 5 k. do continente, Africa Oriental. Tem 6 k. de comprimento e 2 de largura, e o seu solo é fertil. Tambem é conhecida por *Cingine Xegine*.

Magdalena *(Fr. João da)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho. N. em Lisboa no anno de 1439, fal. em 1515. Professou aos 19 annos no convento de Nossa Senhora da Graça, de Lisboa, em 1458. Estudou no de Florença, e dictou Theologia por ordem do geral Jacobo de Aquila no anno de 1472 no de Perugia. Em 1 de janeiro de 1480 recebeu o grau de mestre na referida faculdade. Regressando a Portugal, com a fama de grande erudito, foi nomeado professor de Theologia na Universidade, que então existia n'esta cidade, cargo que exerceu desde 1486 até 1515. Falleceu no convento de Penafirme. João da Magdalena foi quatro vezes provincial; mestre do principe D. Affonso, filho de D. João II. Por ordem d'este monarcha foi a Aragão concluir o casamento do principe D. João com D. Izabel, filha d'el-rei D. Fernando, o catholico. Deixou em manuscripto algumas obras theologicas.

Magdalena *(Fr. João da)*. Religioso da ordem de S. Francisco. N. em S. João da Pesqueira a 2 de fevereiro do 1644, onde tambem falleceu em 29 de setembro de 1715. Era filho de Manuel de Carvalho e de Joanna Gonçalves de Almeida. Professou no convento do Mogadouro a 23 de julho de 1663. Foi professor no convento de Vianna do Alemtejo e no collegio de S. Pedro de Coimbra até jubilar em 17 de janeiro de 1691; qualificador do Santo Officio, reitor do collegio de Coimbra, commissario provincial no capitulo geral celebrado em Roma, na falta do ministro provincial Fr. Francisco do Espirito Santo; custodio da provincia, duas vezes provincial, sendo a primeira em 20 de março de 1694, e a segunda em 16 de novembro de 1714. Adornou a egreja do convento de Lisboa com admiraveis pinturas, e a livraria com grande copia de livros juridicos que tinham sido do secretario de estado Antonio de Sousa de Macedo. Fr. João da Magdalena foi um profundo theologo, muito perito e versado na Historia Ecclesiastica e secular, e em ambos os Direitos. Deixou impressos alguns sermões, e em manuscripto: *Chronica da sagrada ordem Terceira da Penitencia da provincia de Portugal e Algarves*.

Magdalena *(Soror Maria)*. Freira no convento da Madre de Deus, junto de Lisboa, que falleceu a 18 de novembro de 1637. Era filha de Manuel de Andrade e de Brites Freire. Professou o instituto de Santa Clara no referido convento, em 1583. Escreveu: *Historia da vida, prerogativas e louvores do glorioso S. João Evangelista, tirada de varios autores, dedicada a Jeronymo de Mello Coutinho*, Lisboa, 1628.

Magdalena *(Soror Maria)*. Religiosa da ordem reformada de Santa Clara. N. em 1575, fal. em 31 de janeiro de 1648. Chamava-se no seculo D. Maria Telles de Menezes, sendo filha de Manuel Telles de Menezes, senhor de Unhão, e de D. Violante de Noronha, dama da rainha D. Catharina, mulher de D. João III. Seu pae falleceu na batalha de Alcacer-Kibir, e depois de recebida esta infausta noticia, tanto ella como sua mãe se recolheram ao convento da Esperança, de Lisboa, em 1581. D. Maria Telles de Menezes foi requestada por alguns fidalgos da côrte, porém recusou sempre o casamento. e fundou o mosteiro do Calvario, onde professou a 29 de novembro de 1618, tomando então o nome de Soror Maria Magdalena, chegando mais tarde a ser prelada. Deixou manuscripta uma *Memoria da fundação e progresso do mosteiro do Calvario em Lisboa*.

Magdalena *(Simão da)*. Religioso da ordem de S. Francisco, que viveu no seculo XVII. Era natural de Mação, sendo filho de Simão Carrilho e de Izabel de Figueiredo. Professou no convento da Magdalena em Alcobaça a 23 de setembro de 1660. Escreveu uma obra em 3 volumes, com o titulo: *Queixas da alma contra o corpo*, que não chegou a publicar-se.

Magdalena. Uma das freguezias e dos templos mais antigos de Lisboa, cujo orago é Santa Maria Magdalena. Foi fundado por el-rei D. Affonso Henriques em 1140, que logo estabeleceu a parochia, por autoridade do bispo D. Gilberto. Em 1164 era prior D. Fuas, que por sua morte lhe deixou as terras e herdade do Murganhal, com o encargo do anniversario no dia 13 de setembro, o que ainda hoje se realisa, officio e

missa. No tempo de D. Sancho II, em 1237, João Annes e Ouroona Richardes pagavam ás religiosas de Chellas o fôro d'umas casas que estavam situadas na freguezia da Magdalena, junto ao Paço dos Navios d'El-Rei. A egreja pertenceu sempre ao padroado real, como consta do censual da mitra feito pelo arcebispo D. Fernando de Menezes em 1547, e de um contrato celebrado em 1352, sendo bispo de Lisboa D. Theobaldo, em que, com autoridade regia, sendo prior, ou reitor, mestre João Fogaça, se dividiram os proventos d'esta egreja entre o prior e os beneficiados, que até áquelle tempo viviam em umas casas junto á egreja. O padroado passou tempo depois á Casa das Rainhas, sendo o prior apresentado pela soberana, com 500$000 réis. A egreja actual está situada no largo chamado da *Magdalena*, tendo a fachada voltada para o lado do poente, mas o antigo edificio era muito mais vasto, chegando até á rua da Padaria, para onde deitava a frente principal. Em 1369 um grande incendio destruiu a egreja, no tempo d'el-rei D. Fernando I, que a mandou reedificar. Reinando el-rei D. Manuel tambem soffreu grandes estragos, que este monarcha egualmente reparou. Em 1560 soffreu com os effeitos da peste, que fôram terriveis; em 1600 um furioso furacão a arruinou muito, perdendo-se a maior parte dos documentos do cartorio, conservando-se apenas um livro antiquissimo, onde se continham noticias e memorias desde os primeiros tempos da parochia. Este livro dizem existir ainda no archivo da irmandade do Santissimo Sacramento. A antiga egreja era de tres naves, e tinha 11 altares, incluindo o da capella-mór. N'esta capella via-se uma tribuna toda dourada, que constava ter sido uma das primeiras que n'esta cidade se fizeram No altar-mór estavam o sacrario e as imagens de Santa Maria Magdalena e de Santa Martha; duas capellas collateraes, com a Senhora de Belem, a que davam tambem o nome de Nossa Senhora das Candeias, e de Santa Catharina. N'esta egreja desde a primitiva que existe a imagem do Senhor Jesus dos Perdões, que é de muita devoção, que nas primeiras sextas feiras de todos os mezes costuma desde tempos immemoriaes estar patente á adoração dos fieis, expondo-se o Sacramento na propria imagem. A'cêrca d'esta imagem, existe a seguinte lenda: Indo um criminoso no caminho do patibulo, passou pela egreja da Magdalena, e pediu que o deixassem entrar para resar; conseguindo essa permissão, foi ajoelhar-se ante o altar do Senhor Jesus dos Perdões, rogando-lhe que manifestasse de qualquer fórma a sua innocencia, para não ficar essa nodoa criminosa na sua familia e descendencia. Da imagem diz a lenda, caiu então o cravo que prendia a mão direita. Vendo-se este milagre, fôram logo sabedores os juizes, sendo o criminoso absolvido. O cravo foi pregado, mas repetiu-se o milagre mais vezes, o que aconteceu um dia, em que o bispo estava fazendo oração. Notou-se tambem que o braço direito se ia alongando, e ainda hoje se observa, que é mais comprido que o esquerdo. O cravo conserva-se mettido n'um relicario de prata que se expõe egualmente nas primeiras sextas feiras dos mezes. A imagem do Senhor dos Perdões estava collocada na primitiva n'um pequeno altar por cima do cruzeiro da egreja; passou depois para a sacristia, d'ali para o altar das Almas, e em 1715 foi collocada na capella de Sant'Anna. Tem congregação instituida pelo padre Oliveira, e uma sacristia especial, onde se guardavam muitas reliquias. Na antiga egreja, além dos altares já mencionados, havia mais quatro de cada lado, com as imagens de Santa Luzia, que os correciros festejavam; S. Christovão e o Menino Jesus, com o titulo de Bom Pastor; S. Tude; os santos apostolos Simão e Judas; S. Antonio, S. Clemente, S. Miguel, S. Cosme e S. Damião, que festejavam os medicos, cirurgiões e boticarios; S. Eloy, da devoção dos ourives da prata, e S Sebastião, festejada pelos alfaiates e algibebes, imagem que fôra trazida de França. Havia na egreja da Magdalena 5 beneficios de 100$000 cada um, que o prior apresentava e collava. Ainda se contavam mais 40 capellães. O terremoto de 1 de novembro de 1755 e o incendio, que se lhe seguiu, derrotou completamente a parte do edificio que deitava para a rua da Padaria, abatendo a fachada, conservando-se sem maior estrago a parte onde se vê o templo actual. Salvou-se a pyxide do Sacramento, devido aos esforços do prior João Pinto da Cruz, que a muito custo conseguiu leval-a para a egreja de Santa Apolonia, vindo depois aggregar-se á egreja de S. Julião n'uma barraca que se improvisou no Terreiro do Paço, passando mais tarde para a egreja de S. Martinho, A egreja da Magdalena foi reedificada então desde os alicerces, sendo feito o novo plano pelo architecto João Paulo. Em 1783 realisaram-se novas obras, e por mais vezes, até hoje, ali se teem feito reparações e melhoramentos. O portico actual é de estylo manuelino, e pertenceu ao templo dos antigos freires da ordem de Christo, situado onde se vê hoje a egreja da Conceição Velha, que o terremoto tambem destruiu. Depois de 1833 toda a fachada da egreja foi reformada e modernisada. Hoje conta 9 altares, incluindo o altar-mór, n'uma espaçosa e elegante capella, que tem as imagens da padroeira Santa Maria Magdalena, Santa Martha e S. Camillo de Lellis, que pertenceu ao antigo convento do nome d'este santo, que ficava pouco mais ou menos, onde hoje se vê o mercado da praça da Figueira. N'esta capella ha cinco grandes quadros de muito merecimento; um sobre o altar, o da Assumpção da Virgem, e nas paredes os outros quatro, que representam passagens da vida de Santa Maria Magdalena. Em frente da egreja, aos lados da capella-mór, está, do lado do Evangelho a do Santissimo, e no lado da Epistola a de Santa Catharina, tendo a imagem d'esta santa, a do Senhor Jesus dos Perdões, e a de Nossa Senhora de Belem, cuja festa se celebra no dia 1 de janeiro. Esta imagem veiu d'uma antiga ermida, que existia no largo dos Caldas, e que o terremoto de 1755 arrasou. Nos 6 altares do corpo da egreja vêem-se as seguintes imagens: Nossa Senhora Mãe dos Homens, S. José e o Menino Jesus, imagens que vieram do extincto convento de Xabregas; Nossa Senhora da Conceição, em cujo altar, por baixo d'esta imagem, está n'uma maquineta a devota reliquia, a mumia de S. Fulgencio; Santo Antonio, S. Sebastião, Santa Margarida de Cortona, Coração de Jesus, Nossa Senhora da Dôres e N. Senhora de Lourdes, As de Nossa Senhora da Conceição e de S. Camillo de Lellis pertencem á irmandade da Con-

ceição, Caridade e S. Camillo. Algumas das imagens mais antigas são trabalho de José Almeida. N'um altar portatil vê se o Senhor dos Passos Na egreja ha 4 quadros, dois dos quaes representam S Miguel e S. Tude, que é da primitiva egreja. O tecto é ornado com differentes quadros representando os apostolos, Nossa Senhora do Monte do Carmo, etc. A sacristia é elegante; tem bellos arcazes, e os seguintes quadros, sendo alguns de grande merecimento: A Annunciação, A Assumpção, S. Antonio, Nossa Senhora e o Menino Jesus, S. Thiago, que dizem ser pintura de Pedro Alexandrino, Santo Antonio adorando a Assumpção da Virgem, copia d'um outro que está na egreja do Menino Deus, pintado por José Gonçalves, copia d'uma gravura de Vieira Lusitano, feita em 1729, depois da sua chegada de Roma; a Resurreição, os cinco martyres de Marrocos, S. Lourenço e S. Justiniano; sobre o altar da sacristia um bello quadro de Descimento da Cruz. No cartorio estão dois quadros, tambem de muito valor, de pequenas dimensões: S. Thiago e S. Pedro. As irmandades, que existiam, de Nossa Senhora de Belem e de Santa Catharina, estão incorporadas na congregação do Senhor Jesus dos Perdões. A festa d'esta devota imagem celebra-se no mez de maio, recebendo lausperenne de dois em dois annos. A irmandade do Santissimo tem grandes prerogativas, assim como a da egreja dos Martyres, pela sua antiguidade. Foi a primeira que usou as opas encarnadas, e a dos Martyres que celebrou na sua egreja o primeiro baptismo. A'cêrca da prioridade das duas irmandades originou-se uma questão por causa da precedencia, e os juizes d'aquella epoca resolveram que se incorporassem as duas irmandades n'uma só, dando a direita a dos Martyres, indo as cruzes ao lado uma da outra nas procissões officiaes, o que se observa ainda hoje. Quando se instituiu a devoção do Lausperenne, pelo arcebispo de Lisboa D. Luiz de Sousa, foi a egreja da Magdalena a primeira que a celebrou. Junto da antiga egreja existiu a *Albergaria dos Palmeiros*, para abrigar os peregrinos que vinham de Jerusalem, podendo ali pernoitar apenas tres dias, dando se-lhes pão, agua e luz. Fôra fundada em 1330, sendo administrada pelas principaes pessoas de Lisboa.

Magdalena. Villa da ilha do Pico, séde de conc. e de com., distr. de Horta, bisp. de Angra do Heroismo e relação dos Açôres. Tem uma só freguezia, cujo orago é Santa Maria Magdalena. Confina pelo N com o conc. de S. Roque e pelo S com o das Lages; está situada n'um terreno baixo e pedregoso, na costa O da ilha, ao N da pov. chamada Creação Velha, da qual dista perto de 2 k., e fica fronteira á cidade de Horta. O solo é todo vulcanico, formado em parte de terrenos de alluvião vulcanica, e em outras de taboleiros de lava, tendo ao norte e ao sul marcos que dividem o concelho dos outros dois, que são campos de um mar ondulado de lavas, cobertos de urzellas calcareas, vomitadas por aberturas na falda do Pico, sendo as do norte duas denominadas *Boccas do Fogo*, cuja profundidade não tem sido possivel sondar por ficarem no centro de caldeiras em fórma de funil, inaccessiveis ao observador, limitando-se alguem a fazer precipitar grandes pedras cujas detonações se prolongam indefinidamente até se tornarem imperceptiveis; e ao sul por um morro denominado *Cabeço do Fogo*, cujas erupções são posteriores á povoação da ilha, havendo em outros pontos aberturas identicas em todo o concelho e dezenas de montes conicos denominados *Cabeços*, formados de escorias com caldeiras ao centro, que são boccas de extinctas crateras, mas sem aberturas, com poucas excepções, filiaes da grande montanha do Pico, que tem de altura cêrca de 2:500 m. O solo, apezar de ser excessivamente rochento e pedregoso, é fertil, desenvolvendo-se ali muito bem a vinha, que produz o melhor vinho dos Açôres. Além da vinha, a villa tambem produz cereaes, frutas, etc. Nas faldas da montanha do Pico ha extensas e bellas pastagens para gado bovino e lanigero de dominio particular e de logradouro commum. A villa foi fundada em 1722. Dos dois portos de mar que tem, *Magdalena* e *Areia Larga*, fazem carreira diaria para a cidade da Horta, na ilha do Faial, que fica na distancia de 6 milhas, alguns barcos de cabotagem. Magdalena pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Augra do Heroismo. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. com serviço de emissão e pagamento de vales, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a Horta; agencia da *Companhia Occidental dos Açôres*, de seguros; fornos de cal, fabricas de distillação, hoteis, medico, pharmacia, sociedades de recreio: *Real Gabinete da Rainha D. Amelia*, *Lyra Magdalense*, e philarmonica *Recreio Magdalense;* notario, etc. O conc. foi extincto por decreto de 18 de novembro de 1895, sendo annexado parte ao de S. Roque e parte ao das Lages do Pico, mas foi restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898, ficando com todas as freguezias de que era composto, as quaes são 6, com 2:491 fog. e 8:499 hab., sendo 3:803 do sexo masc. e 4:696 do fem. As freguezias são: N. S.ª da Boa Nova, de Bandeiras, 998 hab.: 463 do sexo masc. e 535 do fem.; N. S.ª das Candeias, de Candelaria: 1:658 hab.: 750 do sexo masc. e 908 do fem.; N. S.ª das Dôres, de Creação Velha, 961 hab.: 440 do sexo masc. e 521 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Magdalena, 2:159 hab.: 963 do sexo masc. e 1:196 do fem.; S. Caetano, 1:275 hab.: 549 do sexo masc. e 726 do fem.; S. Matheus, 1:448 hab.: 638 do sexo masc. e 810 do fem. O principal commercio de todo o conc é vinho, aguardente, fructas, gado vaccum, e madeiras. || Pov. da freg de Santa Maria Magdalena, da prov. do Douro, conc. e com., de V. N. de Gaia, distr. e bisp. do Porto: 371 fog. e 2:102 hab. Tem escola do sexo fem. A pov. fica situada proximo da costa, a 4 k. de distancia da séde do conc. e corre por ella uma ribeira do mesmo nome, que vae desaguar no mar. O prior do convento dos cruzios da Serra do Pilar apresentava o cura, que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. A pov. é fertil e cria muito gado. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com séde no Porto. Tem apeadeiro na linha do caminho de ferro, tramways do Porto a Aveiro, entre a est. de Valladares e o apeadeiro de Coimbrões. || Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. do Douro, conc. e com. de Paredes, distr. e bisp. do Porto; 70 fog. e 289 hab. Esta freg. está annexa civilmente á de Castellões de Cepeda, e dista 4 k. da séde do conc. Pertence á 3.ª

div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, que ha muitos annos está annexa á de Santa Maria, de Cepellos, do conc. de Amarante, distr. do Porto. Foi do antigo conc. de Gestaçô, ha tempo extincto. Quando era freg. independente era o cura apresentado pelo reitor do collegio da Graça, de Coimbra, o qual tinha 11$000 réis de congrua e o pé d'altar. || Freg. de Santa Maria Magdalena, no conc. de Thomar, mais conhecida por Cem Soldos (*V. este nome*). || Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira; Santo Antonio, conc. e distr. do Funchal; tem caixa postal. || S. Vicente e conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || S. Thiago, do Cambezes, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santo André, de Ferreira d'Aves, conc. de Sattam, distr. de Vizeu. || Santa Eulalia, de Nespereira, conc de Guimarães, distr. de Braga. || O Salvador, de Pedragaes, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || Casal na freg. de S. Bartholomeu, de Aldeia das Dez, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Casal na freg. de S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Monte na freg. de Santo Amaro, conc. de Fronteira, distr. de Portalegre. || Quinta na freg. de N. S.ª da Purificação, de Azevo, conc. de Pinhel, distr. da Guarda. || Ilhéo situado ao NO da ilha do Pico, Açôres. || Villa e freg. do conc. e com. de S. Thomé, na prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental; orago Santa Maria Magdalena. Está edificada junto ao rio de Mello. Tem serviço telephonico.

Magdalena do Mar. Ilha da Madeira; pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, conc. e com. de Ponta do Sol, distr. e bisp. do Funchal; 212 fog. e 1:032 hab. Tem fabricas de distillação d'aguardente; esc. do sexo masc. e est. post. Pertence ao commando militar da Madeira, e ao distr. do recrutamento e res. n.º 27, com a séde no Funchal.

Magdalena de Villar. Freguezia de Santa Maria Magdalena, do conc. de Barcellos, ha muitos annos annexa á de S. João Baptista de Areias de Villar, do mesmo conc. Tem esc. para o sexo fem.; 65 fog. e 256 hab. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Magé (*Joaquim José de Sousa Lobato, 2.º barão e 2.º visconde de*). Senhor de S. João de Rei, alcaide-mór de Castello de Vide, do conselho d'el rei D. João VI, seu guarda roupa; porteiro da camara da infanta regente, D. Izabel Maria, commendador da Ordem de Christo, e da Torre e Espada; conselheiro da Fazenda, no Brazil e em Portugal, escrivão da Fazenda de Tribunal no Rio de Janeiro, proprietario do officio de escrivão das marcas na Alfandega Grande de Lisboa. N. a 20 de outubro de 1770, fal. em 1837. Era filho de José Joaquim de Sousa Lobato, fidalgo da Casa Real, guarda roupa da rainha D. Maria I, commendador das ordens de Christo e da Torre e Espada, proprietario do officio de escrivão da Mesa Grande, e de escrivão das marcas da Alfandega Grande de Lisboa; casado com D. Maria Joanna Henring. O visconde de Magé succedeu na casa e no titulo a seu irmão mais velho, o 1.º barão e 1.º visconde, e casou em 19 de setembro de 1803 com D. Marianna Clementina de Araujo e Albuquerque, filha do desembargador Antonio José de Araujo, e de sua mulher D. Anna José Maria de Albuquerque. O titulo de barão foi verificado na segunda vida, por decreto de 6 de fevereiro de 1818, e o de visconde, tambem em verificação de segunda vida, por decreto de 16 de agosto de 1827.

Magé (*Mathias Antonio de Sousa Lobato, 1.º barão e 1.º visconde de*). Senhor de S. João de Rei, do conselho de D. João VI, e seu guarda roupa, commendador das ordens de Christo e da Torre e Espada, escrivão da camara d'el-rei no registro geral das mercês no Rio de Janeiro. N. em 30 de janeiro de 1768, e fal. em 8 de maio de 1827. Era filho de José Joaquim de Sousa Lobato, e de sua mulher D. Maria Joanna Henriug. O 1.º visconde de Magé casou duas vezes: a primeira, em 1811, com D. Maria Ignacia da Gama Freitas Berquó, que falleceu a 2 de fevereiro de 1814; e a segunda, em 1816, com sua cunhada, D. Maria Carlota da Gama Freitas Berquó, que falleceu em 25 do mez de janeiro de 1818, açafatas da rainha D. Maria I, e ambas filhas de José Mauricio da Gama e Freitas, fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo, doutor em Leis, corregedor do crime da côrte e casa; fiscal das mercês, e inspector da Real Fabrica das Sedas, e de sua mulher, D. Josepha Joaquina Maria Anna Berquó, açafata da rainha D. Maria I, e mais tarde da camara da princeza viuva, D. Maria Benedicta. O senhorio de S. João do Rei foi concedido por decreto de 29 de agosto de 1807; o titulo de barão, em duas vidas, por decreto de 13 de maio de 1810, e o de visconde, tambem em duas vidas, por decreto de 17 de dezembro de 1811.

Magestade. V. *Majestade.*

Maggessi Tavares (*Antonio Lucio*). Fidalgo da Casa Real por alvará de 6 de julho de 1825; capitão de cavallaria convencionado de Evora-Monte. N. em Extremoz a 30 d'abril de 1806, sendo filho do general Antonio Tavares Maggessi. Escreveu: *Breves reflexões sobre algumas materias contidas nos quatro primeiros volumes do Judeu Errante*, Lisboa, 1845; *Segunda parte: Demonstração dos erros e contradicções mais notaveis da obra de Eugenio Sue intitulada «O Judeu Errante» até, e com especialidade, ao nono tomo da mesma*, Lisboa, 1845; *Terceira e ultima parte da Analyse da obra de Eugenio Sue intitulada «O Judeu Errante»*, Lisboa, 1845; *A voz do Propheta, respondida pela voz da Verdade*, Lisboa, 1818; é uma confutação do escripto publicado anonymo por Alexandre Herculano com o mesmo titulo em 1837; *Demonstração historica e documentada da apparição de Christo nos campos de Ourique, contra a opinião do sr. A. Herculano*, etc., Lisboa, 1846; *Nova insistencia pela conservação e utilidade da tradição de Ourique, em resposta ao «Eu e o clero» do sr. A. Herculano, na parte que tem relação com este objecto*, Lisboa, 1850; 2.ª edição no mesmo anno; *Carta em resposta a outra do sr. A. Herculano, que tem por titulo «Solemnia verba»*, Lisboa, 1850.

Magide. Pov. na freg. de S. Julião, de Calendario, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Magina. Pov. do sobado de Quando N'Tando, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Magistral (*Monte do*). Na freg. de S. Thiago, de Urra, conc. e distr. de Portalegre.

Magoito. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Odeleite, concelho de Castro Marim, distr. de Faro.

Magonte. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Magos. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Mosteiro, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Magos de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Paulo e conc. de Salvaterra de Magos, distr. de Santarem.

Magostim. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Ferreirim, conc. de Lamego, districto de Vizeu.

Magrellos. Pov. e freg. do Salvador, da provincia do Douro, conc. e com. de Marco de Canavezes, distr. e bisp. do Porto; 120 fog. e 521 hab. A pov. dista 7 k. da séde do conc. O papa, o bispo e os monges benedictinos do mosteiro de Alpendurada, apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimento. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Magrellos de Cima. Pov. na freg. do Salvador, de Magrellos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Magriço *(Alvaro Gonçalves Coutinho, o)* Valente guerreiro, que se tornou mais conhecido pela alcunha de *Magriço*. Segundo uns, nasceu em Penedono, segundo outros, no Porto ou em Trancoso, O licenceado Manuel Correia, nos seus *Annaes de Flandres*, 2.ª parte, livro 23, diz que os doze cavalleiros fidalgos, que fôram a Inglaterra, eram naturaes da serra da Estrella. Seu pae chamava-se Gonçalo Vaz, ou Vasques, Coutinho, 7.º senhor do couto de Leomil, de Fonte Arcada e de outras muitas terras, de que lhe fez mercê D. João I nas côrtes de Coimbra, marechal do reino, alcaide-mór de Trancoso e de Lamego, copeiro-mór da rainha D. Filippa, casado com D. Leonor Gonçalves de Azevedo. Magriço foi um d'aquelles doze intrepidos e valorosos portuguezes que na côrte de Londres, em 1390, sustentaram desafio em campo descoberto contra outros tantos inglezes a favor das damas do Palacio. Tinham ellas sido affrontadas por uns cavalleiros nobres, que, sem respeito nem decoro lhes chamaram feias, accrescentando que não eram das de mais honra e fama, e que isso sustentariam em combate contra quaesquer cavalleiros, que por sua parte lh'o contradissessem. Sentidas de tamanha injuria buscaram aquellas damas quem por sua conta, acceitasse o duello, e de quantos fôram convidados, nenhum quiz acceitar. O duque de Lencastre as animou então, dizendo que se não achavam na côrte ingleza quem as defendesse, não se apoquentassem, porque em Portugal conhecia cavalleiros, na côrte de D. João I, de muita valentia e pundunor que tomariam por grande honra tal defeza. As damas insultadas eram 12, os offensores 12, portanto os defensores deviam tambem ser 12, e sendo escolhidos pelo duque, e repartidos por sorte pelas damas, cada uma d'ellas mandou sua carta ao seu cavalleiro, e o duque outra similhante a D. João I, seu genro, e em particular a cada um d'elles por parte das referidas damas, pedindo-lhes quizessem acceitar. Chegado o embaixador a Portugal, e lidas as cartas, de boa vontade todos acceitaram o encargo, promettendo achar-se no campo do combate no tempo aprazado. Deu-se o commando d'entre todos a Alvaro Gonçalves Coutinho, o Magriço, e obtida a licença d'el-rei, embarcaram todos no Porto, excepto Magriço que, desejando vêr mundo, quiz ir por terra, promettendo estar com elles no prazo marcado. Chegara o dia, os 11 companheiros estavam promptos para o combate, os 12 inglezes á vista, o terreno marcado, e até os juizes sentados esperando o primeiro signal de investir, quando por entre a multidão do muito povo que fôra attrahido, appareceu Magriço, e com o mesmo impeto de marcha com que vinha, sem descançar, entra a estacada, levanta a viseira, fala ao rei e ás damas, abraça como amigo os companheiros, e occupa o logar que lhe pertencia. Travou-se logo

Alvaro Gonçalves Coutinho, o Magriço

a mais terrivel batalha, e saindo de tropel de uma e outra parte, arremetteram com furor. A peleja durou muito tempo, ficando os portuguezes victoriosos, sendo Magriço o primeiro que triumphou. D'este valente guerreiro ainda referem um outro duello similhante, em que matou na cidade de Dunkerque um allemão, chamado Ranulfo de Colonia, por vingar a condessa D. Leonor de um aleive que atrevidamente lhe levantara; e outro mais em Orléans, cidade da França, surprehendendo e dando a morte tambem em duello ao francez Mr. de Lancay deante do rei de França, tirando-lhe um collar de ouro do pescoço, e lançando-o ao seu por gloria do vencimento com que, dizem, livrara Flandres da sujeição da França, por fazer serviço á infanta D. Izabel, filha

d'el-rei D. João I, casada com Filippe III, duque de Borgonha e conde de Flandres. Os nobiliarios não lhe apontam mulher nem filhos, mas João Rodrigues de Sá, que foi alcaide-mór do Porto, dá-lhe descendencia sem dizer de quem Outras memorias confirmam esta descendencia, e apresentam-n'o como marido de D Izabel de Castro, filha d'um cidadão do Porto. D. Flaminio, nas suas memorias genealogicas, diz que esta D. Izabel era filha de D. Pedro de Castro, senhor de Cadaval. Antonio do Moura, capitão-mór de Celorico de Basto, refere que Magriço viveu e falleceu na casa da Lage, da freguezia de S. Miguel de Gemeos de Celorico de Basto, e que os seus descendentes eram conhecidos pelos *Magriços da Lage*. No limiar da porta frontal da egreja de Gemeos está uma sepultura, tendo na tampa uma lança gravada, um escudo e uma venera ou commenda. Dizem que é a sepultura de Magriço. Em varios documentos e antigos tombos de Celorico de Basto ha referencia a dois Alvaros, que fôram senhores da casa da Lage, e ali se menciona um d'elles por Alvaro da Lança, que se suppõe ser o Magriço.

Magrisso *(Fr. Jorge)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho. Era natural de Lisboa, e viveu no seculo XVII. Saindo da patria passou a Flandres, onde escreveu algumas obras em latim e flamengo sobre a historia e antiguidades da sua ordem.

Magro de Moura *(Manuel Francisco da Silva e Veiga)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, desembargador da Relação do Porto, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, escriptor, etc. Seguindo a carreira da magistratura, subiu rapidamente os differentes postos judiciaes, sendo já em 1766 desembargador da Relação do Rio de Janeiro, porque n'esse anno foi elle encarregado pela Relação de felicitar pelo seu anniversario natalicio o governador do Brazil D. Antonio Alvares da Cunha. Foi depois desembargador da Relação do Porto, e exercia ali o logar de chanceller em 1809, já em edade muito avançada, quando n'um dos tumultos populares que precederam a entrada do exercito do general Soult no Porto, foi desgraçadamente assassinado, sendo accusado de partidario dos francezes. Escreveu: *Elogio do ill.mo e ex.mo sr. José de Seabra da Silva, do conselho de S. M. F., seu ministro e secretario de estado*, etc , Lisboa, 1772; *Fala que no dia 5 de janeiro de 1766 em que se celebraram os felicissimos annos do ill.mo e ex.mo sr. D. Antonio Alvares da Cunha, capitão general do estado do Brazil*, etc., *disse e offerece em nome de todo o corpo da Relação do Rio de Janeiro*, Lisboa, 1769; vem aqui reunido: *Fala que no feliz dia 17 de novembro de 1767, em que tomou posse do governo d'esta capitania do Rio de Janeiro o ill.mo e ex.mo sr. D. Antonio Rolim de Moura, conde de Azambuja*, etc., *offerece ao mesmo senhor em nome de todo o corpo da mesma Relação*. Muito depois da sua morte, em 1821, publicou se o seguinte opusculo: *Censura da obra «Historiae Juris Civilis Lusitani» do illustre mestre Paschoal José de Mello, por um theologo critico; resposta do autor da obra censurada, resposta de Manuel Francisco da Silva e Veiga Magro de Moura.*

Magros Pov. na freg. do Salvador e conc. de Aljustrel, distr. de Beja.

Maguba. Terras do distr. de Inhambane, provincia de Moçambique, Africa Oriental. Produz arroz, cera e mel.

Magude. Pov. e importante porto commercial da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está situado este porto na margem do rio Incomati, que até ali é navegavel em todas as epocas do anno por lanchas de 10 a 18 toneladas de carga, que transportam mercadorias entre a cidade de Lourenço Marques e Magude. Séde da 4.ª circumscripção do distr. de Lourenço Marques. Estação telegraphica. O territorio em que assenta a pov. foi occupado militarmente em 1895, no decorrer da campanha contra os landins.

Magueigia. Pov. na freg. de Santa Catharina da Serra, conc. e distr. de Leiria.

Magueija. Pov. e freg. de S. Thiago, da provincia da Beira Alta, conc., com. e bispado de Lamego, distr. de Vizeu; 257 fog. e 1:077 hab. Tem correio com serviço de posta rural, e esc. do sexo masc. A pov. dista 8 k. da séde do conc., e está situada na margem esquerda do rio Balsemão. O cabido da sé de Lamego apresentava o cura, que tinha 50$000 réis de rendimento. A pov. é muito antiga, porque em 1163, Pedro Viegas, autorisado por D. Affonso Henriques, vendeu a D. Thereza Affonso por 48 maravedins, tudo quanto tinha no territorio de Lamego e Armamar. A terra é fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição de Sarzedas, conc. e districto de Castello Branco.

Magueijinha. Pov. na freg. de S. Thiago, de Magueija, conc. de Lamego, districto de Vizeu.

Magul *(Combate de)*. A mais importante das acções da campanha africana de 1895 contra o Gungunhana, no territorio de Gaza *(V. este nome)*, prov. de Moçambique, Africa Oriental. No local onde se feriu o combate, em 8 de setembro de 1895, foi levantado em 1908 por conta do governo da provincia um monumento commemorativo.

Magumba Pia. Terras do distr. de Inhambane, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Magumbu. Terras do distr. de Inhambane, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Produz mantimento cafreal, arroz, cêra e mel.

Magurre. Pov. da freg. de S. Lourenço, de Golães, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Magurro. Pov. da freg. de S. Clemente, de Paços de Gaiollo, conc. de Marco do Canavezes, distr. de Porto.

Magusteiro. Pov. na freg. de Santo André, de Rio Douro, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga

Mahaballa. Uma das 8 divisões do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola. Comprehende varios sobados e numerosas povoações. || Pov. da 3.ª div. (Mahaballa) do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Mahaca. Pov. da 8.ª div. *(Botte)* do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Mahagada. Terras do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Mahem. Pov. e regedoria do antigo distr., hoje conc., de Sanquelim, no distr. e arceb. de Gôa, India.

Mahindo Pequeno rio do grande delta do Zambeze, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Sae do braço N chamado rio de Cuama ou de Quelimane, rega as terras do antigo prazo Mahindo, e fórma uma das boccas do Zambeze. || Prazo da Corôa do extincto distr. de Quelimane, hoje da Zambezia, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem 200 k. de comprimento por 50 de largura. Territorio fertil, cortado por muitos ribeiros e pequenos rios navegaveis nas marés d'aguas vivas. Muitos bosques de excellentes arvores, como a de pau ferro, que dão boa madeira para construcções diversas. Os bosques estão povoados de animaes ferozes. O solo produz arroz, feijão, hortaliça, mandioca, milho fino e grosso, tabaco, etc. Estação telegraphica.

Mahomane. Pov. do commando de M'Chops, no distr. mil. de Gaza, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Mahota. Territorio de cafres do distr. de Lourenço Marques, 1.ª circumscripção, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Solo cultivado e bastante fertil, produzindo muito mantimento cafreal.

Mahuca de Baixo. Pov do sobado de N'Gola Quissucia, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 2.ª divisão.

Mahuca de Cima. Pov. do sobado de N'Dalla Luamba, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 11.ª divisão.

Mahuanga. Pov. do sobado de N'Dalla Quiluala, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 8.ª divisão.

Mahubo. Reino do commando militar de Maubara, no distr. autonomo de Timor, Oceania. E' na região dos Bellos, no centro da ilha.

Mahungo. Pov. do sobado de Bambi Calunga, na 4.ª div. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Mahungos. Territorio de negros do distr. de Loanda, na prov. de Angola. Fica entre a serra de Canganza e os Dembos, tendo ao N as terras de Encoge e ao S as de Golungo Alto e Ambaca. E' muito povoado e cortado de rios.

Maia. Appellido nobre, que procede de D. Gonçalo Alboazar Ramires da Maia, primeiro filho de Alboazar Ramires, infante leonez, filho de Ramiro II, de Leão, e de Zahara, que veiu a Portugal com outros companheiros no anno 1000, e resgataram dos moiros as terras da Maia, de cujas terras tomou o appellido, e ahi fez o seu solar. A seu filho D. Soeiro Mendes da Maia, que foi o pae do grande lidador Gonçalo Mendes da Maia, foi dado o seguinte brazão, por ter vencido um cavalleiro em desafio, em Roma, no anno de 1038: Em campo de purpura, aguia de ouro, armada, bicada e golada d'ouro, elmo d'aço aberto, e por timbre meia aguia das armas. Outros do mesmo appellido usam: Em campo de purpura, aguia negra golada de ouro. Elmo d'aço aberto, e por timbre meia aguia das armas.

Maia *(Alfredo de Lacerda)*. Capitão-tenente da armada, governador de Timor. N. em 1850, e fal. no principio do anno de 1887. Assentou praça em 1867, e depois de completar o curso da Escola Naval e de ter feito o tirocinio da lei, era em 1871 guarda-marinha, e em 1875 segundo tenente, sendo promovido a primeiro tenente em 1884. Desempenhou varias commissões da sua arma, seguindo ao mesmo tempo a carreira jornalistica, em que muito se evidenciou. Em muitos jornaes se encontram artigos firmados pelo seu nome, sendo na maior parte consagrados a assumptos litterarios e scientificos, descripções de viagens, etc. Em 1881 foi nomeado para assistir á construcção dos quatro navios que se estavam fazendo em Inglaterra, a corveta *Affonso d'Albuquerque*, as canhoneiras *Liberal* o *Zaire* e o rebocador *Lidador*. No *Jornal do Commercio*, escreveu uma serie de cartas muito interessantes a respeito da Inglaterra. No principio do anno de 1885 houve no salão da Trindade umas conferencias sobre assumptos africanos, em que o juiz Francisco Antonio Pinto atacou vivamente o systema de se confiar a officiaes de marinha a administração ultramarina. Alfredo Maia respondeu a essa critica n'uma conferencia eloquente, repellindo-a com energia. Em 1885 foi nomeado governador de Timor, sendo n'essa occasião promovido a capitão-tenente. Alfredo Maia partiu para Moçambique, d'onde escreveu para os jornaes umas cartas curiosissimas, descrevendo a viagem, as quaes tencionava publicar em volume, com o titulo de *Quatro mil legoas por mar*. Tomando posse do governo de Timor começou logo a desenvolver uma notavel actividade, melhorando a colonia, fazendo com que augmentasse o seu rendimento, subjugando as revoltas e dando finalmente um tal impulso áquella fertilissima ilha, que passou de uma colonia immersa em profundo letargo, sendo muito onerosa para Macau, a uma colonia prospera e com saldo positivo. Conservando os seus velhos habitos de jornalista dava conta para a imprensa dos seus actos, e fazia propaganda a favor da colonia por cujo desenvolvimento tanto se interessara. O seu proceder era tão honroso que os commerciantes de Dilly lhe offereceram uma espada de honra, como justa homenagem a quem tão bem lhes sabia garantir os seus direitos contra a invasão dos revoltosos do interior. No dia 10 de março de 1887 recebeu se em Lisboa inesperadamente um telegramma de Sucrabaya, dizendo que o governador de Timor havia sido assassinado pelos indigenas, e que tinham sido pedidos soccorros para Macau. Causou o mais profundo desgosto similhante noticia, que infelizmente não foi desmentida. Parece que os triumphos alcançados sobre o indigena deixaram represalias entre os naturaes que esperaram momento propicio para se vingarem, resultando d'ahi o assassinarem traiçoeiramente o governador.

Maia *(Caetano Alberto)*. General de divisão. N. em Lisboa a 7 de agosto de 1807, onde tambem fal. a 4 de julho de 1888. Era filho de Francisco Xavier da Maia, negociante da praça de Lisboa. Completando os cursos da Academia Real de Marinha e da Academia de fortificação, artilharia e desenho, foi despachado, em 27 de novembro de 1827, alferes de infantaria, ficando addido ao batalhão de caçadores n.º 8, sendo transferido para o corpo de engenheiros, e promovido a primeiro tenente d'esta arma, em 24 de julho de 1834, a capitão em 18 de agosto de 1838, a major em 29 de abril de 1851, a tenente-coronel em 4 de maio de 1859, a coronel em 8 de julho de 1864, a general de brigada em 16 de dezembro de 1872, e a general de divisão em 27

de junho de 1883. No referido batalhão fez por algum tempo serviço de guarnição, e em 1833, sendo segundo tenente de engenheiros, foi destacado para Setubal, como empregado na direcção dos trabalhos de fortificação. Accommettida aquella cidade, que então era ainda villa, pelas tropas realistas em 12 de abril de 1834, tomou parte na defeza, de que ficaram vencedoras as forças liberaes. Feita a convenção de Evora-Monte, foi nomeado commandante de engenheiros na praça de Abrantes, onde serviu durante os acontecimentos de 1837, que terminaram no combate de Chão da Feira. Foi depois encarregado de varias commissões em Santarem, Thomar, Castello de Vide, etc. Em 1838 teve a nomeação de commandante da arma de engenharia na 10.ª divisão, Açôres, para onde partiu, e se conservou até meado de 1843, sendo n'esse intervallo incumbido, pelo ministerio do reino, dos estudos relativos ás docas nas ilhas Terceira, Faial e S. Miguel, e aos de uma estrada central n'esta ultima ilha, e á estatistica das ilhas de S. Miguel e Santa Maria, serviços estes que cumpriu, tendo remettido em tempo opportuno ao governo o resultado dos seus trabalhos. Regressando ao continente em 1843 foi nomeado addido para a repartição das obras publicas no ministerio do reino, conservando-se ali até outubro de 1846, data em que foi nomeado adjunto ao quartel-mestre general do exercito de operações do commando do duque de Saldanha, em cujo serviço esteve até á dissolução d'esse exercito em 1847, quando terminou a guerra civil, voltando então para o seu antigo logar no ministerio do reino. Organisando-se o ministerio das Obras Publicas em 1852, foi nomeado chefe da repartição technica em 14 de outubro do mesmo anno, e pelo fallecimento do tenente-general visconde da Luz em 18 de outubro de 1854, foi nomeado director geral, sendo exonerado d'este serviço, a requerimento seu, em 25 de julho de 1866, tendo sido nomeado anteriormente, em 30 de outubro de 1865, vogal effectivo do conselho de obras publicas e minas, conselho que ficou substituido pela junta consultiva de obras publicas e minas, á qual presidiu até ao seu fallecimento. Presidiu tambem á commissão que, em 1884, fez o regulamento para os geradores a vapor, e á que em 1885 elaborou o projecto de lei que organisou a engenharia civil. Na qualidade de presidente, fez parte durante 12 annos consecutivos, do jury dos exames de habilitação do curso de engenharia civil na Escola do Exercito, e por ultimo, como general mais antigo, presidia aos jurys reunidos dos cursos das differentes armas que se leccionam na mesma escola. Quando falleceu contava 81 annos de edade, e 61 de serviço. O general Caetano Alberto Maia era conselheiro de sua magestade, gran cruz e commendador da ordem de Aviz, commendador das de Christo, e de S. Mauricio e S. Lazaro, da Italia; de Izabel a Catholica, de Hespanha; cavalleiro da Torre e Espada e de Nossa Senhora da Conceição; e possuia a medalha das campanhas da Liberdade.

Maia *(Delphim Maria d'Oliveira)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; advogado e professor no lyceu do Porto. N. n'essa cidade em 8 de setembro de 1829, onde tambem fal. em 18 de janeiro de 1887. Cursando a Universidade, em 1846, alistou-se no batalhão academico, e fazendo parte da expedição do conde das Antas, foi aprisionado e conduzido para a Torre de S. Julião da Barra. Terminando as luctas civis, voltou o concluir o seu curso, dedicando se depois á advocacia. Em 1855 foi nomeado professor do lyceu do Porto. Escreveu o *Manual d'estylo*, durante muitos annos adoptado, e deixou bastantes trabalhos juridicos, entre os quaes se contam umas *Annotações ao Codigo Civil*. Delphim Maia foi ardente defensor das regalias populares, militou activamente na politica, pondo sempre a sua palavra e o seu esforço ao serviço da liberdade.

Maia *(Ernesto)*. Professor de musica no Porto. Desde muito novo que se dedicou ao estudo do piano. Tinha apenas 12 annos quando começou os seus estudos sob a direcção do professor Miguel Angelo. Seguiu primeiro a carreira commercial, e com bom exito, mas a sua invencivel paixão pela vida artistica, o levou a recusar cargos certos e rendosos antepondo-lhe as incertezas da profissão musical e o espinhoso trabalho da leccionação. Em 1883 seguiu para Paris, a aperfeiçoar-se no piano com a notavel pianista madame Marie Jaell, e d'ali regressou ao Porto, depois de ter estudado com a mesma professora o seu methodo especial de ensino applicado ás creanças. Desde essa data tem vivido exclusivamente para o professorado da musica no Porto. Como critico musical o sr. Ernesto Maia tem collaborado em diversos jornaes do paiz, como a *Arte Musical*, etc., e é redactor effectivo do *Diario da Tarde*, desde a sua fundação. O sr. Ernesto Maia é membro do Instituto de Coimbra pela sua constante campanha a favor da introducção do canto coral nas escolas. Attrahido pela belleza e aperfeiçoamento do orgão Mustel, adquiriu em Paris um d'esses instrumentos, indo lá trabalhal o na propria casa do fabricante sob a direcção de Alphonse Mustel, Joseph Bizet e madame Flornoy. A 22 de outubro de 1904, a Sociedade de Musica de Camara começou os seus concertos, com um programma em que figurou o *Quartetto* de Vincent d'Indy. O professor Ernesto Maia tomou parte em dois duetos de orgão Mustel e piano, executando o *Adagio* e *Rondó* de Weber, e *Preludio*, *Fuga* e *Variações*, de Cesar Franck. O sr. Ernesto Maia é cavalleiro da ordem de S. Thiago, por decreto de 4 de fevereiro de 1905.

Maia *(Fernando)*. Artista dramatico, que faz parte da companhia do theatro de D. Maria II. N. em Lisboa a 30 de maio de 1869. Fez os seus estudos no Real Collegio Militar, mas não chegou a concluir o curso Sempre muito dedicado ao theatro, para que sentia irresistivel vocação, representou em differentes theatros particulares com bom exito. Decidido a seguir a carreira dramatica, estreou-se no theatro de D. Maria II, sendo empresarios Rosas & Brazão, na comedia em 1 acto *A Herdeira*. Emprehendeu depois uma longa excursão pelas ilhas n'uma companhia de que fazia parte a actriz Lucinda do Carmo. Regressando a Lisboa, novamente se apresentou no theatro de D. Maria II, entrando com exito na comedia em 4 actos: *A Madrugada*. Foi depois ao Brazil, e quando voltou, escripturou-se na Rua dos Condes, na companhia de que faziam parte as actrizes Anna Pereira, Amelia Vieira e Lu-

cinda do Carmo. Terminada a empresa, o actor-empresario José Ricardo contratou-o para o theatro de D. Affonso, no Porto, e ali, entre outros, representou no drama *Os dois garotos*. Creando-se a sociedade artistica do theatro de D. Maria II por decreto de 1898, foi admittido como societario de segunda classe, sendo em 1901 promovido por distincção a societario de primeira classe e eleito gerente da sociedade, cargo em que se conservou até terminar a sociedade artistica. Fernando Maia é um artista consciencioso e illustrado. Tem desempenhado, sempre com bom exito, papeis de responsabilidade. E' já longo o seu reportorio, de que apontaremos as seguintes peças: *Frei Luiz de Sousa*, *Peraltas e secias*, *Honra*, *Aventureira*, *Amor de perdição*, *Casamento de Figaro*, *Falar verdade a mentir*, *A Hospedeira*, *Mercadet*, *Catharina*, *Sempre noiva*, *O Avarento*, *O Pato bravo*, *Um pae prodigo*, *Tartufo*, *Os dois brazões*, *O Enigma*, etc.

Maia *(Fernando da Costa)*. Major de cavallaria, lente da Escola do Exercito e do Real Collegio Militar, socio da Academia Real das Sciencias, etc. N. no Porto em 5 de junho de 1853, fal. em Lisboa a 8 de dezembro de 1904. Era filho do advogado Delphim Maria de Oliveira Maia, e de sua mulher, D. Margarida Amelia da Costa Maia. Assentou praça em 23 de outubro de 1869, foi promovido a alferes em 5 de janeiro de 1876, a tenente em 30 de maio de 1883, a capitão em 7 de novembro de 1888, e a major em 20 de outubro de 1899. Teve uma carreira militar brilhante, e possuia as seguintes distincções: official das ordens de S. Thiago e de S. Bento d'Aviz por serviços distinctos, habito da de Nossa Senhora da Conceição; condecorado com a medalha de ouro de bons serviços, medalha de prâta de comportamento exemplar, e a cruz de 2.ª classe da ordem de Merito Militar, de Hespanha. Fôra nomeado ha annos professor da Escola do Exercito e do Real Collegio Militar. Evidenciou-se como jornalista, sendo redactor effectivo da secção militar do *Diario de Noticias*, e redactor da *Revista Militar*. Collaborou, algum tempo, no jornal *A Provincia*, do Porto, e em varias revistas militares. Era casado com a sr.ª D. Maria José Bessa de Sousa Maia. Deixou os seguintes trabalhos: *Notas sobre a cavallaria na actualidade*; *Estudos militares*; *Elementos de tactica das tres armas*, 1903; *Royal College Militaire*, monographia que figurou na preciosa collecção de livros e opusculos impressos em 1900 para a exposição universal de Paris; *Da cavallaria, sua missão estrategica e tactica; apontamentos*, 1901; 8.º gr. 8-340 paginas e plantas desdobraveis; *Tactica applicada, marcha, estacionamento e combate; commentarios ao regulamento do serviço em campanha*, 1901; *Memoria historica e descriptiva do Real Collegio Militar*, primeiro centenario do mesmo collegio, 1902; *Discurso proferido na sessão solemne da abertura do anno escolar de 1902-1903 da Escola do Exercito; Subsidios para a historia militar de Portugal*, 1904; *Compendio do novo systema legal de pesos e medidas; O Bloqueio da Ilha Terceira em 1829; compilação de documentos para a historia*, 1 opusculo, 1901; *Reflexões sobre o systema economico do exercito, 1799* pelo marquez d'Alorna, marechal de campo; manuscripto que existe na Escola do Exercito; com uma introducção por F. Maia, 1898; *Lições de historia*, 1 folheto lithographado. Consta, que tinha em preparação, quasi prompto para imprimir, um novo livro sobre as *Campanhas coloniaes*, trabalho de profundo estudo, feito sobre os numerosos relatorios existentes no ministerio da marinha e ultramar relativos a este importante assumpto.

Maia *(Fr. Francisco)*. Eremita da ordem de Santo Agostinho. Era natural de Braga, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de Antonio da Maia e de Maria de Medeiros. Professou no convento da Graça, de Lisboa, em 27 de maio de 1607, e foi mestre de Theologia na sua ordem, até que jubilou, sendo tido em conta de grande prégador. Deixou impresso: *Sermão funebre nas exequias do ill.mo e rev.mo sr. D. Affonso Furtado de Mendonça, deão que foi na Sé de Lisboa, reitor da Universidade de Coimbra, presidente da Mesa da Consciencia, bispo da Guarda e de Coimbra, arcebispo de Braga e Lisboa, e governador do reino, etc., prégado na Sé de Lisboa a 6 de julho de 1630*, Lisboa, 1631. Este sermão foi muito louvado por João Soares de Brito, no seu *Theatrum Lusitaniae Litterarum.*

Maia *(Gonçalo Mendes da)*. Um dos companheiros heroicos de D. Affonso Henriques. Era da nobre familia dos Mendes, da Maia Paiços, aldeia de que só existem ruinas, e foi solar d'esta familia. Mendes da Maia foi adeantado de D. Affonso Henriques na provincia do Alemtejo, o primeiro que teve este titulo em Portugal *(V. Adeantado)*. Chamavam-lhe o *Lidador*, por andar em continuas guerras contra os moiros, a que n'aquelles tempos se dava o nome de lides. Fôra tambem companheiro e amigo fiel do conde D. Henrique. Nasceu este heroe, parece que no anno de 1075, na referida aldeia de Paiços, sendo filho de D. Soeiro Mendes da Maia. Aos 90 annos ainda conservava todas as forças e a intrepidez, e até toda a temeridade da juventude. Sendo fronteiro em Beja, fazia entradas frequentes em terras de moiros, ficando sempre victorioso, por mais deseguaes que fôssem as forças; acontecendo muitas vezes atacar e vencer tropas moiriscas dez vezes superiores em numero aos seus portuguezes. Em 4 de abril de 1170 encontrou-se perto de Beja com o rei moiro Alboleymar, ou Almoliamar, que era muito forçoso, e tinha fama de ficar sempre vencedor em todos os seus combates. Ambos traziam as suas tropas, sendo mais numerosas as dos infieis. Travaram-se em batalha, que durou muitas horas, até que a victoria se declarou pelos portuguezes, ficando mortos no campo muitos moiros, e entre elles o famoso rei Alboleymar, circumstancia que realçou ainda mais a gloria do vencedor. O esforçado lidador não tivera tempo de embainhar a espada, quando se viu atacado pelo rei de Tanger, Aliboacem, ou Alboacem, que passara a Portugal, afim de se assegurar da villa de Mertola, de que era senhor, e se lhe havia levantado com ella um moiro seu vassalo. Sabendo o asperto em que estava Alboleymar, vinha apressado a soccorrel-o acompanhado d'um numeroso esquadrão. Gonçalo Mendes da Maia viu-se obrigado a entrar em segunda batalha, em que tambem ficou victorioso, tendo, porém, a infelicidade de não poder resistir ás feridas que recebeu. Assim acabou este valente guerreiro na edade de 95 annos,

sempre forte e destemido. Morrera como sempre vivera, pelejando e vencendo. Mendes da Maia foi casado com D. Leonor Viegas, filha de Egas Moniz, o aio de D. Affonso Henriques. Alexandre Herculano descreveu o vulto extraordinario do velho guerreiro, no seu conto historico *A morte do Lidador*, publicado na collecção das *Lendas e Narrativas*.

Maia *(Henrique Anthero de Sousa)*. Mais conhecido por Henrique Maia. Medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto, delegado de saude n'aquella cidade, administrador da empresa das Pedras Salgadas, conselheiro, etc. N. no Porto em 1843, onde tambem fal. em 9 de outubro de 1908. Cursou a Escola Medico-Cirurgica da referida cidade, e terminando o curso foi nomeado medico da armada, e pelas colonias estacionou, fazendo clinica e escrevendo relatorios sobre os serviços de saude, que lhe valeram os louvores do governo As febres de Angola o obri-

Henrique Anthero de Sousa Maia

garam a pedir a exoneração do seu cargo, e estabeleceu no Porto um consultorio com os medicos srs. Oliveira Monteiro e José Carlos Godinho de Faria, grangeando grande clinica e reputação medica. Nomeado delegado de saude, chegou a chefe de saude do districto, logar a que é inherente o de professor da 3.ª secção do curso de medicina sanitaria da Escola Medica do Porto. Na qualidade de chefe de saude do districto remodelou completamente estes serviços, sendo as suas medidas bem acceitas por toda a população. Quando no Porto se levantou o celebre caso da falsificação de pão, muito se lhe ficou devendo na descoberta e verificação das fraudes, tendo elle proprio procedido a experiencias para demonstrar como taes falsificações eram realisaveis. Sendo um dos principaes accionistas da Companhia das Pedras Salgadas, desde longos annos consagrava áquelle estabelecimento, que elle fundou e administrava, o mais entranhado amor, orgulhando-se com toda a justiça de serem obra sua quantos melhoramentos ahi teem sido introduzidos, não só na parte propriamente do tratamento dos doentes, como no cultivo dos formosos parques. As frondosas arvores, que os embellezam, fôram plantadas sob a sua direcção, transformando completamente terrenos, que eram antes incultos e aridos. El-rei D. Carlos I, quando pela primeira vez foi tratar-se ás Pedras Salgadas, o agraciou com a carta de conselho, por decreto de 30 de novembro de 1906. O dr. Henrique Maia era official da ordem de Izabel a Catholica, de Hespanha, e socio de varias instituições scientificas nacionaes e estrangeiras. Nas horas que a clinica e os seus cargos officiaes lhe deixavam livres, cultivava a litteratura, e tinha grande affeição pelo escriptor inglez Carlos Dickens, de que traduziu grande parte dos romances, publicando-os em folhetins nos jornaes do Porto. Tambem traduziu o livro de Eugenio de Mirecourt, intitulado: *Despertada de um sonho*, que publicou em 1865 no Porto. Foi tambem um dos collaboradores do *Guia historico do viajante no Porto*, publicado em 1863. O dr. Henrique Maia era casado com a sr.ª D. Julia Gomes Monteiro.

Maia *(Henrique Gregorio)*. Official-mór na Santa Casa da Misericordia. N. em 28 de novembro de 1818, fal. em 12 de março de 1904. Entrou para a Misericordia em 1835 como empregado na contadoria, sendo em 1863 nomeado official maior, cargo que exerceu até fallecer. Por differentes vezes lhe foi offerecida a carta de conselho, que sempre rejeitou. Era commendador das ordens de Nossa Senhora da Conceição e de Christo.

Maia *(Joaquim José da Silva)*. Negociante matriculado na praça da Bahia, jornalista, escriptor, etc. N. no Porto, em 3 de dezembro de 1776, fal no Rio de Janeiro em 2 de março de 1832. Era filho de Francisco José da Silva Maia e de D. Clara Josepha Bernardina. Ainda muito novo foi para a Bahia, e ali se estabeleceu como negociante matriculado, grangeando bastante importancia, sendo nomeado vereador da camara e capitão de milicias. Quando chegou ao Brazil a noticia da revolução de 1820, acolheu-a com enthusiasmo, e principiou logo na Bahia a publicação d'um jornal, chamado *Semanario Civico*, que durou desde 1821 até 1823, substituindo-o então Silva Maia por outro com o titulo de *Sentinella Bahiense*, que publicou desde 21 de junho de 1823 até 1 de outubro do mesmo anno. O jornal acabou por Silva Maia, tendo-se manifestado contra a independencia do Brazil, que não quiz reconhecer, se viu obrigado a embarcar para a Europa juntamente com a divisão portugueza do general Madeira, que muito tempo se mantivera n'aquella cidade. Regressando ao Porto entregou-se ás suas occupações commerciaes, até que em 1826, tendo-se estabelecido o regimen da Carta Constitucional, voltou ás lides jornalisticas, publicando o *Imparcial*, em que defendia as instituições liberaes. Prevendo, depois dos successos de 1828, a perseguição que poderia soffrer, estando no poder o regimen absolutista, emigrou para a Galliza com o exercito constitucional, passando d'ali a Inglaterra, e depois a França. Vivendo com as maiores difficuldades, resolveu ir de novo para Brazil, e para ali partiu em 1829, estabelecendo se no Rio de Ja-

neiro. Em 1830 começou a publicar um jornal, com o titulo de *Brazileiro imparcial*, que manteve até á sua morte, mas que lhe acarretou muitos dissabores. As suas doutrinas, que em Portugal se consideravam avançadas, eram tidas no Brazil, então profundamente agitado pela febre revolucionaria, como retrogradas. D'ahi lhe vieram inimizades, a ponto de nem pouparem o seu cadaver, porque no enterro houve manifestações indecorosas da parte dos exaltados do partido brazileiro. Escreveu a seguinte obra, que se publicou em 1841, no Rio de Janeiro, muito depois da sua morte: *Memorias historicas, politicas e philosophicas, da revolução do Porto em 1828, e dos emigrados portuguezes pela Hespanha, Inglaterra, França e Belgica; obra posthuma, dada á luz por seu filho o dr. Emilio Joaquim da Silva Maia; Memorias historicas e philosophicas sobre o Brazil, escriptas no anno de 1823;* sairam tambem posthumas, publicadas pelo mencionado dr. Emilio da Silva Maia no tomo II da *Minerva Braziliense.*

Maia *(José Antonio).* Cirurgião naval. N. em Torres Novas a 2 de janeiro de 1813, fal. em 1879. Era filho de Luiz Antonio Maia e de D. Leonor Maria. Depois de frequentar os estudos preparatorios, entrou para a Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, em 1831, concluindo o curso em 1836, com muita distincção. Na qualidade de cirurgião de navio mercante fez a sua primeira viagem a Macau em 1837, d'onde regressou a Lisboa ao fim de tres annos, entrando logo depois ao serviço da armada, e n'essa situação fez numerosas viagens aos portos da India e da China, e Africa Oriental e Occidental. Em 1855 era cirurgião do brigue *Mondego*, e descreveu esta viagem n'uma serie d'artigos no *Archivo Universal.* Eleito deputado, foi elle que interpellou o ministro da marinha Adriano Ferreri sobre o naufragio do brigue *Mondego*, em março de 1860, e teve a desgraça de incommodar tanto o ministro, com a aspereza das suas palavras, que Adriano Ferreri, que andava já bastante doente, foi retirado do parlamento em estado muito afflictivo, fallecendo 4 dias depois. Ainda foi eleito em outras legislaturas, sempre pelo ultramar, até que foi nomeado director do Lazareto de Lisboa. A sua administração. porém, occasionou na imprensa reparos e queixas, que obrigaram o governo a mandar proceder a uma syndicancia, pedindo elle a sua demissão antes que da syndicancia houvesse resultados officiaes. Falleceu pouco depois d'esse facto. Escreveu: *Elogio ao sr. Francisco José de Paiva*, em verso; Lisboa, 1840; *Memoria sobre a franquia do porto de Macau*, Lisboa, 1849; *Estudos sobre hygiene, administração e legislação naval*, Lisboa, 1859, com uma estampa; sairam tambem no *Archivo Universal*, 1859, tomo I e tomo II; *Viagem do brigue Mondego de Lisboa a Macau*, etc., em 1855; inserta no referido *Archivo*, tomo I, n.os 4, 5 e 6; *Depoimentos (dois) prestados perante a commissão de inquerito nas repartições de marinha*, tomo I; *Informação da commissão administrativa da Santa Casa da Misericordia da villa de Torres Novas, no recurso do ar. Miguel Antonio Dias*, Lisboa, 1865; *Relatorio e contas da commissão administrativa da santa casa da Misericordia da villa de Torres Novas, que serviu desde novembro de 1854 até julho de 1865, precedido d'uma carta dedicatoria ao sr. conselheiro Antonio Rodrigues Sampaio*, Lisboa, 1866. José Antonio Maia ainda publicou varios artigos no jornal *Imprensa e Lei*, do mez de janeiro de 1854, ácêrca da refórma da Saude Naval de 23 de janeiro de 1852, e no *Portuguez* de março de 1855 a respeito da provincia de Moçambique, aconselhando a creação d'uma poderosa companhia, meio unico de salvar aquella provincia, etc.

Maia *(José Rufino Moniz da).* General de divisão reformado, fallecido em 1899. Assentou praça em 30 de julho de 1856 em infantaria n.º 2, como alumno do Real Collegio Militar; foi promovido a alferes em 1858, a tenente em 1867, a capitão em 1874, a major pela reforma do exercito, em 1881; a tenente-coronel em 1887, a coronel em 1890, a general de brigada em 1898, sendo em 1899 reformado no posto de general de divisão. Serviu nos corpos de infantaria n.os 5, 10 e 23; na guarda municipal de Lisboa, e por ultimo commandou durante 9 annos o regimento de caçadores n.º 2, d'onde saiu para o quadro do generalato. Quando se organisou a expedição para Moçambique, de que fez parte o segundo batalhão de caçadores n.º 2, empregou todos os esforços para que aos seus subordinados fôssem fornecidos todos os elementos para bem desempenharem a importante commissão que lhes ia ser confiada. O general Moniz da Maia era commendador, cavalleiro e grande official da ordem de S. Bento de Aviz, e possuia a medalha de prata de comportamente exemplar.

Maia *(Manuel da).* Fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo na ordem de Christo, brigadeiro e engenheiro-mór do reino, guarda-mór da Torre do Tombo, chronista da Casa de Bragança, academico da Academia Real de Historia Portugueza, mestre de mathematicas d'el-rei D. José, sendo ainda principe da Beira, e dos infantes D. Pedro e D. Carlos, etc. N. em Lisboa, parece que em 1680, onde tambem fal. a 17 de setembro de 1768. Era filho de Francisco da Maia. Estudou desde os primeiros annos as letras humanas e disciplinas mathematicas, em que se tornou muito perito, sendo muito conhecedor das linguas latina, italiana e franceza. Diz-se que aos 12 annos de edade fizera dois votos a Nossa Senhora do Pilar, um de guardar castidade perpetua e outro de dar sempre aos pobres, em louvor da mesma senhora, a terça parte de tudo quanto possuisse. Todos os annos distribuia dotes a donzellas pobres, nos quaes se incluiam, tres á freguezia de S. Julião, da qual costumava dizer que era a sua freguezia, o que faz acreditar que nascesse ali. Não ha fundamentos, diz um seu biographo, para asseverar que Manuel da Maia fizesse os citados votos em tão tenra edade, comtudo, pessoas que se consideravam bem informadas assim o escreveram, que durante toda a sua longa vida procedeu em harmonia com aquelles dois votos, conservando-se no estado de solteiro, e distribuindo pelos pobres avultadas quantias. Começou a servir na qualidade de engenheiro em 26 de maio de 1698, no reinado de D. Pedro II, e logo no anno de 1701 foi incumbido de dirigir as fortificações de Lisboa, quando estava imminente uma guerra com a Inglaterra, por causa da successão de Hespanha No tempo de D. Affonso VI já se havia começado a defeza maritima de Lisboa, que se tratava ago-

ra de concluir e de aperfeiçoar, augmentando a linha de fortes, desde Santa Apolonia até á Torre de S. Julião da Barra. Esta commissão coube em parte ao engenheiro Manuel da Maia. Depois dirigiu as fortificações de Lisboa em 1703. No anno de 1704 acompanhou D. Pedro II á Beira, servindo então de quartel-mestre da côrte; superintendeu na fortificação de Abrantes e em Tancos, traçou as plantas dos armazens de munições e designou o local para elles. Logo depois saiu com o exercito que foi sitiar Badajoz, a cujo assedio assistiu, construindo ali os fortes que defendiam as pontas sobre a Guadiana, serviço pelo qual foi promovido ao posto de sargento-mór. N'este primeiro periodo da vida de Manuel da Maia, foi elle encarregado pela Junta dos Tres Estados da traducção de varias obras militares francezas, e foi assim que publicou em 1708 o *Governador das praças por Antonio de Ville Tolozano*, etc., *obra muito util e necessaria não só para os governadores das praças, mas tambem para todos os officiaes de guerra, que quizerem aprender a doutrina militar, e as suas obrigações principalmente nos presidios;* em 1713 publicou a *Fortificação moderna ou recopilação de differentes methodos de fortificar de que usam na Europa os hespanhoes, francezes, italianos e hollandezes; com um diccionario alphabetico dos termos militares*, etc., *composto na lingua franceza por mr. Pfeffinger*, etc. Ambas as obras sairam sem o nome do traductor, e são consideradas de muita valia, e a Academia Real das Sciencias as menciona no seu catalogo dos classicos. Em 1718 apresentou completa a planta da cidade de Lisboa, de que tinha sido encarregado. Em 11 de novembro d'este anno foi promovido ao posto de coronel. Manuel da Maia era um trabalhador incansavel; levanta a planta do sitio de Buenos Ayres e suas cercanias, obra de muito valor e muito difficil pelas irregularidades do terreno; desenha mappas geographicos e militares, coordena indices de bibliothecas, signala meridianas, balisa estradas, inquire de fundidores estrangeiros os seus methodos, que communica aos nossos artifices; executa todos os desenhos indispensaveis pela sua propria mão, e sem ajudantes, para maior segurança do seu trabalho; traduz differentes obras das linguas latina, italiana, ingleza e franceza; estuda a canalisação das aguas para o edificio de Mafra, levanta a planta para estes trabalhos, e pela primeira vez introduz um systema de repuxos, que evita a despeza das arcadas, que era talvez o precursor do moderno systema de syphão. Foi tambem este illustre engenheiro que trabalhou assiduamente durante seis annos nos estudos para a introducção das Aguas Livres na cidade de Lisboa. Esta obra que elle estudou, delineou e dirigiu, é o seu monumento, que resistiu ao terrivel terremoto de 1755. No anno de 1738, contando já 40 annos de bons serviços, Manuel da Maia ainda se conservava no posto de coronel, tendo sido preterido por outros engenheiros cujas obras eram de menos valor. Resolveu-se então a pedir, como mercê, o posto de brigadeiro que lhe era devido; a supplica foi attendida, e em 7 de agosto d'esse anno alcançava a promoção. Nos ultimos annos da sua vida fôram mais bem apreciados os seus serviços: em 8 de abril de 1740 foi agraciado com o fôro de fidalgo da Casa Real; em 12 de fevereiro de 1745 teve a nomeação de guarda-mór da Torre do Tombo; em 4 de novembro de 1750 a de sargento-mór de batalha; em 21 de janeiro de 1758 mestre de campo general e engenheiro-mór do reino; em 4 de novembro de 1759 recebeu o grau de cavalleiro da ordem de Christo; nomeado mestre do principe D. José e dos infantes D. Pedro e D. Carlos, chronista da Casa de Bragança, e academico da Academia Real de Historia Portugueza. Os serviços que Manuel da Maia prestou como guarda-mór da Torre do Tombo, fôram importantissimos, não só salvando o archivo por occasião do terremoto de 1755, mas tambem organisando o corpo chronologico formado de 526 maços, com 82:902 documentos originaes, copias e minutas desde a era de 1161 até ao anno de 1698. O archivo foi provisoriamente abrigado n'uma barraca de madeira, construida no mesmo local do castello de S. Jorge, e Manuel da Maia desde logo proveu á sua segurança e arranjo, até que, por aviso de 19 de agosto de 1757, foi encarregado de ajustar com o abbade do mosteiro de S. Bento, o arrendamento das casas chamadas dos bispos, contiguas ao mesmo convento, para ali se estabelecer definitivamente o archivo, onde ainda se conserva. Manuel da Maia sentindo se muito doente e já em edade muito avançada, não tinha forças para proseguir no exercicio do seu cargo, e em 3 de setembro de 1768 foi nomeado para lhe succeder o desembargador José de Seabra da Silva que tomou posse em 12 do referido mez, fallecendo cinco dias depois Manuel da Maia. O seu cadaver foi sepultado na casa do capitulo do convento de S. Pedro d'Alcantara. Manuel da Maia dotava annualmente nove donzellas com 100$000 réis; provia de cirurgião, botica e roupa lavada o hospital dos incuraveis; dava mensalmente um *rosario* de pães aos presos do Limoeiro; soccorria a mendicidade com muitas esmolas, e mais efficazmente a pobreza envergonhada, a quem, em caso de doença não faltava com o curativo e preciso alimento. O fallecido escriptor Joaquim da Costa Cascaes escreveu o *Elogio historico do engenheiro Manuel da Maia, lido na sessão da associação dos architectos e archeologos, em 25 de março de 1867.*

Maia *(Manuel Joaquim Coelho de Vasconcellos da Costa)*. Doutor e lente da cadeira de Astronomia na faculdade de Mathematica, na Universidade de Coimbra, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. Escreveu: *Solução do problema proposto pela Academia Real das Sciencias de Lisboa sobre o methodo de approximação de M. Fontaine*; publicada no tomo I da *Historia e Memorias da Academia*, 1797.

Maia *(Manuel José d'Abreu)*. Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra. Era natural de Ponte do Lima, sendo filho de João de Abreu e Maia. Doutorou-se em 26 de julho de 1801.

Maia *(P. Mathias da)*. Jesuita. Era natural da villa de Atalaia, e viveu no seculo XVII. Professou em 10 de maio de 1609. Foi procurador geral da provincia do Japão e missionario nos reinos de Tonkim e Cochinchina. Publicou sem o seu nome: *Relação da conversão á nossa santa fé da rainha e principe da China, e de outras pessoas da casa real, que se batisaram no anno de 1648*, Lisboa, 1650.

Maia *(P. Sebastião da)*. Jesuita, natural de

Lisboa, e que falleceu em Macau a 16 de junho de 1664. Embarcando para o Oriente foi provincial de Japão e China, e visitador. Escreveu em latim e em portuguez varias obras religiosas, que ficaram inéditas.

Maia. Designação official d'um conc da provincia do Douro, com., distr., bisp. e relação do Porto. A sua séde, que era na pov. de Castellejo, Castello, Castedo ou Castrello, comprehendida na área da freg. de Santa Maria, de Avioso, foi trasladada em julho de 1903 para a freg. de Barreiros, logar onde se edificaram os novos paços municipaes, que fôram solemnemente inaugurados. Pertence á 3.ª div. militar, 6.ª brigada, grande circumscripção mil. N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. Teve foral dado por el-rei D. Manuel, em Evora, a 15 de dezembro de 1519, no qual se trata das terras seguintes: Aguas Santas, Alvarêlhos, Anta, Arvores de S. Salvador, Avioso, Azenes, Azevedo, Barca, Cabêdo, Cirões, Ciday, Cornado, Cobellas, Covilhão de Vairão, Crelêdo, Fajozes, Giam, Jamundes, Labruja, Lagôa, Lantimil, Leça, Loura, Maceira, Macieira, Martinho Annes, Mindello, Modivas, Muro, Nogueira, Outeiro, Palmeira. Paradella, Perafita, Retorta, Sanfins da Folgosa, Santa Christina, Santo Estevão, S. Romão, Savariz, Tougas, Vallongo Jusão, Villa Chã, Villarinho, Vouga, e Vougado. Uma carta do referido monarcha, com a data de 11 de agosto de 1518, mandava inquirir o que rendia a terra e concelho da Maia, de que era senhor Pedro da Cunha Coutinho. Junta a esta carta está a descripção dos logares e freguezias, e dos rendeiros, declarando-se o que cada um pagava. Esta carta, dizem existir no maço dos *Autos sobre os direitos reaes e da ordem de Christo*, n.º 2. Está situada a villa (como lhe chamam na localidade) ao N da séde do distr., de que dista 14 k. Tem feira ás segundas feiras no logar do Castello, e ás quintas em Pedras Rubras; est. post. com serviço de emissão e pagamento de vales, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com o Porto, escolas d'ambos os sexos. O conc. comprehende 16 freguezias, com 4:459 fog. e 19:641 hab., sendo 9:285 do sexo masc. e 10:356 do fem., n'uma superficie de 10:220 hect. As freguezias são as seguintes: Santa Maria, de Aguas Santas, 4:688 hab.: 2:316 do sexo masc. e 2:372 do fem.; Santa Maria, de Avioso, 882 hab.: 428 do sexo masc. e 454 do fem; S. Pedro de Avioso, 725 hab.: 327 do sexo masc. e 398 do fem.; S. Martinho, de Barca, 904 hab.: 436 do sexo masc. e 468 do fem.; S. Miguel, de Barreiros (actual séde do conc.), 1:150 hab.: 525 do sexo masc. e 625 do fem.; S. Salvador, de Folgosa, 1:144 hab.: 536 do sexo masc. e 608 do fem; S. Cosme, de Gemunde, 933 hab.: 440 do sexo masc. e 493 do fem.; S. Salvador, de Gondim, 396 hab: 209 do sexo masc. e 187 do fem.; S. Faustino, de Guinfães, 1:375 hab.: 661 do sexo masc. e 714 do fem; S. Thiago, de Milheirós, 1:012 hab.: 502 do sexo masc. e 510 do fem.; S. Salvador, de Moreira 2:013 hab.: 801 do sexo masc. e 1:212 do fem.; Santa Maria, de Nogueira, 1:244 hab: 587 do sexo masc. e 657 do fem.; S. Pedro, de S. Pedro Fins, 619 hab.: 301 do sexo masc e 318 do fem.; Santa Maria, de Silva Escura, 650 hab.: 307 do sexo masc. e 343 do fem; S. Romão, de Vermoim, 1:003 hab.: 467 do sexo masc. e 536 do fem.; Santa Maria, de V. N. da Telha, 903 hab.: 442 do sexo masc. e 461 do fem. O principal commercio de todo o concelho é cereaes, legumes, madeiras e gado de todas as especies. ‖ Ilha de S. Miguel; villa e freg. do Espirito Santo, conc. e com. de Ribeira Grande, distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo; 816 fog. e 3:442 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr. permutando malas com a Ribeira Grande, medico, fabrica de tabaco, etc. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 26, com a séde em Ponta Delgada. ‖ Povoações nas freguezias: S. Romão, d'Alferce, conc. de Monchique, distr. de Faro. ‖ S. Thiago, de Anta, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. ‖ S. João Baptista, de Espite, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. ‖ S. Martinho, de Guilhabreu, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. ‖ S. Jorge, de Paradança, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real.

Maia Alcoforado *(Manuel da)*. Nasceu em Ilhavo, em 1840, no solar de sua mãe, na rua d'Alqueidão. Fôram seus paes D. Henriqueta da Maia Vieira e Joaquim Maria Alcoforado. Fez a sua formatura com distincção na Universidade de Coimbra, tendo por preceptor o então lente em exercicio Ayres de Gouveia. A sua brilhante carreira academica dava-lhe jus e naturalmente o indicava a ascender á cathedra universitaria, e assim frequentou o 6.º anno, preparando-se para o acto de conclusões magnas, o que foi resolvido em congregação da faculdade de direito em 10 de novembro de 1866, publicando a sua dissertação inaugural em 29 d'abril de 1867, trabalho que dedicou a sua mãe e tios maternos, e cuja inscripção é digna de ser transcripta: «A quem fez desabrochar em mim as primeiras flôres do coração offereço os primeiros fructos da minha intelligencia.» As duas theses sobre que teve de dissertar fôram: *No actual estado de civilisação poderá o suffragio universal considerar-se como verdadeira expressão da vontade nacional?*; *E que reformas deverão fazer-se na legislação patria nacional?* E' um volume de 339 paginas. Para responder á 1.ª parte fez um estudo da constituição politica de todas as nações da Europa, d'algumas da America, e até da republica da Liberia, na Africa. Para responder á 2.ª parte fez a historia das antigas côrtes geraes desde D. João III até 1698, demorando-se principalmente no estudo do seculo XIX desde a eleição das côrtes constituintes de 1820 até á legislação em vigor. Na ultima pagina termina com estas palavras: Conclusão: «Não tendo eu feito durante a minha formatura estudo algum especial sobre as duas vastissimas theses que me fôram dadas para dissertar, espero da illustração e cordura dos meus respeitaveis mestres me desculpem os erros que não poderá deixar de haver n'este meu trabalho. Concluo por onde talvez, devêra ter começado. Coimbra, 29 d'abril de 1867.» Infelizmente, uma doença grave, e pela segunda vez, impediu-o de concluir a serie dos seus triumphos universitarios, recolhendo á sua casa d'Ilhavo, para se tratar e receber os confortos da familia que o idolatrava e a quem havia pouco tempo dedicára o seu trabalho universitario. Restabelecido, continuou a viver em Ilhavo, que se orgulha de o ter acalentado em seu ber-

ço. Em 8 de dezembro do 1868 ou 1869 consorciou-se e d'esse enlace houve uma unica filha, a ex.ᵐᵃ sr.ª D. Maria Henriqueta da Maia Alcoforado, actual representante d'essa familia respeitavel e prestimosa, e que segue as gloriosas tradições dos seus maiores. Em 1874, instado por alguns amigos para tomar parte na politica, alistou-se no partido constituinte, sendo logo eleito procurador á Junta Geral, conselheiro de districto, etc. Propondo-se para presidente da camara, o partido progressista local, em opposição áquelle, guerreou-o, perdendo a eleição ou não chegando a apresentar o seu nome ao suffragio. Isto muito o desgostou. Em 1877 surprehende-nos com a publicação da revista: *Museu Technologico, revista das industrias portuguezas e estrangeiras e dos principios scientificos em que as mesmas se fundam*, publicação illustrada, que foi recebida com sobresalto, visto que até ahi vivera tão concentrado, que jamais procurára patentear a vastidão dos seus conhecimentos. Tornara-se, pois, conhecido no mundo scientifico, dirigindo-lhe grandes vultos litterarios e scientificos os maiores encomios. Entre outros o visconde de Villa Maior, que espontaneamente dirigiu a Manuel da Maia as mais lisongeiras phrases de louvor, e que tinham muito mais valor, por virem de pessoa que não costumava baratear os seus elogios. No 1.º numero, que é a introducção á publicação, tracejou a largos traços o seu programma, classificando as differentes industrias, e historiando largamente o seu desenvolvimento desde os tempos mais remotos entre os povos orientaes, do Egypto, da Grecia, etc., propondo-se a encaminhar as industrias portuguezas para o seu desenvolvimento e progresso, dizendo o que fazemos e o que devemos fazer, e comparando os nossos processos com os das industrias similares dos paizes mais adeantados. As 26 paginas d'este numero estão escriptas com muita elegancia e erudição. Nos seis numeros seguintes continuou a sustentar os creditos que justamente conquistára, tratando todos elles de salinas, sendo o trabalho mais precioso, que até então se conhecia, sobre esta industria e que não era só de gabinete, pois fôra á Figueira da Foz, Setubal e Rio Maior, etc., afim de ser testemunha ocular dos processos ali seguidos. Com o 6.º numero, publicado em janeiro de 1878, concluiu o estudo sobre salinas, quer em Portugal, quer nos differentes paizes, como a França, Hespanha, Italia, Austria e Russia, propondo-se encetar no numero seguinte um estudo sobre as nossas industrias ceramicas, onde occuparia logar proeminente o importante estabelecimento fabril da Vista Alegre, do seu concelho. Infelizmente, a doença vinha surprehendel-o pela terceira vez, caprichando em o acommetter na occasião em que, pelo seu trabalho, poderia conquistar mais uma perola para engastar na sua corôa de gloria, suspendendo essa util e interessante publicação que, incompleta como ficou, ainda assim nos seus delineamentos, encontramos um vigor que promettia ao talentoso investigador um futuro auspicioso e brilhante. Esta terrivel doença vinha seguida da morte, que o empolgou na primavera da vida, em 8 de dezembro de 1879. Este triste desenlace foi em Coimbra. E ahi, apezar de longe do berço nativo, recommendou que queria que o seu cadaver fôsse transportado para a terra onde nascêra e que tanto amára até ao ultimo alento. Reponsa no cemiterio de Ilhavo, em jazigo de familia.

Maia de Azevedo (*P. Nicolau da*). Presbytero, beneficiado na egreja parochial de S. Mamede, de Lisboa. Nasceu n'esta cidade no anno de 1591; ignora-se a data do fallecimento. Este padre tornou-se celebre pela grande parte que tomou na revolução do primeiro de dezembro de 1640. Foi elle um dos primeiros a entrar nos planos da conspiração, tendo já assistido ás reuniões em que os fidalgos, por occasião da vinda do duque de Bragança a Almada em 1639, lhe deram a entender que pensavam eleval-o ao throno. Foi tambem o padre Nicolau da Maia de Azevedo quem chamou ao partido da revolução as classes media e popular, falando com todo resguardo aos juizes do povo, aos escrivães, aos homens dos mestéres, a alguns da Casa dos Vinte e Quatro, e a varios officiaes mechanicos, revelando-lhes o que planeava, invocando o seu auxilio e desfazendo as aprehensões que nos homens das classes inferiores despertava a lembrança do castigo de Sisenando Rodrigues e de João Barradas, por occasião das alterações de Evora. Foi ainda este padre o escolhido pelos fidalgos para ir offerecer a corôa ao infante D. Duarte, quando os conjurados se persuadiram que não podiam vencer os escrupulos e as hesitações do duque de Bragança. No dia primeiro de dezembro o padre Nicolau da Maia, meneando uma especie de alfange n'uma das mãos, e erguendo na outra um crucifixo, distinguiu-se no ataque da guarda castelhana do paço, e seguindo depois para a sé, nas escadas do adro com o mesmo crucifixo na mão esquerda e a mesma adaga na direita, continuou a excitar o povo para levar a cabo a empreza começada. Segundo a tradição, era este o padre que conduzia a cruz na procissão que saiu da sé a encontrar-se com os acclamadores, dando se então o caso referido nas historias e relações d'esse tempo tido á conta de milagroso o despregar-se um dos braços da imagem de Christo, no que a piedade dos circumstantes julgou vêr manifestada a approvação e a benção divinas para a revolução e para a causa da independencia. O padre Nicolau da Maia de Azevedo escreveu: *Relação de tudo o que passou na feliz acclamação do mui alto e mui poderoso rei D. João IV, nosso senhor, cuja monarchia prospere Deus por largos annos*; *dedicada aos fidalgos de Portugal*; Lisboa, sem anno; mas consta das licenças para a impressão, que é de 1641; esta obra foi mandada recolher por decreto de 20 de outubro do mesmo anno de 1641, o qual vem citado por João Pedro Ribeiro no *Indice chronologico*, tomo VI; mas não se conhece o motivo da suppressão; veiu reproduzida na *Historia da acclamação d'el-rei D. João IV*, de Roque Ferreira Lobo; *Rosario das almas do Purgatorio, dedicado ao santo nome de Jesus*, etc., Lisboa, 1643.

Maia Cardoso (*Henrique*). Eengenheiro e industrial. Fundou uma importante fabrica de industria ceramica em Porto Brandão, do outro lado do Tejo, sendo o primeiro que deu entre nós largo impulso a esta industria. Foi um dos primeiros directores da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, vulgo *Americanos*, e exerceu importantes cargos financeiros e bancarios.

Maia e Silva *(Luiz Moreira)*. Presbytero secular. N. em Santo André d'Emariz, comarca da Feira, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Foi vigario na egreja de Santa Eulalia de Macieira de Sarnes, desde 1820 até 1856, vigario da vara na comarca da Feira, prior da egreja de Santo Ildefonso, no Porto, e examinador synodal da mesma diocese, deputado nas legislaturas de 1837 e de 1851. Escreveu: *Oração funebre nas exequias de Sua Magestade Imperial o senhor D. Pedro d'Alcantara de Bragança e Bourbon, duque de Bragança, e regente de Portugal, na Santa Casa da Misericordia do Porto, em 16 de outubro de 1834*, Porto, 1835; *Oração funebre nas exequias de Sua Magestade Imperial o senhor D. Pedro, duque de Bragança, recitada na egreja de N. S.ª da Lapa, da cidade do Porto, em 24 de setembro de 1839*, Porto, 1840; *Oração gratulatoria na acclamação do senhor D. Pedro V, por occasião do solemne Te-Deum mandado celebrar na sé cathedral do Porto pela camara municipal no dia 16 de setembro de 1855*, Porto, 1855; *Sermões escolhidos*, 2 tomos, Porto, 1875.

Maia e Vasconcellos *(Vicente Caetano da)*. Tenente coronel; governador de Moçambique, desde 8 de maio de 1781 até 21 de agosto de 1782. Tendo tido conhecimento dos abusos praticados no tempo do seu antecessor Fr. José de Vasconcellos e Almeida, applicou-se quanto possivel a remedial-os. Melhorou muito a administração da fazenda, que estava em total abandono, e reduziu as despezas que se faziam, não só com um monstruoso estado maior, mas em diversas repartições. No anno de 1781 veiu de Gôa uma expedição commandada pelo tenente-coronel Joaquim Vicente Godinho de Mira, composposta de duas fragatas que conduziam a seu bordo tres companhias de cipaes e uma de artilharia para expulsar os austriacos de Lourenço Marques, onde haviam estabelecido uma feitoria fortificada dirigida pelo coronel inglez Guilherme Bolts, ao serviço da casa d'Austria; effeituando-se a definitiva posse d'aquelle ponto pelas nossas forças, d'ali fôram conduzidos prisioneiros navios estrangeiros e gente da feitoria, e porque já não existiam obstaculos, deliberou Vicente Caetano da Maia formar em Lourenço Marques um presidio, e em janeiro de 1782 nomeou-lhe um governador, e com elle destacou uma companhia, dando-se começo n'este mesmo anno á fabrica da fortaleza, porém com mais prejuizo que proveito para a fazenda.

Maia Vieira *(Ricardo José da)*. Nasceu em 18 d'abril de 1785 e falleceu em 6 d'agosto de 1870. Era filho do capitão-mór Manuel da Maia Vieira. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, exerceu varios logares na magistratura, e foi corregedor em Setubal até ao estabelecimento do regimen constitucional. Recolheu á sua casa d'Ilhavo, não acceitando mais cargos. Mais tarde exerceu alguns cargos d'eleição na sua terra natal. Era tio materno de Manuel da Maia Alcoforado, a quem guiou os primeiros passos, fazendo as vezes de pae, que perdera em tenra edade.

Maia Vieira *(Rodrigo Xavier da)*. Irmão do antecedente, era tambem formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Tendo sido nomeado juiz de Fóra em Pombal, pouco depois foi destituido d'esse cargo pelo governo de D. Miguel, porque, apezar de realista, não o era como convinha áquelle governo. Voltando para o solar de seu pae na rua d'Alqueidão, em Ilhavo, ahi continuou vivendo com seu irmão Ricardo e sua irmã Henriqueta, unica que casou de todos os irmãos.

Maianga. Pov. do conc. de S Salvador do Congo, na região do café, distr. do Congo, prov. de Angola. || Pov. na freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, provincia d'Angola.

Maias. Povoações nas freguezias: S. Domingos, de Fanga da Fé, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || N. do Populo e conc. de Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Nome primitivo da ilha de Maio, do archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental

Maias *(Festa das)*. Foi muito usada esta festa popular, assim chamada, e que se realisava no dia primeiro de maio, e que se divulgou em Portugal, com especialidade no Algarve. Ha toda a probabilidade de que fôsse herdada dos romanos, e durou até ao meado do seculo XIX, em que o governo a prohibiu, por dar origem a conflictos populares de maior ou menor gravidade. Segundo se lê no tomo I dos *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, de Eduardo Freire de Oliveira, tambem foi prohibida esta festa, parece que temporariamente, no anno de 1402. Eis o que se lê a pag. 307: «Carta regia de 14 d'agosto da era de 1440 (anno de 1402)—Para o corregedor, os juizes da cidade e a camara impuzessem maiores penalidades, aos que tivessem em menos conta o que se estabelecera» por serviço de deus... quando nos ouuemos a batalha, de nõ carpirem por os finados q se morressem, nê ontº ssy que nõ cantassem mayas, nê Janeiras, e outras cousas q eram contra a ley de deus; E q por quanto as penas som pequenas, conuê a saber, Cinqoenta libras, ê tal guisa que o nõ leixam por ello de fazer.» A festa das maias constava do seguinte: Escolhia-se uma rapariga de 10 a 12 annos das mais bonitas da localidade. Enfeitava-se com um vestido branco, joias, fitas e flôres, e a collocavam n'um throno florido, que se improvisava n'uma casa ao rez do chão. Era a *maia*. Em frente da casa onde ella estava, havia um mastro coberto de murta e flôres, e em torno d'elle dançava-se todo o dia ao som de qualquer instrumento, ás vezes até mesmo d'uma philarmonica, assim se passava um dia divertido. N'algumas terras, todas as ruas queriam ter a sua *maia*, de que resultava todos se esforçarem para que fôsse ella a mais galante e a mais luxuosamente adornada, e que a festa da sua rua fôsse a mais concorrida e a mais attrahente, o que ás vezes promovia conflictos e desordens, motivo porque o governo, conforme dissémos, prohibiu estas festas populares. Ainda assim, parece que ao norte do paiz não se perdeu de todo este regosijo, porque no dia primeiro de maio apparecem as portas e as jauellas de muitas casas enfeitadas de maias, e raros são os carros de bois que se não vêem adornados com a mesma flôr silvestre.

Maiata. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª de Guadalupe, de Porto da Cruz, conc. de Machico, distr. do Funchal.

Maidemigança. Povoações nas freguezias de S. Miguel e de S. Pedro, de Jarmello, conc. e distr. da Guarda.

Maienga. Pov. do sobado de Cuimba, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Mainça. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Fontoura, conc. de Rezende, districto de Vizeu. ‖ S. Martinho de Moiros, do mesmo conc. e districto.

Maine V. *Mayne*.

Mainete *(Monte do)*. Na freg. do Salvador, de Alcaçovas, conc. de Vianna do Alemtejo, distr. de Evora.

Maingo Quiála. Pov. do sobado de Quando N'Tando, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola.

Mainha. Povoações nas freguezias: Santa Maria de Panoias, conc. e distr. de Braga. ‖ S. João Baptista, de Semelhe, do mesmo conc. e districto.

Mainhos. Pov. na freg. de S. Pedro, conc. e distr. de Faro.

Maio. Uma das ilhas do grupo S ou Sotavento do archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situada no Oceano Atlantico, a 24 k. ao E da ilha de S. Thiago, e corre entre ambas um canal seguro para a navegação. Tem 216 k. quadrados de superficie, e comquanto seja pouco montanhosa, no seu centro elevam-se alguns moutes, sendo os priucipaes o de Maio e o de Santo Antonio. As costas d'esta ilha são arenosas e baixas, excepto nas pontas do Galeão e do Recife, que se erguem muito acima do nivel do mar. Parece de origem vulcanica, porquanto se encontram n'ella camadas lavicas, trachyticas e basalticas, e principalmente calcáreas metamorphicas. O seu porto mais notavel é o chamado Porto Inglez, a S O, muito frequentado pelas embarcações que vão carregar sal. O Porto Portuguez, ou do Pau Secco, é uma pequena bahia aberta na costa NE, pouco frequentada e com bom fundo, e o Porto da Calheta, ao S d'este ultimo. é tambem uma pequena bahia, propria para lanchas. Embora não muito doentia, a ilha está longe de ser salubre; durante o auno sempre apparecem alguns casos de febres paludosas. Tem falta d'agua, e como consequencia d'essa falta a agricultura é pobre, sendo apenas os terrenos aproveitados em parte da estação das chuvas para a cultura do milho, do feijão, da abobora e d'outros generos agricolas, cuja producção nem mesmo chega para o consumo local, tendo de importar-se o restante da costa fronteira de S. Thiago. Suppõe-se que o seu solo inculto é apto para a cultura do algodão. A ilha de Maio é das menos importantes do archipelago de Cabo Verde, e tem sido das mais infortunadas, chegando a temer-se ali por vezes uma crise alimenticia. Em 1878 foi preciso acudir-lhe com milho e feijão para as sementeiras a fazer no tempo das chuvas e, de passo, para prevenir o futuro, ensaiou se a plantação da purgueira e da mandioca. Como compensação tem a ilha uma grande superficie de terreno proprio para a fabricação do sal, cujo commercio constitue a principal fonte dos seus elementos de vida, e tambem se cria n'ella muito gado vaccum, asininо, cabrum, suino, ovelhum, etc. E' na exportação do sal, do gado, e ainda das pelles de cabra e de côcos, que consiste a actividade commercial da ilha. Formando durante muito tempo um concelho com uma só freguezia, N. S.ª da Luz, a ilha passou a fazer parte do conc. da Praia. Foi descoberta no dia 1 de maio de 1460, juntamente com as ilhas do Fogo e de S. Thiago, mas só mais tarde começou a ser colonisada. El-rei D. Manuel a doou ao capitão Rodrigo Affonso, que a vendeu a João Baptista, a quem succederam seus filhos Egas e João Coelho, que ficaram obrigados por contrato ao dizimo das pelles e do sebo do gado que matassem. Seguiu se-lhes o barão de Alvito, a quem D. João III deu metade da ilha em 1524; por mercê de D. Sebastião passou esta doação em 1573 para D. Antonio de Vilhena, e Martim Affonso Coelho recebeu de D. João IV o direito de senhorio sobre a outra metade da ilha. Passando ainda a outros donatarios, a ilha não prosperou, e até decaiu a tal ponto, que em 1722 só tinha 200 habitantes mal abrigados em miseraveis choupanas, e poucas casas terreas. Nos fins do seculo XVIII haviam os inglezes usurpado por tal fórma os direitos de Portugal á ilha e á salina natural, que parecia que não tinhamos ali autoridade alguma. Pretextavam elles que a ilha lhes pertencia por ter si dodada em dote com Bombaim á infanta D. Catharina quando casou com o rei Carlos II de Inglaterra, por isso se chamava *Porto Inglez*, (depois *Maio*), á sua principal povoação. Mas em 1743 tomaram se medidas energicas, armou-se o forte da ilha e a sua população, e os direitos de Portugal fôram reconhecidos. ‖ Pov. da ilha do mesmo uome, na prov. e archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental. ‖ Casaes na freg. de N. S.ª da Conceição, de Varzea, conc. e distr. de Santarem.

Maio e Lima *(João de Figueiredo)*. Cavalleiro professo da ordem de Aviz, presbytero e prior da egreja matriz da villa de Borba. N. em Galveias a 10 de fevereiro de 1779, fal. a 15 de janeiro de 1851. Era filho de Bernardo do Figueiredo Maio e Lima e de D. Joanna Michaella de Bastos. Cursava os estudos na Universidade de Coimbra, destinando-se para o estado de ecclesiastico, e seudo já cavalleiro professo na Ordem de Aviz, quando a guerra dos francezes em 1808 o levou a abandonar os estudos e a assentar praça de cadete no regimento de artilharia n.º 3. Serviu como tal até ser em 1809 despachado alferes para infantaria u.º 22, e u'este posto fez o resto da campanha peninsular. Julgava-se com direito de ser promovido a capitão, e n'essa conformidade fez os seus requerimentos ao governo, mas não sendo attendido, pediu por vezes a demissão de serviço, a qual sómente lhe foi dada depois de finda a guerra, em 1814. Resolveu-se então a seguir a sua primeira vocação, e professou como freire no convento da ordem de Aviz, recebeu o grau de presbytero, e passados tempos obteve o priorado da matriz de Borba, que era da apresentação dos freires de Aviz. No fim d'alguns annos foi perdendo a vista até que cegou de todo. Era muito dado á cultura das letras e á poesia. Os seus trabalhos poeticos, que fôram numerosos, parece que se extraviaram na maior parte, porque só se imprimiram os seguintes, em sua vida: *Memorial offerecido ao ex.*^*mo* *sr. D. Miguel Pereira Forjaz, secretario do governo*, Lisboa, 1808; *Soneto do sr. Manuel Maria de Barbosa du Bocage «Não mais oh! Tejo meu, formoso e brando» glosado em oitavas*, Badajoz, 1812; saiu sem o nome do autor; *Oitavas offerecidas ao ill.*^*mo* *sr. Manuel de Brito Mousinho, brigadeiro e*

ajudante general, pedindo-lhe o autor a sua demissão..., Lisboa, 1812; *Memorial offerecido ao ex.^mo sr. D. Miguel Pereira Forjaz, tenente general e secretario do governo*, impresso em Pau, sem data; *Em agradecimento ao ill.^mo ser João Lobo Brandão de Almeida, brigadeiro e governador da praça de Abrantes*, Badajoz, 1812; saiu anonymo; *Ode ao ill.^mo sr. João Lobo Brandão de Almeida*, etc., Toulouse, 1814; saiu só com o appellido *Figueiredo; Memorial ao ex.^mo sr. general Francisco de Paula Leite*, Lisboa, 1814; *Epistola ao sr. José Agostinho de Macedo, em resposta a outra com que me honrou*, Lisboa, 1815; não traz o seu nome, *Epistola ao ill.^mo e rev.^mo sr. Caetano José Maria Pinto de Moraes Sarmento*, etc., Lisboa, 1817; *Testamento poetico*, que fez sendo prior de Borba, aos 55 annos da sua edade, constando de 230 versos, em fórma de ode epodica; saiu no *Ramalhete, jornal de instrucção e recreio*, vol. I, 1838, pag. 190.

Maiorca (*Fernando Eduardo Vasques da Cunha Sá Pessoa Rangel Vahia Moniz de Mello e Simas, visconde de*). Moço fidalgo com exercicio, senhor da honra e solar de Antanhol, creado em 27 de junho de 1474, por carta mandada passar em Santarem por el-rei D. Affonso V, e confirmada por el-rei D. Manuel, em Evora, a 30 de julho de 1497; senhor da honra e solar de Rangel de Coimbra, instituido em 1300; e do morgado do Paço dos Cavalleiros, instituido em 1348 por Vasco Paes da Cunha. N. em Coutos de Maiorca a 16 de abril de 1808, fal. a 18 de junho de 1855. Era filho de Fernando Vasques da Cunba Rangel de Sá e Mello, fidalgo cavalleiro por alvará de 23 de agosto de 1784; senhor das honras, casas e morgados acima mencionados, coronel de milicias, e de sua mulher, D. Victoria Fortunata de Portugal e Menezes. O titulo de visconde de Maiorca foi concedido por decreto de 5 de outubro de 1846. Casou em 15 de agosto de 1832, com D. Antonia José Guedes de Portugal e Menezes, filha dos 1.os viscondes da Costa, Francisco Guedes de Carvalho e Menezes da Costa e D. Anna José de Portugal e Menezes Brandão. E' hoje visconde de Maiorca o sr. Francisco Xavier de Magalhães Lencastre Vasconcellos da Cunha, que reside na Figueira da Foz.

Maiorca. Villa e freg. de S. Salvador, da provincia do Douro, conc. e com. de Figueira da Foz, distr. e bisp. de Coimbra; 675 fog. e 2:490 hab. Está situada na estrada que vae da Figueira da Foz a Coimbra, na encosta do monte fronteiro á villa de Montemór-o-Velho, para a parte de O. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. com serviço de encommendas, permutando malas com a Figueira da Foz e Coimbra; apeadeiro no caminho de ferro da Figueira a Valle Formoso, entre as estações da Figueira e Alhadas; medico, pharmacias, fabricas de azeite e de pilar de arroz, e feira de gado e cereaes no dia 17 de cada mez. A villa dista 9 k. da séde do conc. O cabido da sé de Coimbra apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, sendo couto desde o principio da monarchia. Maiorca foi concelho, que se supprimiu por decreto de 31 de dezembro de 1853, e couto da Universidade de Coimbra, com juiz ordinario, vereadores e almotacés, todos confirmados pela mesma Universidade, mas dependendo, no crime, do juiz de fóra da Figueira da Foz, e pertencente á correição de Coimbra. Esta villa, segundo Franklin, nunca teve foral. O padre Nicolau de Santa Maria, na *Chronica da ordem dos conegos regrantes de Santo Agostinho*, livro 9.º, cap. X, refere que Maiorca foi doada, como villa, a Santa Cruz de Coimbra pela rainha D. Dulce, mulher de D. Sancho I, em attenção ao prior d'este convento, D. João de Frois, seu confessor, e que o referido prior lhe deu foral em 1194. No antigo concelho de Maiorca ha algumas propriedades importantes, como a extensa *quinta da Fôja*, que foi dos frades de Santa Cruz, de Coimbra, que se vendeu depois de 1834, menos a soberba matta nacional, de bellos pinheiros para toda a qualidade de construcções; a *quinta da Quada*, com um magnifico sobreiral, e a pequena *matta do Favainho*. Era limite do antigo concelho a *serra da Mina*, continuação do *Cabo Mondego*, que, começando ali, vem quebrar-se em S. Fins, depois de passar pela Brenha e Alhadas, onde se divide em pequenas ramificações; e a *ponte do Barco*, de pedra e cal, a mais extensa do districto, construida em 1519 por Nuno Parada e Pedro Rogro, segundo consta da *carta de Padrão*, passada em 1522, e que existia no convento de Santa Cruz. Esta ponte foi construida por elles pelo preço de 300$000 réis, e o *pão da ponte*, isto é, o direito de receberem 3 alqueires de pão meiado por cada lavrador e 1 1/2 por cada caseiro; e 10 réis de outra imposição. No elevado monte que cae sobre a extremidade d'este ponto, para o lado de Montemór-o-Velho, existe a capella de Santa Eulalia, que, segundo a tradição, foi construida sobre as ruinas d'um antigo castello, que se calcula do tempo dos romanos, por ter sido aqui encontrada uma estatua de Juno. Este castello foi destruido pelos moiros em 1116, não lhe deixando pedra sobre pedra. D. Affonso Henriques o doou ao mosteiro de Santa Cruz, em 1166, com todas as suas rendas, que recebiam até então os seus alcaides-móres, e consistiam no oitavo de todos os fructos, que lhe pagavam as villas de Maiorca e Alhadas, e seus termos. Dizem que este castello foi uma formidavel fortaleza na edade media. Os seus materiaes empregaram-se na construcção da ponte do Barco. Os *Campos de Maiorca* são muito ferteis, por serem alagados no inverno pelo rio Mondego, pelo que produzem todas as especies de cereaes, sobretudo milho, trigo e legumes; mas a sua mais vasta cultura é a do arroz, que pela grande extracção que tem nos mercados de Coimbra e Montemór-o-Velho, fórma a sua principal riqueza. Parece que foi aqui onde primeiro se cultivou o arroz em Portugal. N'estes campos ha duas lagôas, sendo uma no logar de Camarção, denominada *Lagôa dos Braços*, d'onde sae uma corrente d'agua, que engrossada com outras das Alhadas e Ferreira, fórma o rio *Esteiro*, que vae desaguar no Mondego, junto a S. Fins, sendo navegavel até á quinta da Fôja, e transportando-se por elle as madeiras do pinhal nacional, outra chama-se *Lagoa da Villa*, no sitio do Bom Sucesso. Maiorca pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria.

Maiores. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Ovil, conc. de Baião, distr. do Porto.

Maiorga. Villa e freg. de S. Lourenço, da provincia da Extremadura, conc. e com. de Alcoba-

ça, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa; 290 fog. e 1:318 hab. Tem correio, esc. para o sexo masc. e Misericordia. A villa dista 13 k. da séde do conc. e está situada n'um terreno plano, na margem direita da ribeira Valla. O D. abbade geral de Alcobaça apresentava o vigario, que tinha de rendimento annual 60 alqueires de trigo, 60 de cevada, 35 almudes de vinho e 6$000 réis em dinheiro. Maiorga era uma das 13 villas dos coutos d'Alcobaça. E' pov. muito antiga, a que elrei D. Manuel deu foral, em Lisboa, a 23 de agosto de 1514. Tem uma veiga, situada entre os dois rios da *Abbadia* e da *Valla*, que vem d'Aljubarrota e do Paúl, sendo ainda atravessada por dois ribeiros. Dentro do adro da egreja matriz está a egreja do Espirito Santo, que é Misericordia. Ha aqui muitos moinhos, grandes lagares de vinho e de azeite, sendo tudo do mosteiro d'Alcobaça, assim como a grande *Quinta da Torre*. O territorio d'esta villa é muito fertil em vinho, azeite e castanhas. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria.

Maiorino. O primeiro juiz supremo do rei, segundo os documentos de Hespanha e Portugal até ao seculo XIV. Alguns confundem o *maiorino*, a que depois correspondeu o *meirinho-mór*, com o mordomo-mór da Casa Real, mas é erro, pois os seus officios eram inteiramente differentes. Havia *maiorinos-móres* e *menores*, já desde o tempo dos godos. A *maioria*, que elles tinham para fazer justiça em determinados territorios, foi que lhes deu o nome de *maiorinos*. Os primeiros tinham quasi o mesmo poder que os adeantados (*V. este nome*), e eram postos pelo rei, com poder absoluto, sem appellação senão para o monarcha. Os segundos eram postos pelos primeiros, e a sua jurisdicção não se estendia além de determinadas causas, como como se vê da *Lei das partidas*, parte 2.ª, tit. 9, L. 23. Os maiorinos-móres veem mencionados no concilio de Coyança, de 1050, no Canon 7.º, e os menores no de Penafiel, de 1302, Canon 13. Nas cartas regias dos seculos XI, XII e XIII, confirmam se algumas vezes os maiorinos-móres, declarando as provincias em que exerciam a sua jurisdicção. Em Portugal havia, desde o principio da monarchia, tantos maiorinos, ou meirinhos-móres, quantas eram as provincias em que o reino se dividia. O seu officio se exprimia pela palavra *tenens*, que vem de *tenementum*, que na baixa latinidade significava *territorium seu districtus alicujus loci*. Na doação que D. Affonso Henriques e seus filhos fizeram a D. Sancha Paes das 3 villas de Golães, Gondim e Villar, em terra de Guimarães, em 1169, entre e depois dos mais aulicos, que confirmam, se lê: *Sueris Menendi Extrematurum tenens*. No reinado de D. Affonso III havia 7 d'estes tenentes ou meirinhos móres, como se vê no foral de Aguiar da Beira, dado por aquelle rei em 1258, no qual, depois de haverem confirmado D. Gonçalo Garcia, alferes da curia, e D. Gil Martins, mordomo da curia, se seguem sete meirinhos móres. Além d'estes meirinhos-móres das provincias, comarcas ou departamentos, havia um meirinho mór de todo o reino. O primeiro que se encontra com este titulo, em documento official, é D. Pedro Lourenço, meirinho mór de Portugal na doação de Aljustrel, que D. Sancho II fez á ordem de S. Thiago em 31 de março de 1235 A este seguiram-se outros, que no seculo XV conseguiram o titulo de meirinhos-móres da côrte e reino. O titulo de meirinho-mór andou muitos annos na casa dos condes de Obidos, depois unida á dos condes de Sabugal, que por isso eram chamados *condes-meirinhos-móres*. Os meirinhos-móres das comarcas e provincias duraram até ao reinado de D. Affonso V, que os aboliu inteiramente, creando em seu logar os corregedores, que existiram até 1834; mas não tinham a jurisdicção amplissima de que gozavam os meirinhos-móres até mesmo sobre os nobres e fidalgos. Elles proviam os juizes ordinarios das villas e concelhos do seu districto; tomavam conhecimento do que se decidia nos tribunaes, e eram, com pouca differença, uns adeantados ou regedores das justiças. Tambem havia maiorinos dos governadores, potestados ou principes das provincias ou comarcas, postos pelo soberano; tinham seus maiorinos menores, que immediatamente lhes eram sujeitos. Até 1102 encontraram-se em Portugal mais documentos originaes, dos maiorinos, que se referiam a D. Affonso VI, rei de Leão, como *principe e senhor absoluto da terra de Portugal*; porém desde aquelle anno, falam do conde D. Henrique como *soberano independente dos portuguezes*; dizendo só, que D. Affonso era rei de Toledo. N'um documento do mosteiro de Alpendurada, de 1109, lê-se que Egas Moniz *erat maiorinus maior d'Egas Gozendis, qui erat dominator, et princeps terriae illines, et tenebat ipsa terra de Sancto Salvatore, et de Tendales, cum alia multa in suo aprestamo, de manu de illo Comite Domno Enrrico.*

Maios. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. de Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Mairos Pov. e freg. de N. S.ª da Expectação, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 156 fog. e 652 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada na serra do mesmo nome. O abbade de Monforte do Rio Livre apresentava o cura, que tinha 50$000 réis. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Majestade. Titulo honorifico que se dá ao soberano d'um Estado. *Sua Majestade* e *Vossa Majestade* é o tratamento que se dá aos reis de Portugal. Os primeiros monarchas portuguezes tinham o titulo de *Mercê*, ou *Sua Real Mercê*; depois usaram de *Real Senhoria*, o de *Alteza* (*V. este nome*) e D. Manuel e seus descendentes o de *Alteza Serenissima*; o de *Majestade* começou no tempo de D. Sebastião, sendo introduzido em Portugal por Filippe II, de Hespanha, que foi o primeiro soberano que d'elle usou na peninsula. Conta se o seguinte facto, que deu origem ao titulo de majestade aos soberanos portuguezes: Em 1570, querendo o papa, S. Pio V, e Filippe II, que o rei de Portugal entrasse n'uma confederação contra os moiros, tiveram os dois monarchas uma entrevista para se levar a effeito esse pensamento. O rei castelhano, que já usava do titulo de majestade, conformo dissémos, receando que D. Sebastião o tratasse por *alteza* deante da sua côrte, se apressou a dar-lhe o titulo de *majestade*, obrigando-o assim a dar-lhe o mesmo tratamento. O papa Benedicto XIV, por um *Mo-*

tu Proprio datado de 21 de abril de 1749 concedeu a D. João V o titulo de *Majestade Fidelissima*, que desde então se tem conservado. Em 1769, o marquez de Pombal, depois de ter restringido muito os poderes da Inquisição, concedeu-lhe o titulo de *Majestade*. (V. *Portugal*, vol. III, pag. 981). Tambem se dava este nome ás imagens dos santos, distinguindo-se particularmente, com este nome, a imagem de Christo crucificado, que ornada com ouro, prata ou pedras preciosas, traziam ao pescoço ou sobre o peito. ‖ *Crime de lesa-majestade*; crime contra o rei, contra algum membro da familia real, ou contra o poder soberano de um Estado. ‖ *Crime de lesa majestade divina;* o sacrilegio, blasphemia.

Majestatico. Pertencente ou relativo á majestade, ao poder supremo. Diz-se dos direitos que se substituem aos de soberania, especialmente territoriaes.

Major. Pov. na freg. de S. Cypriano, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Majordà. Freg. de Nossa Senhora Mãe de Deus, do conc. de Salsete, no distr. e archipelago de Gôa, India. Tem escolas, estação de caminho de ferro e estação telegraphica.

Majoria General da Armada. V. *Almirantado (Conselho do)*.

Makaxulle. Terras do distr. de Lourenço Marques, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Ficam no interior do distr. a 5 dias de viagem, nas margens do rio Save, a meio caminho da fronteira de Transwaal. Fôram doadas ao governo portuguez por João Albasini, que as comprou em 1868 ao regulo Makaxulle, e em 1869 fundou-se n'ellas a colonia de S. Luiz.

Makololos. Territorio d'Africa Oriental, separado das terras do antigo reino de Metua pelo rio Zambeze, e situado entre este rio e o Cafué. E' muito accidentado e está povoado de negros athleticos e intelligentes que cultivam trigo, milho, arroz, feijão, e outros generos alimenticios. Ao contrario do que succede na maior parte da Africa, as mulheres makololas gozam de certa autoridade na familia. N'este territorio ha muita caça: elephantes, bufalos, girafas, hyppopotanos, zebras, porcos, e innumeros antilopes. Em 1895 houve uma revolta dos negros, que fôram batidos em sangrentos combates por tropas do reino.

Mal Arranha. Pov. na freg. da Conversão de S. Paulo, de Pavia, conc. de Móra, distr. de Evora.

Mal Busca. Ilha de Santa Maria; pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Espirito Santo, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada.

Mal Medra. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de S. Thiago do Cacem, districto de Lisboa.

Mala. Pov. e quintas na freg. de S. Martinho, de Casal Comba, conc. da Mealhada, distr. de Aveiro.

Mala posta. Carro que conduz as malas do correio. Carruagem ou diligencia que simultaneamente com as malas do correio conduz passageiros de um para outro ponto.

Mala Venda. Pov. na freg. de N. S.ª da Annunciação, de Pombalinho, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Malaca. Peninsula, conhecida na antiguidade (Aurea Chersoneso). Era um importante estado independente, e é um dos mais antigos estabelecimentos europeus no Oriente. Foi fundada em 1252. Diogo Lopes de Sequeira foi encarregado de descobrir Malaca e a ella aportou em 11 de setembro de 1509, onde foi muito bem recebido e levado n'um elephante á presença do rei, que por meio de uma embaixada o convidara tambem para um jantar, o que elle não acceitou por desconfiança. Uma noite, porém, n'uma occasião em que Diogo Lopes de Sequeira estava jogando o xadrez a bordo do seu navio, viu a sua frota atacada e teve que abandonar Malaca, mas não sem n'ella ter deixado padrão e alguns prisioneiros. A 1 de junho de 1511 chega de surpreza a Malaca Affonso de Albuquerque, que a arraza, recolhe os prisioneiros e construe uma fortaleza, cujas ruinas ainda hoje existem bem como as da antiga egreja de Nossa Senhora do Monte, tambem edificada por Affonso de Albuquerque e onde S. Francisco Xavier operou a maior parte dos seus milagres. Além d'esta egreja havia a da misericordia e a de sé, sendo a ultima a maior de todas e n'ella aos domingos costumava prégar S. Francisco Xavier (1546). Malaca está edificada na costa Occidental da peninsula do mesmo nome, entre Singapura e Penang, em uma faxa de terreno de 14 leguas de comprimento e tem uma superficie de 219 leguas quadradas. Malaca esteve debaixo do nosso dominio até 14 de janeiro de 1641, data em que os hollandezes, depois de muitas investidas, a tomaram. Foi na egreja de N. S.ª do Monte que os hollandezes estabeleceram o palacio da camara, que ali funccionou até 1795, anno em que os inglezes a conquistaram aos hollandezes. Os inglezes conservaram-n'a até 1818, epoca em que os hollandezes a reconquistaram. Finalmente, Malaca passou para as mãos dos inglezes, em virtude d'um tratado feito com a Hollanda em 17 de março de 1824, tratado em que uma das clausulas estipulava que os hollandezes entregassem a peninsula ao governo inglez, e este a ilha de Sumatra aos hollandezes. Esse tratado ainda hoje é respeitado. Ainda ha poucos annos fôram encontradas moedas, das que Affonso d'Albuquerque ali mandou cunhar quando foi da conquista de Malaca, as quaes são de prata e se chamam *malaquezes*, ou reaes brancos.

Malaca. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Odiaxére, conc. de Lagos, districto de Faro.

Malacui. Terras do distr. de Inhambane na prov. de Moçambique, Africa Oriental; produz mantimento cafreal, arroz, mel, cera e mandioca.

Malada. Termo antigo; escrava, serva, manceba, menina, creada, ou moça de servir, que por condição, ou salario, tem obrigação de se empregar no serviço de seus senhores ou amos. N'um documento da Universidade, de 1279, se lê: «E nem devemos chamar-mo-nos per homem, nem a moller per malada d'omem nenhuum, nem de dona; ergo do Abade, e do Prior, e do Convento... E a parte que d'estes convenentes defallir, deve peitar C. maravidis velhos.»

Maladão. Pov. na freg. de S. Gens e conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Maladia. Serviço obrigatorio do colono, ou emphyteuta, como a de um escravo, ou servo de gleba. O senhor, porém, ficava obrigado a defen-

der, amparar e manter certos privilegios e isenções a esses servos, ou malados. As propriedades cujos servos eram obrigados a este serviço, chamavam-se *maladias*. Parece que esta palavra vem do anglo-saxonio, de *male*, *mal*, ou *maal*, que significa pensão, direito, fôro ou tributo, e *man*, que significa homem. D'aqui se formou *maalman*, que quer dizer *homem sujeito a tributo*, ou *escravidão*. Tambem d'aqui se disse, na baixa latinidade, *mallum* e *mallus*, ao tribunal, ou assembléa geral, dos condes e ministros reaes, que duas vezes no anno se reuniam para decidir negocios graves dos feudatarios, vassalos, ou colonos. E porque estas assembléas tinham logar nos montes, ou collinas, se denominavam *mallobergium*. Das decisões e arestos d'estas assembléas se formaram os principios da lei salica. Em 1297 Gil Esteves vendeu um casal em Tendaes ao mosteiro de Salzedas por um *mú* (macho) em preço de 80 libras, e *de revora* (contratos feitos entre pessoas maiores e *sui juris*) *cêem soldos, e do prêço ni migalla ficou por dar*. Uma das condições é que *nenhum possa demandar no tal casal, serviço, nem geira, nem estamento, nem maladia, nem outra demanda nenhua*. Na instituição do morgado de Médêllo, a capella de Santa Catharina, da sé de Lamego, por o bispo de Evora. em 1317, deixa o instituidor a Vasco Martins, reitor da egreja de S. Thiago, de Beja, as suas quintas, que ali nomeia, *cum suis casalibus, honoribus, seu honris, servitiis, maladiies, pascuis, montibus*, etc. (documento que existe na sé de Lamego). Tambem se diz *maladia* ao proprio fôro, censo, ou pensão, dados pelo servo, colono, ou emphyteuta.

Maladio. Individuo que entre os moradores de maladias tinha o fôro de cavalleiro.

Malado. Nome que se dava aos que viviam nas terras de senhorio e sujeitas a *maladias*. No seculo XII dava se tambem o nome de *malados, mancebos ou creados de servir*, aos filhos que estavam ainda debaixo do patrio poder. Depois deu-se este nome sómente aos servos adscriptos á propriedade.

Malado. Pov. na freg. de S. Pedro, de Ossella, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Malafaia. Fôram celebres n'este appellido os dois irmãos Pedro Gonçalves e Luiz Gonçalves Malafaia, pelas embaixadas que fizeram a Castella no reinado de D. João II. Tem por armas esta familia: Em campo vermelho uma torre de prata com portas e frestas, lavrada de preto, e sobre a torre um corvo de sua côr; timbre, a torre e corvo.

Malafaia (*Manuel José de Oliveira*). Dezembargador corregedor da comarca de Moncorvo. Escreveu: *Oração gratulatoria recitada no fausto dia 26 de outubro de 1832, em camara geral da villa da Alfandega da Fé*, Lisboa, 1833.

Malagão. Pov. na freg. de S. Marcos d'Ataboeira, concelho de Castro Verde, districto de Beja.

Malagarta. Pov. na freg. de S. Martinho, de Saude, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Malagrida (*Padre Gabriel*). Jesuita italiano, nascido na villa de Managgio, a 18 de setembro de 1689. Desde creança deu provas de engenho e ao mesmo tempo d'uma tendencia exaggerada para o mysticismo. Depois de completar em Milão os seus estudos entrou na Companhia de Jesus, em Genova, a 27 de setembro de 1711. Resolvendo dedicar-se ás missões, saiu de Genova em 1721, seguindo para o Maranhão, onde os seus superiores o designaram para prégar, sendo depois nomeado em 11 de outubro de 1723 prégador do collegio do Pará, e ali o encarregaram dos alumnos. Não cessava, comtudo, de missionar na cidade e nas aldeias convisinhas, até que lhe ordenaram que voltasse ao Maranhão, sendo desde logo escolhido para reitor da missão dos Tobajáras. De 1724 a 1727 demorou-se entre os selvagens, missionando sempre, correndo perigos, que afrontava intrepidamente, mas dando sempre provas do mysticismo extravagante que tão fatal lhe havia de ser. Na narrativa das suas missões não se falava senão em vozes mysteriosas que o avisavam; tudo são milagres e prodigios. Malagrida julgava-se favorito do céo. Em 1727, por ordem dos superiores, voltou ao Maranhão para reger no collegio dos jesuitas a cadeira de bellas letras, mas logo em 172- voltou a catechisar os indios, conseguindo quasi amansar uma das tribus mais ferozes do interior, a dos Barbados, entre os quaes fundou uma missão, que teve logo grande desenvolvimento. Em 1730 regressou ao Maranhão, e foi encarregado de reger ao mesmo tempo Theologia e bellas letras. Em 1735 começou a missionar entre os colonos, seguindo do Maranhão para a Bahia, e d'ali a Pernambuco, voltando emfim ao Maranhão. Durante 14 annos, até 1749, se conservou n'estas missões, grangeando n'este tempo a fama de thaumaturgo, e a denominação de *apostolo do Brazil*. Em 1749 veiu para a Europa, com a fama de santo, vindo tratar de arranjar dotações para os varios conventos e seminarios que fundára. Depois de trabalhosa viagem chegou a Lisboa, sendo acolhido como santo, e a imagem, que trazia comsigo, foi conduzida em procissão para a egreja do collegio de St.º Antão. D. João V, n'essa epoca, estava muito doente, e acolheu de braços abertos o santo jesuita, fez lhe todas as concessões que elle desejava, e chamou-o para junto de si na hora extrema. Foi Gabriel Malagrida quem assistiu aos ultimos momentos do monarcha. Em 1751 voltou ao Brazil, mas não foi bem recebido no Pará, onde governava então o irmão do marquez de Pombal. Até 1754 demorou se Malagrido no Maranhão, não pensando na catechese dos ndios, mas missionando entre os christãos, e fundando mais um convento e mais um seminario. O bispo não lhe consentiu este ultimo intento, allegando que o concilio de Trento só ao prelado attribuia esse direito de fundação. Em 1754 voltou a Lisboa, por ser chamado pela rainha, viuva de D. João V, D. Maria Anna d'Austria e encontrou no poder o marquez de Pombal. Este notavel estadista que se propuzera a regenerar Portugal, livrando o da tutela dos jesuitas, não podia sympathisar com o thaumaturgo. Não o deixando entrar na intimidade da rainha viuva, Malagrida partiu para Setubal, onde depois teve a noticia da morte da soberana. O marquez de Pombal não se importou com aquelle jesuita santo, emquanto as suas santidades não contrariavam os seus projectos, mas o conflicto era inevitavel. Sobreveiu o terremoto de 1755, estando Malagrida em Lisboa. Aquella catastrophe occasionou um terror immenso na população da capi-

tal, e um dos grandes empenhos do marquez de Pombal era levantar os espiritos abatidos. Para isso mandou compôr e publicar um folheto escripto por um padre, em que se explicavam as causas naturaes dos terremotos, e se desviava a crença desanimadora de que fôra castigo de Deus, e de que eram indispensaveis a penitencia e a compuncção. Saiu a campo indignado o padre Malagrida escrevendo um folheto intitulado: *Juizo da verdadeira causa do terremoto que padeceu a côrte de Lisboa no 1.º de novembro de 1755.* N'esse folheto combatia com idignação as doutrinas do outro que Pombal fizera espalhar, attribuia a castigo de Deus o terremoto, citava prophecias de freiras, condemnava severamente os que levantaram abrigos nos campos, os que trabalhavam em levantar das ruinas da cidade, e recommendava procissões, penitencias, e sobretudo recolhimento e meditação de seis dias nos exercicios de santo Ignacio de Loyola. O marquez de Pombal não era homem que permittisse similhantes contrariedades. Mandou queimar o folheto pela mão do algoz, e desterrou Malagrida para Setubal. Passava-se isto em 1756. O jesuita imaginava que, com o seu prestigio de thaumaturgo, podia luctar contra a vontade do marquez, e parece, que de Setubal escreveu mais uma carta ameaçadora, carta, que depois do attentado dos Tavoras em 3 de setembro de 1758, podia ter uma terrivel significação, e por isso Malagrida foi logo preso a 11 de dezembro d'esse anno, transferido para o collegio da sua ordem em Lisboa, e no dia 11 de janeiro de 1759, considerado réo de lesa-magestade, sendo transferido para as prisões do Estado. Sendo depois entregue á Inquisição, Malagrida foi condemnado á pena de garrote e de fogueira, realisando-se o supplicio no auto da fé de 21 de setembro de 1761.

Malaguarda. Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Freixianda, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Malaia. Terras do distr. de Inhambane, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Produz mantimento cafreal.

Malalau. Pov. no sobado de Quambata, na freg. de S. Joaquim, 1.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Malanca Pov. do sobado do mesmo nome, na 5.ª div. do conc. de Cacoanda, distr. de Benguella, prov. de Angola.

Malanda Pov. do sobado de Hui N'Dalla, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov, de Angola Pertence á 4.ª div.

Malange. Concelho do distr. da Lunda, na prov. de Angola, Africa Occidental. Compõe-se da freguezia de Nossa Senhora da Assumpção e de 21 divisões, algumas das quaes são postos militares, distribuidos por numerosos sobados e povoações. Este conc. foi creado por portaria do governador geral da provincia José Rodrigues Coelho do Amaral, datada de 10 de março de 1857, e formado de zonas de terrenos dos concelhos limitrophes de Ambaca, Pungo Andongo, Duque de Bragança e Talla Mugongo, dando-se-lhe por extremo limite a L. a região do Sanzo, a caminho de Cassange. Está situado n'um terreno elevado, no planalto que corre para o sertão. E' banhado pelo Cuanza ao S e por varios affluentes do mesmo rio. O solo é fertil e o clima salubre. Acha-se servido pelo caminho de ferro, prolongamento do de Loanda a Ambaca. Na séde do conc. ha asylo, missão e telegrapho. Malange fazia outr'ora todo o seu commercio com caravanas (quibucas) e por via Dondo, hoje porém que está ligada ao mar pelo caminho de ferro de Loanda exporta por ahi os productos do seu uberrimo solo, taes como borracha, cera, café, oleos de palma, ginguba, coconote e marfim com que abastece os mercados de Lisboa, Liverpool, Antuerpia, Hamburgo e Marselha, d'onde importa tecidos de algodão, ferragens, bebidas espirituosas, polvora, armas, etc. Malange possue boas ruas e praças muito areadas e entre os seus edificios ha dignos de menção a residencia do governador, a casa da administração e a enfermaria militar e civil. Permuta vales postaes com o reino. Devido á sua excepcional fertilidade e salubridade fez com que Ambaca, que dista 170 kilometros, perdesse a importancia commercial que tinha. Os proprios indigenas, que são intelligentes e trabalhadores, vieram em grande parte estabelecerem-se no concelho onde fizeram grandes pomares de laranjeiras á similhança dos que deixaram em Ambaca e que abandonaram por motivo d'ordem politica e por uma terrivel e pertinaz epedemia de bexigas que os ameaçara extinguir.

Malanza *(Jacinto Carneiro de Sousa e Almeida, visconde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, abastado proprietario na ilha de S. Thomé, e ali senhor dos grandes prazos denominados Alto Douro e Monte Bello. N. na ilha do Principe a 17 de outubro de 1845, falleceu em Lisboa em 5 de março de 1904. Era filho do 1.º barão de Agua-Izé, João Maria de Sousa Almeida, e de sua mulher D. Marianna Antonia de Carvalho. Foi educado em Lisboa no collegio de Nossa Senhora da Conceição. Regressando a S. Thomé tornou-se um dos mais prestimosos agricultores d'aquella ilha, onde no extremo meridional fundou a fazenda Porto Alegre, que representava um valioso serviço a S. Thomé, e onde introduziu excepcionaes melhoramentos. Foi o visconde de Malanza quem lançou as bases da colonisação ao sul e sueste da ilha, transformando em bellas plantações as florestas seculares que por ali existiam sem exploração alguma. D'esta fórma fez augmentar os rendimentos publicos e particulares, dotando uma região inculta de notaveis fazendas e bellas vivendas agricolas. Na sua vasta fazenda montou serrarias a vapor, construiu um caminho de ferro, lançou uma ponte sobre o rio Malanza, preparou uma ampla piscina, que era a primeira da ilha, e abriu um campo de acclimação, ao qual trouxe os milhares exemplares da flora util intertropical. E' muito para estudar a memoria que acompanhou a extraordinaria collecção de productos com que concorreu á exposição Colonial e Insular do Porto, realisada em 1894, collecção que fôra tambem já apresentada em Vienna d'Austria em 1873, quando ainda vivia seu irmão, o 2.º barão de Agua Izé, Manuel da Vera Cruz Almeida. Todos os artigos na memoria com que o visconde de Malanza elucidou aquella collecção, são acompanhados de curiosas notas relativas sobre a utilidade de cada um, tradições relativas e instrucções sobre cultura, aproveitamento etc. A memoria dirigida ao governo provava os sentimentos civicos, que o animavam e o desejo ardente de ser util ao

seu paiz, propondo fundar na Roça Arraial um vasto campo de acelimação de plantas anti-palustres e saneadoras, industriaes e medicinaes; animaes e aves que a experiencia de regiões identicas aconselhava, e uma escola agricola-colonial, dirigida por um professor competente, onde pudesse crear regentes agricolas. Para auxiliar estes emprehendimentos solicitou a isenção de direitos alfandegarios com respeito ás plantas ou sementes, aos animaes ou aves a importar, e aos materiaes de construcção, vedação e irrigação e mobilia, que houvesse de importar, offerecendo fornecer ao governo gratuitamente metade de todas as plantas saneadoras creadas nos viveiros da sua roça, exemplares de todas as plantas que introduzisse, e todos os animaes e aves, cuja propagação se tornasse possivel e util: dar ensino commodo e instrucção a dois alumnos de cada governo dos nossos dominios. A collecção de objectos agricolas e industriaes, enviada á exposição do Porto, obteve as mais qualificadas recompensas, assim como já as alcançara na de Vienna d'Austria. Foi o visconde de Malanza que adquiriu o vapor *Malanza*, que facilitou a communicação entre o norte e o sul da ilha de S. Thomé; foi elle que mandou ir para ali o veneno Pasteur para combater a calamidade dos ratos, quando esses roedores invadiram aquella colonia; foi quem offereceu á camara municipal de S. Thomé o soro de Yersin contra a peste bubonica. O visconde de Malanza era fidalgo cavalleiro por successão, alvará de 13 de agosto de 1874, e por serviços prestados recebeu a commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição, e o titulo de visconde de Malanza. Havia casado em 9 de fevereiro de 1868 com D. Paschoella Correia d'Almeida, sua sobrinha, filha unica de D. Leonor de Sousa d'Almeida, sua irmã, e de seu marido, Manuel José Correia, capitalista, residente na ilha de S. Thomé, e proprietario do grande prazo do Carunjambá, ao norte de Mossamedes.

Malaqueijo. Pov. na freg. do S. João Baptista, de S. João da Ribeira, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

Malaquias *(Fr. José)*. Religioso dominicano, mestre na sua ordem, academico da Academia Real de Historia Portugueza, deputado da Inquisição de Lisboa. N. n'esta cidade a 3 de novembro de 1713, onde fal. em 1787. Tornou-se notavel por um sermão que prégou a 15 de dezembro de 1753, em que se não mostrou partidario da Immaculada Conceição. Este sermão levantou extraordinaria celeuma, e sobre o audacioso frade choveram os epigrammas, as satyras e as maiores ameaças.

Malasia. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc de Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Malata. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, districto de Faro.

Malatosta, Mallatosta e Maltosta. Direito, imposição, ou tributo, que pagavam os que embarcavam vinho na cidade do Porto. Era 48 réis por cada tonel, sendo metade para o bispo, e metade para o rei. Provém esta palavra de *tolta*, *toulta*, ou *tulta*, que na baixa latinidade designava qualquer tributo ou exacção que por força e contra toda a razão e direito, se levava ao povo em geral ou a alguem, em particular. Ao principio dizia-se *tolta-mala* ou *mala-tolta*, e depois *mala-tosta*. Tambem se dizia *maos costumes, exacções injustas, perniciosas, falsas, indevidas e pessimas.*

Malau. Pov. do sobado do mesmo nome, no caminho do Z mbo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov de Angola.

Malave. Monte da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Corre nas terras Maganjas, entre os rios Zambeze e Chire.

Malcata. Pov. e freg. de S. Barnabé, da provincia da Beira Baixa, conc. e com. de Sabugal, distr. e bisp. da Guarda; 182 fog. e 781 hab. Tem correio e esc. do sexo masc. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Côa. O vigario de Sortêlha apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Malcopana. Pov. do conc. de Quepem, nas Novas Conquistas, distr. e arcebisp. de Gôa, India. Faz parte da chamada prov. de Chandrovaddy.

Malcornem. Pov. do conc. de Quepem, nas Novas Conquistas, distr. e arcebisp. de Gôa, India. Tem minas de ferro. Fez parte da chamada prov. de Chandrovaddy.

Maldonado. Esta familia procede de D. Nuno Peres Maldonado, 11.º senhor de Aldanha, Sando e Minhor, que foi o primeiro que usou do appellido Maldonado. Tem por armas: Em campo vermelho cinco flôres de liz de ouro, que alguns trazem de prata.

Maldonado *(Antonio)*. Astrologo e mathematico, que parece ter florescido no tempo de D. João III, autor d'uma obra denominada *Do movimento de natureza dos corpos celestes*, que se guardava na Bibliotheca Real.

Maldonado *(João Vicente Pimentel)*. Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, deputado nas côrtes constituintes de 1821; archivista da camara dos deputados, nomeado em 18·4, em cujo exercicio se conservou até á data do seu fallecimento, etc. N. em Lisboa a 22 de janeiro de 1773, e fal. a 8 de fevereiro de 1838. Seguiu primeiramente a carreira da magistratura; foi em Lisboa provedor dos residuos; tendo sido incluido no movimento chamado *Setembrisada*, foi deportado para a ilha Terceira em 1810. Durante o governo de D. Miguel esteve preso no Limoeiro desde 1828 até ao dia 24 de julho de 1833, como suspeito de ser desaffecto áquelle regimen, sem que todavia houvesse contra elle factos, que lhe provocassem accusação, ou processo em fórma. Era poeta da escola franceza, e dotado de facilidade para escrever; consta que compoz numerosas poesias, ficando inéditas na maior parte. Das composições que se imprimiram, sabemos das seguintes: *Apologos*, Lisboa, 1820; é uma collecção de 100 fabulas, que Almeida Garrett, no *Bosquejo da Litteratura Portugueza*, diz serem dignas da maior estimação; *Ode á Senhora Angelica Catalani*, Lisboa, 1803; *Ode á mesma senhora*, publicada no mesmo anno; *Pela Carta Constitucional; ao muito alto e muito poderoso senhor D. Pedro IV*, etc., *Ode*, Lisboa, 1826; *No dia natalicio do muito alto e muito poderoso senhor D. Pedro IV, imperador do Brazil e rei de Portu-*

gal; *Ode*, Lisboa, 1826; *Varias odes e outros versos, allusivos á regeneração politica de Portugal em 1820*; sairam no *Portuguez Constitucional*, de Pato Moniz, nos n.os 9, 11, 19, 22, 33, 42, 57, 61 e 67, todos do referido anno; *Odes anacreonticas*, compostas na maior parte, durante a sua longa prisão no Limoeiro, e algumas outras poesias, insertas no *Archivo Popular*, tomo I, n.º 9, 11, 13, 14, 15, 16 e 17; no *Jornal dos Amigos das Letras*, n.os 1, 3 e 4; no *Ramalhete*, tomo IV, n.º 155, tomo, V, n.º 225, e tomo VII, pag. 178 e 185.

Maldonado (*D. Marianna Antonia Pimentel*). Escriptora natural de Lisboa, onde nasceu em 9 de dezembro de 1771, e fal. em 14 de maio de 1855. Das suas numerosas composições poeticas, poucas se publicaram. Sabemos das seguintes: *Ode ao triste anniversario da tragica morte de Gomes Freire de Andrade*, Lisboa, 1821; saiu sem o seu nome; No *Portuguez Constitucional*, de Pato Moniz, 1820-1821, vem no n.º 11 uma *Cançoneta patriotica*, e no n.º 54, um *Soneto*, com as iniciaes D. M. P. M.; no n.º 103. Dois *Sonetos*, etc. No *Jornal Poetico*, publicado em 1812, vem a pag. 278 e seguintes, quatro *Sonetos*, e nas *Poesias* de J. M. da Costa e Silva, tomo III, pag. XVI, uma *Ode* em resposta, etc.

Maldonado (*Theodoro de Sousa*) Bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra. Diz se que fôra bom poeta bucolico, e insigne nas artes de desenho e miniatura. N. no Porto a 12 de agosto de 1759; ignora se a data do fallecimento. São d'elle as estampas da cidade do Porto e da sua barra, que illustram a *Descripção da cidade do Porto*, do P. Agostinho Rebello. Escreveu, entre outras poesias, as seguintes: *Elegia na morte do serenissimo senhor D. José, principe do Brazil*, Porto, 1788; *Epicedio, ao mesmo assumpto*, Porto, 1788.

Maldonado d'Eça (*Jeronymo da Silva*). V. *Eça* (*Jeronymo da Silva Maldonado de*).

Maleço. Pov. do sobado de Quilnange Quiamuhende, na freg. de S. Joaquim, 3.ª div. do concelho de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Malembana Cabo independente da circumscripção de Massinga, no conc. e distr. de Inhambane, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Malembas Territorio de negros situado ao N do sertão de Andulo, na prov. de Angola. Fica nas margens do Cuanza, ao S do ponto de confluencia do rio Cutato com aquelle rio.

Malembeca. Pov. do sobado de Cacongo, na delegação de Chiavala, conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola.

Malembo. Pov. do sobado de Cacongo, no concelho de Cabinda, delegação de Chiavala, distr. do Congo, prov. de Angola

Malenda. Pov. do sobado de Guengues Zumba e Cabuto, na freg. de N. S.ª da Victoria, 14.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Malengues. Pov. da 2.ª divisão do conc. da Barra do Dande, no distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do conc. da Barra do Bengo, no distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 2.ª divisão.

Malengues de Cima. Pov. na 4.ª div. do conc. da Barra do Bengo, no distr. de Loanda, prov. de Angola

Malentrada. Pena ou multa que o preso pagava por entrar na cadeia, differente da carceragem que se pagava á saida: *Pague de carceragem trinta reaes brancos (*libra e meia da moeda antiga*), e dois reaes de malentrada pera aquelle que o desferrar (*que lhe tirar os ferros*) quando houver de o soltar (Cod. Alph. Liv. I, tit. 32).*

Malesani. Pico da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem mais de 2:000 m. de altura, e está coberto de vegetação luxuriante. Faz parte do grupo orographico mais notavel da região situada entre o delta do Zambeze e o Rovuma, formado pelos montes Namuli, que são considerados no seu conjuncto como um dos mais bellos territorios elevados de toda a Africa.

Malfeitoso. Pov. na freg. de S. Pedro, de Manhouce, conc. de S. Pedro do Sul, districto de Vizeu.

Malforno. Pov. na freg de N. S.ª d'Assumpção, de Enxara do Bispo, conc de Mafra, distr. de Lisboa.

Malga. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || S. João Baptista, de Cavez, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção, de Sernache dos Alhos, conc. e distr. de Coimbra.

Malha. V. *Armadura*.

Malhada. Grande mina de chumbo argentifero, na freg. de S. João Baptista, de Silva Escura, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. E' dependente da mina do Braçal, e está em exploração

Malhada. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Alcofra, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || S. Sebastião, de Colmeal, conc. de Góes, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Mões, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Purificação, de Pontével, conc. do Cartaxo, distr. de Santarem. || S. João Baptista, de Villa Cova á Coelheira, conc. de V. N. de Paiva, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco. || Monte na freg. de Sant'Anna da Serra, conc. de Ourique, distr. de Beja. || Ponta situada na costa SO da ilha de Porto Santo, no archipelago da Madeira.

Malhada de Alvaro Vaz. Pov. na freg. de Santa Catharina de Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Malhada de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Antonio, de Covões, conc de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Malhada Bocha. Pov. na freg. de Santo André, de Alvôco das Varzeas, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Malhada da Cerva Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Bordeira, conc. de Aljezur, distr. de Faro.

Malhada Chã. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Piódão, concelho de Arganil, distr. de Coimbra

Malhada do Judeu. Pov. na freg. de Santa Catharina de Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Malhada do Rei. Pov. na freg. de S. Matheus, de Unhaes-o-Velho, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Malhada do Rico. Pov. na freg. de Santa Catharina de Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Malhada do Santa Maria Povoações nas fre-

guezias: Santa Catharina de Fonte do Bispo, concelho de Tavira, distr. de Faro. || Santa Maria do Castello, de Tavira, do mesmo conc. e districto.

Malhada do Servo. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco.

Malhada Sorda. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Almeida, distr. e bisp. da Guarda; 337 fog. e 1:259 habitantes. Tem escolas para ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 26 k. da séde do conc. e está situada proximo do rio Côa, na estrada que vae da Guarda a Nave de Haver. E' terra muito fertil, e pertence á 2.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. Era do conc. de Villar Maior, foi transferida para o de Sabugal por decreto de 24 de outubro de 1855, e para o de Almeida por carta de lei de 1 de março de 1833 Nos principios do seculo XVIII houve aqui uma casa de eremitas augustinianos fundada por Fr. Antonio da Annunciação.

Malhada do Tição. Pov. na freg. de Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, distr. de Faro.

Malhada Velha. Povoações nas freguezias: S. Jeronymo, de Bogas de Cima, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco. || S. Sebastião, de Espinhal, conc. de Penella, distr. de Coimbra. || S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. || Santa Margarida do Sadão, conc. de Ferreira do Alemtejo, distr. de Beja. || N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro. || S. Julião, de Mouronho, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

Malhadaes. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Malhadal. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Malhadancha. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Villar Barroco, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Malhadas. Pov. e freg. de N. S.ª da Expectação, da prov de Traz-os Montes, conc. e com. de Miranda do Douro, distr. e bisp. de Bragança; 107 fog. e 404 hab. Tem escolas para ambos os sexos e est. post. A pov dista 7 k. da séde do conc. O cabido da sé de Miranda do Douro, depois de Bragança, apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Annunciação, de Pombalinho, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || N. S.ª d'Assumpção, de Vide, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Malhadas de Cancer. Pov. na freg. de S. Braz, de Granja, conc. de Mourão, distr. de Evora

Malhadas da Serra Pov. na freg. de S. Simão, de Pecegueiro, conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Malhadinha. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Fontes, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Thomé, de Penalva d'Alva, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Malhadinha de Torres. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, de Albernôa, conc. e districto de Beja.

Malhadoura. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Avessadas, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Romão, de Milhares, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, de Polvoreira, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || N. S.ª da Expectação, de Lageosa, concelho de Oliveira do Hospital, districto de Coimbra.

Malhagrillos. Pov. na freg. de S. Lourenço, do prado, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello

Malhão. V. *Silveira Malhão.*

Malhão. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Alcantarilha, conc. de Silves, distr. de Faro. || S. Thiago e conc. de Castro Marim, do mesmo distr. || Santo Estevão, conc. de Tavira, do mesmo distr. || N. S.ª da Esperança, de Paderne, conc. de Albufeira, do mesmo distr. || S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, idem. || Monte na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alcaria Ruiva, conc. de Mertola, distr. de Beja

Malhapão. Povoações nas freguezias: Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa. || S. Simão, de Mamarrosa, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro. || S. Simão, de Oyan, do mesmo conc. e districto.

Malheiro (*Lourenço Antonio Pereira*). Engenheiro de minas, socio da Sociedade de Geographia de Lisboa, e da Academia de sciencias naturaes de Philadelphia, etc. N. em Ponte do Lima a 28 de novembro de 1844, fal. em Queluz em 1890. Estudou na Academia Polytechnica do Porto o curso de engenheiro de minas, pontes e calçadas, o qual concluiu em 1864, tendo sido premiado em todas as cadeiras. Entrou então ao serviço do governo como engenheiro de minas, fazendo tirocinio por algum tempo na commissão geologica. Passou depois para a repartição de minas, onde os seus altos merecimentos fizeram com que fôsse encarregado das mais difficeis e importantes commissões. Pela refórma de 1868, Lourenço Malheiro passou a ser primeiro engenheiro districtal em Portalegre, servindo depois nos districtos de Beja e de Leiria, até que dois annos mais tarde, em 1870, de novo recolheu á repartição de minas, onde se conservou até 1876, anno em que, juntamente com outros engenheiros, foi encarregado de organisar a secção mineira na exposição universal de Philadelphia. Terminada esta commissão, e quando já retirava para Beja, foi nomeado pelo ministro das obras publicas, então o conselheiro Cardoso Avelino, para servir de commissario especial da secção industrial n'aquella exposição. Mais tarde tomou a sua direcção, juntamente com outro collega. Regressando de Philadelphia, em 1877, fundou com alguns amigos, o *Diario de Portugal*, de que foi redactor principal. Na Sociedade de Geographia leu uma interessante *Memoria* sobre as explorações geologicas e mineiras nas colonias portuguezas. Esta *Memoria* foi publicada em folhetins no *Diario de Portugal*, e transcripta no jornal *A' volta do mundo*. Em 1881 Lourenço Malheiro, tendo ido estudar por conta d'uma empresa as minas do Dombe Grande, do districto de Benguella, fez um notavel reconhecimento scientifico d'aquella região, sob o ponto

de vista mineiro. Entrando mais activamente na politica, estando filiado no partido regenerador, foi eleito deputado por Mertola, no referido anno de 1881, sendo reeleito na legislatura de 1890. Na camara defendeu o contrato do caminho de ferro de Salamanca, e discutiu outros assumptos, como a organisação do ministerio de instrucção publica, a lei relativa aos tabacos, etc. Dirigiu os trabalhos nas minas de Sotiel Coronada, em Hespanha, e escreveu relatorios e memorias, entre as quaes se contam: *Colonisação de Africa*, Lisboa, 1879; *Moinho de vento e turbinas*, Lisboa, 1879; *Catalogo descriptivo da industria mineira na exposição de Philadelphia*; *Carta minerographica portugueza*; *Explorações geologicas e mineiras nas colonias portuguezas*, etc. Foi assiduo collaborador da *Revista de obras publicas e minas*, sendo notaveis, entre outros, dois artigos ali publicados, um sobre as condições de salubridade da mina de S. Domingos, e outro sobre o periodo glaciario. Lourenço Malheiro deixou trabalhos sobre as minas de Aljustrel, Santa Eufemia, Braçal, Malhada, Coronada e Dombe Grande. Era muito dado a estudos de paleoutologia e geologia, e tinha reunido n'um album uma grande collecção de monumentos prehistoricos de Portugal.

Malheiro Dias *(Carlos)*. Jornalista, escriptor, dramaturgo e romancista, vogal do conselho da arte dramatica, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. Tem-se evidenciado como jornalista e romancista. E' collaborador do *Seculo*, director litterario da *Illustração Portugueza*, e tem publicado os seguintes romances, que a imprensa muito apreciou: *O Filho das Hervas*, *Os Telles de Albergaria*, *Paixão da Maria do Céo*, *O Grande Cagliostro*, que saiu na *Illustração Portugueza*, obtendo grande exito, de cujo romance o autor extrahiu uma peça, que se representou no theatro de D. Amelia. com a melhor aceitação do publico. Foi deputado na legislatura de 1903 a 1905, eleito por Vianna do Castello.

Malheiro Reimão *(José)*. V. *Reimão (José Malheiro)*.

Malheiros. A familia d'este appellido tem as seguintes armas: Em campo de ouro duas cruzes atravessadas em facha, que tomam todo o campo, e nas pontas, e no meio tres estrellas azues, e duas vermelhas no campo.

Malheiros *(Agostinho Marques Perdigão)*. Magistrado e escriptor, natural de Vianna do Castello, nascendo em 29 de agostode 1788; fal. no Brazil em 19 de agosto de 1860. Era filho d'um capitão, que tinha o mesmo nome, e de D. Anna Joaquina Rosa. Em 1810 formou-se em Leis na Universidade de Coimbra e em 1812, depois de feita a leitura costumada no Desembargo do Paço, de Lisboa, passou ao Rio de Janeiro, sendo despachado pelo governo do principe regente D. João, depois D. João VI, juiz de fóra de Santos na provincia de S. Paulo. Desempenhou ainda o mesmo cargo em Mariauna e Campanha, e em 1822, quando rebentou o grito da independencia do Brazil, Agostinho Malheiros adheriu a essa causa, conservando sempre sua integridade de juiz, mostrando se alheio á politica. Exerceu ainda alguns cargos elevados, e, dedicando-se tambem ás letras, deixou algumas obras manuscriptas.

Malheiros *(Manuel Pereira)*. Licenceado, cirurgião da Real Casa dos Expostos e do Hospital de S. José, algebrista, e lente de cirurgia. Ignora-se a data do nascimento, mas sabe-se que falleceu em 5 de julho de 1831. Foi nomeado cirurgião do referido hospital em 1791, lente de cirurgia a 29 de novembro de 1792, sendo aposentado em 1807, com o ordenado por inteiro, por ter cegado. Escreveu: *Memorias medico-cirurgicas, que contéem varios factos pertencentes á medicina e cirurgia*, Lisboa, 1791; *Resposta á Carta de despedida que fez a Medicina, quando se ausentou de Portugal, queixando-se das afrontas e calumnias que recebeu dos portuguezes*, etc., Lisboa, 1781. Por esta occasião, e com referencia ao mesmo assumpto, se publicaram varios papeis, todos anonymos, cujos titulos são: *Despedida da Medicina d'entre os portuguezes*; *Apologia sobre a verdade de Medicina; Pazes entre a Medicina e a Cirurgia*; etc.,

Malheiros *(Ricardo)*. Jornalista e escriptor, guarda livros do Banco Commercial do Porto. N. n'esta cidade a 3 de junho de 1864. Tendo feito os seus preparatorios, dedicou-se especialmente aos estudos economicos, em que é muito versado. Publicou um opusculo denominado *Historias d'um curso e de um concurso*, relacionado com o resultado d'um concurso que se realisou na Academia Polytechnica do Porto, e em que fôra oppositor seu irmão Arthur Malheiros. E' director do jornal portuense *Diario da tarde* e n'essa qualidade, em seguida a uma questão de imprensa, teve um duello á espada com o sr. dr. Duarte Leite Pereira da Silva, lente da Academia Polytechnica, que se julgou offendido com uma noticia inserta n'aquelle jornal relativa a um comicio em julho de 1904, em que fizera uso da palavra contra as concessões feitas á Companhia Carris de Ferro do Porto. Tem collaborado em differentes revistas economicas e litterarias.

Malheiros Povoações nas freguezias: S. Felix, de Candemil, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. ‖ Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra.

Malhôa *(José Vital Branco)*. Pintor d'arte e professor, mais conhecido só pelo nome de José Malhôa. N. nas Caldas da Rainha a 28 de abril de 1854. Aos 12 annos, em 1867, entrou para a escola de bellas artes, e revelou logo tantas aptidões e tanta dedicação pelo estudo que terminou o curso da escola, ganhando em todos os annos o primeiro premio. Tendo concluido o curso pensou em completar a sua educação artistica no estrangeiro, e entrou em dois concursos para pensionista do Estado. Nada conseguiu, apezar do seu reconhecido merecimento, por ser o subsidio adjudicado a outro concorrente, que só o alcançara por importantes empenhos. As reclamações, feitas contra este facto, fôram tão convincentes, que a Academia, para não descontentar ninguem, viu-se forçada a não mandar nenhum. Malhôa sentiu-se muito, como artista a quem preteriam o merito, e pela impossibilidade de completar os seus estudos com os primeiros mestres da arte moderna, pois não tendo meios de fortuna que lhe permitissem ir viver independentemente no estrangeiro, só com aquelle auxilio o conseguiria. Desesperado com este contratempo, desistiu da carreira que tão auspiciosa se lhe mostrava, e protestou nunca mais pintar. Fez-se então caixeiro d'uma loja de modas pertencente a um seu

irmão. Aquelle desespero, porém, foi-se amenisando; Malhôa não podia assim perder o seu aturado e dedicado estudo, e seis mezes depois já elle aproveitara algumas horas disponiveis para pintar um quadro, *A scara invadida*, que enviou á exposição de Madrid, onde foi muito bem recebido. Em 1881 deixou o commercio para se dedicar inteiramente á arte. O primeiro trabalho, que lhe offereceram, foi o de pintar o tecto da sala de concerto no Conservatorio Real de Lisboa. Algum tempo depois pintou o da sala do Supremo Tribunal de Justiça de Lisboa. Desde então tornaram se numerosos os trabalhos do distincto artista, em que se nota o tecto da sala de jantar do palacio do sr. conde de Burnay e o dos aposentos do senhor infante D. Affonso. Na pintura historica tem o grande quadro *O ultimo interrogatorio do marquez de Pombal*, e o esboceto apresentado no concurso que a camara municipal de Lisboa abriu em 1887 para um quadro representando *A partida de Vasco da Gama para a India*, esboceto que recebeu a primeira classificação entre os concorrentes, sendo n'essa occasião Malhôa agraciado com o grau de cavalleiro da ordem de Christo por decreto de 19 de abril de 1888. São d'este apreciado artista os retratos d'el-rei D. Carlos que estão nas salas do Tribunal do Commercio e do Tribunal de Contas; um retrato do principe real D. Luiz Filippe, um da filha do sr. Henrique Sauvinet, os de D. Luiza de Almedina e de Isaac Abecassis. Nos seus quadros tambem se contam numerosas paizagens, scenas rusticas, cuidadosamente estudadas, costumes pittorescos de aldeia, como o *Viatico ao termo* e a *Missa das seis*; alguns quadros de genero, como o *Primeiro cigarro*, que pertence ao sr. infante D. Affonso, e um grupo de veteranos fazendo a *Descripção da batalha de Asseiceira*, etc. Em todas as exposições da Sociedade Promotora de Bellas Artes, Industrial e Artistica, Grupo do Leão, Gremio Artistico, Sociedade de Bellas Artes do Porto, etc., José Malhôa tem exposto quadros seus, obtendo sempre as mais altas classificações. Tambem tem concorrido a exposições no estrangeiro, como Liverpool, Madrid, Paris, Rio de Janeiro, S. Petersburgo e Berlim, onde alcançou a segunda medalha. José Malhôa tem as honras de academico de merito da Academia de Bellas Artes, e além de cavalleiro de Christo, é cavalleiro da ordem de Malta, e da de Izabel a Catholica, de Hespanha. Possue a medalha de prata da Cruz Vermelha. Em 17 de abril de 1906 el-rei D. Carlos I visitou o atelier de José Malhôa, onde foi admirar os trabalhos destinados á sua exposição no Gabinete de Leitura no Rio de Janeiro, para que fôra convidado. El-rei demorou-se analysando todas as télas, fazendo sobre cada quadro uma apreciação muito lisonjeira. Os quadros, que deviam figurar, eram os seguintes: Retrato de el-rei D. Carlos I; retrato de sua magestade a rainha senhora D. Amelia; *Cocegas* (Salon-Paris, 1905); *O sonho do infante* (o infante D. Henrique no promontorio de Sagres); *A pintura* (painel decorativo); *A Ti'Anna; Cavalleiro de S. Tiago* (Salon-Paris, 1904); *Chegada do Zé Pereira á romaria; 7.º não furtar... as uvas ao seu cura; O vinho verde; O soalheiro; Cuidados d'amor; As sardinhas; O viatico na aldeia* (exposição de Lisboa, 1905); *A compra do voto* (idem) *O azeite novo* (idem); *Tempo de chuva, lar sem pão* (idem); *Pensando no caso* (idem); *A'manhã as arranjarei!; Flor de pecegueiro; Uma desgraça; Aldeia da Castanheira ao pôr do sol; Apanha das castanhas; A' passagem do comboio* (Paris-Salon, 1905); *Torre de Belem; Noticias financeiras; Viuvo!* (exposição de Lisboa, 1905); *Estudando á borda do pinhal; Pae e filha; Provocando; Trigo ceifado; No paul dos patudos; Velhas habitações d'aldeia; Rua Serpa Pinto em Figueiró dos Vinhos; Effeitos da ribalta; Montanhas* (estudo para o quadro *Baptismo de Christo* para a egreja de Figueiró dos Vinhos); *A minha macieira; Ultimos raios de sol n'um souto de castanheiros; Amores n'aldeia; Esperando o peixe; A Rosita das Courellas* (estudo para o quadro *O barbeiro n'aldeia*); *De volta da Senhora d'Agonia; A ida para o trabalho; Nascer da lua; Estudando; Os ouriços; Effeitos do sol no musgo d'um pinhal; O passal do sr.*

José Vital Branco Malhôa

cura; Ultimos raios de sol; Fonte Eirivia; Costume do Minho; Carvalhos do padre Diogo; Salão de musgo; Ribeira do Lagar; O Lagar; No altar do Madrão; Valle de Zebro; Nuvens; Proclamando a restauração de Portugal (estudo para o quadro com o mesmo titulo); *Outono na Lavanderia; Ribeira na Lavanderia; Outono na vida e na Natureza; Entrada de mina; Christo*, estudo; *As pupilas do sr. reitor*, estudo; *Vasco da Gama; Esperando a vez; A caminho da horta; Pinhal*, ao *fundo a egreja de Figueiró dos Vinhos; Vendo subir o foguete* (estudo para o quadro *A Procissão*); (*Estudo* para o quadro *O Barbeiro na Aldeia*); *Deitando foguetes* (estudo para o quadro *A Procissão*); *Apanhando o foguete* (estudo para o quadro *A Procissão*); *Os mações ao cair da tarde; No altar da serra; Fonte fria; O bebedo*, (estudo para o quadro *A volta da romaria*, (premiado no Salon de Paris em 1901); *Aldeia dos Chãos; Ao pôr do*

sol, estudo; *As cebolas*; *O portão do dr. Manuel; Troncos de castanheiros na Insua*; *Uma rua na aldeia; Cair da tarde; Depois da chuva*; *Casal das giestas; Castanheiros doentes*, estudo para o quadro *Uma desgraça; O pinhal dos corvos*, estudo, *Caminho para o colmeal; Castanheiros; Mendigo* (estudo para o quadro *Volta da romaria*, premiado no Salon de Paris, 1901); *A estender a roupa ao sol, estudo; Ermida de Nossa Senhora dos Remedios, estudo; A minha musa; A cêrca do convento; Céo de trovoada, estudo;* Estudo para o quadro *Cocegas; Ermida de Nossa Senhora da Madre de Deus; A eira*. Decoração no tecto do gabinete real do novo edificio da Escola Medica de Lisboa, intitulado: *A Escola Medica de Lisboa recebendo da realeza o decreto autorisando a construcção do novo edificio.*

Malhos. Dava se este nome, assim como o de matracas, a um taboão pendente que se via n'alguns mosteiros. Batia se-lhe com um maço de pau para chamar os frades a capitulo, e tambem servia nas egrejas para chamar os fieis á oração desde quinta e sexta feira santa até ao apparecimento da Alleluia no sabbado seguinte, dias em que é prohibido o toque dos sinos. V. *Matraca*.

Malhos. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Malhou. Pov. e freg. do Divino Espirito Santo, da prov. da Extremadura, conc., com. e distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 231 fog. e 976 hab. tem esc. do sexo masc. e est. post. permutando malas com Alcanena. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada junto da serrá de Santa Martha. O povo apresentava o cura, que tinha alguns generos e o pé d'altar. A terra é fertil em cereaes e azeite. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa. || Pov. na freg. de S. Domingos, de Cabril, conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Malhundes. Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Malimbe. Territorio dependente do prazo Marral, no distr. de Zambezia, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Produz milho, meixoeira e legumes. Densas mattas que dão excellente madeira para construcções.

Maljoga. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Assumpção e conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco. || S. Pedro, de Varzea dos Cavalleiros, conc. de Certã, do mesmo districto.

Mallanços. Pov. na freg. de Santa Maria Maior, de Outeiro, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Malleva. Termo antigo de *fiança*, na baixa latinidade dizia-se *mallevantia*. N'uma procuração feita em 1293, entre outros poderes, concede o constituinte o de *mallevar* e *sacar mallevas*. (Documento que existia no antigo mosteiro das freiras benedictinas do Porto).

Malmerenda. Ponta da costa S E da ilha de Santa Maria, Açôres || Ponta da costa E da ilha Terceira, Açôres. Está situada ao N da bahia ou enseada da Praia.

Maloeira. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. João Baptista, de Fajã da Ovelha, conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Malohé. Pov. do sobado de Quenza, na freg de N S.ª da Conceição, 6.ª div. (Quenza) do conc de Muxima, distr de Loanda, prov. de Angola.

Maloli. Pov. do conc. de Sanquelim, no distr. e arceb. de Gôa, India.

Malombo. Pov. da 5.ª div. do conc. de Ambaca, distr de Loanda, prov. de Angola.

Malonde. Pov. do sobado de N'Golome N'Golla N'Dambi, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 8.ª divisão.

Malonga. Pov. do sobado do mesmo nome, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Malpartida. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Almeida, distr. e bisp. da Guarda; 186 fog. e 701 hab. Tem escolas para ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A egreja d'esta freg. dista 7 k. da séde do conc. O ordinario apresentava o abbade, que tinha 200$000 reis de rendimento. A pov. pertence á 2.ª divisão. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 12, com a séde em Trancoso N'esta pov. houve um combate contra os francezes em 24 de julho de 1808. || Pov. na freg. de S. Miguel de Poiares, conc de Poiares, distr. de Coimbra.

Malpica. Pov. e freg. de S. Domingos, da prov. da Beira Baixa, conc., com. e distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 505 fog. e 2:263 hab Tem escolas para ambos os sexos e est. post. A pov. dista 18 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem direita do Tejo. Tem estrada para Castello Branco. A Mesa da Consciencia apresentava o vigario, que tinha 100$000 reis. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Pov. nas freg.: Santa Maria, de Idães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Cypriano, de Refontoura, do mesmo conc. e distr. || S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Malpique. Povoações nas freguezias: Santa Margarida da Coutada, conc. de Constancia, distr. de Santarem. || S. Jorge, de Sarilhos Grandes, conc. de Aldeia Gallega, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de N. S.ª da Conceição, de Caria, conc. de Belmonte, distr. de Castello Branco.

Malpona. Pov. do conc. de Sanquelim, distr. e arceb. de Gôa, India.

Malta. Pov. e freg de Santa Christina, da prov. do Douro, conc. e com. de Villa do Conde, distr. do Porto, arceb. de Braga; 139 fog. e 657 hab. Tem medico, pharmaceutico e esc. do sexo masc. A pov. dista 9. k, da séde do conc. O bailio de Leça apresentava o abbade, que tinha de rendimento 400$000 reis. Esta freg. pertencia á ordem de Malta, e por isso os habitantes d'esta pov. tinham os grandes foros, isenções e privilegios de caseiros d'aquella ordem. A terra é muito fertil, e cria muito gado de boa qualidade. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. e recrut; e res. n º 18, com a séde no Porto. Malta foi do conc. da Maia até 1855, e n'essa data é que passou para o de Villa do Conde. || Povoações nas freguezias: S. Estevão, de Olmos, conc. de Macedo de Cavalleiros, distr. de Bragança. || Santa Maria do Castello e conc. de Pinhel, distr. da Guarda. || S. Pedro, de Villa Secca, conc de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra. || Quinta na freg de Santa Suzana, de Carapinheira, conc. de Montemór-o-Velho, do mesmo districto

Malta (*Ordem de*). Ordem religiosa, militar, cuja origem remonta ao seculo XI No anno de

1018, uns mercadores de Amalfi (reino de Napoles) estabeleceram em Jerusalem um mosteiro da ordem de S. Bento, com um hospital dedicado a S. João Baptista, destinado a recolher peregrinos. Em 1099, Godofredo de Bouillon fez grandes doações ao hospital, e o reitor do mesmo estabelecimento, Gerardo de Martigues, libertou-o da tutella dos benedictinos, e fundou uma nova congregação, que tomou o nome de *Hospitalarios de S. João* ou de *Freires do hospital de S. João de Jerusalem*. Raymundo de Puy, successor de Gerardo de Martignes, deu-lhe uma regra, que foi confirmada em 1113 pelo pontifice Paschoal II. Em 1130 foi transformada a nova ordem pelo papa Innocencio II, impondo aos seus membros o dever de defenderem á mão armada os christãos contra os infieis. Depois de variadas luctas, tendo sorte adversa, tiveram os cavalleiros de, em 1530, se recolherem á ilha de Malta, d'onde lhes veiu o nome, a qual lhes fôra concedida por Carlos V. Entre os grãos-mestres mais notaveis conta-se um portuguez, Sousa Coutinho, cujas recordações se encontram a cada passo na cidadella da ilha. A ordem de Malta era regida por um grão-mestre, e dividida em *linguas*, ou nações, em numero de 8: Provença, Auvergne, França, Italia, Aragão, Allemanha, Castella e Inglaterra. Cada lingua obedecia a um chefe, chamado *pilar*, e era dividida n'um certo numero de *commandos*, de *priorados* e de *baliados*. Para entrar n'esta ordem era preciso fazer voto de castidade, e provir de familia nobre em quatro graus, materna e paterna. Era um refugio dos filhos segundos das familias fidalgas. Os membros da ordem de Malta dividiam-se em tres classes: os *nobres*, ou *cavalleiros*, que traziam armas; os *padres*, ou *capellães*, encarregados do serviço religioso; e os *irmãos serventes*, dos quaes uns assistiam aos cavalleiros e outros aos padres. O habito regular consistia n'uma dalmatica, e um grande manto em que traziam pregada ao lado esquerdo do peito, como distinctivo, uma cruz de ouro com quatro hastes, que formavam octogono, com esmalte branco. A ordem de Malta foi introduzida em Portugal no reinado de D. Affonso Henriques, mas durante a regencia da rainha D. Thereza, sua mãe, entre os annos de 1112 e 1128. A sua principal dignidade, n'este reino, era a de grão prior do Crato. Além d'este priorado, possuia o bailiado de Leça, os bailiados honorificos de S. João d'Acre e Negroponto (alternativamente com a Hespanha), 24 commendas, e muitos bens por effeito de doações, ou compras, os quaes estavam sob o grão priorado do Crato e dos referidos bailiados. O grão priorado fôra perpetuamente incorporado na Casa do Infantado, sendo o ultimo prior o infante D. Miguel. Na carta de lei de 18 de dezembro de 1728 se pódem vêr confirmados os muitos e importantes privilegios que desde tempos bastante remotos vinham desfructando, concedidos pelos reis portuguezes, os commendadores, cavalleiros, empregados e possuidores dos bens da ordem da Malta. Todos os foreiros á ordem tinham obrigação de se alistarem nos corpos de ordenança privativos do priorado, bailiado e commendas, os quaes tinham algumas companhias commandadas por um capitão-mór e outros officiaes cuja nomeação a Casa do Infantado ratificava. Em Lisboa havia, dependente da ordem, um corpo de privilegiados, em duas companhias, sendo uma chamada *da côrte*, composta por um mestre estabelecido, de cada officio, e de um lojista de cada ramo de negocio; a outra companhia, intitulada *do termo* era formada pelos foreiros da commenda de S. Braz, pertencente ao grão priorado do Crato, tendo este corpo a força de 400 praças, uniformisado e armado de espingardas, possuindo a respectiva bandeira. O commando d'este corpo era de major e outros officiaes, que estavam sob a inspecção e ordens da Casa do Infantado. Em 1798 Bonaparte apoderou se da ilha de Malta, que o grão mestre Hompesch lhe entregou sem combate. Morto este em 1805, Tommasi foi eleito seu successor, mas falleceu alguns mezes depois. Pio VII não nomeou quem succedesse no cargo, mas dispoz que a ordem, privada da ilha de Malta, que os inglezes haviam occupado em 1800, não comprehendesse mais que duas linguas, a de Italia e a da Allemanha, e fôsse provisoriamente regida por um logar-tenente do grão-mestrado, eleito vitaliciamente pelo conselho dos cavalleiros e residente em Italia. Pio IX, em 1854, confirmou, modificando-os, os estatutos da ordem, e Leão XIII, em 1880, concedeu-lhe a egreja de S. Basilio, em Roma, com o priorado do Monte Aventino. A ordem de Malta subsiste ainda como instituição honorifica. Comprehende cavalleiros de justiça e de devoção, que devem dar provas de nobreza, cavalleiros de graça magistral e confrades ou donatos. Cada categoria de cavalleiros subdivide-se em tres classes: gran-cruzes, charpa e placa; commendadores, aspa; e cavalleiros botoeira. A cruz e a fita não fôram modificadas; apenas a insignia dos cavalleiros de justiça é encimada por um trophéo, e, para os donatos a ponta superior não é esmaltada. Na Bibliotheca Nacional ha um ms (Fundo Antigo N.º 600), com uma relação dos grãos-mestres portuguezes da ordem de Malta.

Maltez. Cavalleiro da ordem de Malta, ou ordem de S. João de Jerusalem.

Maltez *(Fr. Affonso)*. Religioso portuguez, cavalleiro da ordem de Malta. N'um combate naval nas costas da Turquia asiatica, ficou feito prisioneiro, depois de ter combatido valorosamente. Fal. em Constantinopla, a 27 de maio de 1529.

Malteza. Pov. na freg. de Santa Maria, dos Olivaes, 1.º bairro de Lisboa.

Maltratado. Pov. na freg. de N. S.ª de Expetação, de Vallada, conc. do Cartaxo, distr. de Santarem.

Maluanda. Pov. do sobado de N'Golla Quilombo, conc. do Duque de Bragança, div. de Cacesseria, distr. de Lunda, prov. de Angola.

Maluco. Nome vulgar da moeda de bronze, do valor de 80 réis, que se cunhou na ilha Terceira durante a regencia que, em nome da rainha D. Maria II, ali governou.

Maluji. Pov. do sobado de Bango-Bango, na freg. de S. Joaquim, 2.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do sobado de Muquichi Aquiuano, na referida freguezia || Pov. do sobado de Bango Azongo, na referida freguezia.

Malundo Pov. da 4.ª div. (Lungue) do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Malvada. Pov. na freg. de S. Pedro, conc. e distr. de Faro.

Malvado de Baixo e de Cima. Duas povoações na freguezia de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Malvar. Pov. na freg. de S. Braz, de Varzea, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Malveira. Pov. na freg. de S. Miguel, de Alcainça, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. Tem est. post. permutando malas com a R. A. Lisboa-Figueira; feira no dia 25 de março e mercado importante ás quintas feiras; e est. do caminho de ferro, na linha de Oeste, de Lisboa á Figueira da Foz, entre os apeadeiros de Alcainça-Moinhos e Jerumello.

Malveira de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Vicente, de Alcabidéche, concelho de Cascaes, distr. de Lisboa.

Mama. Pov. do sobado de Dombe e Luacho, no conc. do Dombe Grande, distr. de Benguella, prov. de Angola.

Mamarrosa. Pov. e freg. de S. Simão, da provincia do Douro, conc. de Oliveira do Bairro, com. de Anadia, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 506 fog. e 1:087 hab. Tem esc. do sexo masculino, correio com serviço de posta rural, pharmacia, e fabrica de cal. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie, no cruzamento de seis grandes estrados. Mamarrosa foi do antigo conc. de Mira. O reitor de Sôza apresentava o cura, que tinha 120$000 réis de rendimento. E' pov. muito antiga. D. Sancho II doou a herdade da Mamarrosa a fr. Hugo, prior do mosteiro e hospital de Santa Maria de *Rocha de Amador* (Roque Amador), da villa Sôza em 1242. D. Affonso III confirmou esta doação em 1260. A terra é muito fertil, e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. Mamarrosa foi annexada ao conc. de Anadia por decreto de 21 de novembro de 1895, que extinguiu o de Oliveira do Bairro, mas voltou para este, depois de ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898.

Mamas. Picos ou montes da ilha do Principe, na prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. Levantam-se na parte O da ilha. || Designação dada a dois montes redondos que se levantam na prov. de Angola. Avistam-se do lado N do Cuanza, e estão situados na costa, proximos um do outro, entre Loanda e Benguella.

Mamas Grandes. Nome por que são conhecidos dois montes que se levantam na peninsula de Cabo Verde, Africa Occidental, e que parecem ser fundamento do Cabo Verde. São visiveis do Oceano, a 27 k., e muito cobertos de vegetação, principalmente depois das chuvas.

Mamas Pequenas. Designação por que são conhecidos dois montes da costa da Senegambia, Africa Occidental, de fórma cónica muito regular, cobertos de vegetação, e visiveis do Oceano a 20 k. Alguns navegantes confundem-n'os com as Mamas Grandes.

Mamballa (*Rio de*). Um dos tres braços em que se divide, um pouco acima do Porto Lenha, o rio Zaire ou Congo, Africa Occidental. Está situado entre o rio Maxwell ao N e o do Sonho ao S.

Mambone. Antigo prazo do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. || Territorio do antigo distr. de Sofala, hoje circumscripção de Govuro, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' muito extenso e de solo uberrimo, sobretudo na parte banhada pelo rio Save, não obstante as frequentes inundações d'este rio. Produz cereaes e outros generos agricolas, abunda em gado, caça e aves domesticas, e tem grande quantidade de bosques de boas arvores, d'algumas das quaes os cafres extráem breu. Clima sadio. Este territorio faz parte da concessão da Companhia de Moçambique.

Mamfroia. Pov. da freg. do Salvador, de Aveleda, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Mamóa. Ha em Portugal varias aldeias com o nome de *Mãmoa*, *Mamoa*, *Meimoa* e *Meimão*. Todas procedem d'um monumento celtico, ou preceltico, cujo nome primitivo se ignora. Fôram os romanos que o denominaram *Mamma*, pela similhança que tem com peito de mulher. Quando fallecia algum chefe, ou pessoa notavel dos celtas, ou preceltas, depositavam as cinzas n'uma caixa construida de lagens, que cobriam com uma pyramide de terra (pequeno cabeço pyramidal). Alguns escriptores dão tambem a estes monumentos os nomes de *modorras, mamunhas* e *mamuinhas*. N'um documento da Universidade, 1298, lê-se: «Que fôssem na mamôa da par da carreira de sobre Anzega, que chamam Mamôa negra.» N'um documento do mosteiro de Alpendurada, de 1315, dizia-se: «E parte pela mamôa, que está a par da estrada.» Algumas d'estas mamôas serviram depois de marcos, ou padrões, para designar as extremidades de certos territorios, ou propriedades; mas tambem se aproveitavam montes naturaes com a mesma configuração, e aos quaes se dava o nome de *arcas*. As povoações mais importantes, chamadas Mamôas, são nas seguintes freguezias: S. Miguel, de Baltar, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Thiago, de Carapeços, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Fiães, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Thomé, de Correlhã, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Fragoso, conc. de Barcellos, districto de Braga. || S. João Evangelista, de Grovellas, concelho de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Mouquim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria, de Mujães, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Valladares, conc. de Mourão, do mesmo distr. || S. Bartholomeu, de Veiros, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro.

Mamodeiro. Pov. na freg. de S. Paio, de Requeixo, conc. e distr. de Aveiro.

Mamouros. Pov. e freg. de S. Miguel, da provincia da Beira Alta, conc. e com. de Castro Daire, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 131 fog. e 533 hab. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada n'um valle. Os condes d'Alva apresentavam o abbade, que tinha 200$000 réis de rendimento. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Mamporcão. V. *São Lourenço de Mamporcão.*

Mamporlé. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Mamposteiro. Procurador; cobrador de esmolas para captivos.

Man. Rio da prov. de Traz-os-Montes, no concelho de Montalegre. Nasce nas vertentes meridionaes da serra da Mourella, que é parte da cordilheira que liga as serras de Larouca e Gerez. Depois de ter corrido pelas freguezias de

Cavellães e Sezello, morre com 9 k. de curso, na margem direita do rio Cávado, em frente da freguezia de Fiães do Rio, no mesmo conc. Cria muitas e boas trutas.

Manaça. Pov. na freg. de S. Marcos, de Calhandriz, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Manadas. Ilha de S. Jorge; pov. e freg. de Santa Barbara, conc. e com. de Vélas, distr. e bisp. de Angra do Heroismo; 283 fog. e 945 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Dista 14 k. da séde do conc. e é fertil em cereaes. Pesca, lavoura e creação de gado. Pertence ao commando mil. dos Açôres e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra.

Mananas (*Braz Nunes*). Medico, que viveu no tempo de D. João IV. Era natural de Alter do Chão. Além da medicina, cultivou a poesia, existindo d'elle uns sonetos e uns epigrammas impressos; escreveu tambem um romance satyrico contra o seu collega Antonio da Motta, mas não chegou a imprimil-o.

Manariz, Pov. na freg. do Salvador, de Fanzeres, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Manatuto. Reino na ilha de Timor, na Oceania. E' situada na prov. dos Bellos, na costa N, a léste de Dilly.

Manazombo. Monte do distr. da Zambezia, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Levanta-se a E do rio Chire e junto do seu affluente Ruo.

Mancebas. Pov. na freg. de S. Pedro, de Almargem do Bispo, distr. de Cintra, conc. de Lisboa.

Mancelavisa. Pov. na freg. de S. Pedro, de Folques, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Mancellos. Freg. da prov. do Douro, conc. e com. de Amarante, distr. e bisp. do Porto. Pertenceu antigamente á com. de Guimarães e ao antigo conc. de Santa Cruz, de cuja capital, Villa Meã, dista 5 k. Foi sempre do arcebisp. de Braga, até que, pela nova circumscripção diocesana, passou em 27 de novembro de 1882 para a diocese do Porto. Era terra d'el-rei, com prerogativas de couto e jurisdicção dos religiosos da ordem de S. Domingos. Tem, pelo ultimo recenseamento ecclesiastico, 596 fogos e 2:444 pessoas, sendo 1:164 do sexo masc. e 1:280 do fem. Tem correio proprio, com serviço de posta rural, mas tambem recebe correspondencia pelo correio de Santa Cruz de Villa Meã; escolas d'ambos os sexos, e dista da séde do conc. 12 k. Está ligada á estação de Villa Meã, na linha do Douro, que lhe fica mais proxima por uma estrada, construida a expensas de alguns benemeritos parochianos, a qual, partindo da egreja parochial, vae ao logar de Salgueiros entroncar na estrada districtal de Amarante. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. Tem de comprimento, de nascente a poente, cerca de 8 k; de largo, de norte a sul, cêrca de 6. Pelo nascente e sul correm os montes de S. Jorge, Cerquidos e S. Faustino que, junto ao logar de S. Thomé, se chama monte Alvão, e em frente de Travancella, toma o nome de Outeiro de Santo André. Por este passa a estrada districtal, e junto d'ella está estabelecido um posto hyppico. Ao norte corre a serra de Agua-Leite e o monte da Costa. No alto d'este está a capella de N. S.ª da Encarnação, d'onde se desfructa um dilatado panorama, que se estende, por cima de terras dobradas e montanhosas, na phrase de Fr. Luiz de Sousa, até ás terras do Marco de Canavezes e serras da Grelheira e Arouca. Tem a egreja um pateo, na entrada, fechado com uma cancella de ferro, e ao lado di-

Egreja de Mancellos

reito está a torre quadrada e coroada de ameias; segue a galilé ou ante-egreja que, da mesma fórma que a torre e a frente da egreja, despede om ameias. Levanta-se a porta em arco sobre quatro columnas por lado, mettidas no grosso da parede. A egreja é toda de esquadria por dentro e por fóra, com quatro amplas janellas, que lhe dão bastante luz. Tem quatro altares: o altar-mór, onde está o Santissimo Sacramento, tendo aos lados quatro bellas imagens de S. Martinho (padroeiro), S. Francisco, S. Domingos e S. Gonçalo: os altares da S.ª do Rosario, Senhora da Soledade e Coração de Jesus. Estes tres são novos, de bella talha e primorosamente dourados. Collocou se, ha pouco, no arco cruzeiro, uma sanefa de talha dourada que, pela sua elegancia e delicado trabalho, produz bello effeito. Todas estas obras são feitas por donativos particulares. Existem na sacristia alguns quadros de merecimento. Antes da installação do cemiterio, faziamse os enterramentos no claustro, na galilé e muito poucos na egreja. No tempo dos religiosos, se algum freguez queria ser enterrado dentro da egreja ou na galilé, dava por costume antigo aos religiosos 300 réis, sendo do arco da egreja para baixo, e 1$000 réis, do arco para cima. Todo o claustro pertencia aos freguezes, sem darem cousa alguma, para lá se enterrarem «porque é dos ditos freguezes, e não de outra pessoa alguma, o dito claustro», diz um documento antigo. Para este claustro dá uma porta da galilé, por causa da qual, houve grande reboliço algumas vezes. Queriam os freguezes que, estando a egreja aberta, a porta o estivesse tambem; e porque a 28 de dezembro de 17?0 estivesse fechada, e os religiosos a não quizessem abrir, fôram se a ella e fizeram-n'a em estilhas. Houve devassas, alçadas requeridas pelos frades, sendo estes afinal condemnados a ter a porta aberta, e a pagar as custas, perdas e damnos aos pronunciados. Existe outra porta que da egreja dá para o claustro, que se chama *porta travessa*, mas que antigamente se chamava *Porta de Graças*. Entre esta porta e a da sacristia existiu um tumulo, onde, dizem memorias antigas, foi sepultada D. Mayor Lourenço, mulher de Lourenço Annes Redoudo, instituidora do morgado dos Ferreiras, em S. Martinho de Recesinhos, que depois se uniu ao de Cavalleiros, e tinha capella de missas n'esta egreja Na parede da egreja, para o mesmo lado do claustro, entre a porta da galilé e a de Graças, está um arco, e n'elle levantado um tumulo, tendo na frente a cruz de Malta. Diz um documento antigo que este tumulo mostra ser de algum dos commendatarios, que n'esta egreja houve pelos annos de 1566 a 1572, de que fazem menção os capitulos de visita, deixados n'esta egreja, pelos visitadores do arcebispo D. Fr. Bartholomeu dos Martyres. A torre é quadrada, com setteiras, e coroada de ameias. E' evidentemente uma d'estas torres, de que fala a *Nobiliarchia Portugueza*, construidas pelos christãos para se defenderem das correrias dos moiros «Tiveram principio em aquelle tempo, que os moiros occuparam Hespanha, e por aquella parte que os Christãos se havia alargando e recuperando as terras, de que se senhorearam os barbaros, ou pelos montes e rochedos, a que se acolhiam, fugindo o encontro de suas armas vencedoras, edificavam estas torres e castellos, para em elles se defenderem, com suas familias, criados, caseiros ou vassallos, dos accommettimentos e cavalgadas, que de ordinario faziam os moiros». Tem esta egreja a invocação de S. Martinho. Era commum aos frades e aos parochos, o que deu logar a frequentes desintelligencias. Está situada bem no meio da freguezia, com um largo terreiro em frente, de fórma quadrada, adornado de duas vistosas fontes, que existem ainda, e tendo em volta doze estatuas de pedra, representando os apostolos, de que apenas se conservam duas em bom estado. A egreja e o convento são obra muito antiga; fundou-os, em 1112, Mem Gonçalves da Fonseca e sua mulher D. Maria Paes Tavares, sendo D. Affonso Henriques ainda infante. A *Nobiliarchia Portugueza*, falando d'esta personagem, diz que não tem n'este reino casa titular; passaram-se os principaes a Castella, no tempo de D. João I, e fundaram a casa dos marquezes de Orelhana e outros morgados. Este Mem Gonçalves, descendente de Garcia Rodrigues, rico-homem do tempo o conde D. Henrique, foi o primeiro que se appellidou Fonseca, pelo que disseram alguns ser este convento padroado dos Fonsecas. E' o convento de Mancellos um dos mencionados no breve do papa Calixto II, dirigido ao bispo do Porto D. Hugo, por causa das questões, que teve com os visinhos bispos de Braga e Coimbra, sobre os limites da sua diocese. D. Hugo foi apresentado bispo do Porto em 1114, e tratando de tomar posse das terras, que constituiam a antiga diocese, encontrou opposição n'aquelles prelados, que se haviam apossado de algumas, emquanto a diocese estivera orphã. O papa Paschoal II no breve de 1115, assignala os limites á diocese; e o de Callixto II, datado de 1120, declara os mosteiros, que existiam dentro dos limites do bispado do Porto, os quaes o papa sujeita á jurisdicção de bispo D. Hugo. Entre esses mosteiros está incluido o de Mancellos e o de Freixo, seu visinho. Teve este convento de Mancellos privilegio de couto, que lhe foi dado por D. Affonso Henriques. Este monarcha, que foi liberalissimo para com as ordens religiosas, nem sempre dispensou suas liberalidades só «por amor de Deus e seus santos, o remedio da sua alma, e a remissão de seus peccados e de seus paes.» Vendeu-as algumas vezes, e este mosteiro é d'isso um exemplo. Existia no cartorio do convento d'Amarante um documento, do qual constava que, em 1131, coutou D. Affonso Henriques o mosteiro de Mancellos, com as terras que lhe eram contiguas, recebendo por esta mercê *duzentos modios*, e por attenção a Gondezendo Nunes, Sueiro Pimentel, Raymundo Garcia e Pedro Nunes, que lhe tinham feito grandes serviços. Parece que os *modios*, ou alqueires de pão, eram synonimos de soldos; e que, sendo o soldo o preço regular de um alqueire de pão, tanto valia dizer *soldos* como *modios*. Em virtude d'este privilegio, elegia o prior do convento o juiz do couto, e lhe passava carta de ouvidor; o que foi confirmado por varios reis, como D. João II, D. João III e D. João IV. Concedido primeiro este privilegio aos priores castreiros, passou depois para a ordem de S. Domingos. D. Sancho I concedeu a este mosteiro o privilegio de não pagar colheita a el-rei, o que foi confirmado pelo seu successor. Dizia o respectivo documento, segundo o autor do *Elucidario*: «D Affonso II, estando em Guima-

rães, no dia 7 de julho do anno de 1219, com sua mulher a rainha D. Urraca, e seus filhos, os infantes D. Sancho, D. Affonso, D. Fernando e D.ª Alianor, confirmou ao mosteiro de Mancellos a izenção, que seu pae lhe concedera de não pagar colheita a el-rei. Colheita era certo fôro ou pensão, que os vassalos pagavam ao principe ou senhorio, quando este vinha á terra, uma vez cada anno; e não vindo, não lh'a pagavam. Porém com o decorrer dos tempos, foi-se introduzindo o costume de a pagarem, ainda que não viesse pessoalmente o senhorio visitar as terras. Em 1514 foi D. Manuel autorisado pelo papa Leão X a lançar os mosteiros e, não chegando, ás egrejas parochiaes do real padroado, uma contribuição de 20:000 cruzados, para com elles dotar as commendas que bem lhe parecesse. O mosteiro de Mancellos foi um dos que concorreu com a sua quota para esta contribuição. Na executorial da bulla chama se: «Mosteiro de Manzellos, da Or de Santo Agostinho.» Das rendas dos mosteiros só se apuraram 12:254 cruzados. Esta bulla foi revogada quanto aos mosteiros, no anno seguinte de 1515, continuando a vigorar quanto ás egrejas parochiaes. Foi annexo a esta egreja o mosteiro do Salvador de Freixo de Baixo, com a ermida de S. Miguel de Freixo de Cima; o qual foi fundado pelos annos de 1110, por D. Goltinha Godins, mulher de D. Egas Hermiges, o Bravo. Foi mosteiro de conegos regrantes de Santo Agostinho, e depois, tanto o mosteiro como a dita ermida, ficaram curatos, que passaram a ser apresentados pelo convento de Amarante, quando deram o convento e as rendas de Mancellos á ordem de S. Domingos. Hoje do mosteiro de Freixo só existe uma parte, que serve de residencia parochial. A egreja e a torre acastellada conservam-se em bom estado. Parece que a egreja teve galilé, que presentemente não existe. Este mosteiro é, como se disse, um dos incluidos na bulla de Callixto II, bem como o de Tolões (Tellões) cuja freguezia confina com esta de Freixo. Apresentava este convento de Mancellos um vigario secular na egreja de S. Cypriano da Chapa, ao qual dava 30$000 réis e 20 alqueires de milho. Foi este beneficio dado ao convento, por contrato com o arcebispo de Braga, em 1315. Apresentava tambem alternadamente com os conventos de S. Gonçalo d'Amarante, S. Domingos de Villa Real e o conde de Rezende, a egreja de S. Pedro da Ermida, do Douro, abbadia do bispado de Lamego. No livro 1.º das *Memo memorias antigas da Sé Primaz*, a folhas 275, se encontra o escambo ou convenção, que fez o prior dos conegos d'este convento com a mitra e cabido de Braga, em virtude do qual passaram para este convento os fructos da sobredita egreja de S. Pedro da Ermida, por certos casaes, que o convento possuia em Villa Real. Apresentou tambem, em tempos antigos, a egreja de S. Martinho de Pena Cova, privilegio que tinha perdido muito antes da extincção. Foi este convento primitivamente de conegos regrantes de Santo Agostinho, e n'elle desde a sua fundação, assistiram sempre cinco religiosos, além do prior castreiro, a quem competia a renda grande ou abbadial. Passaram depois a ser raçoeiros, tendo ração á parte, nos fructos de alguns logares, a que se chamava renda das rações. Em 1540 doou D. João III este convento á ordem de S. Domingos, passando a renda grande, a que tambem se chamava *massa grossa*, para os conventos de Amarante e Villa Real. Foi esta doação feita com a obrigação de os religiosos de S. Domingos satisfazerem os encargos dos conegos castreiros, e de darem religiosos para a India e Conquistas d'este reino, e prégarem e doutrinarem os moradores e visinhos do couto. Não se fez esta transformação repentinamente, mas á proporção que iam fallecendo os conegos castreiros. Quando morria algum, mandavam pedir um religioso ao convento de Amarante; e assim fizeram, até declinarem todos. O ultimo prior castreiro foi Francisco Coutinho, que morreu a 19 de novembro de 1616, e o ultimo conego foi Alvaro Fernandes, que morreu a 16 de abril de 1624, ambos em edade muito avançada. Conhecendo-se que eram insufficientes os seis religiosos para satisfazer os officios divinos e os legados dos conegos, foi o numero elevado a onze, sendo dez sacerdotes e um leigo. Foi esta doação confirmada, em 1542, pelo papa Paulo III, dizendo na bulla: «que unia os fructos d'esta egreja aos conventos de S. Gonçalo de Amarante e S. Domingos de Villa Real; mas emquanto ao beneficio, que continuava a ser provido pelo bispo n'aquelle que fôsse mais digno.» Em virtude d'esta clausula, perderam os religiosos todas as questões, quando pretendiam apresentar o parocho. No tempo de D. Sebastião, fôram pela regente D. Catharina divididas as rendas d'este convento: aos religiosos de S. Domingos, que para aqui tinham vindo, deu a renda das rações; aos conventos de Amarante e de Villa Real, deu a renda grande, ou *massa grossa*. Os religiosos de S. Domingos fizeram do convento vigararia, e n'elle assistiram 6 e depois 10 religiosos, e um vigario local. E assim permaneceu até 1719, em que o elevaram a priorado com 13 religiosos, entre sacerdotes e leigos, o que não foi alterado até pouco antes da extincção. O primeiro vigario foi Fr. Paulo da Magdalena; o primeiro prior foi Fr. Francisco da Fonseca. Em 1774, Fr. João de Mansilha, frade de maus costumes e grande amigo do marquez de Pombal, foi per este nomeado provincial e reformador da ordem de S. Domingos. Queixaram se os frades da violencia do marquez, impondo-lhes um provincial sem elles o elegerem nem quererem; mas taes queixas não fôram attendidas, e Mansilha proseguiu na sua obra de visitador e reformador. Para castigar os frades recalcitrantes, começou a transferil os d'uns para outros conventos; e d'estes extinguiu dois, o de Mancellos e o de Alcaçovas, cujas communidades lhe eram inteiramente adversas. Este procedimento honra sobremodo os religiosos d'este convento, ao passo que outros se submettiam humildemente, adulando talvez quem os perseguia, elles reagiram nobremente, não os intimidando nem as transferencias, nem a extincção. Não podendo conseguir que os religiosos reconhecessem e se submettessem de rosto alegre á sua autoridade intrusa, Mansilha extinguiu o convento. Em dia de S. Bartholomeu, 24 de agosto de 1774, veiu o prior de S. Gonçalo de Amarante, Fr. Francisco de Mansilha (irmão ou parente do provincial), e leu uma ordem do seu provincial, abolindo a dignidade de prior d'este convento, que então era Fr. Francisco Celestino, e transitou para o seculo, a ser clerigo. Aos outros

frades deu obediencia para diversos conventos, ficando só um vigario conservador, Fr. João de Seabra, Fr. Luiz, sacristão, e o celeireiro, o leigo Fr. Alexandre. Fr. João de Seabra e Fr. Luiz permaneceram no convento até o mez de novembro de 1775, em que tambem tiveram assignações para outros conventos: Fr. João foi para o Porto, Fr. Luiz para Amarante. Ficou só o leigo Fr. Alexandre que no dia de N. S.ª da Apresentação, 21 de novembro do dito anno de 1775, disse ao parocho que podia tomar conta da capella-mór, porque o convento estava unido ao de Amarante. E assim ficou definitivamente encerrado, por ordem do provincial intruso. Na capella-mór tinham os religiosos as suas cadeiras coraes, por isso não exercia n'ella o parocho funcção alguma parochial; apenas lá ia buscar o Santissimo para os enfermos. Era no altar da Senhora do Rosario, que dizia missa, e tinha o Santissimo Sacramento durante a semana santa, para não perturbar as funcções religiosas do templo. El-rei D. José morreu a 24 de fevereiro de 1777; o ministro omnipotente caiu e dois mezes depois, a 29 de abril de 1777, voltaram os frades para este convento, e tiveram um vigario, Fr. José da Encarnação. Na Paschoa de 1779 foi restaurado o priorado na pessoa de Fr. Domingos de Saldanha, do Porto, que era religioso do convento. Fr. João de Mansilha foi preso em carcere privado, no convento de S. Domingos, de Lisboa, d'onde foi transferido para Pedrogão, e lá morreu. E' tradição antiga que, no outeiro de S. Faustino, a que o vulgo chamava S. Fragusto, houvera um convento de freiras, que passaram para Santa Clara, de Amarante, «deixando a chorar perennemente a sua saudade, diz um velho manuscripto, uma crystalina fonte, no sitio, em que ainda se descobrem alguns vestigios, a qual corre com o nome de Fonte das Freiras, que sempre conservou.» A imagem de S. Faustino ainda se venera na capella de N. S.ª do Amparo, do logar de Manhufe, d'esta freguezia; e a fonte ainda hoje conserva a mesma denominação. No mesmo sitio se acharam, não ha muitos annos, ossadas de corpos humanos enterradas. Assim o diz um manuscripto de 1736. Em abono d'esta antiga tradição, ha o seguinte facto: «Quando a Rainha Santa Mafalda, filha de D. Sancho I, voltando de Castella, tratou de escolher um convento onde se recolhesse, esteve em Amarante, no convento de Santa Clara; mas não lhe agradando o local, seguiu para Arouca, levando comsigo as freiras, que tinham ido de Mancellos, e os seus rendimentos. Por isso os povos do logar de Pidre e outros, que pagavam foros ás freiras de Mancellos, ficaram pagando os ao convento de Arouca. Testemunha da passagem de Santa Mafalda, de Amarante, para Arouca, existe junto á antiga estrada, que de Marco de Canavezes vae para Paiva, um arco de pedra, a que o povo chama *memorial*; e perto da villa de Arouca existe outro de mais apurada architectura, a que o povo e a tradição assignam a mesma origem. «Recebiam os reitores d'esta freguezia os dizimos dos logares de Pidre e de S. Payo, que hoje pertencem á freguezia de S. Thiago de Figueiró; pelo que allegavam os religiosos que não tinham obrigação de tratar das casas da residencia parochial; foi-lhes, porém, imposta essa obrigação por sentença de 12 de fevereiro de 1620; e por sentença de 27 de janeiro, do mesmo anno, fôram obrigados a pagar ao cura, apresentado pelo reitor. Em 1722, tomou o convento, por escriptura publica, a seu cargo, a fabrica da egreja, quanto a concertos e reparações, pela quantia de réis 40$000 annuaes. Fazia tudo, excepto, caindo a egreja a *fundamentis*, que então seria reedificada pelos conventos de Amarante e de Villa Real, em razão de receberem a renda grande ou a *massa grossa*, que eram os dizimos da freguezia. O dito logar de Payo pertencia a esta freguezia; mas o arcebispo D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, andando em visita em 1566, vendo que o dito logar ficava mais perto de S. Thiago de Figueiró, mandou que o parocho d'esta freguezia o curasse, dando-lhe os conventos de Amarante e de S. Domingos, de Villa Real, a quantia de 2$000 réis annuaes por esse trabalho. Em 1735 mandou um visitador que os conventos dessem mais 2$800 réis em razão de ter augmentado a população do logar. Oppozeram-se os conventos, negando ao visitador autoridade para augmentar a congrua estabelecida: e allegando mais que se a população era maior tambem o parocho de Figueiró recebia mais emolumentos de baptisados, casamentos e obitos: demais, se o parocho de Figueiró não queria curar o logar por 2$000 réis, podia o parocho de Mancellos, a quem pertencia, tomar conta d'elle e cural-o, como curava outros egualmente distantes. Venceram os conventos. A congrua não foi augmentada, o logar continuou a ser curado pelo parocho de Figueiró, e por fim ficou-lhe definitivamente annexado. Estiveram as casas da residencia parochial, primitivamente, pegadas á egreja, do lado do nascente, e por uma porta interior communicavam com a egreja Em 1647 fez-se uma outra casa, sendo reitor Jeronymo Vaz da Vinça, na ultima leira da cêrca do convento, junto ao caminho. Ficou sempre acanhada e, depois de varias reclamações dos visitadores, fizeram-lhe um pequeno accrescente, com que foi servindo até 1825. N'este anno, sendo reitor João Lopes de Carvalho, construiu-se a nova residencia junto á antiga, para a qual os conventos de Amarante e de Villa Real concorreram com a quantia de 400$000 réis. Não tinha esta freguezia passal algum, nem até uma simples horta, antes do anno de 1566. N'este anno, andando em visita o arcebispo D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, deu ao parocho, tirando-o á quinta dos frades, o campo do Tapado, com a agua da preza do Viveiro, todas as terças e sextas feiras e um domingo de tres em tres semanas. Em 1647 cederam os frades a leira de cima, junto ao caminho, para n'ella se construir a residencia, ficando a parte não occupada, para quintal. Antes do anno do 1879, não havia cemiterio n'esta freguezia. N'este anno inaugurou-se o existente, principiado com o donativo de 800 e tantos mil réis d'um generoso parochiano, e terminado a expensas da freguezia. Está perto da egreja E' vasto e espaçoso; tem a frente gradeada, portão de ferro, e varios jazigos importantes. A permanencia de duas entidades tão distinctas, os parochos da freguezia e os religiosos, a exercerem suas funcções na mesma egreja, deu logar a frequentes conflictos, de que resultaram pleitos debatidos, em que os frades ficaram sempre mal. Tentaram estes varias vezes impedir a posse do parocho apresentado pelo

prelado, pretendendo elles apresental-o; mas fôram sempre mal succedidos em suas repetidas tentativas, sendo obrigados, sob pena de excommunhão *ipso facto*, a não apresentarem parochos, e a não se oppôrem ao apresentado pelo arcebispo de Braga. Entre o parocho e os freguezes houve tambem um processo ruidoso, que deu muito que falar. O reitor Luiz de Sousa Podrê, não encontrando livro de usos da freguezia, confeccionou um, que fez assignar, em grande parte de cruz, por 35 freguezes. Os mesarios da confraria do Subsigno e outros freguezes, a que nos documentos se dá o nome de *homens de fala*, embargaram alguns capitulos dos ditos usos, e a questão foi levada á justiça ecclesiastica de Braga, cuja sentença foi favoravel ao parocho. Os *homens de fala* e os mesarios do Subsigno eram, porém, de rija tempera, e appellaram para o summo pontifice, que então era Benedicto XIII. Tomou este conhecimento da questão, e encarregou tres doutores, conegos da sé do Porto, de examinarem o caso e sentencearem como fôsse de justiça. A sentença foi proferida a favor dos appellantes, em 19 de março de 1727, e mandada cumprir pelo tribunal ecclesiastico de Braga, ao qual foi intimada pelos delegados apostolicos, em 2 de abril de 1727. No tempo do arcebispo D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, havia n'esta freguezia 11 capellas, 9 das quaes estavam em tal abandono, que o prelado ordenou que fôssem demolidas, os os administradores as não restaurassem. Existem actualmente as seguintes: *N. S.ª da Porta*, edificada primitivamente no logar da Porta. Caindo em ruinas, foi reconstruida no logar da Gateira, na quinta da Aldea, sendo propriedade do senhor d'esta quinta; *N. S.ª da Encarnação*, no alto do monte da Costa. Tinha um bom patrimonio, que foi depositado no Juizo dos Residuos de Braga, com a obrigação de uma missa todos os domingos e dias santificados, dar azeite para a lampada e pagar a um sacristão. Com as vicissitudes dos tempos, foi sendo defraudado este patrimonio, até que de todo se perdeu com o desapparecimento dos documentos, no incendio, que a 11 de abril de 1866 reduziu a cinzas a parte do paço archiepiscopal, em que estavam as repartições do governo civil; *S. João Baptista*, na casa dos Guedes da Costa. Estava primitivamente no sitio da Tapada, pertencente então á mesma familia, e caindo em ruinas, foi reedificada junto á casa de habitação, pelos annos de 1600. Em janeiro de 1901 encontraram se no local da Tapada 14 sepulturas, andando-se a abrir covas para plantar vides. Causou sensação este achado, conhecendo-se a final, pela disposição das sepulturas, que a primitiva capella de S. João estivera n'aquelle sitio, tinha um adro, que n'elle se enterravam as pessoas fallecidas na visinhança, em razão de ficar distante da egreja. O mesmo se fazia n'outras capellas. *N. S.ª da Conceição*, no logar de Pedrão. Foi cedida, em 1801 pelo administrador d'ella ao parocho d'esta freguezia, o qual por escriptura de 8 de maio de 1810, a cedeu a um proprietario do logar, por cujos descendentes ainda é administrada; *Coração de Jesus*, na quinta da Cruz; *N. S.ª do Amparo*, no logar de Manhufe; *Santo Antonio*, no logar de Pidre. Esteve primeiro no sitio de S. Thomé, em 1829 foi reedificada no logar de Pidre pelos moradores do logar, aos quaes pertence. Houve n'esta freguezia varias confrarias, que fôram extinctas no decorrer dos tempos. Actualmente existem: a do Rosario e das Almas, com estatutos approvados, que religiosamente cumprem as obrigações do seu compromisso. Tinha este convento de Mancellos obrigação de celebrar muitas missas, por tenção de varios devotos, que para isso legaram os meios necessarios. Em 1774 tinha a juro, pertencentes a estes legados, a quantia de 1:187$600 rs., que foi enviada pelo prior do convento de S. Gonçalo, Francisco de Mansilha, de certo por ordem do irmão João de Mansilha, para o convento de Lisboa. E apezar do convento ser restabelecido, nunca foi restituida aquella quantia. E' a a freguezia de Mancellos essencialmente agricola; produz cereaes, algum azeite, boas fructas e vinho excellente, em alguns pontos. A industria viticola está bastante desenvolvida, sendo o principal viticultor e exportador o sr. José Emygdio de Sousa Cardoso, do logar de Manhufe, cujas adegas são excellentes. No monte de Cerquidos d'esta freguezia existe uma curiosidade, que é um penedo oscillante. Chamam-se assim umas pedras de extraordinaria grandeza, tão exactamente equilibradas, que se movem facilmente ao mais pequeno impulso. Fôram conhecidas da antiga topographia e tambem o são da moderna, diz um livro hespanhol, impresso em 1826. Plinio e Ptolomeu falam d'estes penedos, e nos tempos modernos assignala-se a existencia de algumas pedras na Inglaterra e Sicilia. Este curioso penedo está assente, ao nivel da terra, sobre outra pedra plana; tem de circumferencia, em sentido horisontal, 9 m. e 66 cent., e em sentido perpendicular, 8 m, e 20 cent. Uma creança o faz mover, mas, ainda que se juntem muitos homens, não lhe imprímem maior, nem mais rapido movimento, exactamente como acontece com todos os outros, de que falam os autores. Retirada a mão, que lhe imprimiu o movimento, contam-se-lhe 8 oscillações bem distinctas. Antes de 1500, não existe no cartorio da parochia, memoria dos reitores d'esta freguezia. Desde aquella era tem havido os seguintes: 1500, Domingos Pires; 1521, Alvaro Teixeira; 1566, Melchior Ribeiro; 1587, Manuel Cerveira; 1609, Manuel da Costa; 1616, Julião Dias; 1627, Gonçalo Teixeira; 1747, Jeronymo Vaz da Vinça; 1657, Gonçalo Vaz da Vinça; 1662, João Leite de Aguiar; 1684, Manuel Cerqueira do Couto; 1692, Luiz de Sousa Leitão; 1704, Luiz de Sousa Podrê; 1733, Francisco Xavier Brandão Pereira; 1739, Antonio Pereira do Lago; 1770, João Ferreira Pereira; 1789, José Pereira Nobre; 1817, João Lopes de Carvalho; 1841, Joaquim Lopes de Carvalho; 1882, José Victorino Pinto de Carvalho. Depois de ter visitado esta egreja, em 12 de novembro de 1900, concedeu o ex.^mo^ e rev.^mo^ sr. D. Antonio Barroso, bispo do Porto, ao actual parocho o titulo de *abbade*. || Pov. na freg.de Santa Maria Maior e conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Mancocas *(Herdade das)*. Na freguezia de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Ferreira de Alemtejo, distr. de Beja.

Mançôres. V. *Mansores*.

Mandacubelle. Pov. do sobado de Camuhoto, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 9.ª divisão.

Mandamentos. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Barrozas, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Mandea. Territorio da região de Manica, no antigo distr., e hoje circumscripção de Sena, na prov. de Mouçambique, Africa Oriental. Tem minas de ferro. Faz parte da concessão da Companhia de Moçambique.

Mandeve. Antigo prazo da Corôa situado no extincto districto, hoje circumscripção, de Sofala, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Fica nas margens do rio Buzi e é muito extenso. Foi conquistado em 1811 aos cafres quiteves, e hoje faz parte dos territorios administrados pela Companhia de Moçambique.

Mandico. Pov. do sobado de Cafontuca, na div. e conc. do Humbe, distr. de Huilla, prov. de Angola.

Mandim. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Amorim, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || S. Martinho, de Barca, conc. da Maia, do mesmo districto.

Mandimba. Serra da prov. de Moçambique, Africa Oriental; corre entre o alto Lurio e o Lujenda, e encontram-se n'ella muitos veios auriferos. || Divisão do conc. de S. Salvador do Congo, no distr. do Congo, prov. de Angola. Comprehende numerosas povoações.

Mandombelle. Pov. do sobado de Zundo, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 9.ª divisão.

Mandonim. Aldeia pertencente á divisão Uply-Pahw, ao sul do rio Sandalcalo, no conc. de Nagar-Avely, distr. de Damão, na India.

Mandovy. Rio do distr. e arcebisp. de Gôa, India. Nasce na cordilheira dos Ghattes, com o nome de Madei, entra no territorio de Satary, proximo de Usgão, recebe na margem esquerda o seu affluente *Candiapar*, que vem de SE e separa em parte o conc. de Pondá do de Embarbacem. A jusante de Usgão, o Mandovy corre ao NO até á confluencia com o rio de Sanquelim ou Volvota. N'este ponto começa a formar o seu delta, dividindo se em diversos braços que deixam de permeio as chamadas ilhas de Gôa. Entre Pondá e a ilha de Gôa, um d'esses braços dá passagem para o rio Zuary. As ilhas que se pódem suppôr circumdadas pelo Mandovy, são as de Jua, Tótó e Combarjua, a NE e junto á ilha de Gôa; a da Piedade ou de Divor, ao N da antiga capital, e a de Capão. As ilhas de Chorão e Corjuem ficam entre o rio de Mapuçá e o de Naroa, que é um braço do Mandovy, entre aquella ilha e a de Divor. O Mandovy é navegavel até Usgão por embarcações que não demandem mais de 1,m8 de calado d'agua, e o seu affluente Volvota navega se até Sanquelim, podendo, em geral, navegar-se por todos os seus braços ou tributarios, até aos logares onde a maré se faz sentir. Na foz do Mandovy está situado o bello porto da Aguada, com praça de guerra.

Mandrem. Pov. do conc. de Pernem, no distr. e arcebisp. de Gôa, India. Tem escolas. e aguas mineraes.

Mandur. Freg. de N. S.ª do Amparo, do conc. e com ᵈdas Ilhas, no distr. e arcebisp. de Gôa, India. Houve aqui um forte.

Manegulmbe. Pov. do sobado de Gauga Licungo, na freg de S. José de Encoge, conc. de Encoge, distr. de Loanda, provincia de Angola.

Manêllo e Molarido. Dois logares reunidos na freg. de S. Thiago, de Creixomil, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Maneluembo. Pov. do sobado de Ganga Licungo, na freg. de S. José de Encoge, conc de Encoge, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Manessaco. Pov. do sobado de Calumba, Cassanda e Cóta, na freg. de S José de Encoge, conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Maneta. Pov. da 7.ª div (Pedras) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola.

Manete. Pov. do sobado de Sangui, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola || Pov. do sobado de Bonza Puto, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. || Pov. do sobado de Luansa, no mesmo conc, distr. e prov. No caminho do Zombo. || Pov. do sobado de Namcala, do mesmo conc., distr e provincia.

Manga. Pov. do sobado de Cabaça, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 1.ª divisão.

Mangação (*Monte da*) Na freg. de Santa Luzia, de Pias, conc. de Serpa, distr. de Beja.

Manga Ancha (*Diogo Affonso*). Doutor *in utroque jure*, e mestre em Artes; lente de Leis na Universidade de Lisboa, foi do conselho e desembargador do Paço e d'el-rei, etc. Fal. em janeiro de 1548. Tinha fama de ser um dos celebres letrados e eloquentes oradores do seu tempo. Havendo assistido a 12 de outubro de 1431, em nome da Universidade, á posse das casas que lhe doara o infante D. Henrique, filho de D. João I, partiu por ordem d'el-rei D. Duarte no dia 21 de janeiro de 1435 em companhia do conde de Ourem, embaixador ao concilio geral de Basiléa, que depois se transferiu para Ferrara, onde deixou grande fama do seu talento e erudição. Regressando ao reino, recitou uma oração funebre junto do convento de S. Domingos, na occasião em que foi trasladado o cadaver de D. João I da cathedral de Lisboa para o mosteiro da Batalha. Nas côrtes celebradas em Lisboa em 1439, em que foi jurado governador do reino o infante D. Pedro, na menoridade de seu sobrinho D. Affonso V, orou por tres vezes mostrando com razões concludentes ser prejudicial á conservação da monarchia o governo da rainha D. Leonor. O dr. Manga-Ancha casou duas vezes: a primeira com Branca Annes, que lhe deixou todos os seus bens, com a condição d'elle fundar um collegio; a segunda com Maria Dias, que lhe sobreviveu. De nenhum dos matrimonios teve filhos, e no seu testamento, que tinha a data de 9 de dezembro de 1447, mandou que effectivamente se edificasse o tal collegio nas suas casas situadas junto á egreja de S Jorge, de Lisboa. O testamento foi approvado e publicado em 8 de janeiro de 1448, a requerimento da sua viuva Maria Dias, e de outras pessoas. O collegio era destinado para 10 collegiaes, inteiramente pobres, que passassem de 16 annos de edade, e *fôssem grammaticos*. Sendo, porém, sacerdotes, *ainda que não fossem grammaticos, mas estudassem a grammatica*, seriam recebidos por eleição da Universidade, e de Maria Dias, sem interposição do rei, nem de arcebispo, nem de poderoso algum. Um dos collegiaes seria reitor e outro escrivão, sujeitos á fiscalisação da Universidade, que lhes tomaria contas. Era tambem disposição testamentaria do dr. Manga-Ancha, que fôsse logo collegial n'este

collegio seu filho bastardo Ruy Valdez, e um seu aio para o servir; que não se dessem expectativas de logares no collegio, nem da parte do papa, nem do rei, nem da Universidade, nem do mesmo collegio, e que todos os dias em que não houvesse lição, diria missa na capella (que mandara edificar) um dos 10 collegiaes, e os outros officiariam, se soubessem, por alma d'elle instituidor, e das ditas suas mulheres. No testamento eram declarados os bens que deixava ao collegio, ao qual legou a sua livraria. O collegio veiu a edificar-se em 1451; foi, porém, de curta duração, pois que, d'uma escriptura feita a 4 de julho de 1459, consta que a Universidade de Lisboa emprazara umas casas sitas a S. Jorge, n'aquelle dia, as quaes haviam sido do dr. Manga-Ancha (e eram as proprias em que estava o collegio), por se terem por sentença de el rei annexado *ao estudo*, para uma capella, que n'elle se havia de edificar, e em que se havia de cantar missa por sua alma. Fôram tambem incorporados na Universidade todos os bens que o doutor deixára ao seu collegio, o que tudo consta de documentos authenticos, sem todavia constar o fundamento por que o mesmo collegio se extinguiu, e as suas rendas se applicaram á Universidade. O dr. Manga-Ancha escreveu: *Oração funebre na trasladação do corpo de el-rei D. João I da sé de Lisboa para o mosteiro da Batalha; Tres orações nas cortes celebradas em Lisboa no anno de 1439*, das quaes duas fôram recitadas a 10 de novembro e a 30 de dezembro do mesmo anno.

Mangande. Pov. da 6.ª div. (Calundo) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola.

Mangas (*Manuel Julio Torres*). Jornalista. N. no Funchal em 1835, sendo filho de João Manuel de Torres Mangas e de D. Anna Rita Pereira de Senna da Motta Veiga. Exerceu varios empregos particulares e publicos na metropole e no ultramar. Regressando ao reino dedicou-se á vida jornalistica, escrevendo em diversos jornaes, e entre elles, no *Jornal do Porto*, *Periodico dos Pobres*, do Porto; *Verdade*, *Ecco Popular*, *Nacional*, *Alemtejano*, *Jardim Litterario*, etc. Escreveu tambem um opusculo em 8.º, com o titulo: *Vida do visconde de Almeida Garrett, principe dos poetas portuguezes do seculo XIX*.

Mangas. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Luz, de Maceira, conc. e distr. de Leiria. || S. Thiago de Riba d'Ul, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Mangide. Pov. na freg. do Menino Jesus, de Pereiro, concelho de Pinhel, distr. da Guarda.

Mangoeiro. Povoações nas freguezias: S. Pedro de Gondarem, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Portella, conc. de Monsão, do mesmo districto.

Mangoeiros. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Miranda, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Mangonga. Pov. do sobado de Carambombollo, na 6.ª div. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. de Angola.

Mangual. Pov. na freg. de Santa Maria de Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Mangualde (*Fernando de Almeida Cardoso de Albuquerque, 2.º conde de*). Tenente d'artilharia ao serviço do ministerio da fazenda, adjunto ao chefe da 1.ª secção da repartição de Estatistica na direcção geral dos proprios nacionaes. N. em Lisboa a 14 de março de 1874. E' filho do 1.º conde de Mangualde (V. *o artigo seguinte*). Assentou praça em 9 de agosto de 1889, sendo promovido a alferes em 25 de outubro de 1894, e a tenente em 5 de novembro de 1896. Foi agraciado com o titulo de conde de Mangualde, por decreto de 17 de maio de 1906.

Mangualde (*Francisco Cardoso de Almeida e Albuquerque, 1.º visconde e 1.º conde de*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, do conselho de Sua Magestade, diretor geral das contribuições directas. Nasceu em Mesquitella, concelho de Mangualde, tendo o solar na referida aldeia de Mesquitella, e casa na villa de Mangualde. E' filho de Thiago da Silva Albuquerque e Amaral. Ha annos foi agraciado com o titulo de visconde de Mangualde, sendo elevado a conde por decreto de 30 de maio de 1904. O sr. conde de Mangualde é irmão do lente de direito, jubilado, da Universidade de Coimbra sr. dr. Bernardo deAlbuquerque e Amaral.

Mangualde. Villa da prov. da Beira Alta, séde de conc. e de com., distr. e bisp. de Vizeu, relação do Porto. Tem uma só freg., cujo orago é S. Julião. Está dividida em dois bairros: o bairro velho ao poente, e o bairro novo ao nascente. A villa está edificada n'uma planicie na estrada que vae de Vizeu á Guarda, a 13 k. a N S da margem direita do rio Mondego, e a 6 k. a S E da margem esquerda do rio Dão. E' saudavel e vistosa. Mangualde era a antiga Zurara, que depois se chamou Azurara e Azurara da Beira, que nunca foi villa, povoação, nem freguezia, mas simplesmente o nome d'um concelho, que se denomina hoje Mangualde, nome que tomou por ter a séde n'esta pequena povoação, que depois se tornou uma das villas mais importantes da Beira. com o nome de Zurara teve foral passado em 1102 pelo conde D. Henrique e sua mulher D. Thereza, o qual foi confirmado em Santarem, por D. Affonso II em 1218. El-rei D. Diniz deu-lhe outro foral em 1298, e D. Manuel, em Lisboa, a 26 de março de 1514, com o nome de Azurara. Nem Mangualde, nem Azurara, tiveram brazão d'armas, emquanto outras povoações de menor importancia o teem. Zurara, ou Azurara, foi povoação muito antiga, sendo fundada anteriormente ao dominio dos romanos. Em 11 de julho de 1145, D. Affonso Henriques, estando em Coimbra, soube que os moradores d'aquelle concelho, hoje de Mangualde, faziam *cavalleiros* aos de fóra da terra, do modo seguinte: davam-lhes primeiro uma pequena herdade, pelo que ficavam com o privilegio de *visinhos*, e depois os faziam *cavalleiros*. Davam lhes uma propriedade de valor insignificante, ás vezes uma pequena casa com um bocado de terra, e até mesmo uma só arvore, pois o bastante para ser considerado *visinho* era possuir aqui *bens de raiz*, qualquer que fôsse o seu tamanho ou valia. Tambem se chamava *maladia*. O rei ordenou então expressamente que «nenhum cavalleiro, ou outro qualquer ali *avisinhe*, ou possa ter maladia ou commenda, sob pena de a perder para o reguengo; ordenando ao seu rico-ho-

mem, Pero Fernandes, que então tinha da corôa aquella terra, que assim o fizesse cumprir e guardar. (Consta isto do *Livro dos foraes velhos*, no fim do foral de Azurara). Mangualde tem hoje boas propriedades, bons edificios, largos espaçosos, chafarizes, etc.. Na egreja da Misericordia admiram-se valiosos quadros de pintura da escola romana. Esta egreja está situada no largo do mesmo nome. E' um templo regular, com tres altares, incluindo o altar-mór, sendo todos decorados com boa talha dourada, bem como o pulpito. Tem um bonito côro sobre o guarda-vento, um pequeno orgão, e bons azulejos estampados, revestindo até meia altura as paredes do corpo da egreja e da capella-mór. O tecto da egreja é abaulado e bem pintado a oleo com diversos desenhos de ornato e de figura, tendo a imagem da Virgem ao centro. O tecto da capella-mór é apainelado, vendo-se ali 15 télas romanas, representando mysterios de Christo e da Virgem. A egreja matriz, dedicada a S. Julião, tem 7 altares, incluindo o altar mór, onde está o sacrario e a imagem do padroeiro; os tres altares do lado do Evangelho são dos *Santos Reis*, *Senhor Crucificado* e *Menino Jesus;* os do lado da Epistola, *S. Antonio*, *N. S.ª do Rosario* e *N. Sª da Graça*. A egreja é muito antiga, e julga-se que fôsse edificada no seculo XVI, anterior a 1580, pelos condes de Belmonte, então senhores da villa. E' muito espaçosa e está bem conservada. A frontaria olha para o poente, e tem um portico e uma janella superior ogivaes, com as esquinas boleadas; do lado do sul, tem uma porta travessa, tambem ogival, com um alpendre e cachorros, tudo archaico; as outras portas são rectangulares, e na esquina da frente, lado sul, tem um campanario com dois sinos. Tem um bom adro, que revela ainda a opulencia de outro tempo. Teve tambem uma residencia, muito antiga que abateu no meado do seculo XIX, e um bom passal a norte e sul da egreja. Em Mangualde ha uma bella casa da camara municipal, e é tão vasto o edificio, que, além da sala das sessões camararias, ali existem o tribunal de justiça, a administração do concelho, aulas d'ambos os sexos, etc.. O mais notavel n'esta villa é o sumptuoso palacio da illustre e antiga familia Paes do Amaral, que pertence hoje aos condes da Anadia, reunindo uma grande quinta muito aformoseada, com pomares de bellas fructas, bonitos jardins e quatro estufas onde vegetam plantas tropicaes. Junto á quinta vê-se uma extensa matta arruada, imitando a do Bussaco, em que se encontram diversos objectos de recreio, muita caça, e importantes arvores seculares. N'ella ha lapides commemorativas da visita de el-rei D. Luiz e D. Carlos, e rainhas D. Maria Pia e D. Amelia. A distancia de 1:500 m. ao N E da villa, sobre o cume d'um elevado e escarpado monte, cercado de rochedos e fazendo face á povoação, está edificada a egreja dedicada a N. S.ª do Castello, erigida pelo zelo e devoção da referida e illustre familia Paes do Ama-

Egreja de Mangualde

ral, a cuja casa pertence a sua perpetua administração, pois foi esta distincta familia que concorreu com todo o supprimento de despezas para esta obra, por a respectiva confraria não ter recursos para tão dispendiosa construcção. Em janeiro de 1819 principiaram as obras, ficando suspensas em 1820, recomeçando depois em 1822 com decidido empenho, inteiramente a expensas da já citada familia Paes do Amaral, até que em 1837 se concluiram as obras que importaram em 24:000$000 réis. O edificio é todo de cantaria, sendo a architectura simples mas elegante. A abobada de todo o templo é guarnecida de bellos ornatos de estuque. Além do altar-mór, onde se venéra a imagem da padroeira, N. S.ª do Castello, tem mais dois altares aos lados do arco, da invocação de Sant'Anna e S. José, vendo-se n'elles dois paineis, pintados a oleo, trabalho de Antonio José Pereira, artista muito apreciado de Vizeu. A torre tem 38 m. d'altura desde o pavimento, subindo se ao alto d'ella por uma escada em espiral. Ergue-se simplesmente sobre a abobada o que a torna deveras muito notavel. Da torre descobre-se um lindo panorama, vendo-se planicies, serras, montes, e povoações a uma enorme distancia. Em torno da egreja ha um espaçoso adro, guarnecido de parapeito com assentos. D'ali desce-se por uma escadaria de dois lanços na frente do templo, para um vasto terreiro arborisado, ficando a um lado da escada um terreno com rochedos, tendo elles videiras e oliveiras; e no outro lado uma hospedaria para accommodação dos romeiros. Esta romaria realisa-se todos os annos nos dias 7 e 8 de setembro, e foi n'outros tempos uma das mais importantes da Beira Alta. A alguns passos ao nascente d'este plano existe uma cisterna d'agua nativa, ao fundo da qual se desce por uma escada em espiral, de 36 degraus. Esta agua é muito fresca e saborosa. Do terreiro se desce o monte por uma espaçosa escadaria de 163 degraus, interrompida de espaço a espaço por pequenos terreiros, tendo quatro d'elles outras tantas capellinhas, dedicadas a N. S.ª da Conceição, N. S.ª da Encarnação, N. S.ª da Visitação e N. S.ª d'Assumpção, tendo todas as capellinhas bellas imagens romanas. Toda a escadaria é orlada d'um e d'outro lado de frondosas arvores, ficando ao fundo do monte planos e ferteis campos, e prados sempre cobertos de verdura. Consta, por tradição antiquissima, que o velho templo que se demoliu, fôra mesquita de moiros, convertida depois ao Christianismo, por ter apparecido n'aquelles sitios uma imagem de Nossa Senhora. Dizem, que por detraz da actual egreja ainda se encontram vestigios de ruinas d'um castello, e parece que seja esta a origem do titulo de *N. S.ª do Castello* da imagem que se venera n'aquella egreja. A fallecida condessa d'Anadia, D. Maria Joanna, offereceu á Senhora na occasião da transferencia do templo antigo para o moderno, um rico e completo paramento branco, bordado a ouro e seda, para serviço do culto, e dois mantos riquissimos. Dá-se o nome de *Torre Velha do Relogio* a uma torre, que está n'um morro de granito a O, em frente do palacio dos condes d'Anadia, e ao S dos antigos paços do concelho, mettendo-se por meio a estrada de Mangualde a Vizeu. E' muito antiga e singela. Não se sabe quando foi construida, nem o nome do fundador, mas suppõe-se datar do principio da monarchia, e ser obra dos antigos senhorios de *Azurara da Beira*. Já serviu de cadeia esta torre, e estiveram ali tambem o sino da camara e o relogio da villa, pelo que tomou o nome de *Torre do Relogio*, depois que este foi collocado na Misericordia. Em 1580, quando Filippe II de Hespanha se assenhoreou de Portugal, o conde de Belmonte, não se querendo bandear com outros muitos fidalgos portuguezes que se venderam aos castelhanos, recusou apresentar-se no beija-mão, que aquelle monarcha deu em Elvas, quando veiu a Portugal no mez de dezembro d'esse anno. O conde de Belmonte, por este facto, foi despojado de todos os bens e fóros que tinham sido da corôa, ficando portanto para esta, desde então, o senhorio de Mangualde, de que era donatario o mesmo conde. Mangualde ficou sendo vigararia, e vigario ainda hoje se intitula o seu parocho. Tambem foi commenda da ordem de Christo, e commenda importante, pois que em 1708 rendia 700$000 réis, que equivaliam a mais de 2:000$000 réis da moeda actual. Em 1747 o vigario tinha de congrua, dada pelo commendador, apenas 40$000 réis, 8 almudes de vinho, e 4 alqueires de trigo, além do pé d'altar. Tinha tambem um coadjutor, que recebia da commenda 40 alqueires de trigo e 6$500 reis em dinheiro. Mangualde tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales de correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. B. A., estação do caminho de ferro, na linha da Beira Alta, entre as de Gouveia e Nellas; hospital civil, advogados, notarios, medicos, pharmacias, agencias dos bancos *Lisboa e Açores*, *do Minho*, *Alliança*, *Commercial de Lisboa*, *Commercial do Porto*, *Economia Portugueza*, *Portugal* e *Crédit Franco-Portugais*; succursal das companhias de seguros: *Commercial do Porto*, *Confiança Portuense*, *La Union y El Fenix Español*, *Mercurio*, *Portugal*, *Tagus;* fabrica de polvora; sociedades de recreio: *Gremio de Mangualde*; philarmonicas; *Abrunhosa*, *Lobelhe* e *Mangualde*, Pertence á 2.ª div. mil., 3.ª brigada, grande circumscripção mil. Centro, e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. Além da romaria á Senhora do Castello, já citada, tambem se realisa a 14 e 15 de agosto a romaria de N. S.ª do Desterro. Nos primeiros e terceiros domingos de cada mez ha feira, sendo muito importante a primeira de novembro, denominada *dos Santos*. De 8 a 20 de setembro effeitua-se a feira franca de S. Matheus, onde os fabricantes de lanificios transaccionam em grande escala. Até 1894 fazia-se em Vizeu, e n'esse anno é que passou para esta villa. Em Mangualde ha um bom cemiterio, que foi construido no meado do seculo XIX. Este concelho confina a E com os de Fornos de Algodres e Penalva do Castello; a O com os de Nellas e Vizeu; a N com os rios Dão e Real, e com os concelhos de Vizeu e Penalva; a S com o Mondego e com o concelho de Gouveia. E' muito saudavel, bastante fertil, bem agricultado, e está bem servido de estradas e d'outros meios de communicação. O concelho compõe-se de 18 freguezias com 5:255 fog. e 22:305 hab., sendo 10:303 do sexo masc. e 12:002 do fem., n'uma superficie de 22:740 hect. As freguezias são: Santa Cecilia, de Abrunhosa Velha, 1:214 hab.: 578 do sexo

masc. e 636 do fem ; S. Vicente, de Alcafache, 1:345 hab : 613 do sexo masc. e 732 do fem.; Santa Maria, de Chãs de Tavares, 2:005 hab : 980 do sexo masc. e 1:025 do fem.; S. Pedro, de Cunha Alta, 285 hab.: 125 do sexo masc. e 160 do fem.; S. Thomé, de Cunha Baixa, 1:588 hab.: 706 do sexo masc. e 882 do fem.; S. Pedro, de Espinho, 1:425 hab.: 634 do sexo masc. e 791 do fem ; S. Miguel, de Fornos de Maceira Dão, 1:633 hab.: 750 do sexo masc e 883 do fem.; Santa Luzia, de Freixiosa, 668 hab.: 299 do sexo masc. e 369 do fem ; S. Paulo, de Lobelhe do Mato, 579 hab : 303 do sexo masc. e 276 do fem ; S. Julião, de Mangualde, 5:184 hab : 2:367 do sexo masc. e 2:817 do fem.; S. Mamede, de Mesquitella, 735 hab.: 328 do sexo masc. e 497 do fem.; N. S.ª das Neves, de Moimenta de Maceira Dão, 479 hab : 203 do sexo masc. e 276 do fem ; S. João Baptista, de Povoa de Cervães, 577 hab.: 261 do sexo masc. e 316 do fem.; S. João Baptista, de Quintella de Azurara, 718 hab.: 337 do sexo masc. e 381 do fem.; S. João Baptista, de S. João da Fresta, 651 hab.: 301 do sexo masc. e 350 do fem.; S. Thiago, de S Thiago de Cassurrães, 2:067 hab.: 968 do sexo masc. e 1:099 do fem.; S. Salvador, de Travanca de Tavares, 303 hab.: 149 do sexo masc. e 154 do fem.; Santa Maria, de Varzea de Tavares, 849 hab.: 401 do sexo masc, e 448 do fem. O logar mais importante da villa de Mangualde é o Monte, a 2 k. de distancia; o principal commercio do concelho é vinho para exportação, fructas para consumo, e milho, gado bovino e lanigero. Em Mangualde teem-se publicado os seguintes jornaes: *Beirão (O)*, 1 dezembro, 1887, em publicação; *Conspirador (O)*, 10 setembro, 1889; *Gazeta de Mangualde*, 7 setembro, 1889 a 27 julho, 1891; *Novo Tempo (O)*, 17 outubro, 1889 a 15 novembro, 1890; *Povo Beirão*, 1 fevereiro, 1891; *Reacção (A)*, 27 setembro, 1891. || Pov. na freg. de S. Matheus, de Grimancellos, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Mangualde da Serra. Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Gouveia, distr. e bisp. da Guarda; 90 fog. e 341 hab. Tem uma fabrica de lanificios e correio com serviço de posta rural. O real padroado apresentava o prior, que tinha 120$000 réis. Está situada a pov. na serra da Estrella. A pouca distancia está um altissimo monte. Segundo a tradição, appareceu aqui a uns segadores, junto ao cabeço chamado Alfalama, e entre tres carvalhos, uma imagem de Nossa Senhora. Os segadores fôram logo dar parte a Mangualde da Serra, indo o povo ao monte buscar a imagem que collocaram na egreja matriz; mas como ella fugisse logo para o monte onde fôra achada, construiram ali uma capella, que ainda existe. E' imagem de muita devoção d'estes povos, e apezar da altura e aspereza do monte, ali concorrem, com muita frequencia, a cumprir promessas feitas a N. S.ª do Monte, que é o titulo que lhe deram, em razão do sitio onde foi achada e onde tem a sua capella. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Manguambo. Pov. da freg de S. José de Encoge, no conc. de Encoge, distr. de Loanda, provincia de Angola.

Mangue de Sete Ribeiras. Pov. da freg. de S. Miguel, no conc. de Santa Catharina, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Mangue Grande. Pov. do conc. de Ambrizette, na div. do Quinzau, distr. do Congo, prov. de Angola. || Ponta da costa do Sonho, no distr. do Congo, prov. de Angola E' de barreiras altas, coberta de vegetação, e fórma o limite S d'uma pequena bahia cuja parte N é limitada pela ponta da Cabeça da Cobra ou *Margate Bluff* dos inglezes. A 1 k. de distancia ha uma densa matta, que dá o nome ao cabo.

Manguel. Pov. na freg. de S. Thomé, de Bitarães, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Manguella. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Carreira, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Vicente, de Louredo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Manguez. Pov. do conc. de Pondá, nas Novas Conquistas, distr. e arceb. de Gôa, India.

Mangundo. Pov. do commando de M'Chops, no distr. mil. de Gaza, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Manguro. Monte do distr. da Zambezia, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Levanta se nas terras dos bororos, proximo do Chire.

Manhão. Pov. na freg. de S. Martinho, de Varzea do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Manhengeiros. Territorio da região do Orobes, no antigo distr. e hoje circumscripção de Sena, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Faz parte da concessão da Companhia de Moçambique, e é notavel pelos seus jazigos auriferos.

Manhente. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 118 fog. e 516 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada a 500 m. do rio Cávado. O reitor do convento de conegos seculares de S. João Evangelista, de Villar de Frades *(Os bons homens de Villar)*, apresentava o cura, que tinha 25$000 réis e o pé d'altar. Manhente foi villa e couto feito por D. Affonso Henriques, estando no castello de Faria, em 1129. Foi supprimido em 1834. Este couto compunha-se da freguezia de Manhente e parte das de S. Verissimo, Santa Maria de Gallegos e de S. Vicente de Areias. O reitor do mosteiro de Villar nomeava o juiz do couto, para o civel e orphãos, e o capitão para uma companhia de ordenanças. que se conservou até 1834. No crime era sujeito ás justiças da villa do Prado. A egreja matriz era a de um antigo mosteiro de religiosos da ordem de S. Bento, fundado por S. Martinho de Dume, no anno 600, e reedificado por D Pedro Affonso de Durães, pelos annos de 1250. Passou a abbadia secular em 1480, sendo arcebispo de Braga D. Luiz da Cunha. Esta abbadia era dos frades loios de Villar de Frades A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Manhepa. Terras do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Manhezana. Terras do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Produzem arroz e mantimento cafreal.

Manhiça. Circumscripção no districto de Lourenço Marques (provincia de Moçambique). Des-

de 1861 que está sujeita á corôa portugueza, data em que os portuguezes tiveram que sustentar uma terrivel campanha em auxilio do regulo Muzila que se batia com o temivel Maneva, irmão d'elle, que se queria fazer acclamar successor do feroz Manicusse, fallecido em 1859 e que era chefe dos vatuas em todo o norte d'aquelle territorio. Actualmente tem ali o nosso governo uma bella granja, onde cria gado, havendo já grande numero de estabelecimentos europeus e asiaticos, que atteuta as relativas facilidades de meios de transporte e á fertilidade do solo fazem bom commercio. E' uma das circumscripções mais ricas e de promettedor futuro. || *Rio Manhiça*. Rio, no districto de Lourenço Marques, (Africa Oriental portugueza) que desagúa na bahia d'este nome. E' uma derivação do rio dos Elephantes, corre mais de 1:110 kilometros pelo interior. Em 1871 foi explorado pela canhoneira *Maria Anna*. E' navegavel até 99 kilometros. Foi no territorio entre a Manhiça e o rio Espirito Santo que se deu a terrivel scena do memoravel desbarato de Manuel de Sousa Sepulveda e de toda a sua gente que o acompanhava, seu desapparecimento em 19 de junho de 1552 depois de ter visto morrer sua amada esposa, a formosa D. Leonor de Sá, e filhos, os quaes depois dos cafres terem despojado das suas roupas, morreram á mingua, e a quem elle Sepulveda e seus escravos deram sepultura, depois, do que, elle como louco, se internou no matto chorando sua infeliz mulher e filhos.

Manhóca. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Penso, conc. e distr. de Braga.

Manhoso. Pov. na freg. de S. Miguel, de Varziella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Manhosa. Povoações nas freguezias: S. Lourenço, de Alhos Vedros, conc. da Moita, distr. de Lisboa. || S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Manhouce. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. Pedro do Sul, distr. e bisp. de Vizeu; 242 fog. e 1:335 hab. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 16 k. da séde do conc. O abbade da Trapa apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. Houve aqui uma albergaria fundada pela rainha D. Mafalda, mulher de D. Affonso Henriques, para passageiros pobres. A terra é fria, árida e pobre. Pouco mais produz do que centeio e batatas. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Arrifana, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Manhufe. Pov. na freg. de S. Martinho, de Mancellos, conc. de Amarante, distr. do Porto. Produz cereaes, vinho e azeite. A 18 de abril de 1809 houve aqui um combate contra os francezes, em defeza da ponte de Amarante, pelas tropas do general Silveira.

Manhuncellos. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Douro, conc. e com. de Marco de Canavezes, distr. e bisp. do Porto; 123 fog. e 447 hab. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada a 3 k. da margem esquerda do rio Tamega. A mitra apresentava o abbade, que tinha 100$000 réis de rendimento. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Mani. Pov. do sobado de N'Gando, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. || Pov. do conc. de S. Salvador do Congo, no caminho de Tumba, distr. do Congo, prov. de Angola.

Manianga. Pov. do sobado de Bongue, no Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Manica. Territorio actualmente sob a jurisdicção da Companhia de Moçambique (*V. este nome*). Manica fez sem duvida parte do antigo *Eldorado* da Africa do Sul, segundo as investigações de Bent e Carl Peteres, dois sabios que a teem percorrido e que affirmam de maneira categorica que é ali o Ophir da Biblia. Muitos são os vestigios de trabalhos antigos e bastantes são os achados archeologicos encontrados, taes como: tumulos phenicios que provam a existencia de uma civilisação muito antiga. Não ha duvida tambem que a exploração e riqueza mineira data de muito longe e d'ella nos fala a Biblia nos seguintes versiculos da escriptura que transcrevemos: «Versiculo 26.—O rei Salomão equipou uma frota, em Asiongaber, que é proximo de Elath, na margem do mar vermelho, no paiz de Iduméa.» Versiculo 27.—E Hiram mandou com esta frota alguns dos seus servidores, bons homens do mar, que entendiam muito de navegação e que se juntaram aos servidores de Salomão (que eram menos habeis). «Versiculo 28.—e tendo ido a Ophir, alli tomaram 420 talentos d'oiro (approximadamente 150:000 contos da nossa moeda) que levaram ao rei Salomão. Na mesma frota embarcaram, offerecidos pela apaixonada rainha Sabá, do Ophir, mais 120 talentos de ouro e uma enorme quantidade de pedras preciosas. Ainda hoje se encontram bem visiveis inscripções com nomes portuguezes em algumas das antigas minas. Parece fóra de duvida que uma raça, até hoje ainda para averiguar, explorou aquelle paiz, o que se póde no entanto é affirmar, que era uma raça de individuos de estatura muito baixa, pois as galerias d'aquellas minas são de taes dimensões que só individuos de pequena estatura poderiam n'ellas terem trabalhado. Em 1898, um inglez, de nome Birch, inspector de policia, encontrou, perto da velha cidade de Umtali, uma moeda portugueza de cobre, do tempo de Filippe I. Entre os cafres, tambem existe grande numero de moedas, na maior parte de cobre, de D. João IV e V, além d'algumas romanas, mas já inutilisadas por d'ellas terem feito medalhas e outros adornos. Em Manica houve em tempo uma importantissima feira portugueza annual, nos mezes de abril e maio, denominada feira de Manica, a qual está actualmente abandonada. Tinha uma egreja dedicada a Nossa Senhora do Rosario e um forte do mesmo nome, que, bem artilhado e guarnecido, protegia o territorio que era governado por um capitão-mór. Em 1848 houve idéa de restaurar a feira e a povoação que possuia bons edificios. Em 1884 renovaram as tentativas para aquelle effeito a pedido instante do proprio regulo, mas tal desejo não se realisou. Este territorio foi-nos doado por um dos imperadores africanos no tempo em que o Monomotapa attingiu, como imperio, o auge da sua grandeza e esplendor, e Manica constituia a principal e mais rica provincia. Manica, á qual está reservado um brilhante futuro, está

hoje com as suas minas fechadas, apezar da Companhia de Moçambique haver ali enterrado sommas fabulosas, ter uma repartição de minas, ter aberto estradas e edificado uma cidade como Macequece, de que ella pode ufanar-se. V. *Moçambique (Companhia de)*.

Manigoto. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Pinhel, distr. e bisp. da Guarda; 96 fog. e 384 hab. Tem esc. do sexo fem., est. post. e mercado no dia 4 de cada mez. A pov. dista 8 k. da sédo do conc. e está situada na estrada que vae de Pinhel ao Sabugal, na margem direita da ribeira da Pega. O ordinario apresentava o reitor, que tinha 40$000 réis, e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 12 com a séde em Trancoso.

Ma-ni ho. Pov. da ilha de Voug-Camp, na provincia de Macau.

Maninhadégo, Maninhado ou Maneria. Tributo, que consistia em herdarem certos mosteiros de frades a terça parte de toda a herança dos casados, que morriam, sem deixar filhos. Este abuso veiu de Leão, Hespanha, e propagou-se nas terras de Miranda do Douro e Bragança. Em Castro d'Avellãs, do concelho de Bragança, havia um convento de frades benedictinos, que fôra fundado por S. Fructuoso no anno 667, sendo um dos mais antigos do reino. Os frades d'este convento eram senhores de Bragança, então villa, e de outras villas e coutos, por doação de Affonso V, de Leão, feita pelos annos de 830. Os frades cederam Bragança a D. Sancho I, de Portugal. Eram os mais ricos, poderosos e despoticos de todo o reino. Nas muitas cartas de povoação (foraes) que deram a varios logares, que, ou por doações ou por usurpação, se tornaram do seu dominio, impuzeram aos moradores o tributo de maninhadégo, um abuso absurdo e expoliador, contra a expressa determinação do foral regio dado a Bragança por D. Sancho I em 1187. Os frades, ainda não contentes, levaram mais longe o abuso, exigindo a terça parte das heranças de todos os defuntos, tivessem ou não tivessem filhos, e os povos sujeitavam-se com receio dos odios e das excommunhões, cousa terrivel n'aquelles tempos de fanatismo. O 1.º duque de Bragança, D. Affonso, por carta sua de 1452, fez terminar este abuso escandaloso, por ser contra o foral regio, contra as Ordenações do reino e contra o bom senso, ordenando que as duas partes da herança ficassem aos filhos ou herdeiros do defunto, podendo cada um dos testadores dispôr do terço livremente, a beneficio da sua alma. Prohibiu que fôssem penhorados ou *evitados* (aquelles a quem era imposta a pena de excommunhão) os que o abbade do mosteiro (como vigario geral do arcebispado) excommungasse por este motivo; e que o mosteiro e seus officiaes não *tomem* as cousas e mantimentos; mas *as paguem á vontade dos donos* (porque os frades tambem praticavam o escandalo de tirarem aos lavradores gados, fructas, pastos, etc., pagando-lhes pelos preços que entendiam, e isso quando pagavam). Apezar, porém, d'esta terminante carta do duque de Bragança, os frades, armados com a terrivel arma da excommunhão, continuaram a receber os maninhadégos, e taes extorsões fôram fazendo sem respeito ás leis do reino e ás ordens do duque, que D. João III, apezar de muito religioso e fanatico, viu-se na necessidade de se queixar ao pontifice Paulo III, pedindo a suppressão d'aquelle convento, ao que o papa annuiu, extinguindo-o por uma bulla de 1545, sendo as rendas incorporadas na *mesa capitular* de Miranda, hoje de Bragança, com a condição de se fazer todos os dias na sé a commemoração de S. Bento. Os frades fugiram antes de se lhes lêr a sentença da curia romana, e não esperaram para serem expulsos. Alguns ainda se queixaram amargamente ao papa, mas nada conseguiram.

Maninho. Dá-se este nome ao terreno aberto, improductivo, ou que só produz matto e plantas silvestres, e que é propriedade do municipio, do commum logradouro do povo. Os moradores visinhos d'estes terrenos pódem n'elles plantar arvores, sem dependencia de autorisação das camaras, mas só teem dominio n'essas arvores, e não na terra que as cria Em 1770 promulgou o marquez de Pombal uma lei sobre os maninhos, em favor do desenvolvimento da agricultura. Em 1844 promulgou-se outra no mesmo sentido, mas uma e outra ficaram quasi esquecidas. Tambem se denominavam maninhos os bens que ficavam do viuvo, ou viuva, que morria sem filhos e sem deixar testamento, não tendo parentes até ao 10.º grau. O almoxarife do rei tomava estes bens para a corôa. D. Pedro I, nas côrtes de Elvas, de 1361, determinou que no caso d'algum dos conjuges morrer *ab intestato*, isto é, sem testamento, e sem filhos ou parentes, o sobrevivente herdasse, e não a corôa. *(Cod. Alf. Liv. 4.º, tit. 95)*.

Maninho. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Alvaredo, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello ‖ Santa Maria, de Meinedo, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Manini *(Luiz)*. Pintor scenographo italiano, que ha muitos annos reside em Lisboa. N. em Crema, pequena cidade da Lombardia, e foi discipulo do celebre Ferrari. Cursou tambem a Academia de Bellas Artes de Milão. Em 1879 veiu para Lisboa, contratado pela empresa do theatro de S. Carlos, e aqui se tem conservado. Pintou o scenario das operas *Aida*, *Lohengrin*, *Othelo*, *Mephistopheles*, *Guarany*, e das peças: *Estrangeira*, *Rantzau*, *Drama no fundo do mar*, *Miguel Strogoff*, *Regente*, *Os velhos*, *Fr. Luiz de Sousa*, *Dois garotos*, *Resurreição*, *Rei Lear*, etc. Manini pintou tambem o tecto do theatro de S. João, do Porto, ha pouco tempo incendiado, e o penultimo panno de bocca do theatro de D. Maria II. Como decorador tem sido encarregado de obras muito importantes, havendo trabalhos seus em varios palacetes e predios luxuosos da capital. Pertence tambem a este apreciado scenographo a decoração do jardim de inverno do theatro de D. Amelia. Como architecto tem feito alguns projectos notaveis, sendo trabalho seu o do edificio monumental, em estylo manuelino, do grande Hotel do Bussaco, e o do palacio, no mesmo estylo, do sr. dr. Carvalho Monteiro, em Cintra.

Manipanzo. Pov. do sobado de Ganga Licungo, na freg. de S. José de Encoge, conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Manipóto. Pov. do sobado de Ganga Licungo, na freg. de S. José de Encoge, conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Manique *(Diogo Ignacio de Pina)*. V. *Pina Manique (Diogo Ignacio de)*.

Manique (*José Joaquim*). Esculptor em madeira, que vivia no fim do seculo XVIII.

Manique. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

Manique de Baixo. Pov. na freg. de S Vicente, de Alcabidéche, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa.

Manique de Cima. Pov. na freg. de S. Pedro de Penaferrim, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Manique do Intendente (*Pedro Antonio de Pina Manique Nogueira Mattos de Andrada, 1.º barão e 1.º visconde de*). Commendador da ordem de Christo, 5.º senhor do morgado de S. Joaquim da villa de Coina, alcaide-mór de Portalegre, do conselho de sua magestade, escrivão da arrematação e tombo das commendas das tres ordens militares, deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, conselheiro do ultramar, desembargador da relação do Porto. N. a 20 de setembro de 1773, fal. a 5 de fevereiro de 1839. Era filho do intendente Diogo Ignacio de Pina Manique (*V. este nome*), e de sua mulher, D. Ignacia Margarida Umbelina de Brito Nogueira e Mattos. Succedeu na casa de seu pae a 30 de junho de 1805. Casou em 28 de julho de 1806 com D. Maria da Gloria da Cunha e Menezes, filha natural legitimada de Francisco da Cunha e Menezes, moço fidalgo, commendador da ordem de Christo, conselheiro de guerra, tenente-general, governador e capitão-general de S. Paulo, India e Bahia, e um dos governadores do reino em 1807, irmão dos condes de Lumiares. O titulo de barão foi concedido por D. João VI, então ainda principe regente, por decreto de 10 de abril de 1801, em attenção aos serviços de seu pae; este titulo foi elevado ao de visconde, por decreto de 6 de fevereiro de 1818. A alcaidaria-mór de Portalegre fôra concedida a seu pae, por decreto de 10 de setembro de 1798. O visconde de Manique, entre outros filhos, teve a Diogo de Salles Pina Manique Nogueira e Mattos de Andrada, que nasceu a 3 de abril de 1809, e fal. a 23 de dezembro de 1864, moço fidalgo com exercicio. Foi muitos annos um dos redactores da *Nação*, e como pertencia ao partido miguelista, assim como toda a sua familia, não quiz nunca acceitar o titulo de visconde que herdara de seu pae. Casou em 14 de outubro de 1832, com D. Maria José da Madre de Deus de Sousa Maldonado, filha de D. Miguel José da Camara Maldonado, moço fidalgo, 8.º senhor do officio de védor da chancellaria-mór da côrte e reino, superintendente dos novos direitos e do rendimento do sello das mercês e novo imposto, que fal. em 17 de abril de 1825, e de D. Maria Guilhermina Frederica de Sousa Holstein, môça do coro do real convento da Encarnação, da ordem de S. Bento de Aviz.

Manique do Intendente. Villa e freg. de S. Pedro, da provincia da Extremadura, conc. de Azambuja, com. do Cartaxo, distr. e patriarc. de Lisboa; 615 fog. e 2:820 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. permutando malas com Azambuja. Está situada na margem direita do rio de Almoster, sobre o qual ha uma ponte. A villa é muito antiga. Tinha o nome de *S. Pedro d'Arrifana*, passando a chamar-se Manique do Intendente, quando o seu senhorio foi dado ao intendente da policia Diogo Ignacio de Pina Manique, por decreto de 11 de julho de 1791. O real padroado apresentava o prior, que tinha 900$000 réis de rendimento. Dista 23 k. da séde do conc. A freguezia é rica e muito fertil. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 16, com a séde em Lisboa. A casa da camara e a egreja parochial fôram fundadas pelo referido intendente da policia.

Maniquete. Canhão ou enfeite de renda com que se guarnecem as alvas sacerdotaes, ás vezes desde o bocal do braço até ao cotovêlo.

Manitti (*José Caetano Cesar*). Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra. Poeta e magistrado que viveu no seculo XVIII. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Foi despachado para o Brazil ouvidor da comarca de Sabará, e serviu na devassa, que se tirou contra os conspiradores de Minas Geraes. Deixou bastantes composições que ficaram ineditas, publicando-se unicamente a seguinte: *Ao magnanimo rei D. José I, no faustissimo dia da inauguração da sua real estatua equestre, ode;* Lisboa, 1775. Foi reproduzida no vol. VI do *Ramalhete*, a pag. 11.

Manixe. Pov. na freg. de S. Faustino, de Guimarães, conc. de Maia, distr. do Porto.

Manizola. Pov. na freg. da sé, conc. e distr. de Evora. O sr. visconde da Esperança tem aqui um palacio com magnifica livraria.

Manjacaze. Pov. do commando de M'Chops, no distr. mil. de Gaza, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Era n'esta povoação que residia o regulo Gungunhana, que foi aprisionado em 1895. Tem est. telegraphica, aberta ao serviço internacional em 14 de outubro de 1903.

Manjão. Pov. na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Góes, distr. de Coimbra.

Manjoeira. Pov. na freg. de Santo Antão, do Tojal, conc de Loures, distr. de Lisboa.

Manjões. Pov. na freg. de Santa Iria de Azoia, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Manna. Pov. do sobado e conc. de Cabinda, na regedoria do Povo Grande, distr. do Congo, prov. de Angola.

Mano. Pov. na freg. de Santa Maria, do Telhado, conc. de V. N. de Famalicão, districto de Braga.

Manopla. Luva de ferro das antigas armaduras, que guarnecia a mão, composta de laminas de ferro cosidas sobre uma luva de pelle de bufalo. Empregava-se tambem como synonymo de *luva* e de *guante*. || *Manopla de justa*. Era uma manopla forte que se calçava na mão esquerda, e que não tinha movimento na parte correspondente aos dedos, sendo feita assim de proposito para poder receber lançadas nos torneios, justas e passos de armas.

Manrique (*Fr. Sebastião*). Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho, natural do Porto. Empregou-se por muitos annos nas missões do Pegu, Mogol, Cochinchina, Macassar e outras terras do Oriente. Passando a Roma foi eleito defensor geral e procurador da provincia de Portugal junto da Santa Sé. Indo para Londres, em 1669, foi morto por um seu creado com o intento de lhe roubar o dinheiro que levava. Escreveu em hespanhol um *Itinerario das missões da India Oriental*, que se imprimiu em Roma no anno de 1653.

Mansilhas. Ilha do Pico; pov. na freg. de Santa Barbara, de Ribeiras, conc. de Lagens do Pico, distr. de Horta.

Manso Pereira (*João*). Professor regio emerito de latim, hebraico e grego, no Rio de Janeiro. Era natural de Minas Geraes, e fal. na referida cidade do Rio de Janeiro a 20 de agosto de 1820. Frequentou o seminario da Lapa, onde se preparou nas disciplinas de que foi mais tarde professor. Conhecia profundamente as linguas que leccionava. Devido a varios estudos a que se dedicou nas sciencias naturaes, foi encarregado pelo governo de analysar o ferro de Ipanema. No Brazil era tido como uma notabilidade. Entregou-se tambem á fabricação de varios productos, como vinho, assucar, aguardente distillada da raiz de sapé, etc. Offereceu varios trabalhos seus ao vice-rei Luiz de Vasconcellos e a D. João VI. Era cavalleiro de Christo. Escreveu: *Memoria sobre a reforma dos alambiques, ou de um proprio para a distillação das aguas ardentes*, Lisboa, 1797; *Memoria sobre o methodo economico de transportar para Portugal a aguardente do Brazil com grande proveito dos fabricantes e commerciantes*, Lisboa, 1798; *Memoria sobre uma nova construcção de alambique para se fazer toda a sorte de distillações com economia e proveito, traduzida do francez e accrescentada com annotações*, Lisboa, 180·; *Carta sobre a nitreira artificial, estabelecida na villa de Santos da capitania de S. Paulo, dirigida a esta côrte por João Manso Pereira e publicada por frei José Marianno da Conceição Velloso*, Lisboa, 1800; *Considerações sobre as cinzas do cambará, do imbé*, etc., Lisboa, 1800.

Mansôa. Rio da prov. da Guiné. Tem a sua foz sobre o canal de Geba, na barra d'Ancora, a O da ponta do Biombo, no extremo SO da ilha de Bissau, ao N da qual tem o rio seu percurso navegavel até ao rio Braia, uns 70 k. a montante do Empernal. Este, a que tambem chamam rio, é um canal natural de communicação entre o estuario do Geba e o Mansôa, banhando por E a ilha de Bissau e por onde as lanchas, aproveitando a maré, pódem passar para o Mansôa. O rio Mansôa é notavel pela grande quantidade de povoações balantas que estão edificadas nas pequenas collinas ou ondulações que, á distancia de 2 k. acompanham as margens, e se vêem por entre o arvoredo. As planicies são cultivadas de arrozaes.

Mansores. Pov. e freg. de Santa Christina, da prov. do Douro, conc. e com. de Arouca, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 211 fog. e 789 hab. Tem esc. do sexo masc. e está situada a 13 k. da margem esquerda do rio Douro. O reitor de Escariz apresentava o cura, que tinha 9$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, e tem minas de cobre e de ferro que nunca se exploraram. Em 1818, na escavação d'um campo, appareceram os machados de duas achas d'armas: eram de cobre, mas estavam muito oxidados e corroidos. No mesmo sitio e na mesma occasião, se encontrou um capacete quasi inteiro e parte de outro, tambem de cobre, evidentemente romanos. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto. || Pov. na freg de S. João Baptista, de S. João do Monte, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Mansos (*Casal dos*). Na freg. de N. S.ª das Virtudes, de Gatões, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra

Mansos (*S.*). Diz-se que foi o primeiro bispo de Evora, occupando a cathedral episcopal pouco depois de introduzida a fé christã na peninsula. Este mesmo santo, ou outro de egual nome, tambem, ao que affirmam varios eruditos, foi o primeiro bispo de Lisboa. E' commemorado no calendario a 21 de maio.

Manta. Pov. na freg. de S. Martinho, de Cucujães, conc. de Oliveira de Azemeis, distr de Aveiro.

Manta Rota. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cacella, conc. de Villa Real de Santo Antonio, distr. de Faro.

Mantas. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Valdujo, conc. de Trancoso, districto da Guarda.

Mante. Pov. na freg. de S. Jeronymo, de Real, conc. e distr. de Braga.

Manteigas. Villa da prov. da Beira, séde de conc., com., distr. e bisp. da Guarda. Tem duas freguezias: Santa Maria e S. Pedro. Está situada n'uma cova, na serra da Estrella, não longe da origem do rio Mondego, e na margem direita do rio Zezere, sobre o qual ha 3 pontes de pedra, que dão communicação á villa, as quaes se chamam *Ponte Longa*, *Ponte dos frades* e *Ponte dos amieiros*. A pov. é muito antiga, e está cercada de alcantiladas montanhas, não tendo senão uma saida. Já existia no tempo dos romanos; ignora se, porém, o nome que tinha então, e o que os moiros depois lhe deram; o que se sabe é que durante o seu dominio era pov. de grande importancia, tendo *alcaide* ou *emir*, a que os nossos antigos escriptores davam o titulo de *rei*. Teve foral, dado por D. Sancho I em 1188, e foral novo concedido por el-rei D. Manuel, em Lisboa, a 4 de março de 1514. Pouco distante da pov. existiu o templo romano dedicado a *Lucifero*, de que não ha o minimo vestigio. Na soleira da porta da egreja de Santa Maria vêem-se restos d'uma inscripção latina, que está illegivel por lhe faltar a maior parte das letras. Segundo a tradição, é uma lapide mandada fazer pelo imperador romano Julio Cesar, para commemorar a sua estada aqui, quando passou á frente das suas tropas, pelos annos de 3954, 50 antes da vinda de Christo. O real padroado apresentava os vigarios das duas freguezias, tendo cada um d'elles réis 60$000 de congrua e o pé d'altar. A pov. dista 37 k. da capital do distr., e pertence á 2.ª div. mil., 4.ª brigada, grande circumscripção mil. do Centro, e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. Dizem que o nome de Manteigas provém da optima manteiga e queijos superiores que se fabricam ali desde remota antiguidade. A villa tem Misericordia, hospital, escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão de valles do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. D.-Chaves e R. A. B. A.-Guarda; mercado nos segundos domingos de cada mez; feira de gado a 19 de março e a 15 e 16 de agosto; romaria ao Senhor do Calvario no terceiro domingo de agosto; succursal do banco *Economia Portugueza*, de Lisboa; *Associação Primeiro de Dezembro*, fabricas de lanificios e de tecelagem, hoteis, medico, pharmacia, theatro *Almeida Garrett*, *Club Autonomia*, philarmonicas: *Boa União* e *Popular*. Manteigas tem estradas para a Guarda, Mangualde, Covilhã e Valhelhas. A 3

k. da villa fica o sanatorio para tuberculosos da serra da Estrella, e o observatorio meteorologico. A 1:500 m. está o estabelecimento thermal denominado *Caldas de Manteigas*, administrado pela camara municipal, a que concorre muita gente de terras distantes, o que tem feito prosperar muito a villa. As aguas brotam de 4 nascentes, das quaes 3 se encontram na margem esquerda do rio Zezere, e 1 na margem direita. Duas d'aquellas são aproveitadas em 4 banheiras. Denominam-se *Fonte da Lapa*, que alimenta o *banho quente*, onde a agua chega com 42° de temperatura, o *banho de tina de marmore* com 39°,5, e o *banho mixto*, tambem alimentado por outra nascente conhecida pelo nome de *Calda pequena* ou do *banho fresco*, com 39° de temperatura. A outra nascente é a do *Penedo*, brota junto d'uma grande pedra, a 8 ou 10 m. da *Calda Pequena*. As aguas são limpidas, transparentes, tendo na sua origem cheiro e sabor sulfhydrico, perdendo estas duas qualidades quando são transportadas a distancia, e tornando-se então quasi inodoras e de sabor agradavel. Teem reacção alcalina. Em 1881 fôram analysadas estas aguas por Leonardo Torres e Jacinto Augusto Magina. São preconisadas no tratamento do rheumatismo, tendo, segundo a tradição popular, acção nociva sobre as doenças de pelle. Bibliographia especial: *Aguas mineraes da Beira Baixa*, por A. J. dos Santos, na *Gazeta Medica do Porto*, tomo III, 1845; *Topographia Medica da Cidade da Guarda*, por Francisco Antonio da Cunha, nos *Annaes de Saude Publica do Reino*, Lisboa, 1841, tomo I; *Expedição scientifica á Serra da Estrella em 1881*, *Subsecção de hydrologia minero-medicinal*, relatorios de Leonardo Torres e Jacinto Augusto Magina; publicação da Sociedade de Geographia de Lisboa, Lisboa, 1883. O conc. de Manteigas, compõe-se sómente de 3 freguezias, incluindo as duas da villa, tendo 946 fog. e 4:042 hab., sendo 1:946 do sexo masc. e 2:096 do fem., n'uma superficie de 12:647 hect. As freguezias são: Santa Maria, de Manteigas, 1:672 hab.: 804 do sexo masc. e 868 do fem.; S. Pedro, de Manteigas, 1:850 hab.: 880 do sexo masc. e 970 do fem.; S. João Baptista, de Sameiro, 520 hab : 262 do sexo masc. e 258 do fem. O principal commercio do concelho é lanificios e tecelagem. Por decreto de 26 de junho de 1896 foi extincto este conc. sendo annexado ao da Guarda; mas foi restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898.

Mantellhos. Pov. na freg. de S. Jeronymo, de Real, conc. e distr. de Braga.

Mantelães. Pov. na freg de S. Pedro, de Formariz, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Manteler. Figura heraldica formada de duas linhas curvas em aspa com as pontas viradas para os dois lados inferiores, formando dois meios escudos.

Mantelete. Vestidura que os bispos e outros prelados trazem por cima do rochete. || Manta de guerra.

Mantenda. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Mantenedor. O principal cavalleiro das justas e torneios, defensor.

Manto. Capa talar, usada antigamente pelos reis e grandes da côrte, e mais tarde pelos cavalleiros das ordens militares, chamada *capitular*. *Manto ducal*, no brazão, era a cota d'armas que os cavalleiros traziam por cima das armas defensivas. A'cêrca do *manto real* escreveu o P. Vicente Ferreira no seu *Almanach Familiar*, de 1856, o seguinte: «Até á Acclamação d'ElRei D. José o Manto Real era branco; o Senhor D. Pedro III, que a Senhora D. Maria I quiz, que a acompanhasse neste solemne Acto, levava tambem manto Real branco; a mesma Senhora levava um Rico Manto de tafetá branco tecido com fio de prata; mas sobre elle lhe pendia dos hombros o Manto Real, que era transparente, de volante carmezim tecido com fio de prata: O Senhor D. João VI, porém, foi o primeiro, que absolutamente rejeitou a côr branca, e se serviu de Manto de veludo carmezim. Ora, sendo a purpura tão propria dos Reis, por qual razão se adoptaria a côr branca para o Manto Real? não sabemos responder: a Historia nos mostra, que este festejo nacional se faz regularmente no tempo do luto rigoroso e mais pesado; e em tempos antigos se fazia quasi na presença do Cadaver do Defunto Rei! a mesma Historia nos adverte, que a côr branca foi luto até ao Reinado de ElRei D. Manuel, por ordenança do qual se adoptou a côr negra: ter se-hia pois respeito aos dois objectos simultaneamente, dando-se ao festejo as galas e preciosidades, e ao luto a côr? O certo é, que constituida já em gala a côr branca, essa côr, adoptada desde tão remotos tempos para o Manto Real, continuou até quasi aos nossos dias.»

Mantua *(Bento Joaquim Cortez)*. Jornalista, proprietario. N. na ilha de S. Miguel em 1802, fal. em Lisboa em 3 de março de 1859. Redigiu differentes jornaes, em que se contam: *A União*, 1848, e a *Justiça*, 1851. Escreveu: *Memoria relativa á proposta de lei do governo sobre a construcção e melhoramento das estradas do reino, e relativa tambem ao serviço de transporte accelerado*, Lisboa, sem data; tinha saido primeiro na *União*, em 1848; *Memoria relativa aos contratos que se tem feito em Portugal desde 1837 com relação a estradas*, Lisboa, 1849; *Refutação analytica do Relatorio, medidas financeiras e contratos sobre caminhos de ferro, que apresentou á Camara dos srs deputados em 8 e 20 de fevereiro de 1856 o Ex.mo sr. Antonio Maria Fontes Pereira de Mello, ministro das obras publicas*, etc , Lisboa, 1856.

Manual. Compendio, livro portatil, que contém o resumo de alguma materia; pequeno tratado sobre algum assumpto especial. || Titulo geral de varios livros de artes e officios.

Manuel. E' appellido, que procede do proprio nome do infante D. Manuel, filho de Fernando II, de Castella, chamado o *Santo*, e da rainha D. Brites, filha do imperador da Allemanha e da imperatriz Irene, filha do imperador Isacio Angelo, de Constantinopla. Foi filho do referido infante, D. João Manuel, senhor de Biscaia. Este appellido passou a Portugal em 1340 na pessoa de D. Constança Manuel, filha de D. João Manuel, principe de Vilhena, e primeira mulher de D. Pedro I, e na pessoa do irmão de D. Constança, D. Henrique Manuel de Vilhena, filho bastardo do dito D João Manuel, o qual el-rei D. Fernando I agraciou com o titulo de conde de Ceia. As armas dos Manueis são: Escudo dividido em pala; na primeira de prata, leão de purpura; na segunda, do mesmo, uma aza de ouro,

saindo do côto d'uma mão de homem, da sua côr, com uma espada levantada. São estas as armas de que usam os marquezes de Tancos e condes da Atalaia. Os condes de Villa Flôr juntaram ás armas dos Manueis as dos Sousas e a dos Menezes. Outros Manueis procedem de D. João Manuel, filho bastardo de el-rei D. Duarte, bispo da Guarda, e depois de Ceuta, e por fim capellão-mór do rei. Este bispo teve dois filhos: D. Nuno Manuel, que foi legitimado, e D. João Manuel, os quaes são progenitores de dois ramos d'este appellido em Portugal. As armas são: Escudo esquartelado; nos 1.° e 4.° quarteis, de purpura, uma aza de aguia, de ouro, levantada, com uma mão de homem, da sua côr, empunhando uma espada de prata, com guarnições de ouro; nos 2.° e 3.° quarteis, de prata, um leão de purpura, lampassado de azul; elmo d'aço, aberto, e por timbre, a aza da aguia, com a espada.

Manuel I. O *Venturoso.* Foi o 14.° rei de Portugal. N. em Alcochete, em 1469, no dia 31 de maio, como affirmam todos os historiadores, ou em 1 de junho como quer o beneficiado Francisco Leitão Ferreira, firmado na tradição, de que D. Manuel nasceu na quinta feira do Corpo de Deus, exactamente quando a procissão passava defronte da porta do palacio, e esse dia ter, n'esse anno, caido em 1 de junho Fal. em Lisboa a 13 de dezembro de 1521. Era filho do infante D. Fernando, duque de Vizeu, filho d'el rei D. João I e irmão de D. Affonso V, e de sua mulher e prima, a infanta D. Beatriz, filha do infante D. João, irmão de seu pae. Um anno depois do nascimento, em 1470 falleceu o infante D. Fernando, deixando por descendencia: D. Diogo, que era o primogenito, que herdou o titulo de duque de Vizeu, e que D. João II assassinou no paço de Setubal; D. Leonor, mulher d'esse soberano; D. Izabel, que casou com o duque de Bragança D. Fernando II, que foi decapitado em Evora, sendo os dois mais novos D. Duarte e D. Manuel, tendo este ultimo apenas 1 anno de edade. Recebeu o titulo de duque de Beja, e contava apenas 15 annos, em 14-4, quando se deu o tragico acontecimento da morte de seu irmão mais velho. O joven duque entrou aterrado no paço, e viu estendido no guarda-roupa o cadaver do assassinado. O terror dominava todos que cercavam o monarcha, não ousando ninguem manifestar a sua dôr, e D. Manuel, extremamente pallido, reprimiu o desejo que tinha de abraçar o corpo inanimado do irmão, e ficou de pé na presença do rei, como uma estatua. D. João o socegou, dizendo-lhe que castigara o rebelde que o tinha querido matar, ficando por esse facto pertencendo á corôa todos os bens do traidor. Mas não procederia assim. A elle, duque de Beja, como unico chefe agora da familia, tudo entregava, como tambem, se por desgraça viesse a perder seu filho, lhe entregaria a corôa, porque desde aquelle dia o ficava considerando herdeiro do reino. O joven duque, já mais socegado, ajoelhou, e beijou-lhe a mão. O principe D. Affonso, filho de D. João II, tinha menos 6 annos que o tio, mas tornou-se seu amigo e companheiro inseparavel. D. Manuel vivia no mesmo palacio, e jantavam sempre juntos. Quando D. Affonso casou com a princeza D. Izabel, filha dos reis de Hespanha, foi o duque de Beja ao seu encontro, e dizem que desde logo se apaixonou pela sua nova sobrinha. Dando-se o lamentavel desastre, de que resultou a morte do principe, D. Manuel mostrou-se muito pezaroso, e chorou tanto, que parecia não achar lenitivo á sua grande magua. Alguns historiadores duvidam da sinceridade d'aquella paixão, porque D. Manuel era naturalmente ambicioso, e morto o herdeiro da corôa, era elle o indigitado, pela promessa de D. João II, para subir ao throno de Portugal. E' bem sabido, porém, os esforços possiveis que desde então o monarcha empregou para alcançar a legitimação de seu filho bastardo D. Jorge, para que este fôsse o herdeiro da corôa. Não o conseguiu nunca, e d'ahi resultaram grandes dissidencias entre D. João II e a rainha D. Leonor, sua mulher, que não se podia conformar com a idéa de que no throno se sentasse o filho do adulterio, assim como seu irmão fôsse despojado dos direitos que adquirira. *(V. João II* e *D. Leonor).* Desde então, a rainha e D. Manuel começaram a formar um partido áparte, estabelecendo-se entre elles e D. João II as mais frias relações. Quando o rei, sentindo-se muito doente, foi procurar allivios em Alvôr, a rainha ficou em Alcacer do Sal. D. João, conhecendo que ia morrer, mandou chamar o seu herdeiro, e D. Manuel pôz-se a caminho, mas ao chegar ao logar de Collos, teve noticia da morte do monarcha, e voltou immediatamente para traz. A noticia não era exacta, pois o rei ainda vivia, mas alguns dias depois é que se tornou verdadeira. D. Manuel, além do titulo de duque de Beja, era senhor de Vizeu e da Covilhã, governador do mestrado da ordem de Christo, e fronteiro-mór de Entre Tejo e Guadiana. Os seus rendimentos subiam á somma, enormissima n'aquella epoca, de 27:550$000 rs. Morto D. João II, em 25 de outubro de 1495, subiu ao throno D. Manuel, sendo acclamado logo no dia 27. Um dos seus primeiros actos foi mandar chamar ao reino os filhos do duque de Bragança, que andavam exilados, restituindo-lhes todos os seus importantissimos bens, que tinham sido incorporados na corôa por ordem de D. João II, perdendo assim a corôa em menos d'um anno, mais de 50 villas. O povo achou tão estranho este procedimento, que n'alguns pontos reagiu contra a ordem real, como foi em Setubal, onde os habitantes não quizeram passar para o senhorio do conde de Portalegre, que fôra aio de D. Manuel, e a quem este monarcha queria ceder a villa. N'um ponto bem grave se mostrou o soberano bem differente do seu antecessor. D. João II acolhera com toda a tolerancia em Portugal os judeus expulsos de Hespanha pelo fanatismo dos reis catholicos, e do acolhimento que lhes dera, soubera tirar grandes vantagens economicas e financeiras. D. Manuel, porém, tratou de os expulsar do reino juntamente com os moiros. Esta expulsão privou o paiz de elementos valiosos de trabalho e riqueza. Essa ordem foi tão barbara, quanto prejudicial aos interesses e ao bem estar da nação. De tudo se aproveitou para opprimir, vexar e roubar os judeus, chegando até a arrancar-se os filhos aos paes para os baptisar á força. Esta cruel e horrorosa medida fôra imposta pela princeza D. Izabel, viuva do principe D. Affonso, por quem D. Manuel se apaixonara, e pedira em casamento, a que ella assentira só com esta condição, que o monarcha não hesitou em acceitar, para satisfazer o seu desejo. O casa-

mento veiu a realisar-se em Valencia d'Alcantara em outubro de 1497, e tendo n'esse mesmo anno morrido o principe D. João, filho primogenito e herdeiro dos reis catholicos, veiu a caber a succe-são da corôa de Hespanha á rainha de Portugal. Este acontecimento fez com que D. Manuel e sua mulher partissem immediatamente para Hespanha, afim de serem jurados herdeiros de Castella e Aragão. Os procuradores das côrtes aragonezas mostraram difficuldade em jurar, mas essa difficuldade ficou resolvida com o nascimento d'um filho de D. Manuel, que recebeu o nome de Miguel, sendo esse então jurado herdeiro das tres corôas de Portugal. Castella e Aragão. A rainha D. Izabel morreu de parto a 28 de agosto de 1498, e dois annos depois morreu o principe D. Miguel, a 19 de julho de 1500, ficando assim dissipadas completamente as idéas ambiciosas do rei D. Manuel. Estes revezes fôram de sobejo compensados com as descobertas que se realisaram no seu reinado. Havia muito tempo que os pórtuguezes procuravam um caminho para as Indias Orientaes. A descoberta do cabo da Boa Esperança provara a D. João II que estava achado o segredo do caminho, e preparara a esquadra, que definitivamente devia intentar a empresa. Falleceu sem vêr realisado o seu intento, sendo a D. Manuel reservada essa gloria. No dia 8 de julho de 1497 foi el-rei acompanhar solemnemente Vasco da Gama ao embarque na praia do Rastello, e n'esse mesmo dia partiu a esquadra para o descobrimento da India. Dois annos se demorou, e entretanto andava D. Manuel por Hespanha, recebendo as homenagens d'aquelles que o destino parecia querer fazer seus subditos. Voltou a Portugal em fevereiro de 1499, e impaciente por conhecer o resultado d'aquella grande empresa, muitas vezes ia do alto da serra de Cintra observar o Oceano, para vêr quando surgiam d'entre as vagas as vélas aventureiras. Foi então que fez o voto de edificar um mosteiro maravilhoso, voto que cumpriu, erigindo o sumptuoso convento e egreja de Belem. Effectivamente, a 29 de julho de 1499 chegava Nicolau Coelho, e um mez depois o proprio Vasco da Gama a trazerem a noticia de que tinham chegado a Calicut na India, e de que estava realisada emfim a gloriosa empresa da descoberta d'aquelles estados. D. Manuel recompensou largamente Vasco da Gama, e tratou logo de colher os fructos de tão maravilhoso descobrimento. No anno seguinte, 1500, enviou uma grande esquadra, commandada por Pedro Alvares Cabral, o qual, na derrota, se inclinou mais ao rumo do occidente, e a 24 de abril d'esse anno descobriu terra em paragens desconhecidas, á qual deu o nome de Santa Cruz. Estava descoberto o Brazil. Alvares Cabral mandou um dos navios trazer a D. Manuel a noticia da descoberta d'esse novo territorio, e seguiu a caminho da India, onde fez sentir aos orientaes o peso do nosso braço, voltou depois a Portugal trazendo ricas mercadorias. Antes do regresso de Alvares Cabral, já D. Manuel havia enviado outra esquadra commandada por um fidalgo da Galliza, João da Nova, que descobriu no seu caminho a ilha da Ascensão e a ilha de Santa Helena. Então começou a manifestar-se a seu tempo a ingratidão caracteristica e a fortuna de D. Manuel. Todos os grandes homens que lhe prestaram a elle e ao paiz relevantisimos serviços, foram victimas de intrigas palacianas, e postos successivamente de parte; comtudo appareceram sempre homens cada vez mais notaveis para substituir os despresados. Vasco da Gama foi enviado de novo á India em 1502, mas não tornou a exercer o commando supremo; Pedro Alvares Cabral foi posto de parte, mas em 1503 as esquadras que partiram para a India eram commandadas por Francisco e Affonso d'Albuquerque, indo n'uma d'ellas Duarte Pacheco, cujo heroismo foi o assombro dos indios. Tambem Duarte Pacheco foi desprezado. Depois d'uma expedição de Lopo Soares de Albergaria, D. Manuel entendeu que precisava na India quem governasse os portuguezes, que por ali andavam commerciando e guerreando. Escolheu para primeiro vice-rei Tristão da Cunha, que teve a infelicidade de cegar, e para o substituir appareceu o vulto magestoso de D. Francisco d'Almei-

D. Manuel I

da, que fez um governo notavel, derrotando não só os indios, como os turcos aguerridos que eram o terror da Europa christã, e que pretendiam impedir de nos estabelecermos no Oriente. Pois apenas terminou os tres annos do seu governo, foi substituido por Affonso d'Albuquerque, um dos homens mais notaveis do seu tempo. Affonso d'Albuquerque arvorou a bandeira portugueza em tres das mais ricas e das mais importantes cidades do Oriente: Gôa, Ormuz e Malaca, fundando definitivamente o imperio portuguez na India, levando-o até aos extremos limites do Oriente. No fim de seis annos de governo, D. Manuel mandou-o substituir por Lopo Soares d'Albergaria, o homem de quem Affonso d'Albuquerque se sentia mais aggravado, pelas intrigas que forjára, movido por grandes invejas. Essas intrigas tinham por fim convencer el rei D. Manuel, que o invencivel conquistador dos estados da India se pretendia acclamar senhor indépendente d'aquelle imperio. D. Manuel, acreditando n'aquellas sus-

peitas injuriosas, começou a desconsiderar Affonso d'Albuquerque, causando-lhe a maior amargura, fazendo que as ultimas palavras que proferiu, proximo da morte, fôssem um protesto contra a ingratidão dos reis. No resto do reinado de D. Manuel houve apenas mais dois governadores da India, o referido Soares de Albergaria e Diogo Lopes de Sequeira. Tudo que teve de grande a India deveu-o D. Manuel aos grandes homens que a governaram com todo o patriotismo e actividade, porque a sua politica relativamente á India foi sempre inconsistente e inepta. Só queria fundar fortalezas, não adoptando nunca definitivamente, nem o plano de D Francisco d'Almeida, que pretendia que Portugal só fôsse senhor do commercio, e para isso se assegurasse do dominio dos mares, nem o de Affonso d'Albuquerque, que desejava fundar um imperio luso-indiano, e para isso fundir n'uma só nação os europeus e os indigenas. Por isso D. Manuel legou ao seu successor um imperio oriental vastissimo, o senhorio da costa oriental da Africa, mandou navios commerciar até á China e até ás Molucas, enviou D. Rodrigo de Lima como embaixador ao *negus* da Abyssinia, ou ao Prestes João, como então se dizia, podendo accrescentar ao titulo de rei de Portugal os de *senhor da conquista navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e India*, para satisfação do seu orgulho. Na verdade era immenso o nosso commercio com a Europa, e todo o mundo celebrava a grandeza de Portugal. Foi então que D. Manuel enviou ao papa Leão X, em 1514, a famosa embaixada que deslumbrou pela extraordinaria pompa de que se revestia. Aquella embaixada conduzia como presente ao pontifice, especimens de todas as riquezas e de todas as maravilhas orientaes. Nunca se vira tão grande magnificencia e esplendor, e o mundo inteiro ficou assombrado com essa manifestação brilhantissima da nossa grandeza. A embaixada era commandada por Tristão da Cunha, que representava o heroismo militar, acompanhado de João de Faria, Garcia de Rezende e Diogo Pacheco, representando a sciencia e as letras portuguezas. Não se limitou ainda a gloria de D. Manuel, com o dominio dos estados da India e do Brazil, tambem no seu reinado os Côrtes-Reaes descobriram a Terra Nova, no norte da America, e quizeram sondar os mysterios do mar Glacial. D. Manuel tambem teve ao seu serviço o celebre Americo Vespucio, e se o seu reinado se não illustrou com a gloria da primeira viagem de circumnavegação ao globo, foi porque o monarcha, com o frio desdem pelos grandes homens que o rodeavam, entendeu que não devia fazer nem a mais ligeira concessão para reter na sua côrte o grande Fernão de Magalhães, que se mostrava aggravado pelo procedimento quo tinham tido com elle. Na Africa fôram tambem sempre felizes as armas portuguezas, porque n'esse venturoso reinado houve ali os mais famosos cavalleiros, Lopo Barriga, Nuno Fernandes de Athaide, etc. No seu tempo se tomaram as praças de Safi e de Azamor, sendo esta ultima pela apparatosa expedição, cujo commando fôra entregue ao duque de Bragança D. Jayme. Para que tudo concorresse para a gloria de D. Manuel, floresceram no seu tempo, em Portugal, d'um modo notavel as artes e as letras; os autos de Gil Vicente e as poesias de Bernardim Ribeiro illustraram litterariamente o seu reinado, assim como os grandiosos edificios que espalhou por todo o reino, onde os seus architectos estamparam o cunho caracteristico da arte do seu tempo em Portugal, arte que se chamou *Manuelina*, esses edificios attestam a perfeição a que a architectura entre nós attingira. Os principaes são: o convento e egreja de Belem, o convento de Christo, de Thomar, a egreja do Santa Cruz, de Coimbra, os paços da Ribeira, em Lisboa, a sé do Funchal, a torre de S. Vicente de Belem, etc. Apezar de tantos esplendores, D. Manuel introduziu no paiz o germen da ruina irremediavel e fatal. As medidas, que adoptou contra os moiros e judeus, deram em resultado excitar o fanatismo do povo, o preparar o estabelecimento da Inquisição. Emquanto os moiros e os judeus viviam á parte, seguindo tranquillamente a sua religião, ninguem se importava com as suas crenças; desde que D. Manuel os transformou á força em christãos novos, todos os seus actos fôram considerados pelos fieis como suspeitos de sacrilegio. Assim, em 1506, uma reflexão sensata d'um christão novo ácêrca d'um facto, que se apontava como milagre, deu em resultado o grande tumulto na egreja de S. Domingos, em que os christãos novos fôram victimas d'uma cruel matança. Seguindo a politica absoluta de D. João II, mas sem a fazer redundar em beneficio do reino, procedeu á reforma dos foraes, trabalho que em 1516 confiou a Fernão de Pina; a pretexto de melhorar e esclarecer, supprimiu, quanto pôde, as liberdades populares, substituindo os juizes municipaes pelos juizes de fóra, e lançando tributos sem previa autorisação das côrtes, como era antigo costume, innovação que só encontrou uma honrada resistencia no vereador de Evora João Mendes Cecioso, que se recusou a pagar os tributos assim lançados; á nobreza restituiu então todos os seus privilégios e fóros. Com o clero tambem foi prodigo de privilegios e isenções de tributos, enriquecendo o escandalosamente. As liberdades populares inquietavam-n'o a tal ponto, que não descançou emquanto não conseguiu extinguil-as. Quando D. Manuel subiu ao throno, a administração economica e policial da camara da cidade do Porto era exercida, sem a minima dependencia, por um senado eleito pelo povo que o escolhia entre os *homes bõos* do concelho. Esta independencia desagradou ao monarcha, que immediatamente pensou em supprimil-a. A revisão e reforma dos foraes favoreceu o seu projecto de acabar com a liberdade municipal, mas o Porto, que desde os primeiros dias da monarchia fôra sempre difficil de dominar, não havia de acceitar, sem protesto, a violencia que o despotismo real pretendia sobre ello exercer. D. Manuel procedeu, portanto, cautelosamente. Em 1509 dava o primeiro passo para acabar com a independencia do municipio portuense derogando o privilegio pelo qual era defeso aos fidalgos habitarem dentro dos muros da cidade, privilegio que fôra concedido por el-rei D. Diniz. Com a entrada dos fidalgos na altiva cidade, bem podia ser que algum fôsse escolhido para o senado da camara. O povo, porém, continuava a eleger os *homes bõos*, e esta teimosia irritou o monarcha, que se resolveu então a dar o golpe decisivo. Em 1518, D. Manuel expedia de Almeirim

uma provisão tirando ao povo o direito de eleger, creando por essa occasião a Casa dos vinte e quatro mestères, á similhança da que existia em Lisboa. A esses vinte e quatro com mais outros tantos que para esse fim eram eleitos, ficava pertencendo a eleição camararia. A extorsão estava feita, e contra ella protestaram altivamente os bons burguezes do Porto, mas nada conseguiram. D. Manuel, em 1495, deu novos estatutos á Universidade, então em Lisboa, e em carta de 8 de janeiro de 1503 fez lhe doação das casas que o infante D. Henrique comprára em 1443 a D. Alvaro de Castro, acommodando as conveniencias escolares. Dizia o soberano: Fazemos mercê, e doação á Universidade de outras casas em logar que parece mais conveniente, edificadas em fórma de Escolas geraes» *(Monarchia Lusitana,* P. V, liv. XVI, cap. LXXII*)*. Em 1518 creou a cadeira de *Sexto das Decretaes* e a de *Astronomia*. El-rei D. Manuel deu grande impulso é arte typographica em Portugal; segundo se lê no *Primeiro Ensaio sobre a Historia Litteraria de Portugal*, por Francisco Freire de Carvalho. D. Manuel, por uma carta, datada de Santarem a 20 de fevereiro de 1508, concedeu a todos os impressores, que nos seus reinos e senhorios usassem a nobre arte da impressão, as mesmas graças e privilegios que houvessem e devessem haver os cavalleiros da sua real casa, posto que não tivessem armas nem cavallos, segundo as Ordenações. Na *Monarchia Lusitana*, tomo V, liv. XVI, c. 73, diz Fr. Francisco Brandão, que D. Manuel, não contente com a Universidade que tinha em Lisboa, comprou na cidade de Evora, junto ao moinho de vento, um chão, que era do coudel-mór Francisco da Silveira e de sua mulher D. Margarida de Noronha, para n'elle fazer o estudo que ordenava. Foi isto no anno de 1520; e póde ser, accrescenta o mesmo escriptor, que esta fôsse a causa de escolher o cardeal-rei D. Henrique, seu filho, esta mesma cidade para assento da Universidade, que fundou ali com tanta grandeza. No convento de S. Domingos, de Lisboa, fundou o collegio de Santo Thomaz para 20 collegiaes, sendo 14 da ordem de S. Domingos, e 6 da de S. Jeronymo. O collegio abriu a 28 de janeiro de 1517. D. Manuel, tendo enviuvado em 1498, confórme dissémos, casou pela segunda vez, em 30 de outubro de 1500 em Alcacer do Sal, com sua cunhada, a princeza D. Maria, irmã de sua primeira mulher, da qual teve os seguintes filhos: D. João, que lhe succedeu no throno; D. Izabel, que casou com o imperador Carlos V; D. Beatriz, depois duqueza de Saboya; os infantes D. Luiz, D. Fernando, D. Affonso, depois cardeal; D. Henrique, mais tarde cardeal rei; D. Duarte, D. Antonio, de cujo parto falleceu sua mãe, tendo apenas 35 annos de edade, a 7 de março de 1517. D. Manuel, que então contava 48 annos, pensou em abdicar, mas depressa se desvaneceu dessa idéa, e resolveu casar pela terceira vez, escolhendo para noiva, D. Leonor, irmã de Carlos V, cuja mão elle mandara pedir primeiro para seu filho, o principe D. João. O casamento realisou se na villa do Crato em 24 de novembro de 1518. A troca do noivo não agradou muito á nova rainha, que sempre conservou pelo seu enteado um sentimento affectuoso, e por quem o principe se apaixonara. Depois da morte de D. Manuel, esta mutua affeição tornou-se do dominio do povo, que desejava que aquelle casamento se realisasse, o que não se effeituou, indo a rainha recolher-se ao convento de Xabregas, partindo mais tarde para Hespanha. (V. *D. Leonor* e *D. João III*). Do seu terceiro casamento ainda D. Manuel houve dois filhos: o principe D. Carlos e a infanta D. Maria. Falleceu no paço da Ribeira, com pouco mais de 52 annos, e foi sepultado na egreja de Belem.

Manuel II *(D.)* 33.º rei de Portugal. Como o primeiro monarcha do seu nome, que a historia cognominou de *Afortunado*, tambem el-rei D. Manuel II subiu ao throno na falta do principe herdeiro. N. no paço de Belem a 15 de novembro de 1889, sendo filho do fallecido rei D. Carlos I, e da rainha senhora D. Amelia. Foi baptisado na capella do referido paço em 18 de dezembro, sendo padrinho o avô materno, o conde de Paris, e madrinha a avó paterna, a rainha senhora D. Maria Pia. Officiou o cardeal patriarcha D. José Netto, sendo o infantesinho levado á pia baptismal pelo sr. conde de Sabugosa, revestido de opa de brocado branco franjado de prata. O nome completo é D. Manuel Maria Filippe Carlos Amelia Luiz Miguel Raphael Gabriel Gonzaga Xavier Francisco de Assis Eugenio de Bragança Orleans Saboya e Saxe Coburgo-Gota. O sr. D. Manuel, na sua infancia foi entregue aos cuidados das suas aias, as sr.as D. Izabel Saldanha da Gama (Ponte), e D. Carlota Santos, filha do escrivão da nobreza do reino. Em 1902 iniciou os seus estudos sob a direcção do professor allemão, preceptor dos principes, Frantz Kerausch. Fôram seus professores os srs.: padre Damasceno Fiadeiro, de historia portugueza; Carlos Marques Leitão, director da Esco-

D. Manuel II

la Marquez de Pombal, de sciencias mathematicas; mr. Boeyé, de lingua e litteratura francezas; Alfredo King, lente do Instituto, de lingua e litteratura inglezas; Frantz Kerausch, de linguas e litteraturas latina e allemã; o padre Domingos Fructuoso, de conhecimentos de religião e moral. A 25 de fevereiro de 1903 fez o seu primeiro exame na presença de suas magestades e dos dignitarios de serviço. Os medicos aconselharam á rainha senhora D. Amelia uma viagem ao Mediterraneo, para reconstituir a sua saude, a qual se realisou n'esse mesmo anno e mez, partindo a soberana acompanhada de seus filhos e da sua comitiva, a bordo do hiate *D. Amelia*, no dia 26. A viagem seguiu o itinerario: Cadiz, Gibraltar, Oran, Argel, Tunis, Malta, Alexandria, Cairo, Port-Said, Jaffa e Jerusalem; tocando no regresso nos portos de Creta, Messina, Palermo, Spezzia, Genova e Toulon. Nos principios de junho desembarcavam em Lisboa os reaes viajantes. No dia 1 de junho de 1904 o senhor D. Manuel assentou praça de aspirante de marinha, mas só em 1907 é que seguiu o curso naval, o correspondente aos preparatorios da Escola Polytechnica. Aos primeiros professores já citados, vieram juntar-se o official de marinha e lente de mathematica da Escola Naval o sr. Abel Fontoura da Costa, e o lente de sciencias naturaes da Escola Polytechnica, o sr. Achilles Machado. Fez novos exames em 8 de junho de 1905, a 9 de junho de 1906 e a 10 de junho de 1907, a que assistiu a familia real acompanhada da côrte, presidente do conselho, os ministros da guerra e da marinha, o director geral e o presidente do Conselho Superior de Instrucção Publica, os directores do Curso Superior de Letras, da Escola do Exercito, da Escola Naval, do Real Collegio Militar, dos tres lyceus de Lisboa, da Escola Academica e do Collegio de Campolide. A terrivel tragedia de 1 de fevereiro de 1908, de que fôram victimas el-rei D. Carlos e o principe real D. Luiz Filippe, tornou rei de Portugal o sr. D. Manuel. O seu reinado começou, portanto, em tristissimas condições. Convocado o conselho de estado, foi nomeado um novo ministerio, presidido pelo sr. conselheiro Ferreira do Amaral. A acclamação do novo rei realisou-se em 16 de maio de 1908; fôram estrondosas as manifestações de sympathia de todas as classes da sociedade; á noite ainda essas manifestações se repetiam defronte do paço das Necessidades. Sua Magestade el-rei senhor D. Manuel II tem visitado todos os estabelecimentos do estado, e em toda a parte tem sido enthusiasticamente recebido. Deputações de muitos pontos do paiz teem sido apresentadas no paço, assim como a academia de Coimbra, vindos todos prestar as suas homenagens ao joven monarcha. Em novembro de 1908 foi visitar as provincias do norte, e por toda a parte fôram unanimes as manifestações enthusiasticas e grandiosas festas em sua honra. El-rei passou no Porto o dia 15 de novembro, em que completou 19 annos de edade, indo acompanhal-o sua magestade a rainha senhora D. Amelia, sua mãe, e sua alteza, o senhor infante D. Affonso, seu tio. De Lisboa e de muitos pontos do paiz concorreram n'esse dia ao Porto muitas pessoas de todas as classes da sociedade, varias deputações e officialidade a saudarem o soberano pelo seu anniversario natalicio. As festas que então se realisaram n'aquella cidade fôram magestosas e um preito de verdadeira e sincera homenagem prestada ao joven monarcha. O dia 15 de novembro de 1908 tornou-se um dia memoravel para Portugal. El-rei o sr. D. Manuel havia sido agraciado pelo rei de Inglaterra, Eduardo VII, em 18 de novembro de 1904, com a gran-cruz da Victoria.

Manuel *(D.)*. Infante, filho d'el-rei D. João III, e da rainha D. Catharina. N. em Alvito a 1 de novembro de 1531, fal. em Evora a 14 de abril de 1537. Foi sepultado na egreja de Belem.

Manuel *(D.)*. Filho natural de D. João III, que fal. ainda creança.

Manuel *(D.)*. Filho de D. Antonio, prior do Crato. N. em 1568, fal. em Bruxellas a 22 de junho de 1630. Viveu algum tempo na Hollanda, onde era muito estimado, e casou com uma filha de Mauricio d'Orange. Passou depois a Flandres em serviço de Castella.

Manuel *(D.)*. Infante, filho de D. João IV e da rainha D. Luiza de Gusmão. N. em Villa Viçosa a 6 de setembro de 1640, e pouco tempo viveu, sendo sepultado no convento de S. Francisco, da mesma villa.

Manuel *(D.)*. Infante, filho de el-rei D. Pedro II e de sua segunda mulher, a rainha D. Maria Sophia de Neuburgo; irmão d'el-rei D. João V. Nasceu em Lisboa a 3 de agosto de 1697, fal. em Bellas, na quinta dos condes de Pombeiro. Espirito ousado e aventuroso, tinha apenas 17 ou 18 annos de edade, quando mostrou os mais vivos desejos de ir viajar no estrangeiro, alistar-se em qualquer regimento para poder tomar parte nas guerras em que se empenhavam algumas nações da Europa. D. João V, ao principio, pareceu condescender com os desejos de seu irmão, e em setembro de 1715 estava já tudo determinado para a viagem, que devia principiar pela Andaluzia, atravessando depois as outras provincias de Hespanha, o Roussillon e o Languedoc em França, a Italia e a Allemanha, voltando por França outra vez. Estava até designado o sequito do infante, que se devia compôr de 32 pessoas, quando D. João V mudou repentinamente de idéa, lembrando-se de elle proprio fazer uma viagem, a pretexto d'uma romaria piedosa á Senhora do Loreto, na Italia. A viagem deveria durar um anno, e o infante D. Manuel tinha de acompanhar seu regio irmão. O infante não gostou d'esta resolução do monarcha, e ainda menos do adiamento da viagem, porque tendo-se fixado a partida no dia 4 de outubro de 1715, se transferiu depois para março de 1716. Vendo que a idéa da viagem não passava d'um expediente inventado por D. João V para contrariar os seus desejos, resolveu partir secretamente de Lisboa, e conseguiu embarcar a bordo do patacho inglez *Tany* que se dirigia para Amsterdam, acompanhado unicamente pelo filho do conde de Tarouca, Manuel Telles da Silva, de quem era intimo amigo, levando apenas uma letra de 16:000 cruzados sobre Amsterdam, e que obtivera d'um negociante portuguez, Manuel de Castro Guimarães, a pretexto de ter que pagar uma cama sumptuosa que mandara fazer na Hollanda D. João V, apenas soube da partida do irmão, mandou em perseguição do *Tany* uma fragata ingleza, que estava no porto de Lisboa, mas

o patacho era veleiro, e não o puderam alcançar. O infante desembarcou em Amsterdam, e ali, o conde de Tarouca, nosso ministro na Hollanda, instou muito com elle para que voltasse a Lisboa, mas o infante D. Manuel, querendo gozar da liberdade que alcançara, resolveu seguir para Vienna d'Austria, onde então se preparava uma expedição contra os turcos, expedição que devia ser commandada pelo principe Eugenio, tão celebre pelas suas victorias contra os francezes. Muitos voluntarios de elevada jerarchia tinham vindo de diversos pontos da Europa, desejosos de combater á sombra das bandeiras de tão distincto capitão. Entre outros, estavam ali o conde de Charolais, da casa de Condé, e neto de Luiz XIV, o principe de Dombes, filho do duque de Maine. O imperador de Austria, irmão da rainha D. Maria Anna d'Austria, fez quanto pôde para dissuadir o seu parente de se conservar fóra de Portugal, sem licença d'el rei, mas os seus esforços fôram inuteis, assim como tambem nada conseguiram as cartas de D. João, mandando-o regressar ao reino. O principe Eugenio affeiçoou-se ao joven infante portuguez, e essa affeição redobrou, quando viu que o moço voluntario era um dos seus mais intrepidos officiaes. Na verdade, os escriptores estrangeiros são todos accordes em dizer que o infante D. Manuel se portou com a maior bravura em Peterwardein, sendo ferido na trincheira de Temesvar, e distinguiu-se ainda em Belgrado. Terminada a guerra, viajou pela Europa, demorando-se em Haya, Paris e Madrid. Por esse tempo vagava o throno da Polonia, por morte de Augusto II, e o imperador da Austria, Carlos VI, que sempre ficara affeiçoadissimo a D. Manuel, propoz a D. João V apresentar o infante como candidato ao throno

Infante D. Manuel

da Polonia. Bastava, para que essa candidatura vingasse, que D. João V se resolvesse a gastar um milhão de cruzados, mas o monarcha declarou que não tinha dinheiro, advertindo, porém, que em seguida asseverou que se o candidato fôsse seu irmão o infante D. Antonio, procuraria fazer todos os sacrificios. Mas a candidatura de D. Manuel era a unica viavel, porque todos conheciam a bravura do joven principe, que o tornava eminentemente proprio para chefe d'uma nação militar, cujo estado permanente era, por assim dizer, a guerra. A proposta de D. João V provava apenas que odiava aquelle seu irmão, e que esse odio ainda mais se accentuara com a fama que adquirira nas suas campanhas no estrangeiro. Carlos VI ainda lhe offereceu para o infante D. Manuel a corôa d'um novo reino, que se devia compôr das ilhas de Sardenha e da Corsega, com a condição de D. João V o auxiliar na guerra que travara com a França. D. João V recusou, e d'esta vez tinha a seu favor a razão de Estado, que o impedia de entrar nas guerras européas. No fim de 19 annos de ausencia D. Manuel voltou a Portugal, chegando a Lisboa a 21 de outubro de 1734. El-rei estava em Mafra, e veiu esperar seu irmão a um quarto de legoa da villa, mostrando se muito satisfeito pelo seu regresso. Abraçaram-se affectuosamente, mas aquella boa harmonia foi de curta duração. D. Manuel estava habituado aos ares estrangeiros, e vinha encontrar uma côrte em que todos estranhavam muito, por exemplo, que fôsse elle o primeiro a cumprimentar as senhoras. O rei e os ministros ainda, por deferencia, o ouviram tratar d'algumas questões de politica estrangeira, mas o infante não tardou a enfastiar-se da atmosphera pesada da nossa côrte, e recolheu-se á quinta do conde de Pombeiro, em Bellas, onde passou o resto da vida.

Manuel *(D. Bernardo)*. Valente guerreiro que muito se distinguiu nas nossas guerras do ultramar. Era filho de D. João Manuel, camareiro-mór de el-rei D. Manuel. Esteve no sitio de Çafim em 1510, e em 1511 acompanhou Nuno Fernando de Athaide na entrada que fez nos aduares de Almedina, ficando gravemente ferido n'essa expedição. Assistiu á tomada de Azamor e outras acções militares; voltando á patria passou á Italia, onde militou, ficando por fim morto no assalto d'um castello.

Manuel *(D. Diogo)*. Coronel de cavallaria. Era filho do 4.º conde de Atalaia, D. Luiz Manuel de Tavora, e de sua segunda mulher, D. Francisca Leonor de Mendonça. N. em maio de 1694, fal. em Vienna d'Austria a 8 de março de 1738. Era destinado para cavalleiro da ordem de Malta, e tomou parte na guerra da Catalunha, sendo coronel de cavallaria das tropas portuguezas; com esse mesmo posto serviu no exercito do imperador Carlos VI, e foi um dos ajudantes generaes do exercito do Rheno em 1734.

Manuel *(P. Felix)*. Padre da congregação do Oratorio de Lisboa, que viveu no seculo XVIII, e parece que ainda no principio do seculo XIX. Escreveu: *Exame e disputa sobre a mechanica, a qual debaixo da protecção da Virgem Santissima Dolorosa, sendo presidente o P. Theodoro d'Almeida se offerece na casa de N. S.ª das Necessidades*, Lisboa, 1751; *Certame physico mathematico, sobre a sciencia do corpo natural, dedicado ao*

ao Santissimo Coração de Jesus, etc., Lisboa, 1782.

Manuel *(Francisco)*. Desenhador e fabricante d'orgãos, que viveu no seculo XVIII.

Manuel *(Gaspar)*. Piloto, natural de Villa do Conde, muito pratico da navegação da India Oriental. Escreveu um *Roteiro e advertencias da navegação da carreira da India*, que não chegou a imprimir-se, conservando-se o manuscripto na livraria dos condes da Ponte.

Manuel *(P. Ignacio)*. Jesuita. N. no logar de S. Pedro, perto de Bragança, e viveu no seculo XVII. Era filho de André Gonçalves e de Catharina Affonso. Professou no collegio de Coimbra a 30 de agosto de 1663. Sendo professo do 4.º voto, e prefeito nos estudos do collegio de Beja, pediu faculdade de passar á India, o que realisou em 1688. Era muito perito na historia do reino e suas conquistas, e fal. na casa professa de Gôa. Escreveu: *Preparação para a eternidade*, Lisboa, 1705. Deixou manuscripta a seguinte obra, que se guardava na referida casa professa: *Fastos lusitanos das acções illustres dos portuguezes por cada um dos dias do anno*.

Manuel *(João)*. Presbytero do habito de S. Pedro, cura da freguezia de N. S.ª dos Prazeres, de Aldeia Gallega da Merceana. Escreveu: *Relação da vida de Francisco de Meyra*, etc.

Manuel *(D. João)*. Militar que se distinguiu nas nossas guerras da India. Era filho de D. Bernardo Manuel, que tambem militou nas referidas guerras. Tinha a alcunha de *Alabastro* por ser muito louro e branco, sendo assim citado nas historias do Oriente Em 1538 partiu para a India com o vice rei D. Garcia de Noronha, e em 1539 foi por capitão d'uma das galés da armada, que sob o commando de D. Alvaro de Noronha, estabeleceu a paz com o Çamorim. Foi capitão d'um dos galeões da armada que soccorreu D. João de Mascarenhas em Diu, e quando em 1546 D. João de Castro saiu de Gôa a buscar os sitiadores, foi um dos capitães da vanguarda. Tendo pouco tempo antes uma questão com um fidalgo chamado João Falcão (*V. este nome*), combinaram os dois realisar o desafio na guerra, ficando reputado por melhor aquelle que primeiro e com mais valor subisse o muro dos inimigos. Chegada a occasião e preparadas as escadas, D. João Manuel lançou a mão direita ao muro, e cortando-lh'a os moiros, acudiu com a esquerda, sendo-lhe, porém, egualmente decepada, agarrou-se com os cotos, até que um golpe d'alfange lhe levou a cabeça.

Manuel *(D. João)*. Bispo de Vizeu e de Coimbra, arcebispo de Lisboa, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Lisboa, onde tambem fal. a 4 de junho de 1633. Tinha por seu ascendente el rei D. Duarte, de quem era quinto neto, sendo filho de D. Nuno Manuel, senhor de Tancos, Atalaia, e Cinceira, alcaide mór do Marvão, e de D. Joanna de Athaide, filha dos primeiros condes da Castanheira. Foi porcionista do collegio real de S. Pedro, onde entrou em 1596 a 2 de março. Filippe II, por nomeação do commendatario D. Jorge de Athaide, lhe mandou passar carta de esmoler-mór no dia 1 de abril de 1602. O arcebispo de Lisboa D. Miguel de Castro o proveu em conego da sua cathedral em 1607, de que tomou posse a 28 de junho. O mesmo soberano o elegeu para o bispado de Vizeu, que vagára por morte de D. João de Bragança, e foi sagrado a 21 de março de 1610 na egreja de N. S.ª da Graça, de Lisboa, pelo mesmo D. Jorge de Athaide, entrando na diocese a 25 de abril do referido anno. Fez constituições synodaes, e dotou a sua egreja com preciosos ornamentos. Pela promoção de D. Affonso Furtado de Mendonça a bispo de Coimbra em 1615, lhe foi offerecido o bispado da Guarda, que não acceitou. De Vizeu foi transferido, por fallecimento de D. Martim Affonso Mexia, ao bispado de Coimbra no anno de 1625, de que tomou posse em 26 do mez de março. Sendo prelado d'esta diocese, fez celebrar á sua custa pomposas festas pela canonisação da rainha Santa Izabel; e achou-se na junta dos bispos, que Filippe III mandou fazer em Thomar em 1626 para se tratarem de varios negocios ecclesiasticos, em que exerceu o cargo de secretario. Vagando então o arcebispado de Lisboa pela morte de D. Affonso Furtado de Mendonça, succedida em 1630, foi eleito em 1632 para este elevado cargo, pelos seus grandes merecimentos no governo das egrejas que occupara, recebendo tambem a nomeação de vice-rei de Portugal. Como estava em Madrid, concluindo os negocios da junta de Thomar, mandou tomar posse do seu arcebispado, por procuração o conego da mesma cathedral e depois bispo de Targa, D. Gaspar do Rego, a 13 de maio de 1633; no dia 15 d'este mez, isto é, dois dias depois, é que toda a relação metropolitana com os seus officiaes, lhe prestou obediencia, fazendo a oração n'este acto o conego Matheus Peixoto Barreto, provisor do arcebispado. Pouco tempo se conservou n'esta dignidade, porque falleceu 20 dias depois, no paço da Ribeira, onde residia como vice-rei. Foi sepultado na capella-mór do convento de N. S.ª de Jesus, que sendo ainda bispo de Vizeu, mandára construir á sua custa para seu jazigo, de cuja posse lhe havia expedido alvará Filippe III, no anno antecedente a 13 de maio, por onde ficaram sendo padroeiros da capella os condes d'Atalaia, depois marquezes de Tancos. D. João Manuel enriqueceu tambem este convento com muitos vasos ricos e outras peças de prata, e ornamentos para decencia do culto divino.

Manuel *(Fr. João)*. Religioso da ordem de S. Bernardo, do convento d'Alcobaça. N. em Lisboa no anno de 1676, e fal. no collegio de S. Bernardo, de Coimbra, a 20 de novembro de 1739. Era filho illegitimo do 4.º conde da Atalaia, D. Luiz Manuel de Tavora. Professou no convento de Alcobaça em 22 de dezembro de 1690. Foi doutor e lente na Universidade de Coimbra. Escreveu: *Vaticinio exposto, confirmado e defendido*, etc., Coimbra, 1736; *Sermão na solemne acção de graças que celebrou a Universidade de Coimbra em prestito no dia 4 de janeiro de 1735, pelo felicissimo nascimento da augustissima Princeza da Beira Primogenita do Principe do Brazil, Nosso Senhor, prégado no Real Mosteiro de Santa Clara*, Coimbra, 1735.

Manuel *(D. Manuel de Moura)*. Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, de que foi reitor, nomeado em 25 de agosto de 1685, tomando posse a 16 de novembro. Exerceu este cargo até 1 de fevereiro de 1690, em que presidiu ao claustro, tendo sido já eleito bispo de Vizeu. Foi tambem conego nas sés de Lamego e de Braga,

deputado da inquisição de Evora, inquisidor em Coimbra, deputado do conselho geral do Santo Officio, e deputado da Junta dos Tres Estados. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento.

Manuel *(Fr. Miguel)*. Religioso da ordem de S. Jeronymo. N. em Lisboa, no sitio de Alcantara, que então não estava incluido n'esta cidade, em 1640. Fal. no convento de Belem a 31 de maio de 1720. Era filho de Bartholomeu Francisco e de Domingas dos Santos. Ainda muito novo foi admittido como cantor do convento de Belem, a 12 de outubro de 1653, professando em 29 de janeiro de 1655 no instituto do dr. Maximo. Applicou-se muito ás sciencias escolasticas, em que se tornou distincto, tanto em theologia como na oratoria escolastica, que por muitos annos exerceu na capella real. Foi prior do convento da Pena, e geral da sua congregação, sendo eleito em 1694 Deixou manuscriptos 4 tomos de sermões varios, que se conservavam na livraria do convento de Belem.

Manuel *(D. Nuno)*. Senhor de Salvaterra de Magos, de Tancos, da Atalaia e Cimeira, alcaide-mór de Marvão, etc.. Era quarto neto de el rei D. Duarte, sendo filho de D. Fradique Manuel, e de sua mulher D. Maria de Athaide. Em 1574 foi enviado embaixador a França, e regressando ao reino, acompanhou el rei D. Sebastião a Africa, ficando morto na batalha de Alcacer-Kibir em 1578. Era casado com D. Joanna de Athaide, filha de Antonio de Athaide, conde da Castanheira, e de sua mulher, D. Anna de Tavora. D'este consorcio houve entre outros filhos, D. Francisco Manuel, que o foi o 1.° conde d'Atalaia, e D. João Manuel, bispo de Vizeu e de Coimbra, arcebispo de Lisboa, etc.. V. *este nome*.

Manuel Alves. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cacella, conc. de Villa Real de Santo Antonio, distr. de Faro.

Manuel Gallo. Pov. na freg. de S. Miguel do Pinheiro, conc. de Mertola, distr. de Beja.

Manuel Jorge. Rio da Ilha de S. Thomé, na prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental.

Manuel Lopes. Ponta da costa N O da ilha do Sal, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Manuela *(Quinta da)*. Na freg. de S. Pedro, do Celleirós, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real.

Manuelinho. E' este o nome que apparece firmando os actos do governo democratico, que regeu Evora durante alguns mezes depois dos tumultos de 1637, que fôram os predecessores e como que os precursores da revolução de 1 de dezembro de 1640. Quem fôsse esse Manuelinho, não se sabe positivamente. Parece que era um d'esses *dizidores*, meio loucos, que sabiam de cór uma immensidade de prophecias, e as recitavam pelas ruas e praças. Assim o suppõe pelo menos D. Francisco Manuel de Mello. Sendo o seu nome muito popular em Evora, e sendo elle ao mesmo tempo pelo seu estado mental verdadeiramente irresponsavel, tomaram-n'o para supposto chefe do movimento os fautores da revolução, e em seu nome legislaram. Manuel Severim de Faria suppõe que esse Manuelinho seria um Manuel Martins, irmão da Misericordia de Evora, que em 1637 apparece assignado, sem designação de officio, no livro das eleições dos irmãos. O caracter meio phantastico d'este vulto mysterioso despertou o interesse de poetas e romancistas, que o fizeram protagonista de varios trabalhos litterarios.

Manuscripto. Documento em pergaminho ou papel; livro escripto por letra de mão. Os manuscriptos precederam os impressos. (V. *Calligraphia, Escripta, Illuminura, Letra, Livro* e *Typographia*.) Antes da invenção da imprensa, eram os calligraphos que faziam as vezes de typographos, e numerosos individuos se occupavam em escrever livros, muitos dos quaes se conservam ainda hoje, não só como monumentos litterarios, mas como reliquias de uma arte, que tanto se elevou, tendo como fiel companheira a illuminura. Os romanos chamavam a esses copistas «scribas». Em Portugal houve conventos, que fôram notaveis officinas calligraphicas, avultando entre elles Alcobaça, Serra d'Ossa, e Santa Cruz de Coimbra. Os numerosos manuscriptos do primeiro guardam-se hoje na Bibliotheca Nacional de Lisboa e na Torre do Tombo, encontrando-se entre elles um manuscripto do seculo XI, o mais antigo que conhecemos, e attestam conjunctamente, d'um modo notabilissimo, a erudição e a pericia artistica dos monges de S. Bernardo. Os de Santa Cruz conservam-se na Bibliotheca Publica Municipal do Porto. São ricas, em manuscriptos diversos as bibliothecas reaes da Ajuda e de Mafra, a da Academia Real das Sciencias, da Universidade. e principalmente a Bibliotheca de Evora. Algumas livrarias particulares do paiz conservam numerosos e importantes manuscriptos (V. *Bibliotheca* e *Livraria*). Anteriormente á descoberta da imprensa, a execução material d'um livro reclamava o concurso de muitas pessoas. Assim nol-o explica Trithemo, abbade de Spanheim no seculo XV, em o seu livro *De Scriptoribus ecclesiasticis*: Uma corrige o livro que outra escreveu, uma terceira ornamenta com tinta vermelha; outra encarrega-se da pontuação, outra das pinturas, como outra cólla as folhas e encaderna. Ainda outras que preparam o couro e as laminas de metal que devem ornar a encadernação. Uma outra corta as folhas de pergaminho, e outras as vão polindo, uma outra traça a estylete as linhas que devem guiar o escrevente. Emfim, outros cortavam as pennas e preparavam a tinta.» Porém, havia clerigos e outros individuos que reuniram os diversos talentos requisitados e aptidões artisticas sob o modesto titulo de *escrevente*. No imperio do Oriente, no reinado de Theodosio o *Grande*, existia uma classe d'homens d'uma certa intelligencia e illustração que se empregavam em multiplicar os livros, ornando-os tambem com uma paciencia admiravel. Entre os gregos e romanos os manuscriptos eram copiados por escravos, chamados *literati*. Embora os iconoclastas destruissem na bibliotheca de Bysancio todos os manuscriptos que tinham effigies religiosas, a arte byzantina reappareceu pelo meado do seculo IX, espalhando-se pela Europa, onde floresceu por largos annos na Inglaterra, Irlanda, na França, Italia e Flandres. Nesta epoca, derradeiros alvores da edade media, e d'ahi por deante, nunca faltaram os calligraphos illuminadores e os miniadores nos conventos, constituindo verdadeiras escolas de calligraphia. Entre nós, o primeiro tratado calligraphico, em

que se preceituam e exemplificam as devidas regras, é devido ao professor Manuel Barata e foi publicado em 1590. Comtudo, ha manuscriptos portuguezes dos seculos x' a xv de muito boa calligraphia. No reinado de D. João V appareceu um professor distinctissimo, Manuel de Andrade Figueiredo, cuja *Arte* se publicou em 1719, e na qual se estabeleceu ou se consolidou o caracter da letra portugueza. No seculo seguinte cumpre registar com merecido elogio o nome de J. J. Ventura da Silva, que se inspirou em Figueiredo e foi continuador da sua escola, não obstante revelar faculdades originaes. O seu tratado, que se intitula *Regras methodicas para se aprender a escrever*, appareceu á luz, em primeira edição, no anno de 1803. Tanto a obra didactica de Ventura como o Atlas explicativo, gravado excellentemente por dois artistas portuguezes, se tornaram bastante raros, e no intuito patriotico de prestar um bom serviço á arte nacional, resolveu a empresa editora Lopes & C.ª, do Porto, reeditar o texto e o atlas de Ventura. Este ultimo foi primorosamente reproduzido em Paris pelo processo photozincogravura. Esta edição é precedida de uma noticia, erudita e brilhante, em que o sr. Oliveira Ramos, esboça tambem a historia da escola calligaphica portugueza. A historia dos antigos manuscriptos justifica algumas das suas denominações actuaes. Assim, *volume* provém de *volumen*, uome do rolo de papyro, que constituia os *livros* até ao seculo II da era christã. *Codice* vem de *codex*, que era a juncção das folhas de pergaminho, na forma por que se juntavam as taboas enceradas e escriptas.

Manutenção militar. Instituição dependente do ministerio da guerra, installada em um magnifico edificio proprio na rua Direita do Grillo, em Lisboa. O fornecimento de pão ao exercito por admiuistração directa data de 1861, sendo a Padaria Militar no Aterro da Boa Vista, junto á rocha do Conde de Obidos, mas só em 4 de maio de 1888 foi autorisado o governo a crear no extincto convento das carmelitas (vulgarmente das Grillas) uma fabrica de moagem, de panificação e de bolacha, depositos, armazens, cocheiras e cavallariças, conforme as bases do plano proposto pela commissão uomeada pela portaria de 30 dejunho de 1886. Egualmente era o governo autorisado a crear nos arredores do Porto um estabelecimento filial para a preparação de pão de milho, de centeio e mixto. Estes estabelecimentos forneceriam o exercito, a armada e os corpos e estabelecimentos dependentes dos ministerios do reino, justiça, guerra e marinha. O edificio do convento das Grillas ficou construido em 1896, e a moagem e padaria começaram a funccionar em agosto d'esse anno. Em 6 de março de 1897 foi ordenada a elaboração de um plano para a sua ampliação, e o decreto de 11 de junho d'esse anno organisou definitivamente a manutenção militar. O projecto do edificio era grandioso e foi elaborado pelo fallecido capitão de engenharia e lente da Escola do Exercito Joaquim Renato Baptista, que sobre o assumpto publicou um livro intitulado *Manutenção Militar*.

Manzana Um dos grandes affluentes da margem do Incomati, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Fórma junto á confluencia o alargamento conhecido por *lagoa Chule*, proximo da posição de Magude.

Manze. Lagôa situada nas terras do antigo distr. e hoje circumscripção de Sena.

Mao Frade. Pov. na freg. de S. Pedro. de Vaqueiros, conc. de Alcoutim, distr. de Faro.

Mão. Pov. na freg. de S. Clemente, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Mãofebres. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Beiriz, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto.

Mãos. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Chorense, conc. de Terras do Bouro, distr. de Braga. Tem correio com serviço de posta rural. ‖ S. Salvador, de Estorãos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Mapajanhana. Um dos territorios comprehendidos na 2.ª circumscripção do distr. de Lourenço Marques, prov. de Moçambique, Africa Orietal.

Mapeito. Pov. da div. de Mussuco, no conc. de Sauto Antouio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola.

Mapozo. Pov. da div. de Noqui, no conc. de Sauto Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola.

Mappa. Carta, delineação de algum paiz ou terreno feita em uma superficie plana. Assim, ha mappas: *geographicos*, que representam as terras do globo; os *hydrographicos*, que teem por fim especial representar os mares e as partes liquidas da superficie do globo; os *chorographicos*, que se limitam a representar um determinado paiz ou região; e os *topographicos*, que representam apenas uma localidade, com todas as minucias e accidentes do terreno. A's collecções de mappas geographicos, etc. se chama *Atlas*. Entre os atlas portuguezes mais notaveis cita-se o de Lazaro Luiz, que se guarda no Archivo da Torre do Tombo V. *Cartographia* e *Cosmographo*.

Mapuar. Pov. do sobado de Mutano, na div. e conc. do Humbe, distr. de Huilla, prov de Angola.

Mapuçá (*Rio*). Na provincia do Bardez, Velhas Conquistas (Iudia). Nasce no centro da provincia, banha as villas de Mapuçá, Moirá e Aldoná, e, com o rio de Naroá, forma a ilha do Chorão, e lança as suas aguas no Mandovy de que é um confluente.

Mapuçà. Villa e freguezia de concelho, districto e comarca de Bardez, da prov. e arceb. de Gôa (India). Tem 15:000 habitantes, uma magnifica egreja, casa da camara municipal, quartel militar, um asylo denominado de Senhora dos Milagres, que foi fundado com donativos, e o capital e juros do producto de uma subscripção feita pelos principaes habitantes de Bardez, para offerecer um baile e uma medalha ao benemerito conselheiro Thomaz Nunes de Serra e Moura para commemorar os relevantes serviços prestados á comarca, onde exerceu o logar de juiz de direito de 1861 a 1862, cuja importancia aquelle cavalheiro pediu que fôsse applicada na compra das primeiras pedras para o alicerce do primeiro estabelecimento de piedade que se fundasse em Bardez. A subscripção produziu, em 1863, a quantia de 1:180 rupias e depois com o producto dos juros subiu a mais de 3:000$000 de réis nominaes. A egreja matriz foi devorada por um terrivel incendio em 28 de abril de 1838, sendo

concluidos os melhoramentos da sua reedificação em 10 de março de 1859. A villa é de aspecto desagradavel e as suas ruas más; está situada nas margens do rio Mapuçá. Tem escolas publicas de instrucção secundaria, feira annual e semanal, sendo aquella muito concorrida de povo que de toda a parte acode em romaria a venerar e presentear a imagem da Senhora dos Milagres, a qual se festeja com toda a pompa no proprio dia da feira. Mapuçá permuta vales do correio com o reino; tem estação telegrapho-postal. Mapuçá foi creada villa por decreto de 14 de setembro de 1858 e alvará regio de 5 de agosto de 1859. *Jornaes:* Em 1872, a 4 de outubro, se publicou *O Mensageiro*, cujo ultimo numero foi o de 12 de dezembro de 1873; *Patria*, começou a sua publicação a 1 de janeiro de 1877 e terminou em 1901; *O Imparcial* viu a publicidade em 1878; *Gôa-Pancha*, fevereiro de 1888, o seu titulo significa: *O arbitro de Gôa*, e *O Aryá Bondú*, foi publicado de agosto de 1885 a dezembro de 1886 e o seu titulo significa: *O Irmão de Aryá*. Na flora existe a salsaparrilha, ruiva do tintureiro, algodoeiro, muitas e variadas arvores e arbustos da familia dos leguminosos, coqueiros, mangueiras de diversas especies, sendo a mais apreciavel a Affonsina, jaqueiras, cajueiros, cujo fructo distillam. Além d'estas riquezas, tem a da cultura do arroz e a de numerosas salinas. O clima é pouco salubre.

Maputo *(Rio)*. No districto de Lourenço Marques, na prov. de Moçambique (Africa Oriental). Nasce nas montanhas da Zululandia a NO do porto de Durban (Natal) e desagúa na bahia de Lourenço Marques. O seu curso é de cêrca de 180 kilometros; corre de SO para NE; é navegavel por 100 kilometros. Foi explorado em 1871 pela canhoneira portugueza *Maria Anna* e em 1879 pelos inglezes.

Maputo. Territorio, no districto de Lourenço Marques, prov. de Moçambique (Africa Oriental), ao Sul do districto, de que é uma circumscripção, (a 5.ª), tendo por séde a villa da Bella-Vista, onde tem estação telegrapho-postal e permutando vales de correio com o reino. Foi este territorio causa de uma pendencia diplomatica entre os governos portuguez e inglez, que durou 50 annos e que ficou resolvida pela sentença arbitral de Mac-Mahon, proferida em 24 de julho de 1875. Deu origem a esta questão o facto de ser apresado na bahia de Lourenço Marques, no Maputo, um brigue inglez, mercante, *Eleonor*, que fazia contrabando de marfim. Os inglezes pretendiam ter direitos a este territorio, mas Portugal sustentara com boas razões que os portuguezes haviam sido os primeiros que o tinham descoberto, que durante seculos mantiveram a posse d'elle, que estava confirmada pelo reconhecimento dos regulos, e que tinham exercido suzerania sobre os habitantes da região ao Sul da bahia. A sentença arbitral limitou o territorio do Maputo, dizendo que tem ao norte as margens da bahia, a Oeste o rio Maputo e a Léste o mar, comprehendendo a peninsula da ilha de Inhaca, bem como a pequena ilha dos Elephantes. O territorio é muito fertil, produz feijão, milho, mandioca, amendoim; é muito rico em gado vaccum e caprino, de que os cafres teem grandes manadas. N'elle tambem abunda muito a caça, em que figurou em alto grau o elephante. Ultimamente tem-se explorado ricas pedreiras, que produzem esplendida cantaria que se exporta para Lourenço Marques para as obras do governo, tendo sido o primeiro edificio que com ella se construiu a escola districtal, na avenida da Rainha, começada em 1907 e concluida em 1908, no governo do major Freire de Andrade. A villa da Bella-Vista, no Maputo, está muito prospera, e n'ella já se contam bastantes casas commerciaes de europeus e asiaticos.

Maquanene. Terras do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Produzem arroz, mantimento cafreal, etc.

Maquella. Pov. do sobado do mesmo nome, no Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Maquim. Pov. na freg. de S. Thiago, de Fontão, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Maquiha Manhóca. Pov. a freg. de S. José de Encoge, no conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Maquire. Séde e administração da Companhia da Gorongoza, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Maquival. Pov. do distr. da Zambezia, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem est telegraphica,

Mar. Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. do Minho, conc. e com. de Espozende, distr. e arcebisp. de Braga; 88 fog. e 468 hab. Tem estação post. e esc. do sexo fem. A egreja parochial dista 5 k. da séde do conc. Ha n'esta pov. uma praia de banhos, que é regularmente frequentada, a qual fica ligada á séde do conc. pela estrada que vae para Vianna do Castello. O D. abbade benedictino do mosteiro de Palme, apresentava o vigario, que tinha 15$000 réis de congrua e o pé d'altar. Houve aqui um antigo mosteiro de monges benedictinos, que em 1550 se uniu ao mosteiro de Palme, da mesma ordem, do qual ficou sendo vigararia. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Vianna do Castello.

Mar e Guerra. Pov. na freg. de S. Pedro, conc. e distr. de Faro.

Marabui. Terras do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem sal mineral e mina de carvão de pedra. O solo é fertil. Produz mendobi, feijão, meixoeira, milho, trigo, etc. Nas suas florestas abundam os animaes ferozes.

Maranhão *(Casal do)*. Na freg. de S. Thiago, de Figueiró do Campo, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Maragoça. Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Pinheiro, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Thiago, de Valpedre, do mesmo conc. e districto.

Maragoto. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Moncarapacho, conc. de Olhão, distr. de Faro.

Maragota. Pov. na freg. de S. Mamede, de Este, conc. e distr. de Braga.

Maral. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Areias, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Marame. Pov. na freg. de S. Christovão, de Espadanedo, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Marangue. Territorio do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Fica na

margem direita do rio Zambeze, e pertenceu aos jesuitas, sendo-lhes confiscado quando a Companhia de Jesus foi supprimida em Portugal.

Maranhão. *(Fr. Francisco dos Prazeres).* V. *Prazeres Maranhão (Fr. Francisco dos).*

Maranhão Pov. e freg. de S. Domingos, da prov. do Alemtejo, conc. e com de Aviz, distr. de Portalegre, arceb. de Evora. Está situada na estrada de Aviz a Cabeção, distando 13 k. da sé de do conc. O tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o capellão, que tinha 150 alqueires de trigo e 120 de cevada. A pov. pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Abrantes. Esta freg. está annexa para effeitos civis á de Aldeia Velha, do mesmo conc., tendo sido desannexada d'esta, para effeitos administrativos, e formando com a de Alcórrego uma parochia, com a séde em Santo Antonio de Alcórrego, por edital do governo civil de 30 de outubro de 1901. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Moreira de Rei, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Maranque V. *Marangue.*

Marantinha. Pov. na freg. de Santa Leocadia, de Macieira da Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Marão. Pov. na freg. do Salvador, de Medrões, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de V. Real. || Serra da prov. de Traz-os-Montes, a O de Villa Real. Corre na direcção de SO para NE, entre o Tamega e o Corgo, e liga-se com as serranias da Cabreira e do Gerez. A sua maior altitude é de 1:422 m. E' circumdada pelas povoações de Campeã, Torgueda, Fornellos, Sediellos, Teixeira, Quintella, Povoa, Candemil, Ovelha, Campanhol, Bilhó, Villa Chã e Lamas de Ouro. Na sua maior parte a serra é escalvada ou coberta apenas por uma vegetação pouco desenvolvida, que serve para pasto de gado. Um ou outro trato de terreno junto das povoações apparece cultivado de cereaes ou plantado de castanheiros. Na serra do Marão e suas ramificações ha muitas minas de ferro, que antigamente fôram assumpto de grande lavra, minas de carvão, de cobre, de estanho e de chumbo.

Marasa. Pov. na freg. de S. Mamede, de Cuide de Villa Verde, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Marateca. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Setubal, distr. e patriarc. de Lisboa. Está annexada á freg. de Palmella, tendo ambas reunidas 1:983 fog. e 11:481 hab. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada proximo do rio do seu nome. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o cura, que tinha alguns generos e 10$000 réis em dinheiro. A pov. é muito antiga; e a *Malcéga* dos romanos. Passava aqui uma das vias militares romanas, que de Lisboa se dirigiam a Merida, então capital da Lusitania. A terra é muito fertil, principalmente em cereaes.

Maravelha *(Monte da).* Na freg. de S. Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Maravia. Terras da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Ha a Maravia antiga, a Maravia de oeste e a Maravia de leste. A capital da antiga Maravia era Undi.

Maravedi, Maravidim, Marabitino, Morabitino. Antiga moeda portugueza designada com qualquer d'estes nomes. Parece ser moeda arabe introduzida nas Hespanhas desde a invasão moirisca. Na doação feita á egreja e mosteiro de Santo André de Sózêllo, no anno de 870, cujo original existia no cartorio do convento de Alpendurada, lê-se: *Et qui istum placitum excessevit, pariet parte de quis isto placito observaverit X bobes de X morabidinos, et judicato.* Cuvarruvias diz que eram *umas moedinhas de cobre, tão miudas que só valiam duas brancas, ou seis coroados, ou 10 dinheirinhos* (que fazem hoje 4 réis portuguezes). Pinho Leal, no vol. V. do *Portugal antigo e moderno*, a pag. 60, observa, que o maravidim não podia ser uma moeda de cobre muito miuda; muito mais, sabendo se que no principio da monarchia portugueza, e talvez antes, havia maravidis de ouro, que valeriam hoje mais de 600 réis. D. Affonso Henriques mandou cunhar d'estes maravis, por isso se chamavam moravidis Alphonsis. Entre os documentos do mosteiro de Salzêdas, diz Santa Rosa de Viterbo no seu *Elucidario*, achava-se o testamento de D. Mecia Rodrigues, de 1258, do qual constava que, entre outras muitas cousas que deixou áquelle mosteiro, lhe dá tambem certo numero de *maravidis alphonsis.* D. Sancho I, pouco tempo depois de subir ao throno, fez lavrar *maravidis* de ouro, com o peso de 500 réis. Estes maravidis, chamados novos, tinham de um lado a figura do rei, a cavallo e com a espada na mão, e o nome do rei na orla; e do outro, o escudo real das 5 quinas, com 4 estrellas nos vãos e em redor, as palavras: *In Nomine Patris, et Filii et Spiritus Sancti.* No tempo d'este monarcha havia maravidis *moiriscos, alfonsis* e *novos.* Os primeiros eram do tamanho dos nossos actuaes tostões, mas muito mais delgados. Tinham d'um lado o nome de Deus, com alguns dos seus attributos, e do outro o nome do rei do paiz onde eram cunhados. Os *maravidis novos*, que eram de ouro, como dissémos, tinham 76 grãos de peso, e 60 faziam um marco. No reinado de D. Manuel todos os maravedis velhos fôram reduzidos a 27 réis da moeda de então

Maravidiadas, Maravidiadigas e Morabitinadas. Dava-se qualquer d'estes nomes a um *maravedi, maravidil, maravidim* ou *morabitino*, que era tudo a mesma moeda, quando era formado de tantos dinheiros quantos bastassem para fazer o valor de um maravidim, que valia 10 dinheiros. Um dinheiro valia 40 réis da antiga moeda portugueza. Tambem se dava o nome de *maravidiada* e *maravidinada*, a uma medida de cereaes, usada em Portugal, e ainda mais usada em Castella e Leão; 15 maravidinadas faziam 200 *fanégas* (fangas) ou 200 alqueires.

Marcaim. Pov. do conc. de Pondá, na com., distr. e arcebisp. de Gôa, India.

Marcal. Aldeia do distr. de Damão, India.

Marceiras Pensão ou tributo que se pagava ao rei no 1.º de março. Eram 4$140 réis. Eram obrigados a este tributo os habitantes de Chaves, os da Montanha de Monte Negros, e os que lavravam nos reguengos e terras foreiras, que pagavam maravidins. Segundo o foral que el-rei D. Manuel deu á villa de Chaves em 1514, estas marceiras eram pelos 100 maravidins que se pagavam de colheita (aposentadoria) da dita villa.

Marcella. Pov. do conc. de Pondá, no distr. e arcebisp. de Gôa, India Tem escolas.

Marcellim. Pov.ᵃ na freg. de Santa Christina, de Tendaes, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Marcellino. Pov. na freg. de S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença a Nova, distr. de Castello Branco.

Marchães Pov. na freg. de S. João Evangelista, de Nespereira, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Marchil. Pov. da freg. de S. Pedro, conc. e distr. de Faro.

Marco. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Azueira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. ‖ N. S.ª das Neves, de Bella, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. ‖ Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro. ‖ S. Martinho, de Fareja, conc. de Fafe, distr. de Braga. ‖ N. S.ª da Conceição, de Febres, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. ‖ Santa Maria, de Gulpilhares, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. ‖ Ilha da Madeira; N. S.ª da Conceição e conc. de Machico, distr. do Funchal. ‖ Santa Leocadia, de Macieira da Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. ‖ S. Mamede, de Infesta, conc. de Bouças, do mesmo distr. ‖ O Salvador, de Moure, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. ‖ Santo Antonio, de Oliveirinha, conc. e distr. de Aveiro. ‖ S. Martinho, de Parada Thodéa, conc. de Paredes, distr. do Porto. ‖ S. Thiago, de Priscos, conc. e distr. de Braga. ‖ N. S.ª da Conceição, de Redinha, conc. de Pombal, distr. de Leiria. ‖ N. S.ª da Purificação, de Samuel, conc. de Soure, distr. de Coimbra. ‖ Santo Adrião, de Cever, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. ‖ S. Mamede, de Villa Maior, conc. da Feira, distr. de Aveiro. ‖ Casal na freg. de N. S.ª d'Arrentella, conc. do Seixal, distr. de Lisboa. ‖ S. Martinho das Amorciras, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Marco de Canavezes. Designação legal d'um conc. e com. da prov. do Douro, distr., bisp. e relação do Porto. Antigamente este conc. chamava-se de Canavezes, por ter a sua séde na villa d'este nome, e pertencia á com. de Soalhães, mas, quando em 1852 se creou a nova com. e passou a séde do conc. para a aldeia de Marco da freg. de Santa Marinha de Fornos e S. Nicolau, a 2 k. de Canavezes, tomou o conc. o nome das duas povoações, ficando com a actual designação de Marco de Canavezes, sendo a parochia S. Nicolau e Santa Marinha. O conc. foi composto dos antigos e extinctos concelhos de Soalhães, Riba-Tamega, Bem-Viver, parte dos de Gouveia, Santa Cruz de Riba-Tamega e Porto Carreiro, bem como dos coutos de Thuias, Taboado, e parte do de Travanca. Canavezes está situada n'uma encosta de pouco declive, nas margens do rio Tamega, d'onde se avista a villa de Amarante, varias povoações, a serra do Marão, e outras. Sobre o rio existe uma ponte de cantaria forte e de muita solidez, que, segundo uns, foi construida pela rainha D. Mafalda, mulher de D. Affonso Henriques, em 1200, e segundo outros, foi reedificação d'uma antiquissima ponte romana. A ponte tem 7 arcos e as guardas guarnecidas de ameias. Junto d'ella se deu um renhido combate, quando o general Telles Jordão, com as tropas do seu commando, a pretendeu atravessar. A actual ponte da via ferrea sobre as margens do rio Tamega, é formada de 4 pilares de cantaria, sobre os quaes assenta o vigamento todo de ferro. Tem de comprimento, d'uma a outra margem do rio, de 281,ᵐ40, e de altura maxima 56 m. A origem da villa e a sua etymologia, segundo alguns escriptores, é a seguinte: Pelos annos 110 da era christã, no tempo do imperador Trajano, descobriram os romanos n'um monte sobranceiro ao Tãmaca (Tamega) uma nascente d'aguas sulphuricas, a que deram o nome de *Aquae Tamacanae*, pela proximidade em que estava do Tãmaca. Attribuindo a estas aguas muitas qualidades therapeuticas, fundaram logo aqui umas thermas. Para facilitarem o transporte dos que precisavam fazer uso d'estes banhos, construiram uma estrada, a que deram o nome de *Tamacana Via*, e sobre o rio edificaram uma solida ponte. Junto aos banhos foi pouco a pouco formando se uma povoação, que, por não ter outro nome, se chamou, assim como a estrada, *Tamacana Via*, e por conseguinte os seus habitantes tomaram o nome de *Tamacanavienses;* achando, porém, a palavra muito comprida, lhe tiraram as duas primeiras sylabas, ficando portanto *canavienses*, de que se formou a palavra *Canavezes*, que se deu á povoação. Parece serem estes antigos banhos, de que se faz ainda uso, denominando-se as aguas *Caldas de Canavezes*, na freg. de Sobre-Tamega, tendo um estabelecimento balnear, hotel, etc. E' debaixo d'um rochedo durissimo n'um monte sobranceiro ao rio Tamega, que brota a nascente d'esta agua sulphurea, gazoza, que tem 35º de temperatura, e cheiro denunciando a existencia de sulfhydrico. Esta agua é usada em banhos no tratamento do rheumatismo. A villa de Canavezes soffreu, como todo o reino, diversas alternativas e dominadores, até que o conde D. Henrique e sua mulher vieram para Portugal. Desde o seu principio teve sempre muita importancia, e tem um foral muito antigo, mas sem data, tirado por certidão em 9 de janeiro de 1498. A rainha D. Mafalda fundou aqui uma albergaria para 9 passageiros pobres, como consta do seu testamento, que está no archivo da camara, feito na era de Cesar de 1240 (1202 da era christã). N'este testamento ordena a soberana, que o povo da villa e seu termo eleja para a albergaria um administrador dos melhores da terra. A rainha concedeu a este administrador muitas honras e privilegios. A albergaria era contigua ao paço, que a fundadora mandara construir para si, e para o seu custeamento a dotara com muitas herdades e os direitos da portagem d'este termo. Na albergaria fundara tambem uma capella dedicada ao Espirito Santo. Até ao fim do seculo XV Canavezes pertenceu á com. de Guimarães, formando, porém, um conc. independente, com tres juizes, ordinario, dos orphãos e das sizas, vereadores judiciaes e municipaes, tudo confirmado pelo administrador da albergaria da rainha O juiz das sizas tinha jurisdicção no conc de Thuias e em parte do de Soalhães. Creada a com. de Soalhães passou a pertencer-lhe o conc. Canavezes, até que por fim, conforme dissémos, se creou a nova com. que actualmente existe. O primeiro orago d'esta freg. foi S. Pedro, cuja egreja foi reduzida a simples capella, fóra da villa, sendo tambem fundação da referida soberana. A matriz de Canavezes é ao fundo da villa, mesmo sobre a margem do rio Tamega. A

origem d'esta egreja foi a seguinte, segundo a tradição: Pouco tempo depois de fundada a albergaria, n'um sitio proximo d'ella e do rio, appareceu uma imagem de Nossa Senhora. A rainha D. Mafalda edificou logo uma pequena egreja para recolher a imagem, com a invocação que ainda hoje tem. O administrador da albergaria da rainha apresentava o abbade. Tem uns bons passaes, mas a mais de 1 k da direita da egreja. O rendimento do parocho andava por 360$000 réis. Canavezes foi uma das behetrias do reino. Os arrabaldes da villa são bonitos, ferteis, e bem cultivados; produzem em abundancia cereaes, legumes, azeite, vinho e fructas. Segundo consta, foi em Canavezes que D. Pedro I, depois da morte de D. Ignez de Castro, nas guerras que moveu contra seu pae, se trataram as pazes entre os dois belligerantes, estando D. Affonso IV em Guimarães. A pov. de Marco fica, como já dissémos, a 2 k. de distancia de Canavezes. O seu nome provém d'um pequeno marco de pedra que está no interior do logar, junto á casa dos paços do concelho, e que servia para demarcar os limites das tres freguezias de Fornos, S. Nicolau de Canavezes e Tuias. O marco está assente no alto d'uma pequena eminencia, d'onde se descobre um pittoresco e variado panorama de valles, encostas e collinas agricultadas e arborisadas, montes vestidos de mattos e arvoredos, serras, etc. No Marco cruzam as estradas de Casaes Novos á Regua, e a de Amarante á Fóz do Tamega. Proximo de Marco estão os conhecidos penedos de Aliviada, ou Alviada, debaixos dos quaes o rio da Ovelha se mette e esconde inteiramente á vista, para tornar a apparecer a uns 200 m mais abaixo. No edificio da camara estão reunidas todas as repartições publicas do conc., camara municipal e tribunal judicial. Tem uma esc. para o ensino primario do sexo masc., construida com o donativo do conde de Ferreira; tem tambem uma escola para o sexo fem., creada em 1865. Est. do caminho de ferro, com o nome de *Marco*, na linha do Douro, do Porto a Salamanca, entre as de Livração e Juncal. Pertence á 6.ª div. mil., 12.ª brigada, grande circumscripção militar N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. A villa tem est. post. e telegr com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. D.; feira a 3 e a 15 de cada mez; advogados, medicos, pharmacias, notario, *Associação do Soccorros Mutuos Marcoense;* casas de pasto, hospedaria, hotel, fabrica de manteiga, philarmonicas: *de Maurelles* e *Villa Boa de Quires*, etc. Tem-se publicado os seguintes jornaes: *Imparcial do Marco (O)*, 5, outubro, 1895; em publicação, janeiro, 1908; *Invencivel (O)*, janeiro, 1888; findou em 1901; *Pepino (O)*, 11, março, 1901; *Verdade (A)*, 24 janeiro a 25 outubro, 1886; *Verdade (A)*. 1898. O conc. de Marco de Canavezes comprehende 33 freguezias com 6:798 fog, e 28:150 hab., sendo 13:164 do sexo masc. e 14:986 do fem., n'uma superficie de 22:995 hect. As freguezias são: S. Martinho, de Alliviada, 391 hab.: 167 do sexo masc. e 224 do fem; S. João Baptista e S. Miguel, de Alpendurada e Matos, 1:326 hab.: 622 do sexo masc. e 704 do fem; S. Martinho, de Aviz, 713 hab.: 332 do sexo masc. e 381 do fem.; S. Martinho, de Avessadas, 566 hab.: 272 do sexo masc. e 294 do fem.; Santa Christina, de Banho, 338 hab.: 171 do sexo masc. e 167 do fem; S. Romão, de Carvalhosa, 665 hab.: 320 do sexo masc. e 345 do fem.; Santa Eulalia, de Constance, 848 hab: 369 o sexo masc. e 479 do fem.; S. Paio, de Favões, 421 hab.: 187 do sexo masc. e 234 do fem.; S. João Baptista, de Folhada, 812 hab.: 365 do sexo masc. e 447 do fem; Santa Marinha e S. Nicolau, de Fornos, 1:193 hab.: 549 do sexo masc. e 644 do fem.; Santa Maria, de Freixo, 569 hab: 274 do sexo masc. e 295 do fem.; S. Salvador, de Magrellos, 521 hab: 249 do sexo masc. e 272 do fem.; S. Mamede, de Manhuncellos, 447 hab.: 210 do sexo masc. e 237 do fem.; Santa Maria, de Maurelles, 391 hab.: 185 do sexo masc. e 206 do fem.; S. Clemente, de Paços de Gaiolo, 1:236 hab.: 591 do sexo masc. e 645 do fem; S. Romão, de Paredes de Viadores, 1:158 hab.: 536 do sexo masc. e 622 do fem.; Santa Maria, de Penha Longa, 1: 62 hab.: 644 do sexo masc e 718 do fem.; S. Miguel, de Rio de Gallinhas, 402 hab: 200 do sexo masc. e 202 do fem.; Santa Maria, de Rozem, 279 hab.: 124 do sexo masc. e 155 do fem.; S. Martinho, de Sande, 1:441 hab.: 652 do sexo masc. e 789 do fem.; Santo Isidoro, 697 hab.: 333 do sexo masc. e 364 do fem; S. Lourenço, de S. Lourenço do Douro, 526 hab.: 237 do sexo masc. e 289 do fem.; S. Nicolau, 290 hab.: 143 do sexo masc. e 147 do fem.; S. Martinho, de Soalhães, 2:848 hab.: 1:346 do sexo masc. e 1:502 do fem.; Santa Maria, de Sobre Tamega, 708 hab.: 340 do sexo masc. e 368 do fem.; S. Salvador, de Tabuado, 782 hab.: 351 do sexo masc. e 431 do fem.; S. Salvador, de Thuias, 850 hab.: 389 do sexo masc. e 461 do fem.; Santa Clara, de Torrão, 460 hab.: 219 do sexo masc. e 241 do fem.; Santa Maria, de Fontosa, 409 hab.: 192 do sexo masc. e 217 do fem.; S. Martinho, de Varzea do Douro, 671 hab.: 324 do sexo masc. e 347 do fem.; Santo André, de Varzea da Ovelha, 1:476 hab.: 696 do sexo masc. e 780 do fem.; Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, 1:612 hab: 762 do sexo masc. e 850 do fem; Santo André, de Villa Boa de Quires, 1:742 hab.: 813 do sexo masc. e 929 do fem. O principal commercio do conc. é vinhos, cereaes e azeite.

Marco do Couto Pov. na freg. de Santo Adrião, de Oleiros, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna de Castello.

Marco de Dentro e Marco de Fôra. Duas povoações na freg. de Santa Eulalia, de Barrosas, conc. de Louzada. distr. do Porto.

Marco e Fonte da Pedra. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Graça, do Estreito de Camara de Lobos, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

Marco de Gotosa. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sandim, conc. de V. N. de Gaia.

Marco Grande. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Marco de Marvão. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Covões, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Marco do Norte e Marco do Sul. Duas povoações na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Marco Velho. Parece ser o maravedim antigo de prata. Em documentos de 1310 e 1352 vê se que valia 27 soldos.

Marcões. Pov. na freg. de S. Pedro, de Serreleis, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Marco miliar. Nas vias militares romanas estavam collocados de 2 em 2 kilometros.

Marco dos navios. Certo direito que a camara da cidade de Lisboa cobrava por cada navio fretado, que carregava ou descarregava na cidade, sendo de um marco de prata o referido direito. A repartição em que se arrecadava tinha o titulo de Casa do Marco, e a ella se referem a postura municipal de 7 de novembro de 1422, a provisão de 9 de janeiro de 1444 e o regimento de 8 de abril de 1525. Como outros, tinha este rendimento os seus rendeiros, ou arrematantes, aos quaes a camara dava a sua cobrança. Na *Collecção dos Regimentos Reaes* anda publicada uma sentença, ou accordão da Relação, de 18 de agosto de 1711, alcançada a seu favor pelos consules inglez, hollandez, sueco e dinamarquez contra os contratadores do Marco, por cobrarem con junctamente o direito da Variagem das fazendas. A tabella, que devia estar patente na Casa do Marco, segundo a postura de 6 de janeiro de 1593, impunha as taxas seguintes: «Toda a nau, navio, e caravéla, que n'esta cidade carregar, ou fretar, pagará dez réis por tonelada até á quantia de cem toneis, que são mil réis; e se fôr de maior carrega, ou de menos, soldo a livra, a razão de dez réis por tonelada, assim de mais como de menos» Para a equivalencia da tonelada as mercadorias eram computadas nas quantidades de 2 pipas de liquido, 2 moios de cereal, 14 quintaes de mercadoria, tres carros de madeira, 150 telhas, 500 formas de assucar, uma fornada de louça, etc. Os animaes pagavam como duas toneladas. Cada passageiro, cinco réis. As infracções ao regimento eram punidas com o paga mento do marco em dobro. A apresentação da carta do navio ao escrivão do imposto devia fazer-se até ás 12 horas da manhã do dia seguinte ao da chegada. Este rendimento, que chegou a ser de 5$600 réis por marco, foi tirado á camara por decreto de 17 de dezembro de 1836.

Marcorro. Pov. na freg. de Santa Leocadia, de Macieira da Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Marcos *(João)*. Calligrapho, que vivia no tempo d'el-rei D. Manuel.

Marcos. Pov. na freg. de Vera Cruz, conc. e distr. de Aveiro.

Marcos Grandes. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Marcos Mendes Pov. na freg. de S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Mardel *(Carlos)*. Architecto hungaro que veiu estabelecer-se em Portugal em 1732, e serviu debaixo das ordens de Manuel da Maia na construcção do aqueducto das Aguas Livres. D. João V deu-lhe um posto no exercito. Em 1742 era sargento-mór de infantaria, com exercicio de engenheiro e architecto de Sua Magestade. No tempo d'el-rei D. José foi encarregado pelo marquez de Pombal de continuar as obras da reconstrucção da cidade, começadas pelo capitão Eugenio dos Santos de Carvalho. Continuou-as, seguindo á risca o plano do seu antecessor. Morrendo em 1763 com o posto de coronel foi substituido pelo engenheiro Reynaldo Manuel dos Santos.

Mardel de Arriaga Ferreira *(Julio Carlos)*. Mais conhecido por Julio Mardel, nome com que firma os seus escriptos, especialmente sobre archeologia e genealogia. Por portaria de 17 de junho de 1870 foi nomeado, em substituição de seu irmão Henrique Carlos Mardel Ferreira, amanuense de 2.ª classe da Contadoria Geral da Junta do Credito Publico, logar em que foi confirmado por decreto de 19 de junho de 1873. A seu pedido, foi exonerado por decreto de 2 de agosto de 1879. Teve então a nomeação de secretario do Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes, cujas funcções desempenha.

Mardel Ferreira *(Luiz Carlos)*. V. *Portugal* vol. III, pag. 410.

Mardol. Pov. do conc. de Pondá, no distr. e arcebisp. de Gôa na India.

Maré. Ilha do Pico; pov. na freg. de Santo Amaro, conc. de S. Roque do Pico, distr. da Horta.

Mareces. Povoações nas freguezias: Santo André, de Barcellinhos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Villa Cova, do mesmo conc. e districto.

Marechal. Antiga patente superior do exercito. Jerarchia a seguir a general de divisão, seguindo-se-lhe a de marechal-general. Na antiga organisação militar o quadro de generaes compunha-se, em grau ascendente, dos seguintes postos: Brigadeiro, marechal de campo, tenente-general, que ficaram reduzidos na moderna organisação aos de general de brigada e de divisão. Hoje o posto de marechal, em Portugal, é honorario, na pessoa do chefe do Estado. Nos primeiros seculos da monarchia portugueza dava-se o titulo de *mariscal* como então se dizia, e o primeiro, que existiu, foi Gonçalo Vasques de Azevedo, senhor da Lourinhã e alcaide-mór de Torres Novas, a quem el-rei D. Fernando I deu esta dignidade no anno de 1382, que veiu por fim a ficar sómente em titulo, que se dava a alguns fidalgos, com o de *Marichal*, porque no exercicio succederam os mestres de campo-generaes, que eram depois as segundas pessoas dos exercitos. || *Marechal do campo da hoste* ou *de batalha*, aquelle que, nos exercitos feudaes do seculo x, era immediato do condestavel de cada contingente. || *Bastão de marechal. V. Bastão.*

Marêco. Pov. e freg. de S. Domingos, da prov. da Beira Alta, conc. de Penalva do Castello, com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu; 93 fog. e 345 hab. Tem esc. do sexo fem. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Dão. O abbade de S. Pedro de Penalva apresentava o cura, que tinha 20$000 réis e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Marécos ou Marrêcos. E' appellido antigo e nobre, tomado da *quinta de Marécos*, origem da villa de Amares *(V. este nome)*. O primeiro que usou d'este appellido foi Gualdim Paes, conforme diz o marquez de Montebello, nas suas notas ao *Livro das Linhagens*, do infante D. Pedro. No reinado de D. Affonso III vivia Rui Martins Marécos, senhor do *Casal do Paço de Marécos*. As suas armas são: Em campo de prata, duas torres de

negro, assentadas sobre ondas de azul e prata. Elmo de aço, aberto, e por timbre um castello de prata.

Marécos *(Ernesto Frederico Pereira).* Funccionario publico e poeta, mais conhecido pelo nome de Ernesto Marécos. N. em Lisboa a 16 de junho de 1836; fal. em Moçambique em 1879. Era filho do director da Imprensa Nacional José Frederico Pereira Marécos (*V. este nome*). Depois de completar em Lisboa os preparatorios, matriculou se na Universidade de Coimbra na faculdade de Direito, e cursou regularmente os 1.º e 2.º annos, saindo sempre approvado *nemine discrepante*, e dando ao mesmo tempo provas d'um talento poetico pouco vulgar. O *Panorama* publicou em 1854 versos seus, notaveis, principalmente uma poesia intitulada a *Vida*, que fazia esperar que o joven poeta, que se manifestava assim aos 18 annos, viria a ser uma das glorias da nossa litteratura. Infelizmente as tentações do viver folgazão de Coimbra o desviaram dos estudos, obrigando o a não continuar o curso, que encetara com tão bons

Ernesto Frederico Pereira Marécos

auspicios. Vindo para Lisboa, obteve, pela influencia de seus parentes e amigos, ser empregado como official na secretaria do governo geral de Angola, e partiu para Loanda a tomar posse do seu logar, que exerceu alguns mezes, regressando a Lisboa em 1864 ou 1865. Alcançou então um logar de amanuense na direcção geral da contabilidade do ministerio da Fazenda, logar de que depois teve a exoneração, que pediu. Em junho de 1869 foi nomeado director da alfandega de Ibo, no districto de Cabo Delgado, na provincia de Moçambique, para onde seguiu viagem pouco depois na barca-transporte do Estado *Martinho de Mello*. Annos mais tarde teve transferencia para a alfandega de Pangim, na India. Voltou a Lisboa em 1878. Foi transferido ainda para Moçambique, onde falleceu. Era muito dado á bebida, o que muito prejudicou a sua saude, e talvez lhe abreviasse a existencia, pois contava apenas 43 annos de edade. Escreveu um poemeto intitulado *Maria, historia d'uma mulher*, que imprimiu em Coimbra no anno de 1855. Em 1865 publicou em Lisboa, reunidas em volume com o titulo de *Primeiras inspirações, poesias*, muitas das suas composições sendo a maior parte já conhecidas do publico, por terem saido em varios jornaes. N'esse mesmo anno publicou: *Juca, a Mahuntolla, lenda africana*, e os *Juramentos bem cumpridos*, em prosa. Escreveu tambem uma mimosa poesia, *Verdades*, que saiu, se nos não enganamos, no *Commercio de Lisboa*, de 1864 ou 1865, como n'uma especie de duello poetico com Thomaz Ribeiro, que compuzera outra com o titulo *Mentiras*. Escreveu mais: *Corôa de perpetuas: elogio por occasião da sentida morte da actriz Manuela Lopes Rey*, Lisboa, 1866; *O thesouro do Fafnir: legenda extrahida das tradições germanicas ácerca da morte de Attila*, Lisboa, 1866; *Confidencias*, em prosa, Lisboa, 1867; *A Morta, poema em sete cantos*, Lisboa, 1867. Em 1878 publicou uma nova collecção de poesias, intitulada genericamente *Folhas sem flores*, e com o sub-titulo de *Novas poesias*. Este volume é dividido em duas partes. Na primeira, *Cantos avulsos*, os versos não trazem data, e a par de bastantes ineditos, ha outros reeditados, assim como a *Corôa de perpetuas*, acima citada. Na segunda parte, *Trechos d'um poema de amor infeliz*, as diversas composições fórmam no seu conjuncto um poemeto, a historia pessoal de uns amores mal succedidos. Todo o entrecho do poemeto é passado em Gôa, e calcula-se que fôsse escripto ali, desde fevereiro de 1877 a março de 1878. Termina com uma poesia, *Ultimo adeus*, escripta no mar em viagem para Lisboa, um *epitaphio* sem data, e uma dedicatoria escripta em Lisboa em novembro de 1878.

Marécos *(Fernando de Pina).* Doutor em Direito Civil, um dos celebres letrados do seu tempo. Era filho de Nicolau de Pina e de sua mulher, Branca Anues Marécos. Foi desembargador, e vereador do senado de Lisboa por carta regia de 12 de dezembro de 1572, sendo encarregado das obras da cidade, do terreiro do trigo, atafonas e moendas. Escreveu douta e profundamente quando pretendia a corôa d'esta monarchia D. Antonio, prior do Crato, um *Tratado em que se prova poder o povo eleger principe que governasse o reino de Portugal*, que não chegou a publicar-se. Escreveu mais: *Voto muito judicioso, que deu a el-rei D. Sebastião, impugnando nervosamente o que na mesma materia tinha dado o grande Pedro Barbosa;* saiu impresso nas *Memorias historicas de el-rei D. Sebastião* de Diogo Barbosa Machado, *Parte 4.ª*, pag. 130.

Marécos *(Firmo Augusto Pereira).* Conselheiro de Sua Magestade, director da Imprensa Nacional, official da repartição central da secretaria da guerra, etc.. N. em Ajuda em 9 de novembro de 1803, fal. em Lisboa a 22 de dezembro de 1877. Seguindo as idéas liberaes, foi nomeado 1.º official da repartição acima citada, e quando falleceu seu irmão, José Frederico Pereira Marécos, director da Imprensa Nacional, em setembro de 1844, foi logo chamado para o substituir, tomando posse do logar no principio de outubro seguinte. Começou por estudar com particular diligencia as verdadeiras necessidades d'aquelle importante estabelecimento, fazendo pôr em execução muitas das providencias que seu irmão deixára indicadas, e modificando outras como a experiencia lhe ensinava diariamente. Pouco mais de anno e meio depois, em 1846, rebentou a chamada revolução, conhecida por Maria da Fonte, que

só veiu a terminar no meado do anno de 1817. Este periodo foi bastante calamitoso para o paiz, e não menos para a Imprensa Nacional, que entre outras difficuldades, se viu com os trabalhos paralysados, e com a escassez de meios que este facto occasionara. Firmo Pereira Marécos não esmoreceu perante esta situação, deveras embaraçosa, e pôde manter o progresso artistico e salvar o estabelecimento da completa ruina. Em 9 de agosto de 1854 emprehendeu, assim como o seu antecessor, uma viagem de estudo á Belgica, Inglaterra e França em que se demorou até aos principios do mez de dezembro. Na sua excursão procurou examinar quanto havia de mais notavel em typographia, adquirindo novas machinas, prélos, diversas collecções de matrizes, e travando em Paris, com o director da imprensa do estado e seus principaes empregados e artistas, relações que muito concorreram para facilitar posteriormente as successivas reformas introduzidas no regimen administrativo e artistico da Imprensa Nacional, confiado aos seus cuidados. Como fructo de tantos trabalhos appareceu em 1858 o especimen dos typos que deixou maravilhados quantos os examinaram. Este livro, de que depois se tem feito varias edições, nas quaes de cada vez se introduzem novos melhoramentos, é um monumento d'arte nacional, muito honroso, não só para os artistas que o executaram, como para o director, que o empreheudeu e dirigiu. A Imprensa Nacional attingiu então um grande desenvolvimento. No tempo da sua administração figurou a Imprensa brilhantemente nas exposições internacionaes do Porto, Londres, Paris, Philadelphia e Vienna d'Austria, alcançando varios premios. Pereira Marécos, pelos seus serviços alcançou de diversos ministros os mais brilhantes louvores; foi agraciado com a carta de conselho, e com a commenda da ordem de Christo. Possuia tambem as commendas das ordens de S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia; da Rosa, do Brazil; e da Legião de Honra, de França. Pereira Marécos falleceu victima d'uma congestão cerebral. Era casado com D. Maria Francisca Freire Marécos. Para este artigo e o seguinte V. *Portugal*, tomo III, pag. 958 a 960.

Marécos *(José Frederico Pereira)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, professor de Rhetorica e Poetica no Real Collegio Militar, official na secretaria de estado dos negocios do reino, administrador geral da Imprensa Nacional, deputado, jornalista, poeta, etc.. N. em Santarem a 29 de novembro de 1802, fal. em Lisboa a 27 de setembro de 1844. Já no seu tempo de estudante deu mostras de notavel talento poetico, a ponto de que entre as poesias que os estudantes recitaram por occasião da revolução de 1820, e que se encontram reunidas na *Collecção das poesias recitadas na sala dos actos grandes da Universidade*, etc., são as de José Frederico Pereira Marécos as mais notaveis, apezar de serem algumas das outras assignadas por Almeida Garrett e por Antonio Feliciano de Castilho. Porém Pereira Marécos pouco se dedicou depois á poesia, até que por fim a abandonou de todo. Em 1823 ainda publicou 1 volume de versos com o titulo de *Poesias diversas de J. F. Pereira Marécos, dedicada a sua mãe D. Anna Gertrudes Marécos, Coimbra, na Imprensa da Universidade; anno III da Constituição*. Quando o regimen liberal voltou em 1826 a estabelecer-se em Portugal, Pereira Marécos entrou no jornalismo, auxiliando José Liberato Freire de Carvalho na redacção da *Gazeta de Lisboa* em 1827, como este declara a pag. 304 das suas *Memorias*. Apezar da moderação com que sustentava as suas opiniões liberaes, não pôde Pereira Marécos ser bem visto pelo governo de D. Miguel, e depois de soffrer as tribulações e amarguras que n'esse tempo padeceram os liberaes, voltou em 1834 á vida publica, tornando a militar tambem no jornalismo, sendo em 1835 um dos redactores do *Tempo*, jornal muito diverso de outro do mesmo titulo, que depois foi redigido por José Estevão Coelho de Magalhães. Anteriormente fôra redactor da *Gazeta Official*, transformada depois em *Diario do Governo*, durante o segundo semestre de 1834. Entretanto foi nomeado professor de Rhetorica e Poetica no Real Collegio Militar e depois 1.º official da secretaria dos negocios estrangeiros Em 24 de agosto de 1838 foi nomeado administrador da Imprensa Nacional, para substituir José Liberato Freire de Carvalho, a quem se concedera a aposentação. A escolha do novo administrador abriu uma nova epoca para a Imprensa Nacional, cuja direcção lhe fôra confiada. Os annos de 1839 e 1840 empregou os Pereira Marécos em estudar as condições d'aquelle estabelecimento, e o meio de as melhorar. Em 1841 apresentou ao ministro o seu Relatorio, que produziu excellente impressão, dispondo os animos para acceitarem a necessidade de despezas para reformas da Imprensa. Em 1842 foi eleito deputado, e pôde então nas camaras fazer vingar as suas idéas e conseguir que o governo pudesse dispender mais algum dinheiro com a Imprensa. A portaria de 16 de maio de 1834 autorisou um emprestimo do 8:000$000 réis para que José Frederico Pereira Marécos fôsse estudar ao estrangeiro os melhoramentos typographicos, e comprar o que fôsse de utilidade. A 9 de julho de 1843 saiu de Lisboa, e esteve na Inglaterra, França e Belgica, percorrendo os principaes estabelecimentos typographicos d'esses paizes, tomando conhecimento dos melhoramentos a introduzir. Comprou, entre outros apparelhos, um excellente prélo mechanico de dois cylindros, construido por Gaveaux, e a machina de vapor que lhe devia dar impulso, e regressou a Lisboa a 19 de dezembro do mesmo anno de 1843. Por portaria de 18 de março de 1844 foi louvado, mandando-se-lhe publicar no *Diario do Governo* o Relatorio, e autorisando-o a fazer o regulamento da Imprensa. A morte, porém, veiu impedir a realisação de tudo quanto se esperava do seu zelo, intelligencia e instrucção. Seu irmão, Firmo Augusto Pereira Marécos, que o substituiu na direcção da Imprensa Nacional, aproveitou muito das medidas que se haviam começado a adoptar, ampliando-as e modificando-as. *(V. o artigo antecedente)*. José Frederico Pereira Marécos, pouco depois de tomar posse da direcção da Imprensa Nacional, voltara a ser redactor do *Diario do Governo*, logar em que se conservou até 9 de fevereiro de 1842, dia em que se despediu, como consta da declaração publicada no principio do N.º 35, de 10 do referido mez. A 25 de abril de 1843, pouco antes da sua partida para o estrangeiro, deu-se o lamentavel incendio no Collegio dos Nobres, e Pereira Marécos á frente do pessoal da Imprensa

Nacional, prestou os maiores serviços. Na *Revista Universal Lisbonense*, vol. IV, 1.ª serie, pag. 132, vem um artigo necrologico, escripto pelo seu intimo amigo Antonio Feliciano de Castilho, depois visconde de Castilho.

Marêcos. Pov. e freg. de Santo André, da prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. do Porto; 150 fog. e 661 hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. A egreja parochial dista 3 k. da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 400$000 réis de rendimento. A terra é fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20 com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: Santo André, de Christellos, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Cruz, de Juvim, conc. de Gondomar, do mesmo distr. || O Salvador, de Varzea, conc de Arouca, districto de Aveiro.

Mareiço Pov. na freg. de S. Miguel, de Alvarães, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Marelães Povoações nas freguezias de S. João Baptista, de Cepellos, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || S. João Evangelista, de Nespereira, conc. de Louzada, districto do Porto.

Mareta Lavar, Mareta Sêcca. Duas povoações na freguezia de N. S.ª da Graça, de Sagres, conc. de Villa do Bispo, distr. de Faro.

Marga. Pov. na freg. de S. Martinho, de Christoval, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Margaça. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santo Antonio da Serra (1.ª Parte) conc. de Machico, distr. do Funchal.

Margalho *(P. Pedro)*. Presbytero secular, doutor em Theologia e Philosophia, etc. N. em Elvas, e fal. em Evora em 1556. Tomou ordens de presbytero secular, e saindo para o estrangeiro, foi doutorar-se em Theologia e Philosophia na Universidade de Paris, e na de Salamanca formou-se em Direito Canonico. Foi reitor do collegio de S. Bartholomeu, em Hespanha, e regia uma cadeira na Universidade de Salamanca, quando el-rei D. João III o chamou a Portugal para lhe confiar a regencia da cadeira de prima na faculdade de Theologia na Universidade de Coimbra. Foi mestre do infante D. Affonso, irmão do monarcha, e de seu filho natural D. Duarte. Em recompensa do modo como desempenhou estes cargos de confiança, foi nomeado conego da sé de Evora, prégador de el-rei, desembargador do Paço e prior da egreja de Veiros. Escreveu duas obras em latim: *Tratado de Logica* e *Compendio de Physica*, em que trata de philosophia, hydrographia e cosmographia. Em portuguez publicou: *Declaração espiritual dos mysterios da missa*, Evora, 1589; outra edição em 1597.

Egreja de Margão

Margantinha. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Louzada, distr. do Porto.

Margão Villa e freg. do Espirito Santo, do conc. e com. de Salsete, sendo a capital d'aquella provincia, distr. e arcebisp. de Gôa, na India. Está situada nas margens do rio do Sal, n'um logar aprazivel, na distancia aproximada de 30 k. de Gôa. Foi elevada á categoria de villa pelo alvará de 12 de julho de 1779. E' a villa a principal povoação da peninsula de Salsete. Tem 4:000 fog. e 16:000 hab. Vêem-se ali muitas casas de commercio, typographias. As casas nobres de particulares são quasi todas d'um só pavimen-

to, de fórma graciosa e apalaçada, com muitos commodos, bellas sacadas e jardins com magnifico arvoredo. Entre os edificios mais notaveis conta-se a casa da camara municipal, d camara agraria, da gaucaria, administração do concelho, casa das audiencias do juiz de direito da comarca, cadeia, quartel do 1.º batalhão de caçadores, dois cemiterios. Tem escolas para ambos os sexos, estação de caminho de ferro, est. telegrapho-postal, 2 theatros, 10 fontes de agua potavel, 5 lagôas e 2 formosos tanques gentilicos. Possue tambem um monumento erigido ao benemerito cidadão Bernardo Peres da Silva. Em Margão houve em epocas remotas um importante hospital, denominado *de Paulo Camerte*, nome do seu fundador. Em 17 de maio de 1574 a Companhia de Jesus construiu aqui um collegio, tomando para esse fim posse dos terrenos dos pagodes, que em numero de 280 haviam sido derrubados em 1567, unindo ao referido collegio o hospital, o seminario dos meninos pobres, a casa dos cathecumenos, uma escola de instrucção primaria e de doutrina christã, uma de theologia moral, e outra de lingua concani. Annos depois, o collegio e o hospital fôram incendiados pelos moiros, e os padres da Companhia de Jesus trataram de construir outro em Rachol no anno de 1580. Este collegio, em virtude da ordem do visitador Nicolau Pimenta, dada em 1597, voltou de novo a Margão, para em 1606 tornar a ser estabelecido em Rachol, e mais tarde convertido em seminario de estudos ecclesiasticos, como ainda hoje é conhecido. A provincia de Saisete foi muitas vezes invadida pelo Idalcão e o Maratha, sendo a ultima invasão em 23 de janeiro de 1739, em que o Maratha, occupando Margão e a fortaleza do Monte, onde hoje se vê a capella de N S.ª da Piedade, talou toda a provincia. Decorridos seis mezes, mediante a capitulação de 2 de maio do mesmo anno de 1739, o Maratha invasor retirou-se para as provincias, hoje conhecidas por *Novas Conquistas*, das quaes foi expulso pelo vice-rei conde da Ega, em 1764. A egreja matriz de Margão foi edificada pela Companhia de Jesus, e é de boa architectura. Tem mais 5 capellas, das quaes tambem duas são de boa architectura, a do quartel do batalhão de caçadores, e a já mencionada, de N. S.ª da Piedade, que está situada no cume d'um outeiro, d'onde se desfructa um lindo ponto de vista. Em Margão tem-se publicado os seguintes jornaes: *Bibliotheca de Noticias*, 3 agosto, 1895; *Cavaco Instructivo*, junho, 1887; *Democracia (A)*, 11 outubro, 1888; *Estrêa Litteraria*, 15 abril a 15 outubro, 1877; *Goutma (O)*, 3 agosto, 1885, cujo titulo significa *O Espirito de Goa*; *India Portugueza (A)*, 4 janeiro 1861, em publicação, (anno de 1908), *Investigador (O)*, 29 janeiro, 1894, a 31 janeiro, 1895; *Noticias*, 1 setembro, 1894, em publicação, (anno de 1908); *Ortigas para baixo*, 1 janeiro a 9 junho, 1889; *Paiz (O)*, 4 fevereiro, 1873 a 27 outubro, 1874; *Semana (A)*, 4 março, 1880 a julho, 1883; *Ultramar (O)*, 6 abril, 1859, em publicação, (anno de 1908). E' hoje o decano dos jornaes na India Portugueza.

Margarida. Pov. na freg. de S. João Baptista, no conc. da ilha Brava, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pov. do concelho e com. da Praia da Victoria, no distr. e bispado de Angra do Heroismo, Açôres.

Margaride (*Luiz Cardoso Martins da Costa Macedo, 1.º visconde e 1.º conde de*). Bacharel formado em Philosophia pela Universidade de Coimbra; fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 15 de março de 1862; do conselho de Sua Magestade; governador civil do districto de Braga, proprietario e capitalista na cidade de Guimarães, onde tem residencia. N. a 8 de janeiro de 1836. sendo filho de Henrique Cardoso de Macedo, fidalgo cavalleiro por alvará de 2 de novembro de 1850, proprietario, e de sua mulher, D. Luiza Ludovina d'Araujo Martins. Casou em 1866 com D. Anna Julia de Macedo Cardoso de Menezes, filha de Bernardino Rebello de Carvalho, e de sua mulher D. Mathilde Carolina Cardoso de Menezes. O titulo de visconde foi concedido por decreto de 1 de agosto de 1872, sendo annos mais tarde elevado a conde.

Margaride. Pov. e freg de Santa Eulalia, que foi em 1846 elevada á categoria de Villa de Felgueiras, de que se formou depois o conc. de Felgueiras. (V. *este nome*). || Pov. da freg. de Santa Marinha, de Costa, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Margavará. Pov. do distr. e com. de Damão, arcebisp. de Gôa, na India.

Margem. Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Gavião, distr. e bisp. de Portalegre; 185 fog e 769 hab. Tem esc. do sexo masc. e fabricas de moagens de cereaes. A egreja parochial dista 15 k. da séde do conc. A pov. está situada na margem direita da ribeira de Margem, e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. Foi annexada ao conc. de Niza, por decreto de 26 de setembro de 1895, que extinguiu o concelho de Gavião, e voltou para este, por ter sido restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898 Esta freg formou, antigamente, com a de Lagomel um concelho. V. *Lagomel*.

Margens. Pov. na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto.

Margidos. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Paradella, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Margiochi. V. *Simões Margiochi*.

Margonça. Pov. na freg. de S. Martinho, de Cocujães, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Margueira. Pov. na freg. de S. Thiago e concelho de Almada, distr. de Lisboa.

Maria I. *A Piedosa*. Rainha de Portugal, a primeira rainha que por si só governou e impunhou o sceptro, por não haver principe varão, e não existir em Portugal a lei salica, que afastava as mulheres do governo do estado. N. em Lisboa a 17 de dezembro de 1734, fal. no Rio de Janeiro em 20 de março de 1816. Era filha de el-rei D. José I, e de sua mulher, a rainha D. Marianna Victoria. Tinha o titulo de princeza do Brazil, que conservou até á sua acclamação. O monarcha não tendo senão filhas, e perdendo a esperança de ter um filho varão, entendeu que sua filha primogenita devia casar com um principe portuguez, visto ser ella a herdeira do throno, e escolheu para genro seu irmão D. Pedro, apezar da grande differença das edades do tio e da sobrinha, porque D. Pedro tinha 43 annos, e a princeza 26. O casamento realisou-se no paço d'Ajuda a 6 de junho de 1760. No entretanto a

princeza affeiçoou-se a seu marido, sendo ambos muito amigos, e d'aquelle consorcio houve tres filhos: o principe D. José, que falleceu muito novo, D. João, mais tarde D. João VI, e a infanta D. Marianna Victoria, que casou com o infante de Hespanha D. Gabriel. Tanto a princeza D. Maria, como seu marido, o principe D. Pedro, não sympathisavam com o marquez de Pombal; sendo profundamente devotos encaravam com terror e certa repugnancia as audaciosas reformas do ministro de el-rei D. José; o marquez via tambem que no seu reinado não poderia gozar da mesma preponderancia que exercia, e por isso pensou naturalmente em evitar esse perigo. O caracter do filho mais velho dos principes do Brasil, a sua precoce intelligencia, inspiraram-lhe talvez o pensamento de introduzir em Portugal a lei salica, e de fazer com que

D. Maria I

fôsse D. José o successor do throno, quando seu avô fallecesse. A viva affeição que o soberano sentia pelo neto animava-o á execução d'esse plano, e suppõe-se que o motivo da demissão e do desterro de José Seabra da Silva foi ter este revelado á princeza o que se tratava Fôsse por que D. Maria tivesse apenas antipathia pelo marquez, que o seu espirito devoto havia de sentir contra o perseguidor dos jesuitas, contra o audacioso adversario da curia romana, contra o reformador dos conventos, ou porque juntasse a todos esses motivos de desaffeição o rancor motivado pelo conhecimento dos planos do marquez de Pombal contra a sua ascensão ao throno, o certo é que, apenas morreu seu pae, a 24 de fevereiro de 1777, e D. Maria I subiu ao throno, o marquez de Pombal pôde perceber que triumphavam os seus inimigos. A reacção foi completa. Oito dias depois, a 4 de março, demittiu o grande ministro de seu pae, ordenando lhe que se recolhesse á sua casa de Pombal. Em seguida abriram se as portas dos carceres aos numerosos presos que a politica severa do marquez ali encerrara. A acclamação da nova soberana realisou se em 13 de maio do mesmo anno de 1777. Começaram então as perseguições contra os parentes e os affeiçoados do marquez; arrancou-se o seu medalhão do monumento do Terreiro do Paço, e com pretextos frivolos promoveu se um processo, indo a Pombal dois desembargadores sujeitar a um oppressivo e impertinente interrogatorio o velho estadista A reacção iria ainda muito mais longe, se o governo não houvesse alguns homens de bom criterio, que impediram os fanaticos de destruir completamente a obra do marquez de Pombal. Um d'esses homens de bom senso era D. Fr. Ignacio de S. Caetano, arcebispo de Thessalonica e confessor da rainha, que exercia no fraco espirito da sua confessada uma grande influencia. Assim bem quizera a rainha readmittir em Portugal os jesuitas expulsos, mas fez-se-lhe sentir que a propria curia romana extinguira a ordem, que varias potencias européas tinham exigido essa medida, e que a readmissão dos jesuitas em Portugal seria um motivo de graves reparos para o governo de Hespanha e de França. Instavam pela rehabilitação da memoria dos Tavoras os parentes d'esta desgraçada familia, e a rainha mostrava-se muito desejosa de lhes conceder o que pediam. Nomeou uma commissão encarregada de rever a sentença condemnatoria, e, como elles protrahissem a tarefa embaraçosa, D. Maria I tão empenhada se mostrou em que a sentença de rehabilitação se promulgasse, que na noite de 3 de abril de 1781 convocou os juizes, e disse-lhes que não consentia que se separassem emquanto não déssem solução a esse caso, o que obrigou os juizes a velar até ás 4 horas da manhã, promulgando então a sentença que se lhes exigia. Mas o procurador da corôa, João Pereira Ramos, no cumprimento do seu dever, poz immediatamente embargos, e a sentença promulgada nunca se publicou. Na verdade, rehabilitar os Tavoras era uma affronta para a memoria de D. José I, que os condemnara. A rainha consagrava grande respeito pela memoria de seu pae. Para o paiz ainda foi uma fortuna o ter succedido a D. José uma rainha de espirito timorato, que hesitava em entrar francamente no caminho da reacção, e que conservou á frente dos negocios alguns homens da grande escola do marquez de Pombal, como fôram Martinho de Mello e Castro, José de Seabra e Pina Manique. Além d'isso um proscripto do tempo de D. José, o duque de Lafões, voltou do estrangeiro com o espirito esclarecido, e entrou tambem no poder um homem, que, pela sua longa residencia em Londres, adquirira o gosto pelos melhoramentos e pelo progresso intellectual, Luiz Pinto de Sousa Coutinho. A estes principalmente e á influencia benefica do arcebispo de Thessalonica, e á hombridade do procurador da corôa Pereira Ramos, se deve o não ter Portugal recuado muito no caminho por onde o impellira o marquez de Pombal. A estes homens se devem as fundações, que honram o reinado de D. Maria I, fundações de estabelecimentos de sciencia e instrucção, como a Academia Real das Sciencias, a Academia de Marinha, a Academia de Fortificação, a Casa

Pia, a Bibliotheca Publica, etc. D. Maria I applaudia a creação d'esses estabelecimentos, sobretudo quando envolviam tambem um fim caritativo, porque era muito bondosa, e preoccupava-se principalmente com a moralisação das mulheres, a ponto de chegar a prohibir que ellas representassem nos theatros, prohibição que por algum tempo se manteve. O seu espirito religioso tambem a influia muito, e deixou ligado o seu nome á edificação da grande basilica do Coração de Jesus, de que era muito devota, edificio levantado no sitio da Estrella, e que ella doou ás freiras carmelitas da reforma de Santa Thereza, que d'elle tomaram posse em 1790. Fundou a egreja da Memoria, em Ajuda, no local onde se déra o celebre attentado dos Tavoras contra seu pae no mez de setembro de 1758. No seu reinado promoveram-se tambem as viagens e as explorações scientificas de Alexandre Rodrigues Ferreira no Brazil, de Manuel Galvão da Silva em Moçambique, de fr. João de Sousa a Argel, de Ferreira Gordo a Madrid, de José Bonifacio pela Europa. Tambem foi no tempo de D. Maria I que se iniciaram os trabalhos geodesicos. O ministro da marinha, Martinho de Mello e Castro, desenvolveu d'um modo notavel a nossa esquadra, que chegou a contar 71 navios, havendo entre elles 12 naus, melhorou os serviços da marinha, fundou a Cordoaria, etc. Por isso a nossa marinha fez uma brilhante figura ao lado da esquadra hespanhola, no bombardeamento de Tripoli. Emquanto viveu o arcebispo de Thessalonica, homem pouco illustrado mas d'um espirito recto e de um rude bom senso, não usava este confessor da sua influencia senão para acalmar os escrupulos da consciencia timorata da rainha e para lhe serenar as tempestades do coração perturbado. Mas o arcebispo morreu em 1788. A rainha D. Marianna Victoria, sua mãe, morrera em 1781, a qual sendo pouco affecta aos jesuitas contribuiria pela sua influencia para attenuar as preoccupações fanaticas da filha. Em 1783 seu filho D. José esteve á morte com um ataque de bexigas; em 1786 falleceu seu marido, que ella muito estimava. Quando D. Maria subiu ao throno, o principe D. Pedro tomou o titulo de rei, e a sua effigie figurava ao lado da soberana nas peças de ouro, dinheiro que raras vezes hoje apparece. A rainha nada fazia sem consultar seu marido e tio, mas D. Pedro, espirito ainda mais timido e hesitante que o de sua mulher, em nada contribuia para socegar e dirigir. O desgosto, que acabou de pungir dolorosamente o coração attribulado da rainha, foi a morte de seu filho, o principe D. José, herdeiro do throno, succedida em 1788. Infelizmente o seu confessor, que succedeu ao arcebispo de Thessalonica, foi o bispo do Algarve, D. José Maria de Mello, fanatico e destituido de bom senso, que não fazia senão aggravar o estado do espirito da rainha, mostrando-lhe o crime que commettia em não rehabilitar os Tavoras, em não chamar os jesuitas, etc. Já em 1781 o ex-jesuita Manuel da Rocha Cardoso, por alcunha o *Cardeal*, apparecera na frente da rainha com um par de pistolas na algibeira, como se quizesse vingar se da pobre senhora, por ella não proteger efficazmente a ordem a que pertencia. Finalmente, em 1789 veiu a revolução franceza; vieram os acontecimentos de 5 e 6 de outubro em Versailles, a volta da familia real para Paris, a sua fuga para Varennes, a emigração dos principes, etc. Estas noticias ainda mais perturbaram a pobre rainha, cujo espirito fraco vacillava havia já muito tempo ao sopro das tempestades levantadas no seu espirito pelos escrupulos da sua consciencia. O bispo do Algarve, conforme dissémos, foi quem mais contribuiu para a aterrar, procurando conseguir que ella condemnasse de todo o procedimento do reinado anterior e restituisse aos Tavoras as honras e os beus confiscados. Mas por outro lado, os escrupulos da consciencia, pelo receio de attrahir sobre si propria as iras de Deus, indo atacar os actos e condemnar a memoria de seu pae, a impediam de satisfazer as pretensões dos Tavoras. Esta lucta que se travava no seu espirito já enfraquecido, e que as paixões politicas cada vez mais acirravam, produziu afinal um ataque de loucura, que a assaltou no dia 1 de fevereiro de 1792, quando saia do theatro de Salvaterra. Logo ali foi sangrada duas vezes, e no dia 3 de fevereiro veiu para Lisboa, mas o seu estado era de tal fórma grave que o governo escreveu logo para Londres, ordenando ao nosso ministro que ajustasse por todo o preço o celebre medico dr. Willis, que fôra quem tratara um outro doido coroado, Jorge III. O dr. Willis ajustou-se por uma somma para esse tempo fabulosa, de 10:000 libras pagas por uma só vez, 1:000 libras mensaes emquanto tratasse da rainha, mesa lauta, carruagem, viagem de ida e volta paga. O nosso ministro tudo acceitou, e no dia 8 de março de 1792 partiu de Falmouth para Lisboa, a bordo do paquete *Hanover*, o dr. Francisco Willis. Chegando a Lisboa, teve alojamento no palacio das Necessidades, e com elle se cumpriram fielmente as condições do contrato, o que não impediu, que partisse no dia 5 de agosto para Inglaterra, descontente porque, segundo parece, os escrupulos cortezãos lhe não deixavam plena liberdade no tratamento que desejava seguir, e principalmente o impediram de fazer com que a rainha fôsse viajar a Inglaterra, expediente com que muito contava. Essa viagem não chegou a realisar-se, dizem uns que por opposição da côrte, outros que pela repugnancia da rainha em ir para bordo. Em 1807, apezar d'essa repugnancia, embarcou com toda a familia real para o Brazil, por occasião da entrada dos francezes em Portugal. A pobre louca foi quasi á força levada para bordo, e pelo caminho, no meio do povo, gritava de dentro da carruagem que a conduzia, que a queriam levar ao supplicio, que a queriam roubar. A muito custo conseguiu-se leval-a para a galeota, que a transportou para bordo da nau *Principe Real*. Havia 15 annos que perdera a razão, tomando a regencia do reino, seu filho, o principe D. João, a qual conservou até á morte da rainha, em 1816. A pobre enferma ainda viveu no Brazil nove annos, sempre sem sair d'aquelle infeliz estado, até que succumbiu. O seu cadaver veiu para Lisboa, e foi sepultado n'um sumptuoso mausoléo na egreja da Estrella, que ella fundara. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa, logo á entrada, está a estatua de D. Maria I, em marmore de Carrara, feita pelos discipulos de Joaquim Machado de Castro, sob a direcção e modelo d'este distincto professor.

Maria II. Rainha de Portugal; a primeira rainha constitucional do paiz. N. no Rio de Janeiro

no paço da Boa Vista em S. Christovão, a 4 de abril de 1819. Foi baptisada em 3 de maio seguinte, recebendo na pia baptismal os nomes: D. Maria da Gloria Joanna Carlota Leopoldina da Cruz Francisca Xavier de Paula Isidora Michaela Gabriella Raphaela Gonzaga. Fal. no paço das Necessidades de Lisboa, a 15 de novembro de 1853. Tinha o titulo de princeza da Beira e do Grão-Pará; a gran-cruz das seguintes ordens: Nossa Senhora da Conceição, Santa Izabel, Christo, Aviz, e de S. Thiago da Espada, na qualidade de rainha reinante; dama das ordens da Cruz Estrellada da Austria, de Santa Catharina da Russia, de Maria Luiza de Hespanha. Era filha de D. Pedro IV, de Portugal, 1.º Imperador do Brazil, e de sua primeira mulher, a archiduqueza d'Austria D. Maria Leopoldina Josepha Carolina. Contava apenas 7 annos quando falleceu seu avô, D. João VI, em março de 1826, e sua mãe em dezembro do mesmo anno. O monarcha nomeou regente do reino sua filha, a infanta D. Izabel Maria, na ausencia de D. Pedro, herdeiro do throno, a esse tempo já imperador do Brazil, O infante D. Miguel residia em Vienna d'Austria, para onde fôra mandado, por carta regia de 12 de maio de 1824, depois da revolta de 30 de abril d'esse anno, que ficou conhecida pela *Abrilada* (V. *este nome*). Os brazileiros não acceitaram de bom grado que o seu imperador cingisse a corôa portugueza, porque d'esse facto resultaria a unidade da antiga monarchia, de que se haviam libertado proclamando a independencia do Brazil. Reconhecendo o desagrado dos brazileiros, D. Pedro, depois de ser proclamado rei de Portugal, resolveu abdicar a corôa portugueza em sua filha, a princeza D. Maria da Gloria, o que se effeituou em 3 de maio, tendo anteriormente, em 29 de abril, outhorgado aos portuguezes uma constituição livre, conhecida pela *Carta Constitucional*. A abdicação, porém, era condicional. A princeza devia casar com seu tio, o infante D. Miguel, em tempo opportuno, e emquanto se não realisasse esse consorcio, e não dominasse em Portugal o novo regimen, continuaria a regencia de D. Izabel Maria em nome de D. Pedro IV. A 31 de julho do mesmo anno de 1826 foi jurada a Carta Constitucional em Portugal, e D. Miguel, em Vienna d'Austria, tambem a jurou em 4 de outubro, dizendo-se prompto a obedecer ás vontades de seu irmão D. Pedro, e effeituou, por procuração, os seus espousaes com a joven rainha, sua sobrinha, perante a côrte de Vienna, a 29 de outubro, sendo dispensado o impedimento de consanguinidade por breve do papa Leão XII, representando a rainha n'esse acto solemne, em virtude do alvará que para tal fim fôra conferido em 28 de abril de 1826, o barão de Villa Sêcca, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario do imperio do Brazil junto á côrte do imperador d'Austria Francisco I, como foi participado ás côrtes pela infanta regente. Em vista do procedimento do infante D. Miguel no acto de jurar a Carta Constitucional, quando tempos depois, no meio da agitação dos partidos que se gladiavam, dos tumultos e das revoltas, D. Izabel Maria adoeceu gravemente, D. Pedro não hesitou em nomear, em nome da rainha D. Maria II, o infante D. Miguel seu logar tenente e regente do reino, por decreto de 3 de setembro de 1827, resolvendo enviar sua filha para Vienna d'Austria a completar a educação na côrte do imperador seu avô. D. Maria II saiu do Rio de Janeiro a 5 de julho de 182[8], sob o titulo de duqueza do Porto, sendo reconhecidos os seus direitos á corôa de Portugal por algumas das potencias européas. O marquez de Barbacena, Felisberto Caldeira Brant, foi o escolhido por D. Pedro IV para a acompanhar. No entretanto, D. Miguel, chegara a Lisboa a 9 de fevereiro de 1828 e desembarcara no dia 22, recebendo das mãos de D. Izabel Maria a regencia do reino, e ratificando no dia 26 o juramento que prestára á Carta Constitucional perante as côrtes que a infanta havia convocado para esse fim. Mas não tardou a mudar de resolução, e a 13 de março seguinte dissolveu as côrtes, convocando depois, em 3 de maio, o conselho dos tres Estados para decidir a quem pertencia a corôa, segundo a antiga fórma das côrtes do paiz, quando se tratava de graves pontos de direito portuguez. O conselho depois reuniu se a 23 de junho, e dois dias, a 25, proclamaram D. Miguel rei absoluto. Foi notavel esta precipitada resolução do conselho dos tres Estados, em vista do acto de reconhecimento do herdeiro da corôa de Portugal, prestado pela regencia do reino e pela camara dos pares, instituida pela Carta Constitucional, ácêrca da successão da Casa de Bragança nas duas corôas de Portugal e Brazil, e particularmente na de Portugal, já indicada nas conferencias que se realisaram em Londres no mez de agosto de 1823, e preliminares do tratado de 25 do referido mez e anno, que reconheceu a independencia do Brazil, onde a tal respeito foi apresentado na conferencia de 9 de agosto o seguinte *Artigo Secreto:* «Como por causa da acceitação da renuncia pessoal do imperador do Brazil, D. Pedro, á Corôa de Portugal, as Côrtes de Portugal devem determinar qual dos filhos do imperador será chamado á successão d'aquella corôa por morte do presente rei: entende-se que as ditas Côrtes pódem chamar á successão o filho mais velho do dito imperador do Brazil, ou a filha mais velha, na falta de descendencia masculina.» *(Biker, Supplemento á Collecção dos Tratados, tomo XXII, pag. 199)*. O marquez de Barbacena chegando a Gibraltar com a real viajante, a 3 de setembro de 1828, teve conhecimento do que se passava em Portugal, por um emissario que o esperava n'aquelle porto, e teve a perspicacia de comprehender que D. Miguel viera de Vienna d'Austria já resolvido a pôr-se á frente do movimento absolutista, aconselhado pelo principe Matternich, que então dirigia a politica européa, e que seria perigoso a joven rainha ir para Vienna d'Austria. Tomando sobre si toda a responsabilidade, mudou a direcção da viagem, e foi para Londres, onde chegou a 7 de outubro seguinte, julgando que haveria ali mais segurança. A politica ingleza, porém, nada favorecia os intuitos do nobre fidalgo. O gabinete de lord Wellington patrocinava abertamente os adversarios da liberdade, de sorte que o asylo que o marquez procurara, não era dos mais seguros. Emquanto D. Maria II era recebida na côrte de Inglaterra com todas as honras devidas á sua elevada gerarchia, os inglezes impediam os seus subditos fieis, ali emigrados, de irem reforçar a guarnição da ilha Terceira. O golpe de estado de D. Miguel não passara sem protestos. A 16 de maio de 1828 revol-

tava-se a guarnição do Porto, a 25 revoltava-se em Lagos um batalhão de infantaria, mas estas revoltas fôram depressa suffocadas Saldanha, Palmella, e outros, que tinham vindo para tomar a direcção do movimento do Porto, tornaram a embarcar a bordo do *Belfast*, que os trouxera; a guarnição do Porto, reforçada pelos voluntarios academicos de Coimbra e por outras tropas liberaes, emigrava para a Galliza, e d'ali para Inglaterra. A' frente d'uma pequena expedição liberal tentou Saldanha desembarcar na ilha Terceira, mas não lh'o consentiu o cruzeiro inglez, cuja vigilancia não pôde, comtudo, evitar algum tempo depois que o conde de Villa Flôr, mais tarde duque da Terceira, tentasse, e conseguis se effeituar o desembarque. Chegou a tempo este general, porque em agosto de 1829 apparecia na frente d'aquella ilha uma formidavel esquadra miguelista, que lançou em terra um corpo de desembarque. Deu se então a batalha de 11 de agosto, na villa da Praia, em que que os miguelistas ficaram derrotados. Quando os emigrados que estavam em Inglaterra, receberam a noticia d'esta victoria, sentiram grande enthusiasmo, mas depressa perderam as esperanças que aquelle acontecimento lhes fizera conceber, quando souberam que a joven rainha voltava para o Brazil. Na verdade, a situação de D. Maria II na côrte ingleza, ao lado do ministerio que estava então no poder, tornava se bastante embaraçosa e humilhante. A rainha saiu de Londres acompanhada de sua madrasta, a imperatriz D. Amelia, partiu em 30 de agosto de 1829 para o Rio de Janeiro, onde chegou a 16 de outubro. Com a saida da rainha julgou-se completamente perdida a causa constitucional Os emigrados dispersos por França, Inglaterra e Brazil, estavam divididos em facções que se aggrediam cruelmente. Em territorio portuguez só a ilha Terceira reconhecia os principios constitucionaes, e ali mesmo começavam a apparecer guerrilhas miguelistas. A França estava já disposta a reconhecer o governo de D. Miguel, quando em 1830 rebentou em Paris a revolução de julho, o que fez animar muito os liberaes portuguezes. No anno immediato, os acontecimentos politicos do Brazil levaram D. Pedro a abdicar em 7 de abril a corôa imperial, em seu filho D. Pedro, irmão de D. Maria II, que foi o 2.º e ultimo imperador n'aquelle imperio, e a vir para a Europa acompanhado de sua filha, e de sua segunda mulher, para sustentar os direitos de D. Maria II á corôa de Portugal, tomando o titulo de duque de Bragança, e de regente do reino em nome da soberana. Quasi ao mesmo tempo a regencia da ilha Terceira, nomeada por D. Pedro e composta do marquez de Palmella, do conde de Villa Flôr e de José Antonio Guerreiro, achava-se com bastante força para preparar uma expedição, que em pouco tempo se apossou das ilhas dos Açôres. Emquanto se ampliava assim o territorio constitucional, D. Pedro desembarcava em França, sendo acolhido com a maxima sympathia pelo novo governo e pelo novo rei Luiz Filippe. Além de todos os motivos que a França tinha para se mostrar sympathica a uma causa com as mais intimas afinidades com a causa que triumphara em Paris em julho de 1830, accrescia ainda outro. O governo de D. Miguel desacatara as immunidades dos subditos francezes, não satisfizer a de prompto as reclamações do governo francez, que procedera immediatamente, mandando uma esquadra commandada pelo almirante Roussin forçar a barra de Lisboa e impôr a D. Miguel as mais humilhantes condições de paz. D. Pedro deixou sua filha em Paris para acabar a sua educação, entregue aos cuidados de sua madrasta, deu-lhe os melhores mestres, e partiu para os Açôres á frente d'uma expedição organisada na ilha de Belle-Isle, reunindo todos os partidarios devotados da sua causa. Chegando aos Açôres a 3 de março de 1832, formou um novo ministerio, juntou um pequeno exercito, cujo commando entregou ao conde de Villa Flôr, metteu o a bordo d'uma esquadra que entregou ao official inglez Sartorius, e partiu para Portugal, vindo desembarcar em 8 de julho do mesmo anno nas praias do Mindello. Seguiu se o cêrco do Porto e uma serie de combates, na maior parte, gloriosos para os constitucionaes, até que chegou o dia 24 de

D. Maria II

julho de 1833, em que o duque da Terceira entrou victorioso em Lisboa, depois de ter ganho, na vespera, a batalha ferida na Cova da Piedade. Porto e Lisboa, as duas cidades principaes do reino, estavam no poder dos liberaes. Tendo noticia d'estes acontecimentos, D. Pedro veiu para Lisboa, e mandou vir sua filha de Paris. A joven rainha chegou a Lisboa a 22 de setembro acompanhada da imperatriz, sua madrasta, e foi recebida enthusiasticamente. Contava pouco mais de 14 annos de edade. Os acontecimentos precipitaram-se, os combates succederam-se nas proximidades de Lisboa e em outros pontos, até que se assignou a convenção de Evora Monte, que pôz termo á campanha. Por essa convenção concedia-se a D. Miguel, que partia para o estrangeiro, uma pensão de 60:000$000 réis, concessão que irritou por tal fórma o povo, que não só com muito trabalho se conseguiu que D. Miguel escapasse das mãos da turba indignada e embarcasse em Sines a bordo do navio inglez *Stag*, mas

o proprio D. Pedro foi insultado no theatro de S. Carlos, o que profundamente o magoou, aggravando-lhe a doença de que já soffria, e a que succumbiu a 24 de setembro d'esse anno. No dia 15 de agosto tinham se aberto as côrtes. No proprio dia em que falleceu D Pedro formou-se um novo ministerio presidido pelo duque de Palmella Este ministerio encontrou opposição violenta na camara, mas obteve que ella votasse unanimemente duas medidas capitaes: a primeira, a proclamação da maioridade da rainha, que logo no dia 30 de setembro começou a governar sem intervenção da regencia; a segunda, a suspensão do pagamento da pensão de D. Miguel, que apenas chegou á Italia declarou nulla a sua desistencia dos direitos á corôa de Portugal, por estar coacto quando a fez. A 1 de dezembro de 1834 o patriarcha de Lisboa declarou dissolvido o casamento da rainha que se effeituara por procuração em Vienna d'Austria a 29 de outubro de 1826 com seu tio, o infante D. Miguel. Já então se andava tratando de novo casamento, sendo escolhido o principe Augusto de Leuchtemberg, irmão da archiduqueza primeira mulher de D. Pedro IV. O consorcio realisou se, por procuração, em Munich a 5 de novembro de 1834, e em pessoa, na sé de Lisboa, a 26 de janeiro de 1835. Dois mezes depois, a 28 de março, falleceu este principe, e logo se entabolaram negociações para novo consorte, que foi o principe D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha, cujo casamento se realisou, por procuração, em 1 de janeiro de 1836, e em pessoa na sé patriarchal a 9 de abril do mesmo anno. Já anteriormente haviam começado as discordias civis que tanto ensanguentaram o reinado de D. Maria II. O ministerio do duque de Palmella, que a opposição chamava *ministerio dos devoristas*, foi substituido por outro presidido pelo marquez de Saldanha. A ida d'uma divisão expedicionaria a Hespanha e outras questões de politica interna apressaram a queda do ministerio, que foi substituido em dezembro de 1835, por outro presidido pelo general José Jorge Loureiro. Este governo, porém, mostrou-se de pouquissima força, supprimiu o logar de commandante em chefe do exercito, mas como a rainha havia casado outra vez, em 1836, e se estipulara que D. Fernando gozaria das mesmas honras e considerações que o principe Augusto de Leuchtemberg desfructara, foi preciso nomeal o tambem commandante em chefe do exercito, sendo o nomeação feita secretamente. Esta questão e outras de politica externa produziram a queda do ministerio, succedendo-lhe outro presidido pelo duque da Terceira. O partido avançado começou então a manifestar-se de um modo claro, nos clubs e ajuntamentos. A politica repressiva do ministerio não fez senão aggravar a situação No meio da agitação geral passou completamente desapercebida uma viagem que D. Fernando fez ao Porto e ás provincias. As eleições geraes deram ao governo uma maioria ficticia, os deputados opposicionistas do Porto fôram acolhidos em Lisboa com uma ovação, a 9 de setembro fraternisaram a guarda nacional e a tropa de linha, e proclamaram a constituição de 1822. A rainha, não tendo força para subjugar a revolução, anuiu a ella, e chamou Manuel da Silva Passos ao ministerio, mas no fundo d'alma era lhe profundamente adversa, e por isso esteve logo prompta a fazer o movimento de 3 de novembro, conhecido pelo nome de *Belemzada*. (*V. este nome*). D. Maria II foi para o paço de Belem, onde fôram ter os chefes da reacção, o ministerio teve de se demittir, e tratou-se de organisar outro, o qual ficou composto do marquez de Valença, presidente, barão de Leiria, visconde do Banho, José Xavier Bressane Leite, Francisco de Paula e Oliveira e visconde de Porto Covo da Bandeira. Mas a guarda nacional pegou em armas, occupando o Campo de Ourique e a Pampulha, cortando as communicações com Belem. Agostinho José Freire, que recebera ordem da rainha para ir a Belem, e que se suppunha favoravel á reacção cartista, foi morto com um tiro. A contra revolução falhara decididamente. A's 11 horas da noite de 4 de novembro de 1836 desembarcaram as guarnições dos navios inglezes surtos no Tejo, afim de protegerem a rainha, que podia ser ameaçada pela guarda nacional. Essa meia intervenção irritou os animos; já a esse tempo havia, porém, negociações entre commissarios de ambos os campos, e a rainha e D. Fernando voltaram para Lisboa, a guarda nacional e as tropas que se haviam reunido em Belem, recolheram aos seus quarteis; a rainha nomeou de novo o ministerio de 9 de setembro, e a revolução progressista continuava no poder. A rainha nunca se lhe mostrou sympathica. A 10 de maio de 1837 concedeu a Manuel da Silva Passos a demissão que este pedira por ter sido vencido nas côrtes constituintes, na discussão dos sub secretarios do Estado, e organisou um ministerio fraquissimo presidido por Antonio Dias de Oliveira. Em julho d'esse anno rebentou a revolta chamada dos marechaes porque se pozeram á frente os duques da Terceira e de Saldanha, revolta que terminou depois dos combates do Chão da Feira, em que os marechaes não conseguiram derrotar o conde de Bomfim, e de Ruivães, em que o conde das Antas, general progressista, bateu as tropas cartistas do barão de Leiria. Mas as agitações continuaram. A 9 e a 13 de março de 1838 deram-se em Lisboa os motins do Arsenal, e a 14 de junho novo tumulto, que foi subjugado pelo visconde de Sá da Bandeira. Entretanto as côrtes constituintes acabavam de discutir a constituição de 1838 extremamente democratica, e em 1839 abriram se as côrtes ordinarias, formando-se n'esse mesmo anno um ministerio meio cartista, porque sendo presidido pelo conde de Bomfim, tinha por principaes ministros Rodrigo da Fonseca Magalhães e Costa Cabral. Os tumultos continuaram: a 11 de agosto de 1839 em Lisboa, a 26 de agosto de 1840 nas provincias, em que se deu a revolta de Miguel Augusto. A 9 de junho de 1841 modificou-se o ministerio, mas n'um sentido ainda mais cartista. Finalmente, em 27 de janeiro de 1842, o ministro da justiça Costa Cabral ia ao Porto, e ali proclamava a restaução da Carta, acto politico que enfurceceu a tal ponto Rodrigo da Fonseca Magalhães, que desde então se tornou o mais rude adversario de Costa Cabral. (*V. Magalhães, Rodrigo da Fonseca*). A rainha sympathisava extremamente com esse movimento, mas não ousava manifestal-o, e ainda nomeou um ministerio presidido pelo duque de Palmella, e que se podia dizer de resistencia á revolução cartista; esse ministerio, porém, conhecido pelo *ministerio do entrudo* só durou dois dias, e a 9 de

fevereiro formava-se um ministerio pronunciadamente cartista, que a 24 se modificou para n'elle entrar Costa Cabral. Por esta epoca nasceram successivamente o principe D. Pedro, depois D. Pedro V, o infante D. Luiz, depois D. Luiz I, a infanta D. Maria Anna e o infante D. João. Concentrada no amor de seu marido e de seus filhos, a rainha seria feliz, se não vivesse n'uma epoca tão agitada. Mas o povo indignado com as suas tendencias para os ministerios que sustentavam com mais energia o principio da autoridade, accusava-a por se rodear no paço d'uma camarilha nefasta, sendo principalmente muito antipathico um allemão, o dr. Dietz, que D. Fernando chamara para educação de seus filhos. Costa Cabral restaurara a Carta, mas promettera que brevemente se convocariam côrtes para a modificarem convenientemente. Essa promessa nunca se cumpriu, e d'ahi resultou em 1844 a revolta conhecida pelo nome de revolta de Almeida, ou de Torres Novas, por ter começado n'esta villa, iniciada por Antonio Cesar de Vasconcellos e José Estevão Coelho de Magalhães, e acabado em Almeida, onde se mantiveram durante dois mezes contra as tropas cartistas, que afinal tomaram a praça, os regimentos insurgidos commandados pelo conde de Bomfim. O triumpho animou Costa Cabral, a reacção cartista fez-se mais rude, e as eleições de 1845 ficaram celebres pelas violencias que se praticaram, que deram o seu resultado inevitavel, a revolução. Começou então a revolta do Minho, conhecida por *Maria da Fonte*, de que adeante se encontra artigo especial. Terminada esta revolução, que foi a mais terrivel no reinado de D. Maria II, pela convenção de Gramido, assignada em 30 de junho de 1847, a rainha não se atreveu a chamar logo ao poder Costa Cabral, no entretanto, a 29 de junho de 1849, o antigo ministro cartista, já então conde de Thomar, novamente tornou a entrar no ministerio, o que muito irritou a opinião publica. O duque de Saldanha foi demittido do cargo de mordomo-mór que exercia no Paço, por ser um dos que murmuravam, o que o fizera lançar-se no caminho da revolta. Sublevou em 1851 os batalhões de caçadores n.º 1 e 5, commandados por Joaquim Bento e Cabreira. Achando se, porém, o exercito hesitante, já se refugiara em Hespanha, quando José Estevão e outros vultos do partido progressista lhe escreveram, aconselhando-o a que voltasse para Portugal. Elle assim fez, e encontrou no Porto a guarnição sublevada em seu favor. Marchou contra a divisão de Lisboa, commandada por D. Fernando mas apenas chegou a Coimbra, as tropas, na maior parte, passaram para o marechal Saldanha, que então se viu á frente de quasi toda a força armada do paiz. Então a rainha cedeu, demittiu o conde de Thomar, e chamou ao poder um ministerio presidido por Saldanha, ministerio que tratou logo de convocar côrtes constituintes, que votaram o Acto Addicional, em que se introduzia, entre outras reformas, o systema das eleições directas. Este movimento a que se chamou *Regeneração*, conseguiu acalmar a desordem em que o paiz se envolvera, principiando então uma epoca de fomento e progresso. As forças productoras da nação estavam debilitadissimas. Foi n'esse periodo de reorganisação que Fontes Pereira de Mello, sendo chamado ao poder, principiou a revelar as altas qualidades de estadista, em que se tornou tão afamado. No reinado de D. Maria II construiu-se o theatro de D. Maria no local do antigo palacio da Inquisição; foi aberto ao publico o Jardim da Estrella; inauguraram-se novas escolas de ensino primario, secundario e superior; houve reformas importantes na Universidade de Coimbra e na Academia Real das Sciencias; crearam se as escolas Polytechnica e Medico-cirurgicas de Lisboa e do Porto; o Conservatorio das artes e officios; escolas industriaes, escolas e institutos agricolas, e lyceus nos diversos districtos do reino. Tendo muito a peito o melhoramento e construcção de boas estradas, empregou tudo quanto estava ao seu alcance e as circumstancias do thesouro o permittiam; teve a satisfação de dar principio ao primeiro caminho de ferro de Portugal: o de Lisboa a Badajoz, passando por Santarem. No seu reinado floresceram homens eminentes na litteratura como Alexandre Herculano, Garrett, Castilho, Mendes Leal, João de Lemos, etc. D. Maria II teve 11 filhos: D. Pedro V, D. Luiz I, D. Maria, fallecida pouco depois do nascimento, D. João, D. Maria Anna, D. Antonia, D. Fernando, D. Augusto, D. Leopoldo e D. Maria, que falleceram pouco depois de nascerem, e D. Eugenio, que viveu apenas alguns instantes, e de cujo parto sua mãe falleceu. No meio de todas as agitações politicas, D. Maria II dedicara-se sempre á primorosa educação que deu a seus filhos. Como rainha levantou contra si muitos odios, mas como senhora inspirava sympathia e veneração aos seus mais violentos adversarios politicos. No maior ardor de lucta, Rodrigues Sampaio, escrevendo o *Espectro*, que atacava directamente a rainha, dizia o seguinte no numero de 26 de fevereiro de 1847: «Não ha rainha mais virtuosa do que a nossa como esposa e como mãe de familia. A sua casa póde servir de exemplo a todas as da Europa. Apraz-nos fazer esta justiça. Assim pudessemos achar que louvar no funccionario como achamos no individuo.» No seu funeral deu se um incidente interessante, que produziu uma impressão profunda nos que o observaram. Uma pomba poisou no coche que transportava o real cadaver, e por muito tempo ali se conservou. Este acaso inspirou a João de Lemos, o grande poeta legitimista, uma formosa poesia intitulada o *Funeral e a pomba*, em que prestava homenagem á rainha constitucional, elle o defensor do principe proscripto!

Maria *(D.)*. Rainha de Portugal, segunda mulher de el-rei D. Manuel. N. em Cordova a 29 de junho de 1482, fal. no paço da Ribeira, em Lisboa, a 7 de março de 1517. Era terceira filha dos reis catholicos de Hespanha, Fernando e Izabel, e irmã da princeza D. Izabel, mulher do principe D. Affonso, filho de D. João II, o qual falleceu d'um desastre em Almeirim, e que mais tarde casou em segundas nupcias com el-rei D. Manuel. Tinha 18 annos a princeza D. Maria, quando se realisou o seu casamento com seu cunhado, o rei de Portugal, o qual foi celebrado em Alcacer do Sal pelo bispo de Evora D. Affonso de Portugal, em 30 de outubro de 1500. Era senhora muito religiosa e muito esmoler, protegendo dedicadamente os pobres, os orphãos e as viuvas. Fundou na Berlenga um convento de monges da ordem de S. Jeronymo, que depois se mudou pa-

a Valbemfeito. Occupava-se em trabalhos, juntamente com as suas damas, para serviço dos altares. O seu cadaver foi depositado no convento da Madre de Deus, em Xabregas, na casa do capitulo, d'oude se trasladou mais tarde, em 19 de

Rainha D. Maria

outubro de 1551, por ordem de seu filho D. João III, para a capella mór da egreja de Belem.

Maria *(D.)*. Infanta, filha de el rei D. Affonso III e da rainha D. Beatriz, sua segunda mulher. N. em 21 de novembro de 1264, e fal. em Coimbra a 6 de junho de 1304. Ainda não tinha completado 5 annos de edade quando foi apresentada a Deus no mosteiro das Donas conegas de S. João, junto ao convento de Santa Cruz de Coimbra. Falleceu com a fama de santidade.

Maria *(D.)*. Filha illegitima d'el-rei D. Diniz, e d'uma fidalga chamada D. Marinha Gomes, que foi a fundadora da antiga egreja de Santa Marinha, de Lisboa. D. Maria casou com um D. João de Lacerda, de quem teve successão.

Maria *(D.)*. Filha illegitima de el-rei D. Diniz, que entrou como freira no convento de Odivellas, e ali falleceu em 1320, com a fama de senhora muito virtuosa.

Maria *(D.)*. Infanta, filha de el-rei D. Affonso IV, e de sua mulher a rainha D. Beatriz. Foi rainha de Castella por ter casado em 26 de março de 1328 com o rei Affonso XI, filho de Fernando IV e da princeza de Portugal D. Constança. N. em 1313, fal. em Evora a 3 de fevereiro de 1357. Affonso XI chegara a contrair nupcias com D. Constança, filha do principe D. João Manuel; sendo esta ainda creança, o consorcio não se realisou, descontentando o poderoso vassalo que estava para ser seu sogro, mas grangeando a alliança com o rei de Portugal, que lhe dava sua filha em casamento, e casava o principe D. Pedro, seu filho primogenito, com a infanta D. Branca de Castella. Este casamento foi muito infeliz, por causa dos amores de Affonso XI com D. Leonor de Guzman, dama de elevado nascimento e de genio muito altivo, que, pela influencia que exercia no monarcha castelhano, não poupava desgostos e ultrajes á pobre rainha, que vivia quasi abandonada pelo marido. A côrte, pelo receio de desagradar ao monarcha, ou talvez impressionada tambem pela influencia da favorita, era mais attenciosa para com esta do que para a soberana. O casamento de D. Affonso XI e de D. Maria foi esteril por muito tempo, e a rainha só lhe restava a esperança de ser mais bem tratada, se Deus lhe concedesse um filho, para succeder no throno, e isso mesmo receava D. Leonor de Guzman. Houve muitos fidalgos que desejando lisongear o monarcha, chegaram a aconselhar-lhe o divorcio, a que D. Affonso estava quasi resolvido, quando teve a noticia que a rainha havia finalmente concebido, no fim de tão longa esterilidade. Chegando a occasião do parto, este se dilatou por 10 dias com evidente perigo para a infeliz rainha e para a creança que devia nascer. Não se conhecia a causa de tão extraordinaria delonga, que o P. Francisco de Santa Maria, no tomo III do *Anno Historico*, a pag. 563, diz ser tradição que D. Leonor de Guzman, arrebatada e cega pela inveja e pelo odio, tratara com uma moira, que passava por ser grande mestra de confecções magicas e diabolicas, que fizesse, como fez, uma confeição de tal efficacia que, em quanto a tivesse apertada na mão, a rainha não pudesse ter o parto. Assim se executou, estando D. Leonor de vigia, para que a moira não largasse da mão o fatal encanto. Havia na côrte um medico judeu, homem de grandes letras e experiencia, o qual, levado de algum impulso não conhecido, disse a el-rei, que mandasse sair do aposento da rainha todas as pessoas que lhe assistiam, excepto duas creadas, e que quando uma d'ellas lhe désse a noticia, de que a creança havia nascido, mandasse logo fazer demonstrações de regosijo por esta alegre noticia. Pouco depois do medico ter entrado no regio aposento, uma das referidas creadas veiu participar ao rei o nascimento tão ardentemente esperado, e logo a noticia correu todo o palacio, ouviram-se grandes repiques de sinos, e a côrte apressou-se a vir dar parabens. D. Leonor, sendo sabedora d'este facto, ficou absorta, e rompeu logo em furia contra a moira, ameaçando a com grandes castigos por vêr malogrado o seu desejo. A moira, toda horrorisada, quiz desculpar se, e sem reparar no que fazia, abriu a mão, e então foi quando na realidade nasceu a creança, porque a noticia havia sido um expediente do medico, que desconfiara d'alguma cousa extraordinaria, motivada por D. Leonor. Este facto succedeu em 20 de agosto de 1333. Comtudo, o casamento do principe herdeiro não evitou a continuação dos desgostos da soberana, que chegaram a tal extremo que a infeliz senhora escreveu a seu pae queixando se amargamente. D. Affonso IV reprehendeu severamente seu genro e sobrinho, que prometteu emendar se, mas D. Leonor continuou a viver escandalosamente na côrte. D. Affonso irritou-se deveras, e como o casamento de seu filho D. Pedro e de D. Branca de Castella tambem fôra esteril até então, pronunciou se o divorcio, D. Pedro veiu a casar com a mesma D. Constança, fi-

lha do principe D. João Manuel, que Affonso XI tanto procurara rebaixar. A rainha D. Maria, cançada de humilhações, resolveu vir refugiar-se em Portugal na côrte de seu pae, que n'esse tempo estava em Evora, e que a recebeu affectuosamente. Estes factos deram em resultado uma guerra entre Portugal e Hespanha, guerra ingloria e devastadora, que ameaçava não terminar, porque D. Leonor, percebendo que se não podia fazer a paz sem ella ser sacrificada, empregava toda a sua influencia junto do real amante. Mas afinal os estragos da guerra fôram taes que Affonso XI teve de fazer a paz, sendo uma das condições que a rainha D. Maria voltasse para a côrte de Castella, e D. Leonor de Guzman fôsse exilada da côrte. Esta condição foi apenas ficticia, porque D. Maria continuou a padecer vida tormentosa. N'esta occasião o emir de Marrocos preparou uma invasão terrivel em Hespanha, de combinação com o rei moiro de Granada. Affonso XI viu o seu throno em perigo. E' verdade que tinha um tratado de alliança com D. Affonso IV, mas a falta de cumprimento das condições de paz fazia-o recear que seu sogro se negasse a auxilial-o. Resolveu, portanto, não só appellar para a palavra do rei, mas para o seu coração de pae. Foi por isso que mandou sua propria esposa a pedir ao sogro, que o auxiliasse de prompto na lucta que ia emprehender. A boa senhora, apezar dos aggravos que tinha de seu marido, não se recusou, e partiu da melhor vontade para a côrte de Portugal. D. Affonso IV não hesitou em prestar o auxilio pedido, tanto mais que elle bem sabia que estava em perigo não só a causa do rei de Castella, mas a de todos os reis christãos da peninsula. Fôram as forças portuguezas enviadas a essa guerra, que muito contribuiram para a victoria da batalha do Salado, realisada no dia 29 de outubro de 1340, em que os moiros ficaram completamente derrotados. Parece que desde então, Affonso XI começou a tratar melhor sua mulher, e se não rompeu abertamente com D. Leonor, soube, comtudo, respeitar melhor as conveniencias. Depois da morte de seu marido, a rainha D. Maria voltou para Evora, onde vivia a côrte. O seu cadaver foi trasladado para Sevilha, sendo sepultado na capella dos reis ao lado de seu marido. D. Maria foi mãe do rei de Castella D. Pedro, o Cruel, que vingou atrozmente as injurias que sua mãe havia soffrido, mandando matar D. Leonor de Guzman, e praticando atrocidades, que horrorisaram a infeliz rainha viuva, cuja memoria seu monstruoso filho queria d'esta fórma vingar. Tambem a vingança succedeu á vingança, porque D. Henrique de Trastamara, filho de D. Leonor, e por conseguinte seu irmão, o expulsou do throno, e assassinou em Montiel.

Maria (*D.*). Infanta, filha primogenita de D. Pedro I, e da rainha, sua mulher, D. Constança. N. em Evora a 6 de abril de 1342. Casou em 3 de fevereiro de 1354, na egreja do convento de S. Francisco da mesma cidade, com o infante D. Fernando de Aragão, assistindo á cerimonia D. Pedro e D. Constança, os infantes e a rainha de Aragão D. Leonor. D. Fernando foi mandado matar em julho de 1363 no castello de Boviana por seu irmão o rei D. Pedro. Ficando viuva aos 21 annos, ainda residiu algum tempo em Aragão, onde o seu procedimento parece não ter sido dos mais exemplares. Não quiz acceitar o casamento com o rei Frederico III da Sicilia, que o papa Urbano V lhe propunha, e voltando para Portugal, foi residir em Aveiro, onde possuia abundantes rendimentos, e onde falleceu, sem que se saiba o anno, sendo sepultada no convento de Santa Clara, de Coimbra.

Maria (*D.*). Infanta, filha d'el rei D. Duarte e da rainha D. Leonor, sua mulher. N. no Sardoal a 7 de dezembro de 1432, e falleceu no dia seguinte.

Maria (*D.*). Infanta, filha d'el-rei D. Manuel e de sua terceira mulher, D. Leonor, irmã de Carlos V. N. em Lisboa no paço da Ribeira, a 8 de junho de 1521, sendo baptisada no dia 17 pelo arcebispo de Lisboa D. Martinho Vaz da Costa, escolhendo el-rei seu pae para padrinho, em nome de Carlos III, duque de Saboya, o barão de S. Germano, senhor de Balaison, enviado en-

Infanta D. Maria

tão por embaixador a este reino para solicitar o casamento da infanta D. Beatriz; e madrinhas esta infanta e D. Izabel, sua irmã. Fal. no seu paço de Santos, então extramuros da cidade de Lisboa, a 10 de outubro de 1577. Perdeu seu pae no dia 13 de dezembro do mesmo anno de 1521, tendo ella apenas dois mezes de existencia. Ausentando-se tambem sua mãe para Hespanhz, em 1523, deixando-a ainda no berço, recebeu a primeira educação de D. Elvira de Mendoça, camareira-mór da rainha D. Leonor, sendo depois entregue aos cuidados de sua tia D. Catharina, irmã de sua mãe, quando chegou a Lisboa em 1524 para casar com el-rei D. João III. D. Maria era dotada de rara intelligencia e de excellente memoria. Entre os seus professores, distinguiram-se a sua aia Luiza Sigéa, doutissima senhora, natural de Toledo, que lhe ensinou letras humanas e a lingua latina; sua irmã Angela Sigéa com quem

aprendeu a tocar alguns instrumentos, com especialidade os mais usados no culto divino como a harpa e o orgão, e Fr. João Soares de Urró, da ordem dos eremitas de Santo Agostinho, depois bispo de Coimbra, que a iniciou nas divinas letras. Quando completou 16 annos de edade, el-rei seu irmão lhe organisou casa propria e separada do paço real, composta de damas e fidalgos da mais selecta nobreza do reino, sendo tratada com grandeza egual á das rainhas, só com a differença do titulo. A infanta D. Maria, pelas amplissimas heranças que lhe deixaram seu pae e sua mãe, foi a princeza mais rica que, abaixo das rainhas, houve no seu tempo na Europa. Foi senhora de grande numero de cidades, villas e outras terras, juros e juridiççõos em França, Hespanha e Portugal, e de riquissimas joias, baixelas, armações, e tapeçarias da rainha sua mãe. D. João III lhe concedeu muitas mercês e privilegios, como consta d'alguns documentos existentes no Archivo Real, como são: uma carta em data de 26 de janeiro de 1545, em que se lhe concedem de padrão de juro e herdade 5:000$000 rs., em virtude do contrato feito com o mesmo rei D. João III, que se acha inserto; e duas cartas, expedidas á mesma infanta, de privilegios, e jurisdicção d'ellas em data de 2 de novembro do mesmo anno; o 1.º no Livro da Chancellaria do dito rei a fol. 25 e os 2.ºs no Livro 43, fols. 9 verso, e 14 verso. No seu paço particular creou a infanta D. Maria uma verdadeira universidade de senhoras illustres em todo o genero de sciencias e artes, de que foi especial protectora, pois não só se encontrava quem se désse á lição dos livros, e tocasse destramente differentes instrumentos, mas quem com o pincel e com a agulha procurasse nos primores da pintura e lavôr virtuosa emulação, e seguisse todos os outros louvaveis exercicios, aos quaes juntava com tal reverencia e edificação a pratica dos actos de piedade em todo o genero de virtudes, pela direcção de Fr. Francisco Foreiro, seu confessor, da ordem de S. Domingos, que parecia mais um mosteiro de religiosas reformado, do que paço real. Pela fama da sua grande instrucção e de muitas virtudes, alguns dos maiores principes da Europa a pretenderam para esposa, como fôram: o Delfim de França, filho de Francisco I; o duque de Orleans, irmão do mesmo Delfim, a quem o imperador Carlos V promettera a investidura do ducado de Milão, ou do condado de Flandres. Não se effeituando nenhum d'estes casamentos, pelo fallecimento d'estes principes antes d'elles se realisarem, o rei Fernando de Hungria, rei dos romanos, e depois imperador, enviou a Portugal um embaixador pedindo a mão da infanta para mulher de seu filho Maximiliano, e por fim, o rei de Hespanha, Filippe II, apenas enviuvou da rainha Maria de Inglaterra, tambem a requestou. Dizem que a principal razão porque nenhum d'estes casamentos se realisou foi a pouca vontade de D. João III, porque n'aquelle tempo os cofres reaes achavam-se exhaustos, e era difficultoso satisfazer á infanta o muito que importava a sua legitima e o valor do dote, e arrhas da rainha D. Leonor, sua mãe, que tinha de levar comsigo para quem casasse com a infanta. Conservou-se, portanto, a infanta sempre solteira, consagrando-se ao serviço de Deus. No anno de 155?, tendo já fallecido D. João III, para satisfazer aos desejos de sua mãe, que desejava anciosamente vêl-a depois d'uma separação de 37 annos, saiu de Lisboa acompanhada de grande numero de fidalgos e de muitas damas suas e da rainha D. Catharina, sua tia, indo a Elvas e d'ali a Badajoz, onde a rainha D. Leonor veiu encontral-a, com sua irmã, a rainha de Hungria e muitos grandes de Hespanha. Em Badajoz se demoraram 20 dias, realisando-se então muitas festas publicas. D. Leonor desejava ardentemente que sua filha não voltasse para Portugal, offerecendo-lhe todas as riquezas e estados que possuia, mas a infanta, lembrando-se do juramento que prestara de voltar ao reino, resistiu a todas as supplicas de sua mãe. D. Leonor ficou tão pezarosa que, poucos dias depois d'este encontro, falleceu. A infanta D. Maria continuou em religiosos exercicios. Edificou á sua custa em 1575 a egreja e a capella-mór do convento de *Nossa Senhora da Luz*, da ordem de Christo, situado no largo da Luz. (V. *Portugal*, este vol. pag. 596). Tambem fundou no lado fronteiro, um hospital, que se concluiu em 1618, já muito depois do fallecimento da infanta, e para o qual deixara avultados rendimentos. Os seguintes conventos fôram egualmente fundados pela infanta D. Maria: o de Santa Helena do Calvario em Evora; o de Nossa Senhora dos Anjos, de capuchos arrabidos, junto a Torres Vedras, em cuja villa tambem teve um palacio; o de S. Bruno, e o de Santo Christo dos Milagres, de Santarem, e deixou em seu testamento com que se edificasse um mosteiro para as commendadeiras da ordem de S. Bento de Aviz, que se construiu em Lisboa com a invocação, que ella ordenara, de *Nossa Senhora da Encarnação*, que ainda hoje existe. Fundou mais a egreja parochial de Santa Engracia, de Lisboa, e fez muitas obras piedosas em outras casas religiosas, como no convento da Graça, da ordem de Santo Agostinho, onde mandou construir uma capella dedicada a Nossa Senhora, cuja imagem foi primorosamente coberta de prata lavrada; no mosteiro de S. Bento, que estava em construcção, mandou fazer uma grande imagem d'este santo, que foi collocada no altar-mór, adornando tambem a sua capella e a de outros altares. Por intervenção do embaixador de Portugal na Curia Romana obteve uma reliquia do mesmo santo, que era uma parte da que existia no mosteiro de S. Paulo, de Roma. Dispôz ainda em vida de muitas das suas riquezas, e no seu testamento, feito em 17 de julho de 1577, determinou muitas obras de caridade por todo o reino, grandes soccorros para pobres, viuvas, donzellas, orphãos, enfermos, remissão de captivos, muitas casas para abrigo dos peregrinos, dotes para casamentos de orphãs, etc. Todos os annos vestia 9 mulheres no dia de Nossa Senhora da Encarnação, e outras tantas no dia da Natividade; na sexta feira de Paixão vestia 33 pobres. Determinou tambem muitos suffragios annuaes e muitas missas quotidianas. A seu sobrinho, el-rei D. Sebastião deixou, além de outros legados, uma rica tapeçaria de pannos de Tunis, que a infanta, em honra de seu tio, o imperador Carlos V, e do infante D. Luiz, seu irmão, mandara fazer a Flandres. Não estando concluida ainda na occasião do seu fallecimento, a capella de Nossa Senhora da Luz, no convento d'este titulo, que ella destinara para seu jazigo, mandou

que a depositassem provisoriamente no mosteiro da Madre de Deus, em Xabregas, onde effectivamente foi depositado o seu corpo na casa do capitulo, junto ao da rainha D. Leonor, mulher de D. João II, celebrando-se exequias com grande pompa, a que assistiram el-rei D. Sebastião, o cardeal D. Henrique e toda a côrte. Quasi 20 annos depois, em 30 de junho de 1597, por determinação de Filippe I. de Portugal, procedeu-se á trasladação do cadaver da infanta para o seu jazigo na egreja da Luz.

Maria (*D.*) Infanta, filha de el-rei D. João III e da rainha D. Catharina, sua mulher. N. em Coimbra a 15 de outubro de 1527, fal. em Valladolid a 12 de julho de 1545. O imperador Carlos V, que desposara uma princeza portugueza e obtivera um dote magnifico, quiz egual fortuna para seu filho, o principe Filippe, e encarregou o seu embaixador Luiz de Mendoça Sotto-Mayor de pedir em casamento a filha do rei de Portugal. Em 1 de dezembro de 1542 se outhorgaram em Lisboa os capitulos do contrato matrimonial, sendo a infanta D. Maria dotada em 400:000 cruzados, nos quaes se incluia a importancia das joias, pedras preciosas, perolas, ouro e prata, e o mais que a infanta levasse para seu uso, que tudo seria descontado do dote, e tambem as legitimas e tudo o mais que lhe pudesse pertencer. O imperador Carlos V lhe fez de arrhas 133:000 cruzados, e 10:000 ducados de ouro de renda, para o que hypothecou todos os bens da corôa, em especial as rendas das cidades de Cordova e de Ecija, com as mais condições communs nos tratados matrimoniaes. Os dois noivos contavam ambos a mesma edade de 16 annos. O casamento celebrou-se com extraordinaria pompa. No dia 8 de outubro de 1543 saiu de Lisboa a infanta D. Maria com uma luzida comitiva, indo por mar até Alcochete, acompanhando-a seus paes até ao embarque, seguindo com a infanta o duque de Bragança, o arcebispo de Lisboa, e grande comitiva de illustres cavalleiros, creados e damas, ostentando todos a maior pompa. No extremo de Portugal e Castella, a infanta foi entregue solemnemente ao duque de Medina Sidonia e ao bispo de Cartagena, que, acompanhados tambem de pomposa comitiva, vinham da parte do imperador esperar a infanta. O casamento realisou-se em 15 de novembro do mesmo anno de 1543. D'este consorcio prematuro nasceu um filho, o principe D. Carlos, esse principe infeliz, que foi victima do genio sombrio de seu pae, e que veiu a morrer recluso n'um quarto do palacio real. A infanta morreu d'este parto. Foi a 1.ª mulher de Filippe II de Hespanha e I de Portugal. V. *Portugal* vol. III, pag. 489.

Maria *(D.)*. Filha do infante D. Duarte, filho d'el-rei D. Manuel, e de sua mulher D. Izabel, filha do 4.º duque de Bragança D. Jayme. N. em Lisboa a 8 de dezembro de 1538, fal. em maio de 1677. Foi baptisada em agua vinda do rio Jordão. Era senhora muito erudita e de singulares virtudes, muito versada nas linguas grega e latina, em Philosophia, Mathematicas, em outras sciencias, e na lição da sagrada escriptura. Casou com Alexandre Farnesio, 3.º duque de Parma e Plasencia, filho do 2.º duque Octavio Farnesio, e de Margarida d'Austria, filha do imperador Carlos V. Saiu de Lisboa para Bruxellas em 14 de setembro de 1565, n'uma luzida e poderosa armada, em que a veiu buscar o conde de Mansfeld Pedro Ernesto, com sua mulher Maria de Memoranci, seu filho Carlos, e outras pessoas illustres. A poucos dias de viagem sobreveiu uma furiosa tempestade, que dividiu e pôz em perigo todas as naus, começando uma d'ellas a sossobrar á vista da capitania. Salvando-se milagrosamente d'esta tempestade, a viagem continuou bonançosa até ao canal de Inglaterra, e pela força dos ventos contrarios aportaram a um dos portos. Chegaram finalmente a Bruxellas depois de outros incidentes, sendo ali recebida a nova duqueza de Parma com as maiores manifestações de regosijo e sympathia, vindo a realisar-se o casamento no dia 30 de novembro do referido anno de 1565, assistindo toda a nobreza dos estados de Parma e Plasencia, o duque Octavio, que viera de Italia de proposito para assistir á cerimonia. Em nome de Filippe II, de Hespanha, assistiu D. Diogo de Gusmão e Silva, seu embaixador em Inglaterra. Celebrou a cerimonia o arcebispo de Cambray, Maximiliano de Berg. Fizeram-se grandes festas em honra d'um neto de Carlos V e d'uma neta de D. Manuel, rei de Portugal. No tempo em que seu marido andou nas guerras, a duqueza D. Maria governou os estados de Parma e Plasencia. Escreveu um *Directorio espiritual* cheio de sentenças dos santos padres, que depois da sua morte foi encontrado entre as suas joias de maior preço. Escreveu a vida d'esta infanta o P. Sebastião Moraes, da Companhia de Jesus, seu confessor, que depois foi bispo do Japão, a qual se publicou em italiano, Bolonha, 1578, fazendo-se outra edição em Roma, 1602, com o seguinte titulo: *Vita e morte de la serenissima Maria di Portogallo, principessa de Parma e Plasencia*.

Maria *(D.)*. Filha illegitima de D. João IV e d'uma senhora cujo nome se ignora, mas de quem diz o monarcha no seu testamento, *limpa de sangue*, e que pelo tempo adeante entrou no convento de Chellas e professou a vida religiosa. N. em Lisboa a 30 de abril de 1644, fal. no convento de Carnide a 7 de fevereiro de 1693. Até á edade quasi de 6 annos, foi educada em casa do secretario de estado Antonio de Cavide, e aos 11 annos, a 25 de março de 1650, entrou na clausura de Carnide do instituto das carmelitas descalças, por ordem de el-rei, a receber as instrucções da madre Michaela Margarida de Sant'Anna, filha do imperador Mathias d'Allemanha, e parenta do referido D. João IV. Esta senhora confiou a sua educação a uma religiosa chamada Margarida da Resurreição, muito estimada e considerada pelas suas virtudes, intelligencia e instrucção. Com o magisterio d'esta religiosa e indicações da madre Michaela, D. Maria tornou-se uma senhora muito distincta e muito preudada, mostrando grande dedicação pela vida do claustro. Não se lhe conhecia nenhuma affeição mundana, nem vaidade no trajar, vestindo sempre com simplicidade. Escolheu para seu confessor fr. Martinho da Conceição, homem muito erudito, sobrinho de D. Martim Affonso de Mexia, bispo de Leiria, Lamego e de Coimbra, e governador do reino. Era devota em extremo, e o seu maior prazer consistia em assistir com as freiras aos exercicios religiosos. Quando seu pae falleceu, em 1656, contava D. Maria pouco mais de 12 annos de edade, ficou tão pezarosa, que a si pro-

pria cortou os cabellos, e vestiu se desde então com o habito de carmelita descalça. D. João IV, no seu testamento feito a 2 de novembro de 1656, a tinha reconhecido como sua filha, e fazia-lhe a mercê da commenda da ordem de S. Thiago, das villas de Torres Vedras e Collares, e dos logares de Azinhaga e Cartaxo, que logo fez juntamente villas com jurisdicção áparte, e estas doações de juro e herdade para sempre sujeitas á lei mental; e se no decorrer do tempo houvesse duvida, ordenava ao seu successor satisfizesse tudo em equivalente. Ordenava mais, que lhe dessem 50:000 cruzados em dinheiro, para estabelecer sua casa. D. Affonso VI confirmou a doação, por um decreto de 18 de novembro do mesmo anno, e D. Pedro II, n'uma carta escripta a 25 de novembro de 1677, dava-lhe o tratamento de alteza, ratificando tambem todas as disposições

D. Maria

contidas no testamento de D. João IV. Apezar de todas estas provas de dedicação e respeito, D. Maria preferiu conservar se no convento, e que por humildade fôsse nomeada entre as religiosas por D. Maria Josepha de Santa Thereza. Para serviço da religião, assistia ás enfermas, preparava-lhes a comida, sujeitando-se a serviços os mais infimos; resava com as religiosas no coro os officios divinos; comia no refeitorio commum com as freiras, exercia mortificações com ellas, durante a comida ia substituir o logar de leitora para esta tomar a refeição. Não foi religiosa por instituto, apezar de desejar, mas não se differençava das freiras nos exercicios religiosos, e no habito apenas se distinguia por ser um pouco menos grosseiro, e vestir linho, por causa dos seus soffrimentos. Nunca largou o habito nas tres vezes, que, por conselho dos medicos, foi ás Caldas da Rainha fazer uso dos banhos Acabado o curativo recolhia-se á clausura, sem querer demorar-se nem um só dia por motivo de diversão e recreio. O duque de Cadaval requestou-a para sua mulher, rejeitou delicadamente; tambem não acceitou a dignidade de commendadeira de Santos, que lhe foi offerecida, como aquellas senhoras pretenderam com o beneplacito regio. A sua resposta foi que D. Maria Josepha de Santa Thereza não deixaria o convento de Santa Thereza, nem depois de morta. A rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboia foi visital-a a Carnide, fazendo-lhe grandes honras. Dava continuas e avultadas esmolas, sensibilisando-se sempre muito e chorando com as desgraças e infelicidades que os pobres lhe contavam nos seus pedidos. Fundou a egreja de Santa Thereza dos carmelitas descalços de Carnide, principiada em 15 de outubro de 1662, e concluida 15 annos depois, a 15 de outubro com um triduo solemnissimo. Adornou-a de excellentes pinturas, custosas alfaias, uma custodia preciosissima, lampada de prata, fez a capella do Senhor dos Passos. Gastou para cima de 210:000 cruzados, e estabeleceu para seu fundo os rendimentos annuaes de 40:000 cruzados. Com estes beneficios mereceu o titulo de padroado celebrado por escriptura publica de 15 de outubro de 1685. No mesmo anno deu principio á fundação do convento de S. João, de carmelitas descalços no logar de Carnide, lançando se a primeira pedra com grande pompa a 24 de junho, a que assistiu a côrte. A pedra tinha a seguinte inscripção: «Maria Filia Joannis IV, Lusitaniae Regis hoc edificavit Monasterium anno de 1685, regnante Petro II, fratre suo amantissimo, et invictissimo.» Em testamento deixou o padroado d'estes dois conventos a seu irmão D. Pedro II, pedindo-lhe humildemente perdão de quanto o desagradasse. Legou o recheio de sua casa á infanta D. Luiza, sua sobrinha, filha de D. Pedro II, que aos 8 annos fôra entregue aos seus cuidados, a 21 de fevereiro de 1687, e vivia na sua companhia. Quando falleceu, o rei D. Pedro II tomou luto por um mez, assim como toda a côrte. O seu corpo foi sepultado no coro de baixo, n'um mausoléo onde se collocou um epitaphio em latim.

Maria. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Croca, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Columbia, de Couto do Mosteiro, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu.

Maria II. Villa e séde do concelho de Santa Catharina, no Tarraful, ilha de S. Thiago, archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental.

Maria Aires. Pov. na freg. de S. Pelagio, de Ovadas, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Maria Amelia *(D.).* Imperatriz do Brazil, segunda mulher de D Pedro IV e 1.º imperador d'aquelle imperio. N. em Munich a 31 de julho de 1812, recebendo na pia baptismal os nomes de D. Maria Amelia Augusta Eugenia Napoleão Beauharnais, e fal. em Lisboa, no palacio das Janellas Verdes, em 26 de janeiro de 1873. Era a terceira filha do principe Eugenio Beauharnais, duque de Leuchtemberg e principe d'Eichsted e Santa Cruz, e da princeza D. Augusta Amalia, filha de Maximiliano, rei da Baviera. Foi uma das senhoras mais formosas do seu tempo, e quando em 2 de agosto de 1829 casou com o imperador D Pedro, o esplendor da sua belleza

causou um verdadeiro deslumbramento na côrte do Rio de Janeiro. A imperatriz era muito caritativa e esmoler. Tanto em Portugal como no Brazil, os desvalidos da fortuna achavam sempre soccorro na bondosa senhora; por isso quando abandonou o Rio de Janeiro para seguir á Europa D. Pedro, depois de ter abdicado em seu filho D. Pedro II, a saudade que deixou em todos os seus subditos foi profunda e dolorosa. Como duqueza de Bragança, por seu marido ter adoptado este titulo, foi com sua enteada, a rainha D. Maria II, ainda infantil, viver no exilio, em quanto D. Pedro andava de triumpho em triumpho, na renhida e arriscada lucta em que se empenhou, através de mil privações e desgostos, para segurar os direitos de sua filha. Foi em França que nasceu sua unica filha, a princeza D. Maria Amelia. Em 1833, depois do glorioso dia 24 de julho, em que as tropas do duque da Terceira entraram em Lisboa, D. Pedro mandou vir para a capital sua esposa e filhas, que desembar-

Imperatriz D. Maria Amelia

caram a 22 de setembro d'esse anno. Terminando a campanha da Liberdade e tendo regressado do exilio, parece que a bondosa imperatriz voltaria ás alegrias dos primeiros annos, mas os desgostos fôram-se succedendo, que tanto lhe amarguraram a vida. Em 24 de setembro de 1834 fallecia no verdor dos annos, quasi repentinamente, seu marido o duque de Bragança; seis mezes depois morria seu irmão, o principe Augusto de Leuchtemberg, que deixava viuva a rainha de Portugal, com quem havia casado dois mezes antes. Em 1838 a imperatriz foi a Baviera visitar sua mãe, a duqueza de Leuchtemberg, desejando educar n'aquella côrte a princeza sua filha. Demorou-se até 1850, e durante estes annos esteve tambem em Inglaterra, Russia, Saxonia, indo egualmente visitar a rainha da Suecia, sua irmã. Pouco depois de ter regressado a Lisboa, adoeceu a princeza, que veiu a fallecer no Funchal, para onde fôra procurar allivios por conselho dos medicos. Foi em fevereiro de 1853, que a tuberculose a victimou; n'esse mesmo anno, em novembro, fallecia tambem sua enteada, a rainha D. Maria II. A implacavel morte ainda lhe trouxe mais amargurados desgostos: em julho de 1859 succumbia a rainha D. Estephania, pouco mais d'um anno do seu casamento com el-rei D. Pedro V, e em 1861 fallecia este monarcha e os seus irmãos D. Fernando e D. João. A imperatriz desde então vivia muito concentrada no seu palacio, entregando-se exclusivamente a praticas caridosas, mas estes dolorosos golpes ferindo-a no mais intimo da alma, acabaram por aggravar melindrosamente o seu estado, até que succumbiu, com pouco mais de 60 annos, victima d'uma lesão que começara a manifestar-se desde a morte do imperador D. Pedro. A imperatriz dava avultado numero de esmolas e pensões; fundou na ilha da Madeira, no Funchal, um hospital para tuberculosos; protegeu desvelladamente os asylos da infancia desvalida, indo ella pessoalmente, emquanto os soffrimentos lh'o permittiram, indagar do aproveitamento das creancinhas, animal-as e soccorrel-as. Por sua morte, além d'estas, muitas outras instituições fôram contempladas.

Maria Amelia *(D.)*. Princeza, filha do imperador D. Pedro e de sua segunda mulher, imperatriz D. Maria Amelia Augusta de Beauharnais. N. em Paris a 1 de dezembro de 1831, fal. no Funchal em 4 de fevereiro de 1853. Foi baptisada poucas horas depois de nascer, na presença d'um grande numero de personagens convidadas, para n'aquella côrte estrangeira serem testemunhas do seu nascimento. Passados alguns dias recebeu os santos oleos na capella real do palacio das Tulherias, tendo por padrinho o rei dos francezes Luiz Filippe, e por madrinha a rainha Maria Amelia. Dias depois partiu seu pae para a ilha Terceira, seguindo-se as luctas da liberdade. Tendo entrado victoriosamente em Lisboa no dia 24 de julho de 1833 o general duque da Terceira, D. Pedro mandou regressar de Paris sua esposa e filhas. Tinha a princeza D. Maria Amelia apenas 10 annos e quasi 8 mezes de edade, quando chegou a Lisboa a 2. de setembro do mesmo anno, com sua mãe e sua irmã mais velha. Tendo a princeza completado 6 annos, foi com a imperatriz para a côrte de Baviera, onde se demorou desde 1838 até 1850, na companhia de sua avó materna, a duqueza de Leuchtemberg. Ali começou a desenvolver-se a sua elevada intelligencia e bondade, adquirindo uma educação e instrucção esmeradas, sendo a imperatriz a primeira mestra que lhe ensinou os rudimentos da fé, dando-lhe as primeiras noções das linguas portugueza, franceza e allemã, exercitando a muito n'este idioma uma creada que a servia desde que ella nascera, e a quem a princeza consagrava a maior affeição. O dr. Francisco Kunstmann depois de lente de Theologia da Universidade, e socio da Academia Real das Sciencias de Munich, a iniciou nos mysterios da religião, dando-lhe tambem successivamente noções elementares de grammatica, rhetorica, philosophia racional e moral, litteratura allemã, geographia e historia universal, estudo em que a princeza fez grandes progressos. De mr. Everill aprendeu a lingua ingleza, que falava e escrevia com facilidade e perfeição, rematando a instrucção scientifica que recebeu na Allemanha com o curso completo de sciencias physico-mathematicas que seguiu, e por

sua vontade repetiu sob a direcção do dr. Sieber, um dos mais distinctos professores d'aquella disciplina. Do aproveitamento n'este estudo deu uma brilhante prova n'um exame que fez no gabinete de physica na Universidade de Munich. N'esse tempo tambem se dedicou por alguns mezes com muito gosto á astronomia. Tinha vocação especial para a musica e para a pintura, em que apresentou alguns trabalhos de valor. Era para ella uma distracção nas horas em que as outras lições a deixavam livre. A princeza era a admiração das côrtes de Baviera, Inglaterra Russia, Saxonia e Suecia, por onde em differentes annos percorreu na companhia de sua mãe. Em 1850 regressou a Lisboa, e logo a imperatriz lhe deu por mestre de historia e litteratura portugueza o conselheiro Francisco Freire de Carvalho. No outono de 1851, estando em Caxias, foi a princeza acommettida d'uma febre in-

Princeza D. Maria Amelia

termittente, de que se curou, ficando, porém, muito abatida. Mezes depois foi atacada por uma escarlatina e com violenta inflammação de garganta, mas felizmente a molestia cedeu aos maiores cuidados, e a princeza restabeleceu-se. Algum tempo mais tarde, andando a passear no jardim do paço das Necessidades, sentiu um resfriamento que foi a origem da fatal enfermidade que a victimou. Era no principio da primavera de 1852, que n'aquelle anno foi aspera e desabrida, o que obstou a que a augusta doente passasse logo, como os medicos assistentes aconselhavam, a mudar de ares. Essa circumstancia e a de não poder achar se no sitio que os medicos haviam indicado, fez que só no meado de maio a imperatriz e sua filha pudessem ir habitar n'uma casa de campo em Calhariz de Bemfica, offerecida affectuosamente pelo seu proprietario. A sciencia empregou em vão todos os seus esforços para debellar a fatal doença, que degenerara em tuberculose, e em 2 de julho chegou a tal ponto de gravidade que a piedosa princeza pediu com instancia os sacramentos da egreja que n'esse mesmo dia lhe fôram administrados na presença da imperatriz, da rainha D. Maria II, e d'el-rei D. Fernando. Os medicos reuniram-se em conferencia na manhã seguinte, e verificaram que a doença tomara um caracter gravissimo, sendo todos de parecer da conveniencia da princeza ir com a possivel brevidade respirar os ares beneficos da ilha da Madeira, para onde as magestades e altezas só puderam partir nos fins de agosto A princeza chegou ao Funchal a 29 de agosto desfallecida, desembarcando no dia seguinte, e dirigindo-se para a quinta Lambert, que fica situada n'um sitio sobranceiro, proximo do cemiterio das Angustias, na rua que tem hoje o titulo da *Princeza D. Amelia*. A pobre doente ainda viveu cinco mezes, peorando cada vez mais. Nos primeiros dias de janeiro de 1853 apresentaram-se symptomas aterradores, e a princeza quiz confessar-se e tomar os sacramentos; escreveu com mão tremula, por despedida, aos seus parentes, fazendo uma lista das pessoas que particularmente honrava com a sua estima, legando a cada uma d'ellas uma prenda para lembrança. No dia 4 de fevereiro falleceu. O seu corpo conservou-se na capella da referida quinta Lambert até que foi trasladado para Lisboa para o pantheon real de S. Vicente de Fóra.

Maria Amelia de Orleans (*D.*). Rainha de Portugal, pelo seu casamento com o fallecido rei D. Carlos I. N. em Twickenham a 28 de setembro de 1865, sendo filha de Luiz Filippe Alberto de d'Orleans, conde de Paris, e da princeza Izabel d'Orleans, sua prima, filha dos duques de Montpensier. Quando a familia Orleans foi banida de França, estabeleceu a sua residencia em Inglaterra, onde a gentil princeza teve esmerada educação. Sendo muito intelligente adquiriu muitos conhecimentos litterarios, affirmando se ao mesmo tempo uma notavel *sports-woman*. A par dos seus estudos, cuidadosamente feitos sob a direcção dos mais afamados professores, recebia tambem a joven princeza uma solida educação de familia ministrada por sua mãe. Foi por intermedio da duqueza de Montpensier que se preparou o casamento da princeza D. Maria Amelia, sua neta, com o então principe D. Carlos. Foi o conselheiro Andrade Corvo, ministro de Portugal em Paris em 1886, o encarregado de entregar as cartas autographas, d'el-rei D. Luiz e da rainha senhora D. Maria Pia, ao conde e condessa de Paris, em que era pedida em casamento a princeza sua filha. Esta cerimonia realisou-se no palacio de Varennes no dia 7 de fevereiro do referido anno. Sendo favoravel a resposta dos condes de Paris, o casamento do D. Carlos deixou de ser segredo de estado, e foi declarado officialmente no dia 8 do citado mez e anno. A futura rainha de Portugal recebeu em Paris em 11 de fevereiro as maiores provas de sympathia por parte da aristocracia franceza e d'algumas povoações de França, recebendo egualmente preciosas offertas, que em seguida mencionamos: Das senhoras da cidade d'Eu, um crucifixo de marfim e ebano, encimado pelos brazões das casas de França e de Bragança; do clero da mesma cidade, um relicario de S. Lourenço, orago da egreja onde a princeza fizera a sua primeira communhão; do arce-

bispo de Ruão uma imagem da Virgem, em marfim, trabalho primoroso d'um artista florentino do seculo XVI; das damas do Sena Inferior, um leque pintado por Eugenio Lami, ornado de pedras preciosas; das damas da Bretanha, uma estatueta de Notre Dame d'Auray, estylo antigo; outra estatueta de prata, esculpida por Froment Meurice, e uma cruz bretã ornada de pedras preciosas; das de Ardennes, um magnifico leque, cravejado de brilhantes; das de Berry, um serviço de jantar, fabricado em Vierzon, com as armas de França e de Portugal, etc. O brinde offerecido pelas damas de Paris tem a fórma do navio que serve de emblema á cidade de Paris: uma nau de prata vogando, sustentada por duas sereias, que parecem emergir d'uma grande bacia de prata, com bordos de jaspe sanguineo, desenho de Henrique Cameré, sendo o modelo das sereias feito por M. Chapu, membro do Instituto, e o trabalho de ourivesaria de Froment Meurice e de Ancoc; as armas de Paris, com brilhantes, estão dispostas no costado da nau; nas auriflammas lêem-se os nomes de D. Amelia e D. Carlos; os cestos das gaveas teem a fórma de corôas muraes; no sóceo tem uma inscripção com a data do casamento: *22 de maio de 1886*. No dia 15 de maio realisou-se no palacio Galliera, da rua Varennes, em Paris, o baile de despedida, saindo a futura rainha de Portugal no dia 18, chegando a Lisboa em 19 ás 5 horas da tarde. Foi uma verdadeira festa. O principe D. Carlos havia partido na vespera ao encontro da sua gentil noiva, pernoitou na Pampilhosa, onde esperou o comboio em que vinha a princeza, com seus paes, irmã e irmão, a princeza de Joinville, e todo o numeroso sequito que desde Paris a acompanhava. Depois de almoçarem na estação do caminho de ferro, seguiram no expresso para Lisboa, sendo em todas as estações saudados com enthusiasmo. O comboio, confórme dissémos, chegou no dia 19 pelas 5 horas da tarde á estação de Santa Apolonia, onde os reaes viajantes eram esperados por toda a familia real, o duque de Aosta, a côrte e o ministerio. D'ali seguiram todos em carros descobertos para o paço das Necessidades, que se destinara para a hospedagem dos condes de Paris, no meio de grandes acclamações do povo que se agglomerava por todas as ruas d'aquelle longo caminho. A cerimonia do casamento realisou-se a 22 de maio na egreja de Santa Justa, vendo-se ornamentadas elegantemente todas as ruas por onde seguia o cortejo. Durante alguns dias houve pomposas festas: illuminações brilhantes, recitas de gala nos theatros de S. Carlos e de D. Maria, que se viam ricamente adornados, baile no paço d'Ajuda, parada militar na Avenida da Liberdade, fogo d'artificio, corridas de cavallos, tourada, dada pelo *Turf Club*, etc. Sua Magestade a Rainha Sr.ª D. Amelia tem-se sempre evidenciado na propaganda do bem; é em extremo caritativa, chegando a soccorrer pobres e doentes nas suas proprias casas, acompanhada unicamente d'uma das suas damas, em trem de aluguer. Fundou a *Assistencia Nacional aos tuberculosos*, instituição de que nasceram *Dispensarios*, que tão bons serviços tem prestado ás classes necessitadas. A bondosa rainha interessa-se particularmente pela prosperidade d'esta grande obra de humanidade, a que tem applicado toda a sua attenção e intelligencia. Visita amiudadas vezes o Dispensario de Lisboa, assistindo ás consultas, e dirigindo palavras consoladoras aos doentes. Mostrou sempre o maior interesse pela medicina, e pelos cuidados de enfermeira. Um jornal inglez diz que foi a rainha senhora D. Amelia quem serviu de enfermeira a sua avó, a duqueza de Montpensier, tratando-a com a maior pericia e caridade, e conseguindo mais d'uma vez pelos seus cuidados conservar-lhe a existencia. E' tambem muito dedicada ás bellas artes; são trabalhos seus os desenhos que illustram o livro *o Paço de Cintra*, escripto a seu pedido, pelo sr. conde Sabugosa. O producto d'esta obra, que constitue um notavel trabalho de historia e de arte, foi destinado pela augusta soberana a augmentar o fundo para a lucta contra a tuberculose, a nobre cruzada em que tanto se empenha. Em junho de 1901 fez

Rainha D. Maria Amelia

uma viagem á ilha da Madeira e aos Açôres em companhia de el-rei seu marido. Os reaes viajantes e sua comitiva seguiram a viagem nos cruzadores *S. Gabriel*, *D. Amelia* e *D. Carlos*. Percorreram a Madeira e todas as ilhas dos Açôres, sendo recebidos em toda a parte com o maior enthusiasmo, organisando-se festas brilhantes em sua homenagem. Em 1903, por conselho dos medicos, fez uma viagem ao Oriente, a bordo do hiate *D. Amelia*, levando em sua companhia seus filhos, o principe real D. Luiz Filippe e o infante D. Manuel. Foi no dia 26 de fevereiro que saiu a barra de Lisboa. A real viajante tomou o titulo de marqueza de Villa Viçosa. Visitou differentes terras orientaes, estando em Jerusalem, no Cairo, Port-Said, etc. Na sua comitiva iam os srs. condes de Figueiró, visconde d'Asseca, aio dos principes, Kerausch, preceptor, D. Antonio de Lencastre, medico da real camara, o capellão Damasceno Fiadeiro,

prior de Santa Justa, e o pintor Casanova. No regresso esteve em Paris visitando alguns estabelecimentos clinicos e hospitaes destinados ao tratamento da tuberculose. Na horrivel tragedia de 1 de fevereiro de 1908, em que fôram barbaramente assassinados el-rei D. Carlos I, seu marido, e o principe real D. Luiz Filippe, seu filho, a augusta senhora, apezar da sua grande amargura, vendo na sua presença n'um momento sem vida os entes que tanto estremecia, ainda teve coragem de se impôr, procurando evitar tão horroroso crime, o que infelizmente não pôde conseguir. Seguiu se a acclamação de seu filho, o actual rei senhor D. Manuel II, que foi brilhantissima de enthusiasmo, e desde então as manifestações de sympathia, que por toda a parte e successivamente o soberano tem sido alvo devem ser um lenitivo á sua dôr profundissima Em novembro do mesmo anno de 1908, el-rei fez uma excursão ás provincias do norte, na companhia de alguns dos seus ministros, recebendo em todas as terras, que percorreu, as mais sinceras homenagens, e estando no Porto no dia 15, seu anniversario natalicio, sua magestade a rainha ahi o foi encontrar, aproveitando o ensejo para visitar n'aquella cidade a Misericordia e o seu hospital, e todas as demais casas de beneficencia. Em 24 de janeiro de 1905 foi S. M. a rainha senhora D. Maria Amelia nomeada academica de merito da Academia Portuense de Bellas Artes. Além do actual rei e do malogrado principe D. Luiz Filippe, teve S. M. tambem uma filha. Em 14 de dezembro de 1887, deu á luz no palacio de Villa Viçosa uma infanta com 7 mezes de gestação, chegando apenas a viver 3 horas, tendo recebido o baptismo das mãos do medico com o nome de Maria. O pequeno cadaver chegou a Lisboa no dia 17 a bordo do vapor *Lidador*, sendo transportado em côche de gala para S. Vicente de Fóra, ficando entre os caixões do principe da Beira, D. Antonio, filho de D. João IV e de um filho de D. Maria I. Com o titulo de *Rainha D. Amelia* instituiu el-rei D. Carlos I por decreto de 23 de novembro de 1895, ampliado pelo de 6 de junho de 1896, uma medalha para commemorar as expedições militares a Moçambique e á India. E' de fórma circular e tem d'um dos lados a effigie de S. M. a Rainha.

Maria Anna *(D.)*. Infanta, 2.ª filha dos principes do Brazil, D. José, depois D. José I, e de sua mulher, D. Marianna Victoria. N. em 7 de outubro de 1736. Dedicou-se muito á pintura e á musica; conservou se sempre solteira. Acompanhou sua irmã louca, a rainha D. Maria I, para o Brazil em 1807, e veiu a morrer no Rio de Janeiro a 16 de maio de 1813.

Maria Anna *(D.)* Infanta de Portugal, duqueza de Saxe-Coburgo Gotha, e princeza de Saxonia Real. N. no paço das Necessidades a 21 de julho de 1843, fal. em Dresde a 5 de fevereiro de 1884 Era a 5.ª filha da rainha D. Maria II, e de seu segundo marido, el-rei D. Fernando. Foi baptisada na capella do mesmo paço das Necessidades pelo cardeal patriarcha de Lisboa D. Francisco de S. Luiz Saraiva, a 10 de agosto do mesmo anno, recebendo na pia baptismal os nomes: D. Maria Anna Fernanda Leopoldina Michaela Raphaela Gabriella Carlota Antonia Julia Victoria Praxedes Francisca de Assis Gonzaga de Bragança e Bourbon Saxe-Coburgo Gotha. A infanta tinha a gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição, e era dama das de Santa Izabel, de Sidonia, de Saxonia, e de Maria Luiza, de Hespanha. Foi educada com todo o esmero, como todos os filhos da rainha D. Maria II, e ainda não tinha completado 16 annos de edade, quando a 11 de maio de 1859 casou na capella do Paço das Necessidades com o principe Frederico Augusto Jorge Luiz Guilherme Maximiliano Carlos Maria Nepomuceno Baptista Xavier Syriaco Romano, duque de Saxonia Real, general de infantaria saxonia, commandante em chefe do corpo XII do exercito federal; chefe do 7.º regimento de infantaria n.º 105, do regimento de fusileiros n.º 108, e do regimento prussiano n.º 16 de lanceiros de Altemark; gran-cruz das ordens de Christo, de S Bento de Aviz; gran-cruz da ordem da Corôa de Arruda e da militar de Santo Henrique, de Saxonia, vindo a fallecer em 1904 rei de Saxe. A infanta D. Maria Anna antes do

Infanta D. Maria Anna

casamento renunciou os seus direitos eventuaes á corôa de Portugal por acto de 14 de abril de 1859, os quaes, conforme o disposto no artigo 2.º da carta de lei de 12 de fevereiro de 1812, na falta de descendencia masculina da rainha D. Maria II, poderia rehaver segundo a ordem de successão estabelecida na Carta Constitucional. A princeza D. Maria Anna tinha uma alma de verdadeira portugueza, e teve sempre muitas saudades de Portugal. Na sua casa de campo, situada nos arredores de Dresde, onde as montanhas, unicas pela fórma, desenrolam á vista do viajante vastos e curiosos panoramas, a infanta não recebia pessoa alguma a não ser portugueza. Só Portugal dava passaporte para aquella encantadora vivenda. Consistia o seu maior prazer em receber essas visitas que lhe falavam a lingua da sua infancia, de que sempre se recordava com saudade. Com sua irmã, a infanta D. Antonia, entretinha frequente correspondencia em portuguez, dizendo que era para se não esquecer d'esta lingua Mor-

reu victima da sua dedicação. Havia muito tempo que uma enfermidade pertinaz se apossara do seu filho mais novo, o principe Alberto, o que obrigou a bondosa mãe a velar muitos mezes junto do seu leito, passando sem dormir, e sempre inquieta pelo estado melindroso do doente. O principe Alberto restabeleceu se, mas a dedicada mãe não pôde resistir á canceira das suas vigilias, e falleceu. E' filho da mallograda princeza portugueza o rei de Saxe Frederico Augusto, nascido em 1865, esposo divorciado da princeza Luiza, condessa de Montignoso, cujo processo de separação fez grande ruido em todo o mundo. O filho mais novo da senhora infanta D. Maria Anna é o principe Maximiliano, doutor em theologia e em direito, professor da universidade de Friburgo e candidato da Allemanha ao barrete de cardeal. O principe Maximiliano tem grande reputação como orador sagrado, sendo prégador da côrte imperial.

Maria Anna d'Austria *(D.)*. Archiduqueza d'Austria, e rainha de Portugal pelo seu casamento com D. João V. N. em Lintz a 7 de setembro de 1683, fal. no paço de Belem a 14 de agos-

Rainha D. Maria Anna

to de 1754. Era filha do imperador Leopoldo e de sua terceira mulher, a imperatriz D. Leonor Magdalena Thereza de Neuburgo, irmã do imperador José, então reinante. O embaixador encarregado de pedir a archiduqueza, em casamento, foi o conde de Villar Maior, Fernando Telles da Silva, que se apresentou em Vienna d'Austria n'uma embaixada riquissima e sumptuosa, como nunca se havia visto n'aquella côrte. No dia 9 de julho de 1708 celebrou-se o casamento na cathedral de Santo Estevão, sendo procurador d'el rei D. João V o imperador José I, irmão da noiva, e o celebrante o cardeal de Saxonia, a quem o embaixador presentou com um dos seus coches puxado a 6 cavallos. A nova rainha veiu n'uma esquadra de 11 naus para Lisboa, onde chegou a 26 de outubro, foi recebida com festas brilhantissimas (V. *Portugal*, vol. III, pag 1048 e seguintes, artigo dedicado a D. João V; e *Anno Historico* do padre Francisco de Santa Maria, vol. II pag. 334 e seguintes). D. Maria Anna d'Austria era uma senhora muito virtuosa, mas não foi feliz no casamento; amava sinceramente seu marido, e soffria muito com a infidelidade do monarcha, que via sempre entregue a outros amores. Por alguns annos foi esteril, o que motivou o voto feito por D. João V, de que resultou a edificação da basilica de Mafra. Afinal a esterilidade terminou completamente, e a rainha teve 6 filhos, sendo um d'elles D. José, o principe da Beira, titulo creado por D. João V, para o primogenito do principe do Brazil, o qual depois lhe succedeu no throno. Quando o monarcha foi ao Alemtejo em 1716, ficou sendo regente do reino, e tomou novamente a regencia em 1742, quando D. João V adoeceu gravemente, apezar do principe D. José ter já 27 annos de edade. N'estas duas regencias mostrou sempre muita capacidade, prudencia e justiça. Fundou o convento de S. João Nepomuceno em Lisboa, para carmelitas allemães, onde quiz ser sepultada n'um magnifico mausoléo, e como era muito amiga da sua patria recommendou no testamento que o seu coração fôsse levado para o jazigo dos seus antepassados na Allemanha. O paiz deve a esta rainha a protecção ao grande ministro Sebastião José de Carvalho e Mello, depois marquez de Pombal, sendo ella quem, depois da morte de D. João V, a quem ainda sobreviveu quatro annos, recommendou a seu filho D. José que o nomeasse ministro.

Maria d'Assumpção *(D.)*. Infanta, 8.ª filha de D. João VI e de sua mulher, a rainha D. Carlota Joaquina. N. em Queluz a 23 de julho de 1805, sendo baptisada a 15 de agosto seguinte na capella real do mesmo palacio, pelo deão da Patriarchal, Antonio Xavier de Miranda, que officiou pelo impedimento do patriarcha de Lisboa D. José Francisco de Mendonça. Na pia baptismal recebeu os nomes: D. Maria d'Assumpção Anna Joanna Josepha Luiza Gonzaga Francisca d'Assis Xavier de Paula Joaquina Antonia de S. Thiago de Bragança e Bourbon. A infanta D. Maria d'Assumpção era gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição e dama da de Santa Izabel. Fal. em Santarem a 7 de janeiro de 1835. Entre os seus irmãos, foi sempre o seu dilecto o infante D. Miguel, e tão viva se tornou a affeição que os unia que as paixões politicas do tempo não perderam o ensejo de propalar a esse respeito boatos escandalosos. D. Maria d'Assumpção foi quem se conservou sempre ao lado de D. Miguel, quando este se apossou da corôa. Diz-se que reprovava as medidas violentas e sanguinarias a que D. Miguel se deixara arrastar, mas não tinha força, nem influencia bastante para lhe fazer seguir outro caminho. Quando os constitucionaes occuparam Lisboa, a infanta deixou a capital, e retirou se para Santarem com as tropas miguelistas, onde falleceu victima d'um ataque de cholera-morbus, epidemia que se havia declarado em Portugal.

Maria Barbara *(D.)*. Princeza, filha de el-rei D. João V, e de sua mulher, a rainha D. Maria Anna d'Austria; rainha de Hespanha pelo

seu casamento com Fernando VI. N. em Lisboa a 4 de dezembro de 1711, morreu em Madrid a 27 de agosto de 1757. A princeza recebeu uma educação esmerada; falava francez, allemão e italiano, com toda a correcção, e era uma apreciavel cultora de musica, não só como executante, mas como compositora. No dia 10 de janeiro de 1723 se outhorgaram no paço da Ribeira, de Lisboa, as capitulações do contrato matrimonial da princeza com o principe das Asturias D. Fernando, filho de Felippe V, de Hespanha, o primeiro da dynastia dos Bourbons, e de sua primeira mulher, D. Maria Luiza Gabriella de Saboya, cujas capitulações fôram lidas por Diogo de Mendonça Côrte Real, secretario de estado, assistindo como testemunhas, por parte de D. João V, os officiaes principaes da sua casa e os da casa da rainha, e por parte do rei de Hespanha, cujos embaixadores estavam presentes, assistiram os marquezes de Niza, de Angeja, de Cascaes, de Valença, de Alegrete e Pedro de Vasconcellos, estribeiro-mór da princeza; tambem estiveram presentes n'este acto solemne os cardeaes, e parte dos prelados e outros muitos fidalgos. A' noite houve no Terreiro do Paço fogos de artificio, todos os navios surtos no Tejo se embandeiraram e se illuminaram com brilhantismo, sendo egualmente brilhantes as illuminações por toda a cidade. No dia seguinte realisou-se o casamento, em Lisboa, por procuração, na egreja Patriarchal, sendo celebrante o patriarcha acompanhado de todo o seu cabido, servindo de procurador do principe das Asturias el-rei D. João V, assistindo tambem a rainha D. Maria Anna d'Austria, o principe D. José, os infantes, os embaixadores de Hespanha, e toda a côrte. No dia 12, pela manhã, houve audiencia publica das magestades e da nova princeza das Asturias, ao patriarcha, o qual foi conduzido pelo conde de Pombeiro, capitão da guarda real, e D. Lourenço d'Almada, mestre sala. N'esta manhã tambem fizeram os seus cumprimentos os embaixadores hespanhoes, a nobreza e os prelados das ordens religiosas. De tarde houve os cumprimentos do cardeal da Cunha, dos conselhos e tribunaes da côrte. No dia 13, a Academia Real de Historia Portugueza realisou no Paço a sua assembléa extraordinaria, em nome de todos os academicos, pronunciando eloquentes discursos o marquez de Valença e o conde da Ericeira. Este casamento foi contratado quasi que ao mesmo tempo em que se tratou o do principe do Brazil D. José com a princeza D. Marianna Victoria, filha do referido Filippe V de Hespanha, e de sua segunda mulher, a rainha D. Izabel Farnesio. Deliberou-se então que se trocariam as duas noivas, e effectivamente, no anno de 1729, D. João V e a rainha sua mulher, acompanharam a princeza á fronteira do Alemtejo; os monarchas hespanhoes acompanharam tambem á fronteira da Extremadura a nova princeza do Brazil. A cerimonia da troca das princezas, casadas com os herdeiros de duas corôas, effeituou-se com a maior pompa, fazendo-se a viagem com toda a magnificencia. O enxoval da princeza D. Maria Barbara foi grandioso e deslumbrante. D. João V, para dar mais assombroso realce á cerimonia, mandou construir o palacio de Vendas Novas, que ainda hoje existe, com o unico fim de dar pousada durante duas noites, uma á ida e outra á volta, á comitiva portugueza e hespanhola. Este palacio importou n'um milhão de cruzados. Em 1746 falleceu Filippe V, e o principe das Asturias subiu ao throno com o nome de Fernando VI, cingindo assim a princeza D. Maria Barbara a corôa de rainha de Hespanha. Dizem Paquis e Dochez na sua *Historia de Hespanha* «que D. Maria Barbara era dotada das maneiras mais graciosas, tinha um caracter meigo, mas com disposições para a avareza.» A rainha de Hespanha exercia uma grande influencia sobre seu marido, que herdara do pae, como tambem dizem os referidos historiadores «o caracter melancholico, a indolencia e a incapacidade.» A' sua influencia e bom senso se deve o terem terminado as pendencias que existiam entre Portugal e Hespanha. O embaixador em Lisboa, o marquez de Candia, foi logo substituido pelo duque de Sotto-mayor, o que muito modificou a politica hespanhola para com Portugal. D. Maria Barbara falleceu sem ter filhos, sendo herdeiro do throno, por morte de Fernando VI, seu irmão Carlos III.

Maria Caba. Pov. do sobado de N'Dambi, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 9.ª divisão.

Maria Camilla. Cerca de 1856 fundou-se em Falmouth (Inglaterra) uma escola-asylo denominada *Maria Camilla*. Maria Camilla era o nome de uma filha de J. M. Camillo de Mendonça, negociante da praça de Lisboa. Deu logar a este baptismo o seguinte facto: Um navio de Mendonça salvou no alto mar dezenove naufragos inglezes, que encontrou em um pequeno escaler quasi sossobrado, tendo esta gente perdido todas as esperanças de salvação, porque dois navios haviam passado por elles e não quizeram recolher os infelizes. Mas o navio portuguez, o *Maria Camilla*, com muito risco, porque o vendaval era grande, salvou os miseros, recolhendo-os a seu bordo. O navio levava carga de café, e não tinha senão os mantimentos para a tripulação. Dezenove homens a mais a alimentar, devia produzir grande desfalque na dispensa e aguada. Foi o que aconteceu. Depois de passarem muitas fomes e sedes entraram em Falmouth, e quando ali constou o succedido a população soccorreu os salvados. O almirante inglez, segundo os seus regulamentos, tinha de dar ao navio uma grande indemnisação pelo sustento dos naufragos. Não a quiz receber o animo bizarro de Camillo de Mendonça, que a mandou entregar ao consul portuguez na referida cidade, para ser dada a um asylo de creanças abandonadas do sexo feminino, visto a denominação do navio ter referencia a uma menina. Não são precisos estimulos de recompensas pecuniarias para os portuguezes valerem ao seu similhante em lances tão afflictivos. Esta acção foi muito applaudida por toda a imprensa ingleza, que n'aquella epoca muito escreveu sobre a reciproca sympathia lusitana e britanuica. Na occasião em que tal succedia tratava-se em Falmouth de fundar um collegio para orphãos desamparados, e os seus fundadores, em memoria do grande feito do *Maria Camilla* deram lhe essa denominação. Mendonça, quando lhe constou a inesperada applicação do seu donativo, apenas impoz a clausula de nos estatutos do estabelecimento se inscrever a condição de que quando houvesse concorrentes demais á admissão, deviam ser preferidos os filhos dos na-

vegantes cujas mortes fôssem occasionadas por sinistros maritimos.

Maria Dona. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Almargem do Bispo, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || S Vicente, de Troviscal, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Maria Fernandes *(Pico de)*. Monte na ilha de S. Thomé, na prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. Fica na região SE da ilha e para O do pico ou monte Mocodom.

Maria da Fonte. Assim se chamou a revolução que rebentou no Minho em maio de 1846 contra o governo de Costa Cabral, mais tarde conde e marquez de Thomar. A causa immediata da revolta fôram umas questões de recrutamento, e a prohibição dos enterramentos feitos dentro das egrejas, em que desempenhou um papel irrequieto e activo uma desembaraçada mulher das bandas da Povoa de Lanhoso, conhecida pelo nome de Maria da Fonte. Os tumultos multiplicaram-se, tomando afinal as proporções serias d'uma insurreição, que lavrou em grande parte do reino. A rainha D. Maria II, assustada com esta insurreição verdadeiramente popular, viu-se obrigada a demittir o ministerio cabralista, chamando ao poder o duque de Palmella e Mousinho d'Albuquerque, mas, quando julgou que abrandara assim a revolução, e que o duque da Terceira, que nomeara seu logar tenente nas provincias do norte do paiz, poderia reprimir as indignações do povo e estabelecer ali a paz, deu o golpe de Estado de 6 de outubro de 1846, e sem nomear Costa Cabral, formou um ministerio pronunciadamente cartista, presidido pelo marechal Saldanha. Esta noticia foi transmittida ao Porto pelo administrador de Villa Franca, e excitou a colera dos portuenses. Rebentou então a revolta com espantosa energia, o duque da Terceira foi preso, e nomeou-se uma junta provisoria, cuja presidencia se deu ao conde das Antas e a vice-presidencia a José da Silva Passos, que era a alma da revolta, e irmão do grande ministro progressista Manuel da Silva Passos. O visconde de Sá da Bandeira appareceu no Porto, adherindo á revolução. A Junta do Porto é verdade que legislava em nome da rainha, e fazia-lhe manifestações de dedicação, mas o espirito popular estava sendo n'essa occasião bem pouco sympathico á soberana, que d'esta vez tomára a iniciativa da contra-revolução, dando o golpe de Estado de 6 de outubro. *O Espectro,* jornal redigido por Antonio Rodrigues Sampaio, e que se publicava em Lisboa, sem que a policia conseguisse descobrir a imprensa que o imprimia nem os seus redactores, atacou pessoalmente a rainha pela sua intervenção nefasta na politica partidaria. A Junta do Porto, apezar de dispôr de vastissimos recursos, não era feliz, por causa da impericia dos seus generaes. Sá da Bandeira era batido em Val Passos pelo barão do Casal; o conde de Bomfim era completamente batido em Torres Vedras pelo marechal Saldanha, em dezembro de 1846, batalha em que foi morto o general Mousinho d'Albuquerque; Celestino era destroçado em Vianna do Castello pelo general Schwalbach, o barão de Casal tomára Braga, os marinheiros de Soares Franco tomaram Valença e Vianna do Castello. Ainda assim a insurreição era tão forte, que, para se lhe pôr termo, foi precisa a intervenção estrangeira. Uma esquadra ingleza aprisionou a esquadra da Junta com a divisão do conde das Antas que ia a bordo, e um exercito hespanhol, do commando de D. Manuel Concha, foi occupar o Porto. Ao mesmo tempo as tropas da Junta, commandadas pelo visconde de Sá da Bandeira, eram batidas no Alto do Viso pelo general Vinhaes. A convenção de Gramido, de 30 de junho de 1847, pôz fim a essa terrivel insurreição, que tanto assustara a rainha, que nem sempre mostrou com os vencidos a clemencia que se poderia esperar da sua generosidade. A revolução da *Maria da Fonte* é um dos episodios mais importantes da nossa historia politica do seculo passado. Foi n'esse movimento que muito se salientaram homens, que se tornaram muito populares, como os dois irmãos Passos, Rodrigo da Fonseca Magalhães, José Estevão Coelho de Magalhães, Manuel de Jesus Coelho, etc. O maestro Angelo Frondoni compôz por essa occasião um hymno popular, que ficou conhecido pelo nome de *Maria da Fonte* ou *do Minho*, que respirava um certo enthusiasmo bellicoso, e por muito tempo foi o canto de guerra do partido progressista em Portugal. Camillo Castello Branco escreveu um livro com o titulo *Maria da Fonte*, que trata minuciosamente d'este assumpto. São tambem interessantes os *Apontamentos para a historia da Revolução do Minho em 1846 ou da Maria da Fonte*, pelo padre Casimiro. Na Bibliotheca do Povo e das Escolas, o n.º 167 é a historia da *Revolução da Maria da Fonte,* pelo sr. João Augusto Marques Gomes. Um dos primeiros trabalhos do romancista sr. Rocha Martins intitula se *Maria da Fonte.*

Maria Francisca *(D.)*. Infanta, filha de D. João VI e de sua mulher, a rainha D. Carlota Joaquina; princeza de Hespanha pelo seu casamento com o principe D. Carlos, irmão de Fernando VII; gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição, e dama da de Santa Izabel. N. em Queluz a 22 de abril de 1800, fal. em Inglaterra a 4 de setembro de 1834. Foi baptisada na capella do paço de Queluz a 4 de maio pelo cardeal patriarcha de Lisboa D. José Francisco de Mendonça, recebendo na pia baptismal os nomes: D. Maria Francisca de Assis da Maternidade Xavier de Paula d'Alcantara Antonia Joaquina Gonzaga Carlota Monica Senhorinha Soter e Caia de Bragança e Bourbon. Casou por procuração a 22 de fevereiro de 1816, e em pessoa a 5 de setembro do mesmo anno, em Cadiz, com seu tio D. Carlos Maria José Izidoro. Ainda em vida de seu irmão, el-rei D. Fernando VII, promoveu algumas revoltas, querendo assenhorear-se do throno, e sendo por isso julgada perigosa para a tranquillidade publica a sua presença em Hespanha, foi intimado a sair d'aquelle paiz. Veiu então refugiar-se em Portugal com sua mulher, para junto do seu cunhado o infante D. Miguel. Depois da morte de Fernando VII, succedida a 29 de setembro de 1833, D. Carlos disputou a successão da corôa, com o motivo do impedimento da lei salica, contra sua sobrinha D. Izabel II, rainha de Hespanha, que em virtude da successão decretada a 29 de março de 1830, e ratificada pela disposição testamentaria de seu pae, datada de 12 de junho do mesmo anno, subiu ao throno sob a tutella e regencia, na sua menoridade, de sua mãe, a rainha D. Maria Christina Desenvolveu-se uma guerra sangui-

nolenta; a insurreição rebentou em diversas provincias a favor de D. Carlos, que este principe teve de abandonar o territorio hespanhol. No primeiro de outubro assignou em Abrantes o manifesto em que declarava traidores aquelles que não seguissem as suas bandeiras, e depois publicou varios decretos exercendo actos de verdadeira soberania, que levou o governo hespanhol a declaral-o usurpador e a sequestrar-lhe os bens. Não pararam ainda aqui as medidas tomadas pelo governo da regente D. Maria Christina contra o principe, e as forças do general Rodil entraram em Portugal, e D. Carlos esteve prestes a ficar prisioneiro em Almeida Retirando se então para o sul, veiu até Santarem, e d'ali se encaminhou para Evora, em consequencia da face que n'essa epoca tomaram os negocios politicos de Portugal. Quando se deu a convenção de Evora Monte, o ministro inglez encarregou-se de representar os interesses do principe hespanhol, e em virtude dos ajustes então feitos, D. Carlos saiu de Portugal a bordo do *Donegal*, que o conduziu a Portsmouth. D. Maria Francisca não pôde resistir a tantos desgostos, e falleceu n'esse mesmo anno de 1834.

Maria Francisca Benedicta *(D.)*. Princeza da Beira e do Brazil, quarta e ultima filha d'el-rei D. José I e da rainha D. Marianna Victoria, sua mulher. N. em Lisboa a 25 de julho de 1746, sendo baptisada com grande pompa na egreja patriarchal, a 10 do mez de agosto seguinte, pelo cardeal patriarcha D. Thomaz d'Almeida, tendo por padrinho o papa Benedicto XIV, representado pelo infante D. Pedro, tio da infanta, a qual recebeu os nomes de Maria Francisca Benedicta Anna Izabel Josepha Antonia Lourença Ignacia Thereza Gertrudes Rita Joanna Rosa Fal. no paço d'Ajuda em 18 de agosto de 1829. D. Maria Benedicta era muito formosa e intelligente; aprendia com muita facilidade, tanto as linguas como as sciencias e as artes liberaes. Falava com toda a correcção o inglez, hespanhol. francez e italiano. El-rei D. José apreciava muito a musica, e foi elle quem organisou o theatro real no paço da Ribeira, para o qual mandou vir os melhores cantores de Italia. O celebre maestro napolitano David Perez foi contratado para vir ensinar as infantas, tornando-se D. Maria Francisca Benedicta a sua discipula mais dedicada. Tinha grande amor e vocação para a musica, amor que sempre conservou, porque já na avançada edade de 80 annos ainda gostava de tocar piano, cantar e recitar poesias. Tambem se dedicou muito ao desenho e á pintura, em que teve por mestre o afamado professor Joaquim Carneiro da Silva. David Perez escreveu uma opera, *Alessandro nell Indie*, expressamente para se cantar no dia 31 de março de 1755, para solemnisar o anniversario da rainha D. Marianna Victoria. Poucos mezes depois deu se a lamentavel catastrophe do primeiro de novembro, que reduziu a ruinas o theatro e o paço da Ribeira. Deram-se então algumas recitas no theatro de Salvaterra, e no do palacio d'Ajuda, que se construira de madeira a toda a pressa para alojamento da familia real. Além das operas lyricas, que se cantavam, tambem se deram no paço oratorias e serenatas, tanto no tempo d'el-rei D. José como no reinado de D. Maria I, tomando parte n'essas festas as infantas, em que sempre sobresaia D. Maria Benedicta, pela sua voz melodiosa e scutido cauto. Tinha já completado 30 annos de edade, quando se desposou com seu sobrinho, o principe da Beira D. José, filho primogenito de D. Maria I, então ainda princeza do Brazil, e de seu marido e tio, o infante D. Pedro. O principe, herdeiro presumptivo da corôa, tinha apenas 16 annos; era um moço de talento, muito instruido, muito versado e enthusiasta pelas cousas militares. O povo estimava-o pelo seu caracter nobre e suas boas qualidades. Desde a mais tenra infancia que o principe D. José sentia decidida e terna sympathia por sua tia, sympathia que mais tarde se transformou em intenso amor. D. Maria Benedicta tambem estimava muito seu sobrinho, e a politica não contrariou estas affeições; até el-rei D. José julgou de muita vantagem este enlace, e tres dias antes de fallecer, em 21 de fevereiro de 1777, realisou-se o casamento do herdeiro presumptivo da corôa com sua tia materna, D. Maria Francisca Benedicta, que por este facto, ficou sendo princeza da Beira. Por morte de D. José, e subindo ao throno D. Maria I, receberam os recem-casados o titulo de principes do Brazil. Infelizmente, 11 annos depois d'uma vida pacifica e muito affectuosa, o principe adoeceu gravemente com um ataque de bexigas, que o victimou em 11 de setembro de 1788, deixando inconsolavel sua mulher e tia, e causando geral consternação, porque todos os portuguezes depositavam as esperanças n'aquelle seu futuro e estimado rei. No havendo successão, passou a ser herdeiro presumptivo da corôa o principe D. João, mais novo 6 annos que seu irmão. Com este fatal acontecimento perdeu a princeza D. Maria Benedicta ao mesmo tempo o throno e um marido tão digno do profundo amor que lhe consagrava. A vida solitaria, a que depois se dedicou, suggeriu-lhe o caridoso pensamento de estabelecer um hospicio em que os invalidos militares encontrassem agasalho, conforto e toda a caritativa protecção. Para realisar o seu benefico intento D Maria I lhe offereceu a quinta real da Luz, onde está hoje o Collegio Militar, mas a princeza julgou o sitio acanhado, e sabendo que junto de Runa os frades bernardos do convento de Alcobaça possuiam uma propriedade denominada *quinta d'Alcobaça*, que era muito vasta, obteve que elles lh'a vendessem, em 11 de agosto de 1790, comprando tambem pouco depois, varias propriedades proximas, e a quinta de S. Miguel, na freguezia de Enxára do Bispo, comarca e concelho de Mafra, o que tudo custou approximadamente 40:000$000 réis. O logar de Runa fica no concelho de Torres Vedras; é um sitio pittoresco e de encantadoras paizagens. Em 18 de junho de 1792 deu-se começo ás obras do grandioso edificio, sob a direcção do architecto José Maria da Costa e Silva, procedendo-se n'esse dia á cerimonia da collocação da pedra fundamental. Corriam os tempos maus, no entretanto a construcção iniciou-se com mais de 500 operarios, entre pedreiros e serventes Quando a familia Real emigrou para o Brazil, em novembro de 1807, já as obras estavam muito adeantadas. Seguiu se a guerra com os francezes, que terminou em 1814, e ainda mais 7 annos se conservou a familia real no Rio de Janeiro, pois só em 1821, depois de ter ali chegado a noticia da revolução do Porto de 24 de agosto de 1820, é que

D. João VI se resolveu a voltar para a Europa. Durante este largo prazo os rendimentos da princeza, assim como os de toda a familia real, haviam diminuido consideravelmente por causa dos francezes. D. Maria I havia consignado a sua irmã uma pensão annual de 100:000 cruzados, que não fôra paga desde a partida para o Brazil. As côrtes, porém, de 1822 lh'a restituiram. Além d'isso os desperdicios e as despezas excessivas nas obras do asylo de Runa, obrigaram a princeza a suspender as obras e satisfazer todas as dividas que, segundo as contas que lhe apresentavam, pesavam sobre ella. Os trabalhos proseguiram afinal com toda a actividade, e o asylo inaugurou-se a 25 de julho de 1827, dia em que a boudosa princeza completava 81 annos. Fôram 16 os militares invalidos que se albergaram: 1 primeiro tenente de artilharia, 3 sargentos e 12 cabos, anspeçadas e soldados. A fundadora presidiu a todas as cerimonias da inauguração, a que assis-

Princeza D. Maria Francisca Benedicta

tiram muitas pessoas da côrte e das visinhanças. Ella propria, com a maior benevolencia, serviu os primeiros pratos aos asylados, sendo o resto servido pelo seu mordomo-mór, o marquez de Lavradio, e pelos creados da Casa Real. O edificio, e a magestosa capella, com os seus ornamentos e alfaias, importaram em 600:000$000 réis. A princeza reservou uma parte do edificio para sua habitação. D. Maria Francisca Benedicta sobreviveu apenas dois annos á inauguração do asylo, não chegando a ver completo o zimborio da egreja. (V. *Runa*). Emquanto duraram as obras a princeza ia frequentes vezes a Runa, dirigindo e activando os trabalhos, recebendo ali a visita de D. João VI, n'uma occasião em que o monarcha regressava das Caldas da Rainha. Convivia com as pessoas que moravam nas visinhanças do asylo, dando largas esmolas aos pobres que a ella recorriam. A princeza conservou-se sempre extranha ás intrigas e conspirações que agitavam o paço e a côrte, durante a regencia e reinado de D. João VI. Em 1829 preparava-se a viver alguns mezes em Runa, quando adoeceu gravemente, fallecendo pouco tempo depois. Fez testamento deixando ao hospital dos invalidos de Runa quasi todos os bens de raiz e acções que possuia, bem como tudo quanto estava dentro do edificio e capella, incluindo a bella e riquissima custodia, um primor artistico, que ella mandara fazer por um desenho seu. O resto da herança foi distribuido em legados pios e por todas as pessoas da familia real, sendo a mais contemplada a infanta D. Izabel Maria, como regente que era na epoca em que fôra feito o testamento. Em virtude dos legados recebidos da princeza ficou o asylo de Runa com um rendimento de perto de 9:000$000 réis, provenientes dos seguintes valores: commenda de S. Thiago de Beduido; apolice de 26:000$000 réis com juro de 5 0[0 ao anno; titulo da divida publica de 14:999$960 réis; duas acções da Companhia das Vinhas do Alto Douro no valor de 800$000 réis; as quintas de Runa, Enxara do Bispo e da Amora com seus annexos. A legislação liberal que supprimiu os rendimentos das commendas, e o não pagamento dos juros da chamada divida mansa, affectaram consideravelmente a receita do asylo. O infante D. Miguel havia confirmado o testamento, fazendo passar a administração das rendas para um conselho administrativo, ficando todo o estabelecimento sob a intendencia do ministerio da guerra, em cumprimento da vontade da doadora.

Maria Francisca Dorothea *(D.)*. Infanta, 3.ª filha d'el-rei D. José I, e de sua mulher, a rainha D. Marianna Victoria. N. a 21 de setembro de 1739, fal. solteira em 14 de janeiro de 1771. Foi baptisada em 14 de dezembro de 1739 pelo patriarcha D. Thomaz d'Almeida, na egreja Patriarchal, recebendo os nomes: D. Maria Francisca Dorothea Josepha Antonia Gertrudes Rita Joanna Ephigenia; sendo padrinho o imperador dos romanos Carlos VI, e madrinha a duqueza viuva de Parma, Dorothea de Neuburgo, representados pelo infante D. Pedro.

Maria Francisca Izabel de Saboya *(D.)*. Duqueza de Nemours e d'Aumale; rainha de Portugal pelo seu casamento com el-rei D. Affonso VI e depois com D. Pedro II. N. em Paris a 21 de junho de 1646, fal. em Palhavã, a 27 de dezembro de 1683. Era filha de Carlos Amadeu de Saboya, duque de Nemours, e da duqueza D. Izabel de Vendôme, neta por bastardia de Henrique IV de França. Quando se tratou do casamento de D. Affonso VI, procurou o seu grande ministro conde de Castello Melhor uma noiva franceza, porque era a alliança de Luiz XIV a que elle sobretudo cubiçava para a realisação dos seus planos politicos. Primeiro pretendeu casar D. Affonso VI com a *Grande Mademoiselle*, e Luiz XIV favorecia esse projecto, mas foi a noiva que resistiu tenazmente por causa dos seus amores com o duque de Lauzun. Foi então que o duque de Guise lembrou ao marquez de Sande, nosso ministro em Paris, mademoiselle de Nemours e d'Aumale, pertencente a uma casa soberana, parenta de Luiz XIV, gentil e intelligente senhora, que devia ter um valioso dote. Sendo aparentada com os Condés e com todos os principaes fidalgos francezes, mademoiselle Nemours trazia para Portugal as sympathias de toda a côrte franceza, o que era muito importaute por estarmos

ainda em lucta com a Hespanha. A unica difficuldade, que se levantou, foi a que proveiu dos escrupulos da duqueza de Nemours, que promettera a mão de sua filha a Carlos de Lorena, e não queria faltar a essa promessa. Morrendo, porém, a duqueza, cessou esse obstaculo, e o casamento ajustou-se definitivamente em 1665. A 24 de fevereiro de 1666 assignaram-se as escripturas pelas quaes a nova rainha trazia de dote um milhão e oitocentas mil libras tornezas (321:000$000 réis), devendo usufruir em Portugal a herança de sua sogra, a rainha D. Luiza de Gusmão, que valia 100:000 cruzados, e mencionando se que, se sobrevivesse ao rei sem ter filhos, poderia sair de Portugal, levando o dote e mais 500:000 libras esterlinas, e tendo filhos, só poderia levar, no mesmo caso, a terça parte do dote e a terça parte das 500:000 libras. Assignadas as escripturas a joven rainha saiu de Paris com sua mãe, a 29

Rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboya

de maio de 1666, acompanhadas do marquez de Saude e de numerosa comitiva, dirigindo-se a Rochella, onde casou em 27 de junho por procuração, representando D. Affonso VI o marquez de Sande. A 4 de julho embarcou a bordo d'uma esquadra franceza, composta de 10 navios, commandada pelo marquez de Ruvigny, e recebendo a esquadra de seu tio duque de Beaufort ordem para lhe abrir caminho, porque era de recear que os hespanhoes, que então ainda estavam em guerra com Portugal, pretendessem aprisionar a nova rainha, partiu para o rio Tejo. A rainha chegou ao sitio da Junqueira a 9 de agosto do referido anno de 1666, indo recebel-a a bordo o conde de Castello Melhor com sua mãe, que fôra nomeada camareira-mór, e dirigiu se para o paço d'Alcantara, onde a esperava el-rei D. Affonso VI, seu irmão D. Pedro, mais tarde D. Pedro II, e toda a côrte. O monarcha mostrou-se muito impressionado com a formosura da noiva. O casamento foi ratificado na egreja do convento das Flamengas, situado n'aquelle sitio d'Alcantara, sendo celebrante o bispo de Targa e capellão-mór da Casa Real. No dia 19 do citado mez de agosto veiu para Lisboa a joven rainha em direcção á sé cathedral, onde se devia realisar um solemne Te Deum. D. Affonso VI, acompanhado de sua gentil esposa e do infante D. Pedro, saiu do palacio d'Alcantara com uma luzida comitiva. Davam principio ao cortejo os dois procuradores do senado, seguidos dos ministros em que este tinha jurisdicção, todos ricamente vestidos trazendo os seus lacaios vistosas librés, e os cavallos ricos arreios e jaezes; seguiam se seis porteiros d'el-rei com as maças aos hombros e logo os reis d'armas, arautos e passavantes, com cotas d'armas e cadeias de ouro; depois os corregedores do crime e da côrte, com as garnachas forradas de téla branca e seguidos dos mais ministros da justiça, todos brilhantemente vestidos; continuavam os coches e liteiras douradas e guarnecidos de adornos riquissimos, a que correspondiam as librés dos respectivos lacaios. Os fidalgos, com vestuarios de gala montavam em bellos cavallos ricamente ajaezados, acompanhando o cortejo. Não havia precedencia de coches até ao do estribeiro-mór, a que seguiam os *coches de respeito*, do infante, da rainha e do rei. O coche dos regios despozados era o ultimo, onde se via o rei sentado á direita da rainha, e o infante no assento da frente. O coche real não levava tejadilho, mas era abrigado do sol por uma especie de umbella de damasco carmezim guarnecido de ouro, que n'um varão dourado levava um moço da camara. Atraz do coche, que era ladeado de moços da estribeira, viam-se os capitães, tenentes e soldados da guarda; depois seguiam-se os coches dos fidalgos e damas de honor. As ruas estavam vistosamente adornadas, e de espaço a espaço se encontravam graciosas danças. A distancias proporcionadas viam-se 16 arcos cobertos de ouro, prata e pedras preciosas, com figuras, emblemas e inscripções. A pouca distancia do primeiro arco fez o senado da camara a costumada cerimonia de entregar as chaves da cidade a el-rei, que as deu á rainha. Logo adeante estavam o marquez de Marialva, governador das armas de Lisboa e provincia da Extremadura, o conde da Torre, mestre de campo general, e todos os mais officiaes de ordens, de grande uniforme; toda a cavallaria e infantaria formava alas pelas ruas do transito. Os reis entraram na egreja da sé, ricamente adornada, e terminado o *Te-Deum* dirigiram-se para o paço da Ribeira. N'este dia e ainda nos seguintes se realisaram muitas festas publicas: jogos de cannas, touradas, fogos de artificio, illuminações, etc. O conde de Castello Melhor não tardou em reconhecer uma inimiga declarada na gentil soberana. Effectivamente a rainha, que fascinára seu marido, logo 15 dias depois da sua chegada quiz ter entrada no conselho do Estado, e obteve-a; quiz que o general Schomberg, seu parente, commandasse em chefe, logar que elle nunca pudera alcançar pela opposição dos generaes portuguezes, e Schomberg foi nomeado governador das armas do Alemtejo. Estas victorias não as alcançou a rainha sem dissidencias intestinas, e luctando sempre com a resistencia do conde de

Castello Melhor. Lucta egual sustentava havia muito tempo o dedicado ministro de D. Affonso VI com o infante D. Pedro, irmão d'el-rei, e d'ahi resultou uma aproximação natural entre o infante e sua cunhada para combaterem o inimigo commum. D'esta aproximação politica resultou rapidamente um amor adultero, que, segundo se diz, teve começo em Santarem durante umas caçadas. D. Pedro era então um rapaz sympathico, emquanto que D. Affonso não passava d'um homem indolente e incapaz de inspirar amor. Os dois alliados, ou antes, os dois cumplices, começaram a empenhar todos os seus esforços para tirar o poder ao conde de Castello Melhor, que era o ministro omnipotente. Este, habil e cortezão, nunca deu á rainha o mais leve ensejo para se queixar d'elle. Contraminava lhe os planos, mas mostrava-lhe sempre o mais profundo respeito. O seu amigo e auxiliar, o secretario de Estado Antonio de Sousa de Macedo, não teve tanto sangue frio, e parece que respondeu uma vez menos convenientemente á rainha, não nas palavras, mas no tom em que as proferiu, mas a soberana logo se queixou com escandalo, a resposta porém de Antonio de Sousa de Macedo fôra tão ligeira, as palavras, que a propria rainha dizia que elle lhe dirigira, eram tão lisongeiras, que o rei acceitando a opinião do conselho de Estado, que se reunira, não quiz demittir o secretario de Estado. A rainha zangou-se, formaram se partidos; o infante mostrou-se ameaçador, e D. Affonso, que ao principio mostrara querer conservar a todo o custo no poder o conde de Castello Melhor e os seus amigos, como quem previa que eram elles as suas unicas garantias para se conservar no throno, afinal, medroso da attitude do infante, perseguido todos os dias pela rainha, começou a traquejar. Assim que o conde percebeu isso, quiz despedir-se primeiro que o despedissem, e pedindo um salvo conducto á rainha, pediu a el-rei a sua demissão. Estava conseguido o que desejavam ardentemente D. Pedro e sua cunhada; viam-se assim livres dos seus mais encarniçados inimigos, porque Antonio de Sousa de Macedo havia sido exilado, por imposição da rainha. Com a perda d'estes dois dedicados amigos, D. Affonso VI achou-se completamente desamparado. O instincto de conservação, que dá ás vezes perspicacia aos maiores imbecis, fez com que o monarcha, depois de ter por algum tempo como ministro Henrique Henriques de Miranda, chamasse para junto de si Antonio de Sousa de Macedo. A rainha protestou contra esse procedimento, e o infante D. Pedro, á frente d'um bando de fidalgos armados, entrou no paço a 5 de outubro de 1667, e obrigou o rei a demittir e exilar de novo o seu secretario de Estado. O infante preparara tudo para lhe tirar a corôa e convocar as côrtes para esse fim. O pobre monarcha quiz ir para o Alemtejo, não o deixaram, e finalmente a 21 de novembro de 1667 a rainha saiu do Paço, indo para o convento da Esperança, d'onde dirigiu á camara de Lisboa e ao rei duas cartas verdadeiramente impudentes, declarando que o rei não consummára com ella o matrimonio, por não poder consummal-o, e em que pedia para se retirar para França com o seu dote. D. Affonso, apenas recebeu a carta da rainha, dirigiu-se ao convento da Esperança, e achando as portas fechadas mandou arrombal-as, a que se oppoz o infante D. Pedro e alguns grandes do reino, tendo o infeliz monarcha que desistir da sua empresa e voltar para o paço. Na manhã seguinte a rainha mandou pedir ao infante que lhe fôsse falar á grade da egreja da Esperança, e encarregou-o de tratar da sua ida para França, sendo-lhe restituido o dote, promettendo-lhe o infante que faria o que fôsse possivel. Voltando ao paço participou tudo ao rei, que muito se enfureceu. A rainha empregou então as maiores diligencias com os juizes e os conselheiros de Estado, affirmando que o seu intento era declarar a todos que o seu casamento estava nullo por impossibilidade de seu marido. Este procedimento da rainha acabou de desvairar o debil espirito de D. Affonso VI, já seriamente abalado por todos estes acontecimentos, e que se via prisioneiro no proprio palacio real. Teve um accesso de furia que os seus carcereiros aproveitaram para o apresentarem como louco reconhecido. Manifestações da nobreza e do povo, habilmente preparadas, fizeram com que D. Affonso VI assignasse uma renuncia aos seus direitos, ficando D. Pedro com a regencia do reino. Esperava o infante que as côrtes convocadas em 1 de janeiro de 1668 lhe offerecessem a corôa, mas sómente o nomearam regente. As côrtes reunidas a 27 d'este mez o juraram principe herdeiro. Em 13 de fevereiro seguinte D. Pedro fez um tratado de paz com a Hespanha, com o maior contentamento da nação em geral, que estava extenuada com uma guerra de 27 annos. Este tratado foi approvado e reconhecido pelas côrtes. Entretanto D. Affonso, aconselhado por alguem, fez uma declaração confessando que effectivamente não consummára o matrimonio com sua mulher. Como a rainha disséra que tomára a sua resolução apenas por descargo de consciencia, porque o seu unico desejo era voltar para França, a confissão de seu marido devia bastar-lhe, mas não era isso o que se desejava. Era preciso um processo para a annullação do matrimonio, e houve o processo altamente escandaloso, iniquo e vergonhoso, em que a propria rainha foi testemunha, apresentando com o maior impudor segredos mais intimos do thalamo conjugal, e tal foi a impudencia com que toda esta questão se encaminhou que, tendo a sentença que annullava o matrimonio, sido pronunciada a 24 de março de 1668, logo no dia 27 se celebrava o casamento entre a rainha e seu cunhado, na egreja da Esperança estando ainda em Lisboa o primeiro marido, porque D. Affonso VI só partiu para o castello de Angra, na ilha Terceira, em 1669, onde ficou prisioneiro. O escandaloso processo da annullação do matrimonio foi publicado com o titulo seguinte: *Causa sobre nullidade de matrimonio entre partes, de uma como autora a Serenissima Rainha D. Maria Izabel de Saboya Nossa Senhora, e da outra o procurador da Justiça Ecclesiastica em falta de procurador de Sua Magestade El-Rei D. Affonso VI Nosso Senhor*; fez-se uma edição d'este livro, em Lisboa, 1813, e outra em 1859. O segundo casamento de D. Maria Francisca de Saboya com seu cunhado, o infante D. Pedro, não foi feliz. Teve apenas uma filha que foi a princeza D. Izabel, que fal. solteira aos 21 annos de edade, depois de ter varias vezes ajustado o seu casamento com diversos principes (V. *Portugal*, vol. III, pag. 1007).

A rainha D. Maria Francisca de Saboya fundou em 1667 o convento do *Santo Crucifixo*, mais conhecido pelas *Francezinhas* (V. este vol. pag. 286), e enriqueceu muitas egrejas. No principio do anno de 1683 adoeceu gravemente com uma hydropesia, e foi para o palacio do conde de Sarzêdas, em Palhavã, a mudança de ares; melhorou um pouco, mas depois peorou vindo a fallecer tres mezes depois de D. Affonso VI. Foi sepultada no convento das Francezinhas, que fundára. D. Pedro II sentiu muito a sua morte.

Maria Gomes. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Alvaro, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco || N. S.ª do Pranto e conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Maria Izabel *(D.)*. Infanta de Portugal, 3.ª filha de el-rei D. João VI, e da rainha D. Carlota Joaquina, sua mulher; rainha de Hespanha pelo seu casamento com o rei Fernando VII, de quem foi a terceira mulher. N. no paço de Queluz em 19 de maio de 1797, fal. em Madrid a 26 de dezembro de 1827. Foi baptisada pelo cardeal patriarcha de Lisboa, D. José Francisco de Mendonça, no dia 5 de junho seguinte, recebendo os nomes: D. Maria Izabel Francisca de Bragança. D. Maria Izabel exerceu no animo de seu marido uma suave influencia, e como era muito enthusiasta pelas artes, instou com el-rei para que reunisse n'um vasto estabelecimento os quadros magnificos existentes em muitos palacios de Hespanha. Fernando VII cedeu ás instancias de sua mulher, e fundou o grandioso Museu do Prado, o mais notavel da Europa, que é um grande attractivo de Madrid, e que nenhum viajante deixa de visitar e de admirar. Assim ligou D. Maria Izabel um nome portuguez a essa importantissima fundação, e os hespanhoes, por esse facto, ainda se lembram reconhecidos e com saudade do nome da sua rainha portugueza. D. Maria Izabel falleceu sem deixar successão e dois annos depois de enviuvar, em 1829, Fernando VII casou pela quarta vez com D. Maria Christina, que foi mãe da rainha D. Izabel II.

Maria Leopoldina *(D.)*. Archiduqueza d'Austria, e pelo seu casamento com D. Pedro IV rainha de Portugal, e imperatriz do Brazil. O seu nome completo era D. Maria Leopoldina Josepha Carolina. N. em Vienna d'Austria a 22 de janeiro de 1797, fal. no Rio de Janeiro a 11 de dezembro de 1826, sendo segunda filha do imperador Francisco II. Foi o 6.º marquez de Marialva, D. Pedro José Joaquim Vito de Menezes Coutinho, o embaixador encarregado por D. João VI de pedir em casamento a archiduqueza para seu filho, o principe D. Pedro d'Alcantara, que foi mais tarde D. Pedro IV de Portugal, e I do Brazil. O marquez tambem teve o encargo de por procuração representar o noivo nos esponsaes que se realisaram em 23 de maio de 1817. A embaixada do marquez de Marialva foi uma das mais sumptuosas que se haviam apresentado até então em Vienna d'Austria. O nobre fidalgo tornou se notavel pelo fausto e luxo verdadeiramente extraordinarios, em que gastou largamente os dinheiros da sua casa opulentissima. Em seguida ao casamento, acompanhou a nova princeza do Brazil, a bordo d'uma esquadra portugueza que esperava em Liorne para a transportar ao Rio de Janeiro, onde chegou a 5 de novembro. A imperatriz D. Maria Leopoldina era uma gentil e sympathica senhora, muito intelligente, instruida e bondosa. Foi casada 9 annos, e teve 6 filhos: 1.º a rainha D. Maria II; 2.º o principe da Beira D. João Carlos, que morreu sem ter completado ainda um anno de edade; 3.º a princeza D. Januaria, que casou com o principe das Duas Sicilias, e conde d'Aquila Luiz Carlos de Bourbon; 4.º a princeza D. Paula Marianna, que falleceu com 10 annos incompletos; 5.º a princeza D. Francisca, que ca-

Rainha D. Maria Leopoldina

sou com o principe de Joinville, Francisco d'Orleans; 6.º o principe D. Pedro d'Alcantara, que foi imperador D. Pedro II do Brazil.

Maria Martins. V. *Lameira Martins*..

Maria Naya. Pov. na freg. de S. Pedro, de Beberriqueira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. Ha aqui uma fabrica de papel.

Maria Pia. Villa da freg. de N. S.ª do Livramento, no conc. e ilha de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. E' séde do concelho a que pertence.

Maria Pia de Saboya *(D.)*. Rainha de Portugal pelo seu casamento com el-rei D. Luiz I. N. em Turim a 16 de outubro de 1847, sendo filha de Victor Manuel, então principe do Piemonte, mas que mais tarde, em 1849, foi acclamado rei de Sardenha, e em 1867, rei da Italia. Sua mãe era a archiduqueza D. Maria Adelaide Francisca Reinero Elisabeth Clotilde, que falleceu em 1854, deixando sua filha, a princeza senhora D. Maria Pia, apenas com 7 annos de edade, entregue aos cuidados da condessa de Villa Marina, que esmeradamente a educou. Em 1862 foi pedida em casamento, por el rei D. Luiz, indo a Turim com esse encargo, em especial missão, o visconde da Carreira, que n'esta occasião foi agraciado com o titulo de conde, Luiz Antonio d'Abreu e Lima, camareiro mór e official-mór da Casa Real. O illustre diplomata ia tambem encarregado de ajustar o contrato matrimonial. Chegou a Turim a 3 de agosto de 1862, sendo o contrato assignado no dia 9 do citado mez. O rei

de Italia dava 500:000 francos de dote a sua filha, 100:000 para o enxoval, e joias no valor de 250:000. O dote devia ser entregue ao thesouro portuguez vencendo o juro de 5 % ao anno, pago em trimestres, ou empregado em bens de raiz, dando o rei de Portugal em hypotheca ao dote de sua esposa a parte dos rendimentos do Estado que fôsse sufficiente para isso. O casamento realisou-se em Turim por procuração, em 27 de setembro do mesmo anno de 1862, sendo el-rei D. Luiz representado pelo principe Carignan de Saboya, lançando a benção nupcial o arcebispo de Genova. No dia 29 embarcou a joven rainha de Portugal, em Genova, a bordo da corveta *Bartholomeu Dias*, partindo para Lisboa acompanhada pelas corvetas *Estephania* e *Sagres*, e pelas corvetas italianas *Maria Adelaide*, *Duque de Genova*, *Italia*, *Garibaldi*, e o vapor aviso *Anthion*. A esquadra chegou a Lisboa a 5 de outubro, indo esperal-a fóra da barra os vapores de guerra *Lynce* e *Argos*, os vapores de commercio *D. Antonia*, *D. Luiz*, *Açoriano* e *Torre de Belem*. A corveta *Bartholomeu Dias* fundeou em frente de Belem, indo logo a bordo el-rei D. Luiz, el-rei D. Fernando, o conselho de Estado, ministerio, etc. Para o desembarque da rainha, que se effeituou no dia 6, construiu-se um rico e vistoso pavilhão no Terreiro do Paço, representando o templo do Hymineu, tendo na parte do friso as seguintes inscripções feitas por Antonio Feliciano de Castilho: do lado do norte:

DA BELLA ITALIA ESTRELLA SOBERANA
SEJAES BEM VINDA Á PRAIA LUSITANA

do lado do sul:

FILHA DE REIS HEROES, DE REIS HEROES ORIGEM
EM NOVA ITALIA OS CEUS THRONO D'AMOR TE ERIGEM

No dia 6, pelo meio dia, embarcou el-rei D. Luiz no bergantim real, indo a Belem buscar a rainha. Concluida a cerimonia no Terreiro do Paço, que foi brilhante e enthusiastica, dirigiu-se o grandioso cortejo para a egreja de S. Domingos, onde se procedeu á cerimonia da ratificação do casamento e se cantou um solemne *Te Deum*, composição do maestro Manuel Innocencio dos Santos. Em commemoração do real consorcio realisaram-se festas durante tres dias, havendo brilhantes illuminações, tanto nos edificios publicos, como em muitas casas particulares, produzindo grande effeito as do Terreiro do Paço e da praça de D. Pedro. Houve parada, fogos d'artificios, recitas de gala no theatro de D. Maria, com o drama historico em 5 actos, de Mendes Leal, *Egas Moniz*, e no de S. Carlos, cantando se opera *Ernani*, de Verdi. A rainha Senhora D. Maria Pia conservou se sempre alheia aos acontecimentos politicos durante o reinado de D. Luiz. Só quando se deu a revolta de 19 de maio de 1870, á noite, indo o marechal duque de Saldanha, á frente dos revoltosos cercar o palacio d'Ajuda intimando a demissão do ministerio presidido pelo duque de Loulé, é que a varonil soberana affirmou notavelmente a sua energia e coragem. (V. n'este volume, pag. 219 e seguintes, artigo dedicado a D. Luiz I). Mais tarde, a 2 de outubro de 1873, achando-se a banhos em Cascaes, e tendo ido passear com seus filhos ao longo da costa, até ao sitio chamado *Mexilhoeiro*, correu grande perigo a sua existencia. Vendo uma onda arrebatar os principes, a heroica rainha lançou-se immediatamente ao mar para os salvar, e seria irremediavelmente victima da sua dedicação maternal, se não viesse em seu auxilio e dos principes o ajudante do pharoleiro da Guia, Antonio d'Almeida Neves, que conseguiu arrastar para terra a rainha e seus filhos. Por este acto foi a soberana agraciada com medalha d'ouro concedida ao merito, philantropia e generosidade, por carta regia de 3 de outubro de 1873, sendo tambem recompensado o heroico salvador com uma condecoração e uma pensão vitalicia. O inverno de 1876 foi rigorosissimo, produzindo grandes inundações, que deram origem a enormes desgraças, ficando muitas familias na miseria. Por iniciativa da bondosa rainha organisou-se logo uma commissão para angariar donativos,

Rainha D. Maria Pia

a qual se compunha dos seguintes senhores, alguns dos quaes já hoje não existem: Cardeal Patriarcha D. Ignacio, duque de Palmella, conde de Rio Maior, Francisco d'Oliveira Chamiço, Carlos Ferreira dos Santos e Silva, Antonio José de Seixas, Flamiano Lopes dos Anjos, Pereira de Miranda, duque de Loulé, marquez de Ficalho, visconde Ribeiro da Silva, Martens Ferrão, visconde de Valmor, e as senhoras: duqueza d'Avila, condessas de Sousa Coutinho, Rio Maior e Ficalho, viscondessas da Gandarinha e Porto Covo; D. Gabriella de Sousa Coutinho, D. Maria Thereza de Assis Mascarenhas, D. Maria Palha Brandão, D. Capitolina Vianna e D. Maria do Patrocinio Barros Lima Eugenio d'Almeida. Os donativos recebidos ascenderam a mais de réis 200:000$000, formando a rainha um fundo especial com que depois foi soccorrendo muitas familias victimas das durezas dos invernos. Na ses-

são da camara dos deputados de 4 de janeiro de 1877, o deputado da opposição Osorio de Vasconcellos exaltou a iniciativa da rainha, propondo o deputado Barros e Cunha que a camara «prestando á caridosa iniciativa de que sua majesta de a rainha houve por bem usar, em beneficio das victimas das inundações, a homenagem que lhe deve em nome do povo que representa, resolve que este voto seja lançado na acta das sessões, e que uma grande deputação deponha aos pés da augusta princeza o tributo do seu reconhecimento.» A camara dos pares votou tambem proposta identica, na sessão de 8 de janeiro. A sociedade franceza de *L'encouragement au bien* conferiu á rainha senhora D. Maria Pia a grande medalha de honra, na sessão de 27 de maio de 1877. Quando n'este anno de 1877 a fome affligiu os povos do Ceará em consequencia das grandes séccas que ali houve, a bondosa soberana propoz, e foi approvado, que do cofre dos inundados se retirasse a quantia de 36:000$000 réis, destinada a soccorrer as infelizes victimas d'aquella calamidade. Foi a rainha senhora D. Maria Pia quem fundou na Tapada d'Ajuda a *Créche Victor Manuel*, que se inaugurou em 1 de novembro de 1878, construindo-se um edificio proprio para aquelle fim. Quando circulou em Lisboa a noticia da lamentavel desgraça do incendio do theatro Baquet do Porto em março de 1888, a rainha senhora D. Maria Pia partiu immediatamente no comboio só com seu filho n'uma noite de temporal, vestida de luto, porque de luto estava aquella cidade, para juntar as suas lagrimas ás de tantos infelizes, e não se lembrando de que era rainha para só se lembrar de que era mulher, correu pelas viellas mais sordidas do Porto, e beccos escuros, a levar conforto a desgraçados que agonisavam, distribuindo esmolas a todos os infelizes que encontrava. Ali no Porto foi acclamada como mãe dos pobres e anjo de caridade, titulo que já de ha muito tempo havia conquistado pela sua beneficencia. Viu depois fallecer seu marido, el-rei D. Luiz I, em 19 de outubro de 1889, em Cascaes, o que lhe causou profundissimo desgosto, e em 1 de fevereiro de 1908 sentiu a dolorosa perda de seu filho, el-rei D. Carlos I, e de seu neto, o principe real D. Luiz Filippe, victimas da horrorosa tragedia, ao desembarcar em Lisboa, regressando de Villa Viçosa, onde a familia real havia passado algum tempo. Sua magestade a rainha Senhora D. Maria Pia foi regente do reino por duas vezes: a primeira, em 1902, quando el-rei D. Carlos e a rainha Senhora D. Amelia fôram visitar o rei de Hespanha; e a segunda, em dezembro de 1904, indo os mesmos soberanos a Inglaterra a convite do rei Eduardo VII. E' granmestra da ordem de Santa Izabel, grau-cruz da de N. S.ª da Conceição; condecorada com a ordem das Damas Nobres de Maria Luiza, de Hespanha; presidente e protectora de muitas corporações de beneficencia do reino, e especialmente da Associação das Créches, etc.

Maria Pires. Pico da ilha de S. Thomé, na prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental.

Maria Sophia Izabel de Neubourg *(D.)*. Rainha de Portugal, segunda mulher de D. Pedro II. N. em Brevath, no ducado de Juliers, a 6 de agosto de 1666, fal. em Lisboa, no paço da Ribeira, a 4 de agosto de 1699. Era filha do Eleitor Palatino do Rheno, o conde Filippe Guilherme de Neuburgo, e de sua segunda mulher Izabel Amalia. Tinha apenas 20 annos quando foi pedida em casamento por D. Pedro II. Este monarcha havia 4 annos antes enviuvado de sua mulher D. Maria Francisca Izabel de Saboya, por quem se apaixonara, ficando com uma unica filha a princeza D. Izabel, muito fraca e doente; quando a princeza completou 16 annos de edade, em 1685, os conselheiros de Estado pediram officialmente a el-rei que tratasse do seu segundo casamento; D. Pedro hesitou ainda por algum tempo, mas afinal resolveu-se. Combatiam em torno d'elle, para determinarem a escolha da futura rainha, a influencia franceza e a influencia hespanhola. Luiz XIV indigitava Mademoiselle de Bourbon, os ministros hespanhoes propunham uma princeza da casa de Neuburgo, irmã da rainha de Hespanha. Foi esta influencia que venceu, principalmente por causa das informações mandadas a D. Pedro II por Antonio de Freitas Branco, que o soberano encarregara de vêr com os seus proprios olhos as princezas de que se falava. O conde de Villar Maior, Manuel Telles da Silva, depois 1.º marquez de Alegrete, foi o embaixador encarregado de ir a Heidelberg fazer o pedido da mão da princeza em nome do monarcha, e de tratar das condições do contrato matrimonial. A embaixada saiu de Lisboa em 8 de dezembro de 1686, e o contrato assignou-se a 22 de maio de 1687, pelo qual a princeza era dotada com 100:000 florins do Rheno. Na capella eleitoral de Heidelberg celebrou-se o casamento por procuração em 2 de julho, e a nova rainha de Portugal saiu d'aquella cidade no principio do mez de agosto, fazendo a viagem pelo rio Rheno, que se tornou mais demorada por ser a joven soberana recebida e cumprimentada com as maiores demonstrações de enthusiasmo e respeito pelos governadores e magistrados das cidades e fortalezas, situadas em grande numero nas duas margens d'aquelle grande rio; prestando-lhe as mesmas homenagens os principes e os governos dominantes das terras circumvisinhas, quaes fôram os arcebispos-eleitores de Moguncia, de Treveris, de Colonia, e o bispo de Vormes, principe do imperio; o rei Carlos II de Hespanha, o principe Guilherme de Orange, depois rei de Inglaterra, e os Estados Geraes das Provincias Unidas, assim como a Hollanda, por seus deputados. Em Brilla embarcou D. Maria Sophia de Neuburgo n'um hiate inglez, que Jayme II de Inglaterra puzera á sua disposição, escoltada por uma esquadra, commandada pelo duque de Crafton, filho do rei Carlos II, com quem vinha o principe Fitz James, e grande numero de lords. A armada arribou a Plymouth, e d'ali seguiu viagem até Lisboa, onde chegou no dia 12 do referido mez de agosto, fundeando pelo meio dia. Não tardou a que o Tejo se cobrisse d'uma innumeravel multidão de embarcações de todos os lotes e feitios, cheias de populares, com bandas de musica, patenteando assim o seu enthusiasmo pela nova soberana. Os navios de guerra fundeados no Tejo, estavam adornados de bandeiras e flamulas, e os castellos e fortalezas salvaram; os sinos de todas as egrejas repicavam constantemente, e por toda a parte se ouviam estalar no ar girandolas de foguetes. Pelas 3 horas da tar-

de embarcou el-rei D. Pedro II no bergantim real, acompanhado dos officiaes de sua casa, presidentes dos tribunaes e muitos fidalgos. O bergantim real era precedido por 24 bergantins, custosamente adornados de toldos de ricas télas de differentes côres, com muitos remadores brilhantemente vestidos; n'estes bergantins iam os fidalgos da principal nobreza. O rei chegou á capitania, e ao sair do bergantim era esperado pelo general Crafton e por D. Luiz de Menezes, conde da Ericeira. Entrou na camara da rainha a cumprimental-a, e vieram ambos para bordo do bergantim real entre as salvas repetidas das armadas portugueza e ingleza. Desembarcaram n'um sumptuoso pavilhão, que se tinha levantado na ponte da Casa da India, e desde ali até á capella real do paço da Ribeira, tudo se via adornado e guarnecido de excellentes pinturas e riquissimas armações. Receberam as benção nupciaes, lançadas pelo arcebispo de Lisboa e capellão-mór do rei, D. Luiz de Sousa, dirigindo-se em seguida para o palacio. Durante muitos dias houve festas publicas e brilhantes illuminações. A rainha D. Maria Sophia de Neuburgo era muito bondosa, e D. Pedro II consagrava-lhe o maior affecto e respeito. Sua enteada, a princeza D. Izabel, que tinha quasi a mesma edade, tambem muito se lhe afficiçoou. Com quem teve algumas dissidencias foi com sua cunhada, a rainha viuva de Carlos II de Inglaterra, D. Catharina, por questões de etiqueta e de precedencias, tão graves no seculo XVII. Era muito devota e caritativa, a tal ponto que do seu bolsinho sustentava muitas viuvas e orphãs, chegando a recolher no paço alguns doentes pobres, de quem tratava e servia á mesa. Tendo noticia de qualquer infeliz desvalido, logo o mandava soccorrer. Tinha muita affeição ao P. Bartholomeu do Quental, de

Rainha D. Maria Sophia

austera virtude, e que falleceu com fama de santidade. Fundou em Beja um collegio para os religiosos franciscanos, que dotou com muitos rendimentos. Falleceu com 33 annos de edade, victima d'um ataque de erysipéla, que lhe atacou o rosto e a cabeça. Durante a doença fizeram-se preces e muitas procissões. A sua morte causou a maior consternação tanto na côrte, como no povo, que deveras a estimava. Foi sepultada, levando o habito de S. Francisco, no pantheon real de S. Vicente de Fóra. A rainha D. Maria Sophia de Neuburgo foi casada 12 annos, e teve 7 filhos, sendo o segundo o principe D. João, que succedeu no throno, com o nome de D. João V. A'cêrca d'esta rainha ha as seguintes publicações: *Triumpho Lusitano, applausos festivos, sumptuosidades regias nos augustissimos desposorios do inclito D. Pedro II com a serenissima Maria Sophia Izabel de Baviera, monarchas de Portugal*, por Manuel de Leão; Bruxellas, 1688; *Heptaphonon, ou portico de sete vozes, consagrado á magestade defunta da senhora D. Maria Sophia Izabel de Neuburgo*, por Paschoal Ribeiro Coutinho, Lisboa, 1699; *Sermão das exequias da Serenissima Rainha Nossa Senhora D. Maria Sophia Izabel, prégado na Villa de Santo Amaro das Grotas do Rio de Sergipe*, por Fr. Antonio da Piedade, Lisboa, 1703; *Sentimento lamentavel, que a dor mais sentida em lagrimas tributa na intempestiva morte da Serenissima Rainha de Portugal D. Maria Sophia Izabel e Neuburgo*, por Bernardino Botelho de Oliveira, Lisboa, 1699; *Oração funebre nas exequias da Rainha D. Maria Sophia Izabel, celebradas na Real Casa da Misericordia de Lisboa*, por D. Diogo da Annunciação Justiniano, Lisboa, 1699.

Maria Ruiva (*Monte da*). Na freg. de Santo Antonio, de Arcos, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Maria Santissima (*D. Fr. Silvestre de*). Bispo de Cabo Verde. N. em Minde, e fal. em Cabo Verde em 1813. Estudava no hospicio franciscano de Minde, e n'uma visita feita pelo provincial da ordem, foi-lhe recommendado o joven Silvestre, que muito se distinguira dos seus companheiros. A' vista de taes informações, o provincial levou-o comsigo, e o recolheu no convento da Arrabida. Passado o noviciado, Fr. Silvestre dedicou-se aos estudos theologicos com muita vontade e elevada intelligencia, que em pouco tempo ficou considerado como o primeiro em virtudes e saber. Um dia sendo postas á discussão umas theses, para que fôram convidados os religiosos de varios conventos, Fr. Silvestre, excedendo a todos os seus collegas, teve a grande honra de ser publicamente elogiado pelo jury. A fama do seu saber e virtudes foi tal que, em 1802, o guardião lhe communicava a noticia de que o principe regente, em nome da rainha D. Maria I, o havia nomeado bispo de Cabo Verde, e com tanta rapidez correu o processo, que em 1803, já fr. Silvestre havia tomado posse da diocese, não lhe valendo as escusas junto do throno, nem da curia romana. Fr. Silvestre de Maria Santissima habitou sempre na ilha de S. Nicolau, e os serviços que fez ao archipelago fôram muitos e consideraveis. Mudou a egreja matriz, da invocação de N. S.ª do Rosario, para a principal praça da ilha Brava; é este o unico templo de toda a diocese, exceptuando a cathedral, que

merece o titulo de egreja pela sua architectura e pelo seu elegante frontispicio. Foi construido com esmolas que pôde obter o prelado dos povos da ilha, juntando outras do seu proprio bolso. Falleceu victima d'uma apoplexia, e foi sepultado na egreja que construira.

Maria Serrão *(Monte de)*. Na freg. de N. S.ª d'Alva e conc. de Aljesur, distr. de Faro.

Maria do Siso (*Herdade de*). Na freg. de S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Maria Theresa *(D.)*. Princeza da Beira, filha d'el-rei D. João VI e de sua mulher, D. Carlota Joaquina; princeza de Hespanha por ter casado com o principe D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança. N. no palacio de Queluz a 29 de abril de 1793, fal. com 81 annos de edade a 17 de janeiro de 1874 Foi baptisada na capella do mesmo paço, pelo cardeal patriarcha D. José Francisco Miguel Antonio de Mendonça, capellão mór da rainha D. Maria I, recebendo os nomes: D. Maria Thereza Francisca de Assis Antonia Carlota Joanna Josepha Xavier de Paula Michaela Raphaela Izabel Gonzaga de Bragança e Bourbon. Casou no Rio de Janeiro a 13 de maio de 1810 com seu primo o principe D. Pedro Carlos, almirante da marinha portugueza, nomeação feita n'esse mesmo dia; grau cruz das ordens de Christo, de Aviz e da Torre e Espada; cavalleiro da ordem do Tosão de Ouro, grau cruz das de Carlos III e de S. João de Jerusalem, de Hespanha; grão-prior da ordem de S. João de Jerusalem de Castella e Leão, sendo filho do infante de Hespanha D. Gabriel Antonio de Bourbon, e de sua mulher a infanta de Portugal D. Marianna Victoria, filha de D. Maria I e de seu marido e tio, D. Pedro III. D. Maria Thereza enviuvou em 26 de maio de 1813, e conservou-se viuva mais de 20 annos; tendo, porém, morrido sua irmã D. Maria Francisca de Assis em setembro de 1834, casada com o principe de Hespanha D. Carlos Maria Isidoro, passou a segundas nupcias com o seu cunhado em Salzburgo, por procuração a 2 de fevereiro de 1838, e em pessoa em Aspeitia a 20 de outubro do mesmo anno. D. Carlos disputava então a D. Izabel II o throno de Hespanha, e apezar de sua cunhada já ter mais de 40 annos de edade, casou com ella, deixando-a outra vez viuva, pelo seu fallecimento succedido em Trieste a 10 de março de 1855, onde estava refugiado com o titulo de conde de Molina. Do seu primeiro matrimonio teve um unico filho, D. Sebastião Gabriel Carlos João José Francisco Xavier de Paula Miguel Bartholomeu de S. Geminiano Raphael Gonzaga de Bourbon e Bragança, infante de Portugal, pelo alvará de 9 de janeiro de 1811; infante de Hespanha, gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição, de Portugal; gran-cruz e prior da de S. João de Jerusalem de Castella e de Leão; cavalleiro da de Tosão de Ouro e gran cruz da de Carlos III, de Hespanha; gran-cruz da ordem de S. Fernando e Merito das Duas Sicilias, e da ordem do Merito de S. Luiz, de Parma. N. no Rio de Janeiro a 4 de novembro de 1811, e fal. em Madrid a 13 de fevereiro de 1875. Casou em 1832, em primeiras nupcias, com a princeza das Duas Sicilias D. Maria Amelia, de quem enviuvou em 1857; e em segundas nupcias em 1860, com a infanta de Hespanha D. Maria Christina Izabel. Do segundo matrimonio teve a princeza D. Maria Thereza 5 filhos, mas nenhum se distinguiu.

Maria do Valle. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, conc. e distr. de Beja.

Maria-vary. Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freguezia de Santo André de Brancavará, do concelho de Diu, na India.

Mariadeira. Pov. na freguezia de N. S.ª da Conceição e concelho da Povoa de Varzim, distr. do Porto.

Marialva *(D. Antonio Luiz de Menezes, 3.º conde de Cantanhede, e 1.º marquez de)*. General do exercito do Alemtejo, conselheiro de Estado e de guerra, um dos generaes que mais se distinguiram na guerra da Restauração de 1640. A'cêrca da data do seu nascimento divergem alguns biographos; parece, porém, que deve merecer maior credito o escriptor coevo conde da Ericeira, D. Luiz de Menezes, que na sua obra o *Portugal Restaurado*, dá em 1657 D. Antonio Luiz de Menezes com mais de 60 annos, vindo, portanto, a nascer ainda no seculo XVI. Fal. em 16 de agosto de 1675, como diz P. Francisco de Santa Maria, no vol. II do *Anno Historico*, e D. Antonio Caetano de Sousa, nas *Memorias historicas e genealogicas dos grandes de Portugal*, posto que por engano tivesse dito 19 de maio no tomo V da *Historia Genealogica*. Era filho do 2.º conde de Cantanhede, de quem herdou o titulo, D. Pedro de Menezes, e de sua mulher, D. Constança de Gusmão, filha do 1.º conde de Villa Franca, Ruy Gonçalves da Camara. Continuas luctas se seguiram á revolução do 1.º de dezembro de 1640, provocadas pelos exercitos castelhanos, que procuravam energicamente passar as fronteiras de Portugal; o conde de Cantanhede tomou parte muito activa n'estas luctas, distinguindo-se sempre pelo seu grande arrojo e valentia. Fôra nomeado coronel no proprio dia 1.º de dezembro, quando se realisou a acclamação de D. João IV. Organisou-se depois em Coimbra um regimento de 1:660 homens, de que elle era o commandante, regimento que se tornou muito afamado pelas provas de valor e de intrepidez com que sempre se distinguia nos combates em que entrava. Quando em 1641 o coronel conde de Cantanhede chegou a Cascaes, el-rei quiz recompensar-lhe os serviços prestados em honra da patria, dando-lhe um logar da maior importancia e confiança na côrte, que o distincto fidalgo não acceitou, porque a carreira das armas, para que tinha decidida vocação, lhe fazia antever um futuro brilhante de victorias e de feitos heroicos. Quando era preciso reforçar as tropas que guarneciam as fronteiras, recorria se sempre ao valioso auxilio de D. Antonio Luiz de Menezes. Em 1656 morreu D. João IV, e até esse momento o illustre fidalgo, que usava do titulo de conde de Cantanhede, não acceitou cargo algum de importancia na côrte, por ser do partido contrario ao conde de Odemira, que tinha todo o valimento real. Os affeiçoados do conde de Cantanhede só começaram, portanto, a salientar-se na côrte, depois do fallecimento do monarcha. Corria o anno de 1658. A praça d'Elvas, de que era governador D. Sancho Manuel, depois conde de Villa Flôr, achava se cercada com um exercito de 35:000 homens commandados pelo general castelhano D. Luiz Mendes de Haro. A rainha

D. Luiza de Gusmão, regente do reino pela menoridade de D. Affonso VI, escreveu em 2 de dezembro de 1658 a seguiute carta: «Conde amigo. Eu el-rei vos envio muito saudar, como áquelle que amo. E' de tanta importancia acudir á provincia do Alemtejo com uma pessoa que a governe, emquanto o inimigo persiste sobre Elvas, e que esta seja tal, que a aleute e console, e tenha autoridade, actividade e zelo para formar um exercito capaz de ir soccorrer aquella praça, se o pedir a necessidade, que ainda que a importancia da vossa pessoa n'esta côrte pedia vos não apartasse de mim, me é preciso encommendar-vos partaes logo a livrar-me do cuidado em que me tem posto as cousas d'aquella provincia, e a fazer-me, e a este reino um serviço tão grande, como aquelle será; e porque para tão conhecido amor como me tendes, e ao reino, e por o muito que desejaes sua conservação, e defeza, são necessarias poucas palavras para vos persuadir vades acudir a tão grande occasião com estas poucas regras espero partireis logo, e por ellas mando a todos os cabos, e officiaes de guerra, justiça e fazenda vos obedeçam e cumpram as vossas ordens, em tudo o que tocar ao intento referido, em que espero façaes o que deveis a quem sois, e á boa vontade que vos tenho, que são dois motivos bem grandes, para um homem como vós» Não coutente com esta carta, a rainha mandou chamar o conde, e disse-lhe: «Sois tão empenhado na conservação d'este reino, tendes tanta actividade e tão grande coração, que fio de vós o soccorro da praça d'Elvas, que é a muralha, que na provincia do Alemtejo nos defende de nossos inimigos: parti-vos logo para Extremoz, e fiae da minha diligencia mandar-vos assistir com toda a gente e cabedaes que houver no reino, e não tenhaes pelo menor soccorro as desattenções e desconcertos, que os castelhanos costumam ter nos seus exercitos, quando as empresas são dilatadas: e dou-vos licença para que na certeza d'esta intelligencia me tenhaes por castelhana.» O conde de Cantanhede, a quem sómente agradavam empresas difficultosas, beijou a mão da rainha, muito reconhecido pela distincção que recebera. Pondo-se em seguida em movimento, reuniu todas as tropas de que podia dispor, mandou communicar astuciosamente a D. Sancho Manuel, que estabelecera o seu quartel general em Extremoz, e que contasse com o mais prompto soccorro. O exercito, assim organisado, saiu de Extremoz em 11 de janeiro de 1659, e chegou dois dias depois á frente das linhas de Elvas. Seguiu-se a grande e memoravel batalha no dia 14, que foi uma das maiores glorias para D. Antonio Luiz de Menezes (V. *Portugal*, vol. III, pag. 125 e seguintes). D. Affonso VI e a rainha regente, sua mãe, estavam na egreja de Santa Engracia assistindo á festa que a nobreza costumava fazer em desaggravo do desacato ali commettido, quando recebeu a noticia da victoria alcançada. Foi tal o enthusiasmo que immediatamente se cautou um solemne *Te Deum* em acção de graças; em seguida D. Affonso e a rainha fôram para o paço da Ribeira, com a côrte, no meio das mais enthusiasticas acclamações do povo. Quando o conde de Cantanhede regressou a Lisboa, foi recebido no paço com as maiores honras e distincções, vindo o proprio rei, por conselho do conde de Odemira, esperal-o á entrada. O conde de Cantanhede recebeu muitas mercês, sendo tambem agraciado com o titulo de marquez de Marialva, por decreto de 11 de junho de 1661, juntando-se depois a esta honra o juro e herdade por alvará de 14 de maio do 1675. Sendo governador das armas na provincia da Extremadura, desejou o marquez de Marialva ir commandar no Alemtejo, mas a rainha, receando que o conde de Athouguia, que então governava aquella provincia, se despeitasse, assim como as pessoas que compunham o novo partido que principiava a formar se em torno de D. Affonso VI, pediu ao marquez que desistisse d'aquella pretenção. O marquez cedeu ao pedido, porque percebeu bem a inconveniencia e até o perigo que poderia haver em sustentar discordias internas, quando os inimigos da patria estavam continuamente obrigando os portuguezes a entrar em

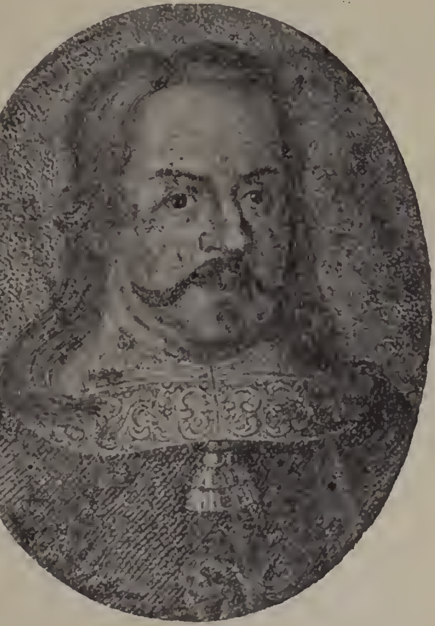

Marquez de Marialva

combate. N'esta intelligencia marchou para o Alemtejo, commandando sómente as forças auxiliares da Extremadura. Foi n'este tempo, em 1661, que D. João d'Austria entrou em Portugal com o seu exercito, mas assim como acontecera anteriormente, não houve lucta alguma militar digna de menção, porque os castelhanos ainda estavam muito resentidos da derrota d'Elvas, e não se animavam a organisar forças sufficientes para inteutar nova invasão de Portugal. Comtudo, o intrepido guerreiro praticou heroicas proezas nas campanhas de Extremoz, de Juromenha, e de Arrouches. Em 1662 o marquez de Marialva desejou ardentemente passar pela segunda vez ao governo das armas do Alemtejo, e como para conseguir esse inteuto era preciso primeiro demittir o conde de Athouguia, lembrou á rainha que o conde era digno de ser nomeado general da armada real, muito principalmente havendo des-

confianças, que na proxima primavera os hespanhoes recomeçariam os seus ataques. A rainha, que muito respeitava o marquez, e desejando ser-lhe agradavel, mandou offerecer ao conde d'Athouguia a nomeação d'esse novo cargo. O conde recebeu a offerta com profundo pezar, e não podendo vencer a colera que o dominava, respondeu á soberana com as mais sentidas phrases, o quanto lhe era penoso tirarem-lhe aquelle governo, principalmente na occasião em que as prevenções de Castella ameaçavam maior perigo. Esta resposta obrigou a rainha a hesitar alguns dias em fazer a nomeação do marquez de Marialva para governador das armas do exercito na provincia do Alemtejo; este, porém, tanto insistiu que afinal venceu todas as difficuldades. Sabendo isto, o conde d'Athouguia pediu licença á rainha para se retirar á côrte, e depois, a conselho do duque de Cadaval, a quem a regente pedira particularmente para resolver o conde a acceitar a nomeação, que ella lhe offerecera, resignou-se a satisfazer a vontade soberana. O marquez de Marialva d'esta vez não foi tão feliz nos seus emprehendimentos, e muito mais porque servindo no exercito o conde de Schomberg, o nosso general possuiu-se profundamente da idéa de que vinha aquelle estrangeiro murchar-lhe os louros da sua brilhante victoria das linhas de Elvas. Tomando D. Affonso VI posse do reino e começando o conde de Castello Melhor a exercer o seu omnipotente ministerio, o marquez de Marialva perdeu muito no regio valimento; deixou o governo das armas no Alemtejo, sendo substituido por D. Sancho Manuel, que fôra agraciado com o titulo de conde de Villa Flôr. Mas chegando a Lisboa a noticia da tomada de Evora por D. João d'Austria, houve necessidade de mandar com toda a pressa reforços para o Alemtejo, e foi ainda o marquez de Marialva que marchou á frente d'um exercito, na maior parte com posto de muitos voluntarios da primeira nobreza. Chegando áquella provincia reuniu-se ao conde de Villa Flôr, e tomou parte importante na recuperação da cidade de Evora. Em 1664 tomou Valencia d'Alcantara, uma das principaes praças da Extremadura hespanhola, onde tambem se distinguiu. Em 1665, estando em Extremoz, correu em 17 de junho a Villa Viçosa, que os hespanhoes haviam sitiado; foi, porém, surprehendido pelo general Carracena em Montes Claros, e ali se travou combate, que foi mais uma victoria para o marquez de Marialva, e a ultima corôa dos seus triumphos bellicos *(V. Montes Claros)*. A derrota de Carracena enfraqueceu muito o animo dos castelhanos, que se confessaram vencidos, e deu causa á Hespanha solicitar a paz, sendo o illustre guerreiro um dos plenipotenciarios, que assignaram o tratado em 13 de fevereiro de 1668. O marquez de Marialva exerceu os seguintes cargos: conselheiro de Estado e da guerra, védor da fazenda real, ministro do despacho, governador das armas de Lisboa, Setubal, Cascaes e Extremadura, e capitão-general da provincia do Alemtejo. Em 1669 foi nomeado procurador das côrtes de Lisboa por uniforme suffragio do povo e da nobreza. devendo-se a elle grande parte dos negocios que se concluiram. A sua opinião era sempre muito considerada e ouvida em todas as questões sérias, que em Portugal se deram n'aquelle tempo. Chamavam-lhe o *libertador da patria.* O marquez de Marialva era senhor das villas de Merles, Mondim, Cerva, Atem, Ermelho, Bilho, Villar de Ferreiras, Avellans do Caminho, Leomil, Penella, Povoa e Vallongo; senhor do morgado de Medello, e S. Silvestre, commendador de Santa Maria d'Almouda, e da ordem de Christo, etc. Havia casado em 1635 com D. Catharina Coutinho, filha e herdeira de D. Manuel Coutinho, senhor da Torre do Bispo. Teve 2 filhos e 7 filhas: D. Pedro Antonio de Menezes, que foi o 4.º conde de Cantanhede e 2.º marquez de Marialva; D. Manuel Coutinho, que D. Pedro II agraciou com o titulo de conde do Redondo; D. Guiomar de Menezes, que casou com seu tio paterno D. Rodrigo de Menezes; D. Maria Joanna Coutinho, que foi marqueza de Cascaes pelo seu casamento com o 2.º marquez d'este titulo D Luiz Alvares de Castro; D. Izabel de Menezes, casada com D. Lourenço de Lencastre, commendador e alcaide-mór de Coruche; D. Antonia de Menezes, D. Jeronyma Coutinho e D. Maria Coutinho, que fôram religiosas no convento da Esperança, de Lisboa, e D. Joanna de Menezes, que falleceu sem estado. O marquez de Marialva determinou que o sepultassem na villa de Cantanhede, e o seu coração ficasse no convento de S. Pedro d'Alcantara, de Lisboa, dos religiosos da provincia da Arrabida, que elle proprio mandara edificar em 1670 em acção de graças da victoria de Montes Claros. Do livro mais antigo dos obitos d'aquelle convento consta que effectivamente o coração ali se conservára, com todo o respeito, dentro d'um cofre de prata, até que por ordem de D. Pedro II, sendo ainda regente, foi trasladado para o convento de S. Vicente de Fóra, ficando collocado no pavimento junto ao tumulo de D. João IV, com a seguinte inscripção:

HIC, UBI LUSIADUM JACET INSTAURATOR IN UNA,
PIGNUS HABET POSITUM COR MARIALVA SUUM,
CORDE SUUM SEQUITUR REGEM MARIALVA SEPULTUM,
UT VITAM CREDAS, NON PERIISSE FIDEM.

O cadaver do illustre militar foi depositado no convento de Cantanhede, sendo as visceras junto ao coração sepultadas na capella-mór da egreja junto do tumulo da marqueza, sua mulher. As armas dos Marialvas são: Escudo esquartelado; nos primeiros e quartos quarteis as armas reaes com o filete; nos segundo e terceiro em campo azul as tres flôres de liz de ouro, e sobreposto o escudo dos Menezes, que é em campo de ouro um annel.

Marialva *(D. Diogo José Vito de Menezes, 7.º conde de Cantanhede e 5.º marquez de).* Gentil-homem e estribeiro mór da rainha D. Maria I, conselheiro de guerra, tenente-general e ajudante general do exercito, 14.º senhor da villa de Cantanhede, e um dos mais ricos fidalgos do seu tempo. N. a 15 de junho de 1739, fal. a 13 de agosto de 1803. Era filho do 4.º marquez de Marialva, D. Pedro d'Alcantara de Menezes. Fez a campanha de 1762, no posto de capitão de cavallaria, esteve depois no Alemtejo em 1797 no posto de ajudante-general, e n'este posto fez a campanha de 1801. Era grau cruz da ordem de S. Thiago. Casou com D. Margarida Caetana de Lorena, filha de D. Jayme de Mello, 3.º duque de Cadaval, e de sua segunda mulher, D. Henrique-

ta Julia Gabriella de Lorena. O marquez de Marialva comprou o palacio e quinta dos Seteaes em Cintra, e procedeu a grandes melhoramentos no palacio e nos jardins, mandando tambem adornar as salas com magnificencia. No seu tempo deram-se ali brilhantes funcções. Teve de receber em Seteaes a rainha D. Maria I e seu filho, o principe D. João, depois D. João VI, e sua mulher, D. Carlota Joaquina, realisando se n'essa occasião grandes festas. Para commemorar a visita da soberana, o marquez maudou construir um arco triumphal, de marmore, que se concluiu em 1802.

Marialva *(D. Diogo de Noronha, 5.º conde de Cantanhede e 3.º marquez de).* Gentil-homem da camara d'el-rei D. João V, por mercê feita por este monarcha a 15 de janeiro de 1714; general de batalha do exercito da Extremadura, e coronel d'um regimento de cavallaria da guarnição da côrte. N. a 12 de novembro de 1688, fal. na sua quinta de Marvilla depois de prolongada doença, a 10 de setembro de 1761. Era filho do 1.º marquez d'Angeja, D. Pedro Antonio de Noronha, e de sua segunda mulher D. Izabel Maria de Mendoça. Foi o 5.º conde de Cantanhede e 3.º marquez de Marialva, por ter casado em 6 de julho de 1712 com D. Joaquina Maria Magdalena da Conceição de Menezes, 5.ª condessa de Cantanhede, 12.ª senhora d'esta villa e de toda a casa de Marialva, como filha e herdeira de D. Pedro Antonio de Menezes, 2.º marquez de Marialva e 4.º conde de Cantanhede, e de sua mulher, D. Catharina Coutinho. Serviu na guerra com seu pae, sendo coronel e brigadeiro d'um dos regimentos da rainha Anna da Gran Bretanha; foi general de batalha e depois mestre de campo general dos exercitos com o governo das armas da Extremadura, para o qual foi nomeado em seguida á morte do duque de Cadaval.

Marialva *(D. Francisco Coutinho, 4.º conde de).* Meirinho-mór de Portugal, senhor das villas de Castello Rodrigo, Leomil, Penella, Povoa, Val-longo e de muitas outras; senhor do morgado de Medello, alcaide-mór de Lamego, e pelo seu casamento com D. Brites de Menezes, 2.ª condessa de Loulé, filha do 1.º conde d'este titulo D. Henrique de Menezes, ficou sendo 2.º conde de Loulé e senhor de toda a casa de seu sogro. Era de grande autoridade no seu tempo, em que serviu quatro reis, D. Affonso V, D. João II, D. Manuel e D. João III. Tornou-se muito afamado tanto na paz como na guerra, em que sempre se considerava muito o seu voto. Em 1483 recusou-se a assistir á violenta morte do duque de Bragança, D. Fernaudo II, degolado na praça de Evora, onde pelo seu officio de meirinho-mór devia estar a acompauhar o duque, a que se escusou, dizendo que antes perderia o officio e toda a sua casa do que acompanhar o duque a tão funesto acto. Fallecendo seu irmão, o 3.º conde de Marialva, D. Gonçalo Coutinho, sem ter descendencia, succedeu lhe no titulo e em toda a casa que elle possuira, por mercê de D. Affonso V em 1474; el-rei D. Manuel lhe confirmou o condado de Marialva e as mais terras e padroados que tivera seu irmão, por carta passada em Evora, a 5 de abril de 1497. O conde de Marialva havia acompanhado seu irmão á tomada de Arzilla. Casou duas vezes: a primeira com D. Maria de Ulhoa, filha de João Ulhoa, fidalgo que viveu em Samora, e havia entregado a cidade de Faro a D. Affonso V, que lhe deu a villa de Castello Rodrigo, de que foi alcaide-mór, e de sua mulher, D. Maria Sarmento, irmã de D. Diogo Sarmento, conde de Salinas; casou a segunda vez com D. Brites de Menezes, confórme dissémos. D'este segundo matrimonio nasceu D. Guiomar Coutinho, que veiu a casar com o infante D. Fernando, filho d'el-rei D. Manuel (V. *Coutinho*, no *Portugal*, vol. II, pag. 1207). O conde de Marialva falleceu em 1532, sem deixar successor, assim como sua filha D. Guiomar, ficando extincto aquelle titulo, apezar das diligencias que fez para o obter, um seu sobrinho, chamado D. Fernando Coutinho. Foi sepultado com sua mulher no mosteiro de Santo Antonio de Ferreirim, da ordem de S. Francisco, que elle fuudara em Lamego e dotara largamente. Sobre o tumulo se collocou o seguinte epitaphio:

Aqui jaz o senhor D. Francisco Coutinho, Conde dos Condados de Marialva e de Loulé, senhor do Morgado de Medello e de todo o couto de Leomil, Senhor de Castello Rodrigo, alcaide mor de Lamego, Meirinho mór d'este Reino, que falleceu no anno de 1532, e a condessa sua mulher D. Brites de Menezes, mandaram se aqui trazer a esta casa de Santo Antonio de Ferreirim, onde jazem enterrados por ser nas terras que seus avós ganharam aos moiros.

Marialva *(D. Gonçalo Coutinho, 2.º conde de).* Meirinho-mór do reino. Era filho do 1.º conde de Marialva, D. Vasco Coutiuho, e de sua mulher, D. Maria de Sousa; neto de Gonçalo Vasques Coutinho. D. Affonso V lhe conferiu em 8 de abril de 1463 o titulo de conde e de todas as terras, que seu pae possuira. Casou com D. Brites de Mello, filha de Martim Affonso de Mello, guarda mór de D. João I, alcaide-mór de Evora, Olivença, Campo Maior e Castello de Vide, e de sua segunda mulher, D. Briolanja de Sousa. Tomando parte na expedição a Tanger, ali foi morto com outros illustres guerreiros.

Marialva *(D. João Coutinho, 3.º conde de).* Guerreiro que falleceu na defeza da praça d'Arzilla em 24 de agosto de 1471. Era filho do 2.º conde do mesmo titulo D. Gonçalo Coutinho, e de sua mulher D. Brites de Mello. Esteve desposado com D. Catharina, filha de D. Fernando, 2.º duque de Bragança, e de sua mulher, D. Joanna de Castro. Este casamento não se realisou, porque D. João Coutinho passou a Africa com D. Affonso V, á conquista de Arzilla, onde falleceu. D. Affonso V, que n'aquella occasião armou cavalleiro a seu filho, o principe D. João, á vista do cadaver do bravo guerreiro, na pratica que lhe fez, acabou por estas palavras: «Filho, praza a Deus, que haja por seu serviço serdes vós tão bom cavalleiro, como foi D. João Coutinho, conde de Marialva, cujo corpo ali vêdes jazer morto com muitas feridas, que por serviço de Deus e nosso hoje recebeu.» O conde de Marialva falleceu sem deixar successão, passando a casa e o titulo a seu irmão D. Francisco Coutinho, que foi o 4.º e ultimo conde de Marialva. Os seus ossos fôram trazidos para Portugal, ao mosteiro de Salzedas da ordem de S. Bernardo, junto a Lamego.

Marialva *(D. Pedro d'Alcantara de Menezes,*

6.º conde de Cantanhede e 4.º marquez de). Estribeiro-mór d'el-rei D. José, conselheiro de guerra, deputado da Junta dos Tres Estados, e general de cavallaria. N. a 9 de novembro de 1713, fal. a 22 de fevereiro de 1799. Era filho do 5.º conde de Cantanhede e 3.º marquez de Marialva, D. Diogo de Noronha, e de sua mulher, a marqueza D. Joaquina Maria Magdalena da Conceição de Menezes. Casou a 8 de janeiro de 1737 com D. Eugenia Mascarenhas, filha dos 3.os condes d'Obidos, D. Manuel d'Assis Mascarenhas e de sua primeira mulher, D. Helena de Lorena, filha dos 3.os marquezes de Alegrete. O marquez de Marialva, do seu primeiro matrimonio teve, entre outros filhos, a D. Manuel José de Menezes e Noronha, que foi o 7.º conde de Arcos de Valle-de-Vez, que falleceu desastrosamente em Salvaterra de Magos, n'uma tourada real, na presença d'el-rei D. José e de toda a côrte. Foi em 1762, que o joven lidador, apezar de toda a destreza na arte tauromachica, ao entrar na praça e começando o seu trabalho, foi colhido pelo touro, que o arremessou aos ares, esperando o depois na queda, para o esmagar com as patas. Esta lamentavel desgraça aterrou o monarcha e todos quantos assistiam. O marquez de Marialva, apezar de ser já de avançada edade, desceu com a velocidade d'um rapaz os degraus do amphitheatro, para vingar a morte do filho, ou morrer com elle. Um camarista o intimou por ordem d'el-rei, para que não descesse á arena, accrescentando: «Sua magestade entende que o dia já foi bastante desgraçado, e não quer perder n'elle dois vassalos.» Marialva respondeu: «El-rei manda nos vivos, e eu vou morrer.» E apontando para o cadaver do conde dos Arcos, continuou: «Aquelle é o corpo de meu filho. Está ali! Sua Magestade póde tudo, menos deshonrar os cabellos brancos do creado que o serve ha tantos annos. Deixe-me passar, e diga isto a el-rei.» O rei amava deveras o marquez pelo seu bom caracter e lealdade nunca desmentida, e aquella resposta o petreficou. Quando o marquez pisava a praça com a coragem e sangue frio d'um verdadeiro fidalgo, todos os espectadores se levantaram por um impulso espontaneo, e com os olhos razos de lagrimas. O marquez ajoelhou junto do cadaver de seu filho e beijou na fronte. Desabrochou-lhe o talim e cingiu-o; levantou do chão a espada de dois gumes, passou a capa no braço e cobriu-se. Collocando-se ao centro da praça esperou o touro a pé firme. O animal o investe, cego e irado, mas o marquez com a maior destreza lhe evita a pancada. Finalmente, depois d'um combate d'alguns momentos, a espada do marquez se enterra até aos copos na nuca do touro, que dando um grande bramido, cae morto aos pés do vencedor. O marquez abraçou então o cadaver do filho cobrindo-o de beijos. D. José resolveu que acabassem para sempre as touradas reaes, emquanto elle reinasse. Este facto está minuciosamente descripto no livro de Luiz Augusto Rebello da Silva, intitulado: *A ultima corrida de touros reaes em Salvaterra.* Por occasião do terremoto de 1755, o marquez de Marialva foi encarregado, pelo marquez de Pombal, de vigiar os piratas argelinos não aproveitassem a perturbação geral do reino para saquearem as costas. Era muito estimado pelo rei D. José. Foi este marquez de Marialva um eximio cavalleiro, e a elle se deve o systema de equitação ainda hoje conhecido pelo nome de Marialva.

Marialva *(D. Pedro Antonio de Menezes, 4.º conde de Cantanhede e 2.º marquez de).* Senhor das villas e outras terras, já mencionadas, da casa de Marialva; senhor e administrador dos morgados de Medello e de S. Silvestre, padroeiro das egrejas de Santa Maria de Merles; S. Clemente no concelho de Bemviver; S. Miguel, de Veire, no concelho de Louredo, todas no bispado do Porto, etc.; commendador das commendas de S. Bartholomeu, de Santarem; St.ª Maria, da Azinhaga; S. Salvador, de Sanguinhedo, no arcebispado de Braga; S. Martinho, de Arrifana de Sousa, do bispado do Porto, todas na ordem de Christo; e de Santa Maria de Serpa, na ordem de Aviz; gentil-homem da camara de D. Pedro II e de D. João V, mestre de campo do terço de Cascaes, presidente da Junta do Commercio no anno de 1692, do conselho de Estado e de guerra, e do despacho dos referidos monarchas, e marechal do reino. N. em 31 de março de 1658, fal. a 19 de janeiro de 1711. Era filho do 1.º marquez de Marialva, D. Antonio Luiz de Menezes, e de sua mulher, D. Catharina Coutinho. Serviu alguns annos de mordomo mór a el-rei D. Pedro II, na menoridade de D. Martinho Mascarenhas, conde de Santa Cruz. Esteve na campanha da Beira em 1704 acompanhando o monarcha; em 1707 no acto da acclamação de D. João V, seguiava a cauda do manto real. Casou em 1676 com sua sobrinha e prima, D. Catharina Coutinho, filha de seu tio D. Rodrigo de Menezes, e de sua irmã D. Guiomar de Menezes. O marquez de Marialva era um homem sem ambições, e por muitas vezes vivia afastado da côrte. Foi sepultado no convento de S. Pedro de Alcantara, de Lisboa.

Marialva *(D. Pedro José Joaquim Vito de Menezes Coutinho, 8.º conde de Cantanhede e 6.º marquez de).* Gentil homem da camara da rainha D. Maria I; estribeiro-mór e aposentador-mór dos moços da estribeira; membro da junta do Codigo Penal, creada por decreto de 21 de março de 1802; director do Archivo Militar, creado por decreto de 3 de setembro do 1802; coronel do regimento de cavallaria de Meklembourg; brigadeiro do exercito. Era filho do 5.º marquez de Marialva e 7.º conde de Cantanhede, D. Diogo José Vito de Menezes Coutinho, e de sua mulher, D. Margarida Caetana de Lorena. Fal. em Paris a 22 de novembro de 1823. Por morte de seu pae herdou a sua casa opulentissima. Depois da invasão do nosso paiz pelo exercito francez do general Junot, o marquez de Marialva foi um dos membros da deputação, que saiu de Portugal para Bayona com o fim de cumprimentar o imperador Napoleão, e de lhe pedir que reduzisse a formidavel contribuição de cem milhões que lançara sobre o reino. A deputação obteve apenas promessas e respostas delatorias, até que rebentando a revolução portugueza, os seus membros ficaram prisioneiros em França até 1814. Nomeado depois para cumprimentar em nome do principe regente D. João a Luiz XVIII pela subida ao throno de França, foi em 1816 encarregado de pedir para o principe D. Pedro d'Alcantara, a mão da archiduqueza d'Austria D. Maria Leopoldina, e de a desposar por procuração. Para desempenho d'esta elevada commissão apresentou-se em Vienna d'Austria com um fausto e

um luxo extraordinarios, a expensas suas. Realisados os esponsaes acompanhou a princeza ao Rio de Janeiro. Posteriormente foi nomeado representante de Portugal na côrte de França, cargo em que se conservou até á revolução de 1820, deixando-o então; mas quando o governo constitucional caiu em Portugal, foi de novo investido no mesmo cargo. Não deixando successor, ficaram extinctos os titulos de conde de Cantanhede e de marquez de Marialva. O de conde de Cantanhede fôra-lhe renovado por carta de 5 de julho de 1788, e o de marquez de Marialva por carta de 14 de abril de 1795.

Marialva *(D. Vasco Fernandes Coutinho, 1.º conde de).* Marechal e meirinho-mór do reino; senhor do couto de Leomil e de outras muitas terras já mencionadas. Foi um dos fidalgos de maior respeito e riqueza d'aquelle tempo. Casou em 1412 com D. Maria de Sousa, filha illegitima do mestre da ordem de Christo D. Lopo Dias de Sousa, que D. João I legitimou em Coimbra por carta de 3 de janeiro de 1398, e depois lhe fez mercê, estando em Lisboa, a 12 de maio do referido anno de 1412, sendo dama do paço, para o seu casamento, de 6:000 corôas de ouro de moeda de França. Na doação da villa de Marialva, feita em Montemór-o-Novo, a 12 de outubro de 1440, diz-se: «por ser uma das mais notaveis pessoas de nossos reinos, a que somos obrigados a fazer bem e mercê.» D. Affonso V o agraciou com o titulo de conde de Marialva. O illustre fidalgo falleceu em janeiro de 1463.

Marialva. Villa e freg. de S. Thiago, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Meda; distr. da Guarda, bisp. de Lamego; 161 fog. e 681 hab. Tem esc. do sexo masc. e caixa post.; hospital, Misericordia, feira a 25 de julho, e mercado 8 dias depois de cada mercado de Méda, que costuma ser no primeiro domingo de cada mez. A villa dista 7 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda d'um affluente do rio Côa, n'um logar elevado, alcantilado e penascoso. O padroado real apresentava o abbade, que tinha 250$000 réis de rendimento. A povoação é muito antiga; attribue-se a sua fundação aos turdulos, 500 annos antes de Christo; outros dizem, que foi fundada pelos gregos no anno de 1101 antes de Christo, dizendo que elles edificaram aqui um magestoso templo dedicado a Jupiter, que depois os carthaginezes ampliaram. Mas parece mais provavel que a importancia da povoação fôsse dada no dominio dos romanos, sendo cidade com o nome de *Aravor,* mas a cidade romana era muito mais vasta que a actual villa, que apenas occupa uma pequena parte, onde, segundo parece, existiam então as fortificações e quarteis militares, estando a cidade edificada n'uma planicie, nas faldas do alcantilado monte, onde se vê hoje a villa de Marialva, no principio do seu fertil e dilatado campo, no sitio onde agora está a aldeia da Deveza. Aqui se encontrou, pelos annos de 1690, um primoroso pedestal de columna de jaspe branco com 0,m50 de alto e 0,m25 de largo. Foi dado ao alcaide-mór da villa, que o mandou collocar no muro do quintal da sua residencia. Os imperadores Adriano e Trajano fôram quem reconstruiram a cidade, levantando aqui alguns edificios. No tempo dos godos era esta povoação ainda de muita importancia, e conservava o titulo de cidade. Nas suas proximidades a E, houve um mosteiro de benedictinos, que os moiros arrasaram, não deixando pedra sobre pedra. A 1 k. da villa tambem existiu um convento de religiosos franciscanos, que foi fundado em 1447. Na aldeia da Deveza, n'uma estalagem que houve ali no fim do seculo XVIII, achou se uma lapide com uma inscripção, que diz, que *a preclarissima cidade de Aravor dedicou uma memoria a Jupiter, optimo, maximo.* Na mesma aldeia ha dois edificios de architectura romana, antiquissimos. Um d'elles, que ficou quasi demolido pelos moiros, era de cantaria e de forte construcção. Dizem que foi um grande palacio; chamam lhe a *Torre,* e consta que serviu de templo christão no tempo dos godos. O outro edificio está na frente d'este, só dividido pelo caminho; já serviu de capella christã. E' tambem de forte construcção e bella cantaria, com uma porta excessivamente larga e alta. A 1 k. ao S da aldeia ha uma grande *naumachia (*reservatorio de aguas*)* a que chamam o *lago,* a qual é manifestamente obra romana. Em 1790 foi aberta, e viu-se que fechava com uma pedra quadrada, na qual estava chumbada uma grossa argola de bronze. D'aqui conduziam os romanos a agua para a cidade e para o campo, por um aqueducto composto, já de canos de cantaria (manilhas), muito largos, já cavado a picão na penha. Dizem, que d'este aqueducto ainda se vêem vestigios. Actualmente o fundo, ou leito d'este reservatorio, é propriedade particular, e está cultivado. A cidade de Aravor sendo destruida pelas guerras da edade media e occupada pelos moiros no principio do seculo VIII, os romanos a reconstruiram em parte. Não se sabe quando perdeu o seu antigo nome, e só se sabe que Fernando Magno a conquistou aos moiros em 1063, e que então se chamava *Malva.* Alguns escriptores dizem que a povoação conservava o seu antigo nome de Aravor, e que foi Fernando Magno que lhe chamou *Malva,* que depois se corrompeu em *Marialva.* Outros dizem que o nome de Malva só durou até ao seculo XIII, e que dando D. Affonso II, de Portugal, esta villa a uma senhora chamada Maria Alva, esta lhe deu o seu nome. Com as guerras continuadas entre moiros e christãos tornou a cair em ruinas, e foi abandonada. D. Affonso Henriques encontrou-a então assim, em 1179, reedificou-a, povoou-a, dando-lhe a categoria de villa, e foral, que o seu neto D. Affonso II confirmou em Coimbra, em novembro de 1217. Como era uso d'aquelles remotos tempos com as villas despovoadas, o foral de D. Affonso Henriques concedia muitos e grandes privilegios, isenções e regalias. El-rei D. Manuel tambem lhe deu foral novo em Lisboa, a 15 de dezembro de 1512. Marialva era um dos antigos concelhos de Portugal, que fôram supprimidos pelo decreto de 24 de outubro de 1855, passando então a villa e freguezia para o concelho de Villa Nova de Fozcôa, e assim se conservou, até que por decreto de 18 de dezembro de 1872 ficou pertencendo ao concelho de Méda. Alguns escriptores pretendem que o castello fôsse construido pelos antigos lusitanos ou pelos romanos, e que D. Sancho I no anno de 1200 reedificou. Destruido pelos moiros, o rei D. Diniz principiou a sua reconstrucção desde os fundamentos, em 1299. Não consta se este monarcha o concluiu completamente e se depois foi reedificado ou ampliado; mas é certo, que as obras

d'elle só fôram concluidas na fórma actual, pela rainha D. Catharina, viuva de D. João III, durante a sua regencia na menoridade de el-rei D. Sebastião em 1559, como consta d'uma inscripção que se vê á entrada do castello. Era uma das fortalezas mais fortes do reino, ostentando altivamente as suas quatro torres. Marialva pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. Tem estradas para Méda e Pinhel; duas ermidas, uma que, segundo dizem, foi dos templarios, e a outra de N. S.ª dos Milagres, que é de grande devoção. E' muito fertil em centeio, milho vinho e trigo; abundancia de gado e caça. A' villa de Marialva está reunida, desde o fim do seculo XVIII, uma outra ermida do mesmo nome, cujo orago é S. Pedro. O real padroado apresentava o reitor, que tinha 50$000 e o pé d'altar. || Pov. na freguezia de N. S.ª da Conceição, de V. N. de Muhia, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Rio da prov. do Douro, que nasce da serra da Senhora da Mó, a 1:500 m. da villa de Arouca, e se junta depois ao rio Arda. V. *este nome*.

Marianga. Pov. da 2.ª div. do conc. de Cazengo, no distr. de Loanda, provincia de Angola.

Mariangova. Rio do distr. da Zambezia, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Nasce no interior, corre para NS, e proximo da foz divide se em dois braços.

Marianna Victoria *(D.)*. Rainha de Portugal, mulher de el-rei D. José. N. em Madrid a 31 de março de 1718, fal. em Lisboa a 15 de janeiro de 1781. Era filha de Filippe V, rei de Hespanha, e de sua segunda mulher Izabel Farnésio. Contratou-se o seu casamento com Luiz

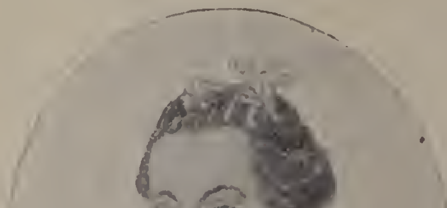

Rainha D. Marianna Victoria

XV de França, e a infanta foi ainda muito creança para Versailles, para ser ali educada á moda franceza, por ter sido essa uma das condições do contrato. Mas a politica do duque de Bourbon, ministro do joven rei, levou Luiz XV a fazer uma injuria gratuita á côrte de Hespanha, reenviando para Madrid a filha de Filippe V, o escolhendo para noiva a filha de Estanislau Lecksinsky. A indignação da côrte de Hespanha foi enorme, e Filippe V impressionou-se de tal fórma que resolveu abdicar, e effectivamente abdicou em 1724. O mais curioso é que esta noiva primeiro escolhida e depois repudiada por Luiz XV de França, tinha apenas 6 annos de edade. Logo no anno seguinte, 1725, se começou a negociar o casamento da pequenina infanta com o principe do Brazil D. José, e o da infanta portugueza D. Maria Barbara com o principe das Asturias, D Fernando. O embaixador, encarregado de a pedir em casamento, foi o marquez de Abrantes D. Rodrigo Annes Sá Almeida e Menezes, em 25 de dezembro de 1727, que se apresentou em Madrid com uma embaixada deslumbrante. Depois de concluido e assignado o contrato, realisaram-se os desposorios em Madrid a 27 de dezembro de 1728, e no dia 9 de janeiro de 1729 deu entrada em Portugal, celebrando se o casamento no dia 19 do referido mez e anno, trocando se as duas princezas no rio Caia, D. Marianna Victoria, que vinha casar com o principe herdeiro da corôa de Portugal, e D. Maria Barbara, que casava com o principe das Asturias, D. Fernando, herdeiro do throno de Hespanha. *(V. D. Maria Barbara,* n'este volume*)*. A nova princeza do Brazil contava apenas 11 annos de edade, e só d'ahi a annos consummou o matrimonio. Estes dois casamentos mais estreitaram ainda os laços de amizade entre as duas nações. Subiu ao throno com 32 annos, em 1750, quando seu marido foi acclamado rei, por morte de seu pae, D. João V, succedida a 31 de julho d'esse anno. Tornou-se muito distincta esta bondosa senhora pelos seus actos de beneficencia e caridade. Vivia no paço sem nunca se salientar, sem grande intervenção nos negocios do estado, secretamente hostil ao marquez de Pombal, mas tendo o bom senso de não o contrariar, nem de lhe levantar obstaculos, devota, mas sem exaggeros prejudiciaes á politica do seu tempo, sendo até pouco partidaria dos jesuitas. Foi regente do reino, no impedimento de D. José, durante a doença que seguiu ao atteutado dos Tavoras em 1758. Quando em junho de 1776, el-rei D. José adoeceu gravemente, assumiu novamente a regencia, exercendo-a muito discretamente, seguindo á risca a politica de seu marido, assignando sem hesitação todos os decretos que o marquez de Pombal lhe apresentava, e insistindo unicamente, segundo parece, pela volta de José de Seabra, que o marquez de Pombal havia desterrado para Angola, e que D. Marianna Victoria mandou vir por intermedio do ministro da marinha Martinho de Mello e Castro. Depois da morte de D. José, a rainha afastou-se completamente da politica, deixando governar sua filha, D. Maria I, sem de modo algum intervir nos negocios da administração do reino. D. Marianna Victoria concorreu muito para o hospicio de S. Francisco de Paula, declarando-se sua protectora, o qual teve principio em 1753 por um decreto de el-rei D. José, tomando o nome do convento de S. Francisco de Paula, que estava junto. A egreja ainda existe na calçada da Pampulha, sendo um dos poucos edificios religiosos que escaparam ao terremoto do 1.º de novembro de 1755. A rainha D. Marianna Victoria foi sepultada n'essa egreja, a seu pedido. A sua morte causou profunda magua em sua filha D. Maria I e a toda a côrte, havendo luto geral de 6 mezes, sendo 3 de luto pesado e 3

alliviado. A'cêrca d'esta rainha publicou se o seguinte opusculo: *Relação dos festivos applausos com que na cidade do Porto se congratularam os felizes desposorios do Serenissimo sr. D. José principe do Brazil e a sr.ª D. Marianna Victoria, infanta de Castella*, por Antonio Cerqueira Pinto, mas saiu anonymo, Lisboa, 1729; *Fastos do Hymeneu. ou historia panegyrica dos desposorios dos fidelissimos reis de Portugal D. José I e D. Marianna Victoria de Bourbon*, etc, Lisboa, 1752, fol. de XI-408 pag. e mais duas no fim com as erratas.

Marianna Victoria *(D.)*. Infanta, filha de D. Maria I e de el-rei D. Pedro III, seu marido e tio. N. em Queluz a 15 de dezembro de 1768, fal. em 1788. Casou por procuração em 1783, e em pessoa a 8 de maio de 1785, com o infante de Hespanha D. Gabriel Antonio de Bourbon, 3.º filho de el rei Carlos III, e da rainha, sua mulher, D. Maria Amalia. D'este consorcio houve dois filhos: D. Pedro Carlos, infante de Hespanha, grão-prior da ordem de S. João, de Castella, que casou em 1810 com a infanta D. Maria Thereza, 1.ª filha de D. João VI e de D. Carlota Joaquina; e D. Carlos Maria Isidoro, infante de Hespanha, que casou em 1816 com a infanta D. Maria Francisca de Assis, 5.ª filha dos referidos monarchas No mesmo anno em que casou a infanta D. Maria Thereza com o infante D. Gabriel, casou tambem o principe D. João, depois D. João VI, com a infanta hespanhola D. Carlota Joaquina. D. Maria Thereza falleceu no mesmo anno em que falleceu seu marido

Mariannas. Pov. na freg. de S. Mamede, de Quiaios, conc. da Figueira da Foz, districto de Coimbra.

Mariannes. Pov. na freg. de S. Bartholomeu da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Mariares (*Christovão de Vasconcellos de Azevedo e Silva Marques Vieira Freire de Andrade do Crato Caldeira Castello Branco, visconde de*). Moço fidalgo com exercicio na Casa Real; commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição; condecorado com a medalha 5 da campanha da Liberdade; coronel do extincto Batalhão Nacional de Elvas, etc. N. a 15 de agosto de 1803, fal. a 19 de dezembro de 1869. Era filho de Christovão de Vasconcellos de Azevedo e Silva Marques, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, commendador da ordem de Christo, capitão de cavallaria reformado, e de sua mulher, D. Guiomar Vieira Freire de Andrade do Crato Caldeira Castello Branco. Assentou praça de cadete em 1823, no regimento de cavallaria n.º 3, foi promovido a alferes em 1826, e pediu a demissão e baixa em 1836. Foi proprietario no concelho de Elvas. Casou em 1836 com D. Anna Izabel Moreira de Brito Velho da Costa, que falleceu em 1837, filha de Balthazar Moreira de Brito Velho da Costa, e de sua mulher, D. Anna Rosa de Mattos Zagallo. O titulo de visconde de Mariares foi-lhe concedido por decreto de 19 de dezembro de 1867. Seu brazão d'armas, concedido por alvará de 19 de março de 1788 a Christovão de Azevedo e Vasconcellos, natural da cidade de Elvas, consta de: Escudo partido em pala; na primeira as armas dos Vasconcellos; em campo negro tres faxas veiradas de prata e vermelho, sendo a prata da parte de cima e a vermelha de baixo; e na segunda pala as armas dos Avevedos, escudo esquartelado: no primeiro e quarto, em campo de ouro, uma aguia negra estendida: no segundo e terceiro em campo azul cinco estrellas de prata em santor e bordadura vermelha carregada com 8 aspas de ouro.

Marias. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique. distr. de Faro.

Maribuende. Pov. da 7.ª div. (Pedras), do conc. de Pungo Audongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola.

Maricas. Ilha de S. Miguel; pov. na freg de S. Roque, de Rosto do Cão, conc. e distr. de Ponta Delgada.

Maricóta. Pov. na freg. de S. Pedro da Cadeira e conc. de Torres Vedras, districto de Lisboa

Marido Conuçudo. Designação dada antigamente ao marido publico e notorio, reconhecido por todos como tal, mas não recebido canonicamente. Em Portugal havia então tres especies de contratos matrimoniaes: 1.º O casamento canonico, hoje usado, que era um verdadeiro sacramento; ao acto do recebimento se chamava *casar*; 2.º Era um contrato matrimonial, que se fazia publico e notorio, aos parentes e visinhos; este contrato era feito na presença dos paes e parentes dos noivos; os filhos d'esta união succediam na herança de seus paes; este contrato era como o moderno casamento civil, e data do tempo dos godos, existindo ainda nos seculos XIII e XIV; 3.º consistia apenas no contrato de um *matrimonio segundo o direito natural*, e que só dependia da vontade dos contrahentes, sem darem a minima publicidade ao que tinham entre si estipulado; estes viviam maritalmente, mas as leis não os favoreciam, nem aos seus filhos, nem havia communidade legal dos bens. D'aqui se conclue que a palavra *matrimonio* exprimia antigamente a cohabitação de duas pessoas de differente sexo, e que só se dava o nome de casamento, ao que era feito com as formalidades determinadas pela Egreja Catholica, sendo o unico que *imprimia caracter*. A esta 3.ª especie pertenciam os *matrimonios de mão esquerda*, ou *morganaticos*, pouco usados na nossa peninsula mas muito vulgares no resto da Europa. Estes, porém, eram quasi sempre contrahidos entre soberanos e vassalas, ou entre grandes senhores e mulheres do povo, ou de categoria inferior. Tambem se lhes dava o nome de *matrimonios á morganheira*, ou *á morganica*. O papa Benedicto XIV, em 1750, prescreveu salutares condições e regras, com que pudessem ser elevados a sacramento estes matrimonios, e occorreu aos muitos inconvenientes a que estavam expostos. V. *Matrimonio*.

Marim. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Giões, conc. de Alcoutim, distr. de Faro. || S. Sebastião, de Quelfes, conc. de Olhão, do mesmo districto.

Marinha. O conjuncto dos navios e especialmente os de guerra, ou da gente do mar, que compõe as forças navaes de qualquer nação. E' a marinha de guerra constituida pelos navios, propriedade do Estado, e destinados a combater, e portanto dispostos e armados para esse fim; fazem parte da força publica do paiz a que per-

tencem, concorrem para a sua defeza, gozam de regalias e de prerogativas especiaes, que lhes são attribuidas pelas regras e convenções do direito maritimo, fazem a policia do mar, e protegem os navios do commercio. A marinha mercante é constituida por navios pertencentes a particulares, e affectos ao serviço do commercio. Os antigos lusitanos nunca tiveram esquadras, nem mesmo qualquer vaso de guerra ou mercante, que merecesse o nome de navio. Apenas havia barcos de pesca, para as costas, alguns para transportarem, quando estava muito bom tempo, generos de uma povoação do litoral a outra proxima, e os empregados na navegação fluvial, ou para atravessarem de uma a outra margem dos rios. O mesmo aconteceu durante a dominação dos godos na Peninsula. Os arabes, emquanto fôram senhores da Lusitania, tinham alguns navios que para pouco mais serviam do que para transportar tropas da Africa para aqui, e d'aqui para Africa o ouro e a prata que extrahiam em grande abundancia das nossas minas: alguns generos de um para o outro paiz, e empregados na pirataria. O conde D. Henrique, tomando posse de Portugal em 1093, mandou fazer algumas galés (V. *este nome*), com que defendia os portos e costas dos seus dominios contra os corsarios argelinos e das outras potencias barbarescas. Fôram, portanto, algumas d'essas galés que deixou a seu filho D. Affonso Henriques, que pouco augmentou o seu numero nos principios do seu reinado. Em 1180, este monarcha organisou uma pequena frota, que entregou a D. Fuas Roupinho, o qual saindo em julho d'esse anno ao encontro d'uma grande esquadra marroquina que infestava as nossas costas, a encontrou junto ao Cabo do Espichel, e depois de bravissima peleja morreu o chefe moiro e quasi todos os seus, caindo toda a esquadra inimiga em nosso poder. Foi a nossa primeira acção e o nosso primeiro triumpho naval D. Fuas foi recebido na praia pelo rei e pelo povo de Lisboa com o maior enthusiasmo. D. Sancho I augmentou muito o numero das galés, mas parece que só no reinado de D Sancho II é que se principiaram a construir as maiores, com castellos na pôpa e na prôa, onde os soldados combatiam. Com estas galés bloqueou este monarcha, e tomou aos moiros a cidade de Ayamonte (Andaluzia) sobre a embocadura do Guadiana em 1240. As galés, que então se construiam, eram quasi exclusivamente de guerra. D. Affonso III, intentando a conquista do Algarve, mandou construir novas e mais fortes galés, alguns navios redondos e uma nau, que foi a primeira que teve Portugal. El-rei D. Diniz deu grande desenvolvimento ás construcções navaes, mandando semear o importante pinhal de Leiria: fundou estaleiros e mandou fazer grande numero de embarcações, servindo-lhe de modelo as marinhas dos estados italianos: publicou varias leis e regulamentos para a marinha, para o que concorreu Manuel Pessanha, fidalgo genovez, que o monarcha mandou vir para commandar a sua frota, nomeando-o almirante do reino em 1 de fevereiro de 1322. El-rei D. Fernando prestou grandes serviços á marinha portugueza, tanto de guerra como mercante. Foi elle o fundador da *Companhia de Segurança Naval*, a primeira que existiu em Portugal, e dizem que em toda a Europa. N'essa epoca vê-se que o commercio estava muito desenvolvido, por se estabelecerem as *Bolsas Maritimas* (seguros) de Lisboa e Porto, tão uteis ao commercio, que pagavam aos prejudicados o valor dos navios perdidos, estabelecimentos que não tardaram a propagar-se por toda a Europa. D. João I deu tambem grande incremento á nossa marinha, o que prova bastante a armada com que em 1415 foi á conquista de Ceuta, a qual era composta de 59 galéras (galés), 33 navios de linha (galeões) e 120 navios menores, de transporte, força respeitavel n'aquelles tempos. Foi então que se introduziu o uso da artilharia a bordo dos navios de guerra, e que se começaram os fastos gloriosos da marinha portugueza. No reinado de D. João III estavam constantemente de cruzeiro nas aguas de Portugal 20 naus de guerra e 4 grandes galéras, para defenderem o nosso commercio, afugentar os piratas e comboiar as embarcações que regressavam das colonias trazendo cargas riquissimas. Além d'isto, havia tambem esquadrilhas estacionadas nas costas da India e da China Esta florescente marinha foi completamente arruinada durante a dominação hespanhola, juntamente com a de Hespanha, nas luctas que os castelhanos tentaram contra os hollandezes na India, na Africa e no Brazil; a marinha mercante tambem perdeu em poucos annos mais de 200 grandes embarcações. Muitos dos nossos navios de guerra com os valentes marinheiros da guarnição acabaram nos combates de Flandres, e os mercantes fôram aprezados pelos navios de guerra das differentes nações que guerreavam a Hespanha, como a França, a Inglaterra e a Hollanda. Quando D. João IV subiu ao throno estava extraordinariamente reduzida a força naval, e tratou de a augmentar. D. Pedro II tambem se interessou muito, mas D. João V nada adeantou. Além d'isto, ainda uma terrivel tempestade submergiu no rio Tejo 180 navios portuguezes. A marinha militar ficou reduzida a uns 12 ou 13 navios desmantelados. No reinado de D José I, é que o seu ministro, o grande estadista marquez de Pombal, empregou grande actividade na reorganisação da nossa esquadra. Chamou a Portugal escolhidos marinheiros suecos, hollandezes, dinamarquezes, inglezes e francezes, para ensinarem a construir navios, e para exercitarem os nossos marinheiros na navegação Em poucos annos a marinha portugueza tomou grande desenvolvimento, e em 1766 já era a esquadra composta de 12 naus de linha, de 58 a 80 peças cada uma; 14 fragatas, de 32 a 43 boccas de fogo, sendo consideravel o numero de embarcações ligeiras. No principio do reinado de D. Maria I pouco se attendeu á esquadra, mas sendo ministro Martinho de Mello e Castro, a marinha readquiriu o seu antigo esplendor, e em 1793 era a esquadra composta de 34 navios, com 1556 boccas de fogo; e uma parte consideravel d'esta esquadra fez parte, n'esse mesmo anno, das esquadras combinadas contra a França, sobre o Oceano e o Mediterraneo. Era almirante o marquez de Niza, e os nossos navios de guerra e as suas guarnições obraram então acções brilhantissimas que os cobriram de gloria, e causavam a admiração da Europa. A nossa esquadra constava então dos seguintes navios: 12 naus de linha, *Principe Real*, de 110 boccas de fogo; *Conde D. Henrique*, de 80; *Rainha de Portugal*, *Maria I*, *Meduza*, *Vasco da Gama*, cada uma de 74

boccas de fogo; *S. Sebastião, Gigante, Infante D. Pedro, Affonso de Albuquerque, D. João de Castro* e *Princeza da Beira*, cada uma de 64 peças; =12 fragatas: *Carlota Joaquina* e *Fenix*, de 46 peças cada uma; *Minerva*, de 44; *Cysne*, de 40; *Thetis, Ulysses, Tritão, S. João-Principe, S. Raphaela, Princeza do Brazil, Golfinho* e *Venus*, de 36 peças cada uma;=10 corvetas, brigues e cuters: *Andorinha, Serpente, Voador, Falcão, Gaivota, Diligente* e *Lebre*, de 24 peças cada um; *Balão, Galgo* e *Tejo*, de 18 peças cada um. Havia mais 7 grandes charrúas e 6 hiates de transporte. Em 1807 já havia sómente os seguintes navios, ao todo 25, que sairam em novembro com a familia real para o Brazil 8 naus: *Principe Real, Rainha de Portugal, Conde D. Henrique, Meduza, Principe do Brazil, Affonso d'Albuquerque, D. João de Castro* e *Martim de Freitas*;=4 fragatas, *Minerva, Golfinho, Urania* e *Perola*;=3 brigues, *Voador, Lebre* e *Vingança*; uma escuna, *Curiosa*. Ficaram em Lisboa 4 naus: *S. Sebastião* (incapaz de serviço), *Maria I*, (incapaz de serviço e empregada como bateria fluctuante), *Princeza da Beira* (condemnada e servindo de bateria fluctuante), *Vasco da Gama* (a concertar e quasi prompta no estaleiro);=5 fragatas: *Fenix, Amazona, Perola, Tritão* e *Venus*. As primeiras tres precisavam de grandes concertos e as duas ultimas estavam incapazes de serviço. Parte da esquadra, que foi para o Brazil, lá ficou, porque os brazileiros chamaram suas todas as embarcações de guerra que lá estavam em 1822, quando se declararam independentes. Durante a constituição de 1820, a restauração de 1823 e a regencia de 1826, não se construiu em Portugal nenhum navio de guerra. Até 1834 tambem nenhum se construiu, e a esquadra com que o imperador D. Pedro entrou no Porto em 1832 era composta de poucos navios de guerra proprios, e esses de pouco valor como marinha militar. Depois de 1834 é que se tem construido e comprado alguns vasos de guerra. A applicação do vapor á navegação, invento que data dos fins do seculo XVIII, mas que só se tornou verdadeiramente pratico depois do primeiro quartel do seculo XIX, veiu dar uma nova feição á marinha, e os navios de guerra, que durante algum tempo fôram *mixtos*, isto é, susceptiveis de navegar á véla porque tinham sufficiente panno, e a vapor, porque eram providos de machinas, são hoje movidos exclusivamente por esta ultima fórma, podendo dizer se que a véla morreu para a marinha de combate. Não assim na marinha mercante onde, principalmente por uma razão de economia, a véla é empregada em larga escala. O couraçamento dos navios, que os torna, dentro de certos limites, invulneraveis aos projecteis ainda de maior calibre, a substituição de madeira pelo ferro e pelo aço na construcção dos cascos, e emprego da electricidade, hoje tão generalisada a bordo, o aperfeiçoamento da artilharia naval, e finalmente o emprego d'uma nova e terrivel arma, o torpedo, operaram uma tão grande e relativamente rapida transformação na marinha de guerra, que um navio da actualidade differe sem duvida mais do que se usava ainda ha 100 annos, do que esse differia d'uma nau do seculo XVI. Hoje o typo do navio de guerra mais poderoso, que corresponde á antiga nau de linha, é o couraçado de esquadra, seguindo-se depois os cruzadores de maior ou menor tonelagem, as canhoneiras, e os torpedeiros, pequenos barcos de grande marcha, exclusivamente destinados ao ataque dos navios por meio de torpedos. Muito modernamente a marinha emprega ainda o submarino, barco destinado a navegar completamente mergulhado, e a aproximar-se assim occultamente do navio inimigo, contra o qual lançará um torpedo, quando estiver para isso em posição e a distancia conveniente. Resumindo: A historia da marinha militar portugueza divide-se nas marinhas das galés= epoca da defeza do reino; marinha das naves= commercio e conquistas da Africa=; marinha das caravélas;=descobrimentos=; marinha das naus redondas=, seculos XVI e XVII, conquistas da India e navegação do Brazil=; marinha das naus de linha, seculo XVIII e principios do seculo XIX; marinha de corvetas=, epoca de repressão do trafico da escravatura=; marinha das canhoneiras=, policia das colonias=, marinha dos cruzadores=, serviços geraes. || Bibliographia: (V. *Legislação*). *Novo Diccionario de Marinha*, por Antonio Gregorio de Freitas. *Marinha de guerra, Marinha de Commercio, Marinha Colonial* e *O Problema naval Portuguez* de Pereira de Mattos.

Marinha. Pov. e freg. de S. Felix, da prov. do Douro, conc. de V. N. de Gaia, com., distr. e bisp. do Porto; 526 fog. e 2:781 hab. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 10 k. da séde do concelho e está situada na costa do Oceano em terreno levemente accidentado, mas fertilissimo. O papa e o bispo apresentavam alternadamente o reitor, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. Passava aqui a antiga estrada moirisca. Nos documentos de Grijó se faz larga menção de propriedades por baixo e por cima d'esta estrada. Chamava-se assim por ter sido feita pelos moiros, provavelmente por já estar intransitavel a via militar romana, que saindo de *Conimbriga* (Condeixa-a-Velha) atravessava o Mondego entre Pereira e Coimbra actual, e sem passar o *Eminio* (rio Agueda) cortava o Vouga proximo a *Talabriga* (Aveiro) e d'aqui por entre *Lancobriga* (Feira) e o mar, ia a *Cale* (Gaia). Com o tempo, a costa do mar se entupiu e alterou por causa das areias, e os rios estagnados, não só esterilisaram os campos, como destruiram estradas e pontes; por isso os moiros fizeram a sua estrada. N'esta freg. está tambem a alegre povoação da Granja. (V. *este nome*). Marinha pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto. Tambem é conhecida pelo nome de *S. Felix* da Marinha. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || Santa Maria, de Gulpilhares, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Julião, de Mendiga, conc. de Porto de Moz, do mesmo distr. || S. Christovão e conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || N. S.ª do O', de Paião, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || S. Sebastião, de Serro Ventoso, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || S. Vicente, de Troviscal, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || O Salvador, de Valladares, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santo Estevão e conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Santa Catharina, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Santo Aleixo, de Villa Verde, conc. de Figueira da Foz, distr.

de Coimbra. || O Salvador, de Trancozellos, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu. || *Marinha*. Terrenos baldios do termo da villa e conc. de Cascaes, distr. de Lisboa, junto ao mar. A sua extensão ao longo da costa vae desde a Guia até ao logar da Arêa, montando a um quarto de legoa de comprimento. Na largura terá meio quarto, pouco mais ou menos.

Marinha. Posto militar no districto do Lunda, na prov. de Angola, Africa Occidental. Está situado no local do mesmo nome junto á confluencia do rio Camba com o Cuango, que dista 350 kil. de Malange. E' o ponto de occupação mais distante do litoral que temos na Africa Occidental.

Marinha de Baixo. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Marinha da Carpalhosa. Pov. na freg. do Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e distr. de Leiria.

Marinha do Engenho. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Monte Redondo, conc. e distr. de Leiria.

Marinha Grande *(Fabrica de vidros na)*. O fabrico de vidros na Marinha Grande parece datar da transferencia para esta povoação da fabrica que, desde o seculo XV, existia na villa de Coina, na margem esquerda do Tejo, e que por absoluta falta de combustivel se mudou para junto do abundante pinhal nacional. E' certo que antes da fundação da Real Fabrica havia já aqui fabricantes de vidraça e differentes objectos de vidro. Por alvará de 7 de julho de 1769, sob o benefico regimen protector do marquez de Pombal, foi creada a Real Fabrica, concedendo-se ao emprezario Guilherme Stephens, além de muitos outros favores, um emprestimo sem juro de réis 32:000$000, sem limite de tempo, para obras da fundação, e o fornecimento gratuito de lenhas do pinhal de Leiria. Esta concessão devia durar quinze annos, e em provisão de 16 de julho de 1776 foi declarado que a fabrica era da immediata protecção de el-rei. Por provisão de 7 de janeiro de 1773 foi concedida licença para um deposito em Lisboa. Pelo alvará de 11 de dezembro de 1780 foi declarado que todos os bens componentes da fabrica deviam ser considerados como *prazo de fateusim perpetuo*, para que nunca pudessem ser divididos, nem partilhados. Por esta epoca eram proprietarios da fabrica Guilherme Stephens e seu irmão João Diogo. Em 1786 achava-se a fabrica prompta e com um pessoal consideravel. Para sua residencia erigiu ali Stephens um bom palacio. Unido ao edificio estão a casa do theatro, e outras salas. As officinas e mais accessorios são de bom aspecto e em harmonia com a architectura do palacio. Os fornos, etc., são de boa construcção. Terminados os primeiros quinze annos, o prazo da concessão e dos privilegios foi successivamente prorogado pelos alvarás de 12 de outubro de 1786, 30 de junho de 1794 e 7 de outubro de 1799. Ainda por aviso de 8 de outubro de 1800, e decretos de 3 de novembro de 1801 e 27 de fevereiro de 1802 lhe fôram concedidos novos favores, sendo um d'elles a isenção dos serviços militares aos operarios e empregados da fabrica. Durante a oppressão franceza a fabrica foi sequestrada, nos seus utensilios e terras annexas, mas em 23 de maio de 1810, já expulsos os francezes, fôram prorogados todos os mencionados privilegios por mais vinte annos. Depois do sequestro da fabrica em 7 de dezembro de 1806, foi preso Diogo Stephens, então proprietario d'ella e successor de seu irmão Guilherme, que a fundara e teria fallecido em Londres cêrca de 1802. Diogo esteve preso 4 mezes e 11 dias, sendo solto em 24 de maio de 1808, com a condição humilhante de se apresentar todas as quinzenas á respectiva autoridade. Da resalva consta que se apresentou nas quinzenas de junho e julho. Em 14 de setembro de 1808 foi reintegrado na sua fabrica, em virtude da convenção de 30 de agosto d'aquelle anno. O sequestro estendera-se tambem aos armazens em Lisboa, sendo Diogo Stephens preso n'essa occasião, em 13 de janeiro de 1808. Assim foi sempre favorecida a empresa da fabrica, e por fallecimento, em 11 de novembro de 1826, de João Diogo Stephens, ultimo herdeiro do fundador, ficou a fabrica pertencendo á nação portugueza pela clausula do seu testamento do teor seguinte: «Os edificios e casa de habitação e mais casas, herdades, terras, pomares, vinhas, jardins, engenhos de agua, etc., na Marinha Grande, e ao que se possa dar o nome de fixo capital do meu trafego de vidros, tendo sido tratado e convencionado entre mim e o meu muito lamentado socio e irmão Guilherme Stephens que o mesmo passaria indivisivel para os representantes ou successores do sobrevivente socio a beneficio d'este reino, e da gente ou familias empregadas n'este estabelecimento, assim como foi approvado e ratificado por Sua Majestade Fidelissima no § 1.º do alvará de 11 de dezembro de 1780, agora para inteiramente se cumprir aquelle tratado ou convenção, e servir como um monumento do meu alto apreço e gratidão pelos favores e protecção, que neste paiz me teem sido concedidas: Dou e deixo á Nação Portugueza todos os mencionados bens e estabelecimentos, supplicando ao Governo, que haja de eleger e nomear uma autoridade para os reger e administrar, rogando tambem mais que não deixe de haver contemplação para o actual administrador José de Sousa e Oliveira, e conceder-lhe aquella dignidade e remuneração que tão devida é ao seu merecimento, e d'esta sorte espero fixamente, como assim o desejo, que, prosperidade, estabilidade e permanencia acompanhem esta util e bella fabrica a beneficio da Marinha Grande em particular, e utilidade d'este reino em geral, e assim para sempre.» Os testamenteiros insistiram com o governo para tomar conta da fabrica e fazel-a laborar, passando-lhes quitações; e sendo ouvido o Conselho de Fazenda respondeu este, em 1 de março de 1829, que não convinha ao Estado fazer laborar a fabrica, visto fazer grande despeza, e que mais convinha a alienação da propriedade, por ser geralmente reconhecido que não convém aos governos serem proprietarios, e muito menos administradores de estabelecimentos industriaes, os quaes nas mãos do governo quasi nunca produzem um interesse correspondente ao capital empregado, e as mais das vezes dão perdas positivas. Sobre tal consulta foi resolvido que a fabrica fôsse dada de arrendamento em praça publica. A praça ficou deserta, mas depois de varias diligencias a fabrica foi tomada de arrendamento pelo barão de Quintella, Antonio Este-

ves Costa, e outros, com as clausulas annexas ao decreto de 8 de junho de 1826, por espaço de vinte annos. Estes arrendatarios soffreram grandes prejuizos, não quizeram continuar, e a laboração da fabrica cessou em junho de 1846. Foi novamente posto a concurso o arrendamento da fabrica em annuncio de 16 de junho de 1846, publicado no *Diario do Governo* n.º 141, de 17 do dito mez. Concorrendo sómente um pretendente, que não deu garantias, ficou sem effeito o concurso e o governo resolveu proceder á venda da fabrica e seus annexos. Não foi, porém, d'esta vez vendida a fabrica, e foi arrendada por Manuel Joaquim Affonso em 23 de outubro de 1848 por dez annos, sendo o arrendamento depois legalizado pela carta de lei de 11 de julho de 1849, e depois ainda foi prorogado por um anno, em 20 de agosto de 1858. Novas interrupções dos arrendamentos a Casimiro José d'Almeida em 1860 1862 e a Francisco Thomaz dos Santos em 1863, levaram o governo a publicar a lei de 11 de julho de 1863, pela qual ficou autorizado a dar de arrendamedto por trinta annos a fabrica com as condições annexas á mesma lei; e no caso de não haver arrendatario com a referidas condições, poderia vender os edificios e annexos da fabrica, como qualquer outra propriedade nacional, conciliando quanto possivel os interesses da Fazenda Nacional com os da constante laboração de tão util e importante estabelecimento. Aberta a praça em 15 de fevereiro de 1864, com as condições constantes do annuncio publicado no *Diario do Governo* n.º 7, de 11 de janeiro do mesmo anno, foi a fabrica tomada de arrendamento por trinta annos por Jorge Croft, depois visconde da Graça, e Antonio Augusto Dias de Freitas, que findaram em 1896. Mediante novo concurso foi tomada de arrendamento a fabrica, por contrato de 3 de setembro de 1896, devendo durar trinta annos; mas os arrendatarios pediram tambem a rescisão do contrato, que lhes foi concedida em 1897. Ainda foi tentado novo arrendamento, abrindo-se concurso para os dias 18 de novembro de 1907, 5 de janeiro e 1 de junho de 1908, mas não houve arrendatario. O inventario do edificio da fabrica e seus annexos, organizado em agosto de 1908, tem o valor total de réis 108:647$635, a saber:

Edificios, estantes e prateleiras ..	63:937$000
Cêrca, aguas e seu canal.........	11:900$000
Moinho......................	150$000
Utensilios	912$635
Edificios, estantes e muflas	12:735$000
Machinas	4:547$500
Areia franceza................	423$000
Casacs da Lebre e de Malta....	14:042$000
Somma....	108:647$635

Por proposta do ministro da Fazenda em 26 de agosto de 1908 foi apresentado ao parlamento um projecto de contrato de arrendamento por trinta annos da Fabrica de Vidros da Marinha Grande, a celebrar entre o Governo e a sociedade cooperativa de responsabilidadade limitada *A Vitrificadora*, com séde n'aquella villa. Da Real Fabrica se originaram outras. Assim, em 1894, terminando o seu arrendamento de trinta annos, construiram os arrendatarios uma Fabrica Nova, que começou a laboração em 5 de janeiro de 1895. Deve-se essa arrojada iniciativa a um dos socios da empresa, o visconde da Azarujinha. O novo estabelecimento reune condições technicas muito notaveis. Outra fabrica é a Central, propriedade de José Ferreira Custodio Junior, e a qual começou a funccionar em 1893. Ainda ha outras fabricas de vidraça, sendo a de Santos Barbosa a mais antiga. || *Bibliographia*: Monographia da fabrica da Marinha Grande por Brito Aranha, no vol. XI do *Archivo Pittoresco. Memorias Historicas de Portugal*, pelo mesmo autor. *Historia da Fabrica da Marinha Grande (*documentos officiaes de 1769 a 1821*)* no *Correio de Leiria*, 1895. *Relatorio sobre a Fabrica Nacional de Vidros da Marinha Grande, apresentado a S. Ex.ª o Ministro da Fazenda* pela commissão de inquerito nomeada por portaria de 4 de junho de 1859, relator Sebastião Bettamio d'Almeida. *A Real Fabrica da Marinha Grande e a invasão franceza*, nó *Recreio*, 21.ª série, 1896.

Marinha Grande. Villa e freg. de N. S.ª do Rosario, da prov. da Extremadura, conc., com. e distr de Leiria, bisp. de Coimbra; 1:300 fog. e 3:567 hab. Dista 1 k. da séde do conc. Antigamente tinha só o nome de *Marinha*, ou de *Santa Maria da Marinha*, chamando-se depois *Marinha Grande*, nome que ainda conserva, para se distinguir da aldeia *Marinha Pequena*, que fica proximo. A villa está situada n'uma planicie, na distancia de 1 k., e estendendo se para o norte até Carvide, começa o *pinhal de Leiria*. D'ali se descobrem muitas serras. No anno de 1590, os moradores da Marinha e Gracia fizeram um requerimento ao bispo de Leiria, D. Pedro de Castilho, pedindo licença para se poder celebrar missa na ermida de N. S.ª do Rosario, que tinham construido no logar da Marinha, o que o prelado concedeu, mediante a licença do cura da freg. de S. Thiago, de Arrabalde da Ponte, a que estas aldeias pertenciam. Em 1600, a requerimento dos mesmos povos, o referido bispo tornou independente a freg. da Marinha Grande, desmembrando-a da de Arrabalde da Ponte, ficando o bispo com o direito da apresentação do cura, e ao povo a obrigação da fabrica da egreja, capella, sacristia e casa do cura. A capella de N. S.ª do Rosario serviu de egreja parochial até ao anno de 1804, em que se construiu n'este mesmo local a nova egreja que existe ainda hoje, e que é um templo elegante e muito vasto, vendo-se no altar-mór a imagem da padroeira, n'um nicho de pedra dourado. A egreja tem mais 4 altares lateraes. A Marinha Grande foi elevada á categoria de villa em 1892. Ha uma estrada, que dizem ser a primeira que se construiu em Portugal pelo systema americano, que levava os productos das fabricas e as madeiras do pinhal para o porto de S. Martinho, para seguirem d'ali a Lisboa, Porto, e outras direcções. Tem a villa escolas para ambos os sexos, est. post , e telegr. com serviço de encommendas postaes, permutando malas com a R. A.-Lisboa-Figueira da Foz; est. do caminho de ferro, na linha de Lisboa á Figueira da Foz, entre as de Martingança e de Leiria; medicos, pharmacias, notario, agencias do *Banco de Portugal*, *Banco Commercial* e do *Crédit Franco-Portugais*; companhia de seguros, *Sociedade Portugueza de Seguros*, fabricas de resinagem, de vidros e crystaes, *A Central*, Companhia da Nacional e nova Fabrica de

Vidros da Marinha Grande, *Fabrica Nacional, Fabrica Nova*; sociedade cooperativa *A Vitrificadora*, cujos estatutes fôram publicados em 24 de julho de 1899 no *Diario do Governo;* feira de generos alimenticios e cereaes, aos domingos. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria. Na Marinha Grande publica-se o jornal a *Autonomia*, desde 13 de outubro de 1889. Na villa tem havido as capellas seguintes: *S. Pedro de Muel*, que era situada sobre uma rocha, e que o mar destruiu. No mesmo sitio, porém mais para terra, construiu-se depois outra capella com a mesma invocação de *S. Pedro*, onde está a imagem d'este santo e a de N. S.ª da Piedade, que existiam na antiga capella. A do *Senhor de Jesus dos Afflictos* foi fundada em 1851 proximo e ao sul de Marinha Graude, junto ao cemiterio, que foi benzido em 1857. A capella benzeu-se em 9 de abril de 1865, celebrando se n'esse dia a primeira missa. *A capella do Engenho* existiu até á invasão franceza, sendo então queimada pelas tropas de Bonaparte. No logar a capella de Santa Barbara, construida pelos habitantes d'esta povoação. O bispo de Leiria, D. Diniz de Mello, concedeu licença em 1635 para n'ella se dizer missa.

Marinha da Lameda. Pov. na freg. de S. Christovão e conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

Marinha das Ondas. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Marinha Pequena. Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Marinha Grande, conc. e distr. de Leiria.

Marinha e Ultramar *(Secretaria de Estado dos Negocios da)*. Pela organisação que se deu em 28 de julho de 1736 ás repartições superiores de administração publica, creou-se uma secretaria de Estado encarregada especialmente dos assumptos navaes e das possessões ultramarinas. Assim ficou instituido o ministerio da Marinha e Ultramar, sendo o primeiro ministro Antonio Guedes Pereira, nomeado no referido dia 28 de julho. Esta secretaria de Estado ficou existindo, soffrendo por vezes pequenas alterações, até que pela carta de lei de 8 de novembro de 1824, sendo ministro Joaquim José Monteiro Torres, se dividiram pelas outras repartições de Estado os negocios que diziam respeito ao Ultramar. Esta determinação foi annulada pela lei de 3 de outubro de 1823, que mandou que de novo voltassem esses negocios á secretaria de marinha. Em 8 de junho de 1834 decretou-se outra vez uma medida identica á de 1821; em 25 de abril de 1835 regulou-se que houvesse uma secretaria de estado dos negocios do ultramar, que ficaria annexa a qualquer das seis existentes, e por fim, a 2 de maio do mesmo anno se ordenou, que o expediente dos assumptos ultramarinos passasse a ser privativo do ministerio da marinha da mesma fórma que se estabelecera em junho de 1834. E' este o systema ainda hoje adoptado, embora na organisação interna e distribuição do serviço de secretaria tenha havido numerosas alterações desde 1834 até á actualidade. A administração e pessoal da marinha estão a cargo do respectivo ministro, e compete á direcção geral da marinha do mesmo ministerio, que tem os multiplos serviços a seu cargo distribuidos por seis repartições, além d'uma repartição de contabilidade de marinha, que é a sexta da Direcção Geral da Contabilidade Publica, e de uma delegação da thesouraria geral do ministerio da fazenda, servindo de pagadoria. O ministro da marinha tem a sua repartição especial do gabinete, e além d'isso um conselho superior de marinha, composto de tres officiaes generaes mais antigos, encarregado de estudar as mais altas questões que pódem interessar a marinha, e de emittir sobre ellas a sua autorisada opinião. Dependentes da direção geral da marinha estão os estabelecimentos de instrucção, representados pela Escola Naval, Escola auxiliar de Marinha, Escola pratica de artilharia naval, Escolas de alumnos marinheiros, e Escola pratica de torpedos e electricidade, bem como os estabelecimentos fabris: Arsenal de marinha e Cordoaria nacional, e ainda o Hospital de marinha, e varias commissões auxiliares, taes como a Commissão technica de artilharia naval, a Commissão central de pescarias, a Commissão de cartographia e a Commissão de compras. Um conselho superior de saude naval é ouvido sobre os assumptos da sua especialidade. O serviço de justiça compete aos tribunaes de justiça da armada, que são, em primeira instancia, o Conselho de guerra de marinha, e em segunda e ultima o Supremo Conselho de Justiça Militar, que é commum ao exercito e á armada, sendo, por isso, composto de officiaes generaes de mar e terra. Da direcção geral da marinha dependem ainda os quatro departamentos maritimos e as capitanias dos portos em que se divide o littoral do reino e ilhas adjacentes. Um official general exerce o commando das forças navaes com o titulo de major general da armada, e tem sob as suas ordens immediatas um chefe de estado-maior e um sub-chefe, com uma secretaria para o serviço de expediente, o que tudo constitue a majoria general da armada. O pessoal da marinha militar compõe-se dos officiaes de marinha, dos engenheiros navaes, dos medicos e pharmaceuticos navaes, dos machinistas, dos capellães, dos officiaes da administração naval, das praças do corpo de alumnos da armada: guardas-marinhas e aspirantes, e finalmente das praças do corpo de marinheiros, que são officiaes inferiores das diversas classes, e equiparados, e a marinhagem. O corpo de marinheiros é commandado por um official general ou capitão de mar e guerra, compõe-se de cinco brigadas, constituindo duas divisões, e é elle que fornece as guarnições dos navios de guerra. Desde 1892 ha ainda um corpo de auxiliares do serviço naval com as graduações de segundos tenentes ou de guardas-marinhas. Estes officiaes auxiliares saem da classe dos officiaes inferiores e prestam serviço no arsenal, nas capitanias dos portos, nas secretarias dependentes do ministerio da marinha, etc. O rei é o chefe superior das forças navaes, e tem o posto de almirante general. Os navios de guerra armados, que se encontram no Tejo, constituem a chamada divisão de reserva do porto de Lisboa, os que estão em serviço nas colonias fazem parte das divisões, ou estações navaes, ou constituem esquadrilhas especialmente affectas ao serviço de policia dos rios africanos. O resto dos navios do estado são os navios escolas, os torpedeiros, e alguns de pequeno lote que exercem a fiscalisação aduaneira, ou da industria da pesca, ao todo 62 navios.

Marinhaes. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, de Muge, conc. de Salvaterra de Magos, distr. de Santarem. Tem est. do caminho de ferro de Vendas Novas, entre o apeadeiro de Agolada e a est. de Muge.

Marinhão. Pov. na freg. de S. Martinho, de Moreira de Rei, conc. de Fafe, distr. de Braga. Tem correio com serviço de posta rural.

Marinhas. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Espozende, distr. e arceb. de Braga; 367 fog. e 1:788 hab. Tem escolas para ambos os sexos e est. post. A egreja matriz da freguezia fica distante 3 k. da séde do conc. e está situada proximo da costa. O cabido da sé de Braga apresentava o reitor, que tinha 150$000 réis de rendimento. E' a povoação mais pittoresca do concelho, muito fertil e industrial em diversos ramos. Cria muito gado. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Viauna do Castello. || Pov. na freguezia de Santa Eulalia, de Villar de Moiros, concelho de Caminha, distr. de Vianna do Castello.

Marinhas de sal. V. *Salinas.*

Marinheira. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Alva, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || N. S.ª d'Ajuda, 4.º bairro de Lisboa. Acha-se situada junto á estrada real que vae de Cazellas para Portela, e perto da estrada militar da circumvallação da capital. || S. João Baptista, de Villa Cova á Coelheira, conc. de V. N. de Paiva, distr. de Vizeu.

Marinheira e Pomar do Melo. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Estreito de Camara de Lobos, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

Marinheiros de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Thiago, de Marrazes, conc. e distr. de Leiria.

Marinhella. Pov. na freg. de S. Martinho, de Paços de Gaiollo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Marinho. E' appellido nobre, que veiu da Galliza, e ali tomado por alcunha. O primeiro que em Portugal appareceu com este appellido, e que veiu da Galliza estabelecer-se n'este reino, foi D. Affonso Paes Marinho. O conde D. Pedro, no seu *Nobiliario*, dá a familia d'este appellido descendente de D. Forjaz Marinho. O seu solar era a Torre dos Marinhos, na antiga freguezia d'este nome, da provincia do Minho, ha muitos annos annexa á de Valladares. As suas armas são: Em campo de prata quatro faxas azues ondeadas, elmo d'aço aberto, e por timbre uma sereia com cabello de ouro. Outros do mesmo appellido usam: Em campo verde cinco flôres de liz de prata, em aspa, e por baixo d'ellas tres oudas de azul e prata; elmo de prata aberto, e timbre a sereia das armas antecedentes. Ainda outros Marinhos trazem por armas: Em campo de prata tres ondas de azul, em faxa; o mesmo timbre e o mesmo elmo. Outros tambem usam: Em campo azul cinco meias flôres de liz, de ouro, em aspa, e o mesmo elmo e timbre.

Marinho *(Balthazar).* Escriptor, que militou na India, distinguindo-se na expedição de Mombaça em 1589. Deixou manuscripta uma *Relação da expedição de Mombaça,* que se guardava na bibliotheca do rei de Hespanha.

Marinho *(P. Francisco).* Era da congregação da Missão. Sendo extinctas as ordens religiosas em 1834, passou á classe de presbytero secular. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Escreveu: *Liga da theologia moderna com a philosophia em dano da egreja de Jesus Christo, descoberta n'uma carta de um parocho da cidade e outro parocho da aldeia,* etc. *escripta no idioma italiano pelo abbade Bmola, traduzida em portuguez,* Lisboa, 1843. Publicou alguns artigos e correspondencias no jornal *Portuguez Velho,* em 1842 e 1843. Parece ser tambem o autor do seguinte opusculo: *Arte de vedoria, util e necessaria para todos os que quizerem ter conhecimento do nascimento, curso e direcção das aguas,* Lisboa, 1840.

Marinho *(Joaquim Pereira).* V. *Pereira Marinho (Joaquim).*

Marinho *(José Pires).* Photographo, socio da grande officina de photogravura, de *Pires Marinho & C.ª*, estabelecida na praça dos Restauradores, em Lisboa. Nasceu em 1857, e aos 17 annos começou a exercer o magisterio primario e mais tarde o secundario. Em 1891 era simples

José Pires Marinho

amador, porém muito dedicado, da photographia, e um seu amigo, por casualidade, o apresentou ao conhecido gravador Francisco Pastor, como sendo um amador distincto e fóra do vulgar, por se dedicar á photographia em seda, marfim, madeira, etc. D'esta apresentação resultou Francisco Pastor lhe pedir com insistencia para que estudasse a fórma de photographar sobre a madeira, propria para a gravura a buril, porque evitava assim o desenho, que em retratos principalmente, muitas vezes, se não parecia com o original. Marinho accedeu ao pedido, mais por gosto que por interesse, e depois de varias tentativas conseguiu no fim de seis mezes fazer um trabalho, tanto a contento de Francisco Pastor, que logo lhe propôz trabalhar para elle, proposta que foi acceita, sendo Marinho auxiliado por seu irmão Antonio, seu actual socio. Mezes depois trabalhavam ambos juntos n'uma industria desconhecida em Portugal, e assim se proseguiu durante um anno, até que afinal José Pires Marinho começou a intentar ir além da photographia, completando o trabalho. Lembrou-se da gravura chimica, empresa arrojada e difficil,

porque a esse tempo consistia u'um segredo pouco facil de desvendar, e dispondo das suas economias de 20 annos como professor, conseguiu em 1894 abrir ao publico uma modesta officina de gravura chimica. Ao principio fôram enormes as difficuldades, porque além do processo ser pouco conhecido em Portugal, eram poucos os impressores que sabiam tirar partido d'uma photogravura; d'aqui resultou um grande prejuizo durante tres annos. Em tempo pediu um privilegio da introducção da sua nova industria, mas não o pôde alcançar. Trabalhando sempre, sem desanimar, procurando aperfeiçoar os seus trabalhos, tem conseguido serem estes os preferidos. Hoje as suas importantantes officinas estão installadas na praça dos Restauradores, confórme dissémos, e com todas as condições de luz e de hygiene. Em machinas encontra-se ali o que ha de mais moderno com todos os aperfeiçoamentos recentes; executa-se não só simili gravura e zinco-graphia, como tambem a trichromia, stereotypia, etc. A photogravura, assim iniciada por José Pires Marinho, tem prestado grandes beneficios á imprensa e á industria dos livros.

Marinho. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria

Marinho de Azevedo *(Luiz de)*. Capitão e commissario militar, secretario do conde de S. Lourenço, quando este general governava as armas na provincia do Alemtejo, nas campanhas que se seguiram á acclamação de D. João IV. Era natural de Lisboa, onde tambem falleceu a 25 de novembro de 1652. Escreveu: *Apologeticos discursos, offerecidos á magestade d'el-rei D. João nosso senhor, em defeza da fama e boa memoria de Fernão de Albuquerque, do seu conselho, e governador que foi da India; contra o que d'elle escreveu D. Gonçalo de Cespedes na Chronica de el-rei D. Filippe IV de Castella*, Lisboa, 1641; *Ordenança militar para disciplina da milicia portugueza, recopilada das que instituiu em Flandres o Principe de Parma, e das mais que se observam nos exercitos e armadas*, Lisboa, 1641; *Relação verdadeira da victoria que alcançaram os portuguezes que assistem na fronteira de Olivença, a 6 de setembro da 1641*, Lisboa, 1641; esta *Relação* e as duas seguintes não trazem o nome do autor; *Relação de duas victorias que os moradores da aldeia de Santo Aleixo, e das villas de Mourão e Monsaraz alcançaram dos castelhanos a 6 e a 16 de outubro de 1641*, Lisboa, 1641; *Relação da entrada que o general Martim Affonso de Mello fez na villa de Valverde, e victoria que alcançou dos castelhanos*, Lisboa, 1641; *Commentario dos valorosos feitos que os portuguezes obraram em defeza do seu rei, e da patria na guerra do Alemtejo.. governando as armas o conde de Vimeiro*, etc., *esta primeira parte se divide em dois livros, dedicados a Pero da Silva, conde de S. Lourenço*, Lisboa, 1644; *Doutrina politica, civil e militar, tirado do livro 5.º que escreveu Justo Lipsio, dirigida a Mathias d'Albuquerque*, Lisboa, 1644; *Primeira parte da fundação, antiguidades e grandezas da mui insigne cidade de Lisboa, e seus varões illustres em santidade, armas e letras; catalogo de seus prelados, e mais cousas ecclesiasticas e politicas até o anno de 1147, em que foi ganhada aos moiros por el-rei D Affonso Henriques*, Lisboa, 1652. Foi reimpressa, com o titulo de *Fundação, antiguidades e grandezas*, etc., e saiu em duas partes, Lisboa, 1753. Escreveu em hespanhol: *Apologia militar de la victoria de Montijo, contra las Relaciones de Castilla y Gazeta de Genova, que la calumniaron*, Lisboa, 1644; *Exclamaciones politicas, juridicas y morales al Summo Pontifice, Reys, Principes, Republicas, amigas y confederadas con el-rey D. Juan IV de Portugal, en la injusta prision del infante D. Duarte*, Lisboa, 1645.

Marinho da Cruz *(Agostinho Alves)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa no anno de 1821, sendo filho de Antonio José Marinho da Cruz, e de sua mulher, D. Marianna Victoria de Jesus Canto. Frequentou os preparatorios no antigo Collegio dos Nobres, e em resultado da guerra civil teve de interromper os estudos até 1838, indo então frequentar o Lyceu Nacional. Em 1841 matriculou-se na Universidade de Coimbra, e cursou a faculdade de Direito até se formar em 1846. No anno de 1857 entrou para o magisterio, por concurso á cadeira de Philosophia no Lyceu Nacional, e pela reforma de instrucção secundaria de 1880 foi nomeado para a regencia da nova cadeira de Legislação Civil. Exerceu a advocacia desde 1857, foi vogal do conselho geral do districto, e n'essa qualidade serviu varias vezes de governador civil. Foi ajudante do provedor do Asylo de Nossa Senhora da Conceição para raparigas abandonadas, em 1885, cargo que então era exercido por D. Luiz de Carvalho Daun e Lorena, depois marquez de Pomares.

Marinho da Silva *(P. Domingos Salvador)*. Presbytero secular, professor publico de Theologia dogmatica e moral, e depois de Direito civil na India Portugueza. N. em Margão, da provincia de Gôa, a 18 de julho de 1825. Escreveu: *Cursus sacrae theologiae moralis complectens sacramenta in genere, baptismum, poenitentiam et matrimonium, probatissimis selectissimisque Auctoribus redactus*, Margão, 1862; tomo II: *Cursus sacrae theologiae moralis complectens officium divinum, votum, jejunium, censuras et irregularitates: probatissimis selectissimisque Auctoritate excerptus*, etc., Margão, 1866. O autor submetteu á censura e approvação previa do então governador archiepiscopal de Gôa o tomo I d'esta obra, e os mais que tencionava publicar. Sendo examinada a mesma obra pelos censores nomeados, P. Antonio José Nicolau Barreto e Lourenço Lobo, parocho da egreja de Margão, que deram os seus pareceres em termos bastante lisongeiros para o autor, o governador achiepiscopal, em conformidade com estes pareceres, approvou o *Curso*, por despacho de 11 de dezembro de 1862, para poder ser lido sem escrupulo pelos estudiosos, e deu testemunho publico do zelo, cuidado e erudição com que o autor o redigira. Este dedicou o tomo II ao arcebispo metropolitano D. João Chrysostomo de Amorim Pessoa, já então de posse da diocese, e d'elle recebeu uma carta muito honrosa, que vem transcripta no principio do mesmo tomo II.

Marinis *(Fr. João Baptista)*. Religioso dominicano da ordem dos prégadores; professor e prior no convento da Batalha e no de S. Domingos, de Lisboa; vigario das religiosas do convento do Sacramento, e provincial eleito em 1702; examinador synodal do arcebispado de Lisboa, deputado da junta das Missões, da inquisição de Evora, de que tomou posse a 24 de junho de 1707.

Era natural do Porto, e fal. no convento de Evora em 1723, sendo filho de Pantaleão Pereira e de Catharina de Figueiredo Guedes. Professou no convento de Aveiro a 24 de outubro de 1664, aprendendo ali as sciencias severas. Foi admittido no collegio de Santo Thomaz, de Coimbra, a 26 de abril de 1673, e n'elle dictou Theologia, e Philosophia no convento da Batalha. Publicou em Evora em 1720 uma *Novena de S. Domingos*.

Mariola. Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Lucas, de Freiria, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Marioula. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro.

Mariz. Este appellido procede de Lopo de Mariz, que tinha o seu solar em Paço de Mariz. Antonio de Mariz, filho de Affonso Lopes de Mariz, e neto do referido Lopo, tinha a sua residencia em Villa do Conde. Requereu brazão d'armas, que Filippe III lhe mandou dar em 14 de setembro de 1634, o qual constava de: Em campo azul cinco vieiras de ouro, em cruz, realçadas de negro, apparecendo por entre as suas pétalas, quatro folhas verdes em cruz; elmo de aço aberto, e por timbre um leão azul, lampassado de purpura, com uma das vieiras na cabeça. A casa de Paço de Mariz passou depois a ser morgado dos Ferreiras.

Mariz *(Joaquim de)*. Ourives em Coimbra, onde exerceu a profissão de substituto do contraste ensaiador do ouro e prata, por alvará da camara municipal de 13 de dezembro de 1864. N. em Anadia a 6 de setembro de 1807, e fal. em 20 de novembro de 1878. Era fiho de Bernardo de Mariz, e de sua mulher Maria Josepha Moreira. Casou com D. Maria José da Costa Pinto de Mariz. Escreveu: *Systema metrico decimal pratico, contendo breves explicações praticas sobre o novo systema de pesos e medidas* etc., Coimbra, 1859. Deixou inédita a seguinte obra: *Mappa do valor dos toques do ouro e da prata, e suas explicações em milesimos, tomando por baze o valor do peso do gramma das moedas de ouro e prata do novo cunho portuguez, conforme a lei de 29 de julho de 1854.*

Mariz *(D. José Alves de)*. Bispo de Miranda e de Bragança. N. em Coimbra a 5 de fevereiro de 1844, sendo filho de Joaquim de Mariz, ourives n'aquella cidade, e de sua mulher, D. Maria José da Costa Pinto Mariz, familia possuidora de bens de fortuna, natural da região da Bairrada. Estudou os preparatorios no Lyceu de Coimbra, e aos 17 annos de edade, em 1861, matriculou-se na faculdade de Theologia na Universidade de Coimbra. Durante o curso teve distincções, e quando o concluiu, em 1866, teve referencias muito honrosas do professorado, que muito o estimava. A sua familia via se reduzida a precarias circumstancias por causa d'uma ruinosa e longa demanda, e o joven estudante, durante o curso, aproveitava as horas vagas para leccionar humanidades, provendo assim ás necessarias despezas dos estudos, auxiliando tambem a sua familia. Este digno procedimento attrahiu-lhe as maiores sympathias. Depois de concluida a formatura continuou com as lições particulares, e assim se conservou, esperando a edade canonica para se ordenar. Em 1867, nas temporas da Santissima Trindade, recebeu em Braga as ordens menores de subdiacono, conferidas pelo arcebispo D. José Joaquim de Azevedo e Moura; n'esse mesmo anno, nas temporas de Santa Luzia, o arcebispo de Evora D. José Antonio da Matta e Silva, ordenou-o de diacono, e no anno seguinte, 1868, em sabbado de S. Lazaro, o bispo do Porto D. João de França Castro e Moura conferiu-lhe a ordem de presbytero. Cantou a sua primeira missa no domingo de Paschoa, a 12 de abril do mesmo anno, na egreja do antigo convento de Santa Cruz, de Coimbra. Em 1869 foi convidado pelo vigario geral de Aveiro, dr. Manuel Augusto de Sousa Pires de Lima, para leccionar no seminario d'aquella diocese, o curso ecclesiastico, e a 22 de janeiro de 1870 tomou posse da regencia das cadeiras de Hermeneutica Sagrada, Direito Canonico e Theologia Moral,

D. José Alves de Mariz

leccionando ao mesmo tempo os preparatorios no Collegio Aveirense. A diocese de Aveiro foi extincta em 1882, por carta regia de 14 de setembro, mas o curso de sciencias ecclesiasticas ainda se conservou até 1881, anno em que fechou o seminario. O digno professor foi então chamado a Coimbra pelo bispo, sr. D. Manuel Correia de Bastos Pina, para reger no seminario a cadeira de Theologia Dogmatica, que vagara, por ter o seu professor, o dr. Augusto Eduardo Nunes, sido nomeado coadjutor e futuro arcebispo de Evora. Tratando se de escolher bispo para a diocese de Bragança, propoz o governo em 21 de julho de 1885 o abalisado professor, cuja eleição foi confirmada logo no dia 30. O *Conimbricense* de 2 do mez de agosto seguinte, a proposito d'este facto, dizia: «Sabemos que no consistorio, celebrado em Roma na quinta feira ultima, fôra preconisado bispo de Bragança o nosso respeitavel pa-

tricio o sr. D. José Alves de Mariz. E' sem duvida a primeira vez que se dá o facto de mediarem apenas oito dias entre a nomeação de um prelado pelo governo portuguez e a sua confirmação em Roma. O novo prelado de Bragança póde, e temos plena confiança de que ha de desempenhar com todo o zelo evangelico a alta missão de Episcopado. Aquella diocese tem quasi sempre estado orphã dos seus prelados, porque em regra, mesmo quando os tem, pouco tempo ali permanecem. A maior parte das povoações do bispado de Bragança nunca fôram visitadas por um prelado; são faceis de vêr as consequencias que d'este abandono pódem provir em prejuizo da religião. As virtudes evangelicas e dedicação pelo cumprimento dos seus deveres bem reconhecidos em o nosso patricio, decerto hão de fazer com que a Egreja e o Estado muito tenham a ganhar com a sua elevação a este importante cargo na diocese de Bragança.» O bispo D. José Alves de Mariz foi sagrado em Lisboa, na egreja dos Martyres, pelo nuncio apostolico Monsenhor Vicente Vanutelli, a 15 de novembro de 1885, assistindo os bispos de Coimbra e de Bethsaida, e deu entrada na sua diocese a 31 de janeiro do 1886. As *Instituições Christãs* d'esse tempo publicaram minuciosamente a recepção brilhante feita em Bragança a um prelado que vinha precedido da fama de grandes dotes intellectuaes e brilhantes qualidades moraes. As primeiras providencias, a que o digno prelado logo se dedicou, foi a iniciação das visitas pastoraes, a reforma do seminario, material o moralmente considerada, e a do ensino theologico e secundario. Sabendo muito bem das enormes vantagens que lucram os povos com as visitas do prelado que espiritualmente os rege, não hesitou um momento de pôr em pratica este difficil encargo pastoral; não lhe puzeram estorvo a falta quasi absoluta da communicações na provincia de Traz-os-Montes, muito abandonada e esquecida das regalias da civilisação; percorreu grande parte da diocese, visitando mais de 100 freguezias. Foi enorme a difficuldade que desde logo se apresentou ao sr. bispo de Bragança para provêr de clero as parochias do seu bispado, grande numero das quaes estavam vagas, vendo so forçado por isso nos primeiros 10 annos do seu governo a recorrer ao expediente das annexações de duas e tres freguezias, para provêr ás necessidades espirituaes mais urgentes d'aquelles povos. Havia grande falta de padres, contribuindo principalmente para esta falta a pequena capacidade do antigo seminario, que então estava em decadencia e em grande desorganisação disciplinar. O sr. bispo de Bragança comprehendeu que uma das primeiras providencias a adoptar, para preencher as parochias que vagavam dia a dia, era ampliar o seminario diocesano, e dotal-o de todos os elementos indispensaveis a um estabelecimento modelar no seu genero, para satisfazer ao fim desejado, que era obter clero sufficiente para occorrer ás necessidades da diocese, e este morigerado, illustrado, digno da alta missão do sacerdocio. O digno prelado conseguiu fundar em poucos annos um seminario inteiramente novo, junto ao antigo, começando pela construcção d'um magnifico edificio, satisfazendo a todos os requisitos da hygiene, e reorganisando os estudos. Estas importantes obras, que duraram 9 annos, importaram em mais do 12:000$000 réis, quantia obtida pelo prelado do cofre da Bulla da Cruzada e do ministerio das Obras Publicas. A sua inauguração verificou-se em 15 de outubro de 1898. O seminario actual tem 23 quartos em condições hygienicas, emquanto que o antigo tinha apenas 14, e 6 espaçosas salas ao rez do chão, para livraria, laboratorio das sciencias naturaes, aulas de Theologia, sala das congregações, e salão nobre para a actos solemnes. O antigo seminario tinha uma entrada insufficientissima, e o actual tem uma longa e espaçosa escadaria de granito lavrado, com 17 degraus, que defrontando com a capella dá serventia para as aulas. A'cêrca da reforma dos estudos, logo em 1885 fundou uma cadeira de Philosophia escolastica no curso theologico; em 1886 creou a de Physica, chimica e historia natural; em 1895 estabeleceu a aula de musica, canto e instrumentos proprios para orchestra de egreja, que se inaugurou em 25 de abril d'esse anno, independentemente da de cantochão que já existia. Foi este o segundo seminario do reino onde se ensinaram as disciplinas de Philosophia escolastica e sciencias naturaes. Em 1896 dotou o estabelecimento com os Estatutos do Seminario Episcopal de S. José de Bragança, modelados pelos mais modernos processos educativos. Em 1898 fundou o Gabinete de Sciencias Naturaes, dotando-o com uma secção de apparelhos de Physica em numero de 60; um herbario da flora lusitana representado por 840 especies de 100 familias, organisado expressamente para o Gabinete de Historia Natural do Seminario de Bragança pelo dr. Joaquim de Mariz, naturalista da cadeira de Botanica na Universidade de Coimbra. O benemerito prelado tambem enriqueceu o mesmo gabinete com uma secção de mineralogia e petrographia, composta de 50 mineraes e 50 rochas. Com o fim de despertar nos estudantes o estimulo, creou premios para os que se distinguissem em comportamento moral, merito litterario e scientifico, tendo logar a primeira distribuição em acto solemne a 15 de outubro de 1899; promove saraus litterarios; obriga-os a frequentarem o pulpito nos domingos da quaresma e outras festividades, e a ensinarem a doutrina christã nos dias feriados ás creanças da cidade nos claustros da sé debaixo da vigilancia d'um superior. A diocese de Bragança foi a primeira do paiz ondo houve exercicios espirituaes ao clero, promovidos por este prelado. São numerosas as medidas que o digno bispo de Bragança tem tomado sobre a administração diocesana com relação ao clero parochial, e outras providencias tambem importantes de interesse geral e bem estar dos povos. Era enorme a serie do faltas de disciplina ecclesiastica, de preconceitos e abusos do culto religioso entre os povos, e de falta de hygiene e asseio nos templos, a que, além das admoestações feitas verbalmente e em homilias ao clero parochial e aos fieis nas visitas aos differentes arcipestrados, oppôz as 74 pastoraes e circulares impressas, onde so patenteia muita prudencia e admiravel tacto governativo, muita instrucção religiosa o scientifica. A imprensa periodica tem tecido os maiores elogios a estas publicações Na biographia do sr. bispo D. José Alves de Mariz, escripta pelo reitor de Baçal, sr. Francisco Manuel Alves, publicada no Porto,

em 1906, vem a relação minuciosa de todas estas circulares, pastoraes, e outras publicações do venerando bispo. D'essas publicações se devem destacar as duas seguintes provisões, notaveis pelo seu caracter patriotico e scientifico: *Provisão sobre o 4.º centenario do descobrimento do caminho maritimo para a India* e a *Provisão sobre Archeologia.* Estes dois documentos fôram recebidos com enthusiasmo por todos que se interessam pelas glorias nacionaes e pelos progressos da sciencia archeologica em Portugal. E' tambem de alto valor litterario e scientifico a sua *Exhortação sobre a Quaresma de 1903*, *Penitencia e encerramento do jubileu pontifical do SS. Padre Leão XIII.* Quando em 1902 se installou no paço episcopal de Bragança a delegação districtal da Assistencia Nacional aos Tuberculosos, o illustre presidente sr. bispo D. José Alves de Mariz, discursando sobre a necessidade de, n'este districto, se promover por todos os meios a lucta contra a tuberculose, indicou, entre outros, o dispensario para consultas e applicações therapeuticas gratuitas, o hospital com pavilhões isolados para tysicos, e o sanatorio para tratamento dos doentes em altitudes elevadas. Estas medidas fôram abraçadas com enthusiasmo pelos technicos, tanto mais que na séde da diocese não existia um hospital civil, digno d'este nome. O sr. bispo D. José Alves de Mariz foi agraciado, por decreto de 10 de maio de 1899, com a gran cruz e a commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição. Além do livro já citado do sr. Francisco Manuel Alves, tambem vem publicada a biographia e retrato do venerando prelado no *Occidente*, de 1903; no jornal *Nordeste*, de 28 de janeiro do mesmo anno; *Esboço biographico do Ex.mo e Rev.mo sr. D. José Alves de Mariz*, por Antonio Maria Seabra de Albuquerque, Coimbra, 1888.

Mariz *(Pedro de).* Presbytero e bacharel formado em Canones, guarda-mór da livraria da Universidade de Coimbra, corrector da sua imprensa, provedor perpetuo do hospital da villa de Castanheira. N. em Coimbra, mas ignora-se a data do nascimento; fal. em Lisboa a 24 de novembro de 1615. Era filho de Antonio de Mariz, impressor na referida cidade. Teve varia instrucção da historia secular, principalmente de Portugal, e dos preceitos da poesia, por cujos dotes mereceu os elogios de diversos escriptores. Pedro de Mariz parece ser o mesmo que foi escrivão da Torre do Tombo, em Lisboa, e que ainda vivia em 1615, succedendo-lhe em março do anno seguinte no cargo Gaspar Alvares da Louzada. Escreveu: *Dialogos de varia historia, em que summariamente se referem muitas cousas antigas de Hespanha, e todas as mais notaveis que em Portugal aconteceram em suas gloriosas conquistas, antes e depois de ser levantada a dignidade real, e outras muitas de outros reinos dignos de memoria, com os retratos de todos os reis de Portugal*, Coimbra, 1594; dedicado ao bispo capellão-mór D. José de Almeida, do conselho de Estado, presidente da Mesa da Consciencia e Ordens, e commendatario do mosteiro de Alcobaça. Pedro de Mariz foi o primeiro que publicou com as vidas dos reis os seus respectivos retratos, exemplo que mais tarde foi seguido por fr. Bernardo de Brito nos *Elogios dos Reis*, por Antonio de Vasconcellos nas *Anacephaleoses*, e por outros escriptores. Fez-se 2.ª edição d'esta obra, em Coimbra, 1597, e 3.ª, em Lisboa, em 1674. Escreveu mais: *Camões*, que saiu no principio do commento aos Lusiadas, composto pelo P. Manuel Correia, Lisboa, 1613; *Historia do B. Fr. João de Sahagum*, etc.; Lisboa, 1609; *Historia admiravel do santo milagre de Santarem*, etc., Lisboa, 1612. Deixou os seguintes manuscriptos: *Chronica de el-rei D. Sebastião; Historia da vida e milagres, e canonisação de S. Jacinto*, que se conservava na livraria do duque de Lafões; *Explicação da Bulla da Cruzada*, 2 tomos in fol., obra dedicada a D. Antonio de Mascarenhas, commissario geral da Bulla da Cruzada, o qual entregando estes volumes ao livreiro Domingos Fernandes para os imprimir, com a jornada que fez a Paris em 1648 com o embaixador Francisco de Mello, monteiro-mór do reino, não soube o fim que tiveram. Deixou incomplèto: *Vida e feitos de André Furtado de Mendonça.*

Mariz. Pov. e freg. de Santo Emilião, da provincia do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 51 fog. e 187 hab. Tem esc. do sexo fem. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada a uns 500 m. da margem direita do rio Cávado. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3 com a séde em Viauna do Castello. Esta freg. esteve annexa á de Creixomil. Em Mariz ha uma fonte d'agua mineral, que se applica para o tratamento de varias molestias do estomago. O reitor do convento de Villar de Frades (de conegos de S. João Evangelista, denominados *os bons homens de Villar)* apresentava o vigario, que tinha 20$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. é muito antiga. || Povoações nas freguezias: Santo Adrião, de Padim da Graça, conc. e distr. de Braga. || O Salvador, de Villar de Andorinho, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Mariz Carneiro *(Antonio de).* Fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo na ordem de Christo; formado em Direito Civil, desembargador, cosmographo-mór do reino, etc. N. em Lisboa, sendo seus paes de Villa do Conde; fal. na mesma cidade em 5 de agosto de 1642. Depois de estudar Direito Civil na Universidade de Coimbra, e de ser eleito desembargador, applicou se dedicadamente ás disciplinas mathematicas; persuadindo se que pelo seu estudo descobrira o segredo de fixar a agulha de marcar, chamavam-lhe o *Agulha fixa.* Querendo fazer experiencias d'esta sua invenção, foi á India, d'onde voltou desilludido ácêrca da sua descoberta. Pela profunda noticia que tinha da Mathematica, succedeu a D. Manuel de Menezes no cargo de cosmographo-mór do reino. Foi sepultado na egreja do convento de Santo Eloy, de Lisboa, dos conegos seculares de S. João Evangelista. Escreveu: *Regimento de pilotos, e roteiro das navegações das Indias Orientaes. Agora novamente emendado e accrescentado com o Roteiro de Sofala até Mombaça, e com os portos e barras do Cabo de Finis Terrae até o Estreito de Gibraltar, com suas alturas, sondas, e demonstrações*, Lisboa, 1642; *Regimento de pilotos e roteiro da navegação e conquistas do Brazil, Angola, S. Thomé, Cabo Verde, Maranhão, Ilhas e Indias Occidentaes*, etc., *accrescentado com o roteiro do Maranhão e Itamaracá, e com as estampas dos portos, sondas e barras do Cabo de Finis Terrae até o Estreito de*

Gibraltar, 1655, não tem logar da impressão, mas suppõe-se ser de Lisboa; *Hydrographia curiosa de la navigation*, S. Sebastian, 1675. Deixou manuscripta uma obra em latim, dedicada ao arcebispo de Lisboa, D. Manuel de Castro.

Mariz Coelho *(José Alves)*. Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra. Era natural de Arcos, concelho d'Anadia, sendo filho de José Simões Coelho. Doutorou-se a 28 do junho de 1818.

Mariz Junior *(Joaquim de)*. Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, cujo curso terminou com distincção em 1878. Naturalista; socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa. N em Coimbra a 28 de janeiro de 1847, sendo filho de Joaquim Mariz, e de sua mulher D. Maria José da Costa Pinto de Mariz. E' irmão do sr. bispo de Bragança, D. José Alves de Mariz. Foi provido em julho de 1879 no cargo de naturalista adjunto á cadeira de botanica na faculdade de Philosophia na mesma Universidade, cargo em que tem prestado muitos bons serviços ao Jardim Botanico, principalmente na classificação dos herbarios da flora portugueza. Amador da arte de desenho, tem trabalhos apreciaveis, que se pódem vêr em varias gravuras no *Archivo Pittoresco*, nas *Reliquias da architectura romano-bysantina*, do dr. A. Filippe Simões, no *Guia historico do viajante em Coimbra*, de A. M. Simões de Castro, no *Guia historico do viajante no Bussaco*, do mesmo autor, etc. Escreveu: *Subsidios para o estudo da flora portugueza,* I *Papilionaceas L.*, Coimbra, 1884. *Phanerogamicas, flora lusitanica*. No jornal de Coimbra *Estudos medicos,* de 1877 a 1878, publicou um artigo intitulado: *Um caso notavel do cancro do peritoneo.*

Marmelal. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Fratel, conc. de Villa Velha de Rodam, distr. de Castello Branco. || Espirito Santo, de Villa Secca, conc. de Armamar, distr. de Vizeu. || S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Marmelar. Pov. e freg. de Santa Brigida, da prov. de Alemtejo, conc. da Vidigueira, com. de Cuba, distr. e bispado de Beja. Dista 14 k. da séde do conc. e está situada entre duas ribeiras, na estrada que vae da Vidigueira a Moura. Tem esc. do sexo masc. A terra é fertil, muitos cereaes, e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. O primeiro orago d'esta freg. era Santa Maria. Os condes de Valle de Reis apresentavam o prior, que tinha 400$000 réis de rendimento.

Marmeleira. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Alta, conc. de Mortagoa, com. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu, bispado de Coimbra; 165 fog. e 674 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada na margem d'um affluente do rio Mortagoa. A terra é fertil, cria gado e tem muita caça. Pertence á 2.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. Os duques de Cadaval apresentavam o prior, que tinha 500$000 réis de rendimento. A terra é muito fertil. Cria muito gado de toda a qualidade, e tem muita caça. Proximo e ao norte do logar da Marmeleira está o Santuario de N. S.ª do Carmo. Tambem n'esta freguezia existe o Santuario de N. S.ª da Ribeira, a pouca distancia da aldeia da Marmeleira, e nas margens d'uma caudalosa ribeira a que a capella deve o titulo. A imagem da Senhora é de pedra, d'uns 30 c. de altura, com o Menino Jesus no braço esquerdo, offerecendo-lhe com a mão direita um raminho de fructos. Ignora-se quando esta capella foi fundada, mas sabe-se que já existia em 1645, e que foi reedificada ou ampliada em 1747. || Pov. e freg. de S. Francisco de Assis, da prov. da Extremadura, conc de Rio Maior, com. e distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 316 fog. e 1:393 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Dista 12 k. da séde do conc. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa. || Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Foz de Arouce, conc. da Louzã, distr. de Coimbra. || S. Thiago, de Souzellas, conc. e distr. de Coimbra. || Casaes na freg. do Espirito Santo, de Landal, conc. de Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Marmeleiro. Pov. e freguezia de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda; 350 fog. e 1:285 hab. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 16 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem d'um affluente do rio Côa. A terra é fertil. Tem caça e cria gado. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12; com a séde em Trancoso. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis de congrua e o pé d'altar. || Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 101 fog. e 536 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem direita do rio Isna. Tambem é conhecida officialmente pelo nome de *Santo Antonio de Marmeleiro*. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. E' uma das freguezias do grão priorado do Crato, hoje annexa ao patriarchado de Lisboa. O grão prior do Crato apresentava o cura, que tinha 50$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil. || Povoações nas freguezias: O Salvador e conc. de Alcoutim, distr. de Faro, || Santa Maria Magdalena, de Cem Soldos, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || N. S.ª do Pé da Cruz, de Santa Cruz, conc. de Almodovar, distr. de Beja. || N. S.ª da Conceição, de Chouto, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Marmeleiros. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª do Monte, concelho e distr. do Funchal.

Marmelete. Pov. e freg. de N. S.ª da Encarnação, da prov. do Algarve, conc. e com. de Monchique, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 552 fog. e 2:709 hab. Tem escolas para ambos os sexos, e est. post., permutando malas com Monchique. Dista 10 k. da séde do conc., e está situada na estrada que vae de Aljezur a Monchique, em terreno muito accidentado, mas ameno, saudavel e abundante de boas aguas, causa da sua fertilidade. Ha n'esta freg. muitas vinhas e castanheiros. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. A mitra apresentava o cura, que tinha 390 alqueires de trigo e 90 de cevada. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas, principalmente em

cereaes. Cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus montes ha muita caça. A freguezia tem varios casaes espalhados, mas a egreja matriz está dentro da aldeia de Marmelete.

Marmellos Pov. e freg. de S. Gens, da prov. do Douro, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança; 98 fog. e 424 hab. Tem est. post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, a 1 k. da margem direita do rio Tua. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Marmoural. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Athaide, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Thiago, de Fonte Arcada, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || Santa Maria Magdalena, de Magdalena, conc. de V. N. de Gaia, do mesmo distr. || Santo André, de Varzea da Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo districto.

Marná. Pov. da regedoria de Siolim, conc. e com. de Bardez, no distr. e arceb. de Gôa, India.

Marnel. Pov. na freg. de S. Clemente, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Campo alagadiço, lagôa, paul, pantano, pateira, etc., tambem se chama *marnoceiro* ao barqueiro, ou pescador dos marneis. Dão-se estes nomes aos terrenos cobertos de agua, mas com tão pouca altura, que por elles só pódem navegar pequenos barcos, ou bateiras. Nas côrtes de Lisboa, de 1434, manda o rei D. Duarte, que não paguem dizima, nem redizima de peixe, *os que andam em as barcas de pasageens, e marnoceiros, e outras muitas pessoas, que suyam* (costumam) *de servir por galiotes.* O marnel mais notavel em Portugal é o que descrevemos, no artigo seguinte.

Marnel. Lagoa da prov. do Douro, no distr. de Aveiro, na estrada de Lisboa para o Porto e provincias do norte. E' atravessada pela ponte do Marnel, e fica proximo da antiquissima villa de Serem, hoje pov. da freg. de S. Christovão, de Macinhata de Vouga. Houve aqui em eras remotas a villa chamada de *Lamas*, ou do *Marnel*, cujas ruinas ainda se vêem ao sul das ruinas do antiquissimo mosteiro de *Santa Maria de Lamas* ou de *Santa Maria do Marnel*, pois tambem se lhe davam ambos os nomes. Na villa existiram os paços dos nobres e famosos senhores do Marnel, que tantos e tão assignalados serviços prestaram a Portugal durante os reinados dos nossos primeiros monarchas; os de Fernão Gonçalves do Marnel e depois de sua filha, D. Thereza Fernandes do Marnel, e de sua sobrinha D. Flamula; os de D. Endorquina Pala, e de outros nobres cavalleiros. No tempo do conde D. Henrique e de seu filho D. Affonso Henriques, era a villa do Marnel a mais notavel d'estes sitios. Esta villa, com este titulo ou com o de *Lamas*, teve por donatarios grandes personagens, e o monte do Marnel era realengo, como se vê nas *Inquirições* de D. Affonso II, L. 2, pag 120. Em 1384, D. João I doou a villa do Marnel e outras a Gonçalo Vasques Guedes. Em 1759, pertencia aos duques de Aveiro, sendo então confiscada para a corôa. A velha ponte de Marnel é muito antiga. A villa era acastellada, segundo se vê da doação que Pero Paes e sua mulher, Gelvira Nunes, fizeram aos monges e clerigos do mosteiro de Lorvão em 1121. O monte de Marnel com o seu castello era um ponto militar no principio da monarchia, e aqui, segundo a tradição e varias memorias, tem havido, desde remotas epocas, cêrcos e batalhas. No seculo passado tambem aqui se deu um combate nos dias 28 e 29 de junho de 1828, entre realistas e liberaes. Os generaes Saldanha, Villa Flôr, Stubbs e outros, esperaram a divisão miguelista do general Povoas, nas posições de Marnel e Vouga, e depois de renhida lucta, os liberaes ficaram vencidos, e retiraram-se para Grijó e d'ali para o Porto, embarcando depois a bordo d'um navio inglez, com os membros da Junta do Porto, que os levou para Inglaterra. O mosteiro de *Santa Maria de Lamas* ou *de Marnel* estava situado n'uma rocha em um dos valles das margens do Vouga, chamado *Valle de Marnel*, onde havia uma ponte, que no meio do seculo passado ficou abandonada para utilidade da estrada real que se fez de Lisboa para o norte, e sobre a qual se construiu em 1859 a nova *ponte de Marnel* A egreja do mosteiro tinha uma espaçosa capella-mór, e era de architectura gothica. Dizem ter sido a fundadora D. Endorquina Pala, que já citámos, ou algum dos seus ascendentes, porque aquella senhora doou em 961 ao mosteiro de Lorvão *a sua egreja de Santa Maria de Lamas do Marnel.* O conde D. Gonçalo, filho da condessa Mumadona, em 981, tambem doou ao mosteiro de Lorvão a sua villa de Lamas, junto ao Vouga, e outras N'uma lapide que estava embutida na parede d'esta egreja, por detraz da porta travessa, via-se uma inscripção gothica, que dizia ter sido a mesma egreja sagrada pelo bispo de Coimbra D. Miguel em 1170. Parece que a egreja estaria arruinada, e que os monges de Lorvão a mandaram reedificar e sagrar. O sitio d'esta villa foi abandonado pelo povo, parece que por ser pouco saudavel, o qual se mudou para além da ponte, a pouca distancia da antiga povoação, e em um alto hygienico e fertil para onde foi transferida a antiga matriz. A população foi crescendo, e constitue hoje a villa de Lamas. A antiga egreja do convento era no seu tempo muito visitada por muitos romeiros, pela fama dos milagres de N. S.ª do Marnel, e pelas muitas reliquias que existiam ali. O templo arruinado era tão importante antigamente, que em Roma se denominava *a muito antiga basilica de Santa Maria do Marnel.*

Marnoco e Sousa *(José Ferreira).* Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, lente cathedratico da mesma Universidade, vogal do Conselho Superior de Instrucção Publica, autor commercialista. E' natural de Souzella, sendo filho de Antonio José Ferreira Marnoco e Sousa. Foi doutorado a 5 de dezembro de 1897. Tem publicado: Dissertações: *Syntheses financeiras*, Coimbra, 1893; *Impedimentos do casamento no direito portuguez*, Coimbra, 1896; *Das letras no direito commercial portuguez* (dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas na Faculdade de Direito), Coimbra, 1897; *Execução extraterritorial das sentenças civeis e commerciaes*, Coimbra, 1898. Lições: *Lições de direito politico*, Coimbra, 1900; *Sciencia economica*, Coimbra, 1901 a 1905; *Historia das instituições de direito romano peninsular e portuguez*, Coimbra, 1904; *Administração colonial*, Coimbra, 1905. Polemica: *O curso do notariado e o sr. Martins de Carvalho*, Coimbra, 1900. Artigos nos *Estudos Ju-*

ridicos: A reincidencia no direito penal portuguez; Regimen legal das associações de caracter religioso. Applicação aos cheques das disposições respectivas a letras. As questões prejudiciaes no processo penal. A legitima defeza no direito penal portuguez. Relatorio publicado no *Boletim da Direcção Geral de Instrucção Publica: A reforma de instrucção secundaria e os seus resultados.* Como refundição da sua dissertação inaugural, logo esgotada, publicou a obra intitulada *Das letras, livranças e cheques*, dois vols., Coimbra, 1905 e 1906.

Marnota. Povoações nas freguezias: S. Paio, de Carvalhal, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, de Formariz, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Marnoto. Pov. na freg. do N. S.ª da Piedade e conc. de V. N. de Ourem, districto de Santarem.

Marnotos. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Gestaçô, conc. de Baião, districto do Porto.

Maroco. Pov. na freg. de S Paio, de Meixedo, concelho e districto de Vianna do Castello.

Marofa. Serra no distr. da Guarda. Corre de ENE para OSO, junto a Castello Rodrigo, e tem 866 m. na sua maior altura.

Marateiras. Pov na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cercal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Marouba. Pov. na freg. de S. Salvador, de Fojo Lobal, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Marouços. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Machico, distr. do Funchal.

Marques. Appellido nobre, que veiu de Hespanha, tomado por patronimico do nome proprio Marcos. As armas das familias d'este appellido são: Em campo azul, castello de prata, com duas chaves de ouro, com aros para cima.

Marques *(Agostinho).* Architecto ou engenheiro das fortificações de Tanger, nomeado por Filippe III, em 10 de fevereiro de 16 4.

Marques *(Diogo).* Architecto do rei, que vivia nos fins do seculo XVI. Devem-se-lhe os planos de muitos conventos da ordem benedictina, entre os quaes se contam o de S. Bento da Victoria e o collegio de S. Bento, de Coimbra.

Marques *(Eduardo Augusto).* Capitão do estado-maior, ao serviço do ministerio da Marinha; um dos militares que se distinguiram na campanha contra os cuamatas, em 1907. N. a 21 de junho de 1867; assentou praça em 5 de abril de 1885, sendo promovido a alferes em 8 de janeiro de 1891, a tenente em 19 de janeiro de 1893, e a capitão em 4 de outubro de 1899. E' longa a série dos seus serviços prestados no ultramar, onde tem exercido importantes commissões. Official estudioso, procurou nas colonias o campo para manifestar as suas aptidões, e nomeado ajudante de campo do governador de Macau e depois do da India, general Galhardo, revelou no desempenho d'esta commissão faculdades de trabalhador intelligente e zelozo. Permaneceu alguns annos n'estas duas colonias, d'onde regressou em 1900. Sendo nomeada a expedição do commando do fallecido general Wenceslau Telles, para manter em Moçambique a nossa neutralidade na campanha anglo-boer, acceitou contente o fazer parte d'esta expedição, com a qual seguiu para essa provincia. Tendo ficado ali sómente parte do seu effectivo, foi o sr. capitão Eduardo Marques nomeado chefe do estado maior de Moçambique, organisando e montando os postos militares que se estabeleceram na fronteira do Transvaal, procedendo tambem ao importante estudo da occupação da costa do districto e dos serviços de fiscalisação terrestre e cruzeiro relativo ao aniquilamento do trafico da escravatura e do contrabando. Procedeu aos reconhecimentos e mais trabalhos precisos para a realisação das operações, para o que percorreu o sul da provincia de Angola e esteve prestes a ser victima d'uma cilada preparada pelo soba do Mulondo, que conhecedor dos seus fins, pretendia assim dar um golpe de mestre, que felizmente não conseguiu, por ter sido avisado o valente militar das suas malevolas intenções. Foi depois nomeado governador de Lourenço Marques, mas pediu a sua exoneração, sendo substituido pelo sr. capitão Ayres de Ornellas. O sr. conselheiro Ramada Curto, governador geral de Angola, o convidou para chefe de estado maior d'esta provincia, e com elle partiu em principios de 1905, dedicando-se na sua chegada a Loanda, ao estudo dos trabalhos para a futura campanha contra os cuanhamas Na expedição militar aos cuamatas em 1907, tambem tomou parte como chefe do estado maior e segundo commandante, sendo o commandante em chefe o sr. major Alves Roçadas N'essa campanha não desmereceu os seus bons creditos de militar aguerrido, já por tantas vezes provados. O sr. capitão Eduardo Marques é cavalleiro de Aviz, e possue o officialato d'esta ordem por serviços distinctos, commendador e official da Torre e Espada, e possue a medalha de prata para commemorar a campanha de Mulando de 1905.

Marques *(Faustino José).* Mestre de apparelho e manobra da companhia dos guardas-marinhas, que escreveu um *Compendio pratico da manobra, que ensina as principaes evoluções maritimas, e trata das construcções mais importantes para salvação das guarnições e effeitos de qualquer navio em perigo*, etc., Lisboa, 1841.

Marques *(Henrique).* Escriptor, jornalista, etc. N. em Lisboa a 1 de dezembro de 1859. Estudou parte do curso dos lyceus n'um collegio, d'onde saiu aos 14 annos. Vendo se então já obrigado a procurar meios de subsistencia para si e sua familia, conseguiu empregar-se no commercio, dando tambem algumas lições de francez. Em 1877 travou relações com o bem conhecido escriptor Francisco d'Almeida, que andava tratando de angariar elementos para o seu *Diccionario Universal Portuguez*, e ali começou com uns pequenos trabalhos, tornando se por fim o seu primeiro revisor e um dos principaes collaboradores, sendo trabalho seu uma grande parte dos escriptos que se encontram nos 4 grossos volumes que chegaram a publicar-se do referido diccionario, pelo editor Henrique Zeferino de Albuquerque. Muito estudioso e muito trabalhador, adquiriu grandes conhecimentos litterarios. Suspendendo-se aquella publicação, Henrique Zeferino de Albuquerque o encarregou de concluir a traducção do 3.º volume da *Historia Universal*, de Levy Alvarez, que o seu antecessor deixara

incompleto. Collaborou assiduamente no *Diccionario de Geographia Universal*, publicado pelo fallecido editor David Corazzi, e no primeiro dos *Diccionarios do Povo*, publicação do referido editor. Tem feito varios trabalhos de compilação, de traducção e outros, como fôram uns relatorios de companhias de minas, em francez, a traducção das *Memorias de Casanova*, editadas por Henrique Zeferino, almanachs populares, etc. Em 1889 publicou o *Esboço de uma Camilliana* no *Imparcial*, que mais tarde, ampliado e correcto, saiu em volume com o titulo de *Bibliographia Camilliana*, que é um monumento erigido á memoria do fecundo escriptor Camillo Castello Branco, o que representa um trabalho de muitos annos, empregados na investigação bibliographica. A casa editora do fallecido Antonio Maria Pereira havia fundado a *Revista Illustrada*, e convidou Henrique Marques a ir representar no Porto a livraria e aquella publicação. Ali se demorou desde fevereiro de 1890 até setembro de 1894, sendo tambem correspondente litterario. Pouco depois

Henrique Marques

de ter chegado ao Porto recebeu convite para a redacção da *Republica*, jornal que se havia fundado algum tempo antes, e que depois da revolta de 31 de janeiro de 1891 tomou o titulo de *Voz Publica*. Conservou-se n'aquella redacção até regressar para Lisboa. No Porto fez alguns trabalhos de compilação, que se publicaram sob pseudonymo. Em Lisboa continuou ao serviço da livraria Pereira, até á fundação da *Empresa da Historia de Portugal*, de que é socio e director litterario das publicações. Henrique Marques tem escripto nos seguintes jornaes, já como redactor, já como simples collaborador, sendo por vezes revisor: *Seculo*, *Patria*, *Imparcial*, *Aurora da Revolução*, *Era Nova*, *Ribaltas e Gambiarras*, *Republica*, *Revista Illustrada*, *Branco e Negro*, *Nova Alvorada*, *Revista das Artes Populares*, etc. Tem traduzido alguns romances de Daudet e de Hoffmann; organisou os Diccionarios Portuguez-Hespanhol e Hespanhol-Portuguez, etc.

Marques *(Jesuina)*. Actriz muito apreciada, que faz parte da companhia do theatro do Gymnasio. N. em 20 abril de 1850. Foi bailarina, dansando n'alguns theatros na companhia de outras suas companheiras. Quando se crearam as aulas de declamação no Conservatorio Real de Lisboa, dirigidas por Duarte de Sá, Jesuina foi tomar lições com aquelle grande mestre, com quem estudou tres annos. Durante este tempo representou n'algumas recitas de amadores, e quando completou o curso do Conservatorio foi dar as provas publicas do seu adeantamento no theatro de D. Maria II, onde se estreou officialmente na comedia em 1 acto, *Duas lições n'uma só*, traducção de Duarte de Sá. Esta comedia agradou muito e teve mais de 100 representações em diversos theatros da capital. Em 1857 escripturou-se no referido theatro de D. Maria II, começando logo a ser notada como actriz distincta e de grande utilidade. O seu reportorio tornou-se enorme n'aquelle theatro, de que citaremos as seguintes peças: *Casa Nova*, *As Redeas do governo*, o *Gavaut Minard & C.ª*, *Maria Antonieta*, *Fernanda*, *Os estroinas*, *Guerra aos nunes*, etc. No anno de 1870 saiu do theatro de D. Maria com Emilia das Neves, João Rosa, Polla e Pinto de Campos, por desintelligencias com a empresa, e depois de ter estado 7 mezes ausente da scena, escripturou-se no Gymnasio, debutando na comedia em 1 acto, *O crescente da visinha*, que obteve grande successo. N'este theatro desenvolveram-se muito mais os seus recursos artisticos, firmando-se de peça para peça a reputação de excellente artista. As *soubrettes*, as *caracteristicas*, as *mães nobres*, os *centros dramaticos* tiveram n'ella uma interprete intelligente e conscienciosa. Jesuina andou algum tempo afastada do Gymnasio, estando escripturada juntamente com o actor Valle no theatro da Rua dos Condes; tambem fez uma epoca na Trindade, outra no antigo theatro do Rato. Tem feito algumas digressões pelas provincias e pelas ilhas, tomando parte n'algumas companhias organisadas no verão. No seu reportorio enorme, além das peças já notadas lembram-nos as seguintes: *Rua da Paz, 115*, *Os fidalgos da Casa Mourisca*, *Medico á força*, *Divorciemo-nos*, *Estação calmosa*, *Casamenteira*, *Os viscondes de Valdomar*, *O Cão e o gato*, *O padre Antonio*, *O assassinio de Macario*, *Commissario de policia*, *O cabo da caçarola*, *Os noivos de Venus*, etc.

Marques *(João Pedro Climaco)*. Official do exercito e litterato. Nasceu em 1869, sendo filho do industrial João Climaco de Sousa Marques; fal. em 8 de janeiro de 1907. Este official fez a sua carreira na arma de infantaria e no regimento de infantaria 5. Assentando praça em 1 de dezembro de 1888, foi promovido a alferes em 26 de dezembro de 1895 e a tenente em 5 de julho de 1906, fallecendo com 39 annos de edade. Tomou parte na expedição a Moçambique á região do Nyassa em 1899, distinguindo-se na campanha do Mataca, pelo que foi agraciado com o grau de cavalleiro da Torre e Espada e Rainha D. Amelia. Como militar foi um official brioso, energico e disciplinador, deixando muita saudade entre os seus camaradas por tão excellentes qualidades. Como litterato deixou muitas composições poeticas, que demonstram o seu talento. Publicou algumas poesias no *Recreio*, *Pensamento*, *Almanach do Occidente*, etc., assignando simplesmente João Climaco.

Marques *(Joaquim)*. Pintor muito afamado

nos fins do seculo XVIII. N. em 1755. Pintava graciosamente figuras extravagantes nas caixas de rapé, nas almofadas das carruagens, e nas paredes dos aposentos. Em paizagens imitava o pintor francez Pillement.

Marques (*Joaquim José*). Musicographo, um dos socios fundadores da Sociedade de Geographia de Lisboa, socio de outras corporações nacionaes e estrangeiras, director do Asylo de Marvilla, etc. N. em Lisboa em 1838, fal. em 18 de dezembro de 1884. Dedicando-se ao ensino passou ao Rio de Janeiro, depois de ter viajado bastante pela Europa, Africa e America, e ali fundou um collegio, segundo o systema de Froebel, collegio que obteve a protecção do governo brazileiro e o applauso da imprensa. Para melhorar e desenvolver essa casa de educação, voltou á Europa com o intuito de percorrer n'uma viagem de instrucção as principaes cidades de França, Inglaterra, Allemanha e Italia. Sobrevieram, porém, difficuldades que o obrigaram a abandonar a viagem e a deixar tambem o collegio do Rio de Janeiro, estabelecendo definitivamente a sua residencia em Lisboa. Entregou-se então ao estudo da critica e da bibliographia musical, juntando uma quantidade enorme de librettos e de operas, habilitando se assim não só para levar a cabo importantes trabalhos que elle proprio emprehendia, mas para dar importantes subsidios ás pessoas que o consultavam. Muito aproveitaram com elles o *Diccionario Bibliographico* e *Os Musicos portuguezes*, assim como a importantissima obra de Fétis, que se mostrou por isso muito reconhecido, e inseriu nas paginas da sua obra um largo elogio do erudito portuguez. Em 1874 e 1875 publicou um periodico *A Arte musical*, onde inseriu uma serie de artigos intitulados *Chronologia da opera em Portugal* e *Estudos da historia da musica em Portugal*. No *Jornal do Commercio* publicou tambem muitos estudos musicographicos, no *Contemporaneo, Diario Illustrado* e *Correio da Europa*, *Revolução de Setembro*, *Partido Constituinte*, *Ecco musical*, etc., publicou muitos artigos e biographias. Em 1882 concorreu no Rio de Janeiro para a regencia d'uma cadeira de italiano no collegio de D. Pedro II, e publicou a sua these, assim denominada: *Apontamentos e estudos sobre as origens das linguas neo-latinas. Prologo á these de concurso para a cadeira de italiano no imperial externato de Pedro II*, Rio de Janeiro, 1882. No anno de 1884 foi nomeado director do Asylo de Marvilla, e pouco tempo depois de ter tomado posse d'este novo cargo, adoeceu gravemente, vindo a fallecer com 46 annos de edade. Joaquim José Marques, tambem dirigiu o *Amphion*, jornal musical.

Marques (*Joaquim Moreira*). Vice governador da Companhia de Credito Predial, socio fundador da Sociedade de Geographia, director de diversas companhias e empresas fabris, fundador dos Albergues Nocturnos e de outros institutos de caridade. Fal. em 19 de maio de 1902, com 82 annos de edade. Fez parte do conselho fiscal do Banco Lisboa & Açôres e da direcção da Companhia de Seguros Bonança Pertenceu á antiga Associação Industrial Portugueza, foi vice presidente da Camara do Commercio e Industria. Na exposição industrial portugueza, realisada em 1888 na Avenida da Liberdade, foi membro da commissão executiva. Moreira Marques era commendador da ordem de N. S.ª da Conceição.

Marques (*Fr. José*). *Santa Rita e Silva (Fr. José Marques de)*.

Marques (*José Antonio*). Cirurgião medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, cirurgião militar, doutor em Medicina pela Universidade de Bruxellas, socio e presidente da Sociedade das Sciencias Medicas, e socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, membro d'algumas associações medicas estrangeiras, fundador e director da Casa de Saude Lisbonense, em Entremuros, etc. N. em Lisboa a 28 de janeiro de 1822, onde tambem fal. a 8 de novembro de 1884. Era filho de Antonio Emygdio Marques. Estudou o curso de Medicina na respectiva escola de Lisboa. Aos 20 annos era já medico-cirurgião, e n'essa qualidade foi nomeado cirurgião ajudante para caçadores, por decreto de 27 de agosto de 1842. O acontecimento politico de 1851, de que resultou a Regeneração, repercutiu-se na classe dos medicos militares, e por effeito das promoções que então houve, foi graduado em cirurgião de brigada. Desde essa epoca tomou sempre parte muito activa em todo o movimento da classe, concorrendo bastante para o seu bom credito, por esforço do trabalho e da sua vontade inabalavel. Desviado da politica para occupações burocraticas, já como adjunto, já como chefe, já como sub-chefe da repartição technica ou no ministerio da guerra, ou no commando em chefe, José Antonio Marques mostrou sempre a vastidão dos seus recursos, a lucidez da sua boa razão, e o seu acrisolado amor ao trabalho. Foi um dos collaboradores do *Jornal dos facultativos militares*, que em 1851, com as reformas que a regeneração politica do reino introduziu no serviço do exercito, elevando-o a um grau de consideração scientifica que até essa epoca não havia attingido, os facultativos militares regenerando o seu jornal, lhe introduziram os melhoramentos aconselhados pela sciencia. Deram lhe então como sub titulo o de *Escoliaste Medico*. A nova direcção deu a este importante jornal uma feição altamente scientifica. O dr. Marques foi seu redactor effectivo e constante até ao ultimo numero que se publicou. Auxiliado por distinctos collegas, o dr. Marques occupando sempre o principal logar na redacção, conseguiu que o *Escoliaste Medico* fôsse considerado como o primeiro jornal da especialidade do paiz, e que fôsse lido com interesse por todos os medicos portuguezes, que encontravam ali noticias do mundo scientifico, e vasta e erudita lição, tudo devido ao perseverante trabalho do redactor principal. Em 1854 publicou o seu primeiro livro, *Elementos de hygiene militar, ou collecção de assumptos e preceitos de hygiene, que interessam ou são indispensaveis a todos os que se dedicam á profissão militar*. Este livro, diz um dos seus biographos, já denuncia os dotes de escriptor estudioso e de medico dedicado ao serviço do exercito. O dr. José Antonio Marques foi nomeado pelo governo para o representar no congresso ophtalmologico reunido em Bruxellas a 13 de setembro de 1857, ahi apresentou uma memoria, com o titulo de *Aperçu historique de l'ophtalmie militaire portugaise*, que foi publicado em Bruxellas no mesmo anno de 1857, e mais tarde traduzida em portuguez, e comprehendida na obra

Resultas d'uma commissão medico-militar na Inglaterra, França, Belgica, Paizes Baixos, seguiguidas de varios capitulos sobre o titulo de «Londres Medica», Lisboa, 1859; com 3 estampas lithographadas. A memoria foi laureada no congresso, e a Universidade de Bruxellas lhe conferiu um diploma de doutor em medicina, cirurgia e partos, em 17 de outubro do mesmo anno de 1857, e junto ao diploma a declaração de que era a primeira vez que se conferia esta distincção. N'este congresso foi nomeado presidente honorario pela Peninsula. Em 1862 publicou outra memoria, intitulada: *Encore l'ophtalmie militaire en Portugal, et du traitement qu'on y emploie contre les granulations palpébrales, suite au mémoire présenté au congrés d'ophtalmologie de Bruxelles en 1857*, etc., Paris. N'esse mesmo anno de 1862 representou Portugal na Sociedade Universal de Ophtalmologia em Paris, e em harmonia com o convite feito pelo presidente da Confederação Suissa, e com a recommendação do imperador dos francezes, representou Portugal no congresso que se reuniu em Genebra a 8 de agosto de 1864, afim de se deliberar sobre a neutralisação dos exercitos. Ali propoz alvitres que do serviço de saude fôram adoptados por aquella respeitavel assembléa, onde o dr. Marques honrou o nome da medicina militar portugueza. Na escala dos postos militares era em 1847 cirurgião mór de infantaria n.º 7; cirurgião de brigada graduado em 10 de junho de 1851, e cirurgião de brigada por distincção em 19 de dezembro de 1859. Entrou nas campanhas de 1846 e 1847, sendo ferido na acção de Torres Vedras em dezembro de 1846. Desempenhou os logares de sub-chefe da repartição de saude do estado maior general com a graduação de cirurgião do exercito; em 1858 passou como adjunto á repartição de saude do ministerio da guerra, e depois chefe da repartição da 1.ª direcção do mesmo ministerio por decreto de 28 de setembro de 1859. Quando em 1864 se deu nova organisação ao exercito foi nomeado sub-chefe da 1.ª secção da repartição de saude, e depois em 1868, e em virtude de nova organisação da secretaria da guerra, foi nomeado chefe da 6.ª repartição da 1.ª direcção. A nova reforma realisada na secretaria da guerra em 1869 obrigou-o a afastar se da direcção do serviço de saude militar, passando a seu pedido á inactividade temporaria, pedido proveniente de desgostos causados por malquerenças e intrigas de que foi victima. Por decreto de 26 de janeiro de 1870 foi reformado no mesmo posto de cirurgião de brigada, a seu pedido, e por ter sido julgado incapaz do serviço activo pela respectiva junta de saude. O dr. José Antonio Marques desempenhou tambem uma commissão importante na qualidade de secretario geral da Commissão Portugueza de Soccorros a Feridos e Doentes Militares em tempo de guerra, trabalho importantissimo que faz a historia da referida commissão durante a guerra franco-prussiana. O dr. Marques, quer durante o seu serviço official, quer depois de reformado, sustentou sempre uma clinica activa, em que prestou bons serviços á sciencia, adquirindo grande fama. Depois de reformado instituiu, juntamente com alguns collegas, a Casa de Saude Lisbonense, no sitio de Entremuros, onde prestou os mais valiosos serviços O dr. José Antonio Marques era commendador da ordem de S. Bento de Aviz, cavalleiro das de Christo e de N. S.ª da Conceição; official da Corôa de Italia, cavalleiro da de Carlos III, de Hespanha e de Leopoldo da Belgica; condecorado com as medalhas de prata do valor militar, bons serviços, e comportamento exemplar. Além das obras apontadas, escreveu mais: *Discurso recitado como presidente da Sociedade das Sciencias Medicas, na sessão solemne de janeiro de 1860;* saiu no *Jornal* da dita sociedade, tomo XXIV, de pag. 5 a 35, no *Archivo Universal,* tomo II, e no *Parlamento*, n.º 528, e parece que tambem se publicou em folhetos separados; *Gheel, a colonia de alienados na Belgica*, saiu no *Archivo Universal,* tomo II, pag. 258, 276, 309, etc.; *As doenças e a mortalidade no exercito, consideradas em presença dos dados estatisticos fornecidos pelos mappas nosologicos e necrologicos dos hospitaes militares no anno decorrido do 1.º de julho de 1859 a 30 de junho de 1860*, etc., Lisboa, 1861; *Estudos estatisticos, hygienicos e administrativos sobre as doenças e a mortalidade do exercito portuguez, relativos pela maior parte ao decennio decorrido de junho de 1851 a julho de 1861, seguidos de numerosos dados comparados em relação a differentes nações, e da indicação das providencias hygienicas que reclama o mesmo exercito*, Lisboa, 1862; *Investigações estatisticas sobre a doença e mortalidade do exercito portuguez no periodo de seis annos e meio, decorridos do 1.º de julho de 1861 até 31 de dezembro de 1867*, Lisboa, 1870; *Os banhos turcos e as suas applicações á hygiene e á therapeutica, conforme as investigações feitas nos estabelecimentos existentes em Inglaterra*, Lisboa, 1863; *As inoculações syphiliticas e vaccino-syphiliticas, sua prevenção, diagnostico e tratamento, por Henrique Lee, traduzido da segunda edição,* 1.ª e 2.ª parte, Lisboa, 1863; *Molestias venereas e syphiliticas: exegese das doutrinas que a esse respeito interessam, seguida de uma summula pathologica e therapeutica, e de um formulario especial; segunda edição, accrescentada com a Summula e formulario,* Lisboa, 1868; houve ainda outra edição em 1878 com muitos accrescentamentos importantes, e nomeadamente um *novo capitulo ácêrca dos apertos de uretra e seu tratamento; Cartas folhetins*, numerosa série publicada no *Escoliaste Medico*, ácêrca de importantes pontos de theoria e pratica das sciencias medicas; *Primeiro relatorio e contas da commissão portugueza de soccorros a feridos e doentes militares em tempo de guerra; periodo annual decorrido de 13 de outubro de 1870 a 12 de outubro de 1871; elaborado conforme as determinações da mesma commissão pelo dr. José Antonio Marques secretario geral*, Lisboa, 1871; *Doutrina das crises e dos dias criticos das doenças*, nota na versão dos *Fastos*, de Ovidio, por Castilho, no tomo III, pag 251; *Esboço biographico do cirurgião de brigada Antonio Gomes do Valle*, no *Escoliaste Medico*, de 31 de julho de 1869. Algumas das obras do dr. Marques mereceram menção honrosa e uma extensa revista analytica na *British and foreign medico-chirurgial Review,* jornal scientifico muito considerado em Inglaterra. V. *Jornal do Commercio* de 24 de abril de 1863.

Marques *(José Epiphanio)* Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra, e lente cathedratico jubilado da mesma Universidade. N. em Extremoz a 16 de dezembro de 1831, fal. em

27 de novembro de 1908, sendo filho de Venancio Antonio Marques. Matriculou-se em 1849 nas faculdades de Philosophia e Mathematica, e em de 18:2 matriculou-se na de Medicina, e seguindo este curso fez a formatura em 1857. Recolheu depois a Extremoz, onde exerceu clinica até 1860, em que voltou a Coimbra para estudar o 6.º anno medico, doutorando-se a 28 de julho de 1861. Era socio do Instituto de Coimbra, sendo redactor do jornal d'esta corporação, etc. Escreveu: *Dos entozoarios, e da relação que existe entre estes e a etiologia e symptomologia; dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas*, Coimbra, 1861; é dedicada a Anselmo José Marques, tio do autor; foi depois de emendada e ampliada, reproduzida no *Instituto*, vol. XIII, pag. 156 e seguintes; e vol. XIV, pag 9 e seguintes, sob o titulo de *Dos entozoarios e sua influencia na economia animal; Analyse da theoria de Jaccoud ácêrca da etiologia e genese do crup ou garrotilho*, Coimbra, 1875; dedicada ao dr. Calixto Ignacio d'Almeida Ferraz; saira antes no *Instituto*, do Coimbra, e fôra reproduzida na *Correspondencia Medica*, de Madrid; *Conferencias no Instituto de Coimbra, feitas nas noites de 3 e 24 de maio de 1879;* Coimbra, 1879. O dr. José Epiphanio Marques collaborou no *Instituto*, no *Progresso Medico de Madrid*, oude publicou uma serie de artigos ácêrca da *Ictericia hematogena*, que, por terem apparecido com muitos erros, reproduziu devidamente correctos no *Instituto*, vol. XXIII, pag. 30 e 65. Na *Coimbra Medica*, vol. III, pag 157, 171, 189 e 205, publicou um artigo intitulado: *Bromatologia*, estudo que fôra destinado para uma conferencia no Instituto, que não chegou a realisar-se. Nos *Estudos Medicos*, n.os 19 e 20, publicou um estudo ácêrca da *Sangria na hemorragia ou apoplexia cerebral*, no qual colligiu a discussão levantada a este respeito na imprensa estrangeira, concluindo por apresentar a sua opinião.

Marques (*José Martinho*). Interprete official da lingua chineza do governo e delegações estrangeiras em Macau, cidade onde nasceu em 20 de março de 1810; ignora se a data do fallecimento. Cursou com brilhante aproveitamento os estudos litterarios no Collegio de S. José das Missões, e dedicou-se especialmente ao da lingua chineza, com que se habilitou a ser interprete. Escreveu n'esta lingua um *Tratado de Geographia*, e entre outras obras que deixou inéditas, nota-se um *Diccionario china-portuguez*. Era muito amador de musica, e publicou um pequeno compendio com o titulo de *Principios elementares da Musica ao alcance de todos*, Macau, 1853.

Marques (*Manuel*). Soldado aguerrido e valoroso que militou no Alemtejo da guerra da independencia de Portugal de 1640. Escreveu: *Relação da victoria que alcançou em 2 de setembro de 1641 o general Martim Affonso de Mello, nos campos da cidade de Elvas, contra o inimigo castelhano*, Lisboa, 1641; *Relação da victoria que o governador de Olivença, Domingos de Miranda Henriques teve dos castelhanos, e soccorro com que lhe acudiu o general Martim Affonso de Mello em 17 de setembro de 1641*, Lisboa, 1641; *Relação da victoria que alcançou o alferes Christovão de Carvalho, nos campos da villa de Olivença, contra o inimigo castelhano, a 25 de setembro de 1641*, Lisboa, 1641.

Marques (*Manuel Hypolito Ferreira*). Antigo actor da companhia do theatro do Gymnasio, que fal. já de avançada edade em 7 de novembro de 1892. Era conhecido pelo *Marques do Gymnasio*, por se ter sempre ali conservado, salientando-se em alguns papeis, como no *Marco Aurelio* da peça de Braz Martins, *Gabriel e Lusbel ou o Thaumaturgo*, o gallego na *Morte do Gallo*, no preto da *Velhice namorada*, etc. Lembram-nos as seguintes peças do seu reportorio: *O tio André que vem do Brazil*, *Os homens de marmore; As pequenas miserias*, *Uma mulher que se deita da janella abaixo*, *Systema homeopatico*, *A joven guarda*, *As ambições d'um eleitor*, *A porta falsa*, *O dominó verde*, etc. Marques era um bom copista de peças, e por muitos annos trabalhou para todos os theatros, copiando e tirando os papeis. Por fim faltou lhe a vista a ponto de já não poder escrever. Muito intelligente, traduziu algumas comedias, escreveu o poema e a musica para a opereta em 1 acto *O tenente e a patrona*, e um drama em 3 actos, *Deus, Justiça e Caridade*, que se representou no antigo theatro de Rua dos Condes.

Marques (*P. Pedro*). Jesuita. N. na cidade de Nangazaki, no Japão, sendo filho de Vicente Marques e de Sabina Vigui, nobre japoneza. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Foi creado na cidade de Macau, e professou na Companhia de Jesus, para promover a fé catholica entre os povos do Oriente, saindo de Macau para Tonquim a 12 de março de 1627 com o P. Alexandre de Rhodes, estabelecendo ali a missão, que infructuosamente fôra intentada annos antes por outros missionarios. Escreveu: *Relação da morte do P. Antonio Rubino da Companhia de Jesus, visitador da provincia do Japão, e China, e de outros quatro padres da mesma, e tres seculares;* saiu vertida em italiano, Roma, 1652.

Marques (*Pedro José*). Lexicographo, que viveu no tempo de el-rei D. José; foi capellão do côro e mestre de musica da egreja do Loreto. Escreveu um *Diccionario da lingua franceza e portugueza*, cuja publicação começou em 1758 e terminou em 1775.

Marques (*Salvador*). V. *Marques da Silva (João Salvador)*.

Marques (*P. Simão*). Jesuita. N. em Coimbra em 1684; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Manuel Marques e de Luiza Francisca. Tinha apenas 17 annos quando entrou na Companhia de Jesus, a 3 de novembro de 1701. No anno seguinte, 1702, passou ao Brazil, e acabado o noviciado, aprendeu as letras humanas e sciencias escolasticas no collegio do Rio de Janeiro, onde depois foi professor, reitor, examinador synodal, e por fim provincial. Publicou alguns dos seus sermões e a seguinte obra: *Brasilia Pontificia, sive speciales facultates Pontificae, quae Braziliae Episcopis conceduntur cum notationibus evulgatae*, Olysipone, 1749. Nova edição, Ulysipone, 1758.

Marques (*Victorino*). Empresario-director da antiga praça de touros do Campo de Sant'Anna. N. em Lisboa em 1830, e fal. ha bastantes annos. Era filho do industrial Ignacio José Marques. Desde tenra edade Victorino Marques começou a frequentar as touradas, que então se faziam na praça do Salitre, levado por seu pae, que

era muito amador de touradas e affeiçoado aos artistas. D'ahi datam as relações que Victorino Marques manteve com o abastado lavrador Raphael José da Cunha, relações que se conservaram sempre na mais intima cordealidade até á morte do referido lavrador. Pouco tempo depois tomou Rodrigues Alegria, de sociedade com Ignacio Marques, conta da empresa da praça do Campo de Sant'Anna, sendo este ultimo encarregado da administração das touradas. Victorino Marques teve então ensejo de adquirir conhecimentos praticos da gerencia das corridas, e com tanta dedicação se entregou a essa especialidade, que aos 16 annos mandava, pela primeira vez, uma tourada, merecendo a fórma como se houve, muitas felicitações do publico. Terminada esta empresa, poz a administração da Casa Pia a praça em hasta publica, sendo adjudicada por tres annos, 1863, 1864, 1865, a Rodrigues Alegria e Delgado. Nos mezes de abril a junho de 1863 foi Victorino Marques a Almada acompanhado de alguns artistas que se não tinham escripturado na praça do Campo de Sant'Anna, e ali deu algumas corridas, preparando-as e dirigindo com tanto acerto que attrahiu a Almada a maioria dos amadores tauromachicos. Em 13 de junho do mesmo anno de 1863, Victorino Marques foi chamado a casa de Raphael da Cunha, onde se encontrou com Delgado, e propuzeram-lhe a administração das corridas d'aquella empresa, dando-lhe plenissima autorisação para proceder em tudo, como lhe parecesse mais conveniente. Victorino Marques acceitou a proposta, e começou por chamar os artistas, que o tinham acompanhado a Almada, entre os quaes se contava o cavalleiro Batalha, que se estreara n'uma tourada n'aquella villa. Funccionou durante tres annos na praça do Campo de Sant'Anna, findo os quaes a Casa Pia resolveu explorar a praça por sua conta nos annos seguintes, sendo Victorino convidado para administrador. Em 1870 foi a praça posta em arrematação, e adjudicada a um lavrador da Gollegã, mas Victorino Marques não concorreu. Em 1871 a Casa Pia tomou a praça por sua conta, mandando n'essa epoca Victorino Marques em duas corridas, que fôram as mais brilhantes que então se deram. Em 1872 foi a praça arrematada a Victorino Marques, e esse contrato conservou-se por muitos annos. Contratou sempre os mais habeis artistas portuguezes, e os artistas hespanhoes de maior fama, em que dispendeu quantiosas sommas, mas que lhe fez adquirir a maior reputação como emprezario tauromachico.

Marques. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Pelmá, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, do mesmo districto.

Marques d'Aguilar *(Manuel)*. Gravador. N. no Porto em 1767 ou 1765, fal. no principio do seculo XIX. Frequentou a aula de desenho, que no fim do reinado de D. José I a Companhia das Vinhas do Alto Douro estabeleceu á sua custa no Porto, e de que foi primeiro director Antonio Fernandes Jacome, artista que estudara em Roma. Marques d'Aguilar esteve n'esta escola até 1793, obtendo então uma pensão annual de réis 600$000 para ir a Londres estudar a gravura com o professor Thomaz Milton. Regressando a Lisboa em 1796 ou 1797, foi empregado no Jardim Botanico, sendo encarregado de gravar os desenhos dos trajos asiaticos, e de objectos de historia natural. Gravou tambem os retratos das pessoas reaes.

Marques Cardoso *(José)*. Tenente de cavallaria no seculo XVIII, que escreveu: *Elementos da Arte militar, que comprehendem todas as acções da guerra, que se pódem praticar nos ataques e defezas*, Lisboa, 1785.

Marques Correia *(João)*. Mestre em Artes, e formado em Medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Beja a 20 de junho de 1671, e fal. na mesma cidade a 16 de junho de 1745. Era filho de Luiz Marques e de Maria Josepha. Recebeu o grau de mestre em Artes a 17 de março de 1692, e formou-se em Medicina a 23 de junho de 1696. Foi na Universidade examinador dos licenceados e bachareis. Escreveu: *Tratado physiologico, medico, physico e anatomico da inoculação do sangue, dividido em quatro capitulos*, Lisboa, 1735; saiu em segunda edição, *agora reduzido á fórma de dialogo, e addicionado*, etc., Porto, 1761. Deixou manuscripto: *Baxel seguro para se navegar nas ondas d'este mundo sem perigo, nem risco de cair no mar das enfermidades*, etc.

Marques Leitão *(Carlos Adolpho)*. Tenente coronel do estado maior de infantaria; professor proprietario no Real Collegio Militar, professor dos principes, etc. N. em 1 de maio de 1855, assentou praça em 15 de setembro de 1873, sendo

Carlos Adolpho Marques Leitão

promovido a alferes em 5 de janeiro de 1876, a tenente em 8 de novembro de 1882, a capitão em 21 de dezembro de 1887, a major em 20 de outubro de 1898, e a tenente coronel em 16 de maio de 1906. No anno de 1898 foi nomeado professor dos principes, o fallecido D. Luiz Filippe, e o actual rei senhor D. Manuel II. E' director da Escola Industrial Marquez de Pombal, cujos tra-

balhos de installação preparou com tanta meticulosidade, que lhe valeu o ser louvado quatro vezes por differentes governos. Fez parte como presidente, da commissão administrativa da camara municipal de Lisboa, no tempo do ministerio do sr. conselheiro João Franco. O sr. tenente coronel Marques Leitão é cavalleiro de S. Bento de Aviz, e official da mesma ordem por serviços distinctos, cavalleiro da de S. Thiago, por decreto de 6 de maio de 1886, da de N. S.ª da Conceição, e possue a medalha militar de prata, da classe de comportamento exemplar. Foi quem escreveu o discurso proferido na sessão solemne no Real Collegio Militar em 1903.

Marques Pereira. V. *Pereira*.

Marques da Silva (*João Salvador*). Empresario theatral, escriptor, jornalista, etc. N. em Alhandra a 9 de julho de 1844, fal. em Lisboa a 14 de fevereiro de 1907. Era filho do abastado lavrador Antonio Marques da Silva, e de sua mulher, D. Anna Efigenia da Silva. Reconhecendo-lhe seus paes clara intelligencia e disposição para estudos desde tenra edade, mandaram-o aos 12 annos para Santarem estudar no seminario os preparatorios, e em tres annos frequentou as 12 cadeiras do curso, conseguindo approvação em todas. Tratando-se da carreira que deveria seguir, Salvador Marques preferiu a de medicina á de Direito, pela qual seu pae mostrava uma certa sympathia. Veiu então para Lisboa, matricular-se na Escola Polytechnica, passando depois á Escola Medica, onde estudou ainda os dois primeiros annos do curso. Seu pae havia determinado mandal-o á Universidade de Coimbra para ali fazer a sua formatura, mas não póde realisar o seu plano, por ser surprehendido pela morte. Em 1865 falleceu tambem sua mãe, e Salvador Marques teve de retirar-se para Alhandra a cuidar da casa, aproveitando egualmente o restabelecer a saude, que sentia um tanto enfraquecida. Viveu 8 annos na sua terra natal, dedicando-se muito a cousas theatraes; com alguns amigos formou um theatro, a que os habitantes d'Alhandra deram o titulo de *Salvador Marques*, fez-se actor, ensaiador e escriptor dramatico; muito amante egualmente de touradas, chegou a entrar em diversas corridas, mas por fim abandonou este genero de divertimento. Tambem cultivou a politica local, como ordinariamente acontece nas terras pequenas a qualquer homem illustrado, e nas eleições de 1869 foi eleito vereador da camara municipal da localidade. No fim de oito annos de se conservar em Alhandra, voltou novamente para Lisboa, e aqui o seu nome começou logo a tornar-se conhecido como escriptor dramatico e jornalista. Em 1876 fundou o *Toureiro*, juntamente com João d'Almeida Pinto, jornal de que foi o principal redactor; em 1878, juntamente com Sousa Bastos, Pedro Vidoeira e Gervasio Lobato, fundou o *Contemporaneo*, jornal dedicado ao theatro, que publicava em photographia retratos de diversos artistas e escriptores. Collaborou tambem no *Ecco Musical* e na *Chronica Musical*, jornaes que dirigiu; nas *Novidades*, *Jornal da Noite*, e outros. Foi empresario em differentes epocas dos antigos theatros dos Recreios e da Rua dos Condes; do actual theatro do mesmo nome, d'Avenida, Principe Real e Rato. Era um ensaiador competentissimo e consciencioso, e tinha profundo conhecimento da technica theatral. Ainda no seu tempo de estudante, casou quando menos se esperava. Salvador Marques, apezar de ter herdado boa fortuna de seus paes, teve epocas em que se viu em precarias circumstancias e para adquirir meios de subsistencia fez-se livreiro e editor. Por indicação do fallecido escriptor Antonio Ennes, que reconhecia quanto valiam a sua intelligencia, boa vontade e competencia em cousas theatraes, foi Salvador Marques director litterario das empresas dos theatros de D. Maria II, Gymnasio e Rua dos Condes, quando unidas, e mais tarde da do Gymnasio, logares que exerceu sempre com o maior criterio. As suas producções dramaticas são numerosas, tanto originaes, como traducções e imitações, que se representaram em diversos theatros. Mencionaremos as seguintes. Em 5 actos: *Policia*, *O incendio da fragata Diana*, *As ruas de Lisboa*, *Fidalgos e operarios, ou a tomada da Bastilha*, *O Correio de Leão*, *Vivandeira do 16 de linha*, *A bandeira do regimento*, *Medico negro*, *Mirabeau*, *Az de paus*, *O corcunda*, *Os miseraveis*, *Vida infernal*, *Justiça*, *O domador de tigres*, *O centenario*, *Signo de Salomão;* em 4 actos, a oratoria *Santa Quiteria*; em 3 actos: *O feiticeiro da Torre Velha*, *Os campinos*, comedia de costumes, *Jonathan*, *A alegria da casa*; em 1 acto: *Fome e honra*, *O valete de copas*, etc.

Marquez. Este titulo é de procedencia romana, assim como o de duque e o de conde. Os allemães o davam aos seus governadores de provincia, chamando-lhes *markgraff*, palavra composta de dois vocabulos germanicos: *mark*, marca, limite ou fronteira, e *graff*, conde. No reinado de Carlos Magno fôram concedidos a esta dignidade varios privilegios, entre o quaes avultava o de não reconhecerem como superiores os duques

Corôas de marquez

a que pertencia o territorio de que fazia parte o margraviado. Por conseguinte o margrave só devia respeito e obediencia ao imperador. Com taes prerogativas fez-se esta dignidade appetecida de pessoas muito illustres por sangue, e até de principes, de sorte que no seculo XII foi aquelle titulo declarado hereditario, e pouco tempo depois os margraves fôram creados principes do imperio. Na Italia chamaram *marchiones* aos capitães a quem era confiado o governo das *marcas*, ou terras da fronteira. Na França, aos individuos que exerciam o mesmo cargo, se deu o titulo de *marches*, que no reinado de Luiz I, em 814, se modificou em *marquis*. Passados tempos começaram os reis de França, e tambem os so-

beranos d'outros paizes do norte, a conceder o titulo de marquez como mercê simplesmente honorifica. Em alguns reinos os marquezes tomavam logar, nas funcções da côrte, immediato aos duques, e outros sentavam-se abaixo dos condes, como inferiores a estes. Em Portugal o primeiro fidalgo, que teve o titulo de *marquez*, foi D. Affonso I, 1.º duque de Bragança, que D. Affonso V fez marquez de Valença, por carta de 14 de outubro de 1451. O referido monarcha fez marquez de Villa Viçosa a D. Fernando, conde de Arraiollos, em 25 de maio de 1455; e marquez de Montemór a D. João, filho do marquez de Villa Viçosa, em 1472. Durante o dominio castelhano, é que se divulgou muito em Portugal o titulo de marquez. Na antiga côrte dos nossos reis os marquezes sentavam-se no paço e na capella real abaixo dos duques, em cadeiras rasas, isto é, sem costas, com almofadas de velludo preto, e collocadas fóra do estrado real, emquanto que as dos duques eram postas sobre o estrado. Quando falavam em publico a el-rei levavam a mão ao chapéo ou carapuça, levantando-o um pouco, sem comtudo descobrir a cabeça. A rainha recebia as marquezas em pé, sobre o estrado, e logo as mandava sentar em almofada de velludo preto, fóra do mesmo estrado. Para receber as duquezas, assim que estas entravam na sala, dava a rainha um passo, como que para lhes sair ao encontro, e mandava pôr a almofada, tambem de velludo preto, sobre o estrado. Os marquezes timbravam as suas armas com elmo de prata (V. *Elmo)*, posto de frente, tendo a grade da viseira onze varetas de ouro, a bordadura e os desenhos do mesmo metal. Alguns armidoutos antigos indicam a rede da viseira do elmo de marquez, posto de frente, apenas com sete varetas ou ferros, e outros autores heraldicos marcam nove varetas, sendo o elmo posto de perfil. A corôa actual é aberta e formada d'um circulo de ouro enriquecido de pedrarias e realçado por oito florões, quatro dos quaes de folhas de aipo e os outros quatro formados de tres grandes pérolas em trevo. Na representação de uma corôa de marquez vê-se um florão inteiro de folha d'aipo, ao centro, e dois meios florões nas extremidades. Nos dois intervallos alternam com os florões as pérolas, postas de tres em tres, na forma de folha de trevo. Nas corôas mais antigas usavam os marquezes as tres pérolas sobre pequenas pontas que as levantam do circulo engastado de pedrarias. Ainda noutra variante, tambem antiga, da corôa de marquez os florões de folha d'aipo alternam com uma só pérola grande. Modernamente, nas solemnidades da côrte, os duques tomam logar junto do throno, abaixo d'elles os marquezes, e depois os condes. Nos tempos antigos, eram muito pomposas as cerimonias da investidura do titulo de marquez. Na *Chronica d'el-rei D. João II*, cap. 78, descreve Garcia de Rezende, as que se praticaram, quando em 1489 este monarcha elevou D. Pedro de Menezes, conde de Villa Real, á dignidade de marquez. Diz assim o chronista: «El-rei estava ricamente vestido em uma sala armada de rica tapeçaria e docel de brocado, e sua cadeira real em alto estrado, e el-rei em pé, com a mão posta na cadeira, encostada ao docel; e com elle o principe e o duque (era o duque de Beja D. Manuel, mais tarde rei) e muitos senhores e nobre gente, todos vestidos de festa. O marquez veiu da sua pousada a pé, acompanhado de muitos, honrados e nobres fidalgos, e com trombetas e atambores, charamellas e sacabuxas, e muita gente, e deante d'elle, homens do conselho d'el-rei, fidalgos de muita autoridade. Um trazia nas mãos o estandarte das suas armas com pontas; outro uma espada mui rica, mettida na bainha, com a ponta para cima, alta, na mão direita; e outro uma carapuça de seda, fórrada de arminhos, posta em um bacio (salva) de prata, lavrado de bastiães. E n'esta ordem entrou na sala, e foi assim até chegar ao estrado, onde estava el rei; e depois de feitas suas mesuras, os officiaes fizeram casa calada (impuzeram a todos silencio), e o chanceller-mór, João Teixeira, fez uma arenga, em linguagem dos louvores d'el-rei e dos grandes merecimentos do marquez, e seus muitos assignalados e leaes serviços, e assim dos de que descendia, e declarou que el-rei o fazia novamente marquez de de Villa Real e conde de Ourem. Acabada a oração, que foi muito bem dita, el-rei fez chegar o marquez ante si, e tomou a carapuça do bacio, e poz-lh'a na cabeça; tomou a espada e cingiu-lh'a por cima dos vestidos, e da cinta lh'a tirou nua, e com ella lhe cortou as pontas do estandarte, que ficou em bandeira quadrada, como de principe; tomou um annel de um rico diamante e por sua mão lh'o metteu em um dedo na mão esquerda. Acabado isto, o marquez, com os joelhos em terra, beijou a mão a el-rei, e assim todos os outros senhores e pessoas principaes que ahi eram. O marquez foi aquelle dia convidado d'el-rei, e comeu com elle á mesa, que assim era ordenado, em a sala ricamente armada, com docel de brocado, e grande baixella, com todos os officiaes e ministros, e muitas iguarias, tudo em muita perfeição. El-rei estava assentado no meio do docel, e o principe á mão direita, e além do principe o marquez; e da outra parte d'el-rei, á mão esquerda, estava o duque, e assim comeram todos com grande festa. Acabado de comer, e el-rei recolhido, o marquez, com muita honra e muito acompanhamento de senhores e nobre gente, e muitas trombetas e atambores, charamellas e sacabuxas, se recolheu á sua pousada. Depois houve em casa do marquez muitos dias festas de danças e mui abastados banquetes. E, como nobre e grande senhor, deu algumas dadivas honradas aos officiaes que fizeram seus despachos.» Com o decorrer do tempo todas estas cerimonias cairam em desuso, sendo substituidas pela simples visita do agraciado ao paço, logo depois da mercê, a levar ao soberano a homenagem dos seus agradecimentos e respeito.

Marquez. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Vimeiro, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Marqueza. Mulher do marquez V. *este titulo*.

Marqueza. Ponta dá ilha de S. Miguel, Açôres, situada na costa E da ilha, entre as pontas do Arnel e da Madrugada.

Marquezado. Titulo, dignidade de marquez ou de marqueza. Terras que constituem o dominio e solar do marquez ou marqueza.

Marquinho. Pov. na freg. de S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Marquiteira. Pov. na freg. de N. S.ª da Annunciação e conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa.

Marra. Povoações nas freguezias: S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, do mesmo districto.

Marracuene. Pov. e posto militar do distr. de Lourenço Marques, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Serviço telegraphico. No dia 2 de fevereiro de 1895 deu-se aqui um grande combate contra os negros do sertão do distr. de Lourenço Marques que se haviam sublevado. Foi esta uma das paginas mais gloriosas da historia da campanha da Africa Oriental de 1895 e 1896.

Marral. Prazo da Corôa no distr. da Zambezia, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem 250 k. de comprimento por 150 de largura, e por incumbes, ou dependencias, varios territorios. Minas de ferro, extensos e densissimos bosques de socupira, sandalo e outras madeiras preciosas, excellentes para toda a qualidade de construcção. Solo fertilissimo. Nos bosques ha muitos animaes ferozes.

Marrancos. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 56 fog. e 255 hab. A egreja matriz dista 8 k. da séde do conc. O abbade de S. Thiago, de Arcozêllo, apresentava o cura, que tinha 50$000 réis. A terra é fertil, cria gado de toda a qualidade, e tem caça grossa e miuda. Pertence á 3.ª div. militar e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Marraquene. V. *Marracuene*.

Marràzes. Pov. e freg de S. Thiago, da provincia da Extremadura, conc, com. e distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 609 fog. e 2:899 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e feira a 18 de cada mez. A pov. dista 5 k. da séde do conc. Antigamente só existia a freg. do *Arrabalde da Ponte* (V. *este nome)*, que foi supprimida em 1811, em cujo anno se mudou a séde da parochia para o logar dos Pinheiros, a 4 k. de distancia. Em 1829 passou dos Pinheiros para Marrázes, a 2 k. do Arrabalde da Ponte, onde se tem conservado, construindo-se uma nova egreja, que em 1838 foi ampliada com mais dois altares lateraes, que tinham pertencido ao mosteiro de Santo Antonio, de Leiria. A torre foi feita em 1845 com a pedra que formava a antiga torre da egreja do Arrabalde. Em 1852 reedificou-se a parede do lado esquerdo da egreja, que ameaçava ruina. Em 1865 concluiu-se o retabulo do altar-mór, que tinha sido principiado no anno antecedente. N'este mesmo anno foi estucada a capella-mór, e no anno seguinte o corpo da egreja. A pov. pertence á 5.ª div mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 7, com a séde em Leiria.

Marreca *(Antonio de Oliveira)*. Administrador da Imprensa Nacional, professor de Economia Politica no Institute Industrial de Lisboa, deputado, socio effectivo e de merito da Academia Real das Sciencias, guarda-mór da Torre do Tombo, director da Bibliotheca Nacional de Lisboa, etc. N. em Santarem, a 26 de março de 1805, fal. em Lisboa a 9 de março de 1889. Sendo estudante no tempo do governo absolutista, foi preso por manifestar com enthusiasmo as suas idéas liberaes, mas conseguiu evadir-se da prisão e emigrar para Londres, voltando a Portugal em 1834, depois de estar restabelecido o systema constitucional. Por decreto de 27 de julho de 1835 foi nomeado administrador da Imprensa Nacional. Reconhecendo, porém, em breve, que o regimen politico implantado não era o que mais convinha aos interesses do paiz, acompanhou resolutamente em 1836 Manuel da Silva Passos, adheriu á revolução de setembro d'esse anno, e foi nomeado delegado ao congresso constituinte de 1837, que fez reviver por um instante os principios democraticos estabelecidos pela revolução de 24 de agosto de 1820. Foi um dos fundadores do *Panorama*, jornal litterario e instructivo que principiou a publicar-se em 1837. Ali inseriu a sua obra, que lhe ereou grande fama de escriptor, *O conde soberano de Castella Fernão Gonçalves*, que ficou incompleta. Dedicando se ao estudo da Economia Politica, publicou em 1838 umas *Noções elementares* d'essa scieneia, e no *Panorama*, tambem publicou alguns artigos sobre o mesmo assumpto. Antonio d'Oliveira Marreca trabalhou activamente para a constituição da junta revolucionaria de Lisboa de 1846, e fez parte do

Antonio de Oliveira Marreca

triumvirato revolucionario (José Estevão, Rodrigues Sampaio e Oliveira Marreca) que se constituiu no paiz, em seguida á revolução franceza de 1848. D'esse triumvirato, que só se dissolveu depois do golpe de Estado napoleonico, foi elle egualmente a alma. Triumphando a reacção monarchico-catholica, Oliveira Marreca e os seus dois camaradas de lucta homisiaram-se até á Regeneração. Em 1849 fez parte do jury da Exposição Nacional, que então se realisou em Lisboa, e d'elle é o *Relatorio geral do jurado*, em 1850. Quando se fundou o Instituto Industrial de Lisboa por decreto de 30 de dezembro de 1852, foi nomeado lente de Economia Politica; a Academia Real das Sciencias tambem o nomeou seu socio effectivo, e quando falleceu era socio de merito. Em 1862 deixou de ser director da Bibliotheca Nacional de Lisboa, cargo que ha annos exercia, por ter sido nomeado guarda-mór da Torre do Tombo. Mais tarde, pela reforma feita em 1887 n'este archivo, ficou addido

á inspecção geral das bibliothecas e archivos publicos. Tendia muito para as idéas republicanas, sobretudo no periodo em que essas idéas conquistaram alguns adeptos em Portugal, que foi no periodo de 1848; no entretanto nunca chegou verdadeiramente a fazer uma profissão de fé republicana. Em 1864 presidia no Pateo do Salema, em Lisboa, ao *Club dos Lunaticos*, de que faziam parte Sousa Brandão, Elias Garcia, Sabino de Sousa, Latino Coelho, Bernardino Pinheiro, Dr. Lisboa, Saraiva de Carvalho, e outros. Revolucionario por temperamento, entrou tambem na revolta chamada da *Janeirinha*, em janeiro de 1868, presidindo ao grande comicio que se effeituou em Lisboa na praça do Campo de Santa Anna. O novo ministerio que se organisou, em consequencia d'esse movimento, lhe offereceu a pasta da fazenda, em homenagem aos seus serviços e aos seus talentos de economista, mas recusou-a. Em 1869, como não estivesse ainda organisado o partido republicano, apoiou o ministerio liberal do marquez de Sá da Bandeira e do bispo de Vizeu. Quando elle se organisou em 1870, por se ter declarado n'esse anno a França republicana, Oliveira Marreca acceitou a presidencia que lhe fôra offerecida. Em 1873 proclamando-se a republica em Hespanha, depois da abdicação do rei Amadeu de Saboya, julgou Oliveira Marreca ser chegado o momento d'ella tambem se proclamar em Portugal, e n'esse sentido conspirou activamente. Mas a curta duração da republica hespanhola mallogrou os intentos dos republicanos portuguezes, que só ganharam novas forças, quando em 1876 os republicanos francezes, guiados por Gambetta, derrotaram na lucta eleitoral a colligação reaccionaria. A 3 de abril d'aquelle mesmo anno foi eleito o primeiro directorio do partido republicano portuguez, sendo Oliveira Marreca um dos seus membros, tomando parte importante na redacção do programma do mesmo partido, assignado e publicado em 1878. Quando em 1881 se tratou nas camaras da cedencia á Inglaterra da bahia e do territorio de Lourenço Marques, foi Oliveira Marreca, com Bernardino Pinheiro e outros, que prepararam o movimento contra aquelle tratado. Deputado em 5 legislaturas, a sua palavra foi sempre ouvida com respeito, sobretudo nas questões financeiras e economicas, em que era grande autoridade. Saraiva de Carvalho, sendo ministro, offereceu-lhe o pariato, que elle recusou. Falleceu victima d'uma congestão cerebral, com 84 annos de edade. Collaborou na *Illustração Luso-Brazileira*, *Revolução de Setembro*, *Revista economica*, *Jornal Universal*, *Atheneu*, e outros. Tambem collaborou no *Codigo Civil*. Lopes de Mendonça, dedicando á exposição e analyse dos trabalhos de Oliveira Marreca, um largo capitulo das suas *Memorias de Litteratura Contemporanea*, de pag. 349 a 369, termina dizendo: «Não nos cumpre a nós classificar os homens eminentes, que representam na sciencia e nas letras o paiz que lhes deu o berço; mas affirmando que o sr. Antonio d'Oliveira Marreca é um dos primeiros economistas da Europa, não revelamos senão uma convicção que todos quinhoarão, recorrendo os seus preciosos trabalhos sobre este ramo importante dos conhecimentos humanos. Inaccessivel ás paixões, que tantas vezes allucinam os mais altos espiritos, a sua robusta intelligencia não se maculou nos desvios de sectario. Emquanto os economistas lançados na lucta das opiniões e dos partidos, se tornam fogosos propugnadores de uma theoria exclusiva, elle faz a critica de todas ellas, e não se determina senão pelo estudo dos factos, e pela analyse dos resultados experimentaes. Seria muito para desejar que o illustre economista emprehendesse uma edição completa das suas obras. Trabalhos de certa ordem pertencem ao paiz e á sciencia.» Antonio d'Oliveira Marreca escreveu: *Noções elementares de Economia Politica, para servir de compendio ás pessoas que frequentam o curso d'esta sciencia, fundado pela Associação Mercantil de Lisboa, e dirigido pelo autor*, Lisboa, 1838; *Importancia da Economia Politica*, artigo inserto no *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras*, 1836, pag. 13 a 18; *Considerações sobre o curso de Economia Politica, publicado em Paris em 1842 pelo sr. Miguel Chevalier*; insertas no *Panorama*, vol. VII, 1843; *Manuel de Sousa Sepulveda*, trecho historico-romantico; saiu no *Panorama*, no referido volume; saiu tambem no tomo II do *Archivo Universal*, pag. 376, 391 e 406; *Parecer e memoria sobre um projecto de Estatistica*, Lisboa, 1854; vem tambem no tomo I, parte I, das *Memorias da Academia*, nova série, classe 2.ª; *Jornal mensal de educação, redigido sob a especial protecção de S. M. a Rainha*, Lisboa, 1835; parece que se publicou só o 1.º numero, datado de outubro do referido anno; *Maria, ou Amavel, romance historico*, saiu no *Archivo Universal*, tomo II, a pag. 263, 285, 312, 326 e 360.

Marrecas Ferreira (*Luiz Feliciano*) Tenente-coronel de engenharia, lente da Escola do Exercito e do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa, socio effectivo da Academia Real das Sciencias. N. em Evora a 1 de julho de 1851, sendo filho de Francisco Antonio Ferreira, medico militar. Foi alumno do Real Collegio Militar, e assentou praça a 28 de agosto de 1868. Concluiu o curso da Escola Polytechnica em 1872, e o de engenheiro militar na Escola do Exercito em 1875; foi promovido a alferes em 5 de janeiro de 1876, a tenente a 31 de janeiro de 1878, a capitão em 16 de novembro de 1881, a major, em 30 de setembro de 1891, e a tenente-coronel em 14 de novembro de 1895. E' socio da Academia Real das Sciencias desde 1 de abril de 1880, primeiro como socio correspondente, e depois como effectivo. Foi nomeado, precedendo concurso documental, lente de 2.ª classe para as cadeiras de construcção da Escola do Exercito, por decreto de 14 de outubro de 1880; hoje rege a 16.ª cadeira (Resistencia applicada-Pontes); lente, tambem por concurso documental, da cadeira de operações financeiras no Instituto Industrial e Commercial de Lisboa, por decreto de 15 de março de 1886; hoje rege a 2.ª cadeira (Algebra superior, Geometria analytica, Calculo infinitesimal). Foi membro do jury dos exames dos candidatos ao magisterio primario no districto da Guarda em 1879, e do jury dos exames de Mathematica no Lyceu Central de Lisboa em 1881 e nos annos seguintes. A Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes o elegeu para a commissão incumbida da redacção do *Diccionario technologico*. Foi o secretario da conferencia ácêrca dos melhoramentos do porto de Lisboa, que se realisou n'uma das salas do ministerio das

obras publicas em 25 de junho de 1884. Tem sido collaborador de diversas publicações litterarias e scientificas, e collaborou nos jornaes: *Democracia*, *Correio Portuguez*, *Esquerda dynastica*, Tambem publicou artigos nos numeros especiaes, que o *Districto da Guarda* e o *Districto de Faro* dedicaram ao tricentenario de Camões em 1880. O sr. tenente-coronel Marrecas Ferreira é commendador da ordem de S. Bento de Aviz por serviços distinctos, cavalleiro da mesma ordem, e cavalleiro e official da de S. Thiago de que teve o primeiro grau por decreto de 18 de maio de 1886; possue a medalha militar de prata, de comportamento exemplar. O governo italiano tambem o agraciou com a commenda da ordem da Corôa de Italia. Está agora na reserva por nomeação de 19 de setembro de 1902. E' longa a lista dos seus escriptos, dos quaes citaremos: *Algumas propriedades das superficies;* no *Jornal das Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes*, n.º XXIII, publicado pela Academia Real das Sciencias. No *Jornal das Sciencias Mathematicas e Astronomicas*, publicado em Coimbra: *Sobre um problema de Geometria*, no vol. I; *Sobre um problema de Mechanica applicada*, no vol. II; *Questão proposta n.º 12*, no mesmo vol.; *Sobre a questão proposta n.º 11*, idem: *Sobre a equação do 2.º grau*, idem; *Sobre a questão proposta n.º 13*, idem; *Sobre um problema*, idem; *Sobre um problema de Geometria*, no vol. III; *Sobre as equações trinomias*, no vol. V; *Sobre a theoria do «hyberboloyde»*, no vol. VII. Na *Revista Scientifica*, publicada pelo Atheneu do Porto: *Sobre o problema da duplicação do cubo*, no n.º 3. Na *Revista das Obras Publicas e Minas*: *Confronto entre curvas circulares e parabolicas*, no tomo XII; *Nota sobre uma questão de hydraulica*, no tomo XV. Na *Revista de Sciencias militares*: *Organisação militar do pessoal dos caminhos de ferro do estado*, no vol. III; d'esta memoria fez-se uma edição em separado. Tem mais: *Monumentos, Obelisco aos restauradores*, publicado nos n.ᵒˢ 22 e 23 da *Revista Litteraria do Porto*, em 1877; *Relatorio da secção de ethnographia da expedição scientifica á serra da Estrella em 1881*, Lisboa, 1883; esta expedição foi realisada em virtude d'uma proposta apresentada pelo sr. Marrecas Ferreira e o fallecido Luciano Cordeiro á Sociedade de Geographia em 1880 e ahi approvada, facto a que então parte da imprensa se referiu com applauso: *Estudo sobre monte pios; dissertação para o concurso da cadeira de operações financeiras no Instituto Industrial e Commercial de Lisboa*, Lisboa, 1886: *A electricidade;* saiu na *Revista intellectual contemporanea*, de 1886, n.ᵒˢ 8 e 9; *Relatorio ácêrca dos trabalhos topographicos e de acampamento feitos pelas secções auxiliares da expedição scientifica á serra da Estrella*, Lisboa, boa, 1886; *Funcções e equações numericas* (vol n.º 207 da *Bibliotheca do Povo e das Escolas)*, Lisboa, 1898; *Sobre a decomposição das forças em um plano*, na «*Revista de Obras publicas e Minas*», 1897; *Calculo dos momentos n'uma viga de n) tramos collocada sobre apoios*, na *Revista* citada, 1896; *Sur la projection zenithale de Lambert*, Lisbonne, 1889. *Estudo sobre o planimetro polar de Amsler*, na *Revista* citada, 1894.

Marrecos Pov. na freg. do S. Pedro, de Mollelos, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Marreiros. Pov. na freg. de S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, districto de Faro.

Marrejôs Pov. na freg. de S. Cosme, de Podame, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Marrinha. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Semide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Marrocos *(Francisco José dos Santos)*. Bibliothecario da bibliotheca d'Ajuda, professor de Philosophia racional e moral no Real Estabelecimento do bairro de Belem. Fal. já muito velho entre os annos de 1823 e 1825. Escreveu, e imprimiu em 1811, um *Mappa alphabetico das povoações de Portugal, que tem juiz de primeira instancia*, etc.

Marrocos. Povoações nas freguezias: Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra. ‖ Espirito Santo, conc. de Mertola, distr. de Beja. ‖ S. Thiago, de Modellos, conc. de Paços de Ferreirá, distr. do Porto.

Marrocos de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santo Estevão, de Cachopo, concelho de Tavira, distr. de Faro.

Marrogão. Rio do distr. da Zambezia, na provincia de Moçambique, Africa Oriental. Corre no antigo prazo Anqueze. ‖ Incumbe ou territorio dependente do prazo Anqueze, no distr. da Zambezia, prov. de Moçambique.

Marromeu. Pov. da circumscripção de Sena, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Faz parte dos territorios administrados pela Companhia de Moçambique, e tem uma delegação alfandegaria. Importante fabrica de assucar da Companhia assucareira da Africa Oriental.

Marrongue Prazo da Corôa no distr. da Zambezia, prov; de Moçambique, Africa Oriental. Tem 7 k. de comprimento por 3 de largura, e por incumbe o territorio de Pangorim. Exploração agricola. ‖ Monte entre os rios Luo e Lucotocua, no prazo Milange, na Zambezia.

Marroquil. Povoações nas freguezias: Espirito Santo, de Azinhal, conc. de Castro Marim, distr. de Faro. ‖ N. S.ª d'Assumpção e conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Marruas Pov. na freg. de Santa Maria e concelho de Torres Novas, distr. de Santarem.

Martanos. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pedrogão, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Marteleira Pov. na freg. de S. Lourenço dos Francos, de Miragaia, conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa. Tem caixa postal.

Martelinho. Pov. na freg. do Salvador, de Fonte Boa, conc. de Espozende, distr. de Braga

Martens *(João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho)*. Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, e lente jubilado da mesma faculdade; do conselho d'el-rei D. Luiz e do conselho de Estado; deputado, par do reino, ministro, procurador geral da corôa, aio dos principes D. Carlos e D. Affonso, embaixador junto á Santa Sé, socio e vice-presidente da Academia Real das Sciencias, socio do Instituto de Coimbra, membro do Instituto do Direito Internacional, etc N. nos Olivaes a 28 de janeiro de 1824, fal. em Florença a 15 de novembro de 1895. Era filho do antigo desembargador dos aggravos da Casa da Supplicação Francisco Roberto da Silva Ferrão

de Carvalho Martens, e de sua mulher D. Maria Izabel Brum da Silveira. Terminados os estudos preparatorios matriculou-se em Direito na Universidade de Coimbra em 1844, seguindo o curso com distincção; obtendo alguns premios, e nas informações litterarias o *MB* de distincção. Em 1853 concluiu o curso, recebendo o grau de bacharel, e doutorou-se em 31 de julho de 1854. Nas theses para o doutoramento, que correm impressas, encontram se as seguintes: *De omni jure naturali; De omni jure publico et interno et externo*; *De omni economia politica; De omni jure criminali philosophica.* Com as theses que defendeu em 1) de julho do referido anno de 1854, publicou uma *Dissertação inaugural*, que teve uma larga distribuição em Coimbra, sobre a seguinte these dada pela faculdade: «Será possivel, com esperança de permanencia; e quando o seja, será necessario, para o melhoramento das classes operarias, reorganisar-se a esphera industrial de uma qualquer fórma, imposta pela autoridade?» Desenvolveu na primeira parte: *Theoria do homem e da humanidade*; na segunda: *theoria transcendente da sciencia economica;* e na terceira: *organisação da industria.* Martens Ferrão concorreu em 1857 a uma cadeira de Direito, sendo nomeado lente em 21 de julho de 1858. Antes, porém, de entrar no magisterio universitario já se havia filiado no partido regenerador, sendo eleito deputado em 1857, manifestando-se desde logo um apreciado orador. Dos muitos discursos que pronunciou n'este primeiro periodo da sua carreira parlamentar, foi um dos mais notaveis o que proferiu nas sessões de 20 e 21 de julho de 1858 ácêrca do apresamento da barca *Charles George*, discurso que depois se publicou em separado. Em 1859, subindo ao poder o partido regenerador, foi convidado para ministro da justiça e dos negocios ecclesiasticos, no gabinete presidido pelo duque da Terceira, cuja nomeação tem a data de 16 de março. N'este ministerio teve por collegas Fontes Pereira de Mello na pasta do reino; Casal Ribeiro na da fazenda, e Antonio de Serpa na das obras publicas. Pela attitude pronunciada do Porto contra umas medidas de fazenda, o ministerio demittiu-se em 4 de julho de 1860. Martens Ferrão continuou a fazer parte do parlamento, sendo reeleito deputado em successivas legislaturas, e par do reino em 1871. De 1861 a 1865 tomou parte, como membro da respectiva commissão, nos trabalhos de revisão do projecto do Codigo Civil. Em 1866 subindo novamente ao poder a partido regenerador, Martens Ferrão acceitou a pasta do reino, no gabinete presidido por Joaquim Antonio de Aguiar, sendo ministro desde 9 de maio até 4 de janeiro de 1868. O seu trabalho principal foi então a lei de administração civil de 26 de junho de 1867. Esta reforma levantando grande descontentamento no paiz, sobretudo por ir entender com a divisão territorial, deu causa ao movimento popular, que ficou conhecido pela *Janeirinha*, que derrubou o ministerio. Vendo mallograda a sua tentativa de reforma administrativa, saiu da politica, e em 13 de julho do mesmo anno de 1868 foi nomeado procurador geral da corôa e fazenda; em 1874 teve a nomeação de conselheiro de Estado, acceitando ainda tambem o elevado cargo de aio e mestre dos principes D. Carlos e D. Affonso, sendo encarregado da sua educação scientifica e litteraria. El-rei D. Luiz, quando terminou a educação de seus filhos, conferiu ao seu erudito professor a gran-cruz da ordem da Torre e Espada. Em 1879, por carta regia de 3 de janeiro, foi nomeado vice-presidente da camara dos pares, cargo de que ficou exonerado a seu pedido, por diploma de egual dia e mez do anno de 1883. Era socio effectivo da Academia Real das Sciencias desde 1855. Foi embaixador de Portugal junto á Santa Sé, desde 1885 até á data do seu fallecimento, succedido em Florença para onde fôra procurar allivios aos seus padecimentos. Martens Ferrão, como deputado e par do reino tomou parte muito activa em quasi todas as discussões importantes do seu tempo, especialmente nas da desamortização; discussão dos actos de dictadura de 1868; discussão sobre a suppressão das confe-

João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens

rencias no Casino Lisbonense, e ampla defeza das propostas de lei de que nos ministerios tomara a iniciativa. Como ministro da justiça e dos negocios ecclesiasticos, occupou-se muito da instrucção do clero, da circumscripção parochial, registo civil, legislação commercial. Entre as propostas de lei, que elaborou, sobresaem as referentes á reforma hypothecaria, ao regimen penitenciario e á reorganisação judicial. Nenhuma d'ellas chegou a vêr convertida em lei, mas as duas primeiras serviram de base ás reformas posteriores em que ficaram adoptadas na legislação predial, a publicidade dos direitos reaes e a especialidade da hypotheca, e no direito penal, a separação dos presos e a instrucção e trabalho dos criminosos. Em 1859 mostrou grande energia, perseguindo os moedeiros falsos, quando se deu um grande crime de moeda falsa, em que estavam implicadas muitas pessoas. Sendo minis-

tro do reino, submetteu ao parlamento a reforma da administração civil convertida em lei de 26 de junho de 1867, que deu causa á queda do ministerio, conforme dissémos; a reforma da instrucção primaria e profissional; da policia e guarda civil; da beneficencia e outras. Consultou as escolas superiores sobre as bases, que indicou, para a reorganisação geral dos estudos superiores e apresentou outros trabalhos. Como procurador geral da corôa e fazenda houve-se no exercicio da sua elevada commissão com toda a competencia d'um jurisconsulto. Consultor do governo, teve de dar parecer sobre quasi todos os negocios do Estado; chefe do Ministerio Publico, coube-lhe vigiar pela applicação da lei Das muitas consultas que teve de dar, fôram publicadas algumas que diziam respeito a graves questões internacionaes, contando-se entre outras as de 24 de janeiro de 1877 e 24 de maio de 1880 sobre o emprestimo de D. Miguel. Encontram-se nas collecções diplomaticas do *Livro Branco*. Foi relator na camara dos pares, da lei de 29 de abril de 1875, que decretava a abolição da *condição servil*, como complemento da da escravatura, que Portugal foi a primeira a extinguir em algumas das suas possessões em 1873. Tendo sido convidado, depois de 1868, para fazer parte de differentes ministerios, e em fins de 1871 para presidir a um novo gabinete pela demissão do ministerio presidido por Antonio Rodrigues Sampaio, recusou-se sempre. Pouco depois do *ultimatum* inglez de janeiro de 1890, mallograram se as suas tentativas para a formação d'um gabinete sob a sua presidencia. O traço capital da missão diplomatica que exerceu como embaixador junto do Vaticano, foi a negociação da concordata de 23 de junho de 1886, que veiu regular definitivamente o exercicio do padroado portuguez no Oriente. Martens Ferrão era muito considerado na côrte de Roma, e o papa lhe conferiu a gran-cruz da ordem pontificia de Christo. Nas solemnes exequias que se celebraram na egreja portugueza de Santo Antonio, em Roma, foi numerosa a assistencia das principaes pessoas, corpo diplomatico, etc. Além dos trabalhos impressos já mencionados, notaremos: *Propostas de lei apresentadas á camara dos senhores deputados pelo ministro e secretario de estado dos negocios ecclesiasticos e da justiça, em sessão de 29 de fevereiro de 1860*, Lisboa, 1860; são as propostas relativas ao credito predial e organisação judicial, antecedidas de muito claros e desenvolvidos relatorios; *Discurso ácêrca da reforma administrativa, pronunciado na camara dos senhores deputados na sessão de 28 de março de 1867, sendo ministro do reino*, Braga, 1867; foi mandado imprimir pela redacção do *Bracarense*; *Parecer, ou consulta fiscal como procurador geral da corôa* ácêrca da chamada conferencia democratica no Casino; publicada no *Diario do Governo* de 14 de agosto de 1871, e transcripto na *Gazeta do Povo* e no *Jornal do Commercio* 3 dias depois; *Consulta fiscal do conselheiro de Estado, procurador geral da corôa e fazenda... ácêrca do emprestimo de 16 de julho de 1832, denominado emprestimo de D. Miguel.* No Instituto de Direito Internacional, na sua sessão de 1896, celebrada em Veneza, leu-se um elogio de Martens Ferrão, membro d'aquelle instituto, o qual foi publicado no tomo XV do seu *Annuario*. Na Associação dos Advogados de Lisboa, tambem foi lido o Elogio historico do distincto jurisconsulto, na conferencia solemne de 9 de dezembro de 1896.

Martens (*D. José Maria da Silva Ferrão de Carvalho*). Fidalgo capellão da Casa Real, desembargador e juiz effectivo da relação e curia patriarchal, conego da sé patriarchal, vigario geral e governador de diocese de Portalegre, bispo d'esta diocese, e da de Bragança e Miranda, do conselho d'el rei D. Luiz I, par do reino, etc. N. em Lisboa a 8 de abril de 1815, fal. em Portalegre a 19 de novembro de 1884. Era filho do desembargador dr. Francisco Roberto da Silva Ferrão de Carvalho Martens, e de sua mulher, D. Maria Izabel Brum da Silveira, irmão do distincto jurisconsulto Martens Ferrão (*V. o artigo antecedente*). Fez com muita distincção os estudos preparatorios e theologicos. Tendo-se dedicado ao pulpito, prégou quaresmas inteiras em differentes egrejas de Lisboa, e com o prior Constantino do Valle fez a missão que uma sociedade religiosa promoveu na egreja parochial de S. Nicolau, de Lisboa. Pela sua reconhecida erudição nas sciencias theologicas, e especialmente historicas, foi em 1851 nomeado professor de historia ecclesiastica, no curso theologico que então foi aberto em S. Vicente de Fóra, pelo cardeal patriarcha D. Guilherme, e foi este curso em que teve por collegas os drs. Cicouro e D. Antonio da Trindade, depois bispo de Lamego, o primeiro então estabelecido, emquanto se organisava o Seminario de Santarem. Em 1852 foi nomeado conego da sé patriarchal, de Lisboa, continuando no exercicio do magisterio. Aberto o seminario de Santarem, foi para ali como professor da mesma cadeira, e como director espiritual. No seminario fez abrir um curso complementar de estudos theologicos comprehendendo cinco annos, que foi approvado pelo ministro dos negocios ecclesiasticos. N'esse curso leccionou sempre duas cadeiras, e por vezes tres. Conservou se em Santarem, até que em 1869, tendo-se levantado serias difficuldades no governo da diocese de Portalegre, foi para ali nomeado vigario geral e governador do bispado. Tomando parte dos novos cargos fez logo a visita da diocese, e abriu missão na sé episcopal. Durante este tempo, foi quasi sempre presidente da junta geral do districto. Em Portalegre, seguindo a missão a que mais se dedicava, deu largo desenvolvimento aos estudos theologicos no seminario. Consultado pelo governo sobre o projecto da reducção e circumscripção das dioceses, escreveu uma extensa memoria, mostrando a necessidade da conservação da diocese de Portalegre, e que mais tarde sustentou na conferencia do episcopado portuguez, reunida no ministerio da justiça, a convite do então ministro da justiça, o conselheiro Adriano Machado. Foi com fundamento n'estes trabalhos, que em Portalegre era considerado como o restaurador da diocese. Sendo ainda governador d'este bispado, foi nomeado superior do collegio das Missões Ultramarinas, cargo que exerceu por 10 annos, sem d'ahi receber vencimento algum, por o ter recusado. Em virtude d'uma exposição canonica que fez ao governo e que este enviou para Roma, conseguiu que fôsse admittida a ordenação a titulo de missão, sendo dispensado por isso o patrimonio aos ordinandos, e data d'ali o

augmento do pessoal dos missionarios n'aquelle estabelecimento Em 1875 levantou se um grande conflicto na diocese de Bragança, sobre a questão da insinuação de vigario capitular pelo fallecimento do bispo d'aquella diocese D. José Feijó, e D. José de Carvalho Martens, sem ser consultado, foi apresentado pelo governo bispo d'aquella diocese, sendo immediatamente confirmado pelá santa sé. Por este meio cessou o conflicto. No começo do inverno partiu para Bragança a tomar posse d'aquelle cargo, e deu logo principio á visita da diocese, resultando-lhe ser atacado d'uma pneumonia dupla, que o prostrou, e desde então o seu estado foi valetudinario, mas o seu espirito evangelico permaneceu sempre prompto. Sentindo-se penosamente enfermo e inhabilitado para o serviço activo da egreja, como o comprehendia e havia sempre praticado no seu viver de fadiga, pediu pelos meios legaes a renuncia, visto não lhe ser possivel voltar depressa á diocese, pela aspereza do clima, e pelo seu estado de fraqueza, mas o ministro da justiça não lhe concedeu a regia permissão, pedindo-lhe em aviso summamente honroso que não insistisse pela renuncia, e n'este mesmo sentido o instou o nuncio apostolico. Tendo-se mais tarde restaurado a diocese de Portalegre, foi para ali transferido, unicamente por ser melhor clima que o de Bragança. Tomou posse a 25 de novembro de 1883, fazendo a sua entrada solemne em Portalegre em 13 de julho de 1884 N'essa solemnidade o professor do seminario dr. Adolpho C. Motta pronunciou uma notavel oração sacra, que corre impressa. Alguns mezes depois, aggravando-se-lhe os padecimentos, falleceu, causando a sua morte a maior consternação. O bispo de Portalegre D. José de Carvalho Martens, na sua longa carreira publica nunca se envolveu em politica, sem comtudo deixar de prestar ao governo todo o concurso, que na ordem de idéas, que sempre seguiu e ensinou, mutuamente se devem prestar a religião e o estado. Nunca solicitou nem teve condecoração alguma Como par do reino tomou varias vezes a palavra em diversos assumptos de administração e ecclesiasticos, pelo que foi por proposta feita na camara, votado para a commissão de administração publica, de que foi presidente. *O Districto de Portalegre*, de 26 de novembro de 1884, publicou, tarjado de luto, um longo artigo necrologico, exaltando as virtudes e qualidades do finado, onde se lêem as seguintes palavras: «Era extremamente affavel com todas as pessoas, cortez e polido, mas sem ostentação. O seu viver, a sua mesa, o seu quarto, tudo emfim era d'uma simplicidade extrema, chegando a faltar-lhe o conforto muitas vezes indispensavel para a vida Esmoler, caritativo como poucos, só guardava para si dos seus rendimentos o sufficiente para o seu viver parcimonioso Tinha entranhado affecto á diocese de Portalegre, e lamentava-se frequentemente por não lhe permittir o estado da sua saude praticar em prol da sua tão querida diocese tudo quanto o coração e a intelligencia lhe dictavam». Escreveu: *Sermão do beato João de Brito, martyr portuguez, prégado a 2 de março de 1854 na Sé Patriarchal de Lisboa*, Lisboa, 1854; saiu em Portalegre em 1874, uma segunda edição dedicada ao Collegio das missões; *Oração funebre na trasladação dos restos mortaes do ill.mo e ex.mo sr. Sebastião José de Carvalho e Mello, primeiro marquez de Pombal, recitada em Lisboa na capella de N. S.ª das Mercês, em 1.º de junho de 1856*, Lisboa, 1856; *A questão de Roma e do reino de Italia, e apreciação do caracter do pontificado e de sua influencia em relação aos povos e governos debaixo do aspecto civilisador e social; resumidas reflexões d'um portuguez; com um appendice ácêrca da successão da coroa portugueza em 1579*. Paris, 1859; saiu sem o seu nome. A respeito d'esta obra lê se no numero do *Districto de Portalegre*, acima citado: «Todos sabiam que era autor d'este livro o sr. D. José Maria da Silveira Ferrão de Carvalho Martens, não obstante s. ex.ª rev.ma se occultar com o modesto nome de um portuguez. A proposito d'elle diz um jornal de 28 de maio de 1859, que temos á vista: «Ainda que o seu autor, por modestia excessiva talvez, esconda o seu nome, ainda que chame ao seu escripto *resumidas reflexões*, não é menos certo que é de uma grande importancia a sua obra sobre um assumpto que parecia esgotado. Sómente sabemos que o seu autor é portuguez e ecclesiastico. Basta-nos isto, e suppômos que tambem só isto bastará aos nossos leitores: o livro honra a nossa lingua, e reinvidica para o nosso clero os creditos de instruido e zeloso.» Escreveu mais: *Pastoral* a todos os diocesanos de Portalegre, allusiva aos ultimos successos politicos de Italia e França, e justificando outra o bispo do Algarve que fôra aggredida pelos periodicos liberaes e accimada de reaccionaria, datada de Portalegre a 28 de maio de 1871: *Exhortação pastoral* ao clero e fieis da diocese de Portalegre, recommendando a observancia da confissão e jejum no periodo quaresmal, datada de 11 de fevereiro de 1872; *Circular* aos parochos e fieis da mesma diocese, admittindo e autorisando a devoção especial a Nossa Senhora, sob a invocação da Senhora dos Anjos, datada de 2 de julho de 1872; *Circular* aos parochos, para cumprimento das ordens do governo relativas ás rectificações do rendimento collectavel para as contribuições directas, datada de 11 de julho de 1871; *Pastoral* aos fieis de Portalegre, por occasião da revolução que tomaram os vendedores de generos por miudo de fecharem os estabelecimentos de venda de comestiveis e outros, datada de 6 de julho de 1872; *Carta á redacção da Gazeta do Povo*, em 12 de julho de 1872, respondendo a um artigo da mesma folha, inserto em o n.º 815, em que era censurada e combatida a doutrina da pastoral acima citada; *Oração sacra por occasião da benção solemne da bandeira do municipio de Portalegre, recitada na sé cathedral na presença da camara municipal, auctoridades e luzido concurso, no dia 8 de junho de 1873; segue se um appendice contendo o directorio da solemnidade*, etc. Portalegre, 1873; *Carta pastoral* aos diocesanos de Bragança ácêrca da solemnisação do dia 1.º de dezembro, datada de 27 de novembro de de 1876: *Carta pastoral* á diocese de Bragança e Miranda, relativa ao jubileu de 1881, e ás occorrencias da noite de 12 de julho em Roma; datada de 31 de agosto do mesmo anno: *Exposição doutrinal* ácêrca do sacramento da confirmação, datada de setembro de 1884.

Martianas. Pov. na freg de S. Francisco de Assis, de Orca, conc. do Fundão distr. de Castello Branco.

Martienne e Horta. Pov. na freg. de S João Baptista, no conc. de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Martim *(D.)*. Filho bastardo d'el-rei D Sancho I e de D. Maria Ayres de Fornellos. Foi contemplado com terras e rendimentos no testamento de seu pae, e como todos os seus irmãos, mesmo os legitimos, teve por isso serias desavenças com el-rei D. Affonso II, que não estava disposto a consentir, que o patrimonio, que era seu, fôsse esbanjado e repartido por bastardos e filhos legitimos. D. Martim foi obrigado a retirar-se para Castella, onde Affonso IX o acolheu muito affectuosamente, fazendo o conde de Trastamara e adeantado de Leão e Galliza. Casou com D. Eulalia, filha do conde D. Pedro Fernandes de Castro, rico-homem.

Martim. Pov. e freg. de Santa Maria, da provincia do Minho, conc. e com. de Barcellos, districto e arceb. de Braga; 203 fog. e 753 hab. Tem correio. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada na estrada real que vae de Barcellos a Braga. O papa e a mitra apresentavam alternativamente o vigario, que tinha 80$000 réis de rendimento. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Calvello, do mesmo conc. e distr. || Santa Maria Magdalena, de Candedo, conc. de Murça, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Zoio, conc. e districto de Bragança.

Martim Affonso. Filho illegitimo de D. Affonso III, conhecido pelo nome de Martim Affonso Chichorro. Teve por mãe, segundo se julga, uma formosa arabe, filha do alcaide de Faro.

Martim Affonso. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa.

Martim d'Além Pov. na freg. de Santa Maria, de Martim, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Martim Branco. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Almaceda, conc. e districto de Castello Branco.

Martim Braz. Pov. na freg. de Santo Aleixo, de Becco, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Martim Carro Pov. na freg. de S. Mamede, de Este, conc. e distr. de Braga.

Martim Filho. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Esperança, conc de Arronches, distr. de Portalegre.

Martim Gago. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Aguda, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Martim Gil Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Chouto, conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || S. José, de Lamarosa, conc. de Coruche, do mesmo districto.

Martim Godim. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Martim Joannes. Pov. da freg. de S. João Baptista, de Pero Moniz, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa.

Martim Longo Pov e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. do Algarve, conc. de Alcoutim, com. de Villa Real de Santo Antonio, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 586 fog. e 2:159 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. permutando malas com Alcoutim, e feira annual, na quinta feira de Corpo de Deus. O papa e o bispo apresentavam alternativamente o prior, que tinha 200$000 réis de rendimento, fóra o dizimo. A pov. dista 27 k. da séde do conc. e está situada no cruzamento da estrada de Castro Verde para Tavira com a de Almodovar para Alcoutim, a 3 k. da margem direita da ribeira Vascão ao N, e a egual distancia da de Foupana ao S, n'uma collina, já fóra da serra do Algarve e dominada de todos os lados por grandes alturas. Martim Longo é uma grande aldeia, e muito pittoresca. A egreja matriz é um bom templo de tres naves, e a mais antiga d'estes arredores. Apezar de ser pouco abundante d'agua, a terra é fertil, e cria muito gado de toda a qualidade. Nos montes ha muita caça. Na *Cóva dos Moiros* d'esta freguezia existe uma grande mina de cobre, que foi explorada pelos romanos ou pelos arabes, de que ha vestigios. No seculo passado foi explorada pelo visconde de Carregoso e Antonio José Pereira de Magalhães. A pov. pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro.

Martim de Pega. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Seixo do Côa, conc. de Sabugal, distr. da Guarda.

Martim Tirado. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Encarnação, de Moz, conc. da Torre de Moncorvo, distr. de Bragança. || N. S.ª d'Assumpção, de Carviçaes, do mesmo concelho e districto

Martim Vaqueiro. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Pousa flôres, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Martinel. Pov. na freg. de Santa Margarida, de Arrabal, conc. e distr. de Leiria.

Martines. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Martinega. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Aboim da Nobrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Martha, de Bouro, conc. de Amares, do mesmo districto.

Martinganca. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Pataias, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. Tem est. do caminho de ferro de Oeste na linha de Lisboa á Figueira da Foz, entre as de Vallado e Marinha Grande. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, da Redinha, conc de Pombal, distr. de Leiria.

Martingo. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Touvedo, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Martinhada. Pronunciamento militar occorrido em Lisboa a 11 de novembro de 1820, para ser posta em vigor a constituição hespanhola.

Martinhães. Pov na freg. de Santo Estevão, de Gião, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Martinhas. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Covões, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Martinho *(Fr.)*. Abbade perpetuo do convento de Alcobaça, e grande theologo no seu tempo. Escreveu em 1375 varios tratados de Theologia em latim, que se guardavam na livraria d'aquelle convento.

Martinho. Pov. na freg. de S. Paio, de Pousada, conc. e distr. de Braga.

Martinho de Dume *(S.)*. Arcebispo de Braga. N. na Pannonia, e fal. em Portugal em 580. Na sua mocidade fez uma viagem á Palestina, e abraçando a carreira religiosa dirigiu se á Galliza, onde os suevos tinham propagado o arianismo. Converteu grande numero de individuos, levou o rei Theodomiro a fazer-se catholico, fundou em Portugal varios conventos, entre elles o de Dume, e pelos annos de 569 foi eleito arcebispo de Braga. A egreja celebra a festa d'este santo no dia 20 de março (V. *Portugal*, vol. III, pag. 98). Entre varias obras que deixou, apontam-se *Capitulo LXXX collecta ex graecis synodis*, inserta na *Bibliotheca juris canonici de Justel* e *De correctione rusticorum seu adversus superstitiones*, que está publicado na Historia Sacra de Florença.

Martinhos. Pov. na freg. de S. Mamede, de Quiaios, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Martinianes Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João dos Caldeireiros, conc. de Mertola, distr. de Beja.

Martiniano *(P. Salvador)*. Presbytero da congregação do Oratorio de Lisboa. N. em Lisboa e fal. a 7 de fevereiro de 1754. Professou a 24 de abril de 1711. Escreveu: *Oração funebre nas exequias da ex.ma sr.a D. Thereza de Mendonça, condessa de Vimieiro, celebradas pelos padres da congregação do Oratorio da praça de Extremoz*, Lisboa, 1740; *Vida do glorioso S. Camillo de Lellis, fundador dos clerigos regulares, ministros dos enfermos, escripta em italiano peto P. Sancho Cicatelli*, Lisboa, 1747.

Martino. Monte da ilha do Sal, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situado na região NE da ilha, e eleva-se a 442 m. acima do nivel do mar. || Ponta da ilha do Sal, no archipelago e prov. de Cabo Verde.

Martinos. Nome d'um pintor, que vivia no tempo de el-rei D. João II, e que é citado por Francisco de Hollanda.

Martinos. Povoações nas freguezias: S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || O Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Martins *(Abilio Augusto)*. Numismata, ourives em Coimbra. Na sua collecção monetaria portugueza, começada em 1861, incluia alguns exemplares raros e duas moedas de que não havia noticia de outros exemplares, o *real de prata* de D. Duarte e o *real de cobre* de D. Antonio, conforme declarou Aragão na sua *Descripção geral e historica das moedas*. Em tempo publicou-se o *Catalogo* d'esta collecção.

Martins *(Affonso)*. Mestre d'obras, ou architecto no mosteiro de Odivellas, fundado por el-rei D. Diniz, como consta d'um documento existente no archivo da sé de Lisboa, de 1324, citado na *Monarchia Lusitana*, livro 17, cap. 23, pag. 224.

Martins *(P. André)*. Jesuita, natural de Chaves, que escreveu uma *Vida da serva de Deus Luiza dos Anjos*, a qual ficou inedita.

Martins *(D. Antão)*. Cardeal do seculo XV. Era natural de Chaves. Partiu para Roma onde foi creado cardeal do titulo de S. Christovão, em 1439, pelo papa Eugenio IV. Continuou a residir n'aquella cidade, sem nunca voltar a Portugal, até que falleceu em 1447, oito annos depois de ter entrado no sacro collegio. Jaz sepultado em Roma.

Martins *(Antonio)*. Foi o primeiro que ensinou grammatica na Universidade de Lisboa, reinando D. Affonso V. Era natural do Porto.

Martins *(Antonio)*. V. *Pinto Martins (Antonio Domingos)*.

Martins *(Antonio Alves)*. V. *Alves Martins*.

Martins *(Antonio Firmino)*. Cavalleiro fidalgo e moço da Real Camara por alvará de 24 de janeiro de 1837; cavalleiro das ordens de Christo e de N. S.a da Conceição, da antiga ordem da Torre e Espada; condecorado com a medalha da febre amarella, instituida pela Camara Municipal de Lisboa em 1857; 1.º official aposentado do ministerio da Fazenda, alferes de 2.a linha. N. a 17 de setembro de 1818. Era filho de Luiz Antonio Martins, almoxarife das reaes cavallariças, e de sua mulher, D. Anna Joaquina Martins; irmão do 1.º conde de Calhariz de Bemfica, Luiz Augusto Martins. Casou tres vezes: a primeira, em 7 de novembro de 1838, com D. Henriqueta Rosa de Viterbo Martins, que fal. em março de 1842, filha de Paulo Rodrigues Martins, e de sua mulher, D. Candida Rosa de Viterbo Martins. Passou a segundas nupcias em 21 de abril de 1846, com D. Ursula Josephina da Fonseca e Oliveira, que fal. em março de 1871, filha de Antonio José da Fonseca Oliveira, e de sua mulher, D. Ursula Amelia Ramos. O terceiro casamento foi com D. Maria da Gloria Namorado, filha de Antonio Joaquim Namorado, cavalleiro da ordem de Aviz, cirurgião de brigada, e de sua mulher, D. Marianna Carolina de Oliveira.

Martins *(Antonio Maria)*. Engenheiro constructor. N. em 9 de novembro de 1838. Foi admittido na officina de machinas do Arsenal da Marinha, como aprendiz, em abril de 1853, então dirigida pelo engenheiro inglez João Norton, e construiu durante a sua aprendizagem uma pequena machina e caldeira, que depois existiam na Escola Naval, sendo então premiado o seu trabalho por el-rei D. Pedro V. Terminada a aprendizagem em 18 de fevereiro de 1858, embarcou como ajudante machinista de 3.a classe no vapor *Infante D. Luiz*. Promovido a ajudante machinista de 2.a classe em 27 de março de 1863, passou a ser de 1.a classe em 13 de outubro do mesmo anno. Promovido a machinista de 3.a classe em 2 de novembro de 1865, passou á 2.a classe em 9 de março de 1866, sendo nomeado machinista de 1.a classe em 18 de maio de 1876, sendo 13 annos depois, em 11 de junho de 1889, promovido a engenheiro machinista chefe, chegando a machinista chefe, com a patente de capitão de fragata, em 17 de novembro de 1891. Contando 20 annos de embarque, tendo duas viagens de longo curso, a primeira na corveta *Sá da Bandeira*, largando de Lisboa em 25 de outubro de 1863, regressou a Lisboa a 10 de agosto de 1865, fazendo a segunda viagem na corveta *Infante D. Henrique*, seguiu para cumprir a estação de Moçambique em 25 de abril de 1870, e regressou á metropole dois annos depois. A 29 de dezembro de 1874 seguiu para Inglaterra commissionado para assistir á construcção das machinas do couraçado *Vasco da Gama*, corvetas *Rainha de Portugal* e *Mindello*, regressando d'esta commissão a 14 de abril de 1876 na corveta *Rainha de Portugal*. N'este anno findavam os seus ser-

viços de embarque, sendo nomeado em setembro de 1878 para servir no Arsenal da Marinha. Em dezembro de 1866 o engenheiro Antonio Martins déra bastantes provas da sua competencia, construindo, auxiliado pela influencia d'um distincto official de marinha, commandante da corveta *Bartholomeu Dias*, uma magnifica machina, depois empregada n'um escaler d'esta corveta, primeiro escaler a vapor da nossa marinha de guerra. Iniciado auspiciosamente o seu primeiro trabalho, provada a magnifica construcção d'esta machina, produziu outra, em 1881, com destino ao vapor *Dragão*, do serviço real, dirigindo em seguida a montagem da machina e caldeira da canhoneira *Rio Ave*, da força de 180 cavallos indicados. Em 1882 dirigiu a montagem das caldeiras e machina da canhoneira *Rio Vouga*, da força de 450 cavallos indicados, construindo 6 annos depois, em 1888, a primeira das mais importantes machinas construidas no paiz, a da canhoneira *Zambeze*, da força de 500 cavallos indicados, e mais tarde, em 1896, a machina da canhoneira *D. Luiz*, da força de 600 cavallos indicados, machina das mais bem construidas, e que rivalisa com as executadas no estrangeiro.

Martins *(Ayres)*. Notario que esteve presente em Elvas na ratificação da paz de 1287 entre D. Diniz e o infante D. Affonso.

Martins *(Ayres)*. Autor da monographia de *Coelhosa de Macieira de Cambra*, publicada em Lisboa, 1903.

Martins *(Deu-l'a-deu)*. Celebre dama do seculo XIV, mulher de Vasco Gomes de Abreu, alcaide-mór de Monsão. Estava seu marido ausente quando o adeantado de Galliza, D. Pedro Rodrigues Sarmento, general de Henrique II de Castella, entrou em Portugal depois de declarada a guerra a D. Fernando I, indo pôr cêrco a Monsão. A corajosa senhora, na falta de seu marido, assumiu intrepidamente o commando da praça, dando a todos o exemplo de bravura, apresentando-se em todos os combates nos sitios de maior perigo, arremessando sobre o inimigo penedos e materias inflammadas. Quando os inimigos conseguiram abrir brecha, logo ella se apresentou ali de espada em punho, como o soldado mais destemido. A valorosa senhora, com a sua bravura, animava os mais valentes, e ao mesmo tempo tratava carinhosamente dos feridos, dando com generosidade tudo quanto possuia nos seus vastos celleiros, para sustento da guarnição. Mas o cêrco durava, os viveres iam-se esgotando, chegando a haver apenas no celleiro uma pequena porção de trigo. Então a heroica mulher mandou fazer pães, e do alto d'uma das cortinas da praça, arremessou-os ao inimigo, a que iam tambem faltando os mantimentos, dizendo-lhes: «A vós, que nos não podeis tomar pelas armas e nos quereis fazer render pela fóme, dizemos: somos mais humanos que vós, e como nos achamos bem providos, vendo que não estaes fartos, vos enviamos este soccorro, e vos daremos mais, se o pedirdes.» D. Pedro Rodrigues Sarmento, por este facto, julgando a praça muito bem provida, levantou o cêrco, e partiu com o seu exercito para Galliza. A heroina foi muito victoriada pelo povo, como sua libertadora, e em sua honra, e para memoria d'este facto, a villa tomou-o para as suas armas, cujo escudo figura Deu-l'a-deu na torre atirando com os pães ao inimigo.

Martins *(S. Domingos)*. Foi o 15.º abbade do convento de Alcobaça, o qual regeu durante 7 annos. Retirou se depois para o socego da sua cella, vivendo santamente até que fal. a 22 de janeiro de 1302, sendo depois canonisado.

Martins *(Esperidião do O' Gonçalves)*. Aspirante de segunda classe no Tribunal de Contas, professor de arithmetica e de escripturação commercial em differentes collegios. N. em Lisboa em 1808, morreu a 24 de setembro de 1857. Escreveu: *Tratado de Arithmetica dividido em duas partes, para uso dos Lyceus*, Lisboa, 1853.

Martins *(P. Feliciano)*. V. *Santos (P. Feliciano Martins dos)*.

Martins *(D. Fernando)*. Bispo do Porto, fallecido em 1185. Deixou em testamento differentes legados entre os quaes: á egreja do Porto os casaes de Lafões e Maurel, os seus livros, o seu annel maior, tres pentes de marfim e 14 varas de panno de linho *que lhe tinha dado a mulher de D. Vasco*, etc. Deixou tambem aos conegos de Braga muitos moiros e moiras, um rocim do ermitão de Vendoma, etc.

Martins *(Fr. Fernando)*. Monge da ordem de S. Bernardo, natural de Azambuja, que escreveu uma *Historia dos reis de Israel*, que ficou inédita.

Martins *(Francisco)*. Grammatico, que nasceu na provincia da Beira, e durante muitos annos foi lente de grammatica na Universidade de Salamanca. Deixou uma *Arte de Grammatica*, escripta em latim, que teve muitas edições. Fal. em Salamanca, em 1506.

Martins *(Francisco)*. Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, e lente cathedratico da mesma faculdade. N. em Campo Maior, sendo filho de Elias Francisco Martins. Doutorou-se a 27 de junho de 1886.

Martins *(Fr. Francisco)*. Eremita da ordem de Santo Agostinho. N. em Lisboa a 26 de outubro de 1756, onde tambem falleceu a 28 de outubro de 1819. Professou a 10 de setembro de 1775, e foi vice-definidor no capitulo provincial da sua ordem, celebrado em maio de 1796. Foi algum tempo vigario na egreja da Vaccariça. Dizem, que era grande gastronomo, e que falleceu victima d'uma grande indigestão. Era amigo intimo e confidente do P. José Agostinho de Macedo, durante a permanencia d'este na ordem graciana, e ainda depois. Foi sepultado no convento da Graça, de Lisboa. Escreveu unicamente uma *Novena do Senhor dos Passos, cuja imagem se venera no convento da Graça*, etc., Lisboa, 1791.

Martins *(P. Francisco)*. Mestre de capella na cathedral de Elvas, que viveu no seculo XVII. Era natural de Evora, sendo filho de Manuel Martins e de Angela Freire. Entrou no seminario de Evora a 20 de julho de 1629, onde seguiu o estudo de musica debaixo da direcção do professor Bento Nunes Pegado Viajou por Hespanha. Deixou muitas composições sacras: *Missas* diversas a 4 vozes; *Psalmos* a 8 vozes; *Paixões dos quatro evangelistas* a 4 vozes; *Responsorios das matinas da quinta, sexta e sabbado da semana santa* a 8 vozes; *Motetes* para o *Lavapés* a 4 vozes, etc.

Martins *(Francisco José da Rocha)*. V. *Rocha Martins*.

Martins *(D. Garcia)*. Balio de Leça na ordem de Malta, e n'ella commendador em cinco reinos

de Hespanha. Foi beatificado, e o seu corpo é venerado na egreja de Leça, onde os moradores d'aquella comarca o visitam dando lhe o nome de *homem santo*.

Martins *(D. Gil)*. Foi o 12.º mestre da ordem de S. Bento de Aviz, eleito em 1314, e governou com tanto acerto, que, tendo D. Diniz instituido em 1319 a nova ordem militar de Christo para onde passou os bens da ordem do Templo, extincta pelo papa, pediu a D. Gil Martins que renunciasse ao mestrado da ordem de Aviz para receber o mestrado da nova religião. Foi effectivamente o primeiro mestre da ordem de Christo, congregou em Lisboa o primeiro capitulo da ordem, e morreu a 13 de novembro de 1321, sendo sepultado em Thomar na egreja de Santa Maria do Olival.

Martins *(P. Ignacio)*. Jesuita. N. em Gouveia, sendo filho de Martim Lourenço e de Brites Alvares, e fal. no collegio de Coimbra a 28 de fevereiro de 1598. Foi o primeiro noviço que a Companhia de Jesus teve em Portugal, sendo admittido no collegio de Coimbra em 17 de abril de 1547, onde o P. Simão Rodrigues lhe mudou o nome de Vasco, que tinha no seculo, no de Ignacio, em memoria do fundador da Companhia, Santo Ignacio de Loyola. Aprendeu as sciencias escolasticas, foi mestre do 4.º curso de Philosophia no collegio das Artes em 1555, e dictou a mesma faculdade no collegio de Evora, antes de ser universidade, sendo o primeiro professor da referida cadeira, que se creara em 1556. Mais tarde recebeu o grau de doutor em Theologia. Em 1573 assistiu em Roma ao capitulo geral, e na volta a Portugal, em 1574, passou a Tanger como missionario. O professor Ignacio Martins era mais conhecido por P. Mestre Ignacio. Deixou manuscriptos muitos sermões, e impresso um *Additamento* á cartilha do P. Marcos Jorge, de que se fizeram muitas edições.

Martins *(Jesuino Ezequiel)*. Sub-director aposentado da Direcção Consular do ministerio dos Estrangeiros. N. em Lisboa a 23 de maio de 1822, e falleceu ha bastantes annos. Era filho de Luiz Antonio Martins, almoxarife das Reaes Cavallariças, e de sua mulher, D. Anna Joaquina Martins; irmão do 1.º conde de Calbariz de Bemfica, Luiz Augusto Martins. Tinha o curso completo da Escola do Commercio, que concluiu em 1838. Em março de 1840 entrou como praticante para o ministerio dos Estrangeiros, sendo promovido no quadro da dita secretaria de Estado a amanuense de segunda classe em novembro do mesmo anno, de primeira classe em 1849, a official ordinario graduado em 1855, effectivo em 1857, e a primeiro official da direcção diplomatica e politica em novembro de 1867. No mez seguinte foi nomeado chefe da secção do norte da mesma direcção; em 1869 passou para a direcção dos consulados e dos negocios commerciaes, onde em 1872 recebeu a promoção para sub-director, e n'este cargo foi aposentado em dezembro de 1875. Em 1852 entrou na vida activa do jornalismo. Collaborou no *Jornal do Commercio*, *Opinião*, *Diario de Noticias*, *Espectro da Granja*, *Economista*, *Boletim Official do grande oriente lusitano unido*, etc. Em 1866 lançou as bases e publicou regularmente uma folha, com o titulo de *A Expressão da verdade*, de que sairam 3 volumes completos de 1866 a 1868. Era impresso e distribuido semanalmente em numeros de 8 paginas. Fôra o primeiro e unico jornal, exclusivamente destinado á maçonaria, que apparecera em Portugal. Durante alguns annos foi correspondente effectivo dos jornaes brazileiros *Diario do Rio* e o *Diario do Rio de Janeiro*. Casou em 28 de outubro de 1852 com Miss Maria Henriqueta O'Connor, filha de Ricardo O'Connor, doutor em Medicina pela Universidade de Dublim, e de sua mulher Mrs. Francisca Catharina Osborn. Jesuino Ezequiel Martins era cavalleiro das ordens da Torre e Espada e de S. Thiago da Espada, 1.º grau; commendador de 1.ª classe das ordens de Francisco José de Austria, de Carlos III e de Izabel a Catholica, de Hespanha, de S. Mauricio e S. Lazaro de Italia, e da ordem de Medjiék, do vice-rei do Egypto; cavalleiro da Legião de Honra, de França, e da 3.ª classe da Aguia Vermelha da Prussia. Por serviços prestados por occasião da epidemia da febre amarella em Lisboa em 1857, foi-lhe tambem conferida a medalha humanitaria da camara municipal.

Martins *(João)*. Bésteiro de cavallo e morador em Condeixa; serviu com D. João I na tomada de Tuy e de Ceuta, na ultima das quaes estivera tres annos. Acompanhou na qualidade de bésteiro a infanta D. Izabel quando partiu para Flandres, sendo aposentado contando 65 annos de edade. A carta da sua aposentação tem a data de 29 de maio de 1445, devendo portanto ter nascido em 1380.

Martins *(José Maria Braz)*. Actor muito conhecido no seu tempo, escriptor dramatico e poeta. N. em Lisboa a 3 de fevereiro de 1823,

José Maria Braz Martins

falleceu na mesma cidade a 17 de novembro de 1872. Era filho do commerciante de linho José Joaquim Martins e de sua mulher, D. Marianna Narcisa de Jesus Martins. Tinha 3 annos de edade quando perdeu seu pae, que morreu afogado na barra do Porto. Ficou então a cargo dos seus

avós, mas em breve teve que luctar com o desamparo e a miseria, porque os acontecimentos politicos arruinaram a sua familia. Apezar de ter recebido uma educação irregular, começara a manifestar grande vocação para o theatro, e já em 1845 escrevera um drama em 2 actos, *A Engeitada*, que se representou em Lisboa a 17 de maio d'esse anno, no theatro da sociedade *Thaliense*, e que se imprimiu tambem n'esse anno. Porém estes trabalhos não lhe davam meios de subsistencia, e com o auxilio d'alguns amigos conseguiu empregar-se em 1846 n'um logar de escrivão da regedoria de Santa Engracia. Comtudo o gosto pelo theatro não o deixava, e não só ambicionava a gloria de autor dramatico como a de actor. Estreou-se n'um theatrinho particular que se organisou na sua propria casa, rua de S. João da Praça, desempenhando n'uma peça o papel de Napoleão. Tempo depois foi escripturado para o antigo theatro do Salitre, d'onde passou para o da Rua dos Condes, e depois para o Gymnasio; esteve tambem no theatro de D. Fernando, voltando ainda para o Gymnasio. Quando se constituiu o theatro de D. Maria II em excellentes condições artisticas, sob a direcção de Francisco Palha, Braz Martins foi escripturado como actor de primeira classe. Esteve depois na Trindade, outra vez no Gymnasio, e por fim representou no Porto. Apezar do seu profundo conhecimento do palco, Braz Martins era mais considerado como escriptor dramatico. Escreveu muitas peças originaes, traduziu e imitou outras, mas dos seus trabalhos o que alcançou enorme popularidade foi a peça em 3 actos e 4 quadros, *Gabriel e Lusbel ou o Thaumaturgo*, mais vulgarmente conhecida pelos *Milagres de Santo Antonio*, que se representou pela primeira vez no Gymnasio a 4 de abril de 1854, obtendo enorme successo. Esta peça tem-se representado em outros theatros da capital, do Porto, das provincias, das ilhas e do Brazil. Mencionaremos ainda as seguintes: *O Rei e o Ermita*, em 3 actos, representada com successo no theatro de D. Fernando; *Bons fructos de ruim arvore, episodio da escravatura branca*, drama em 3 actos; *Abençoada diabrura*, comedia em 1 acto; *Fructa do tempo*, comedia drama; *Em guerra particular antes da paz geral*, em 1 acto; *O Evangelho em acção*, que era a sua peça querida, drama sacro em que apresentava em scena a imagem de Christo. Apezar de todas as precauções que tomou ao escrever aquelle drama, não pôde evitar os ataques dos jornaes reaccionarios. A peça representou-se no Gymnasio pela primeira vez em abril de 1870. A *Nação* publicou uma serie de artigos contra o plano e a execução do drama, e d'ahi se seguiu uma viva controversia, em que entraram o *Bem Publico* a favor da *Nação*, e outras folhas contra as duas citadas, o autor e D. José de Lacerda defendendo a peça, na qual se não encontrava cousa alguma digna de reparo e censura. N'essa occasião mandou Braz Martins imprimir e distribuir o seguinte papel: *O Evangelho em acção.—Resposta do autor aos que o condemnaram*; tem a data de junho de 1870. No theatro do Gymnasio, no primeiro anniversario da morte de D. Pedro V, recitou um poemeto intitulado *Tributo saudoso á memoria do senhor rei D. Pedro V*. A scena estava toda luctuosa, revestida de grandes cortinados pretos, tendo sobre um pedestal o busto do fallecido monarcha coberto com um fumo. O poemeto foi publicado em 1863 acompanhado da descripção da audiencia, que concedera ao autor el-rei D. Fernando que lhe fôra pedir autorisação para a sua recitação. São-lhe attribuidos uns artigos anonymos publicados no *Jornal do Commercio*, em julho e agosto de 1870, em parte dirigidos ao *Bem Publico* ácêrca da infallibilidade do papa. Saíram depois reunidos e accrescentados no livro: *A nossa fé. Reflexões christãs contra a infallibilidade do papa. Por um homem de crenças*, Lisboa, 1871. Escreveu mais: *Peccados do seculo XIX*, *A vingança do cometa*, *Os festejos d'um noivado*, *A garrafa monstro*, *Os quadros vivos*, *Raros mas ainda os ha*, *Um rapto aéreo*, *Circumstancias criticas*, etc. Como actor, além das suas peças em que sempre representou, lembram-nos das seguintes peças: *O tio André que vem do Brazil*, *A morte do gallo*, *A Bella Helena*, *A parteira e o dentista*, *Os filhos dos trabalhos*, *Os Medicos*, *Manhas de André Mattoso*, *Camões e o jau*, *Joanna do Arco*, etc.

Martins *(José Thomaz de Sousa)*. V. *Sousa Martins*.

Martins *(P. Manuel)*. Jesuita. N. em Alvito em 1598, fal. em Tricherapali a 22 de agosto de 1656. Era filho de Jorge Affonso Giraldo e de Domingas Martins. Entrou na Companhia de Jesus aos 17 annos, em 25 de março de 1615. No anno de 1624 embarcou para missionar nas Indias Orientaes, e chegando a Gôa passou ao reino de Madure no Malabar, onde soffreu muitos trabalhos, sendo quatro vezes preso, duas açoutado, quatro desterrado, e muitas vezes exposto á insolencia do povo. Aprendeu as linguas das nações em que prégava, para instruir mais facilmente na religião os povos, e compoz varias obras.

Martins *(Manuel Antonio)*. Foi nomeado em 1834 prefeito das ilhas de Cabo Verde. Essa tentativa de administração civil deu mau resultado. Um batalhão, que fôra de Portugal, proclamou D. Miguel, assassinou os officiaes, e saqueou a Villa da Praia em 1835. Succedeu a Manuel Antonio Martins, como governador, Joaquim Pereira Marinho.

Martins *(Pedro)*. Ourives de Coimbra em tempo de D. Affonso III Era, com Martins João, guarda da moeda nova *(custodibus de mea monete nova)*. O mesmo rei, nas kalendas de dezembro da era de 1302 (anno de 1264), lhes passou recibo e quitação da moeda nova que elles fabricaram. E'um documento curioso para a historia economica da epoca e que se acha publicado por João Pedro Ribeiro nas *Dissertações chronologicas*, tomo 3.º, parte 2.ª, pag 75.

Martins *(Pedro)*. Cirurgião do hospital de Todos os Santos, nomeado em 1564.

Martins *(Pedro)*. Professor de humanidades, natural do Porto. Leccionou na Universidade de Salamanca, e escreveu uma *Arte de Grammatica* em latim, que não consta que se imprimisse.

Martins *(P. Pedro)*. Jesuita. N. em Coimbra em 1542, fal. em Gôa a 13 de fevereiro de 1598. Era filho de Pedro Affonso e de Barbara Fernandes. Aos 14 annos foi admittido na Companhia de Jesus, no noviciado de Coimbra a 5 de maio de 1556. Estudadas as sciencias severas dictou dois cursos de artes em Evora, e depois

Theologia, em cuja faculdade se doutorou a 16 de julho de 1573. Foi prégador d'el-rei D. Sebastião, e acompanhou este monarcha a Africa, ficando captivo na funesta batalha de Alcacer-Kibir. Sendo eleito procurador em Roma, alcançou do geral a faculdade de ir prégar o Evangelho nas regiões orientaes, e saiu de Lisboa a 10 de abril de 1585 com 11 companheiros, soffrendo na viagem um terrivel naufragio, de que escapou milagrosamente, mas veiu a cair no poder dos cafres que o trataram com muita barbaridade, de que pôde afinal livrar-se. Chegando a Roma, foi eleito provincial, e em 1596 bispo do Japão, sendo sagrado na cathedral de Gôa, tomando posse da sua nova dignidade em 14 de agosto do mesmo anno de 1596, mas em consequencia do mal que tratavam ali os christãos, voltou para Gôa, onde falleceu, sendo sepultado no collegio de Malaca 5 dias depois do fallecimento D'elle existem impressas algumas cartas escriptas de Gôa ao P. Geral da Companhia de Jesus, em 1590 e 1591.

Martins *(P. Rodrigo)*. Jesuita. N. em Sacavem no anno de 1565. Foi lente da Universidade de Evora, e deixou manuscriptas as lições que ali editou.

Martins *(Romão Antonio)*. Actor e ensaiador por muitos annos no theatro do Gymnasio, que falleceu em 18 de dezembro de 1878. Foi militar, enfermeiro do hospital e bailarino no theatro de S. Carlos. Para um theatrinho particular nas Escolas Geraes compoz um bailado que teve muitos applausos. Quando Manuel Machado conseguiu transformar n'um theatro o antigo barracão da travessa do Secretario da Guerra, hoje rua Nova da Trindade, o qual se ficou chamando Gymnasio, tratou de procurar actores para formar a companhia. Machado era fiscal no theatro de S. Carlos, assistia aos espectaculos e aos ensaios, e julgou descobrir no bailarino Romão um actor. Fez-lhe a proposta, e Romão deixou a arte choreographica, para seguir a arte dramatica. Em 1846 quando o Gymnasio se inaugurou, pertencia Romão Antonio Martins á sociedade fundadora, na qualidade de actor, e assim se conservou durante a gerencia de Emilio Doux de 1847 a 1849, distincto ensaiador e mestre da arte de representar. Em 1849 Emilio Doux abandonou o Gymnasio; os socios escolheram Romão Martins para ensaiador, reconhecendo-lhe grande competencia, e não se enganaram, porque, durante os longos annos que exerceu aquelle cargo, não desmentiu nunca o bom conceito em que o tinha a sociedade dramatica do Gymnasio. Ali, debaixo da sua direcção, estudaram e tornaram se distinctos actores muitos discipulos. Romão chegou a ser considerado como um dos primeiros do seu genero. Montando uma peça de grande espectaculo, fazia verdadeiras surprezas, que ninguem podia esperar no palco, então acanhadissimo do Gymnasio, como no drama em seis actos *A Familia do colono*, *Gabriel e Lusbel ou o Thaumaturgo*, *Georgianas*, *Defensor da Egreja*, *Evangelho em acção*, *Lago de Kilarney*, *Joanna do Arco*, *Sapho*, *A Pastora dos Alpes*, *Mãe dos escravos*, *A Rainha Santa Izabel*, algumas revistas do anno, etc. Continuou tambem a representar, mas como actor tinha menos valor; ainda assim distinguiu-se n'alguns papeis, como nas *Duas bengalas*, *Pedro o tecelão*, *Coração de pae*, *Os Mysterios sociaes*, *Filhos dos trabalhos*, etc. Em 1870, vendo-se obrigado a resignar o cargo de ensaiador por desinteligencias com os collegas, abandonou o Gymnasio, e acceitou uma proposta para o Porto como ensaiador do theatro Circo, onde se tornou notavel a fórma como pôz em scena a peça militar de grande espectaculo *A Europa na China*, o que muito concorreu para o enorme successo que a peça obteve. Mais tarde foi chamado a Lisboa para ser ensaiador no theatro de D. Maria II, mas a doença, de que havia annos soffria e que o victimou, não lhe permittiu exercer por muito tempo aquelle cargo. Do seu repertorio d'actor lembram nos as seguintes peças: *Um homem que anda atraz das mulheres*, *O tio Torquato*, *Os pretendentes de minha mulher*, *O defensor da Egreja*, *Gabriel e Lusbel ou o Thaumaturgo*, *A Carta*, *Sapho*, *Cynismo Scepticismo e Crença*, *A B e X*, *Uma Lua de fel*, *Um agiota em miniatura*, etc.

Martins *(D. Vasco)*. Bispo do Porto, e depois arcebispo de Lisboa, no seculo XIV. Logo no começo do seu governo teve grandes discordias com a camara por causa dos pesos, medidas e mais direitos de que se apropriavam. Como o bispo reclamasse, originou-se um motim no qual fôram mortas duas creadas do prelado, tendo este tambem de fugir. Governou a egreja portuense durante 14 annos, sendo depois eleito arcebispo de Lisboa. Deixou á cathedral do Porto muitas joias, a sua livraria e um baculo de prata.

Martins Bastos *(Francisco Antonio)*. V. *Bastos*, vol. II, a pag. 203.

Martins de Carvalho *(Fernando Augusto de Miranda)*. Bacharel formado em Direito pela

Fernando Augusto Martins de Carvalho

Universidade de Coimbra, advogado, ministro de estado, deputado, jornalista, etc. Nos primeiros annos da sua carreira politica perteuceu ao par-

sido republicano, mais tarde, porém, abandonou-o, e filiou-se no partido regenerador-liberal. Tem sido deputado n'algumas legislaturas, eleito por Castello Branco, e na de 1906 foi relator do orçamento do Estado. Em 2 de maio de 1907, estando no poder o partido regenerador-liberal, e tendo saido do ministerio o sr. conselheiro Ernesto Driesel Schroter, que tinha a pasta da fazenda, foi nomeado para o substituir n'aquelle elevado cargo, onde se conservou até á queda do ministerio promovida pela tragedia de 1 de fevereiro, em que fôram victimas el-rei D. Carlos e o principe D. Luiz Filippe.

Martins de Carvalho (*Francisco Augusto*). General de brigada, que serviu na arma de infantaria, reformado em 6 de novembro de 1902. N. em Coimbra a 27 de setembro de 1844, sendo filho de Joaquim Martins de Carvalho, jornalista e proprietario do *Conimbricense*. Fez o curso da Escola do Exercito com a maior distincção. Foi inspector dos corpos aquartelados na Africa Oriental, e em 1895 tomou parte na expedição que foi á India. E' um numismata distincto, tendo em Coimbra uma preciosa collecção monetaria, devidamente catalogada; socio effectivo do Instituto de Coimbra, e honorario e correspondente de muitas outras sociedades nacionaes e estrangeiras. Ainda estudante redigiu algumas publicações litterarias; foi fundador e director da *Harpa*, e tem collaborado em varios jornaes policos e litterarios, revistas militares, etc. O sr. general Francisco Martins de Carvalho é commendador, official e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, official da da Torre e Espada, cavalleiro da de S. Thiago, e condecorado com as medalhas de prata de bons serviços e de comportamento exemplar; e tem a medalha de ouro para commemorar a expedição á India em 1895. Possue tambem a cruz de 1.ª classe da ordem de Merito Militar de Hespanha. Escreveu: *Noções elementares de tiro coordenadas por Francisco Augusto Martins de Carvalho, alferes de infantaria n.º 9, e offerecidas gratuitamente aos officiaes inferiores e cabos do regimento n.º 9*, Coimbra, 1871; *Noticia historica do regimento n.º 9*, Coimbra, 1878; *Instrucção de tiro; conferencia recitada perante a officialidade de infantaria n.º 9*, Aveiro, 1880; *Relatorio trimestral, segundo o que dispõe a determinação 6.ª da ordem do exercito n.º 13 de 26 de junho de 1879*, Coimbra, 1881, *Instrucção pratica sobre o serviço de infantaria em campanha, compilada para uso dos officiaes inferiores, cabos e soldados dos corpos de infantaria*, Coimbra, 1887; *Subsidios para a historia dos regimentos de infantaria e caçadores do exercito portuguez*, Coimbra, 1888; *Manual para a instrucção theorica e pratica da infantaria; edição official*, Lisboa, 1888; *Diccionario bibliographico militar portuguez*, Lisboa, 1890. Escreveu sobre assumptos militares no *Exercito Portuguez*, *Tribuno Popular* e *Diario do Exercito*.

Martins de Carvalho (*João*). Coronel, chefe do estado maior da 1.ª divisão militar, grande official da ordem de S. Bento de Aviz por serviços distinctos, commendador e cavalleiro da mesma ordem, commendador, official e cavalleiro da de S. Thiago, director da 5.ª direcção da Administração militar no ministerio da guerra, socio effectivo da Sociedade de Geographia de Lisboa, etc. N. em Almeida a 1 de outubro de 1851, assentou praça em 16 de agosto de 1866, sendo promovido a alferes em 14 de janeiro de 1869, a tenente em 4 de fevereiro de 1874, a capitão em 8 de março de 1876, a major em 30 de abril de 1890, a tenente-coronel em 30 de setembro de 1893, e a coronel em 3 de setembro de 1898. Esteve em tempo addido militar á legação em Berlim. Tem sido empregado por differentes vezes em reconhecimentos militares; fez parte da brigada mixta que se reuniu em Taucos no anno de 1877; foi major da brigada de cavallaria desde 1878 até á sua extincção em 1884, sendo depois adjunto á 1.ª secção do commando do corpo de estado maior; membro da commissão de aperfeiçoamento do Real Collegio Militar, collaborando no regulamento litterario do collegio de novembro de 1886, e no do professorado do mesmo collegio, de 1887; membro da commissão encarregada de organisar militarmente o corpo da guarda fiscal. Collaborou na respectiva organisação publicada em 1886, e que deixou de vigorar pela creação da guarda fiscal. Collaborou tambem no regulamento para a organisação das reservas de março de 1887, e no do recenseamento e requisição de gado e viaturas, sendo relator de todos estes trabalhos, dois dos quaes estão publicados na *Revista Militar* de 1886 e 1887. E' tambem um dos directores da Companhia de Carruagens Lisbonense. O sr. coronel João Martins de Carvalho possue a medalha de ouro da classe de bons serviços e a de prata de comportamento exemplar, a cruz de 2.ª classe da ordem de Merito Militar, de Hespanha, e a insignia de 3.ª classe da ordem da Corôa de Prussia. Escreveu: *Relatorio ácêrca das manobras executadas pelo 9.º corpo do exercito francez em 1887*. Tem collaborado na *Revista das Sciencias Militares* e no *Exercito Portuguez*.

Martins de Carvalho (*Joaquim*). Decano dos jornalistas portuguezes, escriptor, etc. N. em Coimbra a 19 de novembro de 1822, fal. na mesma cidade em 18 de outubro de 1898. Seus paes o destinavam ao estudo ecclesiastico, para o que frequentou uma das aulas de latim que os jesuitas tinham em Coimbra, nos annos de 1833 e 1834, ficando, porém, orphão em tenros annos, não pôde continuar os estudos; dedicou-se primeiro ao commercio; e depois ao officio de latoeiro que aprendeu n'uma officina de Coimbra. D'aqui lhe veiu a alcunha de *doutor de latas* que, longe de o incommodar, elle considerava uma honra de que muitas vezes se vangloriou nas columnas do *Conimbricense*. Envolveu-se nos acontecimentos politicos que se seguiram á revolução de setembro de 1836, pugnando sempre pelo povo, partido então denominado da *patuleia*, de que resultou a guerra civil, conhecida por *Maria da Fonte* em 1846. Martins de Carvalho foi preso em 4 de fevereiro de 1847, e conduzido a 19 do mesmo mez, com alguns lentes da Universide e outros individuos para a Figueira da Foz, e d'ali para Buarcos, onde o obrigaram a embarcar no vapor da marinha de guerra *Terceira* com destino a Lisboa. Aqui o metteram na cadeia do Limoeiro com os demais companheiros, conservando-se na prisão até 29 de abril do mesmo anno, dia em que pôde evadir-se, quando as portas do Limoeiro fôram abertas deixando sair todos os presos. Martins de Carvalho foi recapturado no mesmo dia, e só pôde livrar-se do captiveiro

pela convenção de Gramido, assignada em junho do referido anno. N'essa epoca calamitosa foi barbaramente espancado por uns nove caceteiros, que o deixaram em perigo de vida. Depois de se acalmarem as paixões, que traziam o paiz em continuas revoluções, pelo movimento da Regeneração em 1851, e pela sancção do Acto Addicional á Carta, que satisfez até certo ponto as exigencias do partido avançado, Martins de Carvalho voltou os seus cuidados principalmente para as letras, que o seduziam em extremo. N'esse mesmo anno de 1851 começou por administrar e collaborar no *Liberal do Mondego*, folha que então se publicava em Coimbra, collaborou tambem no *Observador*, que tinha começado a publicação n'aquella cidade no dia 16 de novembro de 1847, de cujo jornal veiu mais tarde a

Joaquim Martins de Carvalho

ser proprietario, quando mudou o titulo para o de *Conimbricense*, em 24 de janeiro de 1854. Em 30 de outubro de 1855 fundou na rua Coruche uma typographia para a impressão d'este jornal, que depois mudou para a rua das Figueirinhas, onde egualmente residia, possuindo uma escolhida bibliotheca valiosa não pela quantidade de volumes, mas pelo grande numero de miscellaneas e collecções de obras politicas e historicas, em harmonia com os estudos predilectos do seu proprietario, tantas vezes demonstrados nas paginas no *Conimbricense*. N'este jornal, que durante largos annos, Martins de Carvalho escreveu, compoz e imprimiu, com um entranhado amor, expoz sempre as suas doutrinas como um verdadeiro liberal, atacando todos os movimentos reaccionarios e retrogrados, publicando tambem utilissimos e interessantes artigos historicos, até então ineditos. Em 1851 cooperou em Coimbra com alguns academicos e artistas na fundação da sociedade de instrucção dos operarios, que prestou muitos serviços aos desvalidos. Ainda n'esse anno foi o principal fundador do Montepio Conimbricense. Pertenceu a outras associações, e desempenhou varias commissões, prestando sempre bons serviços. Joaquim Martins de Carvalho foi um grande e strenuo propugnador do progresso da industria nacional, advogando e collaborando activamente em Coimbra nas exposições de artes, manufacturas e de archeologia, em 1869, de artes e manufacturas de 1884 e de 1888, exposição de que se occupou com louvor toda a imprensa de Coimbra, de Lisboa, do Porto, etc. Em novembro de 1869, foi agraciado o distincto jornalista com o habito da ordem de N. S.ª da Conceição, mas desde logo requereu a renuncia d'esta mercê, que lhe foi acceita por diploma de 5 de janeiro de 1870. Martins de Carvalho dedicou-se sempre muito ao principio associativo. Como tal, os seus serviços acham-se representados nas seguintes distincções associativas, que lhe fôram conferidas: Socio fundador do Montepio Conimbricense, que tinha o seu nome; socio honorario da Associação dos Artistas de Coimbra; socio benemerito da mesma associação; socio honorario da Escola Livre das Artes de Desenho de Coimbra; presidente honorario da mesma escola; socio honorario da Associação Commercial de Coimbra; do Gremio dos Empregados do Commercio e Industria de Coimbra; socio effectivo e presidente da Sociedade do theatro Boa União, de Coimbra; socio honorario da Sociedade Terpsichore Conimbricense; socio benemerito da mesma sociedade; socio effectivo da Sociedade Carbonaria Lusitana, de Coimbra; socio effectivo da Sociedade Segredo, de Coimbra; socio effectivo e primeiro secretario da Associação Liberdade, de Coimbra; socio benemerito da Associação Humanitaria dos Bombeiros Voluntarios de Coimbra; socio honorario da Corporação de Salvação Publica, de Coimbra; socio fundador e effectivo da Sociedade Promotora da Instrucção dos operarios, de Coimbra; socio effectivo da Sociedade Patria e Caridade, de Coimbra; socio effectivo e fundador da Associação Liberal de Coimbra; socio honorario da Associação Recreativa Commercial, de Coimbra; socio benemerito da Assembléa Recreativa de Coimbra; da Associação Industrial Portugueza, de Lisboa; socio honorario da Sociedade Typographica Lisbonense e Artes Correlativas; da Sociedade Protectora dos Animaes, de Lisboa; socio com diploma de honra, da mesma associação; socio permanente da Sociedade Protectora do Asylo de Mendicidade, de Coimbra; socio correspondente da Sociedade de Geographia de Lisboa; socio honorario da Associação Liberal Portuense; da Associação da Imprensa Portugueza; da Associação dos Jornalistas de Lisboa; socio correspondente da Associação dos Jornalistas e Homens de Lettras, do Porto; da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, de Lisboa; socio honorario da Sociedade União Beneficente *A Voz do Operario*, de Lisboa; do Montepio Figueirense; do Gremio de Instrucção e Recreio, de Bragança; do Centro Promotor de Melhoramentos das Classes Laboriosas, de Lisboa; da Sociedade de Geographia Commercial do Porto; socio correspondente da Sociedade de Instrucção do Porto e da Academia Real das Sciencias de Lisboa; do Club Litterario Limoeirense, de Pernambuco; socio honorario da Sociedade União Beneficente, do Rio de Janeiro; da Liga Portugueza dos Homens do Trabalho, no Brazil; socio corresponden-

te do Gabinete Portuguez de Leitura, de Pernambuco; socio benemerito do Gremio Litterario, de Angra do Heroismo; socio honorario do Retiro Litterario Portuguez, do Rio de Janeiro; da Sociedade El Fomento de las Artes, de Madrid; da Scuola Dantesca, de Napoles; socio correspondente do Conseil Heraldique de France; socio honorario da Associazioni di Mutuo Soccorro de Salvatori, de Napoles. Quando Martins de Carvalho completou 66 annos, em novembro de 1888, a cidade de Coimbra fez-lhe uma magestosa manifestação. Foi a Associação dos Artistas de Coimbra, que tomou a iniciativa das publicas demonstrações que se realisaram. Verificou-se no dia 19 um imponente cortejo civico, que saiu da casa da referida associação, compondo-se dos alumnos das escolas primarias com os seus professores, socios das differentes associações estabelecidas em Coimbra, levando os seus estandartes, grande numero de operarios e a philarmonica Conimbricense. O cortejo percorreu diversas ruas; passando pelas officinas do *Conimbricense*, as creanças entraram depositando ramos de flôres, entrando depois os representantes das differentes associações que figuravam no cortejo, offerecendo ao decano dos jornalistas diplomas honorificos, felicitações, corôas e outros brindes. Em sua homenagem a camara municipal resolveu dar o nome de *Martins de Carvalho* á rua das Figueirinhas, em memoria de ali morar o distincto jornalista. A' noite realisou-se na sala da Associação dos Artistas de Coimbra uma sessão solemne e festiva a que concorreram as auctoridades e vereadores de Coimbra, muitas familias distinctas, representantes da imprensa, das associações e classe operaria, e o sr. conde de Valenças e o conselheiro Dias Ferreira, que fôram de Lisboa expressamente para assistir áquella sessão. A sala estava adornada de bandeiras e estandartes das associações, flôres e espelhos, produzindo um effeito brilhantissimo. Uma orchestra, organisada expressamente para aquelle acto, tocou a symphonia de abertura da sessão, e continuou tocando nos intervallos dos discursos. O presidente da associação, Augusto José Gonçalves Fino, abriu a sessão, tomando depois a presidencia a seu convite o dr. Luiz da Costa e Almeida, presidente da camara municipal,tendo por secretarios Antonio Augusto Gonçalves, vereador da camara, e dr. Francisco do Amaral Guerra,primeiro official aposentado do governo civil. Falaram diversos oradores, enaltecendo as qualidades e os merecimentos de Martins de Carvalho, e o distincto jornalista estava tão commovido, por tão magestosa festa feita em sua honra, que nem podia proferir palavra, sendo Dias Ferreira quem agradeceu á assembléa as homenagens prestadas ao benemerito redactor e proprietario do *Conimbricense*. Entre os muitos escriptos publicados por Martins de Carvalho no seu jornal, contam-se os seguintes: *Historia dos hospitaes de Coimbra; Historia da irmandade da veneravel ordem terceira da Penitencia de Coimbra; Apontamentos para a historia da typographia em Coimbra, desde a sua introducção n'esta cidade em 1531 até o presente*, começaram a sair no *Conimbricense* a 2 de julho de 1867; e terminaram a 11 de agosto de 1868. Refundidos e addicionados com outras ivestigações, imprimiu-as juntamente com outros varios assumptos no curioso livro intitulado: *Apontamentos para a historia contemporanea*, Coimbra, 1868.

Martins da Costa *(João)*. Advogado e professor de Jurisprudencia Cesarea, e patrono de causas forenses em Lisboa, e da Casa da Supplicação. Era natural de Lisboa, e escreveu: *Tratado das fórmas de libellos, e das allegações judiciaes, e do processo do juizo secular e ecclesiastico*, etc., Lisboa, 1608; houve outras edições, 1621, 1680 e 1701, e uma em Coimbra, 1711.

Martins Coutinho *(Fernão)*. Filho de Vasco Fernandes Coutinho. Foi um dos principaes senhores do tempo em que viveu, e a sua casa uma das poderosas em rendimentos e vassallos. Era senhor das villas de Castello Rodrigo, Caminha, Souzel e de Moimenta da Beira, além de muitos outros logares e aldeias de menor importancia. Foi alcaide-mór de Sabugal. Casou em 1393 com D. Leonor de Sousa, filha de D. Lopo Dias de Sousa, mestre da ordem de Christo, e morreu em 1397.

Martins da Cunha *(Fr. Vasco)*. Fidalgo, nascido em Camarate, que viveu no seculo XIV, sendo de illustre ascendencia. Viveu em Italia monasticamente na companhia dos monges do Santo Sepulchro, que vieram da Palestina no seculo X, e que derivados da ordem religiosa instituida em Bethlem por S. Jeronymo, fundaram mosteiros em toda a Italia. Quando morreu o seu mestre, passaram alguns d'esses monges a Hespanha, e entre elles fr. Vasco Martins da Cunha. Era sua intenção fundarem aqui a nova ordem de S. Jeronymo, e fr. Vasco, vindo para a serra de Cintra, foi viver no sitio da Penha Longa, e ali construiu cellas junto da ermida de N. Sª da Piedade, em que viveu asceticamente na companhia de varios discipulos. Em 1390 começou a patrocinal-os el-rei D. João I, que lhes comprou esse terreno, onde se edificou o mosteiro de Penha Longa, que foi a cabeça da ordem, sendo em 1400 confirmada a ordem pelo papa Bonifacio IX. Fr. Vasco Martins da Cunha passou mais tarde a Andaluzia, onde falleceu.

Martins Gesteira *(P. José Joaquim)*. Presbytero secular, natural da Povoa de Varzim, que nasceu em 19 de novembro de 1814. Escreveu: *Memorias historicas da villa da Povoa de Varzim*, Porto, 1851; *Oração na solemnidade da acclamação d'el-rei o senhor D. Pedro V, celebrada em acção de graças pela Camara municipal da Povoa de Varzim em 16 de setembro*, Porto, 1856.

Martins Affonso *(D. Manuel)*. Bispo da Guarda. N. no concelho de Mogadouro em 21 de novembro de 1793, fal. na Guarda em 1 de dezembro de 1878. Era filho de paes humildes. Formou se em Canones na Universidade de Coimbra em 1819, ordenando-se sacerdote em 1822, sendo nomeado vigario geral do bispado de Bragança em 1824, bispado em que serviu por differentes vezes de governador e vigario capitular. Em 18 de abril de 1849 foi eleito bispo do Funchal, sendo confirmado em consistorio de 28 de maio de 1850, e sagrado em 8 de dezembro do mesmo anno. Da sé do Funchal foi em 1858 transferido para a da Guarda, onde falleceu. Publicou em Lisboa, 1858, uma *Pastoral*, que no fim tem a data d'esse anno.

Martins Sarmento. V. *Sarmento*.

Martinéguas ou Martinégas. Fôro, tributo

ou pensão que se pagava em dia de S. Martinho, e d'essa circumstancia tomou o nome.

Martinxel. Pov. e freg. de S. Miguel, da provincia da Extremadura, conc. e com. de Abrantes, distr. de Santarem, bisp. de Portalegre; 106 fog. e 534 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem esquerda do rio Zezere. O prior do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, apresentava o vigario, que tinha 60$000 rs. e o pé d'altar. A pov. pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes.

Martinzes. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Amendoa, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Martorello *(Antonio)*. Medico, que escreveu em latim uns *Commentarios* das obras de Galeno.

Martyr *(Fr. Pedro)*. Religioso da ordem de S. Domingos. N. em Lisboa, e fal. em 1615. Era filho de Alvaro Velho e de Luiza de França. Professou no convento de Lisboa em 13 de maio de 1547. Foi lente da Universidade de Coimbra, tomando posse em 3 de abril de 1612, qualificador do Santo Officio. Era considerado no seu tempo como homem de grande talento e de vastos conhecimentos, mas não consta que publicasse obra alguma.

Martyr. Pov. na freg. de S. Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real.

Martyres *(D. Antonio)*. Conego da ordem de Santo Agostinho no convento de Santa Cruz de Coimbra. N. em Arcos de Valle-de-Vez, sendo filho de Gaspar de Barros de Brito, e de sua mulher Leonor Soares de Abreu. Professou no convento de Refoios a 19 de abril de 1656. Saiu das escolas tão grande letrado que mereceu ser admittido em 1679 ao numero dos doutores de Theologia na Universidade de Coimbra, e de qualificador do Santo Officio. Foi reitor do collegio novo de Santo Agostinho em 1687, onde falleceu a 11 de fevereiro de 1698. Foi tambem apreciado prégador, e considerado como um profundo theologo. Deixou impressos alguns sermões, e em manuscripto uns *Tratados* em latim.

Martyres *(D. Antonio)*. Conego regrante da ordem de Santo Agostinho. N. em Coimbra no anno de 1698, e fal. em maio de 1768. Professou no convento de Santa Cruz, de Coimbra. Era considerado um dos mais insignes pharmaceuticos do seu tempo. Escreveu: *Collectaneo Pharmaceutico*, Coimbra, 1735; saiu com o nome supposto de Antonio Martins Sodré; fez-se uma edição no Porto, 1768; *Pharmacopeia Bateana, augmentada com os segredos Goddardianos... e accrescentada com um additamento de varias fórmas ou receitas .. dada á luz por um professor da mesma arte*, Pamplona, 1763. O autor da *Coimbra Gloriosa* diz que são falsas estas indicações, e que a obra fôra impressa em Coimbra por Luiz Secco Ferreira.

Martyres (*D. Fr. Bartholomeu dos*). Religioso dominicano da ordem dos prégadores, arcebispo de Braga primaz das Hespanhas, etc. N. em Lisboa nos principios do mez de maio de 1514, fal. no convento de Santa Cruz, de Vianna do Minho, hoje Vianna do Castello, a 16 de julho de 1590. Era filho de Domingos Fernandes e de Maria Correia, ambos naturaes da Verdelha, termo de Lisboa, e pessoas abastadas. Foi baptisado na egreja parochial dos Martyres, tomando o nome de Bartholomeu, e por serem devotos de Nossa Senhora dos Martyres, seus paes lhe accrescentaram este appellido. Logo ao partir do berço se começou a formar a lenda de que o menino tinha nas costas da mão direita uma cruz naturalmente impressa, floreteada nos quatro remates, signal que lhe durou emquanto viveu, e que foi tomado desde o principio, como prognostico de maravilhosos destinos. Seus paes não o destinavam á vida ecclesiastica, e começaram a

D. Fr. Bartholomeu dos Martyres

educal-o, reservando para mais tarde a carreira que deveria seguir, conforme com a sua propria vocação. Ainda não tinha 14 annos, quando principiou a estudar as disciplinas elementares, mas de tanto prestimo eram as suas faculdades que em breve se tornou um bom latino e um distincto grammatico. O joven estudante ouvia prégar na egreja dos Martyres os frades dominicanos, que muito frequentavam aquelle templo, e tanto se lhes affeiçoou, que mostrou desejos de entrar n'aquella clausura. Communicando a sua resolução ao prior do convento de S. Domingos, fr. Jorge Vogado, foi-lhe lançado o habito no dia 11 de novembro de 1528, professando na ordem com o nome de fr. Bartholomeu dos Martyres, a 15 de novembro de 1529. Começou logo a frequentar os cursos de artes e de Theologia, no referido convento, e tanto se distinguiu que tendo defendido conclusões de logica no capitulo da ordem, que se reuniu em Guimarães no anno de 1532, e conclusões de Theologia, que annos depois, em 1540, defendeu em Lisboa, foi logo nomeado lente de artes no collegio da capital, e depois de artes e de theologia no convento da Batalha, recebendo em 1542 o grau de presentado. Em 1551 foi com o provincial fr. Francisco de Bovadilla ao capitulo geral celebrado em Sala-

manca, e ahi lhe conferiu o geral o grau de mestre da ordem e definidor do capitulo de Lisboa. A fama do talento e das virtudes de fr. Bartholomeu dos Martyres ultrapassou os muros do convento, e o infante D. Luiz, irmão de D. João III, o convidou para mestre de seu filho D. Antonio, que foi depois prior do Crato, e residia em Evora. Todas estas dignidades e deferencias eram um desgosto para o virtuoso dominicano, pois iam ferir-lhe a sua extrema modestia. Fr. Bartholomeu dos Martyres conservou-se em Evora leccionando o infante D. Antonio, até que os religiosos do convento de S. Domingos de Bemfica o elegeram seu prior. Julgava-se que o infante D. Luiz não approvasse esta eleição, por seu filho viver em Evora, mas, pelo contrario, approvou-a mostrando-se muito satisfeito, e mandou para Bemfica o infante D. Antonio, a continuar os estudos sob a direcção do venerando religioso. Em 1558 vagou a egreja de Braga pelo fallecimento do arcebispo D. Fr. Balthazar Limpo, e a rainha regente D. Catharina quiz eleger para aquella elevada dignidade o seu confessor e provincial de S. Domingos, fr. Luiz de Granada, que rejeitou pertinazmente, e pedindo-lhe a rainha que lhe designasse então um successor, indigitou fr. Bartholomeu dos Martyres. O modesto frade recusou energicamente esta distincção, e foi preciso que fr. Luiz de Granada invocasse o preceito da obediencia para vencer a sua resistencia obstinada. Fr. Bartholomeu dos Martyres encerrou-se no convento de Azeitão, emquanto se não recebeu a bulla de confirmação de Paulo III, que foi passada a 27 de janeiro de 1559, e chegau a Lisboa no mez de agosto do mesmo anno. A 3 de setembro seguinte foi sagrado o novo arcebispo no convento de S. Domingos, em Lisboa, onde tambem recebeu o pallio, no dia 8, da mão do arcebispo de Lisboa D. Fernando Vasconcellos de Menezes Seguiu depois para Braga, onde chegou a 4 de outubro. A vida toda do arcebispo prova bem que não era affectada a modestia que manifestara, e que o humilde frade trocou a custo a solidão da sua cella pelos esplendores da residencia prelaticia. Tomando posse de tão elevada dignidade, começou logo a exercel-a com um zelo e uma piedade verdadeiramente evangelicos, banindo do paço archiepiscopal todos os esplendores mundanos, vivendo quasi como os primitivos bispos, trazendo em dia os despachos, e attendendo muito ás causas de justiça, e finalmente visitando amiudadas vezes a diocese. A sua caridade era notavel, mas o seu zelo evidentemente pouco esclarecido, diz um dos seus biographos. Quando os prelados mais illustrados do reino se oppunham ao estabelecimento dos jesuitas em Portugal, D. Fr. Bartholomeu dos Martyres fundou em Braga um collegio de jesuitas; quando todos sentiam já que era demasiado o numero dos conventos, a ponto de se levantarem contra essa exaggerada devoção protestos em côrtes, D. Fr. Bartholomeu dos Martyres fundou em Vianna do Castello o convento de Santa Cruz, da ordem de S. Domingos. Contava anno e meio em seu governo, quando a côrte romana, sendo Pio IV, pontifice, accordando em convocar-se concilio, despachou suas letras apostolicas a 29 de setembro de 1560, as quaes, no anno seguinte, fôram intimadas aos prelados d'este reino. Para a convocação do terceiro concilio tridentino, o arcebispo resolveu-se a partir, e assim o fez, mas viajando incognito, para evitar as honras a que tinha direito. Chegou a Trento a 18 de maio de 1561, disfarçado em obscuro sacerdote; porém não tardou em que se divulgasse a sua chegada, e os arcebispos de Modena e de Verona o fôram buscar á estalagem em que se hospedara. Por mais que pretendesse fugir ás honras devidas, Deus não lh'o consentia. Os mais eminentes homens o visitavam e reverenciavam; chegára lá a fama do seu nome, e todos se interessavam em vêr um prelado de tanta autoridade e respeito sob uma capa de humildade tão sincera. Aberto o concilio foi elle encarregado da revisão dos livros que se deviam prohibir; fêl-o, e é seu o Indice. Nas sessões que se celebraram tornou-se deveras notavel, não pela sua grande illustração, nem pela autoridade com que entrasse nas graves questões que o concilio tinha de resolver, mas pela persistencia com que tratava da reforma dos costumes ecclesiasticos. O padre virtuoso chegou a adquirir autoridade em Trento, no meio d'uma assembléa dos mais abalisados, mas o clero corrupto de Italia sentiu que falava a verdade pela bocca do prelado portuguez, quando exclamava: «Os illustrissimos e reverendissimos cardeaes precisam d'uma illustrissima e reverendissima reforma», e quando dizia: «Vossas senhorias são as fontes d'onde todos os prelados bebem; necessario é portanto que a agua seja limpa e pura.» Estas palavras ficaram memoraveis, como um rasgo de nobre franqueza. Na volumosa obra da historia ecclesiastica, *Abregé de l'histoire ecclésiastique*, tomo VIII e IX, fala-se largamente de D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, exaltando as suas virtudes, e encarecendo os louvores que lhe são devidos pela singular franqueza e nobre isempção com que falou perante os padres do concilio, e não pela distincção com que se houve em todos os trabalhos da mesma assembléa. A 8 de dezembro de 1563 retirou-se o arcebispo para Portugal, deixando de si tão avantajada fama, que a voz publica lh'o testemunhava, applicando-lhe com o termo laconico, *Multa paucis*, dando como estas palavras a significar a admiravel clareza com que elle, em breve discurso, resumia os mais profundos conceitos e as sentenças mais luminosas. Na sua viagem visitou as cidades de Veneza e Padua, e foi a Roma, onde o papa o recebeu com toda a attenção devida á sua notoria virtude. Visitou tambem alguns dos principaes santuarios de França e de Hespanha, principalmente na Catalunha e no Aragão, chegando afinal a Braga nos ultimos dias de fevereiro de 1564. Então tratou ainda com mais vivo interesse do cumprimento dos seus deveres pastoraes. Deu começo á fundação d'um seminario episcopal, seguindo n'esse ponto as determinações do concilio, e voltou a visitar a sua diocese, percorrendo até a inhospita serra do Barroso, onde nunca antes d'elle fôra outro arcebispo, e onde talvez depois poucos tornaram a ir, porque as agruras da serra, então quasi intransitavel, tornavam a viagem verdadeiramente perigosa, mas D. Fr. Bartholomeu dos Martyres não quiz, que ficassem privados da luz da sua presença e da sua visita essas pobres, remotas e dispersas christandades. Assim como fôra em Trento severo defensor da urgencia das reformas dos costumes ecclesiasti-

cos, assim foi na sua visita rigoroso executor dos seus proprios preceitos, o que não deixou de lhe crear inimigos e de lhe causar dissabores. Em 1566 reuniu o arcebispo em synodo provincial, em Braga, os bispos seus suffraganeos, que eram o de Coimbra, D. Fr. João Soares, o do Porto. D. Rodrigo Pinheiro, e o de Miranda, D. Antonio Pinheiro, porque estava então vaga a mitra de Vizeu. Annos depois foi assistir a um capitulo provincial da sua ordem de S. Domingos, celebrado no Porto, e entretanto continuava a mostrar-se excellente prelado, e animoso pastor, como no caso da peste de Braga, em que, por mais instancias que lhe fizessem, não quiz nunca sair da cidade contaminada, dizendo que era ali o seu posto de honra. Não era, comtudo, tão paciente, como diz fr. Luiz de Sousa, porque nas questões de jurisdicção ecclesiastica e de regalias prelaticias era intratavel. Indignou-se muito porque em Roma não acceitaram cegamente as decisões do seu synodo provincial, e se commetteu a um prelado o exame d'essas decisões; andou em constantes demandas com o seu cabido, e por causa de conflictos entre a justiça secular e a ecclesiastica foi a Coimbra ter com elrei D. Sebastião e protestou energicamente, como já protestara quando el rei quizera mandar uma alçada a Braga. No anno de 1581. o rei castelhano Filippe II, assenhoreando-se de Portugal, convocou côrtes em Thomar, a que assistiram os arcebispos de Braga, de Lisboa e de Evora. Sentindo-se já cançado pediu a renuncia do arcebispado que o rei Filippe lhe concedeu, e comquanto o papa Gregorio XIII a quizesse impugnar foi ella intimada em 20 de fevereiro de 1582. Partiu logo para o convento que fundara em Vianna do Castello, e onde ainda viveu oito annos e alguns mezes, com a austeridade mais perfeita, até que falleceu. Foi sepultado na capella mór do convento, no presbyterio da parte da Epistola, sendo trasladado 19 annos depois para um tumulo de jaspe magnifico, levantado no mesmo presbyterio, da parte do Evangelho As pompas solemnes, que acompanharam a trasladação, veem descriptas na biographia do arcebispo escripta por Fr. Luiz de Sousa. D. Fr. Bartholomeu dos Martyres escreveu muitas obras em latim, cujos titulos se pódem vêr na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol I, pag. 464, assim como as que deixou manuscriptas. Em portuguez escreveu as seguintes: *Catecismo da Doutrina Christã, com algumas praticas espirituaes em as festas principaes e alguns domingos do anno, para os leitores e curas do seu bispado lerem á estação nas parochias em que não houver prégação*, Braga, 1564; Coimbra, 1574; Lisboa, 1594; Evora, 1603; Lisboa, 1617, 1628, 1656, 1674, 1684, 1765, 1785; tambem houve edições em Salamanca, 1602, Madrid, 1564, e em latim, Roma, 1735. Escreveu mais em portuguez: *Tratado de praticas devotas; Praticas espirituaes; Epitome das vidas dos pontifices; Compendio geral das historias de Hespanha; Relação dos reis de Portugal*, etc.

Martyres (*Fr. Bartholomeu*). Religioso franciscano da ordem dos prégadores. N. em Evora a 24 de agosto de 1711, ignora-se a data do fallecimento. Chamava se no seculo Bartholomeu Antonio de Figueiredo Caramugeiro, e era filho do advogado dr. Manuel Estevens Lobo Caramugeiro, e de sua mulher, Izabel Maria de Lima. Tendo estudado em Evora as letras humanas e Philosophia, recebeu o habito da ordem dos prégadores no convento de Santarem a 4 de janeiro de 1727, e professou solemnemente a 5 de janeiro de 1728. Aprendeu as sciencias severas no convento de Lisboa e no collegio de Coimbra, onde depois foi lente. assim como no seminario situado na serra de Montejunto, para onde se mudou, exercendo o cargo de missionario apostolico, quando estava em tempo de ferias, em diversos logares do reino. Foi depois presentado em Theologia, qualificador do Santo Officio, examinador das ordens militares, secretario da provincia, etc. Publicou em Lisboa a seguinte obra, que teve 4 edições: *Banquete espiritual voluntario e gratuito, em favor das almas do purgatorio e de todo o fiel christão*, etc.

Martyres (*D. Francisco dos*). Arcebispo de Gôa. N. em Lisboa em 1583, fal. em Gôa a 25 de novembro de 1652. Era filho de Pedro da Fonseca. Professou na ordem de S. Francisco, no convento de Lisboa. Exerceu varios cargos importantes, visitou as provincias de Castella, presidiu aos capitulos de S. Miguel e Burgos, foi secretario geral da ordem, guardião do convento de Lisboa, e ministro provincial, eleito em 1 de janeiro de 1633. Filippe III o nomeou deputado da junta creada para a reformação dos costumes e presidida pelo conde de Basto, D. Diogo de Castro, e depois lhe offereceu a mitra de Malaca, que elle rejeitou. Posteriormente foi eleito arcebispo de Gôa, sendo sagrado no convento de S. Francisco de Lisboa, a 19 de março de 1636, e a 4 de abril embarcou para o Oriente na nau *S. João de Deus* Chegando a Gôa a 21 de outubro do mesmo anno. Por duas vezes governou o estado da India, até que falleceu.

Martyres (*D. Prospero*). Conego regrante da ordem de Santo Agostinho, que falleceu a 14 de agosto de 1672. Professou no convento de Santa Cruz de Coimbra a 25 de novembro de 1627. Foi prior do convento de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, em 1611, apreciado prégador e poeta. Deixou publicadas algumas poesias, e em manuscripto tres tomos de sermões.

Martyres (*D. Timotheo dos*). Conego regrante da ordem de S. Agostinho. N. em Coimbra, e fal. a 11 de novembro de 1686. Chamava-se no seculo Antonio Serrão, sendo filho de Manuel da Conceição e de Magdalena Cerveira. Professou no convento de Santa Cruz a 6 de março de 1629. Escreveu: *Vida do bemaventurado padre Santo Theotonio primeiro prior do real mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. de Conegos regulares do patriarcha Santo Agostinho; escripta em latim por um religioso contemporaneo e discipulo do mesmo santo, traduzida em nosso vulgar portuguez, e juntas as vidas de outros santos e santas, colligidas de diversos e graves autores, por D. Timotheo dos Martyres*, etc., Coimbra, 1650.

Martyres (*Fr. Verissimo dos*). Religioso da ordem Terceira de S. Francisco. N. em Lisboa em 1699, onde tambem fal. a 21 de agosto de 1767. Era filho de Bartholomeu de Sá e de Catharina Baptista da Silva Foi admittido no convento de Santarem, e professou no de N. S.ª de Jesus, de Lisboa a 17 de julho de 1723. Era muito versado nos ritos e cerimonias ecclesiasticas, das quaes foi mestre durante muitos annos no

referido convento, onde veiu a fallecer. Escreveu: *Annotações precisas sobre o ritual eucharistico, que na occasião do lausperene se pratica* Lisboa, 1743; *Ritual eucharistico, instrucção e ordens que se devem observar no lausperenne do Santissimo Sacramento, para o bom regimen da Santa Egreja*, Lisboa, 1745; *Directorio funebre de cerimonias na administração do sagrado viatico, extrema unção, enterro e officio de defuntos*, Lisboa, 1749; *Directorio ecclesiastico das cerimonias da cinza, ramos, toda a semana santa, etc.*, Lisboa, 1755; *Promptuario regular, em que para a eleição, recepção e mais execução dos seus superiores se offerece a todos os regulares os mais acertados dictames*, Lisboa, 1754.

Martyres. Uma das freguezias de Lisboa, cujo orago é Nossa Senhora dos Martyres. E' um templo verdadeiramente historico e um dos mais antigos da capital. Quando no começo do anno de 1147 el-rei D. Affonso I fez o cêrco á cidade de Lisboa, então pertencente aos moiros, vieram auxilial-o n'aquelle ousado emprehendimento os inglezes, que tambem andavam guerreando contra os infieis e a favor da christandade. Os vastos campos do lado do poente, onde se vê hoje a egreja dos Martyres, fôram concedidos aos inglezes, para ali assentarem os seus arraiaes, reservando el-rei para os portuguezes os campos do lado do Oriente, onde depois se edificou o grandioso mosteiro de S. Vicente de Fóra. Estes campos estavam fóra dos limites da cidade. O cêrco durou cinco mezes, durante os quaes se travaram diversos combates, succumbindo n'essas luctas muitos christãos e muitos moiros. Nos arraiaes inglezes e portuguezes fizeram se então uns cemiterios, cada um com a sua capella, collocando os inglezes na que lhe pertencia uma imagem de Nossa Senhora, que traziam comsigo. Antes de se proceder a esta piedosa obra, fôram os terrenos benzidos pelo arcebispo de Braga D. João Peculiar. No dia 21 de novembro de 1147, um mez depois da tomada de Lisboa, procedeu el rei D. Affonso I á cerimonia de lançar nos dois cemiterios a pedra fundamental dos alicerces das egrejas de S. Vicente e dos Martyres. A invocação, que se conserva ainda hoje, foi dada em memoria das victimas da guerra, enterradas n'aquelle cemiterio. Segundo a tradição, foi na egreja dos Martyres que se realisou o primeiro baptismo n'esta cidade. Este facto historico ainda hoje se vê commemorado na propria egreja, no cancello da porta da capella, onde está a pia baptismal. Como os templos de S. Vicente e dos Martyres fôram edificados nos terrenos onde já existiam os cemiterios e as capellas respectivas antes da tomada de Lisboa, o papa concedeu-lhes muitas indulgencias. Só mais tarde é que D. Affonso I requereu do papa que Lisboa ficasse sendo estado episcopal, e obtida esta concessão, elegeu-se para o primeiro bispo D. Gilberto, prelado inglez. A egreja dos Martyres foi sagrada em 13 de maio, dia em que se commemora a Senhora dos Martyres, e teve sempre as honras de capella real. Estava situada na actual rua Victor Cordon, n'uma elevação a que se dava o nome de *Monte Fragoso*, pelos muitos precipicios que n'elle havia, e depois se fôram aplanando. Tinha a porta voltada para o Occidente, e com o seu adro, para o qual se subia da rua 7 degraus, sendo 11 do lado do sul. A egreja foi restaurada tres vezes na sua architectura, antes do terremoto de 1755. Fr. Apolinario da Conceição, na *Demonstração historica da egreja dos Martyres*, fala na renovação em 1598, em que as obras duraram 4 annos, terminando em 1602. Então accrescentaram-se 7 palmos no comprimento, e outros 7 na altura. Para esta restauração empregaram se 5:000 cruzados adquiridos por um imposto que se lançou sobre os moradores da freguezia, autorisado por um alvará de Filippe I, de Portugal, datado de 7 de maio de 1591. O tecto foi pintado por José de Avellar Rebello, artista celebre d'esse tempo; constava de 72 paineis, de 11 palmos de comprido e 8 de largo, distribuidos em 8 fileiras. A segunda restauração do templo começou em 1664, e as obras proseguiram, com mais ou menos interrupção, até ao anno de 1710, em que se concluiram. Estas obras fôram muito importantes, porque se fizeram capellas novas do lado da Epistola, onde só havia uma, emquanto que do lado do Evangelho havia quatro. Fez-se tambem uma nova capella-mór, em que se trabalhou desde 1685 até 1692. N'esta restauração verdadeiramente grandiosa, empregou-se o systema dos embutidos. Toda a capella-mór era de marmores embutidos, assim como os arcos das outras capellas, columnas do guardavento, etc. Fôram artifices d'esta obra os mestres Antonio do Couto e João Antunes. Só na capella-mór se gastaram mais de 50:000 cruzados. Para esta obra foi lançada meia decima sobre todos os moradores e proprietarios da freguezia. O tecto ficou o que estava; o frontispicio ficou mais levantado, assim como as paredes do cruzeiro. A terceira restauração principiou nos ultimos mezes do anno de 1746, e acabou em 1750. A egreja era de acanhada altura, e a irmandade pensou em levantal-a mais 12 palmos mas oppunha-se á obra um contrato que se havia feito em 1598 com os frades de S. Francisco, reconhecendo lhes certa servidão para que não pudessem dar maior altura á egreja, afim de não tirarem a luz á egreja do convento, que lhe era contigua. Andou em contenda a pretenção da irmandade dos Martyres, até que por provisão de 20 de julho de 1745, D. João V a deferiu, ordenando que os frades vendessem a servidão, e que a irmandade, além d'isso, rasgasse uma janella no post-côro do convento, e accrescentasse duas no corpo da egreja, confórme a architectura primitiva. Com esta resolução e com a quantia de 50:000 cruzados, e seus juros que a elevavam a 80:000 cruzados, que Gonçalo Pacheco Pereira deixara em testamento expressamente para as obras do tecto, com obrigação de se fazer dentro de 12 annos, aliás revertia o legado para a Santa Casa da Misericordia, se deu principio á obra de se levantar os 12 palmos na altura do templo, e a outras restaurações, com o que a egreja muito lucrou. O trabalho de estuque, no tecto, foi de João Grossi, e o de pintura de Francisco Vieira Lusitano. O quadro do centro representava a tomada de Lisboa. Segundo affirma Antonio Coelho Gasco, havia na casa do despacho um quadro antigo, que remontava quasi á epoca da conquista de Lisboa, o qual representava os catholicos combatendo contra os moiros, e via-se a ermida da Senhora dos Martyres, em fórma de rotunda, finalisando o telhado com uma especie de cupola. Este quadro esteve muitos annos na

capella-mór do lado do Evangelho. A egreja dos Martyres foi na primitiva considerada cathedral; o bispo D. Gilberto é que alguns annos depois transferiu aquella dignidade para a Basilica de Santa Maria, na sé de Lisboa. O padre Apolinario da Conceição, na *Demonstração historica*, a que já nos referimos, diz que a egreja, pelo motivo de ter sido cathedral, conservou as seguintes honras: fazer a procissão do Corpo de Deus, antes da sé; o toque das Ave Marias ser dado da mesma fórma episcopal como o que fazem as cathedraes, e nas procissões publicas tambem a sua cruz e clero ir immediata á da sé, seguindo depois as de todas as mais egrejas parochiaes da cidade. Estas prerogativas terminaram em 1716, quando D. João V conseguiu do papa que Lisboa fôsse dividida em arcebispopal oriental, sob a direcção do arcebispo de Lisboa, e patriarchado occidental sujeito ao primeiro patriarcha, então eleito, D. Thomaz d'Almeida. A preferencia da procissão do Corpo de Deus é que sempre se tem conservado. O primeiro prior da freguezia dos Martyres foi o proprio bispo D. Gilberto, o qual poucos annos depois passou o priorado para os deões da sé, a cuja dignidade a destinou o bispo. Até 1338 permaneceu assim o priorado, e n'aquelle anno, o padre Egydio Lourenço fez transacção com o cabido da cathedral com uma capella de S. Julião, que o dito cabido tinha em S. Vicente, dotada com muitas rendas, o que consta da escriptura do contrato feito em 3 de outubro de 1338; então continuou ainda o priorado no cabido, administrando os sacramentos os conegos e beneficiados, que se alternavam aos mezes. O cabido quiz alliviar se d'aquelle encargo, 50 annos mais tarde, mas não desejava perder os dizimos e rendas, e para os puder desfructar, e impôr a alguem o encargo de cura d'almas, impetrou da Sé Apostolica uma bulla no anno de 1389, de que o prior dos Martyres fôsse o proprio cabido; desde então nunca se deu o titulo de prior aos curas que o cabido collocava na egreja. Até 1740 ficou a parochia dirigida por um cura e mais ou menos coadjutores. Em 1551 havia 9 coadjutores, em 1741 só tres, sendo todos apresentados pelo cabido. O Santissimo estava na capella-mór, juntamente com a imagem de Nossa Senhora, mas em 1555 fez-se uma capella especial, e para ali se mudou no dia 13 de maio d'este anno em solemne procissão, conduzindo os vasos sagrados o capellão-mór de D. João III, D. Fernando de Vasconcellos e Menezes, arcebispo de Lisboa. D. Pedro II foi juiz perpetuo da irmandade da Senhora dos Martyres. Quando em 1692, por occasião da festa do orago em 13 de maio, se abriu a capella-mór, então feita de novo, el-rei e a rainha assistiram á festa, e deram de esmola 400$000 réis. D. João V foi tambem muito devoto da Senhora dos Martyres, protegeu muito a irmandade, e em 1707 acceitou o cargo de juiz. Restabelecendo-se aquelle monarcha d'uma grave enfermidade, mandou edificar a egreja das Necessidades, e beneficiou tambem a irmandade dos Martyres, com 200$000 réis e um rico vestido de brocado branco para a imagem. Na occasião em que el-rei estava em grave perigo de vida, saiu a imagem em procissão solemne, sendo o andor conduzido pelos padres. Na egreja dos Martyres, durante o decurso de tantos seculos, fôram baptisados muitos principes, princezas, infantes, titulares e muitas pessoas de distincção, entre os quaes figura o arcebispo de Lisboa Luiz de Sousa. A egreja não tinha beneficiados como a sé, mas sustentava uma collegiada, como ainda hoje sustenta, que todos os dias résa as horas canonicas, o que teve começo na quarta feira de trevas do anno de 1733. Antes do terremoto de 1755 tinha varias capellanias de differentes instituidores. A irmandade dispendia muito dinheiro em obras de caridade; todos os annos dotava 12 donzellas com 100$000 réis cada uma, e além d'estes dotes, dava todos os annos mais 6 de 50$000 rs., cada um, tambem a donzellas pobres. O terremoto e o incendio, que se lhe seguiu, destruiram completamente a egreja, cinco annos depois da sua terceira restauração. Esta catastrophe obrigou a parochia a refugiar-se n'uma barraca que se arvorou em ermida, com o titulo de Nossa Senhora da Conceição, n'uma quinta a Rilhafolles, pertencente á propriedade onde habitavam os doutores Ignacio e Diogo Barbosa Machado. Ali se conservou até á vespera do Natal, em que se transferiu para a ermida da Senhora dos Martyres, no Rego, de que eram proprietarios os herdeiros de Jacinto Dias Braga. Na quaresma de 1755 houve nova transferencia da freguezia, indo esta estabelecer-se ao Corpo Santo, na ermida de S. Pedro Gonçalves, onde esteve até á reedificação do templo, que actualmente existe, o qual ficou situado um pouco mais para o norte do que o primitivo. Foi o architecto Reynaldo Manuel quem deu o risco para a nova egreja. As obras começaram em 10 de outubro de 1769 e a 18 de março de 1774 foi benzida a capella-mór e as duas capellas do cruzeiro; só em 1784 é que se concluiu toda a obra. Além de muitas offertas e esmolas, concorreu muito para o bom andamento das obras o importante legado que a irmandade recebeu do rico negociante portuense Manuel Pacheco Pereira. O templo é de fórma elegante, bem disposta a sua architectura, e com sufficiente luz. O frontispicio eleva-se com grandeza e acertadas proporções; é composto da ordem jonica sobre a dorica, com pilastras que dividem as tres portas e as tres janellas; a empena sobre a cimalha real é ladeada por grandes vasos de marmore de excellente lavor. Sobre a porta principal ha um baixo relevo, que representa D. Affonso Henriques, depois da tomada de Lisboa, rendendo graças á Virgem. E' obra de Francisco Leal Garcia, um dos melhores discipulos de Alexandre Giusti, e primeiro substituto de Machado de Castro. O retabulo do altar-mór é singelo, mas de bom desenho. Duas bellas columnas compositas sustentam o remate, que é em baixo relevo, em que figura o Santissimo em fórma de custodia resplandecente, e sobre o entablamento das columnas estão dois anjos em adoração. O altar é todo de marmore, e a banqueta de excellente marmore preto. O throno em que está a imagem da Senhora dos Martyres, é de madeira. A bocca do camarim é revestida de marmore preto. A capella-mór tem duas tribunas de cada lado, sem nenhuma decoração architectonica, e as suas paredes são todas revestidas de marmores, assim como toda a egreja. No cruzeiro ha duas capellas: do lado do Evangelho é a do Santissimo, de fórma orbicular, toda revestida de marmores azues e encarnados; tem um qua-

dro que representa a Ceia de Christo. Os cancellos são de ferro, com apropriados e bem dispostos ornatos de bronze A capella do lado da Epistola é dedicada ao Bom Pastor, sendo o retabulo e a banqueta de talha em gosto um pouco seiscentista. Não ha outros em Lisboa d'este estylo. Sobre o arco cruzeiro está um crucifixo em um nicho, onde se vêem 6 castiçaes com vellas, que se accendem nas occasiões solemnes. A egreja tem mais 3 altares de cada lado, sendo os do lado do Evangelho: Santa Cecilia, S. Antonio e S. Braz; e do lado da Epistola: S. Miguel, N. S.ª da Piedade e Santa Luzia. Todos estes altares teem o seu quadro, sendo as pinturas de Pedro Alexandrino de Carvalho. Os retabulos são todos eguaes ao da capella do Bom Pastor. O corpo da egreja fica separado do cruzeiro e dos altares por uma teia de pedra, e entre os altares ha pilares compositos; as paredes são todas cobertas de marmores encarnados e azues, com suas almofadas, até á cornija, A capella do baptisterio tem um quadro representando S. João Baptista. Os dois pulpitos são de talha transfurada em boa pedra, de magnifico desenho, e de grande merecimento artistico. O tecto é de vistoso effeito, pela boa combinação das pinturas, ornatos e dourados. Ao centro tem um quadro representando D. Affonso Henriques dedicando o templo á Virgem. O rei está de joelhos, um anjo tem nas mãos o risco da egreja, para o qual o monarcha aponta na acção de fazer a offerta. Dos lados vêem-se as figuras, em meio corpo, dos 4 apostolos evangelistas e dos 4 principaes doutores da Egreja. Assim, junto ao cruzeiro está Santo Ambrosio, seguem do lado do Evangelho S. Matheus, S. Gregorio e S. Marcos; sobre o côro Santo Agostinho, seguido do lado da Epistola S. Lucas, S. Jeronymo e S. João Evangelista. No tecto do côro está um pequeno quadro representando o Espirito Santo, e no da capella-mór a Santissima Trindade. Todos os quadros do tecto são de Pedro Alexandrino de Carvalho, os ornatos da capella-mór de Jeronymo Gomes Teixeira, e os do corpo da egreja de José Antonio Narciso. O orgão está collocado n'uma tribuna elevada, no côro; é muito apreciado, apparatoso, com excellentes vozes, tem em remate bons ornatos, e uma corôa levantada sobre elles. Na capella de N. S.ª da Piedade vê-se a imagem de N. S.ª da Conceição, que veiu para esta egreja d'uma ermida que existia no edificio do Thesouro Velho, por occasião do incendio que ali houve. A esculptura é trabalho de José Joaquim de Barros Laborão. A sacristia da collegiada é espaçosa; tem um altar com seu retabulo, tudo de pedra bem lavrada; n'elle está collocado um baixo relevo em marmore de Italia com a sua moldura de marmore preto. Este altar, retabulo e baixo relevo estavam no cemiterio da egreja e fôram mudados para a sacristia da collegiada por occasião d'umas importantes obras que se fizeram no meado do seculo passado, sendo apenas alterado um ornato funebre, que se substituiu por uma cabeça de anjo. A sacristia tem bons arcazes de vinhatico. A sacristia da irmandade fica do outro lado da egreja. Vê-se ali um altar de talha, estando n'elle a imagem de S. Braz. Nas paredes estão 12 quadros representado as cabeças dos 12 apostolos, pinturas de Pedro Alexandrino de Carvalho. Tambem tem bons arcazes. A torre dos sinos é de cantaria e de fórma elegante. A egreja dos Martyres é a unica, além da sé, que conserva côro diario. Todos os annos se fazem muitas festas com mais ou menos pompa, sobresaindo, porém, em sumptuosidade a festa do orago, em 13 de maio, precedida de novena que principia no dia 4, e de matinas no dia 12. A procissão do Corpo de Deus, que desde tempos remotos se fazia sempre com o maior esplendor, limita-se hoje a uma pequena volta, mas antigamente, ainda até aos meados do seculo passado, a procissão ao sair da egreja seguia até á rua do Alecrim, descendo depois ao Caes do Sodré, seguindo pelas ruas do Corpo Santo, Arsenal, largo de S. Julião, rua Nova do Almada e Chiado até recolher. No cortejo figuravam as irmandades do Santissimo, das almas e dos archeiros, e a collegiada, muitos anjos, cabido da sé patriarchal e guarda de honra. Depois de entrar o palio na egreja, subiam ao ar muitas girandolas de foguetes, e a guarda dava as descargas do estylo. A'cêrca d'esta egreja pôde lêr-se a *Demonstração historica da egreja dos Martyres*, do P. Apolinario da Conceição; *Summario de varia historia*, do dr. Ribeiro Guimarães, vol. I, pag. 89 e seguintes.

Martyres. Pov. e freg. de N. S.ª dos Martyres, da prov. do Alemtejo, conc. do Crato, com, distr. e bisp. de Portalegre; 153 fog. e 587 hab. Tem esc. do sexo masc. e está distante 8 k. da séde do conc. A egreja parochial é situada proximo d'uma ribeira affluente do rio Seda. Pertencia ao grão-priorado do Crato, e o grão-prior apresentava o cura, que tinha 150 alqueires de pão e 1 pipa de vinho. A terra é fertil em cereaes, e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22 com a séde em Abrantes. Esta freg. está annexa á de N. S.ª da Conceição, do Crato, para effeitos administrativos, por decreto de 15 de junho de 1893.

Martyrios. Pov da freg. de S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Marufe. Pov. na freg. de Santa Maria, de Geraz do Lima, conc. e districto de Vianna do Castello.

Marujal. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de V. N. da Barca, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. Tem apeadeiro na linha de Coimbra á Figueira da Foz, entre o apeadeiro de Montemór e a est. de Verride, sendo servida por *tramways*

Marvão. E' appellido nobre, tomado da villa d'este nome. Tem por armas: Escudo dividido em pala, a primeira de prata, e a segunda de azul, e sobre tudo tres rodellas de purpura em faxa. Orla de prata, carregada de 8 leões de purpura. Elmo d'aço, aberto; e por timbre um dos leões das armas.

Marvão. Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc., julgado municipal, com. de Castello de Vide, distr. e bisp. de Portalegre. Até ao meado do seculo XIX teve duas freguezias: N. S.ª da Estrella, cujo prior era apresentado pelo grão prior do Crato, com o rendimento de 500$000 rs.; e S. Thiago, sendo o prior da mesma apresentação, com o rendimento de 600$000 réis. Actualmente tem uma só freguezia, cujo orago é Santa Maria. A villa está situada no cimo d'um elevado e escarpado monte, na serra de Marvão, o *Herminio minor* dos romanos, cuja altitude é de 862 m. acima do nivel do mar, d'onde se desfru-

cta um lindo panorama, vendo-se a serra da Estrella, o *Herminio Maior* dos romanos, a serra de Beja, muitas povoações, montes e valles. Para os lados do norte, sul e oeste, é formado todo o monte de rocha viva, como que cortada a prumo, até a um valle profundissimo, com taes quebradas e tão escarpada penedia que o accesso por ali se torna impossivel, podendo se entrar na villa sómente pelo lado do léste, onde o dorso da montanha está despido de rochedos, e se eleva com menos precipitada inclinação. Como esta parte é a que olha para a fronteira hespanhola que fica a 6 k. de distancia, é n'ella que se encontram as principaes fortificações da praça, pois que as outras estão defendidas pela natureza. A primeira muralha está construida no fundo do monte, servindo-lhe de fosso natural o rio Aramenha; dentro da villa eleva se o castello com os seus baluartes. Foi el rei D. Diniz quem o mandou edificar no anno de 1299, e a cêrca de muralhas, e no tempo da guerra da Restauração contra o dominio castelhano, de 1640 a 1669, fizeram-se-lhe algumas obras de fortificação, segundo o systema, n'essa epoca, mais moderno. O castello de Marvão é um dos mais historicamente celebres na defeza do paiz contra o ataque dos hespanhoes, e ainda nas luctas da Liberdade, em 1833, tomou parte importante, como adeante mencionaremos. A fundação da villa é muito antiga; foi fundada pelos herminios, povos da serra da Estrella, 44 annos antes de Christo, com o nome de *Aramenha*; outros escriptores pretendem que o seu primeiro nome fôsse *Medobriga* (V. *Portugal*, vol. I, pag. 634). Parece que os moiros mataram aqui muitos christãos, quando invadiram a Lusitania em 715, e os que escaparam se fôram refugiar na serra. Em 770, o moiro *Maruan* ou *Marvan*, senhor de Coimbra, a mandou povoar, dando-lhe o seu nome. D. Affonso Henriques a tomou aos moiros em 1166. Segundo alguns escriptores, era aqui a celebre cidade romana chamada *Medobrica*, corrupção de *Medobriga*. Na verdade, nas immediações de Marvão tem-se descoberto varias ruinas de edificios antiquissimos, n'uma vasta extensão de terreno, que prova ter havido aqui uma cidade, ou povoação importante. Consta tambem terem apparecido muitos restos de construcções romanas, e outros vestigios do seu tempo. N'uma quinta do termo de Marvão, que pertenceu aos marquezes de Tancos e condes de Atalaia, encontram-se muitas amphoras de barro, medalhas, inscripções, e outras antiguidades de grande valor archeologico, assim como restos de edificios soterrados D. Sancho II lhe deu o primeiro foral, em 1226, e D. Manuel lhe deu foral novo, em Lisboa, a 1 de junho de 1512. Marvão foi *couto do reino*, ou de *homiziados*, instituido para refugio dos malfeitores, que não podiam ser aqui molestados. Estes coutos fôram abolidos por uma lei de 1790. No castello junto á entrada ha uma cisterna enorme com agua para toda a villa durante seis mezes. Ha outra mais pequena, de agua nativa. Tambem se vae buscar agua a uma fonte, que fica na encosta do monte, proximo do caminho que vae para a villa. Os condes de Atalaia e marquezes de Tancos eram alcaides hereditarios de Marvão. A egreja matriz era a do antigo convento de N. S.ª da Estrella, de religiosos franciscanos da provincia do Algarve, fundado em 1448. Parece que no tempo d'el rei D. Manuel foi restaurada, porque o portico da egreja é de architectura manuelina, estylo puro como o cruzeiro do adro, que é muito apreciado. O interior da egreja não tem nada do estylo da portada, mas uma capella, que lhe está junta, é que é de abobada com laçaria de arcos fechados em florões, e assentes sobre columnas ao longo das paredes. O altar d'esta capella é todo de marmore de Italia, de boa esculptura nos ornatos e nas figuras. Ha mais quatro ou cinco egrejas, incluindo a da Misericordia, mas todas são inferiores á egreja parochial. Marvão não tem monumentos nem edificios notaveis, mas é muito saudavel e productiva, tendo varias minas de metaes e de crystal, que em epocas remotas fôram exploradas, e que se encontram em toda a serra Gozava antigamente de voto em côrtes com assento no 11.º banco. Fóra das muralhas da villa houve um convento de religiosos franciscanos. O brazão consta d'um castello de ouro em campo azul, e sobre elle o escudo das quinas portuguezas entre duas chaves. Esta villa foi praça de guerra importantissima. A 30 de maio de 1801 defendeu-se heroicamente de um ataque de tropas hespanholas; a 12 de dezembro de 1833, os constitucionaes tomaram por surpreza o seu castello; a 6 de janeiro de 1834 repelliu um ataque de realistas; a 15 do referido mez e anno a sua guarnição fez uma sortida sobre a aldeia de Escusa; no dia 18 fez outra sortida sobre a freguezia de Arisas; no dia 25 sobre o convento da Estrella; a 15 de março de 1838 sobre o Chico Salto Em 17 de março de 1834 houve um combate junto á praça de Marvão entre realistas e constitucionaes, ficando estes vencedores. A 22 d'este mez foi a praça soccorrida pelas forças vindas de Hespanha commandadas pelo tenente-coronel José Joaquim de Abreu; no dia 23 os miguelistas levantaram o cêrco que lhe haviam posto. Pela parte importante que tomou nas luctas, mereceu da rainha D. Maria II o honroso titulo de *Mui nobre e sempre leal villa de Marvão*. A 23 de junho de 1847, por effeito da guerra civil da Maria da Fonte, foi a praça occupada pelos hespanhoes, que pouco depois a deixaram. Marvão tem escolas para ambos os sexos; est. telegr. e post. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. L.; Misericordia e hospital; est. no caminho de ferro de leste, de Lisboa a Badajoz, entre as de Castello de Vide e Valencia d'Alcantara; agencia das companhias de seguros *Internacional* e *A Equitativa*; hoteis, medicos, pharmacias, fabrica de moagens, feira no dia 25 de março; *Philarmonica Marvaense;* pertence á 4.ª div. mil., 7.ª brigada, grande circumscripção

Brazão d'armas da villa de Marvão

mil. sul, e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. O conc. compõe-se de tres freguezias com 1:379 fog. e 5:987 hab, sendo 2:997 do sexo masc. e 2:990 do fem, n'uma superficie de 10:987 hec. As freguezias são: O Salvador, de Aramenha, 2:415 hab.: 1:190 do sexo masc. e 1:225 do fem; Santo Antonio, de Arcias, 2:291 hab,: 1:163 do sexo masc. e 1:128 do fem; Santa Maria, de Marvão, 1:281 hab: 644 do sexo masc. e 637 do fem. O principal commercio do conc. é azeite, castanhas, carne de porco e madeira de castanho. Os logares mais importantes são: S. Salvador, Escusa, Porto da Espada, Gallegos e Fadagosa. Este conc. foi supprimido e annexado ao de Castello de Vide por decreto de 26 de setembro de 1895, mas ficou restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. ‖ Povoações nas freguezias: S. Romão, de Corgo, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. ‖ Santo Antonio, de Covões, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. ‖ Santo Isidoro, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. ‖ Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. ‖ S. Miguel, de Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. ‖ Ribeira do distr. de Portalegre, que nasce proximo da serra de S. Mamede, e juntando-se a outras duas fórma o rio Sever. Passa junto do monte em que está edificada a villa do seu nome. ‖ Ponta da ilha de Santa Maria, Açôres, a pouco mais de 3 k da bahia de Santa Maria.

Marvão *(Serra de)*. E' um dos ramos da cordilheira, a que vulgarmente se dá o nome de serra de Portalegre. E' em grande parte habitada, e n'esta serra estão a cidade de Portalegre, capital do districto, e as villas de Arronches, Marvão. Alegrete, Aramenha, e outras muitas freguezias e aldeias. E' nas faldas d'esta serra que existiu a antiga cidade de Medobriga. A formação geologica d'esta serra é, a muitos respeitos, similhante á da Estrella, e pertence ao systema denominado carpetano-vetonico. Ha aqui minas de ouro, de prata, de chumbo argentifero, e de formoso crystal de rocha. E' incontestavel que estas minas fôram exploradas (lavradas) desde tempos immemoraveis Talvez que os phenicios e os cartaginezes dessem principio á sua lavra; mas é certo que os romanos, e depois d'elles os arabes, aqui fizeram grandes trabalhos de lavra de que ha muitos vestigios. No districto da freguezia de Aramenha está um monte, ramo d'esta serra, chamado *serra da Portdgem (V. Portugal*, vol. I, pag. 635). Na serra de Marvão ha varias grutas, algumas das quaes possuiam formosissimas stalactites e stalagmites.

Marvão de Loureiro. Pov. na freg. de S. Pedro, de Loureiro, conc. de Peso de Regoa, distr. de Villa Real.

Marvilla. Pov. situada nas proximidades de Lisboa, na freg. de Santa Maria, dos Olivaes. Tem est. do caminho de ferro, entre as de Chellas e de Braço de Prata. servida por tramways. Existiu aqui a antiga Escola Primaria Normal de Lisboa, que occupava um palacio pertencente á casa dos marquezes de Abrantes. E' em Marvilla o antigo palacio patriarchal, denominado *Palacio e quinta da Mitra*, e o Asylo de D. Luiz I, descriptos nos artigos seguintes.

Marvilla *(Asylo de D. Luiz I, em)* O capitalista e commendador Manuel Pinto da Fonseca deixou em seu testamento um importante legado para se instituir este asylo, destinado a creanças abandonadas. O seu fim, segundo a vontade expressa do testador, era proporcionar educação e instrucção a creanças de ambos os sexos que se encontrassem abandonadas na capital. Os estatutos definiam o que se entendia, com referencia ao asylo, pela expressão de *creanças abandonadas*, dizendo: «Entende-se por creanças abandonadas aquellas que, tendo seus paes vivos, estes se achem na impossibilidade de as ter em sua companhia, e de provêr á sua sustentação e educação.» Mas os mesmos estatutos estabeleciam que, por excepção, fôssem recolhidas no asylo as creanças abandonadas que não pudessem entrar nos estabelecimentos que lhes eram proprios, por lhes faltarem algumas das condições para isso exigidas. Esta concessão, porém, só teria cabimento, se o asylo tivesse capacidade e meios para recolher maior numero de creanças do que abandonadas, taes como ficavam definidas. No que respeitava ás creanças abandonadas por seus paes, cessava a protecção do asylo, quando estes viessem a estar nas circumstancias de tomar conta d'ellas; e das desamparadas por não poderem entrar nos estabelecimentos de caridade, logo que pudessem ser ali admittidas. Teriam sempre preferencia as creanças que fôssem remettidas ao asylo pela autoridade superior administrativa da capital, uma vez que essas creanças estivessem nas circumstancias de serem recolhidas no mesmo asylo. Do sexo masculino a edade da admissão seria dos 3 aos 9 annos; e do sexo feminino, dos 3 aos 11, sendo expressa condição não soffrerem molestia contagiosa ou ascorosa. Havia tambem a seguinte disposição: «Dos quinze annos por deante os alumnos dos dois sexos serão accommodados pela administração fóra do asylo, continuando todavia a ser protegidos moralmente pela administração até aos vinte annos. Em caso especialissimo receberão os alumnos, quando sairem do asylo um soccorro pecuniario.». As creanças do sexo feminino recebem a instrucção primaria e a educação moral, civil e religiosa, e aprendem costura e outros misteres proprios do seu sexo; as do sexo masculino recebem a instrucção primaria, o o desenho linear, e a educação moral, civil e religiosa; e fóra do asylo o officio mechanico para o qual mostrarem maior inclinação O fundo do asylo foi constituido com o legado de 100:000$000 réis, em inscripções, e mais 40:000$000 réis, legados do commendador Manuel Pinto da Fonseca, bem como mais 31:600$000 réis, tambem em inscripções, compradas com os juros accumulados do legado de 100:000$000 réis. Os estatutos estabeleciam que do producto do trabalho dos alumnos se reservasse uma parte, fixada pela administração, e collocada n'uma caixa economica, em nome de cada um d'elles, para lhe ser entregue quando acabasse a tutella do asylo, se fôssem dignos d'esse beneficio. Pela carta de lei de 10 de setembro de 1874 foi concedido o edificio e egreja do antigo convento de Nossa Senhora da Conceição de Marvilla, para ali se estabelecer este benefico instituto. O convento havia sido fundado por Fernando Cabral em 1660, começando as obras em 18 de março d'esse anno, e era de religiosas de Santa Brigida.

Marvilla *(Palacio e quinta da Mitra em)*. E' edificio antigo, cujo fundador se ignora, mas

sabe-se que alguns arcebispos de Lisboa lhe fizeram augmentos e reparações durante o seculo XVII, principalmente o arcebispo D. Luiz de Sousa. Estes factos abonam a antiguidade do palacio e quinta da Mitra. O primeiro patriarcha de Lisboa, D. Thomaz d'Almeida, era muito estimado por D. João V, que lhe dava uma dotação condigna com as honras de infante de Portugal, que concedera aos patriarchas, pelo que vivia com a maior ostentação, e fez obras importantes em todas as propriedades da mitra. O paço de Marvilla reconstruiu-o desde os alicerces, dando ao novo edificio mais grandeza, e apparencia mais nobre que a do antigo paço, que, segundo a tradição, era uma modesta casa de campo. O palacio é d'uma architectura regular, bem proporcionada, e com certa nobreza, mas destituida de elegancia e magnificencia. A fachada principal deita para a estrada em frente do rio Tejo; a fachada de oeste olha para o pateo da entrada, e a de leste estende-se por um jardim, que se eleva até á altura do andar nobre. A fachada do lado do norte está voltada para o jardim e quinta. O portal que dá entrada para o pateo, com a sua corôa de balaustradas e de pyramides, é elegante e de boa architectura. Junto, para o lado de oeste, vê-se um edificio para accommodações para creados. As salas são espaçosas, mas de limitada ornamentação, não contando com os quadros a oleo que as guarnecem. N'outro tempo, a riqueza dos ornatos, tanto d'este paço patriarchal, como nos paços dos nossos reis, consistia sómente nos damascos, brocados, velludos e tapeçarias que adornavam as paredes, portas e janellas, e que cobriam os bufetes, as cadeiras e o proprio pavimento. Os quadros a oleo, de que se falou, são 13, e representam os retratos de differentes prelados da egreja lisbonense, pintados por diversos artistas nacionaes, e retocados por ordem d'el-rei D. João V por Francisco Vieira, artista mais conhecido por *Vieira Lusitano*, que passa por ter sido o nosso primeiro pintor do seculo XVIII. Parte d'estes retratos já existiam no palacio antigo que se demoliu, e o resto no paço dos arcebispos de Lisboa, situado junto á cathedral, no local ainda hoje conhecido pelo *Pateo da Sé*. O patriarcha D. Thomaz d'Almeida mandou distribuir os quadros por duas salas do palacio de Marvilla, depois de restaurados, mas na collocação não se attendeu á ordem chronologica. Francisco Vieira não se limitou a retocar os quadros, accrescentou a quasi todos alguns emblemas allusivos ás qualidades moraes, conhecimentos ou factos da vida de cada um dos retratados. O 1.° não tem nome e ignora se quem seja; o 2.° retrato é de D. Antonio de Mendonça, 18.° arcebispo de Lisboa, filho do 1.° conde de Valle de Reis; o 3.° é do cardeal D. Luiz de Sousa, 19.° arcebispo; o 4.° de D. Rodrigo da Cunha, 17.° arcebispo; o 5.° do cardeal D. Jorge da Costa, 8.° arcebispo, mais conhecido na historia pelo nome de *Cardeal de Alpedrinha*; o 6.° de D. João Manuel, 16.° arcebispo, e vice-rei de Portugal no tempo de Filippe III; o 7.° de D. Affonso Furtado de Mendonça, 15.° arcebispo, que descendia dos duques do Infantado, de Hespanha; o 8.° de D. Miguel de Castro, 14.° arcebispo; o 9.° de D. Jorge d'Almeida, 13.° arcebispo; o 10.° do cardeal infante D. Henrique, 12.° arcebispo, o rei de Portugal, pela morte de seu sobrinho D. Sebastião; o 11.° de D. Fernando de Vasconcellos e Menezes, 11.° arcebispo, filho dos condes de Penella; o 12.° do cardeal infante D. Affonso, 10.° arcebispo, filho d'el-rei D. Manuel; o 13.° de D. Martinho Vaz da Costa, 9.° arcebispo, irmão do cardeal de Alpedrinha. Para esta galeria mandou D. João V fazer o retrato do 1.° patriarcha D. Thomaz d'Almeida, trabalho executado por Francisco Vieira. Nas cocheiras do palacio guardavam se os coches magnificos pertencentes ao patriarchado, que fôram feitos em 1718 para as festas solemnes que se realisaram em Lisboa em homenagem á eleição do primeiro patriarcha. Os coches ostentavam bastante riqueza e perfeição, tanto nos trabalhos de pintura, como de esculptura. Esta propriedade foi depois julgada bens nacionaes, e vendida por pouco mais de 16:000$000 réis ao abastado capitalista D. José Salamanca, que veiu a Lisboa como emprezario das obras do caminho de ferro. O novo proprietario reedificou a quinta e palacio com grande sumptuosidade. Em 1874 Salamanca vendeu a a um americano casado com uma senhora hespanhola, e não sabemos quem é hoje o seu proprietario. Foi n'aquelle paço patriarchal que falleceu em 7 de maio de 1845, o erudito escriptor D. Francisco de S. Luiz Saraiva, conhecido pelo nome de cardeal Saraiva quando recebeu a elevada dignidade de cardeal patriarcha.

Marvor. Pov. do distr. e conc. de Damão, na India.

Marchil. Pov. na freg. de S. Pedro, conc. e distr. de Faro.

Marzagão Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. de Traz-os-Montes, conc e com. de Carrazeda de Anciães, distr. e bisp. de Bragança; 154 fog. e 610 hab. Tem esc. do sexo fem., fabricas de telha, est. post. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada proximo d'uma das margens do rio Douro. Tem annexa a freg. de Luzellos. O real padroado apresentava o reitor, que tinha 100$000 réis. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 10, com a séde em Mirandella. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Avelleda, conc. e distr. de Braga. || S. Miguel, de Oriz, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Thiago e conc. de Soure, districto de Coimbra.

Marzovellos. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de S. Salvador, conc. e distr de Vizeu.

Marzugueira. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, e conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Masa. Pov. do sobado de Malau, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Masa Muchingo. Pov. do sobado de Quimulo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Masarefes. V. *Mazarefes*.

Mascanho Pov na freg. de Santo André, de Jou, conc. de Murça, distr. de Villa Real.

Mascarenhas. E' um dos appellidos mais illustres de Portugal. Procede de Estevão Rodrigues, primeiro senhor e povoador da villa de Mascarenhas na provincia da Beira, por mercê de D. Sancho I. Ali fixou o seu solar. Seu filho Lourenço Esteves foi o primeiro que se assignou com o appellido de *Mascarenhas*. As suas armas

são em campo vermelho tres faxas de ouro; timbre um leão vermelho armado de ouro. A D. Pedro Mascarenhas, vice-rei da India, el-rei D. João III, por mercê feita em 1554, accrescentou as armas, ficando assim o brazão completo: Em campo de purpura tres faxas de ouro, orla azul, carregada de oito anneis, repassados dois a dois. Elmo de prata, aberto, e por timbre um leão de purpura com um ramo verde de palmeira, com tamaras de ouro, na garra direita. Pela união da familia d'este appellido com a dos Lencastres, casa ducal de Aveiro, se uniram os seus escudos em 1752, ficando: Escudo dividido em pala: na primeira as armas de Portugal, e na segunda as primeiras dos Mascarenhas. Outros d'este mesmo appellido usam das armas primeiramente descriptas, porém o timbre é um unicornio de ouro. Ainda outros Mascarenhas trazem por armas, em campo de purpura, quatro faxas de ouro, em logar de tres. Timbre o mesmo.

Mascarenhas *(Abilio)*. V. *Pinto Mascarenhas.*

Mascarenhas *(André da Silva)*. Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, desembargador da Relação do Porto, de que tomou posse a 20 de agosto de 1673. Parece que era natural d'uma terra do bispado de Lamego, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Escreveu: *A Destruição de Hespanha, Restauração summaria da mesma. Ao Principe D. Pedro, nosso senhor*, etc., Lisboa, 1671.

Mascarenhas *(D. Antonio)*. Doutor em Theologia, prior de Obidos, deputado da inquisição de Evora, em 1585; deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, em 1598; visitador das sepulturas reaes do mosteiro de Odivellas, deão da capella real, governador do Crato, commissario geral da Bulla de Santa Cruzada, etc. N. em Lisboa, onde tambem falleceu em edade muito avançada, a 4 de setembro de 1637. Era filho de D. Pedro Mascarenhas. Applicou-se nos primeiros annos com dedicação ao estudo de humanidades e de grammatica latina, d'onde passou a estudar Theologia escolastica, em que recebeu o grau de doutor. Foi admittido no Collegio Real de S. Paulo a 10 de julho de 1580. Em 1606 foi accusado perante a côrte de Madrid de ser pouco cuidadoso e vigilante no exercio dos logares que administrava, mas foi absolvido e restituido aos cargos que exercia. No commissariado da Bulla da Cruzada conservou se 40 annos. Edificou em Lisboa, no anno de 1629, um hospital para clerigos pobres, que entregou ao cuidado dos religiosos hospitalarios de S. João de Deus. Foi sepultado debaixo da capella-mór da egreja de S. João de Deus, no meio d'um grande carneiro, com janellas sobre o mar, cercado de grades de bronze, tendo na frente um altar dedicado ao Santo Christo crucificado. Para o serviço da egreja deixou muita prata e bons ornamentos. Escreveu: *Relação dos procedimentos que teve sendo Commissario Geral da Bulla da Santa Cruzada, na declaração e decisão de algumas duvidas que moveu o collector João Baptista Palleto. . dirigida ao Santissimo Padre Urbano VIII*, Lisboa, 1626.

Mascarenhas *(D. Antonio)*. Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. Era filho de D. Nuno Mascarenhas, alcaide-mór de Castello de Vide, e de sua mulher D. Izabel de Castro. Fal. a 23 de julho de 1654. Aprendeu lingua latina no collegio de Santo Antão, de Lisboa, e Theologia na Universidade de Coimbra, em que se doutorou. Foi collegial do Collegio Real de S. Paulo, onde entrou em 15 do mez de outubro de 1613. Casou com sua prima D. Izabel de Castro, filha de Antonio de Mendoça, senhor de Maratecа, e de D. Anna de Castro. Foi cavalleiro da ordem de Malta, commendador de Maninhos e Castello-Novo. D. Antonio Mascarenhas foi um dos acclamadores de el-rei D. João IV, um dos heroes do primeiro de dezembro de 1640, sendo até um dos primeiros que tomaram a iniciativa do movimento revolucionario. Jorge de Mello, irmão do monteiro-mór, foi quem primeiro se deliberou a convidar o duque de Bragança para a revolução, e D. Antonio Mascarenhas logo se lhe uniu, juntamente com D. Miguel de Almeida, D. Antão de Almada e Pedro de Mendonça. Escreveu differentes volumes de *Familias do reino de Portugal*, alguns dos quaes se guardavam na livraria dos duques de Lafões.

Mascarenhas *(D. Carlos de)*. Gentil-homem da camara de el-rei D. Pedro V e seu ajudante de campo, par do reino; brigadeiro do exercito, commandante da guarda municipal, etc. N. em

D. Carlos de Mascarenhas

Bemfica a 2 de abril de 1803, onde tambem fal. a 3 de maio de 1861. Era filho do 6.º marquez de Fronteira, D. João José de Mascarenhas Barreto, e de sua mulher, D. Leonor Benedicta de Oyenhausen Gravemburgo, condessa de Oyenhausen na Austria; irmão do 7.º marquez de Fronteira, D. José Trazimundo de Mascarenhas Barreto. Mostrando muita vocação para as armas, como muitos dos seus antepassados, assentou praça, como cadete, a 27 de maio de 1821, no regimento de cavallaria n.º 4, de que então era commandante seu tio o conde de Oyenhausen D. João. Por occasião da revolta de 1823 capitanea-

da pelo marquez do Chaves, recebeu o general Luiz do Rego ordem para organisar um corpo de exercito no norte de Portugal, para combater esse movimento, e fazendo parte d'essa força o esquadrão a que pertencia D. Carlos de Mascarenhas, assistiu o novo cadete ao combate de Amarante, e tomou parte na operação em que Luiz do Rego se empenhou na perseguição do caudilho absolutista até Salamanca. Triumphando depois as idéas contrarias ao systema constitucional, D. Carlos de Mascarenhas conservou-se sem ser promovido, por serem bem conhecidas as idéas liberaes, e só depois da promulgação da Carta Constitucional em 1826, e depois de se haver distinguido no combate de Arronches, dado pelo conde de Villa Flôr contra as tropas revolucionarias de Magessi, é que foi despachado official. Em seguida entrou na batalha de Coruche e nas acções de Ponte do Prado e de Ponte da Barca. Quando terminou a lucta, o general conde de Villa Flôr, mais tarde duque da Terceira, assumiu o commando das armas do partido do Porto, e D. Carlos Mascarenhas foi nomeado seu ajudante de campo. Em 1828 emigrou para Inglaterra acompanhando o seu general á ilha Terceira. Esteve na batalha da Villa da Praia, fez parte das forças que tomaram differentes ilhas do archipelago dos Açôres, e veiu desembarcar no Mindello em 1832. Combateu energicamente no cêrco do Porto, e por tal fórma se houve na batalha de Ponte Ferreira, em que ficou gravemente contuso, que recebeu em premio o posto do tenente e a medalha da Torre e Espada, logo que esta ordem se organisou. Assistiu ao desastroso combate de Souto Redondo, e tendo passado a servir ás ordens do duque de Bragança, foi promovido a capitão, encarregado de commandar um esquadrão do regimento de lanceiros da rainha, que então se formou, e n'essa situação fez o resto da campanha da Liberdade, assignalando-se pela sua bravura e intrepidez. Nos combates dados perto das linhas de Lisboa conquistou o grau de official da Torre e Espada; no combate de Loures carregou á frente do seu esquadrão com toda a energia, em Pernes destroçou um dos quadros de infantaria miguelista, indo reunir-se ás forças do duque da Terceira, commandou a vanguarda d'esse exercito, e tomando parte na batalha da Asseiceira, fôram tantos e tão valiosos os serviços, que prestou á causa liberal, que D. Pedro o agraciou com a commenda da Torre e Espada, distincção extraordinaria que lhe dava as honras de coronel, quando tinha apenas o posto de capitão. Seguindo depois para o Alemtejo, foi o esquadrão de D. Carlos Mascarenhas encarregado de acompanhar o infante D. Miguel até ao embarque, e n'essa missão difficil pela irritação dos animos, o bravo official manifestou claramente a prudencia, actividade e coragem, de que era dotado. Terminada a guerra civil, pouco tempo esteve ocioso, e marchando em 1835 para Hespanha na divisão auxiliar, com dois esquadrões do seu regimento, ali teve novas e repetidas occasiões de se evidenciar, e o seu nome se encontra mencionado em differentes ordens de divisão. O seu comportamento na batalha de Zambrana, especialmente, mereceu os mais subidos louvores dos generaes hespanhoes Elio e Zarratequi, e pelos seus heroicos feitos de armas em defeza do throno de Izabel II, foi D. Carlos Mascarenhas promovido a major, e recebeu a ordem de S. Fernando e Morito. Quando a divisão auxiliar regressou a Portugal, tinha rebentado a *revolta dos marechaes*, e como o exercito se havia fraccionado entre os dois partidos, D. Carlos, que acompanhava o conde das Antas, ao chegar ao Porto declarou ao seu general, que não se bateria nem contra os marechaes nem a favor d'elles contra os seus camaradas, e pediu para ser desligado, sendo por isso collocado fóra do quadro do exercito com todos os officiaes dos seus esquadrões. Passado algum tempo voltou ao serviço activo, e sendo promovido a major, e depois a tenente coronel, foi em 1840 escolhido pelo ministro do reino Joaquim Antonio de Aguiar para commandante da guarda municipal de Lisboa. Durante a agitada epoca que decorreu desde então até 1851, apezar da exaltação dos partidos, D. Carlos Mascarenhas pôde impedir que a ordem publica fôsse alterada na capital, e em todo esse longo periodo de 11 annos mostrou-se sempre um fiel e dedicado servidor da rainha D. Maria II. Quando em 1851 o marechal duque de Saldanha levantou o grito da revolta, D. Carlos não adheriu, e fez todos os esforços para que ella se não propagasse, tendo porém triumphado a Regeneração, o nobre militar, já então coronel, pediu a demissão do commando, e esteve afastado dos negocios publicos até que pela organisação da casa militar de D. Pedro V em 185? foi nomeado ajudante de campo do referido soberano, e encarregado do commando do regimento de lanceiros n.º 2. Sendo depois elevado a brigadeiro, deixou o regimento, continuando a servir junto do monarcha até que falleceu D. Carlos de Mascarenhas foi eleito par do reino por carta regia de 26 de dezembro de 1844, tomando posse na respectiva camara na sessão de 7 de janeiro de 1845. Além das honras já mencionadas, era tambem gran-cruz da ordem de S. Bento do Aviz, e das ordens estrangeiras de Carlos III de Hespanha, e de Alberto o Valoroso da Saxonia.

Mascarenhas *(D. Fernando)*. Um dos esforçados companheiros de el-rei D. Sebastião nas plagas africanas. Foi morto na batalha de Alcacer-Kibir, em 1578.

Mascarenhas *(D. Fernando de)*. Fidalgo que militou na Asia e na India. Sendo capitão de uma nau na armada com que o vice-rei Martim Affonso de Castro foi soccorrer Malaca, foi morto na batalha contra os hollandezes a 22 de outubro de 1606.

Mascarenhas *(D. Fernando de)*. Um dos numerosos filhos do marquez de Montalvão, D. Jorge Mascarenhas, o unico que acompanhou seu pae nos sentimentos patrioticos, porque os outros filhos do illustre fidalgo tomaram todos o partido de Castella, quando se deu a revolução de 1640. O marquez de Montalvão era vice-rei da Bahia e D. Fernando de Mascarenhas capitão d'um terço da guarnição do Brazil. Estavam ambos na Bahia, quando ali se recebeu a noticia da acclamação de D. João IV, e o marquez de Montalvão mandou immediatamente formar o terço do commando de seu filho, e proclamou o rei nacional. Acceita com enthusiasmo essa mudança de politica, foi D. Fernando de Mascarenhas encarregado por seu pae de trazer a noticia á Europa, para onde partiu acompanhado do grande

orador P. Antonio Vieira. Na viagem soffreu grande temporal, e o navio que os conduzia, foi arribar a Peniche a 28 de abril de 1641. Apenas desembarcou e foi reconhecido por irmão dos Mascarenhas traidores, que tinham fugido para Castella, levantou-se contra D. Fernando grande tumulto de povo, que enraivecido o acommetteu, ferindo-o gravemente. D. Fernando foi salvo pelo conde de Athouguia, que lhe deu asylo em sua casa. D. João IV, reconhecendo o honrado proceder do marquez de Montalvão e de seu filho D. Fernando de Mascarenhas, encheu-os de honras e mercês, e nomeou D. Fernando coronel d'um dos regimentos da côrte, mas infelizmente poucos annos viveu, vindo a fallecer em 1649, ainda muito novo.

Mascarenhas *(D. Fernando)*. Mestre de campo d'um terço, que serviu na guerra da Restauração, e esteve na batalha do Ameixial em 1663. Era irmão do condé dos Arcos. Depois de restabelecida a paz com a Hespanha, foi nomeado governador de Setubal. Sendo mais tarde accusado de cumplicidade na conspiração, que se descobriu em 1673, favorecida pelo embaixador de Castella, o conde de Hamanes, com o fim de restituir o throno a D. Affonso VI, foi preso e sentenceado a morrer degolado, executando-se a sentença em 11 de maio de 1674. A sua innocencia foi posteriormente reconhecida.

Mascarenhas *(D. Fernando Martins)*. Filho de D. João Mascarenhas, alcaide-mór de Montemór-o-Novo. Succedeu a seu pae n'aquelle cargo, e foi tambem capitão de ginetes e embaixador de Portugal a Castella e a Roma, assistindo n'esta qualidade ao concilio de Trento.

Mascarenhas *(D. Fernando Martins)*. Um dos governadores da India de companhia com o P. Luiz Gonçalves da Costa, governando ambos desde 15 de dezembro de 1690 até 5 de janeiro de 1691, dia em que falleceu Gonçalves da Costa. Ficou governando sósinho até 19 de setembro, em que teve por companheiro, chegado n'aquella monção do reino o arcebispo primaz D. Fr. Agostinho da Annunciação.

Mascarenhas *(Fernão)*. Governador de Tanger e de Ceuta. Pertencia á familia dos marquezes de Fronteira.

Mascarenhas *(D. Fernão Martim)*. Mestre em Artes; doutor em Theologia e reitor da Universidade de Coimbra, conego da sé de Evora, bispo do Algarve, inquisidor geral, conselheiro de Estado, D. Prior-mór de Guimarães, etc. N. em Montemór-o-Novo, em 1548, fal. em Lisboa a 20 de janeiro de 1628. Era 2.º filho de D. Vasco Mascarenhas, reposteiro-mór do principe D. João, filho de D. João III e pae de D. Sebastião, e de sua mulher D. Maria de Mendoça. Estudou na Universidade de Evora Philosophia, e recebeu o grau de mestre em Artes; estudou depois Theologia na Universidade de Coimbra, onde se doutorou, e foi admittido por porcionista do Collegio Real de S. Paulo a 20 de novembro de 1575. Na cathedral de Evora obteve um canonicato. Por provisão de Filippe II de Hespanha e I de Portugal, passada a 5 de maio de 1586, foi nomeado reitor da Universidade de Coimbra, cujo logar exerceu durante oito annos, até 1594, por ter sido eleito bispo do Algarve a 3 de janeiro d'este anno. Despediu-se da Universidade a 28 de julho, e foi sagrado bispo na sé de Lisboa a 5 de fevereiro de 1595. D. Fernão Martim Mascarenhas era muito caritativo. Quando o Algarve se viu assaltado pelo terrivel flagello da peste, assistiu com o maior desvello aos feridos do contagio. Tambem se mostrou muito zeloso, quando a Villa Nova de Portimão padeceu os horrores da fome, prestando promptos soccorros, dando todo o trigo que estava no seu celleiro. Aportando a Faro tres galés castelhanas destruidas pelos temporaes, havendo muitos mortos e feridos, o bispo mandou logo dar sustento e soccorros aos vivos, e sepultura aos mortos. Esta acção compassiva lhe agradeceu o rei Filippe com honrosas expressões. Para impedir os assaltos dos moiros nas costas do Algarve, mandou construir uma galeota guarnecida de valentes soldados, que livrou aquelles habitantes dos estragos que os berberes lhes causavam. Fundou em Villa Nova de Portimão um collegio de jesuitas para o ensino de humanidades, e concorreu com largos donativos para a construcção do convento de Santo Antonio dos Capuchos, da provincia da Piedade, de Tavira. Em 1616 foi nomeado inquisidor geral pela bulla do pontifice Paulo V, de 4 de julho de 1616. Além das dignidades descriptas, rejeitou a de bispo de Coimbra, e a de arcebispo de Lisboa, que lhe foi offerecida em 1585, pela morte do arcebispo D. Jorge d'Almeida. D. Fernão Martim Mascarenhas foi um dos maiores theologos do seu tempo. Falleceu santamente com 80 annos de edade, sendo sepultado no cruzeiro da egreja de S. Roque, em sepultura rasa, onde se collocou um grande epitaphio em latim. Foi este prelado que mandou publicar o *Index auctorum damnatae memoriae*, que o padre jesuita Balthazar Alvares coordenou, e que se imprimiu em 1624. Deixou algumas obras escriptas em latim sobre assumptos religiosos, cujos titulos veem mencionados na *Bibliotheca Lusitana* de Barbosa Machado, vol. II, pag. 36.

Mascarenhas *(Fernão Martins)*. Capitão de ginetes d'el-rei D. João II, o que equivale a dizer capitão das suas guardas e executor dos seus mais secretos e intimos mandados. D. João II depositava n'elle a mais absoluta confiança. Era Fernão Martins Mascarenhas que o acompanhava sempre nas suas excursões e passeios, sendo tambem o impassivel executor de ordens sanguinarias. Acompanhando o rei na ultima viagem a Alvor, na grave enfermidade que o victimou, apenas o viu com um pequeno desmaio, julgando-o morto, avisou logo para Lisboa e mandou pedir tochas para o enterro. Mais tarde é que realmente el-rei falleceu. Este capitão de ginetes foi um dos antepassados dos marquezes de Fronteira, e morreu a 13 de novembro de 1501, sendo sepultado na egreja do convento dos Jeronymos, de Evora.

Mascarenhas *(D. Filippe de)*. Fidalgo do seculo XVII, que militou no Oriente no tempo do dominio castelhano, e achava-se em Gôa, quando foi nomeado em 1633 governador de Moçambique, Sofala, Rio de Cuama e Monomotapa, succedendo a Diogo de Sousa de Menezes, que fôra preso e processado pelos muitos crimes que commettera. Moçambique achava se n'um estado deploravel de desamparo e de decadencia, sem defeza contra os hollandezes, que constantemente a ameaçavam. Felizmente D. Filippe de Mascarenhas levava pedreiros e munições para fortifi-

car as costas e armar as fortalezas, e pouco tempo depois recebeu de Lisboa petrechos, artifices e um engenheiro. D. Filippe de Mascarenhas, porém, depressa se aborreceu do seu governo, e tendo contratado o trafico dos Rios de Sena com onerosas condições, rompeu o contrato, desistindo ao mesmo tempo do governo, retirando-se para Portugal em 1634. Annos depois rebentava a revolução de 1 de dezembro de 1640, e D. Filippe de Mascarenhas mostrou-se dedicado partidario do novo regimen, por isso, em 1644, foi nomeado governador da India com o titulo de vice-rei, sendo o 26.º na serie dos vice-reis, e o 48.º na dos governadores. Em dezembro de 1644 chegou a Ceilão, e d'ahi começou a exercer o seu cargo, tomando posse solemne em Gôa no anno de 1645. Governou 7 annos aquelle estado, que caia aos pedaços no poder dos hollandezes, mas apenas lhe constou que fallecera em viagem em 1651 o conde de Aveiras, o governador que o vinha render, não quiz esperar o novo successor, e entregando o governo a uma regencia, partiu para a Europa, mas no caminho adoeceu gravemente, e sentindo-se muito cançado pelos trabalhos do mar, teve de arribar em 1652 a Loanda, onde falleceu.

Mascarenhas *(D. Filippe Alarcão)*. Official do exercito no seculo XVIII. Serviu na guerra da successão de Hespanha, foi coronel do regimento de Almeida e do de Campo Maior; em 1727 governador e capitão general da Madeira, e voltando ao reino foi promovido a brigadeiro, e nomeado governador da praça de Campo Maior.

Mascarenhas *(D. Francisco)*. Um dos filhos do marquez de Montalvão, D. Jorge de Mascarenhas. Foi agraciado com o titulo de Castello Novo, em 1633, e nomeado capitão general de Mazagão, onde falleceu em 1640, antes de rebentar a revolução do primeiro de dezembro

Mascarenhas *(D. Francisco)*. Governador de Moçambique, cargo para que foi nomeado em 1650, succedendo a Alvaro de Sousa Tavora, de cujo procedimento fôra tirar devassa. Essa commissão foi infeliz, porque n'esse mesmo anno perdeu, por cobardia, a fortaleza de Mascate, uma das mais importantes que possuiamos. Em 1651, os hollandezes fundaram uma colonia no Cabo da Boa Esperança, e em 1653 partiu D. Francisco Mascarenhas para a Europa sem esperar successor, deixando no governo interinamente D. Francisco de Lima.

Mascarenhas *(D. Francisco)*. Era filho de D. Nuno Mascarenhas, e serviu em Flandres e na Allemanha. Passando ao Oriente foi governador e capitão general de Macau, e regressando ao reino foi em 1628 nomeado vice-rei da India Embarcou para o seu destino, mas tendo má viagem, e havendo arribado o navio que o conduzia, D. Francisco Mascarenhas desistiu do elevado cargo que lhe fôra confiado, e passando a Madrid el-rei Filippe o nomeou membro do conselho de Portugal e do conselho de Estado.

Mascarenhas *(D. Francisco)*. Era filho do 3.º conde de Santa Cruz. Serviu na guerra da Restauração, foi capitão de cavallos e mestre de campo de um terço. Posteriormente foi governador e capitão general da ilha da Madeira. Fal. a 25 de fevereiro de 1699.

Mascarenhas *(Gonçalo Lemos de)*. Governador de Cabo Verde de 1702 a 1707. Em 1705 fundou na ilha de S. Thiago uma fabrica de anil.

Mascarenhas *(Henrique Leitão de Sousa)*. Cadete do regimento de artilharia do Porto, que tinha quartel em Valença. N. em Penamacor em 1753, ignora-se a data do fallecimento. Em 1778 foi preso por libertino pelo Santo Officio, com outras pessoas que n'essa epoca fôram victimas das perseguições d'aquelle tenebroso tribunal. Consta que era amigo dedicado de Francisco Manuel do Nascimento (Filinto Elisio). Escreveu: *Tratado das obrigações das pessoas do mundo, principalmente dos paes de familia, por Mr. Collet, traduzido em portuguez*, Lisboa. 1786; *Vida e aventuras admiraveis de Robinson Crusoé, que contém a sua tornada á sua ilha, as suas novas viagens, e as suas reflexões; traduzida do francez; nova edição*, Lisboa, 1817; escreveu uma *Ode* dedicada a Filinto Elisio, que anda nas obras d'este poeta, tomo IV, da edição de Paris, a pag. 124. Consta que deixou manuscripto um *Diccionario geographico portatil de Vosgien*, traduzido em vulgar, e accrescentado de muitas cidades de Portugal e suas conquistas, 2 tomos. Estavam licenceados para a impressão pela Mesa Censoria, o 1.º em 10 de maio de 1787 e o 2.º em 18 de agosto de 1788, mas não se chegaram a imprimir, e parece que se perderam os volumes autographos.

Mascarenhas *(P. Ignacio)*. Jesuita. N. em Montemór-o-Novo no anno de 1607, e fal. em Lisboa na casa professa de S. Roque a 24 de novembro de 1669. Era filho de D. Fernando Martins Mascarenhas, commendador de Mertola, alcaide-mór de Montemór-o-Novo, e de D. Maria de Lencastre. Entrou na Companhia de Jesus aos 15 annos, a 24 de fevereiro de 1622, no noviciado de Evora. Dictou Philosophia na Universidade d'esta cidade, e Theologia Moral no collegio de Santo Antão, de Lisboa. D. João IV, pouco depois de subir ao throno, em 1641, o nomeou para, como seu embaixador, ir á Catalunha offerecer aos catalães uma especie de alliança com o rei de Portugal, encarregando o ao mesmo tempo de fazer chegar a muitos officiaes nossos que serviam no exercito de Castella cartas do novo soberano, convidando-os a regressar á patria. Cumpridas estas missões prestou se a ir a França levar aviso do aperto em que estavam os catalães, sendo, porém, obrigado o navio em que embarcara a arribar a Genova, correu ali grande perigo, mas por fim pôde sempre ir a França desempenhar a commissão de que se encarregara. Regressando depois a Barcelona voltou á patria com muitos officiaes e soldados portuguezes que estavam em Hespanha, e D. João IV lhe agradeceu muito os importantes serviços que prestára á independencia de Portugal. Mais tarde foi reitor do collegio dos jesuitas, de Lisboa e preposito da casa de S. Roque. Escreveu: *Relação do successo que teve na jornada que fez a Catalunha por ordem de S. M. el-rei D. João IV*, Lisboa, 1641; *Oração exhortatoria aos fieis e pios christãos do reino de Portugal, pela devoção de ajudar ao proximo na agonia da morte*, Lisboa, 1656.

Mascarenhas *(P. Ignacio Manuel da Costa)*. Presbytero secular, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, etc. N. na cidade de

S. Sebastião do Rio de Janeiro, mas ignora-se a data do nascimento e da morte, que parece ter-se realisado na mesma cidade. Era filho de Gonçalo da Costa e de Sebastiana de Magalhães. Foi examinador synodal do bispado da sua patria, e vigario da egreja da Candelaria. Escreveu: *Oração funebre, panegyrica e historica, nas exequias que celebraram os irmãos da veneravel irmandade de S. Pedro da cidade do Rio de Janeiro, á saudosa memoria do fidelissimo rei de Portugal D. João V, no dia 26 de fevereiro de 1751*, Lisboa, 1752.

Mascarenhas (*D. Jeronymo*). Clerigo secular, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, collegial no Collegio de S. Pedro, admittido a 20 de outubro de 1631; conego da sé da mesma cidade, deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, etc. N. em Lisboa, e fal. em Segovia a 23 de outubro de 1671. Foi um dos filhos do marquez de Montalvão, D. Jorge Mascarenhas, e de sua mulher, D. Francisca de Vilhena. Estudou na Universidade de Coimbra, onde se doutorou. Quando se deu a revolução do dia primeiro de dezembro de 1640, não quiz reconhecer D. João IV como seu rei, e passou a Hespanha, sendo muito bem recebido por Filippe IV, que premiou largamente a sua dedicação, nomeando-o cavalleiro da ordem de Calatrava e definidor geral da mesma ordem, seu conselheiro e sumilher da cortina, bispo de Leiria e D. Prior de Guimarães. N'estas duas ultimas dignidades não pôde ter posse nem exercicio, pela inutilidade dos esforços dos castelhanos em se apoderarem outra vez de Portugal, mas em Hespanha foi esmoler e capellão mór da rainha, e bispo de Segovia, sendo confirmada a eleição pelo papa Clemente XI a 9 de abril de 1668. D. Jeronymo Mascarenhas era tido como homem muito illustrado, eloquente, e muito dedicado aos estudos historicos. Deixou bastantes obras manuscriptas e impressas, que veem mencionadas na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. II, pag. 504, todas escriptas em hespanhol, exceptuando a seguinte: *Oração exhortatoria e panegyrica, no terceiro dia do Synodo que aos 8 do mez de maio de 1639 começou a celebrar o ill.^mo^ e rev.^mo^ sr. D. Joanne Mendes de Tavora, bispo de Coimbra*; etc., Lisboa, 1640.

Mascarenhas (*D. João*). Alcaide-mór de Montemór-o-Novo e de Alcacer do Sal, capitão dos ginetes e da guarda de D. João III. Serviu com distincção em Africa, com o conde de Borba, capitão de Arzilla, e foi o segundo fronteiro que em 1519 chegou áquella praça depois do quinto sitio, tendo sido o primeiro Nuno Fernandes de Athaide. Em 1516 esteve com o duque de Bragança, D. Jayme, na tomada de Azamor, e ainda mais tarde voltou á Africa em auxilio de D. João Coutinho, 2.º conde de Redondo, que estava sitiado em Fez. Morreu em fevereiro de 1555.

Mascarenhas (*D. João de*). Valente guerreiro, que se distinguiu no segundo cêrco de Diu em 1546. Era filho de D. Nuno de Mascarenhas, que foi governador de Safim e que se evidenciou nas nossas guerras marroquinas. N. nos primeiros annos do seculo XVI, ou nos ultimos do seculo XV, fal. em Lisboa em 7 de agosto de 1580. Passou á India, como todos os fidalgos do seu tempo, primeiro militando obscuramente, e depois, no governo de Martim Affonso de Sousa, commandando uma caravéla, em que adquiriu verdadeira importancia, ousando mesmo protestar contra as piratarias do governador, que não se atreveu, comtudo a castigal-o, apezar da sua muita energia, e antes o deixou continuar no commando da caravéla, mandando-o em 1545 para Diu, de que fôra nomeado governador por provisão chegada do reino. Exercia já esse commando, quando n'esse mesmo anno foi governar a India o novo governador D. João de Castro. Pouco tempo depois deu-se o segundo cêrco de Diu (V. *Portugal*, vol. III, pag. 74). O exercito inimigo, no principio d'esse anno, veiu com 8:000 soldados e 60 peças de artilharia pôr cêrco á fortaleza. Os assaltos succediam-se uns aos outros, em que os portuguezes obravam prodigios de valor. O exercito inimigo todos os dias era reforçado, e recorrendo depois ao systema das minas, fizeram voar pelos ares alguns dos nossos baluartes, sepultando nas suas ruinas muitos dos nossos defensores. D. João de Castro não descançava e enviava reforços sobre reforços á fortaleza, mandando tambem os seus dois filhos, um dos quaes morreu sepultado nos destroços d'um baluarte destruido por uma mina, mas o inverno cerrado impedia a partida dos soccorros mais importantes, que tinham de atravessar o mar, e emquanto os reforços portuguezes se contavam ás dezenas de homens, os reforços do inimigo contavam-se ás dezenas de milhares. N'esta angustiosa situação D. João de Mascarenhas era d'uma intrepidez inexcedivel. O seu valor, energia, vigilancia, e a sua tactica militar obraram verdadeiras maravilhas. Perto d'um anno susteutou aquelle tenebroso assedio, até que em novembro de 1546 D. João de Castro chegou com tropas relativamente numerosas, e o inimigo ficou completamente derrotado, sendo obrigado a levantar o cêrco, deixando as bagagens e a artilharia, entre a qual se contava a celebre *peça de Diu*, e um grande numero de prisioneiros. A fortaleza estava quasi completamente desmantelada, e D. João de Castro tratou logo de a reconstruir, entregando de novo o commando ao intrepido capitão, que adquirira, com a sua brilhante defeza, uma gloria immortal. Em 1548 D. João de Mascarenhas regressou ao reino, perdendo assim o ensejo de governar a India, porque, tendo-se aberto, por morte de D. João de Castro, as cartas chamadas de successão, encontrou-se o nome de D. João de Mascarenhas indigitado para governador, mas não estando já na India, abriu se a segunda carta, e foi Jorge Cabral quem substituiu D. João de Castro. Em Portugal viveu e casou D. João de Mascarenhas, gozando da maior consideração, sendo muito estimado, o seu nome cantado pelos poetas. Camões, tambem nos *Lusiadas* se refere á sua heroica façanha. Era conselheiro de Estado no tempo d'el-rei D. Sebastião, e ácêrca da partida do joven rei para Africa deu-lhe os mais patrioticos conselhos, que fôram inteiramente desattendidos. D. Sebastião irritou-se tanto, com a nobre franqueza de D. João de Mascarenhas, que chegou a dizer-lhe que a velhice lhe affrouxara os brios. Conta-se que o heroico defensor de Diu lhe respondera indignado: «Tenho 80 annos para vos aconselhar, e 52 para vos servir.» Com a morte de D. Sebastião e o lamentavel desastre de Alcacer Kibir, D. João de Mascare-

uhas tornou á vida politica activa, na qualidade de mordomo mór e védor da fazenda do velho cardeal D. Henrique. N'esse tempo, Filippe II de Hespanha tratava de conquistar Portugal mais com o ouro do que com o ferro, e o seu agente Christovão de Moura tentava todas as consciencias, e muitas encontrava promptas a venderse. E' bem doloroso dizer, mas o heroico defensor de Diu foi um dos primeiros portuguezes vendidos, que Christovão de Moura pôde inscrever na sua infame lista. Depois d'uma vida tão gloriosa, custa a comprehender como este facto se désse. No *Diccionario Popular*, dirigido por Pinheiro Chagas, vol. VIII, pag. 85, lê-se o seguinte: «Como foi que D. João de Mascarenhas, altivo fidalgo que exprobara energicamente a Martim Affonso de Sousa empregar os soldados e os navios portuguezes em facções e pirataria, como foi que D. João de Mascarenhas assim maculou de

D. João de Mascarenhas

um modo tão vil o seu nome e a sua velha reputação? Estamos profundamente convencidos de que não foi a cubiça que o arrastou, que foi sobretudo a convicção de que era impossivel a resistencia e de que era preferivel um rei como Filippe II a um rei como D. Antonio, prior do Crato. A prudencia senil, que o levara a dar a D. Sebastião conselhos sensatissimos, fazia tambem com que elle não pudesse comprehender os heroismos desesperados dos que queriam luctar pela independencia do reino. Fôsse qual fôsse o motivo da sua vergonhosa acção, é certo que D. João de Mascarenhas entrou perfeitamente nos interesses do rei de Hespanha e usou da influencia que exercia no animo do cardeal-rei e da alta posição que tinha na sua côrte para o inclinar a favorecer os interesses do rei catholico. D. Henrique, vendo proximo o instante supremo, deliberou nomear regentes que governassem o reino interinamente depois da sua morte, e um d'esses governadores foi D. João de Mascarenhas. El-rei falleceu sem ter tomado decisão alguma ácêrca da successão do reino, e o procedimento dos governadores foi, depois d'isso, deploravel e vergonhoso. A sua fraqueza e a sua incerteza contribuiram poderosamente para a perda do reino; mas o procedimento de D. João de Mascarenhas era o mais vergonhoso de todos. Quando Filippe II se mostrou decidido a não esperar a resolução das côrtes portuguezas, e a tomar conta de Portugal á força d'armas, D. João de Mascarenhas aconselhava-lhe que primeiro que tudo procurasse assenhorear-se de Elvas e de Olivença, mas o que aggrava ainda mais a sua grave responsabilidade é o facto d'elle conhecer perfeitamente que não era decoroso o que estava fazendo e aconselhando, porque pediu a Christovão de Moura para este pedir a el-rei de Hespanha que não atacasse uma das praças alemtejanas de que seu filho era fronteiro, para o não fazerem passar por alguma vergonha. D. João de Mascarenhas temia de corar deante do filho, e queria salvaguardar n'elle a honra que barateava em si. Mas nos conselhos do governo continuava D. João de Mascarenhas a representar um papel indigno do seu glorioso nome. Era elle quem se esforçava por fazer desistir das suas pretenções o duque de Bragança e o prior do Crato, e ao mesmo tempo continuava com os seus collegas a apparentar um grande desejo de manter a independencia do reino. O proprio rei Filippe e o seu agente Christovão de Moura se enojaram d'esta attitude equivoca e indecorosa dos governadores, e deliberaram não fazer mais caso d'elles. O exercito hespanhol invadiu Portugal; ao mesmo tempo em Santarem o povo amotinado proclamou a realeza do prior do Crato, que dias depois entrava triumphante em Lisboa. Mais aterrados com este ultimo acontecimento do que com a entrada do exercito hespanhol, os governadores do reino, que se achavam em Setubal, lançaram-se completamente nos braços de Christovão de Moura O povo de Setubal, porém, amotinou-se, e os governadores do reino, entre os quaes se contava o defensor de Diu, procuraram miseravelmente a sua salvação na fuga. Saltaram a 27 de junho de 1580 pelas janellas da sua residencia, e metteram-se a bordo d'uma caravéla. D. João de Mascarenhas é que não pôde resistir a tamanhos e tão repetidos sobresaltos. Quebrado pelos annos, pelas fadigas, pelas trabalhos, pelas inquietações, e talvez pelos remorsos, quando viu o resultado das suas machinações, D. João de Mascarenhas falleceu, pouco depois de entrarem os hespanhoes em Lisboa.»

Mascarenhas *(D. João)*. Bispo de Portalegre e da Guarda. Era filho do 1.º conde de Obidos D. Vasco de Mascarenhas, e fal. em 1693. Seguindo a carreira ecclesiastica, foi deputado da inquisição de Lisboa. D. Pedro II o elegeu bispo de Portalegre em 1691, sendo a eleição confirmada pelo papa Innocencio XI. Foi depois transferido para a diocese da Guarda.

Mascarenhas *(D. João)*. Desembargador de Lisboa e do Porto, deputado da Mesa da Consciencia e Ordens. Era filho do 1.º conde de Coculim D. Francisco de Mascarenhas, e de sua mulher, D. Maria Josepha de Noronha. Foi porcio-

nista do Collegio Real de S. Paulo, de Coimbra. Casou na Bahia em 1717 com D. Anna Guedes de Brito, filha do coronel Antonio da Silva Pimentel e de D. Izabel de Sousa Guedes de Brito.

Mascarenhas *(João Carvalho)*. Era natural de Lisboa. Militou na India, e á volta para o reino, em 1621, vindo a bordo da nau *Conceição*, foi captivo dos turcos. Levado para Argel, onde esteve seis annos, pôde então resgatar-se. Escreveu: *Memoravel relação da perda da nau Conceição, que os turcos queimaram á vista da barra de Lisboa, varios successos das pessoas que n'ella captivaram, e descripção nova da cidade de Argel, do seu poder, e cousas mais notaveis acontecidas nos annos 1621 até 1626*, Lisboa, 1627.

Mascarenhas *(José)* V. *Mello (José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de)*.

Mascarenhas *(José Gregorio de Figueiredo)*. General de divisão reformado, par do reino, commandante da Escola Pratica de Artilharia, deputado, etc. N. em Silves a 7 de maio de 1843, fal. em Monchique a 10 de outubro de 1904.

José Gregorio de Figueiredo Mascarenhas

Pertencia a uma das mais distinctas familias do Algarve. Assentou praça em 21 de julho de 1862, sendo promovido a alferes em 28 de janeiro de 1867, a tenente em 8 de fevereiro de 1869, a capitão em 7 de outubro de 1874, a major em 9 de abril de 1886, a tenente-coronel em 13 de fevereiro de 1890 e a coronel em 4 de agosto de 1894. Foi reformado em 19 de julho de 1901 no posto de general de divisão. Sendo coronel commandou superiormente a Escola Pratica de Artilharia. Entrou na politica, filiando-se no partido regenerador, foi deputado em diversas legislaturas, sendo eleito pelos circulos de Silves e de Lagôa. Em 1901, desligou se d'aquelle partido, quando se deu a scisão, e acompanhou o sr conselheiro João Franco, filiando se no novo partido regenerador-liberal, de que foi um dos membros mais prestimosos e dedicados. N'esse mesmo anno foi nomeado par do reino. Era commendador da ordem de S. Bento de Aviz. A sua morte causou a mais profunda magua, especialmente no Algarve, fazendo-se em Silves e em Monchique as maiores demonstrações de sentimento. A imprensa de todas as côres politicas publicou artigos elogiosos, enaltecendo o seu elevado merecimento, como politico e como militar.

Mascarenhas *(José Maria de Vasconcellos)*. Juiz de fóra em Santarem. Foi autor do seguinte opusculo que se publicou em Lisboa, 1824: *Jornada de el-rei o senhor D. João VI á villa de Santarem em janeiro de 1824*.

Mascarenhas *(Leovigildo)*. Funccionario da India e em Africa, secretario geral de Gorongoza, etc. Em 1892 foi nomeado para a India, e exerceu com distincção o logar de chefe fiscal do concelho das Ilhas, sendo louvado pela maneira como desempenhou essa commissão. Em 1893 foi escolhido para ajudante do batalhão de policia na India, passando pouco depois a exercer o logar de chefe da estação de telephones de Nova Gôa. Em 1894 foi requisitado para ajudante de campo do governador de Moçambique, o vice almirante Teixeira da Silva, regressando mais tarde á India, sendo nomeado secretario do governo de Damão, accumulando este cargo com o de administrador do concelho, logar que desempenhou durante 10 mezes, sendo exonerado e louvado, passando depois a servir na columna expedicionaria da India, commandada pelo sr. infante D. Affonso. Na columna militar de Satary prestou tambem serviços que lhe mereceram o elogio dos seus chefes, apprehendendo muitas armas aos ranes durante a revolta, e distinguindo-se pelo seu valor no commando de postos militares. Regressou á Europa, muito doente, mas pouco tempo depois de estar em Lisboa foi escolhido pelo governador da Lunda, o capitão Verissimo Sarmento, para o auxiliar na organisação dos preparativos da expedição militar, revelando sempre a maior dedicação e solicitude. Foi dispensado d'esse serviço por ter sido convidado para exercer as funcções de secretario geral de Gorongoza.

Mascarenhas *(D. Manuel)*. Fidalgo do seculo XVII. Destinou se primeiro á vida ecclesiastica, e chegou a ser conego da sé de Coimbra. Mas a sua vocação não o chamava para aquella carreira, e abandonou-a para se dedicar á das armas, onde o seu nobre nascimento lhe deu logo alguns dos primeiros logares. Um dos motivos que o levaram a pegar em armas fôra o patriotico desejo de servir a patria na lucta contra a Hespanha para reivindicar e manter a independencia nacional. Serviu, portanto, na guerra da Restauração, como, capitão de cavallaria, posto que só era entregue a homens de alta nobreza, e como capitão de cavallaria assistiu em 1644 á batalha de Montijo, em que foi ferido. Nomeado mestre de campo, posto que corresponde actualmente ao de coronel, embarcou para o Oriente, indo servir na India. Em 1661 teve a nomeação de governador de Moçambique, e para ali partiu na armada de Diogo Furtado de Mendonça. Pouco fez no seu governo, limitando-se a adeantar a obra da fortaleza e a concluir a casa da polvora. N'esse mesmo anno foi nomeado para governar interinamente a India, juntamente com Luiz de Mendonça Furtado e com D. Pedro de Lencastre, mas não acceitou a nomeação por estar governando Moçambique. Em 1664 foi rendido por Antonio de Mello e Castro, e retirou se para o reino, passando o resto da existencia obscuramente.

Mascarenhas (*P. Manuel*). Jesuita, filho do marquez de Montalvão, D. Jorge de Mascarenhas, e de sua mulher D. Francisca de Vilhena. Entrou na Companhia de Jesus no noviciado de Coimbra a 20 de fevereiro de 1619, tendo apenas 15 annos de edade. Havendo ensinado durante 8 annos letras humanas, não pôde continuar por falta de saude. Foi reitor do seminario dos irlandezes, de Lisboa, e companheiro do provincial. Esteve preso duas vezes, a primeira por Filippe III, e a outra por D. João IV, por suspeitas de infidelidade a estes soberanos, por causa dos seus parentes, e sendo desterrado para Braga, ali morreu em 47 annos de edade a 28 de novembro de 1654. Escreveu em latim um *Tratado sobre os sacramentos*, que se imprimiu em Leão, em 1656.

Mascarenhas *(D. Nuno)*. Valente soldado das nossas guerras d'Africa, onde por vezes se distinguiu. Foi o segundo capitão de Safim, e morreu a 31 de outubro de 1522, deixando, entre outros filhos, D. João de Mascarenhas, o defensor de Diu.

Mascarenhas *(Pedro)*. Fidalgo destemido que muito se distinguiu na India, governador de Malaca, capitão de Azamor, etc. Partiu para a India com D. Vasco da Gama, provido no governo de Malaca, e encontrando esta cidade n'uma situação deveras embaraçosa pela guerra continua que lhe moviam os sultões de Bintam e de Pam, conseguiu pelo seu valor e pelo seu talento militar, restabelecer a situação. Pedro Mascarenhas alcançou grande gloria nas duas victorias importantissimas que ganhou, uma sobre o sultão de Pam, destroçando-lhe e queimando lhe a armada; a outra, a mais importante, em 1527, sobre o sultão de Bintam, que ficou sempre famosa nos annaes indianos, e em que aprisionou quasi o proprio sultão, e lhe devastou a cidade. Estes feitos heroicos grangearam lhe tão justa fama, que, tendo fallecido em 1526 o governador da India D. Henrique de Menezes, e se abriram as cartas de successão, se encontrou designadamente o nome de Pedro Mascarenhas para o desempenho d'aquelle tão elevado e importante cargo. Foi reconhecido como governador, mas, não podendo vir de Malaca tão depressa por causa das monções, só poderia chegar á India alguns mezes depois, discutiu-se muito sobre a resolução que se deveria tomar, e Affonso Mexia, védor da fazenda de Cochim, inimigo pessoal de Pedro de Mascarenhas com quem tivera grandes discordias, na occasião em que este partira para Malaca, propoz que se abrissem as segundas cartas de successão, e ficasse governador interino a pessoa que viesse ali designada. Assim se fez, e sendo indicado o nome de Lopo Vaz de Sampaio para successor de Pedro de Mascarenhas, tomou posse do governo, jurando que o entregaria ao legitimo governador, apenas elle chegasse. Lopo Vaz de Sampaio começou logo por nomear parentes, ou partidarios, seus para todas as fortalezas da India, mandando ao mesmo tempo Duarte Coelho dar a Pedro Mascarenhas a noticia da sua nomeação. Pedro Mascarenhas partiu logo para a India, mas um desastre maritimo o obrigou a voltar para traz, e não podendo tornar a partir, por causa das monções, senão d'ahi a seis mezes, pouco se importou, e proseguiu tranquillamente na guerra em que estava empenhado com Bintam, sendo até n'este intervallo que ganhou a famosa victoria em que o sultão esteve quasi aprisionado. No entretanto, passavam-se na India graves acontecimentos, chegavam naus do reino, cujos capitães traziam cartas de D. João III para o governador da India. Affonso Mexia teve artes de conseguir que lh'as entregassem, e abrindo-as, viu que el-rei ordenava a D. Henrique de Menezes, que suppunha ainda vivo, que lhe mandasse fechadas ainda, como deviam estar, as cartas de successão. Esta ordem parecia em resultado evidente das queixas amargas que Affonso Mexia fizera contra Pedro Mascarenhas, por occasião das discordias que com elle tivera, mas Affonso Mexia não se limitou a tornar conhecido o theor d'estas cartas, fez mais, falsificou um alvará, em que Lopo Vaz de Sampaio era nomeado governador interino da India, alvará evidentemente falso, não só porque Lopo Vaz de Sampaio nunca se atreveu a mostral-o, como porque era impossivel que D. João III nomeasse um governador interino da India, quando não sabia, nem podia saber da morte do governador effectivo, D. Henrique de Menezes. Os fidalgos da India e o povo não acolheram bem o alvará, e começaram em Cochim serias desavenças. Mas Lopo Vaz de Sampaio e Affonso Mexia tiveram a habilidade de dispersar os fidalgos, partindo Lopo Vaz de Sampaio para Gôa, a pretexto de serviço publico, levando comsigo os fidalgos que mais contrarios se lhe mostravam, e deixando em Cochim com Affonso Mexia os seus parciaes para receberem Pedro Mascarenhas. Chegando este afinal, soube com o maior espanto o que se passava, e em Cochim recebeu intimação de Affonso Mexia para não desembarcar, porque seria recebido ás lançadas. Pedro Mascarenhas não se importou com a intimação, e quiz desembarcar pacificamente como portuguez em terras portuguezas. Este respeito pela legalidade foi que o perdeu. Se tem desembarcado em som de guerra teria em Cochim muitos partidarios, em Gôa a cidade toda se levantaria a seu favor, mas a prudencia de Pedro Mascarenhas deu largas a Lopo Vaz de Sampaio para toda a qualidade de despropositos. Em primeiro logar Affonso Mexia cumpriu o que dissera, correu á praia com seus apaniguados, e, como Pedro Mascarenhas desembarcara ás costas d'um marinheiro, por não se poder desembarcar a pé enxuto, metteu o cavallo á agua, e feriu o governador da India com uma lançada, ficando tambem feridos outros seus companheiros, tendo todos de voltar para bordo do galeão para se curarem. O governador podia castigar Affonso Mexia como castigara o sultão de Bintam, mas preferiu seguir para Gôa queixando-se primeiro a Lopo Vaz do procedimento de Affonso Mexia. Lopo Vaz de Sampaio procedeu com a costumada energia. Mandou um navio ao encontro de Pedro Mascarenhas, commandado por Antonio da Silveira, que levava ordem de algemar Pedro Mascarenhas, e conduzil-o preso para Cananor, se elle teimasse em seguir para Gôa. Assim se fez, e Pedro Mascarenhas entrou em Cananor de grilhões aos pés. Comtudo o governador de Cananor soltou-o pouco depois, reconhecendo-o como governador da India, e o mesmo fez Christovão de Sousa, capitão de Chaul. Forte com todas estas adhesões, podia Pedro Mascarenhas ter assumido desde logo o

governo da India, mas perdeu a sua causa pelas demasiadas transigencias. Se desde logo declarasse Lopo Vaz de Sampaio como rebelde, muitos o acompanhariam, mas acceitou-o como governador interino da India, e limitou-se a requerer-lhe quasi respeitosamente que lhe entregasse o governo, estendeu as mãos e os pés ás algemas de Antonio da Silveira, como quem reconhecia a Lopo Vaz de Sampaio o direito de dar essa ordem, quando podia muito bem ter resistido, prendendo desde logo no seu galeão o atrevido que se atrevia a lançar-lhe algemas no seu proprio navio. D'este procedimento de Pedro Mascarenhas resultou irem esfriando os seus partidarios, e passou como cousa assente que a pendencia entre os dois governadores podia resolver-se a favor d'um ou a favor de outro, quando na verdade, tinham na presença um governador e um rebelde. Postas as cousas n'estes termos, pôde logo considerar-se perdida a causa de Pedro Mascarenhas; desde o momento que elle se collocava em egualdade com Lopo Vaz de Sampaio, este e Affonso Mexia saberiam fazer pender a balança para o seu lado. Os fidalgos da India chegaram finalmente ao seguinte accordo: que Pedro Mascarenhas e Lopo Vaz de Sampaio escolhessem cada um seis fidalgos que julgassem os seus pleitos, que ambos largassem o governo, e que o tomasse interinamente Antonio de Miranda, capitão-mór do mar. Assim se fez, e, como tambem se poderia esperar, seis votos fôram para Pedro Mascarenhas e seis para Lopo Vaz de Sampaio. Os doze juizes chamaram então um decimo terceiro para desempatar, e foi esse Balthazar da Silva, capitão d'uma das naus do reino. Antes de entrar para a camara fechada em que se encerravam os juizes, e apezar da prohibição expressa de communicarem com pessoa alguma, Affonso Mexia teve artes de falar com Balthazar da Silva, e de lhe entregar uns papeis que encerravam, ao que parece, argumentos de muito valor para Lopo Vaz de Sampaio. O certo é, que a decisão foi a favor d'este. Pedro Mascarenhas sempre respeitador da legalidade, curvou-se deante da sentença dos juizes, e partiu para o reino, dizendo que ia queixar-se a el-rei. A relação de Lisboa julgou a sua causa, annullou immediatamente a sentença dos juizes de Gôa, e condemnou Lopo Vaz de Sampaio a pagar a Pedro Mascarenhas os ordenados de governador e 10:000 cruzados de indemnisação. Mas essa satisfação á justiça bastou ao monarcha, e Pedro Mascarenhas soffreu na côrte a pena da sua indole isenta e nobre. Como não andou apregoando os seus serviços, facilmente o esqueceram, e o vencedor de Bintam, o heroe do extremo oriente, o homem que, segundo a confissão d'um tribunal supremo e do proprio soberano, tôra illegalmente destituido do governo da India, recebeu como recompensa a capitania de Azamor. Afinal, na esquadra que D. João III enviou a Carlos V para o auxiliar na sua expedição á India, morreu obscuramente, a bordo d'uma caravéla, em 1535.

Mascarenhas *(D. Pedro)* Celebre diplomata e militar no reinado de D. João III. Em 1530 foi nomeado embaixador para Roma, indo encarregado de negar ao papa duas decimas que a côrte de Roma queria cobrar de Portugal, quando se viu bem inesperadamente envolvido nos negocios da Inquisição. Habil diplomata, apezar de pouco letrado, mas de intelligencia superior, sabia apreciar bem as cousas e os homens, e sair com vantagem das luctas em que se empenhava. Residira já em Roma tempo sufficiente para avaliar a curia pontificia, e o seu pensar a esse respeito era muito desfavoravel. Ficou percebendo muito bem que em Roma tudo se conseguia com dinheiro, e por isso tratou de corromper a torto e a direito no intuito de bem servir o seu rei. Na *Historia do estabelecimento da Inquisição em Portugal*, vol. II, pag. 198 e seguintes, da edição de 1867, Alexandre Herculano descreve este diplomata astuto, referindo-se aos processos que empregou para cumprir o que pretendia da côrte pontificia. D. Pedro Mascarenhas aborreceu se afinal de Roma e dos negocios que o obrigavam a tratar, e pediu a D. João III para regressar ao reino, sendo substituido em 1541 por Christovão de Sousa. No anno de 1547 foi enviado a Africa com uma esquadra para apressar a construcção d'uma fortaleza, e teve de assistir ao abandono de Arzilla, que muito reprovou, declarando que combateria sem receio com a sua esquadra a do corsario barbaresco Rais Dragut, cuja apparição fôra uma das causas da resolução que tomara D. João III de abandonar Arzilla. Já velho e cançado teve em 1554 a nomeação de governador da India, com o titulo de vice-rei, sendo o 8.º na lista dos vice-reis, e o 18.º na dos governadores. O seu governo durou apenas 9 mezes, mas n'esse curto espaço de tempo provou bem ser um sagaz politico e um honrado administrador, como era proprio do seu caracter austero. Assim que chegou a Gôa, apresentou logo como a principal maxima da sua politica, a benevolencia para com os indigenas, e como o rajá de Chembé pediu paz, concedeu-lh'a, não humilhante, mas por isso mesmo mais solida. D. Pedro Mascarenhas morreu em Gôa a 6 de junho de 1555.

Mascarenhas *(D. Pedro)*. Era filho de D. Fernão Martins Mascarenhas, governador da India. Seguiu a vida ecclesiastica, e foi conego e arcediago na sé de Lisboa, mas depois, mudando de carreira tomou a das armas, e occupou os postos de capitão de cavallos e de mestre de campo no exercito do Alemtejo na guerra da Restauração.

Mascarenhas *(D. Pedro)*. Filho do marquez de Montalvão, D. Jorge de Mascarenhas, e de sua mulher, D. Francisca de Vilhena. Acompanhou seu pae em Mazagão e Tauger, assim como seu irmão D. Francisco. Era vêdor da casa de D. João IV, mas deixando a patria, passou com seu irmão D. Jeronymo á Hespanha, onde foi feito marquez de Montalvão, conde de Castello Novo e membro do conselho de guerra.

Mascarenhas *(D. Pedro)*. Jesuita. Ignora-se a terra onde nasceu, e a data do nascimento, fal. a 7 de janeiro de 1570. Foi admittido na Companhia de Jesus em Gôa, no anno de 1557, d'onde partiu com outros companheiros para as missões de Salsete, por indicação do vice-rei D. Constantino de Bragança. Passou depois ás ilhas Moluccas, conseguindo muitas conversões. Consta que morreu envenenado pelos gentios. Publicaram-se algumas cartas suas cartas, escriptas de Gôa em latim para os padres seus superiores.

Mascarenhas *(Sebastião do Canto e Castro)*.

Coronel reformado, administrador da Casa de Bragança e da Casa Real, ministro das Obras Publicas, etc. N. em 10 de julho de 1821, a bordo da nau *Rainha de Portugal,* vindo em viagem do Rio de Janeiro para Lisboa, fal. em 20 de dezembro de 1875. Era filho de Francisco José do Canto e Castro Mascarenhas, vice almirante, e de sua mulher D. Carlota Joaquina Mascarenhas de Mancellos Valdez, os quaes contavam entre os seus ascendentes muitos e nobres fidalgos, que nos seculos passados tinham illustrado o seu nome, já servindo em diversos cargos importantes da côrte, já combatendo o inimigo em varios recontros travados no reino e nas conquistas. Chegando a Lisboa a nau *Rainha de Portugal*, o recemnascido foi baptisado na egreja da sé, e depois de habilitado com os primeiros rudimentos litterarios, entrou no Collegio Militar em 1833. Tendo completado o curso com muita distincção, assentou praça de voluntario no batalhão de caçadores n.º 2, e concluiu o curso como alumno externo. No dia primeiro de agosto de 1838 foi despachado sargento aspirante, e matriculou se na Escola Polytechica, mas surgindo em 1840 a questão que esteve para dar um rompimento com a Hespanha, foi despachado alferes em 26 de dezembro, sendo nomeado para servir ás ordens do coronel de engenharia Caetano José Vaz Parreiras, encarregado das obras de defeza da capital. Afastados os receios da guerra, voltou o joven official á Escola Polytechnica, seguindo regularmente os estudos, e passando depois á Escola do Exercito, concluiu o curso de estado maior em agosto de 1845. A 5 de novembro d'esse anno foi promovido a tenente, e em 17 de abril de 1846 mandado apresentar á direcção da Companhia do Canal de Azambuja para ser empregado n'essas obras hydraulicas, e ali se conservou até que os successos politicos d'essa epoca o levaram de novo para o serviço militar, sendo nomeado pela junta de Santarem em 25 de maio do referido anno de 1846 commandante das forças populares que estavam na Azambuja, contra o governo cabralista. A junta era composta de Manuel da Silva Passos, barão de Almeirim, Antonio Emygdio Giraldes Quelhas e José de Paiva Magalhães. Em agosto seguinte foi collocado ás ordens do conde de Bomfim, que era o commandante da 1.ª divisão militar, e acompanhou sempre esse general desde que se ligou ao partido popular depois do golpe de estado de 6 de outubro até á batalha de Torres Vedras, em 22 de dezembro de 1846, e sendo feito prisioneiro foi levado para bordo d'um dos navios de guerra, e d'ali transferido para o Limoeiro, onde esteve até abril de 1847, em que terminou a guerra da *Maria da Fonte*, pela convenção de Gramido. Em consequencia das amnistias que se seguiram, foi collocado na 3.ª secção, sendo requisitado em maio de 1848 para a Companhia de Illuminação a Gaz da capital, e depois pelo ministerio do reino em novembro de 1850 para servir nas obras do Tejo, onde se conservou desde 7 de dezembro de 1850 até 23 de setembro de 1852, sendo durante este periodo, em 29 de abril de 1851, promovido a capitão para o corpo de estado maior. Por pedido do agente e director da Companhia Central Peninsular dos caminhos de ferro, Hardy Hislop, foi servir ás ordens do engenheiro Rumball, e auxilial-o na elaboração do projecto do caminho de ferro de Lisboa a Santarem, e deixando esta commissão em 28 de setembro de 1853, foi servir na commissão geodesica, desde o dia primeiro de dezembro até 27 de abril de 1854, voltando desde então até 13 de setembro de 1856, pela segunda vez, a servir na Companhia Central Peninsular dos caminhos de ferro; de 21 de julho de 1857 a 15 de novembro de 1859, serviu como engenheiro, no caminho de ferro de Lisboa a Santarem; chefe de exploração, administrador das obras, e membro da commissão administrativa do caminho de ferro de Leste, e successivamente director, fiscal, engenheiro dos caminhos de ferro do norte, leste e sueste. A 25 de agosto de 1864 foi a Londres em commissão do governo, para firmar o contrato da venda do caminho de ferro do sul. A 23 de janeiro de 1867 foi promovido ao posto de major, e em 26 de agosto d'esse anno nomeado director geral dos telegraphos, conservando juntamente o logar de engenheiro fiscal da exploração de todos os caminhos de ferro portuguezes, dos quaes foi nomeado chefe de divisão em 15 de janeiro de 1869, tomando conta das linhas de sueste em 10 de março d'esse anno. Dois mezes depois pediu a exoneração d'esse cargo, servindo desde 4 de setembro de 1869 até 18 de maio de 1870 o logar de governador civil do Porto, do qual pediu a exoneração para acceitar o logar de administrador da Casa de Bragança, que vagara pelo fallecimento do general Passos, e a cujo cargo juntou depois o de administrador da Casa Real. Sebastião do Canto e Castro Mascarenhas foi ministro das obras publicas no gabinete presidido pelo conde, mais tarde marquez e duque de Avila, que se formou em janeiro de 1868, em seguida ao movimento conhecido pela *Janeirinha.* Em 28 de outubro de 1873 foi promovido a tenente-coronel, e n'esse mesmo anno se reformou. Era casado com D. Maria Margarida Stockler Salema Garção.

Mascarenhas *(D. Simão).* Um dos filhos do marquez de Montalvão, D. Jorge de Mascarenhas, e de sua mulher, D. Francisca de Vilhena. Não quiz tambem, assim como seus irmãos, a independencia de Portugal em 1640, nem D. João IV como seu legitimo rei, e ficou servindo em Hespanha. Foi cavalleiro da ordem de Malta, tenente-coronel do regimento da guarda de el-rei Filippe, e serviu na guerra de Catalunha. Foi general de artilharia, governador de Balaguer e conde de Penedono. Falleceu pouco depois de 1645.

Mascarenhas *(D. Fr Simão de).* Bispo de S. Thomé e Congo, sendo o ultimo prelado d'esta diocese, que depois se dividiu, ficando S. Thomé um bispado, e outro Congo ou Angola e Congo. Foi eleito em 1626, e apenas chegou a Africa teve de tomar o governo interino de Angola. Fixou logo a sua residencia em Loanda, e tratou de fortificar a cidade pelo lado do mar para a defender contra os hollandezes. Fez guerra aos jogas e ao soba Cafuxe, derrotando-os completamente; tratando de cousas que mais diziam respeito ao seu mister apostolico, transferiu a sé do Congo para Loanda, e finalmente, sendo rendido no governo politico da colonia por Fernão de Sousa, entregou-se inteiramente ao governo da sua diocese. Começou a edificar a cathedral de Angola, fundou a Misericordia, e instituiu um grande numero de parochias Fal. em 1642.

Mascarenhas *(D. Thomaz de Assis)*. Ajudante do infante D. Miguel, ministro plenipotenciario em Londres, gran cruz da ordem de Aviz, commendador da de Nossa Senhora da Conceição, e cavalleiro da Legião de Honra de França. N. em Lisboa a 28 de fevereiro de 1791, fal. a 5 de setembro de 1833. Era filho do 4.º conde de Obidos D. José de Assis Mascarenhas Castello Branco da Costa Lencastre, e de sua mulher, D. Helena Maria Josepha Xavier de Lima. Assentou praça de cadete n'um regimento de cavallaria em janeiro de 1809, foi despachado alferes n'esse anno, e subindo os postos com a rapidez que no antigo regimen se assegurava aos nobres, principalmente quando reuniam, como D. Thomaz de Mascarenhas, á nobreza do nascimento as qualidades da intelligencia e da bravura militar, D. Thomaz era coronel de cavallaria aos 31 annos. Como muitos outros liberaes que depois defenderam a Carta Constitucional e as liberdades patrias, D. Thomaz de Mascarenhas não viu com bons olhos a revolução de 1820, e a isso deveu o ser nomeado em 1823 ajudante de campo do infante D. Miguel, quando D. João VI deu a este seu filho mais novo o commando em chefe do exercito. Em julho de 1827 foi nomeado coronel de cavallaria n.º 4. Não querendo adherir ao golpe de estado dado por D. Miguel, emigrou para o Brazil, indo apresentar-se a D. Pedro IV, que o recebeu amavelmente, nomeando-o logo gentilhomem da camara de sua filha, a rainha D. Maria II. Em 1829, encarregou-o de ir a Inglaterra, como ministro plenipotenciario, para fazer tudo quanto pudesse para a salvação da causa liberal. D. Thomaz de Mascarenhas saiu do Rio de Janeiro a 29 de dezembro do referido anno, e chegou a Londres em fevereiro de 1830. Communicou logo ao marquez de Palmella as instrucções que trazia, e reconhecido por este como representante de D. Pedro que o munira de plenos poderes, ficou em Londres para continuar a dirigir os negocios da emigração, emquanto o marquez de Palmella partia para a ilha Terceira, onde, seguindo as ordens que recebera de D. Pedro por intermedio de D. Thomaz de Mascarenhas, ia estabelecer a séde da regencia. Não estando D. Thomaz bastante costumado aos negocios diplomaticos e conhecendo imperfeitamente os manejos da politica européa, entendeu o marquez de Palmella que o não podia deixar sósinho em Londres, e depois de convidar o conde de Villa Real para desempenhar em Inglaterra o papel que o proprio marquez desempenhára, o qual não acceitou, escolheu para essa difficil missão o habil diplomata Luiz Antonio de Abreu Lima, mais tarde conde da Carreira. Abreu Lima e D. Thomaz de Mascarenhas ficaram, portanto, dirigindo os difficeis negocios da emigração, cuja parte financeira era principalmente das mais espinhosas. D. Thomaz trazia ordens de D. Pedro para garantir as despezas feitas pela Regencia, mas o Brazil tambem luctava com embaraços financeiros, e além d'isso o imperador constitucional não podia dispôr largamente dos fundos do imperio para sustentar uma causa com que o Brazil nada tinha. D. Thomaz de Mascarenhas transformou as letras que a Regencia sacara sobre o marquez de Palmella, e cuja importancia fôra paga por portuguezes e inglezes, não sem difficuldade, n'uns *bonds* com o juro de 5 por cento, que ficaram conhecidos pelo nome de *bonds de D. Thomaz de Mascarenhas*, o ministro do Brazil, marquez de Santo Amaro, recusava-se pertinazmente a auxiliar a Regencia, as necessidades da lucta eram cada vez maiores. Um emprestimo nacional, que se tentara, falhou deploravelmente. Os portuguezes, na maior parte, recusaram-se a aventurar o seu dinheiro n'uma causa tão arriscada, e os que estavam promptos para todos os sacrificios, não podiam dar senão o seu sangue, e davam-n'o. E' curiosa a lista dos portuguezes que fôram convocados para o emprestimo e das respostas que deram. O conde da Carreira a enviou em officio reservado de 26 de agosto de 1831 á regencia da ilha Terceira, e vem publicada na *Correspondencia official do conde da Carreira*, pag 172. Foi preciso fazer um convenio oneroso com o marquez de Santo Amaro, ministro brazileiro, e fôram necessarios por fim sacrificios de toda a ordem para se poder sustentar aquelle pequeno reducto da ilha Terceira. Não eram só estas as amarguras de D. Thomaz de Mascarenhas, que de mais a mais tinha até certo ponto a sua responsabilidade pessoal empenhada no pagamento dos taes *bonds de D. Thomaz*. Na emigração ferviam as discordias; Saldanha fazia uma opposição violenta aos actos da Regencia, queria entrar por Hespanha com uma columna de emigrados portuguezes, e juntar-se aos liberaes hespanhoes do general Mina. Este projecto deu em resultado uma scena um pouco violenta entre Saldanha e D. Thomaz de Mascarenhas. Afinal D. Pedro poz-se pessoalmente á frente da revolução, e partiu para os Açôres. Acompanhou-o D. Thomaz, que em 1832 veiu desembarcar no Mindello com o imperador. D. Pedro, apenas entrou no Porto logo o nomeou governador da praça, e governador militar interino da provincia do Minho e partido do Porto «attendendo, diz o decreto da nomeação, ao seu zelo e actividade e aos serviços prestados por elle á causa liberal.» Esta honrosa nomeação foi uma desgraça para D. Thomaz de Mascarenhas. A 22 de julho de 1832 dava-se a indecisa batalha de Ponte Ferreira, e D. Thomaz ficára commandando no Porto. Corriam os boatos mais sinistros ácêrca do resultado da batalha, quando de subito appareceram coroando as alturas da Serra do Pilar as tropas miguelistas commandadas pelo general Povoas. O panico foi immenso, e D. Thomaz de Mascarenhas deixou-se dominar por elle. Afastado havia muitos annos da vida activa militar, perdera um pouco esse sangue frio e essa confiança em si indispensaveis na guerra aos commandos supremos. Não cuidou da sua salvação pessoal, mas, julgando a batalha perdida, entendeu que era do seu dever salvar as reliquias do exercito liberal, e deu ordem para as tropas abandonarem o Porto e recolherem-se ao castello de S. João da Foz. Mais pratico da guerra e mais tranquillo, organisava entretanto João Pedro Soares Luna, commandante do corpo academico, os primeiros elementos de resistencia, e as tropas do general Povoas, que faziam apenas um reconhecimento, retiravam. Quando D. Pedro voltou, ficou deveras indignado, e a opinião do exercito mostrou-se effectivamente muito adversa a D. Thomaz de Mascarenhas. Tornava-se necessario dar um exemplo que impedisse a repetição de similhantes panicos. D. Thomaz

foi exonerado, e inimigos seus não hesitaram em lhe chamar cobarde. O brioso official sentiu-se amargamente da afronta; nunca mais teve alegria, e desde então foi para todos evidente que elle procurava a morte. Logo em Souto Redondo a sua temeridade se tornou notavel; combatia como voluntario, e como voluntario acompanhou o duque da Terceira na sua expedição ao Algarve. O tempo não conseguira curar a ferida profunda da sua alma. Nas linhas de Lisboa mostrou a mesma bravura temeraria, até que por fim foi morto em Campolide na renhida acção de 5 de setembro de 1833. Lamentaram todos a sua morte, prestando tardia homenagem ao valente official, que dolorosamente expiára um momento não de fraqueza, mas de hesitação resultante da sua inexperiencia militar. D. Thomaz de Assis Mascarenhas havia casado em 15 de abril de 1828 com D. Maria de Mello, que foi dama das rainhas D. Maria II, D. Estephania e D. Maria Pia, dama da ordem de Santa Izabel, filha dos 1.os condes de Ficalho, Francisco José de Mello Breyner Telles da Silva e D. Eugenia d'Almeida.

Mascarenhas *(D. Vasco)*. Foi o 30.° capitão de Sofala. Succedeu em 1601 a D. Alvaro Abrauches, sendo rendido em 1604 por Sebastião Macedo. No seu tempo continuaram os hollandezes a infestar a costa d'aquella nossa possessão africana.

Mascarenhas *(D Vasco)*. Vice-rei da India. Foi conde de Obidos. V. *este titulo*.

Mascarenhas *(Vicente)*. Escriptor e poeta, natural do Algarve. Ignoram-se das datas do nascimento e fallecimento. Estudou na Universidade de Evora, e era muito dedicado á litteratura. Deixou as seguintes comedias, que não chegaram a imprimir-se: *Batalha naval de D. Juan d'Austria*; *Peregrinacion de Jacob y amores de Rachel; Prados de Leon; Jornada del Rey D. Sebastian*; *Desafio del gran Turco al Emperador Carlos V; La Gitana melencolica*; *Males del Conde Alorcos; Amores del Principe Felisberto*; *Iberio Firme,* livro pastoril em verso e prosa.

Mascarenhas. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança; 221 fog. e 925 hab. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada a 3 k. da margem esquerda do rio Tuella. A mitra apresentava o reitor, que tinha 100$000 réis de rendimento. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 10, com a séde em Mirandella. E' clima saudavel, e produz vinho, azeite, trigo e centeio.

Mascarenhas Castello Branco *(D. José Joaquim Justiniano de)*. Bispo do Rio de Janeiro. Foi um d'aquelles prelados, que no seculo XVIII, seguindo o movimento geral dos espiritos, e pondo-se mesmo á sua frente, exerceram no seu tempo e no seu paiz uma salutar influencia. N no Rio de Janeiro em 23 de agosto de 1731, onde tambem fal. a 28 de janeiro de 1805. Feitos os estudos preparatorios seguiu para o reino em 1750 a formar-se em Canones, e depois de haver exercido alguns cargos ecclesiasticos em Portugal, foi nomeado deão da sé do Rio de Janeiro, logo depois successor do bispado, e finalmente bispo do Rio de Janeiro, logar de que tomou posse no dia 15 de abril de 1777. A sua benefica influencia fez-se sentir não só na moralisação e instrucção do clero, mas tambem no desenvolvimento da agricultura da provincia, sendo elle um dos que mais contribuiram para que se cultivasse no Rio de Janeiro o anil e o café. Era muito venerado na sua diocese. Jaz na capella episcopal do Rio de Janeiro.

Mascarenhas Homem *(Manuel de)*. Capitão-mór da armada do norte da India. Governou o mesmo Estado de 14 de janeiro de 1656 a 25 de setembro de 1657, dia em que falleceu. Eleito primeiramente em 13 de janeiro de 1656 pelos tres estados, foi depois nomeado por via de successão, tendo por companheiro no governo a Francisco de Mello e Castro e Antonio de Sousa Coutinho. Por carta regia de 2 de abril de 1642 foi nomeado conselheiro do Estado da India, capitão de Ceilão em 9 de agosto de 1644 e conselheiro de estado em Portugal por carta regia de 18 de março de 1647. Tinha o habito da ordem de Christo.

Mascarenhas de Lencastre *(D. Fernando Martins)*. Fidalgo, que nasceu no meado de seculo XVII e fal. nos principios do XVIII. Militou na India, desempenhando varios cargos, até que fallecendo a 6 de janeiro de 1691 o governador D. Miguel d'Almeida, passou a exercer interinamente o governo, juntamente com Luiz Gonçalves Cotta, que morrendo em junho do mesmo anno, foi substituido pelo arcebispo D. Fr. Agostinho da Annunciação. A 26 de maio de 1693 chegou de Lisboa o novo governador e vice rei, conde de Villa Verde, e a 28 do referido mez e anno lhe entregaram o governo o arcebispo e D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre. Partindo este para o reino, foi nomeado tempos depois governador da capitania de Pernambuco em substituição de Caetano de Mello e Castro, e assumiu o governo a 5 de março de 1699, sendo rendido a 3 de novembro de 1703 por Francisco de Castro de Moraes. Regressando ao reino, não se demorou muito tempo em Portugal, porque logo a 1 de agosto de 1705 foi nomeado governador *ad honorem* da provincia do Rio de Janeiro, que, por morte de Alvaro da Silveira de Albuquerque, estava sendo governada interinamente por uma regencia. Em 1708 teve de ir a Minas Geraes pacificar a rebellião de Ouro Preto. Esta rebellião não era uma insurreição politica, era a serie de conflictos permanentes levantados entre os aventureiros, que tinham ido estabelecer-se junto das minas só com a ambição do lucro. D. Fernando Martins de Mascarenhas viu que a situação era mais seria do que julgava, e voltou, portanto, ao Rio de Janeiro a procurar mais tropas. Já ali encontrou o seu successor, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, a quem entregou o governo a 11 de junho de 1709, retirando depois para o reino, onde veiu a fallecer alguns annos depois.

Mascarenhas de Menezes *(Thomaz Eugenio)*. Primeiro official da Secretaria da Junta do Credito Publico, cavalleiro da ordem de Christo. N. em Guimarães a 26 de julho de 1861. E' filho do dr. Eugenio Eduardo de Mascarenhas e Menezes, bacharel formado em Direito, secretario geral dos governos de Macau e da India, encarregado de negocios na China, Japão e Sião, e de D. Julia Elisa de Mello Ferreira. Sendo nomeado

por concurso amanuense da Junta do Credito Publico em 3 de abril de 1879, teve a promoção a 2.° official em 3 de janeiro de 1888 e a 1.° official em 21 de novembro de 1907. Tem collaborado em varios jornaes da capital, onde publicou alguns versos. Escreveu: *Divida publica portugueza, repertorio de legislação*, Lisboa, 1904. N'esta obra se contem a indicação das disposições legaes e regulamentares sobre a divida publica e serviços inherentes, desde a sua origem até áquelle anno.

Mascate. Cidade maritima d'Arabia. Foi tomada em 1507 pelos portuguezes, sob a direcção de Affonso d'Albuquerque, que fortificou a cidade. Os portuguezes ficaram senhores d'ella até 1650 data na qual o iman arabe Seif a tomou, fazendo-a capital d'um estado que se tornou independente em 1730.

Mascate. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Coucieiro, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Mascos. Pov. na freg. de Santo Aleixo d'Além Tamega, conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real.

Mascotellos. Pov. e freg. de S. Vicente, da provincia do Minho, conc. e com. do Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 38 fog. e 211 hab. A egreja parochial dista 2 k. da séde do conc. O cabido da collegiada de Guimarães apresentava o cura, que tinha 30$000 réis e o pé d'altar. Em Mascotellos ha uma feira de gado em 15 de janeiro. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 20, com a séde em Amarante.

Mascozello. Pov. na freg. de S. Thiago, de Villa Cova, conc. e distr. de Villa Real.

Masdão. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Rio de Moinhos, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Masgallos. Pov. na freg. de S. Martinho, de Couto de Cima, conc. e distr. de Vizeu.

Másinha. Pov. da freg. de S. Christovão e conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

Masinos. Pov. na freg. de S. Pedro, de Capareiros, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Mason de S. Domingos (*James Mason, 1.° barão de Pomarão, e 1.° visconde de*). Commendador da ordem de Christo; habilitado com o curso da Escola de Minas de Paris; membro da Sociedade de Chimica e da Sociedade Geologica de Londres; membro da Sociedade dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes; concessionario e um dos directores da riquissima mina de cobre, denominada *Mina de S. Domingos*, situada no concelho de Mertola; proprietario em Portugal e em Inglaterra. Subdito britannico. N. a 24 de julho de 1824, fal. ha bastantes annos. Foi agraciado com o titulo de barão do Pomarão por decreto de 24 de janeiro de 1866, e com o de visconde de Mason de S. Domingos, por decreto de 7 de dezembro de 1868.

Masqueiro. Pov. na freg. de N. S.ª de Belem, de Rio de Mouro, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Massa (*João Carlos*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado em Lisboa, escriptor, etc. N. em Lisboa a 10 de junho de 1827 e já falleceu ha annos. Durante o seu curso foi premiado com o 2.° premio pecuniario no primeiro anno, com o 1.° *accessit* no 3.° e com o 1.° premio pecuniario no 4.°, não se tendo distribuido premios no 2.° e 5.° annos, em consequencia dos successos politicos dos annos de 1846 a 1851. João Carlos Massa era socio correspondente do Instituto de Coimbra, e effectivo da Associação dos Advogados de Lisboa. Em 41 de agosto de 1855 foi, por portaria do ministerio do reino, confirmado no logar de ajudante do syndico do hospital de S José; por outra portaria do 1.° de abril de 1856, nomeado advogado do mesmo hospital, e pelo fallecimento do visconde de Algés entrou no logar de syndico. Foi tambem advogado perante o conselho de estado na secção do contencioso administrativo, por decreto de 9 de junho de 1858. Escreveu: *Devaneios da imaginação, fragmentos*, Lisboa, 1844; *Quem desdenha quer comprar*, comedia em 1 acto, Lisboa, 1850; *Um logro na casa do bilhar*, comedia em 3 actos; foi representada no theatro de D. Maria II pela primeira vez em 28 de novembro de 1847, e na Academia Dramatica de Coimbra em 1849. Foi collaborador de diversos jornaes politicos e litterarios, em que se contam: *Ramalhete, Jardim das damas, Revista Universal Lisbonense, Illustração, Distracção instructiva, Justiça, Revolução do Minho, Diario do Governo, Gazeta dos tribunaes, Observador*, de Coimbra, *Lei, Paiz, Estandarte, Patriota*, etc. Collaborou tambem n'uma publicação periodica, que, com o titulo de *Pamphleto*, se fez em Lisboa em 1848. Escreveu mais um drama em 3 actos, *O trovador*.

Massabi. Rio da costa occidental da Africa Portugueza, que vae desaguar no Oceano Atlantico.

Massabi. A região assim denominada é uma faxa de terreno muito restricta, e recebe o nome do rio que margina. E' muito conhecida pela importancia dos factos que se deram ali antes da occupação effectiva da França que precedeu a Conferencia de Berlim em 1885. Os povos d'esta região pediram em 1883 o protectorado de Portugal, porém como não reivindicassemos os direitos a territorios ao norte do parallelo 5.° 12', apossou-se a França d'elles, apezar dos protestos dos habitantes e das feitorias portuguezas então ali existentes. Pelo tratado de maio de 1886 cedeu a França a Portugal os territorios comprehendidos entre a margem direita do Chilongo e Massabi em troca d'outros que Portugal cedeu na Guiné. A região é pantanosa e pouco povoada.

Massaco. Pov. do sobado de Quissaquica, na 1.ª div. (*Sengue*) do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Massacorte. Pov. na freg. do Salvador, de Villa Garcia, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Massada. Pov. na freg. de S. Martinho de Gandara, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Massadas. Pov. na freg. de S. Mamede, de Castanheira do Vouga, conc. de Agueda, distr, de Aveiro.

Massafo. Pequeno rio do conc. de Malange, no distr. de Lunda, prov. de Angola. N. nas terras do Songo Pequeno, corre do S para o N, e junta as suas aguas com as do rio Cassoço, que é tributario do Quige.

Massamá. (*Nuno José Severo Ribeiro de Carvalho, visconde de*). Medico honorario da Real Camara Municipal de Lisboa, membro da junta

do districto, deputado, etc. N. em Ajuda, e fal. em Torres Vedras a 28 de outubro de 1885. Era filho de Pedro Ribeiro de Carvalho, antigo empregado da Casa Real, e de sua mulher D. Victoria Margarida Ribeiro de Carvalho. Estudou na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, e começou a exercer a clinica apenas terminou o curso. Foi admittido no hospital de S. José, como cirurgião, em 27 de janeiro de 1851; passou a 30 de novembro de 1859 a dirigir a enfermaria de invalidos do Amparo, em 30 de dezembro de 1874 a director do banco, e em 16 de setembro de 1878 a director de enfermaria. Foi deputado em diversas legislaturas, sendo sempre eleito por um dos circulos de Lisboa. Como deputado defendeu em côrtes o projecto que, pela lei de 1866, veiu a dar aos filhos das escolas medico-cirurgicas o livre exercicio da medicina, equiparando-os com os da Universidade de Coimbra. Fôram grandes os seus serviços como vereador da Camara Municipal, na iniciação do Matadouro publico, na reforma da egreja de Santo Antonio da Sé, e na arborisação de Lisboa, e em especial a do Campo de Sant'Anna. Em todos os logares, que desempenhou, prestou sempre bons serviços. Tinha dedicação pela beneficencia e amor pelas artes. Com amigos e com a familia visitou muitas vezes as provincias de Portugal e a Hespanha, França, Inglaterra, Italia e Suissa. Casou duas vezes: a primeira com D. Maria Christina Correia, filha de Francisco Pretextato Correia; a segunda com D. Maria Magdalena d'Assumpção Leal, viuva do negociante José d'Oliveira Sousa Leal. Foi agraciado com o titulo de visconde de Massamá por decreto de 29 de janeiro de 1885.

Massamá. Pov. na freg. de N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Massangano. Conc. do distr. de Loanda, prov. de Angola, bisp. de Angola e Congo. Comprehendido entre os rios Lucalla, Cuanza e Mocoso, é limitado ao N e a O pelo Lucalla, que o separa do conc. Icolo e Bengo, e Calumbo; ao L pelo Cuanza e Mocoso, que o separa do conc. de Cambembe, e a E pelo conc. de Cazengo. O territorio é alagado pelas grandes cheias do Cuanza e Lucalla, e é fertilissimo de todos os productos agricolas; hoje poucas propriedades agricolas ali existem, e essas fôram feitas á custa de muitos sacrificios, pois é preciso construir *bongues* (diques) para as preservar das grandes inundações, e muitas vezes n'uma hora se tem perdido o trabalho pertinaz de muitos annos, o que tem afugentado as mais corajosas emprezas agricolas. Todo o territorio é muito povoado de palmeiras, o que dá uma boa fonte de riqueza que os indigenas exploram. Nas margens do Lucalla existiam em outras epocas bastantes casas commerciaes portuguezas, que viviam da permuta com o indigena da região, com especialidade em azeite de palma e coconote (amendoa do fructo da palmeira). Hoje está este commercio muito abandonado devido á mortandade dos habitantes que a variola tem disimado, existindo apenas em 1902 duas feitorias de europeus que viviam n'uma verdadeira miseria. Com a via ferrea de penetração para o interior, desappareceu d'ali o indigena que vinha do sertão fazer commercio. As feitorias estabelecidas no Lucalla e Cuanza não levavam mais longe os seus estabelecimentos para aproveitarem a via fluvial que traziam ao Oceano os productos indigenas e do sertão. O clima é mau, devido ao terreno pantanoso do concelho. A Villa de Nossa Senhora da Victoria, villa e presidio do conc. de Massangano, está situada n'um pequeno monte sobranceiro ao rio Cuanza, na margem direita do mesmo rio e á esquerda do Lucalla, ficando a 1 k. proximamente da foz d'este ultimo e sua confluencia com o Cuanza. E' esta villa a capital do conc. de Massangano e onde residem as principaes autoridades. Tem algumas casas de madeira e poucas de adobe ou alvenaria. Os quarteis e officinas, que eram confortaveis, estão agora em ruinas. Ha uma fortaleza abaluartada, regularmente construida e com alguns canhões, que protegia não só a villa como todo o conc. dos ataques dos indigenas, mas está tambem desmantelada. Como desappareceu d'ali o commercio, a villa tem caido pouco a pouco em decadencia; além d'isso, hoje nada ha a temer do indigena que se tornou docil e obediente: o clima insalubre é a causa do abandono em que está. O presidio foi fundado desde 1580 até 1583 por Paulo Dias de Novaes, no logar denominado *Macunde*, situado na margem direita do Lucalla, a pequena distancia do ponto onde se ergue hoje a villa, e d'ali transferido pouco tempo mais tarde da sua fundação pelo mesmo Paulo Dias de Novaes. Era um ponto estrategico para a epoca da sua fundação, e foi centro importante de commercio. Defendeu-se valorosamente, tanto a sua guarnição como os habitantes, em sangrentos combates contra os indigenas. Foi tambem o baluarte onde se quebrou o impeto das numerosas forças regulares e disciplinadas hollandezas, quando invadiram a cidade de Loanda em 1641. Foi ali o derradeiro refugio das armas portuguezas, emquanto não chegaram soccorros que libertaram Loanda de invasores audaciosos. Foi ali que tremulou sempre a bandeira das quinas, emquanto Loanda esteve na posse dos hollandezes. Nunca meia duzia de bravos se renderam ás ameaças e ataques dos intrusos, e a elles se deveu o ter sido conservado tão importante conquista para Portugal. Foi pelas heroicidades ali praticadas que se lhes deu fóros de villa. || Prazo da corôa no distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem 150 k. de comprimento por 50 de largura, e está coberto de espessos bosques que produzem madeira excellente. Solo fertilissimo. Produz algodão, arroz, feijão, meixoeira, milho e trigo. Apparecem aqui animaes ferozes. || Pov. do distr. de Tete, na prov. de Moçambique. Está situada na margem direita do rio Zambeze, e a pequena distancia da villa de Tete. Um dos seus capitães-móres foi João Vicente da Cruz, o celebre *Bonga*.

Massangara. Prazo da corôa no distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem 15 k. de comprimento por 5 de largura, e o seu solo é fertil. Produz arroz, algodão, amendoim, feijão, canna saccharina, milho, trigo, etc.

Massano de Amorim (*Pedro Francisco*). Capitão de artilharia ao serviço do ministerio da Marinha, governador do districto de Moçambique, etc. N. a 14 de janeiro de 1862; assentou praça em 5 de março de 1878, sendo promovido a alferes em 10 de janeiro de 1883, a tenente em

28 de janeiro de 1885 e a capitão em 18 de outubro de 1894. E' cavalleiro e commendador da ordem da Torre e Espada. As insignias d'esta commenda fôram-lhe entregues solemnemente nas salas do Museu d'Artilharia, no dia 26 de junho de 1903 pelo general director geral de serviço d'artilharia, sr. Silveira Ramos, offerecidas pelos seus camaradas, officiaes da mesma arma. Estas insignias são de ouro, estando encerradas n'um estojo de velludo encarnado forrado de setim branco, tendo ao centro da tampa uma placa tambem de ouro com a fórma de escudo e a seguinte dedicatoria: «Ao capitão P. F. Massano de Amorim, a corporação dos officiaes de artilharia—26 de junho de 1903.» O sr. capitão Massano d'Amorim é tambem cavalleiro e official da ordem de S. Bento de Aviz por serviços distinctos, official da de S. Thiago, e possue as medalhas de prata de bons serviços, de comportamento exemplar, e a de commemoração da campanha do Bailundo em 1902, e a medalha de ouro de serviços no ultramar.

Massanza e Massanza de Baixo. Duas povoações do sobado de Bango, conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 8.ª divisão.

Massarellos *(Joaquim Augusto Kopke Schewirin de Sousa, 1.º barão de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, gran-cruz da ordem de Christo, commendador da de Nossa Senhora da Conceição, official da ordem da Rosa do Brazil, coronel honorario do extincto batalhão nacional do Porto, um dos vultos mais respeitaveis da classe commercial d'essa cidade, etc. N. no Porto a 25 de abril de 1806, onde tambem fal. a 16 de julho de 1895. Era filho de João Christiano Kopke, e de sua mulher, D. Maria Dorothea Schewirin de Sousa. A familia Kopke veiu residir para Portugal nos fins do seculo XVII. Joaquim Augusto Kopke estava alistado em Lisboa no regimento de cavallaria nacional, de que era coronel commandante o conde do Farrobo, Joaquim Pedro Quintella, e em 1846 era coronel commandante do batalhão nacional do Porto. Prestou grandes serviços á causa da rainha D. Maria II, durante a guerra civil, pelo que a soberana lhe pediu com instancia para acceitar a mercê do titulo de barão de Massarellos, com que o agraciou por decreto de 21 de maio de 1847. O movimento politico chamado *Regeneração* em 1851 veiu pôr fim ás graves luctas que por tanto tempo tinham agitado o paiz, e o barão de Massarellos abandonou a carreira das armas, para dedicar toda a sua intelligencia e actividade á vida commercial, sem comtudo deixar de prestar ao municipio e ao districto, em que nascera, uma valiosa cooperação nos negocios de administração interna. Por muitos annos foi presidente da Associação Commercial do Porto e presidente da junta geral do districto. Quando aquella associação se formou foi logo admittido como membro da direcção, passando em 1837 a occupar o laborioso cargo de secretario, sendo em 1850 eleito presidente, logar em que se conservou até 1859. Fôram numerosos e importantissimos os serviços que prestou ao commercio portuense. O barão de Massarellos era muito considerado e respeitado na praça commercial do Porto pela honradez do seu caracter. Em 1886 foi de novo eleito presidente da Associação Commercial, mas em 1892 pediu a exoneração, porque a sua avançada edade já lhe não permittia dedicar-se a trabalhos tão violentos. A assembléa geral praticou então um acto de justiça conferindo-lhe o diploma de presidente honorario. A morte do barão de Massarellos causou a maior consternação; foi um dia de luto para o Porto. A Companhia Alliança, proprietaria da importante fabrica de fundição de ferro de Massarellos fundada em 1852, e da qual o barão fôra um dos fundadores e por longos annos director fiscal, inaugurou na sala das assembléas geraes o retrato do illustre titular. O barão de Massarellos casou a 6 de novembro de 1834 com D. Carolina Augusta da Fonseca e Gouveia, filha de José Vicente da Fonseca Gouveia, cavalleiro da ordem de Christo, thesoureiro-mór da alfandega do Porto, e de sua mulher D. Rosa Emilia Rossi. O brazão da familia Kopke consta de um escudo de campo azul com tres meias luas de prata em triangulo, e uma estrella do mesmo metal no centro.

Barão de Massarellos

Massarellos. Uma das freguezias da cidade do Porto, situada no 2.º bairro (occidental), cujo orago é N. S.ª da Boa Viagem. Tem 1:763 fog. e 7:743 hab. O prior da collegiada de Cedofeita, da mesma cidade, apresentava o cura, que tinha 60$000 réis e o pé d'altar. Esta freg. e a de Cedofeita fôram dadas por D. Affonso Henriques em 20 de junho de 1186 ao D. prior e conegos da collegiada de Cedofeita, que ficaram sendo senhores donatarios das duas freguezias, das quaes recebiam grandes fóros, rendas, dominios, lutuosas, etc. Os donatarios pagavam o quinto á corôa, que nas duas freguezias andava em rs. 23$000. Esta doação teve depois a confirmação de outros monarchas. Comprehendia *todas as herdades das ditas freguezias, contiguas e visinhas dos coutos da sé do Porto.* Parte da freguezia de Massarellos está situada no monte do seu nome; a outra parte na margem direita do rio Douro onde tem uma boa estrada marginal e uma linha

americana, que se construiu em 1873, a qual vae para S. João da Foz e Mattosinhos. Na praia ou alameda de Massarellos fórma um entroncamento, d'onde a empresa em 1874 estendeu um ramal pela rua da Restauração para o Campo dos Martyres da Patria. Esta linha americana, primeira d'este systema que se montou em Portugal para serviço publico, foi feita pelo capitalista Eugenio Ferreira Pinto Bastos e pelo deputado J. D. de Mello e Faro, que já em 1874 a passaram, com importante lucro, a uma companhia intitulada *Empresa dos carros americanos do Porto á Foz e Mattosinhos*. Onde hoje se vê a alameda, que é formada de arvores seculares, existiram no seculo XIII as salinas de Massarellos, Massarellos vêem-se bons edificios modernos e antigos, bellas casas de campo e boas quintas. Está aqui o palacio de Eugenio Ferreira Pinto Basto, em Entre Quintas, a partir com os parques do Palacio de Crystal, quo se tornou notavel e historico por ter ali vivido algum tempo e fallecido o rei da Sardenha Carlos Alberto, avô da rainha senhora D. Maria Pia. Ao sul do palacio, e muito proximo, vê se a capella que a princeza Augusta de Montlear mandou erigir á memoria do seu augusto irmão. N'esta freguezia tambem está o cemiterio de Agramonte. Até 1833 a freguezia de Massarellos foi um simples curato, comprehendendo um pequeno numero de casas na Praia, no Corpo Santo e nas proximida-

Massarellos

celebres pelas grandes demandas a que deram causa, primeiramente entre a corôa e os conegos de Cedofeita, e depois entre estes e os bispos do Porto. Achando-se el-rei D. Diniz em Braga confirmou, por alvará de 7 de julho de 1280, ao *abbade da collegiada de Cedofeita, do Porto, o privilegio do seu couto, sobre não se embargar pelos officiaes del-rei, tirar-se sal das marinhas de Massarellos.* (Documento do archivo da collegiada). Os bispos do Porto, allegando serem senhores da cidade, contestaram este alvará, promovendo assim encarniçados litigios. N'esta freguezia está a antiga alfandega, que por isso se denomina *Alfandega de Massarellos*, que servia de deposito de todas as mercadorias que não cabiam na alfandega principal. Sobre o monte de Massarellos, no sitio onde existiu a celebre *Torre da Marca*, que servia para dar os signaes aos navios que damandavam a barra, está hoje o Palacio de Crystal, tendo em frente o palacete pertencente aos marquezes de Monfalim e de Terena, com a sua velha torre ameiada, antiga vivenda, segundo a tradição, do grande e orgulhoso negociante Pedro Cem. Na freguezia de des, mas com a extincção dos padroados e apresentações, em 1834, ficou sendo parochia independente, addicionando-se-lhe no arredondamento parochial do Porto, feito em 1841, grande numero de casas pertencentes á freguezia de Cedofeita. A egreja matriz era um templo que existiu na calçada da Boa Viagem, ao fundo da rua de Golgotha, mas ameaçando ruina, foi o Santissimo trasferido em 12 de março de 1868 para a capella do Corpo Santo, por ordem do bispo do Porto, D. João da França Castro e Moura, e do conde de Samodães, então governador civil. A transferencia foi provisoria, emquanto se não reedificasse a velha matriz ou se não construisse outra, mas afinal ali tem-se conservado a freguezia. Corpo Santo é um templo espaçoso, alegre, bem construido, com duas torres, tendo uma d'ellas relogio; altar-mór e 4 altares lateraes, todos com boa talha dourada, bom côro, orgão. Entre as alfaias contam-se um calix e uma custodia de prata antiquissimos. A egreja do Corpo Santo foi fundada por dovotos, em grande parte maritimos, e chamou-se *Corpo Santo*, por ser o nome do local oude a construiram. Era proprie-

dade d'uma irmandade, que tem por titulo *S. Pedro Gonçalves*. Está situada muito proximo do Douro, passando encostada a ella a estrada marginal, mas tem a frente voltada ao N, sobre a antiga rua de Christello, que era o caminho do Porto para a Foz, na data em que a egreja se construiu, ou antes se reconstruiu, data da abertura da estrada marginal. A rua de Christello era muito estreita, e por isso acanhada a estrada para a egreja, mas em 1874 a camara municipal, a instancias dos parochianos de Massarellos, que para esse fim se quotisaram, expropriou os quintaes e casas que existiam entre a egreja e a nova rua da Restauração, e deu á egreja amplo e facil accesso. Dizem que o templo é anterior á fundação da primitiva Misericordia do Porto, e coevo da egreja de Cedofeita. Em Massarellos ha fabricas de fundição, de moagem, de serração, de distillação, de louça, de rolhas de cortiça, etc.

Massaro. Prazo da corôa no distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Foi incorporado nos Proprios Nacionaes em 1834, tendo pertencido primitivamente á ordem de S. Domingos de Gôa, que o obtivera dos cafres maraves por successão ou compra.

Massas. Pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. Tem esc. para o sexo masculino.

Massassella. Terras do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Massate. Aldeia pertencente á divisão Etly-Pahw, ao norte do rio Sandalcalo, no concelho de Nagar-Avely, districto de Damão, na India.

Massesu. Pov. do sobado de Cahuia e Quibexi, na freg. de S. José, 5.ª div. do Zambella, concelho de Columbo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Massinga. Uma das circumscripções do conc. e distr. de Inbambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Compõe-se de numerosas povoações governadas por cabos independentes e regulos.

Massingire. Prazo da prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Massola. Pov. da freg. de S. José, na 2.ª div. do Tombo, conc. de Calumbo, distr. de Loanda, prov de Angola.

Massomadia. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Massordèm. Pov. do conc. de Sauquelim, na circumscripção militar de Valpoy, provincia de Satary, distr. de Gôa, na India.

Massorra. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João da Fontoura, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. Tem caixa postal.

Massouda. Pov. na freg de Santa Eulalia e concelho de Agueda, distr. de Aveiro.

Massuça. Pov. na freg. de S. Pedro, de Manique do Intendente, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa.

Massuellos Pinto (*José Nicolau de*). Cavalleiro da ordem de Christo, official-mór e primeiro escripturario da contadoria da Junta de Fazenda da Marinha, membro da commissão da divida publica, e do Thesouro Nacional em 1820; deputado da Junta do Grão Pará e Maranhão. N. em Lisboa a 6 de dezembro de 1770, onde tambem fal. a 2 de janeiro de 1825. Na collecção dos *Novos improvisos de Bocage*, etc., a pag. 38, vem um soneto seu. Attribuem-lhe a seguinte composição: *Epistola de Heloisa a Abeilard, composta no idioma inglez por Pope, e trasladada em versos portuguezes*, Londres, 1801. Os exemplares d'esta edição venderam-se durante muitos annos em Lisboa quasi clandestinamente, e por elevados preços. Em 1833 o livreiro Antonio Marques da Silva mandou fazer uma reimpressão em papel ordinario, e no formato de 8.º pequeno.

Mastarrão. Pov. na freg. de S. Salvador, de Paderne, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Mastrontas. Pov. na freg. de S. Pedro, de Almargem do Bispo, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Mastros Ponta da costa da ilha de Santa Luzia, ao archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental. || Ilha do archipelago de Cabo Delgado, no distr. do mesmo nome, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Mata Fome. Pov. na freg do Espirito Santo, de Valle de Cavallos, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Mata Lobinhos. Pov. na freg. de S. João Baptista e concelho de Coruche, distr. de Santarem.

Mata Lobos Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Almansil, conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Mata Porcas. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, conc. de Lagos, distr. de Faro.

Mata Porcas e Portella das Eiras. Duas povoações reunidas na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Mata de Putama. Pequena região ou reino de negros felupes no conc. de Cacheu, prov. da Guiné, Africa Occidental Fica na margem esquerda do rio de S. Domingos, ao S do territorio de Bolor, e entesta com o antigo presidio portuguez d'este nome. Tem algumas aldeias de indigenas, muita vegetação, sobretudo densos bosques, e agua em abundancia. Antonio da Fonseca Dornellas, capitão-mór de Cacheu, quiz transferir para esta região a villa e presidio de Cacheu, mas não conseguiu levar por deante o seu intento. Os naturaes sublevaram-se por diversas vezes contra a nossa soberania, até que por fim fôram severamente castigados por Antonio de Barros, capitão mór do então districto de Cacheu. || Cabo da costa da Guiné, Africa Occidental.

Mata Sete. Pov. na freg. de S Martinho, de Lordello do Ouro, 2.º bairro do Porto (occidental).

Mata Vaccas. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Rio Caldo, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga.

Mataba. Pov. do sobabo de Muinza, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 9.ª divisão.

Matacães Pov. e freg. de N. S.ª da Oliveira, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Torres Vedras, distr. e patriarc. de Lisboa; 328 fog. e e 1:394 hab. Tem escolas para ambos os sexos e est. post. permutando malas com a R. A. Lisboa-Figueira. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada entre Runa e Monte Redondo pro-

ximo da estrada real e d'um affluente do rio Sizandro. O parocho tinha o titulo de cura, e era um dos beneficiados da freguezia de S. Miguel de Torres Vedras, tendo de rendimento 10$000 rs. e o pé d'altar. A egreja matriz, cujo orago é N. S.ª da Oliveira, foi em tempos antigos o santuario de maior devoção, que existiu n'estes sitios, sendo muito concorrido pelos fieis. Fôra ermida da confraria de Santa Maria do *Mosteiro de Matacães*, que assim vem denominado no tombo dos bens da dita confraria feito em 1507, e reformado em 1541, que se acha na provedoria a fl. 351. O seu orago actual é como se disse, N. S.ª da Oliveira, e por uns autos que existiam no cartorio da provedoria em 1734, constava ter sido reedificada pelos alicerces entre os annos de 1530 e de 1540, ficando instituida em parochia, segundo parece, pelos annos de 1559, sendo o corpo da egreja do povo, e a capella mór da collegiada de S. Miguel. Até esse tempo, era a egreja servida pelos padres da freguezia de S. Miguel, de Torres Vedras, que iam ali dizer missa e confessar. A egreja é vasta e tem 5 altares, sendo um d'elles da capella da familia dos Mellos da quinta do Juncal, que fica nas proximidades. A origem d'esta egreja, como se lê no *Santuario Marianno*, de Fr. Agostinho de Santa Maria, vol. VII, pag. 201, foi a seguinte: Em eras remotas havia n'este sitio, em que depois se fundou a aldeia de Matacães, uma ermida dedicada ao Espirito Santo, e junto d'ella um pequeno terreiro, no qual se via, para o lado do norte, uma grande e unica oliveira, no sitio mais eminente. Estavam aqui algumas casinhas ou choupanas, onde viviam os seus pobres habitantes. A esta pequena aldeia chamava-se então o logar do Espirito Santo. Na citada oliveira appareceu uma imagem de Nossa Senhora a um certo individuo, que deu logo parte a outros da milagrosa apparição. Participaram o facto ao prior da egreja de S. Miguel de Torres Vedras e aos seus beneficiados, a cuja freguezia pertencia o logar do Espirito Santo. O parocho e os beneficiados vieram acompanhados de muito povo ao sitio indicado, alguns d'elles viram a santa imagem, e querendo aproximar-se para a tirarem e levarem para a egreja, a imagem desappareceu. Alguns dias depois tornou a ser vista na mesma arvore. Dez vezes o parocho tentou trazel-a para egreja, mas a imagem desapparecia sempre, apenas se approximava da arvore. Decidiram então erigir n'aquelle mesmo sitio um santuario, para o que depressa se juntaram bastantes offertas, mas quando a capella estava construida, a imagem havia desapparecido, e resolveram então mandar fazer outra imagem, de pedra, e a collocaram no altar da capella. O povo tinha a firme crença de que as folhas da oliveira, ou qualquer lasca do seu tronco ou ramos, de infusão ou fervida em agua, era remedio infallivel para muitas doenças, o que attrahia áquelle logar muitos romeiros trazendo offertas mais ou menos valiosas. Fôram-se ali construindo varias casas de habitação permanente, vindo o logar a transformar-se n'uma grande aldeia com o nome de *N. S.ª da Oliveira*. A arvore da apparição, em pouco tempo, ficou despida das folhas, e o tronco muito reduzido, pelo que os romeiros lhe arrancavam para a cura dos seus soffrimentos. Consta que n'esta oliveira foi collocado o primeiro sino da capella, que se conservou ainda ali já depois do templo de estar convertido em egreja parochial. No *Santuario Marianno*, a pag. 204, suppõe Fr. Agostinho de Santa Maria que o apparecimento da imagem se désse pelos annos de 1500, ou pouco depois. A pequena distancia e ao norte d'este logar, está um bosque, no qual os frades arrabidos deram começo a um edificio, que destinavam para mosteiro da sua ordem; mas, como de verão experimentassem faltas d'agua, deixaram o sitio, e fôram fundar o mosteiro do *Barro*, do qual tomaram posse em 1570. Como vivessem ainda algum tempo n'esta aldeia, ficou-se esta intitulando *Nossa Senhora do Mosteiro*, e como junto do convento passa uma ribeira chamada de *Matacães*, e a devoção com a Virgem fôsse esfriando, o nome da freguezia foi pouco a pouco sendo substituido pelo da ribeira, até que ficou vulgar e officialmente conhecida pelo nome de *Matacães*. Segundo a tradição, a origem d'este nome vem do tempo da expulsão dos moiros d'aquelle logar depois de D. Affonso Henriques ter conquistado Torres Vedras, porque tendo caido os christãos sobre os moiros, e appellidando-se uns aos outros, chamavam *mata esses cães*; e fazendo-se os moiros fortes n'um outeiro, ou monte proximo, d'ali os lançaram valorosamente, e sobre elles fizeram tal carnagem, ainda mesmo dentro d'uma mesquita, onde se recolheram, que o sangue correu em jorros para o ribeiro ali proximo, chamado *Golez*, motivo porque o dito outeiro ainda se chama hoje *Monte de moiros*, e o ribeiro, n'aquelle sitio, *Azenha de Sangue*, mostrando-se na mata da quinta do Juncal o logar da referida mesquita e mortaudade. A egreja tem soffrido varias reconstrucções e ampliações, em consequencia do augmento da população. Em 1618 alcançaram os parochianos licença para terem sacrario, e n'esse mesmo anno foi o templo forrado de azulejo, como consta d'uma data que está sobre o arco cruzeiro. A pov. pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa.

Matadame. Pov. na freg. de S. Luiz Gonzaga, no conc. de Angoche, distr. de Moçambique, Africa Oriental.

Matadégas. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João do Monte, conc. de Toudella, distr. de Vizeu.

Matados. Pov. na freg. de Santa Maria, Chãs de Tavares, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Mataduços. Pov. na freg. de Santo André, de Esgueira, conc. e distr. de Aveiro.

Matalte. Pov. na freg. de S. Thiago, de Costoias, conc. de Bouças, distr. do Porto.

Matamá. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 44 fog. e 199 hab. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está annexada ecclesiasticamente á de Infantas. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Pombeiro de Riba Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Matamba *(Reino da)*. Vasto territorio de gentios incorporado nos concelhos de Zenza do Golungo, Duque de Bragança e Malange, da prov. de Angola. Está situado no extremo E da prov., a 600 k. da costa, e suppõe-se que o rio Bougo

nasce nas suas terras. Este antigo reino era limitado ao N pelo rio Mauibello, continuação do rio Dande, a E pelas terras dos moluas, ao S pelo rio Cuanza e a O pelas terras de Ginga e dos Dembos, e foi retalhado e incorporado nas terras da corôa após varias guerras em que os seus naturaes se lançaram contra a soberania portugueza, e nas quaes acabaram por serem vencidos. || Pov. do sobado de N'Gouga Muinza, no conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 2.ª divisão.

Matambolé. Ilha da costa da Guiné, Africa Occidental. Corre lhe proximo o rio Tambalis.

Matamouros. Familia nobre portugueza cujo appellido se deriva de Juan Mancebo Furtado de Matamoros, fidalgo e celebre guerreiro hespanhol natural de villa de Albacete na Castella, que veiu para Portugal sob a dominação filippina depois de ter prestado relevantes serviços ao seu paiz nas guerras de Flandres, em Granada e na batalha de Lepanto junto da pessoa de D. João d'Austria. Entrou em Portugal com o exercito do duque de Alba; tomou parte importante na batalha de Alcantara junto a Lisboa em 1580 contra D. Antonio prior do Crato, achando-se á data de 20 de março de 1586 fazendo parte da guarnição do castello de Lisboa, como refere um notavel documento em pergaminho escripto em hespanhol formando um livro em quarto graude com doze folhas com os caracteres goticos usados no seculo XVI contendo tres paginas illuminadas, a primeira das quaes com allegorias ás façanhas de Matamoros, a segunda com o brazão d'armas e a divisa *Morir para bivir*, e a terceira representando Filippe II, trabalho de factura delicadissima e que mais parece um verdadeiro retrato. As armas conferidas por aquelle rei em 23 de setembro de 1573 a Juan de Matamoros são assim descriptas no referido manuscripto: Quatro cabeças de turcos e quatro bandeiras, um braço armado com uma espada na mão e n'ella uma das ditas bandeiras e em cima do elmo meio leão com uma cruz na mão por timbre. D'este Juan de Matamouros foi filho, ou neto, o licenciado Antonio Furtado Matamouros, que casou em Lisboa com D. Joanna de Carvalho, filha do chanceller-mór do reino Francisco de Carvalho (V. *este nome)* e de sua mulher D. Simôa Henriques. Antonio Furtado Matamouros foi nomeado por D. João IV juiz das Vallas da villa de Santarem com posse tomada da Casa do Porto «em respeito aos seus serviços, antiguidade e satisfação com que serviu outros logares que occupou, e ser genro do Dr Francisco de Carvalho, de Sua Fazenda e ministro tão antigo e de tão bom procedimento que pede para elle a posse referida da Casa do Porto com o mais que se representou a Sua Magestade sobre este requerimento» (Alvará de 29 de julho de 1643). Do seu casamento com D. Joanna de Carvalho houve uma filha, D. Anna Maria Furtado de Matamouros, que por sua vez casou com Antonio da Cunha de Almada e fôram os instituidores do vinculo de Santo Antonio na quinta dos Lameiros á Luz, na freguezia do Lumiar. Não deixando filhos testaram a favor de sua sobrinha D. Brites Maria Furtado d'Aragão Coelho, natural da villa de Pereira, a qual lhes succedeu no vinculo referido por sentença de 2 de novembro de 1759, sendo julgada n'essa data a respectiva administração a ella e a seu marido, de quem adeante se faz menção. Era esta filha de Valentim do Carvalho Henriques, fidalgo da Casa Real e de sua mulher D. Luiza d'Aragão Coelho da Cunha, havendo d'este casamento tambem um filho, chamado João Salema de Carvalho d'Aragão Coelho, egualmente natural de Pereira. Valentim de Carvalho Henriques era filho de Francisco de Carvalho Henriques, fidalgo da Casa Real, (outro filho do chanceller-mór), e de sua mulher D. Brites Salema, filha de Cid de Andrade, capitão-mór da villa de Alhandra, e de sua mulher D. Izabel Salema Pimentel, a qual era neta pela parte paterna de João de Montesinos Solano e pela parte materna de Antonio Calvo Pimentel, fidalgo da Casa de Bragança, natural de Alcoche. D. Luiza de Aragão Coelho era filha de Egas Coelho da Cunha, fidalgo d'origem, donatario da ilha de Maio e moço fidalgo da Casa Real, filho de D. Magdalena Amado de Vasconcellos e de seu segundo marido, Martim Affonso Coelho, natural de S. Martinho d'Arvore no termo da cidade de Coimbra. Esta ultima senhora tinha sido casada em primeiras nupcias com Pedro Saro da Cunha, natural de Condeixa, 2.º senhor e administrador do vinculo instituido n'essa villa por Francisco Matheus em 1616, e d'este casamento teve um outro filho chamado Francisco Amado de Vasconcellos, o grande cavalleiro que foi o 3.º senhor do vinculo de Condeixa acima nomeado. A referida D. Brites Maria Furtado d'Aragão Coelho, 1.ª administradora, do vinculo de Santos Antonio dos Lameiros, casou com seu segundo primo Caetano de Sousa de Carvalho Matamouros, natural de Lisboa, cavalleiro fidalgo do habito de Christo, juiz da balança do ouro na Casa da Moeda, senhor da casa da rua de Fé a Santo Antonio dos Capuchos e administrador do vinculo instituido em parte d'essa casa em 1691 por sua tia-avó D. Maria de Carvalho, (outra filha do chanceller-mór, que falleceu solteira, administradora) tambem do vinculo instituido por Manuel Gomes Cid e do de Bucellas, denominado o Morgado da Magdalena instituido por Fernão da Serra, que veio para esta casa pelo casamento de D. Marianna de Tovar, filha de Antonio Vaz de Almeida, capitão-mór e senhor d'este vinculo, com Valentim de Carvalho, outro filho do chanceller-mór Francisco de Carvalho. Fôram estes os paes de D. Isabel Antonia de Carvalho, senhora dos ultimos citados vinculos, que do seu casamento com João de Sousa Pereira, juiz da balança do ouro na Casa da Moeda, teve o referido Caetano de Sousa de Carvalho Matamouros. Do casamento d'este com D. Brites Maria Furtado d'Aragão, Coelho a que já se fez referencia, houve entre outros filhos a José Pedro de Carvalho Castro Aragão Matamouros, fidalgo da Casa Real, juiz de fóra em Alter do Chão, guarda-livros e juiz da balança do ouro na Casa da Moeda, logar de que foi ultimo proprietario. Como representante ao tempo dos diversos ramos da familia Carvalho Matamouros, que todos se reuniram na sua pessoa, foi senhor e administrador de todos os vinculos d'esta casa, da quinta do Nobrega em Alemquer, dos prazos da Filgueira junto á Porcalhota, do de Fanhões, do de Carapito, e outros bens encapellados e allodiaes que constituiam a importante casa de Matamouros, de que era cabeça a quinta dos Lameiros. Tendo fallecido solteiro na sua casa de Lisboa em 8 de janeiro de 1810, foi seu herdeiro

e successor seu irmão, o desembargador Antonio Salema de Carvalho Aragão Matamouros, fidalgo da Casa Real, que fôra juiz de fóra em Recardães e superintendente da decima da freguezia de Nossa Senhora da Ajuda e annexas, de 1801 a 1804. Tendo este fallecido tambem solteiro sem descendencia, em 27 de julho de 1812, succedeu-lhe em toda a casa sua prima, unica e universal herdeira, D. Luiza Maxima Salema de Carvalho Matamouros, senhora já de avançada edade, filha natural legitimada pelo Desembargo do Paço e tambem universal herdeira de João Salema de Carvalho de Aragão Coelho, já referido. Fallecendo no estado de solteira em 6 de janeiro de 1813 na casa da rua da Fé em Lisboa, deixou testamento em que por sua vez constituia herdeiro de toda a sua casa a outro seu primo, o desembargador Antonio Amado da Cunha e Vasconcellos *(V. este nome)*, que lhe succedeu, o qual por sua bisavó D. Maria da Silva de Carvalho, filha bastarda de Francisco Carvalho Henriques, era descendente em quinto grau do citado chanceller-mór, e por seu bisavô Francisco Amado de Vasconcellos provinha de D. Magdalena de Vasconcellos Amado pela linha do primeiro marido d'esta senhora, Pedro Saro da Cunha, pessoas acima referidas. A Antonio Amado succedeu em parte d'esta casa sua filha unica D. Marianna Antonia Amado da Cunha de Vasconcellos, senhora de toda a casa dos Amados da villa de Pereira, 6.° senhor da quinta da Arrocha (ou Rocha) no Sebal Grande, 7.° senhor do morgado da Sarinha em Soure, 8.° senhor do vinculo de Matheus em Condeixa, casada com seu primo João Maria de Mello Ramalho Pimentel de Almeida, capitão-mór das ordenanças da referida villa de Pereira, senhor da quinta da Cabeça Gorda na Granja do Ulmeiro e de toda a grande casa dos Pimenteis de Almeida de Formoselha no conc. de Monte-mór-o-Velho. A estes succedeu seu filho unico Francisco Amado de Mello Ramalho Pimentel de Almeida Pereira Cardoso da Cunha e Vasconcellos, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, conservador do registo predial nas comarcas de Pombal e Torres-Novas, onde falleceu em 16 de abril de 1893, tendo casado em Formoselha a 25 de dezembro de 1855 com D. Maria da Madre de Deus de Campos da Silva Ribeiro. Foi o ultimo senhor da Casa de Matamouros, cuja representação anda em seus descendentes. As armas da familia Matamouros, como se vê do livro «Armaria ou Brazões da nobreza de Portugal» composto em 1768 por Diogo Fernandes de Mendonça, concertado, accrescentado e illuminado por Joaquim José de Saldanha e Albuquerque de Noronha (Manuscripto da Bibliotheca Nacional—C—5—36—N.° 1154), é o seguinte: Escudo esquartelado: 1.° em campo de ouro, 3 cabeças de mouros em roquete, cortadas em sangue, com seus capilares vermelhos; o 2.° braço armado de sua côr com espada nua e guião branco em campo vermelho; o 3.° em campo azul 3 lanças vermelhas com ferros de sua côr postas em banda; o 4.° cabeça de sua côr cortada em sangue, com capilar em campo de prata.

Matamouros (*José Pedro de Carvalho Castro e Aragão*). Juiz da balança do ouro e guarda-livros da Casa da Moeda. Querendo continuar na serventia do dito officio pediu novo provimento em 24 de janeiro de 1797, obtendo deferimento por mais seis mezes e durante o impedimento de José Bonifacio do Couto. O officio fôra propriedade de seu pae, Caetano de Sousa de Carvalho Matamouros. O provimento é de 22 de julho de 1796. V. *o artigo antecedente*.

Matampi. Pov. do sobado de Unze, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. || Pov. do sobado de Cuimba, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador do Congo, prov. de Angola. || Pov. do soba de N'Sanga, no conc. de S. Salvador do Congo, prov. de Angola.

Matança. Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Fornos d'Algodres, distr. da Guarda, bisp. de Vizeu; 192 fog. e 733 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e caixa post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades da margem direita do rio Mondego. O real padroado apresentava o prior, que tinha 350$000 réis de rendimento. E' povoação antiga. D. Affonso III deu lhe foral, em Evora, a 31 de janeiro de 1270, e D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 17 de julho de 1514. A terra é fertil; cria muito gado e tem caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 12, com a séde em Trancoso. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Magueija, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Matancinha. Pov. na freg. de S. Pedro, de Penude, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Matandalla. Pov. do sobado de Cahondo, na freg. de S. Joaquim, 1.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, provincia de Angola.

Matapan (*Batalha naval do Cabo de*). Este cabo está situado na Grecia, no extremo sul da Morea, e é o ponto mais meridional da Europa. No reinado de D. João V dispunha-se ainda d'uma força naval importante, e cedendo ás solicitações do papa Clemente XI, aquelle monarcha mandou uma esquadra em soccorro dos venezianos contra a armada turca que infestava as aguas do Mediterraneo. Esta esquadra saiu de Lisboa em 5 de setembro de 1716, voltando pouco depois ao reino sem ter, por differentes eventualidades, avistado os turcos. No anno seguinte, porém, nova esquadra se aprestou para o mesmo fim, composta dos seguintes navios: naus: *Nossa Senhora da Conceição*, a bordo da qual ia o conde de Rio Grande, Lopo Furtado de Mendonça, almirante da armada real; *Nossa Senhora do Pilar*, em que ia o conde de S. Vicente, Manuel Carlos de Tavora, sargento-mór de batalha do mar; *Nossa Senhora d'Assumpção*, do commando de Pedro de Sousa Castello Branco, coronel do regimento da armada e fiscal da esquadra; *Nossa Senhora das Necessidades*, commandada pelo capitão de mar e guerra Gillet du Bocage; *Santa Rosa*, do commando do capitão de mar e guerra João Baptista Rolhano; as fragatas *Rainha dos Anjos*, commandada pelo capitão de mar e guerra João Pereira d'Avila, e *S. Lourenço*, de que era commandante o capitão de mar e guerra Bartholomeu Freire. Acompanhavam estes navios mais dois burlotes, uma tartana e um transporte com mantimentos e sobresalentes. Esta esquadra levantou ferro a 25 de abril de 1717, indo fundear na enseada de Paço d'Arcos, saindo depois a barra no dia 28; fez a derrota para o estreito de Gibraltar, que passou a 2 de maio, e continuando a navegar pelo Mediterraneo, pas-

sou no dia 10 á vista de Alicante, a 12 pelas ilhas de Iviça e Formentaria, a 19 pela Sardenha, estando em 21 á vista da Sicilia, onde chegou a 24 fundeando em Palermo. Visitou em seguida Messina e as ilhas de Corfú e de Zante, afim de se reunir aos navios alliados de Veneza, de Florença, de Malta e do papa, formando assim um conjuncto de força a poder luctar com a poderosa armada turca. Reunidos todos os navios, formou-se conselho a bordo da capitania de Veneza, e resolveu-se ir ao encontro da armada inimiga, que constava andar proximo. Fez-se de véla toda a esquadra, e navegando na direcção que, segundo um aviso recebido, deviam estar os turcos, os avistaram a 4 de julho perto do cabo de Santo Angelo. Era commandante em chefe de toda a esquadra alliada, por nomeação do papa, o tenente general da armada franceza Mr. de Belfontaine, que içava a respectiva insignia na nau de Malta *Santa Catharina*. Durante dias andaram as esquadras em evoluções; mas os turcos fôram successivamente distanciando-se até se perderem de vista. A esquadra alliada, porque lhe escasseasse a agua e faltasse lenha, procurou a enseada de Passavia, para se abastecer, e n'ella fundeou. No dia 18 teve noticia de que os turcos se aproximavam, e ao amanhecer do dia 19 fez-se de véla, estando já á vista a esquadra inimiga composta de 54 navios, que fechavam a enseada com a sua extensa linha de batalha, forçando os alliados a sustentarem ali, com grande desvantagem, o combate que os turcos começaram com violento fogo. A esquadra alliada compunha-se ao todo de 35 naus e fragatas, porque os navios menores e as galés se conservaram no interior da enseada á sombra dos navios de maior lotação, procurando estes organisar a sua linha de batalha que, por falta de vento, com difficuldade se formaram, ficando os navios portuguezes no extremo da linha. Começando o combate, os alliados responderam ao fogo dos turcos com todo o vigor e com a maior coragem, procurando, apezar da má posição em que se encontravam, vencer os inimigos e anniquilar a sua poderosa armada, o que decerto conseguiriam, se pouco depois de começar a batalha, e contra a espectativa dos navios venezianos, que eram os primeiros da linha, com a sua capitania á frente, não tivessem, ao principiar do combate, retirado para dentro da bahia onde corriam menos perigo, deixando em frente de toda a armada turca os navios portuguezes, as naus de Malta e apenas uma das suas naus, a *Fortuna Guerreira*, que os não acompanhou na retirada, carregando sobre estes navios toda a força do ataque dos turcos. Pouco depois as naus de Malta imitavam os venezianos, retirando-se tambem para o interior da bahia com o seu general Belfontaine, deixando então sós os navios portuguezes e a já referida nau de Veneza, que tão denodadamente se estavam batendo com os inimigos. A extraordinaria resolução dos nossos alliados, retirando-se, deixou em imminente perigo os navios portuguezes, e tornou muito duvidoso o resultado da lucta. A qualidade e grandeza dos navios que compunham a armada turca, cuja capitania era de tres baterias; a posição desvantajosa em que se encontravam os navios portuguezes em relação aos seus inimigos, as avarias que já tinham soffrido, e o seu limitado numero em presença de mais de 50 navios que os atacavam, tudo se juntava a incutir um justificado receio e a aconselhar uma prudente retirada. Não foi, porém, esta a idéa que assaltou o espirito dos portuguezes, antes se prepararam para uma lucta desesperada, confiados na sua pericia de guerreiros. Continuou o fogo com todo o vigor, quer da parte dos turcos, que viam tão poucos inimigos para combater, como da parte dos portuguezes a quem o augmento do perigo mais obrigava a actos de valor. Os venezianos ainda lançaram um burlote incendiado para o meio da armada inimiga, mas sem resultado, porque os turcos puderam desviar-se e evitar que o incendio se communicasse aos seus navios. A nossa nau *Pilar* era a mais procurada pelos inimigos, que com 10 das suas

Medalhas commemorativas da batalha de Matapan

naus a batiam. E vendo o conde do Rio Grande o imminente perigo a que estava exposto aquelle navio a cuja pôpa elle estava, na nau *Conceição*, resolveu, com grave risco e notavel valor, metter-se entre elle e os navios inimigos, o que realisou tão denodadamente, atacando com tal vigor as naus turcas já avariadas, e batendo-as com um fogo tão certeiro, que a um signal da capitania turca, toda a sua armada se reuniu e manobrando convenientemente, abandonou a peleja, deixando a victoria aos portuguezes. Estava praticado um grande feito e ganha uma batalha com tanta gloria para Portugal, que o papa ao ter noticia do resultado da lucta, enviou ao almirante conde do Rio Grande uma honrosa carta, que é um valioso documento para attestar o valor dos portuguezes e o bom serviço prestado pela nossa esquadra á causa que defendiam. A esquadra ainda se conservou n'aquellas paragens, a pedido dos almirantes de Veneza e do papa, até ao dia 15 de agosto, em que o conde do Rio Grande resolveu retirar, navegando para o porto de Messina a 24, onde os portuguezes fôram recebidos com todas as distincções, indo

muita gente a bordo dos navios vêr os destroços que tinham soffrido, e os jornaes da cidade publicaram a relação da batalha acompanhando-a com muitos louvores aos portuguezes. O conde do Rio Grande, porém, pediu ás autoridades que não deixassem correr a relação, que deprimia os venezianos, e sendo attendido este pedido, foi prohibida a venda e recolhidos os exemplares publicados. Emquanto esteve em Messina, a esquadra ainda prestou serviços, e entre elle, e de fornecer gente para conduzir de Regio uma nau veneziana, cuja guarnição se tinha revoltado, indo a esta diligencia a nau *Nossa Senhora das Necessidades* com uma companhia de granadeiros. Os portuguezes guarneceram a nau, que trouxeram para Messina. A esquadra, afinal, regressou a Lisboa, e entrou a barra em 6 de novembro. Foi este um dos factos mais notaveis do reinado de D. João V. Este monarcha mandou fazer uma medalha para commemorar esta guerra contra os turcos, assim como outra para solemnisar o combate de Matapan e Corfú. as quaes estão reproduzidas nas gravuras acima, com reducção a metade. Ha um quadro do apreciado pintor sr. João Dantas, representando a batalha do cabo de Matapam, o qual foi premiado em 1893 com a medalha de 2.ª classe, e adquirido pelo fallecido monarcha D. Carlos I. O episodio escolhido para o quadro foi quando o conde do Rio Graude, na nau *Conceição*, vae resoluto collocar-se com grave risco entre os turcos e a nau *Pilar*, afim de defender este navio do vigoroso ataque das 10 naus inimigas que o batiam.

Matapissa. Territorio do distr. de Inhambane, da prov. de Moçambique, Africa Oriental. || Cabo independente do conc. e distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique.

Matari iá Cuanza. Pov. do sobado de Quitalla, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 9.ª divisão.

Matarufa. Um dos reinos em que está dividida a ilha de Timor, Oceania. Estende-se até á ponta L da ilha, e as condições e a benignidade do seu clima, que é fresco e saudavel, prestam-se ao estabelecimento de pequenas colonias, uma vez que se afastem da parte baixa do littoral, que é a unica sujeita á endemia palustre. Este reino conservou-se independente por algum tempo, e em 1840 volveu a ser tributario de Portugal.

Matas. Pov. da freg. e conc de Porto Santo, com. de Santa Cruz, distr. e bisp. do Funchal, na ilha do Porto Santo, archipelago da Madeira.

Matchino. Pov. do sobado de Cuimba, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Matebalo. Pov. do reino de Laleia, na ilha de Timor, Oceania. Fica-lhe proximo o rio Mata Vemor.

Matechioba. Pov. do sobado de Lué, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Matedemil. Pov. na freg. de Santa Leocadia, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Mateia. Pov. do extincto sobado de Calumbu, na freg. de S. José, 7.ª div. do N'Guimbi, concelho de Calumbo, districto de Loanda, prov. de Angola.

Matella. Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Vimioso, distr. e bispado de Bragança; 202 fog. e 781 hab. Tem fabrica de rolhas e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem esquerda do rio Sabor. O reitor de Algoso apresentava o vigario, que tinha 80$000 réis. A terra é muito fertil. Tem muito gado, caça, cêra e mel. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. na freg. de S. Vicente, de Antas, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu.

Matellinho. Pov. na freg. de S. Salvador, de Fonte Boa, conc. de Espozende, distr. de Braga.

Matema. Prazo da corôa no distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem 60 k. de comprimento por 30 de largura, e o seu terreno é muito fertil.

Matemo. Ilha do archipelago de Cabo Delgado, na prov. e distr. de Moçambique, Africa Oriental. E' uma das principaes do archipelago, tambem chamado de Querimba, e está situada perto de 8 k. ao N da ilha de Ibo, e tem aproximadamente 9 k. de comprimento por 4 de largura. Tambem lhe chamam *Malemne.*

Matenda. Pov. do sobado de Cabanga Cacalunga, na freg. de S. Joaquim, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Matende. Pov. do sobado de Quipipa e Matende, na 4.ª div. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. de Angola.

Matéque. Pov. da freg. de S. José de Encoge, no conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Matete. Pov. da 6.ª div. (Calundo) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do sobado de Caculo Cahoje na freg. de S. Joaquim, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, do mesmo distr. e prov. || Pov. do sobado de Manceonge, na freg. de S. José de Encoge, conc. de Encoge, do mesmo distr. e provincia. || Pov. do sabado de Cahondo, na freg. de S. Joaquim. 1.ª div. do conc. de Golungo Alto, do mesmo distr. e provincia.

Mateva. Ponta da costa do conc. de Loanda, distr. do mesmo nome, prov de Angola. Está situada ao N da ponta das Palmeirinhas, e perto 3 k. ao S da enseada do Buraco.

Mathematica. Desde a celebre escola de Sagres, erigida pelo infante D. Henrique, em que foram mestres Jacome de Malhorca e Beahim, que as mathematicas fôram estudadas em Portugal. No seculo XVI o ensino d'esta sciencia teve grande brilho com as lições dadas na Universidade de Coimbra pelo notavel mathematico portuguez Pedro Nunes no periodo de 1544 a 1562. Seguiu-se depois uma epocha de decadencia, que durou desde os fins do reinado de D. João III até ao de D. João V. Tendo estudado, em França e Italia, Azevedo Fortes, que foi professor na Universidade de Siena, na sua volta a Portugal publicou, em 1728 e 1729, o *Engenheiro Portuguez*, onde se encontra um tratado de geometria pratica e de trigonometria plana muito bem escripto e ordenado, e mais tarde a sua *Logica racional, geometrica e analytica*, publicada em 1744, em que completava a doutrina com uma algebra e uma geo-

metria theoricas. O ensino mathematico continuava porém em decadencia, como se reconhece pelas obras dos padres Manuel de Campos e Ignacio Monteiro. No estrangeiro distinguiu-se Soares de Ramos Vasconcellos, pelos seus solidos conhecimentos de astronomia. A publicação da sua Memoria sobre a passagem de Mercurio sobre o disco do sol, impressa em Paris, lhe abriu as portas da Academia das Sciencias e Lettras, de Berlim. Com a reforma da Universidado, em 1772 succederam-se ahi no ensino das mathematicas um grupo de professores eminentes, que deram notaveis discipulos, entre os quaes se podem citar especialmente Monteiro da Rocha e Anastasio da Cunha. *(V. estes nomes)*. No seculo XIX outros mathematicos distinctos, discipulos na maior parte dos dois grandes mestres, se podem egualmente citar: Coelho da Costa Maia, Dantas Pereira, Sanches Dorta, Paula Travassos, Pedro de Mello, J. M. de Andrade, Garção Stockler, Torriani, Valente do Couto, Simões Margiochi, Costa Silveira, Corvo d'Andrade, Cordeiro Feyo, Pinto de Almeida, Figueiredo Almeida, Filippe Folque, Daniel da Silva, Sousa Pinto, Ponte Horta, Brito Limpo, Martins da Silva, etc. Em 1853 fundou se em Coimbra a revista *O Instituto*, em que por vezes se teem publicado artigos mathematicos de valor. Em 1866 a Academia Real das Sciencias, de Lisboa, começou a publicação do seu *Jornal de sciencias mathematicas, physicas e naturaes*. Em 1870 fundou-se uma nova publicação, a *Revista de obras publicas e minas*, onde se encontram muitas applicações interessantes das mathematicas puras. Em 1871 começaram os *Annaes do Club Militar Naval*, em que tambem se encontram alguns artigos sobre mathematica. Em 1877 o professor da Universidade de Coimbra sr. Gomes Teixeira fundou uma revista exclusivamente mathematica com o titulo *Jornal de sciencias mathematicos e astronomicas*, que tem representado dignamente Portugal nos trabalhos internacionaes para o adeantamento das sciencias mathematicas. Na obra abaixo citada, do sr. Rodolpho Guimarães, se encontram os nomes e os titulos das obras de cerca de trezentos mathematicos portuguezes, antigos e modernos. || Bibliographia: *Ensaio historico sobre a origem e progressos das mathematicas em Portugal*, por Garção Stockler, Paris, 1819. *Les Mathématiques en Portugal au XIX siècle, aperçu historique et bibliographique* par Rodolphe Guimarães, Coimbre, 1900.

Matheus *(João)*. Gravador do seculo XVIII, conhecendo-se sómente o seu nome por vir assignado n'uma estampa da *Vida de Santa Rita*, impressa em Lisboa, no anno de 1735.

Matheus *(Gonçalo)*. Mestre de todos os trabalhos de pedra e de cantaria, que fôram mandados fazer em 1520 em Alcacer Ceguer.

Matheus. Pov. e freg. de S. Martinho, da provincia de Traz-os-Montes, conc., com. e distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 224 fog. e 1:132 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da margem esquerda do rio Corgo. A camara ecclesiastica de Braga apresentava o vigario, que tinha 150$000 réis. N'esta freg está o grandioso palacio dos condes de Villa Real. Foi aqui instituido pelo dr. Antonio Alvares Coelho, em 1620, um grande morgado e capella. Um dos seus descendentes, o celebre *morgado Matheus*, D. José Maria de Sousa Botelho Mourão e Vasconcellos, fidalgo da Casa Real, fal. em Paris em 1825, mandou publicar em Paris, no anno de 1817, uma magnifica edição dos *Lusiadas*, com primorosas gravuras em aço, a que vulgarmente se chama *edição do morgado de Matheus*. *(V. Mourão e Vasconcellos)*. A pov. de Matheus pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. || Quinta na freg. de N. S.ª da Graça, de Figueiró da Granja, conc. de Fornos d'Algodres, distr. da Guarda.

Matheus Ignez. Roça da Ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Mathilde *(D.)*. Infanta, filha de D. Affonso Henriques, que casou com o conde de Flandres, Filippe da Alsacia. O nome d'esta infanta era *D. Thereza*, mas nos escriptores estrangeiros apparece sempre com o nome de *Mathilde*. V. *Thereza (D)*.

Mathilde *(D.)*. Rainha de Portugal, casada com D. Affonso III. Era filha unica de Reinaldo, conde de Dammartin, e de Ida de Bolonha. Fôra casada em primeiras nupcias com Filippe, *o Crespo*, filho de Filippe Augusto, rei de França. Tendo enviuvado, usando do titulo de condessa de Bolonha, casou em 1238 com o infante D. Affonso, irmão de D. Sancho II, que andava viajando em França, e que pelo seu casamento ficou sendo conde soberano de Bolonha feudatario e vassalo de Luiz IX, de França, que acompanhou na guerra contra Henrique III, de Inglaterra. *(V. Affonso III, Portugal*, 1.º vol. pag. 61 e seguintes). Regressando a Portugal, adherindo ás conspirações que tinham por fim tirar a corôa a seu irmão e ser elle acclamado rei, D. Mathilde ficou em Bolonha. D. Affonso não a chamou para junto de si, e nunca lhe deu fóros de rainha. Ou porque a propria condessa preferisse não vir para a côrte de Portugal, ou porque D. Affonso III quizesse separar se d'uma esposa já edosa, e que não podia dar-lhe successor, o facto é que entre os dois conjuges houve divorcio de facto e não de direito. D. Affonso III, porém, sem ao menos ter tratado de se divorciar legalmente, tratou em 1253, por conveniencias politicas, das negociações do seu casamento com D. Beatriz de Guzman, filha bastarda de Affonso X, de Hespanha. A condessa D. Mathilde recorreu ao papa Alexandre IV, que fulminou o interdicto contra o monarcha, ordenando ao arcebispo de Compostella que cuidasse em romper o casamento ajustado. Como, porém, a noiva era ainda creança, o casamento não se consummou logo, mas as negociações fôram continuando, vindo afinal a contrahir-se em 1253, quando falleceu D. Mathilde, em 1258, o interdicto foi levantado. O infante D. Diniz, nascido ainda em vida da condessa, foi legitimado, sendo reconhecida D. Beatriz como legitima mulher de D. Affonso. O infante D. Diniz succedeu a seu pae no throno.

Mathueira. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Piedade, de Vidães, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || S. Sebastião, de Regueira de Pontes, concelho e districto de Leiria.

Matibane. Pov. da capitania-mór de Mossuril, no distr. e prov. de Moçambique, Africa Oriental. Posto militar. Tem est. tel. post. permutando telegrammas com a metropole.

Matical. Peso de Africa Oriental. No seculo XVI 47 e meio maticaes faziam um marco, em Sofala. Na mesma epoca 52 maticaes faziam um marco em Moçambique. O matical mais adoptado foi o primeiro.

Matidane. Prazo da corôa no distr. da Zambezia, prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' terreno muito fertil e abundante de caça.

Matilhas. Bahia da costa do distr. de Mossamedes, na prov. de Angola. Abre-se a O e vae desaguar n'ella o rio Carumjamba. Nas suas margens ha plantações de canna d'assucar e de algodão.

Matinda. Ilha da circumscripção, antigo districto, de Sena, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' formada pelas evoluções do rio Mecêro.

Matinde. Terras do distr. de Tete. na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Matindo. Prazo da corôa no distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está situado na margem esquerda do rio Zambeze e a pequena distancia da villa de Tete.

Matinho. Pov. da freg. de S. João Baptista, no conc. da ilha Brava, archipelago e prov de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pov. da freg. de N. S.ª do Monte, no mesmo concelho, archipelago e provincia.

Matiota. Logar da ilha de S. Vicente, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Tem posto fiscal.

Matique. Principal região do prazo Mambone, no distr. e prov. de Moçambique, Africa Oriental. Clima sadio e terreno fertil. Mantimento cafreal, tabaco, algodão e anil. Bosques d'arvores excellentes; gado e caça.

Mato. Pov. da freg. de N. S.ª do Monte, no conc. da ilha Brava, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Mato Correia. Pov. da freg. de S. Miguel, no conc. de Santa Catharina, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Mato Estreito. Monte na ilha de Santo Antão, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. O seu planalto é proprio para a cultura do milho, do café, do algodão e do anil.

Mato Fortes e Serelho. Pov. da freg. de S. Salvador, conc. da Praia, archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental.

Mato Gêgê. Pov. da freg. e conc. de Santa Catharina, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Mato Grande. Pov. da freg de S. João Baptista, no conc. da ilha Brava, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occideutal.

Mato Inglez. Pov. da freg. de N. S.ª da Luz, no conc da ilha de S. Vicente, archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental.

Mato Limão, Degredo, Faveta e Manhanga. Pov. da freg. de S. Salvador, no conc. da Praia, prov. e archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental.

Mato Mendes Pov. da freg. de Santo Amaro Abbade, no conc. de Santa Catharina, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Mato Sancho. Pov. da freg. e conc. de Santa Catharina, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Matolla. Terra de cafres do distr. de Lourenço Marques (1.ª circumscripção), na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Fica nas margens do rio de Lourenço Marques, onde os portuguezes levantaram em 1780 a fortaleza da Virgem da Conceição. Tem serviço de telegrapho, e est. do caminho de ferro. || Rio do distr. de Lourenço Marques, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' um affluente do rio de Lourenço Marques, e quasi innavegavel.

Matos. Ponta da ilha de Santa Maria, no archipelago dos Açôres, a 7 k. ao NO da ponta dos Cedros.

Matouce Pov. na freg. de Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Matoutinho. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Abitureira°, conc. e distr. de Santarem. || S. Saturnino, de Fanhões, conc. de Loures, distr. do Lisboa.

Matouto. Pov. na freg. de Santo Isidoro, de Eixo, conc. e distr. de Aveiro.

Matraca. Assim como os malhos, servia para chamar os frades a capitulo, e nas egrejas, nos dias da semana santa, para chamar os fieis, em vez dos sinos, por n'esse tempo não poderem tocar (V. *Malhos*, n'este vol. pag. 782). As matracas eram manuaes e compostas de tres taboas quadradas, presas por uns eixos de cordas ou dobradiças, tendo a do meio um prolongamento ou cabo por onde se segurava. Ainda se usam as matracas em algumas egrejas na semana santa.

Matrena. V. *Asseiceira e Thomar*.

Matrimonio. Contrato entre homem e mulher para viverem conjugalmente. A egreja catholica elevou-o a sacramento (o 7.º), e é um dos que *imprimem caracter*. Como curiosidades historicas, transcrevemos o seguinte do *Portugal antigo e moderno*, de Pinho Leal, vol. V, pag. 128 e 129: «Os *matrimonios clandestinos* fôram usados francamente entre os portuguezes até ao fim do seculo XV. El-rei D. Affonso IV, na sua carta de 1352 sobre reformas ecclesiasticas, que mandou a todos os prelados do reino (*Synop. chron.*, tom. 1.º fl. 10) mostra-nos claramente que existia então este abuso, que deseja exterminar por uma vez. Diz-se que—«muitos clerigos se achavam casados, uns com mulheres virgens e outros com mulheres corruptas, e depois diziam que não eram casados.»—D'aqui se seguia que, por falta de prova, não ficavam os filhos legitimos, e outros damnos ali mencionados. Ordena que—«todos os recebimentos sejam feitos pelo respectivo parocho, perante um tabellião da mesma freguezia, destinado para escrever em um livro, todos os casamentos que ali se celebrarem, para se saber depois os que são ou deixam de ser casados, e a condição dos contrahentes.»—Isto prova que antes d'aquella epoca, os casamentos, ou grande parte d'elles, se não faziam na presença do parocho, e que o *mutuo consenso* era toda a substancia e fórma do matrimonio, ua *razão do contrato*. Ao que parece, esta real ordem não surtiu todo o seu effeito, porque o abuso tinha lançado profundas raizes. Tomaram-se ainda mais rigorosas providencias. Em 1499, D. Manuel I decidiu fazer cessar os inconvenientes que os casamentos clandestinos traziam á egreja, ao estado e ás familias. Por uma lei, promulgada a 14 de julho d'este anno (*Ord. do Reino* de 1514, liv. 5.º, tit. 27), determina que, sem excepção de pessoa, todos se recebam publicamente, em face da egreja, e na fórma que os sagrados canones

decretam.—«E casando-se escondidamente, por esse mesmo feito, assim o noivo como a noiva, percam todos os seus bens, metade para a camara real e metade para os captivos. E todos os que a similhantes casamentos fôrem presentes ou testemunhas, percam tambem todos os seus bens com a mesma applicação, e sejam degredados por dois annos para Ceuta. Mas d'estas penas serão isentos os que taes casamentos fizerem por prazer e consentimento dos paes e mães dos noivos, se os tiverem; porque n'esse caso, haverão sómente as penas do direito canonico.» O papa Paulo III, convocou o concilio tridentino, que durou desde 1545 até 1563. N'este concilio se julgou impedimento derimente o casamento clandestino; mas, como ainda esta decisão não tivesse inteiro cumprimento, o rei D. João IV, em 12 de novembro de 1651, decretou que podiam ser desherdados os filhos dos que contrahissem matrimonios clandestinos. O mesmo concilio só considera como sacramento o matrimonio canonicamente contrahido, e os outros um mero contrato. Ha documentos antigos que provam a existencia de uma especie de *arrhas*, usadas n'aquelles tempos. No cartorio do mosteiro de Salzedas existiam duas doações, pelas quaes consta de uma que Martim Paes, cavalleiro de S. Miguel de Lobrigos, doou a sua mulher, Maria Lourenço, certos bens, em Santa Comba e em outras partes *por compra do vosso corpo*, com a condição de os possuir tão sómente em sua vida; mas os perderia se casasse. (Documentos de Salzedas, gaveta 7.ª, maço 1.º, n.º 13). Esta *compra do corpo* parece ser ao que no reino chamavam *herança do marido*, ou *confirmação do dote*. Era feita pelo marido a sua mulher, passada a primeira noite de casados, e por isso tambem se dava a estas doações o nome de *praetium virginitatis*. (Segundo o sr. Joaquim Pedro Ribeiro, nas suas annotações a Viterbo, é mais natural que *compra de corpo* fôsse o que hoje se dá o nome de *arrhas*; mas ha documentos que distinguem uma cousa da outra. Talvez seja a chamada *prepter nupcias*). Entre os longobardos, não podia este donativo exceder a quarta parte dos bens do marido, e por isso se chamava tambem *quartisio* e vulgarmente—*morganegiba* (dadiva feita pela manhã). Não havia lei nenhuma que impuzesse ao marido a obrigação d'esta dadiva, que só dependia da sua vontade, e do grau de affecto que consagrava a sua mulher. Da outra doação que existia no cartorio do mosteiro de Salzêdas, consta que —em 1190, Soeiro Viegas, fez uma carta de arrhas a sua mulher, D. Sancha Vermudes, na qual lhe deixa muitas e grandes propriedades, que *só possuirá se não casar*. Esta doação é cruel e absurda, porque determina que—se a mulher ficar viuva e casar, os filhos que tiver do segundo marido nada herdarão do que era d'elles ambos; mas tudo será dos filhos do primeiro matrimonio. *Mas viuvando Soeiro Viegas, se casar segunda vez, nada herdarão os filhos que houver de sua primeira mulher*. Achava-se este documento tão contrario ás leis da equidade e da natureza, na gaveta 4.ª, maço 1.º n.º 6.»

Matta. Familia antiga de Portugal, cujas armas são: Em campo de ouro tres mattas verdes floridas, postas em roquete; timbre, uma das mattas. V. *Correio mór (Quinta do)*, no *Portugal*, vol. II, pag. 1153.

Matta (*Antonio Servulo da*). Professor da Escola parochial das Necessidades, etc. N. em Belem a 23 de dezembro de 1843, sendo filho de Manuel Antonio da Matta e de D. Brigida Candida Conceição da Matta. Aos 12 annos fez exame de instrucção primaria e aos 13 de francez no Lyceu de Lisboa. Frequentou como alumno externo na Real Casa Pia de Lisboa as aulas de desenho, francez e inglez. Em 1862 entrou na Escola Normal de Marvilla, concluindo com distincção em 1864 o curso complementar ou 2.º grau. Desde junho de 1865 até janeiro de 1867 exerceu o magisterio particular na cidade do Porto no lyceu dirigido por I. Eduardo Von Hafe. Em fevereiro de 1867 foi nomeado pelo ministerio do reino professor em commissão na Real Casa Pia de Lisboa, e ahi dirigiu a 6.ª cadeira (curso

Antonio Servulo da Matta

complementar) quando era provisor dos estudos n'aquelle estabelecimento o distincto pedagogista Simões Raposo. Em março de 1868 tomou posse da direcção da Escola Real das Necessidades (escola official da freguezia de Alcantara) que tem regido ha 40 annos, sendo actualmente o decano dos professores officiaes da capital. No 1.º congresso pedagogico de Lisboa, realisado sob a presidencia do sr. conselheiro dr. Bernardino Machado em maio de 1892, fez parte da mesa como secretario, juntamente com o professor F. José Pinto, Coelho representantes dos professorado da região do sul. Por decreto de 2 de dezembro de 1907 foi nomeado pela 3.ª vez vogal do Conselho Superior de Instrucção Publica. Na *Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal*, vol. XII, pag. 301, 308, 314 e 316, de José Silvestre Ribeiro, veem insertos alguns relatorios da Escola Real das Necessidades. e com referencia aos serviços prestados pelo professor Servulo da Matta. Em 1876 e 1877 leccionou algumas alumnas do Asylo de N. S.ª da Conceição, para raparigas abandonadas, habilitando-as para exame do magisterio, ficando approvadas, obtendo uma a classificação de distincta. O provedor do Asylo, Polycarpo Lopes dos Anjos, officiou ao professor agradecendo e louvando os serviços que tão generosa-

mente havia prestado áquelle estabelecimento de caridade. Tem collaborado no jornaes pedagogicos *Froebel*, *O Ensino* e *Gazeta das Escolas*. Em 1903 e 1905, nas suas viagens de estudo ao estrangeiro em companhia do fallecido professor Antonio Lopes dos Santos, regente da escola central n.º 10, visitou as escolas de Madrid, Paris, Londres, Suissa e Bruxellas. Tambem no ensino livre tem leccionado particularmente em casa dos conselheiros Antonio José Viale, Rebello da Silva, Andrade Corvo, visconde de Algés, visconde do Porto Formoso, drs. Figueira Freire, José Gualdino de Carvalho, Julio de Carvalho, Luiz de Sommer, conselheiro Vasconcellos Porto, general Pimenta de Castro, etc. O sr. Servulo da Matta conta hoje 43 annos de magisterio. E' socio fundador da Associação dos Professores Officiaes (1880), sendo actualmente o presidente da assembléa geral. Por serviços distinctos foi agraciado pelo governo no anno lectivo de 1903-1904, com o premio pecuniario de 60$000 réis.

Matta (*D. Jeronymo José da*). Bispo de Macau, etc. N. no logar d'Arnoia, do concelho da Certã, a 18 de dezembro de 1804, fal. em Campo Maior a 5 de março ou de maio de 1865. Era terceiro filho do bacharel formado em Direito Joaquim José da Matta e de D. Maria do Carmo e Matta, honrados proprietarios e lavradores. Dos 18 para os 20 annos foi admittido no real seminario de Sernache do Bomjardim, dirigido então pelos padres da congregação de Rilhafolles. Ali seguiu os estudos primarios e secundarios, e continuou com as disciplinas theologicas. Em 1825, annuindo com alvoroço ao convite do superior da mesma congregação, foi para Macau, tendo apenas tonsura e ordens menores. Fôram seus companheiros em peregrinação tão longa, o P. José Joaquim de Miranda, que veiu a fallecer em Nankim, e D. João da França Castro e Moura, que mais tarde foi bispo de Pekim. Chegando a Macau, estabeleceu-se com os dois companheiros no real collegio de S. José, que superintendia nas missões da China, onde concluiu os estudos, e continuou a sua ordenação, recebendo a ordem de subdiacono em 1827, a qual lhe conferiu o bispo d'aquella diocese D. Fr. Francisco de Nossa Senhora da Luz Chacim. Fallecendo este prelado pouco tempo depois, D. Jeronymo teve de ir em 1829, com o seu companheiro Castro e Moura, receber em Manilla, no archipelago das Filippinas, as restantes ordens de diacono e de presbytero, que lhes fôram conferidas pelo bispo de Illocos (uma das provincias d'aquelias ilhas), o qual n'essa occasião viera para uma sagração episcopal e outros actos proprios do seu ministerio. De Manilla regressou a Macau o novo presbytero, e celebrou a sua primeira missa no referido collegio de S. José, em principios de 1830. Ali residiu, applicando-se particularmente ao estudo da mathematica e da astronomia, como habilitações para a missão publica de Pekim, a que se destinava. Não se realisou o seu intento, e D. Jeronymo da Matta conservou-se alguns annos no collegio de S. José, onde ensinou, além de varias disciplinas, os principios de Mathematica, sciencia que lhe merecia maior predilecção Em janeiro de 1837 regressou a Portugal com trabalhosa viagem de quasi um anno, tendo estado tres mezes, por forçada arribada, na ilha de Java, e outros tres mezes, por escala, em França, onde esteve a maior parte do tempo na casa da congregação das missões, ou dos lazzaristas. Em dezembro do mesmo anno de 1837 chegou finalmente a Portugal, dirigindo-se logo ao logar d'Arnoia, onde vivia a sua respeitavel familia, de que não tinha noticias havia perto de seis annos, e soube com o maior desgosto que seu pae já tinha fallecido. Determinara-o a vir á Europa o empenho de solicitar do governo as providencias que reclamava o desamparo em que jaziam as nossas missões da China, e principalmente o restabelecimento d'um seminario, onde se formassem os individuos proprios para as missões do ultramar, e em especial no imperio chinez, pelas quaes sempre testemunhou o maior interesse. Com este intuito publicou em 1839 a seguinte *Memoria sobre as missões portuguezas offerecida aos senhores deputado da Nação*, opusculo que não foi posto á venda. Foi, em parte, por sua indicação, que em 1841, sendo ministro da marinha José Ferreira Pestana, fôram nomeados D. Nicolau Rodrigues Pereira de Borja para bispo de Macau, e D. João da França Castro e Moura para a diocese de Pekim Com os serviços prestados e conhecimentos que revelava, D. Jeronymo José da Matta bem poderia fazer se insinuar para o bispado de Macau, mas bem longe de aproveitar para o proprio engrandecimento o favoravel das circumstancias, foi só por condescender com as instancias repetidas do conselheiro J. J. Falcão, ministro do ultramar, que em 1843 acceitou a nomeação de bispo coadjuctor e futuro successor do bispado d'aquella diocese, nomeação que foi determinada pelas noticias do mau estado de saude d'aquelle prelado. Apenas nomeado partiu para Macau, onde chegou em maio de 1844, sendo confirmada a nomeacção pela Santa Sé, em 19 de julho seguinte, com o titulo de bispo d'Altobosco. Em 10 de abril de 1845 substituiu o bispo D. Nicolau Rodrigues Pereira de Borja, e foi sagrado em dezembro de 1846 pelo bispo hespanhol de Zebú (nas ilhas Filippinas), D. Romualdo Ximeno, que do interior da China passou por Macau n'aquelle tempo, regressando ao seu bispado. O digno prelado tratou logo de activar e de concluir a reedificação da sé de Macau, que o seu successor deixara apenas nos fundamentos, trabalho que terminou nos principios do anno de 1850, sendo por elle solemnemente sagrada em fevereiro do mesmo anno. E' um templo muito vasto, de boa apparencia, que tem communicação com o paço episcopal. Este edificio tambem, por diligencias suas, foi consideravelmente melhorado. Ao digno prelado mereceu-lhe sempre particular desvello a educação do sexo feminino, ampliando, quanto o permittiam as circumstancias, o já existente recolhimento de Santa Rosa de Lima. Não se esqueceu de tributar á illustração do clero aquelle zelo que mais d'uma vez lhe tinha merecido, reiterando, durante a sua administração, energicas reclamações ao governo da metropole, afim de se realisarem providencias que julgava indispensaveis para fazer surgir da decadencia, em que estava, o real collegio de S. José. Instado pelos povos catholicos da India, sujeitos ao padroado portuguez, e tendo recebido instrucções do governo para percorrer algumas missões do arcebispado de Gôa, para ali se dirigiu no inverno de 1852. Na viagem fez escala por Ceilão

e Bombaim, onde a sua presença produziu grande alegria. A'quellas christandades prestou todos os soccorros espirituaes que dependiam do seu ministerio, autorisado como estava pelos respectivos governadores episcopaes. Em Gôa conferiu ordens a grande numero de individuos que lhe fôram apresentados pelo vigario capitular d'aquelle arcebispado, o bispo de Cochim. A brilhante recepção que ao nosso prelado fizeram as mencionadas christandades, e a dedicação que manifestaram pelo padroado portuguez, muito desagradaram á congregação da Propaganda, de Roma, e ao pontifice Pio IX, dando pretexto afinal á expedição do breve *Probe nostris* de 10 de fevereiro de 1853. A imprensa de Portugal muito se occupou d'aquelle singular documento, conhecido então pelo nome de *putidum breve*. N'elle se censurava o proceder do bispo de Macau, que era admoestado, ou antes ameaçado de excommunhão, o que deu causa a algumas importantes e acaloradas discussões nas camaras legislativas de Portugal, sendo por fim o digno prelado declarado na casa electiva *benemerito da patria*, na sessão de 20 de junho de 1853. Muito, porém, soffreu o catholico e piedoso coração do bispo de Macau, vendo tão inexactamente interpretadas em Roma as suas intenções, que eram apenas satisfazer, quanto n'elle legitimamente cabia, ás necessidades espirituaes pertencentes ao padroado portuguez, e nunca o de desacatar a autoridade pontificia, á qual sempre tributára todo o respeito e obediencia. Deram irrecusavel testemunho d'estes sentimentos as cartas que logo depois, tanto de Gôa como de Macau, dirigiu ao santo padre. Estas desagradaveis occorrencias abreviaram a sua permanencia em Gôa, e lhe fizeram mudar a intenção com que saira de Macau, de vir ao reino, tratar da sua deteriorada saude, para o que tinha licença do governo, desde 1850. Não usou d'esta concessão, e regressou a Macau, onde tambem, sobre outras necessidades da sua egreja, tinha de providenciar á administração do collegio de S. José, cujo superior havia fallecido. Continuou a governar o seu bispado, gozando de grande estima e consideração, não só dos habitantes de Macau, como de muitos estrangeiros illustres que residiam ou aportavam ali. Consultado frequentemente pelo governo de Lisboa, no longo decurso das negociações sobre o real padroado, a sua correspondencia serviu de muito para guiar e esclarecer os diversos negociadores portuguezes que n'ellas intervieram. As quatro alterações que, á concordata com a Santa Sé, fôram votadas no parlamento portuguez, são confórmes ás idéas apresentadas pelo bispo de Macau na opinião que deu por escripto ao ministro da marinha sobre aquelle documento, como estava antes de ser discutido em côrtes. Augmentando-se lhe os soffrimentos, resolveu voltar a Portugal, e foi residir para a aldeia d'Arnoia, onde ainda existia sua velha mãe. O bispo de Macau falleceu annos depois repentinamente, victima d'uma apoplexia. Além da *Memoria* já citada, escreveu e publicou: *Pastoral aos seus diocesanos*, datada de Macau a 30 de outubro de 1847; *Maria ao pé da cruz, ou orações a Nossa Senhora das Dôres, pelo R. P. Marie Joseph de Géramb, procurador geral da Trapa, traduzidas do francez e mandadas publicar por um devoto da mesma senhora*, Macau, 1848; saiu sem o nome do autor.

Matta *(Fr. João da)*. Religioso da Terceira Ordem de S. Francisco. N. em Lisboa em 1716, e fal. a 3 de julho de 1738. Era filho de João Machado e de Maria Ferreira. Aos 9 annos foi admittido no convento de N. S.ª de Jesus, pela suavidade da sua voz e vocação para a arte musical. Professou solemnemente a 2 de fevereiro de 1734. Estudou Philosophia no convento de Vianna, defendendo com applausos conclusões magnas e theologia no collegio de Coimbra. Interrompeu os estudos por ter adoecido gravemente, doença que o victimou aos 22 annos de edade. Deixou algumas composições musicaes, em que se contam uns motetes a 4 vozes e uma *Missa de diversas vozes*.

Matta *(José Antonio da)*. Professor regio da lingua latina em Lisboa, nomeado pela resolução regia de 10 de novembro de 1771. Fal. em 1814. Escreveu: *Odes do poeta latino Q. Horacio Flacco, traduzidas litteralmente na lingua portugueza; illustradas com copiosissimas notas, que evidentemente aclaram e manifestamente dissipam a escuridade de suas translações*, Lisboa, 1783 - 1786, 2 tomos.

Matta. Pov. e freg. de Santa Margarida, da prov. da Beira Baixa, conc., com. e distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 124 fog. e 576 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem direita do Ponsul e da estrada de Castello Branco a Idanha-a-Nova. O povo apresentava o cura, que tinha 20$000 reis e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21 com a séde em Castello Branco. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Aguas Bellas, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem || Santa Maria Magdalena, de Aldeia Gavinha, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || S. João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes distr. do Porto. || Santa Maria Magdalena e conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto. || N. S.ª do Pranto, de Arazede, conc. do Montemór-o-velho, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Salvação e conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || Santa Eulalia, do Avelleda, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Barreiros, conc. e distr. de Vizeu. || S. João, de Bastuço, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Gens, de Boelhe, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || O Salvador, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Matheus, de Bunheiro, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Thomé, de Canellas, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª da Conceição, de Carvalho, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || Santa Catharina, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Santa Eufemia, de Chancellaria, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || S. Martinho de Crasto, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª d'Assumpção, de Fajão, conc. da Pampilhosa, districto de Coimbra. || S. Pedro, de Ferreiros de Tendaes, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu || S. Salvador, do Fojo Lobal, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Domingos, de Fortios, conc. e distr. de Portalegre. || Santa Maria, de Freiriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || O Salvador, de

Gallegos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Espirito Santo, de Egreja Nova do Sobral, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Lamas, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santo André, de Lever, do mesmo conc. e distr. || S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Santa Christina, de Mansores, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Martinho de Mouros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || N. S.ª dos Milagres, conc. e distr. de Leiria. || S. Pedro, de Mollelos, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Moure, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || S. Cypriano, de Paços de Brandão, conc da Feira, districto de Aveiro. || O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu || S. Pedro, de Rego da Murta, conc. de Alvaizere, distr. de Leiria. || S. Thiago, de Rio Meão, conc. da Feira, districto de Aveiro. || S. Pedro, de Sébal Grande, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra || N. S.ª da Graça, de Sobral Pichorro, conc. de Fornos d'Algodres, distr. da Guarda || S. Pedro, de Tamengos, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Annunciação, de Torre deita, conc. e distr. de Vizeu. || N. S.ª da Esperança, de Touguinha, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || O Salvador, de Touguinhó, do mesmo conc. e distr. || S. Bartholomeu, de Valle de Prazeres, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco. || S. Vicente de Pereira Jusã, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S. Bartholomeu, de Villa Cã, conc. de Pombal, distr. de Leiria || S. Pedro, de Villa Secca, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra. || N. S.ª do Pranto, de Dornes, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || N. S.ª da Purificação, de Pontével, conc. do Cartaxo, do mesmo distr. || Santo Antonio, de Salir dos Mattos, conc. de Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || S. Vicente do Paul, conc. e distr. de Santarem. || N. S.ª da Oliveira, de Canha, conc. de Aldeia Gallega, distr. de Lisboa. || S. Christovão, de Lordello, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || Ribeira na prov. do Douro, que nasce na Margaraça, vae desaguar no Alva, junto á villa de Coja. || Terras do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Matta Alta. Serra na prov. do Douro, na freguezia de S. Miguel do Matto. E' um ramo da serra de Cabeço de Sobreiro, e fica a 5 k. ao S do rio Douro. Traz muita caça do chão e do ar.

Matta de Baixo e de Cima. Duas povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Alvorge, conc. de Aucião, distr. de Leiria. || S. Pedro de Avellãs de Cima, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || S. Matheus, de Botão, conc. e distr. de Coimbra.

Matta da Bidueira. Pov. na freg. de N. S.ª dos Milagres, conc. e distr. de Leiria.

Matta da Canna. Pov. na freg. de S. Mamede, de Matta Moirisca, conc. de Pombal, distr de Leiria.

Matta de Castello Ventoso. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alvorge, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Matta do Cepo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Rego da Murta, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Matta de Cima. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Benedicta, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Matta Cimeira. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Euvendos, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Matta de Compellentes. Pov. na freg. do Salvador, de Magrellos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Matta Coutinho *(Duarte de Sousa da)*. Foi o 5.º correio-mór do reino. Viajou pelas côrtes da Europa, e casou em Paris com D. Izabel Cafaro, filha do marquez D. Thomaz Cafaro, primeiro senador da cidade de Messina.

Matta de Egas. Pov. da freg. de S. João Baptista, de S. João do Monte, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Matta do Farrio. Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Freixianda, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Matta Freire *(José da)*. Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, protonotario apostolico, capellão do infante D Antonio, irmão de D. João V, desembargador da Curia Patriarchal e juiz do Tribunal da Legacia Apostolica. N. em Lisboa a 18 de março de 1697, onde tambem falleceu a 20 de fevereiro de 1739, sendo sepultado no convento de S. Francisco. Era filho de João da Matta e de Domingas das Neves. Estudou sciencias escolasticas no collegio de Santo Antão, de Lisboa, e Theologia Moral no Real Collegio de Nossa Senhora da Escada. Passou á Universidade de Coimbra, onde se applicou á Jurisprudencia Pontificia, e n'ella se doutorou a 6 de outubro de 1726. Em 1724 publicou uma obra em latim, que remetteu ao certame eucharistico que se fez no convento da Graça, de Lisboa, n'esse mesmo anno. Escreveu: *Sermão da Canonização de Luis Gonzaga, prégado em 30 de julho de 1727 na egreja do collegio de Santo Antão de Lisboa*, etc., Lisboa, 1728; *Jurisdicção defendida, e desagravo patrocinado a favor dos curas do hospital real de Todos os Santos*, etc , Lisboa, 1738; *Soneto na morte da Serenissima Senhora Infanta D. Francisca*, etc. Lisboa, 1736. Deixou em manuscripto: *Apologia da sentença que proferiu na causa da precedencia dos monges benedictinos, e frades jeronymos contra a censura feita primeiro; Discurso apologetico na admissão do logar de Relação Ecclesiastica do patriarchado de Lisboa*.

Matta Fundeira. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pelmá, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Matta Grande e Pequena. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Matta dos Guimarães Pov. na freg. de Santa Maria, de Chãs de Tavares, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Matta Junior *(João Eduardo da)*. Professor de piano, de primeira classe, no Conservatorio Real de Lisboa. N. n'esta cidade a 17 de dezembro de 1850, sendo filho do antigo e conceituado negociante da nossa praça, já fallecido ha annos, João Eduardo da Matta, e de D. Arthemise Olympia Harléc. Seu avô paterno foi o dr. Joaquim Filippe Alves da Matta, physico-mór, medico de saude e do paço. Matriculou-se ainda muito novo no Conservatorio nas aulas de piano, onde alcançou successivas distincções, mostrando

sempre tanta vocação e amor ao estudo que aos 16 annos de edade conseguiu realisar os exames finaes, ficando desde logo proclamado pianista distinctissimo. Mas ao mesmo tempo, que se applicava com tanto fervor á arte musical, não deixava o estudo das cadeiras do Lyceu, cujo curso tambem seguiu de modo distincto. Era o discipulo predilecto do professor Eugenio Mazzoni, com quem estudou depois do fallecimento de Lima Junior, que foi o seu primeiro professor, acompanhando o curso com a acquisição d'uma copia bastante apreciavel de conhecimentos litterarios. Por proposta do conselho escolar, exerceu interinamente o logar de professor ajudante da aula de piano, quando se ausentou do reino a professora D. Virginia Wagner. No dia 27 de janeiro de 1871 foi a concurso para o logar effectivo de professor substituto, e ficou elassificado em primeiro logar. Em seguida recebeu diversos convites para alguns concertos musicaes, em que

João Eduardo da Matta Junior

sempre mereceu as maiores felicitações. Na *Assembléa familiar*, em 5 de junho do referido anno de 1871, regeu com toda a correcção a opera comica *Le Chalet*, cantada em francez por amadores N'esta recita foi-lhe offerecida uma batuta de unicornio e ouro. A este respeito publicou o *Jornal do Commercio* uma extensa noticia, tecendo grandes elogios ao novel artista. Foi Matta Junior quem inaugurou n'esta sociedade os concertos semanaes, fazendo-se applaudir como concertista, acompanhador e director da orchestra. Em 9 de março de 1873 tomou parte n'um concerto em casa do visconde de Carnide, em que se executou pela primeira vez uma composição sua, a celebre aria da *Stradella*, *Pietá, signor*, composta em 1667, e que fôra *arreglada* por Matta Junior para canto, orgão, violino e piano. N'um concerto realisado em Paris a 19 de 1875 no palacio da Industria, exhibiu-se pela primeira vez outra composição sua, a grande *marcha da Africana de Meyerbeer*, arranjada para dois pianos, a quatro mãos. Varios jornaes francezes, entre os quaes se contam *Le Gaulois* e *Revue Gazette Musical*, de 22 de novembro d'esse anno, falaram com toda a consideração e elogio do joven compositor portuguez. Dois annos mais tarde, em 1877, resolveu ir ao Brazil n'uma *tournée* artistica. Os jornaes brazileiros *Diario do Rio de Janeiro*, *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Noticias*, e muitos outros, renderam os mais apreciaveis elogios a Matta Junior na descripção dos concertos em que tomou parte, juntamente com os professores Pereira da Costa, Frederico do Nascimento, Arthur Napoleão, Cyriaco Cardoso, e outros conhecidos artistas. O *Figaro* publicou em 17 de novembro de 1877 um bom retrato de Matta Junior, e o *Nictheroy* um longo artigo biographico, tratando d'um concerto dado em 17 de outubro no Conservatorio de Musica na côrte. Matta Junior foi convidado por Cyriaco Cardoso para o seu concerto festival no theatro de D. Pedro II, e tomou parte na execução da grande *Marcha Schiller de Meyerbeer, arreglo* seu, para dois pianos, a oito mãos. Em 30 de outubro do referido anno realisou o seu concerto de despedida, a que assistiu toda a familia imperial. Foi de grande enthusiasmo aquella noite, e de grande triumpho para Matta Junior. No fim do concerto o imperador foi pessoalmente cumprimental-o, dirigindo-lhe palavras muito amaveis, elogiando o seu genio artistico, e apertando-lhe a mão affectuosamente. A'cêrca d'este concerto, os jornaes brazileiros fôram unanimes em notaveis apreciações Matta Junior embarcou para a Europa no dia 24 de novembro seguinte. Alguns amigos, residentes no Rio de Janeiro, offereceram-lhe, como recordação de viagem, um retrato a oleo, feito por Luiz Estallonne, em cuja moldura se vê uma chapa de prata com uma amavel dedicatoria gravada. Matta Junior tomou parte no concerto realisado no salão da Trindade em 9 de junho de 1880, em homenagem a Luiz de Camões, por occasião das festas do centenario do grande poeta, e no concerto de despedida da notavel artista Esmeralda Cervantes, no mesmo salão em 24 de junho d'esse anno. Pela reforma do Conservatorio no anno de 1889 passou a professor de segunda classe, e pelo fallecimento de José Antonio Vieira, succedido em 26 de novembro de 1894, a effectivo de primeira classe. Tratou então da reforma do curso de piano, reforma que actualmente existe. E' importante o numero de discipulos que o professor Matta Junior tem tido, tornando-se muitos d'elles notaveis pianistas. Entre estes citaremos em primeiro logar, o actual professor do Conservatorio, sr. Francisco de Sousa Bahia; as senhoras professoras tambem do Conservatorio: D. Leonor Lazary, já hoje fallecida, e D. Amelia Ayque de Almeida; as sr.as D. Emma das Dôres, D. Maria Freitas Valle, D. Beatriz Ramalhoso; e os sr.s Miguel Angelo Lambertini, Figueiredo e Hernani Torres, que estudou todo o curso de piano com este professor, alcançando sempre os primeiros premios, e sendo depois classificado em primeiro logar no concurso para pensionista do estado na Allemanha, foi para Leipzig, entrando immediatamente no Conservatorio, onde tambem alcançou sempre os primeiros premios. Em 12 de outubro de 1872, el-rei D. Luiz I o agraciou

com o habito da ordem de Christo, e D. Carlos I com a commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição, por decreto de 28 de agosto de 1897. Matta Junior é socio da Sociedade de Geographia, da Associação dos jornalistas e escriptores portuguezes, socio benemerito dos Bombeiros voluntarios de Belem, da Sociedade Instrucção Popular Dantesca e de João Vicco, de Napoles; socio honorario da Sociedade d'arte dramatica e musical de Napoles, academico musical de Moscow, etc. Além das composições já mencionadas, tem mais as seguintes: *Barcarola*, para canto; *Caprice de concert*, sobre a valsa do *Fausto*; *Allora ed oggi*, romance para canto e flauta; *Meditação*, quartetto sobre a *Oração da Virgem*, de Luiza Leonardo, para canto, orgão, violoncello e piano; *Pensive*, melodia para piano; *Duetto concertante* para piano e orgão, sobre motivos da *Dinorah*, dedicado ao conde de S. Marçal; *A celebre Ave Maria para canto*, meditação sobre o primeiro exercicio de musica de Clementi. Ultimamente iniciou um genero moderno de valsas, que tem obtido verdadeiro successo no mundo musical, sendo as mais apreciadas: *Roses pâles*, que offereceu para os pobres do *Diario de Noticias; Souvenance*, egualmente cedida para as creanças protegidas pelo *Seculo*; *Violettes blanches*, dedicada á sr.ª condessa de Burnay; *Perles roses*; *Douce recordance; Lilas blancs*; *Roses blanches*; *Pourquoi?*; *Chére vision*; *Gouttes perlés*, etc. Como escriptor, Matta Junior tambem se evidenciou n'uma série de pequenos cantos, de que conserva alguns ainda inéditos, destocando-se entre elles: *A onda*, *A engeitada*, *O sr. deputado, O homem intelligente*, *A sorte grande*, etc. Para o theatro tem escripto algumas comedias, sendo mais conhecidas as intituladas *Um amigo* e *O maestro infeliz*, ambas em 1 acto, e *A vida na aldeia*, em 2 actos, etc. Escreveu tambem: *Apontamentos sobre a origem da musica desde o tempo da Mythologia*, etc.; *A musica em Portugal*, etc.; *Escola de mecanismo do pianista* adoptada no Conservatorio, e approvada pelo Conselho Superior de Instrucção Publica. Matta Junior estudou a maneira de simplificar a technica pianistica, pela modificação do teclado. Em 1883 requereu privilegio de invenção. A modificação consiste na reforma do teclado diatonico, como actualmente são os teclados dos pianos, pelos teclados chronomaticos, isto é, alternadamente uma tecla branca e outra preta, desapparecendo por esta modificação as duas teclas brancas que se encontram do 3.º ao 4.º grau, e do 7.º ao 8.º Pela logica se prova que esta simples modificação reduz todas as posições do piano a duas, uma nas teclas brancas, e outra nas teclas pretas.

Matta da Loba. Pov. na freg. de S. Miguel, de Juncal, conc. de Porto de Mcz, distr. de Leiria.

Matta de Lobos. Pov. da freg. de Santa Marinha, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Figueira de Castello Rodrigo, distr. e bisp. da Guarda; 389 fog. e 1:478 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 5 k. da séde do conc. O papa e o bispo da diocese apresentavam alternativamente o reitor, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil em todos os generos agricolas. Cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus vastos montes apparecem lobos, rapozas, e muita caça miuda. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Matta da Margaraça. Importante matta na provincia do Douro, conc. de Arganil. E' muito antiga. Foi primitivamente dos bispos-condes de Coimbra, mas em 1834 foi considerada bens nacionaes. E' pela maior parte povoada de carvalhos, que dão boa madeira para construcções navaes.

Matta Maxial. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Figueira de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Matta Mieira. Pov. na freg. de S. Salvador, de Lufrei, conc. de Amarante, districto do Porto.

Matta Moirisca. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Pombal, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 619 fog. e 2:762 hab. Tem esc. do sexo masc., caixa post. permutando malas com Pombal, e fabrica de vidros da Guia. A pov. dista 12 k. da séde do concelho. A Universidade de Coimbra apresentava o cura, que tinha 20$000 réis e o pé d'altar. A povoação está situada junto á costa do Oceano Atlantico. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. Em Matta Moirisca ha um importante mercado de cereaes, gados e outros generos, a 10 de cada mez.

Matta Negra. Pov. na freg. de S. Miguel, de Mamouros, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Matta do Peniz. Pov. na freg. de S. Matheus, de Botão, concelho e districto de Coimbra.

Matta do Rei Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Alcanede, conc. e distr. de Santarem.

Matta de S. Jorge. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Matta da Torre. Pov. na freg. de N. S.ª da Victoria, de Famalicão, conc. de Pederneira, distr. de Leiria.

Mattagal Pov. da freg. de S. Cosme e Damião, do Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Mattagosa. Pov. na freg. de S. Silvestre, de Souto, concelho de Abrantes, distr. de Santarem.

Mattas. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || N. S.ª da Annunciação e conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Piedade, de Monte Redondo, conc. e distr. de Leiria. || N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || N. S.ª do O', de Paião, concelho de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Ilha de Porto Santo; pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, distr. do Funchal. || N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. da Louzã, distr. de Coimbra. || S. Thiago e conc. de Soure, do mesmo distr. || Santa Leocadia, de Tamel, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago, de Tremez, conc. e distr. de Santarem.

Mattinho. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || Santa Marinha, de For-

jães, conc. de Espozende, distr. de Braga. || Santa Maria, de Goios, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Paio, de Pousada, conc. e distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de Rossas, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Bento, de Varzea, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Mattinhos. Pov. na freg. de S. Martinho, de Pousada de Saramagos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Matto. Povoação e freg. de S. Lourenço, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 60 fog. e 229 hab Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada junto da margem direita do rio Neiva. A mitra apresentava o abbade, que tinha 150$000 réis. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Tambem é conhecida pela denominação de *S. Lourenço do Matto.* || Povoações nas freguezias: S. Lourenço, de Arranhó, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Athaide, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || N. S.ª das Neves, de Bella, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello || S. Miguel, de Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Marcos, de Calhandriz, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || S. Christovão, de Nogueira de Regedoura, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Paços de Gaiollo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Miguel, de Palhacana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || S. Luiz, de Pias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S. Miguel, de Rans, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Martinho, de Rio Mau, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S João Baptista, de Sá, conc de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Sabariz, conc de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Salreu, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Tabaçô, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Tavora, do mesmo conc. e distr. || S. Pedro, de Alhadas, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria. || Santa Suzana, de Carapinheira, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || S. Mamede, de Escariz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Salvador, de Fornos, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Pedro e conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Conceição, de Sinde, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || N. S. da Annunciação, de Torredeita, conc. e distr. de Vizeu. || S Thiago e conc. de Castro Marim, districto de Faro.

Matto Bom. Pov. e freg. de S. Salvador, de Estorãos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Matto Cheirinhos. Pov. na freg. de S. Domingos de Rana, conc. de Cascaes, districto de Lisboa.

Matto da Cruz. Pov. na freg. de S. Marcos, de Calhandriz, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Matto da Granja. Pov. na freg. de S. Pedro, de Dois Portos, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Matto Grosso. Estado central do Brazil, pertencente a Portugal até á independencia d'aquelle imperio. Em 1718 Paschoal Moreira Cabral de Leme, natural de S. Paulo, subiu com uma bandeira o rio Coxipó-mirim, achou ouro, e ainda mais abundante no logar Forquilha, e voltando rio abaixo ergueu cabanas e fez sementeiras no sitio onde posteriormente se levantou a ermida de S. Gonçalo Velho, despachou para S. Paulo um dos irmãos Macieis, que tinham chegado de Itu, a dar parte ao conde de Assumar do que descobrira. Com o andar dos tempos fôram-se formando outras povoações, e em 1748 foi o districto de Matto Grosso elevado a capitania geral com a chegada do seu primeiro governador D. Antonio Rolim de Moura, depois conde de Azambuja, que fez a sua entrada solemne na villa de Cuyabá em 12 de janeiro de 1751. Entre os successores de Rolim de Moura, merece especial menção Luiz de Albuquerque Mello Pereira Caceres, a quem a capitania deveu grandes beneficios. Em 1821, Matto Grosso adheriu á revolução de 1820, sendo o seu ultimo governador substituido por uma junta constitucional provisoria, e em 1822, abraçando a causa da independencia, foi declarada provincia do imperio.

Matto da Maceira. Pov. na freg. de S. Pedro, de Dois Portos, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Matto de Miranda. Pov. e denominação d'uma estação do caminho de ferro, na linha do norte entre as de Valle de Figueira e Torres Novas.

Matto da Ordem. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Matto Pinheiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz e conc. de Lagôa, distr. de Faro.

Matto do Poço. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Matto Redondo (*Casaes do*). Na freg. de Santo Antão, do Tojal, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Matto do Santo Espirito. Pov. na freg. de Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, distr. de Faro.

Matto da Senra. Pov. na freg. do Salvador, de Joanne, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Matto Serrão. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz e conc. de Lagôa, distr. de Faro.

Matto Velho. Povoações nas freguezias: S. Sebastião, de Serro Ventoso, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || Santo Antonio, de Terrugem, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Mattos. Este appellido é muito antigo, e já se encontra no principio do reino de Portugal. Tem por armas: Em campo vermelho um pinheiro verde com raizes de prata, entre dois leões de ouro batalhantes, armados de azul; timbre, meio leão de ouro com um ramo verde na mão.

Mattos (*Alvaro de*). Livreiro, natural de Elvas, e que viveu no seculo XVII. Ignoram-se as datas do nascimento e da morte. Escreveu diversas comedias, mas ha noticia d'uma só ter sido impressa, intitulada: *Casado venturoso e Pastora pretendida*, Lisboa, 16?6.

Mattos (*Alvaro de Almeida*). Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra. N. n'esta cidade, sendo filho do lente de Medicina na referida Universidade, sr. dr. Daniel Ferreira de Mattos. O sr. Alvaro de Mattos foi

sempre o alumno mais classificado do seu curso, presidindo á grande commissão encarregada de dirigir os trabalhos para se levar a effeito a humanitaria idéa de fundar em Coimbra um edificio proprio para a assistencia á maternidade. Tambem foi um dos alumnos mais distinctos na faculdade de Philosophia.

Mattos *(Antonio de)*. Commandou uma nau na India, sob as ordens de Affonso de Albuquerque, tomando parte muito activa na segunda conquista de Gôa, confórme assegura Damião de Goes. Casou com Leonora Bernaldez, sendo ambos sepultados na egreja de Triana em Alemquer, sobre cuja sepultura se vê a data de 1577.

Mattos *(Antonio Joaquim de)*. Actor contemporaneo. N. em Lisboa a 2 de março de 1849, sendo filho do fiel do theatro de D. Maria II durante a antiga administração do governo. Até aos 14 annos viveu sempre na caixa d'aquelle theatro, protegido pelos primeiros artistas. Quando acabou a administração do governo, o velho Mattos saiu do theatro, e o filho começou então a frequentar as aulas e a aprender esculptura nas officinas de Moreira Rato. Abandonou depois esta arte para se entregar á vida de theatro, que era o seu constante pensamento. Dirigiu-se á Trindade, e obteve um logar de discipulo, estreando-se n'um pequeno papel da magica *A Gata borralheira*, a 15 de setembro de 1869. Entrou em muitas peças, sobresaindo-se no *Pepe Hillo*, *Amazonas de Tormes*, *Barão José Maria*, *Matheus o chapeleiro*, *Tres rocas de crystal*, *Sargento Frederico*, *Nini*, *Cem donzellas*, *Avarento*, *Minhas duas mulheres*, *Cruz de ouro*, etc. Em 1878 partiu com a companhia organisada pela actriz Emilia Adelaide, para os Açôres e em seguida para o Brazil, onde se conservou por muitos annos, sendo sempre muito estimado. Contratado em diversas emprezas, algumas vezes emprezario e outras ensaiador, tornou-se um dos primeiros artistas do Brazil. Ultimamente esteve em Lisboa fazendo parte da companhia da Trindade, representando na *Capital federal*, *Filha do ar*, etc. O seu reportorio é enorme, especialmente na opereta. Além das peças apontadas, citaremos: *Entre minha mulher e o negro*, *Duende*, *Fructos de ouro*, *Pae da actriz*, *Diabo no poder*, *Filha da Senhora Angot*, *Botija*, *Corôa de Carlos Magno*, *Surcouf*, *Mascotte*, *Boccacio*, *Amor molhado*, *Rip*, *Maria Angú*, *Garra d'açôr*, *Noivos*, *Robinson*, *Falka*, etc.

Mattos *(Braz de)*. Era natural de Lisboa e muito versado nas materias de Theologia mystica, não constando, comtudo, que professasse o estado ecclesiastico, ou que seguisse a vida secular. Ignoram se as datas do nascimento e da morte. Escreveu: *Pratica espiritual do despreso do mundo, chamado espelho de peccadores*, Lisboa, 1620.

Mattos *(P. Christovão de)*. Doutor em Theologia e provisor do arcebispado de Lisboa. Viveu no seculo XVI, e publicou em 1590 o seguinte: *Cathecismo Romano do Papa Pio V de gloriosa memoria; novamente trasladado do latim em linguagem por ordem do Illustrissimo e Reverendissimo Senhor D. Miguel de Castro, metropolitano arcebispo de Lisboa*, etc. Em 1783 fez-se uma nova edição d'este livro com o titulo: *Cathecismo romano, ordenado por decreto do Santo Concilio de Trento, publicado por mandado do S. P. Pio V, trasladado do latim em linguagem*, etc., *Nova edição mais correcta e notavelmente augmentada.*

Mattos *(Daniel Ferreira de)*. Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra, e lente da 12.ª cadeira da mesma faculdade, clinico do hospital da Universidade natural de Poiares, filho de Joaquim Ferreira de Mattos. Doutorou-se a 9 de julho de 1876. O sr. dr. Daniel de Mattos tomou parte no congresso de Medicina, reunido em Lisboa em 1906, como secretario da 13.ª secção e vogal da commissão executiva. Por decreto de 14 de agosto do mesmo anno de 1906 foi agraciado com a commenda da ordem de S. Thiago.

Mattos *(P. Diogo de)*. Jesuita. N. perto de Coimbra em 1586, fal. em Gôa a 4 de junho de 1633. Entrando na Companhia de Jesus, partiu para o Oriente em 1607, e entregou-se ás missões da Ethiopia. Sendo expulso d'esse paiz voltou a Gôa, onde foi reitor do collegio de Salsete e do collegio de S. Paulo. Deixou impressas duas *Cartas*, em que dava conta dos trabalhos de missionario.

Mattos *(Eugenio Avelino de)*. Clerigo secular, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, professor do Real Collegio Militar, etc. N. no logar de Cegonheira, distr. de Coimbra, em 1837, e fal. a 27 de janeiro de 1866. Era filho de Eugenio da Silva Mattos. Tomou ordens, e doutorou-se na Universidade em 21 de julho de 1861. Foi nomeado professor de latim, ou de geographia, no Real Collegio Militar. Quando em 1863 se poz a concurso a cadeira de Philosophia da Historia no Curso Superior de Letras, foi um dos concorrentes, e fez uma brilhante figura; deixando as melhores impressões, tanto mais que já se lhe conheciam no rosto os progressos da fatal doença que o victimou pouco tempo depois. Publicou a sua these, que tem por titulo: *Memoria sobre a natureza e extensão do progresso, considerado como lei da humanidade, e sua applicação especial ás Bellas artes; escripta para o concurso á cadeira de Historia universal philosophica do Curso superior de Letras*, Lisboa, 1863.

Mattos *(P. Eusebio de)*. Jesuita, e depois da ordem carmelitana. N. na Bahia em 1629. onde tambem fal. em 1692. Entrou na Companhia de Jesus aos 15 annos, em 1644, mas em 1677 passou para a ordem do Carmo, mudando o nome para Fr. Eusebio da Soledade. Era apreciado prégador, e mereceu os elogios do grande orador P. Antonio Vieira, que dizia que Deus se havia interessado em fazel-o grande em tudo; era elegante poeta latino, philosopho, theologo, bom musico, e tão forte em arithmetica, que muitos negociantes o consultavam quando tinham duvidas nas suas contas. Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, vol. I, pag. 766, diz que o P. Eusebio de Mattos tambem se dedicava á pintura, e qualifica-o de pintor engenhoso, a ajunta que conservava de Mattos numerosos desenhos. Baptista de Castro, no *Mappa de Portugal*, tomo II, pag. 362, diz que o P. Mattos era um pintor e um desenhador caprichoso. Escreveu: *Ecce Homo; praticas prégadas no collegio da Bahia ás sextas feiras á noite, mostrando-se em todas o «Ecce Homo»*, Lisboa, 1677; *Sermão da Soledade e lagrimas de Maria Santissima, prégado na sé da Bahia*, Lisboa, 1681; *Sermões do P. M. Fr. Eusebio de Mattos, religioso de N. S.ª*

do Carmo da provincia do Brazil; Parte I, que contém quinze sermões, Lisboa, 1694; estes sermões saíram posthumos, por diligencia de Fr. João de Santa Maria; a segunda parte nunca se publicou; *Oração funebre nas exequias do ill.^mo e rev.^mo sr. D. Estevão dos Santos, bispo do Brazil, celebradas a 14 de julho de 1672*, Lisboa, 1735.

Mattos *(P. Francisco de)*. Jesuita, reitor do collegio do Rio de Janeiro, depois provincial, e por fim reitor do collegio da Bahia. N. em Lisboa em 1636, fal. na Bahia a 19 de janeiro de 1720. Indo para aquella cidade em 1652, professou na Companhia de Jesus, e sendo nomeado procurador geral voltou ao reino, permanecendo em Portugal 18 annos, até que concluidos os negocios do seu ministerio, partiu para o Rio de Janeiro com o logar de reitor do collegio d'esta cidade, passando depois a ser provincial e reitor do collegio da Bahia e mestre de noviços. Escreveu: *Varios sermões*, que primeiro saíram em separado e depois fôram colligidos em um tomo, Lisboa 1701; *Vida do serenissimo principe eleitor D. Filippe Wilhelmo, conde palatino do reino, duque de Baviera*, etc., *pae da rainha nossa senhora D. Maria Sophia Izabella*, Lisboa, 1692; é traducção da que compozera em allemão o P. João Bodler; *Guia para tirar as almas do caminho espaçoso da perdição, e dirigil-as pelo estreito da salvação; traducção da lingua franceza do padre João Hayneufe*, Lisboa, 1695; *Dôr sem lenitivo dividida em seis discursos concionatorios, nas honras funeraes da augustissima rainha D. Maria Sophia*, Lisboa, 1703; *Palavra de Deus desatada em discursos concionatorios de doutrinas evangelicas, moraes e politicas; Primeira parte*, Lisboa, 1709; *Segunda parte*, 1712; *Desejos de Job, discurso em dois livros, por serem outros tantos os seus desejos*, Lisboa, 1716; *Manual de meditações para todos os dias do anno*, Evora, 1717; *Vida chronologica de Santo Ignacio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus*, Lisboa, 1718; adornada com 7 estampas gravadas a buril; *Coro mystico de sagrados canticos, entoados na harmonia de assumptos moraes, politicos e concionatorios*, Lisboa, 1724.

Mattos *(Francisco Antonio de)*. Empregado na direcção das contribuições directas, no ministerio da Fazenda, escrivão em Arruda dos Vinhos, etc. N. a 2 de setembro de 1845, fal. em Algés a 25 de setembro de 1902. Foi um homem muito activo e trabalhador infatigavel. Como jornalista, escreveu nos jornaes litterarios, desde o anno de 1863, *Archivo Litterario, Aurora Litteraria, Album Litterario, Estrella d'Alva, O Contemporaneo, Commercio e industria*, etc. Foi o director do jornal *O Dão*, de Santa Comba Dão, mas que se imprimia em Lisboa; dirigiu e administrou o semanario *Tim-Tim*, de Sousa Bastos, dedicado a assumptos theatraes. Foi collaborador effectivo do semanario *O Recreio*. Publicou differentes artigos no *Almanach do Recreio, Almanach de Lembranças*, de que foi assiduo collaborador, e outros, sendo o fundador do *Almanach dos Theatros*, que está no 19.º anno da sua publicação. Escreveu duas obras de grande utilidade e de aturado trabalho, o *Diccionario Chorographico de Portugal*, e um livro sobre contribuições, que era a sua especialidade burocratica. Era muito dedicado ao theatro, a que o seu nome andava sempre ligado. Quando, no desempenho do cargo de escrivão de fazenda, andou ao capricho da politica, de provincia em provincia, de terra em terra, o seu primeiro cuidado era organisar uma sociedade theatral, aproveitando e melhorando os theatros da localidade, ou construindo os, se não os havia. Tornava-se então machinista, scenographo, aderecista, ensaiador, actor, contra-regra, finalmente tomava conta de qualquer cargo, quando faltava quem o desempenhasse. Foi amigo intimo de Sousa Bastos e do fallecido escriptor e empresario Salvador Marques. Durante algum tempo foi secretario do antigo theatro dos Recreios. Escreveu uma opereta em

Francisco Antonio de Mattos

3 actos, *Aventura Regia*, que se representou no Porto, com musica de Thomaz Del Negro Em 1895 publicou um livro de contos, intitulado *Campestres*. Para o theatro escreveu mais as seguintes peças: *O guerrilheiro carlista, Os portuguezes em 1640, Liberdade, Patria e honra, Consequencias d'uma noite de S. João em Alcacer do Sal, Abençoada rosa, Cousas da minha creada, O amigo Placido, Uma costureira de marca X*, e a magica *Alfange do diabo*. Algumas d'estas peças representaram-se no antigo theatro da Rua dos Condes, e outras em diversas terras da provincia. Deixou alguns manuscriptos, achando se entre outros um com o titulo de *Alemtejanos illustres*.

Mattos *(P. Gabriel de)*. Jesuita. N. na Vidigueira em 1571, fal em Macau a 9 de janeiro de 1633. Entrando na Companhia de Jesus embarcou para o Oriente. Chegando a Gôa, partiu como missionario para o Japão. Em 1617 foi mandado como procurador a Roma. Voltou a Portugal, mas pouco tempo depois regressou a Gôa. Foi tambem reitor do collegio de Macau, onde veiu a fallecer. D'elle existe impressa uma *Rela-*

ção da perseguição que teve a christandade do Japão desde maio de 1612 até novembro de 1614, e uma *Carta Annua do Japão*, que saiu traduzida em italiano em 1605.

Mattos *(P. João de)*. Jesuita. N. em Lisboa em 1581, onde tambem fal. em 7 de dezembro de 1648 Foi professor nos collegios de Coimbra e de Evora; esteve algum tempo em Roma, e voltando a Lisboa no seu logar de visitador, falleceu, deixando em manuscriptos 2 volumes em latim, com os titulos: *Dos juizos divinos* e *Dos Juizos humanos*.

Mattos *(João Joaquim de)*. General de divisão reformado, do conselho de Sua Magestade, engenheiro, vogal do conselho superior de obras publicas e minas. N. em 23 de junho de 1826, falleceu em Lisboa, a 27 de novembro de 1906. Assentou praça em engenharia em 10 de outubro de 1848, sendo promovido a alferes ou segundo tenente em 11 de junho de 1851, a primeiro tenente em julho de 1853, a capitão em 3 de janeiro de 1865, a major em 2 de outubro de 1873, a tenente-coronel em 5 de janeiro de 187?, a coronel a 31 de outubro de 1884, a general de brigada a 30 de junho de 1893. Reformou-se no posto de general de divisão em 4 de janeiro de 1897. A primeira commissão que exerceu no ministerio das obras publicas, em 1853, foi no lançamento do telegrapho electrico de Lisboa á fronteira. Depois foi nomeado director das obras publicas de Beja, d'onde teve transferencia para a direcção de Castello Branco. D'esta direcção ainda se transferiu para a do Porto. Foi o primeiro director dos caminhos de ferro do Minho, em que prestou bons serviços. D'aqui passou para o conselho superior de obras publicas e minas. Foi tambem presidente da commissão das pontes metalicas. O general João Joaquim de Mattos era gran cruz, grande official, commendador e official da ordem de Aviz, e commendador da de S. Thiago.

Mattos *(João Lourenço Franco de)*. Filho de José Lourenço Franco de Mattos e de D. Maria Gertrudes Guilhermina Ribeiro Coelho. Foi segundo official da Santa Casa da Misericordia. Deixou espalhadas, por differentes jornaes e revistas, numerosas poesias que a sua excessiva modestia nunca permittiu que se reunissem n'um livro. No antigo *Correio da Manhã*, dirigido por Pinheiro Chagas, avultam a maioria d'ellas. Além de um lirico perfeito, foi um delicioso humorista e graciosissimo bohemio, tendo tambem escripto muitos monologos, cançonetas e scenas comicas, muito engraçadas, que correm impressas anonymas. Falleceu em 1896, solteiro, com 51 annos de edade.

Mattos *(Joaquim Hipolyto de)*. Foi o autor d'umas *Taboadas de reducções*, que se publicaram em Londres, 1734.

Mattos *(Joaquim Marcelino de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado no Porto, socio do Instituto de Coimbra, escriptor, etc. N. em Lamego a 15 de setembro de 1824, fal. no Porto, a 16 de janeiro de 1865 Era filho de Antonio Joaquim Pinto Correia, official do exercito, e de D. Anna Roberta da Silveira Mattos. Cursou os estudos primarios e secundarios em Lamego, e matriculou-se na faculdade de direito em outubro de 1845, vindo a tomar o grau de bacharel em junho de 1849, por ter servido na guerra civil de 1846 e 1847 sob as bandeiras da junta do Porto, como praça do batalhão academico. Era um patuléa exaltado. Em 1846 publicou em Coimbra uma diatribe intitulada: *Desesperação de Costa Cabral*. Entregou-se a occupações litterarias, fazendo traducções de romances francezes emquanto foi estudante, publicando as seguintes: *O livro d'uma joven*, Porto, 1846; *Os dois cadaveres, romance de Frederico Soulié*, Coimbra, 1844; *O Toureiro, original da Duqueza de Abrantes, traduzido em portuguez*, Coimbra, 1845; *O vulto negro*, Porto, 1848 N'este anno publicou tambem em Coimbra, em francez o opusculo *Bientôt le socialisme*, e em 1849, no Porto, a traducção d'um pequeno romance com o titulo *Max*. Collaborou em jornaes politicos, litterarios e scientificos, tendo sido fundador e redactor d'alguns. Em 1846, estando ainda cursando a Universidade, escreveu varios artigos nos jornaes *O Povo* e *Grito Nacional*, publicados em Coimbra. Associado com outro seu collega fundou o jornal litterario *O Crepusculo*, de que sairam sómente alguns numeros. Nos annos de 1848 a 1850 inseriu algumas poesias suas nos jornaes poeticos: *Trovador*, de Coimbra; *Lyra da mocidade*, e *Bardo*, ambos do Porto. Tambem redigiu desde novembro de 1849 até julho de 1851, como redactor principal, o jornal politico publicado no Porto, *Ecco popular*, e fundou o jornal litterario *A Esmeralda*. Sendo politico exaltado, acolheu sempre com enthusiasmo o movimento da Regeneração; como porém, o marechal Saldanha parecia hesitante em prometter a reforma da Carta Constitucional, Joaquim Marcellino de Mattos compoz de improviso uma poesia ardente, que foi recitada em 1851 no theatro de S. João, do Porto, achando-se presente o referido marechal. Esta poesia publicou-se n'um pequeno pedaço de papel, sem titulo. Redigiu por algum tempo o jornal juridico, *O Direito*, por elle fundado, mas não pôde continuar por ter adoecido gravemente. Nos fins do anno de 1856, creou outro jornal do mesmo genero, com o titulo de *Revista de Jurisprudencia*, que se publicou mensalmente, no Porto no principio de 1857. Em 1864 foi eleito deputado pelo Porto, mas não chegou a tomar assento na respectiva camara, por fallecer exactamente no dia em que era approvada a sua eleição.

Mattos *(D. José Alves de)*. Arcebispo de Mitylene, vigario geral do patriarchado, bacharel formado em Theologia. N. em Conqueiros, na freguezia de Souto da Carvalhosa, do concelho de Leiria, a 6 de março de 1855. Começou os seus estudos no seminario de Leiria a 11 de maio de 1871, passando mais tarde a cursar a faculdade de Theologia na Universidade, tomando o grau de bacharel em 28 de junho de 1884. Foi ordenado sacerdote a 22 de setembro de 1883. Concluida a sua formatura encetou o magisterio, sendo lente de Theologia e de Philosophia no seminario diocesano de Lamego, e de Geographia e Historia no collegio Rozeiro, desde outubro de 1884 até agosto de 1886. Em 22 de setembro de 1886 foi nomeado reitor e professor de Theologia Moral no seminario de Santarem. Depois de ter tomado a direcção d'este estabelecimento, o papa Leão XIII agraciou-o com o titulo e honras de monsenhor. Por decreto de 8 de setembro de 1892 foi nomeado desembargador da

Relação e Curia Patriarchal, e por decreto de 22 de maio de 1895, foi apresentado n'um canonicato na sé de Lisboa, sendo elevado á dignidade de thesoureiro-mór da mesma sé por decreto de 4 de outubro de 1899. Em junho de 1903 era vigario geral do patriarchado, e foi eleito arcebispo de Mitylene, sendo confirmada a eleição no consistorio de 25 de junho do mesmo anno. A sagração realisou-se a 8 de novembro do referido anno de 1903 na egreja do seminario de Santarem, procedendo á cerimonia com toda a solemnidade o cardeal patriarcha D. José I, com a assistencia dos arcebispos de Evora e de Portalegre. O novo arcebispo recebeu as seguintes offertas; pelo cardeal patriarcha, uma magnifica cruz peitoral em ouro, artisticamente lavrada; por um grupo de alumnos do seminario, antigos discipulos seus, um missal de elevado valor artistico; pelo corpo disciplinar do seminario uma bonita candella de prata; pelo sub-director do collegio de Santarem, um fac-simile chromolithographico do celebre missal de Estevão Gonçalves, edição da casa Macia & C.ª de Paris, cujo original existe na Academia Real das Sciencias de Lisboa, luxuosamente encadernado em vermelho e ouro.

Mattos *(José Lourenço Franco de).* N. na Ericeira em 1821 do casamento de Lourenço Franco de Mattos, capitão de ordenanças e proprietario n'aquella villa e de D. Joaquina do Carmo Martins Moreira Peralta. Assentou praça em 1840 no batalhão de voluntarios da Carta e serviu nas campanhas de 1846 e 1848 como sargento ajudante e alferes de cavallaria. Morreu em Lisboa em 1873, depois de ter feito tirocinio para major e estando prestes a ir servir como governador de Diu. Foi cavalleiro das ordens de Christo, Aviz, Conceição e Torre e Espada; commendador da de Izabel a Catholica e condecorado com as medalhas de bons serviços, valor militar, bom comportamento e com as medalhas chamadas de salvação e da febre amarella, instituidas á devoção humanitaria Deixou escripto e impresso um *Plano de organisação da arma de cavallaria* publicado em 1861 e dedicado ao infante D. Augusto.

Mattos *(Julio de).* V. *Xavier de Mattos.*

Mattos *(Manuel de Sá).* Medico que viveu no seculo XVIII; cirurgião-mór do segundo regimento de infantaria da cidade do Porto, que depois teve o numero 18; facultativo do partido da camara de saude publica da mesma cidade; approvado na mesma arte de curar pela Universidade de Coimbra, e familiar do Santo Officio. Escreveu: *Bibliotheca elementar cirurgico-anatomica, ou Compendio historico-critico e chronologico sobre a Anatomia e Cirurgia em geral, que contém os seus principios, incremento e ultimo estado, assim em Portugal, como nas mais partes cultas do mundo*, etc., Lisboa, 1788. Esta obra foi approvada pela faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra em 23 de novembro de 1786.

Mattos *(Mathias).* Religioso da Congregação do Oratorio, e depois da ordem de S. Jeronymo. Era natural de Lisboa, e viveu na segunda metade do seculo XVII e principios do seculo XVIII. Dos seus muitos sermões apenas foi um publicado.

Mattos *(Paulo da Silva de).* Medico que escreveu uma obra, em que expunha os aphorismos de Hipocrates, accrescentando-lhe muitas noticias então modernas, a qual tinha por titulo *Hipocrates lusitano.* Era natural de Amarante, onde nasceu em 16 de janeiro de 1684. Ignora-se a data do fallecimento.

Mattos *(Raymundo José da Cunha).* Official do exercito portuguez e depois do exercito brazileiro. N. em Faro a 2 de novembro de 1776, e fal. no Rio de Janeiro a 2 de março de 1839. Era filho de Alexandre Manuel da Cunha Mattos e de D. Izabel Theodora Cecilia de Oliveira. Assentou praça no regimento d'artilharia de Faro, em 24 de julho de 1790, militou na divisão auxiliar portugueza durante a campanha da Catalunha, denominada do Roussillon. Havia concluido os estudos proprios da sua profissão, quando em 1797 saiu de Lisboa para as ilhas de S. Thomé e Principe, onde foi successivamente promovido aos postos de tenente, capitão, major e tenente-coronel, exercendo conjuntamente diversas commissões e cargos de serviço, até o de governador interino das mesmas ilhas em 1815. Escreveu então a *Chorographia historica das ilhas de S. Thomé e Principe, Anno Bom e Fernando Pó*, que só veiu a publicar-se no Porto em 1842. No anno de 1817 passou ao Brazil, e serviu em Pernambuco debaixo das ordens do governador e capitão-general Luiz do Rego, sendo em 1819 nomeado vice-inspector do Arsenal do Exercito no Rio de Janeiro. Abraçando a causa da independencia do Brazil, subiu na carreira militar até ao posto de marechal de campo, acompanhou D. Pedro IV á Europa, e assistiu como espectador á campanha da Liberdade até 1833, em que regressou ao Brazil. Prestou então ao imperio importantes serviços, exercendo elevados cargos, e sendo condecorado com diversas ordens do Brazil. Publicou tambem no Rio de Janeiro algumas obras.

Mattos *(Vicente da Costa).* Ignora-se a profissão e as datas do nascimento e morte d'este escriptor, que viveu no seculo XVII, sabe-se que era filho de Damião da Costa, escrivão do juizo do civel de Lisboa. Escreveu: *Breve discurso contra a heretica perfidia do judaismo, continuada nos presentes apostatas da nossa santa fé com o que convém á expulsão dos delinquentes n'ella nos reinos de Sua Magestade com suas mulheres e filhos*, etc., *dedicada a D. Miguel de Menezes, duque de Caminha*, Lisboa, 1622; houve outra edição em 1623; houve ainda outra em 1668; *Honras christãs nas affrontas de Jesus Christo, e segunda parte do primeiro discurso contra a heretica perfidia do judaismo*, etc., Lisboa, 1625.

Mattos. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição e conc. de Ancião, distr. de Leiria. || N. S.ª da Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S. Thiago, de Areias, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Miguel, de Bostello, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. Lourenço, de Calvos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. André, de Cella, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria || S. Cypriano, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Christovão, de Espadanedo, conc. de Sinfães, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Espite, conc. de Ourem, distr. de Santarem. || Espirito Santo, de Egreja Nova do Sobral, conc. de Ferreira do Zezere, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Lobrigos, conc. de Santa Martha, de Penaguião,

distr. de Villa Real. || S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || N. S.ª de Rosario, de Marinha Grande, conc. de Leiria. || Santa Christina, de Meadella, conc. e distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || N. S.ª da Piedade, de Monte Redondo, conc. e distr. de Leiria || O Salvador, de Moreira, conc. de Maia, distr. do Porto. || S. Christovão, de Muro, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Ovil, conc. de Baião, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Pelmá, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Santa Maria, de Penha Longa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Paio, de Portella, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real || S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || S. Thiago dos Velhos, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || S. Martinho, de Villa Jusã, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || N. S.ª da Piedade e conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem. || S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || S. Matheus, de Alvåres, conc. de Goes, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. de Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || S. André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Martinho, de Ariz, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || N. S.ª da Graça, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || N. S.ª da Conceição, de Paio de Pelle, conc. de V. N. da Barquinha, distr. de Santarem. || S. Miguel, de Palhacana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || N. S.ª do Desterro, de Pouzos, conc. e distr. de Leiria || Santa Maria dos Olivaes, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || N. S.ª d'Ajuda, de Vestiaria, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Quinta na freg. de S. Antonio, de Pinheiro, conc. de Aguiar da Beira, distr. da Guarda.

Mattos d'Além. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Alcorochel, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Mattos de Baixo Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Paderne, conc. de Albufeira, distr. de Faro.

Mattos Brancos. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Luz, conc. de Lagos, distr. de Faro. || S. Pedro, de Souto da Casa, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco.

Mattos de Cabeça Alta. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. Tem correio com serviço de posta rural.

Mattos Cabral *(Antonio Guedes Quinhones de)*. General de divisão. N. em Lisboa, no seu solar de S. Sebastião da Pedreira, a 31 de dezembro de 1815, onde tambem fal a 4 de janeiro de 1895. Era descendente d'uma familia da antiga nobreza. Frequentava o Collegio dos Nobres quando o duque da Terceira entrou em Lisboa a 24 de julho de 1833, e n'essa occasião offereceu-se, com o seu cavallo, para servir no exercito libertador, assentando praça em cavallaria n.º 11 a 1 de agosto d'aquelle anno. Entrou em todas as acções em que tomou parte o seu regimento. O imperador D. Pedro o mandou depois servir ás ordens do coronel Serra, director da linha de defeza da capital. Terminando a campanha da Liberdade, continuou os estudos, e achava-se frequentando a Academia de Fortificação, quando foi despachado alferes em 26 de março de 1834 para a 3.ª secção do exercito, passando d'essa secção para cavallaria n.º 5, e mais tarde para cavallaria n.º 2, onde ultimou o tempo que a lei exigia para ser collocado no corpo de engenharia. Foi promovido a tenente em 5 de setembro de 1837, a capitão em 18 de setembro de 1850, a major em 22 de maio de 1865, a tenente coronel em 25 de abril de 1866, a coronel em 10 de janeiro de 1873, a general de brigada em 25 de setembro de 1879, e a general de divisão em 30 de junho de 1886. No anno de 1844 foi commandante da força de sapadores encarregada de fazer as fortificações em frente da praça de Almeida para cercar os patulêas. Por occasião da memoravel inundação de Villa Franca de Xira, sendo ainda tenente de sapadores, foi encarregado do esgotamento das aguas e respectivas obras, commissão espinhosa, que desempenhou com a maior competencia. Em 1853 foi mandado apresentar no ministerio das obras publicas, afim de servir ás ordens do brigadeiro graduado José Bento de Sousa Fava, intendente das obras publicas no districto de Lisboa, e por fallecimento d'este funccionario foi nomeado intendente, logar que exerceu por alguns annos, dirigindo a construcção de quasi todas as estradas do districto de Lisboa, e procedendo elle proprio á sua arborisação. Foi o general Mattos Cabral quem creou os primeiros viveiros para arborisação de estradas, sendo incansavel na acquisição de arvores, que pedia aos seus amigos, e com as quaes conseguiu arborisar algumas estradas do districto de Lisboa. Sendo exonerado do logar de intendente, foi collocado na repartição de obras publicas, desempenhando algumas commissões importantes, de que foi encarregado. Juntamente com Camara Manuel foi nomeado para inspeccionar differentes obras do districto de Evora, como as do aqueducto sertoriano d'aquella cidade; e com Domingos Pinheiro Borges e Joaquim José de Almeida, para inspeccionar alguns serviços da commissão geodesica. Tambem inspeccionou algumas secções do caminho de Ferro do Douro. Em 1886 foi nomeado vogal da Junta Consultiva de Obras Publicas e Minas, cargo que exerceu até ser reformado, em consequencia do seu mau estado de saude. Foi condecorado por el-rei de Italia, Victor Manuel, com o habito da ordem de S. Mauricio pelos serviços prestados por occasião do casamento de Sua Magestade a Rainha Senhora D. Maria Pia com el-rei D. Luiz. O general Mattos Cabral era gran-cruz e commendador da ordem de S. Bento de Aviz, e possuia a medalha das campanhas da Liberdade, algarismo n.º 2. Foi bom cavalleiro do tempo do conde de Vimioso, e muito conhecedor da arte de equitação do marquez de Marialva. Era tambem distincto amador de musica, conhecendo differentes instrumentos e deixando algumas composições. Muito apaixonado pelas rosas, possuia no seu jardim em S. Sebastião da Pedreira a mais variada collecção que existia em Lisboa, obtendo sempre os primeiros premios nas exposições de floricultura.

Mattos Cabral *(João Guedes Quinhones de)*. Engenheiro chefe de 1.ª classe, do corpo de engenharia civil, que fal. em janeiro de 1900. As-

sentou praça na extincta companhia dos guardas-marinhas, e partindo para a India a bordo da fragata *D. Fernando*, fez quasi todo o tirocinio para ascender ao posto de 2.º tenente, nos mares d'aquelle Estado. Embarcando de novo para os Açôres, concluiu assim as provas a que então eram submettidos os aspirantes ao posto de 2.º tenente. Passou a frequentar o curso de engenharia civil, e pouco depois da sua promoção áquelle posto, resolveu abandonar definitivamente a vida do mar. Como engenheiro, serviu nos districtos de Villa Real, Leiria, ilha do Faial e Santarem, onde permaneceu bastantes annos, até que, sendo nomeado engenheiro chefe de 1.ª classe, foi collocado como adjunto de fiscal do governo na Companhia das Aguas. Exonerado d'esse cargo, pediu a aposentação.

Mattos Callado *(P. Francisco de)*. Prior do convento de N. S.ª da Encarnação das commendadeiras da ordem de Aviz, ministro da Curia Patriarchal, etc.. Fal. entre os annos de 1807 e 1812. Escreveu: *Fiel christão instruido nos deveres da religião, pelo quotidiano exercicio que ensinam as Sagradas Letras* etc., Lisboa; *Mundo politico, civil e moral, que declara os costumes e estado das monarchias e imperios mais polidos, que se fundaram desde que as gentes se dividiram pelo globo da terra*, etc.. tomo I, Lisboa, 1799; não consta que se publicassem mais tomos; *Egreja militante protegida pelo Omnipotente Deus*, etc., Lisboa, 1797, 6 tomos.

Mattos do Carriço. Pov. na freg. de S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Mattos Chaves *(Joaquim de)*. Medico contemporaneo, pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa. N. em Guimarães a 3 de agosto de 1851, sendo filho de Antonio José Mattos Chaves. Matriculando-se na Escola Medica de Lisboa, veiu a defender these em 25 de julho de 1874, sendo approvado plenamente e com louvor. A these foi publicada em Lisboa, n'esse mesmo anno, com o titulo de *Fracturas do craneo*. A 17 de dezembro de 1877 foi nomeado medico extraordinario do hospital de S. José. E' membro da junta consultiva de saude, sub-delegado de saude e diretor da enfermaria de Santa Estephania no hospital Estephania, Exerce tambem muita clinica particular. Fundou, associado com o seu collega e antigo jornalista Ferrer Farol, um posto medico, situado na praça de D. Pedro. Seu filho Fernando Mattos Chaves é tambem medico pela Escola de Lisboa, e desempenhou o cargo de secretario do comité do congresso de medicina em 1906, sendo agraciado com o officialato da ordem de S. Thiago, por decreto de 14 de agosto do mesmo anno.

Mattos de Cima. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. ‖ N. S.ª da Esperança, de Paderne, conc. de Albufeira, distr. de Faro.

Mattos Costa *(Manuel de)*. Cirurgião algebrista no Hospital de Todos os Santos, nomeado em 20 de junho de 1701, e fal. a 14 de fevereiro de 1728.

Mattos da Costa *(Manuel de)*. Militar, empregado na Junta do Credito Publico, etc. N. em Guimarães a 3 de julho de 1827, sendo filho de João de Mattos Costa, negociante, e porta-estandarte do regimento de milicias n'aquella cidade, o qual falleceu em 1841. Sua mãe era D. Anna Joaquina de Jesus. Tinha 16 annos de edade Mattos da Costa quando assentou praça em 30 de julho de 1832, no batalhão dos voluntarios da rainha. Entrou no combate de Villa do Conde, onde teve o seu baptismo de fogo. Assistiu tambem ás seguintes acções: em 25 de agosto n'um reconhecimento do inimigo sobre a estrada da Aguardente; a 8 de setembro na defeza das linhas do Porto; a 9 e 10 na defeza de Monte Pedral; a 29 na batalha sobre as linhas do Porto; a 17 de novembro sortida pelas Antas; a 17 de dezembro sortida á margem esquerda do rio Douro; a 24 de janeiro de 1833, sortida sobre o monte do Crasto; a 4 de março acção sobre a esquerda da linha desde a Foz até Lordello, na direita sobre o Bomfim; a 20 de abril acção sobre a linha do inimigo, atacando em diversos pontos, principalmente sobre o Monte Covello, que pretendia retomar, e sobre Lordello; a 5 de julho acção sobre as linhas do Porto, principalmente sobre Lordello, Monte Pedral e Antas; a 25 do mesmo mez sobre as linhas do Porto, ficou ferido gravemente no braço direito, que lhe valeu permanecer quatro mezes na enfermaria, sendo-lhe o braço amputado. Quando se restabeleceu, novamente correu ás armas, e em abril de 1834 acompanhou as forças liberaes, que sairam do Porto em direcção de Santo Thirso, onde estava o acampamento do exercito miguelista, em numero muito superior ao exercito liberal, e o desalojaram com singular valentia, pondo-o em fuga, e incendiando-lhe o arraial. Continuando na lucta, uma bala o feriu na perna esquerda n'um encontro que teve na Lixa, e esta circumstancia o impossibilitou de entrar na batalha da Asseiceira em 16 de maio de 1834. Quando se deu a convenção de Evora Monte, que pôz fim á campanha, achava-se Mattos da Costa no hospital de Guimarães, para onde fôra transportado á ordem do barão de Villa Pouca, governador militar daquella cidade, e no fim d'um mez estava restabelecido. Recebeu então o posto de capitão d'um batalhão fixo, que guarnecia Guimarães, sob o commando do referido barão. Este batalhão foi depois dissolvido, e Mattos Costa recolheu-se á sua casa, indo viver junto de sua familia. Realisou n'essa epoca o seu casamento com D. Bernarda do Bom Pastor, filha do abastado negociante Pedro José Pereira. Durou pouco tempo esta pacifica situação, porque sete annos depois falleceu sua mulher, seguindo-se sua mãe e umas tias edosas; estas perdas successivas muito o quebrantaram. As quantiosas fortunas. de que foi herdeiro, grangearam-lhe mais relações, e mais augmentou a influencia de que já dispunha. Como ficasse viuvo, foi em 1843 instado a fazer parte da celebre corporação dos estudantes de latim, em Guimarães, para gozar as regalias que lhe andavam annexas, e que se manifestaram em 6 dias consecutivos, durante os *festejos escolasticos*, conhecidos sob a denominação de *festas de S. Nicolau*. Entrou depois na politica sendo partidario militante de José Estevão e de Antonio Rodrigues Sampaio. Achou-se na revolução de Almeida, sendo acerrimo setembrista, que, com o posto de official viera n'um contingente de Guimarães reunindo-se a contingentes de outras terras. Em differentes encontros peri

gosos que tivera, alguns sustentados de noite, saira sempre illeso, até que n'um combate de fusilaria na serra de Nossa Senhora da Penha, foi feito prisioneiro por uma partida de infantaria capitaneada pelo administrador de Guimarães, João Carreira, que, não tendo esquecido os laços de amizade pelos odios dos partidos, o desarmou, e benevolamente lhe restituiu a liberdade. Com a capitulação d'Almeida serenaram os animos por alguns mezes. Mattos Costa partiu então para o Brazil, onde o chamavam negocios de familia, regressando a Portugal em 1815, acompanhado de um seu irmão que se estabelecera no Rio de Janeiro e adquirira grande fortuna e elevados creditos commerciaes. Não tardou que as paixões partidarias de novo rebentassem, e em maio de 1846 deu se no Minho a revolução da Maria da Fonte, seguindo-se em 9 de outubro a revolta da Patuléa, que creou uma junta soberana no Porto, de que faziam parte Passos Manuel e o conde das Antas. Mattos Costa commandava então no Minho uma guerrilha, uniformisada e sustentada á sua custa, e que operava por instrucções dadas constantemente ao seu chefe pelo general Marianno Barroso, barão do Almargem. Foi esse motivo de ter uma guerrilha, sob as suas ordens, que lhe grangeou e epitheto de *general maneta*, por que era conhecido, pois empunhava a espada com a mão esquerda. Essa guerrilha, pouco tempo depois, serviu de nucleo a um batalhão movel, o 1.º da legião, formado em Guimarães, e do qual teve o commando da 4.ª companhia, merecendo a prerogativa de ser um dos officiaes de melhor conceito e confiança do conde da Azenha, coronel inspector de todos os batalhões moveis do Minho. Em novembro de 1847 entrou no combate de Valpaços, caindo afinal prisioneiro do barão do Rio Zezere. Assignou-se depois a convenção de Gramido, com que terminou a guerra. Mattos Costa, cançado de tantos combates, coberto de glorias, sendo ainda senhor de avultada fortuna, apezar do muito que dispendera com o custeio das guerrilhas, quiz descançar, retirando-se á sua casa. Em fins do anno de 1848 fundou em Guimarães uma importante e luxuosa assembléa, a que deu o nome de *Recreativa*, que congregou o meio da sociedade elegante. A assembléa esteve em grande prosperidade, dando bailes e concertos esplendidos, em que Mattos Costa gastava sommas grandiosas. D'aquella assembléa se formaram duas filiaes, uma nas Caldas de Vizella e a outra nas Caldas das Taipas. Em Vizella construiu Mattos Costa um elegante theatro, para onde escripturou uma companhia do Porto. A este tempo havia já passado a segundas nupcias com D. Josephina Adelaide da Silva. A assembléa, a fundação de uma egreja em Guimarães, e as successivas festas offerecidas aos seus amigos, deram em resultado arruinar a sua fortuna, chegando a ficar pobre. Veiu então para Lisboa, e achou grande protecção no seu antigo amigo Antonio Rodrigues Sampaio, que lhe arranjou um modesto emprego n'uma das repartições da alfandega, onde se conservou alguns mezes, passando em novembro de 1865 para continuo da Junta do Credito Publico.

Mattos Guerra *(P. Gregorio de)*. Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra. N. na Bahia em 7 de abril de 1623, segundo diz Costa e Sá, havendo, porém, quem lhe marque para data do nascimento o dia 20 de dezembro de 1633. Fal. em Pernambuco, em 1696. Era filho de Gregorio de Mattos, de nobre familia da villa de Arcos de Valle-de-Vez, e de Maria Guerra, senhora do engenho na Patatiba. Era seu irmão mais velho o padre Eusebio de Mattos *(V. este nome)*. Recebeu os primeiros estudos no collegio dos jesuitas da Bahia, e por seus paes foi mandado aos 14 annos de edade para Portugal, afim de seguir os estudos superiores na Universidade de Coimbra. Ao mesmo tempo que principiou a frequentar o curso juridico, começou a tornar-se conhecido pelo seu engenho poetico, distinguindo-se principalmente nas composições do genero satyrico. Apenas tomou o grau de bacharel em Leis, deixou Coimbra, lançando-lhe o ultimo adeus de maldição em versos malignos, e veiu para Lisboa exercer a advocacia. Serviu depois os logares de juiz de um bairro da cidade, e de juiz dos orphãos d'uma comarca visinha da capital, e com tanta distincção se houve no desempenho d'esses cargos, que o celebre jurisconsulto Pégas, nas suas notas ás Ordenações do reino, cita as sentenças de Mattos Guerra como modelos de sciencia e talento juridicos. Depois dos successos que tiraram a corôa a D. Affonso VI, e deram a regencia a seu irmão o infante D. Pedro, este prometteu ao considerado jurisconsulto um logar na Casa da Supplicação apenas houvesse vaga, exigindo-lhe, porém, no emtanto que fôsse ao Rio de Janeiro em commissão, para devassar dos actos do governo de Salvador Correia de Sá e Benevides, que em 1661 deixára o cargo superior de administração publica. Costumava a syndicancia dos actos dos governadores, que acabavam o tempo, ser confiada aos ouvidores, e parecendo a Mattos Guerra que a sua nomeação para esse cargo tinha por fim unico aggravar a perseguição já intentada contra o ex-governador, não acceitou a commissão, e assim perdeu o valimento do regente, que até então sempre lhe mostrara grande affeição e estima. Perdendo as esperanças de ter accesso na carreira da magistratura, voltou á patria em 1678, e ahi obteve, por influencia do capitão general, ser nomeado thesoureiro-mór da sé e vigario geral do arcebispo Barata de Mendonça, que por doença se conservava em Portugal. Renunciando a mitra esse prelado, Mattos Guerra exonerou-se dos cargos que exercia, e dedicou-se á profissão de advogado. Empregando a sua veia satyrica contra tudo e contra todos, semeando de epigrammas e sarcasmos os libellos e escriptos juridicos, e compondo poesias em que punha a relevo os defeitos fôsse de quem fôsse, não escapando até a propria mulher, grangeou tantos inimigos que se viu obrigado a deixar a Bahia. Tomando posse do governo em 1694 o novo governador D. João de Lencastre, voltou outra vez para a Bahia. Longe, porém, de se emendar, parece que se exacerbou ainda mais o seu genio satyrico, que o governador se resolveu a mandal o prender e envial-o para Angola, como desterrado, mas, segundo se diz, para lhe poupar mais serios desaguisados. Mais tarde regressou ao Brazil, muito quebrantado e na mais extrema miseria, tendo de pedir esmola para se sustentar, e aportando a Pernambuco, o capitão, que o conhecia de Lisboa, o mandou recolher n'uma ca-

sa de caridade, dando-lhe uma pensão. Mattos Guerra sobreviveu, fallecendo aos 73 annos de edade, e foi sepultado no hospicio de Nossa Senhora da Penha dos capuchinhos francezes. As suas obras fórmam 6 grossos volumes em 4.º

Mattos Lobo *(Francisco de)*. Grande criminoso. N. em Amieira a 2 de julho de 1814, e foi o ultimo enforcado que houve em Lisboa, sendo executado a 15 de abril de 1842. Era filho de José Pedro de Mattos Conde e de D. Maria Vicencia. Seus paes o destinavam á vida ecclesiastica, e foi mandado em 1829 para o seminario de Sernache do Bomjardim, onde estudou grammatica latina, rhetorica e philosophia, distinguindo se, mais do que pela sua applicação, pelo seu genio turbulento e pouco religioso. Fechado o seminario em 1834, regressou a casa de seus paes, e foi desde então que deu largas ás suas paixões. Filiou se no partido liberal, a que seu pae tambem pertencia, e nas desordens e tumultos das villas da Amieira e de Gavião fez-se cabeça de motim, salientando-se pelo seu mau procedimento. Consta que, sendo ainda estudante no seminario, roubara o relogio d'ouro a um condiscipulo; a um tio, que fôra capitão-mór de Mação, roubara um faqueiro de prata, e assassinou um soldado realista, conveucionado em Evora Monte. Tratava mal os paes, a pouto que estes tiveram de o expulsar de casa Tinha vindo para Lisboa sua prima, D. Adelaide, viuva do pianista João Evangelista Pereira da Costa, que fallecera em França, em 1832. Esta senhora viera para Lisboa, sob o pretexto de educar seus dois filhos, porém mais ainda, por conselho do primo de seu marido, o padre João Pereira, para se subtrair ás indiguas perseguições de Mattos Lobo. Foi residir para a rua de S. Paulo, n'uma propriedade junto ao arco grande da rua do Alecrim, tendo tambem frente para a rua Nova do Carvalho. Mattos Lobo soube d'esta fuga, e marchou para Lisboa, em perseguição da sua victima, que, ou por vontade, ou por temer algum escandalo, o recebeu em sua casa. D. Adelaide vivia na companhia de sua filha Julia, menina de 17 annos; seu filho Emygdio Pereira da Costa, de 11 annos, e uma creada. Pelas 11 horas da noite de 25 para 26 de julho de 1841, o filho d'um negociante que morava no predio fronteiro, viu um homem passear no quarto da menina Julia, e uma cadellinha d'esta ladrar lhe furiosamente, e o homem agarrar no animalsinho e arremessal-o pela janella. Fez lhe isto grande impressão, e deu parte a uma patrulha. Esta e outras autoridades, que se chamaram, suspeitando algum crime, dirigiram-se á casa, e como a porta estivesse trancada por dentro, o capitão Barrote, da guarda municipal, com o auxilio d'uma escada, entrou pela janella, abrindo então a porta para os demais entrarem. Encontraram-se estendidas n'um grupo, e alagadas em sangue, a dona da casa, seu filho e a creada, todos mortos. Ouviam se suspiros afflictivos n'um quarto distante, onde viram a pobre menina ferida com 17 punhaladas, e com o punhal do assassino, que atravessando-lhe o ventre, fôra cravar se na espinha dorsal. Esta pobre menina vivia ainda, e pôde declarar o nome do assassino, que era o seu primo Mattos Lobo. O capitão Barrote mandou immediatamente quatro soldados a casa do assassino, e encontrando-o ali muito socegado, trouxeram-n'o preso. Seguiu-se o processo, o crime foi provado, apezar das negativas do criminoso, e este condemnado á pena de morte, cuja execução se realisou no caes do Tejo, á Boa Vista, no dia acima indicado. Na mesma tarde do supplicio os lentes da Escola Medica de Lisboa, Francisco Martins Pulido e João José de Simas, tomaram conta do cadaver do suppliciado, para no seu craneo fazerem experiencias phrenologicas, as quaes se verificaram nos dias 17 e 18 no theatro anatomico do hospital de S. José, onde ainda existe a caveira, segundo consta. No *Portugal antigo e moderno*, de Pinho Leal, vol VIII, pag. 395 e seguintes, vem uma minuciosa biographia de Mattos Lobo.

Mattos Morenos. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, conc. de Lagos, distr. de Faro.

Mattos Mouriscos. Pov na freg. de Santa Maria e conc. de Lagos, distr. de Faro.

Mattos do Outeiro. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Mattos da Rainha. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, districto de Leiria.

Mattos de Santa Barbara. Pov. na freg. de S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Mattos Verdes. Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Marinha Grande, conc. e distr. de Leiria.

Mattos da Villa. Pov. na freg. de S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, districto de Leiria.

Mattosa. Povoações nas freguezias: N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa. || O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Mattosinhos *(Antonio Ferreira da Silva Maia, barão de)*. Fidalgo cavalleiro, por ser commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, commendador da de Izabel a Catholica, de Hespanha, e da Rosa do Brazil; commerciante na praça de Pernambuco. N. no logar da Maia, conc. de Bouças, a 19 de novembro de 1831, fal. em Lisboa a 3 de março de 1903. Era filho de Antonio Ferreira da Silva, e de sua mulher, D. Thereza Moreira. Casou em 1855 com D. Maria Rosa Monteiro, filha de Victorino José Monteiro, proprietario em Villa Nova de Famalicão, e de sua mulher, D. Anna Christina. O titulo de barão de Mattosinhos foi-lhe concedido por decreto de 25 de agosto de 1870.

Mattosinhos *(Francisco de Sá de Menezes, conde de)*. Commendador de Proença e de S. Thiago do Cacem; alcaide-mór do Porto. N. n'esta cidade em 1523, onde tambem fal. a 3 de setembro de 1581. Era filho de João Rodrigues de Sá e Menezes, alcaide-mór do Porto, senhor do concelho de Sever, e de D. Camilla de Noronha. Foi creado do principe D. João, e depois seu camareiro-mór, em substituição do 1.º conde de Vimioso, D. Francisco de Portugal. A rainha regente D. Catharina, em 1558, o nomeou tambem camareiro-mór de el-rei D. Sebastião. Depois retirou-se para o Porto, dedicando se ao estudo da poesia. D. Sebastião o chamou mais tarde á côrte e o nomeou capitão da sua guarda e mordomo-mór da princeza que deveria ser sua esposa. Este monarcha lhe confiou o governo do reino em ambas as viagens que fez a Africa. O car-

deal D. Henrique tambem o nomeou seu camareiro-mór a 9 de outubro de 1578 e seu conselheiro de estado. dando-lhe o titulo de conde de Mattosinhos, nomeando-o egualmente um dos cinco governadores do reino até á nomeação do novo soberano seu successor. O conde de Mattosinhos, penetrado do grande desgosto, vendo o dominio do reino entregue a um principe estrangeiro, para cujo effeito elle concorrera involuntariamente com o seu voto, deixou a côrte, e foi para o Porto, a buscar sepultura onde nascera, e pouco tempo sobreviveu, sendo sepultado no convento de Nossa Senhora da Conceição de Mattosinhos. Casou duas vezes: a primeira com D. Anna de Mendonça, filha de Ayres de Sousa, commendador de Alcanede, e a segunda com D. Catharina de Noronha, filha de João Rodrigues de Sá. Não tendo descendencia de nenhum dos matrimonios, ficou extincto o condado de Mattosinhos.

Vista geral de Mattosinhos

Mattosinhos. Villa e freg. do Salvador, da prov. do Douro, séde do conc. de Bouças, com., distr. e bisp. do Porto; 1:138 fog. e 7:680 hab. (V. *Bouças*, vol. II do *Portugal*, pag. 424). Está situada á beira mar, na margem esquerda do rio Leça, sendo uma das praias de banhos mais frequentadas e consideradas do paiz. E' ligada á freg. de Leça da Palmeira por varias pontes. Tem duas boas estradas para o Porto: uma em linha recta, que é a estrada-rua da Boa Vista, a outra pela margem direita do rio Douro até á Foz, e depois pela beira mar até Mattosinhos, concluida em 1868. Esta estrada está orlada de arvores, que a torna um agradavel passeio, indo desembocar na formosa alameda de Mattosinhos, vasto quadrilatero, arborisado e guarnecido de bancos de pedra. No centro da alameda ergue-se a estatua de Manuel da Silva Passos, que se inaugurou em 24 de agosto de 1864. Mattosinhos, juntamente com a pov. de Leça da Palmeira, foi elevada á categoria de villa por decreto de 10 de novembro de 1852, por cujo diploma se transferiu para ali a séde do conc. de Bouças, a que pertence. A Universidade de Coimbra apresentava o reitor, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. Mattosinhos não passava d'uma pequena povoação da freg. de Bouças, e até ao Senhor Jesus de Mattosinhos se dava o nome de *Bom Jesus de Bouças*. Hoje é uma villa das mais pittorescas com muitos attractivos e commodidades, tendo bellas ruas e boas propriedades de construcção moderna, praça de touros, hoteis, cafés, restaurantes, duas linhas ferreas americanas, est. no ramal do caminho de ferro do Porto á Povoa de Varzim, entre a est. de Leça e o apeadeiro da Senhora da Hora; escolas para ambos os sexos, Lyceu Alto Mearim, Instituto Progredior, Asylo de Santa Violanta, associações de bombeiros voluntarios, dos negociantes de pescado, dos operarios das Quatro Artes, Sociedade Commercial, delegação da alfandega do Porto, est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras, obrigações e vales; advogados, agencia do Banco de Portugal, fabricas de conservas e de moagens, medicos, pharmacias, est. electro-semaphorica, est. de saude, postos de desinfecção, grandes armazens de vinhos, theatro *Constantino Nery*, que se construiu em 1873, typographias, Gremio Recreativo, feira todos os sabbados, grande romaria no domingo do Espirito Santo ao Senhor de Mattosinhos, que dura tres dias, sempre muito concorrida pelos povos d'outras freguezias das proximidades e até d'algumas bem distantes. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut, e res. n.º 6, com a séde no Porto. Em Mattosinhos teem-se publicado os seguintes jornaes: *Badalo (O)*, 2 de janeiro de 1904; *Commercio (O)*, 25 de setembro de 1902; *Lucta de Bouças*, 14 de junho de 1901; *Passos Manuel*, 12 de fevereiro de 1888, em 1889 ainda se publicava; *Progressista*, 4 de dezembro de 1904. O desenvolvimento d'esta villa foi ao principio devido ao grande santuario do Senhor de Mattosinhos, imagem da maior devoção, e á sua magnifica praia de banhos, e posteriormente accentuou-se com a construcção do porto de Leixões, e com o estabelecimento de grandes fabricas e armazens. O antigo e magestoso santuario eleva-se n'uma ampla e amena planicie, assombrada por corpulentos e copados alamos, para o que se sóbe por uma espaçosa escadaria. A egre-

ja é de tres naves, cujos arcos são sustentadas por seis columnas de ordem corinthia, e tem 7 altares, incluindo o da capella-mór, sendo dois de cada lado do corpo da egreja, dois ao lado no arco cruzeiro, e o altar-mór onde se ergue n'um throno a imagem do Senhor de Mattosinhos. Nos altares do corpo da egreja estão as imagens de S. Pedro, S. José, N. S.ª da Graça, e a arvore de n'esta egreja deixou instituidas 5 capellanias com certas obrigações, instituição que mais tarde foi alterada. O templo é interiormente de vistosa fabrica. Na fachada, erguem-se aos lados duas torres, n'uma das quaes, a do lado esquerdo, chamada *torre antiga*, ha 3 sinos. Na do lado direito, ou torre moderna, foi collocado pela irmandade um bom carrilhão, ha pouco mais de

Padrão do Senhor de Mattosinhos

Job, em devota representação. No arco cruzeiro estão as capellas do Santissimo Sacramento e do Senhor dos Passos. No lado do Evangelho, na capella mór, está o tumulo do bispo do Porto D. Geraldo Domingues, que morreu em Extremoz no anno de 1321, e cujos ossos se trasladaram para aquella egreja, por ter sido este prelado a quem el-rei D. Diniz, em 1305, déra o padroado de Mattosinhos, e ter sido o venerando bispo quem 30 annos. No mesmo terreiro ou alameda onde está situada a egreja, elevam-se 3 capellas de cada lado, em que se representam os principaes passos da Paixão de Christo. As do lado esquerdo, ao sair da egreja, são dedicadas a Jesus orando no Horto, á prisão de Jesus e a Jesus açoutado; as do lado direito ao Pretorio, ao Ecce Homo e a Jesus caido com a cruz ás costas. Ao lado esquerdo da egreja construiu-se ha

poucos annos um edificio, que é conhecido pela *Casa dos Milagres.* Na frente, logo á entrada do adro, erguem-se dois bellos chafarizes, tendo ao centro uma avenida, em cujo fundo se vê a fachada da egreja. Pela parte posterior do templo fica o cemiterio parochial, espaçoso e bem cuidado, com alguns elegantes mausoléos, tendo ao centro um cruzeiro. O Santuario do Senhor de Mattosinhos data do anno de 1550, em que pela ruina do antigo mosteiro de Bouças, onde a imagem se venerou durante 14 seculos, se edificou pelo lado opposto a de 50. Descendo dois degraus para a parte do mar, encontra-se uma fonte de bem lavrada cantaria, com quatro faces, tendo em cada uma d'ellas uma inscripção latina, tirada dos logares santos. Não está bem averiguado o anno em que a imagem appareceu na praia de Mattosinhos. Uns dizem que foi no anno 50 da era christã, outros affirmam que foi no anno 90; outros, porém, e estes julgamos que se baseiam nas melhores razões, querem que fôsse em 124. Julga-se tambem que a data de 162 que no

Santuario do Senhor de Mattosinhos

um novo santuario no mesmo logar, a expensas da Universidade de Coimbra a que pertencia o padroado de Mattosinhos, por concessão d'el-rei D. João III. Parte d'esta egreja é a que existe actualmente e que comprehende a capella-mór e metade do corpo da egreja; o restante foi reformado ou accrescentado no principio do seculo XVIII. A pouca distancia da egreja, para o lado do mar, no sitio do Espinheiro, vê se o monumento do *Senhor do Padrão*, assim chamado por ter sido ali, segundo a tradição, que foi arrojada á praia pelas ondas a imagem do Senhor de Mattosinhos. E' uma especie de zimborio ou pavilhão, formado de 4 arcos abertos, rematados por uma bonita e elevada abobada, guarnecida de 8 pyramides, e terminada no seu vertice por uma cruz. Entre as columnas e pela parte de dentro, estão as estatuas dos 4 evangelistas. No centro eleva-se a cruz com a imagem de Jesus Crucificado. No pedestal da cruz, que olha para o mar, lê se em caracteres arabicos a data de 162, e pedestal da cruz se vê em algarismos arabes, confórme citámos, seja a data em que se encontrou ali a imagem, e esta mesma data existe no topo do arco da capella-mór da egreja actual, mas que se não vê por causa da talha dourada que reveste o templo. Estes algarismos, escriptos n'aquella epoca, deviam referir-se á era de Cesar, necessariamente, pela qual se computavam os annos. Ora o anno de 162 da era de Cesar corresponde ao anno 124 da era christã. O numero 50 que se encontra no outro lado do pedestal da cruz, segundo alguns escriptores, indica que o braço que faltava á imagem na occasião do apparecimento, appareceu 50 annos depois, o que é confirmado pela tradição constante de muitos seculos. (*V. o artigo seguinte*). Até ao meado do seculo XVI venerava-se a imagem na egreja de Bouças, como dissémos, oude esteve escondida entre a parede da capella mór e outra com que esta se forrou, para se formar este esconderijo, durante os annos mais nefastos para a Egreja.

Esteve ali occulta no anno 412, em que n'esta provincia entraram os alanos, suevos, selingos e vandalos; no anno de 633, em que Sezinando foi acclamado rei de toda a Hespanha; no de 713, em que os arabes estiveram senhores d'esta provincia; e nos annos de 982 e 985, até que os gascões entraram pela barra do Porto, derrotando completamente a Almançôr, capitão moiro dos reis de Cordova. Ali foi preservado este thesouro, saindo incolume de tantas perseguições. A confraria tem o titulo de real; sustenta escolas, cujo edificio se concluiu em 1890; procedeu á construcção do hospital-asylo, instituido pelo fallecido capitalista Antonio da França Junior, que deixou á confraria a terça parte do remanescente dos seus bens, calculada em 60:000$000 réis, para esse fim. O projecto d'este hospital foi elaborado pelo dr. Antonio Augusto da Costa Simões e pelo engenheiro Antonio da Silva.

Mattosinhos (*Lenda do Senhor de*). Assim é descripta no *Portugal antigo e moderno*, de Pinho Leal, vol. V, pag 136 e seguintes: «A milagrosa e veneranda imagem do Senhor de Mattosinhos é das mais antigas que se veneram em toda a christandade. Podemos mesmo dizer, fundados em boas conjecturas e autorisados por bons testemunhos, que foi uma das primeiras, senão a primeira imagem de Christo Crucificado, que se fez no mundo. A invasão dos povos barbaros nos paizes do Occidente e a perseguição que os christãos primitivos soffreram, fizeram desapparecer documentos preciosissimos, muito antigos e que nos dariam luz sobre muitos pontos da historia das imagens sagradas, sobre a sua origem e seus artifices, ficando por isso embrulhado na sombria noite das edades remotas o conhecimento exacto da epoca em que fôram feitas essas divinas copias. As trevas do passado, não rasgadas pela luz da historia, não deixam saber, portanto, ao certo o anno em que foi feita a sacrosanta imagem do Senhor de Mattosinhos. Porém a tradição[1] perpetua e invariavel de muitos seculos, estabelecida e arraigada na memoria dos homens, continuada e perpetuada de geração em geração como herança feliz e confirmada pela successão de estupendos prodigios—a tradição, que nem as invasões dos selvagens, nem os vorazes incendios, nem as perseguições atrozes movidas contra os christãos, nem o destruidor volver dos seculos pódem consumir—essa diz-nos que a milagrosa imagem do Senhor de Mattosinhos fôra feita por Nicodemos, varão illustre convertido á fé pelos milagres que observou no Calvario, e que, com José de Arimathéa, despregou do Sagrado lenho o corpo de Christo, conduzindo-o ao Santo Sepulchro. E quem, como Nicodemos, podia copiar melhor os traços sacrosantos do Crucificado? Elle foi testemunha occular dos tormentos de Jesus; ajudou-o a despregar da cruz, a depositai-o no tumulo e recolheu os instrumentos da Sagrada Paixão, conservando em seu poder, por muito tempo, o sudario, em que ficou esculpida a Santa imagem de Christo. Esta tradição é perpetuada por notaveis e antiquissimos escriptores portuguezes e estrangeiros, e mencionada uniformemente pelos seguintes: Manuel de Faria e Sousa; fr Luiz dos Anjos; padre Carvalho, na sua *Chorographia*; dr. Antonio Coelho de Freitas; padre Antonio de Vasconcellos; Jorge Cardoso; Rodrigo da Cunha e Antonio Cerqueira Pinto, na sua *Historia do Senhor de Mattosinhos*, publicada em 1738. O segundo concilio niceno, celebrado depois do anno 325 da era christã, isto é, ha perto de dezeseis seculos, occupou-se das imagens, feitas por Nicodemos, averiguando-se que uma d'ellas viera para a Lusitania, para o logar de Mattosinhos. Antigos e abalisados escriptores, e entre outros Pedro de Mariz, asseveram que Nicodemos fizera quatro imagens do Crucificado, uma das quaes se venera em Berito, na Syria; a segunda em Lucca, na Italia; a terceira na cidade de Burgos, Castella; e a quarta em Mattosinhos. Quiz Nicodemos, segundo estes autores, que as quatro imagens fôssem espalhadas pelas quatro partes do mundo, então conhecidas; mas outros opinam que o piedoso esculptor fizera cinco imagens de Christo, como symbolisando as cinco chagas, opinião que nos parece mais verosimil, pois que aliás, fazendo Nicodemos as imagens por inspiração divina, deviam estas, pela vontade do Supremo Creador, encontrar-se nas quatro partes do mundo, o que não acontece. A quinta imagem que se attribue a Nicodemos, venera-se na cathedral de Orense, na Galliza, segundo a opinião de alguns escriptores, que se occuparam d'este assumpto. Suppõe-se com boas razões que a milagrosa imagem do Senhor de Mattosinhos fôra a primeira feita por Nicodemos e a mais perfeita effigie de Christo Redemptor, quando estava agonisante na cruz. A posição dos olhos, um, o direito, meio aberto sobre a humanidade, o outro aberto para o céo como supplicando, dizem que significa que Jesus Christo, quando agonisante, implorava a seu Divino Pae, perdão para o mundo que viera resgatar com seu divino sangue, lançando ao mesmo tempo um olhar de piedade para os filhos de Adão, por cujos peccados acabava de soffrer os mais tormentosos flagicios. Prova eloquentissima da misericordia do Filho de Maria, que sendo açoutado pelos homens, ainda assim não se esquecia d'elles no momento em que estava para deixar a terra, pois que para elles implorava perdão. Nicodemos fez a imagem do Senhor de Mattosinhos ôcca no tronco, para n'aquelle vão esconder os instrumentos da Paixão. Reparando bem na imagem vê-se effectivamente que as costas são anteparadas de uma téla fina, que parece confundir-se com a materia de que é feita a sacrosanta effigie, téla tão bem preparada que tem resistido á corrupção dos tempos, pois que em nada se encontra deteriorada. A mesma téla fórma a toalha, com que foi envolvido, para natural reparo, o corpo de Jesus Christo. Esta toalha que desce da cinta, cobrindo a perna direita até ao joelho e a esquerda até á canella, está tão ligada ao corpo que parece egualmente confundir-se a ponto de muita gente imaginar que é de madeira, o que é engano, pois que nós mesmo já tivemos occasião de a examinarmos attentamente, verificando que era téla. Nicodemos sobreviveu bastantes annos á Paixão do Senhor, e os judeus, por elle ter dado tantas provas de piedade, trataram de o perseguir. Aquelle illustre varão fôra mestre em Israel, cargo que não era exercido senão por altas personagens, e dizem alguns autores, que elle fôra principe na Judéa. Os judeus depuzeram o do seu magisterio, confiscaram lhe os bens, e chegaram a açoutal-o, como diz Calmet. Em vista de tanta

perseguição, fugiu de Jerusalem para um logar solitario, onde seu tio Gamaliel tinha uma herdade. Foi ali que fez a imagem do Senhor de Mattosinhos e as outras mais que se lhe attribuem. A's violentas vexações dos christãos n'aquella epoca correspondia a irreverente perseguição das imagens sagradas. Foi assim que muitas fôram escondidas em subterraneos e outras lançadas ao mar, para as livrarem da fogueira, onde o odio pharisaico arremessava as que encontrava. Nicodemos, tendo então feita a que depois se chamou do Senhor de Mattosinhos, e querendo livral a d'aquella perseguição, guiado por inspiração divina, desceu ao porto de Job, que fica nas costas da Judéa, banhadas pelo Mediterraneo, e ali a confiou da inconstancia das ondas. Lançada a sagrada e veneranda imagem ao mar Mediterraneo, sulcou este em toda a sua longitude, desde o nascente ao poente, afastando-se dos cabos, dos promontorios, dos bancos, das ilhas e dos portos, passou o estreito de Gibraltar, entrando no Oceano, e aqui, em vez de seguir a mesma derrota, virou para o norte, sendo levada sobre as aguas até á altura da nossa costa, aportando por fim á venturosa praia de Mattosinhos. A imagem appareceu sem um braço, e n'esta falta, quiz o Senhor operar novo milagre. Porque é que, tendo aquella Divina Copia atravessado uma tão grande distancia, a nenhum porto ou outra parte do mundo arribou senão a este cantinho de Portugal? Deus, em sua alta bondade, permittiu que estes povos fôssem dos primeiros illuminados pela redemptora luz da Graça, e vendo-os tão propensos a receberem tão vivificadora luz, quiz premial-os com uma das suas sagradas imagens, de quem esses povos tinham de receber tão grandes beneficios. No Oriente tinha o filho de Deus prégado a nova religião e insuflado no animo dos gentios d'aquellas regiões o espirito regenerador das suas doutrinas; era preciso que no extremo do Occidente raiasse tambem a nova luz. Foi Mattosinhos o logar escolhido para se espalhar pela primeira vez a luz da redempção, e quiz Deus que isso se operasse de uma maneira prodigiosa. Resam antigas historias, que sendo conduzido o cadaver de S. Thiago (o qual foi martyrisado em Jerusalem por ordem de Herodes Agrippa) a bordo de uma nau, que navegava por um dos portos da Galliza, esta se aproximara, contra a vontade dos tripulantes, da costa de Mattosinhos, parando ali como em calmaria. Celebravam-se por essa occasião n'esta praia os regios desposorios do régulo Caio Carpo com festas, torneios, lanças e outros applausos ao antiquissimo uso; e, sendo um d'esses jogos entrarem os cavalleiros em concertados meneios pelas candidas espumas do Oceano, o que se chamava *andar bafordando*, aconteceu que o cavallo que o noivo montava, tomasse o freio nos dentes e entrasse intrepido pelo mar dentro, rasgando as aguas sem o menor perigo para si nem para a cavalleiro, chegando ao pé da nau em que vinha o cadaver do santo. Conhecendo os discipulos de S. Thiago o milagre e penetrando o sentido de tão alto mysterio, ministraram logo o baptismo a Caio Carpo, o qual, estupefacto por este prodigio, pois via que não se afogava nem mesmo se molhava, recebeu-o de tão bom grado, convertendo-se d'este modo ao Christianismo. Operada tão singular conversão e terminada a cerimonia do baptismo, Caio Carpo saiu sem o menor perigo do salso elemento, o que, visto pelo gentio que celebrava as festas, foi objecto de indescriptivel admiração, convertendo-se todos á fé catholica. Caio Carpo vinha todo coberto de conchas, dando isto logar a que aquelle sitio, em memoria d'este notavel acontecimento, se chamasse *Matisadinhos*, alludindo ao matizado das conchas. Pelo andar dos tempos o nome de *Matisadinhos* converteu-se em *Mattosinhos*. Para memorar a alegria que sentiram aquelles povos por tão raro milagre, pôz-se ao rio que passa ao pé o nome de *Laetitia*, palavra latina que quer dizer alegria. De *Laetitia* se derivou, segundo alguns autores, o nome de Leça, por que hoje é conhecido o rio. Durante 50 annos foi o Senhor venerado sem o braço, com que appareceu de menos, pois que muitos braços se fizeram, mas nenhum d'elles se ajustava ou prendia ao tronco, tornando-se logo manifesto um novo milagre d'aquella sacrosanta imagem. Andava, porém, um dia na praia uma pobre mulherzinha de Mattosinhos, apanhando nos desperdicios do mar com que alimentasse o lume, e aconteceu encontrar um objecto que lhe pareceu bom para queimar. Chegando a casa deitou-o ao fogo, mas aquillo que lhe parecia um bocado de lenha, saltou fóra da fogueira tantas vezes quantas ella ali o deitou. Tinha esta mulherzinha uma filha muda, e olhando esta para o que a mãe fazia, com grande assombro de todos falou e disse: O' minha mãe não teime em deitar isso ao fogo, olhe que é o braço de Nosso Senhor de Bouças (porque então se venerava ainda a imagem e venerou até ao meado seculo XVI no templo que em Bouças se lhe erigiu pouco depois do seu apparecimento). Atonita a pobre mulher pelos milagres que presenciava, correu a dar parte d'elles á povoação, a qual foi verificar se aquelle era ou não o braço que faltava ao Senhor, e com assombro viu que tão ajustado lhe ficava que depois não se conhecia já qual d'elles lhe tinha faltado.» Pinho Leal apresenta-nos muitos milagres attribuidos ao Senhor de Mattosinhos, que é imagem da maior devoção, principalmente em todo o norte do paiz. Mencionaremos o que Pinho Leal diz, relativamente ao Porto: «Os habitantes da cidade da Virgem fôram em todos os tempos testemunhas dos grandes e beneficos prodigios do Senhor de Mattosinhos, correndo todos os annos, em numerosa concorrencia, á sua egreja a festejar tão milagrosa imagem. Algumas vezes, tambem aquelle thaumaturgo santo veiu visitar os piedosos filhos d'esta cidade e, com a sua divina influencia, afastou os flagellos que açoitavam não só o Porto, mas todo o reino. Asseveram antigos chronistas, que cinco vezes trouxeram os portuenses em solemne procissão ao Porto aquella milagrosa imagem, e que de todas as vezes fôram obrados prodigios celestes em favor d'elles e de toda a lusitana gente. Verificou-se a primeira no anno de 1426, no reinado de D. João I, e no pontificado de Clemente VII, sendo bispo do Porto D. Pedro da Costa. Eram por esse anno tão continuadas as tempestades e tão rigorosas as chuvas, que fructo algum escapava ao rigor de tão largo e desabrido inverno, declarando-se o flagello da fome por toda a parte. Conduzido á cidade do Porto o Senhor de Mattosinhos, em solemnissi-

ma procissão, serenaram-se os céos, alegraram-se os horisontes, succedendo ás horrorosas borrascas os mais lindos dias de vivificante sol! Fôram mais de quarenta mil pessoas que acompanharam a milagrosa imagem na sua primeira visita a esta cidade. Teve logar a segunda procissão no dia 7 de junho do anno de 1585, reinando em Portugal Filippe II, e na Egreja Xisto V. Fôram ainda as copiosas chuvas d'esse anno, as quaes começavam a alagar a terra, que fizeram recorrer os portuenses á maravilhosa influencia do Senhor de Mattosinhos, o qual, como da primeira vez, fez succeder á tempestade a bonança e a abundancia á penuria. A terceira procissão foi feita pelo mesmo motivo e o mesmo milagre operou d'esta vez o Senhor. Teve logar este novo prodigio no anno de 1596. Quarta vez recorreram os portuenses, açoitados ainda da inclemencia do tempo, á milagrosa imagem, e egualmente fôram ouvidos os seus rogos e supplicas ferventes. Esta quarta procissão foi no dia 20 de junho de 1644. Da quinta vez que o Senhor de Mattosinhos foi conduzido á cidade do Porto não tiveram os portuenses que agradecer á sua bemdita misericordia menor favor que das vezes precedentes. No reinado de D. Pedro II, 1696, mortifera epidemia ceifava as vidas dos filhos do Porto. Os hospitaes eram pequenos para conter tão grande numero de enfermos e as vallas dos cemiterios eram atulhadas de cadaveres. A medicina desesperou de cortar os progressos d'aquelle horrivel contagio, e os portuenses, afflictos e consternados, recorreram ao que por successivas maravilhas reconheciam por seguro e efficaz remedio. Foi pois conduzida a imagem do Senhor de Mattosinhos a esta cidade, com tal concorrencia de devotos, que não cabendo nas estradas, cobriam os montes e as collinas, apresentando este acto um espectaculo magestoso. Foi tão grande o milagre e tão digno de veneração dos homens, que dias depois d'aquella procissão, todos os enfermos davam graças a Deus pela saude que sentiam já vigorar-lhes o corpo! Depois d'estes innumeros factos que attestam o milagroso soccorro do Senhor de Mattosinhos, se tem repetido em todos os tempos. Mas visto que os não podemos relatar todos, fale por nós essa assombrosa quantidade de retabulos que suspensos das paredes do templo, se offerecem á devota contemplação dos fieis.»

Mattosinhos. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Esmoriz, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. ‖ Santa Leocadia, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. ‖ S. Felix, de Marinha, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Mattoso (*Amador*). Capitão do seculo XVI, que serviu na India, e fez parte d'uma expedição ás Molucas.

Mattoso. Pov. na freg. de S. Cypriano, de Paços de Brandão, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Mattoso Santos (*Fernando*). V. *Santos (Fernando Mattoso)*.

Mattoso da Silva Corte Real (*Francisco de Castro*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado, par do reino juiz do Supremo Tribunal de Justiça, etc. N. no concelho de Aveiro em 1831, fal. em Lisboa a 16 de agosto de 1905. Era filho do antigo morgado da casa da Oliveirinha, Francisco Joaquim de Castro Côrte Real, e de sua mulher, D. Maria Augusta da Silva Menezes; neto do capitão-mór João de Castro Côrte Real. Principiou a sua carreira na magistratura com a nomeação de juiz de Direito de terceira classe na comarca de Niza, pelo decreto de 25 de fevereito de 1864, sendo transferido, a seu pedido, para Benavente, em 15 de dezembro do mesmo anno. Em 12 de abril de 1866 foi collocado como procurador regio junto da Relação do Porto. Promovido a juiz de segunda classe, foi nomeado para a comarca de Cintra por decreto de 5 de maio de 1870, onde pouco se demorou, pois no dia 26 do referido mez e anno, voltou a desempenhar o logar que deixara vago na Relação do Porto. Em 1876 recuperou o mesmo logar de juiz em Cintra, por decreto de 7 de dezembro. Em 24 de setembro de 1879 foi nomeado juiz de Direito na comarca de Coimbra, e em 3 de fevereiro de 1885 coube lhe a promoção de juiz de segunda instancia para a Relação dos Açôres, sendo transferido para a de Lisboa a 19 de novembro do mesmo anno. Foi nomeado vogal da commissão do Codigo Penal, por decreto de 13 de outubro de 1888; vogal da commissão da reforma judiciaria, por decreto de 30 de outubro de 1890; vice-presidente da Relação de Lisboa, por decreto de 8 de outubro de 1900; presidente da mesma Relação, por decreto de 12 de junho de 1901, e juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, por decreto de 7 de agosto do referido anno. O dr. Mattoso Côrte Real seguiu toda a escala da magistratura, no decurso de quasi 50 annos, sendo um jurisconsulto dos mais considerados. Como politico, tambem muito se distinguiu; filiado no partido progressista, foi deputado em varias legislaturas, sendo depois elevado ao pariato, prestando juramento e tomando assento na camara dos pares na sessão de 17 de março de 1898. Quando falleceu era vice-presidente d'esta camara. O dr. Mattoso Côrte Real era irmão do sr. conselheiro José Luciano de Castro e pae do sr. dr. Fernando Mattoso, juiz ouvidor da Junta do Credito Publico.

Mattosos. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pelariga, conc. de Pombal, districto de Leiria.

Matumbo. Pov. da freg. de N. S.ª da Victoria, 7.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Matumboca Monte da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está situada a O do lago Nyassa, entre os rios Luanga e Bua.

Matundoe. Prazo da corôa no distr. de Tete, prov de Moçambique, Africa Oriental. Tem 4 k. de comprimento por 2 de largura; é muito fertil, e tem bosques que produzem excellentes madeiras de construcção. Apparecem aqui animaes silvestres.

Maturro. Pov. na freg do Salvador, de Perosinho, conc. de V. N de Gaia, districto do Porto.

Matutubixe. Affluente da margem esquerda do rio Cuanza, no distr. de Loanda, prov. de Angola. Corre no conc. de Cambambe, e entra no Cuanza entre os antigos presidios de Cambambe e de Pungo-Andongo.

Mau Pov. do sobado e conc. de Cabinda, na delegação do Chiavala, distr do Congo, prov. de Angola.

Mau. Rio no conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. Corre em todo o seu percurso entre as serras da Mocana e do Arestal, recebendo as suas primeiras aguas a cêrca de 3 kilometros ao norte da pov. de Silva Escura. Depois de um curso de 13 k. vae desaguar na margem direita do rio Vouga, 3 k. a juzante da Ponte do Peceguciro.

Maubara. Pov. do reino do mesmo nome, no distr. autonomo de Timor, região dos Bellos, Oceania. Está situada na costa e é banhada pelas aguas do estreito de Ombaia. Tem escolas. || Reino tributario no districto autonomo de Timor, na região de Bellos. Oceania. Fica na costa N da ilha, a O da cidade de Dilly.

Mauema Pov. do sobado de N'Golla Quissucia, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 1.ª divisão.

Mauema de Baixo. Pov. do sobado de N'Golla Quissueia, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 2.ª divisão.

Maulinguem Pov. no conc. de Sanguem, Novas Conquistas, distr. e arceb. de Gôa, India. Pertence á circumscripção de Calém e ao commando militar de Sanguem. || Pov. do conc de Sanquelim, Novas Conquistas, distr. e arceb. de Gôa. || Aldeia da circumscripção militar de Onda, provincia de Satary, districto de Gôa. || Aldeia da regedoria de Arvalem, distr. de Gôa.

Maunma Pov. do sobado de Songula, div. de Mandimba, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Maunza. Pov. do sobado de Quitanda de Quiôa, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Maunze Pov. do sobado de Quiaugala, no concelho de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. || Pov. da freg. de S. José de Encoge, no conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Maurelles Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Marco de Canavezes, distr. e bisp. do Porto; 112 fog. e 391 hab. Tem esc. do sexo fem. A pov. dista 6 k da séde do conc. e está situada a 5 k. da margem direita do rio Tamega. O abbade de Abragão apresentava o cura, que tinha 12$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 13, com a séde em Villa Real.

Mauricio *(José)*. Mestre de capella nas sés episcopaes da Guarda e Coimbra, lente da cadeira de musica na Universidade, grande compositor, etc. N. em Coimbra a 19 de março de 1752, fal. na Figueira da Foz em 12 de setembro de 1815. Era filho de Manuel Luiz de Assumpção e de Rosa Maria de Santa Thereza. Fez os primeiros estudos para seguir a carreira ecclesiastica, chegando a tomar ordens menores e a matricular-se, em 1768, no curso de Theologia da Universidade de Coimbra. Abandonou depois essa idéa, dedicando se á musica, cujos primeiros rudimentos havia estudado juntamente com os preparatorios para as ordens sacras. Foi-lhe muito util o auxilio do profundo mathematico José Monteiro da Rocha, que cultivava a arte musical como amador, mas que possuia profundos conhecimentos, tanto theoricos como praticos. Tornado bom cantor e organista, esteve algum tempo em Salamanca, vindo depois ser mestre de capella na sé da Guarda e mestre de musica na aula que o bispo D. Jeronymo Carvalhal creou na mesma sé. Mais tarde veiu a ser organista em Santa Cruz, de Coimbra, onde se preparava para receber o habito de conego regrante, quando o bispo conde o nomeou para reger a aula de musica estabelecida no paço episcopal. Esta nomeação parece ter sido feita em 1791. Mais tarde o principe regente D. João mandou reformar a aula de musica da Universidade, por carta régia de 18 de março de 1802, e nomeou José Mauricio lente da respectiva cadeira, da qual tomou posse em 10 de maio seguinte. A obrigação imposta pelo novo regulamento era dar lições publicas de cantochão, canto de orgão, contraponto e acompanhamento, devendo cada lição durar hora e meia. José Mauricio ensinou durante muito tempo por pequenos compendios manuscriptos que elle mesmo fazia e mandava copiar pelos alumnos, uso que tambem empregavam outros professores. Mais tarde, porém, entendeu que era melhor fazer imprimir uma obra sufficientemente desenvolvida, a qual publicou com o titulo: *Methodo de Musica, escripto e offerecido a Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor por José Mauricio, lente proprietario da cadeira de musica da Universidade, mestre da Real Capella da mesma, e mestre da capella da cathedral de Coimbra*, Coimbra, 1806. Em 1810, por causa da invasão dos francezes commandados pelo general Massena, que tantos estragos fez em Coimbra, José Mauricio fugiu com a familia para Lisboa, e inscreveu-se então na irmandade de Santa Cecilia em 5 de dezembro do referido anno de 1810. Depois da retirada de Massena voltou para Coimbra. Quatro annos depois, estando na Figueira da Foz a tomar banho, foi atacado por uma apoplexia, que o victimou. José Mauricio era muito enthusiasta pela sua arte; costumava reunir em em sua casa os melhores artistas e amadores residentes em Coimbra, e ali se executava boa musica de camara. Estes saraus tornaram-se notaveis e deixaram memoria em Coimbra. Escreveu grande quantidade de musica religiosa, diversas missas, sendo algumas de *requiem*; matinas, responsorios breves de defuntos, psalmos, *Te Deums*, ladainhas, novenas, uma trezena de Santo Antonio, *Tantum ergo*, etc. Duas obras muito consideradas são um *Miserere*, que se executa ainda hoje em Coimbra, e um *Stabat Mater*. Na sé de Coimbra dizem existir tres livros de coro, conteudo missas em cantochão figurado, para todas as festividades. Tambem escreveu algumas musicas profanas: sonatas, para cravo, modinhas, etc.

Mauvinguem. Pov. do conc. de Sanguem, Novas Conquistas, distr. e arceb. de Gôa, na India.

Mauxi. Pov. do conc. de Sanquelim, Novas Conquistas, distr. e arceb. de Gôa, India.

Mavanda. Pov. do territorio dos quimbandes, entre os ganguellas, a E do rio Cuanza, e o Bié, na prov. de Angola. Ali acampou o explorador Serpa Pinto, na sua viagem através do continente negro. As mulheres da região usam penteados de phantasia e seguram o cabello com ingredientes nauseabundos. Andam quasi nuas, e o seu typo aproxima-se do caucasico.

Mavimba. Pov. das terras dos makololos, situada nas abas da Grande serra, a O da prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Maviso. Pov. na freg. de Santa Maria, de Quintiães, conc. de Barcellos, districto de Braga.

Mavisa. Vasto territorio situado a O da villa de Inhambane, no distr. do mesmo nome, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Mavuma. Pov. do sobado de Gombe, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Mavuse. Confluente da margem esquerda do Zambeze, no distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Desce das terras maraves, a E da serra Maxinga.

Mavusso. Pov. do sobado de Nameala, no concelho de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Maxadua. Prazo da corôa no distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem 20 k. de comprimento por 10 de largura, é cortado pelos rios Nharure e Nhamarembe, e cobrem-n'o diversos bosques que produzem excellente madeira de construcção. Tem exploração agricola. Apparecem aqui animaes ferozes.

Maxanga. Territorio do antigo distr. (hoje circumscripção) de Sofala, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Fica quasi em frente da ilha de Buene, e é limitado pelo territorio de Ampeta, com o qual confina.

Maxeira. Povoações nas freguezias: S. Marcos da Serra, conc. de Silves, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, do mesmo districto.

Maxiaes. Povoações nas freguezias: N. S.ª das Preces, de Bemquerença, conc. e distr. de Castello Branco || S. Thiago de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a Nova, do mesmo districto.

Maxial (*Antonio Diniz Vieira, barão do*). Do conselho de Sua Magestade, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, antigo deputado regenerador, governador civil do distr. de Leiria, commendador da ordem de Christo, proprietario em Niza, terra onde falleceu em 1903, em edade avançada. Pertenceu á Junta Geral do distr. de Portalegre. O titulo foi concedido por decreto de 13 de março de 1883

Maxial. Pov. e freg. de Santa Suzana, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Torres Vedras, distr. e patriarc. de Lisboa; 454 fog. e 2192 hab. Tem escolas do sexo fem. e correio, permutando malas com Torres Vedras. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada junto do rio Alcabrichel. Tem estrada para Torres Vedras Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1 com a séde em Lisboa. A egreja de Santa Suzana, segundo a declaração que se encontra n'um documento do anno de 1618, extrahido da sé de Lisboa, se diz fundada por uns cavalleiros francezes que vieram ajudar a conquista de Lisboa. Não consta exactamente a creação do seu priorado, mas no anno de 1493 já era ali prior Gabriel Fernandes, como se vê d'uma escriptura de doação feita por Guiomar Esteves, viuva de Alvaro Affonso, e datada do mesmo anno, a beneficio da dita egreja, d'onde tambem consta que a sua antiguidade já então era consideravel. Os parochianos proprios d'esta freguezia são apenas os habitantes de dois fogos, um o Casal do Paço, situado na freg. de S. Domingos de Carmões, outro na quinta de S. Pedro, proximo á egreja parochial de Dois Portos: por isso, e por ficar a egreja propria (hoje demolida) no centro da freg. do Maxial, reuniu o cardeal-rei, como arcebispo de Lisboa, as duas parochialidades no prior de Santa Suzana. Por uma copia que existe da provisão do cardeal-rei, que é de 17 de novembro de 1568, se conhece que annexou os parochianos da matriz de S. Miguel, de Torres Vedras, ao parocho de Santa Suzana por causa da distancia, e que por isso a matriz ainda ali não tinha cura, e iam lá os padres de S. Miguel dizer missa, sendo pela quaresma obrigados a permanecer ali um ou dois por espaço de 20 dias para administrarem os sacramentos, conforme se havia decidido por sentença contra os mesmos padres em 1507, como consta do Livro das Visitas da matriz. A egreja de Santa Suzana ficou destruida por occasião do terremoto de 1755, e diz-se ter sido fundada em 1148, segundo consta d'uma relação parochial; e tem tombo de bens feito em 1539 pelo juiz ordinario de Torres Vedras, Bastião Semedo. Serve de parochia a ermida de N. S.ª da Piedade, pertencente ao hospital de João Gil Cuchifel, cuja torre foi feita de novo em 1780. || Povoações nas freguezias, N. S.ª da Conceição e conc. de Aneião, distr. de Leiria. || Santa Maria Magdalena, de Cem Soldos, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || N. S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. de Ancião, distr. de Leiria || N. S.ª das Neves, de Dornellas, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra. || S Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S Vicente, de Formigaes, conc. de V. N. de Ourem, do mesmo dist || S. Domingos, de Lagarteira, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco.

Maxial d'Além. Pov. na freg. de S. Silvestre, de Souto, conc. de Abrantes. distr. de Santarem.

Maxial de Bogas. Pov. na freg. de S. Pedro, de Bogas de Baixo, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco.

Maxial da Carreira Pov. na freg. de S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Maxial Cimeiro Pov. na freg. de S. Silvestre, de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Maxial Grande. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Maxial dos Hilarios. Pov. na freg. de S. Pedro, de Varzea dos Cavalleiros, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Maxial do Meio. Pov. na freg. de S. Silvestre, de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Maxialinho. Povoações nas freguezias: S. Domingos, de Janeiro de Baixo, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra. || S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Maxibile. Pov. do commando de Biléne, no distr. mil. de Gaza, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Maxieira. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Carvoeiro, conc. de Mação, distr. de Santarem. || Santo Antonio, de Fatima, conc. de V. N. de Ourem, do mesmo distr. || S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, do mesmo distr || S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Santa Clara-a-Nova, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Maxieiro. Pov. na freg. de S. Thiago, de Urra, conc. e distr. de Portalegre.

Maxilla. Pov. do sobado de Queta, na freg. de S. Joaquim, 6.ª divisão do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola

Maxinda. Pov. do sobado de Nhanguc á pepe, na 1.ª div. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Maxinde. Pov. da 2.ª div. (Quiongua) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola. || Pov. do sobado de Sona Cagembe, na 1.ª div. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do sobado de NGola N'andula, na 1.ª divisão do conc. de Cambambe, districto de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do sobado de Cabari, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 7.ª div. || Pov. do sobado de N'Golla Quissueia, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 2.ª divisão.

Maxinga. Vasta serrania que corre nas terras dos Maraves, ao N do Zambeze, e do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' muito rica em minas de ouro.

Maxinos. Pov. na freg. de S. Pedro, de Capareiros, conc. e distr. de Vianna do Castello

Maxixe. Uma das circumscripções em que está dividido o conc. de Inhambane, distr. do mesmo nome, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Comprehende numerosas povoações governadas por cabos independentes e regulos.

May *(Alfredo Oscar de Azevedo)*. General de brigada reformado, presidente da Sociedade de horticultura em Portugal, um dos fundadores da Sociedade de Geographia, professor do Collegio Militar, escriptor, commendador da ordem de Aviz, etc. N. em Lisboa a 4 de dezembro de 1841, onde tambem fal. a 20 de dezembro de 1905. Assentou praça na arma de infanteria em 13 de agosto de 1858. Cursou com distincção o Collegio Militar, e foi promovido ao posto de alferes em 4 de julho de 1859, indo para caçadores n.º 3, que estava aquartelado em Bragança, onde casou com D. Maria Belizanda Pimentel. De Bragança veiu Oscar May para o Collegio Militar, como official de serviço, sendo mais tarde provido no logar de professor de Geographia e Historia. Em 27 de novembro de 1867 foi promovido a tenente, em 23 de maio de 1874 a capitão, em 31 de outubro de 1884 a major, em 22 de março de 1888 a tenente-coronel, e em 29 de dezembro de 1892 a coronel, sendo reformado no posto de general de brigada em 20 de outubro de 1898. Em 1893, tendo tido a promoção de coronel no fim do anno antecedente, exonerou se do logar de professor do Collegio Militar. O general Oscar May commandou os regimentos de infantaria n.º 4 e 21, e caçadores n.º 8. Como escriptor, foi um critico theatral muito considerado, sendo as suas apreciações sempre lidas com interesse. Escreveu na *Democracia*, *Commercio de Portugal*, *Contemporaneo* e no *Diario de Noticias*. Quando a actriz italiana Paladini veiu representar em portuguez escripturando-se no theatro de D. Maria II, foi Oscar May quem a habilitou na lingua portugueza para se apresentar em publico Oscar May recebeu sempre as maiores provas de consideração dos tres grandes mestres da arte de representar: D. Luiz da Costa Pereira, José Carlos dos Santos e Duarte de Sá, legando lhe este ultimo, por sua morte, todos os seus trabalhos sobre a arte dramatica. Traduziu differentes peças, como os *Ausentes* de Dauelet, que se representou no Gymnasio, *Miss Toutinegra*, no antigo theatro dos Recreios, com musica de Rio de Carvalho, *As subtilezas d'Abbade*, de Theuriet, que se representou n'um theatro particular, etc.

Mayenga. Pov. do sobado de Unze, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Mayne *(Fr. José)*. Religioso franciscano da Terceira ordem da Penitencia, cujo instituto professou em 1742. O seu verdadeiro nome na clausura era Fr. José de Jesus Maria Mayne. Foi capellão-mór das armadas, confessor d'el-rei D. Pedro III, e primeiro geral da sua congregação, depois da nova reforma; deputado da Real Mesa Censoria, etc. N. no Porto a 7 de junho de 1723, fal. a 23 de dezembro de 1792. Fundou no convento de Nossa Senhora de Jesus, de Lisboa um museu de Historia Natural, cuja administração está desde muitos annos commettida á Academia Real das Sciencias, e deixou rendimentos estabelecidos para a sua conservação. Na referida academia está o seu retrato de corpo inteiro. (V. *Instituto Maynense*, vol. III, pag. 969). Dizem alguns autores que a este illustre frade franciscano pertenceu o bello Missal de Estevão Gonçalves Neto. (V. *este nome*, no «Portugal», vol. III pag. 800). Escreveu: *Declamação evangelica na trasladação de Santa Rosa de Viterbo, recitada no convento de Nossa Senhora de Jesus*, Lisboa, 1757; *Disertação sobre a alma racional, onde se mostram os fundamentos da sua immortalidade*, Lisboa, 1778.

Mayombe. Região montanhosa e conhecida pelo nome de *Montes de crystal*, que se extende desde o rio Zaire até ao rio Cuilo, Africa Occidental. E' quasi parallela á costa. As altitudes variam entre 300 a 800 m E' uma floresta densissima. O Mayombe é partilhado por tres paizes: da margem direita do Zaire á esquerda do Chiloango, pelo estado independente do Congo; da margem direita d'este rio até á linha de cumiada da separação das bacias do Chiloango e Locma, por Portugal; da mencionada linha de cumiada para o N, pela França. O Mayombe portuguez é o mais rico em vegetação.

Mayor *(D.)*. Filha illegitima de el-rei D. Sancho I e de D. Maria Paes Ribeira. Morreu creança.

Maza-Mandombe. Pov. do conc. de Ambrizette, na div. de Quinzau, distr. do Congo, prov. de Angola.

Mazagão. Cidade do imperio de Marrocos, situada na costa do Oceano Atlantico, entre o rio Morbea e o Cabo Branco, tendo um pequeno porto bem abrigado e clima saudavel. Esta cidade foi fundada pelos portuguezes, que, tendo ali aportado em 1502, edificaram 7 annos depois um castello no local em que já havia uma torre, e onde depois da conquista de Azamor se formou uma cidade segundo o plano do architecto João de Castilho, que o nosso soberano ali mandara com os necessarios materiaes e obreiros, em vista das informações que da excellencia da bahia e amenidade do sitio lhe deu o duque de Bragança D. Jayme, quando voltou da sua expedição em 1513. Começaram desde logo os combates entre os defensores da nova praça portugueza e os

infieis. Em 1543 esteve João de Castilho em Mazagão, dirigindo e edificando a praça militar. (V. *Portugal*, vol. II, pag. 908). Em 1552 os moiros vieram pôr um duro cêrco á praça, sendo o chefe Muley Mohammed, que mais tarde morreu em Alcacer-Kibir, e governador de Mazagão o capitão mór Ruy de Sousa Carvalho. D'esse cêrco, em que os nossos soldados praticaram extremos de valentia obrigando os infieis a retirar com grandes perdas no fim de dois mezes de muitos esforços, nos resta uma miuda narração na obra intitulada *Historia do famoso cerco que o xarife poz á fortaleza de Mazagan*, cujo autor, Agostinho de Gavy de Mendoça, presenciou os successos que refere. Nos annos seguintes proseguiu a lucta com os moiros, havendo quasi diariamente encontros de maior ou menor importancia, praticando-se n'esta nossa praça africana muitos feitos de bravura, distinguindo se entro outros os governadores, no seculo XVI, D. Jorge do Mascarenhas, depois conde de Castello Novo e marquez de Montalvão, e no seculo XVIII Antonio de Miranda Henriques, João Jacques de Magalhães e Bernardo Pereira Berredo. Nos fins do anno de 1768 vieram os moiros em força pôr o cêrco a Mazagão, e o marquez de Pombal, entendendo que a praça não valia os sacrificios que demandava, e que a posse d'ella não compensava esses sacrificios, deu ordem ao seu ultimo governador, que então era Diniz Gregorio de Mello e Castro, para a evacuar, o que se effeitnou em março de 1769. O abandono da praça, dando-nos a paz com Marrocos, permittiu um maior desenvolvimento do commercio maritimo, pois se deixaram de comboiar as frotas, navegando os navios soltos. Conduzidos a Lisboa os habitantes de Mazagão fôram depois mandados para a provincia do Grão-Pará, onde fundaram uma colonia, a que deram o nome de *Villa Nova de Mazagão*. A'cêrca da praça de Mazagão pódem lêr-se as *Memorias para a historia da praça de Mazagão*, de Luiz Maria do Couto de Albuquerque da Cunha, revistas pelo visconde de Paiva Manso, e publicadas pela Academia Real das Sciencias. Na Bibliotheca Nacional existe um pequeno manuscripto do seculo XVII (N.º 296 do Fundo Antigo—B-2 38) contendo memorias e documentos para a historia de Mazagão no tempo em que a governava D. Christovão d'Almada. Este manuscripto, muito interessante, contém copias anonymas dos seguintes documentos, todos do anno de 1677: Lembrança da carta que mandei ao sr. Ruy Fernandes d'Almada em resposta de outra em que o dito senhor me ordenava lhe désse conta de tudo o que se tinha passado desde que d'aqui partimos. Contém o primeiro anno do governo de D. Christovão d'Almada feito na praça de Mazagão. Carta que o imperador de Marrocos, Muley Simaim, mandou ao governador de Mazagão. Triumpho da procissão de Corpus que o governador, capitão general da praça de Mazagão, mandou fazer. E' uma descripção minueiosa de todas as figuras da luzida procissão, na qual se incorporaram os dois governadores, passado e presente. Relação sobre a jornada de Marrocos (embaixada com presentes enviada por D. Christovão d'Almada). Comprehende cartas do imperador, visita do alcaide de Azamor, etc. A embaixada teve por fim o resgate da imagem de Nossa Senhora da Conceição, captiva em Marrocos. Relação do sermão, procissão e mais festas que se fizeram á vinda do Nossa Senhora, reliquias trazidas de Marrocos. Sermão historico e panegyrico que se prégou na festa do regresso da imagem de N. Senhora a Mazagão. Na livraria dos srs. condes de Tarouca existem em manuscripto duas obras ineditas de Antonio Vayena: *Chronica e summario do cerco e combates de Mazagão* e *Historia do cerco de Mazagão*.

Mazalla. Pov. do sobado e conc. de Cabinda, na delegação do Chiavala, distr. do Congo, provincia de Angola.

Mazare. Pequeno prazo ou incumbe do prazo Maiudo, no distr. da Zambezia, provincia de Moçambique, Africa Oriental. E' terreno fertil.

Mazarefes. Pov. e freg. do S. Nicolau, da prov. do Minho, conc., com e distr. de Vianua do Castello, arceb. de Braga; 169 fog. e 715 hab. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada na estrada que vae de Vianna do Castello a Braga. A casa dos Pereiras, de Mazarefes, apresentava o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimento. A terra é fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Mazarem (*Joaquim da Rocha*). V. *Rocha Mazarem*.

Mazaro. Prazo da corôa no distr. da Zambezia, prov. do Moçambique, Africa Oriental. E' banhado pelas aguas do Zambeze, o tem cêrca de 14 k. de comprimento. Terreno fertil, coberto do mattas que produzem excellentes madeiras de construcção. Tem exploração agricola, e apparecem animaes ferozes.

Mazaza. Pov. do conc do Alto Dande, no distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 3.ª divisão.

Mazedo. Pov. o freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Monsão, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 406 fog. e 1:756 hab Tem esc. do sexo masc. o correio com serviço de posta rural. A pov. dista 2 k da séde do conc. A mitra apresentava o reitor, que tinha 125$000 réis. A terra é fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Mazemba. Rio da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Corre no distr. da Zambezia, e tem a sua origem nas terras do prazo Quizungo. || Ilhota do canal de Moçambique. Fica junto á costa e na foz do rio do seu nome.

Mazengo. Pov. do sobado e conc. de Cabinda, na delegação do Chiavala, distr. do Congo, prov. de Angola.

Mazes. Pov. na freg. de S. Miguel, de Lazarim, conc. de Lamego, distr. do Vizeu.

Mazoa. Rio do sertão da circumscripção de Sena, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Nasce nas terras de Manica, junta as suas aguas com as do Luia e lançam-se no Aroenha, que entra no Zambeze, na margem direita, proximo de Massangano, 30 k. abaixo de Tete.

Mazoni (*Eugenio*). Pianista distincto, professor no Conservatorio Real de Lisboa. N. em Lima, capital do Peru, a 7 de setembro de 1831, fal. em Lisboa em 11 de abril de 1889. Era filho de Vicente Tito Mazoni, violinista muito apreciado. Eugenio tinha apenas dois annos de eda-

de quando seu pae o trouxe para Lisboa em 1833. Estudou musica no Conservatorio, tornando-se em pouco tempo o discipulo mais distincto de piano, que teve o professor Xavior Migoni. Obteve o primeiro premio nos exames de 1849, e em 9 de março de 1850 estreou-se como concertista, tocando em S Carlos uma phantasia de Prudent, em que se tornou alvo dos mais calorosos applausos. A escriptora franceza, Madame Andrada, dedicou-lhe um artigo muito elogioso, que veiu publicado na *Revista Universal Lisbonense*, tomo II, pag. 275. Em 1854 emprehendeu uma viagem pela Europa, e visitou Paris, Londres e outras cidades. No mez de dezembro estava em Stockholmo, onde se demorou até ao fim de março de 1855. N'esta cidade deu alguns concertos, realisando o ultimo no dia 28 do referido mez de março. Em todos os concertos alcançou enthusiasticas ovações. O jornal lisbonense *Revista dos Espectaculos* publicou a seguinte noticia ácêrca do primeiro d'esses concertos: «O joven pianista Mazoni, que ha mezes saiu de Lisboa para fazer um giro artistico por varias cidades da Europa, acha-se actualmente em Stockholmo, capital da Suecia, onde tem sido acolhido com distincção, não só pela côrte, como egualmente pelas principaes classes da sociedade. Ao primeiro concerto, que deu em 3 do passado dezembro, além da familia real, assistiram 600 pessoas. Entre outras peças de que se compunha o programma, o sr. Mazoni executou a phantasia de Thalberg sobre a *Somnambula*, o concerto de Weber com acompanhamento de orchestra, a *Tarantella* de Dohler, etc, alcançando vivissimos applausos e excitando enthusiastica admiração especialmente nas duas primeiras.» Regressou a Lisboa em 1856, deu alguns concertos, e dedicou-se ao ensino particular, obtendo muitos discipulos entre a nossa primeira sociedade. Quando em 1857 Xavier Migoni fez uma viagem ao estrangeiro, deixou o seu logar de professor de piano no Conservatorio preenchido por Eugenio Mazoni, seu discipulo predilecto, logar que sempre conservou, porque Xavier Migoni voltou doente, e por isso não pôde mais occupal o. Eugenio Mazoni era dotado d'um caracter altivo e independente, e em 1864, vendo-se um dia contrariado n'uma discussão sobre exames de alumnos, exaltou-se a ponto de sair desabridamente do Conservatorio, onde nunca mais entrou, abandonando assim o seu logar de professor. No entretanto continuou a ser um pianista muito estimado e considerado, entregando-se ao magisterio particular. Só muito mais tarde, é que uma deploravel inclinação para o alcool começou a produzir os seus terriveis effeitos, atacando-lhe o systema nervoso e com especialidade o cerebro, vindo por fim a inutilisal-o. Compoz algumas phantasias, que executava nos seus concertos, mas que ficaram ineditas, imprimindo-se apenas uma valsa, *La Girouette*.

Mazoni *(Vicente Tito)*. Notavel violinista italiano, que passou a maior parte da vida em Lisboa. N. em Parma em 1799, fal em Lisboa a 11 de dezembro de 1870. Ainda muito novo e já bom concertista, saiu da sua terra em busca de fortuna percorrendo diversos paizes. Em 1830 estava no Perú, onde nasceu seu filho Eugenio Mazoni, passando depois ao Brazil, sendo muito bem acolhido pelo imperador D. Pedro, que instou para que se estabelecesse ali, e nomeando-o musico da real camara. Os successos politicos fizeram com que a permanencia do artista no Rio de Janeiro não fôsse vantajosa, e quando D. Pedro partiu para a Europa, Mazoni seguiu-o. Nunca mais então saiu de Portugal Esteve no Porto em 1833, quando se levantou o cêrco d'aquella cidade, e no dia 3 de dezembro realisou um espectaculo em seu beneficio, no theatro de S. João. Mazoni tocou umas variações de Paganini e a orchestra executou uma symphonia, que elle proprio compôz e dirigiu. Depois veiu para Lisboa, fixando aqui a sua residencia. Entrou para a sociedade de Santa Cecilia em 10 de outubro de 1834, e desde então ficou fazendo parte da orchestra do theatro de S. Carlos, como primeiro violino solista, logar que conservou até pouco tempo antes de fallecer. Foi tambem admittido na orchestra da real camara, e em 1837 nomeado professor do Conservatorio. Em 1844 fez uma viagem ao estrangeiro, dando alguns concertos em Londres, onde agradou muito. *O Times* fez-lhe uma apreciação muito laudatoria Regressando a Lisboa, aqui permaneceu, exercendo os seus logares do Conservatorio e da orchestra de S. Carlos.

Mazorra. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Lordello do Ouro, bairro occidental do Porto. || Santa Leocadia, de Macieira de Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Mazouco. Pov. e freg. de Santo Isidoro, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Freixo de Espada-á-Cinta, com. da Torre de Moncorvo, distr. e bisp. de Bragança, 101 fog. e 384 hab. Tem escolas do sexo fem., e caixa post. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada na falda da serra de Lagoaça. Os beneficiados de Freixo de Espada-á-Cinta apresentavam o vigario, que tinha 30$000 réis e o pé d'altar. O clima é muito temperado, e o terreno muito fertil, produzindo mel, cêra, hortaliça e cebolas. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella

Mazozo. Pov. do sobado de Mazôzo, na freg. de S. José de Cabiri, 6.ª div. do conc. de Icolo e Bengo, districto de Loanda, provincia de Angola.

Mazza *(José)*. Musico da camara de el-rei D. José, professor de italiano no collegio do bispo de Beja, e poeta. Era descendente d'uma familia de musicos oriunda de Italia, estabelecida em Lisboa desde a primeira metade do seculo XVIII. Os dois mais antigos membros d'esta familia eram Thomaz de Cautuaria Mazza e João Thomaz Mazza, violinistas, naturaes de Parma, que vieram no tempo de D. João V para Portugal. Ambos figuram nos antigos documentos da irmandade de Santa Cecilia. José Mazza era mais fecundo em poesia do que na musica. Como poeta escreveu muitas pequenas obras, taes como odes, sonetos, elogios, etc., umas que publicou, e outras que existem manuscriptas na Bibliotheca de Evora. Sabemos das seguintes: *Ecloga pastoril de Lereno, Melidora e Oranio*, Lisboa, 1771; *Culto obsequioso á devida inauguração da preciosa memoria que faz Portugal ao fidelissimo rei o Senhor D. José I*, Lisboa, 1775; *Ode, presidindo o ex.mo Bispo de Beja ás opposições em theologia e historia ecclesiastica, e sendo o proprio examinador das linguas orientaes, que elle havia ensinado*,

Lisboa, 1780; *Oração consolatoria, que na sensivel morte do Senhor D. José, principe do Brazil, offerece ao ex.mo e rev.mo sr. Bispo de Beja*, Lisboa, 1783; *Ao felicissimo dia em que faz annos o ex.mo sr. Bispo de Beja*, Lisboa, 1787; *Demonstração gratulatoria nos allivios de D. João VI*, Lisboa, 1789. Tambem traduziu o celebre poema de Thomaz Iriarte, *La Musica*, traducção quo dedicou ao bispo de Beja o arcebispo de Evora, D. Fr. Manuel do Cenaculo, e cujo manuscripto existe na referida bibliotheca de Evora. Compoz algumas musicas, em que se conta a que existe na mesma bibliotheca, intitulada: *Canzoneta e Minueto de la Pastoral*, etc. A cançoneta é escripta para soprano, e o minuete para violino, tendo os dois trechos um simples acompanhamento de baixo. Na Bibliotheca do Evora tambem existe um livro manuscripto de José Mazza, com o titulo: *Diccionario biographico de musicos portuguezes e noticias das suas principaes composições.* José Mazza foi muito protegido por D. Fr. Manuel do Cenaculo, e foi para elle que esto prelado instituiu uma aula de italiano no collegio episcopal de Beja. Quando D. Fr. Manuel do Cenaculo, depois da queda do marquez de Pombal, foi mandado sair da côrte onde residia, por ser partidario do notavel estadista, parece que José Mazza teve em Lisboa o encargo de lhe enviar noticias politicas. Na já mencionada bibliotheca guardam-se numerosas cartas de Mazza para o referido prelado. José Mazza falleceu em 14 de dezembro de 1797.

Mazza (*Romão*). Cavalleiro fidalgo da Casa Real, violinista muito apreciado o compositor de musica. N. em Lisboa em 1719, onde tambem fal. em 1747, contando apenas 28 annos de edade. Era filho de João Thomaz Mazza e de D. Catharina Judice. Ainda não tinha 14 annos de edade já revelava grande vocação para a musica, e foi mandado aperfeiçoar-se a Napoles protegido pela rainha D. Maria Anna d'Austria, mulher de D. João V. Tambem esteve em Roma, onde recebeu lições de Otavio Pitoni, notavel mestre da capella do Vaticano. Compoz alguma musica religiosa e profana, e entro ella varios concertos para violino, instrumento, que segungundo consta, ninguem tocou como elle no seu tempo. Escreveu tambem umas *Regras de acompanhar ao cravo*, das quaes existe um exemplar manuscripto na Bibliotheca Nacional de Lisboa

Mazziotti (*Antonio Maria Dias Pereira Chaves*). Proprietario e agricultor no concelho de Cintra, antigo deputado da Nação, vogal-secretario da Junta do Credito Publico Nasceu em Collares a 21 de fevereiro de 1813. Fôram seus paes o commendador Antonio Mazziotti, tambem antigo deputado da Nação, e D. Maria do Carmo Dias Pereira Chaves, filha de Sebastião Dias Pereira Chaves e de D. Maria Magdalena Torlades de Azambuja. E' casado com D. Heloisa de Almeida e Albuquerque, filha do fallecido lente e director da Escola Polytechnica, Luiz d'Almeida e Albuquerque (V *este nome*). O sr. Chaves Mazziotti filiou-se no partido historico a 20 de janeiro de 1860. Desde 1879 que é deputado, sendo um dos membros mais dedicados do partido progressista Tem sido deputado nas legislaturas de 1880-1881, 1881-1887, 1887 1889, 1890, 1897-1899, 1900, 1901, 1901-1904, 1904, 1905, 1906 1907 e 1908, representando os circulos de Cintra e de Lisboa. Foi uma vez representante do districto de Beja, n'uma eleição supplementar. Emquanto existiu a Junta Geral do districto de Lisboa, fez parte d'ella durante dezasete annos, servindo algumas vezes na commissão executiva. Em 1 de setembro de 1902 tomou posse do logar de vogal da Junta do Credito Publico, para que fôra nomeado representante da camara dos pares em substituição do vogal effectivo conselheiro Wenceslau do Lima,

Antonio Maria Dias Pereira Chaves Mazziotti

deixando o exercicio do cargo em 31 do outubro de 1904. Foi nomeado representante do governo na mesma Junta no triennio de 1905-1908, por decreto de 19 de junho de 1905, tomando posse em 1 de setembro seguinte e sendo escolhido para secretario. Por decreto de 2 de abril de 1908 foi reconduzido como representante do governo no triennio de 1908 1911 e egualmente escolhido pela Junta para seu secretario. O sr. Chaves Mazziotti é condecorado com a commenda de numero de Izabel a Catholica, de Hespanha, e com a commenda de Leopoldo, da Belgica. Tambem foi agraciado com a commenda do Merito Agricola, logo que esta ordem se instituiu, graça que não acceitou.

M'Bengo. Pov. do sobado de N'Sanga, no concelho de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

M'Banza. Pov. da freg. de S. José na 2.ª div. do Tombo, conc. de Calumbo, distr. do Loanda, prov de Angola.

M'Banza Cuhombo. Pov. da freg. de S. José na 4.ª div. do Quilende, conc. de Calumbo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

M'Bele. Pov. do sobado de Quivanda, no concelho de S. Salvador e distr do Congo, prov. de Angola.

M'Belengue. Pov. do sobado de Quimpalo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

M'Bengo. Pov. do sobado de Dembo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

M'Binda. Pov. do sobado de Quiangala, no conc de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

M'Boma. Pov. do Rio Bidise, no conc. de S. Salvador e districto do Congo, prov. de Angola.

M'Bongue. Pov. do sobado de Hui N'Dalla, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 4.ª divisão

M'brije. Rio do distr. do Congo, na prov. de Angola. Desce das alturas de S. Salvador, atravessa a serie continua de rapidos com um desnivelamento de 135 m., e uma das suas cascatas fórma um salto de 45 m. Corre ao N do Cuanza e o seu curso é independente.

M'Bulumvulo. Immenso planalto da prov. de Angola. E' uma enorme bacia que se enche d'agua no tempo da chuvas, a qual, infiltrando-se alimenta os rios que sáem d'elle em todas as direcções.

M'Chops. Commando do distr. de Gaza, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem 3:984 k. q. de superficie.

Mcumburi. Rio da prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Meã. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Alcôfra, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. ‖ S. Pedro, de Mioma, conc. de Sattam, do mesmo districto.

Meã de Cá e Meã de Lá. Duas povoações na freg. de S. João Baptista, de Parada de Esther, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Meada *(Pedro de).* Mestre de fortificações em Ponta Delgada, ilha de S. Miguel, no tempo d'el-rei D. Sebastião.

Meadella. Pov. e freg. de Santa Christina, da prov. do Minho, conc., com. e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 256 fog. e 1:436 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e caixa post. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem direita do rio Lima. Tem estrada para Ponte do Lima. A mitra apresentava o abbade, que tinha 400$000 réis de rendimento. Até ao reinado d'el-rei D. Diniz foi do padroado real, mas este monarcha a trocou por outras povoações, com D. João Fernandes Sotto Maior, bispo de Tuy, a cuja diocese esta freguezia então pertencia. Passou a ser do bispo de Ceuta, e por fim dos arcebispos de Braga, por troca, com o bispo de Ceuta. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Mealha. Moeda de cobre que valia meio ceitil. A mealha não era uma moeda cunhada sobre si; era metade d'um dinheiro *(denario)* que se partia com qualquer instrumento. Por ser *meia*

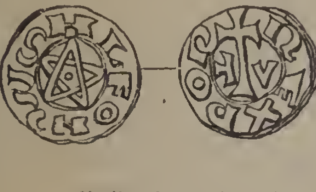

«Mealha» de D. Affonso I

é que se chamou *mealha*. Da mealha vem o nome de *mealheiro*, que se dá a um vaso ou caixa, bem conhecida, onde se vae juntando o dinheiro miúdo. Tambem se lhe dava o nome de *pogeya* ou *pagueja*, segundo se lê na *Chronica do rei D. Fernando*, pag. 238-*Collecção de Livros Inéditos da Historia Portugueza*, publicada pela Academia Real das Sciencias, tom. 4.º El rei D. Ma-

«Mealha» de D. Affonso I

nuel extinguiu as mealhas, e desde então contava-se por livras, posto que tambem já se não cunhassem, como posteriormente se contou por *cruzados*, mesmo quando já não havia moeda cunha-

«Mealha» de D. Sancho I

da com esse valor. Tambem havia *mealhas de ouro*, que se suppõe serem *medalhas* ou *moedas* inteiras. Aragão descreve e reproduz em gravura *mealhas* de D. Affonso I e de D. Sancho I, que são moedas inteiras.

Mealha. Povoações nas freguezias: Santo Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro. ‖ S. Miguel, de Canellas, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Mealhada *(Fr. Manuel da).* Religioso franciscano, que viveu no seculo XVIII, e escreveu uma obra dividida em 7 partes, com o seguinte titulo: *Promptuario historico, distribuido em varias series, em que se offerecem aos curiosos as principaes noticias da Historia Sagrada, Ecclesastica, Politica e Civil.* As 7 partes publicaram-se em Coimbra: a 1.ª e 2.ª em 1760; 3.ª e 4.ª em 1762; 5.ª, 6.ª e 7.ª em 1764.

Mealhada. Villa da prov. do Douro, denominação d'um conc., com. de Anadia, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra, relação do Porto. E' séde do conc. do seu nome, mas não da freg., sendo apenas a pov. mais importante da freg. de S. Vicente, de Vaccariça. Está situada a 1 k. E da margem direita do rio Certime ou Certoma. E' n'este concelho e na freguezia do Luso, que existe a famosa matta do Bussaco *(V. este nome)*, que se prolonga n'uma extensão de 10 k. completamente murada e com 4 portas distintas: Coimbra, Sulla, Rainha e Luzo, sendo esta a mais concorrida. O collegio da Graça, de religiosos de Santo Agostinho, de Coimbra, apresentava o vigario. que tinha 150$000 réis de rendimento. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 14 de setembro de 1514. Mealhada é pov. muito antiga, e parece que já existia no tempo dos romanos. Passava aqui a via militar romana, que de Lisboa se dirigia a Cale. Esta via militar

foi reedificada pelos moiros, soffrendo alterações n'algumas partes, a antiga directriz, mas aqui a levaram pelo seu antigo leito. Ainda em 1856, quando n'este sitio se andava a construir o caminho de ferro do norte, se encontrou enterrado um marco miliar, dedicado a Caligula, com o n.º 12. Appareceu a 630 m. de distancia da villa. E' um cippo, em fórma de fuste de columna, de 2,m04 de alto, e 1,m40 de circumferencia. Tem uma inscripção que já está muito incompleta. No reinado de D. Maria I tambem aqui passava a estrada real de Lisboa ao Porto. O conc. de Mealhada confina ao E e SE com o de Penacova, ao NE com o de Mortagoa, ao N com o da Anadia, e tambem ao N e NO com o de S. Lourenço do Bairro, a O com o de Cantanhede, ao SO com o de Ançã, e ao S com o de Coimbra. Os antigos coutos de Aguim, Casal Comba e Vaccariça, que são hoje d'este conc., receberam foral de D. Manuel: o 1.º no dia 1 de julho, e o 2.º a 12 de setembro de 1514. Todas estas povoações e outras muitas d'este conc. são mais antigas do que a monarchia portugueza, pois que d'ellas dispõe o conde D. Raymundo, genro de Affonso VI, de Leão, no testamento em que doou a D. Cresconio, bispo de Coimbra, e aos clerigos da egreja de Santa Maria, o antiquissimo mosteiro, *boluleu* e da Vaccariça, que segundo uns havia sido fundado por Paulo Orosio, no seculo v, e segundo outros, pelo patriarcha S. Bento, no seculo vi. Este convento existiu, habitado pelos seus monges, em todo o tempo do dominio dos moiros, e só no seculo xi (pelos annos de 1090 da era de Christo), e desde que ficou sendo apanagio dos bispos de Coimbra, deixou de existir como communidade religiosa. A villa de Mealhada, pela sua situação importantissima, cortada pelo caminho de ferro e pela estrada real, em vasta e fertil planicie, e no centro da região vinicula da Bairrada, tem prosperado muito. Os banhos de Luso e as continuas digressões á serra do Bussaco, que pertencem ao concelho e ficam proximo, teem concorrido muito para o seu desenvolvimento. Desde que se estabeleceu aqui a estação do caminho de ferro em 1861, teem-se edificado muitas propriedades, sendo em grande parte de nobre e elegante construcção, reedificado outras que estavam em total abandono. A est. do caminho de ferro fica entre as de Pampilhosa e de Mogofores. Em Mealhada encontram-se boas hospedarias, importantes lojas commerciaes, ruas espaçosas, escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N., advogados, notarios, medicos, pharmacias, agencias bancarias, de seguros e de vapores; casas de pasto, estalagens, hospital de Santa Maria, Misericordia, fabricas de moagens e de tecidos de malha com desenhos, theatro *Mealhadense*, praça de touros, que fica ao sul da villa, e se inaugurou em 30 de julho de 1899, construida em estylo arabe; productores do vinho, azeite, cereaes, e cortiça, fabricantes de cal parda, feira no 2.º e no ultimo domingo de cada mez; mercado em todos os domingos do anno, etc. Ha uma romaria a San'Anna no ultimo domingo de julho e 2.ª feira seguinte. Mealhada pertence á 5.ª div. mil., 9.ª brigada, grande circumscripção mil. do Centro, e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. O edificio da camara municipal é elegante, e ali estão installadas as repartições publicas. O rio Cértoma ou Certime réga esta freg. O conc. da Mealhada compõe-se de 6 freguezias, com 2:130 fog. e 9:926 hab., sendo 4:635 do sexo masc. e 5:291 do fem., n'uma superficie de 12:775 hect. As freguezias são: N. S.ª do O', de Barcouço, 1:463 hab.: 696 do sexo masc. e 767 do fem.; S. Martinho, de Casal Comba, 1:876 hab.: 839 do sexo masc. e 1:037 do fem.; N. S.ª da Natividade, de Luso, 1:631 hab.: 795 do sexo masc. e 836 do fem.; Santa Marinha, de Pampilhosa, 1:070 hab.: 522 do sexo masc. e 548 do fem.; S. Vicente, de Vaccariça, 2:612 hab.: 1:189 do sexo masc. e 1:423 do fem.; N. S.ª da Assumpção, de Ventosa do Bairro, 1:274 hab.: 594 do sexo masc. e 680 do fem. O principal commercio do conc. é vinho, azeite, cereaes, fructas, cortiça, madeiras, mel, legumes, hortaliças, lã, ovos, gado suino, bovino e lanigero. A cultura por excellencia é a dos vinhos, conhecidos em todo o paiz por vinhos da Bairrada. (V. *Portugal*, vol. II, pag. 26 e 27). Em Mealhada teem-se publicado os seguintes jornaes: *Bairrada (A)*, 30 do agosto de 1905, em publicação dezembro de 1908; *Jornal da Bairrada*, 1 de janeiro de 1888; em publicação dezembro 1908. ‖ Aldeia na prov. da Extremadura, da freg. de Santa Maria e conc. de Loures, distr. e patriarc. de Lisboa. Nas proximidades d'esta aldeia, na encosta d'um outeiro, efronte de Friellas, proximo á estrada real de Torres Vedras, vê-se a bella quinta com palacio e ermida, pertencente aos srs. condes de Thomar. A quinta tem frondoso pomar, muitas arvores de fructa e abundancia de boa agua. Foi aqui o antigo convento do *Espirito Santo*, de frades arrabidos, o qual, depois da extincção das ordens religiosas em 1834, se vendeu a um particular juntamente com a cêrca, sendo actualmente a importante propriedade que descrevemos. Foi fundador do convento Luiz de Castro do Rio, fidalgo illustre do antigo solar. Lançou-se-lhe a primeira pedra em 1573, e em 1580 ali se celebrou capitulo, causando o maior prazer ao padroeiro, que muito perto mandou construir umas casas para habitar. Luiz de Castro do Rio foi sepultado na capella-mór da egreja do convento. Em 1646 reedificou-se o edificio. A communidade recebia muitas esmolas dos povos visinhos que concorriam a assitir ás festividades que se celebravam com grande pompa.

Mealharia. Antigo imposto cobrado pela camara de Lisboa pelo aluguer de terreno para a venda de generos a granel ou em gigas, celhas, rodellas, bancos, etc., tanto nas praças publicas, como nas proximidades dos mercados permanentes, e posteriormente dentro d'esses mercados. Por ser na sua primitiva pago em *mealhas*, tomou o nome de «mealharia» este imposto.

Meão. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Meãs. Povoações nas freguezias: O Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. ‖ S. Thiago e conc. de Soure, do mesmo distr. ‖ S. Matheus, de Unhaes o-Velho, conc. da Pampilhosa, do mesmo districto.

Meãs de Baixo de Cima. Duas povoações na freg. de S. Sebastião, de Meãs do Campo, conc. de Montemór o Velho, distr. de Coimbra.

Meãs do Campo. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. do Douro, conc. e com. de Montemór-o-Velho, distr. e bisp. de Coimbra; 336 fog. e 1:333 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 6 k. da séde do conc. O bispado de Coimbra apresentava o vigario, que tinha 150$000 réis de rendimento. E' povoação muito antiga, foi villa e reguengo da corôa. A terra é muito fertil, e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria.

Meba Ayera. Rio do distr. de Mossamedes, na prov. de Angola. Desce da serra de Munda, réga a E o conc. da Huilla, e entra na margem esquerda do rio Cacolovar, de que é tributario.

Mèca. Pov. e freg. de Santa Quiteria, da prov da Extremadura, conc. e com. de Alemquer, distr. e patriarc. de Lisboa; 273 fog e 1:322 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post., permutando malas com Alemquer. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada proximo do rio de Alemquer, n'um local muito pittoresco e ameno. O parocho vence de congrua 180$000, provenientes de 88$000 réis de derrama, e 92$000 réis de pé d'altar. Conta a tradição, que no anno de 1238 apparecera n'um espinheiro, no sitio de S. Braz, uma pequena imagem de Santa Quiteria, advogada contra o terrivel mal da hydrophobia. Edificou-se logo ali uma capellinha para collocar a imagem. Os devotos começaram a affluir, vindo até de grandes distancias, e a devoção pela milagrosa imagem foi augmentando prodigiosamente pelas muitas curas e milagres que se observavam, que em poucos annos já aquelle recinto era acanhado para os numerosos romeiros, que ali concorriam de todos os pontos do paiz. Construiu-se então á custa das esmolas dos devotos, uma outra capella mais ampla no sitio da actual egreja. Formou-se uma confraria, que no decorrer do tempo se tornou uma das mais ricas de Portugal. No seculo XVIII resolveu edificar um templo vasto e sumptuoso, que é o actual. A rainha D. Maria I ajudou por diversas vezes, com avultadas esmolas para a construcção, que principiou com a maior actividade e solicitude. Diz a tradição, que o mestre das obras não as pôde vêr concluidas, por ter caido d'uma das torres, desastre de que falleceu. Durante a construcção a imagem de Santa Quiteria esteve recolhida n'uma barraca de madeira, que se armou no sitio, onde hoje se vêem umas mesas de pedra. Quando se concluiu a egreja, a referida rainha alcançou do pontifice Pio VI, que fôsse declarada pertença da Basilica de S. João de Latrão, de Roma, e como tal ficou gozando das grandes indulgencias e graças espirituaes d'aquella basilica. A confraria de Santa Quiteria tem confrades, não só no concelho d'Alemquer e nos immediatos, mas até na extremidade do Alemtejo, sendo d'esta provincia uma grande parte dos confrades. Ainda hoje tem o rendimento de 1:200$000 réis, segundo consta. O templo é magestoso e respeitavel pela sua grandeza e architectura, que é romana e pertence á Edade Média. Tem 7 altares incluindo o da capella-mór. Esta capella é sumptuosa, e o altar tem grandes columnas e capiteis de marmore, e aos lados duas espaçosas tribunas. Em volta da capella-mór ha um largo corredor, e ao fundo está a espaçosa sacristia com um altar, em que se vê um quadro representando Nossa Senhora da Conceição, onde se celebra missa. Nos extremos d'este corredor estão duas escadas de pedra, que conduzem ás tribunas e á sala nobre das sessões, sendo o tecto tão elevado, que por ellas se sobe com o pallio até ao throno, quando nas festas ha exposição do Sacramento. No cruzeiro da egreja estão dois altares, o do Santissimo Sacramento e o de S. João Baptista, com columnas e capiteis de marmore, e n'elles existem dois quadros de grande merito, feitos por Pedro Alexandrino. Os outros quatro altares são no corpo da egreja, e de muito recente construcção. Todos os annos no mez de maio realisam-se grandes festas em Santo Quiteria de Meca, e no dia de S. Pedro, 29 de junho, tambem ha festa importante. Ainda hoje concorrem durante o anno muitos cirios em romarias, alguns de povoações distantes, e todos fazem as suas festas á milagrosa imagem. Em Meca ha um chafariz, onde se lê a seguinte inscripção: «Com as esmolas dos devotos e confrades da Gloriosa Santa Quiteria, se fez esta obra para commodo dos romeiros, que á sua egreja a vem venerar.» Os tres sinos, denominados S. Sebastião, S. José e Santa Quiteria, fôram feitos em Lisboa no anno de 1882 por Manuel Antonio da Silva, Filhos. O relogio que se vê n'uma das torres, tem a inscripção: *Rodrigus Emanuel e Cunha ilum fecit — Olisipone anno 1817.* Tem corda para 36 horas. O orgão é o n.º 82, feito por Antonio Xavier Machado e Cerveira, no anno de 1816.

Meceirinha. Pov. na freg. de Santa Eulalia, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Macêro. Rio do distr. da Zambezia, na provincia de Moçambique, Africa Oriental. E' um dos braços do Zambeze, e tem pequena largura, mas o seu curso é tão sinuoso que deu origem á formação de varias ilhas, como Mecêro, Matinda, Catovo e Binbine, antes de ir formar os rios Molambe e Inhamissengo.

Mecia Alves. Angra ou porto da ilha de S. Thomé, na prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental.

Mecia Lopes de Haro *(D.)*. Rainha de Portugal, mulher de D. Sancho II. Ignora-se a data do nascimento. Sua mãe foi D. Urraca Affonso, filha natural de Affonso IX, de Leão, e seu pae um fidalgo biscainho, Lopo Dias de Haro, chamado o *Cabeça Brava*, que se havia desposado com D. Urraca. D. Mecia casou em primeiras nupcias, em 1227, com D. Alvaro Peres de Castro, o qual havia repudiado sua mulher, Aurembaix, condessa de Urgel, por não ter dispensa pontificia, pretexto muito em uso n'aquelle tempo. Em 1228 casou esta condessa com o infante D. Pedro, filho de D. Sancho I de Portugal. Conta-se, que por desavenças que tivera com o rei de Castella, tinha D. Alvaro passado ás fileiras castelhanas, até que em 1227, sendo medianeiro de tregoas entre christãos e mussulmados, se congraçou com Castella. E' tradição, que no cêrco de Paredes, logar defendido por Alvaro de Castro e pelos moiros contra os castelhanos, commandados por Lopo Dias de Haro, e juntamente com os quaes se encontrava D. Mecia, D. Alvaro se apaixonara pela filha do fidalgo biscainho, e que por tal causa houvera um recontro com o fidalgo portuguez Martim Sanches, filho natural de D. Sancho I de Portugal, dando lhe Castro só

com o côto da lança por se achar o guerreiro portuguez, que estava jogando o xadrez sem armadura, e apenas com manto e saio. Conta uma lenda que D. Mecia por pouco escapara de ficar uma vez captiva dos moiros. Era no anno de 1238. Havia a esposa de D. Alvaro de Castro ficado no alto castello de Martos, perto de Cordova, com seu sobrinho Tello, onde se achava o rei Fernando III de Castella. Tendo o sobrinho de D. Mecia, com alguns homens d'armas, saido imprudentemente do castello a fazer correrias em terras de moiros, estes capitaneados por Alhamar, wali de Arjona, vieram pôr cêrco a Martos, valendo, para não o assaltarem logo, o estratagema de terem D. Mecia e as suas mulheres vestido armaduras, e todas assim disfarçadas em guerreiros, subindo ás ameias do castello, simularem uma forte guarnição, que impôz respeito aos sitiadores, emquanto a esposa de D. Alvaro expedia um emissario a pedir auxilio a Tello, e voltando este pouco depois com as tropas christãs, estiveram estas um momento para retroceder em vista das numerosas forças dos mussulmanos, mas graças aos esforços de Diogo Peres de Vargas, voltaram á carga, destroçaram os moiros, obrigando-os a levantar o sitio, e libertaram D. Mecia. Falleceu D. Alvaro de Castro em Orgaz em 1240. Parece que depois de viuva, sendo dama da rainha D. Berengaria, mãe de Fernando III de Castella, que D. Mecia travou relações com o rei D. Sancho, apezar de alguns escriptores serem de opinião contraria, porque figura com o titulo de rainha em dois diplomas, um dos quaes do anno de 1246, tem um sêllo pendente com as armas da familia de Haro e as quinas de Portugal, mas tambem pelas ordens que, ao arcebispo de Compostella e ao bispo de Astorga, deu o papa Innocencio IV para serem separados Sancho II e D. Mecia de Haro, no caso de serem parentes, como affirmava o irmão do rei D. Affonso, conde de Bolonha, nas representações que fazia á curia romana. Os que impugnam aquelle casamento dizem que nos diplomas figura o nome de D. Mecia, não porque fôsse rainha, mas porque desejava sêl-o, ou porque se lhe dava esse titulo por ser neta de Affonso IX de Leão, que não figura nos documentos juntamente com o do rei D. Sancho II, que era errada a interpretação da bulla de Innocencio IV, e que, finalmente, no testamento feito por D. Sancho II em Toledo, na vespera da sua morte, não é mencionada D. Mecia; mas são fracos os primeiros argumentos, e o ultimo nada prova, por isso que n'essa epoca tinha o rei bastantes razões para não estar satisfeito de sua mulher ou de sua amante; não só o havia abandonado, mas até parece que se havia vendido ao partido do irmão de D. Sancho II, que foi rei com o nome de D. Affonso III. Foi D. Mecia a primeira rainha de Portugal que usou de sêllos pendentes. A tradição de que D. Mecia casou com D. Sancho II é antiquissima n'este reino; já n'uma chronica do seculo XIV se acha escripto que «el-rei D. Sancho, que foy chamado Capello, filho do sobredito este se casou com uma dona a que chamavam Miçia Lopes.» Emquanto, porém, á data e logar em que se realisou esse enlace, bem como as causas que lhe deram origem, nada diz a tradição. Sobre o que não houve divergencia entre os historiadores, foi nos amores de D. Sancho II. O povo descontente com o governo dos validos do rei e da rainha, e desesperado com os vexames e oppressões de todo o genero que lhe faziam soffrer, agitava-se e amotinava-se contra os que julgava autores das suas desgraças. Mas os motins populares sem direcção suprema, não podiam n'esta epoca desthronar um rei. Veiu auxilial-os e aproveitar-se d'elles o clero, indignado com D. Sancho, contra que se urdiu uma conspiração, á frente da qual se puzeram o arcebispo de Braga D. João Viegas, o bispo de Coimbra D. Tiburcio, e os fidalgos Ruy Gomes de Briteiros e Gomes Viegas. Conseguiram afinal depôr o rei, e acclamar como regente do reino D. Affonso III. O partido da conjuração levou ao papa Innocencio IV accusações gravissimas contra o rei, e em 30 de janeiro do 1245 enviou o papa ao conde de Bolonha uma bulla convidando-o a ir á Palestina, que estava em grandes apuros. D. Sancho, tendo recebido admoestações do papa sobre as queixas do clero, pela bulla *Inter alia* de 20 de março de 1245, em que o papa lhe exprobava os males e desordens do reino, por outra bulla de 24 de julho de 1245, o papa depôz D. Sancho da autoridade real, e ordenou que fôsse substituido no governo de Portugal por seu irmão D. Affonso, conde de Bolonha, que estava em Paris, casado com a condessa de Bolonha D. Mathilde. Chegando a Lisboa D. Affonso, por elle se declarou logo toda a cidade. O clero, incitando o povo a odiar D. Mecia pelos feitiços com que se dizia prender D. Sancho II, sabendo que, pelo forte amor que o monarcha lhe professava, o infeliz rei não a abandonaria, forjava ao mesmo tempo a queda do monarcha e de sua mulher. Parece que D. Affonso, não contente de usurpar a corôa a seu irmão, tambem não foi extranho ao rapto de D. Mecia. Foi em 1246 que os inimigos de D. Sancho, tendo á sua frente Raymundo Viegas Porto Carrero, e de connivencia com alguns homens de armas de Martim Gil de Soverosa, valido de D. Sancho, fôram uma noite arrancar D. Mecia dos braços do marido nos paços de Coimbra e raptando-a a conduziram a Villa Nova de Ourem, dizem que com o seu consentimento, indo o rei em sua perseguição com poucos dos seus homens d'armas, não podendo, porém, vencer as tropas de seu irmão, que lhe sairam ao encontro. D. Mecia nunca mais voltou para o lado do marido. D. Sancho retirou-se para Toledo invocando o soccorro do rei de Castella, e ali morreu em 1248. D. Mecia foi depois levada para a Galliza, d'ali passou a Castella, onde, segundo consta, vivia em 1257, vindo a fallecer em 1270 ou 1271, em Palencia, sendo sepultada em Najera, no mosteiro benedictino de Santa Maria, na capella da Cruz, por ella mandada construir no claustro. O seu tumulo é sustentado por quatro leões de pedra com os escudos das armas de Portugal nos peitos. Sobre o tumulo está o vulto da rainha em trajo de biscainho. D. Mecia Lopes de Haro havia estabelecido seis capellanias com missa diaria, sendo os capellães conhecidos pelos *capellães da rainha de Portugal*.

Meclares. Pov na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alcaria Ruiva, conc. de Mertola.

Meco. Pov. nas freguezias: N. S.ª do Pranto, de Arazede, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || N. S.ª d'Assumpção, de Tentugal, do mesmo conc. e districto.

Meda. Villa da prov. da Beira Baixa, séde do conc. e de com., distr. da Guarda, bisp. de Lamego, relação do Porto. Tem uma só freg. cujo orago é S. Bento. Está situada n'uma elevação a 4 k. da margem direita do rio Tejo, a 20 da margem esquerda do Douro, e fica distante 70 k. da séde do distr. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha 150$000 réis de rendimento. A povoação é muito antiga, e foi commenda. El-rei D. Manuel lhe deu foral, em Evora, no primeiro de junho de 1519. A terra é muito fertil, e cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 2.ª div. mil., 4.ª brigada, grau de circumscripção mil. do Centro, e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. B. A. Trancoso-S. A. D. Fozeôa; tem advogados, notarios, medicos, pharmacias, agencias bancarias e da companhia de seguros de vida *A Equitativa dos Estados Unidos do Brazil;* hoteis, fabrica de moagens, *Club Medense;* estradas para V. N. de Fozcôa, S. João da Pesqueira, Penedono, Villa da Ponte, Trancoso, Pinhel e Figueira de Castello Rodrigo. Em Meda ha a feira de S. Marcos, em 25 d'abril, e mercado no 1.º domingo de cada mez. No concelho ha aguas thermaes na freg. de Longroiva (*V. este nome*). Jornaes publicados na villa de Meda: *Correio de Meda (O)*, 6 de janeiro de 1890. O conc. comprehende 16 freguezias com 2:708 fog. e 12:075 hab., sendo 5:794 do sexo masc. o 6:281 do fem., n'uma superficie de 12:775 hect. As freguezias são: N. S.ª do Pranto, de Avelôso, 433 hab.: 202 do sexo masc. e 231 do fem.; Santa Catharina e Santissima Trindade, de Barreira e Gateira, 655 hab.: 307 do sexo masc. e 348 do fem.; N. S.ª dos Prazeres, de Carvalhal, 353 hab.: 171 do sexo masc. e 182 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Casteição, 745 hab.: 363 do sexo masc. e 382 do fem.; Santo Antonio, de Coriscada, 562 hab.: 275 do sexo masc. e 287 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Fonte Longa, 582 hab.: 310 do sexo masc. e 272 do fem.; S. Thiago, de Marialva, 681 hab.: 340 do sexo masc. e 341 do fem.; S. Bento de Meda, 1:667 hab.: 788 do sexo masc. e 879 do fem.; N. S.ª da Graça, de Outeiro de Gatos, 705 hab.: 333 do sexo masc. e 372 do fem.; S. Silvestre, de Pae Penella, 368 hab.: 175 do sexo masc. e 193 do fem.; N. S.ª do Pranto, de Poço do Canto, 1:198 hab.: 582 do sexo masc. e 616 do fem.; S. João Baptista, de Prova, 578 hab.: 279 do sexo masc. e 299 do fem.; S. Paulo, de Rabaçal, 589 hab.: 283 do sexo masc. e 30› do fem.: Santa Maria, de Longroiva, 98› hab.: 490 do sexo masc. e 493 de fem.; S. Martinho, de Ranhados, 1:222 hab.: 582 do sexo masc. e 640 do fem.; S. Pedro, de Valle de Ladrões, 754 hab.: 314 do sexo masc. e 440 do fem. O principal commercio do conc. é vinhos, azeite e lãs. ‖ Pov. na freg. de Santo Antonio, de Lomba, conc. de Gondomar, distr. do Porto ‖ Quintas na freg. de S. Pedro, de Lourosa, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Méda de Mouros. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. do Douro, conc. e com. de Taboa, distr. e bisp. de Coimbra; 110 fog. e 429 hab. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada perto de 3 k. da margem direita do rio Alva. O vigario de Cója apresentava o cura, que tinha 10$000 reis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23 com a séde em Coimbra.

Medados. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Medalha. Tambem se chamava assim ao dinheiro não partido em *mealha* (*V. este nome*), mas que tinha valor equivalente. Nos documentos apparece *medalia.* Viterbo cita no seu *Elucidario* o foral da Covilhã em 1185.

Medalha. Chapa de metal, cunhada, fundida ou gravada, de ordinario redonda e que apresenta, geralmente, n'uma das faces (anverso) a figura de alguma personagem, a perspectiva de qualquer edificio, monumento, obra d'arte, allegoria ou inscripção commemorativa de algum acontecimento que se pretende celebrar, e na outra face (reverso), a data, a dedicatoria ou outra inscripção relativa ao assumpto. As moedas dos povos da antiguidade tambem se chamam *medalhas*, e aos collecionadores *medalhistas*. As medalhas de exposições, concursos, etc., dadas como premios, são tambem commemorativas embora representem uma recompensa. As medalhas dadas como recompensa de actos heroicos e outros dignos de premio, umas são puramente honorificas, usando-se como condecorações, e outras commemorativas. Das medalhas commemorativas se encontra noticia nos artigos d'este diccionario relativos aos factos que commemoram. As medalhas honorificas pódem procurar se tambem nos seus respectivos titulos. *Medalha* oppõe-se a *moeda* muitas vezes, quando esta deixou de circular. As medalhas tambem são insignias de confrarias, sociedades, associações, etc., e acham-se referidas nos artigos de cada uma d'essas instituições. ‖ Bibliographia: Além de alguns estudos dispersos devidos a medalhistas nacionaes, pódem citar-se: *Memoria das medalhas e condecorações portuguezas e das estrangeiras com relação a Portugal*, por Manuel Bernardo Lopes Fernandes; Lisboa, 1861; *Medalhas de salvação portuguezas*, por Arthur Lamas; Lisboa, 1905. O mesmo autor tem publicado muitas mais descripções de medalhas, que se pódem vêr indicadas na sua bibliographia e nos artigos referentes a cada medalha.

Medalha de Angola. Tambem denominada *Medalha de D. Pedro V. V. este nome.*

Medalha da Instrucção Primaria Nacional. Por decreto de 28 de agosto de 1889 foi instituida uma medalha de ouro para recompensar as pessoas que se tornarem benemeritas da instrucção primaria nacional, quer sejam portuguezas quer sejam estrangeiras. A medalha seria de figura circular com 3 centimetros de diametro, tendo de um lado a effigie do soberano com a legenda *D. Luiz I, Rei de Portugal*, e com o milesimo *1889* na parte inferior. No reverso e em torno a legenda *Instrucção Primaria*; no centro um facho, e na parte inferior a legenda *Lei de 11 de junho de 1880.* A medalha seria pendente de uma fita de côr violeta para ser trazida ao pescoço por aquelles a quem fôsse conferida. Segundo o referido decreto, esta medalha só poderia ser concedida para recompensar: «1.º Os cidadãos que tiverem fundado ou dotado escolas ou

outros estabelecimentos de ensino primario e educação de creanças e adultos. 2.º Os autores dos melhores methodos e compendios para escolas primarias. 3.º As pessoas que houverem praticado em beneficio da instrucção primaria quaesquer serviços relevantes.» Tendo fallecido el-rei D. Luiz pouco depois de publicado este decreto, não nos consta que esta medalha fôsse concedida, ou que se cunhasse.

Medalha das Campanhas da Liberdade. V. n'este volume, a pag. 181.

Medalha dos Correios e Telegraphos. Creada por el-rei D. Carlos I, em 28 de setembro de 1898, para os empregados dos correios e telegraphos que tenham vinte annos de bom serviço e exemplar comportamento. Ha-as de prata para os empregados superiores, e de cobre para os inferiores.

Medalha da Cruz Vermelha. V. *Cruz Vermelha*, no vol. II, pag. 1244.

Medalha da Divisão auxiliar á Hespanha. V. *Divisão auxiliar á Hespanha*, no vol. III, pag. 77.

Medalha da Febre Amarella. V. o artigo *Epidemia*, no vol. III, pag. 157.

Medalha da Guerra Peninsular. V. *Guerra Peninsular*, no vol. III, pag. 863.

Medalha ao Merito, Philantropia e Generosidade. V. *este titulo.*

Medalha Militar V. *Militar (Medalha).*

Medalha D. Pedro e D. Maria. V. *Liberdadade (Campanhas da)*, n'este vol., a pag. 181.

Medalha da Rainha D. Amelia. V. *este titulo.*

Medalha de Serviços no Ultramar. V. *este titulo.*

Medalha de Soccorros a Naufragos. V. *este titulo.*

Medalha do Trabalho. V. *este titulo.*

Medancelha. Pov. na freg. de S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto. Tem caixa postal.

Médas. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. de Gondomar, com., distr. e bisp. do Porto; 251 fog. e 936 hab. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada em terreno muito accidentado, na margem direita do rio Douro. O reitor da freg. de Lever apresentava o cura, que tinha 7$800 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. produz bastantes cereaes, linho, vinho e outros fructos do paiz. Cria gado de toda a qualidade e tem caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18 com a séde no Porto. ‖ Pov na freg. de S. Miguel, de Coja, conc. de Argauil, distr. de Coimbra.

Medeiros (*Agostinho de*). Nasceu na villa de Perdizes, e fal. em Lisboa a 26 de janeiro de 1689. Era filho de Antonio de Medeiros e de Catharina Alvar. Recebeu o habito da ordem militar de S. Thiago, no convento de Palmella em 27 de dezembro de 1671, sendo-lhe conferido pelo prior-mór D. Antão de Faria. Teve um beneficio simples na egreja de S. Sebastião de Setubal. Foi muito douto em Theologia Moral. Deixou os seguintes manuscriptos: *Doctrina da Confissão sacramental, muy util e necessaria para qualquer penitente*, etc. *A Penitencia, que como diz o meu Padre Santo Agostinho, é ter pena dos bens que se deixaram de fazer*, etc.

Medeiros (*Antonio Joaquim de*). Bispo de Macau. N. em Villar de Nantes a 15 de outubro de 1846, sendo filho de Augusto Joaquim de Medeiros e de D. Thereza de Jesus. Tendo frequentado alguns estudos em Braga, entrou no Collegio das Missões Ultramarinas de Sernache do Bomjardim em 17 de abril de 1866, onde muito se distinguiu pelo seu talento, applicação e estudo, sendo laureado em humanidades, e obtendo sempre o primeiro premio nas aulas theologicas. Nos torneios litterarios, que então se faziam com grande pompa no referido collegio por occasião das festas do Mez de Maria, em maio, e de Nossa Senhora da Conceição, em dezembro, tornou-se muito notavel, principalmente n'uma festa de Nossa Senhora da Conceição, a que assistiram, além das primeiras pessoas da localidade, D. José Luiz Alves Feijó, bispo que foi de Bragança, Carlos José Caldeira e o Pro-Nuncio Apostolico Mattéra, os quaes, ao vêrem o modo brilhante como D. Antonio Joaquim de Medeiros defendia a sua these, não puderam conter-se, e de simples espectadores passaram a arguentes. Tomou a iniciativa o Pro-Nuncio, ficando tão satisfeito, que no fim da argumentação, cheio de enthusiasmo estendeu a mão ao seu vencedor, felicitando-o. Concluida a ordenação, foi D. Antonio Joaquim de Medeiros nomeado professor do seminario de Macau, para onde partiu em 7 de abril de 1872, e ali prestou muitos e bons serviços como professor e reitor, apezar das grandes contrariedades com que luctou. Nomeado visitador das egrejas de Timor, partiu para ali em novembro de 1875. Encontrou aquella missão na maior decadencia, mas rehabilitou-a á custa de um enorme trabalho e de muitos sacrificios. Voltou a Timor em abril de 1877 acompanhado d'alguns padres do Collegio das Missões, e como vigario geral e superior da dita missão, immortalisou o seu nome. Edificou residencia para os missionarios e collegios de ensino, proveu as egrejas e escolas, e lançou os fundamentos da egreja de Dilly, que se tornou uma das melhores da Oceania, etc Em 1882 o governo da metropole o apresentou coadjuctor do arcebispo de Gôa, sendo logo confirmado pela Santa Sé como bispo titular de Thermopilas, e sagrado em 15 de abril de 1883, na sé primacial de Gôa. Tratou logo de visitar as egrejas do arcebispado, mas aggravando-se-lhe os padecimentos contrahidos no clima de Timor, teve de regressar á metropole para se restabelecer. Por decreto de 29 de agosto de 1884 foi apresentado bispo de Macau, sendo confirmado no consistorio publico de 13 de novembro do mesmo anno. No dia 3 de fevereiro de 1885 partiu para Roma, pelo santuario de Lourdes, onde se demorou um dia e oito em Roma, sendo affectuosamente recebido pelo papa Leão XIII; foi a Napoles vêr o Vesuvio e as ruinas de Herculanum, e seguiu para Macau, onde entrou no mez de março, sendo ali recebido com grande pompa.

Medeiros. (*Henrique Ferreira de Paula*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado, etc. N. em Ponta Delgada a 22 de agosto de 1815, sendo filho do medico Joaquim Antonio de Paula Medeiros, e de D. Francisca Hicklnig de Medeiros. Exerceu varios cargos publicos na ilha de S. Miguel, e entre elles os de presidente da camara municipal, vogal da junta geral do districto, procurador regio junto

da relação dos Açôres, delegado do procurador regio, etc. Veiu depois estudar para a Universidade, tomando o grau de bacharel em 22 de maio de 1850. Durante o tempo de estudante deu-se a revolta da Maria da Fonte, e l'aula Medeiros fez parte do batalhão academico e redigiu, por encargo do marquez de Loulé, o *Boletim Official*, e collaborou no *Grito Nacional*, ambos então impressos em Coimbra. Em 1863 foi eleito deputado por Villa Franca do Campo, sendo reeleito em diversas legislaturas até ao anno de 1878, mostrando se sempre liberal e independente no seu voto, e tanto que, na sessão das côrtes de 1867 provocou a suspensão da lei de administração civil, do que resultou varias propostas de reformas, em que incluiu a reducção dos quadros das secretarias de estado, dos ordenados dos conselheiros de estado, do quadro do generalato, etc.; suppressão do conselho de obras publicas, do terço do ordenado nos funccionarios publicos, do proveniente de canonicatos e dignidades das sés, limitando os seus quadros ao indispensavel para o serviço do culto, etc. Paula Medeiros era laborioso lavrador; collaborou nos jornaes politicos michaelenses *Adamastor*, *Diario dos Açôres* e *Partido Popular*, sendo alguns dos seus artigos assignados e outros anonymos, sobre varios assumptos de interesse publico.

Medeiros *(João Jacinto Tavares de)* V. *Tavares de Medeiros (João Jacinto)*.

Medeiros. Povoações nas freguesias: S. Vicente, de Chã, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || O Salvador, de Valladares, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Medeiros d'Albuquerque *(Pedro)*. Capitão reformado do corpo dos officiaes da Administração Militar. N. a 16 de agosto de 1864; assentou praça a 5 de outubro de 1882, entrando no serviço da Administração Militar como aspirante. Foi promovido a alferes em 17 de fevereiro de 1886, a tenente em 15 de outubro de 1896, e a capitão em 14 de abril de 1898, reformando-se em 20 de novembro de 1902. No anno de 1903 estava na repartição dos abonos e processos. Escreveu: *Ultimo commando*; *contos instantaneos*, Lisboa, 1892; *A caminho da Africa;* poesia commemorativa da partida do corpo expedicionario a Lourenço Marques, Lisboa, 1895.

Medeiros Correia. *(João de)*. Bacharel formado em Canones, corregedor da comarca de Miranda e auditor geral do exercito na provincia da Beira. Era natural de Lisboa, sendo filho de Bartholomeu de Medeiros Correia e de D. Luiza da Silva, ambos de familias nobres. Fal. em 15 de janeiro de 1671. Foi juiz de fóra de Trancoso. Escreveu: *Perfeito soldado, e politica militar, dedicado a D. Hieronymo de Ataide, capitão general e governador das armas do estado do Brazil, conde de Athouguia, senhor de Vinhaes, etc. mestre de campo general da provincia da Beira; com a traducção do Regimento do Auditor geral do Principe de Parma*, Lisboa, 1659; *Relação verdadeira de todo o succedido na restauração da Bahia de todos os santos desde o dia em que partiram as armadas de sua magestade, té o em que em a dita cidade fôram arvorados seus estandartes*, etc., Lisboa, 1625; *Panegyrico a André de Albuquerque Ribafria, mestre de campo general da provincia do Alemtejo, com os elogios que á sua morte se fizeram*, Lisboa, 1661; *Breve relação dos ultimos successos da guerra do Brazil, restituição da cidade de Mauricia, fortalezas do Recife de Pernambuco, e mais praças que os hollandezes occuparam n'aquelle estado*, Lisboa, 1654. Deixou em manuscripto: *Novellas e comedias varias, em varios generos de poesia*.

Medeiros Mantua *(P. João Bento de)*. Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra. Era frade franciscano secularisado. Nasceu na ilha de S. Miguel, mas ignoram-se as datas do nascimento e do fallecimento. Tomou o grau de bacharel em 1803 Foi deputado em 1812, sendo eleito pela sua terra natal. Escreveu: *Sincera refutação*, etc., é resposta a outro opusculo de Francisco Affonso, advogando a separação da ilha de S. Miguel da obediencia do governo geral de Angra; *Fundamento do projecto de decreto que para a abolição dos vinculos na ilha de S. Miguel e nos demais dos Açores, offerece ao soberano congresso o deputado da referida ilha*, etc., Lisboa, 1822. Este folheto foi refutado pelo referido Francisco Affonso, e por outro anonymo, com o titulo seguinte: *Explicação interessante do folheto intitulado «Fundamento»*, etc. *por um açoriano michaelense*, Lisboa, 1822.

Medelim Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 299 fog. e 1:137 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., permutando malas com Idanha-a-Nova, medico, pharmacia, Misericordia, feira no 1.º domingo de quaresma, no dia 1.º de maio e a 25 de julho; mercado em todos os primeiros domingos de cada mez; romaria a N. S.ª do Calvario no 2.º domingo de maio, que dura dois dias. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem direita do rio das Taliscas ou rio Torto. Os marquezes de Cascaes apresentavam o prior, que tinha rs. 300$000 de rendimento. A pov. é muito antiga, e foi cidade importante no tempo dos romanos, sendo uma das 5 colonias da Lusitania, com os direitos e privilegios do antigo Lacio. Ignora-se qual fôsse o nome primitivo d'esta pov., e o que tinha no tempo dos romanos; o actual é arabe, e diminuitivo de *medina*, vem a significar *cidadinha*. Com as guerras continuas entre os romanos e lusitanos, e depois entre estes e os arabes, foi esta pov. saqueada, incendiada e destruida por varias vezes, até que no tempo de D. Affonso Henriques estava abandonada e completamente destruida. D. Sancho I a mandou povoar em 1200. Medelim foi concelho com justiças proprias, camara e mais autoridades municipaes. Ainda aqui existem, em bom estado de conservação, 3 bellas antas ou dolmens, monumentos que alguns povos prehistoricos construiram e destinavam a sacrificios ou sepulturas, sendo um bastante grande, e em excavações recentemente feitas teem apparecido aras votivas a deusas do Pantheon Lusitano, moedas romanas e godas de differentes epocas, e sarcofagos em marmore e granito, que se suppõem romanos. E' tradição de terem sido martyrisados em Medelim, no dia 5 de março de 134, no tempo do imperador Trajano, Santo Eusebio e 9 companheiros. Nasceu n'esta povoação S. Raymundo, pastor de gado, que falleceu a 5 de abril de 900, e S. Theodoro, que morreu em 20 de abril de 300. Medelim pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de

recrutamento e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Medella. Pov. na freg. de S. Romão, de Ucha, concelho de Barcellos, districto de Braga.

Medello. Pov. e freg. de S. Martinho, da provincia do Minho, conc. e com. de Fafe, distr e arceb. de Braga; 86 fog. e 388 hab. Tem correio com serviço de posta rural; romaria a S. Matheus, no logar de Carvalhinho d'esta freguezia, a 15 de setembro. A pov. dista 2 k. da séde do conc. A Misericordia de Braga apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: Santa Maria Maior, de Almacave e conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Torre, conc. de Amares, distr. de Braga.

Medellos. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Oldrões, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Medico. V. *Cirurgião*, no vol. II, pag. 1048 Encontram-se muitas biographias de medicos portuguezes nos trabalhos especiaes de Rodrigues Gusmão, Sousa Viterbo, Alfredo Luiz Lopes, etc.

Medico *(Casal do)*. Na freg. de N. S.ª das Neves, de Parceiros da Egreja, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Medina e Vasconcellos *(Francisco de Paula)*. Tabellião no Funchal, terra da sua naturalidade. Nasceu entre os annos de 1766 e 1770. fal. na ilha de S. Thiago, pouco depois de 1824, Contava 20 annos de edade quando veiu para Portugal com o intento de seguir uma das faculdades da Universidade de Coimbra. Matriculou-se com effeito, mas apenas cursou as aulas dois annos, porque no fim d'esse periodo foi preso, injustamente segundo elle affirmava. Não se conhece o motivo da prisão, mas diz elle que foi accusado de crimes, em que nem sequer pensára. No fim de anno e meio foi que o soltaram, impondo-lhe a pena de não voltar mais á Universidade e sair de Coimbra. Em 1793 achava-se de novo na ilha da Madeira, mas alguns annos depois voltou a Portugal, na idéa de se empregar, e conseguiu ser provido n'um officio de tabellião no Funchal, officio que exercia em 1823, sendo já casado e com filhos, quando foi preso novamente pela alçada que n'esse anno foi mandada á Madeira, e que procedeu contra todas as pessoas suspeitas de terem idéas liberaes. Alguns soffreram diversas penas, e Medina e Vasconcellos foi condemnado a 8 annos de degredo para Cabo Verde, e partiu para a ilha de S. Thiago a cumprir a sentença, e ali falleceu. Medina e Vasconcellos era poeta, e deixou muitas poesias ineditas e outras impressas, que são as seguintes: *Poesias lyricas; I, II partes*, Lisboa, 1793; *Noite triste, a que deu assumpto a morte da ex.ma sr.ª D. Carlota Margarida, filha do ex.mo Duque de Lafões*, Lisboa, 1792; saiu com as iniciaes F. P. M. V.; *Poesias lyricas dedicadas á ill.ma e ex.ma sr.ª D. Catharina Michaela Sousa Cesar e Alencastre*, etc., tomo 1, Lisboa, 1797; o 2.º tomo nunca se publicou, *Noites tristes de Fileno na ausencia de Marilia*; Lisboa, 1805; saíram com as iniciaes F. P. M V.; *Segunda edição*; 1821, e outra em 1825; *Sextinas elegiacas ao memoravel estrago da cidade do Funchal, na ilha da Madeira*, etc., Lisboa, 1805; *Elegia á deploravel morte do grande e incomparavel Manuel Maria Barbosa du Bocage*, Lisboa, 1806; com as referidas iniciaes; *Zargueida, descobrimento da ilha da Madeira, poema heroico*, Lisboa, 1806; *Georgeida, poema dedicado ao ill.mo sr. Roberto Page*, Londres, 1819. N'um folheto intitulado: *Collecção de algumas obras poeticas offerecidas ao ill.mo e ex.mo sr. Sebastião Xavier Botelho*, Funchal, 1821, vem tres sonetos de Medina a pag. 10, 12 e 13; e uma ode a pag. 17.

Medo. Pov. na freg de Santa Maria, de Riba d'Ancora, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Concelho formado de parte dos territorios do antigo distr. de Cabo Delgado, na provincia de Moçambique, Africa Oriental. E' um dos nove em que estão divididos os terrenos administrados pela companhia privilegiada do Nyassa portuguez. || Séde do conc. do mesmo nome, na prov. de Moçambique, antigo distr. de Cabo Delgado, Africa Oriental.

Medonha. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Anha, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Cuide de Villa Verde, concelho de Ponte da Barca, do mesmo districto.

Medorra. Pov. na freg. de S. Miguel, de Perre, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Medreiros. Pov. na freg. de S. Faustino e concelho de Peso da Regoa, districto de Villa Real.

Medroa. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Aldeia do Matto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Quinta na freg. de N. S.ª da Conceição, de Mizarella, concelho e districto da Guarda.

Medrões. Pov. e freg. do Salvador, da prov. de Traz os-Montes, conc. da Santa Martha de Penaguião, com. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 276 fog. e 1:130 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada a 1 k. da margem direita do rio Douro. Os senhores de Murça, depois condes, apresentavam o abbade, que tinha 400$000 réis de rendimento. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13 com a séde em Villa Real. Esta pov. foi annexada ao conc. de Peso da Regoa pelo decreto de 26 de setembro de 1895 que supprimiu o de Santa Martha de Penaguião, mas voltou para este, por ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898.

Medronhal. Povoações nas freguezias: Santa Barbara de Nexe, conc. e distr. de Faro. || S. Bartholomeu, de Bensafrim, conc. de Lagos, do mesmo districto.

Medronheira. Povoações nas freguezias: Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || S. José, de Lamarosa, conc. de Coruche, distr. de Santarem. || Sant'Anna da Serra, conc. de Ourique, distr. de Beja. || Santo Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Medros. Povoações nas freguezias: Santo André, de Barcellinhos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Nogueira e S. Claudio, conc. e distr de Vianna do Castello. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Martinho, de Villa Mou, do mesmo concelho e districto.

Meeiro. Povoações nas freguezias: Santa

Maria, de Reguenga, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Mamede, de Travanca, conc da Feira, distr. de Aveiro.

Méga. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Pedrogão Grande, districto de Leiria.

Méga Fundeira. Pov. na freg. de S. Matheus, de Alváres, concelho de Goes, districto de Coimbra.

Méga de Nossa Senhora. Pov. na freg. de S. Matheus, de Alváres, conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Méga de S. Domingos. Pov. na freg. de S. Matheus, de Alváres, conc. de Goes, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural.

Megide. Pov. na freg. de S. Paio, de Moreira dos Conegos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Mei. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 75 fog. e 161 hab. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada a pequena distancia da margem direita do rio Vez. O antigo nome d'esta freg. era *Moimenta*. Pertenceu aos bispos de Tuy, e el-rei D. Diniz a houve por troca com o bispo D. João Fernandes de Sotto Maior, em 1308. Depois passou a ser padroado dos viscondes de Villa Nova da Cerveira, que apresentavam o abbade, o qual tinha 170$000 réis de rendimento. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Meia. Certa medida, que era metade d'outra. Assim, a *meia* valia nos territorios de Coimbra, nos seculos XV e XVI, seis quartilhos, isto é, metade da quarta de um almude. No Minho a *meia* valia dois quartilhos, isto é, metade da canada. Esta era a *meia* mais vulgar, e decerto a equivalencia mais verdadeira.

Meia barbuda. Moeda de bilhão no tempo de D. Fernando I. V. *Barbuda*, no vol II, pag. 111.

Meia barrinha. Moeda de ouro da Africa Oriental, no seculo XIX. V. *Barrinha*, no vol. II, pag. 172.

Meia de Cima. Pov. na freg. de Santa Maria, de Tavora, conc. de Arcos-de-Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Meia corôa. Moeda de ouro. No reinado de D. Maria II era a moeda de 2$500 réis. No reinado de D. Pedro V decretou-se que a meia corôa de ouro seria a moeda de 5$000 réis. O seu peso é de 8,868 grammas.

Meia corôa. Moeda de prata. V. *Cinco tostões*, no vol. II, pag. 1037.

Meia dobra. Moeda de ouro de D. Pedro I e de D. Fernando I. V. *Dobra*, no vol. III, pag. 79.

Meia esphera. Moeda de ouro. V. *Meio cruzado*.

Meia esphera. Moeda de prata da India, no tempo de Affonso de Albuquerque. A *esphera* valia 40 reaes. Ao *meio cruzado*, de ouro, tambem se chamava *meia esphera*. No campo da moeda lê-se MEA e por cima uma corôa aberta. No reverso a esphera armillar.

Meia Laranja. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Chelleiros, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Meia Legoa. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Bento, de Ribeira Brava, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || Quinta na freg. de Santo André, de Boidobra, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Meia Lua (*Praia da*) Enseada formada pelo Oceano Atlantico, na costa do conc, e distr. de Benguella, prov. de Angola. Dista cêrca de 14 k. da ponta das Salinas.

Meia moeda. V. *Moeda*.

Meia peça. V. *Peça*.

Meia Praia. Pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Lagos, distr. de Faro.

Meia rupia. V. *Rupia*, *Pardau*, e *Xerafim*.

Meia tanga. V. *Tanga*.

Meia Via. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Canadello, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Thiago e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Meia Vianna. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Meias Vides. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Almagreira, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Meições. Pov. na freg. de Santa Maria, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro.

Meidunio. Castello ou fortaleza antiquissima que existiu na serra do Gerez, na prov. do Minho. Não se sabe a situação exacta d'este monumento, nem se d'elle existirá vestigio. Na serra do Gerez ha numerosos vestigios de construcções antiquissimas, mas não se sabe se algum d'estes é do famoso castello de Meidunio. Na freg. de S. Thiago de Cadões, que já não existe, appareceu uma lapide com uma inscripção que traduzida quer dizer: *Aqui, no castello Meidunio, jaz Medamo, filho de Acrisio. Os acondeus ao seu querido amigo dedicaram este monumento.*

Meieiras. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Villa Cova á Coelheira, conc. de V. N.ª de Paiva, distr. de Vizeu.

Meiginhos. Pov. e freg. de S. Braz, da prov. da Beira Alta, conc. bisp. de Lamego, distr. de Vizeu. Os marquezes de Penalva apresentavam o abbade, que tinha 200$000 réis de rendimento. Estando annexada á freg. de S. Miguel, de Lazarim, foi desannexada por decreto de 26 de junho de 1896, que supprimiu o conc. de Tarouca, ao qual pertencia, passando para o de Lamego; no emtanto, em vista do decreto de 2 de novembro de 1899, parece continuar a estar annexada para os effeitos judiciaes e ecclesiasticos.

Meijão Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Meio da Aldeia. Pov. na freg. de S. Thiago, de Milheirós, conc. da Maia, districto do Porto.

Meio atiá. Moeda de cobre de Diu. V. *Atiá*, no vol. I, pag. 855.

Meio de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Thiago, de Gemieira, concelho de Ponte do Lima, districto de Vianna do Castello.

Meio bastião Moeda de prata cunhada na India, tambem conhecida por *meio pardau*. V. *Bastião*, no vol. II, pag. 199.

Meio bazaruco. Moeda de cobre da India. V. *Bazaruco*, no vol. II, pag. 228.

Meio cruzado. Moeda de prata. V. *Cruzado*, no vol. II, pag. 1245.

Meio cruzado. Moeda de prata, tambem co-

nhecida por *dois tostões*. O primeiro monarcha que a fez lavrar foi D. João IV, do qual se conhecem varios exemplares, que fôram depois contramarcados com o valor de 250 réis. Dos exemplares, cunhados confórme a lei de 14 de junho de 1688, destacaremos o seguinte: ₒ°ₒ IOANNES o IIII o D o G.° REX° PORTVGALIE. Armas do Reino, á esquerda dois pontos, e á direita 200, indicativo do valor. No reverso: ₒₒₒ IN o HOC o SIGNO o VINCES. Cruz da ordem de Christo com um ponto no centro e cantonada por quatro PP (Porto). Outros *meios cruzados* teem quatro EE (Evora), indicativos da casa da moeda onde fôram cunhados. A orla d'estas moedas apresenta ás vezes engano, ficando o *In hoc signo vinces* do lado das armas e o nome do monarcha do lado da cruz. Tambem se cunharam meios cruzados nos reinados desde D. Affonso VI até D. Miguel. No reinado de D. Maria II começou a nova moeda de *dois tostões*. V. *este nome* e a moeda de *doze vintens*, (no vol. III, pag. 81 e 91.)

Meio cruzado. Moeda de ouro da India, cunhada no governo de Affonso d'Albuquerque. Valia 240 reaes e tambem a denominavam *meia esphera*. A *esphera* era de prata e valia 40 reaes, e d'esta tambem havia a *meia esphera*, que valia 20 reaes.

Meio cruzado. Moeda de prata de Moçambique, mandada lavrar em Gôa, em 1735. Tem a cruz de Christo cantonada pelas letras numeraes d'aquelle anno e na orla—IOANN—ESVRP. e por baixo, 200 réis, indicativo do valor. No reverso as armas do reino, tendo aos lados G—A (Gôa).

Meio dobrão. Moeda de ouro de D. João V. V. *Dobrão*, no vol. III, pag. 80.

Meio escudo. Moeda de ouro de D. Duarte. V. *Escudo*, vol. III, pag. 183.

Meio grosso. Moeda denominada tambem *meio real grosso*. V. *este nome*.

Meio justo. Moeda de ouro de D. João II. V. *Espadim*, no vol. III, pag. 186.

Meio do Logar. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Villa Cova de Perrinho, conc. de Maceira de Cambra, distr. de Aveiro.

Meio pardau. Moeda de prata da India, tambem conhecida por *meio xerafim*. V. *Pardau*, e *Bastião*, no vol. II, pag. 198.

Meio patacão. V. *Patacão*. **Meio portuguez.** V. *Portuguez*.

Meio real. Moeda de prata tambem conhecida por *meio vintem*. V. *Vintem*.

Meio real branco. Valia em 1423 tres ceitis. V. *Real*.

Meio real cruzado. Moeda de bilhão de D. João I. Valia 35 soldos. A sua descripção é a seguinte: + PORTUGALIE ₒ° ET ALG REX. No centro IHNS, por cima a corôa, e em baixo L (Lisboa); no campo, á direita, uma estrella; á esquerda um ponto. No reverso + REPARACIO °ₒ REX PUBLICE. Sobre a cruz de Aviz escudo com as quinas.

Meio real grosso. Moeda de prata de D. Affonso V, tambem conhecida por *chinfram*. Aragão reproduz uma d'estas moedas, cuja descripção é a seguinte: + ALFONSOS °ₒ GNINTI °ₒ REGIS °ₒ POR. As armas das Quinas. No reverso: + ADIVTORIVM °ₒ NOSTRUM °ₒ IN °ₒ NOMIN. No centro A, entre dois anneis, por cima uma grande corôa, e por baixo L (Lisboa). Valia 11 dinheiros. Um exemplar da mesma moeda, muito raro, é o seguinte: ALFONSVS DEI° GRACIA °ₒ REX C. As Quinas dentro de quatro arcos ligados por anneis. No reverso: + ALFONSVS °ₒ DEI °ₒ GRACIA °ₒ REX °ₒ. Armas de Castella e Leão.

Meio S. Thomé. Moeda de ouro, muito rara, cunhada na India no seculo XVIII.

Meio São Vicente. Moeda de ouro do reinado de D. Sebastião. V. *São Vicente*.

Meio tornez. Moeda de prata do reinado de D. Pedro I, mas de que se não conhece nenhum exemplar.

Meio tornez. Moeda de bilhão do reinado de D. Fernando I, de que se conhecem tres variantes: Meio tornez com busto, meio tornez com F e meio tornez variado. Do primeiro a descripção é a seguinte: ✠ FERNANDVS °ₒ D °ₒ G °ₒ POR °ₒ. Busto do rei imberbe á esquerda, co-

Meio tornez

roado; no campo L (Lisboa), com um ponto e um signal occulto; por cima, á direita, B com outro ponto. Reverso: ✕ FERNANDVS °ₒ D °ₒ G °ₒ REX °ₒ POR. No campo as Quinas e á direita um ponto como signal occulto. Das outras variantes reproduzimos em gravura as seguintes:

Meio tornez

+ FERNANDVS △ REX △ PORTVGA. Escudo das Quinas entre duas ordens de arcos, ornado em cima e aos lados por tres estrellas, e em baixo ე. No reverso: + DOMINVS △ REX △ AIVTOR △ ET. No campo F, coroado; á esquerda Ç, e á direita A (ÇAmora); por baixo da ultima letra um signal occulto. A segunda gravura: FERNANDVS °ₒ REX °ₒ PORTVGAL. Quinas. No reverso: + DOMINVS °ₒ MICHI °ₒ AIVTOR °ₒ Torres entre as duas letras M-I (MIranda).

Meio tostão. Moeda de prata. Existiu desde o reinado de D. Manuel I até ao de el-rei D. Carlos I, em que passou a ser de nickel, bem como o tostão. No reinado de D. Maria II fez-se apenas um ensaio em bronze para os Açôres. Houve esta moeda, cunhada por D. Manuel, D. João III, D. Sebastião, governadores do reino em 1580, D. Antonio. Filippes, D. João IV, D. Affonso VI, D. Pedro II, D. João V, D. José I, D. Maria I, D. João VI, D. Miguel, D. Pedro V, D. Luiz I, e D. Carlos I.

Meio tostão. Moeda de nickel, cunhada no reinado de el-rei D. Carlos I, para substituição da especie fiduciaria do mesmo valor *(cedula de cincoenta réis)*, retirando-se da circulação a moeda de prata do mesmo valor. (V. *Tostão)*. △ CARLOS I REI de PORTUGAL △ 1900. Escudo das armas reaes, com a corôa, e ladeado por duas palmas, sendo uma com louro e outra com folhas de carvalho. Reverso: Orla com um ponto; ao centro em fundo raiado 20 RÉIS.

Meio do Valle. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Amendoa, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Meio vintem. Moeda de prata dos reinados de D. Sebastião, D. João IV, D. Affonso VI e de D. Pedro II E' tambem conhecida por *Dez réis* de prata.

Meio vintem. Moeda de bronze do reinado de D. João V, mais conhecida por *Dez réis*.

Meio vintem. Moeda de calaim lavrada na India no principio do seculo XVIII. Tinha indicado o valor de 7 $^1/_2$ bazarucos. A sua descripção é a seguinte: Armas do reino entre as letras G-A *(Gôa)*. Reverso: No campo, á esquerda. Iº *(João)*, e á direita 5.º *(V)*, tendo por cima estrellas e por baixo $^1/_2$ indicativo do valor em bazarucos.

Meijoadas. Pov. na freg de S. Christovão de Espadanedo, conc de Sinfães, districto de Vizeu.

Meijoadella. Pov. na freg. de Santo André, do Rio Douro, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Meijoeira Pov. na freg. de Santa Maria, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Meimão. Pov. e freg. de S. Salvador, da provincia da Beira Baixa, conc. de Penamacor, com. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 138 fog. e 706 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada entre duas pequenas ribeiras que formam depois a de Alizo, e na estrada que vae de Penamacôr ao Sabugal. O real padroado apresentava o prior, que tinha réis 200$000 de rendimento. A pov. pertence á 2.ª divisão mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Meimôa. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc. de Penamacôr, com. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 182 fog. e 801 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada na margem direita d'uma ribeira do mesmo nome e na estrada que vae de Penamacôr a Maçainhas de Belmonte. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha 60$000 réis. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Rio do distr. de Castello Branco, nos concelhos de Penamacôr e Fundão. Nasce nas proximidades de Penamacôr, e depois d'um curso de 45 k. vae desaguar na margem esquerda do rio Zezere, junto a Alcaria.

Meinedo. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Louzada, distr. e bisp. do Porto; 397 fog. e 1:558 hab. Tem escolas para ambos os sexos, caixa post., apeadeiro no Caminho de ferro na linha do Douro, entre as estações de Penafiel e de Cahide. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada proximo do rio Sousa. A mitra apresentava o vigario, que tinha 150$000 réis de rendimento. Foi honra e couto, e é terra muito fertil em todos os generos agricolas, cria muito gado de toda a qualidade. Os bispos do Porto eram senhores d'esta honra, que foi instituida por um conde, de appellido Fonseca, que tinha aqui a sua casa e solar. Foi este conde, que no anno 600 trouxe as reliquias de Santo Thirso, natural de Toledo, morto pela fé de Christo na cidade Apollonia, na Thracia. Pretendem alguns que esta povoação fôsse cidade episcopal com o nome de *Magneto*, que Santo Thirso aqui fôsse bispo, e que os de Arritana de Sousa o assassinaram ás pedradas. Em 1131 deu D. Affonso Henriques a D. Hugo, bispo do Porto, a egreja de *Santo Thirso, de Meinedo*. Esta egreja tinha sido a de um antiquissimo mosteiro, que depois foi de monges benedictinos, pelo que ainda então se chamava *Mosteiro* ao logar em que ella estava. Suppõe-se que era fundação do tal conde Fonseca. Foi no referido anno de 1131 que o papa Innocencio II autorisou que o mosteiro se tornasse abbadia secular. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Meio. Povoações nas freguezias: Santa Maria da Vinha, de Areosa, conc. e distr. de Viauna do Castello. || S. Mamede, de Madail, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Bahia formada pelo Oceano Atlantico, na costa do concelho e distr. de Mossamedes, prov. de Angola. A sua ponta S é chamada de *Santa Gertrudes*. E' geralmente conhecida por *Baba*, corrupção de *Obaba*, e tambem por *Bahia das Moscas*. || Uma das ilhas do grupo das Desertas, no archipelago da Madeira. Produz urzella e abunda em cabras bravas e em coelhos. Está habitada por algumas familias de pescadores. || Ilha do archipelago de Bijagoz, Africa Occidental. Está situada a SE da ilha dos Cavallos, do mesmo archipelago, e tem um bom porto para os navios fazerem aguada. || Rio da ilha de S. Thomé, na prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. Corre na região E da ilha, entre as ribeiras de Diogo Nunes ao N e a de Agua Grande ao S, e vae desaguar na enseada de Lagarto.

Meiomães. Pov. e freg de S. João Baptista, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Rezende, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 210 fog. e 730 hab. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada ao S da margem esquerda do rio Douro, em terreno bastante accidentado. O abbade era apresentado pelo ordinario, que tinha 550$000 réis de rendimento. E' uma freguezia muito fertil, e cria muito gado de toda a qualidade. Ha aqui as ruinas d'um castello muito antigo, chamado de *S. João*. No centro do recinto d'esta fortaleza está um penedo gigantesco, que é uma anta celtica, das maiores que existem no paiz. Tambem é conhecida esta pov. pelo nome de *Miomães*. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Meios Pov. e freg. de N. S. d'Assumpção, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda, 106 fog. e 406 hab. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada na serra da Estrella, pro-

ximo da margem direita do rio Mondego. O vigario da freg. dos Trinta apresentava o cura, que tinha 9$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. na freg. do Salvador, de Cabeça Santa., conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Meira. Este appellido vem de Pedro Novaes, o velho, rico homem d'el rei D. Sancho II, assim como o appellido de Meyrelles. Outros dizem, que é de familia oriunda de Hespanha, que passou o Portugal no tempo de el rei D. Diniz. As armas das duas familias são eguaes, constando de: Em campo vermelho uma cruz de ouro florida e vasia do campo; timbre, um lebreu com coleira e lingua vermelhas.

Meira *(Domingos Antonio de Azevedo da Silva)*. Esculptor ornamentista contemporaneo. V. *Silva Meira*.

Meira *(Francisco Romano Gomes)*. Escriptor, jornalista, etc. N. em Laveiras a 9 de março de 1808, fal. em Lisboa em 1874. Era filho de Francisco Gomes Meira, e de sua mulher D. Maria Eugenia do Carmo. Habilitado com alguns estudos secundarios e o curso da antiga Aula do Commercio, foi em 30 de dezembro de 1834 nomeado, precedendo concurso, amanuense de 2.ª classe da secretaria do Arsenal do Exercito, cargo que desempenhou até ser d'elle exonerado a requerimento seu, em 13 de outubro de 1837. Organisara-se em março ou abril d'esse anno a empresa creadora do jornal *O Panorama*, cuja direcção litteraria fôra confiada a Alexandre Herculano. O illustre historiador era amigo e cunhado de Gomes Meira, e convidou-o para a redacção d'aquelle jornal, juntamente com Rodrigo José de Lima Felner. Em dezembro seguinte accumulou com esses trabalhos os do escriptorio da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, proprietaria do *Panorama*, e da revisão d'este jornal, sendo mais tarde tambem encarregado da administração da typographia. De 13 de julho de 1839, em que Alexandre Herculano deixou de ser o principal redactor, até á suspensão do jornal em 1844, pesaram sobre elle os cuidados da redacção, por modo que não ha n'esse intervallo numero algum que não contenha trabalho seu, pelo menos de compilações, extractos, traducções, etc. Na qualidade de director da typographia da Sociedade dirigiu pelo mesmo tempo as publicações litterarias por ella realisadas, taes como da *Chronica do cardeal rei D. Henrique*, para a qual escreveu prologo e notas; da 2.ª edição da *Relação da viagem do padre Manuel Godinho;* das *Reflexões sobre a lingua portugueza*, de Francisco José Freire, ampliando n'esta e pondo em ordem a maior parte das notas, para que J. H. da C Rivara fornecera apenas breves indicações, com excepção da que versa sobre autores classicos, e poucas mais, etc. Dissolvida em 1845 a Sociedade Propagadora de Conhecimentos Uteis, Gomes Meira entrou para o serviço das companhias das Obras Publicas de Portugal e Confiança Nacional, cujos escriptorios estavam reunidos, e em novembro de 1846 passou a ser empregado no Banco de Portugal, logar que exerceu até fallecer. Quando o *Panorama* reappareceu em 1846, tendo breve existencia, escreveu para elle alguns artigos de parceria com Rodrigo Felner e outros amigos, e da mesma fórma concorreu na segunda reapparição do jornal para os primeiros volumes que publicou o novo editor Fernandes Lopes. Collaborou tambem na *Illustração, Jornal Universal* publicado em 1845 e 1846; na *Illustração Luso Brazileira*, em 1856 a 1858; nos tomos 1.º e 2.º do *Archivo Pittoresco*, e na 2.ª serie da *Revista Universal*. Na *Carta*, jornal politico, fundado em 1847 e interrompido em fevereiro de 1848, publicou em folhetins parte da versão do romance de Alexandre Dumas, *Os quarenta e cinco;* e na *Revolução de Setembro* foi redactor constante das noticias estrangeiras desde 1848 até fevereiro de 1862, supprindo tambem por vezes, na falta do redactor especial, a chronica das noticias avulsas. No *Jornal do Commercio* do 1.º de agosto de 1868 publicou um folhetim, com o titulo *Livro de litteratura escripto em portuguez por um estrangeiro*, e versa sobre os *Quadros da Russia*, de Platão Vakcel, etc.

Meira. Povoações nas freguezias: S. Felix, de Gondifellos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga || S. Thiago, de Urra, conc. e distr. de Portalegre.

Meiral Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Campanhã, bairro oriental do Porto. || Santo André, de Canidello, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Meirannes. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Meirelles. V. *Meyrelles*.

Meires. Pov. da freg. de S. João Baptista, de Pelariga, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Meirinhas de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr de Leiria.

Meirinhado. O territorio comprehendido na jurisdicção dos meirinhos do rei. *Vasco Peres de Vallonguinho, Ouvidor, en logo de Joham Gil do Avelaal, Corregedor, e Veedor das Justiças, por El Rei, no Meirinhado da Beira* (Documento das freiras benedictinas do Porto, de 1337).

Meirinho. Juiz real, executor das sentenças, que o rei antigamente nomeava para governar um territorio dando-lhe ampla jurisdicção.

Meirinho-mór. Individuo revestido na superintendencia (maioria) da justiça. Havia meirinhos móres n'algumas cidades, villas ou comarcas, para fazerem justiça, segundo a que o rei lhes determinaria, e havia meirinho-mór do todo o reino, que era o seu chefe, e a quem pertenciam as causas mais importantes, como a prisão dos fidalgos e de homens de elevada posição, *levantar forças*, que era destruir e castigar as violencias que os fidalgos faziam aos seus vassalos ou ao povo, e providenciar em outros factos a que não chegava a autoridade das justiças inferiores. *(Codigo Affonsino*, liv. 1.º tit. 60*)*. V. *Maiorino*, n'este vol. pag. 981. O officio de meirinho-mór era já conhecido em Portugal antes do conde D. Henrique, pois em 1074, reinando em Leão e Castella Fernando III, o magno, se mencionam Diogo Truetesindes, meirinho-mór na Extremadura portugueza, e seu filho, Mendo Dias, na Beira. O uso antigo em Portugal era haver quatro meirinhos-móres, divididos pelas quatro principaes comarcas: Além-Douro (Entre Douro e Minho e Traz-os-Montes), Beira (as duas ou A'quem Douro), Extremadura e Entre Tejo e Guadiana. Depois se fez mais uma comarca no Algarve, para que se nomeou tambem meirinho-mór. Na comarca

de Além-Douro se comprehendiam as provincias de Entre-Douro e Minho e Traz-os-Montes, que depois vieram a separar-se, com differentes meirinhos-móres. Tambem algumas vezes andou a Beira, ora no meirinho-mór d'Além-Douro, ora no da Extremadura. O primeiro meirinho mór que se encontra mencionado, é D. Pero Lourenço, que se assigna *Meirinus mayor Portug.* em uma doação que á ordem de S. Thiago fez D. Sancho II da villa de Aljustrel, em Lisboa, a 31 de março de 1235 D. Vasco Martins Pimentel era meirinho-mór de todo o reino no reinado de D. Affonso III. Na *Geographia Historica*, de D. Luiz Caetano de Lima, tomo I, pag. 469 e seguintes, veem os nomes de todos os meirinhos-móres que existiram em Portugal desde D. Sancho II até D. Affonso V. O uso dos meirinhos-móres durou desde o principio da monarchia até ao reinado d'este monarcha, que aboliu os meirinhos-móres das comarcas, conservando sómente um, que denominou *meirinho-mór da côrte e reino.* O primeiro que exerceu este cargo, suppõe-se ser D. Gonçalo Coutinho, que o referido monarcha demittiu em 1445, nomeando para o substituir Martim de Tavora, a 21 de abril d'esse anno. Na carta de nomeação diz D. Affonso V, que o faz *seu meirinho-mór da côrte e de todos os seus senhorios, assim como era D. Gonçalo Coutinho, que, por erros de officio, perdêra este logar.* Os meirinhos móres tinham jurisdicção sobre os nobres e fidalgos das suas comarcas, o que consta d'uma carta régia, que estava no cartorio do mosteiro de Pedroso, escripta por el-rei D. Diniz em 1279, primeiro anno do seu reinado. Proviam os juizes ordinarios das villas e concelhos; tomavam conhecimento das causas civeis; passavam cartas de legitimação; finalmente era tão grande a sua autoridade, que correspondia á dos *adeantados*, excedeu do á dos governadores das casas do civel e regedores das Relações. Tratando as *Ordenações do Reino* do officio de meirinho-mór, no livro I, tit. 17, se diz: «Ao seu officio pertence prender pessoas de estado, e grandes fidalgos e senhores de terras, e taes, que as outras justiças os não possam bem prender, e assim levantar as forças que pelas taes pessoas sejam feitas, quando por nós lhe fôr mandado.» Diz mais que «Ao meirinho-mór pertence pôr, da sua mão, um meirinho, que ande continuamente na casa» Na *Chronica de D. João II*, por Garcia de Rezende, vê-se, que os meirinhos-móres eram obrigados a assistir ás execuções de morte das pessoas grandes; porque, recusando-se D Francisco Coutinho, conde de Marialva (V. este titulo), que então era meirinho-mór do reino, a assistir á execução do duque de Bragança, em 1483, allegando ser parente d'este, o rei acceitou lhe a desculpa, e mandou servir de meirinho mór, n'esse acto, a Francisco da Silveira, que tinha o officio de coudel-mór. Tambem foi meirinho-mór no reinado de D. João II, Ruy de Sousa, senhor de Beringel e de Sagres, e ascendente dos condes do Prado e dos marquezes de Minas. D. Pedro II nomeou meirinho-mór a D. Fernão Martins Mascarenhas, conde d'Obidos, de Parma e de Sabugal, cargo que exerceu ainda no tempo de D. João V. Pelo seu fallecimento, em janeiro de 1719, succedeu-lhe no emprego seu filho segundo, D. Manuel Mascarenhas e Castello Branco, por ter fallecido, ainda em vida de seu pae, o primogenito, D. Francisco de Assis Mascarenhas, conde da Palma. Desde então sempre se tem, conservado o officio de meirinho-mór nos condes d'Obidos e Sabugal, pelo que se denominam *condes meirinhos-móres*, cujo cargo é hoje apenas um titulo honorifico.

Meirinhos. Pov. e freg. de S. Bento, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança; 170 fog. e 687 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada entre dois affluentes do rio Sabor. O abbade da freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Castello Branco, d'este mesmo conc., apresentava o vigario, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e rez. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Meirins. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Trute, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Meitega. V. *Almeitiga.*

Meixedo. Pov. e freg. de Santo André, da prov. de Traz-os-Montes, conc., distr. e bisp. de Bragança; 89 fog. e 307 hab. Tem esc. do sexo fem. A pov. dista 6 k. da séde do conc. A Casa de Bragança apresentava o abbade, que tinha 400$000 réis. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Minho, conc. com., e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 114 fog. e 434 hab. A pov. dista 13 k. da séde do conc. Tem caixa post. A mitra apresentava o abbade, que tinha 250$000 réis de rendimento. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Santa Maria, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 70 fog. 385 hab. A pov. dista 16 k. da séde do conc. e está situada a 1:500 m. da estrada de Montalegre a Chaves, n'uma collina, ao S da serra de Larouco, entre uma das origens do rio Cávado, e da de um ribeiro, affluente do rio Tamega. Tem caixa post. Foi honra e villa. O papa e a mitra apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 250$000 réis de rendimento. O territorio é arenoso, frio e desabrigado, e só produz centeio, batatas e alguma hortaliça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19 com a séde em Chaves || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Queimadella, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santissimo Nome de Jesus, de Salzedas, conc. de Tarouca, distr. de Vizeu.

Meixide. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 53 fog. e 234 hab. tem esc. do sexo fem. A pov. dista 16 k. da séde do conc. e está situada a 6 k. da estrada, que vae de Montalegre a Chaves, n'uma planicie. O reitor de S. Miguel, de Bobadella, apresentava o vigario, que tinha 40$000 rs. e o pé d'altar. Foi da commenda de Bobadella, que recebia metade dos dizimos, e a outra metade o morgado de Villar Perdizes. O terreno ainda que desabrigado, produz centeio, milho, batatas, hortaliça e alguma fructa. Era *reguengo* e *casal cerrado*, ou *encabeçado*, e pagava ao commendatario 25$960 réis de fóro annual. D. Abril Peres, senhor de Bobadella, lhe deu foral em agosto de 1244. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e

ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Meixões de Baixo. Pov. na freg. do Salvador, de Valdreu, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Meixões da Serra. Pov. na freg. do Salvador, de Valdreu, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Meixomil. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. de Paços de Ferreira, distr. e bisp. do Porto; 250 fog. e 946 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, fabrica de manteiga, e caixa post. A pov. dista 2 k. da séde do conc. O reitor de Penamaior apresentava o vigario, que tinha 12$400 réis de congrua e o pé d'altar. N'esta freg. ha duas capellas, uma no logar da Trindade, e duas no de Sobrão. Pela freg. passa o rio Ferreira, que réga, móe e traz peixe miudo. Dizem, que entre as alfaias da egreja matriz, ha dois véus de calix, que tem estampadas umas theses, que defendeu o Dr. Antonio de Azevedo Moura, da familia dos Azevedos, de Sobrão. Estes véus e um antigo jogo de corporaes, que teem bordados os instrumentos da Paixão de Christo, fôram offerecidos por esta familia. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto.

Meiyo. Pequeno rio do distr. de Mossamedes, na prov. de Angola. Nasce na serra de Munda e depois de juntar as suas aguas ás d'outro rio, vae desaguar na margem direita do rio Cacolovar.

Meizão Frio. Pov. na freguezia de N. S.ª d'Assumpção, de Cardigos, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Mejota. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real.

Mel (*Ilha do*). Ilha situada ao fundo da bahia de Lourenço Marques na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Fica um pouco a E e quasi na embocadura do Manhiça. || Ilha do archipelago de Bijagoz, na prov. da Guiné, Africa Occidental. Está circumdada de recifes e de baixios, e é habitada apenas de tempos a tempos por negros, que vão ali colher azeite de palma.

Mela. Pov. na freg. de S. Pedro, de Seixas, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello.

Melada. Pov. na freg. de S. Lourenço do Bairro, concelho de Anadia, districto de Aveiro.

Melados. Pov. na freg. de S. Martinho, de Mozellos, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Melaney. Pov. do concelho de Sanquelim, Novas Conquistas, districto e arceb. de Gôa, India.

Melano. Cabo da costa do distr. e prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Melão. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Melarizes. Pov. na freg. do Santissimo Sacramento, de Burgo, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Melcões. Pov. e freg. de S. Silvestre, da Beira Alta, conc., com. e bisp. de Lamego, distr. de Vizeu; 64 fog. e 310 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 5 k. da séde do conc. O reitor do convento de Santa Cruz, de Lamego, apresentava o cura, que tinha de rendimento 140$000 réis. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Meleças. Pov. nas freguezias: N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || N. S.ª de Belem, de Rio de Mouro, do mesmo conc. e districto.

Melga. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Melgaço *(Fr. Francisco)*. Religioso da ordem de S. Bernardo, nascido em Melgaço. Escreveu differentes obras religiosas, que se não imprimiram, e os manuscriptos conservavam-se na livraria do convento d'Alcobaça.

Melgaço. Villa da prov. do Minho, séde de conc. e de com., distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga, relação do Porto. Tem uma só freguezia, Santa Maria da Porta. Está situada n'um alto, na margem esquerda do rio Minho, que a separa da Galliza, que lhe fica mesmo em frente, a 66 k. da séde do distr. A mitra e a Casa de Bragança apresentavam alternativamente o abbade que tinha 400$000 réis de rendimento. Melgaço é pov. muito antiga, fundada pelos antigos lusitanos ou pelos romanos, mas ignora-se quando foi fundada e o seu nome primitivo. O que se sabe, com certeza, é que os arabes tinham aqui uma grande fortaleza, chamada *Castello do Minho*, que já no tempo do conde D. Henrique estava arruinada. D. Affonso Henriques achou a povoação deserta, por ter sido abandonada pelos arabes, e mandou-a povoar em 1170, reedificando-lhe o castello. Outra versão diz que n'uma carta de couto dada em 1197 ao mosteiro de cruzios de Longovares, se declara ter sido a torre e a fortaleza mandadas edificar por D. Pedro Pires, prior do referido mosteiro, e á sua custa, e D. Affonso Henriques deu lhe o primeiro foral em 21 de julho de 1181, doando aos seus moradores a aldeia de Chaviães. Este foral foi confirmado em agosto de 1219 por D. Affonso II, dizendo que a povoação podia ter 350 visinhos, e que escolhessem alcaide-mór, que sendo benemerito, elle o confirmaria. D. Affonso III deu-lhe outro foral, em Braga, a 29 de abril de 1258, que depois confirmou, em Guimarães, a 9 de fevereiro de 1261. El-rei D. Manuel lhe deu foral novo, em Lisboa, a 3 de novembro de 1513. El-rei D. Diniz enobreceu Melgaço com a sua cinta de muralhas, em 1289. Estas muralhas tinham apenas 2 m. de altura, e a sua configuração é quasi quadrada. Outros escriptores dizem que foi D. Sancho I quem mandou construir o castello e as muralhas de Melgaço, que D. Sancho II concedeu grandes privilegios á villa. e que D. Affonso III os confirmou. Nas repetidas guerras de Portugal contra Castella, Melgaço e o seu concelho deram soldados intrepidos e destemidos, que muito se distinguiram nos combates e batalhas. Nas guerras de D. João I de Portugal contra D. João I de Castella, e contra seu filho, Henrique III, 1384 a 1393, se tornou celebre *Ignez Negra*, mulher natural de Melgaço. Os castelhanos haviam-se apoderado da maior parte das povoações fortificadas do Alto Minho, mas os portuguezes tinham obrigado a capitular o forte castello de Neiva. Vianna, de que era governador o castelhano Vasco Lourenço de Lira, tinha sacudido o jugo hespanhol pela bravura d'um escudeiro, appellidado o *Frisus* que, pondo-se á frente do povo, atacou o castello, fazendo prisioneiro

toda a guarnição inimiga, mas ficando o valoroso escudeiro mortalmente ferido. Ponte do Lima foi resgatada pelo valor de alguns dos seus naturaes, em premio do que, o rei lhe mandou collocar os bustos sobre as vergas das portas. Monção, V. N. da Cerveira e Caminha, entregaram-se sem custo. Finalmente, em toda a provincia do Minho só Melgaço estava sujeito a Castella. Era seu governador ou alcaide-mór Alvaro Paes Sotto Maior, castelhano, e tendo de guarnição 300 infantes e 300 cavallos, porfiava na resistencia. D. João I, que estava em Braga, onde reunira côrtes, impacientou-se com a resistencia da praça, e partiu para assumir a chefia das tropas que tinha mandado a pôr-lhe cêrco. Tendo passado dez dias em que se haviam dado apenas umas escaramuças que nada decidiam, o monarcha mandou fabricar um castello de madeira, que ficasse a cavalleiro das muralhas, cuja construcção levou vinte dias. Os cercados, receando o assalto, deram signal de armisticio, e João Fernandes Pacheco foi mandado propôr a rendição da praça, mas Alvaro Paes exigiu taes condições, que nada se conseguiu. O rei mandou activar os preparativos do assalto, jurando que elle proprio o commandaria. D. João I havia casado pouco tempo antes, em 1387, com D. Filippa de Lencastre, e a rainha estava em Monsão com as suas damas, acompanhada pelo dr. João das Regras e por João Affonso de Santarem, vindo do Porto ali visitar seu marido, e tencionando ir residir no convento de Fiães em quanto durasse o cêrco da praça. Contam as chronicas que dentro dos muros de Melgaço havia uma mulher intrepida, partidaria dos castelhanos, conhecida pela *Arrenegada,* por ter renegado a sua patria, pois era natural de Melgaço. Sabendo que no arraial dos portuguezes estava uma sua patricia, ousada e valorosa como ella, chamada *Ignez Negra*, mandou-a desafiar a um combate singular, que foi immediatamente acceite. Era o dia 3 de março de 1388. Ignez dirigiu-se logo para o ponto designado, que era a meia distancia do arraial e da villa, e já lá estava a *Arrenegada.* O combate começou encarniçado, terrivel e desesperado, ferindo-se ambas com as mãos, unhas e dentes, depois de partidas as armas de que vieram munidas. Duarte Nunes do Leão, na *Chronica de D. João I*, não diz a qualidade das armas. A aggressora ficou vencida, tendo de fugir para dentro da villa, ferida e quasi sem cabello, *levando nos focinhos muitas nodoas de punhadas da de fóra*, que ficou victoriosa. No arraial portuguez foi ruidosamente celebrada a victoria de Ignez Negra, e no dia seguinte Melgaço caia no poder do mestre de Aviz. A intrepida mulher estava no alto da plantafórma, onde o pendão das quinas ondeava ovante, no proprio mastro em que na vespera ainda se ostentava orgulhosa a bandeira castelhana, e dizia no seu transporte de alegria para os bésteiros que a cercavam: «Mas vencemos-te! Tornaste ao nosso poder! E's do rei de Portugal!» Em 1807, quando se deu a invasão franceza, Melgaço foi a primeira praça de guerra que expulsou os soldados de Napoleão, acclamando o principe regente D. João e a Liberdade, a 11 de junho de 1808. Bragança seguiu-lhe o exemplo, fazendo a acclamação a 11, pondo-se á frente dos restauradores o general Sepulveda. Instantaneamente a revolução se propagou pelas provincias do norte, e o Porto fez a sua acclamação a 19; o Algarve e o Alemtejo deram o grito da Liberdade no dia 20, tudo do referido mez de junho. A villa pertenceu á Casa de Bragança, e todos os officios eram dados pelos duques. Conserva ainda parte do seu antigo aspecto. A cinta de muralhas que protegia a villa tornou-se por fim um obstaculo á sua expansão, e apearam-n'a por isso, abrindo novas ruas e levantando novas edificações. Como que se divide assim em duas partes, chamadas *fóra da villa* e *dentro da villa*. A primeira tem boas construcções modernas, airosa e desafogada, sendo a segunda sombria e pesada, ainda com o caracteristico das nossas antigas povoações. A egreja matriz de Melgaço é simples e d'uma só nave. Proximo do convento dos religiosos da ordem Terceira de S. Francisco, que pertence hoje á Misericordia, e n'uma elevação, vê-se a capella da Senhora da Pastoriz; o seu altar mór é de talha antiga. A 1 k. da praça está o santuario de Nossa Senhora da Orada, edificado sobre o cume d'um monte. Desde aquella egreja até á villa vê-se a estrada povoada, d'uma e d'outra parte, de casas, hortas, prados, fontes e pomares, que faz da estrada um bonito passeio. O templo é de boa cantaria. Foi até 1834 da jurisdicção dos monges do convento de Santa Maria, de Fiães, por doação de D. Sancho I, que o havia herdado de seu pae. Este templo é muito antigo, e ignora-se a data da fundação; dizem que já existia no tempo dos godos. D. Affonso Henriques, achando-o em ruinas, o mandou reedificar pelos annos de 1170, como consta d'uma escriptura de doação, feita por D. Sancho I, em Santarem, a 11 de setembro de 1207, assignada pelo rei, todos os seus filhos e prelados do reino. A imagem de Nossa Senhora da Orada é de muita devoção dos povos d'estas localidades, e desde a quinta feira da Ascenção, até á festa do Espirito Santo, ainda hoje ali vão de romaria a maior parte das freguezias dos concelhos de Melgaço, Monsão e de Valladares, offerecer á Senhora o residuo do cirio paschal, levando os seus respectivos parochos e ao menos uma pessoa de cada casa. E' cumprimento d'um antigo voto, feito por occasião d'uma grande peste, de cujo flagello fôram estas terras preservadas, tendo soffrido muito as outras. Ainda hoje se fazem procissões de penitencia com enorme cortejo. Perto d'esta egreja havia uma propriedade chamada *Quinta da Orada*, que a condessa D. Frouilla deu ao mosteiro de Fiães, assim como a *Quinta de Cavalleiros*, na freg. de Rouças, d'este concelho, em 16 de dezembro de 1204. Melgaço pertence á 3.ª div. mil., 5.ª brigada, grande circumscripção do N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Tem escolas para ambos os sexos, est. telegr. e post. com serviço de emissão e pagamento de valles do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. M.; Misericordia, hospital, advogados, notario, medicos, pharmacias, agencias bancarias e das companhias de seguros *Previdencia*, *Tagus*, e da *Equitativa dos Estados Unidos do Brazil*, agencia de vapores, casas de pasto e de bebidas, vice-consul hespanhol e do Brazil, sociedade *Recreio Melgacense*; feiras mensaes nos dias 9 e 14, etc. Tem-se publicado em Melgaço os se-

guintes jornaes: *Espada do Norte*, 7 de janeiro de 1892; é continuação do *Melgacense*, 1 de dezembro de 1887; *Jornal de Melgaço*, 1 de dezembro de 1893; em publicação, dezembro de 1903; *Melgacense (O)*, 6 de novembro de 1887 a 18 de outubro de 1888; *Melgacense*, 16 de julho de 1896; *No Jornal de Melgaço*, 27 de janeiro de 1898. Na villa ha minas de ferro e de manganez; do castello ou torre do relogio, ainda bem conservada exteriormente, desfructa-se um bonito ponto de vista para a maior parte do concelho e para Hespanha. No local de Borgia, da freg. de Paderne, do conc. de Melgaço, existe a quinta de *Peso*, em que ha uma nascente de aguas mineraes, que são claras, transparentes, inodoras, de sabor picante e muito gazozas. As aguas de Pezo de Melgaço tornam-se notaveis por serem as que em Portugal contéem maior proporção de carbonato de cal, e das que mais acido carbonico apresentam. São muito usadas contra as dyspepsias, lithiase biliar e diabetes. O conc. de Melgaço compõe se de 18 freguezias com 3:776 fog. e 14:910 hab., sendo 6:400 do sexo masc. e 8:510 do fem , n'uma superficie de 22:740 hect. As freguezias são: S. Martinho, de Alvaredo, 760 hab : 332 do sexo masc. e 428 do fem ; Santa Maria, de Castro Laboreiro. 2:049 hab.: 933 do sexo masc. e 11:116 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Chaviães, 653 hab.: 263 do sexo masc. e 390 do fem.; S. Martinho, de Christoval, 755 habitantes: 290 do sexo masc. e 465 do fem ; S. Thomé, de Cousso, 551 hab.: 218 do sexo masc. e 333 do fem.; Santa Maria, de Cubalhão, 345 hab.: 158 do sexo masc. e 187 do fem.; Santa Maria, de Fiães, 783 hab.: 308 do sexo masc. e 475 do fem.; Santa Maria, de Gavea, 622 hab.: 260 do sexo masc. e 362 do fem.; S. João Baptista, de Lamas de Mouro, 205 hab.: 63 do sexo masc. e 142 do fem.; Santa Maria da Porta, de Melgaço, 1:080 hab.: 461 do sexo masc. e 619 do fem ; Santa Maria, de Paços, 667 hab.: 300 do sexo masc. e 367 do fem.; S. Salvador, de Paderne, 1:908 hab.: 829 do sexo masc. e 1:079 do fem.; S. Mamede, de Parada do Monte, 804 hab.: 375 do sexo masc. e 429 do fem.; S. Bartholomeu, de Penso, 1:072 hab.: 463 do sexo masc. e 609 do fem.; S. Lourenço, do Prado, 530 hab : 213 do sexo masc. e 317 do fem.; S. João Baptista, de Remoães, 165 hab.: 71 do sexo masc e 94 do fem.; Santa Marinha, de Rouças, 942 hab.: 414 do sexo masc. e 528 do fem.; S. Paio, de S. Paio de Melgaço, 1:019 hab.: 449 do sexo masc. e 570 do fem. O principal commercio do concelho é milho, feijão, vinho e presuntos.

Melgaz. Pov na freg. de S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Melhe. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Edrosa, conc. de Vinhaes, districto de Bragança ‖ Santa Marinha e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. ‖ Santa Maria, de Telhado, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Melhora. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Alliviada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. ‖ S. Pedro, de Sébal Grande, conc. de Condeixa-a-Nova. districto de Coimbra.

Melhora de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Catharina, de Anóbra, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra.

Melhorada. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Azinhaga, conc. da Gollegã, distr de Santarem. ‖ Roça da ilha de S Thomé, Africa Occidental.

Melhoradas Pov. na freg. de Santo Aleixo, de Becco, conc. de Ferreira do Zezere, districto de Santarem.

Melhorado. Povoações nas freguezias: S. Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra. ‖ S. Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Meliapor. Cidade na India, afastada de Gôa 644 milhas pelo caminho de Vingurlá, e 589 indo por Belgão. Foi possessão portugueza, e gozou categoria de cidade com a denominação de S. Thomé, séde do bispado de Meliapor. Na cidade conservam-se o palacio episcopal e a egreja cathedral, que parece construida no seculo XVIII, mas de mesquinha apparencia. N'estes edificios avultam ainda as armas portuguezas, e nas campas lêem-se os nomes de alguns bispos d'aquella diocese. Além de outros pequenos templos, existe um seminario, e no Monte Grande ou de S. Thomé, a 5 milhas da cathedral, no proprio logar em que se descobriu no anno de 1523 o corpo de S. Thomé, junto da lança com que o martyrisaram, envolto nas ruinas da capella que o santo havia edificado, está a nova egreja onde foi depositado n'um caixão de prata o precioso achado. Atraz do altar mór existe, mettida na parede, a cruz descoberta no tempo de D. João de Castro, gravada na historia d'este governador, escripta por J. Freire de Andrade. Tem em cima uma pomba pendente e em volta ornamentos com varios caracteres. O vice rei D. Jeronymo de Azevedo, escrevendo a Filippe II em 1613, diz que a gente de Meliapor estava costumada a viver com toda a liberdade, onde a justiça não tinha mais logar de fazer seu officio que o que os mesmos moradores lhe queriam dar, por não haver ali presidio nem poder de que se temessem, e pelo que estava resolvido, para atalhar as muitas desordens, a pôr ali um capitão, fidalgo de autoridade, e uma guarnição para as cousas da guerra. Lá chegámos a ter fortaleza com seu capitão, logar que se extinguiu pela carta regia de 2 de setembro de 1706; e a provisão de 8 de maio de 1708 incumbindo do governo o senado da cidade. O Gran-Mogol assenhoreou-se d'ella, e em 1749 doou-a ao celebre bispo e Halicarnasso, tornando-a a perder em 1763. Actualmente é possessão ingleza. Este bispado está hoje perdido, assim como os outros do Oriente: Cochim, Malaca, Cangranor, Pekim e Nankin, mas ainda se nomeiam os bispos, por esse motivo chamados *in partibus infidelium*.

Melicio *(João Chrysostomo Melicio, visconde de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, escriptor, jornalista, deputado, par do reino, commissario regio junto á Companhia, dos Tabacos, etc. N. no Rio de Janeiro a 27 de janeiro de 1837, fal. em Lisboa a 23 de julho de 1899. Era filho do notavel medico, dr. Joaquim Fernandes Melicio (V. *Portugal*, vol. III pag. 365), e de sua mulher, D. Clara Liberalli Melicio Veiu para Lisboa em 1850, contando apenas 13 annos de edade, e aos 16, em 1853, matriculou-se na Universidade, recebendo o grau de bacharel em 1858, depois d'um curso brilhante. Sentindo verdadeira vocação para o jornalismo desde

creança, escreveu o seu primeiro artigo aos 15 annos, mas em 1860, dois annos depois da sua formatura, é que, estando em Lisboa, se iniciou seriamente na vida jornalistica e na politica, filiando-se no partido progressista, em que sempre militou com toda a lealdade e cavalheirismo. Fundou em 1896, com Pinheiro Chagas, Ernesto Biester, Ricardo Cordeiro e outros escriptores, a *Gazeta do Povo*, de que foi o redactor principal, e então entregou se de coração ás grandes luctas da imprensa, conservando sempre nos seus artigos de combate a maior dignidade, a maior correcção, descutindo as questões que se ventilavam, e nem mesmo quando se tornavam mais acerbadas, a sua discussão, apezar de energica e vehemente, deixou de ser cuidada, sem que uma palavra mais dissonante fôsse ferir os adversarios, ou melindral-os na sua honra ou na sua vida particular, por isso os chefes dos partidos o consideravam, com especialidade o duque de Loulé, que lhe consagrava uma amizade paternal; até os proprios adversarios politicos o respeitavam, contando entre elles sinceros amigos. Em 1864 recebeu convite dos proprietarios do *Commercio do Porto*, para correspondente d'aquelle importantissimo jornal, logar que exerceu durante 16 annos. As correspondencias enviadas todos os dias de Lisboa eram lidas com o maior interesse pelas informações seguras e minuciosas que divulgavam, e pelo modo claro e fluente com que escrevia. Acabando a *Gazeta do Povo*, passou o visconde de Melicio a ser redactor do *Paiz*, jornal do seu partido. Em novembro de 1880 adquiriu a propriedade do *Commercio de Portugal*, jornal que fôra fundado e era dirigido pelo conhecido escriptor o sr. dr. Magalhães Lima. Tomando a direcção do seu novo jornal, deu-lhe um desenvolvimento extraordinario, tornando-o uma das folhas periodicas mais importantes e interessantes do paiz, defendendo o proteccionismo, mantendo assim o programma que o jornal apresentara ao declarar-se orgão do commercio e da industria portugueza. Sem trahir a politica do seu partido, que defendia moderadamente, atacou uma vez os projectos d'um ministro seu correligionario, que feriam fortemente os interesses do commercio. Esse acto da sua imparcialidade e independencia valeu-lhe a grande sympathia, que o seu nome adquiriu na classe commercial. Jornalista de vida e coração, foi um dos fundadores, em 1880, da Associação dos jornalistas e escriptores portuguezes, e annos mais tarde, n'uma reorganisação d'essa sociedade, inscreveu-se tambem com o enthusiasmo d'um profissional. Foi mais de 20 annos deputado em diversas legislaturas, sendo eleito pelo circulo de Leiria, que tambem n'um anno o elegeu par do reino. Na camara dos deputados exerceu o logar de redacter. Pela morte de Antonio Augusto d'Aguiar, succedeu-lhe na presidencia da Associação Industrial Portugueza, e conseguiu pôr em pratica a idéa patriotica d'uma exposição industrial, ha muito tempo alimentada por aquelle estadista, que falleceu sem vêr realisado o seu desejo. O visconde de Melicio, porém trabalhador incansavel e sincero propugnador de tudo quanto fôsse progresso util ao paiz para o engrandecer, dedicou-se com energia á realisação d'aquella idéa, considerando a exposição industrial, esse certamen do trabalho nacional, como um monumento consagrado á memoria de Antonio Augusto de Aguiar, de quem fôra verdadeiro amigo. A obra patriotica effeituou-se, portanto, devido, em grande parte, á boa vontade e intelligencia do visconde de Melicio, e ás geraes sympathias de que gozava. A exposição inaugurou se em 7 de junho de 1888, com a assistencia de suas magestades e altezas, na Avenida da Liberdade, intitulando-se *Exposição Industrial Portugueza com uma secção agricola*. N'aquelle recinto tambem se reuniu uma exposição pecuaria. O visconde de Melicio era o presidente da commissão executiva, accumullando o cargo de presidente da commissão executiva da secção agricola eleita na sessão da commissão organisadora em 15 de março do mesmo anno de 1888. Esteve em Paris na Exposição Universal de 1889, como representante de Portugal, com o cargo de director da secção industrial, juntamente com Marianno Cyrillo de Carvalho, fiscal do governo, e Gerardo Pery, director da secção agricola. El-rei D. Luiz I o agraciou com o titulo de visconde de Melicio, pelos serviços prestados n'aquella exposição por decreto de 25 de outubro de 1888, o qual foi publicado no *Diario do Governo*, de 30 do mesmo mez. Franqueou o salão da redacção do *Commercio de Portugal* em diversas epocas para ali se realizarem umas exposições de quadros de grupo Leão. Ali expoz Silva Porto os seus melhores trabalhos, assim como Columbano, Vaz, Condeixa, Felix da Costa, Malhôa, etc. O visconde de Melicio possuia o habito da ordem de Nossa Senhora da Conceição, que lhe fôra concedido pelos muitos serviços prestados na imprensa á Exposição Internacional do Porto, em 1865. Pertencia á Associação dos Artistas de Coimbra, como socio honorario, e foi feito commendador da Legião d'Honra por occasião da Exposição Universal de Paris, em 1889.

Visconde de Melicio

Casou em Lisboa a 22 de abril de 1865 com a sr.ª D. Adelaide Augusta Affonso, filha de Manuel Joaquim Affonso e de D. Maria da Soledade Moraes Affonso.

Melides. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov da Extremadura, conc. de Grandola, com. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa, bisp. de Beja; 450 fog. e 2:098 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., permutando malas com S. Thiago do Cacem — Beja; feira a 25 de outubro, de gados e diversos generos. A pov. dista 14 k. da séde do conc. e está situada a 5 k. da costa do Oceano Atlantico. Pertencia ao conc. de S. Thiago do Cacem, mas em 1855 passou a formar o conc. de Grandola, mas em dezembro de 1870 voltou ao seu antigo conc., com. de Alcacer do Sal, conservando se assim até 16 de dezembro de 1874; sendo n'este anno S. Thiago do Cacem elevado a comarca, passou para ella a pov. de Melides. Por decreto de 26 de setembro de 1895 passou novamente para o conc. de Grandola, em que se conserva. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o capellão, que tinha 150 alqueires de trigo, 120 de cevada, e 10$000 réis em dinheiro. Melides pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal.

Melijoso. Pov. na freg. do Salvador, de Fervença, conc. de Celorico do Basto, distr. de Braga.

Melim. Pov. na freg. de S. Felix, de Sanfins, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Melinde. Antiga cidade da Africa Oriental, na foz do rio Zambeze, outr'ora muito prospera e hoje arruinada. Occupada pelos portuguezes no seculo XVI foi uma das suas principaes feitorias durante esse seculo e o seguinte, fazendo importante commercio com a Russia, Mar Vermelho e India, exportando ouro, cobre, marfim, cêra, etc. Em 7 de abril de 1499 aportou ali a esquadra de Vasco da Gama. O grande navegador havia rendido um zambuco, embarcação leve que se usava então, no qual vinham 13 moiros, que lhe certificaram, que a breve distancia lhe demorava a cidade de Melinde, cujo rei era de branda e suave condição, fiel com os que buscavam o seu porto, ao qual vinham muitas vezes navios das regiões situadas entre o Indo e o Ganges. Com esta alegre noticia, Vasco da Gama mandou lançar ferro logo deante do porto da cidade, e enviou um mensageiro ao rei, que encontrou n'elle tantas demonstrações de sincera benevolencia e de officiosa hospitalidade, que logo se ajustou a apresentação de Vasco da Gama, saindo este da capitania no dia 9 e o rei da cidade, vindo ambos a encontrarem-se no meio d'aquella distancia. Vasco da Gama ia com os principaes capitães e mais soldados, todos vestindo de gala, ornados de ricas joias, plumas, e outros vistosos e ricos adereços, ao som de grande numero de instrumentos marciaes e de repetidas cargas das boccas de fogo, cujo estrepito era para aquella gente pavoroso e completamente novo. O rei de Melinde tambem se apresentou com pompa a seu modo Veiu até embarcar-se mettido n'um andor aos hombros de quatro homens, com cortinas de seda levantadas da parte do mar, cercado de muitos nobres e povo, todos de festa, e com instrumentos musicos. Entrou logo n'um zambuco com alguns cavalleiros principaes, e no mesmo ponto se viu povoado aquelle mar de numerosas embarcações, que tambem cercavam a do rei, deixando apenas uma aberta que olhava para os nossos navios. Encontrando-se Vasco da Gama com o rei de Melinde, ambos se empenharam em dar as maiores demonstrações de reciprocas honras. Vasco da Gama entregou os 13 moiros que pouco antes captivara. Ali se ajustou, que el-rei de Portugal receberia o de Melinde debaixo da sua protecção, o defenderia dos seus inimigos, e que o rei de Melinde ficaria vassalo do rei de Portugal pagando um moderado tributo. O rei de Melinde deu a Vasco da Gama um experimentado piloto, com que poz remate áquella navegação. Os portuguezes erigiram então n'este ponto o padrão do Santo Espirito. A cidade de Melinde esteve sob o dominio portuguez até 1673. Dizem que da povoação e do reino já quasi nada existe, e que aquelle territorio é um perfeito deserto.

Melles. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz-os-Montes, que pertenceu ao conc. da Torre de Dona Chama, que foi supprimido em 1855, passando desde então ao conc. e com de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança. O reitor da freg. de Santa Eugenia de Ala apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. Melles é hoje apenas uma povoação da referida freg. de Ala.

Mello. Familia das mais antigas e illustres de Portugal, que, segundo Villas Boas, na sua *Nobiliarchia Portugueza*, pag. 300, da edição de 1676, procede de D. Pedro Fermaris, contemporaneo de conde D Henrique. O seu solar é a villa de Mello na provincia da Beira Tem por armas: Em campo vermelho seis bezantes de prata entre uma cruz sobre a bordadura de ouro; timbre, uma aguia negra estendida ornada e bezantada de prata. Vilhena Barbosa, nas *Cidades e villas da monarchia portugueza*, a pag. 59 do 2.º volume, diz o seguinte: «Sabendo D. Sueiro Raymundo, que Ricardo, Coração de Leão, rei de Inglaterra, se aprestava com grande exercito para ir á conquista da Terra Santa, resolveu acompanhal-o n'esta heroica e religiosa empresa. Saiu, pois, de Portugal para se unir aos cruzados no anno de 1191. Depois de haver dado provas do seu valor e coragem na expugnação de Chypre, viu-se finalmente, com o exercito dos cruzados deante dos muros da tão suspirada Jerusalem. A ordem para o assalto não se fez esperar muito tempo; e ao nosso D. Sueiro coube, na disposição das forças para o combate, um lanço do muro, que, tomando o nome de um valle, ou voragem que lhe ficava visinho, se chamava *Mello*. D. Sueiro praticou ahi singulares actos de valentia, e gentilezas d'armas, com que deixou maravilhados os seus camaradas, que desde então começaram a appellidal-o o *Mello*. O fim d'aquella empresa é sabido que foi desgraçado, pois que a peste, a fome, e as dissidencias, dizimaram os cruzados, obrigando-os a demandar os seus paizes. Voltando D. Sueiro a Portugal, e querendo commemorar os seus gloriosos feitos, fundou nas faldas da serra da Estrella uma quinta com o nome de *Mello*, e n'ella deu principio a uma povoaçãosinha correndo o anno de 1204, em que reinava D. Sancho I. No seguinte reinado de D. Affonso II, foi este D. Sueiro nomeado alferes mór, e um seu neto, D. Mem Soares de Mello, foi feito senhor de Mello, e tambem alferes-mór de D. Affonso III.»

Mello *(Albano de)*. V. *Ribeiro Pinto (Albano de Mello)*.

Mello (*D. Alvaro de*). Cavalleiro, commendador e gran-cruz da ordem de Malta; mestre de campo do terço da armada do Brazil, onde passou em 1632 para tomar parte na restauração de Pernambuco. Era filho de D. Constantino de Bragança. Em 1636 foi chefe d'uma esquadra, que saiu de Lisboa a correr a costa, e depois seguiu para a Bahia levando soccorros a Pernambuco. Serviu em Malta, sendo general de batalha na occasião em que a Ilha foi ameaçada pelos turcos; militou depois em Flandres com o posto de general do artilharia no tempo em que era governador d'esse estado seu irmão D. Francisco de Mello, com o qual esteve na batalha de Rocroy. Foi tambem governador das galés de Napoles, e ficando ao serviço de Castella, depois de 1640, foi lá nomeado grão-prior do Crato, e recebeu o titulo de conde de Moura.

Mello *(D. Ambrosio de)*. Conego regular da ordem do Santo Agostinho, que falleceu em 24 de junho de 1557. Foi vice-reitor do collegio de Santo Agostinho, que havia nos claustros do convento do Santa Cruz de Coimbra, para o qual compoz umas *Constituições*. Escreveu tambem *Constituições da congregação de Santa Cruz de Coimbra depois da reformação d'el rei D. João III*, mas ambas essas obras ficaram inéditas.

Mello *(Antonio Augusto Ferreira)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, advogado no Porto, etc. N. na casa do Foral, freguezia de Moreira de Rei, em 19 de julho de 1838. Recebeu o grau de bacharel em 30 de julho de 1858. Escreveu: *Commentario critico explicativo á Lei hypothecaria portugueza de 1 de julho de 1863, regulamento respectivo e leis posteriores, precedido de uma introducção*, Porto, 1864; esta obra é dedicada á Associação dos Advogados de Lisboa; tem um mappa desdobravel em folha grande; *O que são e o que valem as alterações propostas pela commissão revisora do projecto do Codigo Civil portuguez á organisação do registro creado pela Lei hypothecaria de 1 de julho de 1863*, Porto, 1865; *Nem tanto ao mar nem tanto á terra, ou a justa apreciação do casamento por contracto civil*, Porto, 1865; saiu sem o nome do autor; *Segunda observação sobre o casamento civil; substituição da redacção do projecto de Codigo; resposta a um membro da commissão, e ao sr. Augusto N. S. Carneiro*, Lisboa, 1866; *Theoria do direito hypothecario, e do registro predial, ou exposição dos motivos e fundamentos da lei hypothecaria de Hespanha; traducção livre* com notas e remissões á legislação patria para uso do fôro; Porto, 1866; *Casamento in articulo mortis; se para a communhão de bens entre os conjuges basta a copula anterior, ou se é indispensavel a consummação posterior, e qual a sua prova; allegação juridica na Relação do Porto*, Porto, 1866. Publicou tambem diversos artigos juridicos na *Gazeta dos tribunaes*, de Lisboa, e no *Jornal de Jurisprudencia*, de Coimbra, bem como varias allegações de direito. No *Commercio do Porto* sustentou em 1867 uma polemica em muitos artigos com a *Revolução de setembro*, impugnando o projecto de lei apresentado á camara por Antonio Rodrigues Sampaio, tendente a estabelecer o foro commum para o julgamento dos crimes dos deputados.

Mello (*Antonio Carlos*). Foi filho de João de Mello Vasconcellos Pereira Vaz e de D. Maria Antonia de Moraes Correia do Amaral. N. em Gouvães, na provincia de Traz-os-Montes. Assentou praça e seguiu até ao posto de tenente no batalhão de voluntarios, sendo presente no combate de Amarante, onde foi morto o commandante do batalhão miguelista. Tomou o joven Antonio Carlos o commando do batalhão e derrotou as hostes contrarias, tomando-lhes a bandeira, sendo por isso promovido a capitão, e condecorado com o habito de Christo e com o grau de cavalleiro da Torre e Espada. Seguindo para o cêrco do Porto ali se portou sempre como fiel e leal servidor, honrando o sangue que lhe girava nas veias. Depois do levantamento do cêrco, Antonio Carlos de Mello fez uma retirada tão honrosa que foi admirado por ambos os partidos contendores. Sendo perseguido por liberaes portuguezes e francezes, elle com o seu batalhão retirou, batalhando sempre, até Villa Real, onde foi recebido com ovações de respeito, por não ter perdido um só homem e não ter sido feito prisioneiro, como tanto desejavam os seus inimigos. Recolhendo-se com seu pae ao solar de Gouvães, ali fôram sempre respeitados, tanto pelos liberaes como pelos legitimistas. Na convenção de Evora-Monte foi-lhe permittido ficar no exercito liberal com a patente que tinha, mas Carlos de Mello preferiu retirar-se á vida privada a servir outro partido que não fôsse o que a sua consciencia lhe dizia que devia servir. Antonio de Mello falleceu na cidade do Porto a 21 de janeiro de 1871, tecendo-lhe a imprensa d'aquella cidade os maiores elogios, tornando-se notavel em todas as homenagens que se lhes fizeram a importante colonia britanica. Jaz no cemiterio do Repouso.

Mello *(Antonio Firmino da Silva Campos)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. na Covilhã em 10 de novembro de 1804, onde tambem falleceu em 9 de setembro de 1867. Escreveu: *Corinna, romance, seguido de outras poesias*, Lisboa, 1837; *D. Rodrigo, drama original em 5 actos e em prosa*, Lisboa, 1842.

Mello (*Antonio José de*). Fidalgo da Casa Real, 4.º senhor de Ficalho, alcaide-mór das villas de Alcanede e Pernes; commendador de S. Martinho de Pinhel, de S. Pedro de Gouveias e de Santa Maria de Via-Todos na ordem de Christo; cavalleiro professo na mesma ordem, deputado da Junta dos Tres Estados, coronel do 1.º regimento de infantaria de Olivença (N.º 3), etc N. a 7 de abril de 1734, fal. a 6 d'agosto de 1790. Era filho de Francisco de Mello, 3.º senhor da Villa Verde de Ficalho, etc., e de sua mulher, D. Izabel Josepha Breyner de Menezes. Antonio José de Mello casou a 24 de setembro de 1780 com D. Maria Margarida Xavier de Lima, 8.ª filha dos 1.ºs marquezes de Ponte de Lima, D. Thomaz Xavier de Lima e D. Eugenia Maria Josepha de Bragança. Dedicava-se muito a estudos historicos e de archeologia, e começou a formar no seu palacio de Serpa um museu archeologico. Na *Gazeta de Lisboa* n.º 6 do anno de 1779, lê-se o seguinte: «Serpa 6 de fevereiro de 1779—Antonio José de Mello, senhor de Ficalho, desejando conservar os monumentos da nossa historia, e descobrir os que as injurias do tempo tiverem

encoberto, tem começado a fazer no seu palacio uma collecção dos que se acham no termo das villas de Serpa e de Moura, onde em tres differentes sitios se tem descoberto consideraveis ruinas de povoações romanas, que as excavações, que n'ellas se continuarão, darão melhor a conhecer: por ora os monumentos, que se tem descoberto, consistem: 1.º em uma ara com esculpturas de relevo; 2.º em dois cippos sepulchraes com ornamentos de relevo e inscripções; 3.º em outros cippos sepulchraes em fórmas de barricas de marmore com inscripções; 4.º em varias columnas de um até quatro palmos de diametro; 5.º em frisos e capiteis de ordem corinthia, e em varias outras cousas notaveis, de que em outro logar mais conveniente se fará mais particular menção.»

Mello *(D. Antonio José de)*. Official general do nosso exercito, ajudante de campo de D. Pedro V e de D. Luiz I, etc. N. em Pernambuco em 5 de agosto de 1798, onde seu pae, o vice almirante D. Thomaz José de Mello, exercia então o elevado cargo de capitão-general da provincia. Fal. em Extremoz a 31 de dezembro de 1863. Assentou praça em cadete no anno de 1816 no regimento de cavallaria n.º 4, sendo despachado alferes em 1818, e n'esse cargo serviu até que em 1823 foi nomeado addido á embaixada de Londres. Voltou depois ao reino, e serviu como ajudante de campo do conde de Villa Flôr, mais tarde duque da Terceira, durante as campanhas de 1826 e 1827, assistindo ás batalhas de Arronches, Coruche, Ponte da Barca e do Prado, e foi condecorado com o grau de cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição, pela fórma como se houve em Coruche. Promovido a tenente em dezembro de 1827, regressou a Londres, sendo, porém mandado a Portugal pelo nosso embaixador com uma missão, e estando em Lisboa quando D. Miguel se assenhoreou da corôa, recusou as propostas que lhe fez o governo miguelista, e evadindo-se com grave perigo de vida, foi juntar-se ao exercito constitucional, entrou nas acções de Ega, de Cruz de Morouços e Vouga. Foi outra vez a Inglaterra, e ali empregou toda a sua influencia para que o conde de Villa Flôr fôsse encarregado da direcção da defeza da ilha Terceira. Adoptada essa idéa, D. Antonio José de Mello acompanhou o general como seu ajudante de campo, assistiu á batalha da Villa da Praia, e sendo depois mandado por aquelle general a Londres com a participação d'esta victoria, foi agraciado com a commenda da ordem da Torre e Espada, declarando o decreto, referendado em Portsmouth a 29 de agosto pelo marquez de Palmella, que não poderia ser allegada para exemplo essa distincção concedida por sua magestade em occasião tão extraordinaria. Indo reunir-se de novo aos defensores da ilha Terceira, continuou a prestar á causa liberal importantes serviços. Repetidas vezes havia sido apresentada a idéa de mandar uma força ás outras ilhas do archipelago dos Açôres, para n'ellas fazer acclamar o governo da rainha D. Maria II, outras tantas, porém, havia sido abandonada até que o tenente Mello, pintando com vivas côres os immensos resultados que se podiam obter d'essa operação, e instando com o grande estadista marquez de Palmella para que a puzesse em pratica, soube communicar ao presidente da regencia o seu enthusiasmo e fé no bom exito da empresa, e levou o marquez a sustentar no conselho esse projecto e a fazer calar todos os que lhe faziam opposição. Resolvida assim a expedição, tomou n'ella parte D. Antonio José de Mello, a quem o governo constitucional ficou devendo o grande triumpho, que então obteve, e voltando no fim á ilha Terceira, veiu desembarcar no Mindello com o exercito libertador em 1832. Não tardou em provar mais uma vez a sua valentia, entrando no reconhecimento de Vallongo, em que foi ferido, e na batalha de Ponte Ferreira, onde ganhou a Torre e Espada, e sendo promovido a capitão em 6 de agosto de 1832, foi em outubro seguinte encarregado de organisar a primeira força de cavallaria ingleza que appareceu no Porto, e que depois se reuniu aos lanceiros do coronel Bacon. Sob o commando d'este official militou D. Antonio José de Mello durante todo o tempo da guerra civil, distinguindo-se muito notavelmente na acção de 10 de outubro de 1833, em que á frente de dois esquadrões carregou aguerridamente quatro esquadrões miguelistas, aos quaes tirou os atiradores de infantaria n.º 9, que elles haviam aprisionado, e na batalha da Asseiceira, em que perseguindo a cavallaria inimiga, lhe fez grande numero de prisioneiros, e lhe tomou toda a artilharia que a acompanhava, feitos estes que lhe mereceram ser condecorado com o grau de official, e depois com a commenda da ordem da Torre e Espada. Terminada a guerra civil, D. Antonio José de Mello continuou servindo no regimento de lanceiros da rainha, até que, sendo já coronel, foi em 1845 mandado á Prussia e á Russia estudar a organisação e tactica dos exercitos d'esses paizes, commissão que desempenhou com o melhor exito, enviando para o ministerio da guerra interessantes relatorios, e colhendo todos os esclarecimentos e subsidios que podiam ser aproveitados para elevar a organisação e instrucção das nossa tropas ao nivel das que encontrara no estrangeiro. Regressando a Portugal em agosto de 1846 tomou parte activa nos acontecimentos politicos d'essa epoca seguindo o partido da junta, que lhe confiou o commando das forças em Evora, e depois de acalmadas as paixões partidarias, foi em 1851 nomeado chefe do deposito de cavallaria. Dissolvido esse deposito em 1855, voltou a commandar o seu antigo regimento de lanceiros, e sendo elevado em 1857 a brigadeiro, foi em 1861 encarregado da inspecção dos corpos de cavallaria. Em maio d'esse mesmo anno D. Pedro V o nomeou seu ajudante de campo, não querendo porém, afastar do serviço esse distincto official, mandou-o continuar na inspecção que lhe fôra confiada. D. Luiz I, subindo ao throno, também o escolheu para seu ajudante de campo, mas deixou-o continuar no serviço activo, e em julho de 1862 deu-lhe o commando da 7.ª divisão militar.

Mello *(D. Antonio José de)*. General de divisão. N. em Lisboa a 25 de fevereiro de 1803, onde tambem fal a 21 de maio de 1883. Era de nobilissima familia, sendo descendente pelo lado materno de D. João de Castro, vice rei da India, e pelo lado paterno de D. Antonio Luiz de Menezes, 3.º conde de Cantanhede e 1.º marquez de Marialva. Assentou praça como voluntario, na armada em 5 de janeiro de 1821, sendo promovi-

do a alferes addido ao estado maior, e ajudante d'ordens do capitão general governador da ilha da Madeira. Passou ao regimento de infantaria n.º 16 por decreto de 22 de julho de 1824, e ao exercito por decreto de 1 de abril de 1828. Em outubro d'este mesmo anno, por causas das perseguições do absolutismo, emigrou para Inglaterra. Desembarcou mais tarde na ilha Terceira, indo reunir-se ás forças constitucionaes, em 22 de março de 1832, fazendo parte do batalhão de voluntarios, organisado a bordo da corveta *Juno* em Belle Isle. Passou ao regimento de infantaria n.º 18 por decreto do 5 de julho. Fez parte da expedição do exercito libertador, que veiu desembarcar nas praias da Mindello em 8 de julho do referido anno de 1832. Em 6 de agosto seguinte foi promovido a tenente para o mencionado regimento. Distinguiu-se pela sua bravura

D. Antonio José de Mello

em todas as acções em que entrou, como na da Ponte do Prado e da Barca em 1832, na de 29 de setembro d'esse anno, e nomeadamente na de 25 de julho de 1833, em que ficou gravemente ferido n'uma perna. Tres annos soffreu o valente militar as consequencias d'esse ferimento, e sendo opinião dos medicos que se lhe devia cortar a perna, não quiz nunca consentir, preferindo, como elle dizia, morrer, do que ficar inutil para o serviço. Diz um dos seus biographos: «A sua obstinação n'este ponto surtiu bom effeito, porque, embora coxeando e soffrendo durante toda a sua vida, conservou se válido para o serviço militar, no qual persistiu até o momento em que a ultima enfermidade o accommetteu.» Por decreto de 25 de julho de 1833 foi promovido a capitão para a repartição do ajudante general, e passou a servir na secretaria da guerra, pela portaria de 15 de outubro de 1834. Em 4 de março de 1835 passou ao corpo do estado maior. O seu comportamento nas campanhas da Liberdade mereceu-lhe ser elogiado em relatorios officiaes. A ordem do exercito n.º 57, de 5 de novembro de 18?5, diz o seguinte: «Sua Magestade a Rainha houve por bem, por decreto de 11 de agosto de 1835, conferir graus nas diversas ordens militares pelo seu distincto comportamento em combates aos seguintes officiaes: *Cavalleiro da ordem da Torre e Espada*, D. Antonio José de Mello, capitão do corpo de estado maior, adjunto do quartel mestre general. Achando-se comprehendido no disposto na lei de 28 de julho de 1832, no artigo 7.º, porque sendo em julho de 1833 tenente assistente ajudante general, foi mandado servir n'esta qualidade na brigada de infantaria ligeira da Rainha, que guarnecia o reducto da quinta de Wanzeller, de que era commandante o coronel Luiz de Moura Furtado, o qual, não obstante achar-se mui gravemente doente, se apresentou logo no principio da acção do dia 25 de julho do dito anno; mostrando por isso a mais decidida devoção civica e valor; accrescendo ao agraciado a attendivel circumstancia de que os seus serviços fôram reconhecidos pelo referido coronel a cujas ordens elle se achava, o qual attesta, que este official cumpriu com a maior intelligencia e valor tudo quanto estava a seu cargo, sendo porém quasi no fim d'aquella gravemente ferido por uma bala de artilharia que lhe fracturou uma perna na occasião em que levava uma ordem do mesmo coronel, ficando por isso impossibilitado de continuar os distinctos serviços, que até ao momento d'este acontecimento havia praticado.» O governo, apreciando o merecimento de tão distincto official, nomeou o governador de Damão em 24 de outubro de 1835, sendo para esse fim promovido a major sem prejuizo dos officiaes mais antigos da respectiva classe e arma. Não se demorou muito tempo n'aquella colonia, porque vagando o governo geral de Moçambique, foi D. Antonio José de Mello nomeado para esse elevado cargo. Regressou do ultramar em 27 de julho de 1838. Exerceu depois as seguintes commissões: Em 20 de março de 1840 foi nomeado membro da commissão de infantaria, até julho de 1841. Em 5 de julho de 1842 passou a exercer as funcções de chefe interino da repartição dos estrangeiros na 2.ª direcção do ministerio da guerra, até novembro de 1843. A 20 d'este mez e anno passou a ter exercicio na 1.ª direcção do dito ministerio, interrompendo esta missão desde 9 de junho de 1848, em que foi nomeado interinamente chefe de estado maior da 1.ª divisão militar. Desde 8 de abril até 21 de maio exerceu as funcções de secretario militar do exercito duque de Saldanha, sendo depois nomeado chefe d'estado maior da 1.ª divisão militar. A 10 de agosto de 1853 foi nomeado sub-chefe do estado maior interino do commando em chefe do exercito. Sendo exonerado d'este cargo foi nomeado chefe interino da repartição militar da secretaria da guerra em 27 de dezembro. Em 1859 foi encarregado interinamente do logar de director da 1.ª direcção do mesmo ministerio. Em 8 de fevereiro foi nomeado chefe da 1.ª direcção. Tendo-se modificado a organisação d'esta secretaria de estado, por decreto de 23 de dezembro de 1868, passou a director da 1.ª direcção. Com a reorganisação da secretaria da guerra, em novembro de 1869, pas-

sou a director geral da mesma secretaria, cargo em que se conservou até fallecer. Na legislatura de 1853 foi eleito deputado. O general D. Antonio José de Mello tinha a carta de conselho, era par do reino, ajudante de campo honorario de el-rei D. Luiz I; gran-cruz das ordens de S. Bento de Aviz e da Torre e Espada, commendador d'estas ordens, e das de Christo e de Nossa Senhora da Conceição; condecorado com as medalhas de D. Pedro e D. Maria, algarismo n.º 9, e de ouro, correspondente ao valor militar e comportamento exemplar. Possuia tambem a gran-cruz das ordens de Leopoldo da Belgica e de Izabel a Catholica de Hespanha; a commenda do Leão Neerlandez de Hollanda, de Izabel a Catholica, da Rosa do Brazil; de grande official de S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia.

Mello *(D. Antonio José de)*. Major de cavallaria, reformado em 6 do março do 1902. N. em Pangim a 18 de agosto de 1859. Tem o curso da Escola do Exercito, e foi membro da commissão encarregada de formular o regulamento de instrucção de cavallaria, etc. E' socio effectivo da Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes. Collaborou no diccionario da Academia Real das Sciencias; foi socio da empresa da *Revista Militar*, antigo professor das escolas regimentaes para sargentos, e professor de gymnastica e de exercicios militares no Asylo de D. Maria Pia. Escreveu: *Manual do ferrador*, Lisboa, 1885; este livro pertence á collecção da *Bibliotheca do povo e das escolas; Instrucção para o exercito, guia de orientação militar, obra dedicada a S. A. o principe D. Carlos*, Lisboa, 1886; *Recordações de Tancos, primavera de 1888*, Lisboa, 1888; *O trote levantado ou á ingleza*, Lisboa, 1889; *Cruz vermelha, associação de senhoras francezas*, Lisboa, 1889; *Gambetta e o balão correio «Armand Barbés» prussiano de 1870-1871*, Lisboa, 1889; *Vademecum do remontista, util ao exercito e aos possuidores de cavallos*, Lisboa, 1890.

Mello *(Antonio Teixeira de)*. Capitão-mór do Maranhão em 1655.

Mello *(Augusto Xavier de)*. Actor contemporaneo muito apreciado, que faz parte da companhia do theatro D. Maria II, ensaiador, escriptor, professor da Escola Dramatica do Conservatorio Real de Lisboa, etc. N. em Lisboa a 13 de julho de 1853, sendo filho de Hermano Xavier de Mello e de D. Constança Maria Xavier de Mello. Tinha apenas tres annos de edade quando seus paes o mandaram para Reguengos, entregue aos cuidados d'um tio medico. Ali aprendeu as primeiras letras, indo depois estudar nas aulas de Mourão, Moura e Evora Em 1868 veiu para Lisboa. Fallecendo seu pae tempo depois, entrou para um escriptorio commercial, mas esta carreira não lhe sorria; o seu ideal era o theatro, e resolveu-se a seguir a vida d'artista dramatico. Resolveu recorrer ao actor Valle. seu primo e por sua intervenção conseguiu ser admittido na Gymnasio, estreando-se em 11 de junho de 1870 na comedia em 1 acto de Julio Howorth, *As informações*. Espirito muito culto e revelando desde logo grandes aptidões para a scena, a sua estreia foi auspiciosa, e Augusto Mello não tardou a ser contratado para o theatro do D. Maria II, ás noites, como então era costume admittir os principiantes. O novel actor de tal fórma se evidenciou n'um papel de creado na comedia de Alexandre Dumas, *A princeza Jorge*, que a empresa logo o escripturou. N'essa epoca agradou muito nos dramas em 5 actos, *Helena*, de Pinheiro Chagas, e *Condessa do Freixial*, de Rangel de Lima. Quando em 1876 a empresa Santos & C.ª saiu do theatro normal, Augusto Mello tomou parte n'uma companhia, organisada e dirigida pela actriz Emilia Adelaide, a qual percorreu durante quatro mezes algumas das principaes terras da provincia. Regressando a Lisboa, entrou para o theatro da Rua dos Condes, representando sempre com muito agrado, evidenciando-se n'um papel de reporter n'uma revista do anno, de Sousa Bastos, e em diversas comedias. Em 1878 escripturou-se no Gymnasio, onde se conservou por muitos annos, entrando na maior parte do reportorio d'aquelle theatro. Tomando conta da em-

Augusto Xavier de Mello

presa da Rua dos Condes o actor José Carlos dos Santos, Augusto Mello ali se escripturou, tornando-se um dos melhores discipulos d'aquelle grande mestre da arte dramatica. Distinguiu-se em varios papeis, especialmente na comedia em 1 acto, de Gervasio Lobato, *A condessa Heloisa*. Tomando o empresario Salvador Marques, em 1887, o antigo theatro dos Recreios, Augusto Mello foi convidado para o cargo de ensaiador e director de scena. Então é que provou o seu profundo conhecimento da arte a que sempre se dedicara com tanto amor. Mandou vir de Paris livros proprios para estudar a arte scenica, de ensaiar e do *mise en-scéne*, e apresentou esplendidamente em scena as peças de grande espectaculo: *Miguel Strogoff*, *Luiz XI*, *Gabriel e Lusbel ou o Thaumaturgo*, *Nitouche*, *Lili*, e muitas outras. Demolido o theatro dos Recreios, foi contratado para o theatro Baquet do Porto por Cyriaco

Cardoso, e ali estava quando se deu o incendio em março de 1888, que reduziu a ruinas aquella casa de espectaculos. Em 1891 foi para o theatro da Avenida, associado com Cinira Polonio, Cyriaco Cardoso e Edmundo Cordeiro, como ensaiador, actor e director de scena, passando em 1893 para o de D. Maria II, com os mesmos cargos Pertenceu mais tarde, em 1897, á Sociedade Artistica da Trindade, exercendo os referidos cargos de ensaiador e director de scena, e depois á Sociedade Artistica do theatro de D Maria II, desde o anno 1898 até 1908, tambem com os mesmos cargos. Augusto Mello é muito illustrado, e estudioso incansavel, sendo hoje um dos nossos primeiros actores e um dos nossos primeiros *diseurs*. Actualmente é professor da aula dramatica do Conservatorio, para que foi nomeado em 1901, e faz parte do conselho dramatico. Como ensaiador é um dos de maior competencia que existem nos nossos theatros. Collaborou muito no antigo *Correio da Manhã*, jornal do fallecido homem de letras Pinheiro Chagas, de quem era sincero amigo, e tem collaborado no *Occidente*, *Diario Illustrado*, *Primeiro de Janeiro*, do Porto, *A Tarde*, *Seculo*, onde publicou alguns artigos sobre assumptos theatraes, *Antonio Maria*, e em muitos outros. Escreveu um romance intitulado *O senhor alferes*, que foi muito apreciado pela imprensa, *O manual do ensaiador dramatico*, que está publicado na *Bibliotheca do povo e das escolas*, e tem prompto para a impressão um outro livro, *O actor e o theatro*. Escreveu tambem as comedias em 1 acto: *A descoberta do doutor Quaresma*; *O Codigo das mulheres galantes*, traducção d'uma comedia de Labiche, etc. O seu reportorio é enorme. Além das peças que já apontámos, citaremos as de Molière: *As Sabichonas*, *Tartufo*, *As preciosas ridiculas*; e as seguintes: *Os filhos do capitão Grant*, *Os inquilinos do sr. Blondeau*, *Peraltas e secias*, *A morgadinha de Valflôr*, *Os solteirões*, *A Bohemia*, *Amor de perdição*, *Mercadet*, de Balzac, *Nitouche*, *Medicina de Balzac*, *Serão das Larangeiras*, *O filho natural*, *O pae prodigo*, etc.

Mello *(Augusto Ernesto de Castilho)*. Funccionario publico, muito affeiçoado ao theatro, para onde traduziu diversas peças, sendo algumas representadas. Lembram-nos as seguintes: *A cruz de prata* e *Os amores de Paris*, dramas em 5 actos; *O conde Jacques*, *Os meninos grandes* e *Julia*, comedias em 3 actos; *Dois perdigueiros n'um rasto*, em 1 acto.

Mello *(Carlos de)*. Jornalista, professor, autor geographo e musico. Foi professor no Instituto Industrial e Commercial de Lisboa, onde regeu a cadeira de geographia economica e commercial com raro brilho. A sua these para o concurso d'esta cadeira intitula-se *A emigração nos tempos prehistoricos*. Como era official da marinha de guerra teve mais tarde que optar, ou pelo professorado ou pela carreira da armada. Levado a isso por motivos politicos optou pela regencia da sua cadeira, e mais tarde ainda por vinganças politicas foi exonerado do seu logar de professor. Amador de musica muito distincto, conhece profundamente as differentes escolas musicaes e toda a technica do violoncello. Tem publicado: *Boletim da Sociedade de Geographia de Moçambique; Portugal maritimo—As costas*—1 vol.; *A emigração nos tempos prehistoricos*—Lisboa, 1884. — *A liberdade da navegação em tempo de guerra;—Os inglezes na Africa austral* (Historia colonial e politica) 1 vol.; *O tratado—Documentos* (Questão do Ultimatum) 1 vol ; *Elementos de geographia geral*—3 vol.—1895; *Les lois de la géographie* (geo-physique) 1 vol. 1900; *Bento de Goes, subsidios para a sua historia*, artigos bibliographicos publicados no semanario michaelense *A Folha*, de Ponta Delgada, janeiro a março de 1903.

Mello *(Fr. Carlos de)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho. Era natural de Soure, e fal. no convento da Penha de França, em 5 de dezembro de 1732, sendo filho de Pedro de Brito de Athaide e de D. Maria da Silva e Mello. Vestiu o habito no convento de N. S.ª da Graça, de Lisboa, o professou em 7 de março de 1685. Foi prior do convento da Penha de França, presentado na faculdade de Theologia. Escreveu: *Aguia na Penha, renovada nas memorias de seus principios, achadas na livraria da mesma Senhora da Penha de França*, Lisboa, 1707; com uma estampa de Nossa Senhora, aberta a buril.

Mello *(Carlos Bandeira de)*. Coronel d'artilharia reformado. N. a 13 de janeiro de 1848, assentou praça em 15 de outubro de 1867, sendo promovido a segundo tenente em 3 de janeiro de 1872, a primeiro tenente em 14 de janeiro de 1874, a capitão em 5 de junho de 1878, a major em 12 de março de 1890, a tenente-coronel em 23 de março de 1895, reformando-se no posto de coronel em 7 de setembro de 1899. Foi o fundador da importante Empresa Ceramica de Lisboa, sociedade anonyma de responsabilidade limitada. O sr. coronel Bandeira de Mello é official da ordem de S. Bento de Aviz.

Mello *(Christovão de)*. Porteiro-mór da Casa Real e alcaide-mór de Serpa. Era filho de João de Mello, alcaide-mór de Serpa, e de D. Ignez de Castro. Foi muito applicado ao estudo da genealogia, e n'este genero compoz um trabalho, que não chegou a imprimir-se, o qual se intitulava: *Familias do reino de Portugal*.

Mello *(Christovão de)*. Fidalgo, que viveu no seculo XVII. Foi alcaide-mór de Serpa, capitão d'uma das companhias da guarda real, serviu na guerra da Restauração, esteve na batalha das Linhas d'Elvas como capitão de cavallos, sendo depois governador e capitão general de Mazagão.

Mello *(D. Christovão de)*. Governador da India, e védor da fazenda, conselheiro de Estado, etc. Fal. em 1737. Era filho natural de D. Luiz de Mello e de Maria Arnau. Em 1690 partiu para a India, e ali desempenhou importantes cargos, sendo nomeado em 1718 corretor-mór da cidade e védor da fazenda; em 1720 conselheiro de Estado. Tendo morrido o governador Francisco José de Sampaio e Castro em 1723, abriram-se as vias de successão, e encontrou se D. Christovão de Mello designado para succeder interinamente. Tomou a 13 de julho posse do governo, que só exerceu dois mezes, porque logo chegaram novas vias de successão, que fizeram com que tivesse de repartir o governo com o arcebispo D. Ignacio de Santa Thereza e Christovão Luiz de Andrade. A 28 de outubro de 1725 entregaram o governo a João Saldanha da Gama, que em 1732 se retirou para o reino. Abertas as vias de successão encontrou-se de novo nomeado D. Chris-

tovão de Mello juntamente com o arcebispo e Thomé Gomes Moreira. Pouco depois chegou o novo vice-rei conde de Saudomil, e D. Christovão recolheu se á vida particular.

Mello *(Clemente Pereira de Azeredo Coutinho).* Coronel e governador do Maranhão, etc N. na casa de Marapicú, na comarca do Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 1731, fal. em Lisboa a 13 de fevereiro de 1774. Era filho de Manuel Pereira Ramos de Lemos e Faria, capitão-mór da villa do Ribeirão do Carmo, depois cidade de Marianna, e de sua mulher, D. Helena de Andrade Sotto Maior Coutinho. Feitos os primeiros estudos no Rio de Janeiro, veiu para Portugal estudar na Universidade de Coimbra os cursos de leis e de canones, e obteve o grau de doutor. Desejando, porém, entrar mais promptamente no serviço da patria, e julgando vagarosa a carreira das letras, alcançou de el-rei D. José o despacho de capitão de dragões, por decreto de 28 de maio de 1760, com a condição de levantar uma companhia no Piauhy, do que teve patente em 3 de junho do mesmo anno, e logo no dia 1 de julho seguinte teve tambem patente de capitão aggregado á companhia de cavallaria do regimento de Alcantara, da qual era capitão effectivo o marquez de Fronteira, e para a qual passaria depois de haver servido seis annos como capitão de dragões no Piauhy, demorando-se em Lisboa unicamente o tempo necessario para a compra de armamentos e aprestos precisos á organisação da companhia, embarcou para o Maranhão, e seguindo d'ahi ao seu destino, chegou á capital do Piauhy a 25 de dezembro d'esse mesmo anno de 1760. Não apparecendo ordens mais especificadas para a creação da companhia, Clemente Pereira de Azeredo por muitos mezes fez toda a despeza a que o obrigava a realisação da sua idéa, e depois prestou bons serviços, acompanhando com essa tropa o governador em todas as difficeis e escabrosas jornadas pelo sertão, e assistindo á fundação de todas as villas que o governo de Lisboa mandou erigir n'aquella capitania. Em 1766 acompanhou o conde d'Azambuja, que passava a governar a Bahia, e completando os seis annos da condição da sua patente, voltou a Portugal, e apresentou ao rei importantes trabalhos sobre a topographia dos paizes que percorrera desde o Piauhy até á Bahia. Despachado então coronel aggregado ao regimento de cavallaria de Alcantara e nomeado governador da capitania do Maranhão, não chegou a tomar posse d'este cargo, porque a morte o surprehendeu.

Mello *(P. Clemente José de).* Presbytero secular, bacharel formado pela Universidade de Coimbra, abbade de Santo Thirso de Prazins, prégador muito apreciado, etc. N. em Guimarães a 19 de dezembro de 1834, onde tambem falleceu em 1 de junho de 18 9. Era filho illegitimo d'um fidalgo de Guimarães. Tomou ordens, e formou-se em Coimbra no anno de 1857, depois d'um curso distincto em que obteve alguns premios pecuniarios e em outros o primeiro *accessit.* Depois da formatura foi para Braga, onde começou a crear fama de bom prégador. Collaborou nos seguintes jornaes: *Atalaia catholica*, de Braga, *Vimaranense*, e *Berço da Monarchia*, de Guimarães. Os seus artigos mais notaveis são: *O Evangelho vingado, O homem segundo a Biblia, A tentação dos nossos primeiros paes, A authenticidade dos Livros Santos, A civilisação e os frades, Estudos historicos sobre Balmes, A Fé e a Razão, Recordações de Coimbra.* Foi depois nomeado abbade de Santo Thirso de Prazins. Escreveu: *Saint Simon considerado como reformador religioso, ou reflexões philosophicas sobre Saint-Simon e sua doutrina, no que respeita ao systema de religião*, etc., Braga, 1856; *O futuro das ordens religiosas em Portugal; offerecido ao clero portuguez*, Braga, 1858; *Sermão de S. Miguel, recitado no recolhimento do Anjo em Guimarães*; saiu no *Sermonario selecto de prégadores*, vol. II, pag. 133 a 139; *Sermão de Nossa Senhora da Oliveira, no dia da sua festividade*; saiu no referido *Sermonario*, e no mesmo vol., pag. 269 a 279.

Mello *(Diogo de).* Poeta, que fez parte da guarnição de Azamor, como guerreiro. No *Cancioneiro* de Garcia de Rezende encontram-se poesias suas a pag. 149, 150 e 151.

Mello *(Fr. Diogo de).* Religioso da ordem dos carmelitas calçados. N. em Serpa, e fal. no convento de Palmella a 9 de outubro de 1609. Era filho de Pedro de Mello e de D. Luiza Pereira. Recebeu o habito carmelitano no convento do Carmo, de Lisboa, a 17 de setembro de 1553, onde depois de dictar Philosophia, passou ao collegio de Coimbra, e n'elle leu Theologia com applauso de toda a Universidade. Foi muito douto em Theologia Moral, em que frequentes vezes era consultado por elevadas capacidades, que seguiam sempre o seu voto. Em 1595 foi eleito primeiro socio para o Capitulo Geral, e vigario do provincial fr. Thomé de Faria, mais tarde bispo de Targa. Foi prior do convento da sua ordem de Lisboa, cujo governo acabou no capitulo celebrado em Evora a 10 de agosto de 1602. Indo ao convento de Palmella visitar seu irmão. o prior-mór D. Jorge de Mello, ali falleceu, e ali foi sepultado. Escreveu: *Sermão do Santissimo Sacramento, prégado no convento do Carmo de Lisboa*, Lisboa, 1607.

Mello *(Domingos de).* Capitão do regimento de milicias de Lagos, que escreveu o seguinte opusculo: *Instrucções para a inspecção ou revista de um batalhão ou regimento de infantaria, conforme ao que se usa nos exercitos de Sua Magestade Britannica, e seguido por todos os corpos do exercito nacional e constitucional de Portugal, Brazil e Algarves; traduzido do inglez e augmentado com a explicação das principaes evoluções ou dezenove manobras de infantaria*, etc., Lisboa, 1821; com uma estampa.

Mello *(Domingos de Lima).* Medico parteiro, que viveu no seculo XVIII. Era natural de Vianna do Castello, e exerceu clinica na villa de Povos, na provincia da Extremadura. Escreveu: *Luz de comadres e parteiras*, Lisboa, 1725.

Mello *(D. Fernando de).* Deão da sé de Evora, capellão-mór do rei e bispo eleito do Porto, fallecido em Madrid, no anno de 1635. Era filho de D. Constantino de Bragança, e formado em Canones, e fez parte da junta de bispos reunida em Thomar no anno de 1629

Mello *(Fernando de Castro).* Deão da Real Capella de Villa Viçosa. Era natural de Lisboa, sendo filho de Pedro de Castro, provedor da alfandega d'esta cidade, e de D. Lourença da Costa Escreveu: *Sermão das almas prégado no mos-*

teiro da Esperança de Villa Viçosa em 7 de setembro de 1645, Lisboa, 1672.

Mello *(Fortunato de)*. Official do nosso exercito. N. em Coimbra pelos annos de 1797, e fal. em Angra do Heroismo a 18 de fevereiro de 1853. Tendo-se matriculado na Universidade de Coimbra e concluido o primeiro anno de Mathematica, deixou as aulas, para no batalhão academico ir tomar parte na guerra contra os francezes em 1808 e 1809. Passando ao exercito no anno seguinte fez o resto da guerra da peninsula no regimento de cavallaria n.º 11, como alferes, e em 1815 foi promovido a tenente para a divisão de voluntarios de el-rei, com a qual entrou na campanha da margem oriental do Rio da Prata em 1816 e nos dois annos immediatos No fim de 1818 foi elevado a major e nomeado ajudante d'ordens do governador de Angola, onde estava ainda em 1824. Consta que sendo mandado pelo governo do infante D. Miguel, em 1832, para as Pedras Negras, ahi cegára d'um dos olhos, e que em maio de 1834 foi promovido a coronel para o estado da India, d'onde passou n'esse posto ao exercito de Portugal em 1841. Posteriormente serviu de chefe do estado maior da 3.ª divisão, e por fim exerceu egual commissão na 10.ª divisão. Escreveu: *Memoria sôbre Angola*, que foi publicada no *Periodico dos pobres de Lisboa*, de 17 de agosto de 1838.

Mello *(Francisco de)*. Fidalgo da Casa Real; 1.º senhor de Villa Verde de Ficalho; mestre de campo general dos exercitos, governador das armas da provincia da Beira, coronel d'um dos terços da côrte, governador da praça de Moura e do Porto Salvo da Marinha de Lisboa; commendador de S. Martinho de Pinhel, na ordem de Christo; senhor do morgado de Serpa, etc. Fal em 5 de julho de 1717. Era filho de Pedro de Mello *(V. este nome)*, e de sua mulher, D. Leonor de Castre. Foi militar valente, e obrou muitas proezas contra as armas castelhanas em differentes refregas, particularmente na defeza das fronteiras do Alemtejo. Teve o senhorio de Villa Verde, em remuneração dos serviços de seu pae. Casou em primeiras nupcias com D. Ignez Thomazia de Tavora, dama do paço, e em segundas nupcias com D. Maria Violante de Portugal, dama do paço, filha de D. Francisco de Sousa, capitão da guarda real allemã, e de sua mulher, D. Helena de Portugal.

Mello *(Francisco de)*. Fidalgo da Casa Real; 3.º senhor de Villa Verde de Ficalho, commendador de S. Pedro de Gouveias e de S. Martinho de Pinhel, na ordem de Christo; capitão de infantaria do exercito. Era filho de Antonio José da Silva, conselheiro de guerra, 2.º senhor de Villa Verde de Ficalho, etc. e de sua mulher, D. Thereza Josepha Tavora de Mello. Casou em 1752 com D. Izabel Josepha Breyner de Menezes, dama do paço, filha de D. Diogo de Menezes Tavora da Silveira e Castro, estribeiro-mór da rainha D. Marianna Victoria, mulher d'el-rei D. José I, e de sua mulher, D. Maria Barbara Breyner.

Mello *(D. Francisco de)*. Marquez de Ferreira e conde de Tentugal. V. *Ferreira*.

Mello *(D. Francisco de)*. Clerigo secular, do conselho d'el-rei D. João III, etc. N. em Lisboa em 1490, fal. em Evora em 27 de abril de 1536. Era filho de Manuel de Mello, alcaide-mór de Olivença, reposteiro-mór de D. João II e capitão de Tanger, e de sua mulher D. Brites da Silva. Tendo manifestado desde creança notavel intelligencia, el-rei D. Manuel o mandou estudar na Universidade de Paris, que para isso o subsidiou, continuando a mandar-lhe pagar pela feitoria de Flandres a sua moradia na importancia de 38$160 réis annuaes, desde 1514 até 1520. Cursou as aulas de mathematica e de philosophia com Pedro Brison, e depois de se formar n'estas duas faculdades recebendo o grau de mestre em artes, tambem se licenceou em theologia. Tomando as ordens de presbytero regressou a Portugal, e D. João III o nomeou membro do seu conselho e mestre de mathematica dos infantes, nomeando-o tambem capellão do paço. Esteve em Evora ensinando o infante D. Henrique, e ahi hospedou em sua casa o sabio flamengo Nicolau Clenarts, que veiu a ser lente da Universidade de Coimbra e tambem mestre do mesmo infante. Além de grande mathematico, era homem de grande reputação pela sua eloquencia tanto em portuguez como em latim, e foi encarregado por D. João III de fazer as orações de abertura em differentes côrtes. Mas foi sobretudo como physico e mathematico que mais se assignalou. Não deixou, porém, obra alguma impressa ácêrca d'estas sciencias, mas deixou em manuscripto um commentario em latim sobre o *Tratado de optica e perspectiva*, attribuido a Euclides, e outro tambem em latim, sobre a *hydrostatica de Archimedes*, e uns *Elementos de geometria necessarios á astronomia*. Gil Vicente, n'uma das suas comedias, cita-o como um dos grandes sabios do seu tempo. A'cêrca da vida e escriptos de D. Francisco de Mello, coordenou Antonio Ribeiro dos Santos uma *Memoria*, que vem nas *Memorias de Litteratura da Academia Real das Sciencias*, tomo V, pag. 237 a 249. N'esta *Memoria* se dá ampla e minuciosa descripção d'um precioso codice manuscripto, que comprehende varios tratados mathematicos de D. Francisco de Mello, em latim, o qual existe na Bibliotheca Nacional de Lisboa. O padre José Caetano d'Almeida, bibliothecario de D. João V, diz que possuira em tempo um volume manuscripto, no qual se encontravam colligidas as orações que D. Francisco de Mello fizera nas differentes côrtes, uma traducção de Cicero com um prologo seu, umas proposições que fez por ordem do cardeal D. Affonso para apresentar no synodo de Evora. Este volume ficou, como muitos outros, reduzido a cinzas no incendio que se seguiu ao terremoto de 1755, restando unicamente o indice do que n'elle se continha. Ha d'elle impressa uma fala que fez nas côrtes de Torres Novas em 1525. D. Francisco de Mello foi sepultado na egreja do convento de S. João Evangelista, de Evora.

Mello *(D. Francisco de)*. Fidalgo, que se esqueceu completamente do que devia á sua terra, e que se illustrou e distinguiu ao serviço de Hespanha. Era filho primogenito de D. Constantino de Bragança, da casa dos marquezes de Ferreira. N. em 1597, fal. em Madrid em 1651. Foi muito novo para Madrid, e ali teve a nomeação de veador da rainha D. Izabel de Bourbon, filha de Henrique IV, e mulher de Filippe IV, rei de Hespanha, e gentil homem da camara d'este monarcha, que successivamente o fez conde de Assumar e marquez de Villescas. Foi tambem

nomeado membro do conselho de Portugal e mais tarde embaixador em Roma, sendo depois substituido pelo marquez de Castello Rodrigo, que egualmente se mostrou adverso á causa de Portugal. D. Francisco de Mello passou á côrte de Vienna d'Austria, onde estava, quando rebentou em Portugal a revolução de 1 de dezembro de 1640. Esta revolução nada influiu no espirito de D. Francisco de Mello, que, tendo recebido ordem do conde-duque de Olivares para alcançar do imperador a prisão do infante D. Duarte de Bragança, que servia então distinctamente nos exercitos d'Allemanha, não hesitou em empregar todos os esforços para conseguir esse odioso fim. O imperador Fernando III respondeu primeiro ás instancias de D. Francisco de Mello que não havia motivo algum para tornar D. Duarte de Bragança responsavel pelo que se passava em Portugal na sua ausencia, tanto mais que D. Duarte servira sempre com distincção e lealdade nos exercitos d'Allemanha, mas D. Francisco de Mello conseguiu chamar ao seu partido a imperatriz, o secretario de estado e o confessor do imperador, de fórma tal que venceu os escrupulos de Fernando III. Tambem se não esqueceu o nosso embaixador de pôr nos seus interesses o general Piccolomini, commandante do exercito em que D. Duarte servia, e d'esta maneira conseguiu a prisão arbitraria de D. Duarte, seu compatriota e ainda seu parente. Foi na sua propria carruagem que o infeliz infante veiu enganado e preso para Vienna. Em seguida a esta infamante acção, foi D. Francisco de Mello nomeado governador das armas de Flandres; commandou então o exercito hespanhol na guerra contra a França. Invadiu este reino, devastou Champagne, e atacou Rocroy. D. Francisco de Mello rompera a campanha effectivamente com energia e a sua marcha rapida causou verdadeiro terror em Paris, mas um joven general francez, de 18 annos de edade, saiu-lhe ao encontro, e no dia 19 de maio de 1643 destroçou-o completamente na batalha de Rocroy. Nem este desastre, nem a queda do conde-duque de Olivares, amigo particular de D. Francisco de Mello, fizeram com que este perdesse o valimento, que do governo das armas de Flandres passou para o das armas da Lombardia. Foi capitão general de Sicilia, de Aragão e da Catalunha, membro do conselho de guerra e do conselho de estado, embaixador aos principes de Italia, etc., e ainda em 1648, tendo recebido o titulo de marquez de Torredelaguna, foi como plenipotenciario hespanhol ao congresso de Westphalia. D. Francisco de Mello deixou memoria pouco honrosa, apezar dos seus merecimentos, porque no momento em que todos os portuguezes se sacrificavam pela defeza da patria, elle não só se conservou longe d'ella, sacrificando-a aos seus interesses e ambições, mas tornou-se cumplice d'um dos actos mais infamantes e mais atrozes que se praticaram no seculo XVII, a prisão á falsa fé do infante D. Duarte de Bragança.

Mello *(D. Francisco de)*. Monteiro mór do reino, e um dos que mais concorreram para a revolução do primeiro de dezembro de 1640. Foi um dos primeiros fidalgos que instaram com o duque de Bragança D. João, para que se puzesse á frente da insurreição portugueza. Residia em Santarem, e não podia por conseguinte tomar parte activa e immediata no movimento de Lisboa, mas de longe apertava com os conjurados para que se não descuidassem nem perdessem tempo. D. João IV, logo depois da sua acclamação, o nomeou embaixador em França, e como D. Francisco de Mello tinha grande reputação de bondade e de credulidade, aggregou-se-lhe como segundo ministro o desembargador Antonio Coelho de Carvalho, e como secretario Christovão Soares de Abreu. D. João IV tratava D. Francisco de Mello com toda a distincção; mandou-o chamar a bordo do navio em que partia para França para jantar com elle na Torre de S. Julião da Barra, e só á noite o despediu. D. Francisco de Mello seguiu viagem para a Rochella, onde foi recebido com todas as honras, dirigindo-se depois a Paris, e n'aquella cidade teve o mais cordeal acolhimento de Luiz XIII, de Anna d'Austria e do cardeal de Richelieu. O embaixador levava ordem para fazer um tratado de alliança com a França, e para alliar ao serviço de Portugal o maior numero de officiaes francezes que pudesse. Tudo lho facilitou o cardeal de Richelieu, mas teve ao mesmo tempo a habilidade de se escapar a inserir no tratado uma condição indispensavel, e cuja falta D. João IV estranhou muito ao seu embaixador. Essa condição era que a França não poderia nunca negociar com a Hespanha trégua ou tratado de paz, sem n'esse tratado ou n'essa tregua se comprehendesse Portugal. A condição não se inseriu, e a França aproveitou essa falta para nos abandonar em 1659, quando lhe conveiu fazer com a Hespanha o tratado dos Pyrinéos. D. Francisco de Mello regressou ao reino em 1642, e foi logo nomeado general da cavallaria do exercito do Alemtejo, e tantas sympathias gozava o velho monteiro-mór, que a sua chegada foi considerada uma festa pelo exercito onde ia servir, e o general em chefe fez em sua honra uma entrada nas terras hespanholas. N'esse posto serviu nas campanhas de 1642, 1643 e 1644, e tomou parte na victoria de Montijo; mas sentindo-se já velho para um cargo que exigia tanta actividade, como o de general de cavallaria no Alemtejo, pediu a sua exoneração, indo então governar a provincia do Algarve, onde não havia campanhas, e retirando se finalmente para a côrte, aqui falleceu.

Mello *(Fr. Francisco de)*. Religioso da ordem de S. Domingos, bacharel formado em Theologia pela Universidade de Coimbra, que viveu no seculo XVIII. D'elle existem impressos alguns sermões.

Mello *(Francisco Affonso de Chaves)*. Escriptor, natural de Ponta Delgada, que escreveu: *A Margarita animada; idéa moral, politica e historica de tres estados, discursada na vida da veneravel Margarida de Chaves, natural da cidade de Ponta Delgada, na ilha de S. Miguel, com a descripção da mesma ilha*, etc., Lisboa, 1723.

Mello *(Francisco Affonso da Costa Chaves)*. N. em Ponta Delgada em 1797, onde tambem falleceu em 14 de janeiro de 1863. Foi deputado na legislatura de 1834. Escreveu: *Memoria historica sobre as ilhas dos Açores, como parte componente da Monarchia Portugueza, com idéas politicas sobre a reforma do Governo Portuguez, e sua nova constituição*, Lisboa, 1821; saiu sem o seu nome; *Resposta ao folheto intitulado «Fundamentos do projecto de decreto que para abolição dos vinculos*

na ilha de S. Miguel e mais ilhas dos Açores offerece ao Soberano Congresso o deputado pela mesma ilha João Bento de Medeiros Mantua», *ilha de S. Miguel, 23 de março de 1822, por um administrador*; sem indicação de logar da impressão, mas parece que se imprimiu em Inglaterra; *Epitome das epocas e circumstancias mais notaveis do governo das ilhas dos Açores*, etc.

Mello *(Francisco Antonio de)*. Bacharel em Medicina pela Universidade de Coimbra, medico do partido da Misericordia da mesma cidade, socio do Instituto da Academia Dramatica, etc N. em Tavira a 17 de outubro de 1804, fal. em Coimbra a 14 de janeiro de 1847. Era muito protegido por um seu tio, o illustre mathematico Manuel Pedro de Mello. Escreveu: *As minhas prisões, memorias de Silvio Pellico, traducção do italiano*, Coimbra, 1841; fez se segunda edição autorisada pelo Conselho Superior de Instrucção Publica para as escolas primarias, Lisboa, 1856.

Mello *(Francisco de Borja Carvalho)*. Cirurgião reformado da antiga brigada real da marinha, demonstrador das cadeiras de cirurgia da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, deputado, membro do Conservatorio Real e da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, etc. N. em Tavira pelos annos de 1797, fal. em Lisboa a 7 de janeiro de 1844. Para o cargo de demonstrador na Escola Medica foi nomeado por decreto de 30 de outubro de 1839; eleito deputado pelo circulo de Tavira na legislatura do referido anno de 1839. Escreveu: *Epistola sobre a eleição dos deputados*, traduzida do hespanhol, Lisboa, 1834; *Epicedio á infausta morte do senhor D. Pedro, duque de Bragança*, Lisboa, 1834; *Karl, conde de Richter, ou o castigo*, drama em 3 actos e 1 prologo, traduzido do francez e representado no theatro da Rua dos Condes; saiu no *Archivo Theatral*, tomo II, 1839, de pag. 1 a 22.

Mello *(Francisco Freire de)*. Licenceado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado da inquisição de Lisboa, arcediago da sé de Leiria, etc. N. em Ancião entre os annos de 1760 e 1764, fal. em Lisboa a 15 de fevereiro de 1838. Era sobrinho do notavel jurisconsulto Paschoal José de Mello Freire dos Reis. Tomou o grau de licenceado em 1786, e foi nomeado em 1788 deputado da Inquisição. Deveu grande affecto a seu tio, e mostrou-se extremamente grato, porque todo se consagrou á sua gloria. Escreveu e publicou em latim: *Tabula ordinationum concordantium codicis Philippini, Emmanuelini e Alfonsini;* saiu no fim do livro *Historiae Juris civilis Lusitani*, de Paschoal José de Mello, na 3.ª edição, Lisboa, 1800; saiu tambem na impressão feita pela Universidade de Coimbra em 1816; *Panegyricus historicus sempiternae memoriae Paschalis Josephi de Mello, latine redditus cum interpretis adnotationibus*, Lisboa, 1802; reimpresso pela Universidade em 1815; *Elenchus capitum, titulorum et paragraphorum in Historiis et Institutionibus Juris civilis et criminalis Lusitani contentorum, cui accedit Index generalis rerum et verborum*, Lisboa, 1804. Consentindo que Joaquim Ignacio de Freitas, n'uma edição das obras de Paschoal José de Mello offendesse a Academia, por ter descurado a revisão das obras do eminente jurisconsulto, levantou contra si o resentimento da douta corporação, de que era socio, que por esse motivo, na sessão de 4 de abril de 1816, o riscou da lista dos seus membros. Francisco Freire de Mello, em desforço, escreveu no mesmo anno de 1816 um *Discurso anti-academico*, que só veiu a publicar-se em Lisboa em 1821. Escreveu mais: *Libello allegação historico juridica contra a divisão do arcediagado da sé de Leiria; resposta do ajudante do procurador da corôa; discurso em que se mostra que as leis não tem, nem pódem ter effeito retroactivo, nem impecer ao direito adquirido; sentenças contra a corôa. e seu donatario*, etc., Lisboa, 1811; *Discurso sobre delictos e penas, e qual foi a sua proporção nas differentes epocas da nossa jurisprudencia, principalmente nos tres seculos primeiros da monarchia portugueza*, Londres, 1816; esta edição foi feita por José Liberato Freire de Carvalho, a quem o autor remetteu o manuscripto para ser publicado; o proprio autor fez depois *segunda edição correcta e annotada*, Lisboa, 1822; *Varia fortuna na demanda do arcediago de Leiria, e grito da justiça, provada por documentos; dedicado á heroica nação portugueza*, etc., Lisboa, 1821; *Representação ás côrtes, e invectiva contra a Inquisição; dedicado á nação portugueza*, etc., Lisboa.1821; *Exercitação na qual plenamente se prova que D. Pedro I, imperador do Brazil é estrangeiro para Portugal; que nenhum direito tem á corôa portugueza; e que esta pertence ao sr. rei D Miguel I pelas leis fundamentaes do Estado*, Lisboa, 1828; *Côrtes de Lamego fuziladas*, Lisboa, 1834; *Resposta á infame pastoral, que escreveu o ex-arcebispo d'Evora, frade bernardo de Alcobaça, Fr. Fortunato de S. Boaventura, lobo na republica e no rebanho de Jesus Christo, contra o sr. D. Pedro, regente em nome da rainha a senhora D. Maria II; e biographia abbreviada do Miguel, usurpador e tyranno de Portugal*; dedicado á patria, Lisboa, 1834; *Johanni-Carolo de Saldanha, Comiti, Sebastiani magni nepoti virtutumque æmulo*, Lisboa, 1834; apezar de estar escripto em latim, contém longas notas em portuguez; *Superstição desmascarada*, Paris 1828. Diz Innocencio da Silva, no *Diccionario bibliographico*, vol. II, pag. 382: «Estas indicações são todas supposititias: conhece-se evidentemente que a edição é de Lisboa, e sabe-se que este opusculo appareceu no fim de 1853, ou principio de 1834. E' verdadeiramente um curso de atheismo, dividido em seis capitulos, ou *titulos*, a saber: 1.º Sobre a origem de Deus e dos cultos; 2.º O juizo dos sabios, profanos e sagrados, sobre a religião; 3.º Sobre a sagrada escriptura; 4.º Sobre os milagres; 5.º Sobre os homens que se divinisaram; 6.º Sobre o governo social. Saiu anonymo; porém o estylo, as idéas, e a combinação d'este escripto com as outras producções de Francisco Freire de Mello, revelam a cada passo que é elle o seu autor, e nenhum outro. Póde, pois, attribuir se-lhe sem ficar sombra de escrupulo; e quem o ler não deixará de concluir que, ou este inquisidor tinha sido toda a sua vida o mais refinado hypocrita, ou havia perdido o juizo quando tal escreveu.»

Mello *(D. Francisco Manuel de)*. Cavalleiro da ordem de Christo, commendador de Santa Maria da Assumpção do logar de Espichel e Oyão, de Santa Maria do Hospital e de Simão de Vianna, commendas da referida ordem de Christo, notavel escriptor, etc. N. em Lisboa a 23 de novembro de 1611, onde tambem falleceu a 13 de outubro de 1666 na sua quinta d'Alcantara. Era filho

de D. Luiz de Mello e de D. Maria de Toledo de Massuellos. Estudou no collegio de Santo Antão, dos jesuitas, humanidades, linguas antigas e rhetorica, sob a direcção do abalisado professor e chronista da Companhia de Jesus, o padre Balthazar Telles. Revelou tanta intelligencia, desde muito creança, que na edade de 10 annos já se distinguia de todos os seus condiscipulos, e aos 17 gozava de grande reputação em letras, sendo havido por muito douto nas sciencias philosophicas e na theologia. N'essa edade perdeu seu pae, que falleceu em 1628, circumstancia que resolveu D. Francisco Manuel de Mello a abandonar a carreira litteraria e seguir a das armas, como sempre foi costume da nobreza em Portugal. Assentou praça de soldado e passou a Castella, e em Madrid solicitou do ministro conde de Linhares, D. Miguel de Noronha (V. *este titulo)*, um emprego militar, e depois de servir algum tempo na armada castelhana, voltou a Madrid. D. Francisco Manuel de Mello foi um dos celebres aventureiros que escaparam do fatal naufragio, que soffreu a armada em Corunha, de que era general D. Manuel de Menezes, para a qual tinha alistado grande numero de soldados das comarcas de Elvas, Porto, Pinhel, Miranda e Moncorvo. Estando em Madrid, D. Francisco de Manuel de Mello travou relações com Antonio Pereira, agente do duque de Bragança, o futuro rei D. João IV, e por sua intervenção pôde avisar o duque do que se passava em Madrid, o que podia fazer tanto melhor quanto gozava de certa intimidade com o conde de Linhares. Quando rebentaram os tumultos de Evora, em 1637, o duque de Bragança encarregou o, juntamente com D. Francisco de Sousa Coutinho, de apresentar ao rei e aos ministros os seus protestos de fidelidade. N'esse mesmo anno veiu o conde de Linhares a Portugal para concluir a pacificação de Evora, e D. Francisco Manuel de Mello foi enviado a Villa Viçosa, tendo o conde de Linhares a secreta intenção de obter por intermedio do seu protegido informações exactas ácêrca do procedimento do duque de Bragança. D. Francisco Manuel de Mello percebeu perfeitamente os intentos do ministro, e não lhe deu senão informações banaes, apezar do duque de Bragança o ter feito confidente das suas ambições e das suas esperanças. D. Francisco Manuel de Mello, n'estas circumstancias difficeis em que se tratava a um tempo de satisfazer o ministro da côrte hespanhola, de quem esperava despacho para o seu requerimento, e de não trahir o duque de Bragança, que considerava como o seu rei e senhor natural, com tanto acerto se livrou d'essas difficuldades, que ao passo que o conde de Linhares o despachava, dando-lhe o posto de mestre de campo para Flandres, e encarregando-o de organisar em Portugal o seu regimento, o duque de Bragança recommendava-lhe dois protegidos seus, como amigo com quem podia contar, e quando o mesmo duque foi nomeado governador das armas em Portugal, como estava muito pouco ao facto do serviço militar e não queria fazer má figura no seu commando, pediu a D. Francisco Manuel de Mello que lhe redigisse uma especie de instrucções que lhe servissem de guia. No entretanto o novo mestre de campo organisava o seu regimento, ou terço, como então se dizia, partindo depois para Flandres, d'onde passou á Catalunha, onde estava quando ali rebentou a revolta, que precedeu a de Lisboa em 1640, e tambem quando chegou a noticia da revolução do dia 1 de dezembro. Uma das primeiras cousas, que o conde-duque de Olivares fez, foi mandar prender D. Francisco de Mello, lembrando-se das informações que este dera ao conde de Linhares, quando fôra a Villa Viçosa, informações que não faziam prever o que succedeu depois, e que o conde duque de Olivares percebia agora que tinham sido falsas. Como, porém, os officiaes, com quem D. Francisco Manuel de Mello servira, davam a seu respeito as melhores informações, e como afinal podia succeder perfeitamente que o o duque de Bragança o tivesse illudido, assim como illudira muitos outros, foi solto depois de quatro mezes de prisão, e como o conde duque de Olivares se empenhava em conservar ao serviço de Castella o maior numero de portuguezes que podia, indemnisou-o largamente, como elle proprio declara no seu *Memorial a D. João IV*. O conde duque de Olivares nomeou-o governador de Ostende, uma das praças mais importantes que os hespanhoes possuiam nos Paizes Baixos. D. Francisco Manuel de Mello acceitou a nomeação, e partiu para o seu destino, mas apenas se viu em Ostende, que é, como se sabe, porto de mar, e com a liberdade que tinha como governador da praça, embarcou secretamente para Londres, indo apresentar-se ao nosso embaixador D. Antão d'Almada, que o recebeu affectuosamente, e o mandou para Hollanda, onde estava Tristão de Mendonça como embaixador. Este logo o aproveitou para lhe dar o governo d'uma esquadra de 18 navios mercantes, que organisara na Hollanda, e que devia trazer a Portugal importantissimos reforços, pois que constavam d'um regimento de cavallaria, outro de dragões, de 200 soldados portuguezes que se haviam escapado dos differentes exercitos hespanhoes onde serviam, e de muito armamento. A bordo d'essa esquadra vinha o proprio embaixador Tristão de Mendonça, e para a escoltar veiu acompanhal-a a Lisboa uma armada hollandeza de 22 navios de guerra, commandada pelo celebre almirante Adriano Gysels. A esquadra do commando de D. Francisco de Mello saiu de Hollanda a 2 de setembro de 1641 e chegou a Lisboa a 16 do referido mez e anno. A chegada d'este importante reforço causou o maior enthusiasmo, e D. Francisco Manuel de Mello foi recebido por D. João IV com as mais expressivas provas de sympathia e consideração, sendo-lhe concedidas por este monarcha as commendas já mencionadas. Não tardou, porém, a fazer-se sentir a má fortuna do grande escriptor. Encarregado em 1641 de dar destino aos soldados que tinham vindo de França, com rapidez deu conta do encargo, indo depois commandar simplesmente um esquadrão de cavallaria no Alemtejo, elle que servira em Flandres e na Catalunha como mestre de campo, que fôra nomeado pelo conde duque de Olivares para um dos logares mais importantes da Hespanha, como o de governador da praça de Ostende. D. Francisco Manuel de Mello levantara contra si grandes odios de pessoas poderosas. Recusara-se a ser testemunha de accusação no processo do secretario Francisco de Lucena, e os poderosos inimigos do ministro, um dos quaes e o principal era D. João IV, não lhe perdoaram nunca essa

recusa. Comtudo, D. João IV por muito tempo continuou a tratal-o com benevolencia, já escrevendo-lhe cartas de louvor, já encarregando-o de conduzir de Castella para Portugal as tropas prisioneiras, signal de confiança absoluta com que respondia aos que accusavam D. Francisco Manuel de Mello de se querer passar de novo para os hespanhoes, já confiando-lhe tambem o cuidado de incorporar no exercito portuguez alguns prisioneiros inimigos, já emfim confiando-lhe negocios de politica externa de tamanho segredo que D. Francisco Manuel de Mello nem no *Memorial* os declara, mas não quiz D. Francisco acceitar o encargo. D. João IV tambem lhe agradecia muito os livros que elle escrevia a favor da causa portugueza. Mas D. Francisco Manuel de Mello, longe de receber recompensa pelas suas obras, como aconteceu a muitos livros de menos valor, foi fulminado por uma imprevista desgraça. A 19 de novembro de 1644 foi preso D. Francisco de Mello como cumplice do assassinio de Francisco Cardoso, mordomo-mór do conde de Villa Nova de Portimão, D. Gregorio Thaumaturgo de Castello Branco. Conduzido á Torre Velha de Cabeça Sêcca, depois conhecida pela Torre de Bugio, ali esteve preso, sendo condemnado em primeira instancia. D. Francisco appellou, mas o tribunal de segunda instancia, ainda mais severo que o primeiro, condemnou-o a 2:600 cruzados de multa e a desterro perpetuo para a India. Já esbulhado das commendas e arruinado, e desterrado para tão longinquas terras, ficara D. Francisco Manuel de Mello reduzido á mais triste e precaria das situações. E' preciso observar que todo este rigor não passava do resultado das intrigas, porque bem se sabia que os assassinos de Francisco Cardoso haviam sido enforcados, tendo confessado ser seu mandante um tal Marco Ribeiro, de cuja mulher era notoriamente amante o assassinado, e que só depois de postos a tormentos tinham implicado na culpa D. Francisco Manuel de Mello. Marco Ribeiro fôra condemnado ás galés. Na verdade, parece que o assassinio d'um creado não seria motivo bastante, n'aquella epoca, para que fôsse condemnado a tão severas penas um fidalgo da primeira gerarchia, parente da Casa de Bragança. A desproporção do supposto delicto com a severidade do castigo fez sempre suppôr a todos os escriptores que alguma outra cousa houvera para a perseguição crudelissima de que o illustre fidalgo foi victima. Uma nota manuscripta lançada á margem d'uma copia do *Memorial*, que D. Francisco Manuel de Mello dirigira ao rei, como já referimos, declarava que o grande escriptor fôra um rival em amores de D. João IV, e que tivera mesmo com elle uma pendencia á espada. O bispo do Pará, D. João de S. José Queiroz, nas *Memorias*, publicadas por Camillo Castello Branco, affirma ter-lhe sido contado pelo conde de S. Lourenço, que D. João IV e D. Francisco Manuel de Mello eram amantes da mesma senhora, e que esta era a condessa de Villa Nova de Portimão. Finalmente, Camillo Castello Branco pôde esclarecer completamente este caso obscuro, encontrando a narrativa integral do incidente em livros genealogicos, escriptos por contemporaneos do distincto fidalgo e notavel homem de letras, que vem confirmar as versões do bispo do Pará e do anonymo commentador do *Memorial* de D. Francisco Manuel de Mello. O caso é assim descripto: O conde de Villa Nova de Portimão, D. Gregorio Thaumaturgo de Castello Branco, foi casado tres vezes, e da terceira vez com uma senhora D. Marianna de Leucastre que, segundo uma observação do commentador do *Memorial*, *era senhora de muito bem fazer a quem lh'o pedia*. D. Francisco Manuel de Mello era recebido a horas mortas da noite no palacio d'aquelles fidalgos. D. Francisco, porém, não estava tão cego d'amor que não conhecesse a volubilidade da condessa, e não desconfiasse não ser elle o seu unico amante. Instigado pelo ciume occultou-se uma noite no grande pateo do palacio, e quando sentiu subirem pela escada passos de homem, correu ao vulto que entrevia na sombra, e perguntou-lhe quem era, desembainhando ao mesmo tempo a espada. O desconhecido, sem proferir palavra, arrancou da sua, e travou-se entre os dois um duello silencioso, em que ficaram ambos ligeiramente feridos. A condessa, que esperava o amante, ouviu o tilintar dos ferros, e correu assustadissima trazendo luz á escada, e os dois contendores fugiram, D. Francisco ignorando quem era o seu rival, mas D. João IV, o adversario desconhecido que se encaminhava para a sua entrevista nocturna, reconhecera-o pela voz. O monarcha não proferiu palavra, mas tempos depois Francisco Cardoso, confidente e espião do conde de Villa Nova de Portimão, que lhe denunciára já os amores adulterinos de sua segunda mulher, e lhe denunciára tambem, segundo parece, as entrevistas, de D. Francisco Manuel de Mello, foi assassinado. Não fôram mysteriosas as causas do assassinio. Marco Ribeiro, enganado por Francisco Cardoso, como o amo d'este por D. Francisco, assalariou uns poucos de homens para o matarem, mas o conde de Villa Nova de Portimão affirmou ao rei que fôra D. Francisco quem ordenara e assassinio, dando-lhe provavelmente as razões d'essa supposição. D João IV aproveitou o ensejo de se vingar do seu rival, e com a apparencia de reparar a honra do marido ultrajado puniu cruelmente o desditoso fidalgo. Escondida na sombra sente se no processo a sua influencia omnipotente, e com odiosa hypocrisia continuava a tratar D. Francisco Manuel de Mello, depois de preso, com a mesma benevolencia com que o tratara antes, encarregando-o de escrever umas *Vidas dos reis portuguezes* para serem acompanhadas de medalhas, obra que ficou manuscripta, pedindo-lhe que compuzesse em hespanhol a vida do duque de Bragança D. Theodosio II, seu pae, o que D. Francisco tambem fez, ficando a obra prompta para a impressão em 1648. D. João IV ainda encarregou o homem, cuja desgraça estava fazendo, de lhe escrever um manifesto dirigido a todos os principes da Europa, e que em todas as linguas devia ser traduzido, como protesto contra o procedimento do governo de Madrid, que encarregára um tal Domingos Leite Pereira de assassinar D. João IV, o que elle tentou infructiferamente fazer no dia do Corpo de Deus de 1647. (V. *n'este vol.* pag. 141.) Esta obra foi impressa no mesmo anno de 1647, com o titulo de *Manifesto de Portugal*. D. Francisco Manuel de Mello não soube nunca a verdade, tanto que depois da morte de D. João IV, escreveu uma historia do seu reinado, que se conserva manuscripta na bi-

bliotheca da Academia Real das Sciencias, de que se publicaram excerptos na *Illustração*, e onde nem por sombras se sente o resentimento d'uma victima. D. Francisco Manuel de Mello, apenas se proferiu contra elle a sentença da segunda instancia, escreveu um extenso *Memorial* ao rei, allegando os seus serviços, a sua justiça, e invocando emfim a clemencia regia. Esse *Memorial* foi publicado na sua integra por Camillo Castello Branco em 1873, no prologo da edição feita no Porto, da *Carta de guia de casados*. Alexandre Herculano já havia publicado alguns excerptos no *Panorama*, vol. de 1840, pag. 179 e 291, com grande elogio. Na Bibliotheca Nacional existem tres exemplares do interessante manuscripto, e em Coimbra, na livraria que foi do dr. Ayres de Campos ha outro. A *Justificação de suas acções*, etc., citada por Barbosa Machado e por Innocencio é, segundo a opinião do sr. Ramos Coelho (*Historia do Infante D. Duarte*, vol I, pag. 707), talvez o mesmo manuscripto. No *Memorial* vem transcripta a carta de empenho, escripta a 6 de novembro de 1648 por Anna d'Austria, viuva de Luiz XIII, de França, em nome de seu filho Luiz XIV, em cuja menoridade era regente. Esta carta parece que teve algum valimento, porque se concedeu a D. Francisco o appellar para terceira instancia, e n'essa instancia lhe foi commutada a pena de degredo para a India, em degredo para o Brazil. Antes, porém, de se proferir a sentença, houvera um melhoramento na sorte de D. Francisco Manuel de Mello, porque em março ou abril de 1650 foi transferido da Torre de Bugio para o castello de Lisboa. Esteve preso 9 annos, e durante o seu captiveiro escreveu muitas das suas obrss. Parece que sempre embarcou para o Brazil, onde se conservou algum tempo, viajando em seguida no estrangeiro com o nome de *Chevalier de Saint Clément*. Esteve em França, na Italia e em Roma. Ao regressar a Portugal, entregou se á impressão das suas obras, escriptas durante 36 annos, as quaes excediam 100 volumes. A vocação para a poesia pronunciou-se lhe logo na infancia, porque aos 14 annos de edade compoz um Canto de oitavas portuguezas, celebrando a restauração da Bahia em 1625. Emquanto gozou das boas graças de D. João IV, que sempre foi enthusiasta pela musica, D. Francisco Manuel foi por assim dizer o *librettista* dos *maestros* do seu tempo, já para os *villancicos*, já tambem para uns ensaios ainda rudimentares de opera, como era o *Juicio de Paris*, que figura nas suas obras impressas. D. Francisco Manuel de Mello conservou se sempre solteiro, mas deixou um filho natural, D. Jorge Manuel de Mello, que foi servir como voluntario nos exercitos francezes, e morreu gloriosamente na batalha de Senef, em 1674. Para a sua biographia póde ler-se a *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. II; *Ensaio biographico-critico sobre os melhores poetas portuguezes*, de José Maria da Costa e Silva, tomo VIII, pag. 194 a 203; artigo de Alexandre Herculano, no *Panorama* de 1840, n.º 162 e 176; *O Catalogo dos autores*, que antecede o *Diccionario da Lingua Portugueza*, da Academia Real das Sciencias; *O Diccionario Popular*, dirigido por Pinheiro Chagas, vol. VIII; *Diccionario Bibliographico*, de Innocencio da Silva, volumes II e IX, etc.

Mello (*Bibliographia de D. Francisco Manuel de*). Obras impressas: *Doce Sonetos por varias acciones, em la muerte de la senhora D. Iguez de Castro, muger del principe D. Pedro de Portugal*, Lisboa, 1628; *Politica militar en avisos de Generales; escrita al Conde de Linhares, Marquez de Vizeu, capitan general del mar Oceano*, etc., Madrid, 1638; saiu novamente, junta com a *Aula Politica*, Lisboa, 1720; *Declaracion que por el reyno de Portugal ofrece el doctor Geronimo de Santa Cruz a t dos los reynos y provincias de Europa, contra las calumnias publicadas de sus emulos*, etc, Lisboa, 1643; *Demonstracion que por el reyno de Portugal agora ofrece el doctor Geronimo de Santa Cruz a todos los reynos y provincias da Europa em prueva de la Declaracion por el mismo autor, y por el mismo reyno*, etc, Lisboa, 1644; *Eco politico responde en Portugal a la voz de Castilla, y satisfaze a un papel anonymo, ofrecido al rey D. Filippe IV sobre los interesses de la corona lusitana*, Lisboa, 1645; tem no principio uma estampa allegorica por Lucas Vorstermans; *Historia de los movimientos y separacion de Catalunha, y de la guerra entre la magestad catolica de Don Filippe el cuarto, rey de Castilla, y la Deputacion de aquel principado*, Lisboa, 1645; esta 1.ª edição saiu com o nome supposto de Clemente Libertino. Apezar do pouco apreço em que o autor inculca ter esta sua obra, dizendo na carta 8.ª da 1.ª centuria, escripta ao dr. João Baptista Morelli: «Creo no ha perdido nada el libro faltando-le mi nombre, ni mi nombre faltando le el libro», o conceito dos entendidos declarou-se altamente em sentido contrario, avaliando-a desde logo pelo que na realidade era. Foi tal a estima, que mereceu, que ainda n'aquelle seculo obteve duas reimpressões, em 1692 e 1696, sendo esta ultima feita em Lisboa. No seculo XIX houve varias edições; uma em Madrid, 1808, outra formando parte de *Tesoro de Historiadores Espanholes*, que é o tomo XVIII da *Colecion de los mejores autores* da mesma nação, publicado em Paris, 1840; outra em Paris, 1827, 2 tomos; Barcelona, 1842, 2 tomos; na *Bibliotheca de escritores espanholes*, de Ribadenera, no tomo correspondente aos *Historiadores de sucesos particulares*, Madrid, 1852, com uma noticia historica ácêrca do autor, de pag 458 e seguintes. *Manifesto de Portugal*, Lisboa, 1647; *El mayor pequeno; vida y muerte del serafim humano Francisco de Assis*, Lisboa, 1647; *El Fenix de Africa, Augustino Aurelio Obispo Hyponense; Primeira parte; Augustino filosofo*, Lisboa, 1648; *Segunda parte; Augustino Santo*, Lisboa, 1649; esta obra e a antecedente fôram reimpressas, e fórmam o 2.º tomo das *Obras morales*, adeante citadas; *Las tres Musas del Melodino*, Lisboa, 1649; contém parte das suas composições poeticas, todas em castelhano; *Pantheon a la immortalidad del nombre Itade, poema tragico*, Lisboa, 1650; é assumpto esta poesia a memoria de D. Maria de Athaide; foi depois impresso nas *Obras metricas* do autor, em 1665, parte I, pag. 287; *Melpomene junto ao tumulo da senhora D. Maria de Ataide lamenta as suas magoadas saudades n'esta ode*, saiu na collecção *Memorias funebres*, da mesma senhora, impressas em 1650; *Relação dos successos da armada, que a Companhia Geral de Commercio expediu ao estado do Brazil o anno passado de 1649, de que foi capitão geral o Conde de Castello Melhor*, Lisboa, 1650; saiu sem o seu nome;

Carta ao doutor Manuel Temudo da Fonseca, vigario geral do arcebispado de Lisboa; saiu impressa no principio das *Decisões* (em latim) do mesmo Temudo; Lisboa, 1650; depois incorporada na *Primeira parte das Cartas familiares* do autor, onde é a primeira da centuria quarta; n'ella fez o autor uma breve resenha dos escriptores portuguezes que floresceram até ao seu tempo; *Carta de guia de casados, para que pelo caminho da prudencia se acerte com a casa do descanço; a um amigo,* Lisboa, 1651; este tratado de philosophia moral, e economia domestica, é das obras do autor a mais popular e conhecida em Portugal; ha d'ella muitas reimpressões, Lisboa, 1670, 1678, 1714; Coimbra, 1747; Lisboa, 1765, 1809, 1827; uma em Londres, 1820; é esta edição precedida d'um breve epitome da vida do autor, e foi mandada fazer pelos mesmos editores, que no dito anno reimprimiram tambem em Londres as *Odes pindaricas*, de Diniz; em 1873 fez-se uma edição no Porto, precedida d'um estudo sobre a vida do autor por Camillo Castello Branco; *Epanaphoras de varia historia portugueza, a el-rei nosso senhor D. Affonso VI, em cinco relações de successos pertencentes a este reino, que contém negocios publicos, politicos, tragicos, amorosos, bellicos, triumphantes,* Lisboa, 1660; *segunda edição,* Lisboa, 1676; *Antidoron, ou remuneracion ao leitor d'esta Historia* (a da *Ethiopia alta*) *pelo affecto, pelo reconhecimento da doutrina que ao M. R. P. M. Balthazar Telles, da companhia de Jesus,* etc., *deve seu maior amigo e menor discipulo D. Francisco Manuel;* anda no principio da referida historia; *Obras morales (Tomo I; contiene: La Victoria del hombre; El Fenix d'Africa, 1.ª y 2.ª parte; El Mayor pequeno) A la serenissima reyna Catalina de la Gran-Bretanha, Parte I,* Roma, 1664; *Primeira parte das Cartas familiares, escriptas a varias pessoas sobre assumptos diversos, recolhidas e publicadas em cinco centurias, por Antonio Luiz de Azevedo, professor de humanidades, e por elle offerecidas á illustrissima, doutissima e sempre insigne Academia dos Generosos de Lisboa,* Roma, 1664; ha segunda edição, feita em Lisboa em 1752; *Obras metricas; al serenissimo senhor infante D. Pedro; contienen: las tres Musas, El Patheon, Las Musas portuguezas, El tercer coro de las Musas,* Leon, 1665; parte d'estas *Obras metricas*, sairam traduzidas em inglez, e publicadas em 1645. No anno de 1873 imprimiram-se novamente com o titulo: *Relics of Melodino, translated by Edward Lawsen, Esq., from an conpublished manuscript, dated 1645,* London, 1815; *Auto do Fidalgo aprendiz, farça que se representou a Suas Altezas, tirada das obras de D. Francisco Manuel,* Lisboa, 1676; 4.ª edição posthuma; *Aula politica, Curia militar, Epistola declamatoria ao serenissimo principe D. Theodosio,* Lisboa, 1720; tem no fim a *Politica militar*, que fôra já impressa em vida do autor; *Apologos dialogaes; obra posthuma, a mais politica, civil, e galante que fez seu autor,* etc., Lisboa, 1721; Esta obra é considerada a balisa que marca o ponto mais alto a que subiu o talento de D. Francisco Manuel. O sal com que estão escriptos estes inimitaveis dialogos, o tacto com que nelles se castigam as loucuras, ridicularias, e maldades de uma sociedade corrupta, o talento com que o autor trava esta especie de drama, genero de que alguma cousa participa o dialogistico, e a critica, erudição, e bom gosto de que elle dá provas, principalmente no ultimo dialogo, são os principaes motivos para se dar a este livro a primazia entre tantos que D. Francisco escreveu. Dividiu o elle em quatro dialogos: o 1.º intitulado *Relogios falantes*, em que são interlocutores um relogio da cidade e outro da aldeia; o 2.º, *Escritorio Avarento*, em que falam as moedas: um portuguez fino, um dobrão castelhano, um cruzado-novo, e um vintem navarro; o 3.º *Visita das Fontes*, que se passa entre a fonte velha do Rocio, a nova do Terreiro do Paço, Apollo, e um soldado; o 4.º, emfim, *Hospital das Letras*, é um dialogo entre Justo Lipsio, Boccalini, Quevedo, e o autor. Este é certamente por todos os titulos o melhor, o mais admiravel, e o mais claro testemunho da vasta lição de D. Francisco Manuel, bem como da clareza do seu juizo em materias litterarias e do acerto da sua critica. *Tratado da Sciencia Cabala, ou noticia da Arte Cabalistica, obra posthuma,* Lisboa, 1724.—Obras que ficaram manuscriptas: *Theodosio del nombre segundo, principe de Bragança, duque setimo de su estado, natural senhor de los portuguezes; historia propria y universal del reino de Portugal e sus conquistas en Europa, Africa, Asia y America, con suficiente noticia de los sucesos del mundo al tiempo de la vida deste principe,* etc., Anno 1648; *Justificação de suas acções ante Deus, ante Sua Magestade, e ante o mundo, contra as falsas calumnias impostas dos seus inimigos.* Diz Barbosa Machado que era um memorial, que elle viu, dirigido a D. João IV. Não se sabe se será o mesma, de que dá noticia o dr. J. C. Ayres de Campos, declarando ter d'elle copia em um dos seus volumes de miscellaneas manuscriptas, onde tem o titulo: *Memorial a el rei D. João IV, nosso senhor, offerece Francisco Manuel de Mello, preso ha seis annos por parte da justiça,* e consta 12 folhas no formato de folio; *Vidas dos serenissimos Reis de Portugal, illustrado com medalhas,* ignora se se as concluiu e que destino levaram; *Apparato genealogico de los Reys de Portugal; Tratado da paciencia, Nobitiario de Damião de Goes, addicionado de varias noticias; Descripção do Brazil, intitulada: Paraizo de mulatos-Purgatorio de brancos—e Inferno de negros; Feira dos Anexins;* «Livro curioso (diz Alexandre Herculano) em que estão lançadas methodicamente as metaphoras e locuções populares da lingua portugueza, e que seria quasi um manual para os escriptores dramaticos, principalmente do genero comico, que quizessem fazer falar as suas personagens com phrase conveniente, e com as graças e toque proprios da nossa lingua portugueza, e do verdadeiro estylo dramatico.» Existem algumas copias em Lisboa, segundo consta, e essas mesmo muito incompletas; *Segunda parte das Epanaphoras de varia historia; Relaciones del Oriente;* segundo diz Barbosa Machado, constava dos successos do primeiro anno do governo do conde de Linhares na India, etc.; *Concordancias mathematicas; Las finezas malogradas; Desculpas del ocio; primera y segunda parte;* parece que eram poesias; *Los caprichos de Amarillis,* discurso a uma dama desmaiada em sua presença; *Labyrintho de Amor, comedia; Los secretos bien guardados, comedia; De burlas haze amor veras, comedia; El Domine Lucas, comedia; El verano en Cintra, novella; Las noches escuras, no-*

vella; La dama negra, novella; Historia general de Portugal, que comprehende el govierno de la princesa Margarita; Juizio de las maravillas de la natureza; diz se que versava sobre um *diluvio de fogo* que caiu na ilha de S. Miguel em 1638; *Satisfaciones a Sylvio; El hombre,* diz se que tratava de descrever o caracter de um principe perfeito; *Lagrimas de Dido,* poema heroico, que o autor offereceu a D. Francisco de Borja, principe de Esquilache; *Elogio ao senhor infante D. Duarte (irmão d'el-rei D. João IV), quando segunda vez se preparava para a jornada de Allemanha; De la aflicion y confortacion,* obra qualificada de muito erudita, ornada de sentenças dos santos padres, e dos philosophos antigos; *Triumpho da verdade; Memorial de la honra, dirigido a Filippe IV;* n'elle representava a Nobreza contra um tributo, que se lhe queria impôr no anno de 1632; *Memorial ao Conde-duque, por parte de Diogo Soares, secretario de estado; Memorias de sua vida, escriptas no anno de 1641; Verdades pintadas e escriptas;* constava do 100 empresas moraes, debuxadas pela sua mão, e illustradas com discursos; *Punto en boca;* era uma invectiva jocosa contra Castella; *La Impossible;* tragedia castelhana; *Officio de S. João Baptista com hymnos, responsorios e orações;* diz-se que foi publicado com o nome de Innocencio Paixão; *Canto de Babilonia; paraphrase do psalmo «Super flumina Babylonis, em coplas portuguezas; Discurso ácêrca dos inimigos que o vexavam,* tomando para argumento as palavras de David, *Oderunt me gratis,* dedicado a D. Rodrigo da Cunha; *O invisivel conselheiro, discurso politico; Maré de Rosas;* invectiva contra um livro poetico; *Relação historica das alterações de Evora: Côrtes de la Razon; idéa politica;* d'esta obra diz elle «que se Deus fôr servido de m'a deixar acabar felicemente, espero seja a honra e meta de todos os meus escriptos.» *Commentarios ao livro da «Providencia»,* de Seneca; *El christiano Alexandre;* era a historia politica de Jorge Castrioto, principe e restaurador de Albania; *Espiritos moraes; discursos sobre as domingas de quaresma;* escriptos provavelmente em hespanhol, e dedicados a D. Fernando d'Andrade, arcebispo de Burgos; *Discurso moral e politico sobre o verso 9.º do psalmo 18.º; Homilia sobre as palavras «Misit Herodes rex»; Defensa universal d'este reino, em que se propõem todos os meios praticos, para evitar todos os perigos, que nelle póde haver, causados por mar e terra; Do modo de empregar na guerra a fidalguia; Discurso sobre a interpreza de Badajoz; da fortificação das praças; Das precedencias das nações;* teve por assumpto a que as naus de guerras britannicas quizeram tomar ás mercantes de Hollanda em o porto de Lisboa; *Do modo de servir dos reformados; Discurso sobre o officio de Marechal do reino; Discurso sobre as competencias dos officios da casa real; Memorial dos moradores da capitania de Pernambuco; Relação do nascimento do infante D. Pedro; Relação do sitio de Olivença; Relação da victoria, que alcançaram os portuguezes dos hollandezes nas Guararapes; Annotações ás sentenças do conde de Vimioso: Ancias de Daliso;* poema que consta de verso e prosa, parece que esta obra foi impressa na segunda parte das *Obras metricas,* a pag. 170 e seguintes; *Annotaciones a las epistolas de Francisco de Sá; Historia de los infantes; El Cesar de ambos mundos; El Daniel perseguido; Modo de empleur la nobleza; Politica familiar; Curia politica; Manifiesto de los Palatinos; Segunda parte das cartas familiares; Tratado das insignias militares,* etc., *ou Arte symbolatoria; Diario del Brazil; Itinerario da Europa; primeira e segunda parte; O Tacito portuguez; vida e morte d'el-rei D. João IV de Portugal;* d'esta obra possue uma copia a Academia Real das Sciencias, segundo diz Innocencio Francisco da Silva; Antonio de Oliveira Marreca deu alguns excerptos d'ella na *Illustração, jornal universal,* vol. I, pag. 348, etc.; *Embaixador instruido, e suas funcções;* é dividido em secções; trata a primeira do embaixador em geral; a segunda, se os soberanos mandam embaixadores; a terceira, se os usurpadores, governadores e capitães podem mandar embaixadores; a quarta, se os principes da Allemanha estão no direito de se fazerem representar por embaixadores, etc. Esta obra, de que ha uma copia no Museu Britannico (V. o respectivo catalogo por F. Figaniére, pag. 298, n.º 1195) é attribuido a D. Francisco Manuel de Mello, posto que nas copias conhecidas não traga o seu nome. Ha muitas mais obras que figuram n'um indice que o proprio D. Francisco Manuel de Mello escreveu no principio do tomo I, impresso, das *Obras Morales.* N'uma collecção miscellanea, intitulada *Memorias historicas de anecdotas,* etc., impressa em Lisboa, 1786, no tomo I, pag. 161 a 166, tambem se encontra uma breve relação dos escriptos d'este distincto polygrapho.

Mello *(D. Francisco Manuel de).* Alcaide-mór de Lamego, capitão de mar e guerra, etc. N. na villa de Tanã da ilha de Salsete, fal. a 13 de março de 1719. Era filho natural de D. Jeronymo Manuel de Mello, general da armada de alto bordo do estado da India. D. Francisco Manuel de Mello foi capitão de mar e guerra das naus da corôa de Portugal, mestre de campo da infantaria e general de batalha na guerra da successão de Hespanha. Deixou manuscriptas muitas poesias, e publicada uma obra com o titulo de *Lições academicas em que compara as virtudes da serenissima princeza Santa Joanna com as da senhora soror D. Luiza Maria de S. José, religiosa no convento da Madre de Deus.*

Mello *(P. Francisco do Rosario de).* Presbytero secular, e prior da freguezia de S. Nicolau, fal. d'uma apoplexia a 4 de janeiro de 1856 Escreveu: *Novena de S. Nicolau ordenada a promover e augmentar o seu culto,* etc., Lisboa, 1840; *Descripção miudamente circumstanciada da antiga egreja de S. Nicolau de Lisboa, abatida e incendiada por occasião do terremoto, no dia memoravel do 1.º de novembro de 1755,* etc. A que se ajuntou a curiosa memoria da reedificação da nova egreja, e diligencias até agora empregadas para o andamento da obra, Lisboa, 1843.

Mello *(Frederico Jayme de Carvalho).* Tocador de cornetim muito apreciado. N. em Lisboa em 1839, onde tambem fal. em 14 de abril de 1898. Foi educado na Casa Pia, onde aprendeu musica. Sentando praça, veiu a ser o primeiro cornetim na banda da guarda municipal, e tornando-se um musico muito distincto entrou para a orchestra do theatro de S. Carlos, onde por muitos annos occupou o logar de primeiro cornetim. Tomou parte nos *Concertos Populares,* que se realisaram no Casino Lisbonense, no largo

d'Abegoaria, em 1860, por iniciativa de Guilherme Cossoul, em que muitas vezes brilhou como solista, e nos *Concertos Classicos*, em 1879, dirigidos pelo maestro Barbieri. Dava frequentemente concertos em seu beneficio. Era muito considerado, e exerceu varios cargos na irmandade de Santa Cecilia, Montepio Philarmonico e Associação Vinte e Quatro de Junho.

Mello *(D. Garcia de)*. Monteiro-mór do reino, presidente da camara de Lisboa, e da Mesa da Consciencia e Ordens, regedor das justiças, presidente do Desembargo do Paço e conselheiro de Estado. Era filho de D. Francisco de Mello, monteiro mór do reino e embaixador de D. João IV á côrte de França. Fal. a 26 de fevereiro de 1706, com mais de 80 annos de edade.

Mello *(Fr. Gaspar de)*. Religioso da ordem de S. Domingos, que viveu no seculo XVI. Era filho natural de Antonio Peixoto de Mello, fidalgo da casa de D. João III. Fal. no convento de Gôa. Foi professor de Theologia nos conventos de Lisboa e da Batalha, lente da Universidade de Coimbra, vigario geral da sua congregação na India, e inquisidor em Gôa, cargo de que tomou posse a 18 de setembro de 1583. Deixou manuscriptas varias obras theologicas, que estavam promptas para a impressão quando falleceu.

Mello *(D. Gomes de)*. Alcaide mór de Lamego, commendador de S. Mamede, de Mogadouro, e de S. Pedro da Veiga de Lila, na ordem de Christo; senhor do morgado da Ribeirinha, na ilha de S. Miguel, e do Zambujalinho em Evora. Era filho de D. Francisco Manuel, alcaide mór de Lamego, e de D. Ursula da Silva. Foi muito perito no estudo da genealogia. Escreveu: *Familias de Portugal*, em diversos volumes, que se não imprimiram.

Mello *(Gomes Soares d'Albergaria de)* Alcaide-mór de Torres Vedras, reposteiro-mór e conselheiro de el-rei D. Affonso V, D. João II e D. Manuel. Era filho de D. Ruy Gomes d'Alvarenga do conselho dos reis D. João I e D. Duarte, chanceller-mór do reino no reinado de D. Affonso V, embaixador a varias côrtes estrangeiras e alcaide-mór de Torres Vedras, e de D. Milicia Soares de Mello; fal. na referida villa de Torres Vedras em 12 de janeiro de 1511, sendo sepultado no convento do Varatojo, n'uma capella que mandára fazer no claustro. Foi um militar valente, que entrou em muitas batalhas, ficando prisioneiro na batalha de Toro, em maio de 1476, sendo restituido á patria pelo tratado de paz de 4 de setembro de 1479. Alonso Lopes de Haro, no seu *Nobiliario genealogico de Hespanha*, diz que Gomes Soares d'Albergaria de Mello fez parte dos *bandos* armados contra D. Pedro de Noronha, senhor do Cadaval e mordomo mór de D. João II, e que em um dos combates que houve por causa d'esses bandos, morreu D. Henrique de Noronha, irmão de D. Pedro. D. Antonio Soares de Alarcão, na *Relação genealogica da casa de Alarcão*, diz que D. João II mandou chamar á côrte a Gomes Soares d'Albergaria de Mello, e que este respondeu ao que lhe trouxe o aviso: «Dizei a sua alteza, que se me chama para me fazer mercês, eu não as mereço nem pretendo; e se é para me mandar cortar a cabeça, em Torres Vedras ha pelourinho.» Gomes Soares d'Albergaria de Mello casou com D. Filippa de Castro, filha de D. Garcia de Castro, da casa dos condes de Monsanto. D'este consorcio houve uma unica filha, D. Margarida Soares de Castro, que herdou a casa e honras de seu pae. Esta senhora casou com D. João de Alarcão, fidalgo castelhano, que veiu para Portugal em 1501, com sua mãe, camareira-mór da rainha D. Maria, segunda mulher d'el rei D. Manuel, e a quem este monarcha deu a alcaidaria-mór de Torres Vedras para elle e seus herdeiros.

Mello *(Henrique de)*. Commendador de Santa Maria de Manteigas da ordem de Christo. Era filho de Vasco Martins de Mello e de D. Anna Moniz. Foi muito applicado á genealogia, e escreveu um livro intitulado *Familias do reino de Portugal*, em que D. Caetano de Sousa fala na sua *Historia Genealogica*.

Mello *(P. Ignacio de)*. Brahamane e congregado da congregação do oratorio de Santa Cruz dos Milagres de Gôa, que viveu no seculo XVIII. Publicou sem o seu nome: *Compendio do que devem fazer e dos privilegios e graças que gozam os confrades de Nossa Senhora do Carmo*, e *Tres hymnos latinos a Nossa Senhora e um a sua mãe a Senhora Sant'Anna.*

Mello *(Fr. Isidoro de)*. Religioso da ordem dos carmelitas. N. na villa de Mello, sendo filho de Estevão Soares de Mello, 10.º senhor de Mello, e de D. Maria da Silva. Fez-se religioso carmelitano da antiga observancia, no Real convento de Lisboa, a 15 de abril de 1587, e professou a 17 do referido mez de 1588. Estudou as sciencias severas no collegio de Coimbra; teve ordens sacras, e foi nomeado lente, recebendo as insignias doutoraes na faculdade de Theologia na Universidade de Coimbra, sendo n'ella oppositor ás cadeiras. Depois de ter sido reitor e regente do collegio, foi eleito provincial a 25 de julho de 1614. Fr. Isidoro de Mello tinha fama de ser um dos mais celebres oradores do seu tempo. Fal. no convento de Lisboa a 16 de dezembro de 1615.

Mello *(Jeronymo José de)*. Doutor e lente cathedratico da faculdade de Medicina pela Universidade de Coimbra, do conselho de sua magestade, commendador da ordem de Christo, vogal do Conselho Superior de Instrucção Publica, deputado em varias legislaturas, socio e director de classe do Instituto de Coimbra, membro d'outras sociedades e corporações scientificas, etc. N. no logar e freguezia de Malho d'Açorda, proximo da cidade da Guarda, e foi baptisado a 6 de janeiro de 1792, fal. em Coimbra a 25 de fevereiro de 1867. Era filho do cirurgião Manuel Antonio Affonso. Doutorou-se em 18 de janeiro de 1835, e obteve depois em concurso a cadeira de physiologia. Pela portaria de 5 de março de 1866 foi nomeado para assistir, na qualidade de commissario portuguez, ao congresso medico de Madrid. Em 1848, sendo deputado, apresentou á camara um *Projecto de reforma do decreto de 20 de setembro de 1844*, ácêrca da instrucção publica, que deu logar a uma polemica bastante acalorada, e o autor publicou em defeza do seu projecto, e resposta ás censuras que lhe fôram feitas, algumas correspondencias insertas no jornal politico *O Lusitano*, sendo a ultima no dia 30 de maio do mesmo anno de 1848. Escreveu: *Primeiras linhas de Physiologia*; *Partes I e II*, Coimbra, 1839; *Segunda edição correcta e augmentada*, Coimbra, 1846, 2 tomos; esta obra foi adoptada para servir de compendio nas lições da

respectiva cadeira na Universidade; *Memoria philosophica sobre a Megalanthropogenesia,ou arte de aperfeiçoar a especie humana; offerecida ás côrtes geraes e constituintes na nação em abril de 1821*, Coimbra, 1822; *Critica litteraria*, artigo inserto na *Chronica litteraria da Nova Academia Dramatica*, de Coimbra, tomo II, pag. 116 a 123; *Relatorio ao Conselho Superior de Instrucção Publica, em 28 de outubro de 1845, sobre o estado da instrucção publica em Portugal*, saiu na *Revista Academica* de Coimbra, n.os 16 e 17; *A instrucção publica e a proposta de lei de 4 de março de 1843*, Coimbra 1843; *A questão da instrução publica em 1848;* Coimbra, 1848; *A liberdade de ensino e os direitos do estado*, Coimbra, 1855; *A questão do ensino da medicina e cirurgia em 1853*, Coimbra, 1853. Dos seus trabalhos scientificos e bom desempenho no magisterio, fala com subido louvor o dr. Bernardo Mirabeau, na *Memoria historica da faculdade de Medicina*, pag. 300 a 302.

Mello (*João de*). Governador da provincia de Moçambique. Succedeu a Francisco de Mello e Castro. Tomou posse a 14 de março de 1758 e suicidou-se em 6 do mez d'abril seguinte.

Mello *(D. João de)*. Arcediago na sé de Evora e na de Vizeu, etc. N. em Extremoz no anno de 1601, fal. em Madrid em 1638. Era filho de D. Constantino de Bragança. Estudou na Universidade de Coimbra, e teve differentes beneficios ecclesiasticos que lhe davam grossos rendimentos, mas por fim resolveu-se a vestir o habito da ordem carmelitana, e levou vida austera até que falleceu.

Mello *(D. João de)*. Bispo de Silves, arcebispo de Evora, inquisidor n'esta cidade e em Lisboa, doutor em Canones pela Universidade de Salamanca, presidente do tribunal do Desembargo do Paço, regedor das justiças, etc. N. em Villa Viçosa, e fal. em edade muito avançada a 5 de agosto de 1574. Era filho de D. Pedro de Castro e de D. Brites de Mello. Desde os seus primeiros annos manifestou grande intelligencia, e foi recebido no paço episcopal de Evora pelo bispo D. Affonso de Portugal, onde adquiriu uma educação litteraria muito esmerada, passando em seguida á Universidade de Salamanca, e ahi se doutorou em Canones. Voltando ao reino foi nomeado inquisidor de Evora, e depois de Lisboa, pelos annos de 1536 a 1539. Em 1549 foi eleito e confirmado bispo de Silves, e em 1564, eleito arcebispo de Evora, em virtude da renuncia do cardeal infante D. Henrique, sendo o segundo na ordem chronologica dos arcebispos d'aquelle arcebispado. Da sua capacidade como homem de saber deu exuberantes provas no concilio de Trento, a que assistiu, merecendo especial agrado dos prelados ali reunidos. Em 18 de novembro de 1573 convocou um concilio ou synodo provincial, que devia celebrar se em Evora no primeiro domingo de maio de 1594 «para n'elle se tratarem e ordenarem cousas que parecerem necessarias para reformação de costumes e augmento do culto divino e castigo de culpas, e emenda de aggravos e concordia de differenças e controversias, e para bem das almas dos subditos e serviço de Nossa Senhora.» *(Carta pastoral convidando o bispo de Tanger e Ceuta.)* D. João de Mello foi um dos primeiros inquisidores móres de Portugal, e n'essa qualidade foi um dos vultos mais odiosos pela sua crueldade. Alexandre Herculano, no tomo III da sua *Historia do estabelecimento da Inquisição em Portugal*, pinta o com as mais horrorosas côres. Dizem existir na Torre do Tombo cartas de D. João de Mello, em que se vê que o feroz inquisidor de Lisboa atulhava por tal fórma os carceres, que muitas vezes se faziam autos da fé com o fim de os despejar, e que não tardavam a encher se novamente. Tambem consta que abusava do terror das infelizes presas para satisfazer os seus desejos libidinosos. Como arcebispo de Evora reedificou o paço episcopal, e lançou a primeira pedra do collegio da Companhia de Jesus, tendo para isso uma commissão especial do cardeal D Henrique. D. João de Mello foi o primeiro que exerceu o cargo de presidente do Desembargo do paço, e o de regedor das justiças. Correm com o seu nome as *Constituições do Arcebispado de Evora*, impressas em Evora em 1565; egualmente se lhe attribuem as primeiras *Constituições do Bispado do Algarve*, por elle mandadas publicar, e impressas em Lisboa em 1554. Tambem lhe são attribuidos os seguintes opusculos: *Principios e fundamentos da christandade, ou dialogo com um breve summario de lembranças do que cada um deve guardar no estado da vida que tomou*; não se sabe a data da primeira edição, mas sabe-se que se reimprimiu em Evora em 1566; *Mysterios da missa, feitos por mandado do muy illustrado senhor dom Ioão de Mello, Arcebispo d'Evora, que sãcta gloria aja*, etc., Lisboa, 1585.

Mello *(D. João de)*. Prior da freg. de S. Thiago, de Evora, deputado da Inquisição e inquisidor, na mesma cidade; bispo de Elvas, de Vizeu e de Coimbra, etc. N. em Evora quasi moribundo, e por isso logo lhe conferiram o baptismo, que depois se confirmou com as cerimonias da egreja a 10 de agosto de 1624. Fal. e 18 de junho de 1704 na sua quinta de S. Martinho do Bispo, e foi sepultado no convento do Bussaco. Era filho de D. Jorge de Mello, védor da casa da rainha D. Luiza de Gusmão, mulher de D. João IV, e de D. Magdalena de Tavora, sua primeira mulher. Foi porcionista do collegio real de S. Paulo, por provisão de 24 de setembro de 1641. Eleito prior da freguezia de S. Thiago, de Evora, deputado do Santo Officio, de que tomou posse a 25 de maio de 1650, e depois inquisidor da mesma cidade em 1657, a 2 de abril, desempenhando este cargo até 1663, em que por motivos politicos se fechou aquelle tenebroso tribunal. Então renunciando aos cargos e á familia, partiu para a serra d'Arrabida como penitente, onde viveu durante cinco annos em grande austeridade n'uma pequena cella na ermida do Bom Jesus. Casualmente el-rei D. Pedro II foi ouvir missa na referida capella, e informado das qualidades do devoto solitario, julgou bem empregada a mitra de Elvas em quem tanto se occultava, e o elegeu bispo d'aquella diocese D. João de Mello recusou tão elevada dignidade, allegando ser indigno d'ella. Nada foi capaz de mudar a resolução da sua humildade, senão a voz do confessor Deixou então a serra d'Arrabida, tomou posse do bispado a 18 de setembro de 1671, logo n'esse anno e no seguinte visitou toda a diocese na companhia de fr. Antonio das Chagas, missionario apostolico do Varatojo. Por morte do bispo de Vizeu D. Manuel Saldanha, succedida em 1671, foi promovido para aquella diocese de

que tomou posse por procuração em 28 de setembro de 1673, e depois em pessoa a 23 de novembro do mesmo anno. Em ambas estas egrejas era venerado pelas suas virtudes, especialmente pela extrema caridade com que tratava e beneficiava os pobres. Era ainda bispo de Vizeu, quando esteve em Coimbra na trasladação da rainha Santa Izabel, que se realisou a 29 de outubro do 1677 do antigo convento de Santa Clara, para o novo e grandioso convento mandado construir por el rei D. João IV. Em 1681 foi promovido a bispo de Coimbra, conde d'Argauil, de que tomou posse a 4 de julho d'esse anno. D. João de Mello gastava a maior parte da noite em orações e exercicios de penitencia, e todo o dia nos desvellos do seu cargo pastoral; prégava frequentemente, visitava o bispado, procurava harmonisar as discordias, trabalhou muito para desterrar a ignorancia dos povos, e n'uma pastoral de 4 de dezembro de 1684, impoz pena de excommunhão para se não absolverem os rusticos, que não soubessem de memoria os mysterios da religião, que em estylo claro compendiou para utilidade commum em uns livrinhos. Trabalhou muito para instruir o clero e eleval-o á perfeição de sciencia o moralidade propria do santuario. Assistiu tambem á segunda trasladação da rainha Santa Izabel, que se transferiu para a capella-mór da egreja do convento de Santa Clara, em 3 de julho de 1696, com toda a pompa. Em toda a parte deixou monumentos de piedade para os pobres, e grande devoção ao culto divino. Tudo quanto rendia o episcopado era distribuido em esmolas e para adorno dos templos, reservando para si uma diminuta porção que mal podia supprir o indispensavel sustento e vestuario. A sua baixela, ainda no principio do seculo XIX se conservava no convento do Bussaco, para servir de exemplo a sua extrema humildade; constava d'uma tijela de barro das olarias de Coimbra, bacia de barba e 6 pratos de madeira de castanho. Construiu o mosteiro das religiosas de Cendelgas; edificou os muros e egreja do convento de Semide; fundou o recolhimento do paço do Conde em Coimbra para mulheres arrependidas. Gastou sommas avultadas com muitas egrejas da diocese, tanto para adorno como para reedificação. Reedificou e ampliou a capella-mór da sé de Vizeu, dando-lhe mais luz do que a que tinha, e pôz-lhe um altar d'uma só pedra de fino marmore, que mandou vir expressamente d'Arrabida, e tinha 17 palmos de comprimento, 5 de largo e 1 de expessura, firmada sobre uma columna tambem de marmore com 5 palmos de altura. Dotou tambem a sé com uma pia baptismal, duas de agua benta, e um pulpito octogono em fórma de calix, tudo do mesmo marmore d'Arrabida. Passados annos, porém, o cabido, n'umas obras a que procedeu, deturpou a frontaria da sé, arrancou a mesa do altar-mór, e collocou-a a modo de frontal do mesmo, e o pulpito levou-o para a egreja de S. Martinho, extra-muros. Em 1875 a camara removeu d'ali o pulpito para a capella do cemiterio municipal, onde se conservou, mas já partido em muitos fragmentos collados. No deserto do Bussaco, a que elle chamava o seu jardim, formou muitas capellas, sendo obra sua todas as que conduzem ao Calvario. No cimo d'elle formou uma capella de figura sextavada servindo lhe de baze alcantilados rochedos, vencendo os obstaculos da natureza, e ahi, depois de celebrar missa de pontifical, collocou a imagem de Christo. A Fonte Fria é plano seu. Pensou seriamente na renuncia da mitra, e ir terminar a existencia n'aquelle ermo. Desistindo, porém, da renuncia por conselhos dos religiosos interessados no bem publico, desafogava o seu animo vivendo no ermo como qualquer religioso. Veiu a fallecer na sua quinta do S. Martinho do Bispo, confórme dissémos, sendo o seu corpo conduzido ao convento do Bussaco, acompanhado de seis religiosos carmelitas descalços, onde chegou no dia 29 de junho de 1704, sendo sepultado no meio do coro em frente da imagem de Nossa Senhora, logar que elle tinha escolhido para sua sepultura. Em 1732, o prior do convento fr. João da Cruz, que depois foi bispo do Rio de Janeiro e de Miranda, mandou gravar na campa de marmore, as suas armas e um grande epitaphio latino.

Mello *(P. João de)*. Jesuita. N. em Pernambuco em 1706, ignora-se a data do fallecimento. Compoz grande numero de poesias em latim e em portuguez, publicando se das ultimas um volume em 1742.

Mello *(João d'Abreu Castello Branco Cardoso de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 30 de julho de 1822, no qual se declara ser por successão, posto que houvesse interrompida por seus immediatos avós maternos; administrador dos vinculos da Annunciada em Fornos, Terra de Tavares, Travanca, Juncaes, Fail e Bruceiras no Alemtejo, cavalleiro professo da ordem de Christo, profissão feita em 17 de novembro de 1802; capitão mór d'ordenanças da villa de Fornos d'Algodres, abastado proprietario, etc. N. na villa de Fornos d'Algodres a 30 de julho de 1765, fal. a 15 de maio de 1856, com 91 annos de edade. Era filho de Francisco d'Abreu Castello Branco Cardoso de Mello, fidalgo da Casa Real, administrador dos referidos vinculos, e de sua mulher, D. Maria Delfina Osorio de Moraes Sarmento de Vasconcellos. Succedeu na casa de seus paes em 1801. Durante a primeira invasão do exercito francez em Portugal, foi um dos primeiros officiaes de 3.ª linha, que serviu com o corpo de ordenanças e outras tropas populares, marchando com ellas em soccorro da villa de Trancoso, ameaçada de ser invadida e saqueada pelas tropas do general Loison, em 1807. Casou em fevereiro de 1780 com D. Antonia Clara d'Abreu e Mello de Magalhães e Motta, sua prima, filha primogenita e herdeira de Nicolau de Abreu Soares de Mello, fidalgo da Casa Real, capitão-mór das ordenanças de Travanca e Tavares, e de sua mulher, D. Francisca Bernarda de Magalhães e Motta. D'este consorcio, entre outros filhos, houve João Maria e Alexandre d'Abreu Castello Branco Cardoso de Mello, 1.º e 2.º condes de Fornos d'Algodres. V. *este titulo*, no *Portugal*, vol. III pag. 550 e 551.

Mello *(João de Almada de)*. Fidalgo do seculo XVII; alcaide-mór de Palmella, e serviu na guerra da Restauração como capitão de infantaria e de cavallos, e commissario geral. Tendo sido preso por suspeito de entrar na conspiração do conde de Hermanes, foi posto depois em liberdade por se lhe não achar culpa, mas tal impressão lhe causou essa desconfiança da sua lealdade que endoideceu. Falleceu a 17 de outubro de 1725.

Mello *(João de Araujo da Costa e)*. Abbade da egreja de S. Thomé, de Pedrozello, no concelho de Entre Homem e Cavado. Escreveu 6 tomos in folio com as genealogias das familias portuguezas.

Mello *(João Cabral de)*. Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, escrivão da junta da real fazenda, poeta, etc. N. na ilha de S. Jorge em 1740, e vindo depois para Angra do Heroismo, ali passou a maior parte da sua vida, fallecendo a 16 de maio de 1824. Era de nobre ascendencia, tendo por avô Manuel Cabral de Mello, descendente d'uma irmã do celebre commendador de Almourol, Gonçalo Velho Cabral. Sendo aposentado no seu cargo de escrivão, retirou se para a ilha Terceira, dedicando se á advocacia, emquanto a edade lhe permittiu. Era homem muito douto, conhecendo perfeitamente o latim, inglez, allemão, francez, grego e italiano. Cabral de Mello evidenciou-se pelos seus escriptos scientificos e litterarios, a maior parte dos quaes ficaram ineditos. Collaborou muito no *Correio braziliense*, e no *Investigador portuguez*. Escreveu muitas poesias em portuguez, latim e francez, mas uma grande parte dos seus trabalhos se perdeu por incuria de herdeiros e falta de imprensa nos Açôres. Tinha a excentricidade de gravar na sua quinta das *Bicas*, perto de Angra do Heroismo, e no oratorio particular da sua casa os seus versos. Escreveu: *Motes glosadas na ilha Terceira, no dia dos annos (19 de junho) da ill.ma e ex.ma sr.a D. Francisca Maria de Assis e Costa*, etc., Lisboa, 1790; *Ode á ill.ma e ex.ma sr.a condessa de S. Lourenço, no dia dos seus annos na ilha Terceira*, Lisboa, 1805. Nos *Annaes da ilha Terceira*, por Drummond, no tomo III, veem alguns fragmentos de varias composições poeticas de Cabral de Mello, e a pag. 63 um *Discurso que recitou perante o general marquez de Salugosa*, em Angra, a 17 de dezembro de 1805, anniversario da rainha D. Maria I; no tomo IV, pag. 70 e 71 vem uma breve commemoração necrologica. Na Bibliotheca de Evora existem algumas das suas poesias autographas, cod. CXXVII-1-11, segundo diz o catalogo, tomo II, pag. 82. Deixou uma traducção do *Paraizo restaurado*, de Milton, em verso, com o texto ao lado, a qual offereceu em 1776 a Luiz Pinto de Sousa Coutinho, que depois foi ministro de estado.

Mello *(João Chrysostomo do Couto)*. Cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra, professor do Real Collegio Militar, director das escolas militares de primeiras letras, membro correspondente da Sociedade de Instrucção elementar de Paris, etc. N. em Lamego em 1775, fal. em 1838. Era filho de José do Couto. Matriculou-se na Universidade em 1799, e depois da sua formatura assentou praça no regimento da brigada real da armada, onde era porta bandeira, quando escreveu em 1809 o opusculo intitulado *Caracter militar dos francezes*. Em 1814 exercia o cargo de professor de Mathematica no Real Collegio Militar, e compunha successivamente compendios de arithmetica, algebra, geometria e trigonometria para uso dos seus discipulos. Em 1817 passou a ser director das escolas militares de primeiras letras, em que prestou bons serviços e no cumprimento d'esse novo cargo escreveu grande numero de obras elementares para uso das escolas de ensino mutuo, que foi o methodo que elle adoptou para as escolas regimentaes. Em 1820 mostrou-se um ardente defensor das idéas liberaes, mas tornou-se mais tarde, assim como outros, um fervoroso partidario do infante D. Miguel, que serviu até á convenção de Evora-Monte em 1834. Depois recolheu-se á vida particular. Escreveu as obras: *Caracter militar dos francezes, ou analyse das acções militares desde a revolução de França, com reflexões e maximas sobre a guerra defensiva*, etc., Lisboa, 1809; *Elementos de Arithmetica, para uso do Collegio Militar*, Lisboa, 1814; *Elementos de Algebra, para uso dos alumnos do R. Collegio Militar da Luz*, Lisboa, 1815; *Elementos de Geometria para uso dos alumnos*, etc., Lisboa, 1818; *Elementos de Trigonometria plana e espherica*, Lisboa, 1821; com uma estampa; *Novo methodo de aprender a pronunciação e leitura da linguagem portugueza, para uso das escolas particulares do Exercito; parte elementar*, Lisboa, 1817; com uma estampa; *Novo methodo*, etc.; *parte systematica*, Lisboa, 1817; *Grammatica filosofica da linguagem portugueza*, Lisboa, 1818; *Orthographia filosofica da linguagem portugueza*, Lisboa, 1818; *Exposição do novo methodo de ensino mutuo, seguido nas escolas militares de primeiras letras em Portugal, desde o anno de 1817*, Lisboa, 1823; *Relatorio dos progressos das escolas de ensino mutuo, feito a el-rei nosso senhor*, Lisboa, 1823; *Systema de instrucção e disciplina para os movimentos e deveres dos Caçadores*, Lisboa, 1823; com estampas: saiu anonymo, e diz o autor que esta edição fôra feita sem sua licença; (V. a *Gazeta de Lisboa*, n.º 298, de 1823); *Panegyrico de S. M. o senhor D. João VI*, Lisboa, 1825; *Epistola aos portuguezes emigrados* (em Hespanha), Lisboa, 1828; escripta em quadras, bem como as seguintes, que trazem todas por assignatura as letras iniciaes do seu nome; *Resposta á Epistola aos portuguezes emigrados*, Lisboa, 1828; *Segunda Epistola aos portuguezes emigrados*, Lisboa, 1828; *Theorêma; successão do reino*, Lisboa, 1828; *Maximas politicas* (em verso), Lisboa, 1828; *Juizo critico sobre as operações militares do Porto*, Lisboa, 1832; *Esclarecimentos de Arithmetica referidos aos Elementos de Mr. Bezout*, Lisboa, 1831; *Repertorio das ordens do dia, dadas ao exercito portuguez, desde 15 de março de 1809 até 5 de abril de 1830; concernentes á organisação, economia, disciplina, policia, serviço, saude, e justiça criminal; accrescentado de muitos artigos de legislação patria*, etc., Lisboa, 1830; este *Repertorio* foi depois addicionado e continuado successivamente por José Gonçalves Barbosa, Antonio José de Sousa e Guilherme Antonio da Silva Couvreur; *Repertorio das ordens publicadas no exercito de 1851 a 1857, por Antonio Francisco de Aguiar, sargento de lanceiros da rainha*, Lisboa, 1858; *Idéa geral dos novos methodos de ensinar a lêr, escrever e contar, ensaiados na escola geral de Berlim*, etc., Lisboa, 1816; *Caderno das lições do director das escolas militares aos senhores professores d'ellas em grammatica portugueza, calligraphia*, etc., Lisboa, 1819, não traz o nome do autor; *Parallelo politico*, etc., pelo autor do «*Theorêma politico*», Lisboa, 1828. Publicou em segunda edição o opusculo seguinte de D. Manuel do Cenaculo: *Vida christã para exercicio da leitura corrente nas escolas militares*, Lisboa, 1817.

Mello *(D. João José de)*. Governador da India. Viveu no seculo XVIII, e fal. a 10 de janeiro de 1774. Foi védor da fazenda da India no tempo do governador conde da Ega, Manuel de Saldanha de Albuquerque, e tendo este acabado o tempo do seu governo em dezembro de 1765, regressou a Portugal Succedeu lhe o conde da Louzã, que teve a fatalidade de fallecer na sua viagem para a India Tomaram então conta do governo interinamente o arcebispo de Gôa, D. Antonio Taveira de Neiva, o chanceller do Estado João Baptista Vaz Pereira, e o védor da fazenda D. João José de Mello. A 14 de abril de 1767 foi este nomeado definitivamente governador da India, tomando posse a 12 de março de 1768. A sua administração foi muito acertada, e no seu tempo fizeram-se muitas economias com a reducção dos ordenados dos governadores a 20:000 xerafins annuaes, e se procedeu a muitas reformas, como a creação da junta de fazenda, a da administração da alfandega de Gôa por conta do Estado, alfandega que andava arrendada desde a conquista, e finalmente fundaram-se em 1771 as primeiras aulas publicas que existiram em Gôa.

Mello *(D. João Manuel de)*. Nasceu em Lisboa, sendo filho de Luiz de Mello, 13.º senhor de Mello, e de sua mulher D. Maria de Lima. Era muito perito na poesia portugueza e castelhana. Escreveu: *Ao ill.mo e ex.mo sr. D. Estevão de Menezes, conde de Tarouca, na morte de seu pae; Soneto á morte da Serenissima Senhora Infanta D. Francisca*, Lisboa, 1736; *Traducion de la Elegia Latina del sapientissimo y reverendissimo Padre D. Manuel Caetano de Sousa*, Lisboa, 1737; *Romance ao ill.mo e reverendissimo senhor D. Estevão de Menezes, conde de Tarouca*, etc., Lisboa, 1739; *A' singular e erudita Bibliotheca dos Autores portuguezes que compoz o reverendo Diogo Barbosa Machado, abbade de Sever e Academico da Academia Real*, Lisboa, 1741.

Mello *(Jorge de)*. Um dos mais activos entre os 40 fidalgos que principalmente planearam e dirigiram a revolução de 1 de dezembro de 1640. Era da casa dos marquezes de Ferreira, e fôra nomeado pelo conde-duque de Olivares mestre de campo d'um dos terços recrutados na Beira, e que deviam ir servir na Catalunha. Foi elle que deliberou renovar as negociações com o duque de Bragança, já encetadas por Francisco de Mello, monteiro-mór, e quem empregou uns poucos de fidalgos portuguezes mais resolutos, decidindo-os a tramar uma conspiração. Jorge de Mello morava em Xabregas, e em sua casa se fizeram as primeiras reuniões. Houve um momento, comtudo, em que Jorge de Mello achou o duque de Bragança tão retrahido, que esteve meio resolvido a chamar da Allemanha o infante D. Duarte, irmão do duque, e a offerecer-lhe a corôa. Quando o duque de Bragança se decidiu emfim, Jorge de Mello foi um dos que mais activamente se empregaram a demover os fidalgos portuguezes chamados á Catalunha, de partir para esse destino. Comtudo, quando D. João da Costa fez ouvir n'uma das reuniões dos conjurados os conselhos d'uma prudencia intempestiva, Jorge de Mello foi um dos que mais profundamente desanimaram; mostrou-se prompto sempre a cumprir a sua palavra, mas sem ardor e sem enthusiasmo. Foi preciso que João Pinto Ribeiro e D. Miguel d'Almada fôssem umas poucas de vezes a sua casa para despertarem de novo a confiança do homem, que fôra afinal de contas quem tomara a iniciativa da conjuração. No dia 1 de dezembro Jorge de Mello encarregou-se de, com um troço de fidalgos, desarmar a guarda castelhana do palacio, emquanto D. Miguel d'Almada com outro troço desarmavava a guarda tudesca. Fez isso rapidamente, e logo que viu a revolução triumphante, o que levou pouco tempo, partiu no mesmo dia 1 de dezembro, com Pedro de Mendonça Furtado, a dar parte ao duque de Bragança dos acontecimentos da capital. O novo rei nomeou-o mestre sala do paço, general das galés e conselheiro de guerra. N'esta qualidade prestou Jorge de Mello, com a sua experiencia e patriotismo, relevantes serviços, até que falleceu, ignorando se a data da sua morte.

Mello *(D. Jorge Augusto de)*. General de brigada reformado, governador de Diu e de Damão, etc. N. em 20 de maio de 1835, fal. em 28 de junho de 1905. Era filho do marechal de campo D. Antonio José de Mello, e de sua mulher D. Constança Fletcher, senhora de nacionalidade ingle-

D. Jorge Augusto de Mello

za. Foi educado no collegio dos Inglezinhos, onde estudou os preparatorios para se matricular depois em Direito na Universidade de Coimbra, mas ao completar os estudos no referido collegio, sentindo-se com mais vocação para a carreira das armas, alistou se no regimento de lanceiros da rainha em setembro de 1851. Mandado servir no deposito geral de cavallaria para adquirir os conhecimentos praticos do serviço da sua arma, foi plenamente approvado por uma commissão de officiaes, reunida em 16 de janeiro de 1855. Recolhendo ao seu regimento, n'elle serviu até á epoca em que, sendo primeiro sargento aspirante,

foi nomeado ajudante d'ordens do governador geral da India, então o visconde, e depois conde, de Torres Novas. N'esta qualidade embarcou para Gôa em 8 de setembro do referido anno de 1855, e ali serviu até 1861, tendo durante esse tempo prestado relevantes serviços, principalmente na occasião em que rebentou a revolta dos sipaes na India ingleza em 1857. Regressando ao reino foi promovido a tenente para cavallaria n.º 3, e nomeado adjunto á inspecção dos corpos de cavallaria. Poucos mezes depois voltou á India como ajudante d'ordens do governador geral, o conselheiro José Ferreira Pestana, cargo que exerceu só por 1 anno, pelo motivo de ser nomeado em 1867 governador do districto de Diu, pelo então ministro da marinha marquez de Sá da Bandeira. Conservou-se n'aquelle governo até 1869, anno em que foi transferido para o de Damão. Quando em 1870 o principe duque de Edimburgo visitou a India, foi D. Jorge de Mello encarregado de ir cumprimental-o da parte do governo da India portugueza, sendo acompanhado n'esta commissão pelo ajudante d'ordens do governador geral, o capitão Vicente Scarnichia. Da parte do principe e do governo inglez receberam D. Jorge de Mello e o capitão Scarnichia o mais delicado acolhimento e as maiores provas de estima e consideração, sendo convidado por sir Seymour Fritz Gerald, então governador da presidencia, para todas as festas officiaes que se realisaram n'essa occasião. Em 1871, tendo concluido o seu serviço no ultramar, regressou a Portugal, passando em seguida a servir no ministerio da guerra. Pouco depois foi nomeado chefe do gabinete da direcção da Administração Militar, continuando n'este cargo a dar provas da sua aptidão, merecendo sempre as melhores informações dos generaes com quem serviu. Tendo-se filiado no partido progressista, foi eleito deputado em 1879 pelo Estado da India, e tomou parte nos trabalhos parlamentares nas sessões de 1880 e 1881. O general D. Jorge Augusto de Mello foi amigo particular do estadista Fontes Pereira de Mello. Era grande official da ordem de S. Bento de Aviz, commendador e cavalleiro da Torre e Espada, e de Nossa Senhora da Conceição. Possuia tambem as medalhas de prata de bons serviços e de comportamento exemplar.

Mello *(Jorge José de)*. Par do reino e governador civil do districto de Lisboa. Gran-cruz e commendador da Ordem Militar de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa «por distinctos serviços prestados no desempenho de diversos cargos e commissões.» Decreto de 3 de novembro de 1905.

Mello *(D. José de)*. Bispo de Miranda e arcebispo de Evora. N. n'esta cidade, mas foi para Moura logo depois do nascimento. Era filho natural de D. Francisco de Mello, 2.º marquez de Ferreira. Sem conhecer seu pae, que o abandonara, estudou as primeiras letras á custa de sua mãe, apezar de ser muito pobre, mas que mais tarde conseguiu que seu filho fôsse reconhecido pelo pae, que então o mandou concluir os estudos na Universidade de Coimbra em que tomou o grau de doutor em Canones. Na adolescencia adoptara, ou por imposição ou por livre vontade, o nome de *José Pimenta*, e foi com este nome que se matriculou na Universidade, onde teve por condiscipulo seu irmão D. João de Bragança. Seguiu o curso com o maior aproveitamento, revelando sempre um singular talento, a par d'um caracter grave e modesto. Por iniciativa de seu pae foi D. José nomeado agente em Roma das corôas de Portugal e Castella, onde se houve do modo mais digno e honroso, pelo que Filippe II o nomeou bispo de Miranda. Fallecendo D. Diogo de Sousa, arcebispo de Evora, em 1610, foi D. José de Mello eleito para esta dignidade, de que tomou posse por procuração em 11 de setembro de 1611 o deão da sé de Evora Diogo de Miranda Henriques, fazendo a sua entrada solemne na sua archidiocese em 6 de novembro do mesmo anno. D. José de Mello é considerado como um dos mais conspicuos prelados da egreja eborense, não só pelo seu muito saber, mas pelo zelo e cuidado com que sempre tratou das cousas espirituaes, dando repetidos exemplos de caridade verdadeiramente evangelica, accrescendo ainda a justiça severa que presidia a todos os seus actos. Entre diversas e importantes obras que se devem a este prelado, notam-se os santuarios da sé de Evora, o augmento e aformoseamento do paço archiepiscopal, a fundação da egreja e do collegio de S. Manços, augmentando os dotes das donzellas, os beneficios no convento dos Remedios, finalmente a edificação do palacio e quinta de Valle-Verde, para recreio dos prelados. Foi no tempo do seu governo que se realisou a canonisação da rainha Santa Izabel, para que elle muito concorreu e se empenhou, promovendo e realisando por esse motivo pomposas festas na sé e em todo o arcebispado. Alcançou de Roma o breve para a fundação do Collegio dos Militares, em Coimbra, e do convento da Encarnação, das commendadeiras de Aviz, de Lisboa. Mandou reimprimir as *Constituições* do arcebispado, que mandou distribuir pelo clero da sua jurisdicção. Fal. em 2 de fevereiro de 1633, e foi sepultado n'um soberbo tumulo, ao lado do Evangelho, na capella-mór da egreja do convento dos Remedios. Escreveu e publicou: *Pastoral de 9 de julho de 1624 sobre privilegios de freiras*; *Pastoral de 18 de junho de 1626 sobre ordenações*; *Pastoral de 28 de janeiro de 1625 sobre missas*. Para a biographia d'este prelado póde vêr-se o livro *Esboços chronologicos dos arcebispos da egreja de Evora*, por A. F. Barata, de pag. 32 a 35.

Mello *(José Augusto Cabral de)*. Cavalleiro professo da ordem de Christo, secretario da camara municipal de Angra do Heroismo, advogado de provisão, membro correspondente da Academia Philomatica do Rio de Janeiro, escriptor, poeta, etc. N. em Angra a 22 de janeiro de 1793, fal. a 16 de outubro de 1871. Era filho de Bento José da Silva e de sua mulher, D. Maria Espinosa Cabral de Mello. Em 1809 foi admittido como amanuense na secretaria do governo geral dos Açôres, mostrando-se desde logo um apreciado calligrapho. Em 1818 partiu para o Rio de Janeiro a offerecer a D. João VI um quadro á penna, que mereceu os elogios de A. Balbi, no seu *Essai Statistique*, tomo II, pag. CCXXX. Foi depois nomeado official na referida secretaria, e em 1823, secretario geral do governo que se organisou nos Açôres para restabelecer os inauferiveis direitos d'el-rei. Em 1826 ainda exercia o cargo de secretario, sendo em 1828 nomeado secretario da Junta do Paço. Depois considerado como suspeito, apezar do seu provado affecto á

causa do absolutismo, esteve preso 18 mezes, e foi demittido dos empregos que exercia. Em 1834, considerado como victima do regimen absoluto, obteve o logar de secretario da camara municipal de Angra, logar em que se conservou até á data do seu fallecimento. Escreveu diversas odes offerecidas a differentes pessoas; um volume de *Poesias lyricas;* traduziu a tragedia de Voltaire, em 5 actos, *Merope*; as *Odes de Q. Horacio Flacco; Aventuras do ultimo Abencerrage*, de Chateaubriand, etc. Escreveu tambem: *Elogio a Sua Magestade o sr. D. João VI; Questão juridica sobre successão de vinculos, entre partes o ex.mo conselheiro Francisco de Menezes Lemos e Carvalho, e sua sobrinha germana a ex.ma D. Maria Benedicta de Menezes Lemos e Carvalho*, Angra 1851; *Observações sobre o decreto regulamentar de 17 de fevereiro de 1858*, Angra 1858; *Manifesto offerecido á nação portugueza pela Camara Municipal da cidade de Angra, no anno de 1836*, Lisboa, 1836.

Mello *(José Guedes Brandão de)*. Coronel de artilharia, do conselho de sua magestade, antigo governador civil, etc. N. em 30 de outubro de 1816, assentou praça em 23 de agosto de 1867, sendo promovido a alferes em 4 de janeiro de 1871, a tenente em 20 de janeiro de 1873, a capitão em 5 de junho de 1878, a major em 7 de novembro de 1889, a tenente coronel em 9 de junho de 1894, e a coronel em 22 de novembro de 1900. E' commendador da ordem de S. Thiago, por decreto de 23 de janeiro de 1904; commendador das de Christo e de S. Bento de Aviz, cavalleiro d'esta ultima ordem, e possue a cruz de prata de comportamento exemplar, e a de segunda classe de Merito Militar hespanhol.

Mello (*D. José Maria de*). Bispo do Algarve, e confessor da rainha D. Maria I, inquisidor-mór, etc. N. no Lumiar em 10 de setembro de 1756. Fal. em Lisboa a 9 de janeiro de 1818. Era filho de Francisco de Mello, monteiro-mór do reino. Destinando-se ao estado ecclesiastico, entrou na congregação do Oratorio, na real casa das Necessidades em 29 de junho de 1777. Dedicou se ao estudo dos nossos classicos e adquiriu vasta erudição, e poderia considerar-se um espirito illustrado, se um deploravel fanatismo lh'o não escurecesse, tornando-o primeiro inutil e depois prejudicial ao seu paiz. Em 1787 foi eleito pela rainha D. Maria I bispo do Algarve, e sendo confirmado governou aquella diocese desde outubro até egual mez de 1788, em que voltando a Lisboa teve de resignar o bispado, por ter sido nomeado inquisidor-mór e confessor da soberana, pelo fallecimento do arcebispo de Thessalonica D. Fr. Ignacio de S. Caetano, que exercia estes elevados cargos. O antigo confessor exercera uma feliz influencia no animo de D. Maria I, dissipando-lhe os escrupulos devotos, e aconselhando-lhe que seguisse uma politica menos reaccionaria do que a que lhe inspiravam os seus conselheiros officiaes, e os proprios dictames do seu espirito; porém, D. José Maria de Mello, pelo contrario, não fez senão aproveitar as tendencias devotas da rainha, procurando arrancar-lhe assim á viva força a rehabilitação dos Tavoras, ameaçando-a com a colera divina, se ella não cumprisse esse dever de consciencia. Tanto affligiu a attribulada senhora que o seu debil espirito foi enfraquecendo, e pronunciaram-se os accessos de loucura, que logo se manifestou incuravel. Despedido do paço, onde a sua presença se tornava inutil depois de ter sido perigosa, continuou a exercer as funcções de inquisidor-mór, e fixou a sua residencia no palacio da Inquisição. Era tambem presidente da Junta do Melhoramento das ordens regulares. Ali estabeleceu, para uso proprio, uma escolhida livraria, que em poucos annos se tornou notavel pela quantidade e selecção das obras colligidas, e que por sua morte deixou no todo, ou na maior parte, em legado á sua antiga congregação do Oratorio. Em 1808, tendo os francezes entrado em Portugal, o inquisidor-mór foi um dos escolhidos para fazer parte da deputação, composta só de pessoas importantes, destinada pelos invasores a ir a Baiona cumprimentar Napoleão em nome do reino. Partiu com a deputação em março de 1808, e pelos successos que sobrevieram, não pôde sair de França, assim como aconteceu aos outros que o acompanhavam. Esteve em Bordéos até 1814, quando se fez a paz, podendo então regressar a Portugal. No entretanto tivera tido a infelicidade de ser atacado d'uma paralysia que o privara da fala, conservando porém illesas as faculdades intellectuaes e as demais funcções corporaes. Vindo para Lisboa ainda viveu quatro annos. Foi socio honorario da Academia Real das Sciencias de Lisboa, onde o seu antigo famulo e protegido D. Francisco Alexandre Lobo, depois bispo de Vizeu, lhe consagrou em sessão publica um elogio historico, impresso nas respectivas *Memorias,* e que tambem está publicado no tomo II das *Obras* do mesmo bispo, de pag. 1 a 60. Escreveu: *Vida e obra da serva de Deus, a madre soror Marianna Josepha Joaquina de Jesus, religiosa carmelita descalça do convento de Santa Thereza do logar de Carnide*, Lisboa, 1783. Saiu sem o nome do autor, que era sobrinho d'esta religiosa.

Mello *(José Maria Greenfield de)*. Coronel de artilharia; antigo professor do Real Collegio Militar. N. em 3 de fevereiro de 1848, assentou praça em 27 de outubro de 1863, sendo promovido a alferes em 12 de janeiro de 1875, a tenente em 14 de fevereiro de 1877, a capitão em 9 de setembro de 1883, a major em 25 de maio de 1894, a tenente-coronel em 19 de outubro de 1900, a coronel em 24 de agosto 1905. Está hoje servindo no ministerio da marinha. E' official e cavalleiro da ordem de S. Bento d'Aviz, e condecorado com as medalhas de prata de bons serviços e de comportamento exemplar. O sr. coronel Greenfield de Mello é pae do engenheiro subchefe do serviço de vias e obras da Companhia Real dos Caminhos de Ferro, sr. Mario Greenfield de Mello. Escreveu: *Physica elementar.* que constitue o vol. n.º 8 da *Bibliotheca do Povo e das Escolas.*

Mello *(José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de)*. Moço fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo da ordem de Christo, desembargador da Casa da Supplicação, juiz executor da Bulla da Cruzada, escrivão da alçada do Porto, etc. N. em Faro a 23 de junho de 1720, sendo filho de João Pacheco Pereira de Vasconcellos, desembargador do Paço e fidalgo da Casa Real, e de sua mulher D. Anna Mauricia Mascarenhas de Mello. Desde creança se applicou ao estudo das linguas latina, franceza e italiana; rhetorica e Philosophia. Em 1735, não tendo ainda completado 15 annos,

se offereceu para entrar n'um grande exercito, que se armou na provincia do Alemtejo, fazendo parte do regimento da armada, de que era coronel Pedro de Sousa de Castello Branco. Depois de fazer alguns embarques, serviu no regimento de cavallaria do Caes, como tenente, e n'este posto foi para o castello da ilha Terceira, onde subiu a sargento-mór da praça. Aos 16 annos de edade escreveu um livro de versos, que intitulou *Saudades do Oceano*. Escreveu tambem um livro militar, que se não imprimiu, com o titulo *Evoluções militares para a instrucção do mais ignorante soldado*. Deixou depois a vida militar, e foi continuar com os estudos, indo para Hespanha dedicar se á Jurisprudencia Cesarea e Pontificia nas universidades de Salamanca e de Valladolid, sendo graduado n'estas faculdades. Em 1747 voltou a Portugal e matriculou-se na Universidade de Coimbra, defendendo conclusões magnas em todo o direito civil em 1755. Doutorou se, portanto, aos 35 annos Durante o curso de Coimbra escreveu e publicou versos, com o titulo de *Glorias de Lysia*, celebrando os desposorios de D. Eugenia, filha do conde de Tarouca, e Manuel Telles da Silva. Cantou a acclamação de el-rei D. José; pranteou a morte do marquez de Valença, cujo elogio recitara na Academia dos Occultos, com o nome de *Sentimentos de Lysia*. Em prosa publicou orações academicas recitadas em academias hespanholas de que era socio, e um *Culto encomiastico* em louvor do D. Prior de Santa Cruz, reformador da Universidade, D. Francisco da Annunciação. Aos 37 annos de edade foi ao Porto como escrivão na alçada, em que seu pae era o presidente. José Mascarenhas era socio da Academia Real de Historia, de Lisboa; e da de Liturgia e Pontificia de Coimbra. A Academia Mathematica e Geographica de Valladolid o encarregou de escrever a *Historia Geographica de Portugal*; a Academia de Madrid convidou o a escrever a *Noticia exacta do terremoto de 1755*. Traduziu do francez e annotou a *Historia do tremor de terra de Lisboa*, e discursou por seis vezes na sua Academia dos Occultos, de Lisboa, de que era presidente. Como escriptor juridico, publicou: *Sentença da alçada*. Logo que recolheu da sua missão ao Porto, foi nomeado juiz executor da fazenda da Bulla da Santa Cruzada, e em 18 de maio de 1753 conselheiro do Conselho Ultramarino. Foi para a Bahia, d'onde já em 20 de setembro de 1758 escrevia cartas a Fr. Manuel do Cenaculo. Em 5 de agosto de 1759 escrevia de novo a fr. Manuel do Cenaculo. A 7 de dezembro d'esse anno, o conde de Bobadella, vice-rei do Janeiro, escreveu ao ministro da marinha, participando lhe que o conselheiro ultramarino ainda estava na Bahia, causando transtorno, porque havia a resolver negocios que dependiam da sua presença Este aviso irritou o conde de Oeiras, porque a sua missão dizia respeito á prisão dos jesuitas e ao confisco dos seus bens, e o conselheiro ultramarino, em vez de ir direito ao Rio de Janeiro, deixava se estar mais d'um anno na capital entregue á sua vocação litteraria. Tinha havido na Bahia uma academia chamada *dos Esquecidos*, e José Mascarenhas tratou de a reorganisar, instituindo a A *Academia dos Renascidos*, que se inaugurou em 6 de junho de 1755. Nos novos estatutos, denominava-se director perpetuo. Emquanto se discursava durante 15 sessões, o conde de Bobadella chamava do Rio de Janeiro o seu conselheiro, e José Mascarenhas deixava-se estar, discursando ainda no dia 25 de abril de 1760 ácêrca da historia militar do Brazil. Mas o vice-rei continuava a queixar se da ausencia do conselheiro e o conde de Oeiras ordenou em 25 de janeiro de 1760 ao conde de Bobadella, que o prendesse. José Mascarenhas foi preso em 26 de abril do referido anno, e a academia fechou atemorisada pela prisão do seu perpetuo director. José Mascarenhas conservou-se na prisão até 1777. Caido o marquez de Pombal, regressou ao reino, na nau *Nossa Senhora d'Ajuda*, tendo uma viagem muito infeliz. Em 28 de dezembro de 1778 já estava em Lisboa, porque n'essa data escrevia ao seu amigo Cenaculo. Tres mezes depois escrevia-lhe da quinta do Canal da Figueira. Em junho estava em Lisboa, e em setembro de 1780 na quinta de Camarate. Ha ainda mais cartas escriptas em Lisboa e em Camarate. Dizem que José Mascarenhas morreu n'um calabouço.

Mello *(José Pedro de)*. Official do nosso exercito. N. no Rio de Janeiro em 1789, fal. em 9 de julho de 1841. Entrou na carreira militar assentando praça de cadete em janeiro de 1805, sendo promovido a alferes em 1810. Tomou parte em toda a guerra da Peninsula. Elevado a capitão em 1819, entrou em todas as batalhas que se feriram contra os defensores do absolutismo em 1823, 1826 e nos dois annos immediatos, até que emigrando para Inglaterra, foi um dos que se offereceram para a expedição que se dirigiu á ilha da Madeira. Embarcou depois para os Açôres, e voltou com o exercito libertador que veiu desembarcar nas praias do Mindello. Combateu nas linhas do Porto, sendo ferido no dia 17 de agosto de 1832, assistiu á defeza de Lisboa, e foi outra vez ferido no dia 5 de setembro, e depois servindo de quartel-mestre general do exercito, que ás ordens do duque da Terceira operou no norte, distinguiu se extraordinariamente no combate de Amarante, sendo um dos primeiros que atravessou a ponte. Tendo subido, durante a campanha, aos postos de major e tenente-coronel, foi promovido a coronel em julho de 1834. Serviu em varias commissões do estado maior do exercito, e tendo sido nomeado chefe do estado maior da primeira divisão militar em dezembro de 1836, permaneceu n'esse posto até fallecer.

Mello *(José Pedro de)*. Official do nosso exercito. N. em Lisboa em 1824, fal. a 27 de dezembro de 1877. Foi alumno do Real Collegio Militar, e assentou praça em outubro de 1841, sendo despachado alferes em 1842. Serviu em alguns corpos e como ajudante n'um dos batalhões nacionaes. Tomou parte na campanha de 1846 e 1847, assistiu ao combate do Alto do Viso, e pelo modo como ali se houve, recebeu o habito da Torre e Espada. Em 1857 foi empregado na direcção da telegraphia electrica, e em junho de 1859 nomeado governador de Benguella. Partiu para o seu destino, sendo em 1860 transferido para o governo de S. Thomé e Principe, regressando ao reino, por doença, em 1862. Voltando outra vez ao ultramar para completar o tempo que a lei marcava para lhe ser garantido o posto de major, exerceu durante tres mezes o commando militar da ilha Brava em Cabo Verde. Em 1865 veiu novamente para Lisboa, e foi nomeado

chefe da repartição militar do ministerio da marinha. Fal. estando ainda n'essa commissão, com o posto de tenente coronel.

Mello *(Luiz de)*. Bacharel formado em Jurisprudencia canonica pela Universidade de Coimbra, advogado da Casa da Supplicação. Floresceu no seculo XVII. Cultivou a poesia, e nas suas composições conta-se um soneto em applauso da *Gigantomachia*, de Manuel de Galhegos, o qual saiu no principio, Lisboa, 1628. Tambem se conhecem tres sonetos, que são os n.os 6, 38 e 50, no *Certame Poetico do Conde de Linhares*, Lisboa.

Mello *(D. Luiz de)*. Conego regrante da ordem de Santo Agostinho e prior do mosteiro de Refoios. N. em Lisboa, e fal. em Coimbra a 9 de abril de 1601. Era filho de Diogo de Mello e de D. Catharina Taveira. Professou no convento de Santa Cruz, de Coimbra. Dictou as sciencias no collegio de Santo Agostinho. Era considerado o primeiro orador evangelico do seu tempo. Escreveu: *Manual das festas de Nossa Senhora*, Coimbra, 1602.

Mello *(P. Luiz de)*. Presbytero secular; doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, que viveu no seculo XVII. N. em Lisboa, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de Pedro Barbosa de Lima, conselheiro de Portugal em Castella, e de D. Antonia de Mello. Foi deão da sé de Braga, inquisidor da inquisição de Lisboa, e deputado do conselho geral do Santo Officio, de que tomou posse a 21 de outubro de 1638. Escreveu: *Sermão do auto da Fé celebrado em Lisboa a 11 de outubro de 1637*, Lisboa, 1637; *Sermão de desaggravo do Santissimo Sacramento na egreja de Santa Engracia*, a 16 de janeiro de 16 6

Mello *(Luiz de Abreu de)*. Fidalgo da Casa Real, commendador de Santa Maria de Deilão, e de S. Lourenço da Pedesqueira, da ordem de Christo, alcaide-mór da villa de Melgaço, vedor d'el-rei D. João IV, e seu copeiro-mór, sendo duque de Bragança. N. em Villa Viçosa, e fal. em Lisboa a 21 de novembro de 1663. Era filho de Duarte de Abreu de Noronha, e de sua mulher D. Maria de Mello. Foi muito inclinado á poesia, e tido por muito erudito em genealogia. Casou quatro vezes; a primeira com D. Clara Soares; a segunda com D. Anna de Macedo; a terceira com D. Mayor Maria de Vargas; a quarta com D. Anna de Velasco. Escreveu: *Epilogo sacro da milagrosa assumpção da sacratissima Virgem Maria, mãe de Deus e Senhora Nossa*, Lisboa, 1621; *Avisos para o paço, offerecidos a Rodrigo de Satazar e Moscoso*, Lisboa, 1659; tem uma gravura contendo o brazão d'armas da familia Salazar Moscoso, de cuja ascendencia o autor trata extensamente na dedicatoria; esta obra foi traduzida em castelhano, juntamente com a carta de *Guia de Casados*, de D. Francisco Manuel de Mello, impressas em Madrid em 1786; *El parto sacrosanto*, etc., Lisboa, 1642.

Mello *(D. Luiz de Brito de)*. Guerreiro que muito se distinguiu, sendo capitão do mar do norte, na tomada de Mogor nas visinhanças de Damão, em abril de 1614.

Mello *(D. Luiz da Cunha de Abreu)*. Clerigo secular; doutor e lente da Faculdade de Canones na Universidade de Coimbra, conego magistral da sé da mesma cidade, bispo de Beja, etc. N. em Taveiro, districto de Coimbra, e fal. na sua diocese a 8 de agosto de 1833, victima da epidemia da cholera-morbus. Recebeu o grau de doutor em 12 de outubro de 1782. Foi eleito bispo de Beja em 3 de maio de 1819, deputado nas côrtes constituintes de 1821, e par do reino em 1826. Era homem de elevada intelligencia. Escreveu: *Instrucção pastoral ao clero e povo do bispado de Beja, datada de Lisboa a 5 de novembro de 1821*; *Pastoral do bispo de Beja*, com a data de 29 de junho de 1823; Coimbra, 1823. Nos *Diarios das Cortes* de 1821 e 18 2 pódem vêr-se os seus discursos proferidos n'aquella assembléa, onde propendeu sempre para as opiniões mais moderadas e conformes á sua classe e estado, no que muito desagradou aos liberaes.

Mello *(Luiz Francisco Soares de Mello da Silva Breyner de Sousa Tavares e Moura, 1.º conde de)*. Commendador das ordens de Christo e de S Bento de Aviz, official e commendador da Torre e Espada, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição; general de divisão, vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar, vice-inspector da Academia de Bellas Artes de Lisboa, 19.º sr. de Mello, par do reino, etc. N. no Porto a 23 de setembro de 1801, e fal. a 13 de novembro de 18 5. Era filho de D. Anna Rufina Soares de Sousa Tavares e Moura, 18.ª, senhora de Mello, e de seu marido Pedro de Mello Breyner, senhor da Trofa, conselheiro de Estado, commendador da ordem de Christo, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Roma e Paris. O conde de Mello succedeu na casa de Mello a sua mãe em 20 de março de 1821. Alistando-se no regimento de cavallaria n.º 10, em setembro de 1814, foi despachado alferes em julho de 1815, e promovido a tenente em abril de 1818. Tendo acompanhado seu pae para o Rio de Janeiro, ali serviu no corpo de cavallaria que formava a guarda do soberano, e regressando á Europa em 1819, acompanhou como secretario de embaixada para Roma, seu pae, que ia representar Portugal junto da Santa Sé. Essa missão findou em 1822, mas regressou á patria só tres annos depois, em 1825, partindo logo em seguida com seu pae, que n'essa epoca fôra nomeado enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Portugal em Paris. Recolheu a Lisboa em 1826, e na primeira revolta, que se deu contra a Carta Constitucional, marchou ao quartel-general do conde de Villa Flôr, tomou parte na lucta contra os defensores do absolutismo, e terminada a campanha foi collocado no regimento de infantaria n.º 1, como commandante da 6.ª companhia. Os acontecimentos de 1828 levaram seu pae ao carcere, onde veiu a fallecer, e o conde de Mello, percebendo que se se demorasse em Portugal tambem não escaparia ás perseguições do governo miguelista, emigrou, indo juntar se aos bravos que na ilha Terceira defendiam a causa liberal. Fazendo parte do exercito libertador, veiu desembarcar nas praias do Mindello em julho de 1832. Entrou nas acções que se travaram nas linhas do Porto, distinguindo-se muito no celebre dia 29 de setembro de 1832, ganhando n'essa batalha a insignia da Torre e Espada, e assignalando-se sobremaneira na acção de 25 de julho de 1833, na qual foi contuso, e onde pela sua bravura e valentia conquistou o posto de major. Depois de levantado o cêrco do Porto, marchou para o sul, e assistiu aos combates de Leiria, Torres Novas e Per-

nes, e pelo modo como se houve n'este ultimo, recebeu o segundo grau da mesma ordem da Torre e Espada. No fim da campanha foi promovido a tenente-coronel, e agraciado com o titulo de conde de Mello por decreto de 24 de janeiro de 1835, e sendo elevado a coronel em 1840, foi encarregado em 1845 do commando do regimento de cavallaria n.º 3 Fôra eleito par do reino por carta régia de 1 de outubro de 1835, de que prestou juramento e tomou assento na respectiva camara na sessão de 3 de janeiro de 1836. No anno de 1846, abraçando os principios da junta do Porto, tomou parte activa na revolução popular e sendo investido no commando superior das forças do Alemtejo, esteve na batalha do Alto do Viso. Acabada a campanha, conservou-se algum tempo na disponibilidade, até que serenadas as paixões politicas foi empregado em novas commissões, sendo por fim collocado no Supremo Conselho de Justiça Millitar, logar que exercia quando falleceu. O conde de Mello tinha uma variada instrucção litteraria, e era um pintor de merecimento, tanto a oleo como em miniatura. O amor que sempre consagrou ás bellas artes o levou a empregar os momentos que os estudos mais serios lhe deixavam livres, a seguir as academias de pintura em Roma. Foi isto, sem duvida, que moveu o governo a nomeal-o vice inspector da Academia de Bellas Artes de Lisboa, cargo em que prestou bons serviços. Era membro de differentes academias estrangeiras, em que se contava a Academia de San-Lucas, o que raras vezes acontece a estrangeiros, e principalmente aos que não são artistas de profissão. O conde de Mello foi tambem o unico portuguez que teve a honra de receber um convite especial para comparecer na reunião de scientificos, que se realisou na cidade de Pisa, sob a presidencia do principe de Canniuo. Foi vereador e presidente da camara municipal de Lisboa no anno de 1840; em virtude da constituição de 1838, que creava os cargos de senadores do reino, por elegibilidade, o collegio eleitoral de Lisboa o elegeu senador no mesmo anno de 1840. O conde de Mello casou em 18 de fevereiro de 1835 com D. Frederica Xavier Botelho, filha de Sebastião Xavier Botelho *(V. Xavier Botelho)*, e de D. Thereza Maria Antonia Alvares Fernandes.

Mello *(Luiz José de)*. Capitão de infantaria e professor da aula de physica, chimica e historia natural, criada em Gôa por decreto de 10 de dezembro de 1853. Era natural de Bardez, India, e foi alumno das escolas Polytechnica e do Exercito, sendo premiado no curso. Fal. em Gôa, para onde partira a tomar posse do seu cargo, mas pouco tempo o gozou, porque a doença que o assaltara, foi-se aggravando, e Luiz José de Mello falleceu ainda novo, em 11 de fevereiro de 1858. O seu nome vem registado muito honrosamente no livro *Noção de alguns filhos distinctos da India Portugueza*, de Miguel Vicente de Abreu. Luiz José de Mello publicou o seguinte opusculo: *Causas da extremidade dos resultados da escola do exercito no anno lectivo de 1848-1849*, Lisboa, 1849.

Mello *(Manuel de)*. Fidalgo do seculo XVII Foi porteiro-mór, alcaide-mór de Campo Maior, e serviu na guerra, chegando ao posto de governador da cavallaria da provincia do Alemtejo. Foi do conselho de guerra, regedor da Casa da Supplicação, e, depois de ter enviuvado, grão-prior do Crato, na ordem de Malta. Fal. a 14 d'abril de 1695.

Mello *(Manuel Mogo de)*. Escriptor, e muito perito em arithmetica. N. em Torres Novas em maio de 1637, fal. a 22 de julho de 1705. Era filho de João de Mello Mogo, e de sua mulher D. Izabel Froes de Brito. Foi casado com D. Ignez de Castanheda e Brito, filha de Antonio Correia de Carvalho, e de sua segunda mulher Maria Anna d'Ascensão. Compoz um *Methodo facil e breve para se fazerem todas as contas pelos arithmeticos*, e um *Tratado de synonimos e epithetos*.

Mello *(Manuel Pedro de)*. Doutor e lente de Mathematica na Universidade de Coimbra. N. em Tavira a 6 de setembro de 1761, fal. em 13 de abril de 1833. Foi educado na sua terra natal por fr. Antonio de Santa Cruz, religioso da ordem de Santo Agostinho, que o trouxe comsigo quando veiu para Lisboa, em 1775. Ficando só no mundo quando falleceu o bondoso frade, entrou na Casa Pia do Castello; ouviu as lições do professor José Anastasio da Cunha no collegio de S. Lucas, cursando depois a Academia de Marinha em 1783 e 1784. Captando pela sua extraordinaria applicação ao estudo as sympathias d'aquelle grande professor, foi mandado para o collegio de sciencias naturaes de Coimbra e entrou na Universidade em 1789. Continuando a manifestar um talento não vulgar n'esse estabelecimento de instrucção superior, e tornando-se sempre notado entre os seus mais distinctos condiscipulos, foi-lhe conferido gratuitamente o capello na faculdade de Mathematica em 19 de julho de 1795, e proseguindo ainda depois no curso de Medicina, obteve n'elle a formatura em 1798. N'este ultimo anno foi nomeado lente substituto da Academia de Marinha com a patente de capitão-tenente da armada, e pouco depois entrou para a Sociedade Militar Maritima e Geographica, que então se formou em Lisboa. Transferido em julho de 1801 para a Universidade, em lente do 5.º anno, como mathematico foi encarregado da cadeira de hydraulica creada n'esse anno, recebendo a patente de major de engenharia. Logo em seguida teve o encargo de ir ao estrangeiro n'uma viagem scientifica, e até 1815 se conservou fóra do paiz, visitando a França, Belgica, Italia e Inglaterra, d'onde mandou para a Universidade muitos documentos, mappas e modelos curiosos e interessantes. Em França collaborou nos calculos e observações de varios astronomos francezes, entre os quaes se conta o illustre Delambre, que por vezes refere nos seus escriptos os trabalhos do Manuel Pedro de Mello, tecendo-lhe sempre grandes louvores e elogios. N'essa epoca Manuel Pedro de Mello, em 1806, ganhou o premio da academia de Copenhague sobre a resolução do theorema da composição de forças, que verteu para o francez, e additou as *Memorias de astronomia pratica*, de José Monteiro da Rocha, e reviu e acabou as *Mathematicas* de José Anastasio da Cunha. Regressou a Portugal em 1815, foi reger a cadeira de hydraulica. Sendo socio da Academia Real das Sciencias, apresentou uma *Memoria sobre as binomiaes* e outra sobre *Pesos e medidas*. Foi vereador da camara de Coimbra, abraçou e favoreceu a revolução do Porto, e em 1822 foi eleito deputado pela provincia do Algarve, sendo um dos que em junho de 1823 assigna-

ram o protesto contra a violação do systema constitucional. Lente de prima, apezar de serem bem conhecidos os seus sentimentos liberaes, fôram por vezes aproveitados os seus conhecimentos, principalmente sobre as obras do dique em Lisboa e sobre os trabalhos que necessitava a barra do Douro. Em 1828 a junta do Porto offereceu lhe o commando do batalhão de voluntarios academicos. Manuel Pedro de Mello, apezar da sua avançada edade e dos incommodos que soffria, nem por isso deixou de ser perseguido pelo governo absolutista, o que o obrigou a viver homisiado até que falleceu. Na *Chorographia do Algarve*, de Silva Lopes, pag. 449 a 456, vem publicada a sua biographia muito desenvolvida. No *Essai Statistique*, de Balbi, tomo II, tambem se lhe prodigalisam grandes louvores, como litterato e mathematico. Escreveu: *Memorias sobre as binomiaes*; saiu na *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias*, tomo IV parte 1.ª; *Memoria sobre os padrões dos pesos e medidas fabricados nos reinados dos senhores reis D. Manuel e D. Sebastião, depositados na camara de Coimbra, comparados com os padrões correspondentes das novas medidas francezas;* saiu no *Jornal de Coimbra*, n.º XLVIII, parte 1.ª, de pag. 382 a 395; *Mémoires sur l'Astronomie pratique de Mr. J. M. da Rocha, commandeur de l'ordre du Christ*, etc., *traduites du portugais*, Paris, 1808; *Memoria sobre o programma da demonstração do parallelogrammo das forças, proposto pela Academia Real das Sciencias de Copenhague*; seria provavelmente escripta em francez.

Mello *(Martim Affonso de).* Poeta que viveu no tempo d'el-rei D. Fernando I. Era filho de Affonso Mendes de Mello e de Ignez Vasques da Cunha. Foi muito instruido na lição de historia e na poesia. Casou duas vezes: a primeira com D. Ignez Pires, filha de Pedro Affonso; a segunda com D. Marinha Vasques, filha de Estevão Soares de Albergaria. No *Cancioneiro* de Garcia de Rezende encontram-se algumas das suas poesias, a pag. 176, 177 e 180, da edição de 1516. Segundo diz Fernão de Pina, escreveu tambem uma obra com o titulo: *Historia das cousas do seu tempo*, que não chegou a imprimir-se.

Mello *(Martim Affonso de).* A quem chamavam *O Velho*. Senhor do morgado da Arega, e Barbacena, guarda-mór d'el-rei D. João I, alcaide-mór de Evora, Olivença, Campo Maior, Castello de Vide e Sever. Era natural de Evora, sendo filho de Vasco Martins de Mello, senhor da Castanheira, Povos e Chelleiros; alcaide-mór de Evora, Santarem e Castello de Vide, e de D. Maria Affonso de Brito, sua segunda mulher. Assistiu á batalha de Aljubarrota e á tomada de Campo Maior em 1388, de cujo castello foi feito alcaide-mór. Esteve tambem na conquista de Ceuta, onde se portou heroicamente, e querendo el-rei deixal-o n'aquella praça como fronteiro, não acceitou o cargo. Foi mandado como plenipotenciario a Castella para celebrar as pazes em nome do seu soberano com a rainha regente D. Catharina, viuva de Henrique, de Castella. Martim Affonso de Mello casou com D. Brites Pimentel, filha de João Affonso Pimentel, senhor de Vinhaes e Bragança. Escreveu: *Da guerra, na qual se contam muitas e boas insinanças e avisamentos para todos que tiverem fortaleza ou algum logar cercado em fronteiras de inimigos; Regimento de guerra*, que saiu publicado nas *Provas da Historia Genealogica*, tomo II, pag. 252.

Mello *(D. Martim Affonso de).* Doutor em Direito Pontificio pela Universidade de Coimbra, bispo da Guarda, etc. N. em Serpa, sendo baptisado a 23 de abril de 1612; fal. na Guarda a 1 de agosto de 1684. Era filho de Francisco de Mello, senhor de Fiealho, e de D. Catharina de Castro. Foi admittido como collegial do Real Collegio de S. Paulo, de Coimbra, a 30 de outubro de 1635, lente substituto em diversas cadeiras. Exerceu elevados cargos ecclesiasticos, como o de conego doutoral da sé do Algarve, deputado da inquisição de Coimbra, desembargador da Casa da Supplicação e dos Aggravos, deputado da Mesa da Consciencia e da Bulla da Cruzada. Foi o executor do breve de Clemente X sobre a nullidade do matrimonio de D. Affonso VI com a rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboia, proferindo com outros juizes a sentença de 18 de fevereiro de 1669. Não se effeituando na sua pessoa a nomeação do bispado de Miranda, obteve a de deão da sé de Evora, sendo por fim eleito bispo da Guarda, de que tomou posse a 26 de novembro de 1672. Assistiu ás côrtes convocadas em Lisboa em 1674, para ser jurada successora do reino a princeza D. Izabel, filha de D. Pedro II e da referida rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboia. Celebrou synodo na sua diocese, e em 1681, por provisão real, reformou o Collegio Real de S. Paulo. D. Martim Affonso de Mello era muito compassivo e muito esmoler. Reedificou varios edificios sagrados, e adornou a sua cathedral com preciosos ornamentos. Deixou manuscripta uma obra em latim, intitulada: *In sextum Decretalium*, 2 tomos.

Mello *(D. Miguel Antonio de).* Governador de Angola de 1797 a 1800, succedendo a Manuel de Almeida Vasconcellos, e sendo substituido por D. Fernando de Noronha. Aformoseou o palacio do governo, e mandou construir em 1798 em Calumbo um forno de experiencia para o ferro de Golungo.

Mello *(D. Miguel Antonio de).* Capitão de fragata. N. em 21 de junho de 1856, fal. a 25 de outubro de 1902, sendo filho de D. Antonio Maria de Mello, moço fidalgo da Casa Real com exercicio, e capitão do exercito, e de sua mulher, D. Maria Rita da Silveira e Lorena. Era neto do 1.º conde de Murça, D. Miguel Antonio de Mello. Assentou praça em 28 de outubro de 1872, e foi promovido a guarda-marinha em 2 de outubro de 1875, a segundo tenente em 9 de novembro de 1879, a primeiro tenente supranumerario em 23 de novembro de 1880, e a effectivo em 9 de julho de 1886; a capitão-tenente supranumerario em 4 de abril de 1891, e a effectivo em 5 de abril de 1894; a capitão de fragata em 30 de dezembro de 1901. Exerceu, entre outras, as seguintes commissões: capitão dos portos de Mormugão e de Moçambique; adjunto do departamento maritimo do Centro e chefe interino do mesmo departamento; vogal da commissão de compras da marinha, ajudante de campo do governador geral da India, instructor do corpo de marinheiros, chefe da terceira secção da direcção dos serviços fabris do arsenal da marinha. Commandou a barca *Cabinda*, a canhoneira *Zaire*, e quando falleceu era chefe da majoria general da armada. Fez parte da expedição a Moçambique, de 1894

a 1895 Possuia as seguintes honras: cavalleiro da ordem de Aviz; as medalhas de prata de bons serviços no ultramar, algarismo n.º 2; e de comportamento exemplar; medalha de ouro de D. Amelia da expedição de Moçambique, e egual medalha da expedição aos Namarraes. Era casado com a sr.ª D. Maria da Gloria Leite de Sousa Pestana de Mello.

Mello *(Fr. Nicolau de)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho, quo professou em Castella. N. em Belmonte no anno de 1550. Foi, como missionario, ás ilhas Filippinas, passando depois ao Oriente. Tendo feito muitas conversões, foi á Persia e á Russia, onde soffreu durante 15 annos muitos martyrios, até que na cidade de Astrakan foi queimado vivo, a 2 de janeiro de 1616. Deixou manuscriptas umas *Cartas*, em que relata os *trabalhos que padecera pela conversão da gentilidade*; e uma *Relação do martyrio do veneravel fr. Nicolau de Santo Agostinho, seu companheiro, que foi degolado em 30 de novembro de 1611*.

Mello *(Paschoal José de)*. V. *Mello Freire dos Reis (Paschoal José de)*.

Mello *(Pedro de)*. Fidalgo da Casa Real, por alvará de 9 de agosto de 1640; conselheiro de guerra d'el-rei D. Affonso VI; mestre de campo dos exercitos; governador da capitania do Rio de Janeiro, por alvará de 1 de julho de 1661, onde se houve com tanta actividade, acêrto e boas disposições, que conseguiu socegar os povos da America, na indisposição que nutriam contra o governador da mesma capitania seu antecessor, pelo que mereceu do principe D. Pedro, regente do reino na interdicção de D. Affonso VI, a mercê da doação do senhorio de Villa Verde de Ficalho, com jurisdicção ordinaria sómente, para seu filho Francisco de Mello *(V. este nome)* por alvará de 29 de julho de 1678. Serviu de mestre de campo d'um terço de infantaria, e de governador da villa de Serpa, a qual foi fortificada durante o seu governo, afim de evitar as invasões das forças castelhanas nas campanhas de 1657 a 1659; exerceu tambem o cargo de governador militar da cidade de Miranda e de Castello de Vide; assistiu á tomada da praça de Mourão, sitio de Badajoz, batalha das Linhas de Elvas, soccorro da praça de Olivença, etc. Foi um dos mais destemidos cabos de guerra que teve Portugal, nas campanhas de 1640, 1643, 1646, 1657 e 1659. Assistiu ás côrtes de Lisboa em 1679, na qualidade de procurador pela villa de Serpa. Ignoram-se as datas do seu nascimento e fallecimento. Era casado com D. Leonor de Castro, filha de D. Antonio de Sousa.

Mello *(Fr. Pedro de)*. Religioso carmelita calçado, primeiro commissario dos terceiros da mesma ordem, prior do convento de S. Romão de Alverca, etc. N. em Lisboa, em 1567, e tambem era conhecido pelo appellido de *Fragoso*, por ser filho do desembargador Braz Fragoso, e de sua mulher, D. Maria de Mello. Fal. no convento do Carmo do Lisboa a 9 de julho de 1635. Foi tambem o primeiro definidor no capitulo celebrado em 1631, e vigario do provincial fr. Martinho Moniz em 1635. Escreveu: *Relação summaria da vida, morte, milagres e canonisação de S. Carlos Borromeu, cardeal de Santa Praxede, arcebispo de Milão, e protector do reino de Portugal; tirada fielmente dos processos authenticos d'esta causa; traduzida da lingua toscana na portugueza*, Lisboa, 1616; *Regra e modo de vida dos irmãos terceiros da terceira ordem de N. S.ª do Monte do Carmo, tirada da Regra e Constituições da mesma ordem*, Lisboa, 1630; *Corôa de Nossa Senhora, repartida pelos mysterios da vida e morte de Jesus, Maria, José, pela ordem que n'elles houve;* diz se que está publicada a pag. 247 e seguintes do livro *Vidas de Santos martyres, confessores e virgens da Sagrada ordem do Carmo*, etc., por fr. Manuel Ferreira, da mesma ordem.

Mello *(D. Rodrigo de)*. Filho do 3.º conde de Tentugal. N. a 4 de setembro de 1589, fal. a 26 de novembro de 1652. Seguindo a vida ecclesiastica, foi conego da sé de Evora, presidente da Mesa da Consciencia e Ordens, e governador do arcebispado de Evora. Foi eleito arcebispo, mas não chegou a exercer este elevado cargo, por ter fallecido.

Mello *(Fr. Theodoro de)*. Freire professo da ordem de Christo, cuja regra professou no convento de Thomar a 13 de abril de 1700. Foi no mesmo convento lente de Theologia moral, e versado no estudo da genealogia e antiguidades nacionaes. N. em Rezende, mas ignora-se a data do nascimento. Era filho de Manuel Carneiro de Mello e de sua mulher, D. Catharina de Miranda de Vasconcellos. Deixou manuscripto: *Nobiliarchia particular dos morgados de Veludo e collegio da Baeta; consta de muitos tratados: 1.º Nobreza ventilada; 2.º Rezende illustrado; 3.º Textual genealogico; 4.º Noticias previas; 5.º Arvore genealogica dos morgados de Veludo e collegio da Baeta desde a era de 1388 até o anno de 1736, seguindo os ramos que dos ditos morgados procederam*, etc.

Mello *(D. Theotonio de)*. Conego regrante da ordem de Santo Agostinho. N. em 1530, e fal. em 1606, sendo filho do monteiro-mór do reino. Foi prior dos conventos de Refoios, de S. Jorge e de S. Vicente de Fóra, em Lisboa. Visitou os archivos de Castella, Leão e Galliza, investigando noticias da sua congregação, escrevendo depois *Memorias da ordem de Santo Agostinho em Portugal*, que não chegaram a imprimir-se.

Mello *(D. Thereza Francisca de Mello da Silva Breyner Sousa Tavares de Moura, 2.ª condessa de)*. Era filha dos 1.ºs condes de Mello, Luiz Francisco Soares de Mello e de D. Frederica Xavier Botelho. N. a 8 de abril de 1848. Succedeu a seu pae no titulo, que lhe foi renovado por decreto de 21 de abril de 1866. Casou com o 3.º conde de Villa Real, D. José Luiz de Sousa Botelho Mourão e Vasconcellos, official mór honorario da Casa Real e senhor dos morgados de Matheus e Cumieira.

Mello *(D. Thomaz de)*. V. *Mello Homem (D. Thomaz José Fletcher de)*.

Mello *(Vasco Martins de)*. Fidalgo do tempo de el-rei D. João I. Acompanhara a Castella a pequenina infanta D. Beatriz, que ia ser rainha d'aquelle paiz, e quando D. Fernando I morreu, e D. João, de Castella, seu genro, se fez acclamar em Toledo rei de Portugal, quiz que Vasco Martins de Mello fôsse o alcaide-mór que fizesse tremular na cerimonia a bandeira com as armas de Castella e de Portugal, Vasco Martins de Mello recusou friamente, e o rei de Castella, furioso, entregou então a bandeira a um castelhano, e não perdoou a offensa. Martins de Mel-

lo acompanhou o monarcha a Portugal, não occultando o seu descontentamento, vendo um dos seus irmãos render preito e homenagem a D. João I, de Castella, pelas praças de Celorico e de Linhares. Um homem com estas disposições seria impossivel militar nas fileiras dos inimigos da sua patria, e effectivamente, quando D. Leonor Telles se malquistou com seu genro, Vasco Martins de Mello separou-se d'um e d'outro, e entregou-se ao Mestre de Aviz. Distinguiu-se muito n'uma escaramuça que se deu nas proximidades de Santarem, e na batalha d'Aljubarrota fez o audacioso voto de prender o rei de Castella, ou pelo menos de lhe pôr a mão. Não o podendo conseguir durante a batalha, porque o monarcha castelhano conservou-se prudentemente afastado da lucta, correu atraz d'elle quando soube que ia fugindo, e se lhe não pôz a mão, foi porque os hespanhoes que escoltavam o rei de Castella, conhecendo-o como portuguez pela cruz de S. Jorge, o cercaram e o mataram, sem elle ter podido cumprir o seu voto.

Mello. Villa e freguezia da prov. da Beira Baixa, concelho e comarca de Gouveia, distr. e bisp. da Guarda. Orago: Santo Isidoro. Dista 8 k. da séde do concelho. Confórme ficou dito no appellido Mello (*V. n'este vol.* a pag. 964) attribue-se a fundação d'esta povoação a D. Sueiro Raymundo, ou Reymondo (patronimico de Reymão), rico-homem, que, tendo entrado n'uma das cruzadas no assalto de Jerusalem e tomado parte na escalada do muro da cidade, baluarte, forte ou lanço da muralha, que na Biblia se chama *Melro* ou *Mello*, depois d'aquella victoria tomara este appellido em memoria da acção. Voltando a Portugal, e querendo commemorar aquelle glorioso feito, fundou na falda da serra da Estrella uma quinta com o nome de *Melro* ou *Mello*, e n'ella deu começo a uma pequena povoação no anno de 1204. Crescendo a povoação, já em 1290 tinha o titulo de villa. D. Manuel deu-lhe foral em 19 de julho de 1515, com o nome de villa de Mello. O brazão d'armas da villa compõe-se de um escudo com as armas reaes em campo de prata, ao meio, e de cada lado uma arvore, com um melro em cima de cada uma. Foi esta villa por mais de duzentos annos cabeça de concelho, com camara, juizes, e mais officiaes, casa da camara e pelourinho. O respectivo concelho foi supprimido no meado do seculo XIX. Tem Misericordia e hospital, escolas para ambos os sexos, e caixa postal, fabricas de lanificios, onde se fazem bons pannos de lã e baetas. A situação da villa é entre duas fresquissimas ribeiras, tendo lindos arrabaldes. Todo o territorio é muito fertil em cereaes, legumes, fructas, vinho, mas a sua principal riqueza provém das magnificas e vastas pastagens, onde se cria grande quantidade de gado, de toda a qualidade. Nos seus montes abunda a caça. Os senhores de Mello apresentavam o prior, que tinha 180$000 réis de rendimento. No termo da freguezia havia cinco ermidas. Junto á villa havia um convento de freiras de Santo Agostinho, que teve origem no seguinte facto: No anno de 1539 obrigou D. João III as conegas d'aquella ordem a que guardassem clausura perfeita, pelo que algumas, não se querendo sujeitar, sairam do convento. No convento de Chellas, proximo a Lisboa, estava uma senhora, chamada D. Maria Borges Teixeira, prima co-irmã de D. Izabel Teixeira, viuva de Estevão Soares de Mello, senhor d'esta villa, a qual não quiz guardar a clausura perpetua e saiu do convento de Chellas com algumas suas amigas. Sua prima lhe mandou offerecer a ermida de Nossa Senhora do Couto, de que era padroeira, para ali fundar um convento. D. Maria Borges era rica e poderosa e facilmente alcançou do nuncio apostolico licença para fundar este convento, em 22 de junho de 1539. A ermida fôra fundada por D. Mem Soares e ficou sendo a capella-mór da nova egreja. Para esta lançou a primeira pedra o bispo de Coimbra, D. Jorge d'Almeida, em 8 de setembro do referido anno. Em 1540 já a obra estava em condições de receber as freiras, que para ali fôram logo. D. Izabel Teixeira e seu filho, Francisco de Mello, fizeram doação ao mosteiro, não só da ermida, mas de todas as terras immediatas, sob a condição de que se se viesse a despovoar o mosteiro, tornaria tudo á casa dos Mellos. As freiras em 1554 deixaram a regra de Santo Agostinho e passaram para a de S. Francisco. O fundador da primitiva ermida, D. Mem Soares, foi o primeiro que usou o appellido de Mello, por ter sido feito senhor de Mello. Alguns autores querem que D. Mem tivesse herdado este senhorio por parte de seu tio-bisavô D. Gonçalo de Sousa, a quem chamam de Sá, erradamente, pois este appellido só apparece no seculo XIV. Seu avô D. Sueiro teria fundado a quinta de Mello e D. Gonçalo de Sousa povoado o logar junto, pelo que ambos se devem considerar os fundadores da villa de Mello, nos principios do seculo XIII. Sobre este assumpto é muito importante o documento publicado por Barbosa Canaes nos seus *Apontamentos sobre as relações de Portugal com a Syria no seculo XII*, a pag. 28, Lisboa, 1854.

Mello de Abreu (*João de*). Thesoureiro-mór na sé de Vizeu. N. n'esta cidade, onde tambem fal. em 1720. Era filho de Sebastião Pereira de Mello e de D. Catharina de Abreu, senhores do morgado de Santa Eulalia, na freguezia de Luzinda, do bispado de Vizeu. Estudou Direito Canonico na Universidade de Coimbra. Foi tambem provisor do referido bispado por morte do bispo D. Jeronymo Soares. Deixou em manuscripto: *Resoluções de ambos os direitos*.

Mello e Athaide (*Luiz de*). Tenente de infantaria, adjunto á direcção geral do ministerio da guerra; fidalgo da Casa Real, e membro addido da Sociedade de letras de Madrid. N. em Lisboa a 29 de agosto de 1863; assentou praça em 24 de novembro de 1878, sendo promovido a alferes em 26 de dezembro de 1895, e a tenente em 22 de junho de 1900. E' cavalleiro das ordens de Christo e de S. Thiago. Escreveu: *Programma para exame de cabo de esquadra, ordenado no capitulo quinto do regulamento geral para o serviço dos corpos do exercito*, Lisboa, 1880; *Historia do fogo da infantaria e da sua influencia sobre as formações tacticas e resultado dos combates por M. J. Ortus, versão do francez*; foi publicada na *Gazeta Militar* de 1885 e 1886; *Estudos tacticos*; publicou-se o 1.º tomo d'esta serie de estudos, Lisboa. O sr tenente Luiz de Mello e Athaide tem collaborado em varios jornaes litterarios, e foi redactor e proprietario do *Marte*.

Mello Barreto (*João Carlos de*). Escriptor, jornalista, redactor effectivo da camara dos de-

putados, socio effectivo da Associação dos Jornalistas de Lisboa, deputado em varias legislaturas eleito pelos circulos de Beja e Villa Real, etc. N. em Lisboa a 3 de julho de 1873. Tem escripto em diversos jornaes muitos artigos de critica theatral e de musica, e tem sido redactor effectivo do *Jornal da Noite*, *Arte Musical*, *Correio Nacional*, *Tarde*, *Reporter*, *Diario Illustrado*, e das *Novidades*, de cuja redacção é secretario. Tambem collaborou no *Gabinete dos reporters*,

João Carlos de Mello Barreto

Revista theatral, *Amphion*, *Occidente*, *Gazeta dos Caminhos de Ferro* e *Eccos da Avenida*. Foi correspondente do *Paiz*, do Rio de Janeiro. Exerceu o cargo de secretario da empresa do theatro de S. Carlos, na epoca de 1897-1898. Escreveu a opereta em 1 acto, *As violetas*, com musica de Freitas Gazul, que se cantou no theatro da Trindade pela primeira vez a 6 de junho de 1892, e a opera comica em 3 actos, de collaboração com Campos Junior, intitulada *Em pé de guerra*, que não foi representada. Collaborou tambem com Camara Lima na revista *Vivinha a saltar*, representada no theatro da Avenida; traduziu as *Semi-Virgens*, e diversas peças que se teem representado nos theatros de D. Maria II e D. Amelia, taes como *O pae prodigo*, de Alexandre Dumas; a *Resurreição*, de Tolstoi e Bataule; *O Castello historico*, de Bisson; *Madame Flirt*, de George Berr; *Pedra de toque*, de Augier e Sandeau; *Minha mulher noiva de outro*, etc.

Mello Breyner (*Antonio de*). General de divisão; deputado, ajudante de campo honorario d'el-rei D. Fernando, chefe da repartição do ministerio da guerra, membro da commissão de aperfeiçoamento do serviço do corpo do estado maior, etc. N. em Lisboa a 17 de fevereiro de 1813, onde tambem fal. a 3 de junho de 1886. Era filho do magistrado e ministro Pedro de Mello Breyner (*V. este nome*), e de sua mulher, D. Anna Rufina de Mello Sousa Tavares e Moura. Assentou praça aos 12 annos de edade, em 25 de agosto de 1825, na companhia de guardas-marinhas, e depois de estudar os preparatorios matriculou se na Academia Real de Marinha, e ahi concluiu o curso em maio de 1831. Durante esse tempo grandes transformações se haviam operado no paiz, e o regimen constitucional, estabelecido pela Carta, fôra substituido em 1828 pelo governo absoluto do infante D. Miguel, que tratava de prender e perseguir aquelles que se mostravam affectos ás instituições liberaes. Pedro de Mello Breyner, seu pae, que fôra ministro na regencia da infanta D. Izabel Maria, foi victima d'essas perseguições, sendo encerrado nas masmorras da Torre de S. Julião da Barra, onde falleceu em 1830. O filho que, com a educação aprendera a amar a liberdade, quando se viu orphão pela tyrannia dos absolutistas, passou a ser um acerrimo inimigo d'esse partido, e apenas soube do desembarque do exercito libertador no Miudello, partiu para o Porto. Passando então a servir ás ordens do ministro da marinha, e em novembro de 1832 foi empregado no corpo de guias, e sendo transferido para a arma de cavallaria em abril de 1833, serviu durante o resto da campanha. Esteve no combate de 29 de setembro de 1832, no cêrco do Porto, em que ficou ferido; no combate do monte do Crasto, em 24 de janeiro de 1833; nas acções de 5 e de 25 de julho do mesmo anno, sendo um dos officiaes que acompanharam o general Saldanha n'aquella carga, que foi uma das paginas mais brilhantes da historia da campanha da Liberdade. Antonio de Mello Breyner ficou gravemente ferido, mas apenas se viu restabelecido, voltou ao campo da batalha, para de novo se assignalar pela sua bravura e intrepidez. Esteve nas linhas de Lisboa, na tomada de Leiria, em 15 de janeiro de 1834, em Torres Novas a 25, na acção de Pernes a 30, tudo do referido mez e anno, e na batalha de Almoster a 18 de fevereiro seguinte. Foi louvado nas ordens do exercito e boletins officiaes de 26 de julho e 8 de setembro, ordem do exercito de 9 de abril de 1834, pela maneira distincta e briosa com que se houve nas acções de 30 de janeiro e 18 de fevereiro antecedente. Passando ao corpo de estado maior em 1835, desempenhou varias commissões importantes no commando em chefe do exercito, até que pela extincção d'elle em 1859, foi nomeado chefe d'uma repartição do ministerio da guerra, e em 1869 chefe da secção da direcção geral de engenharia encarregada de tratar dos negocios do corpo do estado maior. Durante este longo periodo foi encarregado de varias commissões importantes, em que se contava a de ir á Italia em 1865 estudar a organisação do exercito d'esse paiz, e as de sub-chefe do estado maior do campo de instrucção e manobras em Tancos nos annos de 1866 e 1867. Foi deputado de 1852 a 1857, em que fôram dissolvidas as côrtes, e desde 1861 a 1864, e á sua iniciativa se devem as leis que estabeleceram gratificação aos officiaes de artilharia, remonta aos officiaes de infantaria, accesso aos capellães militares, organisação das musicas militares; collaborando nas commissões das camaras de que fez parte, com o seu reconhecido criterio e compe-

tencia. Pertenceu á commissão do inquerito ao ministerio da marinha, e foi um dos membros da commissão, que assignaram o relatorio, que se imprimiu, o qual consta de 2 volumes in folio. Collaborou na *Revista Militar*, de que que foi director no anno de 1862 e seguintes; na *Galeria Militar, Exercito Portuguez, Revista Scientifica Militar*. Escreveu tambem a *Bibliotheca Militar*, serviço em campanha para instrucção dos officiaes inferiores, de quo se fizeram duas edições, uma em 1853 e outra em 1875; *Considerações historicas sobre a utilidade das praças de guerra, e sua applicação á defeza de Lisboa*, Lisboa, 1854; esta obra foi apresentada á Academia Real das Sciencias de Lisboa, que tambem a mandou publicar nas suas *Memorias*, tomo I, parte I, nova serie, 2.ª classe; *Relatorio do campo de instrucção e manobra, no anno de 1866*; é o unico documento official em que se descreve a historia do campo (charneca de Tancos), as obras feitas, construcções levantadas e os exercicios executados. Por este trabalho recebeu Antonio de Mello Breyner do commandante do corpo do estado maior, barão Wiederohold, um officio em 7 de junho de 1867, em que muito louvava o merecimento d'aquelle bem elaborado, minucioso e instructivo trabalho. Sendo promovido a general de brigada em 1875, exerceu o cargo de inspector, do campo de instrucção em Tancos, e em seguida á organisação do exercito de 1884, sendo já general de divisão, foi nomeado commandante do corpo do estado maior, e estava n'essa situação, quando falleceu. O general Antonio de Mello Breyner foi louvado na portaria do ministerio da guerra de 2 de agosto de 1864 pela boa execução dos trabalhos que lhe competiram no simulacro de reconhecimento militar feito á praça do S. Julião da Barra em 3 de dezembro de 1863; e em outras pelos serviços prestados no acampamento de Tancos em 1866 e 1867 nos exercicios de instrucção, e por outras commissões. Era cavalleiro das ordens de Malta, de S. Bento de Aviz, e da Torre e Espada; official d'esta ultima ordem; commendador e gran cruz de S. Bento de Aviz, e da Torre e Espada; condecorado com a medalha n.º 4 das Campanhas da Liberdade, e com as tres medalhas de ouro, de valor, bons serviços e comportamento exemplar. Era tambem commendador da ordem de S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia; de Carlos III, de Hespanha; grande official da ordem de Nichan Iftikar, de Tunis. O general Antonio de Mello Breyner, por muitos annos, fez parte da *Commissão central do 1.º de dezembro de 1640*, a cujas sessões sempre concorreu, e pertenceu tambem á commissão executiva do monumento dos Restauradores, em maio de 1886, fallecendo pouco depois.

Mello Breyner *(Domingos de)*. Militar que muito se distinguiu na campanha da Liberdade. N. em Serpa a 16 de janeiro de 1780, onde tambem falleceu a 17 de agosto de 1847. Era filho de Diogo de Mello Breyner, e neto paterno dos condes de Ficalho, Francisco de Mello e de D. Izabel Josepha de Breyner e Menezes. Assentou praça no regimento de Olivença, que então estava estacionado em Moura. Tomou parte na guerra peninsular, e em 1826 era coronel commandante do regimento de milicias de Beja, quando se pronunciou no Algarve a sublevação dos rebeldes contra o systema constitucional. Domingos de Mello Breyner, essencialmente affeiçoado ás idéas liberaes, tratou logo de espontaneamente concorrer para obstar á marcha dos sublevados, reunindo o regimento do seu commando, e indo occupar o ponto estrategico de Mortola, manobra com que logrou impedir os rebeldes ganhassem o Alemtejo até ir á tropa da capital acossal-os. Em 1828, vendo se perseguido pelo governo de D. Miguel, sendo pronunciado em devassa e os seus bens sequestrados, Mello Breyner só conseguiu escapar emigrando para Hespanha, onde foi encontrar varios outros companheiros de exilio ali refugiados tambem por professarem idéas liberaes Embarcou em Cadiz com os seus amigos n'um navio que fretou por sua conta, com destino a Inglaterra a reunir-se com as emigrados que já lá estavam. Quando o conde de Villa Flôr, depois duque da Terceira, partiu para a ilha Terceira como capitão-general, atravessando o bloqueio inimigo, que se encontrava ali estacionado, Mello Breyner acompanhou-o, e teve occasião de desempenhar n'aquella ilha varias commissões de importancia. Foi encarregado do commando do 1.º e do 7.º districto da linha de defeza; assistiu como ajudante d'ordens do general conde de Villa Flôr á batalha de 11 de agosto de 1829, merecendo pelo seu comportamento os elogios do referido general, e exercendo por essa occasião as funcções de chefe de policia militar na villa da Praia, serviço que desempenhou com toda a coragem debaixo de todos os perigos. Depois foi nomeado commandante do batalhão de voluntarios da rainha, então acantonado na Villa da Praia, e simultaneamente commandante do 4.º districto na dita villa, até quo pelo marquez de Palmella, presidente da Regencia, foi encarregado de superintender á policia geral em toda a ilha Terceira, cargo de que se desempenhou sempre com o maior zelo e actividade. Mais tarde, quando o exercito libertador se aventurou a tentar o desembarque nas praias do Mindello, Mello Breyner foi um d'esses 7:500 bravos, e no cêrco do Porto continuou a dar exuberantes provas do seu valor, cabendo lhe por varias vezes o encargo de commandar o castello de S João da Foz. Preparando-se em 1833 a divisão expedicionaria do Algarve, Mello Breyner offereceu-se logo para fazer parte d'essa expedição, e desembarcando n'aquella provincia com o duque da Terceira, foi nomeado governador militar de Villa Real de Santo Antonio, para onde marchou só, sem auxilio algum, organisando logo ali um batalhão nacional. Passou depois successivamente a Castro Marim, Alcoutim, Mertola e Serpa, formando dois batalhões nacionaes moveis, que tiveram as denominações de Beja e Serpa, e que prestaram os mais relevantes serviços tanto no Algarve como no Alemtejo, até ao fim da campanha. Ainda n'este brilhante episodio da expedição do Algarve lhe pertenceu a gloria de ter estrategicamente sabido chamar sobre si e sobre as tropas do seu commando a attenção do general Mollelos, facilitando assim a livre passagem das forças do duque da Terceira, facto que está bem descripto na *Historia abreviada dos acontecimentos do cêrco da cidade do Porto*, etc., impressa em Lisboa, 1851. Depois da entrada do duque da Terceira na capital no dia 24 de julho de 1833, Mello Breyner esteve encarregado de commandar o 5.º districto das linhas, em Alcan-

tara. Restabelecido definitivamente o governo constitucional, retirou-se da vida militar, e foi viver para Serpa, sua terra natal. Pouco depois exerceu em Faro o cargo de recebedor geral da provincia do Algarve, e em 4 de setembro de 1835 foi nomeado governador de Moçambique. Pelos soffrimentos adquiridos na sua carreira militar, aconselharam-n'o a que não fôsse expôr-se áquelle clima, e Mello Breyner acceitando o conselho, pediu a exoneração do cargo para que fôra nomeado. Desde então conservou-se retirado á vida privada até que falleceu.

Mello Breyner *(Pedro de)*. Desembargador da Casa da Supplicação, fiscal da Junta dos Tres Estados, governador das justiças da Relação e Casa do Porto, etc. N. em Lisboa a 4 de dezembro de 1751, fal. na Torre de S. Julião da Barra a 29 de dezembro de 1830. Era filho de Francisco de Mello, 3.º senhor de Ficalho, e de D. Izabel Josepha Breyner de Menezes. Ficando sem pae, tendo apenas poucos mezes de edade, foi destinado á carreira ecclesiastica, e n'esse sentido lhe foi dada a educação elementar, e passando depois á Universidade de Coimbra, obteve em 1770 o grau de licenceado na faculdade de Canones. Reconhecendo que não tinha vocação para aquella vida, decidiu-se pela magistratura, e depois de ter praticado no escriptorio d'um advogado, obteve o despacho de desembargador da Relação e Casa do Porto, d'onde passou a desembargador da Casa da Supplicação, e dentro em pouco fiscal da Junta dos Tres Estados, sendo então por este tribunal encarregado de apresentar um projecto de regimento de administração e policia do hospital militar da côrte, em cujo desempenho se houve com toda competencia. Foi depois desembargador dos aggravos da Casa da Supplicação, deputado do conselho da fazenda e estado das senhoras rainhas e da junta da administração do tabaco, escrivão na Santa Casa da Misericordia, de Lisboa, sendo mais tarde nomeado governador das justiças da Relação e Casa do Porto. N'este cargo empregou os maiores desvellos em melhorar a sorte dos presos, sollicitando elle proprio donativos dos particulares para esse fim, fazendo abreviar os processos, e acabando com o barbaro costume, que havia, de carregar de pesadissimas cadeias os réos condemnados á pena ultima, logo que lhe era intimada a sentença, e assim os levar para o oratorio, sendo depois expostos á curiosidade publica. A inspecção que passou ás prisões occasionou o conflicto que teve com Francisco d'Almada, governador do Porto, o que o obrigou a vir á côrte; fallecendo, porém, pouco depois o governador, e justificando-se completamente Pedro de Mello Breyner, voltou este para o seu logar, recebendo n'essa occasião a mercê do senhorio da villa de Trofa. A Mello Breyner se deve o ter-se principiado a estrada de Marão e a conclusão da ponte de barcas do Porto a V. N. de Gaia. Pelos serviços prestados ao Porto, ficou memorado o seu nome n'uma das ruas do bairro de Cedofeita, que se chama *Rua do Breyner*. Quando em 1807 a côrte partiu para o Brazil, foi Pedro de Mello Breyner nomeado presidente do erario e membro da regencia; tendo passado ao Brazil em 1815, foi escolhido para enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto á Santa Sé, chegando a Roma em 1819. Pela nova organisação da nossa diplomacia em 1822, saiu de Roma, indo em missão a Napoles, d'onde passou a Genova, voltando a Portugal em 1824, sendo então nomeado nosso ministro em França. Declarando se a favor da Carta Constitucional, foi pela infanta regente D. Izabel Maria encarregado da pasta dos negocios ecclesiasticos e da justiça, e depois da demissão do ministerio passou a sorvir como conselheiro de Estado. Preso na noite de 26 de maio de 1828, como liberal, foi conduzido á praça de S. Julião da Barra, d'ahi levado para a Torre do Bugio, d'onde no fim de quatro horas o transportaram novamente para S. Julião da Barra, onde falleceu.

Mello Breyner *(D. Pedro de)*. Coronel d'artilharia. N. a 5 de março de 1848, fal. em 30 de janeiro de 1903. Era filho do general D. Antonio de Mello Breyner. Assentou praça em 15 de novembro do 1869, sendo promovido a alferes em 15 de janeiro de 1873, a tenente em 6 de fevereiro de 1875, a capitão em 4 de fevereiro de 1879, a major em 24 de janeiro de 1891, a tenente-coronel em 4 de janeiro do 1897, e a coronel em 19 de julho de 1901. Era cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, e possuia a medalha de prata de comportamento exemplar.

Mello Breyner *(Thomaz de)*. Gentil-homem da camara da rainha D. Maria II, par do reino, eleito em setembro de 1834, etc. N. em 3 de junho de 1786, fal. a 11 de outubro de 1854. Era filho de Antonio de Mello, 4.º senhor de Ficalho, coronel do regimento de infantaria de Olivença. Serviu como voluntario na guerra da Peninsula, sendo depois conselheiro de embaixada em Paris e deputado da junta do tabaco. Fazendo parte do corpo de voluntarios da rainha, foi por occasião do desembarque no Mindello escolhido por D. Pedro IV, para cravar em terra a bandeira que recebeu das mãos do duque de Bragança, e por isso promovido a alferes. Terminada a campanha da Liberdade deixou o serviço militar.

Mello Breyner *(Thomaz de)*. Medico cirurgião, especialista de doenças syphiliticas, medico da real camara, ex-deputado da Nação, etc. E' filho dos condes de Mafra, Francisco do Mello Breyner e D. Emilia Pecquet da Silva, e neto paterno da heroica duqueza de Ficalho. Nasceu no castello de S. Jorge, quando seu pae estava commandando o regimento de caçadores 5, a 2 de setembro de 1866. E' casado com D. Sophia Burnay, filha mais nova do sr. conde de Burnay, e tem nove filhos. Fez os seus primeiros estudos no Collegio Academico Lisbonense, de Frederico Villar, passando depois á Escola Polytechnica e Escola Medico-Cirurgica, de Lisboa, onde foi um dos primeiros internos dos hospitaes, no quarto e quinto annos do seu curso. Indo para Paris, estudou na Faculdade de Medicina, tendo por mestres Brissaud e Fournier. Regressando a Portugal fez concurso para o Hospital de S. José, em 1893, sendo nesto mesmo anno nomeado medico da real camara por el rei D. Carlos, a quem serviu até ao seu fallecimento, pois estava de serviço no paço no tragico dia 1 de fevereiro de 1908. Foi quem recebeu ali os regios cadaveres, que os installou e que no dia seguinte, com os outros medicos, procedeu ao embalsamamento. Nos dois ultimos annos nunca abandonou o monarcha, a quem era particularmente affeiçoado. Em 1906 e 1907

acompanhou el rei D. Carlos ás Pedras Salgadas. Já em 1894, no mez de setembro, acompanhara a Inglaterra a rainha senhora D. Amelia, e ali assistiu á morte do conde de Paris. Em 1901 acompanhou á Italia a rainha senhora D. Maria Pia. Em fevereiro de 1897 foi a Veneza assistir á conferencia internacional sobre a peste bubonica, na qualidade de secretario do professor Sousa Martins. Sendo este acclamado presidente, ficou o sr. dr. Mello Breyner encarregado de defender como delegado official os interesses do seu paiz. Em 1899, por occasião da peste bubonica no Porto, foi nomeado para o Conselho Superior de Saude. Em 1903 teve a nomeação de delegado official ao Congresso Internacional de Medicina, realizado em abril d'esse anno em Madrid. Em 1905 foi egualmente nomeado delegado official do governo portuguez ao Congresso Medico de Paris. Em

Thomaz de Mello Breyner

1906, no XV Congresso Internacional de Medicina, realisado em abril d'esse anno, em Lisboa, desempenhou o cargo de secretario do *comité* executivo. Tem escripto: *Retroflexão uterina*, *Hysteropexia* (these inaugural), Lisboa, 1892. *Memoria sobre a laqueação da arteria femural*, na *Revista de Medicina e Cirurgia Pratica*, de Lisboa; *Memoria sobre mercuriaes*, na *Medicina Contemporanea*, Lisboa; *Memoria sobre a medicação pelo cacodylato de mercurio*, apresentada ao Congresso de Medicina, Madrid, 1903; *Memoria sobre intoxicações pelo iodoformio*, na *Revista de Medicina e Cirurgia Pratica*, de Lisboa; *Memoria sobre Mastites chronicas suppuradas*, na mesma revista; *Memoria sobre a syphilis medullar*, apresentada ao Congresso de Medicina de Lisboa, 1906. Como deputado da Nação, na legislatura de 1906-1907, falou sempre sobre assumptos hospitalares e de ensino da medicina, achando-se os seus discursos insertos no *Diario das Camaras*. E' socio da Sociedade das Sciencias Medicas, de Lisboa, da Sociedade de Dermatologia, de Paris, da Sociedade Franceza de Prophylaxia Moral e Sanitaria, etc.. Possue as seguintes condecorações: Habito de S. Thiago, por proposta de Sousa Martins; grau de official da mesma ordem por decreto de 14 de agosto de 1906; official da Legião de Honra; commendador da Corôa de Italia, de Alberto da Saxonia, e cavalleiro de Danillo, de Montenegro.

Mello Cabral *(Philomeno da Camara)*. Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra, e lente da segunda cadeira d'esta faculdade. N. na ilha de S. Miguel, sendo filho de Antonio Jacinto da Camara Mello. Fez um curso muito distincto e doutorou-se a 10 de julho de 1870. Foi director do hospital do Valle das Furnas, na ilha de S. Miguel, e a respeito das observações sobre as aguas minero medicinaes d'aquella estancia, no que respeita á sua composição chimica como á sua acção sobre o organismo nos annos de 1870, 1871 e 1872, escreveu tres *Relatorios*, em portuguez, que 1874 fôram mandados traduzir e imprimir em francez pelo conde da Praia da Victoria, então governador civil do districto de Ponta Delgada, no livro *Les eaux thermales de l'ile de San Miguel*, de pag. 80 a 150. Tem parte nos livros que, ácêrca do *Processo Joanna Pereira* publicou o sr. dr. Augusto Antonio da Rocha, como relator da commissão de tres medicos de Coimbra consultados pelo advogado da ré. Os medicos eram os srs. doutores Philomeno da Camamara Mello Cabral, Augusto Antonio da Rocha e Antonio de Sousa Nazareth. Fez parte da commissão medica, nomeada em 20 de maio de 1885, encarregada de ir a Hespanha avaliar a natureza, intensidade e tendencias da epidemia que estava grassando na provincia de Valença, e bem assim estudar o systema prophylatico da cholera praticado pelo dr. Jayme Ferran. A commissão apresentou o seu relatorio em 7 de julho do mesmo anno de 1885, sendo assignado pelos doutores Lourenço d'Almeida Azevedo, Philomeno da Camara Mello Cabral, lentes da Universidade, e Antonio de Azevedo Maia, professor da Escola Medico-Cirurgica do Porto. O relatorio está publicado no *Diario do Governo* de 13 de agosto de 1885. O sr. dr. Philomeno da Camara Mello Cabral redigiu um trabalho ácêrca da raiva, de Pasteur, e depois fez uma longa apreciação da vaccina de Ferran, tendo occasião de verificar e provar que era inefficaz. Este relatorio foi recebido com louvor no estrangeiro.

Mello Cardoso *(Ruy de)*. Mathematico muito apreciado. Era natural de Lisboa, sendo filho de Pedro Cardoso de Mello, morgado das Barreiras. Foi homem de grande erudição, e escreveu a seguinte obra, que ficou inédita : *Remedio de naufragios das naus da India no qual escreve as causas porque succedem, o modo com que se hão de haver na desembarcação, e depois se põem a salvo.*

Mello e Carvalho *(Antonio de Azevedo)*. Fidalgo da Casa Real, gran-cruz da ordem da Torre e Espada, commendador da de N. S.ª da Conceição e cavalleiro da de Christo, do conselho de S. M., bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, ouvidor da alfandega de Lisboa, juiz da Relação d'esta cidade, ministro de Estado, conselheiro do Supremo Tribunal de Jus-

tiça, deputado, par do reino, etc. N. em Penafiel a 11 de maio de 1795, fal. a 20 de fevereiro de 1862. Era filho do dr. Bernardo José de Azevedo e Mello, e de D. Joanna Margarida Pereira de Baeça Velloso de Barbosa. Matriculou-se em Direito na Universidade de Coimbra, e concluiu o curso, tomando o grau de bacharel em 1817. Foi despachado juiz de fóra de Caminha, partindo depois, em junho de 1819, para o Rio de Janeiro, onde exerceu varios cargos de magistratura judicial. Regressando ao reino, foi nomeado ouvidor da alfandega de Lisboa em julho de 1833, mas pouco tempo depois, por decreto de 20 de janeiro de 1834, foi despachado juiz do tribunal da Relação, de Lisboa, sendo em 6 de agosto de 1839 elevado á presidencia do mesmo tribunal. Pouco depois da restauração da Carta Constitucional em 1842, foi chamado ao ministerio em 24 de fevereiro, para se encarregar da pasta da Justiça e negocios ecclesiasticos, logar em que se conservou até 14 de setembro, em que o gabinete foi reconstituido. Tendo-se demittido de presidente da Relação em 1844, voltou de novo ao ministerio em 22 de agosto de 1847, sendo-lhe então confiada a pasta do reino, em que permaneceu até 18 de dezembro do mesmo anno. Em 1847 foi tambem nomeado conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, cargo que exerceu até á data do seu fallecimento. Foi senador, no tempo em que vigorava a constituição de 1838, deputado em varias legislaturas, e elevado a par do reino por carta regia de 17 de maio de 1861. D. Pedro V o condecorou com a gran-cruz da ordem da Torre e Espada em 28 de dezembro de 1859. Foi presidente da commissão encarregada da revisão do Codigo Penal, e lidando noite e dia para bem desempenhar esse importante encargo que lhe fôra confiado, parece que esse improbo trabalho muito contribuiu para lhe abreviar a existencia. Na *Revolução de Setembro* de 8 de março de 1862 saiu a seu respeito um artigo necrologico. Escreveu: *A Revolta*, Lisboa, 1863; consta de considerações politico-juridicas sobre attribuições do Supremo Tribunal de Justiça; *Carta ao ill.mo e ex.mo sr. duque de Saldanha*, Lisboa, 1851; n'esta carta felicitava-o pelo movimento da Regeneração, revelando o profundo conhecimento que tinha dos nossos homens politicos e dos negocios publicos, apontando ao mesmo tempo as primeiras necessidades do paiz; esta carta foi traduzida em inglez e publicada em Liverpool; *Biographia do Visconde de Oliveira e par do reino Marcellino Maximo de Azevedo e Mello*, 1858. Deixou tambem publicados alguns discursos.

Mello e Castro (*Alvaro Caetano de*). Ultimo governador portuguez que teve Mombaça. Nomeado governador de Moçambique em 1722, como successor de D. Francisco de Alarcão Sotto Maior, a primeira cousa, que fez, foi restabelecer a junta do commercio. N'esse mesmo anno recebeu a doação das terras do Bazaruto, e viu-se obrigado a accommodar grandes desordens levantadas em Sena pelos frades dominicos, e por um nababo portuguez Manuel Gonçalves Guião, complicadas ainda pelo ouvidor José Moreira, que lá fôra syndicar esses acontecimentos, e que não fez senão roubos e desacertos. Chamado a Gôa em 1723, foi encarregado de commandar uma expedição enviada para a reconquista de Mombaça, que perderamos. Effectivamente a expedição foi muito feliz, Alvaro Caetano de Mello e Castro reconquistou aquella cidade, e ali ficou governando, mas quatro annos depois rebentou uma insurreição dos arabes, e Mello e Castro teve de abandonar com os seus soldados essa fortaleza, que para sempre ficou perdida.

Mello e Castro (*Antonio de*). Vice-rei da India. Era filho do almirante Francisco de Mello e Castro e de D. Angela de Mendonça. Foi nomeado governador em março de 1662, sendo autorisado um anno depois a usar do titulo de vice-rei. Partiu a tomar posse do seu cargo a bordo d'uma esquadra ingleza, porque já então nem sempre tinhamos navios que fizessem a carreira oriental, e os inglezes tinham urgencia de que partisse para a India o governador, que lhes havia de entregar Bombaim. Essa entrega era uma das clausulas do contrato de casamento de Carlos II com a princeza D. Catharina, filha d'el-rei D. João IV. Pelo mesmo contrato se obrigava a Inglaterra a estabelecer a paz entre Portugal e a Hollanda, e no caso da Hollanda não desistir de continuar a cercear nos o nosso dominio oriental, a auxiliar-nos contra ella. Antonio de Mello e Castro, quando chegou á India, encontrou Cochim cercada pelos hollandezes, e pediu logo o soccorro das esquadras inglezas, que os commandantes negaram. O governador considerou essa negativa como uma quebra do tratado, e negou-se a entregar Bombaim, pedindo novas ordens ao rei de Portugal. Respondeu-se-lhe que não tinha razão alguma nas suas duvidas, e que entregasse Bombaim. Esta resposta é muito censurada pelos nossos modernos escriptores, mas não deixou de ser correcta. O tratado estava mal feito, mas desde que estava assignado, devia cumprir-se. O tratado não dizia que os inglezes se obrigavam a auxiliar nos desde logo contra os hollandezes, dizia que se obrigavam a tratar de estabelecer as pazes entre os dois paizes, e que, se o não conseguissem em termos favoraveis para Portugal, iriam as suas esquadras auxiliar nos. Antonio de Mello e Castro, porém, queria começar pelo fim. Que os inglezes, antes de serem medianeiros, fôssem belligerantes quando elles se tinham compromettido a ser belligerantes no caso de não dar resultado a sua intervenção. Em todo o caso o pensamento de Mello e Castro era altamente patriotico, procurando, debaixo de todos os pretextos, demorar a entrega de Bombaim, e um dos pretextos que tomara, era razoavel; era a falta da assignatura de Carlos II na credencial que apresentava a pessoa, que em nome da Gran-Bretanha, devia receber Bombaim. Era uma simples formalidade, mas a sua falta constituia uma seria irregularidade. Em vista das respostas da côrte, Mello e Castro assignou a 14 de janeiro de 1665 a ordem de se entregar Bombaim, que foi entregue no dia 18. Antonio de Mello e Castro, em 17 de outubro de 1666 entregou o governo ao seu successor, e em fevereiro de 1667 regressou ao reino a bordo da nau *S. Pedro d'Alcantara*. Na India casara com D. Anna, filha de Jorge de Sousa Menezes. Vivia em Collares quando falleceu, e foi sepultado na capella-mór do convento da ordem carmelitana, *Santa Anna*, d'essa villa.

Mello e Castro (*Antonio Manuel de*). Capitão de mar e guerra, governador de Moçambique

para que foi nomeado, por decreto de 16 de fevereiro de 1785, e de que tomou posse em 11 de março de 1786. Era filho de Francisco de Mello e Castro. Conservou-se no seu governo até 19 de março de 1793. Succedeu a um governo provisorio, que deixara aquella colonia em grande decadencia, devido a muitos abusos e desleixo na administração. Mello e Castro procurou dar desenvolvimento á colonia, e salval a d'uma ruina inevitavel. Estabeleceu em 1787 a junta de fazenda da provincia e a alfandega de Ibo. Quiz estabelecer outras alfandegas em Quelimane, Inhambane, Sofala e Lourenço Marques, mas não o conseguiu, em primeiro logar porque os cofres do thesouro colonial estavam sempre vasios, em segundo logar porque os piratas, tanto arabes como europeus, assaltavam impunemente as costas, e por mais que Mello e Castro requisitasse da metropole um navio de guerra, não lh'o mandaram. Ainda assim pôde garantir um pouco o commercio, fazendo novos regulamentos e nova pauta para a alfandega, edificando a casa da alfandega, fortificando a bahia de Lourenço Marques, e reformando as fortificações de Ibo.

Mello e Castro *(Caetano de)*. Capitão de Pernambuco, vice-rei da India, etc. Era filho do vice-rei Antonio de Mello e Castro, e de D. Anna de Sousa Menezes. Embarcou a primeira vez para o Oriente em 1682 como commandante do galeão *S. Thiago*. Em 1683 foi nomeado capitão-general de Rios de Sena, Moçambique e Sofala, mas em 1686 entregou o governo ao seu successor, e regressou ao reino, sendo em 1693 nomeado conselheiro de estado, e despachado n'esse mesmo anno governador de Pernambuco, mas parece que a sua nomeação foi demorada, continuando o marquez de Montebello, que então governava a capitania, e que em 1693 findara os tres annos do seu governo, a governal-a por mais tres annos. Só em 1696 é que Caetano de Mello e Castro partiu para Pernambuco, onde muito se distinguiu, conseguindo, entre outras cousas, suffocar a insurreição dos negros de Palmares, destruindo esta cidade, que alguns negros fugitivos haviam fundado, e se fôra desenvolvendo a ponto de dar serios cuidados ás autoridades portuguezas. Depois d'uma expedição em que foi batido pelos negros, porque o capitão-general julgava menos importante, do que realmente eram, as forças do inimigo, organisou Mello e Castro um novo exercito mais poderoso, que desbaratou completamente os negros e arrasou a cidade. Em compensação d'este feito, foi nomeado em 1702 vice-rei da India, e fez ali um bom governo, readquirindo no seu tempo as armas portuguezas o prestigio que iam perdendo. Em 1704 fez sair do porto de Gôa uma armada de 7 fragatas, que destroçou inteirâmente junto de Surrate uma armada arabe. Em 1705 arrasou a fortaleza de Ambona, pertencente ao Bounsoló; em 1706 conquistou ao mesmo potentado as ilhas de Penelem e Corjuem, que nos fôram cedidas definitivamente pelo tratado de 1707 que o mesmo vice rei firmou com o mesmo Bounsoló. Tendo reparado varias fortalezas, partiu para o reino em 1707, e depois foi servir na côrte de D. João V, que sempre o considerou muito, e o agraciou com a commenda de Santa Maria, de Oliveira de Azemeis. Caetano de Mello e Castro falleceu em 6 d'abril de 1718.

Mello e Castro *(Francisco de)*. Commendador de Alcaria Ruiva, na ordem de S. Thiago, almirante da armada real, etc N. em Collares, solar da sua casa, sendo filho de Antonio de Mello e Castro, capitão das naus da India, e de D. Mecia da Silveira. Fal. em Gôa em 1644. Tendo passado á India em 1601, perdeu um olho n'um combate naval contra os hollandezes, junto da ilha de Santa Helena. Esteve na defeza da Bahia em 1624, que fôra assaltada pelos hollandezes, onde deu provas da sua bravura e intrepidez. Voltou depois ao Oriente, e em 1647 foi nomeado vêdor da fazenda, e mais tarde conselheiro do estado da India. Em 1651, tendo fallecido em viagem para o Oriente o vice-rei nomeado conde de Aveiras, Francisco de Mello e Castro teve de assumir o governo juntamente com D. Francisco dos Martyres e D. Antonio de Sousa Coutinho, governo que entregaram depois ao conde d'Obidos. Tambem teve o encargo do governo de diversas capitanias, até que em 1656, tendo morrido o conde de Sarzedas, voltou a fazer parte do conselho de governo, com Antonio de Sousa Coutinho e Manuel Mascarenhas Homem A sua administração prolongou-se até 1661, porque o conde de Villa Pouca de Aguiar, nomeado vice-rei da India, falleceu em viagem. Em 1661 entregou com os seus collegas o governo, não a um novo vice-rei, mas a outro conselho de governo, indigitado em Lisboa, e composto de D. Manuel de Mascarenhas, D. Pedro de Lencastre e Luiz de Mendoça. Em 1662, Francisco de Mello e Castro teve o prazer de vêr nomeado vice rei da India seu filho Antonio de Mello e Castro, e foi durante o governo de seu filho que falleceu Francisco de Mello e Castro casou tres vezes: a primeira com D. Izabel Abranches; a segunda com D Leonor de Mascarenhas; e a terceira com D. Angela de Mendoça, filha de Fernão de Mendoça e de D. Marianna de Noronha. Deixou manuscripta uma novella, intitulada *Brigida Nogueira*, e um poema: *Fabula do Rio das Maçãs*.

Mello e Castro *(Francisco de)* Primeiro governador com a denominação de capitão general dos estados de Moçambique, e como tal nomeado por provisão de 4 de maio de 1752; havia tomado posse do governo e feitoria da praça de Moçambique, ainda sujeito a Gôa, em 1 de fevereiro de 1750. Por carta regia de 20 de abril de 1752 fôram estes governos separados um do outro, passando Moçambique a formar um governo geral, cujo primeiro governador foi, confórme dissémos, Francisco de Mello e Castro. N. em Extremoz em 1702, e era filho do 4.º conde das Galveias, André de Mello e Castro O novo governador de Moçambique foi sempre muito cuidadoso no cumprimento das obrigações que lhe impunha o seu elevado cargo; augmentou os limites da conquista, e mais solidamente pôz em estado de defeza os seus pontos principaes, bem precisados d'este beneficio, porque em 1752, epoca da independencia de Moçambique, apenas existiam fortificadas, e muito mal, as povoações de Sena, Tete, Manica, Sofala e Inhambane; a primeira com uma fortaleza de adobe, a segunda de pedra e barro, a quarta, que é a mais antiga da provincia, de pedra e cal, porém arruinada pelas aguas do mar e do rio que a borda; e as outras de estacada, mal construidas e egualmente arruinadas; mas a actividade de Francisco de Mello

e Castro tudo remediou. Em 1753, officiaes engenheiros ou para isso habilitados, marcharam para os dois portos da provincia, encarregados de concertar o que encontrassem arruinado, e de construir obras novas onde fôssem precisas. O engenheiro Antonio José de Mello partiu para as ilhas de Cabo Delgado, incumbido de formar a carta hydrographica desde o Cabo d'aquelle nome até Moçambique, e ao mesmo tempo de fazer construir um forte na ilha de Matenos, e terminando a carta hydrographica, que mais tarde se remetteu para Lisboa, mas não continuando a construcção do forte, em consequencia de se estabelecer a capital d'aquellas ilhas na do Ibo. Concluido este trabalho foi o mesmo engenheiro construir a celebre fortaleza de Tangalane na barra do rio Zambeze em que se empregou muito dinheiro sem proveito algum, porque no fim de sete annos estava a fortificação em ruinas. Francisco de Mello e Castro transferiu a povoação de Inhambane para a peninsula de Inhalarique, onde mandou construir uma fortaleza. Na praça de S. Sebastião em Moçambique mandou fazer as duas baterias baixas por fóra dos baluartes denominados de *Nossa Senhora* e *S. João*; a obra exterior que corre da couraça da porta principal até ao baluarte de S. Gabriel; um paiol para polvora, e grandes concertos na residencia dos commandantes da mesma praça. Na cidade, além de muitas obras pequenas, deu começo á fabrica do arsenal de Marinha, e reedificou a alfandega, mandando construir junto a ella um caes com seu alpendre e guindaste. Sobre as ruinas d'este caes fez-se outro em 1802. A doação das ilhas Quirimbas, feita á corôa de Portugal, confirmou-se no tempo d'este governador, e o termo de posse, posto que fôsse remettido para a secretaria do governo geral, não existe. Outra doação de terras fez o regulo de Manica, mas Francisco de Mello e Castro, que pela sua experiencia conhecia que não as podiamos conservar, acceitou de mau grado aquella doação. Em cumprimento do alvará de 10 de junho de 1755, franqueou os portos da provincia ao commercio dos subditos portuguezes da Asia, porque até áquella epoca só o governo e os moradores de Moçambique o podiam fazer. Em 14 de maio de 1758 terminou o governo, e Francisco de Mello e Castro regressou a Portugal.

Mello e Castro *(Julio de)*. N. em Gôa em setembro de 1658, fal. a 19 de fevereiro de 1721 Era filho de Antonio de Mello e Castro, que foi governador da India. Dedicando-se á vida militar, passou para o reino, e foi servir como tenente debaixo das ordens de seu tio, o general Diniz de Mello e Castro, 1.º conde das Galveias, governador das armas na provincia do Alemtejo. Em 1682 embarcou a bordo da armada portugueza que foi á Italia buscar o duque de Saboia, que afinal não veiu, e desde então viveu na côrte, pobre, apezar de pertencer a uma nobre familia, e de ser tão apreciado o seu talento que todas as academias o requestavam. Quando se fundou a Academia Real de Historia Portugueza, em 1720, D. João V o nomeou um dos 50 academicos com que ella se constituiu. Escreveu: *Historia panegyrica da vida de Diniz de Mello, primeiro conde das Galveias, do conselho de estado e guerra de D. Pedro II e D. João V*, Lisboa, 1721; fez-se outra edição em 1744, e outra em 1752; *Problema: Quaes são os effeitos maiores: se os do odio, se os do amor?* Lisboa, 1752, ed. posthuma; *Problema: Qual é mais prejudicial ao principe: servir-se de ministro adulador, ou ambicioso? Defende se que o ambicioso*; saiu no *Museu Litterario*, 1833, de pag. 157 a 160; *Problema: Qual tem mais penosos effeitos: se a ventura ou a desgraça? Defende se que a ventura;* saiu no *Museu Litterario*, de pag. 270 a 275; *Elogio da vida e acções de Luiz do Couto Felix;* anda no volume do *Tacito portuguez*, do mesmo Couto Felix. Escreveu tambem, e imprimiu ou deixou em manuscripto romances em hendecasyllabos sobre diversos assumptos, elogios e discursos, etc. Na Academia de Historia Portugueza fôra encarregado de escrever as memorias historicas dos reis D. Sancho I e D. Sancho II, encargo que não pôde cumprir, por ter fallecido pouco depois. Fizeram o seu elogio em diversas academias o conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes, e D. José Barbosa.

Mello e Castro *(Luiz de)*. Fidalgo da Casa Real, e prior reservatario de Penacova e de Santo Estevão, de Alemquer. Escreveu: *Resumo da historia sagrada e ecclesiastica, com alguns successos mais notaveis da profana antiga e moderna; precedida d'uma breve explicação da doutrina christã*, Coimbra, 1772; fez-se nova edição em 1781, sendo augmentada com uma noticia geographica, etc.

Mello e Castro *(Martinho de)*. Estadista e grande diplomata. N. em Lisboa a 11 de novembro de 1716, fal. a 24 de março de 1795. Era filho de Francisco de Mello e Castro, descendente da familia dos Castros de Melgaço, tronco das casas dos condes de Rezende e das Galveias. Destinando-se á vida ecclesiastica, cursou Philosophia na Universidade de Evora, pertencente á Companhia de Jesus, e obteve ainda muito novo o grau de bacharel, distinguindo-se por se mostrar um fervoroso apologista da philosophia paripatetica, defendida pelos jesuitas contra os adversarios, entre os quaes tinham o mais importante logar os congregados do Oratorio. Passou depois a estudar Direito Pontificio na Universidade de Coimbra, em que recebeu tambem o grau de bacharel, e por influencia da familia foi provido ainda em curta edade n'um canonicato da sé patriarchal. Mas a sua intelligencia e vocação o chamavam a outra carreira, porque a ecclesiastica nada lhe sorria. Favorecido pela protecção e amizade de el-rei D. José, encetou a carreira diplomatica, indo em 1751 representar Portugal como enviado junto aos estados geraes das Provincias Unidas, sendo pouco depois, em 1754, transferido para a côrte de Londres, onde o rei Jorge II o tratou com a maior distincção. Succedendo em Lisboa o grande terremoto do primeiro de novembro de 1755, calamidade que excitou a compaixão dos inglezes, Jorge II resolveu acudir com avultada quantia, sob o pretexto de que Portugal ficaria collocado em serios apuros financeiros com tão lamentavel desgraça. O illustre diplomata, para não ser desagradavel ao soberano inglez, acceitou o donativo, e converteu-o a favor da sua terra, comprando com elle um parque de artilharia que mandou a el-rei D. José. Por occasião da guerra entre Hespanha e Portugal, Martinho de Mello e Castro alcançou pelo trato em que vivia com os principaes membros

do governo e com os chefes da opposição, que segundo as letras dos tratados fôssem mandados soccorros de tropas ao nosso paiz, apezar da malevolencia de lord Tyrawley, que, tendo sido pouco antes mandado a Portugal, informou o seu governo de que seria inutil qualquer auxilio porque Portugal decerto não poderia resistir a tres mezes de campanha. Foi ainda por intervenção de Martinho de Mello e Castro que se estipularam os contratos com que vieram servir no nosso exercito muitos officiaes dos que então andavam a soldo de estrangeiros, e segundo as proprias palavras do marquez de Pombal, o nosso enviado executou habilissima e zelosissimamente todas as instrucções durante a guerra de 1762. No anno de 1763 foi mandado a Paris para tomar parte no congresso em que se negociou a paz entre Portugal, França, Inglaterra e Hespanha, e pretendendo o duque de Choiseul, então ministro dos estrangeiros de Luiz XV, manter a preeminencia da sua nação na assignatura do tratado, com taes razões sustentou o nosso representante o direito de Portugal, que logrou afinal sair quanto possivel airoso d'essas pendencias diplomaticas. Diz-se que apenas terminou o congresso, el-rei D. José mostrara desejos de aproveitar o superior talento e o valioso criterio de Martinho de Mello e Castro para tomar parte no ministerio, mas que o marquez de Pombal conseguira demorar a entrada do distincto diplomata, allegando a grande falta que fazia na côrte de Londres um homem de tanta habilidade e competencia, e Martinho de Mello e Castro voltara para aquella missão diplomatica, onde se conservou até 1770, anno em que regressou ao reino, entrando então no ministerio para dirigir a repartição do ultramar, logar que ficára vago pela morte de Francisco Xavier de Mendonça, irmão do marquez de Pombal. Martinho de Mello e Castro era tido em alto conceito no paço, e era indicado pela opinião publica como um dos infalliveis successores do marquez de Pombal, se o rei viesse a fallecer, ou se por qualquer circumstancia o primeiro ministro se demitisse do elevado cargo que exercia. Martinho de Mello, apenas entrou na gerencia dos negocios, não poupava as censuras e satyras ao systema de governo seguido em Portugal e começou a disputar a primazia e a minar a influencia do marquez de Pombal, mas este em breve o fez moderar e recolher ao silencio, valendo talvez a Martinho de Mello e Castro a sua incontestavel habilidade propria e a amizade d'el-rei D. José, para que o primeiro ministro o não obrigasse a seguir o caminho do desterro, para onde já enviara tres dos seus collegas no ministerio. Comtudo, Martinho de Mello e Castro, embora se julgasse superior á justa medida dos seus merecimentos, era cuidadosamente applicado aos negocios da sua secretaria, e sobre os mais graves themas da administração e reforma das colonias, escrevia memorias e projectos que eram justamente apreciados pelo exacto conhecimento dos assumptos e pela madureza dos alvitres. Quando falleceu el-rei D. José e se desencadearam todos os odios contra o marquez de Pombal, aproveitou a occasião para se vingar, suggerindo a idéa de que se instaurasse processo contra o poderoso ministro, idéa que foi logo acceita. Foi elle quem se encarregou de annunciar ao marquez de Pombal que estava demittido dos altos cargos que exercia. No reinado de D. Maria I continuou fazendo parte do ministerio, e foi então que emprehendeu notaveis reformas, organisando o quadro dos officiaes da armada, melhorando os estudos, augmentando o numero de vasos da esquadra, mandando construir o dique no arsenal, alargando extraordinariamente a Cordoaria, e reorganisando o arsenal, podendo quasi dizer-se quo a todos os ramos de serviço naval levou a sua intelligencia e ousada iniciativa. Escreveu: *Memoria sobre o projecto da companhia da India.* São muito interessantes os documentos seguintes, parte impressos, parte manuscriptos, que servem para o estudo da historia do Brazil, e dão uma idéa da importancia dos serviços prestados por Martinho de Mello e Castro; *Memoria sobre o melhoramento dos dominios de sua magestade no Brazil*; *Instrucções de... a Luiz de Vasconcellos e Sousa ácêrca do governo do Brazil*; com a data de 27 de janeiro de 1779, e saíram na *Revista do instituto historico*, tomo XXV, de 1862, pag 479. Escreveu diversos avisos, em differentes datas, dirigidos ao Brazil, que veem mencionados no vol. XVII do *Diccionario bibliographico*, pag. 6 e 7. Escreveu tambem varias memorias sobre o commercio da Asia, o plano d'uma companhia para o negocio de Cabo Verde, etc.

Mello e Castro *(Sebastião Maria da Luz de Sampaio)*. Moço fidalgo com exercicio no paço. N. em Lisboa a 29 de maio de 1823, fal. em Runa em 1 de novembro de 1902. Era filho do 3.º conde de Sampaio, Antonio Luiz de Sampaio Mello e Castro, e de sua mulher, D. Violante Maria Rita de Sampaio e Albuquerque de Mendonça Furtado Mello e Castro Moniz Tavares de Lusiguano. Na sua qualidade de moço fidalgo segurou o missal, em que prestou juramento á Carta Constitucional D. Pedro IV. Ainda muito novo foi nomeado alferes do batalhão de caçadores de Alhandra, sendo então seu commandante o conde da Cunha. Dando provas de ser um brioso official, e prestando bons serviços, foi escolhido, tendo apenas 19 annos de edade, estando addido ao batalhão do commercio de que era coronel seu irmão, o conde e depois marquez de Sampaio, para commandar a primeira diligencia, afim de capturar os fugitivos do Limoeiro, desempenhando essa espinhosa missão com a maior competencia. Não desejando continuar na carreira das armas, em 1843, aos 20 annos de edade, começou a interessar se pela agricultura, no que era muito experimentado, e para que tinha grande vocação, pedindo a sua mãe que o encarregasse da administração das propriedades que possuia em Runa, para onde foi, e se conservou até fallecer. Prestou muitos serviços em Runa e em todo o concelho de Torres Vedras, na qualidade de presidente da camara municipal, para que foi varias vezes eleito. Casara em 20 de agosto de 1855, na egreja de S. Vicente, em Lisboa, com sua prima D. Maria José de Sampaio Mello e Castro, de quem já era viuvo. Falleceu na sua quinta da Granja, sendo a sua morte muito sentida, tanto em Runa como em todo o concelho.

Mello de Castro e Abreu *(José)*. Um dos membros da conspiração que deu em resultado a revolução de 1820. Foi um dos membros da junta que devia governar o reino até voltar do Brazil

D. João VI, e convocar no entretanto as côrtes que haviam de promulgar a constituição da monarchia.

Mello Cogominho *(Simão de)*. Senhor do morgado da Torre de Coelheiros. N. na quinta do Pinheiro, situada em Sete Rios, logar hoje incluido na cidade de Lisboa. Era filho de João de Mello Cogominho, senhor da referida Torre, senhor de Pancas, e commendador da ordem de Christo. Simão Cogominho serviu nas armadas e nas campanhas, principalmente na provincia da Beira na guerra da successão de Hespanha, com valor e intrepidez. Foi muito instruido na arte poetica e em genealogia. Casou com D. Joanna Maria de Mendoça, filha de Antonio Felix Machado da Silva, marquez de Montebello, em 22 de agosto de 1711. Fal. em 10 de novembro de 1732. Deixou em manuscripto: *Alcides Divino*, poema de 12 cantos; *Poesias varias*, que comprehende 4 comedias e orações academicas; *Arvores de costados*.

Mello e Faro *(José Dionysio de)*. N. em S. Martinho de Mouros, em 1834, fal. em Coimbra, a 8 de maio de 1877. Depois de praticar algum tempo como tachygrapho na camara dos deputados, partiu para o Rio de Janeiro, onde se conservou dedicando-se ao commercio. Ao regressar á patria com bens de fortuna, foi eleito deputado, e tornou-se collaborador effectivo do *Commercio do Porto*, publicando n'esse importante jornal varios artigos sobre assumptos de interesse publico, linhas ferreas, porto artificial de Leixões, ponte sobre o Douro, etc. Publicou tambem uma serie de artigos tratando da importancia que tiveram os vinhos portuguezes na exposição universal de 1867 em Paris, e do desenvolvimento que podia dar-se ao seu commercio. Estes ultimos artigos fôram escriptos segundo uns apontamentos colhidos pelo autor n'uma viagem por França, Belgica, Allemanha, Suissa e Hespanha. Pouco tempo depois colheu apontamentos para o livrinho patriotico, com o titulo: *Forças defensivas de Portugal, hoje e ámanhã*, Lisboa, 1868. Mello e Faro foi socio e director da Associação Commercial de Lisboa, e secretario da empresa dos carros americanos, membro da commissão Primeiro de dezembro de 1640, etc. Pertencia a diversas associações. Escreveu: *Actas das assembléas geraes em Lisboa nos dias 20 e 22 de julho de 1874*, Lisboa, 1874. No *Diario das sessões da camara dos deputados* estão publicados os seus discursos, e deixou um ou dois relatorios ácerca da gerencia da direcção da Associação Commercial de Lisboa.

Mello Franco *(Francisco de)*. Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, medico honorario da camara de D. João VI, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. em Piracatu, na provincia de Minas Geraes, Brazil, a 17 de setembro de 1757, fal. em 29 de julho de 1823. Era filho de João de Mello Franco e de D. Anna Caldeira. Fez os primeiros estudos no seminario de S. Joaquim do Rio de Janeiro, e vindo para Lisboa aos 11 annos de edade, concluiu os preparatorios, indo depois matricular-se na faculdade de Medicina, na Universidade de Coimbra. Apaixonando se pelas doutrinas dos encyclopedistas, foi preso e encerrado nos carceres da inquisição, sendo processado, chegando a sair no auto da fé celebrado em Coimbra a 26 de agosto de 1781, com a accusação de ser herege naturalista, e por negar o sacramento do matrimonio. Foi condemnado a reclusão na casa de Rilhafolles por tempo arbitrario. Afinal foi posto em liberdade, e pôde concluir os seus estudos, recebendo grau de bacharel. Casou com uma senhora que tambem estivera reclusa na inquisição, e estabeleceu-se em Lisboa, onde exerceu por muitos annos a sua profissão, sendo muito apreciado como medico. Em 1787 foi admittido na Academia Real das Sciencias, onde exerceu o cargo de vice-secretario; ali apresentou em 1790 a sua obra *Tratado de educação de meninos*, que foi muito elogiada e applaudida. Em 1817 foi por ordem de D. João VI encarregado, juntamente com Bernardino Antonio Gomes, de ir a Leorne, afim de acompanhar ao Rio de Janeiro a princeza D. Maria Leopoldina, que foi a primeira mulher de D. Pedro IV, mas apenas chegou áquella capital, houve quem fizesse acreditar a D. João VI que Mello Franco fôra um dos conspiradores que em Lisboa haviam querido desthronar aquelle soberano, e por isso foi-lhe prohibida a entrada no paço. Ao despeito que d'ahi lhe proveiu, accrescentou-se ainda a infelicidade de perder quasi totalmente a fortuna que adquirira, por ter fallido a casa bancaria onde a tinha depositado. Não perdendo, comtudo, o animo, continuou a exercer clinica, trabalhando sempre, offerecendo ainda á Academia das Sciencias um estudo *Ensaio sobre as febres*. Achando-se doente no Rio de Janeiro, saiu para S. Paulo procurando alguns allivios, mas não achando melhoras, regressou á capital, fallecendo na viagem, na altura de Ubatuba. Escreveu: *O Reino da Estupidez, poema heroi-comico em quatro cantos*, Paris, 1819; *Nova edição correcta*, Paris, 1821; *Nova edição*, Lisboa, 1833, na *Collecção dos Satyricos Portuguezes*, que fórma o tomo VI do *Parnaso Lusitano*, tambem impresso em Paris, 1834; em todas estas edições não traz o nome do autor. Consta que na Bibliotheca de Evora existem tres copias manuscriptas, declarando-se n'uma d'ellas ser autor *Fabricio Claudio Lucrecio, socio da Academia dos Observadores*, 1785. Diz Innocencio da Silva, no vol. V do *Diccionario bibliographico*: «Este poema (em que se diz tivera tambem parte José Bonifacio de Andrade e Silva, patricio e contemporaneo de Mello Franco) foi composto em Coimbra pelos annos de 1785, sendo então reformador reitor o Principal Mendonça, que nos principios do anno seguinte foi substituido pelo Principal Castro. Os verdadeiros autores tiveram arte para occultar-se por tal modo, que ninguem d'elles desconfiou, entretanto que outros totalmente innocentes no caso soffreram toda a especie de desgostos, e até perseguições officiaes, promovidas pelo despeito do corpo cathedratico, que se julgou altamente offendido por aquella satyra anonyma. Entre os perseguidos contaram-se Ricardo Raymundo Nogueira e Antonio Ribeiro dos Santos, homens cujo caracter circumspecto e principios moderados pareciam dever pol-os ao abrigo de qualquer suspeita. Os apaniguados dos lentes, e mais pessoas que o poema fulminava, trataram tambem de desforrar-se compondo á sua parte algumas satyras, que giraram manuscriptas, e nas quaes envolviam aquelles, de cujas mãos presumiam ter partido o raio. D'estas

satyras vi ainda ha pouco tempo uma, com o titulo: *O Zêlo, poema offerecido aos adoradores da Estupidez, por Patricio Prudente Calado.*» Do poema de Mello Franco saiu uma curiosa analyse critica na *Chronica Litteraria da Nova Academia Dramatica de Coimbra*, tomo I, pag. 205 e seguintes. Escreveu mais: *Tratado da educação physica dos meninos, para uso da nação portugueza, publicado por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, 1790; *Elementos de Hygiene, ou dictames theoricos e praticos para conservar a saude e prolongar a vida; publicados por ordem da Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1813. Fez se 2.ª e 3.ª edição, sendo esta ultima publicada em 1823, *revista, augmentada e correcta pelo autor*; *Ensaio sobre as febres, com observações analyticas ácêrca da topographia e clima do Rio de Janeiro; publicado pela mesma Academia*, etc., Lisboa, 1829; *Discurso recitado em sessão publica da Academia Real das Sciencias, sendo vice-secretario;* no tomo V, parte I das *Memorias da Academia*. Parece serem de Mello Franco os opusculos publicados anonymos em 1787, com os titulos de *Resposta ao Filosofo solitario*, assim como a *Medicina Theologica ou supplica humilde aos senhores confessores*, e o *Epicedio á morte do dr. José Ferreira Leal*, que vem a pag. 71 do tomo II da *Collecção de poesias ineditas dos melhores autores portuguezes*, impressa em 1810. Deixou manuscriptas varias poesias, e entre ellas umas que se intitulam *Noites sem somno.*

Mello Freire dos Reis *(Paschoal José de).* Doutor e lente jubilado da faculdade de Leis na Universidade de Coimbra, do conselho da rainha D. Maria I, desembargador da Casa da Supplicação, conego doutoral nas sés da Guarda, Faro e Braga; deputado da Mesa da Commissão geral sobre o exame e censura dos livros; deputado da Bulla da Cruzada; da Casa do Infantado, e do Conselho Geral do Santo Officio; provisor do grão-priorado do Crato, e deputado da Assembléa da ordem de Malta; socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. em Ancião a 6 de abril de 1738, fal. em Lisboa a 24 de setembro de 1798. Era filho de Belchior dos Reis e de sua mulher D. Faustina Freire de Mello. Seu pae militou na guerra da successão de Hespanha, chamada da *Grande alliança*, que durou largos annos. Desde 1706 até á pacificação de Utrecht, entrou em todas as campanhas, tornando-se sempre distincto. Sendo depois encarregado de muitas expedições militares fóra do reino, houve-se em todas com a maior rectidão e dignidade. Voltando depois á patria casou, e retirou-se á vida privada, dedicando se aos trabalhos do campo. Paschoal José de Mello, desde muito creança, começou a distinguir-se, manifestando superior intelligencia para a cultura das letras, e seu pae, conhecendo e respeitando essa vocação, tratou de a animar, dedicando inteiramente seu filho aos estudos litterarios e scientificos. Escolheu a carreira da Jurisprudencia, por julgar mais adequada ao seu caracter, que era todo de pureza de costumes e rectidão de sentimentos, o que constitue a base do caracter serio e austero d'um verdadeiro magistrado Em conformidade com os desejos de seu filho, Belchior dos Reis consentiu que Paschoal fôsse para Coimbra começar os estudos juridicos. Tinha apenas 12 annos, e com certeza seriam então raros os alumnos que em tão curta edade tivessem completado os preparatorios, e se achassem aptos para principiar os estudos superiores na Universidade de Coimbra. Belchior dos Reis, receando que Paschoal José de Mello, sendo ainda tão creança e inexperiente das cousas do mundo, pudesse dar um passo menos digno ou descuidar-se dos estudos, recommendou-o a outro seu filho, Luiz de Mello, que então era conego da sé de Coimbra. Com a sua elevada intelligencia, dedicação ao estudo e auxiliado por seu irmão, Paschoal conseguiu fazer um brilhante curso, e doutorou-se em Leis, a 3 de maio de 1757, tendo 19 annos. Foi geral a satisfação de toda a Universidade, por ter no seu gremio o novo doutor, que era dotado com o mais raro talento, e que no futuro promettia ser uma gloria para a nação. Continuando no amor ao estudo, Paschoal foi chamado repetidas vezes para reger como substituto em algumas cadeiras. Esta distincção, e ainda outros actos academicos em que figurava como oppositor, tornava cada vez mais importante a reputação litteraria que alcançara, e todos os collegios de Coimbra se interessavam em recebel-o em seu seio; porém só o conseguiu o collegio das tres ordens militares, onde tomou a beca de Aviz em 18 de dezembro de 1763 Durante todo o tempo que ahi se conservou, teve a felicidade de contar entre os seus alumnos uma serie de lentes e oppositores do mais distincto merito. Em 1765, Paschoal José de Mello fez uma brilhante ostentação, oppondo-se á cadeira de vespera da faculdade de leis, que então havia vagado. Esta ostentação mereceu-lhe que o reitor Gaspar de Saldanha, que n'aquelle tempo dirigia a corporação academica, o recommendasse ao ministro do reino com a mais honrosa especialidade nas informações, que deu ácêrca dos oppositores, que tinham entrado n'aquelle concurso. Apezar d'estas honrosas informações e de todos reconhecerem o grande merito e competencia de Paschoal José de Mello, não foi este o preferido, só por não ser o mais antigo dos concorrentes, porque n'aquella epoca estava ainda em vigor a lei, que obrigava a prevalecer o direito de antiguidade a todas as outras considerações. Em 1772 deu-se a reforma da Universidade, feita pelo marquez de Pombal. Tendo se augmentado consideravelmente os estudos, tornava-se urgente a nomeação dos melhores professores, e Paschoal José de Mello foi nomeado por decreto de 11 de setembro de 1772 substituto da cadeira de direito patrio, que então se havia creado. Pela lei da preferencia da antiguidade, ainda d'esta vez teve de ser substituto. O marquez de Pombal, que muito o respeitava, concedeu-lhe então as mesmas honras e privilegios como se fôsse effectivo, tendo o anteriormente já agraciado com o beneficio simples da collegiada de S. João Baptista, de Coruche, por decreto de 12 de julho do citado anno de 1772. N'aquella epoca o estudo de jurisprudencia civil limitava-se ao estudo das leis romanas, como se o conhecimento da legislação patria não fôsse um dos principaes, que se devesse impôr á instrucção da mocidade, que se habilitava a exercer empregos na magistratura civil. Francisco de Borja de Garção Stockler, no *Elogio historico*, que publicou em 1799, ácêrca de Paschoal José de Mello,

elogio que recitou n'esse mesmo anno perante a Academia Real das Sciencias em sessão publica, a que assistiu o principe regente D. João, diz: «Quanto não será difficil á posteridade acreditar, que uma nação europea, que nos seculos XVI e XVII emparelhava com as mais alumiadas do mundo: e que mesmo em alguns artigos as excedera, se achasse, quasi no fim do seculo XVIII, em tanta falta de luzes sobre a sua propria jurisprudencia! E' verdade, que o conhecimento das leis de um povo será sempre imperfeito sem o conhecimento das fontes, de que ellas dimanaram, e que o codigo romano é a primeira origem da legislatura portugueza; mas pretender, que este conhecimento fôsse bastante para a perfeita intelligencia e acertada applicação de nossas leis patrias, seria o mesmo que pretender conhecer toda a extensão do curso de um rio, e destruir os obstaculos que se oppõem á sua navegação, parando simplesmente em contemplar a quantidade e a direcção das aguas da sua principal vertente.» Garção Stockler faz uma larga dissertação sobre a fórma pouco apreciavel, como era considerada a nossa jurisprudencia, porque todos os jurisconsultos nacionaes olhavam-n'a com indifferença pela pouca applicação, que na sua mocidade haviam consagrado ao estudo. N'estas circumstancias os professores da nova cadeira de direito patrio, tinham que destruir erros acreditados e desfazer immensos obstaculos, e no fim de muitas combinações e de muito pensar para conseguirem os importantissimos fins de darem uma nova fórma aos estudos, conheceram que o meio mais efficaz era applicar os principios e reduzir methodicamente a sciencia juridica, compondo alguns compendios philosophicamente escriptos, que fizessem comprehender bem o espirito da legislação portugueza, e que pudessem habilitar os alumnos para o futuro virem a ser dignos interpretes da indispensavel reforma. Quando se organisaram os estatutos da Universidade, foi esta medida expressamente determinada. Paschoal José de Mello sendo mais tarde, por decreto de 21 de outubro de 1781, despachado lente proprietario da cadeira de direito patrio, de que era substituto, viu se forçado, tanto por credito seu como por obediencia, a cumprir tambem n'esta parte as obrigações de lente. A esta casual circumstancia deveu Portugal vêr a sua vasta e complicada legislação reduzida a um systema scientifico, breve e intelligivel. Paschoal José de Mello publicou então 5 volumes. A respeito d'esta obra diz Garção Stockler: «São cinco pequenos volumes de quarto, onde resplandecem egualmente a critica, a philosophia e a vastissima erudição do seu autor; contém essencialmente tudo quanto se acha comprehendido no amplissimo corpo das nossas ordenações, e na copiosissima collecção de nossas leis extravagantes, e encerram além d'isso uma grande parte dos principios mais sãos da jurisprudencia universal, que a perspicacia dos espiritos mais capazes de remontar á primitiva origem dos deveres dos homens, e aos verdadeiros principios das sociedades civis, soube derivar d'essas purissimas fontes em beneficio da humanidade. Esta obra, especialmente a parte que trata da nossa legislação criminal, constitue um monumento indelevel, que levará até á mais remota posteridade o nome do sr. Paschoal José de Mello, e fará com que elle seja contado pelos vindouros no pequeno numero de jurisconsultos philosophos, que ousaram aclarar a legislação da sua patria sem sacrificar os direitos de todos os homens ao temor de incorrer no desagrado de alguns» O 1.º volume d'esta obra tratava do direito publico; o 2.º do direito particular com relação ás cousas; o 3.º ás cousas; o 4.º ás acções e obrigações; o 5.º occupa-se do direito criminal. Estes volumes fôram todos traduzidos em latim, e publicados em Lisboa em 17c9, sendo impressos na imprensa da Academia Real das Sciencias, que elegera Paschoal José de Mello seu socio, e de quem já no anno anterior publicara a *Historia do direito civil portuguez*, tambem escripta em latim, obra que teve tres edições, sendo a mais correcta a terceira, publicada em 1800. O estudo serio e profundo que fizera da nossa jurisprudencia patria, forneceu-lhe meios felizes de ligar e deduzir pelo modo mais natural as diversas determinações legaes que devia expôr nos seus compendios, e por contemplação ao uso seguido na Universidade, sujeitou-se a empregar na exposição do direito portuguez o mesmo methodo, que tinham seguido Caio e Justiniano. O compendio de direito criminal, que dizia respeito á parte mais importante e ao mesmo tempo mais imperfeita na nossa legislação, foi o que mais seriamente occupou o nosso distincto jurisconsulto. O governo de D. Maria I, desejando que se realisasse a reforma da legislação portugueza, convocou as pessoas mais autorisadas pelos seus conhecimentos juridicos, para de commum accôrdo alterarem e simplificarem a legislação, encarregando especialmente na parte respectiva ao direito criminal Paschoal José de Mello. Formou se então uma junta de jurisconsultos, a que presidiu um ministro da inteira confiança da soberana, para se encarregarem da refórma da legislação. E assim se formou um codigo confórme os conhecimentos do seculo. Paschoal José de Mello, fazendo parte d'esta junta, foi dispensado da sua residencia na Universidade, por indicação regia de 10 de fevereiro de 1783. Quando appareceu publicada a *Historia do direito civil portuguez*, Antonio Pereira de Figueiredo fez-lhe uma grave censura. Na parte consagrada ao direito publico, Paschoal José de Mello não reconhecia illimitada a soberania regia, e foi este o motivo que obrigou a sair a campo Pereira de Figueiredo, que fulminava o nosso jurisconsulto, como impio defensor de theorias subversivas. Paschoal José de Mello respondeu n'um escripto, em que rebateu completamente a censura, e do qual houve duas edições posthumas, em 1809 e 1821. Os merecimentos do illustre academico fôram tidos em grande conta pelos nossos soberanos. Além das honras concedidas por el rei D. José, D. Maria I, depois de o ter nomeado para a junta do codigo, e de o haver provido successivamente nas conesias doutoraes das sés da Guarda, Faro e Braga, lhe concedeu a sua jubilação na cadeira de direito patrio, por decreto de 14 de janeiro de 1790. Por decreto de 12 de fevereiro de 1785 havia-lhe concedido tambem o logar de desembargador de aggravos na Casa da Supplicação, deputado da mesa da commissão geral sobre o exame e censura dos livros, em 20 de junho de 1787; deputado da Bulla de Santa Cruzado, decreto de 14 de novembro de 1783; depu-

tado da mesa prioral do Crato e de provisor do mesmo grão-priorado, em 22 de agosto de 1785; deputado da assembléa da ordem de Malta, em 2 de novembro de 1783. D. João VI, então principe regente, concedeu-lhe em 21 de agosto de 1792 o logar de deputado da Casa do Infantado; em 5 de maio de 1793 o de deputado no conselho geral do Santo Officio, e em 17 do referido mez e anno o elevou a conselheiro de sua magestade. Todas estas honras, apezar de Paschoal José de Mello ser muito respeitado, concorreram comtudo para lhe crear numerosos inimigos. Sendo victima de malquerenças e d'algumas injustiças, promovidas pela inveja, Paschoal José de Mello tornou-se altamente melancholico, e desejando abandonar a vida publica resolveu pedir a demissão do logar de provisor do grão-priorado do Crato, a qual lhe foi concedida, pela condescendencia e não por vontade do principe regente, por decreto de 10 de setembro de 1790. Todos estes soffrimentos moraes lhe abreviaram a existencia Paschoal José de Mello falleceu em Lisboa, para onde viera morar em 1796, tendo em sua companhia seu sobrinho Francisco Freire da Silva e Mello e mais pessoas de familia. Foi sepultado na ermida de Santa Rosa de Lima, em sepultura rasa, sobre a qual seu sobrinho, acima mencionado, mandou gravar um longo epitaphio latino. Foi grande o sentimento que causou a sua morte, tanto aos parentes e amigos, como aos proprios estranhos; muitas pessoas quizeram prestar lhe homenagem escrevendo composições poeticas e honrosos epitaphios, que fôram depôr sobre a sua sepultura. A Associação dos Advogados de Lisboa, em agosto de 1873 resolveu trasladar os ossos do notavel jurisconsulto, da ermida de Santa Rosa de Lima para o cemiterio dos Prazeres, onde ficaram encerrados no jazigo mandado construir pela mesma associação dos advogados, coadjuvada pela Universidade de Coimbra, Relação de Lisboa, e por alguns subscriptores. Na funebre cerimonia discursou o dr. Paulo Midosi, secretario da Associação dos Advogados. As obras de Paschoal José de Mello fôram muitos annos adoptadas na Universidade, já depois da sua morte, para servirem de compendio nas lições da cadeira de direito patrio do curso juridico, e da imprensa d'aquelle estabelecimento, saiu uma edição para uso proprio, de que foi encarregado Joaquim Ignacio de Freitas; este, com o auxilio de um sobrinho de Paschoal José de Mello, chamado Francisco Freire de Mello (*V. este nome*), conseguiu formar a nova edição, que a Universidade publicou em 1815, com uma prefacção de Freitas, em que dava conta do seu trabalho, das mil emendas que fizera, etc. Porém usava d'umas certas phrases de desfavor que a Academia Real das Sciencias julgou vêr atacado o proprio decôro e contra ellas representou ao governo, de que então fazia parte o seu vice-presidente, marquez de Borba; resultando d'essa representação uma portaria expedida ao reitor da Universidade fazendo-lhe notar a prefacção, dizendo que certamente não fôra revista por autoridade alguma, e mandando que ella se separasse das obras, e que o reformador reitor da Universidade advirtisse o autor. Esta portaria tem a data de 13 de abril de 1816, e em sua conformidade, a prefacção foi retirada nos exemplares que estavam ainda por vender. Além das obras já citadas, ha outras que fôram publicadas por Francisco Freire de Mello, as quaes são as seguintes: *Dissertação historico-juridica sobre os direitos e jurisdicção do Grão Prior do Crato, e do seu provisor; ordenada para seu uso particular, no anno de 1786*, etc., Lisboa, 1808; *Resposta de Paschoal José de Mello contra a censura do compendio «Historiae Juris Civilis Lusitani», feita por Antonio Pereira de Figueiredo, deputado da extincta Real Mesa Censoria,* etc., Lisboa, 1809; Francisco Freire de Mello addiccionou-lhe varias notas, com que novamente a publicou em 1821; *Pro Litterarum instauratione dixit Paschalis Josephus de Mello,* etc., Lisboa, 1809; *Allegação juridica feita em Coimbra no anno de 1782, em que se prova; 1.º que os melancholicos por doença não pódem fazer testamento; 2.º que as leis da amortisação comprehendem as Misericordias do reino; 3.º que o Juizo dos residuos não póde ser herdeiro*, etc., Lisboa, 1816; *Ensaio do Codigo Criminal, a que mandou proceder a rainha D. Maria I*, Lisboa, 1823; esta edição era feita sobre outra que estava muito errada, e no mesmo anno saiu outra, com o titulo: *Codigo criminal, intentado pela rainha D. Maria I, autor Paschoal José de Mello Freire; segunda edição castigada dos erros*, Lisboa. Annos mais tarde publicaram-se em Coimbra as seguintes obras: *Novo Codigo de Direito Publico*, etc, 1844, 2 tomos; estava ainda inedito, e dizem que no frontispicio declarava ser a 1.ª edição; *Projecto do Codigo criminal*, etc., 1844. Parece que se conservam ainda ineditas: *Defeza das inquisições de Portugal contra a injusta accusação do bispo de Coimbra; Regimento do Santo Officio das Inquisições, feito para se incorporar no novo Codigo*; *Resposta sobre a jurisdicção do Grão-Mestre, e Mesa da Consciencia e Ordens, sobre os bispos ultramarinos; Representação feita a Sua Magestade(*a Rainha D Maria I*), em nome e a favor de D. Martinho Mascarenhas*; este D. Martinho era o filho e successor do duque de Aveiro D. José Mascarenhas, justiçado na praça de Belem em 13 de janeiro de 1759. Saiu publicada nas *Noites de insomnia*, de Camillo Castello Branco, pag. 37 a 50 do n.º 8. Ha annos a camara municipal, para commemorar o nome do notavel jurisconsulto, denominou de *Paschoal José de Mello*, uma das novas ruas de Lisboa.

Mello Homem (*D. Thomaz José Fletcher de*). Escriptor, poeta, mais conhecido por D. Thomaz de Mello ou por D. Thomaz Fletcher, e que se tornou notavel pelo seu caracter excentrico, um pouco bohemio e muito emprehendedor. N. na Moita, onde sua familia tinha propriedades, a 23 de fevereiro de 1836, fal. em Lisboa a 3 de outubro de 1905. Era filho do tenente general D. Antonio José de Mello Homem, oriundo da familia dos condes de Murça, e de D. Constança Fletcher, dama de nacionalidade ingleza. Na sua juventude, vivendo na abundancia, pertencia á mocidade dourada da sua epoca, que despendia fortunas com actrizes, em luxuosas ceias, aventuras amorosas, corridas e esperas de touros na antiga praça do Campo de Sant'Anna, ostentando magnificas equipagens e magnificos cavallos, e, finalmente em todos os prazeres a que de ordinario se entregavam os ricos fidalgos, que muitas vezes acabavam por se cançarem e empobrecerem. D. Thomaz de Mello foi um dos mais irrequietos d'essa pleiade de nobres fidalgos do

seu tempo, perdendo assim o patrimonio que herdara. Ao vêr-se em decadencia, não desanimou. Era muito instruido, de elevada intelligencia, escriptor e poeta, possuindo sobretudo um genio emprehendedor, que lhe suggeriu diversos modos de vida a que se dedicou, muitas vezes com vantagem, mas que não sabia nunca conservar. De temperamento alegre e folgasão, sempre empregando ditos graciosos, não achava nunca difficuldades em sair de situações difficeis, que elle creava pelos incidentes de que era heroe, pelas partidas que preparava, voltando em seu proveito lances que atemorisariam outro qualquer de menos recursos, como elle relata nas suas obras. Dotado da proverbial generosidade peculiar aos caracteres de tendencia perdularia, muitas vezes dava todo o dinheiro que possuia, sem se importar com as serias difficuldades com que fica-

D. Thomaz José Fletcher de Mello Homem

va luctando frequentemente. D. Thomaz de Mello lembrou se um dia de fundar no Porto um restaurante popular, e lá foi estabelecel-o denominando-o *O Comboio*. Ali todas as comidas que appareciam na lista tinham uma designação ribombante. Esta extravagancia attrahiu numerosa concorrencia e bons lucros, mas não tardou que D. Thomaz de Mello, com a sua volubilidade, se aborrecesse d'aquelle commercio, e abandonasse o restaurante. Depois fez-se empresario do theatro do antigo Passeio Publico, de circos e feiras. Dava tambem consultas sobre traducção de arabe e do russo. Foi o inventor das celebres *Sardinhas á Rochefort*, por elle preparadas, que originaram peripecias graciosas; creou os primeiros postos medicos no Porto em 1872, estabeleceu os primeiros kiosques em Lisboa; fundou a Agencia Universal de Annuncios, a unica incumbida, por contratos especiaes, de affixar nas esquinas os cartazes de todos os espectaculos de Lisboa. Esta agencia conservou-a até fallecer. Tambem estabeleceu um *chalet* para creação de gallinhas, segundo todos os melhoramentos modernos, e chegou a ter grande porção de gallos e gallinhas, mas dizia elle, que deixara aquelle commercio por não ter que dar a comer áquelle povo gallinaceo. Conta-se que D. Thomaz de Mello no tempo da Maria da Fonte, em 1847, contando apenas 11 annos, teve a seguinte aventura O irmão do conde das Antas costumava levar o celebre jornal *O Espectro* para casa do pae de D. Thomaz de Mello, e era este o encarregado de o distribuir depois pelas residencias de alguns amigos. Mas, certa occasião, indo a cavallo foi perseguido pela policia e agarrado, e sendo-lhe descoberto o *Espectro*, que elle escondera no peito por baixo da camisa, o conduziram ao governo civil, onde o marquez de Fronteira, então governador civil, o mandou castigar com duas duzias de palmatoadas. A ladina creança ainda teve parte activa n'outro caso politico do tempo. Seu avô materno, o inglez João Fletcher, havia escondido na sua cavallariça, entre as palhas das mangedouras das vaccas, os antigos ministros Joaquim Antonio de Aguiar, Magalhães e Julio Gomes da Silva Sanches, e o deputado barão de Noronha. Chegou-se a dizer no Paço, que deviam estar escondidos em casa do Fletcher, onde deviam ir prendel-os, ao que o duque da Terceira objectou: «Não vão, que é tempo perdido. O Fletcher tem arte de os empalmar.» Não obstante a advertencia, alguns quadrilheiros do governo civil tiveram ordem de dar busca á morada do Fletcher e depois á cavallariça, onde interrogaram o pequeno D. Thomaz de Mello sobre se havia alguem escondido nas palhas das mangedouras, instigando-o ao mesmo tempo á denuncia com o engôdo de dois pintos que lhe metteram na mão. O astuto rapazinho, que conhecia as manhas das vaccas, apontou-lhes para as mangedouras, como que incitando-os a effeituarem a busca. Um dos esbirros, todo contente, encaminhou-se para ellas, mas uma das vaccas disparou-lhe logo uma tremenda parelha de coices, que o obrigou a recuar tão contundido quanto confundido, e a dar a sua missão por finda, conseguindo-se d'esta maneira livrar os politicos das garras cabralisticas. E' longa a série das excentricidades de D. Thomaz de Mello, sendo algumas muito espirituosas. Como homem de letras escreveu varios volumes, sendo 3 de memorias, varios folhetos, e uma peça theatral, *O Negro de Alcantara*, engraçada parodia ao *Othello*, que por duas epocas se representou no antigo theatro da Rua dos Condes. No Gymnasio tambem se representaram duas peças suas: *O Condemnado* e *O Apostolo de Kune*. No antigo Circo de Price representou-se a sua *pochade* em 3 actos, *Diga o ella ou a Conspiração canina*. Deixou ineditos: o 1.º e o 2.º actos d'uma parodia ao *Hamlet*, e uns trechos em verso, da peça *Ascalante*, grande parte da qual se perdeu no fogo, que teve em tempo na sua casa da calçada do Garcia. Em diversos jornaes de Lisboa encontram-se dispersas varias poesias e artigos seus. Das obras publicadas em Lisboa sabemos das seguintes: *Modesta*, 1874; *Scenas de Lisboa*, 1874, 2 tomos; *Conde de S. Luiz*, 1874; *Memorias d'um sapatinho*, 1875; *Albano ou a perseguição ás*

batotas, 1889, poemeto; *A espera dos touros*, 1897; *Bohemia antiga*, 1897; *Recordando (*Litteratura e theatro*)*; tem junto o *Negro d'Alcantara*, 1904; *Contos e casos*, de collaboração com Oliveira Mascarenhas, 1904.

Mello de Mattos *(José Maria de)*. Engenheiro chefe da 2.ª secção da 1.ª repartição da direcção geral de obras publicas e minas. Entrou como engenheiro para o serviço do Estado em 23 de agosto de 1886, passando á segunda classe em 1 de dezembro de 1892 e á primeira classe em 7 de novembro de 1901. E' filho do commerciante do Porto sr. Daniel Antonio de Mattos. Foi o primeiro que fez conferencias em Lisboa sobre a agricultura nas salas da Real Associação Central de Agricultura Portugueza, onde tambem tratou do credito agricola, dos motores agricolas, enlaçando assim os problemas de ordem diversa que mais interessam ao incremento da agricultura de Portugal. N'essa orientação tem espalhado os seus conhecimentos ainda por outras publicações technicas e scientificas, taes como: *Portugalia*, *Engenharia e architectura*, *Revista florestal*, *Boletins da Real Associação de Agricultura*, *Gazeta das aldeias*, *Portugal agricola*, etc. Assistiu ao congresso maritimo, promovido pela Liga Naval Portugueza, e como representante da Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes, tratando questões de ensino, de escolas de pescadores, systemas de pesca, fretes maritimos, portos de mar, oceanographia, *sport* nautico, e muitas outras. Os seus vastos conhecimentos litterarios e scientificos fizeram-n'o, por algum tempo, polygrapho, entrando no jornalismo em questões de critica, defendendo as doutrinas positivistas contra as de Miss Annie Besant, e refutando as affirmações contidas no *Brazil Mental*, sensivelmente distanciadas da verdade no tocante á acção intellectual exercida pelos homens da sciencia e litteratos brazileiros n'um meio onde não faltam o talento e a originalidade. Mas o sr. Mello de Mattos, quando se acha mais á vontade é no dominio do didactico, estudando os assumptos mais vitaes da economia portugueza e consagrando toda a sua actividade aos deveres profissionaes, factores imprescindiveis na grande obra da valorisação do paiz. Por isso honra se de contar na sua valiosa folha de serviços: os estudos e construcção do caminho de ferro de Torres Vedras á Figueira da Foz e Alfarellos, trabalhos nas obras publicas dos districtos de Castello Branco, Beja e Funchal; nas obras hydraulicas na ria e barra de Aveiro; na bacia hydrographica do Sado e no Ardilla, affluente do Guadiana. A cidade de Aveiro deve-lhe em especial a construcção da estrada que da barra se estende á Costa Nova e a elaboração gratuita de projectos de obras para a camara municipal. O sr. Mello de Mattos foi louvado officialmente, quando em serviço nas obras hydraulicas, pela maneira como defendeu os interesses do Estado em varias questões intentadas por particulares que pretendiam apoderar-se de terrenos alagados na ria de Aveiro, e ainda quando coordenou alphabeticamente a legislação de serviço hydraulico, dispersa em documentos emanados dos differentes ministerios. Com o architecto sr. Rozendo Carvalheira, é director technico da revista *A construcção Moderna*, collocando-a em parallelo com publicações similares estrangeiras. O sr. engenheiro Mello de Mattos tem publicado artigos na *Revista d'Obras Publicas e Minas*, na *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes* e no *Diario de Noticias*. Na *Illustração Portugueza*, de que tambem tem sido collaborador, publicou uns artigos interessantes, com o titulo de *Lisboa no anno de 2000*.

Mello e Menezes *(Fr. Diogo de)*. Monge de S. Jeronymo, professor régio de grammatica latina no mosteiro de Belem. N. em Morilhe, logar sito na margem direita do rio Douro, a 22 de dezembro de 1751, fal. em Lisboa a 27 de janeiro de 1847. Deixando muito novo a casa da familia, entrou no convento de Belem, onde em 1784 foi nomeado professor de grammatica latina. Escreveu: *Novo Epitome da grammatica latina e moderna*, Lisboa, 1795: esta obra foi reimpressa em diversas epocas pelo autor; e sempre com diversos titulos, introduzindo em cada uma das novas edições os melhoramentos e correcções que teve por convenientes; a 2.ª edição saiu com o titulo; *Arte grammatico-philosophica*, etc., Lisboa, 1803; A 3.ª *Grammatica philosophica da lingua latina, reduzida a compendio*, Lisboa, 1823; *Grammatica racional da lingua latina, dedicada ao heroe portuguez S. M. I. o senhor D. Pedro Duque de Bragança, Libertador e Regente de Portugal; para uso dos alumnos da Casa Pia de Belem*, Lisboa, 1835; com uma estampa. Esta edição traz no fim transcriptos os louvores, que a obra na sua primitiva apparição obteve d'alguns jornaes estrangeiros. Apezar d'estes louvoros a *Grammatica* não achou acolhimento favoravel entre os seus collegas no magisterio, declarando se alguns formalmente contra o seu methodo e doutrina. D'aqui provieram graves contestações, manifestadas por occasião de uns exames, a que elle concorreu juntamente com o professor, que então era no denominado Real Estabelecimento do bairro de Belem, Manuel Francisco de Oliveira. Este e os que o defendiam fizeram publicar um livro, em que as doutrinas grammaticaes de fr. Diogo eram confutadas e declaradas erroneas. Fr. Diogo pretendeu responder-lhes, e para o fazer mais a salvo e sem dependencia da censura, que não deixaria de cortar-lhe algumas phrases inconvenientes e mordazes de que se servia, mandou imprimir a sua resposta em Madrid, a qual saiu sem o seu nome, e com o titulo: *Guerra grammatico-critica declarada por dois professores a um, ou o arguente das conclusões atacado e desatacado: que para divertimento do publico dá á luz á sua custa J. D.* (João Dubeux, mercador de livros), Madrid, 1807. Com o mesmo titulo da 1.ª edição, de 1795, publicou-se em 1817, no Rio de Janeiro, uma nova edição. Apezar de não trazer o seu nome, affirma-se ser por elle escripto o seguinte opusculo: *Crates Mallotes, ou critica dialogistica dos grammaticos defuntos contra a pedanteria do tempo; escripta e publicada por Gulliver, que chegou ha pouco da outra vida*, Lisboa, 1800.

Mello e Noronha *(D. Francisco de)*. V. *Noronha*.

Mello e Sousa *(João de)*. Fidalgo da Casa Real. Nasceu em Torres Novas, e fal. em Lisboa, a 26 de março de 1575. Era filho de Diogo de Sousa e de D. Izabel de Mello. Depois de frequentar na Universidade de Coimbra o curso de Jurisprudencia Cesarea, em que tomou o grau de doutor, foi elevado a uma cadeira a 20 de abril de 1547. Exerceu o cargo de desembargador dos

aggravos na Casa da Supplicação. Deixou uma obra em latim, que se publicou depois da sua morte em Lugduni, 1615, e depois em Lisboa, 1745.

Mello e Sousa *(José Adolpho de)*. Commerciante e financeiro contemporaneo, antigo presidente da Associação Commercial de Lisboa, governador do Banco de Portugal, nomeado em outubro de 1907; conselheiro de Estado; deputado em diversas legislaturas, sendo eleito por Arganil; par do reino, nomeado em maio de 1906; director do Banco Commercial e da companhia de seguros Fidelidade, tendo n'esta qualidade prestado sempre bons serviços a estas instituições e ao commercio de Lisboa. Filiado no partido regenerador liberal, ainda no tempo do seu antigo chefe, sr. conselheiro João Ferreira Franco Pinto Castello Branco, prestou bastantes serviços em defeza do seu partido, que o elevou a par do reino e a conselheiro de Estado.

Mello e Vasconcellos *(Fr. Manuel da Soledade)*. Religioso carmelita calçado, e professor de primeiras letras no seu convento de Lisboa. Escreveu: *Compendio de poesia para instrucção da mocidade portugueza, offerecido ao ill.mo e rev.mo sr. arcebispo de Evora. D. Fr. Manuel do Cenaculo*, Lisboa, 1807; diz-se que d'esta obra existe o autographo na Bibliotheca de Evora, e juntamente duas odes do mesmo autor; *Instrucções arithmeticas para uso dos principiantes*, Lisboa, 1819; *Appendice á doutrina christã que se ensina na aula de primeiras letras*, Lisboa, 1817.

Melões. Pov. na freg. de N. S.ª do Amparo, de Mira, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Melote Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Lodares, conc. de Louzada, distr. do Porto. || O Salvador, de Novellas, conc. de Penafiel, do mesmo districto.

Melre. Pov na freg. de S. Thomé, de Caldellas, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Melres. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. de Gondomar, com., distr. e bisp. do Porto; 249 fog. e 1:240 hab. Tem esc. do sexo masc., est. postal permutando malas com o Porto, medico e pharmacia. A pov. dista 13 k da séde do conc., é muito pittoresca, e está situada na margem direita do rio Douro. Os marquezes de Marialva apresentavam o abbade, que tinha 900$000 réis de rendimento annual. A pov. é muito antiga, mas não se sabe quando, nem por quem foi fundada; é certo que já existia, pelo menos no tempo dos arabes. Melres foi antigo concelho, com camara e justiças proprias, que foi supprimido depois de 1834. A casa da camara ficou servindo de escola regia de instrucção primaria. A egreja é antiquissima. El rei D. Manuel deu lhe foral. N'esta pov. ha a capella de N. S.ª do Calvario, com boa torre e dois sinos. Foi construida á custa dos habitantes d'esta freguezia, que adquiriram no Brazil fortuna, com que vieram viver para a sua terra natal. Tambem a elles se devem os melhoramentos nas casas e quintas d'esta freg. Em varios sitios da pov. de Melres ha muitas galerias, que bem mostram ser antigas minas metallicas. Segundo a tradição, são anteriores ao dominio dos romanos, e fôram tambem exploradas pelos arabes. A pov. é fertil em cereaes, legumes, hortaliça e vinho. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Pov. na freguezia de S. Martinho, de Espiunca, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Melreu. Povoações nas freguezias: S. Matheus, de Alváres, conc. de Goes, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Melriça. Povoações nas freguezias: S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco. || Serra do distr. de Castello Branco, a NE de Villa de Rei, em direcção de E a O. Tem 10 k. de comprimento, 5 de largura, e 587 m. de altura.

Melriçal. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Melrico. Pov. na freguezia de N. S.ª da Conceição e concelho de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Melriço. Pequeno ribeiro na prov. do Alemtejo, que passa proximo de Castello de Vide. Junto a este ribeiro, e no meio d'um campo, está o *dolmen de Melriço*. A mesa era sustentada por 7 pedras, ou esteios. Parece que está já hoje tudo em ruinas.

Melrinho. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pelmá, conc. de Alvaiazere, districto de Leiria.

Melroa. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Pataias, conc. de Alcobaça, districto de Leiria.

Melroeira. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || Santa Maria Magdalena, de Turcifal, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Mem Martins Pov. na freg. de S. Pedro de Penaferrim, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. E' servida pelo apeadeiro de Algueirão, na linha do caminho de ferro de Cintra.

Memba. Importante bahia no distr. e prov. de Moçambique, Africa Oriental. Denomina-se actualmente bahia de *Duarte Pedroso*. || Pov. do distr. e prov. de Moçambique. Pertenceu ao extincto districto de Cabo Delgado. Tem commando militar.

Membro. Moeda usada nos reinos de Leão, Oviedo e Castella, e que passou a Portugal, não se sabe quando, mas com certeza antes de 1067, pois que sendo D. Garcia (filho de D. Fernando o Grande) feito rei de Portugal n'esse anno, já aqui encontrou os *membros*. Os nossos archeologos e numismographos não são concordes quanto ao valor d'esta pequena moeda; dizem uns que era o mesmo que *soldo*, ou *maravidim*, e outros que era uma fracção d'esta moeda; mas a opinião mais acceitavel é que *membro* é o mesmo que *mealha*; ainda que Viterbo diz que, como antigamente as escripturas tinham muitos breves, era possivel que dissessem *membros* por *morabitinos*, e d'aqui se podia originar o engano, e a invenção d'uma moeda, que talvez jámais existisse. Entre muitos e diversos legados que a rainha Santa Mafalda deixou no seu testamento feito em 1256 (Tom. I das *Provas da Historia Genealogica da Casa Real*), é o de uma cruz de ouro com Santo Lenho, que fôra da rainha Santa Helena, (mãe do imperador Constantino, o *magro*, o 1.º dos imperadores que se fez christão, convertido por sua mãe) *It ducentos membros veteres*, aos do-

minicos do Porto; e ao convento de S. Francisco da mesma cidade, *cem membros*.

Memello. Pov. da freg. de N. S.ª da Victoria, na 8.ª div. do conc. de Massangano, districto de Loanda, prov. de Angola.

Memende. Pov. na freguezia de S. Martinho de Covellas, concelho de Santo Thirso, distr. do Porto.

Memoria. Monumento levantado para commemorar os feitos de alguma pessoa illustre, ou algum acontecimento notavel. V *Monumento*.

Memoria. Nota diplomatica que o representante de uma nação apresenta ao governo junto do qual está acreditado com a exposição de qualquer facto. ‖ Dissertação sobre um assumpto scientifico ou litterario, destinada já a ser enviada a uma corporação, a uma academia, a uma escola ou ao governo, já a ser publicada pela imprensa. ‖ Narração historica escripta por pessoa que presenciou os acontecimentos ou nelles tomou parte. V. *Memorias*.

Memoria. Pov. na freg. de S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria.

Memoria *(Praia da)*. V. *Arnosa de Pampelido*.

Memorial. Especie de requerimento supplementar em que se recorda a petição primitiva. Documento em que a parte expõe a sua defeza ou o seu pedido, e que junta aos autos. Um dos memoriaes mais notaveis neste genero é o de D. Francisco Manuel de Mello, dirigido a D. João IV (V *esse nome*).

Memorial. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. ‖ S. Martinho, de Fornellos, conc. de Sinfães distr. de Vizeu

Memorias. São principalmente as memorias historicas e biographicas, que, litterariamente, mais se apreciam. Entre nós não existem, quasi, sendo vulgares em França e outros paizes. Muitas obras primas da litteratura franceza são *Memorias*. Talvez as cartas mais intimas dos nossos escriptores, e de outros homens illustres, possam substituir este importante genero litterario. Assim as ha do padre Antonio Vieira, D. Francisco Manuel de Mello, Camillo, e outros, muito interessantes. Podem considerar-se umas memorias os *Commentarios* de Affonso d'Albuquerque e as *Monstruosidades do tempo e da fortuna*, manuscripto do tempo de D. Affonso VI. ‖ Muitas *Memorias* nada teem de litterario, taes são as memorias administrativas, economicas, diplomaticas, judiciarias, etc. V. *Memoria*. Das collecções de memorias as mais notaveis são: *Memorias de Agricultura, premiadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa*, 1787, 1788 e 1790. *Memorias economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para adeantamento da agricultura, das artes e de industria em Portugal e suas conquistas*, 1789 a 1815. *Memorias de litteratura portugueza, publicadas pela Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1792 a 1814.

Mempastor ou Mampastor. Juiz ou qualquer outro official de justiça, que civilmente tomava conhecimento das causas, e as decidia. Em 1324 D. Affonso IV prohibiu ao mosteiro de Castro de Avellans o intrometter-se a pôr juiz, ou *mempastor*, nas aldeias e logares em que a jurisdicção civil pertencia ao rei. Em outro documento de 1340 se diz *mampastor (*Documento de Bragauça*)*. Segundo Duarte Nunes do Leão, na sua *Orthographia*, *mampastor*, ou *mamposteiro*, é o mesmo que homem posto por mão de alguem para qualquer negocio. Só se dava o nome de *mamposteiro* ao que recebia as esmolas para a remissão dos captivos e para alguns santos ou santuarios. Por fim só se dava ao que recebia o dinheiro das esmolas das bullas da Santa Cruzada.

Mena Junior *(Antonio Cesar de Gouveia Leite Farinha)*. Conductor de 2.ª classe das Obras Publicas, sub-chefe da 3.º secção (architectura) da 1.ª direcção do districto de Lisboa; archeologo, genealogista e escriptor. Socio effectivo da Associação dos conductores d'obras publicas, tendo sido vice-presidente; socio effectivo e con-

Antonio Cesar de Gouveia Leite Farinha Mena Junior

servador adjuncto da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, onde por vezes tem servido de secretario. N. em Santarem a 15 de dezembro de 1859. E' filho de Antonio Cesar de Gouveia Leite Farinha e Mena, funccionario da Direcção Geral dos Correios, tenente veterano do batalhão constitucional, e poeta, e de D. Maria Carolina Mendes Costa Farinha e Mena, filha de José Pereira de Faria Mendes Costa. Na sua ascendencia contam-se varios nomes illustres de fidalgos, como os Azevedos, de S. João do Rio, Gouveias Leite, e os notaveis architectos Frias (V. *Portugal*, vol. III, pag. 616 a 618). E' casado com D. Maria Adelaide de Castro Mena, terceira neta do celebre professor da Escola Medica, de Lisboa, Manuel Constancio. Tem dois filhos, os srs. Raphael Cesar de Castro Mena, que tambem cultiva as letras, e Julio Adriano Castro Mena. Fez o curso de conductor de obras publicas e de minas no Instituto Industrial e Commercial de Lisboa, duran-

te os annos de 1879 a 1884. Entrou para o quadro respectivo do ministerio das Obras Publicas em 18 de novembro de 1886 e foi promovido a 2.ª classe em 14 de dezembro de 1901. Nas diversas commissões de serviço publico official, que lhe teem sido incumbidas, se contam algumas importantes, taes como: Em 1893, por indicação do fallecido provedor da Santa Casa da Misericordia, de Lisboa, a da restauração da egreja de S. Roque, elaborando tambem o projecto do côro actual; em março de 1886 fez o projecto dos novos aposentos de suas altezas no palacio real de Belem; em 1896 a restauração dos aposentos de suas magestades no palacio da cidadella de Cascaes. Por varias vezes tem dirigido trabalhos nos palacios reaes das Necessidades, Queluz, Pena e Cintra, sendo o mais notavel a modificação, feita segundo o projecto do architecto sr. Rosendo Carvalheira, na sala de jantar do paço das Necessidades. Como archeologo e investigador tem impressos alguns estudos interessantes: *Memoria justificativa e descriptiva das obras executadas na egreja de S. Roque, de Lisboa, desde 12 de outubro de 1893 até 18 de junho de 1894; Um esboceto de Vieira Lusitano—Noticia historica*—Lisboa, 1903; *O pelourinho de Cintra—Noticia historica*—Lisboa, 1905; *A casa onde falleceu Bocage—Noticia historica commemorativa do 1.º centenario da morte do poeta*—Lisboa, 1905. Tem publicado varios artigos no *Archivo Historico Portuguez, Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, Diario de Noticias*, etc. Nas suas collecções de archeologo e bibliophilo encontram-se muitos objectos raros e apreciaveis. Possue um exemplar da *Marilia*, d'uma edição desconhecida e que se póde considerar como a segunda. As suas collecções de azulejos e de gravuras antigas são importantes.

Menaco. Pov. na freg. de Santa Maria, de Airão, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Menagem. A familia d'este appellido procede de Manuel Fernandes, que em 1505, no tempo d'el-rei D. Manuel, matou a Zufen, rei moiro de Sofala, e levantou n'esse reino, de boa cantaria, a torre de menagem da fortaleza, que os portuguezes ali possuiam, d'onde tomou o appellido de *Menagem*. El-rei D. Manuel deu-lhe por armas: Em campo azul uma torre de ouro perfilada de preto, com duas peças de artilharia por cada banda, saindo das frestas,uma por cima da outra; timbre, a torre. Chamava-se *torre de menagem* a principal d'uma fortaleza, onde se celebravam os actos da investidura do governador ou castellão, e em que elle jurava defender o soberano e a fortaleza até ao ultimo transe. V. *Castello*.

Mencurem. Pov. do conc. de Sanquelim, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada na margem esquerda do rio Chaporá.

Mendalho de Baixo e de Cima. Duas povoações na freguezia de S. Christovão, de Rio Tinto, conc de Gondomar, distr. do Porto.

Mendalvo. Pov. na freguezia de S. Thiago, de Evora d'Alcobaça, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Mendanha. Familia de Castella, que passou a Portugal no tempo de D. Affonso V, na pessoa de Pedro de Mendanha, alcaide de Castro Nuno. Eram as suas armas: Em campo de prata um leão negro, armado de vermelho, orla de azul, cotticada de ouro, e segunda orla de vermelho; timbre, o leão. Outros d'este appellido usam por brazão: Em campo de ouro umas ondas vermelhas, e no meio uma torre; e ainda outro: Em campo azul um corpo de armas brancas de prata trespassadas de tres setas vermelhas com as pennas de ouro; timbre, as tres setas em roquete atadas com um torçal de prata.

Mendanha *(D. Francisco de)*. Conego da ordem de Santo Agostinho. N. em Tavarede, conc. da Figueira da Foz, e viveu no seculo XVI. Era filho de João de Mendanha e de Izabel d'Azambuja. Foi educado em casa do seu avô paterno, Francisco de Mendanha, de Coimbra. Conhecendo este em seu neto grande propensão para as letras, resolveu que fôsse estudar na Universidade de Paris, onde se distinguiu na Philosophia, Theologia e Direito Pontificio, em cuja faculdade se doutorou. Aprendeu tambem as linguas franceza e italiana, que falava e escrevia com toda a correcção. Quando regressou á patria, já havia fallecido o avô, e recebeu o habito canonico da ordem de Santo Agostinho no convento de Santa Cruz de Coimbra a 18 de janeiro de 1528. Foi prior do convento de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, em 1537, sendo eleito prior triennal com o beneplacito do prior-mór D. Fernando de Vasconcellos e Menezes, bispo de Lamego, que n'elle largou o governo. No capitulo geral celebrado em 1551, saiu eleito prior geral, e n'esse anno assistiu como cancellario da Universidade de Coimbra, ao acto de Mestre em Artes que recebeu D. Antonio, filho do infante D. Luiz. Foi segunda vez eleito prior geral a 7 de novembro de 1555, e n'este governo alcançou muitos privilegios da Sé Apostolica para a sua congregação. Satisfazendo aos desejos do papa Paulo III, compoz em italiano uma *Descripção do convento de Santa Cruz*, que D. João III mandou traduzir em portuguez por D. Verissimo, conego da mesma congregação, e imprimir em 1540.

Mendanha *(Francisco Galvão de)*. Licenceado em Theologia. N. em Evora, onde tambem fal. em 5 de novembro de 1627. Era filho de João Galvão, bedel da Universidade de Evora e moço da guarda-roupa do cardeal D. Henrique. Foi beneficiado na freguezia de S. Pedro. Era muito perito na lingua latina e em humanidades, a que se applicou desde verdes annos. Tentou escrever as vidas dos bispos de todas as sés do reino e conquistas, cardeaes, santos e varões insignes, mas não chegou a concluir essa obra, deixando apenas manuscriptas, com o titulo de *Bibliotheca Portuguesa*, umas memorias que se guardavam na livraria do conde de Vimieiro.

Mendanha Metello *(Fernando)*. Escriptor. N. em Lisboa em 1617. Estudou letras humanas, e serviu na armada para o Brazil, passando depois no posto d'alferes por duas vezes á India, sendo na segunda na companhia do vice rei do Estado, o conde de Villa Pouca, em 1657, com o despacho do habito da ordem de Christo. Compoz diversas poesias que se não imprimiram

Mendares Pov. na freguezia de N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco.

Mendavão. Pov. na freguezia de S. Sebastião, de Moiriscas, concelho de Abrantes, distr. de Santarem.

Mende. Pov. na freguezia de Santa Christina, de Arões, concelho de Fafe, distr. do Braga.

Mendeira. Pov. na freg de S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. de Certã, distr. de Castello Branco.

Mendeiros de Sant'Anna Pov. na freguezia de Santa Maria e concelho de Extremoz, distr. de Evora.

Mendeiros das Vinhas. Pov. na freguezia de Santa Maria e concelho de Extremoz, distr. de Evora.

Mendes. Appellido nobre, tomado do nome proprio Mendo, de que é patrominico. Os primeiros que se encontram em Portugal, com este appellido, são os dois capitães Sueiro Mendes, *o Bom*, e Gonçalo Mendes da Maia, *o Lidador*. Eram irmãos tambem de D. Paio Mendes, arcebispo de Braga, todos nascidos na freguezia de Guilhabreu, do concelho de Villa do Conde. Não se sabe o brazão usado por esta antiga familia até ao reinado de D. Manuel, em que este monarcha, no anno de 1520, deu as seguinte armas a Manuel Mendes, descendente de Gonçalo Mendes da Maia, ou segundo outros, de Sueiro Mendes, por serviços feitos em Africa no referido anno de 1520; Escudo dividido em faxa, ua primeira, de azul, uma muralha de prata com duas torres, tudo com ameias, uma em cada canto e lavrada de negro, e uma porta do mesmo, no meio da muralha; a segunda dividida em pala; na primeira, de purpura, uma cabeça de moiro, cortada em sangue, com turbante de azul e prata; na segunda, tambem de purpura, tres lanças de prata com hasteas de ouro, em roquete. Elmo d'aço aberto, e por timbre a cabeça do moiro das armas. Outro appellido, que existe em Portugal, veiu da Galliza trazido por D. Estevão Mendes de Araujo, cujas armas são: Escudo dividido em pala; na primeira, de purpura, um braço de prata, armado d'uma espada, com guarnições de ouro, com a ponta para baixo, enfiada n'um broquel do mesmo; segunda, de ouro, lisa; elmo d'aço aberto, e por timbre o braço armado com a espada em acção de ferir. D. Antonio Mendes, 1.º bispo de Elvas, usou as armas seguintes: Em campo de ouro tres faxas de purpura, orla de prata, carregada com oito cruzes de purpura. Outros Mendes trazem: Em campo de purpura cinco bandeiras azues, duas em banda, duas em contrabanda, e uma em pala, no meio d'ellas. Hasteas de ouro e ferros da sua côr, cada uma carregada de tres crescentes de prata. Ainda ha outra familia do mesmo appellido, que tem por brazão: Campo de prata semeado de azinheiras verdes, chefe de ouro, carregado de quatro cabeças de moiro, cortadas em sangue, e toucadas de azul e prata, e, por differença, uma brica, com seu coxim.

Mendes *(D. Affonso)*. Jesuita, doutor em Theologia pela Universidade de Evora, patriarcha da Ethiopia, etc. N. em Santo Aleixo, logar do termo da villa de Moura, a 20 de agosto de 1579, segundo Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, 1.º vol. pag. 41, ou de 1575, como diz J. B. Canaes, nos *Estudos biographicos*, pag. 123.; fal. em Gôa a 29 de junho de 1656. Era filho de Lourenço Alvares e de Branca Mendes. Aos 9 annos foi chamado por seu tio Manuel Mendes de Moura, conego doutoral da sé de Coimbra, para começar os estudos no Atheneu d'aquella cidade, que cursou com tanto aproveitamento, que, não tendo ainda completado 16 annos, já sabia perfeitamente a lingua latina e rhetorica. Em 2 de fevereiro de 1593 entrou na Companhia de Jesus, onde estudou philosophia e theologia, passando depois a mestre dictando letras humanas e rhetorica durante 7 annos. Depois de professo do quarto voto em 26 de fevereiro de 1610, applicou-se com toda a dedicação ao estudo da Sagrada Escriptura e dos Santos Padres, quo depois tambem dictou durante 5 annos em Coimbra, indo mais tarde para Evora, em cuja Universidade recebeu o grau de doutor em Theologia, faculdade que ficou ali ensinando. Chegou a Madrid a fama do seu talento e da sua profunda erudição, e Filippe IV, que então dominava em Portugal, o nomeou em 1621 patriarcha da Ethiopia, verificando-se a sagração na casa professa, de Lisboa, pelo bispo do Algarve D. Fernão Martins Mascarenhas, a 12 de março de 1623. Partiu para a India acompanhado do bispo de Nicéa D. Diogo Seco, nomeado seu successor, com 17 religiosos, n'uma armada, de que era capitão Antonio Tello de Menezes. No fim d'uma viagem perigosa chegou a Moçambique, e depois a Gôa a 28 de maio de 1624, onde esperou occasião opportuna para navegar até ao Mar Vermelho, e d'ali para Fermona, côrte de imperio da Ethiopia, chegando em 12 de junho de 1625. O imperador Segued o recebeu pomposamente, dispensando-lhe os maiores affectos, e convertendo-se ao Christianismo, e ordenando aos seus vassalos que tambem abraçassem esta religião. O imperador morreu em 1632, e o que lhe succedeu, chamado Facilada, começou a perseguir os christãos, sendo por sua ordem todos despojados das fazendas, e muitos perdendo a vida com a maior crueldade. O patriarcha D. Affonso Mendes sendo expulso da Ethiopia, foi entregue aos turcos que o trataram atrozmente, levando-o para a cidade maritima Arquico em 1634, e chegando a Suaquem foi mettido n'um carcere tenebroso, onde soffreu muitos maus tratos durante um anno. Conseguiu então livrar-se d'este martyrio pela piedade dos portuguezes, alcançando a faculdade de poder partir para a India, chegando-a Gôa em 1635. Recolhido no domicilio dos padres jesuitas, não lhe servindo de obstaculo a sua avançada edade, enfraquecida por tantos trabalhos, nem a sua dignidade patriarchal, sacrificou se a servir a communidade até nos serviços mais rudes, exercitando-se em todo o genero de virtudes, instruindo as suas ovelhas com seus escriptos e mandando-lhes occultamente ministros evangelicos para que se conservassem na fé da egreja romana. Os seus altos merecimentos fôram recompensados por D. João IV, que o nomeou arcebispo de Gôa e primaz do Oriente, mas quando ali chegou a noticia, já D. Affonso Mendes havia fallecido. Escreveu varias *Cartas* sobre os seus trabalhos de missões, uma *Relação da sua entrada na Ethiopia*, que saiu traduzida em italiano com as *Cartas Annuas da Ethiopia*, Roma, 1628, e em francez, Paris, 1629; *Carta escripta de Gôa* em dezembro de 1639, em que relata o martyrio do bispo D. Apolinario d'Almeida, Manilla, 1641. Deixou em manuscripto diversas cartas e outras obras, cujos titulos veem mencionados na *Bibliotheca Lusitana*, e ainda outras que

não são ali citadas: *Tratado sobre a prisão do padre Jeronymo Lobo, preposito da casa professa da Companhia de Gôa*, escripto em 1648, existente nos manuscriptos da Bibliotheca de Evora, e duas *Cartas* escriptas de Gôa ao padre Antonio Fernandes, assistente da Companhia em Roma, na mesma bibliotheca.

Mendes *(Antonio)*. Artista do seculo XVI, que era architecto do convento da Batalha em 1578.

Mendes *(Antonio)*. Clerigo d'ordens menores e familiar do chantre da sé de Evora Manuel Severim de Faria. N. em Cunha de Baixo, logar do bispado de Lamego. Era muito apreciado pela sua boa calligraphia e pelo desenho á penna. Traduziu do latim do padre Lucas Pinello, da Companhia de Jesus: *Meditações e alguns milagres do Santissimo Sacramento*, Lisboa, 1653. E' dedicada esta traducção ao referido chantre da sé de Evora.

Mendes *(Antonio)*. Presbytero, natural de Lisboa, e que falleceu no principio do seculo XVII. Tinha fama de bom prégador. Era irmão de Gonçalo Mendes Saldanha, grande compositor de musica. Por sua morte desappareceram todas as suas composições poeticas, sendo d'ellas a mais importante uma traducção dos *Lusiadas* em verso latino. Escreveu tambem uma obra satyrica, com o titulo: *Exequias do estado da India*, de que resultou a Antonio Mendes estar algum tempo preso.

Mendes *(Antonio)*. Foi o primeiro bispo d'Elvas. N. em Caminha, e fal. em Elvas a 9 de fevereiro de 1591. Estudou em Paris, foi professor na Universidade de Coimbra, e primeiro bispo de Elvas. Quando o rei castelhano, Filippe II, passou n'essa cidade, offereceu a Antonio Mendes a mitra de Placencia, mas o prelado recusou, continuando a governar o seu bispado até que falleceu.

Mendes *(Antonio Felix)*. Professor da lingua latina, academico da Academia Latina e Portugueza, etc. N. em Pernes a 14 de janeiro de 1706, fal. em Lisboa em 1790. Era filho de Manuel Rodrigues e de Dorothéa da Conceição. Escreveu: *Grammatica latina do bacharel Domingos de Araujo, reformada, accrescentada e reduzida a methodo mais facil com a clareza que basta para que em menos d'um anno se aprenda por ella*, etc., Lisboa, 1737; parece que saiu outra edição em 1741, com o titulo: *Grammatica portugueza da lingua latina, para uso dos cavalheiros e nobres*, etc.; houve outra edição em 1749, e ainda outras, sendo a ultima em 1815, com o titulo: *Grammatica da lingua latina, reformada e accrescentada por Antonio Felix Mendes para uso das escolas d'este reino e conquistas, novamente correcta e accrescentada n'esta edição;* esta grammatica foi mandada adoptar em todas as escolas por decreto de 28 de junho de 1759, para substituir os livros elementares que os jesuitas haviam introduzido no ensino da sobredita lingua; *Elegia á morte do ill.^{mo} e veneravel D. Fr. Bartholomeu do Pilar, primeiro bispo do Grão-Pará;* saiu no fim do *Elogio* do mesmo prelado, que escreveu Filippe José da Gama, Lisboa, 1734. Sairam sem o seu nome, e são-lhe attribuidas: *Memorias para a Historia Litteraria de Portugal e seus dominios, divididas em varias cartas*, Lisboa, 1771; *Anti-Machiavelismo, ou nova sciencia e arte, que contém*, etc., *o Tolo por arte, e o sabio por geito*, Lisboa, 1760, sendo reimpressa em 1794.

Mendes *(Duarte)*. Artista do seculo XVI, que era entalhador no convento da Batalha em 1535.

Mendes *(Fernando)*. Medico que nasceu na provincia da Beira. Foi lente cathedratico da Universidade de Montpellier e depois medico da rainha de Inglaterra, D. Catharina, filha d'el-rei D. João IV. Foi elle quem descobriu a composição chamada Agua de Inglaterra, e morreu em Londres a 26 de novembro de 1724. Publicou uma obra em latim, em 1668.

Mendes *(Fernando)*. V. *Mendes (Manuel Fernando Francisco)*.

Mendes *(Fernão)*. Senhor de Bragança. Militou ao lado d'el-rei D. Affonso Henriques, de quem era cunhado, por ter casado com sua irmã D. Sancha. Teve a denominação de *Bravo*.

Mendes *(Francisco Coelho)*. Rei d'armas India, e muito apreciado na arte da armaria. N. em Lisboa a 4 de outubro de 1621, sendo filho de Antonio Coelho, rei d'armas Portugal. Deixou em manuscripto: *Origem dos brazões de armas de todos os fidalgos de Portugal com todos os seus escudos*, cujo manuscripto se conservava no convento d'Alcobaça, e existe hoje na Torre do Tombo, tendo pertencido em 1758 a Pedro de Sousa, rei d'armas Portugal; *Genealogias de diversas familias*; o manuscripto conservava-se na livraria do conde da Ericeira; D. Francisco Xavier de Menezes; *Advertencias feitas ao livro intitulado «Nobiliarchia Portugueza»*, etc., saiu no tomo VI das *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, 1748, pag. 662 até 70 ; *Thesouro da nobreza de Portugal*.

Mendes *(Francisco de Paula)*. Presbytero secular e antigo jornalista. N. em Penafiel em 1826, fal. na ilha da Madeira em 1870. Seguindo a carreira ecclesiastica, foi beneficiado na sé cathedral do Porto. Entrando para a redacção do *Jornal do Porto* ahi affirmou as suas qualidades de escriptor, conseguindo ser considerado um dos primeiros jornalistas do seu tempo. Camillo Castello Branco chamou-lhe *o primeiro prosador do Porto*, e Ramalho Ortigão, seu companheiro de redacção no *Jornal do Porto*, consagrou lhe as seguintes palavras, quando se recebeu a noticia do seu fallecimento: «Jornalista eximio entre os primeiros jornalistas portuguezes, trabalhaste consecutivamente durante vinte annos sem um dia de repouso; despedaçaste a tua bella alma repartindo a cada dia com os teus milhares de leitores em admiraveis obras d'arte que, colligidas em livros, formariam muitos tomos preciosos pela pureza da dicção, pela fineza do gosto, pela energia do criterio, pela inteireza da logica e pela perfeição na elegancia caracteristica de quanto saia da tua penna de ouro. Ninguem te conhecia, ninguem sabia o teu nome, o teu nome que tu terias immortalisado durante vinte mezes apenas dos vinte annos consecutivos em que viveste amarrado á galé da imprensa, tu tivesses firmado com elle os teus admiraveis escriptos.» Fal. d'uma tuberculose pulmonar na ilha da Madeira, para onde fôra a expensas do proprietario do *Jornal do Porto*, o sr. Cruz Coutinho.

Mendes *(Geda)*. Ourives do tempo de D. Affonso Henriques, autor d'um vaso de prata dourada, que pertenceu ao collegio de S. Bento, de Coimbra, depois de ter pertencido ao mosteiro de S. Miguel de Refoios de Basto. Tem uma inscripção

onde se lê o nome do autor, e a data em que foi feito, 1180.

Mendes (*Gonçalo*). Chanceller-mór do reino no tempo de D. Affonso II e um dos funccionarios que mais o auxiliaram na sua lucta contra o clero. Foi depois um dos regentes que governaram o reino durante a menoridade d'el rei D. Sancho II.

Mendes (*João Clemente*). Cavalleiro das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição, commendador da de S. Bento de Aviz e official da Torre e Espada; doutor em Medicina pela Universidade de Bruxellas, e cirurgião-medico da Escola de Lisboa; cirurgião de divisão do exercito, director do hospital militar de Lisboa, socio da Academia Real das Sciencias, etc. N. em Lisboa a 23 de outubro de 1819, suicidou se a 11 de abril de 1875. Era filho de Manuel Joaquim Mendes e de D. Maria Joaquina Claudina de Mendonça. Dedicando-se á carreira medica, matriculou-se na Escola Medico Cirurgica de Lisboa, e concluindo o curso em 1840 foi despachado cirurgião ajudante do batalhão de caçadores n.º 1, então em Ponta Delgada, a 2 de novembro d'esse anno, e a 23 de junho de 1842 foi promovido a cirurgião-mór para o regimento de infantaria n.º 9. Fundando-se em Lisboa no anno de 1843 o *Jornal dos facultativos militares*, foi João Clemente Mendes um dos seus mais assiduos collaboradores, mas os acontecimentos politicos d'essa epoca fizeram com que elle se afastasse por algum tempo das suas occupações especiaes, para tomar parte activa na revolução da Maria da Fonte. Sendo cirurgião-mór de infantaria n.º 6, abraçou com ardor os principios da junta do Porto, e ainda mesmo antes do golpe de estado de 6 de outubro, se havia pronunciado abertamente contra o governo de Costa Cabral, e foi elle quem publicou o folheto de Ignacio Pizarro de Moraes Sarmento relativo aos acontecimentos de maio de 1846 na provincia de Traz-os-Montes, e que se imprimiu no Porto com o titulo de *Memorandum de Chaves*. As suas convicções o levaram por fim a ser preso para bordo da fragata *Diana* e demittido em 4 de janeiro de 1847, sendo só reintegrado no seu posto depois da convenção de Gramido, assignada em 30 de junho d'esse anno, e passado á 3.ª secção por decretos de 28 de abril, 15 e 17 de julho do mesmo anno. Investido na direcção do hospital militar do Porto em 1850 ou 1851, soube ahi, apezar dos escassos recursos do edificio, introduzir grandes melhoramentos no serviço que lhe fôra commettido, e deixou assignalado o periodo da sua gerencia por importantes innovações em que deu prova d'um grande zelo e illustração. Depois de vingar o movimento da *Regeneração* em 1851, foi chamado a Lisboa, fez parte da commissão encarregada de formular o *Regulamento geral do serviço de saude do exercito*. Em 1852, pelos seus bons serviços foi agraciado com o habito da ordem de Nossa Senhora da Conceição. Em 3 de abril de 1854 foi nomeado ajudante da repartição de saude. Em 1855 foi mandado a França estudar a organisação do serviço medico militar. Visitou a Belgica, colhendo proveitosos apontamentos sobre o hospital de S. João de Bruxellas, notavel pelas illustrações medicas que n'elle exerciam, e pelo acatamento das leis hygienicas e sobretudo pelo aceio que ali se professa. Regressou á patria, havendo feito farta colheita de noções proveitosas, e trazendo o grau de doutor na faculdade de Medicina na Universidade de Bruxellas. Foi então, que pelos seus serviços scientificos recebeu o habito da ordem de Christo. Dos resultados d'esta sua tão importante commissão, publicou: *Relatorio sobre o serviço da saude militar em França; estudos e apontamentos*, Lisboa, 1857; com oito estampas lithographadas. Este relatorio divide-se em 3 partes, além da introducção: 1.ª *Serviço de saude militar em França;* 2.ª *Nota sobre a Homeopathia*; 3.ª *Impressões d'uma viagem medica* em 14 capitulos, e no fim como appendice: *Duas palavras sobre os hospitaes em geral, a proposito do hospital de S. João de Bruxellas*. Este trabalho foi apreciado muito lisongeiramente e analysado, não só pela imprensa portugueza, como a *Gazeta Medica*, de Lisboa, *Revista Medica*, *Rei e Ordem*, *Civilisação*, etc., mas até na *Espana Medica*, n.º 120 de 5 de junho de 1858, n'um artigo muito lisongeiro, assignado pelo dr. Nicasio Landa. A 12 de novembro de 1857 foi o dr. João Clemente Mendes nomeado director do hospital militar permanente de Lisboa, onde iniciou desde logo grandes melhoramentos continuando sempre, e sem descançar um só dia, em elevar esse estabelecimento á sua devida altura. Em junho de 1859 a Academia Real das Sciencias abriu-lhe as suas portas, e o governo agraciou-o com a commenda d'Aviz, prestando homenagem a seu merito, e n'esse mesmo anno foi-lhe dada a effectividade do posto de cirurgião de brigada de que tivera a graduação desde 28 d'abril de 1851, sendo em 1873 elevado a cirurgião de divisão, e por esse motivo nomeado cirurgião junto do quartel general da terceira divisão militar Foi no recolhimento de S. Pedro d'Alcantara que se deu o suicidio do dr. João Clemente Mendes, facto que todos os jornaes da epoca noticiaram. Collaborou, além dos jornaes já citados, no *Escoliaste medico*, de que passou a ser um dos redactores effectivos em 1852; *Gazeta Medica do Porto*, e em varios jornaes politicos. Escreveu mais: *A tisica pulmonar e a sua frequencia na guarnição de Lisboa*, Lisboa, 1861; *Estudo sobre a hemeralopia, a proposito dos casos observados na guarnição de Lisboa*, Lisboa, 1862.

Mendes (*João da Silva*). Abastado proprietario em Vizeu, escriptor, etc. N. n'esta cidade a 17 de abril de 1822, onde tambem falleceu em 20 de outubro de 1881. Era filho primogenito de Francisco Antonio da Silva Mendes, que morreu no exilio, refugiado em Paris desde 1828, tendo ido do Porto com as forças da junta, que tentaram resistir ao governo absolutista, e de D. Margarida Amalia da Costa e Almeida. Ainda muito novo acompanhou sua familia na emigração. Regressando a Portugal entregou-se completamente á administração de sua casa. Era homem muito illustrado, e fundou em Vizeu, juntamente com José d'Oliveira Berardo, o *Liberal*, e depois o *Jornal de Vizeu*, onde publicou estudos litterarios e archeologicos. Em 1852 publicou um drama em 4 actos, *A Santificação do Trabalho*. Collaborou tambem no *Districto de Vizeu*, de 1867 a 1876. Quando Alexandre Herculano foi a Vizeu colligir elementos para a sua *Historia de Portugal*, encontrou em João da Silva Mendes um grande auxiliar. Era um homem extremamente desinteressado e sem ambições, concentrando se sómen-

te na vida da familia. Os seus correligionarios offereceram lhe os arminhos de par do reino, e rejeitou-os Em 1870 publicou um esboço biographico do general Padua, depois visconde de Tavira. Escreveu tambem: *Memorias biographicas do coronel Francisco Bernardo da Costa e Almeida, tenente-rei da praça d'Almeida em 1810*, Lisboa, 1833; parece que se reimprimiu em 1880. Este livro trata da capitulação d'Almeida, defendendo a memoria do referido official, cujo nome fôra menos justamente envolvido nas accusações que resultaram da citada capitulação.

Mendes (*José Joaquim*). General de brigada reformado, lente do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa e das Escolas Municipaes etc. N. em Lisboa a 11 de setembro de 1849, fal. na mesma cidade a 17 de julho de 1904. Cursou o Real Collegio Militar, continuando depois os estudos na Escola do Exercito. Assentou praça na arma de infantaria em 17 de março de 1865, sendo promovido a alferes em janeiro de 1870, a tenente em agosto de 1875, a capitão em dezembro de 1882, a major em outubro de 1894, a tenente-coronel em novembro de 1897, e a coronel em agosto de 1901, reformando-se em general de brigada em 1902. Desempenhou muitas commissões de serviço com muito zelo e competencia. O seu nome ficou vinculado a muitos trabalhos da commissão geodesica, na repartição de estatistica no ministerio das obras publicas, na direcção da carta agricola, etc., recebendo portarias de louvor dos respectivos ministros ao findar as suas commissões. Era official da ordem de S. Bento d'Aviz, e possuia a medalha de prata de comportamento exemplar.

Mendes (*Fr. Lourenço*). Religioso dominico da ordem dos prégadores em Guimarães. João Baptista de Castro, no *Mappa de Portugal*, diz que este religioso dominicano, que a Egreja beatificou, muito compadecido dos moradores da comarca de Guimarães, fabricou a ponte de Cavez duas legoas além da de S. Gonçalo, em cuja obra resplandeceu a sua virtude com evidentes prodigios. Que foi a elle que um anjo em fórmas humanas entregou em Chaves, que alguns dizem ser sua patria, um cofre de reliquias que, por mandado de Deus, havia recolhido d'uma cidade de christãos, que n'aquella mesma hora fôra entrada de infieis. O beato fr. Lourenço Mendes falleceu a 27 de janeiro de 1280.

Mendes (*D. Fr. Luiz*). Grão-mestre da ordem de Malta. N. em Evora no anno de 1550, fal. na ilha de Malta, pelos annos de 1630. Foi um grande latino. Alistou-se como freire da ordem de Malta em 12 de setembro de 1571, tirando-lhe as provanças da sua antiga nobreza D. Antonio, grão-prior do Crato. Fez a guerra do Levante com D. João d'Austria, do qual foi embaixador em Malta. Dois annos foi capitão da galé *Esperança*, e na batalha de Chaca, saltando em terra, obrou grandes prodigios de bravura, saindo do combate com 28 feridas, sendo muitas d'ellas graves, que, se lhe puzeram a vida em perigo, lhe immortalisaram a fama. Em 1589 o mandou a ordem a Portugal, como recebedor das suas commendas, e depois a Roma, como embaixador de Malta. O pontifice Paulo III offereceu-lhe o bailiado d'Aquila, que elle recusou. Em 1600 foi feito conservador da sua ordem, e em 1613 general das galés da armada, e com ellas acossou os turcos, dando-lhes repetidos e sempre victoriosos combates Foi depois bailio de S. João d'Acre, commendador de Montouto e Elvas, que trocou com a commenda de Vera Cruz. Teve tambem, por graça especial, as commendas de Villa Cova, Rossas (Arouca), Froços e Algoso. O rei quiz tambem nomeal-o commendador de Santarem e Pontevel, mas elle rejeitou, em beneficio do seu antigo camarada Antonio Pereira de Lima. Em 17 de setembro de 1622 foi eleito grão-mestre da ordem de Malta, sendo o 3.º grão-mestre portuguez, e o 54.º da ordem.

Mendes (*Manuel*). Professor de latim e de grego. Era natural da Vidigueira, e ainda vivia em 1614, sendo professor de latim em Lagos, por ordem do bispo do Algarve D. Fernão Martins Mascarenhas. Estudou em Coimbra com grande applicação letras humanas e philosophia, ensinando depois em Sevilha, Algarve, e em muitas terras do Alemtejo, durante 20 annos, os preceitos grammaticaes da lingua latina, em que foi muito perito, assim como na lingua grega. Escreveu: *Vida e fabulas do insigne fabulador grego Esopo, de novo juntas e traduzidas com breves applicações moraes a cada fabula*, Evora, 1603; esta versão é em prosa; reimprimiu-se em Lisboa, 1611, 1643 e 1673; em Coimbra, 1705. Deixou alguns manuscriptos.

Mendes (*P. Manuel*). Presbytero, professor de musica, mestre de capella das cathedraes de Portalegre e de Evora, etc. N. em Evora, onde tambem fal. em 16 de dezembro de 1605. Estudou no seminario da sua terra natal as sciencias ecclesiasticas e musica. Recebendo ordens de presbytero, foi mestre da capella na sé de Portalegre, e depois da claustra da sé de Evora, sendo n'ella bacharel, quando era arcebispo o cardeal D. Henrique. Teve escola de musica, e muitos dos seus discipulos se tornaram distinctos, como Lourenço Rebello, Duarte Lobo, Filippe de Magalhães, e outros muitos dos seculos XVI e XVII. No poema de Faria e Sousa, dedicado á coroação do papa Urbano VIII, a pag. 211, figura o padre Manuel Mendes como um dos quatro principaes musicos portuguezes. No catalogo da livraria de D. João IV figuram as seguintes obras d'este compositor: *Arte de musica*; *Ductus est Jesus*, motete a 5 vozes; *Doleo super te*, idem; *Domino quando veneris*, idem; *Tu es Petrus*, motete a 6 vozes. Publicou uma *Arte de cantochão*. Dizem que na bibliotheca publica de Evora existe um codice manuscripto do seculo XVII, contendo algumas composições de diversos autores, a primeira das quaes é uma missa de quaresma a 4 vozes de *Manuel Mendes Lusitano*; o mesmo codice tambem contém uma missa ferial d'este compositor, mas consta sómente de Kirie, Sanctus e Agnus Dei. N'este codice e no catalogo de D. João IV, o nome de *Manuel Mendes* é accrescentado como qualificativo de *Lusitano*, designação que talvez lhe fôsse dada em Hespanha, onde as suas obras eram muito conhecidas.

Mendes (*Manuel Fernando Francisco*). Funccionario do Estado e escriptor publico. N. em Lisboa a 8 de outubro de 1866, sendo filho legitimo de Fernando Francisco Mendes e de D. Mathilde Rosa da Conceição. Cursou o Lyceu e a Academia Real de Bellas Artes. Entrando para a Escola Polytechnica, na qualidade de praticante da secção de Botanica, ascendeu em 1894 ao

logar, que exerce hoje de conservador da mesma repartição. Como escriptor publico, além de director litterario da *Encyclopedia das Familias*, tem dado a lume um *Diccionario da Lingua Portugueza*, uma traducção livre (em collaboração) da *Historia de Portugal*, de la Clède, a *Dynastia de Bragança* (em publicação), o *Manual do Agricultor*, e outros trabalhos que se encontram esparsos por varias publicações; escreveu o romance da vida portugueza *A Grande Canalha*, que saiu em folhetins no diario lisbonense *Folha da Tarde*, e está sendo impresso em livro. Dirigiu, por alguns mezes, o mesmo jornal *Folha da Tarde*, quando este adoptou o titulo de *Jornal do Povo*, dando sempre á sua orientação politica uma linha imparcialissima Com a mesma correcção de pontos de vista, tem Fernando Mendes redigido ou collaborado em numerosos periodicos do paiz, especialmente em revistas litterarias. Foi tambem um dos redactores do *Futuro*, de Lisboa, etc. Tem sido professor de varias disciplinas lyceaes. N'esta qualidade, publicou em 1891

Manuel Fernando Francisco Mendes

(em collaboração) um *Curso de Grammatica Portugueza*, que mereceu as mais lisonjeiras referencias do professorado e da imprensa; nas mesmas condições, publicou depois uma *Arithmetica e systema metrico* para as escolas primarias.

Mendes (*Manuel José*). Um dos fundadores do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, juntamente com homens dos mais notaveis do paiz, á frente dos quaes por muitos annos esteve Antonio Rodrigues Sampaio. Prestou n'esta associação serviços muito valiosos. Fundou o Collegio Artistico Commercial em 1859, de que foi o director e proprietario. Este collegio era ao mesmo tempo um centro de propaganda, onde se reuniam muitos dos que mais se interessavam pela illustração do povo, e onde se formavam para esse effeito variados projectos, alguns dos quaes fôram seguidos com feliz exito. Foi tambem um dos socios e fundadores da Associação Promotora da Educação Popular, de que foi presidente o visconde de Castilho; assim como da Associação Protectora de Infancia Indigente, de que foi presidente honorario. Todas estas fundações benemeritas lhe acarretaram muitos desgostos, que mais ainda se augmentaram com a morte de sua mulher, que elle muito estremecia, D. Emilia Carlota Sampaio Mendes, que falleceu em 30 de outubro de 1855. Estes desgostos o obrigaram a passar a outras mãos o Collegio Artistico Commercial, que de tão grande beneficio servia aos que d'elle se utilisavam, como enorme prejuizo causava nos seus interesses. Com o seu caracter piedoso, Manuel José Mendes nunca se recusava a acceitar alumnos gratuitos, que chegou a ter 37, o que tornava impossivel a gerencia d'aquella casa, a não ser que o seu proprietario dispuzesse d'uma fortuna collossal. Dedicando-se então mais á vida commercial, a sua capacidade foi aproveitada em muitas companhias, e especialmente na de Fiação de Tecidos Lisbonenses, e na de Credito Commercial, que dirigiu até á data da sua morte. Manuel José Mendes pertenceu a quasi todas as associações de Lisboa, a que prestou muitos serviços, e quando falleceu, era vice presidente da Associação dos Empregados no Commercio e Industria, director da Sociedade Promotora das Créches, de que foi um dos fundadores mais enthusiastas, e á qual dispensou tão assignalados serviços, que a assembléa geral deliberou collocar o seu retrato n'uma das salas do edificio. Tambem exerceu alguns cargos na administração do Montepio Geral. A sua dedicação pelos que soffrem era tão graudiosa, que nem o facto de lhe morrerem sete parentes durante a calamitosa epidemia da febre amarella em 1857, obstou a que elle prestasse valiosos serviços, que lhe mereceram a mercê de duas condecorações: o grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada, e a medalha humanitaria de prata que a camara municipal mandou cunhar para com ella galardoar as pessoas que tanto se distinguiram n'essa fatal epoca, soccorrendo os numerosos doentes da terrivel epidemia. Manuel José Mendes casou segunda vez em 18 de fevereiro de 1857 com D. Maria Constança do Nascimento Marques Mendes. Em julho ou agosto de 1878 recolheu a casa atacado da doença, que o victimou no dia 28 de novembro desse mesmo anno.

Mendes (*P. Paulo*). Jesuita. N. em Montemór o-Novo em 1614, fal. no collegio da sua ordem em Evora a 2 de abril de 1687. Era filho de Simão Mendes e de Maria Lamega. Entrou na Companhia de Jesus, no noviciado de Evora a 24 de maio de 1630, com 16 annos de edade, e fez a profissão do quarto voto a 8 de setembro de 1652. Foi preposito da casa professa de Villa Viçosa e reitor do collegio de Coimbra. Com o nome de João Paulo presbytero eborense, publicou uma traducção do livro *Divini amoris pharetra* de João Lanspergio, com o titulo: *Setas do amor divino e cartas de Christo Senhor nosso escriptas a sua esposa a alma devota*. O traductor accrescentou uma carta de Christo para a alma e outra da alma para Christo, assim como a vida de Lanspergio.

Mendes (*Rodrigo*). Licenceado em Direito, que viveu no seculo XVI. Era natural de Mourão. Escreveu uma obra com o titulo: *Pratica de arithmetica*, etc., que se imprimiu em Lisboa, 1540.

Mendes (*P. Rodrigo*). Licenceado em Canones e secretario da Junta da Bulla da Cruzada, ca-

pellão d'el-rei e confessor da real capella. Escreveu: *Tratado sobre os dois privilegios da bulla da Santa Cruzada, de eleger confessor e absolver dos reservados*, etc., Lisboa, 1621.

Mendes *(Simão)*. Cirurgião no hospital de Todos os Santos, sendo nomeado em 13 de dezembro de 1624. Falleceu em março de 1658.

Mendes *(P. Valentim)*. Presbytero e poeta. N. na cidade da Cachoeira, provincia da Bahia, a 10 de abril de 1689, fal. em 1757. Era filho do sargento-mór Antonio Mendes Falcão e de Antonia da Silva. Matriculou-se no seminario de Belem, fundado pelo P. Bartholomeu de Gusmão, e ahi principiou a sua educação litteraria. Passando em seguida para o collegio dos jesuitas, abraçou o mesmo instituto a 21 de novembro de 1703, aos 14 annos de edade. Foi depois nomeado lente de philosophia d'este instituto de ensino, recebeu tambem ordens de presbytero. A sua vida foi completamente absorvida na pratica do magisterio. Na Bahia, em Pernambuco e no Rio de Janeiro contou grande numero de discipulos de preparatorios, e na Bahia leccionou tambem theologia, e exerceu o cargo de examinador synodal. Cultivou a poesia, e distinguiu-se como orador eloquente. Dos seus muitos sermões publicaram-se os seguintes: *Sermão na festividade das onze mil virgens, padroeiras da America celebrado no convento dos religiosos da Companhia de Jesus da Bahia, metropole do Brazil, em 21 de outubro de 1732*, Lisboa, 1734; *Sermão na festividade das onze mil virgens*, etc., *prégado no Real Collegio da Bahia em 1738*, Lisboa, 1740; *Sermão do principe dos patriarchas, Santo Elias, voltando a sua imagem do Real Collegio dos Jesuitas, onde assistiu onze mezes e treze dias por occasião d'uma secca extraordinaria, para o seu magnifico convento do Carmello a 18 de maio de 1735*, Lisboa, 1735; *Sermão do glorioso Santo Ignacio, fundador da Companhia de Jesus, prégado no Real Collegio da Bahia a 31 de julho de 1735*, Lisboa, 1737; *Sermão de Nossa Senhora das Portas do Céo e de todo o bem, e collocação da sua imagem na egreja de S. Pedro da Bahia em 15 de agosto de 1737*, Lisboa, 1738; *Sermão de Nossa Senhora da Paz*, 1738; *Sermão das Lagrimas na triste soledade da Mãe de Deus, prégado na Sé da Bahia a 4 de abril de 1738*, Lisboa, 1739; *Sermão do glorioso patriarcha Santo Ignacio, fundador da Companhia de Jesus, prégado no Real Collegio da Bahia no anno de 1746*, Lisboa, 1747; *Dois sonetos em applauso do desembargador Ignacio Dias Madeira, tomando posse de ouvidor geral do crime em a cidade da Bahia*, Lisboa, 1742.

Mendes *(D. Vicente)*. Bispo do Porto, fallecido em 1296. Por causa das dissensões com o rei D. Affonso III, foi privado de todos os direitos das fazendas que iam ao Porto, ordenando el rei que os barcos descarregassem em Gaia. Para reclamar contra esta ordem regia foi a Roma, mas tendo fallecido D. Affonso e succedendo-lhe seu filho D. Diniz, este o mandou recolher á sua diocese, concedendo lhe muitas mercês e privilegios

Mendes Povoações nas freguezias: S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Antonio e conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora || N. S.ª da Conceição, de Vermoil, concelho de Pombal, distr. de Leiria.

Mendes Affonso *(Luiz José)*. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, do conselho de sua magestade, juiz de direito em Benguella e na Relação de Loanda, etc. N. no Mogadouro em 16 de julho de 1817, fal. em Lisboa a 11 de fevereiro de 1893. Serviu perto de 20 annos como juiz de Direito em Benguella e na Relação de Loanda, da qual depois foi presidente por muito tempo, e d'onde regressou em 1868, para o logar de desembargador da Relação do Porto, em que se conservou 14 annos. Em 1882 entrou para o Supremo Tribunal de Justiça, sendo, quando falleceu, um dos mais antigos magistrados d'aquelle tribunal. A sua opinião, em geral, era sempre muito considerada e respeitada. O conselheiro Mendes Affonso casou com D. Maria de Jesus Mendes Affonso.

Mendes Arnaut *(João)*. Lente jubilado de clinica cirurgica na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. N. em Penella em 1816 Foi nomeado cirurgião extraordinario do banco do hospital de S. José em 24 de novembro de 1842, ordinario em 30 de maio de 1855, extraordinario de enfermaria em 6 de agosto de 1859, director do banco em 24 de abril de 1862, e de enfermaria em 2 de junho seguinte. Jubilou-se em 8 d'abril de 1880.

Mendes Bello *(D. Antonio)*. Cardeal patriarcha de Lisboa. N. em Gouveia em junho de 1842. Logo de infancia mostrou decidida vocação para a vida ecclesiastica, e sendo confórme a vontade de seus paes, foi estudar no lyceu nacional de Coimbra, seguindo o curso com a maior assiduidade e aproveitamento raro, realisando aos 14 annos de edade brilhantes exames de habilitação, portuguez e latinidade; em 1857 entrou no seminario diocesano, terminando n'um só anno lectivo o curso de preparatorios, achando-se em 1858, aos 16 annos, habilitado para seguir o curso de theologia. Em tres annos fez este curso no seminario em que alcançou sempre distincções, sendo simultaneamente encarregado pelo reitor de commissões de serviço do seminario, importantes, que attestavam confiança na sua prudencia e capacidade. Passou cinco annos no serviço escolar do seminario, dedicando-se ao estudo e a auxiliar os progressos do instituto, captando a amizade do prelado. Em 1865 matriculou-se na Universidade no primeiro anno de Direito, fazendo o curso no prazo ordinario da faculdade, e conquistando sempre de anno para anno as melhores classificações. D. Antonio Mendes Bello era considerado na Universidade filho benemerito pelos privilegios do talento e tenacidade no estudo. Em 1873 foi nomeado professor de theologia no seminario de Elvas, onde logo evidenciou os seus grandes recursos e competencia scientifica, litteraria e religiosa no curso que regeu n'aquelle anno. Mas a sua actividade estendeu-se ainda á advocacia, que exerceu na comarca, com resultados notaveis, o que lhe valeu ser escolhido pelo bispo da diocese para o substituir em seus impedimentos no governo do bispado. Como recompensa de tantos e bons serviços D. Antonio Mendes Bello obteve as honras de conego da sé de Evora. Em 1874, a convite do governo, foi investido no cargo de vigario geral e governador da diocese de Pinhel, sendo importante a sua influencia na refórma do ensino, na moralisação dos costumes e observancia da disciplina, procedendo com bem entendida energia e ao mesmo tempo paternal cuidado, que o

seu governo deixou boa memoria n'aquelles povos. Em recompensa d'estes serviços, o cardeal patriarcha de Lisboa D. Ignacio, lhe conferiu as honras de desembargador da Relação e Curia Patriarchal. Em 1881 foi transferido para a diocese de Aveiro, em que se conservou até ser supprimido o bispado. Em 1884 fôram-lhe conferidas as honras de arcebispo, *in partibus*, de Mitylene, nomeado provisor e vigario geral do patriarchado, cargo que desempenhou com a intelligencia e zelo que sempre manifestou na direcção dos negocios ecclesiasticos. O decreto de 1 de setembro de 1894 apresentou o reverendo D Antonio Mendes Bello bispo do Algarve, o que foi confirmado pela Santa Sé no consistorio de 13 de novembro seguinte. O digno prelado chegou áquella provincia em 1 de fevereiro de 189), fazendo a sua entrada solemne e official na sé de Faro, no dia 8, sendo recebido com verdadeiro e sincero enthusiasmo tanto pelo clero como pelos seus novos diocesanos. Procedeu logo á sua visita pastoral em 24 de maio seguinte, começando pela freguezia da sé. O seminario attrahiu lhe a attenção, desvelando-se zelosamente não só a beneficiar a parte material do estabelecimento, mas todos os ramos da educação seminarista, religiosa, moral, litteraria, civil, hygienica e economica. Pelos seus esforços realisaram-se importantes obras na restauração da sé cathedral. Tem sido sempre o empenho do digno prelado o melhorar a situação do clero, e na camara dos pares tem defendido com todo o vigor essa causa, bem como todos os negocios que interessam á Egreja e ao paiz. As suas pastoraes pódem ser citadas como notaveis modelos, e sobresaem pela sublimidade dos conceitos, uncção evangelica e estylo culto. Quando em 1907 as pessoas reaes visitaram o Algarve, o nobre prelado recebeu os augustos visitantes de fórma tão captivante, que, regressando á côrte, o rei D. Carlos o agraciou com a gran-cruz e a commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição. Sendo eleito patriarcha de Lisboa, fez a sua entrada solemne na sé patriarchal em 5 de março de 1908. Pelo meio dia chegou a S. Vicente de Fóra, onde era aguardado pelo arcebispo de Mitylene governador do patriarchado, e pela irmandade do Santissimo Sacramento d'aquella freguezia com o seu juiz o sr. D. Thomaz de Vilhena. O novo patriarcha, do alto da escadaria, lançou a benção ao povo que se accumulava no largo; depois deu entrada na egreja debaixo do palio, acompanhado pelas pessoas convidadas, incluindo uma commissão dos conterraneos do digno prelado, que de Gouveia tinham vindo assistir áquelle acto. Da egreja de S. Vicente seguiu o cortejo que acompanhou o sr. patriarcha á egreja da Magdalena, o qual ia n'um coche com o seu secretario e o seu capellão, e os convidados em carruagens. A' frente do cortejo via-se um esquadrão de cavallaria. Na egreja da Magdalena era aguardado pelos representantes de suas magestades, ministerio, vice-presidente da camara municipal, commandante das guardas municipaes, dignitarios da côrte, governador civil, desembargadores do patriarchado, parochos das freguezias de Lisboa e de fóra, etc. A' entrada do templo recebeu os cumprimentos de todos os assistentes, indo depois paramentar-se para seguir processionalmente para a sé. A procissão formou-se pela seguinte ordem: á frente as irmandades do Santissimo das freguezias do Soccorro, Magdalena e da sé; seguiam-se as ordens terceiras, depois as cruzes parochiaes de Lisboa e das collegiadas dos Martyres e da sé; sacerdotes e os parochos das freguezias de Lisboa; os desembargadores da Relação e membros da Curia Patriarchal; o campanario, as basilicas, dois maceiros. O cabido de cruz alçada, capellães-cantores e musicos da sé; beneficiados e conegos; um menino do coro conduzindo a mitra sobre uma almofada de seda. A cruz patriarchal e mais sacerdotes, etc. A este grande cortejo seguia-se o pallio, ladeado de flabellos, sob o qual ia o novo patriarcha precedido do arcebispo de Mitylene. Atraz do pallio seguiam os representantes de suas magestades, vereadores do municipio e os convidados. A' entrada da sé era aguardado pelo conego arcipreste, que lhe

D. Antonio Mendes Bello

apresentou o crucifixo para beijar. O novo patriarcha dirigiu-se á capella do Santissimo, onde fez oração, e depois para a capella-mór, e ahi recebeu o acto de obediencia do corpo capitular. Em seguida dirigiu se para a cadeira gestatoria collocada sob o arco cruzeiro, e d'ali pronunciou a sua allocução ao auditorio, cantando-se então um solemne *Te-Deum*, com que terminou a augusta cerimonia. No largo da sé fez a guarda de honra uma força militar de caçadores n.º 2, com a respectiva banda.

Mendes Cardoso *(Antonio Hortensio)*. Doutor e lente cathedratico da faculdade de Canones pela Universidade de Coimbra N. em Ceia em 1790. Era filho de Diogo Lopes. Desde creança mostrou grande propensão para as letras. Feitos os necessarios estudos preparatorios em Coimbra, matriculou-se na Universidade, na faculdade de Canones em 1808, e doutorou-se a 24 de ju-

lho de 1814, tendo feito provas brilhantes tanto no acto de conclusões magnas, como no de licenceado. Foi pouco depois despachado lente substituto, e em 1827 lente cathedratico. Era um dos lentes mais considerados pela sua vasta erudição. Seguindo o partido legitimista, abandonou a Universidade no anno de 1834, indo viver para a sua casa de S. Romão, d'onde mais tarde teve de se retirar para a Covilhã por causa das perseguições que lhe moviam a quadrilha dos Brandões, de Midões, e os inimigos politicos. N'uma das vezes que occultamente atravessava a serra da Estrella, foi morto pelo creado, que o acompanhava para o roubar como roubou, mas foi depois preso e sentenciado á morte em 1839 no tribunal da Covilhã, sendo depois commutada a pena em trabalhos publicos em Africa por toda a vida. Mendes Cardoso casou em S. Romão com D. Maria Eduarda Ferreira da Fonseca e Castro, senhora de uma educação esmerada, e pertencente a familias distinctas tanto pelo lado paterno, como materno D'este matrimonio houve um filho o dr. Antonio Hortensio Ferreira da Fonseca, administrador dos concelhos da Guarda e Ceia, sendo aqui um dos principaes chefes do partido progressista, que o apresentou deputado nas eleições de 1890. Foi casado com D. Maria do Patrocinio Monteiro de Pina, da illustre familia dos Barões de S. Domingos e Alvoco da Serra, e houve d'este matrimonio o dr. Joaquim Augusto Ferreira da Fonseca, medico municipal em Ceia e deputado em 1896 pelo circulo d'Almeida; em 1899 pelo de Ceia, e em 1905, pelo de Moçambique. E' casado com D. Maria Alfreda de Barros e Cunha, filha do conselheiro João Gualberto de Barros e Cunha, que foi ministro das Obras Publicas em 1878.

Mendes de Carvalho (*Jacob de Castro*). Presbytero secular, bacharel formado em Theologia pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Buarcos em 1808, fal. em Coimbra a 29 de junho de 1868. Era filho de Antonio Carlos Pinto de Carvalho e de D. Luiza Mendes de Carvalho. Frequentou o seminario episcopal de Coimbra, e formou-se depois em Theologia, confórme dissémos. Foi parocho da freguezia do Salvador, de Coimbra, e quando esta freguezia se supprimiu, passou a ser coadjutor da sé da mesma cidade, collando-se depois como reitor da mesma cathedral em 1865. Escreveu: *Curso de Theologia moral, para servir de commentario ao compendio da mesma sciencia, de Salvador Maria Rosello*, Coimbra, 1849. Parece que esta obra é apenas coordenação dos apontamentos que elle tomara sendo alumno do Seminario Episcopal, ouvindo as prelecções do conego Antonio Dias da Silva, lente de Theologia.

Mendes de Castro (*Manuel*). Doutor em Direito Civil pela Universidade de Salamanca, e depois incorporado na de Coimbra, etc. N. em Lisboa; ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento, mas parece que já tinha morrido em 1623. Era filho de Francisco Mendes e de Maria de Castro. Depois de aprender letras humanas, passou a Salamanca, e n'aquella universidade estudou direito civil, em que recebeu o grau de bacharel, substituindo algumas vezes a cadeira de Prima, de que era proprietario o dr. Diogo Henriques. Voltando a Portugal, se incorporou na Universidade de Coimbra a 2 de outubro de 1587, onde foi conductario por provisão de 13 de fevereiro de 1589 No espaço de dois annos, que esteve em Coimbra, substituiu algumas cadeiras vagas, principalmente a dos tres livros do Codigo, mas nunca foi lente proprietario. Advogou em Madrid e depois em Lisboa, em 1601, e procurador da corôa na Casa da Supplicação, gozando no seu tempo a fama de abalisado jurisconsulto. Escreveu: *Repertorio das Ordenações do reino, novamente recopiladas, com as remissões dos Dutores do Reino que as declaram, e concordia das leis da partida de Castella*, Lisboa, 1604; outras edições, 1608 e 1623, sendo n'esta edição accrescentado por Martim Alvares de Castro, advogado da Casa da Supplicação, filho do autor. Houve outra edição em 1661, e ainda outra em 1725 O licenceado Mathias da Fonseca accrescentou tambem outra edição, Coimbra, 1743. Escreveu tambem: *Pratica lusitana*, Coimbra, 1676; fez se outra edição, *Cum commentariis a doctore F. X Sanctis da Fonseca*, Coimbra, 1739.

Mendes Cecioso (*João*). Tornou-se notavel este homem pela energia com que, em pleno seculo XVI, em despotismo monarchico, ousou defender os direitos do povo e sustentar as velhas liberdades. El-rei D. Manuel, desprezando completamente a regra pela qual os tributos só podiam ser votados pelas côrtes, lançou arbitrariamente em 1520 um imposto sobre as colheitas, imposto pesadissimo e iniquo, porque, para o lançar, consultara simplesmente, como diz Damião de Goes, os letrados e os officiaes da sua fazenda. As cidades e as villas sujeitaram-se todas, só se negou energicamente a pagar o imposto um vereador d'Evora, João Mendes Cecioso. El-rei estava então n'aquella cidade, mandou chamar o energico vereador, intimou-o a que obedecesse, pediu-lhe, e nada conseguiu. Indignado, mandou-o prender e demittir e declarar inapto para exercer de novo qualquer cargo municipal, nada conseguiu demover o animo do austero vereador. Então, vendo que as suas violencias só podiam propagar o espirito da resistencia, seguiu o systema opposto, mandando soltar Mendes Cecioso, e louvando-o muito; restituiu-lhe o cargo, e disse publicamente que desejaria que fôssem d'aquella tempera todos os que exerciam cargos publicos em Portugal. A consequencia natural d'estes louvores e d'estas declarações parecia dever ser a revogação da lei, visto que tanto se elogiava aquelle que lhe resistira. Pois não aconteceu assim; a resistencia de Cecioso foi apenas um energico brado e não teve o mais leve resultado pratico.

Mendes da Costa (*Manuel*). Poeta latino muito apreciado, que viveu no seculo XVII. Era natural de Alvito. Escreveu: *Verarum Metamorphoseon Libri XIII*. etc, cujo manuscripto tem a data de 1613, e existe na Bibliotheca de Evora. Na *Revista Litteraria* do Porto, de 1842, vem uma curiosa noticia de Cunha Rivara, ácêrca d'este poema e do seu autor, noticia que foi transcripta no *Diario do Governo*, n.º 42, do 15 de fevereiro do mesmo anno. Um episodio d'este poema, com o titulo de *Sacrificio de Abraham*, foi traduzido por José Maria da Costa e Silva, e inserto no jornal *O Ramalhete*, n.º 216, de 11 de abril de 1842, a pag. 110.

Mendes Coutinho (*Antonio Affonso*). Bacharel formado em Direito na Universidade de Coim-

bra, juiz de Direito na comarca de Bardez, India, etc. Fal. em 1856. Escreveu: *Apontamentos sobre a praça de S. José de Bissau e suas immediatas dependencias*, etc., Lisboa, 1853, com a planta da praça.

Mendes Guerreiro (*João Verissimo*). Inspector geral de engenheiros, archeologo, vogal effectivo do Conselho Superior de Obras Publicas e Minas, do Conselho dos Monumentos Nacionaes, do conselho de Tarifas e do Conselho Superior do Commercio e Industria. E' natural do concelho de Caminha, e tem o curso de engenheiro pela Escola de Pontes e Calçadas, de Paris, que frequentou com muita distincção. Foi nomeado para o corpo de engenharia civil em 22 de outubro de 1864, passando a chefe de 1.ª classe em 1 de dezembro de 1892, a inspector em 7 de novembro do 1901 e a inspector geral em 31 de janeiro de 1905 Esteve alguns annos ao serviço da firma constructora Cail & Compagnie, entrando depois ao serviço do ministerio das obras publicas, desempenhando varias commissões importantes, como a de director das obras publicas do districto de Portalegre. O sr. engenheiro Mendes Guerreiro foi sempre um dos mais estrénuos advogados da construcção de docas e caes acostavel em frente da cidade á imitação das obras de Antuerpia, que o illustre engenheiro visitou, e cujo pensamento, por assim dizer, transplantou para o nosso porto. Nomeado director das obras publicas foi então o fiscal do governo junto da empresa constructora Hersent. E' um trabalhador incansavel, homem de sciencia muito considerado. Bastantes trabalhos lhe deve o paiz, e entre elles se contam, como um dos mais notaveis, o projecto da colonia agricola de Villa Fernando para correcção de menores, cuja construcção dirigiu, sendo no seu genero um estabelecimento modelar. De collaboração com o então visconde de S. Januario, ao tempo major do estado maior, formulou o primeiro projecto das obras do porto de Lisboa, que annos depois conseguiram vêr realisadas, e que transformaram as condições d'um dos melhores portos do mundo. São numerosas as commissões officiaes de que o sr. engenheiro Mendes Guerreiro tem sido encarregado no estrangeiro pelos differentes governos, devendo especialisar-se a representação do paiz em muitos congressos de caminhos de ferro.

Mendes Leal (*Antonio Joaquim Theodorico*). Escriptor dramatico e poeta. N. em Lisboa a 1 de julho de 1831, onde tambem fal. em 14 de agosto de 1871. Era filho de José Maria da Silva Mendes Leal e de D. Maria Domingas d'Ascensão Botelho Barbosa, irmão do considerado estadista e homem de letras José da Silva Mendes Leal Junior (*V. este nome*). Tinha um caracter irrequieto e um tanto bohemio. Apezar de muito intelligente, nunca se dedicou seriamente ao estudo. Escrevia á pressa e sem meditar no trabalho que ia fazer. Enthusiasmado pela arte dramatica, só pensava no theatro, a ponto de se fazer actor de provincia e do Brazil. Teve por empresario o actor Xavier de Macedo, e casou com uma sua filha, chamada Florinda. Estreou-se como, autor dramatico, com a comedia-drama em 3 actos, *Abel e Caim*, que se representou no Gymnasio com geral applauso, e se imprimiu em 1859; n'este mesmo anno publicou um volume de poesias. As suas peças são, na maior parte, traduzidas do francez. Originaes lembram-nos as seguintes: *Uma victima*, comedia drama em 3 actos, representado no antigo theatro da Rua dos Condes, publicado em 1860; *Dôr e amor*, em 3 actos, Lisboa, 1861; *Os tres mundos*, 3 actos; *Os zuavos*, comedia em 1 acto, a proposito dos zuavos francezes que representaram no extincto theatro D. Fernando e no da Floresta Egypcia, em 1857, etc. Traducções: *Comedia por causa dos romances*, em 3 actos; *O que são apparencias*, *Mel e fel*, *A corda sensivel*, *Um casamento em miniatura*, *Bolsa ou vida*, *Marido, mulher e tio*, comedias em 1 acto; *Uma viagem á China*, *Flôr de chá*, operas comicas em 3 actos, etc.

Mendes Leal (*Joaquim José da Silva*). Empregado aposentado da contadoria do hospital de S. José. N. em Lisboa a 24 de abril de 1821, sendo filho de José Maria da Silva Mendes Leal e de sua mulher D. Maria Domingas d'Ascensão Botelho Barbosa; irmão do estadista José da Silva Mendes Leal Junior e do escriptor Antonio Theodorico Mendes Leal. Interrompendo a sua carreira de estudante em 1834, por causa dos successos politicos d'aquella epoca, que não lhe permittiram seguir o curso do seminario de Santarem, obteve uma collocação no commercio, onde esteve até 1843. Ali estudou particularmente as linguas franceza e ingleza, sendo depois nomeado amanuense da contadoria do hospital de S. José. Por decreto de 25 de maio de 1891 foi aposentado no seu logar de 1.º official-chefe de repartição da referida contadoria. Foi muitos annos revisor do *Jornal do Commercio*, de Lisboa, e fundou em 1852 um jornal intitulado *Paquete commercial*, destinado ao commercio, e que durou até 1854. Collaborou nos jornaes: *Rei e Patria*, *Nação* e *Jornal do Commercio*, em defeza dos direitos e interesses do hospital de S. José. Foi agraciado com o habito da ordem da Torre e Espada, e possue a medalha humanitaria de prata que a Camara Municipal de Lisboa concedeu aos que prestaram serviços na epidemia da febre amarella em 1857. Os muitos e bons serviços prestados por este funccionario, no hospital de S. José, acham-se mencionados n'um opusculo, que elle publicou em 1879, com o titulo: *Memoria... offerecida aos dignos pares do reino e deputados da nação portugueza, por occasião de entregar o seu requerimento dirigido ás côrtes, pedindo lhe sejam remunerados os serviços feitos no hospital de S. José e sua antiguidade como empregado na contadoria do mesmo hospital*. Escreveu: *Descripção historica da ermida de Nossa Senhora do Monte e S. Gens*, Lisboa, 1860; 2.ª edição, Lisboa, 1893; *Epitome dos melhoramentos estabelecidos desde 1851 a 1859 no hospital de S. José e annexos pela administração dos mesmos hospitaes, de que é enfermeiro mor o conselheiro Diogo Antonio Correia Sequeira Pinto*, etc., Lisboa, 1860; *O consorcio de Lucrecia*, comedia em 1 acto, representada no Gymnasio, Lisboa, 1862; *Relatorio e contas da gerencia da real irmandade de Nossa Senhora da Conceição da egreja dos Anjos, de 1881 a 1882*, Lisboa, 1882; *Relatorio da gerencia de 1882 a 1883*, Lisboa, 1883; n'estes relatorios se encontram noticias historicas ácêrca da referida irmandade; *Um par desegual*, comedia em 1 acto, representada no theatro da Rua dos Condes; saiu impressa nos primeiros numeros do jornal *Flôr litteraria*; *O mercado das creadas* e *Ir á força*

para casar, comedias em 1 acto representadas na Rua dos Condes; *Um casamento na Panasqueira*. O sr. Joaquim da Silva Mendes Leal foi alguns annos proprietario d'uma typographia, ao Poço do Borratem. Em manuscripto conserva uma minuciosa historia da egreja matriz de Loures.

Mendes Leal *(José Joaquim)*. Capitão de infantaria n.º 17, lente adjunto da primeira cadeira da Escola do Exercito, do conselho de S. M. el-rei sr. D. Manuel II, etc. N. em 29 de maio de 1863, assentou praça em 30 de julho de 1881, sendo promovido a alferes em 9 de janeiro de 1884, a tenente a 19 de setembro de 1889, e a capitão em 30 de dezembro de 1897. E' cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz por serviços distinctos, e possue a medalha de prata de comportamento exemplar. Em março de 1909 fôram-lhe incumbidas as funcções de presidente da camara dos deputados.

Mendes Leal Junior *(José Maria da Silva)*. Bibliothecario-mór da Bibliotheca Nacional de Lisboa, deputado, par do reino, ministro e conselheiro de Estado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Paris e Madrid, socio effectivo e secretario da segunda classe da Academia Real das Sciencias de Lisboa, membro do Conservatorio Real e de outras associações scientificas e litterarias de Portugal e Brazil, socio das Sociedades de Geographia de Lisboa, Paris e Londres, da associação dos jornalistas e escriptores portuguezes, jornalista, poeta, etc. N. em Lisboa, a 18 de outubro de 1818, fal. em Cintra a 22 de agosto de 1886. Era filho de José Maria da Silva Mendes Leal, e de sua mulher, D. Maria Domingas d'Ascensão Botelho Barbosa. Achando-se á frente d'uma numerosa familia e dispondo de poucos meios, o pae de Mendes Leal estabeleceu-se em Lisboa como professor de musica, e ganhava a sua vida, não só dando lições, mas indo tocar piano a casas particulares em noites de sarau, procurando sempre desveladamente tratar da educação de seus filhos. Mendes Leal Junior, depois de ter estudado instrucção primaria, foi cursar humanidades nas aulas do convento de S. Vicente de Fóra, para adquirir a instrucção necessaria á vida ecclesiastica, seguindo assim os desejos de seu pae e de seu tio, o vigario de Loures, Francisco de Borges Ferreira, seu amigo muito dedicado, e que fôra o seu primeiro professor de latim. Não o chamava, porém, a vocação para a vida claustral, e começou a afastar-se das aulas de S. Vicente. D'este procedimento provieram desavenças com seu pae, motivo que o resolveu a abandonar a casa paterna, emancipando-se assim da tutela paternal. Esta desobediencia e rebeldia era a primeira manifestação do seu animo, depois tão forte e varonil, e tão provoado em tantos contratempos e amarguras. Mendes Leal contava 17 ou 18 annos, e já compuzera os seus primeiros versos. Conseguira ser nomeado em portaria de 28 de julho de 1836, official honorario da Bibliotheca Publica, declarando-se no diploma que era sem vencimento. Sem recursos de qualidade alguma, não podia deixar de procurar na arte musical, a que tambem se dedicara, seguindo o exemplo de seu pae, os meios de subsistencia. Alvorecêra lhe, porém já o talento litterario e poetico, e em 1837 publicou os seus primeiros versos no *Recopilador*, que sairam sem assignatura. Em 1839 escreveu o seu primeiro drama, *Os Dois renegados*, em 5 actos e 7 quadros, que se representou pela primeira vez na Rua dos Condes a 9 de julho de 1839, obtendo um exito enorme. Este triumpho abriu-lhe de par em par as portas do theatro. Em 1840 escrevia *O homem da mascara negra*, depois *D. Maria de Alencastro* e *A pobre das ruinas*, premiadas pelo Conservatorio, *O pagem d'Aljubarrota*, *O caçador*, farça lyrica em 1 acto, e muitas outras peças que se representaram alcançando sempre grandes applausos. Mendes Leal tornou se o autor da moda, e o theatro obtinha enchentes successivas com a representação das suas peças. Ao mesmo tempo cultivava a poesia lyrica, e estreava-se n'um genero novo, o romance historico, e publicou diversas composições em verso e em prosa no *Panorama*, *Revista Universal* e *Mosaico*. Tendo-se relacionado intimamente com Rodrigo de Lima Felner, foi por este arrastado para a politica, e filiou-se no partido conservador. Faltavam a este partido jornalistas que pudessem competir com os escriptores progressistas de então, e principalmente com Antonio Rodrigues Sampaio, que fazia uma vigorosa propaganda na *Revolução de Setembro*. O talento de Mendes Leal já estava tão conhecido que os seus amigos o indigitaram ao conde de Thomar como jornalista vehemente, que poderia prestar grandes serviços. Effectivamente em 1846 entrava para a redacção da *Restauração da Carta*, jornal que apparecera n'esse anno, e desde então não deixou nunca de ser jornalista e homem politico. Não abandonava, comtudo, a litteratura, e n'esse jornal pulicou em folhetins um romance, intitulado: *A Estatua de Nabuco*. Rebentara, entretanto, a revolução da *Maria da Fonte*, e Mendes Leal, que já adquirira prestigio entre os seus correligionarios, fôra nomeado secretario geral do governo civil de Vianna do Castello e encarregado de acompanhar ao Porto o duque da Terceira. O valente general foi preso pelos insurgentes, porém Mendes Leal conseguiu escapar-se, e foi tomar posse do seu logar de secretario do governo civil, tendo de exercer tambem interinamente o logar de governador civil, que desempenhou com muita energia e muito acerto. Foi n'esta occasião que se encontrou em campo opposto ao de Antonio Pereira da Cunha, seu collega em letras e seu amigo, e do modo como elle soube manter as suas relações pessoaes sem prejudicar os seus deveres politicos, dão testemunho os versos que entre os dois poetas se trocaram. Quando foi preciso organisar os batalhões de voluntarios cartistas para auxiliarem as forças do exercito activo, Mendes Leal foi eleito capitão do batalhão de voluntarios de Vianna do Castello, bateu-se no sitio do Suajo, e de fórma tal que lhe valeu o habito da ordem da Torre e Espada, que lhe foi concedido muitos annos depois. Voltando a Lisboa achou dividido o partido cartista, e a separação dos dois irmãos Cabraes, o conde de Thomar e José Bernardo, tendo cada um d'elles um grupo de amigos dedicados. Mendes Leal tomou o partido de José Bernardo, e entrou para a redacção do *Estandarte*, jornal que se havia fundado. O primeiro numero saiu em 1 de agosto de 1847, publicando um protesto contra o que se dissêra nas camaras francezas e inglezas a proposito da situação de Por-

tugal, por causa e durante as luctas civis de 1846. Em 1849, Mendes Leal passou á redacção da *Lei*, de que foi o redactor principal, com o fim de defender a politica do conde de Thomar, acompanhando o seu amigo Rodrigo Felner, com quem havia entrado no jornalismo militante. A *Lei* começou a publicar-se em 1 de setembro de 1849 e terminou em 1853. Os annos em que se conservou n'este jornal fôram os mais fecundos e os mais proveitosos da sua carreira. A typographia da *Lei* tinha sido estabelecida na travessa das Mercês, e Mendes Leal conservava ali um quarto, onde passava, ás vezes, dias e noites, immerso no estudo e no trabalho, ora escrevendo para sustentar as doutrinas do seu partido, ora compondo peças para o theatro ou artigos e folhetins para os jornaes litterarios, que os editores lhe pediam ou encommendavam. Havia sido nomeado em 1843 secretario do Conservatorio dramatico e assim seguia de perto as questões theatraes, que tanto lhe interessaram sempre. Já nas sessões do Conservatorio havia pronunciado o elogio do conde de Sabugal, que se imprimiu nas *Memorias* do mesmo Conservatorio. Mendes Leal, que tinha sempre o presentimento das evoluções do gosto, e se accommodava ás doutrinas das novas escolas que iam surgindo, depois de ter dado para o theatro as suas peças, que, segundo o uso da epoca, eram perfeitos melodramas, percebeu que o publico se ia já aborrecendo d'aquelle genero, e mudou para o systema mais moderno, escrevendo em 1849 o drama em 5 actos *Pedro*, que só veiu a representar-se no theatro de D. Maria II em 1861, depois de já se ter representado nos theatros do Brazil e do Porto. Mendes Leal, por esse tempo, vivia muito nos bastidores, conservando intimas relações com os actores Tasso, Theodorico e Taborda, e foi para salvar a empresa do theatro D. Maria II, da situação precaria em que estava, que imitou da peça franceza *Le jugement de Salomon* o drama biblico *O Templo de Salomão*, de grande espectaculo, em 7 actos, que se representou pela primeira vez em 31 de julho de 1849, sendo posto em scena com o maior brilhantismo e riqueza. Esta peça obteve um exito enorme, as enchentes eram successivas, vindo até muitas pessoas da provincia assistir a tão extraordinario espectaculo. Mendes Leal foi nomeado bibliothecario-mór da Bibliotheca Nacional de Lisboa em 26 de julho de 1850, funcções que exerceu até 21 de maio de 1851, em que o exoneraram por circumstancias politicas, sendo substituido por José Barbosa Canaes de Figueiredo Castello Branco, cujo diploma da nomeação tem exactamente a data da exoneração do seu antecessor. Tinha-se dado a revolta capitaneada pelo marechal Saldanha em 1851, de que resultou a queda do ministerio do conde de Thomar, e a subida ao poder um ministerio presidido pelo marechal. Mendes Leal passou, como era natural, para a opposição; estava tão compromettido com o partido cabralista, que apezar da tolerancia, que era a divisa do novo ministerio, foi resolvida a sua demissão. A *Lei* collocou se em aberta opposição, e o illustre publicista déra já tantas provas de engenho e de valor, que foi um dos homens que o partido conservador mais se empenhou em trazer á camara dos deputados, e Mendes Leal foi eleito pelo circulo de Beja para a legislatura de 1851-1852, entrando pela primeira vez na camara como deputado de opposição. A maioria quiz contestar-lhe a validade do diploma, mas nada conseguiu, e Mendes Leal tomou assento em 21 de janeiro de 1852. Pouco tempo, porém, se conservou no parlamento, e em 1853, tendo-se fundido o jornal a *Lei* com outro jornal egualmente conservador, a *Imprensa*, creou-se um novo jornal intitulado *Imprensa e Lei*, cuja redação foi confiada a Mendes Leal. Fôram esses os ultimos arrancos do velho partido conservador. Na *Imprensa e Lei* escreviam então alguns dos escriptores mais illustres d'aquelle partido, Cunha Sotto Maior, Correia Caldeira, Lobo de Moura, Rebello da Silva, Luiz de Vasconcellos e Francisco Duarte d'Almeida Araujo. Alguns d'estes redactores dedicaram-se á diplomacia, e o jornal começou a declinar, e Mendes Leal, antes de seguir outro rumo politico, entregou-se com ardor aos trabalhos theatraes e litterarios. No entre-

José Maria da Silva Mendes Leal

tanto o partido conservador dividia-se completamente, e Mendes Leal tratou de seguir outra politica, e merecendo-lhe mais sympathias o partido progressista-historico, acceitou do marquez de Loulé em 1857 a reintegração do seu logar de bibliothecario-mór, que tinha vagado pelo fallecimento de José Barbosa Canaes de F. Castello Branco, succedido em 22 de novembro d'esse anno, para que foi nomeado em 1 do seguinte mez de dezembro, e de que tomou posse no dia 7. Mendes Leal conservou se n'este elevado cargo até fallecer, apezar das interrupções a que o obrigaram os variados e altos serviços publicos, a que o chamavam pelas occorrencias politicas e pelos seus proprios merecimentos. Mendes Leal teve muitas occasiões de se demittir, mas, apezar de serem inferiores em categoria as funcções de bibliothecario-mór ás de outras mais elevadas e quasi effectivas a que subira, e não ob-

stante não auferir por ellas nenhum vencimento, não quiz nunca pedir a exoneração, por ser muito affeiçoado á Bibliotheca Nacional. Na legislatura de 1858-1859 foi eleito deputado pelo circulo da Feira, por influencia do duque de Loulé, o que não queria dizer, comtudo, que tivesse compromissos partidarios, e quando José Estevão e outros homens distinctos, sinceros e intelligentes, quizeram formar um partido novo, cujo orgão na imprensa foi o *Futuro*, que começou a publicar-se em 1858 que depois se fundiu com a *Discussão*, que principiara em 1860, saindo d'esta juncção o novo jornal *Politica Liberal*, em 3 de maio do referido anno de 1860, Mendes Leal foi um dos que adheriram ao novo programma. Pretenderam formular o novo partido, que se dissolveu ainda antes de se constituir. Em 1861 foi Mendes Leal eleito deputado pelo circulo de Mafra, pelo partido progressista historico, e como tal prestou o seu apoio ao ministerio Loulé. Em novembro de 1861 deram se no paço das Necessidades os tragicos successos da morte d'el-rei D. Pedro V e dos infantes D. João e D. Fernando. As suspeitas de envenenamento, que então se levantaram, deram origem aos chamados tumultos do Natal, que assignalaram o principio do reinado de D. Luiz. Os ministros fôram ameaçados, e n'uma occasião tiveram de sair das secretarias por uma escada de mão para o Arsenal da Marinha, receosos do povo que se accumulava no Terreiro do Paço. O ministerio não podia conservar-se muito tempo n'estas condições, e o marquez de Loulé não podia tambem demittir-se, porque essa demissão corresponderia a confessar que eram verdadeiras as odiosas accusações que lhe dirigiam. Appellou, portanto, para uma recomposição, e a 21 de fevereiro de 1862 organisou um novo ministerio em que entravam dois ministros, que deviam sobretudo adquirir grande reputação: Mendes Leal para a pasta da marinha, e Joaquim Thomaz Lobo d'Avila, mais tarde conde de Valbom, para a da fazenda. Todos esperavam que Mendes Leal fôsse um orador fluente, que defendesse d'um modo brilhante os actos do ministerio, que escrevesse magnificos relatorios, mas ninguem esperava que fôsse um administrador de primeira ordem, e deixasse assignalada a sua passagem no ministerio da marinha por importantes melhoramentos, trabalhando activamente no nosso desenvolvimento colonial, ficando lhe devendo muito a nossa marinha. Activou as construcções, melhorou as condições de trabalho no Arsenal, augmentou consideravelmente a nossa esquadra, imprimiu movimento aos nossos navios, mandou-os ao Brazil; com relação ao ultramar tomou tambem numerosas medidas, que mencionam os seus relatorios, etc. Em 12 de dezembro de 1864 saiu do ministerio, sem deixar por isso de apoiar os seus collegas que ficaram, e foi dedicar se outra vez aos seus trabalhos litterarios e dramaticos. Em 1865 tornou a ser deputado, eleito pelo circulo de Mafra; na legislatura de 1865-1868 apresentou a sua candidatura por um dos circulos da ilha de S. Miguel; na de 1868-1869 foi novamente eleito tambem por um dos circulos da mesma ilha. Em 4 de janeiro de 1869 elegeram-n'o para a presidencia da respectiva camara, sendo nomeado por decreto de 7 do mesmo mez, mas resolveu resignar este cargo no dia 15 seguinte, juntamente com o vice-presidente e o primeiros secretarios e vice-secretarios, sendo depois as côrtes dissolvidas em 23 do referido mez de janeiro. Na legislatura de 1869-1870 tornou a ser eleito pelo circulo de Ponta Delgada, mas deixou o logar por ser novamente chamado aos conselhos da corôa, no ministerio presidido pelo duque de Loulé, ficando com a pasta dos negocios estrangeiros, entrando Rebello da Silva para a da marinha. Esse ministerio durou pouco tempo, caindo em consequencia da revolta de 19 de maio de 1870 promovida pelo marechal Saldanha. Mendes Leal soffreu um grande desgosto pela fórma como saira do poder, e nunca mais entrou na politica militante. Foi ainda eleito deputado nas legislaturas de 1871 e de 1874, mas da ultima vez nem compareceu na camara. Nomeado par do reino por carta regia de 28 de dezembro de 1871, não tomou parte activa nos trabalhos d'esta camara. Dedicando-se á carreira diplomatica, foi nomeado em 24 de outubro de 1871 enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Portugal na côrte de Madrid, legação em que se demorou até 13 de abril de 1874, tendo então transferencia para a de Paris, de que tomou posse pouco depois. Esteve officialmente em Paris mais de 9 annos. Em 28 de junho de 1883 recebeu ordem de ir novamente tomar conta da legação de Madrid, e ali permaneceu até que por cansaço e doença, voltou para Lisboa em 188 . Emquanto esteve em Madrid teve ordem de tratar, estipular, concluir e assignar, como plenipotenciario, um tratado de commercio e navegação entre Portugal e os estados allemães, que formavam então a liga aduaneira; e de tratar, estipular, concluir e firmar, como plenipotenciario, um tratado de commercio e navegação entre Portugal e a Belgica e a Austria-Hungria. Durante a sua residencia em Paris escreveu muito em francez. O livro em que respondeu ás pretenções dos portadores dos titulos de emprestimo de D. Miguel é de alto valor e de vigorosa argumentação. Debalde os seus adversarios tentaram responder. Fôram completamente derrotados pelo vigoroso argumentador n'um folheto supplementar. Tanto em Madrid como em Paris, soube conquistar a consideração dos governos, e a estima e respeito dos seus collegas no corpo diplomatico. Tendo-se dado em 1881 uma vaga no conselho de Estado politico, pela morte do duque d'Avila e Bolama, el-rei D. Luiz o designou para aquelle logar, tendo o diploma da nomeação a data de 6 de maio do mesmo anno. Mendes Leal acolheu sempre com o mais vivo enthusiasmo a idéa do engrandecimento e da independencia da patria. Quando se tratou da creação, por eleição popular, da commissão Central Primeiro de dezembro de 1640, foi dos primeiros a subscrever a proposta dos iniciadores d'essa commissão e não os desamparou com o seu conselho; e quando em 1859 o governo imperial da França, por causa da questão do aprezamento da barca *Charles et Georges*, veiu com uma esquadra ás aguas do Tejo tomar aquella embarcação e offender a gloriosa bandeira das quinas, soltou a sua voz vibrante e eloquente nas côrtes contra a prepotencia do governo francez, de então, e como poeta escreveu o seu poemeto *Pavilhão Negro*, que é umas das suas composições mais vigorosas. Mendes Leal nunca se recusou a concorrer para obras piedosas com o seu valioso

obulo, com o fructo do seu trabalho. Foi alvo de duas extraordinarias ovações: uma em 1866, no theatro de D. Maria II, quando se realisava um beneficio para o cofre da Associação Typographica Lisbonense, para a qual compoz expressamente um monologo em verso, *Guttenberg*, o inventor da imprensa; outra em 1868, por occasião d'um beneficio a favor da viuva e filha de Francisco Vieira da Silva, o apostolo das associações populares, para que escreveu a poesia commemorativa *Avé crente!* Durante a exposição internacional de Paris, no anno de 1878, foi Mendes Leal nomeado representante de Portugal na maioria dos congressos que n'essa epoca ali se reuniram, mas não recebeu remuneração alguma, e tomou parte activa e importante em muitos d'elles. Quando o imperador do Brazil D. Pedro II esteve em Paris, na sua viagem á Europa, ficou satisfeito por saber que n'aquella legação estava Mendes Leal. Um dos primeiros recados, que o imperador mandou do hotel onde se hospedara com a sua modesta comitiva, foi ao embaixador portuguez, para lhe dizer que no dia seguinte ia almoçar com elle, e depois lhe pediria para o acompanhar ao *Salon*. Durante o almoço dirigiu lhe o imperador palavras muito elogiosas, admirando o seu profundo talento, como diplomata, escriptor e poeta. Antes do imperador sair de Paris, Mendes Leal offereceu-lhe uma *soirée*, em que reuniu no palacete da legação todos os ministros do gabinete francez, o corpo diplomatico estrangeiro, as pessoas mais importantes das colonias portugueza e brazileira, e outros homens eminentes. O imperador ficou penhoradissimo por tão honrosa homenagem. Em 1880 foi commemorado em Paris o tri-centenario de Camões, por iniciativa de Mendes Leal N'esse anno tambem fez parte do Congresso Anthropologico e litterario, reunido em Lisboa, como presidente honorario, e presidente da Associação Litteraria Internacional. Foi a Mendes Leal que, por decreto de 7 de outubro de 1857 foi commettida a incumbencia de continuar a *Historia da cosmographia e da cartographia*, começada pelo visconde de Santarem. Casou em 28 de novembro de 1858 com D. Rosa Biester, filha de Frederico Biester, negociante da praça de Lisboa, e de D. Maria da Luz de Athaide. Falleceu no palacio da Penha Verde em Cintra Os seus restos mortaes fôram trazidos para Lisboa, sendo depositados no dia 24 de agosto de 1886 no jazigo da familia Biester, no cemiterio dos Prazeres. A imprensa foi unanime em commemorar a morte de Mendes Leal com artigos de profundo sentimento. Mendes Leal era socio effectivo da Academia Real das Sciencias desde 1855, e por muitos annos foi secretario da mesma academia; ali pronunciou alguns discursos notaveis, taes como o elogio de Almeida Garrett e o do duque de Lafões, etc.; era tambem socio correspondente do Instituto de Coimbra, do Instituto historico, geographico e ethnographico do Brazil; da Academia de Historia de Madrid; da sociedade dos antiquarios do norte, em Copenhague, etc. Possuia a commenda e a gran cruz das ordens militares: Legião de Honra, de França; Rosa, do Brazil; Carlos III, de Hespanha; S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia; S. Salvador, da Grecia; Leão, da Persia; Leopoldo, de Austria; Santa Rosa, de Honduras; Pio IX; e de S. Thiago, de merito scientifico, litterario e artistico. Esta ultima condecoração foi excepcionalmente concedida por D. Pedro V, pois que, mandando chamar Mendes Leal, lhe entregou o respectivo diploma com os direitos de mercê pagos e um estojo com as insignias. Collaborou nos jornaes litterarios: *Recopilador*, *Mosaico*, *Sociedade Philomatica*, *Revista Universal*, *Revista Lusitana* (em francez); *A Aurora*, *A Epoca*, *A Semana*, *A Illustração*, *O Panorama*, *A Illustração Luso-brazileira*, *A Revista Peninsular*, *A America*. E nos jornaes politicos: *A Restauração da Carta*, *O Telegrapho*, *O Estandarte*, *O Tempo*, *A Lei*, *A Imprensa e Lei*, *A Patria*, *A Civilisação*, *A Opinião*, *O Jornal do Commercio*, *O Diario de Noticias*, *O Commercio do Porto*, e *Diario Mercantil*, do Rio de Janeiro. O sr. Brito Aranha escreveu uma minuciosa biographia de Mendes Leal e uma apreciação das suas obras, que fórma o volume correspondente ao anno de 1886, da collecção dos *Brindes* aos assignantes do *Diario de Noticias*.

Mendes Leal Junior (*José Maria da Silva*). *Bibliographia*: Theatro—As peças de Mendes Leal fôram na maior parte representadas no antigo theatro da Rua dos Condes e depois no de D. Maria II, excepto algumas, que adeante designaremos: *O braço de Nero*, estudo tragico em versos hendecasyllabos; publicado na *Revista Peninsular*, tomo I, de pag. 335 a 353, e de pag. 382 a 394; *Os dois renegados*, drama em 5 actos e 7 quadros, premiado pelo jury dramatico, Lisboa, com o retrato do autor, sem data, mas parece ser de 1839; teve outras edições, no Rio de Janeiro, em 1847 e 1862; *O homem da mascara negra*, drama em 5 actos, Lisboa, 1840 e 1843; Pernambuco, 1845; Rio de Janeiro, 1857, fazendo parte da collecção *Archivo theatral;* e ainda outra em 1861; *D. Maria de Alencastro*, drama em 3 partes, premiado pelo Conservatorio dramatico, Lisboa, 1846; *O caçador*, farceta lyrica em 1 acto, com musica de Angelo Frondoni, Lisboa, 1845; *Manhã d'um bello dia*, ode cantata allegorica offerecida e dedicada a el-rei D. Fernando no dia 29 de outubro de 1845, com musica de Santos Pinto; entrou na primeira parte d'um livro publicado n'esse dia, com o titulo: *Representação no theatro de D.ª Maria II: peças que na noite de 29 de outubro de 1845, anniversario natalicio de S. M. El Rei, se hão de representar*, etc.; *A pobre das ruinas*, drama em actos e 1 prologo, premiado pelo Conservatorio dramatico, Lisboa, 1846; Rio de Janeiro, 1847; *O pagem d'Aljubarrota*, drama em 3 partes, Lisboa, 1846; *A Madre Silva*, drama em 5 actos, Lisboa, 1847; *Pedro*, drama em 5 actos, Lisboa, 1857; 2.ª edição, 1863, e 3.ª, correcta, 1876; *Quem porfia mata caça*, comedia em 2 actos, Rio de Janeiro, 1850; *O tributo das cem donzellas*, drama em 5 actos, Lisboa, 1851; é baseado na peça franceza *Le tribut des cent vierges;* esta peça e a anterior formavam o tomo I do *Theatro de Mendes Leal Junior*; no tomo II entrou a peça seguinte, mas não continuou a publicar-se; *As tres cidras do amor*, comedia em 4 actos, Lisboa, 1852; *A afilhada do barão*, comedia em 2 actos, Lisboa, 1851; *Os homens de marmore*, drama em 5 actos, Lisboa, 1854; segundo se lê no opusculo de Ernesto Biester, *Uma viagem pela litteratura contemporanea*, a pag. 114, foi esta producção que deu en-

trada na Academia Real das Sciencias a Mendes Leal; *A herança do chanceller*, comedia em 3 actos, em verso lyrico, dedicada a el rei D. Pedro V, Lisboa, 1855; *O homem de ouro*, drama em 3 actos, continuação dos *Homens de marmore*, Lisboa, 1855; *A pobreza envergonhada*, drama em 5 actos e 1 prologo, baseado na peça franceza *Les pauvres de Paris*, Lisboa, 1858; *Alva Estrellà*, drama em 5 actos, Lisboa, 1859; foi representada no theatro de S. Carlos em 1866 ou 1867, pela companhia organisada por Francisco Palha que foi inaugurar o theatro da Trindade, e que anteriormente representara na Rua dos Condes, quando os actores, que a compunham, se desligaram do theatro de D. Maria II; *Flôres e fructos*, comedia em 4 actos, Lisboa, 1867; imitação, representada pela primeira vez no theatro de D. Maria II em 3 de setembro de 1859; *Os ultimos momentos de Camões*, poema dramatico de Leon Fortis, traduzido dos versos italianos em versos portuguezes; foi representada no theatro de S. Carlos pela grande actriz tragica Adelaide Ristori, Lisboa, 1861; fôra primeiro publicado no *Archivo Universal*, tomo II, pag. 293 e 409 a 41·; *Marino Faliero*, tragedia de Casimiro Delavigne, traduzido em verso; na *Revista Universal Lisbonense*, tomo VII, pag. 266 e seguintes; *O tio André que vem do Brazil*, comedia em 3 actos representada no Gymnasio; é o n.° 5 da collecção *Theatro Moderno*; *Receita para curar saudades*, comedia em 1 acto, que se representou no Gymnasio com o titulo de *Epitaphio e epithalamio*; é o n.° 11 do referido *Theatro Moderno*; *A Escala social*, drama em 3 actos; o n.° 14, da mesma collecção; *Egas Moniz*, drama em 6 actos, premiado com o primeiro premio no concurso dramatico de 1861 pelo Conservatorio dramatico de Lisboa, e cedido pelo seu autor á Real Sociedade Amante da Monarchia Beneficente, Rio de Janeiro, 1862. O premio concedido foi de rs. 400$000 (V. a portaria e o parecer do conselho dramatico, insertos no *Diario de Lisboa*, de 7 de agosto de 1861); *Os primeiros amores de Bocage*, comedia em 5 actos, Lisboa, 1865; *A Bella Helena*, opera parodia em 3 actos, traducção livre, Lisboa, 1869; representada no theatro da Trindade. Entre os dramas e as comedias que se não imprimiram, citaremos: *Ausenda*, *D. Antonio de Portugal*, *Pae e ministro*, *O templo de Salomão*, *Saul*, *Miramar*, *Martim de Freitas*, *O capitão Urgel*, *A côrte n'aldeia*, dramas; *Quem tudo quer tudo perde*, *Um romance por cartas*, *O bombardeamento de Odêssa*, *As cinco epocas*, comedias; *Viriato* e *Judith*, tragedias. D'estas peças sabemos terem sido representadas: no theatro da Rua dos Condes *D. Antonio de Portugal*, e no de D. Maria II: *Judith*, *Martim de Freitas*, *O templo de Salomão*, *Miramar* e *A côrte n'aldeia*; no Gymnasio: *O bombardeamento de Odessa*.—Poesias: *Lagrimas e saudades*, poesia dedicada á morte da rainha D. Estephania, Lisboa, sem data; *Canticos*, Lisboa, 1858; livro dedicado a elrei D. Fernando; *O pavilhão negro, a Portugal e aos portuguezes*, Lisboa, 1859; fôra primeiro publicado na *Revista Contemporanea*, 1859, tomo I, pag. 27 a 35; *Napoleão no Kremlin*, Lisboa, 1865, dedicada a Antonio Feliciano de Castilho; saira antes na *Gazeta de Portugal*, de 8 de outubro do mesmo anno; *Guttenberg*, monologo em verso á Associação Typographica Lisbonense, recitado no theatro de D. Maria II pelo actor João Anastacio Rosa em 1 de novembro de 1866, Lisboa, 1866, edição nitida a duas côres; *Ave Crente!* poesia expressamente composta para ser recitada por Augusto José Henriques Gonzaga no theatro do Principe Real a 17 de agosto de 1868, beneficio da familia de Francisco Vieira da Silva; *Caridade*, por occasião do primeiro anniversario da escola Caridade da freguezia da Encarnação em 25 de março de 1868; Lisboa, 186·; *Homenagem á nação brazileira pela terminação da guerra do Paraguay*, Lisboa, 1870; *Memoração*, poemeto offerecido e dedicado a S. M. a rainha senhora D. Maria Pia, Lisboa 1870; é datada de Paris a 10 de julho de 1876; *Vision, 10 juin 1880, poesie portugaise, traduction de F. de Sant'Anna Nery*, Paris, 1880; a *Visão* fôra impressa antes, em portuguez, na edição dos *Lusiadas*, feita pelo photographo editor portuense Emilio Biel, correndo ahi no começo do livro, de pag. III a XIV; *Hommage aux lettres Latines*, Lisbonne, 1881; *Cinco de maio*, versão nova de *Il cinque Maggio*, de A. Manzoni; saiu nas *Novidades*, de 1 de agosto de 1885, com o original italiano em confronto; no fim é datada do lazareto de Marvão, em 30 de junho do mesmo anno, onde o autor, vindo passar alguns dias á patria, fôra detido por causa das providencias sanitarias então adoptadas contra a cholera-morbus, que invadira algumas cidades da Europa; *Ave Maria!* cantico expositivo das apparições de Lourdes, etc., Lisboa, 1886; *Ave Cesar!* á morte do rei da Sardenha Carlos Alberto; publicada pela primeira vez no jornal *Estandarte*, impressa tambem em separado, e traduzida em italiano; foi depois incorporada á frente da collecção selectissima, que no Rio de Janeiro se publicou com o titulo de *Lysia poetica, segunda serie*; *Gloria e saudade, ao principe dos poetas portuguezes d'este seculo o Visconde d'Almeida Garrett*; saiu na *Imprensa e Lei*, de 12 de dezembro de 1854, e tambem se imprimiu em separado; *Diomedes e Heitor*, episodio do livro 8.° da *Iliada*, *vertida do grego em oitavas portuguezas, e precedido de varias considerações*, saiu no tomo I (classe 2.ª) dos *Annaes das Sciencias e Letras*, publicados pela Academia Real das Sciencias em 1857, de pag. 249 a 265. Publicou muitas poesias em portuguez e francez nos jornaes: *Mosaico*, tomo I, II e III; *Panorama*, 1.ª serie, 1841; *Estandarte*, de 1848; *Revista Universal*, tomo III, IV, V e VII: *Archivo pittoresco*, tomo I, pag. 22. Muitas d'estas poesias fôram colligidas n'um volume, que se publicou em 1858, com o titulo de *Canticos de José da Silva Mendes Leal Junior*.- Romances: *Um sonho na vida*, Lisboa, 1844; *A estatua de Nabuco*, Lisboa, 1845; só foi impresso em separado o tomo I, que saiu em folhetins no jornal *A Restauração da Carta*; *Infaustas aventuras do Mestre Marçal Estouro, victima d'uma paixão*, Lisboa, 1863; 2.ª edição, melhorada, 1871; é o vol. da serie intitulada *Chronicas do seculo XVII*; dividido em 2 partes: I—*Infaustas aventuras do mestre Marçal Estouro*, II—*O forte de S. Jorge*; saira com o titulo de *Calabar* em folhetins do *Diario Mercantil* do Rio de Janeiro, e depois impresso pela empresa d'essa folha em 1863, formando 4 tomos; nos dois primeiros veem a *Historia do Mestre Marçal*, etc., e o episodio do *Forte de S. Jorge*, que tinham sido publicados

em Lisboa no jornal *A Patria*; *Os mosqueteiros de Africa*, Lisboa, 1865; é o vol. II da serie de *Chronicas do seculo XVII*; saira em fragmentos nos folhetins do *Campeão das provincias*, de Aveiro, com o titulo de *Como um povo surge*, e nos do *Jornal do Commercio*, com o titulo de *Amostra d'um grande dia*. No *Panorama*, *Mosaico* e *Archivo Pittoresco*, deixou varios romances e contos: *A flôr do mar*, *O infante santo*, *Por bem fazer mal haver*, *Não vale a lição mil doblas?*, *Os irmãos Carvajales*, *O que fôram portuguezes*, *Ignez de Castro*, *Memorias insulanas*, *Scenas da guerra peninsular*, *A menina de Val de Mil*, etc.—Estudos historicos e biographicos: *Elogio historico do conde de Sabugal*; nas *Memorias do Conservatorio Real de Lisboa*, 1843, tomo II, de pag. 9 a 16; *O conde de Thomar e o duque de Saldanha*, apontamentos para a historia contemporanea, Lisboa, 1850, saiu sem o nome do autor; *Esboços e perfis*; serie de artigos politicos, criticos e humoristicos, inserta no *Periodico dos pobres do Porto*, com o pseudonymo *Timor sillographo;* fôram reproduzidos no *Campeão do Vouga*; *Necrologio e bosquejo biographico do conselheiro Duarte Cardoso de Sá*, dedicado a seus filhos, Lisboa, 185 , fôra antes publicado na *Imprensa e Lei*; *Elogio historico do socio effectivo visconde de Almeida Garrett, recitado na sessão publica da Academia Real das Sciencias, em 19 de novembro de 1856*, Lisboa, 1856; vem tambem nas *Memorias da Academia*, tomo II, parte I (nova serie, classe 2.ª); *Manuel Maria da Silva Bruschy*, na *Revista Contemporanea*, 1859, tomo I, de pag. 197 a 220; *Historia da guerra do Oriente*, Lisboa, 1855, 3 tomos; o tomo III não foi concluido; *A irmãs de caridade;* serie de artigos historico-criticos ácêrca da sua introducção em Portugal, no *Jornal Mercantil*, e tambem sobre o mesmo assumpto, no *Jornal do Commercio*, onde assignava M. L.; *Elogio historico do socio effectivo da Academia Real das Sciencias e seu primeiro presidente, D. João Carlos de Bragança, duque de Lafões;* proferido na sessão publica da Academia de 20 de fevereiro de 1859; saiu nas *Memorias da Academia*, e em separado; *José Jorge Loureiro*; na *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, tomo II. pag. 99 a 113, e 221 a 233; *Discurso pronunciado por Mr. Victor Hugo*, no comicio reunido em Jersey para soleinnisar os successos da Sicilia, com uma introducção do traductor, Lisboa, 1860; saiu antes no *Jornal do Commercio* e fôra reproduzido na *Politica Liberal; Discurso proferido pelo ministro da marinha* (Mendes Leal) *nas sessões de 7, 9 e 11 de maio de 1862*; na *Revista Contemporanea*, tomo IV, de pag 39 a 56, 95 a 107, 150 a 163; trata da questão das irmãs de Caridade francezas; *Relatorio do ministro e secretario de estado dos negocios da marinha e ultramar, apresentado á camara dos srs. deputados na sessão de 12 de janeiro de 1863*, Lisboa, 1863; *Relatorios do ministro*, etc., *apresentado á camara dos srs. deputados nas sessões de 12 e 23 de janeiro de 1864*, Lisboa, 1864; *Carta ao director da «Gazeta de Portugal»;* na mesma *Gazeta*, de 4 de março de 1866; *Discurso ácêrca da actual situação financeira, pronunciado na camara dos srs. deputados na sessão de 14 de março de 1867*, Lisboa, 1867; 2.ª edição, no mesmo anno; *Monumentos nacionaes*, com photographias de Henrique Nunes, etc., Lisboa, 1868; chegaram a publicar-se: I—*O castello de Almourol;* II—*Mosteiro dos Jeronymos*; III *Paço acastellado da Pena;* IV —*S. João d'Alporão*, de Santarem; V—*Basilica de Santa Maria Maior* (sé de Lisboa); VI—*Torre de S. Vicente de Belem*; *Nota contendo a averiguação da data em que chegou ao porto de Lisboa o capitão mór Vasco da Gama no regresso da sua primeira viagem á India, apresentada á Academia Real das Sciencias nas sessões de 15 de junho e 13 de julho de 1871*, Lisboa, 1871; tambem saiu nas *Memorias da Academia*, classe de sciencias moraes, politicas e bellas letras, nova serie, tomo IV, parte II; *Relatorio e documentos apresentados ás côrtes na sessão legislativa de 1870 pelo ministro*, etc., Lisboa, 1870; pertence á collecção do *Livro Branco*; *Parecer apresentado á Academia Real das Sciencias na assembléa geral de 9 de março corrente, em cumprimento da portaria expedida pela secretaria de estado das obras publicas, commercio e industria*, Lisboa, 1871; trata do requerimento de Marx Sori, que pretendia que, no grupo de estatuas destinadas a ornar o arco da praça do Commercio, fôsse substituida a do marquez de Pombal pela de Affonso de Albuquerque; *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal*, etc., Lisboa, 1874; pertencem-lhe os tomos XII (1874) e XIII (1876); *Camões e os Lusiadas;* estudo feito para a edição dos *Lusiadas*, de Biel; está no fim do livro, de pag. I a XC; *La légende et l'histoire dans les affaires politiques et financiéres du Portugal, 1826 e 1880; Les prétensions des porteurs de titres D. Miguel devant leurs propres allégations, les textes par eux présentés, et les documents authentiques par l'Europe*, Lisbonne, 1881; *Nouvelles confrontations à propos d'une prétendue réponse à «La légende et l'histoire» (collection de documents sur l'emprunt D. Miguel)*, Lisbonne, 1882; ambas estas obras se referem á questão do denominado *emprestimo de D. Miguel;* sairam sem o nome do autor; *Pareceres ácêrca das razões do «Tartufo» e Medico á força»*, *de Moliére*, *feitos pelo visconde de Castilho*; ambas incorporadas nos respectivos dramas. Na reproducção do *Missal de Estevão Gonçalves Neto*, autorisada pela Academia Real das Sciencias, e feita em Paris pela firma Maciá & C.ª (de 1870 a 1877) é de Mendes Leal a versão do fasciculo escripto por Ferdinand Denis.

Mendes Lima *(José)*. Bacharel formado em Theologia pela Universidade de Coimbra; professor em Beja e em Coimbra, jornalista, deputado, etc. N. em Ancião a 6 de outubro de 1851, fal. em Lisboa em 1 de fevereiro de 1903. Em seguida á sua formatura, realisada em 1874, foi nomeado por portaria de 1 de dezembro de 1875 professor das aulas ecclesiasticas do seminario de Beja, e em 10 de novembro de 1877 professor do lyceu d'aquella cidade, accumulando o cargo de parocho da freguezia de S. Thiago, onde se conservou durante 20 annos, sabendo elevar-se na consideração e estima publica, desempenhando-se com a maior correcção dos logares de mais importancia em differentes instituições d'aquella cidade, sendo afinal nomeado conego honorario da diocese por decreto de 7 de julho de 1893. Em outubro de 1899 foi transferido para o lyceu de Lisboa, tornando-se estimado pela dedicação e zelo com que leccionou as disciplinas que lhe fôram confiadas. O dr. Mendes Lima foi um orador sagrado muito apreciado. Collaborou em dif-

ferentes jornaes, sendo o fundador e proprietario da *Folha de Beja*. Foi deputado em mais d'uma legislatura. Pelos seus meritos, elevada intelligencia e serviços prestados á instrucção, foi-lhe concedida a commenda da ordem de Christo, por decreto de 15 de junho de 1893, e o officialato de S. Thiago por decreto de 6 de julho de 1895. Era tambem commissario da ordem Terceira de S. Francisco.

Mendes Moniz *(Manuel)*. Natural de villa de Dornes. Escrivão proprietario dos orphãos do seu termo, guarda dos estudos publicos no Real Collegio de Santo Autão, de Lisboa, etc. Sob o seu nome publicou: *Anti-prologo critico e apologetico, no qual á luz das mais claras razões se mostram desvanecidos os erros, descuidos e faltas notaveis, que no insigne P. Manuel Alvares presumiram descobrir os RR. autores do «Novo Methodo da Grammatica Latina», dirigido aos mesmos reverendos padres*, Lisboa, 1753. Posto que impresso sob o seu nome, affirma-se que o verdadeiro autor d'esta obra fôra o padre jesuita Francisco Duarte.

Mendes Pinto *(Fernão)*. V. *Pinto (Fernão Mendes)*.

Mendia *(Henrique da Cunha Mattos de)*. Agronomo, silvicultor, lente cathedratico do Instituto de Agronomia, deputado, par do reino, etc. N. em Lisboa a 13 de fevereiro de 1858, onde tambem fal. a 17 de fevereiro de 1901, sendo filho de D. José Matheo de Mendia, subdito hespanhol, desde muitos annos estabelecido em Portugal e profundamente dedicado aos interesses portuguezes, e de sua mulher, D. Maria Eugenia da Cunha Mattos. Matriculou-se no Instituto Geral de Agricultura em 1877, e terminou o curso de engenheiro silvicultor em 1880, obtendo as seguintes distincções: premios em arboricultura, silvicultura e topographia, e no exame do anno pratico; *accessit* em economia florestal. Matriculou-se em seguida na cadeira de microscopia e nosologia vegetal e frequentou tambem as cadeiras de hygiene e zootechnia, e economia rural, que lhe faltavam para completar o curso theorico de agronomo, o que effeituou no mesmo anno lectivo, obtendo 18 valores. Exerceu o logar de sub-chefe da divisão florestal do sul, desde 16 de julho de 1881 até 4 de julho de 1883, em que foi despachado, precedendo concurso, professor substituto da secção agricola no instituto geral de agricultura Mais tarde teve a nomeação de lente cathedratico do Instituto de Agronomia, tendo primeiro exercido as funcções de repetidor, e regeu interinamente varias cadeiras com superior competencia. A agricultura era a sua especial predilecção, não só na theoria, mas dedicando-se extremosamente á pratica, sendo um dos nossos mais notaveis agricultores, concorrendo com o seu exemplo autorisado para a iniciativa patriotica da replantação dos nossos vinhos, quando a phylloxera se havia quasi exterminado. Prestou assignalados serviços á Real Associação Central de Agricultura Portugueza, de que foi um dos organisadores, empregando o maior zelo e os maiores esforços para o seu engrandecimento e prosperidade. Em junho de 1893 a Associação o elegeu para vice-presidente da direcção, cargo em que foi reconduzido no anno seguinte, e depois presidente da direcção até março de 1899. Quando em 1895 se realisou o congresso vinicola, a sua individualidade evidenciou-se superiormente na serie de discursos que então proferiu, ficando memoravel o da sessão inaugural do congresso; em todos os trabalhos se manifestou o seu grande valor, quer relatando, quer discutindo. Henrique de Mendia era, na verdade, um fanatico pela agricultura. Foi deputado em diversas legislaturas, sendo eleito pelo circulo das Caldas da Rainha, e par do reino. A sua palavra, no parlamento, era sempre ouvida com interesse e attenção. Na politica não o dominou a paixão partidaria; foi convidado pouco antes de fallecer para ministro das obras publicas, mas não acceitou Henrique de Mendia era membro da Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes; socio do Instituto de Coimbra e da Associação dos Jornalistas e Escriptores Portuguezes; membro da commissão anti-phylloxera do sul, da Sociedade Broteriana, etc. Possuia o habito da ordem de S. Thiago, de merito scientifico, litterario e artistico. Bibliographia: *Estudos botanicos; conferencia pronunciada no instituto geral de agricultura no dia 5 de junho de 1880*, Lisboa, 1880; pertence á collecção dos opusculos publicados por occasião do tri-centenario de Camões; *Estudo sobre a fixação e aproveitamento de uma parte das areias moveis das costas de Portugal*, these defendida no Instituto Agricola, Lisboa, 1881; *Catalogo descriptivo de plantas florestaes*, Lisboa, 1881; publicação mandada fazer pelo ministerio das obras publicas; *Da possibilidade nos ordenamentos florestaes das explorações de alto fuste*, dissertação para o concurso ao logar de professor de silvicultura e economia florestal; Lisboa, 1882; *Duas palavras sobre a arborisação das montanhas*, no *Jornal official de agricultura*, de 1879; *Servidões florestaes*, na *Gazeta dos lavradores*, de 1880; *Breves considerações sobre a propriedade florestal nas suas relações com o estado*, idem; *Genealogia agricola por D. Juan Villanova y Pera*, idem 1881; *As conferencias no Instituto Geral de Agricultura*, idem; *Silvicultura*, idem; *Apreciação d'um livro de estatistica agricola, publicado pelo engenheiro agronomo da provincia de Madrid*, idem; *Representação da Real Associação d'Agricultura Portugueza*, idem; *Considerações ou analyse dos quadros graphicos (estatistica) relativamente á parte das mattas do Estado*, no *Jornal do Commercio*, de 1881. Como relator eleito pela commissão nomeada em portaria do ministerio das obras publicas, de 16 de setembro de 1882, encarregada de estudar e propôr ao governo as modificações que por ventura devessem fazer-se na legislação que regula a cultura dos arrozaes no districto de Coimbra, em harmonia com os interesses da salubridade publica e da agricultura, escreveu: *Os arrozaes do districto de Coimbra*. Entre outros trabalhos apresentados ao governo, ou mandados para o Instituto Geral de Agricultura, conservava ineditos os 4 relatorios, que comprehendem: *Estudo da flora do Bussaco; Estudos sobre a fixação das dunas entre o Mondego e o Liz, sobre o pinhal e dunas de Camaride na foz do Minho, sobre a matta de Ceiça e aproveitamento das suas madeiras, sobre economia florestal; A injecção de madeiras no pinhal de Leiria, aproveitamento dos toros para travessas, serrarias mechanicas, etc ; Estudo sobre a natureza, limite e arborisação dos terrenos situados na costa de Caparica.*

Mendicantes *(Ordens)*. As que fazem voto de pobreza e só vivem de esmolas. Esta denominação foi applicada no seculo XII ás ordens fundadas ou reorganisadas n'essa epoca, que, sendo declaradas incapazes de possuirem qualquer beneficio ecclesiastico, faziam a sua profissão de só viverem da caridade Houve a principio só quatro ordens mendicantes: os carmelitas, franciscanos, dominicos e agostinhos. Este numero augmentou depois com a fundação dos religiosos da mercê, trinitarios, servitas, jeronymos, jesuitas, hospitalarios de S. João de Deus, obrigados a não possuirem nenhuma renda fixa. O concilio de Trento permittiu ás ordens mendicantes (excepto alguns ramos de franciscanos, entre outros os capuchinhos) o adquirirem rendas, prescrevendo-lhes todavia o continuarem a fazer peditorios, como recordação da sua disciplina primitiva, e mantendo-lhes a antiga legislação no que respeitava aos beneficios ecclesiasticos.

Mendicidade. Muitas leis e providencias se promulgaram entre nós em eras remotas para reprimir, ou, pelo menos, regulamentar a mendicidade. El-rei D. Fernando I, no intuito de favorecer a agricultura, ordenou pela lei de 26 de junho de 1373 que os pobres capazes de qualquer trabalho ou occupação fossem a isso obrigados por justa soldada, e que só aos decrepitos e docutes dariam as justiças licença para esmolar: os que pedissem sem esta licença seriam açoutados. As *Ordenações Affonsinas*, no seu L. IV, tit. 81, § 9 diziam: «Mandamos, que assim homens como molheres, que andarem alrotando (esmolando com alarido), e pedindo, nom usando d'outro mester, sejão catados (presos) pelas Justiças de cada hum lugar». D. João I, nas côrtes de Evora, a requerimento dos povos, determinou que aquelles que não tinham officio, nem viviam com senhores, e se presumisse viviam de mal fazer, fossem presos até que tomassem officio, ou amo, e, não querendo continuar esta vida, fossem publicamente açoutados *(Ordenações Affonsinas*, L. IV; tit. 34 § 1). O mesmo monarcha, por sua carta de 8 de dezembro da era de 1439 (1401), determinou ao corregedor de Lisboa que, na forma da Ordenação d'el-rei D. Fernando, impedisse as pessoas validas de andarem mendigando, porque, dizia a camara: «a nossa terra nõ he laurada, nẽ aprefeitada, nẽ se criam ella gaados per migua de seruidores, q̃ nõ podem auer, per quanto muitos homeens e molheres, q̃ ainda som p.ª seruir, se deitam a pedir...» (V *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, vol. I, pag. 307). Refere Ribeiro Guimarães no seu *Summario de varia historia*, vol. II, pag. 77, que, segundo lêra em um livro antigo, os mendigos de Lisboa eram em tão avultado numero que constituiam tres confrarias, sendo uma de cegos na freguezia de Santo André, e outra, sob a invocação de Santo Aleixo, na egreja da Misericordia. Estas confrarias concorriam a varias funcções publicas, levando os irmãos, como insignia, cannas verdes nas mãos. Em algumas descripções de procissões no seculo XVI e XVII se mencionam os mendigos. Uma *Estatistica* de Lisboa no seculo XVI *(Summario*, citado vol. V pag. 34) diz: «Vem á cidade mil homens e mulheres pobres que andam pedindo esmola e tem-o por officio que tiram muito dinheiro para suas mantenças.» Nesse seculo tinham licença, andando pelas portas a pedir, uns 400 pobres. Do seculo XV, em diante, competiu ás misericordias a protecção aos pobres miseraveis, e quasi tão exclusivamente que, pretendendo em 15 8 uns individuos de Lisboa constituir uma confraria de caridade, representou contra ella a Misericordia, e, sendo ouvida a Mesa da Consciencia, esta resolveu que se não fundasse a confraria sobre si, mas sim annexada á da Misericordia (V. *A Santa Casa da Misericordia de Lisboa*, por Victor Ribeiro, pag. 60.) No tempo de D. Pedro II consultou a camara de Lisboa para que os pobres pedintes fossem embarcados para o ultramar (V. *Elementos*, citados, vol. VIII, pag. 551). Estabelecido o regimen constitucional o pauperismo tambem despertou a attenção dos governos. Os decretos de 6 de abril de 1835, 15 de outubro de 1836 e 30 de junho de 1837 e as portarias de 7 de março de 1837 e 7 de junho de 1838, crearam em Lisboa um conselho geral de beneficencia e nas capitaes dos districtos administrativos do reino e ilhas commissões filiaes, a fim de se formar um plano geral de melhoramento, que comprehendendo todos os ramos de beneficencia, se dirijisse especialmente á extincção e repressão da mendicidade. Por decreto de 14 de abril de 1836 foi creado em Lisboa o Asylo de Mendicidade (V. *este nome*, no vol. I, pag. 829). A portaria de 6 de novembro de 1848 encarregou ás sociedadas agricolas o coadjuvarem as autoridades administrativas na extincção da mendicidade. Passados quasi cinco seculos sobre a lei fernandina, voltava-se a ella, sem nenhum progresso evidente. Na verdade o pauperismo preoccupou por vezes alguns espiritos altruistas, e mais de um projecto appareceu em diversos tempos. Assim, na Bibliotheca Publica do Porto existe um manuscripto do seculo XVIII de José Jacintho de Sousa, intitulado: «Discurso sobre o paiz do Douro, aconselhando a creação de um estabelecimento em beneficio da Agricultura, educação da mocidade pobre e sustento dos mendigos do Paiz.» Este manuscripto termina: «De forma que se no Paiz vivem 4000 Mendigos cuja despeza (a 100 réis cada um) importa 400$000 réis por dia, separando os vadios e ociosos, ficará 200$000 réis, e talvez menos; porque os Pobres hão de ganhar alguma parte do seu sustento, e os seus filhos, como são educados nos Collegios, não serão Mendigos, e Pobres como seu Pais». A assistencia judiciaria, ou a defeza perante a justiça dos direitos e interesses dos indigentes, acha se consignada nos antigos compromissos das Misericordias, nas *Ordenações* (Ord. Filippinas, L. 5 — tit. 137 e 141) e por ultimo na lei de 21 de julho de 1899. V. *Assistencia judiciaria*, no vol. I, pag. 803.

Mendiga. Pov. e freg. de S. Julião, da provincia da Extremadura, conc. e com. de Porto de Moz, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa; 164 fog. e 720 hab. Tem esc. do sexo masc. e estação post. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada na aba da serra do mesmo nome, na estrada que vae de Torres Novas a Porto de Moz. A collegiada de Porto de Moz apresentava o cura, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. Esta pov. foi annexada ao conc. de Alcobaça por decreto de 7 de setembro de 1895, que extinguiu o de Porto de Moz, mas voltou a este, por ter sido restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898.

Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria. || Serra da provincia da Extremadura, onde estão as freguezias do Arrimal, Mendiga e outras.

Mendigos. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Mendim. Pov. na freg. de Santa Maria, de Abbade de Neiva, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Mendiz. Pov. na freguezia de S. Miguel, do Prado, concelho de Villa Verde, distr. de Braga

Mendo. Acêrca d'este religioso, que a Egreja beatificou, diz Baptista de Castro, no *Mappa de Portugal*: «Prior de Ribas, mosteiro antigamente de conegos regulares. Foi varão de assignalada virtude e perfeição religiosa, e tão observante que se lhe mandou gravar na sepultura as especiaes palavras: *qui nunquam dum vixit, pedem movit, nisi in ob sequium Dei.* Passados mais de 400 annos, porque elle falleceu em 27 de junho de 1160, lhe mandou abrir a sepultura D. Rodrigo de Mello, commendatario d'aquelle convento no anno de 1565, e se achou o cadaver desfeito e só os pés estavam incorruptos em manifesta confirmação de que, assim como na vida nunca deram passo senão em serviço de Deus, era bem que ficassem livres de corrupção, com publico prodigio».

Mendo. Pov. na freg. de S. Salvador, de Ganfei, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Mendo Gordo. Pov. na freg. de N. S.ª do Prauto, de Torre de Terranho, conc. de Trancoso, distr. da Guarda.

Mendoça ou **Mendonça**. Estas duas fórmas são indifferentes, representando apenas a adaptação portugueza do Mendoza hespanhol. E um dos mais illustres dos muitos appellidos que da nobiliarchia hespanhola se passaram á portugueza. São descendentes dos senhores de Biscaia, e muitos antigos. Inigo Lopes, rico-homem de el-rei D. Sancho I de Castella, foi o primeiro que se chamou Mendóça, appellido que tomou do logar de Mendóça, na montanha da provincia de Alava, onde tinha uma casa forte, em que vivia. Ha d'elles os duques do Infantado e Franca Villa; os marquezes de Mondejar, Santilhana, Cenete, Canete, Montes Claros; os condes de Corunha, Monteagudo, Pliego, Castro, Orgaz, Ribadavia, e outros. Em Portugal os condes de Valle de Reis, e outros nomes illustres, como Mendóças de Santo André, Mendóças senhores de Marim, Mendóças Arraes, Mendóças de Tanger, etc.

Mendoça (*Antonio de*). Reitor da Universidade de Coimbra, nascido em Serpa. Era filho de Fernando de Mendóça, commendador de Veiros e de Serpa, na ordem de Aviz. Foi licenciado em Canones e o primeiro conego doutoral da sé de Lisboa, mas desfructou pouco tempo este canonicato, porque lhe deu uma conesia na sé de Evora o arcebispo D. Theodosio de Bragança. Foi depois deputado da inquisição de Evora, e mais tarde do seu conselho fiscal, logar que deixou quando se ausentou de Portugal o archiduque Alberto, inquisidor geral. Sendo um dos tres indigitados pela Universidade de Coimbra para o logar de reitor, foi escolhido por Filippe II, e despachado por provisão de 3 de setembro de 1594, tomando posse no dia 27 do citado mez. No seu tempo adquiriu a Universidade por 30:000 cruzados a propriedade dos paços reaes em que já estava funccionando. Sendo nomeado presidente do tribunal da Mesa da Consciencia, só em 15 de setembro de 1597 pôde deixar a cadeira de reitor, por ter sido annullada a eleição que a Universidade fizera dos tres que apresentava a el-rei, para entre elles se escolher o novo reitor, e ter de proceder a nova eleição. Antonio de Mendóça ainda foi depois commissario da bulla da Santa Cruzada.

Mendóça (*Antonio de*). Prelado que viveu no seculo XVII. Era filho do 1.º conde de Valle de Reis. Foi deputado do Santo officio de Lisboa, da Junta dos Tres Estados e da Mesa da Consciencia e Ordens, e depois presidente d'este tribunal. Exercera tambem o cargo de commissario geral da bulla da Santa Cruzada, e pertenceu ao conselho de Estado de D. João IV e de D. Pedro II. Tendo sido eleito bispo de Lamego, foi transferido para o arcebispado de Braga, e por fim para o de Lisboa, do qual tomou posse em 1671. Fal. a 17 de fevereiro de 1675.

Mendóça (*Diogo Furtado de Castro do Rio de*). Licenciado em Canones, principal diacono da patriarchal de Lisboa, reitor da Universidade, etc.. N em Lisboa a 7 de abril de 1794, fal. em 13 de maio de 1827. Era filho do 1.º conde de Barbacena. Seguindo a carreira ecclesiastica foi licenciado em Canones e diacono da sé patriarchal; em 24 de junho de 1823 foi nomeado reitor da Universidade, de que tomou posse a 17 de novembro do mesmo anno. Durante o seu governo foi muito agitada e revoltosa a vida da academia onde as paixões politicas occasionaram graves occorrencias.

Mendóça (*P. Francisco de*). Jesuita, doutor em Theologia pela Universidade de Evora, procurador geral da sua ordem em Roma, etc. N. em Lisboa em 1573 e fal. em Lião, França, a 3 de junho de 1626. Chamava-se no seculo D. Francisco da Costa, sendo filho de D. Alvaro da Costa, armeiro-mór d'el-rei D. Sebastião, e de D. Leonor de Sousa. Applicou-se ao estudo das letras humanas no collegio de Santo Antão, de Lisboa, e entrou na Companhia de Jesus, contra vontade da sua familia, aos 14 annos, no collegio de Coimbra a 28 de julho de 1587, trocando então o nome para Francisco de Mendóça. Foi elegante poeta, eloquente orador, e profundo theologo. Durante 7 annos ensinou letras humanas nos collegios de Lisboa e de Coimbra, onde tambem dictou philosophia. Doutorou-se em Theologia na Universidade de Evora em 10 de maio de 1607, onde posteriormente foi lente da Sagrada Escriptura. Governou os collegios de Coimbra e de Evora, sendo em 1625 eleito procurador geral d'esta provincia á côrte de Roma, d'onde partiu na companhia do padre Francisco Freire, e depois de visitar o papa no santuario da casa do Loreto, atravessou os Alpes, entrou em Lião, recolhendo-se gravemente doente no collegio da Santissima Trindade, dos jesuitas, e ali falleceu. Deixou publicados: *Commentarios á Sagrada Escriptura*, escriptos em latim, e varios sermões colligidos em 2 volumes, com a seguinte designação. *Primeira parte dos Sermões do P. Francisco de Mendóça. N'ella se contem os sermões dos santos tempos do advento, quaresma e outras domingas do anno, e da santa cruzada*, Lisboa, 1632;

Segunda parte dos Sermões, etc , *contém sermões da eucharistia, da Virgem Mãe de Deus, dos patriarchas das religiões, e outros muitos santos e santas; dos defunctos, e varios outros*, Lisboa, 1639; estes sermões fôram traduzidas em castelhano por fr. Francisco Palau e impressos em Barcelo na. Publicou ainda: *Sermão no Auto publico da fé, que se celebrou na praça da cidade de Evora em 8 de junho de 1616*, Evora, 1616, *Sermão do Auto da fé em Coimbra a 25 de novembro de 1618*, Coimbra, 1619.

Mendoça (*João de*). Governador da India. Era filho de Antonio de Mendoça e de D. Leonor Furtado. Partiu para a India em 1547, despachado commandante da fortaleza de Chaul. Passou depois a exercer o cargo de capitão de Malaca, e em 1564, quando morreu o conde de Redondo, governador da India, tendo-se aberto as vias de successão, e não estando na India D. Affonso de Noronha, que era o primeiro designado, entregou-se o governo ao segundo designado, João de Mendóça, que tomou posse a 29 de fevereiro do mesmo anno de 1564. Foi o 22.º governador da India. A 3 de setembro ainda de 1564 entregou o governo a D. Antão de Noronha, e partiu para o reino. Havia casado com D. Joanna de Aragão, de quem teve tres filhos, dos quaes o primogenito foi o primeiro conde de Valle de Reis, tronco da casa dos duques de Loulé. Acompanhando el rei D. Sebastião á fatal expedição d'Africa, morreu a 4 de agosto de 1578 na batalha d'Alcacer Kibir.

Mendóça (*D. João de*). Bispo da Guarda, etc. N. em Extremoz a 12 de junho de 1673, fal. em Castello Branco a 2 de agosto de 1736. Era o 6.º filho de Lourenço de Mendóça, 3.º conde de Valle de Reis, e da condessa D. Maria de Mendóça. Tendo estudado letras humanas no collegio de Santo Antão, de Lisboa, foi matricular se na Universidade de Coimbra, onde estudou jurisprudencia canonica, sendo admittido por porcionista do Real Collegio de S. Paulo a 30 de outubro de 1689. Doutorando-se n'esta faculdade a 17 de julho de 1698, passou a arcediago da sé da Guarda. depois a thesoureiro-mór, e a 28 de dezembro de 1694 a conego da sé de Evora. Sendo eleito deputado da inquisição de Coimbra a 3 de janeiro de 1704, rejeitou ser deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, preferindo o logar de lente da Universidade, que já exercia. D. João V o elegeu bispo da Guarda, sendo a eleição confirmada pelo papa Clemente XI a 30 de janeiro de 1713. Partiu a tomar posse da sua diocese, e foi depois a Roma em 1717; Clemente XI recebeu-o com todas as attenções e o nomeou assistente do solio pontificio pelo breve expedido a 18 de maio de 1718. Regressando ao seu bispado a 27 de agosto de 17.0, veiu a fallecer annos depois, estando em Castello Branco. Além das doutissimas postillas, que dictou quando era lente da Universidade, compoz: *Tratados diversos ácêrca da jurisprudencia episcopal*, etc., que ficaram ineditos.

Mendóça (*D. João Raphael de*). Bispo do Porto. N. em Lisboa em 1717, e fal. em 1793 Era filho do conde de Valle de Reis, D. Nuno de Mendóça. Professou no convento dos jeronymos de Belem, e doutorou-se depois em theologia, na Universidade de Coimbra, de cuja faculdade foi lente. El-rei D. José o elegeu bispo do Porto em 1770. Este prelado enriqueceu a sua cathedral com muitas e preciosas alfaias, reedificou o paço episcopal, que é um dos mais vastos que existem e cuja escadaria principal, com o seu elegante zimborio é uma obra muito notavel pela sua grandeza e belleza de pinturas e ornatos. Tambem reformou a camara ecclesiastica, instituida em edificio annexo ao paço episcopal.

Mendóça (*D. José Francisco Miguel Antonio de*). Licenciado em Canones pela Universidade de Coimbra, onde foi reformador reitor; conego, monsenhor e principal primario da egreja patriarchal de Lisboa, etc. N. n'esta cidade a 2 de outubro de 1726, onde tambem fal. a 12 de fevereiro de 1808. Era filho do 4.º conde de Valle de Reis. Seguindo a carreira ecclesiastica e concluindo os estudos na Universidade, exerceu, além dos elevados cargos acima citádos, os de capellão-mór da Casa Real e de conselheiro de Estado. Foi nomeado reformador reitor por carta regia de 25 de outubro de 1779, tomando posse a 30 de abril de 1780, e sendo exonerado a 2 de dezembro de 1785. A 5 de agosto de 1786 foi eleito patriarcha de Lisboa, e creado cardeal da santa egreja romana, pelo papa Pio VI, em 7 de abril de 1788, tomando posse do patriarchado em 21 de novembro do mesmo anno. Era socio honorario da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Foi sepultado na egreja do convento da Graça.

Mendóça (*Luiz de Paula Furtado do Rio de*). Ministro no governo de D. Miguel, filho do 1.º conde de Barbacena. N. a 24 de abril de 1796; fal. em maio de 1834. Formou se em Leis na Universidade de Coimbra, e seguindo os cargos da magistratura, em 1826 era já desembargador da Casa da Supplicação. Mostrou-se o mais enthusiastico partidario da politica de D. Miguel, e por isso este, assim que em 1828 tomou a regencia do reino, o nomeou ministro da justiça por decreto de 26 de fevereiro do referido anno. Fôram seus collegas no ministerio o duque de Cadaval, conde de Basto, conde de Villa Real e conde da Louzã. Foi presidente da Mesa da Consciencia e Ordens, e conselheiro de Estado, e a Academia Real das Sciencias, em 1834, o elegeu seu socio honorario.

Mendões. Pov. na freg. de S. Mamede, de Coronado, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Mendonça. Antiga e esclarecida familia de Hespanha, que passou a Portugal no tempo de D. Diniz. As suas armas são: Escudo franchado; nos campos alto e baixo em verde uma banda vermelha cotieada de ouro; nas das ilhargas, em campo de ouro um S de negro; timbre, uma aza de ouro carregada de um S do escudo.

Mendonça (*Affonso Furtado de*). Capitão-mór do mar no tempo de João I. Quando se tratou da expedição de Ceuta, D. João antes de pôr em pratica esse grandioso plano procurou colher as informações necessarias sobre a situação e estado da cidade, bem como sobre os recursos e obras da sua defeza, e tudo isto secretamente como era indispensavel ao bom exito da empresa. Fôram incumbidos d'essa missão o prior da ordem dos hospitalarios Alvaro Gonçalves Camello e o capitão-mór do mar Affonso Furtado de Mendonça, o primeiro para examinar a cidade e o segundo para passar em revista tudo o que dizia respeito a marinha. Para dissimular o intento mandou-os el-rei á rainha Branca da Sicilia, viuva do rei Martinho, para lhe propôrem em vez

do infante D. João, que ella desejava para marido, o infante D. Pedro, com quem já era sabido, que se não queria unir. Os dois emissarios pararam as suas galés deante de Ceuta para, como de costume, fazerem aguada e abastecimento de outras provisões, mas durante a sua estada ahi occuparam-se em examinar e reconhecer a praça, estudando miudamente tudo quanto podia favorecer a realisação do pensamento do monarcha Proseguindo na sua viagem chegaram os dois enviados á Sicilia, onde os seus offerecimentos não foram acceites, e regressando á patria apresentaram ao rei e ao conselho um relatorio em fórma, da embaixada, mas ao mesmo tempo entregaram secretamente ao monarcha o resultado colhido pelas suas observações em Ceuta, observações que fizeram com que mais se apressassem os preparos precisos para a expedição que marcou uma nova era na historia de Portugal.

Mendonça *(Affonso Furtado de)*. Chancellermór de D. João IV, que falleceu a 3 de outubro de 1656. Era sobrinho do arcebispo de Lisboa Affonso Furtado de Mendonça, e foi desembargador do paço. Estava em Madrid quando se deu a revolução de 1 de dezembro de 1640, d'onde saiu secretamente, vindo para Lisboa.

Mendonça *(Agostinho Gavy de)*. Era natural de Mazagão, mas apenas se sabe que assistiu ao cêrco d'aquella praça, em 1562; parece que vivia ainda em 1607, quando publicou a seguinte obra: *Historia do famoso cerco que o Xarife poz á fortaleza de Mazagan defendida pelo valoroso capitão-mór d'ella Ruy de Carvalho*, etc.

Mendonça *(Alvaro Alfredo da Silva Zuzarte de)*. Funccionario publico, escriptor e jornalista, mais conhecido pelos ultimos appellidos, com que subscreve os seus artigos. Pertence a uma familia distincta, em que se contam illustres officiaes do exercito e fidalgos com carta de brazão. Nasceu em Lisboa a 13 de fevereiro de 1877. E' filho de João Manuel da Silva Zuzarte de Mendonça e de D. Izabel Maria da Conceição Costa Ribeiro de Mendonça. Tem escripto e collaborado nos jornaes politicos e litterarios: *O Recreio*, em que se encontram com o pseudonymo de *Epaminondas* uns artigos ácêrca da lingua portugueza, Lisboa, 1894; *Nação; Rebate*, jornal legitimista da Covilhã; *Echo; Portugal, Grito do Povo*, semanario portuense de que é redactor; *Liberdade*, diario de Lisboa, de cuja redacção é secretario; e *Album Catholico*, quizenario, de que é um dos directores. Tem publicado: *A Maçonaria*, volume da *Collecção Sciencia e Religião; Arvore do Natal*, historias para creanças, com prefacio do rev. Senna Freitas, Lisboa, 1902; *O descanço dominical*. Com o pseudonymo de Carlos Penalva tem escripto: *Os Vendilhões da Liberdade* (a proposito da questão religiosa); *O que é o socialismo?* e *A condemnação do socialismo*. Coordenou e reuniu em volume, com prefacio seu, e sob o titulo *O Livro de um jornalista*, os artigos mais notaveis do fallecido escriptor Alberto Campos. Coordenou e reuniu egualmente em volume os artigos, estudos e cartas de viagem de Alfredo Serrano, sob o titulo *Questões de arte*, prestes a entrar no prélo, com prefacio de Ramalho Ortigão Pertence a varias aggremiações, sendo membro dedicado e incansavel do Circulo Catholico. Pertence á sociedade litteraria Luigi de Camoens, de Napoles.

Mendonça *(D. Anna de)*. Dama da rainha D. Joanna, a *Excellente senhora*, que se tornou amante de D. João II, de quem teve a D. Jorge, que foi duque de Coimbra, mestre das ordens de S. Thiago e de Aviz. Era filha de Nuno de Mendonça, aposentador-mór do rei D. Affonso V. No seu testamento, D. João II declara-a mãe de D. Jorge, deixando-lhe um legado de 200$000 réis com a declaração de que, se por qualquer circumstancia lhe fôsse tirado, primeiro lhe seria entregue a quantia de 30:000 corôas de 120 cada uma para a decencia de sua pessoa e estado. Deixando a côrte por morte do rei, foi commendadeira do convento de Santos Falleceu em 1545.

Mendonça *(Fr. Antonio de)*. Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Lisboa, e fal. em Evora em 1623, sendo filho de D Jorge de Mendonça, que foi governador de Tanger e mordomo-mór da princeza D. Maria, filha d'el rei D. Manuel, e de sua mulher, D. Joanna de Mendonça. Fr. Antonio de Mendonça, sendo moço fidalgo da referida princeza, resolveu deixar o mundo, e professar na ordem de S Francisco da provincia dos Algarves. Governou o convento de Evora, foi lente jubilado de Theologia, e eleito provincial no conveuto de Xabregas em 2 de junho de 1607. Gozou créditos de grande prégador, e compoz um resumo das obras de Escoto, que não chegou a imprimir-se. Deixou tambem manuscripto *In Evangelia Sanctorum Commentaria*.

Mendonça *(Antonio Eugenio de)*. General de brigada reformado. N. em 4 de novembro de 1830, fal. a 27 de outubro de 1908. Assentou praça em 1 de setembro de 1847, sendo promovido a alferes em 11 de março de 1863, a tenente em 19 de fevereiro de 1868, a capitão em 3 de novembro de 1876, a major em 28 de dezembro de 1880, a tenente-coronel em 9 d'abril de 1889 e a coronel em 9 de fevereiro de 1893, data em que se reformou no posto de general de brigada. Serviu na arma de cavallaria. Sendo major exerceu o cargo de chefe da repartição militar do governo de Moçambique. Era cavalleiro da ordem de Aviz, e possuia a medalha de prata de comportamento exemplar.

Mendonça *(Antonio Hygino de Magalhães)*. Capitão de mar e guerra, jornalista, escriptor, etc. Cursou a Escola Naval, terminando o curso em 1874. Pouco tempo depois fez uma viagem ao norte da Europa, indo á Escocia e á Belgica, onde visitou os museus de bellas artes. Esta visita despertou-lhe as faculdades artisticas para a pintura, produzindo alguns quadros que figuraram em diversas exposições, que se realisaram em Lisboa, e que fôram devidamente apreciados. Embarcando para a estação de Angola, ahi desempenhou diversas commissões da arma, e tendo terminado o seu tirocinio para official, permaneceu ainda em Loanda, sendo nomeado capitão do porto e director do observatorio meteorologico, onde prestou bons serviços. Com a sua longa permanencia em Africa prejudicou muito a saude, e por conselho da junta de saude retirou para Lisboa n'um navio de véla da marinha mercante nacional. São diversas as commissões de serviço publico que tem desempenhado como a de auxiliar o serviço da junta consultiva da marinha; a de adjunto do commando geral da armada; a de colleccionar os documentos relativos á cooperação da marinha portugueza

na repressão do trafico da escravatura, a proposito do que publicou um interessante relatorio muito conveniente para os que se dediquem ao estudo da historia da marinha nacional. Foi vogal da commissão encarregada de estudar a qualidade e quantidade dos navios destinados ao serviço colonial e de propôr uma organisação para essa marinha. Em 1897 era secretario da commissão de cartographia, e administrador, por parte do governo, da Companhia de Mossamedes, junto da qual pelos seus conhecimentos da provincia d'Angola, prestou valiosos serviços. O sr. Hygino de Mendonça tem sido director de diversos bancos e companhias; collaborador em alguns jornaes, e redactor do *Mundo em casa* Escreveu um romance, *Lucilia*, que se publicou em 1897.

Mendonça *(Antonio Manuel de Mello Castro)* Governador geral de Moçambique. Pertencia a uma familia nobre. Foi nomeado governador por decreto de 13 de maio de 1809, e começou o seu governo a 14 de agosto de 1809. No seu tempo se realisaram as expedições militares do sargento-mór Cardinas, que se fez temido dos pretos e tornou respeitado o governo portuguez. Em 1812 foi Castro Mendonça transferido para a ilha da Madeira; entregou o governo de Moçambique ao seu successor Marcos Caetano de Abreu e Menezes, e tendo já a bagagem a bordo, indo a embarcar, foi de subito atacado d'uma doença, que o victimou a 22 de setembro de 1812.

Mendonça *(Antonio Thomaz de)*. Nasceu em Ilhavo em 1828. Formou-se em Medicina pela Universidade de Coimbra e fez parte do batalhão academico, quando foi da Patuléa. Por occasião da epidemia da cholera morbus em Ilhavo, em 1855, prestou bons serviços. Mais tarde foi nomeado medico do partido e sub delegado de saude. Exerceu tambem varios cargos como vereador da camara, juiz de paz, membro da junta de parochia, etc. Publicou alguns versos em 1852 no *Campeão do Vouga*. Tambem se evidenciou no palco, desempenhando muito bem papeis de responsabilidade em varios dramas, que elle e outros amadores representaram no theatro d'essa villa, como no *Marquez de Torres Novas*, *Ermitão da cabana*, *Othelo*, etc. Foi condiscipulo de José Fructuoso Ayres de Gouveia e de Arnaldo Braga, mantendo com elles relações d'amizade até á morte. Era muito estimado pelo seu bello caracter, pelo seu desinteresse e pela caridade para com os doentes, qualquer que fôsse a sua posição social. Falleceu em 29 de janeiro de 1890, e o *Jornal de Noticias* dava assim a noticia: «Um medico dos pobres. Depois d'uma prolongada doença, finou-se em Ilhavo o sr. dr. Antonio Thomaz de Mendonça, um habil clinico e um caracter impolluto. Os pobres d'aquella povoação piscatoria deviam-lhe os maiores beneficios. A toda a hora a que fôsse chamado, elle acudia pressuroso, deixando não poucas vezes á cabeceira do enfermo dinheiro para auxiliar o tratamento.»

Mendonça *(P. Braz da Costa)*. Escriptor, de quem se conhecem as seguintes composições: *Prosopopéa metrica da Fama com Mercurio, ou jornada do Ex.mo e Rev.mo Sr. D. Ignacio de Santa Thereza, arcebispo que foi de Gôa, hoje bispo de Faro*, etc., Porto, 1742; *Suspiros do Tejo na sentidissima morte do senhor rei D. João V de saudosa memoria*, em tercetos; sairam no *Culto funebre á memoria saudosa do mesmo Monarcha*, collecção 2.ª, Lisboa, 1750. Foi academico da Academia dos *Unicos*, instituida em Lisboa, e muito perito em poesia.

Mendonça *(Clemente José de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Vivia em Lisboa no principio do seculo XIX. Escreveu: *O pregoeiro lusitano; historia circumstanciada da Regeneração Portugueza, desde o Porto, seu illustre berço, até á conclusão das Côrtes, Parte I*, Lisboa, 1820, *Parte II*, 1821.

Mendonça *(Fr Cypriano de)*. Religioso da ordem de S. Bento N. em Areozellos no anno de 1598, fal no mosteiro de Tibães a 13 de janeiro de 1679. Era filho de Gaspar dos Reis Antas Barbosa, cavalleiro da ordem de Aviz, e de D. Leonor Correia de Mendonça Recebeu o habito no mosteiro de Santo Thirso a 3 de novembro de 1613, onde foi mestre, sendo depois abbade do convento de Lisboa em 1644 Esteve em Roma para negociar varias dependencias da sua monastica congregação. Foi tambem reitor do collegio da Estrella, de Lisboa, em 1635; abbade do de Coimbra em 1650, e eleito geral em 1676. Escreveu um *Itinerario da jornada que fez a Roma* e um *Catalogo dos escriptores da monastica congregação de S. Bento do reino de Portugal*, mas nenhum d'estes trabalhos se imprimiu.

Mendonça *(Diogo Furtado de)*. Thesoureiro-mór da sé de Cabo Verde, em 1652.

Mendonça *(Francisco de Assis Castro)*. Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, antigo medico militar, etc. N. em Coimbra em 1791 ou 179 , fal em Mafra a 5 de julho de 1860. Desde 1820 se mostrou adversario pertinaz da causa liberal, e logo em 1822 publicou 6 numeros d'uma especie de jornal, intitulado a *Facecia liberal e o enthusiasmo constitucional*, e n'esse mesmo anno um outro folheto ironico, com o titulo de *Defeza dos escriptores liberaes*, etc. No anno de 1827 retirou se á vida privada, indo residir para Mafra, e em 1835 foi eleito presidente da camara municipal do Barreiro, mas essa camara foi dissolvida pelo governo. Em 1834 fôra um dos redactores da *Aguia*, jornal legitimista, em 1840 escreveu *A Dynastia e a Revolução de Setembro*, folheto que foi vivamente aggredido na *Revista litteraria*, do Porto, e cujo editor responsavel foi chamado aos tribunaes e absolvido pelo jury. Depois, tendo se entregado a seguir na sua clinica o systema homeopathico, de que foi grande propagandista, abandonou a politica e fixou definitivamente a sua residencia em Mafra. Em 1835 e 1836 redigiu o periodico *Industrial civilisador*. Nos ultimos annos assignava-se Francisco de Assis Castro Vasconcellos, ou simplesmente Francisco Assis de Castro. Escreveu: *A facecia liberal e o enthusiasmo constitucional; dialogo entre um Solitario e um Enthusiasta sobre os abusos do governo*, Lisboa, 1822; *Somnambulismo da Facecia*, Lisboa, 1822; *A liberdade pela reforma*, Lisboa, 1833; todos estes opusculos sairam sem o seu nome; *A Dynastia e a Revolução de Setembro, ou nova exposição da questão portugueza da successão; por C. V. e S.*, Coimbra, 1840; *Defeza dos escriptores liberaes, ou analyse do artigo «Ministerio abaixo» do «Diario do Governo» n.º 219, pelo redactor da «Facecia»*, Lisboa, 1822; *Carta de um proscripto do anarquismo ao ex-ministro do reino João de Sousa*

Pinto de Magalhães, Lisboa, 1835, tambem não traz o seu nome; *Exame critico da carta de D. Pedro, conforme os principios de direito publico, natural e das gentes, com uma breve analyse da Constituição ingleza*, etc. *offerecido aos homens generosos de todos os paizes, particularmente ao mais caro dos irmãos*, Lisboa, 1852; *O industrial civilisador; jornal de agricultura, industria, economia politica, e miscellaneas, dedicado aos individuos que sabem ler;* publicava se mensalmente em cadernos no formato de 8.º grande. Saiu o 1.º n.º em outubro de 1835, e os n.ᵒˢ 11 e 12, com que terminou a publicação, em junho de 1836. Nos annos de 1853 a 1855, parece que escreveu na *Nação* artigos de alta politica, alternando com outros sobre pontos duvidosos das sciencias exactas; e *communicados* descrevendo os resultados da sua clinica, mostrando praticamente as vantagens da doutrina que professava. No jornal legitimista *O povo*, publicou de 1857 a 1859 artigos sobre physica, astronomia, chimica, homeopathia e magnetismo medico.

Mendonça *(Francisco Manuel de Mendonça, 1.º barão de)*. Do conselho de sua magestade, commendador da ordem de Christo e da Rosa, do Brazil; bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado em Lisboa, presidente da camara municipal de Lisboa, consul de Portugal em Bordéos, etc. Fal. em 15 de abril de 1882. Era filho de Francisco Ignacio Ferreira de Mendonça, bacharel formado em Direito, advogado em Lisboa, e de sua mulher. D. Maria Rita de Araujo Tavares. Representou a cidade de Lisboa, quando o lord maior de Londres convidou ás suas memoraveis festas os chefes das grandes municipalidades da Europa. Casou em dezembro de 1873 com D. Emilia Josephina Mallet. O titulo de barão de Mendonça foi lhe concedido por decreto de 26 de novembro de 1873

Mendonça *(Hygino de)* V. *Mendonça (Antonio Hygino de Magalhães)*.

Mendonça *(Jeronymo de)*. Escriptor, natural do Porto, um dos que acompanharam a Africa el-rei D. Sebastião, ficando captivo na batalha d'Alcacer Kibir, vindo para Portugal depois de ter sido resgatado. Como testemunha ocular d'aquella infausta batalha, escreveu a seguinte obra, que dedicou a D. Francisco de Sá e Menezes, senhor de Penaguião, em 10 de janeiro de 1607: *Jornada d'Africa, em a qual se responde a Jeronymo Franqui, e a outros, e se trata do successo da batalha, captiveiro, e dos que n'elle padeceram por não serem moiros, com outras cousas dignas de notar*, Lisboa, 1607; 2.ª edição, *copiada fielmente da primeira*, Lisboa, 1785. O autor teve principalmente em vista (como elle diz no frontispicio, e mais extensamente no prologo) confutar o que apparecera escripto sob o nome de Jeronymo Franchi de Conestaggio no livro *Dell'unione del regno di Portugallo alla corona di Castiglia*, etc, em que os portuguezes são bastante maltratados.

Mendonça *(Jeronymo de)*. Filho de Pedro de Mendonça, um dos acclamadores de D. João IV e irmão do 1.º conde de Lavradio, que serviu na guerra da Restauração militando na provincia do Alemtejo como capitão de cavallos, sendo depois mestre de campo d'um terço da guarnição de Lisboa. Largando o commando do terço voltou a servir na guerra como voluntario, esteve na batalha do Ameixial, e foi elle o encarregado de trazer ao rei a noticia d'essa victoria ganha pelas armas portuguezas. Nomeado governador de Pernambuco partiu para a America, levantando porém contra si grande indisposição dos seus subordinados, rebentaram serios tumultos e Jeronymo de Mendonça veiu preso para Lisboa. Podendo escapar-se fugiu para Castella, e voltando ao reino foi envolvido na conspiração do embaixador hespanhol conde de Humanes, e por esse motivo condemnado á morte e a serem-lhe confiscados todos os bens. Posteriormente foi-lhe commutada a sentença em degredo perpetuo para a India, onde falleceu.

Mendonça *(João de)*. Jornalista, escriptor, professor de litteratura, historia, sciencias naturaes e mathematica, etc. N. na cidade de Belem do Grão Pará a 20 de julho de 1845, fal. em Lisboa em 9 de abril de 1896. Era filho de João Nepomuceno de Mendonça, descendente d'uma familia illustre da ilha de S. Miguel. Veiu ainda muito novo para Lisboa com seus paes, e foi educado no antigo e acreditado collegio do dr. Cicouro. Dedicando se ao magisterio secundario foi professor de litteratura e historia, sciencias naturaes e mathematica, na Escola Nacional, no Collegio Parisiense, e em outros collegios de ensino particular. Exercendo o magisterio durante 30 annos, foi explicador d'algumas cadeiras dos institutos Industriaes e Agricola. Como homem de sciencia applicou se especialmente ás sciencias naturaes, sendo a Botanica o estudo da sua maior predilecção, chegando a ensaiar no Lyceu Nacional de Lisboa um curso da flora continental e maritima, autorisado pela portaria de 20 de dezembro de 1879. A sua dedicação pelas questões scientificas e historicas, valeram lhe a nomeação de socio da Sociedade de Geographia de Lisboa, do Instituto de Coimbra, da Associação dos Architectos e dos Archeologos portuguezes, da Associação dos jornalistas e escriptores portuguezes, da Sociedade Broteriana de Coimbra, da Sociedade Lineana da Universidade de Lund na Suecia, da Academia Mont'Real, etc. Correspondia se com varios homens de sciencia estrangeiros, referente a estudos botanicos, como Pringshein, o notavel botanico secretario vitalicio da Academia Real das Sciencias de Berlim; o dr. Karl Rech, de Aistersheim, na Austria, o celebre continuador do *Herbarium normale*, do dr. Schultz, que o convidou para seu collaborador, e autor de varias obras notaveis; Paulo F. Reinsch, phycologico importante; o dr. W. O. Focke, membro da Sociedade Botanica allemã de Bremen; L. M Debat, autor da *Flore des Mussinées de l'Europe*; dr. Marius, de Berlim, e muitos outros. O herbario de João de Mendonça possuia collecções muito valiosas. Dedicou se tambem ao cultivo das letras e ao jornalismo, sendo assiduo collaborador do *Diario de Noticias* desde 1870, ficando como redactor effectivo em 1871, logar em que se conservou até á data do fallecimento. N'aquelle jornal, além da sua collaboração diaria, publicou folhetins, revistas, noticias historicas, archeologicas, etc. Escreveu tambem nos seguintes jornaes: *Correio da Europa*, *Progresso e Ordem*, *Universo illustrado*, *Conservador*, *Album litterario*, *Defensor do trabalho*, *Aurora Litteraria*, *Occidente*, *Bibliotheca do povo e das escolas*, etc. Collaborou largamente no *Dicciona-*

rio Universal Portuguez, editado por Henrique Zeferino de Albuquerque; foi o director litterario da *Encyclopedia Nacional de Sciencias, artes e officios*, onde publicou em 1877 os *Elementos da historia natural dos insectos*, com gravura, que foi a primeira parte, ou fasciculo, o unico que se publicou da Encyclopedia. Fundou e dirigiu um jornal destinado ao Brazil, com o titulo de *Noticias de Portugal*, que teve curta duração. Tambem escreveu para o theatro a comedia em 2 actos, *Um tio em Pelotas* e a *Abelha Mestra*. De collaboração com Julio Rocha imitou varias farças antigas, como *As Guerras do Alecrim e Mangerona*, *O Dr. Manuel Mendes Enxundia;* adaptou á scena portugueza algumas zarzuelas hespanholas, como *Uma tourada no Ribatejo*, e tinha concluido, estando prestes a representar-se, uma comedia, intitulada: *Querer lograr e ser logrado*. João de Mendonça era casado com D Christina Rolim de Mendonça. Escreveu: *Expiação d'uma alma*, narrativa dedicada a Eduardo Coelho; saiu no *Brinde aos senhores assignantes do «Diario de Noticias»*, em 1873; *Colonias e possessões portuguezas*, Lisboa, 1877; é tambem dedicado a Eduardo Coelho; 2.ª edição, no mesmo anno, com gravuras; *Morphologia cellular*, (introducção á morphologia vegetal) *Extracto das lições da introducção do curso de flora continental e ultramarina portugueza no lyceu nacional*, Lisboa, 188(, com gravuras; *Algas portuguezas*, Lisboa, 1882; *Leituras escolares*, Lisboa, 1882.

Mendonça (*João Furtado de*). Governador da praça de Elvas, mestre de campo general do Alemtejo, etc. Era filho de João Furtado de Mendonça, que foi governador de Angola. Serviu na guerra da Restauração como mestre de campo, e com o seu terço se distinguiu nas batalhas do Ameixial e Montes Claros. Depois foi elevado ao posto de general de batalha e general de artilharia do Alemtejo; foi governador da praça d'Elvas, conselheiro de guerra e mestre de campo general do Alemtejo. Governou varias vezes essa provincia, e teve o mando do exercito que n'ella se formou em 1706, e com o qual entrou em Hespanha e rendeu a cidade de Xerez de los Caballeros. Foi por fim governador da Torre de S. Julião da Barra, e fal. a 9 de novembro de 1714.

Mendonça (*João Furtado de*). Um dos primeiros governadores e capitães generaes de Angola. Foi nomeado por Filippe II a 11 de outubro de 1593 e chegou a Loanda no dia 1 de agosto de 1594, com 400 infantes e 30 cavallos, levando tambem 12 mulheres brancas, Magdalenas arrependidas, para o desenvolvimento da colonisação. Não foi feliz nas suas primeiras expedições, comtudo, não só subjugou os sovas do Bengo, como tambem livrou Massangano cercada por outros sovas negros. No seu tempo houve grandes fomes e epidemias em Loanda e Massangano, e uns corsarios francezes saquearam o nosso porto de Pindo na foz do Zaire. Entregou o governo em 1602 a João Rodrigues Coutinho, e partiu para a Europa, sendo nomeado governador do Algarve. Foi depois nomeado conselheiro presidente do senado de Lisboa, logar que occupava em abril de 1621, por occasião do fallecimento de Filippe II, e chamado por fim a Hespanha para exercer os cargos de membro do tribunal supremo de Portugal em Madrid e de presidente do conselho das Indias.

Mendonça (*Jorge Furtado de*) Militar do seculo XVII. Tendo estado no Brazil, regressou á Europa, e viveu algum tempo em Madrid, onde estava quando se deu a revolução de dezembro de 1640. Passando então secretamente a Portugal serviu na guerra como mestre de campo do Algarve, e foi general da armada da Junta do Commercio.

Mendonça (*Fr José de*). Religioso da ordem de S. Bernardo. N. em Lisboa a 22 de julho de 1661, e fal. a 13 de junho de 1728 Era filho de Manuel da Costa Pereira e de D. Maria Josepha de Mendonça. Professou no Real convento d'Alcobaça a 8 de março de 1677. Foi provisor do bispo d'Elvas D. Fr. Pedro de Alencastre, geral que fôra da ordem de S Bernardo. Exerceu ainda alguns cargos importantes. Deixou publicado, em 1712, um *Setenario de Nossa Senhora do Desterro*, e manuscripta uma *Breve noticia da fundação do real mosteiro de Santa Maria de Ceiça da ordem de Cistér*.

Mendonça (*José da Gama e Castro de*). Doutor em Philosophia pela Universidade de Coimbra. N. em Coimbra, e é já fallecido, sendo filho de Mauricio José de Castro. Doutorou se a 5 de novembro de 1820.

Mendonça (*José Honorato de*). General de brigada, ajudante de campo honorario d'el-rei senhor D. Manuel II, director geral da Secretaria da Guerra, vogal da secção do exercito do supremo conselho de defeza nacional. N. em 21 de janeiro de 1844; assentou praça em cavallaria a 18 de agosto de 1862, sendo promovido a alferes em 18 de julho de 1863, a tenente em 17 de janeiro de 1868, a capitão em 16 de setembro de 1874, a major em 4 de abril de 1885, a tenente-coronel em 12 de junho de 1889, a coronel em 3 de abril de 1895, e a general de brigada em 9 de julho de 1903. Sendo capitão, collaborou no jornal *Exercito portuguez*, onde publicou uma serie de artigos, depois reproduzidos em separado, com o titulo: *Estudo ácêrca das bases do futuro regulamento da instrucção tactica da cavallaria*, Porto, 1883. O sr. general José Honorato de Mendonça é commendador e gran-cruz da ordem d'Aviz por serviços distinctos, grande official da mesma ordem tambem por serviços distinctos; cavalleiro da de S. Thiago. Possue as medalhas de ouro de bons serviços e de comportamento exemplar; gran-cruz da ordem de Merito Militar de Hespanha, e a cruz de segunda classe da de Aguia Vermelha. No anno de 1873 fez parte do conselho do governo de Moçambique, onde era então secretario geral.

Mendonça (*P. Lourenço de*). Jesuita. N. em Cezimbra, ignoram se as datas do nascimento e fallecimento Era filho de Lourenço de Mendonça e de Ignez Mendes. Entrou na Companhia de Jesus a 13 de agosto de 1602, e sendo expulso d'ella, foi juiz do tribunal da Legacia Apostolica, e depois bispo do Rio de Janeiro. Por occasião da acclamação d'el rei D. João IV, passou a Castella, pelo que foi declarado traidor por sentença dada na Relação ecclesiastica de Lisboa em 12 de abril de 1642. Attribue-se-lhe a seguinte obra escripta em castelhano e impressa em 1630: *Supplica a sua magestade el rei nosso senhor em defeza dos portuguezes, em que mostra que sem contravenção das ordens reaes, pódem os portuguezes entrar nas Indias como os castelhanos, navarros, e outros.*

Mendonça *(Fr. Manuel de)*. Religioso da ordem de S. Bernardo, primo e muito amigo do marquez de Pombal, ministro d'el-rei D José. Pela protecção de tão valioso parente conseguiu ser geral do convento d'Alcobaça, esmoler-mór d'el rei, visitador e reformador da sua ordem, mas apenas o marquez de Pombal caiu do poder, foi preso e encerrado no convento do Desterro de Lisboa, por ordem do nuncio. Fr. Manuel de Mendonça foi accusado de crimes de toda a especie: de ter roubado todas as preciosidades que existiam nos conventos da sua ordem, de proteger escandalosamente a prostituição d'um convento de freiras, de ser homem devasso e de comportamento desregrado, e até de querer apostatar fugindo para Inglaterra. Preso e algemado foi conduzido de Lisboa para um seguro carcere no mosteiro d'Alcobaça, onde privado do seu cargo de geral, dos privilegios da religião e de toda a communicação, pouco tempo viveu. Fr. Manuel de Mendonça seria na verdade um homem detestavel, mas parece que o seu crime, n'aquella epoca imperdoavel, era o ser primo e protegido do marquez de Pombal.

Mendonça *(Manuel Teixeira Cabral de)*. Escriptor que parece ter nascido no ultimo quartel do seculo XVIII, e de que só se sabe, que escreveu as seguintes obras: *O guarda-livros moderno, ou curso completo de instrucções elementares sobre as operações do commercio, tanto em mercadorias como em banco; offerecido aos negociantes portuguezes*, etc 2 volumes impressos em Lisboa, o 1.º em 1815, tendo 2.ª edição em 1823; o 2.º em 1816; *Supplemento ao guarda-livros moderno, ou curso completo de instrucções elementares sobre as operações do commercio, tanto em mercadorias como em bancos*, etc. tomo I, Lisboa, 1818. Todo o conteúdo n'estes 3 volumes são extractos, recopilações e traducções de outros autores nacionaes e estrangeiros, segundo diz Innocencio da Silva, no vol. VI do *Diccionario bibliographico*, a pag. 118. Escreveu mais: *Manual de negociantes*, etc., Lisboa. 1816; *Elementos da grammatica franceza*, etc., Lisboa, 1817.

Mendonça *(Manuel Thomaz de)*. Medico de Ilhavo, onde nasceu no anno de 1823. Dedicando-se á medicina, matriculou se na escola medica do Porto, tendo por condiscipulo Camillo Castello Branco. Fez parte do batalhão academico por occasião da revolução da Patuléa. Não chegou a frequentar o 5.º anno, mas exercia clinica e era muito habil e feliz, especialmente em partos. Como seu irmão Antonio tinha muita habilidade para o palco, tendo feito parte da sociede de d'amadores dramaticos ilhavenses. Foi jornalista e poeta chistoso, collaborando muito no *Campeão do Vouga*, mais tarde *Campeão das Provincias*, tendo sido alguns mezes o director politico. Foi administrador do concelho em varias situações e era muito activo. Por occasião da epidemia da cholera-morbus, sendo administrador, prestou bons serviços, já n'esta qualidade, já como clinico Falleceu em 29 de janeiro de 1885 de uma pneumonia. Tendo melhorado no dia em que falleceu, não se illudiu com as melhoras. Perguntou quantos são do mez? Responderam 29. Faço hoje 62 annos, quem havia de dizer que havia de morrer tão cedo! O irmão, dois filhos e um cunhado, que eram medicos, objectaram-lhe que estava melhor. Sim, respondeu o doente, d'aqui a duas horas falaremos. E, com com effeito, passado duas horas exhalava o ultimo suspiro.

Mendonça *(D. Maria Magdalena de)*. Religiosa dominicana do convento da Annunciada. N. a 2 de dezembro de 1705, ignora-se a data do fallecimento Era irmã do grande estadista marquez de Pombal. Promoveu a fundação do convento de Santa Joanna, do qual chegou a ser prioreza. Apenas seu irmão saiu do governo, foi privada do cargo e accusada de muitos e extraordinarios actos escandalosos. Entre as imputações, que lhe fizeram, sobresaiam a de incorporar na sua communidade as duas casas professas do Salvador e da Rosa que pertenciam á mesma ordem dominicana mas tinham constituições particulares, de receber as tenças das freiras, mandando as ella cobrar por um agente seu que tirava a cada uma 40 réis por dia, dizendo que essa quantia era para o alimento do cobrador, e de estabelecer no convento lojas por sua conta de todo o genero de comestiveis para n'elles comprarem as religiosas a quem era prohibido mandar vir os generos de fóra. Accrescentaram ainda que D. Maria Magdalena de Mendonça obtinha de seus irmãos licença para se abrirem em Lisboa lojas de sorte sem as cautelas judiciaes do estylo, comtanto que os donos lhe déssem réis 40$000 por mez a titulo de donativo para as obras do convento, e estabelecendo ella propria no convento uma barraca de sortes dava ás pessoas que ahi lh'as iam comprar plena e amplissima liberdade com as religiosas, e que a estas concedia licença para sairem do convento, sob o pretexto de irem visitar os parentes, deixando-as ficar fóra todo o tempo que ellas queriam. Não se póde hoje averiguar o que n'estas terriveis accusações havia de verdade, mas é de presumir que, por ser irmã do ministro omnipotente d'el-rei D. José, fôsse victima de calumnias inventadas pelos inimigos do marquez de Pombal, que depois da sua queda, trataram de ferir a reputação de todos os seus parentes e pessoas que lhe eram dedicadas.

Mendonça *(D. Mayor Luiza de)*. Religiosa no convento da Madre de Deus, onde tomou o nome de soror Helena da Cruz, quando professou. N. em 12 de junho de 1708. Era tambem irmã do marquez de Pombal. Parece que falleceu ainda em vida de seu irmão, porque, se lhe tivesse sobrevivido, é natural que fôsse victima das perseguições como sua irmã D. Maria Magdalena, quando o marquez de Pombal foi demittido.

Mendonça *(Miguel da Cunha)*. Escriptor e poeta. Era natural de Lisboa, sendo filho de Simão de Fontes e de D. Catharina Michaela da Silveira. Fal. contando apenas 32 annos de edade, mas ignoram-se as datas do nascimento e do fallecimento. Foi muito perito na poesia e nas letras humanas, que cultivou desde muito creança. Escreveu: *Glossa encomiastica á Magestade d'el-rei D. Pedro II N. S. offerecida na entrada felicissima de Sua Magestade catholica*, Lisboa, 1701; *Idéa do principe dos poetas Luiz de Camões applicada ao monarcha dos lusitanos el rei D. João V N. S*, Lisboa, 1707; *La adoracion de los Magos, acto comico*, Lisboa, 1708. Deixou manuscripto: *Culto de Apollo*, constando de lôas sacras e d'outras poesias lyricas e heroicas com uma comedia intitulada: *Con zelos no ay amistad.*

Mendonça *(Miguel Francisco de)*. Capitão de infantaria, cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz. N. a 15 de abril de 1831, fal. em Bragança a 5 da agosto de 1881. Escreveu: *O progresso do exercito ou alguns pensamentos sobre o systema militar de um paiz livre*, Coimbra, 1860; *A instrucção militar e o campo de manobras*, Coimbra, 1866; *Questões sociaes*, Porto, 1871.

Mendonça *(Paulo de Carvalho de)*. Presidente do senado da camara de Lisboa, por decreto de 19 de setembro de 1764, secretario e védor da fazenda da casa e estado da rainha D. Marianna Victoria, mulher d'el-rei D. José, monsenhor da egreja patriarchal, inquisidor geral, commissario da bulla de Santa Cruzada e D. prior de Guimarães. Era irmão do grande estadista marquez de Pombal. N. em 1702 e fal. a 17 de janeiro de 1770 Foi elevado a cardeal pelo papa Clemente XIV, mas a morte não o deixou receber o barrete cardinalicio.

Mendonça *(Pedro de)* Alcaide-mór de Mourão, um dos acclamadores de D. João IV. Na sua qualidade de alcaide-mór frequentava muito o paço de Villa Viçosa, que não ficava longe da sua alcaidaria. Adherindo em 1640 á conspiração dos fidalgos, procurou resolver o duque de Bragança a pôr-se á frente da insurreição. Como elle não queria, Pedro de Mendonça, para o tentar, tratava-o já como rei, dando-lhe magestade e beijando-lhe a mão. O duque, porém, persistia em se esquivar a essas cortezias, em acompanhar Pedro de Mendonça até á porta, quando elle se retirava, para lhe mostrar bem que não queria ser tratado como soberano. Pedro de Mendonça desesperava-se, mas continuava a trabalhar pela causa do rei nacional, vindo a Lisboa assistir ás reuniões que se realisavam em Xabregas Quando tudo ficou decidido, Pedro de Mendonça foi enviado a Villa Viçosa para resolver o duque Andava D. João caçando, quando Pedro de Mendonça chegou. Foi procural-o á tapada, e ali lhe falou com a maior intimativa. O duque pediu tempo para reflectir, o que desesperou Pedro de Mendonça, mas d'ahi a pouco D. João chamou o brioso fidalgo, e disse-lhe que acceitava Pedro de Mendonça partiu muito satisfeito para Mourão, d'onde expediu um proprio a D. Miguel d'Almeida, dizendo-lhe enigmaticamente: «Fômos á tapada. Deram se alguns tiros. Accertaram-se uns e erraram se outros. Grande é a prudencia de João Pinto Ribeiro.» Chegando a Lisboa recebeu uma carta de agradecimento do duque de Bragança, que escrevera outra a D. Miguel d'Almeida. Foi Pedro de Mendonça um dos que não desanimaram com os conselhos prudentes, mas intempestivos, de D. João da Costa. No dia 1 de dezembro foi elle que levou adeante de si, com Thomé da Silva, os tudescos que defendiam a entrada dos aposentos da duqueza de Mantua. Em seguida juntou-se aos que se dirigiam ao quarto de Miguel de Vasconcellos, e foi um dos que o mataram. Partiu depois com Jorge de Mello a dar a noticia da acclamação ao duque de Bragança D. João IV nomeou-o guarda-mór da pessoa real, em substituição do conde de Villa Viçosa, que ficára em Madrid.

Mendonça *(Tristão de)*. Fidalgo que viveu no seculo XVII. Era filho de Pedro de Mendonça, governador de Chaul. Foi um dos conjurados da revolução de 1640, e depois da acclamação de D. João IV foi escolhido para a embaixada da Hollanda, e como a sua inexperiencia nos negocios diplomaticos estava pouco d'accordo com a difficuldado da missão, deram-lhe por secretario um ministro de letras, Autonio de Sousa Tavares, e por conselheiros especialmente para os negocios commerciaes dois negociantes Guilherme Rosen, hollandez naturalisado portuguez, e João Nunes de Santarem. Saindo de Lisboa no dia 8 de fevereiro de 1641, foi por um temporal obrigado a arribar a Plymouth, e d'ahi seguiu para a Hollanda escoltado por quatro naus d'esse paiz, que os Estados mandaram para acompanhar o nosso enviado. Não faltaram as honras ao representante da nação portugueza O proprio stathouder, principe Guilherme de Orange, foi recebel-o ás portas da cidade d'Haia, conduziu-o ao palacio que devia servir-lhe de aposento, tratou-o com a maior affabilidade, prometteu-lhe que empenharia todas as forças da republica em auxiliar a independencia portugueza, e nomeou os diplomatas que deviam tratar das negociações com Tristão de Mendonça, devendo assistir ás conferencias repetidas vezes os deputados da companhia das Indias Orientaes e Occidentaes. As instrucções que Tristão de Mendonça havia recebido eram: propôr aos Estados uma tregua e suspensão de armas por 10 annos, devendo n'esse prazo ajustar-se a paz; que a Hollanda mandasse a Lisboa 20 navios para cuja despeza elrei offerecia a contribuição que concordassem; que pedisse aos hollandezes a restituição das praças occupadas nas conquistas; que offerecesse aos Estados commercio livre em todos os portos do nosso reino, e que solicitasse da republica licença para passarem a Portugal todos os officiaes de cavallaria e infantaria que fôssem necessarios, assim como officiaes engenheiros e artifices de fogo, e que os portuguezes pudessem comprar na Hollanda todas as munições e artigos de que carecessem para a guerra. Perto de dois mezes durou a discussão do tratado, que se assignou por fim a 12 de junho com as seguintes condições: Que haveria treguas 10 annos entre Portugal e as Provincias Unidas, e que durante esse periodo se auxiliariam contra a Hespanha inimigo commum os subditos das duas nações; que as conquistas sobre as possessões do Castella pertenceriam a quem as fizesse, que haveria reciproca liberdade de navegação e commercio para subditos das duas potencias excepto no Brazil hollandez, que se garantissem os bens adquiridos aos subditos de Portugal e Hollanda nos dominios hollandezes e portuguezes; que dos estrangeiros só os hollandezes seriam admittidos ao trafico das possessões portuguezas; que só na Hollanda poderia Portugal fretar navios, e que só os receberia superiores a 260 toneladas e 16 canhões; que não poderiam os portuguezes transportar negros para as possessões hespanholas; que as fazendas depositadas na Africa seriam registadas e pagariam direitos; que as conquistas feitas na America hespanhola seriam divididas entre Portugal e a Hollanda; que esta enviaria 20 navios para unirem ás esquadras portuguezas e francezas, e finalmente que Portugal poderia importar armas e munições da Hollanda e contratar os officiaes que precisasse. Este tratado era todo vantajoso para a Hollanda e os nossos direitos ás colonias de que fôramos pri-

vados, eram totalmente desconhecidos. O que nos valeu ainda assim foi o não poder suppôr a Hollanda que as colonias portuguezas seguiriam tão unanimemente o exemplo da metropole e o imaginar, portanto, que o artigo que permittia a acção livre de conquista sobre as possessões de Castella lhe permittisse empolgar uma boa parte das nossas possessões ultramarinas. Emquanto, porém, nos assumptos do ultramar a Hollanda usava para comnosco da mais refinada duplicidade, na Europa cumpria fielmente as suas promessas e com tão boa vontade auxiliou o nosso enviado, que a 2 de setembro partia para Portugal uma esquadra de 22 embarcações de guerra e 18 vasos mercantes trazendo a seu bordo um regimento de cavallaria, outro de dragões, grande numero de armas e 200 soldados portuguezes fugidos de differentes exercitos hespanhoes logo que souberam da independencia da sua patria. A 16 de setembro entrou no porto de Lisboa essa armada, em que regressava á patria Tristão de Mendonça, e a chegada d'esse importante reforço attenuou um pouco a má impressão produzida no animo de D. João IV e do povo portuguez pelo desvantajoso tratado. Pouco tempo depois recebeu Tristão de Mendonça o commando d'uma esquadra que se dispunha a ir na primavera em soccorro da ilha Terceira, mas que afinal saiu do Tejo a 7 de janeiro com o fim de, junta com a armada do almirante hollandez Gylsels, esperar a frota castelhana das Indias. A pouca distancia da barra levantou-se grande temporal, e Tristão de Mendonça mettendo-se no batel ou escaler com o piloto e mais alguns fidalgos, abandonou o navio apezar dos protestos e dos rogos dos que ficavam a bordo, e que instantemente lhe pediam os não largasse. Ao entrar no batel caiu ao mar o general, e com grande trabalho o puderam então salvar, mas de nada lhe serviu, porque em breve as ondas tragaram o pequeno barco, salvando-se unicamente o piloto e um marinheiro. Serenando a borrasca algum tempo depois, o navio que Tristão de Mendonça deixára, surgiu no porto de Lisboa sem ter soffrido avarias importantes, trazendo a bordo todos quantos n'elle se conservaram, apezar da fuga vergonhosa do seu chefe.

Mendonça Arraes (*João Pinto de*). Doutor em Theologia, vogal do Santo Officio, conego da sé da Guarda, e muitas vezes provisor e governador d'este bispado. Era natural de Ceia, onde tambem fal. em 1853. Era homem muito instruido e de elevada intelligencia.

Mendonça Arraes (*D. José Pinto de*). V. *Arraes*, no vol. I pag. 741.

Mendonça Arraes (*Luiz Pinto de*). 1.º visconde do Vallongo V. *este titulo*.

Mendonça e Brito (*Carlos Eduardo de*). Major de artilharia, que adquiriu certa celebridade pelo modo como se houvé em 19 de maio de 1870, quando se deu a revolta capitaneada pelo marechal Saldanha. N. em Beja a 14 de outubro de 1836, fal. em Evora a 30 de janeiro de 1876. Era filho de Joaquim José de Mendonça e Brito, official de infantaria. Depois de ter estudado no Real Collegio Militar assentou praça no batalhão de caçadores n.º 2 em agosto de 1851, sendo despachado em 1852 alferes graduado. Frequentou as escolas Polytechnica e do Exercito, completando o curso d'artilharia em julho de 1858, anno em que foi promovido a segundo tenente, sendo em 1860 a primeiro tenente, e em 1864 a capitão. Commandando uma bateria do regimento d'artilharia n.º 1, foi na madrugada de 19 de maio de 1870, mandado postar em frente do paço d'Ajuda, em consequencia da referida revolta. Quando as forças do marechal Saldanha se approximaram do paço, o capitão Mendonça e Brito mandou carregar as boccas de fogo e chegou a dar-lhe voz de fogo, mas não sendo obedecido pelos seus subordinados, aquella não chegou a ter effeito; tendo vingado a revolta o capitão Mendonça e Brito foi transferido para uma das companhias de artilharia dos Açôres. O partido historico, a que pertencia o ministerio deposto pelo marechal, abriu logo uma subscripção para offerecer uma espada de honra a Mendonça e Brito, e tendo caido em agosto do mesmo anno o gabinete presidido por Saldanha, o capitão Mendonça e Brito regressou ao continente, e recebeu pouco depois a espada. Como capitão serviu no 1.º regimento e nos estabelecimentos fabris da direcção geral d'artilharia, até que sendo promovido a major em setembro de 1875, foi em novembro seguinte nomeado inspector do material de guerra da 4.ª divisão militar. Partindo para Evora a tomar conta d'esta nova commissão, pouco tempo a exerceu, porque adoecendo gravemente falleceu pouco depois. O cadaver foi transportado para Lisboa no dia 6 de fevereiro de 1876, prestando-lhe o partido historico grandes homenagens, e pronunciando Antonio Ennes á beira da sepultura um discurso elogioso e sentimental. O major Mendonça e Brito legou ao Centro do partido historico a espada de honra, que lhe fôra offerecida

Mendonça Côrte Real (*Diogo de*). Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, secretario das mercês d'el-rei D. Pedro II, secretario de Estado de D. João V, um dos nossos diplomatas mais notaveis do seculo XVIII. N. em Tavira a 17 de junho de 1658, fal. em Bemfica a 9 de maio de 1736. Seu pae tinha egual nome, e sua mãe chamava-se D. Jeronyma de Lacerda, ambos pessoas nobres e ligadas em parentesco ás casas mais distinctas de Portugal e Hespanha. Depois dos primeiros estudos, em que logo manifestou elevada intelligencia, matriculou-se na Universidade na faculdade de Canones, em que obteve o grau de doutor com muitos elogios dos professores e dos condiscipulos, devido ao brilhante curso que fizera; passou á côrte despachado em premio com uma *conducta* de Canones em 1686, e outra de Leis em 1687 Na Universidade, antes da reforma do marquez de Pombal, dava-se o nome de *conducta* a cadeira pequena, que por voto dos lentes de cadeiras grandes se dava a algum oppositor. A intimidade da sua familia com os fidalgos e funccionarios de maior valimento, depressa lhe abriu a carreira dos empregos, encetando-a com o provimento da corregedoria da camara do Porto, tendo a distincção de poder usar de béca. N'aquelle tempo reputava-se este cargo o morgado da magistratura, tanto pela residencia em cidade tão rica e populosa, como por existir ali a Casa do Civel do que eram governadores hereditarios os marquezes de Arronches, a qual era composta de ministros conspicuos e experimentados, uns pelo exercicio do magisterio nas cadeiras da Universidade, outros

pela pratica das leis adquirida no desempenho das funcções senatorias mais conceituadas. Diogo de Mendonça Côrte Real logo se tornou muito considerado e estimado pela sua rectidão como juiz e pela affabilidade do seu caracter. A noticia do zeloso serviço, da grande competencia e diplomacia do novo magistrado, chegou á côrte, e D. Pedro II, informado do que poderia esperar-se d'um homem tão valioso como Diogo de Mendonça Côrte Real, expediu-lhe em janeiro de 1691 uma ordem para deixar o emprego, embarcando sem demora para Hollanda como seu enviado extraordinario. Diogo de Mendonça Côrte Real contava então apenas 33 annos de edade. O despacho foi datado do referido mez de janeiro de 1691, e a 3 de março seguiu para Hollanda, por mar, com uma viagem bastante tem-

Diogo de Mendonça Côrte Real

pestuosa, naufragando nas costas da Inglaterra; Em 14 d'abril tocou o navio n'um banco de areia. o perigo era imminente, e a confusão geral a bordo, chegando a desanimar o capitão e a tripulação. Só Diogo de Mendonça Côrte Real conservava o sangue frio, o que valeu de muito, porque vendo o grande perigo em que estava o navio e a falta d'animo do capitão, tratou de incutir nos officiaes e nos marinheiros os alentos indispensaveis para se não deixarem colher sem defeza na ruina d'ahi a pouco inevitavel. A' sua voz lançaram-se as lanchas fóra, cortaram-se os mastros, e alijou-se a carregação ao mar. Tudo se executou com rapidez e sem perigo, e mettendo-se n'uma das lanchas Côrte Real com toda a sua familia e o capitão, e na outra a gente da tripulação, fizeram se na volta do mar, emquanto o navio se ia a pique. Andaram toda a noite pairando, e ao amanhecer tocaram em terra, vendo-se assim salvos, n'uma espaçosa praia cheia de asperas penedias. Passou depois a Londres, onde embarcou para Haia, côrte dos estados geraes da Hollanda, dando ali a sua entrada publica adequada ao caracter que representava, e á magnificencia e luzimento com que então era costume realçarem os ministros a dignidade da missão. O assumpto da enviatura de Côrte Real a Hollanda eram as queixas do nosso commercio e as offensas da corôa, nascidas do atrevimento com que os vassalos de Hollanda, sem fé nem razão, ultrajavam a bandeira portugueza, aprezando navios, que ella cobria, e desprezando a segurança d'uma paz de muitos annos, jurada e mantida entre as duas potencias. Diogo de Mendonça Côrte Real tratou com toda a diplomacia de demover todas as grandes difficuldades que se oppunham continuamente. Prolongaram-se as conferencias sobre o assumpto, mudando de aspecto a cada phase, até que finalmente, a 22 de maio de 1692, o habil diplomata conseguiu o que tanto desejava, ajustando todas as dissidencias no tratado que se assignou na mesma data, e concluindo-as com tanta honra para a corôa portugueza, que os estados geraes da Hollanda se responsabilisaram pelo pagamento de 80:000 patacas, como indemnisação das prezas, as quaes de facto se arrecadaram pelo rendimento do sal de Setubal, consignado á republica em virtude do tratado de 31 de julho de 1669, e depois de cobradas se repartiram na devida proporção pelos interessados, precedendo a previa avaliação das suas perdas. Não foi este o unico serviço prestado por Côrte Real n'esta embaixada. Aproveitado o ensejo, occupou-se de resolver outro negocio, ainda pendente, que tinha sido o escolho de anteriores negociações. Na guerra da America movida contra as possessões portuguezas pela ambição da Hollanda, o amor ardente da independencia e o esforço heroico dos habitantes acabaram por desopprimir a capitania de Pernambuco do jugo e dominio dos capitães e commissarios dos estados, encerrando-se a lucta de longos annos pela entrega do Recife, ou cidade Mauricia, ultima e fundada esperança dos conquistadores, debaixo de condições que fôram ratificadas, mas que por motivos differentes a nossa côrte não tinha cumprido ainda inteiramente. Versava o litigio sobre a clausula, que nos obrigava a restituir a fazenda a alguns hollandezes, em virtude da promessa feita sobre as armas. No momento em que a republica de Hollanda nos compensava o damno das prezas maritimas, pagando 80:000 patacas, não se podia deixar de reconhecer o direito que lhe assistia para exigir de Portugal identico procedimento para com os subditos, a que dera a sua garantia. Côrte Real acceitou logo todas estas consequencias, applicando-se na discussão e nos apertados exames que estabeleceu, a diminuir e a attenuar até d'um modo consideravel a extensão e importancia das indemnisações. Assim o obteve. Ponderadas as razões e em presença d'um rigoroso inquerito lavrou-se o tratado de transacção de 27 de novembro de 1693, seguido da convenção de 28 do mesmo mez, pela qual nos obrigavamos a pagar a cada um dos herdeiros de V. Douker e de G. Wit a quantia de 11:000 cruzados, cedendo elles d'ahi em deante de todas e quaesquer allegações de compensação. Em 19 de fevereiro de 1694 ratificaram os estados geraes da Hollanda solemnemente os dois tratados. O

exito da sua missão a Haia exaltou o merecimento do ministro no conceito do soberano, e determinando mandar um enviado extraordinario á côrte de Hespanha, o nomeou pelos fins do anno de 1693, e em maio seguinte estava em Madrid, onde fez a sua entrada solemne e brilhante. Conservou-se n'aquella côrte até 1703, regressando então a Portugal, por se ter declarado a guerra da successão de Hespanha, por morte do rei Carlos II. O embaixador hespanhol em Portugal tambem se retirou para a sua nação. A 2 de abril de 1704 foi nomeado secretario das mercês o do expediente d'el rei, passando-se a respectiva carta em março seguinte. N'este meio tempo, a 9 de março de 1704, apontou á barra de Lisboa o archi-duque Carlos com uma armada de 200 vélas, e D. Pedro II saiu da côrte a 28 de maio marchando para a provincia da Beira, por onde o plano anteriormente concertado riscava que devia intentar a conquista. Côrte Real acompanhou o monarcha servindo lhe de secretario de Estado. A enfermidade de D. Pedro II apressou a sua volta para Lisboa, onde chegou a 17 de novembro do referido anno, confiando a Diogo de Mendonça Côrte Real, além das funcções proprias do exercicio do seu logar de secretario das mercês, a administração de todas as repartições e municiamentos da guerra, as quaes o ministro dirigiu até á conclusão e firmeza de paz em Utrecht a 6 do mez de fevereiro de 1715, muito depois da morte do rei, a qual, succedeu em 1 de dezembro de 1706. Subindo ao throno, D. João V logo em abril de 1707 nomeou Diogo de Mendonça Côrte Real seu secretario do Estado, mandando lhe passar a respectiva carta em 27 do mesmo mez. O distincto diplomata conservou se no ministerio até fallecer, prestando sempre importantes serviços, principalmente nas difficeis negociações do tratado de Utrecht, acima já citado, em que Portugal corria serio risco de ser sacrificado. Eram negociadores no congresso D. Luiz da Cunha e o conde de Tarouca, bons diplomatas, e de Lisboa os dirigia e lhes enviava instrucções Diogo de Mendonça Côrte Real, cuja habilidade era conhecida pelos proprios ministros estrangeiros, e cujas combinações por mais d'uma vez o astuto ministro mallogrou. O abbade Vigency dizia que Diogo de Mendonça Côrte Real era homem douto e versado em negocios, falando com facilidade diversas linguas, muito entendido em assumptos politicos, e em extremo cortez e affavel em maneiras. Ajunta que o accusavam de pouco seguro de palavras, e de muito vagaroso em tudo, por isso que perdia o tempo em divertimentos. Diz quo D. João V o estimava e se acostumára com elle, e que o confessor e Mendo de Foyos tinham sido autores da sua elevação. «A carreira de Diogo de Mendonça Côrte Real foi longa, pacifica e ditosa, diz Rebello da Silva, no extenso artigo biographico publicado no vol. XII, do *Panorama*, a pag. 331 e seguintes. Honrado com a amizade de dois monarchas, deveu á paixão de D. Pedro II pela poesia os rapidos augmentos com que se elevou, assim como se póde attribuir ao ciume das prerogativas reaes e á sua aptidão e firmeza diplomatica o favor insigne com que D. João V o distinguiu.» As obrigações do ministerio que servia Côrte Real abrangiam então a secretaria de estado com todas as correspondencias e trabalhos diplomaticos, a secretaria das mercês, do expediente e da assignatura, accrescentando ainda os negocios da mordomia mór, e o despacho dos cargos de monteiro-mór e provedor das obras do paço, com outros empregos menores, que tambem expedia ao mesmo tempo. Foi elle o encarregado dos contratos de casamento entre o principe do Brazil D. José, e a infanta de Hespanha D. Marianna Victoria, e entre o principe das Asturias e a infanta D. Maria Barbara, correndo com as instrucções e assistindo ás conferencias em Lisboa, empregando sempre a maior diligencia e habilidade, o que attesta que o seu zelo, quando o pedia o momento, era capaz de multiplicar-lhe os recursos, supportando sem quebra as vigilias e fadigas. «A elevação a que subiu nunca o deslumbrou, diz Rebello da Silva: a paciencia risonha e benignidade de trato tornavam-o bemquisto, até dos mesmos requerentes que as suas desculpas e delongas traziam mais arrastados. Ouvia-os com animo sereno, e respondia-lhes com imperturbavel agrado, embora a ira os tivesse feito desmedir. Muitas vezes a um tropel de palavras ásperas e imprudentes replicava só com um dito chistoso, que, proferido a tempo, emendava o erro alheio, e applacava as iras entre risadas. A sua probidade foi apontada como irreprehensivel até pelos emulos e contrarios. Côrte Real morreu quasi repentinamente. Achava-se na sua quinta de Bemfica, e passeando sobre a madrugada, assaltado por uma tão aguda e penetrante dôr, a quo dentro de poucas horas succumbiu. O seu cadaver foi depositado na egreja de Nossa Senhora do Amparo, onde se lhe tributaram as honras funebres. O retrato, que lhe tirou o pintor flamengo Francisco Harwin, reputava-se o mais parecido e perfeito; diz-se que existiu muito tempo na sala das conferencias particulares da Academia Real de Historia Portugueza, instituida por D. João V em 8 de dezembro de 1720. O distincto diplomata foi um dos 50 academicos com que ella se constituiu. Mendonça Côrte Real casou em outubro de 1718 com D. Thereza de Bourbon, que era viuva de Alvaro da Silveira e Albuquerque, coronel do regimento de Cascaes e governador da provincia do Rio de Janeiro. A sua primeira filha, D. Joaquina de Bourbon, foi baptisada pelo proprio cardeal patriarcha D. Thomaz d'Almeida, e o seu primeiro filho, João Pedro de Mendonça Côrte Real, teve por padrinho D. João V. O faustoso monarcha concedeu muitas honras ao afilhado e a seu pae.

Mendonça Côrte Real *(Diogo de)*. Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, enviado extraordinario á côrte da Haia, thesoureiro-mór da collegiada de Barcellos, conselheiro da fazenda e provedor da Casa da India; deputado da Junta da Casa de Bragança, secretario de estado dos negocios da marinha, academico da Academia Real de Historia. Era filho natural do distincto diplomata a quem se refere o artigo antecedente. N. em Madrid, no tempo em que seu pae ali residia como embaixador. Instruido na lingua latina e letras humanas, applicou se na Universidade de Coimbra ao estudo de Direito Pontificio, em que se doutorou, e foi admittido no collegio de S. Pedro a 12 de novembro de 1716. No anno do 1722 foi nomeado enviado extraordinario a Hollanda, e estava em Haia em 1727, ondo sustentou um longo debate com a

Companhia das Indias Occidentaes, a proposito dos nossos direitos coloniaes. Deu isso origem a dois folhetos francezes, que publicou em Hollanda, onde tambem publicou uma carta em francez sobre assumptos religiosos. Em 9 de março de 1729 foi nomeado academico da Academia Real da Historia Portugueza. Quando falleceu D. João V, em 1750, o seu successor, el rei D. José, o nomeou secretario de estado da repartição dos negocios ultramarinos, a 3 de agosto d'esse anno, na mesma occasião em que chamava ao poder Sebastião José de Carvalho e Mello. «O futuro marquez de Pombal não o tolerou por muito tempo no ministerio, lê se no *Diccionario Popular*, dirigido por Pinheiro Chagas, vol. IV, pag. 378 E não era porque Diogo de Mendonça não se curvasse ao despotismo de Sebastião de Carvalho, que, depois do terremoto adquirira uma influencia illimitada no animo de el-rei, e uma preponderancia indisputavel no ministerio. Diogo de Mendonça resignára-se immediatamente ao papel de subalterno que Sebastião de Carvalho lhe distribuira, mas Sebastião de Carvalho não queria no ministerio senão creaturas suas, e Diogo de Mendonça fôra despachado no mesmo dia, entrára no governo no mesmo pé em que Sebastião de Carvalho entrára, e isso não convinha ao ambicioso ministro. E' certo, porém, que isso não explicaria sufficientemente a inaudita crueldade com que o grande ministro tratou o seu collega, se não se soubesse como elle era implacavel nos seus odios, e com que facilidade arredava os obstaculos que se lhe levantavam no caminho. O que é certo é que no dia 31 de agosto de 1756 Diogo de Mendonça Côrte Real, que acabava de dar um jantar ao corpo diplomatico, viu entrar o seu collega D. Luiz da Cunha Manuel, secretario de estado dos negocios estrangeiros, que lhe leu o seguinte decreto:—Por me ser presente a grande desordem e inquietações com que tem movido com barbaros e infieis pretextos de desagrado do meu real serviço Diogo de Mendonça Côrte Real, que era secretario da marinha e ultramar, excitando com horrorosos escandalos a paz, civilidade e obediencia que tinha por natureza, homenagem, fidelidade e obrigação de guardar, e atteudendo ás relevantes razões de consideração e outras da minha real clemencia e piedade, sou servido ordenar que D. Luiz da Cunha Manuel, meu secretario de estado dos negocios estrangeiros, e quero que vá logo em execução intimar este decreto, e com as ordens que lhe tenho determinado, para que dentro de tres horas saia da côrte de Lisboa o dito Diogo de Mendonça Côrte Real para a distancia d'ella quarenta leguas onde não entrará mais, e apresentará certidão de como tem cumprido o dito degredo, de que fazendo o contrario, além do desagrado grande em que tem incorrido, se dará outra maior demonstração de providencia, com que se satisfaça o bem publico dos meus fieis vassalos, Belem 30 de agosto de 1756. Com a rubrica de Sua Magestade.—Qual era o crime horrivel que assim se attribuia a Diogo de Mendonça? Nunca ninguem o soube. Disse Sebastião de Carvalho, quando o interrogaram no seu processo, que Diogo de Mendonça dizia mal dos seus collegas, não approvava a sua politica, e tentava sempre falar a el-rei a sós, e terminou com a fórmula costumada, isto é dizendo que fôra el-rei quem mandára. Mas quem induzira el-rei a mandar? Que crime allegou Sebastião de Carvalho? Mysterio. Disse-se que elle accusára Diogo de Mendonça de favorecer projectos de casamento entre o principe D. Luiz herdeiro do throno de Hespanha e a princeza D. Maria, que foi depois rainha D. Maria I, protegendo assim um plano iberico. E' comtudo muito pouco provavel essa versão. Continuemos pois a narração dos factos. Diogo de Mendonça ouviu lêr o decreto, que, sem especificar a culpa a classificava como nefandissimo crime, levantando-se, poz com suprema dignidade a mão no seu Breviario, e disse em voz alta e firme:—Juro, na presença de Deus e os homens, que a minha consciencia me não accusa de ter praticado cousa alguma que mereça o real desagrado quanto mais tão severo e rigoroso castigo.—Depois seguiu immediatamente, e até sem mudar de fato, o corregedor da Côrte e Casa, Dantas, que primeiramente o levou para os arredores do Porto, de oude o fez passar para Salreu, na Beira, e depois emfim para Mazagão. N'essa praça esteve recluso até que ella foi cedida aos marroquinos, passando então o ex-ministro para Peniche, ou para as Berlengas, onde morreu emfim sem que nunca a clemencia d'el rei houvesse por bem perdoar-lhe ou commutar-lhe a pena. Foi grande a surpreza dos habitantes de Lisboa, quando souberam da demissão e desterro do ministro, que ainda na vespera tão alto logar occupava ou parecia occupar na estima do soberano. Todos se iam costumando, porém, a não penetrar os mysterios da politica de Sebastião de Carvalho, e portanto limitaram-se a commentar o caso em voz baixa, sem levarem muito adeante as suas apreciações. Diogo de Mendonça depressa foi esquecido, e os crueis castigos infligidos pouco tempo depois a fidalgos da mais alta nobreza ainda mais contribuiram para sumir no olvido o pobre ex ministro, filho de um dos vultos mais eminentes de Portugal nos seculos XVII e XVIII, e que expiava no exilio, na tristeza e na solidão as suas mysteriosas senão phantasticas culpas.» Diogo de Mendonça Côrte Real escreveu e publicou: *Conta dos seus estudos academicos*, que se encontram nos tomos IX, X e XI da *Collecção dos Documentos e Memorias da Academia Real de Historia*; *Examen et Reponse à un escrit publié par la Compagnie des Indes Occidentales sous le titre de «Refutation des arguments et raisons alleguées par Mr. Diogo de Mendonça Corte Real, Envoié Extraordinaire de Portugal, à la Haye, dans son Memoire et l'Ecrit annexe presenté à Leurs Hautes Puissances le 15 Septb., 1727*; sem logar nem nome do impressor, 1727; *Traduction de la Demonstration de la Compagnie des Indes Occidentalles, contenant les raisons pourquoi les Portugais ne sont point en droit de naviguer vers les cotes de la Haute et Basse Guinée*, etc., *Et Examen et Refutation de toutes ces raisons*; sem logar nem nome do impressor, 1727; *Lettre d'un catholique de l'Eglise Romaine à un Russien de L'Eglise Grecque separée de l'Eglise Romaine au sujet de Purgatoire;* sem anno nem logar de impressão.

Mendonça Cortez (*João José de*). Doutor em Direito e lente cathedratico da Universidade de Coimbra, deputado, par do reino, ministro, conselheiro effectivo do Tribunal de Contas, director

do Banco Lusitano, etc. N. em Olhão a 9 de janeiro de 1838, sendo filho de João Viegas de Mendonça e de D. Maria do Rosario Lopes. Entrou na Universidade de Coimbra em 1853, não tendo ainda 16 annos de edade; cursou as faculdades de direito e sciencias naturaes, obtendo sempre os primeiros premios, e doutorou-se a 28 de julho de 1861. Em novembro de 1863 foi despachado lente substituto extraordinario; em janeiro de 1864 substituto ordinario, e em março de 1868 lente cathedratico da cadeira de Finanças. Em 1865 foi encarregado de colligir os documentos relativos á historia da egreja portugueza; em 1867 tinha prompto o 1.º volume, começando a obra com os documentos da collecção de leis ecclesiasticas peninsulares, caida em esquecimento, conhecida na edade media pelo titulo de *Codex canonum vetus*, com um extenso proemio, em que descreve a traços largos a historia da egreja peninsular, hispano e lusitana até o seculo XIII, e investiga as causas do esquecimento indicado. Não tendo o governo de então dado as providencias para que a impressão corresse rapida, para o que o sr. Cortez offereceu parte dos seus ordenados, e occorrendo ainda o facto de ter encontrado nas contas da mesma commissão um abuso do nome do presidente da commissão, Alexandre Herculano, por parte do paleographo da commissão, o sr. Mendonça Cortez deu a sua demissão e com elle o presidente e mais vogaes, recusando depois retomar conta dos mesmos trabalhos a despeito das instancias que por parte do governo se lhe fizeram. Foi deputado pela primeira vez em 1868, representando o districto de Faro; formou com outros deputados o grupo dos *ecclecticos e independentes*. Pela quebra da situação Avila Dias Ferreira, conservou-se na mesma attitude com o governo Sá-Vizeu. Em janeiro de 1869, por causa da evolução parlamentar conhecida então pelo titulo de *emboscada da presidencia*, declarou-se abertamente favoravel ao ministerio que acabava de dar a sua demissão; redigiu a celebre *moção* dos 45, tomou parte activa nas luctas parlamentares, e com outros deputados e cidadãos organisou o partido reformista, cujas idéas defendeu na camara e nas commissões, principalmente na de fazenda. Convidado primeiro para a pasta da fazenda pelo ministerio Sá Vizeu e para a da justiça, recusou, vindo só em agosto d'esse anno a acceitar a pasta da justiça, sob a pressão de que a sua recusa importaria a queda da situação, com o compromisso de que os seus novos collegas lhe acceitariam as reformas que propunha na pasta para que fôra convidado, mas por diversas complicações, que se deram, foi obrigado o ministerio a demittir se poucos dias depois. Continuou sendo deputado em varias legislaturas, defendendo sempre as idéas reformistas, e recusando tomar parte do ministerio de 1870, de Sá Vizeu, dos que se lhe seguiram Saldanha-Dias Ferreira, Avila Carlos Bento e Avila Barros e Cunha. Em 1876 foi encarregado, a pedido do presidente do Tribunal de Contas, da reorganisação dos archivos do mesmo tribunal, que começou e de que publicou varios relatorios. Em 1879 foi eleito par do reino, prestando juramento e tomando assento na respectiva camara na sessão de 20 de janeiro de 1880, sendo n'este anno nomeado conselheiro effectivo do Tribunal de Contas, deixando vaga a sua cadeira na Universidade. Fôram-lhe offerecidas diversas vezes varias cruzes e outras condecorações, que sempre recusou. Em 1876 foi eleito director do Banco Lusitano, e em 1878 presidente da direcção do mesmo banco, sendo reeleito nos annos seguintes. Tem sido director de differentes associações e companhias industriaes. Em 1878 comprou ao conselheiro Augusto Saraiva de Carvalho metade da antiga casa editora e da livraria Bertrand, que ficou desde então usando da firma *Viuva Bertrand & C.ª, successores Carvalho & C.ª*. Por morte de Saraiva de Carvalho comprou aos herdeiros d'este a metade que pertencia ao fallecido socio, e ficou possuidor da casa inteira. O sr. conselheiro Mendonça Cortez tem grande amor pelos estudos mathematicos e mechanicos, e como tal apresentou ao governo em 1881 varios modelos feitos por elle para applicação da electricidade como força motriz das locomotivas. Algumas d'essas invenções estão em pratica em França e Allemanha, como o commutador electrico. Outros modelos para demonstração do postulado apresentado pelo sr. dr. Cortez aos homens especiaes. *Se na roda motriz de uma locomotiva em movimento o ponto de apoio é o solo a transmissão do movimento hoje adoptado nas locomotivas é essencialmente defeituoso. Se é o eixo, os principios de mechanica ensinados nas escolas carecem de reforma.* Este mesmo problema de mechanica foi alguns annos depois apresentado como these por um dos lentes de mathematica em Coimbra. Para examinarem estes inventos fôram nomeadas differentes commissões que concluiram pela necessidado da pratica decidir sobre as affirmativas do inventor, o que se não fez no paiz por falta de meios, recusando o sr. dr. Mendonça Cortez algumas propostas do estrangeiro. Inventou um obturador especial de espingarda, que se póde vêr no museu do Arsenal do Exercito, onde foi fabricado segundo os desenhos, modelo e calculo do sr Cortez. Em 1864 inventou um novo propulsor para barcos de fundo chato e para rios de pequena profundidade, em que se combinam os dois movimentos, o horisontal e vertical, substituindo portanto os remos. Por esse tempo organisou e inventou um jogo destinado a pôr em pratica os preceitos da guerra terrestre e naval, em que por uma combinação de leis que deduziu dos factos mais notaveis da historia militar das differentes grandes nações e de dados reproduz por uma fórma curiosa os phenomenos reaes. Annos mais tarde resolveu o problema de dar relevo ás cartas graphicas com rigor e precisão na escala vertical egual á que ellas tinham então na escala horisontal para o que solicitou o respectivo privilegio de invenção, sendo este negocio problema que occupou as attenções de muitos homens dos mais competentes na sciencia geographica e geodesia dos differentes estados civilisados, e sempre com infeliz resultado, ou antes com bom resultado, por vezes, mas tão excessivamente caro que tornavam a venda dos productos inteiramente impossivel. Escreveu: *Se a organisação do jury entre nós precisa de algumas reformas, e no caso affirmativo quaes devam ser?* dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas, Coimbra, 1861; *Theses*, em latim, Coimbra, 1861; *Synthese do orçamento geral e propostas de lei vigentes de receita e despeza do*

estado para o anno de 1873-1874, etc., *Estudos de finanças*, prelecções na Universidade, Coimbra, 1874; *Synthese do orçamento, etc., para o anno de 1875-1876*, Coimbra, 1875; *Oração de sapiencia*, em latim; *Oração por occasião da visita de el rei D. Pedro V á Universidade de Coimbra*. Publicou varios artigos no *Instituto*, de Coimbra, e em outros jornaes d'aquella cidade, assignados com as iniciaes M. C., dos quaes uma grande parte tem sido transcripta em differentes jornaes do paiz. Escreveu uma serie de artigos de polemica no *Primeiro de Janeiro, Diario Popular*, etc. Parece que se conservam ineditas os seguintes: *Tratado de finanças, Historia das finanças portuguezas, Monumenta historica Ecclesiae lusitanae*, tomo I, em latim; *Collecção de legislação sobre o recrutamento, Indice da legislação pratica desde o «Codex vetus»* (seculo IV) *até o presente*.

Mendonça e Figueiredo (*Luiz Bernardo Pinto de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra; cavalleiro da ordem de Christo, donatario de Santa Comba e quintas de Pinhouços, senhor do morgado de Nossa Senhora das Preces, em Ceia, e de S. Geão; desembargador da Relação do Porto. Era natural de Ceia, onde tambem falleceu em 1832. Casou em Santa Marinha com sua prima D. Anna Leonor de Abranches Homem Nogueira de Abreu Pessoa, herdeira do vinculo de S. Bermudo em Santa Marinha, e do de Villa do Conde.

Mendonça Furtado (*Francisco Xavier de*). Irmão do grande estadista marquez de Pombal. N. em 1700 e fal. em Villa Viçosa em 1769. Servia no exercito quando seu irmão, entrando para o governo, o nomeou governador e capitão-mór do Pará e Maranhão com o encargo especial de reprimir os jesuitas e obrigar os indios, que elles dominavam, a submetter-se ao governo da metropole: Chegando á America procurou contraminar a influencia dos jesuitas, enviando a seu irmão circumstanciadas noticias, que se acham publicadas no livro intitulado: *Relação abreviada da republica que os religiosos jesuitas das provincias de Portugal e Hespanha estabeleceram nos dominios ultramarinos das duas monarchias e da guerra que n'ella tem movido e sustentado contra os exercitos hespanhoes e portuguezes*. Regressando a Portugal foi nomeado em 1759 secretario de estado dos negocios do reino, como adjunto de seu irmão, e elevado em 1762 a ministro da marinha e ultramar, quando foi demittido Thomé Joaquim da Costa, que exercia esse cargo, e mandado para o castello de Leiria.

Mendonça Furtado (*José Ignacio de*). Em 1818 era corregedor do bairro de Belem, sendo depois vereador do senado da camara de Lisboa. Nasceu em Alpedrinha, mas ignoram-se datas do nascimento e fallecimento. Escreveu: *Resultados dignos de toda a admiração, condignos da maior contemplação, talvez nunca vistos e observados na historia da magistratura portugueza, provenientes de horrorosas conspirações*, etc., Lisboa, 1824. N'este folheto pretendia justificar-se de gravissimas accusações contra elle irrogadas n'outro, que em 1821 apparecera com o titulo: *Supplemento ao Astro da Lusitania*.

Mendonça Galvão (*João Mascarenhas Manuel de*). Capitão do estado-maior d'artilharia, official ás ordens honorario do fallecido rei D. Carlos I e de sua magestade el-rei senhor D. Manuel II, ajudante de campo de sua alteza senhor infante D. Affonso, adjunto á inspecção de artilharia da primeira divisão militar, etc. N. em 31 de março de 1859, assentou praça a 26 de dezembro de 1870, sendo promovido a alferes em 5 de janeiro de 1887, a tenente a 16 de janeiro de 1889 e a capitão em 18 de junho de 1901. Foi o sr. Mendonça Galvão quem organisou, conduziu para Africa e commandou, a companhia de dragões do planalto de Mossamedes, primeira força regular de cavallaria e artilharia, que houve em Africa. Com ella bateu em 1894 a Lufinda e Catumba, dois coios de salteadores do planalto, que mereceu os elogios do Estado e o agradecimento do paiz. Em junho de 1896 foi nomeado governador do districto, tendo por essa occasião feito o reconhecimento da foz do Cunene e da parte superior d'este rio, notavel e valioso serviço. Percorreu tambem toda a parte occupada do districto, e são muito notaveis todos os projectos feitos por elle, quer para a occupação do dominio dos territorios, quer para o desenvolvimento de todas as riquezas, trabalho de indigenas e serviços geraes e administrativos. Em 1897 foi transferido para o governo de Lourenço Marques, continuando alli a sua vida activa e trabalhosa, documentando por mais de uma vez o seu raro valor. A' sua iniciativa se deve a ponte de desembarque, o desenvolvimento da alfandega, das officinas de Catembe, das linhas telegraphicas, a proposta do aterramento do pantano para o caminho de ferro que se fez em 1902, das obras dos quarteis da Ponta Vermelha, a revisão das concessões feitas, etc. O sr. capitão Mendonça Galvão fez parte da commissão encarregada de propôr as reformas das escolas regimentaes em 1891, e no anno de 1902 foi vogal e relator da commissão encarregada de elaborar o projecto de uniformes e equipamentos para as forças ultramarinas. N'esse mesmo anno de 1902 commandou as forças de artilharia na expedição feita ao Barué, expedição em que se houve denodadamente. E' commendador da ordem da Torre e Espada, official da de S. Bento de Aviz por serviços distinctos, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição; possue as medalhas de prata de valor militar e de bons serviços; a de cobre de comportamento exemplar; medalha de prata de serviços militares no ultramar; de ouro tambem por serviços no ultramar, com a legenda *Operações do Barué em 1902*; a de prata para commemorar a campanha do Barué em 1902. E' official da ordem da Corôa de Italia; condecorado com a cruz de segunda classe da ordem da Estrella Brilhante e com a cruz da segunda classe da de Merito Militar, de Hespanha.

Mendonça e Mello (*Francisco Candido de*). Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, tendo sido anteriormente alferes de cavallaria, e como tal incluido na convenção de Evora-Monte em 1834. Traduziu as seguintes obras: *O Atheneu, por Madame Sophia Pannier*, Lisboa, 1842 e 1843, 3 tomos; *Tratado dos deveres do homem, dirigido a um joven por Silvio Pellico*, Lisboa, 1843; *Mathilde, memorias d'uma joven, por Eugenio Sue*, Lisboa, 1844 a 1846, 8 tomos; *A Bananeira, ou machinações d'um inglez nas Antilhas francezas, por Frederico Soulié*, Lisboa, 1844, 2 tomos; *Curso de Direito Natural, ou phi-*

losophia do direito, segundo o estado actual da sciencia em Allemanha, por H Ahrens, Lisboa, 1844, 2 tomos; *Manual ecclesiastico de todas as confissões christãs, por F. Walter, traduzido do allemão para o francez, e d'este para portuguez*, Lisboa, 1845, 2 tomos; *Do papa, pelo conde Joseph de Maistre*, Lisboa, 1845; *Os beneficios do Christianismo, pelo abbade Verdonel*, Lisboa, 1845; *Pensamentos sobre o Christianismo, provas da sua verdade por José Droz*, Lisboa, 1845; *O castello de Rochecourbe, por Victor Duhamel*, Lisboa, 1850, 3 tomos; *O conde de Sombreuil, pela condessa Dash*, Lisboa, 1849 a 1850; 2 tomos; *Logar para o direito; primeira parte: a Revolução e o Elyseu; segunda parte: a Realeza e Fronsdorf, pelo visconde d'Arlincourt*, Lisboa, 1850; *Defeza do jornal legitimista «A Patria» pelo redactor do mesmo jornal, nos dois discursos que recitou perante o jury .. em sessão de 3 de agosto de 1850*, Porto, 1850. Mendonça e Mello foi um dos fundadores e redactores do jornal legitimista o *Ecco*, juntamente com os drs. Antonio Joaquim da Silva Abranches e José Antonio Luiz Gallo. Separando-se d'esta redacção em 1839, emprehendeu por si só outro jornal da mesma politica, *A Verdade*, que durou até 29 de abril de 1840.

Mendro Serra do distr. de Beja; ramificação da serra de Portel para SO. Fica a NO da villa da Vidigueira, e tem 406 m. d'altura.

Menechas. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Meneixo. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Egreja Nova do Sobral, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Meneixos. Pov. na freg. de S. João Evangelista, de Ucanha, conc. de Tarouca, distr. de Vizeu.

Menéres *(Alfredo da Fonseca)*. Negociante, industrial e agricultor, agraciado com a carta do conselho de Sua Magestade, por decreto de 27 de setembro de 1906. Foi vereador da camara municipal do Porto, secretario da Associação Commercial d'aquella cidade, presidente da Associação Industrial Portuense, membro do conselho superior do commercio e industria, socio correspondente da Sociedade de Geographia. O sr. Alfredo Menéres possue em Mirandella importantissimas propriedades, a que dedica toda a sua energia de grande vinicultor, bem como as suas fabricas de conservas muito afamadas. Foi condecorado com a gran-cruz de merito industrial.

Menespera. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Ardegão, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Menezes. Familia das mais antigas e illustres da peninsula, e que procede de D. Fruella II, rei de Leão. Na *Nobiliarchia Portugueza*, de Villas Boas, lê-se a pag. 321 da edição de 1676, que os Menezes procedem de D. Pedro Bernardo de Sahagum, rico-homem d'el rei D Affonso chamado o Imperador, e neto de Diogo Rodrigues, duque de Asturias, e de sua mulher a infanta D. Ximena, filha d'el rei D. Affonso V, de Leão. Foi seu filho D. Tel Peres de Sahagum, rico-homem d'el-rei D Affonso, o das Navas, que pelos serviços, que lhe fez na conquista de Cuenca e em outras occasiões, lhe deu, com outras muitas terras, a villa de Menezes, de que resultou o appellido a seus descendentes, assim como do nome *Tel* o patronimico *Tellez*, que em elles se continúa. As armas d'esta familia são: Em campo de ouro um annel do mesmo metal perfilado de vermelho com um rubi n'elle; timbre uma donzella nascente vestida de brocado com um escudo como o das armas na mão direita e os cabellos soltos. Os Menezes de Cantanhede usam escudo esquartelado: no primeiro quartel as armas do reino com um filete negro em contrabanda, no segundo em azul tres flôres de liz em roquete, e assim os contrarios, sobrepostos um escudete de ouro com um annel do mesmo metal perfilado de vermelho e um rubi engastado no annel; timbre, uma donzella nascente vestida de brocado com um escudo como o das armas na mão direita e os cabellos soltos. Os Menezes de Tarouca teem por armas: Escudo partido em tres palas e cortado em faxa; na primeira em campo de ouro dois lobos sanguinhos passantes, e assim a terceira e a quinta; na segunda em campo de ouro quatro bastões sanguinhos e assim a quarta e a sexta, sobreposto um escudete de ouro com um annel do mesmo metal perfilado de vermelho e um rubi engastado n'elle; timbre, um dos lobos do escudo.

Menezes *(D. Affonso Manuel de)*. Jurisconsulto, arcediago na sé de Braga, deputado da inquisição de Coimbra e de Lisboa, etc. N. na comarca da Feira em 1672, fal. depois do anno de 1731. Era neto de D. Affonso de Menezes, mestre-sala de D. João IV, e sobrinho do arcebispo de Braga D. José de Menezes Estudou direito pontificio na Universidade de Coimbra, onde recebeu o grau de licenciado em 1694. Sendo beneficiado na collegiada de Freixo de Espada á Cinta, passou a arcediago da sé de Braga em 1695, e posteriormente a deputado na inquisição de Coimbra e depois na de Lisboa; desembargador da Relação do Porto, da qual foi transferido para a Casa da Supplicação, e por fim desembargador dos aggravos em 1710. Escreveu 5 volumes de *Commentarios ás Ordenações*, em latim, que ficarám inéditos.

Menezes *(Alberto Carlos de)*. Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, desembargador da Relação do Porto, superintendente geral de agricultura, deputado etc. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento, mas sabe-se que vivia ainda em 1837. O governo liberal de 1820 o nomeou superintente geral de agricultura no anno de em 1822 foi eleito deputado, sendo um dos que assignaram o protesto contra a illegal dissolução do parlamento em junho de 1823 Desde então conservou-se afastado da politica. Apresentou nas côrtes differentes projectos, sendo um d'elles o do *Codigo civil*. Escreveu: *Pratica dos Juizos Divisorios, ou formulario dos inventarios, partilhas, contas, marcações, tombos, e outros processos summarios*, etc., *tomo I*, Lisboa, 1819; foi impressa duas vezes em vida do autor, e saiu posthuma a 4.ª edição, com o titulo seguinte: *Pratica dos inventarios, partilhas e contas: Primeira parte dos Juizos Divisorios, com um supplemento das mudanças que teem occorrido pela Legislação actual*, Lisboa, 1849; *Pratica dos Tombos, e segunda parte annexa aos Juizos Divisorios, que contém medições, marcações de bens da Corôa, morgados, etc., segunda edição*, Lisboa, 1843; a primeira edição havia saido com o titulo: *Pratica dos Tombos e*

medições, marcações dos bens da Corôa, Fazenda Real, bens das Ordens Militares, ou Commendas, Morgados, Capellas, etc ; *tomo II*, Lisboa, 1819. D'esta 1.ª edição ha exemplares intitulados: *Classificação dos bens nacionaes, para ordenar a administração, tombo e reconhecimento da Fazenda fiscal por Superintendencias, Almoxarifados ou Contadorias, em comarcas e territorios municipaes: com o processo judicial de medições e marcações, e pratica de reconhecimentos de titulos de propriedade e direitos nacionaes, denominados da Coroa e Real Fazenda*, Lisboa, 1823. Escreveu mais: *Ao Soberano Congresso das Cortes offerece o prospecto do Codigo Civil para entrar no concurso dos compiladores, o desembargador Alberto Carlos de Menezes*, Lisboa, 1822; *Plano de reforma de Foraes e Direitos banaes, fundado em um novo systema emphyteutico nos bens da Coroa, de corporações, e de outros senhorios singulares*, Lisboa, 1825.

Menezes *(D. Aleixo de)*. Aio d'el-rei D. Sebastião. Era filho de D. Pedro de Menezes, primeiro conde de Cantanhede, e ainda muito novo estreou-se na carreira das armas assistindo com seu tio D. João de Menezes á tomada de Azamor em 1513. Passando em seguida ao Oriente com o governador Lopo Soares d'Albergaria, foi encarregado do commando d'uma esquadra, com a qual percorreu as costas d'Arabia, entrou no combate de Djédá e na tomada de Zeila, e pouco depois defendeu Malaca contra o rei de Bintam. Durante uma ausencia de Diogo Lopes de Sequeira governou interinamente os estados da India, e voltando ao reino ainda foi de novo a Africa para reformar e provêr os presidios de Arzilla, Azamor e Tanger. Cumprida a missão e regressando á patria, foi escolhido para varias missões de confiança, e enviado como embaixador a Carlos V, cuja estima grangeou em tão alto grau que aquelle soberano o escolheu para padrinho do seu neto, o principe Carlos. D. João III, que teve sempre a maior consideração por este fidalgo, o nomeou aio de seu filho, o infante D. João, mordomo-mór de sua mulher, a rainha D. Catharina, e em testamento o deixou indicado para aio do seu neto D. Sebastião. A escolha era acertadissima, e poderia ter produzido os mais excellentes resultados se em Portugal não existisse o cardeal infante D. Henrique e não tivesse entrado a Companhia de Jesus. A D. Aleixo de Menezes foi entregue a guarda da creação e pessoa de D. Sebastião, quando apenas contava 4 annos de edade, melindroso encargo, de que tão nobremente se desempenhou o honrado fidalgo, até ao momento em que o seu real educando tomou as redeas do governo, sendo acclamado rei de Portugal. Prestes estava D. Sebastião a chegar aos 6 annos de edade, quando pareceu indispensavel tratar-se de escolher mestre que o ensinasse. Muito divididos fôram os pareceres no conselho emquanto á escolha, prevalecendo afinal o do cardeal infante D. Henrique, que opinara e vehemente instára para que fôsse preferido o padre jesuita Luiz Gonçalves da Camara. O experiente e honrado D. Aleixo de Menezes votara contra a escolha d'um religioso para mestre do seu pupillo, e concluiu «que qualquer que o mestre fôsse, se tivesse advertencia em não ter mão em el-rei, mais que nas cousas tocantes a seu cargo, porque algumas vezes ouvira dizer ao imperador Carlos V, que os principes instruidos nas artes do governo e guerra tinham sciencia bastante em sabendo resar por umas horas.» Foi desprezado, graças aos manejos e tenacidade do cardeal infante, grande protector dos jesuitas, o discreto e previdente voto do nobre aio de D Sebastião. A carreira militar d'este brioso guerreiro devia concorrer para accender, ainda que involuntariamente, o fatal enthusiasmo de D. Sebastião. D. Aleixo de Menezes era muito sensato e tinha muito bons desejos, mas não podia de certo renegar todas as tradições da sua vida anterior, e o exemplo das acções do aio era mais proprio a excitar do que a moderar os impetos do genio cavalleiroso e arrojado do seu joven pupillo D. Aleixo de Menezes procurou oppôr-se aos excessos da indole guerreira e das inclinações asceticas do principe cuja educação lhe fôra confiada, e n'um documento que os chronistas lhe attribuem, o illustrado fidalgo diligenciou chamar a attenção do seu educando para os mais graves perigos. N'esse documento, que dizem ser obra de D. Aleixo, aconselhava este o joven monarcha a desconfiar dos aduladores que procurassem desvial-o da intimidade de sua avó e do cardeal, precavia contra a exaltação dos seus brios bellicosos, rogando-lhe que não arriscasse as forças do reino em impossiveis e temerarias empresas, pedia lhe que não désse valimento successivo aos fidalgos moços, arredando de si os homens experientes e encanecidos na pratica dos negocios, continuava manifestando o desejo de que os religiosos não fôssem tão amiude distrahidos dos seus deveres proprios para se occuparem nos negocios profanos da governação do estado, e por fim, como quem conhecia a indole severa e puritana de D. Sebastião, lembrava ao rei que para extirpar abusos inveterados era necessario proceder com grande tacto, e por isso lhe aconselhava, que não ordenasse de leve mudanças nos trajos e nos costumes, que ponderasse muito qualquer alteração na moeda ou nas medidas e pesos estabelecidos, porque taes providencias haviam de levantar sempre descontentamento dos interesses lesados no primeiro golpe e introduzir grande perturbação nas transacções commerciaes. N'este documento, que se encontra no tomo III das *Memorias para a historia de Portugal, que comprehendem o governo d'el-rei D. Sebastião*, por Diogo Barbosa Machado, ha muitas allusões contra o padre Luiz Gonçalves da Camara e os planos da Companhia de Jesus, e no meio de traços fugitivos com que n'elle são desenhados em geral os perigos principaes de que o novo monarcha devia afastar-se, sobresae a figura do confessor; é natural portanto que este, valendo-se da influencia que alcançára do rei conseguisse fazer com que D. Aleixo de Menezes perdesse as boas graças do monarcha, mas a Companhia não precisou empregar maior lucta, porque o nobre fidalgo morreu a 7 de fevereiro de 1569. A morte de D. Aleixo de Menezes foi uma grande perda para Portugal, porque os jesuitas viram-se á vontade, e D. Sebastião não tardou a tornar-se um seu escravo, e não tendo já o seu fiel e honrado aio para lhe aconselhar a afastar-se dos imminentes perigos que lhe preparavam, D. Sebastião deixou-se dominar pela sua indole guerreira, que os lisonjeiros animavam, de que resultou a fatal batalha d'Alcacer-Kibir, em que

Portugal perdeu a sua independencia, ficando sob o dominio de Castella.

Menezes *(D. Fr. Aleixo de)*. Eremita da ordem de Santo Agostinho, arcebispo de Gôa e de Braga, vice-rei de Portugal, presidente do conselho do mesmo reino em Castella, governador do priorado de Guimarães, etc. N. em Lisboa a 25 de janeiro de 1559, fal. em Madrid a 3 de maio de 1617. Era filho de D. Aleixo de Menezes *(V. o artigo antecedente)*. Ainda muito novo frequentou a côrte, mas resolvendo-se a seguir a carreira religiosa, vestiu em 1574 o habito de eremita de Santo Agostinho. Cursou na Universidade de Coimbra as faculdades de Theologia e Philosophia, mas não consta que tomasse grau em alguma d'ellas. Foi prior dos conventos de Torres Vedras, Lisboa e Santarem, sendo depois definidor da sua ordem. Nomeado arcebispo de Goa, partiu para o Oriente em 1595, e ali se dedicou com o maior zelo a prégar a religião christã, até que, por ter saido de Gôa o vice-rei Martim Affonso de Castro, foi chamado para o substituir interinamente em 3 de junho de 1602, mas fallecendo o vice-rei, tendo-se aberto as vias de successão, foi o nome de D. Fr. Aleixo de Menezes que se encontrou nomeado. O seu governo durou até 27 de maio de 1609, em que o entregou ao novo governador André Furtado de Mendonça, recolhendo-se em seguida á sua sé archiepiscopal. D. Fr. Aleixo de Menezes mostrou sempre no seu governo o maior tacto nos negocios temporaes, e foi elle quem enviou para Moçambique Estevão de Athaide com homens, munições e mantimentos, o que foi de grande vantagem para a defeza d'aquella praça contra os ataques repetidos dos hollandezes. Em 1612 teve transferencia para a sé primacial de Braga, e indo a Madrid, ahi recebeu a nomeação de vice-rei de Portugal, e depois a de presidente do conselho do reino em Castella, capellão-mór e governador do priorado de Guimarães, dignidade de que pouco tempo gozou por ser surprehendido pela morte. O seu cadaver foi trasladado para Braga em 1621, segundo a sua disposição testamentaria, sendo sepultado na egreja de Nossa Senhora do Populo. Este prelado escreveu muitas obras, que ficaram todas inéditas, apenas consta que se publicaram as seguintes: *Vida do Ven. P. Fr. Thomé de Jesus, tirada d'um livro que o mesmo sr. (*Arcebispo*) fez de pessoas de santidade que n'este reino floresceram;* saiu em castelhano na edição feita em Madrid, em 1631, da versão castelhana dos *Trabalhos de Jesus*, por Christovão Ferreira Sampaio; em portuguez encontra-se nas edições de Lisboa, de 1731 e 1865; *Synodo Diocesano da egreja e Bispado de Angamale dos antigos christãos de S. Thomé das Serras do Malabar da parte da India Oriental*, Coimbra, 1606.

Menezes *(Antonio de)*. Mestre em Artes, conego de S. Salvador de Granada e capellão da capella dos senhores de Torres Vedras. Viveu no seculo XVI. Era muito dado a estudos genealogicos, e escreveu em 1566 a *Genealogia dos senhores da casa de Torres Vedras*.

Menezes *(Antonio de)*. Jurisconsulto de profissão, e advogado muito considerado. Escreveu uma obra intitulada *In Tit. de fidei commissi*, que se imprimiu em Mantua no anno de 1568.

Menezes *(Antonio de)*. Jornalista e autor dramatico. N. em Lisboa a 9 de junho de 1858, onde tambem fal. em 17 de dezembro de 1884. Era filho de Balthazar de Sousa Menezes e de sua mulher D. Eugenia Augusta da Silva. De creança logo manifestou grande intelligencia e grande vocação para o theatro. Aos 16 annos, em 1874, frequentando a Escola Nacional, sentindo fortes desejos de aproveitar o pouco francez que sabia, traduziu uma comedia em 1 acto, *Um tartufo*, que logo se representou no theatro do Principe Real alcançando muitos applausos. Animado com esta estreia, dedicou se tambem ao jornalismo, e pela iniciativa d'um seu parente entrou para o *Jornal da Noite*, dirigido por Teixeira de Vasconcellos. Desde então começou a collaborar em diversos jornaes, fazendo diariamente as gazetilhas do *Jornal da Noite* e do *Diario Illustrado*, trabalhando egualmente para o theatro em originaes, imitações e traducções. Foi nas gazetilhas, que elle assignava com o pseudonymo *Argus*, que se tornou deveras notavel pela espontaneadade e graça com que as escrevia. De muitas das gazetilhas formou um grosso volume, a que deu o titulo de *Tantans*. Era um genero ligeiro, alegre, facil, a satyra de momento, a critica dos acontecimentos feita a rir, n'uma quadra rapida. Antonio de Menezes não teve nunca um gabinete de trabalho, escrevia em toda a parte; nos botequins, nas caixas dos theatros, nas lojas, na rua, por toda a parte, escrevendo até sobre o joelho a lapis no primeiro pedaço de papel que lhe vinha á mão. Escreveu as revistas do anno: *Tutti-li-mundi*, *Et coetera e tal*, que fôram muito festejadas; *Pim pam-pum* e *Antonio Maria;* collaborou n'outra intitulada *O Juizo do anno*, e quando falleceu andava escrevendo uma revista, de collaboração com Sousa Bastos. Agradaram muito as suas peças populares, *Zé povinho*, a parodia da *Mascotte*, a *Questão dos chouriços*, e muitas outras. Antonio de Menezes falleceu victima da tuberculose, tendo apenas 25 annos de edade.

Menezes *(D. Antonio de)*. Era filho de D. João de Menezes e de D. Maria da Silva, neto de D. Fernando de Menezes, mordomo-mór da rainha D. Izabel, mulher de D. Affonso V. Foi senhor de Cantanhede e muito versado na historia sagrada e profana. Tinha profundo conhecimento de diversas linguas, com especialidade da franceza, da qual traduziu a *Historia de Filippe Comines*, que ficou inédita.

Menezes *(D. Antonio de)*. Era filho de Duarte de Noronha e de D. Antonia de Menezes, da familia dos marquezes de Villa Real. Compoz varias obras poeticas, que ficaram inéditas. Fal. em 1626. Manuel de Galhegos lhe consagrou a sua obra *Gigantomachia* e o poema *Anaxarete*.

Menezes *(Antonio Bernardino de)*. Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, já fallecido. Era natural de Cepões, districto de Vianna do Castello, sendo filho de Luiz Antonio de Menezes. Doutorou-se em 29 de outubro de 1851.

Menezes *(Antonio de Vasconcellos Carneiro Magalhães)*. Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra. N. em Soalhães, e é já fallecido. Seu pae tinha nome egual. Foi doutorado em 2 de junho de 1822.

Menezes *(D. Bento Antonio de)*. Escriptor do seculo XVIII, cujo nome se conhece pelos seguin-

tes opusculos: *Diana nos bosques; jornada que fizeram Suas Magestades e Altezas á villa de Salvaterra no anno de 1754*, Lisboa, 1754; *Diana nos bosques; noticia individual das jornadas que Suas Magestades e Altezas fizeram no anno de 1754 á villa de Palma e á villa de Salvaterra, e n'este presente anno de 1755; parte II*, Lisboa, 1755.

Menezes *(D. Carlos da Cunha)*. Pertencia á casa dos condes de Castro Marim. Era principal presbytero da santa egreja patriarchal, quando em 27 de setembro de 1819, subiu á dignidade de cardeal da santa egreja romana e patriarcha de Lisboa. Por não querer prestar juramento ás bases da constituição de 1820, foi desterrado para Baiona, e regressou a 18 de agosto de 1823, em consequencia da queda da referida constituição pelos successos de Villa Franca. Foi socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, capellão-mór, governador do reino, conselheiro de estado, e gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição. Fal. em 1824.

Menezes *(D. Diogo de)*. Claveiro da ordem de Christo, filho de D. Fernando de Menezes, chamado o *Narizes*, por lh'o terem dividido em dois os moiros n'um combate de Tanger, e de D. Izazel de Castro. Casou com D. Cecilia de Sequeira, filha de D João Lopes de Sequeira. Foi muito inclinado á poesia, de que deixou varias composições, mas sómente se publicaram as que se lêem no *Cancioneiro* de Garcia de Rezende, Lisboa, 1516, a folhas 144, 145, 146, 147, 149, 153 e 182.

Menezes (*D. Diogo de)*. Filho de D. Fernando de Menezes, commendador e alcaide-mór de Castello Branco, embaixador extraordinario ao pontifice Pio V, e de D. Filippa de Mendoça. N. em 1554. Era de elevada intelligencia, que logo se manifestou desde muito creança; acompanhou seu pae na embaixada a Roma, e aos 12 annos de edade, recitou a 22 de abril de 1566, uma oração gratulatoria na presença do Collegio Apostolico, que arrebatou as attenções d'este gravissimo congresso pela eloquencia da phrase, pureza de linguagem e energia da representação do orador. A oração foi publicada em Roma com o titulo: *Oratio Gratulatoria habita Romae in Sacro Confessu Eminentissimorum Cardinalium XXII Aprilis anno MDLXVI*. Como assistisse na curia romana, foi D. Diogo de Menezes o encarregado de trazer a el-rei D. Sebastião o chapéo e estoque que o papa lhe enviou em 1568, cuja entrega foi feita com a maior pompa e solemnidade. Acompanhou depois el-rei D. Sebastião á fatal jornada d'Africa, onde morreu aos 24 annos de edade na batalha d'Alcacer Kibir, a 4 de agosto de 1578. D. Diogo de Menezes havia casado com D. Margarida de Vilhena, filha de D. Francisco de Portugal, commendador da Fronteira.

Menezes *(D. Diogo de)*. Governador da India, no tempo d'el-rei D. Sebastião. Em 1564 distinguiu-se como valentissimo e brioso official. Em 1569 foi capitão da armada do cruzeiro de Malabar, e em 1577 governava Ormuz quando recebeu o aviso de que fôra nomeado para succeder a Antonio Moniz Barreto no governo da India, de que tomou posse em setembro de 1577, sendo substituido em 31 de agosto de 1578 por D. Luiz de Athaide. O seu governo nada teve de importante, mas regressando ao reino, seguiu o partido de D. Antonio prior do Crato, que lhe confiou o governo de Cascaes, dando-lhe para guarnecer a praça 4:000 homens de infantaria e 400 de cavallaria. O motivo d'esta resolução foi o saber-se que o duque d'Alba não se atrevendo a passar o rio-Tejo, embarcára em Setubal na armada do marquez de Santa Cruz e tencionava lançar as suas tropas na bahia de Cascaes. Sabendo-o, D. Antonio fez mal em não concentrar logo ali todas as suas forças. Os 4:400 homens que deu a D. Diogo de Menezes, não bastavam para defender a praça contra os terços aguerridos do duque d'Alba. Apezar da sua heroica resistencia, foi vencido e caiu prisioneiro, porque não quiz capitular. O duque d'Alba não hesitou em punir com a morte esta heroica resistencia, e mandou enforcar tres dos defensores de Cascaes, e a D. Diogo de Menezes fez-lhe ao menos a honra de lhe mandar cortar a cabeça no dia 2 de agosto de 1580.

Menezes (*D. Diogo de*). Foi o 10.° governador do Brazil, sendo nomeado em 1608. Teve pouca importancia o seu governo. Visitou varias provincias, e estabeleceu na Bahia um tribunal da Relação, como lhe fôra ordenado por carta regia de 1609. Rendeu Diogo Botelho, e foi rendido em 1613 por Gaspar de Sousa.

Menezes *(Fr. Diogo Cesar de)*. Religioso da ordem de S. Francisco. N. em 1604, fal. em Evora em 1661. Era irmão do arcebispo D. Sebastião Cesar de Menezes. Formou se em Theologia na Universidade de Coimbra, e professou na ordem franciscana, sendo já em 1640 provincial da ordem na provincia dos Algarves. Fr. Diogo Cesar de Menezes que sustentou uma longa e demorada lucta com fr. Martinho do Rosario, que fôra nomeado commissario da ordem em Portugal, e a quem fr. Diogo Cesar de Menezes e outros provinciaes recusavam obedecer. Essa lucta deu brado, e o fallecido escriptor Camillo Castello Branco suppunha um episodio da longa rivalidade entre Mascarenhas e Menezes, como conta no seu livro *Lucta de gigantes*, a qual chegou a ponto de se afortalezarem os conventos dos franciscanos, como se se tratasse de resistir ás ultimas violencias. Depois de immensas peripecias que fr. Diogo Cesar de Menezes contou n'um livro escripto em hespanhol, o intelligente e energico frade partiu para Roma, atravessando a Inglaterra, a Hollanda e a França, em cuja côrte foi muito affavelmente recebido pelo cardeal Mazarino; em Roma a sua eloquencia e o seu saber desfizeram todos os obstaculos e foi completo o seu triumpho. Regressando a Portugal teve um acolhimento enthusiastico. Preso ao mesmo tempo que seu irmão D. Sebastião Cesar, por suspeitas de connivencia com a Hespanha, foi solto por morte de D. João IV, e retirando-se depois para Evora, ali falleceu. Deixou impressos em portuguez muitos sermões. Tinha grande reputação de erudito.

Menezes*(D. Duarte de)*. V. *Vianna (D. Duarte de Menezes, 3.° conde de)*.

Menezes *(D. Duarte de)*. Governador de Tanger e da India, etc. Era filho do 1.° conde de Tarouca, D. João de Menezes, e de D. Joanna de Vilhena. Foi prior do Crato, mordomo-mór d'el-rei D. Manuel e governador de Tanger, sendo depois nomeado governador da India para succeder a Diogo Lopes de Sequeira. O governo de

D. Duarte de Menezes foi mais um degrau da escada de vergonhas por onde o nosso imperio asiatico foi rolando até de todo desabar sem que ficassem nem vestigios do sonho epico de Affonso Albuquerque. Este governador, completamente falto de qualquer plano politico como os seus antecessores Lopo Soares de Albergaria e Diego Lopes de Sequeira, não imprime uma direcção aos nossos esforços. Cada capitão governa como entende a sua fortaleza, e o governador da India não se preoccupa senão com os negocios que estão dentro da esphera immediata da sua actividade. D. Duarte de Menezes, porém, nem a esses mesmos attendia, e o que mais lhe importava eram os negocios do seu interesse particular. Na India, dizia-se, que elle antepunha não só as suas conveniencias ao serviço do rei, mas que tambem se deixava peitar facilmente pelos inimigos a que as allianças ou as guerras as fazia elle, segundo a isso o impelliam os dinheiros dos indios que com elles interessavam. A tanto chegaram esses boatos e tal consistencia adquiriram, que seu irmão D. Luiz de Menezes, homem da mais austera probidade, ainda que um pouco rispido, uma vez que vinha de Ormuz para Chaul e que o governador demorou a esquadra para fazer uma presa, lhe disse asperamente que não era digno d'um representante da pessoa real andar fazendo officio de pirata, que tinha com isso muito abatimento a sua honra de governador e a sua honra de fidalgo. Da primeira era sómente responsavel perante el-rei, mas da segunda era tambem responsavel perante a familia, e elle como seu irmão lhe rogava que a soubesse manter pura. Para D. Duarte acceitar as reprehensões sem se escandalisar, porque pelo contrario d'ahi a pouco D. Luiz foi encarregado d'um commando importante, e para este romper no excesso de assim aggravar seu irmão em vez de o defender contra os outros que o insultavam, era preciso que os factos fôssem bem conhecidos, e não pudesse haver a menor duvida ácêrca da sua veracidade. No meio d'esse vergonhoso governo deram-se ainda assim alguns factos heroicos. Foi n'este tempo que Antonio de Brito firmou o nosso poder nas Molucas, que Heitor da Silveira, enviado ao mar Roxo, conseguiu fazer o scheik de Aden vassalo da corôa portugueza, que o nosso commercio se dilatava com a pesca das perolas de Ceilão, de que o governo portuguez se declarava senhor, arrendando-a depois e auferindo d'isso amplos proventos, e que se fundou uma feitoria na costa de Coromandel, mas os odios fermentavam cada vez mais, e a cubiça portugueza revelou se com toda a hediondez no comportamento do governador. Foi então que D. João III mandou Vasco da Gama para governar a India, e D. Duarte de Menezes, regressando a Portugal, foi mandado preso para o castello de Torres Vedras, onde permaneceu 7 annos, mas não ha certeza se falleceu no carcere, ou se recuperou a liberdade, vindo depois a morrer obscuramente.

Menezes *(D. Duarte de)*. Mestre de campo general, governador de Tanger, vice-rei da India, governador do reino do Algarve, etc. N. em Tanger a 6 de dezembro de 1537, quando era governador d'aquella praça seu pae, D. João de Menezes, senhor da casa de Tarouca, commendador de Albufeira na ordem de Aviz, sendo sua mãe D. Luiza de Castro, filha de D. Pedro de Castro, 3.° conde de Monsanto. Succedeu a seu pae no governo de Tanger, e entre os triumphos que alcançou dos barbaros, teve a gloria de receber por hospede el-rei D. Sebastião quando passou a Africa. O joven monarcha, impellido pelo desejo da conquista africana, se embarcou arrebatadamente com um pequeno numero de embarcações e soldados, e chegando áquella praça com menos autoridade da que era devida á sua pessoa, disfarçou a imprudencia da jornada com o pretexto de visitar as praças d'Africa, animar os soldados e atemorisar os inimigos. D Duarte de Menezes, com a sua prudencia, representou a el rei as infelicidades que se podiam esperar d'uma resolução tão precipitada, mas D. Sebastião que só attendia aos lisongeiros, não attendeu o fiel vassalo, e levou-o comsigo, passando com elle nos campos de Alcacer Ceguer, onde com o posto de mestre de campo general, se houve heroicamente, tendo a infelicidade de cair prisioneiro. D. Duarte de Menezes foi um dos captivos que só a troco d'uma importantissima quantia, pôde resgatar-se e voltar ao reino, sendo então nomeado governador do reino do Algarve, e depois, em 1584, vice-rei da India. Partiu de Lisboa na nau *Chagas*, e chegando a Cochim a 3 de outubro do referido anno, foi recebido por 300 estudantes que mudando o habito religioso pelo uniforme militar, lhe celebraram a chegada proferindo diversas orações gratulatorias. Foi no seu tempo que Paulo de Lima alcançou memoravel victoria do Rajú em Malaca, conquistando depois a cidade de Jor, bem fortificada, e que era defendida por uma numerosa guarnição; o chefe indigena Rupú foi derrotado em Ceilão, defendida briosamente por João Correia de Brito, capitão de Colombo. Foi ainda no tempo d'este vice rei, que se levou a cabo a submissão do naik de Sanguiscer. D. Duarte de Menezes falleceu em Gôa no principio de maio de 1588. Foi casado com D. Leonor da Silva, filha de Diogo da Silva, regedor das justiças e embaixador ao concilio tridentino, e de sua mulher D. Antonia de Vilhena. Escreveu: *Carta escripta de Gôa no anno de 1587 a Cambacundono imperador da China chamado depois Taicusama;* saiu impressa na *Historia de las Missiones de la Companhia de Jesus,en los Reinos del Japon por el P. Luiz de Gusman religioso dela misma Companhia*, Parte 2.ª, Livro 12.°, cap. 3.°; *Provisão dada em Gôa a 12 de abril de 1586, a Domingos Monteiro capitão do mar da China, e Viagem do Japão para que se observasse que se guardasse o Breve de Gregorio XIII, em que mandava sómente prégassem no Japão os PP. da Companhia, com uma carta escripta de Goa a 2 de maio de 1586 ao bispo da China;* sairam no livro acima citado, a pag 656, 657 e 658.

Menezes *(D. Estevão de)*. Foi o IV conde de Tarouca e o 1.° marquez de Penalva. *V. estes titulos.*

Menezes *(D. Estevão de)*. Senhor da casa de Tarouca, Penalva e d'outras terras, commendador e alcaide-mór de Albufeira na ordem de Aviz N. em Lisboa, onde tambem fal. a 20 de novembro de 1677. Era filho do 3.° conde de Tarouca, D. Luiz de Menezes, e de D. Luiza de Castro, filha de Estevão de Faro, 1.° conde de Faro. Ainda muito novo passou com seu pae a

Castella em 1641, onde viveu até 1663, anno em que regressou a Portugal. Foi deputado da Junta dos Tres Estados Casou com D. Helena de Bourbon, filha de D. Thomaz de Noronha, 3.º conde dos Arcos, e de D. Magdalena de Bourbon, filha e herdeira de D. Luiz de Lima de Brito, 1.º conde dos Arcos. Publicou em Lisboa uma *Copia de las cartas que dejo escriptas in Castilla, en las quales declaro la razon de la passage, que es complir con la devida obrigacion el servicio de su legitimo rey y senhor*.

Menezes *(Eugenio Eduardo Mascarenhas de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, jurisconsulto, secretario geral do governo de Gôa e Macau, encarregado de negocios na China Japão e Sião, secretario da Bibliotheca Nacional de Lisboa, tendo desempenhado muitas outras commissões de serviço publico. N. em Lisboa a 12 de março de 1837 e fal. no Porto a 7 de dezembro de 1899. Era filho do dr. Antonio de Sousa Mascarenhas e de D. Maria Luiza de Menezes. O sr. Eugenio Mascarenhas, nome por que foi mais conhecido, era pae do sr. Thomaz Eugenio Mascarenhas de Menezes. V *n'este vol* pag. 907.

Menezes *(D. Fernando de)*. Irmão do bispo de Evora D. Garcia de Menezes, e seu cumplice na conspiração tramada em 1484 contra D João II. Sendo esta descoberta, foi preso com o irmão; mostrou no processo grande altivez, e foi condemnado, decapitado e esquartejado no referido anno de 1484. V. *Menezes (D Garcia de)*.

Menezes *(D. Fernando de)*. Era 3.º filho de D. Duarte de Menezes, conde de Vianna, e de sua segunda mulher, D Izabel de Castro. Foi notavel guerreiro em Africa; chamavam-lhe o *Narizes* por ter, n'um combate em Tanger contra os moiros, sido ferido gravemente, ficando com o nariz dividido em dois. Casou com D. Izabel de Castro, filha de Diogo de Castro, capitão de Evora, e de D. Brites Pereira. Esteve captivo em Fez, onde morreu.

Menezes *(D Fernando de)*. Alcaide-mór e commendador de Castello Branco. Era natural de Lisboa, sendo filho de D. Diogo de Menezes, claveiro da ordem de Christo, e de D Cecilia de Sequeira. Foi muito versado na historia sagrada e profana. Em 1563 esteve na côrte de Roma como embaixador d'el rei D. Sebastião. Casou com D. Filippa de Mendóça, filha de D. Francisco de Sousa, senhor da quinta de Calhariz, e de D. Brites de Mendóça, filha e herdeira de Francisco de Mendóça. Escreveu: *Oração obediencial em nome d'el rei D. Sebastião recitada na presença do Summo Pontifice Pio V e do Collegio Apostolico; Carta escripta de Roma em 26 de setembro de 1566 a el-rei D. Sebastião, em que o persuade a que case com a archiduqueza d'Austria, e não com a infanta de França*.

Menezes *(D. Fernando de)*. Foi o 4.º governador de S. Thomé. Succedeu em 1593 a Duarte Peixoto da Silva. O seu governo foi bastante accidentado. Em 1594 teve graves conflictos com o bispo, que o excommungou. No anno seguinte os negros revoltaram-se, tendo por chefe um preto chamado Amador que se intitulou rei. D. Fernando de Menezes suffocou a revolta, e mandou justiçar o rebelde Amador em 1596. No anno de 1597 entregou o governo a Constantino Lobo Tavares.

Menezes *(D. Francisco de)*. Fidalgo do seculo XVI. Era filho de D. Henrique de Menezes, neto do 1.º marquez de Villa Real Serviu em Ceuta no tempo do governador D. Nuno Alvares de Noronha, e em 1538 passou á India como capitão d'uma das naus da armada que conduzia o vice-rei D. Garcia de Noronha. Foi governador de Baçaim, e sendo mandado por D. João de Castro em soccorro de Diu, ali falleceu pelejando corajosamente em 1546.

Menezes *(D. Francisco de)*. Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, reformador na mesma Universidade, por nomeação de 15 de novembro de 1618, cargo de que tomou posse a 18 de fevereiro de 1619; accumulou tambem as funcções de reitor. Foi chantre na sé do Porto, deputado do Santo Officio de Coimbra, inquisidor n'esta cidade e depois na de Lisboa, etc Era filho D. Duarte de Menezes, que ficou captivo em Alcacer-Kibir. Entrou na ordem de S. Francisco, que abandonou por motivo de doença, seguindo depois os estudos em Coimbra. Em 26 de outubro de 1624 deixou o seu cargo de reitor e de reformador, por ter sido eleito bispo de Leiria, d'onde foi transferido em 1627 para a diocese do Algarve. Falleceu ali em 1634.

Menezes *(D Francisco de)* Doutor em Theologia e lente da Universidade de Coimbra, conego magistral da sé de Evora, deputado da Junta dos Tres Estados, etc. N. no Porto, e fal. em 1680. Era filho de D. Fradique de Menezes e de D. Izabel Henriques. Foi conego magistral em Theologia, conductario com privilegios de lente a 21 de outubro de 1633 Depois de ser conego na sé de Evora, passou em 21 de novembro de 1636 a ser deputado da Junta dos Tres Estados. Foi tambem pregador muito apreciado no seu tempo. Publicou um sermão que prégou na sé de Evora em 3 de dezembro de 1641, na acclamação de D. João IV; é um sermão politico. Diz se que deixou inedito um *Nobiliario* em 5 tomos.

Menezes *(Francisco d'Alpuim de)*. Fidalgo, que nasceu na freguezia de S. Pedro de Colvello, no distr. de Braga, a 3 de outubro de 1790, e fal. em Paris depois de 1870. Era filho de Francisco Xavier de Alpuim e de D Jeronyma Thereza de Carvalho e Menezes. Em 1814 estava em Londres empregado na legação portugueza Veiu depois para Portugal em 1820, ou ainda antes, e entrou n'uma conspiração tramada em 1822 contra o governo liberal, a qual ficou conhecida por *Conspiração da rua Formosa*, por ser n'uma casa d'aquella rua que os conspiradores se reuniam. Por esse motivo foi preso com outros em 2 de junho do referido anno. Restabelecendo-se o governo absoluto em 1823, voltou de novo á carreira diplomatica, sendo empregado em diversas commissões. Francisco d'Alpuim de Menezes serviu com muito zelo e dedicação o partido miguelista no periodo de 1828 a 1834, e vendo perdida a causa que abraçara, saiu de Portugal e nunca mais quiz regressar á patria. Foi então residir em Paris onde passou o resto da vida, e ali casou com uma senhora rica e fidalga. Redigiu uma obra periodica com este titulo extraordinario: *Microscopio de verdades, ou Oculo singular para o povo portuguez vêr puros e singelas verdades, despidas dos caprichos e paixões particulares, e outras expostas á brilhante luz do patriotismo, depois de terem sido descobertas por elle,*

entre as sombras do erro, da ignorancia ou malicia dos Godoyanos, etc., Lisboa, 1814; *Reflexões serias, e observações imparciaes, ou exame analytico sobre a maior parte das injustas leis, odiosos privilegios exclusivos, execraveis monopolios, e de todos os mais insoffriveis e intoleraveis abusos da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, pelo qual se mostra evidentemente o quanto ella é prejudicial á lavoura, ao commercio e á fazenda real*, etc., Londres, 1814; saiu com as iniciaes F. A. de M; *A ambição*, tragedia, Lisboa, 1823; *Erminia, ou a conquista de Jerusalem pelos cruzados*, tragedia, Lisboa, 1852; *Historia antiga e moderna da sempre leal e antiquissima villa de Amarante desde a sua primeira fundação pelos Turdetanos, trezentos e sessenta annos antes da vinda de Christo senhor nosso, até ser incendiada pelos francezes em 1809*, Londres, 1814; *Portugal e Brazil, observações politicas aos ultimos acontecimentos do Brazil*, Lisboa, 1822.

Menezes *(Francisco de Brito)*. Doutor em Canones e reitor da Universidade de Coimbra. Foi desembargador da Relação do Porto, da Casa da Supplicação e dos Aggravos, procurador dos padroados reaes, deputado do Santo Officio e visitador da inquisição de Coimbra. Foi eleito em 20 de fevereiro de 1624 reitor da Universidade, vindo a tomar posse no dia 2 de dezembro seguinte. Ainda exercia este cargo, quando falleceu nos principios de janeiro de 1631.

Menezes *(Francisco Celestino Feliciano de)*. Consul de Portugal em Pernambuco. Começou a sua vida publica aos 20 annos de edade como official da secretaria do governo de Moçambique. Foi em Bombaim que iniciou a sua carreira consular, sendo ahi tambem promovido a chanceller-effectivo, logar que exerceu durante 8 annos Nomeado depois consul de primeira classe no Pará, ali serviu 6 annos. Fôram tão bons os serviços que prestou, tornando se tão querido dos brazileiros, como fôra dos portuguezes, que o governador do estado e o presidente da Republica intercederam p rante o governo portuguez para que se não realisasse a transferencia que se projectava, e o sr. Celestino de Menezes não foi transferido. Veiu depois a Portugal, em consequencia do seu mau estado de saude, e aqui se demorou com sua familia gozando alguns mezes de licença, voltando depois para o Brazil, como consul de Pernambuco, consulado muito mais importante, para onde partiu em janeiro de 1898. Em 190› veiu novamente a Portugal na companhia de sua familia em gozo de licença, regressando depois ao seu consulado, onde ainda se conserva O sr Celestino de Menezes, pelos serviços prestados ao paiz, é commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição, e pelos que teve ensejo de prestar, em tempos, no Pará a subditos hespanhoes, foi pelo respectivo governo agraciado com a commenda da ordem de Izabel a Catholica

Menezes *(Francisco da Cunha)*. Fidalgo que pertencia á familia dos condes de Linhares. N a 10 de abril de 1747 e fal a 12 de junho de 1812 Foi um dos membros da regencia que o principe regente D. João deixou em Portugal, quando se retirou para o Brazil em novembro de 1807. Francisco da Cunha Menezes foi despachado a 16 de março de 1782 governador da capitania de S. Paulo no Brazil, logar que desempenhou com toda a competencia, havendo succedido a Martim Lopes Lobo de Saldanha. A 19 de dezembro de 1785 foi nomeado governador da India, em substituição de D. Frederico Guilherme de Sousa. Entregou o governo de S. Paulo interinamente ao brigadeiro Francisco José Raymundo Chichorro da Gama Lobo, e partiu para Gôa, onde chegou a 28 de outubro de 1786, tomando posse do governo no dia 3 de novembro seguinte. Fez muito bom governo; zelou cuidadosamente os rendimentos da colonia, conquistou a provincia de Pernem, recebeu do rei de Sunda em 1791 a provincia de Pondá e outras annexas, cedidas por esse regulo indiano ao rei de Portugal, e tomou posse da fortaleza de Piró, que em 1793 foi restituida. Em 1792 tinham os inglezes feito arriar a bandeira portugueza que tremulava ainda em Calicut Em 1794 cedeu o governo a Veiga Cabral, que foi tristemente celebre, e retirou se para o reino, sendo nomeado governador da provincia da Bahia a 5 de outubro de 1802. Governou tambem com acerto essa capitania, fez na cidade a praça de S. Bento, onde depois se erigiu o theatro, e em 1805 foi rendido pelo conde da Ponte, e voltou para o reino, já então com a patente de tenente-general. Sendo nomeado, como dissémos, membro da regencia em 1807, seguiu a politica degradante dos seus collegas, que mostraram na presença do general francez Junot uma subserviencia inutil e humilhante. Como não acceitára, porém, cargo algum do vencedor, reassumiu o poder depois da batalha do Vimeiro, e fez parte da regencia chamada *Regencia Dalrymple*, por ser a fiel executora das vontades do general inglez.

Menezes *(D. Garcia de)*. Bispo de Evora. Era natural de Santarem, sendo filho do conde de Vianna, D. Duarte de Menezes. Tendo acompanhado seu pae na guerra da Africa, foi lhe dada a mitra episcopal de Evora. Apezar d'isso não perdeu os seus antigos brios guerreiros, e tendo feito parte da expedição a Castella, entrou na batalha de Toro, onde, deposto o baculo, manejou a espada com valentia. Tal era o renome que adquirira como militar que D. Affonso V lhe deu o commando da armada que em 1480 enviou em soccorro do rei Fernando de Napoles para reprimir a invasão dos turcos. Foi depois a Roma em 1481, com o caracter de embaixador, e ahi recitou perante o papa Xisto IV uma oração latina, que n'esse mesmo anno se publicou em Roma. Saiu mais tarde reimpressa em Coimbra, em 1561, no fim da *Chorographia* de Gaspar Barreiros, e depois no *Ensaio sobre historia litteraria de Portugal*, por Freire de Carvalho, de pag. 373 a 400. Em 1482 entrou na conspiração, ou segundo consta, foi o verdadeiro cabeça da conspiração da nobreza contra D. João II, e cujo chefe nominal era o duque de Vizeu. D. Garcia de Menezes tinha uma amante chamada Margarida, a quem confiou o segredo, e esta foi contar a seu irmão Diogo Tinoco. Este, que era um miseravel capaz de tudo, tendo especulado com a honra da irmã vendendo a ao bispo, correu a contar tudo a Antão de Faria, confidente de D. João II. D'accordo com Antão de Faria foi Diogo Tinoco disfarçado em frade a um convento de Setubal onde o rei o esperava, e ahi lhe contou tudo quanto a irmã lhe dissera. D. João II teve ainda outro aviso da conspiração, dado por D. Vasco Coutinho, irmão de D. Guterres Coutinho, um dos conjurados. As-

sim prevenido, D. João II adoptou o principio da dissimulação, de que já usara para com o duque de Bragança, até que dirigindo-se a Setubal em 2? do agosto de 1484, resolveu se a dar o golpe que tinha imaginado, e mandando chamar no dia seguinte a Palmella o duque de Vizeu, recebeu-o no guarda-roupa, e depois de trocar poucas palavras, cravou lhe um punhal no peito, estendendo-o morto no chão. Procedendo então com a sua natural energia, expediu immediatamante ordens para que fôssem presos todos os cumplices do duquo de Vizeu. O bispo de Evora, pela sua elevada posição, e ser um ungido do Senhor, não foi entregue ao carrasco como os outros conspiradores, mas ficou encarcerado n'uma masmorra interior e humida, onde em poucos dias perdeu a vida, attribuindo alguns, segundo refere o chronista Ruy de Pina, a sua morte ao emprego do veneno.

Menezes *(Gonçalo da Costa de Alcaçova Carneiro de)*. Guerreiro que viveu no seculo XVII. Militou na guerra da Restauração como mestre de campo de um terço. Nomeado em 1691 capitão general de Angola, partiu para o seu destino, a fim de render D. João de Lencastre. O seu governo foi bastante feliz. Em 1692, tendo-se revoltado o dembo Ambuila, as forças portuguezas commandadas por Paschoal Rodrigues o destroçaram completamente e o puniram com uma crueldade odiosa, porque passaram ao fio da espada os prisioneiros, o que deu causa a que fôsse de Lisboa uma ordem sensata para que nunca mais se repetissem similhantes atrocidades. Ao mesmo tempo João Baptista da Maia derrotava tambem completamente os dembos de Cabonda e Quibuco, allia los do de Ambuila O povo e a guarnição de Massangano tinham recebido ordem para fazerem guerra a Ambuila. Não só não obedeceram, mas ao regressarem da campanha as tropas victoriosas de Paschoal Rodrigues, não as quizeram receber. Foi preciso entabolarem-se negociações com a camara para se poder entrar na villa. Gonçalo d'Alcaçova, sabedor dos factos, mandou dispersar a guarnição de Massangano pelos outros presidios, e puniu severamente os cabeças do motim. Em 1693 fôram ordens da côrte para se fortificar o porto de Loanda e para se crear uma junta de missões. Em 1694 Gonçalo d'Alcaçova entregava o governo ao seu successor Henrique Jacques de Magalhães, e partia para Lisboa, mas não pôde chegar ao seu destino, porque morreu na viagem em 1695.

Menezes *(D. Henrique de)*. Governador da India N. em Lisboa em 14 6, fal. em Cananor a 2 de fevereiro de 1526. Era filho bastardo de D. Francisco de Menezes, primeiro senhor do Louriçal, appellidado o *Roxo*, pela côr arruivada dos seus cabellos, e d'uma senhora chamada Constança Vaz. Seu pae educou-o com esmero e cuidado, obteve-lhe a commenda de Mendo Marques e outras na ordem de Christo, legitimou-o, transmittiu lhe o senhorio do Louriçal, e mandou-o aos 12 annos de edade para Azamor, em companhia de seu tio D. João de Menezes, que foi o seu educador. D. Henrique, assim que a edade lh'o permittiu, logo se distinguiu na Africa, militou em Azamor, Arzilla e outras praças; assim muito cedo adquiriu fama de excellente official, de fórma quo aos 28 annos, em 1524, foi promovido na capitania de Gôa, para onde partiu com o velho almirante D. Vasco da Gama que fôra n'esse anno nomeado vice-rei da India. D. Vasco da Gama o deixou em Gôa, onde o joven capitão logo assignalou o seu governo por uma victoria sobre as frotas de Dabul, contra as quaes Vasco da Gama mandou uma esquadrilha capitaneada por Christovão de Brito, e partiu para Cochim, onde falleceu pouco depois, em dezembro do citado anno de 1524. Quando em Cochim se abriram as vias de successão, no dia 25 de dezembro d'esse anno, viu se que o novo governador designado era D. Henrique de Menezes Foi elle o primeiro governador nomeado por este systema de cartas de successão. Quando em Gôa recebeu a noticia D. Henrique de Menezes teve um verdadeiro movimento de terror. Tão pesado cargo, que fazia vergar os mais robustos, devia de assustar um joven official, a quem ia caber a herança do velho Vasco da Gama, do mais respeitavel navegador d'esses tempos. Dirigir tantas e tão complicadas guerras e negociações; tratar os indigenas do modo que fizesse respeitar o prestigio portuguez sem provocar inimizades, conter essa turbulenta massa de portuguezes que viviam no Oriente, onde iam só para enriquecer, e que mal se sujeitavam ás leis da disciplina, ás da moral e ás da religião; impedir as discordias, cohibir as demasias, reprimir a soffrega cubiça, castigar a malvadez e a ferocidade, suffocar a ambição, e ao mesmo tempo ser galardoador da bravura, apreciador do heroismo, qualidades que tantas vezes se uniam com os vicios mais abjectos, eis as pesadas obrigações de um governador da India, que D. Henrique de Menezes tinha ainda mais difficuldade em cumprir do que outro qualquer. Na verdade, a morte livrara inesperadamente os portuguezes do jugo de ferro com que os opprimia o austero e implacavel vice-rei fallecido. Habituados, debaixo do governo frouxo de Lopo Soares de Albergaria, de Diogo Lopes de Sequeira, e principalmente de D. Duarte de Menezes, a darem francamente largas ás suas más paixões, haviam se resentido dos extremos rigores de Vasco da Gama A compressão energica mas pouco duradora, exercida pelo vice-rei, devia forçosamente preparar uma fortissima reacção, e todas essas paixões um instante esmagadas deviam resurgir com uma força de expansão proporcional á força compressiva, tanto mais que não deviam esperar d'um moço governador energia bastante para os conter. D. Henrique de Menezes assim o pensava, mas como era homem da tempera de Vasco da Gama, educado na severa escola dos batalhadores africanos, zeloso mantenedor das grandes tradições de D. Francisco de Almeida e de Affonso d'Albuquerque, desejou logo mostrar aos seus subordinados que se enganavam completamente, se contavam com a sua moeidade para praticarem livremente o mesmo que praticavam antes da chegada de Vasco da Gama, se esperavam encontrar n'elle um cumplice ou um instrumento E essa idéa talvez o fizesse cair n'um certo exaggero; o receio de parecer que cedia á influencia dos seus subalternos o impellia muitas vezes a não acceitar conselhos justos e razoaveis, e a ir por deante com imprudencias e temeridades, que elle reconhecia, mas em que se obstinava, para que ninguem se gabasse de que o podia demover do seu proposito; o desejo tambem de mostrar aos inimigos que

não era elle homem que se deixasse seduzir, como D. Duarte de Menezes, pelas pompas orientaes, nem que fizesse guerras ou allianças a capricho do seu interesse pessoal, não poucas vezes o levou a offender reis alliados, a descontentar os indifferentes,a exacerbar os inimigos.Querendo pois distanciar-se do procedimento criminoso dos quo o tinham antecedido, caiu muitas vezes n'um excesso contrario. Mas estas demazias de virtude não eram decerto pouco salutares no estado de dissolução em que se encontrava a India. Infelizmente o governo de D. Henrique de Menezes durou apenas um anno, e uma guerra porfiada com o reino de Calicut impediu-o, durante esse mesmo tempo, de espalhar a sua attenção por todos os pontos do vasto imperio, cuja administração lhe incumbia, e que todos precisavam das suas reformas. O primeiro acto do seu governo foi consentir que D. Duarte de Menezes, governador que fôra rendido por D. Vasco da Gama, e contra quem havia grandes queixas, partisse livremente para Portugal, deixando ao rei D. João III o cuidado de o julgar, acto de deferencia que mostrava ser da consciencia do dever e não effeito da sua indole, a severidade que muitas veves manifestou. Puniu os corsarios que faziam grande damno ao commercio portuguez. N'essa occasião rejeitou presentes que Melek-Iaz, senhor de Diu, lhe enviava para conquistar as suas boas graças. Depois queimou Panano, e declarou guerra ao Samori do Calicut, que era o secreto protector dos piratas. O Samori pôz cêrco á fortaleza que os portuguezes haviam levantado na sua propria capital, mas o capitão de Calicut, D. João de Lima, defendeu se heroicamente, e logo que o inverno levantou, D. Henrique de Menezes correu em seu soccorro, e fez levantar o cêrco, impondo uma paz humilhante ao Samori. Emquanto durava o cêrco, D. Henrique de Menezes tomava Coulete. Em todos estes combates se mostrou aguerrido e valoroso. Desejando sempre mostrarse desinteressado, queria á viva força rejeitar o presente que lhe offerecia, segundo um antigo costume oriental, o rajá de Cananor. Custou a convencel o, de que essa recusa seria uma offensa immerecida ao rajá. Em Cochim tambem ia offendendo mortalmente o rajá nosso amigo pela pertinacia n'uma questão insignificante, pertinacia motivada unicamente pelo desejo de que se não suppuzesse que elle cedia ás instancias dos seus capitães. D. Henrique de Menezes tinha uma chaga n'uma perna, que se aggravára com os continuados combates e luctas, e como a sua actividade lhe não permittia descanço nem tratamento, foi a doença tomando um caracter por tal fórma grave, que ao desembarcar em Cananor, onde ia tentar um tratamento seguido, accommetteram n'o todos os symptomas de morte proxima, e veiu a fallecer na edade de 30 annos. Está sepultado na capella-mór da egreja de S. Thiago, da parte do Evangelho.

Menezes *(D. Henrique de)*. Commendador da Azinhaga, na ordem de Christo e capitão de Tanger, governador da Casa do Civel de Lisboa, embaixador a Roma, etc. Era segundo filho do 1.º conde de Tarouca, D. João de Menezes, e de D. Anna de Vilhena. Foi muito estudioso da historia sagrada e profana, e muito instruido em jurisprudencia civil. D. João III o enviou como embaixador á curia romana em 1534, e durante a sua permanencia em Roma alcançou a bulla para que definitivamente se estabelecesse a Inquisição em Portugal, a qual foi expedida pelo pontifice Paulo III, em 25 de maio de 1536, e trazida para Portugal pelo referido embaixador. Alexandre Herculano, na *Historia da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, pinta D. Henrique de Menezes como um homem franco e leal, que obedecia n'essas negociações ás ordens do seu soberano, como o faria nas praças da Africa e da India, mas maldizendo muitas vezes a missão de que fôra encarregado, e que era tão contraria ao seu genio. A's vezes no meio das intrigas descaradas de Roma, esbravejava e pedia por amor de Deus a D. João III que o livrasse d'aquelle inferno. Quando morreu Clemento VII, D. Henrique de Menezes escrevia a D. João III fazendo votos para que subisse á cadeira de S. Pedro um papa que fôsse favoravel ás pretenções da côrte portugueza; mas accrescentava elle, «hão de escolhel-o trinta e seis diabos que são os cardeaes da curia romana.» Foi o successor de Clemente VII, Paulo III, quem expediu a citada bulla, conforme dissémos. D. Henrique de Menezes, para defender seu irmão D. Duarte de Menezes, que foi governador da India e governador de Tanger, o qual estava preso á ordem do D. João III, fez uma eloquente representação a este monarcha em Setubal em 15 de junho de 1532, estando presentes os maiores fidalgos e os mais considerados letrados d'aquelle tempo.

Menezes *(D. Jeronymo de)*. Doutor em Theologia e reitor da Universidade de Coimbra, bispo de Miranda e do Porto. N. em Santarem, e fal. em Lisboa a 12 de dezembro de 1600, sendo filho de D. Henrique de Menezes, governador de Tanger e da Casa do Civel, e de D. Brites de Vilhena. Estudou na Universidade de Coimbra, onde se doutorou em 21 de outubro de 1570, tendo sido anteriormente eleito reitor, em 1 de janeiro do mesmo anno, cargo de que tomou posse no dia 10 d'esse mez. Durante o seu governo foi a Universidade visitada por el-rei D. Sebastião, que fez a sua entrada a 13 de outubro de 1570,acompanhado de seu tio, o cardeal-infante D. Henrique, do infante D. Duarte e da maior parte da nobreza. Os regios hospedes fôram recebidos com toda a magnificencia, e querendo el-rei assistir a um acto litterario, o reitor para o tornar mais brilhante, tomou as insignias doutoraes em Theologia n'esse mesmo dia, na presença do soberano. D. Jeronymo de Menezes serviu o cargo de reitor até 14 de novembro de 1578, em que deu posse ao seu successor, D. Nuno de Noronha Elevado á dignidade de bispo de Miranda, esteve nas côrtes reunidas em Thomar, em que foi jurado successor d'esta corôa Filippe II de Hespanha, a 16 de abril de 1581. Por morte do bispo do Porto D. Fr. Marcos de Lisboa,foi eleito seu successor, fez a sua entrada solemne n'aquella cidade a 5 de setembro de 1592. No tempo em que governou esta diocese, fundaram-se no Porto os conventos de S. João Novo e de S. Bento dos Frades, que elle muito auxiliou O bispo D Jeronymo de Menezes foi victima da peste que grassava em Lisboa, e foi sepultado na capellamór da egreja do convento de S. Francisco. Em 1605 o seu successor D. Fr. Gonçalo de Moraes,

o trasladou para a sé do Porto, sendo sepultado na capella de Nossa Senhora da Saude. Deixou manuscripto: *Estudos da sé do Porto.*

Menezes (*D. Joanna Josepha de*). Illustre fidalga, filha do 2.º conde da Ericeira D. Fernando de Menezes, e de sua mulher, D. Leonor Filippa de Noronha. N. em Lisboa a 13 de setembro de 1651, fal. a 26 de agosto de 1709. Casou com seu tio, o 3.º conde da Ericeira, D. Luiz de Menezes, irmão de seu pae. Escreveu: *Panegyrico ao governo da serenissima senhora Duqueza de Saboya Maria Joanna Baptista, recitado pelo Abbade de sua Alteza Real na Academia de Turim*, etc., Lisboa, 1680; traducção do francez; *Reflexões sobre a misericordia de Deus em fórma de soliloquios, por uma peccadora arrependida, compostas em francez por Sor Luiza da Misericordia, carmelita descalça, no seculo Luiza Francisca de la Beaume Leblanc, Duqueza de Valiere, impressas em Paris e traduzidas em portuguez*, Lisboa, 1694; a traductora, além da dedicatoria e prologo, ampliou tambem as referidas *Reflexões*; saiu sem o nome da traductora, assim como as reimpressões que a obra teve; *Despertador del Alma al suenho de la vida, em voz de un advertido desengano*, Lisboa 1695; saiu com o nome de Apolinario de Almada, que era o de um creado da condessa. A illustre escriptora deixou muitas obras em prosa e em verso, que veem mencionadas na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. II, pag 555, mas que se queimaram no incendio que se seguiu ao terremoto de 1755, que reduziu a cinzas o palacio dos condes da Ericeira, situado no largo da Annunciada.

Menezes (*João Duarte de*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado nos auditorios de Lisboa, jornalista e escriptor contemporaneo, deputado, um dos vultos mais importantes do partido republicano. N. em 1868. Tem collaborado em varios jornaes republicanos, e foi redactor do *Debate*, tendo sempre defendido as idéas avançadas, como polémista notavel, conservando sempre certa correcção que o torna respeitado mesmo no campo dos seus adversarios politicos. Por causa dos seus ideaes politicos, já soffreu ha annos a prisão de tres mezes no Limoeiro. Na legislatura de 1906, foi deputado, eleito pelo districto do Funchal, e na legislatura de 1908, tornou a ser eleito. Na respectiva camara a sua palavra é sempre escutada com attenção, sendo os seus discursos, em defeza do partido a que pertence, sempre correctos, procurando nunca melindrar os adversarios politicos, e estudar conscienciosamente as questões.

Menezes (*D. João de*). Foi o 1.º conde de Tarouca. V. *este titulo.*

Menezes (*D. João de*). Fidalgo que viveu no seculo XVII, filho de D. Jorge de Menezes, que foi general do mar e capitão de Sofala. D. João de Menezes foi alferes-mór do reino, assistiu á restauração da Bahia, teve o cargo de capitão-mór da armada da India em 1627, e morreu perto da barra de Lisboa, quando regressava ao reino.

Menezes (*D. João de*). Um dos fidalgos mais estimados, tanto em Portugal como em Hespanha. Era o filho mais novo do senhor de Cantanhede, irmão do 1.º conde d'esse titulo, D. Pedro de Menezes. D. João II considerava-o muito, e encarregou-o por vezes de commissões delicadas e arriscadas. Depois de ter servido na guerra d'Africa como capitão de Tanger, D. João II o escolheu para governador da casa do principe D. Affonso, seu filho, exercendo juntamente as funcções de mordomo-mór, camareiro-mór e escrivão da puridade. Foi este fidalgo o cumplice involuntario da morte desastrosa do desditoso principe, porque indo na tarde de 12 de julho de 1491 D. Affonso montado n'um fogoso ginete a galopar pela margem do rio Tejo ao pé de Santarem, e encontrando D. João de Menezes egualmente montado, o convidou para correr o *páreo*, jogo de corridas em que dois cavalleiros dando-se as mãos, galopavam a par um do outro. D. João de Menezes escusou-se, mas o principe insistiu, e ambos correram um pedaço de mãos dadas. Entretanto havia-se preparado uma mula que D Affonso mandara aparelhar, e o joven principe passando para ella, teve outra vez a tentação de correr o *páreo*. D. João de Menezes ainda condescendeu, mas com repugnancia. Correram, e de repente a mula caiu levando debaixo de si o cavalleiro, que pouco depois era cadaver. (*V. Portugal*, vol. I, pag. 69 e 70). D. João de Menezes ficou horrorisado por similhante fatalidade, e afastou-se algum tempo da côrte. Mais tarde o vamos encontrar como um heroe em Africa, sendo governador e capitão de Arzilla. Portugal havia feito treguas com o rei de Fez, porém Molei Barraxa, grande senhor entre os moiros, e Almandarim, alcaide de Tetuão, não quizeram conformar se com a obediencia do seu rei á corôa portugueza, e em 1495 revoltaram-se, atacando Arzilla, na occasião em que o seu governador e capitão D. Vasco Coutinho, conde de Borba, estava ausente, por ter partido para Portugal á ordem de D. João II. Ficaram substituindo o conde de Borba no commando da praça, um seu sobrinho, D. Rodrigo Coutinho, que era filho de D. Alvaro Coutinho, fallecido em Hespanha no combate de Baltanas. Sendo atacado inesperadamente pelas forças dos rebeldes, D. Rodrigo pôde apenas organisar á pressa uma companhia dos moiros que se conservavam fieis, reconhecendo as tregoas ajustadas, mas apezar dos seus esforços, succumbiu na acção e mais 17 fidalgos que se lhe haviam reunido. Tão depressa estas noticias chegaram a Portugal, logo D. João II tratou de mandar novo governador e capitão para Arzilla, e D. João de Menezes foi o escolhido para aquelle espinhoso cargo. Depois do fallecimento do monarcha, succedido em outubro do mesmo anno de 1495, os moiros que viviam na aldeia de Benarmares e que tinham jurado obediencia ao rei de Portugal, recusaram-se a pagar certas parcas, a que se haviam obrigado todos os annos em consequencia dos tratados de paz. D. João de Menezes incommodou-se bastante com aquella recusa, e intentou logo castigal-os como mereciam, pela violação dos compromissos a que se tinham sujeitado. Escreveu então ao almirante Lopo Vaz de Azevedo, que era capitão em Tanger, para que lhe mandasse um reforço de cavallaria. Lopo Vaz enviou lhe logo uma força de 50 cavalleiros, commandados pelo adail de Tanger, Pedro Leitão, e reunindo D. João de Menezes as suas forças com este auxilio caminharam todos ao amanhecer sobre a aldeia de Benarmares, onde se encontraram com os rebel-

des Molei Barraxa, Almaudarim, e os sobrinhos de Barraxa, Cid Muço e Cid Acob, que tambem tentavam atacar aquella aldeia, entrando á força com 2:000 lanças e 800 homens de infantaria, como já tinham guerreado mais algumas, por se terem submettido ás tregoas feitas pelo rei de Fez. D. João de Menezes, apenas teve conhecimento que o exercito de Molei Barraxa se aproximava de Benarmares, mandou um moiro fiel ao encontro do inimigo a saber as suas intenções, e o moiro trouxe tres interpretes que explicaram o que acima fica dito. D. João imaginou ir encontral-os com 150 lanças suas e as 50 que tinham vindo de Tanger, e apenas as avistou, dividiu as suas forças em tres partes, sendo uma composta das 50 lanças de Tanger, commandadas pelo adail Pedro Leitão, outra de 30 cavalleiros commandados pelo seu sobrinho D. João, filho do conde de Cantanhede, reservando para si a restante. Assim formados, acommetteram os rebeldes, que se julgavam fortes, por dispôrem de forças muito superiores ás de D. João de Menezes, e além d'isso, ainda mais os animava a victoria que tinham alcançado pouco tempo antes em Arzilla, derrotando D. Rodrigo Coutinho. Destemidos, avançaram contra o exercito de D. João de Menezes, e o primeiro combate, que tiveram de sustentar, foi com a cavallaria de Tanger, mas como o numero dos cavalleiros do inimigo era muito superior, os de Tanger iam já affrouxando na peleja, quando o filho do conde de Cantanhede correu em seu auxilio com a sua força. A cavallaria de Tanger, vendo-se assim animada, carregou sobre o inimigo, e por ultimo, D. João de Menezes avançou tambem, rompendo com a bandeira real por entre o exercito rebelde, que não podendo já resistir, foi todo destroçado, pondo-se em fuga os guerreiros que escaparam á morte. No alcance até duas legoas de caminho, ainda fôram perseguidos pelos valentes cavalleiros de D. João de Menezes. No campo da batalha, e n'esta perseguição, succumbiram 418 cavalleiros e muitos soldados de infantaria, emquanto que do exercito de D. João não houve uma só victima a lamentar. Houve 28 captivos e um rico despojo, em que se contavam 85 cavallos de grande valor, e todas as bandeiras dos alcaides. Depois d'este combate D. João de Menezes voltou sobre a aldeia de Benarmares, recebeu as parcas que deviam os seus habitantes, e seguiu depois para Arzilla, e Pedro Leitão para Tanger com a gente que trouxera. El-rei D. Manuel estava então em Montemór-o Novo, e havia ordenado que de todas as parcas e tributos que os moiros d'Africa pagassem, fôsse o dizimo dado á Egreja. Recebeu com a maior satisfação a noticia da victoria alcançada sobre os rebeldes; D. João de Menezes apressara-se em lh'a mandar juntamente com as bandeiras tomadas aos alcaides. El-rei D. Manuel, para memoria de tão assignalada victoria, cedeu-as á sé de Lisboa, onde se conservaram patentes. O mesmo soberano nomeou D. João de Menezes camareiro-mór e administrador da casa de seu filho, o principe D. João, posteriormente el-rei D. João III. Em 1508 D. Manuel deu a D. João de Menezes o commando que n'esse anno foi á Africa, onde mais uma vez accentuou os seus creditos de valente capitão. V. *Borba (D. Vasco de Menezes Coutinho, conde de)*. *Portugal*, vol. II, pag. 380.

Menezes *(João Augusto Curado de)*. Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra. Era natural da ilha da Madeira Seu pae tinha egual nome. Doutorou se a 27 de maio de 1804.

Menezes *(D. João Rebello Cardoso de)*. Arcebispo de Mytilene e de Larissa, bispo de Lamego, etc. N. em Villa Real de Traz-os-Montes a 29 de outubro de 1832, fal. em Lamego a 5 de junho de 1890 Era filho de paes illustres e abastados; seu avô paterno foi cavalleiro professo da ordem de Christo, e o materno moço fidalgo da Casa Real e senhor de quatro morgados importantes, cujo herdeiro legal era o illustre prelado. D. João Rebello Cardoso de Menezes renunciou a todos os vinculos que lhe pertenciam, e dedicou se ao estado ecclesiastico, accedendo aos desejos de sua mãe, e mesmo por ser essa a sua vocação desde tenros annos. Cursou com distincção as aulas de preparatorios no lyceu de Villa Real, passando depois a estudar Theologia no semina-

D. João Rebello Cardoso de Menezes

rio archiepiscopal de Braga, onde pela sua dedicação e grande aproveitamento foi classificado o alumno mais notavel do seu curso. Concluidos os estudos, recebeu no dia 1 de junho de 1855 ordens menores em Barcellos, ministradas pelo bispo de Leiria D. Joaquim Pereira Ferraz; a 22 de dezembro do mesmo anno, o bispo de Lamego, D. José de Moura Coutinho, lhe conferiu as de sub-diacono; a 20 de dezembro de 1856 recebeu do arcebispo de Braga, D. José Joaquim de Azevedo e Moura, as ordens de diacono, e em 19 de setembro de 1857 as de presbytero. Os relevantes serviços prestados á Egreja como missionario, professor, e depois dignitario, e as altas distinções e cargos com que a Santa Sé o agraciou e investiu, são a prova mais evidente dos elevados merecimentos d'este prelado. Nos primeiros tempos depois de ordenado, prestou bons serviços apostolicos, não só na sua terra natal, como em todo o paiz; foi missionario apostolico durante 12 annos nas ilhas dos Açôres, sendo muito

proveitosas as suas missões. Depois d'este longo tirocinio, o notavel presbytero, que pelas suas preclaras virtudes, profunda e variada erudição, era apontado como um dos mais notaveis sacerdotes da archidiocese bracarense, senão de todo o paiz, foi chamado a Braga, e quasi obrigado a assumir a direcção do seminario archiepiscopal d'aquella cidade, cuja reforma se tornara indispensavel e urgente. A activa, illustrada e prudente administração do incansavel e prestimoso presbytero em breve elevou aquelle estabelecimento educativo ao luzimento scientifico e disciplinador. O papa Leão XIII o nomeou seu capellão honorario *extra urbem*, e lhe conferiu o titulo de monsenhor em agosto de 1879; em outubro de 1880 foi nomeado desembargador honorario da relação ecclesiastica de Braga, e em fevereiro de 1881 protonotario apostolico e seu prelado domestico. Na Roma portugueza realisaram se festejos para celebrar a noticia d'esta distincção honrosissima, provando-se assim quanto ali era querido e estimado o activo e modelar director do semiuario achiepiscopal. Na qualidade de examinador prosynodal mostrou o illustre prelado os seus vastos conhecimentos de toda a theologia, da moral e direito ecclesiastico; como director do jornal a *Semana Religiosa Bracarense* manifestou profundos conhecimentos em todos os variados ramos das sciencias ecclesiasticas. Escreveu tres obras uteis e importantes: *O codigo penal da Egreja* que é um commentario da instituição *Apostolicae Sedis*; *Os seminarios* e um *Cerimonial*. Por sua iniciativa e com o valioso auxilio do arcebispo resignatario D. João Chrysostomo, conseguiu obter a concessão do extincto convento das Ursulinas, e para ali mudou o seminario, pois que o arruinado e acanhado edificio, em que estava, não tinha nenhuma das condições exigidas em estabelecimentos d'esta natureza. Em 10 de setembro de 1884 foi nomeado arcebispo e vigario geral do patriarchado. Instaurado o respectivo processo, a confirmação não se fez esperar, vindo acompanhada de recommendação expressa do papa ao seu representante n'este reino para lhe não acceitar qualquer escusa do elevado cargo em que acabava de o confirmar. No dia 7 de dezembro do mencionado anno de 1884 foi sagrado arcebispo de Mytilene na egreja do seminario patriarchal de Santarem, sendo sagrante o cardeal patriarcha e assistentes o bispo do Algarve, D. Antonio Mendes Bello, e o bispo de Macau, D. Antonio Joaquim de Medeiros. Logo depois o papa Leão XIII lhe conferiu o grau de doutor em Theologia por diploma de 16 do referido mez de dezembro. Entrando no desempenho das suas novas e arduas obrigações, como provisor e vigario geral do patriarchado, tornou-se desde logo muito estimado do clero e de todas as pessoas que com elle tratavam, pela affabilidade e franqueza com que recebia e attendia a todos. No desempenho das multiplas e laboriosos obrigações dos seus elevados cargos, bem como no dos seus deveres como ministro da egreja e prelado modelo, prégando, confessando, doutrinando, fazendo ordenações, chrismando, auxiliava com o maior zelo e boa vontade o parocho da egreja onde celebrava quotidianamente, em tudo quanto era necessario. Como orador sagrado era muito apreciado. Na egreja de S. Vicente de Fóra, durante a quaresma dos annos de 1884, 1885 e 1886, fez umas conferencias religioso-philosophicas, que lhe mereceram os elogios de importantes homens de letras que iam ouvil-o, attrahidos pela fama da sua erudita e vernacula eloquencia. Em 1887 foi nomeado arcebispo de Larissa, coadjutor e futuro successor do bispo de Lamego. No dia 12 de maio fez a sua entrada solemne n'aquella cidade, sendo recebido com todas as demonstrações de jubilo e respeito. Foi muito proveitosa e de grandes beneficios para aquella diocese a sua administração. Os negocios da diocese mereceram-lhe a maior atteução, e o seminario deveu-lhe grandes beneficios. Despido de interesses mundanos, o bispo de Lamego era um verdadeiro apostolo da caridade christã, acudindo sempre ao infortunio com o seu obolo e bom conselho; por isso, quando falleceu, toda a imprensa foi unanime em lamentar a perda de tão virtuoso e digno prelado.

Menezes *(D. João Tello de)*. Fidalgo da seculo XVII, que falleceu em 1649. Era filho de D. Manuel de Menezes, general da armada real, e tendo servido em Flandres foi governador da ilha da Madeira em 163?. Regressando ao reino foi aprisionado pelos hollandezes, e achando-se em Madrid, quando se deu a revolução de 1640 e querendo passar a Portugal, foi preso. Namorando-se da filha do alcaide a quem fôra confiada a sua guarda, conseguiu livrar-se do carcere, e entrando em Portugal defendeu tenazmente Olivença em 1648. Posteriormente foi conselheiro de guerra e governador do Porto. Quando falleceu fôra nomeado embaixador para os estados da Hollanda.

Menezes *(Joaquim Antonio de Carvalho)*. Escrivão da Junta de fazenda de Angola e deputado em 1843. Parece que viveu bastante tempo no Rio de Janeiro. Escreveu: *Memoria geographica e politica das possessões portuguezas na Africa Occidental, que diz respeito aos reinos de Angola, Benguella, e suas dependencias*, etc., Lisboa, 1834; foi alguns annos mais tarde reimpressa no Rio de Janeiro pelo seu autor, com additamentos consideraveis, crescendo ao ponto de formar um grosso volume, quando era apenas um opusculo de 41 paginas: *Demonstração geographica e politica do territorio portuguez na Guiné inferior, que abrange o reino de Angola, Benguella e suas dependencias*, Rio de Janeiro, 1848. Joaquim Antonio de Carvalho Menezes redigiu por algum tempo em Lisboa um jornal politico, com o titulo de *Paquete do Ultramar*.

Menezes *(D. Jorge de)*. Senhor de Alconchel e de Formoselha, filho de D. Pedro de Menezes, possuidor dos mesmos senhorios, e de D. Maria Manuel, filha de D. Bernardo Manuel, camareiro-mór d'el-rei D. Manuel Cultivou muito a poesia. Viveu no seculo XVI, e foi casado com D. Guiomar de Faria, filha de Antão de Faria, alcaide-mór de Palmella, e de D. Leonor de Vilhena. Compoz *Sete psalmos penitenciaes reduzidos a metro portuguez*, e *Tragedia a la muerte de el-rei D. Sebastião*, ficando ineditos ambos estes trabalhos.

Menezes (*D. Jorge de*). Fidalgo a quem chamavam o *Baroche*, por haver destruido esta cidade na India. Foi capitão de Gôa, Diu, S. Thomé e Ceilão, comportando-se em todos esses pontos do ultramar com valentia e bravura.

Menezes *(D. Jorge de).* Navegador, nomeado governador das Molucas por Pedro de Mascarenhas. Em 1526 partiu de Malaca para o seu destino, visitou a grande ilha de Bornéo, e reconheceu a terra dos Papuas, a que deu o nome de ilhas de S. Jorge. Chegando a Ternate em 1527, o governador Garcia Henriques, a quem ia substituir, não lhe quiz entregar o governo, resultando d'essa recusa grandes discordias e scenas verdadeiramente vergonhosas. Garcia Henriques, que dispunha da força, prendeu o seu successor, e só o soltou quando os partidarios de D. Jorge declararam que, se o seu chefe não fôsse restituido á liberdade, iriam unir-se aos castelhanos, que n'essa epoca estavam em Tidor. Garcia Henriques cedeu finalmente o governo, e D. Jorge de Menezes praticou então atrocidades espantosas. Era um heroe nos campos da batalha, e o modo como derrotou os castelhanos e os indigenas dá honra á sua bravura, mas ao mesmo tempo era um verdadeiro monstro de ferocidade. Taes actos praticou, e tantas fôram as queixas que os indigenas formularam contra elle, que o seu successor, Gonçalo Pereira, entendeu que o devia mandar para a India posto a ferros, d'onde depois partiu para o reino em liberdade, como sempre succedia. Passando depois ao Brazil, morreu em 1537 combatendo contra os indigenas.

Menezes *(D. Jorge Tello de).* Alferes-mór do reino, 25.º capitão de Sofala, foi de Gôa mandado para a Africa Oriental com duas naus. Tomou posse do governo em 1586, desaffrontou de cafres a capitania, ajudado pelo scheick de Matibana; em 1587 mandou soccorro ao capitão-mór do mar Martim Affonso de Mello, para castigar Mombaça e Aiupaga, e entregou o governo a Lourenço de Brito em 1589.

Menezes *(D. José de).* Quando D. João IV subiu ao throno foi D. José de Menezes, que era tio do conde de Cantanhede, logo nomeado membro do conselho de guerra e governador da Torre de S. Julião da Barra. Em 1643 foi preso como cumplice de Francisco de Lucena por denuncia calumniosa de D. Pedro Bonete, que confessou depois que o calumniara. D. José de Menezes respondeu altivamente aos interrogatorios, e teve a coragem de não dizer cousa alguma nas torturas. Pois os tratos fôram de tal ordem que os cordeis lhe chegaram aos ossos, de que se desuniu a carne que ficou pegada ao potro. Reconhecida a sua innocencia foi solto em 1644, sendo exilado para Cantanhede, onde veiu a morrer socegado.

Menezes *(D. José de).* Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra onde foi reitor e reformador, nomeado em 15 de outubro de 1675, tomando posse a 5 de dezembro seguinte; desembargador da Relação do Porto, da Casa da Supplicação e dos Aggravos, deputado do Santo Officio, da Junta dos Tres Estados e da Mesa da Consciencia e Ordens, D. Prior de Guimarães, etc. Em 25 de fevereiro de 1679 deixou a reitoria da Universidade, por ter sido eleito em 1678 bispo de Miranda, não chegando, porém a tomar posse d'essa diocese por ser transferido para a do Algarve. Em 1685 foi eleito bispo de Lamego, e em 1692 arcebispo de Braga. No anno de 1693 foi-lhe offerecido o cargo de inquisidor geral, mas elle recusou, e continuando no seu arcebispado de Braga falleceu a 16 de fevereiro de 1696.

Menezes *(José Antonio de Miranda Pereira de Menezes, 1.º visconde de).* Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, e em Medicina pela de Edimburgo; fidalgo cavalleiro da Casa Real, do conselho de S. M., conselheiro do Supremo Tribunal do Thesouro Publico e do Tribunal Fiscal de Contas; commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, cavalleiro da de Christo, etc. Fal. a 25 de novembro de 1853. Casou com D. Elisa Eugenia Edwards de Desanges, filha de José Edwards, e de sua mulher, D. Izabel de Desanges. O titulo de visconde de Menezes foi concedido por decreto de 20 de junho de 1851. O seu brazão d'armas consta: Escudo esquartelado, sendo o primeiro quartel dividido em pala; tendo na primeira pala as armas dos Pereiras, em campo vermelho uma cruz de prata florida, vasia do campo; e na segunda a dos Menezes, em campo amarello um annel encoberto; no segundo quartel as armas dos marquezes de Desanges, um escudo partido em faxa, tendo por chefe, em campo de prata duas cabeças de anjos, com azas de vermelho, e na parte inferior em campo azul, um galgo da sua côr; e assim os contrarios.

Menezes *(José de Azevedo e).* V. *Menezes Cardoso Barreto (José de Azevedo e).*

Menezes *(José Narciso Magalhães de).* Marechal de campo em 1790. Escreveu: *Ordens instructivas e economicas para o primeiro regimento de infantaria da cidade do Porto, sendo chefe d'este corpo o marechal de campo José Narciso de Magalhães e Menezes; impressas com licença de Sua Magestade a requerimento dos seus officiaes para o seu respectivo uso*, Porto, 1799.

Menezes *(Julio de).* Jornalista e escriptor. N. em Lisboa a 12 de abril de 18 3, sendo filho de João Martinho de Menezes e de D. Gracinda Candida de Menezes. Estudou os preparatorios no Lyceu Nacional, e em 1869 entrou para a Academia Real de Bellas Artes, onde estudou com os professores Joaquim Gregorio Nunes Prieto e Thomaz José d'Annunciação; teve, porém, de deixar o curso de pintura de paizagem para se dedicar ao commercio, que abandonou em 1875 por motivo d'uma grave doença. Em novembro de 1876 foi convidado pelo fallecido jornalista Pedro Correia da Silva para entrar como simples empregado na empresa editora *Bibliotheca dos dois mundos*, fundada pelo citado Pedro Correia, e da qual eram assiduos frequentadores e collaboradores Manuel Pinheiro Chagas, Luiz Augusto Palmeirim, Alfredo Sarmento, Francisco Guimarães Fonseca, Coutinho de Miranda, Leite Bastos, Fernandes Costa, Alberto Pimentel, Dr. Cunha Belem, e muitos outros homens de letras. Do convivio extremamente agradavel com taes individuos, nasceu um verdadeiro amor pela litteratura, e animado por Pedro Correia, Julio de Menezes entrou para a redacção do *Diario Illustrado*, *Correio da Europa* e *Illustração Portugueza*, successivamente. Em 12 de abril de 1887 foi Julio de Menezes despachado, pelo então ministro das obras publicas, Emygdio Navarro, desenhador de primeira classe do quadro do mesmo ministerio, indo servir em commissão na Direcção Geral d'Agricultura sob as ordens do conselheiro Elvino de Brito, sendo por este encarregado de varios serviços, taes como: diversos trabalhos decorativos na Exposição Agricola e

Pecuaria de 1888, reproducção em relevo de varios exemplares da secção pomologica d'uma exposição do Porto, pintura decorativa do Museu Agricola e Florestal de Lisboa no palacio dos condes d'Almada, e mais tarde montagem do mesmo museu em Belem, além de outros serviços, de que possue os melhores attestados e referencias officiaes. Em 1895 fundou em sociedade a casa commercial conhecida pela designação do *Gato Preto*, onde se vendem exclusivamente objectos de louça das Caldas da Rainha, casa que deixou em 1907. Hoje *(1909)* está servindo officialmente em commissão no Laboratorio de Pathologia Vegetal, sob as ordens do sr. conselheiro Alfredo Le Cocq. Tem collaborado em diversas publicações, illustrando algumas com varios desenhos, e n'outras inserindo apenas artigos descriptivos, biographias, contos, etc. Publicou um livro de contos, intitulado *Contos electricos*. Para o theatro tem escripto as seguintes peças: *Carta de Santo Antonio*, *Primeira dôr*, *Na noite de Natal*, *Os Lusiadas*, *Lourenço Marques*, *Um concerto na trapeira*, etc., todas representadas em Lisboa e na provincia com bastante agrado. Consta que tem concluidas as seguintes peças: *Nobreza de fidalgo*, drama, *O escaldafavaes*, comedia, e em preparação uma peça phantastica, tendo quasi concluido um livro de leitura para caminho de ferro, intitulado: *Em grande velocidade*. Publicou tambem o *Almanach do commissario de policia*, e em 1908 o *Almanach do Gymnasio*, que tenciona continuar.

Menezes *(D. Luiz de)* Filho do conde de Tarouca, prior do Crato e irmão de D. Duarte de Menezes, governador da India Era homem rispido, mas de grande austeridade, contrastando por isso muito o seu procedimento com o de seu irmão, que foi um dos governadores que maiores escandalos praticaram na India. D. Luiz não hesitava em o censurar e reprehender asperamente *(V Menezes, D Duarte, n'este vol.)* Encarregado de ir buscar ao Mar Vermelho o nosso embaixador na Abyssinia D. Rodrigo de Lima, não conseguiu trazêl o, mas destruiu a fortaleza de Xael nas costas da Arabia. D. Luiz de Menezes estava em Cochim, quando chegou Vasco da Gama, encarregado de render e de mandar para o reino D. Duarte de Menezes, que o velho almirante tratou muito mal, ordenando-lhe que recolhesse ao reino a bordo d'um navio que lhe designava. D. Duarte quiz protestar, D. Luiz intercedeu por seu irmão, mas a vontade de ferro do grande governador foi inabalavel. D. Luiz de Menezes era um nobre caracter. Na epoca da prosperidade de D. Duarte foi elle o primeiro a reprehendel-o e acriminal-o, mas quando soou a hora da desgraça, tudo esqueceu para sómente se lembrar que era seu irmão. Quando D. Henrique de Menezes tomou o poder, teve a generosidade de permittir que os dois irmãos partissem para o reino como quizessem, devendo D. Duarte apresentar-se a el-rei D. João III para ser julgado. D. Luiz de Menezes entendeu que a sua honra estava empenhada em que D. Duarte se não esquivasse ao julgamento regio. Exerceu por conseguinte sobre elle uma vigilancia obstinada. D. Duarte percebeu-a, e fez tambem todos os esforços para se esquivar a ella. Teve um sombrio desenlace esta lucta dos dois irmãos, porque D. Duarte conseguiu escapar, mas com o auxilio d'uma tempestade em que D. Luiz succumbiu, fallecendo em 1525.

Menezes *(Luiz Caetano de)*. Era natural do concelho de Bardez, na India. Expatriado de Gôa por causas politicas, viveu por muitos annos em Bombaim. Redigiu a *Abelha de Bombaim*, folha de muito credito no Oriente pelas suas doutrinas liberaes. Collaborou tambem no *Investigador Portuguez*, de Gôa; no *Pregoeiro da liberdade* e *Observador*. Fal. em 1863. No tomo II da *Illustração g ana*, 1866, saiu a seu respeito uma noticia biographica.

Menezes *(Luiz Cesar)*. Foi filho de Vasco Fernandes Cesar, commendador de S Pedro de Thomar e S. João de Rio Frio; alcaide-mór de Alemquer e provedor dos armazens do reino e armadas, cargo que depois trocou pelo posto de alferes-mór do reino. Casou com D. Vicencia Henriques e falleceu em 12 de agosto de 1666.

Menezes *(Luiz Cesar de)*. Foi filho de Vasco Fernandes Cesar de Menezes, neto de Luiz Cesar de Menezes e de D. Maria Magdalena de Lencastre, irmão de D. Pedro Cesar de Menezes, que foi governador de Angola e morreu n'um naufragio; sobrinho do arcebispo D. Sebastião Cesar de Menezes. Succedeu a seu avô nas duas commendas da casa, na alcaidaria de Alemquer e no posto de alferes mór do reino. A 17 de abril de 1690 foi nomeado governador da capitania do Rio de Janeiro, e era ali tão estimado que todos sentiram grande pezar quando o viram entregar em 1693 o governo a Antonio Paes de Sande. Nomeado depois governador e capitão-general de Angola, em 1697, regeu com tranquilidade a provincia, fez logo no primeiro anno do seu governo um armazem á prova de bomba dentro da fortaleza de S. Miguel, em 1698 destruiu o soba Hiamba, que nos queria disputar o presidio de Caconda, e concedeu á casa da Misericordia de Loanda uma preferencia de 500 escravos. Em 1699 recebeu ordem da côrte para abrir em Loanda uma escola de fortificação, e em 1700 entregou o governo a Bernardo de Taveira Tavares. A 8 de setembro de 1703 foi nomeado capitão-general da provincia da Bahia, em substituição de D. Rodrigo da Costa, governando pacificamente e a contento de todos até 1710, em que se retirou para o reino. Casou com D. Marianna de Lencastre, de quem teve a Vasco Fernandes Cesar de Menezes, que foi o 1.º conde de Sabugosa. *(V. este titulo)*. Falleceu a 20 de fevereiro de 1720.

Menezes *(Fr. Luiz Cesar de)*. Religioso carmelita. N. em Lisboa em novembro de 1671, fal. n'esta cidade, no convento do Carmo, a 6 de abril de 1750. Era filho de Pedro Cesar de Menezes, governador e capitão-general de Angola, e de D. Catharina de Jur. Entrou na ordem carmelitana aos 17 annos, em 1 de janeiro de 1668. Estudou as sciencias severas no collegio de Evora, onde defendeu com applauso conclusões publicas de toda a Philosophia. Foi reitor do collegio de Coimbra, e visitador dos conventos de religiosas de Teutugal e de Torres Novas. Applicou-se muito ao estudo das cerimonias ecclesiasticas, em que saiu muito perito, cujas funcções exerceu por muitos annos no convento do Carmo, de Lisboa. Deixou publicada uma obra sobre este assumpto; tambem d'elle corre impresso um outro

livro com o titulo: *Triplicada corôa offerecida á rainha do Empyreo.*

Menezes *(Luiz de Miranda Pereira Henriques de Menezes, 2.º visconde de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real; presidente da Junta do Credito Publico, addido honorario á legação de Portugal em Roma, academico de merito da Academia Real das Bellas Artes, de Lisboa; socio da Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes; capitão dos voluntarios nacionaes; commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição; cavalleiro da Torre e Espada, condecorado com a medalha algarismo n.º 2 das campanhas da Liberdade; grande official da ordem de Nichan Iftikar de Tunis, de 1.ª classe; commendador da de S. Mauricio e S. Lazaro; commendador da de S. Carlos de Monaco; cavalleiro das de Leopoldo da Belgica e de S. Gregorio Magno de Roma; laureado com a medalha de ouro de socio fundador da *Scuola Dantesca* napolitana, com a medalha de prata de socio honorario da Associação *dei Salvatori* de Napoles. N. no Porto a 4 de abril de 18.0, fal. em Lisboa a 5 de maio de 1878. Era filho do 1.º visconde de Menezes, José Antonio de Miranda Pereira de Menezes, e de sua mulher, D. Elisa Eugenia Edwards de Desanges. Desde muito novo começou a manifestar grande vocação para a arte. Aprendeu desenho com um mestre francez, indo depois aperfeiçoar se no *atelier* do apreciado professor Antonio Manuel da Fonseca, onde estudou alguns annos, mostrando sempre o maior enthusiasmo pelas bellas artes, e provando o seu aproveitamento em obras dignas da attenção dos entendidos. Pelos fins do anno de 1843 el-rei D. Fernando visitou o *atelier* para vêr o quadro *Enéas*, pintado por Fonseca. O distincto professor, aproveitando o ensejo, apresentou-lhe o quadro do seu discipulo, representando *A Morte de Abel*, a que el-rei teceu os maiores elogios. Por essa occasião a *Revolução de Setembro* publicou um artigo laudatorio a respeito d'este quadro, no qual se dizia que o pensamento que presidira á composição era superior ao do quadro de Guerreiro *O sacrificio de Isaac*, etc. Em 1844 partiu para Roma com tenção, segundo diz o conde de Raczynski, de ir estudar na Allemanha. Não realisou, porém, essa tenção, porque a sua estada fóra de Portugal foi unicamente em Roma e em Veneza. Em Roma teve por mestre o professor Overbeck, notavel artista allemão que se dedicára ao genero mystico, formando uma escola, que foi por algum tempo muito apreciada na Allemanha. D'ali enviou o visconde de Menezes para Lisboa em 184. alguns quadros d'essa escola entre os quaes veiu um para el rei D. Fernando, acompanhado d'uma gravura do mesmo quadro. Depois, alargando mais os seus estudos occupou se de outros assumptos inteiramente profanos, em que foi mais feliz. Na exposição philantropica realisada em Lisboa, na sala do risco do arsenal da marinha realisada em 1851, apresentou os seguintes quadros a oleo, que fôram muito apreciados: *Um mendigo á porta de um casebre; Um soldado ferido em batalha; Um retrato do sr. C. W. King; Uma rapariga de phantasia; Uma scena da vida contemporanea; O trovador da aldeia; Selim; Uma vendedeira de uvas; Um soldado veterano* e *Um assumpto da vida contemporanea.* A' exposição effeituada no Palacio de Crystal do Porto, em 1861, enviou tambem diversos trabalhos, merecendo a honra de ser premiado com a medalha de prata. Anteriormente, na primeira exposição da Sociedade Promotora de Bellas Artes, da qual foi alguns annos vice presidente, tambem apresentara os quadros: *Pescadores portuguezes; Retrato da viscondessa de Menezes; Salvador Rosa e os bandidos da Calabria; O Tambor* e *Um caiador de Lisboa.* O visconde de Menezes casou a 8 de maio de 1858 com D. Carlota Emilia de Mac Mahon Pereira Guimarães, filha de Francisco Pereira Guimarães, doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, juiz relator do Supremo Conselho de Justiça Militar, e de sua mulher, D. Carlota Emilia de Mac-Mahon. O titulo foi renovado por decreto de 14 de dezembro de 1853.

Menezes *(D. Manuel de).* Reitor da Universidade de Coimbra. N. em Lisboa. Seguindo a vida ecclesiastica, foi prior de Santa Maria Magdalena, de Montemór o Velho, e seguindo depois a frequentar os estudos de Direito canonico, serviu de reitor por eleição na Universidade durante a ausencia de D. Diogo de Murça, sendo afinal provido na reitoria, nomeado a 5 de dezembro de 1556. Foi o primeiro reitor nomeado por um triénnio, e tambem o primeiro que prestou juramento e tomou posse com solemnidade perante o claustro pleno, a 18 de março de 1557. Começaram no governo D. Manuel de Menezes as grandes questões entre a Universidade e os jesuitas, depois da morte de D. João III, sobre assumptos de fazenda e de jurisdicção. A 15 de novembro de 1557 passou a reitoria a D. Jorge de Almeida, a quem nomeou para o substituir, e partiu para Lisboa a advogar os interesses da Universidade nas questões pendentes, questões em que foi muito mal succedido. D. Manuel de Menezes não voltou mais á Universidade, que continuou governada por D. Jorge d'Almeida, como se fôsse propriamente o reitor. Posteriormente foi deão da capella real, governador da Casa do Civel, bispo de Lamego e de Coimbra, do conselho geral do Santo Officio, e successor do cardeal D. Henrique, como inquisidor geral. Acompanhando el-rei D. Sebastião á jornada d'Africa morreu na infausta batalha de Alcacer Kibir, a 4 de agosto de 1578.

Menezes *(D. Manuel de).* General da armada portugueza, commendador da ordem de Christo, etc. N. em Campo Maior, e fal. a 28 de julho de 1628. Era filho de D. João de Menezes, que pertencia á casa dos senhores de Cantanhede. Desde muito novo manifestou grande talento; estudou mathematica, musica e historia. Era homem muito perito em assumptos genealogicos. Começou a servir na carreira militar embarcando na armada ingleza que veiu a Lisboa a favor de D. Antonio, prior do Crato, e como era de gentil presença e muito similhante á da gente do norte, foi preso por alguns guardas milicianos como espião dos inglezes, e por esse facto conservou toda a vida alcunha de *flamengo*, nome com que n'essa época designavam indistinctamente todos os habitantes do norte da Europa. Passada essa occasião exerceu quatro vezes o posto de capitão mór das náus da India, sendo a primeira em 1581, e depois em 1609, 1614 e 1616, tendo nas penultimas arribado a Lisboa, e na ultima depois de renhido combate com quatro náus inglezas naufragou na costa da ilha de S. Lourenço, d'onde afi-

nal surgiu no porto de Gôa. Acompanhou a Paris o seu parente o duque de Pastrauha, e depois succedeu no cargo de chronista mór do reino a Fr. Bernardo de Brito e mais tarde no de cosmographo-mór a Manuel de Figueiredo, discipulo do celebre Pedro Nunes. Retirando-se então para uma sua quinta em Campo Maior, vivia ahi todo entregue aos seus estudos, quando em 1625 foi nomeado com o posto de general para commandar a armada de vinte e seis navios guarnecidos de 24:000 homens com a qual se restaurou n'esse anno a Bahia. Regressando á patria desejou o governo do reino do Algarve para viver ahi como dizia *abraçado com os livros e os seus compassos*, mas não lhe satisfizeram essa vontade, e em 1626 foi mandado conduzir as náus que vinham da India governadas pelo capitão-mór Vicente de Brito de Menezes. Sendo colhido por uma grande tormenta essa armada, veiu por fim a perder se na costa de França em janeiro de 1627, e esse infeliz successo foi largamente narrado por D. Francisco Manuel de Mello, nas suas *Epanaphoras*. De França passou D. Manuel de Menezes a Madrid e voltando á patria falleceu pouco tempo depois. Escreveu D. Manuel varias obras, mas de todas unicamente ha a certeza de estar impressa a que tem por titulo: *Relacion de la armada de Portugal del ano* 1626. No seculo passado saiu por diligencia do sr. Varnhagen, na *Revista trimensal do Instituto*, um outro trabalho sobre a *Recuperação da cidade do Salvador*. A *Chronica d'el rei D. Sebastião* que elle escreveu e que deixou incompleta, e cujo manuscripto existia no mosteiro de Alcobaça, nunca viu a luz da impressão, e a que o padre Bayer publicou em nome d'elle é decididamente apocrypha. Se dermos credito a D. Francisco Manuel de Mello imprimiu-se tambem uma outra obra de D Manuel de Menezes escripta em latim e portuguez e cujo titulo era *Relação do successo e batalha que teve com a náu S. Julião com a qual, sendo capitão-mór d'aquella viagem, se perdeu na ilha de Comero além de Madagascar ou S. Lourenço no anno de 1616*.

Menezes (*Marcos Caetano de Abreu*). Governador de Moçambique, logar em que succedeu a Antonio Manuel de Mello e Castro de Mendonça, e para que foi nomeado em 1811, tomando posse a 28 de agosto de 1812; governou até 2 de fevereiro de 1817. No seu tempo o governador de Cabo Delgado infligiu severo castigo aos cafres. Diz-se que Marcos Caetano d'Abreu Menezes vendeu para o Brazil o carrasco preto, por lhe ser inutil na capitania.

Menezes (*D. Maria Antonia de S. Boaventura*). Escriptora, que viveu no seculo XVIII. Era natural de Lisboa, sendo filha de Roque Monteiro Paim, e de D. Joanna Maria de Menezes. Casou com Rodrigo de Sousa, filho dos condes de Redondo, Fernão de Sousa e D. Luiza Simôa de Portugal. Traduziu do francez: *Historia da egreja do Japão, em que se dá noticia da primeira entrada da fé n'aquelle imperio; dos costumes d'aquella nação, suas terras, e cousas muito curiosas e raras*, etc. *escripta em francez pelo P. João Crasset, da Companhia de Jesus;* Lisboa, 3 tomos: o 1.º em 1749, com um mappa geographico e 3 estampas; o 2.º 1751, e o 3.º em 1755.

Menezes (*Martinho Antonio de*). Advogado nos auditorios da India Portugueza, cavalleiro do habito de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa. Nasceu em Sarzorá de Chinchinim, concelho de Salsete, a 5 de agosto de 1847 e falleceu a 23 de junho de 1890. Dotado de poderosas faculdades intellectuaes fez os seus estudos preparatorios e theologicos no seminario de Rachol, repetindo aquelles no antigo Lyceu Nacional de Nova Gôa. A 21 de janeiro de 1871 alcançou licença para advogar no antigo julgado de Chinchinim, passando successivamente a juiz do julgado de Damão e a 1.º substituto do juiz de direito da comarca das Ilhas. Foi vogal da Junta Geral dos districtos: Das Ilhas em 1889 e de Diu em 1885-1888. Pertenceu ao Conselho da provincia em 1886, 1887 e 1889 Desempenhou muitas commissões de serviço publico, demonstrando-se cidadão prestante, patriota ardente e tribuno popular, jornalista desassombrado. jurisconsulto ele ante e firme, e polemista valente, de argumentação simples e vigorosa. Assim o referem os seus biographos: Torres e Dias, no *Oriente Illustrado, quadro XIII*, Bastorá, 1899; Philoteio Pereira d'Andrade, no *Elogio funebre de Martinho Antonio de Menezes*, Margão, 1899; e J. M. Lamartine Prazeres da Costa, *O que foi o advogado Martinho A. de Menezes*, Nova Gôa, 1899

Menezes (*Nuno José de Sousa Manuel de*). Official de marinha, filho do 6.º conde de Villa Flôr e irmão do duque da Terceira, Nasceu a 3 de setembro do 1794. Tendo acompanhado a familia real para o Brazil serviu o officio de copeiro-mór durante a estada da côrte no Rio de Janeiro e sendo mandado para Montevideu foi em 1819 encarregado do commando da corveta *Maria Thereza*, que devia partir d'esse porto para o Rio de Janeiro. Representou o capitão tenente Nuno de Menezes que a artilharia da corveta era muito pesada e desproporcionada para o navio, mas objectando-lhe o vice almirante Rodrigo José Ferreira Lobo, que commandava as forças navaes portuguezas em Montevideu, por um modo grosseiro e desbragado com as rudes palavras: *se tem medo desembarque*, o brioso official da marinha ferido na sua honra esqueceu se de tudo, fez-se de véla, mas nunca mais houve noticia da corveta. N'esse desastroso naufragio pereceram com o commandante, officiaes e tripulação da corveta, além de outros individuos, o tenente general Sebastião Pinto de Araujo Corrêa.

Menezes (*Paulo Emilio de Lemos*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, fal. em Vizeu a 10 de novembro de 1870. Foi administrador do concelho, secretario geral e governador civil do districto de Vizeu. Exerceu tambem ali a profissão de advogado com bom credito. Durante 16 annos redigiu o jornal *O Viriato*.

Menezes (*D. Pedro de*). Filho do 1º conde de Linhares. Foi capitão de Ceuta em 1550, sustentou continuos e renhidos combates com os moiros, perdendo a vida a 18 d'abril de 1553 n'um recontro com o alcaide de Tetuão.

Menezes (*Fr. Pedro de*) Monge da ordem de S. Bento N. em Santarem nos ultimos annos do seculo XVI, fal. no convento de Coimbra a 16 de fevereiro de 1652. Era filho natural de D. Fernando de Menezes. Professou no convento da sua ordem, de Lisboa, a 4 de outubro de 1611 Foi por muitos annos lente de Mathematica na Universidade de Coimbra, por provisão regia passada a 8 de março de 1624. Foi muito perito nos ritos e ce-

rimonias ecclesiasticas. Escreveu juntamente com fr. Manuel d'Ascensão, a seguinte obra. *Cerimonial da Congregação dos monges negros da ordem do patriarcha S. Bento do reino de Portugal; novamente reformado e apurado, sendo geral o doutor Fr. Antonio Carneiro*, Coimbra, 1647.

Menezes *(Pedro Cesar de)*. Irmão do celebre arcebispo D. Sebastião Cesar. Foi nomeado governador de Angola em 1639. Começavam então os hollandezes a saltear as colonias. Mas provações mais graves estavam preparadas ao governador. Nos primeiros mezes de 1641 o conde Mauricio de Nassau, governador do Brazil hollandez, enviára o almirante Jol, appellidado o *Perna de Pau*, contra as nossas possessões africanas. Levava o almirante hollandez 20 navios tripulados por 900 marinheiros. As tropas do desembarque, dirigidas pelo tenente coronel Hendersen, compunham se de 2:000 soldados e 200 indios. Apenas a 24 de agosto de 1641 appareceu á vista de Loanda a armada hollandeza, o governador fugiu para o sitio do Bem-Bem com a maior parte dos moradores, tendo apenas tempo de lançar na fortaleza da Cruz o capitão Mathias Telles Velloso com 60 soldados. Os hollandezes nem se importaram com a fortaleza, desembarcaram e tomaram posse da cidade. Como o governador portuguez projectava estabelecer o seu arraial nas margens do Bengo para poder receber soccorros da Europa, Jol levantou um presidio na bocca do rio. presidio que o capitão Gregorio Ribeiro debalde accommetteu. Então o governador, perseguido por 500 soldados hollandezes, foi-se internando cada vez mais, até que se refugiou em Massangano, d'onde enviou a Portugal Antonio da Fonseca de Ornellas a dar parte do acontecido. Ao mesmo tempo a rainha Ginga e alguns sovas sublevavam-se contra nós, e alliavam-se aos hollandezes. O rei do Congo, D. Garcia II, fazia o mesmo. Entretanto em Angola, onde fôra acolhida com enthusiasmo a noticia da restauração da independencia de Portugal, sabia-se tambem da paz ajustada entre Portugal e a Hollanda. Suspenderam-se de commum accordo as hostilidades, mas os hollandezes receberam instrucções secretas do seu governo para proseguirem na conquista, e como Pedro Cesar transferira os seus arraiaes para as margens do Bengo, os hollandezes atacaram-n'os de subito, na madrugada de 26 de maio de 1643, mataram muita gente, e aprisionaram o governador Pedro Cesar de Menezes, e o capitão do mar Bartholomeu de Vasconcellos com 187 soldados. Ficou interinamente governando Massangano o capitão mór Antonio de Abreu Miranda, que no anno seguinte de 1644 estipulou uma nova trégua com os hollandezes. Entretanto Pedro Cesar conseguiu sair da fortaleza de Loanda, disfarçado entre os pretos do trabalho, e depois com o auxilio de uma lancha e de uma tipoia fugiu para Massangano, onde Antonio de Abreu Miranda lhe entregou o poder Castigou no anno immediato de 1645 os jagas de Libolo e de Bailundo, enviando contra elles Diogo Gomes de Morales, que lhes arrancou os quilombos e avassalou mais de 30 sovas. Entretanto Soutomaior, que havia sido nomeado governador de Angola, partiu do Rio de Janeiro, onde era tambem governador, para a Africa, onde os hollandezes tinham tomado Benguella. Pedro Cesar de Menezes metteu-se a bordo dos navios que tinham trazido Soutomaior, e passou para o Rio de Janeiro, d'onde voltou a Portugal. Nomeado conselheiro de guerra, aqui fal. em 1666.

Menezes *(Pedro Cesar de)*. Governador do Maranhão e Pará, com residencia em Belem, em 1671. Mandou fortificar todos os pontos do Maranhão e Pará que imaginou que pudessem vir a ter alguma importancia. No seu tempo houve alguns conflictos com os paulistas, e tramou-se uma conspiração que elle pôde abafar, prendendo apenas os cabeças. Em 1676 recebeu 300 emigrados do Faial, aos quaes deu terras no sitio chamado Campinas Em 1678 acabou o seu governo, entregando-o ao seu successor, Ignacio Correia da Silva.

Menezes *(Pedro Cesar de)*. Sobrinho do arcebispo D. Sebastião Cesar. Seguiu a carreira das armas, servindo com distincção nas campanhas da Restauração, e, depois de occupar varios postos no exercito do Alemtejo, foi nomeado general de cavallaria do exercito do Minho e Traz-os-Montes. Nomeado governador de Angola, em 1674, partiu para essa provincia africana, naufragou e morreu no Cabo Negro.

Menezes *(D. Rodrigo de)*. Filho do 2.º conde de Cantanhede D. Pedro de Menezes. Sendo destinado para a carreira ecclesiastica estudou a faculdade de Canones, na qual se doutorou. Foi arcediago e conego da sé de Evora, e teve outros beneficios que afinal renunciou. Posteriormente foi desembargador do paço, governador da Relação do Porto, deputado da Junta dos Tres Estados, regedor das justiças, presidente do Desembargo do Paço, do conselho de Estado e do despacho de D. Pedro II. Fal. em 1675, tendo perdido algum tempo antes o uso da fala, pelo que se explicava e dava os seus pareceres por escripto. Foi bibliophilo distincto,

Menezes *(P. Rodrigo de)*. Jesuita. N. em Lisboa, onde tambem fal. a 9 de agosto de 1548. Era filho de D. Henrique de Menezes, governador da Casa do Civel, etc., e de sua mulher, D. Brites de Vilhena. Cursava na Universidade de Coimbra, quando resolveu entrar para a Companhia de Jesus, e entrou no collegio d'aquella cidade a 14 de junho de 1543. Seu pae extranhou similhante resolução, e empregou todos os meios, como pae, a desvial o d'aquelle proposito, mas não pôde conseguir cousa alguma contra a inabalavel vontade do filho, que proseguiu na sua vida religiosa. D. Rodrigo de Menezes era dotado de muita intelligencia e d'uma memoria prodigiosa. Veiu a Lisboa receber ordens sacras, e aqui adoeceu gravemente, e falleceu. Compoz: *Carta a sua mãe D. Brites de Vilhena, em que lhe relata a causa do seu desengano, abraçando o estado religioso;* saiu impressa na *Imagem da Virtude do Noviciado de Coimbra*, do P. Antonio Franco, cap. 66.

Menezes *(D. Rodrigo Cesar de)*. Irmão do 1.º conde de Sabugosa. Estudou na Universidade de Coimbra, serviu depois na guerra da successão de Hespanha, e, quando se fez a paz, foi nomeado coronel de um dos regimentos de infantaria da côrte e depois brigadeiro. Despachado governador da capitania de S. Paulo no Brazil, tomou posse do governo a 5 de setembro de 1721. Foi no seu tempo que Paschoal Moreira Cabral descobriu as minas de Matto-Grosso, que ficou

constituindo um districto da provincia de S. Paulo. Em 1726 Rodrigo Cesar de Menezes partiu a visitar esse novo districto em companhia do ouvidor Antonio Alves Lanhos Peixoto. A viagem foi difficil, levou-lhes cinco mezes, e tiveram de atravessar varios rios em jangadas. Fez Rodrigo Cesar alliança com os indios, e, chegando a Cuyabá, a que deu o titulo de villa, esteve repartindo as terras auriferas e regularisando a arrecadação do quinto, e organisou a primeira remessa de ouro para a côrte, remessa que consistia em quatro caixotes, que deviam conter sete arrobas de oiro, mas, quando os caixotes chegaram a Lisboa, descobriu-se que em vez de ouro tinham chumbo, e nunca se puderam descobrir os culpados. Em 1727, quando Rodrigo Cesar estava em Cuyabá, recebeu a nomeação de governador de Angola. Entretanto descobriam se tambem as minas de Goyaz. Fôra Rodrigo Cesar quem logo em 1722, no segundo anno do seu governo, encarregára o filho do celebre Bartholomeu Bueno de ir em companhia de João Leite da Silva Hortiz, fazer descobrimentos para esse lado; mas, quando os descobridores voltaram, tra zendo 8:000 oitavas de ouro, já Rodrigo Cesar partira para Angola, deixando a governar interinamente a capitania a camara de S. Paulo. Apezar de nomeado em 1727, só em 173 tomou Rodrigo Cesar de Menezes posse do governo de Angola, o que não admira porque, estando elle em Cuyabá, só muito tarde pôde chegar a Lisboa, e entretanto foi continuando a governar Angola Paulo Caetano de Albuquerque, que assim governou seis annos em vez de tres. E' possivel mesmo que a historia do chumbo pelo ouro acarretasse alguns dissabores a Rodrigo Cesar de Menezes, e que o seu segundo despacho só se tornasse effectivo depois de ter sido reconhecida a sua innocencia. Fôsse como fôsse, o que é certo é que Rodrigo Cesar de Menezes só partiu para Angola em 1733. Governou pacificamente, e apenas teve uma pequena guerra com o Quissames. Em 1735 foi nomeado general de batalha, e tendo sido rendido em 1738 por João Jacques de Magalhães, regressou ao reino, mas morreu em viagem.

Menezes *(Rodrigo de Sousa Coutinho Castello Branco)*. Moço fidalgo com exercicio no Paço. Era o segundo filho dos 9.ºˢ condes de Redondo, fal. a 15 de setembro de 1748. Foi porcionista do collegio de S. Pedro, de Coimbra, e arcediago de Villa Nova da Cerveira. Deixando a vida ecclesiastica, foi védor da Casa Real. Casou com D. Maria Antonia de S. Boaventura de Menezes Paim, commendadeira de Santa Maria de Campanhã, na ordem de Christo, filha de Roque Monteiro Paim, secretario de Estado de D. Pedro II.

Menezes *(Ruy de)*. Fidalgo que viveu no seculo XVI. Foi mordomo-mór da rainha D. Leonor, terceira mulher de el-rei D. Manuel.

Menezes *(D. Fr. Sebastião de)*. Arcebispo de Cartago e patriarcha d'Africa. N. em Santarem, e fal. em Roma a 7 de agosto do 1419. Não ha certeza da familia a que pertencia; por conjecturas do appellido se julga descendente da casa dos condes de Tarouca e marquezes de Penalva; alguns dos seus biographos pretendem que fôsse filho ou sobrinho de D. João Affonso Tello de Menezes, fidalgo oriundo de Castella, filho segundo de D. Affonso Tello de Menezes, rico-homem do serviço dos reis D. Fernando IV, D. Affonso XI e D. Pedro o Cruel. D. João Affonso Tello de Menezes era um dos fidalgos portuguezes mais principaes do seu tempo, tanto por autoridade como por serviços. Foi mordomo-mór d'el-rei D. Diniz, que lhe deu o titulo de conde de Barcellos (V. *Portugal*. vol II, pag. 118). D. Fr. Sebastião de Menezes foi na primeira edade encaminhado com particular afteição pela doutrina e piedade de seus paes. Desde creança sentiu sempre muita vocação para a vida monastica, e determinado a seguil-a, renunciou a todas as pompas muudanas, e tomou o habito da ordem da Trindade em 1354 que era notavel pelo seu extremo de austeridade e observancia. Cursou os estudos da Universidade, que estava então em Lisboa, e por ella teve o grau de mestre com grande reputação. D. João I o chamou para seu confessor e conselheiro, e pela muita confiança que n'elle depositava, é, que pela sua influencia, se mandou edificar em Cintra um convento da ordem da Trindade. D. João I, mais tardo, indo a Cintra e vendo a pequenez do convento em que os primeiros frades viviam muito apertados, mandou construir nova egreja á sua custa, maior que a primeira e tomou o convento á sua protecção no anno de 1410. O mesmo soberano nomeou embaixador por duas vezes D. Sebastião de Menezes, a primeira a Carlos VI, rei de França, em 1385, parece que para lhe dar parte da sua acclamação e requerer lhe, fôsse ouvido na pretenção das pazes com Castella; a segunda ao papa João XXIII, em 1410, congratulando o pela sua exaltação ao solio potificio, que se realisara n'aquelle anno, por morte de Alexandre V. O pontifice recebeu-o com o maior agrado e consideração, e por occasião da noticia que lhe deu, da expugnação de Ceuta que as armas portuguezas haviam gloriosamente adquirida, o nomeou arcebispo de Cartago e patriarcha de Africa, sendo sagrado no convento de S. Thomé *de Fornis* da sua ordem. Quando o papa João XXIII foi deposto no concilio geral de Constança em 1415, e eleito em seu logar pelo mesmo concilio em 1417 Martinho V, D. Fr. Sebastião de Menezes lhe prestou obediencia, e este novo pontifice, reconhecendo a sua dignidade, se valeu d'elle em negocios muito importantes á Egreja. Quando se determinava a regressar á sua patria, falleceu. Foi sepultado no referido convento de S. Thomé *de Fornis* na capella-mór ao lado direito, onde se lhe gravou um longo epitaphio em latim, que se póde vêr nos *Retratos e elogios dos varões e donas, que illustraram a nação portugueza*, publicados em Lisboa, 1817.

Menezes *(D. Sebastião Cesar de)*. Clerigo secular, doutor em Direito Canonico pela Universidade de Coimbra, desembargador do Paço, etc. N. em Lisboa, mas ignora-se a data do nascimento; fal. no Porto a 29 de janeiro de 1672. Era filho de Vasco Fernandes Cesar, provedor dos armazens, alcaide-mór de Alemquer e general de artilharia, e de D. Anna de Menezes, neta do 3.º conde da Feira, e descendente pelo lado materno dos condes de Cantanhede. D. João IV o elegeu bispo de Coimbra, mas pela interrupção das relações de Portugal com a côrte de Roma, tornou-se impossivel que a eleição fôsse confirmada. D. Sebastião Cesar de Menezes foi tambem deputado da inquisição de Evora e inquisidor em Coimbra,

do conselho de Estado e do de Santo Officio, deputado da Junta dos Tres Estados, desembargador do Paço, arcediago da sé de Lisboa, e bispo eleito do Porto. Uma carta que Filippe IV de Hespanha lhe escreveu, procurando seduzil-o, fez com que D. João IV, que era muito desconfiado, o mandasse immediatamente prender, apezar de D. Sebastião Cesar de Menezes ser um dos seus mais leaes e experientes conselheiros, que enchera de honras e dignidades. Na prisão escreveu um dos seus melhores livros, *Sugillatio in ingratitudinis*. Em 1656 foi posto em liberdade, e exerceu então grande influencia durante a regencia da rainha D. Luiza de Gusmão. Foi eleito arcebispo de Lisboa e ministro do despacho, chegando a ser nomeado embaixador a França. Mas Sebastião Cesar de Menezes era ambicioso, e ganhara grande preponderancia no espirito do joven monarcha. Quando o conde de Castello Melhor incitou D. Affonso VI a assumir o governo pondo termo á regencia de sua mãe, Sebastião Cesar de Menezes acompanhou o audacioso fidalgo; elle, o conde de Castello Melhor e o conde de Athouguia formaram o celebre triumvirato que governou o reino em 1662, em nome de D. Affonso VI. Sebastião Cesar imaginava que devia conservar a influencia que adquirira no animo do moço soberano, e que seria elle quem governaria; mas não tardou a reconhecer que o conde de Castello Melhor os dominava a todos. Para readquirir a influencia que ia perdendo, lembrou-se de mandar vir do Brazil os Contis, validos de D. Affonso VI, seus companheiros das orgias, mas este, cujo debil espirito era incapaz de se fixar por muito tempo no mesmo objecto, nem já se lembrava d'elles. O conde de Castello Melhor nem os deixou desembarcar, e fez ao mesmo tempo assignar ao rei uma ordem que desterrava D. Sebastião Cesar de Menezes para duas leguas de distancia da côrte, e depois outra mandando-o recolher ao convento da Batalha. Pouco tempo depois era chamado de novo á côrte, havendo sido anteriormente, no dia 1 de maio de 1663, nomeado inquisidor-geral. Como era um profundo theologo, foi chamado a dar voto sobre a questão das relações com Roma, que permaneciam interrompidas. O seu parecer foi favoravel á independencia da Igreja Lusitana, aconselhando que se creasse um patriarcha que procedesse á confirmação dos bispos, emquanto o papa se não resolvesse a transigir. O seu voto não foi seguido. Portugal não queria de fórma alguma aggravar o conflicto com a Santa Sé, e offender os sentimentos religiosos da nação. Sebastião Cesar de Menezes, porém, não cessára de conspirar. Foi um dos mais accesos partidarios da infante D. Pedro, e contribuiu grandemente para a deposição de D. Affonso VI. Receoso do conde de Castello Melhor, que tratava de o desterrar de novo, homiziou-se na villa da Feira; quando porém o conde caiu do poder, appareceu de novo, e foi quem mandou soldados em sua perseguição. Não tardou a ter o castigo. O infante D. Pedro foi mais adeante do que elle desejára, Sebastião Cesar de Menezes afastou se e d'ahi lhe resultou crear inimigos n'um e n'outro campo. Não só não foi confirmado arcebispo de Lisboa quando se reataram as relações com a curia romana, mas foi desterrado por D. Pedro para 50 leguas distante da côrte. Partiu para o Porto, onde passou obscuramente os ultimos annos da sua vida, saindo apenas do seu retiro para ir cumprimentar em francez, em nome do senado da camara, o principe Cosme de Medicis, que viera de viagem a Portugal. Alem das obras que veem mencionadas na *Bibliotheca Lusitana* de Barbosa Machado, vol. III, pag. 682, escreveu: *Summa politica, offerecida ao principe D. Theodosio nosso senhor, impressa por ordem do doutor João Pisarro, capellão de sua magestade*, Lisboa, 1649. E segunda vez em Amsterdam, 1650; havia sido primeiro composta originariamente em latim, e n'essa lingua se imprimiu tambem em Amsterdam no referido anno de 1650. Foi bibliophilo distincto, tendo adquirido toda a livraria de D. Fernando de Alvia.

Menezes (*D. Simão de*). Fidalgo, parente de D. Henrique de Menezes, governador da India. Foi de Lisboa, com D. Vasco da Gama nomeado capitão de Cananor, mas a capitania foi dada depois a Heitor da Silveira, e D. Simão de Menezes ficou como capitão-mór do mar. Depois de soccorrer Calicut cercada, e de se portar n'esse feito com grande bravura, é que recebeu a capitania de Cananor. Quando, por morte de D. Henrique de Menezes, se levantaram entre Pero Mascarenhas e Lopo Vaz de Sampaio grandes e vergonhosas discordias, D. Simão de Menezes mostrou-se inclinado a Lopo Vaz, ou antes quizse conservar alheio a ellas, e quando Pero de Mascarenhas passou por diante da sua fortaleza, mandou-lhe dizer que o não receberia como governador da India, mas, quando Lopo Vaz de Sampaio lhe mandou preso para lá Pero Mascarenhas, começou a ter remorsos do que fizera, e requereu a Lopo Vaz de Sampaio que se puzesse em direito, como então se dizia, e afinal soltou Pero Mascarenhas e reconheceu o como governador. O mesmo fizera Christovão de Sousa, governador de Chaul e fidalgo muito influente; deliberou-se então que Lopo Vaz e Pero Mascarenhas nomeassem cada um seis fidalgos, de fórma que os doze reunidos decidissem quem havia de ser governador da India. D. Simão de Menezes foi um dos escolhidos por Pero de Mascarenhas, e, como Lopo Vaz de Sampaio triumphasse, muitos imaginaram que seria demittido da capitania de Cananor, tanto mais que se dizia que Lopo Vaz a desejava para um seu sobrinho, mas Lopo Vaz não demittiu D. Simão de Menezes.

Menezes Povoações nas freguezias: O Salvador, de Torgueda, conc. e distr. de Villa Real. || O Salvador, de Villar de Audorinho, conc de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Menezes de Alarcão (*D. Miguel de*). Segundo official da 1.ª repartição da administração geral das alfandegas, fallecido ha pouco tempo. Era filho de D. Henrique de Menezes e Alarcão e de D. Ritta Miquelina de Menezes e Alarcão. Assentou praça na companhia dos guardas-marinhas em abril de 1844. Deixou, porém, de seguir esta carreira, em 1846, quando o paiz estava revolucionado com a guerra civil denominada da Maria da Fonte. Dedicou-se depois á vida burocratica. Em 1864 publicou um jornal dedicado exclusivamente a advogar os interesses das camaras municipaes do paiz, o qual tinha por titulo: *Repertorio das camaras;* durou 15 annos, formando 14 volumes completos, tendo o ultimo a data de 1885. Publicou tambem: *Jornal de agricultura pratica*, de que sairam 4 volumes ou annos. Era ca-

sado com D. Anna Guedes de Menezes de Alarcão.

Menezes de Alarcão (*D. Miguel Henrique de*). Capitão de infantaria n.º 11. N. em 30 de maio de 1862, sendo filho do antecedente. Assentou praça em cavallaria n.º 4, em 26 de julho de 1879. Feito o curso de infantaria, foi promovido a alferes em 9 de janeiro de 1884, a tenente em 12 de março de 1890 e a capitão em 28 de junho de 1898. Fez parte da expedição aos namarraes em 1896 e 1897. Foi professor de esgrima e de gymnastica na Escola do Exercito desde 1890 a 1894. E' cavalleiro da ordem de Aviz, e possue as medalhas de prata de bons serviços, de comportamento exemplar, e para commemorar a expedição aos namarraes em 1896. Escreveu: *Manual de gymnastica*, Lisboa, 1896; *Velocipedia pratica*, Lisboa, 1896; *Bicycleta*, Lisboa, 1897.

Menezes Cardoso Barreto (*José de Azevedo e*). Moço fidalgo com exercicio no Paço, por successão a seus maiores (Alvará de 12 de março de 1870), e commendador da ordem pontificia de S. Gregorio Magno (Breve Apostolico de 20 de abril de 1904) Nasceu a 22 de outubro de 1849, na Casa do Vinhal, em Famalicão. E' filho de Manuel Carlos Cardoso de Menezes Barreto, da Casa da Portella, em Guimarães, cuja illustre familia é um ramo dos viscondes do Paço de Nespereira, como se vê pelo brazão d'armas concedido a um dos senhores d'aquella casa por D. Maria I, em 28 de outubro de 1793. De sua mãe, D. Thereza Maria de Azevedo de Barros e Faria, que falleceu a 17 de novembro de 1857, herdou a Casa do Vinhal, que ha mais de tres seculos anda nesta familia. Nos fins do seculo XVI perteneia a Casa do Vinhal a Balthazar Cicio Cogominho, descendente dos Cogominhos da Torre-de-Coelheiros, de Evora. Em 14 de abril de 1601 foi vendida em praça e adquirida por Antonio Alvares da Costa, da familia do celebre cardeal de Alpedrinha. Esse Alvares da Costa, armado cavalleiro na India, casou sua filha e herdeira, D. Angela da Costa, com Francisco do Couto de Azevedo, cavalleiro professo de S. Thiago e fidalgo da Casa Real, sexto avô do sr. José de Azevedo e Menezes. Este illustre fidalgo casou a 19 de janeiro de 1871 com sua prima, senhora D. Maria Julia Falcão Pinheiro de Azevedo Bourbon e Menezes, da nobre casa dos Falcões, de Braga, a qual succedeu na casa solar dos Pinheiros, de Barcellos (*V. este nome*, *Portugal*, vol. II, pag. 128), por escriptura de doação de seu tio materno Conde de Azevedo, lavrada pelo notario Tiberio Augusto Pereira Mendes, do Porto, em 13 do referido mez e anno; e egualmente succedeu no extincto morgado de Pouve, que data do seculo XV, por disposição testamentaria do mesmo titular, que falleceu naquella cidade em 25 de dezembro de 1876. O sr. José de Azevedo e Menezes é um escriptor de merecimento, sendo considerado uma autoridade em investigações historicas e um dos primeiros genealogistas portuguezes. Possue, por legado especial do Conde de Azevedo, os importantes manuscriptos genealogicos que eram d'aquelle bibliophilo portuense. E' socio correspondente da Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes, por diploma de 25 de maio de 1908. Tem collaborado assiduamente em varios jornaes e revistas litterarias, entre os quaes: *O Direito*, extincto periodico portuense, na *Gazeta do Minho*, no *Occidente* e na *Nova Alvorada*, etc. Foi um dos fundadores do antigo e importante jornal *A Palavra*, do Porto, onde tem collaborado com artigos de muita erudição. E' um catholico ferveroso, tendo prestado valiosos serviços á religião e á patria. Como provedor do hospital de Famalicão, introduziu ahi as irmãs de caridade, luctando com algumas difficuldades, que afinal venceu por meios conciliadores. Tem entrado em todos os movimentos religiosos do paiz, defendendo desassombradamente as suas crenças. Foi presidente da camara de Villa Nova de Famalicão, no triennio de 1895 a 1898, e o seu plano de melhoramentos locaes vem citado com louvor no Relatorio do Congresso Agricola do Porto, em 1897, pag. 178, onde discutiu as questões expostas, como se vê a paginas 44, 85 e 104 do mesmo relatorio.

José de Azevedo e Menezes Cardoso Barreto

Publicou quatro relatorios annuaes da sua gerencia da Santa Casa da Misericordia e egualmente correm impressos os seus relatorios da Conferencia de S. Vicente de Paulo, de que foi fundador e que se sustenta graças ao seu zelo, e os do «Instituto Anti-Tuberculoso Silva Maia», de 1907 e 1908. Tem occupado alguns cargos importantes, como o de primeiro substituto do juiz de direito, e o de administrador do concelho, por algum tempo, na qualidade de presidente da camara. Por duas vezes rejeitou uma candidatura, certa, pelos circulos de Villa Nova de Famalicão e Braga. No *Archivo de Ex-Libris Portuguezes*, que se publica em Genova, tem publicado varios estudos, que constituem uma *separata*, de cerca de 200 paginas, com o titulo *Ex Libris de pessoas illustres e descripção heraldica dos brazões que usaram*. Editado pelo dr. Rodrigo Velloso, publicou o opusculo *Bibliographia An-*

theriana, Barcellos, 1897. Prestes a entrar no prélo tem a obra, em dois volumes, *Ninharias*, estudos historico-genealogicos dos Pinheiros e Farias, de Barcellos. Para a sua biographia podem vêr se: *Archivo de Ex Libris Portuguezes*, N.º 11-outubro de 1902, publicado em Genova, e onde vem reproduzido o *ex-libris* usado pelo sr. José de Azevedo e Menezes nos volumes da sua valiosa bibliotheca; artigo do investigador portuense sr. José Augusto Carneiro, no *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, n.º 3, da 4.ª serie, Lisboa, 1902; *Memoria Genealogica sobre Menas e suas allianças*, pelo mesmo autor, Porto, 1902; biographia, com retrato, no jornal *A Palavra*, Porto, maio de 1904.

Menezes e Lencastre *(Luiz Adriano de Magalhães)*. Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, juiz de direito de 1.ª classe. Fal. na Figueira da Foz em 22 de julho de 1901, sendo juiz da Relação de Lisboa, cargo em que se aposentara havia tres ou quatro annos. Era filho de Joaquim de Magalhães e Menezes, moço fidalgo e coronel de infantaria, e de sua mulher D. Maria José de Magalhães Menezes de Lencastre. Começou a sua carreira de magistrado no ultramar, sendo durante alguns annos juiz do Estado da India. Regressou depois á magistratura do reino, e em Lisboa continuou até ser nomeado juiz da Relação. Sendo juiz do commercio, a respectiva classe lhe deu sempre solemnes testemunhos da maior consideração e estima pelos muitos serviços que lhe prestou. Entrando na politica, filiou-se no partido regenerador, e foi deputado em diversas legislaturas, sendo eleito por Figueira da Foz e ultramar. Tambem desempenhou o cargo de vice-presidente da respectiva camara. Quando se promulgou a lei estabelecendo pares do reino electivos, foi eleito par. Luiz Menezes e Lencastre era casado com D. Maria Eduarda Vasques da Cunha, filha dos 1.ºs viscondes de Maiorca, Fernando Eduardo Vasques da Cunha Sá Pessoa Rangel Vahia Moniz de Mello e Simas, e D. Antonia José Guedes de Portugal e Menezes.

Menfaleiro Rendeiro. Pov. da freg. de S. Nicolau Tolentino, no conc. da Praia, archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental.

Mengin *(Antonio)*. Notavel gravador, de origem franceza, que durante meio seculo foi abridor de cunhos na Casa da Moeda de Lisboa. E' citado pelo conde Raczynski, Wolkmar Machado e D. Fr. Francisco de S. Luiz, como um distincto artista. Nasceu em 1690. A 26 de maio de 1721 foi nomeado abridor de cunhos para a Casa da Moeda, com uma pataca diaria, fóra as obras que fizesse, as quaes lhe seriam pagas por uma tabella especial. A carta regia de 1 de abril de 1727 o despachou *abridor geral* das medalhas e cunhos d'estes reinos, com mais 100$000 réis annuaes, além dos anteriores vencimentos, e pagas as obras em separado, accrescendo-lhe o encargo de ensinar a sua arte. A sua especialidade eram os cunhos de retratos, servindo-se dos desenhos de Vieira Lusitano. Entre outras medalhas são suas as commemorativas do combate de Matapan *(V. este vol.*, a pag. 915*)* e do attentado contra el-rei D. José. O merito de Mengin é inquestionavel, mas no archivo da Casa da Moeda ha documentos pelos quaes se conhece ter sido de genio inquieto e orgulhoso. Mengin falleceu em 1772 Deixou um filho, tambem abridor de cunhos na Casa da Moeda de Lisboa, chamado Paulo Aureliano Mengin.

Mengo *(Francisco da Silva)*. Escreveu: *Diccionario dos nomes de baptismo, comprehendendo mais de mil nomes de ambos os sexos*, Porto, 1889.

Mengo *(Jacinto da Silva)* Commendador da ordem de Christo e cavalleiro da da Torre e Espada; commendador das de Carlos III e de Izabel a Catholica, de Hespanha, e condecorado com varias outras ordens estrangeiras; chefe de repartição na secretaria dos negocios estrangeiros, etc. N. em Lamego a 19 de abril de 1808, fal. depois de prolongada enfermidade a 28 de junho de 1866. A sua importante bibliotheca, constando de mais de 900 obras, em que se incluiam algumas raras e muitas classicas, foi vendida em leilão no fim de 1867, anno seguinte ao da sua morte. A seu respeito póde vêr-se o *Annuario Historico e Diplomatico*, de Valdez, a pag. 210. Escreveu: *O Correio das damas, jornal de litteratura e modas*, Lisboa, 1836, com estampas; em 1849 entrava no 13.º anno de publicação; *Manual de civilidade e etiqueta*, Lisboa, 1845.

Mengo. Pov. na freg. de S. Thiago, de Cendufe, conc. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello.

Menha-lula. Pov. do sobado de Mussengue a Cabanga Canzenza, na freg. de S. Joaquim, 5.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Meni. Baeta de que as mulheres do campo faziam as suas mantilhas. «He ella dita noiva vestida de vestidos novos de dia de voda, s. hua mantilha de meni, e hua que... a dê courtanai, he hua ffadrilha *(saiote)* de bristol.» (Documento de Alpendurada, de 1480). Dava-se antigamente o nome de bristol a um pano forte e grosseiro, fabricado na cidade ingleza de Bristol, sobre o rio Avon. D'ali vinha para Portugal muito do tal pano. Nas côrtes de Evora de 1481 requereram os povos, que «se prohibam com gravissimas penas, os vestidos de seda e ornamentos de ouro e prata a todas as pessoas, com certas limitações a respeito da primeira nobreza; porém que dourado e prateado ninguem o use — Que haja differença, pelos trajes das pessoas — Que os nobres usem de lã fina – os officiaes mechanicos, de lãs grosseiras, burel, bristol, etc. — Que as rameiras, e que só fazem por um homem, não usem de mantilhas—que andem em corpo, e sem chapins, com véos açafroados, para se distinguirem das mulheres honestas.»

Menino Jesus *(D. Fr. José do)*. Bispo de Vizeu. N. em Cachoeira, arcebispado da Bahia. Professou na ordem carmelitana. Foi eleito e confirmado bispo do Maranhão, mas quando se dispunha a seguir viagem, foi transferido para a diocese de Vizeu, onde fez a sua entrada solemne a 8 de dezembro de 1783, conservando-se no bispado até á data do seu falecimento, 13 de janeiro de 1791, estando na freguezia de Castellões, n'uma das suas visitas pastoraes. Era homem muito illustrado, generoso e amante de obras d'arte. Deu á cathedral um rico paramento bran-

co completo, e ao cabido as mais preciosas esculpturas que se vêem na cidade de Vizeu, as quaes são: Uma primorosa imagem de *Senhor Crucificado,* feita de marfim e d'uma só peça, exceptuando os braços, sendo maior do que as imagens de marfim, feitas d'um só dente de elephante; outra primorosa imagem do *Menino Jesus*, despido e encostado a uma penha, sobre uma peanha de madeira dourada, mettida em um oratorio de madeira tambem dourada e envidraçado por tres lados; outra imagem perfeitissima, representando o moço Thobias acompanhado pelo anjo na sua jornada a Ruges, na Media, para receber de Gabêlo o que este devia a seu pae, que estava cego e doente. Visitou o bispado duas vezes e tinha intenção de ampliar a cathedral, quando falleceu na casa da quinta da Cruz, em Castellões. O cabido incorporado e o clero todo de Vizeu fôram receber o cadaver do digno prelado, e o conduziram para a cathedral, onde foi sepultado ao fundo da capella-mór, do lado do Evangelho.

Menixe. Pov. na freg. de S. Faustino, de Gueifães, conc. da Maia, distr. do Porto.

Menjoelho. Pov. na freg, de Santa Maria dos Olivaes e conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Menna. V. *Mena.*

Menna (*Antonio Gomes*). Governador de Cabo Verde, de 1696 a 1698. No seu tempo fundou-se em Bissau a primeira povoação regular e um hospicio de capuchos.

Menna *(P. José Esteves*). Clerigo secular, que falleceu em 1881. Era um escriptor no genero em que se salientou o celebre Jayme José Ribeiro de Carvalho, autor dos *Originaes opusculos* (V. *Ribeiro de Carvalho).* Foi professor de instrucção primaria no logar da Sobreda, conc. de Almada. Escreveu a seguinte obra, que publicou em Lisboa no anno de 1858, com uma estampa allegorica: *Appendix I á descripção do emblema da acclamação do sr. D. Pedro V na ilha de Santo Antão. O. a Sua Magestade a Rainha pelo P. José Esteves Menna, ex vigario do Santo Crucifixo da mesma ilha, ali fundador da irmandade do Santissimo na fome e epidemia de 1855 até maio de 1856*; *ex-capellão dos hospitaes de Santa Clara e Caes dos soldados na cholera de 1856, depois de maio; ex-beneficiado do castello de Cezimbra na de 1833*; *ex-coadjuctor das Mercês, Magdalena e Conceição Nova na febre amarella de 1857*, etc. Em nome d'uma sua discipula publicou em 1841, o seguinte: *Arte de ler, accommodada ao uso portuguez, segundo o mecanismo da voz humana, na melhor sciencia que a illumina e autorisa. Para utilidade publica. D. e C. a Sua Magestade Imperial, duqueza de Bragança, a Senhora D. Amelia Augusta, princeza de Baviera, ex-imperatriz do Brazil, por sua favorecida Marcellina dos Santos.* Esta obra parece que teve 2.ª edição, em 1862, sendo offerecida a el rei D. Luiz. Em 1851 publicou: *Opusculo sobre a liberdade do ensino, offerecido aos cidadãos portuguezes.* Ainda imprimiu mais alguns escriptos seus, tambem com titulos excentricos.

Menoita. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pera do Moço, conc. e distr. da Guarda.

Menorêtas. Dava se este nome ás freiras de St.ª Clara, pelo seu patriarcha S. Francisco se denominar sempre *o menor* (documento do seculo XIII).

Menso. Pov. do conc. de Muxima no distr. de Loanda, prov. de Angola.

Mentrestido. Pov. e freg. de Santa Christina, da provincia do Minho, conc. e com. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 97 fog. e 418 hab. Tem esc. para o sexo masc. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem direita do rio Coura. O abbade de Santa Maria, de Cunha, apresentava o vigario, que tinha 100$000 réis. Foi n'outro tempo abbadia do real padroado. El-rei D. Diniz, em 1305, a trocou com o bispo de Tuy, D. João Fernandes Sotto Maior. Depois passou para o abbade de Cunha, que recebia metade dos dizimos, e a outra metade era *beneficio simples* do ordinario. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Tendo sido annexada ao conc. de Valença por decreto de 12 de julho de 1895, que extinguiu o de V. N. da Cerveira, voltou a este, que foi restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898.

Menvestido Pov. na freg. de S. Brissos, conc. e distr. de Beja.

Mêo Branco. Meio real branco, ou 3 ceitis.

Mera. Pov. na freg. de S. José, de Godim, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real.

Mercador. Povoações nas freguezias: Santo Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro. ‖ S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. ‖ N. S.ª das Candeias e conc. de Mourão, distr. de Evora.

Mercados. (V. *Feiras*, a pag. 334 do vol. III). A historia dos mercados acompanha a das feiras. Nas terras onde os não ha permanentes realizam-se periodicamente, em dias certos da semana ou do mez. Assim, ha mercado todos os domingos em Alcobaça, Caldas da Rainha, Lamego, Bragança, Sabrosa, Pombal, Sines, Mirandella, Mangualde, Vouzella, Agueda, Valença do Minho, Monção, Melgaço, Ponte de Lima, Leiria, Goes, Louzã, Oliveira de Azemeis, Ferreira do Zezere, Barcellos, Albergaria-a-Velha e Soure. Todas as segundas feiras em Elvas, Torres Novas e Cabaços. Todas as terças feiras em Lisboa, Beja e Leiria. Todas as quartas feiras em Portalegre e Caminha. Todas as quintas feiras em Villa Nova de Ourem. Todas as sextas feiras em Vianna do Castello e Condeixa-a-Nova. Todos os sabbados em Thomar, Extremoz e Abrantes. No dia 1.º de cada mez Pinhel. No dia 6 de cada mez Escalhão. No dia 8 de cada mez Almeida. Na quinta feira immediata ao 3.º domingo de cada mez Figueira de Castello Rodrigo. Na 1.ª quarta feira de cada mez Moimenta da Beira. A's quintas feiras Gouvêia. Todos os domingos, segundas e quintas feiras em Villa Real. Em cada mez: no 1.º domingo Azeitão, Antas de Penedono, Campo Grande (de gado), Cereal, Sobral do Monte Agraço, S. Thiago de Armamar, Guarda. No 2.º domingo em Alemquer, Arganil, Azueira (concelho de Torres Vedras), Palmella, S. Pedro de Cintra, Santarem, Murça, Trancoso, Alhos Vedros. No 3.º domingo na Covilhã, Cartaxo, Chamusca, Charneca, Pinhel, Torres Vedras, Gavião, Almada. No 4.º domingo na Labrugeira (concelho de Alemquer), Loures (Campo de Sant'Anna), Villa da Rua, Nellas e Alpedrinha. Do ultimo domingo Caldas da Rainha (de gado), Lourinhã, Villa Nova e Santarem. Na 1.ª segunda feira de cada mez Belmonte e Trovões. Na

1.ª e 2.ª seg. feira de cada mez em Castello Branco. Na 2.ª seg. feira de cada mez em Fundão. Na ultima segunda-feira de cada mez Caria. Na 1.ª quinta feira de cada mez Pesqueira. Nos dias 3 e 4 de cada mez em Arcos de Val-de-Vez. Nos dias 3 e 16 de cada mez em Villa Nova da Cerveira. Nos dias 5 e 18 de cada mez em Valença. Nos dias 7 e 20 de cada mez em Monsão. Nos dias 8 de cada mez em Valladares. Nos dias 9, 10 e 24 de cada mez em Melgaço. Nos dias 9 e 24 de cada mez em Coura. No dia 17 de cada mez em S. Salvador, concelho da Figueira da Foz. No dia 18 de cada mez em Paderne. No dia 22 de cada mez em Coimbra. No dia 25 de cada mez em Alcobaça. No dia 30 de cada mez no logar de Passaes, freguezia do Sobrado, concelho de Vallongo, sendo sanctificado, no dia antecedente. No 1.º de janeiro e 1.º de novembro em Caminha.

Mercê. Nos primeiros seculos da monarchia dava-se aos reis o modesto titulo de *mercê* (vossa mercê). Depois seguiu-se o de *real senhoria*. D'este tratamento usaram os reis das Hespanhas até aos reis catholicos de Castella, Fernando e Izabel, e D. Manuel, de Portugal. Desde então se introduziu o tratamento de *alteza*, ao qual se seguiu pouco tempo depois o de *majestade*, trazido d'Allemanha pelo imperador Carlos V, pae de Filippe II, de Hespanha. Mas os reis de Portugal e Hespanha, na sua correspondencia particular, sempre se trataram reciprocamente por *alteza*, até que na entrevista de Guadalupe, Filippe II de Hespanha, logo no primeiro encontro com o rei de Portugal, D. Sebastião, se apressou a tratal-o por *majestade*. Com o dominio hespanhol radicou-se em Portugal este real tratamento, que é hoje o de todos os reis da Europa.

Mercê. Nomeação para empregos, concessão de titulos honorificos, graça, favor, beneficio, perdão, remissão de culpa, indulto. Tratamento inferior ao de senhoria. *Vossa mercê*, que mais geralmente se usa *vossemecê*.

Mercê. Pov. na freg. de Santa Maria, de Villar do Torno, concelho de Louzada, distr. do Porto.

Merceana V. *Aldeia Gallega da Merceana*. no *Portugal*, vol. I pag 177 e 178.

Mercearia. A obrigação de cumprir certas obras pias e religiosas pela conservação de alguem ou por alma de algum defunto. A casa ou edificio destinado para habitação das pessoas que teem esse cargo. V. *Mercieiras*.

Merceeira. V. *Mercieiras*.

Merceeiro. Negociante de pequeno trato estabelecido com mercearia, ou loja de comestiveis e outros generos. No seculo XVIII os merceeiros pretenderam eximir-se da jurisdicção do senado de Lisboa e passarem para a Junta do Commercio, o que lhes foi rejeitado pela Resolução de 14 de novembro de 1791.

Mercês *(Francisco Antonio das)*. Funccionario da repartição de saude do exercito. N. em Lisboa a 7 de abril de 1843, onde tambem fal. a 24 de agosto de 1903. Era filho d'um antigo funccionario da repartição de saude. Foi em 30 de junho de 1864 que teve a nomeação de amanuense para a referida repartição, onde se conservou até que ella se supprimiu, tendo já antes a graduação de official. O officiaes de varias corporações fôram um dia incorporados no quadro da administração militar. Francisco Antonio das Mercês entrou na lei geral, e encontrou-se tenente da administração militar, contando-se a antiguidade da data da entrada para a repartição como amanuense. Em resultado d'esta transformação foi promovido a capitão em 14 de agosto de 1878, a major em 8 de julho de 1885, e finalmente a teuente-coronel em 12 de março de 1891. Mas nunca foi, nem pensou nunca ou quiz ser, senão empregado da repartição por onde corriam os negocios de saude do exercito, nem nenhum chefe o dispensava para outro serviço, por ser elle indispensavel ali. Mais tarde pediu e obteve a sua reforma no mesmo posto de tenente-coronel, em 4 de maio de 1894, dando-se então o caso unico de ficar, reformado, privado de interesses futuros, a fazer exactamente o mesmo serviço que fazia na effectividade, com esperanças de promoção e de melhor reforma. Quando Caetano Alberto da Silva fundou a revista *O Occidente*, em 1877, convidou Francisco Antonio das Mercês, de quem era muito amigo, para administrador d'aquella empresa; elle acceitou, e durante 15 annos se conservou n'aquelle logar, que desempenhou sempre com o maior zelo e probidade, ganhando as mais verdadeiras sympathias. Em 1893, aos 50 annos de edade, sentindo se doente e cançado pelo excessivo trabalho a que se entregava, pediu dispensa do cargo de administrador, deliberação que foi acceita com bastante magua pela empresa do *Occidente*. N'esta revista se encontra publicado o seu retrato, por occasião do fallecimento.

Mercês. Aldeia na prov. da Extremadura, proximo das abas da serra de Cintra, freg. de N. S.ª de Belem, de Rio de Mouro, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. Tem apeadeiro na linha do caminho de ferro de Cintra, entre os de Rio de Mouro e d'Algueirão. N'esta aldeia ha uma capella dedicada a N. S.ª das Mercês, que dá o nome á povoação. No 3.º domingo de outubro faz-se uma grande romaria a esta capella, que é concorrida por muita gente das povoações visinhas, de Cintra, de Lisboa, Cascaes, etc. Ha solemnidade religiosa, procissão, fogo de artificio, etc. Realisase tambem n'este dia uma importante feira. em que se encontra muito gado bovino e suino dos arredores de Lisboa. Esta feira é conhecida pela *Feira das Mercês*, e ainda continúa no domingo seguinte, sendo, porém, muito menor a concorrencia. || Pov. do conc. de Salsete, distr. e arceb. de Gôa, India. || Regedoria e parochia do concelho das Ilhas, no distr. de Gôa, na India. Comprehende as povoações de Morombim o Grande, Morombim o pequeno, e Murdá.

Mercês. Uma das freguezias de Lisboa, actualmente na egreja do antigo convento de Nossa Senhora de Jesus, de religiosos da ordem Terceira de S. Francisco, mas que esteve até 1834 na capella das Mercês pertencente á familia do grande estadista marquez de Pombal, a qual ainda existe, e está situada na travessa das Mercês, esquina da rua Formosa. N'aquelle local, junto á referida capella que era muito antiga, havia um recolhimento de senhoras devotas, com o titulo de *Nossa Senhora das Mercês*. O desembargador Paulo de Carvalho, tio-bisavô do mencionado marquez de Pombal, tinha grande devoção pela imagem que se venerava na sua capella dedicada á

Senhora das Mercês. A capella era de acanhadas dimensões e estava muito arruinada; Paulo de Carvalho mandou-a reedificar á sua custa, deu-lhe mais vastidão e magnificencia, fazendo-a tambem cabeça d'um novo morgado que instituiu. Pertencia a capella á freguezia de Santa Catharina, que abrangia uma grande area, e cuja egreja parochial estava situada no sitio, ainda hoje conhecido vulgarmente pelo *alto* ou *monte de Santa Catharina*. Paulo de Carvalho desejou formar uma nova parochia na sua capella, e estando *séde vacante* pela morte do arcebispo D. Rodrigo da Cunha, requereu ao cabido n'este sentido, e obteve a concessão que desejava, em 26 de outubro de 1652, sendo a escriptura de separação da antiga matriz lançada nas notas do tabellião João Lobato d'Almeida. O padroado da egreja ficou pertencendo ao desembargador Paulo de Carvalho e aos seus descendentes, de fórma que até 1833 eram os marquezes de Pombal que apresentavam o parocho. A nova freguezia, que fôra desmembrada da de Santa Catharina, contava, até ao terremoto de 1755, 840 fogos. Morrendo o fundador sem filhos, herdou o morgado seu sobrinho, Sebastião de Carvalho e Mello, avô do primeiro conde de Oeiras e primeiro marquez de Pombal. A egreja tem a capella mór e mais 4 altares lateraes, como ainda hoje conserva, estando no altar-mór a imagem do orago, Nossa Senhora das Mercês; á entrada da porta principal, na travessa das Mercês, ao lado da Epistola, vê-se um pequeno altar dedicado a Santo Antonio. A egreja tem bellos ornatos de madeira, e quadros a oleo pintados por André Gonçalves; as imagens são todas de esculpturas de relevo. A planta, o alçado, córte e retabulos são do gosto do seculo XVII; os retabulos eram dourados e as capellas tambem, mas depois fôram pintados fingindo pedra. Pela extincção das ordens religiosas em 1834, foi por ordem superior transferida a parochia para o convento de Nossa Senhora de Jesus, que ficara vago pela saida dos religiosos. A transferencia foi feita com toda a pompa e solemnidade, indo as imagens em devota procissão no dia 26 de outubro de 1835. A antiga egreja continuou pertencendo aos marquezes de Pombal, que sempre conservaram o culto divino. No recolhimento annexo á capella esteve em tempos a administração do antigo Bairro Alto, depois a congregação das *Irmãs reparadoras*; mais tarde, em março de 1902, os terceiros de S. Francisco passaram a celebrar ali os actos reli-

Egreja parochial das Mercês

giosos, reformando a capella; no anno de 1907 tiveram, porém, de a deixar, continuando a celebrar as festividades na capella do seu hospital da rua de Serpa Pinto. Actualmente, recolhimento e capella estão entregues a uns padres estrangeiros, que teem feito muitos melhoramentos e realisam devotas e solemnes festividades. Na egreja do convento de Jesus vê se no altar-mór as imagens de Senhora de Jesus, orago do antigo convento, e a Senhora das Mercês, orago da freguezia. Existem ali mais imagens que pertenceram á antiga capella das Mercês. A'cêrca do convento de Nossa Senhora de Jesus veja se *Lisboa*, n'este vol., pag. 257 e 258. A actual egreja parochial tem sido por vezes renovada. Além da capella-mór, tem 2 altares no arco cruzeiro e mais 8 no corpo da egreja, tendo todos imagens de boa esculptura de madeira, sendo uma das mais valiosas a de S. José, que está no altar do cruzeiro do lado da Epistola, esculptura copiada d'um desenho de Vieira Lusitano; tambem é muito perfeita a imagem da Senhora da Apresentação e Cadeia, que está no altar no cruzeiro defronte do de S. José. Ornando toda a egreja vêem-se quadros a oleo com molduras douradas.

Merceira. Mulher que, fazendo parte d'uma communidade, recebia certa pensão ou moradia, obrigando se a certos encargos espirituaes.

Merceiras. Uma das mais importantes instituições de piedade e beneficencia que existiram no paiz, antes do estabelecimento das misericordias. As merceiras excederam o espirito caridoso da sua epoca. As merceiras eram diversas casas dadas por mercê de varios reis ou de alguns particulares, e de ahi o seu nome de *merceiras*, a certos homens, a senhoras honestas e recolhidas e a viuvas de bom procedimento. Para a entrada n'estes hospicios, em geral fundados por disposição testamentaria dos reis e rainhas, eram preferidas as pessoas de ambos os sexos, que sendo pobres e bem comportadas, tivessem possuido bens de fortuna e então se vissem reduzidas á miseria. Tambem gozavam de preferencia na admissão aquelles que houvessem pelejado em Africa, honrando a patria. Menos felizes que as misericordias, algumas merciarias fôram extinctas em 1834. Os pobres que n'ellas se abrigavam, na sua maioria velhos servidores da nação, ficaram, segundo refere o autor do *Portugal Antigo e Moderno,* ao abandono, morrendo á mingua, ao desamparo e á fome. Assim aconteceu aos merceiros das duas *merciarias* de Belem. Uma, fundada pelo infante D. Luiz, era dotada para 11 merceiros, tendo cada um 5 alqueires de trigo, 2 almudes de vinho, 2 canadas de azeite, 1$100 réis em dinheiro, casas com quintaes, medico-cirurgião e barbeiro. A outra, fundada por D. Catharina, mulher de D. João III, tinha 20 merceiros, com 5 alqueires de trigo, 1$600 réis em dinheiro para cada um, casas, medico, etc. A rainha D. Leonor, viuva de D. Duarte, fundou tambem em Torrres Vedras uma *merciaria* para sete senhoras viuvas ou solteiras, pobres e de bons costumes, que fôssem naturaes aquella villa. Tinham cada uma das merceiras a obrigação de ouvir todos os dias uma missa por alma da caridosa instituidora, que tambem estabeleceu a estas merceiras a renda annual de 64 alqueires de trigo, para todas, e 240 réis em dinheiro para cada uma, o que lhes era satisfeito pelo almoxarifado, recebendo o trigo do recebedor das jugadas, e o dinheiro do geral das sizas. Não deixa de ser interessante o saber como se provia qualquer vaga de merceira, o que tinha effeito pelos votos de tres vogaes, que eram o prior da egreja da Graça, da referida villa de Torres Vedras, o juiz de fóra e o provedor da comarca, que mais tarde foi substituido pelo guardião do convento do Varatojo. Era a Mesa da Consciencia e Ordens que confirmava, em nome do soberano, a nomeação da merceira proposta. Outras vezes não se cumpria esta formalidade e o soberano por graça especial nomeava a merceira em aviso regio ou decreto. Em 1851, fôram incorporadas na provedoria do Asylo de Mendicidade as merciarias denominadas de D. Affonso IV e de D. Beatriz, da rainha D. Catharina, do infante D. Luiz e da rainha D. Izabel, seus instituidores. Exemplo de uma merciaria instituida por particular é aquella que o rev. padre Domingos Pires Travassos, beneficiado da egreja de S. Pedro, de Torres Vedras, instituiu pelo seu testamento de 14 de julho de 1355, em que mandava estabelecer 8 merceiras pobres, destinando para a sua habitação umas casas que elle testador possuia junto ao adro posterior da referida egreja. Estas merceiras tinham obrigação de rezar pela alma do caridoso padre, recebendo annualmente cada uma d'ellas uma parte variavel dos fructos e pensões de diversas propriedades designadas no testamento, e em dinheiro, cada uma, 25$000 réis annuaes. Este estabelecimento acabou em 1777, anno em que, por denuncia, foi incorporado nos bens da corôa. Hoje, apenas existem as merceiras da Sé, que fôram instituidas por D. Affonso IV e por sua mulher D. Beatriz, e que estão installadas n'um edificio proprio, junto á sé de Lisboa, predio que tem o n.º 15 de policia municipal na rua do Arco do Limoeiro e que torneja para o becco das Merceiras. Por sobre o largo portão de entrada, vê-se uma grande lapide, cujos dizeres, na disposição abaixo, são os seguintes:

CASAS PARA A
HABITAÇÃO DOS MERCIEIROS DO SNR. REY
D. AFFONSO IV E MERCIEIRAS DA SNR.ª RAYNHA
D. BEATRIZ, SUA MULHER, NOVAMENTE
EDIFICADAS
PELO FAVOR E ORDEM DA RAYNHA
FIDELISSIMA
D. MARIA I NOSSA SENHORA EM O ANNO
MDCCLXXXV
SENDO PROVEDOR D. CAETANO DE NORONHA

Os merceiros d'estas casas eram 24, e ainda ha pouco tempo ali estavam recolhidos 12 homens e 12 mulheres pobres, que tambem recebiam uma pensão para se alimentarem. Antigamente, tinham 1$200 réis de mezada, 3$000 réis pelo Natal e S. João, de tres em tres mezes um pote de azeite, ou 24 canadas, e annualmente 18 alqueires de trigo. Outras merceiras, as de Santo André, tinham, além das casas para moradia, 52 alqueires de trigo, por anno, 250 réis em dinheiro cada mez, 1$000 réis e uma manta, 300 réis para sapatos, 2$000 réis e um pote de azeite pela Paschoa e Natal.

Merceiras do Alqueidão. A'cerca d'estas merceiras, transcrevemos do interessante rela-

torio apresentado em 1856 á Camara Municipal do Lisboa, pelos vereadores dr. Levy Maria Jordão e José do Nascimento Gonçalves Corrêa, os seguinte periodos e notas, que historiam perfeitamente esta instituição a cargo da cidade: «E' notorio que desde os tempos mais remotos o concelho de Lisboa possuiu nos sitios de Vallada grandes porções de terreno; não faltam d'isto documentos no precioso archivo deste Municipio, e se a Commissão pretendesse levar mui longe as investigações historicas, não lhe seria difficil provar que parte dessas terras eram já possuidas pelo concelho no tempo da dominação dos arabes na Peninsula, e por conseguinte muito antes da existencia politica de Portugal, como nação livre e independente. Entre as propriedades municipaes naquelles sitios figura a do *Alqueidão*, composta da annexação de differentes porções, provenientes de diversos titulos, como é facil de ver á vista dos livros denominados do *Alqueidão*, existentes no mesmo archivo. Sem entrar no exame historico do destino que o concelho de Lisboa dava á grande extensão de terrenos que possuia, exame que offereceria não pequeno interesse, é certo que desde antigos tempos eram sustentadas com os rendimentos do *Alqueidão* trinta merceiras; mas o primeiro documento que a Commissão encontrou com referencia a ellas foi a carta do Sr. D. João I de 6 de julho de 1414, que suppõe muito antiga a sua instituição. Cumpre, porém, notar que taes merceiras não apparecem ainda nessa epoca com a obrigação determinada de missas por alma de pessoa alguma; esse caracter especial ligado a esta instituição só o descobriu a commissão no Alvará do Sr. D. Manuel dado em Cintra a 4 de setembro de 1507. Acha-se no liv. 1.º do Alqueidão, na cópia feita sendo Presidente do Senado o Conde da Ribeira D. José Rodrigo da Camara a fl. 64 v.º Neste documento ordenou se á Camara de Lisboa que por alma de *uma D. Sancha* (que ao concelho deixára o paço e varias terras do Alqueidão), fizesse celebrar no mez de setembro officio e missa cantada de *requiem* na Igreja do convento de S. Francisco da Cidade, onde ella se achava sepultada, e bem assim uma missa cantada nos primeiros domingos de cada mez pela mesma tenção; impondo ás merceiras a obrigação de assistir a estas solemnidades, e suffragar aquella D. Sancha. D. Sancha, considerada *como doadora do Alqueidão* ao concelho de Lisboa no Alvará acima citado do Sr. D. Manuel, é um verdadeiro *mitho*, tanto mais para lamentar, quanto é certo que a falta de estudo dos monumentos do archivo levou a Camara a dar áquelle Monarcha informações irroneas, que fizeram apparecer essa *dona* como origem de uma propriedade que o concelho possuia ha seculos. Mas que figura representa na historia do Alqueidão a D. Sancha, que alguem até já se lembrou elevar á categoria de Infanta? Um dos antecessores de D. Diniz, usando do pleno poder dera em *usofructo* a uma D. Sancha *parte* da grande porção de terrenos que a cidade de Lisboa tinha em Vallada; por morte della quizeram seus herdeiros ficar com a terra, julgando *propriedade* o que só era usofructo, e dahi nasceu um litigio que foi terminado pelo Sr. D. Diniz a favor do concelho por sentença de 25 de abril da era 1322, impondo-se perpetuo silencio aos herdeiros. Tal é a verdade historica que apparece claramente no liv. 1.º do *Alqueidão* a fl 3, e que, esquecida ou corrompida com o andar dos seculos, deu a D. Sancha uma importancia sem fundamento. Para verificar as faltas dos officiaes da Camara, e das merceiras que tinham obrigação de assistir, creou se o officio de *apontador* pelo accordão do Senado, que se acha a fl. 80 v.º do referido liv. 1.º do Alqueidão. Este encargo pio do concelho foi sempre religiosamente cumprido, mas tornando a extincção das Ordens religiosas impossivel a sua continuação, o Em.^mo Patriarcha eleito, pela Provisão de 25 de setembro de 1841 (registada no liv. 1.º de decretos a fl. 7 v.º), o reduziu a uma missa e officio na Real Casa de Santo Antonio. Conhecida assim a natureza e obrigações das merceiras, que desta Camara recebem 32 alqueires de trigo e 600 réis em dinheiro (antes d'El Rei D. Manuel, como consta do Alv. 6 de julho de 1414 recebiam cada uma dous *quarteiros* de trigo, sete covados de *Valenciana*, e um real cada dia), pagamento que lhes deve ser feito no mez de setembro (Port. do Senado de 10 de novembro de 1808, e 13 de outubro de 1817—liv. 17 d'ordens fl 82, liv. 20 id. fl. 107, e liv. 23 fl. 3), não póde a commissão deixar de indicar os principios que teem sido e devem ser os reguladores da admissão das referidas merceiras. Compulsando documentos e disposições relativas a este ponto vê a a commissão duas epochas distinctas; a 1.ª até ao Regimento da Camara dado pelo Sr. D. Pedro II, em 5 de setembro de 1671; a 2.ª d'ahi até hoje. Na 1.ª epocha vigorou uma regra inflexivel e invariavel estabelecida no Alv. de 6 de julho de 1414, em virtude da qual deviam ser dadas as merceiras a pessoas honestas *pobres*, e só na falta destas a outras: *«com tanto que aquellas que assim pozerem sejão taes pessoas que foram já ricas e honradas, e vierom a cahir em provesa, e se ahi destas taes nom houver que entom possam tomar outras que sejam taes pessoas que mereçam a dita esmola.* (Liv. 3 de Reis fl. 75). Na 2.ª epocha subsiste este principio fundamental do Alvará do Sr. D. João I, não alterado pelo do Sr. D. Manuel, nem pelo Regimento de D. Pedro, mas *a par delle* apparece outro no mesmo Regimento, fazendo contemplar tambem os empregados da cidade e suas familias; para regularisar o modo de attender a estes, fez o Senado por assento de 3 de novembro de 1808 (Liv. 8 de Assentos), uma escala em que eram collocadas pela seguinte ordem — 1.º viuvas, mulheres, filhas, mães, e irmãs de officiaes da secretaria e contadoria; 2.º as dos vogaes da *Casa dos vinte e quatro* que serviam no tribunal; 3.º as dos continos ou *homens da Camara;* 4.º emfim as de outros officiaes que já servissem ou estivessem servindo com prestimo. Por esta fórma duas são as condições para a admissão ás merciarias; ou a pobreza verificada por certidão do Parocho e Regedor, ou a qualidade de viuva, mulher, filha, mãe, ou irmã de empregado da cidade. Quanto ao modo da admissão não póde tambem a commissão deixar de ponderar á Camara que o citado Regimento do Sr. D. Pedro II foi tão cauteloso a respeito dos provimentos, que no cap. 28, ainda não revogado por legislação alguma posterior, estabelece *sob pena de nullidade* uma regra inalteravel para ser observada pela Mesa: *Nenhum*

provimento... de mercieiras se fará por turno entre os vereadores, nem por um ou mais delles em particular, nem o Senado lhes poderá commetter faculdade para o fazerem, mas todos os ditos provimentos se farão no mesmo Senado, propondo-se as petições de todos os pretendentes, e votando nellas todos os votos que presentes forem na forma costumada. E de como se observou o disposto neste capitulo se fará menção na Provisão ou Carta que se passar ao provido; e não se observando esta dita forma será nullo o provimento e de nenhum effeito.» No archivo municipal de Lisboa guardam-se numerosos documentos relativos ás merceiras da cidade, sendo interessantes, como cartas de *empenho*, para provimento de mercieiras, as publicadas no vol. II dos *Elementos para a historia do municipio*, a pag. 331 e 335, que são uma carta regia em data de 4 de junho de 1474 e uma carta do principe D. João em data de 27 de abril de 1478.

Mercieiro. Individuo a quem se dava certa pensão ou habitação para em suas orações rogar a Deus pela conservação de alguem ou encommendar algum defuuto.

Mercurio. Titulo de alguns periodicos antigos V. *Gazeta*, no vol. III, pag. 713.

Merd... em bocca, ou **Lixo en bocca.** Um dos mais graves delictos, previsto e severamente castigado pelas autigas leis portuguezas. Metter excremento humano na bocca de qualquer, ou esfregal-a com elle, constituia uma das mais atrozes injurias que se podia fazer, e por isso se punia com o maior rigor. Eram 5 os crimes principaes dos antigos portuguezes, que os foraes e leis castigavam com mais severidade: *homicidio, furto, rapto*, ou *violação de mulher (rouso), arrombamento de portas com mão armada*, e *estereo humano mettido na bocca de alguem, ou mesmo a simples ameaça, por palavra, de que lhe fariam esta injuria.* São numerosos os foraes que impõem graves penas a este crime, a que por indigno e immundo, alguns chamavam nefando. Os termos de que em regra se servem os foraes para designar este crime, é — *stereus in ore; merd... in bucca;* e *lixo en bôca.* No foral de Thomar, de 1174, traduzido no seculo XIV, se lê — *Se alguem (commetter?) rousso, ou omesyo, ou romper casa con armas, ou con feridas ou quebrantar portas ou entrar casa no couto da villa — peyte quinhentos soldos. Se alguem (commetter?) rousso ou omysio, fora da villa fezer, LX soldos, peyte.* Um documento de Thomar diz o seguinte: «Mando, que cada huum filhe ssa molher, que aia recabedada, ou filha sua, que ainda non foi casada, hu quer que a achar, seu coomha. E o filho, que seu padre ten en ssa casa por seu mancebo, filhe — o, hu quer que o olhar (tirado que non brite sobrele portas, ou fyra alguem) sen coomha. Por merd... en boca metuda, en qualquer lugar, que o faça — peyte LX ss.= Se alguem ferir con armas muudas, de seu grado, e per ira, no couto da villa — peyte LX ss.— e se for fora da villa, peyte XXX ss. No foral que o mosteiro de Lorvão deu á sua villa de Abiul, em 1175, lê-se — «Non sit inter vos calumuia, nisi ransum, et homicidium, et stereus in ore, et casa disrupta cum armis, aut cum feridas, aut fregerit portas, et intraverit domum per vim (in cauto villa D solidos pectet) et furtum. Omnes istas calumnias sint pectadas per forum terpae Palumbaris. — Porém no foral que a Abiul tinham dado Diogo Peaiz e sua mulher, D. Eixemena, em 1167, se diz que por todas as coimas pequenas se paguem sinco soldos; mas pelas grandes, que são — Qui furto, rauso, homicidio, merd... in bucca, et casa derupta: in cauto intus in villa, sicut et Foro de terra, LX sol. pectent. (documento de Lorvão). Finalmente, na maior parte dos foraes se fala no crime de *lixo em bocca*, sempre como um dos mais graves. El rei D. Diniz impoz a pena de morte para este crime, e esta lei se compilou ainda nas *Ordenações Affonsinas*, liv. 5.º, tit. 32.

Merece. Pov. na freg. de S. Pedro, de Calvello, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello.

Mereiçó. Pov. na freg. de S. Miguel, de Alvarães, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Mereis. Pov. na freg. de N. S.ª de Belem, de Rio de Mouro, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Merelhe. Pov. na freg. de Santa Maria, de Paços, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Merelhe Maior. Pov. na freg. de Santo André, de Varzea da Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Merelhe Pequeno. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Folhada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Merelim. Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 263 fog. e 1:131 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e caixa post. A egreja parochial dist. 7 k. da séde do conc. Esta pov. tambem é conhecida por *S. Paio de Merelim*, e *S. Paio da Ponte*. A terra é muito fertil, O parocho era reitor, por concurso synodal, e tinha 150$000 réis de rendimento. Merelim pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8 com a séde em Braga ‖ Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. (com., distr. e arceb. de Braga; 253 fog. e 1:017 habit. Tem esc. do sexo masc. A egreja parochial dista 5 k. da séde do conc. A pov. é tambem conhecida por *S. Pedro de Merelim.* Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. O reitor de S. Paio de Merelim apresentava o vigario, que tinha 100$000 réis de rendimento. A terra é muito fertil. Houve aqui um mosteiro de monges benedictinos, que se annexou ao de Tibães.

Merenda. Refeição frugal, entre o jantar e a ceia. Herculano considerava a merenda uma leve collação, costumeira gastronomica essencialmente portugueza. Nicolau Tolentino cantou a merenda, que já no seu seculo ia decaindo, e na sua descripção lembra os modernos piqueniques. ‖ Fôro que antigamente os caseiros pagavam aos senhorios, ou ao seu mordomo, ao tomarem conta dos prazos. Outra foragem da mesma especie era a *almeitiga (V. este nome)*, que correspondia ao almoço

Merendal. Certo pano grosseiro. Tambem era a merenda que o caseiro pagava ao senhorio ou seu mordomo, quando iam ao prazo. Na maior parte dos prazos, *merendal* era metade d'um *bragal*, ou 3 varas e meia.

Merendeiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Annunciação e concelho de Lourinhã, distr. de Lisboa.

Mergulhador. V. *Escaphandro* (vol. III, pag. 170). No *Diario do Governo*, de 19 de agosto de

1903, acham-se publicadas as instrucções geraes para o serviço de mergulhador, e que fôram formuladas pelo official de marinha sr. José de Freitas Ribeiro.

Mergulhal. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação e concelho de Oeiras, districto de Lisboa.

Mergulhão. Familia, cujas armas são: Em campo de prata uma faxa ondada de azul e prata, saindo da agua um leão azul, de sorte que fique o leão nascente com a cabeça e uma das mãos no chefe do escudo e no contra-chefe uma rosa vermelha aberta; timbre, o leão tambem nascente com uma alabarda de ouro na mão, com o ferro de prata.

Mergulhão *(Fernando).* Doutor em jurisprudencia pela Universidade de Coimbra, desembargador da Relação do Braga, e abbade da egreja de S. Clemente, de Basto, da mesma archidiocese. N. em Moimenta da Beira, onde em 1524 fundou um convento de religiosos da ordem benedictina.

Mergulhão *(Manuel Barradas).* V. *Barradas Mergulhão.* Vol. II, pag, 139.

Mergulhão. Povoações nas freguezias: S. Felix, de Candomil, concelho de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Nicolau, conc. e distr. de Santarem.

Mérida. Cidade capital da Lusitania por muitos seculos, e quando a Extremadura hespanhola formava parte do territorio de Portugal. Foi cidade importantissima no tempo dos romanos, dos gôdos e alanos, e no dos arabes; e posto tenha perdido grande parte da sua antiga importancia, ainda é celebre pela sua antiguidade e pelas suas tradições. O bispado de Mérida era um dos maiores da Peninsula, pois abrangia parte da Extremadura hespanhola, da nossa actual provincia da Beira Baixa, os dois bispados de Coimbra e de Aveiro, e grande parte do bispado do Porto, porque a diocese de Mérida chegava até á margem esquerda do rio Douro, que a dividia do arcebispado de Braga. A fundação d'esta cidade remonta aos tempos obscuros da antiguidade, mas as suas magnificencias, esplendores e importancia, deve-as aos romanos, que a fizeram capital da então vasta região da Lusitania. Mérida foi a capital da Lusitania até ao reinado de D. Rodrigo, ultimo rei dos godos, que para ali fugiu depois da derrota de Guadalete. Desde então deixou de ser a capital, mas o seu bispado ainda por alguns seculos chegou até ao rio Douro.

Meridães. Pov. na freg. de S. Christovão, de Tendaes, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Meridional. Ponta da ilha de Maio, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situada na costa S da ilha.

Merieiro. Pov. na freg. de S. Martinho, de Outeiro, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Merigeiro. Pov. na freg. de Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Merim. Pov. na freg. do Salvador, de Barbeita, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Merindade ou **meirinhado** Districto comprehendido na jurisdicção d'um meirinho-mór.

Merito Agricola e Industrial *(Ordem civil do).* Foi instituida por el-rei D. Carlos I em 4 de junho de 1893, destinada a galardoar os serviços prestados á agricultura ou á industria nacional. Divide-se em duas classes, uma para o merito agricola e outra para o industrial. A insignia dos gran-cruzes e commendadores é uma estrella de nove pontas esmaltadas, de verde para o merito agricola e de encarnado para o merito industrial, arraiadas de ouro com nove estrellas pequenas do mesmo esmalte, collocadas sobre os raios entre cada uma das suas pontas, decorada com a corôa real sobre a ponta superior, e tem no centro, em campo de ouro, a regia effigie do instituidor, e em circumferencia, sobre a faxa esmaltada de branco, a legenda *merito agricola* ou *merito industrial,* segundo a classe; para os officiaes é uma medalha redonda, de prata, tendo de um lado a regia effigie do instituidor e em volta a legenda *merito agricola* ou *merito industrial,* segundo a classe, e no reverso o escudo das quinas portuguezas circumdado pela data da instituição em algarismos romanos. E' pendente de uma fita de chamalote, branca no centro e verde ou encarnada dos lados, segundo fôr de merito agricola ou industrial.

Merito, Philantropia e Generosidade *(Medalha ao).* Por decreto de 3 de novembro de 1852 ordenou a rainha D. Maria II que se cunhassem umas medalhas de ouro e de prata, para premiar alguns individuos nacionaes e estrangeiros, que por occasião de naufragios tivessem prestado importantes serviços, salvando a vida áquelles que julgavam perdidos, assim como outras acções não menos philantropicas. Este decreto acha-se referendado pelos ministros do reino, marinha e ultramar, e estrangeiros. Aquelles a quem a medalha fôr conferida a devem trazer pendente de uma fita bipartida azul e branca, no lado direito do peito, quando a medalha fôr de prata e pendente ao pescoço quando fôr de ouro. E' de fórma circular, tendo de um lado o busto da rainha com a legenda *Dona Maria II, Rainha de Portugal,* e no reverso uma *corôa de louro* com a legenda exterior de *Philantropia, Generosidade,* e no centro *Ao merito, a Rainha de Portugal.* Depois do fallecimento de D. Maria II, desejando el-rei D. Pedro V conservar a instituição d'esta medalha, ordenou que os novos cunhos fôssem alterados, fazendo-se outros na fórma que reproduz a gravura acima. A principal modificação foi no reverso.

Medalha ao Merito Philantropia e Generosidade

Merlães. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Cepellos, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Méro e mixto imperio. Era senhor de méro e mixto imperio o fidalgo que tinha em qualquer territorio poderes eguaes ao soberano. Dizia-se *todo o alto e baixo imperio.* O méro ou alto imperio era o poder ou jurisdicção alta e suprema, para obrar tudo o que fôsse a beneficio da republica, e sem particular interesse do imperante; particularmente no crime, em que decidia sobre a vida ou membros dos vassalos; desterro ou confiscação de todos os bens, e por isso se chamava *senhor de cutello.* Não podia, porém, exhorbitar das leis estabelecidas na sua jurisdicção ou comarca. O *imperio mixto* ou *baixo*, a que tambem se dava o nome de *jurisdicção media*, era um poder que se não estendia á pena de sangue, e que ordinariamente só intervinha nas causas civis, sob a sujeição ao senhor do méro e mixto imperio. Este recebia certos ordenados por administrar justiça ás partes. Não eram só os seculares, tambem alguns prelados e abbades tinham o direito de senhores de méro e mixto imperio. A espada, que se vê esculpida nos tumulos d'alguns bispos e abbades, indica que elles eram simultaneamente, prelados, alcaides-móres, fronteiros, capitães móres, e senhores de baraço e cutello. O tempo mostrou aos nossos reis que o direito de vida e morte dos seus vassalos só a elles devia pertencer. Fôram, pois, os soberanos coarctando estas jurisdicções, reduzindo-as a mais estreitos limites. Em 6 de fevereiro de 1356, estando D. João I no *arraial de sobre Chaves*, fez doação a João Rodrigues Pereira, seu vassalo, de Baltar e Paços, e logo a 8 do mesmo mez e anno lhe deu o julgado de Penafiel, tudo de juro e herdade, com toda a jurisdicção civel e criminal, méro e mixto imperio, reservando, porém, a correição e alçada. D. João II, dando um grande e profundo golpe nos absurdos e amplissimos poderes dos grandes, acabou em grande parte com o *poder de baraço e cutello*, e os seus successores fôram pouco a pouco acabando com este despotismo aristocratico. O marquez de Pombal deu-lhe o ultimo golpe, e desde então os senhores de méro e mixto imperio, ou de baraço e cutello, ficaram só pertencendo á historia.

Merões de Baixo e **de Cima.** Duas povoações na freg. de S. João Baptista, de Avões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Meroucinhos. Povoações nas freguezias: O Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || O Salvador, de Monte Cordova, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Merouço. Pov. na freg. de Santa Christina, de Couto, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Merouços. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Annaes, conc. Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador, de Campo, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago, de Rande, concelho de Felgueiras, distr. do Porto

Merouçós. Pov. na freg. do Salvador, de Mouçós, conc. e distr. de Villa Real.

Mertola. Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc. e de com., distr. e bisp. de Beja, relação de Lisboa. Tem uma só freg., cujo orago é N. S.ª d'Entre-as-Vinhas. Está situada no alto e na encosta meridional do monte do seu nome, sobre a margem direita do rio Guadiana, a 55 k. de distancia da capital do districto. O tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o prior que tinha 210 alqueires de trigo, 120 de cevada e 24$000 réis em dinheiro. Mertola é uma das mais antigas povoações da Lusitania, e, segundo a maior parte dos nossos historiadores e archeologos, foi fundada pelos phenicios da cidade de Tyro e seu territorio, que tinham fugido da sua patria, quando esta foi invadida por Alexandre Magno, rei da Macedonia, 318 annos antes da vinda de Christo. Os phenicios deram a esta cidade o nome de *Myrtilis*, que dizem significar *Nova-Tyro*, que depois se corrompeu em *Mertola.* Esta tradição não é inverosimil, porque os phenicios eram muito emprehendedores, commerciaes e muito adeantados na sciencia nautica. N'uma epoca em que as viagens por mar só se faziam *terra a terra*, pela carencia de instrumentos mathematicos e mappas hydrographicos, elles percorriam todas as ilhas do archipelago jonico, todas as costas do Mediterraneo e rios que n'elle vão desaguar. Fôram os primeiros, depois dos gregos, que transpuzeram as temerosas *columnas d'Hercules (Calpe* e *Abila)*, a que se deu mais tarde o nome de *Estreito de Gibraltar*; fundaram na Africa a cidade de Carthago, e na costa de Hespanha a cidade de Carthagena, e algumas povoações do nosso litoral lhe devem a sua origem. E não fôram só as nossas costas exploradas por este povo industrioso, tambem alguns dos nossos rios, principalmente o Guadiana, o Sado e o Tejo; onde lhes convinha, fundavam pequenas colonias, armazenando ali para o seu commercio os productos das nossas minas de ouro, prata, cobre e chumbo, os generos agricolas, a gran de carrasco, o sumagre, e o mais que lhes offerecia vantagens nas suas compras e vendas. Quando os romanos invadiram pela primeira vez a Lusitania, já acharam *Myrtilis* uma povoação florescente e digna de lhe ser concedida a honra e o privilegio de cidade municipal do antigo direito latino. Desde o tempo do imperador Julio Cesar, 44 annos antes de Christo, tomou esta cidade o nome de *Myrtilis Julia*, imposto pelo imperador, ou pela gratidão do povo. A invasão dos barbaros do norte no principio do seculo V e a dos arabes no principio do seculo VIII foram fataes a toda a Peninsula Iberica, e Mertola soffreu, como as outras povoações da Lusitania, os saques, as devastações e o incendio dos seus edificios, e a morte, ou dispersão dos seus habitantes, reduzindo esta florescente cidade a um montão de ruinas. Os arabes, passados os primeiros impulsos de odio contra os christãos, trataram de reconstruir a antiga Myrtilis, não com a vastidão e magnificencia da nobre cidade romana, mas ficou sendo ainda uma povoação de bastante importancia, pela sua bella posição topographica. As guerras, que desde os fins do seculo VIII até

Brazão d'armas da villa de Mertola

seculo XIII se deram entre christãos e moiros, tambem causaram graves ruinas a esta povoação, a ponto de não merecer já o nome de cidade. Segundo alguns escriptores, D. Sancho II a conquistou aos moiros em 1239, e segundo outros, foi o mestre de S. Thiago, D Paio Peres Correia, em 1242, e desde então ficou pertencendo a Portugal. Os arabes é que corromperam o antigo nome de *Myrtilis*, chamando-lhe *Mirtolah*. D. Sancho II a mandou povoar, dando-lhe foral com o titulo de villa, e doando-a no mesmo anno de 1239 á ordem militar de S. Thiago, cujos cavalleiros muito concorreram para a sua conquista, impondo aos cavalleiros a condição de a fortificarem e defenderem dos moiros, que no Algarve e Andaluzia, paizes limitrophes, conservavam grandes e poderosos estados. Alguns escriptores dizem que o primeiro foral foi dado pelo mestre de S. Thiago. A população da villa pouco cresceu até que D. Affonso III expulsou para sempre os moiros do Algarve, em 1250. El-rei D. Diniz deu foral a Mertola em 1287, confirmando-lhe todos os seus antigos privilegios e parece que existem ainda vestigios. O bispo de Portalegre, D. Fr. Amador Arraes, falando n'uma das suas obras da villa de Mertola, diz que entre umas estatuas de marmore, que se encontraram quando se andava a abrir os alicerces da egreja da Misericordia, havia uma de mulher primorosamente lavrada, e parecendo-lhe tão nobre o traje, faz d'elle a seguinte descripção: «Tinha uma roupa até aos pés, com muitas prégas, muito bem compostas; cingida por baixo dos peitos, que algum tanto se enxergavam, com um cordão torcido, da grossura de um dedo; e tinha no meio do peito, dois nós cegos, com dois cabos eguaes, que desciam para baixo. Tinha seu roupão muito fraldado, até aos pés, posto nos hombros, e com a mão direita tinha recolhido grande parte d'elle, e o lançava sobre a esquerda, do cotovello até á mão, com gentil arte.» A maior parte dos monumentos romanos fôram destruidos pelos godos, e depois pelos moiros, para aproveitarem os seus materiaes para as muralhas da praça Em Mertola houve um convento da ordem militar de S. Thiago. Tinha voto em

Vista geral de Mertola

D. Manuel tambem lhe deu foral novo, em Lisboa, em 1 de julho de 1512. O brazão de Mertola é um escudo de prata, e n'elle um cavalleiro da ordem de S. Thiago a cavallo, e armado de escudo e espada em acção de arremetter. Na parte superior, juntos a um canto do escudo, tem dois martellos. A villa está situada n'uma posição de facil defeza, que os cavalleiros de S. Thiago aproveitaram convenientemente, fortificando-a com castello e muralhas. O seu territorio é bastante fertil em todos os generos agricolas, e cria muito gado de toda a qualidade, que exporta. Nos seus montes apparece abundante caça grossa e miuda. E' tambem abundante em peixe de agua doce, que lhe fornece o Guadiana, e do alto mar, que lhe traz o mesmo rio. Os arredores da villa são bonitos e aprazíveis. O concelho, que se estende até ás serras do Caldeirão, Agra e Santo Varão, é tambem dos mais ferteis do Alemtejo. Tanto no terreno occupado pela villa, como nas immediações, tem-se encontrado em differentes epocas muitos objectos antiquissimos, sendo alguns de grande valor artistico, como estatuas, vasos, columnas, cippos, etc. Os romanos construiram uma bella ponte sobre o Guadiana, e côrtes com assento no 18.º banco. A distancia de 10 k. da villa existiu um grande mosteiro, duplex, de religiosos benedictinos, fundado por S. Salvador, no anno 630. No meio d'uma charucca, dizem, que existe ainda a egreja, chamada *de S. Salvador de mosteiro*. O territorio de todo o concelho de Mertola é muito abundante de minas metallicas. Em 1872 fôram registadas 22 minas de manganez, 3 de chumbo e 1 de galena; além d'outras mais, que já estavam manifestadas, d'estes e d'outros metaes. Mertola pertence á 4.ª div. mil., 8.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. no 4, com a séde em Faro. Tem Misericordia e hospital, escolas para ambos os sexos, est. telegr. e post. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. S.-Beja; feira nos dias 20 e 21 de setembro; agencias bancarias do *Banco do Alemtejo*, *Commercial do Porto*, *Economia Portugueza*, *Lisboa & Açôres*; fabrica de desdobramento de alcool; hoteis, medicos, pharmacias, *Club Mertolense*, *Philarmonica Artistica Mertolense*. O conc. de Mertola comprehende 10

freguezias, com 4:394 fog. e 17:503 hab., sendo 8:692 do sexo masc. e 8:811 do fem., n'uma superficie de 139:375 hect. As freguezias são: N. S.ª da Conceição, de Alcaria Ruiva, 1:666 hab.: 843 do sexo masc. e 823 do fem; N. S.ª da Conceição, de Córte do Pinto, 3:293 hab.: 1:849 do

Castello de Mertola

sexo masc. e 1:444 do fem.; Espirito Santo, 1:839 hab.: 957 do sexo masc. e 882 do fem.; Sant'Anna, de Sant'Anna de Cambas, 2:877 hab.: 1:328 do sexo masc. e 1:549 do fem.; N. S.ª de Entre as Vinhas, de Mertola, 3:686 hab.: 1:760 do sexo masculino e 1:926 do fem.; S. João Baptista, de S. João dos Caldeireiros, 940 hab.: 470 do do sexo masc. e 470 do fem.; S. Miguel, de S. Miguel do Pinheiro, 1:596 hab.: 734 do sexo masc. e 862 do fem.; S. Pedro, de S. Pedro de Solis, 754 hab.: 370 do sexo masc. e 384 do fem.; S. Sebastião, de S. Sebastião dos Carros, 461 hab: 205 do sexo masc. e 255 do fem.; S. Bartholomeu, de Via Gloria, 391 hab.: 175 do sexo masc. e 216 do fem. Os logares mais importantes do conc. são Mina de S. Domingos, na freg. de Córte do Pinto, e Pomarão, na de Sant'Anna de Cambas. O principal commercio é agricola, exploração de minas de cobre, manganez e outros metaes, que exporta para Inglaterra, e carvão vegetal

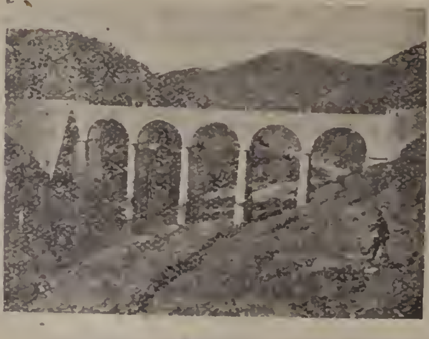

Ponte sobre a ribeira de Oeiras em Mertola

para o Algarve e Hespanha. N'este conc. ha tambem 3 fontes de agua sulfurosa; uma na margem esquerda do Guadiana, proximo de Mertola; outra na Ribeira de Carreiras, freg. de S. João dos Caldeireiros, a 15 k. de distancia; e outra na mesma ribeira de Carreiras, proximo ao monte de Moureua. A villa de Mertola tem estradas para Beja, Castro Verde, Barrancos, Ficalho, Moura e Mina de S. Domingos. Tem carreira diaria de vapores para Villa Real de Santo Antonio, com escala por Pomarão e Alcoutim || Serra do distr. de Faro. Levanta-se na freg de Córte Pinto, corre em direcção NE a SO, quasi parallela á margem do rio Chança até á sua foz no Guadiana, e tem dois picos nas extremidades: um a NE chamado *Monte de Agua Negra*, de 252 m., e outro a ENE de Mertola, de 269 m. Tem 10 k. de comprimento.

Meru. Aldeia pertencente á divisão de Uply-Pahw, ao sul do rio Sandalcalo, no concelho de Nagar-Avely, districto de Damão, na India.

Meruba. Pico escalvado na foz do Lucotocua, no prazo Milange, na Zambezia, Africa Oriental.

Merufe. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. e com. de Monsão, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 547 fogos e 2:051 hab. Tem esc. do sexo masc. e feira nos dias 14 e 28 de cada mez. A pov. dista 8 k. da séde do conc. A mitra apresentava o reitor, que tinha 200$000 réis de rendimento. Esta freg. foi commenda da ordem de Christo, possuida em 1824 pelo monteiro mór do reino. Houve n'esta povoação um convento de freiras da ordem benedictina, que existia ainda em 1481, porque n'este anno a abbadessa D. Guiomar Rodrigues representou a D. João II a muita pobreza em que viviam, e que não se podia sustentar a communidade. O rei, com autorisação do papa Xisto IV, reduziu o mosteiro a reitoria secular, dando-a aos arcebispos de Braga, e mandando as freiras para outros conventos da sua ordem. Merufe pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recr. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Meruge. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. de Oliveira do Hospital, distr. e bisp. de Coimbra; 232 fog. e 912 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A casa de Mello apresentava o prior, que tinha 200$000 de rendimento. A pov. dista 5 k. da séde do conc. A terra é fertil, cria muito gado e caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Merujaes. Pov. na freg. de S. Thomé, de Penalva d'Alva, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Merujal. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Lobão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Urró, conc. de Arouca, do mesmo districto.

Merva. Antiquissima cidade da Lusitania, na jurisdicção da chancellaria de Braga. Era a capital dos *luancos*. Ignora-se onde estava situada, e nem pelas indicações de Ptolomeu, o unico que fala d'essa cidade, indicações umas erradas, outras confusas, se póde conjecturar.

Mesa. Pov. na freg. de S. Christavão, de Macinhata do Vouga, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || Montanha da prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Mesa Censoria. Pela carta de lei de 5 de abril de 1768 foi creada uma junta perpetua denominada Real Mesa Censoria, com jurisdicção privativa e exclusiva em tudo o que pertencesse

ao exame, approvação e separação dos livros e papeis já existentes em Portugal, e dos que do novo entrassem, ou fôsse por via maritima ou por via terrestre. Antes d'esta lei competiam taes attribuições ao Ordinario, ao Santo Officio e ao Desembargo do Paço. Pelo alvará do 18 de maio do mesmo anno foi dado regimento á Real Mesa Censoria O regimento, no titulo X, estabelecia as regras que a Mesa devia seguir na censura dos livros, emquanto se não formasse o *Index Expurgatorio*, e ordenava o que ella devia praticar para a formação do mesmo *Index*. O alvará de 4 de junho de 1771 commetteu-lhe *toda a administração e direcção dos estudos das escolas menores d'estes reinos e seus dominios:* incluindo n'esta administração e direcção, não só o *Real Collegio dos Nobres*, mas todos e quaesquer outros *collegios e magisterios*, que houvessem de ser erigidos para os estudos das primeiras edades. A inspecção dos estudos das sciencias maiores cultivadas na Universidade de Coimbra estava commettida á Mesa Censoria. Pelo aviso de 1 de julho de 1771 foi ordenado ao principal Almeida que remettesse ao bispo de Beja, secretario da Mesa Censoria, todos os livros e papeis pertencentes á Directoria Geral dos Estudos, para que a Mesa pudesse desempenhar a administração que lhe fôra commettida pelo decreto de 4 de junho. Esto tribunal era composto d'um presidente, 7 deputados ordinarios, um dos quaes inquisidor da inquisição de Lisboa proposto annualmente pelo inquisidor geral, e outro o vigario geral do patriarchado ou, no seu impedimento, o desembargador mais velho do mesmo patriarchado, e numero illimitado de deputados extraordinarios. Tinha um secretario, a quem cumpria lançar os despachos, e as suas sessões eram semanaes, ás 5.as de tarde. O processo seguido era muito simples: os livros e manuscriptos chegavam á Mesa, eram distribuidos pelo presidente aos deputados, attendendo á sua materia e profissão dos relatores, e depois de convenientemente relatados, votava-se o parecer, votação sobre a qual podia ser ouvido o procurador da corôa. No caso dos livros serem de autores vivos, eram elles os ouvidos sobre as duvidas que se suscitavam e só depois d'isso se proferia a sentença. Pela resolução regia de 29 de maio de 1772, sobre consulta da Real Mesa Censoria, foi estabelecido o *methodo de ensino do grego*, e se mandou formar completa *collecção de logares escolhidos dos autores classicos gregos*, para uso das escolas. Em data de 3 de agosto de 1772 fez a Mesa Censoria subir, em consulta, á presença do soberano, o mappa das terras onde deviam ser estabelecidos os *estudos menores*, bem como a proposta de um imposto, que depois foi denominado *subsidio litterario*, e, finalmente, de outras providencias, que mais tarde fôram convertidas em disposições legislativas na lei de 6 de novembro do mesmo anno de 1772. Pelo alvará de 10 do referido mez e anno foi creado o imposto *subsidio litterario*, em substituição de todas as collectas, que nos *Cabeções das Sizas*, ou em outros livros, ou cadernos de arrecadação, haviam sido lançadas para despezas da instrucção publica. Em 21 de junho de 1787, a rainha D. Maria I, por carta de lei d'essa data, reformou a *Mesa Censoria*, que se passou a denominar *Real Mesa da Commissão Geral sobre o exame e censura dos livros*. O numero dos seus membros foi augmentado, passando a ter presidente, 8 deputados e um secretario, de differentes profissões e estados, comtanto que 4 d'elles fôssem sempre theologos. A principal funcção do tribunal continuava sendo o exame e censura dos livros, estampas, e de todos os papeis que tivessem de se imprimir, estampar e correr impressos, tendo por isso jurisdicção privativa e exclusiva sobre todos os vendedores, ou mercadores de livros, estampadores, livreiros e impressores, assim como sobre todas as officinas do imprensa e livrarias. O desembargador-procurador da corôa devia ser ouvido sobre certos assumptos, e os dias destinados para as sessões do tribunal eram as segundas e quintas feiras. Ainda no reinado de D. Maria I, em 17 de dezembro de 1794, se julgaram insufficientes as providencias tomadas para pôr cobro á *extraordinaria e terrivel revolução litteraria e doutrinal que n'estes ultimos annos e actualmente tem tão funestamente attentado contra as opiniões estabelecidas, propagando novos, inauditos e horrorosos principios e sentimentos politicos, philosophicos, theologicos, juridicos, derramados disseminados para ruina da religião, dos imperios e das sociedades*. Por isso foi abolido, por carta de lei d'essa data, como *inutil e inefficaz*, o tribunal da Real Mesa da Commissão Geral sobro o exame e censura dos livros, e em seu logar fôram as suas attribuições de censura novamente commettidas á Inquisição, aos arcebispos e bispos, e á mesa do Desembargo do Paço, e ficando o Real Erario com a administração e arrecadação dos fundos e rendas, applicados ao tribunal desde a sua creação, assim como a administração do subsidio litterario; á Universidade de Coimbra ficou competindo a direcção das escolas menores dentro do reino e aos governadores e bispos nos dominios ultramarinos; a direcção e inspecção da Impressão Regia passou para o presidente do real erario e a do Real Collegio dos Nobres para o ministro do reino.

Mesa Conica do Sul. Montanha similhante a um cone truncado, de base elliptica, muito facil de distinguir pela sua côr escura, que se levanta na costa de Mossamedes, Africa Occidental.

Mesa da Consciencia e Ordens. Este tribunal foi instituido por el-rei D. João III em 1532, com o fim especial de expedir os muitos e differentes negocios que tocavam á obrigação da sua consciencia, e que se não podiam expedir pelos tribunaes de justiça e fazenda que então havia. Depois de concedida a administração perpetua dos mestrados das tres ordens militares, Christo, Aviz e S. Thiago, a D. João III e seus successores, entendeu este monarcha que os negocios das ordens militares mereciam maduro exame, e por isso os confiou tambem á Mesa da Consciencia, que os devia decidir em primeira e unica instancia. Segundo o que diz José Anastacio de Figueiredo, a pag. 30 do tomo II da *Synopsis Chronologica*, ha um regimento d'este tribunal, de 24 de novembro de 1558, mas que de certeza não é o primitivo, e outros de 12 e 23 de agosto de 1608, publicados ambos pela primeira vez na *Collecção Chronologica*, de Andrade e Silva. Antes de 1608 apenas se conhece o breve do papa Pio IV, de 6 de fevereiro do 1563, publicado a pag. 58 do tomo X do *Corpo diplomatico Portuguez*, e um

alvará que dá idéa d'alguns dos serviços que então lhe competiam. O breve é a confirmação e approvação do que D. João III decidiu, e depois D. Sebastião confirmou, quanto ao julgamento das causas civeis e crimes. O alvará tem a data de 20 de junho de 1567, e está registado na *Chancellaria da ordem de Christo*, liv. I, fl. 233. Por elle se ordena que as provisões e alvarás e cartas seguintes sejam passadas em nome d'el-rei, com o signal de dois dos deputados da Mesa da Consciencia e Ordens; cartas de védoria dos bens e propriedades das ordens militares; cartas de informação de quaesquer negocios das ordens; licenças para se servirem por tempo limitado as capellanias, vigararias, etc., das ordens; cartas para os clerigos poderem ser examinados fóra de Lisboa; provisão para tomarem conta do dinheiro da fabrica dos conventos quando parecer necessario; alvarás de visitações de egrejas das ordens e de informações dos costumes e priores. Por aqui se demonstra as attribuições, quanto ás ordens militares, pelo regimento de 1558, que não foi impresso, e existe em manuscripto na Torre do Tombo e na Bibliotheca Nacional. A organisação, competencia, attribuições do tribunal etc., da Mesa da Consciencia e Ordens, só são completamente conhecidas depois dos regimentos de 12 e 23 de agosto de 1608. O primeiro d'estes regimentos determinava que o tribunal fôsse composto d'um presidente, que nas audiencias se sentasse na cabeceira da mesa sobre uma almofada de velludo, 3 deputados, numero minimo com que se podia decidir, e escrivão da mesa, assim como escrivães das tres ordens militares. O presidente propunha os negocios, e conforme o parecer dos deputados se punha o despacho, ou se fazia a consulta, devendo esta ser sempre fundamentada. As consultas, depois de devidamente assignadas, eram trasladadas, ou melhor registadas, n'um livro, sendo a resolução, em ultima instancia, do rei registada tambem na margem de cada uma d'ellas, depois de lida na mesa pelo escrivão. Da mesma fórma procederiam os escrivães das tres ordens militares, cada um dos quaes deveria ter o seu livro. O presidente, que tinha voto no provimento dos beneficios, poria em todas as provisões duvidadas um *D* na margem, devendo assignar as provisões que tinham de ir para o poder das partes. Os ministros, cujo cargo estavam subordinados á Mesa da Consciencia e Ordens, eram, além dos escrivães, os thesoureiros, mamposteiros, contador da redempção e juizes das ordens. Alguns dias depois, em 23 de agosto de 1608, publicava se novo regimento, respeitante ao tribunal. A mesa era composta, além do presidente em que falava o regimento do dia 12, antecedente, de 5 deputados, theologos e juristas, sendo parte ecclesiasticos e parte cavalleiros professos de qualquer das tres ordens militares, *sem raça alguma de judeus ou moiros, assim elles como suas mulheres, devendo a Mesa ter informação secreta, por pessoa de confiança, de sua limpeza e costumes.* Os deputados quer juristas, quer theologos, deviam ser licenciados, por exame na Universidade de Coimbra, e provarem ter cursado 12 annos cada um na sua faculdade; tendo tambem de sujeitar-se a provas publicas, antes de obterem as desejadas cartas dos seus officios. Como já se determinava pelo regimento de 12 de agosto, devia haver na mesa um escrivão da camara e da mesa, e tres escrivães da camara das tres ordens militares. Tal era a organisação do tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens, devendo notar-se que em certos casos de duvida, tambem d'elle fariam parte o chanceller das ordens militares e o confessor do monarcha. As reuniões da Mesa eram diarias, sempre dentro do Paço, e durando tres horas, marcadas pelo *relogio d'areia que está na Mesa.* N'ellas se tratavam dos seguintes assumptos: ás segundas feiras os negocios das tres ordens militares, em que entravam os provimentos e requerimentos dos prelados e beneficiados das ilhas e Africa e da provedoria-mór dos captivos e resgates; ás quartas feiras os negocios da provedoria-mór dos defunctos, que morressem fóra do reino, e dos ministros d'ella, e as contas que se tomavam aos thesoureiros geraes d'ellas, e aos particulares das ilhas, Brazil e Guiné, que arrecadavam a sua fazenda; ás sextas feiras os negocios das capellas de D. Affonso IV, das mercearias de Belem, da rainha D. Catharina e do infante D. Luiz, hospitaes, gafarias e albergarias, e da Universidade de Coimbra; aos sabbados funccionava o tribunal, como tribunal de recurso, conhecendo dos feitos que á mesa vinham por appellação e aggravo. A's terças e quintas feiras deviam occupar se de todas as outras petições, de qualquer materia, que fôssem á Mesa. Devia tambem haver particular cuidado com a visitação das capellas de D. Diniz a dos reis que jaziam na Batalha, Alcobaça e em Santa Cruz de Coimbra, e dos reis, principes e infantes que jaziam em Belem e no mosteiro da Luz. Como tribunal de recurso, a Mesa da Consciencia conhecia dos feitos que se despachavam pelos juizes das ordens militares, assim dos freires, como dos cavalleiros. Parece, porém, que algumas das disposições d'este regimento não eram completamente cumpridas, e assim é que, depois d'elle, é avivada, por decreto de 11 de setembro de 1642, a determinação de que os deputados da Mesa da Consciencia e Ordens não podiam tomar posse antes de receberem o habito d'uma das ordens. Em 1790 cessou a inspecção que este tribunal exercia na Universidade. Esto tribunal foi extincto em 1833 por D. Pedro IV, sendo ministro interino dos negocios ecclesiasticos e de justiça José da Silva Carvalho, tendo o decreto a data de 16 de agosto, e em que se lê: «Attendeu-se á necessidade de simplificar a administracção publica, e de a desembaraçar de autoridades inuteis e exorbitantes, bem como ó de alliviar a fazenda nacional de despezas desnecessarias.»

Mesa Chã. Pov. na freg. de Santa Leocadia, de Fradellos, conc. do Famalicão, distr. de Braga.

Mesa do Bem Commum dos homens de negocio. Foi extincta e substituida pela nova Junta do Commercio por decreto de 30 de setembro de 1755, em virtude de ter representado contra a creação da Companhia do Grão Pará e Maranhão (V. *este nome*, no vol. III, pag. 839).

Mesa prioral do Crato. Foi extincta, e a sua administração passou para a Junta do Infantado, por alvará de 18 de dezembro de 1790.

Mesa do sal de Aveiro. Abolida por alvará de 22 de novembro de 1774.

Mesão. Pov. na frg. de S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Mesão Frio. Villa da provincia de Traz-os-Montes, séde de concelho o de com., distr. de Villa Real, bisp. de Lamego, relação do Porto. Tem duas freguezias: Santa Christina e S. Nicolau. Está situada entre os rios Douro e Teixeira, proximo da serra do Marão, n'uma montanha bastante elevada. O reitor de Villa Marim apresentava o cura da freg. de Santa Christina, que tinha 18$000 réis de congrua e o pé d'altar; o prior do mosteiro cruzio da Serra do Pilar (V. N. de Gaia), apresentava o reitor da freg. de S. Nicolau, que tinha 150$000 réis de rendimento. Mesão Frio era uma das 10 behetrias do reino, pelo que tinha grandes privilegios. E' pov. muito antiga, ignorando-se o nome do fundador e a data da fundação, mas sabe-se que já existia no tempo dos godos. Um velho manuscripto, porém, encontrado ha poucos annos n'uma casa antiga d'esta villa, a casa da *Picóta*, diz que os seus primeiros habitantes fôram os foragidos da visinha Cidadelhe, povoação n'outro tempo importante, e anterior ao dominio romano na peninsula, a qual, resistindo ao jugo do grande imperio, fôra reduzida a um montão de ruinas pelas legiões de Junio Bruto. Ainda existem ali vestigios de ruinas, e ao lado, n'uma encosta, ainda se conserva o nome da *Derruida*. Mais tarde, 42 annos antes da fundação da monarchia portugueza, entrava pela foz do rio Douro um troço de cavalleiros francos, que, subindo rio acima, se espalharam por diversos pontos, *pegando seus nomes ás terras que iam ficando*, como se lê no referido manuscripto, vindo a residir aqui, onde falleceu um d'aquelles, chamado Esteves Garcias Monzon Frizon. Quando o conde D. Henrique tomou conta do condado de Portugal em 1093, dava se a esta povoação o nome de *meijom-frio*, e é este o nome que lhe dá o foral que D. Affonso Henriques lhe concedeu em fevereiro de 1152, dando-lhe o fôro de villa. D. Affonso II confirmou este foral, em Traucoso, no mez de outubro de 1217. El-rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 27 de novembro de 1513, ampliando o primitivo, ficando Mesão Frio com jurisdicção desde o rio Córgo até ao rio de Gallinhas, e cobrando impostos dos concelhos de Penaguião, Godim, julgado de Villa Marim, concelhos de Barqueiros, de Teixeira e Gestaçô. Com o dominio de Castella começou a decadencia de Mesão Frio, que foi então annexado á comarca de Lamego, a que esteve sujeito até ao fim do governo absoluto, separando se em 1833, com o governo constitucional como se encontra ainda hoje. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz, e produz muito e bom vinho; é muito saudavel, e tem abundancia de boa agua potavel. Os paços do concelho, que são muito vastos, estão estabelecidos no edificio, que foi do seminario dos religiosos franciscanos do Varatojo. N'aquelle grande edificio se conservam perfeitamente accommodadas todas as repartições publicas, o tribunal, o hospital, a estação telegrapho-postal, e um pequeno theatro. Proximo fica a cadeia, que é de solida construcção. Na egreja do antigo seminario está hoje a parochia de Santa Christina, a qual foi cedida pelo governo, podendo tambem n'ella exercer as funcções do culto divino a irmandade da ordem Terceira de S. Francisco. A antiga egreja de Santa Christina, que dizem ter sido construida antes da fundação da monarchia, resta apenas a torre, onde está collocado o relogio municipal, que se via n'outro tempo na torre da egreja dos frades franciscanos. Da egreja parochial de S. Nicolau é notavel pela sua antiguidade, e consta ser fundação da rainha D. Mafalda, mulher de D. Affonso Henriques; outros pretendem que fôsse fundada anteriormente á monarchia. Tem valiosa obra de talha dourada, um elegante pulpito. São notaveis os tumulos que existem ali, com especialidade os que existem fóra da egreja, que são de remota antiguidade, um dos quaes, que fica junto da porta travessa, é o do capitão general da India Francisco Sotto Maior, cujo solar era n'esta villa. Na egreja de S. Nicolau ha uma custodia egual, na fórma, a outra que existe na egreja de N. S.ª da Oliveira, em Guimarães. Em frente do tumulo, que citámos, vê se a capella dedicada aos Santos Innocentes, fundada por Antonio de Azevedo, illustre fidalgo, descendente do capitão general Francisco Sotto Maior. Junto á Praça conserva o seu pelourinho, que antigamente estava no sitio da Picóta, o qual é formado d'um bloco de granito assente em quatro degraus circulares. Entre as propriedades particulares, em que se vêem algumas importantes e outras muito antigas ostentando os seus brazões, destaca-se a da *Picóta*, com o seu brazão d'armas, escudo dos Azevedos Lobos, e fóra da villa a casa da *Rede*, que tambem possue brazão d'armas. Mesão Frio é importante pelo seu commercio, sustentado pelas povoações circumvisinhas, e particularmente pelos povos de Baião, os quaes sustentam os seus mercados de cereaes, ás terças e quintas feiras e domingos; ha tambem feiras nos dias 15 e 30 de cada mez, e de 30 de novembro até 3 de dezembro; esta ultima, chamada de *Santo André*, foi n'outro tempo um dos principaes mercados annuaes da provincia de Traz-os-Montes, e dizem que já se fazia no tempo do D. Affonso Henriques. A villa soffreu muito com a ultima invasão franceza, a de 1810, sendo parte d'ella incendiada, inclusivamente o hospital da Misericordia e a egreja, então dos franciscanos, que depois se reedificaram. Mesão Frio pertence á 6.ª div. mil, 12.ª brigada, grande circumscripção mil. N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. Tem escolas para ambos os sexos, est. telegr. e post. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. D.; agencia bancaria; agentes das companhias de seguros *Confiança Portuense* e *Commercial*; hospedarias, medico, pharmacias, Misericordia e hospital, notarios, theatro, que se inaugurou em 15 de fevereiro de 1874, construido por iniciativa do P. Guilherme Dias, auxiliado pelos seus amigos. Formou-se então a *Sociedade phylo dramatica mesãofriense*, que levou á scena o drama de Camillo Castello Branco, *Espinhos e flôres*, e a comedia *O Fim do mundo*. A villa dista 19 k. da séde do distr. O concelho de Mesão Frio comprehende 7 freguezias, com 1:970 fog. e 6:974 hab., sendo 3:284 do sexo masc. e 3:690 do fem., n'uma superficie de 5:110 hect. As freguezias são: S. Bartholomeu, de Barqueiros, 1:544 hab.: 687 do sexo masc. e 857 do fem.; S. Vicente, de Cidadelhe, 409 hab.: 188 do sexo masc. e 221 do sexo fem.; Santa Christina, de

Mesão Frio, 1:323 hab.: 613 do sexo masc. e 710 do fem.; S. Nicolau, de Mesão Frio, 784 hab.:388 do sexo masc. e 396 do fem.; Santa Maria, de Oliveira, 728 hab.: 360 do sexo masc. e 368 do fem.; S. Martinho, de Villa Juzã, 361 hab: 165 do sexo masc. e 196 do fem.; S. Mamede, de Villa Marim, 1:825 hab: 883 do sexo masc. e 942 do fem. O principal commercio de todo o conc. é vinho e cereaes. N'este conc. existem as aguas sulfuricas das Caldas de Moledo, estabelecimento hydrotherapico e thermal. Tem-se publicado em Mesão Frio os seguintes jornaes: *O Mesãofriense*, 18 de de abril de 1891; *Os Serões*, 1 de setembro de 1904. || Pov. e freg. de S. Romão, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 112 fog. e 616 hab. Tem esc. do sexo fem. A pov. dista 8 k. da séde do conc. O real padroado apresentava o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimento. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Cardigos, conc. de Mação, distr. de Santarem. || Santo Estevão, de Penso, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago, de Roufe, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Thiago, de Valpedre, concelho de Penafiel, distr. do Porto.

Mesas. Povoações nas freguezias: S. Vicente e conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || S. Salvador, de Covão do Lobo, conc. de Vagos, distr. de Aveiro. || Montanhas da costa de Mossamedes, prov. de Angola.

Mesas dos Cavalleiros. Montes parecidos com as montanhas da Mesa, mas distinctos por serem tres eguaes, que se levantam nas alturas da villa de Mossamedes, prov. de Angola. Tambem são chamadas *Mesas dos Carpinteiros.*

Mesas Grandes. Nome que tem um grupo de montanhas do litoral da costa de Mossamedes, na prov. de Angola, a 60 k. da villa do mesmo nome.

Mescoso. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sandim, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Meskino. Servo que trabalhava nas herdades do senhor donatario.

Mesnier *(Pedro Gastão).* Funccionario publico. N. no Porto a 23 de setembro de 1846, fal. em Lisboa a 27 de março de 1884. Era filho de Thiago Roberto Mesnier, importante industrial francez, que veiu estabelecer-se em Braga, e de sua mulher, madame Marie Elodie Ranzon. Pedro Gastão Mesnier fez os primeiros estudos em Braga, onde seu pae teve um collegio denominado *Instituto bracarense*, e recebeu de sua mãe lições de musica. Em 1862, tendo já obtido approvação nos exames de portuguez, francez e inglez, foi para Inglaterra no intuito de se dedicar á vida commercial, e empregou-se na Getting Caro & C.º, mas n'esse mesmo anno voltou para Braga, por se não dar bem com o clima de New Castle. Veiu depois para Lisboa, e começou a collaborar na *Gazeta de Portugal*, que então publicava o profundo escriptor e jornalista Teixeira de Vasconcellos. Foi n'esse jornal que fez a sua estreia. Não podendo, porém, dominar a vocação que o impellia para uma vida exclusivamente scientifica, partiu em 1864 para Coimbra, onde permaneceu até 1870, matriculando-se na Universidade, mas não chegando a formar-se em nenhuma faculdade. Tentava-o o Oriente, que se tornou a sua grande predilecção. O visconde, mais tarde conde, de S. Januario, fôra nomeado governador geral da India, e Gastão Mesnier, por influencia de seu pae, conseguiu ser despachado conductor das obras publicas de Gôa. Ia, finalmente, satisfazer os seus ardentes desejos de vêr o Oriente. Embarcou em Lisboa na barca *Tejo* com destino a Moçambique, d'onde seguiu aventurosamente viagem n'um pequeno barco tripulado por quatro moiros, que ia para Gôa. Uma vez no Oriente, toda a sua actividade intellectual se desenvolveu largamente. Foi nomeado professor de physica e chimica na escola militar de mathematica de Gôa, mas como esse trabalho não bastasse para lhe prender a attenção, dedicou-se a trabalhos e estudos de grave responsabilidade para os seus verdes annos. Partindo de Gôa para Macau o visconde de S. Januario, Gastão Mesnier acompanhou o como secretario particular, e em grande parte collaborou n'um documento muito notavel, que affirma a madureza do seu juizo nos negocios de administração colonial. Foi o regulamento da emigração chineza, cujo relatorio, que o precede, o escreveu. Durante o governo do visconde de S. Januario, dois acontecimentos causaram grande commoção na India: a revolta do exercito indigena, e o grande tufão de setembro de 1874, que teve consequencias desoladoras. Em ambos estes acontecimentos praticou Gastão Mesnier verdadeiros actos de heroismo. Os revoltosos haviam-se apoderado do arsenal, e constava haverem tomado as quatro peças de artilharia que o guarneciam para fazerem uso d'ellas contra a cidade. O governador encarregou Gastão Mesnier de ir apprehender essas quatro peças ás proximidades de Hari-Bandar, onde diziam que se encontravam sem guarda. Declinava o dia quando Gastão Mesnier partiu n'um barco tripulado por um numero sufficiente de homens, que deviam desmontar as peças, que se julgavam nas proximidades do rio Mandovy, e transportal-as ao barco que as conduzisse ao quartel general. Era elle o unico europeu n'esse barco, os seus companheiros eram todos indianos, que não sabiam a empresa em que tomavam parte. Depois de breve navegação a remos pelo rio acima, chegaram ao ponto onde constava estarem desguarnecidas as peças de artilharia que se buscavam, e que devia ser o ponto extremo da viagem. Gastão Mesnier desembarcou, e dirigiu-se para o local que lhe fôra indicado. A poucos passos de distancia encontrou uma sentinella, que pela tez escura, apparencia sinistra e o fardamento caracteristico, reconheceu ser um dos cipaes do principal corpo da revolta. Passou por deante, e aproveitando um momento de espanto dos cipaes, reconheceu que as peças d'artilharia não estavam onde se dizia, e depois de cuidadosa conversa com os revoltados, colligiu, que ellas ainda permaneciam no arsenal. Sem hesitar um momento, voltou ao barco, e deu ordem para que remassem, não na direcção de Pangim, mas na do arsenal. Já era quasi o fim do dia quando Gastão Mesnier poz pé em terra no arsenal. Passou ao lado do formidavel basilisco de Benasterim, e dirigindo-se a um militar que encontrou, mandou chamar o director do arsenal, que apezar de envolvido na revolta, se conservara intimamente fiel ao go-

verno. Este funccionario admirado d'aquella inesperada visita, forneceu esclarecimentos valiosos, e aproveitando a ausencia temporaria dos sublevados, que occupavam posições mais avançadas para o lado de Pangim, facilitou a entrega das peças d'artilharia, que fôram levadas sem perda de tempo para bordo do barco. Era já noite completa quando chegou a Pangim, e fez desembarcar na esplanada do palacio do governador as peças que trouxera. Os sublevados perderam assim a unica artilharia de que podiam aproveitar-se, e com esta se armou a bateria fluctuante que assegurou a posse exclusiva da passagem do rio, proximo a Pangim. Ainda pairava sobre os adherentes do governo portuguez a ameaça da revolta, quando appareceu em acreditados jornaes inglezes a noticia de que o governo britannico resolvera mandar forças em soccorro dos portuguezes. Esta noticia, dada como verdadeira, sobresaltou os animos, pois era considerado um perigoso precedente a entrada de forças inglezas no territorio da India Portugueza. No *Times of India* publicou e firmou Pedro Gastão Mesnier, em nome do patriotismo verdadeiro, a recusa que o governo portuguez fazia do auxilio de qualquer nacionalidade extranha, e declarou a resolução inabalavel em que estavam os poucos fieis á bandeira das Quinas de não ceder a honra de defender a cidade que consideravam a Jerusalem da historia portugueza O relatorio do tufão que devastou a India, na noite de 22 para 23 de setembro de 1874, é um documento historico, que faz honra a Gastão Mesnier, o qual veiu depois publicado no *Diario do Governo*, de 10 de dezembro do mesmo anno, com a seguinte apostilla: «*Medalha de prata para distincção e premio concedida ao merito, philantropia e generosidade.* Pedro Gastão Mesnier, conductor civil de obras publicas na provincia de Macau, em virtude de egual proposta fundada nos serviços que o agraciado prestou conseguindo a nado e com risco de vida, durante o temporal occasionado pelo mencionado tufão, *levar um cabo a bordo d'uma lancha, salvando assim a tripulação.*» Gastão Mesnier era nadador audaz. Tendo regressado a Lisboa em 1875, atravessou o Tejo a nado em 12 de agosto d'esse anno, desde o Terreiro do Paço até ao pontal de Cacilhas, em competencia com Alfredo Ansur, que cansou a meio da travessia. Sempre irrequieto, Gastão Mesnier propoz se a realisar em Lisboa uma serie de conferencias geographicas, e offereceu-se ao governo para ir explorar a Africa central. Esta tentativa abortou, mas Gastão Mesnier logo em 1875 deu começo á serie das suas conferencias, no salão da Trindade, onde realisou uma sessão publica, em que larga e proficientemente se occupou do modo de classificar os povos. Outras conferencias realisou, mas fôram intervalladas por muitos e caprichosos acontecimentos que accidentaram toda a sua breve e agitada vida. Em 1876 estava de novo estudando em Coimbra. Foi n'esse anno, que na vespera dos exames houve n'aquella cidade successos desagradaveis, de que resultou a morte do negociante Joaquim dos Santos. Gastão Mesnier veiu para Lisboa com a commissão dos habitantes de Coimbra, e foi elle o encarregado de ler a el-rei D. Luiz no paço d'Ajuda, a representação que a commissão apresentára. Depois d'este breve periodo de agitação, dedicou-se ao cultivo placido das sciencias. Reabriu as conferencias, escreveu memorias scientificas sobre a pollinisação pelos insectos em plantas indigenas, e sobre o telegrapho impressor; e em 1880 collaborou na celebração do tricentenario de Camões, publicando um interessante opusculo. Escreveu para o congresso internacional em Lisboa uma dissertação sobre as formações geologicas da cordilheira dos Andes. Em 1878 acompanhou o visconde de S. Januario, como secretario particular, na missão diplomatica de que fôra encarregado de desempenhar junto das republicas americanas. Foi durante esta viagem que começou a soffrer a doença de espinha, a que mais tarde succumbiu. Em dezembro de 1879 regressou a Lisboa. Já bastante doente, ainda foi encarregado em 1880 das funcções, que em tempo, desempenhara o marquez de Sousa Holstein, de correspondente em Portugal da commissão de permutações litterarias, artisticas e scientificas, em Paris. Aggravando-se a doença, veiu a fallecer n'um quarto do hospital de S. José. Foi socio da Sociedade de Geographia de Lisboa e socio fundador do Instituto Vaccinico Vasco da Gama, de Gôa. Era cavalleiro das ordens de S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia; da Corôa, de Sião; e da real de Cambodge. Pedro Gastão Mesnier era irmão do distincto engenheiro sr. Raul Mesnier Ponsard (V. o *artigo seguinte*). Além do que já ficou mencionado, escreveu: *Ensaio de philosophia anthropologica; 1.º fasciculo: Agentes de transformação e classificação das raças humanas*, Coimbra, 1875; *Viagem de s. ex.ª o sr. visconde de S. Januario, governador geral da India Portugueza, ás praças do norte, Bombaim, Damão, Diu, Praganá, Surrate*, etc., Nova Gôa, 1871: *O Japão, estudos e impressões de viagem*, Macau, 1874, dedicado ao conde de S. Januario; *Idyllio*, Macau, 1874; com as iniciaes do autor, P. G. M; *A Odysséa camoneana*; *romagem aos principaes logares que a estada de Luiz de Camões deixou assignalados*; 4.ª conferencia preliminar da celebração do tricentenario, feita no salão da Trindade, de Lisboa, a 16 de maio de 1880, Porto, 1880; *Considerações ácerca do tratado de Lourenço Marques*, e da conveniencia de estabelecer n'essa localidade a capital portugueza dos dominios africanos orientaes, Porto, 1882.

Mesnier Ponsard *(Raul)*. Engenheiro, antigo professor de Mathematica, socio da Sociedade de Geographia de Lisboa, etc. N. no Porto a 2 de abril de 1849, sendo filho de Thiago Roberto Mesnier, e de sua mulher, madame Marie Elodie Ranzon. O sr. Raul Mesnier estudou no lyceu do Porto, e depois de completar o curso com a maior distincção, matriculou se na Universidade de Coimbra, seguindo por tres annos os cursos de Mathematica e de Philosophia, indo depois d'elles concluidos, aperfeiçoar-se em engenharia mechanica nas escolas e officinas de França, Suissa e Allemanha. Voltando a Portugal, passados alguns annos, foi encarregado de trabalhos importantes, que desempenhou com a maior competencia. Foi com a construcção do elevador do Bom Jesus, de Braga, que iniciou a sua carreira, revelando desde logo grande vocação, que tão brilhantemente depois accentuou. Em Lisboa construiu o primeiro elevador da calçada do Lavra ao Campo de Sant'Anna, que se inaugurou am abril de 1884; seguiram-se depois o da praça

de Camões ao largo da Estrella; da calçada da Gloria, da Avenida da Liberdade a S. Pedro d'Alcantara; da rua da Bica de Duarte Bello, de S. Paulo ao Calhariz, o da rua do Crucifixo á rua Garrett; o do largo de S. Julião ao largo da Bibliotheca; o de S. Sebastião da Pedreira, que partia do pé do theatro de D. Maria II, mas que já não existe. Em dezembro de 1900 dirigiu a construcção do ascensor da rua de Santa Justa, lançando uma ponte sobre a rua do Carmo, encurtando assim a distancia da rua Aurea ao Bairro Alto. O ascensor foi inaugurado em setembro de 1901, e é uma das mais gloriosas construcções d'este genero, que tem dirigido. *A Gazeta dos Caminhos de ferro* publicou a descripção completa d'este ascensor, que o *Occidente*, de 20 de março de 1897 reproduziu com as vistas respectivas, estando a construcção em principio,

Raul Mesnier Ponsard

acompanhado por um artigo, firmado pelo proprio engenheiro. Em setembro de 1901, por occasião da inauguração do ascensor, *O Brazil Portugal* publicou o retrato do sr. Raul Mesnier, e um artigo firmado pelo sr. Marrecas Ferreira, illustrado com algumas gravuras. No Porto publicou o sr. Raul Mesnier, em 1882, *O Arithmotechno*, machina destinada a executar todas as operações arithmeticas com rigor absoluto e inexcedivel rapidez (invenção do autor). E' um opusculo em 8.º gr. de XI-27 pag. com 29 estampas lithographadas desdobraveis. Tem escripto mais: *Nouveau systéme de fusil de guerre à culasse mobile*, sem designação de anno nem de typographia; *Projecto d'um novo systema de obturador para transformação das carabinas Westley Richards, de fórma a poder utilisar o cartucho metallico de fogo central*, Porto, 1879; *Project d'une carabine à repetition*, Porto, 1879, com uma estampa lithographada; *Projecto de espingarda de guerra, invenção de Raul Mesnier*, Porto, 1879, com uma estampa lithographada; *Novo methodo de obturador para espingarda de guerra de carregar pela culatra utilisando o cartucho metallico. Invenção do autor e construido debaixo da sua direcção na fabrica de armas do arsenal do exercito*, Lisboa, 1879; *Arma de guerra, projecto de modificações importantes a introduzir no modelo de obturador para espingarda de guerra, construido na fabrica de armas do arsenal do exercito, sob a direcção do autor e inventor; analyse critica da obturação Martini Francotte; comparação d'este systema de obturação com o systema do autor*, Porto, 1880, com uma estampa lithographada; *Project d'une nouvelle carabine à répétition, invention de Raul Mesnier*, Porto, 1880, com tres estampas lithographadas.

Mesquinhata. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. de Baião, districto e bisp. do Porto; 105 fog. e 486 hab. Tem esc. do sexo fem. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada perto da serra de Espinho. O abbade de Soalhães apresentava o cura, que tinha réis 50$000 de rendimento e o pé d'altar.

Mesquinhata ou **Mesquindade**. Terra de servos adstrictos a certa propriedade (*meskinos*) que eram considerados como infelizes pela sua triste posição na sociedade, que pouco se distinguia da de escravos. O senhor da *Mesquinhata*, quando a vendia ou trocava, passava-a ao novo possuidor com os seus *meskinos*, ou *servos de glêba*. A condição de meskino era hereditaria. O filho do meskino tambem o era, e todos os seus descendentes. D. Affonso Henriques, D. Sancho I, D. Affonso III, e mais particularmente D. Diniz, trataram de quebrar os grilhões dos meskinos, e reduzir a prepotencia e extorsões dos grandes. Depois de D. Diniz, D. Pedro I acabou com quasi todas as *mesquinhatas*, e D João II as aboliu, de facto e de direito, por uma vez.

Mesquita. Familia procedente de Fernão Martins Vasques Pimentel e de seus quatro irmãos, todos naturaes de Villa Real, que faziam parte dos cavalleiros que acompanharam el-rei D. Affonso V á conquista d'Arzilla em agosto de 1471. Recolhendo se n'essa occasião os moiros a uma mesquita, onde se não podia entrar, elles, tirando os cintos e atando os uns aos outros, os lançaram a uma das ameias, e subiram por elles, executando tudo com a maior rapidez. O seu exemplo foi logo seguido por outros, e a mesquita ficou em poder dos christãos. Em galardão d'esta façanha, D. Affonso V concedeu aos cinco irmãos as seguintes armas: Em campo de ouro cinco cintos vermelhos com fivellas e passadores de prata postos em banda; orla azul com sete flôres de liz de ouro; timbre, meio corpo de moiro vestido de azul com turbante de prata e uma lança da sua côr com a haste de ouro, e n'ella enfiada uma bandeirinha de prata. D. Affonso V, para perpetuar a memoria d'este facto, quiz que os cinco irmãos accrescentassem aos seus nomes o appellido de *Mesquita*.

Mesquita (*Alfredo de*). V. *Mesquita Pimentel (Alfredo de)*.

Mesquita (*Antão de*). Jurisconsulto que viveu no seculo XVII. Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, secretario do estado da

India, em Gôa, juiz dos feitos da Corôa e fisco real; apezar de ser secular foi deputado da Inquisição tambem de Gôa. Voltando a Portugal, foi desembargador da Casa da Supplicação, ouvidor do crime, chanceller das Ordens, deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, e desembargador do Paço Fal. em 1639. Deixou manuscriptas uma *Historia militar de Christo*, *Discurso sobre a melhor expedição das naus da India e da carga da pimenta*.

Mesquita (*Antonio*). Piloto na navegação da India, que escreveu um *Roteiro de viagem que fez a nau capitania de Nossa Senhora de Betten court em que ia Braz Telles de Menezes vindo de Goa para Portugal*. Esta obra não chegou a imprimir-se, assim como outra, que tambem escreveu: *Roteiro de viagem de Mazagão*.

Mesquita (*Augusto de Carvalho Vasques de*). V. *Vasques de Mesquita (Augusto de Carvalho)*.

Mesquita (*Augusto Cesar Ferreira de Mesquita, conde de*). Secretario do tribunal superior do contencioso technico aduaneiro, vogal do conselho d'arte dramatica, conselheiro, jornalista, escriptor, etc. N. a 6 de agosto de 1842. Foi educado no Real Collegio Militar, onde foi estudante muito distincto e premiado, concluindo o curso em 4 annos por ter feito exame dos dois primeiros á entrada para o collegio. Depois de terminar os estudos frequentou as escolas Polytechnica e do Exercito. Aos 17 annos incompletos era alferes. Pouco tempo, porém, foi militar, porque passou a servir em commissão no ministerio das obras publicas, e ali, ás ordens immediatas de Fradesso da Silveira, desempenhou varias commissões importantes e algumas de muito perigo, como a inspecção a escolas, que o ministerio do reino encarregara então á repartição de pesos e medidas, inqueritos a fabricas nos differentes districtos do reino e implantação do systema metrico, cuja adopção n'alguns pontos do paiz era recebida com repugnancia e com violencias. Em 1865 foi convidado pelo ministerio da fazenda a acceitar um logar de 3.º official da alfandega de Lisboa, que acabava de ser reorganisada em virtude d'uma nova reforma. No desempenho d'este logar houve-se de tal fórma que no fim de 5 annos obteve a primeira classificação n'um concurso para o logar de segundo verificador, em que foi provido. Um anno depois, sendo aberto concurso para o logar de primeiro verificador da alfandega do Porto, concorreu a elle, e obtendo a primeira classificação, foi despachado, partindo em seguida a tomar posse do seu novo logar. Regressando a Lisboa serviu em commissão no conselho geral das alfandegas, onde prestou tão bons serviços que lhe deram direito ao logar de vogal supplente do mesmo conselho, logar que serviu emquanto não vagou o effectivo, em que o proveram pelo fallecimento de José Alexandre Rodrigues, que fôra sempre seu mestre o seu amigo. Foi depois 1.º verificador da alfandega de Lisboa. Entrando na politica, filiado no partido regenerador, que tem sempre acompanhado, foi deputado pela primeira vez em 1877, eleito por Moçambique; fez parte da commissão da reforma da pauta d'aquella alfandega. O sr. conde de Mesquita era deputado quando o actor e mestre da arte dramatica José Carlos dos Santos cegou, e fez um requerimento á camara pedindo uma pensão; o sr. conde de Mesquita advogou calorosamente esta pretensão, com applauso de toda a camara. Dedicando-se desde muito novo a escrever para o theatro, estreou-se com a traducção da comedia em 2 actos, *Tres talentos*, que se representou no Gymnasio a 2 de agosto de 1864. No mesmo theatro, a 7 de fevereiro de 1865, representou-se tambem a sua primeira peça original, a comedia em 1 acto, *Os dois medrosos*. Seguiram se depois as seguintes peças, representadas umas no Gymnasio, outras em D. Maria II e em outros theatros: Originaes: *O portador d'esta*, 1 acto; *Amores de leôa*, 1 acto, parodia ao drama em 5 actos, *Os amores de leão*, traduzido por José da Silva Mendes Leal; *O sr. João José*, 1 acto; *Quem o feio ama....*, 1 acto; *Guerra e Paz*, 1 acto; *Vêr e crer*, 1 acto; *O Fidalguinho*, 3 actos; *A visão redemptora*, drama em 5 actos, de collaboração com o sr. Rangel de Lima; *Edmundo Dantés*, 10 quadros, idem, etc. Traduziu as seguintes peças: *Força do sexo fraco*, *Um visinho insupportavel*, *Circular n.º 99*, *Luiz XI e o poeta*, *O barbeiro do Valle*, comedias em 1 acto; Os dramas: *O Egoismo*, *João carteiro*, *Casa Nova*, *Abysmo*, *Direito e avêsso*, *Judeu polaco*, *Parentescos exquisitos*, *Os estroinas*, *Perola preta*, *Conde de Neubourg*, *Pae prodigo*, *Meia azul*, *O paralytico*, etc. Nos dramas *Casa Nova* e *Meia azul* entrou a notavel actriz Emilia das Neves; no *Egoismo* sobresaiu o antigo actor Theodorico; no *Abysmo* e *João carteiro*, evidenciou-se José Carlos dos Santos, e *O Paralytico* foi uma das corôas de Antonio Pedro. O sr. conde de Mesquita foi folhetinista durante muitos annos do *Jornal da Noite*, e tem collaborado em muitos jornaes politicos e litterarios. Em 1901 foi agraciado com o titulo de conde e já anteriormente recebera a carta de conselho. Era sobrinho do grande estadista Fontes Pereira de Mello.

Mesquita (*Augusto Geraldes de*). N. no Porto a 17 de junho de 1866, fal. na Guarda a 25 de maio de 1896. Era filho do dr. Vasques de Mesquita. Frequentava o 5.º anno da faculdade de Direito, na Universidade de Coimbra, quando a tuberculose pulmonar se lhe manifestou de fórma gravissima, de que veiu a fallecer. Ainda chegou a collaborar na peça *O sonho d'um bacharel*, representada na recita de despedida do curso do 5.º anno juridico, que se realisou, quando o desventurado academico estava no sanatorio da Guarda. Deixou differentes trabalhos que revelavam expecionaes aptidões, dos quaes citaremos os dramas em verso *D. Sebastião* e *Egas Vicente*, que depois se imprimiram. Quando adoeceu havia começado as peças: *Boneca da princeza*, *Camello, mulher e filha*, *Medalha de Lolotte*, e a traducção em verso, da comedia *O irresoluto*. Collaborou no *Defensor do povo*, de Coimbra, onde publicou um romance de costumes original, denominado *Testa & C.ª* Collaborou tambem em muitos jornaes litterarios, e traduziu em verso o libretto da opera de Mascagni, *Cavalleria rusticana*. Traduziu ainda a comedia *O que ahi vae*, e escreveu uma revista em 2 actos. Deixou ineditas muitas poesias.

Mesquita (*Belchior Moraes de*). Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra. N. em Villa de Castro, comarca da Torre de Moncorvo, a 8 de junho de 1692. Foi advogado em Freixo-de-Espada-á-Cinta, e traduziu do hespanhol a obra do padre jesuita Jeronymo Dutari,

intitulada *Pasto da alma no amargoso banquete da Paixão de Christo*, que se não publicou.

Mesquita (*Diogo de*). Governador de Moçambique, ou antes capitão de Sofala, como ainda então se dizia. Tomou posse do governo em 1551, e entregou-o em 1554 a D. Diogo de Sousa. Foi durante o seu governo que succedeu o naufragio de Sepulveda.

Mesquita (*Francisco de*). Secretario de D. Alexandre de Bragança, irmão d'el-rei D. João IV. Era filho de Thomé de Mesquita, desembargador da Casa de Bragança, e de D. Luiza Saraiva. Escreveu uma *Relação do casamento do serenissimo duque de Bragança D. João com a senhora D. Luiza Francisca de Gusmão*, obra que ficou manuscripta.

Mesquita (*Francisco de Paula Ferreira de*). Vice almirante. N. em 1821, e fal. em dezembro de 1892. Assentou praça de aspirante de marinha em setembro de 1835, contando 14 annos de edade, e foi graduado n'esse posto em 1839, sendo promovido á effectividade d'este posto em dezembro de 1840. Tendo terminado as campanhas da Liberdade, Ferreira de Mesquita foi completar os seus estudos, não só no curso de marinha, como no de astronomia, geodesia e desenvolvimento de physica, e sendo despachado segundo tenente, em 19 de setembro de 1844, fez parte da expedição a Catumbella e Dombo, sob o commando do almirante Gonçalves Cardoso, em que ficou ferido, e recebendo o baptismo de saugue, que não recebera na expedição á Guiné, sob as ordens do almirante visconde da Praia Grande de Macau em 1842. Em dezembro de 1857 foi promovido a primeiro tenente, acompanhou a expedição de Angola em 1860, sob o commando do infante D. Luiz, mais tarde rei D. Luiz I. Pouco tempo depois da sua promoção áquelle posto, deu-se em Lisboa um pavoroso incendio na Boa Vista nas officinas typographicas de Castro & Irmão, no principio de novembro de 1858, e Ferreira de Mesquita, collocando se á frente dos marinheiros e gente do arsenal, e ao lado dos officiaes francezes que commandavam a gente desembarcada dos navios do seu paiz, então surtos no Tejo, portou-se com tal coragem que mereceu uma portaria de louvor. Ferreira de Mesquita fez uma estação na costa occidental d'Africa, em que tomou parte no aprezamento de oito navios, e mostrando sempre que affrontava de modo egual, com a mesma serenidade d'animo, todos os riscos e perigos, vêmol-o por occasião da epidemia da febre amarella, em 1857, ás ordens do inspector do arsenal da marinha Gonçalves Cardoso, prestando serviços relevantes, merecendo pelos seus actos de heroica dedicação ser condecorado com o habito da ordem de Nossa Senhora da Conceição. O governo hespanhol agraciou-o com o habito da ordem de Izabel a Catholica pelo soccorro que prestou á goleta *Palmira*, conseguindo pôl-a a navegar na entrada do porto de Faro, e a outra goleta, *Carmen*, que pôde salvar com perigo de vida, e praticando um acto verdadeiramente heroico, quando aquelle navio estava encalhado no cabo de Santa Maria, e com fogo a bordo no carvão que trazia no porão. Foi promovido a capitão-tenente em 1863, a capitão de fragata de 1872, e a capitão de mar e guerra a 10 de novembro de 1877. Ferreira de Mesquita era tambem commendador da ordem de S. Bento de Aviz; possuia a medalha commemorativa da expedição de Angola, e a commenda da Aguia Vermelha, da Prussia. Foi ajudante do observatorio de marinha, e como tal tomou parte em todos os trabalhos d'elle, havendo-lhe o jornal scientifico allemão *Astronomisth Nachrichten* concedido a honra de publicar observações suas para determinação da paralaxe de Marte. No anno lectivo de 1869-1870, teve o encargo de ensinar aos estudantes da Escola Naval as praticas de astronomia e navegação. Extinguindo-se o observatorio em 1874, passou a professor da referida escola e a director do deposito de cartas e instrumentos necessarios á navegação, tendo ainda, como professor, o cargo de todo o serviço que a marinha de guerra reclama d'um observatorio astronomico, o do balão regulador da hora do tempo medio.

Mesquita (*P. João de*). Jesuita. N. em Anciães, no arcebispado de Braga, e fal. em 1586. Era filho de Fernão de Mesquita e de Violante Nunes. Entrou na Companhia de Jesus no collegio de Coimbra, a 10 de junho de 1549. Partiu depois para o Oriente, como missionario, onde falleceu. Deixou varias cartas escriptas a alguns padres da Companhia.

Mesquita (*João Manuel do Campo de*). Escreveu: *Memoria sobre a cultura dos nabos na Beira e particularmente na comarca de Trancoso e vantagens que d'ella pódem resultar*, Lisboa, 1811.

Mesquita (*Fr. José de*). Freire professo na ordem de Christo. N. em Lisboa, sendo filho do desembargador Miguel Nunes de Mesquita e de D. Josepha Maria Rebello. Professou no convento de Thomar a 18 de dezembro de 1714, onde aprendeu as sciencias escolasticas. Foi orador muito apreciado no seu tempo. Escreveu: *Sermão nas exequias do serenissimo senhor infante D. Carlos, que prégou no real convento de Thomar em 20 de abril de 1736*. Lisboa, 1736. Deixou em manuscripto: *Observações chimicas, e varias receitas especificas para diversos achaques; Flores Doctorum*.

Mesquita (*Manuel Fraião de*). Domestico do duque de Aveiro, D. Alvaro de Lencastre, que lhe era muito affeiçoado. Escreveu: *Relação do roubo sacrilego feito na parochia de Santa Engracia, succedido a 16 de janeiro de 1630*, sem logar de impressão; *Relação das solemnidades dedicadas ao Santissimo Sacramento por causa do mesmo roubo*.

Mesquita (*Manuel Jacome de*). Presidente em Gôa, e talvez d'ali natural, que viveu no seculo XVII. Escreveu: *Relação do que succedeu na cidade de Gôa, e em todas as mais cidades e fortalezas do estado da India, na felice acclamação d'el-rei D. João IV de Portugal, e no juramento do principe D. Theodosio, conforme a ordem que a uma e outra cousa deu o conde de Aveiras, João da Silva Tello e Menezes, vice-rei e capitão general do mesmo estado;* Gôa, 1643.

Mesquita (*Marcellino Antonio da Silva*). Medico cirurgião pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, jornalista, escriptor dramatico, vogal do conselho d'arte dramatica, etc. N. no Cartaxo em 1 de setembro de 1856, sendo filho de Antonio da Silva Mesquita e de D. Anna Ignacia Mesquita. Começou os estudos preparatorios no lyceu de Santarem e terminou-os na Escola Polytechnica, de Lisboa. Matriculando-se depois na Escola Medica, seguiu o curso com distincção, o qual concluiu em 1885. Foi deputado em algumas legislaturas,

eleito pelo Cartaxo. Tem collaborado em diversos jornaes politicos e litterarios, em que se conta o *Chronista*, que saiu no Cartaxo em 1886 e 1887, em que publicou revistas e artigos criticos e humoristicos. Fundou o jornal *Portugal* e a *Comedia Portugueza*, critico e de caricaturas, com a collaboração artistica do desenhador Julião Machado. Publicou em 1885 a sua dissertação para o acto grande na Escola Medico-Cirurgica, que tem por titulo *Hysteria*. Ainda estudante escreveu em verso a peça em 5 actos, *Leonor Telles*, que foi representada no theatro D. Maria II por estudantes a 3 de outubro de 1889, n'um beneficio de caridade, e mais tarde pela companhia do mesmo theatro: imprimiu-se em 1893. Apresentou depois a comedia drama em 5 actos *A Perola*, que o commissario regio junto ao theatro de D. Maria II, então A. de Sousa e

Marcellino Antonio da Silva Mesquita

Vasconcellos, rejeitou por immoral, provocando uma larga discussão na imprensa, mas que mais tarde se representou no theatro do Principe Real, em 26 de maio de 1885; foi impressa n'esse mesmo anno. No Gymnasio apresentou, em 1887, a comedia-drama *O Sr. Barão*. De collaboração com Gualdino Gomes escreveu uma revista para o theatro da Avenida, com o titulo *A tourada*. O sr. Marcellino de Mesquita foi um dos concorrentes quando a commissão de festejos por occasião do 4.º centenario da descoberta da India abriu concurso para um drama historico sobre tal assumpto. Entre 12 peças, que appareceram, foi a sua peça a segunda classificada, tendo por titulo *O sonho da India*. Publicou um livro de contos intitulado *Na azenha*, e um livro de poesias, *As meridionaes*. Nos theatros de D. Maria II e de D. Amelia teem-se representado as seguintes peças, além das já mencionadas: *O Regente*, *Sempre noiva*, *Os Castros*, *O velho thema*, *O rei maldito*, *Sonho*, *Dôr suprema*, *O tyranno de D. Cresson*, parodia ao drama *Cyrano de Bergerac*; *Peraltas e sécias*; *Petronio*, peça extrahida do romance *Quo vadis*?; *Almas doentes*; *Uma anecdota*, scena dramatica; *O tio Pedro*; *A noite do Calvario*, comedia representada no Principe Real em 17 de fevereiro de 1907 e que a censura prohibiu; *Envelhecer*, peça em 4 actos, representada em março de 1909 e tambem publicada em volume. Diz-se que tem em preparação um drama em que a figura principal é Luiz de Camões, e uma peça de grande espectaculo, *S. Frei Gil*. Escreveu o romance historico *Os quatro reis impostores*, Lisboa, 1908.

Mesquita (*Martinho de*). Escriptor e poeta, nascido no Rio de Janeiro em 1635. Era filho de Gaspar Dias de Mesquita. Ignora-se o anno em que saiu do Brazil, mas sabe-se que era ainda muito novo, quando seguiu para Roma, onde estudou e se doutorou em Canones e jurisprudencia civil, no collegio da Sapiencia em 1661. Tomou ordens sacras. Em Roma foi secretario do cardeal Barberino. Escreveu diversas memorias e poesias, tanto em latim como em portuguez, que ficaram muito apreciadas.

Mesquita (*Miguel Correia de Mesquita Pimentel, 1.º barão de*). Tenente-general, commendador das ordens da Torre e Espada e de S. Bento de Aviz; gran-cruz da de Izabel a Catholica, de Hespanha, etc. N. em Villa Real, de Traz-os-Montes, a 22 de novembro de 1792, fal. em Extremoz a 27 de março de 1860. Alistando-se no batalhão de caçadores 3 em dezembro de 1808, foi despachado alferes no anno seguinte, e promovido a tenente em junho de 1810. Fez toda a guerra da Peninsula; assistiu ás acções de Côa, Bussaco, Fuentes de Oñoro, Salamanca, Victoria, Pirinéos, Nivelle, Nive e Tolosa, e ás tomadas de Badajoz e Madrid; foi contuso em Pamplona e recebeu dois gravissimos ferimentos na batalha de Nive, sendo promovido a capitão pelo modo como se portou n'esse dia. Abraçando com enthusiasmo os principios da revolução de 1820, defendeu-os com a espada na mão durante as campanhas de 1826, 1826 e 1827, e sendo promovido a major em julho d'esse anno para o batalhão de caçadores n.º 11, contribuiu muito para a revolução de maio do anno seguinte na cidade do Porto; entrou nas acções da Cruz de Morouços e Vouga. Emigrando depois para a Galliza passou a Inglaterra, foi um dos valentes que se offereceram para a expedição aos Açores que a esquadra ingleza não deixou chegar á Terceira, e indo então para França partiu depois para aquella ilha. Desembarcando nas praias do Mindello com o exercito libertador, assistiu á acção de Ponte Ferreira, ganhou o posto de tenente coronel no dia 29 de setembro de 1832; foi durante as campanhas da Liberdade condecorado tres vezes com a ordem da Torre e Espada pelo seu brilhante comportamento nas batalhas de 5 e 25 de julho de 1833, e na da Asseiceira, onde sendo já coronel commandou o regimento de infantaria n.º 18. Terminada a guerra civil esteve á frente do regimento de caçadores n.º 3 e do batalhão 27, e foi segundo commandante das forças cartistas que depois da acção de Ruivães capitularam em Chaves. Posteriormente foi-lhe dada a graduação de brigadeiro em janeiro de 1842, a effectividade d'esse posto em julho de 1845, e tendo governado a praça de Peniche e

a de S. Julião da Barra e commandado a 1.ª brigada do exercito de operações contra a junta do Porto, foi elevado a marechal de campo em junho de 1847, graduado em tenente-general em abril de 1857, e promovido a tenente-general effectivo em dezembro do anno seguinte. Exerceu tambem o cargo de governador do castello de S. Jorge em Lisboa, de commandante da 1.ª brigada da guarnição da capital, de vogal supplente do Supremo Conselho de Justiça Militar, e de commandante da 1.ª divisão militar. Tendo sido nomeado para essa commissão em maio de 1851, n'ella se conservava ainda quando falleceu. Era casado com D. Luiza Rita de Freitas. O titulo de barão foi concedido por decreto de 17 de janeiro de 1848.

Mesquita *(Miguel Correia de Mesquita Pimentel, 2.º barão de).* Commendador da ordem de Christo, cavalleiro das de Aviz, S. Thiago e de Nossa Senhora da Conceição; tenente-coronel reformado. N. em 27 de dezembro de 1827, fal. ha alguns annos. Era filho do 1.º barão de Mesquita *(V. o artigo antecedente).* Casou em 1872 com D. Rosa Eleuteria de Gusmão Mexia Fernandes Lobo Côrte Real. O titulo foi concedido em verificação de vida, por decreto de 25 de outubro de 1854.

Mesquita *(Pedro).* Escriptor que viveu muitos annos na Ethiopia, onde estudou e investigou cuidadosamente os costumes e ritos dos seus habitantes, assim como as plantas e arvores que produz o seu territorio. Escreveu a *Historia da Ethiopia*, que ficou inedita.

Mesquita *(Fr. Pedro de).* Presbytero do habito de S. Pedro. Era natural da Torre de Moncorvo, e fal. na serra d'Arrabida em 25 de março de 1649. Passou os ultimos 10 annos da sua vida na solidão e penitencia, na referida serra. Recebeu da Egreja o titulo de *veneravel.*

Mesquita *(Pero de).* Bailio de Leça e commandante da artilharia no exercito com que el-rei D. Sebastião passou á Africa em 1578. Diz fr. Bernardo da Cruz, na *Chronica* do infeliz monarcha, que Pero de Mesquita era homem velho e experimentado na arte militar. No principio da batalha d'Alcacer-Kibir pretendeu Pero de Mesquita abalar os inimigos com algumas descargas de artilharia, mas a falta de direcção e unidade do commando na acção, em breve se fez sentir, e, no momento em que os aventureiros davam a sua brilhante carga, Pero de Mesquita caiu morto por uma bala de mosquete.

Mesquita *(Roberto Luiz de).* Bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra, deputado nas côrtes constituintes de 1821. N. no castello de S. João Baptista, de Angra do Heroismo, em 1785, fal. nos Açôres em agosto de 1870. Seguiu a carreira militar, servindo na arma de engenharia, reformando-se no posto de capitão. D'elle fala Balbi no *Essai Statistique*, tomo II, pag. XVI. Escreveu: *A imparcialidade julgando os jesuitas*, Lisboa, 18 0.

Mesquita *(Salvador de).* Latinista. N. no Rio de Janeiro em 1646. Destinando se á vida ecclesiastica, foi para Roma ainda muito novo, onde estudou no Seminario Romano, e tomou ordens sacras. Era filho de Gaspar Dias de Mesquita. Primando como latinista, tornou-se afamado poeta, escrevendo por gosto e preferencia em latim as suas obras poeticas, e explorando principalmente a poesia dramatica. Escreveu um drama sacro, *Sacrificium Jepht*, que fez publicar em Roma, e que fundou a sua reputação como latino. Em manuscripto deixou, segundo consta, as tragedias *Demetrius*, *Perseus*, *Prussios* e *Bithiny.*

Mesquita *(Simão Correia de).* Escriptor que viveu no seculo XVIII, e escreveu: *Relação do choque que tiveram os cavalleiros da praça de Mazagão com os moiros de Aducaya e Azamoro em 7 de dezembro de 1751.* Lisboa, 1752. A este respeito publicaram-se diversos opusculos escriptos por diversos, os quaes veem mencionados no *Diccionario bibliographico*, vol. XIX, pag. 215.

Mesquita *(Vicente Nicolau de).* Official do nosso exercito. N. em Macau pelos annos de 1818, sendo filho do advogado Frederico Albino de Mesquita e de D. Clara Esmeralda Pereira Carneiro. Alistando-se em 1835 no batalhão de artilharia da sua terra natal, passou a frequentar as aulas de mathematica sendo ao mesmo tempo empregado no laboratorio dos artificios de fogo, como então era pratica em Macau entre aquelles que desejavam alcançar habilitações scientificas. Pela estreiteza dos quadros só em 1847 foi despachado tenente para o seu batalhão, e era esse o posto de Mesquita quando a 22 de agosto de 1849 foi assassinado o governador Amaral. O conselho do governo assumiu então a direcção superior dos negocios, mas no meio das suas resoluções nada decidia para segurança da cidade, ao passo que repentinamente appareciam fortificadas, armadas e guarnecidas por milhares de guerreiros chinas, as alturas proximas de Macau, e se esperava uma revolta aberta dos subditos do celeste imperio moradores na cidade em numero de 16 a 30 mil. quando a população christã não excedia 5 a 6 mil. A mais notavel fortificação chineza e a mais temivel era o forte Passaleão construido na parte superior de uma abrupta collina nas proximidades da Porta do Cerco e que com o seu fogo podia varejar o porto inferior e a baixa da cidade dos lados do campo. Muitos dos populares e parte do batalhão nacional creado pelo governador Amaral correram para o lado da Porta do Cerco, estabeleceram uma especie de acampamento cingido de fossos, e ahi por mais de dois dias esperaram as decisões do governo, até que este satisfazendo as reiteradas e instantes exigencias de Mesquita, que estava servindo de ajudante de ordens do conselho do governo, ordenou que esse official para ali marchasse com um obuz de campanha e 24 praças, ao mesmo tempo que mandou para esse ponto uma parte do batalhão. Chegando á Porta do Cêrco o tenente Mesquita reconhecendo que um ataque immediato produziria o espanto e o desaccordo no exercito chinez, propôz aos que o rodeavam o assalto do Passaleão; exclamou cheio de enthusiasmo que iria elle só fazer-se matar se ninguem o acompanhasse, avançando para a fortaleza seguido de 24 praças do destacamento do seu commando e de paizanos ou soldados do batalhão nacional, foi accommetter, 400 acobertados pelas muralhas guarnecidas com 20 peças de calibre 18. Marchando a um de fundo escaparam aos tiros do inimigo seguindo pelos carreiros divisorios dos arrozaes na planicie; chegados á encosta agarraram se ao mato e ás pedras, e respondiam com um ou outro tiro aos dos contrarios, até que trepando aos muros do forte e entrando pelas canhoneiras e pelas ameias ex-

pulsaram ás coronhadas os inimigos que tentavam resistir. Parece realmente inacreditavel para quem não conhece a pusillanimidade dos orientaes, que em menos de uma hora se levasse a cabo a tomada do Passaleão, mas assim aconteceu e depois de tantos dias de angustia o bravo Mesquita, com o seu arrojo e intrepidez, conseguiu fazer levantar os arraiaes do inimigo e livrar a cidade da temida invasão. Esse brilhante feito d'armas, celebrado com justas palavras de louvor na obra de D. Sinibaldo de Mas, *La Chine et les puissances chrétiennes*, valeu ao audacioso Mesquita a promoção de tenente, por decreto de 12 de janeiro de 1850. Continuou o distincto official merecendo a estima dos seus concidadãos pela sua constante applicação ao estudo e pelas suas excellentes qualidades moraes, mas o homem que não se acobardava em frente do inimigo, era fraco e timido nas questões da vida intima e d'esta se originaram allucinações que tiveram bem triste fim. A 19 de março de 1880 Vicente Nicolau de Mesquita, tendo chegado ao posto de coronel e continuando sempre a viver em Macau, foi tomado um accesso de loucura furioso e sanguinario, massacrou a mulher e os filhos, e depois suicidou se.

Mesquita. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Dois Portos, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Espirito Santo, conc. de Mertola, distr. de Beja. || S. Marcos da Serra, conc. de Silves, distr. de Faro. || Espirito Santo, de Pera, do mesmo conc. e distr. || Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, do mesmo distr. || S. Pedro, de Vaqueiros, conc. de Alcoutim, do mesmo distr. || Monte na freg. de Santa Maria, de Evora Monte, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Roça na ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Mesquita Alta e Mesquita Baixa. Duas povoações na freg. de S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro.

Mesquita de Carvalho *(Luiz Pinto de)*. General de brigada reformado, presidente da commissão da classificação dos sargentos para empregos publicos, cavalleiro da ordem de Aviz, bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra. N. em Cahide, concelho de Louzada, a 20 de junho de 1830. Assentou praça em 21 de agosto de 1849, sendo promovido a alferes em 1851, a tenente em 1861, a capitão em 1873, a major em 1883, a tenente-coronel em 1884, a coronel em 1888, reformando-se no posto de general de brigada em 23 de novembro de 1893. Em 1889 era commandante de infantaria n.º 3. Escreveu: *Memoria sobre a organisação da defeza nacional*, Porto, 1870; *A verdadeira situação militar de Portugal*, Porto, 1888; *O exercito e o campo de manobras*, Porto 1867; *Estudos de tactica, primeira parte*, Lisboa 1870; *segunda parte*, 1874. Consta que em manuscripto conserva: *Memoria apresentada á Academia Real das Sciencias de Lisboa, sobre o systema defensivo de Portugal, segundo o programma da mesma academia para 1878; Conferencias de tactica feitas perante os officiaes da guarnição do Porto em janeiro de 1880.*

Mesquita Castello Branco (*Jorge de*). Governador de Cabo Verde, que succedeu em 1651 a Pedro de Semedo Cardoso. Em 1652 fortificou a Villa da Praia e mudou para ahi a capital. Em 1653 entregou o governo a Pedro Ferreira Barreto.

Mesquita e Mello *(Antonio Joaquim de)*. Poeta. N. n'uma quinta das proximidades do Porto em 1789; ignora-se a data do fallecimento. Era filho do dr. Domingos José de Mesquita e de D. Bernardina Ignacia de Freitas. Teve a infelicidade de cegar aos 2 annos de edade, o que não o impediu, comtudo, de cultivar as letras, ajudando-se das boas disposições com que a natureza o dotara. Escreveu: *O Porto invadido e libertado, poema*, Lisboa, 1815; saiu sem o seu nome; *Collecção de sonetos improvisados em varias occasiões de jubilo*, Porto, 1821; *Despedida á Gazeta de Lisboa*, Porto, 1821; *A Reforma*, Porto, 1821; *Agradecimento ao Soberano Congresso Nacional pela concessão da liberdade de imprensa*, Porto, 1821; *Defeza das mantilhas*, Porto, 1821; *Obras poeticas*, Porto, 1824; além de um bom numero de poesias lyricas, sonetos, odes, satyras, epistolas, glosas, etc, encerra este volume uma tragedia original, intitulada *Coriolano; A deplorada morte do nosso verdadeiro pae, imperador e rei, o senhor D. João VI; elegia*, Porto, 1826; *A Precita, ou uma visita ao marquez de Pombal, drama original em 4 actos*, Porto, 1844; *Palestras entre um capucho e um escudeiro*, Porto, 1823; *Cartas de Notanio Portuense a Silvio Transmontano, contendo a historia da nossa redempção politica desde a morte d'el rei D. João, VI até a rainha D. Maria II assumir a regencia do reino*, etc., Porto, 1836; *Elegia á morte d'el-rei o sr. D. Pedro IV*, Porto, 1834; *Sonetos recitados na augusta presença dos nossos soberanos, no theatro de S. João*, etc., Porto, 1852; *A minha volta da aldeia, poesia*, Porto. Afinal colligiu as suas composições em 2 volumes, no formato de 8.º gr., os quaes se imprimiram no Porto, o 1.º em 1859, e o 2.º em 1862.

Mesquita e Mello *(Joaquim Antonio de Carvalho Santa Martha)*. Fidalgo da Casa Real, desembargador da Casa da Supplicação, com exercicio na Relação e Casa do Porto; juiz conservador da Universidade, etc. Era filho de Domingos de Carvalho, proprietario, e de sua mulher D. Thereza Maria de Jesus. Casou com D. Luiza Leocadia de Mesquita Alcoforado d'Almada e Mello, filha de Luiz de Mesquita Alcoforado d'Almada e Mello, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher D. Maria Ludovica Coutinho da Maia.

Mesquita Pimentel *(Alfredo de)*. Funccionario publico, escriptor e jornalista contemporaneo. N. em Augra do Heroismo a 19 de julho de 1871, sendo filho de João Marcellino de Mesquita Pimentel e de D. Maria Guilhermina de Bettencourt. Cursou o Instituto Industrial e Commercial de Lisboa. Foi secretario da Escola Naval, e é secretario da Bibliotheca de Marinha. Dirigiu o jornal de economia e finanças *O Credito*. Tem sido redactor dos seguintes jornaes de Lisboa: *Democracia Portugueza; Revista illustrada*, de Antonio Maria Pereira; *O Nacional*, de Marianno Pina; *Portugal, Correio Nacional, Jornal do Commercio, Diario de Noticias* e da revista *O Occidente*, em que succedeu no logar de chronista a D. João da Camara, usando o pseudonymo de João Prudencio. E' correspondente telegraphico, em Lisboa, do *Commercio do Porto*. Collaborou com Raphael Bordallo Pinheiro no *Antonio Maria* e na *Parodia*. Foi eleito delegado da Associação dos Jornalistas de Lisboa aos congressos

da imprensa em Italia, França e Suissa. Em 1901 foi encarregado pelo *Diario de Noticias* de acompanhar el-rei D. Carlos e a rainha senhora D. Amelia na sua viagem á Madeira e ilhas dos Açôres, e de todos os pontos enviava áquelle jornal curiosas cartas ácêrca da viagem. N'essa occasião foi agraciado com o habito da ordem de Christo. O sr. Alfredo de Mesquita fez parte do commissariado de Portugal e jury internacional na exposição universal de S. Luiz, Estados Unidos da America. Ali representou ainda Portugal, no Congresso da Imprensa, sendo escolhido para seu vice-presidente. Tem escripto os seguintes livros: *Julio Cesar Machado* (retrato litterario), o primeiro livro que publicou; *Portugal moribundo*, carta aos senhores deputados, baseado nos acontecimentos de 1890; *Vida airáda*; *De cara alegre*, 1897; *Terras de Hespanha*, 1898; *Cartas da Hollanda*, notas que reuniu e coordenou da sua viagem áquelle paiz em 1899, nas festas da inauguração do reinado da joven rainha Guilhermina, 1900; *Lisboa*, *Memorias d'um fura-vidas; Os binoculos*, de collaboração com Joaquim Menezes. Em folhetins na *Voz Publica*, do Porto, publicou um romance de costumes politicos, intitulado *A rua do Ouro*, que saiu depois em volume, com o sub titulo de *romance lisboeta*, Lisboa, 1906. Todos os seus livros teem sido muito festejados pela imprensa. Em 1902, de collaboração com Camara Lima, escreveu a revista *Na ponta da unha*, que se representou com applauso no theatro da Rua dos Condes. Em 1906 foi agraciado pelo presidente Loubet com a Legião de Honra. O importante jornal *A União Portugueza*, que se publica em S. Francisco, na California, inseriu por essa occasião o retrato do sr. Alfredo Mesquita, acompanhando o de palavras elogiosas.

Mesquitella *(D. João Affonso da Costa e Sousa de Macedo e Vasconcellos, 4.º visconde e 2.º conde de).* Foi duque d'Albuquerque. V. *Portugal*, 1.º vol. pag 136.

Mesquitella (*D. José Francisco da Costa de Sousa e Albuquerque, 2.º visconde de).* Governador e capitão general do Algarve. N. a 28 de maio de 1740, fal. a 6 de janeiro de 1802. Era filho de D. Antonio José da Costa, capitão de mar e guerra, e governador dos Rios de Sena, e casando com uma filha do 1.º visconde de Mesquitella, D. Luiz de Sousa de Macedo, foi agraciado com esse titulo.

Mesquitella *(D. Luiz Antonio da Costa de Sousa de Macedo e Albuquerque, 5.º visconde e 3.º conde de).* Fidalgo da Casa Real, 13.º camareiro-mór do reino, 15.º armador-mór, commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição. N. no seu palacio ao Poço Novo, em Lisboa, a 25 de setembro de 1816, fal. a 18 de dezembro de 1896. Era filho do 1.º conde de Mesquitella, D. Luiz da Costa de Sousa de Macedo e Albuquerque, e da condessa, sua mulher, D. Maria Ignacia de Saldanha de Oliveira e Daun, irmã do marechal duque Saldanha; irmão do 2.º conde de Mesquitella e duque d'Albuquerque, D. João Affonso da Costa de Sousa de Macedo e Albuquerque. Entrou no antigo Collegio dos Nobres, onde seguiu os respectivos cursos, sendo sempre em todas as aulas o primeiro classificado. Dedicava-se ao estudo da faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, quando rebentou a guerra civil. Serenando mais as luctas matriculou se na Escola Polytechnica, e d'ali seguiu para a vida administrativa. Por occasião do conflicto de 1846, e a exemplo de muitos fidalgos, assentou praça no esquadrão de cavallaria de voluntarios da Carta e Rainha, ao qual fôra incumbida a defeza de Lisboa, no mais acceso da lucta. Tomou parte activa em 1851, no movimento conhecido pelo nome de *Regeneração*, sendo um seu partidario convicto e sincero até fallecer. Foi nomeado para o extiucto conselho de Estado, hoje Supremo Tribunal Administrativo. Exerceu varias commissões importantes, e entre ellas o cargo de governador civil de Lisboa no anno de 1870. Por morte de seu irmão, conde de Mesquitella e duque d'Albuquerque, D. João Affonso da Costa de Sousa de Macedo e Albuquerque, que falleceu em 1890 no estado de solteiro, succedeu nas honras e titulos da casa de seus maiores. O conde de Mesquitella era por direito barão de Murlingar na Escocia, senhor da Ilha Grande de Joannes, com assento na camara dos lords em Inglaterra, titulo e privilegios inherentes a sua familia desde 1662, epoca em que o rei da Gran-Bretanha, Carlos II, os concedeu a um dos seus antepassados em especial attenção aos serviços prestados por Antonio de Sousa de Macedo a seu pae, o rei Carlos I. O illustre fidalgo era de grande intelligencia e illustração, um dos poucos hellenistas e latinistas de profundo conhecimento d'estas linguas.

Mesquitella *(D. Luiz da Costa de Sousa de Macedo e Albuquerque, 4.º visconde e 1.º conde de).* Diplomata. N. a 25 de março de 1780, fal. a 26 de novembro de 1853. Era filho do 2.º visconde do mesmo titulo, D. José Francisco da Costa de Sousa e Albuquerque. Por morte de seu pae, succedida em 1802, herdou a sua importante casa e titulos, em que tambem se inclue o de senhor da Ilha Grande de Joannes, barão de Murlingar, e de par de Inglaterra. A 22 de janeiro de 1818 foi elevado ao titulo de conde de Mesquitella. No anno de 1814 foi nomeado embaixador extraordinario a Turim, para felicitar o rei da Sardenha pelo regresso aos seus estados. Quando em 1826 se organisou a camara dos pares, o conde de Mesquitella foi nomeado um dos seus membros.

Mesquitella *(D. Luiz Maria Alvaro da Costa de Sousa de Macedo, 6.º visconde e 4.º conde de).* Fidalgo da Casa Real com exercicio no Paço; official-mór, 14.º armador e armeiro-mór, etc. Succedeu a seu pae, o 3.º conde do mesmo titulo, D. Luiz Antonio da Costa de Sousa de Macedo e Albuquerque, no titulo e nas mais honras que de ha muito pertencem a esta nobre e antiga casa, em que se contam o de senhor da Ilha Grande de Joannes e barão de Murlingar. Filiado no partido regenerador, foi por muitos annos collaborador do *Diario Illustrado* e é redactor do *Noticias de Lisboa*. Exerceu o cargo de administrador dos concelhos do Barreiro e de Cintra. Tem viajado muito, e é director do Grande Club de Lisboa.

Mesquitella *(Luiz de Sousa de Macedo, 1.º visconde de).* Official do nosso exercito no seculo XVIII Como descendente do secretario de Estado, embaixador em Inglaterra, no tempo de D. João IV, Antonio de Sousa de Macedo, herdou os titulos de senhor da Ilha Grande de Joannes, de barão Murlingar e de par de Inglaterra. Foi co-

ronel do regimento do marechal do nosso exercito, conde de Schaumbourg Lippe, chegando ao posto de tenente-general. Em 28 de maio de 1754 foi agraciado com o titulo de visconde de Mesquitella.

Mesquitella *(D. Rodrigo de Castro, conde de)*. Senhor do morgado do Torrão, general do nosso exercito no seculo xvii. Começou servindo logo depois da acclamação de D. João IV, sendo um dos capitães das duas companhias de cavallos que se formaram no Alemtejo, e continuando a militar n'essa provincia, chegou a ser governador da cavallaria que n'ella operava, até que em 1647 foi encarregado do commando de um dos dois partidos em que então se dividia a Beira. N'essa fronteira obteve alguns successos contra os hespanhoes. Vindo a Lisboa consultar o governo sobre varias medidas a adoptar, fal. a 18 de dezembro de 1662. Em 1658 fôra agraciado com o titulo de conde de Mesquitella, de que deixou herdeiro seu filho D. Nontel de Castro, que falleceu sem descendencia.

Mesquitella. Villa e freg. de N. S.ª do Rosario, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Celorico da Beira, distr. e bisp. da Guarda; 279 fog. e 1:013 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. A villa dista 12 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie, proximo d'uma ribeira, que nasce nas immediações de Linhares. A Casa do Infantado apresentava o vigario, que tinha 200$000 réis de rendimento. Até 1855 pertenceu ao conc. de Linhares, anno em que se extinguiu este conc. El rei D. João IV lhe deu a categoria de villa, concedendo-lhe foral em 1644. E' n'esta villa muito venerado e concorrido o santuario de Nossa Senhora d'Ajuda. E' uma capella muito antiga, ignorando-se quem fôsse o fundador. Segundo a tradição, edificando se a S. Sebastião uma ermida, mandou se pintar no retabulo do altar-mór uma imagem da Virgem, a que deram o titulo de Nossa Senhora d'Ajuda, e foi esta circumstancia que deu causa a que o padroeiro original fôsse substituido no orago da capella pela Senhora d'Ajuda. Mesquitella é muito saudavel e fertil em centeio, vinho e azeite; cria muito gado e caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. A villa foi cabeça d'um condado, sendo o seu primeiro conde D. Rodrigo de Castro (V. o *titulo de Mesquitella)*. O logar de Codouço, que pertencia a esta villa, passou para a freg. de Juncaes, e esta para o conc. de Fornos de Algodres, por decreto de 13 de janeiro de 1898. || Pov. e freguezia de S. Sebastião, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Almeida, distr. e bisp. da Guarda; 69 fog. e 248 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 7 k. da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 200$000 réis. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. Esta freg. pertenceu ao concelho de Mendo, até que foi extincto em 1855, passando então para o de Sabugal, e em dezembro de 1870 ficou fazendo parte do conc. de Almeida. || Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu; 187 fog. e 735 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. A pov. dista 3 k. da séde do conc. O vigario de S. João, de Mangualde apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Messano. Pov. do commando de Bilene, no distr. mil. de Gaza, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Messar. Puxar pelas barbas a alguem, o que era uma das injurias mais atrozes, que se podia fazer a um portuguez. Um documento de Thomar, de 1388, diz «Aquel, que a seu confrade der punhad, ou lhe messar a barvha, entre em camisa a V tagantes.» Tagante era um açoite ou azorrague, que cortava e retalhava a carne.

Messe. Nome antigo do *centeio*. Em 1289 se obrigou o reitor de Santo Estevão a pagar ao mosteiro de Vairão—«Dous moyos de milho *(milho miudo)* e dous moyos de messe, e huum moyo de trigo, por huua medida, que é chamada teeyga; a qual medida dixe, que shya soo altar dessa sha Egreja; E dixe que essa medida era huua pedra cavada: E dixe que per essa medida avyam a dar os ditos cinquo moyos ao dito Moesteiro per trevudo.» (Documento de Vairão). Em muitos prazos de S. Simão da Junqueira, se diz: *Huma teiga de trigo, hum sesteiro de messe e hum sesteiro de milho.* Nos prazos de Grijó, e outros muitos antigos, se diz *messe* por centeio.

Messegães. Pov. e freg. de S. Miguel, da provincia do Minho, conc. e com. de Monsão, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 131 fog. e 541 hab. Tem correio. A pov. dista 11 k. da séde do conc. A Casa do Infantado apresentava o reitor, que tinha 180$000 réis de rendimento. A primeira apresentação era da casa dos marquezes de Villa Real, mas, tendo perdido a vida como traidor á patria o ultimo marquez d'este titulo, em 1641, e creando D. João IV a Casa do Infantado, passaram para ella, na maior parte, os bens e rendas d'este marquezado, que lhe tinham sido confiscados. Os dizimos d'esta freg. faziam um prestimonio da ordem de Christo Esta povoação pertenceu durante seculos ao concelho de Valladares, supprimido em 1855. *Messegaes* é portuguez antigo, que significa *searas de centeio.* Aos campos onde esteve a egreja antiga d'esta freg., que se demoliu pelos annos de 1816 para se construir a actual, e onde se conserva a residencia parochial, se dá ainda o nome de *Searas. Messegaes,* com o tempo, se corrompeu em *Messegães,* assim como *Quintaes* em *Quintans, Gondinhaes* em *Gondinhães,* etc. Pertence a pov. á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Messejana. Villa e freg. de N. S.ª dos Remedios, da prov. do Alemtejo, conc. de Aljustrel, com., distr. e bisp. de Beja; 335 fog. e 1:453 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. permutando malas com a R. A. S., fabrica de moagens, notario, estalagens, lagares de azeite, etc. A villa dista 9 k. da séde do conc., e está situada no cruzamento das estradas que vão de Aljustrel a Cellas, e de Alvalade a Castro Verde, a 8 k. da margem direita do rio Sado. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o prior, que tinha diversos generos e 20$000 réis em dinheiro. A pov. é muito antiga, e julga-se que fôsse fundada no tempo dos romanos, por se terem encontrado na villa e seus suburbios algumas moedas romanas de cobre, prata e ouro. Os moiros, no entretanto, a habitaram, dando-lhe o nome de *Mas*

jana, que quer dizer prisão, carcere, que se corrompeu em *Messejana*. D. Sancho II, em 1235, a resgatou dos moiros. El-rei D. Manuel a elevou á categoria de villa, dando-lhe foral no dia 1.° julho de 1512. N'essa epoca começou a prosperar, e adquiriu tal importancia, que chegou a ser a povoação mais considerada da comarca de Campo de Ourique, a que pertenceu por muito tempo. Messejana foi séde d'um dos concelhos que se supprimiram por decreto de 24 de outubro de 1855. Desde que deixou de ser concelho começou a decadencia da villa, que se tornou bem sensivel. Foi solar dos *Torneios*, familia distincta e da primeira nobreza de Portugal. Na Messejana houve um convento de frades franciscanos, fundado por D. Lourenço da Silva em 1567 ou 1570. E' uma villa muito pittoresca e fertil; pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 17, com a séde em Lagos

Messines *(Joaquim Mendes Noutel, visconde de)*. Bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra, coronel de infantaria reformado, commendador das ordens de Nossa Senhora da Conceição e de S. Bento de Aviz, official da Torre e Espada. N. na villa de Santa Marinha, comarca da Guarda, a 13 de dezembro de 1796; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Manuel Mendes Noutel, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, e de D. Joanna Clara Madeira Lobo. Casou em S. Bartholomeu de Messines a 30 de agosto de 1835 com D. Maria da Piedade de Figueiredo Mascarenhas, filha de José Gregorio de Figueiredo Mascarenhas, sargento mór de Messines, e de sua mulher, D. Catharina Duarte Machado. O titulo de visconde de Messines foi concedido por decreto de 7 de março de 1872.

Messines V. *S. Bartholomeu de Messines.*

Messines de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Bartholomeu de Messines, concelho de Silves, distr. de Faro.

Messo Angonga. Pov. do sobado de Facco, conc. do Duque de Bragança, na aldeia de Santa Maria, distr. da Lunda, prov. de Angola. || Pov. do sobado de Prato, na aldeia de Santa Maria, do mesmo conc., distr. e provincia.

Messo Cossuca Pov. do sobado de N'Golla Quissueia, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 2.ª divisão.

Mesteiral ou **Meesteiral**. Operario de qualquer arte ou officio.

Mesteres. V. *Officios*, *Procuradores dos Mesteres*, *Casa dos Vinte e Quatro*, etc.

Mestrado. Dignidade dos grão-mestres das ordens militares.

Mestrança Conjunto dos mestres e operarios mais graduados do arsenal.

Mestras Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves, de Cadafaz, conc. de Goes, distr. de Coimbra. || N. S.ª das Mercês, de Carvalhal Bemfeito, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || N. S.ª da Conceição, de Martim Longo, conc. de Alcoutim, distr. de Faro. || Santo Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Mestre. O que ensina alguma cousa; professor. || Official que dirige os trabalhos n'uma officina. V. *Officio*. || Commandante de pequena embarcação. || Terceiro grau da maçonaria. V. *este nome.*

Mestre. As armas da familia d'este appellido são: Em campo de ouro uma aguia negra estendida d'uma só cabeça entre dois carvalhos verdes e duas flôres de liz azues, acantonadas, sendo no canto do lado direito e no baixo esquerdo os lizes, e no alto esquerdo e no baixo direito os carvalhos. Outros usam escudo partido em pala: na primeira em campo de ouro meia aguia de negro coroada, na segunda em campo vermelho uma almarraxa de prata gotada de azul, e por timbre a almarraxa.

Mestre *(P. Antonio)*. Presbytero secular e beneficiado da egreja parochial de Santa Justa, de Lisboa, sua patria. Escreveu: *Summa e substancia da Doutrina Christã, para que os meninos e as pessoas que a não sabem possam facilmente entender e aprender as cousas mais principaes d'ella*, Lisboa, 1628.

Mestre *(Gil)*. Escudeiro e cantor da capella de D. João III. Era natural de Abrantes; tinha um caracter muito jovial, como demonstra n'umas cartas escriptas a Pedro Carvalho, do conselho de D. João III e seu camareiro. Na bibliotheca do duque de Lafões existia o manuscripto da seguinte obra jocosa: *Debuxo natural do nariz e bocca de um homem, que eu sei, e como e quando se achou a navegação d'este Perú.*

Mestre. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Alhães, conc. de Guimarães, districto de Braga. || S. Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Mestre Antonio. Roça da Ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Mestre de cerimonias Cada cabido tem pelo menos um cerimoniario, que póde ser simultaneamente o mestre de cerimonias. Se a mitra tem cerimoniario proprio, ha apenas esse e os do cabido. N'um e n'outro caso, não pódem existir os mestres de cerimonias *honorarios* por não terem *existencia legal*. Os cerimoniarios effectivos só pódem usar as suas vestes violaceas (batinas roxas) nas funcções capitulares dentro ou fora da cathedral, e nos pontificaes do ordinario da diocese (Sagrada Congregação dos Ritos, numeros 2:310 ad. III e 1:612 ad. II). E'-lhes vedado o uso da dita batina nos pontificaes dos outros bispos (Sagrada Congregação dos Ritos 3 de abril de 1900, e Sagrada Congregação do Consilio 1412-1901).

Mestre escola. Professor primario. || Dignidade inferior nos cabidos.

Mestre Mendo *(Casaes do)*. Na freg. de S. Leonardo, de Athouguia da Baleia, conc. de Peniche, distr. de Leiria.

Mestre-sala Official-mór da Casa Real encarregado da direcção e conservação da etiqueta nas recepções do paço, de introduzir o corpo diplomatico, ou nos bailes de dirigir as dansas. Nas recepções colloca se de pé com a sua vara de marfim á esquerda do throno. Querem alguns antiquarios que o mestre-sala seja tão antigo como a monarchia portugueza, e designam alguns homens como mestre-sala de D. Affonso Henriques e D. Sancho I. Dizem que Fernão Peres era mestre-sala de D. Affonso Henriques, e como tal assignou a confirmação de certo privilegio a Santa Cruz, de Coimbra, em 1184. Dizem que Gonçalo de Sousa foi mestre-sala de D. Sancho I, e que, como tal, confirmou tambem um privilegio dos caseiros de Santa Cruz, em dezembro de 1204. N'este mesmo reinado, dizem que foi

mestre-sala Vasco Fernandes, que assignou outra confirmação de privilegios ao mesmo mosteiro e aos seus caseiros; e finalmente, a João Fernandes, confirmando a doação da villa de Azambuja a D. Rolim. Se é verdade que n'estes dois reinados houve mestre-sala, tambem é verdade que tal emprego desappareceu por uns duzentos annos, até ao reinado de D. João I no qual torna a apparecer, sendo então nomeado mestre-sala Diogo Alvares Paes (*Chronica de D. João I*, por Fernão Lopes, parte 3.ª pag 156). Tambem foi mestre-sala de D. João I, Egas Coelho. No reinado de D. João II vê-se que fôram seus mestres salas D. Pedro de Abranches e Jorge de Mello. No do D. Manuel, apparece o mesmo Jorge de Mello mestre-sala da rainha D. Leonor, terceira mulher d'aquelle monarcha. Desde D. João I todos os nossos reis tiveram mestre-sala. De Filippe II foi mestre-sala D. Martinho Soares de Alarcão; de Filippe III, D. João Soares d'Alarcão, filho d'aquelle; de Filippe IV, outro D. João Soares de Alarcão, que tambem foi mestre sala de D. João IV, e um dos que o acclamaram no dia 1.º de dezembro de 1640, assistindo como mestre-sala ao juramento do rei, em 15 do referido mez e anno. Algumas rainhas, princípes e princezas tambem tiveram mestre-sala.

Mesuáda. Nome antigo de escolta, comitiva, acompanhamento. *Tomarão a muitos do nosso senhorio, mantimentos, assi pera Nós, como pera as Lanças da Nossa mesuada*, (Côrtes de Lisboa, de 1389.)

Mesúra. Antigo termo de urbanidade, cortezia, honra, modestia, gravidade, etc. «Mando ao Cabido huuma cuba chea de vinho; sô tal condiçom, que elles, per sa mesúra sayam sobre mim, quaudo ssayrem da Missa da Prima até os trinta dias; e peço aa sa mesúra deles huum Coreiro, que cante per mim, cada dia huua Missa atá os trinta dias.» (Testamento de Fernam Gil, thesoureiro da Guarda; documento de 1299). || Antigo termo de medida, conta e razão: «Os Çapateiros e Alfaiates, e Ferreiros, e outros Mesteiraes, vendem sem mesúra, o calçado e as outras cousas, por tal guisa, que em todo continuamente amostram gram malicia em sseos mesteres.»(Documento de Silves, de 1404. || Antigo termo de generosidade, primor, magnanimidade, etc. «Se o que está en seu juizo perfeito, diz mal d'ElRei, por lhe não fazer justiça; póde-lhe perdoar ElRei, por sua mesúra, se quizer, e deve-lhe outro sy fazer direito do torto, que ouvesse recebido». (Codigo Affonsino; liv. V, tit. 3.º).

Mesúra. Pov. na freg. de S. Felix, de Marinha, conc. de V. N. de Gaia, districto do Porto.

Metello. Familia, cujas armas são: Em campo de prata uma faxa vermelha com um chefe formado de tres meias lisonjas da mesma côr carregadas cada uma da sua muleta de ouro; timbre, um braço armado de prata com duas esporas de ouro penduradas da mão por correias vermelhas.

Metello (*Francisco Cabral*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, director geral da camara dos pares, do conselho de Sua Magestade governador civil de Lisboa, etc. E' descendente d'uma das familias mais antigas e mais nobres da Beira. Logo depois da sua formatura, dedicou-se á advocacia. Funccionario administrativo em 1886, foi nomeado em 1890 1.º official da secretaria da camara dos pares, e posteriormente chefe de secção em 1893. No anno de 1897 teve a nomeação de secretario geral da mesma camara. Além d'este cargo, exerceu tambem o de inspector do palacio das Côrtes. Em 1909 foi nomeado governador civil de Lisboa. Em 1900 recebeu a gran-cruz da ordem de Izabel a Catholica, de Hespanha, que o governo d'aquelle paiz lhe concedeu em attenção ao seu merito.

Metello (*João Augusto*). Musico muito considerado. N. em Lisboa a 16 de maio de 1842, fal. em Villa Franca de Xira a 3 de dezembro de 1901. Foi discipulo, em violino, de Luiz Cossoul. Em 1865 fez uma *tournée* artistica com Alexandre Ferreira, Pedro Gazul e Francisco Gazul, dando concertos em Elvas, Portalegre e Badajoz, e em outras cidades. Na vaga de José Maria Christiano entrou como musico effectivo da sé patriarchal, passando a chefe d'orchestra por morte de Silva Alagarim. Cultivou frequentemente a musica de camara. Em 1876, como violeta, tomou parte muito activa nos concertos que a *Sociedade dos Quartetos* realisou no antigo Casino Lisbonense, tendo por companheiros Victor Wagner e Ildefonso Reymondes (violinos), Eduardo Wagner (violoncello), e José Vieira (piano). Tambem, tocando violeta, tomou parte, mais tarde, nos concertos que se deram em casa do visconde de Oliveira Duarte. Alguns annos foi um dos primeiros violinos do theatro de S. Carlos, e de 1878 até 1893 na orchestra da Trindade. A convite de Manuel Augusto Gaspar passou para a orchestra do theatro de D. Maria II, continuando depois no sexteto do mesmo theatro, em que se conservou até que a doença o impossibilitou

Methcaes ou Metkaes. O mesmo que medalhas, moedas, ou dinheiro de ouro e prata, por serem os metaes mais preciosos. Os romanos lhe chamavam *metalla*; os arabes *methalia*; os francezes *medail*; os antigos hespanhoes e os lusitanos *metkaes*. Em 1144 venderam os monges de Lorvão uma casa que tinham junto á egreja de S. Pedro, em Coimbra, *pro praetio id est X methcales maravidiz*. No principio do seculo XI os *methcaes* eram as moedas maiores de então.

Metical. Certo peso que usavam os ourives, e tinha uma dracma e dois terços. Os africanos chamam *metcal* a uma moeda, que tinha 1$000 réis portuguezes. Ducado: *E se concertou por trinta meticaes de ouro, peso da terra* (Moçambique) *que vale cada um 420 da nossa moeda*.(*Chronica de D. Manuel*, por Damião de Goes, parte 1.ª, cap. 37.) V. *Matical*.

Methwen (*Tratado de*). Foi com o embaixador inglez John Methwen, que em 1703 D. Pedro II fez o celebre tratado, que ficou com esse nome, e que tão funesto foi para os interesses de Portugal. Este tratado levantava todas as prohibições que se tinham posto á entrada das mercadorias inglezas, e em compensação dava entrada aos nossos vinhos em Inglaterra com abatimento de um terço dos direitos que pagavam na Gran-Bretanha os vinhos da França. Esse tratado foi a nossa completa ruina, porque nos pôz completamente na dependencia industrial da Inglaterra, e até mesmo porque, dando vantagens exce-

pcionaes á cultura dos vinhos, não foi menos nefasto aos outros ramos da agricultura mais directamente necessarios a um povo. Eis o que diz esse respeito o sabio e intelligente Coelho da Rocha: «Logo no primeiro anno as exportações para Portugal subiram no valor de 1.300:000 libras (13 milhões de cruzados) e a saida dos vinhos portuguezes, aiuda que em menor proporção, foi comtudo bastante para os elevar a tão alto preço, que os do Douro chegaram a sessenta mil réis a pipa. Todos se deram então á cultura d'este genero. Em poucos annos a sua abundancia e a sua adulteração excitada pela soffreguidão do ganho e talvez por calculos premeditados dos negociantes inglezes, fêl-o descer de tal maneira que, desde 1750 a 1755, os melhores vinhos não passavam de dez mil réis, e ainda por este preço não tinham consumo.» Este funesto tratado foi substituido pelo de 1810, que ainda assim não era muito mais vantajoso.

Metondo. Terras do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Metrass *(Francisco Augusto)*. Celebre pintor do seculo XIX. N. a 7 de fevereiro de 1825. Seu pae preferia que elle seguisse a carreira do commercio, mas Metrass, impellido por uma vocação irresistivel, entrou para a Academia de Bellas Artes em 1836. No concurso triennal de 1843, em que figuraram Fonseca filho, Joaquim José Marques, João Pedro de Sousa e Metrass, não obteve este nem um *accessit*. Comtudo já Rackzinsky o distinguira, e em 1844 Metrass partiu para Roma, onde estudou debaixo da direcção dos grandes pintores allemães da escola mystica Overbeck e Cornelius. «Entregue, pois, diz um dos seus biographos, á direcção de Overbeck que foi ainda mais que seu mestre, que foi seu iniciador, aprendeu com elle não só a pratica de muitos dos melhores processos da arte, mas as theorias que depois o ensinaram a interpretar e a realisar a pintura, tanto religiosa como profana, com a elevação de sentimento, com a suavidade de estylo, e sobretudo com a nobreza e brandura de expressão moral, que alumia as suas principaes obras da idealidade serena que, similhante á luz branda que bruxulêa em breves ondulações dentro da redoma de alabastro, derramando em torno de si um crepusculo suavissimo, se exhala da sua alma terna e contemplativa.» O primeiro quadro de Metrass, pintado debaixo d'essas inspirações, foi o *Jesus acolhendo as creanças*. Esse quadro revela já uma esperançosa vocação, mas é ainda mediocre. Entretanto Metrass percorria uma parte da Italia, visitava Florença, Bolouha, depois voltou para Portugal, passando por Paris, fez em Lisboa uma rapida exposição dos seus quadros nas salas da casa que occupava no palacio dos condes de Lumiares a S Roque, foi em seguida á exposição philantropica da Sala do Risco, onde appareceram, além do *Jesus acolhendo as creanças*, uma *Familia Sagrada*, um retrato do artista e varios esbocetos. Mas continuou a ficar desconhecido. O publica passava indifferente pelos seus quadros. Despeitado, vendeu os a um corretor de leilões, e foi estabelecer-se no Caes do Sodré a tirar retratos. Como tinha, porém, alguns bens de fortuna, pôde viajar de novo, foi a Paris, empregou-se mais no estudo da arte moderna, estudou tambem Rubens, Rembrandt e Van-Dick, e voltou emfim em 1853 com um quadro que mereceu os encomios da imprensa e o applauso do publico. Era o *Camões e o Jau*. Comprou este quadro el-rei D. Fernando, e Metrass, animado, principiou a esboçar alguns quadrinhos orientaes, como a *Caravana atravessando o deserto*, em que se admira um vigoroso effeito de luz; mas em geral esses quadrinhos pouco valiam, e onde o talento do pintor se revelou de novo com mais energia foi na *Viuva junto do cadaver do esposo*, uma verdadeira elegia, em que o talento melancholico do artista se manifestava de um modo tocante. A *Menina e a Pomba* é uma delicada inspiração sentimental. Ainda no anno de 1863 Metrass apresentou a *Ignez de Castro*, em que pela primeira vez se arrojava á pintura historica, tentativa em que não foi completamente feliz. Em 1854, vagando o logar de substituto da cadeira de pintura historica, Metrass foi ao concurso. O thema do concurso era o *Juizo de Salomão*. O quadro de Metrass foi um verdadeiro primor, e n'elle se revelaram qualidades inesperadas de energia; n'esse mesmo concurso tez Metrass n'um improviso de tres horas um esboceto do *Enterro de Christo*. Como composição é esta uma das suas melhores obras. Senhor completamente de todos os recursos do seu talento, Metrass apresentou na exposição triennal de 1856 dois quadros admiraveis, talvez os seus dois quadros mais celebres: *Só Deus* e a *Leitura do romance*. Emfim, depois de pintar um quadro fugitivo mas encantador, a *Rola dormindo*, mostrou-se no apogeu do seu talento, pintando a grande pagina historica do *Camões lendo os Lusiadas*. Mas, depois de ter revelado o que podia, Metrass viu-se interrompido na força do talento e da existencia pela mão gelada da morte. Um seu excelleute quadro, o *Porta Estandarte*, já ficou interrompido. A tysica paralysava-o. Aconselharam-lhe uma viajam á Italia, foi, mas voltou peor; aconselharam lhe ainda como recurso extremo uma viagem á Madeira, partiu, mas não voltou. Morreu n'essa ilha no dia 14 de fevereiro de 1861, contando apenas 36 annos de edade, deixando a sua obra incompleta, quando todos esperavam que tivesse brotado emfim n'este paiz, tão esteril artisticamente, um novo Sequeira.

Metal. Uma das côres dos escudos, a brauca e a amarella, representativa de prata e ouro. Um dos esmaltes do brazão. V. *este nome*

Metalurgia. Arte de extrahir da terra os metaes e de os purificar. Por carta regia de 18 de maio do 1801 foi estabelecida a cadeira de metalurgia na Universidade de Coimbra.

Metriz. Pov. na freg. de S. Barnabé, de Janarde, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Metropole. Cidade principal de um paiz ou de uma provincia; capital do reino. ‖ Cidade onde é a séde archiepiscopal. ‖ Nação, relativamente ás suas colonias.

Mexedinho. Pov. na freg. de S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia districto do Porto.

Mexedo Pov. na freg. de S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, districto do Porto.

Mexla Familia muito antiga, que tinha o seu solar na Galliza. As suas armas são: Em campo de ouro tres faxas de azul, mas o timbre, dizem uns que é uma aguia de sua côr estendida e armada de vermelho, outros que é meio leão de ou-

ro com as tres faxas do escudo, e ainda outros pretendem, que é uma onça nascente com as tres faxas de azul.

Mexia *(Affonso)*. Vedor da fazenda da India, que partiu para o Oriente com D. Vasco da Gama, quando este foi nomeado vice-rei. Teve com Pedro Mascarenhas, nomeado capitão de Malaca, umas graves contendas por causa da carga dos navios que Pedro Mascarenhas devia levar. Logo d'aqui lhe jurou Affonso Mexia, que era homem vingativo, um odio terrivel e quando, depois da morte de D. Henrique de Menezes, governador que succedeu a D. Vasco da Gama, se abriram as vias de successão, e se encontrou a nomeação de Pedro Mascarenhas para governador da India, Affonso Mexia logo jurou que elle não chegaria a exercer o cargo, porque demais a mais estava ausente em Malaca. Dictava-lho esta resolução não só o odio que lhe tinha, mas tambem o receio de ficar debaixo das ordens de um governador tão resentido contra elle. Foi Affonso Mexia quem aconselhou que se abrissem as outras vias de successão, visto não estar na India Pedro Mascarenhas; assim se fez, e encontrou-se o nome de Lopo Vaz de Sampaio. Ora entretanto chegavam navios de Lisboa, para onde Affonso Mexia em tempo escrevêra intrigando muito Pedro Mascarenhas; n'estes navios vinham cartas d'el-rei, que, suppondo que D. Henrique de Menezes vivia ainda, lhe ordenava que lhe mandasse, fechadas como deviam estar, as cartas das vias de successão. Affonso Mexia inventou, e n'isso o auxiliou um falsificador celebre que havia na India, chamado Nuno Redondo, uma declaração pela qual el rei ordenava que ficasse governando a India Lopo Vaz de Sampaio. Foi Affonso Mexia que não só não quiz reconhecer Pedro Mascarenhas como governador, quando elle, vindo de Malaca, foi aportar a Cochim, mas nem sequer o deixou desembarcar, repellindo-o á viva força, mettendo elle mesmo o seu cavallo á agua para o não deixar saltar em terra, e ferindo o com uma lançada. Foi elle quem aproveitou a sua posição de vedor da fazenda para angariar partidarios para Lopo Vaz e inimigos para Pedro Mascarenhas. Quando se nomearam doze fidalgos para decidirem a contenda, como seis fôram nomeados por Lopo Vaz o seis por Pedro Mascarenhas, houve empate nas suas deliberações; foi escolhido para ter voto de desempate um outro que chegava n'essa occasião da Europa, e que se devia suppôr imparcial, mas Affonso Mexia, quando elle ia encerrar-se n'essa especie de conclave, conseguiu metter-lhe na mão um papel que ninguem soube o que dizia Era promessa graúda, porque o recem-chegado decidiu a contenda como Affonso Mexia desejava, a favor de Lopo Vaz. Affonso Mexia foi depois nomeado capitão de Cochim, e regressou ao reino, quando Nuno da Cunha tomou posse do governo da India, mas não consta que os seus crimes fôssem castigados. V. *Mascarenhas* (*Pedro de*), n'este vol. pag. 903 e 904.

Mexia *(Affonso)*. Advogado. N. em Coimbra a 18 de agosto de 1843, fal. em Lisboa em 17 de outubro de 1878. Era filho do dr. João de Sande Magalhães Mexia Salema, lente de Direito na Universidade de Coimbra, e de sua mulher, D. Maria José Pinto Vieira da Motta. Frequentou os estudos preparatorios, conseguindo em 1859 terminar o curso de habilitação para a faculdade de Direito, tendo sido approvado sempre *nemine discrepante* nos numerosos e complexos exames a que teve de sujeitar-se. Matriculou se então no primeiro anno d'essa faculdade em 1859, terminando a formatura em 1864, tendo tambem frequentado durante este tempo o curso chamado administrativo. Em todos os cinco annos da faculdade do Direito obteve as honras de primeiro *accessit*, alcançando tambem um premio pecuniario n'uma das cadeiras de philosophia, que faz parte do curso administrativo, um *accessit* n'outra em que se não conferiram premios, uma *distincção* na terceira em que nem mesmo houve *accessit*, sendo finalmente classificado nas informações universitarias finaes com dois *MMBB* e com 11 *BB*. Estes diplomas eram eloquentes testemunhos do elevado conceito que ao magisterio da Universidade merecia o joven estudante. Terminada a formatura, Affonso Mexia veiu para Lisboa na intenção de exercer a advocacia. Tempo depois de se ter inscripto como advogado dos auditorios de Lisboa, foi proposto para socio da Associação dos Advogados, ficando approvado como socio effectivo em conferencia de 4 de novembro de 1868. Por vezes teve a nomeação de relator de diversas propostas, na defeza das quaes, bem como na discussão de outras, revelou sempre talento, instrucção e estudo. Abriu-se concurso para o provimento da cadeira de economia politica na Escola Polytechnica, a qual vagara pela morte de José Estevão Coelho de Magalhães, succedida em 1862, Affonso Mexia, que se tinha sempre dedicado ao estudo das sciencias sociaes, apresentou-se como candidato, mas não logrou ser provido no concurso, em que nenhum dos candidatos foi escolhido pelo respectivo jury escolar. O resultado d'este pleito causou-lhe o mais profundo desgosto. D'este mallogrado concurso resta a dissertação que elle teve de escrever como uma uma das provas a que a lei o obrigava, a qual versava ácêrca da *Liberdade dos Bancos de circulação*. Affonso Mexia escreveu tambem publicando no *Jornal do Commercio* uma serie de artigos, considerações relativas á abertura do canal de Suez. No *Diario Popular*, muitas vezes collaborou, publicando diversos artigos. Tentou entrar na politica, ser eleito deputado, e propoz-se pelo circulo de Arganil na legislatura de 1871, mas a sua candidatura não vingou, e proseguiu no seu escriptorio de advogado. No dia 14 de agosto d'esse anno foi nomeado ouvidor junto do Supremo Tribunal Administrativo. Tantos revezes repetidos deram em resultado um quebrantamento de animo. Affonso Mexia começou a viver afastado e solitario como um misantropo; o abatimento primeiro, e depois a doença o condemnaram á solidão e ao silencio. A razão não pôde resistir, e a loucura não tardou a manifestar-se, extinguindo-lhe o que elle tinha de intelligencia e de instrucção, até que afinal succumbiu, contando apenas 30 annos de edade. Na Associação dos Advogados de Lisboa, na conferencia solemne de 20 de outubro de 1875, foi lido o seu elogio historico.

Mexia *(Bartholomeu de Sousa)*. Fidalgo da Casa Real. N. em Lisboa a 17 de novembro de 1723; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Diogo de Sousa Mexia, fidalgo da Casa

Real, cavalleiro professo na ordem de Christo, etc., e de D. Luiza Thereza de Santa Cruz Bergier. Foi muito perito na historia sagrada e profana, em geographia e mathematica. Saiu de Lisboa a 10 de julho de 1740, em viagem pela Europa, e residiu tres annos em Paris, onde se aperfeiçoou nos seus estudos. Escreveu: *Elogio do ill.mo e ex.mo sr. D. José Antonio Francisco Lobo da Silveira, decimo Barão de Alvito, terceiro conde de Oriola e primeiro marquez d'Alvito, dos Conselhos de Estado e Guerra, etc.*, Lisboa, 1773; *Elogio do ill.mo e ex.mo sr. D. Francisco Paulo de Portugal, segundo Marquez de Valença, setimo conde de Vimioso*, etc., Lisboa, 1749; saiu com o nome de Maximo Vaz Botelho e Vedras; *Elogio do muito reverendo P. D. José Barbosa*, Lisboa, 1750; saiu com o nome de Thomaz Xavier Muzeda e Lobo; *Documentos moraes e politicos de um amigo para outro amigo*, Lisboa, 1754; saiu com o nome de Maximo Vaz, etc. Deixou alguns manuscriptos.

Mexia *(P. Lourenço)*. Jesuita. N. em Olivença em 1540, da provincia do Alemtejo, fal. em 1599. Era filho de Manuel Mexia e de Maria Fernandes. Foi admittido na Companhia de Jesus no noviciado de Evora a 25 de março de 1560. Partiu depois como missionario para o Japão e para a China prégando o Evangelho em Macau e no reino de Bungo, onde fez muitas conversões, até que falleceu. Escreveu: *Cartas annuas do Japão, escriptas em Bungo a 20 de outubro de 1580*; sairam vertidas em italiano, Roma, 1585; *Carta escripta de Amacao ao reitor do Collegio de Coimbra*, em 6 de janeiro de 1584, que depois veiu a publicar-se na collecção da *Cartas que os padres e irmãos da Companhia de Jesus escreveram*, etc., publicada em Evora, 1598, livro I da 2.ª parte, pag. 123; no mesmo livro, a pag. 16, vem outra, datada de Funay, a 8 de outubro de 1581. No livro 4.º da 1.ª parte tambem se encontra outra carta do mesmo padre, com a data de Japão, 1580, a pag. 458.

Mexia *(D. Martim Affonso)*. Bispo de Leiria, de Lamego e de Coimbra. Foi nomeado visitador da Universidade de Coimbra, cargo de que tomou posse em fevereiro de 1616. Este prelado fal. em agosto de 1623.

Mexia *(D. Vicente)*. Clerigo regular theatino. N. em Lisboa a 5 de abril de 1714, fal. a 10 de dezembro de 1751. Era filho de João de Mattos Mexia e de D. Josepha Maria da Cruz. Instruido na lingua latina e humanidades passou á Universidade de Coimbra para estudar direito pontificio, mas depois abandonou os estudos, e entrou no instituto dos clerigos theatinos, tomando o habito a 13 de maio de 1731, professando solemnemente a 14 de setembro de 1732. Foi lente de theologia, e um prégador muito considerado. Na poesia latina era muito perito Traduziu do latim em portuguez a *Oração funebre nas solemnes exequias do Augustissimo Senhor D. João V, Rei Fidelissimo, celebradas em Londres na capella dos Ministros de Portugal*, Lisboa, 1751.

Mexia de Mattos *(D. José Maria de Portugal da Costa)*. Moço fidalgo, tenente de artilharia, collocado na inactividade. N. em 22 de maio de 1868; assentou praça a 16 de novembro de 1887, sendo promovido a alferes em 26 do referido mez do anno de 1891, e a tenente em 14 de dezembro de 1893. Recebeu o titulo de *Dom* por decreto de 13 de novembro de 1903. Possue a medalha de prata de comportamento exemplar.

Mexide. Pov. na freg. de Santa Maria, de Meiuedo, conc. de Louzada, districto do Porto.

Mexilhoeira-a-Grande. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. do Algarve, conc. e com. de V. N. de Portimão, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 562 fog. e 2:752 hab. Está situada na estrada que vae de Lagos a V. N. de Portimão, d'onde fica distante 8 k., entre as ribeiras de *Farello* e *Arão*, aquella a E e esta a O, desaguando ambas no rio Alvôr. Na ribeira de Farello ha uma ponte de alvenaria, de 2 arcos a 250 m. da povoação; a quasi egual distancia ha outra ponte, tambem de 2 arcos, sobre a ribeira do Arão, que corta a estrada para Lagos A pov. é muito antiga. A egreja matriz é um bom templo de 3 naves, muito espaçoso e muito bem conservado. A pov. tem Misericordia e hospital, escolas d'ambos os sexos, est. post permutando malas com V. N. de Portimão. Em 23 de agosto faz-se a importante feira de S. Bartholomeu, que dura tres dias. Mexilhoeira-a-Grande é bonita pov. dominando a bahia de Lagos e uma boa extensão do Oceano; os seus campos são ferteis em cereaes e fructas, com grande desenvolvimento de vinhedo e abundancia de caça. Na parte que se aproxima da serra de Monchique, produz azeite, amendoa e figo em boa quantidade. A pov. pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. O terremoto do 1.º de novembro de 1755 não causou estrago algum a esta pov., soffrendo sómente a egreja algum damno.

Mexilhoeira da Carregação. Pov. da freg. de S. Thiago, de Estombar, conc. de Lagôa, com. de Silves, distr. de Faro e bisp. do Algarve. Tem est. post. Esta pov. é conhecida pelos nomes de *Mexilhoeira pequena*, *Mexilhoeirinha* ou *Mexilhoeira do Carregadouro*, ou *da Carregação*. Foi fundada por D. João II em 1495, e para attrahir a população deu privilegio de *couto do reino* a 12 pescadores, que fôssem ali estabelecer-se e morar, pelo menos 2 mezes por anno (não tendo crime de traição ou aleive) por carta de 23 de janeiro d'aquelle anno, a requerimento da camara de Silves, com o fim de ajudar o commercio, por ser este sitio o mais accommodado para a carregação dos generos do paiz, e do pescado. E' na margem esquerda do rio Portimão, em frente, e a 1:500 m. da villa; indo ali embarcar todos os productos dos concelhos de Silves, Lagôa e Albufeira, que ficam a E do rio. Pelo antigo foral de Silves, tinha este porto o privilegio de *Praça do Commercio*. No alto da pov. ha uma capella dedicada a Santo Antonio, onde um capellão vae dizer missa.

Meyrelles. V. *Meira*.

Meyrelles *(Francisco de Menezes Meyrelles do Canto e Castro, visconde de)*. Fidalgo da Casa Real, por antigo fôro herdado dos seus antepassados, do conselho de Sua Magestade, consul geral em Buenos Ayres e Montevideu, etc. N. na Ilha Terceira a 21 de novembro de 1850, sendo filho de André Francisco Meyrelles de Tavora do Canto e Castro, funccionario publico, e de sua mulher, D. Anna de Menezes Lemos e Carvalho. Foi alumno da Escola Polytechnica, e desde muito novo occupou um logar distincto na pleiade de jornalistas creada por Antonio Augusto Tei-

xeira de Vasconcellos, d'onde sairam escriptores de alto valor. Como redactor do antigo *Jornal da Noite*, occupou-se quasi exclusivamente de critica litteraria, substituindo muitas vezes o respeitavel e antigo jornalista, seu mestro, nos artigos principaes. Foi em 1875 que deu principio á sua carreira publica, sendo nomeado director da alfandega de Moçambique, e successivamente membro da junta de justiça, vogal do conselho da provincia, fundador da Escola de Officios; poucos fôram os ramos de administração, em que o sr. visconde de Meyrelles, então ainda muito novo, deixou de tomar parte, adquirindo completa confiança dos governadores geraes com quem serviu, e grangeando as maiores manifestações de sympathia. Em 1879 assignara-se um tratado com a Inglaterra, relativamente ás alfandegas da India e á construcção do caminho

Visconde de Meyrelles

de ferro de Mormugão, e o conselheiro Antonio Augusto d'Aguiar fôra escolhido como ministro pleuipotenciario para pôr em execução na India esse accordo diplomatico. O governo procurou então em todo o ultramar o empregado superior que pudesse exercer as funcções de adjunto n'esta melindrosa missão. A escolha recaiu no sr. visconde de Meyrelles, que desde logo começou a assignalar o seu tacto diplomatico, adquirindo tanto na India Portugueza como na Ingleza, grande numero de relações, e desempenhando com a maior competencia a commissão de que fôra encarregado. As circumstancias politicas determinaram pouco depois a creação de um logar de consul de 1.ª classe na India Ingleza, e o nomo do sr. visconde de Meyrelles foi indicado, e depois d'um concurso distincto no ministerio dos negocios estrangeiros, foi nomeado em 2 de outubro de 1882 para esse importante logar, que desempenhou por largos annos Esteve em Bombaim, percorreu toda a India, e foi durante esse tempo que o governo o promoveu a consul geral de 1.ª classe, e por distincção e bons serviços a 1.º official do ministerio dos negocios estrangeiros. Estava exercendo o seu elevado cargo na India, quando se levantaram graves questões ácêrca do padroado portuguez no Oriente, e foi sobretudo durante as respectivas negociações que o sr. visconde de Meyrelles mereceu os mais calorosos elogios do governo, pela actividade e intelligencia que desenvolveu, pelo tacto com que harmonisou interesses oppostos, pela maneira lucida com que em officios e telegrammas, informava o governo e o paiz das diversas phases, por que ia passando essa importante questão que muito apaixonou a opinião publica em Portugal e na India Em 1891 foi enviado á Allemanha como consul geral em Stettim, para estudar as relações commerciaes entre aquelle paiz e o nosso, e com esse estudo precisou, o que até então se ignorava, que era importante a exportação de Portugal para Allemanha, principalmente em vinho. Terminou a sua missão por um extenso relatorio, que revelava o seu profundo conhecimento dos negocios, cujo estudo lhe havia sido incumbido. Quando se fundou em 1892 a companhia de Moçambique, foi o sr. visconde de Meyrelles nomeado seu secretario geral em Lisboa, a 20 de maio, logar que exerceu a contento geral. De 1894 a 1895 foi governador dos territorios de Manica e Sofala, em que prestou bons serviços tomando muitas medidas de caracter civilisador, como a creação da policia puramente civil, o estabelecimento de escolas, bibliothecas, o serviço de pharmacia e arborisação de Beira e a inauguração do hospital,sem falar nas medidas geraes de administração que imprimiram um cunho inteiramente novo ao governo da companhia. Nos fins do anno de 1894 regressou á Europa, sem deixar, porém, de emprehender uma trabalhosa viagem em territorios da British South Africa & C.ª, visitando Umtali, Salisbury e Bulawayo, e encontrando por toda a parte a recepção devida a quem em tão pouco tempo soubera conquistar fóros de administrador energico e intelligente. Em 15 de janeiro de 1897 esteve de novo na Beira, tornando-se tambem notavel a sua administração, assignalando-se por medidas rasgadas e reveladoras da maior coragem e de elevada intelligencia. Voltou a governar o territorio de Manica e Sofala em 1899, 1900 e 1901. Coincidiu esse tempo de governo com a guerra entre a Inglaterra e os boers. Sabe-se que a Beira foi o ponto escolhido para o desembarque dos contingentes da Australia e do Canadá que, sob o commando do general Carrington, iam pelo interior da Rhodesia reforçar a posição das forças britannicas. Foi n'essa occasião que se estreitou e definiu a alliança entre Portugal e a Inglaterra, e a primeira pedra para esse edificio foi posta na Beira, graças ao tacto, ao corajoso patriotismo com que o governador portuguez,vendo n'essa occasião mais longe do que a maior parte dos seus compatriotas, acolheu como alliados e amigos, entre revistas e banquetes festivos. aquelles que muitos queriam vêr recebidos sob protesto, e como se fôssem portadores de imperdoavel affronta. No fim da campanha, o distincto governador era citado (unico paisano e

unico estrangeiro) na ordem do dia do exercito inglez assignada pelo generalissimo lord Roberts. O rei Eduardo VII conferiu-lhe a commenda de S. Miguel e S. Jorge, e D. Carlos I de Portugal agraciou-o com o titulo de visconde. Restituido ao serviço diplomatico, de que se havia afastado, foi em maio de 1902 collocado na legação de Berlim na qualidade de addido especial, encarregado dos negocios commerciaes. Numerosos relatorios illustram a gerencia d'esse cargo, cujo exercicio lhe mereceu a sua nomeação, em 1907, de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Buenos Ayres e Montevideu. O sr. visconde de Meyrelles é casado com a sr.ª D. Maria Carlota da Costa Freitas, descendente d'uma distincta familia do Algarve. D'este consorcio tem havido numerosa descendencia, sendo o filho primogenito, o sr. Francisco de Meyrelles do Canto e Castro, fidalgo cavalleiro da Casa Real por alvará de 9 de maio de 1900, agronomo pelo Instituto de Agricultura de Lisboa, e desde 1903 funccionario no ministerio das obras publicas, o qual casou em 28 de setembro de 1899 com Miss Sophia Henrietta Bleck, filha de mr. J. W. H. Bleck, banqueiro e abastado capitalista.

Meyrelles *(Francisco de Paula)*. Bacharel formado em Philosophia pela Universidade de Coimbra. N. em Minas Geraes, no Brazil, em 1759, fal. no principio do seculo passado. Veiu estudar a Portugal, e formou-se em Coimbra em 1785. Voltando á sua patria, obteve uma cadeira de Logica, regeu-a por alguns annos, mas teve disputas violentas com os professores de rhetorica e de grammatica latina, seus collegas, fulminando este ultimo com uma satyra, no intuito de o ridiculisar; satyra que distribuiu pelos seus amigos, e se conservou manuscripta nas mãos de alguns curiosos, até que em 1837 houve quem a mandasse imprimir. Tem o titulo seguinte: *Oração academica, que no dia da abertura da sua aula recitou na cidade de Marianna, em presença das principaes pessoas d'ella, o M. R. P. Doutor Paschoal Bernardino do Mattos, lente de Grammatica Latina.* Foi reimpressa em Coimbra no anno de 1865.

Meyrelles *(Jacome Antonio de)*. Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, advogado, etc. N. na freguezia de Villarinho, no districto de Braga, a 8 de abril de 1784, fal. a 12 de maio de 1853. Era filho do bacharel Joaquim Antonio de Meyrelles e de D. Custodia Cerqueira Lobo. Depois de cursar em Braga os estudos de humanidades, matriculou-se em Leis na Universidade, e tomou o grau de bacharel a 7 de junho de 1812. Exerceu a advocacia em Braga por mais de 40 annos, servindo n'este longo periodo alguns cargos publicos da magistratura. Escreveu: *Repertorio juridico, organisado em ordem alphabetica*, Braga, 1846; 2 tomos. Deixou manuscriptas umas *Consultas juridico praticas*, em 59 cadernos, sobre pontos importantes e difficeis do direito civil, e outros escriptos relativos á sciencia juridica.

Meyrelles *(José Leite Pereira de)*. Licenciado em Philosophia e bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra. Escreveu: *Panegyrico á Santissima Virgem da Penha de França, offerecido ao ill.*^{mo} *e ex.*^{mo} *sr. D. Pedro de Menezes, marquez de Marialva*, Lisboa, 1784; *Oração gratulatoria por occasião dos felicissimos desposorios do ill.*^{mo} *e ex.*^{mo} *sr. D. José de Bragança de Sousa e Ligne, duque de Lafões*, etc., *com a ex.*^{ma} *sr.*ª *D. Henriqueta Maria Julia de Menezes*, Lisboa, 1788.

Meyrelles *(Luiz Moreira)*. Professor de latinidade em Lisboa. N. na freguezia de Santa Eulalia, de Vandome, do bispado do Porto, a 2 de fevereiro de 1701, fal. na segunda parte do seculo XVIII. Escreveu: *Opusculo breve, que contém um methodo facil para converter a lingua latina no idioma portuguez, exposto á publica utilidade dos estudantes que principiam a construir*, etc., Lisboa, 1731; saiu com o nome de Remilar da Silveira de Lemos, que era o anagramma do seu nome.

Meyrelles *(Manuel Antonio de)*. Capitão engenheiro. N. em Villa Fôr a 14 de agosto de 1715; ignora-se a data da sua morte. Serviu na India, e assistiu á tomada das praças de Alorna, Bicholim, Avaro, Marly, Satovem, Tiracol e Ravy, no tempo do governo de D. Pedro d'Almeida, depois marquez de Alorna. Escreveu: *Poema heroico, marcio, historico da gloriosa e immortal victoria que contra o inimigo Bounsoló alcançou o ill.*^{mo} *e ex.*^{mo} *sr. D. Pedro Miguel de Almeida e Portugal, marquez de Castello Novo, vice-rei da India*, etc., *na tomada de Alorna, Bicholim e Tonquelim*, Lisboa, 1747; *Poema heroico, ou metricas proesas de Marte, executadas pelo ex.*^{mo} *sr. marquez de Castello Novo*, etc., *na continuação das conquistas das terras do Bounsoló até á praça de Xary*, Lisboa, 1747; *Applausos metricos ao ex.*^{mo} *sr. D. Pedro Miguel de Almeida e Portugal, marquez de Castello Novo*, etc., *pelos felizes successos e victorias que tem conseguido na India contra o inimigo Bounsolo*, Lisboa, 1747; *Relação da conquista das praças de Alorna, Bicholim, Avaro, Morlim, Satovem, Tiracol e Rarim, pelo ill.*^{mo} *e ex.*^{mo} *sr. D. Pedro Miguel de Almeida, marquez de Castello Novo, conde de Assumar, vice rei e capitão-general da India*, etc., *Parte 1.ª e 2.ª*, Lisboa, 1747; *Relação dos felizes successos da India, desde 20 de dezembro de 1746 até 28 do dito de 1747, no governo do sr. D. Pedro Miguel d'Almeida e Portugal*, etc., *Parte 3.ª*, Lisboa, 1748; *Relação dos felizes successos da India, desde o 1.º de janeiro até o ultimo de dezembro de 1748, no governo do ill.*^{mo} *e ex.*^{mo} *sr. D. Pedro Miguel de Almeida*, etc., *Parte 4.ª*, Lisboa 1749; *Relação dos felizes successos da India desde janeiro de 1749 até o de 1750, no governo do ill.*^{mo} *e ex.*^{mo} *sr. D. Pedro Miguel de Almeida*, etc., *Parte 5.ª*, Lisboa, 1750.

Meyrelles. Pov. na freguezia de Santa Maria Magdalena, de Villas Boas, conc. de Villa Flôr, distr. de Bragança.

Meyrelles do Canto e Castro *(Luiz)*. Fidalgo da Casa Real. N. em Angra do Heroismo a 16 de maio de 1785, onde tambem falleceu a 23 de março de 1854. Razões politicas o levaram a expatriar se durante alguns annos, parte dos quaes viveu em França, cuidando da educação de seus filhos. Escreveu: *Memoria sobre as ilhas dos Açôres, e principalmente sobre a Terceira, considerando a educação da mocidade, a agricultura, o commercio, a administração da fazenda publica, e o governo municipal*, Paris, 1834; *Observações economicas sobre o melhoramento do trigo na ilha Terceira, e mais alguns artigos correlativos a ella*, Angra, 1848.

Meza V. *Mesa*.

Meyrelles de Tavora do Canto e Castro (*Alexandre*). V. *Portugal*, vol. II, pag. 717 e 718.

Meyrelles de Tavora do Canto e Castro (*André Francisco*). Fidalgo da Casa Real por alvará de 30 de maio de 1875, commendador da ordem de Christo, etc. N. na quinta da Candelaria, em S. Matheus, na Ilha Terceira, a 13 de julho de 1823, fal. em Lisboa a 3 de março de 1898. Era filho do morgado Luiz Meyrelles do Canto e Castro Paim da Camara, e de sua mulher, D. Francisca Paula Meirens de Noronha. Fez a sua educação em França, no Prytannée de Menars, pertencente ao principe José de Chimay, e depois em Fontenay aux-Roses, sob a direcção do afamado pedagogo Fr. José da Sacra Familia. Foi distincto funccionario no ministerio das obras publicas, illustrando o seu nome com muitos e valiosos trabalhos da especialidade. Fundou em Angra do Heroismo o jornal intitulado *A Terceira*, que dirigiu durante alguns annos sustentando politica regeneradora, e em Lisboa a *Opinião Popular*, *O Diario Portuguez*, e o *Jornal das Colonias*, que ainda se publica. Era casado com D. Anna de Menezes Lemos e Carvalho, filha do conselheiro Francisco de Menezes Lemos e Carvalho. Possuia tambem alguns diplomas de ordens estrangeiras.

Meza (*Fernando Ayres*). Jurisconsulto. N. em Extremoz, e fal. em Napoles a 15 de maio de 1646. Instruido com os elementos da lingua latina e humanidades, estudou jurisprudencia civil e canonica na Universidade de Coimbra. Passou depois á de Salamanca, onde foi professor de Canones pontificios na cadeira de vespera, subindo depois á de prima. Filippe IV, em 1638, o nomeou senador do Supremo Senado de Santa Clara de Napoles, em cuja universidade foi lente primario de Direito Civil. Quando o referido monarcha o elegeu regente do Supremo Conselho de Italia, fal., e foi sepultado na egreja dos Santos Apostolos dos padres theatinos de Napoles. Escreveu: *Variorum Resolutionum, et Interpretationum juris libri* III, Napoli, 1641; Genova, 1658; Lugduni, 1672.

Mezalhão. Pov. na freg. de Santa Leocadia, de Fradellos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Mezieiro. Pov. na freg. de S. Martinho, de Outeiro, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Mezinhadoiro. Certo fôro que antigamente se pagava para a enfermaria do mosteiro de Bustello, junto de Penafiel. (Documentos d'este mosteiro de 1347, 1348, 1368, 1375 e 1443). Tambem se escrevia *Meezinhadoiro* e *Myzynhadoiro*.

Mezio. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Castro Daire, distr. de Vizeu e bisp. de Lamego; 156 fog. e 589 hab. Tem esc. do sexo masc.. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada n'uma encosta, na bifurcação da estrada que vae de Castro Daire a Lamego e a Rezende. O abbade de Bretiande apresentava o cura, que tinha 6$000 reis de congrua e o pé d'altar. A terra não é muito fertil, mas cria muito gado, e nos seus montes ha muita caça, grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

M'Fico. Pov. do sobado de Quinzau, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

M'Fúa. Pov. do sobado de Nameala, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Mhua. Termo antigo. Mula. *Mando hi a mhua do mei corpo* (quer dizer, a mula em que costumava andar montado). Testamento de D. Ermegonça, feito em 1294, que estava no cartorio do mosteiro de Alpendurada. Em outros documentos d'aquelle tempo, se diz *mulam corporis mei*.

Miagos. Pov. na freg. de Santo Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Miale. Pov. do sobado de Quimpacassa, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Mialha. V. *Mealha*, a pag. 947, n'este vol.

Mialha. Pov. na freg. de S. Vicente, de Alcabideche, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa.

Mialhas. Pov. na freg. de S. Braz de Alportel, conc. e distr. de Faro.

Mialho. Pov. na freg. de Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Miamba. Pov. do conc. de Salvador e distr. do Congo, no caminho do Tumba, prov. de Angola.

Mibamba. Pov. do sobado de Popo Angola, na freg. de S. Joaquim, 1.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Micellos Pov. na freg. de Santo Izidoro, de Cavernães, conc. e distr. de Vizeu.

Micombo. Prazo do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Pertenceu aos jesuitas, antes de passar para a corôa.

Micongue. Pov. do sobado de Lunguesi, no conc. de S. Salvador do Congo, prov. de Angola.

Midão. Pov. na freg. de S. Salvador, de Paderne, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Midas. Pov. na freg. de S. Thiago, de Couto, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Mide. Pov. na freg. de S. Thiago, de Lordello, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Mido. Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. d'Almeida, distr. e bisp. da Guarda; 65 fog. e 256 hab. Tem correio com serviço de posta rural e a feira annual de S. Roque, a 16 de agosto. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada a 1 k. da margem esquerda do rio Côa, na estrada que vae de Pinhel a Freineda. O vigario de S. Vicente, de Castello Mendo apresentava o cura, que tinha 6$500 réis de congrua e o pé d'altar. Esta freg. pertenceu ao conc. de Castello Mendo, que foi extincto em 1855, passando todas as freguezias que o compunham, para o conc. de Sabugal, mas em dezembro de 1870 ficou sendo do conc. de Almeida, onde se tem conservado. Mido pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Midões (*Cesar Ribeiro d'Abranches Castello Branco, 2.º visconde de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, do conselho de Sua Magestade, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, cavalleiro da de Christo, condecorado com a medalha das campanhas da Liberdade, algarismo n.º 4; bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, juiz aposentado do Supremo Tribunal de Justiça, abastado proprietario, etc.. N. a 2 de outubro de 1803, fal. a 5 de mar-

ço de 1889. Era filho legitimado do 1.º viscoude de Midões *(V. o artigo seguinte)*. Formou-se na Universidade no anno de 1824, e em 1827 foi despachado juiz de fóra de Cascaes, logar de que o partido absolutista o demittiu, mas em que a 27 de julho de 1833 o duque de Palmella, então ministro, o readmittiu. Em 16 de agosto d'esse anno foi nomeado juiz de fóra de Oeiras, e em 21 de outubro ainda de 1833 foi despachado juiz de direito para a 6.ª vara de Lisboa, onde serviu até 1835, sendo em 7 de agosto d'esse anno despachado para o julgado de Midões; em 19 de abril de 1837 foi nomeado para a comarca de Gouveia, logar que não acceitou, ficando no quadro da magistratura até 6 de março de 1841, em que foi despachado juiz de direito para Tondella. N'este cargo demorou-se até 28 de maio de 1845, sendo transferido para Soure, e depois, por decreto de 14 de julho de 1846, voltou para Tondella. Por decreto de 13 de novembro de 1847 foi transferido para S. João da Pesqueira, e não querendo acceitar este logar, conservou-se no quadro da magistratura até 7 de abril de 1850, anno em que teve despacho para juiz de Alijó, tomando posse por procuração, em consequencia de n'essa occasião ser deputado. Não chegou a exercer o cargo de juiz em Alijó, porque, pelo decreto de 14 de novembro de mesmo anno de 1850, foi despachado para identico logar em Arganil, onde serviu até 13 de setembro de 1854, sendo então nomeado para a 3.ª vara do Porto, passando successivamente para as 2.ª e 1.ª varas, e por ultimo para a 2.ª instancia, por decreto de 12 de junho de 1861. A 11 de maio de 1865 foi nomeado vice-presidente da Relação do Porto, e por decreto de 13 de julho de 1868 foi elevado a presidente effectivo, cargo que exerceu até que em janeiro de 1881 veiu para o Supremo Tribunal de Justiça, onde serviu até junho de 1885, anno em que se aposentou, indo então residir para o seu palacio em Midões, e ali falleceu. O visconde de Midões foi deputado em duas legislaturas successivas. No tempo da guerra civil serviu ás ordens do general Marcello. O titulo foi-lhe renovado por decreto de 21, e carta de 25 de julho de 1870.

Midões *(Roque Ribeiro d'Abranches Castello Branco, 1.º visconde de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, par do reino, senhor das casas de Midões, Cabanas, Travanca de S. Thomé, Varzea de Carvalho, Travanca de Lagos, Arganil, S. Martinho da Cortiçada e Pombeiro. N. em 15 de julho de 1770, fal. a 6 d'abril de 1844. Foi um dos regeneradores de 1820, e declarado pelo primeiro congresso constitucional *benemerito da patria;* deputado nas côrtes de 1821 e em outras legislaturas. Soffreu graves perseguições e sequestro nos seus bens em 1828, pelos seus sentimentos liberaes. Foi o primeiro prefeito da Beira Alta. Recebeu o titulo de visconde de Midões, por decreto de 23 de outubro de 1837.

Midões. Villa e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. do Douro, com e com. de Táboa, distr. e bisp. de Coimbra; 648 fog. e 2:735 hab. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. com serviço de encommendas, permutando malas com Táboa, advogado, agencia do *Banco Lisboa & Açores*, e da companhia de seguros *Probidade*, pharmacias. A villa dista 8 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem esquerda do rio Mondego n'uma baixa cercada de olivaes. A mitra apresentava o vigario, que tinha 70$000 réis e o pé d'altar. O antigo orago da freg. era N. S.ª do Pranto. Foi conc. e com. importantes, que foram supprimidos pelo decreto de 31 de dezembro de 1853, por causa das atrocidades dos tristemente celebres *Brandões*, que eram naturaes d'esta villa, que durante 25 annos, desde 1842 até 1867, fôram com a sua quadrilha, o terror das duas Beiras; desde então ficou pertencendo ao conc. e com. de Táboa, que então se creou. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 12 de setembro de 1514, dando-lhe o nome de *Midões* Segundo consta de documentos, havia ainda em 1697, n'esta villa, um pequeno mosteiro ou hospicio, do sexo feminino. E' tradição constante que a villa do Couto de Midões, distante d'esta villa 400 m., foi pov. romana, e ali fôram achadas duas lapides que um dos antigos priores mandou collocar nas paredes lateraes da capélla de S. Sebastião, situada n'uma pequena collina. Dizem:

GENIO MUNICIPI TEMPLUM, CAIUS CANTIUS
MODESTINUS EX PATRIMONIO SUO

VICTORIAE TEMPLUM CAIUS CANTIUS
MODESTINUS EX PATRIMONIO SUO.

Tambem consta que no limite da Povoa, pov. contigua a Midões, no sitio chamado *Valle de França*, houve uma ponte, construida pelos romanos, sobre o rio Mondego. O territorio da freg. e de todo o extincto conc., é fertil em todos os generos agricolas do paiz. Os seus arredores são amenos e pittorescos, regados por abundantes aguas. A egreja matriz foi construida em 1850, e dizem ser uma das melhores da provincia. Na falda NO da serra, perto de Midões, existiu uma antiquissima cidade, a cujas ruinas a tradição dá o nome de *Nabril*. Tem apparecido aqui cipos com inscripções romanas e outras antiguidades. Fica proximo da Povoa, onde havia a ponte romana, acima citada. Em 1133, D. Affonso Henriques coutou o mosteiro de *Sperandei*, com a villa do mesmo nome; *Sabugosa*, *Freixedo* e *Midões*, dando estes 4 coutos ao mosteiro de Lorvão. A villa pertence á 5.ª divisão mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. || Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Minho, conc. e com de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 63 fog. e 282 hab. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da estrada real, que vae de Barcellos a V. N. de Famalicão. O reitor do mosteiro dos conegos seculares de S. João Evangelista, da cidade do Porto, apresentava o vigario, que tinha 60$000 réis e o pé d'altar. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. e recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Argeriz, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real. || S. Martinho, de Reriz, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || Santo André, de Sazes de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Midos. Pov. na freg. de S. Thiago, do Couto, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Midosi *(Henrique)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado, etc.. N. em Lisboa a 24 de fevereiro de 1824, sendo baptisado na egreja do Loreto, da colonia ita-

liana, por ser seu avô paterno, Nicolau Midosi, natural de Roma, e todos os seus filhos haverem ali recebido o baptismo; fal. tambem em Lisboa a 18 de julho de 1904. Era filho de Henrique Midosi, e de sua mulher, D. Felizarda Joaquina Barbosa. Matriculou-se na Universidade, onde concluiu o curso de Direito e tomou o grau de bacharel em julho de 1848. N'esse mesmo anno, a 23 de dezembro, fez-se inscrever como advogado, na secretaria do Supremo Tribunal de Justiça, começando a praticar no escriptorio do advogado José Maria da Costa Silveira da Motta, que no fim de dois annos, em 20 de janeiro de 1851, lhe passou um attestado muito honroso, declarando-o habilitado para *advogar e seguir os logares de letras*. De fevereiro até setembro d'esse anno advogou em Setubal, e d'ali veiu estabelecer-se em Lisboa, abrindo escriptorio juntamente com seu primo, o dr. Paulo Midosi. Dedicando-se ao magisterio foi nomeado, por decreto de 25 maio de 1852, professor substituto das cadeiras de historia, geographia e chronologia, e de rhetorica, poetica e litteratura classica, no lyceu nacional de Lisboa, tornando-se proprietario da cadeira de rhetorica, poetica e litteratura, em 17 de janeiro de 1855. Em 10 de setembro de 1859 foi encarregado pelo então commissario dos estudos e reitor do lyceu nacional, o conselheiro D. José de Lacerda, de visitar as escolas publicas e particulares de instrucção primaria e secundaria de Setubal, tomando nota da frequencia dos alumnos, methodos de ensino, aproveitamento dos alumnos, solicitude dos professores e professoras, apresentando no fim da sua minuciosa visita, que realisou gratuitamente, um circumstanciado relatorio do que examinara. A pedido da camara municipal presidiu ali aos exames de francez. Foi delegado interino da 5.ª vara de Lisboa, servindo desde 13 de outubro de 1859 até 17 de janeiro de 1860, sendo no dia 20 d'esse mez louvado em officio de José Maria Pereira Forjaz, procurador régio da Relação de Lisboa, pelo esclarecido zelo e intelligencia com que desempenhara aquelle cargo, emquanto não tomou posse o bacharel Ricardo João Pimentel Baptista. Por decreto de 3 de abril de 1862 foi nomeado reitor do lyceu nacional de Lisboa e commissario dos estudos, cargo que exerceu pouco tempo, por ter pedido a sua exoneração. Pelas portarias de 21 de maio e 2 de junho de 1863, assignadas por Anselmo José Braamcamp, obteve licença para se ausentar do reino logo que as aulas se fechassem, afim de visitar as escolas de França, Belgica e Inglaterra, sendo considerado em commissão para gozar dos beneficios da lei de 17 de agosto de 1853, saindo effectivamente, com passaporte diplomatico assignado pelo duque de Loulé em 20 de junho. Regeu tambem a cadeira de Direito commercial, historia e geographia commercial no Instituto Industrial e Commercial de Lisboa, e ainda depois de estar aposentado era escolhido para presidir a varios exames no lyceu. Como advogado, interveiu em diversas causas celebres, que lhe grangearam muita fama. Em 1865 tomou a defeza dos italianos Vicenzo Maggi, Leandro Guaita e Pietro Santi, accusados de roubo frustrado e tentativa de homicidio, por terem atacado em 7 de abril de 1864, na calçada de Sant'Anna, João Antonio Pires e Bento Collaço, moços do cambista Domingos José Pereira, levando uma caixa com 9:700$000 réis; em 1867 advogou no celebre processo das notas falsas dos irmãos Silveiras, photographos, apprehendidas em abril; e em 1868 interferiu tambem no celebre processo do *Olho Vivo*. Exerceu o cargo de administrador do bairro do Rocio, por decreto de 28 de outubro de 1865, referendado por Joaquim Antonio de Aguiar; e depois de alterada a divisão dos bairros, tambem foi administrador substituto do 2.º bairro, por alvará de 14 de dezembro de 1867, sendo governador civil o conde de Cavalleiros; teve ainda eguaes funcções no bairro central, por decreto de 4 de novembro de 1868 sendo ministro o bispo de Vizeu. Por alvará de 23 de abril de 1869, do conselheiro Fernando de Magalhães e Avellar, presidente do Tribunal Superior do Commercio, foi nomeado para exercer as suas funcções em todas as causas, em que o juiz presidente interino Constantino Simões Ferreira Gonçalves fôsse patrono dos litigantes, e prestou juramento logo no dia seguinte. Em 10 de novembro de 1865 foi admittido como

Henrique Midosi

socio effectivo na Associação dos Avogados; em 15 de setembro de 1869 foi eleito, mediante informação e proposta do consul norte-americano em Lisboa, socio da United States Law Association and Collection Union, e ainda n'esse anno fez na Associação dos Advogados o elogio historico do barão de Paiva Manso, Abel Maria Jordão. A Academia Matritense de Jurisprudencia y Legislación o nomeou, por unanimidade, academico professor em 12 de janeiro de 1870, e a Sociedade Economica de Barcelona, a 3 de maio de 1872: era socio correspondente da Société de Legislation Comparée de Paris, desde 10 de dezembro de 1874; da Sociedad Antropologica Española, desde 3 de dezembro de 1875, etc. Foi nomeado, por decreto de 13 de janeiro de 1870, vogal da commissão consultiva da reforma do codigo penal e do respectivo processo, e por diploma de 8 de outubro de 1874 teve novamente a nomeação de membro da commissão para a reforma da lei penal, tendo por base o codigo decretado em

10 de dezembro de 1852 e o projecto do codigo apresentado pela commissão creada por decreto de 30 de dezembro de 1857. Quando falleceu era presidente da commissão de paz e arbitragem da Sociedade de Geographia. Possuia as seguintes honras: commenda da ordem de S. Thiago, que lhe foi concedida em 24 de fevereiro de 1902 por occasião do seu anniversario natalicio e da inauguração do seu retrato na Associação dos Advogados de Lisboa; o habito das ordens de Izabel a Catholica, de Hespanha; e de Leopoldo, da Belgica; a palma de official da Academia Franceza. Estava jubilado no logar de professor de Direito commercial, geographia e historia do commercio do Instituto Industrial. Foi um dos fundadores da Sociedade de Geographia em 1875; foi eleito vogal do conselho central da Sociedade em 1876, 1877, 1878 e 1885. Collaborou, sendo depois redactor, até julho de 1879, durante muitos annos, do *Jornal do Commercio*; collaborou no *Mosaico*, nos *Annaes* da Associação dos Advogados; no *Annuaire de legislation étrangère publié par la Société de legislation comparée*, de Paris. Foi correspondente do *Bulletin* da dita sociedade franceza; collaborou no *Commercio de Portugal*, etc. Escreveu: *Primeiras noções de economia politica ou social*, obra escripta em francez por J. Garnier, e traduzida em portuguez, Lisboa, 1866; *Poesias selectas*, Lisboa, 1860; teve muitas edições.

Midosi *(Luiz Francisco)*. Commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição, official da secretaria de Estado dos negocios da justiça, escriptor, jornalista, etc.. N. em Lisboa a 15 de agosto de 1795, onde tambem fal. em 6 de outubro de 1877. Era filho de Nicolau Midosi, negociante italiano estabelecido em Lisboa, e d'uma senhora com quem casara em Portugal; era irmão mais novo de Paulo Midosi, e tio do advogado e escriptor d'este mesmo nome. Assim como seu irmão Paulo, viveu em muita intimidade com Almeida Garrett. Foi Luiz Midosi um dos que mais enthusiasticamente promoveram a celebre representação da tragedia *Catão* no theatro do Bairro Alto em 1821, e, segundo assevera o proprio Garrett, desempenhou a parte de *Manlio*, que Paulo Midosi diz, no entretanto, que foi representada por Carlos Morato Roma. Em 1822 fundou, juntamente com Almeida Garrett, o semanario *O Toucador*, sem politica e dedicado ás senhoras. Luiz Midosi era um liberal sincero e convisto, e apaixonado pela instrucção popular. Com seu irmão Paulo, Garrett, Carlos Morato Roma, Joaquim Larcher e Antonio Maria Couceiro, fundou em 1836 o *Portuguez, diario politico, litterario e commercial*, a primeira folha de grande formato que se publicou em Portugal Por causa d'este jornal foi preso, juntamente com os seus collegas de redacção, e a folha suspensa em 15 de agosto de 1827. Em dezembro d'esse anno fôram postos em liberdade, mas Luiz Midosi, receando novas perseguições politicas, emigrou para Inglaterra em 1828, onde por algum tempo foi empregado na direcção e governo do deposito de emigrados em Plymouth, como secretario. Em 1826 tambem collaborou no *Amigo da Carta*. Durante a emigração escreveu em differentes publicações que se fizeram em Inglaterra e traduziu para o inglez varios escriptos portuguezes relativos aos direitos da rainha D. Maria II á corôa de Portugal, e traduziu do inglez para portuguez a *Carta de Henrique Knight dirigida a lord Aberdeen*. Tambem se dedicou ao estudo das obras elementares e dos methodos de ensino, e em 1831 publicou em Londres o *Expositor portuguez*, o primeiro livro que se escreveu em Portugal contendo as materias que deviam constituir o ensino da instrucção primaria. Este livro tem tido depois numerosas edições em Portugal e no Brazil. Voltando a Lisboa em 1833, foi por decreto de 16 de dezembro d'esse anno nomeado official da secretaria de Estado dos negocios da justiça. Seguindo com seu irmão as idéas mais avançadas foi nomeado pelo governo setembrista em 1836 administrador geral do districto de Portalegre, logar que exerceu até 1838. Quando falleceu deixou em disposição testamentaria o legado de 1:500$000 réis em inscripções ao Lyceu Nacional de Lisboa, para os respectivos juros serem applicados a premios em cada anno lectivo ao estudante de instrucção primaria, filho de artista ou de pae humilde e de pouca fortuna, que fôsse aprovado com mais distincção, ou não havendo nenhum n'essas circumstancias, para serem accumulados aos juros do anno seguinte, e repartidos então pelos dois estudantes, que, ainda da mesma origem, fôssem approvados com o maior numero de valores, dando se ao que tivesse maior numero duas partes e outra ao immediato. O governo, por decreto de 30 de outubro de 1877 acceitou o legado com as condições expressas no testamento, devendo as inscripções ser entregues no ministerio do reino, averbadas ao Estado, e em seguida ao ministerio da fazenda, por onde seriam recebidos os juros e pagos os premios. A entrega do primeiro premio ao alumno mais distincto effectuou-se perante o conselho do lyceu, em sessão solemne de 6 de outubro de 1878, sendo premiado o alumno da Casa Pia, Guilherme Eugenio, o qual obtivera o maior numero de valores. Além do *Expositor portuguez*, já citado, Luiz Francisco Midosi escreveu os seguintes opusculos: *Compendio da Historia de Portugal para uso das escolas;* Lisboa, 1843; houve mais edições, sendo a 5.ª revista e augmentada, 1855; a 7.ª em 1860, etc.; *Compendio de Grammatica portugueza para instrucção da mocidade, e uso das escolas*, Lisboa, 1842; 3.ª edição, revista e augmentada, 1854; *Grammatica portugueza e ingleza, e ingleza e portugueza, adaptada ao uso dos que aprendem uma e outra linguagem*, Londres, 1832, 2.ª edição, revista e augmentada; Lisboa, 1851; *Thesouro juvenil, ou noções geraes de conhecimentos uteis*, Lisboa, 1845; *Logica da infancia para uso das escolas*, Lisboa, 1851; *Primeiros rudimentos de Arithmetica para uso das escolas*, Lisboa, 1856; *Manual politico do cidadão*, Lisboa, 1834; *Methodo facilimo para aprender o systema metrico-decimal, ou arithmetica economico social; segunda edição revista e augmentada*, Lisboa, 1859; *Catecismo constitucional para instrucção da mocidade*, Lisboa, 1860; *Resumo da historia antiga para uso das escolas*, Lisboa, 1861.

Midosi *(Paulo)*. Funccionario publico, escriptor, etc. N. em Lisboa a 22 de julho de 1790, fal. em 19 de janeiro de 1858. Era filho de Nicolau Midosi, commerciante italiano, que se estabelecera havia alguns annos em Lisboa com uma casa de negocio de fazendas, e de sua mulher, uma senhora cujo nome ignoramos, com quem ca-

sara na capital. Seu pae o mandou educar em Inglaterra, manifestando-se desde muito novo a sua vocação para as letras. No entretanto, fallecendo seu pae, continuou a dirigir, por algum tempo, o estabelecimento commercial que herdara, mas depois dedicou-se de preferencia á vida publica. Quando rebentou em 1820 a revolução, Paulo Midosi acolheu-a com verdadeiro enthusiasmo, relacionou-se com os moços liberaes que a applaudiam e exaltavam, e entre outros com Almeida Garrett, que ia conquistar as primicias da sua gloria immortal com a primeira representação da tragedia *Catão*. Paulo Midosi collaborou com Almeida Garrett na farça *O Corcunda por amor*, que se representou depois da tragedia Tendo vagado dois logares de officiaes ordinarios no ministerio do reino e abrindo-se concurso para o seu preenchimento, fôram candidatos Garrett e Paulo Midosi, sendo ambos despachados por decreto de 12 de agosto de 1822. Como se não puzera, porém, tanto em evidencia como Garrett, não teve Midosi que temer a reacção de 1823, e deixou-se ficar no seu emprego, emquanto Garrett fugia para Inglaterra. Quando em 1826, depois de estabelecida a Carta Constitucional, Garrett voltou para o reino e foi reintegrado no seu emprego, Paulo Midosi juntou-se com o seu collega para fundarem um periodico liberal, *O Portuguez*, para advogar as doutrinas constitucionaes e desenvolver os melhoramentos administrativos e economicos do paiz. Comtudo, apezar de estabelecido o regimen liberal, a reacção começava de novo a levantar-se, e os jornaes liberaes principiaram a ser perseguidos. Fôra demittido de ministro da guerra em julho de 1827 o general Saldanha, de que resultara o protesto conhecido na historia das nossas agitações politicas pelo nome de *archotada*. *O Portuguez* fez a esse respeito considerações sensatas e moderadas, o que não impediu que fôsse suspenso no dia 16 de agosto do referido anno de 1827, e que fôssem presos todos o seus redactores. Os presos aggravaram immediatamente da injusta pronuncia, e foi Paulo Midosi quem redigiu a petição de aggravo, assignada depois por José Manuel da Veiga. Pouca esperança tinham os presos de que se lhes fizesse justiça; a perseguição tornava se evidente. Não se lhes concedeu, nem que os seus processos fôssem publicos, nem se lhes passaram certidões de documentos que elles pediam, nem se fez caso de requerimentos assignados pelas mães e pelas esposas dos presos Comtudo, a opinião publica pronunciara-se tão abertamente a favor dos suppostos réos que a Relação reunida em conferencia na casa onde está agora o Supremo Tribunal de Justiça, e prolongando a sessão até ás duas horas da madrugada, votou afinal que fôssem despronunciados todos os redactores do *Portuguez*, e mandou os pôr em liberdade em dezembro de 1827. Paulo, receando novas perseguições, refugiou se em casa do consul do Brazil. Pouco tempo depois entrava D. Miguel em Lisboa, proclamava-se rei absoluto, e começavam as perseguições. Paulo Midosi conseguiu emigrar para Inglaterra em junho de 1828. Chegando a Londres, seguiu para Plymouth por ter sido nomeado secretario do deposito dos emigrados, e regressando a Londres, prestou bastantes serviços á causa que defendia. Escreveu então em inglez o celebre folheto, intitulado: *Who is the legitimate King of Portugal?* que elle mesmo traduziu em portuguez com o titulo: *Quem é o legitimo rei de Portugal? Questão portugueza, submettida ao juizo dos homens imparciaes, por um portuguez residente em Londres*, Londres, 1828. Poucos livros prestaram á causa da Liberdade tantos serviços como este. Muitas pessoas o attribuiram a Garrett; e tendo chegado alguns exemplares a Lisboa, o governo absolutista entendeu que seria conveniente que as suas doutrinas se refutassem, e o intendente geral da policia incumbiu d'esse trabalho o P. José Agostinho de Macedo, o qual se saiu com o seguinte opusculo: *Refutação do monstruoso e revolucionario escripto, impresso em Londres, intitulado «Quem é o legitimo rei? Questão portugueza, submettida ao juizo dos homens imparciaes.»* Lisboa, 1828. Paulo Midosi principiou ainda a escrever uma resposta a esta *Refutação*, resposta que nem publicou nem concluiu. Em 1829, Paulo de Midosi juntou-se de novo a Garrett para publicarem um pequeno jornal intitulado o *Chaveco liberal*. Foi no dia 9 de setembro d'esse anno que saiu o 1.º numero, e publicaram se mais 16, saindo um por semana. Garrett seguiu depois para as ilhas dos Açôres, e Paulo Midosi conservou-se em Londres, combatendo valorosamente com a penna a favor da causa liberal. Em 1832 fundou outro jornal, *O Portuguez constitucional em Londres*. Sairam 13 numeros, mas as suas doutrinas parece que não agradaram aos chefes da emigração, porque Paulo Midosi, vendo o seu jornal exposto a hostilidades de todo o genero, entendeu que devia suspendel-o, e publicou então anonymamente o seguinte folheto: *O innominado para escapar aos chocalheiros; opusculo destinado a completar as assignaturas do «Portuguez constitucional.»* Apenas soube, que em Lisboa se arvorara a bandeira liberal, voltou Paulo Midosi á patria, onde chegou em agosto de 1833. Sendo reintegrado no seu emprego, não deixou de pôr a sua penna ao serviço da causa da Liberdade, e logo em 1834 publicou um folheto intitulado: *Primeira sessão dos diplomatas miguelistas*, etc. Mostrando, porém, no reino as mesmas tendencias opposicionistas que já manifestara na emigração, sustentou as idéas radicaes, e acolheu com enthusiasmo a revolução de setembro de 1836. O governo, que saiu d'essa revolução, o promoveu de official da secretaria do reino a official-maior da secretaria dos negocios estrangeiros. N'essa qualidade foi encarregado por varias vezes de algumas missões diplomaticas, e serviu em differentes occasiões de sub-secretario de estado dos negocios estrangeiros. Ao mesmo tempo entrava para a redacção do *Nacional*, jornal fundado por Vicente Gonçalves Rio Tinto, e ahi defendia vigorosamente a causa setembrista. Foi deputado em 1838 e em 1839, trabalhou na reforma postal e no Codigo ou Regulamento Consular; foi redactor do *Diario do Governo*, collaborou na *Panorama*, no *Archivo popular*, etc. Ao mesmo tempo, cedendo á sua antiga paixão pelo theatro, ajudou muito Garrett na sustentação do Conservatorio. Fundou a Sociedade Gil Vicente, com Cesar Perini Sem se abalançar ás altas concepções dramaticas, Paulo Midosi escolheu o genero da farça, e escreveu as seguintes peças: *O Magnetismo animal*, em 2 actos, Lisboa, 1857; *O noivado em Friellas, ou os dois Patacões*, em 1 acto; *Os logros n'uma hospeda-*

ria, em 1 acto; saíram ambas reunidas n'um volume, Lisboa, 1840, só com as iniciaes P. M.; *Uma scena dos nossos dias*, em 1 acto, Lisboa, 1843. Ineditas parece que deixou as farças: *Os papalvos* e *Um dia de verão em Cintra*. Depois da Constituição de 1838, Paulo Midosi continuou a militar nas fileiras do seu partido, e em 1847 entrou ardentemente, debaixo do véo do anonymo, na lucta de pamphletos que se empenhou a proposito d'esses acontecimentos, publicando em 1847 um folheto intitulado: *A interferencia ingleza nos negocios de Portugal*; em 1848 a *Carta de Junius Lusitanus a S. Ex.ª lord Palmerston, ministro e secretario de Estado dos negocios estrangeiros da Gran-Bretanha*, folheto que se attribuiu a outros escriptores; *Os Miguelistas chamados á autoria*, em 1848. Entre as obras que deixou ineditas figuram uma serie de *Cartas escriptas por um solitario da serra de Cintra ao compadre Lagosta, vulgo José Agostinho de Macedo*. Paulo Midosi tinha a carta de conselho, era commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição, e da de Salvador da Grecia. Casara com D. Maria Midosi, filha do industrial Leonardo Maria Jacobetti. D'este consorcio nasceu o considerado advogado e escriptor Paulo Midosi. V. *o artigo seguinte*.

Midosi *(Paulo)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado em Lisboa muito considerado, escriptor, etc. N. em Lisboa a 1 de dezembro de 1821, onde tambem fal. em 25 de dezembro de 1888. Era filho do antecedente. O pae, tendo-se visto obrigado a emigrar para Inglaterra, em 1828, por causa das perseguições do governo absolutista de D. Miguel, deixou a familia na miseria, porque o sequestro, de que fôra victima, nada havia poupado. Apenas foi possivel, partiram para Londres a reunir-se ao pobre emigrado, Paulo Midosi, ainda muito creança, na companhia de sua mãe, d'um seu tio e d'uma sua tia. Em Londres é que iniciou a carreira litteraria estudando instrucção primaria, e principalmente a lingua ingleza, lingua da sua nova patria. Contava 12 annos de edade Paulo Midosi quando voltou a Lisboa, em 1833, por se terem aberto as portas da patria aos emigrados liberaes. Concluiu na capital os estudos preparatorios, e logo que se creou a Escola Polytechnica, em janeiro de 1837, ali se matriculou, frequentando por algum tempo o curso de Mathematica. Então já conhecia de perto alguns jornalistas, e a imprensa tentava-o. Entregando-se á litteratura, estreou-se aos 15 annos, escrevendo n'um jornal que elle publicou, sendo o seu proprietario e o seu redactor, jornal de que só saíram tres numeros. Por causa das desintelligencias politicas que surgiram entre Portugal e Hespanha interromperam-se os estudos da Escola Polytechnica, e Paulo Midosi, despertando-se-lhe o valor patriotico, assentou praça no batalhão do commercio, de que era commandante Polycarpo José Machado, mais tarde visconde de Benagazil. Abandonou, porém, esta carreira. Em 1839 e 1840 fez parte da sociedade *Escolastico-Philomatica*, que então se fundara, e cujo presidente honorario era Garrett, sendo socios Mendes Leal, Lopes de Mendonça, Daniel Augusto da Silva, Sebastião Ribeiro de Sá, Rebello da Silva e outros. Alexandre Herculano e Antonio Feliciano de Castilho eram socios protectores. N'aquella sociedade discutia-se a influencia das cruzadas sobre a civilisação, os duellos e a pena de morte. Paulo Midosi entrava na discussão d'estas altas questões, escrevia para os jornaes, e via-se em contacto com os mais importantes homens de letras. Associado com Mendes Leal, Andrade Corvo, Bruschy, Dantas, e outros escriptores, fundou o jornal litterario *Mosaico*, e mais tarde escrevia na *Illustração*, de que era redactor Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos. Em 1842 Paulo Midosi foi matricular-se em Direito na Universidade de Coimbra, sendo laureado nos quatro annos em que, no seu curso, se distribuiram premios. Formou-se no anno lectivo de 1848 a 1849, perdendo o anno de 1846 em que esteve fechada a Universidade e interrompidos os estudos por causa da contra-revolução do marechal Saldanha. Durante a formatura, porém, não esqueceu o theatro, nem despresou a politica e o jornalismo. Collaborou com Augusto Cesar d'Almeida e João de Lemos na *Sentinella do palco*, *O Entreacto*, e *Revista theatral*, e escreveu só o jornal chamado *Raio theatral*. Odiando a politica do governo cabralista, flagellava-a sem piedade, com Bernardino Martins da Silva, no *Supplemento burlesco ao Patriota*, no *Ecco de Santarem* e *Boletim de Santarem*, que muitos attribuiram a Antonio Rodrigues Sampaio. Tambem lhe não saíram impunes estas manifestações revolucionarias, porque em 1844 foi deportado para Castello Branco sem a mais leve fórma de processo pelo governador civil de então, Lopes de Lima, depois de se ter mallogrado a revolução, que se filiava na chamada revolta d'Almeida. Quando rebentou a revolução do Minho, conhecida por *Maria da Fonte*, era Paulo Midosi estudante, e creando-se a Junta revolu-

Paulo Midosi

ciouaria do Porto, veiu para Lisboa, onde depois lhe foi offerecido com insistencia o logar de administrador do bairro do Rocio, que recusou abertamente, não só para que não tivesse de abandonar a sua carreira scientifica, que elle presava mais que tudo, mas porque tambem lhe impunham demissões que altamente lhe repugnavam. Não desistiu, porém, do combate, e voltou para a imprensa, que lhe fornecia campo aberto para as luctas legaes. Creou assim n'este meio o jornal *Revolução do Minho*, juntamente com Antonio da Cunha Sotto Maior; e por ultimo, já no ministerio do duque de Palmella, associou-se na redacção com Carlos Bento da Silva e Roberto José da Silva. N'este tempo escrevia tambem para o *Patriota*. Compoz a letra para o hymno patriotico da *Maria da Fonte*, tambem conhecido pelo *Hymno do Minho*, que Angelo Frondoni havia escripto. Paulo Midosi voltou então a seguir o curso de Direito na Universidade, em que tomou o grau de bacharel, conforme dissémos. Vindo depois para Lisboa, dedicou-se á advocacia, praticando durante tres annos com Ignacio Quintella Emauz, e foi nomeado advogado do consulado de França com a retribuição de 50 francos por mez, que pouco tempo lhe durou, porque o ministerio Fould supprimiu o logar. Tornando-se distincto advogado, defendendo muitas causas-crimes, tomou tambem as defezas politicas do *Supplemento burlesco* e a do *Rabecão* do P. João Candido de Carvalho, que lhe deram grande distincção entre os seus collegas do fôro. O processo da *Assuada* ou da *Bernarda*, como então se chamava, conhecida pela revolta do *Pão barato*, accentuou melhor as suas aptidões forenses, e a sua defeza foi apreciada como um verdadeiro triumpho no *Jornal do Commercio* de 7 de julho de 1862. Encarregou-se tambem do processo da moeda falsa, em que teve um trabalho insano durante 8 dias consecutivos; deixando-o quasi extenuado no último dia que se viu obrigado a deitar-se já sobre a manhã. D'este processo deram conta circumstanciada o *Jornal do Commercio* em 1860, e o *Boletim judicial* em 1876. Depois visitou por duas vezes Paris, e quando voltou da segunda viagem em 1864, foi procurado pelo fallecido jornalista Eduardo Coelho, que lhe participou o seu projecto da creação do *Diario de Noticias*, Paulo Midosi applaudiu a idéa, e prometteu-lhe a sua collaboração sempre que pudesse, sem a menor idéa de retribuição. Foi Paulo Midosi quem lembrou a venda avulsa feita nas ruas pelos rapazes, em que até então se não pensara. Por este tempo, 1864, Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos o chamou para a redacção da *Gazeta de Portugal*, de que elle acceitou a parte juridica, encarregando-se da secção dos tribunaes. Membro da Associação dos Advogados, trabalhou activamente para a sua prosperidade. Por morte de Antonio Joaquim da Silva Abranches, foi eleito secretario perpetuo, e desde então escreveu os relatorios annuaes, tanto do movimento juridico da associação, como do desenvolvimento da sciencia do Direito e da Legislação em Portugal e no estrangeiro. De 1873 a 1876 foi redactor da *Gazeta da Associação dos Advogados*, anno em que finalisou. Era o syndico da camara municipal de Lisboa, e adjunto do provedor da Santa Casa da Misericordia, e tendo sido exonerado, a seu pedido, em 1888, o provedor da Misericordia, marquez do Rio Maior, foi Paulo Midosi nomeado para esse logar, com applauso de todos. Era socio da Academia Matritense de Hespanha, e em Lisboa socio honorario da Sociedade de Sciencias Medicas, por ter feito a defeza d'um medico injustamente accusado nos tribunaes criminaes. Foi agraciado pelo governo de Hespanha com o habito, e depois com a commenda da ordem de Izabel a Catholica; por melindre não recusou esta mercê; não solicitou, porém, nunca licença para a usar em Portugal, e por isso não chegou a ser commendador. Paulo Midosi, antes de se entregar definitivamente á advocacia, deu largas á sua paixão pelo theatro, e tornara-se amigo intimo do grande actor Taborda, que lhe deveu muitas noites de triumphos, com as espirituosas scenas comicas, que lhe escreveu, sendo elle quem introduziu em Portugal este genero de representação. Já em Coimbra, no tempo de estudante, havia representado no theatro Academico. São innumeros os seus trabalhos theatraes, muitos dos quaes estão impressos; citaremos os seguintes: *O Conselho das dez*, opera comica em 1 acto, imitada do francez, com musica de Miró, Lisboa, 1848; *Qual dos dois?*, opera comica em 1 acto, com musica de Frondoni; *O Misantropo*, farça em 1 acto, imitação, Lisboa, 1853; *Entre a bigorna e o martello*, 1 acto, impresso juntamente com a scena comica *O Senhor José do Capote, assistindo á representação do «Torrador»*, em 1856, e fórma o n.º 6 da collecção *Theatro Moderno*; *As tribulações d'um padeiro*, scena comica, Lisboa, 1856; não se permittiu a representação; *Os Advogados*, comedia em 3 actos; *O chapéo de chuva de Damocles*, 2 actos; *Os dois papalvos*, 1 acto; *Os dois annuncios*, 3 actos; *A tia Maria*, 2 actos; *A certidão do baptismo*, 1 acto; *O marido de duas mulheres*, 1 acto; *A' espera do omnibus*, 1 acto; *A Marqueza*, opera comica em 1 acto, musica de Miró, imitação; *Os dois validos*, 3 actos, imitação; *Julia ou Julia?*, drama imitado do inglez; *Um dia de independencia*, comedia, 1 acto; *A arte e o coração*, scena dramatica que escreveu para Emilia das Neves, e que esta actriz representou em seu beneficio no anno de 1857 no theatro da Rua dos Condes; *A historia d'um marinheiro contada por elle mesmo*, scena comica; *O amigo dos artistas*, scena comica; *O sr. José sem capote assistindo pela milesima vez á primeira representação do Trovador sem pés nem cabeça*, scena comica; *Os dois amigos*, 3 actos; *A' saida da tragedia*, imitação; *Os dois cegos*; entre-acto, imitação; *A questão do Oriente*, scena comica; *O amor pelos cabellos*, scena comica, imitação; *Sarau litterario*, scena comica; *A Gran-duqueza de Gerolstein no penultimo andar*, 1 acto; *O feitiço contra o feiticeiro*, imitação; *Um banho na barca*; *O sr. Procopio Baeta fica em casa na noite de ..*, 1 acto, imitação; *A Flôr de chá*, opera em 3 actos, de collaboração com Francisco Palha. Além d'estas peças, que se representaram umas no Gymnasio e outras no theatro de D. Maria II, escreveu tambem: *Guia do jurado*, Lisboa, 1867; em 1880 collaborou n'um projecto de lei para a instituição da ordem dos advogados; *Elogio historico do fallecido advogado Ignacio Pedro Quintella Emauz;* saiu no *Jornal do Commercio*, de 5 de novembro de 1858; *Discurso sobre os «desafios»*, recitado em conferencia solemne na Associação dos

Mitographia, e impresso nos Annaes da mesma associação, Lisboa, 1897. Elogio historico do [illegible] Antonio Joaquim [illegible] da Silva [illegible], recitado na conferencia solemne de 29 de setembro de 1880; idem nos referidos Annaes, 1880. Elogio de Manoel Vicente Duarte. Elogio de Sebastião de Almeida e Brito. Elogio de Manoel Maria da Silva Bruschy, saiu no Diario [illegible], de 1876. Elogio de Antonio Maria Barbosa da Costa Bettencourt, etc.

Milhens. Banda de musica da povoa de Mirandella, [illegible].

Miguelas. Por na freguezia de S. Lourenço de Alhos Vedros, conc. da Moita, distr. de Lisboa.

Miguens. Por na freguezia de Santa Marinha de Zebreiros, concelho de Baião, districto do Porto.

Miguel (Francisco Xavier). Professor de piano e director do professorado do Conservatorio Real de Lisboa, compositor de musica, etc. N. em Lisboa a 27 de maio de 1811, onde tambem fal. a 20 de junho de 1861. Em 1820, tendo 13 annos, entrou para o antigo Seminario Patriarchal, que n'essa epocha se estabelecera n'um edificio que para esse fim se construiu no largo d'Ajuda. Ali teve por mestre de piano, de harmonia e contraponto, José Marques. Como era muito humilde e dedicado ao estudo, José Marques tomou-lhe affeição, e por isso quando Xavier Miguel, em 1830 deixou o seminario, ainda continuou a guial-o no estudo da composição. Intimo na casa do marquez de Borba, o mestre ali apresentou a primeira obra do seu discipulo, uma missa a 4 vozes, que executou na capella d'aquelle fidalgo em 29 de janeiro de 1832. Esta mesma missa, augmentada e escripta para grande orchestra, executou-se varias vezes nas festas de Santa Cecilia, tornando-se uma das suas obras mais notaveis. Pouco depois, em attenção aos seus já grandes conhecimentos musicaes, foi, por proposta do mesmo professor, nomeado para reger a cadeira de musica da Universidade de Coimbra, em 9 de julho de 1833. Esta nomeação, porém, foi apenas nominal, porque n'essa epoca estavam interrompidos os estudos na Universidade por causa das agitações politicas. Quando em 1835 se organisou o Conservatorio em substituição do Seminario, Bomtempo, incumbido d'essa organisação, escolheu para elle o logar de professor de piano, para o qual foi nomeado a 16 de junho d'esse anno. O Conservatorio deu uma festa publica no theatro do Salitre em 20 de maio de 1838, e para essa festa escreveu Miguel a musica d'uma cantata intitulada *Apotheose*, que foi executada pelos alumnos. Como era muito estudioso, procurava alargar a sua limitada instrucção litteraria adquirida no seminario e applicou-se ao estudo das linguas latina, franceza e italiana. Com a convivencia dos homens de letras que então frequentavam o Conservatorio, adquiriu tambem uma certa finura no trato e na apresentação, que o tornaram distincto. Por isso, quando Bomtempo morreu, em 18 d'agosto de 1842, foi elle o indicado para lhe succeder na direcção da escola de musica, sendo effectivamente nomeado por decreto de 28 de setembro do mesmo anno; mas como n'essa epoca o governo tratasse de reduzir quanto possivel a dotação do Conservatorio, nomeou Miguel para desempenhar as funcções de director cumulativamente com as de professor de piano e de composição, ficando obrigado a reger as duas aulas em dias alternados. Foram muito os serviços que então prestou ao Conservatorio e á arte, já regularisando os estudos nas differentes aulas, já restabelecendo cursos regulares, e ensinando discipulos que se tornaram muito distinctos, como Eugenio Mazoni, Monteiro d'Almeida, Rodrigues Cordeiro, [illegible] de Carvalho, e muitos outros. Em 1843 entrou para mestre do theatro de S. Carlos, e mais tarde director do mesmo theatro. Estes encargos foram a origem da perda da sua saude, porque não se afastando nunca dos seus deveres do Conservatorio, as suas forças physicas não lhe permittiam uma vida tão activa e fatigante. Achando-se já bastante doente foi encarregado no principio de março de 1850 de organisar uma companhia para

Francisco Xavier Miguel

S. Carlos, e esteve em Paris e em Milão tratando da formação d'uma boa companhia, de que faziam parte a celebre Tadolini e o tenor Nery Baraldi. Os sofrimentos tanto se aggravaram que nunca mais trabalhou, nem voltou ao Conservatorio, vindo a fallecer pouco tempo depois. Xavier Miguel estudara só por si os tratados de Cherubini, Fétis e outros que se publicaram no seu tempo, pondo-se assim ao corrente do progresso que a sciencia da composição ia realisando no paiz [illegible] da mesma forma, familiarisando-se egualmente com os mestres classicos e com as obras dos grandes pianistas em voga. No *Trovador*, jornal mensal de que apenas se publicaram 6 numeros, de maio a novembro de 1856, publicou uma serie de artigos sobre a historia da musica, intitulados *Bosquejo historico*. Xavier Miguel escreveu duas operas, que se cantaram em S. Carlos, a 1.ª *Sampiero*, em 3 actos, que teve 10 representações na epoca de 1852-1853, alcançan-

do grande successo, e a 2.ª *Mocanna*, em 4 actos, cantada em 26 de abril de 1854, mas que foi mal recebida pelo publico e pela imprensa, por desfeita ao então empresario Antonio Porto, que tinha caido em desagrado. Publicou as seguintes composições para piano: *Phantasia sobre a opera Luiza Miller; Phantasia de concerto sobre um thema original; Phantasia elegante sobre o Trovador; Phantasia sobre a Traviata; Phantasia brilhante sobre os Lombardos*. Annos depois publicou-se outra composição, que se conservara inedita, para piano e canto, intitulada *La Partenza*. Francisco Xavier Migoni fôra agraciado por D. Maria II com o habito e commenda da ordem de Christo, e commenda da de Nossa Senhora da Conceição. As partituras originaes das suas operas e da missa, que dedicou ao imperador do Brazil, existem no archivo do Conservatorio, por dadiva da mãe do distincto professor.

Migudianes. Pov. na freguezia de N. S.ª da Conceição, concelho de Tavira, districto de Faro.

Migueis. Familia oriunda da Galliza. Tem por armas: Em campo azul uma espada de prata enfiada por uma quaderna de crescentes do mesmo metal entre cinco flôres de liz de ouro; orla sanguinha carregada de oito aspas de ouro; timbre uma cruz de prata cruzada. Alguns usam: Em campo sanguinho, uma cruz de prata cruzada, tendo em roda em fórma de orla a letra tambem de prata: *Crucem sectamur catera ul lutum putemus.*

Migueis *(Rodrigo).* Piloto da nau *Santo Alberto*, o qual, como testemunha ocular, escreveu: *Naufragio da Nau Santo Alberto, succedido no anno de 1593.* D'esta *Relação* extraiu noticias, que em 1597 publicou, João Baptista Lavanha, cosmographo mór do reino, escrevendo ácêrca d'este naufragio.

Miguel. As familias d'este appellido tem por armas: escudo esquartelado: no primeiro e quarto quarteis, em campo de ouro quatro coticas vermelhas em pala; segundo e terceiro xadrezado de ouro e vermelho de cinco peças em faxa e cinco em pala.

Miguel *(D.).* Principe que falleceu com 2 annos de edade, e cuja existencia, comtudo, deu origem a grandes discordias, a grandes esperanças e a grandes decepções. Era filho d'el-rei D. Manuel e de sua primeira mulher, a rainha D. Izabel, filha mais velha dos reis catholicos de Hespanha Fernando e Izabel. Tendo morrido D. João, herdeiro do throno de Aragão e Castella, passavam a ser herdeiros o rei de Portugal e sua mulher. Partiram logo para Castella, e não houve duvida em serem jurados herdeiros da corôa de Castella, mas as côrtes aragonezas, com a sua antiga e altiva isenção, não se prestaram a fazer o mesmo, e levantaram as suas duvidas. A questão terminou, comtudo, por um acontecimento feliz e desgraçado. A rainha de Portugal teve em Saragoça no dia 24 de agosto de 1498 um filho varão, que recebeu o nome de Miguel da Paz. A noticia foi logo annunciada á cidade, que a saudou enthusiasticamente com luminarias e repiques de sinos. Era aquella creança que trazia no regaço infantil a solução das difficuldades, e que devia um dia cingir a triplice corôa de Portugal, Castella e Aragão. Principe herdeiro de Portugal, Castella, Aragão, Leão e Sicilia, foi logo acclamado o infante. Mas o nascimento d'este principe devia custar bem caro aos reis que o saudavam com tanto enthusiasmo. A rainha de Portugal não pôde resistir ao parto, e succumbiu no proprio dia em que nasceu o principe. D. Manuel partiu para Portugal, deixando ficar em companhia dos avós seu filho D. Miguel, que foi logo jurado principe herdeiro em Saragoça, Toledo e Lisboa, em fevereiro de 1499. Era esse principe infantil o penhor da união iberica effeituada pacificamente, ainda que, logo nas côrtes de Lisboa os procuradores portuguezes não se descuidaram de exigir que, em se effeituando a união, os cargos de Portugal e das colonias fôssem dados unicamente a nacionaes, mas em todo o caso ninguem ousou recalcitrar. Tudo isso, porém, ambições e esperanças, se dissipou com a morte do principe D. Miguel, que falleceu em Granada, tendo perto de 23 mezes de edade, no dia 19 de julho de 1500.

Miguel *(D.).* Filho bastardo de D. Pedro II, e d'uma senhora franceza, Anna Armanda du Vergé, que fôra dama da rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboia. N. em Lisboa a 15 de outubro de 1699. Foi creado e educado em casa do secretario das mercês Bartholomeu de Sousa Mexia. D. João V o reconheceu por irmão, ordenou que se lhe désse o titulo de Alteza, e casou-o em 1715 com D. Luiza Casimira de Nassau e Ligne, filha do principe Carlos José Ligne, e herdeira da casa de Arronches. Deste casamento nasceram os duques de Lafões D. Pedro e D. João, e a marqueza de Cascaes, D. Joanna Perpetua de Bragança *(V. os titulos Cascaes e Lafões).* D. Miguel tinha apenas 20 annos quando, andando a passear no Tejo, em 13 de janeiro de 1724, se virou o bote que o conduzia, e naufragou, morrendo afogado. Muitos dias correram sem apparecer o cadaver, até que vindo á praia no dia 5 de fevereiro, foi sepultado com a pompa costumada na egreja do convento de S. José de Ribamar.

Miguel *(D.).* Infante regente de Portugal, reconhecido como rei por uma grande parte da nação, e que reinou effectivamente no continente e colonias, excepto na ilha Terceira, onde nunca a sua realeza foi reconhecida. Era terceiro filho de el-rei D. João VI e da rainha D. Carlota Joaquina. Nasceu no paço de Queluz em 26 de outubro de 1802, foi baptisado a 14 de novembro seguinte, e falleceu exilado em Brombach, Allemanha, a 14 de novembro de 1866. O seu nome completo era D. Miguel Maria do Patrocinio João Carlos Francisco d'Assis Xavier de Paula Pedro d'Alcantara Antonio Gabriel Raphael Gonzaga Evaristo de Bragança e Bourbon. Foi grão-prior do Crato, da ordem de S. João de Jerusalem, priorado de Portugal; claveiro das ordens militares de Nosso Senhor Jesus Christo, S. Thiago da Espada, de S. Bento d'Aviz e da Torre e Espada; gran-cruz da ordem de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa; cavalleiro do Tosão d'Ouro; gran-cruz da ordem de Santo Estevão, da Hungria; do Cruzeiro do Sul, do Brazil; de S. Fernando e Merito, e de Carlos III, de Hespanha; do Espirito Santo, de S. Luiz, e de S. Miguel, de França; de Santo André, da Russia, etc. Em 1807 acompanhou a familia real para o Brazil, d'onde regressou em 1821 com seu pae e sua mãe, ficando seu irmão D. Pedro (V. *Pedro IV*) a governar o Brazil. Com a independencia d'este im-

perio, em 1820, empunhando D. Pedro o sceptro brazileiro, foi D. Miguel considerado pelos seus affeiçoados como o legitimo herdeiro da corôa de Portugal, pois D. Pedro ficara sendo um monarcha estrangeiro. Esta distincção, que mais tarde se accentuou, deu aos seus partidarios o nome de legitimistas, por que ainda hoje é conhecido o actual partido de D. Miguel II. D. Miguel foi obrigado a praticar, sem duvida, erros graves na sua vida. O seu reinado teve um governo cruel e tyrannico a mauchal-o, mas seria injustiça attribuir-lhe toda a responsabilidade directa nas atrocidades que em seu nome se praticaram, e não attender a alguns factos que o illustram, como a instituição de um premio de cirurgia, a conservação dos antigos monumentos de Gôa, etc. E' tambem certo que foi extremamente popular, que inspirou as maiores dedicações, que tinha qualidades sympathicas. Se pelos liberaes o nome de D. Miguel foi execrado, pelos legitimistas foi e será sempre pronunciado com veneração. D. Miguel tinha vinte annos quando entrou na celebre conjuração tramada contra as instituições liberaes fundadas pela revolução de 1820. Foi elle quem se collocou, como moço decidido que era, á frente da contra-revolução de 1823, conhecida pela *Villa francada* (V. *este nome*). Em 27 de maio de 1823 rebentou a contra-revolução em Lisboa. Ao romper da manhã o infante D. Miguel saiu da cidade, foi-se lhe unir o regimento 23 de infantaria, commandado pelo brigadeiro Ferreira Sampaio (depois visconde de Santa Monica) e acclamou-se em Villa Franca o absolutismo. O infante e a rainha queriam ir mais adeante e alcançar a abdicação do rei, que, fiel ao seu juramento, queria manter a Constituição, apezar das innumeras adhesões que a causa do absolutismo continuava a receber em Villa Franca. A revolta, porém, do regimento 18, que, reunido com magotes de povo, foi á Bemposta acclamar o rei absoluto, decidiu D. João VI a tomar a direcção do movimento absolutista, e, partindo para Villa Franca, voltou d'ahi em triumpho. (V. *João VI*, no vol. III, pag. 1054). D'esta contra-revolução fôra D. Miguel o agente resoluto e sua mãe a inspiradora, mas a causa determinante fôra a pressão moral da Santa Alliança, que enviara um exercito francez a destruir a Constituição em Hespanha, e que o mandaria destruil-a tambem em Portugal, se necessario fôsse. O infante D. Miguel foi nomeado commandante em chefe do exercito, e continuou a mostrar se completamente sujeito ás machinações maternas. A rainha não podia tolerar que seu marido tratasse com benevolencia os liberaes, tivesse promettido uma constituição e conservasse no poder ministros como Palmella e Pamplona, que pareciam dispostos a cumprir essa promessa. Reinava na côrte uma surda agitação. O partido da rainha mostrava-se cada vez mais hostil ao soberano. A morte mysteriosa do marquez de Loulé (V. *este titulo*, no presente vol., a pag. 522) em Salvaterra a 28 de fevereiro de 1824 é considerada como um symptoma do estado dos espiritos, pois que ninguem extranhou que recaissem sobre um principe da Casa Real as infamantes suspeitas de ter sido o mandatario d'esse crime. Dois mezes depois, em 30 de abril de 1824, dava-se o movimento conhecido pela *Abrilada* (V. *este nome*, no vol. I, pag. 35). D. Miguel, com a sua posição de commandante em chefe do exercito, reuniu as tropas e mandou prender os ministros e outras personagens importantes, conservando o rei incommunicavel no paço da Bemposta, e fazendo constar ao povo que se descobrira uma conspiração, que os maçons pretendiam assassinar el-rei seu pae, e elle se propunha a defendel-o e a salvar-lhe a vida. O corpo diplomatico estrangeiro, reconhecendo que o soberano estava preso por seu filho, foi ao paço da Bemposta e aconselhou D. João VI a que se recolhesse a bordo da nau ingleza *Windsor-Castle*, o que o soberano fez em 9 de maio, sob o pretexto de um passeio a Caxias. De bordo mandou chamar a D. Miguel, enviando o d'ali para Vienna d'Austria, depois de o ter demittido do seu posto de commandante em chefe do exercito. Encerra-se assim a primeira phase da vida do infante. Em Vienna d'Austria conviveu D. Miguel com o principe de Metternich e com o rei de Roma, demorando-se n'essa côrte uns 4 annos. Entretanto, em 10 de março de 1826, morria D. João VI, a quem succedeu D. Pedro, que abdicou em sua filha, dando-a por noiva ao infante D. Miguel, ao mesmo tempo que outorgava ao paiz uma Carta Constitucional. D. Miguel acceitou a proposta que seu irmão lhe fazia, jurou a Carta, e, como a joven rainha era ainda apenas uma creança de nove annos, esperou se que chegasse a epoca da maioridade de D. Maria II, ficando a governar Portugal como regente e por nomeação de D. João VI, a infanta D. Izabel Maria, sua tia. Esta regencia foi extremamente agitada; reinava a discordia no governo, as camaras não se entendiam uma com a outra, havia dessidencias graves entre os ministros, e a demissão do general Saldanha foi causa de um motim em Lisboa. A infanta regente estava perigosamente enferma e D. Pedro IV, receando algum successo fatal, resolveu confiar a logar-tenencia do reino a seu irmão D. Miguel, que logo partiu de Vienna d'Austria para Lisboa, afim de governar desde logo, como regente em nome de seu irmão. Tem a data de 3 de julho de 1827 o decreto que o nomeou para esse cargo. Na sua viagem de regresso a Portugal chegou D. Miguel a Inglaterra em 30 de dezembro de 1827, desembarcando em Greenwich pela uma hora e meia da tarde. No caes era esperado pelo duque de Clarence, almirante em chefe da marinha ingleza, por outras altas personagens da côrte e por grande numero de populares que se achavam espalhados pelo caes. Depois de almoçar na casa do governador do hospital, seguiu para Londres com a sua comitiva, em carruagens de gala, escoltadas por uma guarda de cavallaria. Quando chegou á porta de Westminster, era tal o concurso de povo que as carruagens tiveram de parar alguns momentos. Em Londres hospedou se no palacio do lord Dudley, na rua Arlington, e ali recebeu novas provas de consideração. Foi cumprimentado pelo primeiro camarista do rei Jorge IV, em nome d'este soberano, pelos ministros do gabinete, pelos embaixadores estrangeiros, etc. No dia 31 foi a Windsor visitar o rei, que n'esse mesmo dia lhe offereceu um magnifico banquete. Houve em sua honra varios festejos, concertos, caçadas aos faisões e visitas a edificios publicos, bem como ás obras do tunel do Tamisa, que estava em construcção, o qual desabou alguns minutos depois

da retirada do infante. Foi considerado este acontecimento como um milagre. Teve pois D. Miguel esplendida recepção em Inglaterra, tanto da parte do monarcha e da nobreza, como da parte do povo, que o acclamava na sua passagem. A colonia portugueza, residente em Londres, foi admittida á presença de D. Miguel, como desejava, em Butland-House, e offereceu lhe uma medalha commemorativa da sua passagem por Londres. Pelo discurso pronunciado n'esta occasião se vê o estado dos espiritos n'aquelle momento. D. Miguel era uma esperança, e porisso bemvindo. No dia 13 de janeiro o infante deixou Londres, e depois de passar alguns dias em Strathfield, na casa de campo do duque de Wellington, seguiu para Plymouth, a fim de embarcar para Lisboa. Em virtude do mau tempo só em 9 de fevereiro conseguiu embarcar a bordo da fragata portugueza *Pérola*, que veiu acompanhada por alguns navios inglezes. Com bastante antecedencia, por decreto de 13 de outubro de 1827, tinha sido ordenado que o dia da chegada de D. Miguel, bem como os dois seguintes, fôssem de grande gala. Em 22 de janeiro de 1828, visto essa occasião estar proxima, a *Gazeta de Lisboa* publicava um aviso do Ministerio da Justiça em que permittia quaesquer demonstrações de jubilo que não fôssem prohibidas por lei. D. Miguel chegou ao Tejo, a 22 de fevereiro. Por este motivo houve grandes demonstrações de regosijo. Pelas 2 horas da tarde começaram a ouvir se as salvas das fortalezas e dos navios de guerra, e por entre esse ruido festivo navegava a *Pérola* serenamente pelo Tejo acima. O rio estava coalhado de barcos e os navios embandeirados em arco. Esperava-se que o infante desembarcasse em Lisboa, no Terreiro do Paço, onde havia uma barraca para o receber, mas D. Miguel quiz desembarcar em Belem. As infantas fôram a bordo buscar o irmão, que desembarcou pelas quatro horas da tarde. O enthusiasmo do povo chegou então ao delirio. De todos os lados vinha concorrendo gente que o acclamava, dando vivas e fazendo estalar milhares de girandolas de foguetes. Os sinos das torres repicavam sem cessar, e pelas ruas iam musicas que tocavam hymnos alegres. A marcha até ao palacio da Ajuda foi verdadeiramente triumphal. Todas as janellas estavam adornadas com colchas de seda, e as senhoras arremessavam flôres. Em volta dos coches, que subiam vagarosamente, por causa da inclinação da calçada, uma multidão enorme saudava com os gritos *Viva o Senhor D. Miguel I nosso rei absoluto* !, e morras a D. Pedro e á Constituição. Chegando o infante ao paço, concorreram a dar-lhe as boas vindas o senado da camara, os pares e os deputados, grandes do reino, autoridades civis e militares, bem como o general Clington, commandante das tropas inglezas, que se apresentou com todo o seu estado maior. A' noite houve illuminação geral, continuando as demonstrações de regosijo. Os festejos continuaram durante alguns dias, havendo Te-Deum, recepção, luminarias e foguetes. Em 26 de fevereiro, pela uma hora da tarde, foi entregue o governo do paiz a D. Miguel, na sua qualidade de regente. Esta cerimonia realizou-se na sala das sessões do palacio da Ajuda, e a ella assistiram as duas camaras, toda a côrte, bem como o corpo diplomatico. Em logar reservado estavam D. Miguel e sua irmã D. Izabel Maria, a qual depois de proferir um discurso se retirou para junto da infanta sua irmã, D. Maria d'Assumpção; e o infante, já de posse do governo, prestou juramento, na forma da Carta. No mesmo dia nomeou D. Miguel os seus ministros: Duque de Cadaval, José Antonio de Oliveira Leite de Barros, depois conde de Basto, Furtado do Rio de Mendonça, conde de Villa Real e conde da Louzã. Em 1 de março o povo voltou junto do palacio a acclamar D. Miguel rei absoluto, maltratando os homens conhecidos pelos seus sentimentos liberaes. Em 13 de março D. Miguel dissolveu as côrtes sem ordenar no mesmo decreto, como exigia a Carta, que se procedesse a novas eleições. As camaras municipaes, a nobreza e o clero, e muitas personagens importantes pediam ao regente que cingisse a corôa e revogasse a Carta. Da Universidade dirigia-se a Lisboa uma deputação de lentes a convidar D. Miguel a proclamar-se rei, quando alguns estudantes de Coimbra os

D. Miguel, em 1828

assassinaram, em 18 de março. A 25 de abril o senado de Lisboa proclamou rei D. Miguel, e na representação a D. Miguel para que assumisse a Real Dignidade assignavam-se os seguintes titulares: Duque: Lafões; marquezes: Louriçal Borba, Tancos, Olhão, Sabugosa, Lavradio, (D. Antonio), Penalva, Torres Novas, Bellas, Valladas, Pombal, Vagos, Vianna, e Alvito; condes: S. Lourenço, Figueira, Castro Marim, Barbacena, Murça, Cintra, Paraty, Valladares, Peniche, Alhandra, Ega, Rio Maior, S. Miguel, Belmonte (D. Vasco), Belmonte (D. José), Almada, Soure, Redondo, S. Vicente, Vianna, Atalaia, Côa, Porto Santo, Carvalhaes, Mesquitella, Povoa, Povolide, Anadia, Redinha. Pombeiro, Arcos (D. Marcos), Subserra, Louzã (D. Luiz), Rezende, Ponte, Galveias, barão d'Alvito, e Lapa; viscondes: Bahia, Sousel, Torre Bella, Asseca, Magé, Villa Nova da Rainha, Extremoz, Juromenha, Souto d'El-Rei, Azurara, Manique, Beire, e Veiros; barões: Sobral (Gerardo), Villa da Praia, Beduido, Saude, Portella, Queluz, Tavarede, e Quintella;

principaes: Menezes, Lancastre, Côrte Real, Furtado, Silva, e Freire; Dom-priores: Guimarães e Aviz. A esta representação respondeu D. Miguel que nada faria sem o assentimento das côrtes da nação, e passou a convocar os antigos Tres Estados. Protestaram os ministros estrangeiros contro este acto; revoltou se a guarnição do Porto, que chegou a formar uma junta provisoria de governo, marchando sobre Coimbra, onde entrou; mas o general que a commandava mostrou-se indeciso, e entretanto o governo de D. Miguel congregava tropas, creava batalhões de voluntarios e bloqueava o Porto. Em Lagos revoltou se tambem um batalhão, mas a revolta foi suffocada. O general liberal Saraiva foi batido pelo general miguelista Povoas. Por esta occasião Saldanha e Palmella, que tinham vindo de Inglaterra a bordo do vapor *Belfast* para dirigir a reacção constitucional, tornaram a embarcar, julgando perdida a causa; e o exercito liberal emigrou para a Galliza em deploraveis condições. Entretanto reuniam-se os Tres Estados, no dia 23 de junho de 1828, sendo orador José Accursio das Neves, que propoz que se levantasse D. Miguel como rei, o que se approvou, fazendo se um assento das deliberações que os tres braços tinham tomado separadamente, reunindo o clero na egreja de Santo Antonio da sé, a nobreza em S. Roque e o povo em S. Francisco da cidade. No dia 7 de julho acclamou se D. Miguel rei absoluto, e no dia 15 encerraram se as côrtes. Todo o Portugal reconheceu a realeza e soberania de D. Miguel, menos as ilhas da Madeira e da Terceira. A da Madeira foi logo subjugada, mas a Terceira manteve se a favor do regimen liberal. D. Miguel, como os seus antecessores, augmentou com rendimentos importantes o patrimonio do Hospital de S. José. Um facto que illustra bem o seu reinado, e desmente os juizos que sobre a elevação do seu espirito teem feito os historiadores, é o seguinte: D. Miguel comprou do seu bolso em Vienna d'Austria uma preciosa caixa de instrumentos cirurgicos destinados a todas as operações oculares, para servir de primeiro premio dado pela real escola de cirurgia de Lisboa, junto áquelle hospital. Este real premio foi concedido em sessão solemne de 5 de novembro de 1828 ao estudante do 5.º anno João Tavares de Macedo. D. Miguel não alterou nem o feitio nem o toque da moeda d'ouro. Com a sua effigie se cunharam as seguintes moedas: De ouro, *peça* e *meia-peça;* de prata, *cruzado-novo*, *doze-vintens*, *seis-vintens*, *tres-vintens*, *tostão* e *meio-tostão;* de cobre, *dez réis* e *cinco réis;* e de bronze, *quarenta réis*, vulgarmente denominada *pataco*. (V. *estes nomes*). Ao papel moeda (V. *Apolice*) de D. Pedro IV revalidou-o com o seu nome, por meio de uma sobrecarga (avisos de 7 e 20 de agosto de 1828). Em 9 de novembro de 1828, indo D. Miguel de Queluz para Caxias, partiu uma perna, por se ter voltado a carruagem, em que ia, puxada a duas mulas malhadas, circumstancia d'onde proveiu a denominação de *malhados* dada aos liberaes pelos absolutistas. A 23 de dezembro levantava se o rei já curado, mas durante os dois mezes da doença fizeram-se numerosas preces pela sua cura, terminando com um solemne Te-Deum na sé, a 29 de janeiro de 1829, a que concorreu enorme assistencia, bem como ao de 22 de fevereiro, dia do anniversario da chegada de D. Miguel. O governo de D. Miguel proseguia com o odioso systema das perseguições, que tornou tão tristemente celebre o seu reinado. Havia uma alçada no Porto e outra na Madeira, e grande numero de presos jaziam nas cadeias. O excessivo zelo partidario tornou-se funesto ao regimen. Em virtude da insurreição liberal da brigada de marinha, fôram enforcados no caes do Sodré no dia 6 de março de 1829 o brigadeiro Moreira e outros officiaes o paizanos. No dia 7 de maio do mesmo anno fôram tambem enforcados o desembargador Gravito e outros implicados na revolta da guarnição portuense contra o golpe do estado de D. Miguel. Algumas vezes o povo exaltado contribuiu tambem para estes horrores, como se fez em Villa Franca, assassinando setenta presos. Este systema odioso era desapprovado por alguns ministros de D. Miguel, mas o conde de Basto só seguia o partido do terror. Para o Alfeite foi exilado um medico e intimo amigo do rei, o visconde de Queluz, por censurar a politica sanguinaria. Aos partidarios da rainha D. Carlota Joaquina se attribuem mais os conselhos das perseguições. Comtudo, a rainha falleceu em 7 de abril de 1830 e apezar d'isso as atrocidades praticadas em nome de D. Miguel continuaram, não se respeitando, por simples prudencia sequer, os subditos extrangeiros. Nem Inglaterra nem França reconheceram D. Miguel como rei de Portugal, sendo só reconhecido por Hespanha, Roma e Estados Unidos da America. Pelas barbaridades que praticou, nas prisões a seu cargo, um nome se tornou execrando, o de Telles Jordão, que mais tarde succumbiu á furiosa revindicta dos liberaes, no combate de Cacilhas (V. *este nome*, no vol. II, pag. 585). A imprudencia com que o governo miguelista molestava os subditos inglezes e francezes provocou as reclamações das duas nações. O almirante Roussin, por ordem do governo de Luiz Filippe, que não obtivera, como a Inglaterra, as satisfações que exigiu, forçou a barra do Tejo e aprisionou oito navios, e impoz ao governo de D. Miguel o tratado de 14 de julho de 1831. As alçadas, porém, continuaram funccionando permanentemente, executando as suas sentenças dentro de 24 horas, e os excessos populares eram de toda a ordem. Por causa do pronunciamento de infantaria 4, em Lisboa, na noite de 22 para 23 de agosto de 1831, fôram executados vinte e nove individuos. Entretanto na ilha Terceira continuava o regimen liberal. Saldanha, saindo de Londres não conseguira desembarcar na ilha, por causa da hostilidade do cruzeiro inglez, mas Villa Flôr fôra mais feliz, entrou na ilha e derrotou no dia 11 de agosto de 1829 as forças de D. Miguel, que tinham procurado tomal-a, e em 1831 apoderou-se de muitas das ilhas dos Açôres. D. Pedro, depois de abdicar a corôa do Brazil, viera pôr-se á frente do exercito liberal e conduzira-o dos Açôres a Portugal, desembarcando perto do Mindello (V. *este nome*) e entrando depois no Porto. O exercito de D. Miguel, que era formidavel, composto de boas tropas de linha, de voluntarios dedicadissimos, e de milicias cheias de enthusiasmo, veiu cercar pôr cêrco á cidade. Travou-se a lucta, accesa e renhida, em torno da cidade, e junto da qual se praticaram heroicidades de parte a parte. Prolongando-se a resistencia do Porto, resolveu D. Miguel,

em abril de 1833, ir em pessoa ao cêrco. Quando se dispunha a regressar a Lisboa, soube com surpreza que a capital caira nas mãos do duque da Terceira, que, saindo do Porto na esquadra de Napier, desembareara no Algarve, atravessara o Alemtejo, batera na Outra Banda o general miguelista Telles Jordão, e entrara em Lisboa no dia 24 de julho, emquanto Napier, depois de aprisionar a esquadra de D. Miguel no Cabo de S. Vicente, vinha tambem forçar a entrada da barra do Tejo. D. Miguel tinha então ao seu serviço o celebre general francez Bourmont, que depois da queda de Carlos X e do mallogro da projectada insurreição vendéana, viera com muitos officiaes legitimistas pôr a sua espada ao serviço do rei de Portugal. Substituido pelo general escossez Mac Donell, retirou este com o exercito para as alturas de Santarem, onde D. Miguel estabeleceu o seu quartel general. A lucta proseguiu com energia. Em Alcacer ainda o exercito miguelista alcauçou algumas vantagens, que Saldanha lhe fez perder em Pernes e Almoster *(V. estes nomes)*, sendo esta ultima acção, effeituada em 18 de fevereiro de 1834, a mais sanguinolenta batalha de toda a guerra civil. Um erro da politica do governo de D. Miguel acabou de o perder: acolhendo favoravelmente em Portugal a D. Carlos, de Hespanha, alienou as sympathias de Fernando VII, que reconheceu D. Maria, e concluiu com o governo da rainha, com o de França e com o de Inglaterra, o tratado da quadrupla alliança. O general hespanhol Rodil entrou em Portugal em perseguição de D. Carlos e do pequeno corpo que elle orgauisara aqui. Ao mesmo tempo o duque da Terceira, ganhando em 16 de maio de 1834 a batalha da Asseiceira *(V. este nome)*, aggravou bastante a causa de D. Miguel, que saiu de Santarem e se dirigiu a Elvas. Os liberaes envolveram em Evora o exercito inimigo, que teve de depôr as armas, assignando-se no dia 26 de maio d'aquelle anno a convenção de Evora-Monte. No dia immediato D. Pedro promulgou uma amnistia. Nos termos d'ella D. Miguel saiu do reino, sendo-lhe fixada uma pensão annual de sessenta contos de réis, attenta a sua elevada categoria, não obstante o decreto de 18 de março de 1834 o haver privado das honras que lhe competiam como infante. D. Miguel embarcou em Sines no dia 1 de junho de 1834 a bordo do vapor inglez *Stag*, que o transportou a Genova. A reacção contra o regimen absoluto foi então terrivel, commettendo-se os mesmos horrorosos excessos. Chegando a Genova, D. Miguel redigiu no dia 20 de junho de 1834 um protesto contra a renuncia que fôra obrigado a fazer dos seus direitos á corôa de Portugal, e com o pretexto d'esse protesto o governo liberal immediatamente lhe cortou a pensão que lhe arbitrara. Então os principaes membros do partido legitimista quotisaram se para dar ao seu monarcha exilado uma pensão com que pudesse viver decentemente no estrangeiro. D. Miguel saiu de Portugal insultado, injuriado, apupado elle que fôra quasi um idolo!. Saía do reino vencido, mas pobre e honrado, tendo previamente restituido tudo quanto possuia. As joias e os emprestimos de D. Miguel são muito alludidos ainda hoje. Quanto ás primeiras estão ainda em deposito, e quanto aos segundos diz um manuscripto existente na Bibliotheca Nacioual *(Fundo Antigo N.º 600)*: «*Emprestimos existentes no reinado de D. Miguel*: O emprestimo de réis 1.010:500$000 que eram o resto do grande emprestimo que se tinha mandado proceder pela lei de 31 de março de 1827. Em 6 de março de 1828 D. Miguel, ainda infante Regente, mandou concluir este emprestimo e admittir nelle titulos das classes não activas, Monte pio, etc. e a outra parte em dinheiro na fórma da Lei. E' de notar que metade d'este emprestimo, pelo menos, é divida toda anterior ao tempo da entrada do infante em Portugal, e muito anterior. Houve outro emprestimo de consolidação das Letras do Commissariado que se chegou a emittir na quantia de 234:699$000 réis e era de titulos que se tinham passado no Commissariado desde 1828 a 1830, mandado consolidar pelo Decreto de 9 de julho de 1830 Outro emprestimo foi o de 2:000:000$000 réis, que se chegou a emittir até á quantia de 1 904:000$000 réis e (em 1839) existe na somma de 1:805:000$000 reis e foi decretado e successivamente prorogado pelos decretos de 13 de novembro de 1830, 15 de janeiro e 27 de agosto de 1831 e 28 de outubro de 1832, e finalmente houve o emprestimo de 100:000$000 réis do conde da Povoa admittido por decreto de 25 de outubro de 1832.» D. Miguel partiu de Genova para Roma e no dia 1 de janeiro de 1835 redigiu um novo protesto contra a renuncia dos seus direitos, e a 14 de maio do mesmo anno ainda outro contra a venda dos bens ecclesiasticos. Em 20 de novembro estava em Albano, onde redigiu ainda um ultimo protesto. Em 1851 estava em Londres, onde assistiu á exposição universal, e partindo para a Allemanha, ahi casou a 25 de setembro do mesmo anno com a princeza D. Adelaide Sophia Amelia Luiza Joanna Leopoldina de Loewenstein-Wertheim-Rochefort-Rosenberg, de quem teve sete filhos. No dia 18 de junho de 1852, D. Miguel, tendo sua mulher gravida pela primeira vez, redigiu em Laugenselbold um novo protesto para salvaguardar os direitos de seus filhos, assignando como testemunhas o seu grande amigo visconde de Queluz, José da Silva Tavares, e Augusto Antonio da Matta e Silva Depois foi D. Miguel residir para Brombach, onde viveu, rodeado de recordações de Portugal, e visitado amiude por portuguezes, mas sem tomar parte directamente nas tentativas que os seus partidarios fizeram, principalmente em 1847, para hastearem de novo a sua bandeira. Casando com a princeza D. Adelaide, modelo das mais acrisoladas virtudes, D. Miguel socegou na paz do seu lar, todo entregue á sua nova familia, amando a esposa e educando os filhos na sagrada religião do dever e da honra. Nesse exilio falava no seu Portugal adorado, que elle nunca mais veria. A sua vida no desterro foi verdadeiramente exemplar. São seus filhos: D Miguel de Bragança, a quem os legitimistas chamam D. Miguel II, nascido em Heubach a 19 de setembro de 1853, coronel austriaco; D. Maria das Neves, mulher de D. Affonso de Bourbon; a archi-duqueza Maria Thereza d'Austria, (viuva do archi-duque Carlos Luiz, herdeiro da corôa); a duqueza de Baviera Maria Josepha; a condessa viuva de Bardi, D. Aldegundes; a gran-duqueza herdeira do Luxemburgo, D. Maria Anna; e a duqueza de Parma, D. Maria Antonia. O sr. D. Miguel de Bragança foi casado em pri-

meiras nupcias com a princeza Izabel de Thurn e Taxis e em segundas com a princeza Thereza de Lœwestein-Wertheim-Rosenberg, sua prima. Tem 9 filhos, 4 do primeiro, 5 do segundo casamento. O primogenito é o sr. D. Miguel Maximiliano, nascido em Reichenau a 22 de setembro de 1878. || *Bibliographia:* E' vastissima a collecção de publicações que se poderiam indicar sobre D. Miguel, a sua realeza e a sua biographia, (V. *Legitimista*). Vejam-se: *Historia de Portugal*. por Pinheiro Chagas, continuada por Barbosa Colen; *Historia das luctas civis*, por Soriano; *Portugal contemporaneo*, por Oliveira Martins; *A ultima côrte do absolutismo*, por Alberto Pimentel; *Memoria historica*, por Silva Maia; *Memorias*, de José Liberato; *Chronica de D. Maria II*, por Araujo; *Historia de Portugal*, por Sousa Monteiro; *Historia contemporanea*, por Martins de Carvalho; *José Silva Carvalho e o seu tempo*, por Antonio Vianna; *Historia contemporanea ou D. Miguel em Portugal*, por Arsejas, *Documentos para a historia das côrtes geraes*, tomo de 1828; *Portugal e suas dynastias* por Correia de Mello; *D. Miguel de Portugal e o seu tempo*, por Hermann Kuhn; *A legitimidade da exaltação do sr. D. Miguel*, por Filippe Avellar, etc., etc.

Miguel (*Medalhas de Dom*). A D. Miguel fôram dedicadas varias medalhas commemorativas, antes e durante o seu reinado. Quando visitou a Casa da Moeda e Medalhas em Paris, no dia 28 de julho de 1824, ali lhe dedicaram uma medalha, que a gravura reproduz. No anverso: DOM MIGUEL INFANT. DE PORTUGAL VISITE LA MONNAIE Rle. DES MEDAILLES-. Escudo das armas do infante de Portugal, e o nome do gravador.—BARRE. F.—No exergo:—28 JUILLET 1824. Reverso: RERUM. GEST. FIDEI. ET AETERN—Figuras allegoricas com os engenhos dos cunhos. Representam, á direita, uma figura de mulher, em pé, personificadora da Numismatica, encostada ao braço de um balancé, com a mão esquerda apresenta uma medalha a Clio, musa da Historia, que na sua frente está registando em umas tabulas o acontecimento da visita. No exergo:—AE. A. A.F. F., abreviaturas similhantes ás que se encontram nas medalhas

Medalha cunhada pela Casa da Moeda de Paris (reducção a dois terços)

romanas.—*Aeeri. Auro. Argento. Flando. Feriundo* (relativas á fundição). A D. Miguel offereceu o director da Casa da Moeda tres exemplares, sendo um de ouro, outro de prata, e o terceiro de cobre, sendo remettidos á Legação de Portugal mais 25 exemplares em cobre. Tambem em França, segundo affirma Lopes Fernandes, foi gravada por Chardigny a seguinte medalha: D MIGUEL. REGENTE DE PORTUGAL—Busto virado á esquerda. No exergo o nome do gravador D. CHARDIGNY F.—No reverso: Corôa de louro e carvalho, e no centro a inscripção em sete linhas: NASCEO EM LISBOA EM 26 OUTUBRO DE 1802. NOMEADO REGENTE DE PORTUGAL, EM 3 de JULHO de 1827. Tendo D. Miguel sido nomeado logar tenente para governar o reino de Portugal, por decreto de seu irmão, D. Pedro IV, datado de 3 de julho de 1827,

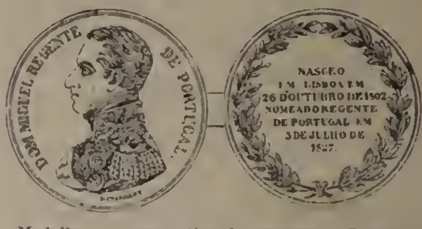

Medalha commemorativa da regencia de D. Miguel (reducção a metade)

entrou em Lisboa aos 22 de fevereiro de 1828; e formando novo ministerio, por decreto de 26 do mesmo mez e anno, nomeou o conde da Louzã, D. Diogo de Menezes Ferreira d'Eça, ministro e secretario de Estado dos negocios da Fazenda; e desejando este ministro commemorar o dia 22 de fevereiro da chegada de D Miguel, mandou gravar, á sua custa, umas medalhas de prata, e de cobre, pelo gravador da Casa da Moeda Francisco de Borja Freire, de que se cunharam poucos exemplares. A descripção, confórme a gravura junta, é a seguinte : XXII — FEBR. — MDCCCXXVIII.—Esta legenda se acha gravada em uma pyramide, figura coroando-a, e o rio Tejo ajoelhando. No exergo:—L. C. OFFEREBAT., e o nome do gravador—FREIRE. F.—Reverso: A inscripção em dez linhas: MICHAELI. I. LUSITAN. FELICITER. RESTITUTO. GLORIA LAUREATO. TAGO OBSTUPENTE. ATQUE. EXULTANTE. CIVIUM. FIDELITAS. NUMISMATICUM. HOC. MONUMENTUM. DEDICAT. A Academia Real das Sciencias de

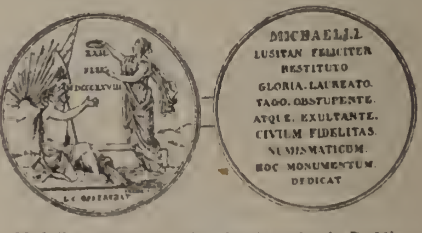

Medalha commemorativa da chegada de D. Miguel em 1828 (reducção a metade)

Lisboa mandou cunhar umas medalhas, de ouro, prata, e cobre, dedicadas D. Miguel, por continuar, desde 1828, a ser o seu Presidente Protector. Confórme a gravura, que reproduzimos, tem no verso: PROTEGIT AC PRAESIDET.—Figura de D. Miguel assentado, e apontando para o globo e livros juntos á figura da Academia representada por Minerva, que tem na mão di-

reita um papel com a legenda—Decreto de 31 de julho de 1828—é por baixo o escudo das armas portuguezas. No reverso: a inscripção em onze linhas: MICHAELI I PORTVGAL ET ALGARB. REGI. ACADEMIA SCIENT. OLYSIPON. CVI PRAERAT INFANS ET PRIEST REX SVMMVM IN SOLITVM DEVS GRATVLANS PERENNANS F. C.=MDCCCXXIX= Tambem em Damão se cunhou uma medalha dedicada a D. Miguel pelos seus partidarios na India Portugueza. Acha-se reproduzida, em nota,a pag. 361 do vol. III da *Descripção geral e historica das moedas*, etc., de Aragão, Lisboa. 1880. A sua descripção é a seguinte: No anverso a legenda D. MIGUEL R. P. E. ALG. Busto imberbe á esquerda fardado e com o manto, segurando na mão direita o sceptro, e apoiando a esquerda nos copos da espada; ao lado a corôa real; no exergo 1828. No reverso a inscripção em 5 linhas no campo da medalha VI. DE NOVEMBRO FIDELIDADE DAMANENSE 1828. Era de prata e formada de duas laminas unidas pela solda, depois de cunhadas cada uma de per si. Outra medalha, reproduzida no livro do sr. Lamas, adeante citado, é a que tem o seguinte anverso: Busto de D. Miguel á esquerda, com o cabello penteado para a frente. Está far lado de

Medalha da Academia Real das Sciencias de Lisboa (reducção a metade)

grande uniforme e no peito ostenta varias condecorações e uma banda de gran-cruz a tiracollo. A farda é ornamentada e tem gola bastante alta, por baixo da qual apparece o collarinho, tambem alto, que é de volta. No hombro tem uma grande dragona franjada. A legenda: DOM MIGUEL Iº=REI DE PORTUGAL. No exergo 1828. Por baixo do hombro a assignatura do gravador *Thevenon*. No reverso, tres braços unidos assentes num fundo de raios luminosos; a mão do braço de cima sustenta uma balança, a do da direita uma cruz e a do da esquerda uma espada. Por baixo dos braços, em duas linhas DOM MIGUEL I.º 1828; e no exergo, dois ramos de louro atados com uma fita. No semicirculo superior da orla a legenda DEOS E MEU DIREITO.Tem de diametro 51 millimetros. D. Miguel concedia licença de usarem umas pequenas medalhas, com a sua effigie, e outras com a effigie da Imperatriz Rainha, D. Carlota Joaquina, pendentes em geral, com fita azul e encarnada. São as chamadas *Medalhas da Real Effigie*, uma das formas mais curiosas por que grande parte do povo manifestava a sua sympathia por D. Miguel: o culto que prestava ao seu retrato. No interessante opusculo do sr. Arthur Lamas *Medalhas de D. Miguel existentes na collecção organisada por José Lamas*, Lisboa, 1906, veem reproduzidas numerosas variedades d'esta especie de condecorações. A medalha da *Real effigie* era usada com fitas de côres differentes, sendo verde e branco; roxo; azul e encarnado; e encarnado orlado de branco. Estas ultimas côres distinguiam os emigrados na Hespanha, por occasião da revolta do marquez de Chaves, por motivo do juramento da Carta. A medalha da *Imperial e Real Effigie* (D. Carlota Joaquina) usava se pendente de fita das côres da Casa de Bragança e do Infantado, sendo as d'esta ultima: verde, escarlate e azul.

Miguel (*Domingos José*). Escriptor, que viveu no seculo XVII. Era natural de Braga; escreveu e publicou a descripção do chamado Bom Jesus de Braga, com o titulo de *Jardim doloroso composto de doze retratos do monte da paixão de Christo regularmente debuxados no monte do Bom Jesus junto á antiga e augusta cidade de Braga*, Lisboa, 1728.

Miguel. Pov. na freguezia de Santa Eulalia, de Revelhe, concelho de Fafe, districto de Braga.

Miguel Choco. Pov. na freguezia de Santa Maria o conc. de Trancoso, districto da Guarda.

Miguel Eannes. Pov. na freguezia de N. S.ª da Conceição, conc. de Tavira, districto de Faro.

Miguelinho (*P. Miguel Joaquim de Almeida e Castro, conhecido por Fr*). N. na cidade do Natal, capital do Rio Grande do Norte, a 17 de setembro de 1768. Foi um dos mais fervorosos paladinos da revolução de 1817, que tinha por fim acclamar o regimen republicano em Pernambuco, com a adhesão de Alagôas, Parahiba, Rio Grande do Norte e Ceará. Esta revolução teve uma phase em que pareceu triumphar, durante a qual foi proclamado o governo republicano em 6 de março d'aquelle anno. Os conspiradores fôram todos presos e condemnados á morte, sendo fr Miguelinho fusilado no Campo da Polvora, cidade da Bahia, a 13 de junho do mesmo anno 1817.

Mijanços. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Roussas, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Mijarella. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Albergaria das Cabras, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Milagres (*Joaquim Rodrigues*). Bacharel formado em Canones na Universidade de Coimbra, tendo se habilitado em 1787 para fazer leitura na Mesa do Desembargo do Paço, afim de seguir a carreira judicial. Era natural de Villa Rica, Minas Geraes, no Brazil, sendo filho de Luiz Rodrigues Milagres e de Eufrasia Maria de Jesus. Pelo lado paterno era neto de Antonio Rodrigues e de Paschoa Lourença, e pelo lado materno de Francisco de Sousa Lima e Maria Gomes d'Oliveira, todos naturaes do Brazil. Em 28 de setembro de 1813 consultou a Junta do Commercio ácêrca d'uma pretensão do dr. Milagres, que se propunha fabricar louça por um processo de sua invenção, melhor do que a do Rato. Alcançando licença para realisar uma cozedura de louça nos proprios fornos da Fabrica Real, levou vantagem aos productos d'esta, segundo um parecer de José Bonifacio de Andrade, que era compatriota do inventor. Ignora-se se o dr. Milagres usou d'al-

guma marca nos seus trabalhos de ceramista, o que seria de grande interesse averiguar. A este respeito publicou o sr. D. José Pessanha um artigo no *Archeologo Portuguez*, do qual fez depois uma *separata* de 19 paginas.

Milagres. Pov. e freg. de N. S.ª dos Milagres, da prov. da Extremadura, conc., com. e distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 402 fog. e 1:996 hab. Tem escolas d'ambos os sexos. A pov. dista 5 k. da séde do concelho e está situada proximo da margem direita do rio Liz. Pertence á 5.ª div. mil , e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a sé de em Leiria. Na capella-mór da egreja matriz está escripta nos azulejos a descripção d'esta freguezia, que vem transcripta no vol. V do *Portugal antigo e moderno*, de Pinho Leal. A fundação do logar e da egreja foi em 1728, devida a um milagre, segundo a lenda a que se referem os referidos azulejos, e por isso se ficou intitulando *Milagres*. || Ilha de S. Miguel, pov. na freg. de N. S.ª da Saude, de Arrifes, conc. e distr. de Ponta Delgada. || Pov. na freg. do Salvador, de Cambezes, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Freg. de N. S.ª dos Milagres. Antiga povoação da ilha do Corvo, Açôres. Em 1862 foi elevada á categoria de villa, e passou a ter o nome da ilha. V. *Portugal*, vol. II, pag. 1169.

Milagrosa. Roça da Ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Milalene. Um dos territorios pertencentes á 2.ª circumscripção do districto de Lourenço Marques, na provincia de Moçambique, Africa Oriental.

Milando. Nome que os negros da Africa Occidental e Oriental portugueza dão aos pleitos de caracter juridico. Na prov. de Moçambique os *milandos* entre regulos e entre estes e os seus subordinados, levantados por questões de exercicio de autoridade ou de posse de terras, são resolvidos pelo governador do districto, mediante informação dos administradores do concelho.

Milange. Sob este nome foi constituida em prazo pela Companhia da Zambezia toda a região que tem por limites os rios Lugella e Licungo, a linha limite das concessões da mesma companhia, seguindo ao norte o parallelo 15.º até á sua intersecção com o Lurio, e depois o curso d'este rio até ao lago Chirua, cuja margem léste serve de limite occidental ao *prazo*. Estes territorios fôram entregues em abril de 1899 pelo governo á Companhia da Zambezia, afim de os tornar em prazo, de accordo com o estipulado no decreto de 1894. || Montes do districto da Zambezia na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Correm nas terras dos bororos, a SE do lago Chirua, e ficam hoje quasi completamente na esphera ingleza. Constituem um dos muitos territorios proprios para colonisação por ser o seu clima apto para a vida dos europeus, e é d'elles que brotam as nascentes do Ruo. || Pov. do distr. da Zambezia (Maganja d'aquém Chire), na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem estação telegraphica.

Milange-Tumbini. Um dos commandos militares do distr. da Zambezia, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Mileu. Aldeia na freg. de N. S.ª das Neves, de Soutello, conc. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu. A egreja d'esta aldeia, da invocação de N. S.ª do Mileu, sustentam quasi todos os escriptores ser a mais antiga das duas provincias da Beira, e ser ainda anterior ao anno de 715. A imagem da padroeira é a mesma que existia, quando os moiros invadiram Portugal, e tanto a imagem como o templo se conservaram no mesmo pé durante o seu dominio. Esta egreja era do padroado real. N. S.ª do Mileu é de grande devoção para os povos d'estes sitios; o seu templo era muito concorrido durante todo o anno, e principalmente em havendo nas proximidades alguma calamidade. Até ao principio do seculo XIX os moradores das aldeias de Arrifana, Gonçalo e Bouças, vinham no dia 8 de maio visitar a imagem, mandando dizer muitas missas e deixando offertas avultadas. Junto á egreja havia uma estalagem para viajantes pobres, de que já nem restam vestigios. Junto a este templo havia outro tambem antiquissimo, dedicado a N. Sr.ª da Consolação, o qual era de grandes dimensões e de muita magnificencia, mas que os moiros arrazaram em 716. Dizem alguns escriptores que, com os materiaes d'esta egreja, mandou D. Sancho I construir em 1177 uma fortaleza denominada Torre da Guarda, conhecida posteriormente pelo nome de *Torre dos Ferreiros*. Em memoria de ser feita com a pedra d'este templo, pagava á camara da cidade, por feudo annual um arratel de incenso, em dia do Corpo de Deus. Sendo verdade que estes dois templos já existissem no tempo dos godos, parece que no mesmo sitio existiu uma povoação anterior ao dominio arabe, talvez mesmo do tempo dos romanos, porque não seria facil que os christãos construissem dois templos tão dispendiosos n'um sitio ermo, a grande distancia do povoado. Além d'isso, teem aqui apparecido alguns vestigios de edificios antiquissimos. A imagem de N. S.ª da Consolação ficou sepultada nas ruinas da sua egreja, e só foi achada em 1240, no reinado de D. Sancho II, que lhe mandou construir um novo templo dentro da cidade, o qual se concluiu em cinco annos, servindo muito tempo de egreja parochial, e depois de egreja da Misericordia. A imagem é de pedra e de estatura quasi natural; mas como as mãos se partissem debaixo das ruinas da sua antiga egreja, se lhe fizeram outras de madeira. A sua esculptura revela grande antiguidade. Está dentro d'um nicho monolithico, que é o mesmo em que estava na egreja primitiva, e dentro do qual foi achada.

Milha. Medida geographica de longitude adoptada antes da introducção do systema metrico-decimal. Uma legua terrestre tinha 3 milhas, e cada milha 1:000 passos geometricos, com pequena differença, 2 k. da medida actual. Esta medida foi introduzida em Hespanha pelos romanos. A milha tinha 10 *estadios*, viudo a ter cada um d'estes 100 passos geometricos ; 5 *estadios* formavam um dos actuaes kilometros

Milhaço. Familia, cujas armas são esquartelladas, tendo o campo todo de prata : no primeiro quartel uma cana de milho com tres folhas caídas da sua côr ; no segundo tres rosas da sua côr com suas folhinhas verdes em banda, assim o terceiro ; e no quarto uma cobra do sua côr.

Milhaço. Pov. na freg. do Santissimo Sacramento, de Burgo, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Milhaes. Pov. na freg. de S. Estevão, de

Abreiro, conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Milhagens. V. *Milhares*.

Milhaira. Pov. na freg. de S. Martinho, de Campo, conc. de Vallongo, distr. do Porto.

Milhão. Milho grosso V. *Milho*.

Milhão. Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 98 fog. e 416 hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de postal rural. A pov. dista 11 k. da séde do conc. O cabido da sé de Miranda (Bragança), apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Milhara. Povoações nas freguezias: S. Thomé, de Vade, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro de Valle, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo districto.

Milharadas. Pov. na freg. do Santo Aleixo, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Milharado. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Mafra, distr. e patriarc. de Lisboa; 747 fog. e 3:162 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. A pov. dista 11 k. da séde do conc. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa.

Milhares. Pov. na freg. de S Jorge, de Sarilhos Grandes, conc. de Aldeia Gallega do Ribatejo, distr. de Lisboa.

Milhariça. Povoações das freguezias: S. João Baptista e conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || S. Lourenço de Arneiro das Milhariças, conc. e distr. de Santarem.

Milhariças. Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, do mesmo districto.

Milhariço. Pov. do conc. de S. Paio, de Arões, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Milhazes. Pov. e freg. de S. Romão, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 133 fog e 598 hab. A pov. dista 6 k. da séde do conc. O D. prior da collegiada de Barcellos apresentava o vigario que tinha 100$000 réis de rendimento. A terra é fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Esta freg. esteve annexada muitos annos á de Santa Maria, de Faria.

Milheira. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade e conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Milheiro *(Antonio)*. Musico, que viveu no seculo XVII. Foi mestre na sé de Coimbra e depois na de Lisboa. Deixou composições, algumas das quaes se guardavam na bibliotheca real, e por sua diligencia se reimprimiu o *Ritual romano de Paulo V*, em 1618.

Milheiro. Pov. na freg. de S. Miguel, de Colmeal, conc. de Figueira de Castello Rodrigo, distr. da Guarda.

Milheiros. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S. Pedro, de Dois Portos, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Milheirós. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. da Maia, distr. e bisp. do Porto; 226 fog. e 1:012 hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. Dista 6 k. da séde do conc. e está situada entre as duas estradas que vão do Porto para Braga e para Guimarães. O real padroado apresentava o abbade, que tinha 250$000 réis de rendimento, fóra os dizimos. Quando estes se pagavam, rendia esta freg. para o abbade quasi 700$000 réis por anno, mas este rendimento era onerado com os encargos seguintes: pagar a terça á basilica patriarchal de Lisboa; um censo á mitra do Porto, e uma pensão ao donatario do reguengo da Maia. Tinha tambem a seu cargo a fabrica da egreja, os paramentos e os concertos na casa da residencia. Ficavam-lhes livres uns 500$000 réis. A freguezia de Milheirós era uma aldeia da parochia de Aguas Santas, que d'ella foi desmembrada e constituida freguezia, entre os annos de 1578 a 1580; no reinado do cardeal D. Henrique. A terra é abundante em trigo, centeio, milho, vinho verde, linho e azeite. Cria muito e bom gado bovino, que em grande parte vae para Inglaterra. Esta pov. é uma perfeita peninsula, de fórma quasi quadrada, porque a E, S e O, está cercada pelos rios Leça e Almoróde, e só pelo N tem um isthmo que a une á freg. de Nogueira. O seu territorio é quasi plano, apenas ondulado por pequenas collinas. E' composta a freguezia de 16 aldeias, que são: Agra, Agra Nova, Agrella, Alvura, Areo, Arrotança, Arroteia, Bacêllos, Beçada, Calvilhe, Cima de Aldeia, Egreja, Fundo-de-Villa (ou Fundevilla), Monte das Cruzes, Pinheiro e Ponte. Todas estas aldeias ficam muito proximo umas das outras. N'esta freguezia ha muito bom granito para edificações, pelo que não só se exporta para as freguezias circumvisinhas, mas até em grande quantidade para o Brazil. No logar onde está a residencia parochial, existiu antigamente uma capella dedicada a Santa Luzia, onde concorriam muitos romeiros. Perto d'esta ermida havia uma fonte, no caminho da egreja, que foi entulhada em 1859. No tempo do abbade Pedro Henrique Tavares, no fim do seculo XVII, se reedificou a egreja, para que elle muito concorreu, fazendo á sua custa a capella mór e sacristia, cujos tectos mandou ornar com ricos retabulos. O abbade José Joaquim Pereira da Costa, no fim do seculo XVIII, tambem adornou muito a egreja. No tempo do abbade Antonio da Ascensão Oliveira se realisaram grandes obras na parochia, e para as quaes era o primeiro a concorrer e a tomar a iniciativa; como foi a torre, o cemiterio, etc. A egreja parochial está situada quasi no centro da freg., na aldeia, por isso mesmo, chamada da Egreja; abriram-se os alicerces em 17 de maio de 1697, e concluiu-se logo no seguinte mez de novembro, sendo bemzida a 12 de dezembro do mesmo anno, em que se celebrou a primeira missa. Serviu de primeira matriz d'esta parochia a capella de Santa Luzia, que depois foi ampliada, e serviu de egreja parochial até 1697. Foi demolida, e no local que occupava, se construiu a actual residencia do parocho. N'esta egreja havia uma rica lampada de prata, e oito varas do pallio, do mesmo metal, que os francezes roubaram em 1807. A lampada fôra collocada na capella-mór em 1758, tendo custado 80$000 réis, que para este fim deixara em testamento Sebastião Ferreira. No coro, ao lado do Evangelho, está o orgão, que dizem ser o melhor d'estas terras. O tecto da capella-mór é ornado com bellas pinturas representando varios passos e myste-

rios da vida de Christo e de Nossa Senhora, obra que foi feita á custa do abbade Pedro Henriques Tavares, em 1711. No lado direito da egreja se levanta a elegante torre dos sinos, construida por esmolas de 1859 a 1860. E' toda de cantaria e tem tres sinos, sendo um muito grande. Collocou-se ali um relogio em 1866, á custa de donativos dos parochianos. O adro que circumda a egreja é espaçoso; foi feito em 1708, e ampliado em 1860. A architectura tambem se ampliou em 1868, construindo so então um segundo pavimento sobre a antiga. Durante o cêrco do Porto, em 1832, esteve algum tempo acampado n'esta pov. parte do exercito absolutista, no logar de Agra; era a divisão do general Antonio Joaquim Guedes de Oliveira; D. Miguel teve o seu quartel general no logar da Ponte da Pedra, que fica proximo. Milheirós pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 18 com a séde no Porto. || Povoações nas freguezias: S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || S. Salvador, de Victorino das Donas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Milheirós de Poiares. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. da Feira, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 161 fog. e 791 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Dista 8 k. da séde do conc. Os conegos regrantes de Santo Agostinho do convento da Serra do Pilar, apresentavam o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. Foi primeiro do padroado do mosteiro de Grijó, da mesma ordem, e quando o convento da Serra do Pilar se tornou independente d'este, passou o padroado d'esta e d'outras egrejas para o da Serra. A pov. é fertil em todos os generos agricolas do paiz. Tem muitos pinhaes e abundancia d'arvores silvestres. Cria muito gado bovino, que exporta em grande parte para Inglaterra. Cria tambem gado miudo, especialmente ovelhas e porcos. Esta freg. foi solar dos Perestrellos. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

Milheu. Parece ser certo pano que vinha de França. N'um documento de S. Thiago de Coimbra, de 1319, lê se: *Huum manto meu de milheu, sarado com cendal verde.*

Milho. Este importante cereal tem duas variedades principaes, o milho *miudo* e o milho *grosso*. O primeiro é o de mais antiga cultura, que se conhece, e o segundo o mais vulgarisado e apreciado O *milho* é conhecido na Europa desde remotos tempos. Tanto os povos da Asia Menor como os egypcios e os gregos cultivavam este cereal para a sua alimentação. Encontraram-se sementes de *milho* n'um hypogeu nas ruinas de Thebas, o que bem mostra a estima que os egypcios dedicavam a esta planta cosmopolita. Documentos antigos affirmam que o *milho grosso* era conhecido na Italia no seculo XIII, para onde tinha sido levado da Asia Menor em 1219. No nosso paiz era planta conhecida pelo nome de *zaburro*, segundo affirma João de Barros, na descripção que faz da terra que fica entre os rios de Senegal e Gambea. «... E para dar os milhos de maçaroca a que chamamos zaburro que é o commum mantimento d'aquelle povo.» (*Decada 1.ª da Asia*, cap. VIII, pag. 49). Embora o *milho grosso* fôsse já conhecido no nosso paiz em 1552, é certo que a sua cultura era muito restricta, não passando, talvez, de pequenas experiencias feitas nas hortas dos conventos mais opulentos, e nas de alguns fidalgos mais illustrados d'aquella epoca, porque o *milho*, a que os documentos se referem como sendo cultivado alternadamente com o *trigo* e o *centeio*, é o *milho miudo*, muito usado então em toda a Europa. Fr. Santa Rosa de Viterbo, no seu *Elucidario*, verbo *Milhom*, affirma que o milho grosso fôra trazido da India por Paulo de Braga, e semeado na provincia do Minho no seculo XVII; dizendo que a cultura, prohibida no começo e reduzida a poucos pés nas hortas e jardins, se desenvolvera depois por toda a provincia constituindo uma parte principal da sua alimentação. Ainda no seculo XIX pouco milho grosso se cultivava nas provincias da Extremadura, Alemtejo e Algarve; hoje constitue a principal cultura de todas as provincias de Portugal, e ilhas, sendo o pão da maior parte da população do norte do paiz. Duarte Ribeiro de Macedo (nas suas *Obras ineditas*, Lisboa, 1817) inculca outra origem, assegurando que o *milho* fôra trazido da America para Cadiz, como planta curiosa, e que sendo depois trazido d'aquella cidade para Portugal por um lavrador de Coimbra produzira em tanta quantidade que os cultivadores ficaram ricos. E' provavel que ambas estas versões sejam exactas em parte, e que o *milho grosso* começasse a ser cultivado em grande escala na provincia do Minho e nos campos de Coimbra, muito tempo depois da planta ser conhecida no paiz. Só parece atrazada a epoca que o autor do *Elucidario* assigna, por isso que no seculo XVI já o *milho* se achava introduzido entre nós, segundo os testemunhos de Macedo, que escreveu pouco depois do primeiro. De todas as especies de *milho* que se conhecem é o de folhas inteiras (*Zea maiz faliis integerrims*, de Linneu), que se encontra mais espalhado pela Europa. Esta especie apresenta um grande numero de variedades, porque não ha planta que mais facilmente se hybride. As principaes variedades são o *milho temporão*, e o *milho serodio* de fructos brancos, amarellos e vermelhos. Estas duas variedades teem produzido uma infinidade de sub-variedades. O milho ou se cultiva em *milharadas*, para se aproveitar em verde para alimentação dos gados, ou pelo grão, para com a farinha se alimentar a especie humana. As variedades mais cultivadas entre nós são, além do *milho* commum de sementes amarellas, e bastes curtas, o *milho* branco de Vianna do Minho, tambem conhecido em varias regiões do paiz por *milho* de Coimbra, e o *milho* branco das varzeas de Leiria, uma das melhores variedades forraginosas que se conhece. Apontam-se outras variedades: em Penacova (milho branco de palha delgada); em Castello Branco (milho alaranjado, *orelha de mula)*; em Villa Franca *(*milho *carraceno* ou *cedovem)*; na Quarteira (milho *gallego* ou *tremez temporão)*; em Faro (milho *gigantil*, *infantil* ou *orelha de lebre*, milho de horta, e *pichorro*); em Portalegre *(mão de toupeira* branco*)*; nos Açôres (milho *saburro* ou *milho grande*); em Villa Verde e Espozende (milho branco semeado entre o linho); etc.

Milho Branco. Pov. na freg. de S. Miguel, no conc. de Santa Catharina, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pov. da freg. e Santo Amaro Abbade, do conc. de Santa Cathaina, idem.

Milho Negro. Termo antigo, que significava o milho miudo (unico então conhecido), que tem a côr de um rôxo quasi preto. Tambem se chama *milho da Senhora da Lapa*.

Milhões. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Ayão, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Villa de Punhe, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Milhom. Nome antigo do cereal *milho miudo*. Em todos os documentos onde se fala de *milhom*, sempre se entende milho miudo, porque não havia outro. V. *Milho*.

Milhora. Pov. na freg. de S. Pedro, de Sebal Grande, conc. de Condeixa-a-Nova, districto de Coimbra.

Milhaudos (*Antonio Pereira de Sá Sotto Maior, visconde de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, cavalleiro da da Torre e Espada, senhor do morgado e quinta de Villa Boa, na freg. de Cendufe; bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra; juiz na comarca de Arcos de Valle-de-Vez; tenente-coronel do extincto batalhão de voluntarios nacionaes da referida villa; governador militar em 1834 da mesma villa, onde desarmou as antigas milicias, e com esse armamento organisou o batalhão de voluntarios por ordem do general Cayola, e á frente d'este batalhão fez acclamar os direitos da rainha D. Maria II nos concelhos de Lindoso e Suájo, depondo as autoridades e nomeando outras, indo em seguida anniquilar a guerrilha do Pitta Bezerra nas montanhas do alto Minho. N. a 28 de maio de 1799 e falleceu a 10 de setembro de 1877. Era filho de José Pereira de Sá Sotto Maior Leone e de D. Joaquina de Sousa Araujo. Foi por vezes presidente da camara municipal, procurador á junta geral do districto de Vianna do Castello, e presidente da mesma junta; administrador do concelho dos Arcos de Valle-de-Vez desde 1851 a 1867. Em todos estes logares mereceu dos governos portarias e officios de louvor. Casou a 9 de maio de 1825 com D. Maria Rita de Brito Lyra, filha do capitão João de Brito Lobo Lyra e de D. Francisca Rita de Barbosa Brandão. O titulo de visconde de Milhundos foi concedido por decreto de 26 de janeiro de 1871.

Milhundos. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. do Porto; 129 fog. e 580 hab. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, na estrada que vae de Penafiel a Marco de Canavezes. O abbade do mosteiro benedictino de Bustêllo apresentava o cura, que tinha 12$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Milicia. Arte ou exercicio da guerra; corporação organisada militarmente. *Milicia* oppõe-se a *tropa de linha*. || Exercito segundo a carta de lei de 22 de setembro de 1761 a *milicia* «constitue a força, e o respeito dos soberanos, e a segurança dos povos.» O alvará de 15 de outubro de 1764 e o decreto de 6 de setembro de 1765 declaram que a milicia é vida mui decente, e mui propria para os homens ganharem merecimento e honra, e para adeantarem a suas graduações e fortunas.

Milicias. Tropas de segunda linha auxiliares das de primeira em caso de guerra. Os *regimentos de milicias*, no seculo XVIII e XIX, eram o que mais antigamente se denominavam *terços auxiliares*, e cujos chefes tinham o titulo de *mestres de campo*, e mais tarde o de *coroneis*. Tambem se denominavam *milicias das ordenanças* (V. *Ordenanças*.) Pelo alvará de 24 de novembro de 1645 gozavam os milicianos dos privilegios dos soldados pagos, emquanto estavam alistados, e tendo um anno de serviço nas fronteiras não eram obrigados a voltar lá. Por alvará de 21 de outubro de 1807 fôram creados novos regimentos de milicias, a cavallo e a pé, tendo estes ultimos o titulo de *Voluntarios reaes de milicias a pé*, por decreto de 3 de novembro de 1807. Os milicianos tinham muitos privilegios e isenções. Por castigo podiam passar aos regimentos de linha. Os capitães dos regimentos de milicias deviam ser pessoas nobres e abonadas, e pertenciam aos districtos onde tinham os seus bens. Os officiaes gozavam das mesmas honras que competiam aos de linha, inclusivé as funebres. Achando-se os regimentos reunidos, e empregados effectivamente no serviço, tomavam o commando das praças, guarnições, ou corpos de tropas, que se lhes devolvia por substituição, sendo considerados como officiaes mais modernos da sua classe na tropa de linha. Os milicianos não eram compellidos a servir cargos civis, nem pagavam fintas, taxas, ou outros encargos ou tributos postos pelas camaras. Seus filhos ficavam isentos do serviço militar de linha e sujeitos ao de milicias. Em tudo o mais os milicianos gozavam do foro militar.

Milijoso. Pov. na freguezia de S. Thomé, de Trezoi, concelho de Mortagoa, districto de Vizeu.

Militão (*José Joaquim*). Nome que se conhece só pelos seguintes escriptos: *Elogio funebre consagrado á immortal memoria da augusta rainha de Portugal a senhora D. Marianna Victoria*. Lisboa, 1781; *Panegyrico aos annos d'el rei nosso senhor* (D. José I) *no dia da inauguração da sua real estatua, 1775;* saiu sem anno nem logar de impressão; *Panegyrico aos annos da rainha nossa senhora*, idem; *Aos felicissimos annos da rainha D. Maria I*, Lisboa, 1777.

Militão da Matta (*José*). Professor de pilotagem; fal. parece que em outubro de 1809. Escreveu: *Taboa das latitudes e longitudes dos principaes logares maritimos da terra, suppondo o primeiro meridiano o que passa pela margem occidental da ilha do Ferro*, 4.ª edição, Lisboa, 1807; saiu com as iniciaes J. M. da Matta 1.ª edição, julga-se que saiu em 1790; *Taboas da declinação do Sol*, Lisboa, 1799; *Taboas de reducção para conhecer facilmente a differença de latitude e apartamento do meridiano, que se obtem em qualquer derrota*, Lisboa, 1800; 2.ª ed. 1803; 4.ª 1807; *Taboas dos logarithmos dos senos e tangentes de todos os graus do quadrante, e dos numeros naturaes, desde 1 até 10:800*, Lisboa, 1801; 4.ª edição 1818; *O destro observador, ou methodo facil de saber a latitude no mar, a qualquer hora do dia, com uma prefacção sobre os progressos da pilotagem em Portugal*, Lisboa, 1781; 2.ª ed. 1789; *Compendio das correcções que se devem fazer ás alturas dos astros observados, para poderem ser empregadas nos calculos de latitude, de longitude, da hora e do azimuth*, Lisboa, 1780; 4.ª ed., 1807; *Tratado das manobras, traduzido de D. Antonio Gabriel*

Fernandes, etc., Lisboa, 1793; *Carta plana das ilhos de Cabo Verde*, publicada em 1790.

Militar *(Medalha)*. Instituida por el-rei D. Luiz I em 2 de outubro de 18 3. Comprehende tres classes: *valor militar*, *bons serviços* e *comportamento exemplar*. A medalha é redonda, de ouro, prata ou cobre, confórme os serviços, tendo de um lado a effigie real e em volta a legenda *D. Luiz I*, *Rei de Portugal*; e no reverso a outra legenda *Valor*, *Bons serviços* ou *Comportamento exemplar*, confórme a classe, circumdada por uma corôa de carvalho e em volta *Medalha militar*, pendente de fita de seda ondeada, de 0m,03 de largura, dividida longitudinalmente em em nove faxas eguaes, quatro das quaes são *brancas*, e as cinco restantes *azul ultramarino* na classe de valor militar, *encarnada* na de bons serviços, e *verde* na de comportamento exemplar. Regulava a concessão d'esta medalha o decreto de 21 de dezembro de 1886 (ordem do exercito n.º

Medalha Militar (reducção a 2[3)

34). Por decreto de 20 de janeiro de 1908 foi novamente regulada, ficando destinada a galardoar os serviços prestados ao Estado na carreira das armas, pelos militares de terra e mar, de qualquer classe ou graduação, tanto na metropole como nas provincias ultramarinas. A actual medalha militar comprehende tres classes: *valor militar*, *bons serviços* e *comportamento exemplar*. A's primeiras correspondem medalhas de ouro e de prata, e á ultima, de ouro, prata e cobre. A medalha é redonda, tem de um lado a effigie real e em volta a legenda *D. Carlos I—Rei de Portugal—1908*, circumdada por uma corôa de louro; no reverso a legenda *Valor* e em volta *Medalha militar*, egualmente circumdada por uma corôa de louro. As medalhas de *bons serviços* e *comportamento exemplar* tem as legendas respectivas.

Milleu Pov. na freg. de N. S.ª da Corredoura, de Caria, conc. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu

Mil réis. Moeda de prata. V. *Dez tostões*.

Mil-réis. Moeda de ouro de D. Pedro V denominada *decimo de corôa*.

Mil réis. Moeda de ouro do reinado de D. José I para circular na Africa Oriental.

Milreu. Sitio do Algarve, junto á aldeia e freguezia de Estoy, conc. e distr. de Faro. (V. *Estoy*), onde se encontram vestigios de construcções antiquissimas. Ainda aqui existe um templo que parece ser romano, que ha talvez 60 annos, conservava as suas formosissimas muralhas de ordem corinthia, sendo no interior todo revestido de bellos mosaicos de côres, do tamanho de dados de jogar. Tinha exteriormente uma escadaria de 4 ou 5 degraus, tambem revestida de mosaico. N'uma escavação feita em Milreu no anno de 1835, achou se uma sepultura de marmore com duas amphoras dentro. Tem-se encontrado muitas outras sepulturas antiquissimas n'estes campos, que são hoje vinhas. Dizem haver tambem aqui um grande aqueducto. Todas as ruinas se vêem desde Faro até Estoy, no Campo da Trindade, e em Milreu, que fica proximo.

Milreu, Mirleu, Mirlau, Milrreu e Millreu De todas estas fórmas se escrevia este antigo termo portuguez, que parece mais termo francez ou estrangeiro, cousa de França ou estrangeira. E' caso averiguado que no principio da monarchia portugueza vieram a Portugal muitos estrangeiros, principalmente francezes, os quaes, depois de fazerem as suas mercadorias, ou se domiciliavam aqui, ou regressavam ás suas terras; mas emquanto se demoravam em Portugal precisavam de albergarias ou de hospitaes onde se recolhessem e se tratassem, estando doentes. Em muitas partes tiveram estas casas de abrigo, e aos locaes onde ellas existiram, se dá ainda o nome de *Milheu*, *Mileu*, *Milreu* ou *Mirleu*. Em Coimbra, onde depois se fundou o collegio de S. Paulo, havia uma d'estas casas, que principiou logo desde a conquista d'esta cidade por D. Fernando Magno, em 1064, pois já no tempo do governo do conde D. Sisnando, se fundou o mosteiro de *S. Jorge d'apar de Coimbra*, na *matta de Mirlaus*. (*Chronica dos Conegos Regrantes* por Fr. D. Nicolau de Santa Maria; *Monarchia Lusitana, liv. 8.º, cap. 4.º fl 12*). E' de crer que este sitio fôsse pertença do dito hospital de estrangeiros. Em 1093, quando o conde D. Henrique veiu para Portugal, e *em dias de D. Martinho Muniz, e de sua mulher, Elvira Sesnandiz* (filha do conde D. Sisnando) fez João Gudezendiz uma doação *ad Aulam Sancti Salvatoris, Obedientiae Vaccarizae, quae est fundata in Colimbria Civitate, jaxta illos Mirleus qui dicuntur*. (Documento original do cabido de Coimbra). A egreja do Salvador, Coimbra, era *obediencia*, priorado, ou pequeno mosteiro, da filiação do da Vaccariça, emquanto este não foi doado, pelo conde D. Raimundo e a rainha D. Urraca á sé de Coimbra, com todos os seus bens e pertenças, em 1094, sendo bispo d'esta cidade, D. Cresconio. Continuou este hospital ou albergaria debaixo da protecção real, entre as egrejas do Salvador e de S. Pedro, como consta d'uma sentença, da collegiada de S. Thiago, de 1344. El-rei D. Manuel I aggregou esta e outras albergarias ao hospital real de Coimbra. Tambem se vê que *Mirleu* é cousa de francezes, pela doação do couto da ermida de Santa Comba, junto ao rio Córgo, ou Córrego, por D. Affonso Henriques, em 1139, na qual se fala na *fonte de Mir-*

leu, junto ao *Palacio Franciscum*. Suppõe se que nos principios da nossa monarchia os portuguezes davam aos francezes o nome de *mirleus* derivado do allemão *mirle* ou *shmirling*, uma especie de açôr de grandeza de um melro, ou pouco maior, a que nós chamamos *esmerilhão*. Outros dizem que é o passaro a que se dá hoje o nome de *froncelho*, que vem a ser synonimo de *mirleu* francez. Estas aves de rapina são naturaes da Suecia e da Noruega, e arribam para a peninsula hispanica, no principio do inverno, e se vão com elle.

Milreu. Povoações nas freguezias: S. Matheus, de Alvares, conc. de Goes, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Milunda. Pov. na freg. de S. José, na 1.ª div. da Barra do Cuanza, conc. de Calumbo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Mimoso *(João Sardinha)*. Abbade da egreja de Santa Maria, de Meixedo, no arcebispado de Braga. Era natural de Setubal, e fal. em Lisboa a 14 de outubro de 1644. Escreveu e publicou um livro em hespanhol, descrevendo as festas que se fizeram por occasião da vinda do rei D. Filippe a Portugal.

Mimvaqueiro. Pov. da freg. de S. Thiago e S. Matheus e conc. de Sardoal, distr. de Santarem.

Mina. As familias d'este appellido procedem de Fernão Gomes da Mina, honrado cidadão de Lisboa, que tomou este appellido, por ter arrendado alguns annos o contrato da Mina, quando se descobriu. (V. o *artigo seguinte*). Serviu a elrei D. Affonso V, na tomada de Alcacer-Ceguer, Arzilla e Tanger, onde o monarcha o armou cavalleiro, dando-lhe no anno de 1474 o seguinte brazão: Em campo de prata tres cabeças de negros em roquete, cada uma com um collar de ouro e argolas do mesmo metal nas orelhas e nas ventas do nariz; timbre, uma das cabeças.

Mina *(S. Jorge da)*. A Costa da Mina, onde está situado o castello de S. Jorge, foi como a do Marfim, descoberta em 1471 por João de Santarem e Pero Escobar, capitães de Fernão Gomes, dando motivo estes descobrimentos, assim como o da Guiné e o da Malagueta, a uma viva polemica no meado do seculo XVII, por os francezes pretenderem para si a prioridade de taes factos. A parte da costa occidental africana está comprehendida entre a ponta mais oriental do cabo das Tres Pontas e o cabo de S. Paulo, sendo toda banhada pelo grande golfo da Guiné. Em geral é baixa, levantando se apenas n'um ou n'outro ponto, está coberta de vegetação e tem praia de areia. As suas estações e ventos seguem as leis da costa do Marfim, da qual é a continuação Passa ao longo d'ella a corrente da Guiné septentrional, que vae no rumo de E, ENE e NE. As marés percebem-se unicamente nas visinhanças da terra. Nos mezes de dezembro, janeiro e fevereiro, julho, agosto e setembro, fórmam-se de manhã nevoas muito espessas, apparecendo nos tres ultimos em seguida ás copiosas chuvas dos tornados, e muito contribuem para moderar o calor. N'outros tempos, o litoral estava guarnecido de fortalezas, feitorias e estabelecimentos portuguezes, mas a tragica jornada d'Alcacer-Kibir e a perda da independencia portugueza, fizeram passar para as mãos dos hollandezes a melhor parte do que pertencia a Portugal. Ainda ali se vê o castello de S. Jorge da Mina, levantado em 1482 pelos portuguezes, e em torno do qual se edificou logo uma tão importante povoação, que quatro annos depois lhe fôram dados fóros de cidade. Hoje S. Jorge da Mina pertence á Inglaterra. V. *Costa da Mina*.

Mina. Medida de superficie, de que usavam os antigos portuguezes. Tinha 120 pés de comprido e o mesmo de largo. Levava um alqueire de pão, de semeadura. Vinha a ser uma área de 1:600 m. quadrados. Tambem lhe davam o nome de *módio*.

Mina. Ilhéo situado no Oceano Atlantico, a pequena distancia da costa N da ilha Terceira, Açôres. || Cabo da ilha do Principe, na prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. Está situado na costa E, e ergue-se n'elle a fortaleza de Santo Antonio, que defende o porto e cidade de Santo Antonio. Esta fortaleza foi construida pela Companhia de Cacheu e Cabo Verde, que estabeleceu na ilha a principal feitoria do seu commercio com negros da costa fronteira. || Cabo da costa da Mina, situado junto á foz de Beyá, Africa Occidental. E' atravessado por uma cordilheira e guarnecido de rochedos, onde o mar quebra com grande impeto quando sopra o vento, e que amparam o desembarcadouro da foz do Beyá. || Cabo da costa da ilha Terceira, Açôres. Fica na costa de E, ao N da ponta das Contendas. || Serra na provincia do Douro, no concelho de Figueira da Foz E' a continuação do Cabo Mondego, que começando ali, vem quebrar se em S. Fins, depois de passar pela Brênha e Alhadas, onde se divide em pequenas ramificações.

Mina de Algáres Pov. na freg. do Salvador e conc. de Aljustrel, distr. de Beja. V. *Algáres*.

Mina do Azinhalinho. Pov. na freg da Santissima Trindade, de Trindade, conc e distr. de Beja.

Mina do Barrigão. Pov. na freg de N. S.ª do Pé da Cruz, de Santa Cruz, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Mina do Braçal. Pov. na freguezia de Santa Maria e conc de Sever do Vouga, districto de Aveiro. Ha aqui uma mina de chumbo, e tem caixa postal. V. *Braçal*.

Mina do Bugalho Pov. na freg de S. Braz dos Mattos, concelho de Alandroal, distr. de Evora.

Mina da Caveira. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa

Mina da Mostardeira. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Extremoz, districto de Evora.

Mina do Murcellão. Pov. na freg. de S. Martinho da Cortiça, conc. de Arganil, districto de Coimbra.

Mina de S. Domingos. A Mina de S. Domingos está situada a 14 k do rio Guadiana em linha recta, e a 50 k do mar. Pertence ao concelho de Mertola, districto de Beja. O caracter geognostico d'esta parte do paiz é de uma identidade quasi perfeita com a da região metallifera da provincia de Huelva (em Hespanha). Esta mina não foi reconhecida no estado de filão, mas n'uma massa de fórma navicular, tendo na sua maior extensão 600 m. de comprimento sobre 60 de largura. O minerio é pyrite de ferro e cobre, tendo de cobre 2,75 por cento. Esta massa foi

explorada consideravelmente pelos romanos, o que está provado por signaes evidentes. Por outros signaes bastante vagos póde admittir-se uma exploração mais antiga, que se tem attribuido aos phenicios ou aos cartaginezes. A exploração romana, segundo o testemunho numismatico, teria tido logar na epoca comprehendida desde os ultimos tempos do reinado de Augusto ou elevação de Tiberio, até á divisão do imperio, no reinado de Theodosio. Os trabalhos de exploração fôram executados primeiramente em projecção horisontal, e hoje mais verticalmente, sobre muitos planos ou pisos: o 1.° estende-se á profundidade de 12 m. abaixo da superficie do minerio; o 2.° a 16 m. mais abaixo e o 3.° á profundidade de 24 m. abaixo d'este ultimo. Ha poços que vão de um a outro piso, e que antes serviam para a extracção do minerio; hoje são empregados para estabelecer no interior da mina um systema de ventilação perfeito e de communicação directa sobre os differentes pisos A extracção do minerio util (extracção total) até ao fim do anno de 1871 é representada pelos seguintes algarismos: Escavações antigas, approximadamente avaliadas em 150:000 m. cubicos. Escavações modernas pela exploração actual, 310:408 m. cubicos. Total, 460:408 m. cubicos. Com o fim de diminuir a despeza e facilitar a execução do desmonte, de permittir o esgotamento completo da materia util com menor perigo para os mineiros e, sobretudo, de attingir uma maior rapidez e uma cifra mais elevada na extracção do minerio, começou a executar-se, em 1867, o descntulho da massa esteril do solo sobreposta a massa do minerio, da espessura media de 52 m. Este projecto posto em execução com a approvação previa do governo, tem produzido bons resultados, e já em 1873 estavam os trabalhos muito adeantados. A extracção do minerio, feita antes por muares, é hoje feita por locomotivas. Para este fim tem sido abertos tuneis em continuação das galerias longitudinaes, praticados na massa e terminando á superficie com maior ou menor inclinação. No tunel superior, a extracção é feita por machinas da força de 30 cavallos, ao passo que a extracção da pyrite obtida dos niveis inferiores, tendo de elevar-se n'uma rampa de 30 por cento, é feita por zorras puxadas por uma corda de fio de ferro e tendo por motor uma machina de vapor fixa de força effectiva de 90 cavallos, montada n'uma distancia de 180 m. da entrada do tunel. Tambem este motor opera o esgotamento das aguas da mina, elevadas á superficie por uma bomba de simples acção e de grande diametro. Desde o principio fôram ensaiados varios systemas de preparações mecanicas, com o fim de assegurar aos exploradores da mina, vantagens marcadas sobre a simples exportação da pyrite no estado bruto. Não deram estes systemas grandes resultados, pensando se logo no objecto de estabelecer um systema de cimentação em grande escala, por meio do qual a parte inferior da massa do minerio, reconhecida muito pobre para sustentar as despezas da exportação, é posta em saturação. Esta agua de cobre é depositada em numerosos tanques de cimentação para recolher o metal pela precipitação sobre sempre o ferro. Este systema de cimentação é o que tem dado grande resultado á mina. As pyrites da mina são transportadas a Pomarão (porto de embarque) n'um caminho de ferro de largura de tres pés e 6 pollegadas inglezas entre os rails. As locomotivas empregadas n'este serviço teem a força media de 35 cavallos e a distancia a percorrer é de 17 k. O porto de embarque do minerio é, como acima se disse, o Pomarão, sobre o Guadiana, estabelecimento fundado pelos actuaes exploradores da mina, á custa de grandes difficuldades e despezas, devido á natureza do terreno. A povoação é ligada á mina e consta de um palacete para quando ali vão os directores; d'uma bonita egreja, theatro, pharmacia, hospital, casa de recreio para os empregados, com jogo de bilhar, gabinete de leitura, onde se encontram os principaes jornaes do paiz e estrangeiros; bibliotheca; uma escola de instrucção primaria para o sexo masculino e bastantes casas de habitação com mais ou menos compartimentos, segundo a categoria dos empregados. Uma vez por anno costuma o director gerente da companhia da mina, o sr. visconde de Masou de S. Domingos, que reside em Inglaterra, ir visitar a mina. O pessoal superior da mina é composto do administrador geral, chefe da secção administrativa, chefe do serviço da exploração dos jazigos mineiros, chefe do serviço de tracção e officinas, e chefe dos serviços metallurgicos. Ha tambem na povoação, officinas de fundição e de trabalhos mechanicos, officinas para construcção e reparação de wagons e para reparação das locomotivas que funccionam nas diversas partes da mina e no caminho de ferro para Pomarão. N'estas officinas ha numerosas e potentes machinas para todos os serviços mechanicos, que são postas em movimento por um motor a vapor d'alta pressão, da força de 16 cavallos. Ha vastos edificios para armazenagem do material, numerosas forjas para reparação e confecção de ferramentas, duas serras movidas a vapor e espaçosas cavallariças. Existem tambem varias reprezas d'agua. O mais consideravel d'estes reservatorios contém um volume de 5 milhões de pipas de agua, e está sortido de muita variedade de peixe; para recreio dos empregados existem ali varias lanchas Estas reprezas são para o serviço dos trabalhos a vapor, para a execução dos diversos processos de cimentação, etc., etc. Os escriptorios são contiguos ao palacete e ali está tambem installado o correio. Em 1860 apenas existia na serra de S. Domingos uma pequena ermida dedicada a S. Domingos. A ermida era onde hoje está installada a pharmacia do hospital. Uns engenheiros vieram por essa epoca fazer pesquizas ao concelho de Mertola, por conta da companhia Sabina. A mina de S. Domingos foi denunciada ao governo, começando a exploração por conta da alludida companhia Sabina, proprietaria da mina. Foi logo construida uma casa contigua áquella ermida, que estava profanada, tendo ido o santo para Santa Anna de Cambas. A companhia Sabina mandou pouco depois construir tambem outra casa maior (fóra da massa do mineral ao nascente) casa que ainda existe, assim como a primeira que serve de hospital. Pouco tempo depois foi a mina arrendada á actual companhia composta do visconde Mason de S. Domingos e do barão de Barry. Tendo estes titulares manifestado á junta de Santa Anna de Cambas o desejo de que a imagem de S. Domingos fôsse para a vasta e bonita egreja que n'essas

condições existia na mina, accedeu a referida junta a esse desejo, com a condição da mesma companhia mandar construir um côro na egreja de Santa Anna. O santo veiu processionalmente desde Santa Anna de Cambas á mina, acompanhando a procissão os referidos titulares e outros cavalheiros. Por essa occasião houve uma bonita festa na egreja da Mina e brilhantes illuminações. Existe na Mina uma modesta mas decente casa de hospedes, sustentada pela companhia exploradora, para os visitantes que não vão especialmente recommendados pela direcção. A mina de S. Domingos foi visitada em 1860 por el-rei D. Pedro V, e em 11 de outubro de 1907, por el-rei D. Carlos e rainha senhora D. Amelia. Os regios personagens fizeram uma visita rapida ás officinas, e depois quizeram descer á mina e percorrer as galerias, assistindo ahi á extracção do minerio. Acompanhados da sua comitiva, desceram até á galeria inferior, até 152 m. abaixo do nivel, percorreram todas essas galerias illuminadas com lanternas levadas por pessoas que os acompanhavam. Depois subiram na zorra elevador, que parte da ultima galeria abaixo só até á primeira. Essa ascensão foi de effeito magico e fez-se em 3 minutos. O ha pouco fallecido visconde de Mason de S. Domingos, James Mason, foi o fundador da actual empresa da Mina de S. Domingos, que está actualmente a cargo do seu filho, o 2.° visconde do mesmo titulo, sr. James Francis Mason.

Mina do Sobral. Pov. na freg. de S. Bento, de Pomares, conc. e distr. de Evora.

Minas *(D. Alexandre da Silveira e Lorena, 4.° conde do Prado, 12.° marquez das).* Official-mór da casa civil d'el-rei, par do reino, engenheiro civil, director dos caminhos de ferro de Loanda a Ambaca, etc. N. em 1 de setembro de 1847, fal. em Loanda a 30 de agosto de 1903. Era o 3.° filho do 9.° marquez das Minas, D. Braz Maria da Silveira e Lorena, e de sua mulher, a marqueza D. Eugenia de Sousa Holstein. Tomou posse na camara dos pares, logar em que succedeu a seu pae, em 21 de julho de 1890. Tinha o curso de engenharia civil Exerceu diversos cargos superiores, tanto no continente como em Africa. Succedeu no titulo a seus dois irmãos mais velhos, D. Nuno e D. Pedro, que falleceram sem successão, sendo-lhe o titulo renovado em 2 de novembro de 1876. O marquez das Minas, D. Alexandre, costumava passar os invernos em Lisboa, e como par do reino frequentava a respectiva camara. Estava em Loanda desde novembro de 1902. O seu cadaver foi transportado para Lisboa, onde chegou a bordo do vapor *Loanda* em 6 de outubro de 1903. Casara em Paris em 17 de setembro de 1876 com D. Sophia Izabel de Roboredo, filha dos 1.os barões e 1.os viscondes de Roboredo Joaquim de Roboredo e D. Izabel Zahtmann.

Minas *(D. Antonio Caetano Luiz de Sousa, 7.° conde do Prado e 4.° marquez das).* Coronel de cavallaria. N. em Lisboa a 9 de julho de 1690. Era filho primogenito do 3.° marquez das Minas e 6.° conde do Prado, D. João de Sousa, e de sua mulher, a marqueza D. Francisca Magdalena de Neufville. Nomeado em 1704 capitão do regimento de infantaria, de que era coronel Gaspar de Brito Freire, tomou parte na guerra da successão de Hespanha acompanhando sempre seu avô, o general 2.° marquez das Minas. Sendo feito capitão de couraça da guarda do referido general, esteve no combate de Brossos, na tomada de Valença e de Ciudad Rodrigo, d'onde seu avô o mandou a Lisboa trazer a noticia da tomada d'essa praça e dos progressos do nosso exercito. Unindo-se novamente ao marquez das Minas, entrou em Madrid, seguiu para Valença, assistiu á batalha de Almanza, e a todos os recontros e combates d'aquella guerra até voltar com seu avô a Portugal, sendo já coronel de cavallaria. Desde então não ha mais noticias a seu respeito, mas sabe se que vivia ainda em 1754. Havia casado em 19 de julho de 1712 com D. Luiza de Noronha, filha dos 4.os condes dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito e D. Maria Josepha de Tavora.

Minas *(D. Antonio Luiz de Sousa, 4.° conde do Prado e 2.° marquez das).* Mestre de campo general, estribeiro-mór, governador e capitão general do Brazil, etc. N. a 6 de abril de 1644, fal. a 25 de dezembro de 1721. Era filho do 1.° marquez das Minas e 3° conde do Prado, D. Francisco de Sousa, e de sua segunda mulher, D. Eufrasia Filippa de Lima. Principiando a servir no exercito, quando tinha apenas 14 annos de edade, esteve com seu pae em Elvas no anno de 1658, acompanhou-o depois para o Minho, assistiu a varias acções, e sendo já mestre de campo d'um terço de infantaria, entrou na tomada do forte de Gayão, e continuando a servir n'essa provincia, era general de batalha quando, em 1665, entrou na expugnação da villa da Guardia. Concluida a paz com Castella ficou governando as armas da provincia do Minho, em quanto seu pae foi embaixador a Roma, e n'esse posto continuou depois, porque o marquez das Minas não voltou a occupal-o, por ter sido nomeado presidente do Conselho Ultramarino. Em 1674 succedeu no titulo de marquez a seu pae, e foi elevado a mestre de campo general, e d'ahi a dez annos, sendo nomeado governador e capitão general do Brazil, alcançou dentro em curto prazo serenar as inquietações nascidas no tempo dos governadores antecedentes, e tornou-se diversas vezes notavel pelos serviços que prestou durante uma terrivel epidemia que grassou na Bahia Regressando a Portugal em 1687, foi logo escolhido para um dos logares de conselheiro de guerra, e depois succedeu ao duque de Cadaval no cargo de presidente da junta do Salabaco. Quando em 1701 se ajustou entre Portugal, a França e a Hespanha um tratado de alliança para reconhecimento de Filippe V e para garantia do testamento de Carlos II, e se tratou de guarnecer a nossa capital e de pôr em defeza a margem do Tejo, foi o marquez das Minas encarregado do governo da praça de S. Julião da Barra, com o mando de todos os fortes desde Paço d'Arcos até Cascaes; tendo, porém, depois D. Pedro II ajustado com a Hollanda, o Imperio e a Inglaterra, o tratado de 16 de maio de 1703 em que o nosso paiz se colligava com esses estados contra Filippe V, e tratando-se de adoptar as prevenções para a guerra em que nos iamos empenhar para defender o archiduque Carlos, foi o marquez das Minas enviado para a provincia da Beira, afim de dispor todas as cousas pertencentes ao exercito que devia entrar em campanha. Em logar de desenvolverem uma grande actividade que poderia ter dado um golpe decisivo na soberania de Filippe V, o governo de

D. Pedro II e os archiduques mostraram-se pouco energicos e decididos, e por isso o duque de Berwick, abrindo a campanha, tomou Salvaterra e Segura que capitularam. Seguindo pela Beira assenhoreou-se de grande numero de povoações, que não resistiram por estarem desguarnecidas á excepção de Monsanto e de Idanha-a-Nova, onde os campouios portuguezes fizeram uma bella defeza, e batendo o barão de Fágel nos desfiladeiros da Serra da Estrella proseguiu até Villa Velha, atravessou o Tejo, fez a sua juncção com o principe de Tilly, que entrára pelo Alemtejo, e tomou Portalegre, ao passo que o marquez de Villadanas assolava o Algarve e tomava Castello de Vide. Não se podia imaginar mais desastroso começo de hostilidades, mas tres cousas salvaram Portugal n'essas apertadas e criticas circumstancias: as intrigas da côrte de Madrid que estorvavam os desiguios do duque de Berwick a inhabilidade do principe de Tilly, e o grande talento do marquez das Minas que, entregue aos seus proprios recursos, quasi sem viveres nem equipamentos para as tropas, porque os depositos estavam em Castello Branco e para o lado do Alemtejo, saiu de Almeida a 2 de junho com uma pequena divisão e restabeleceu os negocios militares. A sua intenção era cortar da linha de operações ao exercito do duque de Berwick, mas este general, vendo que não recebia reforços de Madrid que o habilitassem a proseguir na sua marcha victoriosa, retirára para a fronteira, o que não impediu um dos seus generaes de ser rudemente batido pelas tropas do marquez das Minas, que tinham sido reforçadas pelas dos condes da Atalaia e d'Alvor com os contingentes do Minho e de Traz-os-Montes. O marquez estreára se tomando Fuente Guinaldo, e reconquistára depois finalmente as povoações portuguezas occupadas pelas tropas do duque de Berwick. Tantos serviços prestados pelo marquez das Minas confessados pelos proprios inimigos, pois que o duque de Berwick sempre falava d'elle com muita consideração ao passo que votava um profundo desprezo aos outros generaes que tinha na sua frente, tantos serviços pois pareciam que o indigitavam para o commando em chefe do exercito alliado, mas o hollandez barão de Fágel, quando D. Pedro II entrou em campanha, foi o verdadeiro general como se el-rei o quizesse recompensar pela derrota que soffrera, e que estivera quasi abrindo ao inimigo as portas de Lisboa. O barão de Fágel e lord Galloway eram os dois generaes que tudo decidiam no exercito, e debalde quiz o marquez das Minas entrar em Hespanha impellindo adiante de si o general francez, que de bem poucas forças dispunha. Prevaleceram as opiniões de lord Galloway e do barão de Fágel, e a pretexto de estar proximo o inverno, os dois soberanos recolheram-se a Lisboa sem terem vingado o insulto que o reino recebera das armas franco-hespanholas, nem terem aproveitado os brilhantes successos do marquez das Minas. A este respeito dizem Paquis e Dochez na sua *Historia de Hespanha:* «Das Minas continuava a ser emprehendedor, mas todos os seus planos eram paralysados pela inepcia do lord Galloway. «No anno seguinte, o marquez das Minas continuou a ser posto de parte dando-se-lhe apenas o commando do exercito da Beira, ao passo que o conde das Galveias, general distinctissimo mas muito edoso, recebia o commando do exercito do Alemtejo a que se tinham juntado as tropas estrangeiras, e que era destinado para as operações militares. A' frente de um pequeno corpo de tropas viu-se o marquez obrigado a empregal-o em facções de pouca importancia, e limitou-se a reconquistar a praça de Salvaterra e a occupar a povoação de Sarça, mas por fim, apezar da má vontade que pareciam ter na côrte ao marquez das Minas, não houve remedio senão confiar-lhe o commando principal do exercito de operações. Tratou logo o eximio general de fazer uma campanha d'outono, afim de favorecer com uma diversão poderosa as operações realisadas na Catalunha pelo conde de Peterborough. Sem se demorar com o ataque e tomada de pequenas praças, determinou immediatamente pôr cerco a Badajoz, que lhe devia servir de base de operações Nos principios de outubro entrou em campanha, traçou em redor de Badajoz a linha de circumvalação, o com tanta energia bateu a praça, que estava já a brécha a ponto de ser praticavel quando o marechal de Pessé conseguiu passar o Xevora, por descuido ou por maldade de lord Galloway, e formar se em batalha debaixo dos muros de Badajoz cobrindo a d'essa fórma e tornando-a inexpugnavel. Ficaram d'esse modo inuteis todas as precauções que o marquez das Minas tomara para que a praça não fôsse soccorrida. Não faltou quem attribuisse á inveja e á má vontade dos generaes estrangeiros a singularidade de passar um exercito inteiro quasi á vista do nosso sem ser sentido, mas o marquez das Minas, devorando em silencio o seu desespero, porque assim perdera uma optima occasião de dar um profundissimo golpe no poder do rei de Hespanha, tratou de levantar o cerco sem deixar nem uma peça nas mãos do inimigo, levando até dos arredores da praça tudo quanto entendeu que era util ao exercito. D'ahi a pouco Filippe V, obrigado pela noticia que lhe chegara da rendição de Barcelona, chamou da fronteira portugueza o marechal de Pessé com grande parte das forças que ahi militavam, e o marquez das Minas, ficando por isso com um pequeno exercito na sua frente, abriu a campanha de 1706 resolvido a marchar sobre Madrid. Concentrando n'um só corpo todas as suas tropas, dirigiu se rapidamente para o norte deixando Badajoz á sua direita, occupou de surpreza os logares de S. Vicente e do Membrio, e travou um renhido combate com o inimigo em Brozas. Alcançando ahi uma importante victoria deixou o adversario retirar para Caceres, proseguiu para Alcantara, que no fim de cinco dias de heroica resistencia teve de se render, enviando o marquez para Portugal em resultado d'essa capitulação 4:200 prisioneiros, entre os quaes se contavam 6 generaes e 128 officiaes, e assenhoreando-se por essa occasião de 47 peças de artilharia, 2:961 espingardas fóra as desarmadas, 3:900 arrobas de polvora, 1:800 balas de artilharia, 360 caixas de balas de chumbo, 6 morteiros, 400 moios de farinha, 100 de cevada, 200 toneis de vinho, 1:200 fardamentos novos, 105 cavallos, etc. Sem se demorar em Alcantara mais do que o tempo necessario para reunir abastecimentos e munições, o marquez das Minas seguiu em direcção a Madrid pela estrada de Placencia. Preparava-se o duque de Berwick para passar o Tejo, a fim de soccorrer Alcantara, quando teve

noticia de que a praça se rendera. Retirando então para Placencia com o intento de cobrir a capital do reino sem se aventurar a uma batalha, começou entre os dois habeis generaes, que se achavam frente a frente, uma serie de marchas e coutra-marchas estrategicas em que o duque de Berwick e o marquez das Minas se mostraram egualmente dignos um do outro. O marquez não querendo emprehender uma marcha tão audaciosa sem ter bem segura a communicação com Portugal, e sem sujeitar ao mesmo tempo ao poder de Carlos III uma larga extensão de territorio, emquanto marchava sobre Placencia, occupando no caminho Coria e Galisteo, mandou ao mesmo tempo destacamentos do seu exercito para occuparem na sua direita Caceres e Truxillo. No dia 28 appareceu diante de Placencia onde, depois do duque retirar para a margem esquerda do rio entrou logo fazendo ahi acclamar Carlos III rei de Hespanha. D'esse ponto continuou o exercito portuguez para Madrid pela estrada que, sendo cortada pelo Tretor atravessa Naval-Moral, Talavera de la Reyna e Toledo e pela qual se retirava o duque de Berwick fazendo apenas um simulacro de resistencia, na idéa de attrahir o marquez das Minas ás estereis planicies da Castella Nova. Chegando a Almaraz o nosso general, comprehendendo o fim do adversario, deixou de o perseguir, retirou subitamente para Coria e fazendo um grande rodeio, seguiu para o norte a estrada de Ciudad-Rodrigo e de Salamanca, colhendo assim a vantagem de marchar ao longo da fronteira da nossa provincia da Beira e de ser reforçado por tropas frescas, ao passo que o duque de Berwick se pretendesse ir-lhe no alcance se via obrigado a enfraquecer ainda o seu pequeno exercito. A 22 de maio de 1706, quando o duque de Berwick mal podia suspeitar as intenções do marquez das Minas, dirigia-se o nosso exercito a marchas forçadas para Ciudad Rodrigo, e abdicando as condições da capitulação para não demorar a marcha, tomou posse d'essa praça e encaminhou-se para Salamanca, onde dictou a lei proseguindo logo depois para Madrid sem encontrar resistencia, porque o duque ou não teve forças ou não teve tempo para lhe disputar a passagem dos desfiladeiros do Guadarrama. A 24 de junho chegou o marquez das Minas perto de Madrid, ao sitio de Nossa Senhora do Retamal, e esperando ahi noticias da capital de Hespanha para saber a attitude que ella tomaria contra o exercito vencedor, não tardou a receber informações seguras. A orgulhosa cidade mandava humildemente os seus deputados ao general portuguez para lhe pedir que nomeasse o corregedor que devia governar a cidade, e muitas cidades das provincias proximas taes como Segovia, Toledo, Talavera, Avila e outras, enviaram tambem os seus emissarios implorarem a protecção do nosso general. No dia 25 finalmente fez o exercito portuguez a sua entrada triumphal na cidade que fôra a côrte de Filippe II, e ao cabo de 126 annos o marquez das Minas vingava a affronta que Portugal soffrera com a entrada do duque d'Alba na formosa Lisboa. Entradas em Madrid as forças do commando do marquez das Minas, ordenou este que se effeituasse com toda a solemnidade a acclamação de Carlos III, o que se realisou a 2 de julho, e ao mesmo tempo enviou recados sobre recados ao archiduque, para que apressasse a sua vinda para a capital, mas esse principe fez muito devagar a viagem de Barcelona a Madrid, demorou se em Saragoça, e de mais a mais paralysou todos os movimentos do marquez com os avisos que lhe mandava de que não tardaria a unir-se-lhe. Com todas essas delongas a juncção só veiu a effeituar-se quando já toda a Hespanha estava em fogo, quando o duque de Berwick cortava as communicações do exercito com o Aragão, como já estavam cortadas com Portugal, e em occasião por fim em que o marquez das Minas, para não ser envolvido pelas tropas regulares e pelos insurgentes, se viu obrigado a retirar para a fronteira do reino de Valencia, onde entrou intacto mantendo sempre a distancia o inimigo que lhe era superior em numero. Refazendo então como pôde o seu exercito, tomou a offensiva, expugnou o castello de Villena, e procurou atacar o inimigo em Montalegre e em Esla, até que os dois exercitos oppostos se encontraram nos campos de Almanza a 25 d'abril de 1707, onde as nossas tropas soffreram um terrivel revez. Essa derrota em nada macula a reputação militar do marquez das Minas, porque este general a previu e recuou, e se se aventurou a dar a batalha, foi obrigado pelo voto contrario de lord Galloway, voto que tinha grande peso como representante da nação que entre os alliados tinha mais importancia, mas como sempre succede o marquez das Minas, que tão victoriado fôra quando entrara triumphantemente em Madrid, viu agora todo o seu prestigio perdido, e recolhendo a Lisboa e pretendendo voltar ao governo das armas da provincia do Alemtejo, nem isso lhe concederam. Quiz então o illustre general demittir-se de todos os cargos e honras, mas a pedido do rei desistiu d'esse intento, e passou o resto da vida exercendo o logar de estribeiro-mór da rainha. O marquez das Minas havia casado com sua prima D. Maria Magdalena de Noronha, filha de D. Alvaro Manuel, senhor da Atalaia, e de sua mulher, D. Ignez de Lima.

Minas *(D. Braz Maria da Silveira e Lorena, 9.º marquez das).* Cavalleiro das ordens de Christo e da Torre e Espada, par do reino; condecorado com a medalha hespanhola de Izabel II, etc. N. a 17 de dezembro de 1814; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Nuno Maria Balthazar da Silveira e Lorena, capitão do regimento de infantaria n.º 22, e de D. Anna José de Assis da Camara. Casou em 8 de maio de 1842 com D. Eugenia de Sousa Holstein, filha dos 1.ºs duques de Palmella, D. Pedro de Sousa Holstein e D. Eugenia Francisca Maria Auna Julia Felizarda Apolonia Xavier Telles da Gama. O titulo de marquez foi lhe concedido em 15 de janeiro de 1842, sendo o de conde de Prado a seu filho primogenito, D. Nuno, que foi o 11.º conde d'este titulo.

Minas *(D. Francisco de Sousa, 3.º conde do Prado, e 1.º marquez das).* Commendador de Santa Martha de Vianna, que herdou de seu pae, e teve as commendas de Santa Maria de Azevo e outras na ordem de Christo; alcaide-mór de Beja, mestre de campo, e gentil-homem do principe D. Theodosio, védor da casa de D. João IV, general do nosso exercito, etc. Fal. em Lisboa a 23 de junho de 1674. Era filho de D. Antonio de Sousa, que serviu nas armadas e depois no Brazil, e de D. Maria de Menezes; neto de D. Fran-

cisco de Sousa, capitão e governador do Brazil e das capitanias do sul. Por morte de seu tio, 2.º conde do Prado, que não tinha successão, herdou o titulo e toda a grande casa de seus avós, ficando assim senhor da villa do Prado, Beringel e Sagres. D. Francisco de Sousa foi um dos fidalgos que entraram na acclamação de D. João IV, e que em seguida á revolução tomou a praça de S. Julião da Barra no dia 12 de dezembro de 1640. No principio de 1641 foi mandado á comarca de Beja para levantar um terço de infantaria, de que havia de ser mestre de campo, e que fôra destinado para guarnecer as villas de Moura e de Serpa, queimou a villa de Barrancos para castigar os habitantes da pouca firmeza que mostraram em defender a independencia da patria, e tomou juntamente com Francisco de Mendonça a villa de Valença. Tomou parte em varios recontros d'esses primeiros tempos da guerra da Restauração, até que, sendo já conde do Prado e conselheiro de guerra, foi mandado ficar em Elvas com o governo das armas da provincia do Alemtejo, emquanto Joanne Mendes de Vasconcellos foi sitiar Badajoz, e depois quando os castelhanos vieram cercar aquella nossa praça, assistiu dentro d'ella o conde do Prado, acompanhado de seus tres filhos D. Antonio, D. João e D. Pedro. Em 1660 foi nomeado governador das armas da provincia de Entre-Douro e Minho, e ahi no anno seguinte mostrou grande habilidade, tendo por adversario o general hespanhol marquez de Viana, a quem por meio de uma tactica verdadeiramente fabiana, obrigou a repassar o Minho e a deixar livre o territorio de Portugal. Para impedir novas expedições do inimigo contra Valença, mandou o nosso general levantar junto d'esta villa um forte que guarneceu com 400 homens, e no anno immediato, tendo apenas 8:000 infantes, 1:000 cavallos e 7 peças de artilharia, e tendo ainda de destacar algumas tropas para soccorrerem confórme as circumstancias, ou Vianna ou Caminha, que haviam sido ameaçadas por uma flotilha hespanhola, manobrou com presteza sobre o flanco direito do inimigo, e preveniudo sempre por movimentos rapidos e acertados os projectos e designios do adversario, desconcertou inteiramente todos os planos de D. Balthazar Pantoje, chefe dos castelhanos, que afinal retrogradou para Galliza, dizendo em ar de gracejo que tinha sido o quartel mestre general dos dois exercitos belligerantes, porque não preparava só os alojamentos para si, mas tambem para as tropas portuguezas, tal era a rapidez com que o conde do Prado lhe adivinhava os pensamentos e lhe apparecia na frente ou no flanco para lh'os contrariar. Em 1663 o conde do Prado, ajudado pelo conde de S. João, que governava em Traz os-Montes, tomou a offensiva, e atravessando o Minho apoderou se do forte de Gayão, e d'este modo incutiu grande animo nos habitantes da provincia, cujo mando lhe fôra confiado, e que vendo-se assim livres da guarnição do inimigo nas suas terras, se achavam com grande alegria e enthusiasmo transformados em invasores da Galliza. Em 1665 fôram ainda mais importantes os successos militares n'essa fronteira, porque o conde de Castello Melhor, o habil ministro de D. Affonso VI, não descansando sobre os louros das victorias que em grande parte eram devidos aos proficuos esforços da sua intelligente administração, reconhecendo que não havia pelos lados do Alemtejo empresa alguma de valia que se tentasse, mandou grandes reforços para o Minho, e assim o exercito d'essa provincia ficou habilitado para recomeçar a guerra offensiva com mais vigor do que nos annos antecedentes. O conde do Prado, passando a fronteira em 13 de outubro de 1665, devastou o fertil districto que se estende entre Tuy e Guardia, e foi pôr cêrco a esta ultima praça que fica á beira-mar, e que no fim de 20 dias se entregou ás nossas tropas. Nas campanhas seguintes ainda o conde do Prado continuou a mostrar-se habilissimo general. O conde da Ericeira, no seu *Portugal Restaurado* diz: «Se na provincia do Alemtejo se pelejou com mais força, na de Entre-Douro e Minho com mais arte; se aquella provincia seguiu a escola de Marcello, esta a de Fabio, ficando por este respeito illustrada a provincia do Alemtejo em vencer batalhas, a de Entre-Douro e Minho em defender terrenos.» Terminada a guerra com a Hespanha, o conde do Prado foi mandado por D. Pedro II embaixador a Roma em 1669, aos papas Clemente IX e X, e agraciado com o titulo de marquez das Minas em 7 de janeiro de 1670, e voltando á patria continuou no governo das armas da provincia de Entre-Douro e Minho, foi nomeado presidente do conselho ultramarino. O marquez das Minas foi tambem conselheiro de guerra de D. Affonso VI, que lhe fez mercê em 23 de dezembro de 1666, de juro e herdade, do seu titulo de conde, d'uma commenda de 600$000 réis de renda, e do cargo de conselheiro de Estado. O marquez das Minas casou duas vezes: a primeira com D. Maria Magdalena de Vilhena filha dos marquezes de Montalvão e condes de Castello Novo, de quem não teve successão; passou a segundas nupcias, em outubro de 1640, com D. Eufrasia Filippa de Lima, filha dos 1.ºˢ condes da Torre, do quem houve D. Antonio Luiz de Sousa, que foi o 2.º marquez das Minas.

Minas *(D. Joanna Bernarda de Noronha e Lencastre, 11.ª condessa do Prado, e 8.ª marqueza das).* N. a 16 de janeiro, segundo se lê no *Almanach de Lisboa* para 1817, sem declarar o anno, e fal. em março de 1827. Era filha de D. Lourenço José das Brotas de Lencastre e Noronha, 6.º marquez das Minas, por ter casado com a herdeira d'esta casa, D. Maria Francisca Antonia da Piedade de Sousa, filha do 5.º marquez. D. Joanna, por morte do seus dois irmãos mais velhos, que falleceram sem successão, sendo o 1.º, D. João Francisco Benedicto de Sousa Lencastre e Noronha o 7.º marquez das Minas e 10.º conde do Prado, herdou aquelles titulos. Casou a 3 de agosto de 1788 com seu primo Francisco José Luiz de Mello, monteiro mór do reino, que falleceu a 16 de fevereiro de 1789, sem deixar successão. O titulo de marquez das Minas passou em 15 de janeiro do 1842 a D. Braz Maria da Silveira e Lorena, e o de conde do Prado a seu filho primogenito.

Minas (*D. João Francisco Benedicto de Sousa Lencastre e Noronha, 10.º conde do Prado, e 7.º marquez das).* Gentil homem da camara da rainha D. Maria I. Falleceu sem geração, sendo filho do 6.º marquez das Minas e 9.º conde do Prado, D. Lourenço José das Brotas de Lencastre e Noronha, o de sua mulher, D. Maria Francisca

Antonia da Piedade de Sousa, filha unica e herdeira do 8.º conde do Prado e 5.º marquez das Minas, D. João de Sousa, e de sua segunda mulher, D. Joanna de Menezes. Tendo tambem falleeido seu irmão D. Francisco de Sousa Lencastre, aos 16 annos de edade, a 16 de dezembro de 1796, pois nascera a 22 de setembro de 1780, herdou o titulo sua irmã, D. Joanna Bernarda de Sousa Noronha e Lencastre.

Minas *(D. João de Sousa, 6.º conde do Prado, e 3.º marquez das).* Gentil-homem de el-rei D. João V, conselheiro de guerra, mestre de campo general e governador da cavallaria do Alemtejo, commendador de S. Miguel d'Arcozello, na ordem de Christo, etc. N. em Vianna do Castello a 29 de dezembro de 1666. Era filho segundo do 2.º marquez das Minas e 4.º conde do Prado, D. Antonio Luiz de Sousa, e de sua mulher, D. Maria Magdalena de Noronha. Destinado a seguir a vida ecclesiastica, teve varios beneficios, e foi porcionista do Collegio Real de S. Paulo da Universidade de Coimbra. Tendo fallecido seu irmão mais velho, D. Francisco de Sousa, 5.º conde do Prado, no Brazil, em 1687, foi lhe concedido este titulo. Em 10 de dezembro de 1685 casou em Paris com D. Francisca Magdalena de Neufville, filha de Francisco de Neufville, duque de Villeroy, par e marechal de França, e de sua mulher, Madame Marie Marguerite de Cossé, filha do duque de Brissac e de Madame Catherine de Gondy. Encontrando-se juntamente com seu primo, o conde d'Atalaia D. Pedro Manuel, n'uma pendencia, de que resultou a morte do corregedor do Bairro Alto, Ignacio Sanches, em 11 de março de 1694, foi condemnado á morte por sentença da Relação, o que não teve effeito por haver sido perdoado. Passaram então a França estes dois fidalgos, e o conde do Prado viveu em Paris com o sogro, que acompanhou na campanha de Flandres. Ao fim de alguns annos e declarando-se a guerra da successão de Hespanha, veiu juntar-se em 1704 a seu pae, que commandava o exercito da Beira, sendo d'ahi a pouco escolhido para ajudante do soberano e promovido a tenente general de cavallaria. Com esse posto acompanhou seu pae durante toda a campanha d'esse anno, e depois até á tomada de Alcantara. Sendo mandado a Lisboa com a noticia d'essas victorias, regressou logo ao exercito com o qual marchou até Madrid, e sendo de novo mandado a D. Pedro II com a noticia dos successos alcançados por seu pae, quando quiz unir se ao exercito portuguez não o pôde fazer por já estarem cortadas as communicações do marquez das Minas com Portugal. Militando então na provincia do Alemtejo continuou a servir até ao fim da guerra e foi mestre de campo general com o governo da cavallaria d'essa provincia distinguindo-se em varias occasiões. Foi nomeado conselheiro de guerra em 1714 e por morte de seu pae em 1721, ficou herdeiro da casa e do titulo de marquez, mas pouco tempo logrou essas grandezas porque foi morto ao sair da congregação do Oratorio de S. Filippe Nery, a 17 de setembro de 1722.

Minas *(D. João de Sousa, 8.º conde do Prado, e 5.º marquez das).* Nasceu a 14 de abril de 1713, e fal. a 4 de janeiro de 1745. Era filho unico de D. Antonio Caetano Luiz de Sousa, 7.º conde do Prado e 4.º marquez das Minas. Casou em 5 de julho de 1739 com D. Marianna do Pilar da Silveira, filha do 4.º conde de Sarzedas, Antonio Luiz de Tavora, que falleceu sem geração a 12 de setembro de 1742; passou a segundas nupcias a 8 de junho de 1744, com D. Joanna de Menezes, filha dos 4.os marquezes de Alegrete, Fernão Telles da Silva, e D. Francisca de Assis Mascarenhas.

Minas *(D. Lourenço José das Brotas de Lencastre e Noronha, 9.º conde do Prado, e 6.º marquez das).* Alferes da ordem d'Aviz, gentil-homem da camara da rainha D. Maria I, e conselheiro de guerra. N. em 9 de novembro de 1735, e fal. a 28 de abril de 1801. Teve os citados titulos pelo seu casamento com D. Maria Francisca Antonia da Piedade de Sousa, filha unica e herdeira do 8.º conde do Prado e 5.º marquez das Minas, D. João de Sousa. Esta senhora nasceu a 16 de abril de 1745, e falleceu a 22 de janeiro de 1787.

Minas *(D. Nuno Balthazar da Silveira e Lorena, 12.º conde do Prado e 10.º marquez das).* Filho primogenito de D. Braz Maria da Silveira e Lorena, 9.º marquez das Minas, e de sua mulher D. Eugenia de Sousa Holstein. Fal. sem geração, passando o titulo a seu irmão segundo D. Pedro da Silveira e Lorena, que foi o 13.º conde do Prado e o 12.º marquez das Minas, e, fallecendo tambem sem successão, herdou o titulo seu irmão mais novo, D. Alexandre da Silveira e Lorena, que foi o 14.º conde do Prado e 13.º marquez das Minas.

Minas V. *Mineração.*

Minas. Pov. na freg. do Salvador, de Avelleda, concelho de Louzada, distr. do Porto.

Minas Geraes. Provincia do Brazil, situada entre as da Bahia, Espirito Santo, Goyaz e Rio de Janeiro. Foi descoberto o sertão de Minas Geraes em 1573 por Sebastião Fernandes Tourinho, que subiu o rio Duce, e descobriu minas de ouro e de esmeraldas. Com largos intervallos ali voltaram, instigados pelos governadores do Brazil, Antonio Dias Adorno e Fernando Dias Paes. Arthur de Sá e Menezes, governador do Rio de Janeiro, foi encarregado por D. Pedro II de promover o descobrimento das minas, e por sua instigação Bartholomeu Bueno Sequeira e outros, nos ultimos annos do seculo XVII, embrenharam se nos sertões, e estabeleceram-se na serra de Ouro-Preto, onde começaram a fundar povoação. Manuel de Borba Gato descobriu depois as Minas de Sabará, e Arthur de Sá e Menezes, visitando em 1698 aquelle paiz, fez regimentos para a arrecadação do quinto das minas; mas esses regimentos não fôram respeitados pelos aventureiros, que em grande numero se arrojavam áquelles sertões riquissimos, travando se entre elles luctas formidaveis, como a que se deu entre os partidarios de Bento de Amaral Coutinho e os paulistas, brava peleja que tingiu de vermelho as aguas de um rio, que desde então se ficou chamando rio das *Mortes*. No tempo do governador do Rio de Janeiro Fernando Martins de Mascarenhas esteve Minas em rebellião completa, rebellião que só terminou com a chegada de Antonio d'Albuquerque e a prisão de Manuel Nunes Vianna, chefe dos revoltosos, que morreu em 1709. N'esse mesmo anno, por carta regia de 9 de novembro, se creou a nova provincia de S. Paulo e Minas. Em 1720, por alvará de 2 de dezembro, se creou a nova provincia de Minas Ge-

raes, que se desannexou da de S. Paulo. Foi seu primeiro governador D. Lourenço d'Almeida, e no tempo dos seus successores novas minas se descobriram. Em 1789 muitos brazileiros, alliados com alguns portuguezes planearam uma insurreição para proclamarem a independencia do Brazil, instituindo-se o governo republicano Mal foi, porém, planeada essa conspiração, sem ter elementos para um triumpho certo, foi descoberta, e os conspiradores castigados com maior ou menor severidade, sendo o que soffreu maior martyrio Joaquim José da Silva Xavier. Os melhores governadores de Minas Geraes, os que maiores serviços prestaram á provincia, fôram Gomes Freire de Andrade e D. Rodrigo José de Menezes. Em 1820 tomou conta do governo uma junta provisoria, que adheriu á proclamação da independencia do Brazil.

Minas de Mizarella. Pov. na freg. de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra. Tem caixa postal.

Minas da Ribeira da Serra. Pov. na freg. de Santa Maria, de Midas, conc. de Gondomar, distr. do Porto. Tem caixa postal.

Minas de Santo Adrião Pov. na freg. de S. Pedro, de Silva, conc. de Miranda do Douro, distr. de Bragança.

Mindal. Pov. na freg. de Santa Cruz, de Alvarenga, concelho de Arouca, districto de Aveiro.

Minde. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Torres Novas, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 519 fog e 1:985 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. permutando malas com Alcanena, agencia do banco *Economia Portugueza*, medico, pharmacia, fabricas de tecidos, mercado aos domingos, feira no ultimo domingo de julho, de gado cavallar, vaccum, bovino, muar, asinino, suino, quinquelharias e ourivesaria. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada no meio da serrania do mesmo nome. O prior de S João, da villa de Porto de Moz, e os beneficiados de Santa Maria, da mesma villa, apresentavam annual e alternativamente o cura, que tinha 100$000 réis annuaes, ou 60 alqueires de trigo, 1 pipa de vinho môsto e 3$000 réis em dinheiro; tinha mais as offertas e pé d'altar, e algumas amentas voluntarias, de meio alqueire de trigo Tudo isto era avaliado nos ditos 100$000 réis. Foi villa e é fundação muito antiga, mas não se sabe quando, nem por quem foi fundada. Nunca teve foral, mas teve grandes privilegios que terminaram em 1834, sendo um d'elles não dar recrutas. Dizem que esta freguezia teve principio n'uma ermida da invocação de N. S.ª dos Cerejaes, onde iam dizer missa os beneficiados de Santa Maria do Porto de Moz, por turno. Os sacramentos e os enterros, porém, eram na matriz de Santa Maria Foi depois erigida em curato com a mesma invocação Os habitantes de Minde, ou por pouca devoção a uma imagem que só em pintura festejavam, ou por acharem exquisito o titulo da sua padroeira, ou por outra qualquer razão, desejavam substituil a por outra a que recorressem nas suas afflicções, e a que tributassem os seus cultos. A um religioso dominicano, chamado fr. Hilario de N S.ª d'Assumpção, e que era natural de Minde, n'uma visita que fez á sua patria, os habitantes pintaram com taes côres a descrença para com a sua padroeira, que o frade prometteu empregar todo o seu valimento, logo que recolhesse ao convento, para el rei deferir ao seus desejos. Fr. Hilario não se esqueceu, e em 1547 já Minde tinha por orago N. S.ª d'Assumpção. Continuou ainda a vigorar o nome de *Cerejaes*, até que os habitantes de Minde alcançaram de Lisboa a imagem da Senhora d'Assumpção, a qual foi recebida com as maiores demonstrações de veneração e respeito. Havia n'esta povoação o antigo costume das mulheres acompanharem os maridos á sepultura; e porque com seus gritos e lamentações perturbavam o acto, mandou o bispo D. Martim Affonso Mexia, em visita, no anno de 1611, cessar essa pratica, ordenando ás viuvas que ficassem em casa, resando por alma do defunto. A egreja matriz é sumptuosa; as paredes são revestidas de azulejos; o côro descança sobre duas columnas de marmore branco. As paredes da capella mór tambem são revestidas de azulejo com desenhos, representando scenas do Novo Testamento. Esta capella foi ampliada em 1709. O sacrario é de pedra e dourado; foi feito em 1547. Além do altar-mór, tem mais 4 altares No altar mór, que é de boa talha dourada, estão do lado da Epistola as imagens de N. S.ª da Purificação e de Santa Luzia; do lado do Evangelho, as do Espirito Santo e S. João Baptista. Dois dos altares lateraes estão em magestosos arcos de cantaria: o do lado da Epistola tem em letras douradas a data de 1723, e é dedicado ao Bom Jesus e Almas. Em 1810 os francezes o despregaram da cruz, para lhe roubarem os cravos, julgando que eram de prata, sem que a imagem caisse. Proximo a este está o altar de Santo Antonio. Do lado do Evangelho estão os altares de N S.ª d'Assumpção e de Sant'Anna. A torre é magestosa, tem 4 sinos e um relogio. Em Minde ha duas capellas, a de S. Sebastião e a de Santo Antonio. Esta ultima fica á entrada da povoação, no sitio chamado *Eiras*. Foi construida em 147?, sendo privilegiada por bulla do pontifice Pio VI. Esta capella foi reformada em 1691 e no meado do seculo XVIII. A imagem do padroeiro foi queimada pelos francezes, em 1807. A capella de S Sebastião é muito vasta e foi construida no tempo d'el-rei D. Duarte. Houve tambem em Minde um hospicio de religiosos arrabidos, que se suppriminu em 1834. Na entrada da pov. de Minde, junto á estrada que vem de Torres Novas, está um monumento de pedra, levantado sobre degraus, no qual, segundo a tradição, foi sepultado um *D. David*. Junto a Minde ha um campo, ou uma veiga, com 1:500 m. de comprido, chamado *Lagoa de Minde*, no qual ha muitas vinhas e algumas searas. N'elle rebenta, no inverno, um cano d'agua, por uma bôcca de uns 4 m. de altura, que é a saida d'um canal subterraneo, de 1 k. de comprido Esta bocca está junta do logar de *Mira*, d'onde vem saindo a agua a ferver, e sae juntamente por algares subterraneos, no mesmo campo. Tem sido explorado este canal, que só tem esta saida, e só se tem encontrado a agua que corre pelo seu pavimento. Tem acontecido transbordarem estas aguas alagando o campo, e conservando-se n'elle alguns mezes. Já aconteceu estarem as vinhas inundadas até 24 de agosto, sendo depois podadas, e mesmo assim produzirem vinho. No verão a agua desapparece pelos mesmos algares subterraneos. A este campo tambem se dá

o nome de *Lagoa de Mira*, por ficar proximo ao logar d'este nome. Dizem que, quando aqui se some a agua, rebenta nas fontes e ribeiros das freguezias de Córtes e Reguengo. O territorio de Minde é fertil em todos os fructos do paiz, e muito abundante em azeite. A 1 k. ao N. da povoação existe uma caverna, ou lapa, chamada o *Regatinho*, onde ha muita agua durante o inverno, e sécca no verão. Durante as invasões dos francezes, serviu esta caverna de asylo a muitas familias. Minde pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa. Era do conc. de Porto de Moz, mas como este conc. se extinguiu, por decreto de 7 de setembro de 1895, passou ao de Torres Novas, a que já havia pertencido, e ali se tem conservado. ‖ *Serra de Minde.* A O da pov. de Minde corre uma alta e ingreme serrania, que vindo d'Albardos, termina em Santa Martha. Esta serra vae tomando varios nomes. segundo os sitios por onde passa, como serra *Mindinho, Barreiro, Prilhôa, Abetureira, Picóta*, etc. N'este ultimo ponto tem as ruinas d'um castello romano construido sobre rochedos, e rodeado por tres ordens de muralhas, todo reduzido a montões de pedra e entulho, mas conhecendo-se ainda o seu ambito. As segundas muralhas eram d'uma pasmosa espessura. O castello tinha 30 m. de circumferencia. A sua posição era temivel por ser no pincaro d'um monte. Suppõe se ter sido construido para defeza da via militar, que de Porto de Moz ia a Torres Novas, e d'aqui a Alcanêde. Dos lados do E e S não havia muralhas nas altissimas penadias perpendiculares; chamavam-lhe o *castello do Picôto.* Ha aqui minas de diversos metaes, azeviche, crystal de rocha, carbonato de cal e marmore. A pouca distancia do castello está a capella de Santa Martha, edificada sobre os alcantis da serra. Abaixo da capella existe uma abundante nascente d'agua, chamada *Fonte Santa.*

Mindello. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Douro, conc. e com. de villa do Conde; 143 fog. e 819 hab. Tem esc. do sexo masc., correio com serviço de posta rural, e est. do caminho de ferro, na linha do Porto a Famalicão, entre as de Azurara e de Modivas. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda d'uma pequena ribeira junto á praia, entre S. e SSE de Villa do Conde, a 1:500 m. da costa do Oceano Atlantico. O mosteiro de conegos regrantes de Santo Agostinho, cruzios, de Moreira, apresentavam o cura, que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. A 8 de julho de 1832 realisou-se o desembarque da expedição liberal que vinha da ilha Terceira, com D. Pedro IV e os chamados 7:500 bravos do Mindello, n'um pequeno porto ou varadouro chamado *Praia dos Ladrões*, e não na do Mindello, como vulgarmente se costuma dizer e se tem escripto, proximo do logar de Arnosa de Pampellido, entre as freguezias da Lavra e de Parafita. No logar do desembarque foi erigido um monumento commemorativo, passando então a *Praia dos Ladrões* a chamar-se *Praia da Memoria.* V. *Arnosa de Pampellido*, no vol. I do *Portugal*, pag. 723.

Mindello. Cidade da ilha de S. Vicente, no archipelago, prov. e bisp. de Cabo Verde, na Africa Occidental. E' banhada pelo Oceano Atlantico, que fórma em frente d'ella a magnifica bahia chamada Porto Grande, geralmente considerada a melhor de todo o archipelago. A povoação do Mindello foi mandada crear por decreto de 11 de julho de 1838, que lhe deu este nome em memoria do desembarque operado pelos liberaes no reino em 8 de julho de 1832, sendo elevada á categoria de villa por decreto de 29 de abril de 1858 e á de cidade por decreto de 14 de abril de 1879. Em 1852 construiu se o fortim d'El Rei; em 1859 o edificio da Alfandega; em 1862 a egreja de Nossa Senhora da Luz; e desde 1872 proseguiram com notavel incremento os melhoramentos publicos, sendo estabelecida em 1874 na cidade a estação telegraphica do cabo submarino que ligou a ilha de S. Vicente á da Madeira, e por esta a Lisboa, e portanto á Europa, e á America. A cidade tem uma unica freguezia e comprehende 23 aldeias. E' séde do concelho. Tem um grande deposito d'agua, que serve para o abastecimento local e para o dos navios que demandam o seu porto, agencias diversas, estação postal, hoteis, escolas, hospital, quartel, mercado e matadouro; guarnição militar e bateria de artilharia. A principal importancia da cidade do Mindello tem a sua origem nos depositos de carvão de que são fornecidos os navios que ali aportam. A riqueza da ilha consiste, portanto, unicamente no seu excellente porto, na posição geographica que occupa, pois está n'um cruzamento de linhas de navegação, e na necessidade que teem ainda os grandes vapores de se fornecer frequentemente de combustivel e de refrescos para as suas longas viagens.

Mineiro. Pov. na freg. de S. Pedro da Cadeira e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Mineração. Parece que os antigos lusitanos se não occuparam na exploração de minas, emquanto os phenicios, os cartaginezes, os romanos e os arabes lhes não ensinaram a maneira de as lavrarem. Se dermos creditos a muitos escriptores antigos, o ouro e a prata encontravam se em tanta abundancia á superficie da terra, que os lusitanos os empregavam nos mais baixos mistéres, como ferramentas de lavoura, armas e outros instrumentos do uso commum. Os diversos invasores da Lusitania, depois de se apoderarem, por bem ou por mal, do ouro e prata que acharam assim tão mal empregado, trataram de explorar as veias metallicas, no interior da terra. Em numerosas partes de Portugal se vêem ainda clarissimos vestigios de mineração em grande escala, e muitas e vastas galerias nos mostram que a lavra de minas se effeituou por muitos seculos consecutivos, a ponto de esgotarem os nossos mais ricos jazigos mineraes. A mineração em Portugal póde considerar se coeva da monarchia, porque datam da conquista de Lisboa e Almada aos moiros por D. Affonso I os primeiros actos governativos sobre este assumpto. Os trabalhos de lavagem das areias e escolha do ouro na Adiça, a O de Almada, até então emprehendidos pelos moiros, fôram continuados pelos vencedores, tendo sido doados por D. Sancho I em 1210 e D. Sancho II os dizimos do ouro da Adiça e Cezimbra á ordem de S. Thiago. A lavagem das areias auriferas, proximo da foz do Tejo, parece ter continuado com interrupções maiores ou menores até o reinado de D. João III, segundo se infere das successivas cartas dos privilegios con-

cedidos aos adicciros, e do regulamento sobre a escolha e venda do ouro. D. Diniz concedeu differentes minas de ferro, estanho e pedra hume, e sob o seu reinado fôram lavradas, por conta do estado, minas de euxofre, azeviche (linhite), prata, estanho, etc., cuja laboração parece ter cessado no reinado de D. Affonso IV. E' possivel que o pesado tributo que no reinado de D. Diniz sobrecarregava a industria mineira determinasse o abandono de algumas minas concedidas, sendo depois lavradas por conta do rei. As concessões de minas a particulares continuaram comtudo no reinado de D. Affonso IV e talvez nos seguintes. N'estes tempos não existia propriamente lei de minas. A corôa era senhora de todas. Estas eram exploradas pelo rei ou por particulares a quem por diploma especial era concedido, quasi sempre temporariamente, o privilegio da lavra, e como testemunho de munificencia. Os mineiros pagavam um tributo que, em geral, correspondia a um quinto do producto bruto. No reinado de D. Duarte foi promulgada a primeira lei de minas, incluida no artigo 26., titulo XXIV, livro II das Ordenações affonsinas. Esta lei permittia a todas as pessoas a lavra de minas em qualquer ponto do paiz, pagando uma dizima a el-rei e outra ao proprietario do solo em que jaziam. Esta lei não foi rigorosamente observada, continuando as concessões de minas a ser feitas em condições variaveis. D. Affonso V, monarcha guerreiro, protegeu a mineração do ferro, mui onerada por D. Diniz, apesar da utilidade d'esse metal nas industrias e especialmente na agricola; D. Affonso V concedeu a seu tio, o primeiro duque de Bragança, o estabelecimento de uma ferraria no termo da cidade de Lisboa, isentando-o de todo o imposto e estabelecendo algumas regalias para os individuos n'ella empregados. Identica concessão foi feita ao bispo da Guarda para estabelecer ferrarias em Caria e em qualquer parte do reino. N'estas ferrarias eram empregados operarios biscainhos, porque a Biscaia era então, e ainda o foi muito tempo, o paiz classico da metallurgia de ferro No reinado de D. João II fizeram-se diversas concessões de minas metallicas, especialmente de chumbo, dispensando-se aos concessionarios diversas regalias e isentando os do pagamento dos tributos durante o primeiro periodo de lavra (de um a cinco annos) D. João II fundou tambem as ferrarias de Barcarena. No reinado de D. Manuel, a industria mineira attingiu mais incremento devido ao impulso que já trazia do reinado antecedente. Data d'essa epoca a lavra de muitos jazigos, incluindo os cupriferos do Alandroal, Terena, Juromenha e Aljustrel, bem como a exploração dos jazigos de estanho em Traz os Montes e Beira Alta. O alvará de 3 de junho de 1516 foi uma nova lei de minas, conhecida pelo nome de *Regimento de Ayres do Quintal*, que foi pelo mesmo alvará nomeado feitor-mór das minas do reino. Esta lei, além de diversas isenções e privilegios concedidos ás empresas mineiras, affirma, como a de D. Duarte, o direito realengo sobre todas as minas do rei no, deixando o proprietario do solo de participar dos lucros do mineiro, e tendo apenas direito a ser indemnisado por este dos prejuizos causados nas terras cultivadas. Nos logares em que houvesse fundições, eram os proprietarios obrigados a deixar cortar lenha gratuitamente. O mineiro, além do *quinto* que continuava a pagar, era obrigado a vender os metaes nos armazens de el-rei, segundo preços taxas, o que fazia subir o imposto a 30 ou 40 por cento do producto bruto. O ferro não é mencionado no regimento de 1516, porque continuava a gozar dos privilegios concedidos por D. Affonso V. D. Manuel concedeu a Pero Lopes, mestre de artilharia, a fundação de ferrarias em Niza e Rodam, e no anno de 1524 concedeu D. João III a Ayres do Quintal licença para minas de ferro e fazer ferrarias, ficando isento de pagar o quinto do ferro. Em 1527 determinou o mesmo rei que as ferrarias passassem á fazenda, incluindo a do Espinhal fundada por Ayres do Quintal. Ao passo que a lei de D. Duarte era moldada nas leis romanas de Justiniano, a de D. Manuel parece baseada nos regimentos de minas allemães Em ambas era porém por tal fórma onerada de impostos a industria mineira que só os jazigos excepcionalmente ricos e facilmente laboraveis podiam ser lavrados com proveito. A actividade relativa da industria mineira na primeira metade do seculo XVI deve ser attribuida mais ao impulso geral produzido pela Renascença, ao terminar o periodo da edade media, do que a circumstancias peculiares que favorecessem a mineração. Sob o influxo das leis que a regiam, a industria mineira veiu a descair nos ultimos tempos do reinado de D. João III e nos seguintes, devido em grande parte á descoberta dos jazigos de ouro na Africa, ás riquezas da India e Brazil e ao descobrimento das minas de prata de Guadalcana, Potosi e outras. A rainha D. Catharina, regente em nome de el-rei D. Sebastião, promulgou uma nova lei de minas em 1557, a qual, sem alterar as bases do regimento de Ayres do Quintal, permittia a venda livre dos metaes, o que foi um grande passo para libertar a industria das peias que a subjugavam, mas a sua decadencia era inevitavel e fatal, devida a causas subsistentes que não a deixavam tomar maior desenvolvimento. Além do imposto de um quinto sobre o producto bruto, o rei podia tomar para si um quarto da mina, contribuindo para a lavra com as despezas proporcionaes. A corôa reservava para si as minas de Traz os Montes Afim de favorecer o desenvolvimento da industria estabeleciam se premios para os descobridores de minas. A lei de 1557 foi durante quasi tres seculos o codigo mineiro de Portugal. As leis e regulamentos publicados até á sua abolição em 1836 em nada alteram a sua doutrina fundamental. Os mais notaveis d'esses regulamentos são o de 1618, feito expressamente para as minas do Brazil, e o de 1655 para as minas de estanho de Vizeu, Guarda e Traz-os-Montes. Depois de 1640 a mineração soffreu notaveis alternativas, até se estabelecer em bases seguras sob o regimen liberal. Nos fins do seculo XVI as guerras da Restauração crearam para o estado a necessidade de aproveitar alguns jazigos de ferro importantes, e é d'essa epoca que data a fundação do celebre estabelecimento metallurgico de Machuca e mais tarde o da Foz de Alge. Em 1709 concedia se por quarenta annos o privilegio de lavra de todas as minas, em Portugal, a Manuel da Cruz Santiago, notavel emprehendedor que procurou desenvolver a industria mineira em todo o paiz. A falta de capitaes, além de outros motivos, fizeram com que

não désse resultado uma empresa de tal magnitude. Santiago fez, todavia, importantes pesquizas em muitos pontos O grande reformador, o marquez de Pombal, parece não ter dado grande attenção á industria mineira, pelo contrario concentrou toda a sua attenção sobre as minas do Brazil. No primeiro quartel do seculo XIX o estado intentou a lavra de alguns jazigos de ferro, carvão, antimonio, estanho e chumbo, restaurou as ferrarias da Foz de Alge, lavrou com mais ou menos actividade as minas de carvão de S. Pedro da Cova e Buarcos e as de estanho de Rebordosa e Brunhosinho (Traz os-Montes), as de antimonio de Vallongo (Minho), as de chumbo de Ventozello (Traz-os-Montes), e recomeçou a lavagem das areias auriferas da Adiça. Sendo intendente geral das minas o sabio José Bonifacio de Andrade, fôram contratados mineiros e fundidores estrangeiros para para dirigir os trabalhos de minas e officinas metallurgicas; mas a intendencia geral das minas e metaes do reino, creada em 1801, não deu resultado prospero. Em 1825 fôram as minas de carvão de S. Pedro da Cova e Buarcos arrendadas por vinte annos a uma empresa que mais tarde as transferiu ao conde do Farrobo. Estipulara-se a renda annual de 10:000$000 réis. As ferrarias e outras minas tinham decaido successivamente, depois de alguns periodos mais ou menos activos, para o que haviam contribuido as luctas politicas travadas no periodo decorrido por 1820 a 1834, e a intendencia achava-se extincta de facto quando em 6 de agosto de 1836 se concedeu a mina de chumbo do Braçal, em cuja demarcação parece ter-se querido seguir as prescripções da lei de 1557. Assim terminava o privilegio que o estado se arrogava de laborar as minas. O decreto com força de lei de 25 de novembro de 1836, referendado por Manuel da Silva Passos, confirmava a concessão mineira do Braçal, estabelecendo as condições em que podiam ser feitas outras concessões. Por esta lei o estado cedia apenas o usofruto temporario das minas. Representando já um aperfeiçoamento sensivel sobre o regimen anterior, mas não assegurando ao mineiro a propriedade do jazigo, a lei de 1836 não devia fazer progredir muito a mineração: e assim succedeu. A lei de 1836 vigorou até 1850; n'esse periodo de quatorze annos, apenas fôram concedidas trinta e seis minas, incluindo a de S. Pedro da Cova e Buarcos, cujo prazo de arrendamento, depois de prorogado, terminára em 1849, sendo n'este anno concedidas temporariamente ao antigo arrendatario. A lei de 25 de julho de 1850 creou a propriedade mineira, consagrando o principio da concessão por tempo illimitado, e completou, assim, a lei de 1836 que abolira o privilegio do estado. De julho de 1850 até dezembro de 1852 não se fez concessão alguma. Em 31 de dezembro de 1852 promulgou-se o decreto com força de lei, de que saiu o decreto regulamentar de 9 de dezembro de 1853, assim como diversas disposições sobre registos e impostos de minas e outros assumptos relativos ao serviço mineiro. Em Portugal de norte a sul, de nascente a poente, por toda a parte, se encontram os mais variados minerios metallicos e não metallicos, não faltando o ouro e a prata; rochas susceptiveis de todas as applicações; incluindo abundantes granitos e marmores de todas as tintas, entre os quaes se contam alguns por ventura bem dignos de ser empregados na estatuaria; combustiveis fosseis; phosphorites; argillas de toda a sorte e aguas mineraes que correspondem a quasi todos os typos conhecidos d'estes preciosos agentes therapeuticos, e que se encontram mencionados no artigo *Aguas mineraes* (V. no vol, I pag. 87). Dando ao ferro o logar de honra que de direito lhe pertence pelo seu insubstituivel papel em todas as industrias, apontaremos como districtos que possuem jazigos d'este precioso metal, os de Bragança, Evora, Beja, Leiria, Porto, Lisboa, Faro, Braga e Vianna do Castello. O manganesio, cuja região mais notavel é abrangida pelos districtos de Beja e Lisboa, encontra-se tambem nos de Aveiro, Evora, Castello Branco, Faro, Porto, Leiria e Bragança. O cobre abunda nos districtos de Beja, Evora, Aveiro, Lisboa, Faro e Portalegre, encontrando-se tambem nos da Guarda e Bragança O wolfram apresenta-se nos districtos de Castello Branco, Guarda, Vizeu, Porto e Bragança. O estanho limita-se, pelo que por emquanto se conhece, nos districtos de Vizeu, Guarda, Porto, Bragança, Villa Real e Vianna do Castello. Os minerios de chumbo e prata, a que anda quasi sempre associado o zinco, predominam nos districtos de Aveiro e Vizeu, encontrando-se tambem abundantemente nos de Coimbra, Porto, Castello Branco, Portalegre, Evora, Beja, Lisboa ao sul do Tejo, Santarem e Guarda. A prata nativa encontra se no districto de Vizeu em Varzea de Trevões. O antimonio e o quartzo aurifero, commum nos seus filões, é abundantissimo no Porto e apparece tambem, posto que com menos frequencia, nos districtos de Aveiro, Coimbra, Bragança, Evora, Beja e Faro. O ouro em terreno de alluvião encontra-se nos districtos de Lisboa, Santarem, Castello Branco e Coimbra. Dos jazigos de combustiveis, mais localisados, existem os de anthracite nos districtos de Aveiro e Porto, e os de linhite nos de Coimbra, Leiria e Santarem. As phosphorites, quasi exclusivas de Portalegre, onde abundam, encontram-se tambem em Leiria e Castello. De minerios não metallicos citam se o enxofre de que são tão ricas as nossas pyrites cupriferas, que com ellas é exportado, e o amiantho de que Evora possue um importante jazigo. Das argillas, rochas tão vulgares na crusta do nosso globo, escusado será dizer que se encontram por toda a parte, prestando se a todas as importantes applicações que d'ellas se exigem. Aguas mineraes susceptiveis de applicações medicinaes encontram se em todos os districtos. Os granitos, que constituem nas provincias do norte grande parte dos terrenos dos districtos de Braga, Vianna do Castello, Villa Real, Porto, Vizeu e Guarda, affloram tambem nos de Bragança, Castello Branco, Portalegre, Evora, Lisboa e Beja. Os calcareos, de que ha todas as variedades, são abundantissimos nas provincias do sul e centro, rareando, porém, nas que ficam mais ao norte. Marmores variadissimos abundam nos districtos de Bragança, que possue tambem preciosos alabastros calcareos, Lisboa, Evora, Beja, Coimbra, Faro, Leiria e Santarem. Os schistos do Porto fornecem lousas que pela sua qualidade e dimensões se prestam excellentemente não só ás applicações communs como á decoração economica || Bibliographia: *Breve noticia sobre a historia e legislação das minas em*

Portugal, na *Estatistica Mineira*, de 1882 por José Augusto Cesar das Neves Cabral; *Catalogo descriptivo da secção de minas na exposição industrial de 1888* por Neves Cabral, Severino Monteiro e João Augusto Barata. De cada região mineira em particular ha interessantes relatorios publicados pelas direcções das respectivas companhias exploradoras.

Minga. Pov. do sobado de Vimpi, no concelho de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Mingacho. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Mingachos Pov. na freguezia de S. Miguel, de Foz de Arouce, conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

Minganinhos. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Minge. Pov. do sobado e conc. de Cabinda, na delegação do Chiavala, distr. do Congo, prov. de Angola.

Mingorra e Mingorrinha. Duas povoações na freg. da Santissima Trindade, conc. e distr. de Beja.

Minguezes. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alcaria Ruiva, conc. de Mertola, distr. de Beja.

Minhães. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Grillo, conc. de Baião, districto do Porto. ‖ S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Minhãos Pov. na freguezia de Santa Eulalia, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Minhatosa. Pov. na freguezia de S. Pedro, de Athei, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real.

Minhava. Pov. na freg. de Santa Maria, de Adoufe, conc. e distr. de Villa Real.

Minho. Uma das 8 provincias de que se compõe Portugal. Segundo a divisão anterior a 1834, a provincia do Minho, *Entre Douro e Minho*, como judiciosamente se denominava, confinava ao N com a Galliza, d'onde a separa o rio Minho; a E com a Galliza e Traz os-Montes; ao S com o rio Douro; e a O com o Oceano Atlantico. Tinha 272 legoas quadradas. Depois de 1834 se lhe tirou um grande trato de territorio, para com elle, e com parte da Beira, formar a nova provincia do Douro. Está dividida em 2 districtos administrativos; Vianna do Castello e Braga, tendo o 1.º 10 concelhos, e o 2.º 13. E' muito montanhosa, sendo as principaes montanhas: Gavieira, Gervéz, Santa Catharina e Vallongo. As serras do Gerez e da Cabreira, ramificações das serranias de S. Mamede, lançam os seus contrafortes em differentes direcções; as maiores alturas encontram se a E, e vão diminuindo á medida que se caminha para o Oceano. A serra do Gerez corre principalmente entre os rios Cávado e Homem, mas as suas ramificações prolongam se para o N e para o S, e vão confundir-se com as da serra de Larouco, que fica na fronteira e na provincia de Traz-os-Montes. As ramificações, que correm ao N do rio Homem, tomam os nomes de Cabril, Suajo, Peneda e Gavieira. O ponto culminante da serra do Gerez fica nos limites das provincias do Minho e de Traz-os Montes, entre as freguezias de Campo e Cabril, e attinge a altura de 1:442 m. Ao S da serra do Gerez e tambem quasi nos limites das duas provincias, ergue-se a serra da Cabreira, cuja maior altura é de 1:276 m. Nos limites NE da provincia a altura media é geralmente superior a 1:000 m. Destacam-se n'elles a serra da Gavieira com 1:250 m., a da Peneda com 1:379, e varios cumes para o N de Castro Laboreiro com 1:250 e 1:296. Tambem na fronteira e entre os rios Lima e Homem, corre a serra do Cabril com 1:318 m. Caminhando para O as alturas vão decrescendo, e assim é que se encontram entre os rios Minho e Lima as serras da Boulhosa com 567 m, de Miranda com 860, da Labruja com 510, de Oural com 723, de Padella com 631, de Borrelho com 459, de Tamel com 440 e de Oliveira com 681. Na parte N as alturas visinhas do Oceano são muito maiores do que no resto da provincia. Ao N de Vianna do Castello corre a serra de Santa Luzia com 553 m. d'altitude, e seguindo a costa para o S só se encontram pequenas elevações a 15 e mais m. para o interior. Os rios que banham esta provincia, são o *Minho*, que lhe serve de fronteira, com os seus affluentes Varzea, Moiro e Coura; o *Lima*, com os seus affluentes Laboreiro, Vez, Cabrão, Labruja, Estorãos e Cabril; o *Cávado*, com os seus affluentes Este, Celho e Vizella; e ainda os pequenos rios *Ancora* e *Neiva*. A capital da provincia é a cidade de Braga. Tem mais as cidades de Vianna do Castello e Guimarães. Tem muitas e bonitas villas, que vão mencionadas nos respectivos nomes. Pertence toda ao arcebispado de Braga. Minho é a mais fertil e bonita provincia de Portugal, e onde a agricultura está mais desenvolvida, e onde o solo se vê mais aproveitado; comtudo, a charrua não desbravou ainda todo o terreno susceptivel de ser cultivado. A E, e na área occupada pelas serras do Gerez, Suajo, Peneda e Gavieira, a maior parte do solo está ainda inculta. N'uma grande extensão d'estas serras, a rocha é núa. Não obstante, são surprehendentes pela excellencia da sua cultura os grandes tratos de terreno explorado, e não é menos surprehendente a riqueza da vegetação O castanheiro, o carvalho, o olmeiro e o pinheiro predominam na provincia. A vinha é, mais ou menos, cultivada por toda a parte. O primeiro producto agricola da provincia é o vinho; os gados constituem a sua principal riqueza. E' muito importante a creação de gado bovino, que exporta em grande escala, e provincia alguma, a não ser a do Douro, lhe leva vantagem a este respeito. O Minho produz tambem muita e optima madeira de varias qualidades; os montes são abundantissimos de caça grossa e miuda, e os seus rios e o Oceano lhe fornecem muito e bom peixe. Esta provincia, antes da extincção das ordens religiosas em 1834, tinha 130 conventos de ambos os sexos, sendo, na maior parte, benedictinos e cruzios. O Minho foi o berço da nossa nacionalidade, e ao esforço guerreiro dos rudes barões minhotos se deve o alargamento rapido do primitivo e acanhado territorio portucalense A conhecida tenacidade do povo minhoto conseguiu que, em menos d'um seculo, se conquistasse aos arabes aguerridos toda a extensa nesga de terra que vae da foz do rio Douro até á costa do Algarve. Depois da conquista de Portugal continental, a gente minhota não tardou muito a ir levar a novas e longes terras o nome do Portugal, primeiro aos Açôres, e depois ao Brazil. A colonisa-

ção das ilhas dos Açôres pertence principalmente aos minhotos. Quanto ao Brazil, muito bem se sabe que é do Minho que partiram, e continuam a partir, os milhares de emigrantes, que tornam tão numerosa e prospera a colonia portugueza na grande republica brazileira.

Minho Rio que divide a provincia do Minho da Galliza. N. na provincia de Lugo, ao S da serra de Meira, corre para O e depois para o S, até encontrar o Sil, importante rio que se lhe junta a NE de Orense, inclina-se novamente para O, e em seguida para SO, formando até á foz a fronteira luso-hespanhola Em Hespanha banha as provincias de Lugo, Orense e Pontevedra, e entra em Portugal proximo do logar de S. Gregorio, dividindo a fronteira na direcção de OSO. Passa perto de Melgaço, Valladares e Monsão, banha Valença, Tuy, Villa Nova da Cerveira, Guardia e Caminha, e vae desaguar no Oceano Atlantico com um curso total de cêrca de 300 k, 65 dos quaes em Portugal, sendo navegavel por pequenas embarcações n'uma extensão de 40 k. aproximadamente. A foz tem 250 m. de largura, e é limitada pelas pontas do Cabedello e da Barbella. Antes d'ella encontram se tres ilhotas, sendo as maiores as de Verdoejo e de Lagos d'El Rei. A barra é dividida em duas pela ilhota da Insua, sendo a do N semeada de cachopos e a do S livre d'elles e abrigada. O canal mais importante abre-se entre a Insua e a costa portugueza. Os affluentes do rio Minho em Portugal são o Coura, o Moiro e o Varzea além de varios ribeiros. Abunda em peixe, sendo n'elle que se pescam os maiores e os mais saborosos salmões. Antigamente os moradores do couto de S. Fins, no conc. de Coura, eram encarregados de guardar contra as invasões dos gallegos a passagem ainda hoje conhecida por Vau de Carrexil, gozando por isso varios privilegios Em 1885 construiu-se a importante Ponte Internacional sobre o rio Minho, entre Valença e Tuy, para a ligação da linha ferrea do Minho com o caminho de ferro de Orense a Vigo, pelo taboleiro superior; e das estradas de Caminha a Monsão do lado de Portugal e de Tuy á Guardia, do lado de Hespanha, pelo taboleiro inferior. O projecto d'esta obra importante foi elaborado pelo engenheiro hespanhol D. Pelayo Mancebo, e reformado pela *Société anonyme internationale de construction et entreprise de travaux publics de Braine le-Comte* (Belgica), adjudicataria da construcção, segundo as indicações da commissão mixta de engenheiros hespanhoes e portuguezes, que formou o jury do concurso em 1881, e dos engenheiros dos governos das duas nações, aos quaes foi incumbida a direcção dos trabalhos.

Minho. Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Minhocal. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Celorico da Beira, distr. e bisp. da Guarda; 107 fog e 433 hab. Tem esc. do sexo masc., fabrica de telha, e est. post. A pov. dista 8 k. da séde do concelho e está situada proximo da margem direita do rio Mondego. O D. abbade do convento dos frades de S. Bernardo de Salzêdas, apresentava o prior, que tinha 100$000 réis de rendimento. A freg. é muito antiga, mas a povoação de Minhocal esteve primitivamente no sitio que depois se denominou *Quinta de S. João.* Ainda aqui, segundo dizem, se encontram vestigios da antiga povoação, que ella se transferiu por causa d'uma epidemia, ou d'uma praga de formigas que se tornára ali insupportavel. O clima d'esta freg. é temperado, mas pouco saudavel, porque o ribeiro, chamado do *Minhocal*, que passa ao fundo d'esta freguezia, é muito plano, e no verão deixa muita agua estagnada, fóco de infecção. A industria principal é o fabrico de telha, de boa qualidade. As producções principaes são: vinho, azeite, trigo, centeio, milho e batatas Esta freguezia e as circumvisinhas soffreram muito com as invasões estrangeiras, por serem ponto forçado para a passagem dos exercitos que da raia se dirigiam para o centro do paiz ou vice-versa. Passa-lhe proximo a estrada real que vae de Celorico a Trancoso, ou da Guarda a Lamego e Regoa. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12 com a séde em Trancoso.

Minhoso. Povoações nas freguezias: Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto || S. João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Minhota. Pov. na freguezia de Santa Maria e conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Minhotães. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 1(8 fog. e 531 hab. A povoação dista 11 k da séde do conc. e está situada a 500 m. da margem direita do rio Este. A mitra apresentava o reitor, que tinha 80$000 réis e o pé d'altar. Foi commenda da ordem do Templo até 1311, e da ordem de Christo, desde 1319 até 1834. A terra é muito fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Viauna do Castello.

Minhoteira. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Argoncilhe, conc. da Feira distr de Aveiro. || Santa Eulalia, de Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga || S. Thiago, de Cambezes, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Cypriano, de Refontoura, conc. de Felgueiras, distr do Porto.

Minhoto. Pov. na freg de Santo Antonio, de Ameixial, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Minhotos. Pov. na freg. de S. Pedro, de Barreiros, conc. de Amares, distr de Braga

Minhoure Pov. na freguezia de S. Miguel, de Varziella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Minhouro Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Lordello, conc. e distr. de Villa Real.

Minhuge. Ilha do archipelago de Cabo Delgado, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Miniatura. V. *Illuminura*, vol. III, pag 955.

Mintezelo. Pov. na freguezia do Salvador, de Fauzeres, concelho de Gondomar, distr. do Porto.

Mioma. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Alta, conc. e com de Sattam, distr e bisp. de Vizeu; 222 fog. e 472 hab Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada proximo do rio Sattam O vigario da Villa da Egreja apresentava o cura, que tinha 12$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é muito fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Miomães. V. *Meiomães*.

Mioto. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Pereira, conc. de Montemór-o Velho, distr. de Coimbra.

Mioteira. Pov. na freg. de S. Miguel do Milharado, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Mira *(Francisco Maria de)*. N. em Lisboa, ignorando-se, porém, o dia, mez e anno do seu nascimento; era cirurgião-medico pela escola de Lisboa, sendo muito considerado pelos seus contemporaneos. Foi durante alguns annos medico do paquete *D. Antonia*, que fazia carreira para a Africa Occidental. Em 1857 prestou relevantes serviços ás pessoas atacadas pela febre amarella, valendo lhe o ser condecorado com a medalha, que a camara municipal de Lisboa instituiu para galardoar os que mais se salientaram n'aquella occasião. Durante a revolta denominada *Maria da Fonte* prestou tambem com risco da sua vida innumeraveis serviços ao conde de Thomar, de quem era devotado amigo, trazendo lhe correspondencia de varios pontos occupados pelos patuléas. Desejou Costa Cabral colloca-lo em logar rendoso, pagando lhe assim a devotada amizade, mas Francisco Mira nunca acceitou cargo algum official. Casou duas vezes, deixando successão do primeiro matrimonio. Alguns annos antes de fallecer estabeleceu residencia na villa da Gollegã, onde foi medico da Misericordia, e em cuja villa falleceu em edade provecta no anno de 1873. Foi um caracter austero, inimigo da subserviencia e muito dedicado aos amigos, pelos quaes estava sempre prompto a fazer os maiores sacrificios; morreu pobre.

Mira. Villa da prov. do Douro, séde de conc., com. de Vagos, distr. e bisp. de Coimbra, Relação do Porto. Tem uma só freg., cujo orago é S. Thomé, e é só ella que compõe o concelho, com 1:923 fog. e 8:117 hab., sendo 3:726 do sexo masc. e 4:391 do fem. Está situada em terreno plano na extremidade d'um areal, que a separa do Oceano Atlantico, e dista 38 k. da capital do districto. O prior de Santa Cruz, de Coimbra, apresentava o vigario, que tinha 300$000 réis de rendimento annual A pov. é muito antiga, e já existia no tempo dos arabes, que lhe deram o nome actual, julgando se que fôssem elles que a fundassem. Ha tambem opiniões de que seja fundação romana. Na doação que D. Raymundo fez aos novos povoadores de Montemór o Velho, em fevereiro de 1095, se nomeia particularmente *Zalêma Godinho*, a quem dá e concede a villa de Mira, com todos os seus termos, e um moinho que está junto á fonte de *Carabôi—quae omnia usque in hodiernum diem in atondo, et presmo tenuit*. (Documento de Santa Cruz, de Coimbra). *Atondo* era o direito de rotear, romper e cultivar algum terreno inculto; não o podendo, porém, dar, doar, trocar ou vender, isto é, sendo um simples usufructuario. Zalêma possuia, portanto, as terras de S. Thomé de Mira, só para as romper e arrotear, e só pela doação do conde, ficou logrando a propriedade e senhorio. Zalêma Godinho foi quem fundou a egreja de S. Thomé, de Mira, onde seu filho, Godinho Zalêma, foi o primeiro parocho, e depois, um dos primeiros conegos regrantes de Santa Cruz, de Coimbra, a cujo convento uniu a sua egreja de Mira. Foi mais tarde bispo de Lamego, e renunciando o bispado, recolheu-se ao mosteiro de Grijó, da sua ordem, onde morreu, e foi sepultado. El-rei D. Manuel deu foral á villa de Mira, em Lisboa, a 27 de agosto de 1514. Este foral está manuscripto, em pergaminho, devidamente authenticado, e existe na secretaria da camara, para onde foi mandado officialmente. Mira pertence á 5.ª div. mil., 10.ª brigada, grande circumscripção mil. do centro, e ao distr. de recrutamento e res n.º 7, com a séde em Leiria. Tem escolas para ambos os sexos, estação postal com serviço de emissão e pagamento de vales, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N.—Cantanhede, advogados, agencias dos bancos *Alliança e Minho*, *Commercial de Lisboa*, *Commercial do Porto*, e da companhia de seguros *Portugal*; hospedaria, medico, pharmacias, notario, theatro, *Philarmonica Resurreição*. Os logares mais importantes são: Portamar, onde ha mercado em 11 de cada mez; Seixo, tendo mercado a 4 tambem de cada mez, e Praia. Na villa ha mercado mensal a 23, e no logar da Lentisqueira a 28. Todos os domingos e dias santos ha na villa praça de batatas, arroz, fructas, sardinha e outras variedades de peixe. Nos dias 24 e 25 de julho realisa se uma romaria a S. Thomé, que é muito concorrida pelos povos da zona maritima d'áquem Porto, e outros. O principal commercio do conc. é milho, feijão, batata, vinhos, ovos, gallinhas, madeiras de construcção. Tendo sido extincto este concelho, pelo decreto de 7 de setembro de 1895, foi a villa de Mira annexada ao conc. de Cantanhede, mas o decreto de 13 de janeiro de 1898 o restaurou || Pov. e freg. de N. S.ª do Amparo, da prov. da Extremadura, conc. e com de Porto de Moz, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa; 268 fog. e 1:238 hab. Tem esc. do sexo masc., caixa post. e fabricas de tecidos de lã. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada na aba da serra da Azambuja. O povo apresentava o cura, que tinha de rendimento 70$000 réis e o pé d'altar. Esta pov. pertencia á freguezia de Minde, da qual foi desmembrada para formar freg independente, no fim do seculo XVII ou principio do seculo XVIII. No logar da actual matriz havia uma antiga ermida, dedicada a N. S.ª do Amparo, que foi ampliada, para servir de egreja parochial. Mira pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7 com a séde em Leiria. Esta freg. foi annexada ao conc. de Torres Novas por decreto de 7 de setembro de 1895, que extinguiu o de Porto de Moz, mas sendo este conc. restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898, voltou para elle. || Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Arcozello, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Cerdal, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Rio do Algarve e Alemtejo; nasce na freg de S. Barnabé, n'um sitio da serra do Algarve, chamado *Cumeada dos Cançados* Depois de receber alguns pequenos ribeiros e o rio Torto, passa pela villa de Odemira, e vae desaguar no Oceano, proximo de V. N. de Milfontes, com 105 k de curso.

Mira e Carvalho *(José Paulo de)*. Abastado proprietario. N. na Vidigueira a 29 de setembro de 1808, fal. em Evora em 1883 ou 1884 Era filho do desembargador José Paulo Teixeira de Carvalho e de D. Francisca Peregrina de Mira. Entregava se com paixão ao estudo e aos exercicios venatorios. Escreveu: *Uma noção da caça*

do javali, Evora, 1872, 2.ª edição, *accrescentada*, Evora 1874; *Alguns preliminares para a caçada dos pombos bravos*, Evora, 1872; *Um brado contra as monterias de cêrco aos lobos na provincia do Alemtejo*, Evora, 1875.

Mira Olhos. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Vinha da Rainha, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Mirabal. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Luzim, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Mirabeau (*Bernardo Antonio da Serra*). Doutor e lente decano e jubilado de Medicina pela Universidade de Coimbra. N. na Covilhã a 15 de dezembro de 1826, fal. em Coimbra a 12 de janeiro de 1903. Era filho de João Antonio Serra. Matriculando-se na faculdade de Medicina, seguiu o respectivo curso, fazendo acto de repetição a 30 de junho de 1859, exame privado a 9 de julho, recebendo o grau de doutor no dia 17 do referido mez e anno. Foi nomeado lente substituto e a 2 de outubro de 1860, para a cadeira de physiologia especial e hygiene privada; em 1870 teve a nomeação de director da bibliotheca e imprensa da Universidade, por ter sido demittido Bernardo Serpa, em consequencia de ter deixado imprimir o livro revolucionario *A Communa de Paris e o governo de Versailles*, de José Falcão. Deixou depois este logar, por ter sido reintegrado Bernardo Serpa, quando seu irmão, o estadista Antonio Serpa subiu ao poder, ficando Olympio Nicolau Ruy Fernandes com a direcção da imprensa. O dr. Bernardo Mirabeau foi jubilado em 1892. Exerceu por mais de 17 annos o cargo de administrador do hospital da Universidade, pedindo a demissão d'esse logar pouco tempo antes de fallecer, por causa de discordias que se deram em assumptos de administração. Escreveu: *Serão principios immediatos do organismo a diastese salivar, a gasterase e a pancreatina? Cada uma d'estas substancias que importancia tem nos phenomenos chimicos da digestão? Dissertação inaugural*, Coimbra, 1859; *A Faculdade de Medicina*, Coimbra, 1866; *Memoria historica e commemorativa da faculdade de Medicina nos cem annos decorridos desde a reforma da Universidade em 1772 até o presente*, Coimbra, 1873.

Miradello. Pov. na freguezia de S. Thiago, de Lobão, concelho da Feira, districto de Aveiro.

Miradezes. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Valle de Salgueiro, conc. de Mirandella, districto de Bragança.

Miradouro. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Anreade, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Creixomil, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. João Evangelista, de Guilhufe, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Ilha do Pico; N. S.ª da Piedade, de Piedade, concelho de Lagens do Pico, distr. de Horta. || Ilha de S. Jorge; S. Thiago, de Ribeira Secca, conc. de Calheta, distr. de Angra do Heroismo. || S. Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real.

Miragaia (*Abbade de*). V. *Ferreira (Pedro Augusto)*. No vol. III, pag. 412.

Miragaia. Uma das freguezias do Porto, do 2.º bairro (Occidental), cujo orago é S. Pedro. A mitra apresentava o abbade, que tinha 240$000 réis de rendimento annual. Segundo o *Itinerario de Antonino Pio*, edição de Berlim, 1848, existia na margem direita do rio Douro uma povoação de pequena importancia chamada *Calle*, que era a primeira pousada dos viajeiros que vinham de Bracara-Augusta, e se dirigiam pela estrada militar para o sul. Chegavam a *Calle*, embarcavam no *portus*, e seguindo ao nascente do castello de Gaia, caminhavam para Langobrica (Feira), Talabrica (Aveiro), Eminium (Agueda), etc. Pinho Leal, *no Portugal antigo e moderno*, vol. V, pag. 242, diz o seguinte: «Não é duvidoso que *Calle* fôsse a moderna Gaia, como affirma por exemplo Agostinho Rebello da Costa. N'este tempo não existia ainda o Porto, que nasceu depois, quando Ataces andava em guerra com os suevos; estes edificaram o castello, nucleo da posterior cidade no logar mais elevado, dito *Penaventosa*, e onde hoje é a sé. E' tambem obvio que a *Calle*, logar de descanso, marcado no *Itinerario de Antonino*, fôsse na margem direita do rio, visto ser natural que os passageiros repousassem antes do embarque, mesmo porque os meios de transporte não estavam sempre promptos, nem seriam muitos; e dizemos que este logar de descanso era na margem direita porque a via militar marchava do N para o S. A *villa nova*, de que fala o *Canon III* do concilio de Lugo (annos de Christo de 568), era a antiga *Calle*, burgo fóra dos muros da cidade *Festobole*, porto chão. Gaia, dita o castello antigo dos romanos, pertencia á cathedral de Coimbra, como se vê do *Canon V* do citado concilio, que trata da divisão do territorio da sé conimbricense. Depois da derrota dos godos na grande batalha de Guadalete (713), a peninsula quasi toda passou ao dominio dos arabes, e por esse tempo fôram o castello do Porto e o burgo arrazados. A *villa nova*, isto é, a antiga *Calle*, soffreu provavelmente o mesmo destino, apezar de que, se é certo o salvo conducto feito em 755 por Abd-el-Azis, a favor do mosteiro de Cedofeita, cujo couto abrangia parte de Miragaia (Monchique, Bandeirinha), e fôra instituido por Theodomiro, rei dos suevos, em 550 de Christo. Ha a notar que n'uma das invasões dos arabes, elles se installaram tambem em Miragaia, visto que o estabelecimento de banhos, que aqui houve, só áquelles povos se póde attribuir. Quando, porém, se construiram os banhos, não o podemos determinar, mas é certo que, posteriormente ao seu estabelecimento, existe um documento, de 1331, que é um accordo entre o bispo e o concelho, no qual este se obriga a restaurar os banhos, caldeiras e pertences no sitio da *Munhota*, ou rocio, abaixo da Cividade, ficando os rendimentos pertencendo metade ao bispo.» A egreja parochial, pretendem alguns que remonta aos primeiros annos do Christianismo. Na parte externa da actual egreja, de construcção moderna, existe a seguinte inscripção, tambem moderna: «Prima cathedralis fecit haec. Basilius, ob egris quam pedibus sanus, condidit inde Petro.—Esta foi a primeira cathedral do Porto. S. Basilio, apenas se viu são dos pés, a edificou, e por aquelle motivo a dedicou a S. Pedro.» Pinho Leal observa: «Este S. Basilio, diz o Martyrologio, morreu no anno 57, e no *Catalogo* dos bispos do Porto diz-se ter elle sido o primeiro d'esta diocese. Ora o castello de Pena-Ventosa (sé) foi edificado, como já fica dito, pelos suevos, no seculo VI, e só posteriormente é que se edificou a cidade, em torno a esse primitivo nucleo de povoação, do que re-

sulta não haver bispo do Porto n'esta epoca. Não temos portanto como certo a edificação da primitiva egreja durante o seculo I, apezar da sua grande antiguidade. Talvez que a inscripção, traduzindo mal a tradição e interpretando mal a historia, queira affirmar que a egreja de S. Pedro é a mais antiga das do Porto, o que se póde admittir sem escrupulo, visto ser natural que os antigos habitantes d'esta pequena povoação, distante de outras importantes, erigissem modesto templo para prestar culto ao seu Deus. Depois, Miragaia, em epocas bem proximas ainda, estava extra muros da cidade, e é bem pouco de presumir que a primitiva sé do Porto fôsse em qualquer epoca estabelecida em sitio que estava afastado da povoação importante desde o tempo dos suevos, e que pela sua disposição topographica tendia a desenvolver-se, como effectivamente se desenvolveu, emquanto que a pequena *Villa-Nova*, burgo do Porto, e d'elle por então afastado, carecia de importancia, e até foi aquelle o sitio que nos fins do seculo XV se julgou azado para n'elle estabelecer a povoação judaica, tida como bastarda, e para a qual sempre se escolhia sitio menos conveniente, como que para castigo da sua crença. Além d'isso, Miragaia era local de mariantes quasi na sua totalidade; povoação pouco estavel, e tambem de certo a menos propria para no seu seio abrigar o prelado de um importante trato de terreno. Diz-se tambem que, no primeiro seculo do Christianismo, existia em Gaia uma capellinha, da invocação de S. Marcos, onde S. Basilio, discipulo de S. Paulo, ministrou os primeiros sacramentos da egreja n'estas paragens, e que notando que a população tendia a descer dos montes de Gaia, e por falta de terreno apropriado no sopé dos alpestres alcantis se passava á praia fronteira, onde o terreno era largo e espraiado, e que junto d'essa praia, que é hoje a moderna Miragaia, edificára templo modesto sim, mas que se mais coadunava com as necessidades do culto, e augmento da população onde administrava sacramentos, isto antes de ir para Braga, onde foi prelado, pelos annos de 45 da era christã.» Ha diversas opiniões ácêrca de ter sido em Miragaia construida a primitiva sé do Porto, o que, porém, não padece duvida, é ter sido a sua egreja uma das primeiras que se erigiram n'estas regiões. O que se não póde affirmar é que a egreja actual esteja situada no terreno que occupava a primitiva edificação attribuida a S. Basilio, pela disposição do terreno em que assenta. A egreja está em terreno um pouco superior ao nivel do rio, e nas grandes cheias é visitada pelas aguas A egreja de Miragaia teve tanta importancia que esteve ali depositado desde 1453 o corpo do glorioso padroeiro do Porto, o martyr S. Pantaleão, que foi transferido para a sé a 12 de dezembro de 1499, por ordem do bispo, então D. Diogo da Sousa. Da egreja primitiva não restam vestigios, tendo soffrido successivas modificações: a que se fez em 1742, segundo o *Catalogo dos bispos do Porto*, de D. Rodrigo da Cunha, foi desde os alicerces, porque o edificio estava completamente demolido, sendo esta a terceira reedificação de que ha noticia. Em 1873 procedeu-se a importantes obras. A egreja é d'uma só nave, e azulejada nas paredes. A capella-mór é de boa talha, feita em epocas diversas e até proveniente d'outras egrejas. Além do altar-mór e o do Santissimo Sacramento, ha mais os de N. S.ª do Carmo, de talha dourada, que veiu da egreja do extincto convento de Monchique; o do Senhor Jesus, de S. João Evangelista, de Santa Rita, do Senhor da Canna Verde, e N. S.ª do Pranto. A imagem de maior devoção é a do Senhor Jesus, dito de Miragaia. Nas grandes calamidades era levada processionalmente até á egreja conventual da Ave Maria, no largo S. Bento. Na egreja de Miragaia merecem ser vistos uns preciosos guadamecins e um paramento de velha seda do Japão, antiga offerta, que lhe foi feita. O reposteiro bordado da porta principal foi feito em 1790. Esta freguezia, denominada reitoria n'alguns documentos, foi da apresentação e collação de prelado, que occorria ás despezas da fabrica. A fl. 65 de um livro existente no archivo da egreja, e escripto em 1640 pelo abbade Jacinto de Sousa, falando dos costumes e usos do seu tempo, diz que os prelados e cabido tinham obrigação de prover esta egreja de tudo o necessario, sem que os abbades nem mesmo os freguezes tivessem parte alguma n'essa obrigação, e que só os freguezes tinham a seu cargo a fabrica das diversas confrarias, cujos capellães de todas, podiam ser os abbades, querendo, ou os seus coadjutores, ou quaesquer sacerdotes eleitos pelos abbades. No mesmo livro se diz que os prelados e cabido davam aos abbades 2$000 réis annuaes para despeza de residencia: *emquanto se não provêrem de proprias, porque as antigas não estão capazes*, e mais réis 15$000, em dois pagamentos, um pelo Natal e outro pelo S. João, sendo duas partes pagas pelo bispo e uma pelo cabido; e o coadjutor percebia dos mesmos senhores e pela mesma fórma a annualidade de 8$000 réis: e que os abbades estavam na posse da conhecença, mas que pelas offertas d'ella pagavam ao cabido 1$040 réis. As conhecenças eram 20 réis que pagava cada freguez pela quaresma, e rendia 12$000 réis. Mais tinham os abbades os dizimos da freguezia e as primicias do pão e vinho, que eram de 40-1; e pagavam tambem primicias, por antigo costume, os freguezes que tinham fazendas fóra da freguezia, mas que as grangeavam por si ou por seus familiares Havia tambem n'esse tempo muitas missas de legados, que eram no geral as rezadas da esmola de 50 a 60 réis, e as cantadas a 200 réis. Posteriormente, o abbade Manuel da Cruz, por bulla que de Roma obteve em 1736, reduziulhe o numero, ficando por então sendo a esmola de 120 réis, e 30 réis de guisamento, total 150 réis. Depois do anno de 1834, em que fôram extinctos os dizimos, ficou a fabrica da egreja a cargo da confraria do Santissimo. Por uma bulla de 13 de novembro de 1606, o papa Clemente VIII uniu e aggregou a freguezia de S. Pedro de Miragaia á de Santa Maria *Supra Minervam* em Roma, concedendo lhe por esse facto todas as graças, indulgencias e privilegios de que ella goza. Com o incendio que no seculo XVI houve na camara ecclesiastica, desappareceram importantes documentos historicos, e entre elles o registo parochial d'esta egreja anterior a 1581. No archivo da confraria de Miragaia só se encontra noticia, anterior a essa data, de 3 abbades: 1450, Affonso Martins, que assignou o titulo pelo qual a camara trespassou aos mareantes de Miragaia a administração do hospital do Espirito Santo;

1460, Vasque Annes, que assignou um contrato com os mordomos do mesmo hospital, relativamente a offertas; 1546, Bartholomeu dos Banhos, que foi demandado por Gonçalo Annes Boquinha, provedor do citado hospital, por intentar fazer uma capella no adro do hospital. Os abbades, de que rezam os registos parochiaes, são os seguintes, pela sua ordem chronologica: 1.º Manuel Pinto, abbade por mais de 7 annos, e que depois foi conego na sé do Porto; 2.º Alvaro Leitão, presbytero que se collou em 24 de abril de 1596; 3.º Francisco Correia, bacharel formado em Canones; 4.º Pedro de Barros, collado em 15 de maio de 1610, e falleceu em junho de 1624; 5.º Gaspar da Costa, sub diacono, bacharel formado em Canones; 6.º Pedro Fernandes de Sequeira, que falleceu em 3 de junho de 1638; 7.º Jacinto de Sousa, notario apostolico, apresentado em 2 de setembro de 1638, e collado em 30 do mesmo mez e anno; falleceu a 13 de setembro de 1659; 8.º João Nogueira de Barros, apresentado pelo cabido *séde vacante*, em 23 de setembro de 1659, renunciou em seu sobrinho João de Barros, 9.º abbade, collado em 29 de agosto de 1671, o qual renunciou em Luiz de Brito, que foi o 10.º abbade, que se collou em 21 de junho de 1685, e depois de 10 annos passou á abbadia de S. Thiago, de Priscos, no arcebispado de Braga; 11.º Constantino Homem de Carvalho, que falleceu em 20 de junho de 1701; 12.º Heitor de Almeida de Amaral, bacharel formado em Leis e desembargador ecclesiastico, apresentado em 25 de junho de 1701, e collado em 30 do referido mez e anno; 13.º Manuel da Silva, collado em 19 de setembro de 1718, e falleceu a 27 de julho de 1730; 14.º Manuel da Cruz, tomou posse da egreja em 13 de fevereiro de 1733, e falleceu a 3 de janeiro de 1758; 15.º Francisco Caetano de Sousa Sarmento, clerigo do habito de S. Pedro, bacharel formado em Canones, apresentado em 9 de abril de 1758 e collado em 26 de maio seguinte, passando depois para a egreja de Santa Maria, de Gulpilhares; 16.º Alexandre Ribeiro do Couto, apresentado em 28 de abril de 1763 e collado no mez seguinte, falleceu em 31 de agosto de 1770; 17.º André Xavier da Costa, bacharel formado em Canones, apresentado em 30 de setembro de 1770 e collado em 30 de outubro; 18.º Joaquim José Pereira Godinho, presbytero secular, bacharel formado em Canones, apresentado em 11 de novembro de 1791, e collado em 19 do mesmo mez e anno; 19.º José Pacheco e Sousa, da congregação do Oratorio, do Porto, collado em 10 de maio de 1802; 20.º José Coelho Antunes, presbytero secular, apresentado em 10 de janeiro de 1820, collado em 18 de fevereiro seguinte; 21.º Domingos de Mesquita, egresso da ordem de S. Domingos, apresentado em 23 de dezembro de 1844, e collado a 2 de abril de 1845; 22.º Pedro Salvador Ferreira, egresso da ordem dos prégadores, bacharel formado em Theologia, collado em 1860, passando depois, em 1862, para a egreja de Refojos; 23.º Pedro Augusto Ferreira, bacharel formado em Theologia, apresentado por decreto de 9 de abril de 1864, collando-se em 22 de outubro do mesmo anno. Na área da freguezia de Miragaia ha escolas de instrucção para ambos os sexos, e bons edificios, como o quartel da Torre da Marca, o Museu municipal, a Escola Medico-Cirurgica, hospital da Misericordia, o palacio real, denominado dos Carrancas, a alfandega, a praça do peixe, diversas fabricas, alguns palacios importantes, etc. Ha n'esta freguezia 6 fontes publicas, sendo a mais notavel a das Virtudes pela sua antiguidade e pela sua imponencia architectonica. Agostinho Rebello da Costa, na sua *Descripção do Porto*, pag. 32, faz a seguinte descripção: «Compõe-se esta fonte de um alto frontispicio adornado de antigas pyramides, e firmado em bancos de pedra que o rodeiam. A copiosa agua que sae d'ella por duas carrancas gigantescas, lavradas na mesma pedra, enchem em um minuto o maior cantaro. Ao seu lado estão dois profundos tanques, em que diariamente lavam roupa de vinte a trinta lavadeiras.» Em uma lamina de marmore vermelho tem gravados uns versos em latim, e a data de 1619, em letra romana. A Fonte da Colhér ficava junto á alfandega, mas está inutilisada; tinha gravada uma inscripção e a data de 1629. Na rua de Miragaia ha um chafariz com um tanque e duas bicas, mandado fazer pela camara municipal em 1868; na rua do Triumpho ha outro chafariz, encostado á parede do quartel militar; ainda outro na praça do Duque de Beja, do lado do norte; no largo de S. Pedro, junto á egreja de Miragaia, ha tambem um chafariz singelo com uma só bica e um pequeno tanque. A capella do Espirito Santo é uma das mais importantes de Miragaia, não pela sua fórma architectonica, mas olhada pela parte historica. A capella de *Santo Sprito*, a que estava annexa a albergaria, data do seculo xv; a a sua primitiva designação foi de *Hospital*, sendo talvez a capella anterior á fundação d'elle. A albergaria foi feita em 1443, sendo edificada em terrenos, de que lhe fizeram doação em 19 d'agosto do referido anno, no tempo em que o hospital se estava construindo. A administração do hospital de Santo Sprito, a cargo dos juizes e vereadores da cidade, passou a cargo dos mareantes, sendo esta resolução tomada em sessão de 25 de junho de 1454, á qual assistiu o abbade de Miragaia Affonso Martins. A importancia, que este hospital alcançou, deu causa a varios litigios e questões entre os provedores, os abbades de Miragaia, a Misericordia da cidade, e até com o cabido. Em 1459 doou o abbade de S. Pedro de Miragaia, Affonso Martins, ao hospital de Santo Sprito uma casa, que tambem lhe fôra doada, *com seu enxido em o dito logo de Miragaya, á Pedra Escorregadia*, com a condição de n'ella viver um pobre homem sem pagar renda. Em sessão de 9 de junho de 1802 resolveu a confraria fazer novas escadas para a capella do Espirito Santo, e demolir a torre d'esta, por ser inutil e estar em ruinas, e substituil-a por um simples campanario. Resolveu tambem que se tratasse de preparar novo adro, entre a capella e a egreja, para onde se removessem as muitas ossadas que havia no local emprazado, e onde se désse sepultura aos *afogados que apparecessem*. Por um novo accordo o capitão Borges fez á sua custa as novas escadas, que ainda existem. Em sessão de 4 de setembro do mesmo anno de 1802, se resolveu que na reedificação da capella ficasse esta mais curta, porque a antiga era muito estreita, muito baixa e muito comprida, e mesmo para desafrontar o adro e casas do hospital. Em definitorio de 2 de fevereiro de 1821 resolveu a confraria emprazar as casas e quintal da antiga albergaria,

contiguas á capella do Espirito Santo, em réis 20$000 de fôro annual, como emprazou, e foi dividida a agua em tres partes eguaes (além da que ia para a casa onde estava uma fabrica de louça, por venda feita em 27 de junho de 1677), uma para as casas e quintal que no momento se emprazavam, e duas para o publico e sacristia. Na capella ha 6 pinturas muito antigas sobre madeira, encaixilhadas em talha de merecimento, vasada e dourada, as quaes tomam precisamente o topo da capella, representando a do centro, que é a maior, a descida do Espirito Santo sobre os apostolos, e immediatamente superior, a Ascensão de Christo. Tambem na area d'esta freguezia estava o convento da Madre de Deus, de Monchique, de religiosas da ordem de S. Francisco, que foi fundado em 1575 por D. Pedro da Cunha e D. Beatriz de Vilhena. O edificio ficava n'um terreno accidentado entre a margem do rio Douro e a encosta, sobre parte da qual se abriu a rua da Restauração. O accesso para o convento era pela calçada de Monchique, no fim da rua da Bandeirinha. Da edificação primitiva existiam em dezembro de 1874 uma claustra e a capellinha do lado oriental do edificio. A egreja, de que ainda existem ruinas, apezar dos seus arcos ogivaes, era rica de obra de talha, parte da qual foi aproveitada para a egreja de S. Mamede, da Infesta, para a de S. Pedro de Miragaia, e ainda em 1874 um magnifico altar foi cedido para o hospital militar *D. Pedro V*. Na claustra e capella encontravam-se os celebres azulejos moldados, opulenta producção da ceramica do seculo XVI. Pela extincção das ordens religiosas em 1834, foi o convento de Monchique incorporado nos bens nacionaes. Esteve aqui estabelecido o arsenal militar; depois, em 1846 e 1847 uma pequena fabrica de moeda, creada pela junta do Porto, e aqui se cunharam os celebres patacos, sendo todos carimbados. Esta especie de moeda, e de outras quaesquer mandadas cunhar pela junta, foi por decreto de 16 de maio de 1847 considerada como illegal, ou *moeda falsa*. Finda a lucta civil, fôram os patacos mandados recolher ao Governo Civil para serem legalisados pelo carimbo *G. C. P.* (Governo Civil do Porto). Tambem esteve estabelecido no convento de Monchique o deposito do trem militar e o da polvora; a repartição das obras da alfandega e armazens de ferramentas e de pozzolana. Na parte do edificio que estava antigamente a cargo do ministerio da guerra, do lado do sul sobre o grande refeitorio, estava um emblema bellico, pintado sobre madeira, com a seguinte legenda:

Unita armorum virtus portios agitet

A parte do edificio, que não estava entregue aos ministerios da guerra e obras publicas, era administrada pelo do reino, e pertencia ao da fazenda. Estava arrendada, bem como as cêrcas, a differentes. A cêrca era em differentes planos, communicados entre si por escadarias. No recinto do edificio havia 3 tanques com seus repuxos e bacias; um na claustra pequena que era o mais antigo, junto á capellinha; outro na grande claustra, e outro no espaçoso pateo da entrada. Nas cêrcas havia ainda differentes cascatas, com suas figuras e azulejos, o que tudo com o correr dos annos foi caindo em ruinas. Por differentes vezes foi este vasto edificio posto em praça, mas o preço por que primitivamente o avaliaram, réis 125:000$000, não achou arrematante. Em 1874 voltou novamente á praça, dividido em 5 lotes, sendo então comprados por diversos. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Abragão, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Aguada de Cima, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Lourenço, dos Francos, conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa; tem est post. permutando malas com a Lourinhã. || S. Christovão, de Louredo, conc. de Paredes, distr. do Porto || Ilha do Faial; N. S.ª d'Ajuda, de Pedro Miguel, concelho e distr. de Horta. || Santo Antonio, de Pinzio, conc. de Pinhel, distr. da Guarda.

Miraldo. Pov. na freguezia do Salvador, de Freamunde, conc. de Paços Ferreira, distr. do Porto.

Miralhos. Pov. na freg. de S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Mirancos. Pov. na freg. de S. Lourenço do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Miranda. E' appellido nobre, tomado da villa de Miranda do Corvo, ou da cidade de Miranda, em Traz-os-Montes, onde dizem ser o solar d'esta familia. O primeiro que se encontra é Gonçalo Paes de Miranda. Tem por armas: Em campo de ouro, aspa de purpura, firmada, entre quatro flôres de liz, de verde; elmo d'aço aberto, e por timbre seis plumas de ouro, e entre ellas uma das flôres de liz das armas. Outros do mesmo appellido usam das mesmas armas, mas o timbre é uma aspa de ouro carregada das quatro flôres de liz das armas, uma em cada ponta. Outros trazem, em campo d'ouro, duas aspas de purpura em banda.

Miranda *(Affonso de)*. Contador do reino e da Casa Real, que viveu no tempo de D. João III. Barbosa Machado, no vol. I da *Bibliotheca Lusitana*, pag. 45, attribue-lhe a seguinte obra: *Dialogo da perfeição e partes que são necessarias ao bom medico; dirigido ao muito alto e serenissimo principe rei D. Sebastião, primeiro d'este nome, nosso senhor*, Lisboa, 1562. O referido escriptor, no vol. II da *Bibliotheca*, dá como autor d'esta obra Jeronymo de Miranda, que diz ser filho de Affonso Miranda. A este respeito diz Innocencio da Silva, no vol. I, pag. 11 e no vol III, pag. 271, que possue o livro, que tem o titulo e a dedicatoria em portuguez, sendo o *Dialogo* escripto em castelhano, e á vista d'elle confessa não saber a quem deva attribuir a sua composição, que se diz traduzido, ao que parece, do latim, por mandado de Affonso de Miranda, e por elle deixado a Jeronymo de Miranda, para que o publicasse, como fez, depois da sua morte.

Miranda *(Alfredo)*. Actor contemporaneo. Nasceu em Lisboa a 7 de dezembro de 1860. Fez a sua estreia como amador dramatico, representando no drama em 4 actos, *Um Naufragio nas costas da Bretanha*, e como actor, na magica de Sousa Rocha, *O Sacca-rolhas do diabo*, no theatro Chalet, do Porto, onde representou durante essa epoca, passando depois, em 1900, para o theatro do Principe Real, de Lisboa, em que muito se desenvolveu, alcançando o agrado das platéas. Em 1902 dirigiu o theatro Carlos Alberto, do Porto, pondo em scena differentes peças com

um grande esplendor de scenario e de vestuario. Para a reabertura da epoca escreveu a magica *O monoculo do Averno*, que montou com grande riqueza. Em 1904 foi ao Brazil com a sua companhia de opereta.

Miranda *(Antonio de)*. Fidalgo que militava na India no tempo das dissensões entre Lopo Vaz de Sampaio e Pedro de Mascarenhas. Lopo Vaz o nomeou capitão-mór do mar, como creatura sua, mas quando chegou Pedro de Mascarenhas, Antonio de Miranda mostrou a mais escrupulosa imparcialidade, chegando a ponto de ir invernar com a esquadra para Cochim, em vez de ir para Cananor ou para Gôa, porque em Gôa estava Lopo Vaz e em Cananor Pedro Mascarenhas. Esta attitude fez com que os fidalgos da India se lembrassem de lhe confiar o governo interino, emquanto uns juizes nomeados pelos dois contendores decidiam a qual dos dois havia de pertencer. Ficou pois Antonio de Miranda governador interino da India, e mostrou so de uma severa energia, realmente apreciavel. Os juizes decidiram finalmente que o governo pertencia a Lopo Vaz, e então Antonio de Miranda entregou lhe sem hesitação o governo. D. João III dizia depois que Antonio de Miranda fizera muito mal em não aproveitar esse momento em que estivera de posse do poder, para prender os dois inimigos e mandal-os presos para Lisboa. O nome de Antonio de Miranda ainda apparece no commando d'um galeão da esquadra com que Nuno da Cunha foi sobre Diu. Depois não se sabe mais nada a seu respeito.

Miranda *(Antonio de)*. Capitão de infantaria e de cavallos na guerra da successão de Hespanha, no principio do seculo XVIII, governador da Torre de Santo Antonio da Barra, governador e capitão de Mazagão. Fal. a 5 de julho de 1732.

Miranda *(Antonio Augusto Pereira de)*.V. *Pereira de Miranda (Antonio Augusto)*.

Miranda *(D. Diogo Lopes de Sousa, 2.º conde de)*. Governador da Relação do Porto, conselheiro de Estado, presidente do conselho de Fazenda; senhor de Podentes, Folgosinho, Oliveira do Bairro, e de muitas outras terras; alcaide-mór de Arronches, commendador de Santa Maria de Villa Nova d'Alvito, na ordem de Christo, etc. N. em 16 de dezembro de 1566, falleceu em 27 de dezembro de 1640. Era filho do 1.º conde de Miranda, D. Henrique de Sousa, do conselho de Estado, senhor da antiga casa de Sousa e de Miranda, etc., e de sua mulher, D. Maria de Vilhena. D. Diogo Lopes de Sousa passou a servir em Flandres, onde em 1600 serviu no exercito de que era commandante o marquez Ambrosio Espinola, mestre de campo general d'aquelle estado, que governavam os archiduques Alberto e D. Izabel Clara, infanta de Hespanha, a quem D. Diogo Lopes de Sousa devia particulares attenções. Voltando á côrte de Madrid, d'onde tinha saido, d'ali regressou á patria. Seu pae cedeu lhe o cargo de governador da Relação do Porto em 1613, quando se recolheu a Aveiro, livre de todas as occupações e encargos. Tomando posse do seu novo emprego, tratou logo de acabar com alguns abusos, tornando respeitado aquelle tribunal, e fez construir o edificio que se chamou depois Relação do Porto. Em 1619, quando Filippe III reuniu côrtes em Lisboa, assistiu a ellas, como obrigado pela sua dignidade e posição. Voltando para o Porto, foi incumbido de exercer a ordenança, e posteriormente da defeza de toda aquella costa. Recebeu o titulo de conde de Miranda ainda em vida de seu pae, o que n'essa epoca era mercê de grande raridade. Regressando ao Porto foi encarregado do governo das armas e partido do Porto. Prestou bons serviços, quando se tratou de aprومptar armada para a recuperação da Bahia, e em 1633, por carta de 29 de março, creou o referido monarcha o logar de presidente do conselho de Fazenda, que nem antes nem depois existiu n'aquelle tribunal presidente, pois que era administrado por grandes senhores, tendo todos o titulo de védores de fazenda. Sendo chamado com outros fidalgos a Madrid em 1638, para tratarem de negocios de Portugal, achava-se ainda n'essa côrte quando se deu a acclamação de D. João IV, em 1640. Gozou, porém, pouco tempo da independencia da patria, porque falleceu n'esse mesmo mez. O conde de Miranda havia casado com D. Leonor de Mendóça, filha de João Rodrigues de Sá Menezes, 1.º conde de Penaguião, e de sua mulher, D. Izabel de Mendóça. Esta senhora, depois de viuva, veiu para Portugal, trazendo o cadaver de seu marido, que foi depositado no convento de S. José de Ribamar, e depois trasladado para o convento da Batalha a 24 de maio de 1691. A condessa D. Leonor de Mendóça fal. a 24 de agosto de 1656. Seu filho, D. Henrique de Sousa Tavares, succedeu-lhe no condado, sendo mais tarde agraciado com o titulo de marquez de Arronches. (*V. este titulo.*) N'alguns escriptores encontra-se o titulo de *Miranda do Corvo*. Na *Historia Genealogica da Casa Real*, de D. Antonio Caetano de Sousa, traz n'alguns pontos *condes de Miranda*, e n'outros *condes de Miranda do Corvo*.

Miranda (*Fernão Gonçalves de*). Bispo de Vizeu. Começou por servir no exercito, e assim acompanhou D. Affonso V á tomada de Arzilla e depois á batalha de Toro. Deixando a carreira das armas pela ecclesiastica, foi capellão-mór do referido monarcha e de seu filho D. João II, e bispo de Vizeu. Fal. em abril de 1505.

Miranda *(Francisco Bruno de)*. Chefe de secção na contadoria da Companhia Geral do Credito Predial Portuguez, escriptor e jornalista. N. em 22 de junho de 1861. Entrando para o jornalismo foi redactor effectivo do *Reporter*, redactor gerente do *Portuguez*, fundador no segundo periodo do jornal *Gabinete dos Reporters*; collaborador da *Ribalta*, etc. Foi alguns annos secretario da empresa do theatro da Trindade. Tem escripto criticas theatraes apreciaveis. Para serem representadas por amadores dramaticos escreveu: *A Morgadinha de Bragança* e *O Collegio em Algures*, operetas em 1 acto; *O Campino*, monologo; *Revista da Nogueira*, revista de Azeitão do anno de 1891; *Revista do Olmo*, idem, do anno de 1897. Nos theatros de D. Amelia e Rua dos Condes representou se uma traducção sua da opereta em 3 actos *La Marjolaine*. Na Trindade representou-se tambem a sua traducção da opereta em 3 actos *A Princeza Columbina;* no theatro de D. Affonso, do Porto, a traducção da zarzuella em 1 acto *Os Africanistas*. Escreveu mais: *Henrique de Navarra*, drama em 5 actos; *O morgado d'Agra de Freimas*, comedia em 4 actos, extrahida do romance de Camillo Castello Branco *A queda d'um anjo; A Czarina*, opera

comica em 1 acto; *Keraban o cabeçudo*, peça de grande espectaculo, extrahida do romance do mesmo titulo, de Julio Verne. Traduziu mais a zarzuela *Coro de senhoras*, e o drama de Ibsen *Hedda Gabler*, etc.

Miranda *(Francisco Luiz Coutinho de)*. Jornalista e escriptor. Fal. nos Olivaes em 15 de março de 1883. Era um jornalista violento, um exaltado partidario do conde de Peniche, depois marquez d'Angeja, e um accerimo partidario tambem dos progressistas. Pertencera ao partido reformista do bispo de Vizeu. Em diversos jornaes foi critico dramatico. Collaborou no *Progresso*, e *Correio da Noite*, etc. Traduziu numerosas peças que se representaram, na maior parte, no theatro do Gymnasio. Lembram-nos das seguintes: *Heloisa Paranquet*, *Medico da viuva*, *Rival implacavel*, *Pesca de corações*, *Casar para não morrer*, *Noviciado conjugal*, *Discordias de Concordia*, *Rei dos bandidos*, *High-Life*, etc. Tambem traduziu o romance de Alexandre Dumas, *Memorias d'uma favorita*, Lisboa, 1860-1863; *Discurso pronunciado em a noite do 1.° de dezembro de 1868, anniversario da restauração de Portugal, na sessão solemne da Associação progressista*, Lisboa, 18›8. Imprimiu-se tambem em 18o9 uma *Carta*, por elle dirigida ao conde de Samodães, então ministro da fazenda, em que se queixava acremente da demissão que lhe fôra dada, injustamente segundo elle affirmava, de empregado da Alfandega Municipal de Lisboa.

Miranda *(Francisco Sá de)*. V. *Sá de Miranda (Francisco)*.

Miranda *(P. Gaspar de)*. Jesuita N. em Alegrete a 17 d'agosto de 1564, fal. em Evora a 19 de maio de 1639. Era filho de João Rodrigues e de Izabel Rodrigues, pessoas principaes d'aquella villa. Aos 16 annos abraçou a Companhia de Jesus, entrando no collegio de Evora a 20 de dezembro de 1578, onde estudou, e depois foi mestre de Grammatica e de Theologia. Deixou manuscripto um *Methodo excellente para os que quizerem fazer confissão geral*, varios tratados em latim, e *Meditações sobre as penas do peccado*. Todos os manuscriptos existiam no referido collegio de Evora.

Miranda *(Henrique Ayres de)*. Era natural de Lisboa, e muito versado no estudo da historia profana. Escreveu: *Leão de Deus mostrado a Esdras imperador universal, e monarcha lusitano; commentarios ao cap. 12 do livro 4.° de Esdras*, escripto em 1691; *Memorias de los Reinos de Inglaterra, Escocia y Hybernia, que unidos se llamam vulgarmente La Gran-Bretanha*, etc., escripto em 1700; *El Principe infelice lusitano, el senor D. Antonio de Portugal*, etc., escripto em 1700. Nenhuma d'estas obras se imprimiu.

Miranda *(Henrique Carlos de)* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, jornalista, escriptor, etc. N. no Porto em setembro de 1822, onde tambem fal. a 13 de fevereiro de 1902. Sendo ainda estudante fez parte do batalhão academico organisado por occasião das luctas civis. Em 1854 fundou com Manuel de Sousa Carqueja o importante jornal *O Commercio*, que passou depois a chamar se *O Commercio do Porto*. Foi vogal do conselho de districto. Distincto amador de floricultura, fundou no Porto um horto, que serviu vantajosamente á propaganda do gosto pela cultura das flôres. Na freguezia de Gondifellos, concelho de Villa Nova de Famalicão, estabeleceu uma verdadeira quinta-modelo, onde ensaiou processos culturaes novos, e introduziu alguns dos mais modernos processos de agronomia Cultivou tambem a musica com muito esmero. No *Commercio do Porto*, desde a sua fundação, ha numerosos artigos seus sobre varios assumptos de economia politica e administração publica em geral.

Miranda *(Henrique Henriques de)*. Favorito de D. Affonso VI, e creatura do conde de Castello-Melhor. Este habil ministro, vendo que D. Affonso VI cairia nas mãos de algum outro Antonio Conti, se elle não tomasse a precaução de lhe collocar ao lado para companheiro das suas devassidões e das suas orgias um homem que lhe fôsse dedicado, escolheu para esse papel pouco edificante mas infelizmente indispensavel, Henrique Henriques de Miranda, que fez em em 1662 tenente-general de artilharia e provedor-mór dos armazens. Nos fins de 1667, quando o conde de Castello-Melhor foi expulso do poder pelas exigencias do infante D. Pedro, o pobre D. Affonso VI, não sabendo quem havia de chamar ao ministerio, lembrou-se d'este desgraçado Henrique Henriques de Miranda, homem completamente incapaz, e que demais a mais não se devia ter habilitado muito para as difficuldades do seu papel de ministro no emprego que tivera de alcaiote de rei. Era uma vergonha esta nomeação. Tambem Henrique Henriques de Miranda logo percebeu como a sua posição era difficil, e viu que podia ser victima no conflicto levantado entre o rei e o infante. Por isso ou adoeceu deveras de medo, ou fingiu que adoecia, e deixou o ministerio. Nunca mais se falou n'elle. Um dos seus irmãos, Manuel Henriques de Miranda, teve a triste celebridade, rara n'esse tempo, de entregar por uma vergonhosa capitulação ao inimigo, Evora, que governava em 1663.

Miranda *(D. Henrique de Sousa, 1.° conde de)*. Moço-fidalgo, conselheiro de Estado, governador da Relação do Porto, commendador d'Alvalade na ordem de Christo, senhor de todos os estados da antiquissima casa de Sousa, que herdou de seu tio Diogo Lopes de Sousa, que morreu sem successão, sendo tambem herdeiro da casa de seu pae, e de seus avós paterno e materno; alcaide-mór de Arronches, commendador de Santa Maria de Villa Nova d'Alvito, na ordem de Christo, etc. Era filho de Vasco de Sousa, fronteiro em Çafim, e de sua mulher, D. Guiomar da Silva. Em 1578 acompanhou a Africa el-rei D. Sebastião, onde ficou captivo na batalha d'Alcacer-Kibir, e conseguindo depois resgatar se á sua custa, regressou a Portugal. Nas alterações que se seguiram, conservou-se fiel aos governadores do reino, que acompanhou até Elvas, mas dentro em pouco tomou o partido do rei Filippe II de Hespanha, que apenas entrou em Portugal lhe fez mercê da commenda de Alvalade, no campo d'Ourique, da ordem de S. Thiago, e do cargo de governador da Relação do Porto, para o exercitar quando tivesse edade, como depois fez por espaço quasi de 12 annos, tendo por elle servido seu primo Pedro Guedes, senhor de Murça, que principiou a exercer o dito cargo a 4 de janeiro de 1583, conservando se até 1591, anno em que Henrique de Sousa tomou posse, dando-se então a Pedro Guedes a presidencia da camara de Lis-

boa. D. Henrique de Sousa passou mais tarde á côrte de Madrid, teve a nomeação de conselheiro de Estado e a mercê de conde de Miranda, de que se passou carta a 21 de março de 1611. O monarcha castelhano tambem lhe fez mercê da alcaidaria-mór de Arronches, que vagára por morte de D. Aleixo de Menezes. Na occasião em que D. Antonio, prior do Crato, se apresentou com a armada ingleza nas costas de Portugal, que era governado pelo archiduque Alberto, tomou o conde de Miranda á sua conta, com seus parentes e amigos, a ronda e cuidado da ponte d'Alcantara, que guarneceu, até que a cidade de Lisboa ficou livre da ameaça da esquadra, que não conseguindo os seus intentos desistiu da empresa. O conde de Miranda casou com D. Mecia de Vilhena, filha e herdeira de Fernando da Silva, commendador d'Alpalhão, e de sua mulher, D. Brites de Vilhena. Retirando-se para Aveiro, para descançar, afastou-se de todos os negocios politicos, declinando o seu logar de governador da Relação do Porto em seu filho Diogo Lopes de Sousa, que já então havia sido agraciado com o mesmo titulo de seu pae, e falleceu n'aquella cidade, sendo o cadaver trasladado para o convento da Batalha.

Miranda *(Ignacio Manuel de)*. Era natural de Margão, e escreveu: *Resposta ao correspondente da «Abelha»*, Nova Gôa, 1855; é a noticia do curso que teve o processo de aforamento perpetuo da varzea *Mandopa Moroda* pelo autor requerido, e da opposição havida em relação ao dito aforamento. Este opusculo deu origem a controversia, sendo impressos depois ali mais alguns opusculos avulsos. Escreveu mais: *Ao publico; Resenha dos serviços prestados ao governo e ao publico na provincia de Moçambique, por Ignacio Manuel de Miranda*, Nova Gôa, 1864.

Miranda *(Innocencio Antonio de)*. Presbytero secular e abbade da freguezia de Medrões, na provincia de Traz-os-Montes, deputado nas côrtes de 1821, etc. N. em Paço de Outeiro, proximo de Bragança em 1761, fal. na freguezia de Grijó de Val-Bemfeito em 29 de maio de 1836. Foi professor regio de grammatica latina na villa de Algos, e ordenando-se de presbytero deixou a cadeira, e passou a parochiar em varias egrejas. Obteve por concurso a egreja de Grijó de Val-Bemfeito, onde foi reitor durante 6 annos, oppôz-se depois á de Quirás, mas suscitando-se questões no provimento veiu para Lisboa, e foi mestre do marquez de Fronteira e de seu irmão D. Carlos de Mascarenhas. Pela casa de Murça foi apresentado abbade de Medrões. Escreveu: *O Cidadão Lusitano: breve compendio em que se demonstram os fructos da Constituição, e os deveres do cidadão constitucional para com Deus, para com o rei, para com a patria, e para com todos os seus concidadãos; dialogo entre um liberal e um servil, o abbade Roberto e D. Julio*, Lisboa, 1822; 2.ª edição feita no mesmo anno, addicionada com um *Appendix ao Cidadão Lusitano*, ou *illustracção de alguns artigos d'este compendio, em que o seu autor pretende dar uma satisfação ao publico menos illustrado, sobre certos reparos que se lhe tem feito.* Esta obra soffreu desde logo violentissimos ataques e asperas censuras, da parte de muitos que trataram de confutar certas proposições do autor, como contrarias á disciplina da egreja, e pouco conformes á doutrina orthodoxa e á piedade christã. Entre estes sobresaiu o P. José Agostinho de Macedo, que escreveu uma serie de artigos muito virulentos, que publicou em varios numeros da *Gazeta Universal*. Um anonymo imprimiu tambem 3 folhetos, com o titulo de *Cartas de Ambrosio ás direitas ao sr. Abbade de Medrões*, Lisboa, 1822. O padre Innocencio de Miranda respondeu com os seguintes opusculos: *Resposta á carta de Ambrosio ás direitas sobre alguns artigos do «Cidadão Lusitano»* Lisboa, 1822; *Resposta do abbade de Medrões á segunda carta de Ambrosio ás direitas, na qual se mostra a sem razão com que o seu autor atacou a doutrina do «Cidadão Lusitano» e a hypocrisia com que pretendeu inculcar-se por muito a quem não o conhecer*, Lisboa, 1822. Contra a referida obra ainda sairam mais os seguintes opusculos anonymos: *A Religião em triumpho, defendida e sustentada pela mesma regeneração da patria libertada da superstição da inveterada seita maçonica, por um portuguez christão, etc.* Lisboa, 1822; *Dialogo entre um barbeiro e um professor de grammatica*, Lisboa, 1822. Apezar das criticas, o *Cidadão Lusitano* continuou a ter grande voga, esgotando-se em poucos dias a primeira edição, e acontecendo quasi outro tanto á segunda, mais numerosa, que se fez em seguida, conforme dissémos. O prior-mór da ordem de Christo, D. Luiz Antonio Carlos Furtado, escreveu tambem contra elle uma extensa refutação que publicou anonyma com o titulo de *Elenco dos erros, paradoxos e absurdos, que contém a obra intitulada «O Cidadão Lusitano»*, etc. Quando se deu a quéda da Constituição em 1823, o cardeal patriarcha D. Carlos da Cunha, apenas recolheu a Lisboa, em junho d'esse anno, publicou logo uma pastoral em que, de mistura com algumas outras obras, prohibiu sob pena de excommunhão a leitura do *Cidadão Lusitano*. Depois foi tambem condemnado em Roma por decreto da Congregação do Index de 6 de setembro de 1824, como a *Gazeta de Lisboa* n.º 206 do mesmo anno publicou. O padre Innocencio de Miranda escreveu mais: *Homilia constitucional, que Innocencio Antonio de Miranda, abbade de Medrões e deputado em côrtes, mandou publicar aos seus freguezes pelo seu coadjutor*, Lisboa, 182?; *Carta escripta em 30 de novembro de 1812 ao prior de S. Lourenço ácêrca da seita mystica influenciada pelo bispo de Bragança, e seus pretendidos milagres*; saiu em folhetins no *Conimbricense* de 20 de 1870, e continuou nos seguintes numeros, concluindo no de 22 de outubro do mesmo anno.

Miranda *(João Cardoso de)*. Professor de cirurgia. Nasceu em S. Martinho de Cambres, do termo de Lamego, e viveu muitos annos no Brazil, onde falleceu já muito avançado em edade, a 27 de janeiro de 1773. Escreveu: *Relação Cirurgica e medica, na qual se trata... um novo methodo para curar a infecção escorbutica, ou mal de Loanda, e de todos os seus productos*, etc., Lisboa, 1747. Acêrca d'esta obra publicou o dr. Francisco Antonio Rodrigues de Gusmão na *Gazeta Medica*, de Lisboa, do anno de 1864, pag. 589 a 598, um estudo, dizendo que merece ser lida com toda a attenção, tornando se recommendavel, não só com referencia ao tempo em que fôra escripta, mas ainda em relação ao presente. Na bibliotheca da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, diz Innocencio da Silva, no vol. X do *Dic-*

cionario bibliographico, pag. 203, existia um manuscripto, intitulado: *Carta defensiva e satisfatoria, em que faz manifesta a imprudente e desordenada paixão com que o dr. Francisco Teixeira Torres se houve na critica censura que fez ao livro «Relação cirurgica e medica»*, escripta, na Bahia em 1748.

Miranda *(Joaquim)*. Escritor dramatico e jornalista. N. no Lumiar em 3 de setembro de 1858. Collaborou nos jornaes *Economista*, *Illustração*, *Correio da Manhã*, etc. Fundou de sociedade com Collares Pereira a *Revista Theatral*, jornal muito apreciado pela sua critica artistica. Saiu o 1.º numero em 15 de janeiro de 1885, e suspendeu no dia 30 de setembro do mesmo anno. Reappareceu em 15 de janeiro de 1895, terminando por completo em 15 de dezembro de 1896. Quando em 1892 foi nomeada uma commissão para a reforma do theatro, presidida por Pinheiro Chagas, o sr. Joaquim de Miranda foi escolhido para secretario. Como escriptor dramatico, sabemos das seguintes peças originaes: *A culpa dos paes*, comedia drama em 4 actos, representada no theatro do Principe Real; *O beijo do Fausto*, comedia em 1 acto, representada no theatro de D. Maria II; *Uma idéa genial* em 1 acto, e *Dito e feito*, 1 acto, ambas representadas em D. Maria II, e Gymnasio, etc. Traduziu a comedia de Labiche, *O adorado Celimare*, que se representou no Gymnasio, e a comedia allemã em 4 actos *Os peixes dourados*, que se representou em D. Maria II.

Miranda *(Joaquim Velloso de)*. Doutor em Philosophia pela Universidade de Coimbra, socio correspondente da Academia Real das Sciencias, etc. N. no Inficionado, bispado de Marianna, Brazil, em 1736, e fal. em Minas Geraes em 1816 ou 1817. Recebeu o grau de doutor em 26 de julho de 1778. N'esse mesmo anno publicou: *Theses ex universa Philosophia*, etc., Conimbricae. Consta que escrevera umas *Memorias* das suas viagens.

Miranda *(José Antonio de)*. Fidalgo da Casa Real, formado em Leis pela Universidade de Coimbra, etc. N. a 28 de novembro de 1782, fal. em Lisboa a 25 de novembro de 1848. Seguiu a carreira da magistratura, e em 1821 era ouvidor na comarca do Rio Grande do Sul. N'esse anno escreveu: *Memoria constitucional e politica sobre o estado presente de Portugal e do Brazil, dirigida a el rei nosso senhor*. Quando o Brazil proclamou a independencia, veiu para a Europa, e continuou no exercicio de cargos judiciaes, chegando a ser presidente da Relação de Lisboa, cargo em que falleceu.

Miranda *(José Collaço de)*. Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa a 19 de agosto de 1711, fal. a 28 de novembro de 1753. Foi muito versado em oratoria, sendo academico da Academia Portugueza e Latina. Sendo beneficiado da sé de Lisboa, morreu d'um desastre, caindo por uma escada. Publicou: *Oração recitada na Academia Portugueza e Latina a 6 de setembro de 1733*, Lisboa, 1734.

Miranda *(José Correia de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, administrador do concelho de Albergaria, advogado, etc. N. no logar do Amial, freguezia de Alquerubim, conc. de Albergaria, a 29 de maio de 1814, sendo filho do capitão de ordenanças Francisco Correia de Mello. Concluiu a formatura em 14 de junho de 1841. Foi administrador do concelho de Albergaria, vereador e presidente da camara municipal, procurador á junta geral do districto de Aveiro, e advogado. Depois retirou-se para a sua casa de Travassô, concelho d'Agueda, onde possuia vastas propriedades, que administrava, não deixando, comtudo, de se entregar aos seus estudos predilectos. Collaborou no *Campeão das provincias* e no *Districto de Aveiro*, escrevendo artigos ácêrca de diversos assumptos de administração geral e local. Escreveu: *Dissertação historico juridica em defeza dos povos do extincto almoxarifado de Eixo, nas causas de fóros e rações que lhes move a serenissima Casa de Bragança; composta e offerecida aos foreiros*, etc., Porto, 1866. Esta obra saira primeiro em fórma de artigo na *Revolução de Setembro* em março de 1855, e transcripta depois no *Districto de Aveiro*, a começar em 23 do mesmo mez e anno. Para a publicar em separado, o auctor refundiu-a, corrigindo-a n'umas partes, ampliando-a n'outras, dando-lhe a fórma de dissertação contra o que pretendiam os administradores da Casa de Bragança.

Miranda *(Fr. Luiz de)*. Religioso da ordem dos carmelitas. N. em Lisboa, e fal. no convento de Setubal em 1670. Era filho de Diogo Torres de Miranda e de D. Izabel da Silva, ambos descendentes de familias nobres. Entrou na ordem carmelitana no convento de Beja a 26 de março de 1628, professando solemnemente no anno seguinte. Estudou as sciencias severas no collegio de Coimbra, e em 1638 foi por ordem dos seus superiores para o Maranhão, onde leccionou no convento de S. Luiz da ordem do Carmo, n'aquelle Estado. Teve o logar de mestre confirmado pelo geral Fr. Theodoro Estrazzo, e recebeu o grau de doutor em theologia por breve de Innocencio X, no convento de Lisboa a 29 de julho de 1646. Voltando para o reino foi examinador das tres ordens militares, vigario provincial da vigararia do Brazil, reitor do collegio de Coimbra, vigario provincial, e por fim provincial eleito em 3 de maio de 1661. Deixou impressos alguns dos muitos sermões que prégou.

Miranda *(Luiz Carlos Garcia de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, juiz do Supremo Tribunal de Justiça, do conselho de Sua Magestade, etc.. N. no Rio de Janeiro a 15 d'agosto de 1827, fal. repentinamente em Lisboa no anno de 1903. Depois da sua formatura, foi despachado delegado do procurador da corôa e fazenda, cargo em que se conservou até ser juiz. Foi presidente da Relação de Loanda, cujo cargo exerceu até junho de 1879. Veiu a Lisboa em gozo de licença, onde se conservou até 1880, partindo no meado d'esse anno para Açôres, afim de tomar posse do logar de juiz d'uma das comarcas d'aquelle archipelago. Mais tarde foi nomeado presidente da Relação dos Açôres, onde esteve até 26 de dezembro de 1890, sendo n'essa occasião nomeado juiz do Supremo Tribunal de Justiça, cargo que exerceu até abril de 1903, passando então ao quadro, por motivo de doença, sem exercicio, até que falleceu. Era commendador da ordem de Christo, tendo rejeitado muitas outras condecorações. No ultramar exerceu ainda os cargos de governador geral interino, presidente da commissão de salvação, por motivo da cholera-morbus, etc.. Foi convidado para deputado pelo ultramar, mas re-

cusou-se a acceitar essa candidatura, assim como o convite para entrar n'um ministerio presidido pelo fallecido estadista José Dias Ferreira. Foi o dr. Garcia de Miranda quem aprisionou a barca franceza *Charles et George*, em Moçambique, quando o navio ia ali buscar pretos, para os levar para o Brazil como escravos. N'essa occasião o governo inglez quiz condecoral-o, mas o dr. Garcia de Miranda pediu licença para não acceitar a mercê.

Miranda *(Manuel Gonçalves de)*. Bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra, capitão de cavallaria n.º 12, par do reino, deputado, ministro de estado, conselheiro de estado effectivo; commendador da ordem de Torre e Espada, condecorado com a medalha de 3 campanhas da Guerra Peninsular, etc. N. em Outeiro, concelho de Bragança, em 30 de novembro de 1780, fal. em Lisboa a 5 de abril de 1841. Era filho de Manuel Gonçalves de Miranda, que foi ajudante do intendente da policia no tempo de D. Maria I. Assentando praça em cavallaria n.º 12, tomou parte na Guerra Peninsular, distinguindo-se na acção de 4 de agosto de 1810 em Puebla de Sanabria, na carga effeituada n'esse dia por 200 cavallos, pelo que foi promovido a tenente por distincção. Em 1814 tinha o posto de capitão, e tendo acabado a campanha peninsular, deixou a carreira das armas. Seguiu os estudos da Universidade de Coimbra, e em 1821 entrou na politica, sendo eleito deputado nas côrtes constituintes, e a 20 de novembro de 1822 foi nomeado secretario de Estado. A reacção de 1823 afastou-o da politica. Mais tarde emigrou para Inglaterra, e foi presidente da commissão dos emigrados em Londres, que preparou a expedição do exercito constitucional para restaurar o throno da rainha D. Maria II. Publicou uma proclamação, que tem a data de 11 de abril de 1832, folha avulsa que vem mencionada na *Archeologia politico litteraria*, Porto, 1888, de Pedro Augusto Dias. Sob este nome tambem no *Ensaio bibliographico*, de Ernesto do Canto, se menciona uma *Memoria*, Londres, mas sem data, e que parece dever ser de 1834. E' o relatorio e contas em hespanhol da commissão encarregada dos preparativos da expedição, composta de Manuel Gonçalves de Miranda, almirante Sartorius e Juan Alvares y Mendizabal. De pag. 20 em diante contém documentos importantes dos fornecimentos feitos pela commissão em soldados, aprestes, navios, cavallos, etc. Esta *Memoria* foi reproduzida em portuguez no relatorio do ministro da fazenda José da Silva Carvalho. Restabelecido o governo constitucional, foi Manuel Gonçalves de Miranda eleito par do reino em 1 de outubro de 1835, e em 20 de abril de 1836 nomeado ministro da marinha. Sendo acerrimo partidario da Carta Constitucional, saiu do poder em 10 de setembro d'esse anno, dia seguinte á revolução, que ficou conhecida pelo nome de *Revolução de Setembro*, mas, eleito deputado, entrou como ministro da fazenda, no gabinete de que fazia parte Costa Cabral, no dia 28 de janeiro de 1841. Achando aquelle encargo superior ás suas fôrças, cedeu-o em 12 de março seguinte ao barão do Tojal, e passou á pasta da marinha. No dia 1 de abril adoeceu gravemente, sendo substituido pelo conde de Bomfim, e falleceu quatro dias depois. Manuel Gonçalves Miranda havia casado com D. Joanna Maria Rosa Pereira de Sousa, que lhe sobreviveu, vindo a fallecer a 23 de janeiro de 1853. D'este consorcio, entre outros filhos, houve Antonio José de Miranda, que foi o visconde da Paradinha do Outeiro.

Miranda *(Martim Affonso de)*. Alferes de uma companhia da guarnição da côrte, e creado da casa dos duques de Bragança. Foi natural de Lisboa, e viveu na primeira metade do seculo XVII. Escreveu: *Triumphos da salutifera cruz de Christo*, Lisboa, 1620; segunda parte, 1635; *Tempo de agora em dialogos, dirigido ao ill.mo Sr. D. Theodosio segundo do nome*, etc., *Parte I*, Lisboa, 1622, *Parte II*, 1624; o professor Farinha emprehendeu uma reimpressão, e publicou ambas as partes em 1785; *Declaração do Padre nosso com suas meditações*, Lisboa, 1624. Escreveu tambem a seguinte obra em castelhano: *Discursos historicos de la vida y muerte de Don Antonio Zuniga, comendador de Ribera, del consejo de Guerra de su Magestad, y su capitan general del reyno de Portugal*, Lisboa, 1618.

Miranda *(Roque Bernardo Barreto de)*. Natural da India Portugueza. Por occasião da celebração do centenario do descobrimento maritimo para a India por Vasco da Gama, escreveu e publicou o seguinte poema: *No jubileu do centenario; Portugal na India; Epopeia do Oriente 1498-1898*, Nova Gôa.

Miranda. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga, 245 fog. e 953 hab. Tem est. post. e uma fabrica de manteiga. A pov. dista 7 k. da séde do conc. O parocho era vigario, regular, triennal, da apresentação do mosteiro benedictino, d'esta freg. Tinha 40$000 réis e o pé d'altar. Este convento fôra fundado por S. Fructuoso, arcebispo de Braga, no anno 659, no reinado do rei suevo Recesvinto. O convento ficava no local do *Mosteiro velho*, sendo mais tarde mudado para junto do templo actual. Era um dos maiores da provincia do Minho; os frades viviam como verdadeiros eremitas, em capellas espalhadas pelo monte. A freg. foi couto em epocas remotas, sendo os seus senhores os referidos frades. Em 1590 foi o couto constituido em commenda por Filippe II, de Hespanha. Os commendatarios comiam todas as rendas do mosteiro, e os frades, vendo-se sem recursos, abandonaram pouco a pouco o mosteiro, recolhendo-se a outros conventos da sua ordem. Em 1690 D. Pedro II restituiu-o aos religiosos, que restauraram o edificio, que era construcção do seculo XIII, e fizeram algumas obras na egreja. Em 1834 o convento passou para a posse do governo, sendo mais tarde vendido a particular juntamente com a cêrca. No alto do monte d'esta pov. ha uns penedos, a que se dá o nome de *Castello*, onde, segundo a tradição, existiu uma fortaleza, em que os christãos se defendiam contra os moiros. Miranda pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Sádão, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Conceição, de Azinhaga, da Gollegã, conc. e distr. de Santarem. || Serra do distr. de Vianna do Castello. Corre ao S de Paredes de Coura, em direcção NNO a SSE, e tem 8 k. de comprimento, 3 de largura e 860 m. de altura.

Miranda de Azevedo *(Antonio)*. Fidalgo que militou por longos annos no Oriente, começando a servir no tempo do governador Lopo Soares de Albergaria. Em 1518 o seu successor, Diogo Lopes de Sequeira, o encarregou de construir na ilha de Sumatra uma fortaleza, em Pacem, o que elle fez effectivamente sem opposição dos malaios, e até com pleno consentimento do sultão. Quando o sultão morreu, o seu successor não viu com bons olhos a nossa fortaleza, e não descançou emquanto lhe não moveu guerra. Antonio Miranranda de Azevedo, que a estava governando, defendeu-se heroicamente com um punhado de homens, que não passavam de cem, até que recebendo soccorros de uns navios portuguezes, que por acaso souberam que Antonio de Miranda de Azevedo estava em perigo, dictou a lei aos inimigos e obrigou os a pedir paz, consentindo não só ua permanencia da fortaleza, mas no melhoramento das condições em que ella estava construida. No entretanto succedera no governo da India, a Diogo Lopes de Sequeira, D. Duarte de Menezes, um dos governadores mais devassos que estiveram no Oriente, o qual entendeu que devia premiar aquelle serviço, tirando o governo da fortaleza a Antonio de Miranda de Azevedo, apezar de não ter ainda completado os tres annos de serviço, para a entregar a D. André Henriques. Miranda de Azevedo ficou muito aggravado com esta injustiça, mas dando uma grande prova de patriotismo, não quiz alegrar os orientaes com o vergonhoso espectaculo de discordia entre portuguezes, e entregou a fortaleza sem um protesto, reservando-se para pedir depois justiça ao novo vice-rei, D. Vasco da Gama, successor de D. Duarte de Menezes, que logo o nomeou commandante do cruzeiro do Mar Roxo, que era uma das commissões mais importantes do Oriente. Ahi prestou grandes serviços, castigando o scheick de Aden, pelo modo como tratára uns portuguezes que tinham ficado na cidade. Regressando de novo á India, foi com o novo governador D. Henrique de Menezes, em soccorro da fortaleza de Calicut, distinguindo-se muito nos combates que então se feriram. Sempre fiel á hombridade do seu caracter, foi o unico dos capitães que votou contra o projecto de D. Henrique de Menezes de derrubar a fortaleza de Calicut, como na verdade derrubou. Pela morte d'este governador, seguiram-se graves discordias entre Pedro de Mascarenhas (V. *este nome*) e Lopo Vaz de Sampaio. Antonio Miranda de Azevedo, que fôra feito capitão-mór do mar por Sampaio, procurou o mais possivel conservar se extranho a esses debates, evitando fundear em qualquer porto, para não ser obrigado a intervir na contenda. Entendendo depois que cumpria pôr termo a estas discordias, foi por fim fundear em Gôa, e mantendo-se sempre com a maior imparcialidade, obrigou, juntamente com outros fidalgos sensatos, os dois contendores a nomearem juizes que julgassem a causa, ao passo que formulava para o modo de ser promulgada a sentença arbitral um regulamento, que elle proprio fez cumprir com extraordinaria energia. A primeira condição era que Lopo Vaz de Sampaio e Pedro Mascarenhas se demittissem do governo, e que se nomeasse um governador interino que os substituisse. Elles entretanto iriam cada um para bordo do seu navio, esperar que se pronunciasse a decisão. Para governador interino foi escolhido pelos fidalgos o proprio Antonio Miranda de Azevedo, que procedeu com grande energia, habilidade e honradez, obrigando o intratavel Lopo Vaz de Sampaio e alguns partidarios mais ardentes dos dois governadores a respeitarem as estipulações do regulamento e repellindo as propostas de alguns amigos, que o aconselhavam a que ficasse com o governo, e mandasse para Lisboa Lopo Vaz e Pedro de Mascarenhas, afim de que lá dissessem de sua justiça. Sendo a decisão dos juizes a favor de Lopo Vaz, foi-lhe entregue o governo. Antonio Miranda de Azevedo ainda tomou parte n'algumas expedições maritimas, durante os governos de Lopo de Vaz de Sampaio e de D. Nuno da Cunha. Desde 1531 deixa de figurar nas chronicas da India o seu nome, ou porque morresse na India, ou porque voltasse então para a Europa.

Miranda Azevedo *(Antonio Pedro de)*. Funccionario publico e escriptor. N. no logar de Pé do Monte, freguezia de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, a 7 de junho de 1861; fal. em Lisboa, a 23 de fevereiro de 1907. Entrou na burocracia em 10 de setembro de 1884, data em que foi nomeado, precedendo concurso, amanuense da secretaria da antiga Junta do Credito Publico, e confirmado n'esse logar por decreto de 2 de outubro de 1885. Por decreto de 11 de fevereiro de 1889 foi promovido por concurso a 2.° official da Direcção Geral da Divida Publica, que substituira a Junta do Credito Publico, e por decreto de 25 de fevereiro de 1904 teve a promoção, tambem por concurso, a 1.° official da secretaria da actual Junta de Credito Publico. Tomou posse d'este logar a 2 de março do referido anno. Durante quinze annos occupou o cargo de chefe da primeira secção da repartição de contabilidade da secretaria da Junta, dando sempre provas de empregado habilissimo e merecendo a estima dos seus collegas. Inclinado á litteratura, de que era grande apreciador, frequentou o Curso Superior de Letras, e, nas suas horas d'ocio, collaborou com artigos e poesias em alguns jornaes, tendo alcançado varias menções honrosas em concursos litterarios. Possuia o diploma de membro titular de 1.ª classe da Academia de Mont Real.

Miranda de Azevedo *(Bastião de)*. Guerreiro que esteve na India em 1510 com Affonso d'Albuquerque, e acompanhou este governador á conquista de Gôa n'este mesmo anno.

Miranda de Azevedo *(Simão)*. Capitão d'uma das naus da armada com que Pedro Alvares Cabral descobriu o Brazil, e que devia substituir o grande navegador no caso d'este fallecer, Posteriormente serviu no Oriente com Affonso d'Albuquerque, e commandou a galé em que o illustre governador embarcou para o ataque de Gôa. Esteve na tomada de Malaca, e foi o primeiro embaixador portuguez mandado á côrte do rei de Sião, que o recebeu maravilhosamente. Por ultimo foi nomeado, em 1512, governador de Sofala, e ali morreu em 21 de dezembro de 1515. Foi o 4.° governador da Africa Oriental.

Miranda de Carvalho *(D. Domitilia Hormizinda de)*. Directora do Lyceu Maria Pia, de Lisboa, para o sexo feminino; bacharel formado em mathematica, philosophia e medicina, pela Universidade de Coimbra. N. em Travanca da Feira a 10 de abril de 1871, sendo filha de Manuel Rodrigues de Carvalho, professor publico, e de sua

mulher, D. Margarida Miranda de Carvalho, tambem professora em S. Pedro das Aradas, do districto de Aveiro. A sr.ª D. Domitilia de Carvalho fez exame de instrucção primaria em Castello Branco, em 1885, e n'esse mesmo anno começou a frequentar as aulas do lyceu d'aquella cidade. Proseguiu estudando os preparatorios successivamente nos lyceus de Bragança e de Leiria, terminando os em 1891 n'este ultimo. Incitada pela vontade de estudar e animada pelos applausos dos seus professores, matriculou se no primeiro anno das faculdades de Philosophia e de Mathematica, na Universidade de Coimbra. Por occasião da visita de el-rei D. Carlos e da rainha senhora D. Amelia em 1892 a Coimbra, a distincta academica foi apresentada á soberana, que lhe concedeu um subsidio mensal de 15$000 réis, valioso auxilio devido aos esforços dedica

D. Domitilia Hormizinda Miranda de Carvalho

dos dos doutores Fernando de Mello, Luiz da Costa e Almeida, e João José Dantas Souto Rodrigues, sendo este ultimo o seu professor de mathematica. O seu curso na Universidade foi muito distincto, obtendo premio no primeiro anno em chimica mineral e na 1.ª cadeira de mathematica; no segundo anno, premio na 2.ª cadeira de mathematica e os primeiros *accessits* nas 2.ª e 3.ª cadeiras de philosophia. Em 1894 tomou o grau de bacharel n'esta faculdade, tendo os primeiros *accessits* nas cadeiras 4.ª, 5.ª e 6.ª. Em 1895 formou-se em philosophia, e em 1896 obteve o 1.º *accessit* no terceiro anno de mathematica. Continuando assim nos seus triumphos academicos, terminando em 1904 o curso de medicina, sendo a primeira premiada, formou-se tambem n'esta faculdade. Exerce clinica em Lisboa. Em 8 de março de 1906 assumiu a direcção do Lyceu Maria Pia para o sexo feminino.

Miranda e Contreiras *(Luiz Telles de)*. Escriptor e poeta, muito perito na poesia vulgar. Escreveu: *Funebres saudades, clamores tristes que na morte do fidelissimo monarcha e sempre memoravel senhor D. João V, offerece ao magnificentissimo rei D. José*, etc., Lisboa, 1751.

Miranda do Corvo *(Augusto Maria de Mello Gouveia, visconde de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, antigo deputado, official do Thesouro Publico, jornalista, etc. Foi agraciado com o titulo de visconde por decreto de 3 de novembro de 1872.

Miranda do Corvo *(Joaquim Victorino da Silva, barão de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, capitão-mór de Miranda do Corvo, coronel honorario do antigo batalhão nacional da Louzã. N. a 8 de novembro de 1784, fal. a 30 d'abril de 1852. Casou a 16 de fevereiro de 1835 com D. Patricia Xavier Pereira, filha de José Joaquim Pereira, capitão de ordenanças, e de sua mulher, D. Thereza Joaquina Pereira. Foi agraciado com o titulo de barão por decreto de 21 de agosto de 1840.

Miranda do Corvo. Villa da prov. do Douro, séde de conc., com. de Louzã, distr. e bisp. de Coimbra, Relação do Porto. Tem uma só freg., O Salvador. Está situada na encosta d'um monte, a O da serra de Espinho, na margem direita do rio Dueça. A villa é atravessado pelo rio Alheda, e fica distante 20 k. da séde do conc. Os duques de Lafões apresentavam o prior; depois passou a apresentação para o real padroado. O prior tinha 1:800$000 réis de rendimento annual. A villa está cercada por todos os lados de elevadas alturas, que são: as serras de Miranda do Corvo, de Espinho, da Senhora da Piedade e de Villa Nova, vendo-se a villa sómente quando se descem as encostas d'estes montes. A pov. é muito antiga, e no alto do Calvario existiu em tempos remotos um castello e uma cisterna. Não se sabe quem foi o fundador da villa e do castello, nem a epoca da sua fundação, mas o castello é com toda a probabilidade de construcção romana. Sabe se que os moiros o tomaram em 1116, assassinando ou captivando toda a guarnição. Os castellos de Miranda, Soure, Santa Eulalia e outros, formavam n'esses tempos uma linha curva, ou semicirculo, de fortificações avançadas, que defendiam Coimbra pelo E, S e O. Entre a aldeia de Corvo e Miranda teem apparecido por differentes vezes alicerces de cantaria, o que prova ter ali existido uma povoação, de que não ha memoria. Fr. Agostinho de Santa Maria diz no vol. IV do *Santuario Marianno*, pag. 487, que esta villa foi fundada ou reedificada por D. Affonso Henriques, que lhe deu o seu primeiro foral, que el-rei D. Manuel reformou. Miranda foi senhorio da familia dos Sousas, a mais nobre de Portugal, depois da familia real. São membros d'ella os duques de Cadaval e de Lafões, os descendentes dos marquezes das Minas, os condes de Redondo, os condes de S. Thiago de Beduido, e uma grande parte da antiga aristocracia portugueza, por casamentos com esta familia. Eram os condes de Miranda que punham as justiças na villa. O juiz ordinario era directamente subordinado ao corregedor de Coimbra, e o capitão-mór tinha tambem jurisdicção na villa de Podentes e na freg. de Campêllo. A egreja parochial está proximo do antigo castello, e é um bom templo,

ainda que singelo. Em 1853 construiu-se sobre o rio Dueça uma ponte de alvenaria, á custa dos municipios de Coimbra e de Miranda. N'esta fre-

Miranda do Corvo—Mercado semanal—No alto a egreja matriz

guezia ha a matta da *Tremôa*, foreira ao cabido da sé de Coimbra. A 3 k. a E da villa está o santuario e casa de N. S.ª da Piedade, vulgarmente

Capella da Senhora da Boa Morte

conhecido por *capella do valle da Piedade*, o qual fica situado na garganta de duas serras, aonde concorrem muitos romeiros. Este santuario fica proximo do logar de Táboas, e junto d'elle passam duas ribeiras, que fazem o sitio muito fresco e ameno no verão. Ainda hoje se faz uma romaria em 6, 7 e 8 de setembro, e em 1, 2 e 3 de novembro, a que é costume concorrer pessoas, até de grandes distancias. A capella-mór do Santuario é fechada por duas grades de pau santo, que lhe mandou fazer o prior do Salvador de Miranda, Estevão de Foyos Pereira. No altar-mór

está a imagem da padroeira, n'um oratorio envidraçado. Tem duas capellas lateraes: S. João Baptista e Santo Antonio. Fóra da porta da capella está um alpendre, levantado sobre columnas de pedra; tambem ali se vê um pulpito. A 3 k. ao S de Miranda, perto d'uma serra eminente, está uma planicie cercada de arvores silvestres, no meio da qual se erigiu a capella de N. S.ª dos Milagres. A imagem é de pedra, d'um metro de altura, e de boa esculptura, mandada fazer em Coimbra. Os arredores da villa são muito amenos, com muitos pinhaes, oliveiras e pomares. Miranda do Corvo pertence á 5.ª div. mil., 9.ª brigada, grande circumscripção mil. central, e ao distr. de recrut. e res. n.º 23 com a séde em Coimbra. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N. Coimbra; feira ás quartas-feiras, havendo na primeira do mez grande mercado de gado bovino e suino, e na terceira só de gado bovino, cereaes, lãs e tecidos d'algodão, etc. Desde o dia 12 a 23 de agosto, e nos dias 30 de outubro e 1 de novembro realisam-se romarias ao Senhor da Serra, que se venera na sua capella erecta no logar do mesmo nome, e onde affluem muitos romeiros, com especialidade em agosto. Em Miranda ha agencias da *Alliança*, *Casa Bancaria de J. M. Fernandes Guimarães & C.ª*; *Commercial do Porto*, *Crédit Franco Portugais*, *Minho*; e das companhias de seguros: *Internacional*, *Equidade*, *Previdencia*; fabricas de ceramica, de papel, de telha e tijolos, de utensilios de barro vermelho; hospedarias, medico, pharmacias, theatro, que se inaugurou em 1899; philarmonica, etc. O conc. comprehende 4 freguezias, com 2:690 fog. e 12:221 hab., sendo 5:755 do sexo masc. e 6:466 do fem., n'uma superficie de 11:625 hect. As freguezias são: Divino Espirito Santo, de Lamas, 1:195 hab.: 552 do sexo masc. e 643 do fem.; O Salvador, de Miranda do Corvo, 6:278 hab.:

Interior da capella da Senhora da Boa Morte

2:977 do sexo masc. e 3:301 do fem.; S. Thiago, de Rio de Vide, 1:352 hab.: 616 do sexo masc. e 736 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Semide, 3:396 hab.: 1:610 do sexo masc. e 1:786 do fem. Além d'estas freguezias que accusa o censo de 1900, ha a accrescentar a de S. João Baptista, de Villa Nova, que vem mencionada no *Annuario Commercial*. O principal commercio do conc. é cereaes e madeiras.

Miranda do Douro. Cidade da prov. de Traz-os Montes, séde de conc. e de com., Relação do Porto, distr. e bisp. de Bragança. Tem uma só freg., Santa Maria Maior. Está situada na parte mais meridional da provincia, sobre a margem direita do rio Douro, que a separa da provincia de Leão, Hespanha, em terreno montuoso e alcantilado. Diz o padre Antonio Carvalho da Costa, na *Chorographia Portugueza*, com outros escriptores portuguezes, que Miranda foi uma cidade importantissima no tempo dos romanos, que lhe deram o nome de *Conticum*, depois de *Paramica*, e por fim, de *Seponcia*. Conquistada pelos arabes em 716, estes deram-lhe o nome de *Mir-Andul*, que depois se corrompeu no actual de *Miranda*. Com as guerras entre os lusitanos e os arabes foi esta cidade muitas vezes tomada e destruida, de fórma que no tempo do conde D. Henrique, estava em completo estado de ruina e quasi deserta. Foi n'esta miseravel situação que D. Affonso Henriques a encontrou, o qual vendo a importancia militar e estrategica d'este ponto, não só pela facilidade com que se podia tornar defensavel, como por ser fronteiro aos turbulentos leonezes, com quem teve varias e encarniçadas luctas, tratou de a tornar uma praça de guerra, construindo-lhe um forte castello, e uma pequena cêrca de muralhas, em 1136; n'esse mesmo anno, a 9 de novembro, lhe deu foral com muitos privilegios, sendo um dos principaes o de ser *couto do reino* ou de *homisiados*, para attrahir mais facilmente povoadores. Este foral e seus privilegios fôram depois confirmados, em Coimbra, por D. Affonso, no anno de 1217. Convidada pelos amplos privilegios e isenções do seu foral, a população foi crescendo tanto em torno do castello, que o mesmo D. Affonso Henriques, ou seu filho D. Sancho I, mandou construir uma outra cêrca de muralhas, defendidas por algumas torres e cubêllos. Quando el rei D. Diniz subiu ao throno em 1279, as fortificações de Miranda estavam bastante deterioradas, já pela sua má construcção, já pelas continuas guerras com os leonezes, e o soberano mandou reedificar a povoação dando-lhe novo foral, em Santarem, a 18 de dezembro de 1286, e a categoria de villa, augmentando os privilegios antigos. Um dos privilegios d'este foral era o de Miranda nunca sair da corôa. O castello estava tão desmantelado que foi preciso reconstruil-o

Brazão d'armas da cidade de Miranda do Douro

desde os fundamentos. As muralhas tambem fôram ampliadas. O castello tinha uma porta e um postigo, e as muralhas tres portas. D. Fernando I fez cunhar moeda em Miranda, usando a letra *M* como distinctivo, posta por cima do escudo das quinas. Mais tarde, el rei D. Manuel deu lhe foral novo, em Santarem, no 1.º de junho de 1510. Cessaram as guerras com os castelhanos e leonezes, e a paz trouxe comsigo o desenvolvimento da industria, commercio e agricultura, nas povoações d'uma e d'outra fronteira. Os hespanhoes, tornando-se nossos amigos, concorreram muito para a prosperidade de Miranda, que era o centro das suas transacções com Portugal, e Miranda tornou se florescente. No principio do seculo XVI, o arcebispado de Braga tinha um territorio vastissimo, pois abrangia a maior parte da provincia do Minho e toda a de Traz os-Montes, o que causava graves transtornos, prejuizos e delongas, nos negocios. Sendo D. João III acclamado em 1521, por morte de seu pae, el rei D. Manuel, e sendo-lhe representados os inconvenientes da grande extensão do arcebispado de Braga, resolveu crear um bispado em Traz-os-Montes, e impetrou do pontifice Paulo III a bulla para a creação da nova diocese, que lhe foi concedida pela bulla de 22 de maio de 1545, sendo o seu primeiro bispo D. Toribio Lopes, que era esmoler da rainha D. Catharina. N'esse mesmo anno, D. João III honrou a villa com a categoria de cidade, dando-lhe novos privilegios e foros, entre os quaes se contava a prerogativa de enviar procuradores ás côrtes, destinando se-lhes para assento o 4.º banco. Suppõe-se que o brazão da cidade foi concedido pelo dito soberano, consistindo n'um escudo coroado, tendo ao centro um castello com tres torres, e sobre a torre do meio a lua em quarto crescente, com as pontas para baixo. A fortaleza, dizem, que commemora a fundação da cidade, que teve principio no seu castello; e a lua, em crescente, querem que signifique a esperança, ou o prognostico, do engrandecimento successivo da povoação. Miranda ficou sendo a capital da provincia de Traz os Montes, séde de bispado, residencia do bispo, conegos e mais autoridades ecclesiasticas, bem como das militares e civis. Tem muitos e grandiosos edificios publicos e particulares. A freg. era curada por dois conegos de meia prebenda, de apresentação da mitra, tendo cada um d'elles 125$000 réis de rendimento annual. Fôram alcaides móres do castello até 1759 os marquezes de Tavora, que n'esse anno soffreram o supplicio, sendo lhes confiscados todos os seus bens. Na porfiosa lucta da Restauração da nossa independencia no seculo XVII, durante 27 annos, muito padeceu a cidade de Miranda. Foi esse o primeiro, mas terrivel, golpe na sua prosperidade. Estando situada na raia de Hespanha, por vezes os castelhanos ali entraram e fizeram grandes saques. O seu commercio estava paralysado, a sua industria nulla, e os lavradores só se empenhavam em defender a cidade do furor dos inimigos. Em 1644 D. João IV mandou reedificar as antigas muralhas; o castello apropriou-se ao uso da artilharia, para o que se demoliram as quatro torres que existiam nos quatro angulos do castello, até ficarem na altura dos lanços do muro, que as unia. Na guerra da successão de Hespanha, travada entre esta nação e a França, por uma parte; a Inglaterra, Portugal,

Hollanda e Allemanha, da outra, foi a cidade de Miranda tomada por traição no dia 8 de julho de 1710, sendo o sargento mór Pimentel, governador da praça, quem a entregou ao general, marquez de Bay, por 6:000 dobrões, ficando a guarnição prisioneira. Em 1711, porém, foi esta affronta vingada por D. João Manuel, conde d'Atalaia, que depois de um curto mas rigoroso cêrco, tomadas as obras de defeza exteriores, e aberta uma brécha na muralha, fez render a praça por capitulação em 15 de abril, ficando a guarnição castelhana prisioneira. Em 1762 rebentou a guerra entre Hespanha e Inglaterra, por causa do *Pacto de familia*. Portugal não cedeu ás intimações de Castella e de França, e tomou o partido da Gran Bretanha, pelo que a Hespanha nos declarou guerra em 15 de junho. O general castelhano marquez de Sarria invadiu com um poderoso exercito a provincia de Traz os-Montes, devastando-a e saqueando a, e tornando se senhor de quasi toda, e marchando sobre o Porto. Emquanto a cidade esteve no dominio castelhano soffreu infinitas vexações. O duque de Lafões foi nomeado general em chefe; o marechal-general conde de Lippe chefe do estado maior, e os castelhanos fôram derrotados em varias batalhas, até que em 10 de fevereiro de 1763 se assignou a paz entre Portugal, Hespanha, França e Inglaterra. Miranda ia caindo em grande decadencia, e tudo concorria para a reduzir a uma povoação insignificante. Em 1770 restabeleceu-se a communicação com a côrte de Roma, que estava interrompida desde 25 de agosto de 1760. El-rei D. José impetrou e obteve do papa Clemente XIV a creação dos bispados de Penafiel e Bragança, e a restauração do de Beja. O bispado de Bragança formou-se á custa do de Miranda, desmembrando se-lhe grande numero de parochias. Por bulla de Pio VI, de 27 de setembro de 1780, fôram reunidas as duas dioceses, porém Miranda perdeu a sua preeminencia ecclesiastica, transferindo se para a cidade de Bragança a séde episcopal. Na grande lucta que o paiz sustentou no principio do seculo XIX contra o poder de Hespanha e da França, que pretendiam avassalal o e dividil o pelo celebre *Tratado de Fontainebleau* de 27 de outubro de 1807, Miranda e toda a provincia de Traz os-Montes fôram victimas de invasões assoladoras dos castelhanos e dos francezes, e tambem glorioso theatro de heroico esforço, que secundando o grito de independencia, levantado em outras terras do reino, tanto contribuiu para libertar o paiz dos seus oppressores. Miranda não só perdeu a séde do bispado, como a comarca, pois o julgado de Miranda pertenceu muitos annos á comarca de Mogadouro, e só em 1855 é que tornou a ser cabeça de comarca. A antiga correição de Miranda comprehendia duas cidades, Miranda e Bragança, seis villas e tres concelhos. O cabido de Miranda tem 7 dignidades, 7 conegos e 6 meios conegos. No dia 8 de maio de 1762 foi esta cidade victima d'uma horrorosa catastrophe, uma explosão de 1:500 arrobas de polvora que derrubou o castello e muitas casas, ficando sepultadas nas ruinas perto de 400 pessoas. Ignora se se a explosão foi accidental ou de proposito, mas é tradição em Miranda que o governador do castello, comprado pelos hespanhoes, lançara fogo ao paiol da polvora, e que depois da explosão fôra visto fóra das muralhas, em direcção do campo inimigo. A unica egreja parochial da cidade, é o templo de N. S.ª d'Assumpção, ou de Santa Maria Maior, que fica situado na parte meridional da cidade, em sitio sobranceiro ao rio Douro. E' um templo de tres naves, fundado por D. João III para servir de cathedral, e que durante quasi dois seculos gozou d'essa honra. Lançou-se lhe a primeira pedra em 24 de maio de 1552. Na frente tem um espaçoso adro, que o acompanha tambem pelo lado O. A architectura, ainda que pezada, é magestosa interiormente, e em cada angulo do frontispicio tem uma torre macissa de cantaria, assim como é todo o edificio. No interior é de uma grande elegancia e riqueza. E' admiravel o labyrinto das arcarias e pilares que lhe sustentam a abobada, e os seus 12 altares com primorosas obras de talha, adornados de bellos quadros a oleo em téla e em madeira. O altar-mór é ainda mais digno de menção, porque contem 56 imagens e pinturas de santos, parte das quaes são de grande merito artistico. As cadeiras dos conegos, apezar de já muito damnificadas, são tambem de notavel magnificencia. A pedido da camara municipal vae a referida sé ser considerada monumento nacional. Era uma commenda de muito rendimento, da ordem de Christo, pertencente á corôa, e D. João III desistiu d'ella em favor d'esta egreja, á qual deu tambem o mosteiro de Castro de Avellans, com todas as suas propriedades e rendimentos. Quando a diocese se mudou para Bragança, creou-se em Miranda uma collegiada composta de 11 conegos, mas que nunca se chegou a constituir de facto, por falta de rendimento para os ordenados. Esta collegiada foi supprimida em 1825, a requerimento do bispo, D. fr. José Maria de Sant'Anna. A cathedral ficou servindo de egreja parochial, regida por dois parochos: um com o titulo de *conego-prior*, e outro com o de *conego coadjutor*. Em 1834 passou a ter só um parocho com o titulo de *conego prior*. Em fevereiro de 1875 foi aberta á exploração a estação telegraphica de Miranda do Douro. Além da egreja parochial, os seus principaes edificios são: a Misericordia, o hospital, e o seminario, construido pouco antes da extincção do bispado de Miranda. Dentro e fóra da cidade ha capellas. A cidade não tem fontes dentro dos seus muros, mas tem poços. Em 1644 construiu-se uma fonte junto da cidade. O clima é de tal modo aspero, que é tradicional dizer-se: *Em Miranda ha nove mezes de inverno e tres de inferno*. Os de inferno são os de verão, em que o calor se torna verdadeiramente insupportavel. No inverno são frequentes as grandes nevadas. Os terrenos são ferteis. Em Miranda do Douro ha escolas para ambos os sexos, est post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. D.-Bragança; feira nos dias 1 e 15 de cada mez; advogado, medico, pharmacia, notario, agencia dos bancos: *Alliança*, *Bragança*, *Commercial de Lisboa*, *Crédit Franco Portuguez*, *Portugal;* das companhias de seguros: *Equitativa*, *Internacional* e *Previdencia;* hoteis, sociedades de recreio: *Club Mirandez*, *Philarmonica Mirandeza* e *Theatro Mirandez*. Tem-se publicado os seguintes jornaes: *Judiciario (O)*, 27 de maio de 1900; *Mirandez (O)*, 1 de abril de 1894. A cidade dista 80 k. da séde do distr., e pertence á

6.ª div. mil., 12.ª brigada, grande circumscripção mil. N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 14 com a séde em Miraudella. O concelho compõe-se de 15 freguezias com 2:408 fog. e 10:683 hab.: sendo 5:223 do sexo masc. e 5:460 do fem., n'uma superficie de 48:672 hect. As freguezias são: N. S.ª da Purificação, de Atheuor, 396 hab.: 202 do sexo masc. e 194 do fem.; S. João Baptista, de Cicouro e Constantim, 769 hab.: 365 do sexo masc. e 404 do fem.; N. S.ª do Monte, de Duas Egrejas, 1:009 hab.: 497 do sexo masc. e 512 do fem.; Santa Eulalia, de Genizio, 536 hab,: 270 do sexo masc. e 266 do fem.; S. Miguel, de Iffanes, 631 hab.: 313 do sexo masc. e 318 do fem; N. S.ª da Expectação, de Malhadas, 404 hab.: 204 do sexo masc. e 200 do fem.; Santa Maria Maior, de Miranda do Douro, 982 hab.: 440 do sexo masc. e 542 do fem.; S. Miguel, de Palaçoulo, 810 hab.: 401 do sexo masc. e 409 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Paradella, 325 hab: 152 do sexo masc. e 173 do fem.; S. João Baptista, de Picóte, 579 hab.: 282 do sexo masc. e 297 do fem.; S. Sebastião, de Povoa, 405 hab.: 195 do sexo masc. e 210 do fem; S. Pedro, de S. Martinho de Angueira, 731 hab.: 352 do sexo masc. e 379 do fem.; S. Pedro, de Sendim, 1:500 hab.: 742 do sexo masc. e 758 do fem; S. Pedro, de Silva, 717 hab.: 334 do sexo masc. e 383 do fem.; S. Christovão, de Villa Chã de Braciosa, 859 hab.: 474 do sexo masc. e 415 do fem. O principal commercio do concelho é gado vaccum, que constitue a chamada raça *mirandeza*, gado lanigero, cereaes, vinho e cortiça, minerio, marmores e alabastros. Tambem constitue grande industria em Miranda do Douro o curtimento de couros, e tecidos de saragoças e bureis. D'este pauo grosseiro se fazem em Traz-os-Montes uns célebres capotes, chamados *honras de Miranda*. E' uma especie de gabão, adornado de muitos recortes, tiras e bordados, e notavelmente extravagante. Os costumes e usos dos mirandezes são muito caracteristicos. O seu alimento normal é a carne de porco, o pão de centeio, leite, vinho, ovos, legumes e batatas. Para o aperfeiçoamento muscular da mulher concorre muito o dedicarem-se aos serviços agricolas, especialmente *á arada*. A mulher mirandeza é activa, humilde, boa serva e intelligente. Mal conhece outras distracções que não sejam o trabalho campestre, do tear de liuho e de burel. Em dias de festa vae ás cerimonias da egreja, vae vêr a *dança dos paulitos* e bailar as *habas verdes*, dança hespanhola em fórma de *sá rouge*, terminando por uma *costelada* reciproca. A pé ou a cavallo n'uma burrinha para qualquer sitio que vá, não deixa sempre de fiar linho ou lã. Usa vestuario despretencioso, e para os trabalhos ruraes traz polainas de burel. A saia mirandeza é perfeitamente typica. Fazem-n'a de tecido de lã preta (*enxerga*), com uma infinidade de prégas dispostas uniformemente por tal feitio, que ao andar dão a impressão de um leque em continuo abril e fechar. Usa avental do mesmo tecido (*mandil*). O colete é em geral de cotim escuro, deixando vêr, com certa arte, por entre um cordão que o aperta em fórma de zigue-zague, uma faxa (*cinta*) que lhe cinge o tronco, e que é escarlate não sendo viuva, pois que n'este caso a faxa é roxa ou preta. A camisa é de linho com peitilho e collarinho exactamento como os dos homens; differençam-se em a d'estes ter prégas e punhos, e a d'ellas ter manga lisa. Usa arrecadas não grandes, a que chamam *africanas*. Na cabeça usa um lenço hespanhol de algodão branco com grandes ramos escuros ou vermelhos ou ramagens amarellas, o qual mede mais d'um metro quadrado. Dobra-o diagonalmente, e cinge-o, seguro com um nó (*laçada*), com as duas pontas para um lado; os das viuvas são escuros, com ramos pouco perceptiveis. Para ir á missa põe na cabeça uma mantilha curta de pauo preto, que lhe não chega á cintura. O homem veste de pardo (*burel*), sapatos sem graxa, calças um pouco apolainada com 4 a 6 centimetros de abertura em baixo, na costura lateral. A gente mais antiga traz calção com alçapão em vez de carcella, e usa polaina de burel. O colete e a jaqueta são curtos e do mesmo tecido de saragoça. Raras vezes trazem chapéo. Para o frio e para a agua usam os capotes acima citados, tendo pendente do capuz, caindo sobre as costas um apendiculo muito original que lhes chega até á cinta, e tem a fórma de um bacalhau. E' todo cheio de lavores, a seda e froque, muito pesponteados á mão, tendo bordada a data em que foi feito e o nome do dono. Mesmo com o capote usam de inverno umas gôrras de fórma conica, que engenhosamente estão sempre dobradas, e teem umas *amostras* em fórma de *pala* atraz e adeante, verde, roxa ou azul, conforme as freguezias. Os mirandezes teem uma linguagem caracteristica, um verdadeiro dialecto, tão interessante, que tem sido estudado pelos philologos e grammaticos. Em 1900, o sr. dr. Leite de Vasconcellos escreveu e publicou: *Estudos de Philologia Mirandeza* Em 1898 tambem o sr. Albino J. de Moraes Ferreira publicou um livro, intitulado: *Dialecto mirandez*.

Miranda Henriques. V. *Henriques*.

Miranda Henriques (*Antonio de*). Foi ecclesiastico e teve um beneficio rendoso. Era natural de Lisboa, e fal. em Loanda em 1660. Escreveu: *Obelisco funebre ao serenissimo infante D. Duarte, no sentimento de sua morte*; *offerecido a João Nunes da Cunha, camarista de Sua Alteza*, etc., Lisboa, 1650; *Versos latinos, italianos, e portuguezes, em applauso do nascimento do Principe D. Pedro*, Lisboa, 1648.

Miranda Henriques (*Luiz de*). Governador da India, no conselho constituido em 1668 por elle, Manuel Côrte Real de Sampaio e Antonio de Mello de Castro. Era filho de Alvaro de Miranda Henriques, alcaide-mór de Fronteira, e de D. Luiza de Norouha. Foi governador e capitão-general da ilha da Madeira. Em 1646 passou á India commandando dois galeões. Era conselheiro de Estado, por carta regia passada em Lisboa a 10 de novembro de 1665. Quando se abriram as vias de successão que o nomeavam para fazer parte do governo da India, estava com a capitania em Diu. Não chegou a ter ingerencia na governança, por fallecer em 1668.

Miranda e Lima (*José Baptista de*). Professor regio das linguas portugueza e latina N. em Macau a 10 de novembro de 1782, onde tambem fal. em janeiro de 1818. Era filho de José dos Santos Baptista e Lima, e de sua mulher D. Anna Pereira de Mirauda. Foi suspenso do seu cargo e perseguido no tempo do D. Miguel, mas annos depois reintegrado, tondo a saude já muito deteriorada pelo que soffreu nas persegui-

ções. Miranda e Lima era muito curioso, investigador, e muito versado na leitura dos escriptores latinos e de classicos portuguezes. Exerceu por varias vezes o cargo de senador no tempo em que o senado empunhava as redeas da governança d'esta colonia, e é da sua penna, entre outros documentos officiaes d'aquella epoca, uma extensa representação que o mesmo senado dirigiu para Lisboa a D. João VI, em 22 de janeiro de 1822, a qual é de si bastante a provar muito claramente o nenhum direito que tinha a corôa portugueza para se julgar de posse absoluta da peninsula de Macau, antes do tratado assignado em Tien-tsin a 13 de agosto de 1862. Miranda e Lima publicou algumas poesias em varios jornaes de Macau, e deixou muitos manuscriptos, que se perderam. Escreveu: *Alectorea, poema sobre as gallinhas, em quatro cantos*, Macau, 1838; *Santa Philomena*, poemeto, Macau sem data; *Eustachio magnanimo*, poema, Macau, 1844.

Mirandella *(Antonio Doutel de Almeida Machado e Vasconcellos, 1.º visconde de)*. Brigadeiro reformado, do conselho de Sua Magestade, commendador da ordem de Christo; grande do imperio, no Brazil, etc. N. a 23 de abril de 1775; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Antonio Wenceslau Doutel d'Almeida Machado e Vasconcellos, senhor de varios morgados em Bragança e Eixes; fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Aviz, coronel de cavallaria e governador de Chaves, que falleceu a 19 de outubro de 1816; e de sua mulher, D. Maria Joaquina Madureira de Moraes Sarmento; irmão do 1.º barão da Portella, Bernardo Doutel d'Almeida *(V. Portella)*. Foi 2.º visconde de Mirandella por haver casado em 1804 com D. Joanna Francisca Maria Josepha da Veiga Cabral da Camara, herdeira de seu irmão n'este titulo e na casa, em 31 de maio de 1810, por ter fallecido sem descendencia. *(V. o artigo seguinte)*. O titulo foi renovado na segunda vida, por decreto de 13 de maio de 1815.

Mirandella *(Francisco Antonio da Veiga Cabral da Camara Pimentel, 1.º visconde de)*. Senhor do morgado de Machuca e padroado do Capitulo de S. Francisco de Bragança, que herdou de sua mãe; marechal do exercito, do conselho de Sua Magestade; gran-cruz da ordem de Aviz, governador da India, conselheiro do Supremo Conselho Militar e de Justiça, governador das armas do Rio de Janeiro, etc. N. em 1734, fal. em 31 de maio de 1810. Era filho de Francisco Xavier da Veiga Cabral da Camara, fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo, governador das armas das provincias do Minho e Traz-os-Montes, tenente-general, etc., e de D. Rosa Joanna Gabriella de Moraes Pimentel. Em 1793 era tenente-general, e exercia na India o logar de commandante das tropas militares, quando foi nomeado governador d'aquella possessão, que exerceu até 1805, em que foi substituido pelo conde de Sarzêdas, Bernardo José de Lorena, que teve as honras de vice-rei, titulo que estava abolido desde o tempo do marquez de Pombal. O governador Veiga Cabral fez uma tristissima figura. Por mais d'uma vez os inglezes occuparam militarmente os fortes de Gôa, a pretexto de os guardar contra os francezes, e Veiga Cabral, completamente annullado pelo chefe militar que o marquez de Welesley mettera na praça portugueza, contentava-se com as honras militares que as tropas inglezas lhe prestavam, resignando se á humilhação que lhe impunham. Voltando depois para a côrte do Brazil, exerceu os importantes cargos acima citados, recebendo tambem o titulo de visconde de Mirandella, em duas vidas, por decreto de 13 de maio de 1810. Fallecendo sem successão, herdou a casa e o titulo sua irmã, D. Joanna Francisca Maria Josepha da Veiga Cabral da Camara, que nasceu em 1790, e falleceu a 14 de outubro de 1819.

Mirandella. Villa da prov. de Traz os-Montes, séde de conc. e de com., distr. e bisp. de Bragança, Relação do Porto. Tem uma só freg., Santa Maria Maior. Está situada na margem esquerda do rio Túa, sobre uma pequena collina pouco accidentada, e no seu declive meridional, tendo a sua principal frente voltada para o rio. Fica ao centro da provincia, e em frente da villa se vê

Palacio dos marquezes de Tavora

a extensa ponte de cantaria, de 232 m. de comprimento, com uns 19 ou 20 arcos, que atravessa o rio Túa, cuja primitiva construcção se attribue aos romanos. Dizem que a ponte foi construida sobre 22 arcos, mas alguns estão cobertos de areia (os das extremidades). As guardas são grades de pedra, com os pilaretes de metro a metro. A ponte vae desembocar n'um pequeno largo, onde bifurcam as estradas reaes de Villa Real a Braga, e de Chaves a Moncorvo. A pov. é muito antiga, não se sabendo quando, nem por quem foi fundada. Pretendem alguns que é fundação do emir arabe *Orelhão*, que governava esta região, e habitava na serra de Santa Comba, e dizem que por ser a villa em frente d'esta serra lhe dera o nome de *A' mira d'ella*; mas parece, segundo diz Pinho Leal, no *Portugal antigo e moderno*, vol. V, pag 336, que a etymologia seja o diminuitivo

de *Miranda*, como quem diz *Mirandinha*, mesmo porque *A' mira d'ella* não são palavras arabes. D. Affonso III elevou a povoação á categoria de villa, e lhe deu foral, em Guimarães, a 25 de maio de 1250. El-rei D. Diniz deu-lhe outro foral, em Coimbra, a 7 de março de 1291, e D. Manuel foral novo, em Lisboa, no 1.º de julho de 1512. Os marquezes de Tavora fôram donatarios d'esta villa até 1759, anno em que os ultimos fidalgos d'este titulo fôram suppliciados. Ainda se vêem as ruinas d'um castello, que conserva o nome de *Tavoras*. Dos seus edificios torna-se notavel o palacio dos referidos fidalgos, que esteve muito abandonado e destelhado mais de 115 annos e a desmantelar-se, dando, porém, sempre indicações da sumptuosidade com que fôra construido. Na frente tinha as armas dos Tavoras, que em 1759 fôram apagadas pelo carrasco, sendo então destelhado. Mais tarde o edificio foi propriedade dos condes de S. Vicente, que o reconstruiram completamente, sendo lhe ali collocado em 1863 o brazão d'estes fidalgos. Annos depois foi arrematado em leilão, sendo adquirido pelo conselheiro Daniel Tavares, de Lisboa. A camara municipal alcançou-o mais tarde para a installação do districto de recrutamento e reserva n.º 10 e quartel militar. Em 1903 foi adquirido pelo ministerio da guerra. O palacio está situado ao centro da villa; é de architectura gothica, um tanto pesada, mas elegante e dominando todos os arredores. El-rei D. Manuel fundou a Misericordia e o hospital em 1518. Mirandella foi n'outro tempo uma das villas mais notaveis e mais bem fortificadas da provincia de Traz-os-Montes. O seu territorio é muito fertil em cereaes e fructas. Cria muito gado de toda a qualidade, e os seus montes são abundantes de caça grossa e miuda. O rio Túa é aqui muito caudaloso, por vir engrossado já com o *Tuella* e *Rabaçal*, ou *Mente*, além de varios ribeiros mais pequenos, sendo os principaes d'estes, e que se juntam ao cimo da villa, *Lobos* com 15 k. de curso, e *Mercês* ou *Mercê*, com 25. Houve em Mirandella um convento de religiosos da ordem da Trindade, extra muros, no sitio do *Escorial*, que principiou a construir-se em 1818, mas não chegou a concluir se, sendo em 1835 vendido juntamente com a cêrca, tornando-se depois propriedade particular. N'esta villa é muito antiga a industria da creação do bicho da seda, que se tem tornado muito importante, e que pertence á Sociedade de Tecelagem de Sedas limitada, de Lisboa, rua da Bombarda. Em janeiro de 1882 a camara de Mirandella representou a el-rei D. Luiz I, que lhe concedesse a graça de mandar construir o caminho de ferro da Foz do rio Túa a Mirandella e Bragança, por ser de grande utilidade para a villa. A linha do caminho de ferro veiu a construir-se, realisando se a inauguração em 27 de setembro de 1887, n'um comboio especial em que ia a familia real e grande numero de convidados, aos quaes foi offerecido um lauto jantar em Mirandella, no barracão das mercadorias. Depois d'este melhoramento a villa tem tido um desenvolvimento consideravel, sendo avultado o numero de construcções novas ao longo da estrada e junto da praça Nova. Agricolamente tambem melhorou muito em seus processos de cultura, devido isto especialmente ao posto ampelographico e a um deposito de venda de instrumentos agricolas. A estação do caminho de ferro de Mirandella está situada no ramal de Foz-Túa, na linha do Douro, entre o apeadeiro de Latadas e a estação de Carvalhaes. N'esta villa houve uma commenda da ordem de Christo, da casa dos condes de S. Miguel, á qual chamavam Commenda da Villa ou das quatro partes, porque da somma dos dizimos quatro partes eram para a mesma commenda. Durante a guerra civil da *Maria da Fonte* houve em Mirandella um renhido combate em 1 de maio de 1847. A villa pertence á 6.ª div. mil., 12.ª brigada, grande circumscripção mil. N. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, de que é séde. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. D.; advogados, medicos, pharmacias, agencias do banco *Economia Portugueza*, *Banco de Villa Real*, *Banco de Portugal*; das companhias de seguros: *Indemnisadora* e da *Equitativa dos Estados Unidos do Brazil*; associação de soccorros mutuos, estação trausmontana de fomento agricola, hoteis, fabrica de rolhas de cortiça, theatro, associação de bombeiros voluntarios, philarmonica, etc.; feiras a 3 e 14 de cada mez; a 25 de julho a chamada feira de S. Thiago; mercado em todas as quartas feiras e domingos. Tem carreiras diarias de diligencias para Chaves e para Valpaços. Em Mirandella tem-se publicado os seguintes jornaes: *Commercio de Mirandella (O)*, janeiro de 1890; *Correio de Mirandella*, 1 de junho de 1905, em publicação, (dezembro de 1908); *Gazeta de Mirandella*, 5 de outubro de 1901; *Inflexivel (O)*, 17 de setembro de 1898; *Jornal de Mirandella*, 12 de maio de 1900; *Mirandelense (O)*, 15 de novembro de 1888; *Mirandellense (O)*, 15 de fevereiro de 1903; *Túa (O)*, 9 de abril de 1892; *Voz do Túa*, 8 de agosto de 1886 (em 1889 ainda se publicava). O concelho comprehende 39 freguezias, com 4:834 fog. e 20:851 hab., sendo 10:195 do sexo masc. e 10:656 do fem., n'uma superficie de 68:316 hect. As freguezias são: S. Thomé, de Abambres, 396 hab.: 198 do sexo masc. e 198 do fem.; Santo Estevão, de Abreiro, 571 hab.: 272 do sexo masc. e 299 do fem.; Santa Catharina, de Aguieiras, 800 hab.: 385 do sexo masc. e 415 do fem.; S. Vicente, de Alvites, 646 hab.: 302 do sexo masc. e 344 do fem.; Santo André, de Avantos, 269 hab.: 124 do sexo masc. e 145 do fem.; S. Miguel, de Avidágos, 654 hab.: 323 do sexo masc. e 331 do fem.; S. Cyriaco, de Barcel, 184 hab.: 89 do sexo masc. e 95 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Bouça, 526 hab.: 234 do sexo masc. e 292 do fem.; S. Sebastião, de Cabanellas, 490 hab.: 229 do sexo masc. e 261 do fem.; S. Braz, de Caravellas, 383 hab.: 193 do masc. e 190 do fem.; Espirito Santo, de Carvalhaes, 579 hab.: 305 do sexo masc. e 274 do fem.: Santo Ildefonso, de Cedães, 651 hab.: 348 do sexo masc. e 303 do fem.; S. Cyriaco, de Cedainhos, 115 hab.: 56 do sexo masc. e 59 do fem.; S. Sebastião, de Cobro, 249 hab.: 120 do sexo mac. e 129 do fem.; S. Lourenço, de Frazidella, 639 hab.: 302 do sexo masc. e 337 do fem.; N. S.ª da Expectação, de Franco, e Santa Maria Magdalena, de Villa Boa; ambas estas freguezias 671 hab.: 322 do sexo masc. e 349 do fem.; S. Miguel, de Fréchas, 435 hab.: 219 do sexo masc. e 216 do fem.; Santo André, de Frei-

xeda, 269 hab.: 149 do sexo masc. e 120 de fem.; S. Mamede, de Guide, e N. S.ª da Encarnação, de Torre de Dona Chama; estas duas freguezias: 1:274 hab.: 556 do sexo masc. e 718 do fem ;Santa Cruz, de Lamas de Orelhão, 528 hab.: 263 do sexo masc. e 265 do fem.; S. Gens, de Marmellos, 424 hab.: 211 do sexo masc. e 213 do fem.; Nossa Senhora d'Assumpção, de Mascarenhas, 925 habitantes: 451 do sexo masculino e 474 do feminino; Santa Maria Maior, de Mirandella, 2:999 hab.: 1:457 do sexo masc. e 1:542 do fem.; S. Martinho, de Murias, 526 hab.: 276 do sexo masc. e 250 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Navalho, 225 hab.: 108 do sexo masc. e 117 do fem.; N. S.ª da Graça, de Passos, 465 hab.: 220 do sexo masc. e 245 do fem.; Santo Antonio, de Romeu, 325 hab.: 166 do sexo masc. e 159 do fem.; S. Bartholomeu, de S. Pedro Velho, 775 hab.: 387 do sexo masc. e 388 do fem.; Transfiguração, de S. Salvador, 349 hab.: 171 do sexo masc. e 178 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Sucçães, 781 hab.: 385 do sexo masc. e 396 do fem.; S. Pedro, de Valle de Asnes, 452 hab.: 213 do sexo masc. e 239 do fem.; Santo André, de Valle de Gouvinhas, 409 hab.: 189 do sexo masc. e 220 do fem.; S. Sebastião, de Valle de Salgueiro, 578 hab.: 291 do sexo masc. e 287 do fem ; S. Gonçalo, de Valle de Sancha, 286 hab.: 149 do sexo masc. e 137 do fem.; Santo Ildefonso, de Valle de Telhas, 479 hab.: 251 do sexo masc. e 228 do fem.; N. S.ª da Encarnação, de Valle Verde, 263 hab.: 139 do sexo masc. e 124 do fem.; Santo Apollinario, de Villa Verde, 261 hab.: 142 do sexo masc. e 119 do fem. O principal commercio do conc. é cereaes, azeite, lã, cortiça, batata, vinho, hortaliças, fructas e outros generos.

Miranga. Monte da circumscripção de Gorongoza, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem 2:000 m. d'altura, e predomina n'elle o granito.

Miranquinhos. Pov. na freg. de S. Lourenço do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Mirante. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Canedo, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || O Salvador, de Tonguinhó, concelho de Villa do Conde, distr. do Porto.

Mirão. Pov. nas freguezias: Santa Cruz do Bispo, conc. de Bouças, distr. do Porto. || S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. Ha aqui um apeadeiro na linha do caminho de ferro do Douro, entre as estações de Arêgas e de Ermida. || Santo Isidoro, de Sanche, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Mirar. Pov. na freg. de S. Martinho, de Soalhães, conc. de Marco de Canavezes, districto do Porto.

Mirares. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Chave, concelho de Arouca, districto de Aveiro.

Miras Pov. na freguezia de Santa Comba, de Regilde, conc. de Felgueiras, districto do Porto.

Mirateca. Ilha do Pico; pov. na freg. de N. S.ª das Candeias, de Candelaria, conc. de Magdalena. distr. da Horta.

Mire de Tibães. Pov. e freg. de Santa Maria da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 173 fog. e 874 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. A egreja parochial fica distante 6 k. da séde do conc. O antigo orago era *N. S.ª da Estrella*. O D. abbade do mosteiro de Tibães, da ordem de S. Bento, apresentava o vigario, regular, triennal, que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, pois já existia como parochia em 562, em cujo anno mandou Theodomiro, rei suevo, construir aqui um palacio e uma quinta de recreio, onde vinha passar a estação calmosa. A terra é muito fertil e foi couto do mosteiro de Tibães, e é tambem conhecida só pelo nome de *Mire*. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Mirello. Pov. na freg. do Salvador, de Penamaior, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Miria. Pov. do extincto sobado de Calumbo, na freg. de S. José, 7.ª div. do N'Guimbi, conc. de Calumbo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Miro. Pov. da freg. de S. Matheus, de Friumes, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Miró *(Antonio Luiz)*. Apreciado pianista e compositor de musica. N. em Granada a 25 de julho de 1815, fal. em Pernambuco em maio de 1853. Era filho do musico hespanhol Joaquim Miró, que se estabeleceu em Lisboa em 1814, depois de terminada a guerra peninsular. Veiu na primeira infancia para Portugal com seu pae, e aqui se educou, sendo seus professores de musica fr. José Marques e Bomtempo. Encetou a carreira de artista em 1826, porque foi a 2 de março d'esse anno que se inscreveu na irmandade de Santa Cecilia. N'esse mesmo anno, a 19 de novembro, se apresentou em publico como pianista, tomando parte n'uma recita que no theatro do Salitre se realisou, na qual tocou um concerto para piano. N'esse theatro se cantou em 4 de fevereiro de 1827, pela primeira vez, a magica *Amor, amizade e magia, ou o discipulo do magico Salerno protegendo os amantes perseguidos*, sendo a musica da composição de Antonio Luiz Miró. Foi boa a sua estreia, porque não tardou que fôsse considerado não só um professor de piano, mas um excellente compositor. Escreveu então para piano umas pequenas composições, como: *Introducção e thema com variações, Collecção de valsas para piano-forte*, dedicada ás suas discipulas, etc. Em 18 9 compoz uma missa a 4 vozes e orchestra, que apresentou á irmandade de Santa Cecilia para ser cantada na festa da padroeira dos musicos, que costumava realisar se na egreja dos Martyres a 22 de novembro. O conde do Farrobo, sempre solicito em proteger os artistas que revelavam talento, quando reabriu o seu theatro na quinta das Laranjeiras depois de ter triumphado o governo constitucional, chamou Antonio Luiz Miró para mestre ensaiador, sendo este quem dirigiu a primeira opera que se deu n'essa epoca (1834), que foi a *Testa di bronze*, de Mercadante, e foi esta tambem a sua estreia na direcção de opera. Escreveu depois a musica para *Il Sonambulo*, opera em 2 actos, cujo libretto traduzira Correia Leal. Cantou-se a 10 de fevereiro de 1835, sendo desempenhada só por pessoas da mais alta aristocracia, em que figurava tambem o proprio conde do Farrobo. A mesma opera cantou-se em S. Carlos pouco tempo depois. Graças á protecção do illustre fidalgo, Miró conseguiu ser segundo maestro n'aquelle theatro, d'onde saiu em 1843, e tornando a assumir o mesmo logar na epoca de

1845 1846, deixou-o definitivamente em 1848. Escreveu musica para outra opera, *Atar ossia il serraglio di Ormuz*, que se cantou pela primeira vez em S. Carlos a 21 de outubro de 1836, e teve pouco exito. Em 5 de fevereiro de 1840 cantou-se outra opera sua, intitulada *Virginia*, que tambem não agradou. Em 1841 produziu duas peças: uma italiana, *Il Sogno del Zingaro*, cantata que se executou nas Laranjeiras, desempenhada pela familia do conde do Farrobo; a outra em portuguez, drama lyrico de Alexandre Herculano, *Os infantes em Ceuta*, a qual foi cantada por amadores da Academia Philarmonica em 28 de março do referido anno, causando o maior enthusiasmo. Por essa epoca, pouco mais ou menos, coordenou Miró musicas de diversas operas para o velho entremez *Manuel Mendes Euxundia*, para se cantar nas Laranjeiras, apparecendo depois, em 1847, no theatro de D. Maria II, e mais tarde em 1860, na Rua dos Condes. Deixando o theatro de S. Carlos, Miró foi para o Gymnasio, onde pouco antes se havia organisado uma sociedade de artistas, na idéa de explorar a opera comica. Cantou-se então pela primeira vez n'aquelle theatro, a 4 de outubro de 1848, a sua opera em 1 acto, *A Marqueza*, sendo o poema imitação de Paulo Midosi, que obteve um successo extraordinario. A musica tinha trechos que se tornaram muito populares, com especialidade a symphonia, que por muitos annos se tocou nas orchestras dos theatros, e em muitas festividades religiosas. Logo em seguida á *Marqueza* apresentou outra opera em 1 acto, imitada por Silva Leal e Paulo Midosi, com o titulo *O Conselho das dez*, que se representou no Gymnasio a primeira vez em 3 de dezembro de 1848. No carnaval do anno de 1849 appareceu no mesmo theatro a terceira e ultima opera comica de Miró, sendo o poema escripto por Xavier Pereira da Silva, com o titulo *A velhice namorada sempre leva surriada*. Agradou extraordinariamente, voltando á scena em diversas epocas até 1857. Em março de 1849 apresentou Miró a ultima composição que fez para o Gymnasio, que era a canção de Luiz Augusto Palmeirim, intitulada *A Vivandeira*, que foi cantada com grande exito pela actriz Josephina. Em dezembro do mesmo anno de 1849, depois de ter dado um espectaculo em seu beneficio, partiu para o Brazil, na companhia da actriz Josephina, por quem se apaixonara e com quem veiu a casar. Em 1850 estava estabelecido no Maranhão como professor de piano e director d'uma companhia lyrica italiana. Algum tempo depois adoeceu gravemente, e resolvendo regressar á Europa na esperança de obter melhoras, saiu do Maranhão para Pernambuco, onde veiu a fallecer. Santos Pinto escreveu a seu respeito um sentido necrologio, que saiu na *Revista dos Espectaculos*, em agosto de 1853. Antonio Luiz Miró foi sempre muito apreciado como pianista; por varias vezes tocou em publico concertos de Herz, phantasias de Dobler, Prudent, etc. Gozava tambem de muita consideração entre os da sua classe, á qual prestou muitos serviços. Foi um dos fundadores do Montepio Philarmonico, da Associação Musica 24 de Junho e da Academia Melpomenense, exercendo diversos cargos n'estas corporações e na irmandade de Santa Cecilia. Além das composições já citadas, sabemos das seguintes: Musica para o drama *As duas perolas*; *Rondó*, cantado em S. Carlos pela primeira dama Luiza Mattei no final da opera *Il Furiôso*, de Donizetti; *Aria* com letra portugueza, cantada no mesmo theatro pelo tenor Tamberlick; *Bailado* composto para a opera *Attila*, de Verdi; Missa a 4 vozes e orchestra, offerecida ao conde do Farrobo em 1843; Matinas de quinta feira Santa, a 4 vozes e orchestra; Matinas de sexta feira Santa, idem; *Confitebor*, psalmo a 4 vozes e orgão, offerecido ao conde de Redondo em 1845; *Exaltabo* idem; *Lamentação* que se canta em quinta feira Santa para contralto a solo, com acompanhamento de duas violas, dois violoncellos, flauta, clarinete e contrabaixo; *Ladainha* a 4 vozes e pequena orchestra; *Phantasia* para duas orchestras, offerecida ao conde do Farrobo em 1838; executou-se no theatro de S. Carlos pela primeira vez em 2 de julho d'esse anno; *Suspiro d'alma*, romança que depois foi transcripta para trompa, e offerecida ao conde do Farrobo em 1847; *Fantaisie concertante pour Piano et Cor sur des motifs de La Favorite de G. Donizetti, dediée à son Excellence Mr le Comte de Farrobo Pair du Royaume de Portugal par Antonio Luiz Miró, Directeur de la Musique de sa Chapelle et de son théatre particulier; Executée por S. Ex. Elève de Mr. Duprat et l'Auteur, á l'academie Philarmonique de Lisbonne*, Paris; *O triumpho de Lisia*, abertura para orchestra; *Trio concertante* para piano, trompa e violoncello. Miró tambem escreveu muita musica para banda militar.

Mirões. Pov. na freg. de S. Pedro de Cesar, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Mironga Grande. Antigo prazo da corôa no distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem 15 k de comprimento, 2 de largura, e parece que ha n'elle uma mina de ouro. Grandes bosques de madeiras preciosas, povoados por tigres e por outros animaes ferozes. O solo é muito fertil.

Mironga Pequena. Antigo prazo da corôa no distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem 15 k. de comprimento por cêrca de 8 de largura, e é cortado por varios rios em que abundam os cavallos marinhos, os jacarés e os peixes. Mattas de arvoredo de excellente madeira, povoadas de bufalos, quizumbas, gazellas, tigres, etc. O terreno é muito fertil.

Misarella. V. *Mizarella*.

Misericordia (*Santa Casa da*). Data de 1498 a instituição da Santa Casa da Misericordia de Lisboa, da qual por imitação derivaram logo as Misericordias de todas as villas e concelhos no continente do reino e ilhas, bem como as erigidas nas longinquas regiões do vastissimo imperio portuguez na Asia, Africa e America. Deve-se tão notavel instituição ás instancias de fr. Miguel Contreiras e á rainha D. Leonor, que n'esse anno, em virtude da ausencia de el-rei D. Manuel, governava o reino. A regente D. Leonor inaugurou com a sua assistencia e com grande pompa e solemnidade, no dia 15 de agosto do referido anno de 1498, a famosa confraria da Misericordia, que se instituiu n'uma das capellas do claustro da sé de Lisboa, dedicada a Nossa Senhora da Piedade, mais conhecida pela denominação popular de Nossa Senhora da Terra Solta, por ser a capella de pavimento terreo. Era antiquissima esta capella, onde se venerava uma imagem cuja origem remota se ignora. Já pelos annos de

1230, reinando D. Sancho II, ali estava instituida uma irmandade de caridade, que parece ter sido, como tantas outras do paiz, transformada na futura Misericordia. Sabem-se os nomes de alguns dos primeiros irmãos da nova confraria, companheiros dedicados de fr. Miguel Contreiras. Eram elles: João Rodrigues Ronca; Contim do Paço, flamengo, morador na Rua Nova; João Rodrigues, cerieiro, que vivia á Porta do Ferro; Gonçalo Fernandes, livreiro; e um bordador valenciano morador na Correaria. D. Manuel, retomando o governo, concedeu á nova confraria grandes privilegios, e mandou edificar uma sumptuosa egreja para sua séde, e onde a Misericordia esteve até ao terremoto de 1755. Na bandeira da Misericordia, confórme foi determinado por accordão do seu provedor em 1576, acha se commemorada a instituição, na mesma maneira porque já se apresenta no painel do frontispicio da edição do primitivo Compromisso (V. *adeante*) feita em 1516: «Determinamos que no pintar das bandeiras, esteja de uma parte a imagem de Christo nosso Redemptor, e da outra a SS. Virgem, Mãe de Misericordia. A' sua mão direita um papa, um cardeal e um bispo, como cabeça da Egreja militante, e um religioso da SS. Trindade, grave, velho e macilento, de joelhos e mãos levantadas, com as letras *F. M. I.*, que querem dizer Fr. Miguel Instituidor; e da parte esquerda da mesma Senhora um rei e uma rainha, em memoria do inclito rei D. Manuel e da rainha D. Leonor, como primeiros irmãos d'esta Irmaudade; mais dois velhos graves e devotos, companheiros do veneravel instituidor, e aos pés da Senhora algumas figuras de miseraveis que representam os pobres, etc.» Por alvará de 24 de abril de 1627 ordenou Filippe II que «as bandeiras de todas as Misericordias d'estes reinos se conformem com as d'esta cidade de Lisboa, fazendo se e pintando-se assim e da maneira que n'ella se usa, com a imagem do dito religioso e as letras *F. M. I.*, como dito é, e que as bandeiras que já estiverem feitas e pintadas se emendem.» Pelo Compromisso se vêem claramente os fins da confraria. Este indica logo no primeiro capitulo «quaes e quantas som as obras da misericordia», divididas em sete espirituaes—ensinar os simples,—dar bom conselho,—castigar com caridadade os que erram,—consolar os tristes,—perdoar a quem nos errou,—soffrer injurias com paciencia, e—rogar a Deus pelos vivos e pelos mortos;—e sete corporaes, que eram:=remir os captivos o visitar os presos, curar os enfermos, cobrir os nus, dar de comer aos famintos, dar de beber aos que hão sede, dar pousada aos peregrinos e pobres e enterrar os mortos. Compunha-se a Confraria de cem irmãos: «de boa fama e sãa consciencia e onesta vida, tementes a Deus e guardadores de seus mandamentos, mansos e humildosos a todo o serviço de Deus e da dita confraria.»(Cap II). Eram estes irmãos obrigados a acudir á séde da Confraria assim que ouvissem a campa da Misericordia, e a comparecer nos dias==da Visitação, para as eleições da Mesa; de quinta feira de Endoenças, para a procissão dos penitentes; e de Todos os Santos, para a procissão que ia tirar da forca as ossadas dos padecentes. A primeira missão a que se refere o Compromisso (Cap. III) é de enterrar os irmãos e celebrar exequias e preces por sua alma. Com respeito á invocação da Confraria diz o Cap. IV: «Porquanto a emvocação desta Santa cõfraria he de nosa senhora da misericordia, ordenaram os officiaes e irmãos della de tomarem por orago e dia desta dita cõfraria o dia da visitaçam quando visitou Santa Isabel, que vem aos dois dias do mes de julho, etc.» D. Manuel ordenou que este dia ficasse sendo solemnemente celebrado com procissões em todas as cidades e villas de Portugal. Compunha se a Mesa de um Provedor, onze conselheiros e um escrivão, pelos quaes se distribuiam os diversos cargos, sendo d'estes doze mesarios seis de nobre condição e seis officiaes mechanicos. O Provedor, que devia ser homem «honrado, de autoridade, virtuoso, de boa fama e muito humilde e paciente» distribuia pelos mesarios, com cujo accordo e conselho se resolviam todas as despezas da irmandade, os diversos cargos, que eram os do dar comer aos presos, visitar os hospitaes e pessoas envergonhadas, curar os doentes, arrecadar as esmolas. O proprio Provedor visitava uma vez por mez os hospitaes, cadeias e pobres para verificar como eram soccorridos. O Cap. VII, tratando da visita dos enfermos, determina que os visitadores os

Seilo de armas da Misericordia de Lisboa

soccorram com mézinhas, vestidos, camas e pousadas, com o physico da Confraria e dinheiro, e, em caso de morte, a confissão e extrema-uncção. Quauto aos presos (Cap. VIII) levavam-lhes de comer, duas vezes por semana pão, e ao domingo uma posta de carne e meia canada de vinho. As esmolas aos pobres eram dadas (Cap. IX) depois de inquiridos os priores e confessores, e tomados a rol os verdadeiros necessitados. Eram o principal rendimento da instituição incipiente as esmolas que arrecadavam dois conselheiros, aos quaes o Compromisso diz viria a competir o encargo da cobrança de rendas, fóros e legados «se em algum tempo a dita confraria as tiver.» Estas esmolas e offertas eram tiradas nos altares da capella ou por meio do peditorios. D'ellas e dos enterramentos tratava o mordomo da capella e dos presos, e das compras o mordomo de fóra. (Cap. XI e XII). No Cap. XIII prescreve que o serviço religioso seja cumprido por um capellão lettrado, confessor e dois capellães para missas e enterros. Que haja «um pendam que tenha dambas as partes a imagem de nossa senhora da misericordia pimtada, que estará em huma astea grande com uma cruz grande de pau em cima, para ir diante da misericordia em todos

os autos quando for ordenado. E haverá uma campa manual para chamamento da gente, sem a qual a dita confraria nunca sahirá »=«Haverá treze saios ou mais se necessarios fôrem para os autos de misericordia e pera os que debaixo delles quizerem fazer peendença cubertos da vã gloria deste mundo, dos quaes seis irão com a tumba e seis com as tochas e um com a cruz e pendão de nossa senhora, para imitarem a Santa Companhia de Nosso Senhor Jesus Christo.» Ordena que haja duas andas para os corpos dos justiçados e dos pobres, e duas arcas grandes, uma para n'ella se recolher todo o dinheiro da confraria e outra para a roupa dada de esmola. Além das arcas haveria quatro *cepos*, nos logares mais publicos da cidade, para n'elles se lançarem as esmolas. A's quartas e domingos reunia o conselho para despacho (Cap. XV). A mesa escolhia dois ou tres homens para em cada freguezia pedirem, depois da missa, pão para os presos e enfermos, o qual depois se repartia e distribuia pelas cadeias, hospitaes e domicilios. Eram os *pedidores do pão* (Cap. XVI). Ordena o Cap. XVII que as propriedades legadas á Confraria se vendessem em leilão; o Cap. XVIII determina o regimento do soccorro que se devia prestar aos justiçados, e o Cap. XIX=«o modo como hão de procurar fazer as amizades»=encargo que consistia em desvanecer desavenças ou odios, provocando a conciliação amigavel e o perdão de injurias, para que todos vivessem em paz, sem odios nem malquerenças. Estas «amizades» faziam-se nos dias de Quaresma, por serem dias de penitencia, registando-se em um livro. A estes fins se accrescentaram com o correr dos tempos outros não menos caritativos. Do seu desenvolvimento se póde tomar inteiro conhecimento pela minuciosa obra do sr. Victor Ribeiro, *A Santa Casa da Misericordia de Lisboa (subsidios para a sua historia) 1498-1898—Instituição, vida historica, estado presente e seu futuro*, Lisboa, 1902. Dos fastos da Misericordia consta que em 1564 foi commettido á Misericordia o encargo de administrar o hospital real. Em 1611 os antigos hospitaes de meninos desamparados, em Lisboa, Santarem, e de outras villas, egualmente passaram para a Misericordia. Em 1783 foram-lhe concedidas as loterias. No seculo XIX a Irmandade atravessou um periodo de decadencia. Em 1823 teve uma commissão administrativa, e as côrtes deram providencias. Em 1834 foi dissolvida a Irmandade, e em 1851 ficaram os provedores sendo de nomeação regia. Em 1868 dá-se uma importante crise economica, sendo em 1870 pelos provedores conde de Rio Maior e Gerardo José Braancamp reorganisados os serviços, e abolida a roda dos enjeitados. Modernamente os serviços da Misericordia abrangem a creação dos expostos, subsidios ás mães, o recolhimento de orfãs, enterramentos de pobres, diversas esmolas, soccorros medicos a doentes, a sopa de caridade, etc., no que tudo a Misericordia dispende annualmente duzentos contos de réis, sendo todavia os seus rendimentos ainda superiores A insignia da Misericordia foi até ao seculo XVIII a sua bandeira, ou painel O sello d'armas só apparece a partir de 1768. Como se vê da gravura são dois escudos sobrepujados pela corôa real, o da esquerda com as quinas e o da direita com a cruz, ladeada pelas letras MI-ZA, saindo d'uma caveira e esta sobre duas tibias postas em aspa. N'algum dos artigos d'este diccionario se encontram mais largas referencias á historia da Misericordia de Lisboa. Veja-se no vol. II, a pag. 1128 a biographia de Fr. Miguel Contreiras. Tendo a confraria passado, em 1534, da sé para a formosissima egreja junto á Ribeira, a descripção d'este templo está feita no artigo relativo á egreja da Conceição Velha (*V. n'este vol.* de pag 305 a 308). Em 1768 foi-lhe concedida a casa professa de S. Roque, onde actualmente existe (*V. n'este vol.* de pag. 315 a 320). Tambem o artigo *Loteria da Misericordia* se encontra n'este volume, a pag. 516. Por ultimo, o artigo seguinte, especialmente bibliographico, refere-se largamento á Misericordia de Lisboa. As misericordias existentes n'outras povoações do paiz vão indicadas nos artigos respectivos a cada terra.

Misericordia (*Compromisso da*). Não se conhece o primitivo *Compromisso* da confraria da Misericordia, ordenado em 1499 e confirmado pelo rei, e pelo papa, por essa epoca. Desappareceu o original de tão precioso documento. Sabe-se apenas quo existem exemplares da sua primeira edição impressa. Ha duas copias manuscriptas, mas não elucidam de modo decisivo e formal sobre qual fôsse a data e teor do primeiro compromisso. Affirma-se que o primitivo compromisso fôra escripto pelo proprio fr. Miguel Contreiras, e que fôra assignado, em seguida e depois do acto solemne da instituição da confraria, pela rainha D. Leonor e rei D. Manuel, como confrades, que eram, da irmandade, polo arcebispo de Lisboa, pela infanta D. Brites, pela rainha e muitas personagens da côrte. Affirma-se tambem que d'este Compromisso havia duas copias, existentes, uma no cartorio da Misericordia de Lisboa, e outra no archivo da Misericordia d'Evora. Este primitivo compromisso foi impresso em 20 de dezembro de 1516, como adeante se refere mais especialmente. Cita-se um alvará de 29 de setembro de 1498 que approvou o compromisso primitivo. Tambem ha noticia d'um exemplar escripto em Lisboa a 25 de setembro de 1500 por Duarte Borges. Uma carta de D. Manuel, datada de Evora a 12 de maio de 1520, remette á Misericordia de Lisboa o compromisso manuscripto adeante descripto. Todas estas datas originam uma certa confusão, pois succede quo o exemplar mais antigo que se conhece é o impresso, quando seria natural que a copia manuscripta fôsse a mais antiga. No livro *Documentos historicos da cidade de Evora*, pelo sr. Gabriel Pereira, faz-se a seguinte descripção do manuscripto existente na Misericordia d'aquella cidade: «Copia manuscripta em papel, de 48 paginas, incluindo a do frontispicio e mais 3 em branco no principio. O formato do livro é de $0^m,21$ desde o titulo no alto de cada pagina, por $0^m,125$ de largura Até fol. 16 a escripta simelha os caracteres typographicos goticos do principio do seculo XVI; d'ahi por deante (fol. 16 v.º) é cursivo da mesma epoca. Todo o trabalho calligraphico é excellente Não tem data indicada mas vê-se que foi feito no reinado de D. João III Não pode haver duvida sobre a sua authenticidade, porque o volume mostra bem, pelo uso que teve, o serviço que prestou » Na obra *A Santa Casa da Misericordia de Lisboa*, etc., pelo sr.

Victor Ribeiro, encontram-se a pag. 50 os seguintes periodos descriptivos do outro manuscripto: «A segunda copia é o formoso codice manuscripto que existe na casa forte da thesouraria da Santa Casa da Misericordia de Lisboa. E' feita em 1520 na cidade de Evora, aos 27 de abril, por André Pires; escripta em pergaminho, em caracteres gothicos, com 28 folhas abertas, de texto, tendo em branco as cinco primeiras paginas e as cinco ultimas. O formato do codice é $0^m,35$ por $0^m,23$, sendo $0^m,27$ por $0^m,171$ e de $0^m,257$ por $0^m,18$ o das molduras illuminadas das duas paginas fronteiras da primeira folha aberta do livro. Representa a primeira illuminura, da pagina esquerda, no alto do quadro, o painel com a imagem de Nossa Senhora, de manto azul, sustentado por dois anjos, e a seus pés, á direita, o pontifice e varios cardeaes e frades, de joelhos e mãos postas, e da esquerda uma princeza e um monarcha coroado, e outras diversas figuras, todos tambem ajoelhados. Aos lados dois brazões, sendo, sendo o da direita, o das armas reaes de Portugal, de D. Manuel, e o da esquerda, com os leões de Castella e palas de Aragão, é um escudo de armas de Portugal e Castella, tendo por bordadura os castellos de Portugal. Por baixo, dentro da illuminura, começa o texto do Compromisso, pelas palavras=*Dom Manuell*. A cercadura da pagina é um rectangulo de flôres e ornatos a ouro e côres, algum tanto deteriorados pelo tempo. Na segunda pagina começa o texto do Compromisso por uma capital=O=illuminura com o brazão real, começo das palavras=*O Eterno, immenso e todo poderoso*, etc., tambem envolvidas com cercaduras de flôres, illuminada. Segue a fol. 2 o texto, e quadro de $0^m,19$ por $0^m,12$,

Instituição da Misericordia, gravura no verso da 2.ª folha do «Compromisso» de 1516 (reducção a 2|3)

a tinta preta, com capitaes pequenas a côres e ouro, e interpolado com letras vermelhas, no dizer das sete obras de misericordia e em alguns titulos dos capitulos. Acha se este codice encadernado ricamente, encadernação moderna de marroquim azul, vincado; e nas guardas dourados no quadro da capa e no centro moiré de seda. Precede-o a copia da carta de D. Manuel, a qual é do teor seguinte:=Provedor e Officiaes da Confraria da Misericordia da nossa cidade de Lisboa. Nós el-rei vos enviamos muito saudar. Feita em Evora a 12 de maio de 1520.=André Pires a fez.=El-REY.=Este codice, que perteneu primitivamente á Misericordia, passou á livraria particular dos condes de Castello Melhor, na série dos quaes se conta um que foi Provedor, sendo novamente adquirido no leilão d'aquella livraria.» «A'cerca d'este documento valioso encontram-se na acta da sessão da Administração da Misericordia de Lisboa, de 22 de outubro de 1890, as seguintes palavras:=O sr. Antonio Augusto de Carvalho Monteiro encarregou se obse-

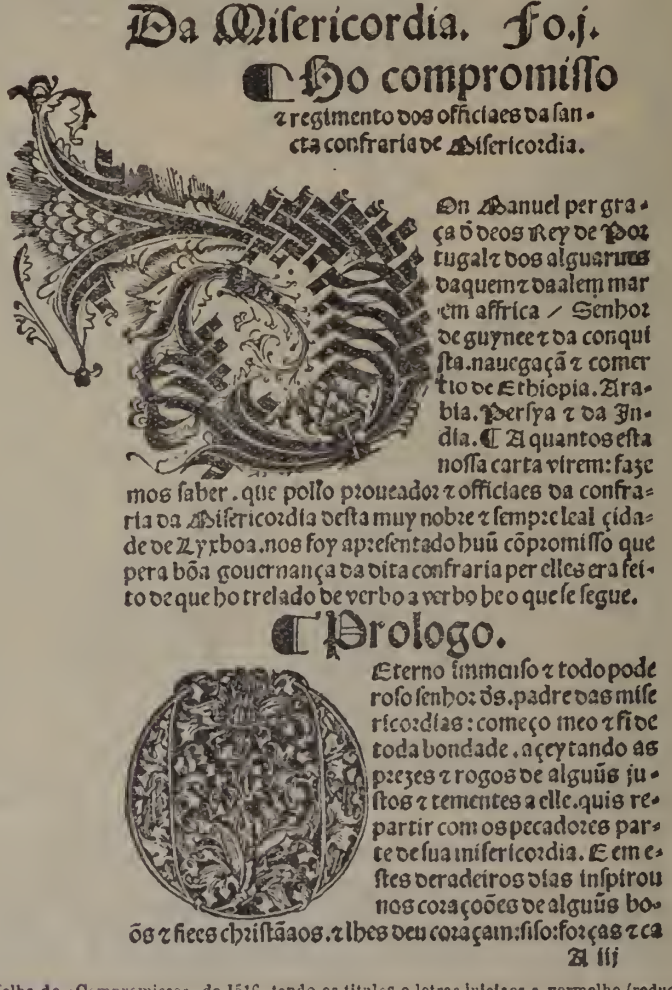
Da Miſericordia. Fo.j.
Ho compromiſſo ꝛ regimento dos officiaes da ſancta confraria de Miſericordia.
Don Manuel per graça d deos Rey de Portugal ꝛ dos alguarues daquem ꝛ daalem mar em affrica / Senhor de guynee ꝛ da conquiſta.nauegaçã ꝛ comertio de Ethiopia. Arabia. Perſya ꝛ da India. A quantos eſta noſſa carta virem: fazemos ſaber. que pollo prouedor ꝛ officiaes da confraria da Miſericordia deſta muy nobre ꝛ ſempre leal cidade de Lyxboa.nos foy apreſentado huũ cõpromiſſo que pera bõa gouernança da dita confraria per elles era feito de que ho trelado de verbo a verbo he o que ſe ſegue.
Prologo.
Eterno ſinmenſo ꝛ todo poderoſo ſenhor ds.padre das miſericordias: começo meo ꝛ fi de toda bondade. açeytando as prezes ꝛ rogos de alguũs juſtos ꝛ tementes a elle.quis repartir com os pecadores parte de ſua miſericordia. E em eſtes deradeiros dias inſpirou nos coraçoões de alguũs boõs ꝛ fiees chriſtãaos.ꝛ lhes deu coraçam:ſiſo:forças ꝛ ca
A iij

Primeira folha do «Compromisso», de 1516, tendo os titulos e letras iniciaes a vermelho (reducção a 2|3)

Com esta vos enviamos ho compromisso d'essa confraria, feito de mão e illuminado; vós o mandareis encadernar de taboas e cubertas de velludo carmezim, ou de outra côr boa e que dure, com sua guarniçam dourada de cobre e brochas, e tudo bem feito e loução como elle o merece; e nós avemos por bem que a quem o escreveu e illuminou deis seis mil réis por seu trabalho e é ainda o menos que nos parece que merece; se elle os lá mandar requerer com hua provisão nossa que lhe para vós demos, mandae-lho logo dar. quiosamente de mandar fazer em Paris a restauração do Compromisso original da Santa Casa (lavrado em pergaminho e datado de 1520), e de egualmente o fazer encadernar, e havendo no acto de o devolver restaurado e soberbamente encadernado, escripto á Mesa da S.ta Casa, que a esta instituição de caridade fazia a esmola de todas as despezas que abonara com a restauração e encadernação do precioso codice, a Mesa deliberou que se lhe agradecesse em officio, assignado por todos os seus membros, e d'elle se

lançasse menção no L.° das suas actas, para lembrança perpetua de tão levantada generosidade. =D'elle se mandou tirar uma copia em cursivo vulgar, cujo titulo é o seguinte:=Copiado fielmente e conferido do original existente na Santa Casa da Misericordia de Lisboa pelo Conservador do Archivo da Torre do Tombo, Raphael Eduardo d'Azevedo Basto.=Caderno de papel de officios, em folhas numeradas de n.° 1 a 28.»

da Misericordia, ladeada pelas figuras de reis, prelados, frades e anjos, como se vê da gravura que reproduzimos, e que tambem se repete na pagina da direita opposta ao principio do texto do compromisso, egualmente reproduzido por nós. O titulo, impresso a vermelho, na parte inferior do frontispicio é *O Compromisso Da confraria da Misericordia.* Os caracteres typographicos são grossos, e a gravura, attendendo á epo-

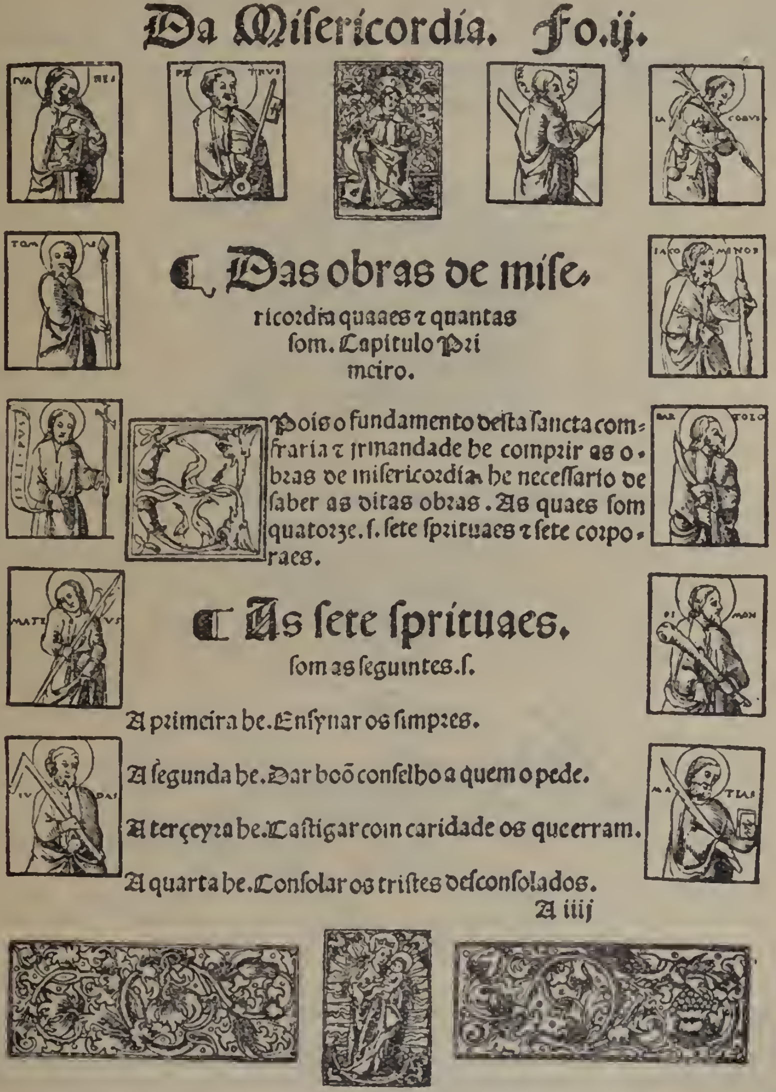

Da Miſericordia. Fo.ij.

¶ Das obras de miſe
ricordia quaaes e quantas
ſom. Capitulo Pri
meiro.

Pois o fundamento deſta ſancta com
fraria e irmandade he comprir as o
bras de miſericordia, he neceſſario de
ſaber as ditas obras. As quaes ſom
quatorze. ſ. ſete ſprituaes e ſete corpo
raes.

¶ As ſete ſprituaes.
ſom as ſeguintes. ſ.

A primeira he. Enſynar os ſimpres.

A ſegunda he. Dar boõ conſelho a quem o pede.

A terçeyra he. Caſtigar com caridade os quecerram.

A quarta he. Conſolar os triſtes deſconſolados.

A iiij

Segunda folha do «Compromisso» de 1516, (reducção a 2|3)

Passando dos manuscriptos aos impressos, trataremos das edições do Compromisso que se conhecem. Da primeira, feita em Lisboa em 1516 são rarissimos os exemplares de que ha noticia. Innocencio da Silva não viu nenhum. E' no formato *in quarto*, egual ao dos outros Compromissos posteriores, em papel de linho, typo gothico de extrema nitidez. No frontispicio tem uma gravura representando o quadro de Nossa Senhora ca, muito perfeita. As letras capitaes e os titulos do principio são impressos a vermelho, e o typo menor a preto. Varias gravurinhas intercalam o texto, enquadrando a pagina onde se referem as obras de misericordia. A reproducção, que estampamos n'esta pagina, dispensa-nos da descripção. E' um formoso exemplar da typographia portugueza nos principios do seculo XVI, sendo a impressão tambem muito perfeita. Como

se vê da pagina final, que abaixo reproduzimos, o compromisso termina, salvo a orthographia: «Feito em a cidade de Lisboa a xv dias do mez de novembro, André Pires o fez, de mil e quinhentos dezaseis annos.=Foi imprimido o presente compromisso da mui Santa confraria de misericordia por Valentim Fernandes e Harmam de Campos por mandado do mui alto e mui poderoso principe El-Rei D. Manuel nosso senhor. Anno XXI do seu reinado em a mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa, aos xx dias do mez de dezembro, anno de mil quinhentos e dezaseis.» A Misericordia de Vizeu possue um exemplar d'esta edição, acompanhado d'estas palavras escriptas por D. Manuel: «Maudamos que este compromisso se cumpra e guarde pela Misericordia Compromisso da Misericordia de Lisboa, feitas do seculo XVI ao XVIII (1516 a 1739), pois que diversos fidalgos d'esta illustre familia fôram irmãos, e alguns até provedores, da Misericordia. Na pagina final do exemplar de 1516, que temos presente, lê se manuscripto o seguinte *visto:* «Este compromisso se apresentou nesta meza do despacho do Desembargo do Paço, hoje vinte de novembro de 1581. (a) Mel. G.do Castello Branco.» Por isto julgamos que, em virtude d'alguma ordem de Filippe I, fôssem os exemplares do Compromisso da Misericordia em poder dos irmãos mezarios conferidos ou confirmados por aquelle tribunal, a fim de por elles assim se regularem. O segundo Compromisso impresso é o que foi approvado por alvará de 19 de maio de 1618. E

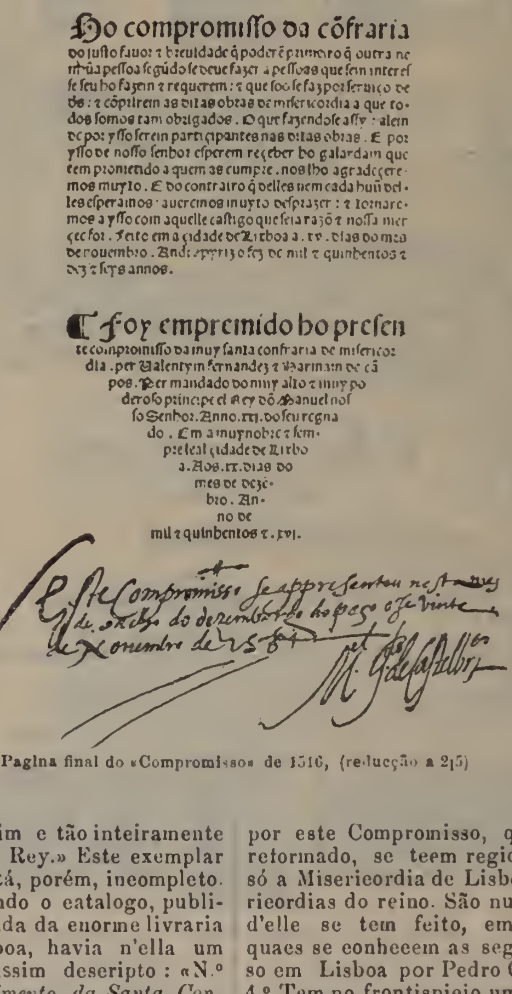

Ho compromisso da cõfraria do justo fauor ⁊ breuidade q̃ poder ẽ primeiro q̃ outra nenhũa pessoa segũdo se deue fazer a pessoas que sem interesse seu ho fazem ⁊ requerem: ⁊ que soo se faz por seruiço de deos: ⁊ cõprirem as ditas obras de misericordia a que todos somos tam obrigados. O que fazendose assy: alem de por ysso serem participantes nas ditas obras. E por ysso de nosso senhor esperem receber ho galardam que tem prometido a quem as cumpre. nos lho agradeceremos muyto. E do contrairo q̃ delles nem cada huũ delles esperamos: aueremos muyto desprazer: ⁊ tornaremos a ysso com aquelle castigo que seia razõ ⁊ nossa merçee for. Feito em a cidade de Lixboa a. xv. dias do mes de nouembro. Andre pirez o fez de mil ⁊ quinhentos ⁊ dez ⁊ seys annos.

Foy empremido ho presente compromisso da muy santa confraria de misericordia. per Valentym fernandez ⁊ Harmam de cãpos. Per mandado do muy alto ⁊ muy poderoso principe el Rey dõ Manuel nosso Senhor. Anno. xxj. do seu regnado. Em a muy nobre ⁊ sempre leal cidade de Lixboa. Aos. xx. dias do mes de dezẽbro. Anno de mil ⁊ quinhentos ⁊. xvj.

Pagina final do «Compromisso» de 1516, (reducção a 2|5)

da cidade de Vizeu, assim e tão inteiramente como n'elle se contem.=El Rey.» Este exemplar do formoso paleotypo está, porém, incompleto. Falta-lhe a 2.ª folha. Segundo o catalogo, publicado em 1911, para a venda da enorme livraria Pereira Merello, de Lisboa, havia n'ella um exemplar d'esta edição, assim descripto: «N.º 129=*Compromisso e Regimento da Santa Confraria da Misericordia de Lisboa.* (Meio gothico). Frontispicio grav. e uma gravura. Lx.ª 1516, 1 vol. (Bello exemplar, valiosissimo).» Na Misericordia de Lisboa ha noticia de ainda ha poucos annos existir ali um exemplar d'esta edição do seu compromisso. Na opulenta livraria do morgado de Alegrete, hoje dos srs. condes de Tarouca, guardam-se exemplares de varias edições do por este Compromisso, que nunca chegou a ser reformado, se teem regido até ao presente, não só a Misericordia de Lisboa, como todas as misericordias do reino. São numerosas as edições que d'elle se tem feito, em diversas epocas, e das quaes se conhecem as seguintes:=1619, impresso em Lisboa por Pedro Craesbeeck, formato in 4.º Tem no frontispicio uma pessima gravura, representando o painel da Misericordia. Existe um exemplar na Bibliotheca Nacional, que pertenceu ao convento de Alcobaça.=1640, impresso em Lisboa por Antonio Alvarez. Existe um exemplar na Bibliotheca Nacional.=1645, impresso pelo mesmo Antonio Alvarez, «impressor de elrei nosso senhor.»=1662, impresso em Lisboa por Henrique Valente de Oliveira, «impressor

de el-rey N. S.» Na Bibliotheca Nacional ha um exemplar.=1674, impresso em Lisboa por Francisco Vilella. Existe um exemplar na Bibliotheca Nacional, que pertenceu á Livraria publica do Collegio de Santo Antão, e outro na Bibliotheca Publica de Evora. Na bibliotheca do morgado de Alegrete, tambem se guarda um exemplar.=1704, impresso em Lisboa por Miguel Manescal, com uma bella gravura do painel da Misericordia. Existe na Bibliotheca Nacional e na livraria do morgado de Alegrete.=1739, impresso em Lisboa, na officina de Manuel Fernandes da Costa, impressor do Santo Officio. Existe na livraria Alegrete.=1745, impresso em Lisboa na officina de José da Silva Natividade. Tem no frontispicio a gravura do grupo da instituição da Misericordia. No exemplar que existe na Santa Casa, em Lisboa, comquanto as licenças do Santo Officio e as do Ordinario e do Paço tenham a data de 1745, no frontispicio lê-se a de 1755 *(MDCCLV)*. E' numerado por folhas, de 1 a 42, e tem impressas nas margens varias resoluções da Mesa relativas ao texto do Compromisso. =1749, impresso em Lisboa Occidental, na officina de Manuel Fernandes da Costa, impressor do Santo officio. Na Bibliotheca Nacional existe um exemplar que pertenceu ao irmão da Misericordia Antonio Roiz Maya.=1755, na mesma officina.=1818, impresso na Typographia de Bulhões, com uma pessima gravura. Embora seja a edição mais moderna, tambem não é vulgar. Existe um exemplar na Bibliotheca Nacional. Estas impressões do Compromisso eram feitas por conta da irmandade, que as distribuia aos irmãos, recolhendo os exemplares, depois da sua morte, para novamente os distribuir. Algumas Misericordias do paiz teem feito edições especiaes do compromisso. Temos nota das seguintes: *Compromisso da Misericordia da cidade do Porto*, Coimbra, folio de quarto com 59 pag., impresso por José Lopes Ferreira, 1678; *Compromisso da Santa e Real Casa da Misericordia de Braga*, Typ. Lusitana, Braga, 1857. Houve edição, ou edições anteriores, pois esta diz: «novamente impresso, com notas declaratorias e explicativas.» *Compromisso da Santa Casa da Misericordia de Coimbra, e catalogo dos Provedores e Escrivães que até ao presente tem servido nella. Impresso por mandado e á custa de Filippe Sarayva de Sampayo e Mello, provedor d'esta Santa Casa.* Na officina de Luiz Secco Ferreira, Coimbra, 1747. Fol. de 66 paginas com uma gravura que representa o brazão d'armas do provedor. As licenças são todas de 1635, o que parece indicar a existencia d'outra edição mais antiga. Tendo-se tornado muito raro este compromisso, foi reimpresso na typ. da Universidade, 1830. || Bibliographia: *A Santa Casa da Misericordia de Lisboa*, etc., por Victor Ribeiro, Lisboa, 1902, a pag. 4 a 59; *Documentos historicos da cidade de Evora*, por Gabriel Pereira; *As Misericordias*, por Costa Goodolphim, pag. 31, 371 e 454; *Diccionario Bibliographico*, de Innocencio Francisco da Silva, vol. II, pag. 95, e vol. IX, pag. 82.

Misericordia. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Ferreiros, conc. e distr. de Braga. || S. João Baptista, de Negrilhos, conc. de Aljustrel, distr. de Beja || S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra. || N. S.ª d'Assumpção, de Collos, conc. de Odemira, distr. de Beja. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Ferreira do Alemtejo, do mesmo distr. || Santa Catharina, de Selmes, conc. da Vidigueira, do mesmo distr. || N. S.ª d'Assumpção de Gonçalo, conc. e distr. da Guarda. || Pov. da freg. de S. João de Cabiri, na 2.ª div. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Misquel. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Parambos, conc. de Carrazêda de Anciães, distr. de Bragança.

Missa. Deu-se antigamente este nome não só ao acto solemne com que a Egreja commemora o sacrificio de Jesus Christo pela humanidade, como tambem: 1.º ao officio nocturno e vespertino; 2.º á parte da missa a que podiam assistir os catecumenos, que era desde o principio até ao offertorio exclusivé; 3.º á *missa dos fieis*, que era do offertorio, inclusivé, até ao fim; 4.º a toda e qualquer oração, ou *collecta;* 5.º ás lições que costumavam a lêr nas *matinas;* 6.º á festividade de algum santo, que se celebrava com grande concurso de povo; 7.º á feira, ou mercado, que por occasião do dito concurso, se fazia na solemnidade de alguns santos; 8.º a tudo o que pertencia ao officio divino, que tambem chamavam *liturgia*. As *missas*, segundo as suas circumstancias, tinham diversos nomes: *Missas dos pobres*, esmola que, nos adros das egrejas, se repartia entre elles, para rezarem pela alma de algum defunto. || *Missa do psalterio*, certo numero de psalmos, preces e orações, que devia rezar o capellão todos os dias, no tempo do interdicto, satisfazendo assim pela *missa de sacrificio* que devia celebrar se o não houvesse. || *Missa de sacrificio*, o mesmo que *missa de sobre* o *altar*. No testamento do conde de Barcellos D. Martim Gil de Sousa, documento de Santo Thirso, de 1312, diz-se: *Sejam tehudos a fazer dizer cada dia huma missa de Sacrificio sobre Altar.* || *Missa de sobre altar*; termo muito usado em Portugal nos seculos XIII e XIV; eram as de sacrificio, ditas sobre o altar, para as differençar das orações e preces, que se podiam dizer fóra do altar, e a que tambem então se dava o nome de *missa*, as quaes até as mulheres podiam dizer, e por isso se chamavam *celebrantas*. *Missa calada*, o mesmo que *missa baixa*, e na qual, supposto assistisse algum acólito, o celebrante a dizia a *meia voz*. Era o contrario da *missa alta*, ou *publica*, que se celebrava com vagaroso canto, e á qual assistia muito povo, que n'ella offerecia os seus donativos, e cantava e commungava tambem. No testamento de D. Pedro, conde de Barcellos, de 1350, documento de Tarouca, diz-se: *E me cantem Missas Offizeadas e caladas.* || *Missa cantada*, o mesmo que *missa particular*, ou *rezada*, mas com a differença que, então se usava levantar o sacerdote algum tanto a voz || *Missa chan*, missa rezada. *Item no dia de minha sepultura, cantem huma Missa Officiada, e Chãs, quantas se poderem dizer.* (Documento de Grijó, de seculo XIV). || *Missa Officiada*, ou *official*, era o nome que se dava á missa de *requiem*, a que precedia o officio de defuntos, e a qual se solemnisava com ministros, incenso e canto. Os *officios* podiam ser feitos por seculares (leigos) de ambos os sexos. *He estas Missas Officiem-nas os Confrades, e os leigos, e as mulheres digam em tanto senhas Missas de Pater noster* (Documento de Thomar, de 1388). || *Missa de Pater noster* era certo numero de orações do *Padre Nosso*, que de-

viam rezar os leigos e as mulheres, que não soubessem officiar as *missas de sobre o altar.* || *Missas dos espritaaes* eram as esmolas dadas aos hospitaes, applicadas pela alma de algum defunto. || *Missas publicas* eram as missas que os bispos podiam celebrar nos mosteiros, com toda a solemnidade, prégando, chrismando, etc. Tambem se chamavam *missas publicas* as que eram solemnemente cantadas por muitos, na presença do povo. || *Missa dos diaconos, sub-diaconos e acólitos*, differiam das missas dos leigos em constarem, não de Padres Nossos, mas de alguns psalmos, preces e orações. || Segundo alguns documentos do cartorio episcopal de Vizeu, no seculo XII, dava se um

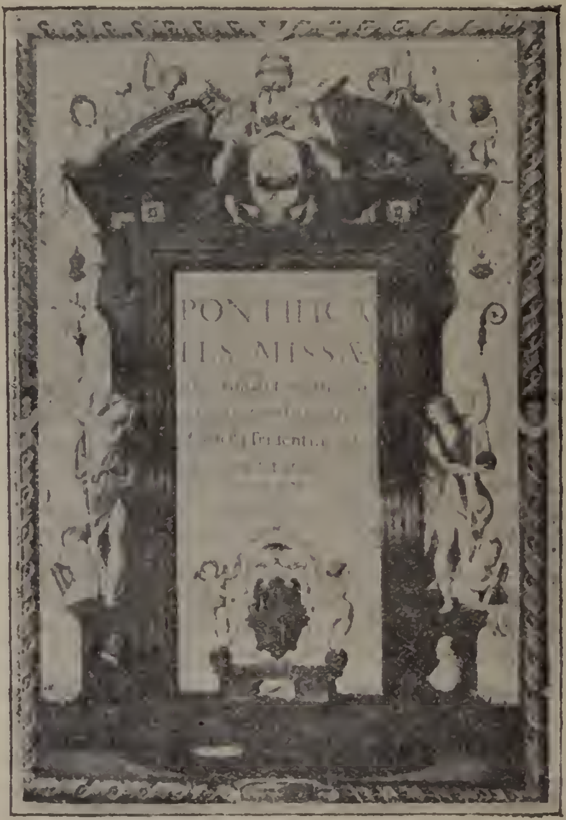

Frontispicio do Missal de Estevão Gonçalves Netto

soldo por cada missa. No seculo XIII chegou a dois soldos; em 1304 já custava tres soldos; em 1520 pagava-se uma missa *de tres em renge* (com ministros sagrados, a canto de orgão e com assistencia da communidade, se era em mosteiro), por 20 réis; no Synodo de Coimbra, de 1566, se mandou que a esmola da missa fôsse de 30 réis; em 1590, por uma provisão para a Misericordia de Coimbra, concedeu el-rei D. Manuel, que fôsse de 40 réis a esmola da missa rezada. Por ultimo, as *Constituições* de varios bispados marcaram o preço das missas rezadas, em 120 réis, e das cantadas, em 480 réis. E' preciso, porém, notar, que no tempo em que as missas custavam *um soldo*, custava um alqueire de trigo 3, 4 e 5 réis. Em S. Christovam, de Coimbra, existe um documento, de 1401, pelo qual consta que se commutou a pensão annual de 7 alqueires de azeite, por 7 *livras*, cinco das quaes faziam um real de dez soldos.

Missa (*Casal da*). Na freg. de N. S.ª da Graça, de Ega, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra.

Missal. Livro ecclesiastico que contém certas orações proprias das missas e festas dos differentes dias do anno, e de que os padres se servem no altar. O nome de *missal* substituiu o de *sacramentario,* quando ao sacrificio eucharistico foi dado o nome de *missa.* Houve a principio varias especies de missaes: o primeiro reservado aos padres, só continha o psalmo *Judica*, o Canon e as orações; os outros comprehendiam: um os Evangelhos para os diaconos, outro as Epistolas para sub-diaconos, um terceiro as Antiphonas e os Responsos para os chantres; tinham egualmente nomes particulares, taes como: *Evangeliario, Epistolario, Antiphonario.* Pelo seculo IX começou se a dar aos curas das egrejas mais pobres, onde não havia diaconos, nem sub-diaconos, nem mesmo algumas vezes chantres, missaes *plenarios,* isto é, contendo toda a liturgia da missa. Pouco a pouco o uso d'estes tornou-se geral. Os missaes actuaes do rito romano, redigidos em conformidade com o texto adoptado por Pio V em 1570,

são divididos em tres partes: a primeira contém a ordem da missa, com todas as orações que devem ser ditas cada dia; a segunda comprehende o proprio do tempo, e a terceira o proprio dos santos. Imprimem-se com cuidado os missaes, e ordinariamente são encadernados com luxo. Os da edade média e tambem os da Renascença, eram manuscriptos com ornatos e miniaturas. Conservam-se alguns que são verdadeiras obras primas da arte decorativa. Em Portugal temos o precioso missal manuscripto e illuminado, obra de Estevão Gonçalves Netto, o qual existe na livraria da Academia Real das Sciencias. (V. *Gonçalves Netto*, no *Portugal*, vol. III, pag. 800). A' bibliographia indicada no artigo especial d'este primoroso ms. no (mesmo vol. III, pag. 801), accresсente-se o estudo de Ribeiro Guimarães, no seu *Summario de Varia Historia*, vol. II, pag. 72, Lisboa, 1872. Como se sabe este artigo saiu primitivamente no *Jornal do Commercio*, e está reproduzido na *Encyclopedia Portugueza Illustrada*, publicada no Porto, vocabulo *Missal*. Na Torre do Tombo guardam-se dois missaes, manuscriptos, dos seculos XIV e XV, sendo este illuminado. Pertenceu á livraria de Alcobaça. || *Missal mistico*; chamava-se assim ao livro que trazia as missas de *per annum*, e tudo o que pertencia á liturgia do altar. Havia outros missaes que constavam só de alguns officios divinos, orações e collectas, que tambem tinham o nome de *Missas*. Havia *Missal papel*, *Missal rromaão* (romano), *Missal mystico* e *Missal de orações*, ou *Livro mistico*. No *Inventario* da egreja de Santo André, do Escariz, no concelho de Arouca, feito em 1418, se lê: «Duas vestimentas perfeitas; Huma capa de sirgo; hum caliz de estanho; Hum livro Missal Mistico, etc.» (Documento das freiras benedictinas do Porto) || *Missal romano, segundo o Calendario de Portugal, conquistas e Brazil, traduzido no portuguez em favor dos que ignoram o latim, por D. J. H.* Lisboa, 1847. O traductor era o P. Domingos José de Santo Estevão Henriques.

Missalete. Na sé patriarchal, no riquissimo thesouro que ali existe, ha uns pequenos missaes, de pontifical, a que se dá o nome de *missaletes*, os quaes servem sómente nas festividades a que assiste o cardeal patriarcha. São umas riquissimas illuminuras que se vêem n'umas compridas vitrines. Por sua ordem são as seguintes: Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Natividade, S. Vicente, Quinta feira maior, Domingo da Resurreição, Domingo de Pentecostes, S. Pedro e Nossa Senhora da Assumpção. Estão ali mais tres livros riquissimos. São os destinados á assistencia do prelado, ás festividades em que não officía. Servem para quinta feira d'Ascensão, e um dos outros para uma das domingas do Advento. Todos estes missaletes fôram offerecidos pelos monarchas D. João V, D. José I e D. Maria I, e pertenciam á antiga patriarchal. Um dos missaletes é destinado aos matrimonios regios, o qual tem junto a seguinte inscripção: «Este livro foi preparado em 1783, anno em que teve logar o casamento da serenissima senhora D. Marianna Victoria, infanta de Portugal (filha da rainha senhora D. Maria I e do rei senhor D. Pedro III), com o serenissimo senhor D. Gabriel Antonio, infante de Hespanha.»

Missam, Missão ou Missom. Homem ou mulher que servia de correio, ou de levar recados. Antigamente eram obrigados os peões d'ambos os sexos a fazerem gratuitamente os recados dos senhores donatarios das suas terras. A esta obrigação chamava-se *carreira*, que é o mesmo que jornada; viagem, ida, caminho, que o emphyteuta ou vassallo pagava, como de pensão annual, ao senhorio, indo a pé, já com a sua besta ou carro; já a logares certos, já a incertos, á vontade do senhorio. E' preciso notar que não especificando o prazo a qualidade do serviço pessoal, não era obrigado o colono ou emphyteuta a levar besta ou carro. Era muito usado antigamente este *direito, foragem* ou *direitura*, emquanto não houve correios publicos. No foral que D. Saucha Vermuiz e seus filhos deram á villa de Fonte Arcada em 1193, se lê: «Bestia non deutur, nisi semel in anno: una via sit usque Santarem: altera ou Pereiro: et coetera usque Tuy. Homines, qui bobes, aut bestias non habuerint, faiant singulas carreiras semel in anno, et non amplius.» N'um prazo de Salzedas, de 1295, se vê fazendo parte da pensão: «Senhas carreiras con os bôis, e con os corpos, á abbadia, pera carregar os arcos » No foral de Ceia, de 113?, se eximem as mulheres de recado, do serviço gratuito das *carreiras*. «Nulla mulier missam non faciat nullum servitium de Senior terrae, nisi pro suo precio.»

Missangue. Pov. do sobado de Quibembe, na freg. de S. Joaquim, 3.ª divisão do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, provincia de Angola.

Missangue ou **Inhachirondo**. Aringa, capital do Barué, na Africa Oriental. Está situada a uns 100 k. do Zambeze, via Sança. Foi residencia do chefe indigena Macombe, e, até á campanha de 1902, foi julgada invencivel por proximo se ter dado em 21 de janeiro de 1891 o desastre das forças do Manuel Antonio. Dista de Inhangona 25 kilometros. Em 28 de agosto de 1902 deu-se aqui o segundo combate mais sangrento das operações de 1902, sendo morto um filho de Macombe.

Missionario. O que préga a fé; padre encarregado de missionar. Segundo o exemplo dos apostolos que prégaram o Christianismo entre os hereticos e os infieis, os missionarios espalham-se por todos os pontos da terra a ensinar o evangelho. Em 1622 o papa Gregorio XV fundou em Roma a Congregação da Propaganda; pouco depois fundaram se em França dois estabelecimentos com o mesmo fim, em 1625 o dos *Padres da Missão*, chamados Lazaristas; e em 1633 o das *Missões estrangeiras*. Em 1822 fundou-se em Lião a *Associação para a propagação da fé*. Os missionarios catholicos portuguezes fôram os que mais notavelmente se celebrizaram pela dedicação com que exerceram o seu apostolado Nada os atemorisava nem fazia affrouxar na sua ardente fé. Ninguem póde negar que fôram principalmente os jesuitas os missionarios que mais largamente e mais proveitosamente exerceram esse alto sacerdocio, expondo a vida com a abnegação e a coragem dos primitivos martyres da Egreja. De Portugal foi mandado S. Francisco Xavier, da Companhia de Jesus, a missionar na India, onde prestou extraordinarios serviços ao Christianismo. Do collegio que fundou em Gôa destinado a crear missionarios, sairam esses missionarios que, estabelecidos no Japão, tantos pro

selitos recrutaram, que o governo d'aquelle imperio se resolveu a expulsal-os. Esses homens, verdadeiramente admiraveis e decididos, percorreram a China, a Abyssinia, os desertos de Thibet, a Asia austral, o Brazil, etc O nome do P. Antonio de Andrade, o audaz missionario que se internou no Thibet, emparceira dignamente com Bento de Goes, que atravessou a Asia, viagem extraordinaria que ninguem havia feito depois de Marco Polo, e que só foi emprehendida no seculo XIX por Adolpho Schlagintweit. No Brazil tambem os missionarios se tornaram esforçados apostolos da civilisação. Em 1675, fr. Antonio das Chagas, religioso franciscano, fundou um instituto de missionarios apostolicos destinados a prégar a fé christã entre os povos já convertidos ao Christianismo, ou que professavam esta religião. Os estatutos fôram approvados em 1679 pelo papa Innocencio XI, installando se a nova instituição no convento do Varatojo, onde hoje existe uma communidade, que se emprega no serviço das missões. Pouco depois abriram-se mais outras casas filiaes d'aquella, uma em Brancanes, proximo a Setubal, e duas em Lisboa. Estes missionarios, como os do convento de Montariol, perto de Braga, não teem organisação regular; percorrem as aldeias em determinadas epocas do anno, prégando e confessando. Com a extincção das ordens religiosas declinaram bastante as missões do ultramar, estabelecendo se então o Collegio das Missões Ultramarinas, em Sernache de Bomjardim, para a educação de missionarios.

Misteiroso. Termo antigo que significava o official mechanico, operario, obreiro, etc. Como synonimo de individuo trabalhador se encontra na *Chronica do conde D. Pedro*, cap. I.

Mistéres. Servos da gleba, escravos ou colonos de certas fazendas, os quaes eram differentes dos *servos casatos*, d'onde se derivou *casal* e *caseiro*. Os romanos, e depois os godos, dispunham das terras e pessoas dos vencidos segundo a vontade de seu principe; d'aqui nasceu o *poder Héril*, que os donos exerciam nas terras e pessoas que lhes eram dadas ou repartidas; chegando mesmo a serem senhores dos *corpos e vidas*, e em algumas partes até das *honras*, d'estes ministeiraes, *misteiraes*, ou *escravos do torrão*. Quando começou a monarchia portugueza já o *poder Héril* se havia convertido em *jurisdicção patrimonial* que, exceptuando as vidas e honras, nada differia da antiga escravidão, sendo-lhes até prohibido, em alguns foraes e prazos, sob graves penas, recorrerem ao rei queixando se das oppressões, D. Affonso II, longe de exterminar tão deprimente e cruel despotismo, parece dar lhe approvação, quando em 1211 determinou que o *homem livre possa viver com quem lhe approver, excepto os que viverem nas herdades ou testamentos*. *Herdades* eram as propriedades dos grandes senhores, e *testamentos* as das egrejas e mosteiros. D. Affonso V suavisou as disposições d'esta lei, deixando-as ao arbitrio do julgador. *Em tal guisa porém que os forçadores da liberdade nom fiquem sem pena.* (As comminadas por D. Affonso V para o caso). *Codigo Affonsino*, liv. IV, tit. 20 O tempo foi modificando os costumes, e os senhores de baraço e cutello,pendão e caldeira, de méro e mixto imperio, fôram restituindo, por boa ou má vontade,a jurisdicção suprema aos nossos reis, que trataram de a reunir á corôa, como attributo só proprio da realeza, até que a *Ordenação Manuelina*, liv. II, tit. 45, extinguiu totalmente os escravos ou servos da gleba.

Mistéres Officios. V. *Procurador dos mestéres.*

Misterios. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de Santo Amaro, conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo.

Mistunco. Ilha do archipelago de Cabo Delgado, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Mitra. Insignia ecclesiastica, que põem na cabeça em certas cerimonias os bispos, arcebispos e cardeaes. E' um barrete de fórma conica, fendido lateralmente na parte superior e com duas fitas que cáem sobre as espaduas. A propria tiara pontificia (V. *Corôa*) é uma mitra cingida por tres corôas ducaes sobrepostas. O uso da mitra tornou se obrigatorio para os bispos a partir

Mitra de prata do seculo XVII

do seculo XI. Pela mesma epoca os papas concederam-na aos abbades que tivessem uma jurisdicção consideravel. Nos brazões d'armas dos abbades regulares o escudo é timbrado com a mitra posta de frente e á dextra. Os abbades commendatarios punham tambem a mitra á direita do baculo, e sobre elles o chapéo preto com cordões e tres borlas da mesma côr. No brazão dos bispos tambem a mitra é posta sobre o escudo com as fitas á dextra e o baculo á sinistra, com a crossa voltada para fóra (V. *Bispo)*. Nos thesouros das sés e d'outras egrejas, onde existem ricos paramentos, ha algumas mitras muito notaveis pelos seus bordados e pedras preciosas nellas engastadas. Admiram se mitras muito ricas nos museus de Lisboa e Coimbra. Na exposição d'arte ornamental, realisada em Lisboa em 1882, appareceram mitras dignas de menção, e entre ellas umas de prata dourada, lavrada e

aberta, obra do seculo XVII, que pertencem á irmandade do Santissimo Sacramento da freguezia da Graça, na capital. || Tambem por mitra se designa a dignidade, jurisdicção e patrimonio, de um bispo, arcebispo ou patriarcha. || Carocha, carapuça de papel que collocavam na cabeça dos condemnados pela Inquisição. V. *Carocha*

Mitondo. V. *Mitundo.*

Mitundo. Antigo prazo da corôa no distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está situada na margem esquerda do rio Zambeze, e tem 25 k. de comprimento por 15 de largura. Terreno accidentado e cortado por varios ribeiros que o fertilizam. Grandes florestas que produzem excellente madeira de construcção, e são povoadas por animaes ferozes.

Miudal. Pov. na freg. de Santa Cruz, de Alvarenga, concelho de Arouca, districto de Aveiro.

Miudo. Pov. na freg. de Santa Maria Maior, e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Miusella. Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Almeida, distr. e bisp. da Guarda; 230 fog. e 973 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. permutando malas com a R. A. B. A; mercado na penultima quinta feira de cada mez. A pov. dista 20 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Côa, na estrada que vae da Guarda a Nave de Haver. Pertenceu ao antigo conc. de Castello Mendo, passou depois para o de Sabugal, e por ultimo para o de Almeida, por decreto de 12 de julho de 1895. A mitra apresentava o abbade, que tinha 300$000 rs. A terra é muito fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. na freg. de S. Vicente, de Antas, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu.

Mixões de Baixo. Pov. na freg. do Salvador, de Valdreu, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Mixões da Serra. Pov. na freg. do Salvador, de Valdreu, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Mixonga. Territorio do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Houve aqui uma feitoria com respectiva freguezia, onde se realisava annualmente uma feira, que era muito concorrida pelos gentios para o resgate do marfim, d'algum ouro e de mantimentos. O estabelecimento e a egreja fôram destruidos pelos cafres ha já muitos annos. Este territorio está situado entre Tete e o Zumbo. || Grande serra que se levanta no territorio do mesmo nome, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem minas de ouro.

Mizarella. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda; 138 fog. e 521 hab. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Mondego, na estrada que vae da Guarda a Linhares. A Casa do Infantado apresentava o prior, que tinha réis 230$000 de rendimento. A terra é muito fertil em cereaes. Tem algum gado e muita caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 12, com a séde em Trancoso. || Povoações nas freguezias: S. Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra. || S. Miguel e conc. de Armamar, distr. de Vizeu. || Monte na prov. da Beira Alta. E' muito elevado, e na parte superior está edificada a villa de Armamar, começando a apparecer ao N da villa, e muito proximo da egreja matriz, um vertiginoso despenhadeiro, em partes cortado quasi perpendicularmente, descendo até uma profundidade extraordinaria, no sopé da qual passa o rio Themi-Lobos, que para ali chegar se despenha d'uma grande altura, formando uma boa cataracta, a que se dá o nome de *Salto da Mizarella.* Do alto d'este monte goza-se um vasto e lindo panorama. || Rio da prov. da Beira Alta, que nasce no alto da serra do Caramullo e corre por entre penhascos. Na freg. de S. Thiago, de Bésteiros, tem uma cascata, ou catadupa, a que tambem dão o nome de *Salto da Mizarella*, ou *Bica da Agua-Alta*, que tem 67 m. d'alto, e é uma das maiores e das mais formosas do paiz. || Ponte legendaria na prov de Traz-os-Montes, que tem de comprimento 26^m,62, e de largura 2^m,64. Está lançada sobre o rio Regavão, ou Mizarella, a distancia de 1 k. da sua confluencia com o rio Cávado, na estrada de Braga para Montalegre, por Salamonde. Esta ponte assenta sobre dois grandes penedos; é de cantaria com um só arco, de 13 m. em vão. A sua altura, na estiagem, desde a superficie da agua até ao pavimento, é de 23 m. A ponte é antiquissima, e a sua construcção é atribuida aos romanos. Foi reconstruida no principio do seculo XIX. O estrondoso rugido das aguas, precipitando-se de catadupa em catadupa, e formando por baixo da ponte uma profunda caldeira, cujas paredes são formadas pelos alcantis circumjacentes, que se elevam em escalões, a grande altura, por entre matagaes e alguns castanheiros, e o Gerez, que a curta distancia, ao O, ostenta parte da sua magestade selvagem, dão a este sitio uma celebridade, que não tem as outras pontes do reino, embora mais antigas, maiores e de mais primorosa architectura. Em 16 de maio de 1809 o exercito francez, quando fugia para Hespanha perseguido pelo exercito anglo-luso, foi atacado n'esta ponte pelas ordenanças de Montalegre e algumas outras, morrendo bastantes francezes. A 7 de março de 1827 houve tambem n'esta ponte um pequeno encontro entre as tropas realistas commandadas pelo general Silveira, conde Amarante e marquez de Chaves, e as liberaes do general Zagallo, batendo aquelle em retirada para Hespanha. Antes, a 21 de dezembro de 1826 e a 29 de janeiro de 1827, tambem houve ali combates entre liberaes e realistas.

Mizarella ou Regavão. Rio da provincia de Traz-os-Montes, no conc. de Montalegre. Nasce junto da pov. de Codeçoso da Chan, na freg. de Meixêdo, atravessa diversas freguezias, e depois de augmentado com varios ribeiros e regatos, vae desaguar na margem esquerda do rio Cávado, abaixo da ponte de Mizarella, com 42 k. de curso.

Mluli. Rio da prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' de pequeno curso. N. na serra Chinga, e inflectindo para SE, corta a Magovola, e vae sair no Canal de Moçambique, umas 5 milhas a SW do canal e barra de Quiloa, a occidente da ilha d'Angoche.

Mó. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Barrozas, conc. de Louzada, distr. do Porto.

|| S. Gens, de Boelhe, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || Santo Estevão, de Cantellães, conc. de Vieira, distr. do Braga. || S. Thiago, de Cepões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Cimbres, conc. de Armamar, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Grade, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Moure, concelho de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Cypriano, de Paços de Brandão, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. || Santa Marinha, de Palmaz, conc. de Oliveira de Azemeis, do mesmo distr. || S. Pedro, de Parada, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Parada e Barbudo, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Lourenço, do Rio Cabrão, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Cypriano, de Senharei, do mesmo conc. e distr. || Santa Marinha, de Fayão, conc. de Valença, do mesmo distr. || S. Thiago, de Valladares, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, distr. de Leiria. || S. José, de Alqueidão da Serra, conc. de Porto de Moz, do mesmo distr. || S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco. || Serra, ou monte de N. S.ª da Mó; fica na prov. do Douro, sobranceira e ao E e NE da villa de Arouca; tem uma capella da invocação d'aquella imagem, que dá o nome ao sitio. || Serra, na prov. do Douro, que divide a freg. de Duas Egrejas das do Valle e de S. Vicente de Louredo. E' no conc. da Feira. E' bastante elevada. A grande abundancia de granito quartzo, proprio para fazer mós de moinhos de milho grosso, é que deu o nome a esta serra. Tem algumas arvores silvestres e muitos pinhaes. E' em partes cultivada. Cria alguma caça. Tem só 3 k. de comprimento, de N a S, pois principia no logar de Villa Sêcca, conc. de Arouca, e termina no logar da Portella, freg. de Santo Isidoro de Romariz, do conc. da Feira. || Serra do distr. de Bragança, na prov. de Traz-os-Montes. E' uma ramificação da serra de Argueira, nos limites da freg. de Avellanoso, conc. de Vimioso.

Mó do Cabo. Pov. na freg. de Santo André, de Guilhadezes, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Mó Grande e Mó Pequena. Duas povoações na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Mó da Lomba. Pov. na freguezia de Santo André, de Guilhadezes, concelho de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Moabsa. Uma das circumscripções em que está dividido o distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Commandante e força de cypaes.

Moaide. Pov. na freg. de S. Mamede, de Infesta, conc. de Bouças, distr. do Porto.

Moanda. Pov. no sobado de Bembe, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Moás. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

Moça chamorra. Chamava-se antigamente ás raparigas que traziam o cabello rapado. Pelos fins do seculo XIII as creadas de servir de Lisboa eram quasi todas chamorras. «Mandavão de Sevilha a seus amigos, que lhes levassem das moças chamôrras, que eram boas servidoras» *(Chronica de D. João I*, por Fernão Lopes, parte 1.ª, cap. 139). Os castelhanos davam o nome de *chamorro* aos portuguezes na batalha d'Aljubarrota, porque n'esse tempo usavam os cabellos compridos como os godos, mas os portuguezes não. D. João I, de Castella, quando fugia d'Aljubarrota, dizia: «A maior pena que tenho, é ser derrotado por estes chamorros.» Quando em 1836 se deu a revolta setembrista, grande parte dos revoltosos eram guardas nacionaes e corpos voluntarios, que traziam o cabello como queriam. A tropa do governo trazia o cabello cortado á escovinha, segundo os regulamentos militares. D'esta circumstancia proveiu o dar-se o nome de *chamorros* aos cartistas.

Moçães. Pov. na freguezia do Salvador, de Torgueda, conc. e distr. de Villa Real.

Moçafaneira. Pov. na freg. de S. Mamede, de Ventosa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. Tem est. postal.

Moçafra. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Souto, conc. de Aguiar da Beira, distr. da Guarda.

Moçambique *(Companhia de)*. Esta companhia soberana, com direitos magestaticos, cujas concessões, feitas pelo governo portuguez por decreto de 11 de fevereiro de 1891, fôram modificadas por decreto de 17 de maio de 1897, administra os territorios de Manica e Sofala, que são regiões de reputada riqueza pela qualidade dos seus terrenos de cultura e pelas minas de ouro e outros metaes, que desde tempos antigos são conhecidas, e que as explorações modernas teem confirmado. *(V. Manica)*. O territorio da Companhia de Moçambique é, nos termos da sua *Carta organica*, limitado: Ao N pelo Zambeze, desde a sua embocadura mais meridional até ao confluente Luenha, comprehendendo todas as ilhas, que, até 1891, faziam parte dos *prazos* da corôa da margem direita do Zambeze; a O pela fronteira da provincia do Moçambique, na parte comprehendida entre os rios Luenha e Limpopo, e por este ultimo no ponto em que é atravessado pelo 32.° meridiano; ao S, por uma linha indo d'este ultimo ponto até á intersecção do 33.° meridiano com o parallelo 22.° e em seguida pelo referido parallelo até á costa; a E, pelo Oceano Indico. Assim limitado, este territorio tem uma extensão total de 16 milhões de hectares. Cinco grandes vias fluviaes sulcam estes territorios. São: o *Zambeze*, com os Muira, Sangadji e Mepusi; o *Pungue*, com os Inyassamya, Shitora, Winduzi, e Urema-Mukumbezi, cujos numerosos affluentes fertilizam o soberbo *prazo* da Gorongoza; o *Busi*, com o Revue, e esto com uns trinta affluentes; o *Gorongozi*, com o Macuene; e o *Sabi*, com o Pembi. Como capital d'estes territorios a Companhia fundou a cidade da Beira *(V. este nome)*, muito importante pelo seu porto e pelo caminho de ferro para a Machona. Administrada sob a fiscalização do governo portuguez, tem todavia a Companhia leis e regulamentos peculiares ao seu territorio que attrahem para elle um consideravel numero de individuos nacionaes e estrangeiros, que se entregam a differentes ramos de agricultura, commercio e industria. Entre os produ-

ctos d'estes territorios encontram se o café, assucar, borracha, algodão, trigo, milho, chá, etc. Os productos mineiros, os jazigos auriferos, são o elemento mais importante da riqueza dos territorios da Companhia. O centro d'estes jazigos é a serra Gorima, e as bacias superiores dos rios Revue, Mutari, Lambuzi e Inhyamcara, na região de Macequece. Varias companhias subconcessionarias da Companhia de Moçambique exploram a agricultura e outras industrias. Existem ali a colonia agricola de Manica, as companhias: do Buzi, do Luabo, do Sudoeste Africano, da Gorongoza, do caminho de ferro da Beira, das salinas, etc. Os territorios da Companhia de Moçambique estão divididos em circumscripções, ou districtos, e em sub circumscripções, ou sub districtos. São nove os districtos: Macequece, Sofala, Chiloane, Govuro, Buzi, Mossurize, Neves Ferreira, Gorongoza e Sena: e sete as sub circumscripções; Chimoio, Moribane, Lacerdonia, Inharuca, Chemba, Tambara e Sança. Excepto Chimoio e Moribane, todos os sub-districtos são na Zambezia. Dos trabalhos e administração da Companhia de Moçambique muito ha a dizer, sendo assombrosos os resultados obtidos em poucos annos, com a fundação de cidades e villas, que não envergonham a civilisação portugueza. Na volumosa obra, adeante citada, se encontram os necessarios elementos para a apreciação dos notaveis esforços da administração da Companhia em oito annos: *O Territorio de Manica e Sofala e a administração da Companhia de Moçambique (1892 1900). Monographia para ser presente ao Congresso Colonial de 1901*, Lisboa, 1902. A'cêrca d'esta companhia estão publicados alguns relatorios, e outros livros, todos muito interessantes. Essas publicações datam de 1899 a 1902, periodo da maior actividade.

Moçambique *(Provincia de)*. Acha se esta provincia situada na parte do continente africano denominada Africa Oriental. Pela sua grandeza é a segunda das nossas possessões A superficie occupada por esta provincia está avaliada em 760:000 kilom. quadrados, soberbos restos do enorme patrimonio que Portugal teve no oriente do continente negro, e que chegou a estender-se até á embocadura do Mar Vermelho. A densidade da população da provincia é reputada superior á de Angola, suppondo se que tenha 3.500:000 almas. A colonisação portugueza na Africa Oriental começou sete annos depois que Vasco da Gama, na sua viagem para a India, arribou á ilha de Moçambique. Em 1505 fundou se a capitania de Sofala, cujos dominios fôram mais tarde ligados á ilha de Moçambique pela nomeação d'um mesmo capitão para Sofala e Moçambique, com ordem de nesta ilha construir uma fortaleza que garantisse a segurança do seu porto, que n'esses tempos era considerado como o mais vantajoso para a escala das naus que iam em rumo da India. Augmentando a importancia d'estes territorios, passou em 19 de abril de 1752 a provincia de Moçambique a constituir um governo independente do da India, a que estava ligada. Formou-se então a capitania de Moçambique, Sofala e Rios de Sena, dando-se ao seu governador e capitão-general a mesma graduação e honras dos governadores de Angola e do Rio de Janeiro A costa de Moçambique, entre os seus pontos extremos, desde Cabo Delgado até ao parallelo de 26.° 52′ S, seu limite meridional, abrange cerca 2:300 kilom. de extensão. Partindo d'estes pontos da costa, o contorno da provincia ficou assim definido pelo tratado luso-britanico de 11 de junho de 1891: 1.° Ao N, por uma linha que, subindo o curso do Rovuma, desde a sua foz até ao ponto de confluencia do rio M'Sinje, segue d'ali, na direcção de O, o parallelo de latitude do ponto de confluencia d'estes dois rios até á margem do lago Nyassa. 2.° A O, por uma linha que, partindo do citado limite sobre o lago Nyassa, segue a margem oriental d'este lago na sua direcção S até ao parallelo de 13.° 30′ de latitude S; corre d'ali na direcção de S E até á margem oriental do lago Chiuta, acompanha a até ao seu extremo meridional, e segue d'ali em linha recta até á margem oriental do lago Chirua, pela qual continúa até ao seu extremo limite S o mais oriental; d'ali por uma recta até ao affluente mais oriental do Ruo, e então segue esse affluente, e, subsequentemente, o centro do leito do Ruo até á sua confluencia com o Chire. Da confluencia do Ruo e do Chire, a fronteira confunde-se com o centro do leito do ultimo rio até um ponto logo abaixo de Chinanga. D'aqui corre a O verdadeiro até chegar á linha divisoria das aguas entre o Zambeze e o Chire, e segue a divisoria das aguas entre estes dois rios, e depois entre o primeiro d'elles e o lago Nyassa, até chegar ao parallelo de 14.° de latitude S, d'onde corre para S O até ao ponto em que o parallelo de 15.° de latitude S corta o rio Aruangua, e segue a meio do leito d'este rio até á sua juncção com o Zambeze. Ao S do Zambeze, os territorios comprehendidos na esphera de influencia portugueza são limitados por uma linha que, partindo d'um ponto fronteiro á bocca do Aruangua, corre directamente para o S até ao parallelo de 16.° de latitude S; segue este parallelo até á sua intersecção com o meridiano de 31.° de longitude E de Greenwich, d'onde corta para o lado do Oriente, direita ao ponto em que o rio Mazôe é interceptado pelo meridiano 33.°; confunde-se com este meridiano para o S até á sua chegada ao parallelo de 18.° 30′ de latitude S; segue então a parte superior da vertente oriental do planalto de Manica para as bandas do S, até ao centro do leito principal do Save, segue este leito até á sua confluencia com o Lunde, d'onde corta direita ao ponto NE da fronteira do Transvaal, e confunde se com a fronteira oriental do mesmo territorio e com a da Suazilandia até ao rio Maputo. A esphera de influencia portugueza ao S da bahia de Lourenço

Brazão d'armas de Moçambique

Marques extende-se até uma linha que siga pelo parallelo da confluencia do rio Pongolo com o rio Maputo até á costa do mar. Posteriormente ao tratado de 1891 a Allemanha, nossa visinha ao N de Moçambique, que pelo convenio de 30 de dezembro de 1886 acceitara o curso do Rovuma como fronteira commum, occupou a ilha de Suafo e a bahia de Kionga ao S d'aquelle limite, tendo Portugal de ceder lhe o territorio correspondente e de assignar uma convenção addiccional em que a respectiva fronteira ficou delimitada pelo parallelo de 10.° 40′ de latitude S, desde o promontorio de Cabo Delgado até ir encontrar o Rovuma, e d'aqui para montante, conforme estava indicado. Ao S do Limpopo, a linha que nos separa do Transvaal e da Suazilandia segue sensivelmente a cordilheira dos Libombos, desde o rio Maputo até á portella de Singuédsi, d'onde corta por uma recta para a confluencia do Pafuri com o Maputo. A prov. de Moçambique dividese nos districtos de Angoche, Ibo, Inhambane, Lourenço Marques, Moçambique, Tete e Zambesia, e sob o governo directo da Companhia de Moçambique o territorio de Manica e Sofala. A capital actual da prov. é a cidade de Lourenço Marques, tendo sido anteriormente a cidade de S. Sebastião de Moçambique. A provincia forma uma prelazia com a séde na cidade de Moçambique e jurisdicção em toda a provincia, mas subordinada á provincia ecclesiastica goense. São muitos e excellentes os portos que ha em toda a costa. D'entre elles podem citar se, como mais importantes pelo seu movimento commercial, os de Lourenço Marques, Inhambane, Beira, Chiude Quelimane, Moçambique, Ibo e Pemba (Porto Amelia). O territorio de toda a provincia de Moçambique, fazendo parte da vertente maritima oriental do continente africano, está incluido na bacia hydrographica do Oceano Indico. Por essa vertente correm os rios Limpopo e Zambeze, com os seus affluentes, Chire e outros, e o Incomati, Inharrime, Save, Busi, Pungue, Licungo, Ligonia, M'luli, M'cumburi, Lurio, M'salu, Lugenda, Rovuma, e outros de menor importancia As serras da provincia são, a partir de S para N, a vasta cordilheira dos Libombos, que divide o districto de Lourenço Marques da Suazilandia e do Transvaal. Os montes mais elevados d'esta serra são o Josane e o Mafutaue, com cerca de 630 metros. Passando o valle do Lipalula, ha na elevação do terreno alguns montes destacados, como o Zundo e Mulondo. No massiço de Manica, cuja altitude é superior á dos montes que lhe ficam ao S, vêem-se montes bastante elevados, como o monte Dôe, ponto culminante, a 2:400 metros, e o Pauga, a 2:320 metros. A ENE de Manica fica a caracteristica serra da Gorongoza, terminando por um notavel pico granitico, o monte Miranga, com 2:000 metros de altitude. Aó N do Zambeze o paiz é tambem montanhoso, devendo mencionar-se os montes da Maganja. A serra da Morumbala é um massiço granitico notavel, perto do ponto de confluencia do Chire com o Zambeze. Tem de altitude 1:220 metros e d'ella brotam algumas fontes thermaes Entre o delta do Zambeze e o do Rovuma, está o grupo dos montes Namuli, um dos melhores territorios elevados de toda a Africa O maior pico tem 2:700 metros; é rodeado por outros pouco inferiores, cobertos de vegetação. A região costeira, intertropical e baixa de Moçambique, pode dizer-se que está directamente sob a influencia das febres palustres endemicas, e o mesmo succede ao longo dos valles dos rios por onde se alastram as aguas durante as cheias, deixando pantanos que provocam emanações mortiferas. Como é muito extenso o territorio da provincia, o seu clima varia de districto para districto, sendo mais salubres, na zona baixa os districtos do S, e os mais insalubres os do centro, visinhos do Zambeze e do territorio entre Quelimane e Fernão Velloso. O Ibo e outros pontos do antigo districto de Cabo Delgado, apezar de se encontrarem mais proximos do Equador, gozam de melhor e mais justificada reputação climaterica, em razão das grandes altitudes. || *Jornaes:* Na provincia, alem dos jornaes, indicados nos respectivos logares, teem sido publicados os seguintes: *Africa Oriental*, 30 novembro de 1876, e em 1889 existia ainda; *Boletim Official do Governo Geral da Provincia de Moçambique*, 13 de maio de 1854, em publicação; *Boletim da Sociedade de Geographia*, de Moçambique, julho de 1881; *Civilisação Africana*, 1886; *Correio de Moçambique*, 15 de março de 1881; *Districto de Lourenço Marques*, 15 dezembro de 1888 a janeiro de 1889; *Gato (O)*, 21 de agosto de 1880 a 13 de julho de 188 ; *Imprensa (A)*, 1870 a 15 de março de 1873; *Noticiario de Moçambique*, 5 de setembro de 1872 a 27 de março de 1873; *Progresso Colonial*, 1886; *Revista Africana*, março a maio de 1881; *Verdade (A)*, 1871; *Verdade (A)*, 10 de abril a 22 de maio de 1880. || *Bibliographia*: Além das obras especialmente indicadas nos artigos relativos a varios pontos da provincia, podem vêr-se: *Provincia de Moçambique*, nos *Ensaios sobre a estatistica das possessões portuguezas na Africa Occidental e Oriental*, etc., por José Joaquim Lopes de Lima, continuado por Francisco Maria Bordallo; Lisboa, 1859, tomo IV. *A provincia de Moçambique e o Bonga*, por Delfim José de Oliveira; Coimbra, 1879. *Informações sobre a costa N de Moçambique*, por Carlos Diniz, Lisboa, 1890. *Guia do Canal de Moçambique*, por A. J. da Silva Costa, Lisboa, 1878. *Annuario de Moçambique*, referido ao anno de 1894; Moçambique, 1894; *Colonias portuguezas*, por Ernesto de Vasconcellos, Lisboa, 1903. *A venda de Moçambique*, estudo por Tito de Carvalho ácerca d'esta provincia a proposito de um projecto apresentado ao parlamento, collecção de 124 artigos publicados no jornal no *Economista*, em 1891 e 1892; *De Lisboa a Moçambique*, cartas por Alfredo Brandão Cró de Castro Ferreri, Lisboa, 1884. *Relatorio da prelazia de Moçambique*, pelo bispo de Himeria; Lisboa, 1895.

Moçambique *(Districtó de)*. Um dos sete districtos em que está dividida a provincia de Moçambique, na Africa Oriental. Tem a sua séde na cidade de S. Sebastião de Moçambique, na ilha do mesmo nome, que foi capital da provincia. O districto comprehende, além da ilha, os territorios do antigo districto de Cabo Delgado, na administração da Companhia do Nyassa, e os do antigo districto de Angoche. E' limitado ao N pela esphera allemã e a O pela ingleza, conforme os respectivos convenios. A linha que separa este districto do da Zambezia não está officialmente fixada; consideram-se porém como tal os cursos dos rios de Moma e do Ligonia. Este districto foi creado por decreto de 11 de dezem-

bro de 1896 com um governador privativo. Divide se n'um concelho e em duas capitanias-móres, que se sub-dividem em diversos commandos e postos militares. As capitanias são: Fernão Velloso e Mossuril, sendo a primeira creada em 1904. A demarcação dos commandos e postos militares das duas capitanias fez-se por ordem de serviço do governador de 21 de dezembro de 1903, sendo indicados os limites provisorios das areas de jurisdicção dos commandos e postos. O districto tem algumas bahias excellentes, taes como as de Fernão Velloso, Mocambo, Memba, etc. Só a area do districto é superior á do continente do reino, pois conta 105:000 kilom. quadrados, sendo toda habitada por uma raça unica, a *macúa*. Essa area divide-se em duas regiões enormes: a Macuana superior ou o Lomué, que é o paiz montanhoso entre a serra de Chinga, os rios Lurio e Licungo, e a Macuana inferior, que se estende entre o Licungo e o valle do Lugenda. *(V. estes nomes)*. Na costa, o cruzamento do sangue negro com o arabe, da gente de Mascate, Comoros, etc., deu origem aos *monhés*, mestiços que invadem o littoral, e que são os mais terriveis inimigos dos brancos e da civilização europeia. A população d'este districto, branca e de côr, calcula-se em 70:000 habitantes, sendo os brancos em numero aproximado de 1:200 O districto é fertil em riquezas naturaes inexploradas na sua maxima parte; tem mattas densissimas de madeiras magnificas, terrenos fertilissimos e vastas regiões auriferas.

Moçambique *(S. Sebastião de)*. Cidade e antiga capital da prov. e distr. de Moçambique, na ilha do mesmo nome. Embora pequena e decadente, esta cidade ainda apresenta um aspecto grandioso pelos seus edificios publicos e particulares, alguns dos quaes mostram bem a grande força de vontade e o amor patrio dos nossos antepassados. As ruas são muito acanhadas, e os largos e praças relativamente espaçosos. A velha e historica cidade está anniquilada, quasi morta, e para isso contribuiu bastante o desenvolvimento de Lourenço Marques e a mudança da séde do governo geral para esta nova capital da provincia. O estabelecimento dos portuguezes em Moçambique data de 1506. A fortificação mandada construir por Affonso de Albuquerque foi mais tarde abandonada e depois concedida aos jesuitas para fundarem nella o seu collegio, que serviu posteriormente para palacio do governo. Em 1545 D João de Castro levantou a fortaleza de S. Sebastião, e, progredindo sempre o estabelecimento portuguez, foi-lhe dado o fôro de villa com o nome do orago da fortaleza a 19 de janeiro de 1763, sendo elevada á categoria de cidade pela carta de lei de 17 de setembro de 1818. O seu brazão d'armas é um escudo de prata, tendo no meio cinco settas verdes atadas com uma fita vermelha, e por baixo duas palmas verdes, alludindo ao martyrio do santo patrono da cidade. Entre os edificios dignos de menção citam-se o antigo palacio do governo, a alfandega, que foi reconstruida no reinado de D. Maria I, a camara municipal, edificio este considerado um dos melhores no seu genero das nossas colonias, o antigo arsenal da marinha, a sé e a egreja da Misericordia. As fortalezas destinadas a defender a cidade de Moçambique eram, na ponta NE da ilha, á entrada da barra, a de S. Sebastião, de boa cantaria, com quatro baluartes, que chegou a ter cem peças de bronze, e que em 1903

Moçambique—Paços do Concelho

foi arrasada por uma terrivel explosão que fez algumas victimas. Na ponta opposta, n'um ilhéo, está o forte de S. Lourenço, e no meio da costa SE o fortim de Santo Antonio. O porto de Moçambique é um dos mais seguros de toda a costa. Tem um pharol na ilha de S. Jorge, um pharolim na Cabaceira e boas balisas, pelo que pode ser demandado sem perigo de dia ou de noite. A cidade é considerada relativamente salubre, depois dos varios melhoramentos que se lhe fizeram. E' pobre, porém, de aguas nativas, mas tem muitas cisternas que chegam para o consumo da população, quo se calcula n'uns 7:000 habitantes, entre europeus, africanos, asiaticos, os *monhés* da India, moiros e baneanes. A cidade tem hospital, imprensa, escolas diversas, succursal do Banco Nacional Ultramarino, estações franceza e ingleza do cabo submarino, agencias de companhias de navegação, corpo consular, escola d'artes e officios, hotel, policia civil, tribunaes da Relação e de 1.ª instancia, séde da prelazia, serviço de saude, correio, permutando vales com o reino, etc. A comarca de Moçambique, com séde na cidade, comprehende o districto administrativo do mesmo nome, menos os territorios de Cabo Delgado.

Moçambique *(Ilha de)*. Na prov. e distr. do mesmo nome, na Africa Oriental. Está nella edificada a cidade de S. Sebastião de Moçambique, antiga capital da prov. e do districto. E' terra baixa. Tem 2,5 kilometros de comprimento por 1,2 kilom. de largura, e 5 kilom. de circumferencia. Acha-se separada do continente por um canal de perto de 5 kilom. de largura, e é um dos melhores portos da provincia. Foi descoberta em 1 98 por Vasco da Gama, mas só em 1506 os portuguezes a occuparam definitivamente.

Mocambo. Pico da prov. e distr. de Moçambique, Africa Oriental. Está situado na parte N da bahia do mesmo nome, e eleva se a 700 m. Vegetação opulenta. || Bahia da prov. e distr. de Moçambique, Africa Oriental. E' um porto excellente. Está situado na terra firme e fica fronteiro á ilha de Moçambique.

Moção. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pinheiro, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Moçarria. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Abitureiras, conc. e districto de Santarem.

Moças. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Bordeira, conc. de Aljesur, districto de Faro.

Mocejo. Pov. na freg. de S. Paio de Farinha Pôdre, conc. do Penacova, districto de Coimbra

Mochinhos Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Pedreira, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real.

Môcho. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Anta, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Conceição e conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || S. Romão, de Paredes de Viadores, conc. de Marco de Canavezes, districto do Porto. || N. S.ª da Conceição, de Varzea, conc. e distr. de Santarem.

Mocidade. Roça da ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Mocifal. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Collares, conc. de Cintra, districto de Lisboa.

Mocifas de Nossa Senhora da Nazareth. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Degracias, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Mocifas de Santo Amaro. Pov. na freg. de Sebastião, de Degracias, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Mocimboa. Um dos 9 concelhos em que estão divididos os territorios administrados pela companhia privilegiada do Nyassa portuguez, na provincia de Moçambique, Africa Oriental. A séde do conc. está estabelecida na pov. do mesmo nome.

Mocodom. Monte da região e costa SE da ilha de S. Thomé, na prov. de S. Thomé e Principe Africa Occidental.

Moço fidalgo. V. *Fidalgo*.

Moço Gonçalves. Ilha da Guiné, Africa Occidental. A sua parte S, que fórma o extremo da margem esquerda do rio Nuno, está situada a 10°28′ lat. N e 5°44′ long. O. Tambem é chamada simplesmente *Gonçalves*. Os francezes chamam-lhe *Gonzales*, e os inglezes *Youn Gonzalez*, nome que depois se corrompeu em *Diogonzal*. E' formada de terrenos de alluvião e coberta de abundante arvoredo.

Mocomari. Rio do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' affluente da margem esquerda do Zambeze, nas proximidades da serra Lapata.

Moços Pov. na freg. de S. Miguel, de Chorente, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Mocuso. Pov. do sobado de Cabaroi no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola. Pertence á 7.ª divisão.

Moda. Aldeia da prov. de Cacorá, distr. de Gôa, na India.

Modellos. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. de Paços de Ferreira, distr. e bisp. do Porto; 95 fog. e 325 hab. A pov. dista 4 k. da séde do conc. A mitra apresentava o cura, que tinha 40$000 réis de rendimento e o pé d'altar. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Pov. nas freguezias: O Salvador, de Penamaior, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || O Salvador, de Tangil, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Moderno *(Alice)*. Professora particular de instrucção primaria e secundaria, escriptora e poetisa. Nasceu em Paris, a 11 de agosto de 1867. Fôram seus paes o commendador João Rodrigues Moderno, já fallecido, e D. Celina Pereira de Mello Maulaz Moderno. Com seus paes passou D. Alice Moderno para os Açôres, em 1875, onde cursou o Lyceu Nacional de Ponta Delgada. Tem publicado os seguintes livros: *Aspirações*, versos, 1 vol.; *Trillos*, versos, 1 vol.; *O Dr. Luiz Sandoval*, romance, 1 vol.; *Os Martyres do Amor*, versos, 1 vol; *Asylo de Mendicidade*, versos, 1 vol.; *No Adro*. versos 1 vol; *Açôres*, descripções, prosa, 1 vol, e varias traducções. Em preparação: *Versos da Mocidade*, 1 vol.; *Mal-me-queres*, contos, 1 vol.; *Memorias de familia*, romance, 1 vol.. D. Alice Moderno tem tido a honra de vêr os seus versos traduzidos em francez, inglez, allemão, hespanhol, italiano e sueco. Tem collaborado em quasi todos os jornaes e revistas do paiz e do Brasil, e em algumas revistas francezas. E'

membro do Instituto de Coimbra, da Sociedade «Luidgi Camoens,» de Italia, da Real Sociedade de Geographia, do Gremio Litterario Faialense e da Sociedade «Almeida Garrett,» de Lisboa Redigiu o jornal *Diario de Annuncios* e *Recreio das Salas*, e actualmente redige o hebdomadario *A Folha*, de que é fundadora e proprietaria. No semanario lisbonense *A Chronica*, de abril de 1903, acha se publicado o retrato de D. Alice Moderno, com artigo de D. Maria Velleda.

Modeste. Pov. na freg. de Santo Adrião, de Macieira de Rates, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Modio. Antiga medida agraria (moio) que não era egual em todo o reino. Em algumas partes equivalia a um almude, em outras a um alqueire, e em outras ainda a muito mais.

Modio Segundo alguns escriptores, houve antigamente em Portugal uma moeda assim chamada. E' certo que em numerosas escripturas, foraes e emprazamentos, dos seculos XI e XII, se fala em módio, como preço de compra de propriedades, pagamento de serviços, etc, mas a opinião mais seguida é que, sendo o soldo o preço regular de um alqueire, tanto fazia dizer *modio* como *soldo* (*Memoria das moedas correntes em Portugal*, por M. B Lopes Fernandes, pag. 27.) Em outras localidades parece que o *modio* era o mesmo que *morabitino* ou *meio maravidi velho* ou *menor*, ao que tambem chamavam *mozmodiz*, e que sendo este mozmodiz o preço d'um alqueire de pão, se tomava o modio ou alqueire pelo preço que ordinariamente valia.

Modivas. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. de Villa do Conde, distr. do Porto, e arcebisp. de Braga; 144 fog. e 813 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço posta rural. A pov. dista 8 k. da séde do conc. As religiosas benedictinas de Vairão apresentavam o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. Em Modivas ha est. do caminho de ferro da linha do Porto a V. N. de Famalicão, entre as de Villar de Pinheiro e de Mindello. A terra é muito fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto.

Modivas de Baixo. Pov. na freg. do Salvador, de Modivas, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. Tem caixa postal.

Modorra. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Moreira de Geraz do Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Moeda. Peça de metal ou de outra materia, com cunho ou sem elle, e com valor marcado por lei. Ha a moeda *metalica* ou *numerario* e a moeda *fiduciaria*, representada por *notas* de bancos, etc.. A primeira se designa tambem por por *moeda sonante*, metal amoedado. O *papel moeda* é uns bilhetes, ou *apolices* (V. *este nome*), com um valor representativo e marcado pelo governo para servir de moeda. Antigamente não circulava apenas a moeda real. Exemplo d'isto é o privilegio que D. Affonso Henriques concedeu ao arcebispo de Braga, em 27 de maio de 1128, para bater moeda, cujo rendimento seria para a fabrica da cathedral. Este privilegio foi-lhe retirado por D. Affonso II. Nas côrtes de Santarem, em 1427, reinando D. João I, ficou reconhecido que o privilegio de bater moeda pertencia ao rei. Tambem só ao rei ficou o direito de *quebrar a moeda*, isto é, de fundil a, augmentando-lhe o valor ou diminuindo lhe o peso. D'este direito usaram e abusaram muitas vezes os reis de Portugal. dando esse facto origem a tumultos e desordens quando taes quebras eram frequentes. D. Sancho I quebrou a moeda de seu pae, fazendo novos *maravedis*. D. Affonso II e D. Sancho II parece que tambem quebraram moeda. D. Affonso III em abril de 1261 mandou bater moeda nova, que deu logar a reclamações, que fôram resolvidas em côrtes. Apezar de todos os protestos, ainda em 1 de abril de 1270, mandou D. Affonso III accrescentar a moeda. D. Diniz mandou fazer *fortes* de prata com o valor de 40 réis cada um, mas sem alterar o valor da moeda antiga. D Affonso IV fez novos *dinheiros alfonsins*, quebrando a moeda. D. Pedro I mandou fabricar *tornezes* grandes e pequenos alfonsins, estes com muita liga, mas com o valor dos de D. Affonso. D. Fernando I deu um excessivo augmento ás moedas antigas, e mandou bater outras muito baixas, como *dinheiros de um real*, *gentis*, *barbudas*, *graves*, *pilartes*, *fortes*, *meios-fortes*, *tornezes petites*, etc. tudo de muito valor e pouco peso. Em vista da celeuma que levantou tal excesso, ordenou D. Fernando I que a *barbuda* baixasse a dois soldos e quatro dinheiros, que vinham a ser 4 réis; o *grave* a 14 dinheiros, que eram 2 réis e 2 ceitis; o *pilarte* a 7 dinheiros, que era 1 real e 1 ceitil; e os *dinheiros* que de novo lavrara a uma *mealha*, que era meio ceitil. D. João I mandou lançar uma grande liga de cobre nos *graves*, *barbudas* e *pilartes*, e o mesmo fez aos *reaes* de prata. D. Duarte fez lavrar *escudos* d'ouro e *reaes brancos*, tudo com muita liga D. Affonso V mandou fazer por tres vezes reaes brancos, sempre com o mesmo valor e menos peso, até que nas côrtes de Evora de 1473, attendeu ás reclamações do povo, estabelecendo o modo por que esses reaes se haviam de pagar, quanto ao seu pezo. Tambem lavrou *cruzados* com valor mais subido, mas de ouro de lei. Nos reinados seguintes fizeram se differentes moedas de ouro, subindo sempre o valor do metal. Os *reaes* de cobre de D. Manuel correram pouco, porque o que d'antes valia um ceitil passou a valer um real. Os *meios tostões* de D. João III egualmente correram pouco, porque não valiam mais do que um vintem. D. Antonio, prior do Crato, tambem elevou o valor da moeda d'ouro, que mandou fazer. Filippe I reduziu esta moeda ao seu valor anterior. D. João IV, D. Affonso VI e D. Pedro II egualmente augmentaram o valor da moeda, que cunharam, visto que os estrangeiros a levavam para fóra do reino, como já antigamente succedia, por ser a moeda portugueza a mais forte da Europa. Até ao seculo XVII (1678) a moeda era cunhada a martello, pelo que se diz *bater moeda*, e d'esse anno em deante se usou na casa da moeda de Lisboa uma *imprensa* ou *balancé*, com que se cunhava o dinheiro. (V. *Balancé*). O quadro adeante mostra as terras onde os nossos reis fizeram bater e cunhar moeda. Além d'essas casas de moeda, houve tambem, em conformidade da lei, alvará e regimento, de 1 de fevereiro de 1642, casas de contra-cunhar a moeda de prata em circulação no reino depois da Restauração. Essas casas eram em Trancoso, Castello Branco, Coimbra, Evora, Thomar, Beja e Tavira.

Terras onde existiram	Marcas especiaes que as designam nas moedas	Reinados em que funccionaram
Braga.	B.	D. Affonso I até D. Affonso II.
Coimbra.	Cº.	D. Affonso I e D. Affonso III.
Lisboa.	L. LB LISBOA... VL e V.º (Ulissipo).	Desde D. Affonso II.
Porto.	P. PO. PO/RT e P|P/P|P	Desde D. Fernando, com interrupção
Miranda.	M e MI.	D. Fernando.
Tuy	T.	D. Fernando.
Crunha.	C R — V.	D. Fernando.
Çamora.	C e ÇA.	D. Fernando.
Evora.	E. EV e EV/OR.	D. João I, D. Affonso V e D. João IV.
Ceuta.	C.	D. Affonso V e D. Manuel.
Cochim.	(?).	D. Manuel até D. Sebastião
Beja	(?).	D. João III e Principe Reg.
Goa.	G. GA e GOA...	D. Manuel.
Malaca.	(?).	D. Manuel.
Angra.	A e o açor.	D. Antonio e D. Maria II.
Diu.	D. D -- O e DIO.	D. Pedro II até D. Pedro V
Bahia	B e B|B/B|B	D. Pedro II até D. João VI.
Rio de Janeiro.	R e R|R/R|R	D. Pedro II até D. João VI.
Pernambuco.	P e P|P/P|P	D. Pedro II.
Minas Geraes.	M e M|M/M|M	D. João V até D. João VI.
Moçambique.	M.	D. João V, D. João VI e D. Maria II
Damão.	D...	D. Maria II.

Bibliographia: V. *Numismatica*. Manuscriptos do *Fundo Antigo* da Bibliotheca Nacional, N.ºs 425 e 599. *Noticias de Portugal*, etc.. *As moedas que correram n'esta provincia do tempo dos romanos até ao presente*, por Manuel Severim de Faria; Lisboa, 1655. *Historia genealogica da Casa Real Portugueza*, por D. Antonio Caetano de Sousa, tomo IV; Lisboa, 1738. *Memoria das moedas correntes em Portugal desde o tempo dos romanos até ao anno de 1856* por Manuel Bernardo Lopes Fernandes. *Descripção geral e historica das moedas cunhadas em nome dos reis*, etc., por T. Aragão; Lisboa, 1874 a 1880. *Portugal no «Cabinet des Médailles» de Paris*, por Arthur Lamas; Lisboa, 1909. N'este livro veem citadas, e reproduzidas, algumas das mais raras moedas portuguezas.

Moeda. Moeda d'ouro de D. Pedro II, denominada *Moeda de quatro mil e quatrocentos réis*, sendo a moeda de maior valor d'este reinado. Havia tambem a *meia-moeda* e o *quarto de moeda*, denominadas respectivamente *Moeda de dois mil e duzentos réis* e *Moeda de mil e cem réis*. Teixeira de Aragão, na sua *Memoria das moedas*, etc. descreve as tres seguintes: 1.ª PETRVS ∘ D. ∘

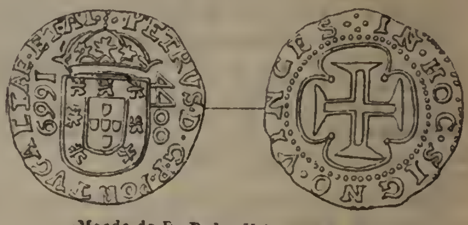

«Moeda de D. Pedro II (reducção a 5/6)

G ∘ P ∘ PORTVGALIAE ∘ ET ∘ AL. Armas do reino, á esquerda o anno 1669, e á direita 4400, indicação do valor. R IN ∘ HOC ∘ SI-

«Meia-moeda» de D. Pedro II (reducção a 5/6)

GNO ∘ VINCES. Cruz da ordem de Christo dentro de quatro arcos. Pesa 240 grãos. *Moeda de quatro mil e quatrocentos réis*. 2.ª PETRVS ∘ D

«Moeda» de D. João V

G ∘ P ∘ PORTVGALIAE ∘ ET ∘ A. Armas do reino, á esquerda o anno 1668, e á direita 2200, indicando o valor. R. IN ∘ HOC ∘ SIGNO ∘

Reversos de «Moeda» de D. João V cunhadas no Porto e em Minas Geraes

VIN ∘ CES. Cruz da ordem de Christo dentro de quatro arcos. Pesa 120 grãos *Moeda de dois mil*

e duzentos réis. 3.ª PETRVS ∘ D ∘ G ∘ P ∘ PORTVGALI. Armas do reino, á esquerda as quatro letras do anno 1668, e á direita 1100, indicação do valor. R IN ∘ HOC ∘ SIG ∘ .. O VINCES. Cruz da ordem de Christo dentro de quatro arcos. Pesa 95 grãos. *Moeda de mil e cem réis.* Este exemplar tem por contramarca uma esphera. || Moeda de ouro do reinado de D. João V, do valor de 4$800 réis, que se dividia em *meia-moeda* e *quarto de moeda.* Os dobrões (V *Dobrão)* d'este reinado eram multiplos da *moeda,* havendo-os de *duas moedas* (ensaio), *duas moedas e meia, quatro moedas* (ensaio) e de *cinco moedas.* Aragão descreve varias *moedas,* d'este reinado, das quaes reproduzimos as mais interessantes, e alguns dos seus reversos, conforme a Casa da Moeda, onde fôram cunhadas.

Moeda e Papel Sellado *(Casa da).* V. *Lisboa (Casa da Moeda de),* n'este vol. a pag. 237.

Moedeiro. O que trabalha na fabricação de moeda Os moedeiros gozavam de grandes privilegios. Compulsando a antiga legislação compilada por Duarte Nunes do Leão, a *Synopsis Chronologica* de J. A. de Figueiredo e os antigos manuscriptos do archivo da Casa da Moeda de Lisboa, encontram-se muitas leis que concedem esses previlegios. Os moedeiros formavam uma companhia militar, ou milicia, com o seu cabido. O candidato admittido na corporação ajoelhava ante o alcaide que lhe dava juramento sobre os Santos Evangelhos, sendo em acto continuo armado cavalleiro pelo alcaide, ou pelo conservador, que lhe punha na cabeça um capacete de ferro, dando-lhe em seguida com a espada sobre este duas cutiladas. Estas cerimonias, que vieram com o tempo de el-rei D. Manuel pelo regimento de 22 de março de 1506, continuaram no reinado de D. Pedro II, pois se vêem estatuidas no cap 75 do regimento de 9 de setembro de 1686, que determinam tambem que o moedeiro, depois de ser admittido, pague 4$000 reis, dos quaes dois serão para o conservador e dois destinados ás despezas das festas do Corpo de Deus, para o cabido e outras despezas necessarias a bem e proveito dos moedeiros. Tinha aquella milicia os seus distinctivos, e entre estes a sua bandeira, que era de damasco branco e verde, com franjas e cordões de seda das mesmas côres, e ao centro as armas reaes douradas. Com essa bandeira se apresentavam os moedeiros na procissão do Corpo de Deus, figurando ao lado das outras corporações de artes e officios, que todas levavam as suas respectivas bandeiras. Pelo alvará de 6 de setembro de 1513 prohibe-se que se tome de aposentadoria as casas dos moedeiros de Lisboa sem especial mandado e faculdade de S. M., estendendo se o mesmo privilegio ás viuvas que mostrarem ser d'elles. Por outro alvará de 25 de janeiro de 1521, el rei D. Manuel determina que todos os que estiverem debaixo dos poderes dos moedeiros, bem como os filhos solteiros d'estes, não sejam presos em cadeias publicas, mas sim, entregues ao alcaide da moeda sem pagarem encarceragem, privilegio que depois foi confirmado pelos Filippes Pelo alvará de 20 de janeiro de 1551 se determina que as causas dos moedeiros sejam tratadas no juizo da conservatoria da moeda. O de 25 de setembro de 1556 determina que as appellações dos moedeiros venham á Casa da Supplicação. No alvará de 15 de dezembro de 1557 D. João III determina que os moedeiros de Lisboa e officiaes da moeda, sendo demandados por viuvas, sejam as causas conhecidas pelo conservador da moeda, sendo elles réos, e sendo autores, conhecesse d'essas causas o juiz d'ellas. Pelo alvará de 9 de setembro de 16?7 se ordena que os moedeiros, que não estejam em exercicio, gozem dos mesmos privilegios que os seus companheiros. D. João IV organisou em Lisboa uma companhia de 104 praças, e outra de egual numero no Porto, quasi todas compostas de individuos negociantes aos quaes era incumbido de irem aos navios tomar conta dos metaes, e cobrar os direitos de entrada, bem como a tarefa da contagem da moeda cunhada. Outras muitas disposições officiaes se poderiam mencionar, que todas acabaram com a revolução liberal de 1820, como se vê pelo decreto de 3 de agosto de 1824, anno em que havia 104 moedeiros, sendo provedor da Casa da Moeda Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque. Diz esse decreto assignado por D. João VI no paço da Bemposta: «Tendo cessado com o andar dos annos os motivos porque os meus Augustos Predecessores concederão muitos e mui consideraveis privilegios a certo numero de homens que sem despeza da Minha Real Fazenda servirão nos Laboratorios, Officinas e outros misteres da Casa da Moeda, o que presentemente se executa á custa da Minha Fazenda, tornando se por isso perfeitamente inuteis os denominados Moedeiros, e Querendo eu aliviar os meus fieis Vassallos de um vexame que por tanto tempo os tem opprimido, Hei por bem derogar e supprimir, como se nunca tivessem existido, tanto os referidos privilegios dos moedeiros como o seu primitivo Juiz ou Conservatoria, ficando portanto inbibidos os Provedores da mesma casa de passarem Carta de Moedeiro a pessoa ou individuo algum, etc..»

Moega. Pov. na freg. de S. Martinho, de Rio Mau, conc. de Villa Verde, distr. de Braga

Moeiro. Pov. na freg. de S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Moendas. Pov. na freg. de S. Thiago, de Candoso, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Moendinha *(Casal da).* Na freg. de S. Miguel de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra.

Moenga. Monte do distr. de Loanda, prov. de Angola. Fica a 130 k. ao S da antiga pov. e presidio de Cambambe.

Mões Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Castro Daire, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 4?9 fog. e 1:974 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. permutando malas com Castro Daire. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada na margem d'uma ribeira do mesmo nome. Foi villa, e el-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 7 de maio de 1514. Foi tambem concelho, sendo supprimido em 24 de outubro de 1855. O conde almirante apresentava o abbade, que tinha 500$000 reis de rendimento. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Folhada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Thiago, de Gavião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santo Adrião e conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr.. || Ribeira do

distr. de Vizeu. Nasce na freg. de Moledo e passa na freg. de Mões, proximo da qual entra no rio Paiva com 8 k. de curso.

Môfo. Grande lago situado nas terras do Cazembe, a O dos limites N da prov. de Moçambique (Africa Oriental). Segundo a descripção que d'elle faz o major Gamitto no seu livro o *Menata Cazembe* (diario da expedição do major Monteiro em 1831), mede em algumas partes mais de 20 k. de largura, não tem corrente, e as suas margens orientaes são baixas, sem barreiras e muito lodosas. Recebe dois rios. A sua agua é turva e de mau gosto; abunda em peixe egual ao dos rios de agua dôce, em crocodilos e lontras, e tambem em aves fluviaes e em quadrupedes d'uma especie chamada *zóve*.

Mofomeno. Bahia do extincto distr. de Sofala, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está situada entre os rios Xidica ao N e Govuro ao S, e é de perigosa navegação para os pequenos barcos costeiros por ter muitos crocodilos. Desagua n'ella um rio d'agua doce que vem do sertão.

Mofreita. Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Vinhaes, distr. e bisp. de Bragança; 64 fog. e 285 hab. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada no alto da serra de mesmo nome. Comprehende o logar de Zeive. A pov. é pouco fertil. Cria algum gado, e nos seus montes apparece muita caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Serra do distr. de Bragança. Está situada na raia da Galliza, entre os rios Baceiro e Tuella, tendo a parte que entra em Portugal 10 k. de comprimento, 5 de largura, e 963 m. d'altura, com a direcção N S.

Mogada. Pov. na freg. de S. Clemente, de Saude, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Mogadouro. Villa da prov. de Traz-os-Montes, séde de conc. e de com., distr. e bisp. de Bragança, e Relação de Porto. Tem uma só freg. que é S. Mamede. Está situada em terreno elevado. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o prior, quo tinha diversos generos e 36$000 reis em dinheiro. A pov. é muito antiga, provavelmente do tempo dos romanos, e com certeza do tempo dos moiros, que lhe deram o nome de *Macaduron*, que por corrupção ficou *Mogadouro*. A villa foi muito florescente quando ali habitavam os marquezes de Tavora, que eram os alcaides-móres, e tinham aqui um bom palacio, que está em completa ruina. Era então praça de guerra, cercada de muralhas e com um grande castello. Houve aqui um convento de frades menores, ou capuchos (*bôrras*) da ordem terceira de S. Francisco. D. Affonso III deu-lhe dois foraes no anno de 1273 ambos de Santarem, em 18 de novembro e em 27 de dezembro. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 4 de maio de 1512. El-rei D. Diniz, sua mulher, a rainha Santa Izabel, seu filho D. Affonso, que lhe succedeu no throno e a infanta D. Constança, deram esta villa aos templarios em 1297; o arcebispo de Braga D. Martinho deu o seu consentimento para esta doação. Denominava-se *commenda de S. Mamede do Mogadouro e de Santa Maria de Penas Royas*. Foi commenda d'esta ordem até 1311, em que foi supprimida em toda a Europa. Quando D. Diniz creou a ordem de Christo em 1319, mandou fazer a entrega a D. Gil Martins, 1.º mestre da nova ordem, por carta régia escripta em Santarem a 15 de novembro no referido anno, de todos os bens, rendas e direitos que pertenciam á antiga ordem do Templo, *tanto espirituaes como temporaes*, e dividas. No anno de 1292 tinham havido duvidas, por causa dos dizimos d'esta commenda entre o commendador do Mogadouro e o de Penas Royas, fr. Martim Paes, e D. Adriano, *porsoneiro* do concelho de Penas Royas. Para terminarem estas duvidas, se juntaram em camara, perante o bispo de Samora, (Hespanha), no dia 1.º d'agosto d'aquelle anno, e o bispo sentenciou que se déssem ao dito commendador, pelo concelho de Penas Royas, o *dizimo de leite, de moinhos*, e *de lan, e de queijos, e de manteiga, e de cêra, e de mil* (mel) *e de tecederas, e de mestriales, e de los mancebos, e de los que traem bestias em carreira, e de los que vivem per menester de suas manos, mager que lavrem com boys, e dem desimo de pan e de viño, e por lo que gañan em suas mercaduras. E cada um destes devem a dar señas quartas em diesmo. E los mancebos que lavrar por pan mager, que el diesmo sea dado del modo todo entregamente. E los mancebos devem dar diesmo del pan que reciben en soldada. E outro siñ, los que estan per maravediz a soldadas, dar el diesmo de los maravedîz.* As egrejas de S. Mamede de Mogadouro, e de Santa Maria, de Penas Royas, tinham sido dadas aos templarios com todas as suas capellas, menos a de N. S.ª d'Azinhoso, direitos e pertenças. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil. 2.ª brigada, grande circumscripção mil. N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. Tem Misericordia, hospital, escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviços de emissão e pagamento de vales do correio e telegrapho, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. D. || Macedo de Cavalleiros; feira no primeiro sabbado, e na terceira quinta feira de cada mez, e nos das 15 de setembro e 15 de outubro; advogados, medico, pharmacias, agencias bancarias: *Commercial*, *Portugal*, *Bragança*, e agencia das companhias de seguros *Internacional* e *Equitativa dos Estados-Unidos do Brazil*; hoteis, fabrica de moagens, theatro, philarmonica, *Sociedade Recreativa Mogadouro*, etc. Publicou-se em Mogadouro, o jornal *Mogadorense (O)*, 1894. O conc. compunha se das freguezias seguintes, com 4:223 fog e 17:474 hab., sendo 8:772 do sexo masc. e 8:702 do fem., n'uma superficie de 74:224 hect.. N. S.ª da Natividade, de Azinhoso, 742 hab.: 370 do sexo masc. e 372 do fem.; S. Pedro, de Bemposta, 1:292 hab.: 627 do sexo masc. e 665 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Brucó, 743 hab.: 334 do sexo masc. e 409 do fem ; N. S.ª d'Assumpção, de Brunhosinho, 223 hab.: 121 do sexo masc. e 102 do fem.; S. Lourenço, de Brunhoso, 520 hab : 261 do sexo masc. e 259 do fem ; Santo André, de Castanheira, 228 hab.: 110 do sexo masc. e 118 do fem ; N. S.ª d'Assumpção, de Castello Branco, 1:013 hab.: 518 do sexo masc. e 495 do fem ; S. Vicente, de Castro Vicente, 836 hab.: 437 do sexo masc. e 399 do fem.; S. Bento, de Meirinhos, 687 hab.: 359 do sexo masc. e 328 do fem.; S. Mamede, de Mogadouro, 1:777 hab.: 862 do sexo masc. e 915 do fem.; S. Pedro, de Pa-

radella, 455 hab.: 223 do sexo masc. e 232 do fem.; S. João Baptista, de Penas Royas, 530 hab.: 259 do sexo masc. e 271 do fem.; S. João Baptista, de Peredo da Bemposta, 619 hab.: 311 do sexo masc. e 308 do fem.; Santa Catharina, de Remondes, 421 hab.: 230 do sexo masc. e 191 do fem.; S. João Baptista, de Saldanha, 508 hab.: 266 do sexo masc. e 242 do fem.; S. João Baptista, de Sanhoane, 280 hab.: 147 do sexo masc. e 133 do fem.; S. Martinho, de S. Martinho de Peso, 993 hab.: 537 do sexo masc. e 455 do fem.; Santa Eugracia, de Soutello, 308 hab.: 161 do sexo masc. e 147 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Thó, 495 hab.: 240 do sexo masc. e 255 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Travanca, 429 hab.: 208 do sexo masc. e 221 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Urrós, 802 hab.: 405 do sexo masc. e 397 do fem.; S. Braz, de Valle da Madre, 252 hab.: 120 do sexo masc. e 132 do fem.; S. Braz, de Valle de Porco, 361 hab.: 166 do sexo masc. e 195 do fem.; S. Sebastião, de Valverde, 526 hab.: 278 do sexo masc. e 248 de fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Ventozello, 545 hab.: 267 do sexo masc. e 278 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Villar da Ala, 561 hab.; 208 do sexo masc. e 276 do fem.; S. Pedro, de Villar do Rei, 327 hab.: 169 do sexo masc. e 158 do fem.; S. Miguel, de Villarinho dos Gallegos, 1:001 hab.: 501 do sexo masc. e 500 do fem.. Ha mais as seguintes freguezias de que não fala o censo de 1900, e que estão mencionadas nos ultimos Annuarios commerciaes: S. João Baptista, de Esteves; S. Miguel, de Figueira, annexa á de Mogadouro; S. Bartholomeu, de Macedo do Peso; Santa Maria Magdalena, de Sampaio; Santo Antão, de Varis; e N. S.ª d'Assumpção, de Villa dos Sinos. O principal commercio do conc. é azeite, cereaes, gado e vinho. || Povoações nas freguezias: N. S.ª do Rosario, de Mesquitella, conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda. || N. S.ª da Conceição e conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Mogadouro de Baixo e de Cima. Duas povoações na freguezia de S. Thiago da Guarda, conc. de Anciães, distr. de Leiria.

Mogão Cimeiro e Mogão Fundeiro. Duas povoações na freg. de S. Thiago e S. Matheus e conc. do Sardoal, distr. de Santarem.

Mogãos. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Figueiró da Serra, conc. de Gouveia, distr. da Guarda.

Mogege. Pov. na freg. de Santa Marinha, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga, 130 fog. e 649 habitantes. A pov. está distante 8 k. da séde do conc. e situada proximo do rio Ave. O conego magistral da sé de Coimbra apresentava o vigario, que tinha 80$000 réis de rendimento. A terra é fertil e cria muito gado. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. na freg. de S. Torquato, concelho de Guimarães, distr. de Braga.

Mogille. Pov. da 3.ª div. (Mahaballa) do concelho de Pungo Andongo, no districto de Loanda.

Mógo. Nome antigo que se dava ao marco que dividia um territorio, ou propriedade, de outro. Ainda são notaveis os *mógos* d'Anciães.

Mógo. Povoações nas freguezias: Santos Cosme e Damião, de S. Cosmado, conc. de Armamar, distr. de Vizeu. || Santa Eulalia, de Rio Covo, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª dos Córos, de Teixoso, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || S. Miguel e conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro. || S. Marcos da Serra, conc. de Silves, distr. de Faro.

Mógo de Anciães. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Belver, conc. de Carrazeda de Anciães, distr. de Bragança.

Mógo de Malta. Pov. e freg. de Santa Catharina, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Carrazêda de Anciães, distr. e bisp. de Bragança; 92 fog. e 269 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada proximo da estrada que vae de Carrazêda a Villa Flôr. Era commenda da ordem de Malta, pelo que os povos d'esta freg. até 1834 gozavam dos grandes privilegios de *caseiros de Malta*. O commendador de Malta, de Poiares, apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis de rendimento e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Miraudella.

Mogofores *(Manuel Ferreira de Seabra da Motta e Silva, barão de)*. Do conselho de Sua Magestade, commendador da ordem de Christo, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, juiz da Relação do Porto, deputado, etc. N. em Coimbra em 1793, fal. na sua casa de Mogofores a 21 de outubro de 1872. Em 1808 estava cursando a Universidade. Em 1826 foi para a ilha da Madeira exercer o cargo, para que fôra nomeado, de juiz de fóra do Funchal. Por decreto de 12 de junho de 1835 foi nomeado juiz da Relação do Porto, e na legislatura de 1841 foi eleito deputado. Teve a mercê do titulo de barão de Mogofores por decreto de 20 de maio de 1869. No *Jornal da Noite* de 23 de outubro de 1872 veiu publicado um artigo ácêrca do seu fallecimento. Escreveu: *Ode por occasião da restauração de Portugal*, Coimbra, 1808; *Ode recitada na noite de 29 de setembro* (1808), *offerecida ao ex.*^mo^ *sr. Manuel Paes de Arogão Trigoso*, etc., Coimbra, 1808; *Zaira, tragedia de Mr. de Voltaire, traduzida e offerecida ao ill.*^mo^ *sr. dr. Francisco de Sousa Loureiro*, etc., Lisboa, 1815; *Memoria sobre alguns vestigios de antiguidades, que se encontram no logar da Junqueira, na provincia de Traz os-Montes*; saiu no *Jornal de Bellas Artes*, ou *Mnemosine Lusitana*, tomo II, pag. 305 a 311; *Versos que á S. D. P. M. A. offerece*, etc., Parte 1.ª, Lisboa, 180 ; *Elegia á morte do sr. João Pedro de Lacerda em Lisboa a 9 de maio de 1811, offerecida ao sr. Antonio Joaquim Dias*, Lisboa, 1811; *Epistola a Alcippo Duriense* (José Pinto Rebello de Carvalho), na *Mnemosine*, tomo I, pag. 252; *Analia*, idylio, no mesmo jornal e tomo, a pag. 379; *Epistola a Marilia*, idem, tomo II, pag. 441; *Almira e Felizeo, ou a fonte do Castanheiro; metamorphose*; no *Investigador Portuguez*, vol. XVII, pag. 160 e seguintes; publicou-se tambem no *Beija Flôr*, vol. 1, 1839, a pag. 223 e seguintes, e na *Revista academica*, precedida d'um artigo por Alexandre de Meyrelles; *Anfriso, ou o penedo da Saudade; metamorphose*; no *Jornal de Coimbra*, n.º XXXVI, parte 2.ª a pag. 264 e seguintes; *Ode a S. A. R. o Principe regente*, etc., no mesmo jornal, n.º XXXVIII, parte 2.ª, pag. 45; *Ode na entrada em Coimbra do bispo-*

conde, reformador e reitor, voltando de França, no mesmo jornal, n.º XXIV, pag 372; *Epistola ao sr. Francisco Coelho de Figueiredo, irmão do celebre dramatico Manuel de Figueiredo*, no dito jornal, n.º LVIII, parte 2.ª, pag. 275. N'estes jornaes ainda publicou muitas mais poesias, sendo em grande parte rubricadas pelo nome arcadico *Elmano Colimbriense*. Traduziu alguns romances, que fôram publicados pelo editor portuense Cruz Coutinho. Tambem é trabalho seu a *Galeria das ordens religiosas*, publicada pelo mesmo editor, que algumas pessoas attribuem ao visconde de Seabra, Antonio Luiz de Seabra, que era seu primo.

Mogofores. Villa e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. do Douro, conc. e com. de Anadia, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 110 fog. e 504 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. permutando malas com a R. A. N.; medico, pharmacia, hoteis, est. do caminho de ferro do norte, entre o apeadeiro de Aguas da Curia e a est. de Oliveira do Bairro. A 2 k. da estação do caminho de ferro está o estabelecimento thermal do logar da Curia (V. *Portugal*, vol. II, pag. 1278). A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Certime. Elrei D. Manuel deu lhe foral, em Lisboa, a 12 de setembro de 1514; n'este foral dá se-lhe o nome de *Mogafores*. Pertence ao paiz vinhateiro da *Bairrada*, e é terra muito fertil. Tem um theatro, que se inaugurou em agosto de 1874. A pov. prosperou muito depois que teve est. na linha do caminho de ferro. Pertence á 5.ª div. mil. ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

Mógos. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Sapardos, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Sobrado, do mesmo conc. e distr. || Santos Cosme e Damião, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção, de Vialonga, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Mogrão. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Arcas, conc. de Macedo de Cavalleiros, distr. de Bragança.

Mogueime. Pov. na freg. de S. Thiago, de Labruge, concelho de Villa do Conde, districto do Porto.

Mogueira. Povoações nas freguezias: S. Romão, de Mouriz, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Mogueirães. Pov. na freg. de S. Julião, de Cambra, concelho de Vouzella, districto de Vizeu.

Mogueiras (*Casal das*). Na freg. de S. João Baptista, de Estreito, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Moguly. Pov. do conc. de Sanguem, com. de Quepem, distr. e arceb. de Gôa, na India.

Mohamba. Territorio comprehendido na 3.ª circumscripção do distr. de Lourenço Marques, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Moianha. Pov. da freg. de S. Luiz Gonzaga, conc. de Angoche, distr. e prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Moie. Pov. da div. do Noqui, no concelho de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola.

Moimenta. Pov. e freg. de Santo André, da prov. do Minho, conc. de Terras do Bouro, com. de Amares, distr. e arceb. de Braga; 94 fog. e 420 hab. Tem est. post. no logar de Covas, onde tambem ha feira ás segundas feiras. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Amares. O abbade de S. João da Balança apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é muito fertil; cria muito gado, e nos seus montes ha muita caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz os-Montes, conc. de Vinhaes, com., distr. e bisp. de Bragança; 129 fog. e 528 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada na raia da Galliza. A mitra apresentava o abbade, que tinha 200$000 réis de rendimento. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. da Beira Alta conc. e com. de Sinfães, distr de Vizeu, bisp de Lamego; 155 fog. e 563 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. A pov. dista 10 k. da séde do conc. Foi do conc. de Sanfins, até que em 1855 se suppriminu, passando depois para o de Sinfães. A mitra apresentava o abbade, que tinha 70$000 réis de congrua e o pé d'altar. Está situada esta pov. em terreno muito accidentado, sobre a margem direita do rio Paiva, e aqui termina, pelo O, a provincia da Beira Alta e o districto administrativo de Vizeu, porque o rio n'este sitio separa esta provincia da do Douro, e o distr. de Vizeu do de Aveiro. A pov. é muito antiga. E' terra muito fertil; nos seus montes ha muita caça, e cria muito gado; tambem tem abundancia de cêra e mel. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Esta pov. tambem é conhecida por *Moimenta do Douro*, por ficar distante 4 k. da margem esquerda do rio d'este nome. || Povoações nas freguezias: O Salvador, de Avelleda, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Maria, de Cabril, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Cavez, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. Tem caixa post. || S. Pedro de France, conc. e distr. de Vizeu. || S. João Evangelista, de Mindello, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto || N. S.ª da Expectação, de Souzella, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Moimenta da Beira (*Julião Sarmento de Vasconcellos e Castro, 1.º barão e 1.º visconde de*). Fidalgo da Casa Real, proprietario, presidente varias vezes da camara municipal de Moimenta. N. a 9 de outubro de 1802, ignora-se a data do fal. Era filho de José Sarmento de Vasconcellos e Castro, fidalgo cavalleiro da Casa Real, e de D. Antonia Ludovina Amalia Carneiro Botelho de Vasconcellos. Casou com D. Margarida Augusta da Fonseca, filha de José de Mello Coutinho, e de sua mulher D. Rufina d'Abrunhosa Mangas. O titulo de barão foi lhe concedido por decreto de 24 de fevereiro de 1866, e o de visconde pelo decreto de 17 de junho de 1875, sendo renovado este titulo em mais uma vida por decreto de 11 de setembro de 1879. E' hoje visconde de Moimenta da Beira seu filho, o sr. Julião Sarmento de Vasconcellos e Castro, que nasceu a 14 de novembro de 1865 e reside na sua

casa de Moimenta da Beira. O brazão consiste n'um escudo com as armas de Pedro Rodrigues do Amaral obtidas em 30 de agosto de 1503, e que eram usadas pelo referido visconde.

Moimenta da Beira. Villa da Beira Alta, séde de conc. e de com., distr de Vizeu, bisp. de Lamego, Relação do Porto. Tem uma só freg., cujo orago é S. João Baptista. Está situada na encosta d'uma serra, cortada pelo meio, por uma pequena ribeira, sobre a qual ha uma ponte de cantaria. A Universidade de Coimbra apresentava o vigario, que tinha 120$000 réis de rendimento. A pov. é muito antiga Teve um convento de freiras da ordem de S. Bento, fundado pelo dr. Fernão Mergulhão, natural d'esta villa, abbade de S. Clemente de Basto, e desembargador da relação ecclesiastica de Braga, que alcançou licença de Clemente VIII para esta fundação, pêla bulla de 27 de setembro de 1594 na casa em que nascêra, trazendo do mosteiro de Semide tres irmãs professas. Este mosteiro tinha a invocação de N. S.ª da Purificação, e o seu fundador lhe deu 700 medidas de trigo e centeio, um souto, uma vinha, juros de 4:000$000 réis, muitos e ricos paramentos e moveis para o convento e para a egreja, além do edificio e da cêrca. Ainda existe n'esta villa a egreja do convento, e na capella-mór um mausoléo onde foi sepultado o fundador, vendo-se no arco cruzeiro e na porta principal o brazão d'armas dos Mergulhões, entrelaçado com o dos Lucenas, Couraças e Teixeiras. Moimenta da Beira pertence á 2.ª div. mil, 3.ª brigada, grande circumscripção mil. do Centro, e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de pagamento e emissão de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. B. A—Trancoso; feira nos terceiros domingos de cada mez e nas primeiras segundas feiras do mez; no dia 4 de outubro ha a feira de S. Francisco, a 2 k. da villa; é de gado cavallar, e a mais importante que se faz em todo o concelho. Em Moimenta da Beira tem-se publicado os seguintes jornaes: *Fins do seculo*, 8 de janeiro de 1893; *Norte da Beira (O)*, 6 de abril de 1891. Tem advogados, medico, pharmacia, notarios, agencias bancarias e de seguros, hoteis, diversos estabelecimentos, etc. O conc. compõe-se de 20 freguezias, com 2:937 fog. e 14:221 hab., sendo 6:752 do sexo masc. e 7:469 do fem., n'uma superficie de 23:889 hect. As freguezias são: S. Pedro, de Aldeia de Nacomba, 236 hab : 125 do sexo masc. e 111 do fem.; S Amaro, de Alvite, 825 hab.: 415 do sexo masc. e 410 do fem ; N. S.ª de Entre Vinhas, de Arcozello, 946 hab.: 458 do sexo masc. e 488 do fem.; Espirito Santo, de Ariz, 274 hab.: 143 do sexo mas. e 131 do fem.; S. Sebastião, de Baldos, 389 hab : 197 do sexo masc. e 192 do fem.; Santo Adrião, de Cabaços, 659 hab.: 315 do sexo masc. e 344 do fem.; S. Sebastião, de Caria, 1:119 hab.: 547 do sexo mas e 572 do fem ; N. S.ª da Conceição, de Castello, 577 hab.: 241 do sexo masc. e 336 do fem ; N. S.ª da Conceição, de Cever, 772 hab ; 350 do sexo masc. e 422 do fem.; S. Thiago, de Leomil, 1:801 hab.: 877 do sexo masc. e 927 do fem.; S. João Baptista, de Moimenta da Beira, 1:403 hab.: 644 do sexo masc. e 759 do fem.; S. Miguel, de Nagosa, 382 hab.: 171 do sexo masc. e 211 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Paradinha, 348 hab : 159 do sexo masc. e 189 do fem ; S. Thiago, de Passô, 715 hab.: 366 do sexo masc. e 349 do fem.; S. Miguel, de Pera Velha, 587 hab : 282 do sexo masc. e 305 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Peva, 886 hab.: 385 do sexo masc. e 501 do fem.; S. Pelagio, de Rua, 891 hab.: 424 do sexo masc. e 467 do fem.; S. Lourenço, de Sarzedo, 519 hab.: 237 do sexo masc. e 282 do fem ; S. Martinho, de Segões, 287 hab.: 123 do sexo masc. e 164 do fem.; S. Bartholomeu, de Villar, 572 hab.: 293 do sexo masc. e 279 do fem. O principal commercio do concelho é batata, centeio e milho.

Moimenta de Maceira Dão. Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu; 118 fog. e 479 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. A pov. dista 4 k da séde do conc. e está situada na margem do rio Dão. A pov. é muito antiga. O D. abbade do mosteiro da ordem de S. Bernardo, do mosteiro de Maceira Dão, apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. (V. *Maceira Dão* n'este vol. pag. 638). A pov. tambem é conhecida por *Moimenta de Frades* e *Moimenta de Azurára*. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. u.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Moimenta da Serra. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Gouveia, distr. e bisp. da Guarda; 283 fog. e 1:103 hab. Tem correio com serviço de posta rural, escolas d'ambos os sexos, fabricas de lanificios. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Mondego, na aba da serra da Estrella. A Casa das Rainhas apresentava o prior, que tinha 350$000 réis de rendimento. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Moimenta Velha. Pov. na freg. de Santo André, de Moimenta, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga.

Moimentinha. Pov. e freg. de S João Baptista, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Trancoso, distr. e bisp. da Guarda; 89 fog. e 316 hab. Tem esc. do sexo fem. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem direita da ribeira Massueime. O abbade de Santa Maria, de Trancoso, apresentava o cura, que tinha 3$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. Moimenta foi annexada ao conc. de Pinhel por decreto de 12 de julho de 1895, e voltou para o de Trancoso pela lei de 21 de maio de 1896. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Cepões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Moinha. Pov. na freg. de Santa Maria, de Cabril, concelho de Castro Daire, districto de Vizeu.

Moinho. Engenho composto de rodas, ás quaes dá movimento um agente exterior, por cujo meio se move rapidamente uma pedra redonda, ou *mó*, collocada sobre outra, fixa, de fórma que entre as duas se reduza a pó o que se quizer moer, ou substancias mineraes ou vegetaes. Os moinhos dizem-se de *mão* (antigos *cambões*) de *sangue* (movidos por bestas) de *agua*, de *vento*, e de *vapor* (fabricas de moagem). Os moinhos de mós

de pedra constituem o systema de moenda mais antigo Dos moinhos rudimentares até ás actuaes fabricas de moagem o progresso é enorme. Na archeologia industrial consideram-se os moinhos em tres especies: *moinhos*, de vento e de agua, *azenhas*, e *atafonas*. (V. *estes nomes*). Nos de agua ha os de rodizio, de turbina e de rodas. Os moinhos pódem ser fixos ou volantes, tendo-os havido d'ambos os generos entre nós. A historia do moinho data do tempo em que o homem buscou meio de moer os cereaes para sua alimentação. Parece que, então, procurou achar machinas que lhe diminuissem a penosa tarefa de fabricar farinha. Esmagou o cereal primeiro entre duas pedras e depois recorreu ao pilão e ao gral. O primeiro aperfeiçoamento que se pôde conseguir foi, decerto, o emprego d'um engenho que puzesse em movimento duas pedras maiores do que aquellas que um homem podia mover com o simples auxilio das mãos. Appareceu então o moinho a braço. Nos tempos biblicos e nos tempos heroicos da Grecia, empregavam-se duas pequenas mós cylindricas de pedra rija sobrepostas, que as escravas e outras mulheres faziam girar. Tambem ha noticia de moinhos portateis. Pela Biblia vê-se que se fazia uso do moinho de braço. Sansão fez girar a mó dos philisteus, diz a Biblia. No Egypto, na Arabia e na Palestina, e mesmo na Grecia, eram raparigas que faziam girar esses moinhos. Mostra-se na cidade de Méca uma concavidade onde, segundo a tradição, Fatmé, filha de Mahomet, fazia andar um moinho. As mulheres dos cheicks arabes ainda hoje se consagram a essa dura occupação. Os romanos, depois das suas conquistas na Asia, começaram usando os moinhos, aos quaes applicaram a forças dos escravos e dos condemnados, e mais tarde a dos animaes. Isto foi já um grande impulso para o progresso; mas, a invenção dos moinhos d'agua foi o que abriu uma éra nova na moagem. Esta, só se deu quando Constantino aboliu a escravidão. As azenhas são monumentos arabes. O moinho de vento é pelo menos tão antigo como o de agua, pois que data do seculo IV. Na peninsula, querem alguns autores, que, os moinhos de vento vieram com os cruzados, isto é, no seculo XI. Não vão ainda longe os tempos em que, em Portugal, a pequena industria da moagem era florescentissima. Por todo o paiz se viam graciosos moinhos fixos, encarrapitados nos cumes dos montes, n'uma laboração constante, que, por ser rendosa, deu logar á creação de muitas fortunas pessoaes. Hoje mesmo se vêem alguns moinhos laborando, e os moinhos moveis tambem ainda se encontram pelo sul do paiz. Para se avaliar da antiguidade da moenda dos cereaes, em Portugal, da importancia crescente d'essa industria e do grande numero de moinhos já existentes nos primeiros annos da monarchia, basta saber que, em julho de 1157, sendo D. Gualdim Paes *mestre absoluto da Ordem do Templo*, houve uma doação regia que a este Mestre e á sua ordem se fez de oito moinhos na ribeira de Alviella, declarando-se que metade do seu rendimento seria para a corôa. Em 1200, receberam os templarios, a doação de uns moinhos que lhes fez Pedro Gonçalves com a condição de cuidarem d'elle. Nos fins do seculo XV aos moinhos, em Portugal, tambem se chamavam *moinheiras* e *molinheiras;* no tombo de Castro de Avelans, de 1501, lê-se: *Parte pelo rio apróo á moinheira velha.* Nos foraes das terras era aos donos dos moinhos e não aos moleiros que se exigiam as pensões. Aos lagares de azeite (V. *Lagareiro)*, se chamavam tambem moinhos. Egualmente havia moinhos, ou *engenhos*, para moer a canna do assucar, e moinhos de fiação, denominados *batans* ou *pisões*, para bater os fios retorcidos da lã. Dos antigos engenhos de moer o bagaço da azeitona dá interessante relação o Regimento de 15 de outubro de 1630, acrescentado em 28 de julho do anno seguinte, pelo qual o soberano tomou para a sua fazenda todo o bagaço, afim de o fazer novamente expremer. Na moenda do azeite fôram celebres os freires de Christo, com os moinhos do Nabão. A maquia do azeite variou muito, sendo em Coimbra, em 1515, de dezena para a camara, e de oito réis por moedura para o povo. No principio do seculo XVI havia na cidade de Lisboa 264 atafonas, e no termo 300 moinhos, os quaes se sabia pelas maquias, que moiam em cada dia quasi 400 moios de trigo, afóra o que se moia nos conventos (Nicolau de Oliveira, *Grandezas de Lisboa)*. No archivo da Torre do Tombo ha muitos documentos sobre moinhos. N'um artigo publicado sobre o assumpto pelo sr. dr. Sousa Viterbo no *Archeologo Português*, de 1896, se citam os seguintes:

D. Affonso V, por sua carta de 18 de maio de 1451, concedeu licença ao infante D. Henrique, para a construcção do moinhos na alcaçova de Santarem, e em barcas sobre o Tejo.

D. Affonso V fez outra concessão e guala D. Lopo de Almeida, seu conselheiro e vedor da Fazenda.

Em 1534 D. João III concedeu a Balthazar Gomes, morador em Coimbra, privilegio para certos engenhos que inventara para moer pão e azeite, sem necessidade de fazer açudes e sem impedir a navegação nos rios ou ribeiros em que taes machinas se assentavam.

O mesmo soberano em 1545 privilegiou egualmente a Affonso Garro, morador na ilha de Porto Santo, para uns engenhos que moiam o dobro dos existentes em Portugal. Era de quatro feições o novo engenho: um d'elles moia com uma só besta e com uma só roda, que fazia mover duas mós e dois carretels; o segundo moia com agua ou besta, tinha duas mós e um rodizio rasteiro de cubos; o terceiro moia com o mesmo rodizio e uma só roda com duas mós; e o quarto era para moer azeite com duas *pedras de perallto.*

D. João III, por sua carta de 1 de agosto de 1552, concedeu privilegio a Jeronymo Fragoso, para a construcção de um moinho hollandez em Evora. O moinho era de vento ao modo dos de Flandres, e devia estar moente e corrente dentro de tres annos.

D. João III, por sua carta de 27 de janeiro de 1527, isentou o allemão Jorge Ervert do pagamento do fôro de uns moinhos que tinha em Alcantara. O fôro era de quatro moios de trigo annuaes.

Em 1571, o dr. João Rodrigues Cardoso obtinha carta de privilegio para um engenho de moer. Em 1589 Paschoal Montanha, veneziano, quereneiro, alcançava privilegio para um engenho de sua invenção para limpar caldeiras de moinhos.

Filippe II passou carta para um engenho similhante a Maximo de Pina, fidalgo da Casa Real, e homem muito habilidoso.

Em 1616 Balthasar Soeiro, advogado em Lamego, alcançava carta de privilegio para um engenho para moendas, tirando a agua onde estivesse e fazendo a subir de logares baixos a altos.

Em 1727 D. João V concedeu privilegio a Roman de Latorre, castelhano, para dois engenhos, um de serrar madeira, e outro de moer trigo, movido o primeiro por um só homem e o segundo movido por uma besta. No mesmo reinado, Domingos Velho Vieira, residente em Evora, inventou uma nova machina de moer pão; tocada apenas por um homem fazia mover muitas pedras. Este privilegio tem a data de 1715.

Moinho. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Carquere, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Figueiras, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Paio, de Figueiredo, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Olivaes, 1.º bairro de Lisboa. || Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S Miguel, de Rio de Gallinhas, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Ilha da Madeira; N. S.ª d'Ajuda, de Serra d'Agua, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || Santa Maria, de Sobre Tamega, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Salvador, de Thuias, do mesmo conc. e distr. || S. Leonardo, de Athouguia da Baleia, conc. de Peniche, distr. de Leiria. || N. S.ª da Annunciação e conc. de Lourinhã, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Conceição, de Moita dos Ferreiros, do mesmo concelho e districto.

Moinho da Abelheira. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, de Martim Lougo, conc. de Alcoutim, distr. de Faro.

Moinho da Abobada. Pov. na freg. da Conversão de S. Paulo, de Pavia, conc. de Móra, distr. de Evora.

Moinho da Achada. Pov. na freg. de Sant'Anna, de Cambas, concelho de Mertola, distr. de Beja.

Moinho d'Além. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Odemira, distr. de Beja.

Moinho das Almas. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Tourega, conc. e distr. de Evora.

Moinho do Almoxarife. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Samel, conc. de Soure, distr. de Coimbra. Tem caixa postal.

Moinho da Areia. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Moinho do Azeite. Pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Lagos, distr. de Faro.

Moinho de Baixo. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || S. Julião, conc. e distr. de Portalegre. || S. Thiago, de Sobreira Formosa, concelho de Proença a-Nova, distr. de Castello Branco.

Moinho Branco. Pov. na freg. de S. Pedro, de Varzea dos Cavalleiros, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Moinho do Bairro. Povoações nas freguezias: S. Lourenço, de Golães, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Miguel, de Villarinho do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

Moinho do Cabo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Varzea dos Cavalleiros, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Moinho Caido. Pov. na freg. de Santa Maria, de Geraz do Lima, conc. e distr. do Vianna do Castello.

Moinho da Carreira. Pov. na freg. de S. Mathias, conc. e distr. de Evora.

Moinho do Carvalho. Pov. na freg. de S. Miguel, de Milharado, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Moinho dos Castellos Velhos. Pov. na freg. de Santo Aleixo, conc. de Montemór o-Novo, distr. de Evora.

Moinho da Chaiça. Pov. na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Moinho de Cima. Povoações nas freguezias: S. Julião, conc. e distr. de Portalegre. || N. S.ª do Rosario, da Marinha Grande, conc. e distr. de Leiria. || N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro. || Santo Antonio, de Rapoza, conc. de Almeirim, distr. de Santarem. || S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja. || N. S.ª do Rosario, de Torre dos Coelheiras, conc e distr. de Evora.

Moinho do Cubo. Pov. na freg de Espirito Santo, de Otta, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Moinho dos Derreados. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Vaqueiros, conc. e districto de Santarem.

Moinho de Entre Vinhas. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Moinho do Feijão. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cannas de Sabugosa, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Moinho da Ferreira. Pov. na freg. de S. Pedro, de Alcanena, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Moinho Ferreiro. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Estreito, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Moinho da Fonte. Pov. na freg. do Salvador, de Joanne, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Moinho do Frade. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Muge, conc. de Salvaterra de Magos, distr. de Santarem.

Moinho do Goto. Pov. na freg. de S, Martinho, de Alvendre, concelho e districto da Guarda.

Moinho da Insua. Pov. na freg. de S. Thiago, de Cepões, conc. e distr. de Vizeu.

Moinho do Juncal. Pov. na freg. de S. Matheus, de Erra, conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Moinho da Lameira. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Casa Branca, conc. de Souzel, distr. de Portalegre.

Moinho do Maia. Pov. na freg. de S. Miguel, de Villarinho do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

Moinho de Majapõas. Pov. na freg. de S Thiago e conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Moinho de Manuel Vaz. Pov. na freg. de S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc de Proença a-Nova, distr. de Castello Branco.

Moinho do Matas. Pov. na freg de N. S.ª da Conceição e conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

Moinho da Matta. Povoações nas freguezias: Santa Maria da Alcaçova e conc. de Montemór-o Velho, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição, de Vermoil, concelho de Pombal, distr. de Leiria.

Moinho do Meio. Povoações nas freguezias: S. Matheus, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || S. Thiago. de Rio de Vide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || S. Miguel de Rio Torto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Moinho das Menzinhas. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Odemira, distr. de Beja.

Moinho da Moita. Pov. na freg. de N. S.ª da Nazareth, de Landeira, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Moinho das Moitas. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Moinho do Moleiro. Pov. na freg. de Santa Eulalia e conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Moinho Novo. Povoações nas freguezias: Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Boa Fé, de Boa Fé, conc. e distr. de Evora. || N. S.ª da Oliveira, de Canha, conc. de Aldeia Gallega do Ribatejo, districto de Lisboa || N. S.ª da Gaiola, do Côrtes, conc. e distr. de Leiria. || S. Martinho, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, distr. de Viauna do Castello. || S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Encarnação, de Vidigão, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Moinho de Odiaes. Pov. na freg de Santa Suzana, conc. de Alcacer do Sal, districto de Lisboa.

Moinho das Oliveiras. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Margem, conc. de Gavião, distr. de Portalegre.

Moinho da Ordem. Pov. na freg. de Santa Maria do Castello e conc. do Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Moinho do Ouro. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Miranda do Corvo, districto de Coimbra.

Moinho da Palha. Pov. na freg. de S. Pedro, de Sébal Grande, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra.

Moinho da Parreira. Pov. na freg. de S. Manços, conc. e distr. de Evora.

Moinho do Paul. Pov. na freg. de Santo Ildefonso, do Montargil, conc. de Ponte do Sôr, distr. do Portalegre.

Moinho de Pego d'Alão. Pov. na freg do Salvador o conc. de Ourique, distr. de Beja.

Moinho do Pinheiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Tourega, conc. e distr. do Evora.

Moinho da Pinta. Pov. na freg. de S. Romão, conc. de Montemór o-Novo, distr. de Evora

Moinho dos Pizões. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

Moinho da Ponte das Taboas. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Tarouca, distr. de Vizeu.

Moinho da Portella. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição do Castello e conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa.

Moinho do Porto de Lans. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Moinho da Praia. Ilha de Santa Maria; pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada.

Moinho da Rama. Pov. na freg de S. Vicente, de Vallongo, conc. e districto de Evora.

Moinho da Rapoula. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Covas, conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Moinho do Rei. Pov. na freg. de S. Miguel, de Milharado, concelho de Mafra, districto de Lisboa.

Moinho da Ribeira. Pov. na freg. de S Sebastião, de Sernacho do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Moinho da Rocha. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

Moinho da Sardinha. Pov. na freg. de N. S.ª da Orada e conc. de Aviz, distr. de Portalegre.

Moinho da Serra. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Machico, distr. do Funchal.

Moinho de Soutello. Pov. na freg. do Salvador, de Balazar, conc de Guimarães, districto de Braga.

Moinho do Telheiro. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Odemira, distr. de Beja.

Moinho do Torrão. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Margem, conc. de Gavião, distr. de Portalegre.

Moinho do Valle de Agua. Pov. na freg. de de S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Moinho de Valle de Flôres. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Valle de Cavallos, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Moinho Vedro. Pov. na freg. do Salvador, de Fervença, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Moinho de Vedro e Portinha. Pov. na freg. de Santa Maria, de Quintiães, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Moinho Velho. Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Estorãos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Viauna do Castello. || S. Miguel, de Mamouros, conc. de Castro Dairo, distr. de Vizeu.

Moinho de Vento. Povoações nas freguezias: S Pedro, de Alverca, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Sant'Anna, de Carnota, conc. de Alemquer, do mesmo distr. || S. Braz o conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || Santa Clara-a-Nova, conc. de Almodovar, distr. de Beja. || N. S.ª da Graça do Divor, conc. e distr. de Evora.

Moinho de Verdugos. Pov. na freg. de Santa Anna, de Aldeia do Matto, conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Moinho do Vigario. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Louriceira, conc. e distr. de Santarem.

Moinholla. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Nazareth, de Landeira, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || S. Pedro, de Marateca, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Conceição, de Muge, conc. de Salvaterra de Magos, distr. de Santarem. || O Espirito Santo, de Valle de Cavallos, conc. de Chamusca, do mesmo districto.

Moinhos. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Adaufe, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Airães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Pedro, de Alvéga, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição e conc. de Aneião, distr. de Leiria. || S Martinho, de Argoncilhe, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Martinho, de Avidos, do mesmo conc. e distr. || S. Matheus, de Baroza, conc. e distr. de Leiria. || S. Miguel, de Beire, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Miguel, de Boivães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Borba da Montanha, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Ilha da Madeira; Santo Antão, de Caniço, conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal || S. Lourenço, de Carvide, conc. e distr. de Leiria. || O Salvador, de Castellões de Cepeda, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S Mamede, de Cepões, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Salvador, de Christello, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Pedro, de Coruche, conc. de Aguiar da Beira, distr. da Guarda. || S. Martinho, de Crasto, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Coenjães, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Esmeriz, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Pedro, conc. e distr. de Faro. || Santa Eulalia, de Fermentões, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Salvador, de Fórnos, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Freixo de Cima, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Gondar, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Martinho, de Gondomar, do mesmo conc. e distr. || S. Simão, de Junqueira, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Santa Maria, de Landim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || O Salvador, de Lordello, conc. de Paredes, distr. do Porto. || N. S.ª da Natividade, de Luso, conc. de Mealhada, districto de Aveiro. || O Salvador, de Macieira da Maia, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Felix, de Marinha, conc. de V. N. de Gaia, do mesmo distr. || N. S.ª da Porta e conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || O Salvador, de Monte Cordova, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Paio, de Moreira de Conegos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Moreira de Rei, conc. de Trancoso, distr. da Guarda. || S. Mamede, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || Santa Eulalia, de Oliveira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Salvador, de Paderne, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santo Thirso, de Paramos, concelho da Feira, distr. de Aveiro || O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Marnho, de Pindo, conc. de Penalva do Castello, do mesmo distr. || S. João, de Pinho, conc. de S. Pedro do Sul, do mesmo distr. || Ilha da Madeira; N. S.ª da Conceição e conc. de Porto Moniz, distr. do Funchal. || O Salvador, de Real, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, de Reguenga, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || Ilha da Madeira; S. Bento, de Ribeira Brava, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Pedro, de Sanfins, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Santar, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Sequiade, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || O Salvador e conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || N. S.ª d'Assumpção, de Tavira (Santa Maria do Castello) conc. de Tavira, distr. de Faro. || S. Pedro Fins, de Torno, conc de Louzada, distr. do Porto. || O Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, do mesmo distr. || S. Thomé, de Travassos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de Turquel, conc de Alcobaça, distr. de Leiria. || O Salvador, de Unhão, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Pedro, de Valle, concelho de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Vandoma, concelho de Paredes, distr. do Porto. || Sant'Anna, de Villa Soeiro, conc. e distr. da Guarda. || O Salvador, de Villar de Andorinho, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto || S. Miguel, de Villarinho, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || Santo Estevão, de Villela, conc. de Paredes, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição e conc. de Covilhã, distr. de Castello Branco. || N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. João Baptista, de Talha, conc. de Loures, do mesmo distr. || S. Sebastião da Feira, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || S. Mamede, de Villa Cova a Coelheira, conc. de Ceia, distr. da Guarda. || N. S.ª da Graça, de Bobadella, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Nossa Senhora d'Assumpção, de Seixo Amarello, concelho e districto da Guarda. || N. S.ª d'Assumpção, de Villa do Touro, concelho de Sabugal, do mesmo distr. || Ribeira do distr. de Lisboa, que nasce nas proximidades de S. Thiago do Cacem, e entra no Oceano a 3 k. ao N de Sines, com 15 k. de curso.

Moinhos d'Alem. Pov. na freguezia de S. Martinho, de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Moinhos de Almoinha. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Moinhos de Anascer. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Bemquerença, conc. de Penamacor, distr. de Castello Branco.

Moinhos d'A'quêm. Pov. na freg. de S. Martinho, de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Moinhos da Areia. Povoações nas freguezias: S. Thomé e conc. de Mira, distr. de Coimbra. || S João Baptista, do Tocha, conc. de Cantanhede, do mesmo districto.

Moinhos das Areias Pov. na freg. de S. Sebastião e concelho de Setubal, distr. de Lisboa.

Moinhos da Bairrada. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Galveias, conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre.

Moinhos do Bairro. Pov. na freg de S. Lourenço, de Galães, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Moinhos de Baixo. Povoações nas freguezias: Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Ferreira, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Miguel de Poiares, concelho de Poiares, districto de Coimbra.

Moinhos do Barranco. Pov. na freg. de S. Cosme, de Aldeias, conc. de Gouveia, distr. da Guarda.

Moinhos do Barrocal. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Barrô, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Moinhos Beiros. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Vandoma, conc. de Paredes, districto do Porto.

Moinhos de Bembellide. Pov. na freg. da Conversão de S. Paulo, de Pavia, conc. de Móra, distr. de Evora.

Moinhos das Bezouras. Pov. na freg. de S. Sebastião, de V. N. de Souto d'El rei, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Moinhos do Cabril. Povoações nas freguezias: N. S.ª das Candeias, de Cannas de Sabugosa, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Castellões, do mesmo conc. e districto.

Moinhos do Cachiço. Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Silgueiros, conc. e distr. de Vizeu.

Moinhos do Calço. Pov. na freg. de S. Thomé e conc. de Mira, distr. de Coimbra

Moinhos do Campo. Pov. na freg. de Santo Isidoro, de Santos Evos, concelho e distr. de Vizeu.

Moinhos do Carrapit::. Pov. na freg de S. Vicente, de Antas, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu.

Moinhos da Carreira. Pov. na freg. de N. S.ª do Soccorro, de S. Romão, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Moinhos da Carvalha. Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Alcafache, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Gemeos, concelho de Celorico de Basto, districto de Braga.

Moinhos do Carvalhal. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pencêlo, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Moinhos dos Casaes. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. do Cartaxo, districto de Santarem.

Moinhos do Casal. Pov. na freg. de S. Thomé e conc. de Mira, distr. de Coimbra.

Moinhos do Cascalho. Pov. na freg. de N. S.ª do Populo e conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Moinhos da Cavella. Pov. na freguezia de S. Thomé e concelho de Mira, districto de Coimbra.

Moinhos do Céo. Pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Moinhos do Cigano. Pov. na freg. de Santa Eufemia, de Lagarinhos, conc. de Gouveia, distr. da Guarda.

Moinh s de Cima. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Ferreira, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. S. Miguel de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra.

Moinhos da Costeira. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Moinhos da Cotta. Pov. na freg. de S. João Baptista e concelho de Coruche, distr. de Santarem.

Moinhos do Coval. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Quintella de Azurara, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Moinhos de Covas. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pencelo, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Moinhos das Cubas. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Fornos d'Algodres, distr. de Guarda.

Moinhos dos Cubos. Pov. na freg. de S. Gonçalo e concelho de Amarante, districto do Porto.

Moinhos de Derruidas de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Vicente, de Cidadelhe, conc. de Mesão Frio, districto de Villa Real.

Moinhos de Domingos Lopes. Pov. na freg. de Santa Maria, conc. e distr. de Bragança.

Moinhos da Egreja. Pov. na freguezia de Santa Eulalia e conc. de Fafe, distr. de Braga.

Moinhos do Ferro. Pov. na freguezia de Santa Eulalia e concelho de Fafe, districto de Braga.

Moinhos do Fial. Pov. na freg. de Santo André, de Ervedal, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Moinhos das Fontainhas. Pov. na freg. da Sé e conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Moinhos da Fornia. Pov. na freg. de S. Pedro, de Folgosinho, conc. de Gouveia, distr. da Guarda.

Moinhos da Foz. Pov. na freg. de S. Pedro, de Jugueiros, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Moinhos da Fraga. Pov. na freg. de S. Sebastião, de V. N. de Souto d'El-Rei, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Moinhos Fundeiros. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Aguda, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Moinhos de Galtar. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Peucelo, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Moinhos da Insua. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Tocha, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Moinhos de João da Serra. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Moinhos Juntos. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Moinhos das Lages. Pov. na freg. de Santos Cosme e Damião, de Germil, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu

Moinhos das Lagôas. Pov. na freg. de S. Thomé e concelho de Mira, districto de Coimbra.

Moinhos das Lapas. Pov. na freg. de S. Salvador, de Tonda, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Moinhos de Lodares. Pov. na freg. de S. Julião e concelho de Mangualde, districto de Vizeu.

Moinhos do **Loureiro**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Jazente, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Moinhos do Medreiro. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Sernancelhe, distr. de Vizeu.

Moinhos Novos. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Constance, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || O Salvador, de Fonte Arcada, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Moinhos de Palião. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, districto de Coimbra.

Moinhos das Pias. Pov. na freguezia de S. João, de Guilhufe, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Moinhos de Pizão. Pov. na freg. de Santos Cosme e Damião, de Germil, conc. de Penalva do Castello, distr de Vizeu.

Moinhos da Ponte. Pov. na freg. de S. Cosme, de Aldeias, conc. de Gouveia, distr. da Guarda.

Moinhos da Ponte de Lamelias. Pov. na freguezia de S. Sebastião, de Villa Nova de Souto d'El-Rei, conc. de Lamego, distr. de Vizeu

Moinhos da Ponte de Mizarella. Pov. na freg. de S. Julião, de Pero Soares, conc. e distr. da Guarda.

Moinhos da Praia. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Alcochete, distr. de Lisboa.

Moinho da Presa. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção. de Ourondo, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Moinhos da Queda. Pov. na freg. de Santa Comba, de Paradella de Guiães, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real.

Moinhos da Ribeira. Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Agrochão, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança || O Salvador, de Castellões, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Sebastião, de Cativellos, conc. de Gouveia, distr. da Guarda. || S. Lourenço, de Codeçoso, conc. de Boticas, distr. de Villa Real.

Moinhos da Ribeira de Tera. Pov. na freg. da Conversão de S. Paulo, de Pavia, conc. de Móra, distr. de Evora.

Moinhos da Ribeirinha. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Paredes da Beira, conc. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu.

Moinhos do Rio. Pov. na freg. de N. d'Assumpção e conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

Moinhos de Rio de Cavallos. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Midões, conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Moinhos de Rio de Cela. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Midões, conc. de Táboa, distr. de Coimbra.

Moinhos do Rio Côa. Pov. na freg. de S. Miguel, de Malharda Sorda, conc. de Almeida, distr. da Guarda.

Moinhos do Rio Dão. Pov. na freg. de S. Pedro, de Castello de Penalva, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu.

Moinhos do Rio Zezere. Pov. na freg. de Sant'Anna, de Aldeia do Matto, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Moinhos da Roda. Pov. na freg. de Santos Cosme e Damião, de Germil, conc. de Penalva do Castello, distr de Vizeu.

Moinhos de Santo Antonio. Pov na freg. de S. Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Moinhos de S. Bento. Pov. na freg. de S. Salvador, conc. e distr. de Santarem.

Moinhos de S. Paio. Pov. na freg. de S. Pelagio, de Rua, conc. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu.

Moinhos de S. Thomé Pov. na freg. de S. Thomé e conc. de Mira, distr. de Coimbra.

Moinhos de Senra. Pov. na freg de S. Christovão, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Moinhos da Serra. Pov. na freg. de S. Pelagio, de S. Paio, conc. de Gouveia, districto da Guarda.

Moinhos de Tarrio. Pov. na freg. de Santa Maria, de Idães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Moinhos do Torneiro. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Castro Daire, distr de Vizeu.

Moinhos de Valle de Flôres Pov na freg. do Espirito Santo, de Valle de Cavallos, conc. de Chamusca, distr. de Santarem.

Moinhos de Vão. Pov. na freg. da Sé e conc. de Lamego, distr de Vizeu.

Moinhos da Vargem Pov. na freg. de S. Julião, de Pero Soares, conc. e distr. da Guarda.

Moinhos da Vela. Pov. na freg. de S. Martinho, de Freixedas, conc. de Pinhel, distr. da Guarda.

Moinhos de Vento. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Algoz, conc. de Silves, distr. de Faro.

Moinhos de Vento de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. do Espirito Santo, conc. de Mertola, distr. de Beja.

Moinhos de Via Ladra. Pov. na freg. do Santissimo Nome de Jesus, de Odivellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Moinhos das Virtudes. Pov na freg. de S. Martinho, de Lardosa, conc. e distr. de Castello Branco.

Moinhos do Vouga. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Quintella, conc. de Sernancelhe, distr. de Vizeu

Moio. Antiga medida de capacidade de 60 alqueires. V. *Almude*, *Alqueire* e *Modio*.

Moios. Pov. na freg. de S. Julião, de Silva, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Moirá. Freg. de N. S.ª da Conceição do conc. e com. de Bardez, distr. e arceb. de Gôa, India.

Moiraes. Pov. na freg. do Salvador, de Magrellos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Moirães. Pov. na freg. de Santo André, de Lever, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Moiraria. Nome que antigamente se dava ao bairro onde viviam os moiros, porque tanto a elles como aos judeus (V. *Judiaria*, no vol. III, pag. 1068), não lhes era permittido habitarem nas povoações misturados com os christãos. Em Lisboa a *Moiraria* principiava fóra do arco do Marquez de Alegrete, ao N, e comprehendia as actuaes ruas da Moiraria, dos Cavalleiros, Capellão, Amendoeira, e travessas proximas. O cemiterio dos moiros, o *almocavar*, parece que era no sitio das escadinhas da Costa do Castello, ou n'essas immediações. Na Chronica de D. Pedro I fala-se no *Almocavar*, de Lisboa; e n'um documento da camara de Coimbra, de 1520, fala-se

d'outro que fôra junto á cêrca do mosteiro de Santa Cruz. Moiros e judeus, até os fins do seculo XV, constituiram uma parte interessante da população portugueza. Embora arruados em moirarias, associavam-se ás nossas festas populares e palacianas, tinham propriedades, tinham mesquitas, e collaboravam activamente na nossa industria e commercio. Expulsos de Portugal, como os judeus, a sua expatriação é um ponto bastante obscuro. Os moiros tinham tambem cadeia especial. Por carta regia de 1423 (anno de 1385) determinou D. João I á camara de Lisboa que os moiros, como os judeus, não exercessem officios publicos (da corôa ou da cidade), nem fôssem rendeiros (arrematantes) d'aquelles direitos reaes a que os christãos estivessem sujeitos, e que ambos trouxessem os seus distinctivos. El-rei D. Duarte, em uma lei que promulgou, prohibiu tambem que os moiros e judeus pudessem servir os officios da corôa e dos senhores ou donatarios. Os moiros e judeus, livres ou captivos, eram obrigados a usar, os moiros uma rodella de panno vermelho cosida nas vestes sobre o hombro, e os judeus uma carapuça, ou chapéo amarello. Foi D. Affonso IV quem mandou que os moiros trouxessem o signal distinctivo, denominado *almexia*, sobre os vestidos quando não usassem os seus proprios trajos. (V. *Almexia*, no vol. I, pag. 312). Outra carta regia á camara de Lisboa em 3 de junho da era de 1433 (anno de 1395) suscita a prohibição dos moiros morarem, ou dormirem, fóra dos respectivos bairros, tantos os da cidade, como os que viessem de fóra. As mulheres que fôssem aos bairros dos infieis eram açoitadas, conforme expressamente mandou D. João I. Nos primeiros tempos da monarchia houve maior tolerancia com os moiros. No anno de 1170 D. Affonso Henriques, e seu filho D. Sancho, deram carta de segurança aos moiros forros de Lisboa, Almada, Palmella, e Alcacer do Sal, para que nem christão nem judeu lhes pudesse fazer mal, e que pudessem d'entre elles eleger um alcaide, que decidisse os seus negocios, e contendas, impondo-lhes os tributos annuaes: um maravedi por *cabeça*, depois que pudessem ganhar a sua vida (*alfitra* e *moque*) e a decima de todos os seus trabalhos (*o azaqui*), e a *quarentena*, que era de quarenta um de tudo quanto possuiam. Esta carta tambem lhes permittiu o amanharem as vinhas da corôa, e venderem os figos e o azeite de El-Rei pelo preço da villa A rainha D. Dulce, com suas filhas a rainha D Thereza e a rainha D. Sancha, e D. Sueiro, *eleito* de Lisboa, confirmaram a alludida carta, que tambem el-rei D. Affonso II confirmou por sua vez, no anno de 1220. (V. *Elucidario*, de Viterbo, voc. *Alfitra*.) || *Bibliographia : Occorrencias da vida moirisca*, por Souza Viterbo; Lisboa, 1907.

Moire. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Balança, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga.

Moirilhe. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Valle de Azares, conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda.

Moirinho. Pov. na freg. do Salvador, de Aveleda, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Moirins. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Trute, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Moissol. Pov. do conc. de Sanguem, Novas Conquistas, distr. e arceb. de Gôa, India.

Moita. Villa da prov. da Extremadura, séde de conc., com. de Aldeia Gallega do Ribatejo, distr. e patriarc. de Lisboa. Tem uma só freg., N. S.ª da Boa Viagem. Está situada no fim d'um esteiro na margem esquerda do Tejo. O povo apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis de congrua e o pé d'altar. E' pov. muito antiga; foi elevada á categoria de villa por D. Pedro II, em 1690, que a doou ao conde de Alvôr, vice-rei da India. Teve uma companhia de ordenanças. El-rei D. João VI agraciou D. José Antonio Aragon Azlor Pignatelli de Aragon com o titulo de conde da Moita de juro e herdade com honras de parente, tratamento que lhe foi dado por descender do infante D. Diniz e de D. Ignez de Castro. D. José de Aragon possuia a grau-cruz da ordem de Christo, e em Hespanha tinha os titulos de duque de Villa Hermosa, conde duque de Luna, conde de Guara, barão de Paazano, grande de Hespanha, etc. Esteve em Lisboa e em Paris como embaixador extraordinario. O decreto da concessão do titulo tem a data de 13 de maio de 1824, o da concessão para mais tres vidas no mesmo titulo, 2 de julho do mesmo anno; o decreto concedendo o mesmo titulo de juro e herdade, com honras de parente, é de 15 de maio, e a carta de 7 de junho de 1825. O titulo de conde foi renovado no reinado de D. Luiz I, por decreto de 2 de abril de 1862, em D. Marcellino Aragon Azlor Pignatelli de Aragon, que foi o 2.º conde da Moita. A villa pertence á 1.ª div. mil., 1.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 2, com a séde em Lisboa. Tem est. post. com serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. S.; agencias das companhias de seguros *Internacional*, *La Union y el Fenix Espanol*, *Previdencia*, *Probidade*, *Tagus* e *Universal*; estalagens, medicos, pharmacia, notario, praça de touros, escolas d'ambos os sexos, philarmonica *Estrella Moitense*, est. na linha do caminho de ferro do Sul e Sueste, entre as de Alhos Vedros e Pinhal Novo; mercados todas as quartas e domingos de cada mez, e feira annual em setembro, no domingo depois do dia 8, a qual dura 8 dias. O conc. da Moita compõem-se sómente de duas freguezias, com 1:416 fog. e 6:376 hab. sendo 3:289 do sexo masc. e 3:087 do fem. n'uma superficie de 4:344 hect.. As freguezias são: S. Lourenço, de Alhos Vedros, 1:744 hab.: 943 do sexo masc. e 801 do fem ; N. S.ª da Boa Viagem, de Moita, 4:632 hab : 2:346 do sexo masc. e 2:286 de fem. O principal commercio do conc. é vinho, batata, repolho e cortiça. Por decreto de 26 de setembro de 1895 foi extincto, sendo a freg. da Moita annexada ao da Aldeia Gallega, e a de Alhos Vedros á do Barreiro; sendo restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898, ficou outra vez com as referidas freguezias. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. de Anadia, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 419 fog. e 1:676 hab Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural, hoteis, minas do Freixial e de Valinho da Horta; feira a 25 de cada mez. A pov. dista 1 k. da séde do conc., e fica no paiz vinhateiro da Bairrada. A freg. é rica e muito fertil; tem bons vinhos de embarque e cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24,

com a séde em Aveiro. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Sabugal, distr. e bisp. da Guarda; 106 fog. e 375 hab. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada proximo da estrada que vae de Sabugal a Sortelha. O real padroado apresentava o prior, que tinha 170$000 réis de rendimento. A terra é fertil em todos os fructos do paiz, e cria muito gado de toda a qualidade. Tem muita caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Alcofra, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || Salvador do Mundo, de Almoster, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. das Caldas da Rainha, do mesmo distr. || S. Miguel, de Barreiros, conc. de Maia, distr. do Porto. || N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Canidello, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Martinho, de Caramos, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || Bom Jesus, de Carapinha, conc. de Táboa, distr. de Coimbra. || S. Domingos, de Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, districto de Aveiro. || S. Estevão, de Couto de Esteves, conc. de Sever do Vouga, do mesmo distr. || Santa Eulalia de Besteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Fajozes, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Santo Antonio, de Fatima, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem || S. Domingos, de Lagarteira, conc. de Anciāo, distr. de Leiria. || Santa Eulalia, de Lamellas, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Maria, de Lijó, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago, de Lobão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria || S. Pedro, de Lomar, conc. e distr. de Braga. || S. Silvestre e conc. da Louzã, distr. de Coimbra. || S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || S. Christovão, de Macinhata do Vouga, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || O Salvador e concelho de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Monte Vil, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || Santo Antonio, de Oliveirinha, conc. e distr. de Aveiro || N. S.ª da Esperança, de Pataias, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || S. Thomé, de Penalva d'Alva, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Purificação, de Pernes, conc. e distr. de Santarem. || S. Lourenço, conc. e distr. de Portalegre. || S. Sebastião, de Queiriga, conc. de V. N. de Paiva, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Purificação, de Sapataria, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || Santa Luzia, de Sarzeda, conc. de Sernancelhe, distr. de Vizeu || S. João Baptista, de Seixo de Gatões, concelho de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Silvares, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Maria, de Sobradello da Gôma, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Maria, de Sobrado, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro || Santa Maria, de Tavora, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Teixeiró, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Mamede, de Travanca, conc. da Feira, distr. de Aveiro || S. Thomé, de Vade, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Expectação, de Varzea, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Sebastião, de Vallado dos Frades, conc. da Pederneira, distr. de Leiria. || N. S.ª da Natividade, de Machede, conc. e distr. de Evora || N. S.ª da Purificação, de Cabeção, conc. de Móra, do mesmo distr. || Santissima Trindade, de Trindade, conc. e distr. de Beja. || Santo André, de Ferreira de Aves, conc. de Sattam, distr. de Vizeu || S. Genesio, de Insua, conc. de Penalva do Castello, do mesmo distr. || S. Julião e conc. de Mangualde, do mesmo distr. || Rio do distr. de Lisboa, que nasce a 6 k. ao SO de Palmella, corre ao N e a O da Moita, e entra na enseada que fórma ali o Tejo, com 20 k. de curso.

Moita do Açôr. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Alvadas, conc. do Porto de Moz, distr. de Leiria.

Moita do Boi. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria S. Mamede, de Matta Moirisca, do mesmo conc. e districto.

Moita do Cabrito. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Moita do Cardoso. Pov. na freg. de S. Martinho dos Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Moita da Cella. Pov. na freg. de Santa Maria, de Molêdo, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Moita Cimeira. Pov. na freg. de S. Simão, de Nesperal, conc. de Certã, distr. de Castello Branco.

Moita de Ergo. Pov. na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Moita dos Ferreiras. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Extremadura, conc. e com. da Lourinhã, distr. e patriarc. de Lisboa; 253 fog. e 1:067 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. permutando malas com a Lourinhã. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada n'uma encosta. O prior e beneficiados da egreja de S. Pedro, de Obidos, apresentavam o cura, que tinha diversos generos A terra é fertil, e pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa.

Moita Fundeira. Pov. na freg. de S. Simão, de Nesperal, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Moita do Gavião. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Benedicta, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Moita do Grillo. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Moita da Guerra. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Moita do Martinho. Pov. na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Moita de Matheus Alves. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Moita Negra. Pov. na freg. de S. Thiago da Guarda, conc. de Anciāo, distr. de Leiria.

Moita de Pero Domingues. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Moita do Pinheiro. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Moita do Paço Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Turquel, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Moita Recome. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cardigas, conc de Mação, distr. de Santarem.

Moita Redonda. Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves, de Pousaflôres, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || S Miguel, de Villarinho do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || S. Baruabé, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Moita da Rosa. Pov. na freg. do Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e distr. de Leiria.

Moita Santa. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Alvorge, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || S. Thiago da Guarda, do mesmo conc. e districto.

Moita Vaqueira. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, de Arazede, conc. de Montemór o-Velho, distr. de Coimbra.

Moita Velha. Povoações nas freguezias: S. Simão, de Arões conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || S. Salvador, de Covão do Lobo, conc. de Vagos, do mesmo districto.

Moitadas. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Pias, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Moitas. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || Santo André, de Esgueira, conc. e distr. de Aveiro. || S Martinho, de Fajões, conc. de Oliveira de Azemeis, do mesmo distr. || Santo Antonio, de Fatima, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Gondar, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Thiago e conc. de Vagos, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Conceição, de Covas, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || S. Luiz, conc. de Odemira, distr. de Beja. || S. Miguel e conc. de Fornos de Algodres, distr. da Guarda. || N. S.ª da Consolação, de Valdujo, conc. de Trancoso, do mesmo districto.

Moitas de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Pedro, de Alcanena, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Moitedo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Vallongo, conc de Agueda, distr. de Aveiro.

Moiteira. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Lordello do Ouro, 2.º bairro (Occidental) do Porto. || S. Thiago, de Carreira, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Moitellas. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Sapataria, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa.

Moitello. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Fatima, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Moitinha. Pov. na freg. do Salvador, de Covão do Lobo, conc. de Vagos, distr. de Aveiro.

Moitinhal Pov. na freg de S. Gens, de Palla, conc. de Mortagua, distr. de Vizeu.

Moitinhas. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Moitinho. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Fratel, conc. de Villa Velha de Rodam, distr. de Castello Branco. || S. Julião, de Lage, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Moitinhos. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Ilhavo, distr. de Aveiro.

Mojes Pov. na freg. de S. Martinho, de Aguas Santas, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Moiães. Pov. na freg. do Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Moiandulo. Uma das ilhas que fórmam o archipelago de Cabo Delgado, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Molar. Pov. na freg. de S Miguel, de Rebordosa, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Molaredo Pov. na freg. de Santa Maria, de Vallega, conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

Molares Pov. e freg de Santo André, da provincia do Minho, conc. e com de Celorico de Basto, distr. e arceb. de Braga; 148 fog. e 579 hab. Tem esc. do sexo fem. A pov. dista 3 k. da séde do conc. O real padroado apresentava o abbade, que tinha 290$000 réis de rendimento. A terra é fertil; tem bom vinho, cria gado de toda a qualidade, e nos seus montes ha muita caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Molarinho *(José Arnaldo Nogueira)*. Gravador. V. *Nogueira Molarinho*.

Molcornem Aldeia, séde da regedoria do concelho de Quepém, districto de Gôa, na India, comprehendendo tambem as aldeias de Naguém, Undorna e Zonodém.

Moldes Pov. e freg. de Santo Estevão, da prov. do Douro, conc. e com. de Arouca, districto de Aveiro, bisp. do Porto; 229 fog. e 1:195 hab. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada junto d'uma ribeira do mesmo nome. E' pov. muito antiga, e muito fertil em cereaes, vinho, fructa e legumes; cria muito gado de toda a qualidade, e tem abundancia de mel e de cêra. No territorio da freguezia, que é bastante montanhoso, ha muita caça grossa e miuda. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6 com a séde no Porto. || Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Arcos, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Thiago, de Castello de Neiva, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Cruz, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga || S. João Baptista, de Pinho, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Romarigães, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Ribeira do distr. do Porto, que nasce na serra do mesmo nome, passa em Arouca, nas freg.ª da Varzea e Pedorido, e entra no rio Douro, junto d'esta ultima, com 30 k. de curso.

Moledo. Pov. e freg. do Espirito Santo, da prov. da Extremadura, conc. e com. da Lourinhã, distr. e patriarc. de Lisboa; 140 fog. e 519 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e caixa postal, permutando malas com a Lourinhã. A pov. dista 7 k. da séde do conc. A mitra apresentava o cura, que tinha diversos generos, pagos pelo povo e pelo sacro collegio patriarchal. Ainda se vêem n'esta pov. restos das ruinas d'um antigo palacio real, onde residiu por algum tempo D. Ignez de Castro, e onde o infante D. Pedro, depois rei 1.º do nome, passava alguns dias em caçadas. N'este palacio tambem viveu por vezes el-rei D. Fernando I e a rainha D. Leonor Telles. Este edificio era construcção muito antiga, e calcula-se que já existisse no tempo dos romanos. A 6 k.

d'esta freg. está a *Ponte de D. Pedro*, assim chamada por ser feita por D. Pedro I no anno de 1360, dando então grandes privilegios aos habitantes de Moledo, sendo um dos quaes o de não poderem ser obrigados ao serviço militar, e só irem á guerra quando o rei fôsse em pessoa. A Constituição de 1820 acabou com este e muitos outros privilegios, isenções, fóros e regalias. A pov. de Moledo foi séde de conc. no seculo XIV e ainda no seculo XVI, suppondo se que foi D. Pedro I que a elevou a essa categoria. A pov. pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa. || Pov. e freg. de S. Paio, da provincia do Minho, conc. e com. de Caminha, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 202 fog. e 933 hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural; *Hotel de Moledo do Minho*; é um hotel importante, assim intitulado, que fica junto ao apeadeiro da linha do caminho de ferro do Minho, que se estabeleceu n'esta povoação, entre as estações de Caminha e Ancora. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada proximo da costa do Oceano Atlantico. Ha aqui uma magnifica praia de banhos, que se tem aformoseado com elegantes chalets, bellas propriedades, que se estendem ao longo da estrada real que liga Vianna do Castello a Caminha. Na epoca balnear esta praia costuma ser muito concorrida. A Casa do Infantado apresentava o reitor, que tinha 120$000 réis de rendimento. Esta freg. foi commenda dos marquezes de Villa Real, que passou para o duque de Caminha, filho unico do ultimo marquez de Villa Real. Sendo supplicíado o duque como traidor á patria, em 1641, esta commenda passou para a Casa do Infantado, que então se creára. Dos dizimos se faziam dois prestimonios da ordem de Christo, cada um de 90$000 réis. Como todas as freguezias do Minho, o seu terreno é fertilissimo de todos os generos agricolas do paiz; é tambem muito abundante de peixe do mar, e de salmões, lampreias e saveis, que lhe veem dos rios Minho e Lima. Sobre a margem direita, NE, da estrada real que de Lisboa vae para o norte, e que atravessa pelo fundo d'esta freguezia, edificou em 1864 um piedoso lavrador de Moledo uma capella dedicada a Sant'Anna, a qual é de boa architectura, e foi feita por pedreiros d'estes sitios. Pouco distante está a antiquissima capella de Santo Isidoro, a que o povo d'aqui chama *Santo Isidro*, a qual fica mesmo sobre os rochedos da praia. Os papas Clemente VIII, em 1600, e Urbano VIII, em 1642, concederam á irmandade d'esta capella muitos privilegios e indulgencias. Perto d'esta capella vê se um penedo espherico, a que dão o nome de *penedo rachado*, e consta que foi partido em dois por um raio. Além d'estas capellas, ha ainda em Moledo as de *N. S.ª da Piedade*, *N. S.ª das Preces*, e da *Santissima Trindade*. A de *N. S.ª da Piedade* chamava se antigamente *Nossa Senhora do pé da Cruz*. A sua origem é a seguinte: A imagem da Virgem estava n'uma antiquissima e pequena ermida, ameaçando ruina proxima. Em 1695, uns devotos receando que a ermida desabasse, decidiram demolil-a, e edificarem uma nova e mais vasta capella. A imagem foi depositada na egreja de Caminha, e n'esse mesmo anno principiou a obra, mas por falta de dinheiro ficou em meio. Pouco depois um proprietario rico e devoto tomou á sua conta a conclusão da capella, que depressa se acabou. O arcebispo de Braga benzeu a nova capella, e a imagem regressou de Caminha em pomposa procissão. Esta imagem é de roca, e tem apenas 2 palmos d'altura. Os povos porém, desejaram uma nova imagem de maiores dimensões e encarregaram d'esta incumbencia o administrador das obras da capella, o P. Gonçalo da Rocha. Feita a imagem pelo esculptor Domingos Ferreira, foi collocada no seu altar com grandes festas, em 1 de agosto de 1700, realisando-se uma grande procissão a que concorreram muitas cruzes e guiões das freguezias circumvisinhas, e algumas dansas, organisadas pelos estudantes de Caminha. A antiga imagem passou para a sacristia. A capella é grande e de boa architectura; foi forrada de excellente madeira de castanho, em 1706. Em frente e ao NE da capella de Santo Isidro, ou de *Santo Isidoro*, n'um degrau da serra, fica o *Monte do Facho*, que, segundo dizem, foi uma atalaia dos antigos lusitanos. Ainda durante a guerra peninsular, por muito tempo aqui se estabeleceu um facho. N'este monte existe um monstruoso penedo, com varias cavernas, que Pinho Leal diz, no vol. V, pag. 369, do *Portugal antigo e moderno*, puderem abrigar 500 a 600 pessoas. Chamam lhe o *Sino dos moiros*, porque, segundo consta, batendo se-lhe com uma pedra, sôa como um sino. Esta pov. tambem é conhecida por *Moledo do Minho*, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Castro Daire, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 485 fog. e 1:926 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada a 5 k. da margem esquerda do rio Paiva. A mitra apresentava o abbade, que tinha 350$000 réis de rendimento. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas, e cria muito gado de toda a qualidade; nos seus montes ha bastante caça grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Aldeia na freg. do Salvador, de Penajoia, concelho de Lamego, distr. de Vizeu. Está situada em terreno accidentado, no declive da serra de Villar, e sobre a margem esquerda do rio Douro, proximo da aldeia de Corvaceira e da célebre *Ponta do Piar*. A rainha D. Mafalda, mulher de D. Affonso Henriques, instituiu aqui uma albergaria com sua capella, hospital e botica, pondo tudo franco a ricos e a pobres, uma passagem, chamada do *Moledo*, ou de *Por Deus* (por ser para todos gratuita), estabelecendo rendas sufficientes para o barqueiro. Esta albergaria é hoje uma propriedade particular, e a capella é publica. || Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Aborim, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago, de Gavião, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || Santa Justa, de Girabolhos, conc. de Ceia, distr. da Guarda. || S. Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || S. Sebastião, de Villar Barrôco, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || S. Pedro, de Alverca, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Moledo (*Caldas de*). No distr. de Villa Real e conc. de Mesão Frio, fica a aldeia da Rede, e a 1:500 m. d'esta aldeia para O de Regoa, no meio dos logares de Granjão, Corvaceira, Fontellas e

Penaguião, está a quinta de Moledo, defronte da pittoresca pov. d'este nome e na margem opposta do rio Douro. Na parte occidental d'esta quinta, e na margem direita do mesmo rio Douro, brotam umas nascentes de agua mineral. Estas aguas são conhecidas por *Caldas de Moledo*, por estar na frente a aldeia d'este nome, como fica dito, e é a mais antiga d'estes sitios. Tambem se lhes dá o nome de *Caldas de Granjão, de Corvaceira, da Rede, de Fontellas* e de *Penaguião*, por serem estas povoações todas visinhas. As nascentes são 11, e distribuem se por tres grupos: o primeiro compõe-se das duas que ficam proximas á estrada da Regoa a Amarante, e denominam se da *Estrada*, *Mina Nova* e *Mina Antiga*; o segundo é formado pelas tres nascentes da *Lameira*, e o terceiro pelas cinco fontes thermaes do *Rio*, nas quaes, apezar de collocadas n'um plano bastante inferior, se tomam banhos quando o rio Douro não leva grandes cheias. Proximo d'estas nascentes ha ainda outra, pouco abundante, cuja temperatura lhe fez dar o nome de *agua temperada*. Emergem em terreno de rocha constituida por cal carbonatada, mica e quartzo, com muitos schistos siliciosos. Proximo das nascentes do *Rio* observa-se granito commum, quartzo, mica, albite e schistos micaceos. Todas estas aguas se assemelham muito entre si pela qualidade e quantidade dos principios que as mineralisam, e rivalisam com as afamadas aguas de Baréges, Luchon e Ax de França. Estas caldas são conhecidas desde o anno de 1710. Hoje tem um regular estabelecimento hydrotherapico para banhos, duches, inhalações e pulverisações, denominado o da *Estrada*, além de uma outra installação balnear mais modesta junto ao rio, formada por barracas de madeira, que só de verão são armadas. Em 1810 tomavam-se os banhos em casas feitas na areia, cobertas com ramos de arvores. As nascentes mais quentes são as que brotam mesmo no alvéo do rio. O dr. Francisco Tavares, medico da rainha D. Maria I, nas suas *Instrucções e cautellas praticas sobre a natureza*, etc. das differentes aguas mineraes, pag. 60, trata d'estas caldas, a que dá o nome de *Caldas da Rêde*. Em Moledo ha alguns hoteis e casas particulares que recebem hospedes, os quaes pelas cercanias pódem fazer bonitos passeios. Tem est. do caminho de ferro, na linha do Douro, entre as de Rêde e da Regoa. Estas aguas fôram apresentadas e analysadas na exposição universal de Paris, de 1867. São limpidas, incolores, unctuosas ao tacto, e com sabor e cheiro proprio de acido sulfhydrico; tornam-se brancas, leitosas ou amarelladas, quando expostas ao ar. Em 1870 fôram novamente analysadas por F. A. Alves, Ferreira Leão, e dr. Lourenço d'Almeida Azevedo. Empregam-se interna e externamente no tratamento do rheumatismo, escrofulismo, molestias de pelle, inflammações chronicas da mucosa, algumas nevrozes, ulceras atonicas, e fistulas entretidas por earie ou osteite, etc. Bibliographia especial: *Caldas de Moledo*, sem o nome do autor, na *Gazeta Medica do Porto*, tomo II, 1844, pag. 311; *Considerações geraes sobre a constituição geologica do Alto Douro*, pelo dr. José Pinto Rebello de Carvalho, Porto, 1848, pag. 17; *As aguas mineraes de Moledo*, por Miguel Leite Ferreira Leão, Antonio Alves e Lourenço de Almeida Azevedo, Coimbra, 1871, com uma planta.

Moledos. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Magdalena do Mar, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Moleiras Pov. na freg. de S. Salvador, de Dornellas, concelho de Amares, distr. de Braga.

Moleiras de Baixo e de Cima. Duas povoações na fregnezia de Santo André, de Marecas, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Moleiras Novas. Pov. na freguezia de Santa Maria, de Sobradello da Gôma, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Moleirinhas. Pov. na freg. de S. João Degolado, de Terrugem, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Moleiro. V. *Atafoneiro.*

Moleiro. Pov. na freg. de Santa Maria, de Telhado, conc. de V. N. de Famalicão, districto de Braga.

Moleiros. Povoações nas freguezias: Espirito Santo, de Castello, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Santa Catharina, de Villa Facaia, conc. de Pedrogão Grande, distr de Leiria. || N. S.ª da Purificação, de Freixianda, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Molela. Rio cuja barra demora a algumas milhas ao sul de Angoche, provincia de Moçambique, Africa Oriental.

Molello. Pov. na freg. do Salvador, de Monte Cordova, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Molellos V. *Mollelos.*

Molembo Antiga div. territorial da Africa Occidental, nos limites N da prov. de Angola, reino de Cabinda. || Ponta situada na costa do mesmo nome, na prov. de Angola E' formada por uma pequena lingua de terra coberta de vegetação, que sae de barreiras alcantiladas, facil de distinguir quando vista principalmente do S, por estar coberta de muitas manchas vermelhas. || Bahia da costa do mesmo nome, na prov. de Angola. Termina ao SO na ponta Molembo, e é similhante em configuração a muitas outras da Africa meridional; cavada a SE, aberta a NO e amparada a O por uma lingueta de terra que de ordinario sae da ponta SO e abriga a bahia do vento mareiro e da vaga. E' um bom porto para embarcações pequenas, mas perigoso em occasião de trovoada, razão porque os navios preferem, em tal conjunctura, ir ancorar a 4 k. da terra, para o SO da ponta Molembo.

Molhapão. Pov. na freg. de S. Simão, de Nespera!, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Molhas. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Moliana Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Alvados, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Molianos. Pov. na freg. de S. Thiago, de Evora de Alcobaça, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Mollão. Pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Lagos, distr. de Faro.

Molleiro. Pov. na freg. de S. Mamede, de Villa Maior, conc. da Feira, distr de Aveiro.

Molinhata. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa

Mollelinhos. Pov. na freg. de S. Pedro, de Mollelos, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Mollelos *(Francisco de Paula Vieira da Silva Tovar, 1.º barão e 1.º visconde de).* Moço fidalgo com exercicio, por alvará de 14 de fevereiro de 1779; do conselho d'el-rei D. João VI, commendador das ordens de S. Thiago da Torre e Espada; general condecorado com a cruz da campanha n.º 3 da Guerra Peninsular, deputado, ajudante general do exercito de observação na guerra da Restauração contra os francezes; secretario militar do infante D Miguel commandante em chefe do exercito em 1823; governador das armas da Beira, etc. N. a 8 de fevereiro de 1774 na villa de Mollelos, bispado de Vizeu, fal. na sua casa de Folhadosa, a 7 de dezembro de 1852. Era filho de Jeronymo Vieira da Silva Tovar, moço fidalgo com exercicio, senhor das honras de Mollelos e Botulho, administrador dos morgados de Mollelos, Batalha, Vieira e Capella do bispo D. Gil Alme, governador militar dos districtos de Bésteiros e Sabugosa na Guerra Peninsular, etc., casado com D. Margarida Josepha de Mello e Albuquerque. Francisco Tovar alistou-se em 1795 no regimento de cavallaria d'Almeida, e sendo logo em seguida reconhecido cadete foi estudar na Universidade de Coimbra os cursos de mathematica e philosophia, nos quaes se formou, sendo premiado na ultima d'estas faculdades. Saindo das fileiras quando Junot dissolveu o exercito portuguez, foi viver para a Beira, e foi o primeiro que n'essa provincia levantou o grito da revolta contra os francezes em 1808, e sendo nomeado ajudante d'ordens do governador das armas, foi encarregado de observar a marcha de Loison e de outras commissões importantes. Chamado pelo general Bacellar, depois visconde de Monte Alegre,para chefe do estado-maior, do exercito d'observação, conservou se sempre ao lado d'esse chefe até ao fim da lucta, devendo se-lhe em boa parte as acertadas disposições tomadas em varias circumstancias pelo chefe ás ordens do qual estava servindo. Terminada a guerra da peninsula recebeu o cargo de tenente-rei da praça d'Almeida e o titulo de barão por decreto de 17 de dezembro de 1815. Quando se deu a revolução liberal de 1820, abraçou os principios então proclamados, fez parte da junta do governo provisorio, e foi eleito deputado ás côrtes constituintes de 1821, e depois ás de 1822. Sendo já então brigadeiro e estando nomeado governador das armas da Beira Baixa, não chegou a partir para o seu destino, porque mudando completamente de idéas, se tornára tão dedicado parcial dos principios absolutistas, que em 1823 o infante D. Miguel, sendo nomeado commandante em chefe do exercito, o escolheu para seu secretario militar. Encarregado posteriormente do governo das armas da Beira Alta voltou a Lisboa para fazer parte da commissão incumbida de formular os regulamentos das milicias e de ordenanças. Agraciado com o titulo de visconde por decreto de 6 de fevereiro de 18_6, foi um dos chefes militares que se pozeram em campo contra a Carta Constitucional, presidente da junta absolutista da Guarda, sustentou a lucta contra o conde de Villa Flôr, e depois do combate de Coruche entrou em Hespanha, e ahi permaneceu até, que estabelecendo se entre nós o governo do infante D. Miguel, o visconde de Mollelos pôde voltar á patria. Encarregado do governo militar do Algarve, n'esse posto estava ainda quando o duque da Terceira desembarcou em Cacella a 24 de junho de 1833. Quiz o visconde oppôr aos constitucionaes algumas forças postadas na margem esquerda do Almargem, mas as suas tropas debandaram logo, e elle em vez de vigiar os movimentos do duque commetteu o erro de ir suffocar a insurreição de Beja. Conseguiu facilmente o seu intento, mas entretanto os liberaes avançaram para Lisboa, e o visconde de Mollelos, chegando a Setubal no dia 24 de julho, soube do combate de Cacilhas, e dirigindo-se para Aldeia Gallega, já ahi não pôde passar o Tejo porque a fragata *D. Pedro* lh'o estorvava. Seguindo para Salvaterra, tambem não pôde atravessar o rio por causa do vapor *Jorge IV* que os constitucionaes para esse ponto tinham enviado, e viu se obrigado a effeituar a passagem em Vallada, d'onde marchou a unir-se com as tropas do duque de Cadaval que retiravam de Lisboa. Acompanhando até ao fim da guerra civil a causa do infante, viu a sua carreira militar cortada pela convenção d'Evora Monte, e d'essa epoca em deante, como alguns outros dos bravos officiaes do nosso exercito que se haviam distinguido na guerra da peninsula, passou inteiramente afastado dos negocios publicos, até que falleceu. O visconde de Mollelos casou em 22 de abril de 1792 com D. Maria Maxima de Magalhães Pinto Boto de Castello Branco, filha e herdeira de Ignacio de Magalhães Pinto de Sousa Ferrão Castello Branco, senhor dos morgados de Folhadosa e de S. Romão, e de sua mulher D. Clara Maria Pinto Boto. D'este consorcio houve uma unica filha, D. Maria Carlota Vieira de Tovar Pinto de Magalhães, que nasceu a 8 de março de 1800, e fal. em 1872, tendo casado a 8 de agosto de 1824 com seu tio paterno, Antonio Vieira de Tovar e Albuquerque, moço fidalgo com exercicio, commendador da ordem de S. Thiago, desembargador da Casa da Supplicação, etc. E' hoje visconde de Mollelos o sr. José Luiz Nogueira.

Mollelos. Pov. e freg de S. Pedro, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Tondella, distr. e bisp de Vizeu; 440 fog. e 1:869 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Criz. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14 com a séde em Santa Comba Dão. O vigario de Tondella apresentava o cura, que tinha 70$000 reis de congrua e o pé d'altar. Mollelos é muito industrial no fabrico da louça preta, de muito boa qualidade. A parochia é mais antiga que a monarchia portugueza, pois já existia no tempo dos gôdos. No anno 1063 da era christã o presbytero Ermigio doou ao mosteiro de Lorvão a egreja de Mollelos, *com todos os seus passaes*, *vinhas*, *soutos*, *pomares*, *domos* (casas) *e córtes*. N'esse tempo era S. Miguel padroeiro da freguezia. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Fradellos, conc. e distr. de Braga.

Mollem. Pov. do conc. e com. de Sanguem, Novas Conquistas, distr. e arceb. de Gôa, India. E' séde da 2.ª circumscripção do commando militar do concelho. Delegação alfandegaria.

Moller *(Adolpho Frederico).* Naturalista, inspector do Jardim Botanico, da Universidade de Coimbra. Muito dedicado á Botanica, publicou em

tempo no jornal *O Instituto*, de Coimbra, um Catalogo descriptivo das plantas medicinaes que habitam em Portugal. D'este trabalho tirou-se 1878 uma *separata*. E' um vol. de 180 pag., impresso na Imprensa da Universidade. Intitula-se: *Catalogo das plantas medicinaes que habitam o continente portuguez*. Temos nota d'outra edição, Coimbra, 1882. Este catalogo foi transcripto no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*. Por occasião de rever as provas o autor fez varias correcções e additamentos, excepto nos numeros do *Jornal* de maio a outubro de 1885, epoca em que esteve em S. Thomé n'uma commissão scientifica. Em 1900 a redacção do *Portugal Agricola* publicou um vol. de 153 pag., que intitulou: *As principaes productoras da borracha americanas*, por Adolpho Frederico Moller. E' uma *separata* d'um artigo publicado no referido *Portugal-Agricola*. No *Berichten der Deutschen Pharmaceutischen Gesellschaft*, de Berlim, publicou o sr. Moller varios trabalhos sobre plantas medicinaes de Portugal e Africa. D'elles se tiraram varias *separatas* que teem por titulo: *A. F. Moller, Medizinische Pflanzen Westafrikas*, Berlin, 1898, 61 pag.; *A. F. Moller, Medizinische Pflanzen Westafrikas*, Berlin, 1898, 4 pag; *A. Moller (Coimbra), Einige medizinische Pflanzen von S. Thomé*, Berlin, 1897, 11 pag.; *A F. Moller (Coimbra), Einige medizinische Pflanzen von S. Thomé (Westafrika)*, Berlin, 1897, 5 pag.; *A F. Moller, Portugiesichen Medizinalpflanzen*, Berlin, 1898, 6 pag. No *Jornal de Horticultura Pratica*, do Porto, desde a sua fundação em 1870 até 1892, em que findou, publicou egualmente o sr. Moller innumeros artigos sobre silvicultura, horticultura e agricultura, entre elles alguns sobre plantas uteis d'Africa e d'outras regiões da zona quente. Tambem ali inseriu uma série de artigos tirados das notas que trouxe de S. Thomé, sobre Zoologia, Botanica, Agricultura e Silvicultura, etc. Na *Gazeta de Pharmacia*, de Lisboa, descreveu um grande numero de plantas medicinaes: de S. Thomé, do continente africano tropical, e algumas de Portugal. No *Portugal Agricola*, de Lisboa, existem innumeros artigos sobre plantas da zona tropical. Alguns d'esses artigos vem assignados só por *A. M.* Noutros jornaes se encontram muitos artigos do sr. Adolpho Moller sobre horticultura, agricultura e silvicultura tanto da zona tropical como da extra-tropical. Podem indicar-se os seguintes: *Jornal Horticolo-Agricola*, *Jornal Agricola Horticola* e *Gazeta das Aldeias*, todos do Porto; *Portugal em Africa*, *O Ultramarino*, e *Familia Portugueza*, todos de Lisboa; *Correspondencia de Coimbra*, *O Tribuno Popular*, de Coimbra, etc. Tambem o sr. Moller escreveu bastantes noticias sobre plantas das nossas possessões no jornal allemão, de Berlim, intitulado *Der Tropenpflanzen*, orgão da *Kolonial, Wirtschoftlichen Komitees*. Em 1891 elaborou os catalogos descriptivos dos productos das ilhas de S. Thomé e do Principe, apresentados na exposição insular e colonial portugueza no Palacio do Crystal, do Porto, por occasião das festas do quinto centenario do nascimento do Infante D. Henrique. Foram impressos em 1896 na Imprensa Nacional.

Molli. Ponta do distr. do Loanda na prov. de Angola. Fórma o extremo da margem direita do rio Cuanza, e está coberta de mangal.

Molola-Uchi inga. Rio do distr. de Mossamedes, na prov. de Angola. Nasce na serra da Neve, rega as terras da Huila, e entra na margem esquerda do Cacolovar, do qual é tributario.

Molucas. Nome do grande archipelago da Oceania, situado entre as ilhas Filippinas, ao N, as Celebes a O, a Australia ao S, e a Papuasia a L. Fórmam tres residencias hollandezas correspondentes aos tres grupos de ilhas em que o archipelago se divide, e que são o grupo de Amboino, composto de Amboino e do Ceram; o grupo de Banda, formado de Banda, Lanthair e Poulo-Ay, e o grupo das Molucas propriamente dito, cujas ilhas principaes são Gilolo, Ternate, Mornay, Tidore, Batchian e Misol. Todo este archipelago parece ter soffrido commoções violentas, e a maior parte das suas montanhas são vulcões extinctos. Os portuguezes, no tempo de Affonso de Albuquerque, descobriram as ilhas Molucas, sendo a expedição composta de tres navios e commandada por Antonio de Abreu (V. este nome, *Portugal*, vol. I, pag. 22). Esteve a expedição nas ilhas de Buso e de Amboino, desembarcaram em Banda, carregaram ahi as embarcações de cravo noz moscada e d'outras especiarias, e no anno seguinte deram de véla para Malaca. Alguns annos depois Jorge de Brito dirigiu-se a esse archipelago, para onde se voltavam cada vez mais as attenções dos portuguezes, e que a expedição de Fernão de Magalhães tornou mais conhecido na Europa. Em 1521 Garcia de Sá foi negociar ás ilhas de Banda, e o sultão de Ternate, uma das ilhas do archipelago, que andava em guerra com um visinho, o sultão de Tidore, desejando ter os portuguezes pela sua parte, pediu lhes para que construissem na sua terra uma fortaleza. No anno seguinte Antonio de Brito, partindo de Malaca, foi estabelecer o novo forte, que era o 11.º que os portuguezes possuiam na Asia, e entrando em lucta com o sultão de Tidore, derrotou-o, e firmou o predominio portuguez nas Molucas, mas baseado na fôrça e nas solidas allianças. Esse predominio, comtudo, soffreu grandes abalos, não só pela inimizade dos indigenas e pelas pretenções de Carlos V á posse das Molucas, mas muito principalmente pelas exacções, piratarias, roubos e contendas dos governadores da fortaleza de Ternate, que quasi todos á chegada do successor, eram mandados para a India carregados de ferros pelos abusos commettidos, mas infelizmente era tal a devassidão que em breve alcançavam a liberdade, comprando-a com o ouro que tinham illicitamente juntado durante o tempo do seu governo. Quando se desmoronou o nosso poder no Oriente, o archipelago das Molucas passou ao dominio dos hollandezes. V. *Fernandes (P. Luiz)*.

Moma. Pov. e distr. do Moçambique, Africa Oriental. Tem commando militar. ‖ Vasto territorio situado a O do Bihé e a E do distr. de Beuguella, na prov. de Angola. Estende-se entre os rios Cubango e Cutato dos Ganguellas, e foi explorado em parte pelo major Serpa Pinto. A sua população, que se entrega aos trabalhos agricolas, é muito aguerrida. ‖ Pequeno rio do distr. e prov. de Moçambique, Africa Oriental. Considera-se que o seu curso separa o distr., a que pertence, do da Zambezia.

Môma e Quizungo. Pov. na freg. de S. Luiz Gonzaga, no distr. e prov. de Moçambique (Angoche), Africa Oriental.

Mombaça. Cidade da Africa Oriental ingleza, na costa E da ilha do mesmo nome. No seculo XVI era uma linda cidade cercada de densas florestas de mangueiras e de casas de cantaria com terraços á moda das cidades arabes do sul da Hespanha. Foi a 7 de abril de 1498 que Vasco da Gama, na sua primeira viagem para a India, chegou á frente da cidade e foi n'estas paragens que os nossos estiveram para ser victimas da traição do piloto de Moçambique que dirigia a esquadra; sendo, porém, descoberta a perfidia, o grande almirante conservou-se ainda dois dias em frente de Mombaça, sem entrar no porto, e a 13 de abril seguiu na sua viagem para o Oriente. Em 1505 o 1.º vice-rei da India D. Francisco d'Almeida, quando ia tomar posse do seu Estado, pretendeu que os moiros de Mombaça se fizessem vassalos do rei de Portugal, e como elles se recusassem, empregou a força. A lucta foi renhida, porque os moiros valeram-se de todos os meios de que podiam lançar mão, para estorvarem o intento dos portuguezes, mas D. Francisco d'Almeida conseguiu assenhoriar-se da cidade, onde mandou erigir um padrão commemorativo da sua victoria. Em 1525 D. Nuno da Cunha, indo tambem tomar conta do governo da India, apoderou-se da ilha e destruiu a cidade de Mombaça, cujo cheik, sempre nosso secreto inimigo apezar da severa lição que recebera, estava longe de dar aos navios portuguezes, que arribavam ao seu porto, a hospitalidade que elles encontravam em Melinde. A fortaleza que os portuguezes fundaram no seculo XVI, assenta n'um rochedo de mediocre altura, e eleva-se ao sul da cidade, tendo á entrada uma extensa inscripção. Em torno da fortaleza vê-se uma povoação, a que chamam *Cidade Negra*, que outr'ora foi residencia dos portuguezes, habitada pelos arabes. Mombaça pertenceu a Portugal até fins do seculo XVIII, quando o rei do paiz a retomou, matando todos os christãos. V. *Mello e Castro* (Alvaro Caetano). || Bibliographia: Ms. do Fundo Antigo da Bibliotheca Nacional, N.º 584. *Historia de Mombaça*, vol. ms. existente na bibliotheca dos srs. condes de Tarouca.

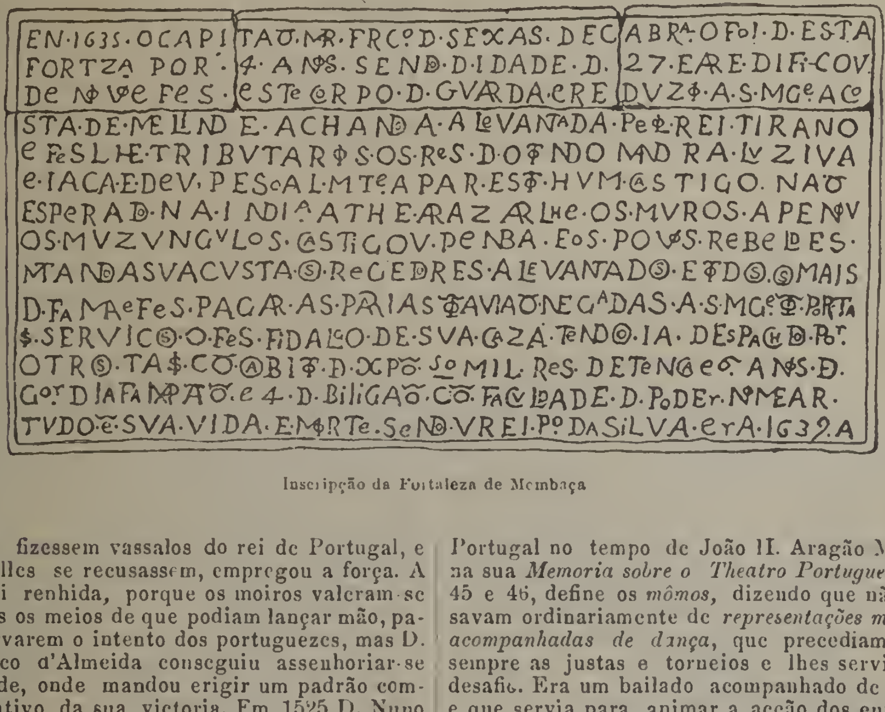

Inscripção da Fortaleza de Mombaça

Mombeja. Pov. e freg. de Santa Suzana, da prov. do Alemtejo, conc., com., distr. e bisp. de Beja; 165 fog. e 655 hab. Tem escola do sexo fem. e est. post. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada em um monte, d'onde se avista Beja. Era da Casa do Infantado. O deão e cabido de Evora apresentavam o cura, que tinha 10 quarteiros de trigo e 30 alqueires de cevada, pagos pelos parochianos. A terra é fertil, e pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17 com a séde em Lagos.

Mômo. Representação d'uma composição dramatica, por meio de mimica. Em geral os *mômos* eram umas pequenas peças, que se compunham sómente de algumas scenas com duas ou tres personagens, em que não havia côro, sendo a acção reduzida a quasi nada. Fôram introduzidas em Portugal no tempo de João II. Aragão Morato, na sua *Memoria sobre o Theatro Portuguez*, pag. 45 e 46, define os *mômos*, dizendo que não passavam ordinariamente de *representações mimicas acompanhadas de dança*, que precediam quasi sempre as justas e torneios e lhes serviam de desafio. Era um bailado acompanhado de canto, e que servia para animar a acção dos entremezes, e outras vezes para uma acção epica como a das justas e torneios. V. *Bailado*, (*Portugal*, vol. II, pag. 23).

Monarchia Lusitana. Obra importantissima composta por diversos escriptores. Fr. Bernardo de Brito, chronista da ordem de S. Bernardo, foi o autor da 1.ª e 2.ª partes, (V. *Portugal*, vol. II, pag. 505 e 506). Fr. Bernardo de Brito deixou composta e inédita a 3.ª parte, em 5 livros, cujo autographo existia guardado recatadamente na livraria do mosteiro de Alcobaça, e era o codex n.º 359, com advertencias ou declarações postas por letra de Fr. Antonio Brandão e Fr. Diogo de Castello Branco. A 3.ª e 4.ª partes fôram escriptas por Fr. Antão Brandão, chronista mór do reino (V. *Portugal*, dito vol. pag. 474). Das 5.ª e 6.ª partes foi autor Fr. Francisco Brandão, tam-

bem chronista-mór do reino (V. *Portugal*, idem, pag. 479). Fr. Raphael de Jesus, chronista-mór, escreveu a 7.ª parte. (V. *Portugal*, vol. III, pag. 1027). Este chronista deixou inéditas as partes 8.ª e 9.ª por elle escriptas, que não se chegaram a imprimir, apezar de Bento José de Sousa Farinha, no *Summario da Bibliotheca Lusitana*, dar a 8.ª parte, como impressa em Lisboa, 1755, *erradamente*, segundo diz Innocencio da Silva, no *Diccionario Bibliographico*, vol. VI, pag. 260. Fr. Manuel dos Santos, chronista da ordem de S. Bernardo e chronista-mór do reino, escreveu a 8.ª parte (V. *Santos, fr. Manuel dos*). Este chronista escreveu tambem, e deixou manuscriptas uma 7.ª, 9.ª e 10.ª A Academia Real das Sciencias começou em 1806 a reimprimir a *Monarchia Lusitana* em volumes de 8.º, com o titulo: *Collecção dos principaes autores da historia portugueza, com algumas notas*, etc. A impressão chegou, porém, sómente até o livro XI, e das notas só apparece a memoria nos frontispicios. Sairam 8 volumes. A pag. 261 do vol. VI do *Diccionario Bibliographico*, acima citado, diz Innocencio da Silva: «O merito comparativo das partes impressas d'esta obra, no sentido propriamente historico e litterario, varia por modo notavel entre os criticos. Um d'estes, o P. Francisco José Freire, nas suas *Reflexões sobre a lingua portugueza*, parte 1.ª, pag. 8, diz a esse proposito: «Fr. Bernardo de Brito, que lançou os alicerces á grande obra da *Monarchia Lusitana*, entra na honrada classe de João de Barros, escrevendo em estylo puro e correcto. Os seus continuadores Fr. Antonio e Fr. Francisco Brandão teem penna ingenua, indagadora e verdadeira; mas falta d'aquella propriedade e pureza, que sobresáe em seu antecessor. Os outros chronistas que continuaram esta grande obra, ainda na linguagem teem menos merecimento que os dois Brandões, especialmente Fr. Raphael de Jesus, que morreu sem saber o como devia falar a sua lingua um correcto escriptor portuguez.»

Moncada *(Fr. Christovão de)*. Freire conventual da ordem de Christo no convento de Thomar, onde foi reitor e professor de theologia. N. em Friellas, e fal. em Thomar em 22 de junho de 1753. Publicou muitos sermões, que veem mencionados na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. IV, pag. 89, entre os quaes se conta: *Sermão das exequias do serenissimo senhor infante D. Francisco, prégado no convento de Thomar a 14 de agosto de 1742*, Lisboa 1742.

Moncada e Oliveira *(Alfredo Ariosto de)*. Medico pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa. Depois de obter o seu diploma, em 1877, começou a exercer clinica no concelho de Santarem, onde se tornou muito considerado, não só pelos seus conhecimentos, como pela caridade e dedicação com que tratava os seus doentes. Foi depois nomeado sub-chefe do serviço de saude, na Companhia Real dos caminhos de ferro. Em 1879, quando succedeu o grande descarrilamento proximo da estação de Matto de Miranda, onde ficaram dezenas de pessoas bastante feridas e muito contusas, o sr. Ariosto de Moncada, tendo conhecimento do medonho desastre, partiu immediatamente para o local do sinistro, onde prestou dedicados serviços aos feridos e providenciando com respeito aos doentes considerados em estado grave. Quando a Companhia Real dos caminhos de ferro teve conhecimento d'este facto, quiz remuneral-o, convidando-o a que fixasse a remuneração que entendesse, visto não poder ella só por si estabelecel-a tratando-se de um auxilio tão notavel como espontaneo e rapido. O sr. Ariosto Moncada declarou não acceitar remuneração alguma. O conselho da administração da Companhia, tomando em devido apreço o proceder tão humanitario e cavalheiroso do distincto medico, não só lhe consignou um voto de louvor n'uma das actas das suas sessões, como pediu autorisação para o nomear medico effectivo da mesma Companhia, dando-lhe o logar de sub-chefe do serviço de saude, cargo que não existia, mas que a gratidão da Companhia estabeleceu como reconhecimento e homenagem. O sr. Ariosto de Moncada exerce actualmente clinica em Lisboa.

Monçalvarga. Pov na freg. de S. Romão, de Baçal, conc. e distr. de Bragança.

Monção *(José Maria Correia)*. Capitão de infantaria reformado e antigo commandante da Torre de S. Lourenço da Barra. N. em Lisboa a 2 de fevereiro de 1813, fal. em 24 de março de 1909. Era filho de Thomaz Correia Menção e de Izabel Feliciana Macedo e Vasconcellos. Assentou praça aos 15 annos de edade na brigada real da marinha, em abril de 1828, passando mais tarde ao batalhão naval, em cujo corpo foi promovido a alferes. Fez varias viagens á Africa Oriental e Occidental, onde prestou muitos bons serviços nas campanhas do interior de Benguella, sob o commando do capitão de mar e guerra Francisco Antonio Gonçalves Cardoso. Tambem serviu na nau *Vasco da Gama* commandada pelo capitão de mar e guerra Pedro Alexandre da Cunha, que foi governador em Africa: Correia Monção ia a bordo da charrua *S. João Magnanimo*, na viagem da India, quando ao passar o cabo da Boa Esperança, a charrua esteve 29 dias de capa, com agua aberta, sendo preciso deitar ao mar parte do material d'artilharia e grande parte da carga, e só em Moçambique é que pôde arribar. Por muitas vezes a charrua andou á matroca, e Correia Monção, quasi reduzido á ultima extremidade, via morrer os seus companheiros de infortunio, que durante a noite eram lançados ao mar. Nas campanhas da Liberdade, de 1832 a 1834, fez parte da guarnição do brigue *23 de julho*, e entrou na batalha naval na barra do Porto, ganha pelos constitucionaes, sendo aquelle brigue mettido a pique pelos realistas da bateria do Candal, no dia 6 de março de 1833. Tambem fez parte das forças commandadas pelo capitão de mar e guerra Francisco Soares Franco, que commandava o brigue *Liberal*, arriscando a vida contra as baterias D. Rosa, Crasto e Furada, e a fuzilaria do Cabedello. Possuia a medalha n.º 3 commemorativa das campanhas da Liberdade, e fôra reformado em 15 de setembro de 1868.

Monção. V. *Monsão*.

Moncarapacho. Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. do Algarve, conc. de Olhão, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 1:904 fog. e 7:492 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., permutando malas com a villa de Olhão. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada n'uma vasta planicie na estrada de Faro para Tavira. A mitra apresentava o cura, que tinha uma arroba

de figos seccos de cada fogo, e 40 alqueires de cevada. Esta freg. é muito importante pela grande area que occupa. Produz muita alfarroba, azeite, figos e amendoas, que é o seu principal commercio. A freguezia pertenceu á de S. Thiago, de Tavira. Em 17 de outubro de 1453 o prior de S. Thiago fez um contrato com os de Moncarapacho, para poderem ter capellão que lhes dissesse missa e administrasse os sacramentos, mas com a obrigação de irem á missa á egreja parochial no domingo de ramos e quinta feira santa. Por provisão de 19 de junho de 1471 lhes concedeu o bispo, D. João de Mello, licença para terem pia baptismal, erigindo-a freguezia independente da de S. Thiago. Em Moncarapacho fabrica se em differentes olarias boa louça de barro vermelho. Tem grande abundancia de aguas potaveis. Nas proximidades corre o ribeiro do Franco, que morre na Fuzêta, e tambem junto á aldeia está a ponte da Carreira. No fim do Monte da Cabeça ha uma lagôa, chamada *Toupana*, que conserva a agua até ao meio do verão. No principio do sêrro, do lado do mar, ha uma cova entre rochedos, com o nome de *Abysmo*, que dizem não se lhe achar o fundo. No alto do mesmo sêrro ha outra, a *Ladroeira*, e na frente d'esta ainda outra, ambas sem fundo conhecido. Todas estão cheias d'agua no inverno. A freg. pertence ao conc. de Olhão desde 1838; até esta data foi metade d'este conc. e metade do de Tavira. Até 1784 era d'esta freg. o territorio que fórma a actual freg. da Fuzêta; foi em 12 de março d'esse anno que o bispo do Algarve, D. André, a desmembrou para formar a nova parochia. (V. *Fuzêta*, no vol. III do *Portugal*, pag. 650). Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro.

Monçarria. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Abitureiras, concelho e distr. de Santarem.

Monceravia. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Aldeia Gavinha, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Moncharro (*Monte do*). Na freg. de S. Miguel, de Machede, conc. e distr. de Evora.

Monchica. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Costa, concelho de Guimarães, districto de Braga.

Monchicão de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Romão, de Alferce, conc. de Monchique, distr. de Faro.

Monchique. Villa da prov. do Algarve, séde do conc. e de com., distr. de Faro, bisp. do Algarve, Relação de Lisboa. Tem uma só freg., N. S.ª da Conceição. Está situada nas abas da serra do mesmo nome, entre as duas grandes montanhas, a 6 k. distante de qualquer d'ellas, *Pico da Foia*, ao O, e *Picóta* a E. A mitra apresentava o cura, que tinha de rendimento 120$000 rs. Mochique é pov. muito antiga; julga-se que era a capital dos povos *arannis*, *arândiz*, ou (como diz Plinio) *aranditanos*. Eram antigos lusitanos (cuneus) sujeitos ao convento juridico *pacense* (de Beja). Vem mencionado a pag. 426 do *Itinerario*, de Antonino Pio. Ptolomeu diz que habitavam entre as cidades dos celtas. Escriptores antigos dizem que o seu territorio era a parte da serra do Algarve, onde se fundou Villa Nova de Monchique, e que antes da invasão dos arabes pertencia ao bispado de *Ossonoba* (Faro). O terremoto de 1 de novembro de 1755 arruinou a maior parte das casas, a egreja matriz ficou muito deteriorada, e a egreja do convento de N. S.ª do Desterro completamente arrasada. Hoje a

Uma vista de Monchique

villa é muito pittoresca, e tem grande importancia, principalmente devida ás aguas mineraes conhecidas por *Caldas de Monchique* (V. o *artigo seguinte.)* O territorio d'esta villa é muito fertil em todos os generos do Algarve, nos seus montes ha muita caça grossa e miuda, os seus rios e o mar fornecem muito peixe. Os arrabaldes são pomares continuados, frondosos castanheiros, e abundantes de arvores de fructo, sendo tudo regado por uma infinidade de arroios, que serpenteiam por entre este formoso e extenso parque, todo semeado de casaes. O clima é muito saudavel. Tanto na villa como em toda a serra ha grande variedade de plantas medicinaes. Monchique não passava d'uma pequena aldeia annexa ao conc. de Silves, mas em 1773 tornou-se independente e elevada á categoria de villa, pelo alvará de 10 de janeiro, formando-se um novo concelho desmembrado do de Silves, em que se collocou um juiz de fóra. Monchique pertence á 4.ª div. mil., 8.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. Tem Misericordia e hospital, escolas d'ambos os sexos, est. telegr. creada em abril de 1875; est. post. com serviço de emissão de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. S.-Faro; advogado, medicos, pharmacias, agencia dos bancos *Economia Portugueza* e *Lisboa & Açôres*; Montepio Artistico Monchiquense; hoteis, Sociedade Monchiquense, de recreio, *Theatro Castilho*; feira nos dias 26 a 28 de outubro, e mercado no 4.º domingo de cada mez. Tem-se publicado os seguintes jornaes: *O Monchiquense*, 10 de maio de 1895; *O Patriota*, 16 de fevereiro de 1890; e a *Saude*, que está em publicação (junho de 1909). Em Monchique houve o mosteiro de N. S.ª do Desterro, de religiosos da ordem Terceira de S. Francisco, que fundára em 1631 Pedro da Silva, que depois foi vice-rei da India. Estava situado n'uma planicie entre duas serras. A egreja tinha ricos paramentos, ornatos e peças curiosas, com que o seu fundador a enriquecera. O conc. de Monchique comprehende 3 freguezias com 2:107 fog. e 11:374 hab., sendo 5:792 do sexo masc. e 5:582 do fem.; n'uma superficie de 40:111 hectares. A villa dista 75 k. da séde do districto. As freguezias são: S. Romão, de Alferce, 1:326 hab.: 714 do sexo masc. e 612 do fem.; N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, 2:709 hab.: 1:405 do sexo masc. e 1:304 do fem; N. S.ª da Conceição, de Monchique, 7:339 hab.: 3:673 do sexo masc. e 3:666 do fem. O principal commercio do conc. é madeiras, fructas, cortiça, cêra, azeite, aguardente e alguns cereaes.

Monchique – Cascata grande

Monchique (*Caldas de*). A 5 k. da villa de Monchique, no sitio denominado o *Banho*, e no valle da serra do Banho, abrigado pela alta montanha da Foia, brotam estas aguas por 4 distinctas nascentes, denominadas: de *S. João do Deserto*, do *corredor de baixo*, de *Santa Thereza* (piscina para doentes contribuintes), e da *Pancada* (piscina para indigentes). Além d'estas fontes ha

mais outra de agua carbonatada ferrea fria, muito usada pelos doentes chloroticos e anemicos que concorrem áquellas caldas. Os terrenos circumvisinhos são do lado norte scymiticos e schistosos para o sul. E' precisamente na transicção dos dois terrenos que se encontram as nascentes. A antiguidade do aproveitamento das aguas thermaes de Monchique, para o tratamento de varias doenças, parece remontar ao tempo dos romanos, como se deprehende de um bronze do alto imperio ali encontrado e que depois foi para o museu archeologico de Faro, assim como o attestam tambem moedas achadas e vestigios de construcções. A fama d'estes banhos parece ter sempre subsistido, atravez de periodos de abandono, e quasi esquecimento de similhantes meios therapeuticos. Em 1495 el-rei D. João II, sentindo-se bastante doente, soffrendo d'uma hydropesia, segundo alguns escriptores, ou effeitos de veneno que lhe haviam propinado os inimigos, recorreu a estas caldas por conselho dos medicos, mas tomou apenas dois banhos, porque indo um dia á serra á caça dos javalis, apanhou um resfriamento, que muito lhe aggravou os soffrimentos, e não tendo em Monchique as precisas commodidades, foi para Alvor, onde veiu a fallecer em outubro do mesmo anno de 1495. Este facto fez afastar mais a concorrencia. O bispo do Algarve D. Francisco Barreto, que morreu em 1679, fez algumas obras importantes, como as casas para os doentes pobres; em 1692 o bispo D. Simão da Gama tambem procedeu a obras, e n'essa occasião construiu-se uma casa de habitação a alguma distancia do edificio balnear que mandou egualmente restaurar; em 1731 novas obras fôram feitas pelo bispo cardeal Pereira, assim como em 1780 pelo arcebispo D. Lourenço de Santa Maria. Em 1773 D. José I elevou Monchique á categoria de villa, sendo uma das razões irem *annualmente mais de mil pessoas... buscar ao dito logar o remedio dos banhos ali existentes.* O benemerito bispo D. Francisco Gomes do Avellar, fallecido em 1816, dotou o estabelecimento com melhoramentos de differente ordem, entre outros, a construcção d'uma ponte, a reparação da estrada do Banho, a plantação de oliveiras e a sementeira de pinheiros nos arredores, obras no edificio balnear, ampliações, etc. Durante todo o seculo XIX bispos e governadores do Algarve se empenharam pelas Caldas de Monchique, ora augmentando os redditos, ora reformando e aperfeiçoando os estatutos respectivos. Em maio de 1882 foi nomeado director o sr. dr. João Bentes Castel-Branco, que exerceu o cargo até fim de setembro de 1886, introduzindo durante a sua gerencia extraordinarias reformas tendentes a pôr o estabelecimento á altura dos melhores congeneres. Em 1895 foi adjudicado o edificio ao mesmo distincto clinico por 75 annos, com a obrigação de proseguir nos aperfeiçoamentos que encetara com verdadeiro exito. Em 1896 edificou a hospedaria nova, com bom commodo para carros e cavalgaduras, fez se a installação hydrotherapica, abriram-se novas ruas, prepararam-se viveiros e melhorou-se o mobiliario. Em 1897 abriu-se a rua lateral do estabelecimento, que permitte o accesso de carros a todos os pavimentos do edificio, e construiu se o chalet do mercado. Em 1898 construiu-se o edi-

Monchique—Estabelecimento dos banhos

ficio da pharmacia, em 1899 o *Hotel Central*, onde se começou por installar uma casa de saude pelo systema Kneipp, que deu bons resultados, mas que circumstancias estranhas obrigaram a fechar inteiramente, transformando-se depois no Hotel Central. Em 1900 já estavam abertos por iniciativa particular dois grandes predios, do Hotel Popular e casa do Sagrado, os chalets *Guerreiro*, *Trindade* e *Chateau Rouge*; o hotel *Guerreiro* á entrada do ramal das Caldas. Em 1901 e 1902 reformou-se o salão ampliando-o, abrindo-se ao lado salas de bilhar, leitura, jogos, etc.; abriu-se tambem a escadaria central, melhorou-se a residencia do director e o palacete de fórma a poder alojar melhor os banhistas, etc. O estabelecimento balnear é muito extenso; tem duas enfermarias separadas, uma para 16 homens, e outra que comporta 24 mulheres, ambas em excellentes condições, tem 48 quartos que se alugam para alojamento de doentes, por preços que variam desde 1$600 até 6$000 réis, durante 20 dias, 14 quartos tendo cada um sua tina de azulejo branco, uma piscina, etc. Estas thermas estão abertas desde maio até fim de setembro. As aguas fôram analysadas em 1789 pelo dr. Dymas Thadeu de Almeida Ramos, em 1810 pelo dr. Francisco Tavares; em 1867 pelo dr. Agostinho Vicente Lourenço, sendo n'esse anno tambem mandadas analysar á exposição universal de Paris; em 1891 o dr. Joaquim José Alves egualmente as analysou. As aguas são claras, transparentes, inodoras, de quasi nullo sabor, mas muito unctuosas ao tacto; applicam-se com muito proveito no tratamento do rheumatismo chronico, das nevralgias e da dyspepsia, e ainda no herpetismo; nas bronchites, arthrites, metrites, catarros intestinaes, etc. Usam-se em bebida e em banhos. Bibliographia especial: *Descripção da villa de Monchique*, pelo dr. Manuel Gascon, no *Jornal de Coimbra*, tomo IV, pag. 209; *Da elefantiase dos gregos*, pelo dr. A. A. de Oliveira Soares, no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, tomo VI, 1837, pag. 3; *Noticia das Caldas de Monchique*, pelo dr. Alexandre Augusto de Oliveira Soares, no *Jornal das Sciencias Medicas de Lisboa*, tomo VI, pag. 73; *Tentativa analytica sobre as aguas thermaes de Monchique*, por Dymas Thadeu de Almeida Ramos, no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, 1839, numeros de julho e agosto; *Chorographia ou memoria economica, estatistica e topographica do reino do Algarve*, por João Baptista da Silva Lopes, Lisboa, 1841; *Estabelecimento thermal de Monchique, relatorio relativo ao anno de 1884*, por João Bentes Castel-Branco, Porto, 1885; *Caldas de Monchique*; Manuscripto N.º 224 do Fundo Antigo da Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Monchite. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sabacheira, concelho de Thomar, distr. de Santarem.

Monchoro. Pov. na freg. de S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, districto de Aveiro.

Monções. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Gradiz, conc. de Aguiar da Beira, distr. da Guarda.

Moncorvo. V. *Torre de Moncorvo.*

Moncorvo. Pov. na freg. de N. S.ª de Belem, de Rio de Mouro, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Moncorvo de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Catharina, de Quintos, conc. e distr. de Beja.

Moncova. Pov. na freg. de S. Pedro, de Dois Portos, conc. de Torres Vedras, districto de Lisboa.

Monda. Assim se chamava um pão pequeno de toda a farinha (de centeio ou milho), que os frades davam aos pobres nas portarias dos conventos.

Mondão. V. *Mundão.*

Mondego. Um dos rios mais importantes e mais formosos de Portugal, sendo o seu curso nas provincias da Beira Alta, Beira Baixa e Douro. N. na serra da Estrella no sitio dos Covões do Bixo, saindo da fonte dos Lapões, proximo das nascentes do Zezere e do Alva, desce depois ao conc. da Guarda, banha as povoações de Trinta, Villa Soeiro, Mizarella, Pera Soares, Faia, Porca, Villa Cortez, Ramalhosa e Porto da Carne; banha depois os concelhos de Celorico, Fornos de Algodres, Linhares, Gouveia; passa por Celorico da Beira, Ervedal; entra depois pelo districto de Coimbra, toma junto de Coimbra um pittoresco e formosissimo aspecto, tendo sido as suas margens e as deliciosas quintas e vergeis que elle banha, muito celebrados pelos poetas. Em Coimbra tem uma ponte magnifica que liga a cidade ao rocio de Santa Clara, e outra mais abaixo, na linha ferrea do norte. Banha os fertilissimos campos que se estendem até Montemór-o-Velho, formando um pouco abaixo d'esta villa uma ilhota de 15 k. de comprimento por 2 na sua maior largura, e vae finalmente lançar-se no Oceano Atlantico junto da Figueira da Foz, com um curso de 240 k. O Mondego é o maior dos rios que nascem em Portugal, e recebe numerosos affluentes, sendo pela margem direita os seguintes: Dão, ribeira de Mortagoa, Botão e ribeira de Foja; pela esquerda o Alva, o Ceira, e o Aranna. A sua direcção geral é de SO a NO, desde a sua origem até Celorico, e d'esta villa até Coimbra de NE a SO, d'ali até á Figueira da Foz de E a O. E' navegavel 65 k., desde Foz-Dão até á barra da Figueira. Strabão dá a este rio o nome de *Muliades*, e os romanos chamavam lhe *Munda* ou *Monda*. Divide o bispado da Guarda do de Vizeu, e depois este do de Coimbra. E' atravessado por varias pontes, sendo as principaes, além das duas de Coimbra, as de Celorico da Beira, Oliveira do Conde, Tábua, Nellas e Portella. Ultimamente contam-se ao todo sete pontes, sendo: na Figueira, em Lares, duas na Portella proximo de Coimbra, e uma em Penacova. A de Lares, uma de Coimbra, e outra da Portella, são do caminho de ferro. Dá-se o nome de *Alto-Mondego* á parte do rio desde a sua nascente até Coimbra, e *Baixo-Mondego* desde esta cidade até á Figueira da Foz.

Mondego. Pov. na freg de S. Domingos, de Favaios, conc. de Alijó, distr. de Villa Real. || Cabo situado na margem esquerda do rio da Valta, no golfo da Guiné.

Mondeira. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Mondellos. Pov. na freg. de S. Felix, de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Mondim (*Bento da França Pinto de Oliveira, 1.º barão de*). Teve depois o titulo de visconde da

Fonte Nova. V. *Portugal*, vol. III, pag. 538 e 539.

Mondim. Pov. e freg. de S. Martinho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 60 fog. e 239 hab. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Está annexada á freg. de Santa Eulalia, de Panque. ‖ Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. ‖ S. Salvador, de Gandra, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Mondim de Baixo e de Cima. Duas povoações em cada uma das freguezias seguintes: Santa Leocadia, de Geraz do Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Romão, de Paredes de Viadores, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Mondim de Basto. Villa da prov. de Traz-os-Montes, séde de conc., com. e distr. de Villa Real, arceb. de Braga, Relação do Porto. Tem uma só freguezia, S. Christovão. Está situada em terreno bastante accidentado, na margem esquerda do rio Tamega, sobre o qual tem uma boa ponte de pedra, chamada *Ponte de Mondim*. Fica distante 22 k. da séde do districto. Os marquezes de Marialva eram donatarios da villa e apresentavam o vigario, que tinha 350$000 réis de rendimento annual. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 3 de junho de 1514. Antigamente fazia grande commercio com as suas fabricas de couros e cordovões, que exportava para todo o paiz. No cume do monte Farinha, que se eleva a uma altura sobranceira a todo o concelho, vê se uma capella, que foi construida no seculo XVI, consagrada a N. S.ª da Graça. D'este monte goza-se um surprehendente ponto de vista, muito espaçoso, divisando-se alguns povoados dos districtos de Villa Real, Porto e Braga. Mondim de Basto pertence á 6.ª div. mil., 11.ª brigada, grande circumscripção mil. N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. Tem escolas para ambos os sexos, est. telegr. e post. com serviço de emissão e pagamento de vales, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. D. e R. A. M. Guimarães; feira a 5 de janeiro e a 5 de setembro, mercado em todos os domingos. A 24 e 25 de julho realisa-se a romaria de S. Thiago á citada capella do monte Farinha, e no 2.º domingo de agosto a de Santa Filomena. Em Mondim de Basto ha advogado, medico, pharmacia, notario, fabricas de distillação de aguardente de vinho, bagaço e medronho; hospedarias, philarmonica *Mondinense*, diversos estabelecimentos, etc. Na freg. de Ermello, no sitio de Fisgãs, ha umas quedas d'agua assombrosas. Em Mondim de Basto publicou-se o jornal *O Progresso*, 15 de dezembro de 1906. Por decreto de 26 de setembro de 1895 foi este conc. agrupado ao de Celorico de Basto, do distr. de Braga, e por decreto de 26 de junho de 1896 ficou supprimido e annexado ao mesmo conc., sendo restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898 com todas as freguezias, que o compunham, menos a de S. Thiago de Lamas de Olo, que ficou pertencendo ao conc. de Villa Real. O conc. compõe-se de 8 freguezias com 1:907 fog. e 7:667 hab., sendo 3:604 do sexo masc. e 4:063 do fem., n'uma superficie de 24:528 hect. As freguezias são: S. Pedro, de Athey, 1:755 hab.: 822 do sexo masc. e 933 do fem.; S. Salvador, de Bilhó, 884 hab.: 436 do sexo masc. e 448 do fem.; Santa Barbara, de Campanhó, 408 hab.: 204 do sexo masc. e 204 do fem.; S. Vicente, de Ermello, 1:071 hab.: 524 do sexo masc. e 547 do fem.; S. Christovão, de Mondim de Basto, 1:971 hab.: 886 do sexo masc. e 1:085 do fem.; S. Jorge, de Paradança, 331 hab.: 152 do sexo masc. e 179 do fem.; S. João Baptista, de Pardelhas, 227 hab.: 108 do sexo masc. e 119 do fem.; S. Pedro, de Villar de Ferreiros, 1:020 hab.: 472 do sexo masc. e 548 do fem. O principal commercio de todo o conc. é vinho. Tambem aqui existem importantes jazigos de louza preta, que rivalisam com as de Vallongo, e pedra calcarea.

Mondim da Beira. Villa e freg. de N. S.ª do Enxertado do Rosario, da prov. da Beira Alta, conc. de Tarouca, com. e bisp. de Lamego, distr. de Vizeu; 223 fog. e 828 hab. A villa está situada na margem direita do rio Tarouca, ou Barosa, em terreno baixo, d'onde só se avistam as terras que lhe ficam a O. E' distante 3 k. da séde do conc. O reitor de Tarouca apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., permutando malas com a R. A. D. — Lamego, e R. A. B. A. — Trancoso. Dizem ter sido fundada esta villa em 1030, pelo rei moiro de Lamego, Zadan-Aben-Huin e que o seu primitivo nome foi *Huim*, que o decorrer do tempo e mudança de idiomas transformou em *Mondim*, accrescentando-se lhe *da Beira*, para se differençar de outras povoações do mesmo nome. El rei D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, a 20 de agosto de 1517. Na distancia de 6 k. ao S da villa está o magestoso convento de S. João de Tarouca, que foi primitivamente de monges benedictinos, e depois de bernardos, com uma sumptuosa egreja de tres naves. Foi fundada por D. Affonso Henriques em 1122, e é o mais antigo d'esta ordem na peninsula hispanica. Sobre o rio Tarouca ha aqui uma boa ponte de cantaria, muito antiga, e a 1 k. da villa construiu-se ha bastantes annos sobre o mesmo rio, uma ponte na estrada que vae de Lamego para Trancoso. E' muito antigo n'esta villa o fabrico de meias de lã, de seda, e de lã e seda, sendo algumas de varias côres, o que constitue a principal industria da terra, que por esta circumstancia tambem é conhecida vulgarmente por *Mondim das Meias*. A villa é saudavel, e o terreno adjacente muito fertil, produzindo centeio, milho, cevada, feijão, vinho, azeite, batatas, fructas, etc. A villa era julgado, que foi extincto por decreto de 23 de dezembro de 1873, e anteriormente Mondim e Ocanha, ou Ucanha, eram dois concelhos distinctos, mas em 1837 se fundiram n'um só, o de Mondim da Beira, que por decreto de 26 de junho de 1896 se aboliu, sendo annexado ao de Armamar, passando depois por decreto de 13 de janeiro de 1898 para o de Tarouca. A villa é formada de tres povoações: Mondim de Cima, Mondim de Baixo e Almodafa. Em Mondim de Cima estavam os paços do conc. e as repartições da administração, municipalidade, cartorio de notas, recebedoria e repartição de fazenda. Junto a esta pov. está a capella de N. S.ª dos Prazeres, construida em 1754, como se vê da data inscripta sobre a porta principal; além do altar da padroeira, tem outro com a imagem de Santa

Barbara. A uns 200 m. d'esta pov. existe uma egreja, denominada *a velha*, por haver sido a antiga matriz, e tem a invocação de N. S.ª do Enxertado, que ainda hoje é a padroeira d'esta freg. Não se conhece a data da fundação, mas sabe se que é antiquissima, talvez anterior ao dominio arabe. A pov. Mondim de Baixo é onde está a actual parochia, em substituição da *velha* em ruinas. Foi fundada a nova matriz em 1758 no chão d'uma capella que existia ali, e que foi transformada n'um dos altares lateraes da egreja, onde se vê a seguinte inscripção:

ESTA CAPELLA INSTITUIU JORGE BOTELHO
DE SEQUEIRA
NO ANNO DE 1638

Por baixo da inscripção está o brazão d'armas d'esta familia, e junto d'este altar, chamado *das Almas*, se vê sobre uma sepultura o seguinte epitaphio:

ESTA SEPULTURA É DE DONA ANNA
DE ALMEIDA
· FALLECEU NO ANNO DE 1632.

Esta sepultura foi transferida para aqui da antiga capella, e tambem tem um brazão d'armas. A pequena pov. de Almodafa fica junto á estrada de Lamego a Trancoso, distante 1 k. de Mondim de Cima A villa pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Mondrões. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. de Traz-os Montes, conc., com. e distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 271 fog. e 1:087 hab. Tem esc. para o sexo fem. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada nas faldas do monte do seu nome antigamente chamado *Selarélios*, e junto ao rio Massados. Os monges do convento dos frades jeronymos, de Belem, apresentavam o abbade, que tinha 200$000 réis de rendimento. Mondrões foi villa em tempos antigos, hoje é uma freg. que foi commenda do referido convento de Belem. Perto de Mondrões, n'um alto, ha vestigios de muralhas muito antigas, hoje está n'elle a capellinha do Calvario da Sacra. A terra é muito fertil; tem bom vinho, e cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. A egreja de Mondrões é um templo digno de ser visitado. E' coberta de abobada, no mesmo estylo da do convento dos Jeronymos, de Belem, e o seu interior é relativamente tão importante como o que se admira no referido convento. O altar acha-se guarnecido de bella obra de talha, com duas ordens de columnas, entre as quaes se vêem as imagens de S. João Evangelista do lado da Epistola, escrevendo o Apocalypse, e de S. Thiago Maior e Menor, do lado do Evangelho, vestidos de peregrinos. O pavimento da sacristia é todo de granito; era ali que, antes de haver cemiterio, se sepultavam os parochos e as pessoas mais conceituadas da freguezia, indo os outros cadaveres para o corpo da egreja, dividido para esse fim por septos perpendiculares tambem de granito. O arco cruzeiro, que separa a capella-mór do corpo da egreja, é de volta mais curta e baixa que os outros, encimado por um artistico *M*, vendo-se no espaço que separa este arco de abobada entre dois anjos, um escudo ardendo em chammas e dominado por uma pomba. No corpo da egreja ficam os altares do Crucificado e das Almas, a um lado, e do outro os da Senhora do Rosario e S. Sebastião, actualmente do Coração de Jesus. Na parte média, entre as quatro columnas reforçadas por botaréos, abre se para o sul a porta travessa, e para o norte a da casa da fabrica, pela qual se communica com o pulpito, que é servido por uma escada praticada na parede, havendo um outro pulpito fronteiro a esse, que apenas serve para manter a symetria. Ao fundo, e por baixo da abobada que apoia o côro, fica o baptisterio, cuja pia, em fórma de concha, assenta n'uma co-

Egreja de Mondrões

lumna mimosa, encanto da infancia, onde se nos depara a interessante e magistral esculptura d'uma sereia. Ladeado das estatuas de S Pedro e S. Paulo, destaca-se na parte externa do templo, a imagem do orago, S. Thiago, apostolo, a cavallo, embraçando o escudo e empunhando a espada, vendo-se a seus pés, prostrado e despojado do recurvo alfange, o moiro infiel. A parte superior da fachada é occupada pela figura do archanjo S. Gabriel, na posição de fazer soar a terrivel trombeta. A torre é muito alta e quadrangular, vendo se nos seus dois sinos gravada a data de 1854. Sobre o campanario ergue-se rematando a torre, um elegante coruchéo octogonal em cujo apice tremula uma bandeira nos dias solemnes. Dão ainda grande realce ao edificio as dez esbeltas pyramides que o ladeiam,

bem como as cruzes dos vertices. Attribue se á construcção da egreja de Mondrões a data de 1744. No adro fica uma fonte, correndo a agua para um tanque fronteiro á torre. Ao fundo, voltado para o nascente, está o presbyterio, de cujas janellas se vê o rio que serve de limite á freg., deslisando lá ao fundo da encosta junto do castello de Quintella. Completando o panorama divisa se em baixo a pittoresca aldeia de Mondrões, e no topo d'um pequeno outeiro a capellinha do Calvario.

Monelhe. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Calvos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Monequene. Pov. do sobado e conc. de Cabinda, na delegação de Chiavala, distr. do Congo, prov. de Angola.

Monfaleiro. Ribeira da ilha de S. Thiago, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Monfalim *(D. Filippe de Sousa Holstein, 1.º marquez de).* Bacharel formado em Philosophia, par do reino, eleito a 16 de maio de 1874, antigo deputado, official mór da Casa Real, nomeado em 30 de abril de 1858, commendador da ordem da Rosa, do Brazil, proprietario, etc. N. a 26 de dezembro de 1841, fal. na cidade de Funchal em 22 de fevereiro de 1884. Era filho do primeiro duque de Palmella, D. Pedro de Sousa Holstein, e da duqueza sua mulher, D. Eugenia Francisca Maria Anna Julia Felizarda Apolonia Xavier Telles da Gama; tio da actual sr.ª duqueza de Palmella. Casou em 29 de julho de 1861 com sua sobrinha D. Eugenia Maria Filomena Brandão de Mello Cogominho Correia de Sá Pereira de Lacerda do Lago Bezerra e Figueirôa, 3.ª marqueza de Terena, filha e herdeira dos 2.ºs marquezes d'aquelle titulo, Luiz de Mello Cogominho Correia de Sá Pereira de Lacerda e Figueirôa e D. Maria Anna da Annunciação Josepha Francisca d'Assis Salles Xavier Antonia Domingas de Sousa Holstein, irmã de seu pae. O titulo de marquez de Monfalim foi concedido por decreto de 9 de agosto de 1861. O brazão d'armas é o dos Sousas d'Arronches: Escudo esquartelado, no 1.º quartel as armas do reino com um filete preto em contrabanda, que não chega á orla, e passando por baixo do escudinho do meio; no 2.º quartel, em campo sanguinho quatro crescentes de lua de prata apontoados, e assim os contrarios; timbre, um castello do escudo.

Monfalim. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral do Monte Agraço, distr. de Lisboa. Tem est. post. ‖ S. Pedro da Cadeira e conc. de Torres Vedras, do mesmo districto.

Monfebres. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Canedo, conc. de Murça, distr. de Villa Real.

Monfirre. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Galés, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Monforte *(Luiz Coutinho de Albergaria Freire, 1.º visconde de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real por successão a seus maiores, par do reino eleito em 15 de dezembro de 1849, 12.º administrador do morgado de Freires, em Aviz, e administrador dos vinculos de Soares de Albergaria e de Coutinhos em Veiros e Extremoz; commendador da ordem de Christo, coronel das extinctas milicias, reformado em mestre de campo, bacharel em Philosophia pela Universidade de Coimbra, abastado proprietario nos districtos de Evora e de Lisboa. N. a 23 de novembro de 1797, ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Joaquim Manuel Soares d'Albergaria Freire, fidalgo cavalleiro da Casa Real por successão a seus maiores, administrador do morgado de Freires em Aviz, e dos outros vinculos já mencionados, e de sua mulher D. Maria José de Castro Lobo Pimentel. Casou em 2 de abril de 1832 com D. Anna de Brito Mozinho, filha de Maximiliano de Brito Mozinho, marechal de campo graduado, commendador das ordens de Aviz e da Torre e Espada, e de sua mulher D. Domingas Maldonado da Gama Lobo. Foi agraciado com o titulo de visconde de Monforte por decreto de 2 de março de 1853.

Monforte *(Fr. Manuel de).* Religioso da ordem de S. Francisco, provincial e chronista da prov. da Piedade. N. em Monforte, fal. a 6 de novembro de 1711 com mais de 70 annos. Escreveu: *Chronica da provincia da Piedade, primeira capucha de toda a ordem e regular observancia do nosso seraphico padre S. Francisco*, Lisboa, 1696; segunda edição, 1751.

Monforte. Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc., com. e distr. de Portalegre, arceb. de Evora. A freg. matriz é N. S.ª da Graça, a qual tinha annexas as de S. Pedro de Algalé, N. S.ª dos Prazeres e S. Pedro de Almuro, até á publicação do decreto de 26 de setembro de 1895, que aboliu o concelho, mas quando este foi restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898, as tres ultimas freguezias ficaram desannexadas da matriz. A villa é situada n'um monte muito elevado, proximo da margem esquerda da Ribeira Grande, e dista 30 k. da séde do districto. A Casa de Bragança apresentava o reitor, que tinha 50$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, calcula-se do tempo dos romanos, mas ignora-se quem foi o fundador, e o seu primitivo nome. D. Affonso Henriques a conquistou aos moiros em 1139, e concedeu-lhe em 1140 grandes privilegios e isenções. As guerras contra os moiros e os castelhanos durante os 4 primeiros reinados a arruinaram completamente, ficando quasi deserta. D. Affonso III a mandou reedificar e povoar de novo em 1257, dando-lhe foral em Lisboa em maio d'esse anno, com os antigos privilegios e concedendo-lhe outros. El-rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, em 1 de junho de 1512, conservando-lhe os antigos privilegios. O seu primitivo castello parece ter sido obra dos romanos, mas D. Diniz em 1309 mandou construir uma nova fortaleza com os materiaes do antigo castello, toda de cantaria, reputada n'aquella epoca inexpugnavel, com tres torres, além da de menagem e da do relogio; 4 ba-

Brazão d'armas da villa de Monforte

luartes, cisterna, fossos, tendo uma cerca de muralhas com 4 portas. Tudo isto foi depois desmantelado, em virtude de convenções que se seguiram ás ultimas guerras com a Hespanha. Da fortaleza restam hoje ruinas. Havia em Monforte um convento de freiras da ordem de S. Francisco, da invocação do *Bom Jesus*, fundado em 1515 e dotado por Fernão Ribeiro Montoso. Este convento, depois da extincção das ordens religiosas em 1834, foi vendido, e pertence hoje aos sr.ˢ marquezes da Praia e Monforte. A 3 k. da villa está a torre de Palma, junto á qual ha uma fonte chamada da *Fornalha*, que sécca em setembro e rebenta em maio. Eram alcaides de Monforte os condes das Galveias. As armas da villa constam d'um escudo branco com tres torres da sua côr, com seus coruchéos, e sobre estes tres bandeiras brancas, com uma cruz encarnada. Monforte tinha voto em côrtes com assento no 12.º banco. O concelho é cortado por varias ribeiras, sendo as principaes a d'*Aviz*, que nasce n'uma coutada, e *Leça*, cujas margens são aprazíveis; é muito fertil em cereaes, legumes e vinho; os seus montes criam muita caça de toda a qualidade. Os hespanhoes occuparam Monforte em 27 de maio de 1801. N'esta villa ha a notavel e antiquissima ponte romana na estrada de Vaiamonte, e a egreja do Calvario, que foi ha pouco tempo reedificada, onde se admiram as estatuas dos evangelistas S. Matheus, S. João, S. Lucas e S. Marcos, que fôram das ultimas obras de Raphael Bordallo Pinheiro. A villa pertence á 4.ª div. mil., 7.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes; tem escolas para ambos os sexos, Misericordia e hospital, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A L; feira a 20 de agosto, romaria á Senhora dos Prazeres, agencias bancarias, e de seguros: *Confiança Portuense; Internacional;* e *Equitativa dos Estados Unidos do Brazil;* hospedarias, medico, pharmacia, notario, *Sociedade Artistica*, de recreio, philarmonica, etc. O conc. compõe-se de 7 freguezias, com 1:297 fog. e 5:235 hab., sendo 2:872 do sexo masc. e 2:363 do fem., n'uma superficie de 37:303 hect. As freguezias são: S. Pedro, de Algalé, 280 hab.: 201 do sexo masc. e 79 do fem.; S. Pedro, de Almuro, 234 hab.: 148 do sexo masc. e 86 do fem.; N. S.ª da Graça, de Assumar, 1:097 hab.: 571 do sexo masc. e 526 do fem.; N. S.ª da Graça, de Monforte, 1:403 hab.: 777 do sexo masc. e 626 do fem.; N. S.ª dos Prazeres, de Prazeres, 261 hab.: 167 do sexo masc. e 94 do fem.; Santo Aleixo, 1:009 hab.: 533 do sexo masc. e 476 do fem ; Santo Antonio, de Vaiamonte, 951 hab.: 475 do sexo masc. e 476 do fem. O principal commercio do conc. é cereaes, carvão, cortiça, gado bovino e suino. || Pov. e freg. de N. S.ª d'Ajuda, da prov. da Beira Baixa, conc., com. e distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 427 fog. e 1:487 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e uma fabrica de moagens. A pov. dista 20 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem do Tejo. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha 100$000 reis de rendimento annual. N'um alto, proximo da pov., ha vestigios de fortificações antigas. A terra é fertil, e tem muita caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Povoações nas freguezias S. Thiago, de Almelaguez, conc. e distr. de Coimbra. || O Salvador, de Folgosa, conc. da Maia, distr. do Porto.

Monforte Rio Livre. Pequena e antiga villa na prov. de Traz-os-Montes, conc. de Valpaços, que está annexa á freg. de Lebução. O seu orago é S. Pedro. Era uma antiga freg. do arcebispado de Braga, que com outras foi formar o bispado de Miranda, hoje de Bragança. O real padroado apresentava o abbade, que tinha 870$000 réis de rendimento annual. Teve foral velho dado por D. Affonso III, em Lisboa, a 4 de setembro de 1273, erigindo a pov. em villa. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Santarem, em 1 de junho de 1512. Suppõe-se que o primitivo castello de Monforte Rio Livre era obra dos romanos. Destruido com as continuas guerras dos cinco primeiros reinados da monarchia, D. Diniz, em 1312, lhe mandou construir, com os materiaes do antigo castello, um outro de cantaria, com uma elevada torre de menagem. Mandou tambem cercar a povoação de muralhas de alvenaria com alguns baluartes. Monforte Rio Livre foi a capital d'um concelho d'este nome, que se extinguiu em 1853; hoje está completamente despovoada, conservando-se apenas o castello e as muralhas, tudo em ruinas, mas em 1863 ainda no castello havia governador e alguns veteranos; e ainda ali se faz uma feira cada mez, que é bastante concorrida. No tempo da sua importancia, como posição militar, teve alcaide-mór. O povo d'esta freg. tinha obrigação de defender o castello contra os castelhanos, pelo que os reis lhe concederam muitos privilegios, sendo um dos maiores o não pagarem siza das compras e trocas que fizessem.

Monfortinho Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Salvaterra do Extremo, conc. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco. Foi freguezia independente, tendo por orago N. S.ª da Consolação, e o vigario de Salvaterra do Extremo apresentava o cura, que tinha 30$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. está situada na raia, e separada da Extremadura hespanhola pelo rio Ergêa, que nasce em Monfortinho até entrar no rio Tejo. Em 24 de julho de 1809 houve aqui um combate com os francezes, sem grandes resultados. Os francezes avançaram para Almeida. Na margem esquerda do rio Ergêa, junto á serra de Penha-Garcia, ramo da serra da Estrella, ha uma nascente d'agua mineral, conhecida pelos nomes de Penha-Garcia, Monfortinho e Fonte Santa. V. *Penha-Garcia.*

Monfurado. Serra do distr. de Evora. Está situada ao S de Montemór-o-Novo, e corre desde o monte Furado ou Monfurado, descrevendo uma curva de ONO para ESE, até ás freguezias de S. Brissos e de S. Thiago do Escoural. Tem 17 k. de comprimento, cêrca de 8 de largura e 420 m. de altura.

Monga. Pov. do sobado de Ucusso na freg. de N. S.ª da Conceição, 10.ª div. (Ucusso) do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Monge. Deu-se primitivamente este nome áquelle que se dedicava á solidão, ás lagrimas e á contemplação das cousas celestes e eternas, retirando-se totalmente das da terra, buscando n'ella só um grosseiro alimento, adquirido pelo

suor do rosto e trabalho de suas mãos. Ao principio não tomavam parte nas funcções ecclesiasticas, nem tinham ordens algumas. Depois fôram-se multiplicando estes cenobitas, e como muitos d'elles eram de grande illustração e todos de muita virtude, os bispos lhe deram ordens e os empregaram em doutrinar o povo, quando no clero secular não havia o pessoal sufficiente para este mister.

Monge *(Joaquim)*. Esculptor em madeira, natural de Evora, que viveu no seculo XVIII. Vêem-se obras d'este artista nas egrejas de Santa Catharina e das Mercês, de Evora.

Monge. Pov. na freg. de S. Verissimo, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Monges *(Serra dos)*. Monte, no Alemtejo, proximo de Montemór-o-Novo, 24 k. distante de Evora, na freg. de Escoural. N'esta serra ha uma grande e riquissima mina de optimo ferro, que foi propriedade da companhia ingleza *Palmer Haal e C.ª*, de New Castle, que comprou toda esta serra, em março de 1871.

Monghá. Freg. do conc. e prov. de Macau. E' um dos bairros chinezes da cidade de Macau.

Mongiquale. Rio da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Faz parte do delta do Infussi e do Muite, que communicam com as lagôas Quivolane e Infussi, apresentando barras perigosas e canaes intrincados, que tiveram triste celebridade no tempo da escravatura. Toda a região comprehendida por este importante delta, entre a ponta de Namalungo e a de Bajona, foi reconhecida pelo official da marinha de guerra portugueza João Coutinho, que preencheu uma importante lacuna das cartas do almirantado inglez.

Mongo. Pov. do sobado de Cumbi, no conc. de S. Salvador, e distr. do Congo, prov. de Angola. ‖ Pov. da região de Pangala, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. ‖ Pov. do sobado de M'Pango, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Mongo Ilo. Pov. do sobado de Cacongo, na delegação do Chiavala, conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola.

Mongo Loio. Pov. da freg. de Santo Antonio, do Zaire, no distr. do Congo, prov. de Angola.

Mongo Tando. Pov. do sobado e conc. de Cabinda, na regedoria de M'Tamba, distr. de Congo, prov. de Angola.

Monha. Pov. na freg. de S. Mamede, de Serêa, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Monho Civo. Pov. do sobado e conc. de Cabinda, na regedoria do Sócca, distr. do Congo, prov. de Angola.

Moniga. Rio da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Corre sensivelmente na direcção de N S atravez da Maganja da Costa, e a sua barra, a julgar pelo levantamento feito em 1898 pelos officiaes de marinha portugueza Silva Nogueira e Gomes do Amaral, tem 7,^{m}5 de profundidade na preamar maxima, augmentando o fundo para dentro do rio depois de passado o banco. Vae desaguar entre as pontas Monaepa a O e Maverani a L. E' este o unico porto em boas condições que se encontra entre os de Quelimane e Angoche, acima dos quaes está, quanto á facilidades de accesso e espaço ancoravel. N'elle foi morto á traição Simeão de Oliveira, capitão dos portos de Moçambique, quando tentava reprimir o trafico da escravatura feito por um pangaio.

Moninhas. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Povoa do Varzim, distr. do Porto.

Moninho. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto e conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Moninhos. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Moninhos Cimeiros e Moninhos Fundeiros. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Graça, de Aguda, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Monixe. Pov. da freg. de S. Faustino, de Guinfães, conc. de Maia, distr. do Porto.

Moniz. Familia que se julga proceder de Egas Moniz, aio de D. Affonso Henriques. As suas armas são: Em campo azul cinco estrellas de ouro, de oito raios em santor; timbre um leopardo de azul com uma estrella do escudo na testa.

Moniz *(P. Antonio)*. Jesuita. N. em Lisboa e fal. em Roma em 1546. Era filho de Jeronymo Moniz, reposteiro d'el-rei D. Manuel, e de D. Violante da Silva; irmão de Phebo Moniz, um dos quatro sumilheres d'el-rei D. Sebastião. Entrou para a Companhia de Jesus no Collegio de Coimbra em 27 de janeiro de 1544. Quando começava a cursar os estudos, cedeu bem contra vontade ás instancias de seus paes e mais familia, para que não proseguisse n'aquella vida, emquanto os prelados e seus superiores da Companhia o exhortavam a que não desistisse dos seus piedosos intentos. Antonio Moniz conseguiu fugir clandestinamente do collegio de Coimbra na intenção de peregrinar pelo mundo. Arrebatado por esta imprudente resolução visitou o sepulchro de S. Thiago, na Galliza, e o santuario de Monserrate na Catalunha. Muito arrependido já de ter abandonado a vida religiosa, procurou serenar os animos exaltados pelo seu procedimento, escrevendo uma carta ao proprio Santo Ignacio de Loyola, estando em Roma no hospital de Santo Antonio, confessando-se arrependido, e pedindo-lhe para ser novamente admittido. Santo Ignacio recebeu-o com carinho, e Antonio Moniz voltou para a Companhia de Jesus, sujeitando-se a rigorosas penitencias. Pouco tempo depois falleceu. Deixou muitas cartas, das quaes se conservam as tres seguintes, que fôram impressas no tomo I da *Imagem em o Noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio de Coimbra*, do P. Antonio Franco: *Carta escripta a Santo Ignacio do Hospital de Santo Antonio de Roma em abril de 1546*; *Carta ao P. Martinho de Santa Cruz, reitor do Collegio de Coimbra escripta em Roma a 20 de abril de 1546*; *Carta ao Provincial de Portugal o P. Simão Rodrigues, escripta de Roma a 20 de abril de 1546*.

Moniz *(D. Antonio Bernardo da Fonseca)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, presbytero secular, bispo do Algarve e do Porto, deputado, par do reino, do conselho de sua magestade, etc. N. em Moncorvo a 11 de março de 1789, fal. no Porto em 5 de dezembro de 1859. Era filho de José Nunes da Fonseca e de D. Anna Maria de Madureira Ferreira da Costa. Em bem curtos annos começou a dedicar-se aos estudos primarios, revelando logo grande zelo e dedicação pelas letras. Fazendo bons exames seguiu o curso das disciplinas que habilitam para a instrucção academica, e quando concluiu os estudos preparatorios, matriculou-se na Universidade de Coimbra, onde em 1814 recebeu o

grau de bacharel na faculdade de Direito, e como tinha muita vocação para a vida ecclesiastica, tomou ordens sacras em 1816. N'esse mesmo anno foi nomeado vigario geral na comarca de Valença, e pouco tempo depois provido, em concurso, na abbadia de Geneses, concelho de Espozende. Em 4 de setembro de 1819 teve a nomeação de procurador geral da mitra no arcebispado de Braga; em 2 de junho de 1822 foi eleito desembargador da Relação Metropolitana, promotor apostolico, examinador synodal e vigario-geral em todo o arcebispado. D. Antonio da Fonseca Moniz tornou-se muito considerado pelas suas virtudes, intelligencia e pela fórma captivante e benefica com que attendia a todas as funcções dos seus cargos. O arcebispo de Braga D. Miguel da Madre de Deus, que muito o respeitava, o escolheu para seu secretario, mas vagando o arcediagado de Neiva, foi-lhe conferido esse logar em 1824, e em 1826 obteve em concurso a abbadia de Santa Eulalia de Beiriz, para onde se retirou, quando falleceu o arcebispo D. Miguel da Madre de Deus, em 12 de setembro de 1827. A saida de Braga de D. Antonio da Fonseca Moniz causou a maior sensação, porque todos aquelles povos consideraram uma perda inaudita. O digno prelado conservou-se em Beiriz durante toda a quadra politica, até 1833, só entregue aos piedosos cuidados da sua vida ecclesiastica, retirando-se no mencionado anno com receio de perseguições politicas. Restaurada a Carta Constitucional em todo o reino, D. Pedro IV, em maio de 1834, o nomeou governador do bispado de Coimbra, e pela carta regia de 2 de junho seguinte thesoureiro-mór da sé metropolitana de Lisboa, recebendo em 10 de janeiro de 1835 a nomeação de conego da mesma sé, verificando-se em 29 de abril do mesmo anno a sua apresentação, sendo collado no dia primeiro de maio pelo cardeal patriarcha Silva, continuando, porém, no bispado de Coimbra, até que por decreto de janeiro de 1836 foi transferido para governador do arcebispado de Braga, logar de que foi exonerado em 15 de setembro d'esse anno. Mais tarde foi elevado á dignidade de bispo do Algarve, sendo eleito em 5 de janeiro de 1840. Quando em Faro se soube esta noticia houve as maiores demonstrações de jubilo e respeito, pela fama da vida virtuosa e modelar do digno prelado. Restabelecidas as relações com a côrte de Roma, que tinham sido interrompidas, o papa Gregorio XVI o confirmou bispo do Algarve, no consistorio de 22 de janeiro de 1844. D. Antonio da Fonseca Moniz foi sagrado pelo arcebispo de Braga a 16 de junho na egreja do convento de Palmella, partindo immediatamente para Lisboa, d'onde seguiu logo ao Algarve a tomar posse das suas funções episcopaes. A crise politica de 1846 foi surprehendel o no meio dos seus deveres pastoraes, e preferiu correr os perigos d'aquella epoca phrenetica de paixões politicas a abandonar os seus diocesanos que muito amava. Animando uns, consolando outros, e interpondo entre a exaltação dos animos a sua mansidão evangelica e seus conselhos sensatos, conseguiu que os odios se não desenvolvessem n'aquella provincia como aconteceu em muitas outras, causando grandes desgraças. A sua saude resentiu-se muito com o clima do Algarve, o que determinou a sua transferencia para o bispado do Porto, apenas este vagou, em 1854. D. Antonio da Fonseca Moniz foi deputado, eleito pela provincia do Minho, nas legislaturas de 1834 e de 1836; em 1840 foi eleito senador pelos districtos de Vianna do Castello e do Algarve, par do reino, de que tomou posse na respectiva camara na sessão de 3 de fevereiro de 1852; foi tambem agraciado com a commenda da ordem de Christo, e com a carta de conselho. Em 7 de julho de 1851 foi chamado ao ministorio para gerir a pasta da justiça, mas declinou esse elevado cargo pelo seu mau estado de saude, indo servir em seu logar Rodrigo da Fonseca Magalhães. Escreveu: *Pastoral aos diocesanos do bispado de Coimbra, quando vigario capitular e governador do mesmo bispado em 1834*; *Carta pastoral do bispo do Porto aos seus diocesanos*, Lisboa, 1854; reproduziu se na *Atalaia catholica*, de Braga, vol. I, pag. 441, 457, 473, 505, 521, 535, 550 e 574; *Pastoral sobre a definição dogmatica da Immaculada Conceição da Virgem mãe de Deus;* no mesmo jornal, vol. II, pag. 217; *Pastoral por occasião da publicação da bulla da Santa Cruzada*, idem, vol. III, pag. 553 e seguintes.

Moniz *(Antonio Caetano de Abreu Freire Egas).* Lente substituto da faculdade de Medicina na Universidade de Coimbra, deputado da nação. Exerce clinica em Lisboa Como deputado pertence á dissidencia progressista. Publicou: *A vida sexual*, 1.ª edição em 1882, 2.ª em 1901; *Alterações anatomo-pathologicas na diphteria*, 1900.

Moniz (*P. Antonio José*). Presbytero e orador sagrado contemporaneo. Nasceu na freg. do Bom Jesus, no logar de Rabo de Peixe, conc. da Ribeira Grande, na ilha de S. Miguel, aos 24 de maio de 1868. Fôram seus paes Manuel Antonio Moniz e D. Jacinta Candida Botelho, oriundos das primeiras familias da localidade. Um do seus avós, João Jacintho Moniz, foi capitão das antigas milicias da terra. Antonio José Moniz manifestou desde verdes annos tendencias para o estado ecclesiastico. Entrou para o seminario de Angra do Heroismo aos 16 annos de edade, em 1884, permanecendo ali até 1887. Durante este lapso de tempo entretinha os seus ocios escolares em varias producções litterarias, todas ellas de caracter religioso. Em dezembro de 1898 publicou um trabalho, d'aquella epoca, concernente á festividade da Immaculada Conceição. Recolhendo a S. Miguel, em 1887, ahi permaneceu algum tempo até que resolveu vir para o continente. Dirigindo-se ao convento franciscano do Varatojo, ahi noviciou, professou e estudou, recebendo então o nome de Fr. Antonio do Presepio, ordenando-se de diacono em 18 de agosto de 1895 e de presbytero em 1896, celebrando em 19 de março do mesmo anno a sua missa nova, que foi uma festa solemnissima. Saindo do Varatojo para Brancannes, em Setubal, ahi se mostrou orador eloquente; e passando a outros pontos do paiz tem prégado muitas vezes em substituição de alguns oradores eminentes, taes como o rev. bispo de Evora, e outros ornamentos do pulpito portuguez. A Associação Operaria de Setubal em abril de 1900 nomeou-o seu socio honorario.

Moniz *(Egas).* Nobilissimo e intrepido cavalleiro, modelo de lealdade ao seu rei e á sua patria, dedicado amigo e companheiro do conde D. Henrique, aio, mestre e conselheiro de D. Af-

fonso Henriques, ao qual dedicou sempre um amor paternal extremoso. Descendia d'uma das mais nobres familias néo-gothicas, d'um dos companheiros de Ramiro III, de Leão, sendo filho de Mouinho Ermiguez e de D. Moninha;neto de Ermigio Egas. Casou em Castella com D. Mayor Peres da Silva, filha de Payo Guterres da Silva. D'este matrimonio houve um filho chamado Lourenço Viegas, que pelo seu grando valor foi cognominado o *Espadeiro*. Enviuvando, passou a segundas nupcias com D. Thereza Affonso, filha do conde D. Affonso, das Asturias, de quem teve varios filhos. Egas Moniz combateu valorosamente ao lado do conde D. Henrique, e depois, até uma edade provecta em todas as campanhas, ao lado do seu pupilo D. Affonso Henriques. Quando o conde D. Henrique e sua mulher, D. Thereza, vieram para Portugal, era Egas Moniz varão tão famoso em armas, nobreza e riqueza, que foi o primeiro vassalo de Portugal, e muito estimado por D. Henrique. Estando havia pouco tempo em Portugal, os reis moiros de Lamego eram, desde 1038, tributarios dos de Leão, e pelo casamento do conde D. Henrique com D. Thereza, filha do rei Affonso VI, ficaram sendo tributarios do conde, mas em 1102, pouco tempo depois de D. Henrique estar em Portugal, o rei de Lamego Echa Martim, confiado no pouco poder do conde, se rebellou contra elle, vindo com muita gente talar os campos dos christãos, saqueando-os e fazendo captivos. Com grandes despojos e muitos prisioneiros se recolhia o rei moiro a Lamego, caminhando vagarosamente, porque levava uma das suas mulheres, chamada Axa Auzures, a quem muito amava, e grande quantidade de bagagens. O conde D. Henrique e Egas Moniz reuniram a gente que puderam, fôram em seguimento dos moiros que encontraram n'um valle junto ao mosteiro de Arouca. Deu-se então um renhido combate, em que os moiros ficaram derrotados (V. *Arouca*, *Portugal*, vol. I, pag. 730 e 731). O conde D. Henrique e sua mulher D. Thereza, conhecendo a honradez, fidelidade e intelligencia de Egas Moniz, lhe confiaram a educação de seu unico filho, D. Affonso Henriques, penhor da independencia e autonomia de Portugal. Fallecendo o conde D. Henrique no cêrco de Astorga em 1114, o governo do condado ficou a cargo de sua mulher, D. Thereza, durante a menoridade de seu filho. D. Thereza, que era animosa e destemida, continuou activamente a lucta encetada por seu marido contra Affonso VII, rei de Leão e Castella, mostrando-se intransigente em tudo quanto dizia respeito ao fiel cumprimento da vontade de seu marido; mas ao mesmo tempo que apresentava tão tenaz resistencia defendendo o seu condado das ambições do rei de Leão, deixava-se vencer cobardemente n'uma batalha amorosa offerecida por um fidalgo gallego, Fernão Peres de Trava, na qual perdeu a sua dupla dignidade de mulher e de mãe. Os fidalgos portuguezes indignados com tão ultrajante proceder, e vendo que tanto ella como o seu publico amante se preparavam para expoliar o infante dos seus direitos de succcessão, revoltaram-se contra D. Thereza, resolvendo pugnar ao lado de D. Affonso Henriques para que fôsse expulsa a *infanta rainha* e o seu odiado amante. (V. *Affonso I*, *Portugal*, vol. I). Achava-se o joven D. Affonso Henriques em Guimarães, onde foi sitiado por Affonso VII, que entrando em Portugal, tomara todas as praças e castellos até chegar áquella cidade. Foi n'este momento, em que o infante se encontrava n'uma situação das mais criticas, sem recursos de especie alguma e sem a minima probabilidade de victoria no caso de se bater com os sitiantes, que o seu aio, ou preceptor, Egas Moniz, para o salvar, se dirigiu ao campo inimigo, onde obteve a paz com a condição de que D. Affonso Henriques reconheceria a suzerania de Leão, logo que o cêrco fôsse levantado. Acceito este pacto, as forças inimigas abandonaram Guimarães, e marcharam contra D. Thereza, a quem submetteram. D. Affonso Henriques, livre do cêrco e rodeado d'um importante grupo de guerreiros, resolveu offerecer batalha ao exercito de sua mãe, que venceu nos campos de S. Mamede, e expulsando-a do reino juntamente com Fernão Peres de Trava. Depois d'um feito d'armas tão brilhante que lhe deu a posse d'um condado, D. Affonso Henriques recusou-se obstinadamente a cumprir a promessa de Egas Moniz, que envolvia a perda da independencia, conquistada tão heroicamente, e agora tão facil de consolidar. Egas Moniz tambem não quiz que se sacrificasse assim a independencia d'um povo, quando a vida d'um homem ou de uma familia a podia resgatar, porque ao nobre fidalgo repugnava-lhe a idéa de que a nova nacionalidade se firmasse n'um perjurio. Vestindo do mais ordinario burel, descalço e com cordas de esparto ao pescoço, acompanhado de sua mulher e de seus filhos, partiu para Toledo, onde se apresentou ao rei do Leão, dizendo-lhe que, não podendo cumprir a sua palavra empenhada por occasião do cêrco de Guimarães, elle e toda a sua familia vinham apresentar-se-lhe como criminosos, para que n'elles fôsse feita justiça. Affonso VII, commovido por este rasgo de lealdade, despediu o brioso cavalleiro solto e livre,com palavras de muito louvor. Egas Moniz falleceu em 1144, e foi sepultado n'uma capella particular do mosteiro benedictino de Paço de Sousa, cuja fundação se lhe attribue. No anno de 1605 o seu tumulo foi removido para a capella-mór, e em 1784 para o corpo da egreja. Um sobrinho de Egas Moniz, e tendo o mesmo nome, foi talvez o primeiro trovador que em nossa lingua, ainda balbuciante, compoz versos d'amor.

Moniz *(D. Fr. Egas)*. Mestre da ordem de Aviz, que foi eleito em 1353, e fal. em 1357.

Moniz *(Jayme Constantino de Freitas)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; lente e director do Curso Superior de Letras; vogal da Junta Cousultiva de instrucção publica no ministerio do reino, ministro de Estado, deputado, par do reino electivo, vice-presidente do Conselho Superior de Instrucção Publica, socio effectivo e secretario geral da Academia Real das Sciencias de Lisboa, do Instituto de Coimbra e d'outras corporações litterarias e scientificas, director geral da camara dos deputados, aposentado por decreto de 26 de novembro de 1896, etc. N. no Funchal a 18 de fevereiro de 18 7, sendo filho de Antonio Caetano da Costa Moniz e do D. Eufemia Candida de Freitas Moniz. Matriculou-se na Universidade de Coimbra na faculdade de Direito, em que tomou o grau de bacharel, depois d'um curso brilhante em que todos os annos obteve premio.

Terminando a formatura exerceu a advocacia em Lisboa com o maior exito, mas pelo melindroso estado da sua saude, retirou-se das suas lides forenses e consagrou-se aos trabalhos litterarios. Em 1863, abrindo-se concurso no Curso Superior de Letras para a vaga que se dera na regencia da 5.ª cadeira (historia universal e philosophica), apresentou-se a esse concurso, em que se houve brilhantemente, e para o qual escreveu a seguinte memoria, que n'esse mesmo anno publicou com o titulo: *Da natureza e extensão do progresso, considerado como lei da humanidade; e applicação especial d'essa lei ás bellas artes; memoria para o concurso á 5.ª cadeira do curso superior de letras.* Provido na referida cadeira, a ella se dedicou com toda a actividade, conquistando em pouco tempo um logar distinctissimo entre os mais doutos professores do paiz. O sr. conselheiro Jayme Moniz tem-se dedicado sempre muito ao estudo da instrucção publica, e d'ahi provém a organisação do Conselho Superior de Instrucção, obra perfeitamente sua, e que tanta honra faz á sciencia, ao seu talento e á sua illustração. Este conselho foi creado por decreto de 23 de maio de 1884, sendo seu presidente nato o ministro do reino, e vice-presidente o sr. conselheiro Jayme Moniz, cargo que ainda exerce. Tem desempenhado varias commissões de serviço publico, principalmente em assumptos de instrucção. Foi em tempo encarregado de fazer um largo estudo ácêrca da existencia do povo celta na peninsula ibérica. Por decreto de 30 de dezembro de 1869 foi nomeado vogal da Junta Consultiva de Instrucção Publica, que tinha sido creada em 14 do referido mez e anno, a qual era composta só de seis vogaes, nomeados por decreto real, entre as seguintes categorias: 1.º Lentes e professores effectivos ou jubilados das faculdades e escolas de instrucção superior, especial e secundaria; 2.º de pessoas de relevante merito litterario e scientifico, ou que tivessem exercido com distincção funcções de administração litteraria, ou publicado trabalhos relativos á instrucção publica. Em 1870 foi o sr. conselheiro Jayme Moniz o advogado de defeza de José Cardoso Vieira de Castro, no processo em que era accusado de haver assassinado sua mulher, crime que emocionou todo o paiz pelas circumstancias que se deram. O seu discurso foi um dos mais brilhantes que se tem proferido no fôro portuguez, e produziu profunda impressão em todos que o escutaram, mas que não aproveitou ao réo, que foi condemnado, quando se esperava que fôsse absolvido. Toda a imprensa celebrou o raro brilho d'essa allegação admiravel, distinguindo-se Pinheiro Chagas, que a apreciou n'um folhetim publicado na *Gazeta do Povo*, n.º 336, de 1871. O discurso publicou-se no livro que se imprimiu com o titulo de *Processo e julgamento*, etc., de pag. 119 a 137; e é assim intitulado: *Allegação da defeza por parte de José Cardoso Vieira de Castro, proferida em 30 de novembro de 1870, na audiencia do julgamento do processo contra elle instaurado pelo crime de homicidio na pessoa de sua mulher.* Entrando depois na vida politica foi pela primeira vez eleito deputado, pelo circulo de Castello Branco, para a legislatura que principiou a 31 de março e findou a 31 de julho de 1870 pela dissolução da camara. Pelo mesmo circulo tornou a ser eleito para a legislatura que durou de 15 de outubro de 1870 a 3 de junho de 1871, em que a camara foi dissolvida. O referido circulo ainda o elegeu para a legislatura que principiou em 22 de julho de 1871 e terminou a 2 de abril de 1874 em consequencia de se encerrarem as côrtes geraes, por haverem completado os quatro annos de sessões legislativas a que se refere o artigo 17.º da Carta Constitucional. Foi tambem eleito deputado pelo circulo eleitoral de Gôa para a legislatura que teve começo a 12 de janeiro de 1875, e se encerrou a 4 de maio de 1878 por haver egualmente completado os quatro annos de sessões legislativas. Pelos corpos scientificos do paiz foi eleito par do reino, tomando posse a 16 de janeiro de 1886, e conservando-se até 7 de janeiro de 1887, dia em que, por decreto de 5 d'esse mez, foi dissolvida a parte electiva da camara alta. Em 13 de setembro de 1871 tomou parte no ministerio, encarregando-se da pasta da marinha e ultramar, cargo que resignou a 19 de setembro de 1872 pelo seu mau estado de saude. A sua passagem pelo poder assignalou-se, no emtanto, por importantes providencias relativas a varios serviços do ultramar, e especialmente dos da instrucção publica que lhe mereceram sempre especiaes cuidados. Dos seus discursos parlamentares está apenas publicado o *Discurso proferido na camara dos senhores deputados, na sessão de 15 de março de 1878*, em que o illustre deputado tratou de assumptos relativos ás possessões portuguezas no ultramar combatendo o militarismo que, na sua opinião, paralysava as forças vivas nas provincias ultramarinas. Foi no tempo em que era ministro da marinha que se decretou a extincção do exercito do estado da India depois d'uma revolta militar, á qual se referiu o conde de S. Januario no seu opusculo, *Duas palavras ácêrca da ultima revolta do exercito do estado da India*, publicado em Bombaim, 1872. Sendo nomeado director geral das repartições da camara dos deputados, emprehendeu em 1882 a publicação do *Annuario da camara dos senhores deputados*, excellente repositorio de tudo quanto foi tratado no parlamento, que toda a imprensa registou com o maior louvor para o zeloso e intelligente funccionario, que tanto a peito tomava os serviços de que era encarregado. O sr. conselheiro Jayme Moniz, sendo socio da Academia Real das Sciencias, passou á classe de effectivo em votação unanime na sessão da 2.ª classe de 4 de maio de 1882, tendo já exercido tambem o logar de secretario geral. Possue a gran cruz da ordem de Carlos III, de Hespanha. No *Instituto*, de Coimbra, tem publicado varios artigos.

Moniz *(José Antonio).* Professor da arte dramatica no Conservatorio Real de Lisboa, e vogal do conselho d'arte dramatica, 2.º conservador da Bibliotheca Nacional da mesma cidade, lente de Bibliologia, paleographo, escriptor dramatico, etc. N. em Lisboa a 19 de setembro de 1849, sendo filho do antigo actor do theatro do Gymnasio, José Gerardo Moniz, e de sua mulher, Florencia Ernestina Moniz. Quando falleceu seu pae, em agosto de 1853, contava apenas 4 annos imcompletos, e a sociedade dos actores do referido theatro do Gymnasio, durante alguns annos, deu á viuva uma pequena pensão. José Gerardo Moniz tinha um irmão, que era pharmaceutico da Misericordia de Vianna do Alemtejo, que

protegeu a viuva, sua cunhada, e o sobrinho, indo ambos viver na sua companhia. Em Vianna estudou José Antonio Moniz varios preparatorios, que completou no lyceu de Evora, onde fez os seus exames. Quizeram fazêl-o entrar no seminario, ao que se recusou, bem como a seguir o curso de pharmacia. Em 1863, aos 14 annos de edade, veiu para Lisboa no intuito de entrar para a escola medica. Seu tio materno Francisco Gonçalves Lopes, mais conhecido pelo Lopes do *Futuro*, typographo e importante editor, convenceu o a seguir a arte typographica, angariando assim recursos para estudar. Dois annos depois, em 1865, era typographo e ajudante de revisão no *Jornal do Commercio*, de que era proprietario Luiz d'Almeida e Albuquerque, que sempre o distinguiu com a sua boa amizade e protecção. Em 1866 matriculou-se no curso da arte dramatica no Conservatorio, curso de tres annos que venceu em dois, tendo por mestres Duarte de Sá e o dr. Luiz da Costa Pereira. Em 1868 deu provas publicas no theatro D. Maria II no drama *Maus conselhos*, traducção de Manuel Roussado, e na comedia em 1 acto de Duarte de Sá, *O Menino e a mãe vão bem*. O conselho dramatico, de que faziam parte Mendes Leal, visconde de Castilho, Rebello da Silva, etc., approvou-o, classificando-o actor de segunda classe no referido theatro, onde se estreou no drama *Palma, ou a noite de sexta feira santa*, traducção do actor Primo da Costa, representando ao lado de Emilia das Neves, Tasso, Rosa pae, Polla, etc. Quando em fins de 1869, o governo, presidido pelo bispo de Vizeu, entregou o theatro á especulação particular, dispensou varios artistas, e entre elles José Antonio Moniz, o qual sendo recommendado por Julio Cesar Machado ao actor José Carlos dos Santos, então empresario do theatro do Principe Real, conseguiu ser ali contratado, onde representou varias peças, sendo muito applaudido, especialmente no drama *Seraphina*, de Sardou, em que obteve um successo. Com essa empresa voltou para o theatro D. Maria II, fazendo parte da companhia Virginia, Antonio Pedro, Maggioli, e outros. Moniz fazia então papeis de galã comico. Nas horas vagas trabalhava como compositor, revisor e traductor na typographia de Mattos Moreira, sendo composto por elle todo o 1.º anno do semanario humoristico *O Antonio Maria*, de Raphael Bordallo Pinheiro, com gravuras de zincographia, as primeiras d'este genero, que appareceram em Portugal. Em 1875 foi a concurso para professor, e obteve boa classificação. Abandonou então o palco, e foi reger a cadeira de portuguez no Collegio Europeu, passando depois para S. Thiago do Cacem, onde leccionou portuguez, latim, francez e agricultura, tendo sido ali collocado pelo reitor do lyceu, o sr. conselheiro Augusto José da Cunha. Conservou-se em S. Thiago do Cacem até 1878, anno em que as febres palustres o obrigaram a voltar para Lisboa. Resolveu-se novamente a entrar no theatro, e escripturou-se no Gymnasio, onde esteve duas epocas. A 25 de maio de 1880 embarcou para o Rio de Janeiro na companhia do actor Brazão e da actriz italiana Celestina Paladini, que representou em portuguez. Era empresario o actor Simões, que nomeou Moniz, além de actor, ensaiador. Em 1881 ficou ensaiador d'uma sociedade artistica no theatro Phenix Dramatica, no Rio de Janeiro, e em 1882 tornou-se empresario com a actriz Apolonia, e partiu para Campos, percorrendo então todo o sul do Brazil. Escreveu uma longa serie de peças ao gosto popular, obtendo muitas d'ellas grande exito. Fôram 150 actos, approximadamente, vertidos, *arreglados*, e originaes que se representaram no Brazil durante 7 annos, e ainda hoje ali estão em scena algumas, como *o Conde de Monte Christo, Estranguladores de Paris*, etc. Em 1887, por occasião do fallecimento de sua mãe, veiu a Portugal, e em Lisboa foi convidado pelo fallecido homem de letras Antonio Ennes a entrar no quadro da Bibliotheca Nacional, que ia ser reformado. Data d'aqui a nova phase da vida de José Antonio Moniz. De 1889 a 1895 fez parte da redacção do *Commercio de Portugal* com o visconde de Melicio, publicando ali muitos artigos ácêrca de antiguidades

José Antonio Moniz

portuguezas, sob o titulo *Varia historia*, secção altamente interessante e educativa. Em 1891 foi nomeado professor de Bibliologia, logar que ainda hoje occupa, (1909), com 18 annos de aturado exercicio. Em 1901 teve a promoção de 2.º conservador da Bibliotheca. Varios trabalhos de bibliographia devidos á sua iniciativa, teem sido publicados, contando-se entre elles o *Catalogo dos manuscriptos da Collecção Pombalina*, pela qual o governo fez publicar uma portaria de louvor ao zelo d'este funccionario; O *Catalogo da bibliotheca de Fernando Palha, Summario de lições de bibliologia, Catalogo da livraria dos condes de Linhares*, e varios outros. Publicou mais: *Memorias de Judas* de Petrucelli, em versão portugueza, etc. Na epoca de 1895-1896 foi ensaiador no theatro do Principe Real; em 1898 a empresa Rosas e Brazão o nomeou ensaiador no theatro de D. Maria II, e com esses artistas foi

para o de D. Amelia, onde sob a sua direcção artistica se deram muitas das mais notaveis peças do moderno e antigo reportorio. O theatro de D. João da Camara foi quasi todo posto em scena por José Antonio Moniz, como a *Triste viuvinha*, *Alcacer Kibir*, etc , o de Julio Dantas; *Ceia dos cardeaes*, *O que morreu d'amor*, *Viriato tragico*, *Rei Lear*, *Rei Seleuco*, de Camões, etc.; O *Regente* e *Petronio* (Quo Vadis?), de Marcellino de Mesquita, e muitas outras obras notaveis. O visconde de S. Luiz de Braga teve sempre por elle as maiores deferencias e um affecto muito especial, pelos seus elevados conhecimentos da arte dramatica, e como ensaiador. Por falta de saude viu-se obrigado em 1907 a renunciar ao exercicio do logar de ensaiador theatral, para mais aturadamente se entregar aos seus trabalhos bibliographicos. Quando se formou o actual curso de arte dramatica no Conservatorio, foi José Antonio Moniz encarregado de reger a cadeira de dicção, e n'essa occasião publicou a sua *Arte de dizer*, unico livro portuguez d'essa especialidade, adoptado officialmente não só n'aquelle estabelecimento de ensino, mas tambem em varias escolas officiaes e particulares de Portugal e no Conservatorio dramatico de S. Paulo, no Brazil. Dirige tambem a publicação, que tem por titulo *Bibliotheca de vulgarisação artistica*, em que foi publicado ultimamente o *Paradoxo sobre o comediante* pelo celebre Diderot. Na Bibliotheca Nacional tem elaborado varios catalogos, taes como o de *Bellas Lettras e Philologia*, Manuscriptos Camonianos, livros reservados, e outras preciosidades bibliographicas, cujos inventarios estão em via de publicação. Nos Relatorios mensaes do director d'aquelle estabelecimento encontram se repetidas referencias aos trabalhos de Moniz. O actual catalogo dos manuscriptos da Bibliotheca Nacional, redigido por um novo plano em fórma de diccionario, é um repositorio de noticias o mais completo que se conhece ácêrca de assumptos relativos a cousas portuguezas, consultado a cada momento pelos nossos estudiosos e eruditos de maior vulto. Moniz tem viajado muito; além do Brazil, já esteve em Montevideu, Buenos Ayres, Hespanha, França, Suissa, Italia e Allemanha. Ao theatro portuguez e á bibliographia tem consagrado mais de 40 annos de vida activa, conseguindo obter sempre feliz exito nos seus trabalhos, quer como artista, publicista, ou professor bibliographo. Sousa Bastos, no seu livro *Carteira do artista*, refere-se elogiosamente a José Antonio Moniz.

Moniz *(José Gerardo)*. Actor comico, que pertenceu á antiga companhia da theatro do Gymnasio. N. em Lisboa em 24 de setembro de 1820, onde tambem fal. a 20 de agosto de 1853, não tendo ainda completado 33 annos. Foi um dos actores que mais se salientaram nos primeiros e aureos tempos do Gymnasio, como Taborda, Pereira, Emilia Candida, etc. Era filho d'um antigo pharmaceutico, estabelecido a S. João da Praça, e começou a praticar na pharmacia de seu pae, mas o seu enthusiasmo pelo theatro o obrigou a abandonar aquella carreira, para seguir a vida de actor. Começou pelo theatro do Salitre, e entre outros papeis em que se distinguiu, foi muito festejado n'um creado comico do drama *Zacharias*, e no *Seringinhos*, escudeiro da magica *As Pilulas do Diabo*. Cursou o Conservatorio, tendo por professor o autor dramatico Cesar Perini de Luca. Em poder do seu filho, José Antonio Moniz (V. o artigo anterior), está o diploma de alumno no Conservatorio, assignado por Garrett, que muito o estimava, assim como Emilio Doux, que foi o seu padrinho de casamento. Logo depois da inauguração do Gymnasio, Moniz saiu do Salitre e veiu para este theatro, onde se tornou popularissimo, fazendo tambem parte da Sociedade Artistica que depois se organisou. Nos *Apontamentos de um folhetinista*, diz Julio Cesar Machado: «Moniz, homem secco, fusco, pelle de pergaminho, côr de terra, hirsuto, todo elle escuro: cabello, olhos, rosto, fato; tinha o que quer que fôsse de um defunto, que se houvesse feito velho dentro de um armario. Era um dos comicos de maior graça de quantos teem pisado taboas de theatro em Portugal, e na vida o homem mais melancholico e taciturno. Tinha a arte da careta; um tregeito da physionomia d'elle fazia estalar as gargalhadas. Depois, em enxu-

José Gerardo Moniz

gando o rosto dos borrões da pintura, embrulhava se no seu sobretudo, accendia um charuto, e não dava mais palavra. Tornou-se-lhe em doença essa qualidade de temperamento. Procurava a solidão com o mesmo empenho com que os felizes da vida procuram a sociedade e o mundo, e ia todas as tardes passear sósinho, em procura de arvores, de silencio e de ar.» Em casa de José Antonio Moniz existe um retrato a oleo de seu pae, que é uma saudosa recordação de familia; é o unico trabalho que se conhece d'um joven pintor, chamado Lambortini, que falleceu muito novo, e foi premiado, sendo um dos primeiros estudantes da Academia das Bellas Artes que,no tempo de Garrett, fôram a Italia aperfeiçoar-se na pintura.

Moniz *(José Maria da Cunha)*. Ensaiador dramatico, almoxarife do paço d'Ajuda, etc. Era natural de Lisboa, e falleceu ha mais de 10 annos, sendo filho d'um official do exercito. Estudou no Real Collegio Militar, mas não chegou a concluir

o curso. Em 1866 tinha uma modesta empresa editora, em cujo escriptorio se costumavam reunir ás noites alguns amadores dramaticos e frequentadores dos palcos dos theatros. Quando a companhia organisada por Francisco Palha, que devia representar na Trindade, deu provisoriamente algumas recitas no antigo theatro da Rua dos Condes, emquanto se não concluiam as obras do novo theatro, era ensaiador José Carlos dos Santos, o qual, tendo tido uma grave questão com o escriptor Ernesto Biester, pediu a demissão d'aquelle cargo, servindo interinamente o actor Isidoro Sabino Ferreira. Francisco Palha andava desesperado por encontrar um ensaiador, e em certa noite falava-se no escriptorio do Moniz a este respeito, e este declarou que se o quizessem acceitaria o cargo. Moniz tinha muito gosto pela arte dramatica, e quando fôra estudante, havia ensaiado uns espectaculos que se deram no Collegio Militar. Francisco Palha teve conhecimento d'este facto, e pediu a alguns amigos que lh'o apresentassem. Moniz apresentou-se, e a titulo de experiencia Francisco Palha confiou-lhe a direcção do drama de Mendes Leal, *Alva Estrella*, que a companhia devia representar em S. Carlos. O resultado não podia ser melhor, e Moniz ficou desde logo contratado para ensaiador do novo theatro da Trindade, em que deu provas da maior competencia durante muitos annos, sendo sempre muito estimado e considerado. Tambem traduziu algumas peças, que se representaram n'aquelle theatro. Por fim, tendo uma questão insignificante com Francisco Palha, em que ambos se mostraram teimosos, Moniz pediu a demissão, e saiu do theatro. A questão foi por causa da zarzuela *Madgyares*, para que o Moniz requisitava um certo numero de comparsas, com quo Francisco Palha não concordava. No logar do ensaiador foi substituil o José Romano. Cunha Moniz obteve um logar nos caminhos de ferro do Minho e Douro, e mais tarde conseguiu ser nomeado almoxarife do paço d'Ajuda, cargo que exerceu até fallecer.

Moniz (*José de Sousa*). Escriptor, cujo nome se conhece por ter publicado o seguinte opusculo: *Plano para se extinguir a divida nacional, tanto antiga como moderna, offerecido ao Governo Supremo do Reino*, Lisboa, 1820.

Moniz (*D. Martim*). Fidalgo do tempo de D. Affonso Henriques. Era filho de D. Moninho Osorio de Cabreira e Ribeira, conde d'estas terras, e de sua mulher, D. Maria Nunes, filha de D. Nuno Soares Velho, que fundou o mosteiro de Grijó; neto do conde D. Osorio de Cabreira e Ribeira, que veiu a Portugal com o conde D. Henrique, a quem serviu na guerra. D. Martim Moniz praticou prodigios de valor na memoravel batalha de Ourique em 1139. Alguns dos historiadores o confundem com outro D. Martim Moniz, filho de Egas Moniz, aio de D. Affonso Henriques, mas deve notar-se que este, que commandava a ala direita do exercito com 2:000 infantes o 200 ginetes, morreu na referida batalha. D. Martim Moniz, de quem tratamos, veiu á tomada de Lisboa 8 annos depois, e casou com D. Thereza Affonso, filha bastarda d'el-rei D. Affonso, de Leão. D. Martim Moniz teve uma morte verdadeiramente gloriosa. Na tomada de Lisboa, em 1147, foi quem abriu a porta do castello contra o poder dos moiros, que pretendiam fechal-a, o valeu tanto, como se abrisse as portas da victoria; dando e recebendo feridas, havendo morto os mais ousados n'este conflicto sanguinolento e porfiado, caiu desfallecido em meio d'ella, os moiros cortaram-lhe a cabeça, e os vencedores passaram por cima do seu cadaver, que sustentava a porta aberta, como por segura ponte, entrando triumphantemente no castello de que se tornaram senhores. Para eterno brazão de tão illustre feito se mandou gravar n'um busto de pedra a sua figura sobre a referida porta, que por muito tempo se ficou chamando *Porta Moniz.* Um pouco mais abaixo do busto se lê a seguinte inscripção gravada na pedra: «El-Rei Dõ Afonso Henriques mandou aqui colocar esta statua e cabeça de pedra em memoria da gloriosa morte que Dõ Martim Munis progenitor da familia dos Vasconcelos recebeu nesta porta quando atravessando-se nela franqueou aos seus a entrada com que se ganhou aos Moiros esta cidade no anno de 1147. João Roiz do Vasconcelos e Sousa Conde de Castelmelhor seu decimo quarto neto por baronia fez aqui por esta inscripsão no anno de 1646.»

Moniz (*Fr. Martinho*). Religioso carmelita calçado, provincial da sua ordem, e visitador da Congregação dos conegos regulares por mandado da Santa Sé Apostolica, etc. N. em Lisboa, sendo baptisado a 14 de agosto de 1585, fal. a 13 de novembro de 1653. Era filho de Jeronymo Moniz de Lusignano e de D. Elvira de Alarcão. Entrou na ordem carmelitana no convento do Carmo, de Lisboa, a 13 de dezembro de 1599, e professou solemnente a 15 de agosto de 1601. Estudou Theologia n'este convento e Philosophia no collegio de Coimbra. Dedicou-se depois ao pulpito, tornando-se um prégador muito apreciado no seu tempo. Foi duas vezes provincial, a primeira eleito a 2 de fevereiro de 1625 e a segunda a 7 de maio de 1634. Rejeitou as mitras de Augra e do Porto. Teve o encargo de prégar o sermão no dia 1 de dezembro de 1641, primeiro anniversario da Restauração de Portugal, mas chegando demasiado tarde ao convento do Carmo a procissão que saira da sé em acção de graças por aquelle memoravel dia, não pôde o sermão ser pronunciado. El-rei D. João IV ordenou que o sermão fôsse impresso, e a esse respeito diz o arcebispo D. Rodrigo da Cunha, autorisando a impressão por sua parte: «Damos licença que se imprima, para que se possa communicar a todos, conforme o desejo que todos tinham de o ouvir.»

Moniz (*Matheus*). Escriptor, de que apenas se sabe que era natural de Cintra, e que viveu no seculo XVIII. Escreveu: *Historia politica e peregrinação de Felizardo*, Coimbra, 1751.

Moniz (*Phebo*). Fidalgo que se tornou celebre pela energia com que protestou contra a infamia e a covardia dos que em 1580 entregaram a sua patria a Castella. N. em 1515, sendo filho de um outro Phebo Moniz, fidalgo da côrte d'el-rei D. Manuel. Cavalleiro da Ordem de Christo, servira cargos do Paço, e fôra sumilher de corpus d'el-rei D. Sebastião. Tinha mais de 60 annos quando D. Sebastião morreu, e quando o cardeal-rei D. Henrique mandou reunir côrtes para se tratar da successão do reino. Lisboa elegeu seus procuradores ás côrtes D. Manuel de Portugal e Diogo de Salema; mas nem um nem outro agrada-

ram a D. Henrique, e o cardeal-rei annullou-lhes despoticamente a eleição. Esta arbitrariedade em outros tempos sublevaria o povo indignado, mas n'aquella quadra tristissima estava tudo decadento e abatido. Lisboa curvou-se, e em logar de Diogo Salema elegeu Phebo Moniz. Mal sabia o cardeal-rei que, para desviar uns homens que lhe eram simplesmente desagradaveis, ia fazer entrar nas côrtes exactamente o homem que maiores embaraços levantaria aos seus projectos. A celebridade de Phebo Moniz, até ahi completamente obscuro, ia começar agora. Escolhido para presidir á assembléa dos deputados das villas e cidades, Phebo Moniz ergueu logo a voz na sessão de 11 de janeiro de 1580 em Almeirim para protestar contra as insiuuações do cardeal-rei, que queria levar as côrtes a elegerem successor da corôa de Portugal o rei Filippe, de Hespanha. E foi tal a sua eloquencia e tal a energia d'esta voz inspirada, e inesperada, que as côrtes tomaram uma energia subita, e até repelliram com indignação uma mensagem que o rei lhes enviou para limitar os seus direitos eleitoraes. D. Henrique, furioso com a repulsa, mandou o bispo D. Antonio Pinheiro dizer-lhes que queria positivamente que escolhessem Filippe II. Ouvindo a mensagem, Phebo Moniz ergueu-se indignado, e n'um impeto de dôr, dirigiu-se a um Christo crucificado como o representante da idéa da justiça assim calcada aos pés, protestou com a face banhada em lagrimas, e arrancando as barbas com desespero contra tão infanda traição. Não contente com esse protesto, o ardente patriota reuniu os procuradores que se mostravam mais seus partidarios, e todos avisaram os concelhos, que representavam, da injustiça que se estava tramando. No dia 22 de janeiro os procuradores do povo, congregados por Phebo Moniz, commungavam publicamente e juravam em seguida sobre a hostia que todos preferiam morrer a acceitar a soberania de Filippe II. O braço da nobreza transigia com as exigencias do cardeal rei, mas o braço do povo dirigido por Phebo Moniz mostrava cada vez mais energia, e chegou a ponto de deliberar tranquillamente, emquanto o rei lhe mandava mensagens sobre mensagens, se competia ao reino todo ou só a Lisboa a eleição do futuro rei. Decidiu-se que era a Lisboa. Então D. Henrique, n'um impeto de colera, mandou D. Antonio Pinheiro avisar as côrtes de que tivessem entendido de que devia ser Filippe II o eleito, e de que deviam separar-se em breves dias. As côrtes deliberaram responder no mesmo tom, e enviaram a D. Henrique uma deputação presidida por Phebo Moniz. D. Henrique mostrou-se irritado, Phebo Moniz respondeu-lhe com grande exaltação, e D. Henrique despediu a deputação, quebrando violentamente a conferencia. Mas arrependeu-se depois, e não sabendo como havia de vencer a resistencia das côrtes, deliberou leval-as pela brandura. Sentindo a morte proxima, escreve Rebello da Silva, e inteiramente decidido a pugnar pelos interesses do rei catholico, o cardeal, querendo envidar a derradeira tentativa, mandou chamar os cinco procuradores do primeiro banco (Lisboa, Evora, Porto, Coimbra e Santarem), e na presença de Phebo Moniz e de todos elles, instou para que puzessem termo á resistencia, mostrando-lhes, para os persuadir, as resoluções dos braços ecclesiasticos e da nobreza, os quaes se tinham pronunciado affirmativamente. Phebo redarguiu que não era possivel deliberar, quando se via que Sua Alteza se aconselhava com gente suspeita e inimiga da liberdade do paiz. Eu só faço justiça, redarguiu D. Henrique, mais timido que irado, e os que vos asseguram o contrario enganam-vos. Quero que vos termineis e promptamente. Estas ultimas palavras, proferidas com severidade, não abalaram o valor de Moniz e dos outros deputados. «O que Vossa Alteza exige, acudiu o sumilher de corpus de D. Sebastião, respeita á consciencia e á alma, e d'essas só Deus dispõe; nunca acceitaremos senão rei portuguez. Que poder tendes para resistir á Hespanha? tornou o monarcha, descortinando assim os secretos receios que o tinham impellido. O que tiveram os nossos antepassados no tempo de D. João I, observou o procurador friamente. A resposta irritou o soberano, já impaciente, e convencido de que em vão trabalhava para abrandar as repugnancias do dominio estrangeiro. Que é o que vós quereis? atalhou o principe. Que Vossa Alteza ouça o povo, e se tiver direito de eleger, eleja rei portuguez, porque, sendo castelhano, não será recebido nem obedecido.» Este dialogo mostra bem a sobranceria com que Phebo Moniz sustentava os direitos do povo; mas infelizmente estas nobres palavras, se eccoaram na historia e resgataram um pouco as vergonhas d'essa epoca, não encontraram ecos eguaes nos espiritos dos seus contemporaneos. A prova não tardou. Morreu o cardeal-rei, e Phebo Moniz começou por propôr que se negasse obediencia aos governadores do reino, que elle deixara nomeados, e que estavam evidentemente vendidos a Castella. A proposta foi acolhida com enthusiasmo; veiu a reflexão depois do primeiro impeto, e Phebo Moniz ficou espantado de vêr que a sua proposta, apezar de ter sido tão applaudida, era rejeitada por maioria. A sua influencia foi depois sempre diminuindo. O ouro de D. Christovão de Moura ia fazendo proselitos, e o que o ouro não fazia, fazia o medo. Os governadores puderam a instancias de D. Christovão dissolver as côrtes de Almeirim. Phebo Moniz, desalentado, foi para Santarem. Estava D. Antonio prior do Crato que ahi se acclamou tumultuariamente rei, mas Phebo Moniz viu perfeitamente que esse movimento estava fatalmente condemnado, pela anarchia dos elementos, pela falta de tino dos que governavam, a não dar o minimo resultado. Conservou-se tristemente de parte. Os acontecimentos realisaram as suas previsões, mas a sua abstenção não o fez esquecido. O odiento Filippe II lembrava-se com rancor do tribuno eloquente que tão energicamente advogára contra elle a causa da independencia do paiz. Quando triumphou, Phebo Moniz foi logo encerrado n'um carcere, onde morreu expiando assim a nobre independencia do seu caracter, e o seu patriotismo.

Moniz *(Ruy)*. Poeta, de que se encontram algumas composições no *Cancioneiro* de Garcia de Rezende, edição de 1516, a pag. 63 v. a 64 v, e 70 a 70 v.

Moniz Barreto Côrte Real *(Antonio)*. Bacharel formado em Canones, etc. N. em Angra do Heroismo a 8 de dezembro de 1804; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de João Moniz Barreto Côrte Real e de D. Marianna Izabel de

Sá. Vindo para Portugal matriculou se na Universidade de Coimbra, e tomou o grau de bacharel em 1831, e n'esse mesmo anno, em virtude de concurso e exame perante a Junta Geral dos Estudos, foi nomeado professor proprietario da cadeira de arithmetica, geometria, geographia e chronologia da cidade de Evora, onde esteve até 1834. Regressando n'este anno a Angra do Heroismo, exerceu ali a advocacia até que em 1847 foi nomeado professor das 3.ª e 4.ª cadeiras do Lyceu Nacional (mathematica e philosophia em curso biennal), e no anno seguinte commissario dos estudos e reitor do mesmo lyceu. Exerceu muitos annos estes cargos, aos quaes por vezes juntou os de juiz de direito substituto, vereador da camara municipal, membro da junta geral e do conselho de districto, etc. Escreveu: *Bellezas de Coimbra, Parte I*, Coimbra, 1831; publicou esta obra sendo ainda estudante na Universidade; a segunda parte nunca se imprimiu; *O Desejo, e o quadro do Diluvio de Salomão Gessner, traduzidos e acompanhados de um artigo «A Violeta»*, Angra do Heroismo, 1844; *Biliothecasinha da infancia*, 2 tomos, Angra, 1846; reimpressa em 1857; *Breve Oração que fez o Reitor do Lyceu Nacional de Angra do Heroismo, por occasião de se recolherem os restos mortaes do P. Jeronymo Emiliano de Andrade no tumulo que o ex.mo governador civil Nicolau Anastasio de Bettencourt e varios cidadãos, lhe mandaram erigir no cemiterio do Livramento*, etc., Angra, 1850; *Selectasinha classica para uso das escolas primarias*, etc., Angra, 1849; 2.ª edição mais correcta e augmentada, Angra, 1858; *Cartas sobre a amizade*, sairam no *Pregoeiro*, jornal noticioso de Angra, 1843; *Cartilha para uso das escolas primarias do districto de Angra, em quatro partes: Alphabeto e syllabario, prosa e verso*, Angra, 1858; *Elementos de Grammatica portugueza*; *Selectasinha classica em verso.* Foi o fundador e o redactor principal de *O Lyceu*, jornal de instrucção publica, que principiou a publicar-se em Angra no anno de 1855.

Moniz de Carvalho *(Antonio)*. Fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo da ordem de Christo, commendador de Vimioso, doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, desembargador do Porto e da Casa da Supplicação, conselheiro da Fazenda, secretario das embaixadas de D. João IV ás côrtes do França, Inglaterra, Dinamarca e Suecia, e depois enviado ás mesmas côrtes, etc. N. em Vianna do Castello em 1610, e fal. em Lisboa a 13 de junho de 1654. Era filho de Pedro de Paredes, e casou com D. Izabel Soares de Albergaria. Escreveu: *Traducção d'uma breve conclusão e apologia da justiça d'El-Rei Nosso Senhor, e dos motivos da sua felice acclamação*, Lisboa, 1641, versão da que o proprio autor imprimira primeiramente na lingua latina; *Memoria da jornada e successos que houve nas duas embaixadas que Sua Magestade mandou aos reinos de Suecia e Dinamarca*, Lisboa, 1642; *Sentimento da fé publica quebrantada em Allemanha por industria de Castella na retenção da pessoa do Serenissimo Senhor infante D. Duarte*, Lisboa, 1641; é um opusculo em 4.º, de 8 pag., que saiu sem o seu nome, sendo traducção d'outro, que elle escrevera e publicara em latim; a traducção attribue-se ao dr. Antonio de Sousa Tavares. Publicou tambem outros opusculos politicos em hespanhol: *Francia interessada con Portugal en la separacion de Castilla; con noticias de los interesses communes de los Principes y Estados de la Europa*, Paris, 1644; e em Barcelona no mesmo anno; tem antes do frontispicio impressa uma portada do gravura, e no corpo da obra um mappa tambem gravado, com a indicação das praças hespanholas que o exercito portuguez havia conquistado dentro da Hespanha em menos do dois mezes: *Esfuerzos de la Rason para ser Portugal incluido en la paz general de la Christandad, conforme a las obligaciones y empênos de Francia con memoria de lo representado a la Magestade de la Reyna Regente*, Paris, 1647.

Moniz de Carvalho *(João)*. Nasceu em Vianna do Castello, e era irmão do diplomata Antonio Moniz de Carvalho. Frequentou o curso de Direito pontificio na Universidade de Coimbra, em que recebeu o grau de licenceado; foi depois nomeado abbade de Roboredo, commissario do Santo Officio e da Bulla da Cruzada; foi vigario geral de Valença, e mais tarde desembargador e presidente da Relação ecclesiastica de Braga, em cuja sé obtivera um canonicato. Escreveu um livro em castelhano, que imprimiu em 1642, contra os impedimentos que Filippe IV punha em Roma a que fôsse reconhecida pelo papa a independencia da corôa portugueza.

Moniz Junior *(Antonio Francisco)*. Escriptor, nat. da India. Publicou: *Noticias e documentos para a historia de Damão, antiga provincia do norte;* Bastorá, 1900.

Moniz Tavares *(Carlos)*. V. *Tavares (Carlos Moniz)*.

Monizes. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Alcobertas, conc. de Rio Maior, districto de Santarem.

Monos. Bahia da costa do conc. de Benguella, prov. de Angola. E' aberta para o N, e muito cavada, tendo a O a ponta do Macaco, e com uma abertura de mais de 2 k. Tambem é chamada *Bahia das Vaccas*.

Monroy *(Fr. Affonso de)*. Religioso da ordem da Trindade, nascido em Lisboa e fallecido em 1701. Foi prégador geral da ordem e definidor da sua provincia. Deixou uma obra mystica denominada *Cerimonial eucharistico*.

Monroy e Vasconcellos *(Diogo)*. Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, cavalleiro, da ordem de Christo, escriptor, poeta, etc. N. em Campo Maior a 5 de abril de 1680, fal. na segunda metade do seculo XVIII. Era filho de Francisco da Silva de Moura e Azevedo, mestre de campo, governador da praça de Campo Maior, commendador da commenda de Santa Maria de Castello Bom, e de D. Anna Maria Josepha de Vasconcellos Abandonou a carreira juridica, e seguiu a das armas, distinguindo-se na guerra da successão de Hespanha, sendo depois nomeado governador do castello de S. João Baptista, da ilha Terceira. Compoz varios romances, decimas e oitavas, que sairam na *Fenix Renascida*.

Monsanto *(D. Alvaro de Castro, 1.º conde de)*. Fidalgo do seculo XV. Era filho de D. Fernando de Castro, senhor de Ançã e S. Lourenço do Bairro, alcaide-mór da Covilhã, e senhor do Paul de Boquilobo, governador da casa do infante D. Henrique, e com elle e seus irmãos passou a Africa; sua mãe era D. Izabel de Athaide. D.

Alvaro do Castro era descendente de D. Alvaro Pires de Castro, irmão de D. Ignez de Castro, que foi o primeiro condestavel de Portugal, conde de Arraiollos, etc. Foi senhor de Castello Mendo, Povoa d'El-Rei, Villa Franca, Bousa, Cova, S. Lourenço do Bairro, com seus padroados, do Reguengo d'El-Rei, fronteiro e alcaide-mór de Lisboa e da Covilhã, etc., camareiro mór de D. Affonso V, que o agraciou com o titulo de conde de Monsanto em 21 de maio de 1460, fazendo-lhe doação da mesma villa. Casou com D. Izabel da Cunha, filha de D. Affonso, senhor de Cascaes, que era filho do infante D. João, filho de D. Pedro I e de D. Ignez de Castro; sua mãe era D. Branca da Cunha, neta de João das Regras. D. Alvaro de Castro foi um dos nobres cavalleiros que acompanharam D. Affonso V na sua expedição a Africa em 1471, embarcando na armada que saiu de Lagos a 15 de agosto e chegou a Arzilla no dia 20. Effeituado o desembarque immediatamente se pôz o cêrco á praça mauritana, e no dia 24 o conde do Monsanto, que commandava as guardas avançadas, participou a D. Affonso V que os moiros queriam parlamentar. A chegada do mensageiro do conde e a pressa com que el-rei saiu logo da tenda, interpretadas a capricho pela fervente mocidade que rodeava o conquistador, fizeram com que se imaginasse que a praça estava tomada. Sem esperarem ordens, sem disciplina nem accôrdo, correram as tropas a encostar escadas aos muros e a dar o assalto, mas o valor remediou a imprudencia, e os moiros surprehendidos não podendo resistir, abandonaram a defeza do cêrco e refugiaram se na mesquita e no castello. Na mesquita foi onde primeiro mais accesa se travou a peleja, e só depois d'ella entrada, passou o combate para o castello. Com a tomada d'este posto ficou assegurada ao exercito portuguez a posse de Arzilla, mas na renhida lucta, que então se travou, succumbiu o conde de Monsanto. Ficou sendo seu herdeiro no titulo seu filho primogenito D. João de Castro.

Monsanto *(Alvaro Pires de Castro, 6.º conde de).* Foi o primeiro marquez de Cascaes. V. *este titulo.*

Monsanto *(D. Antonio de Castro, 4.º conde de).* Era filho de D. Luiz de Castro, filho do 3.º conde de Monsanto, D. Pedro de Castro, e de sua mulher D. Violante de Athaide. Succedeu na casa de seus paes e de seus avós. No tempo d'el-rei D. Sebastião esteve preso rigorosamente no castello de S. Jorge, de Lisboa, por ser accusado de ter querido entregar a fortaleza de S. Julião da Barra aos francezes, mas reconhecendo se afinal que não havia fundamento para a accusação, foi posto em liberdade, sendo-lhe restituidas as preeminencias de sua casa. Na questão da successão da corôa depois da morte do D. Sebastião, foi decidido partidario de Castella, favoreceu muito o duque de Alba e o marquez de Santa Cruz, e por isso Filippe II, apossando-se de Portugal, lhe fez a mercê do titulo de conde de Monsanto, de juro e verdade, por carta de 23 de outubro de 1582. Foi posteriormente tambem accusado de ter querido entregar a villa de Cascaes a D. Antonio, prior do Crato, polo que foi mandado para Castella com sua mulher e filhos, onde se conservou algum tempo, mas justificando-se a sua innocencia, foi restituido á liberdade, e voltou para Portugal, onde veiu a fallecer em 1602. Casou com D. Inez Pimentel, filha de Martim Affonso de Sousa, senhor do Prado e d'Alcoentre, governador da India, etc., e de sua mulher, D. Ignez Pimentel. Juntamente com sua mulher fundou o convento de N. S.ª da Piedade, de Cascaes em 1594. Seu filho primogenito foi D. Luiz de Castro, 5.º conde de Monsanto.

Monsanto *(Candido Cardoso Callado, conde de).* Lavrador e agricultor em Santarem, importante industrial, proprietario; commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de Izabel a Catholica, de Hespanha, etc. N. na aldeia de Monsanto, do concelho de Torres Novas, em 3 de outubro de 1831, sendo filho d'uns modestos lavradores. Teria pouco mais de 25 annos quando embarcou para o Brazil a empregar-se na vida commercial, e um anno depois já era socio da importante casa em que entrara como empregado. Passados oito annos liquidou os seus negocios com aquella casa, e no anno seguinte regressou a Portugal. Casou então com D. Eugenia Gomes de Carvalho. Alguns mezes mais tarde, acompanhado de sua mulher, foi visitar Madrid, Paris e Londres, seguindo viagem para o Rio de Janeiro, onde estabeleceu uma fabrica de estampar papel, auxiliado dos grandes e uteis conhecimentos, que alcançara d'aquella industria nas cidades que percorrera. Depois de segunda viagem pela Europa, sempre com o principal intuito de estudar os progressos feitos na sua industria, progressos que desejava acompanhar, dia a dia, na sua marcha, voltou a Lisboa, onde apenas se demorou um anno. Só em 1877 é que veiu estabelecer definitivamente a sua residencia em Lisboa. Visitou a exposição de Paris de 1878, e vendo ali o grande aperfeiçoamento dos papeis pintados, o sr. conde de Monsanto, então já possuidor d'uma consideravel fortuna no Brazil, pensou em dotar o seu paiz com uma nova industria. Escolhendo ali as melhores e as mais aperfeiçoadas machinas de pintar e estampar papel, não hesitando em fazer os maiores sacrificios, por ser preciso trazer mestres de Paris e do Rio de Janeiro, e ter de luctar com a concorrencia dos papeis estrangeiros sem o mais leve auxilio do estado, podendo dispôr apenas do seu capital e do seu trabalho, quando regressou a Lisboa veiu fundar aqui a fabrica de Santa Eugenia, onde viu ao principio submergirem-se grossas quantias. Trabalhando sempre, não recuando um passo, melhorando continuamente de machinas e de tintas, viu depois coroados do melhor exito todos os seus esforços empregados na iniciação d'uma nova industria em Portugal. A fabrica de Santa Eugenia rivalisava em preços e qualidade com os papeis de Paris e de Londres. Tem hoje dois depositos, um em Lisboa, na rua Nova do Almada, e outro no Porto, na rua de Sá da Bandeira. A' força de vontade e ao constante trabalho d'este esforçado capitalista é devida entre nós esta industria, que na Exposição Agricola alcançou uma menção honrosa. O sr. conde de Monsanto é altamente esmoler, d'um caracter bondoso e beneficiente. Monsanto, sua terra natal, deve-lhe immenso. Para todos os melhoramentos ali realisados tem concorrido com valiosos auxilios. Em 1866 comprou uma casa e mobilia, que offereceu á Junta da Parochia, conseguindo que se estabelecesse ali uma escola regia para rapazes, e alguns annos depois obteve a fundação d'outra

escola para meninas, pagando a renda da casa, emquanto se não concluiu a que elle mandara construir o offereceu. Foi tambem devido á sua influencia, e á de seus amigos, que Monsanto possue boas estradas. Em 1872 foi agraciado com a commenda da ordem do Christo, e pelo governo de Hespanha, sendo rei o principe Amadeu, de Italia, com o grau de cavalleiro da ordem de Izabel a Catholica. Em 1874 foi nomeado pela Sociedade Portugueza de Beneficencia no Rio de Janeiro, conselheiro e mordomo, e convidado a fazer as despezas d'um mez do hospital de S. João de Deus, o que acceitou com o maior prazer, recebendo então d'aquella sociedade o diploma de benemerito. Tanto elle, como sua esposa, são socios benemeritos da Caixa de Soccorros de D. Pedro V. Em quasi todas as subscripções abertas no Rio de Janeiro a favor dos portuguezes, o seu nome vê-se sempre incluido com importante donativo. O fallecido rei D. Luiz I concedeu lhe o titulo de conde de Monsanto.

Monsanto *(D. Fernando de Noronha, 9.º conde de).* Era o 4.º filho do 2.º marquez de Cascaes e 7.º conde de Monsanto, e de sua mulher, D. Maria Joanna Coutinho. N. em Lisboa a 7 de outubro de 1677. Estudou em Coimbra, e foi porcionista do collegio de S. Pedro, mas largando esta carreira, seguiu a das armas, foi capitão de infantaria, posto que tinha quando entrou na campanha de 1704, e acompanhou seu pae a França. D. João V, em 15 de janeiro de 1714 lhe deu o senhorio de Castro Daire, a alcaidaria-mór de Guimarães e a commenda de S. Martinho, de Valdreu, que tinha sido da casa da Castanheira, pela acção que seu pae tinha a esta casa, e pelos seus serviços e de seu avô, fazendo-lhe juntamente mercê da grandeza no titulo de conde de Monsanto, por terem fallecido seus irmãos, segundo e terceiro filhos do 2.º marquez de Cascaes. Deixando a vida militar, D. Fernando de Noronha applicou-se ao estudo, principalmente das mathematicas. Foi um dos primeiros 50 socios da Academia Real de Historia Portugueza. Na *Collecção dos documentos* d'essa academia se encontram alguns trabalhos seus. Falleceu a 13 de dezembro de 1722, victima do engano da botica onde mandara buscar um remedio para um ligeiro soffrimento. Tinha justo o casamento com D. Maria Josepha da Gama, filha e herdeira da casa dos marquezes de Niza.

Monsanto *(D. João de Castro, 2.º conde de).* Era filho do 1.º conde de Monsanto, D. Alvaro de Castro, e de sua mulher, D. Izabel da Cunha. Foi senhor da importante casa de seus paes e de seus avós, menos da alcaidaria-mór da Covilhã, que fôra dada a seu irmão D. Rodrigo, conhecido por *D. Rodrigo Monsanto (V. este nome).* El-rei D. Affonso V, em Samora, a 21 de outubro de 1475, lhe fez a mercê de lhe acrescentar o assentamento, dizendo: «que havendo respeito aos grandes serviços, que tinha recebido assim n'estes reinos, como em outras muitas partes, de D. João de Castro, conde de Monsanto, meu muito amado sobrinho.» Casou com D. Maria de Menezes, filha de D. Duarte de Menezes, 3.º conde de Vianna. Não tendo successão, ficou sendo herdeira de toda a casa sua irmã D. Joanna de Castro, a qual casara, ainda em vida do seu irmão, com D. Luiz de Noronha, a quem chamaram o *Dentes,* filho segundo de D. Fernando de Noronha, 2.º conde do Villa Real. Este casamento já ha muito havia sido planeado, porque os condes de Villa Real e de Monsanto intentavam com esta união formar uma casa nova, com que se segurassem as suas (por terem ambas successão) com esta nova linha, porém não teve effeito na vida do conde de Villa Real. Passou depois a referida pratica a um tratado que se celebrou em Lisboa em casa do conde do Monsanto a 21 de setembro de 1467, estando presentes o conde e a condessa D. Izabel da Cunha, D. João de Noronha, e Diogo Rodrigues, escudeiro do conde de Villa Real, e D. Pedro, seu irmão, mais tarde marquez do mesmo titulo como seu procurador, e da condessa D. Brites, sua mulher, em virtude do contrato que se havia feito entre os condes de Villa Real, D. Fernando e D. Brites de Menezes, seus paes, resolvendo-se que todos os bens dotaes d'uma e d'outra parte seriam vinculados. Dotou-se D. João com 4:000 corôas que lhe dera para este fim a condessa D. Brites, sua mãe: 2:000 em dinheiro e 1:500 em prata lavrada, 500 em alfaias; e mais 4:000 corôas sobre certas terras. O conde D. Pedro deu a seu irmão 3:000 dobras, pelas quaes prestou em caução o logar de Alcoentre, com toda a sua jurisdicção, e lhe prometteu mais 3:000 dobras com certas condições. O conde de Monsanto dotou sua filha com 12:000 corôas, sendo 3:000 na camararia-mór d'el-rei, a qual D. João de Noronha haveria, com todas as liberdades e privilegios do dito officio, em vida do conde, porém com a reserva que, quando o conde fôsse á côrte, serviria o dito officio, conservando em sua vida o nome de camareiro-mór, o qual ficaria pela sua morte a D. João de Noronha, para o gozar da mesma fórma que elle o tivera, com a declaração que ainda que o conde o servisse algumas vezes, a tença e mais beneficios do officio seriam para D. João, como se o servisse. Deu-lhe mais 4:000 corôas pagas na alcaidaria e castello da Covilhã, e mais 2:000, pelo que lhe deu em caução a villa de Castello Mendo com todas as suas jurisdicções, e em prata e moradas de casa, 2:000 corôas, e 2:000 em tença ou bens que o valessem, ou em dinheiro, ao tempo em que entrassem na posse da sua casa, com declação de que, no caso de morrer D. João de Castro, seu filho, sem successão, passasse a casa á dita D. Joanna sua irmã; e o filho que a herdasse teria o appellido de Castro, em memoria da casa de Monsanto, e na mesma fórma todos os successores que a possuissem. D. João de Noronha deu de arrhas a sua futura esposa 4:000 corôas, com a condição que os ditos dotes e arrhas ficariam vinculados em morgado com as clausulas declaradas no morgado do conde de Villa Real, seu irmão, com outras condições que se verificaram, pois o morgado instituiu-se, e é o de Aramenha, que depois ficou unido á casa de Monsanto. D. Affonso V confirmou por uma carta o referido contrato, escripta em Cintra a 27 de setembro do mesmo anno de 1467. Succedeu D. Joanna de Castro na casa de Monsanto pela morte de seu irmão D. João de Castro, ao tempo em que já tambem havia fallecido seu marido D. João de Noronha, e ficou senhora da villa de Monsanto e dos outros vinculos e terras. D. João de Noronha serviu na guerra com reputação no anno de 1460. Foi capitão e governador de Ceuta quando seu irmão, o conde de Villa Real, ca-

pitão hereditario d'aquella praça, se ausentou do reino. Na praça d'Alcacer Ceguer achava-se com seu tio, o conde de Vianna, distinguindo-se em muitas occasiões nas entradas que faziam nas terras dos moiros, voltando depois ao reino. Acampanhava D. Affonso V, quando este monarcha entrou por Castella na defeza do direito da princeza D. Joanna, chamada a *Excellente senhora*, sua mulher. Em toda esta guerra serviu D. João de Noronha, achando-se na batalha de Toro, onde ficou prisioneiro. No reinado de D. João II foi encarregado da administração da casa da *Excellente Senhora*. Ignora-se a data da sua morte. Seu filho primogenito, D. Pedro de Castro, foi o 3.º conde de Monsanto.

Monsanto (*D. Luiz de Castro, 5.º conde de*). Era filho do 4.º conde de Monsanto, D. Antonio de Castro, e de sua mulher, D. Ignez Pimentel. Succedeu no anno de 1604 á importante casa de Monsanto; foi senhor de Cascaes, da Lourinhã, etc., alcaide-mór de Lisboa, fronteiro-mór, couteiro-mór e coudel-mór; conselheiro de Estado, e sendo nomeado desembargador do Paço, falleceu em janeiro de 1612. Casou com D. Mecia de Noronha, filha de D. Antonio de Noronha, vice-rei da India, e de sua mulher D. Francisca de Noronha. Teve bastantes filhos, sendo o primogenito D. Alvaro Pires de Castro, que foi o 6.º conde de Monsanto e o 1.º marquez de Cascaes, conservando-se nos seus successores o titulo de conde de Monsanto nos filhos primogenitos, apenas nascessem. V. *Cascaes*.

Monsanto (*D. Pedro de Castro, 3.º conde de*). Era o filho primogenito de D. João de Noronha, e de sua mulher, D. Joanna de Castro; sobrinho do 2.º conde de Monsanto, D. João de Castro, e por parte de seu pae, sobrinho de D. Pedro de Noronha, conde de Villa Real. Foi senhor de Cascaes, e de toda a casa de seus paes. D. João II, quando falleceu D. João de Noronha, mandou buscar D. Pedro de Castro e seus irmãos para o paço, onde se crearam com todo o desvello. Succedendo no throno el-rei D. Manuel, D. Pedro e os irmãos continuaram a ser muito estimados na côrte, tornando-se D. Pedro o valido do monarcha, que lhe concedeu honras muito distinctas e particulares, porque o acompanhava sempre em todas as diversões. Foi védor da fazenda real e do conselho do monarcha, caçador-mór, alcaide-mór, fronteiro-mór de Lisboa, couteiro-mór, coudel-mór, e védor das obras de Lisboa, Cintra, Torres Vedras e seus termos, e vedor da fazenda de D. João III. Fal. em Lisboa a 5 de fevereiro de 1529. Casou duas vezes: a primeira com D. Joanna de Menezes, filha de D. Fernando de Menezes, a quem chamaram *o Narizes*, por lh'o terem cortado n'um encontro com os moiros em Tanger, onde serviu e foi armado cavalleiro por D. Affonso V, e de sua mulher D. Izabel de Castro, de quem não teve successão. Passou a segundas nupcias com D. Ignez de Ayala, filha de D. Diogo da Silva, 1.º conde de Portalegre, e de D. Maria da Silva. Succedeu na casa seu filho do segundo matrimonio, D. Luiz de Castro, que falleceu em vida de seu pae, tendo casado com D. Violante de Athaide, filha de D. Antonio de Athaide, 1.º conde da Castanheira, e de sua mulher D. Anna de Tavora. D'este matrimonio, entre outros filhos, houve D. Antonio de Castro, que foi o 4.º conde de Monsanto.

Monsanto (*D. Rodrigo de Castro, conhecido por D. Rodrigo de*). Era filho do 1.º conde d'este titulo, D. Alvaro de Castro, e de sua mulher, D. Izabel da Cunha. Serviu em Africa com a maior valentia; foi capitão da praça de Arzilla, em que se tornou notavel. Foi senhor de Valhelhas, Famalicão e Almendra, alcaide-mór da Covilhã, logar que lhe cedeu seu pae, e embaixador d'el-rei D. Manuel ao papa Alexandre VI. Foi muito considerado pela sua elevada intelligencia, instrucção e prudencia. Casou com D. Maria Coutinho, filha de D. Fernando Coutinho, marechal de Portugal, alcaide-mór de Pinhel, e de sua mulher D. Joanna de Castro.

Monsanto. Villa e freg. de S. Salvador, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; Relação de Lisboa; 534 fog e 2:332 hab. Tem Misericordia e hospital, escolas para ambos os sexos, e est. post. permutando malas com Idanha-a-Nova. A villa dista 17 k. da séde do conc. e está situada n'um alto monte, a 4 k. da margem esquerda do rio Ponsul. em frente do castello de Trebejo, Extremadura hespanhola. Tinha antigamente outra freguezia, cujo orago era S. Miguel, que está ha annos unida á de S. Salvador. Os marquezes de Cascaes apresentavam os priores das duas freguezias, tendo o da de S. Salvador 700$000 réis de rendimento annual, e o de S. Miguel 200$000 réis. Nada se sabe ácêrca da origem d'esta povoação, mas parece que já existia no tempo dos romanos, e é tradição que estes, commandados pelo consul Lucio Emilio, lhe puzeram cêrco pelos annos do mundo 3854 (150 annos antes da vinda de Christo) no tempo de Viriato, o antigo, levando 7 annos a conquistar. Os lusitanos, só depois de mortos quasi todos os homens válidos, e quando pouco mais restava do que velhos, mulheres e creanças, é que se submetteram ao jugo dos romanos, e depois de terem vencido e desbaratado em batalhas sanguinolentas os melhores generaes da soberba republica. Só a traição os pôde vencer, Galba, attrahindo-os a um convenio, apanhou os lusitanos desarmados, e mandou degolar 9:000. Cara, porém, pagaram esta infame traição, porque Viriato fez nos romanos continuos e horrorosos destroços. D. Affonso I povoou a villa, e deu-lhe foral em Coimbra, no mez de abril de 1174, que seu filho, D. Sancho I, confirmou em 1190, e D. Affonso II em outubro de 1217. El-rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Santarem, dando-lhe a categoria de villa, no 1.º de junho de 1510. Consta que, sendo despovoada com as guerras do tempo de D. Affonso Henriques, foi novamente povoada por D. Sancho I em 1190, quando lhe confirmou o foral, dando-lhe nome de *Monte Sagro*, ou *Sacro*, que depois se corrompeu em *Monte Sancho*, e por fim em *Monsanto*. D. Gualdim Paes de Marecos, grão-mestre da ordem dos templarios, lhe mandou edificar o castello em 1239. Monsanto era um concelho muito antigo, que se supprimiu em 1853, e foi praça d'armas. Dentro dos seus fortes muros tem pomares e hortas, abundancia d'agua nativa. Na villa ha muitas fontes, das quaes sêcca de inverno uma, que no verão é abundante. O seu brazão, no tempo dos romanos, parece que constava sómente d'uma aguia n'um escudo, mas el rei D. Manuel accrescentou-lhe a esphera armilar, que era o seu emblema. Monsanto tinha

voto em côrtes com assento no 14.º banco. D. Luiz de Haro, primeiro ministro de Filippe IV, lhe pôz cêrco em 1658, que os portuguezes fizeram levantar vergonhosamente. Em 11 de junho de 1704 o general marquez das Minas derrotou junto a esta praça o exercito hespanhol e francez, commandado por D. Francisco Ronquillos. Foi senhor de Monsanto D. Manuel de Castro, descendente de D. Joanna de Castro e de D. João de Noronha e Dantas, filho do infante D. Affonso, filho de Henrique II de Castella, conde de Gijon e Noronha, que foi casado com D. Izabel, filha do rei D. Fernando. A villa é fertil em cereaes, vinho, azeite, legumes, fructas e hortaliças; cria bastante gado, e nos seus montes ha abundancia de caça. Monsanto é ainda considerada praça de guerra, e tem guarnição de veteranos, tendo por governador um tenente-coronel. A imagem mais antiga da villa é de N. S.ª do Castello, que dizem ter sido mandada fazer por D. Gualdim Paes, quando construiu a fortaleza. A primeira casa da Senhora era uma pobre e pequena ermida, tendo da parte de fóra um alpeudre, um pulpito e a casa da *ermitôa*. Em 1694 os devotos construiram um templo mais rico e vasto, concorrendo tambem muito para a obra a irmandade que se havia instituido. A imagem foi para a sua nova egreja em 1700. Os devotos pretendiam fazer d'este templo o mais sumptuoso da provincia, o que não conseguiram, porque os castelhanos entrando na villa em 1704, a saquearam, deixando os seus moradores reduzidos a grande miseria. A tradição diz que Fernão Lopes, natural de Monsanto, indo para a India em 1600, foi o seu navio a pique com um temporal, sendo elle o unico que se salvou, n'uma taboa, por ter recorrido á protecção de N. S.ª do Castello, desembarcando salvo na cidade da Bahia. Em reconhecimento d'este milagre, lhe mandou da India em 1620, um riquissimo ornamento de setim branco, todo bordado e franjado de ouro, com alcachofras e ramos de muito primor e custo. E' um frontal, panos de pulpito e da estante, e casúla; um calix com seu véo e bolsa; galhetas, e toalhas para o altar, com guarnição de palheta de ouro. O povo attribue muitos milagres a esta imagem, e em occasião de grandes calamidades a levam em procissão á egreja do Salvador, implorando o seu patrocinio. Monsanto pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. Tem estradas para Belmonte, Covilhã, Idanha-a-Nova, Idanha-a-Velha, Penamacôr e Penha Garcia. || Pov. e freg. do Divino Espirito Santo, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Torres Novas, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 269 fog. e 1:067 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. permutando malas com Alcanena, fabricas de cortumes, cêra em grumo, de escovas de piassaba, de vélas de cêra. A pov. dista 15 k. da séde do concelho e está situada proximo da margem esquerda do rio Alviella. O povo apresentava o cura, que tinha 90$000 réis de congrua e o pé d'Altar. A pov. pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa. || Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Figueiredo dos Donas, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || Serra no distr. de Castello Branco. E' uma ramificação da serra de Penha Garcia para SE, proximo da villa de Monsanto. Tem 20 k. de comprimento.

Monsanto *(Serra do)*. E' no distr. de Lisboa, a O d'esta cidade. Tem 18 k. de comprimento, 2 de largura e 215 metros d'altura. E' aqui que está situado o campo entricheirado de Monsanto, cuja direita assenta sobre o cabeço de Mouro, na serra, sobre a povoação de Bemfica, e a esquerda sobre o rio Tejo, proximo a Pedrouços, comprehendendo o reducto circular de Monsanto, de Montes Claros, Alto do Duque e o forte do Bom Successo. E' ao marquez de Sá da Bandeira que se deve a iniciativa dos trabalhos de fortificação de Lisboa e do Porto. Em março de 1857 mandou-se proceder á confecção dos planos de defeza das cidades de Lisboa e Porto, e o governo foi autorisado em 1861 a fortificar a capital e seu porto, podendo dispender a quantia de 400:000$000 réis, em acquisição de terrenos e obras de fortificação. N'esse anno e nos de 1862 e 1863 estudaram os officiaes engenheiros o terreno dos arredores de Lisboa ao norte e ao sul do rio Tejo, e no dia 30 de dezembro de 1863 fôram inaugurados na serra de Monsanto os trabalhos para as fortificações. Com mais ou menos regularidade conforme as circumstancias proseguiram as obras, até que em 1878 fôram mandadas considerar praça de guerra de primeira classe as obras de fortificação, que compõem o campo entrincheirado da serra de Monsanto e todas aquellas que seguem para a esquerda até ao forte do Bom Successo. O reducto circular é como que uma cidadella e obra central do campo. E' de alvenaria e a sua área terá mais de 20 m. de raio. E' formado de tres andares com egual numero de baterias que se communicam entre si por uma escada em helice no centro do reducto. Cada uma das baterias é de abobada, e tudo coberto por uma cupola de *beton* á prova de bomba sobre a qual corre uma banqueta d'onde se pódem fazer fogos de fusilaria, e talvez de morteiros. A primeira, ou superior, é de fogos directos, a immediatamente inferior é de fogos indirectos, a ultima só tem por fim desalojar o inimigo, quando por meio de minas ou outro qualquer tenha conseguido apoderar-se da galeria da contra escarpa que circumda o fosso de reducto. A communicação da contra-escarpa com o corpo central do reducto faz-se por baixo do fosso por uma galeria subterranea, na direcção de um dos diametros da obra. Na contra-escarpa estão os quarteis para a força. O corpo principal do reducto é protegido da altura do cordão para cima por um revestimento de terra e fachina ou cestões. O reducto é cercado por um largo fosso que tem mais de 10 m. de largura, e a communicação d'aquelle para a campanha faz-se por meio d'uma ponte levadiça. No interior da fortaleza ha uma cisterna que comporta 600 m. cubicos de agua. N'ella ha um ecco estrepitoso. O reducto é flanqueado por quatro obras fortificadas chamadas *lunetas*, e são: á direita a de cabeço de Mouro, seguindo-se para a esquerda a do Alto da Argolinha, a terceira é do cabeço da Atalaya, e a ultima da esquerda é no alto do Capella. Estas quatro obras avançadas com o reducto e o resto do campo entrincheirado, fórmam como que um arco de circulo de fogo, desde o Tejo até Bemfica, podendo ainda bater a campanha para além da linha de Sacavem, entre a encosta da Luz e a Alta Chãa junto á Porcalhota. As obras d'esta fortaleza fôram desde seu come-

ço até final execução dirigidas pelo coronel de engenheiros o sr. Caetano Pereira Sanches de Castro, depois general de divisão reformado. Quando em 1881, pouco mais ou menos, se supprimiram as salvas das solemnidades publicas que se davam no castello de S. Jorge, foi mandada construir uma bateria para ellas junto ao flanco direito da luneta do cabeço de Mouro, conforme se vê das duas portarias de 7 de junho de 1881, publicadas na Ordem do Exercito n.º 17 d'esse mez. Da segunda d'essas portarias entendia-se que a artilharia da fortaleza de Monsanto estava ali provisoriamente, emquanto se não fizesse acquisição da que fôsse precisa para o seu completo armamento. Foi na fortaleza da serra de Monsanto, que esteve encerrado o celebre Gungunhana desde 14 de março de 1896, até ser transferido para o castello de Augra do Heroismo, onde se conservou até fallecer.

Monsão *(Gonçalo José Vaz de Carvalho, 1.º visconde de)*. Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo, bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, alcaide-mór da villa de Monsão, senhor de S. Miguel de Aecha, deputado na legislatura de 1853, administrador do morgado de Pinteus. N. a 17 de setembro de 1779, fal. a 11 de novembro de 1869. Era filho de José Vaz de Carvalho, fidalgo da Casa Real, desembargador do Paço, chanceller da Casa da Supplicação, regedor das justiças, etc., e de sua mulher D. Maria Rosa de Sá. Casou duas vezes: a primeira em 1 de março de 1805, com D. Maria do Carmo de Noronha, que falleceu em 25 de novembro de 1857, filha de D. Joaquim Antonio Soares Ribeiro de Noronha; e da segunda vez, em 28 de abril de 1859, com D. Luiza da Graça dos Santos Caldeira de Mendanha, filha de Luiz Pinto Caldeira de Mendanha, desembargador da Relação do Porto e juiz conservador da Universidade de Coimbra, e de sua mulher D. Maria da Gloria dos Santos Sequeira. O titulo de visconde de Monsão foi concedido por decreto de 22 de dezembro de 1849.

Monsão. Villa da prov. do Minho, séde de conc. e de com., distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga, Relação do Porto; tem uma só freg., cujo orago é Santa Maria dos Anjos. Está situada na margem esquerda do rio Minho sobre um monte, tendo na frente a villa de Salvatierra, que pertence á Galliza. O real padroado apresentava o reitor, que tinha 70$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. é antiquissima, e por isso a sua origem está envolvida em fabulas e tradições, mais ou menos verosimeis. A dar-se credito ao que dizem alguns escriptores a sua fundação data de 2104 annos antes da vinda de Christo. Se assim fôsse, diz Pinho Leal, no *Portugal antigo e moderno*, vol. V, pag. 418, os primitivos fundadores de Monsão eram os iberos, que fugiram para a parte Occidental da Europa, da tyrannia do feroz Nembrod, rei de Babylonia, ou Assyria. Diz-se tambem, que 1374 annos antes da vinda de Christo, Baccho, filho de Semele, aportou n'esta parte da Lusitania á frente d'um exercito de gregos, e que *achando esta povoação já arruinada*, a reedificou, pondo lhe o nome de *Orosion*, palavra grega que significa *Monte Santo*. Os celtas a conquistaram 404 annos antes de Christo, chamando-lhe *Obobriga*. Tudo isto é muito nebuloso, mas o que passa por certo, é ser a villa de Monsão na era de Cesar de 78, 40 annos da era christã, uma importantissima cidade romana, a que os romanos deram o nome de *Mamia* ou *Mamea*, e n'ella prégou o apostolo S. Thiago, pelos annos 50 da era christã. Expulsos os romanos d'esta parte da peninsula iberica, Hermenerico, rei dos suevos, occupou a villa de Monsão em 410, julgando-se que fôsse este monarcha, que lhe restituiu o seu antigo nome *Orosion*, traduzido em latim *Mons-Sanctus*, que facilmente se transformou no actual. Segundo alguns escriptores, a antiga Monsão não era exactamente no sitio occupado pela villa actual. A sua fundação primitiva foi onde é hoje a aldeia das *Côrtes*, ou *Monsão-Velho*. Pinho Leal, na obra e volume já citados, observa, que sendo assim, faz desconfiar que a villa não seja tão antiga, como alguns escriptores pretendem, e que a sua fundação date do tempo dos romanos, que edificaram aqui um acampamento fortificado (castro) para quartel permanente de alguma das suas cohortes. Outros escriptores, porém, dizem ser *Côrtes* uma povoação; e a *Orosion* dos gregos, a *Obobriga* dos celtas, e a *Mamia* e *Mons-Sanctus* dos romanos ser outra. Esta cidade foi sempre, e com pouca differença, no sitio occupado pela actual villa de Monsão, não passando a povoação das Côrtes d'um castro ou acampamento romano, uma especie de posto avançado ou atalaia de Mons-Sanctus. No *Diccionario abreviado de chorographia, topographia e archeologia*, de José Avelino de Almeida, a pag. 136 da columna 2.ª do *Appenso*, lê-se «A primeira Monsão, da edade média, incluia a maior parte do *terreiro*, a casa do padre José Torres e o local da Misericordia. Junto á casa do mesmo padre Torres, existe um claro vestigio da antiga direcção da muralha que seguia por deante da antiga botica do fallecido José Maria Coelho, hoje loja do Esteves, pela Rua Nova e por baixo da casa de Antonio Pereira de Castro, e do convento dos Nerys, onde se vêem ainda evidentes signaes da muralha velha. Pouco distante da loja do Esteves, para o sul, vi eu arrancar pedra do alicerce da antiga muralha. E' tradição d'esta villa que as antigas *portas do Sol* eram por onde hoje está uma casa, que foi do doutor Melchior Ribeiro Caldas, na *Rua Nova*, por onde ia uma rua para o *largo da Cadeia*. Pelo lado exterior da muralha vê-se uma divisão, que prova isto que digo. No primeiro accrescimo estendeu-se a villa até ás *portas do Rosal*, e baluarte superior ás *portas do Sol*, e no segundo estendeu-se até ás *portas de S. Bento*, cuja cêrca foi dividida pela nova muralha. Esta ultima parte, ainda ha poucos annos começou a povoar se, sendo hoje a primeira parte da villa que está mais povoada. Ha uma tradição, não sei se bem

Brazão d'armas da villa de Monsão

ou mal fundada, de ser em Córtes, ou junto a Córtes, a antiga Orosion dos gregos, e Mons-Sanctus dos romanos; mas eu duvido da veracidade d'esta asserção. Se houvesse nas visinhanças da actual Monsão algum sitio que o povo ainda hoje chamasse *cividade*, ahi julgaria ter sido o Mons Sanctus dos romanos.» etc.. Diz ainda Pinho Leal: «Se não ha o nome de *cividade*, como este escriptor exigia para poder certificar que existiu ali uma povoação romana, ha o nome de *Córtes*, que é tão latino como o outro.» Não se sabe porque, os moradores das Córtes abandonaram esta povoação, e recolheram-se á villa de Badim, que estava n'uma montanha, no termo da actual villa de Valladares. El-rei D. Affonso III extinguiu a villa de Badim, e com os seus habitantes, com os do concelho de Pena da Rainha, e outros que se desaggregaram, povoou a actual villa de Monsão em 1260, no então chamado *Couto de Mauzedo*, dando-lhe foral, em Guimarães, a 12 de março de 1261, com muitos privilegios. Em 1306, el-rei D. Diniz mandou edificar o castello, e cercar a povoação de muralhas. Diz-se que Monsão depois de soffrer diversas alternativas de desventura e de felicidade, sob o governo dos seus differentes dominadores, ficára incorporada no territorio portuguez no anno de 1093. D. João II augmentou as obras de defeza, formando um novo cinto de muralhas com sua barbacã, pelo que se vê na porta do baluarte o *Pelicano*, que era a divisa d'este monarcha. D. João IV durante a guerra da Restauração lhe mandou fazer varias obras de defeza. As muralhas teem quatro portas: a de *Salvatierra*, a do *Rosal*, a do *Sol*, e a das *Caldas*, ou da *Fonte*. Tinha antigamente mais a *porta de S. Bento*, que a camara autorisada pelo ministerio da guerra mandou tapar a pedra e cal. El-rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, no 1.º de junho de 1512. Monsão tinha voto em côrtes com assento no banco 10.º. D. Fernando I fez alcaide mór do castello de Monsão a Alvaro Gonçalves Abura, um dos progenitores dos condes de Valle de Reis, depois duques de Loulé. D. João I deu o senhorio de Monsão a Lopo Fernandes Pacheco em 1423, mas logo depois lh'o comprou, por 1:500 libras, incorporando o outra vez na corôa. D. Affonso V deu depois o senhorio a D. Affonso, conde de Ourem, mais tarde marquez de Valença, filho primogenito do 1.º duque de Bragança. Oppozeram se porém os habitantes por tal modo que não foi possivel ao conde tomar posse. Pouco depois subiu ao throno D. João II, e fazendo-lhe queixa o referido conde de Ourem d'esta desobediencia, ao passo que a villa de Valença (dada tambem ao conde na mesma epoca) não tinha impugnado a doação, o monarcha respondeu: *Valença é femea e Monsão é macho.* Assim principiava o novo soberano a manifestar o seu odio ao grande poder da nobreza, e tambem achou um pretexto para annullar a doação que seu pae fizera, deixando continuar este senhorio no poder da corôa. Até premiou os habitantes da villa, concedendo lhes o privilegio d'ella não poder sair da corôa, e de seus cavalleiros terem a honra de infanções, e os peões a de cavalleiros. O brazão da villa é assim representado: Em campo branco uma torre, no alto da qual avulta um busto de mulher segurando um pão em cada mão, tendo em volta esta legenda: *Deus o deu — Deus o ha dado*. Este brazão lembra a historia em que se tornou heroina uma mulher chamada Deu-la-Deu Martins, casada com o capitão mór de Monsão Vasco Gomes d'Abreu. Durante as guerras de D. Fernando I, de Portugal, com Henrique II de Castella, veiu pôr cerco a Monsão um forte exercito castelhano commandado pelo adeantado de Galliza D. Pedro Rodrigues Sarmiento, e foi á coragem e á astucia da valorosa dama que se deveu os castelhanos levantarem o cêrco e seguirem outra vez para Galliza desanimados. (V. neste vol. do *Portugal*, pag. 880). A guerra travada não era vantajosa para os portuguezes nem para os castelhanos, nem tinha compensações para os sacrificios que uns e outros faziam, e por fim D. Fernando e D. Henrique fizeram a paz, assignando-se o respectivo tratado em Evora a 31 de março de 1369, e dando D. Fer-

Monsão—Hospital Civil

nando a Monsão o titulo de *mui nobre e leal villa*, pelo inexcedivel heroismo com que se defendera dos castelhanos. A 23 de abril de 1385, no começo do reinado de D. João I, estando a villa, assim como uma grande parte do reino, em poder dos castelhanos, foi-lhes restaurada. Em 1643 estavam os portuguezes de posse da villa fortificada de Salvatierra, em frente de Monsão, na margem direita do rio Minho. Era seu governador, pelo rei de Portugal, o conde de Castello Melhor, e d'ali ameaçava todo o districto de Tuy, chave da Galliza. Teve noticia que os castelhanos estavam emboscados nas proximidades da villa, esperando a occasião propicia de a atacarem, e mandou o capitão Pedro de Bettencourt em descoberta com um pequeno destacamento, o qual foi inopinadamente envolvido por muitos castelhanos, valendo aos portuguezes, não só a sua coragem, como a aspereza do sitio, para não serem completamente derrotados. O conde de Castello Melhor mandou em seu soccorro a guarnição de Salvatierra, mas ainda assim era tão grande a desproporção que os nossos estavam em grande risco. No maior furor da batalha acudiu a mulher do governador, a condessa de Castello Melhor, D. Marianna de Lencastre, que das muralhas de Monsão estava a assistir ao combate, e com uma coragem e sangue frio admiraveis, correu á margem do rio acompanhando duas peças de artilharia que para ali mandara conduzir, e subiu a 2:000. Os mantimentos e as munições de guerra eram em pequena quantidade, e portanto insufficientes para um longo assedio, o que os castelhanos muito bem sabiam pelos espiões traidores, e julgavam que a praça se lhes renderia logo ao primeiro assalto, mas enganaram-se porque os portuguezes resistiram com indomavel valor, e o inimigo pagou cara a ousadia. Vendo que pela sorte das armas nada podiam conseguir decidiram fazer capitular pela fome, fazendo todos os preparativos para um longo sitio. Dividiram a circumvalação em tres quarteis bem fortificados, com linhas e 11 fortes em redor da praça, cerrando o cordão, segundo as regras da arte da guerra. Construiram minas, com que os muros, em alguns sitios abriram bréchas por onde atacaram, sendo furiosamente repellidos. Fizeram estas operações por espaço de 4 mezes, em que os portuguezes praticaram actos verdadeiramente heroicos, já fazendo furiosas sortidas, já praticando contra-minas, já defendendo e obstruindo as bréchas. As mulheres de Monsão deram as mais evidentes provas de varonil esforço. Helena Peres, viuva de João Felgueiras, á frente de 30 mulhéres decididas e armadas de chuços, espadas, dardos e partasanas, apresentavam-se nos logares onde a peleja era mais encarniçada, e espetavam castelhanos com a maior bravura; animavam com palavras e exemplos os soldados, retiravam os feridos e os mortos sem que a chu-

Monsão—Praça de Deu-la-Deu

rompeu o fogo contra os castelhanos, pondo-os em desordenada fuga. No anno de 1658 entrou pela provincia de Entre Douro e Minho um poderoso exercito de castelhanos e gallegos, de que era general o marquez de Vianna, encontrando-se officiaes de grande fama e bastantes renegados portuguezes. A provincia estava então muito mal provida de guarnição e de munições de guerra. A 7 de outubro o exercito invasor pôz cêrco á praça de Monsão, de que era governador Lourenço de Amorim Pereira, tenente e mestre de campo general, dextro e destemido guerreiro. A praça tinha apenas de guarnição 600 infantes, mas com os soccorros que não tardaram a chegar va de balas e metralha do inimigo fôsse capaz de lhe extinguir os brios. Algumas d'ellas carregavam á cabeça enormes pedregulhos, que precipitavam do alto das muralhas, fazendo terrivel destroço sobre o inimigo. Nem só a guerra dizimou os portuguezes, tambem as doenças que se desenvolveram nos seus quarteis, lhes matou e inutilisou bastantes soldados, mas nem assim a sua bravura diminuia. N'um dos assaltos entraram os castelhanos n'umas casas, em que estavam alojados muitos doentes, que todos se levantaram, e pegando nas armas que puderam haver ás mãos, morreram matando castelhanos. Tanto diminuiram os mantimentos da praça que os si-

tiados, depois de comerem os cavallos, se sustentavam dos mais asquerosos alimentos. As munições de guerra faltavam, as muralhas estavam reduzidas a um montão de ruinas, em muitas partes, e a morte tinha já ceifado grande numero de vidas dos bravos defensores, tudo faltava, menos a coragem, o patriotismo e a constancia. Mas, finalmente, tornou-se impossivel a resistencia, e os soccorros não chegavam, pelo que reduzidos á ultima miseria, tiveram de capitular com todas as honras da guerra, entregando ao inimigo, não uma praça de armas, mas uns poucos de montes de entulho e paredes desmanteladas. Os proprios castelhanos pasmavam de tanta heroicidade, e da bravura de tão prolongada resistencia, mas o seu assombro ainda mais augmentou, vendo sair d'entre aquellas ruinas 236 homens extenuados e cadavericos, restos dos 2:000 defensores de Monsão. A praça foi restaurada pouco depois, tendo ficado memoraveis a defeza de 7 de outubro de 1658, a sortida do dia 16 contra os castelhanos, e os assaltos d'estes no dia 25 do mesmo mez e 1 de fevereiro de 1659, em que fôram repellidos com grandes perdas. Em tempos mais modernos a praça foi atacada pelos setembristas a 15 de fevereiro de 1847, e a 8 de junho do mesmo anno foi occupada pelos hespanhoes, quando a rainha D. Maria II, para suffocar a revolução que agitava o paiz, e á frente da qual estava a Junta do Porto, recorreu ás armas estrangeiras. A villa moderna é consagrada principalmente á agricultura e ao commercio de vinhos. Monsão teve um mosteiro de freiras franciscanas, que foi vendido em 1834, sendo depois propriedade do 3.º barão de S. Roque. Houve outro convento de freiras benedictinas, que foi supprimido no tempo de D. Affonso V. Era fóra das *portas do Rosal*, e onde depois foi a nobre casa do *Rosal*. Ainda houve outros mosteiros, em que se contava o da congregação de S. Filippe Nery, com obrigação de ensinarem estes padres grammatica latina e philosophia. N'este convento depois installou-se a Misericordia e o hospital civil. Foi de Monsão que Portugal exportou o primeiro vinho para Inglaterra no seculo XVI. Os arrabaldes da villa são muito pittorescos e amenos, estendendo-se pela margem meridional do rio Minho. Noutro sitio das cercanias, chamado *Agrêlo*, ha uma curiosidade notavel. E' uma gruta formada por um penedo enorme, com capacidade para abrigar muitas pessoas commodamente. A 3 k. ao S de Monsão está o palacio e a quinta da *Brejoeira*. (V. *Portugal*, vol. II, pag. 498). A 5 k. ao O sobre a margem do rio Minho, está a torre de Lapella, na freg. do mesmo nome, a qual é de admiravel architectura. (V. n'este vol. pag. 74). O territorio de Monsão é geralmente muito fertil, produzindo em grande quantidade, milho, centeio, legumes, fructa, vinho, linho, trigo, etc. Cria bastante gado, grosso e miudo, e nos seus montes ha muita caça. O rio Minho fornece a povoação de muito e bom peixe do mar e do rio, especialmente salmões, lampreias e saveis. Em Monsão organisou-se em março de 1875 uma sociedade, para a exportação de peixe do rio Minho para o Brazil. A villa pertence á 3.ª div. mil., 5.ª brigada, grande circumscripção mil. N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 3 com a séde em Vianna do Castello. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. M.; advogados, agencias dos bancos *Commercial do Porto*, *Minho*, *Mercantil de Vianna*, *Guimarães*, *Economia Portugueza*, *Alliança*, *Commercial de Lisboa*, *Portugal;* das companhias de seguros: *Bonança*, *Garantia*, *Confiança Portuense*, *Equidade*, *Internacional*, *Previdencia*, *La Union y el Fenix Espanhol*, *Renascença*, *Probidade*, *Fraternidade;* de seguros de vida: *Mutual Reserve Life insurance company of New York;* de vapores *Mala Real Ingleza;* associação de soccorros mutuos *Artistica Monsanense;* consul da *Hespanha*, da *Grecia* e de

Vista do Rio Minho em Monsão

Hawai; hospedarias, hoteis, medicos pharmacias, notarios, fabrica de moagem e serração; sociedades de recreio: *Associação dos bombeiros voluntarios*, philarmonica *Monsanense*, *União familiar*; feira nos dias 7 e 20 de cada mez, e aos domingos. A melhor praça da villa é a chamada *Deu-la Deu*, que é ponto de reunião e de passeio, e onde estão situadas a egreja da Misericordia e a capella do Loreto Tem-se publicado em Monsão os seguintes jornaes: *Alto Minho (O)*, 20 maio de 1883, em publicação (dezembro, 1908); *Bezouro (O)*, 1884; *Deu-la-Deu*, 26 julho a 1 novembro de 1883; *Escalpello (El)*, janeiro de 1888; *Independente (O)*, 18 de abril de 1886; *Jornal de Monsão*, 5 de dezembro 1901, em publicação (dezembro de 1908); *Minho (O)*, 23 de julho a 27 agosto de 1881; *Monsanense (O)*, 10 junho de 1880 a 17 dezembro de 1881; *Regenerador (O)*, 1 de novembro de 1893. O conc. compõe-se de 32 freguezias com 5:974 fog. e 24:846 hab, sendo 10:976 do sexo masc. e 13:870 do fem., n'uma superficie de 24:911 hect. A villa dista 51 k. da séde do distr. As freguezias são: Santa Maria de Abbedim, 537 hab.: 241 do sexo masc. e 296 do fem.; S. Thiago, de Anhões, 275 hab.: 119 do sexo masc. e 156 do fem.; S. Julião, de Badim, 465 hab.: 182 do sexo masc. e 283 do fem; O Salvador, de Barbeita, 1:099 hab: 535 do sexo masc. e 564 do fem; Santo André, de Barrocas e Tayas, 361 hab.: 148 do sexo masc. e 213 do fem.; N. S.ª das Neves, de Bella, 881 hab: 397 do sexo masc. e 484 do fem.; O Salvador, de Cambezes, 734 hab.: 312 do sexo masc. e 422 do fem; O Salvador, de Ceivães, 734 hab.: 382 do sexo masc. e 352 do fem.; S. Lourenço, de Lapella, 294 hab: 139 do sexo masc. e 155 do fem.; Santa Eulalia, de Lara, 597 hab.: 286 do sexo masc. e 311 do fem.; S. João Baptista, de Lougos Valles, 1:610 hab.: 744 do sexo masc. e 866 do fem.; N. S.ª da Expectação, de Lordello, 260 hab.: 121 do sexo masc. e 139 do fem; S. Verissimo, de Luzio, 327 hab.: 147 do sexo masc. e 180 do fem.; O Salvador, de Mazêdo, 1:756 hab.: 799 do sexo masc. e 957 do fem.; S. Pedro de Merufe, 2:051 hab: 860 do sexo masc. e 1:191 do fem.; S. Miguel, de Messegães, 541 hab.: 237 do sexo masc. e 304 do fem; Santa Maria dos Anjos, de Monsão, 2:346 hab.: 1:046 do sexo masc. e 1:300 do fem; Santa Maria, de Moreira, 947 hab.: 430 do sexo masc. e 517 do fem.; S. Martinho, de Parada, 151 hab.: 62 do sexo masc. e 89 do fem; S. Thiago, de Pias, 1:318 hab.: 565 do sexo masc. e 753 do fem; S. Cypriano, de Pinheiros, 426 hab.: 188 do sexo masc. e 238 do fem.; S. Cosme, de Podame, 394 hab.: 174 do sexo masc. e 220 do fem.; S. João Baptista, de Portella, 588 hab.: 260 do sexo masc. e 328 do fem.; S. Pedro, de Riba de Moiro, 1:717 hab: 711 do sexo masc. e 1:006 do fem.; S. João Baptista, de Sá, 389 hab.: 160 do sexo masc. e 229 do fem.; S. Miguel, de Sago, 426 hab.: 192 do sexo masc. e 234 do fem.; S. Paio, de Segude, 539 hab: 243 do sexo masc. e 296 do fem.; O Salvador, de Tangil, 1:106 hab.: 397 do sexo masc. e 709 do fem; Santa Maria, de Torporiz, 471 hab.: 216 do sexo masc. e 255 do fem; S. Mamede, de Troviscoso, 698 hab. 330 do sexo masc. e 368 de fem; Santa Eulalia, de Trute, 499 hab.: 215 do sexo masc. e 284 do fem.; Santa Eulalia, de Valladares, 309 hab.: 138 do sexo masc. e 171 do fem. O principal commercio do conc. é vinhos, cereaes, madeiras em pranchas, gallinhas e ovos. || Povoações nas freguezias: O Salvador, de Mazêdo, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel de Perre, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Monsão (*Caldas de*) Perto das muralhas de Monsão, na margem esquerda do rio Minho, quasi defronte da povoação de Salva, da Galliza, n'uma veiga fertilissima e muito aprazivel, brotam n'uma extensão de 250 m., numerosas e abundantes nascentes de agua mineral, das quaes as principaes teem o nome de *Therma* ou *Nossa Senhora da Saude*, *Inglez* ou *S. Lazaro*, *S. Bento* e *Santa Maria dos Anjos*, tambem denominadas dos *banhos temperados* e *fresco*, e a do *banho arruinado*. Emergem do terreno alluvial moderno composto de quartzo rolado, areias, argilla e fragmentos de schisto de diversas especies. As aguas são limpidas, transparentes, com cheiro pouco pronunciado a sulfhydrico, e sabor levemente picante Em todas as nascentes, e principalmente na dos *banhos temperados*, vêem-se numerosas bolhas gazozas, grossas e miudas. Conteem muitas confervas verdes com longos filamentos esbranquiçados, adherentes ao fundo e ás paredes dos tanques, sendo as confervas do banho do *Inglez* amarellas e muito unctuosas. A mineralisação é egual em todas as nascentes, que só differem nos graus de calor. Teem reacção ligeiramente acida. Fôram estas aguas apresentadas na exposição universal de Paris, de 1867, e competentemente analysadas, e n'esse mesmo anno fôram tambem analysadas pelo dr. Agostinho Vicente Lourenço. São empregadas com grande proveito em banhos no tratamento do rheumatismo, arthrite, sciatica, difficuldades de movimentos e certas doenças osseas. Para as doenças da pelle, incluindo a elephanthiase incipiente, a nascente de S. Lazaro, dizem, que produz effeitos maravilhosos. Internamente dão bons resultados nas bronchites chronicas, asthma, menorrheas, leucorrheas, enfartes ganglionares, e n'alguns casos de dyspepsia, e da diarrhea chronica. Não ha vestigios de que estas thermas fôssem conhecidas dos romanos. A inscripção que attesta o seu mais antigo uso refere-se ao anno de 1801, e foi mandada erigir pelo transmontano Antonio da Silveira, como testemunho aos beneficios ali recebidos. Hoje são aproveitadas em quatro modestos balnearios: o da *Therma*, mandado construir em 1801, pelo 1.º conde de Amarante, Francisco da Silveira Pinto da Fonseca; o fundador deixou ao municipio um legado com esta applicação. No mesmo anno de 1801 Ricardo Allen, consul inglez em Vianna do Castello, mandou construir o do *Inglez*, que foi restaurado em 1843; a do *banho fresco* começou a ser explorado em 1807, e o de *S. Bento* inaugurou se em 1818. O dr. Francisco Tavares, medico da rainha D. Maria I, nas suas *Instrucções e cautellas praticas sobre a natureza das aguas mineraes*, publicadas em 1810, fala largamente ácêrca d'estas aguas. As caldas de Monsão teem concorrido muito para a prosperidade da villa, onde se encontram bons hoteis e casas particulares que recebem hospedes durante o tempo dos banhos, que é de junho a setembro. O edificio balnear moderno está em boas condições e é muito frequentado, até por pessoas de terras bem afastadas. Bibliographia especial: *Noticia e en-*

saio sobre as aguas mineraes da villa de Monsão, pelo bacharel Antonio José da Costa Sampaio, Porto, 1845.

festas commemorativas do tricentenario de Camões, e que recitou, a convite do Instituto de Coimbra, na sala dos capellos da Universidade,

Edificio principal das Caldas de Monsão

Monsaraz *(Antonio de Macedo Papança, visconde e conde de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, antigo deputado, par do reino, socio da Academia Real das Sciencias e da Sociedade de Geographia de Lisboa, do Instituto de Coimbra, escriptor e poeta contemporaneo. N. em Reguengos de Monsaraz a 18 de julho de 1852, sendo filho do abastado proprietario Joaquim Romão Mendes Papança e de sua mulher, D. Maria Gregoria d'Evora Papança. Aos 17 annos matriculou-se na Universidade, em 1869, na faculdade de Direito, em que tomou o grau de bacharel aos 22, em 1874, depois d'um curso distincto. No seu tempo de estudante publicou em Coimbra um poema *A'vante*, allusivo á festa liberal que se realisa annualmente a 8 de maio n'aquella cidade. Escreveu muitas outras poesias, que reuniu depois em volume com o titulo de *Crepusculares*, que imprimiu em 1876, o qual é dedicado a sua mãe. Escreveu em 1880 o poema *Catharina de Athaide*, por occasião das na presença d'um selecto e numeroso auditorio. Pelo centenario do marquez de Pombal em maio de 1882, escreveu um poemeto, intitulado *O grande marquez*, e depois outro, com o titulo de *A lenda do jesuitismo*, formando ambos um volume sob o titulo de *Télas historicas*, que a imprensa e o publico muito festejou, assim como festejara as *Crepusculares* e a *Catharina de Athaide*. Entrando na politica, filiou-se no partido progressista, foi deputado em 1886, sendo eleito por um dos circulos do districto de Evora, a que pertence o concelho de Reguengos de Monsaraz. Foi eleito par do reino, tomando posse na respectiva camara a 17 de março de 1898. Em 1883 foi agraciado por el-rei D. Luiz I com o titulo de visconde de Monsaraz, que annos mais tarde foi elevado ao de conde. Em 1888 o sr. conde de Monsaraz casou com uma distincta senhora, filha do sr. J. A. Simões, opulento proprietario e negociante da Figueira da Foz, o mais consideravel dos nossos exportadores de vinho, e que possue

na referida cidade soberbas e vastas installações para este ramo de commercio. Tem collaborado nos seguintes jornaes: *Evolução*, *Cenaculo*, *Mosaico*, *Renascença*, *Litteratura Occidental*, *Ribaltas e Gambiarras*, *Museu illustrado*, e outros. Para o theatro traduziu a peça em verso de Armand Silvestre, *Griselidis*, que se representou em D. Maria II; a comedia de Eckermann Chatrian *O amigo Fritz*, representada no referido theatro e no de D. Amelia, *D. Cesar de Bazan*, comedia que tem tido numerosas representações nos mencionados theatros. De collaboração com Jayme Victor, traduziu o drama *Severo Torelli*, de Francisco Coppée. Do seu livro em preparação, *Musa alemtejana*, publicou em 1902 o poemeto *Bemvinda*.

Conde de Monsaraz

Monsaraz *(Fr. João de)*. Religioso da ordem de S. Francisco, natural da villa do seu appellido, no Alemtejo, e que viveu no seculo XVIII. Foi qualificador do Santo Officio, guardião de varios conventos, custodio da sua provincia, e visitador da provincia de Santo Antonio. Deixou impresso um sermão do Coração de Jesus.

Monsaraz. Villa e freg. de Santa Maria, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Reguengos de Monsaraz, distr. e arceb. de Evora, Relação de Lisboa; 401 fog. e 1:565 hab. Tem esc. do sexo masc., Misericordia e hospital, est. post. permutando malas com Reguengos. A villa dista 13 k. da séde do conc., e está situada em terreno muito elevado e penhascoso, descendo a falda oriental d'este monte ao rio Guadiana. Teve até ao principio do seculo XIX duas freguezias: N. S.ª da Alagôa e S. Thiago, sendo os priores de ambas apresentados pela Casa de Bragança, tendo o primeiro de rendimento annual 330$000 réis, e o segundo 300$000 réis. As duas freguezias reuniram-se n'uma só, com a invocação de Santa Maria. A villa é muito antiga, mas ignora-se o nome do fundador. D. Affonso Henriques a tomou aos moiros em 1167, dando-a aos Templarios, sendo, porém, supprimida esta ordem, formou em 1319 uma commenda da ordem de Christo, que se conservou até 1834. El-rei D. Diniz a povoou em 1310, cercando-a de muralhas e construiu lhe o castello. Durante as continuas guerras com os castelhanos, a praça de Monsaraz era um seguro abrigo dos povos d'estes contornos, por ser a sua posição quasi inaccessivel, e a esta circumstancia deveu a villa o desenvolvimento da população e de edificios. Quando as guerras se tornaram mais raras, e a paz se foi accentuando, a villa tornou-se incommoda por ser um sitio muito agreste e de mau accesso, e os habitantes pouco a pouco a fôram abandonando. A egreja matriz, de N. S.ª d'Alagôa, hoje de Santa Maria, foi fundada pela condestavel D. Nuno Alvares Pereira pelos annos de 1395, mas tem soffrido muitas reconstrucções. E' um espaçoso templo de tres naves, com tres portas na frontaria. Entre a porta do centro e a da esquerda, de quem entra, está um grande tumulo de marmore, descançando sobre tres leões. Sobre a tampa está estendida a estatua de um cavalleiro, tendo um alão deitado a seus pés. Na face do mausoléo, voltada para a capella-mór, estão esculpidas em relevo 14 figuras de santos, e na face que corresponde aos pés da estatua, se vê a imagem d'um cavalleiro, com um falcão em punho, emquanto outro falcão vôa direito a uma arvore, em que estão pousadas duas aves, para as quaes tambem correm dois cães. Na borda da tampa tem uma inscripção gothica, já bastante destruida pelo tempo, da qual apenas se póde lêr: «Aqui jaz Thomaz Martins, vassalo d'el-rei, filho de Martim Silvestre, o qual Thomaz Martins...» No chão, junto a este tumulo, está a sepultura de Martim Silvestre, fallecido em 1371. Tem tambem uma inscripção. Estes dois jazigos pertenceram a uma capella particular, que se desfez quando se reedificou modernamente a egreja matriz. Em frente d'esta egreja está a Misericordia, onde se vêem dois quadros pintados em madeira, da escola de Grão Vasco. El-rei D. Manuel deu foral á villa, em Lisboa, no 1.º de junho de 1512. Tinha voto em côrtes, com assento no banco 16.º. O brazão d'armas de Monsaraz é simplesmente um escudo de prata em branco. A sua alcaidaria-mór andava na familia dos antigos fidalgos Britos Pereiras. Durante a guerra civil de 1832 a 1834, os realistas collocaram aqui algumas peças d'artilharia, de grosso calibre para que esta praça servisse de ponto de defeza, na margem direita do rio Guadiana. Monsaraz foi um dos concelhos mais ricos do reino, em rendimentos municipaes, provenientes de grandes baldios, que dizem ser ainda importantes. Até 1834 teve juiz de fóra, um capitão e uma companhia de ordenanças, e um batalhão de voluntarios realistas, creado em 1828. A 12 k. a E da villa, no meio de vastas e ferteis campinas, existia uma antiga capella dedicada a Santo Antonio, e pelos annos de 1680 se principiaram a edificar em volta d'ella algumas pequenas casas; pelos annos de 1710 já formava uma aldeia, denominada *Reguengo*, por serem terras da corôa, e fez-se por esse tempo uma egreja dedicada a N. S.ª da Caridade, que se

constituiu em freguezia. A fertilidade do terreno a formosa situação do logar, e a industria dos seus habitantes em varios tecidos de lã ordinarios, e na fabricação de chapéos grossos, deram tal impulso a esta aldeia, que em 1838 foi para aqui transferida a séde do concelho, que é o actual de *Reguengo de Monsaraz*. Por carta regia de 29 de fevereiro de 1840 foi a aldeia de Reguengo elevada á categoria de *Villa Nova de Reguengos*. O desenvolvimento e prosperidade d'esta nova povoação foi resultado da decadencia de Monsaraz, o que deu causa a rivalidades, e até a odios, entre as duas villas. A 3 k. N de Monsaraz está o mosteiro de N. S.ª da Orada, que foi de religiosos descalços de Santo Agostinho. Julga se ter sido fundado em 1395. Em tempo de sêca, ou por qualquer outra calamidade, costumavam os habitantes da villa irem buscar a imagem da Senhora da Orada, e conduzil-a em procissão á egreja matriz. A imagem é de pedra e muito pezada. O territorio de Monsaraz é fertil em cereaes, algum azeite, muitos montados, em que se cria grande quantidade de porcos. Ha tambem muito mel e cêra, gado de toda a qualidade, muita caça grossa e miuda, e bom peixe do rio. Em julho de 1385, D. João I, de Castella, investiu o castello de Monsaraz que, desprevenido, foi tomado por surpreza; mas logo no principio de agosto,e antes da batalha de Aljubarrota, o condestavel D. Nuno Alvares Pereira a resgatou do poder dos castelhanos. Monsaraz pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11,com a séde em Setubal.

Monsarros. V. *Villa Nova de Monsarros.*

Monserrate *(Palacio e quinta de)*. Opulenta vivenda situada na estrada que vae de Cintra para Collares, e que pertenceu ao abastado capitalista britannico Francisco Cook, que falleceu em 17 de fevereiro de 1901, e que em 7 de junho de 1870 fôra agraciado com o titulo de visconde de Monserrate por el-rei D. Luiz I, sendo tambem commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição. O nome da localidade provém d'uma ermida de Nossa Senhora do Monserrate, que em 1540 edificou um clerigo chamado Gaspar Preto, para ali collocar uma imagem da Virgem, feita de alabastro, que mandára vir de Roma. O titulo de Monserrate diz se, que fôra dado por aquelle padre como recordação da visita que, na sua volta de Roma, fizera ao santuario da Senhora do Monserrate, que se venerava em Hespanha. No seculo XVI pertencia o sitio de Monserrate, assim como alguns terrenos contiguos, ao hospital de Todos os Santos, de Lisboa, e no seculo seguinte, parece que o hospital aforou a alguma pessoa da familia Mello e Castro, ou a alguem que a transmittiu depois a esta familia, porque no principio do seculo XVIII era seu proprietario o vice-rei da India Caetano de Mello e Castro, casado com D. Marianna Faro, filha dos 2.ºs condes da Ilha do Principe. Caetano de Mello e Castro falleceu na India em 1718, e deixou no testamento vinculado ao morgado a quinta de Monserrate, a que dava o titulo de *Bella Vista*. O seu successor, Antonio de Mello e Castro, morreu victima do terremoto de 1755, sem deixar filhos, e então a posse propriedade passou para seu irmão Francisco de Mello e Castro. Annos depois a quinta foi muito melhorada, e no alto construiram-se umas casas para a residencia dos proprietarios durante a estação calmosa. Pelo fallecimento de Francisco de Mello e Castro veiu a ser possuidora da quinta, ou por immediata ou posterior successão, sua filha ou neta, D. Francisca Xavier Marianna de Faro e Mello, que enviuvara de D. Lopo José d'Almeida Pimentel. Aquella senhora, como residia em Gôa, arrendou a quinta da serra de

Palacio de Monserrate

Cintra a Gerardo Devisme, opulento inglez que vivia em Lisboa. O arrendamento foi feito por nove annos, e tem a data de 10 de julho de 1790. A antiga ermida fundada ou reedificada pelo padre Gaspar Preto achava-se já completamente em ruinas. Gerardo Devisme mandou construir uma casa de campo, cujo plano e desenho fôram confiados ao architecto civil e pintor Ignacio d'Oliveira Bernardes, que estudara em Roma, por ordem de D. João V, e tivera por mestres Benedicto Lutti e Paulo Mathei. A casa imitava um castello antigo. A primeira torre era destinada para os quartos de cama, seguindo se em baixo a casa de jantar e accessorios. A outra torre constava d'um bello salão para musica, de fórma redonda, communicando com outros, tudo no melhor gosto e disposição. A casa tinha duas entradas principaes, que vinham ter a um vestibulo em octogono, e era cercada d'uma gradaria de ferro, cingindo-lhe as paredes frondosos cedros, collocados de tal maneira que, dando-lhe magnifica sombra, não prejudicavam, comtudo, os magnificos pontos d'optica que d'ali se desfructavam, tanto para o lado da serra de Cintra, como para a villa de Collares e parte do Tejo. Os aposentos dos creados, cocheira e estrebaria, ficavam n'outro corpo do edificio, ao lado do caminho que conduzia á casa. A quinta consistia n'um bello bosque de antigos carvalhos, que vinham terminar junto áquella aprazivel residencia, e um pomar de laranjas e de tangerinas. O pomar ficava assente na encosta sobranceira ao valle, onde se vê ainda uma cascata de enormes calhaus, que para ali fôram conduzidos expressamente, esforçando-se por este modo com tanto trabalho o artificio humano em imitar a simplicidade das bellezas da natureza. Esta represa toma as aguas, que no inverno e principios da primavera, descem do alto da serra formando uma cataracta que se despenha por um leito pedregoso, que compõe a parte mais baixa do valle d'esta matta. Linda e sumptuosa alameda conduzia á casa acastellada. O arrendamento fôra feito por nove annos, porém Devisme teve de sair repentinamente de Portugal antes da conclusão das obras, e dizem que falleceu em Londres no anno de 1798. Em vista da precipitada partida, sub-arrendou em 1794, segundo parece, aquella encantadora vivenda a outro inglez de avultadissima fortuna, chamado Beckford, homem muito importante que viera a Portugal na primavera de 1787, e escolhera para sua principal residencia Lisboa e Cintra. Na propriedade de Monserrate, onde permaneceu alguns annos, realisou melhoramentos importantissimos, tornando-a uma verdadeira habitação de fadas. Deram se então ali festas esplendidas, porque o opulento capitalista relacionara-se com a côrte e com todas as familias portuguezas mais distinctas; namorando-se, porém, d'uma filha natural do marquez de Marialva, e não podendo casar por lhe ser negado o consentimento d'aquelle nobre fidalgo, Beckford sentiu grande desgosto, e retirou-se para Inglaterra deixando em completo abandono a rica vivenda de Monserrate. Durante o tempo que viveu n'aquella sumptuosa propriedade, fez altas diligencias para obter do dono a sua venda definitiva, o que nunca pôde conseguir, mas era tal o seu enthusiasmo, que não hesitou em dispender importantes quantias nos embellezamentos e grandezas, como dissémos. Foi então que o edificio começou a arruinar-se, porque as pessoas que posteriormente a alugaram, não lhe prestaram os precisos cuidados, para o que tambem concorreram talvez os assumptos politicos do seculo XIX, a revolução franceza. O facto é que Monserrate caiu em deploravel decadencia. Em 1810, quando lord Byron esteve em Lisboa, ainda

Entrada principal do palacio de Monserrate

encontrou o palacio rasoavelmente conservado, e tal foi o seu enthusiasmo por aquelle sitio, que foi ali passar a maior parte do tempo que se demorou em Portugal. Foi depois da estada ali do notavel poeta inglez que o palacio ficou absolutamente desprezado, conservando-se assim pouco mais ou menos 40 annos. Só em 1863 é que Francisco Cook, depois visconde de Monserrate, comprou a propriedade ao seu ultimo possuidor, Luiz Caetano de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu, e Monserrate tornou ao seu antigo brilhantismo e magnificencia. O novo proprietario trouxe de Inglaterra, um anno depois, um mestre d'obras chamado Bermeth, e um jardinheiro chamado Birt. Fôram estes dois artistas, por assim dizer, os talhadores d'aquelle conjuncto de bellezas e os mestres de muitos operarios, que se tornaram bons artistas. As obras nunca tiveram fim, por assim dizer, porque já depois da India D. João de Castro. No *Archivo Pittoresco*, vol. IX, pag. 185 e seguintes, vem publicada uma minuciosa descripção da quinta do Monserrate, d'onde extrahimos o seguinte: «O palacio, sacudindo de si o pó das ruinas, tomou uma fórma mais nobre e esbelta. Enfeitou-se por fóra com columnas de marmore, com janellas gothicas de variados relevos, e com graciosas cupolas. Adornou-se por dentro com muita variedade de marmores finissimos, entre os quaes sobresaem magnificas columnas de porfido; com estuques e pinturas muito raras; com lindos sobrados de madeiras diversas embutidas, formando muito bonitos desenhos; com moveis, alfaias, e obras de arte de subido custo e bom gosto, dos tempos antigos e modernos. A quinta tambem passou por egual transformação. A numerosissima collecção de plantas exoticas e raras que encerra, umas admiraveis pela belleza das flôres, outras

Galeria exterior do palacio de Monserrate

de concluidas era raro o anno em que o proprietario não procedia a novos e importantes melhoramentos. O novo proprietario comprou tambem a quinta do *Espirito Santo*, que ficava annexa, para terras de lavoura, porque a quinta de Monserrate, propriamente dita, excluindo os pomares, só serve de recreio. Na quinta formou um jardim botanico, para o qual mandou vir de diversos climas arvores, arbustos, flôres e plantas, com especialidade fetos. Diz-se que o opulento capitalista dispendeu para cima de 600:000$000 réis no embellezamento d'aquella propriedade, em objectos rarissimos e riquissimos, e que só na feitura dos jardins empregou 2:000 operarios todos os dias durante dois annos consecutivos, ficando posteriormente trabalhando uns 50. Comprou tambem outras fazendas e quintas nas proximidades, entre as quaes se conta a quinta da Penha Verde, que pertenceu ao celebre vice-rei singulares pela exquisita folhagem; a abundancia e frescura das aguas; a arte e bom gosto que presidiram á abertura das ruas, á disposição das plantas, e á direcção dos mananciaes, auxiliados por aquelle benigno clima, por aquella natureza tão potente, que empresta ali á vegetação o brilho e pompas que a dos tropicos ostenta; tantas galas e encantos realçados ainda mais pela formosura da situação, parecem realisar essas vivendas de fadas, creação phantastica dos poetas nos arrojados vôos da sua ardente imaginação.» No parque encontram se tres mumias etruscas em grutas, que fôram adquiridas em Roma por um preço fabuloso, e segundo a descripção que as acompanhava, tem tres seculos de existencia antes da era christã. A entrada do palacio é um verdadeiro encanto; e o deslumbrante effeito que produz a sua linda galeria, principalmente quando está illuminada. As grades de marmore bran-

co *jeipore* que a ornam e que são de muito valor artistico, fôram compradas á familia de lord Canning, que por muitos annos foi governador da India ingleza. Ao lado esquerdo d'esta galeria ha uma vistosa escada, toda de cantaria arrendada, que conduz ao segundo pavimento. Na base da escada avulta uma antiga estatua romana representando Nilo, de grande valor e merecimento; as paredes d'esta escada acham-se cobertas de lindos e valiosos pannos de arrás. A bibliotheca de Monserrate é guarnecida por notaveis e primorosas antiguidades; a porta de entrada é um antigo alto relevo italiano feito em madeira preta; tem nas estantes mais de 5:000 volumes, onde se encontram obras em todas as linguas e de quasi todos os principaes escriptores antigos. Entre as bellezas que a adornam, merece especial menção uma estatua equestre em barro, que serviu de modelo á que existe em Roma, representando Marco Aurelio. A sala de jantar tem todas as paredes cobertas por seis magnificos quadros a oleo de assumptos puramente religiosos da escola italiana. São quadros de bastante merecimento pela parte artistica e pela sua reconhecida antiguidade. A baixella é a que pertenceu ao marquez de Vianna, e o serviço para chá é todo de cobre esmaltado, juntando á excentricidade das suas fórmas um verdadeiro cunho de antiguidade. As duas salas que ficam parallelas á bibliotheca e á casa de jantar, constituem uma verdadeira exposição de objectos raros em todos os generos, reflectindo-se nos magnificos espelhos de Veneza, que guarnecem as paredes. Os tapetes da Persia e da India, as soberbas jarras do Japão, os bufetes de talha, os crystaes de rocha, as louças de Saxe e de Sévres, os cofres antigos, e finalmente uma infinidade extraordinaria de objectos d'arte, difficil de examinar, e quasi impossivel do descrever, deslumbram o visitante. Passando d'estas salas ao torreão do norte vê-se o grande salão de musica ou de baile. E' guarnecido d'uma riquissima mobilia da India, de madeira preta, caprichosamente arrendada. Entre as muitas preciosidades antigas que se encontram ali, ha umas mesas de mosaico d'um trabalho perfeitissimo; além d'estas, ha uma outra de malachites que é muito elegante e de elevado valor. N'esta sala vê-se tambem um piano de cauda construido em Vienna d'Austria, o mesmo que ganhou o primeiro premio na exposição de Londres de 1852; á direita, entrando, está um grupo de marmore branco, uma verdadeira belleza artistica. O visconde de Monserrate costumava vir todos os annos passar dois mezes na sua propriedade, deixando-a durante os 10 mezes restantes aos cuidados de empregados da sua maior confiança. Antigamente franqueava com o maximo prazer a quinta e o palacio a todas as pessoas que desejassem vêr e admirar tantas grandezas e magnificencias, mas depois viu-se obrigado a suspender essa permissão, em consequencia d'um imprudente e desastrado visitante lhe ter partido uma jarra de valor elevadissimo, o que lhe causou profundo desgosto. Apezar de protestante, tinha uma capella com crucifixo e outras imagens, e paramentos completos de grande riqueza proprios para os officios divinos dos christãos. Entre as imagens figura uma antiga imagem de S. Antonio, que o visconde alcançou por uma fórma muito extraordinaria. Estando um dia, depois do almoço, a ler o *Times*, percorrendo na quarta pagina alguns annuncios de antiguidades, deparou por entre os dos bazares de velharias com um, que dizia pouco mais ou menos, n'uma lista de objectos raros n'um *bric-á-brac* de Londres: «Vende se uma estatueta, que parece representar um cardeal com um menino ao collo.» O visconde de Monserrate, habituado a viver em Portugal, a presencear o culto que se presta a Santo Antonio, vendo que sempre a sua imagem apparece com o menino Jesus nos braços, pareceu-lhe que seria alguma estatua do nosso santo popular. Impressionado pelo annuncio resolveu n'aquelle mesmo dia partir para Londres, e n'essa tarde tomava o caminho de ferro na estação de Santa Apolonia, indo a Madrid, d'ali a Paris, Calais, Dover, e finalmente Londres. Foi ter ao *bric-á brac* indicado, e viu que a estatua era effectivamente Santo Antonio, onde divisou na base, escripta em portuguez, a seguinte inscripção: «Esta estatua de Santo Antonio foi mandada fazer por W. Beckford proprietario da quinta de Monserrate em Cintra, e executada em Roma, por Baldini em 1794.» Surprehendido, o visconde comprou immediatamente a imagem, e elle proprio a trouxe para a sua quinta de Monserrate. O opulento capitalista era tambem muito caritativo e muito cuidadoso na instrucção popular. Instituiu e sustentou 8 escolas de ensino primario em logares circumvisinhos de Monserrate, como Cintra, Collares, Penedo, Varzea, Morelinho, Ribafria e Sobrés, onde se ensinaram muitas creanças de ambos os sexos. A 13 de setembro de 1890, um domingo, houve na quinta de Monserrate uma grandiosa festa para solemnisar a distribuição dos premios aos alumnos e alumnas que mais se haviam distinguido pelo seu aproveitamento no anno lectivo antecedente, e tambem para incentivo dos que iam começar as suas lides escolares. A's 4 horas da tarde verificou-se a distribuição, constando os premios de córtes de chita, percal ou riscado, grande quantidade de gravatas, enxovaes completos, meias, botas e outros pertences do vestuario infantil. Fôram tambem contemplados os rendeiros e trabalhadores da quinta, recebendo cada mulher um vestido, e cada homem duas camisas A' entrada do parque foi servida ás creanças uma abundantissima refeição composta de carnes frias, pão, fructas e chá.

Monsul. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Povoa de Lanhoso, distr. e arceb. de Braga; 167 fog. e 702 hab. Tem escolas para ambos os sexos, est post. permutando malas com a Povoa de Lanhoso, e mercado quinzenal, ás segundas feiras. A pov. dista 5 k. da séde do conc. O cabido da sé do Braga apresentava o vigario, que tinha 8$000 réis de congrua, e o pé d'altar. A terra é fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Monta. Termo antigo que significava quinhão, sorte, porção ou *monte* que cabia a cada um dos coherdeiros. *Das montas susoditas devem os herdeiros a Gil... XVIII soldos, X dinheiros e mealha* (Documento de Alpendurada de 1359). Hoje diz-se *monte*.

Montachique. Pov. na freg. de S. Pedro, de Lousa, conc. de Loures, distr. do Lisboa. N'esta po-

voação tambem conhecida por *Cabeça de Montachique*, ha varias nascentes de agua ferrea, sendo as mais importantes a da estrada junto ao chafariz, a da Mina Nova na quinta de S. Gião, e a da quinta da Sardinha. As aguas são transparentes, muito ligeiramente amarelladas, de sabor ferreo e adstringente. A Sociedade Pharmaceutica Lusitana analysou-as em 1838. Estas aguas tiveram em tempo grande voga no tratamento da chlorose e anemia, e ainda hoje são estimadas pelos doentes anemicos e convalescentes, que se vão tonificar com o excellente ar e clima d'aquella povoação. Bibliographia especial: *Memoria descriptiva de Montachique*, por Guilherme, barão de Eschwege, nas *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo IX, parte 1.ª, 1831, pag. 253; *Analyse chimica de duas aguas ferreas, uma das da Cabeça de Montachique, denominada Mina Nova, e outra da Camara,* feita pela Sociedade Pharmaceutica Lusitana; publicou-se no jornal da mesma sociedade, tomo II, 6.º anno, 1840, pag 572; *Parecer da Academia Real das Sciencias sobre esta analyse*, impresso em separado, in-folio, e no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, tomo II, 1841, pag. 812; *Analyse chimica de diversas aguas ferreas*, no referido jornal; tomo III, 1842, pag. 164; *Ensaio sobre a topographia medica de Lisboa*, por F. J. dos Santos Cruz.

Montadas. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Pias, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Montadêgo. V. *Montatico*.

Montadigo. V. *Montatico*.

Montado. Direito que se pagava de certas especies de gado. Em 1261 D. Affonso III dirigiu uma carta ao mestre do Templo, e aos outros commendadores da mesma ordem, em Portugal, na qual lhes dizia que tivera queixas de que elles recebiam nos termos das villas e terras da ordem, sem moderação alguma, e com damno e com perda de seus vassalos, o tributo do *montado*. Ordena-lhes que elles e os mais religiosos do reino escolham a seu arbitrio uma villa das que tinham, e só d'essa recebessem o *montado*, e não das mais. Este direito era: «Do rebanho de vaccas uma vacca; do rebanho de ovelhas, 4 carneiros, porém nada de porcos, eguas ou outros gados. E que não tirassem portagem das cousas e dos homens que passassem pelos seus logares, senão em aquelles, nos quaes lhes fôsse concedido por doações reaes; sob pena de quem o contrario fizesse, pagar 500 soldos, além das custas e despezas, áquelle que se lhe d'isso queixasse.» (Documento da Torre do Tombo).

Montaes. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Redinha, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Montagarro. Monte da ilha de S. Thiago, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Montagarro e Villa Nova. Pov. da freg. de N. S.ª da Graça, no conc. da Praia, archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental.

Montalegre. Villa da prov. de Traz-os-Montes, séde de conc. e de com., distr. de Villa Real, arceb. de Braga, relação do Porto. Tem só uma freguezia, Santa Maria d'Assumpção. Está situada perto da fronteira da Galliza, na margem esquerda do rio Cávado, na aba da serra de Larouco, sobre uma collina, dominada do lado S por uma cadeia de montanhas com suas florestas; pelo N é tambem dominada, a 3 k. de distancia, por uma cordilheira, muito mais elevada; é aberta pelo lado de NE e SO. A pov. é antiquissima, e com toda a probabilidade muito anterior ao dominio dos romanos na peninsula iberica. Esta opinião é corroborada pelo facto seguinte: Em 1785, fazendo-se umas escavações no *Outeiro Lesenho* ou *Lusenho*, perto da villa, encontraram-se duas estatuas de guerreiros cinzeladas muito toscamente, e antiquissimas, sendo ambas de granito, uma com 2,m50 de altura, e a outra com 2,m10. Ou são obra dos antigos lusitanos, ou dos phenicios. Vieram para o Jardim Botanico do paço d'Ajuda. Montalegre foi praça d'armas, cuja guarnição que, segundo um alvará de 30 de setembro de 1715 era de duas companhias, residia com o governador no castello. Esta antiga e arruinada fortaleza, situada ao N da villa n'uma risonha collina, é composta de 4 torres; a maior, que fica ao lado do N, tem na sua base 36 a 40 pés em quadro, e de altura 68 a 70; as primeiras salas são de abobada de cantaria, e de primor; as outras 3 torres ficam ao S; a que está do lado E tem de largura 30 pés, e de altura 58 a 60, quasi todas as pedras são mareadas; a 3.ª torre tem na sua base 15 pés, e de altura 50, pouco mais ou menos, e é massiça até dois terços de sua altura; tem na face exterior, junto á base, as duas inscripções seguintes:

A. ALF. 4.º ANNO DE 1331

REFORMOU O L.do MANUEL ANTUNES DE VIANNA
ANNO DE 1580

A 4.ª torre, ao O da antecedente, tem na base 15 pés de largura e 35 de altura; é massiça, até tres quartos de altura, e já não tem ameias. Eram ligadas as 4 torres por uma muralha quasi circular (com 12 palmos de grossura), que comprehendia interiormente um terreno de 120 pés de comprido e 80 de largo, e uma grande e profunda cisterna toda construida de cantaria, á qual se descia por uma escada de pedra até á grade que tinha á superficie da agua; tem esta cisterna 12 pés, em quadro, de largo, e de profuudidade. Era esta fortaleza circumdada por duas muralhas, com seus respectivos fossos, que estão hoje demolidas. Este castello, juntamente com Barroso, Pena, Reguengo de Basto, Arco de Baulhe e sua jurisdicção, foi doado a D. Nuno Alvares Pereira, por D. João I, como consta do liv. 1.º d'este rei, fl. 82 v. e 106 v., livro 4.º do mesmo, fl. 88, liv. 1.º de Além Douro, fl. 14, liv. 5.º dito, fl. 61 v., liv. 1.º de D. Duarte, fl. 74 v., liv. 7.º de D. João III, fl. 198, e liv. 4,º de D. Manuel, fl. 8 Em 17 de agosto de 1410 foi entregue este castello a Gonçalo Martins de Carapito (liv. 1.º de D. Fernando, fl. 110 v.) e em 6 de outubro do mesmo anno a Vasco Gonçalves Barroso (liv. citado, fl. 113), em 28 de março de 1411 foi dado novamente a Ruy Vasques Pereira (liv. 1.º de D. Fernando, fl. 13 v.) e em 13 de março de 1415 (era de Cesar) recebia-o por menagem João Rodrigues Porto Carreiro (liv. 2.º de D. Fernando, fl. 2 v.) Na obra *Frei Gonçalo Velho*, de

Ayres de Sá, a pag. 90 e 91, vem duas estampas do castello de Montalegre reproduzidas do celebre manuscripto de Duarte d'Armas. A egreja matriz fica dentro da fortaleza ao N das torres. Ha toda a probabilidade para acreditar que esta povoação já existia no tempo dos romanos, confórme dissémos, em vista da arruinada fortaleza, que alguns escriptores reputam do tempo do seu dominio attenta a sua grandeza e magestade, e das lapides milliares e moedas romanas que se tem encontrado n'este concelho. Junto ao logar de Penedono appareceram 15 com a effigie dos imperadores Trajano e Vespasiano. Suppõe-se que Montalegre fôsse elevada á categoria de villa logo no principio da monarchia, pois o pelourinho, prova de tal categoria, tem esculpidas as armas de D. Sancho I. No sitio chamado *Ciáda*, proximo do logar de *Casaes*, estão umas construcções subterraneas de tempos remotos. E' um quadrilongo formado por uma parede de cantaria, com uma só entrada. Dentro d'este recinto ha outra parede concentrica, com uma porta em frente da exterior, e outra na parte opposta; ficando entre as duas paredes um corredor. O quadrilongo do centro é todo lageado de pedra de cantaria, e sobre elle estão 18 pyramides, em 3 renques de 6, tendo cada uma chumbado um gancho de ferro. Sobre estas pyramides fecha uma abobada de pedra, e nos 4 angulos d'esta, vão crescendo para cima, juntamente com as paredes, 4 chaminés, com vestigios de n'ellas se ter feito lume por muito tempo. Sobre a abobada está uma sala toda ladrilhada de grandes tijolos, assentados em argamassa; tudo de robusta construcção, e mostrando ter havido outra abobada sobre a primeira. Muita pedra d'esta abobada foi para a egreja de Gralhas, que fica perto. Está este singular monumento a uns 3 m. debaixo do solo, n'um outeiro cultivado. Foi descoberto em 1701, quando um homem, andando a lavrar e outro a arrancar pedra, acharam esta gruta artificial. O juiz de fóra de Montalegre e muitas outras pessoas desceram com luzes, por essa occasião a esta cavidade, que percorreram e examinaram, não podendo, porém, correr outras obras que ha contiguas a esta. Considera-se ser obra dos romanos, mas não se sabe a applicação que lhe davam. O padre D. Jeronymo Contador Argote diz que proximo d'esta construcção existiu a antiga cidade de *Coladuno*. A Casa de Bragança apresentava o reitor, que tinha 130$000 réis de rendimento. O foral mais antigo d'esta villa foi-lhe concedido por D. Affonso III, em Lisboa, a 9 de junho de 1273; D. Diniz deu-lhe foral, tambem em Lisboa, a 3 de janeiro de 1289, que D. Affonso IV confirmou, em Lisboa, a 26 de junho de 1340; D. Manuel deu lhe foral novo, em Lisboa, a 18 de janeiro de 1515. Faria e Sousa, no seu *Epitome da Historia Portugueza*, descrevendo a vida de D. João I, diz que entre outras terras principaes do reino, a villa de Montalegre já estava pelo partido de Castella. Ha aqui, da parte do N, duas pontes lançadas sobre o rio Cávado, por onde seguem duas estradas, que conduzem aos logares limitrophes da Galliza e áquelle reino. Em 1831 pertencia o julgado de Montalegre, na divisão ecclesiastica, ao arcebispado de Braga, comarca de Chaves e estava dividido em 53 freguezias (14 abbadias, 9 reitorias e 30 vigararias). Na divisão civil pertencia á comarca de Bragança, provedoria de Guimarães e superintendencia de Traz os-Montes. Comprehendia os concelhos de Ruivães e Montalegre, o couto de Dornellas e as honras annexas; Villar de Perdizes, Gralhas, Meixêdo, Padornellos, Padroso e Tourem, estas com juiz ordinario, camara e um escrivão; e aquelle, Montalegre, com juiz de fóra, camara, almotaceis, 5 escrivães do geral e 1 de siza; juiz da alfandega, 1 escrivão e feitor; juiz dos orphãos com o seu respectivo escrivão. Era o concelho dividido em 100 vintenas com seu juiz, jurado e 2 accordãos. O julgado compunha-se da capitania-mór de Montalegre, que comprehendia 26 companhias, cada uma com seu capitão, 2 alferes, 2 sargentos, 4 cabos; e da capitania-mór de Ruivães, dividida em 2 companhias com seus respectivos officiaes, e alcaidaria-mór do couto de Dornellas, apresentação do arcebispo de Braga. Este julgado fornecia recrutas para os regimentos 12 de infantaria, 6 e 9 de cavallaria, e milicias de Chaves. As honras acima mencionadas fôram sempre consideradas como partes integrantes do concelho de Montalegre, não só por confinarem com elle, mas porque estavam sujeitas ao mesmo, no recrutamento, no crime, orphãos, lançamentos de direitos reaes de siza e decima, nas procissões regias, montaria real, e á mesma jurisdicção ecclesiastica, excepto Tourem, que no ecclesiastico pertencia ao bispado de Orense. A origem d'estas honras, que fôram concedidas pela guarda e defeza da fortaleza e castello da Piconha, é muito remota, e os seus privilegios eram: «1.º Tem e fazem juizes sobre si, que conhecem em causas civeis, sem que outra alguma autoridade se intrometta com elles; 2.º Que ahi não intervem mordomo nosso, nem por voz, nem coima; 3.º Nos casos crimes pódem conhecer as nossas justiças de Montalegre; 4.º Não serem constrangidas a levas de dinheiro, ou gente, nem aquantiados, ou obrigados por outra alguma jurisdicção; 5.º Não lhe tomem palha, nem cevada, nem gallinhas, nem bestas, nem roupas, nem carnes; 6.º Não os constrangerão para soldados, fóra das ditas aldeias e coutos; 7.º Farão as eleições por si, não entrando n'ellas ninguem de fóra; 8.º Que não paguem mais tributos annuaes, do que os que são escriptos no foral que deu D. Affonso a Piconha, (Estes privilegios de que estavam de posse immemoravel havia muitos annos no tempo de D. Diniz, fôram confirmados pelo mesmo, por carta de 5 de maio de 1325, em Lisboa); 9.º Não sejam curadores de pessoa alguma contra suas vontades; 10.º Tenham as suas varas 8 palmos de craveira, para serem bem vistas; 11.º Das suas sentenças só poderão conhecer os ouvidores». Estes privilegios tornaram a ser confirmados por D. Affonso, por sua carta, passada em Lisboa, em 1430. Por alvará de 5 de setembro de 1514, fôram cada 100 vizinhos dos das honras isentos de pagar para a ponte de Mirandella e outras quaesquer, em razão da guarda do castello da Piconha. Montalegre tem duas praças, uma chamada do *Pelourinho*, no centro da villa, por ter estado ali o pelourinho, que ha bastantes annos se mudou para o *Toural*, e outra no *Toural*. Tem uma rasoavel casa da camara e audiencias, uma cadeia com duas salas e duas enxovias; excellentes aguas, sendo 3 as fontes mais frequentadas: uma na praça do Toural; outra denominada do

Ouro, e outra, a da *Pipella*, no bairro da Portella. O terreno é muito fertil; produz centeio, muita e boa batata, hortaliças, etc.; cria bom gado vaccum e suino, e muita caça. E' fertil em lenhas A 6 k da villa de Montalegre, na povoação de S. Pedro do Rio, na margem esquerda do rio Cávado, ha uma nascente d'agua mineral; e outra na de Carvalhelhos, na margem direita do rio Beça. Montalegre pertence á 6.ª div. mil., 11.ª brigada, grande circumscripção mil. N, e ao distr. de recrut. e e res. n.º 19 com a séde em Chaves. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrauça de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas, permutando malas com a R A. D.-Chaves, advogados, agencias das companhias de seguros: *A Commercial*, *A Equitativa dos Estados Unidos do Brazil*, e a *Nacional;* hospedarias, medicos, notarios, pharmacias, observatorio meteorologico, feira no ante penultimo dia de cada mez. Publicou-se aqui o jornal *O Barrosão*, 10 de janeiro de 1895. O conc. de Montalegre é tambem conhecido por conc. de *Barroso*, ou de *Terras de Barroso*. E' composto de 35 freguezias, com 4:042 fog. e 20:601 hab., sendo 9:684 do sexo masc. e 10:917 do fem. u'uma superficie de 82:271 hect As freguezias são: S. Lourenço, de Cabril, 1:013 hab.: 458 do sexo masc. e 555 do fem.; S. Mamede, de Cambezes do Rio, 414 hab.: 204 do sexo masc. e 210 do fem.; Santa Christina, de Cervos, 709 hab : 333 do sexo masc. e 376 do fem.; S. Vicente, de Chã, 1:695 hab.: 773 do sexo masc. e 922 do fem.; S. Vicente, de Contim, 375 hab.: 171 do sexo masc. e 204 do fem.; Santa Maria, de Covellães, 451 hab.: 199 do sexo masc. e 252 do fem ; S. Pedro, de Covello do Gerez, 327 hab.: 158 do sexo masc. e 169 do fem ; S. Pedro, de Donões, 246 hab.: 110 do sexo masc. e 136 do fem; Santa Marinha, de Ferral, 768 hab.: 338 do sexo masc. e 430 do fem ; Santo André, de Fiães do Rio, 294 hab.: 139 do sexo masc. e 155 do fem.; S. Thiago Maior, de Firvidellas, 299 hab : 137 do sexo masc. e 162 do fem.; Santa Maria, de Gralhas, 503 hab.: 238 do sexo masc. e 265 do fem.; Santa Maria, de Meixedo, 385 hab.: 197 do sexo masc. e 188 do fem.; Santa Maria, de Meixide, 234 hab.: 112 do sexo masc. e 122 do fem.; Santa Maria d'Assumpção, de Montalegre, 928 hab.: 442 do sexo masc. e 486 do fem.; S. Pedro, de Morgade, 349 hab.: 179 do sexo masc. e 170 do fem ; S. Thiago Maior, de Mourilhe, 531 hab.: 262 do sexo masc. e 269 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Negrões, 598 hab.: 296 do sexo masc. e 302 do fem.; S. Thomé de Outeiro, 497 hab.: 239 do sexo masc. e 258 do fem.; Santa Maria, de Padornellos, 405 hab : 198 do sexo masc. e 207 do fem.; S. Martinho, de Padroso, 302 hab : 146 do sexo masc. e 156 do fem.; S. João Baptista, de Paradella, 389 hab.: 162 do sexo masc. e 227 do fem.; Santa Maria, de Pitões das Junias, 555 hab.: 269 do sexo masc. e 286 do fem.; S. Pedro, de Pondras, 853 hab.: 160 do sexo masc. e 193 do fem; S. Martinho, de Reigoso, 686 hab.: 315 do sexo masc. e 371 do fem.; Santa Maria, de Salto, 1:519 hab.: 713 do sexo masc. e 806 do fem.; Santa Maria, de Serraquinhos, 993 hab.: 503 do sexo masc. e 490 do fem.; Santo André, de Sezêlhe, 452 hab : 200 do sexo masc. e 252 do fem.; Santa Eufemia, de Solveira, 476 hab.: 223 do sexo masc. e 253 do fem.; S. Pedro, de Tourem, 511 hab.: 257 do sexo masc. e 254 do fem.; Santa Maria, de Veade de Baixo, 1:305 hab.: 602 do sexo masc. e 703 do fem ; S. Simão, de Venda Nova, 290 hab.: 115 do sexo masc. e 175 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Villa da Ponte, 456 hab.: 219 do sexo masc. e 237 do fem.; Santo André, de Villar de Perdizes, 515 hab.: 245 do sexo masc. e 270 do fem.; S. Miguel, de Villar de Perdizes, 778 hab.: 372 do sexo masc. e 406 do fem. O principal commercio do conc. é gado bovino, boa manteiga, ovos, centeio e linho. || Pov. na freg. de S. Thiago e S. Matheus e conc. de Sardoal, distr. de Santarem.

Montalto. Monte e santuario na freg. de Arganil, a 1:500 m. d'esta villa. o qual era assim chamado, pela sua grande elevação Conta a tradição que appareceu aqui em tempos muito remotos uma imagem de Nossa Senhora, e que o povo das immediações resolveu logo edificar-lhe ali uma ermida, mas não se prestando o monte á edificação pela sua altura desmedida e escabrosidade da subida, accrescendo tambem a difficuldade e grande dispendio na conducção dos materiaes, bem como a falta de pedra por não a haver no monte, combinaram em edificar a ermida n'outro monte visinho, que não era tão alto nem tão ingreme, e onde havia pedra. Resolveram levar logo para ali a imagem, e construir-lhe uma capellinha provisoria, de taboas, emquanto se não concluisse a ermida, mas apenas a imagem foi ali collocada, desappareceu, sendo encontrada no proprio sitio onde tinha apparecido. Em vista d'este facto, assentaram edificar ali mesmo a ermida, e fôram tantas as esmolas dos devotos, que se fez um bom templo, com capella-mór e dois altares lateraes, com o titulo de Nossa Senhora de Montalto, ou de Mont'Alto. Sobre a porta da egreja está gravada em pedra a inscripção seguinte: *Esta egreja mandou fazer Francisco Pires, filho de Domingos Pires, natural d'esta villa, por seu irmão, João de Coimbra, no anno de 1521.* Mas esta obra é reedificação da primitiva, que foi feita á custa de muitos devotos A imagem tem 1,^{m}33 d'altura, e é de roca, como a maior parte das antigas, e com ricos vestidos de varias côres. Constituiu se uma grande irmandade, composta de pessoas importantes da freguezia Na egreja vê se uma boa lampada e outros objectos de prata, e bellos paramentos e alfaias. O vigario da collegiada de Arganil apresentava um ermitão, que tinha casa de residencia junto da egreja. Tambem se organisaram uma hospedaria e algumas casas particulares, para abrigo e pousada dos romeiros, que frequentemente ali concorriam. Ainda hoje se fazem as romarias de 14 e 15 de agosto, e a 6, 7 e 8 de setembro. O monte Montalto na parte superior é árido e sêcco, tendo apenas algumas arvores silvestres, mas na parte inferior está coberto de frondoso arvoredo, e é sitio fresco e ameno, por ser o monte cercado de ribeiros. No caminho, desde o fundo até ao alto do monte, estão 6 ermidas dedicadas a varios santos. Antigamente ia a camara d'Arganil, o clero e o povo da villa, todos os annos, no 2.º sabbado da quaresma, em procissão á Senhora de Montalto, havendo então na sua egreja festa e missa cantada. Era o cumprimento d'um voto feito pelo

povo, attribuindo a milagre ter-se livrado d'uma grande sécca, que n'aquellas terras houvera. Não se sabe quando principiou esta devoção. Muitos devotos, de ambos os sex s, em cumprimento de promessas, iam descalços na romaria.

Montalvão *(D. Jorge Mascarenhas, conde de Castello Novo e marquez de).* Capitão general de Mazagão, governador da capitania general do Algarve, governador do Brazil, etc. N. na segunda metade do seculo XVI, e fal. em Lisboa, no castello de S. Jorge, a 1 de janeiro de 1652. Foi um nobre fidalgo que representou um importante papel nos successos politicos e militares do seu tempo. Começou servindo na guerra d'Africa, e tendo chegado ao posto de mestre de campo, foi em 1615 nomeado governador e capitão general de Mazagão. N'essa praça ganhou differentes victorias contra os moiros, e em diversas sortidas e correrias praticou heroicas façanhas, e como se não fôssem ainda bastantes esses illustres feitos para assignalar o seu governo, quando regressou a Portugal teve occasião de patentear a sua decidida bravura e intrepidez. Foi então que se encontrou com 3 naus turcas, uma de 36 peças e 300 homens de guarnição, outra de 26 peças e 250 soldados, e a terceira de 20 peças e 160 soldados, ao passo que o navio em que elle vinha embarcado, tinha apenas 50 homens de guarnição. Apezar da desproporção do numero, D. Jorge Mascarenhas fez uma resistencia desesperada, e quando viu afinal que era completamente impossivel prolongar o combate, mandou deitar fogo ao seu navio, e teria morrido decerto, se os seus subalternos, que se salvaram nos escaleres, o não tivessem arrancado á força d'essa cratera inflammada, que não tardou a rebentar, arrojando aos ares turbilhões de fogo, de fumo e os corpos dos turcos, que na abordagem haviam saltado para bordo do navio portuguez. Escapando assim á morte, caiu nas mãos dos inimigos, e depois d'algum tempo de captiveiro, conseguindo resgatar-se assim como a sua mulher e seus filhos que o acompanhavam, voltou á patria, onde em recompensa de tão brilhantes acções lhe foi dado o titulo de conde de Castello Novo e o governo e capitania general do Algarve. No principio do anno de 1640 foi nomeado vice-rei do Brazil, e agraciado com o titulo de marquez de Montalvão; partindo então para o novo continente, chegou á Bahia no mez de julho, procurou tirar á guerra com os hollandezes o caracter de ferocidade que assumira, e tendo a fortuna de repellir da Villa do Espirito Santo, com pequenas perdas, o coronel Koin e o conselheiro Nieulant que a atacavam, reanimou um pouco os espiritos abatidos. A 15 de fevereiro de 1641 chegou de Portugal uma caravéla com a noticia da Restauração, e D. Jorge Mascarenhas apenas leu a carta de D. João IV, mandou pôr a caravéla incommunicavel e formar na praça a 2 terços portuguezes commandados por seu filho D. Fernando Mascarenhas e por Joanne Mendes de Vasconcellos. Depois chamando a um e um o bispo, o capitão general de artilharia, o ouvidor geral, e os mestres de campo, os abbades dos conventos, foi-lhes dizendo o que havia Todos acolheram com enthusiasmo a noticia de fórma, que ao reunil-os em conselho para lhes declarar officialmente a noticia, estava seguro da sua adhesão, e não podia encontrar hesitação. A 23 de fevereiro mandou o marquez de Montalvão ao Rio de Janeiro o P. Manuel Fernandes, provincial dos jesuitas, a fim de fazer reconhecer D. João IV n'essa capitania e de depôr o governador se elle se recusasse a fazel-o, e tres dias depois embarcou para o reino o filho do governador D. Fernando Mascarenhas a participar a D. João IV que a Bahia o reconhecera como seu legitimo rei. Durante a viagem d'este mensageiro, dois filhos do marquez de Montalvão, que tinham ficado em Portugal, fugiram para Castella, e a marqueza sua mãe, sendo reconhecida como cumplice e incitadora da fuga dos filhos, foi mandada encerrar no castello de Arraiollos, e por isso, quando D. Fernando de Mascarenhas aportou a Peniche, o povo quiz matal-o, e só aos esforços do conde de Athouguia deveu o salvar-se do tumulto popular. D. João IV, apenas soube das noticias que lhe trazia o tão mal recebido enviado, não quiz demorar a recompensa que resgatasse o insulto, e mandou soltar a mãe, apezar de ser culpada. A fuga dos filhos do marquez para Hespanha e a cumplicidade da marqueza fizeram com que D. João IV, que não recebera ainda noticias do Brazil, temendo que o capitão general imitasse no desaffecto á causa da independencia da patria, sua esposa e filhos, enviasse á Bahia o jesuita Francisco de Vilhena com ordem de se recolher simplesmente ao collegio da sua ordem se encontrasse o Brazil fiel, mas de depôr o vice-rei e formar um novo governo se o marquez não tivesse seguido o exemplo da metropole O P. Francisco de Vilhena chegou á Bahia, e apezar de encontrar D. João IV proclamado rei, reuniu os tres governadores que tinham sido nomeados em caso de infidelidade do vice-rei, e depôz o marquez de Montalvão, que não fez a menor resistencia, e foi mandado preso n'uma caravéla para Portugal. Quando o vice-rei deposto chegou á vista de Lisboa, bastante inquieto porque já fôra informado da fuga de seus filhos e da prisão de sua mulher, teve a satisfação de vêr que fôra precedido pela noticia do seu patriotico procedimento, e para o consolar das angustias que padecêra já o monarcha lhe havia dado uma de tres importantes vedorias da fazenda para lhe compensar a perda do governo do Brazil. Posteriormente foi feito conselheiro d'Estado e presidente do conselho ultramarino, mas levantando se suspeitas sobre a sua fidelidade por causa das intrigas e manejos da marqueza sua mulher, foi preso em 1644 no castello de S. Jorge. Comprovada a sua innocencia voltou o marquez de novo ao exercicio dos seus importantes cargos, e D. João IV, como se quizesse tornar publica a satisfação, nomeou-o mestre de campo general junto á real pessoa por um decreto que em seguida transcrevemos porque n'elle se conteem os louvores que eram devidos ao fidelissimo comportamento do ex-vice-rei do Brazil. O decreto, que é datado de 26 de outubro de 1645, encontra-se na integra no 1.º volume da *Synopse dos decretos remettidos ao conselho de guerra* publicado por Claudio de Chaby: «E' tal a confiança e satisfação com que me sirvo de D. Jorge Mascarenhas marquez de Montalvão, do meu conselho d'estado, vedor da minha fazenda e presidente do conselho ultramarino, e são taes e tantas as partes que concorrem em sua pessoa que havendo de nomear

mestre de campo general junto á minha pessoa, para dar direcção ás materias da guerra e reduzir a fórma a defeza d'esta cidade em que mais particularmente consiste a conservação de meus reinos, me pareceu que ninguem melhor que elle, pelas razões referidas, e pela experiencia militar, que concorrem na sua pessoa, poderia satisfazer as obrigações de tão grande posto para que o nomeio e quero e hei por bem que o execute com toda a jurisdicção, preeminencias e vantagens que lhe competem.» Parece que o homem que já duas vezes padecera por ser injustamente considerado pouco affecto ao soberano, e que de ambas ellas soubera provar evidentemente a sua lealdade a ponto de lhe conferir o monarcha um posto importante no exercito, acompanhando essa nomeação das palavras que se acabam de lêr, devia estar certo de que nunca mais seria posto em duvida o seu acrisolado e decidido amor da patria. Não succedeu, porém, assim, e ainda d'ahi a tempos surgiram novas calumnias que deram em resultado ser o marquez de Montalvão preso novamente no castello de S. Jorge de Lisboa, onde falleceu, sendo ainda então a marqueza (diz o conde da Ericeira) a causa total, como sempre se entendeu, da ruina de seu marido. Essa senhora, que D. João IV mandou recolher ao convento das capuchas de Sacavem, era D. Francisca de Vilhena, filha de Manuel de Mello Magalhães, que foi governador de Malaca. Do seu casamento com o marquez nasceram além de outros filhos: D. Francisco Mascarenhas, 2.º conde de Castello Novo e governador de Mazagão, onde fal. em 1640 D. Pedro Mascarenhas, que foi para Castella e ahi feito 2.º marquez de Montalvão; D. Jeronymo Mascarenhas, que tambem passou a Hespanha e foi bispo de Segovia e Astorga; D. Fernando Mascarenhas que foi conde de Terena, e D. Simão de Mascarenhas que foi conde de Penedono. D. João IV concedeu ao infeliz marquez de Montalvão que fizesse o testamento. N'elle ordenou o illustre fidalgo que se não dobrassem os sinos por sua morte, e que só com os clerigos da freguezia fôsse levado á sepultura; mas, apezar d'esta disposição testamentaria, o fôram acompanhar bastantes fidalgos e a irmandade da Misericordia, de que elle fôra tres vezes provedor.

Montalvão *(Justino de)*. Escriptor e jornalista contemporaneo. N. em Chaves no anno de 1870. Escreveu um livro intitulado *Os destinos*, que se publicou em 1904, o qual foi muito apreciado pela imprensa. Faz parte da redacção do *Primeiro de Janeiro*, do Porto, e tem collaborado em muitos jornaes litterarios.

Montalvão. Villa e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Niza, distr. e bisp. de Portalegre; 481 fog. e 1:797 hab Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. permutando malas com a villa de Niza. A pov. dista 14 k. da séde do conc. e está situada n'um alto, á direita do rio Sever, na margem esquerda do Tejo. Foi commenda do mestrado da ordem de Christo. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha 140$000 reis de rendimento. A pov. é muito antiga, mas não se sabe quando fôsse fundada nem o nome do fundador. El-rei D. Diniz lhe mandou construir um castello e cercar de muralhas. D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, a 22 de novembro de 1512. Montalvão foi por muitos annos séde d'um concelho, que se aboliu depois de 1834, tendo então camara municipal com 3 vereadores, juiz ordinario e mais autoridades e empregados. A villa pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Mouquim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Mont'Alverne *(Fr. Agostinho de)*. Religioso franciscano da provincia de S. João Evangelista, que comprehendia todas as ilhas dos Açôres. Foi guardião no convento da Ribeira Grande na ilha de S. Miguel. Nasceu n'esta ilha, a 11 de fevereiro de 1629, fal. em 1726. Tem uma obra, que ficou em manuscripto, cujo autographo existe na Bibliotheca Publica de Ponta Delgada, e que se intitula: *Chronica da Provincia de S. João Evangelista das Ilhas dos Açôres, em que se dá relação como foram descobertas as ilhas de S Miguel e Santa Maria, e da creação de suas villas e cidades, com suas ermidas, freguezias, etc.*.

Mont'Alverne *(Fr. Francisco de)*. Religioso franciscano reformado da provincia d'Arrabida, no seculo XVIII. A seu respeito só se sabe que escreveu: *Descripção das notaveis acções com que se dispoz.para a morte o ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. D. Nuno Caetano Alvares Pereira de Mello, conde de Tentugal, marquez de Ferreira, duque de Cadaval*, etc., Lisboa, 1784.

Mont'Alverne *(Fr. Francisco de)*. Religioso da ordem de S. Francisco da provincia de Santo Antonio. Chamava-se no seculo Francisco José de Carvalho, sendo filho de João Antonio da Silveira, ourives, natural da ilha do Pico, e de Anna Francisca da Conceição, senhora brazileira. N. no Rio de Janeiro a 9 de agosto de 1784, e fal. em Nictheroy a 3 de dezembro de 1858. A 28 de junho de 1801 tomou o habito franciscano no convento de Santo Antonio do Rio de Janeiro. Em 1804, sendo ainda collegial, partiu para S. Paulo a estudar Theologia com fr. Ignacio de Santa Justina; em 1807 iniciava se nas ordens sacras, em 1808 recebeu ordens de presbytero, e em poucos annos passou de discipulo a mestre, sendo nomeado prégador e lente substituto no collegio de S. Paulo em 1810. Em 1815 foi lente de Philosophia no mesmo collegio, em 1816 obteve o titulo de prégador regio, sendo nomeado lente de prima; em 1818 foi nomeade examinador da Mesa da Consciencia e Ordens, e theologo da nunciatura apostolica. Em 1816 começou a sua carreira de orador sagrado, e desde logo se tornou muito afamado, e o orador predilecto do publico, chegando a ser considerado como o principe da eloquencia sagrada no Brazil. Em 1819 foi nomeado guardião do convento da Penha no Espirito Santo, em 1821 recebia da sua ordem uma nova guardiania e a confirmação de todos os privilegios de lente de prima Depois da independencia do Brazil ainda continuou exercendo cargos na sua ordem, foi professor de Rhetorica no seminario de S. José e supplente em todas as outras cadeiras, e mais tarde examinador synodal. Em 1836 teve a infelicidade de cegar, e em 1841 jubilou-se como lente de Theologia. Em 1854 o imperador D. Pedro II foi pessoalmente á sua cella pedir-lhe para prégar a 19 de outubro na capella imperial o sermão de S. Pedro d'Alcantara. O venerando ancião, que já contava 70 annos de edade, acceitou o convite, e aquelle sermão foi uma das suas obras primas. Quando o vis-

conde Antonio Feliciano de Castilho esteve no Brazil tornou-se amigo intimo de Mont'Alverne. Afinal teve uma paralysia, e veiu a fallecer victima de uma congestão cerebral. O retrato e biographia de Mont'Alverne, escripta pelo dr. Thomaz Alves Junior, vem no tomo I da *Galeria dos brazileiros illustres*; A. F. de Castilho tambem escreveu outra biographia, que saiu acompanhada de retrato na *Revista contemporanea de Portugal e Brazil*, tomo II, n.os 9 e seguintes. No Rio de Janeiro publicou: *Obras oratorias do P. M. Fr. Francisco de Mont'Alverne*, dividida em 4 volumes, e depois da sua morte, ainda se publicaram alguns dos seus trabalhos litterarios.

Montalvinho Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Montalvo, conc. de Constancia, distr. de Santarem.

Montalvo. Familia, que tem por armas: Em campo azul uma aguia de prata estendida com uma só cabeça, e por timbre a mesma aguia.

Montalvo *(Filippe)*. Medico, tambem conhecido por Philotheu Elias Montalvo. Era natural de Castello Branco. Foi lente nas universidades de Lovaina e de Pisa, e physico-mór de Luiz XIII, de França. Morreu em Tours em 1615, deixando publicadas algumas obras em latim.

Montalvo. Pov. e freg. de N. S.ª d'Annunciação, da prov. da Estremadura, conc. de Constancia, com. de Abrantes, distr. de Santarem, bisp. de Portalegre; 170 fog. e 765 hab. Tem esc. de sexo masc. e est. post. permutando malas com Constancia. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Abrantes a Santarem. O orago antigo era N. S.ª da Assumpção. O vigario de S. Julião, de Constancia, apresentava o cura, que tinha 50$000 reis de congrua, e o pé d'altar. Pertence a pov. á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. Esta freg. foi annexada ao conc. de Abrantes pelo decreto de 21 de novembro de 1895, que extinguiu o de Constancia, mas voltou para este, depois de ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. || Pov. tambem conhecida pelo nome de *Monte Vil (V. este nome)*. || Freguezia na prov. do Alemtejo, orago N. S.ª da Conceição. Os condes d'Obidos apresentavam o prior, que tinha 420 alqueires de trigo e 60 de cevada de rendimento annual. Esta freg. foi supprimida por ser pequena, ficando annexada á de Santo Agostinho, da villa de Moura. A egreja que foi matriz, dizem, que existe ainda, mas reduzida a capella, e está situada sobre um monte. E' um templo muito antigo, que foi reedificado em 1700. A imagem da padroeira é de grande devoção dos habitantes de Moura e de outras muitas terras. || Pov. na freg. de Santo Ildefonso, de Montargil, conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre.

Montanha. Pov. na freg. de S. Lourenço dos Orgãos, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Montanha do Fogo. Pequeno monte da ilha de Maio, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Fica na parte O da ilha.

Montanhinha Pov. da freg. de S. Lourenço dos Orgãos, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Montante. Grande espada que se manejava com as duas mãos, para acutilar por alto, pelo que tambem se lhe dava o nome de *espada de ambas as mãos*. Tinha 1,m73, incluindo a folha e copos. D. Vasco da Gama servia-se d'uma d'estas espadas nos combates navaes, a qual se conservava no poder dos seus descendentes, os condes da Vidigueira.

Montão. Povoações nas freguezias: S. Christovam e conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Montar. Termo antigo que designava dar lanço na praça. (Documento da Torre do Tombo de 1338). Era tambem o direito do visinho, de servir se dos montes communs, para pastos de gados, madeiras, lenhas, caças, etc. *Os homens do Bispo, e do Cabido, montem, e pesquem con nos Concelhos, e con nos outros homens, como sempre usarom.* (Documento de Lamego, de 1292.)

Montargil. Titulo de visconde em sua vida, por despacho de 20 de março de 1906, ao sr. Annibal Ferreira de Mello, director da Companhia de Mossamedes.

Montargil Villa e freg. de Santo Ildefonso, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Ponte de Sôr, distr. e bisp. de Portalegre; 496 fog. e 2:388 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. permutando malas com Ponte de Sôr, hospedarias, medico, pharmacias, Misericordia e hospital, fornos de tijolos, *Philarmonica Montargilense*. A villa dista 23 k. da séde do conc. e está situada n'uma elevação a 500 m. da ribeira de Sôr. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o prior, que tinha 200$000 reis de rendimento annual. Foi fundada a villa em 1315 por el-rei D. Diniz, que lhe deu foral. Até 1834 teve um beneficio da ordem de Aviz. Foi senhor d'esta villa D João Rolim de Moura, progenitor da familia dos duques de Loulé. Montargil é fertil em cereaes e legumes, e produz algum vinho, azeite e fructas. Tem muita caça e abundancia de mel e cêra. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. Foi séde d'um concelho, que se supprimiu por decreto de 24 de outubro de 1855 || Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Envendos, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Montaria. Chamava-se *Casal da montaria* aquelle de que os colonos pagavam fôro de caça do monte, e tambem áquelle cujos possuidores, por qualquer titulo, eram obrigados a ir ás caçadas e montarias, quando fôssem chamados por ordem do rei.

Montaria. Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. do Minho, conc., com. e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 208 fog. e 800 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 14 k. da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 500$000 réis de rendimento. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas, e cria muito gado de toda a qualidade. E' abundante de peixe do rio Lima, que lhe fica perto, e do mar, que lhe vae de Vianna do Castello. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Montariol *(Francisco Manuel da Costa. 1.º visconde de)*. Commendador da ordem de Christo; bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, do conselho de Sua Majestade, governador civil de Braga, deputado em varias legislaturas, abastado proprietario no districto de

Braga, etc. N. a 6 de fevereiro de 1806, fal. em 1874. Casou com D. Maria do Carmo Lima de Noronha Teixeira Alpoim. Foi agraciado com o titulo de visconde de Montariol por decreto de 14 de julho de 1870. Escreveu: *Cartas do conselheiro Francisco Manuel da Costa a um seu amigo, sobre os projectos apresentados na camara electiva para a reducção dos conventos das religiosas, e remissão dos foros, censos e pensões dos estabelecimentos de beneficencia e piedade, etc, mandadas imprimir pela Real Irmandade da Misericordia da cidade de Braga*, Braga, 1859; *Dissertação sobre a livre importação dos cereaes em Portugal*, Braga, 1861. *Os prazos e a sociedade*, Lisboa, 1863, considerações ácêrca da emphyteuse, e dos meios a empregar para melhoral-a; *Serie de artigos ácêrca da desamortisação dos passaes*, publicados no *Bracarense*, de outubro e novembro de 1868; *Os novos tributos*, serie de artigos no *Bracarense*, n.ᵒˢ 1707, 1708 e 1709 de junho de 1869.

Montariol. Pov. da freg. de S. Thomé, de Prozello, conc. de Amares, distr. de Braga. No topo d'esta pov., que fica a 4 k. de Braga, existe uma bella egreja dedicada a S. Boaventura; é vastissima, e encerra marmores de valor, apresentando varios embutidos e abundancia de relevos artisticos. E' tambem apreciavel a obra de talha decorativa de differentes autores. No coro, que é magestoso, admira-se um verdadeiro *orgão-monumento*, ha pouco importado d'Austria, tendo ficado premiado na exposição de Paris, de 1900, o qual importou em 6:000$000 réis. N'este magestoso templo, propriedade da ordem Terceira de S. Francisco, realisou-se em 13 de agosto de 1905 a reunião mensal dos terceiros franciscanos bracarenses, sob a presidencia do cardeal patriarcha de Lisboa, que depois de celebrar missa, lançou a benção a todos os fieis, e congregados que se reuniram n'aquelle recinto. Houve sermão, sendo prégado pelo P. Agostinho da Motta, director do Instituto Academico, que funcciona annexo a este templo.

Montarroio. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Montatico. Certa pensão, ou tributo, que se pagava por apascentar os gados nos montes d'algum municipio ou senhorio.

Monte. Lanço que se dava na praça sobre qualquer objecto que andasse em leilão. *(Documento das freiras benedictinas do Porto, de 1338, e documento do convento de Alpendurada, de 1562).*

Monte. A antiga familia d'este appellido tem por armas: Em campo de prata dois lobos de negro passantes; orla vermelha com 8 aspas de ouro.

Monte *(José Antonio do)*. Esculptor em madeira, que fal. em edade muito avançada, em 1820.

Monte *(João Pedro Xavier do)*. Medico em Santarem, cidade de que era natural, e onde morreu depois de 1788. Escreveu: *O homem medico de si mesmo, ou sciencia e arte nova de conservar cada um a si proprio a saude, e destruir a doença, dirigida ao bem commum*, Lisboa, 1760; *A Egidea, poema heroico, ou historia da portentosa vida do grande penitente S. Fr. Gil, portuguez*, Lisboa, 1788, com uma estampa; não traz a declaração do seu nome; este poema é tambem attribuido a Fr. José do Espirito Santo Monte; *O Chumacinho Furtado: Epopéa jocosa, dedicada á ill.ᵐᵃ e ex.ᵐᵃ senhora D. Anna Genoveva Ferreira Nobre Rossi, por um Ermitão do Parnaso*, 1767; *Sapatos de setim azul ferrete; poema heroi-comico em seis cantos, por um Hortelão do Helicon, dedicado á ex.ᵐᵃ senhora D. Izabel Bernarda Xavier de Moura Latre, religiosa no convento de Santa Clara de Santarem*, 1767; *Logração da Prelasia regular de Santarem; epopéa faceta, por um Sacerdote de Apollo, Bacharel na Sé das Musas, dedicada ao M. R. P. Fr. Antonio do Espirito Santo, Prior no convento dos Grillos, em Santarem*, 1769.

Monte. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Fafe, distr. e arceb. de Braga; 212 fog. e 836 hab. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 8 k. da séde do conc. O abbade de S. Bartholomeu de Villa Nova apresentava o vigario, que tinha 60$000 réis de congrua, e o pé d'altar. A terra é fertil, tem gado e caça. Pertence á 6.ª div. mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de Santa Izabel, da prov. do Minho, conc. de Terras de Bouro, com. de Amares, distr. e arceb. de Braga; 46 fog. e 294 hab. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada proximo do rio Cávado. O D. abbade benedictino, do mosteiro de Bouro, apresentava o cura, que tinha 10$000 réis de congrua, e o pé d'altar. A terra é fertil, e abundante em gado e caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de N. S.ª do Monte, da ilha da Madeira, conc., com., distr. e bisp. do Funchal. Tem escolas para ambos os sexos, e caixa post., hoteis. Pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.º 27, com a séde no Funchal. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Abbade do Neiva, conc. de Barcellos, distr. de Braga || N. S.ª d'Assumpção, de Aboim da Nobrega, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || Santa Eufemia, de Agilde, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || S. Paio, de Agua Longa, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Aguas Santas, conc. de Povoa do Lanhoso, distr. de Braga. || N. S.ª do O', de Aguas Santas, conc. de Maia, distr. do Porto. || Santa Maria, de Airães, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || S. Jorge, de Airó, conc. de Barcellos, distr. de Braga || S. Sebastião, de Alfarellos, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || S. João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Thiago de Anha, conc. e distr. de Vianna do Castello. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Thiago, de Antas, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Martinho, de Arada, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S. Vicente, de Arcias, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho, d'Argoncilhe, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Arnoso, conc de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Christina, de Arões, conc. de Fafe, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Arosa, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Pedro, de Arreigada, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto || Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Avelleda, conc e

distr. de Braga. || S. Pedro, de Bairros, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Martinho, de Balugães, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || Santo André, de Barcellinhos, do mesmo conc. e distr. || S. Claudio, de Barco, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Pedro, de Barreiros, conc. de Amares, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Barrosas, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santo Estevão e S. João Baptista, de Bastuço, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Miguel, de Beire, conc. de Paredes, distr. do Porto || S. Cosme, de Besteiros, do mesmo conc. e distr. || S. Paio, de Besteiros, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Vicente, de Boim, conc de Louzada, distr. do Porto. || S. Pedro, de Boitello, conc de Celorico do Basto, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Cabanellas, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Miguel, de Cabreiros, conc. e distr. de Braga. || S. João Baptista, de Caldas de Vizella, conc de Guimarães, do mesmo distr. || S. Thiago, de Caldellas, conc. de Amares, do mesmo distr. || S. Vicente, da Ponte, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. S. Julião, de Calendario, conc de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || Santa Maria, de Campanhã, 1.º bairro do Porto (Oriental) || S. Martinho, de Campo, conc. do Povoa de Lanhoso, districto de Braga. || S. Martinho, de Campo, concelho de Santo Thirso, districto do Porto. || S. Salvador, de Campo, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Canedo, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Carapeços, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho, de Carrazedo, conc. de Amares, do mesmo distr. || S. Thiago, de Carreira, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Thiago, de Carreiras, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Thiago, de Carvalhosa, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Paio, de Casaes, conc. de Louzada, do mesmo distr. || S. Pedro, de Cette, conc. de Paredes, do mesmo distr. || S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu || S. João Baptista, de Codeços, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria. || Santa Marinha, de Cortegaça, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Cossourado, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Concieiro, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Julião, de Covellas, conc. do Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || Santa Cruz do Bispo, conc. de Bouças, distr. do Porto. || S. Miguel, de Cunha, conc. e distr. de Braga. || S. Sebastião, de Darque, conc e distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Deão, do mesmo conc. e distr. || S. Salvador, de Dornellas, conc. de Amares, distr. de Braga. || S Martinho, de Dume, conc. e distr. de Braga. || Santo Emilião, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || S. Mamede e S. Martinho, de Escariz, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Pedro, de Escudeiros, conc. e distr. de Braga. || S Pedro, de Esmeriz, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Thiago, de Espargo, conc. da Feira, distr. de Aveiro || S. Thiago, de Esporões, conc. e distr. de Braga. || S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Fareja, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Ferreiros, conc. de Amares, do mesmo distr. || S. Thiago, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Thiago, de Figueiró, conc. de Paços de Ferreira, do mesmo distr. || S. Pedro, de Saufins, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Romão, de Fonte Coberta, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Pedro, de Formariz, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Salvador, de Fornos, conc. da Feira, do mesmo distr. || Santa Maria, de Freiriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Freixieiro de Soutello, conc. e distr. de Vianna do Castello, || Santa Maria, de Frende, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Martinho, de Friastellas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Gagos, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || O Salvador, de Gallegos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Gamil, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || O Salvador, de Gandarella, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || Santo Estevão, de Geraz do Minho, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || Santa Maria, de Gilmonde, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Pedro, de Goães, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Matheus, de Grimancellos, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Miguel, de Gualtar, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Gulpilhares, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santa Maria, de Idães, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || S. Jeronymo, de Real, conc. e distr. de Braga. || S. Miguel, de Jesufrei, conc. de V N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Miguel, de Lama. conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Salvador, de Lama, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Lamaçães, conc. e distr. de Braga. || S. Thomé, de Lanhas, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Lanhezes, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Leitões, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || O Salvador, de Lemenhe, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || Santa Maria, de Lijó, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || Santa Maria Magdalena, de Loivos da Ribeira, conc de Baião, distr. do Porto. || S. Pedro, de Lomar, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago, de Lordello, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Thiago, de Santa Lucrecia de Algeriz, conc. e distr. de Braga. || S. Mamede, de Madaíl, conc de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Mancellos, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Martinho, de Manhente, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Felix, de Marinha, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Miguel, de Marinhas, conc. de Espozende, distr. de Braga. || S. Mamede, de Marrancos, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Nicolau, de Mazarefes, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Meinedo, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Paio, de Merclim, conc. e distr. de Braga. || S. Paio, do Midões, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Salvador, de Minhotães, do mesmo conc. e distr. || O Salvador, de Modivas, conc. do Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Martinho, de Monsul, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. | S. Martinho, de Moreira de Rei, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Miguel, de Morreira, conc. e distr. de Braga. || O Salvador,

de Mosteiro d'Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || Santo André, de Mosteiró, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Gonçalo, de Mosteiró, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Thiago, de Mouquim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria, de Moure, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || O Salvador, de Moure, conc. de Felgueiras, distr. do Porto || S. Romão, de Mouriz, conc. de Paredes, do mesmo distr. || Santa Maria, de Moz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga || Santa Maria, de Murtosa, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Lourenço, de Navarra, conc. e distr. de Braga. || S. Salvador, de Navió, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Negreiros, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Romão, de Neiva, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Verissimo, de Nevogilde, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Thiago, de Nogueira, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Christovam, de Nogueira da Regedoura, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santo Adrião, de Oleiros, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Paio, de Oleiros, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Oliveira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Oliveira, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Paio, de Oliveira, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Thiago, de Oliveira, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Thiago, de Outiz, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || Santo Adrião, de Padim da Graça, conc. e distr. de Braga. || Santa Marinha, de Padornello, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Palmeira, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Panque, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santo André, de Parada, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || O Salvador, de Parada e Barbudo, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santo Thirso, de Paramos, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Romão, de Paredes de Viadores, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || O Salvador, de Pedralva, conc. e distr. de Braga. || S. Pedro da Torre, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Martinho, de Penacova, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || S. Salvador, de Pereira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Christovão e S. Paio, de Pico de Regalados, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || Santa Maria, de Pombeiro de Riba Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Paio, de Portella, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Pedro, de Portella, conc. de Amares, distr. de Braga. || O Salvador, de Portella das Cabras, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Salvador, do Portella Suzã, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Paio, de Pousada, conc. e distr. de Braga || N. S.ª d'Assumpção, de Querença, conc. de Loulé, distr. de Faro. || O Salvador, de Real, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Miguel, de Refoios de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto; distr. de Braga. || S. Cypriano, de Refontoura, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santo André, de Rendufe, conc. de Amares, distr. de Braga. || O Salvador, de Rendufe, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Silvestre, de Requião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Riba d'Ave, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Mamede, de Ribeirão, do mesmo conc. e distr. || S. Lourenço, de Rio do Cabrão, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Rio Covo, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Christovão, de Rio Mau, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Rio de Moinhos, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Ronfe, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Paio, de Ruilhe, conc. e distr. de Braga. || O Salvador, de Ruivães, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Lourenço, de Sande, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Pedro, de Sanfins, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Seide, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Pedro, de Seixas, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Semelhe, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Sequeira, do mesmo conc. e distr. || S. Mamede de Sezures, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Julião, de Silva, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Silvalde, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Sobreposta, conc. e distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Sobrosa, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Pedro, de Souto, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Expectação, de Souzella, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Pedro, de Sub-Portella, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Bartholomeu, de Tadim, conc. e distr. de Braga. || O Salvador, de Tebosa, do mesmo conc. e distr. || Santa Eulalia, de Tenões, do mesmo conc. e distr. || S. Pedro Fins, de Torno, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Maria, de Torre, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Salvador, de Torre, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Vicente, de Tougues, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || O Salvador, de Touguinhó, do mesmo conc. e distr. || S. Martinho, de Travassos, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santo Estevão, de Urgezes, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Martinho, de Valbom, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Verissimo, de Valbom, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Cosme, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Jorge, de Varzea, conc. de Felgueiras, distr do Porto. || S. Miguel, de Varziella, do mesmo conc. e distr. || S. Mamede, de Vermil, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || O Salvador, de Villa Cova da Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Miguel, de Villa Franca, conc. e distr. de Vianna do Castello.=S. Pedro, de Villa Frescainha, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Villa Fria, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || N. S.ª da Expectação, de V. N. da Telha, conc. de Maia, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Villar, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, de Villar do Paraizo, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || O Salvador, de Villarinho das Cambas, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Miguel, de Villela, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || S. Thiago, de Villela, conc. de Amares, do mesmo distr. || S. Paio,

de Vizella, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || Santa Maria, de Moledo, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || Santa Marinha, de Alheira, conc. de Barcellos, distr. de Braga || S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria. || S João Baptista, de Espite, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem || Santa Maria, de Fiães, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Agueda, de Queiriz, conc. de Fornos d'Algodres, distr. da Guarda. Tem caixa post. || Santo Isidoro, de Romariz, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || N S.ª d'Assumpção, de Vialonga, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || S. João Baptista e conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Pico da ilha de Maio, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situado no centro da ilha. Tem 237 m. d'altura e junto d'elle ha dois montes de menor elevação. || Pov do conc. das Lagéns, no distr. da Horta, bisp. de Angra do Heroismo, ilha das Flôres. archipelage dos Açôres. Abundante em cereaes. || Freg. de N. S.ª do Monte, no conc da ilha Brava, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Compõe-se de numerosas povoações. || Pov. na freg. de S. João Baptista, no conc. da ilha Brava, archipelago e prov. de Cabo Verde. || Pov. na freg. e conc. de Santa Cruz das Flôres, distr. de Horta, archipelago de Cabo Verde. Tem caixa postal.

Monte Abaixo. Povoações nas freguezias: Santo Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja. || S. Barnabé, do mesmo conc. e distr. || S. Brissos, conc. e distr. de Beja. || N. S.ª d'Assumpção, de Moutoito, conc. de Redondo, distr. de Evora. || O Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja. || S. Pedro, de Terena, conc. de Alandroal, distr. de Evora || S. Thiago, do mesmo conc. e distr. || S. Saturnino, de Vallongo, conc. de Aviz, distr. de Portalegre.

Monte da Abobada. Monte da prov. da Extremadura, a 3 k. de Oeiras, proximo da margem direita do Rio Tejo. Tem uma egreja consagrada a N. S.ª da Conceição, junto ao logar de Polima

Monte Acima. Povoações nas freguezias: Sant'Anna da Serra, conc. de Ourique, distr. de Beja. || N. S.ª d'Assumpção, de Montoito, conc. de Redondo, distr. d'Evora. || S. João Baptista, de Negrilhos, conc. de Aljustrel, distr. de Beja. || S Saturnino, de Vallongo, conc. de Aviz, distr. de Portalegre. || Santa Clara-a Nova, distr. de Almodovar, distr. de Beja.

Monte de Agrella. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Lamellas, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Monte Agudo. Povoações nas freguezias: Santo Estevão, conc de Tavira, distr. de Faro. S. Miguel do Pinheiro, conc. de Mertola, distr. de Beja. || O Salvador, do Souto da Carpalhosa, concelho e distr. de Leiria. || S. Bartholomeu, de Villa Cã, conc. de Pombal, do mesmo districto.

Monte de Aguim. Pov. na freg. de S. Miguel, de Colmeias, concelho e districto de Leiria.

Monte Agulhas. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Seixo de Gatões, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Monte d'Aipo. Monte crateriforme da ilha do Fogo, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Ainda se vêem n'elle as crateras abertas por occasião da erupção vulcanica que se produziu ali em 1769.

Monte d'Aldeia. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Atalaia, conc. de Portel, distr. de Evora.

Monte Alegre *(Francisco Vaz Pereira Pinto Guedes, 3.º visconde de).* Commendador da ordem de Christo, official de cavallaria. N. a 18 de fevereiro de 1814, fal. a 26 de fevereiro de 1835. Era filho do 2.º visconde do mesmo titulo, Luiz Vaz Pereira Pinto Guedes, e de sua mulher, D. Ignez Maria Candida Pinto Bacellar. Succedeu na casa, quando falleceu sua mãe, a 19 de agosto de 1819, e no morgado de Machucas e padroado do Capitulo de S. Francisco de Bragança a 14 de outubro de 1819, á segunda viscondessa de Mirandella. Seguindo como seu pae e seu avô a carreira das armas, foi despachado alferes em setembro de 1825. Tomando parte na guerra civil de 1828 a 1834, e militando nas fileiras do exercito miguelista, subiu rapidamente os postos até ao de major, sendo-lhe dada a patente de capitão em premio da bravura e valentia com que se bateu nos ataques das linhas de Lisboa. Com a convenção de Evora Monte terminou a sua carreira militar, e pouco tempo depois falleceu.

Monte Alegre *(José da Costa Carvalho, marquez de).* Nasceu na freguezia de N. S.ª da Penha, da prov. da Bahia em 7 de fevereiro de 1796, e fal. a 18 de setembro de 1860. Era filho de José da Costa Carvalho e de D. Ignez Maria da Piedade Costa. Formou-se em Leis na Universidade de Coimbra, e foi despachado juiz de fóra da cidade de S. Paulo, do Brazil, em 1821. Abraçou com enthusiasmo a causa da independencia brazileira, e foi deputado, e um dos chefes do partido democratico, presidente da camara em S. Paulo, ministro de estado; exerceu ainda importantes cargos; falleceu sendo visconde e depois marquez de Monte Alegre.

Monte Alegre *(Luiz Vaz Pereira Pinto Guedes, 2.º visconde de).* Moço fidalgo por alvará do 20 de dezembro de 1778, commendador das ordens de Christo e da Torre e Espada, condecorado com a cruz de campanha da Guerra Peninsular, brigadeiro, etc. N. a 10 de agosto de 1770, e fal. a 10 de maio de 1841. Foi 2.º visconde de Monte Alegre pelo seu casamento, realisado em 18 de fevereiro de 1804, com D. Ignez Maria Candida Pinto Bacellar, que herdára o titulo de viscondessa de Monte Alegre, sendo filha do 1.º visconde, Manuel Pinto de Moraes Bacellar. Esta senhora nasceu a 24 de novembro de 1785, e fal. a 15 de agosto de 1819. Sua irmã primogenita, D. Maria Agueda, lhe cedeu a 18 de fevereiro de 1804, todos os seus direitos hereditarios, e por isso teve o titulo e foi senhora dos morgados de S. Miguel do Seixo, e de N. S.ª d'Assumpção de Villar d'Ossos. Luiz Vaz Pereira Pinto Guedes era irmão do 1.º visconde de Villa Garcia, José Vaz Pereira Pinto Guedes Alistou-se no exercito em abril de 1784, e sendo reconhecido cadeto foi despachado alferes em fins do anno de 1792 e promovido a tenente em 1796. Deixando o serviço militar quando Junot entrou em Portugal, tomou parte activa na revolução de 1808 contra os francezes, e sendo em outubro d'esse anno elevado a capitão, passou a servir de aju-

dante ao general Bacellar (1.º visconde de Monte Alegre) e ao lado d'este se conservou durante todo o tempo da guerra da peninsula, e ainda depois no governo da Beira, até que pelo fallecimento d'aquelle general, sendo já então tenente coronel, foi collocado no regimento de cavallaria n.º 2 para o qual foi promovido a coronel em 1820. Tendo-lhe sido dada a graduação de brigadeiro em 1823, achava-se em Traz-os-Montes quando, em julho de 1826, chegou a Portugal o ministro Carlos Stuart com a Carta Constitucional, que D. Pedro outhorgara, e resolvido o partido absolutista a oppôr-se pela força das armas ao estabelecimento do regimen liberal no nosso paiz, foi o visconde de Montalegre quem levantou o primeiro grito da revolta. Na noite de 26 para 27, o visconde sublevou em Bragança o regimento n.º 24 de infantaria, prendeu o bispo, o governador militar e todos os officiaes que não quizeram adherir ao movimento, mas este não progrediu e os revoltosos tiveram de se acolher a Hespanha, onde em resultado do espirito absolutista do governo, fôram recebidos com a mais benevola hospitalidade. D'ahi a pouco Magessi rebellava-se no Alemtejo, o visconde de Monte Alegre vinha a Portugal revoltar infanteria 11 de guarnição em Almeida, e o marquez de Chaves, levantando tambem algumas partidas em Traz os-Montes, engrossavam as fileiras do partido miguelista que favorecidas pela protecção do governo hespanhol se iam organisando. Em fins de novembro os revoltosos passavam de novo a fronteira, invadiam Portugal por Bragança, onde depois de renhido combate e de tenaz defeza forçaram o general Valdez (depois conde de Bomfim) a capitular, e ganhando novas forças sustentaram com os liberaes a lucta, que só veiu a terminar no anno seguinte, regressando o visconde de Monte Alegre e os outros chefes miguelistas com as tropas que os seguiam para Hespanha. No tempo do governo de D. Miguel voltou o visconde á patria e sendo-lhe então dada a effectividade do posto de brigadeiro e promovido depois a marechal de campo, exerceu varias commissões, entre as quaes se contam a de presidente da commissão mixta e a de governador da praça de Valença. Pouco depois de terminada a guerra civil foi demittido em outubro de 1834. Escreveu: *Memoria e exposição authentica da conducta civil e militar de..., desde 1821 até 1823*, Lisboa, 1833.

Montalegre *(Manuel Pinto de Moraes Bacellar, 1.º visconde de).* Gran-cruz da ordem da Torre e Espada, senhor do morgado de N. S.ª d'Assumpção de Villar d'Ossos e do de S. Miguel de Freixo; tenente-general, governador das armas da Beira Alta desde 1808 até 1816, etc. N. a 4 de setembro de 1741, e fal. a 1 de maio de 1816. Era filho do mestre de campo de infanteria auxiliar da guarnição de Bragança, Lazaro Pinto de Moraes Bacellar, e descendente dos antigos senhores da Torre de Bacellar. Em 1756 alistou-se no regimento de cavallaria, de ligeiros de Chaves, e por occasião da guerra de 1762 levantou á sua custa uma companhia de cavallaria, para a qual obteve por decreto de 19 de junho o posto de capitão. Com o regimento tomou parte nas operações militares marchando para a provincia do Minho, que então foi ameaçada pelos lados de Valença, e depois, por proposta do brigadeiro Smith que commandava o corpo, passou a exercer interinamente as funcções de sargento-mór. Promovido á effectividade d'este posto em julho de 1782, subiu a tenente-coronel em março de 1789, e por fim a coronel em novembro de 1796 com o commando do regimento em que sempre servira. Na malograda empresa que durante a guerra de 1801 o marechal de campo Gomes Freire d'Andrade emprehendeu com as tropas do commando do tenente-general D. Manuel José Lobo contra Monte Rey, cobriu Manuel Pinto Bacellar com grande bravura e acerto a retirada das nossas tropas contribuindo poderosamente para salvar as forças empenhadas n'aquelle commettimento, e para manter os creditos e honra das nossas armas. Concluida a guerra foi promovido a brigadeiro, ficando sempre á frente do regimento, até que este se refundiu com a denominação de cavallaria n.º 6, e o seu chefe passou a aggregado á primeira plana da côrte. Apezar de afastado assim do serviço activo, quando em 1807 se projectou resistir á invasão franceza, o brigadeiro Bacellar promptificou-se a obedecer ás ordens do tenente general Sepulveda, acceitando o mando de uma planeada linha de defeza das provincias do norte que o governo mandára formar, mas não chegou a entrar no exercicio d'esse cargo porque, como é sabido, todos esses preparativos para a lucta fôram mandados suspender, e as tropas de Napoleão puderam entrar em Portugal sem encontrar na sua frente quem lhes tomasse o passo. Voltando novamente para a casa de Villar de Ossos ahi viveu retirado até que, convocado pela voz patriotica de Sepulveda em junho de 1808, recebeu a nomeação de commandante interino das tropas do districto do Douro, nomeação que foi confirmada pela junta do governo estabelecida no Porto. No desempenho d'esses deveres patenteou toda a habilidade e energia de que era dotado, cuidando activamente de reorganisar as tropas da provincia, principalmente as de cavallaria, até que, rebentando em Vizeu a revolução contra os francezes, foi o brigadeiro Bacellar encarregado interinamente do governo das armas da provincia da Beira pela necessidade de collocar n'esse posto, segundo diz a portaria que o nomeou, um official general de confiança. Determinada a reorganisação total do exercito em 22 de julho, e mandados então constituir um corpo de operações na Extremadura, outro de observações na Beira e Traz-os-Montes, e ainda um de reserva em Coimbra, foi a Bacellar entregue o mando do segundo com o qual marchou das proximidades da Guarda em direcção a Castello Branco regulando os seus movimentos pelos do exercito d'operações (que obedecia a Bernardim Freire d'Andrade) de combinação com os do exercito inglez de Welesley. Continuando a marcha fez importantes tomadias ao inimigo em Constancia e Santarem, e depois seguiu para Santo Antonio do Tojal, afim de se unir ao exercito de operações estacionado em Mafra. Chamado depois a Lisboa com os outros generaes para se apresentar ao governo, foi promovido a marechal de campo, e logo em seguida mandado para o Porto coadjuvar o general Bernardim Freire nas importantes commissões de que fôra incumbido. Nos fins de 1808 foi mandado tomar o commando do corpo d'observação destinado ás provincias da

Beira e Traz-os-Montes, com o qual marchou para a cidade da Guarda e foi occupar as posições entre essa cidade e a de Castello Branco, d'onde conseguiu illudir as tentativas do general francez Lapisse que diligenciava entrar na Beira Baixa, emquanto Soult invadia Portugal pelo norte Nas operações de Wellington para recuperar a cidade do Porto, foi Bacellar encarregado de varios movimentos na direita do exercito anglo-luso, e tendo, segundo as instrucções que recebera, passado o Douro na Regoa, dirigiu se sobre Mesão Frio, e d'ahi foi mandado marchar para Chaves, atravez da serra do Marão por Mondim de Basto e Pernalves. Depois de expulsos os francezes, voltou o general Bacellar para o seu commando da Beira, e tendo sido promovido a tenente-general, em Vizeu se conservou até que, sendo lhe dado, em junho de 1810, o mando superior dos corpos de milicias e ordenanças das tres provincias do norte e partido do Porto, foi estabelecer o seu quartel general em Lamego. N'esta situação cuidou attentamente em organisar as tropas auxiliares do exercito da provincia, e quando Massena invadiu o territorio portuguez, Bacellar manteve por muito tempo livres dos inimigos as provincias do norte do reino, e em seguida operando contra Drouet sobre o Alva e contra Claperede, que havia occupado Lamego, conseguiu por fim, quando as tropas imperiaes retiravam, limitar o flanco esquerdo d'estas ao Mondego e preservar os povos da margem direita d'esse rio dos horrores e catastrophes que acompanhavam a passagem dos soldados francezes. Os serviços que então prestou o nosso general tiveram por premio uma carta de louvor do marechal Wellington, a qual foi publicada na ordem do dia, e mais tarde o titulo de visconde de Monte Alegre, que o soberano lhe conferiu no dia 17 de dezembro de 1811. Ainda no anno seguinte tomou parte nas operações militares, quando Marmont e Brenier devastaram algumas terras nossas proximas da fronteira, e d'ahi por deante continuou tranquillamente no seu commando da Beira até fallecer em Vizeu. O visconde de Monte Alegre casou a 16 de julho de 1776 com D. Joanna Delfina Vanzeller Teixeira d'Andrade Pinto, filha de Pedro Francisco Vanzeller, coronel de dragões e governador do forte de S. Noutel em Chaves, e de sua mulher, D. Maria Josepha Barbosa da Silva Teixeira d'Andrade Pinto.

Monte Alegre. Povoações nas freguezias: S. Thomé, de Covellas, conc. de Baião, distr. do Porto. || Mamede, de Ribeirão, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Pov. do sobado de Cabanga Cacalunga, na freg. de S. Joaquim, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Monte d'Além. Povoações nas freguezias. S. Salvador, de Dornellas, conc. de Amares, distr. de Braga. || N. S.ª da Victoria, de Mosteiro, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || S. Thiago e S. Matheus e conc. do Sardoal, distr. de Santarem.

Monte Alto Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro. || Santa Clara a-Velha, conc. de Odemira, distr. Beja. || N. S.ª d'Annunciação e conc. de Mertola, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição, de Odiaxere, conc. de Lagos, distr. de Faro. || S. Miguel, do Rebordosa, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Thiago Maior, conc. de Alandroal, distr. de Evora. || N. S.ª da Conceição e conc de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || Sant'Anna da Serra, conc. de Ourique, distr. de Beja. || S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Monte Andreu. Pov. na freguezia de S. Sebastião, de Carreiras, conc. e distr. de Portalegre.

Monte do Araujo. Pov. na freg. de Santa Maria, de Leça do Bailio, conc. de Bouças, distr. do Porto.

Monte d'Arca. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Tinhella, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real.

Monte Arcado. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Covões, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural.

Monte do Arco. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Aguas Santas, conc. de Maia, distr. do Porto.

Monte dos Arcos. Pov. na freguezia de S. Victor, conc. e distr. de Braga.

Monte Arriba. Pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja.

Monte Arroso. Pov. na freguezia de Santa Cruz do Bispo, concelho de Bouças, districto do Porto.

Monte Avô Pov. na freg. de Santa Cruz do Bispo, concelho de Bouças, districto do Porto.

Monte d'Azinheira. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Montoito, conc. de Redondo, distr. de Evora.

Monte Balão. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Odiaxere, conc. de Lagos, distr. de Faro.

Monte da Bairrada. Pov. na freg de S. Lourenço, de Galveias, conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre.

Monte do Bairro. Pov. na freg. de Santa Maria, de Gemeos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Monte de Baixo. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Arentim, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Caires, conc. de Amares, do mesmo distr. || Ilha do Pico; N. S.ª das Candeias, de Candelaria, conc. de Magdalena, districto de Horta. || S. Paio, de Carvalhal, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Paio, de Casaes, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Thiago, de Castellões, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Domingos, de Fortios, conc. e distr. de Portalegre. || Santa Maria, de Guardizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel de Alagôa, conc. e distr. de Portalegre. || St.ª Maria e conc. de Marvão, do mesmo distr. || S. Cypriano, de Paços de Brandão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Pardilhó, concelho de Estarreja, do mesmo distr. || S. Paio, de Pico de Regalados, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Thiago, de Sobreira Formosa, concelho de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco. || S. Paio e conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Monte da Barca. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Monte Barrinho. Pov. na freguezia de S. Thiago, de Urra, concelho e distr. de Portalegre.

Monte Barro. Pov. na freg. da Sé, conc. e distr. da Guarda.

Monte de Bera. Pov. na freg. de S. Thiago, de Almelaguez, concelho e districto de Coimbra.

Monte do Bispo. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Caria, conc. de Belmonte, distr. de Castello Branco.

Monte Bixo. Pov. na freguezia de S. Thiago Maior, conc. de Alandroal, districto de Evora.

Monte do Boi. Pov. na freg. de S. Bartholomeu de Messines, concelho de Silves, distr. de Faro.

Monte de Bois. Pov. na freg. de Santo André, de Cella, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Monte Bom. Povoações nas freguezias: Santo Isidoro, conc. de Mafra, distr. de Lisboa || N. S.ª da Luz, de A dos Cunhados, conc. de Torres Védras, do mesmo districto.

Monte Branco. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Abella, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Santo Ildefonso e concelho de Almodovar, distr. de Beja. || Sant'Anna da Serra, conc. de Ourique, do mesmo distr. || S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro. || S Bento do Matto, conc. e distr. de Evora. || N. S.ª d Assumpção, de Collos, conc. de Odemira, distr. de Beja. || N. S.ª do Pé da Cruz, de Santa Cruz, conc. de Almodovar, do mesmo distr. || Santo Estevão, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || N. S.ª d'Assumpção, de Freixo. conc. de Redondo, do mesmo distr. || S. Marcos da Serra, conc. de Silves, distr. de Faro || Santa Margarida do Sádão, conc. de Ferreira do Alemtejo, distr. de. Beja. || S. Julião, do Monte do Trigo, conc. de Portel, distr. de Evora. || S. João Baptista, de Negrillos, conc. de Aljustrel, distr. de Beja. || O Salvador e conc. de Odemira, do mesmo distr. || N. S.ª da Graça, de Padrões, conc. de Almodovar, do mesmo distr. || S. Gregorio, de Reguengo, conc. e distr. de Portalegre. || N. S.ª da Conceição e conc. de Silves, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição, de Salvada, conc. e distr. de Beja. || N. S.ª da Luz, de Albernôa, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª da Conceição, de Cabrella, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || S. João Baptista e conc. de Moura, distr. de Beja. N. S.ª da Encarnação, de Vidigão, conc. de Arraiollos, distr de Evora.

Monte Braz. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, de Marmelleiro, conc. e distr. da Guarda.

Monte Brazil (*José Quintino Dias, 1.º barão do*). General de divisão reformado, commendador e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, condecorado com a medalha de ouro de quatro campanhas da Guerra Peninsular, e com as medalhas de honra de Albuera e de Vitoria, com as de valor, bons serviços e comportamento exemplar, e com a medalha n.º 9 das campanhas da Liberdade; governador da praça d'Abrantes, etc. N. em Tavira a 26 de agosto de 179?, fal. a 14 de novembro de 1881. Era filho de José Quintino Dias, e de sua mulher, D. Thereza Dionysia Mascarenhas. Não tendo ainda completado 16 annos de edade, alistou-se como alferes no regimento de milicias da sua terra natal, a 8 de agosto de 1808. Bem cedo começou para elle o noviciado das armas, em que logo se distinguiu na guerra contra os francezes. Assignada em 30 de agosto de 1808 a convenção de Cintra, os governadores do reino concederam em 20 de setembro seguinte o uso do *laço branco*, posto no braço direito aos individuos dos exercitos, que das provincias do norte vieram em soccorro de Lisboa, e aos do exercito do Alemtejo e do Algarve o uso do *laço encarnado* posto no mesmo braço. O joven alferes das milicias de Tavira viera á restauração da capital, e para logo conquistara aquella distincção. A invasão franceza despertára o paiz, que, expulso Junot, reorganisou o seu exercito com que depois se defendeu das invasões dos generaes Soult e Massena. Durante a lucta de 1809, principalmente ferida ao norte do paiz, e a de 1810, que veiu quebrar-se de encontro aos formidaveis reductos de Torres Vedras, José Quintino Dias continuou no seu regimento de milicias, onde já então era tenente. Ao findar a campanha de 1810, ganha a batalha do Bussaco e expulso Massena para além das fronteiras, decidiu Wellington irromper em terras hespanholas, demudando assim a face da campanha, que tinha por destino findar em Tolosa. Foi este o tempo mais notavel da mocidade de José Quintino Dias. Chamado ao exercito activo, que Beresford commandava e desejava enriquecer com bons elementos, alistou-se como voluntario a 10 de novembro de 1810 no regimento de infantaria n.º 14, o qual com o n.º 2 formava a conhecida brigada do Algarve, sendo lhe garantido o posto de alferes que conservou até ser despachado tenente de infantaria n.º 2, em 4 de abril de 1818 com antiguidade de novembro de 1817. Nas campanhas de 1811, 1812, 1813 e 1814 no sitio de Olivença, nos tres sitios de Badajoz, na batalha de Albuera, na de Vitoria, nos Pyrinéos, em Pamplona, nos combates do Nive e do Nivelle, em Orthez e Tolosa, aquelle regimento e os seus officiaes compartilharam os azares e os louros, que a sua brigada sob o commando de Antonio Hypolito da Costa, conseguia vêr memorados nas ordens do exercito de Beresford, conde de Trancoso e marquez de Campo Maior. José Quintino Dias, voltando á patria depois da paz geral, ganhara a cruz de ouro n.º 1, de quatro campanhas da guerra peninsular, e a medalha hespanhola de Albuera e de Vitoria. Estas distincções fôram-lhe officialmente concedidas nas ordens do exercito de 25 de dezembro de 1820 e de 20 de dezembro de 1824. A fragata *Amazonas* em 26 de setembro de 1810 levou para a ilha Terceira os primeiros deportados pelos governadores do reino. A revolução de 1820 no Porto e a de 1821 em Angra fôram ambas mallogradas. Em 1823 as francas declarações de partidario da revolução liberal, occasionaram a José Quintino Dias a sua prisão em Lagos. Em agosto de 1824 foi transferido de infantaria n.º 2 para o n.º 11 da mesma arma, sendo depois em setembro seguinte collocado no batalhão de caçadores n.º 4. Quando em 1826 se deu a revolta d'este batalhão e de infantaria n.º 11, depois batida pelo general Saldanha, chegou a estabelecer a junta governativa de Faro, José Quintino Dias abandonou o corpo revoltado, e foi para Almodovar unir-se ao regi-

mento de artilharia n.º 2, onde serviu, e no qual se bateu com os realistas em 1826 e 1827. Esteve depois como ajudante no regimento de milicias de Lagos, e em 6 de dezembro de 1827 foi despachado capitão graduado para o n.º 4 de caçadores, d'onde foi transferido na effectividade do posto por decreto de 17 de janeiro de 1828, para o n.º 5 da mesma arma. O partido liberal na ilha Terceira era pequeno, mas enthusiasta. Chegando ali em 17 de maio de 1828 a noticia de ter sido acclamado o infante D. Miguel rei em Lisboa, o capitão-general Tovar d'Albuquerque, que era o governador, mandou n'esse mesmo dia publicar editaes convocando a camara de Angra para o dia seguinte. Effectivamente a 18 foi o infante acclamado rei na cidade, e a 19 na Praia e Villa de S. Sebastião, havendo salvas e *Te-Deum* na cathedral, com assistencia da guarnição. José Quintino Dias desembarcara em Angra a 28 de abril com o seu batalhão de caçadores

Barão do Monte Brazil

n.º 5, que nas festas da acclamação se manteve indifferente no meio de tanto regosijo. O capitão José Quintino Dias e dois subalternos recusaram-se além d'isso abertamente a proferir os *vivas* que se lhes indicavam. Era a rebellião manifesta, a que a pusillanimidade do capitão general fez ainda largas concessões Os 34 dias que decorreram de 18 de maio a 22 de junho, em que se deu a revolução, fôram d'uma lucta heroica. Entretanto conspirava-se, embora na ilha se ignorasse completamente o que então se passava em Aveiro, no Porto, em Coimbra e na Madeira. O major Vellez Cardoso, commandante da ala direita de caçadores n.º 5, e os capitães Abranches e Paula da Cunha não adheriram ao movimento. O capitão Quintino tomou a iniciativa, e foi valentemente coadjuvado pelo tenente Francisco Eleutherio Lobão, e pelos alferes José Sequeira e Antonio de Sousa Liz. A força, de que foi possivel dispôr, era de 3 officiaes subalternos e 131 sargentos, cabos e soldados. O capitão general Tovar d'Albuquerque sabia da conspiração, e não ignorava as reuniões que se realisavam em casa de Theotonio de Ornellas, Cunha Ferraz e Manuel Nogueira. Deporton officiaes e pessoas notaveis da cidade, chamou a Angra os 2 corpos de milicias, as ordenanças, e poz de prevenção o batalhão de artilharia, tudo na noite de 21 de junho. O capitão Quintino, sabendo que se intentava desarmar caçadores n.º 5, formou ao anoitecer d'esse dia na praça do castello de S. João Baptista, no Monte Brazil, prendeu o governador Caetano de Paula Xavier, os outros capitães do corpo, o tenente Paiva e alguns officiaes de artilharia que eram suspeitos, surprehendeu e desarmou as guardas e apoderou-se da fortaleza. Em seguida fez saír á descoberta, sob o commando do tenente Leão, uma força de 30 soldados com a qual se dirigiu ao palacio do governador. As milicias e o povo dispersaram no quartel general a guarda, commandada por um tenente, bateu-se, mas por fim teve de render-se, Na manhã de 22 o capitão general Tovar d'Albuquerque era deposto, recluso no castello, e convocada a camara pelo juiz de fóra Valente Farinho, para isso convidado por officio de José Quintino Dias, assignava-se o auto de acclamação da monarchia constitucional, e nomeava-se o governo interino, a que ficava presidindo Cunha Ferraz. A 15 de julho surgiu no porto de Angra a fragata *Princeza Real* trazendo o general Prego para tomar conta da capitania em nome de D. Miguel, mas foi afugentada. Do reino houve as peores noticias. O enviado de Quintino á Junta do Porto, o dr. Antonio da Silveira, teve de lançar ao rio Douro os despachos que trazia, em vez de os entregar ao tenente general Hypolito da Costa. Em 24 de agosto a ilha Terceira esteve a pique de succumbir. A dedicação de Quintino Dias e de seus camaradas manteve a causa da Liberdade. Promovido a major graduado em 12 de setembro e a effectivo por portaria de 23 de outubro de 1828, já expedida pela junta provisoria, a que presidia Diocleciano Cabreira, continuou a commandar caçadores n.º 5, durante esse periodo agitadissimo, e com elle assistiu ao ataque da Villa da Praia da Victoria em 11 de agosto de 1829. Intrigas privaram o exercito dos serviços de tão bravo e prestante official, sendo-lhe pela mesma regencia tirado o commando de caçadores n.º 5, em maio de 1830, dando-se-lhe, porém, o governo do castello de S. Sebastião d'Angra, onde permaneceu até 16 de maio de 1831, em que foi mandado embarcar para Londres e apresentar-se ao ministro portuguez Abreu de Lima, mais tarde conde da Carreira, para o considerar como emigrado. Provou então os amargores do exilio com sua mulher, e seus filhos, mas publicou em Londres e em Paris os seguintes opusculos: *Exposição das actos arbitrarios e despoticos praticados pela regencia da Terceira contra o major José Quintino Dias*; tem no fim a data: Londres, 28 de fevereiro de 1832; *Documentos para a historia da restauraçãc do governo legitimo e constitucional da ilha Terceira em 22 de junho de 1828; publicados pelo major José Quintino Dias;* Paris, 1832. Consentindo-se-lhe mais tarde voltar á patria, apresentou-se no deposito militar de Lisboa em 15 de abril de 1834, acompanhou até 26 de maio, dia da convenção de Evora Monte, os ultimos trabalhos do exercito liberal, sempre em

campanha. Promovido a tenente-coronel graduado em 1834, e a effectivo em 5 de setembro de 1837, tomou o commando do batalhão de infantaria n.º 25, onde foi coronel em 1840. N'este corpo andou pela serra do Algarve em lucta com o celebre Remexido e seus companheiros durante os annos de 18 7 a 1840. Conseguiu conservar-se extranho ás pugnas que então se feriram pró e contra a Carta Constitucional, e só figurou politicamente, quando em 1845 lhe deram uma cadeira de deputado. Collocado como coronel no regimento de infantaria n.º 15 em 19 de abril de 1847, fez a campanha d'este anno n'aquelle regimento até á convenção de Gramido. Desde 1840 até que deixou o serviço activo em 1870, como general de divisão, exerceu as seguintes commissões: chefe do estado maior da 8.ª divisão militar em 27 de novembro de 1848; brigadeiro graduado em 1852; governador da praça d'Abrantes em 4 de outubro d'este anno; brigadeiro effectivo em 7 de agosto de 1855; governador da praça de Peniche em 30 de setembro de 1857; marechal de campo em 25 de julho de 1859; general de brigada em 4 de junho de 1864; general de divisão em 7 de fevereiro de 1865; commandante da 7.ª divisão militar em 8 do referido mez e anno; vogal do supremo conselho de justiça militar em novembro d'esse anno; e finalmente commandante da 4.ª divisão militar em 12 de novembro de 1869, tendo-se reformado depois a 24 de janeiro de 1870. Por decreto de 4 de agosto de 1862 foi agraciado com o titulo de barão de Monte Brazil A'cêrca da reforma, que lhe foi dada sem elle a requerer, saiu uma correspondencia no *Jornal do Commercio* de 8 de março de 1870. O barão do Monte Brazil casou em 1817 com D. Maria Sebastiana Alvares Botelho, que falleceu em 2 de janeiro de 1875, e era filha de Francisco Alvares Botelho, e de sua mulher D. Maria Leocadia do Carmo.

Monte Brazil. Monte na ilha Terceira, Açôres. V. *Portugal*, vol. II, pag. 496.

Monte do Brito. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Graça do Divor, conc. e distr. de Evora.

Monte dos Burgos. Pov. na freg. do Salvador, de Ramalde, 2.º bairro (Occidental) do Porto.

Monte Cabo. Pov. na freg. de Santa Maria, de Fregim, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Monte Cação. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Mertola, distr. de Beja.

Monte do Caixeiro. Pov. na freg. de S. Mathias, de Caixeiro, conc. de Niza, distr. de Portalegre.

Monte dos Callados. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Capellins, conc. de Alandroal, distr. de Evora.

Monte Calvo. Povoações nas freguezias: Santissimo Sacramento, de Burgo, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santo Isidoro, de Romariz, conc. da Feira, do mesmo distr. || Monte na ilha de S. Nicolau, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situado na região meridional da ilha.

Monte da Candosa. Pov. na freg. de Santa Maria, de Vallega, conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

Monte Capitão. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, conc. e distr. de Beja.

Monte Carmello *(Fr. Luiz de)*. Religioso carmelita descalço, deputado da Mesa Censoria, etc. N. em Vianna de Castello, e chamava-se no seculo Luiz Claudio. Fal. em 1785. Escreveu: *Compendio de Orthographia*, etc., Lisboa, 1767. Foi encarregado da revisão orthographica do *Compendio historico de Universidade de Coimbra.*

Monte Carneiro. Ilha do Faial; pov. na freg. do Santissimo Salvador, conc. e distr. de Horta.

Monte Carpento. Monte do distr. de Faro. E' uma ramificação da serra de Mú ou Caldeirão na direcção SSE até ás proximidades de Tavira. Tem 20 k. de contorno e 246m. d'altura.

Monte da Carreira. Pov. na freg. de S. Martinho, de Lordello do Ouro, 2.º bairro (Occidental) do Porto.

Monte Carrêto. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Villa Fernando, conc. e distr. de Guarda.

Monte Carvalhinhos. Pov. na freg. de S. Thomé, de Caldellas, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Monte Carvalho. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Ribeira de Niza, conc. e distr. de Portalegre. Tem correio com serviço de posta rural.

Monte Casal. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Gamil, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Monte das Casas. Pov. na freg. de S. Bento, do Zambujal, conc. de Redondo, distr. de Evora Tem correio com serviço de posta rural.

Monte de Castilhão. Pov. na freg. de S. Thiago, de Santa Lucrecia de Algeriz, conc. e distr. de Braga.

Monte Cavaca. Pequena serra na prov. da Beira Baixa, freg. do Espirito Santo, da Cortiçada, conc. de Aguiar da Beira, distr. da Guarda Ao sopé do monte corre a ribeira de Babou. No Monte Cavaca está situado o santuario de Santa Maria de Carregal. A ermida é muito antiga, e segundo a tradição, já existia no tempo dos moiros, que nunca se oppuzeram ao culto da padroeira. A imagem é de muita devoção para os povos d'estes sitios. E' de pedra, de 66 centimetros d'altura, tendo nos braços o menino Jesus.

Monte Chamiço. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Monte da Pedra, conc. do Crato, distr. de Portalegre.

Monte Chão. Povoações nas freguezias: Santa Martha, de Bouro, conc. de Amares, distr. de Braga.

Monte de Chãos. Pov. na freg. de S. Thiago, de Santa Lucrecia d'Algeriz, conc. e distr. de Braga.

Monte do Cheira. Pov. na freg. de S. Salvador, de Torre, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Monte de Cima. Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Bico, conc. de Amares, distr. de Braga. || N. S.ª das Brotas, de Brotas, conc. de Móra, distr. de Evora. || Santa Maria, de Caires, conc. de Amares, distr. de Braga. || Ilha do Pico; N. S.ª das Candeias, de Candelária, conc. de Magdalena, distr. de Horta. || S. Paio, de Carvalhal, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Guardizella, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Julião, conc. e distr. de Portalegre. || S. Martinho, de Manhente conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria e conc. de Marvão, distr. de Portalegre. || N. S.ª d'Assumpção,

de Mexilhoeira Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || S. Cypriano, de Paços de Brandão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Pardilhó, conc. de Estarreja, do mesmo distr. || S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco. || N. S.ª da Graça e conc. de Souzel, distr. de Portalegre. || S. Paio e conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Pedro, de Evora Monte, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Monte Cimeiro. Pov. na freg. de Santa Clara, de Alcaravella, conc. de Sardoal, distr. de Santarem.

Monte Cimeiro de S Bento. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cardigos, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Monte Claro. Pov. na freg. de S. Mathias, de Caixeiro, conc. de Niza, distr. de Portalegre. Tem correio com serviço de posta rural.

Monte Clerigo. Pov. na freg. de S. Marcos, da Serra, conc. de Silves, distr. de Faro.

Monte dos Combros. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Castellões, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria, de Vermoim, do mesmo conc. e districto.

Monte do Conselho. Pov. na freg. de S. Julião, conc. e distr. de Portalegre.

Monte da Corcha. Pov. na freg. de S. Miguel do Pinheiro, conc. de Mertola, distr. de Beja.

Monte Cordova. Pov. e freg. de Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. de Santo Thirso, distr. e bisp. do Porto; 362 fog. e 1:313 hab. Tem esc. do sexo masculino. A pov. dista 5 k. da séde do conc. O papa e o bispo apresentavam alternativamente o reitor, que tinha 50$000 de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil em todos os generos agricolas do paiz, e cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. A egreja parochial está edificada no alto do monte, no logar chamado do *Mosteiro*. Dizem, que effectivamente houve aqui um convento de freiras benedictinas, fundado pelos annos de 1080 pela condessa D. Aldara, ou por seu filho, o bispo S. Rezendo, pelos annos de 1110. Junto a Monte Cordova está a ermida de *N. S.ª de Valinhos*, ou da *Misericordia*. A imagem da padroeira é de pedra e de tamanho natural. Consta ser muito antiga, feita ainda no tempo dos godos.

Monte Corvo. Pov. na freguezia de S. Marcos da Serra, concelho de Silves, distr. de Faro.

Monte das Covas. Pequena serra da prov. do Douro, na freg. de S. Julião, d'Agua Longa, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. Tem minas de ferro, manganez, plombagina e antimonio, manifestadas em abril de 1875.

Monte Covêllo *(Batalha de)*. Está situada esta pov. no conc. de Gondomar, distr. do Porto, e ali se deu em abril de 1833 um combate entre constitucionaes e miguelistas. Não tendo estes podido occupar o monte das Antas, onde os constitucionaes se estabeleceram fortemente depois de sairem victoriosos do combate de 24 de março do mesmo anno, voltaram as suas attenções para o monte Covêllo, boa posição em que tinham uma pequena força. Vendo que uma bateria montada n'este monte podia fazer grandes estragos na cidade, o conde de S. Lourenço mandou o fortificar, facto este que causou grande alarme dentro do Porto, sendo os generaes incumbidos da defeza n'aquelle ponto, vivamente censurados pelo desleixo com que deixaram que o inimigo levantasse fortificações tão perto da cidade, e de dentro das quaes a artilharia ia causar damnos ainda maiores, que os que eram produzidos pelas outras baterias. No dia 9 de abril resolveram-se os chefes constitucionaes a mandar atacar o monte Covêllo, onde os miguelistas tinham os corpos de infantaria de linha n.º 12 e 13, um regimento de milicias e um batalhão de voluntarios. Foi encarregado de dirigir esta operação o coronel José Joaquim Pacheco, que pelas 5 horas da tarde se poz em marcha com duas columnas, uma das quaes avançou pela Cruz das Regateiras, seguindo a outra pela estrada do Sério. Tendo estas tropas caminhado rapidamente por caminhos que do acampamento miguelista não eram vistos, nem estavam vigiados, o inimigo foi surprehendido e desalojado, depois d'um combate que não durou mais de sete minutos. As tropas miguelistas procuraram ainda durante a noite occupar um monte visinho de Covêllo e voltaram no dia immediato por duas vezes á carga para reconquistarem a boa posição perdida, mas fôram baldados todos os seus esforços. As tropas constitucionaes defenderam heroicamente o monte, onde destruiram as fortificações começadas pelos miguelistas, e com o material, que encontraram ali, levantaram outras em sentido opposto.

Monte Coxo. Serra na prov. de Traz-os-Montes. Corre nas freguezias de Covas do Douro, Paços e Gouvinhas. A 2 k. acima da aldeia de Donêllo, da freg. de Covas do Douro, e sobre o Monte Coxo, está a ermida de S. Domingos, situada n'um pincaro, d'onde se desfructa um bonito panorama, avistando-se terras até de muitas legoas de distancia. Esta ermida pertence ás 3 freguezias citadas, sendo administrada alternativamente pelos respectivos parochos.

Monte do Cravo. Pov. na freg de Santo Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, districto de Silves.

Monte da Craveira. Pov. na freg. de S. Miguel, de Adaval, conc. de Redondo, districto de Evora. Tem correio com serviço de posta rural.

Monte Cristello. Pequena serra da prov. do Minho. Em 1700 foi aqui descoberta por Domingos Ramos uma estatua de pedra, toscamente cinzelada. A estatua não tem pés nem cabeça, tendo até aos hombros 90 centimetros de altura. Em varios sitios d'este monte tem-se encontrado inscripções romanas, gravadas em rochas, mas na maior parte illegiveis, por estarem gastas do tempo O Monte Cristello é muito alto, e d'elle se goza um bonito ponto de vista. E' tradição que existiu aqui uma cidade moirisca chamada *Pegas*, e é muito possivel que os moiros a habitassem depois dos romanos e dos godos, pois a uns paredões desmantelados ainda se dá o nome de *castello dos moiros*. No monte de S. Jorge, a 6 k. de Cristello, e que fica em frente do mosteiro cruzio de Caramos, ha tambem muitos vestigios d'uma povoação ou grande fortaleza romana, e dizem que muito mais haveria se os frades, e depois o povo, não levassem d'ali muita pedra de

cantaria, muito bem lavrada, para ser empregada em varias obras.

Monte das Cruzes. Pov. na freg. de S. Thiago, de Milheirós, conc. de Maia, distr. do Porto.

Monte Cuche. Pov. na freg. de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa. || Quinta na freg. de S. Bartholomeu, de Beato Antonio, 1.º bairro de Lisboa.

Monte da Devesa. Pov. na freg. de S. Pedro, de Figueiredo, conc. de Amares, distr. de Braga.

Monte de Domingos Fernandes. Monte crateriforme da ilha do Fogo, no archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situado na região ENE da ilha, e é notavel pela grande quantidade de lava que vomitou em 1817.

Monte Duarte. Pov. na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Monte Egreja. Pov. na freg. do Senhor do Monte, de Duas Egrejas, conc. de Miranda do Douro, distr. de Bragança.

Monte da Egreja. Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Cristello, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção, de Freixo, conc. de Redondo, distr. de Evora.

Monte Ergudo. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Vandoma, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Monte Escrivão. Pov. na freg. de S. Domingos, de Malpica, conc. e distr. de Castello Branco.

Monte Estleiro. Pov. na freg. de Sant'Anna da Serra, conc. de Ourique, districto de Beja.

Monte Estoril. V. *Portugal*, vol. II, pag. 219.

Monte da Estrada. Pov. na freg. de S. Lourenço de Mamporcão, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Monte do Faro. Cabeço da prov. do Minho, na freg., conc. e proximo de Valença. O seu nome provém de ter aqui havido uma *almenára* no tempo dos antigos lusitanos. Depois foi substituida por um *facho*, que era a almenára aperfeiçoada, que antigamente substituia o telegrapho. Este facho ainda funccionou durante as guerras da Restauração, desde 1640 até 1668. No alto d'este monte está a capella de N. S.ª de Faro, de cujo sitio se goza um dos mais bellos panoramas da prov. do Minho.

Monte Fava. Pov. na freg. da Santissima Trindade, conc. e distr. de Beja.

Monte Feio. Pov. na freg. do Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Monte da Feira. Pov. na freg. de Santa Maria, de Veatodos, conc. de Barcellos, districto de Braga.

Monte Ferreiro. Pov. na freg. de S. Pedro da Cadeira e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Monte Fidalgo. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Alfrivida, conc. de Villa Velha de Rodam, distr. de Castello Branco.

Monte do Figo. Monte do distr. de Faro. E' uma ramificação da serra de Mú ou Caldeirão, tambem conhecida pelo nome de *Monte de S. Miguel*, por ter no alto uma ermida com esta invocação. Fica entre Loulé e Tavira e ao N de Olhão; mede 405 m. d'altura.

Monte das Flôres. Pov. na freg. da Sé, conc. e distr. de Evora. Ha aqui uma est. do caminho de ferro sul e sueste, entre a de Evora e o apeadeiro do Tojal.

Monte Formoso. Monte na ilha de S. Nicolau, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situado na região SE, proximo de Porto Velho.

Monte do Frade. Pov. na freg. de S. Vicente, de Pinheiro, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Monte de Fralães. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 33 fog. e 106 hab. A pov. dista 4 k. da séde do conc. No alto do monte Sóya, d'esta freg., existiu um castello, que dizem ter sido de Soyano, valido de Tiberio. Tambem consta, que foi n'esta localidade o quartel de Decio Junio Bruto, e que a elle vieram atacar os bracarenses, e o fizeram retirar. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Monte Francas. Pov. na freg. de S. Vicente e conc. de Cuba, distr. de Beja.

Monte Francisco. Povoações nas freguezias: S. Thiago e conc. de Castro Marim, districto de Faro. || S. Julião, concelho e distr. de Portalegre.

Monte Frio. Pov. na freg. de Santa Cecilia, de Bemfeita, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Monte Frol. Pov. na freg. de S. Martinho, de Villa Fria, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Monte Fundeiro. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Amendoa, conc. de Mação, distr. de Santarem. || N. S.ª da Visitação, de Belver, do conc. de Gavião, distr. de Portalegre. || N. S.ª da Esperança, de Ermida, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || N. S.ª da Esperança, conc. de Arronches, distr. de Portalegre. || S. Pedro, de Esteval, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco. || N. S.ª da Conceição e concelho de Oleiros, do mesmo districto.

Monte Fundeiro de S. Bento. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cardigos, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Monte Furado. Pov. na freg. de S. Mamede, de Marrancos, conc. de Villa Verde, districto de Braga.

Monte das Gaitas. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Montoito, conc. de Redondo, districto de Evora.

Monte Gallego. Pov. na freg. de S. Pedro, de Alvega, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Monte do Gato. Serro da prov. do Alemtejo, no concelho de Almodovar. Tem minas de cobre.

Monte Gil. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Aldeia Gavinha, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Monte Godel. Pov. na freg. de Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Monte Godello. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Aveiras de Cima, conc. d'Azambuja, distr. de Lisboa.

Monte da Gorda. Pov. na freg. de N. S.ª de Alva e concelho de Aljezur, districto de Faro.

Monte Gordo. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Achete, conc. e distr. de Santarem. || S. Pedro, de Lousa, concelho de Loures, distr. de Lisboa. || N. S.ª d'Assumpção, de Povos, conc. de Villa Franca de Xira, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco. || N. S.ª da Oliveira, de Sobral da Abelheira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. Vicente e conc. de Villa Franca de Xira, do mesmo distr. || N. S.ª da Encarnação e conc. de Villa Real de Santo Antonio, distr. de Faro. || Monte da ilha de S. Nicolau, no archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental. Tem 1:347 m. d'altura, e é o mais elevado de toda a ilha.

Monte Grande Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Agrella, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Sant'Anna, conc. de Portel, distr. de Evora. || N. S.ª da Purificação, de Cabeção, conc. de Móra, do mesmo distr. || S. Thiago, de Capella, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Domingos, de Malpica, conc. e distr. de Castello Branco. || N. S.ª d'Assumpção, de Montoito, conc. de Redondo, distr. de Evora. || N. S.ª da Conceição, de Salvada, conc. e distr. de Beja.

Monte Granosinho. Pov. na freg. de S. Domingos, de Malpica, conc. e distr. de Castello Branco.

Monte Guilherme. Pov. na freg. de Sant'Anna da Serra, concelho de Ourique, distr. de Beja.

Monte da Insua. Pov. na freg. de Santo Isidoro, de Romariz, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Monte Joanna e Ribeira dos Burros. Pov. da freg. de N. S.ª do Rosario, no conc. de Santo Autão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Monte de João Dias. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Mação, distr. de Santarem.

Monte de João Martins. Monte crateriforme da ilha do Fogo, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situado na região ENE da ilha, e em 1817 expelliu uma consideravel quantidade de lavra, que entrou pelo Oceano n'uma grande extensão.

Monte de João Preto. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Boliqueime, conc de Loulé, distr. de Faro.

Monte Judeu. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Barão de S. João, conc. de Lagos, distr. de Faro.

Monte Junto. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Guia, conc. de Albufeira, distr. de Faro. || Serra do distr. de Lisboa. Estende-se entre as villas do Cadaval, Alcoentre, Alemquer e Villa Verde, na direcção geral de N S com as ramificações das serras de Santa Quiteria e de Alvarrões para o S Tem 15 k. de comprimento, 7 de largura, e 666 m d'altura. A maior parte d'esta serra é composta de penedia, e apenas aqui ha uma varzea, de uns 3 k. de comprido, composta de terra bastante fertil, que se cultiva. Ha aqui tambem duas lagôas de agua clara e de boa qualidade. A pouca distancia d'estas lagôas, e sobre uma pequena elevação vê-se a ermida de N. S.ª das Neves, assim denominada pela muita neve que se conserva n'este sitio grande parte do anno. A ermida, posto que seja pequena, é de boa fabrica, e tem fóra da porta principal um alpendre coberto, e dentro está dividida em capella-mór e corpo da egreja. E' de abobada e muito antiga, não se sabendo quando nem por quem foi edificada. Na serra de Monte Junto ha finissimos marmores, optima pedra calcarea (carbonato de cal), azeviche, e outras pedras excellentes para construcções. Do Santuario de N. S.ª das Neves, do Monte Junto, tratam D. Rodrigo da Cunha, na *Historia Ecclesiastica de Lisboa*, pag. 2, cap. 3.º; Cardoso, no seu *Agiologio*, tomo, III, a 27 de abril; Fr. Luiz de Sousa, na *Chronica de S. Domingos*, pag. 1.ª, liv. 1.º, cap. 12; Brandão, na *Monarchia Lusitana*, pag. 4, liv. 14, cap. 23; e as *Chronicas* dominicanas.

Monte Lafão. Serra da prov. da Beira Alta, no distr. de Vizeu. Começa ao N junto do logar de Fataunços, e termina ao S na serra do Bussaco. Ha n'esta serra o monte do Caramullo, altissimo penhasco, cujo accesso difficilimo. No seu cume ha uma pedra quadrada, especie de mesa, que mostra ser feita a picão. D'este ponto se vêem ao SO e O, os campos de Coimbra, Aveiro, muitas povoações e uma grande extensão do Oceano; e ao E todas as terras que estanceiam entre o monte Lafão e a serra da Estrella. N'esta parte tambem se levanta um monte pyramidal, chamado *Serra do Cantaro*, ou *do Carvalho*. N'uma quebrada do monte de Caramullo está edificado o Santuario de N. S.ª do Guardão. E' um templo antiquissimo, e dizem ter sido edificado durante o dominio dos moiros ou, pelo menos, antes da sua total expulsão d'esta provincia, por alguns christãos, que fugindo ás crueldades dos agarenos, se recolheram a estas brenhas, e ali edificaram uma ermida dedicada a Nossa Senhora, escondida entre as selvas, então quasi impenetraveis d'esta serra. Com o correr dos annos a ermida foi elevada a egreja parochial, sob a invocação de N. S.ª d'Assumpção. Tem um retabulo pintado a oleo, attribuido a Grão Vasco, representando a Virgem. Na serra de Monte Lafão ha grande abundancia de caça e gados, que se apascentam em seus frescos valles, regados por muitas fontes e ribeiras de boas aguas, entre as quas se conta a fonte das *Laceiras*, por ficar junto da aldeia d'este nome. Esta fonte está n'uma gruta natural, com capacidade para mais de 20 pessoas. Consta ter estado escondido alguns dias n'esta gruta D. Antonio, prior do Crato.

Monte Lage. Pov. na freg. de S. Miguel, de Gemeos, conc de Celorico de Basto, distr. de Braga. || No distr. de Portalegre e conc. de Souzel, fica a 8 k. d'esta villa a pov. do Cano, a 5 k. para o norte d'esta o Monte da Lage junto do qual brota uma nascente d'agua mineral, clara, limpida, inodora, de sabor um pouco picante e fria. Parece que não foi ainda analysada, mas nos arredores goza de muita fama.

Monte Leal. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Valle de Prazeres, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco.

Monte do Lavor. Pov. na freg. de Santa Maria, de Veatodos, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Monte do Lobo. Pov. na freg. de Santo Es-

tevão, de Cachopo, concelho de Tavira, distr. de Faro.

Monte de Lobos. Pov. na freg. de S. Gens, de Palla, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu. Tem caixa postal.

Monte de Loios. Pov. no conc. de Alemquer, pertencendo uma parte ao de Villa Franca de Xira, ambos do distr. de Lisboa. Actualmente apenas existe d'esta povoação dois casaes pertencentes á freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Triana, no conc. d'Alemquer.

Monte Longo. Nome que tinha antigamente o actual concelho de Fafe, no districto de Braga.

Monte Longo d'Areia. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

Monte Longo da Capella. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

Monte de Losna. Monte crateriforme da ilha do Fogo, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Na erupção vulcanica de 1817 abriu grandes fendas e boccas profundas, que se conservam ainda.

Monte do Louro Pov. na freg. de Santa Lucrecia, de Louro, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Monte Lousa. Pov. na freg. de Santa Maria, do Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Monte Magro. Pov. na freg. de S. Domingos, de Malpica, concelho e distr. de Castello Branco.

Monte Maior. Pov. na freg. de S. Miguel, de Carreiras, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Nome que teve n'outro tempo a serra da Falperra, na prov. do Minho. V. *Falperra*.

Monte Margarida. Pov. e freg. do Espirito Santo, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bispado da Guarda; 68 fog. e 234 hab. Tem correio com serviço de posta rural A pov. dista 19 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem direita da ribeira Noeime, na estrada da Guarda a Villa Maior. O prior de Faia apresentava o cura, que tinha 20$000 réis de renda. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 12, com a séde em Trancoso.

Monte Marjovaes Pov. na freg. de S. Domingos, de Malpica, conc. e distr. de Castello Branco.

Monte Meão. Pov. na freg. de S. Martinho, de Cocujães, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro

Monte de Meda. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Lomba, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Monte do Meio. Povoações nas freguezias: S. Julião, conc. e distr. de Portalegre. || Santa Maria e conc. de Marvão, do mesmo distr. || S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Monte do Meio de S Bento. Pov. na freg. de N S.ª d'Assumpção, de Cardigos, conc. de Mação, distr de Santarem.

Monte Minhoto. Pov. na freg de S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Monte da prov. da Beira Baixa, no conc. da Certã, distr. de Castello Branco Está situado junto ao rio Zezere, entre outros serros ou cabeços. E' muito alto e coberto de penhascos, sendo a parte que olha para o Zezere um despenhadeiro quasi inaccessivel. Sobre um dos rochedos d'este monte está uma grande ermida dedicada a N. S.ª da Estrella. E' muito antiga, e consta que apparecera a imagem n'este mesmo sitio dentro d'uma gruta ou lapa. Junto á ermida está um poço, que nunca sécca, por maior que seja a estiagem, apezar de estar em um pincaro alcantilado. Tambem aqui ha uma fonte com abundancia de boa agua. Ao pé da egreja ha dois sobreiros seculares gigantescos.

Monte do Moinho. Pov. da freg. de Santo André, de Marecos, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Monte dos Moreiras. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Valle de Prazeres, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco.

Monte Morgado. Pov. na freg. de Santa Clara-a-Velha, concelho de Odemira, distr. de Beja.

Monte Muro. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Galés, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Serra do distr. do Porto. Corre proximo da villa de Athaide, no conc. de Amarante. Tem 505 m. de altura. || Serra na Beira Alta, no conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. Na encosta septentrional d'esta serra está a villa de Ferreiros de Tendaes Tambem se lhe dá o nome de *Serra dos Tendaes*.

Monte Muro. São assim denominadas umas herdades do Alemtejo, no distr. de Evora. Em tempos antigos estavam, na sua maxima parte, por cultivar e cobertas de estevas e mattos. A proprietaria d'estas herdades, compadecida da falta de lenhas, que padeciam os habitantes da cidade de Evora, concedeu-lhes que fôssem a Monte Muro cortar lenha e arrancar cêpa, para os seus fornos e cosinhas. Estas herdades passaram depois para a camara municipal de Evora.

Monte Negrello. Pov. na freg. de S. Thiago, de Soutello de Aguiar, conc. Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real.

Monte Negro. Povoações nas freguezias: Santa Eufemia, de Agilde, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || O Salvador, de Delães, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Pedro, conc. e distr. de Faro.

Monte Novo. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Luz, de Albernôa, conc. e distr. de Beja. || S. João Baptista e conc. d'Alcochete, distr. de Lisboa. || Santa Margarida, do Aldeia Velha, conc. de Aviz, distr. de Portalegre. || Santo Aleixo, conc. de Monforte, do mesmo distr. || N. S.ª d'Alva e conc. de Aljezur, distr. de Faro. || Santo Amaro, conc. de Fronteira, distr. de Portalegre. || S. Bento e Santa Victoria, de Ameixial, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Sant'Anna da Serra, conc. de Ourique, distr. de Beja. || N. S.ª da Graça e conc. de Benavente, distr. de Santarem. || N. S.ª da Encarnação de Bordeira, conc. de Aljezur, distr. de Faro. || N. S.ª d'Assumpção, de Collos, conc. de Odemira, distr de Beja. || N. S.ª do Pé da Cruz, de Santa Cruz, conc. de Almodovar, do mesmo distr. || S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Santa Maria e conc. de Extremoz, distr. de Evora. ||

N. S.ª d'Assumpção e conc. de Ferreira do Alemtejo, distr. de Beja. || Santa Margarida, de Fundada, conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco. || S. Sebastião, de Gomes Aires, conc. de Almodovar, distr. de Beja. || S. Matheus, de Junceira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || N. S.ª da Natividade, de Luso, conc. de Mealhada, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Conceição e conc. de Mação, distr. de Santarem. || S. Marcos da Serra, conc. de Silves, distr. de Faro. || N. S.ª da Graça, de Margem, conc. de Gavião, distr. de Portalegre. || S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja. || S. Sebastião, de Moiriscas, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || N. S.ª das Neves, de Neves, conc. e distr. de Beja. || N. S.ª da Visitação, de Odeleite, conc. de Castro Marim, distr. de Faro. || O Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja. || N S.ª da Esperança, de Paderne, conc. de Albufeira, distr. de Faro. || S. Francisco de Assis e conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre. || O Salvador, de Pousafolles do Bispo, conc. de Sabugal, distr da Guarda. || Santa Catharina, de Quintos, conc e distr. de Beja. || S. Theotonio, conc. de Odemira do mesmo distr. || S. Thiago Maior, conc. de Alandroal, distr de Evora. || S Pedro, de Vaqueiros, conc. de Alcoutim, distr. de Faro. || S. Pedro, de Monte Vil, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || S. João Baptista, de Palma, do mesmo conc. e distr. || Santissima Trindade, de Trindade, conc. e distr. de Beja.

Monte Novo de Bacellos. Pov. na freg. de S. Pedro, de Terena, conc. de Alandroal, distr. de Evora.

Monte Novo de Baixo. Pov. na freg. de S Domingos, de Fortios, conc. e distr. de Portalegre.

Monte Novo de D. João. Pov. na freg. N. S.ª da Graça, de Casa Branca, conc. de Souzel, distr. de Portalegre.

Monte Novo do Porto do Tejo. Pov. na freg. de S. Simão, de Pé da Serra, conc. de Niza, distr. de Portalegre.

Monte Olivete *(Fr. Manuel do)*. Religioso franciscano da provincia de Portugal, lente jubilado em Theologia, definidor e custodio da provincia, etc. N. em Villa do Conde, e fal. em 1635. Passou á India em 1605, e quando voltou, foi tambem guardião do convento da sua ordem no Porto, e examinador das tres ordens militares. Escreveu: *Explicação da segunda regra de Santa Clara*, Lisboa, 1621; *Decisão e resolução de algumas duvidas sobre o estado da Terceira ordem de S. Francisco*, Lisboa, 1629. Anda em 2.ª edição fazendo parte da obra seguinte: *Regra dos irmãos terceiros da Santa e Veneravel Ordem terceira, que instituiu o serafico P. S. Francisco, e Decisões e resoluções de algumas duvidas sobre o estado da mesma ordem terceira, pelo P. Fr. Manuel do Monte Olivete*, Lisboa, 1680. Esta edição saiu por diligencias do commissario da ordem terceira Fr. Antonio de S. Luiz.

Monte Olivete Pov. na freg de S. Miguel, de Thaide, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Monte do Ouro. Pov. na freg. de S. Mamede, de Perafita, concelho de Bouças, distr. do Porto.

Monte do Outeiro. Pov. na freg. de S. Thiago, de Rio Meão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Serro na freg. de S. Miguel, de Machede, no conc. de Evora. Ha aqui um dolmen, e restos de mais tres nos limites d'este monte.

Monte dos Outeiros. Pov. na freg. de Santa Cruz do Bispo, concelho de Bouças, distr. do Porto.

Monte da Palas Pov. na freg. de N. S.ª da Alva e concelho de Aljezur, districto de Faro.

Monte Paleiros. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Ribeira de Niza, conc. e districto de Portalegre. Tem correio com serviço de posto rural.

Monte de Parada de Baixo. Pov. na freg. de S Thiago, de Figueiró, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Monte de Paredes. Pov. na freg. de S. Thiago, de Carreira, conc de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Monte do Passo. Pov. na freg. de S. Jorge, de Airó, concelho de Barcellos, distr. de Braga.

Monte da Pedra. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. do Alemtejo, conc. do Crato, com., distr. e bisp. de Portalegre. Tem esc. do sexo masc. e est. post Para effeitos administrativos está annexada á freg. de S. Martinho, d'Aldeia da Matta. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada na estrada do Crato a Gavião. Era do grão priorado do Crato, annexo hoje ao patriarchado de Lisboa, e o grão prior apresentava o cura, que tinha 60$000 reis e o pé d'altar. A terra é fertil em cereaes, e pertence á div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n. 22, com a séde em Abrantes. Na distancia de 1:200 m. da pov. brota debaixo de um rochedo de quartzo uma nascente d'agua sulfurea fria. Segundo a analyse que foi feita, são estas aguas sulfureas hepaticas, e pódem conduzir se engarrafadas, sem decomposição sensivel, para qualquer parte. Tambem se tomam em banhos, sendo muito concorridos, a que dá serventia a est. do caminho de ferro, da Cunheira, que fica entre as da Torre das Vargens e Peso, na linha de léste. Bibliographia: *Noticia de algumas aguas mineraes da provincia do Alemtejo*, por Francisco d'Assumpção, na *Gazeta Medica do Porto*, tomo III, 1845, pag. 239.

Monte Pedral *(José Baptista da Silva Lopes, barão de)*. Tenente-general, commendador das ordens Aviz e da Conceição; official da da Torre e Espada; secretario militar da Junta do Porto, chefe do estado maior do duque da Terceira, etc. N. em Lagos a 1 de junho de 1781, e fal. em Lisboa, a 22 de abril de 1857. Era filho de José Lopes, proprietario no logar de Morfacem, no conc. de Almada, e de sua mulher D. Francisca Maria da Silva. Assentou praça em dezembro de 1797 no regimento de artilharia de Lagos, e foi promovido a 2.º tenente para a prov. de S. Thomé e Principe em setembro de 1798. Tendo frequentado e concluido o curso de engenharia na Academia de fortificação, artilharia e desenho, e o de physica na aula do convento de S. Vicente de Fóra, foi collocado no regimento de artilharia de Elvas, como 1.º tenente, sendo promovido a este posto em 1807. Entrou no primeiro cêrco de Badajoz commandando algumas peças, e no segundo, sendo chefe de uma bateria d'ataque, foi gravemente ferido pelos estilhaços de uma bomba,

e conduzido quasi agonisante para Elvas, onde esteve muito tempo em tratamento. Promovido a capitão em outubro de 1811, a major em fins de 1820, e a tenente-coronel em junho de 1821, foi-lhe dado então o commando das baterias apparelhadas, e em 1826 teve a direcção da artilharia que entrou na divisão formada para combater a revolta absolutista do Algarve. Sendo commandante do regimento d'artilharia do Porto, quando se effeituou a revolução de 16 de maio de 1828, foi secretario da junta que então se formou, sendo encarregado da repartição dos negocios militares, e n'essa situação prestou importantes serviços á causa da Liberdade. Emigrando para a Galliza com a divisão constitucional, passou a Inglaterra, e acompanhando o conde de Villa Flôr para a ilha Terceira, foi logo em seguida nomeado chefe do estado maior do exercito. Passando a reconhecer toda a costa da ilha, verificou ser a villa da Praia o unico sitio mais proprio para o desembarque de quaesquer forças atacantes, e tratou de fortificar da melhor fórma possivel a praia proxima d'aquella villa, e de estabelecer columnas volantes, que ao primeiro signal ali convergissem. O resultado veiu confirmar os seus planos, porque no dia 11 de agosto de 1829 a esquadra miguelista, depois de fazer uma demonstração em frente de Angra, seguiu no mesmo rumo, e fez realisar perto da villa da Praia, e no ponto que Silva Lopes previra, o desembarque da 1.ª columna, composta de 1:000 a 1:200 homens, e que, graças ás providencias tomadas, caiu prisioneira no poder do batalhão de voluntarios de D. Maria II, e de alguns academicos, a quem especialmente estava confiada a defeza d'aquella posição. Trasmittida a noticia do desembarque fôram acudindo, como estava disposto, as columnas volantes, e as forças existentes no castello de S. João Baptista, e quando se verificava o desembarque da 2.ª columna, dos miguelistas, de força egual á primeira, os tiros das peças de campanha das tropas liberaes fizeram voltar muitos barcos, resultando grande confusão entre os que tinham conseguido pôr pé em terra, rendendo se uns, e outros lançando-se ao mar, preferido a morte ao captiveiro. Esta victoria teve grande importancia, como é sabido, na defeza da causa liberal, e esse primeiro triumpho obtido pelas tropas constitucionaes póde-se accentuar bem que foi devido em grande parte a Silva Lopes. Desembarcando em 1832 nas praias do Mindello. continuou a servir como chefe do estado maior, e foi quem principalmente fez adoptar a idéa da marcha da brigada ligeira sobre o Porto, e quando em fins de julho se deu nova organisação ao estado maior do exercito libertador, passou Silva Lopes a commandante geral da artilharia. N'essa posição tomou parte importantissima na defeza do Porto, promptificando todo o material da artilharia, dirigindo a fabricação da polvora e a manufactura das bombas de pedra, que se empregavam pela falta que havia das de ferro, e providenciando acertadamente para que se economisassem as munições, de que se notava grande escassez dentro das linhas. Tendo prestado muitos e assignalados serviços no cêrco do Porto, e sido promovido a coronel e a brigadeiro, acompanhou D. Pedro IV para Lisboa, onde egualmente tomou importante parte na sustentação da lucta, fazendo preparar e dispôr tudo quanto era necessario para o armamento das linhas da capital. Terminada a guerra civil continuou no posto de commandante geral de artilharia, até que os acontecimentos de 1836 o levaram a pedir a exoneração d'esse cargo, tendo sido agraciado por decreto de 13 de setembro do anno antecedente com o titulo de barão de Monte Pedral. O valente general foi um dos autores da organisação do exercito publicada em 18 de julho de 1834, e em defeza d'ella escreveu um opusculo, em que sustentava as opiniões que apresentara, e que tinham sido convertidas em lei. Eleito deputado pelo Algarve apresentou um projecto de codigo penal militar e outro sobre monte-pio, deu um parecer em separado sobre o orçamento do ministerio da guerra em 1839, no qual patenteou os seus vastos conhecimentos da administração militar e os seus principios economicos, e tendo proposto a abolição do castigo das varadas, e não sendo essa proposta nem mesmo admittida á discussão, resignou a sua cadeira de deputado e abandonou o parlamento. Em 1840 foi nomeado inspector geral do arsenal do exercito, cargo que exerceu até fallecer. Fôram importantissimos os serviços que prestou n'essa situação ao paiz, promovendo todos os melhoramentos que julgava uteis, e introduzindo a regularidade em todas as repartições e dependencias do estabelecimento cuja direcção lhe fôra confiada. Tendo sido promovido a marechal de campo em 1837, foi elevado a tenente-general em junho de 1847, e em dezembro de 1849 foi eleito par do reino. Sem o seu nome, publicou: *Reflexões sobre um projecto de regulamento para a organisação do exercito, apresentado na camara dos senhores deputados na sessão de 15 de fevereiro de 1836*, Lisboa, 1836; com um mappa.

Monte das Pedras. Pov. na freg. do Salvador, de Moreira, conc. de Maia, distr. do Porto.

Monte da Penedia. Pov. na freg. de S. Vicente, de Areias, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Monte Perobolso. Pov. e freg. de S. Braz, da prov. da Beira Baixa, conc. e com de Almeida, distr. e bisp. da Guarda; 100 fog. e 368 hab. Tem esc. de sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 19 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades da margem esquerda da ribeira Nocime. Foi do antigo conc. de Castello Mendo, que se supprimiu em 24 de outubro de 1855 e annexado ao do Sabugal. Em 1870 passou para o conc. de Almeida. O prior dos conegos regrantes de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis de congrua e o pé d'altar Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12 com a séde em Trancoso.

Monte de Pidre. Pov. na freg. de Santa Lucrecia, de Louro, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Monte Pinheiro. Pov. na freg. de Sant'Anna da Serra, conc. de Ourique, distr. de Beja.

Monte pio. Estabelecimento particular ou do Estado, em que se empresta dinheiro sobre penhor. || Associação em que cada membro, mediante uma prestação mensal, adquire certos direitos como o de ser subsidiado em certos casos, deixar por morte pensão á sua familia, etc.

Monte-pio Geral. Até 1840 as familias dos

empregados publicos não tinham, na falta do seu chefe, senão alguma pensão que o Estado lhes concedia. O Monte-pio Official *(V. este nome)* data de 1867. Para o exercito e para a armada já nos fins do seculo XVIII se instituira um monte-pio; porém para as classes civis não o havia. O *Monte-pio do Exercito e da Armada* data de 23 de setembro de 1795 e foi reformado por carta de lei de 28 de junho de 1843. O *Monte pio das Secretarias do Estado* é de 1855, anno em que fôram approvados os Estatutos por decreto de 28 de novembro. Dissolveu se em 3 de fevereiro de 1887. O *Monte-pio de Marinha* teve a garantia do Estado por carta de lei de 16 de julho de 1885, para o pagamento das pensões. O Monte-pio Geral, creado em 1840 por empregados publicos, teve os seus Estatutos ampliados e reformados em 1843, 1846, 1864, 1873 e 1893. Segundo estes ultimos, os fins do Monte-pio Geral são os seguintes: Dar pensões aos socios, a parentes em certos graus, a estranhos em casos especiaes, e conceder dotes a pensionistas solteiras. Para auxiliar a realisação d'estes fins tem o Monte pio Geral uma Caixa Economica, faz emprestimos sobre penhores, e quaesquer outras transacções previamente autorisadas e regulamentadas pela assembleia geral. Segundo o relatorio do anno de 1908, que temos presente, tinha em 31 de dezembro d'esse anno o Monte pio Geral 7:453 socios, que pagam 258:846$368 réis annuaes; pensionistas: 4:334, que receberam de pensões e dotes 428:691:510 réis, fazendo face á differença os rendimentos proprios na importancia de réis 423:337$640 além dos lucros de emprestimos, sobre penhores, computados em 304:994$165 réis. Por estes simples numeros se póde avaliar da grandissima importancia d'esta instituição, que no referido anno teve operações no total de réis 39:080:385$710. Comtudo o anno de 1908, pelos acontecimentos politicos que o tornam memoravel para Portugal, não foi do de maior desenvolvimento economico e financeiro do paiz. O credito do Monte-pio Geral não soffreu, porém, reflexo maior. E' sem duvida a instituição do seu genero de que mais se deve orgulhar Portugal.

Monte pio Litterario. Monte-pio que os professores de primeiras letras fundaram, e uma provisão do Desembargo do Paço confirmou no anno de 1817. O respectivo compromisso, elaborado em 1813, foi publicado pela Impressão Regia, em 1816, com o seguinte titulo: *Compromisso de um Monte-pio, que em seu commum beneficio, e de suas mulheres, filhos, pais e irmãos, instituem os professores e mestres, assim regios, como os particulares licenceados na côrte, sob a invocação da Virgem soberana immaculada da Conceição, Protectora d'estes reinos, e em especial dos estudos e lettras que nelles florecem: e ordenado pela mesma corporação para d'elle se servirem, debaixo dos auspicios de S. A. R. o Principe Regente N. Sr. Seu primeiro author Joaquim Antonio de Lemos Seixas e Castel Branco, professor regio, na côrte.* Em 1817 o Monte-pio Litterario declarava que embora a instituição fôsse primitivamente destinada para os professores regios e particulares, podiam entrar como socios os ministros, advogados, tabelliães, escrivães, medicos, cirurgiões, officiaes militares, negociantes, e empregados nas contadorias, archivos, conselhos, secretarias, commercio, etc.

Monte pio Official. Deve-se á iniciativa do fallecido estadista Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello a creação do Monte-pio Official, instituição importantissima, destinada a facultar aos servidores do Estado, pelo principio associativo, o meio de assegurarem o futuro de suas familias, quando elles, por sua morte, venham a faltar-lhes com o estipendio do seu trabalho. Até á lei de 11 de julho de 1867 era frequente e inveterado o abuso de arvorar o Estado n'uma especie de providencia social, onerando-o com o encargo de soccorrer na miseria, sobre variados pretextos, as familias dos empregados publicos fallecidos. Aquella lei, porém, no intuito de pôr cobro a tal abuso, determinou que sómente fôssem concedidas pensões em remuneração de feitos militares praticados em acção de guerra, especificadamente reconhecidos e recommendados como relevantes em ordem do exercito ou da armada, ou de serviços extraordinarios de qualquer natureza, dos quaes resultasse vantagem publica, e fôssem por isso crédores do reconhecimento nacional. Acabou, portanto, com o decretamento de pensões justificadas pela longa diuturnidade de serviços; e, ainda com referencia ás que deixava autorisadas, determinou que só poderiam ser concedidas até ao dia 1 de julho de 1872. D'essa data em diante não era permittida a concessão de pensões, a não ser, como no mesmo diploma se preceitua, quando alguma circumstancia excepcional recommendasse serviços extraordinarios e relevantes, feitos ao paiz por modo tão distincto que merecessem essa prova de reconhecimento publico. Exigia, naturalmente, esta lei o complemento de uma outra que a corrigisse nas suas consequencias. Se o Estado, por entender que tal missão lhe não cabia, se recusava a supprir a necessidade das viuvas e orphãos dos seus servidores, não podia entretanto declinar de si a obrigação de auxiliar estes nos seus esforços, para que, por meio de uma salutar previdencia, imposta por deveres de ordem moral e de ordem economica, não deixassem os seus na triste e humilhante dependencia da caridade individual ou da caridade collectiva. Era esse auxilio o complemento da remuneração, na maioria dos casos bem mesquinha, que auferem do Estado os que ao serviço d'elle gastam a existencia, tirando apenas, como provento do seu trabalho o escassamente necessario para acudirem á sua subsistencia e á de suas familias. N'esta ordem de idéas, foi submettida á sancção do parlamento, no mesmo anno de 1867, a proposta de lei (de 2 de julho) que creava o Monte-pio Official, destinado a assegurar alimentos ás familias dos officiaes militares e empregados civis fallecidos. Mas, apezar do generoso intuito que, no ponto de vista economico e social, presidiu á elaboração da lei organica d'essa instituição, ficou a mesma lei acanhada e mesquinha nos seus effeitos e nas suas applicações, sendo singulares e injustos muitos dos seus preceitos, como viciosos fôram os calculos em que ella se baseou. Os Estatutos fôram approvados por decreto de 22 de novembro de 1870. Reconhecidos os effeitos d'esse diploma, impunha se o dever de reformal o, e assim, a carta de lei de 23 de junho de 1869, que estabeleceu novas providencias relativas á sobrevivencia e caducidade das pensões do Monte-pio Official, determinou que o governo reformasse os

estatutos do mesmo Monte-pio na parte em que eram alterados pela referida lei, e para a executar fizesse os regulamentos necessarios, precedendo proposta da direcção e consulta da respetiva assembléa geral. Essa disposição da lei ficou sendo letra morta, até que veiu o decreto de 22 de fevereiro de 1894, pelo qual foi nomeada uma commissão para proceder aos necessarios estudos, e propôr pelo ministerio da fazenda um projecto de novos estatutos do Monte-pio Official, em harmonia com a referida lei de 23 de junho de 1879. Por carta de lei de 14 de julho de 1885 foi augmentado o subsidio do Thesouro do Monte pio Official.

Monte Pipa. Pov. na freg. do Sant'Anna da Serra, conc. de Ourique, distr. de Beja.

Monte da Poça. Pov. na freg. de S. Romão, de Fonte Coberta, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Monte de Pomar. Pov. na freg. de S. Salvador, de Monsanto, conc. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Monte das Pombas. Pov. na freg. de Santo André, de Fermentellos, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Monte dos Pombos. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Montalvão, conc. de Niza, distr. de Portalegre.

Monte das Portas. Pov. na freg. de S. Pedro, de Esmeriz, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Monte Portella. Pov. na freg. de S. Paio, de Casaes, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Monte dos Pousos. Pov. na freg. de Santa Cruz, de Torrão, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Monte da Povoa. Pov. na freg. do Salvador, de Castellões de Cepeda, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Monte Pratas. Pov. na freg. de S. Gregorio, de Reguengo, conc. e distr. de Portalegre.

Monte Queimado. Povoações nas freguezias: S. Thiago Maior, conc. de Alandroal, distr. de Evora. || S. Mamede do Sádão, conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Monte Raso. Monte da prov. da Beira Alta. Corre a 6 k. a E de Lamego e a 8 ao S do Douro, ficando-lhe a NO, a 2 k. de distancia, a serra de S. Domingos de Fontello ou da Queimada, á qual o Monte Raso excede em altura. E' de facil accesso pela grande extensão da sua base, que abrange uma area de muitos kilometros, estando n'ella edificadas varias freguezias. Do Monte Raso goza-se um panorama extensissimo, avistando-se a cidade de Lamego, muitas villas e aldeias. E' muito frio, consequencia da sua grande elevação. N'este monte não ha rochas graniticas, nem de qualquer outra especie de pedra, mas na sua menor parte é povoada de pinhaes e matto, em que abunda a caça, e na maxima parte cultivada e fertil em batatas e cereaes, mórmente centeio e trigo, de que se abastecem as freguezias a que pertence.

Monte Real *(Arthur Porto de Mello e Faro, conde de).* Funccionario publico e africanista; 1.º official da Direcção Geral da Contabilidade Publica, addido, no Ministerio da Guerra. Pelos serviços que tem prestado á colonisação da Africa portugueza foi agraciado por decreto de 21 de outubro de 1907 com o titulo de conde de Monte Real, em sua vida. E' filho do antigo deputado José Dyonisio de Mello e Faro, já fallecido, parlamentar illustre e amigo valioso do bispo de Vizeu, tendo sido tambem muito apreciado pelos seus trabalhos litterarios (V. *neste vol. a pag. 1000)*. Por sua mãe é neto dos condes de Porto Brandão e aparentado com familias nobres de Portugal e do Brazil.

Monte Real. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Extremadura, conc., com., distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 278 fog. e 1:030 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post., est. na linha do caminho de ferro de Figueira da Foz, entre as de Leiria e de Monte Redondo; feira no primeiro domingo de cada mez, denominada *A feira dos quatro.* A pov. dista 13 k. da séde do conc., e está situada na margem esquerda do rio Liz, a 11 k. do Oceano Atlantico. O povo apresentava o cura, nomeando tres presbyteros, dos quaes o bispo escolhia um, que tinha 90$000 réis, em trigo, e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, com o nome de *Camarreu*, e el-rei D. Diniz, residindo ali algum tempo, pelos annos de 1292, com a rainha Santa Izabel, lhe deu a categoria de villa e foral com muitos privilegios, liberdades e fóros, mudando-lhe então o nome para *Monte Real*, e concedendo lhe tambem jurisdicção independente da de Leiria. Além do foral, para que esta freguezia mais facil e rapidamente se povoasse, lhe passou depois uma provisão, fazendo-lhe ainda muitas concessões. Esta provisão, ou carta régia, foi confirmada e mandada guardar inteiramente por uma nova provisão de D. João I, em Santarem, no anno de 1425; por el-rei D. Duarte, em Lisboa, a 9 de dezembro de 1433; por D. Affonso V, a 5 de junho de 1439; por el-rei D. Manuel I a 10 de maio de 1504; por D. João III em 1.º de novembro de 1528, e finalmente por el-rei D. Sebastião a 4 de junho de 1578, mas este monarcha não isentava estes povos de serem das ordenanças. Filippe IV, de Hespanha, estando de posse de Portugal, tambem confirmou estes privilegios em 28 de junho de 1633. Emquanto foi villa teve Monte Real juiz ordinario, camara com 3 vereadores. O campo chamado *realengo* foi empenhado por D. Affonso V, por contrato feito com o conde de Villa Real, D. Pedro de Menezes, com as jugadas e oitavos, por 1:700 *bicas* de prata, que importaram em 8:000 cruzados, com meis 247$600 réis, a razão de 2$028 réis o marco, valor de então, e que correspondia a uma bica, reservando para si a alcaidaria-mór de Leiria. O campo realengo principia no logar da Barrosa, em frente d'elle, e vae correndo até ao mar, e pelo meio do rio, estando d'uma e d'outra parte muitas povoações e freguezias. Até á ponte de Monte Real chama-se *Campo Velho*, e d'ahi até ao mar se vae continuando de ambas as margens do rio, com diversos nomes: Loureiro, Paul, Molhão, Volta, Campo da Pedra, etc. Em todo este campo ha muitas lezirias de differentes proprietarios, que pagavam de direitos o terço dos fructos, excepto em Monte Real, onde sómente se pagava o quarto, por privilegio que lhe concedeu a rainha Santa Izabel. Em Monte Real houve um palacio, ou mandado fazer por D. Diniz, ou por elle reedificado, quando ali residiu. A freguezia foi creada pelo bispo da Guarda D. Pedro, prior-mór de Santa Cruz, de Coimbra, em 1512, desmembrando-a da freg. de S. Thiago de

Leiria. Os parochianos ficaram obrigados á fabrica da egreja, capella-mór e sacristia, e ao ordenado do parocho, que era um alqueire de trigo por cada fôro inteiro, e os solteiros ou viuvos, metade; e 3$000 réis em dinheiro que lhe dava o prelado, além de todas as offertas parochiaes da egreja. Havia no logar da Povoa de Monte Real uma antiga ermida, dedicada a S. João Baptista, que serviu de matriz á nova freg., que foi principiada com 40 parochianos. Este logar da Povoa de Monte Real era o logar principal da freguezia que antigamente se chamou *Camarreu*, conforme dissémos. A 1:300 m. do sitio dos *Covões*, d'esta freg., junto á raiz d'um pequeno monte contiguo ao campo realengo, brota d'uma rocha uma abundante nascente d'agua mineral. Este monte, pela sua estructura e formação geologica, parece continuação do em que está situada a pov. de Monte Real; sendo pela maior parte formado de saibro amarello, areia, argilla, e feldspatho calcareo, mas com tanta irregularidade que parece um amontoado de pedras, de diversos tamanhos e especies, formando uma pedreira mixta. Nas escavações que mandou aqui fazer o bispo de Leiria D. Manuel d'Aguiar, em 1806, para se fazerem duas pequenas casas de madeira para n'ellas se tomarem banhos, notou-se nas cavidades das pedras, que se arrancavam e por onde a agua passava, certo deposito de côr cinzenta, muito friavel e com cheiro sulfuroso. Em outras pedras se via, em pequena porção, oxido de ferro, ou ócre. As aguas são transparentes, com cheiro a sulthydrico e sabor hepatico e amargo, deixando por onde correm um sedimento cinzento claro, que lançado no lume arde sem chamma, produzindo grande quantidade de fumo suffocante similhando acido sulfuroso. São empregadas no tratamento do rheumatismo e de algumas doenças da pelle. O modesto balneario conservou-se assim até 1859 em que a camara de Leiria resolveu mandar construir um novo estabelecimento. Substituiu a antiga barraca por uma casa rasoavel, e fez installar uma caldeira com a respectiva canalisação, afim de aquecer a agua das tinas. Ficara já um estabelecimento regular para aquella epoca, mas que hoje se considera deficiente. Tentou-se formar uma companhia com capitaes de pessoas só de Leiria, para a exploração das thermas, mas não foi a effeito. Ha todas as razões para acreditar que estas aguas já eram conhecidas no tempo dos romanos, porque n'outra escavação que se fez em 1807, proximo á nascente da agua mineral, junto d'um penedo, encontraram-se varias medalhas romanas de cobre e de latão, mettidas na cavidade d'uma pedra, cipos espalhados na terra, e um pequeno altar portatil, de 24 c. de altura, que se conserva hoje no gabinete de numismatica da Bibliotheca Nacional de Lisboa. E' de marmore, e estava enterrado a uns 70 c. abaixo do solo. Tinha na frente uma inscripção, em que faltam já muitas lettras, o que a torna indecifravel. A maior parte das medalhas eram *frustras* (inuteis por se lhes não conhecer o cunho). A mais antiga ermida de Monte Real era a de S. João Baptista, no sitio da Povoa, que serviu algum tempo de matriz da nova freg. como se disse. Foi demolida quando se construiu a egreja parochial, ficando o padroeiro sendo o mesmo da antiga ermida. A capella da Rainha Santa Izabel foi feita na casa que foi paço real, no mesmo logar da Povoa, onde residiu el-rei D. Diniz, sua mulher, e filho D. Affonso. Foi mandada construir pelo bispo de Leiria D. Martim Affonso Mexia. Monte Real pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria. || Pov. na freg. de Santo Antonio, de Capellins, conc. de Alandroal, distr. de Evora.

Monte de Recarei. Pov. na freg. de Santa Maria, de Leça do Bailio, conc. de Bouças, distr. do Porto.

Monte Redondo. Pov. e freg. de N. S.ª da Piedade, da prov. da Extremadura, conc., com. e distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 673 fog. e 2:850 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post. permutando malas com a R. A.—Lisboa—Figueira; pharmacia, est. do caminho de ferro na linha da Figueira da Foz, entre as de Monte Real e da Guia; feira aos domingos. A pov. dista 17 k da séde do conc. e está situada proximo d'um affluente do rio Liz. A mitra apresentava o cura, que tinha 130$000 reis de rendimento, proveniente de diversos generos e 3$000 reis em dinheiro. A egreja matriz é pequena. No altar-mór está a imagem da padroeira, em nicho de pedra, dourado e pintado, tendo o Senhor Morto nos braços. Tem dois altares lateraes. Monte Redondo pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria. || Pov. e freg. do Espirito Santo, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Torres Vedras, distr. e patriarc. de Lisboa; 186 fog. e 887 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. permutando malas com Torres Vedras. A pov. dista 6 k. da séde do conc. Os beneficiados de S. Miguel de Torres Vedras apresentava o cura, que tinha 60$000 reis, que lhe davam os beneficiados e 40 alqueires de trigo e um quarto de vinho, dado pelos parochianos. Fôram seus donatarios os Feios, procedentes de Martim Gil de Athaide, cognominado o *Feio*, e de D. Elvira Annes. D'estes descendem Pero Feio, estribeiro-mór de D. Affonso V, e Lopo Alvares Feio, cunhado do cardeal D. Jorge da Costa, e progenitor da nobre casa de Pancas. Monte Redondo pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa. E' nesta freg. que está situada a sumptuosa quinta das Lapas, pertencente aos srs. condes de Tarouca. V. *Torres Vedras (Quinta das Lapas)*. || Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 108 fog. e 389 hab. Dista 4 k. da séde do conc. Os viscondes de Villa Nova da Cerveira apresentavam o abbade, que tinha 350$000 reis de rendimento annual. A terra é muito fertil. Cria muito gado de toda a qualidade, e tem muita caça. A parochia é bastante antiga. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Figueira de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Folques, conc. de Arganil, do mesmo distr. || S. Mamede, de Troviscoso, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Monte de Rei Grande e Monte do Rei Pequeno. Duas povoações na freg. de S. João Baptista, de Runa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Monte da Ribeira. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Goães, conc. de Villa Verde,

distr. de Braga. || S. Julião, conc. e districto de Portalegre.

Monte Ribeiro. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Casa Branca, conc. de Souzel, distr. de Portalegre. || N. S.ª da Esperança, de Esperança, conc. de Arronches, do mesmo districto.

Monte Rodrigo. Povoações nas freguezias: S. João Baptista e conc. de Alcochete, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Esteval, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Monte do Rollo. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Montalvão, conc. de Niza, distr. de Portalegre.

Monte Rosso. Pov. na freg. de S. Miguel, de Gondufe, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Monte Roxo. Pov. na freg. do Salvador, de Aramenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Monte Ruivo. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro. || N. S.ª da Encarnação, de Bordeira, conc. de Aljezur, do mesmo distr. || S. Thiago, de Entradas, conc. de Castro Verde, distr de Beja. || S. Marcos da Serra, conc. de Silves distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição, de Odiaxere, conc. de Lagos, do mesmo districto.

Monte dos Saltos. Pov. na freg. de S. Martinho, de Sequeiró, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Monte da Santa. Pov. na freg. de Santo Adrião, de Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Monte de Santa Catharina. Pov. na freg. de S. Christovão, de Cabeçudo, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Monte Santo. Pov. na freg de S. Martinho, de Lagares, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Monte-São *(Cypriano Leite Pereira Jardim, 2.º visconde de)*. Fidalgo da Casa Real, general de divisão reformado, bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra, deputado, par do reino, escriptor, jornalista, socio da Academia Real das Sciencias, etc. N. em Coimbra a 25 de setembro de 1841, sendo filho do 1.º visconde do mesmo titulo, dr. Manuel dos Santos Pereira Jardim, e de sua mulher, D. Guilhermina Amalia Leite Ribeiro Freire Pereira Jardim; irmão do sr. conde de Valenças, dr. Luiz Leite Pereira Jardim. Foi sempre um estudante laureado, tanto no curso geral de artilharia, como na Universidade. Assentou praça aos 19 annos de edade, a 19 de julho de 1861, sendo despachado alferes em 15 de janeiro de 1868, e promovido a tenente a 18 de janeiro de 1870, a capitão em 24 de novembro de 1875, a majór em 27 de outubro de 1885, a tenente-coronel em 30 de julho de 1890, a coronel em 4 de janeiro de 1897, reformando-se em general de divisão, por attingir o limite da edade, em 25 de setembro de 1905. A actividade do sr. visconde de Monte-São não se limitou ás preoccupações da vida militar, expandiu-se em outras manifestações do seu talento. Como jornalista, tem sido redactor de diversos jornaes, sendo em 1883 o redactor principal do *Espectro da Granja*. Entrando na politica filiou-se no partido regenerador, sendo eleito deputado n'algumas legislaturas, e mais tarde par do reino, tomando posse na respectiva camara na sessão de 5 de junho de 1889. Foi agraciado com o titulo de visconde de Monte-São, em successão a seu pae, por decreto de 5 de março de 1903. Em setembro de 1887 foi encarregado pelo ministerio da guerra da acquisição, em Paris, d'um parque de aerostação militar para o exercito portuguez. Assistiu ás grandes manobras militares do outono, que n'esse tempo se realisaram n'aquella cidade. Entregando-se a estudos scientificos, preoccupou-se muito na descoberta da fórma de dar direcção a um balão. Pensando maduramente e affirmando por fim as suas theorias, não se contentou com os seus enthusiasmos de inventor, e entendeu que devia recorrer a quem de direito o pudesse aconselhar, para alcançar um *veredictum* que lhe desse a convicção da verdade, e a coragem da apresentação do seu principio, perante qualquer publico illustrado que, por ventura, quizesse analysar o seu trabalho. Apresentou, portanto, a sua memoria á Academia Real das Sciencias de Lisboa, que approvou por unanimidade de votos o parecer do socio, o sr. Motta Pegado, professor da Escola Polytechnica, que fôra encarregado de julgar a referida memoria. Armado com este documento, o futuro visconde de Monte-São annunciou, mezes depois ás corporações scientificas de Paris, assim como á imprensa e aos correspondentes dos jornaes estrangeiros, uma conferencia publica, na qual se propunha a demonstrar como o seu systema de aerostato dirigivel era superior a tudo quanto se havia apresentado até então. O convite produziu o maior effeito. No grande amphitheatro da Sorbonne, a grande Universidade de Paris, achavam-se reunidos á hora precisa, muitos dos membros das escolas superiores, estabelecidas na margem esquerda do Sena, anciosos por ouvirem a demonstração dos principios annunciados no convite. Procedeu depois a successivas experiencias com o seu balão, obtendo sempre o melhor resultado, na presença do general Vaillant, chefe do estado maior francez, de varios officiaes ajudantes, do coronel chefe da repartição technica da aerostação militar, do capitão Renard, irmão do director da Escola de Aerostação de Meudon, de Trouvé, constructor de machinas electricas, de Lachambre, constructor do balão Jardim, etc. O distincto official foi muito elogiado pelos officiaes francezes que assistiram ás experiencias, assim como pelo ministro inglez em cuja presença se realisou uma d'ellas. Foi um triumpho completo. Vindo para Lisboa, realisou uma conferencia no theatro de S. Carlos em 23 de abril de 1888, em que egualmente foi muito victoriado. O sr. visconde de Monte-São é commendador, official e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, official da de S. Thiago, e possue a medalha de prata de comportamento exemplar. E' tambem cavalleiro da ordem da Legião de Honra, de França, e possue a cruz de 3.ª classe da ordem de merito naval de Hespanha. Casou com a Sr.ª D. Felismina Albertina de Figueiredo Penalva. O sr. visconde de Monte-São escreveu um drama em 5 actos, intitulado *Camões*, que se representou no theatro de D. Maria II, por occasião das festas do tri-centenario do immortal poeta, em 1880.

Monte-São *(Manuel dos Santos Pereira Jardim, 1.º visconde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa

Real, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, par do reino, doutor em Philosophia pela Universidade de Coimbra, lente de prima jubilado, decano e director da referida faculdade, director do gabinete de mineralogia, paleontologia e geologia da mesma Universidade; provedor, por eleição, da Misericordia de Coimbra, presidente da camara municipal, vogal do conselho de districto, socio honorario da Associação dos Artistas, de Coimbra, condecorado com a medalha das campanhas da Liberdade, algarismo n.º 2, etc. N. em Coimbra a 19 de julho de 1818, onde tambem fal. a 22 de abril de 1887. Era filho de Francisco dos Santos Pereira Jardim, proprietario, e de sua mulher, D. Cecilia Rosa. O visconde de Monte-São foi desde tenros annos destinado á carreira das letras pela grande aptidão que manifestou nas escolas. Fez a sua primeira aula de grammatica no seminario episcopal de Coimbra, e logo no fim do anno de 1831 passou para o collegio das Artes, onde os padres jesuitas haviam creado um curso completo de instrucção secundaria. O seu dedicado amor ao trabalho e o seu talento grangearam-lhe a amizade de todos os seus mestres, e especialmente dos padres jesuitas, que mostraram grande empenho em admittil-o na sua ordem. Já por esse tempo ganhou em concurso o logar de chefe perpetuo da sua aula, e figurava o primeiro nas tabellas das distincções, que os jesuitas publicavam todos os mezes. Mas o joven estudante pertencia a uma familia liberal toda compromettida pelo governo absolutista, e em 1833, contando apenas 15 annos de edade, e sendo já orphão de pae, abandonou o collegio dos jesuitas, e foi assentar praça no regimento de voluntarios da rainha D. Maria II, em que fez as campanhas do cêrco do Porto e das provincias, até á convenção de Evora Monte. Acabada a campanha da Liberdade, voltou ao estudo das sciencias naturaes, e tanto se distinguiu nas sciencias abstractas, que foi convidado a graduar-se em Mathematica. Doutorou-se na faculdade de Philosophia em 31 de julho de 1840, aos 22 annos de edade. Durante o seu longo tirocinio de oppositor na Universidade, regeu as cadeiras da faculdade, e foi chamado pelo Conselho Superior de Instrucção Publica para fazer o relatorio da instrucção superior. Apezar de lhe marcarem o estreitissimo espaço de dois dias, desempenhou-se d'esta commissão com tanto louvor que o seu trabalho mereceu ser publicado na *Revista Litteraria de Lisboa* de que era redactor principal Antonio Feliciano de Castilho. Datam d'este tempo (1849 a 1854) os estudos a que se dedicou o visconde de Monte-São, sobre a instrucção primaria. Existem a este respeito trabalhos impressos, em que advoga a fundação das escolas asylos, que depois se vulgarisaram, sendo apreciadas em França, Belgica e Allemanha. A reforma dos lyceus, a creação d'uma escola equivalente á que existe hoje com a denominação de Curso Superior de Letras, vem advogada no seu livro: *Reforma de Philosophia Racional e Moral*. Tomou parte muito activa nas lides da imprensa politica, no sentido das idéas mais avançadas d'aquelle tempo (1846 a 1853). Em 1852 foi eleito provedor da Misericordia de Coimbra, e houve-se no desempenho d'este cargo com tanto zelo e prudencia, que pôde conseguir, perante os tribunaes de justiça, que as misericordias de Coimbra e de Extremoz recebessem a herança de Amaro Coutinho, pleito que trazia dividida em controversia toda a magistratura judicial portugueza. O logar de provedor da Misericordia recommendou o visconde de Monte São para presidente da camara municipal, para que foi eleito em 1855, epoca em que se reclamavam melhoramentos, que exigiam grandes sacrificios. Foi eleito para o biennio de 1865-1867. Nas luctas que teve de sustentar por causa do mercado publico, revelou grandes qualidades pessoaes. Assaltado por vozearias populares, promovidas por pessoas interessadas em que o mercado se não fizesse, mostrou firmeza de caracter e uma coragem extraordinaria. Nunca cedeu do seu proposito nem a caricias nem a ameaças; luctou contra demasias de toda a ordem, tanto de individuos como de corporações, sempre dedicado ao trabalho e descuidado dos seus proprios interesses, até da propria saude. A esta firmeza inabalavel se devem os melhoramentos que realisou. Fôram muitos os beneficios que fez á instrucção primaria de todo o concelho de Coimbra. Pela primeira vez se viu no orçamento de Coimbra uma verba destinada á instrucção popular, e com ella se deu casa a muitas escolas, mobilando se todas uniformemente, attendendo ás despezas dos alumnos pobres com relação a papel, livros, pennas, lousas, etc. Creou aulas nocturnas para adultos, e chamou á casa da camara uma vez cada mez os mestres de instrucção primaria de todo o concelho, sendo ali convidados a dizer o estado das suas escolas, qual o aproveitamento dos alumnos, e a requererem os auxilios necessarios para maior prosperidade e adeantamento dos discipulos. Satisfazendo com mãos largas a todas as exigencias dignas de serem auxiliadas, fez entrar na regra geral as aulas da Associação dos Artistas, as quaes dotou com réis 150$000 annuaes Como professor do lyceu de Lisboa e da Universidade, foi sempre muito considerado e respeitado. Dizem que na secretaria do ministerio do reino existe uma informação a seu respeito, dada pelo reitor da Universidade, o visconde de S. Jeronymo, que é o maior elogio que se póde fazer ao funccionario publico e ao homem de letras. O visconde de Monte-São foi eleito par do reino no tempo do ministerio regenerador, sendo presidente do conselho Antonio Rodrigues Sampaio. Tendo sido jubilado por diploma de 26 de março de 1879, retirou-se para a sua quinta da Lamarosa, perto de Coimbra, onde veiu a fallecer. Fôra agraciado com o titulo de visconde de Monte-São por decreto do 28 de dezembro de 1871. Trabalhava então n'uma obra de vasto plano ácêrca da agricultura nacional. Havia casado em 1840 com D. Guilhermina Amalia Leite Ribeiro Freire, filha de Cypriano Leite Ribeiro Freire, ministro plenipotenciario junto da côrte de Madrid e da Suecia, presidente da Real Junta do Commercio, etc., e de sua mulher, D. Eulalia Carolina Godinho. Bibliographia: *Relatorio e programma para a reforma da Philosophia racional e moral*, Coimbra, 1851; *Breves reflexões sobre o «Compendio de Moral e principios de Direito natural» do sr. dr. Bernardino Joaquim da Silva Carneiro*, Coimbra, 1851; o autor impugnado respondeu n'um opusculo, que intitulou «*Duas palavras ás Breves reflexões*», etc., e a estas retorquiu o visconde de Monte-São com

o seguinte: *Resposta de M. S. P. J. ás «Duas palavras» do sr. Carneiro*, Coimbra, 1851; *Discurso lido na sessão do Conselho Superior de Instrucção Publica de 20 de janeiro, e projecto de lei apresentado em substituição ao do dr. Bernardo de Serpa Pimentel, na sessão de 3 de fevereiro do mesmo conselho*, Coimbra; *Theses ex naturali philosophia, quas... progeneralis repetitionis actu in Conimbricensi Archigymnasio propugnandas suscepit*, Conimbricae, 1840; *Oratio quam pro annua studiorum instauratione VI idus octobris anni M.D.CCCLII in Conimbricensi Academia... habuit...*, Conimbricae, 1851; *Relatorio da administração da santa casa da misericordia de Coimbra de 27 de julho de 1862 a 26 de julho de 1863, pelo provedor*, etc., Coimbra, 1863; *Relatorio da gerencia da camara municipal de Coimbra, desde 2 de janeiro de 1866 até 2 de janeiro de 1868, apresentado pelo presidente da mesma camara..*, Coimbra, 1867; *Oração academica recitada na sala grande dos actos da Universidade no dia 16 de outubro de 1873*, Coimbra, 1873; *Breves considerações ácêrca dos gabinetes de mineralogia, geologia e zoologia estabelecidos no museu da Universidade*, Coimbra, 1874; *Resposta do visconde de Monte-São, decano da faculdade de philosophia, ácêrca dos RR lançados em dois estudantes nos actos de botanica*, Coimbra, 1875; *Resposta do visconde de Monte-São ás considerações do sr. dr. Julio Augusto Henriques, ácêrca dos RR lançados nos actos de botanica*, Coimbra, 1875; *Oração academica, recitada pelo visconde de Monte-São, lente de prima e director da faculdade de philosophia da Universidade de Coimbra, no acto dos doutoramentos de Bernardino Luiz Machado Guimarães e Antonio José Gonçalves Guimarães, em 2 de julho de 1876*, Coimbra, 1876; *Oração academica recitada na abertura das aulas da universidade de Coimbra no dia 16 de outubro de 1878*, Coimbra, 1878; *Arrozaes, artigos publicados no «Commercio de Portugal» jornal de Lisboa, nos dias 17 de novembro e 13 de dezembro de 1882, A phylloxera, artigo no mencionado jornal em 15 de dezembro do mesmo anno*, Coimbra, 1883; *Opinião do visconde de Monte São sobre a hereditariedade do pariato*; Coimbra, 1884; *Apontamentos para uma historia e theoria da Terra, Parte I*, Coimbra, 1884; *Discurso sobre as missões ultramarinas, pronunciado na camara dos pares na sessão de 16 de março de 1886*, Coimbra, 1886; *Deterioração do clima da Europa: sua influencia sobre a agricultura*, Coimbra, 1887.

Monte-São. Pov. na freg. de S. Martinho do Bispo, conc. e distr. de Coimbra.

Monte de S. Gens. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Cabanellas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Monte de S. Romão, ou do Castello de S. Romão. Outeiro da prov. de Traz-os-Montes, no conc. de Montalegre. Ao S d'este sitio, desviado 1:500 m. da estrada e quasi confinando com o rio Regavão, está um monte chamado de *S. Romão*, e na raiz d'este monte, do lado do SE, vêem-se as ruinas d'uma antiga povoação fortificada. N'estas ruinas notam-se obras de differentes epocas, que dão indicios de terem sido feitas originariamente pelos antigos lusitanos, reedificadas pelos romanos, depois pelos godos, e ampliadas pelos arabes. E' provavel que durante as guerras entre christãos e moiros peninsulares, houvesse aqui sanguinolentas batalhas, que desmantelaram a fortaleza.

Monte do Seixo. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Asmes, conc de Vallongo, distr. do Porto.

Monte Sequeiro. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, districto de Faro.

Monte Serrano. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Ferro, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Monte do Serro. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Castro Verde, districto de Beja.

Monte dos Sete. Pov. na freg. de S. Julião, conc. e distr. de Portalegre.

Monte Silva. Pov. na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Canha, conc. de Aldeia Gallega do Ribatejo, distr. de Lisboa.

Monte Sines. Pov. na freg. de S. João, de Covas, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Monte Sô. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Ayão, conc. de Felgueiras, districto do Porto.

Monte Sobrado. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Algoz, conc. de Silves, distr. de Faro.

Monte Souto. Pov. na freg. de Sant'Anna d'Azinha, conc. e distr. da Guarda.

Monte Teixeira. Pov. na freg. de Santo Ildefonso e concelho de Almodovar, distr. de Beja.

Monte Telhado. Pov. na freg. de S Marcos da Serra, concelho de Silves, districto de Faro.

Monte Tezo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Varziellas, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Monte de Touro. Pov. na freg. de S. Silvestre, de Gradil, conc. de Mafra, districto de Lisboa.

Monte do Trigo. Pov. e freg. de S. Julião, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Portel, distr. e arceb de Evora; 242 fog. e 976 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada na margem d'um affluente da ribeira de Picena. A mitra apresentava o cura, que tinha diversos generos e 50$000 réis em dinheiro. A terra é muito fertil em cereaes, legumes e fructas. Cria muito gado de toda a qualidade, principalmente suino, e é abundante de caça. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e res. n.º 11, com a séde em Setubal.

Monte Val. Pov. do sobado de Mussengue a Cabanga Canzenga, na freg. de S. Joaquim, 5.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, Africa Occidental.

Monte Valente. Pov. na freg. de S Bartholomeu, de Valle de Prazeres, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco.

Monte do Valle. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Leça de Bailio, conc. de Bouças, distr. do Porto. || O Salvador, de Padreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Monte Vasco. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Péga, conc. e distr. da Guarda.

Monte do Vau. Pov. na freg. de S. Pedro, de Cette, concelho de Paredes, districto do Porto.

Monte da Velha Pov. na freg. de N. S.ª dos Martyres, conc. de Crato, districto de Portalegre.

Monte Velho. Povoações nas freguezias: S. Romão, de Alferce, conc. de Monchique, distr. de Faro. ‖ N. S.ª da Alva e conc. de Aljezur, do mesmo distr. ‖ S. Barnabé, conc. de Almodovar, distr. de Beja. ‖ S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro. ‖ Santa Clara-a-Velha, conc. de Odemira, distr. de Beja. ‖ S. Domingos, de Fortios, conc. e distr. de Portalegre. ‖ S. Francisco, de Serra, conc. de S Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. ‖ S. Sebastião, de Gomes Aires, conc. de Almodovar, distr. de Beja ‖ N. S.ª da Graça, de Margem, conc. de Gavião, distr. de Portalegre. ‖ O Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja. ‖ S. Francisco de Assis e conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre. ‖ Ilha de S. Miguel; S. Pedro, de Ribeira Secca, conc. de Ribeira Grande, distr. de Ponta Delgada. ‖ S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Monte do Vento. Pov. na freg. de S. Gregorio Magno, de Reguengo, conc. e distr. de Portalegre.

Monte Verde. Monte da ilha de S. Vicente, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. E' o monte mais alto da ilha, tem 700 m e o nome provém da muita vegetação que n'elle ha sempre por ter agua nativa. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da ilha de S. Vicente, archipelago e prov. de Cabo Verde

Monte Vermelho. Pequeno monte da ilha de S. Thiago, no archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental.

Monte Vermelho e Palmarejo Pequeno. Pov. da freg. de N. S.ª da Graça, conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Monte Vil. Pov. e freg. de S. Podro, da prov. da Extremadura, conc. o com. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa, arceb de Evora; 208 fog. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 9 k. da séde do conc. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o capellão, que tinha diversos generos e 100$000 réis em dinheiro, de rendimento annual. A terra é fertil em cereaes. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal.

Monte Vilhano. Pov. na freg. do Santa Clara-a-Nova, concelho de Almodovar, distr. de Beja.

Monte Virgem. Pov. e freg. de N. S.ª de Monte Virgem, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Redondo, distr. e arceb. de Evora; 81 fog. e 400 hab. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 9 k da séde do conc. A mitra apresentava o cura, que tinha 180 alqueires de pão. A terra é muito fertil, sobretudo em cereaes e vinho. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal.

Monte Xerez. Pov. na freg. de N. S.ª do Pé da Cruz, de Santa Cruz, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Montebello *(Antonio Felix Machado da Silva e Castro, 2.º marquez de)*. Senhor de Entre-Homem e Cavado, commendador de S João do Couceiro, na ordem de Christo, governador de Pernambuco, alcaide-mór de Mourão, védor da casa da rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboia, mulher de D. Affonso VI, etc. Era filho do 1.º marquez de Montebello, Felix Machado da Silva Castro o Vasconcellos, e de sua mulher, D. Violante Orosco. Casou em 10 de fevereiro de 1676 com D. Luiza Maria de Mendoça d'Eça, filha e herdeira de Manuel de Sousa e Silva e de sua se-

Marquez de Montebello

gunda mulher D. Joanna de Mendoça. Pelo seu casamento ficou sendo alcaide-mór e commendador de Casal na ordem de Aviz, de S. Martinho de Bispo e de Seixo do Ervedal, na de Christo, etc. Herdou de seu pae a sua grande casa e o titulo de marquez de Montebello.

Montebello *(Felix Machado da Silva Castro e Vasconcellos, 1.º marquez de)*. Commendador de S. João do Couceiro, na ordem de Christo, e de Souzel na de Aviz; senhor das casas de Castro, Vasconcellos o Barroso, e dos solares d'ellas situados na provincia da Beira entre os rios Homem e Cávado. Era filho de Manuel de Araujo do Sousa e Castro, e de sua mulher, D. Margarida Machado da Silva o Vasconcellos. Foi um grande politico e notavel genealogico. Dedicou-se muito ao estudo das artes liberaes, á historia profana e á geographia antiga e moderna de Portugal. Foi embaixador em Roma, no tempo de Filippe IV, de Hespanha e III de Portugal, que em 1630 o agraciou com o titulo de marquez de Montebello, estando em Milão, cujo titulo foi officialmente reconhecido em Portugal, tanto n'elle, como em seu filho. Casou em Milão com D. Vio-

lante de Orosco, dama da imperatriz D. Maria, filha de D. Rodrigo de Orosco, 1.º marquez de Mortara, governador de Alexandria de la Palha, e da marqueza D. Victoria Porcia, dama da rainha D. Margarida d'Austria; irmã de D. Francisco de Orosco, 2.º marquez de Mortara e 1.º de Olias, vice-rei, capitão general da Catalunha, e governador de Milão. O marquez de Montebello estava em Madrid, quando se deu a revolução do 1.º de dezembro de 1640, e ali se deixou ficar por conveniencias da familia de sua mulher, tendo ali o titulo de conde de Amares. Dizem que se viu então reduzido a grande decadencia por lhe terem sido sequestrados em Portugal os seus rendimentos. Por algum tempo, vendo-se sem recursos, consagrou-se á pintura, que tinha estudado com grande vantagem, para angariar meios de subsistencia; e foi professor de seu filho e d'outros discipulos. Filippe IV assegurou-lhe depois uma pensão. Escreveu: *Memorial del marquez de Montebello*, Madrid, 1642, onde trata largamente dos ascendentes da sua familia; *Vida de Manuel Machado de Azevedo, senor de las Casas de Castro, Vasconcellos y Barroso, y de los Solares d'ellas, y de las tierras de Entre Homem e Cábado, villa de Amares, commendador de Souzel en la Ordem de Aviz*, Madrid, 1660; *Notas al Nobiliario de D Pedro Conde de Barcellos, hijo d'el rei D. Diniz de Portugal*, Madrid, 1646, Lisboa, 1667. Deixou em manuscripto: *Tercera Parte de Gusman de Alfarache, dividida em tres livros*; *Conquista da Catalunha*. Na livraria do sr. conde da Figueira existe um manuscripto do marquez de Montebello, em que se trata do systema penitenciario. A este estudo, o primeiro que se conhece sobre o assumpto, se refere D. Antonio da Costa no seu livro *Auroras da Instrucção*.

Montebello *(João de Freitas da Silva, visconde de)*. Proprietario e residente na ilha da Madeira. Foi agraciado com o titulo de visconde de Montebello por decreto de 24 de março de 1880. Casou em 10 de fevereiro de 1885 com D. Antonia de Figueirôa e Albuquerque, filha de Luiz Figueirôa e Albuquerque.

Montecos. Pov. na freg. de S. Luiz, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Montedonio *(João Baptista)*. Actor que muito se salientou nos theatros de segunda ordem. N. em Lisboa a 11 de agosto de 1841, fal. no Brazil em 27 de novembro de de 1888. Começou aos 9 annos a aprender o officio de encadernador; dois annos depois quiz ser marceneiro, e mais tarde carpinteiro de machinas. Foi sempre assim inconstante, mostrando-se sempre aborrecido com a vida a que se dedicava, passando logo a outra, e assim foi dourador e negociante de espelhos, ferrageiro, quinquilheiro, até taberneiro. Tão depressa se estabelecia com qualquer commercio, logo liquidava para se estabelecer com outro. Muito dedicado ao theatro, para que tinha vocação, entrou como discipulo aos 16 annos no theatro da Rua dos Condes, fazendo pequenos papeis, mas o pae dissuadiu o do seu proposito, e convenceu-o a entrar como aprendiz n'uma officina de entalhador. Em 1861 entrou de novo como actor, mas no Gymnasio, mostrando bastante merecimento em diversos papeis. Andou depois em companhias ambulantes pelas provincias e ilhas, e quando regressou a Lisboa em 1867, contratou-se no theatro da Rua dos Condes, onde o publico principiou a consideral-o como bom artista, reconhecendo-lhe muito valor. Em 1871 tornou a abandonar o theatro para se entregar de novo ao commercio, até que em 1878 entrou outra vez no Gymnasio, onde se demorou, fazendo papeis importantes, alcançando sempre applausos. Representou no *Penacho*, em que debutou; *Amigo dos diabos*, *Sello da roda*, *Policia*, *Medicina de Balzac*, *Mascara verde*, *Pesca da baleia*, *Bailarino*, *A estação calmosa*, e muitas outras peças, em que se affirmou como um distincto centro comico. Convidado por Furtado Coelho para fazer parte n'uma companhia que se organisou para o Brazil, para ali partiu em 1884. Agradou muito, e durante um anno de escripturado conseguiu, fazendo economias, juntar algum dinheiro, que logo depois perdeu em dois mezes, em que se quiz fazer empresario. Em janeiro de 1885 vivia em grandes difficuldades, e Sousa Bastos, que foi ao Brazil, escripturou-o, dando-lhe um dos primeiros logares da sua companhia. Em 1880 foi com este empresario ao Rio Grande do Sul, e lá se deixou ficar novamente com a idéa de se estabelecer como commerciante, mas em pouco tempo se viu reduzido á miseria, vindo a fallecer na cidade de Pelotas.

Montedor *(Antonio Leite Cardoso Pereira de Mello, visconde de)*. Major reformado de artilharia. N. em 16 de fevereiro de 1856; assentou praça em 30 de setembro de 1872, sendo despachado alferes em 7 de janeiro de 1885, e promovido a tenente a 16 de fevereiro de 1887, a capitão em 29 de setembro de 1897, sendo reformado no posto de major em 26 de outubro de 1904. Por despacho de 23 de janeiro d'esse anno havia sido agraciado com o titulo de visconde de Montedor. E' cavalleiro das ordens de Aviz e S. Thiago; possue a medalha de prata de comportamento exemplar.

Montedor. Pequeno monte, na freg. de Carreço *(V. este nome*, no vol. II, pag. 784*)*, na prov. do Minho, conc., com. e distr. de Vianna do Castello. A este monte se chamava tambem monte do Facho, por se accender ali, no tempo da guerra peninsular, um facho que se correspondia com o facho acceso em Affife, e com outro entre Moledo e Gontinhães, no monte fronteiro ao mar, que fica ao norte da estação de Ancora, pouco distante. Egualmente lhe chamam monte da Gandara, por existir uma pequena planicie entre a costa do mar e o alto de Montedor, planicie inculta que terá uns 500 metros de comprimento por 200 metros de largura. A'cêrca da denominação de Montedor não estão de accordo os autores. Pinho Leal conta no artigo sobre o rio Ancora *(V. este nome)* umas lendas que se referem a esse logar. Martins Sarmento, no seu estudo ácêrca do poema de Avieno, *Ora maritima*, indica a etymologia de *Monte d'Or*. O farol, que se construiu n'este alto, é considerado uma obra importante no seu genero. A torre do farol é quadrada, toda de cantaria lavrada, e mede 22 metros de altura. No interior ha uma escada de pedra em espiral, necessaria ao serviço do farol. O farol é de 5.ª ordem, modelo pequeno, com grupos de tres clarões precedidos e seguidos de eclipses de muito pouca duração, havendo um mais prolongado entre cada grupo de tres clarões. O poder illuminante do farol attinge 26,28

milhas no estado brumoso. O apparelho, que esteve provisoriamente collocado no farol do Cabo de S. Vicente, é optico e consta de 3 lentes de 7.° cada uma, com 9 elementos no tambor, 10 na cupola e 4 na corôa; e de um reflector de 140.° com 6 elementos. A rotação completa demora 10 segundos. A altitude do monticulo, sobre que assenta a torre do farol é de 77,m7, e a do plano focal acima do solo é de 24,m67. A casa annexa á torre é construida de fórma a poder mais tarde installar-se ali tambem um posto semaphorico e um signal sonoro ou sereia de vapor, e ainda uma estação telegraphica. O edificio annexo á torre, e ligado a esta pelo lado do norte, é em fórma de V de um só pavimento, construido em cantaria lavrada, e coberto com abobadilha. Occupa uma area de 954 metros quadrados. A frente principal é para o sul, e dentro ha um recinto, fechado pelo norte por um gradeamento de ferro. Compõe se de amplas e elegantes habitações para 4 empregados, casa para o official de inspecção, casa da machina para funccionamento da sereia, deposito de carvão e petroleo e casa para arrecadação. O projecto do farol é do engenheiro civil sr. José Ribeiro d'Almeida e foi executado em 1908. Do cimo de Montedor desfruta-se um panorama lindissimo. Vê-se d'ali claramente o farol de Vigo, e para o sul a vista alonga-se até além da Apulia.

Montedouro. Pov. na freg. de S. Mamede, de Perafita, conc. de Bouças, distr. do Porto.

Monteira. Povoações nas freguezias: Santa Maria do Castello e conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. ‖ S. Pedro, de Varzea, conc. de Goes, distr. de Coimbra. ‖ Santa Eulalia, de Venade, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello.

Monteiras. Pov. e freg. do Espirito Santo, conc. e com. de Castro Daire, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 175 fog. e 772 hab. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada proximo da estrada de Castro Daire a Rezende. O abbade de Castro Daire apresentava o cura, que tinha 40$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é muito fertil; cria muito e bom gado, e é abundante de caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 9, com a séde em Lamego.

Monteiro. As armas d'esta familia são: Em campo de prata tres businas de preto com boccaes de ouro e cordões vermelhos em roquete; timbre duas laminas pretas em aspa atadas com um torçal de prata. Fôram usadas estas armas por D. Fernão Rodrigues Monteiro, mestre de cavallaria de Aviz em tempo de D. Sancho I, D. Affonso II e D. Sancho II.

Monteiro (*Affonso*). Esculptor do tempo d'elrei D. Manuel. Foi nomeado por alvará de 8 de maio de 1508 pagador dos trabalhos de fortificação e almoxarife da alfandega da India. Lavrou umas seis columnas de marmore com capiteis para a camara municipal de Santarem.

Monteiro (*Alexandre José Gomes*). Secretario da alfandega do Porto em 1867. N. n'esta cidade a 4 de outubro de 1816. Escreveu: *Obras poeticas*, Porto, 1848 e 1852; *Camões*, drama em 4 actos, Porto, 1848.

Monteiro (*Antonio da Costa*). General de brigada reformado. N. em Vizeu a 15 de janeiro de 1814, fal. em 20 de novembro de 1878. Era filho de Ignacio da Costa Monteiro e de D. Maria do Carmo. Alistando-se voluntariamente a 6 de junho de 1831 no regimento de infantaria n.° 4, já havia obtido os postos de anspeçada e cabo, quando tomou parte na revolta, que contra o partido absolutista o seu regimento fez em Lisboa a 21 de agosto do mesmo anno, que lhe resultou ser preso e condemnado á morte, sentença que lhe foi commutada em degredo perpetuo para Moçambique, não chegando, porém, a embarcar, sendo solto do presidio da Trafaria no memoravel dia 24 de julho de 1833. Apresentando-se n'esse mesmo dia no exercito libertador, foi mandado para o deposito militar, d'onde em 26 passou com outras praças ao 2.° batalhão de infantaria n.° 4, organisado n'este dia; fazendo desde então a campanha até á convenção de Evora Monte, assistindo á defeza das linhas de Lisboa, e ás acções de Loures, onde ficou gravemente ferido, Pernes e Almoster. No 1.° de maio de 1834 passou ao batalhão de caçadores n.° 2, foi promovido a furriel em 15 do referido mez, a 2.° sargento em 16 de junho, e a 1.° sargento em 16 de dezembro. Em 29 de agosto de 1837 foi promovido a alferes para o mesmo batalhão, em attenção aos bons serviços e briosa conducta por occasião dos acontecimentos politicos d'essa epoca; e por decreto de 23 de dezembro do mesmo anno, que deu a antiguidade de 28 de julho a todos os promovidos, ficou por assim dizer annullada a recompensa do posto d'alferes, que fôra concedida por distincção no campo da batalha. No mesmo anno de 1837 operou com caçadores n.° 2 na raia contra as guerrilhas, coadjuvando assim os serviços que estava prestando em Hespanha a divisão auxiliar. Passando em 13 de fevereiro de 1841 para o batalhão de caçadores n.° 3, destacou em 18 de março seguinte para a escola normal, sendo transferido em 18 de novembro de 1843 para o batalhão de caçadores n.° 4, do qual passou á 3.ª secção em 21 de maio de 1844, e á 1.ª secção em 5 de janeiro de 1846. Passando a fazer serviço em Cascaes no deposito de emigrados hespanhoes, em 13 de julho de 1846, foi collocado no batalhão de caçadores n.° 2 em 22 d'esse mez, e passando á 3.ª secção em 2 de dezembro, sendo depois considerado demittido em virtude do decreto de 4, por haver ficado ao serviço da Junta do Porto. Depois da convenção de Gramido, e por applicação da amnistia de 28 de abril de 1847, foi collocado na 3.ª secção do exercito, que por decreto de 20 de dezembro de 1849 passou a denominar-se classe de officiaes em disponibilidade. Graduado no posto de tenente em 5 d'agosto de 1851, com egual antiguidade de 29 d'abril, foi collocado no batalhão de caçadores n.° 1 em 29 do referido mez d'agosto, sendo-lhe tambem concedida a antiguidade da graduação de tenente de 15 de fevereiro de 1845 por decreto de 19 de outubro de 1853. Promovido a tenente effectivo para o mesmo batalhão em 4 de junho de 1855, foi por decreto de 27 de outubro graduado no posto de capitão com antiguidade de 29 d'abril de 1851; e em 17 de novembro d'aquelle anno promovido a capitão effectivo para o batalhão de caçadores n.° 2. Por decreto de 5 de dezembro de 1865 foi promovido a major para o regimento de infantaria n.° 3; e transferido para o batalhão de caçadores n.° 10, em 17 de dezembro de 1869; foi encarregado do commando interino da sub-divisão

de Ponta Delgada em 24 de fevereiro de 1870, recolhendo ao corpo em 20 de maio. Sendo transferido em 17 de junho do mesmo anno para o batalhão de caçadores n.º 11, foi pouco depois mandado apresentar em Lisboa para uma commissão de serviço; e por portaria de 23 de agosto foi nomeado presidente da commissão encarregada de liquidar o direito dos officiaes amnistiados em Evora-Monte ás beneficas disposições do decreto de 13. Por decreto de 12 de outubro do 1870 foi promovido a tenente-coronel para o regimento d'infantaria n.º 4, continuando na referida commissão, da qual foi exonerado por a haver concluido, por portaria de 3 de novembro; e em 14 d'este mez foi transferido para o regimento de infantaria n.º 7. E' reputada sempre uma distincção a escolha d'um tenente-coronel entre os da sua classe, para se lhe conferir o commando effectivo d'um batalhão de caçadores; esta distincção teve-a o tenente coronel Monteiro, sendo nomeado commandante do batalhão de caçadores n.º 11, onde já era muito conhecido e tinha sympathias, em 16 de novembro de 1872; porém, em razão dos seus soffrimentos aggravados desde algum tempo por causa do grave ferimento que soffrera nas pernas, na acção de Loures, em 10 de outubro de 1833, havia já pedido a sua reforma, que lhe foi concedida por decreto de 27 do referido mez de novembro, sendo considerado capitão de 6 d'agosto de 1850, major de 11 de fevereiro de 1865, tenente-coronel de 29 de setembro de 1869, e coronel de 30 d'outubro de 1872; sendo por isso classificada a reforma no posto de general de brigada. Antonio da Costa Monteiro era cavalleiro da ordem de S. Bento d'Aviz condecorado com a medalha das campanhas da Liberdade, algarismo 4; com a de prata da divisão auxiliar á Hespanha. Possuia as medalhas de bons serviços e de comportamento exemplar. Em 30 d'agosto de 1839 casou com D. Delfina Julia de Almeida.

Monteiro *(Antonio Maria do Couto)*. Fidalgo da Casa Real, do conselho de sua magestade, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição; ajudante do procurador geral da corôa junto ao ministerio do reino, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, juiz em Torres Vedras, socio da Academia Real das Sciencias e do Instituto de Coimbra, etc. N. em Coimbra no anno de 1821, sendo filho do bacharel José Manuel Monteiro, antigo secretario da legação portugueza no Rio de Janeiro, e de D. Maria José do Couto Monteiro. Durante o seu curso juridico foi por tres vezes premiado, e tomou o grau de bacharel em 1845. Collaborou em differentes jornaes litterarios, como o *Mosaico*, *Panorama*, *Revista Universal Lisbonense*, *Prisma*, *Semana*, etc., sendo a maior parte das suas poesias reimpressas na *Lysia poetica*, do Rio de Janeiro. Na collecção de poesias intitulada *Trovador*, que se publicou em Coimbra em 1840, tambem se encontram muitos versos seus. Citaremos os seguintes escriptos: *Ode ao sr. Antonio Feliciano de Castilho*, no *Mosaico*, tomo II, 1840, a pag. 48; *Gonçalo Hermigues, o Traga mouros, romance historico*, no *Panorama*, serie II, vol. I, 1842; *Coimbra, trecho descriptivo*, na *Revista Universal Lisbonense*, vol. III, 1843, a pag. 67; *Saudades da minha infancia*, no referido vol., a pag. 458; *A Cabulogia*, Coimbra, 1844; annos depois foi reproduzida em folhetim na *Politica Liberal*, de 21 de julho de 1866; *A ponte monumental*, satyra politica, escripta no Porto em 1847 no calor da guerra civil. Foi publicada anonyma na *Estrella do Norte*, n.º 99 do mesmo anno. Escreveu tambem o opusculo *A garantia dos funccionarios administrativos*, Lisboa, 1866. Juntamente com o seu antigo amigo e collega, o dr. Augusto José Gonçalves Lima, escreveu a seguinte obra: *Manual do processo eleitoral, ou exposição systematica da legislação em vigor sobre as operações do recenseamento e eleições de deputados, acompanhada das resoluções do governo e dos tribunaes, com observações e notas*, Lisboa, 1865. Esta edição esgotou-se rapidamente, saindo então segunda, correcta e augmentada.

Monteiro *(Diogo)*. Licenceado em Canones pela Universidade de Coimbra. N. em Lamego. Escreveu: *Poema de S. Gonçalo de Amarante*, Lisboa, 1620.

Monteiro *(P. Diogo)*. Presbytero secular, theologo moralista. Era natural de Lisboa, mas não se conhecem as datas do nascimento e fallecimento. Estudou no collegio de Santo Autão, dos jesuitas. Escreveu: *Compendio da vida, virtudes e milagres do B. P. Francisco Xavier, Apostolo da India Oriental*, Lisboa, 1627. E' traducção do castelhano, de Thomaz de Villa Castim, addicionado, porém, com algumas notas do traductor.

Monteiro *(P. Diogo)*. Jesuita. N. proximo de Evora em novembro de 1561, fal. no collegio de Coimbra em 27 de maio de 1634. Chamava-se no seculo Diogo Banha, e era filho de Francisco Rodrigues Banha e de Brites Lopes. Estudou na Universidade de Evora os primeiros rudimentos da lingua latina. Entrou na Companhia de Jesus no Collegio de Evora a 6 de janeiro de 1577, continuando o noviciado no collegio de Coimbra, onde aprendeu as sciencias maiores. Foi professor de letras humanas durante 8 annos na primeira classe dos collegios de Coimbra e de Evora, em cujas universidades leu Philosophia, Theologia especulativa e moral, e Escriptura Sagrada. Por quatro vezes foi mestre dos noviços. Exerceu os cargos de reitor dos collegios de Braga e de Lisboa, preposito da casa professa de S. Roque, e provincial. O P. Diogo Monteiro foi um dos que mais se distinguiram entre nós na theologia ascetica, e o primeiro que reduziu a *Arte* os preceitos e subtileza d'esta sciencia. Era considerado como homem muito virtuoso. Aos 72 annos retirou se de Lisboa para o collegio de Coimbra, onde veiu a fallecer com fama de santo. Escreveu: *Arte de orar*, Coimbra, 1630; *Devoto exercicio da paixão de Christo... que a alma devota deve fazer entre dia*. Lisboa, 1632; *Meditações dos attributos divinos compostas pelo veneravel padre*, etc., *obra posthuma; dá-se no principio noticia do autor, com um compendio da sua santa vida e morte, composto pelo P. Nuno da Cunha, que foi seu noviço*, Roma, 1671.

Monteiro *(Domingos)*. Escriptor dramatico, fallecido pelos annos de 1903 ou 1904. Foi camaroteiro do Gymnasio, e guarda-livros do mesmo theatro durante 25 annos, d'onde saiu para se empregar na casa commercial Burnay. Escreveu uma comedia, intitulada *Reconciliação*, que se representou com applauso no Gymnasio. Foi autor de muitas scenas comicas e cançonetas engraçadas, na maior parte, representadas pelo actor Ta-

borda. Lembram-nos das seguintes: *Effeitos do vinho novo, Amor londrino, Penca dupla, O tio Matheus, Visita de amizade, O mais infeliz dos candidatos, A tia Benta, Negra côr, Ventura o bem velhote*, etc..

Monteiro *(D. Fr. Fernando Rodrigues)*. Mestre da ordem de Aviz, o primeiro que foi eleito n'esta villa de Portugal. Succedeu em 1219 a D. Fernando Annes, governou a ordem 18 annos e falleceu em 1237, succedendo-lhe D. Fr. Martim Fernandes.

Monteiro *(Francisco Avelino)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, director da enfermaria *Sousa Martins*, no hospital de S. José, etc. N. a 21 de agosto de 1859, sendo filho do professor de Philosophia Pedro Monteiro. Concluiu o curso em 1884, e n'esse anno publicou a sua these inaugural, sobre *Rupturas do ligamento rotuliano*. Em 3 de agosto de 1888 foi nomeado cirurgião interino do hospital de S. José. O sr. dr. Avelino Monteiro tem feito viagens de estudo pela Europa, visitando os hospitaes, e estudando o adeantamento da sciencia medica, especialmente os ramos da especialidade a que se tem mais dedicado, as doenças de garganta.

Monteiro *(Graciano Franco)*. Foi filho do dr. João Franco Monteiro, bacharel em Philosophia e Medicina pela Universidade de Coimbra, medico da Real Camara, cavalleiro professo na Ordem de Christo e fidalgo cavalleiro da Casa Real, e de D. Maria Polycarpo do Monte do Carmo. Nasceu em Lisboa no dia 18 de junho de 1827, sendo baptisado na egreja de S. Vicente. Acabados os preparatorios, que n'aquella epoca se exigiam matriculou-se na Universidade na faculdade de Direito chegando a completar o 3.º anno do curso. Ignoram se os motivos que o obrigaram a abandonar a Universidade, o que se sabe é que Franco Monteiro foi para a Cortegana, no concelho de Alemquer, onde encetou a vida rural. Foi durante a sua estada em Penuzinhos, que Franco Monteiro se encarregou da administração da Misericordia de Charnaes e da real casa de N. S.ª da Merceana, prestando muitos e bons serviços a estas duas instituições. Como agricultor, Franco Monteiro salientou-se muito, sendo o primeiro que n'aquelle concelho plantou em grande escala o *Eucalyptus globulus*, hoje largamente cultivado em todo o paiz. Presidente em varias vereações do concelho d'Alemquer distinguiu-se sempre pelos seus actos de sensatez e hombridade. Foi agraciado com a commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição, e mais tarde, por decreto de 3 de outubro de 1883, com a carta de conselho, graça que não acceitou, renunciando a mercê. O seu retrato vem publicado no *Damião de Goes* de 4 de janeiro de 1903, tendo sido tambem inaugurado na sala da Misericordia de Charnaes em agosto de 1905. Falleceu d'uma lesão cardiaca na sua quinta do Falou, no dia 17 de janeiro de 1888, sendo a sua morte muito sentida na terra da sua residencia Foi sepultado no seu jazigo no cemiterio da freguezia de N. S.ª das Virtudes, de Ventosa.

Monteiro *(P. Ignacio)*. Jesuita. N. em Lamas, no bispado de Vizeu, mas não se conhecem as datas do nascimento e fallecimento. Entrou para a Companhia de Jesus a 8 de fevereiro de 1739. Era mestre de Mathematicas no collegio de Coimbra quando os jesuitas fôram expulsos de Portugal em 1759. Foi então para Italia, onde continuou exercendo o magisterio, chegando a ser reitor d'uma universidade italiana. Escreveu: *Compendio dos elementos de mathematica, necessarios para o estudo das sciencias naturaes e bellas letras, tomo I*, Coimbra, 1754, com 8 estampas; tomo II, 1756, com 5 estampas. Estes elementos fôram depois pelo autor trasladados em latim, e incorporados no seu curso de Philosophia, que imprimiu na Italia em 1766, com o titulo: *Philosophia libera, seu Ecletica rationalis et mecanica sensuum*, Venetiis, 1766, 9 tomos; depois em 1775, 8 tomos. A segunda parte da obra intitula se: *Philosophia rationalis, seu Ars critica orationis dirigendae*, Venetiis; 1768; *Philosophia rationalis ecletica; Metaphysicae in quae generalis rerum notiones, principia et leges; Naturalis Theologia atque Psycologia seu de anima humana disseritur*, Venetiis, 1770; 2 tomos n'um volume.

Monteiro *(Fr. João)*. Jesuita, natural de Mesão Frio. N. em 1604 e fal. no imperio chinez em 1648. Partiu para o Oriente, e foi mestre de noviços em Gôa, dictou Philosophia e Theologia em Macau. Missionou com muito zelo na China, e publicou varias obras na lingua do paiz.

Monteiro *(João Antonio)*. Doutor em Philosophia e lente da cadeira de metalurgia na Universidade de Coimbra, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. na ilha da Madeira, e fal. em Paris em 1834. Era filho de Pedro Jorge Monteiro. Doutorou-se em 23 de outubro de 1791. Pouco tempo exerceu o magisterio, porque em 1801 saiu de Portugal para emprehender, por conta do Estado, uma viagem scientifica aos paizes mais cultos da Europa. Principiou os seus trabalhos em Paris, onde publicou interessantes memorias, dirigindo se depois a Allemanha, e ali frequentou as lições do celebre Wenrer em Freyberg, distinguindo-se por interessantes estudos scientificos em cristallographia e historia natural dos mineraes, a ponto de merecer honrosas citações por celebres mineralogistas allemães e francezes Hauy e Binet, n'uma sessão da Sociedade Philomatica de Paris, apresentaram um relatorio muito lisongeiro ácêrca d'uma memoria d'este illustre mineralista, a qual tinha por objecto a determinação directa d'uma nova variedade da fórma cristallina do carbonato de cal, e as notaveis propriedades que ello manifesta. Hauy, no seu tratado de mineralogia e em muitas memorias, cita sempre com o maior louvor as observações e trabalhos do dr. João Antonio Monteiro. Schrauf, no seu tratado de mineralogia physica, impresso em Vienna em 1866; Friedrich Mohs, nos seus principios fundamentaes de mineralogia; Haidniger, no seu manual de mineralogia, publicado em Vienna em 1851, e muitos outros respeitaveis e autorisados escriptores da Allemanha alludem em termos honrosos aos trabalhos do dr. Monteiro. Parece que os acontecimentos politicos, ou outras quaesquer razões, que se ignoram, obrigaram o dr. João Pedro Monteiro a não voltar mais a Portugal, vindo a fallecer, confórme dissémos, em Paris. Escreveu: *Memoria sobre o fluato de cal do Vesuvio*, lida na assembléa dos Professores do Museu de Historia Natural de Paris, e publicada nos *Annaes* do mesmo estabelecimento, tomo XIX, pag. 36; *Memoria sobre muitas novas variedades de fórmas determinaveis de topazios*, nas

Memorias da Academia Real das Sciencias de Munich, anno de 1811, pag. 223; *Memoria sobre a determinação directa de uma nova variedade de fórma cristalina do carbonato de cal, e sobre as notaveis propriedades que ella manifesta;* lida na Sociedade Philomatica de Paris, na sessão do 21 de julho de 1813. D'estas tres *Memorias* escriptas em francez faz menção o *Investigador Portuguez*, n.º XXXVIII, a pag. 205. Outros muitos escriptos do mesmo autor, todos em francez, veem commemorados n'um artigo, a seu respeito, publicado no *Jornal de Coimbra*, n.º XXXVI, parte 1.ª, a pag. 272. Escreveu tambem: *Indagação sobre as causas e effeitos das bexigas de vacca, molestia descoberta em alguns dos condados occidentaes da Inglaterra, particularmente na comarca de Gloucester, e conhecida pelo nome de vaccina, por Eduardo Jenner, M. D. T. R. S.* etc, *Segunda edição publicada em Londres em 1800; traduzida do inglez por ordem de sua alteza real o principe regente*, etc., *por J. A. M*, Lisboa, 1803; com 4 estampas grandes.

Monteiro *(João Franco)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real; bacharel em Philosophia e Medicina pela Universidade de Coimbra. N. na Cortegana, conc. do Alemquer, em 1773. No curso de medicina obteve os primeiros premios. Foi senhor do prazo da Quinta da Genoveza, primeiro medico da Real Camara, physico-mór do reino e cavalleiro professo da ordem de Christo. Teve direito á commenda de Mazagão, na ordem de Christo, e á alcaidaria-mór de Grandola, por sua mulher, D. Maria Polycarpo do Monte do Carmo. Foi o modelo dos palacianos. O infante D. Miguel o convidou a acompanhal-o ao exilio, e elogiou-lhe a nobilisima escusa. Ficou então ao serviço da infanta D. Izabel Maria.

Monteiro *(João Mendes)*. Musico, que viveu na segunda metade do seculo XVI, e era natural de Evora. Foi musico da capella real de Madrid. No catalogo da livraria de D. João IV figuram alguns motetes d'este autor. Era discipulo do professor Manuel Mendes.

Monteiro *(João Pedro)*. Architecto. N. em Lisboa a 4 de dezembro de 1826, onde tambem fal. a 24 de março de 1853. Era filho de Sabino Estanislau Monteiro, proprietario d'uma grande officina industrial, e de sua mulher, D. Anna Gertrudes da Conceição. Arrastado por uma vocação irresistivel para a carreira das artes, matriculou-se como alumno ordinario na aula de desenho historico da Academia de Bellas Artes em 29 de setembro de 1837. Fez um curso dos mais brilhantes, sendo premiado em todos os quatro annos d'esse curso, com o 1.º premio pecuniario da aula de desenho, que era então de 30$000 réis. Passou depois a frequentar as aulas de pintura e architectura, onde não desmereceu o alto conceito em que era tido, tanto pelos professores, como pelos condiscipulos. Dedicando-se mais especialmente ao estudo da architectura, foi um dos alumnos da Academia que entraram no concurso triennal, que costumava ali haver, e n'esse certamen alcançou tambem o primeiro premio; a Academia concedeu-lhe a maior das suas distincções, a medalha de ouro, em vista dos trabalhos architectonicos apresentados por João Pedro Monteiro. Concluidos assim os seus estudos artisticos n'aquelle instituto, foi matricular-se na Escola Polytechnica, no primeiro anno de Mathematica e nas aulas de Physica e Chimica. Contribuia tambem para esta nova direcção, que dava aos seus estudos, o desejo que tinha de concorrer ao logar de professor de desenho, que estava vago na referida escola, e que por ter um caracter scientifico exigia conhecimentos especiaes. O concurso foi dos mais brilhantes, chegando a causar a admiração dos professores. João Pedro Monteiro foi logo nomeado professor substituto de desenho, sendo depois provido na propriedade da cadeira e encarregado, na qualidade de architecto, de dirigir as obras do edificio em que a escola já então funccionava. Em 1852 abriu-se concurso para dois logares de desenhador no Archivo Militar addido ao corpo de engenheiros. Monteiro pensou logo em concorrer a um d'esses empregos, que podia accumular com o que já exercia na Escola Polytechnica. Havia, porém, uma grave difficuldade; Monteiro ignorava completamente a especialidade do desenho topographico, mas venceu-a á força de trabalho, de vigilias e de talento. Mandou vir de França o melhor tratado de topographia que então havia, estudou-o só, sem mestre, sem auxilio estranho, e chegado o momento do concurso, foi classificado em primeiro logar, e despachado segundo desenhador do Archivo. Aggravando-se-lhe porém, os seus soffrimentos, não chegou a tomar posse do seu novo logar, e falleceu na mesma casa em que nascera, aos 26 annos de edade, victima da mesma enfermidade da tisica a que tambem haviam succumbido os seus irmãos. O pobre pae não pôde resistir aos desgostos da perda de seus filhos, e com especialidade João Pedro, o notavel artista que era o seu orgulho, a alegria da sua velhice, e enlouqueceu. João Pedro Monteiro deixou differentes trabalhos, sendo os mais notaveis as vistas de muitos dos nossos mais bellos monumentos, que se publicaram em magnificas lithographias no *Portugal artistico* e nas *Paizagens e Monumentos de Portugal*. Na exposição internacional de Londres em 1815, ganhou um premio com o seu *Panorama de Lisboa*, vista de Almada, que foi ali expôr. Os trabalhos architectonicos de sua composição, de que temos noticia, são um projecto para uma Academia de Bellas Artes, que esteve patente n'uma das exposições da Academia, e que foi executado para um dos concursos triennaes, recebendo elle n'essa occasião a medalha de ouro, e muitos elogios da imprensa d'essa epoca, distinguindo-se pela sua autoridade especial o *Jornal das Bellas Artes*, onde entre outros escriptores, collaborava Almeida Garrett; outro projecto para o arco da rua Augusta, que não foi levado a effeito, por ter sido annulado o concurso; o mesmo aconteceu a um terceiro plano, que elle fez para o concurso do Pantheon da familia real, e que ficou sendo propriedade d'el-rei D. Fernando. Na valiosa e magnifica collecção de desenhos originaes, que esteve patente nas salas da Academia, figuram alguns de Monteiro, como o Claustro de Belem, a frontaria da Concição Velha, S. João do Souto, de Braga, e a sé de Guimarães. O conde Raczynski no seu *Dictionnaire historico-Artistique du Portugal* tece grande elogio a este mallogrado artista, tão cedo arrebatado pela morte.

Monteiro *(José Correia Cardoso)*. Bispo de Angra do Heroismo. N. na Regoa a 20 de janeiro de 1844, sendo filho de Joaquim Correia Car-

doso Monteiro e de D. Thereza Candida de Jesus. Destinando-se á carreira ecclesiastica, foi ordenado de presbytero a 6 de abril de 1867, concluindo em Coimbra a sua formatura na faculdade de Theologia em junho do mesmo anno. Em 25 de julho de 1869 foi nomeado professor de sciencias ecclesiasticas no seminario episcopal do Porto, sendo depois despachado conego, a 11 de outubro de 1877, e elevado á dignidade de chantre a 6 de fevereiro de 1890. Distinguindo-se pela sua competencia e pela seriedade do seu caracter, foi nomeado provisor do bispado em 21 de junho de 1894. Achando-se vaga a mitra de Angra do Heroismo, por morte do bispo D. José Ferreira de Carvalho, foi apresentado n'aquella diocese, por decreto de 3 de outubro de 1904, e confirmado pela Santa Sé, bullas apostolicas expedidas a 1.º de março de 1905. A sua sagração realisou-se na sé do Porto, a 28 de maio do mesmo anno, sendo sagrante o bispo d'esta diocese, tendo por assistentes D. Antonio Ayres de Gouveia, arcebispo de Calcedonia, e D. Theotonio Vieira de Castro, bispo de Meliapor.

Monteiro *(José Gomes)*. Escriptor muito apreciado, socio da livraria Moré, do Porto, etc. N. n'esta cidade a 2 de março de 1807, onde tambem fal. a 12 de julho de 1879. Era filho de Francisco José Gomes Monteiro, negociante da praça do

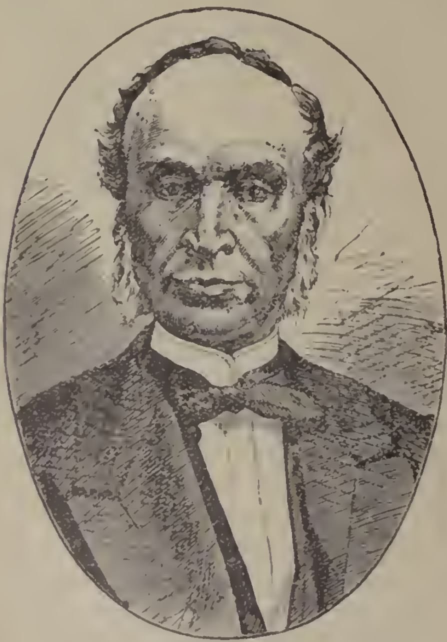

José Gomes Monteiro

Porto, e de sua mulher D. Maria Angelica Monteiro. Estudou no collegio do P. Felix, na quinta do Freixo, e depois no seminario da Lapa, da mesma cidade. Em 1823 entrou na Universidade de Coimbra, matriculando se em Direito e em Canones. Destinava-o seu pae á vida ecclesiastica, e quando este fal., em 1824, continuou os estudos na Universidade, tornando-se mais notavel pelo seu talento, que pela sua applicação. No principio de 1828, andando no quarto anno do curso, as suas convicções liberaes, e os successos politicos d'aquella epoca, o obrigaram a emigrar, indo para Inglaterra. Esteve dois annos em Londres, onde auxiliou com mão larga os emigrados que a elle recorriam, especialmente Garrett, de quem foi um amigo muito dedicado. Foi depois viajar pela Allemanha, acabando por se estabelecer em Altona, proximo de Hamburgo, onde em novembro de 1830 fixou a sua residencia, e constituiu se em sociedade commercial com José Ribeiro dos Santos, consul de Portugal ali estabelecido, sob a firma de Santos e Monteiro. A casa não prosperou, e d'ahi e a poucos annos Monteiro viu se obrigado a retirar-se do negocio. Mas a sua permanencia em Allemanha, e as suas relações com Garrett e outros homens eminentes, que conhecera na emigração, fôram para elle um grande auxilio para o desenvolvimento dos seus estudos e investigações. Na bibliotheca da Universidade de Gœttingen encontrou um manuscripto das obras de Gil Vicente, e por esse manuscripto, de sociedade com José Victorino Barreto Feio, tambem emigrado, e a quem elle chama *seu mestre e amigo*, emprehendeu uma edição critica das obras do grande poeta comico do seculo XVI. Tanto o estudo que precede as obras do poeta como o glossario que as acompanha são obra exclusiva de José Gomes Monteiro, que pouco tempo depois, sempre de sociedade com Barreto Feio, emprehendeu uma edição das obras Camões, nas mesmas condições que a de Gil Vicente. Estas edições de Hamburgo, que fôram feitas á custa de Gomes Monteiro, são muito apreciadas. Em 1835 José Gomes Monteiro regressou ao Porto, onde foi algum tempo recebedor de fazenda no segundo districto. Mas apezar de ter privado com os homens mais importantes do partido constitucional, sempre se conservou n'uma obscuridade demasiadamente modesta, porque se obstinou em não publicar estudos magnificos como os que consagrou ao *Amadis de Gaula*, a Sá de Miranda, que ficaram ineditos com grande prejuizo das letras. Ninguem mais do que elle, diz um dos seus biographos, estava em circumstancias de escrever a nossa historia litteraria debaixo d'um ponto de vista perfeitamente moderno, mas Gomes Monteiro nunca se julgou bastante habilitado para emprehender uma obra de tamanha importancia, e só em raros livros e artigos revelou o muito que valia como historiador litterario. Em 1848 imprimiu no Porto o livro intitulado *Eccos da Lyra Teutonica, ou traducção de algumas poesias dos poetas mais populares da Allemanha*. Contém esta collecção, dedicada pelo autor ao seu amigo o dr. Sebastião d'Almeida e Brito, 37 trechos, vertidos dos poetas allemães Schiller, Goethe, Lessing, Uhland, Koruer, etc., sobresaindo a traducção do poemeto *Camões*, do dinamarquez Staffeldt. No fim das notas traz uma curiosa resenha de todas as traducções impressas dos *Lusiadas*, de que teve conhecimento, e outras de *Obras de imaginação* que os estrangeiros consagraram á gloria de Camões. José Gomes Monteiro formara uma bibliotheca magnifica, e possuia sobretudo uma preciosa Camoneana. Em 1849 publicou tambem no Porto a *Carta ao ill.mo sr. Thomaz Norton, sobre a situação da ilha de Ve-*

nus, e em defeza de Camões, contra uma arguição, que na sua obra intitulada «Cosmos» lhe faz o sr. Alexandre de Humboldt. Na *Epoca*, tomo II, pag. 181, vem um juizo analytico de Rebello da Silva sobre esta obra, bastante lisongeiro. José Gomes Monteiro vivia pacificamente no meio dos seus livros e entregue aos cuidados de sua familia, quando, vendo em grande decadencia a livraria Moré, do Porto, deliberou levantal-a do seu abatimento, e entrando como socio gerente, em pouco tempo, na verdade, a tornou uma das primeiras livrarias do paiz, ao passo que protegia muitos escriptores novos que não encontravam editor facilmente, e que n'elle encontraram um amigo, um conselheiro judicioso. Muitas obras se editaram então, sendo muitas das obras primas de litteratura contemporanea. Uma d'estas foi a traducção do *Fausto*, de Goethe, emprehendida pelo visconde de Castilho. Dois escriptores o atacaram vivamente como infiel, e José Gomes Monteiro, que conhecia admiravelmente o allemão, saiu a campo em defeza do poeta aggredido, e escreveu em 1873 um livro admiravel de fina critica, intitulado *Os Criticos do «Fausto» do sr. visconde de Castilho.* Era o livro da sua velhice, mas parecia revelar uma extraordinaria juvenilidade de espirito; comtudo, Gomes Monteiro estava abatido mais do que os seus amigos suppunham. Ahi por 1877 abandonou completamente a gerencia da casa Moré. Ainda em 1878 acceitou, com verdadeiro jubilo, o trabalho de revisão do texto dos *Lusiadas*, de que o encarregava Emilio Biel para a sua bella edição. Gomes Monteiro havia estudado muito as obras de Camões, estudara-as com o criterio que empregava em tudo quanto pensava e escrevia. Por lhe reconhecer a sua grande competencia, foi que Emilio Biel e os seus amigos lhe pediram para que se encarregasse da introducção, notas, tabellas de variantes, e revisão do texto, baseado na 2.ª edição de 1572, e na de Hamburgo, de 1834, na grande edição dos *Lusiadas*, que imprimiu em Leipzig. Gomes Monteiro não pôde proseguir n'este importante trabalho, porque falleceu poucos mezes depois. Sobre a vida litteraria de Gomes Monteiro, póde vêr-se: *Revista Peninsular*, tomo II, pag. 312; *Jornal do Porto*, n.º 204, de 1859; *Miscellanea litteraria*, n.º 1860; *Revista contemporanea de Portugal* e *Brazil*, tom V, pag. 229; *Museu illustrado*, 2.º anno, pag. 133, etc. Quando falleceu, em 1879, toda a imprensa publicou artigos elogiosos a seu respeito, como o *Commercio do Porto*, de 13 de julho, *Diario de Noticias*, de 20 de julho e 2 de agosto, *Occidente*, n.º 39, etc. Além das obras já citadas, mencionaremos *A deusa Bonna*, nota da versão dos *Fastos*, de Castilho, tomo III, pag. 209 a 227. Ineditos deixou numerosos trabalhos, entre os quaes se contam: *Apontamentos para a historia da lingua e litteratura portugueza anterior ao seculo XVI; Reliquias de litteratura portugueza anterior ao seculo XVI* (Estudos ácêrca do romance *No figueiral figueiredo*; *Canção de Gonçalo Hermigues «Tinherabos nom tinherabos»*, *Cartas de Egas Moniz Coelho «Ficaredes bos embora»* e *«Bem satisfeita ficades»*, *Elegia de D Mendo Vasques á morte de sua mulher D. Ximena*, *Estanças á perda de Hespanha*, e *apontamentos sobre varios trovadores e prosadores dos seculos XIII, XIV e XV*); *Estudos para a historia da philosophia portugueza; Antonio de Gouveia (biographia e estudo critico sobre as obras d'este philosopho); Traducção do tratado de Francisco Sanches «Quod nihil scitur»; Estudos ácêrca de Garcia de Rezende e Jorge de Montemor; Notas aos cancioneiros; Estudos sobre numismatica; Estudos sobre o Amadiz de Gaula; Crisfal e Maria (conto pastoril historico dos seculos XV e XVI).* O heroe era o poeta Christovão Falcão, e a idéa do conto suggeriu-a a ecloga chamada Crisfal); *Trabalhos para uma edição da «Menina e Moça», de Bernardim Ribeiro; Trabalhos para a reimpressão das obras de Sá de Miranda, acompanhadas de um estudo biographico-critico ácêrca do poeta; Estudos criticos sobre a vida de Camões e as suas obras; Notas ao livro de Monteria de D. João I; Notas geographicas sobre a antiga Iberia e o reino de Portugal e seus dominios; Illustrações a Fernão Lopes; Descripção do «Tirant lo Blanch»; Quem é o autor da «Arte de furtar?»; Estudos sobre o Grão Vasco; Dos destinos do Livro, fantasia bibliomana.* Diversos artigos politicos e litterarios, uns ineditos e outros publicados em diversos jornaes do Porto entre 1843 e 1857; Esboço d'um drama historico, em que seria protogonista o duque de Vizeu; traducção da tragedia de Casimir Delavigne *Luiz XI*, representada no Porto em 1838 por uma companhia de amadores, desempenhando o traductor o papel do protogonista; *Camões ou a morte do poeta*, traducção do romance allemão de Ludwig Tieck. Todos estes trabalhos ficaram mais ou menos incompletos, e alguns fôram destruidos por um incendio, que se manifestou na bibliotheca do venerando ancião, no dia em que o seu cadaver ali estava depositado.

Monteiro *(José Leite).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, professor de philosophia racional e moral do lyceu do Funchal, por decreto de 14 de fevereiro de 1867, etc. N no Porto a 27 de setembro de 1841, sendo filho de Caetano José Gomes Monteiro, juiz de direito na comarca occidental do Funchal. Escreveu: *Ultramontanismo na instrucção publica de Portugal; reflexões a proposito da manifestação academica do dia 8 de dezembro de 1862*, Coimbra, 1863; *Estudo de pathologia social e sua applicação nas caixas economicas*, Coimbra, 1864; *Flôres da Madeira, poesias de diversos autôres madeirenses*, etc., Funchal, 1871; *Principios philosophicos de direito publico interno, accommodadas ao seu ensino na universidade de Coimbra; Uma viagem á Madeira* Tanto em Coimbra como no Funchal, tem collaborado em varias publicações periodicas.

Monteiro (*José Luiz*). Architecto, professor da 5.ª cadeira da Academia de Bellas Artes. N. em Montelavar em 1846. Foi alumno da Academia de Bellas Artes de Lisboa, onde fez um curso distincto, e tendo entrado no concurso para ir estudar ao estrangeiro, obteve a melhor classificação, pelo que foi para Paris, onde fez um tirocinio brilhante, obtendo em 1874 seis medalhas e duas menções honrosas, e em 1875 um premio de 539 francos (Prix Muller), tres medalhas e quatro menções honrosas. Em 1876 dirigia parte dos trabalhos na reconstrucção do palacio municipal de Paris. Regressando a Portugal em 1878, teve pouco depois occasião de affirmar a sua competencia no desenho do pavilhão que a camara municipal mandou erguer na praça do Commercio

por occasião das festas commemorativas do tricentenario de Camões, e delineou o carro da Imprensa, que figurou no cortejo civico que então se realisou, assim como elaborou o carro da cidade de Lisboa, que fez parte uo cortejo que em maio de 1882 se effeituou no centenario do marquez de Pombal. Foi tambem o sr. José Luiz Monteiro quem decorou a tribuna que se levantou na praça do Commercio por occasião da visi-

José Luiz Monteiro

ta do rei Eduardo VII de Inglaterra, em abril de 1903, e que ali recebeu as homenagens da camara municipal e d'outras corporações. A estação central do Rocio tambem é projecto seu. O sr. José Luiz Monteiro foi architecto da camara municipal, e desempenhou desde 27 de maio de 1878 até 1 de abril de 1909, data em que foi aposentado, a seu pedido, o logar de 1.º official-chefe da 2.ª secção da 3.ª repartição da mesma camara Por occasião da exposição universal de Paris, de 1900, fez parte da commissão portugueza, como architecto chefe, sendo condecorado com o grau de cavalleiro da Legião de Honra. Em 1882 fez parte da commissão executiva da exposição retrospectiva de arte ornamental, que se realisou n'esse anno no palacio das Janellas Verdes. Pela Academia de Bellas Artes de Lisboa é vogal do Conselho Superior de Instrucção Publica, nomeado em 30 de novembro de 1907.

Monteiro (*José Luiz Coelho*). Professor de grammatica na antiga Academia de Marinha e Commercio da cidade do Porto. Nada mais se sabe a seu respeito, senão que é fallecido ha muitos annos. Escreveu: *Compendio grammatical da lingua portugueza, ordenado e offerecido ao ill.mo sr. Joaquim Navarro de Andrade*, etc., Lisboa, 1828; *Rapido esboço sobre a Maçonaria*, Lisboa, 1823; *Analogia entre o maçonismo e judaismo*, Porto, 1828; *Resumo historico dos successos memoraveis da restauração do Porto*, N.os 1 e 2, Lisboa, 1809. São 2 folhetos, o 1.º de 22 paginas, e o 2.º de 15, tendo no fim *Continuar-se-ha*, mas não se sabe se continuou tal publicação que saia com as iniciaes *J. L. C M; Maçonismo desmascarado, ou breve opusculo em que com factos e raciocinios se prova como o maçonismo é o judaismo; quarta vez impresso, revisto e muito accrescentado*, Lisboa, 1823.

Monteiro (*José Procopio*). Actor do antigo theatro do Salitre, nos fins do seculo XVIII. Escreveu: *Idyllio que se ha de representar no theatro do Salitre em obsequio dos felicissimos annos da senhora princeza do Brazil*, Lisboa, 1788; *A inveja abatida, drama para se representar no theatro do Salitre no felicissimo dia do nascimento do sr. D. João, principe do Brazil*, Lisboa, 1789.

Monteiro (*Luciano*). V. *Silva Monteiro (Luciano Affonso da)*.

Monteiro (*Luiz Maria de Lima da Costa*). Antigo professor de gymnastica do fallecido rei D. Carlos, quando principe, de sua alteza o senhor infante D. Affonso; do Real Collegio Militar, do Instituto Industrial, do Real Gymnasio Club Portuguez, da Escola Nacional, da Escola Academica, do Collegio Arriaga, Asylo de S João, etc. Fal. a 19 de setembro de 1906. Foi o primeiro que entre nós pôde conseguir introduzir o ensino de gymnastica como educação physica. Foi o fundador do Gymnasio Club, no velho palacete da Carreirinha do Soccorro, d'onde mais tarde saiu o actual Real Gymnasio, estabelecido na rua de Serpa Pinto. No fim d'alguns annos de trabalho pôde alcançar o logar de professor do Real Collegio Militar, que estava então em Mafra. No Real Gymnasio Club exerceu o cargo de presidente perpetuo do conselho technico e por muitos annos tambem foi presidente da direcção. Era dedicadissimo pelo exercicio da sua profissão, por que tinha verdadeiro fanatismo. Os seus discipulos, com quem era extremoso em excesso, chamavam-lhe o *pae Monteiro*. Estudava com ardor os melhores methodos de gymnastica, estudo que nunca abandonou até aos ultimos dias de vida; aprendeu anatomia e physiologia na Escola Medica de Lisboa, que para esse fim frequentou, por comprehender que um bom professor de gymnastica não podia dispensar o conhecimento d'essas sciencias.

Monteiro (*Manuel*). Escriptor, cujo nome se encontra na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, 3.º vol., pag. 314, com a unica indicação de ter composto um livro com o titulo de *Demarcação da ilha de Mombaça*, e que o manuscripto se guardava na bibliotheca do rei de Hespanha.

Monteiro (*Fr. Manuel*). Presbytero da Congregação do Oratorio, de Lisboa, e academico da Academia Real de Historia Portugueza. N. no Porto em outubro de 1667, e fal. em 1758. Foi grande latinista e grammatico. Escreveu: *Historia de Carlos XII, rei da Succia, escripta por mr. de Voltaire, e emendada segundo os reparos historicos e criticas de mr. de la Motraye, Primeira e Segunda Parte*, Lisboa, 1739; saiu com o nome de Francisco Xavier Freire de Andrade; *Joannis Portugaliae Reges ad vivum expressi;* Olyssipone, 1742; consta de 5 elogios muito extensos, relatando em cada um as principaes acções dos 5 monarchas portuguezes que tiveram o nome de João, até D. João V; e é adornado com os respectivos retratos, gravados a buril pelo artista Debrié, tendo mais uma estampa allegorica e frontispicio egualmente gravado. A publicação d'estes elogios causou a de uma carta critica, em nome d'um *philologo de Hespanha*, escripta por Luiz Antonio Verney, na qual a obra era severamente avaliada. A esta critica respondeu o P. Francisco José Freire no opusculo que intitulou *Illustração critica*, etc. O P. Manuel Monteiro publicou tambem a sua obra traduzida

em portuguez, e conservando-lhe a mesma fórma, com o titulo *Elogios dos reis de Portugal de nome João*, Lisboa, 1719. Escreveu mais: *Jerarchia episcopal: tratado theologico, juridico e historico, etc.*, tomo I, Lisboa, 1746; saiu em nome de Francisco Xavier Freire de Andrade; esta obra parece ter ficado incompleta pela falta dos tomos seguintes; *Historia da fundação do real convento do Louriçal de religiosas capuchas, e vida da veneravel Maria do Lado, sua primeira instituidora, etc.*, Lisboa, 1750; *Elogio do muito reverendo P. M. Antonio de Faria, da congregação do Oratorio de Lisboa, e n'ella preposito em tres triennios*, etc., Lisboa, 1746, saiu com o nome de Diogo Soares de Meirelles; *Novo methodo para se aprender a Grammatica Latina, ordenado para uso das escolas da Congregação do Oratorio na casa de N. S.ª das Necessidades, Parte 1.ª*, Lisboa, 1746; outra edição, 1.ª e 2.ª parte, 1751 Na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. III, pag. 314, ainda se mencionam outras obras.

Monteiro *(P. Manuel)*. Jesuita. Mestre das linguas grega e hebraica, etc. N. em Monforte em 1604, e fal. a 18 de julho de 1680. Foi reitor dos collegios d'Angra, de S. Patricio em Lisboa, e de Santarem, e por ultimo preposito da casa de S. Roque e provincial. Escreveu: *Compendio de meditações, distribuidas em dois tomos por todo o anno, sobre os principaes mysterios da nossa santa fé*, Lisboa, *tomo I*, 1649; *tomo II*, 1650; foi reimpressa até á sexta meditação, em 1677; *Zelo da fé, e união da piedade contra a cegueira do paganismo*, Lisboa, 1657; *Brevissimo compendio da vida e excellencias de S. Francisco Xavier, apostolo da India*, etc., Evora, 1675; sem o nome do autor; *Compendio da vida de Santo Ignacio de Loyola*, Lisboa, 1660; *Compendio panegyrico do P. Joseph de Anchieta*, Lisboa, 1660; *Exercicio da paixão de Christo Nosso Senhor, repartido por horas, que a alma devota deve fazer entre dia*, Coimbra, 1632.

Monteiro *(Manuel da Costa)*. Cavalleiro da ordem de Christo; doutor em medicina, e physico mór das armadas Teve grande fama como operador. Escreveu: *Opusculo cirurgico dividido em tres tratados: 1.ª da cura da gangrena pela via galenistica; 2.ª da cura da gangrena pela via moderna; 3.ª das excellencias do ouro, e cura que se faz com o seu oleo*, Lisboa, 1712.

Monteiro *(Mario Augusto de Miranda)*. Escriptor e poeta contemporaneo, deputado, socio da Sociedade de Geographia, de Lisboa, da Sociedade Litteraria d'Almeida Garrett e da Real Associação dos Archeologos Portuguezes. E' natural de Midões. Vivendo em Coimbra desde creança frequentou o curso do lyceu até 1889, anno em que partiu para o Rio de Janeiro, em viagem de recreio, por não ter ainda edade para entrar n'um curso superior. Entrou para a Universidade de Coimbra aos 15 annos, e desde então começaram a apparecer os seus primeiros escriptos em prosa e em verso. Foi elle que promoveu na Figueira da Foz em 1903 o sarau em beneficio dos famintos de Cabo Verde. Na legislatura de 1901 saiu eleito deputado pelo circulo de Portalegre. O sr. Mario Monteiro tem collaborado no *Lidador*, *Revista Amarella*, *O Figueirense*, *Gazeta da Figueira*, *Voz de Amarante*, *Noticias de Alcobaça*, *Almanach Luso-Brazileiro*, *Os Novos*, *Tribuno Popular*, *Folha de Coimbra*, *Resistencia*, *Encyclopedia das familias*, *O Sul do Alemtejo*, *O Liberal*, *Jornal de Coimbra*, *O Cerro-Rico*, *O Independente*, *Correio d'Albergaria*, *Revista do Diario*, *Revista do Seculo*, etc. Fundou dois jornaes em Coimbra: *A Porta Ferrea*, litterario, e *A Troça*, humoristico illustrado. Publicou em Coimbra as seguintes producções poeticas: *Alcacer-Kibir*, *Angelus*, *Violetas*, e *Moleirinha*. Em Lisboa, publicou em 1904 a *Aldeia em festa*, comedia drama em 1 acto, em verso; e em 1906 o *Divino Amor*, peça historica em 3 actos, em verso.

Monteiro (*Nicolau*). Pintor do seculo XVIII, no genero chamado *bambochadas*. Tambem illuminava com arte figuras esculpidas. Teve por discipulo e imitador seu filho Manuel Francisco Monteiro.

Monteiro *(D. Nicolau)*. Prelado do seculo XVII. N. no Porto a 6 de dezembro de 1581, onde tambem fal. a 20 de dezembro de 1672. Foi clerigo secular, e estudou na Universidade de Coimbra, recebendo o grau de doutor na faculdade de Canones. Exerceu os seguintes cargos: conego da sé de Coimbra, vigario geral d'essa diocese e prior da collegiada de S. Martinho, de Cedofeita. Em 1645 foi mandado por D. João IV a Roma para insistir na resolução dos negocios ecclesiasticos de Portugal, mas ahi encontrou, como já havia succedido ao bispo de Lamego, a opposição da embaixador de Hespanha, que não recuava deante da escolha dos meios para afastar de Roma os enviados do novo rei portuguez. Um dia que Nicolau Monteiro saia da egreja da *Madona del Populo*, a sua carruagem foi assaltada pór um bando de castelhanos e napolitanos. O prior de Cedofeita, que não era de genio tão bellicoso como o bispo de Lamego, fugiu, protegendo-lhe valorosamente a retirada á custa da propria vida o seu cocheiro, mas o papa Innocencio X, que pouco antes havia cingido a thiara, procedeu n'este caso com energia, e mandou sair de Roma o embaixador de Hespanha, o conde de Sirbuela. Não foi, porém, mais longe, e contentando-se com a satisfação dada ao insulto, entreteve algum tempo o padre Nicolau Monteiro, até que este, percebendo que nada poderia obter da curia romana, voltou ao reino e recolheu-se á sua collegiada de Cedofeita. Passando a mestre-escola da collegiada de Barcellos, foi depois nomeado mestre do principe D. Theodosio e de D. Affonso e D. Pedro, filhos de D. João IV, e em 1646 eleito bispo de Portalegre, d'onde em 16 5 foi transferido para o bispado da Guarda. Posteriormente foi nomeado bispo do Porto, tomando posse em abril de 1671, e fal. exercendo esta dignidade. No tempo em que esteve em Roma, escreveu uma obra em italiano, que não consta se imprimisse, mas que, vertida em portuguez por Gaspar Clemente Botelho, foi publicada em Lisboa no anno de 1645, com o titulo: *Relação das verdadeiras razões em favor do estado ecclesiastico d'este reino de Portugal, feita em Roma no principio do anno corrente pelo doutor Nicolau Monteiro, superabundantu ás que ali haviam feito pelo mesmo reino no anno de 1642 os bispos de Lamego e eleito de Elvas; copiada e traduzida do italiano*, etc. Os nossos bibliographos attribuem a D. Nicolau Monteiro uma obra escripta em latim: *Vox turturis Portugallia gemens ad pontificem omnium pro rege suo*, impressa em Lisboa em 1619, e ainda outra que saiu primeiro em latim com o titu-

lo de *Balatus ovium*, etc., e depois em portuguez: *Balidos das egrejas de Portugal ao supremo pastor summo pontifice*, discordando porém quanto ao original, que uns suppõem ser de D. Sebastião Cesar de Menezes e outros de Pantaleão Rodriguez Pacheco. Para a biographia do bispo D. Nicolau Monteiro póde vêr se a *Descripção historica do Porto*, por Agostinho Rebello da Costa, pag. 84, e a *Bibliotheca Historica de Portugal*, de J. C. Pinto de Lima, pag. 296 da edição de 1801.

Monteiro (*Fr. Pedro*). Religioso da ordem de S. Domingos, mestre em Artes, e lente de Theologia; prégador muito afamado no seu tempo, etc. N. em Lisboa a 16 de janeiro de 1652, e fal. no convento da Batalha a 2 de maio de 1735. Contava 17 annos de edade, quando vestiu o habito no convento de S. Paulo, de Almada. Foi tambem examinador do grão-priorado do Crato, examinador synodal do arcebispado de Lisboa, qualificador do Santo Officio, um dos primeiros 50 socios da Academia Real de Historia Portugueza. Escreveu: *Sermão nas exequias do ex.mo sr. Manuel Telles da Silva, primeiro marquez de Alegrete, prégado na parochial egreja de N. S.ª do Soccorro*, Lisboa, 1716; *Sermão do desaggravo de Christo Sacramentado, prégado na Sé de Lisboa, por occasião do desacato commettido novamente na villa de Setubal*, Lisboa, 1715; *Sermão nas exequias annuaes d'el-rei D. Manuel, celebradas na Santa Casa da Misericordia de Lisboa*, Lisboa, 1716; *Sermão do Espirito Santo, prégado ao Tribunal da Justiça na côrte de Lisboa, na primeira oitava da mesma festa*, Lisboa, 1717; *Sermão nas exequias, que os irmãos do Senhor dos Passos do convento de S. Domingos fizeram pelas almas de seus irmãos*, Lisboa, 1719; *Sermão historico e panegyrico em acção de graças pela eleição do Santissimo P. Benedicto XIII*, Lisboa, 1724; *Claustro dominicano; Lanço primeiro. trata dos Arcebispos e Bispos, que teve a Religião Dominicana em Portugal e suas conquistas, e de alguns portuguezes que o fôram em outros reinos; dos confessores e prégadores das pessoas reaes*, etc., Lisboa, 1729; *O Lanço segundo*, destinado a conter noticias dos inquisidores geraes, deputados do Santo Officio, etc., não chegou a imprimir-se em separado, acham se, porém, essas noticias colligidas pelo autor em varios catalogos, insertos na *Collecção dos Documentos e Memorias da Academia Real*, tomos I, III e IV; *Claustro Dominicano*; *Lanço terceiro: contém os Lentes d'esta ordem, que leram na Universidade de Coimbra; alguns religiosos d'ella, que sendo portuguezes tambem foram Lentes publicos nas Universidades de outros reinos; os que tomaram os graus de mestres em artes, bachareis, presentados, doutores, e mestres em theologia*; *os escriptores que n'ella tem havido, e alguns religiosos que tiveram occupações graves na côrte de Roma*, Lisboa, 1734; *Historia da Santa Inquisição do reino de Portugal e suas conquistas*, etc. Publicou-se já depois da morte do autor, Lisboa, Parte I, 1749; Parte II, 1750.

Monteiro (*Pedro Antonio*). Lavrador em Santarem e professor em Lisboa. Aos 20 annos foi nomeado professor de Philosophia para o lyceu de Santarem, logar que alcançou, com dispensa de edade, em concurso de provas publicas. Pela reforma de 1880 foi transferido para o lyceu de Lisboa. Exerceu os cargos de vereador da camara municipal de Santarem, vogal da commissão districtal, procurador da junta geral d'aquelle districto, etc. Foi deputado, eleito pelo circulo de Cadaval. Tendo uma decidida vocação para a agricultura, é hoje um dos primeiros lavradores do concelho de Santarem. Saindo fóra dos trilhos da rotina, vae applicando aos trabalhos do campo a orientação dos processos modernos. As horas em que as suas occupações o deixam livre são consagradas á sua lavoura. E' um vinhateiro apaixonado pelas suas culturas.

Monteiro (*Severiano Augusto da Fonseca*). Engenheiro civil, lente de chimica applicada no Instituto Industrial e Commercial de Lisboa; engenheiro chefe de minas e chefe de repartição no ministerio das obras publicas, etc. N. em Lisboa em 1856, sendo filho de Severiano Antonio Monteiro e de D. Maria Luiza da Fonseca Monteiro. Fez o seu curso superior na Escola Polytechnica, de Lisboa. Fez parte da commissão, que foi á exposição universal de Paris, em 1900, encarregado do grupo XI (Minas e Metallurgia), e foi condecorado com o grau de official da Legião de Honra. Escreveu: *Da argilla, introducção ao estudo das artes ceramicas*, Lisboa; *José Augusto Cesar das Neves Cabral*, elogio historico lido na sessão solemne de 14 do abril de 1894, Lisboa, 1894, com o retrato do biographado em phototypia; *Exposição nacional das industrias fabris*, catalogo descriptivo da secção de minas; foi collaborado por João Augusto Barata; é um estudo desenvolvido dos principaes jazigos existentes em Portugal, e estabelecimentos mineiros, dos materiaes de construcção e de algumas nascentes de aguas medicinaes. Na *Revista de Obras Publicas e Minas* tem publicado diversos artigos, assignando *Severiano Monteiro*, ou só com as iniciaes *S. M.*, e entre estes deve notar-se uma ampla noticia bibliographica e critica do livro *Les légendes et les superstitions dans les travaux publics et les mines*, por Paul Sébillot, publicado em Paris. Este artigo pela sua importancia foi transcripto em diversas publicações.

Monteiro. Povoações nas freguezias: Santa Quiteria, de Méca, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. ‖ Santa Luzia, de Rendada, conc. de Sabugal, distr. da Guarda.

Monteiro Aillaud (*Julio*). Natural de Coimbra, onde nasceu em 1858; neto de João Pedro Aillaud, fundador da livraria portugueza Aillaud, e actual director d'esta empresa. Autor do *Atlas de geographia estatistica*, com o pseudonymo de V. J. C.; autor da revisão do *Diccionario*, de Roquete em 1884 com o mesmo pseudonymo; com o seu nome e em collaboração com J. Benoliel, publicou o *Diccionario illustrado portuguez francez e francez-portuguez*, 2 vol. 8.º, 1903. E' official da ordem de S. Thiago, cavalleiro da ordem do Christo, e socio correspondente do Instituto de Coimbra. Succedeu na gerencia da livraria portugueza a sua avó, madame Veuve J. P. Aillaud, que em 1880 lhe deu o direito de assignar o nome de Aillaud juntamente com o de seu pae. Publicou numerosas obras portuguezas e brazileiras, entre as quaes se notam: a *Edição monumental dos Lusiadas*, os trabalhos do *Botanica* do doutor Pereira Coutinho, *As zoologias*, de Mattoso Santos e Balthazar Ozorio; *Meus amores*, *In illo Tempore*, de Trindade Coelho; *Iberos e bascos* de J. M. Pereira de Lima; *Dialectologie portugaise*,

de Leite de Vasconcellos; *Poesias escolhidas*, de Eugenio de Castro; o *Atlas de zoologia*, impresso por ordem da Direcção Geral de Instrucção Publica; o *Atlas de geographia e historia*, de Oscar May, sendo autor dos mappas historicos das descobertas dos portuguezes, intitulado *O Mundo Portuguez*, e dos mappas da *Peninsula Iberica*, relativos á dominação romana e ás invasões francezas e do *Mappa historico de Portugal*.

Monteiro d'Almeida *(Eugenio Ferreira)*. V. *Almeida* (*Eugenio Ricardo Monteiro de*).

Monteiro e Azevedo (*João Antonio*). Cavalleiro da ordem de S. Thiago. Era natural do Porto. Escreveu: *Descripção topographica de Villa Nova de Gaia, e da solemnissima festividade que em acção de graças pela gloriosa restauração de Portugal se celebrou na egreja matriz da mesma villa, no dia 11 de dezembro de 1808*, Lisboa, 1813, é a 2.ª edição; *Terceira edição com muitas notas e correcções*, Lisboa, 1813. Diz-se que a 1.ª edição se publicou pouco antes de Villa Nova ser occupada pelo general Soult, o que corresponde ao anno de 1809. No Porto fez-se uma nova edição em 1861, com additamentos ou notas de Manuel Rodrigues dos Santos.

Monteiro de Barros (*Francisco Xavier*). Bacharel formado nas faculdades de Mathematica e Philosophia pela Universidade de Coimbra, deputado, etc. N. em Carnide a 26 de novembro de 1778, fal. nos Estados Unidos em 1855. Era filho do dr. Manuel Monteiro de Barros, cavalleiro fidalgo da Casa Real, medico da Real Camara e do convento da Luz, e de sua mulher, D. Maria Joaquina Sanvan. Monteiro de Barros ficou orphão de pae, sendo ainda muito creança, e tanto elle como seus irmãos fôram entregues aos cuidados de sua mãe, que procurou dar lhes uma educação adequada, para que pudessem tornar-se prestaveis a si e uteis á sociedade. Monteiro de Barros era intelligentissimo, e frequentava brilhantemente em Lisboa os preparatories necessarios para entrar na Universidade de Coimbra, preparatorios que estava a concluir, quando uma aventura, filha do seu genio turbulento, veiu perturbar-lhe a carreira, pondo-o até em risco de arruinar para sempre o seu futuro. Na egreja do convento do Carmo era costume nas tardes das sextas-feiras da quaresma reunir-se a communidade do convento, os terceiros da mesma ordem, e muitos seculares d'um e d'outro sexo, que desejavam ali concorrer, com o fim de praticarem os piedosos exercicios penitenciaes proprios do tempo. Depois de correrem a via-sacra, havia oração mental, e finda esta, os mais fervorosos devotos terminavam por açoitar-se com disciplinas, de que previamente se proviam. Estes actos acabavam ordinariamente já depois de noite fechada. Alguns rapazes turbulentos lembraram-se de ir perturbar os piedosos devotos, sem pensarem nas desastrosas consequencias que poderiam accarretar, introduzindo se na egreja disfarçadamente entre os devotos na occasião dos exercicios munidos de cordas breadas e de chicotes, determinados a fustigal-os com mais força do que elles desejariam sêl-o. Francisco Xavier contava apenas 16 annos incompletos, e fazia parte do grupo de rapazes, que ao todo eram 12, em que se viam estudantes, officiaes mechanicos e alguns sem occupação. O plano foi combinado na loja d'um livreiro da calçada do Sacramento, e veiu a realisar-se na noite de 14 de março de 1794. Os associados dirigiram se para a egreja, misturaram-se com os penitentes, e ao começar o acto disciplinatorio começaram ás chicotadas, tão vigorosamente que os penitentes logo perceberam que se encontravam pessoas estranhas entre elles. Interrompeu-se o exercicio, pôz-se tudo em desordem, e os cumplices trataram de escapar-se, mas não puderam evadir-se tanto a salvo que não fôssem alguns reconhecidos. O intendente da policia Pina Manique logo n'essa mesma noite teve noticia do facto, e sem perda d'um momento deu as precisas ordens para a prisão dos que lhe fôram apontados entre os aggressores. Fôram elles logo presos e postos no segredo. Confessaram o seu delicto, e indicaram os nomes dos mais, que tinham tomado parte no attentado. Presos todos successivamente, á excepção d'um que pôde subtrair-se ás pesquizas policiaes, procedeu-se a summario na conformidade dos estylos e regulamentos da Intendencia, e o resultado d'esta especie de processo foi no dia 26 de março levado pelo intendente ao conhecimento do governo, acompanhado d'um officio informatorio. O facto era sobremaneira escandaloso para attrahir sobre si a indignação publica. Os réos fôram todos condemnados a degredo para a India, sendo os 3 mais culpados por 10 annos; e os mais a 6 e 4 annos. Emquanto a Monteiro de Barros, vendo-se pelo processo que elle sómente acompanhara os companheiros á egreja, e se mettera n'um confessionario, sendo apenas espectador, julgou-se castigo sufficiente tambem o degredo de 4 annos. Ficou resolvido que os réos iriam da cadeia ao largo do Carmo, onde lhes seria lida a sentença, voltando depois á prisão para serem transferidos para o presidio da Trafaria, onde esperariam pela primeira nau de viagem que partisse para a India. Permaneceram muito tempo na Trafaria, o que deu causa a que parentes e amigos implorassem a clemencia do throno, conseguindo que os réos fôssem indultados por aviso regio, sendo postos em liberdade a 28 de julho de 1795. Monteiro de Barros vendo-se em liberdade, tratou de completar os seus estudos, e no anno seguinte foi matricular-se na Universidade de Coimbra, em Mathematica e Philosophia, e fez tão brilhante curso que alcançou premios e louvores, tomando o grau de bacharel em ambas as faculdades, no anno de 1800. Destinando-se a seguir o magisterio universitario, preparou se com os annos de repetição, na conformidade dos estatutos, e achava-se breve a ser doutorado, recebendo gratuitamente o capello, quando lhe sobreveiu nova desgraça, resultante ainda do seu genio turbulento. Tomou parte n'uma pendencia, ou conflicto, suscitado entre os estudantes e os soldados do regimento de milicias, que o obrigou a fugir para Lisboa, ficando riscado da Universidade. Alguns dos seus amigos trataram de obter-lhe em 1801 a nomeação d'um logar de lente substituto da Academia Real de Marinha, que estava vago, e para cujo provimento elle possuia, na sua graduação scientifica, o requisito indispensavel. O jury, que tinha de avaliar as habilitações dos pretendentes, compunha-se de professores da Academia e de lentes da Universidade. Os professores de Lisboa votaram n'elle, mas os de Coimbra votaram contra, fazendo mesmo questão da sua não admis-

são no professorado o vice-reitor da Universidade José Monteiro da Rocha. Foi lhe por isso preferido outro mathematico. Monteiro de Barros era um homem util e prestante, porém muito leviano, e essa leviandade sempre o prejudicou. Caira nas boas graças de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, depois conde de Linhares, e então ministro e grande protector das sciencias. Monteiro de Barros offereceu-lhe um livro que escrevera, intitulado *Breve tratado do movimento elliptico dos planetas*. D. Rodrigo desejava tomar esse livro como base para poder dar a Monteiro de Barros, ou algum logar importante, ou alguma pensão. Completamente leigo, porém, em assumptos mathematicos, deu o livro a Joaquim Travassos para elle o julgar, um dos dois lentes da Academia que mais tinham pugnado pela nomeação d'elle para o logar de professor. Ninguem podia, portanto, estar mais bem disposto para com Monteiro de Barros, mas qual foi a sua surpreza, quando viu que o tal *Breve tratado* não era mais que a traducção pura e simples de um capitulo da *Mechanica celeste* de Laplace. Foi essa a informação que deu ao ministro, que não se deu por offendido, nem julgou que o caso valesse a pena de retirar a Monteiro as suas boas graças. Pelo contrario, mandou-lhe estampar o folheto na typographia regia, e consentiu-lhe que o publicasse como seu. Por alvará de 9 de junho de 1801 achavam-se creados os logares de cosmographos em todas as comarcas do reino. Deviam estes, não só levantar a carta topographica geral de suas comarcas, e as particulares de todas as villas e concelhos n'ellas comprehendidas, mas as de quaesquer propriedades rusticas ou urbanas contidas n'essas villas e concelhos. Deviam formalisar egualmente um livro, que servisse de registo geral, onde se descrevessem os titulos de cada uma das ditas propriedades, que seus actuaes e futuros possuidores seriam obrigados a apresentar. Estas providentes disposições tendiam á organisação regular do cadastro geral do reino, feita á similhança do que já se praticava nos paizes mais adeantados da Europa, posto que não com o mesmo fim; pois estabelecidos n'aquelles para servir de base ao systema tributario, tornava-se por então em Portugal como meio de verificar a quem pertenciam as propriedades, e de resolver as questões forenses, a que a posse dava frequentemente logar. Os logares de cosmographos acabaram em 1807 com o ministerio de D. Rodrigo de Sousa Coutinho; chegaram ainda assim a ser nomeados para diversas comarcas, sendo Monteiro de Barros para a de Santarem em 1802. Depois da saida dos francezes em 1808, Monteiro foi durante algum tempo empregado successivamente no serviço dos commissariados britannico e portuguez, até que em 1814 um seu amigo M B. Lopes o incumbiu da administração e gerencia dos negocios de sua casa. Poucos mezes depois de entrar n'este exercicio foi imprevistamente preso, em 26 de janeiro de 1815, lançado na cadeia e posto de segredo, por intriga d'um inimigo altamente collocado, que dissera ao regedor das justiças, de quem era amigo, que não sabia como andava solto Monteiro de Barros, que nunca cumprira uma sentença de degredo com que fôra fulminado. Referia-se ao caso do convento do Carmo. Foi bem facil a Monteiro de Barros justificar-se, logo que teve conhecimento da accusação, apresentando documentos authenticos, provando que não cumprira essa sentença por ter sido indultado com os seus companheiros em 1795. Apezar d'isso, Monteiro de Barros só pôde alcançar sair da cadeia em 30 de julho de 1815, e devido aos esforços de amigos que se interessaram muito por elle. Rebentou entretanto a revolução de 1820, e, tratando-se da eleição das côrtes constituintes, Francisco Xavier foi eleito pela provincia da Extremadura, e nas côrtes fez uma figura distinctissima, tomando posse na camara a 24 de janeiro de 1821. Eleito para membro da commissão de fazenda da instrucção publica e do commercio, e depois das commissões especiaes da reforma do estado-maior do exercito e da marinha, trabalhou com actividade e zelo e proficiencia em assumptos tão variados. Orador fluente e sobrio, Monteiro de Barros, em todas as questões politicas se mostrou profundamente radical, votando contra o *veto* absoluto, contra a creação de duas camaras, contra o conselho d'Estado e contra os emprestimos, etc. Trabalhou muito para a organisação do Banco de Lisboa, mas em geral as suas opiniões eram as dos facciosos, que não falavam senão em conquistas liberaes, e que não contribuiram pouco para a perda da constituição. Nos ultimos tempos das côrtes ordinarias, para as quaes Monteiro de Barros foi eleito deputado, mostrou-se elle profundamente ministerial, o que lhe foi muito estranhado. Era elle, comtudo, que tinha razão. Fortalecer o ministerio era desmanchar as intrigas que em torno d'elle se agitavam, e que preparavam a Villafrancada. Quando a reacção triumphou, Monteiro de Barros emigrou immediatamente para Inglaterra com sua mulher e seis filhos menores. Pouco tempo se demorou em Londres. Perdêra completamente a esperança de vêr triumphar em Portugal as instituições liberaes, e por isso sem attender ás instancias dos seus amigos José da Silva Carvalho, Ferreira Borges, Ferreira de Moura e Margiochi, resolveu partir para os Estados Unidos e tentar ali fortuna como negociante. Partiu effectivamente para New-York com toda a sua familia a 19 de outubro de 1824, a bordo do navio *William Byrnes*, e, tendo-lhe sorrido a fortuna na sua nova patria adoptiva, quasi que se esqueceu de Portugal. Não o esqueceram porém os seus amigos que tinham em muita conta o seu merecimento, e em 1834, quando o regimen constitucional se restabeleceu debaixo da fórma da Carta, José da Silva Carvalho propoz ao Imperador que fôsse nomeado conselheiro de Estado, Francisco Xavier Monteiro de Barros. Concordou com isso plenamente o imperador, e fez-se a offerta. Monteiro de Barros respondeu recusando, e dizendo quo, tendo votado em 1820 contra o conselho de Estado e principalmente contra o conselho de Estado de nomeação regia, não podia agora acceitar do rei a nomeação de conselheiro de Estado. Nem todos tiveram tão honrados escrupulos, para os quaes tambem não concorria pouco o desejo que Monteiro de Barros tinha de se fixar definitivamente na terra americana, onde tinha agora os seus interesses. O que nos leva a esta ultima supposição é o vêrmos que, nem em 1838, quando triumpharam as suas idéas, se resolveu a regressar a Portugal, apezar das instancias do ministro portuguez nos Estados-Unidos. Monteiro

de Barros saira de Nova-York, e fôra estabelecer-se como banqueiro em Groehland na Virginia. Ahi morreu deixando ricos seus filhos, que se naturalisaram cidadãos americanos. A sua biographia vem publicada no vol. II do *Archivo Pittoresco*, a pag. 330, 339, 350 e 361. Dos seus trabalhos parlamentares trata com bastante desenvolvimento a *Galeria dos Deputados das Côrtes Geraes*, etc., epoca I, a pag. 149 e seguintes. Escreveu: *Breve tratado analytico do movimento eliptico dos planetas*, Lisboa, 1802; *Hymno do Sol, offerecido ao sr. Henrique Xavier Baeta, doutor em Medicina*, Lisboa, 1805; foi reimpresso no *Investigador portuguez*, n.º de maio de 1813, pag. 325, e no *Jornal de Coimbra*, n.º IX, sem o nome do autor, e tambem na *Bibliotheca familiar e recreativa*, vol. VIII, 1842, n.º 22; *Hymno á Amizade;* saiu no tomo III, pag. 43, da *Collecção de poesias ineditas dos melhores poetas portuguezes*, Lisboa, 1811. Consta quo deixou em manuscripto muitos versos, na maior parte traduzidos dos melhores poetas classicos, entre elles a versão completa do primeiro livro da *Illiada;* a de uma parte do livro segundo da *Eneida*; varios trechos da *Jerusalem libertada*, do *Orlando Furioso*, do *Templo da Fama*, de Pope, a *Epistola de Sapho a Phaon*, por Colardeau, etc.

Monteiro de Campos *(Antonio Augusto Machado)*. Professor publico de instrucção primaria na freguezia da Lapa, que viveu no seculo passado. Escreveu: *Resumo da Historia de Portugal para uso das escolas de instrucção primaria*, Lisboa, 1865. Publicou mais compendios destinados para o ensino dos seus alumnos, mas ignoramos os titulos.

Monteiro de Campos *(P. Manuel)*. Presbytero do habito de S. Pedro, que viveu no seculo XVII. Escreveu: *Academia nos montes, e conversações de homens nobres, offerecida ao ill.mo sr. D. Manuel d'Acunha, bispo capellão-mór*, etc., Lisboa, 1642.

Monteiro Cancella *(José Paulo)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, magistrado judicial. Foi nomeado procurador régio junto da Relação de Lisboa por decreto de 29 de agosto de 1897, tomando posse a 31 do mesmo mez. O sr. dr. Paulo Cancella pertence ao partido progressista, e é intimo amigo do chefe d'esse partido, o sr. conselheiro José Luciano de Castro. E' enthusiasta pela caça de lebres, possue os mais afamados galgos, e dizem que sabe dirigir, como poucos, uma caçada. E' presidente da Associação dos Caçadores.

Monteiro de Carvalho *(José)*. Conhece-se este nome só pelos seguintes escriptos: *Noticia astronomica, ou discurso do cometa que na noite de 28 de dezembro se viu sobre esta cidade de Lisboa, onde se põe patente a geração, producção e influxos de todos os cometas em geral*, Lisboa, 1744; *Diccionario portuguez das plantas, arbustos, mattas, arvores, animaes quadrupedes e reptis, aves, peixes, mariscos, insectos, gommas, metaes, pedras, terras, mineraes*, etc., *que a divina providencia creou para utilidade dos viventes*, Lisboa, 1765; outra edição em 1817.

Monteiro Castello Branco *(Pedro Augusto)*. Doutor e lente de prima de Direito pela Universidade de Coimbra. Natural de Lagares, distr. de Coimbra, sendo filho de José Maria Henriques. Foi doutorado em 30 de julho de 1843.

Monteiro de Castro *(Antonio Urbano)*. Escrivão da Relação de Loanda, advogado de provisão, deputado, jornalista, escriptor, etc. N. em Lisboa a 26 de julho de 1836, fal. em Loanda a 23 de dezembro de 1893. Era filho de Antonio Urbano Pereira de Castro e de D. Felicidade Augusta Guerreiro de Brito; irmão do jornalista Urbano de Castro (V. o *artigo seguinte)*. Aos 19 annos de edade, em 1855, acompanhou seu pae a Loanda, mas pouco tempo depois regressou a Lisboa, e matriculou-se na Escola Polytechnica. Voltou a Angola em 1858, onde se demorou largos annos, sendo escrivão da Relação de Loanda, logar que exercia em 1867, advogado de provisão com a proficiencia d'um verdadeiro jurisconsulto, pois o seu conselho era sempre o mais procurado. A grande influencia e consideração que alcançou em Angola, fez com que aquelle circulo o elegesse deputado em uma legislatura. Como jornalista foi sempre um estrenuo pugnador dos interesses portuguezes na Africa, escrevendo na *Civilisação da Africa Portugueza*, no *Cruzeiro do Sul*, *União portugueza*, *Mercantil*, artigos importantes referentes a assumptos coloniaes, artigos tão notaveis, que muitos fôram traduzidos em inglez e allemão. Uma serie de artigos, publicados no *Cruzeiro do Sul*, tiveram tanto valor na defeza dos interesses do commercio do Dondo, que os negociantes d'aquelle concelho lhe offereceram em 1882 uma penna d'ouro cravejada de brilhantes, a qual, além da dedicatoria que tem gravada, era acompanhada d'uma honrosa mensagem, que em seguida transcrevemos: «Dondo, 1 de janeiro de 1883. – Como tributo de reconhecimento e apreço aos levantados dotes de intelligencia de V. Ex.ª, e porque d'ella tem V. Ex.ª sabido dispôr em defeza dos interesses do commercio da provincia, e muito principalmente dos do Dondo, no que toca ao Banco Ultramarino, e por consequencia á companhia dos vapores no Cuanza—vem o commercio do Dondo, de quem somos encarregados, apresentar a V Ex.ª o testemunho da sua muita gratidão. A penna de ouro, que o commercio do Dondo offerece a V. E.ª, é objecto talvez sem valor que signifique e atteste o nosso respeito aos seus altos merecimentos—é verdade;—mas a falta d'aquelle poderá ficar substituida pela muita e boa vontade que temos, todos os que compõem esta briosa corporação, em lhe testemunhar assim a maior veneração, ao civismo e independencia que ornam o caracter de inconcussa probidade de V. E.ª. Acceite V. Ex.ª os mais vivos protestos de sympathia e admiração de toda a corporação do commercio do Dondo, etc.» Consta que em Lisboa publicou em tempo alguns *pamphletos* politicos, romances traduzidos do francez, e outros, escriptos, sem declaração do seu nome. Em 1853 começou a publicar uma traducção da *Historia de Hespanha por Charles Romey*, ficando interrompida a publicação pela saida de Monteiro de Castro, em 1855, para Angola.

Monteiro de Castro *(Arthur Urbano)*. Segundo official no ministerio da justiça, escriptor, deputado, etc. N. em Lisboa a 22 de janeiro de 1850, onde tambem fal. a 6 de novembro de 1902. Era filho de Antonio Urbano Pereira de Castro, e de Felicidade Augusta Guerreiro de Brito. Entrou na vida militar, seguindo o curso superior nas escolas Polytechnica e do Exercito, como alferes alumno, e pertenceu á arma de artilharia,

mas a vida civica e a profissão das letras o seduziram, e offerecendo-se-lhe ensejo para entrar na carreira burocratica, acceitou um logar no ministerio dos negocios ecclesiasticos e de justiça, e requereu a baixa de serviço do exercito. Filiando-se depois no partido regenerador, entrou para a redacção do *Jornal da Noite*, de Teixeira de Vasconcellos, escrevendo folhetins muito engraçados sob o pseudonymo de *Udec*, e depois com o de *Chá-ri vá-ri*. Em 1884 foi pela primeira vez deputado, sendo reeleito nas legislaturas de 1887 1889, 1890-1893, 1893 e 1894. Dedicando-se ás luctas politicas, foi redactor do *Diario da Manhã*, jornal de que era proprietario e director politico Pinheiro Chagas, e durante a ausencia d'este estadista, que fôra chamado ao ministerio para gerir a pasta da marinha e ultramar, ficou elle substituindo-o. No *Correio da Manhã*, tam-

Arthur Urbano Monteiro de Castro

bem foi o director politico, durante uma longa doença do referido jornalista Pinheiro Chagas Annos depois assumiu tambem a direcção politica do jornal *A Tarde*. Quando se deu a scisão do partido regenerador, formando-se o novo partido regenerador-liberal, Urbano de Castro, não querendo decidir-se por nenhum dos homens politicos que o tinham sempre distinguido com a sua amizade, deixou a direcção da *Tarde*, e annunciou a sua retirada da politica Quando as paixões andavam tão exacerbadas e tornando se tão facil o campo para desenvolver ambições, o procedimento de Urbano de Castro valeu lhe elogios até dos seus mais encarniçados adversarios. Retirado das luctas politicas, fundou a empresa das *Tres Bibliothecas*, de sociedade com o sr. Alvaro Pinheiro Chagas, entregando se completamente a esses trabalhos. Urbano de Castro foi redactor das sessões da camara dos pares e administrador por parte do governo na companhia de Mossamedes. Tambem fez parte do Conselho Dramatico. Collaborou, com outros collegas, no romance *Escandalos de Lisboa*, publicado em folhetins na *Diario da Manhã*, e collaborou na celebração do 4.º centenario de Gil Vicente, fundador do theatro nacional, e escreveu um interessante artigo para a *Revista dos conservatorios*, na qual se descreveu a sessão solemne realisada, em homenagem ao grande poeta dramatico, n'aquelle instituto de ensino da musica e das artes scenicas. Com o referido pseudonymo de *Chá-ri-vá-ri* publicou os seguintes opusculos de apreciação humoristica da obra da celebrada princeza Rattazzi ácêrca de Portugal: *A princeza na Berlinda*, *Rattazzi a vol d'oiseau com a biographia de sua alteza*, Lisboa, 1880; *Hontem e hoje*, resposta a uma carta que lhe dirigiu Magalhães Lima, publicada no *Commercio de Portugal* de 7 de fevereiro de 1880, com o titulo de o *Livro de madame Rattazzi*. Artigos com o referido titulo de *Hontem e hoje*, no *Jornal da Noite*, de 11, 14, 17, 18, 20 e 21 do citado mez de fevereiro e anno. Para o theatro escreveu o seguinte: o *mysterio da rua da Prata*, comedia em 2 actos, imitação; *O camarim da actriz*, em 1 acto; *Lisboa por um oculo*, revista do anno de 1882, em 4 actos, todas representadas com applauso no Gymnasio. *Na aldeia*, em 1 acto, que está publicada, mas parece que se não representou. Traduziu os versos da operetas *Mam'zelle Nitouche, Lili* e *Rei de Ouros*, traduzindo Gervasio Lobato a prosa.

Monteiro da Cruz *(André)*. Pintor de paizagem e de caça; professor da Academia de Bellas Artes de Lisboa. N. em 1770, e ainda vivia em 1843. Foi discipulo de Simão Caetano Nunes, e Raczynski cita como bellissimo quadro o seu *Poente*, e como menos dignos de elogio um tecto do palacio real d'Ajuda, representando *assumptos de caça*.

Monteiro mór. Este officio respeitava antigamente só á caça de montaria, assim como o de caçador-mór, ou falcoeiro-mór, a caça do ar. Depois uniu se tudo em um só officio, com o titulo de monteiro-mór. Filippe III deu-lhe regimento em 20 de março de 1606. Acham se monteiros-móres desde o reinado de D. Fernando I, em que Duarte Nunes do Leão, na sua chronica, menciona, como monteiro mór d'aquelle monarcha, em 1379, Gonçalo Annes, a quem chamam *Gonçalo Aires*. Gil Martins Doutel foi monteiro-mór de D. João I, por carta regia de 2 de maio de 1485, datada da cidade do Porto. Em 26 de agosto de 1424, o mesmo soberano, estando em Bellas, deu este officio a Lopo Vaz de Castello Branco. N'esta carta declara o rei que o faz monteiro mór *sobre todos os monteiros das comarcas*. Lopo Vaz esteve na tomada de Ceuta, e teve o mesmo officio nos reinados de D. Duarte e D. Affonso V. No tempo de D. João II foi monteiro-mór D. Diogo Fernandes d'Almeida, em 1482. Reinando D. Manuel, em 1497, tinha este officio D. Alvaro de Lima; seguindo se-lhe no mesmo reinado D. João de Lima, e a este D. Luiz de Menezes, que ainda exerceu o cargo no tempo de D. João III; seguiu-se Jorge de Mello, a quem este soberano nomeou do seu conselho a 22 de maio de 1524. Desde então continuou o officio de monteiro-mór nos descendentes de Jorge de Mello, até ao reinado de D. João V, em que o foi D. Henri-

que de Noronha, filho 2.º do 1.º marquez d'Angeja, D. Pedro Antonio de Noronha, pela alliança com D. Maria de Mello, sua sobrinha, filha do ultimo d'este cargo Francisco de Mello. Foi monteiro-mór por alguns annos, e morrendo sem successão, tornou a viuva a casar com Fernão Telles da Silva, 3.º filho do conde de Tarouca, João Gomes da Silva, que, por sua mulher, teve o officio por carta de janeiro de 1728. Até ao reinado de D. Maria I ainda o emprego de monteiro-mór era um officio com exercicio, depois passou a ser um titulo méramente honorifico.

Monteiro-mór *(Quinta do)*. Na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Vialonga, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Monteiros. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Bragado, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real. || S. Miguel, de Jarmello, conc. e distr. da Guarda. || S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Monteiros de Cabeça da Camara. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Montelavar. Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Cintra, distr. e patriarc. de Lisboa; 765 fog. e 3:066 hab. Tem correio com serviço de posta rural, medico, pharmacias, notario, escolas d'ambos os sexos, serração de pedra, *Philarmonica recreativa de Montelavar*, *Associação Montelavarense* (cooperativa de consumo). A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Mafra, a 3 k. ao S do rio Chelleiros. O prior da freguezia de S. Miguel, de Cintra, apresentava o cura, que tinha só o pé d'altar. A terra é muito fertil, cria muito gado, e fabrica-se aqui boa manteiga de vacca. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa. Em Montelavar ha marmores de differentes côres, que são exportados em grande quantidade para o Brazil.

Montelhado. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Montella. Pov. na freg. de S. Pedro, de Agrella, concelho de Santo Thirso, districto do Porto.

Montello. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Fatima, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Montellos. Monte na prov. do Minho. Estava aqui a antiga egreja de S. Salvador de Dume, ou de S. Fructuoso.

Montemór *(Jorge)*. Celebre escriptor do seculo XVI, e um dos homens que maior influencia exerceram na politica européa do seu tempo. Os hespanhoes chamavam-lhe *Montemayor*. N. em Montemór-o-Velho, antes de 1520, fal. no Piemonte a 26 de fevereiro de 1561. Teve uma educação pouco esmerada, por ser filho de gente pobre e obscura, como se deprehende d'elle ter por appellido o nome da terra em que nasceu. Passou ainda de tenra edade a Hespanha, onde foi cantor da capella real. Serviu depois militarmente nos exercitos hespanhoes. Viajou muito, e em 1552 veiu a Portugal na companhia de D. Joanna, filha de Carlos V, que casou com o infante D. João, filho de D. João III, e fôram os paes de el-rei D. Sebastião. Foi aqui que escreveu uma carta em verso a Sá de Miranda, em castelhano, a que Sá de Miranda respondeu tambem em verso e em castelhano. Quando a princeza D. Joanna, pouco depois de enviuvar, regressou á sua patria, Jorge de Montemór acompanhou-a com o maior jubilo, porque, tendo vivido sempre no estrangeiro, achava-se isolado em Portugal. Em 1555 acompanhou a Inglaterra o principe D. Filippe. Em 1560 partiu para Italia, onde foi morto, na data acima citada, em duello, por um intimo amigo seu, com quem o malquistaram umas historias de amores e de ciumes. Todas as obras que se conhecem de Jorge de Montemór, são escriptas em castelhano, e todas ellas, em geral, tocantes á religião e a cousas de devoção, andaram sempre incluidas nos *Indices expurgatorios* da Inquisição de Hespanha, como se vê ainda do ultimo, impresso em 1790, a pag. 186. Só a ultima obra, que a morte interrompeu, é que era escripta em portuguez, tendo por assumpto a descoberta da India. As composições mais notaveis e estimadas, que nos restam, são o seu *Cancioneiro* e a *Diana enamorada*, que escreveu em 1542, livro que teve um exito enorme, porque dava começo a um genero completamente novo, o genero do romance pastoril, que deu origem depois a uma litteratura, que inspirou em França a *Astréa* d'Urfé, e essa litteratura toda que teve por manifestação ultima a famosa *Carte de Tendre*. A *Diana enamorada*, assim como a maior parte das obras de Jorge Montemór, foi muito estimada em toda a peninsula, e tanto que em sua vida viu esgotadas cinco edições. E' indescriptivel o enthusiasmo que excitou. Não havia casa, nobre ou popular, que não tivesse, e onde não fôsse lida e relida a celebrada *Diana enamorada*. Encontrava-se em todas as livrarias, era o assumpto de todas as conversas, a inspiração de todos os escriptores. Os principaes senhores de Castella procuravam anciosamente conhecer e relacionar se com o nosso poeta. Dizem que essa obra era a narrativa de uns amores seus, engrinaldada com todas as flôres da phantasia, e julga-se que a senhora era de Valencia de San Juan, aldeia proxima de Leão.

Montemór. Aldeia na prov. da Extremadura, freg. de Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa. Está situada proximo de Caneças, n'um alto monte, d'onde lhe vem o nome. No seu pincaro vê-se a ermida de N. S.ª da Saude. Segundo a tradição, a origem d'esta capella foi a seguinte: No dia 15 de outubro de 1598 principiou em Lisboa, propagando-se pela maior parte do paiz uma terrivel peste, que durou cinco annos, e que victimou milhares de pessoas. Muita gente de Lisboa fugiu da cidade, procurando as aldeias, e particularmente as que, como esta, pela sua elevada situação, offereciam um clima mais saudavel. Para aqui vieram então algumas familias de Lisboa, trazendo uma d'ellas uma imagem de Nossa Senhora, que é a mesma que ainda existe, á qual logo construiram uma ermidinha, promettendo-lhe augmental-a se a peste terminasse. Em 1603 acabou o terrivel contagio, e não se esqueceram do seu voto. Mandaram edificar logo uma bonita capella, que a devoção dos fieis ainda ampliou depois, fazendo-lhe, em 1700, uma boa tribuna de talha dourada. As paredes da capella-mór fôram desde o principio revestidas de bonitos azulejos, e em 1626, Manuel da Costa, d'esta confraria, forrou á sua custa e devoção, tam-

bem de azulejos, duas paredes, do corpo da egreja, o que consta d'uma inscripção nos mesmos azulejos, sendo as obras debaixo do coro feitas por ordem dos mordomos que então serviam. Tem côro, pulpito e sacristia; a capella-mór é fechada por grades de pau santo. Em frente da capella ha um bonito alpendre com seu atrio, d'onde se goza um bonito ponto de vista. O tecto d'este alpendre, ou galilé, descança sobre quatro columnas, quadradas, de marmore, tendo na architrave do centro esta inscripção:

ESTE ALPENDRE MANDOU FAZER
MIGUEL TOSTADO DA MAIA
A' SUA CUSTA EM O ANNO DE 1621.

Os povos das proximidades teem muita devoção com esta imagem de N. S.ª da Saude, a que attribuem muitos milagres, e concorrem á festa e arraial que todos os annos ali se realisa no mez de julho ou agosto. || Pov. na freg. de S. Sebastião, de Quelfes, conc. de Olhão, districto de Faro.

Montemór o-Novo *(D. João, marquez de).* Filho do 2.º duque de Bragança D. Fernando I, e de sua mulher, D. Joanna de Castro, irmão do 3.º duque, D. Fernando II, que foi suppliciado em Evora *(V. Portugal*, vol. II, pag. 458 e 459*)*. D. João tornou se celebre pelo papel que representou na conspiração da nobreza contra D. João II. Desde muito novo seguiu as armas com seus irmãos; em 1452 acompanhou seu pae a Ceuta, e em 1471 foi com D. Affonso V conquistar Arzilla e exerceu por algum tempo o governo de Tanger. Pouco depois do seu regresso a Portugal, foi-lhe dado o senhorio da villa de Montemór-o Novo e o titulo de marquez em 1472, e em abril de 1473 o nomeou o soberano condestavel do reino. Toda essa grande importancia e valimento, de que no tempo de D. Affonso V gozava a casa de Bragança, ia declinar e perder-se no reinado de D. João II. Foi a nova formula de menagem, logo depois da sua acclamação, o primeiro golpe vibrado pelo joven monarcha aos nobres senhores de terras, e em seguida as propostas dos procuradores do povo nas côrtes d'Evora, propostas evidentemente inspiradas pelo pensamento de D. João II que fizeram comprehender aos fidalgos o grandes de de Portugal que, no principe que acabava de subir ao throno, achariam sempre um adversario terrivel, constantemente disposto a cercar-lhes os privilegios e immunidades de que haviam gozado no reinado anterior. D'aqui nasceu ao principio a má vontade, e depois os planos de rebellião de que encontramos os primeiros symptomas na occasião, em que por causa da peste as côrtes se transferiram para Montemór o Novo. Em casa do marquez d'este titulo foi aposentar-se o arcebispo de Braga, e o fidalgo irritado tratou mal o arcebispo que se queixou a el rei. Ordenou este logo que o marquez se considerasse preso no castello, onde eram as suas casas, e que d'ahi a cinco dias passasse para e outro lado do Tejo até receber ordem em contrario. O marquez obedeceu, mas não sem se ter mostrado summamente queixoso do procedimento do monarcha, mas este para o julgar juntara o seu conselho, submettera-lhe o caso o tomara a resolução conforme o parecer dos seus conselheiros. O castigo fôra executado sem apparato algum, e por isso julgando o marquez que podia impunemente revoltar se contra a mão que o punia, de Castello Branco para onde se retirara, enviou um mensageiro aos reis de Castella para com elles tramar intelligencias. O emissario foi um tal Pero Jusarte, que em breve se tornou o espião secreto do D. João II, ao qual deu conta de tudo quanto sabia, dando-lhe os meios de seguir os fios do trama que a nobreza estava urdindo. Os acontecimentos fôram-se naturalmente succedendo, e como o soberano não dava o menor signal do inquietação ou de receio, os fidalgos entenderam que nada tinham a recear, no que perfeitamente se enganavam. A'cêrca d'esta conspiração, de que o 2.º duque de Bragança soffreu o supplicio, *vide* o 2.º vol. do *Portugal*, pag. 458 a 460. Illudido pela dissimulação do monarcha, o duque de Bragança juntou-se com os seus irmãos e com o duque de Vizeu no Vimieiro, para deliberarem de commum accôrdo a fórma de impedir que entrassem nas suas terras os corregedores d'el-rei a inquirir sobre as cousas da justiça, o resolveram resistir até com mão armada, se preciso fôsse. N'este ponto houve desaccordo entre os membros da familia de Bragança, porque ao passo que o duque de Bragança e o marquez de Montemór não recuavam ua idéa de chamar os castelhanos para se vingarem, D. Alvaro e o conde de Faro, mais leaes ou menos cegos pela ira, eram de opinião que se entregassem primeiro ao soberano todas as terras da corôa que possuiam, e depois se proclamassem energicamente seus inimigos. Ninguem attendeu a estes conselhos generosos e cavalheirescos, e o marquez de Montemór enviou a Castella o seu secretario Affonso Vaz com um Tristão de Villaruel, que de lá viera a conferenciar secretamente com o duque, a levar as suas ultimas propostas. Queriam elles que os reis de Castella reclamassem de D. João II que D. Joanna, a *Escellente Senhora*, fôsse entregue nas mãos dos Braganças e se permittisse aos subditos castelhanos o negociarem em Guiné. Sabiam que D. João II não consentiria, e então Fernando e Izabel teriam um pretexto para declararem que, achando razoaveis as exigencias dos reis de Castella, não lhes permittia a sua consciencia servirem contra elles. D. João II foi informado da conferencia do Vimieiro por alguns dos agentes dos Braganças que atraiçoavam seus amos, mas ainda dissimulou por algum tempo, até que chegada a occasião favoravel mandou prender os conjurados. O duque de Bragança foi, como é sabido, executado na praça d'Evora, mas os irmãos fugiram para Hespanha escapando-se o marquez de Montemór, para Andaluzia. Instaurado o processo contra o marquez, lavrou se em Abrantes a sentença, condemnando-o a ser degolado, e como na sua pessoa se não podia por emquanto fazer a execução por ter fugido do reino apenas soubera da prisão do duque de Bragança, seu irmão, o consideravam banido d'estes reinos, concedendo a quem quer que fôsse, que o pudesse matar, o matasse livremente, que não incorreria em pena alguma, porque o marquez era tido por infame e a sua memoria seria despresada para sempre. Não podendo colher ás mãos o seu inimigo, o monarcha não se contentou com a sentença, e realisou-se a execução em effigie, a que se deu a maior solemnidade. Levantou-se na praça de Abrantes um cadafalso de madeira forrado

de pannos de luto, e ahi se fizeram assentos para corregedores, meirinhos, desembargadores, etc., e de pé agrupava-se a turba dos meirinhos, alcaides e officiaes de justiça. Veiu então uma estatua representando o marquez de Montemór, vestido com todas as armas e por cima uma cota, tendo na mão direita uma espada e na esquerda uma baudeira com as suas armas. Os juizes leram lhe as culpas, os desembargadores promulgaram a sentença, e em seguida um rei d'armas, avançando, proferiu as seguintes palavras: «Porquanto vós, Condestavel, por vosso tão grande officio ereis obrigado a terdes muita lealdade a vosso rei e servil-o e ajudal-o a defender seus reinos, e vós não fizestes, antes trabalhastes e procurastes por lhe offender e lhe fostes deslcal, não mereceis essa espada.» E o rei d'armas arrancou-lhe a espada. E logo continuou:» Porquanto vós, marquez, por vossa grande dignidade vos foi dada bandeira quadrada, como a principe, e por esta honra e dignidade que recebestes, ereis obrigado a guardar a honra e estado d'el-rei vosso senhor, e servil-o e acatal-o como natural e verdadeiro senhor, e vós tudo isto fizestes ao contrario: tal bandeira não mereceis.» Arrancaram-lhe assim a espada, o capacete, a cota d'armas, e todas as outras peças d'armadura, deixando-o apenas com um gibão. Seguiram-se as varias cerimonias da decapitação; o pregoeiro alçou o pregão de justiça, e veiu o algoz que decepou a cabeça de que saltou sangue, que se collocara ali, para se tornar mais perfeito o simulacro da decapitação, e saindo depois todos do cadafalso, deitou se fogo, sendo tudo reduzido a cinzas pelas chammas. Referem alguns historiadores que o marquez de Montemór, sabedor d'essa execução em effigie, morreu em pouco, victima do desgosto que essa noticia lhe causou; o padre Antonio Caetano de Sousa, porém, na sua *Historia genealogica*, affirma que o marquez serviu aos reis catholicos na conquista do reino de Granada, e que morreu em Sevilha a 30 de abril de 1484.

Montemór o Novo. Villa da prov. do Alemtejo, séde de concelho e de com., relação de Lisboa, distr. e arceb. de Evora. Está situada n'um alto, sobre tres outeiros, em sitio fresco e sadio, na estrada que vae de Elvas a Vendas Novas, e dista 28 k. da séde do distr. Tinha 4 freguezias; *N. S.ª da Expectação*, vulgarmente chamada *N. S.ª do Bispo; S. João Baptista*; *N. S.ª da Villa* e *S. Thiogo*. A primeira é muito antiga, e foi matriz até 1843, consta chamar se *do Bispo*, porque os arcebispos de Evora são seus priores natos, desde o tempo em que só tinham o titulo de *bispos*. Não se sabe quando começou a ser egreja parochial, mas já o era em março de 1495. Desde 1843 é egreja parochial a do mosteiro de S. João de Deus. A freg. de S. João Baptista não se sabe quando foi fundada, mas sabe-se que já existia em 1380. Foi supprimida no principio do seculo XIX. A de N. S.ª da Villa foi fundada por Domingos Pelagio em 1234. Fôram seus commendadores os condes da Ponte. Chamou-se da *villa*, por ser a tutelar d'ella, e por ser a primeira que se fundou depois da expulsão dos moiros. A parochia estava dentro dos muros da antiga povoação. No principio era a unica matriz da villa, ficando depois em ruinas. A de S. Thiago, ignora se quando foi fundada. A noticia que ha d'esta egreja, como matriz, é de 1457. Consta ter sido fundada pelos cavalleiros de S. Thiago. Esta parochia com a de N. S.ª da Villa, estão reunidas na egreja do Calvario desde janeiro de 1850, tendo antes estado na egreja de S. Vicente, desde 3 de fevereiro de 1845. Montemór-o-Novo é pov. muito antiga, e muitos escriptores pretendem que seja a *Castrum Malianum* (castello de Manlio) dos romanos. As primeiras noticias, que se conhecem, datam do anno 93 da era christã, no tempo do imperador Domiciano, pois que n'esse anno foi aqui martyrisado S. Mancio, vulgarmente S. Manços. Nas immediações da villa tem-se encontrado moedas romanas, em differentes epocas. Na freg. de S. Geraldo achou-se uma moeda de prata do imperador Adriano, 120 annos da era christã; na villa appareceu outra, de Valeriano, tambem de prata, 260 annos de Christo, e uma de cobre, de Maximiano, 300 annos de Christo. Outros escriptores, porém, julgam estes objectos menos antigos, e do tempo dos moiros. Em 1814 foi para o museu Cenaculo um cippo, achado proximo da villa, com uma inscripção romana. Na parede exterior do adro da antiga egreja da Senhora do Bispo, estava uma lapide tambem com uma inscripção romana; quando a egreja se demoliu, a lapide foi removida para a camara municipal, sendo depois imbebida na parede d'uma casa fronteira. Outros monumentos de classe differente nos provam que este territorio já era habitado muitos seculos antes da invasão romana na Peninsula Iberica, pelos povos preceltas; são os varios dolmens que existiam por estes sitios, a maior parte dos quaes tem sido destruida pelo povo, para aproveitarem a pedra para construcções. Diz uma tradição, que, pelos annos 300 da era christã, era senhor d'estas terras o pae de Santa Quiteria, virgem e martyr. Esta virtuosa donzella viveu muitos annos em asperrimas penitencias, n'um ermo, onde se edificou a villa de Montemór-o-Novo, e sendo achada pelos romanos, foi ali martyrisada no dia 30 de março de 300, precipitando-a do alto d'um rochedo, n'um pégo do Canha. No tempo dos moiros tinha a villa um castello antigo, provavelmente de origem romana, que existia ainda no tempo de D. Affonso Henriques. Suppõe-se que este monarcha tomou aos moiros o castello e a villa em 1159, pouco depois da batalha de Ourique, mas parece que os moiros se tornaram a apossar da praça, e que só em 1160 é que ficou definitivamente no poder dos portuguezes. Em 1191 o miramolim de Marrocos a saqueou e destruiu, abandonando-a depois. Estando estas terras sujeitas a frequentes correrias dos serracenos, é provavel que estivesse abandonada pelos christãos, ou pelo menos muito pouco povoada no principio do reinado de D. Sancho I, o qual, vendo aqui uma boa posição de defeza, por estar a villa situada

Brazão d'armas da villa de Montemór-o-Novo

n'um sitio alto, quasi nos fins meridionaes do reino, determinou povoar a villa, o que fez em 1201, dando-lhe foral em março de 1203. Mandou construir ou reconstruir o castello, dando á pov. o nome de *Montemór o-Novo*, para se distinguir da outra, do mesmo nome, proximo de Coimbra, que ha muito tempo já pertencia a Portugal, e que se ficou chamando Montemór-o-Velho. Em volta do castello, que era um dos melhores do reino, se fôram construindo novas habitações e reconstruinda as antigas, e com o tempo se foi estendendo a pov., vindo a occupar os tres outeiros. O alto da villa foi cercado d'uma muralha de fórma triangular. Tinha 4 torres a eguaes distancias, um torreão, 19 cubellos e 4 portas: *da Villa*, *de S. Thiago*, *d'Evora* e *do Anjo*. Tudo está em ruinas, assim como os antigos paços dos alcaides-móres, apenas a torre do E, chamada da *má hora*, se levanta ainda, a do N, chamada *do relogio*, e a do O, que é a *do Anjo*. D. Affonso II confirmou, em Santarem, o foral dado por seu pae, em janeiro de 1218, e mais tarde el-rei D. Manuel lhe deu foral novo, em Lisboa, a 15 de agosto de 1503, concedendo-lhe a categoria de villa, com o titulo de *notavel*, e a honra de ter assento em côrtes, no banco 4.º. Deu-lhe tambem por brazão d'armas uma torre sobre rochedos, no centro do escudo, e por detraz, em toda a largura d'elle, uma ponte, tudo da sua côr. Por baixo da ponte se vê um rio, de ondas azues. Significa o castello, o rio *Canha*, que passa junto da villa, e a ponte, chamada do *Alcáçar*, que atravessa aqui o rio. Com o fim de attrahir para aqui povoadores, tinham estes foraes muitos e grandes privilegios, pois eram os mesmos que se haviam concedido a Evora. Na escriptura de composição que D. Sancho II celebrou com suas irmãs, em 1223, dão-se como segurança, ou penhor do contrato, varias terras importantes, sendo uma d'ellas *Mons-Maior-Novus*. Nos fins do seculo XIII era Montemór-o-Novo de grande importancia, pois que em novembro de 1285, da era de Christo, foi escolhida por el-rei D. Diniz para séde d'uma assembléa, que fez aqui convocar, para impetrar do papa Honorio IV o competente beneplacito, para a fundação d'uma universidade n'este reino. Presidiu o soberano, e assistiram: o D. abbade de Alcobaça; o D. prior de Santa Cruz, de Coimbra; o D. prior de S. Vicente de Fóra, de Lisboa; o D. prior secular de Santa Maria da Oliveira, de Guimarães; o prior de Santa Maria d'Alcaçova, de Santarem; e muitos parochos. Quando falleceu el-rei D. Fernando I, umas terras de Portugal tomaram o partido de sua filha, a rainha D Beatriz, casada com D. João I, de Castella, e outras o do Mestre d'Aviz, depois D. João I. A praça de Montemór-o-Novo estava indecisa, mas chegando ali sem ser esperado o condestavel D. Nuno Alvares Pereira a fez seguir o partido do Mestre d'Aviz. Os piratas africanos, não se contentando em nos tomarem os navios no alto mar, desembarcavam com frequencia nas costas de Portugal, saqueando as povoações do litoral e fazendo captivos os seus habitantes. Quiz D. João I infligir-lhes uma severa lição, e em 1415 saiu de Lisboa, como para uma caçada, e foi a Montemór o-Novo, onde mandou chamar D. Nuno Alvares Pereira, que então residia em Arraiollos. Ali combinaram um assalto á praça africana de Ceuta, covil favorito dos piratas, isto com o maior segredo. D. Nuno, não só offereceu ao rei a sua pessoa, bens e vassalos, como pediu para ser o primeiro a falar no conselho, e o primeiro a desembarcar na costa africana. O conselho reuniu-se em Torres Vedras, onde se decidiu, que a empresa fôsse a effeito. O exercito passou então a Africa, e a praça de Ceuta foi tomada de assalto em 14 de agosto do mesmo anno. Em 1477, sendo regente do reino o principe D. João, depois rei D. João II, reuniu côrtes em Montemór-o-Novo, ás quaes presidiu, legislando-se sobre 59 capitulos geraes e especiaes. Em 1495, havendo peste em Lisboa, o rei D. Manuel convocou côrtes em Montemór-o-Novo, a que presidiu, recebendo ali as devidas homenagens pela sua subida ao throno. Os reis D. Affonso V, D. João II e D. Manuel, gostavam muito d'esta villa, e varias vezes a visitavam, residindo sempre no palacio dos alcaides-móres do castello. No reinado de D. Sebastião os procuradores do povo pediram nas côrtes de 1562, sendo regente a rainha D. Catharina, viuva de D. João III, que, onde houvesse rendas do concelho, se fizessem celleiros de pão para os tempos de necessidade. As côrtes assim o ordenaram, e estes estabelecimentos previdentes em breve se estenderam por todo o reino, principalmente no Alemtejo. (V. *Celleiros communs*, *Portugal*, vol. II, pag. 974 e 975). O celleiro commum de Montemór-o-Novo foi creado por alvará de 5 de maio de 1595, a requerimento do povo. Foi destinado para fundo d'este celleiro o que produzissem os quartos e searas semeados na *Adúa*, que era então do concelho (V. *Portugal*, vol. I, pag. 56), que para isso seria dividida em courellas pelos seareiros e moradores da povoação, e que o celleiro fôsse regido como o de Evora. Não obstante este alvará, ainda a 6 de março de 1714 não estava creado este celleiro, porque então pediu o povo á camara que dividisse em courellas a *terra da Adúa*, e a distribuisse pelos seareiros, os quaes, com os quartos, deviam pagar, todos, 385 alqueires de trigo; e que da mesma Adúa era a camara obrigada a pagar annualmente certos fóros e quinhões a diversos particulares. Este requerimento foi deferido a 28 de novembro do mesmo anno de 1714. Em 5 de janeiro de 1715 se dividiu metade d'aquelle terreno em 37 courellas grandes e 12 pequenas; mas, attentas as grandes despezas a fazer, não pagaram ainda n'esse anno, e logo no seguinte renden, liquido dos fóros e quinhões, 480 alqueires de trigo, e foi esse o fundo primitivo d'este celleiro commum. A casa onde existe o celleiro foi comprada em hasta publica a 28 de dezembro de 1773; e os rendimentos d'este celleiro são empregados na compra e concertos do seu edificio, na construcção da cadeia actual e em outros melhoramentos da villa. Em 1580, quando os castelhanos invadiram Portugal, um grande exercito, que se reunira em Badajoz sob o commando do duque d'Alba, entrou na provincia do Alemtejo, invadindo Villa Viçosa, Extremoz, Evora Monte e Arraiollos. No dia 8 de julho d'esse anno chegaram os castelhanos a Montemór o-Novo, onde estavam D. Diogo de Menezes e o conde de Vimioso, que com o povo da villa ainda quizeram defender a praça, mas lembrando-se da falta de petrechos de guerra que n'ella havia, e que a resistencia n'estas condições não poderia ser longa, e sómente acarretariam muitas desgraças

contra a villa, a abandonaram, fugindo para Lisboa com 200 carros de viveres e munições. A praça ficou, portanto, sob o dominio castelhano, que entraram ali em numero de 24:000 homens, 1:700 cavallos, e 8:000 viaturas, mas o povo não podia vêl-os. Christovão de Moura, fugindo de Setubal á cólera popular, resolvera ir com os governadores para Montemór-o-Novo, mas estes recusaram-se a isso. Então, acompanhado de creados e d'alguns partidarios seus, veiu a caminho do Alemtejo, mas depois decaiu, como tantas outras do reino, e nem a expulsão dos intrusos a restituiu ao seu antigo bem estar, porque sendo o Alemtejo o principal campo de guerra, desde o 1.º dezembro de 1640 até 13 de fevereiro de 1668, foi Montemór-o-Novo uma das povoações que mais soffreram com tão prolongada lucta Por fim o tempo e o assiduo trabalho dos seus habitantes, conseguiram melhorar-lhe a situação. Em Montemór-o-Novo houve o hospital do Espi-

Montemór-o-Novo— Castello e torre do relogio

d'esta villa, e chegando á capella de S. Thiago, mandou d'ali alguns dos creados, á praça para arranjarem alojamento, mas o povo recebeu os tão hostilmente, que Christovão de Moura passou a noite n'aquella capella isolada, e no dia seguinte foi reunir-se ao duque d'Alba. Na restauração do reino em 1640 foi Montemór-o-Novo uma das primeiras villas do Alemtejo, que tomaram o partido do duque de Bragança, e quando D. João IV, vindo de Villa Viçosa para Lisboa, ali passou, foi enthusiasticamente acclamado. Antes do dominio castelhano, Montemór-o-Novo era uma das villas mais ricas e prosperas rito Santo, que foi fundado em 1316, como consta d'uma certidão que existe no archivo da Misericordia. Parece que se annexou depois ao de Santo André do Outeiro. A albergaria, tambem assim denominada, foi fundada n'um cabeço que fica a pouca distancia da villa. Tornou-se depois n'uma bonita capella, cercada de arvores, e fazendo parte d'umas propriedades particulares. O hospital real de Santo André foi construido em 1354 pela juncção das duas albergarias do Espirito Santo e Santo André do Outeiro. Em 1531 D. João III mandou fazer egreja, enfermarias, e todo o edificio, que ainda existe, e que em 178;

foi ampliado. Desde a sua instituição, foi este hospital administrado pelos conegos de S. João Evangelista, até 1567, em que a Misericordia tomou conta da administração. Em 1677 passou para os frades de S. João de Deus, a requerimento dos procuradores do povo, e assim se conservou até 18 4. Um decreto de 21 de agosto de 1835 removeu a sua administração para a mesa da Misericordia. Foi instituidora da Santa Casa da Misericordia a rainha D. Leonor, viuva de D. João II. N'esta villa houve 8 conventos: 1.º de frades franciscanos, fundado na ermida de N. S.ª das Graças, havendo já ali religiosos em 1495; fôram seus padroeiros os condes de Santa Cruz, depois marquezes do Lavradio. Junto á egreja está agora um cemiterio, tendo em frente a capella do Senhor dos Afflictos, edificada em 1748. O edificio do mosteiro e a sua cêrca são da camara municipal. Foi trocada por um foro annual de 50$000 réis, que a camara recebia pelo terreno occupado agora pelo polygono das Vendas Novas, troca autorisada pela portaria de 10 de janeiro de 1871. Esteve n'este mosteiro a estação telegraphica, e serviu de quartel de cavallaria. O 2.º convento era de frades dominicos (Santo Antonio de Padua), foi fundado por Brites de Negreiros e seu marido Manuel Fragoso, em 1559, ficando servindo de egreja ao convento uma antiga ermida ali existente dedicada a Santo Antonio do Padua. Depois de 1834 foi vendido em hasta publica, e é hoje propriedade particular. O 3.º convento era o de N. S.ª da Conceição, de frades agostinhos descalços, fundado pelo conde da Palma em 1688, tambem é hoje propriedade particular. O 4.º de frades de S. João de Deus, fundado em 1627, nas proprias casas onde nasceu este santo, por ordem do arcebispo de Evora, com esmolas do mesmo prelado e do povo. A egreja d'este convento serve actualmente de matriz. O convento foi concedido ao municipio para ali se estabelecerem as repartições publicas, por decreto de 6 de abril de 1863; funccionam ali as repartições da administração do concelho, fazenda e conservatoria, o tribunal judicial, os cartorios dos escrivães e o quartel do destacamento militar. O 5.º convento era de eremitas de S. Paulo, situado n'uma campina raza. Foi fundado por Mendo Gomes de Seabra, que o dedicou á Santa Cruz. Já estava abandonado antes de 1834, e as suas rendas iam para o collegio dos paulistas de Coimbra. O 6.º era o de N. S.ª do Castello, ou das Covas de Monfurado, de eremitas descalços de S. Paulo. Estava a 6 k. ao S da villa. Foi fundado em 1725. Tambem é hoje propriedade particular. O 7.º o de N. S.ª da Saudação, de freiras da ordem de S. Domingos, fundado em 1507 por D. Mecia de Moura, viuva de D. Nuno de Castro. O 8.º convento de N. S.ª da Luz, era de beatas. Teve principio n'uma irmandade instituida em 1578 na ermida de N. S.ª da Paz, onde esteve 4 annos, passando depois para outro local em 1582, onde se conservou até 1749, em que se fez então um recolhimento junto á ermida de N. S.ª da Luz, ficando as beatas sujeitas ao provedor da Misericordia, em 11 de julho de 1780. Ha tambem em Montemór-o-Novo um estabelecimento de beneficencia, chamado *Montepio*. Por alvará de 16 de abril de 1860 fôram approvados os seus primeiros estatutos, que se reformaram por alvará de 20 de março de 1867. Montemór-o-Novo pertence á 4.ª div. mil., 7.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao dis tr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. Os arredores da villa são muito pittorescos e amenos, povoados de quintas e pomares, ricas herdades abundantissimas de fructas, cereaes, legumes, azeite e muito vinho. Nos seus vastos moutados cria-se muito gado suino, vaccum, cavallar, lanigero e caprino, e cortiça de optima qualidade. Tem est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. S.; est. do caminho de ferro do sul e sueste, entre as de Escoural e de Cabrella; advogados, medicos, pharmacias, notarios, agencia dos bancos de *Portugal*, do *Alemtejo*, *Eborense*, etc.; das companhias de seguros: *Fidelidade*, *Probidade*, *Tagus*, *A Popular*, *Fomento Agricola;* Associações: *Soccorros mutuos da classe operaria Montemorense 1.º de 1901; Montemórense de Soccorros mutuos; Grupo de empregados do commercio; Syndicato agricola*; asylo de infancia desvalida; fabricas de cal, de gazosas, de solas e cabedaes; hoteis, restaurantes, escolas para ambos os sexos; sociedades de recreio: *Antiga Sociedade Philarmonica*, *Circulo Montemorense, theatro Montemórense*, typographias, estabelecimentos diversos, etc; feira nos tres primeiros dias de maio e nos tres dias a seguir ao primeiro domingo de setembro; do Natal ao carnaval ha todos os domingos e dias santificados importantes mercados de gado suino. Tem-se publicado em Montemór-o-Novo os seguintes jornaes: *Alemtejano (O)*, 31 de março de 1897; *Belmiro (O)*, 1 de janeiro de 1901; *Belmiro Transtagano; Bijou (O)*, 25 de julho a outubro de 1883; *Correio do Alemtejo*, 1 de dezembro de 1883 a 13 de julho de 1884; *Crença Popular*, 19 de outubro de 1890; *Democracia do Sul*, 4 de janeiro de 1902; em publicação, dezembro de 1908; *Folha Meridional*, 5 de novembro de 1893; *Folha do Sul (A)*, 7 de agosto de 1897; em publicação, dezembro de 1908; *Gazeta do Sul (A)*, 9 de maio de 1896; *Idéa Nova (A)*, março de 1905; *Meridional (O)*, 18 de julho de 1901; em publicação, dezembro de 1908; *Mocidade (A)*, 22 de outubro de 1896; *Rascunhos*, 1 de junho de 1895. O conc compõe-se de 17 freguezias, com 3:163 fog. e 16:899 hab., sendo 9:014 do sexo masc. e 7:885 do fem, n'uma superficie de 141:247 hect. As freguezias são: N. S.ª da Conceição, de Cabrella, 1:360 hab.: 751 do sexo masc. e 609 do fem.; N. S.ª da Nazareth, de Landeira, 290 hab.: 155 do sexo masc e 135 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Lavre, 1:977 hab.: 1:135 do sexo masc. e 842 do fem.; Castello, N. S.ª da Villa, de Montemór-o-Novo, 2:341 hab.: 1:110 do sexo masc e 1:231 do fem; N. S.ª do Bispo, de Montemór-o-Novo, 2:296 hab: 1:081 do sexo masc. e 1:215 do fem.; N. S.ª da Purificação, de Repreza, 407 hab.: 250 do sexo masc. e 157 do fem.; N. S.ª da Natividade, de Safira, 661 hab.: 388 do sexo masc. e 273 do fem.; Santa Sophia, 434 hab: 226 do sexo masc. e 208 do fem.; Santo Aleixo, 371 hab.: 165 do sexo masc. e 206 do fem.; S. Brissos, 182 hab.: 109 do sexo masc. e 73 do fem.; S. Christovão, 514 hab: 303 do sexo masc. e 211 do fem.; S. Gens, 423 hab.: 222 do sexo masc. e 201 do fem.; S. Geraldo, 703 hab.: 390 do sexo masc. e 313 do

fem.; S. Matheus, 750 hab.: 418 do sexo masc. e 332 do fem.; S. Romão, 356 hab.: 226 do sexo masc. e 130 do fem.; S. Thiago do Escoural, 1:753 hab : 974 do sexo masc. e 779 do fem.; Santo Antonio, de Vendas Novas, 2:081 hab.: 1:111 do sexo masc. e 970 do fem. O principal commercio do conc. é cereaes, gado vaccum, cavallar e suino. Bibliographia: *Estudos historicos de Montemor-o-Novo*, por Lopes Praça; *Montemór o Novo*, por Joaquim José Varella, tomo V, parte 1.ª das *Memorias da Academia; Estudos historicos, juridicos e economicos sobre o municipio de Montemór-o-Novo*, por J. H. de Brito Correia.

Montemór o Velho. Villa da prov. do Douro, séde de conc e de com, relação do Porto, distr. e bisp. de Coimbra. Tem duas freguezias ecclesiasticas, Santa Maria e S. Martinho, formando uma só para os effeitos civis. Está situada na estrada de Coimbra a Figueira da Foz, nas abas d'um monte, na margem direita do rio Mondego, tendo d'um e d'outro lado vastissimos e feracissimos campos. A povoação é muito antiga; alguns escriptores portuguezes e castelhanos fazem remontar a sua origem a 1900 annos antes do nascimento de Christo, attribuindo aquella fundação ao lendario Brigo, 4.º rei das Hespanhas; o que não padece duvida é ser uma das mais antigas povoações da Peninsula Iberica. A maior probabilidade é ser a sua fundação, pelo menos, 400 ou 500 annos antes de Christo. Nos primeiros seculos da monarchia chamava-se *Monte-Mór Sobre o Mondego*. O nome mais antigo, que se lhe conhece, é *Mirobiga*, cidade ou povoação de Miro; comtudo alguns escriptores dizem que *Mirobiga* era a actual villa de S. Thiago do Cacem. Esta pov., assim como todas as da Lusitania, soffreu as consequencias das diversas conquistas dos romanos, gôdos e arabes. Estes a occuparam em 716, mas em 848 D. Ramiro I, de Leão, a resgatou á força d'armas. Era abbade do mosteiro de Lorvão, ou foi então ali posto pelo rei leonez, seu tio, o famoso abbade João, a quem seu sobrinho deu o governo do castello de Montemór-o-Velho. Em breve o valoroso abbade deu provas de que não só era homem para a vida monachal, como para manejar o seu pesado montante nos combates. Abd-el-Raman, califa de Cordova, no mesmo anno de 848 investiu o castello d'esta villa com um poderoso exercito, mas a heroica defeza e a bravissima resistencia do abbade e dos seus portuguezes, o fez levantar o cêrco, para ser derrotado na batalha de Clavijo. Pouco depois os condes de Alderedo e Pinelo se revoltaram contra o rei, e o abbade saiu do castello com a sua gente, e os submetteu. Marchou na direcção de Vizeu, e derrotou os moiros em rude combate. Emquanto o abbade João se occupava d'estas expedições, o renegado Garcia Janhes, que tinha sido familiar do abbade, combinava com o califa de Cordova a perda dos christãos da Lusitania. Pondo-se á frente d'um grande exercito que o califa lhe deu, caiu inopinadamente sobre Montemór-o-Velho, pondo-lhe um apertadissimo cêrco. Os moradores da villa, o abbade e os monges de Lorvão recolheram-se na fortaleza, e n'ella resistiram corajosamente aos assaltantes, mas como a praça estava desprevenida de viveres, não tardou que a fóme se fizesse sentir, e que uma resolução extrema se impuzesse ao espirito de todos, que era morrer, matando. Resolvidos a romper por entre as hostes agarenas, degolaram todas as pessoas das suas familias que os não podiam acompanhar, e sairam decididos a vingar as suas mortes e as dos seus. Com tal furor, porém, atacaram os moiros desprevenidos, não esperando tal arrojo dos sitiados, que aquelles fôram completamente desbaratados. O renegado Garcia Janhes e muitos dos seus companheiros d'armas ficaram mortos no campo, retirando poucos, que deveram a salvação a uma fuga desordenada. Os christãos regressando á villa, diz a lenda, encontraram vivas todas as pessoas que tinham assassinado n'um acto de heroica desesperação. Em memoria d'este milagre, referido por muitos escriptores, foi instituida logo na villa uma grande festividade a N. S.ª da Victoria, quo vulgarmente ficou sendo chamada a *festa do abbade João*, e D. João V, para autorisar e perpetuar esta solemnidade tão patriotica, expediu uma provisão em 20 de dezembro de 1746, em que glorificava este facto, mandando que a padroeira da villa continuasse a ser N. S.ª da Victoria, e que a sua festa ficasse entre as mais da camara, para ser perpetua a memoria d'este prodigio. Com o andar dos tempos foi pouco a pouco diminuido a influencia d'esta solemnidade, até que deixou de fazer-se. Em 1863, porém, tornou a restabelecer-se pela vontade geral do povo, com o mesmo antigo esplendor. A villa continuou no poder dos christãos até 985, anno em que o califa de Cordova, Al-Mansor, se precipitou sobre a Lusitania com um exercito numeroso, conquistando e destruindo Montemór-o-Velho, Coimbra, Vizeu, Lamego, Braga, e outras muitas povoações, reduzindo esta parte da Peninsula quasi a um deserto alagado em sangue. Em 998, o mesmo califa, que se cognominava *açoite de Deus*, investiu de novo a Lusitania, entrando pela Galliza. O valoroso conde D. Forjaz Vermueiz, progenitor dos condes da Feira e de muitas das mais nobres familias portuguezas, se oppoz á invasão do moiro, e como o perigo commum fizesse alliar os principes christãos, D. Bermudo, rei de Navarra, e o conde D. Garcia Fernandes, unidos a D. Forjaz, esperaram os moiros no sitio de Alcantanaçor, junto a Osma, e os desbarataram, ficando Al-Mansor perigosamente ferido. Montemór, porém, continuava sendo uma fortaleza moirisca formidavel, e os moiros faziam d'aqui assoladoras correrias pelas povoações e campos circumferentes, crescendo as suas crueldades, desesperados pela perda de Coimbra em 1040. Então D. Fernando I, o Magno, rei de Leão e Castella, resolveu a todo o custo destruir a temerosa praça de Montemór, e atacando-a imprevistamente, a tomou d'assalto, com grandes per-

Brazão d'armas da villa do Montemór-o-Velho

das de christãos, e quasi total dos moiros. Para que esta fortaleza não continuasse a ser uma arma terrivel no poder dos moiros, mandou-a arrasar até aos alicerces, bem como a povoação, não ficando pedra sobre pedra. Em 1083, reinando em Castella Affonso VI, pae da rainha D. Thereza e avô de D. Affonso Henriques, fôram reedificados o castello e a villa de Montemór, e povoados e defendidos por christãos, por diligencia do conde D. Raymundo de Borgonha, genro de Affonso VI, e do conde D. Sisnando, governador de Coimbra. O conde D. Henrique e seu filho D. Affonso Henriques cuidaram com a maior solicitude da reedificação de todas as obras de defeza d'esta praça, ampliando-a e construindo outras de novo, porque estando os moiros ainda senhores de quasi toda a Extremadura, era Montemór um posto avançado dos portuguezes, e por muitas occasiões foi a salvaguarda de Coimbra, nas differentes entradas que os moiros fizeram por estas terras, desejosos de recuperarem a sua querida cidade. D. Sancho I deixou em testamento o senhorio d'esta villa e d'outras, a suas filhas, as infantas D. Sancha e D. Thereza; porém, D. Affonso II, vendo que seu pae deixára aos irmãos a maior parte das riquezas da corôa, ficando elle sem as necessarias para sustentar a sua côrte com a decencia conveniente, oppôz-se a estas disposições, e teve grandes contendas com seus irmãos, a ponto de terem: o infante D. Fernando de fugir para Castella, e D. Pedro para Marrocos; as infantas defenderam-se nos seus castellos, d'onde pediram auxilio ao papa Innocencio III e ao rei de Leão. Só depois de bastantes desintelligencias é que os irmãos se reconciliaram. E' por esta razão que a esta villa e seu termo se chamava, no tempo dos nossos primeiros reis: *Terra do Infantado*, porque mesmo depois da morte de D. Sancha e de D. Thereza, quasi sempre esta villa foi do senhorio de algum infante. O foral mais antigo, que d'esta villa existe na Torre do Tombo, lhe foi dado pelas rainhas D. Thereza e D. Urraca, filhas de D. Sancho I, em maio de 1212, o qual foi confirmado, em Coimbra, por D. Affonso III, a 2 de agosto de 12.8. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 20 de agosto de 1516. Montemór-o-Velho tinha voto em côrtes, com assento no 5.º banco. As armas são: Em campo de purpura um castello de ouro, e sobre elle o escudo das quinas. Os arrabaldes da villa são muito pittorescos, tanto pelas hortas, pomares e vinhas, como pelas muitas fontes que os regam, e pela visinhança do rio Mondego. O seu territorio produz grande abundancia de cereaes, fructas, legumes, algum vinho e azeite. Cria-se aqui muito gado de toda a qualidade, e nos seus montes apparece abundante caça. O rio e o mar fornecem muito e variado peixe. O castello tinha capacidade para aquartelar uma guarnição de 5:000 a 6:000 homens, e apezar de muito arruinado, conserva ainda as muralhas do seu recinto, com as suas ameias, torres e sétteiras, bem como tres cisternas ou subterraneos no seu centro, uma para deposito d'agua, e as outras para munições de guerra e de bocca. Dentro do castello ha o templo de S. João, onde se diz que o famoso abbade João celebrava missa, e animava os montemorenses com os seus sermões catholicos e patrioticos. Tambem aqui está o templo de Santa Maria d'Alcaçova, construido por ordem do conde D. Sisnando, governador de Coimbra. Dentro do castello vê se egualmente o antigo palacio real, que se suppõe construido pela rainha D. Urraca, mulher do conde D. Raymundo, e irmã de D. Thereza, mãe de D. Affonso Henriques. El-rei D. Diniz deu o senhorio d'esta villa e o padroado das suas egrejas, a sua irmã, a infanta D. Branca, em junho de 1286. O mesmo soberano quando se reconciliou com seu filho, depois D. Affonso IV, a rogos da rainha Santa Izabel, entre outros senhorios lhe deu o d'esta villa, no principio de maio de 1322. O infante D. Pedro, duque de Coimbra, que morreu em Alfarrobeira,

Vista parcial da villa, ruinas do Castello e Paços Reaes

foi tambem senhor de Montemór-o-Velho e d'outras muitas terras. D. João II deu esta villa, e o mais que tinha pertencido ao referido infante D. Pedro, a seu filho bastardo D. Jorge de Alencastro. Foi alcaide d'esta villa D. João de Menezes, 3.º filho de D. João Tello de Menezes, senhor de Cantanhede, e de D. Leonor da Silva, filha de Ayres da Silva, senhor de Vagos. A egreja dos Anjos é o melhor templo da villa, e de architectura manuelina, porém está degenerada com as reparações, accrescentes e ornatos de estylo da renascença, e de mau gosto. Está n'esta egreja o tumulo do celebre Diogo d'Azambuja, escondido atraz do altar mór, do lado do Evangelho. E' tambem de architectura manuelina, de graciosa fórma e com primorosos lavores. Sobre a tampa vê-se deitada a estatua d'este nobre cavalleiro, representado em trajos de guerreiro, com armas brancas. No mausoléo tem gravada uma extensa inscripção. A egreja de Santa Maria da Alcaçova foi edificada dentro do castello, confórme dissémos, pelo presbytero Verenundo, ou Vermudo, com autoridade do conde D. Sisnando, em 1090. Na villa havia 4 conventos: 1.º o de S. Luiz, de frades franciscanos, fundado pelo P. Thomé Couceiro Lobo, muito antigo, mas que em 1834 já estava supprimido; 2.º de N. S.ª dos Anjos, de frades agostinhos, fundado por Diogo d'Azambuja no seculo XVI, tambem já supprimido em 1834; 3.º de N. S.ª de Campos, de freiras franciscanas, fundado por D. Izabel de Azevedo, viuva de D. João de Castro, vice-rei da India, no principio do seculo XVI. Em 1691 foi este mosteiro transferido para Saudelgas, e em 1848 supprimido, indo as freiras que restavam, para o mosteiro de Santa Clara, de Coimbra, em 30 de setembro d'esse anno; o 4.º, de S. Martinho, de frades benedictinos, fundado pelo abbade João, no seculo IX; não se sabe quando deixou de existir. Teve esta villa 4 hospitaes: 1.º de *Santa Maria Magdalena*, para solteiras honradas; 2.º de *S. Pedro*, para casadas virtuosas; 3.º, de *Santa Martha*, para lazaros; 4.º, o de *N. S.ª de Campos*, para o restaute e para molestias chronicas. Acham se todos hoje reunidos a este ultimo. No concelho de Montemór-o-Velho, no sitio denominado das *Caldas*, brota uma nascente de agua sulfurea thermal, que foi descoberta em 1850, juntamente uns arcos de pedra, tanques ou banheiras muito antigas, o que prova ser construcção romana, ou pelo menos arabe, e serem applicadas estas aguas como remedio de certas enfermidades desde muitos seculos; o povo faz uso d'ellas, mas não estão exploradas. Montemór-o-Velho pertence á 5.ª div. mil., 10.ª brigada, grande circumscripção mil. C, e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria. Tem Misericordia e hospital, escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N.—Coimbra; advogados, notarios, medicos, pharmacias, agencia do Banco de Portugal e das companhias de seguros: *Internacional* e *Portugal; Montepio de recreio e instrucção* (associação de soccorro mutuo); hospedarias, *Philarmonica 25 de Setembro, theatro Infante D. Manuel;* apeadeiro do caminho de ferro, no ramal de Coimbra, Alfarellos, á Figueira da Foz, entre o apeadeiro de Marujal e a est. de Alfarellos; e no caminho de ferro da Beira Alta, est. entre as de Arazêde e d'Alhadas. O concelho compõe-se de 13 freguezias, com 4:514 fog. e 22:050 hab., sendo 10:117 do sexo masc. e 11:933 do fem., n'uma superficie de 23:327 hect. A villa dista 22 k. da séde do districto. As freguezias são: N. S.ª do Pranto, de Amieiro e Arazêde, 4:614 hab.: 2:070 do sexo masc. e 2:544 do fem.; Santa Suzana, de Carapinheira, 2:807 habitantes: 1:303 do sexo masc. e 1:504 do fem.; N. S.ª das Virtudes, de Gatões, 341 hab.: 148 do sexo masc. e 193 do fem.; S. Sebastião, de Meãs do Campo, 1:333 hab.: 615 do sexo masc. e 718 do fem.; S. Miguel, de Licêa, 803 hab.: 378 do sexo masc. e 425 do fem.; Santa Maria e S. Martinho, de Montemór-o-Velho, 2:226 hab.: 992 do sexo masc. e 1:234 do fem.; S. Estevão, de Pereira, 1:665 hab.: 772 do sexo masc. e 893 do fem.; N. S.ª do O', de Revelles, 1:003 hab.: 493 do sexo masc. e 510 do fem.; S. Martinho, de Santo Varão, 1:234 hab.: 529 do sexo masc. e 705 do fem.; S. João Baptista, de Seixo de Gatões, 1:551 habitantes: 747 do sexo masc. e 804 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Tentugal, 1:945 hab.: 890 do sexo masc. e 1:055 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Verride e Ereira, 2:112 hab.: 973 do sexo masc. e 1:139 do fem.; N. S.ª da Conceição, de V. N. da Barca, 416 hab.: 207 do sexo masc. e 209 do fem. Em Montemór-o-Velho tem-se publicado os seguintes jornaes: *Correio de Montemór*, 1 de janeiro de 1903; *Crença Popular*, 19 de outubro de 1890. O principal commercio do conc. é cereaes, gado vaccum, cavallar e suino. A villa de Montemór-o-Velho dista de Coimbra 27 k., e da Figueira da Foz 15 k., ligados por uma magnifica e bonita estrada districtal. Faz-se aqui uma romaria a N. S.ª do Desterro, que é muito concorrida.

Montenegrão. Pov. na freg. de S. Mamede, de Ventosa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Montenegro. Familia oriunda da Galliza procedente de D. Fruela I. As suas armas são: Em campo de prata tres montes de negro ou escuros juntos, sendo o do meio mais alto; timbre um dos montes. Outros usam, em campo de ouro uma arvore de sua côr, e arrimados a ella dois lobos vermelhos; orla vermelha com oito aspas de ouro; e ainda outros teem por armas: Em campo verde um *M* de ouro.

Montenegro *(Arthur Pinto de Miranda)*. Doutor e lente cathedratico em Direito da Universidade de Coimbra, antigo deputado, ministro de estado honorario, etc. N. em Lisboa a 9 d'abril de 1871, sendo filho do general Augusto Pinto de Miranda Montenegro. Em 1887 matriculou-se na faculdade de Direito, sendo considerado como um dos mais intelligentes estudantes do seu curso, e premiado, e concluindo a formatura em 1892, defendeu theses em 1894 para tomar capello, doutorando-se a 20 de janeiro de 1895. Nomeado lente cathedratico em 1897, foi n'esse mesmo anno, em 11 de agosto, nomeado vogal do Conselho Superior de Instrucção Publica. Entrou pela primeira vez na camara electiva em 1892, sendo eleito pelo circulo de Sinfães, tornando-se logo distincto no parlamento; na legislatura de 1905 foi reeleito pelo circulo de Lamego. No mesmo anno de 1905, tendo saido do ministerio o sr. con-

selheiro José Maria d'Alpoim, foi substituil-o na pasta dos negocios ecclesiasticos e de justiça o sr. conselheiro Arthur Montenegro, por decretos de 10 de maio de 1905 e 27 de dezembro do mesmo anno.

Arthur Pinto de Miranda Montenegro

Montenegro *(Augusto Pinto de Miranda)*. General de divisão reformado, do conselho de Sua Majestade, bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra, deputado, inspector geral de engenharia, presidente do Conselho de Melhoramentos Sanitarios, etc. N. no Porto em 15 de novembro de 1829, fal. em Lisboa a 30 d'agosto de 1908. Assentou praça em engenharia a 13 de julho de 1848, sendo despachado alferes em 6 de julho de 1856, promovido a tenente em 8 de agosto de 1858, a capitão em 24 de novembro de 1869, a major em 8 de julho de 1880, a tenente-coronel em 10 de outubro de 1883, a coronel em 21 de novembro de 1888, a general de brigada em 31 de janeiro de 1895, sendo reformado em general de divisão, por ter attingido ao limite da edade, em 7 de janeiro de 1898. Saindo muito novo da Universidade, tendo-se formado em Mathematica depois d'um curso distincto, seguiu o curso de engenharia na Escola do Exercito, e cedo entrou na vida official dirigindo as obras publicas, em varios districtos do reino, e collaborando muito activa e distinctamente na construcção das nossas principaes linhas ferreas. Foi tambem director das obras publicas da provincia de Cabo Verde, onde prestou relevantes serviços, que lhe valeram ser agraciado com a commenda da ordem de Christo. Pela portaria de 13 de janeiro de 1890 foi nomeado fiscal do governo junto da Companhia das Aguas. Quando falleceu, era inspector geral de engenharia e presidente do Conselho de Melhoramentos Sanitarios, a que dedicou estudos serios e promoveu medidas de grande alcance. Entregando se á politica, filiou-se no antigo partido reformista, que depois se fundiu no progressista, e foi eleito deputado em varias legislaturas, sendo em 1869 relator de diversos projectos importantes; o bispo de Vizeu, formando governo, o convidou para gerir a pasta das obras publicas, elevado cargo que não acceitou, allegando ser superior ás suas forças. Era gran-cruz, grande official, commendador, e cavalleiro da ordem de Aviz; commendador da de Christo, e possuia a medalha de ouro de comportamento exemplar. O general Montenegro deixou trabalhos apreciaveis sobre as commissões de serviço que desempenhou. Entre outros citaremos os seguintes: *As aguas de Lisboa*, 1893; *Plano de exercicio d'uma brigada mixta*, 1895; *Memoria sobre as aguas de Lisboa*, 1895; *Tables pour calculer les flèches des pontus droites metalliques*, 1897; Na *Revista de Obras Publicas e Minas*, de 1888, pag 306-343 encontram-se outros trabalhos seus d'este genero. *A hygiene das habitações*, 1901; *Bairros operarios* 1903; *O inquerito aos pateos de Lisboa*, 1903; *O inquerito de salubridade das povoações mais importantes de Portugal*, 1903; *Condições de habitação*, 1904; *Saneamento das povoações*, 1905; *O saneamento de Lisboa*, 1906; *A Hygiene urbana em Portugal*, 1906.

Montenegro *(Caetano Pinto de Miranda)*. Official que em 1796 recebeu o governo da capitania de Matto-Grosso, no Brazil, sendo em 1804 transferido para a capitania de Pernambuco, onde governou 13 annos, mas em 1817 portou se cobardemente perante a insurreição republicana que então rebentou, e que elle facilmente poderia ter domado. Mas em vez de usar dos meios poderosos que tinha á sua disposição, capitulou cobardemente, e foi enviado n'uma escuna para o Rio de Janeiro, onde teve um pessimo acolhimento, não sendo nunca mais empregado.

Montenegro *(Manuel Correia)* Natural da provincia do Minho ou de Traz os Montes, havendo duvida sobre o verdadeiro logar do seu nascimento, que uns julgam ter sido Melgaço, outros Chaves, outros Montalegre, e ainda outros Canavezes. Viveu muitos annos em Salamanca, exercendo a profissão de corrector ou revisor typographico. Publicou em Lisboa, no anno de 1620, uma *Historia brevissima de España, desde el principio del mundo hasta nuestros tiempos*, que segundo diz Barbosa Machado (vol. III, pag. 233), era uma folha imperial, propria para se pregar na parede. Fala-se tambem d'uma sua versão, ou edição dos *Lusiadas* commentados, de que não restam vestigios.

Monterroio. Familia, descendente de Fernão Gil Monterroio, a quem D. Affonso V deu as seguintes armas, em Lisboa, no anno de 1450: Em campo de ouro uma aguia vermelha de duas cabeças, armada de prata, posta sobre um crescente verde, em cada cabeça de aguia sua chapeleta de hera, com os troncos de prata; timbre um pescoço de aguia de duas cabeças vermelhas, armadas de ouro, em fugida.

Monterroio Mascarenhas *(José Freire de)*. Escriptor do seculo XVIII, que foi o verdadeiro fundador do jornalismo em Portugal, e um dos mais activos e fecundos publicistas do seu tempo. N. em Lisboa a 22 de março de 1670, fal. em janeiro ou fevereiro de 1760, com perto de 90

annos. Era filho de Manuel Alvares Freire de Mascarenhas e de D. Ursula Maria de Monterroio. Estudou humanidades, philosophia e mathematica, mas o vivo espirito do moço estudante não se contentou com a limitada sciencia das escolas portuguezas do seu tempo, e resolveu ampliar a sua educação e instrucção. Em 1693, tendo 23 annos de edade, emprehendeu uma viagem pela Europa, e durante dez annos percorreu a Hespanha, França, Belgica, Hollanda, Allemanha, Hungria, Italia e Inglaterra, regressando a Portugal em 1703. Durante este tempo começou a revelar as suas tendencias litterarias, imprimindo lá por fóra uma serie de opusculos, ora em portuguez ora em francez. Assim, em 1696 mandou para as *Lettres historiques*, publicadas na Haya por Adriano Moetgens, a *Relation de l'entrée publique de mr. le prince seneschal de Ligne, ambassadeur extraordinaire du roi de Portugal à la cour de Vienne*, e em 1697 publicou tambem na Haya em 2 volumes a *Négotiation de la paix de Ryswick, ou l'on examine les droits, et pretentions des princes alliés sur le roi de France*. Sairam anonymas, tanto esta obra, como a relação antecedente, e foi com o pseudonymo de Antonio Homem Peres Ferreira, que traduziu do francez e publicou em Amsterdam, em 1698, a *Resposta de um gentil homem hespanhol retirado da côrte a um ministro do conselho de estado de Madrid, sobre a successão da Hespanha, por morte d'el-rei Carlos II*. Em 1698 publicou tambem na Haya, mas em portuguez, as *Memorias das negociações da paz de Ryswick*. Em 1704, logo no anno seguinte de ter regressado a Portugal, entrou no exercito como capitão de cavallaria, indo militar no exercito do marquez das Minas, em que fez as campanhas da guerra da successão de Hespanha, desde 1704 até 1710. Voltando a Portugal, e entregue ao remanso da paz, tornou ás suas lucubrações de publicista, imprimindo a *Relação da famosa victoria de Audenarde, alcançada em Londres pelos alliados contra o exercito da França em 11 de julho de 1708*. Pouco tempo depois lembrou se de publicar algumas d'essas *Gazetas* que então se publicavam na Europa, obtendo grande successo. A publicação não era em Portugal completa novidade, porque já em 1641 se haviam começado a publicar as *Gazetas* com as noticias principalmente da guerra, mas essas *Gazetas* eram mensaes, e nem sempre saiam com regularidade. Houve mezes em que se não publicaram, outras em que sairam duas. Seguiram-se a estas *Gazetas* os *Mercurios*, que principiaram em 16?3 e duraram até 1667. Eram tambem mensaes, mas houve alguns mezes em que sairam numeros extraordinarios. Tanto os *Mercurios* como as *Gazetas*, eram exclusivamente destinados ás noticias da guerra, e por isso se póde dizer, que José Freire de Monterroio Mascarenhas foi o verdadeiro fundador do jornalismo em Portugal, porque foi elle que inaugurou as *Gazetas* com o seu caracter de variedade. O primeiro titulo que deu a esse periodico, que logo começou a ser semanal, foi o de *Historia annual chronologica e politica do mundo*. O primeiro numero saiu no sabbado 10 de agosto de 1715, e continuou a sair com regularidade todos os sabbados, mudando logo o titulo para a *Gazeta de Lisboa* (V *Portugal*, vol. III, pag. 714). Em 31 de janeiro de 1760 publicou-se o ultimo numero d'esta *Gazeta*, vulgarmente chamada *Gazeta de Monterroio*. A morte do proprietario foi que deu fim ao jornal. Durante este tempo, Monterroio não se limitava sómente á redação da *Gazeta*, e publicou muitos folhetos avulsos e pequenas publicações com a noticia de todos os successos, mais ou menos importantes, que então excitavam o interesse e a curiosidade do publico. Monterroio foi membro de quasi todas as academias e associações litterarias que no seu tempo floresceram em Portugal, taes como as dos *Unicos*, dos *Canoros*, dos *Generosos*, dos *Anonymos*, dos *Applicados*, da *Scalabitana*, etc. E' enorme a collecção completa de todos os escriptos de Mouterroio Na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. II, pag. 853, vol. IV, pag. 210, assim como no *Diccionario Bibliographico*, de Innocencio da Silva, vol. IV, pag. 344 a 353, e vol. XII, pag. 337, vem uma miuuciosa relação, e tambem dos manuscriptos que deixou. Na Bibliotheca d'Evora, dizem existir 126 cartas autographas, escriptas por Monterroio a Rodrigo Xavier Pereira de Faria, que devem ser um subsidio muito curioso para a historia da sociedade portugueza nos annos de 1741 a 1749, periodo que essas cartas abrangem.

Monterros *(Fr. Antonio de)*. Monge benedictino, D. abbade do mosteiro de Odivellas, prégador regio, examinador synodal, etc. Deixou impressos alguns dos seus sermões, nos annos de 1827, 1828 e 1829. Publicou tambem: *Oração funebre nas exequias da muito alta e poderosa rainha a Senhora D. Maria I, celebradas na egreja do real mosteiro d'Alcobaça em setembro de 1816*, Lisboa, 1828.

Monterroso *(Manuel Mauricio da Costa)*. Medico e caricaturista. N. em Padronello (Amarante) em 1880. Destinado por seu pae á Medicina, frequentou a Escola Medica do Porto, concluindo o curso distinctamente em 1902. Espirito sagaz, temperamento artistico de rara sensibilidade, procurou sempre, ao mesmo tempo que satisfazia as aspirações paternas, dar largo vôo ás suas naturaes predilecções. Assim, sem nunca faltar ás obrigações do seu curso medico, estudou a sós, no seu quarto de academico, os grandes mestres da caricatura, com Bordallo Pinheiro á frente, que sem o saber dava um discipulo de alto valor. Collaborou na *Parodia*, illustrando as gazetilhas de Guedes de Oliveira, e os seus desenhos tiveram largo exito. Bordallo Pinheiro tinha-o em grande conta. Hoje é sub-delegado de saude no Porto, e parece que trocou decididamente a arte pela medicina.

Monterroso Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Gondufe, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Oliveira do Douro, concelho de Sinfães, districto de Vizeu.

Montes *(Fr. Manuel de S. João Baptista)*. Religioso da ordem Terceira de S. Francisco, prégador geral da sua ordem, e prelado do convento de N. S.ª de Jesus, de Lisboa. N. em Santarem a 10 de janeiro de 1760, ignora se a data do fallecimento. Deixou impresso um *Sermão de Santa Barbara, prégado no hospital real de Lisboa no dia 5 de dezembro de 1791*, Lisboa, 1792.

Montes. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Esperança, de Alpedriz, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Sant'Anna da Serra, conc. de Ourique, distr. de Beja. || Santo André, de Campeã,

conc. e distr. de Villa Real. || Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro || S. Christovão de Nogueira, conc. do Sinfães, distr. de Vizeu || S. Miguel, de Jarmello, conc. e distr. da Guarda. || S. João Baptista, de Meiomães, conc. de Rezende, districto de Vizeu. || S. João Baptista, de Pelariga, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Thiago, de Rio de Moinhos, conc. de Borba, distr. de Evora. || N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja. || S. Martinho, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || N. S.ª de Finisterra, de V. N. de Anços, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Nogueira, conc. e distr. de Villa Real. || Sant'Anna, de Pouzada, conc. e distr. da Guarda. || Santa Maria e conc. de Trancoso, do mesmo, distr. || S. João Baptista, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real || N. S.ª da Conceição, de Olalhas, conc. de Thomar, distr. de Santarem. Tem est. postal.

Montes Altos Pov. na freg. de Sant'Anna de Cambas, concelho de Mertola, districto de Beja.

Montes de Baixo. Povoações nas freguezias: Sant'Anna da Serra, conc. de Ourique, distr. de Beja. || Santo Estevão, de Pereira, conc. de Montemór o Velho, distr. de Coimbra. || S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Montes Castelhanos. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Ribeira de Niza, conc. e distr. de Portalegre.

Montes de Cima. Povoações nas freguezias: Santo Antonio, de Alcorrego, conc. de Aviz, distr. de Portalegre. || N. S.ª d'Assumpção, de Meixilhoeira Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || Santo Estevão, de Pereira, concelho de Montemór o Velho, districto de Coimbra.

Montes Cimeiros. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança e conc. do Arronches, distr. de Portalegre.

Montes Claros (*Batalha de*). Foi n'esta aldeia do Alemtejo, no conc. de Extremoz, distr. de Evora, que está situada n'uma vasta planicie, que se deu a grande batalha em 1665, entre portuguezes e castelhanos, proximo do convento de N. S.ª da Luz, chamado vulgarmente *convento de Montes Claros*. Filippe IV de Hespanha e III de Portugal, depois da restauração de 1640, continuou sempre em sortidas e em batalhas, pretendendo reconquistar o reino portuguez que perdera, e achando enfraquecidas as forças militares, mandou pedir auxilio a nações extrangeiras, e de Allemanha vieram 3:000 soldados para cavallaria e 2:000 para infantaria. Das guarnições de Italia e de outros pontos concorreram tambem 10:000 homens. Foi escolhido para general de todo o exercito, D. Luiz de Benavides Carrilho e Toledo, marquez de Carracena e Fromesta, que então era governador em Flandres. O exercito pôz-se em movimento, saindo de Badajoz e percorrendo o Alemtejo: compunha se de 15:000 infantes, 7:600 cavalleiros, 14 peças d'artilharia, 2 morteiros, e grande porção de munições. O general marquez de Carracena vinha acompanhado do estado maior: Diogo Cavalhero, mestre de campo general; D. Diogo Correia, general da cavallaria hespanhola; Alexandre Farnesio, general da cavallaria estrangeira; D. Luiz Ferreira, general d'artilharia. Villa Viçosa foi o local escolhido pelo marquez de Carracena para começo dos seus combates. Aquella praça tinha por unica defeza umas muralhas muito fracas e um castello pouco fortificado, comtudo o valor dos militares, ali aquartelados, estava altamente reconhecido e muito experimentado. Christovão de Brito Pereira era o governador, e tinha ás suas ordens 1:400 soldados de infantaria. Carracena, desejando atacar a praça de Villa Viçosa, antes que pudesse ir de Lisboa algum soccorro, mandou avançar a toda a pressa o seu exercito, formar baterias, e usando de petardos e morteiros multiplicou os assaltos, sem que nada pudesse enfraquecer a constancia e o valor dos portuguezes que se defendiam como leões. Este combate durou assim 8 dias, quando Carracena imaginava ser a conquista d'aquella praça questão d'uma hora. Foi no fim dos 8 dias de lucta que o general recebeu aviso do marquez de Marialva de que no dia seguinte de manhã iria elle proprio procural-o aos quarteis castelhanos. Carracena desprezou o aviso. Marialva estava em Extremoz organisando um exercito com os soccorros que lhe vinham das provincias, e com as guarnições d'algumas praças, que já não corriam perigo de ataque. O exercito constava de 15:000 infantes, 5:500 cavalleiros e 20 peças d'artilharia; general commandante o marquez de Marialva, acompanhado do conde de Schomberg, governador das armas; Diniz de Mello e Castro general de cavallaria; D. Luiz de Menezes, general d'artilharia; conde de S. João, governador das armas em Traz-os-Montes; Pedro Jacques de Magalhães, da provincia da Beira, etc., muitos mais officiaes, sendo a maior parte da principal nobreza do reino. O exercito marchou sobre Villa Viçosa, e chegando a noticia ao general inimigo, este entendeu, que sendo o exercito atacado durante a marcha, a confusão e a desordem que então se estabelecessem, seriam a favor dos hespanhoes. Firmado n'esta idéa, mandou separar a cavallaria da infantaria, e avançar cada força por seu lado, para que assim o exercito portuguez pudesse ser atacado imprevistamente, mas não attendeu a que ficavam sem defeza alguma os quarteis e trincheiras. Como constasse aos portuguezes todos os movimentos do inimigo, o marquez de Marialva mandou parar o seu exercito em Montes Claros, onde os castelhanos se dirigiam para o encontro, e ali se ordenaram com a maior velocidade os esquadrões da vanguarda, e em breve tempo todo o exercito ficou formado em ordem de batalha. Corria o dia 17 de junho de 1665. O marquez de Carracena, chegando a Montes Claros, não esperava vêr aquelle apparato bellico, mas não desanimou. Deu ordem para que toda a cavallaria atacasse o lado direito do exercito portuguez, o que foi effeituado com bastante valentia; deu-se então um renhido combate, que durou 7 horas, em que os hespanhoes por fim já extenuados se confessaram vencidos, fugindo muitos do campo, e até o proprio general Carracena, conhecendo que estava perdida a batalha, se pôz em fuga, refugiando-se em Juromenha, d'onde passou depois a Badajoz. No entretanto, os hespanhoes bateram-se como heroes, e a victoria esteve por vezes inclinada a seu favor. Contaram-se no campo mais de 4:000

castelhanos mortos, emquanto que dos portuguezes sómente succumbiram 700 homens, mas o numero dos feridos excedeu a 2:000. Houve mais de 6:000 prisioneiros, entre os quaes se notaram militares muito distinctos, tanto nas armas, como em nascimento. No campo fôram encontrados os seguintes despojos, abandonados pelo inimigo: 3:500 cavallos; 14 peças d'artilharia; 2 morteiros, grande quantidade de balas, todas as armas de infantaria, 86 bandeiras e 18 estandartes. O marquez de Marialva entrou em seguida victorioso com todo o seu exercito em Villa Viçosa, onde foi recebido com as mais enthusiasticas manifestações No dia 18 de junho, pelas 7 horas da tarde, chegou a Lisboa a noticia da victoria de Montes Claros, e sendo já perto da noite, destinou-se o dia seguinte para a celebração d'um *Te-Deum* e procissão em acção de graças, o que se realisou na propria capella real do paço da Ribeira, e a que assistiu el-rei D. Affonso VI e toda a côrte. Durante muitos dias houve festas e illuminações. A derrota do general Carracena influiu no espirito de Filippe IV, e desanimou completamente o exercito hespanhol. Carracena era um valente militar, a quem os castelhanos chamavam *O Marte hespanhol*, e tinha sido muito feliz nas guerras de Piemonte e de Flandres, onde contava as suas victorias pelas batalhas em que entrara. Ser vencido pelos portuguezes causou a maior sensação em toda a Hespanha, e deu causa a que esta solicitasse um tratado de paz. Acceitas as propostas, foi concluido o tratado em 13 de fevereiro de 1668, sendo o marquez de Marialva um dos plenipotenciarios que o assignaram. Passado pouco tempo o governo de Lisboa mandou erguer, no logar onde se deu a batalha, um padrão de marmore, destinado a perpetuar a memoria d'este feito glorioso das armas portuguezas.

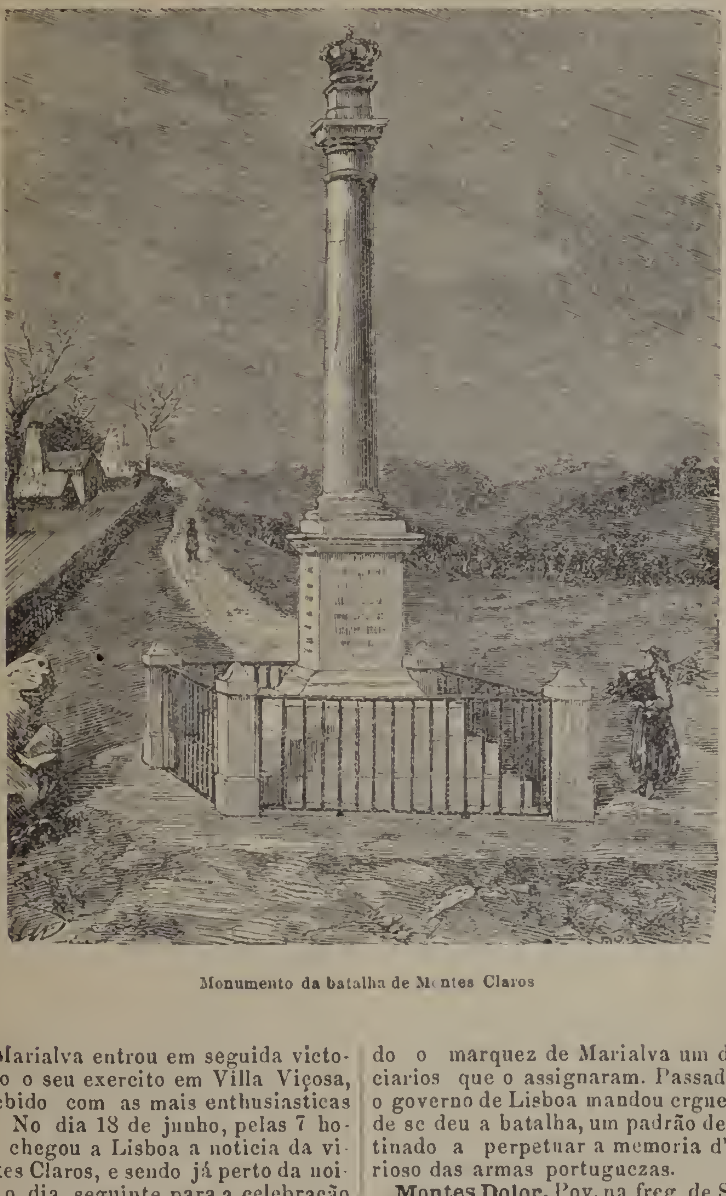

Monumento da batalha de Montes Claros

Montes Dolor. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Galveias, conc. de Ponte do Sôr, distr. de Portalegre.

Montes das Figueiras. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Querença, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Montes Gallegos. Pov. na freg. de N. S.ª da

Alva e concelho de Aljezur, districto de Faro.

Montes Grandes. Pov. na freguezia de N. S.ª da Conceição e concelho de Silves, distr. de Faro.

Montes Juntos. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Capellins, conc. de Alandroal, distr. de Evora.

Montes Novos. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição e conc. de Castro Verde, distr. de Beja. || Santa Catharina, de Quintos, conc. e distr. de Beja. || S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Montes de Piedade. V. *Celleiros communs.*

Montes Raposos. Pov. na freguezia do Espirito Santo, de Pera, conc. de Silves, districto de Faro.

Montes Velhos. Povoações nas freguezias: S. João Baptista de Negrilhos, conc. de Aljustrel, distr. de Beja. || S. Theotonio, conc. de Odemira, do mesmo distr. || S. Thiago Maior, conc. de Alandroal, distr. de Evora.

Montes da Villa. Pov. na freg. de Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Montes dos Zorros. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Montesella. Pov. na freg. de Santa Maria, de Eja, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Montesello. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Louzado, conc. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga. || S. Miguel, de Bairros, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Fanzeres, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Santa Maria, de Melres, do mesmo conc. e distr. || Santa Maria, de Fregosa, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago, de Priscos, conc. e distr. de Braga.

Montesellos. Pov. na freguezia de Santa Maria, de Borbella, concelho e districto de Villa Real.

Monteserros. Pov. na freg. de Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Montesinho. Pov. na freg de S. Lourenço, de França, conc. e distr. de Bragança.

Montesinhos. Povoações nas freguezias: S Miguel, de Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Thiago, de Coelhosa, conc. e distr. de Bragança.

Montesouros. Pov. na freguezia Santo André e concelho de Mafra, distr. de Lisboa.

Monteverde *(Emilio Achilles).* Do conselho da rainha D. Maria II e dos reis D. Pedro V e D. Luiz I; commendador das ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição; cavalleiro da da Torre e Espada; gran cruz das ordens de Santo Estanislau da Russia, de Izabel a Catholica e de Carlos III de Hespanha; commendador das ordens da Legião de Honra de França, dos Guelfos de Hanover, do Danebrog de Dinamarca, de Francisco José da Austria, da Aguia Vermelha da Prussia, de Leopoldo da Belgica, da Rosa do Brazil, de S. Mauricio e S. Lazaro de Italia, de S. Salvador, da Grecia e Nichan da Turquia; enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, secretario geral e director dos negocios politicos do ministerio dos negocios estrangeiros, capitão dos extinctos batalhões nacionaes; escriptor, etc. N. em Lisboa a 9 de junho de 1803, onde tambem fal. a 17 de janeiro de 1881. Era filho de Francisco Nicolau Monteverde, e de sua mulher, D. Felizarda Joaquina dos Reis. Começou em Lisboa a cursar estudos regulares, e indo completar a sua educação litteraria em Bordéos, entrou muito novo no serviço publico, sendo nomeado a 21 d'abril de 1821 addido á legação portugueza de Madrid, onde serviu perto de dois annos. Incluido no quadro da secretaria dos negocios estrangeiros como amanuense de 2.ª classe, em 19 de julho de 1822, ahi passou quasi toda a sua vida de funccionario do estado, sendo promovido a amanuense de 1.ª classe no 1.º de março de 1824, elevado a official ordinario no 1.º de janeiro de 1834, escolhido para chefe da 1.ª repartição em 12 de junho de 1837, e despachado official-maior em 19 de março de 1850 passou a secretario geral d'essa secretaria d'estado em 30 de agosto de 1852, e a esse cargo juntou o de chefe da direcção politica por decreto de 21 de dezembro de 1869. Além do serviço que lhe competia no desempenho d'esses cargos, Emilio Monteverde deixou o seu nome assignalado em varias commissões para que foi escolhido pelos governos, sendo uma das mais importantes a de que foi incumbido em 1846 pelo ministro conde de Castro, para liquidar a quantia que a Hespanha nos devia pelo auxilio da divisão que foi operar contra D. Carlos, segundo a convenção celebrada em 24 de setembro de 1834. Era a commissão ardua e espinhosa, mas com tanto ardor e desvelo executaram os nomeados as necessarias pesquizas e indagações, que dentro em pouco apuraram um saldo a nosso favor de mais de dois milhões de cruzados, de que o thesouro portuguez foi embolsado Em recompensa de tão provado zelo pela fazenda nacional recebeu Monteverde o titulo de conselheiro, por decreto de 18 de fevereiro de 1850, e embora lhe ornassem o peito muitas e illustres condecorações que lhe offereceram differentes governos estrangeiros, que apreciavam devidamente o seu elevado merito, nunca elle solicitou ou se deslumbrou com essas distincções, antes pelo contrario, contentando-se com a satisfação intima de bem cumprir os seus deveres, recusou obstinadamente um titulo de nobreza com que desejaram agracial-o os ministros Rodrigo da Fonseca Magalhães, o visconde de Athouguia e o marquez de Sá da Bandeira. Monteverde foi capitão graduado do batalhão dos empregados publicos de Lisboa desde 13 de outubro de 1846 até 24 de dezembro de 1850, e sendo promovido a major graduado serviu n'esse posto até 23 de dezembro de 1851, em que se dissolveu aquelle batalhão. Como escriptor distinguiu-se muito escrevendo livros faceis, comprehensiveis, ao alcance das intelligencias que começam a desenvolver-se. O seu nome ficou gravado indelevelmente nos annaes da instrucção popular. «A escola deve lhe muito dos alumnos que a cursaram (diz o visconde de Benalcanfor n'um artigo publicado no *Occidente*, 1881, 4.º volume, pag. 29), por este lado, o conselheiro Emilio Achilles Monteverde irradia um intenso fulgor, que ha de illuminar para sempre a sua honrada memoria. Toda uma geração recebeu, na escola primaria, as noções da leitura e da escripta ministradas por um livro de Emilio de Monteverde, o *Manual encyclopedico*. Querem lêr o que d'este livro disse em 1866 uma autoridade em pedagogia, o sr. Nathalis Rondot, delegado da cidade de Paris para a inspecção das escolas

primarias? Entre outras phrases escreve esta, que citarei:—A sua obra (escreve elle ao conselheiro Monteverde em 23 de janeiro d'aquelle anno) que eu mostrei a muitos dos meus collegas, pareceu a todos muito felizmente concebida, e dever servir de modelo para um livro destinado ás mesmas escolas em França.» Emilio Monteverde casou em 22 de junho de 1825 com D. Carlota Maria d'Almeida Brandão e Sousa, filha do Francisco d'Almeida Brandão e Sousa, monteiro-mór em Mortagoa, commerciante em Lisboa, e de sua mulher, D. Maria Thereza Brandão. Bibliographia: *Collecção de phrases e dialogos familiares uteis aos portuguezes, francezes e inglezes, ou exercicios para a conversação*, Lisboa, 1829; teve mais edições, sendo uma em 1842, outra em 1850, etc.; *Grammatica da lingua franceza, ou methodo para se aprender com muita facilidade a falar e escrever o idioma francez por meio do portuguez*, etc., Lisboa, 1827; *Grammatica franceza, theorica e pratica, ou methodo inteiramente novo em Portugal, para se aprender com muita brevidade e perfeição a falar e escrever o idioma francez por meio do portuguez*, Lisboa, 1831; *segunda edição augmentada*, 1838; 3.ª 1844, e 4.ª em 1857, sendo todas as tiragens importantissimas; *Collecção de anecdotas modernissimas e engraçadas, e de factos historicos; seguidos de maximas, sentenças e pensamentos moraes, extrahidos dos melhores autores*, Lisboa, 1831; *Alphabeto encyclopedico, ou noções sobre as artes, sciencias e historia natural, ao alcance da mocidade*, traduzido do francez, Lisboa, 1833; com estampas; *Elementos da grammatica portugueza, desenvolvidos com a maior clareza possivel para uso das aulas*, Lisboa, 1833; *O Recreio, jornal das familias*, Lisboa, 1835 a 1842, 8 tomos com estampas; foi a primeira publicação no seu genero que appareceu em Portugal, depois da restauração do governo constitucional em 1833; *Resumo da Historia de Portugal para uso das creanças que frequentam as escolas*, Lisboa, 1837, reimpresso em 1839 e em 1844, com tiragem muito importante; *Methodo facilimo para aprender a lêr, tanto a letra redonda como a manuscripta, no mais curto espaço de tempo possivel*, Lisboa, 1836; reimpresso successivamente com grandes tiragens, em 1837, 1841, 1845 e 1851, e depois em 1856, 1863 o 1866; *Manual encyclopedico para uso das escolas de instrucção primaria*, Lisboa, 1837; reimpresso em 1838, 1840, 1843, 1850, 1855, 1865 e 1870; tambem de enormes tiragens; *Mimo á infancia, ou Manual da historia sagrada, para uso dos que frequentam as aulas, tanto em Portugal como no Brazil; ornado de cem lindas estampas*; fez-se 2.ª edição em 1865, não sabemos a data da 1.ª; *Descripção das Armas das Familias de Portugal e da sua descendencia;* sairam apenas d'esta publicação, começada em 1841, e depois interrompida, dois trechos de numeração diversa, e sem rosto, contendo cada um 20 pag. em 4.º pequeno, acompanhadas de 5 estampas lithographadas, que conteem 45 escudos ou brazões d'armas de familias, começando em *Abarca* e terminando em *Antunes*; *Passatempo divertido, ou collecção de anecdotas instructivas e engraçadas, seguidas de maximas, sentenças e pensamentos moraes*, Lisboa, 1830.

Monteverde Junior *(Emilio Achilles)*. Inspector superior da alfandega. N. a 2 d'abril de 1837, sendo filho de Emilio Achilles Monteverde e de sua mulher D. Carlota Maria d'Almeida Brandão e Sousa Monteverde. Casou em 10 de fevereiro de 1877 com sua prima, D. Emilia Carlota Paes. O sr. Emilio Achilles Monteverde Junior tem sido um verdadeiro benemerito, de quem se contam muitos actos de coragem e de heroicidade. Em 1857 foi condecorado com o habito de Santo Estanislau da Russia, pelos relevantes serviços prestados, com perigo de vida, a grande numero de officiaes e marinheiros d'aquella nação, gravemente feridos n'um incendio da rua dos Retrozeiros, defronte da egreja da Conceição Nova, em 29 de junho d'aquelle anno. Pouco depois a camara municipal de Lisboa conferiu-lhe a medalha especial da *Febre amarella*, pelos arriscados, perseverantes e humanitarios serviços que prestou, acudindo e valendo a muitos doentes d'esse terrivel flagello, que n'esse anno assolou a capital. No dia 17 de setembro de 1860, estando gravemente enfermo na sua casa de Dáfundo, ouvindo dizer que se virara ali perto uma fragata no rio Tejo, saltou da cama, vestiu se ligeiro, correu a embarcar no seu bote com alguns homens, e á força de remos dirigiu-se ao local do sinistro, onde conseguiu com insano trabalho, por se haver transformado o rio em mar embravecido, salvar os pobres tripulantes. Por haver livrado da morte um tripulante da escuna neerlandeza *Hurika*, naufragada no dia 20 de novembro de 1861, em frente do arsenal do exercito, foi condecorado pelo governo hollandez com a medalha de prata especial para premiar taes serviços. Na noite de 26 d'aquelle mez e anno, um violento incendio reduziu quasi inteiramente a cinzas a galera americana *Corinthian*, que estava fundeada em frente da Junqueira. Emilio Monteverde, com grave risco de vida e auxiliado por um marinheiro do vapor de guerra *Mindello*, e por um remador da alfandega, conseguiu salvar um marinheiro que estava quasi asphyxiado. Por este e por outros serviços importantes prestados n'essa noite, foi Monteverde elogiado pelo inspector do arsenal da marinha, Francisco Antonio Cardoso, que deu ao director da alfandega conhecimento official do facto. Em attenção a estes e a outros actos de incontestavel valor foi agraciado com a medalha de prata, creada por D. Maria II para premiar o merito, philantropia e generosidade, tendo o respectivo diploma a data de 21 de fevereiro de 1862. Na noite de 12 de maio de 1863, no incendio que se manifestou nos armazens da viuva Carruthers e de Braga e C.ª, na rua dos Capellistas, estando em imminente perigo todos os inquilinos do predio, foram tantos e tão assignalados os temerarios esforços do Monteverde, por essa occasião, que de um documento da autoridade administrativa consta, que o *seu procedimento fôra nobre, assim como a sua abnegação e coragem sem limites*. No fogo que n'esse mesmo anno de 1863 destruiu os edificios da camara municipal, Banco de Portugal, e varios predios, dirigiu o pessoal das machinas de extincção de incendios da Alfandega Grande, nas condições mais arriscadas, conseguindo que o fogo não penetrasse na casa forte do Banco de Portugal. Na madrugada do dia 11 de agosto de 1868, em que arderam os armazens da alfandega do Jardim do Tabaco, ia sendo victima da sua dedicação, porque estando a trabalhar com uma

agulheta no terraço dos armazens, deu-se de subito a explosão de grande numero de cascos de aguardente n'um deposito fronteiro, chegando as chammas a envolvel o. Monteverde não perdeu o animo e para escapar á morte saltou do terraço cuja altura era superior á dos mais altos primeiros andares, para a rua, e poucos minutos depois voltava a trabalhar no sitio mais arriscado. Em 7 de junho de 1869 foi-lhe concedida a medalha de prata de Salvatori, de Napoles, como premio de varios serviços humanitarios A 9 de junho de 1871 foi tambem agraciado com o grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada, *como testemunho de apreço pelos valiosos serviços que tem prestado em varios sinistros, dando sobejas provas de grande coragem e abnegação.* Nos incendios na noite de 20 de janeiro de 1871, na rua do Corpo Santo, no de 13 de junho de 187?, do predio da esquina da rua dos Capellistas para a rua da Prata, e em muitos outros, o benemerito e corajoso Emilio Monteverde não deixou de comparecer praticando actos heroicos. No dia 16 de junho de 1875, conseguiu evitar a perda total do brigue inglez *Alexandre*, que, sendo impellido por um grande estoque d'agua e não obedecendo ao leme, foi encalhar entre os rochedos de Banatica. Tomou a exclusiva direcção dos trabalhos de salvamento, e á uma hora da noite, no fim de nove horas de violenta faina, era aquelle navio rebocado para o norte do Tejo, sem avaria e sem haver a lamentar desastre algum pessoal. Na noite de 8 de junho de 1881, com o auxilio de algumas pessoas que estavam no Lazareto, pôde evitar a morte de dois fragateiros, a perda da fragata por elles tripulada, e a da carga pertencente á casa Netto & Vaz. Este bom serviço mereceu-lhe ser louvado pelo ministro da fazenda, em documento registado na secretaria da alfandega. Pelas 6 horas da tarde de 28 de agosto de 1882, viu Emilio Monteverde, do Lazareto, um bote impellido pela força da corrente, e cujos tripulantes pediam soccorro. Proximo ao Portinho fôram soccorridos por tres catraeiros e pelo cabo do mar, de Porto Brandão, os quaes iam perdendo a vida, porque o bote quasi cheio d'agua, e não obedecendo ao leme, em poucos minutos estava encostado aos rochedos, onde o mar enfurecido rebentava com espantosa violencia. Monteverde partiu do Lazareto ao leme d'uma canôa muito veleira, acompanhado unicamente por dois tripulantes, e passando o mais proximo possivel do bote, mandou atirar para lá um cabo, e sem perder o seguimento, deu-lhe reboque para o Porto Brandão. A' passagem em frente do Lazareto, e ao chegar á doca, fizeram a Monteverde uma ruidosa ovação. A imprensa periodica tambem registou este facto, como tendo sido mais uma prova inequivoca da coragem e dedicação do arrojado benemerito. Na noite de 18 de fevereiro de 1884 trabalhou com a maior abnegação, e dirigiu o pessoal, de que pôde dispôr no Lazareto, para serem salvas tres fragateiros, a respectiva fragata, e a carga, que se compunha de 100 barricas de cimento para as obras do mesmo Lazareto. Por este serviço, que se fez com grande perigo e á custa de muito trabalho, recebeu Monteverde dois honrosissimos officios de louvor e agradecimento, sendo um da direcção das obras publicas do districto de Lisboa, e o outro do chefe da secção das obras do Lazareto. Em 20 de agosto de 1886, pelas 5 horas da tarde, manifestou-se em Cacilhas um furioso incendio, que alimentado por uma nortada rijissima, ameaçava destruir toda a povoação. Compareceram logo grandes contigentes d'uma esquadra italiana, então surta no Tejo, dos navios portuguezes e americanos e da alfandega. Não estando presentes a autoridade administrativa, nem o pessoal de incendios, Emilio Monteverde tomou a grande responsabilidade de assumir a direcção dos trabalhos de extincção, e feito o seu plano de ataque, tão acertadamente procedeu que, no fim d'uma hora de labutação violentissima, em que nacionaes e estrangeiros porfiavam em rasgos de heroismo e valentia, estava o fogo dominado e livre de perigo muitos predios, que no principio se julgavam perdidos. Jayme Arthur da Costa Pinto, então deputado, presenciou o relevante serviço prestado por Monteverde, e foi immediatamente communicar o occorrido ao ministro da fazenda. E' honrosissimo o documento registado na alfandega, no qual o citado ministro manda louvar Monteverde por mais este feito glorioso. Muitos outros feitos arrojados, benemeritos e humanitarios se poderiam narrar de Emilio Monteverde Junior, que tem sido incançavel, apenas sabe que ha perigo e pessoas a salvar, em correr em seu auxilio. Em 1881 varios jornaes, entre elles o *Diario Illustrado*, *Jornal da Noite*, *Clamor d'Almada*, *Correio da Europa*, *Bombeiro portuguez*, do Porto, publicaram alguns dos principaes factos conhecidos até essa data, tecendo os mais justos elogios. Em 1892 organisou se o *Club Naval de Lisboa* com um grandioso numero de socios dos mais distinctos amadores do *sport* nautico, e Emilio Monteverde foi eleito por unanimidade vice-presidente da assembléa geral e membro do conselho technico.

Montez Matoso *(P. Luiz).* Religioso da ordem Terceira de S. Francisco, e depois da ordem militar de Malta. N. em Santarem a 17 de fevereiro de 1701, onde tambem fal. a 6 de outubro de 1750. Era filho de Manuel Montez e de Marianna Matoso. Aprendeu os primeiros rudimentos no collegio dos padres jesuitas de Santarem, d'onde passou em 1715 á Universidade. de Coimbra, para estudar jurisprudencia pontificia, cuja faculdade não proseguiu, por entrar na ordem de S. Francisco, professando no convento de S. João da Pesqueira a 14 de agosto de 1720, tomando o nome de fr. Luiz d'Assumpção. Mais tarde, impellido de causas urgentes, passou em 1737, por um breve de Clemente XII, para a ordem militar de S. João de Malta, onde foi admittido por um breve de Benedicto XIV, depois do anno de 1741. Com infatigavel trabalho e zelo se dedicou ao estudo de investigação dos archivos e cartorios da sua patria, conseguindo obter noticias até então desconhecidas, com que pôde formar a *Historia de Santarem*, que ficou inedita; concorrendo muito tambem a facilidade com que lia toda a especie de caracteres antigos. Era muito versado na historia sagrada e profana, assim como em genealogia. Para a sua biographia veja se o *Panorama*, de 4 de maio de 1844. Bibliographia. *Historia do Senhor roubado de Odivellas; novo descobrimento do logar onde foi escondido, e exaltação do padrão que em memoria do sacrilego roubo se collocou no mesmo logar; com uma breve noticia dos roubos e desacatos feitos*

ao Santissimo Sacramento n'este reino Portugal, Lisboa, 1745; *Relação do horroroso estrago e ruina succedido no mosteiro das religiosas de S. Domingos de Santarem*, Lisboa, 1742; saiu sem nome do autor; *Noticia da fonte das Almas situada no termo da villa de Santarem*, Lisboa, 1748. Deixeu muitas obras manuscriptas relativas á historia do reino em geral, cujos titulos se pódem vêr na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. III, pag. 120.

Montido. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || O Salvador, de Perosinho, do mesmo conc. e distr. || S. Pedro, de Vallongo, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Montijo. Pov. na freg. de S. Domingos de Rana, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa. || Rio, que nasce a 5 k. do O de Palmella, passa sob a ponte da linha ferrea do Sueste, e vae desaguar na grande enseada que o Tejo fórma ao S de Aldeia Gallega, com 20 k. de curso.

Montijo *(Batalha de).* O grito de revolta, levantado em Lisboa pelos conjurados na manhã do 1.º de dezembro de 1640, foi promptamente repetido em todas as terras do reino, e todas as cidades, villas e aldeias, acceitaram alegres para seu soberano o duque de Bragança D. João IV. Para se considerar extincto no paiz o dominio castelhano não bastavam, porém, as acclamações unanimes e enthusiasticas do povo em volta do throno do novo rei, era indispensavel que se formasse um exercito que se oppuzesse ás hostes de Filippe III, e os 60 annos de captiveiro tinham quasi annullado todos os elementos militares. Se o conde-duque de Olivares, logo depois da revolução de 1640, tivesse mandado contra Portugal um exercito importante, talvez sem difficuldade conseguisse reunir outra vez a corôa de Portugal á de Castella, mas entendeu que devia concentrar as suas forças contra a Catalunha e sustentar na fronteira portugueza apenas uma guerra de escaramuças. Era exactamente o que os portuguezes precisavam. Essas escaramuças serviram para encher de coragem e denodo os nossos soldados pouco disciplinados e aguerridos, e permittiram a Mathias d'Albuquerque corrigir os defeitos das nossas forças que, n'um combate a sério, não podiam deixar de contribuir para a victoria do inimigo. Mathias d'Albuquerque, com um exercito que pôde organis r, fez uma entrada na Extremadura hespanhola com 6:000 homens de infantaria, 1:100 de cavallaria e 6 canhões. Não podendo, comtudo, emprehender cousa alguma de importancia, retirou para o Alemtejo, depois de haver tomado a insignificante povoação de Montijo, quando o general hespanhol, marquez de Torrecusa, entendeu que devia punir a audacia do adversario, e enviou contra elle um exercito de 6:000 homens de infantaria e 2:500 de cavallaria commandado pelo barão de Mollingen. Marchava o exercito hespanhol n'uma só linha em fórma de semi-circulo, sem reserva, querendo envolver com a extensa frente o nosso exercito que julgava seria facilmente vencido, e os portuguezes retiravam para Portugal dispostos a fazerem frente ao inimigo, logo que elle apparecesse. Iam na vanguarda as bagagens para ficarem na retaguarda, logo que o exercito fizesse meia volta; a infantaria, dividida em 10 corpos, marchava em duas linhas e levava nos flancos 11 esquadrões de cavallaria. A's 9 horas da manhã do dia 26 de maio de 1644 chegaram os hespanhoes á vista do exercito portuguez, que marchava pelos campos de Montijo, e Mathias d'Albuquerque, apenas divisou o inimigo, fez alto e meia volta, e esperou o ataque do barão de Mollingen na ordem de marcha que seguia, tomando apenas a precaução de cobrir com os carros a direita e a retaguarda do exercito, ficando descoberto o flanco esquerdo, ou porque os hespanhoes não deram tempo a Mathias de Albuquerque para completar a formatura, ou porque os carros não chegavam para tanto. Apenas a cavallaria dos contrarios se precipitou sobre o flanco esquerdo dos nossos, os esquadrões que estavam ali formados, fugiram vergonhosamente, e com tal precipitação que destroçaram elles proprios completamente dois terços da nossa infantaria, rompendo-lhes o centro para fugirem mais depressa. Debalde Gaspar Pinto Pestana procurou recordar-lhes o sentimento do dever; elles a nada attenderam e fugiram sem dar um tiro. Os castelhanos, levados do desprezo que tinham pela disciplina portugueza e vendo tão facil a victoria, proseguiram-n'a, acabando de romper os nossos terços e tomando a artilharia que não pôde disparar um tiro, porque a sua pouca mobilidade n'essa epoca lhe não permittia dispensar a protecção das outras armas, ao passo que as boccas de fogo postadas no flanco direito, vendo a batalha perdida, nem esperaram o ataque do inimigo e fugiram desesperadamente. Estava a batalha vergonhosamente perdida, e Mathias d'Albuquerque estupefacto via fugir-lhe das mãos a victoria, sem nem sequer ter combatido, e debalde procurava suster os terços que se iam dissolvendo feridos pelo contagio do terror, expondo a vida aos maiores riscos a ponto de ser encontrado por um dos officiaes do seu exercito já a pé e rodeado de inimigos no meio do campo da batalha. Passado o primeiro instante de desalento, o bravo general reagindo conteve o desespero, e chamando a si todos os recursos do seu animo inflexivel e intrepido buscou o modo de reparar tamanho desastre. Percebendo n'um lance d'olhos o erro crasso commettido pelos hespanhoes de não trazerem reserva, decidiu aproveital-o, e auxiliado por D. João da Costa, correu o campo de batalha, reuniu quantos elementos encontrou capazes de serem nucleo de uma reconstrucção do exercito, e alliciando quasi um a um os soldados formou novos batalhões, compostos de soldados de todos os terços, e precipitou-se com elles sobre os hespanhoes que andavam dispersos saqueando as bagagens, despojando os mortos e perseguindo os fugitivos. Caindo assim de subito no meio dos hespanhoes surprehendidos, retomou as peças perdidas, D. João da Costa immediatamente as collocou em bateria no sitio mais proprio metralhando sem piedade os inimigos á queima roupa, impedindo-os de se reformarem, e o barão de de Mollingen que não tinha reserva nem tropas frescas para oppôr a esta aggressão, foi obrigado a buscar a salvação na fuga só parando na margem opposta do Guadiana, onde pôde apurar 9 dos 34 esquadrões de cavallaria que trouxera á batalha, e 3 dos seus 9 terços de infantaria. N'este meio tempo a cavallaria, cuja cobardia tivera a batalha perdida, ouvia com espanto nos bosques do Xevora, onde se refugiara, o estrondo

dos canhões e da fusilaria, o alguns officiaes quizeram aventurar se a ir colher noticias, mas julgando impossivel o milagre que Mathias d'Albuquerque realisara, entenderam que esse estrondo era de salvas com que os hespanhoes festejavam a victoria. Esta irresolução fez com que Mathias d'Albuquerque, por falta de cavallaria, não pudesse transformar em formidavel derrota a fuga dos hespanhoes, e tivesse de se contentar em acampar no local da acção, o deixar o barão de Mollingen juntar como lhe foi possivel as reliquias do seu destroçado exercito. O effeito moral da victoria do Montijo é que foi immenso, e não se póde imaginar o enthusiasmo com que foi acolhida a noticia em Lisboa, o espanto das côrtes estrangeiras e a profunda humilhação do governo de Madrid. D. João IV não quiz ser ingrato para o general a quem devia verdadeiramente a consolidação da corôa, e outorgou-lhe logo o titulo de conde de Alegrete. A recompensa era bem merecida porque os soldados tinham perdido a victoria e o general ganhou-a. V. este titulo, *Portugal*, vol. I, pag. 182.

Montijos. Pov. na freguezia de N. S.ª da Piedade, de Monte Redondo, concelho e distr. de Leiria.

Montilhão. Pov. na freg. do Salvador, de Joanne, conc. de V. N. de Famalicão, districto de Braga.

Montim. Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu, de S. Gens, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Martinho, de Quinchães, do mesmo conc. e distr. Tem correio com serviço de posta rural.

Montinchol. Pov. na freg. do Salvador, de Real, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Montinhal. Pov. na freguezia de S. Geus, de Palla, concelho de Mortagua, districto de Vizeu.

Montinho. Povoações nas freguezias: Santo Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja. || N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Miguel, de Aureade, conc. de Rezende, distr. do Vizeu. || O Salvador, de Aramenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre. || S. João Baptista, de Areias de Villar, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Brito, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Miguel, de Cabreiros, conc. e distr. de Braga. || Santa Comba, de Crujães, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Costa, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || Santo Antonio, de Covões, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || Santa Eulalia, de Crespos, conc. e distr. de Braga || S. Miguel, de Cunha, do mesmo conc. e distr. || S. Pedro, conc. e distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição, de Febres, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Ferreira do Alemtejo, distr. de Beja. || S. João Baptista, de Figueiredo, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || S. Thiago, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto || S. João, de Fontoura, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Pelagio, de Fornos, conc. do Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Fratel, conc. de Villa Velha de Rodam, distr. de Castello Branco. || S. Salvador, de Ganfei, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Julião, conc. e distr. de Portalegre. || S. Julião, do Lage, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Miguel, de Alagôa, conc. e distr. de Portalegre. || Santa Clara, de Louredo, conc. e distr. de Beja. || Santa Eulalia, de Margaride, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro. || N. S.ª da Esperança, de Paderne, conc. de Albufeira, do mesmo distr. || O Salvador, de Pinheiro, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença a-Nova, distr. de Castello Branco. || Santa Catharina, de Quintos, conc. e distr. de Beja. || S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, do Rebordões, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Comba, de Regilde, conc. de Felgueiras do mesmo distr. || S. Gregorio, de Reguengo, conc. e distr. de Portalegre. || S. Pedro, de Seixas, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Santa Sophia, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || O Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto. || O Salvador, de Unhão, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || S. Martinho, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga || N. S.ª da Graça, de Envendos, conc. de Mação, distr. de Santarem. || N. S.ª da Oliveira, de Canha, conc. de Aldeia Gallega do Ribatejo, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Vaqueiros, conc. de Alcoutim, distr. de Faro. || N. S.ª da Encarnação, de Vidigão, conc. de Arraiollos, distr. de Evora. || S. Luiz, conc. de Odemira, distr. de Beja. || S. Sebastião, de Granja, conc. de Penedono, distr. de Vizeu.

Montinho de Cavalleiros. Pov. na freg. de S. Sebastião dos Carros, conc. de Mertola, distr. de Beja.

Montinho de Corte Serranos. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Martim Longo, conc. de Alcoutim, distr. de Faro.

Montinho do Rio. Pov. na freguezia do Salvador e concelho de Alcoutim, districto de Faro.

Montinho da Serra. Pov. na freguezia de S. Lourenço e concelho d'Elvas, distr. de Portalegre.

Montinhos. Povoações nas freguezias: Santo Antonio, de Alcorrego, conc. de Aviz, distr. de Portalegre. || Santa Clara-a-Velha, conc. de Odemira, distr. de Beja. || N. S.ª da Luz, de Luz, conc. de Lagos, distr. de Faro. || S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja. || N. S.ª d'Assumpção, de Montoito, conc. de Redondo, distr. de Evora. || N. S.ª da Graça, de Padrões, conc. de Almodovar, distr. de Beja. || N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, do mesmo districto.

Montinhosa. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Oleiros, districto de Castello Branco.

Montinhoso. Povoações nas freguezias: N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, do mesmo districto.

Montira. Pequeno rio do distr. de Mossamedes, na prov. de Angola, Africa Occidental. N. na serra de Munda, e depois do juntar-se a outros rios lança-se no Cacolovar.

Montirás *(Casaes de)*. Na freg. de Santa Maria, de Cazevel, concelho e districto de Sanrem.

Montoiro. Povoações nas freguezias: Santo Antonio, de Covões, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || O Salvador e conc. de Miranda do Corvo, do mesmo distr. || S. Martinho, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro

Montoito. Villa e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Redondo, distr. e arceb. de Evora; 321 fog. e 1:312 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A villa dista 16 k. da séde do conc. e está situada entre duas ribeiras. A pov. é muito antiga, mas não consta que tivesse foral velho. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 25 de outubro de 1517. O seu territorio é muito fertil em todos os generos agricolas, cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus montes ha muita caça. Foi couto com justiça propria, mas vinha um escrivão de Monsaraz fazer as audiencias. A camara era composta de dois vereadores e do juiz ordinario, que era *o vereador mais velho e juiz pela ordenação*. Foi commenda da ordem de Aviz, o a Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha 90$000 réis de congrua (parte paga em cereaes), e o pé d'altar. A villa pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. Por decreto de 12 de julho de 1895 foi annexada ao conc. de Reguengos de Monsaraz, e voltou para o de Redondo por decreto de 13 de janeiro de 1898. Na herdade da Gram, junto a Montoito, vê-se uma notavel construcção apalaçada e fortificada, chamada o *Castello Real de Montoito*, cuja origem remotissima se desconhece. Julgar-se-ia fundação dos templarios, se a sua architectura não indicasse menor antiguidade. Comparando o com outros dos fins do seculo XV e principios do XVI, como o palacio da *Sempre Noiva* e o da *Camoeira*, em termo da cidade de Evora, parece que deve ser construcção do ultimo quartel do seculo XV, ou do primeiro do XVI. Não se sabe, porque se chama *Castello Real*, pois esta denominação não parece verdadeira, porque cons trucções d'esta hierarchia costumam ter as armas de Portugal embebidas n'um ponto ou n'outro dos pannos dos seus muros, torres ou porta de entrada, ou quando não, uma inscripção descriptiva. Nada ali existe, que possa indicar a fundação e senhorio antigo. No reinado d'el-rei D. Diniz comprou a condessa D. Leonor certa fazenda em Montoito a Paio Miguel, de que existe carta na Torre do Tombo, como tambem outra da compra d'um quinhão no mesmo logar. Egualmente se conhece a carta de escambo dos bens que o conde D. Pedro tinha em Montoito pelos que a ordem de S. João de Malta tinha em Eixo. Em 1289 da era christã, D. Leonor Affonso, filha bastarda de D. Affonso III, viuva do conde D. Gonçalo, doou á ordem de Malta duas partes da villa de Montoito, que comprára aos filhos de Pedreanes, reposteiro d'este monarcha. O Castello Real pertence hoje ao sr. José de Barahona Fragoso e Mira. E' a mais notavel antiguidade que existe nos arredores de Evora. O castello é quadrado, tendo talvez 40 m. por banda, com uma porta ogival, que olha ao nascente; á esquerda de quem entra uma torre, incompleta, e á direita outra, completa, d'uns 30 m. d'altura, a que se sóbe por uma escada caracoleada vasia de nó. A torre e as muralhas são ameadas. Opposta á torre da frente ha uma entrada forte de tres ou mais portas ogivaes. Entre a torre da frente e esta entrada devia ter sido a parte habitada do possuidor primitivo; caiu, e só deixou no panno do norte as janellas que teve, e em baixo os alicerces. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Vinhaes, distr. e bisp. de Bragança; 109 fog. e 403 hab. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada ao N da serra de Corôa, proximo da raia hespanhola. O papa e o bispo apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimonto. A pov. é fertil e cria muito gado de toda a qualidade Nos seus montes ha abundancia de caça grossa e miuda. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. na freg. do Espirito Santo, concelho de Mertola, districto de Beja.

Montorro. Pov. na freg. de S. Martinho, de Monsul, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Montouto. V. *Montoito*.

Montrestido. V. *Mentrestido*.

Monvides. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco.

Monxedo. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Sobrado de Paiva, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Monxorro. Pov. na freg. de S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Mopêa. Vastos territorios da Baixa Zambezia, na prov. do Moçambique, Africa Oriental. São explorados pela Companhia dos Assucares de Moçambique, que tem n'elles grandes plantações de canna saccharina.

Moque ou **Alfitra**. V. *Alfitra*.

Mór. Antigo nome feminino; o mesmo que *Mayor*.

Móra. Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc., com. de Montemór-o-Novo, distr. e arceb. de Evora, Relação de Lisboa. Está situada junto da margem esquerda da ribeira Raia e na direita da do Divor. Tem uma só freg., N. S.ª da Graça. O tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o prior, que tinha diversos generos e 10$000 réis em dinheiro. A pov. é muito antiga, mas não se sabe quando, nem por quem foi fundada. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Evora, a 23 de novembro de 1519. Móra era commenda da ordem de Aviz. O concelho, apezar de pequeno, tem grandes montados, onde se criam muitos porcos e outros gados; tem muitas colmeias, que produzem mel e cêra, e os montes são abundantissimos de caça grossa e miuda. A villa é banhada ao N pela ribeira do seu nome, que rega e fertilisa os seus pomares, hortas e searas, e a provê de bom peixe. O territorio é muito fertil em todos os generos do paiz, sendo os seus vinhos de superior qualidade. A villa é florescente, essencialmente agricola, exportando cortiça e cereaes. Pertence á 4.ª div. mil., 7.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. Tem Misericordia e hospital, advogado, notario, medicos, pharmacias, agencias dos bancos do *Alemtejo*, *Economia portugueza*, de Lisboa, e da companhia de seguros *Providencia*; lagares de azeite, hoteis, fabricas de moagem e tijolos,

escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. S.—Arraiollos; sociedades de recreio: *Banda Artistica Instrucção Musical* e *Sociedade Recreativa Mórense*. A villa dista 48 k. da séde do distr. O conc. de Móra compõe-se de 4 freg., que se desmembraram do conc. de Montemór-o-Novo, tendo 877 fog. e 5:584 hab., sendo 2:918 do sexo masc e 2:666 do fem., n'uma superficie de 39:603 hect. Móra já tinha sido séde e denominação d'um conc. que se suppriniu, annexando-se ao de Arraiollos, por decreto de 24 de outubro de 1855, sendo restaurado pelo de 17 de setembro de 1861; foi novamente supprimido e annexado ao de Arraiollos por decreto de 12 de julho de 1895, e de novo restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. As freguezias são: N. S.ª das Brotas, 657 hab.: 375 do sexo masc. e 282 do fem.; N. S.ª da Purificação, de Cabeção, 1:608 hab.: 822 do sexo masc. e 786 do fem.; N. S.ª da Graça de Móra, 1:629 hab.: 784 do sexo masc. e 845 do fem.; Conversão de S. Paulo, de Pavia, 1:690 hab.: 937 do sexo masc. e 753 do fem. O principal commercio do conc. é cortiça, cereaes, vinhos e azeites. || Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Uva, conc. de Vimioso, distr. de Bragança. || N. S.ª d'Assumpção, de Gonçalo, conc. e distr. da Guarda. || Santa Maria Maior, de Valhelhas, do mesmo concelho e districto.

Morabitino. Moeda de diversos reinados. V. *Alfonsi*, *Aureo*, etc,

Morada. Pov. na freg. de S. Vicente, d'Antas, concelho de Penalva do Castello, distr. de Vizeu.

Moradal. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Villa Chã, conc. de Macieira do Cambra, distr. de Aveiro.

Moradia. Antiga pensão que se dava aos fidalgos com assentamento nos livros da Casa Real, e aos funccionarios publicos. || Licença sem a qual nenhum religioso podia antigamente receber agasalho e sustento fóra do seu convento.

Moradia. Pov. na freg. de Vicente, de Antas, conc. de Penalva do Castello, districto de Vizeu.

Moradias. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto e conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Moradinha. Pov. na freg. de S. Bento, de Louriçal do Campo, conc. e distr. de Castello Branco. || Pov. da freg. de Rabil, conc. e ilha da Boa Vista, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Moraes. Este nobre appellido é tomado do logar de Moraes, termo da cidade de Braga, onde esta familia teve o seu solar. O primeiro que se encontra com este appellido, é Gonçalo Rodrigues de Moraes, que vivia em 1217. Tem por brazão d'armas: Um escudo dividido em pala, tendo na primeira, de purpura, uma torre de prata, lavrada de negro, com telhado de ouro, e grimpado d'uma bandeira de prata, contra-chefe d'ondas de azul e prata; na segunda, de prata, uma amoreira verde com raizes, contra-chefe estreito de terra, elmo d'aço, aberto, e por timbre, a torre das armas. Outros do mesmo appellido usam: Escudo dividido em pala; na primeira, de ouro, uma amoreira verde; na segunda, de purpura, torre de prata, lavrada de negro, contra-chefe estreito, de ondas de azul e prata.

Moraes *(Affonso de)*. Architecto, que segundo parece foi o autor do claustro do convento de S. Francisco, de Evora.

Moraes (*Afredo de*). Desenhador lithographo e aguarelista da Imprensa Nacional. N. em Lisboa a 19 de setembro de 1872, sendo filho de Antonio de Moraes e de D. Carolina de Moraes. Frequentou a Academia de Bellas Artes, que teve de abandonar para se dedicar á lithographia; e reconhecendo que para ser um lithographo completo devia tambem dedicar se ao estudo da aguarella, frequentou o *atelier* da Sociedade de Bellas Artes, sob a direcção do pintor Ramalho. Mais tarde, Roque Gameiro, conhecendo as suas aptidões para illustrador, o chamou para seu lado, e varias obras appareceram illustradas por estes dois artistas. Alfredo de Moraes é hoje o illustrador de todas as casas editoras de romances, obras de luxo, de varios jornaes, e da caricatura do *Supplemento do Seculo*. E' um artista de grande valor, mas de demasiada modestia. Foi agraciado com alguns artistas portuguezes com a Cruz Vermelha, de Hespanha. Tinha 17 annos

Alfredo de Moraes

de edade quando entrou para a lithographia da Imprensa Nacional, onde sempre se tem evidenciado. Nas exposições do Gremio Artistico e da Sociedade Nacional de Bellas Artes, tem sido premiado. Para a exposição realisada na redacção do *Seculo* em outubro do 190–, offereceu uma bonita aguarella, *Flôres*, que foi muito apreciada. Alfredo de Moraes é um bom artista, incansavel trabalhador, a quem está reservado um brilhante futuro.

Moraes *(Alvaro de)* Licenceado em Canones pela Universidade de Coimbra. N. em Villa Viçosa, sendo filho do dr. Fernando de Moraes. Foi juiz de fóra de Pinhel. Escreveu a seguinte obra, que não chegou a imprimir se: *Livro de Agricultura no qual se trata do modo de enxertar e plantar arvores.*

Moraes *(Fr. Antonio de)* Religioso da ordem

dos eremitas de Santo Agostinho descalços. Era natural de Lisboa, sendo filho de Amador de Sampaio e de Izabel de Moraes. Professou no convento da Graça a 27 de dezembro de 1583. Depois de estudar philosophia e theologia, passou á India em 1603. Escreveu uma obra, que ficou inedita, a qual tinha por titulo: *Memorial das missões que a provincia dos eremitas de Santo Agostinho de Portugal mandou á India desde o anno de 1572 até o de 1630.*

Moraes *(P. Antonio de).* Jesuita. N. na Certã em 30 de novembro de 1570, fal. em Evora em 1639. Era filho de Vicente Caldeira e de Auta de Moraes. Entrou aos 16 annos na Companhia de Jesus, no collegio de Coimbra, a 12 de fevereiro de 1586. Foi reitor do collegio de Lisboa, e preposito na casa professa de S. Roque. Falleceu no collegio de Evora, onde tinha ido. Deixou manuscriptos alguns volumes de sermões.

Moraes *(Antonio André de).* Licenceado em Theologia pela Universidade de Coimbra, bom prégador, apreciado poeta, prior encommendado da egreja de S. Pedro, de Torres Novas, e promotor do Juizo Ecclesiastico. Era natural de Torres Novas, sendo filho illegitimo de Pedro André de Moraes. Fal. a 13 de março de 1690, deixando em manuscripto 2 volumes de *sermões varios*, e 2 volumes de *poesias varias.*

Moraes *(Belchior de)*. Piloto, natural de Tavira. Muito experimentado em Nautica pelas repetidas vezes que exerceu o officio de piloto nas viagens á India, escreveu a seguinte obra, que se não imprimiu: *Roteiro de Portugal para a India, e da India para Portugal, em a nau de Santo Antonio Nebry, aos 3 de agosto de 1576.*

Moraes *(Carlos Bello de).* Medico pela Escola Medica de Lisboa, lente na mesma escola, 7.ª cadeira (Pathologia interna); director da enfermaria de S. José, de clinica medica, no hospital de S. José; etc. N. no Crato a 29 de novembro de 1868, sendo filho de Antonio Maria de Moraes. Defendeu these na Escola Medica a 18 de junho de 1892, a qual publicou com o titulo: *Questões de hygiene e prophylaxia da Tuberculose; Hospitalisação de tuberculosos*, etc., Lisboa, 1892. Foi nomeado, precedendo concurso, lente por decreto de 3 de fevereiro de 1899, em que apresentou a seguinte *These de concurso: O apparelho thyroides, dezembro de 1898*, Lisboa, 1899. Tendo lhe chegado a vez de ser promovido a lente proprietario da secção medica, por virtude do desdobramento da cadeira de medicina legal e hygiene, cedeu os seus direitos em favor do professor, sr. Ricardo Jorge. Por decreto de 1 de outubro 1903 foi promovido a lente proprietario da secção medica, sendo lhe destinada a 2.ª cadeira (Physiologia especial) deixada por opção do professor sr. Bombarda pela de histologia, desdobrada d'aquella por carta de lei de 25 de junho de 1903. O sr. Bello de Moraes é tambem vogal substituto do Conselho de Saude e Hygiene Publica, vogal da commissão technica da *Assistencia Nacional aos tuberculosos*, socio da *Sociedade das Sciencias Medicas Portuguezes* e da *Liga Nacional da tuberculose.*

Moraes *(Christovão de).* Pintor de ornatos, que viveu no tempo d'el rei D. João III, e em 1554 pintou a liteira da rainha D. Catharina.

Moraes *(Fr. Diogo de).* Religioso dominicano da ordem dos prégadores; doutor em Theologia e da Universidade de Coimbra, qualificador do Santo Officio, etc. Tomou posse da cadeira de Vespera em 11 de janeiro de 1562. Fr. Diogo de Moraes foi quem cantou a missa solemne na abertura do Collegio de S. Paulo, de Coimbra, a 2 de maio de 1563. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Deixou varios tratados sobre a Escriptura Sagrada e sobre Theologia, que não chegaram a imprimir se.

Moraes *(Dionysio Bernardes de).* Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, prelado da Santa egreja Patriarchal de Lisboa, familiar do Santo Officio, etc. N. n'esta cidade pelos annos de 1680, e fal., segundo parece, depois de 1764. Era filho do dr. José Bernardes de Moraes e de D. Ignez Rufina da Estrella. Instruido nos rudimentos da latinidade e da rhetorica, estudou philosophia em 1695. Sendo admittido no Collegio das Ordens Militares, em 13 de janeiro de 1720, tomou posse d'uma cathedrilha de Canones, até chegar á cadeira de Vespera, d'onde passou a prelado da Santa Egreja Patriarchal, em 16 de maio do 1739. Na questão que se levantou sobre os direitos que tinham os doutores em leis aos canonicatos doutoraes das sés do reino, publicou este prelado os seguintes opusculos: *Anti-legista critico apologetico, ou Glossario-analytico em que se critica, responde, convence, e refuta um Manifesto, que a favor dos doutores Legistas fez um anonymo, pretendendo mostrar que eram habeis para as conesias doutoraes da Universidade de Coimbra*, Paris, 1735; parece que saiu sem o nome do autor; *Anti-epitome, ou anti-legista desforçado; Dialogos criticos, ou colloquios jocoserios sobre a controversia entre canonistas e legistas, ácêrca das conesias doutoraes da Universidade de Coimbra*, Salamanca, 1737; parece que saiu com o nome de Leonardo Luiz de Queiroz. Escreveu mais: *Carta censoria em que se advertem as inadvertencias que contém a Pastoral do Ex.mo e Rev.mo Arcebispo Bispo do Algarve*, Madrid, 1746; sem o seu nome; *Crisol critico, balança da verdade, e invectiva apologetica em que se refutam as doutrinas de um papel manuscripto, que de Evora se remetten a esta cidade sobre varios pontos*, etc., Sevilha, sem anno, e com as iniciaes D. D. J. B. M. S. B. P. C. M. P. Ainda imprimiu outras obras em latim, que estão mencionadas na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. 1.º pag. 705, e vol. IV, pag. 106.

Moraes *(Domingos José de).* Industrial. N. em Areosa a 2 de setembro de 1846, fal. em Lisboa em 28 de abril de 1903. Era filho de Antonio de Moraes, antigo funccionario aposentado, e de D. Rosa Martins Moraes. Aos 14 annos veiu para Lisboa como empregado da casa de cereaes de Miguel da Silva Pombeiro, e com o seu infatigavel genio trabalhador conseguiu poder estabelecer se quatro annos depois com o mesmo ramo de negocio. Foi sempre um desvelado protector de confrarias e irmandades, algumas das quaes o contavam entre os seus mais dedicados membros; concorreu muito para a sustentação dos asylos de Vianna do Castello, dispondendo alli avultadas quantias para a construcção d'um hospicio de caridade, de um hotel com que dotou o monte de Santa Luzia, e mantendo á sua custa em Vianna do Castello uma aula pelo methodo de João de Deus. D'um estabele-

cimento modesto passou a ser o proprietario da fabrica de moagens em Sacavem, e que pouco a pouco se foi desenvolvendo, tornando-se por fim a maior e a mais importante do paiz Continuando sempre a auferir grandes lucros, começou a distribuir avultadas esmolas pelo bairro d'Alfama, tendo sido um dos grandes subscriptores para a reconstrucção da egreja de S. João da Praça, de Lisboa, que ficara inutilisada por um violento incendio; concorreu tambem com importantes donativos para o asylo escola Antonio Feliciano de Castilho, Irmãzinhas dos Pobres, de Campolide, e para a Associação das Escolas Moveis. Egualmente concorreu para a fundação do Lactario da Associação Protectora da Primeira Infancia, no Largo do Museu d'Artilharia, em Lisboa. Em frente do edificio erigiu se um monumento com o busto do benemerito industrial. No asylo de Santo Antonio mandou construir uma capella, pouco tempo antes do seu fallecimento, e em homenagem ao benemerito industrial, realisou-se no asylo em 31 de maio de 1903 uma sessão solemne, promovida pela direcção. A essa sessão presidiu o já hoje fallecido conselheiro Ferreira Lobo, estando representados varios asylos e escolas que Domingos José de Moraes protegia. Pouco tempo depois, em 26 de junho de 1903, tambem falleceu seu irmão José Luiz de Moraes, que o substituira na importante casa que tinha por firma o nome de Domingos José de Moraes.

Moraes *(Francisco de)*. Autor da obra *Palmeirim de Inglaterra*, que depois da publicação d'este livro, se ficou chamando Francisco de Moraes Cabral, o Palmeirim. V. *Palmeirim*.

Moraes *(Francisco de Castro de)*. Governador da capitania do Rio de Janeiro em 1710. N'esse anno foi a cidade do Rio de Janeiro atacada pelo corsario francez Du-Clerc, mas saiu-lhe cara a ousadia, porque Francisco de Castro de Moraes derrotou-o completamente, fazendo-o prisioneiro com todas as praças que elle commandava. No anno seguinte, porém, veiu Duguay-Trouin vingar esta affronta feita ao pavilhão francez. Francisco de Castro de Moraes portou se então pouco briosamente, e Duguay Trouin, depois d'uma facil victoria, partiu para a Europa levando um grande numero de despojos. Apezar d'este successo infeliz e pouco honroso para elle, Francisco de Castro de Moraes continuou a governar o Rio de Janeiro até 1713.

Moraes *(Frederico Augusto Pereira de)*. V. *Pereira de Moraes (Frederico Augusto)*.

Moraes *(Fr. Gonçalo de)*. Monge cisterciense, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. N. em Penedono, e fal. a 14 de julho de 1730. Era filho de Francisco de Moraes Mesquita e de D. Maria de Castro Osorio. Entrou no convento de Santa Maria d'Alcobaça a 17 de abril de 1711, e professou solemnemente a 22 do mesmo mez do anno de 1712. Deixou o seguinte sermão publicado: *Sermão da acclamação do serenissimo rei e senhor D. João IV, prégado no collegio de S. Bernardo da Universidade de Coimbra no 1.º de dezembro de 1725*, Coimbra, 1725.

Moraes *(D. Fr. Gonçalo de)*. Religioso da ordem de S. Bento, bispo do Porto, etc. N. em Villa Franca de Lampares, na provincia de Traz-os-Montes, em 1543, fal. no Porto em 1617. Era filho de Antonio Borges de Moraes e de Francisca de Moraes. Recebeu o habito no mosteiro de S. Miguel de Refoios em 1557. Foi abbade de Santarem, e geral da sua congregação em 1598. Em 1602 foi eleito bispo do Porto. Foi este prelado que mandou edificar a capella-mór da sé do Porto. Deixou manuscripto um tratado em latim, e 25 sermões prégados até ao anno de 1610, quando era bispo.

Moraes *(Ignacio)*. Grão-mestre em Artes, formado em jurisprudencia cesarea, lente da Universidade de Coimbra, mestre do infante D. Duarte, filho de D. João III, e de D. Antonio, filho do infante D. Luiz. N. em Bragança, sendo filho de Pedro Alvares de Moraes. A carta de D. João III em que o nomeia lente de Grammatica tem a data de 21 de janeiro de 1541, e a que o nomeia lente de poesia latina é de 30 de setembro de 1546. Foi decano em Artes. Quando em 1550 D. João III e a rainha D. Catharina fôram visitar a Universidade, foi Ignacio de Moraes quem teve a incumbencia de elaborar uma oração latina, que elle proprio recitou. Era casado com Anna Mendes. Fal. no convento d'Alcobaça pouco tempo depois de Filippe II, de Hespanha, se apoderar de Portugal, deixando impressas varias obras laudatorias em prosa e em verso.

Moraes *(Ignacio Paulino de)*. Escriptor de que apenas se sabe que vivia em Lisboa no principio do seculo XIX. Escreveu: *Compendio de Agricultura, resumido de varias memorias offerecidas á Sociedade de Bath, traduzidas do inglez*, etc., Lisboa, 1801; 5 tomos com estampas; *Dissertação sobre o melhor methodo de evitar e providenciar a pobreza, fundamentada nas Memorias que á Sociedade de Bath offereceram Ricardo Pew, o senador Gilbert, e João M. Farlan; augmentada com uns novos estatutos, e apropriada ao reino de Portugal*, Lisboa, 1802, *Itinerario Lisbonense, ou directorio geral de todas as ruas, travessas, becos, calçadas, praças, etc., que se comprehendem no recinto da cidade de Lisboa, etc*, Lisboa, 1804; outra edição, 1825, saiu sem o nome do autor.

Moraes *(Jayme de)*. Lente da Universidade de Coimbra. Era filho do dr. Fernando de Moraes. Estudou nas Universidades de Coimbra e de Salamanca jurisprudencia canonica. Foi conego doutoral com residencia na cathedral de Coimbra, em que foi provido a 9 de agosto de 1577. Na questão da successão do reino depois da morte de D. Sebastião, defendeu a causa da duqueza de Bragança, e escreveu a favor d'esta princeza uma *Allegação*, e por esse motivo foi a sua casa assaltada pelos partidarios de D. Antonio, prior do Crato, perdendo se d'este modo algumas obras juridicas que tinha promptas para a impressão.

Meraes *(João Antonio de)*. Escrivão do juizo de direito de primeira instancia da comarca de Aveiro, etc. Fal. em 19 de dezembro de 1875. Salientou-se muito nos trabalhos preparatorios da revolução de 16 de maio de 1828, e depois d'ella effeituada, tomou a seu cargo a instrucção dos voluntarios que se alistaram no batalhão organisado em Aveiro por ordem da Junta do Porto, e para cujo commando foi nomeado Francisco Silverio de Carvalho Magalhães Serrão. Com elles, unidos a caçadores n.º 10, bateu-se contra as forças miguelistas na passagem por Braga, quando o exercito constitucional seguia o caminho de Galliza, e com elles foi embarcar no Ferrol para

Plymouth. Aqui alistou se em 5 de outubro de 1828, no batalhão de voluntarios da rainha, em que foi logo promovido a alferes, e com elle seguiu para a ilha Terceira. Entrou na batalha da Praia da Victoria a 11 de agosto de 1829, em que ficou ferido. Depois de restabelecido o governo constitucional, conservou-se no Porto, sendo nomeado em 25 de abril de 1834 escrivão do juizo de direito de primeira instancia da comarca d'Aveiro.

Moraes *(P. João Ayres de)*. Presbytero secular, capellão do Hospital Real de Todos os Santos, academico da Academia dos Singulares, etc. N. em Abrantes, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento, mas vivia ainda em 1675, estando privado da vista. Escreveu: *Festivos applausos na feliz victoria das armas lusitanas . . . na batalha de Montes Claros*, Lisboa, 1665; *Tratado da paixão de Christo*, Lisboa, 1675; *Ao nascimento do Verbo encarnado, ecloga*, Lisboa, sem indicação do anno da publicação. Nos volumes da Academia dos Singulares tem publicadas duas *Orações* em prosa, e algumas poesias.

Moraes *(João Candido de)*. Coronel de engenheiros, lente do Instituto Industrial de Lisboa, antigo deputado, par do reino electivo, etc. Nasceu nos Açôres a 7 de março de 1841, fal. em Cintra a 10 de julho de 1895. Assentou praça em 21 de junho de 1858, foi promovido alferes em 28 de junho de 1867, a tenente em 10 de fevereiro de 1869, a capitão em 2 de julho de 1873. a major em 12 de outubro de 1881, a tenente-coronel em 15 de julho de 1885, e a coronel em 20 de setembro de 1891. Muito intelligente e emprehendedor, iniciou entre nós algumas emprezas industriaes, mas nem sempre teve bom exito, o que muito o desgostou. Apezar de todas as contrariedades, conseguiu fundar a Companhia de Electricidade e o Consultorio de Engenharia Civil e Architectura, emprezas que chegaram a um estado bastante florescente. Nos ultimos tempos, João Candido de Moraes, depois de ter percorrido diversos paizes onde estudou a industria do fabrico de vitraes, introduziu esta industria em Portugal, chegando a produzir trabalhos de bastante valor. Ao Consultorio de Engenharia Civil e Architectura devem-se algumas das construcções modernas mais importantes de Lisboa e de diversos pontos do paiz. Foi tambem com a fundação da Companhia de Electricidade, que se realisaram em Lisboa as primeiras experiencias de illuminação electrica. No Instituto Industrial regeu alguns annos a cadeira de construcção de machinas. Havia muitos annos que estava ao serviço do ministerio das obras publicas, onde exerceu varias commissões de serviço publico. Ultimamente era chefe de tracção na direcção fiscal de exploração de caminhos de ferro. Filiado no partido progressista foi eleito deputado n'algumas legislaturas, e par do reino electivo. Os seus discursos no parlamento acham-se publicados no *Diario da camara dos senhores deputados*. Collaborou em diversas publicações scientificas, politicas e litterarias, quasi sempre anonymo; com o seu nome figura um estudo intitulado: *Breve noticia da historia natural das ilhas dos Açôres;* saiu no jornal litterario *Revista do seculo*, publicada em 18 5.

Moraes *(João Damaso de)*. Consul em Cadiz, etc. fal. ha bastantes annos. Assentou praça no regimento de artilharia n.º 1 a 6 de março de 1816, passando depois a caçadores n.º 2, onde permaneceu até á data em que deu baixa, a 17 de agosto de 1818. A revolta do duque de Saldanha em 1851, causa que lhe era muito sympathica por ser muito affeiçoado ao marechal, o decidiu a voltar á vida militar. O marechal deu-lhe o posto de alferes para caçadores n.º 2, por elle desejar servir no corpo em que já estivera anteriormente. Pouco tempo depois passou a lanceiros da rainha. Foi então encarregado de successivas commissões, já da dependencia do ministerio da guerra, já da do ministerio das obras publicas. Mais tarde foi official ás ordens d'el-rei D. Luiz I, e no desempenho d'este cargo fôram-lhe incumbidas differentes commissões, que desempenhou no estrangeiro, entre as quaes avulta a de ser portador das joias da corôa e das da rainha senhora D. Maria Pia. Em 17 de junho de 1871 foi nomeado consul para Andaluzia e Murcia. Os pescadores do Algarve viviam em grande miseria, porque lhes faltava mercado. Os direitos de Hespanha sobre o peixe importado de Portugal eram grandes, e para o norte do reino não podiam os algarvios conduzil-o com facilidade. Damaso de Moraes emprehendeu melhorar a condição dos pobres pescadores, e tentou junto das autoridades hespanholas uma diminuição importante nos impostos do pescado. Conseguiu o que desejava, e o resultado foi as povoações do Algarve começarem a prosperar. O consulado de Cadiz começou por este facto a ser muito importante, e muito mais ainda pelas acertadas medidas que Damaso de Moraes tomou para facilitar ás povoações ruraes algarvias o trabalho para lá do Guadiana, quando elle escasseava em terras portuguezas. Quando a revolução se estendeu por toda a Hespanha, e a communa ameaçava assoberbar as cidades mais consideraveis d'aquelle paiz, Cadiz foi tambem ameaçada de se afundir ao grito dos communistas. N'essa occasião muito notaveis fôram os serviços prestados por todo o corpo consular de Cadiz, e Damaso de Moraes, sendo um dos que tomaram parte mais activa a bem da ordem, salvaguardando os interesses, não só dos estrangeiros ali residentes, como dos proprios habitantes da cidade. Por este facto o governo hespanhol agraciou-o mais tarde com a commenda de Merito Naval de terceira classe, grau que só se confere aos officiaes generaes da armada, e depois de parecer muito favoravel da junta suprema de marinha em Madrid.

Moraes *(Joaquim Manuel de Araujo Correia de)*. Professor de philosophia no lyceu nacional de Santarem. Escreveu: *Historia das covas de Salamanca, do cavalleiro Francisco Botelho de Moraes e Vasconcellos, chronista mór dos estudantes, trasgos e feiticeiros, abreviado e traduzido*, etc, Coimbra, 1838; *Elementos de philosophia racional, precedidos de uma breve noticia da historia da philosophia, para uso dos principiantes e d'aquelles que sem frequentar as aulas desejem saber dirigir uma razão*, Lisboa, 1851.

Moraes *(Joaquim Taibner de)*. V. *Taibner de Moraes (Joaquim)*.

Moraes *(Jorge de)*. Medico portuguez, lente das Universidades de Piza e de Veneza, que deixou impressas em latim varias obras commentando as de Hippocrates.

Moraes (*Fr. José de*). Commissario geral da Bulla da cruzada no Brazil, e esmoler-mór do principe regente D. João, quando esteve no Brazil. Escreveu uma *Historia da Companhia de Jesus na provincia do Maranhão e Pará*, dedicada á memoria da rainha D. Maria Anna d'Austra, mulher de D. João V.

Moraes (*D. José Angelo de*). Consta que perteneceu á ordem de Santo Agostinho. Escreveu: *Os Medicos perfeitos, ou novo methodo de curar as enfermidades, descoberto e explicado pelos mestres de mais subtil ingenho; distribuido por numeros e semanas, em beneficio do vivente racional*, Lisboa, 1759; sairam 12 numeros com 8 pag. cada um; são uns discursos moraes, que teem por assumpto a emenda dos vicios, applicando para ella varios remedios,extrahidos dos antigos philosophos e dos doutores e padres da egreja; *O discipulo instruido pelos mestres sabios nos segredos naturaes das sciencias, distribuido por semanas, em perguntas e respostas*, Lisboa, 1759; *Palestra admiravel, e conversação proveitosa, e noticia universal do mundo; distribuida por numeros e semanas*, Lisboa, 1759-1760; *Semanas proveitosas ao vivente racional, ou modos para curar a alma enferma, e adquirir sciencia dos segredos da natureza; repartido em trinta semanas*, Lisboa, 1760; *Despertador de Marte, instrucções militares aos portuguezes*, Lisboa, 1762; *Eccos que o clarim da Fama dá: Postilhão de Apollo*, etc., todas em nome de José Maregelo de Osan, anagramma do seu

Moraes (*José Cabral Teixeira de*). Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, juiz aposentado da Relação do Porto, moço fidalgo, do conselho da rainha D. Maria II, commendador das ordens de Christo e de N. S.ª da Conceição, governador civil de Villa Real, etc Era natural d'esta cidade, sendo filho de João Teixeira de Cabral e Andrade, cavalleiro professo da ordem de Christo, e de sua mulher, D. Joanna Thereza Cabral Teixeira de Moraes. Tendo encetado os estudos de preparatorios na Universidade de Coimbra, quando apenas contava 12 annos de edade, e sendo obrigado a deixal-os em junho de 1808, por ter fechado as suas portas aquelle estabelecimento scientifico em consequencia da revolução nacional contra a invasão dos francezes, e não podendo tambem alistar-se no corpo academico pela sua pouca edade, só pôde em outubro de 1811, depois da expulsão do exercito do marechal Massena, continuar com os seus estudos, e matricular-se no primeiro anno juridico. Frequentando sem interrupção a faculdade de Leis, concluiu a sua formatura em julho de 1816. Em março de 1817 fez a sua leitura no Desembargo do Paço, e em 22 de setembro do mesmo anno tomou posse do logar de juiz de fóra de Alvito As idéas liberaes, que já então manifestou libertando os moradores d'aquella villa da oppressão em que viviam, pelo abuso que os donatarios faziam dos seus privilegios, acarretaram lhe o odio e a mais implacavel perseguição do ultimo donatario e dos seus partidarios, attentando muitas vezes contra a sua vida, com especialidade no dia 18 de setembro de 1820, pelo facto de promover, e conseguir, que se acclamasse a nova fórma de governo proclamada no Porto em 24 de agosto antecedente. Concluindo em 22 do referido mez de setembro o seu triennio n'aquelle logar, n'esse mesmo dia deu posse ao seu successor. Requereu immediatamente ao Desembargo do Paço uma provisão para uma syndicancia aos seus actos. Foi esta incumbida ao corregedor da camara de Evora João Pequito de Andrade, mas sendo este arguido de parcial e affeiçoado ao syndicado, o tribunal exigiu uma informação do superintendente, que então era das alfandegas e tabacos do Alemtejo, João Pedro Ribeiro de Carvalho, de cuja informação resultou ser nomeado para novamente syndicar do ex-juiz de fóra o corregedor, que era da comarca de Villa Viçosa, Antonio Feliciano Varella Ramalho, o qual, não obstante ter admittido a jurar na syndicancia todos os inimigos do syndicado, e acceitado d'elles todas as queixas e capitulados, para que se não levantasse contra elle nova queixa de parcialidade, deu por isso causa a que a devassa da syndicancia, todas as representações e papeis que existiam no Desembargo do Paço contra o syndicado, fôssem remettidos á correição do crime da Côrte e Casa, para ali serem sentenciados. A sentença que n'elles se proferiu, como consta d'uma certidão passada pelo dr. João de Carvalho Martens da Silva Ferrão, corregedor do crime, que foi o juiz relator dos autos da syndicancia, em 22 de fevereiro de 1823, é muito honrosa para Teixeira de Moraes, assim como outros documentos, a informação do corregedor de Evora João Pequito de Andrade, já citado, com a data de 21 de julho de 1821, e a do corregedor de Villa Viçosa, Antonio Feliciano Varella Ramalho, de 23 de abril de 1822. Ainda ha outros documentos que provam bem as falsas accusações, de que foi victima Teixeira de Moraes. Vencidos afinal, ainda que com bastante difficuldade, os obstaculos que lhe oppunham os seus inimigos com o fim de lhe retardar a sua carreira, o novo magistrado conseguiu continual a, sendo despachado em 3 de junho de 1823 juiz de fóra, de Penafiel, logar de que tomou posse a 31 de outubro de 1823, servindo desde este dia até 27 de agosto de 1824 de corregedor e provedor d'aquella comarca. N'esta epoca, o elemento realista ameaçava de exterminio aquelles que não militavam no seu campo, e empregava todos os esforços para tirar severa vingança d'aquelles que se tinham mostrado affeiçoados á constituição de 1822. Era, portanto, para o magistrado, uma epoca escabrosa e difficil, sendo o caminho da ordem e da prudencia os unicos meios que deviam ser seguidos para assegurar a vida e a existencia d'um juiz desinteressado. Teixeira de Moraes prestou então muitos serviços á causa da ordem, empregando todas as maneiras conciliadoras e de moderação, resistindo ás differentes ordens, que teve, para proceder a devassa contra os constitucionaes, alcunhados pedreiros livres, devassa que nunca tirou, informando sempre favoravelmente todas as queixas dadas contra os empregados constitucionaes, para não serem privados de seus officios ou empregos; as medidas que adoptou para evitar a anarchia por occasião da chamada *Abrilada*, todos estes serviços só acarretaram ao magistrado uma cruel perseguição pelos realistas d'aquella comarca. Teixeira de Moraes foi victima das maiores calumnias, que chegaram ao conhecimento do Desembargo do Paço, tendo até exposta a vida a assassinos assalariados. Fez-se uma syndicancia aos seus actos, de que se encarregou o proveder

da comarca de Guimarães José Antonio d'Almeida. A certidão do corrente que se passou d'esta syndicancia, assignada pelo dr. Manuel José d'Arriaga Brum da Silveira, desembargador dos aggravos da Casa da Supplicação, em 7 de janeiro de 1827, longe de o condemnar, elogia a fórma como se houve, dos grandes serviços que prestou, considerando-o victima de intrigas de inimigos poderosos. Um officio do intendente geral de policia, Simão da Silva Ferraz do Lima e Castro, com a data de Lisboa 7 de setembro de 1824, tambem o honra pelos serviços prestados como corregedor da comarca de Penafiel. Fallecendo el-rei D. João VI em março de 1825, antes de saber a resolução do successor do throno, o duque de Bragança D. Pedro, foi Teixeira de Moraes encarregado de differentes commissões importantes nas provincias do norte pelo ministro da justiça Fernando Luiz Pereira de Sousa Barradas, e pelo intendente geral da policia Manuel d'Arriaga Brum da Silveira. Estas funcções, de que era encarregado constantemente Teixeira de Moraes, são as provas mais frisantes do bom conceito que merecia aos homens sensatos do paiz, e da rectidão e honradez que seguira sempre na sua vida de magistrado. D'uma d'estas commissões importantes ha uma portaria de louvor da intendencia geral da policia, com a data de 22 de abril de 1826, uma carta que lhe dirigiu o intendente geral Arriaga, em 3 de maio e um officio do mesmo magistrado, de 13 de maio, do mesmo anno, lendo-se n'estes documentos palavras muito elogiosas. Sem esperar nem requerer, foi Teixeira de Moraes despachado por decreto de 17 de maio de 1826 juiz de fóra da cidade do Miranda, com o predicamento que lhe competia de correição ordinaria, primeiro logar que então vagou pela morte do bacharel que o servia, e que foi preciso ser provido a instancias do general da provincia de Traz-os-Montes, Correia de Mello, por ser aquella cidade proximo da raia de Hespanha, por onde os emissarios apostolicos se dirigiam, para combinarem com o general marquez de Chaves a revolta, que pouco depois se verificou contra a Carta Constitucional, que acabava de ser jurada. Teixeira de Moraes tomou posse do seu novo logar em agosto de 1826, e desde logo mereceu tanta consideração aos habitantes d'aquella cidade, que em outubro seguinte o elegeram unanimemente eleitor da provincia, e concorrendo como tal para a eleição dos deputados ás primeiras côrtes convocadas depois da outhorga e juramento da Carta Constitucional. Recusou então a cadeira de deputado, com que a maioria dos eleitores o queria honrar. Dando-se pouco tempo depois a reacção absolutista, e a invasão dos transfugas portuguezes por Bragança e Miranda, prestou n'esta occasião importantes serviços á causa da legitimidade, salvando não só os armamentos e munições que existiam n'aquella praça, como todo o dinheiro existente nos cofres publicos; e sendo o primeiro que levou ao general Claudino, que estava em Vinhaes, a noticia d'aquella invasão e do ataque que tinha havido no dia 23 de novembro com as forças do commando do coronel Valdez, mais tarde conde de Bomfim, empregou todos os esforços para convencer aquelle general da necessidade e conveniencia de marchar com a sua columna sobre aquella cidade, persuadido talvez de que, se esse movimento se tivesse feito, acabaria logo uma revolta, que mais tarde muito custou a debellar. Forçado a seguir a columna do general Claudio para Chaves, e d'ali até Amarante, para não cair no poder das guerrilhas, foi Teixeira de Moraes encarregado pelo general Correia de Mello de ir expôr verbalmente á regente D. Izabel Maria e aos seus ministros o estado revolucionario da provincia de Traz os Montes, e dos movimentos e operações militares; commissão que tão pontualmente desempenhou, que ao tempo da sua chegada á capital, era quasi ainda ignorado pelo governo aquelle estado e movimentos. Os serviços então prestados constam d'uns attestados do coronel Valdez, passado a 6 de fevereiro de 1827, do general Claudino, de 8 de dezembro de 1826, assim como uma portaria de louvor datada de 11 de abril de 1827.

José Cabral Teixeira de Moraes

Terminada a lucta com os revoltosos voltou Teixeira de Moraes para o seu logar de Miranda em março de 1827, cuidando de restabelecer ali a ordem publica, conservando-se até ao dia 11 de maio de 1828, em que se verificou a acclamação de D. Miguel, promovida pelo provedor da comarca Francisco José de Sousa Miranda, correndo por essa occasião grande risco a vida de Teixeira de Moraes, até que sendo demittido por decreto de 8 de maio do mesmo anno, e procurado por differentes partes por ordem do citado provedor, foi por uma guerrilha de realistas roubado no seu transito de Miranda para Villa Real, e afinal preso n'uma sua quinta perto de Villa Real, sendo conduzido pelas 11 horas da noite do dia 25 de outubro de 1828 á cadeia da mesma villa no meio da vozearia da mais infima especie do povo, chegando a ter a vida muito em perigo. Estes factos estão bem explicitos nos

seguintes documentos: auto da camara de Miranda do Douro, de 14 de maio de 1823, uma certidão do tabellião Luiz Antonio Cordeiro de Andrade, de 10 de maio do mesmo anno. Durante o tempo que esteve preso nas cadeias de Villa Real e da Relação do Porto, soffreu maus tratos, e teve muitos prejuisos. Tendo sido deportado pela alçada do Porto para Villa Maior, freguezia de Lobrigos, com obrigação de se apresentar todos os oito dias ao juiz de fóra de Santa Martha, e achando se ali quando em abril de 1834 o duque da Terceira entrou em Villa Real, foi, sem o desejar nem pretender, nomeado corregedor interino d'aquella comarca. Esta nomeação veiu offerecer ao digno magistrado uma nova occasião de mostrar uma independencia inimitavel e uma affeição decidida pela causa da justiça. Vendo-se na sua terra natal, rodeado de amigos, entendeu que não era logar conveniente para exercer as altas funcções de magistrado, e preferiu ir viver para uma comarca distante, deixando todos os interesses da sua casa, sómente para que n'aquella localidade pudesse mais livre de paixões exercer o cargo espinhoso de que se encarregara. Por duas vezes pediu a transferencia, e sendo afinal attendido, foi despachado corregedor da comarca de Penafiel por decreto de 10 de maio de 1834. Da fórma como se houve, tornou se tão considerado e estimado, que mereceu ser unanimemente votado para eleitor de provincia por aquella cidade, e depois eleito deputado pelo Douro nas côrtes de 1834. Durante esta legislatura foi encarregado pela portaria de 1.º de dezembro do mesmo anno, de tomar contas a differentes exactores dos rendimentos publicos nas comarcas de Villa Real e Penafiel; fez entrar nos respectivos cofres avultadas quantias, que estavam em debito, e liquidou muitas outras O desempenho d'esta commissão mereceu lhe fervorosos louvores officiaes, em 7 de janeiro e 13 de agosto de 1835. Pouco tempo depois foi nomeado juiz de direito para Peso da Regoa, por decreto de 7 de agosto de 1835, sendo o primeiro juiz que teve aquella comarca, e o primeiro que organisou a administração da justiça pela legislação de 1832, permanecendo n'aquella villa até ao dia 13 de setembro de 1836, em que pediu a demissão, sómonte por não querer adherir aos principios de politica proclamados na capital no dia 9 d'esse mez. Voltando á vida privada, foi pelos seus patricios eleito membro do conselho de districto e da camara municipal nas eleições de 1837, cargos que tambem recusou, dirigindo á camara um officio no dia 7 de abril d'este anno, em resposta ao que lhe enviara a camara no dia 5, participando-lhe que fôra eleito e pedindo lhe a sua comparencia nos paços do concelho. Teixeira de Moraes cooperou e dirigiu, como autoridade superior do districto de Villa Real, o movimento reaccionario de 31 de agosto de 1837; foi um dos membros da junta do governo estabelecida em Bragança, dando então exuberantes provas da sua adhesão á causa da legalidade e da ordem publica, de que lhe resultou a mais atroz perseguição depois da convenção de Chaves, até que, sendo encarregado pelo centro cartista de dirigir as eleições de deputados para as côrtes de 1839, teve a fortuna de as vencer no sentido do referido centro, merecendo depois em fevereiro de 1840 ser nomeado administrador geral do mesmo districto. As oscillações politicas e as differentes crises eleitoraes que occorreram em todo o reino desde 1840 até fim de dezembro de 1847, em que o conselheiro Teixeira de Moraes serviu de administrador geral e de governador civil do districto de Villa Real, com a interrupção do tempo que decorreu desde agosto de 1845 até novembro de 1846, se por um lado déram ensejo a que désse novas provas da sua dedicação á causa da legalidade, prevenindo, obstando e reprimindo todos os excessos e tentativas revolucionarias, por outro lado não lhe permittiram que fizesse no districto todos os melhoramentos que desejava e projectava. Ainda assim pelas suas diligencias e sollicitações, se construiram as bellas pontes de Santa Margarida sobre o rio Corgo em Villa Real, a de Carrapatello em Mesão Frio, e a de Relvas tambem sobre o rio Corgo, o cemiterio publico em Villa Real, a reedificação da egreja do extincto convento de S. Domingos da mesma villa, além d'outras obras de menos importancia. Foi pena não ter podido levar a effeito o estabelecimento do asylo de beneficencia para a infancia desvalida, que tinha projectado, e para a qual havia proposto e obtido da junta geral do districto sufficientes meios, no mesmo dia em que recebeu o decreto da sua exoneração em agosto de 1845, o restabelecimento d'uma aula de Logica na referida villa, a creação d'outras de instrucção secundaria e primaria em differentes localidades, onde eram de absoluta necessidade; a extincção do schisma religioso que grassava em differentes concelhos do districto de Villa Real, quando d'elle tomou conta, sem que para isso empregasse meio algum de violencia, são tambem beneficios devidos ao seu zelo e cuidado. Acabada a lucta civil, por duas vezes pediu o conselheiro Teixeira de Moraes a sua exoneração do cargo que exercia, mas não foi attendido, até que não agradando ao governo o resultado da campanha eleitoral em 1845, provocou elle contra o digno magistrado não só a sua exoneração do cargo de governador civil, como a sua exclusão do quadro da magistratura judicial a que pertencia. Voltando novamente á vida privada, foi tranquillo e mero espectador da revolução de maio e de 9 de outubro de 1846; mas em novembro seguinte tornou a ser nomeado governador civil de Villa Real, sem que directa ou indirectamente o solicitasse. A crise era muito grave e muito prolongada, mas o conselheiro Teixeira de Moraes cooperou quanto pôde para sustentar a causa da legalidade e a ordem publica. A correspondencia activa que teve com o duque de Saldanha e com os generaes condes do Casal e de Vinhaes; as providencias que deu, para que nada faltasse ás tropas fieis, e ao exercito auxiliar do commando do marquez do Douro, e para que no fim de tão grande lucta se não hostilisasse nem offendesse cidadão algum, são serviços bastante valiosos. A sua retirada para Verim na Hespanha, quando a provincia de Traz-os-Montes foi invadida pelos revoltosos; o risco em que sempre esteve a sua vida, com especialidade no dia 31 de dezembro de 1846, quando a guerrilha do barão de Castro Daire penetrou até Villa Real pela cobardia e traição; o prejuiso que teve e as avultadas despezas, que foi obrigado a fazer durante a sua emigração em Hespanha, e

no exercicio do logar que occupava, destruiram completamente todas as calumnias, com que, desde o fim da lucta até ás eleições em dezembro de 1847, foi diariamente atacado no *Periodico dos Pobres do Porto*, por seus inimigos. Passada aquella eleição, o conselheiro Teixeira de Moraes pediu a exoneração do cargo que exercia, em 24 dezembro de 1847, que lhe foi logo concedida. O duque de Saldanha novamente o nomeou governador civil de Villa Real em 1851, para sustentar o pronunciamento de 22 de abril d'esse anno. Não tardou que os seus inimigos politicos se colligassem para lhe roubar aquelle logar, que elle não solicitara, intentando com intrigas e calumnias indispôr contra elle o duque de Saldanha, Rodrigo da Fonseca Magalhães, então ministro do reino, mas nenhum d'estes estadistas accedeu aos intriguistas, nem daria a exoneração do logar que exercia, se elle não a solicitasse, sendo-lhe concedida em 13 de setembro de 1851. Durante o curto periodo da sua administração ainda o conselheiro Teixeira de Moraes fez bons serviços á causa da Regeneração, porquanto, além de ter sido proclamada em todos os concelhos do districto, sem que se commettesse a mais leve offensa ou insulto a pessoa alguma, solicitou que se começasse a estrada de Villa Real para Santa Martha pela Cumieira; tomou ainda outras providencias, acabando com certos abusos, substituindo empregados que tinham atraiçoado o governo nas eleições de 1847, etc. Retirou-se então outra vez á vida privada. Falleceu na sua quinta em Villa Real, com mais de 70 annos, a 21 de maio de 1860. Além das honras já citadas, o conselheiro Teixeira do Moraes foi nomeado membro titular do Instituto d'Africa erigido em Paris; membro da Sociedade d'Instrucção Primaria de Lisboa, em 1835; membro da Sociedade Promotora da Industria Nacional. A. F. C. Ponce Leão, de Santa Martha de Penaguião, escreveu e publicou em 1857 um opusculo com o titulo de *Curta exposição da vida publica do conselheiro José Cabral Teixeira de Moraes*, acompanhada de documentos, d'onde extrahimos estas noticias biographicas e transcrevemos alguns trechos. Entre a numerosa descendencia espalhada por todo o paiz e estrangeiro, existem em Lisboa 2 netos do venerando magistrado, o sr. capitão de engenharia Luiz Cabral de Sousa Teixeira de Moraes, lente das Escolas Polytechnica e do Exercito, e D. José Sanches Barreto de Figueiredo Perdigão, jornalista, burocrata, commerciante e industrial.

Moraes (*José Julio Pereira de Moraes, visconde de*). Gran-cruz e commendador da ordem civil do Merito Industrial, por decreto de 26 de abril de 1906. Foi agraciado com o titulo de visconde de Moraes, em verificação de segunda vida, por despacho de 31 de dezembro de 1902. Este illustre industrial é um dos maiores benemeritos da colonia portugueza no Brazil.

Moraes (*Fr. Manuel de*). Monge de Cistér. N. em Beja fal. no convento d'Alcobaça em 1666. Professou n'este convento a 18 de janeiro de 1622. Foi abbade do convento de Lisboa em 1648, e geral da sua congregação em 1654. Augmentou a livraria do convento d'Alcobaça com livros selectos e quadros. Da livraria fez um *Indice* ou summario dos livros que continha, o qual ficou inedito.

Moraes (*P. Manuel de*). Jesuita. Apenas se sabe d'este padre que passou ao Oriente em 1545, converteu grande numero de infieis, e algumas das suas *Cartas* fôram vertidas em italiano, e publicadas em Veneza em 1559.

Moraes (*P. Manuel de*). Jesuita. N. em Bragança, e fal. em julho de 1553. Recebeu no noviciado de Coimbra o habito da Companhia de Jesus, em 1 de novembro de 1543. Passando ao Oriente em 1551, dedicou-se com ardor ás missões de Ceilão, e d'elle existe publicado no *Oriente conquistado*, de Francisco de Sousa, parte de uma *Carta*, em que descreve a sua viagem de Portugal a Gôa.

Moraes (*P. Manuel de*). Jesuita que viveu no seculo XVII. N. no Brazil, na capitania de S. Vicente, depois denominada de S. Paulo, a 4 de dezembro de 1586, fal. em Lisboa em 1651. Estudou nas aulas da Companhia de Jesus, e entrou para este instituto ainda muito novo; parece, porém, que os padres jesuitas esperavam muito da sua intelligencia, mas não contaram com o seu caracter indocil e extravagante, e acabaram por expulsal-o da Companhia por escandalos do seu comportamento, pelo menos é isso que consta. Manuel de Moraes deixou o Brazil, e de Portugal seguiu para Hollanda, e foi estabelecer se em Amsterdam. Ignoram-se os motivos porque procedeu assim, o certo é, porém, que em Amsterdam continuou a estudar, mereceu a reputação de litterato por seus escriptos, e abjurando a religião catholica, abraçou o calvinismo, e casou-se com uma hollandeza, por quem se apaixonara. Esta noticia chegou a Lisboa causando a maior indignação, e o Santo Officio relaxou em estatua Manuel de Moraes no auto da fé de 6 de abril de 1642. Apezar d'isso, Manuel do Moraes, não podendo vencer as saudades do Brazil, deixou Amsterdam em 1645, e passando por Portugal caiu no poder da Inquisição, abjurou o calvinismo, e tornando a adoptar a religião catholica, tão arrependido das suas passadas culpas se mostrou, que em 1647 foi solto depois de ter saido com as insignias do fogo no auto da fé d'esse anno em Lisboa. Não voltou ao Brazil e veiu a fallecer em Lisboa quatro annos depois. Manuel de Moraes, estando na Hollanda, escreveu e publicou umas memorias interessantes sobre Portugal e Brazil, mas a sua obra de maior importancia, e que se perdeu, foi a *Historia da America*, que Laet elogia muito, confessando ter d'ella extraido preciosas noticias, e além de Laet outros escriptores e Diogo Barbosa Machado falam a esse respeito com subidos louvores.

Moraes (*P. Manuel de*). Jesuita. N. em Portel em 1610, fal. no collegio de Evora a 27 de agosto de 1683. Era filho de Miguel Affonso e de Catharina de Moraes. Entrou na Companhia de Jesus aos 20 annos de edade, no noviciado de Evora, a 6 de novembro de 1630. Foi reitor do collegio de Portalegre, e geral no mosteiro d'Alcobaça. Escreveu, com o pseudonymo de *Tacito Ferreira*, o livro seguinte: *Gosto para todos*, etc., Lisboa, 1687.

Moraes (*Manuel Correia de*). Escriptor, filho de Luiz Correia de França. Publicou o seguinte: *Ode ao supremo governo do reino*, Lisboa, 1820; *Aos faustissimos annos do muito alto senhor D. Miguel I, rei de Portugal; elogio*, Lisboa, 1831;

Ao exercito lusitano, em honra do caracter firme da realeza e valor; elogio, Lisboa, 1831.

Moraes *(Narciso José de)*. Professor de instrucção secundaria. N. no Porto em 1826. Escreveu: *Manual de citações camoneanas*, Porto, 1884; *Diccionario de algumas palavras, phrases e sentenças peregrinas*, traduzidas e explicadas em portuguez, Porto, 1884.

Moraes *(Paulo de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, socio correspondente da Academia Real das Sciencias, vogal do Conselho Superior d'Agricultura, director do Museu Agricola e Florestal hoje já extincto, etc. Durante muitos annos foi o chronista agricola do *Jornal do Commercio*; publicou um apreciavel *Manual elementar e pratico de Agricultura*, moldado do notavel *Livre de la Ferme*. de Pedro Joigneaux, e apropriado ao uso dos lavradores portuguezes, e uma *Zoologia elementar agricola*, obra destinada ás escolas agricolas. Por decreto de 30 de dezembro de 1878 foi nomeado commissario especial da 7.ª região agronomica, para proceder ao inquerito agricola da mesma região. O seu trabalho mais importante é, sem duvida, o extenso e elucidativo relatorio, que ácêrca d'esta commissão elaborou, e se publicou com o titulo de *Estudo geral da economia rural da 7.ª região agronomica* (Extremadura), obra em que deixa documentado um bom methodo de observação e seguros conhecimentos de economia agricola.

Moraes *(D. Sebastião de)*. Jesuita, bispo do Japão. N. no Funchal em 1534, fal. em Moçambique em 19 de agosto de 1588. Era filho de Pedro Gonçalves e de Maria Francisca de Moraes. Entrou na Companhia de Jesus em 1550, contando 16 annos de edade. Foi confessor da infanta D. Maria, neta d'el-rei D. Manuel, e em 1565 acompanhou esta princeza para Italia, que foi casar-se com o principe de Parma, Alexandre Farnesio. Durante o tempo que se conservou n'aquelle paiz foi reitor do collegio de Parma, e visitador das provincias de Roma e Milão. Voltando á patria com o cargo de provincial da provincia portugueza, foi eleito por Filippe II, de Hespanha e I de Portugal, bispo do Japão, sendo confirmado n'essa dignidade pelo papa Xisto V, com o titulo de bispo de Funay, a 19 de fevereiro de 1588, sendo sagrado a 27 de março, em Lisboa, na casa professa de S. Roque, pelo arcebispo D. Miguel de Castro. N'esse anno de 1588 partiu para o Oriente a 1 d'abril, e pouco depois fal. na ilha de Moçambique. Escreveu em italiano: *Vita e morte de la serenissima Maria di Portogallo, principessa di Parma e Piacensia*, Bolonha, 1578; houve outra edição, mais tarde, em Roma, em 1602. Diz se que foi traduzida em castelhano, e impressa em Madrid em 1591.

Moraes *(P. Sebastião)*. Jesuita. N. Vianna do Castello em 1577. Era filho de Antonio Soutello e de Brites Salgado. Entrou na Companhia de Jesus no noviciado de Coimbra em 7 de maio de 1592, aos 15 annos de edade. Sendo procurador geral da provincia de Portugal na côrte de Madrid, escreveu uma *Informação do estado da causa dos direitos da fazenda da mesma companhia que corria com as egrejas e cabidos do reino de Portugal*. Esta obra foi impressa sem logar da edição, e n'ella se referem quantas fazendas tem cada collegio de Portugal.

Moraes *(Sebastião Gonçalo de)*. Prior da freguezia de Santa Luzia, do logar de Feteiras, na ilha de S. Miguel. Fal. em 1869 ou 1870. Escreveu: *Sermão panegyrico*, em acção de graças pelo triumpho da legitima causa da rainha a senhora D. Maria II e da Carta Constitucional, na occasião do solemne *Te-Deum*, que a comarca municipal de Ponta Delgada fez celebrar na matriz de S. Sebastião d'esta cidade, recitado pelo seu autor; mandado imprimir pela camara municipal de Ponta Delgada, Angra, 1833; *Sermão de S. Francisco Xavier*, prégado na matriz de Ponta Delgada, Angra, 1813. Deixou manuscripto o seguinte livro: *Principaes fundamentos da religião ou catecismo da edade madura*, mas, por diligencia do jornalista michaelense Marianno José Cabral, saiu posthumo em 1870, em Ponta Delgada, com uma introducção biographica.

Moraes *(Silvestre Gomes de)*. Bacharel formado em Direito civil pela Universidade de Coimbra. N. em Torres Novas em 1644, sendo filho do medico Lourenço Gomes de Moraes e de D. Marianna de Figueiró. Estudou em Coimbra, em cuja Universidade tomou o grau de bacharel em direito civil Foi advogado da Casa da Supplicação e procurador da fazenda da casa e estado de Aveiro, e das mitras de Coimbra, Algarve e Bahia. Não obstante todos estes cargos, ainda lhe restava tempo de sobra para se entregar a estudos importantes sobre direito, publicando em 1706 o seu *Tractatus de executoribus instrumentorum et sententiarum*, que lhe grangeou grande nomeada entre os seus contemporaneos. Gomes de Moraes residiu parte da sua vida na propriedade que possuia em Torres Novas, seguindo assim a recommendação de Palladio; *Presentia domini proventus est agri*. Cultivou a sua propriedade com o maximo escrupulo, evitando sempre arrendal-a ou entregal a a qualquer feitor Em 1712 publicou, debaixo do pseudonymo de Vicencio Alante, a sua *Agricultura das Vinhas*, livro pratico, mas tão engenhosamente urdido, que ainda hoje a sua leitura não é para desprezar. Falleceu em Lisboa a 14 de fevereiro de 1723, e foi sepultado na parochial egreja de Santa Cruz do Castello. Era de muita caridade para com os pobres, deixando-os herdeiros de todos os seus bens.

Moraes Pov. e freg. de Santo André, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 202 fog. e 832 hab. Tem escolas para ambos os sexos, e est. post A pov. dista 17 k. da séde do conc. A mitra apresentava o reitor, que tinha 40$000 e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Gaudra, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Moraes d'Almeida *(Carlos Augusto)*. General de divisão, professor no Real Collegio Militar, lente da Escola Polytechnica, professor no Instituto Maynense, socio effectivo da Academia Real das Sciencias, etc. N. n'esta cidade em 20 de outubro de 1843 Em 10 de outubro de 1855 entrou para o Real Collegio Militar, onde fez um curso distincto, sendo premiado em quasi todos os annos, e tendo exercido nos dois ultimos o logar de commandante do batalhão collegial. Assentou praça em 24 de agosto de 1861 no ba-

talhão de caçadores n.º 2, e foi graduado em primeiro sargento aspirante a official. Matriculou-se no curso de infantaria e cavallaria na Escola do Exercito em setembro do mesmo anno, e saiu despachado alferes graduado por ter completado aquelle curso, em 8 de julho de 1862. Em outubro seguinte entrou para a Escola Polytechnica. Em 1865, tendo completado os tres primeiros annos do curso geral d'aquella escola, foi classificado no primeiro grau e destinado á arma de engenharia. Recebeu premio nas 1.ª e 2.ª cadeiras de mathematica. No anno seguinte, 1866, completou o curso geral da mesma escola, sendo premiado na 7.ª cadeira. Em outubro d'esse anno matriculou-se no curso de engenharia militar na Escola do Exercito, completando este curso em julho de 1869, tendo obtido, em todos os tres annos de que elle consta, o primeiro premio pecuniario. Em 31 de janeiro de 1870 foi promovido a tenente para engenharia. Serviu na inspecção d'esta arma, na 3.ª divisão militar, e depois desempenhou o logar de ajudante do batalhão de engenheiros. Em outubro de 1873 foi nomeado professor de mathematica do Real Collegio Militar. A 18 de março de 1874 foi promovido a capitão. No anno de 1875, tendo apresentado á Academia Real das Sciencias uma *Memoria*, intitulada *Estudo sobre algumas propriedades dos numeros e sua applicação á analyse indeterminada*, foi eleito por unanimidade socio correspondente, e em 1876 foi tambem eleito socio correspondente do Instituto de Coimbra. Escreveu mais: *Elementos de Geometria*, de collaboração com o professor Pina Vidal, que se publicou em 1871, tendo depois varias edições: *Trigonometria rectilinea*, publicado em 1875, tendo tambem mais edições. No jornal da Academia Real das Sciencias tem publicado apreciaveis artigos scientificos: *Generalisação e discussão da formula do volume do tronco do cone recto; Analyse do estado de vibração n'um raio de luz resultante da decomposição de dois raios polarisados a angulo recto e de dois polarizados ellipticamente; Estudo geral dos espelhos curvos; Deducção da formula que dá a densidade dos solidos e dos liquidos*. Em 23 de fevereiro de 1878 foi nomeado lente substituto da cadeira de Physica, na Escola Polytechnica, precedendo concurso por provas publicas. Para esse concurso escreveu e publicou a seguinte these: *Phenomenos do som e da luz, suas analogias. Estudo de polarisação elliptica e circular*. No anno seguinte, tendo vagado a cadeira de principios de physica, chimica e elementos de historia natural, que a Academia das Sciencias mantém, em cumprimento d'um legado, no *Instituto Mayuense*, a primeira classe da mesma academia o escolheu unanimemente para a regencia d'essa cadeira. Hoje é socio effectivo da Academia, e lente proprietario da 5.ª cadeira na Escola Polytechnica. A 16 de novembro de 1881 foi promovido a major, em 27 de outubro de 1885 a tenente-coronel, em 30 de setembro de 1891 a coronel, em 25 de maio de 1900 a general de brigada, e em 6 de agosto de 1906 a general de divisão. O sr. general Moraes d'Almeida tem a carta de conselho, é gran cruz, grande official, commendador e official da ordem de S. Bento d'Aviz; commendador e cavalleiro da ordem de S. Thiago, commendador de N. S.ª da Conceição, e possue a medalha de prata de comportamento exemplar.

Moraes Cardoso (*D. Ignacio do Nascimento*). Cardeal patriarcha de Lisboa. N. em Murça em 20 de dezembro de 1811, fal. em Lisboa a 23 de fevereiro de 1883. Era filho de Hyppolito de Moraes Cardoso, monteiro-mór de S. Mamede de Riba Tua, e de sua mulher, D. Eufemia Joaquina Cardoso. Depois de estudar humanidades, que cursou com muita distincção, matriculou-se em Direito na Universidade de Coimbra, mas viu se obrigado, assim como outros estudantes, a interromper a sua formatura por causa dos successos politicos de 1828 a 1834, que obrigaram a Universidade a estar fechada. Em 1830 retirou se para a sua terra natal, e vendo-se impossibilitado de seguir o curso de direito, resolveu-se a abraçar a vida ecclesiastica. Dirigiu-se a Braga, a cujo arcebispado pertencia então a villa de Murça, e ali se conservou seis mezes hospedado no convento da Falperra, dispondo-se para receber as ordens, segundo as instrucções de seu tio e padrinho, Fr. Ignacio da Purificação. Recebeu ali ordens menores, mas não pôde concluir a sua ordenação n'aquella cidade, por não ter n'esse tempo prelado sagrado. Em Villa Real recebeu a ordem de sub-diacono das mãos do bispo d'Astorga, que acompanhava o principe D. Carlos de Bourbon, e em Lisboa as de diacono das mãos do bispo de Cabo Verde, D. Jeronymo da Soledade, em dezembro de 1835. D. Ignacio deveu em grande parte a sua brilhante carreira á solicitude, aos exemplos e á dedicação do seu venerando tio e padrinho fr. Ignacio da Purificação, que foi bibliothecario em Mafra, por nomeação da rainha D. Maria II. Dedicou se D. Ignacio com muita acceitação ao pulpito e ao confessionario, mas desejando concluir a sua formatura, voltou a Coimbra, e matriculou se em Theologia no anno de 1848, formando se em 1853, obtendo informações distinctas e os primeiros premios que a Universidade costuma conceder. Concluida a formatura voltou para Lisboa, sendo pouco tempo depois nomeado capellão-mór da Misericordia, de Lisboa, d'onde passou a capellão da real capella das Necessidades, conego da sé patriarchal, e confessor d'el-rei D. Pedro V. Tambem foi agraciado com a commenda da ordem de N. S.ª da Conceição, e eleito em 13 de maio de 1863 bispo do Algarve, sendo preconisado no consistorio de 1 de setembro do mesmo anno, e sagrado em S. Vicente de Fóra no dia 14 de fevereiro de 1864, pelo cardeal patriarcha D. Manuel Bento Rodrigues, e assistentes os bispos de Vizeu e do Porto. Em novembro de 1869 partiu para Roma com o fim de assistir ao concilio ecumenico do Vaticano, sendo, porém, interrompido o concilio, voltou desgostoso pelos acontecimentos que se deram nos ultimos annos do pontificado de Pio IX. Pouco depois do seu regresso foi eleito patriarcha de Lisboa, por decreto de 23 de janeiro de 1871, sendo confirmado pela bulla pontificia de 17 de maio do mesmo anno, e feito cardeal no consistorio de 22 de dezembro de 1873, recebendo no paço d'Ajuda a solemne imposição do barrete cardinalicio no dia 15 de janeiro de 1874. Em 1877, resolvendo o mundo catholico festejar d'um modo solemne o dia 3 de junho de 1827, 50.º anniversario episcopal de Pio IX, o cardeal patriarcha de Lisboa incorporou se na peregrinação portugueza, assumindo a presidencia d'ella, e tomou o caminho de Roma, onde

chegou nos fins de maio d'aquelle anno, e sendo concedida pelo pontifice, no dia 29 d'este mez, audiencia solemne aos portuguezes, D. Ignacio leu a Pio IX uma felicitação, em que testemunhava a sua obdiencia e respeito pela Santa Sé, recordando ao mesmo tempo, como portuguez, as glorias de Portugal, as suas conquistas e civilisação pela cruz e pela fé. O venerando cardeal patriarcha recebeu do papa o annel e o chapéo cardinalicios, com o titulo presbyterial dos Santos Nereu e Achilleu, em consistorio do mez de junho de 1877, e em seguida regressou a Lisboa. Fallecendo Pio IX em 7 de fevereiro de 1878, foi pouco depois convidado o cardeal patriarcha D. Ignacio para assistir ao conclave que devia eleger o novo pontifice. Partiu então outra vez para Roma, fazendo uma viagem rapida, precipitada, cheia de incommodos, e assistiu á eleição do papa Leão XIII. Regressando ao reino começou a soffrer uma longa e pertinaz enfermidade que o victimou

Moraes Carmona (*Ignacio Maria de*). General de brigada reformado. N. em Chaves em 24 de janeiro de 1829, onde tambem fal. em 1903. Era filho de Leonel Joaquim Machado Carmona e de D. Maria Emilia das Lagrimas Moraes Carmona. Alistou-se como voluntario no regimento de cavallaria n.º 6, em 15 de outubro de 1844; e foi promovido a alferes em 29 d'abril de 1851, a tenente em 25 de fevereiro de 1863, a capitão em 21 de março de 1871, a major em 11 de dezembro de 1878, a tenente coronel em 23 de maio de 1883, e a coronel em 17 de dezembro de 1887, reformando-se no posto de general de brigada em 4 de janeiro de 1888, quando commandava cavallaria n.º 9. O general Ignacio Carmona serviu em todos os regimentos de cavallaria; era cavalleiro e commendador da ordem de S. Bento de Aviz, e possuia a medalha de prata de comportamento exemplar. Havia casado com D. Maria Ignez de Mello Fragoso Carmona.

Moraes Carneiro (*Joaquim Antonio*). Membro do governo provisorio organisado em Gôa logo que chegou á India a noticia da revolução de setembro de 1836; desembargador da Relação d'aquella cidade e presidente da junta de justiça, etc. N. em Valpaços em 1793, e fal. em Lisboa em 1873. Foi tambem ouvidor em Macau, voltando para a Relação de Gôa em 1850. Regressando mais tarde a Lisboa, falleceu.

Moraes Carvalho (*Adriano Accacio de*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, commissario de policia do Porto, administrador de concelho, etc. N. em Bragança a 28 de março de 1848, fal. no Porto a 25 de agosto de 1907. Era filho do dr. José Moraes de Faria de Carvalho, senhor da nobre casa da Rapadoura, deputado, etc. Matriculou se em Direito em 1865, concluindo a sua formatura em 1870 com muita distincção. Em 2 de agosto d'esse anno foi despachado administrador do concelho de Villa Nova de Famalicão, d'onde foi transferido para o de Fafe em 1877, não chegando porém, a tomar posse, por ter sido eleito vereador da camara de Villa Nova de Famalicão e procurador á junta do districto de Braga, pelos concelhos de Famalicão e Guimarães. Em fevereiro de 1878 voltou a ser administrador do referido concelho de Famalicão, deixando n'esse mesmo anno o cargo por ser despachado primeiro official do governo civil de Villa Real, então vago pela exoneração do sr. conselheiro Antonio de Azevedo Castello Branco. No mesmo anno de 1878 foi nomeado commissario da 3.ª divisão policial do Porto, tomando posse d'esse cargo em 21 de junho, e sendo em 1882 promovido a commissario geral. Havia casado em Braga com D. Maria Zulmira de Araujo. O dr. Adriano Accacio de Moraes de Carvalho foi agraciado em 11 de janeiro de 1894 com o grau de cavalleiro e de official da ordem da Torre e Espada; era cavalleiro e commendador da ordem da Rosa do Brazil, commendador das de Carlos III e de Izabel a Catholica, de Hespanha, e cavalleiro da Legião de Honra, de França.

Moraes Carvalho (*Alberto Antonio de*). Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, do conselho de Sua Majestade, vereador e presidente da camara municipal de Lisboa, ministro de estado, deputado, governador civil de Lisboa, conselheiro do Tribunal de de Contas, advogado, par do reino, escriptor, etc. N. em Vouzella a 22 de novembro de 1801, fal. em Lisboa a 15 de abril de 1878. Era filho de Luiz de Moraes Carvalho e de D. Joaquina Rosa de Moraes Torres. Tendo estudado os preparatorios matriculou-se na Universidade de Coimbra. Depois da sua formatura retirou-se para Vouzella, onde se entregou á advocacia. Já no tempo de estudante dera manifestas provas do seu amor pelos principios liberaes, e quando em 1828 foi preciso sustentar essas idéas com as armas na mão, foi um dos defensores da causa constitucional, abraçando a revolução da junta do Porto contra o partido absolutista; abortando a revolução emigrou com a divisão liberal para Galliza, passando a Inglaterra, desembarcou em Falmouth, d'ali seguiu ao Brazil a bordo d'um navio, que julgava dirigir se aos Açôres. Chegou ao Rio de Janeiro tão pobre de fortuna, que todo o seu dinheiro ao saltar em terra era uma unica moeda de 10 réis, que depois conservou toda a vida como reliquia e lembrança d'esses tempos de amargura. Valeu-lhe o ser bacharel em Leis, e estabeleceu se como advogado, tendo tanta sorte que logo foi considerado um dos primeiros jurisconsultos do Brazil. Ali publicou em 1831 a sua obra *Indice alphabetico das Leis do Brazil em continuação ao Repertorio geral de Manuel Fernandes Thomaz*, e em 1849 e 1850, a *Praxe forense, ou Directorio do Processo Civil Brazileiro*, que foi adoptada para compendio nos cursos de Direito. A'cêrca d'esta obra póde vêr-se o que diz o *Almanach administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro*, de 1850, no supplemento, pag. 113. Durante bastantes annos exerceu a advocacia n'aquella cidade, mas as doenças que soffreu, por causa do clima da America e as saudades da patria, o obrigaram a sair do Rio de Janeiro, e depois d'uma viagem demorada pela Europa, chegou a Portugal em 1848, onde continuou advogando, justificando desde logo a reputação que alcançára no Brazil como abalisado jurisconsulto. Sendo eleito vereador da camara municipal de Lisboa no biennio de 1852-1853, foi logo escolhido para presidente, fez parte da junta geral do districto, e sendo nomeado governador civil da capital, desempenhou com a maior competencia todos estes cargos. Foi deputado em varias legislatu-

ras, e em 4 de julho de 1860 tomou parte no ministerio, encarregando-se da pasta dos negocios ecclesiasticos e da justiça, em que se conservou até 21 de fevereiro de 1862. Durante a sua gerencia publicou varias medidas importantes, sendo de todas a mais notavel o decreto de 2 de janeiro de 1862 que, regulando o provimento dos beneficios ecclesiasticos, levantou viva opposição. O conselheiro Moraes de Carvalho foi elevado ao pariato por carta regia de 30 de dezembro do mesmo anno de 1862, e nomeado conselheiro do Tribunal de Contas. Sem que os trabalhos parlamentares o afastassem das questões de jurisprudencia, tomou parte activa na discussão promovida pelos projectos do *Codigo civil*, e a esse respeito publicou alguns opusculos. Trabalhador incansavel, apezar do seu mau estado de saude nos ultimos tempos, escreveu ainda um livro sobre *Expropriação por utilidade publica*, que se estava imprimindo, quando falleceu. O conselheiro Moraes de Carvalho era socio honorario do Instituto da Ordem dos Advogados Brazileiros, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa e do Instituto historico de França. Era casado com D. Maria Soares de Moraes. Além das obras já citadas, escreveu: *Aforismos e pensamentos moraes, religiosos, politicos e philosophicos*, Lisboa, 1850; *O Passeio Publico, o vereador do pelouro, a camara municipal e o seu presidente*, Lisboa, 1853; *Observações sobre a primeira parte do projecto do Codigo Civil Portuguez do ex.mo sr. conselheiro Antonio Luiz de Seabra*, Lisboa, 1857. Esta polemica começada com este opusculo, deu ainda logar a outros opusculos do mesmo autor, cujos titulos são: *Resposta á primeira apostilla do sr. Antonio Luiz de Seabra*, 1858; *Resposta á segunda apostilla* etc., 1859. Escreveu mais: *Relatorio do governador civil, do districto de Lisboa, relativo ao anno de 1859*, Lisboa, 1860; com varios mappas estatisticos e outros documentos; *Propostas de lei apresentadas á camara dos senhores deputados pelo ministro dos negocios ecclesiasticos e de justiça, em sessão de 29 de fevereiro de 1860*, Lisboa, 1860. O conselheiro Moraes Carvalho foi um benemerito, e os seus partidarios lhe erigiram em 1882 uma estatua de bello marmore, feita no Porto na officina de Antonio Coelho de Sá e Fernando Correia da Silva, cinzelada pelos artistas Fernando Correia da Silva e Francisco Antonio Raposo. E' um bom trabalho, copia d'uma photographia. A estatua figura o conselheiro Moraes Carvalho um pouco descançado sobre a perna esquerda, o rosto muito expressivo e bem parecido. As bordaduras da farda, a gran-cruz, as medalhas, espadim, chapéo e livro sobre que pousa, estão bem cinzelados.

Moraes Carvalho *(Alberto Antonio de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado, par do reino, ministro de estado honorario e conselheiro de estado, vice-presidente da camara dos pares, presidente da Junta do Credito Publico, etc. Foi seu pae o estadista do mesmo nome *(V. o artigo antecedente)*. Matriculando se na Universidade, concluiu o curso de Direito em 1873, e veiu estabelecer-se como advogado em Lisboa. Começou a sua vida politica em 1881, filiando-se no partido regenerador, sendo eleito deputado pela primeira vez na legislatura d'esse anno, eleito por Vouzella. Em 1890 foi elevado a par do reino por eleição, e em 21 de maio de 1891 tomou parte no ministerio organisado pelo general João Chrysostomo de Abreu e Sousa, sendo-lhe confiada a pasta dos negocios ecclesiasticos e da justiça. Tendo o conselheiro Marianno de Carvalho, então ministro da fazenda, de ir a Paris tratar de negocios financeiros, ficou tambem encarregado interinamente d'esta pasta, n'uma epoca em que se tornava bem espinhosa por causa d'uma grande crise financeira. Em 1896 foi nomeado par do reino, tomando posse na respectiva camara na sessão de 14 de janeiro d'esse anno. Pertence á Junta do Credito Publico desde 1893 e foi nomeado seu presidente pelo decreto de 26 de julho de 1900. Teem-lhe sido conferidas honrosas distincções, no desempenho de tão elevado cargo. Em 1903 o governo francez o agraciou com a Legião de Honra, por motivo da conversão da divida externa em 1902. Publicou: *Discursos parlamentares*, Lisboa, 1904.

Moraes Carvalho *(Alberto Antonio de)*. Medico pela Escola Medico Cirurgica do Porto. N. em Vizeu em 1839. Foi nomeado medico extraordinario no hospital de S. José em 22 de outubro de 1874, e ordinario em 1 de outubro de 1885. Foi depois director da enfermaria de S. José, no referido hospital, sub delegado de saude e medico addido do hospital da marinha. Publicou em 1868 a sua these inaugural na escola do Porto, com o titulo de *Estudos microscopicos das alterações do sangue*.

Moraes Leal Junior *(Antonio Bernardo)*. Escriptor e jornalista. N. em Moncorvo a 8 de junho de 1836. Era destinado para a vida ecclesiastica, mas recusando-se a seguir essa carreira, para que não tinha vocação, conseguiu alcançar em 1861 ser protegido por el-rei D. Pedro V, que á sua custa o mandou para Coimbra, com destino de seguir os estudos da Universidade. Pouco tempo, porém, aproveitou essa generosidade do monarcha, que falleceu em novembro d'esse anno. Algum tempo depois alcançou d'el-rei D. Luiz I a mesma protecção, que lhe ficou dando uma mezada. Escreveu: *Uma pagina academica: opusculo critico-historico, em que é imparcialmente julgada a Academia de 1863 e 1864 sobre a petição de perdão d'acto, e consequencias da má interpretação da portaria do Ministerio do Reino de 25 de abril do anno corrente, por A. B. de Moraes Leal Junior (caloiro), prestacionado de S. M. El-Rei*, Coimbra, 1864. Por causa d'esta publicação foi obrigado a interromper os estudos universitarios, para evitar as consequencias da animadversão começada a manifestar-se por parte de muitos, cujo procedimento era no livro julgado em termos pouco benevolos. Esta obra serviu durante algum tempo de thema para largas discussões na imprensa politica. Escreveu mais: *Gazeta Lisbonense, publicação semanal litteraria, noticiosa, critica e recreativa*, Lisboa, 1865; sairam 12 numeros, tendo o 1.º a data de 10 de março e o ultimo a de 27 de maio; *O Espectador imparcial*, jornal, de que sairam alguns numeros; *O Mosquito, periodico satyrico-politico, litterario, noticioso e recreativo*, Lisboa, 1867; começou a publicar-se em 24 de março. Collaborou em diversos jornaes das provincias, como o *Jornal do Porto*, *Bracarense*, *Independente*, *Pensamento*, *Justiça*, etc.

Mesquita *(José Maria de Moraes Dá).* Presidente da camara municipal do concelho de Anciães, que escreveu e publicou em 1857, no Porto: *Memorias etymologicas e historicas do concelho de Anciães, offerecido a S. M. o sr. D. Pedro V.*

Moraes Pinto *(Alfredo de).* V. *Pinto (Alfredo de Moraes).*

Moraes Rego *(José Maria).* V. *Rego (José Maria Moraes).*

Moraes Sarmento. V. *Sarmento.*

Moraes Sarmento *(Thomaz Ignacio de Moraes Sarmento, 1.° visconde de).* Moço fidalgo com exercicio, cavalleiro da ordem de Christo, commendador de numero extraordinario da de Carlos III de Hespanha, cavalleiro da Corôa de Ferro da Austria, e da Corôa de Italia; doutor em Direito pela Universidade de Ieua em Saxe-Weimar; addido á legação da côrte de Italia, etc. N. em 2 de novembro de 1818, fal. em Roma a 10 de janeiro de 1875. Era filho do 1.° visconde e 1.° barão da Torre de Moncorvo, Christovão Pedro Moraes Sarmento, e de sua primeira mulher, D. Amalia Jordan. Casou em 23 de maio de 1862 com D. Bertha Zoé Bernex Philipou, filha de Theophilo Bernex Philipon, e de sua mulher, D. Maria Luiza Marguente Lamy. O titulo de visconde de Moraes Sarmento, foi-lhe concedido por decreto de 12 de outubro de 1871.

Moraes Silva *(Antonio de).* V. *Silva (Antonio de Moraes).*

Morão *(Jorge Henriques).* Medico do seculo XVII. Era natural da Covilhã. Publicou em 1697 um livro denominado *Regimento politico del hombre en edade floreciente.*

Morão *(José Antonio).* Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Castello Branco em 1796, fal. em setembro de 1865. Exerceu por vezes alguns cargos administrativos de eleição popular em Castello Branco, assim como a clinica. Dedicava-se muito á litteratura, e possuia uma livraria importante, que por sua morte legou á bibliotheca de Castello Branco. Traduziu a seguinte peça, que publicou com as iniciaes J. A. M., no Porto, em 1846: *Agar no deserto, drama sacro em uma só scena, composto em 1800 pela Baroneza de Stael, traduzido livremente*, etc.

Morão *(José Antonio Morão, 1.° visconde de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, antigo deputado, proprietario e capitalista em Castello Branco, onde nasceu a 23 de janeiro de 182?. Fal. a 19 de fevereiro de 1902. Era filho de Francisco José Morão, proprietario na mesma cidade, e de sua mulher, D. Maria Libania de Paiva. Fundou uma bibliotheca publica no lyceu de Castello Branco, concorrendo com 10:000 volumes de obras impressas, e 1:000$000 réis em dinheiro para ser empregado em inscripções, sendo o producto d'ellas applicado á conservação da mesma bibliotheca. Casou em 1843 com D. Maria Adelaide de Paiva Morão, filha de José Gabriel de Paiva, e de sua mulher, D. Maria Jacinta Morão. O titulo de visconde foi-lhe concedido por decreto de 7 de dezembro de 1870.

Morão. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Cerva, conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. ‖ S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Morato. Familia do antigo reino de Leão, que passou a Portugal no tempo de D. Affonso V. As suas armas são: Em campo de prata uma faxa vermelha entre duas serpes armadas de vermelho, uma no chefe e outra no fundo do escudo; timbre, uma das serpes nascentes.

Morato *(Francisco Manuel Trigoso de Aragão).* V. *Trigoso de Aragão Morato (Francisco Manuel).*

Morato *(João Barradas Muitopão).* V. *Silveira Homem (João Vaz Barradas Muitopão Morato Gonçalves da).*

Morato. Pov. do conc. da Magdalena, no distr. de Horta, bisp. de Angra do Heroismo, ilha do Pico, archipelago dos Açôres. Tem vinho e cria muito gado.

Morato Roma. V. *Roma.*

Morcegos *(Ponta dos).* Ponta da ilha de S. Thomé, Africa Occidental, na costa SE da ilha.

Mordau *(Luiz Ferrari de).* Tambem conhecido pelo nome de D. Luiz José Domingues Ferrari. Era de origem italiana. Esteve ao serviço de Hespanha e de Portugal, e por favor e protecção demasiada do marquez de Pombal, foi para elle creado o cargo do intendente geral da agricultura em 1765, o qual exerceu por muitos annos. Parece que em 1802 ainda vivia em Lisboa. São-lhe attribuidos alguns melhoramentos realisados nos serviços agricolas em Portugal, no fim do reinado de D. José e no de D. Maria I. Escreveu a seguinte obra, que ficou inedita: *Despertador da agricultura em Portugal: obra nova da riqueza do reino, dedicada ao serenissimo principe do Brazil, nosso senhor, no deliciosissimo dia natalicio de sua alteza real, por ... intendente geral da agricultura*, anno de 1782.

Mordeira. Porto da ilha do Sal, grupo de Barlavento, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Mordomia mór. A repartição da Casa Real que tem a seu cargo o expediente da mesma casa.

Mordomo mór. Antigo emprego da côrte. Não se sabe quando, nem onde teve principio este cargo. Já existia no reinado de Dagoberto I, de França, 628 a 638 da era christã. De França passou á Hespanha no tempo dos godos, d'estes aos reis de Oviedo, Leão, Galliza e Castella, e depois a Portugal, sendo o primeiro mordomo-mór Gomiso Nunes, no tempo do conde D. Henrique, em 1112. No *Regimento dos mordomos-móres*, dado por el-rei D. Diniz, guiando-se pela lei das *Partidas*, parte 2.ª, tit. 9, pag. 17, que copiou quasi litteralmente, se diz que *Mordomo mór quer dizer como o maior homem da casa d'el-rei, para ordenar quanto é em seu mantimento*, etc. D'elle dependiam os officiaes e creados da casa real, e por sua ordem se lhes pagavam as moradias. Provia varios officios, mandando passar alvarás de provimento. Admittia os vassalos do rei a differentes graus ou fóros de nobreza, se não havia impedimento, que fôsse necessario ser ouvido o monarcha. No tempo dos antigos reis de Castella era de tanta importancia este cargo, que elles o davam aos seus filhos primogenitos. O infante D. Fernando, 1.° filho de D. Affonso, o *sabio*, foi mordomo-mór de seu pae; o infante D. Pedro o foi de D. Fernando IV. Em Portugal foi este cargo sempre exer-

cido por pessoas da primeira nobreza, senhores de terras, ricos-homens, e parentes dos soberanos No tempo de el-rei D. Diniz fôram mordomos-móres seus filhos naturaes D. Affonso Sanches e D. João Affonso; el-rei D. Duarte deu este cargo a D. Lopo Dias de Sousa, bisneto de Affonso Diniz, filho d'el-rei D. Diniz, mestre da ordem de Christo e senhor de diversas terras. D. João II tambem nomeou mordomo-mór D. Pedro de Noronha, commendador-mór de S. Thiago, neto de D. Affonso, conde de Gijon, que era filho de D. Henrique II, de Castella El-rei D. Manuel teve por mordomo-mór a D. Diogo da Silva de Menezes, conde de Portalegre e senhor de varias terras, seu aio, escrivão da puridade e védor da fazenda. Este cargo continuou depois nos seus descendentes até D. João da Silva, que foi mordomo-mór de D. João IV, D. Affonso VI e de D. Pedro II. Fallecendo D. João da Silva sem filho varão, succedeu no cargo D. João Mascarenhas, 5.º conde de Santa Cruz, como filho e herdeiro de D. Juliana de Alencastro, filha e herdeira do 1.º marquez de Gouveia, e irmã de D. João da Silva. No *Portugal antigo e moderno*, de Pinho Leal, vol. V, pag. 539, vem a relação dos mordomos-móres desde o tempo do conde D. Henrique, até ao reinado de D. João V. Nos primeiros tempos da monarchia davam-se differentes nomes a este cargo, como: *dapifer*, *curiae dapifer*, *maiordomus*, *maior-domus palatii*, *dispensator domus regiae*, *princips curiae*, *comes palatii*, etc. Havia mordomo-mór e mordomo-menor da Casa Real. Aquelle era muitas vezes apenas um titulo honorario, e este era sempre de exercicio e serventia, denominando se *sub-dapifer*, ou simplesmente *mordomo da curia*. Houve tambem mordomos-móres das rainhas e dos infantes.

Moredo. Pov. na freg. de S. Nicolau, de Salsas, conc. e distr. de Bragança.

Moredos. Pov. na freg. de S. Domingos, de Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Moreira. E' appellido nobre, tomado da freguezia de Santa Maria de Moreira, concelho de Celorico de Basto, distr. de Braga. E' familia antiga, que tinha aqui o seu solar, porque já no reinado de D. Affonso III era senhor d'esta freguezia Gonçalo Rodrigues Moreira As suas armas são: Em campo de purpura nove escudetes de prata, em tres palas, e em cada um d'elles uma cruz da ordem de Aviz, elmo aberto, e por timbro meio lobo de purpura, com um dos escudetes das armas no peito. *Moreira Perengal* é um ramo d'aquelles Moreiras, que tinha o seu solar em Lagos, no Algarve, sendo o primeiro Fernão Moreira Perengal, a quem Filippe II, em recompensa ter morto, em combate singular, um valente moiro, no logar de Perengal, na India, o mandou usar d'este appellido, dando-lhe em 15 5 o seguinte brazão d'armas: Em campo azul uma faxa de prata, endentada, entre uma estrella de ouro, de 8 pontas, da parte de cima da faxa, e uma cabeça de moiro, cortada em sangue, com turbante de prata, da parte de baixo; elmo d'aço aberto, e timbre meio leão, azul, com a estrella das armas na espadua. Ha ainda os *Moreiras Peres Gis* (Peres Gil) da mesma familia, com as mesmas armas, com a differença da cabeça do moiro ter turbante de prata e barrete de púrpura; o mesmo elmo e o mesmo timbre.

Moreira (*Antonio Joaquim*). Official da secretaria da Academia Real das Sciencias de Lisboa, escriptor, etc. N. em Lisboa a 13 de junho de 1792, fal. a 9 de agosto de 1865. Era filho de Francisco Joaquim Moreira e de D. Maria do Carmo d'Almeida da Costa. A' custa de longo e perseverante trabalho e de muito dispendio conseguiu Antonio Joaquim Moreira uma avultada e importantissima collecção de livros e manuscriptos, que por sua morte ficaram disseminados, passando a diversos possuidores; 10 volumes de inscripções e epitaphios, recolhidos em Lisboa e nas provincias, entre os quaes ha muitos que pódem servir para esclarecer e apurar diversos pontos da historia patria, pertencem á Academia Real das Sciencias, que os comprou aos herdeiros do finado A numerosissima collecção de *Sentenças de tribunaes e juizos seculares e ecclesiasticos, condemnando ou absolvendo individuos accusados de crimes religiosos, civis e politicos*, passou, tambem por compra, á Bibliotheca Nacional. No *Diccionario bibliographico*, de Innocencio, da Silva vem o *catalogo* d'esta numerosa collecção, no vol. VII, de pag. 229 a 254, e no *Supplemento*, vol. XIX, de pag. 196 a 205. Tambem existe na Bibliotheca uma vastissima collecção de sentenças e processos inquisitoriaes, acompanhados de curiosos documentos, e das listas dos processados que sairam nos autos da fé. Tambem havia uma copia, ao que se diz integral e completa, do processo dos fidalgos e mais implicados na conjuração contra el-rei D. José; copia que Moreira em tempo extrahira do proprio original, que se reputa perdido. Este importante documento, segundo consta, pertence hoje aos srs. condes do Lavradio. Dos seus escriptos apenas se publicaram: *Noticia das antigas portas de Lisboa e sua cêrca;* inserta no *Panorama*, vol. II, da 1.ª serie, 1838, pag. 338; *Noticia da freguezia de S. Christovão de Lisboa;* contém a fundação, antiguidades, etc., da respectiva egreja parochial; saiu no *Ramalhete*, tomo VI, 1843, pag. 58, 66, 74, 82, 91, 98 e 107; *Traslado das mercês que os reis de Portugal fizeram aos descendentes do infante D. Duarte, irmão de D. João IV; e provas authenticas da sua descendencia*; tiradas por Felix Machado de Mendonça Eça Castro e Vasconcellos, tudo addicionado com algumas illustrações e notas; saiu no tomo IV da *Historia de Portugal*, vertida em portuguez por José Lourenço Domingues de Mendonça, nota OO, pag. LVII e seguintes; *Historia dos principaes actos e procedimentos da Inquisição de Portugal;* está publicada no tomo IX da mesma *Historia de Portugal*, de pag. 201 a pag. 362.

Moreira (*Antonio José*). Capitão do corpo de engenheiros, lente de desenho na Academia Real de Fortificação em Lisboa. Julga-se que fallecesse em 1794. Escreveu: *Regras de Desenho para a delineação das plantas, perfis e perspectivas pertencentes á Architectura militar e civil; para uso da Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho*, Lisboa, 1793; com 30 estampas gravadas a buril.

Moreira (*Antonio Leal*). Musico compositor; mestre do Real Seminario Patriarchal, etc. N. em Abrantes em 1758, fal. em Lisboa a 21 de novembro de 1819. Era filho de Bernardo Luiz e de Josepha Maria. Entrou para o Seminario Patriarchal, com 8 annos de edade, a 30 de junho

de 1766. Foi um dos alumnos mais notaveis d'aquella epoca, tendo por companheiros, além de outros, João José Baldi e Marcos de Portugal, que tambem fôram distinctos musicos compositores. Quando completou os estudos passou a ser organista da Patriarchal, mas em 9 de abril de 1775 já fôra escolhido para ajudante substituto dos mestres, motivo por que se conservava no seminario, quando a edade já não lhe permittia ser seminarista. No dia 1 de feveriro de 1777 teve o despacho de professor effectivo. Parece que a sua estreia solemne, como compositor, foi em 19 de maio do mesmo anno de 1777, escrevendo a missa que se cantou na cerimonia da acclamação da rainha D. Maria I, sendo celebraute o patriarcha D. Thomaz d'Almeida. Seguidamente á estreia entrou para a irmandade de Santa Cecilia em 8 d'agosto tambem de 1777. Umas composições mais antigas de Leal Moreira é uma collecção de 5 villancicos que existem na bibliotheca de Evora, em partitura autographa, os quaes teem o seguinte titulo: *Cinco coros a quatro com violinos, corni, oboes, e basso, para a festa do Sacramento.* Depois começou a compôr operas italianas para os theatros regios, em concorrencia com o proprio mestre João de Sousa Carvalho, de quem fôra discipulo. Todas as partituras d'estas operas existem na Bibliotheca Real d'Ajuda. No theatro de Queluz cantou se a 5 de julho de 1783 a *Siface e Sofonisba* para festejar os annos de D Pedro III; em 12 d'abril de 1785, no theatro d'Ajuda executou se o drama allegorico *Gl' Iminei di Delfo*, no dia do casamento do principe D. João, mais tarde D. João VI, com a princeza hespanhola D. Carlota Joaquina; no mesmo theatro se cantou a oratoriá *Esther*, em 19 de março de 1786, para solemnisar o nome do principe D. José; em 17 de dezembro de 1787, cantou-se a opera *Artemisia Regina di Caria,* para festejar os annos de D. Maria I; tambem ali se cantou em 21 de agosto de 1788 a opera *Gli Eroe Spartani;* em 1789 cantou-se na Casa Pia, então installada no castello de S. Jorge, um drama allegorico, intitulado: *Gli Affetti del Genio Lusitano.* Leal Moreira tornou se o primeiro compositor musical, visto que Sousa Carvalho, pela sua edade, já estava menos activo, e Marcos Portugal apenas começara. Em 1790 entrou para mestre do theatro da Rua dos Condes, onde então se reunia a primeira sociedade, e funccionava uma companhia de opera italiana; ensaiou muitas peças dos maestros em voga, n'essa epoca, Paesiello e Cimarosa. Em 1793 foi encarregado de escrever uma serenata allegorica, com o nome de *Il Natal Augusto*, poema de Martinelli, que se cantou no palacio do capitalista Anselmo José da Cruz Sobral, por occasião de se festejar o nascimento da primeira filha do principe D. João, a infanta D. Maria Thereza, que nasceu a 29 de abril do mesmo anno. N'essa composição cantou a celebre Luiza Todi, que para isso veiu expressamente de Madrid, onde estava. Em 30 de junho seguinte inaugurou-se o theatro de S. Carlos, para onde passou a companhia da Rua dos Condes, sendo, portanto, Leal Moreira o primeiro mestre que teve aquelle theatro. N'esse mesmo anno apresentou as seguintes composições: *A Saloia namorada ou o remedio é casar*, pequena farça em 1 acto, que os italianos cantaram em portuguez; *Os voluntarios do Tejo*, serenata em portuguez; *Raollo*, opera italiana em 2 actos; *A vingança da cigana*, drama joco-serio em 1 acto, cantado em portuguez pela companhia italiana em 1794; em 21 de março de 1795 cantou se a *L'Eroina Lusitana*, e em 1798 a *La serva riconoscente.* Dois annos depois, 1800, chegou a Lisboa Marcos de Portugal, precedido de grande fama, e Leal Moreira prompta e amigavelmente lhe entregou o logar de mestre do theatro de S. Carlos. Pelo mesmo tempo tambem foi muito apreciado em Italia, cantando se no theatro Carignano de Turim pelo carnaval de 1800 a sua opera *Il desertore francese*, que depois se repetiu no theatro Scala de Milão, no mez de julho do mesmo anno. Leal Moreira dedicou-se então á musica religiosa, que escreveu em grande quantidade. No archivo da sé de Lisboa existem as seguintes composições sacras: 5 missas a 4 vozes e orgão; 1 a 5 vozes e orgão; 2 a 4 vozes e orchestra; officios de defuntos, grande quantidade de psalmos, sequencias, vesperas, 2.º nocturno das matinas de Santo Antonio, 2.º nocturno das matinas do Coração de Jesus, matinas de S. Pedro, motetes, hymnos e um *Te-Deum* com orchestra O sr. marquez de Borba tambem possue na sua importante livraria muitas partituras de musica religiosa de Leal Moreira, sendo algumas autographas, etc. O distincto compositor casou em 17 de outubro de 1792 com D. Marianna Joaquina Correia da Fonseca Portugal, irmã de Marcos Portugal.

Moreira *(Fr. Filippe).* Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho. N. em Lisboa, onde tambem fal. a 10 de setembro de 1645. Era filho de Domingos Fernandes e de Izabel Esteves. Professou no convento da Graça, de Lisboa, a 29 de março de 1606. Foi doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, cujo grau recebeu a 28 de outubro de 1618. Foi ali professor de Escriptura, logar de que tomou posse a 12 de outubro de 1633. Sendo censôr do Santo Officio o nomeou D. João IV seu prégador em 1641. Deixou publicados alguns sermões em 1630, 1641 e 1646, e 4 tomos, em manuscripto tambem de sermões.

Moreira *(Francisco Alvares)* Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra. N. n'esta cidade, sendo filho de Antonio Alvares Moreira e de D. Josepha de Vasconcellos, descendentes de familias nobres. Depois de receber o grau de bacharel passou a Pernambuco, no logar de ouvidor e auditor geral do nosso exercito, onde assistiu a todos os successos militares, em que as armas portuguezas triumpharam das hollandezas. Ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Deixou manuscripta a seguinte obra: *Gloriosa restauração da Praça do Arrecife, e das mais capitanias, que os hollandezes occupavam n'aquelle estado.*

Moreira *(Francisco Manuel).* Mestre de capella na sé de Evora pelos fins do seculo XVIII e principios do XIX. Existem muitas composições suas no cartorio da mesma sé, entre as quaes se conta um *Ecce Sacerdos* a 4 vozes, dedicado ao arcebispo Cenaculo, com a data de 1803.

Moreira *(P. Francisco Roque de Carvalho).* Presbytero secular. N. n'um logar proximo de Trancoso pelos annos de 1755, e morreu, segundo parece, em 1840 ou 1841. Por muitos annos foi professor de Theologia moral no seminario

episcopal de Pinhel. Liberal por convicção, tanto quanto podia sêl-o um homem do seu estado, edade e na sua situação, quando em 1834 o restabelecimento do governo constitucional obrigou alguns bispos a abandonarem as suas dioceses, saindo do reino para evitarem as perseguições que temiam, e seguindo-se d'ahi uma especie de scisma, que lavrou por grande parte das provincias, o P. Moreira foi um dos que o combateram de palavra e por escripto, compondo varias dissertações. Escreveu: *Braganceida, poema em doze cantos, cujo assumpto é a elevação da serenissima Casa de Bragança ao throno de Portugal, na sempre augusta pessoa do senhor D. João IV*, etc., Lisboa, 1815 e 1816, 2 tomos; *Portugaida, poema em doze cantos, cujo assumpto é a primeira tentativa da França em se apoderar de Portugal, e os esforços e trabalhos d'elle para frustrar, até vir pela expulsão de Junot a constituir-se no seu antigo estado de independencia*, Lisboa, 1816; *Patriotico, onde em diversas composições se toca a expulsão dos francezes*, etc., Lisboa, 1816; *Poesias varias*, Lisboa, 1817.

Moreira *(Gonçalo)*. Vigario da egreja de S. Martinho, de Santarem, onde fal. em 1648. Era natural de Aveiro. Foi bom poeta lyrico, e um musico muito apreciado, tanto como cantor, como compositor, e executante, pois tocava varios instrumentos. Era tambem dedicado á pintura com muito proveito. Deixou manuscriptas muitas composições poeticas.

Moreira *(Hilario)*. Professor de Philosophia na Universidade de Coimbra no seculo XVI. Era natural d'esta cidade. Foi importante orador latino, e escreveu e publicou em 1452 uma obra philosophica em latim, que foi muito apreciada.

Moreira *(P. Hyppolito)*. Jesuita. N. em Coimbra em 1687, fal. em Lisboa, na casa professa de S. Roque, em 1 de fevereiro de 1746. Era filho de Antonio Moreira e de Maria da Paz. Entrou na Companhia de Jesus aos 15 annos de edade, no noviciado de Lisboa, a 6 de julho de 1702. Aprendeu letras humanas e sagradas no collegio de Coimbra, onde foi mestre da primeira classe das humanidades. Publicou alguns dos seus sermões em 1728, 1732, 1734, 1740 e 1742, sendo alguns sem o seu nome.

Moreira *(P. Ignacio)*. Presbytero secular. N. na Bahia a 17 de maio de 1685, fal. a 19 de junho de 1740. Era filho de Francisco Moreira Franco e de Anna Coelho. Estudou grammatica, humanidades e philosophia no collegio da Companhia de Jesus da Bahia, onde recebeu o grau de mestre em artes. Foi ordenado de presbytero em 1714, e depois vigario da freguezia de Nossa Senhora do Desterro da Bahia, de que tomou posse a 8 de julho de 1727. Foi bom prégador, e deixou publicado um *Sermão da gloriosa Virgem Santa Clara*, etc., *prégado na egreja do Desterro e convento de Santa Clara da Bahia*, Lisboa, 1739.

Moreira *(D. Fr. João)*. Bispo de Cabo Verde. N. na aldeia da Povoa, da freguezia de Villar Pinheiro, em 1688; fal. em Cabo Verde a 13 de agosto de 1746. Era filho de Manuel Moreira e de Andreza João. Foi religioso franciscano da provincia da Soledade, e guardião em varios conventos da sua ordem. D. João V o elegeu bispo de Cabo Verde em 16 de junho de 1742, e foi sagrado na patriarchal de Lisboa a 17 de fevereiro de 1743. Em 11 de março de 1744 partiu para a sua diocese, onde chegou a 28 do mesmo mez, tomando posse solemnemente no dia 31. Falleceu depois de ter governado dois annos o seu bispado.

Moreira *(João Baptista de Mattos)*. Livreiro e escriptor. N. em 29 de agosto de 1845. Seu pae possuia na praça de D. Pedro, á esquina do largo de Camões, uma afamada loja de bebidas, e quando elle falleceu, Mattos Moreira transformou o estabelecimento n'uma importante livraria e casa editora. Depois a casa tornou-se uma papelaria, com especialidado de *bijouterias* e quinquilherias. Fundou uma typographia, onde se imprimiam as obras que editava. Fundou tambem uma publicação em pequenos volumes, com o titulo de *Jardim do Povo*, vulgarisando assim por diminutos preços bons romances nacionaes e traducções dos romances de afamados escriptores estrangeiros. Sendo muito dedicado ao theatro, escreveu as seguintes peças, representando-se algumas com grande successo: *O filho da sombra*, drama em 3 actos; *Rosto e coração*, comedia em 4 actos; *Amor buscando amor*, comedia em 2 actos; e as comedias em 1 acto: *Um amigo de Lavater*, *Guerra aos nunes*, *Guerra aos pares*, *Herança e amor*, *Continuas surprezas*, *Desgostos de um homem feliz*, *A parentella*, *Abaixo a palmatoria!* Tambem traduziu e imitou diversas peças, entre as quaes se conta a comedia em 2 actos, *O senhor meu filho*.

Moreira *(João Baptista Moreira, barão de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, com as honras de guarda-roupa, do conselho de Sua Majestade, commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição, official da da Torre e Espada, consul geral no Rio de Janeiro, etc. N. no Porto a 6 de janeiro de 1798, fal. no Rio de Janeiro em 1868. Era filho de João Baptista Moreira, negociante da praça do Porto, e de sua mulher, D. Maria Thereza de Sousa Moreira. Ficando orphão de pae, dirigiu-se a Inglaterra para ali completar a educação, mas sendo aprisionado pelos francezes em 1810, só pôde mais tarde seguir para Londres, onde afinal pouco se demorou, regressando á sua terra natal em 1814. Pouco depois entrou na vida commercial, e trabalhando activamente nas associações que prepararam a revolução liberal, e nas que depois se organisaram para favorecer entre nós o systema constitucional, foi em 1823, quando se extinguiram as milicias, eleito ajudante e secretario do batalhão de guardas nacionaes do Porto, de que era chefe João Ferreira Vianna, um dos regeneradores de 1820. Embarcando para o Rio de Janeiro em fins de 1823, empregou se em varias operações mercantis, e sendo nomeado vice-consul de Portugal na côrte do Brazil em junho de 1826, ficou encarregado dos negocios da legação durante a ausencia do diplomata Carlos Mathias Pereira, que em junho de 1827 veiu á Europa. Elevado depois a consul prestou importantes serviços á causa liberal, já no exercicio do seu cargo, já no de encarregado de negocios, que por vezes desempenhou até meado de 1833. Deixando então o serviço consular foi readmittido em julho de 1835 na categoria de consul geral a que fôra elevado em 1830, tendo n'esse intervallo, durante a sua estada em Portugal sido nomeado

verificador da Alfandega Grande de Lisboa, e membro da commissão de qualificação da divida publica. No Rio de Janeiro dirigiu João Baptista Moreira o consulado por muitos annos, recebendo dos nossos governos repetidas vezes provas do apreço em que eram tidos os seus serviços, sendo agraciado com as condecorações acima citadas, e com o titulo de barão de Moreira, por decreto 11 de setembro de 1855. Annos depois levantou se um vivo conflicto entre a colonia portugueza e o barão de Moreira, de que resultaram representações ao governo e uma violenta polemica pela imprensa. José Feliciano de Castilho tomou ardentemente a defeza do barão de Moreira, mas este afinal foi demittido. Esta e outras particularidades da sua vida constam de um extenso *Esboço biographico*, que José Feliciano de Castilho escreveu em 1862. Na mesma occasião appareceu sob o seu nome, a seguinte obra: *Apologia perante o governo de sua magestade, apresentada por João Baptista Moreira, barão de Moreira*, etc., Rio de Janeiro, 1862. A accusação feita pela colonia portugueza consistia, entre outras cousas, em o consul ter guerreado o ministro portuguez Figaniére e Morão, porque tinha este em vista pôr cobro ao trafico da escravatura, que então se fazia em navios com bandeira portugueza no Brazil, o que afinal o ministro conseguiu, apezar de tudo quanto se tramou contra elle O barão de Moreira casou em 18 de outubro de 1818 com D. Maria Margarida da Silva.

Moreira *(P. João Marques)*. Presbytero secular, protonotario apostolico em Macau. Escreveu: *Relação da magestosa, mysteriosa e notavel acclamação que se fez á magestade d'el-rei D João IV na cidade do nome de Deus do grande imperio da China*, Lisboa, 1644.

Moreira *(Joaquim Antonio Vito)*. General de divisão reformado, estribeiro-menor das reaes cavallariças, ajudante d'ordens do fallecido rei D. Carlos, etc. N. em 15 de junho de 1825, fal. em 19 de novembro de 1901. Assentou praça em cavallaria a 4 de março de 1840, sendo promovido a alferes em 29 de abril de 1851, a tenente em 23 de julho de 1862, a capitão em 4 de março de 1868, a major em 30 de dezembro de 1876, a tenente coronel em 6 de outubro de 1880, a coronel em 16 de julho de 1884, a general de brigada em 23 de abril de 1890, reformando-se em general de divisão a 25 de maio de 1893. Em 24 de abril de 1890 foi nomeado ajudante de campo do fallecido rei D. Carlos. O general Vito Moreira era commendador das ordens de Christo e de S. Bento d'Aviz, cavalleiro d'esta ordem e da de Nossa Senhora da Conceição; possuia a medalha de ouro de comportamento exemplar e a de prata de bons serviços. Na sua mocidade foi um distincto cavalleiro tauromachico, figurando ao lado do marquez de Castello Melhor e d'outros amadores fidalgos que se distinguiram n'aquella epoca.

Moreira *(José Maria da Cruz)*. Aspirante da 3.ª secção da 1.ª repartição da direcção geral da estatistica e dos proprios nacionaes, no ministerio da fazenda, jornalista, escriptor, etc. N. em Lisboa a 3 de maio de 1862. Cultivando com exito o genero humoristico, tem collaborado com o pseudonymo de *Caracoles*, em muitos jornaes de Lisboa, como a *Folha do Povo*, *Tarde*, *Ridiculos*, *Petiz Jornal*, etc. Collaborou com Ernesto Desforges n'uma revista, intitulada *Lisboa em camisa*, que se representou no theatro da Avenida.

Moreira *(Luiz da Cruz)*. Professor de instrucção primaria. N. no Porto em 1707, ignora-se a data da sua morte. Era filho de José Nunes Moreira e de Paschoa da Resurreição. Publicou em 1738 uma *Taboada*. Foi tambem muito perito em desenho, e a elle se refere o P. Agostinho Rebello da Costa, na sua interessante *Descripção da cidade do Porto*.

Moreira *(P. Manuel de Campos)*. Presbytero da Congregação do Oratorio, de Extremoz. N. n'esta villa a 4 de setembro de 1708, e ignora se a data da sua morte Era filho de Francisco de Campos Moreira e de Maria Martins Moutinho. Aos 15 annos de edade entrou no referida congregação, em 22 de fevereiro de 1723. Foi professor de Theologia na sua congregação. Escreveu: *Jardim symbolico, cujas immarcessiveis flôres são mysterios e sagradas orações*, Lisboa, 1737; *Compendio do jardim symbolico*, etc., Lisboa, 1737.

Moreira *(Manuel da Costa)*. Cirurgião do seculo XVIII. Serviu nas armadas, e deixou publicado um livro, com o titulo de *Opusculo cirurgico*. A primeira parte d'esta obra trata da cura da gangrena pela via galenistica, a segunda pela via moderna, e a terceira das excellencias do ouro e cura que se faz com o seu oleo.

Moreira. Pov. e freg. de Santa Maria, da provincia do Minho, conc. e com. de Monsão, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 213 fog. e 947 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 6 k. da séde do conc. A Universidade de Coimbra apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. Esta egreja era do padroado real, mas o rei D. Diniz a trocou por outras, com o bispo de Tuy, D. João Fernandes Sotto Maior, em 1308. Passou depois a curato dos padres jesuitas até 1759, e desde então ate 1834 á Universidade de Coimbra. Pertence a pov. á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. ‖ Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Douro, conc e com. da Maia, distr. e bisp. do Porto; 476 fog. e 2:013 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., fabrica de moagem a vapor, *Philarmonica Moreira*. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada na estrada do Porto a Villa do Conde. O prior do mosteiro de Moreira, d'esta freguezia, apresentava o cura, que tinha 50$000 réis de congrua e o pé d'altar. Existia aqui o convento do Salvador, que foi de conegos regrantes de Santo Agostinho, que no principio era duplex (frades e freiras). Foi fundado por D. Gontina, senhora das *Pedras Ruivas*, ou *Pedras Rubras*, em 900 da era de Cesar, 862 da de Christo. No principio tinha a invocação de S. Jorge, e estava situado mais para o norte, n'um logar chamado *Gatão*, sendo depois removido, em 1060, pelo abbade D. Mendo, para outro local, benzendo a nova egreja o bispo do Porto D. Hugo. Pelo decurso do tempo veiu este convento para o poder de commendatarios, sendo o ultimo D. Fulgencio, filho do duque de Bragança D. Jayme, que o deu ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, mediante certa pensão vitalicia, vindo os frades cruzios a tomar conta do mosteiro em 22 de ju-

lho de 1562. O prior D. Gregorio remiu a pensão de D. Fulgencio, em 1568, por 1:750$000 rs. Mais tarde, estando a egreja e o convento muito velhos, e sendo de acanhadas dimensões, o prior D. Henrique Brandão tratou de reedificar tudo, sendo lançada a primeira pedra de reconstrucção da nova egreja pelo bispo do Porto D. Fr. Marcos de Lisboa, a 3 de maio de 1588. Estas obras só vieram a concluir-se em 16-2. A egreja, que é elegante, ampla, toda de abobada, ficou sendo a matriz da freguezia. A magnifica cêrca do convento foi vendida, depois de 1834, ao desembargador Luiz Lopes Vieira de Castro. Em fevereiro de 1874 comprou esta rica propriedade a viuva do grande orador parlamentar José Estevão Coelho de Magalhães, que fixou ali a sua residencia. Esta grande quinta é a melhor propriedade do todo o concelho da Maia. A pov. de Moreira é muito fertil em todos os generos agricolas. Cria muito gado, principalmente bovino, que exporta em grande escala para Inglaterra; tem muito peixe, que lhe vem de Mattosinhos e do rio Leça. Sobre este rio construiu-se uma ponte em 1866, cujo projecto foi elaborado pelo engenheiro militar Luiz Victor Lecocq, então director das obras publicas do Porto. N'esta freguezia foi montada em 1873 uma fundição de sinos, por Joaquim Narciso da Costa e seu irmão José. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Povoações nas freguezias: O Espirito Santo, de Alfarella de Jalles, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real. || S. Miguel, de Bairros, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de Cavez, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Miguel, de Fontellas, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Pedro de France, conc. e distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Gandra, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto. || Santa Maria, de Melres, conc. de Goudomar, do mesmo distr. || S. Bento, de Pedraido, conc. de Fafe, districto de Braga. || N. S.ª da Purificação, de Pena Verde, conc. de Aguiar da Beira, distr. da Guarda. || S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Roge, concelho de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || Santo Adrião, de Sul, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Expectação, de Souzella, conc. de Louzada, distr. do Porto || Santo Antonio, de Raposa, conc. de Almeirim, distr. de Santarem.

Moreira d'Alem. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Martinho, de Valle do Bouro, concelho de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Moreira de Baixo. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Santar, conc. de Nellas, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Moreira de Carvalho *(Antonio).* Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, desembargador da Casa da Supplicação, conselheiro da fazenda, diplomata, etc. N. em Vianna do Castello, e fal. em Lisboa em 1654. Foi secretario da embaixada que D. João IV enviou ás côrtes de França, Inglaterra, Dinamarca, Suecia, etc. Escreveu em portuguez uma *Memoria do successo das embaixadas á Suecia e á Dinamarca*, e em hespanhol duas obras relativas á politica do seu tempo; alguns opusculos em latim, relativos á acclamação de D. João IV e á prisão do infante D. Duarte, etc.

Moreira de Carvalho *(Jeronymo).* Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, etc. Era natural de Extremoz, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento, julga se, comtudo, que vivia ainda em 1747. Era filho de Francisco de Carvalho e de Maria Ribeiro. Applicou-se ao estudo da Medicina, em que se formou, e foi um dos medicos de partido, que tinha a Universidade, medico dos exercitos do Alemtejo e physico-mór do Algarve. Dizem que compoz uma massa, que intitulou *Pedra de David*, com que tratou diversas doenças. Escreveu: *Methodo verdadeiro para curar radicalmente as carnosidades*, Lisboa, 1721; houve outra edição em 1758; *Historia do imperador Carlos Magno, e dos doze pares de França, traduzida do castelhano em portuguez*, Lisboa, 1728; Coimbra, 1732. Este romance foi originariamente escripto em francez, mas a traducção de Jeronymo Moreira é feita sobre a versão hespanhola de Nicolau de Piemonte. Passados annos publicou-se tambem traduzida, mas por traductor diverso, a *Segunda parte da Historia do imperador Carlos Magno*, etc., *fielmente tirada das chronicas francezas*, etc., Lisboa, 1737; sairam ambas as partes reimpressas em 1750; depois fizeram-se varias edições, 1784, 1799, 1814; em 1854, com o titulo: *Historia do imperador Carlos Magno .. traduzida do castelhano com mais elegancia para a nossa lingua; nova edição.* Ainda houve, pelo menos, mais 3 edições, publicadas pelo editor Rolland, de Lisboa, em 1851, 1858 e 1863; os editores Mattos Moreira & C.ª publicaram outra em 1875, com gravuras. Moreira de Carvalho escreveu mais: *Historia do grande Roberto, duque de Normandia, e imperador de Roma, em que se trata da sua conceição, nascimento e depravada vida, por onde mereceu ser chamado Roberto do Diabo, e do seu grande arrependimento e prodigiosa penitencia*, etc, Lisboa, 1733; é traducção do castelhano, e reimprimiu-se varias vezes; *Historia das guerras civis de Granada*, tomo I, 1735; e parece que se não publicou o 2.º E' traducção do castelhano.

Moreira de Carvalho *(Manuel).* Nasceu em Villa Viçosa, sendo filho do dr. Jeronymo Moreira de Carvalho, e de Maria Rosa. Estudou grammatica, arithmetica e geographia, em que muito se distiguiu. Serviu na côrte com praça de soldado até ser ajudante engenheiro na provincia do Alemtejo. Fal. em Extremoz a 1 de outubro de 1741. Traduziu do castelhano: *Historia das fortunas de Semprilles e Generodano, pelo doutor João Henriques de Zuniga, obra muito curiosa e discreta*, Lisboa, 1735.

Moreira do Castello. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Celorico de Basto, distr. e arceb. de Braga; 134 fog. e 520 hab. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada no ponto de juncção das estradas de Amarante e de Margaride a Freixieiro. O reitor da freg. do Salvador, de Infesta, apresentava o vigario, que tinha 12$000 réis e o pé d'altar. Foi honra. A terra é muito fertil, produz bom vinho e cria muito gado de toda a qualidade; nos seus

montes ha muita caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Moreira de Cima. Povoações nas freguezias: S. Lourenço, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Pedro, de Santar, conc. de Nellas, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Moreira dos Conegos. Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 134 fog. e 965 hab. N'esta pov. ha uma fabrica de tecidos. A egreja parochial dista 9 k. da séde do conc. O chantre da collegiada de N. S.ª da Oliveira, de Guimarães, apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil e cria muito gado Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. No dia 25 de março de 1809 foi n'esta freg. morto por uma guerrilha, junto á ponte de Negrellos, um official superior francez, sendo sepultado n'um campo proximo.

Moreira da Costa Lima *(Caetano)*. Era filho de Caetano Moreira da Costa Lima e de Jeronyma Rosa de Lima. Nasceu a 29 de julho de 1835, e falleceu a 17 de novembro de 1898. Cursou a Academia de Bellas Artes em 1851, onde obteve o primeiro premio no concurso do 4.º an-

Caetano Moreira da Costa Lima

no. Dedicou-se em especial á pintura historica, destacando se d'esses trabalhos as seguintes composições: *Alvorada d'Ourique; A rainha Santa Izabel distribuindo esmolas (lenda das flôres); A ultima communhão de Santa Izabel; Morte da mesma no castello de Extremoz; Martim de Freitas verificando na cathedral de Toledo o fallecimento do rei D. Sancho II; Alcacer-Kibir, Reconhecimento do cadaver de D. Sebastião; Partida de Vasco da Gama para India; Conspiração de 1640; D. João I visitando D. Nuno Alvares Pereira no mosteiro do Carmo.* Esboços: *Morte de D. João de Castro; D. Sebastião quando creança; Ignez de Castro, com os filhos ajoelhada aos pés de D. Affonso IV na portaria do convento de Santa Clara; Affonso Domingues examinando pelo tacto os lavores executados no granito, para o monumento da Batalha; Affonso Domingues sob a abobada do mosteiro da Batalha; Vasco da Gama na côrte de D. Manuel apresentando os indigenas, no regresso da primeira viagem; João das Regras, nas côrtes de Coimbra, advogando a causa de D. João I; D. Filippa de Vilhena, armando os filhos cavalleiros.* Quadros religiosos: *A elevação da cruz; Christo entrando no sepulchro.* Quadros diversos: Varios retratos, e uma Venus deitada sobre uma pelle de tigre, quadro a que se referiram elogiosamente os jornaes do Porto de março de 1880. Desenhos: *Uma sessão no tribunal do Santo Officio no momento da leitura da sentença ao condemnado; Simão Botelho quebrando os cantaros na desordem do chafariz; Assassinio de Balthazar Coutinho; Morte de Simão Botelho.* Estes ultimos desenhos fôram para illustrar uma edição do romance de Camillo *Amôr de Perdição.* Moreira da Costa Lima collaborou no *Jornal do Porto*, de 1875 a 1883, escrevendo em folhetim sobre Bellas Artes, e as impressões de uma viagem que effeituou a Hespanha, Italia, Suissa, Paris, Allemanha e Londres. Como documento do seu consciencioso estudo de investigação historica para a execução de suas obras, deixou além d'outros trabalhos, *Notas*, sobre o esboço do quadro historico, *Martim de Freitas verificando na cathedral de Toledo o fallecimento do rei D. Sancho II.* Uma doença pertinaz o impediu de concorrer a um logar de professor na Academia de Bellas Artes, e por ultimo, uma myelite o prostrou no leito, onde permaneceu 6 annos n'uma completa tortura, que elle soffreu com uma resignação de martyr, até que a morte o libertou

Moreira Coutinho *(Manuel Joaquim)*. Bacharel formado em Medicina e cirurgia pela Universidade de Coimbra, medico do hospital militar estabelecido em Lamego, por occasião da Guerra Peninsular, socio correspondente da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, etc. N. em S. João, de Gatão, logar do concelho de Amarante, a 29 de janeiro de 1781, e fal. a 21 de janeiro de 1818. Matriculou-se na Universidade, formou-se em 1808, e annos depois serviu como medico supranumerario no hospital militar de Lamego. Escreveu varios opusculos politicos, e defendendo nos jornaes os principios proclamados no Porto pela revolução de 1840, aspirou por varias vezes a uma cadeira do parlamento, mas nunca foi eleito deputado, por opposição dos seus inimigos. No *Jornal das Sciencias Medicas* sairam posthumos 2 trabalhos sobre assumptos de medicina: *Memoria sobre o uso dos banhos do mar*, 2.ª serie, tomo V, pag, 49, 72 e 143; *Resumo abreviado da historia de Medicina;* no mesmo vol., pag. 90, 157, 297 e 331.

Moreira Dias *(Antonio)*. Negociante de cereaes em Lisboa. Escreveu: *Resumo das memorias que fez em 19 de janeiro de 1815, 15 de março e 29 de agosto de 1819, sobre as causas dos males da lavoura, consequencias d'esses males, e remedio aos sobreditos*, etc., Lisboa, 1821.

Moreira da Fonseca *(José)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, governador civil do Porto, etc. N. em Lamego. Depois da sua formatura exerceu alguns annos a advocacia no Porto, em que se tornou muito afamado. Foi governador civil do Porto e presidente do partido regenerador na referida cidade.

Moreira Freire *(Zeferino Pimentel)*. Nascido em Lisboa a 26 de agosto de 1800, foi para o Rio de Janeiro em 1808 em companhia de seu pae, o brigadeiro Bernardo Antonio Moreira Freire, que fazia parte da comitiva de D. João VI. Dedicando-se á vida militar, assentou praça no primeiro regimento de cavallaria e matriculou se na Academia Militar, cujo curso completou. Pugnando activamente pela causa da independencia do Brazil, tomou parte, servindo ao governo, nos movimentos de Pernambuco em 1817, da Bahia em 1837 e do Rio Grande do Sul em 1839. Era condecorado com a commenda da ordem de S. Bento de Aviz. No Rio de Janeiro publicou alguns trabalhos seus.

Moreira de Geraz do Lima Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Minho, conc., com. e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 79 fog. e 324 hab.. Tem caixa post. A pov. dista 14 k. da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 340$000 réis de rendimento annual. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianua do Castello.

Moreira da Guerra *(Victorino José Luiz)*. N. em Lisboa em 1764, fal. pelos annos de 1838 a 1840. Destinado para a vida ecclesiastica seguiu os primeiros estudos, mas depois mudou de idéa, e dedicando-se á vida militar, obteve o posto de alferes das ordenanças da côrte, sendo mais tarde empregado na Impressão Regia, hoje Imprensa Nacional, onde exerceu por alguns annos o logar de fiel do armazem da venda dos impressos. Este logar lhe foi tirado em 1833 por occasião do restabelecimento do governo constitucional, por ser muito affeiçoado e decidido partidario do infante D. Miguel. Ficando reduzido á miseria e rodeado de familia, viveu ainda alguns annos luctando com as maiores difficuldades, até que falleceu. Publicou alguns dos seus escriptos, saindo uns com o seu nome todo, outros só com as iniciaes, etc, e outros de todo anonymos: *Varias poesias de seu auctor V. J. L. M. da G., tomo I, primeiro folheto*, Lisboa, 1807; *Ode ao ill.*^{mo} *e ex.*^{mo} *sr. marquez de Borba, Fernando Maria de Sousa Coutinho*, etc, Lisboa, 1813; com o seu nome; *Delirios da vida e queixas do fado, ou satyra ao consorcio; versos offerecidos ao sr. desembargador Domingos Monteiro d'Albuquerque e Amaral*, etc., 1809; *Carta, ou satyra, remettida e offerecida ao ill.*^{mo} *e rev.*^{mo} *sr. João de Figueiredo Maio e Lima, freire conventual na ordem militar de S. Bento de Aviz*, etc., Lisboa, 1817; com o seu nome; *Deprecuções á Virgem Santissima Senhora Nossa, nas calamidades presentes, por um devoto da mesma Senhora*, etc., Lisboa, 1811; *Soneto no fausto e sempre memoravel dia 15 de setembro de 1820*, um quarto de papel, com o seu nome, *Epistola dirigida ao ill.*^{mo} *sr. Joaquim Antonio Xavier Annes da Costa, em seu nome e dos mais empregados da Imprensa Regia*, Lisboa, 1823. Em prosa publicou: *Resposta á objecção que se me põe sobre a legitimidade da successão do throno portuguez na pessoa do ser.*^{mo} *sr. infante D. Miguel, por ter S. M. o sr. rei D. João VI na carta de lei de 15 de novembro de 1825 reconhecido a seu augusto filho, o imperador do Brazil, como principe real de Portugal, e por conseguinte herdeiro do throno*; no fim tem as iniciaes V. J. L. M. d. G., Lisboa, 1828. Deixou manuscripto um grosso volume, que comprehende todas as suas composições poeticas.

Moreira Guimarães *(P. Domingos)*. Bacharel formado em Theologia pela Universidade de Coimbra, professor de theologia no seminario de Braga, etc. Formou-se no anno de 1867. Escreveu: *Epitome do «Bosquejo historico da Litteratura classica» do sr. Antonio Cardoso Borges de Figueiredo*, Braga, 1860; com as iniciaes D. M. G., bem como as seguintes: *A verdade na questão do Seminario, ou resposta ao folheto intitulado «Relatorio dirigido ao ex.*^{mo} *Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino pela commissão administrativa do Collegio de S. Caetano de Braga»*, Braga, 1861; *Breve exposição do systema metrico decimal para uso das escolas do seminario de S. Caetano*, Braga, 1861; *Duas palavras ao sr. F. S. Balmar*, Coimbra, 1868; é confutação de outro opusculo, que saira com o titulo: *Os deveres do confessor e do penitente*, no qual se combate a pratica de recitar o acto de contricção para obter a absolvição sacramental; *Sermão prégado na capella de N. Senhora a Branca, em Braga, na festa da mesma Senhora*; veiu publicado em folhetins no *Bracarense*, em agosto de 1867. *Sermão prégado na capella do Senhor do Arnado, em Coimbra, na festa do mesmo Senhor*; no referido jornal em setembro do mesmo anno.

Moreira Junior *(Manuel Antonio)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, lente na referida escola, deputado, ministro de estado honorario, etc. N. em Lisboa a 25 de dezembro de 1866, sendo filho de Manuel Antonio Moreira. Defendeu these em 27 de julho de 1889. Serviu no Hospital de S. José, como proposto do cirurgião do banco A. Figueiredo, por contrato particular durante o impedimento d'este. O sr. dr. Manuel Antonio Moreira Junior foi um dos quintanistas da Escola Medica que se nomearam para um dos logares de internos no hospital que se crearam em 3 de setembro de 1889, para serem exercidos por alumnos dos ultimos annos do curso. Em 19 de fevereiro de 1890 foi nomeado cirurgião interino para o mesmo banco do hospital, ficando effectivo no dia 27 tambem de fevereiro. Por decreto de 12 de junho de 1890 foi nomeado, precedendo concurso, demonstrador da secção cirurgica da Escola Medica; promovido a lente substituto da mesma, por decreto de 11 de março de 1897, e a lente proprietario por decreto de 13 de maio de 1898, sendo-lhe destinada a 11.ª cadeira (Anatomia pathologica), deixada por opção do professor Alfredo Costa, e que vagara pelo fallecimento do professor Abilio Pinto de Mascarenhas, na sessão de 27 de abril de 1893. Passou depois a reger a 15.ª cadeira (Anatomia topographica) creada pela lei de 25 de julho de 1903. Actualmente rege 5.ª cadeira (Medicina operatoria). E' medico director da enfermaria de Santa Joanna, do Hospital de S. José. Entrando na politica filiou-se no partido progressista, sendo pela primeira vez deputado em 1897, eleito por um dos circulos de Lisboa, mostrando-se desde logo um orador fluente e de grandes recursos. O mesmo

circulo o reelegeu em diversas legislaturas. Em 1904, tomou parte no ministerio presidido pelo sr. conselheiro José Luciano de Castro, encarregando-se da pasta da marinha e ultramar. N'este elevado cargo evidenciou se pela actividade que desenvolveu no estudo das questões coloniaes; iniciou o caminho de ferro de Mossamedes a Chella, e em 1905 projectava uma viagem ás colonias africanas occidentaes, que parece não ter chegado a realisar. O sr. dr. Moreira Junior foi mem-

Manuel Antonio Moreira Junior

bro effectivo do Conselho Medico Legal, e membro extraordinario do Conselho de Saude e Hygiene Publica E' socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, titular da Sociedade das Sciencias Medicas, socio da Sociedade de Geographia de Lisboa e da Associação dos Medicos Portuguezes; presidente da sub commissão de estatistica e estudo da tuberculose da Assistencia Nacional aos Tuberculosos, e vogal d'uma das commissões da Liga Nacional contra a tuberculose. Publicou a sua these inaugural, com o titulo de *Estudo sobre o Enxerto periostico (*Ensaio de physiologia experimental), Lisboa, 1889; e a these de concurso: *Sobre a tuberculose ossea e articular* (Apontamentos), Lisboa, 1890.

Moreira do Lima. Pov. e freg. de S. Julião, da prov. do Minho, conc e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 217 fog e 889 hab Tem est. post. A pov. dista 4 k. da séde do conc. A casa de Bertiandos, da cidade de Braga, apresentava o abbade, que tinha 750$000 reis de rendimento annual. Ha aqui a egreja do Espirito Santo, que foi dos templarios. Era a matriz d'uma vasta freguezia, que desmembrando se, fórma agora varias parochias. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Moreira de Mendonça *(Joaquim José)*. Escriptor que viveu no seculo XVIII. Escreveu: *Torre de Amor: epitalamio ás nupcias do senhor Diogo Xavier de Mello Cogominho com a senhora D. Maria Victoria de Moraes Moniz de Mello*, Lisboa, 1717; *Historia Universal dos terremotos que tem havido no mundo, de que ha noticia desde a sua creação até ao presente*, Lisboa, 1758.

Moreira de Mendonça *(Verissimo Antonio)*. Era irmão do antecedente, e natural de Lisboa. Professou na ordem das Mercês, e fal. em 1756. Escreveu: *Dissertação philosophica sobre o terremoto de Portugal do 1.º de novembro de 1755; expendem-se as suas causas physicas, as dos seus effeitos e prognosticos*, Lisboa, 1756.

Moreira de Rei (*Antonio Augusto Ferreira de Mello, 1.º visconde de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, commendador da ordem de Carlos III, de Hespanha, deputado em varias legislaturas, par do reino, academico professor da Academia Matritense de Jurisprudencia e Legislação, advogado perante o tribunal do conselho de Estado e tribunaes civis e criminaes de Lisboa, proprietario, etc. N. na freguezia de Moreira, concelho de Fafe, na casa do Foral, em 19 de julho de 1838, fal. em Lisboa a 9 de outubro de 1891. Era filho do conselheiro Joaquim Ferreira de Mello, fidalgo da Casa Real, proprietario e senhor da casa do Foral de Moreira de Rei, em Fafe, e de D. Florinda Rosa de Carvalho e Mello. Formou-se em Direito a 3 de junho de 1858. Tendo concluido a formatura assentou banca de advogado no Porto, onde se demorou por algum tempo. Foi deputado por Fafe, desde 1868 até 1879, e vogal do Supremo Tribunal administrativo, logar que exercia quando falleceu. Casou em 14 de abril de 1867 com D. Elvira Henriqueta de Sousa Basto, filha dos condes da Trindade. Foi agraciado com titulo de visconde de Moreira de Rei pelo decreto de 22 de agosto de 1870. Escreveu: *Commentario critico explicativo á Lei hypothecaria portugueza de 1 de julho de 1863, regulamento respectivo e leis posteriores, precedido d'uma introducção*, Porto, 1864, dedicado á Associação dos Advogados; *O que são e o que valem as alterações propostas pela Commissão revisora do Projecto do Codigo Civil portuguez á organisação do registro creado pela Lei hypothecaria de 1 de julho de 1863*, Porto, 1865; *Nem tanto ao mar nem tanto á terra, ou a justa apreciação do casamento por contrato civil*, Porto, 1865; saiu sem o nome do autor; *Segunda observação sobre o casamento civil; substituição da redacção do Projecto do Codigo; resposta a um membro da Commissão, e ao sr. Augusto N S. Carneiro*, Porto, 1866; traz o seu nome, e declara ser o autor do opusculo antecedente; *Theoria do direito hypothecario, e do registro predial, ou exposição dos motivos e fundamentos da lei hypothecaria de Hespanha, traducção livre, (*com notas e remissões á legislação patria para uso do fôro), Porto, 1866; *Casamento in articulo mortis*, etc., Porto, 1866. Publicou varios artigos juridicos na *Gazeta dos tribunaes*, de Lisboa, e no *Jornal de Jurisprudencia*, de Coimbra, bem como varias *Allegações de direito.* No *Commercio do Porto* sustentou uma longa polemica com a *Revolução*

de Setembro, onde combateu o projecto apresentado na camara dos deputados por Antonio Rodrigues Sampaio, em que estabelecia fôro commum para os crimes dos deputados. Esta polemica foi depois impressa em volume separado. Escreveu tambem um *Commentario ao Codigo Civil Portuguez*.

Moreira de Rei. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Fafe, distr. e arceb. de Braga; 463 fog. e 1:556 hab.: Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 4 k. da séde do conc. A Casa de Bragança apresentava o reitor, que tinha 100$000 réis de congrua e o pé d'altar. Foi villa e couto, que pertencia ao rei, e tinha os privilegios das *taboas-vermelhas*, de Guimarães. D. Affonso Henriques deu-lhe foral sem data, e seu neto D. Affonso II o confirmou em Coimbra, em 1217. A terra é muito fertil, cria muito gado, e é abundante de caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Villa e freg. de Santa Maria, da prov. da Beira Beixa, conc. e com. de Trancoso, distr. e bisp. da Guarda; 350 fog. 1:393 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est post. A villa dista 6 k. da séde do conc. e está situada n'um alto, a 1 k. da estrada de Meda a Trancoso. Tem annexa a freg. do Espirito Santo, de Moreirinhas. O real padroado apresentava o abbade, que tinha 100$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, foi concelho com camara e mais justiças e empregados. D. Affonso Henriques deu-lhe foral sem data, assim como deu á pov. do mesmo nome do concelho de Fafe, que D. Affonso II tambem confirmou, em Coimbra, em 1217. Na villa vê se um castello em ruinas. A sua construcção, que remonta a grande antiguidade, é attribuida aos romanos ou aos antigos lusitanos No testamento de D. Flamula, ou D. Chama, feito em 960, Livro de *Mumadona*, fl. 7, vê-se mencionado este castello e outros da Beira. A villa pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Moreiral. Pov. na freg. do Salvador, de Parada e Barbudo, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Moreiras. Pov. e freg. de Santa Maria, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 148 fog. e 514 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 11 k. da séde do conc. A Casa de Bragança apresentava o prior, que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. A egreja parochial é muito antiga. A terra é fertil, cria muito gado, e apparece muita caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Povoações nas freguezias: S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga. || N. S.ª do O' de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || S. Verissimo, de Tamel, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Moreiras Grandes e **Moreiras Pequenas.** Duas povoações na freg. de N. S.ª da Purificação, de Assentiz, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Moreirinhas. Pov. annexa á villa de Moreira de Rei, conc. de Trancoso, districto da Guarda.

Moreiró. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Gandra, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Thiago, de Labruge, conc. de Villa do Conde, do mesmo districto.

Moreiros *(Montes dos)*. Na freg. de N. S.ª do Rosario, conc. de Arronches, distr. de Portalegre.

Morelena. Pov. na freguezia de N. S.ª da Purificação, de Montelavar, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Morelinho. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Morem. Pov. na freguezia de S. Pedro, de Serreleis, concelho e districto de Vianna do Castello.

Morena. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal. || Pov. na freg. de N. S.ª da Annunciação e conc. de Mertola, distr. de Beja.

Morenas. Pov. na freguezia de S. João Baptista, de Villa Monte, conc. e distr. da Guarda.

Moreno. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Bento, de Ribeira Brava, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Morenos. Povoações nas freguezias: Santa Catharina de Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro. || S. Braz, conc. de Serpa, distr. de Beja. || N. S.ª d'Assumpção e conc. d'Alter do Chão, distr. de Portalegre.

Morentães. Pov. na freguezia de S. Cosme de Gondomar, concelho de Gondomar, districto do Porto.

Moreta. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Monsanto, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Morfacem. Pov. na freg de N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, districto de Lisboa.

Morfeito. Pov. na freg. de Santa Leocadia, de Tamel, concelho de Barcellos, distr. de Braga.

Morgade. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 6? fog. e 549 hab. Tem est. post. A pov. dista 9 k. da séde do concelho e está situada na estrada de Boticas a Montalegre. O reitor de S. Vicente, de Chã, apresentava o vigario, que tinha 70$000 réis e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Arco de Baúlhe, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Morgado. Certos bens vinculados, que não se podiam dividir nem alienar, e por morte do possuidor passavam ao filho primogenito. *Morgado*, *vinculo* e *capella* são muitas vezes confundidos. O vinculo *(V. este nome)* tinha por fim principal a conservação do lustre e nobreza de uma familia, em contraposição a *capella*, cujo fim era a expressão da piedade do instituidor. Não bastava porém o encargo pio para constituir capella, era necessario achar-se o vinculo expresso. O morgado instituido por secular passava ao primogenito, e o instituido por ecclesiastico pertencia aos parentes em linha collateral. O administrador d'um morgado tinha muitas vezes a obrigação de usar os appellidos do instituidor. D. Manuel distinguiu bem os morgados das capellas *(V. Capella*, no vol. II, pag. 723). O primeiro golpe vibrado aos morgados foi o decreto de 3 de agosto de 1770, pelo qual o marquez de Pombal aboliu os de rendimento insignificante.

Mousinho da Silveira aboliu, por decreto de 4 de abril de 1835, os morgados e capellas cujos rendimentos liquidos não chegassem a 200$000 réis. No respectivo relatorio diz se: «As instituições dos morgados não são injustas em si porque elles nunca poderão frandar os herdeiros necessarios, e quem dá a pessoas a quem póde não dar, tambem lhes póde pôr condições; nem outra coisa é um vinculo senão a condição de não alienar e de passar para certa pessoa os bens havidos com esta designação; comtudo elles se tem feito odiosos dos povos apresentando o quadro hediondo de um irmão rico e de muitos pobres, causando a immoralidade e os costumes dissolutos e destruindo a circulação e os meios de industria e de trabalho.» O decreto de 30 de julho de 1860, referendado pelo marquez de Loulé, Alberto Antonio de Moraes Carvalho e Antonio José d'Avila, estabeleceu diversas regras e disposições relativas á reforma das instituições dos morgados, e do registo dos vinculos. Fôram abolidos todos os morgados e capellas que não tivessem de rendimento annual liquido 400$000 réis, os constituidos em dominios uteis de prazos, e os que não fôssem registados nos governos civis no prazo de dois annos O decreto de 19 de maio de 1863, referendado por Anselmo José Braamcamp, Gaspar Pereira da Silva, Joaquim Thomaz Lobo d'Avila e José da Silva Mendes Leal, aboliu definitivamente todos os morgados. Esta antiga instituição contribuiu poderosamente para a integridade dos haveres de numerosas casas opulentas, o que bastaria para justificar a sua existencia. *Bibliographia: Vocabulario* de Bluteau, voc. *Morgado*; Coelho da Rocha, tomo II, § 498 do *Direito Civil Portuguez;* Assis e Andrade, *Portugal Economico*, pag. 134; José Accursio das Neves, *Variedades Economicas*, pag. 286 do tomo II. Manuscripto da Bibliotheca Nacional, Fundo Antigo N.º 599.

Morgado. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Conceição, conc. de Tavira, distr. de Faro. ‖ N. S.ª da Conceição, de Odiaxere, conc. de Lagos, do mesmo distr. ‖ S. Miguel, de Souto, conc. da Feira, distr. de Aveiro. ‖ N. S.ª d'Assumpção, de Vialonga, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. ‖ Na linha do Caminho de ferro de Vendas Novas, ha um apeadeiro, no logar de Morgado, entre as estações de Muge e de Setil.

Morgados *(Casal dos)*. Na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Tornada, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria

Morganhal. Pov. na freguezia de S. João Degolado, de Terrugem, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Morganheira Povoações nas freguezias: Santissimo Nome de Jesus, de Salzedas, conc. de Tarouca, distr. de Vizeu. ‖ S. Pedro, de Villa Boa, concelho de Sabugal, districto da Guarda.

Morganti *(P. Bento)*. Presbytero secular, licenceado em Canones pela Universidade de Coimbra, beneficiado na basilica de Santa Maria, de Lisboa. N em Roma a 13 de outubro de 1709; ignora se a data do fallecimento. Era filho de Lourenço Morganti, natural de Lucca, e de D. Clara de Azevedo, natural de Coimbra. Vindo muito novo para Portugal, estudou no collegio de Santo Antão, em Lisboa, e depois na Universidade de Coimbra, onde recebeu o grau de licenceado em Canones. Escreveu: *Numismalogia ou breve recopilação de algumas medalhas dos imperadores romanos de ouro, prata, e cobre, que estão no museu de Lourenço Morganti... a que se junta uma Bibliotheca de todos os autores que escreveram de medalhas e inscripções antigas*, Lisboa, 1737; esta obra é muito estimada, principalmente no estrangeiro; *Dissertação historica e critica sobre a inscripção que existe no Campo de Sant'Anna da cidade de Braga, e uma moeda antiga do tempo de Julio Cesar*, Lisboa, 1742; *Enchiridion, ou pratica familiar, deduzida dos logares da Sagrada Escriptura para a recta e perfeita observancia dos domingos e mais festividades do anno*, Lisboa, 1751. Collecção de discursos intitulados: *O Anonymo*, Lisboa, 1752 a 1754; era semanal esta publicação, e saia sem o nome do autor; *Carta que um amigo escreveu a outro, que estava despachado para servir os logares de letras, em que se dão alguns documentos para os que se destinam a este emprego*, Lisboa, 1755; *Carta e resposta sobre a noticia e uso das Sciencias no imperio da China*, Lisboa, 1755; *Descripção funebre das exequias que a Basilica Patriarchal de Santa Maria dedicou á memoria do Fidelissimo Senhor Rei D. João V*, Lisboa, 1750; tem 9 gravuras; houve outra edição no mesmo anno; *Breves reflexões sobre a vida economica, a qual consiste nos casamentos*, etc., Lisboa, 1755; *Breve discurso sobre os cometas, em que se mostra a sua natureza, sua duração, seu nascimento*, etc., Lisboa, 1757; saiu com as iniciaes do seu nome *B. M*; *Carta de um amigo para outro, em que se dá succinta noticia dos effeitos do terremoto succedido em o 1.º de novembro de 1755*, Lisboa, 1756; *Verdade vindicada, ou resposta a uma carta escripta de Coimbra, em que se dá noticia do lamentavel successo de Lisboa no dia 1.º de novembro de 1755*, Lisboa, 1756; *Sustos da vida nos perigos da cura, ou carta que um amigo escreveu a outro, estando convalescendo depois de uma enfermidade*, Lisboa, 1756; saiu em nome de José Accursio Tavares; fez-se outra edição em 1758; *Tardes de Maio ou tardes de passeio, passadas em conversação erudita para servir de instrucção á mocidade portugueza, e de introducção á geographia*, Lisboa, 1758; sairam 8 numeros; *Relação panegyrica das exequias que a irmandade de N. S.ª Mãe dos Homens fez ao instituidor o P. Fr. João de N. S. conhecido vulgarmente pelo nome do Padre Poeta de Xabregas*, Lisboa, sem data: *Afforismos moraes e instructivos*, Lisboa, 1765; sairam em 2.ª edição sem o nome do autor, em 1818, não trazendo a dedicatoria que tinha a 1.ª edição; *Narciso á fonte, isto é, o homem vendo-se na sua propria miseria; traduzido do italiano do P. D. Hypolito Falconi*, Lisboa, 1748, outra edição em 1765; 2 tomos.

Morgido. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Borba da Montanha, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. ‖ S. Christovão, de Candomil, concelho de Amarante, distr. do Porto.

Morgulhão. Pov. na freguezia de S. Christovão, de Candomil, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Moriannes *(Monte da)*. Na freg. de Sant'Anna de Cambas, conc. de Mertola, distr. de Beja.

Moribane. Uma das circumscripções em que

estão divididos os territorios do Manica e Sofala, na Africa Oriental, administrados pela Companhia de Moçambique. E' constituida por terrenos fertilissimos e servida por estradas que, partindo de Macequece e Mandigos, ao longo da linha ferrea, unem estes pontos com a sua séde. Ha n'ella importantes mattas em que se colhe a borracha. Em parte o terreno é explorado pela Companhia de Moribane, que tem ali grandes concessões, e em parte por particulares. A séde da sub-circumscripção é na Chaia.

Morijaes. Pov na freg. de S. Cosme e conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Morilhões. Pov. na freg. de S. Paio e conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Morim. As armas d'esta familia são: Em campo azul cinco vieiras de prata, em santor, com tres estrellas tambem de prata no fundo do escudo; timbre dois bordões de romeiro de prata em aspa e entre elles uma das vieiras.

Morim *(P. Antonio)*. Jesuita, natural de Coimbra, onde nasceu em 1640 e falleceu em 1716. Deixou publicados alguns volumes de *Sermões*.

Morim *(P. Pedro da Cunha)*. Presbytero, que viveu no seculo XVIII, e do qual existe publicado um *Sermão panegyrico de Santa Brigida da Suecia*.

Morim. Pov. na freg. de S. Mamede, de Ferreira, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Morincheira. Pov. na freg. de S. Thiago, de Amorim, concelho de Povoa de Varzim, distr. do Porto.

Morleiros. Pov. na freguezia de S. Verissimo, concelho de Amarante, districto do Porto.

Morley *(João Henrique)*. Medico militar, cirurgião em chefe do exercito, do conselho d'el-rei D. Luiz I, etc. N. em 1816, fal. em Lisboa a 31 de março de 1888. Matriculou-se na Escola Medico-Cirurgica, cujo curso concluiu em 1840, e a 10 de dezembro d'esse anno assentou praça e foi nomeado ajudante do exercito, sendo collocado no batalhão de infantaria n.º 6. Em 13 de janeiro de 1843 passou ao regimento de granadeiros da rainha, e em 13 de janeiro de 1845 foi promovido a cirurgião-mór para cavallaria n.º 5, e em 10 de julho de 1845 passou a fazer serviço no regimento de infantaria n.º 11, recebendo ordem para recolher ao corpo em 10 de outubro do mesmo anno. Passou á 1.ª secção do exercito em 11 d'agosto de 1846. No posto de cirurgião mór fez a campanha de 1846, entrando nas acções de Vianna do Alemtejo em 28 de outubro, e do Alto do Viso no dia 1 de maio de 1847. Em ambos estes combates prestou bons serviços aos feridos, e se tornou notavel pela sua bravura. A'cêrca do que se passou em Vianna do Alemtejo, conta um dos seus biographos: «Estava o cirurgião-mór do regimento de cavallaria n.º 5, João Henrique Morley, esperando tranquillamente, á porta do *hospital de sangue*, que lhe fôra determinado, os feridos da acção empenhada logo nas primeiras horas da manhã do dia 28 de outubro de 1846, nas extensas planicies de Vianna do Alemtéjo, quando viu a debandar, a *fugir* do inimigo, o seu proprio regimento, o que constituia mais em especial a sua familia militar, aquelle emfim de cujo nome, valoroso e honrado mais animo e mais orgulho poderia ter um homem da valentia e do brio do dr. Morley! O que então se passou, é unico. O cirurgião-mór, Morley, doido de vergonha e allucinado pela sua indomita coragem, põe-se á frente do regimento de cavallaria n.º 5, embarga-lhe o passo, fala-lhe em nome da honra e do dever militar, o faz voltar com elle, comsigo, com o proprio cirurgião-mór á frente, de espada desembainhada, de cara e de peito para o inimigo já em sua perseguição. E' então que o regimento de infantaria n.º 11, que tambem debandara, encontra aquelle punhado de bravos cavalleiros, que se reanima á sua vista, que os segue, que os coadjuva, que se vae bater com elles apoiando-os valorosamente, e que todos conquistam o terreno perdido e reganham a perdida acção. E tudo isto foi a obra quasi de um homem só, quasi unicamente do feito arrojado e decidido do cirurgião-mór do regimento de cavallaria n.º 5, João Henrique Morley.» O glorioso feito de Vianna do Alemtejo, valeu-lhe o ser condecorado com o grau de cavalleiro da ordem de Christo, por decreto de 10 de fevereiro de 1847. Pelos serviços prestados na acção do Alto de Viso, recebeu o grau de cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição, por decreto de 9 de maio do mesmo anno de 1847. Passou ao regimento de infantaria n.º 1 em 25 de janeiro de 1848, e depois ao regimento de cavallaria n.º 2, lanceiros da rainha, em 10 de outubro de 1849. Por effeito da revolução de 1851 foi graduado em cirurgião do exercito em 10 de julho d'esse anno. Passou para o regimento de cavallaria n.º 1 em 12 de novembro do mesmo anno, mandando-se-lhe contar a antiguidade do ultimo posto desde 28 de abril do citado anno de 1851. Por ordem do commandante em chefe do exercito de 27 de janeiro de 1857, foi mandado tomar interinamente a direcção do hospital permanente do Porto. Foi mandado recolher ao corpo, por ordem do commandante em chefe do exercito de 13 de abril de 1858. Teve depois o encargo de fazer as inspecções semestraes dos hospitaes dos corpos da 1.ª divisão militar, aquartelados fóra da capital, no impedimento do respectivo cirurgião de divisão, em 24 de janeiro de 1859. Recolheu em 1 de março do mesmo anno. Foi agraciado com o grau de cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, por decreto de 13 de março de 1861, e graduado em cirurgião de brigada a 28 de abril seguinte. N'este posto serviu no paço, junto á cabeceira do leito em que expirou o infante D. João, coronel de lanceiros, sendo por este serviço agraciado com a commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição. Foi promovido á effectividade do posto de cirurgião de brigada em 26 de março de 1862, passando da 5.ª divisão para a 4.ª, em 16 do maio seguinte, servindo então como director do hospital do Porto e como inspector d'esta antiga divisão, que tinha séde em Braga. Em 18 de setembro de 1866 foi mandado marchar para o campo de instrucção e manobras, afim de organisar o hospital de que foi director, segundo a disposição 5.ª da ordem do exercito n.º 33 do mesmo anno. Por determinação d'el-rei D. Luiz I foi mandado continuar n'aquella commissão, em 11 de dezembro do mesmo anno. Em 21 de setembro de 1867 passou á 6.ª divisão militar, continuando na mesma commissão. Em 1 de dezembro de 1868 foi mandado

fazer serviço na 1.ª divisão, em correspondencia com a sua anterior collocação na 6.ª, que se extinguiu em 12 de novembro do mesmo anno. Foi collocado na 1.ª divisão militar, em harmonia com o disposto na ordem do exercito n.º 70, de 1868, em 14 de dezembro do referido anno. Sendo promovido a cirurgião de divisão para a 3.ª divisão militar em 14 de abril de 1875, passou á 1.ª divisão em 28 de agosto do mesmo anno, recebendo depois a promoção a cirurgião em chefe do exercito e a nomeação de chefe da 6.ª repartição da secretaria de estado dos negocios da guerra, em 27 de abril de 1881, sendo então agraciado com a commenda de S. Bento de Aviz, e pouco depois com a carta de conselho, por decreto de 1 de junho de 1882, mercês que para elle fôram propostas pelos ministros Sanches de Castro e Fontes Pereira de Mello, em testemunho de consideração pelos serviços prestados no exercicio do seu cargo.

Morlinho. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Marmilheiro. Pov. na freguezia de Santo André, de Padornello, conc de Amarante, distr. do Porto.

Mormugão. V. *Murmugão*.

Mormural. Pov. na freg. de Santa Maria, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, districto de Vianna do Castello.

Morôa. Nome dado a um canal situado ao S d'um ilhéo extenso e deshabitado que divide em duas a corrente na foz do rio Cuvo, no conc. de Novo Redondo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Morões. Pov. na freg. de N. S.ª da Gaiola, de Córtes, concelho e distr. de Leiria.

Morões de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Maria, de Ferreiros de Avões, conc. de Lamego, distr. Vizeu.

Morombim Grande. Freg. de Santa Barbara, do conc. das Ilhas, na ilha, com. e distr. de Gôa, India.

Morombim Pequeno. Freg. de N. S.ª das Mercês, do conc. das Ilhas, na ilha, com. e distr. de Gôa, na India. Tem uma grande ponte de 3:024 m. de comprimento e 44 arcos, chamada *de Pangim*, mandada construir em 1638 pelo vice-rei D. Miguel de Noronha, conde de Linhares.

Mororó *(P. Gonçalo Ignacio de Loyola Albuquerque e Mello)*. Presbytero do habito de S. Pedro e cavalleiro da ordem de Christo. N. na povoação do Riacho Guimarães, no Ceará, em 1780. Era filho de Felix José de Sousa e de D. Theodora Madeira. Republicano desde o anno de 1817, adheriu aos movimentos politicos do Ceará, e a sua voz foi a primeira que se levantou contra o imperador D. Pedro I. Esses movimentos o levaram á prisão e ao cadafalso em 1825. Foi professor de latim desde agosto de 1818 até dezembro de 1821. Era profundamente erudito, possuia, além dos conhecimentos das materias ecclesiasticas, os de sciencias physicas e naturaes. Como poeta lyrico, compunha com rara habilidade tanto na lingua vernacula como na latina. Tornou se notavel tão bem como orador sagrado, escriptor e jornalista politico, jurisconsulto e botanico. Dos seus numerosos sermões só publicou: *Orações de graças*, recitadas em 12 de outubro de 1816 na egreja matriz da Fortaleza, capital do Ceará, pela feliz união dos tres reinos de Portugal, Brazil e Algarve, Rio de Janeiro, 1818.

Morouce. Pov. na freguezia de Santa Maria, de Lamas, concelho da Feira, districto de Aveiro.

Moroucinhos. Povoações nas freg.ª: O Salvador, de Monte Cordova, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. ‖ O Salvador e concelho de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Morouço. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Cambezes, conc. de Barcellos, districto de Braga. ‖ Santa Christina, de Couto, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. ‖ S. Miguel, de Galtar, conc. e distr. de Braga. ‖ Santo André, de Mosteiró, concelho da Feira, districto de Aveiro.

Morouços. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Annaes, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. ‖ Santo André, de Campeã, conc. e distr. de Villa Real. ‖ S. Thiago, de Rande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. ‖ N. S.ª da Expectação, de Santa Ovaia, concelho de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Morouços de Baixo e Morouços de Cima. Duas povoações na freg. de Santo André, de Villa Nume, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Morraçã. Pov. na freg de N. S.ª d'Assumpção, de Tentugal, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Morracezes de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg do Salvador de Grijó, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Morreira. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc, com., distr. e arceb. de Braga; 105 fog. e 391 hab. A pov. dista 5 k. da séde do conc. O prior de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, apresentava o vigario, que tinha 80$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Morrião. V. *Armadura*, no *Portugal*, vol. I, pag. 714 e 715.

Morrião. Pov. na freguezia de N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa.

Morro. Ilha de S. Jorge: pov. na freg. de S. Thiago, Ribeira Secca, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo. ‖ Pov. da ilha de Maio (grupo de Sotavento), no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. ‖ Pov. do sobado de Cahuia e Quibexi, na freg. de S. José, 5.ª div, (Zambella), do conc. de Calumbo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Morro do Ambriz. Morro alto, esbranquiçado, cortado a pique, do conc. de Ambriz, prov. de Angola. Tem diversas feitorias, alfandega e fortaleza.

Morro de Benguella a Velha. Morro da costa de Novo Redondo, no distr. de Loanda, prov. de Angola. Entra muito pelo mar, formando um promontorio alto e escarpado, e tem no cimo uma povoação.

Morro Braz *(Ribeira do)*. Ribeira da ilha de Santo Antão (grupo de Barlavento) no archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental.

Morro Carregado. Ponta da ilha de S. Tho-

mé, na prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. Está situada na costa N da ilha, entre as pontas Morro Peixe a E e Figo a O.

Morro da Cubula. Pov. do sobado de Kaônda, no conc. do Egito, distr. de Benguella, prov. de Angola.

Morro do Frade. Montanha na ilha de S. Nicolau, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Tambem é conhecida por *Pão de Assucar*.

Morro dos Frades. Monte da ilha do Principe, na prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. Nasce n'elle o rio dos Frades.

Morro Grande. Ponta da ilha de S. Jorge, Açôres. Está situada proximo da villa das Vélas || Ponta da costa N da ilha de S. Miguel, Açôres. || Alta montanha que corre ao S das Mammas e serve, como ellas, de balisa ao Cabo Segundo ou Ponta Banda, na Africa Occidental. E' muito visivel, e domina duas fiadas de collinas na costa.

Morro Peixe. Ponta da ilha de S. Thomé, na prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental.

Morro do Salgueiro. Monte da ilha de S. Vicente, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Tambem é conhecido por *Salgadeiro*.

Morro de S. Miguel. Morro do conc. e distr. de Loanda, na prov. de Angola. Fica junto da capital da prov., e está edificada n'elle a fortaleza de S. Miguel, reconstruida em 1770.

Morro Vermelho e Espingueira. Pov. da freg. de Santa Izabel, no conc. de Boa Vista, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Morros. Ilha das Flôres; pov. do conc. das Lagens, distr. da Horta, bisp. de Angra do Heroismo. Tem cereaes. || Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Quiaios, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || S. João Baptista, de Tocha, concelho de Cantanhede, do mesmo districto.

Morrosa. Pov. na freg. de S. Cypriano, conc. e distr. de Vizeu.

Morrua. Pov. da freg. de S. Luiz Gonzaga, no conc. d'Angoche, distr. e prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Morrumbene. Uma das circumscripções em que está dividido o conc. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Conta numerosas povoações governadas por varios regulos e cabos.

Mortaes. Povoações nas freguezias: Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Purificação, de Alcanede, conc. e distr. de Santarem.

Mortagoa. Villa da prov. da Beira Alta, séde de conc. e julgado municipal, com. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu, bisp. de Coimbra, Relação do Porto. Tem uma só freg., N. S.ª d'Assumpção. Está situada n'um valle fertil e dilatado, regado por duas caudalosas ribeiras, cortadas por duas boas pontes, que se juntam a pouca distancia ao S da villa, morrendo depois no rio Dão, que vae desaguar no Mondego, perto de Penacova. A pov. é muito antiga. D. Fernando Magno a resgatou dos moiros em 1058. Já tinha fôro de villa no reinado de D. Sancho I, como consta de documentos da sua camara municipal. Os duques do Cadaval fôram seus donatarios, e apresentavam o prior, que tinha réis 300$000 de rendimento. Gonçalo Annes de Sousa, progenitor d'estes fidalgos, senhor de Tentugal, Mortagoa e d'outras mais terras, lhe deu foral, estando em Mortagoa, a 21 de agosto de 1403. El-rei D. Manuel lhe deu foral novo, em Lisboa, a 8 de janeiro de 1514. El-rei D. Duarte fez doação d'esta villa e da de Penacova a D. Sancho de Noronha e sua mulher, D. Mecia de Sousa, 1.ºs condes de Odemira. Esta doação foi confirmada por D. Affonso V, em 1451, por D. Manuel em 1504, e por D. João III em 28 de agosto de 1527. Conservou-se na casa dos condes de Odemira até á restauração de 1640. D. João IV confirmou esta doação a favor do conde D. Francisco de Faro, e por morte d'este, a sua filha, a duqueza D. Maria de Faro. Fallecendo esta senhora, D. Pedro II deu as duas villas a D. Nuno Alvares Pereira, conde de Tentugal, marquez de Ferreira e 1.º duque do Cadaval, em 18 de dezembro de 1671, com todas as jurisdicções, direitos, rendas, padroados de egrejas e officios, assim da guerra como da republica, e o oitavo de todos os fructos. N'esta villa se alojou D. Pedro II em 1704, com toda a sua côrte, e depois o rei de Castella, Carlos III, sendo aqui provido de tudo o necessario, sem ser preciso recorrer a outras terras. A imagem de N. S.ª d'Assumpção que se venera na egreja matriz, é muito antiga; o seu altar foi feito em 1571, mas a imagem já existia havia muitos annos. Sobranceiro á villa ergue-se um monte denominado Cabeço do Senhor do Mundo, onde existiu um castello romano, de que restam ainda vestigios. O territorio da villa e do concelho é muito fertil em cereaes, vinho, azeite e mel; cria muito gado, e exporta grande quantidade de madeiras de pinho. Os seus rios lhe fornecem muito peixe. Ha aqui muita caça do chão e do ar. A villa pertence á 2.ª div. mil., 3.ª brigada, grande circumscripção mil. C, e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. Tem escolas d'ambos os sexos, Misericordia, est. post. com serviço de emissão e pagamento de vales, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. B. A.; est. do caminho de ferro, na linha da Beira Alta, entre as de Luso e de Santa Comba Dão; advogado, medicos, pharmacias, notario, agencias bancarias e de seguros; hoteis, etc. O concelho comprehende 10 freguezias, com 2:095 fog. e 8:498 hab., sendo 3:848 do sexo masc. e 4:650 do fem., n'uma superficie de 20.185 hect. As freguezias são: Santo Isidoro, de Almaca, 210 hab.: 74 do sexo masc. e 136 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Corcosa, 425 hab.: 183 do sexo masc. e 242 do fem.; S. Thiago, de Cortegaça, 324 hab.: 141 do sexo masc. e 183 do fem.; S. Pedro, de Espinho, 1:387 hab.: 598 do sexo masc. e 789 do fem.; S. Miguel, de Marmeleira, 674 hab.: 325 do sexo masc. e 349 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Mortagoa, 1:479 hab.: 677 do sexo masc. e 802 do fem.; S. Gens, de Palla, 985 hab.: 446 do sexo masc. e 539 do fem.; S. Miguel, de Sobral, 1:531 hab.: 727 do sexo masc. e 804 do fem.; S. Thomé, de Trezoy, 726 hab.: 347 do sexo masc. e 379 do fem., S. Mamede, de Valle de Remigio, 757 hab.: 330 do sexo masc. e 427 do fem.

Mortal. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade e conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Mortalla. V. *Lutuosa*, n'este vol. pag. 593 e 594.

Mortas. Pov. na freg. de Santa Maria, de Outeiro, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Mortazel. Pov. na freg. de S. Miguel, de Sobral, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu.

Morteira. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Esperança, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Morteiro. Canhão curto, grosso, de bocca larga, com que se lançam bombas. Peça de ferro de pequenas dimensões que se ataca de polvora para dar tiros, imitando as salvas d'artilharia. Os morteiros, parece, terem sido antigamente empregados. Os primeiros projecteis dos morteiros fôram pedras.

Morteiros. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Canha, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Mortinheira. Pov. na freg. de S. Mamede, de Quiaios, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Mortologos. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Mortorio. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Ferreiros de Avões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Gatão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Verissimo, do mesmo conc. e districto.

Mortorios Povoações nas freguezias: S. Thiago e conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || N. S.ª do Rosario, de Aveiras de Baixo, conc. de Azambuja, do mesmo districto.

Mortulha, Mortalha, Mortuario, Mortuorio, e Mortúra. Por qualquer d'estes nomes era conhecido um antigo direito que se pagava ao clero, consistindo, ordinariamente na 4.ª parte, na 3.ª e, ás vezes, em metade dos bens do defuuto. A este odioso tributo succederam as *lutuosas (V. este nome)*. No *Elucidario* de Santa Rosa de Viterbo vem um artigo minucioso ácêrca d'este tributo.

Morumbala. Serra do distr. da Zambezia, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Fica perto do ponto de confluencia do Chire com o Zambeze, e é um notavel massiço granitico. Tem 1:220 m. d'altura e brotam d'elle algumas fontes thermaes. Constitue um ponto estrategico de primeira ordem, por dominar em grande parte o valle do Chire e do Zambeze. O monte Chamoara é como que um seu contraforte mais avançado para o S, junto do Zambeze.

Morumbua. Cachoeiras do rio Zambeze, no distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Ficam a O das famosas cachoeiras de Cabrabassa ou Quebrabassa.

Morzeleira. Pov na freg. de S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Mosca *(José Alvares*, ou *Alves)*. Organista da sé patriarchal em 1800, e compositor de musica. No anno de 1831 já estava aposentado, e parece que morreu pouco depois. Compoz algumas musicas sacras, que existem, segundo consta, no archivo da mesma sé, na Bibliotheca Nacional, e em poder de particulares.

Moscoso. Familia illustre de Hespanha, da qual procedem muitos dos nossos fidalgos. As suas armas são: Em campo de prata tres cabeças de lobo da sua côr cortadas em sangue, postas em pala; alguns trazem tres cabeças de leões vermelhos e em roda do escudo uns versos, que dizem:

Non nos a sanguine Regum
Venimus ad nostro veniunt á sanguine Reges

Moscoso. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || Santo André, de Rio Douro, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Santa Maria, de Sandim, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Moser *(Eduardo Von Moser, 1.º visconde de)*. Consul do rei da Suecia e Noruega, na cidade do Porto, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, cavalleiro da de Wasa, Suecia; Legião de Honra de França; e da Rosa do Brazil; presidente honorario e primeiro secretario da Real Sociedade Humanitaria do Porto; presidente honorario da de Confucius de França; socio honorario do Cobden Club de Londres, etc.. N. em Lisboa a 26 de junho de 1816, fal. no Porto a 20 de outubro de 1893. Era filho de Jorge Christovão Henrique von Moser, e de sua mulher, D. Henriqueta Guilhermina von Hofacker. Jorge Moser era natural de Stuttgart, onde nasceu em 19 de outubro de 1775, e fal. a 20 de janeiro de 1857, em Lisboa, para onde viera estabelecer-se em 1815, com uma casa commercial, sendo consul de Wurtemberg. Eduardo Moser separou se aos 17 annos da familia, e foi para o Porto seguir a carreira commercial. Em 1852 instituiu n'aquella cidade a Real Sociedade Humanitaria, de que era presidente honorario e 1.º secretario. Foi um dos mais dedicados membros da Sociedade Protectora dos Animaes domesticos, de que era presidente. Organisou uma companhia de navegação de cabotagem, que depois se estendeu até ao Brazil. A' sua iniciativa se deve a creação da Companhia de Utilidade Publica. Fundou o Banco Mercantil. Trabalhou fortemente para o desenvolvimento da industria da seda e outras industrias manufactureiras. Instituiu a Companhia dos Reboques, e prestou valioso auxilio a muitos outros emprehendimentos. Elaborou um projecto de porto de abrigo em Lavadores, e tratou da balisagem do Rio Douro, e foi um dos que mais se interessou pela realisação da exposição internacional no Palacio de Crystal do Porto em 1865, de cuja sociedade era o director. Dedicado ás sciencias economicas, que lhe mereciam aturado estudo, escreveu numerosos artigos no *Commercio do Porto*, *Commercio Portuguez*, *Economista*, *Jornal das Finanças* e *Correspondencia de Portugal*. Era grande conhecedor de questões de direito commercial, sendo o seu conselho sempre escutado com proveito, até muitas vezes por jurisconsultos abalisados. Como sempre conservou a nacionalidade allemã de seu pae, nunca se envolveu na politica de Portugal, o que não impediu, comtudo, que fôsse extremamente affeiçoado á familia real portugueza, e em 1847 concorreu com o seu auxilio monetario para ajudar a causa da rainha D. Maria II. O distincto titular era incansavel em soccorrer os pobres pescadores sempre que a desgraça os perseguia. O visconde de Moser foi agraciado com a commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição em 1865, e por decreto de 9 de março de 1882, recebeu o titulo

de visconde pelos serviços prestados á humanidade pela Real Sociedade Humanitaria, de que fôra o fundador. Casou em 17 de maio de 1856, com D. Andreza Candida Pereira da Silva Lobo, já viuva de Francisco Gomes d'Oliveira, sendo filha de Manuel Pereira da Silva, e de sua mulher D. Rita de Cassia Lobo. E' hoje conde seu filho primogenito, o sr. Henrique Jorge Moser, que nasceu no Porto a 29 d'abril de 1857, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, fidalgo cavalleiro da Casa Real, e banqueiro na praça de Lisboa. O brazão dos srs. condes de Moser consiste n'um escudo, tendo em campo vermelho um capricornio rompente de prata, armado de ouro, elmo de prata aberto, corôa de Freiherr, e por timbre meio capricornio das armas, e paquife das côres e metaes das mesmas. Este brazão foi concedido pelo imperador Maximiliano II d'Allemanha, por alvará de 4 de março de 1573.

Mosinho *(Manuel de Brito)*. General e ajudante general do nosso exercito durante todo o tempo da guerra da Peninsula. N. em Extremoz no anno de 1763. Faltam dados biographicos d'este distincto militar na primeira epoca da sua vida. Não se sabe em que corpos serviu primeiro, e quaes as commissões que desempenhou, apenas em 1807 se encontra a noticia de ser o então tenente coronel Mosinho ajudante de ordens do governo das armas da provincia do Alemtejo, sendo o seu chefe o marquez d'Alorna. Quando depois da invasão dos francezes o nosso exercito foi dissolvido e se organisou a legião portugueza, foi Mosinho nomeado chefe do estado maior da 2.ª divisão d'essa força, mas ou não chegou a passar a fronteira, ou em breve regressou á patria; logo depois da restauração do reino fôram aproveitados os seus dotes militares, e em dezembro de 1808 mandado servir como ajudante general do exercito que, ás ordens do general Antonio José de Miranda Henriques, se formou para coadjuvar os hespanhoes. Escolhido no anno seguinte pelo marechal Beresford para ajudante general do nosso exercito, desempenhou esse elevado cargo durante toda a guerra da Peninsula, assistindo a oito batalhas e a dois sitios principaes, e auxiliando constante e zelosamente o commandante em chefe, sem que durante esse largo periodo pedisse um unico dia de licença nem estivesse por qualquer motivo que não fôsse do serviço, afastado das importantes funcções de que fôra encarregado. Não é possivel descriminar hoje a parte que coube ao ajudante general Mosinho na grandiosa empresa de reorganisar as nossas forças militares e de manter depois a disciplina que se tornou proverbial, é certo porém que o marechal Beresford deveu muito a Mosinho, e que a este distincto official pertence de direito um dos primeiros logares entre os generaes do nosso exercito que mais contribuiram para as victorias ganhas pelos soldados portuguezes contra as hostes de Napoleão. Terminada a campanha, continuou Mosinho servindo de ajudante general, até que depois da revolução de 1820, pela nova organisação dada ás repartições superiores militares, foi dispensado do cargo em que estivera empregado por tantos annos. Em quanto durou entre nós o systema constitucional conservou-se o general Mosinho inteiramente afastado dos negocios publicos, e indo ter com o infante D. Miguel a Villa Franca, quando este fez a conhecida revolução em fins de maio de 1823, foi em 30 de junho seguinte nomeado presidente da commissão encarregada de examinar as circumstancias dos individuos, que o conde de Amarante promovera a differentes postos no tempo em que, antes da queda da constituição, se tinha posto em campo para restabelecer o systema absoluto. Em março de 1824 foi escolhido para presidente da commissão incumbida de tomar conhecimento dos individuos, que deviam entrar na distribuição das presas feitas aos francezes durante a guerra da Peninsula, e tendo servido de chefe do estado maior general ao infante D. Miguel no dia 30 d'abril e nos dias immediatos ao d'essa revolta, foi, logo em seguida á partida do mesmo infante para o estrangeiro, mandado prender. Instaurou-se o processo, o general foi levado para a Torre de Belem, d'ahi transferido para o castello de S. Jorge, e sendo afinal posto em liberdade em consequencia da amnistia que se promulgou, pouco mais viveu, fallecendo de uma hydropesia de que principiara a soffrer no carcere. Tambem se não conhece a data da sua morte. Em 1828, seu irmão Maximiliano de Brito Mosinho publicou o processo a que respondeu, tendo por titulo: *Processo do tenente general Manuel de Brito Mosinho*. V. *o artigo seguinte*.

Mosinho *(Maximiliano de Brito)*. General do nosso exercito, irmão do ajudante general de Beresford. N. em Elvas na segunda metade do seculo XVIII. Alistou-se em 1778 no regimento de artilharia de Extremoz, e tendo estudado na Universidade de Coimbra, era já major em 1801 quando se realisou a invasão dos francezes. Depois da dissolução do exercito portuguez por Junot, entrou na Legião portugueza, e marchou para Hespanha, mas regressando á patria, contribuiu muito para pôr em estado de defeza a praça de Badajoz, e foi encarregado durante a guerra da Peninsula de varias commissões que desempenhou com acerto. Em 1823 foi nomeado governador da praça d'Elvas, e sendo exonerado no anno seguinte, veiu para Lisboa onde acompanhou seu irmão até ao fallecimento d'este, publicando em seguida o *Processo* a que nos referimos no artigo anterior. Depois da chegada de D. Miguel a Portugal, foi novamente encarregado do governo d'Elvas e interinamente do governo militar do Alemtejo, e sendo em 1829 transferido para o logar de governador das armas do Algarve, já não partiu para esse destino porque os seus padecimentos lh'o não permittiram. Morreu a 5 de setembro de 1832 em Elvas, tendo passado o ultimo tempo da sua vida em escrever uma *Memoria ácêrca da defeza da praça d'Elvas*, a qual chegou a concluir e entregar no gabinete de D. Miguel, e um *Plano de defeza da provincia do Alemtejo*, que deixou incompleto.

Mosqueira. Familia que tem por armas: em campo de prata, cinco cabeças de lobo de negro, postas em santor, e por timbre uma das cabeças.

Mosqueira *(José Joaquim Esteves)*. V. *Esteves Mosqueira (José Joaquim)*.

Mosqueira. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e concelho de Albufeira, distr. de Faro.

Mosqueiro. Povoações nas freguezias. N. S.ª da Purificação, de Ceissa, conc. de V. N. de Ou-

rem, distr. de Santarem. || S. João Baptista, de Fontoura, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Lijó, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª da Graça, de Maçãs do Caminho, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || S. Martinho, de Pecegueiro, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Rego da Murta, concelho de Alvaiazere, districto de Leiria.

Mosqueiros. Povoações nas freguezias: Santo André, de Marecos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santo André, de Tellões, conc. de Amarante, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Alfeizerão, concelho de Alcobaça, distr. de Leiria.

Mosquete. Arma de fogo, pouco mais ou menos do feitio d'uma espingarda, mas muito mais reforçada. O mosquete appareceu em 1525, mas só se vulgarisou em 1550. Era muito mais pesado do que o arcabuz, de maior alcance, e não se disparava com o braço livre, mas com o auxilio d'uma forquilha, fixa no solo, com a coronha apoiada no lado direito do mosqueteiro. Era uma arma de mécha, cuja bala pesava uma oitava de libra, e carregava-se com vareta de madeira; o mosqueteiro trazia o seu fornecimento na bandoleira. O peso do mosquete e da forquilha era de 16 libras pouco mais ou menos. No meado do seculo XVII, o abandono quasi completo das armaduras fez reduzir o calibre dos mosquetes e supprimir a forquilha. O alcance medio dos mosquetes era de 400 metros.

Mosquito. Pov. na freg. do Salvador, do Magrellos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Mossamedes *(José d'Almeida Vasconcellos Soveral e Carvalho, 1.º barão de).* Governador de Angola. N. em 1737, e era 12.º senhor de Mossamedes. Foi nomeado governador de Angola em 1784. No seu tempo se explorou a enseada de Angra de Negro, que recebeu em sua honra o nome de *Mossamedes*, e tambem houve guerra accesa com o soba conhecido pelo nome de marquez de *Mossul*. Teve o barão de Mossamedes serias contendas com o bispo de Malaca, que então governava a diocese de Loanda, tendo o bispo de se retirar. José d'Almeida e Vasconcellos fôra nomeado barão de Mossamedes por mercê de 22 de julho de 1779. Chegara a Loanda a 7 de setembro de 1784, logo no anno seguinte mandára proceder a explorações scientificas, encarregando por terra o sargento-mór Gregorio José Mendes, e por mar o tenente-coronel de engenheiros Luiz Candido Pinheiro Furtado. Ambas as explorações fôram bem succedidas. Em 1790 entregou o barão de Mossamedes o governo de Angola a seu irmão, Manuel de Almeida Vasconcellos, que foi depois 2.º barão de Mossamedes, e partiu para Portugal. Em 1805, por mercê de 8 de fevereiro, foi nomeado 1.º visconde da Lapa, e d'ahi a 7 annos, no dia 12 abril de 1812 morreu, sendo membro do Conselho Ultramarino.

Mossamedes *(Manuel d'Almeida de Soveral Carvalho e Vasconcellos, 2.º visconde da Lapa e 2.º barão de)* Era irmão do antecedente; governador de Angola, socio da Academia Real das Sciencias, etc. O titulo de visconde da Lapa foi renovado por decreto de 25 de fevereiro de 1813. Escreveu: *Memoria sobre o modo de formar um plano de Estatistica de Portugal*; saiu no tomo V das *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias*, á qual foi apresentada em sessão de 25 de janeiro de 1812. Occupa as paginas 155 a 171. Seu filho, que tinha egual nome, foi o 1.º conde da Lapa V. *este titulo*.

Mossamedes *(José d'Almeida e Vasconcellos do Soveral de Carvalho da Maia Soares, 1.º visconde e 1.º conde de).* Moço fidalgo com exercicio, veador de sua magestade a rainha senhora D. Maria Pia, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, cavalleiro da da Torre e Espada; gran-cruz das ordens de Francisco José da Austria, de Carlos III e de Izabel a Catholica, de Hespanha, da Estrella Polar da Suecia; commendador da de S. Mauricio e S. Lazaro de Italia; proprietario, etc. N. em 23 de fevereiro de 1840, fal. a 25 d'abril de 1908. Era filho do 2.º conde da Lapa, Manuel d'Almeida e Vasconcellos do Soveral de Carvalho Maia Soares de Albergaria, e da condessa sua mulher, D. Francisca de Paula Luiza de Sousa. O conde de Mossamedes tinha o curso de agronomo pelo Instituto de Lisboa. Era um apreciado amador de musica, sendo um dos mais distinctos violinos da Real Academia de Amadores do Musica. Casou em 23 de janeiro de 1866 com D. Maria Margarida Braamcamp de Mello Breyner, filha do conde do Sobral, Luiz de Mello Breyner, e de sua mulher, a condessa D. Adelaide Braamcamp Narbone e Lara da Cruz Sobral. O titulo de visconde foi concedido por decreto de 21 de março de 1868, e o de conde pelo decreto de 19 de maio de 1886. O brazão é o dos Almeidas, tambem usado pelos condes da Lapa Um escudo: em campo vermelho seis bezantes de ouro entre uma cruz dobre e bordadura do mesmo metal.

Mossamedes *(Districto administrativo de).* Um dos districtos da prov. de Angola, na Africa Occidental. Divide-se em tres concelhos: Mossamedes, Bahia dos Tigres e Porto Alexandre. E' o districto mais ao sul da prov.. Tem por capital a cidade de Mossamedes. Está comprehendido nos parallelos que passam pelo Cabo de Santa Martha e pela foz do rio Cunene, no limite S da provincia de Angola. Em 1901, por occasião de ser creado o distr. da Huila, tirou-se ao distr. de Mossamedes toda a região que fica entre a parte mais alta da serra da Chella e os limites E da prov. de Angola, reduzindo assim o districto de Mossamedes. Anteriormente o districto compunha-se de duas zonas perfeitamente distinctas, uma que se estende desde o Oceano até aos contrafortes da Chella, o a segunda que começa nesta linha e vae até ao extremo E da provincia. Actualmente acha-se reduzido á zona baixa composta de extensas planicies de areia solta com ondulações mais ou menos pronunciadas, onde ha frequentes dunas. N'esta zona as chuvas são pouco abundantes. Estes terrenos provêem do periodo terciario. A 200 metros d'altura se encontram calhaus rolados de calcareo silicioso, pelo que se infere terem estado estes terreno submersos em epocas remotas. No meio dos valles de S. Nicolau, Giraul, Bero e Coroca correm os rios que teem os mesmos nomes e que são alimentados na epoca das chuvas pelas que caem nas vertentes da Chella, formando enormes massas d'agua que se despenham em cataractas. D'entre estes rios o que conserva por mais tempo a agua é o Bero, que vae lançar-se na bahia de Mossamedes. As

inundações d'este rio fertilizam as hortas proximo da cidade e as dos outros rios egualmente favorecem algumas fazendas agricolas, que produzem principalmente canna saccharina, empregada no fabrico do alcool, algodão, alguns cereaes, legumes, optimas hortaliças e arvores de fructo. No districto exerce-se em grande escala a industria piscatoria e a seccagem do peixe, que é exportado para alguns pontos do rio Zaire e para as ilhas de S. Thomé e Principe. Do meado do seculo XIX em diante foram para Mossamedes, por diversas vezes, grande numero de naturaes do Algarve, que desenvolveram a industria piscatoria progressivamente. || Bibliographia. V. *Angola (Publicações sobre)*. Vol. I do *Portugal*, pag. 552. || *Jornaes:* Publicou-se em 4 de agosto de 1881 o primeiro numero do *Jornal de Mossamedes.*

Mossamedes. Cidade, capital do distr. de Mossamedes (*V. este nome*). Acha-se situada na parte S da bahia de Mossamedes. O concelho de Mossamedes é considerado o ponto mais salubre do littoral da provincia de Angola. A bahia de Mossamedes tinha nas antigas cartas e roteiros maritimos o nome de *Angra do Negro*. Em 1785, sendo governador geral da provincia o barão de Mossamedes, fez-se uma exploração por mar commandada pelo tenente-coronel Pinheiro Furtado, na fragata *Loanda*, e outra por terra sob o commando do rico sertanejo Gregorio José Mendes, que reuniu mil pretos do Mulondo, e á frente d'elles marchou para a bahia, á qual foi dado então o nome que actualmente tem. A occupação d'este ponto não se tornou permanente e só em 1840 é que foi creado o presidio de Mossamedes. A primeira colonia de raça branca desembarcou em 4 de agosto de 1840, vinda de Pernambuco, na nau *Tentativa Feliz*, comboiada pelo brigue *Douro;* a segunda colonia em 26 de novembro de 1850, vinda tambem de Pernambuco, a bordo da nau *Bracarense*, comboiada pelo mesmo brigue. A raça branca tem-se ali acclimado muito bem, havendo já a terceira geração. A cidade de Mossamedes possue alguns edificios publicos: a alfandega, pequena mas bem construida; a fortaleza de S. Fernando, construcção antiga sobre uma rocha á beira da bahia, tendo dentro o quartel da força ali destacada; a casa da camara, etc.. A residencia dos governadores, e repartições fôram devoradas por um incendio em 1899. Em Mossamedes existe um monumento ao governador Fernando da Costa Leal, justa commemoração do seu intenso trabalho, com que conseguiu os melhoramentos que desfructam os habitantes da cidade. Erigiu os primeiros edificios regulares, onde funccionam as repartições publicas, fez as ruas espaçosas e subordinadas a um plano, que tem sido seguido. Nos ultimos annos erigiram-se alguns edificios particulares muito bons. A povoação assenta em terrenos arenosos e calcareos, sendo quasi nulla a vegetação, principalmente constituida por palmeiras. Mossamedes foi erigida em villa pelo marquez de Sá da Bandeira. O respectivo diploma foi assignado por el-rei D. Fernando, como regente, em 7 de maio de 1851. Por decreto de 31 d'agosto de 1907 foi elevada á categoria de cidade, commemorando a visita do principe real D. Luiz Filippe. A' camara municipal do concelho de Mossamedes foi concedido, por decreto de 29 de maio de 1891 o seguinte brazão d'armas: Um escudo esquartelado, tendo no primeiro quartel as armas de Portugal; no segundo, em campo d'ouro, um ramo de algodoeiro e uma canna de assucar postos em aspa; no terceiro, em campo de prata, um barco de pesca verde sobre o mar; e no quarto, em campo vermelho, um arado de ouro. Em contrabanda um listão azul, com a legenda *Labor omnia vincit.* Sobre o escudo a corôa mural e por timbre uma cruz vermelha florida e contornada de ouro.

Mossamedes *(Bahia de).* Na costa occidental da Africa. Estende-se entre a ponta do Giraul e a ponta Grossa, ou de Noronha. Tem quatro ancoradouros para os navios que a frequentam. Offerece excellente abrigo e desembarque seguro. Desagua aqui no tempo das chuvas o rio Bero, ou das Mortes. A cidade de Mossamedes está ao sul da bahia, ao longo d'um extenso areal.

Mossamedes. Pov. na freguezia de S. Miguel do Matto, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Mossangaze. Rio do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' um dos affluentes da margem direita do rio Zambeze.

Mosseque. Pequeno rio das terras de Sofala, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Corre entre os antigos prazos Chironde e Inhabuco, e lança-se no Canal de Moçambique, ao N do rio Buzio.

Mosserra. Altas collinas situadas ao N a ponta do mesmo nome, parallelas á beira-mar e para o interior, no conc. do Ambriz, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Mossomadia. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Mossulo. Territorio comprehendido entre os rios Loge ou Bamba e Honzo, ao S do conc. do Ambriz, no distr. de Loanda, prov. de Angola. Foi avassallado em 1745.

Mossulo Grande. Bahia da costa do conc. de Ambriz, no distr. de Loanda, prov. de Angola. Recebe as aguas do Honzo, e a sua praia está coberta de extenso mangal. Tem feitorias.

Mossulo Pequeno. Enseada da costa do conc. do Ambriz, no distr. de Loanda, prov. de Angola. Fica ao N da bahia de Mossulo Grande, entre duas pontas de pedra afastadas uma da outra cêrca de 3 k. e em cujo reconcavo se lança o rio Guezo, através de expesso mangal. Os inglezes chamam-lhe *Little Mozula.*

Mossuril. Freg. de N. S.ª da Conceição da capitania-mór do mesmo nome, no distr. e prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está situada na terra firme, defronte da ilha de Moçambique. Tem ruas espaçosas e arborizadas, um templo magnifico, rico de alfaias, o Forte de S. José, palmares, fazendas, etc., e escolas. || Capitania-mór do distr. e prov. de Moçambique, Africa Oriental. Comprehendia as freguezias de N. S.ª da Conceição e de N. S.ª dos Remedios, e as povoações de Lunga e Muchelia, Infusse, Monginquale, Ibrahimo, Itoculo, Fernão Velloso, Matibane, Natule, Cabaceira Grande, Cabaceira Pequena, Ampapa e Sancul. Em 1904, pela creação d'uma nova capitania-mór no districto, a qual ficou tendo a sua séde provisoria em Fernão Velloso, a capitania-mór de Mossuril passou a ser composta dos seguintes commandos e portos militares: *Ayres d'Ornellas* no Ibrahimo, Naguema;

D. Luiz Filippe na Muchelia, Sau-a Sau; *Rainha D. Amelia* na Lunga, Moemella, *Augusto de Castilho* em Muitiquitte; *Marques da Costa* em Namuco; *Raphael d'Andrade* no Moginquale; *Antonio Camisão* em Kinga; e das chefias de Ampapa, Amporense, Chilabane e Lumbo. Em Mossuril ha est. post. autorisada a permutar vales provinciaes desde 1 de outubro de 1903.

Mossurise. Uma das circumscripções em que estão divididos os territorios da Companhia de Moçambique na Africa Oriental. E' limitada pelo territorio inglez da Rhodesia e servida por uma estrada que liga este ponto com as margens do rio Buzi. A região é riquissima em borracha. A sua séde é em Spungabara.

Mostarda *(P. João de S. Bernardo).* Conego secular da Congregação de S. João Evangelista, prégador muito apreciado no seu tempo; musico e compositor. N. no meado do seculo XVII, e fal. no convento de Santo Eloy, de Lisboa, a 3 de janeiro de 1720. Era filho de Antonio Lopes Mostarda e de Antonia da Penha. Deixou impresso um sermão que prégou na festa de Santa Cecilia realisada em 1718, que dizem ser muito curioso pelo constante emprego de trocadilhos e referencias musicaes. O titulo é o seguinte: *Sermão da insigne cantora, gloriosa virgem, e portentosa martyr Santa Cecilia prégado na solemnidade que lhe consagram os cantores da côrte na parochial egreja de Santa Justa n'esta cidade de Lisboa Occidental em o anno de 1718*, etc., *offerecido á ex.ma e ill.ma senhora D. Thereza de Bourbon.* Esta senhora era filha do conde d'Avintes, e irmã do patriarcha D. Thomaz d'Almeida.

Mosteirados. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Fornos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Mosteirão. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Curros, conc. de Boticas, distr. de Villa Real.

Mosteirinho. Pov. e freg. de N. S.ª da Natividade, da prov. da Beira Alta, conc. e com de Tondella, distr. e bisp. de Vizeu; 69 fog. e 342 hab. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada na serra do Caramullo. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. O reitor da freg. de S. João do Monte apresentava o cura, que tinha 30$000 réis de congrua e o pé d'altar. || Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Alcafache, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || Santa Eulalia, de Couto de Baixo, conc. e distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Pinho, conc. de S. Pedro do Sul, do mesmo districto.

Mosteiro. Casa onde vivem em communidade religiosa religiosos ou religiosas. Tomam-se vulgarmente por synonimos *mosteiro* e *convento*, quando são cousas completamente diversas. O *convento*, no rigor da palavra, tanto póde ser de frades como de seculares. E' a reunião, ajuntamento, assembléa ou mesa d'uma confraria ou irmandade, ou de outra qualquer instituição. D'aqui vem chamar-se á missa mais concorrida d'uma egreja, *missa conventual*, isto é, *missa de ajuntamento.* Os *conventos juridicos* dos romanos eram um tribunal abrangendo o civel, municipal, administrativo e militar. Em 1184 Pedro Agulha e Martinho Perne doaram ao mosteiro de Lorvão um terrado ou chão em Coimbra, *cum conventu Fratrum S. Juliani* (documento de Lorvão). No mesmo livro, onde se encontra esta doação, ha outra d'uns moinhos, no mesmo logar, os quaes partiam do levante *cum Confraria S. Juliani.* Vê se, portanto, que tanto se podia dizer *convento* como *confraria.* Mosteiro nunca significou mais do que o edificio monachal. Nos primeiros seculos do Christianismo uma gruta, ou uma choça coberta de ramos, onde habitava qualquer eremita, era um mosteiro. Posteriormente, dava se o nome de mosteiros ás egrejas cathedraes, ou por serem servidas por monges, ou porque os conegos viviam em communidade, com tanta humildade como qualquer cenobita. Tambem ás egrejas parochiaes se dava antigamente o nome de mosteiros, ou pela austeridade com que os parochos viviam nas suas residencias, ou porque n'ellas havia monges que os ajudavam nos seus mistéres parochiaes || *Mosteiros herdeiros.* Eram quasi todos os que se fundaram no seculo XI. Junto d'uma pequena egreja ou oratorio (edicula) se construiam casas em que viviam os fundadores com as suas familias, e succediam-lhes seus herdeiros, sob condição de darem agazalho aos peregrinos, esmolas aos pobres e aos monges que serviam esses templos. || *Mosteiros capitaes;* os que tinham outros sob a sua obediencia. Os principaes, em Portugal, eram os de Pombeiro, Tibães, Vaccariça, etc. || *Mosteiros canonicaes;* aquelles em que viviam conegos regrantes, ou seculares, com a mesma austeridade com que viviam os monges. || *Mosteiros duplices, duplex, ou dobrados* (de ambos os sexos). Houve muitos em Portugal, ainda depois que no segundo concilio de Nicéa, canone 20.º, fôram prohibidos, por não darem bons exemplos, alguns d'elles, apezar de estarem divididos os dois sexos, em quasi todos, por grossas e altas paredes, não se avistando senão rarissimas vezes, tendo cada divisão seu chefe do mesmo sexo, e sendo prohibido ás monjas entrarem na egreja dos frades, devendo ouvir missa e assistir aos officios religiosos nos seus oratorios, ou no coro, vedados á vista por grandes rotulas. || *Mosteiros isentos.* Os conventos que estavam fóra da jurisdicção do prelado diocesano, obedecendo só e directamente ao papa ou aos seus delegados. Adquiria-se este privilegio por *origem*, *prescripção immemorial*, ou por *graça especial*, e d'esta circumstancia nasceram os prelados, *nullius diocesis*, que exerciam a jurisdicção episcopal, no clero e povo do districto privilegiado. Em Portugal os isentos mais notaveis eram a *prelazia de Thomar* e o *grão-priorado do Crato.* Muitos abbades benedictinos conferiam ordens, mas a maior parte só podiam dar as menores. Tambem havia *abbadias seculares isentas*, sendo a principal a de Soalhães, cujo parocho tinha poder quasi episcopal. Das regulares a principal era a de Salzedas. || *Mosteiros reaes.* Aquelles que só dependiam do soberano, mas ordinariamente dava-se até 1831, o titulo de *real mosteiro* a todo que tinha sido fundado pelo monarcha, ou por algum membro da familia real. Em Portugal e Hespanha teve distincto logar a bulla de Urbano II, de 1095, a qual concedia ao rei, próceres e magnates, desmembrar dos antigos bispados, e submetter a mosteiros, todas as egrejas que resgatassem do poder dos moiros, juntamente com a percepção dos dizimos e primicias.

Mosteiro Arco, abobada ou capella construida na parte exterior dos templos, na qual antigamente eram sepultados os defuntos.

Mosteiro. Villa e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho. E' a séde do conc de Vieira. *(V. Vieira)*. || Pov. e freg de N. S.ª da Victoria, da prov. da Beira Baixa, conc. de Oleiros, com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 108 fog. e 525 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. A egreja d'esta freg. dista 6 k. da séde do conc. A pov. está annexa civilmente á freg. de Oleiros. O grão-priorado do Crato apresentava o capellão, que tinha 100$000 réis. A terra é fertil em cereaes, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. E' tradição que o nome lhe provém d'um mosteiro de cavalleiros da ordem do Templo, que existiu aqui. Dizem que a egreja do antigo convento é a que serve de matriz. Povoações nas freg.ª: N. S.ª do O', de Aguas Santas, conc. da Maia, distr. do Porto. || Santa Maria, de Airães, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || Santo Antonio, de Ameixial, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Santo André, de Ancede, concelho de Baião, distr. do Porto. || O Salvador, de Bravães, conc. da Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria de Cabril, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Caramos, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Espirito Santo, de Castello, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || O Salvador, de Cervães, conc. e distr. de Braga. || Santa Marinha, de Costa, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Martinho, de Crato, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Ferreira, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || O Salvador, de Fonte Arcada, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Bartholomeu, de S. Gens, conc. de Fafe, do mesmo distr. || Santa Maria, de Gondar, conc. de Amarante, distr. do Porto || S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || S. Simão, de Junqueira, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || N. S.ª da Annunciação e conc. de Mertola, distr. de Beja. || S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Oliveira, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Pedro, de Ossella, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Pedro de Rates, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || N. S.ª da Purificação, de Pena Verde, conc. de Aguiar da Beira, distr. da Guarda. || Santa Maria, de Pombeiro de Riba Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Miguel, de Refojos de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Santa Maria, de Refojos do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello || S. Silvestre, de Requião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || O Salvador, de Sabbadim, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Sandim, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto || S. Pedro, de Sanfins, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || S. João Baptista e conc. de Sernancelhe, distr. de Vizeu. || Santa Christina, de Serzedello, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª da Natividade, de Salgueiros, conc. de Vizeu. || Santa Maria, de Tarouquella, conc. de Sinfães, do mesmo distr. || Santo André, de Tellões, conc. de Amarante, distr. do Porto. || O Salvador, de Travanca, do mesmo conc. e distr. || O Salvador, de Valdreu, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || N. S.ª da Conceição, de V. N. de Muhia, conc. de Ponte da Barca, districto de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Villarinho, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Sant'Anna, de Vimieiro, conc. e distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção, de Semide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Mosteiro de Baixo. Pov. na freg. de S. Julião de Montenegro, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Mosteiro de Canedo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Mosteiro de Cima. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Mosteiro Cimeiro. Povoações nas freguezias: S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || S. Pedro, de Varzea de Cavalleiros, do mesmo conc. e districto.

Mosteiro de Fragoas. Pov. e freg. do Salvador, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Toudella, distr. e bisp. de Vizeu; 204 fog. e 797 hab. Tem esc. do sexo masc., feira no 1.º domingo de cada mez, e uma fabrica de lanificios. A pov. dista 5 k da séde do conc. O papa e o bispo apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 180$000 réis de rendimento. A terra é muito fertil em cereaes, azeite e fructas, e produz muito vinho de optima qualidade. Cria muito gado e tem abundancia de caça. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Mosteiro Fundeiro. Povoações nas freguezias: S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || S. Pedro, de Varzea de Cavalleiros, do mesmo conc. e districto.

Mosteiro de Lorvão. Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Mosteiro de Maceira Dão. Pov. na freg. de S. Miguel, de Fornos de Maceira Dão, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Mosteiro da Ribeira. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Sernancelhe, distr. de Vizeu.

Mosteirô. Pov. e freg. de Santo André, da prov. do Douro, conc. e com. da Feira, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 135 fog. e 675 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. permutando malas com a Feira. A pov. dista 3 k. da séde do conc. O reitor de S. Miguel, do Souto, apresentava o cura, que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil em cereaes e outros fructos, cria bastante gado, e tem alguns pinhaes de boa madeira. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. || Pov. e freg. de S. Gonçalo, da prov. do Douro, conc. e com. de Villa do Conde, distr. e bisp. do Porto; 135 fog. e 490 hab. Tem correio com ser-

viço de posta rural, e esc. do sexo masc. A pov. dista 8 k. da séde do conc. As religiosas benedictinas do convento da Ave Maria, do Porto, apresentavam o reitor, que tinha 60$000 réis e o pé d'altar. Pertenceu ao conc. da Maia e comarca do Porto, depois a requerimento do povo passou a ser da com. e conc. de Villa do Conde, por decreto de 11 de maio de 1870. A terra é muito fertil em todos os generos do paiz, cria muito gado e é abundante de peixe do mar, que lhe fica pouco distante. Houve aqui um mosteiro de freiras benedictinas, fundado no seculo XII, o qual foi supprimido em 1480, indo as freiras e os rendimentos d'elle para o convento da Ave Maria, do Porto, da mesma ordem de S. Bento. A egreja matriz é a que foi do mosteiro. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Aldeia da prov. do Douro, sendo metade da freguezia de N. S.ª da Expectação, de Fermedo, e a outra metade da freg. de S. Miguel do Matto, pertencendo ao extincto conc. de Fermedo, e com. de Arouca. A pov. é muito antiga, e encontram-se nos seus arredores mâmoas celticas, e um dolmen na serra de Borralhoso, que é proximo. Ao fundo da pov. passa um ribeiro do seu nome. Houve aqui um mosteiro de freiras benedictinas, que foi supprimido em 1480, passando as freiras para o convento da Ave Maria, do Porto. Da sua egreja não ha vestigio algum. O mosteiro era pequeno, e hoje é propriedade particular. || Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Andrães, conc. e distr. de Villa Real. || S. Miguel, de Anreade, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Bougado, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Martinho, de Britello, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, do mesmo distr. || S. Mamede, de Guide, conc. de Mirandella, distr. de Bragança. || N. S.ª d'Annunciação, de Pepim, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, do mesmo distr. || S. Estevão, de Villela, conc. de Paredes, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || Apeadeiro na linha do caminho de ferro do Minho, entre o apeadeiro de Portella e a est. de Trofa; e na linha do Douro entre o apeadeiro de Palla e a est. de Arêgos.

Mosteirô de Cima. Pov. na freg. de S. Pedro, de Friões, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real.

Mosteiros. Pov. e freg. de N. S.ª da Graça dos Mosteiros, da prov. do Alemtejo, conc. de Arronches, com., distr. e bisp. de Portalegre; 108 fog. e 566 hab. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 5 k. da séde do conc. A mitra apresentava o cura, que tinha 180 alqueires de trigo e o pé d'altar. A terra é fertil em cereaes e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. || Ilha de S. Miguel; pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, conc., com. e distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo; 338 fog. e 1:625 hab. Tem est. post. e escolas d'ambos os sexos. A pov. está situada á beira-mar, n'um a planicie da costa O da ilha. Produz cereaes, e fructas. Tem boas pastagens e cria muito gado. Ha tambem aqui boas pescarias. A pov. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 26, com a séde em Ponta Delgada. || Ilha das Flôres; pov. e freg. da Santissima Trindade, conc. das Lagens, com. de Santa Cruz, distr. de Horta, bisp. de Angra do Heroismo; 64 fog. e 206 hab. Tem est. post. permutando malas com as Lagens. A pov. pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. Tendo sido annexada ao conc. de Santa Cruz das Flôres, por decreto de 18 de novembro de 1895, que supprimiu o de Lagens das Flôres, voltou a este, que foi restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. || Freg. de N. S.ª da Luz e Santa Catharina, do conc. da ilha do Fogo, com. de Sotavento, na mesma ilha, archipelago, prov. e bisp. de Cabo Verde, Africa Occidental. No valle denominado Chão das Caldeiras, ha lavas, enxofres e outros productos vulcanicos. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Purificação, de Alcanede, conc. e distr. de Santarem. || N. S.ª da Piedade, de Vidaes, conc das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Ilhéos situados em frente da costa NE da ilha do Principe, na prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. || Ponta da costa O da ilha de S. Miguel, Açôres. || Enseada da ilha de S. Miguel, Açôres. Está situada na costa O e é limitada pelas pontas dos Mosteiros e da Ferraria. || Porto da ilha do Fogo, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. E' pequeno e está situado na costa N. || Ponta da costa N da ilha do Fogo, no archipelago e prov. de Cabo Verde. || Ilhéos do archipelago dos Açôres, situados a O da ilha de S. Miguel, no Oceano Atlantico. || Nome generico que se dá a toda a costa N da ilha do Fogo, no archipelago de Cabo Verde.

Mot. Pov. do conc. de Quepem, no distr. e arcebispado de Gôa, India.

Mota. Ilha do conc. e com. das Ilhas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Tambem é chamada *Acadó*.

Motahel. Reino no distr. autonomo de Timor, na região dos Bellos, commando militar de Dilly, ilha de Timor, Oceania. Está situado na costa N da ilha, e é um dos mais importantes do districto. Tem café de excellente qualidade, cultivado em larga escala.

Motamba. Nome que toma em parte do seu curso o rio de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Motes. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Motreno. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de S. Gens, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Motrina. Pov. na freg. de S. Salvador, de Dornellas, conc. de Amares, distr. de Braga.

Motrinos. Pov. na freg. de Santa Maria e S. Thiago, de Monsaraz, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora.

Motta. Familia antiga, que tinha o seu solar em Gondar, na provincia do Douro, descendente do nobre fidalgo asturiano Fernão Mendes de Gondar, filho de Mem de Gondar, capitão do tempo do conde D. Henrique, com quem veiu para Portugal. O primeiro que se encontra com este appellido é Ruy Gomes de Gondar da Motta, em tempo de D. Affonso II. Tomou-o da sua quinta da Motta, onde teve o seu solar, na freg. de Villa Chã do Marão. O brazão d'armas é: Em campo verde cinco flôres de liz de ouro, em aspa, el-

mo d'aço, aberto, e por timbre, duas plumas de verde, guarnecidas de ouro, e entre ellas uma das flôres de liz das armas. Os que descendem do dr. Jeronymo da Motta, formado em Direito na Universidade de Sena, Italia, e escrivão da camara de D. João III, do seu desembargo, e juiz da real fazenda, augmentaram as suas armas, por outhorga do mesmo soberano, da fórma seguinte: Escudo esquartelado, no 1.º e 4.º quartel, de púrpura, leão de prata, coroado de ouro; no 2.º e 3.º as armas dos Mottas, que ficam descriptas. Elmo d'aço aberto; timbre, meio leão das armas.

Motta *(Aleixo da)*. Piloto do seculo XVI, que escreveu um *Roteiro da navegação da India*. Esta obra foi vertida em francez e publicada no tomo II das *Diversas navegações*, e d'ella trasncreveu parte Manuel Pimentel na sua *Arte de navegação*, impressa em 1699.

Motta *(Antonio Augusto da Costa)*. Esculptor, discipulo do professor Simões d'Almeida. Concluiu o seu curso na Escola de Bellas Artes de Lisboa, e n'esse mesmo tempo chamava a attenção da critica com o *busto d'um arabe* e o *busto de D. Maria Roquete*, que apresentou na primeira exposição do Gremio Artistico. Em 1892, na segunda exposição, apresentou outra estatua, a do *Remorso*, que foi considerada como um trabalho magnifico. Em 1893, na terceira exposição, apresentou a *Volta da fonte do castanheiro*, que tambem fixou a attenção da critica. Este trabalho ficou pertencendo ao dr. Barahona, de Evora. N'esse anno concorreu á adjudicação da estatua de Affonso d'Albuquerque, em competencia com os nossos mais illustres esculptores, e o seu projecto foi considerado unanimemente como o primeiro, sendo elle encarregado da sua execução. Procedeu á esculptura da estatua e do monumento, que veiu a inaugurar-se em outubro de 1902, com toda a solemnidade, assistindo el-rei D. Carlos I e a rainha senhora D. Amelia. Por essa occasião o distincto esculptor foi muito felicitado pelo seu trabalho artistico. *(V. Portugal*, vol. II, pag. 255*)*. O sr. Costa Motta foi tambem quem esculpiu a *Meditação e Religião*, que se vê no mausoléo do dr. Ayres de Campos, de Coimbra. Tambem é trabalho seu a estatua de Sousa Martins, no monumento que em memoria d'aquelle distincto professor se erigiu no Campo dos Martyres da Patria, proximo do novo edificio da Escola Medica. Este monumento inaugurou-se solemnemente na noite de 6 para 7 de março de 1904. O busto do fallecido escriptor e jornalista Eduardo Coelho, fundador do *Diario de Noticias*, que se ostenta no monumento collocado na alameda do passeio de S. Pedro d'Alcantara, é tambem trabalho do distincto esculptor. O monumento inaugurou-se a 29 de dezembro de 1904. *(V. este vol.*, pag. 355*)*. Todos os trabalhos do sr. Costa Motta teem sido muito apreciados pela imprensa e pelos entendedores, como de muito valor artistico.

Motta *(Antonio Victorino da)*. Bacharel nas faculdades de Mathematica, Philosophia e Medicina na Universidade de Coimbra, professor no Lyceu Central do Porto, lente do Instituto Industrial e Commercial da mesma cidade, etc. N. em Villa Real em 1835, fal. no Porto em 1890. Assentou praça em caçadores n.º 3, então aquartelado n'aquella villa, mas abandonou a vida militar, e foi matricular-se na Universidade, onde tomou o grau de bacharel nas faculdades acima citadas, alcançando premios e partidos em Medicina, motivo por que foi convidado para lente, honra que declinou para satisfazer a vontade de seu pae, o abbade Motta, amigo intimo do barão da Ribeira de Sabrosa e de Rodrigo da Fonseca Magalhães, e que foi uma das victimas da perseguição miguelista em Traz-os-Montes, estando preso na praça d'Almeida. Terminados os cursos universitarios em 1863, Victorino da Motta foi para Villa Real, onde exerceu o professorado e a clinica, indo em 1880 para o Porto, e sendo nomeado professor do Lyceu Central d'esta cidade. Mais tarde, e mediante concurso por provas publicas, foi nomeado lente da cadeira de Mathematica do Instituto Industrial e Commercial do Porto. Era um medico muito considerado, especialista de molestias do coração, abalisado professor, e apreciado escriptor. Muito novo ainda foi eleito socio effectivo do Instituto de Coimbra, escrevendo no jornal d'esta associação varios artigos litterarios e scientificos. Em 1859, com Camillo Castello Branco, João de Deus, Agostinho da Rocha, Vieira de Castro e José Augusto Correia de Barros, fundou, tambem em Coimbra, um semanario litterario, intitulado *O Atheneu*. E' interessante a sua série de cartas publicadas em varios jornaes, como: *Villarealense* e *Provincia*, de Villa Real; *Folha Nova*, *Tripeiro* e *Actualidade*, do Porto, etc. Na *Correspondencia epistolar*, de Camillo Castello Branco, acham-se insertas as cartas trocadas entre Victorino da Motta e Vieira de Castro. Victorino da Motta era um espirito satyrico e repentista. Quando Camillo Castello Branco foi agraciado com o titulo de visconde, Motta, que lhe dedicava uma profunda amizade, dirigiu-lhe uns graciosos versos á desgarrada, que intitulou de *Ao arrepio*.

Motta *(Domingos da)*. Architecto. No livro VI de Filippe II, fl. 269, diz Racksinsky, encontrar-se a seguinte menção: «Attendendo ás informações que chegaram a el-rei sobre a habilidade de Domingos da Motta, Sua Majestade nomeia esse artista architecto, 1605.»

Motta *(Eduardo Augusto da)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, professor jubilado da mesma escola, director do Banco do Hospital de S. José, etc. N. em Lisboa a 6 de julho de 1837, sendo filho de Justiniano Luiz da Motta. Concluiu o curso medico em 1859, defendendo em 28 de julho d'esse anno a sua these, que se imprimiu, com o titulo de *Tracheotomia applicada ao croup*. A 6 de março de 1860 foi nomeado cirurgião para o Banco do Hospital de S. José, e extraordinario em 8 de maio de 1866. Por decreto de 31 de março de 1864 teve a nomeação, precedendo concurso, de demonstrador da secção medica da Escola Medica. Para este concurso apresentou a seguinte these: *Como actuam as substancias branca e cinzenta da medulla no processo de transmissão das impressões sensitivas e determinação da vontade?* Promovido a lente substituto da mesma escola por decreto de 7 de outubro de 1867, foi nomeado em 29 de novembro seguinte secretario e bibliothecario, logar que desempenhou até 4 de dezembro de 1873. Passou a lente proprietario da secção medica em 23 de julho de 1874, sendo-lhe incumbida a re-

gencia da segunda cadeira (physiologia e histologia), vaga pelo fallecimento do professor Abel Jordão. Defendendo então n'esse anno outra these, com o titulo: *Os musculos intercostaes externos e internos são inspiradores ou expiradores?* Regeu essa cadeira até julho de 1883, em que, a seu pedido, e por deliberação de 18 d'esse mez, foi transferido para a terceira cadeira (materia medica e therapeutica), que vagara por fallecimento do professor Alvarenga. Em 19 de abril de 1883 foi nomeado director do Banco do Hospital de S. José, e a 29 de dezembro do mesmo anno director de enfermaria. O sr. dr. Eduardo da Motta foi clinico da Santa Casa da Misericordia. Em 1870, sendo professor de clinica medica, fez em Portugal o primeiro tratamento de syphilis por injecções hypodermicas de sublimado. Foi o primeiro cirurgião que no hospital de S. José, e em Portugal, obteve a cura de um aneurisma pela laqueação da carotida primitiva, feita profundamente entre as duas inserções do sternocleidomastoideo, em 1870. O sr. dr. Eduardo da Motta é hoje lente aposentado da secção medica, director do Banco do Hospital de S. José, da repartição de estatistica medica da inspecção geral de hygiene hospital, do mesmo hospital, vogal do Conselho Superior de Hygiene Publica; foi vogal e vice-presidente da extincta Junta Consultiva de Saude, etc.; socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, socio benemerito e ex-presidente da Sociedade das Sciencias Medicas, socio honorario da Sociedade Pharmaceutica Lusitana, e membro diplomado do *Congrés International de Thérapeutique et de Matiére Medicale*, de 1890. E' commendador da ordem de S. Thiago, e da ordem hespanhola de Izabel a Catholica. Ha annos era um dos principaes redactores do *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas*, onde, entre muitos artigos, escreveu em 1868 alguns de polemica com o seu collega dr. Alvarenga, relativamente á *Estatistica dos hospitaes de S. José, S. Lazaro e Desterro*, por este publicada. Além dos livros já apresentados, o sr. dr. Eduardo da Motta tem escripto os seguintes: *Da anemia do cerebro em geral e particularmente da ischemia cerebral e amollecimento consecutivo*, memoria apresentada á Academia Real das Sciencias, 1874; *Do emprego do acido phenico no tratamento das febres intermitentes*, 1876; *Mémoire sur l'Ecóle Medico Cirurgiale*, traducção do *Bosquejo Historico* ordenado pelo governo para ser enviado á exposição universal de Paris em 1878; *Elementos de histologia geral e histophysiologia*, com gravuras no texto e minuciosas estampas separadas, 1879; *Lições de pharmacologia e therapeutica geraes*, 1888; *Summula das lições de pharmacologia e therapeutica geraes*; *Reivindicação*, extracto do *Jornal de sciencias mathematicas, physicas e naturaes*, mostrando que o medico portuguez, Bernardino Antonio Gomes (pae), precedeu os chimicos francezes Pelletier e Caventou, no estudo e applicação da quinina, obtendo do extracto alcoolico das quinas um precipitado no qual se continham os principios activos d'aquella droga; *Discurso* proferido na Sociedade das Sciencias Medicas na sessão consagrada á memoria de José Eduardo Magalhães Coutinho.

Motta *(Fabião da)*. Nasceu em Bombarral. Militou na India, para onde foi em 1538 com o vice-rei d'aquelles estados D. Garcia de Noronha. Pela larga permanencia que teve ali, já exercendo o logar de juiz da Alfandega de Gôa, já achando-se em diversas emprezas militares, em que muito se distinguiu, escreveu a seguinte obra, que ficou manuscripta: *Historia da India em que se relatam as acções do vice-rei D. Garcia de Noronha, até o governo de Francisco Barreto.*

Motta *(Henrique)*. Escrivão da camara de D. João III, a quem, pelo seu talento e genio muito estudioso, este soberano ordenou, que fizesse uma descripção de Lisboa, e por quantas pessoas era habitada, a qual se publicou em 1528, com o titulo: *Tratado dos visinhos que tinha a cidade de Lisboa no anno de 1528.* No *Cancioneiro* de Garcia de Rezende, Lisboa, 1516, vem diversas poesias suas a pag. 201 v. a 211.

Motta *(Theodoro da)*. Professor de desenho no Lyceu Nacional Central de Lisboa, logar que exerceu por mais de 30 annos. N. na freg. d'Ajuda, hoje pertencente a Lisboa, a 7 de janeiro de 1833, fal. em Mafra a 18 de setembro de 1894. Era filho de Francisco da Motta e de Francisca Maria das Dôres. Foi autor d'um methodo de desenho, de que se fizeram repetidas edições. Casou em 4 de julho de 1861 com Maria Emilia Modina, que falleceu em 9 de abril de 1890, sem deixar successão. No seu testamento depois de declarar não ter herdeiros forçados, faz a seguinte disposição: «Tendo sido por mais de 30 annos professor do Lyceu Nacional Central de Lisboa, onde tive milhares de discipulos muito applicados, bons, distinctos em toda a extensão da palavra, e meus amigos dedicados, que, ainda depois de concluidos os seus estudos, me não esqueceram, dando-me sempre provas de muita estima e consideração, o que me foi sempre muito agradavel, e a que eu correspondia com reconhecimento e gratidão; lembrando tambem de que entre os meus alumnos tive alguns bem pobres, e ao mesmo tempo muito dignos de serem animados nos seus estudos com algum premio pecuniario, e não tendo o Lyceu rendimentos com que possa satisfazer o meu desejo, tomo a liberdade de offerecer um conto de réis em dinheiro, do qual serão tirados annualmente tres premios de 20$000 réis, para terem essa applicação.»

Motta. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Adaufe, conc. e distr. de Braga. ‖ S. Martinho, de Campo, conc. de Povoa do Lanhoso, do mesmo distr. ‖ S. Pedro, de Cauedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. ‖ S. Thiago, de Carvalhaes, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. ‖ S. Romão, de Corgo, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. ‖ S. Martinho, de Crasto, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. ‖ O Salvador, de Fervença, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. ‖ Santa Maria, de Gilmonde, conc. de Barcellos, do mesmo distr. ‖ S. Pedro, de Gondarem, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Christovão, de Labruja, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. ‖ O Salvador, de Lufrei, conc. de Amarante, distr. do Porto. ‖ S. Romão, de Nogueira, concelho de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. ‖ Santa Eulalia, de Oliveira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. ‖ Santo Estevão, de Villa Chã do Morão, conc. de Amarante, distr. do Porto. ‖ N. S.ª da Conceição, de Villa Nova de Muhia, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vian-

na do Castello. || Santa Marinha, de Villar, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Monte Real, conc. e distr. de Leiria. || N. S.ª da Victoria, de Famalicão, conc. de Pederneira, do mesmo districto.

Motta Barbosa *(Arthur Tamagnini de Abreu)*. Major de cavallaria, do conselho de Sua Majestade, sub-inspector geral de fazenda do ultramar. N. a 5 de junho de 185?, fal. em Lisboa em 1 de outubro de 1906. Assentou praça como voluntario no regimento de cavallaria n.º 2, em 22 de julho de 1869, sendo promovido a aspirante com a graduação de alferes em 23 de agosto de 1876. Em 1877 passou a segundo official com a graduação de capitão para ir servir no ultramar. Em 1884 foi nomeado contador da junta de fazenda de Macau e Timor, onde serviu até 1887, sendo promovido a primeiro official com a graduação de major, em 19 de janeiro d'esse anno, ficando effectivo n'esse posto em 2 de novembro de 1899. Exerceu varias commissões de serviço no ultramar, taes como a de vogal da commissão administrativa dos bens das missões portuguezas na China; presidente da commissão encarregada de elaborar um projecto de organisação das repartições postaes em Macau; vogal da commissão para organisação do congresso d'orientalistas, inspector de fazenda da India e Macau, logar que desempenhou com o maior zelo, merecendo varias portarias de louvor. Era commendador das ordens de Christo e de Aviz, e cavalleiro d'esta ultima; possuia as medalhas de prata de comportamento exemplar, e de serviços no ultramar. Fôra agraciado com uma condecoração ingleza. Quando em 1900 foi creada a inspecção geral de fazenda, foi nomeado sub-inspector geral. Conhecedor como poucos da administração da fazenda do ultramar, principalmente nos assumptos referentes á organisação fazendaria militar, a sua opinião era sempre muito apreciada. O regulamento geral de fazenda de 3 de outubro de 1901 foi trabalho seu, de collaboração com o sr. conselheiro Navarro de Andrade.

Motta de Carvalho *(Vicente da)*. Bacharel formado em Jurisprudencia Cesarea pela Universidade de Coimbra, advogado, poeta, etc. N. em Setubal em fevereiro de 1685; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Belchior da Motta de Carvalho e de sua mulher Paula Soares. Estudou Jurisprudencia Cesarea na Universidade, e depois da formatura voltou para Setubal, onde exerceu a advocacia, tornando-se muito afamado. Teve particular vocação para a poesia comica, e escreveu varias comedias em verso hespanhol, com os titulos: *El principe de la Vanda*, *La dicha en la desdicha*, *Tambien castiga quien ama*, *Castigar lo que se estima*, *Indicios contra verdades.* Em assumptos de jurisprudencia escreveu um commentario em latim ás Ordenações do Reino, uns *Ensaios Moraes e Politicos*, e uma collecção de *Orações academicas*, que tudo ficou manuscripto.

Motta e Mello *(Luiz Henrique da)*. Capitão general das ilhas de S. Thomé e Principe, cargo para que foi nomeado em 1758. Não podendo acabar com as desordens que tinham rebentado nas ilhas entre os grandes proprietarios, a camara e os ouvidores, foi chamado á côrte em 1761, e entregou o governo ao senado da ilha de Principe.

Motta Veiga. V. *Veiga*.

Mottas. Pov. na freg. de S. Romão, de Corgo, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Motunda. Pov. situada a sul-sudoeste da Huilla. Tem 9 ou 10 hect. de superficie, é muito populosa e os seus terrenos são fertilissimos. Tem missão religiosa.

Motundo. Pov. da Beira, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Faz parte dos territorios administrados pela Companhia de Moçambique. Tem escola.

Mouca. Pov. na freg. de S. Thiago de Litem, conc. de Pombal distr. de Leiria.

Mouchão. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. João Baptista e conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Mouchão dos Coelhos. Pov. na freg. de Santa Cruz, de Pombalinho, conc. e distr. de Santarem.

Mouchão do Inglez. Pov. na freg. de Santo Eustaquio, de Alpiarça, conc. de Almeirim, distr. de Santarem.

Moucharia. Pov. na freg. de S. Lucas, de Freiria, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Moucheira. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Mouchina. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Paderne, conc de Albufeira, distr. de Faro.

Mouchinhos. Pov. na freg. de S. Miguel, de Varziella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Mouco. Pov. na freg. do Salvador do Mundo, de Almoster, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Mouçós. Pov. e freg. do Salvador, da prov. de Traz os-Montes, conc., com. e distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 518 fog. e 2:306 hab. Tem escolas d'ambos os sexos. A pov. dista 5 k. da séde do conc. A Casa do Infantado apresentava o reitor, que tinha 150$000 réis de rendimento. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. || Freg. da prov. de Traz-os-Montes, pertencente ao conc. de Macedo de Cavalleiros. O orago é S. Lourenço. O reitor da freg. de Castellões apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. Esta freg. já não existe, por estar unida á de Castellões.

Moufebres. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Candedo, conc. de Murça, distr. de Villa Real.

Mougas Pov. na freg. de S. Cypriano, de Pinheiros, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Mougueiras de Baixo. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Mouguellas. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Dois Portos, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || S. Pedro da Cadeira, do mesmo conc. e districto.

Moujusão. Pov. na freg. do Salvador, de Ceivães, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Moulá. Pov. do conc. e com. das Ilhas, no distr. e archipelago de Gôa, India.

Moulães. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Longos Valles, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Moumiz. Pov. na freg. de S. Pedro, de Paus, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Mouquim. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 114 fog. e 519 hab. A egreja matriz dista 5 k. da séde do conc. As religiosas franciscanas de Vallo de Pereiras apresentavam o vigario, que tinha 70$000 réis de rendimento e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, e foi couto com juiz, camara e mais officiaes. D. Affonso III deu-lhe foral, em Guimarães, a 16 de maio de 1258. Em 1426, D. Affonso, conde de Barcellos, comprou ao bispo de S Thiago de Compostella esta freg. e mais as da Correlhã, Nogueira e Gondufe, e as herdades de Bertiande; por este motivo parte d'estas freguezias passaram depois para a Casa de Bragança. As rendas que estas freguezias pagavam ao bispo de S Thiago, depois aos condes de Barcellos, e por fim á Casa de Bragança, eram o 5.º de todos os fructos. Este pesado tributo foi pago até 1834. Esta freguezia era abbadia dos Pinheiros, de Barcellos. Sendo abbade Diogo Pinheiro, da familia dos padroeiros, deu esta egreja ás freiras de Vallo de Pereiras, com a condição de lhe admittirem no mosteiro, para professarem, duas filhas. Desde então ficou sendo vigararia. A pov. pertence á 3.ª div. mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Este, conc. e distr. de Braga. || N. S.ª das Dôres, de Rebordello, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santo Isidoro, de Romariz, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, do Valle Maior, conc. de Albergaria-a-Velha, do mesmo districto.

Mouquinho. Pov. na freg. de S. Vicente de Pereira Jusã, conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

Moura. Familia muito antiga, de que ha noticia desde os primeiros tempos da monarchia. Fôram os dois fidalgos Pedro Rodrigues e seu irmão Alvaro Rodrigues, que muito contribuiram para a conquista da villa de Moura, no reinado de D. Affonso Henriques em 1166 da era de Christo. Este soberano, em memoria das suas façanhas, mandou que os dois fidalgos usassem o appellido de *Moura*, e que estabelecessem ali o seu solar, dando-lhe por armas: Em campo vermelho sete castellos de ouro, em tres palas, ficando tres pelo meio, com portas lavradas de preto; elmo de aço, aberto, e por timbre, um dos castellos das armas. D'um d'estes dois irmãos procedem as familias dos duques de Loulé, condes de Valle de Reis, d'Azambuja e outras muitas familias nobres de Portugal. Ha outros *Mouras* da mesma proveniencia, que são os Mouras Côrte-Reaes, sendo o primeiro que se encontra com este appellido D. Manuel de Moura Côrte Real, filho de D. Christovão de Moura, marquez de Castello Rodrigo. Estes Mouras tinham por armas: Escudo esquartelado; no primeiro e no quarto quartel as armas dos Mouras; no segundo e terceiro as dos Costas, com uma cruz de S. Jorge em chefe. Elmo e timbre como os outros Mouras

Moura (*Alexandre de*). Capitão mór de Pernambuco, que em 1615 terminou a guerra com os francezes na provincia do Maranhão. Escreveu o seguinte, que se não publicou: *Roteiro da jornada, que fez com o piloto Manuel Gonçalves desde Pernambuco até ao Maranhão.*

Moura (*D. Antonio de*). Fidalgo do seculo XVI; 13.º senhor de Azambuja e commendador d'essa villa. Serviu em Africa, e esteve na batalha d'Alcacer-Kibir, fallecendo em Fez, victima das feridas que recebeu.

Moura (*Fr. Antonio de*). Religioso da ordem de S. João de Deus, nascido em Lisboa. Viveu em Castella, onde professou. Publicou com muitos additamentos a *Vida de S. João de Deus*, composta por D. Antonio de Gouveia, bispo de Cyrene. Esta obra teve varias edições.

Moura (*Antonio Honorato Caria de*). Doutor e lente de Mathematica, na Universidade de Coimbra, etc. N. no Cartaxo, fal. a 16 de novembro de 1843. Era filho de João Honorato Ribeiro de Moura. Foi doutorado em 28 d'abril de 1805, e entrou para o quadro do corpo cathedratico da Universidade, mas d'elle foi mandado riscar em 1834, assim como muitos outros collegas, por causa das idéas politicas que professavam. Por decreto de 12 de janeiro de 1837, foi reintegrado. Teve tambem o cargo de bibliothecario na Universidade, collaborador e revisor das *Ephemerides* por ella publicadas. Escreveu varias *Memorias* sobre diversos pontos de geometria, analyse e mechanica, uma *Geometria synthetica*, umas *Taboas para abreviar o calculo das ascensões rectas*, etc.

Moura (*D. Brites de*). Fidalga que viveu no seculo XIV, e cujo nome ficou celebre na historia, porque, valendo-se do amor que seu filho lhe tinha, fez com que se conservasse fiel á patria, e não seguisse o exemplo de tantos outros nobres que, depois da morte d'el-rei D. Fernando I, seguiram o partido de Castella. O filho de D. Brites de Moura era o alcaide mór de Trancoso Gonçalo Vasques Coutinho, que estava resolvido a entregar a praçá ao rei hespanhol, quando sua mãe, informada d'esse proposito, o foi procurar para o dissuadir de tal intento.

Moura (*D. Christovão de*). Foi o 1.º conde e o 1.º marquez de Castello Rodrigo. V. *este titulo.*

Moura (*Damião Francisco Alves de*). Commerciante, procurador da junta geral do districto da Guarda, vereador da camara de Pinhel, etc. N. em Avellans da Ribeira, onde tambem falleceu a 7 de março de 1904. Foi muito novo para a cidade da Guarda, dedicando-se á vida commercial, seguindo d'ali para o Brazil a negociar em grande escala no Rio Grande do Sul, onde adquiriu grandes bens de fortuna. Uma grande crise commercial que se deu no Brazil, que arrastou diversos bancos e importantes casas, reduziu muito os haveres de Alves de Moura, que regressou a Portugal, indo fixar a sua residencia na terra onde nascera, a qual deve á sua iniciativa os grandes melhoramentos com que então foi dotada, entre os quaes se contam o apeadeiro de Pinhel o as estradas de Piuzio e Pinhel, quo tanta importancia deram a Avellans da Ribeira. Dos melhoramentos ali realisados são tambem importantes as duas bellas casas para escolas dos dois sexos, e o aformoseamento da egreja matriz, tudo devido á sua iniciativa e á sua bolsa. Era muito compassivo, muito esmoler, sempre prompto a soccorrer os desgraçados, sendo

egualmente no Brazil o auxiliar e protector de alguns compatriotas para quem a sorte fôra adversa. No Porto, por occasião da epidemia da febre amarella em 1857, prestou tão uteis e relevantes serviços que D. Pedro V quiz agraciar o com alguma distincção, recusando-se sempre Alves de Moura acceitar qualquer condecoração. Depois da offerta das casas para as escolas á junta de parochia da sua freguezia, e que este acto foi conhecido dos poderes publicos, offereceram-lhe um titulo nobliarchico, que egualmente recusou. Por uma portaria datada de 28 d'abril de 1885, foi encarregado o governador civil de lhe transmittir os louvores d'el-rei D. Luiz I pelos esforços e donativos, que tão generosamente empregara na realisação d'aquelle melhoramento. A junta de parochia da freguezia, por essa occasião, realisou uma sessão solemne para inaugurar n'uma das salas o retrato de Alves de Moura, concorrendo a ella quasi toda a população de Avellans da Ribeira, que freneticamente applaudiu aquella homenagem, indo em seguida a casa do seu benemerito compatriota agradecer-lhe tão importante melhoramento. Só muito instado é que acceitou a commenda da ordem de Christo, ainda em vida d'el-rei D. Luiz I, sendo essa a unica venéra que possuia, mas de que nunca fez uso por não lh'o permittir a sua modestia. Alves de Moura foi procurador da junta geral do districto da Guarda e vereador da camara municipal de Pinhel. Quando em 1856 se deu o naufragio do vapor *Peninsular* nas costas do Brazil, Alves de Moura ia a bordo, sendo um dos passageiros que puderam salvar se d'aquelle lastimavel successo, que fez perto de 100 victimas.

Moura (*Francisco Isidoro Gorjão de*). Governador de Manica, de Quelimane, coronel de cavallaria, etc. N. em Villa Franca a 5 de fevereiro de 1850. Assentou praça em 2 de agosto de 1869; seguiu o curso de cavallaria na Escola do Exercito, findo o qual, foi promovido a alferes em 9 de dezembro de 1873, a tenente em 20 de março de 1878, a capitão em 16 de setembro de 1885, a major em 15 de agosto de 1895, a tenente-coronel em 15 de novembro de 1900, e a coronel em 4 de julho de 1907. Foi nomeado governador de Manica em 1884, quando este governo foi creado, e em julho d'esse anno seguiu para Moçambique para o exercicio da sua nova commissão. Por decreto de 12 de fevereiro de 1891 foi nomeado governador de Quelimane, seguindo no dia 21 para o seu destino a bordo do paquete *Rei de Portugal*. Foi em Quelimane que, em outubro de 1884 partiu com a expedição de occupação, desembarcando na margem direita do Zambeze, em Magagade, onde se conservou até dezembro para fazer expedir para o interior todo o material pertencente á expedição, estabelecendo depois provisoriamente em Massara a séde do governo, tendo por bastante tempo unicamente por abrigo barracas de lona, emquanto se construiam as necessarias palhotas para habitações. Em abril de 1886 tentou uma viagem de exploração ao Pungué e Mudinguegui, que levou affeito, e da qual apresentou um circumstanciado relatorio, que motivou o governo geral da provincia a ordenar a marcha da canhoneira *Cuanza*, então sob o commando do 1.º tenente Emygdio Fronteira, para proceder a estudos no Pungué, hoje porto da Beira. Gorjão de Moura, apezar de se sentir bastante doente n'esta occasião, não se esquivou em seguir para Quelimane afim de embarcar na canhoneira *Cuanza* e conjuntamente tomar parte nos estudos de exploração e sôndagem do rio, seguindo depois para Gorongosa, por ter recebido aviso da proxima visita que o governador geral andava fazendo aos differentes districtos, e d'ahi a Gouveia, nome que dera á povoação séde provisoria do districto. A doença aggravou se, e prostrou-o. D'esta visita resultou uma portaria dimanada do governo geral, em que lhe eram dispensados os mais justos louvores, *pelo zelo, actividade e energia com que em tão pouco tempo tinha sabido impôr a sua autoridade aos indigenas, em ponto tão remoto, facto de que resultariam grandes vantagens para o commercio e prestigio para o nome portuguez.* Entrando em convalescença seguiu logo para Gouveia, afim de organisar uma expedição para bater o Rupire e Masjaua, da qual colheu os melhores resultados, devastando o inimigo, apossando e avassalando Catarere, Chicore, Chiden e Inhamezinga. Tal exito deu logar a uma nova portaria de louvor do governador geral da provincia, e pelo governo da metropole lhe foi conferida a mercê de cavalleiro da ordem da Torre e Espada. Em fins do anno de 1886 foi em commissão ás terras da Gaza, junto ao Gungunhana, sendo esta viagem muito penosa, não só por ter durado 68 dias, mas por ter sido emprehendida na peor occasião, em que as abundantissimas chuvas e enormes trovoadas são acompanhadas de grandes calores, e obrigada a atravessar todo o Quiteve, quasi deserto, produziu terriveis effeitos em todos os carregadores que o acompanhavam, vendo os elle a todo o momento adoecer, não sendo tambem poupado a tal flagello, tendo em muitas occasiões de ser tirado da cama de viagem em que descançava, para a machila onde era transportado; tal era a fraqueza extrema em que a doença o prostrara. Quando terminou esta missão regressou a Gouveia, seguindo para o Ibo a tomar posse do districto de Cabo Delgado, para onde fôra transferido, e no qual se conservou quasi todo o anno de 1888, seguindo em direcção á metropole nos fins d'este anno, por se lhe tornar impossivel á sua saude o continuar sem interrupção a servir em Africa. O sr. coronel Gorjão de Moura é cavalleiro e official da ordem de S. Bento de Aviz, commendador da mesma ordem por serviços distinctos; cavalleiro da da Torre e Espada. Possue a medalha de prata de comportamento exemplar, a medalha de ouro por serviços no ultramar, e a cruz de segunda classe da real ordem da Corôa da Prussia.

Moura (*João Alvares de*). Conego na sé de Coimbra e na do Porto, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Medeiros, povoação do concelho de Montalegre, districto de Villa Real, a 15 de novembro de 1805, fal. no Porto a 24 de dezembro de 1880. Era filho de Manuel Martins de Moura e de Maria Alvares de Moura. Estudou preparatorios no seminario de S. Caetano, de Braga; em 1826 tomou o grau de bacharel em Canones, concluindo a formatura em 1827. No mesmo seminario de S. Caetano recebeu em 1828 a ordem de sub-diacono, conferida pelo bipo de Carrhes, e n'esse mesmo anno abriu banca de advogado em Braga.

Em 1829 foi nomeado desembargador honorario da relação primacial, e desembargador ordinario em 1830, pouco depois de receber a ordem do presbytero. Foi nomeado conego da sé de Coimbra em 1855, e mais tarde conego da sé do Porto, onde era chantre quando falleceu. Exerceu mais os seguintes cargos: vigario geral de Moncorvo, procurador geral da mitra primacial de Braga, secretario do bispo-conde de Coimbra D. Manuel Bento, e do bispo do Porto D. João da França Castro Moura, e por fim provisor do cardeal D. Americo, tambem bispo do Porto. O dr. João Alvares de Moura tambem foi professor de sciencias ecclasiasticas nos seminarios de Coimbra e do Porto, e por vezes governador d'estas dioceses na ausencia dos proprios prelados. Tambem exerceu a advocacia no Porto.

Moura *(D. João da França Castro de)*. Bispo do Porto. N. na freg. de S. Cosme de Gondomar a 19 de março de 1804, fal. no Porto em 16 de outubro de 1868. Era filho de Antonio João de França e do Rosa da França de Castro e Moura, lavradores e proprietarios d'aquella localidade. Mostrando grande disposição para a vida ecclesiastica, seu tio materno, o dr. João da França do Castro e Moura, então residente om Penafiel, onde era vigario geral, o mandou ir para a sua companhia em 1815, para lhe dirigir convenientemente a educação litteraria, cursando ahi debaixo da sua direcção os estudos de instrucção primaria, latim e philosophia moral e racional. Em 1820 foi estudar no seminario episcopal do Porto, francez e rhetorica e dois annos do curso theologico, o sendo bispo do Porto D. João de Magalhães e Avellar, por elle lhe fôram conferidas as primeiras ordens, conhecidas pela designação de *ordens menores*. Em 1823 entrou no convento de Rilhafolles, que fazia parte da congregação das missões, e em abril de 1825 embarcou a bordo da nau *Vasco da Gama* que se dirigia a Macau. N'esse mesmo anno entrou no real collegio do S. José das Missões com outros companheiros, e foi ali que alcançou concluir os seus estudos o receber as ordens de sub diacono em 1827, as quaes lhe fôram conferidas por D. Fr. Francisco de Nossa Senhora da Luz Chacim, bispo d'aquella diocese. Pouco tempo depois, ainda em 1827, foi João da França obrigado a ir a Manilla, capital das ilhas Filippinas, tomar ordens de presbytero, por ter fallecido aquelle prelado quasi de repente, podendo o novo levita sómente celebrar a sua primeira missa no collegio do S. José, de Macau, onde tinha regressado durante o anno de 1830. Como mostrava muito zelo e disposição para as missões, teve ordem n'esse mesmo anno de partir para Tokien, provincia chineza, indo acompanhado d'um missionario hespanhol. Demorou-se ali apenas um mez, porque a sua vida corria grande perigo, pelo motivo da atroz perseguição, que os chinezes fizeram aos dois padres, sendo portanto, compellidos a irem ambos para Shangae. Pouco tempo se demorou o P. João da França, pois resolveu fixar a sua residencia na diocese de Nankin, onde foi vigario geral por nomeação do bispo D. Caetano Pires Pereira, residente em Pekin. As doenças que o atacaram, o obrigaram a voltar para Pekin, onde continuou no seu cargo de vigario geral, missionando ao mesmo tempo na parte oriental d'aquella provincia. Em 1836 grassou n'esta circumscripção ecclesiastica uma epidemia de febre typhoide, e João da França, na sua missão evangelica, tambem foi atacado da terrivel doença, chegando a estar perigosamente doente. A convalescença foi muito morosa, e o obrigou a suspender por algum tempo os seus trabalhos de missionario. Em 1838, pelo fallecimento do bispo D. Caetano Pires Pereira, foi elevado á dignidade de bispo eleito, mas nem por isso deixou de administrar pessoalmente os sacramentos aos fieis da missão de Xan-tum, como so fôsse um simples missionario. Em 1840 a curia romana nomeou o bispo de Pekin para bispo de Claudiépolis e administrador apostolico da diocese de Pekin, mas o governo portuguez, em consequencia da antiga questão do padroado em que a curia tanto andava empenhada, negou a licença para a sagração do bispo. O P. João da França quando teve conhecimento d'essa recusa para a sagração como bispo de Clandiépolis, sollicitou do papa o ser dispensado da graça que lhe fôra concedida, porque optava pela mitra de Pekin, pois era portuguez em primeiro logar, e tinha obrigação de obedecer ás regias determinações da rainha D. Maria II, que antes o nomeara para ali. Os profundos desgostos resultantes d'esta pendencia o obrigaram a voltar á patria, embarcando em 1853 no briguo *Mondego*, e chegando Portugal foi viver para a terra da sua naturalidade, e foi ali que veiu surprehendel-o o decreto de 27 de março de 1862 que o elevou á dignidade de bispo do Porto. Sendo preconisado no consistorio de 22 de maio e sagrado a 6 de junho, fez a sua entrada solemne na cidade do Porto no dia 30 do agosto O bispo D. João da França de Castro Moura governou a diocese com a mais extremada sollicitude, empregando a maior parte dos rendimentos do cargo em soccorrer os pobres, e dando especial attenção ao seminario episcopal, que o seu antecessor começara a organisar, tornando-o um dos melhores do reino. Antes de ir a Roma em 1867 assistir ao centenario de S. Pedro, inaugurou a bibliotheca do seminario enriquecendo-a com grande numero de manuscriptos, entre os quaes figura o manuscripto original do proprio punho de Fr. Domingos Vieira conhecido pela denominação de *Thesouro da lingua portugueza*, o que por permissão do digno prelado, se publicou com o titulo de *Grande Diccionario portuguez, ou thesouro da lingua portugueza*. As doenças adquiridas nas terras inhospitas por onde andara tantos annos, o minavam gravemente, e pouco tempo depois do seu regresso de Roma, conhecendo que ia morrer, declarou perante todo o cabido da sua sé que deixava todos os seus haveres, adquiridos depois de tor tomado posse d'aquelle bispado, ao seu seminario com o fim de constituirem um fundo para ser applicado á ordenação de estudantes pobres que o frequentassem. Legou tambem ao seminario a sua selecta e copiosa livraria. O bispo D. João da França de Castro Moura tem biographia no *Archivo pittoresco*, vol. II, pag. 105, escripta por Carlos José Caldeira.

Moura *(João Herculano de)*. Pharmaceutico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, etc. N. em Villa de Rei a 10 de novembro de 1831, sendo filho de Francisco José de Moura e de D. Quiteria de Oliveira e Moura. Seguiu o curso de

pharmacia na Escola Medico-Cirurgica, fez o exame final em 1856, e regressou pouco depois a Villa Real. Sentindo, porém, desejos de entrar em vida mais laboriosa que a que se lhe propocionava na sua terra natal, requereu e obteve o logar de segundo pharmaceutico do quadro de saude do Estado da India, para onde embarcou em fins de dezembro de 1866. Por duas vezes regeu interinamente a cadeira de chimica, physica e historia natural, na escola de medicina de Gôa, e em 1880 foi promovido a primeiro pharmaceutico com a graduação de capitão. Em 1883 regressou á metropole e pediu em virtude da lei, a sua reforma, que obteve, com a graduação de major. João Herculano de Moura era socio correspondente da Sociedade Pharmaceutica Lusitana, e pertencia a outras corporações da India. Escreveu: *Jornal de pharmacia, chimica e historia natural medica*, Nova Gôa. Era publicação mensal, começando a sair em janeiro de 1872 e terminando em dezembro de 1873, formando 2 volumes.

Moura *(João Lopes Carneiro de)* Escriptor, professor, advogado e jornalista; chefe de repartição na Direcção Geral da Instrucção Primaria. N. em Montalegre a 27 de março de 1886. Matriculou-se na Universidade, seguindo o curso de Direito, em que se formou, obtendo as primeiras classificações. Depois de concluida a formatura veiu para Lisboa, collocando-se como professor de historia no Lyceu. Entrando na politica filiou-se no partido regenerador, que o elegeu deputado por Montalegre, e nas sessões de 1896 e 1897 distinguiu-se pela facilidade da palavra e pelo estudo das questões em que tomou parte. Exerceu a advocacia, e foi antigo collaborador da *Tarde*, *Diario Illustrado* e d'outros jornaes. Em 1901 fundou o *Liberal*, em que atacava vigorosamente os actos da administração publica, e pouco depois, em 1902, abriu uma campanha contra o *Seculo*, que ficou memoravel pela violencia de linguagem usada de parte a parte. Escreveu: *A bohemia nova*, Coimbra, 1889; *A politica portugueza; Direito industrial portuguez systematisado; A mulher e a civilisação*, Lisboa, 1900; *O seculo XIX em Portugal*, Lisboa, 1901, etc.

Moura *(Fr. D. Joaquim de Boa Morte Alvares de)*. Conego regrante da ordem de Santo Agostinho; bacharel em Theologia pela Universidade de Coimbra; prégador muito apreciado, doutor pelo collegio da Sapientia, etc. N. em Barroso a 11 de janeiro de 1814, fal na freguezia de Santo Emilião, do concelho de Povoa de Lanhoso em abril de 1903. Era filho de Manuel Martins de Moura e de Maria Alvares de Moura. Foi conego regrante de Santa Cruz de Coimbra, e em 1836, já depois de extinctas as ordens religiosas, formou-se em Theologia, tendo sido premiado em 3 annos de curso, não o sendo nos outros dois por ter havido n'elles perdão d'acto. Foi um prégador muito illustrado e muito considerado. Não podendo esquecer o seu convento, era incansavel em promover o culto e a veneração do seu patriarcha S. Theotonio, de quem foi sempre muito devoto. Ao seu zelo apostolico se deve a *Associação espiritual dos devotos de S. Theotonio*, creada em 1863. Em 1855 fez reimprimir na imprensa da Universidade a *Vida do admiravel Padre Santo Theotonio*, escripta pelo seu disciupulo anonymo, religioso do mosteiro de Santa Cruz, com additamentos do P. D. Joaquim da Encarnação, tal como se publicou em 1764, na sua primeira edição. Em 1869 mandou imprimir no Porto um folheto, cujo titulo é *Santo Theotonio conhecido e venerado, ou noticia compendiosa da vida, virtudes, beneficios, milagres e culto do primeiro prior de Santa Cruz de Coimbra, obrigações e lucros da associação espiritual de seus devotos*. D'estas duas publicações distribuiu gratuitamente quasi todos os exemplares. Fr. D. Joaquim da Boa Morte Alvares de Moura foi por duas vezes convidado para reger uma cadeira na Universidade, e sendo arcebispos de Braga D. João José de Moura e D. João Chrysostomo de Amorim Pessoa, estes dois prelados o convidaram para reger uma cadeira no curso superior. Varias vezes lhe foi offerecida uma mitra, mas sempre se recusou a acceitar estes offerecimentos.

Moura *(José Coelho de)*. Escriptor, que em 1824 escreveu e publicou um opusculo com o titulo: *Memoria que versa sobre os projectos seguintes: 1.º Formação de um corpo de cavallaria para fazer a policia de Portugal e Algarve; 2.º Regulamento a bem dos patrões e creados de servir offerecido ao soberano congresso.*

Moura *(José Joaquim de Azevedo)*. Bispo de Vizeu, arcebispo de Braga, ministro de estado, etc. N. em Alfandega da Fé a 18 de outubro de 1794, fal. em Evora em 1875. Foi eleito bispo de Vizeu a 20 de outubro de 1845, sendo confirmado a 19 de janeiro de 1846. Chamado ao ministerio para occupar a pasta da justiça e negocios ecclesiasticos a 21 de fevereiro de 1848, só pouco mais de um mez se demorou no ministerio, pedindo a sua demissão a 29 de março do mesmo anno. A 27 de fevereiro de 1856 foi eleito arcebispo de Braga, e confirmado no dia 16 de junho d'esse anno. Em 1872 deixou o governo ao seu coadjutor, e retirou-se para o Alemtejo, onde falleceu.

Moura *(P. José Luiz Gomes de)*. Presbytero, mestre de cerimonias na capella da Universidade de Coimbra, etc. N. em Pousadouros, freguezia de S. Julião de Mouronho, concelho de Arganil, e fal. em 1817. Estudou no seminario episcopal de Coimbra, e já ordenado de presbytero, entrou em 19 de março de 1763 para a Congregação dos Pios Operarios, fundada no mesmo seminario em 1757. Ali exerceu successivamente os logares de prefeito dos porcionistas, dos ordinandos, dos convictores, dos seminaristas, sendo afinal promovido em 1787 no de mestre de cerimonias da capella da Universidade. Sob a sua direcção estudou no referido seminario seu sobrinho, o distincto philologo José Vicente Gomes de Moura. Escreveu: *Ritual das exequias, extrahido do Ritual romano, illustrado com duas pastoraes de dois bispos de Coimbra, alguns decretos, e a mais coherente doutrina dos autores: ao qual se junta a Missa de «Requiem» com os seus ritos e cerimonias particulares; uma de festa; as absolvições ao tumulo na fórma do Missal e Pontifical Romano; as cerimonias principaes do Acolytho da Missa; e um Methodo para aprender Cantochão*, Lisboa, 1782; *O methodo para aprender o Cantochão com facilidade*, que vem no fim do Ritual, foi tambem publicado separadamente, tendo tido uma terceira edição em 1825.

Moura *(José Maria de)*. Tenente-general, governador das armas no Grão-Pará, etc. N. em

1772, fal. em Lisboa a 10 de janeiro de 1836. Foi quem em 1808, organisou em Plymouth com emigrados portuguezes, a famosa Legião Lusitana, conduzindo a em seguida para a cidade do Porto. Exerceu depois o cargo de sub-inspector de artilharia no Rio de Janeiro. D. João VI o agraciou com a commenda de Santa Eufemia da villa de Penella, da ordem de Aviz, *em consideração aos seus bons e distinctos serviços durante a guerra peninsular.* Foi tambem nomeado governador das armas do Grão-Pará, cargo que exerceu na epoca de grande excitação por causa da independencia do Brazil que se promovia. Escreveu: *Exposição dos motivos pelos quaes o marechal de campo José Maria de Moura não tem podido ir para o Porto, reunir-se ao exercito de S. M. F. a Rainha de Portugal, do commando do seu augusto pae o duque de Bragança*, Dunkerque, 1833. N'esta memoria justificativa escripta em portuguez e em francez, o autor dá noticias especiaes da sua biographia militar, e do modo como desempenhara as commissões do serviço de que fôra encarregado, tanto em Portugal como no Brazil, durante as luctas que precederam a separação definitiva d'aquelle imperio.

Moura *(Fr. José de Santo Antonio)*. Religioso da ordem Terceira de S. Francisco. N. em Almodovar em 1770, e fal. em Lisboa a 10 de fevereiro de 1840. Foi ministro geral da sua ordem professor e interprete regio da lingua arabica, official da secretaria de estado dos negocios estrangeiros, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. Escreveu: *Historia dos soberanos mahometanos das primeiras quatro dymnastias, e de parte da quinta, que reinaram na Mauritania, escripta em arabe por Abu-Mohammed Assaleh, natural de Granada, e traduzida e annotada em portuguez, publicada por ordem da Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1828; *Viagens extensas e dilatadas do celebre arabe Abu-Abdallah, mais conhecido pelo nome de Ben-Batuta, traduzidas em portuguez, publicadas de ordem da Academia Real das Sciencias*, tomo I, 1840; o tomo II só veiu a publicar-se em 1855; *Memoria apologetica sobre o verdadeiro sentido da inscripção que se acha na peça chamada de Diu;* inserta nas *Memorias da Academia Real das Sciencias*, tomo X, parte 1.ª, de pag. 1 a 15; *Explicação de cinco medalhas africanas achadas junto á villa de Almodovar;* no mesmo volume; *Memoria sobre as dynastias que tem reinado na Mauritania, com a serie chronologica dos soberanos de cada uma d'ellas;* no mesmo vol, pag. 47 a 140. Fez numerosas addições e retoques á obra *Vestigios da Lingua arabica em Portugal,* de Fr. João de Sousa, e com elles foi reimpressa na edição de 1830.

Moura *(P. José Vicente Gomes de)*. Presbytero secular, grande humanista e distincto hellenista, professor no Collegio das Artes, etc. N. na freguezia de Mouronho a 21 de novembro de 1769, fal. na sua casa junto a Coimbra, em 2 de março de 1854. Foi nomeado professor regio da lingua latina para a freguezia de Penacova em 1798, passando depois á de Poiares. A carta regia de 7 de dezembro de 1802 aposentou varios professores do Collegio das Artes, que não podiam já continuar na regencia das suas cadeiras, e mandou pôr em exercicio as substituições indispensaveis no mesmo collegio para o ensino publico, nomeando-se os competentes professores e substitutos. Entre os professores nomeados contava-se José Vicente Gomes de Moura, que passou a reger a cadeira de lingua latina, tomando posse a 17 de janeiro de 1803, e n'esse mesmo collegio das Artes foi mais tarde, em 1817, nomeado professor da segunda cadeira de grego. Posteriormente, em 1823, teve a nomeação de deputado da directoria geral dos estudos, e em 1825 a de lente proprietario da cadeira de historia universal portugueza, sendo transferido para a cadeira de grego em 1827. Tendo fallecido em 1 do fevereiro de 1831 o revisor e director da imprensa da Universidade Joaquim Ignacio de Freitas, foi n'esse mesmo dia substituido, por portaria do vice-reitor, pelo professor de grego José Vicente Gomes de Moura. A resolução de 23 de julho de 1772, approvava a resoluçeo da real-mesa censoria de 13 do referido mez e anno, *para se fazer a impressão d'um diccionario completo que pudesse facilitar o estudo da lingua grega*, trabalho este a que se offerecia o professor Custodio José de Oliveira. Mas até 1830 ainda nada se havia feito a tal proposito; porém, n'este anno, quando estava concluida a selecta dos poetas gregos, reconheceu-se mais fortemente a necessidade de um lexicon greco-latino, impresso em Portugal. Havia então em Coimbra tres homens muito distinctos no conhecimento da lingua grega. José Vicente Gomes de Moura, Fr. Fortunato de S. Boaventura e o dr. Antonio José Lopes de Moraes. Esta feliz circumstancia, e a de uma extraordinaria e muito numerosa frequencia que tiveram as aulas de grego em Coimbra no anno de 1829 e no de 1830, animaram a metter hombros á empresa. Tão espinhoso cargo foi confiado ao dr. Antonio José Lopes de Moraes, com a coadjuvação dos professores do Collegio das Artes já citados, José Vicente Gomes de Moura e fr Fortunato de S. Boaventura. A escolha era muito acertada, mas por infelicidade, os dois professores fôram chamados a outro serviço, ficando sem auxilio o dr. Lopes de Moraes; comtudo, ainda se procurou substituir esse auxilio, mas tratando-se d'uma especialidade litteraria e scientifica, que precisava de estudos profundos, não era facil a substituição, nem principalmente, podia ser efficaz. Assim mesmo, já no anno de 1834, o dr. Antonio José Lopes do Moraes conseguira a impressão do *Lexicon Graeco-Latinum* ao fim da letra *K*, formando um volume de 135 folhas com 539 paginas. Os trabalhos do diccionario ficaram interrompidos pelos acontecimentos politicos d'esse anno de 1834, em que José Vicente Gomes de Moura perdeu todos os cargos que exercia, e só no fim de cinco annos lhe foi concedida a jubilação, por carta regia de 11 de agosto de 1839, com a condição de continuar a impressão do *Lexicon* O serviço que o illustre ancião prestou é brilhantemente assignalado pelo dr. Rodrigues do Gusmão, na biographia que escreveu do distincto hellenista: «Dedicou a esta gloriosa empresa os restantes dias da vida, sacrificando-lhe honras e interesses; e permittiu a Providencia, que não só chegasse a imprimir a secção mais importante do *Lexicon*, constituindo um volume de 196 folhas e 1191 paginas, mas que ainda pudesse juntar-lhe um subsidio importantissimo: *Noticia*

brevissima auctorum græcorum, qui ab antiquissimis temporibus floruerunt usque ad Constantinopolim a Turcis expugnatam anno MCCCCLIII, singulorum ostendens nomen, patriam, professionem; scripta genuina, vel dubia, vel supposita, scriptorum que editiones praecipuas; ac tandem aetatem, qua vixerunt, vel certam, vel dubiam, vel ignotam » A conclusão d'este utilissimo diccionario é posterior ao reinado de D. Maria II. Em 1842 foi José Vicente Gomes de Moura nomeado vigario geral do bispado de Vizeu pelo internuncio do papa, e designado por portaria do ministerio da justiça de 22 de abril do mesmo anno para coadjutor e futuro successor do prelado d'aquella diocese, mas, em consequencia da sua avançada edade e dos padecimentos que já soffria, não acceitou essa dignidade. Gomes de Moura enriqueceu a imprensa da Universidade com a gratuita doação das suas obras: *Grammatica Latina*, e as tres *selectas latinas*, além dos seus trabalhos importantissimos do diccionario grego. Para a sua biographia póde vêr-se a *Memoria sobre a vida e escriptos do reverendissimo sr. José Vicente Gomes de Moura*, pelo dr. Rodrigues de Gusmão; a *Revista Litteraria* do Porto, tomo X, pag. 104 a 345; *Apontamentos para a historia contemporanea*, por Joaquim Martins de Carvalho, etc. Algumas pessoas distinctas da villa de Poiares assentaram promover a trasladação dos restos mortaes do insigne philologo para um mausoléo decente, e constituindo-se em commissão para esse fim, conseguiram as subscripções e donativos necessarios, sendo effectivamente lavrado o tumulo a expensas d'aquella povoação. Feitos os preparativos adequados realisou-se a cerimonia com pomposo apparato no dia 26 de agosto de 1859. Houve exequias solemnes em commemoração do finado, prégando o dr Francisco Antonio Rodrigues de Azevedo a *Oração funebre*, que se imprimiu. O bispo-conde D. José Manuel de Lemos, vice-reitor da Universidade, assistiu a este acto. No tumulo se lavrou um extenso epitaphio em latim, composto pelo professor Antonio Cardoso Borges de Figueiredo. Bibliographia: *Taboas de declinação e conjugação para aprender as linguas hespanhola, italiana e franceza, comparando-as com a portugueza*, Coimbra, 1824; *Noticia succinta dos monumentos da lingua latina, e dos subsidios necessarios para o estudo da mesma*, Coimbra, 1823; *Compendio de grammatica latina e portugueza*, Coimbra, 1829; sem o nome do autor; reimprimiu-se depois muitas vezes com a declaração do seu nome; *Diccionario Grego-latino*, Coimbra, 1855; 2 tomos; *Canção á acclamação de S. M. F. o sr. D João VI;* saiu impressa a pag. 19 e seguintes de um opusculo em latim, do mesmo autor, cujo titulo diz: *In faustissimam adclamationem Joannis VI. Uniti Regni Portugalliae et Brasiliae et Algarbiorum Regis Fidelissimi*, etc, Conimbricae, 1819. No *Jornal de Coimbra* vem publicadas algumas das suas poesias latinas, nos n.os LXXII, LXXXVI e LXXXVIII. São tambem por elle coordenadas as *Selecta et veteribus Scriptoribus loca*, impressas em Coimbra, 1821, 18.9, 1847 e 1848, 2 tomos; *Selecta ad usem Scholarum Rhetoricas*, Coimbra, 1828.

Moura *(Manuel de)* Poeta e escriptor. N. no Porto a 31 de janeiro de 1865, sendo filho de Antonio Joaquim Guilherme de Moura. E' empregado no tribunal do commercio do Porto. Fundou o jornal litterario *Rosicler*, de que sairam 15 numeros; tem collaborado em muitas publicações e revistas illustradas, e em 1903 dirigiu com Oliveira Passos *A Instrucção Moderna*, quinzenario portuense de litteratura e arte. Escreveu: *Palidos*, 1 vol. de versos; *Crudelis dolor*, poemeto camoneano; *Versão da «Fabula de Narciso»*, 1 opusculo; *Aeternum vale*, opusculo; *Violetas*, 1 vol. de versos lyricos, 1888; *Violin*, 1 pequeno volume de versos castelhanos, Porto, 1889; *Crepusculares, Cancioneiro, A' desgarrada, Alma errante*, etc.

Moura *(Manuel Antonio de)*. Pintor, nascido nos meados do seculo XIV em Villa Flôr. Vindo para o Porto ainda creança, e revelando muita aptidão para o desenho, aqui seguiu os estudos artisticos, frequentando a Escola de Bellas Artes, onde completou o seu curso. Dedicou-se logo de principio da sua carreira ao trabalho de restauração de télas antigas em que se tem tornado conhecido. E' notavel como, não tendo estudado nos museus estrangeiros a maneira dos differentes mestres cujos quadros tão bem restaura, elle consegue fazer essas restaurações de modo a merecerem-lhe louvores da critica conscienciosa. Como pintor tem-se dedicado ao retrato, executando tambem alguns retabulos para egrejas da cidade, como o do altar mór do Carmo, e tambem a copia do precioso quadro, representando Santa Margarida de Cortona, que se encontra na egreja de S. Francisco. Outros retabulos tem executado para egrejas d'aldeia nos quaes, naturalmente e em vista do preço, não terá posto um grande cuidado. O seu merito está, como se disse, nas restaurações, sendo uma das mais notaveis o celebre *Fons vitae* da Misericordia do Porto, que mereceu os maiores elogios da critica competente. De quatro filhos que teve do seu casamento, tres dedicaram-se á pintura. Eduardo de Moura, primogenito, estudou na Academia do Porto, e depois de ahi fazer o seu curso com distincção, foi para Paris subsidiado pelo pae, e ali permaneceu alguns annos e muito aproveitou. Nas exposições artisticas ultimamente feitas, apresentou-se sempre com alguma télasinha apreciavel, denotando nos seus quadros de genero, um proveitoso estudo dos mestres da escola flamenga, em especial de D. Teniers, cujos interiores familiares imita com certo exito. Outro filho, Thomaz do Moura, frequentou egualmente a Academia portuense, e como Eduardo esteve alguns annos em Paris, subsidiado pelo pae, e ahi se aperfeiçoou na sua arte com os bons mestres parisienses, bem como com o estudo dos museus. Paizagista distincto e desenhista correcto, tem tratado todos os assumptos com egual resultado, sendo já bastante numerosos os seus quadros de paizagem, de pintura historica e de genero, quer de retrato. Uma irmã dedica-se em especial á pintura de flôres em que se mostra possuidora tambem do sentimento artistico que distingue toda a familia.

Moura *(Marcos de)*. Religioso da ordem da Trindade, que fal. no convento de Lisboa em 1611 Era filho de Affonso Annes e de Maria de Moura. Professou a 14 de junho de 1572. Foi ministro dos conventos de Santarem e de Cintra, definidor e visitador geral da provincia e seu chronista. Foi commissario da Bulla da Cruzada,

quando o papa Gregorio XIII a concedeu para resgate dos captivos, que perderam a liberdade na batalha de Alcacer-Kibir em agosto de 1578. Escreveu: *Historia dos instituidores e instituições da ordem da Santissima Trindade, e das excellencias e grandezas d'ella*, escripta em 1595; *Chronica da Provincia de Portugal, dividida em tres partes*, escripta em 1605; *Tratado da Genealogia de Christo nosso Senhor, e da Virgem Maria sua mãe*, etc., escripto em 1600; *Dialogos theologicos; Trabalhos de Fr. Marcos de Moura*, etc.

Moura *(P. Matheus de)*. Jesuita. N. em Abrantes em 1639, fal. na Bahia em 29 de agosto de 1728. Era filho de João Pires e de Ignez de Moura. Professou a 23 de fevereiro de 1653 no noviciado de Evora. Depois de ter dictado as letras humanas e Rhetorica por espaço de tres annos, passou ao Brazil, onde, feita a profissão do quarto voto, ensinou Philosophia e Theologia oito annos. De secretario da provincia subiu a provincial, sendo depois reitor dos collegios do Rio de Janeiro e Bahia, até que falleceu. Deixou escripto: *Exhortações panegyricas e moraes*, Lisboa, 1719.

Moura *(Miguel de)*. Escrivão da fazenda de D. João III, etc N. em Lisboa a 4 de novembro de 1538, fal. a 30 de dezembro de 1600. Era de familia muito nobre, sendo filho de Manuel de Moura Sampaio, escrivão da camara de Beja e depois da fazenda real, e de D. Brites Gomes Teixeira. Ficando orphão ainda muito creança, o conde da Castanheira, que lhe tinha grande amizade, o creou em sua casa, e lhe mandou ensinar as letras humanas, introduzindo o depois no paço de D. João III, de quem era grande valido. Miguel de Moura começou a servir no paço com toda a acceitação, sendo nomeado moço fidalgo, e depois escrivão da fazenda do monarcha Depois da morte de D. João III, Miguel de Moura continuou a ser muito considerado na côrte, gozando de toda a confiança da rainha regente D. Catharina, e ainda d'el-rei D. Sebastião, que o fez seu secretario de estado e escrivão da puridade. Da primeira vez que este monarcha foi a Africa, ficou Miguel de Moura junto do cardeal D. Henrique, tendo voto no conselho de estado, a guarda do sêllo real, exercendo todas as funcções de escrivão da puridade, embora não tivesse esse titulo. Durante a administração do cardeal D. Henrique, foi este o ministro mais influente dos negocios. Quando depois, Filippe II, de Hespanha, se assenhoreou de Portugal, apenas chegou a Badajoz o mandou chamar á sua presença, e o nomeou conselheiro de estado e escrivão da puridade. Posteriormente, deixando o archiduque Alberto a administração de Portugal, foi Miguel de Moura nomeado para o cargo de governador juntamente com o arcebispo de Lisboa e com o conde da Idanha, Pedro d'Alcaçova Carneiro. Miguel de Moura era de caracter muito voluvel, e tornou-se grande valido de Filippe II; tinha, porém, tal astucia, que havendo em Portugal, antes do dominio castelhano, tres partidos, dizia-se geralmente: *uns são da rainha, outros do rei, outros do cardeal*, e *Miguel de Moura é de todos*. Durante 20 annos foi um furioso sectario da usurpação filippina, o que o tornava odiado pelos portuguezes que se conservavam leaes. Miguel de Moura casou com Brites da Costa, mulher nobre, e não tendo filhos applicaram os seus bens para a fundação o rendas do mosteiro das capuchinhas descalças de Sacavem. Deu causa á fundação o seguinte facto: Em 13 de dezembro de 1576 uma medonha explosão destruiu uma tercena existente junto da egreja de Santos-o-Velho, onde havia 250 quintaes de polvora e grande quantidade de trigo. Ouviu-se o estampido a muitas leguas em redor, e tremeu o terreno a grande distancia como se fôsse um terremoto, fazendo ir pelos ares muitas moradas de casas, nas quaes morreram muitas pessoas. Fôram arrojadas a grandes distancias pedras enormes e traves pesadissimas. O rio e o terreno circumferente ficaram cobertos de trigo. Miguel de Moura e sua mulher moravam n'umas casas proximas ás tercenas, que voaram com a explosão. Moura estava ausente, e sua mulher, na occasião do sinistro, estava vestindo uma imagem de Nossa Senhora da Conceição. Todos julgaram que D. Brites da Costa fôra arrebatada com as casas ou victima das chammas, e se não encontrasse d'ella o mais pequeno vestigio, mas, com geral admiração, achava-se debaixo dos entulhos viva e sem a minima lesão, tendo junto a santa imagem, tambem intacta. Este facto foi attribuido a milagre da Virgem, que desde então se ficou chamando *Nossa Senhora do Milagre*. Em reconhecimento de tão grande beneficio, os dois esposos fundaram o convento de Sacavem, cujas obras começaram logo no anno seguinte. O mosteiro pertencia á regra de Santa Clara, sendo nomeada padroeira e tutelar a mesma imagem da Senhora da Conceição, cuja festa foi pelos fundadores ordenado que se fizesse no dia 13 de dezembro, anniversario do milagre. Miguel de Moura foi sepultado no referido convento, onde tambem sua mulher se recolheu apenas enviuvou, não querendo apparecer, nem falar a pessoa alguma fóra do claustro. Miguel de Moura escreveu *O Discurso da sua vida e serviços*, pequeno trabalho que se conservou inédito alguns seculos, publicando-se sómente em 1821 n'um jornal de Coimbra, intitulado *Despertador nacional*, e impresso depois no 1.º volume da *Collecção de inéditos*, publicada pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, em 1840, com algumas variantes, appenso á *Chronica do cardeal-rei D. Henrique*, onde occupa de pag. 107 a 144.

Moura *(D. Paulo de)*. No *Anno biographico*, de Joaquim Manuel de Macedo, encontram-se estes dados biographicos d'este illustre brazileiro: «Natural da villa depois cidade de Olinda em Pernambuco, onde nasceu no ultimo quartel do seculo XVI, Paulo de Moura, filho legitimo de D. Filippe de Moura, e de D. Genebra Cavalcanti, e portanto de nobre linhagem paterna, porque o pae era de fidalguia portugueza e D. Genebra era filha do nobre florentino Filippe Cavalcanti e de sua esposa D. Catharina de Albuquerque, filha natural e legitimada de Jeronymo de Albuquerque, cunhado do primeiro donatario de Pernambuco, Duarte Coelho, e da india Maria do Espirito Santo Arco Verde, cujo pae era o famoso *Arco Verde*, morubixaba ou chefe da tribu dos *tabayares*, ou *tabayara*. Descendia, portanto, pela parte materna D. Paulo de Moura e era neto da india Maria do Espirito Santo Arco Verde, e sobrinho do heroe brazileiro Jeronymo de Albu-

querque Marauhão, irmão de D. Catharina de Albuquerque, e não claudificava n'elle por isso a fidalguia; porque a avó cabôcla filha de morubixaba era por seu pae como princeza na tribu dos tabayares, e por sêl-o salvára da morte Jeronymo de Albuquerque, por quem se apaixonára. D. Paulo de Moura aos 20 annos de edade, enamorado e correspondido em seu amor, casou se com D. Brites de Mello, sua prima co irmã, filha de João Gomes de Mello o moço, e de D. Margarida de Albuquerque, irmã legitima de D. Genebra Cavalcanti. Do seu consorcio nasceu D. Maria de Mello, e pouco depois D. Brites de Mello deixou o esposo apaixonado em amargurada viuvez. D. Paulo de Moura, ferido no mais doce amor da terra, desgostoso do mundo, abandonou o seculo, e recolheu-se ao convento de Nossa Senhora das Neves, e n'elle professou, tomando o nome de Fr. Paulo de Santa Catharina. Em sua vida de religioso na ordem seraphica distinguiu se pela humildade, e pelo amor com que tratava seus irmãos; a 14 de janeiro de 1717, no capitulo celebrado em Santo Antonio de Lisboa, foi eleito custodio do Brazil, e soube desempenhar os deveres d'esse cargo com tanto zêlo, como prudencia, deixando abençoada memoria. D. Maria de Mello, a filha de D. Paulo de Moura, casou com Francisco de Mendonça Furtado, alcaide-mór de Mourão, commendador de Villa Franca de Xira, e governador de Mazagão; d'este consorcio nasceu D. Mayor Luiza de Mendonça, a qual casou com João de Almada de Mello, commissario geral da cavallaria da Beira, alcaide mór de Palmella, e senhor do morgado dos Olivaes e do Souto d'El-Rei; d'estes foi filha D. Thereza Luiza de Mendonça, que casou com Manuel de Carvalho de Athaide, moço fidalgo da Casa Real commendador da ordem de Christo, e capitão de cavallos na guerra da successão de Hespanha; d'esta união conjugal nasceu Sebastião José de Carvalho e Mello, depois conde de Oeiras e marquez de Pombal, o grande ministro d'el-rei D. José I. D. Paulo de Moura, neto da india Maria do Espirito Santo Arco Verde, foi pois terceiro avô do marquez de Pombal, que por tanto era sexto neto d'aquella india da tribu *tabayara*. Estas informações se encontram no *Novo Orbe Seraphico* de Fr. Antonio de Santa Maria Jaboatão. De D. Maria de Mello em deante estão ellas de perfeito accordo com as da Nobiliarchia Portugueza. De D. Maria de Mello em ascendencia até Maria do Espirito Santo Arco Verde não póde haver duvida alguma; porque além do valiosissimo testemunho de Jaboatão que foi na ordem seraphica irmão e contemporaneo de Fr. Paulo de Santa Catharina, é muito sabido e positivo o casamento do florentino Filippe Cavalcanti com D. Catharina de Albuquerque, filha legitimada de Jeronymo de Albuquerque e da india Maria do Espirito Santo Arco Verde.»

Moura (*Pedro Alvares de*). Compositor de musica que viveu nos fins do seculo XVI. Foi conego das sés de Lamego e de Coimbra. Esteve algum tempo em Roma, onde fez imprimir em 1594 uma collecção de motetes a 4, 5, 6 e 7 vozes, que figura no catalogo da livraria de D. João IV. Consta que na mesma livraria existia um livro manuscripto com missas a diversas vozes d'este compositor.

Moura (*Fr. Valerio de*). Religioso da ordem de S. Domingos, natural de Aljubarrota. Fal. a 17 de maio de 1721. Foi doutor e lente da Universidade de Coimbra. Escreveu em latim uma obra de jurisprudencia, que não chegou a publicar-se.

Moura. Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc. e de com., distr. e bisp. de Beja, Relação de Lisboa. Tem duas freguezias: S. João Baptista e Santo Agostinho. A villa está situada em terreno elevado e accidentado, ao qual cercam por todos os lados extensas planicies, a 4 k. a E do rio Guadiana; banham-lhe os muros as ribeiras de Brenhas e de Lavandeira, que pagam tributo ao rio Ardilla como este o paga ao Guadiana. O tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o prior das duas freguezias, tendo o de S. João Baptista 250$000 réis de rendimento, e o de Santo Agostinho 160$000 réis. A esta freg. está annexada a pequena parochia do Montalvo. (V. *este vol.*, pag. 1220). Eram ambas da ordem de S. Bento de Aviz. A origem d'esta pov. perde-se na escuridão dos tempos. Segundo os nossos mais antigos escriptores, Moura nasceu das ruinas da antiga cidade *Aruci* dos romanos, e por isso se lhe deu o nome de *Nova civitas Aruci*, ou *Arucitana*, ou *Auracitana*, colonia nova formada da velha cidade de *Arouche*. Attribue-se a fundação aos thebanos, companheiros de Hercules Libico, pelos annos 2400 do mundo (1601 antes da vinda de Christo). O que passa por certo é ter sido uma cidade importantissima no tempo do imperador Trajano, 110 annos da era christã, o que attestam muitos cippos e lapides com inscripções latinas, que se teem encontrado por estes sitios. Desde essa epoca até ao principio da nossa monarchia, a sua historia é perfeitamente desconhecida. E' provavel, porém, que soffresse differentes alternativas, sendo destruida e levantada das suas ruinas, nas vicissitudes por que passou toda a peninsula durante as guerras dos lusitanos com os romanos, as d'estes dois povos reunidos contra os barbaros do norte, no principio do seculo V; as dos godos e lusitanos contra os arabes desde 715 até ao segundo quartel do seculo XIII. Segundo referem os chronistas e outros escriptores, a tomada de Moura pelos portuguezes foi da maneira seguinte: Em 1166 era esta villa uma forte praça de guerra, com um soberbo castello bem guarnecido de tropas. D. Affonso Henriques, que depois de ter sido acclamado rei havia expulsado os moiros de toda a Extremadura, combatia sem descanço para tambem os expulsar do Alemtejo, cujo terreno lhe disputavam palmo a palmo, n'uma lucta desesperada. Era então alcaide do castello da antiga cidade o opulento e nobre Abu-Assan, senhor de muitas terras de Alem-

Brazão d'armas da villa de Moura

tejo, o qual tinha uma filha por nome *Saluquia*, que ternamente amava, e a quem déra em dote o castello de Aruci, que elle havia reedificado, guarnecendo-o de tropas e de munições de guerra, em condições de resistir a um longo assedio, nomeando-lhe para alcaide um joven moiro, chamado *Braffma*, futuro noivo da joven Saluquia, e senhor do castello de Arronches. Chegada a occasião dos desposorios, Braffma poz-se a caminho para esta povoação acompanhado d'uma numerosa e brilhante cavalgada, mas chegando a um profundo e sombrio valle a 5 k. da villa, foi imprevistamente acommettido por um troço de cavalleiros christãos, não escapando um só moiro. Fôra uma empresa d'antemão combinada e disposta, sendo os planeadores dois fidalgos, irmãos, chamados Pedro e Alvaro Rodrigues. Mortos todos os moiros, apressaram se os portuguezes de os despir, vestindo-se com os seus fatos e armando-se com as suas armas; assim disfarçados se dirigiram ao castello, entoando canticos e soltando gritos, ao uso moirisco. Saluquia, vendo aproximar se a cavalgada que anciosamente esperava, mandou logo levantar a ponte levadiça e abrir de par em par as portas do castello, para receber o joven alcaide. A illusão, porém, foi rapida, porque em breve os brados de alegria se converteram em gritos de tristeza, e logo em acclamações de victoria, que os cavalleiros portuguezes entoavam ao transpôr os fossos do castello, e ao arriarem da cidade o pavilhão arabe, içando o das quinas. Saluquia, preferindo a morte a ser escrava dos christãos, precipitou-se do alto da torre, morrendo despedaçada. Em memoria d'este successo se deu á pov. o nome de *Villa da Moura*, e por armas uma torre em campo verde, tendo á entrada uma mulher morta. Assim conta a tradição a tomada de Moura, mas alguns escriptores pretendem que o seu nome não provém da moira Saluquia, sustentando que já antes da conquista a villa tinha o nome de *Moura*; parece que os arabes lhe chamavam *Il-Manijah*, ou *Al-Manijah*. A 5 k. da praça ha um logar que dizem conservar ainda o nome de *Braffma de Arouxe* (Arronches), onde a tradição popular diz ter sido morto o infeliz moiro. Moura tornou a cair no poder dos arabes, commandados pelo miramolim de Marrocos em 1191, mas D. Sancho I a resgatou pouco tempo depois. D. Affonso Henriques deu foral a esta villa em abril de 1171, que D. Affonso II confirmou em Coimbra, em novembro de 1217. El-rei D. Diniz, estando em Beja, lhe deu outro foral, em 9 de dezembro de 1295, com muitos mais privilegios do que o antigo, pois tinha todos os de Evora. O mesmo soberano deu foral aos moiros forros d'esta villa, datado de Lisboa, a 17 de fevereiro de 1296. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, no 1.º de junho de 1512. No reinado d'el-rei D. Diniz o senhorio de Moura, juntamente com o de algumas outras terras do Alemtejo, foi causa d'um rompimento entre Portugal e Castella em 1295; porém, esta guerra terminou pelo reconhecimento dos direitos de Portugal áquellas terras, no tratado de paz, feito em Ciudad Rodrigo, em 1297, com grandes vantagens para Portugal. O rei de Castella invadira aleivosamente Portugal em 1295, mas D. Diniz o tinha arrojado para

Vista geral da villa de Moura

Castella, onde o seguiu e destroçou. Ao mesmo tempo os almirantes portuguezes derrotavam as galés castelhanas, sendo estas derrotas que obrigaram os castelhanos a pedirem a paz. As primitivas fortificações de Moura eram de construcção romana, mas os arabes tinham feito grandes obras de defeza e reedificado as antigas; mas as continuas guerras d'então e o decorrer dos seculos as haviam arruinado muito, pelo que el rei D. Diniz mandou demolir parte do antigo castello, que fez reedificar em 1298. Era este muito forte, já por estar n'uma grande elevação, já pelas reformas da arte, porquanto D. Diniz lhe mandou construir mais 5 torres de pedra e outros tantos baluartes. Além d'estes reforços tinha mais dois meios baluartes, varias meias luas, fosso, estacada e estrada coberta, e da parte de fóra 7 atalaias, algumas das quaes ainda hoje se vêem. Sendo governador d'esta praça D. João Ferreira da Cunha, rendeu-se aos castelhanos, que a destruiram, menos o castello, em 1657, mas logo em novembro do mesmo anno foi restaurada pelos portuguezes. D. João IV mandou logo reconstruir tudo quanto os castelhanos tinham arrasado, e lhe augmentou muito as obras de defeza, que a elevaram á categoria d'uma forte praça de guerra. Na guerra chamada da *successão*, o general hespanhol duque d'Ossuna, em julho de 1707, depois de nos ter tomado Serpa, poz cêrco a Moura com um grande exercito; e passados 15 dias d'uma defeza heroica, a guarnição, falta de mantimentos e de munições de guerra, teve de se render por capitulação. Pouco tempo depois da occupação da praça pelos castelhanos, estes fizeram voar o castello e grande parte das outras fortificações, que abandonaram. Em Moura houve 5 conventos: o 1.º de religiosas dominicanas, dedicado a N. S.ª d'Assumpção, fundado dentro do castello por D. Angela de Moura. Lançou se-lhe a primeira pedra a 7 de outubro de 1562, na propria casa da fundadora. Em 12 de julho de 1875 falleceu a ultima freira professa que existia, e o governo poz em praça o edificio com todas as suas dependencias. A egreja d'este convento serviu de parochia e de matriz até que el-rei D. Manuel mandou construir a egreja de S. João. O 2.º convento era de freiras de Santa Clara da ordem de S. Francisco. O 3.º convento é de frades franciscanos. O 4.º de frades carmelitas calçados, o mais antigo d'esta ordem em Portugal, fundado por uns cavalleiros de Malta, que tinham aportado a este reino, com alguns religiosos carmelitas, pelos annos de 1240, no reinado de D. Sancho II. Em 1290, os infantes de la Cérda lhe mandaram fazer varias obras. O condestavel D. Nuno Alvares Pereira fez grandes esmolas ao convento do Carmo, e deu aos seus frades o mosteiro do Carmo, de Lisboa; e do convento de Moura, quiz que fôssem os fundadores e primeiros religiosos povoar aquelle. O mosteiro do Carmo, de Moura, é sumptuoso, e diz-se que d'elle se tirou a planta para o de Lisboa. E' no edificio d'este convento, que foi completamente restaurado, que se installou o hospital. Por lei de março de 1875 foi a egreja dada á ordem Terceira do Carmo, d'esta villa, com todos os objectos n'ella existentes. O 5.º convento era o de hospitaleiros de S. João de Deus, que foi o 3.º d'esta ordem em Portugal, sendo fundado em 1635, junto d'uma an-

Moura—Fonte Medicinal

tiga ermida dedicada a N. S.ª da Gloria. Como esta imagem era muito antiga, tendo chegado á villa um esculptor estrangeiro, chamado Jacome Tibau, em 1650, este fez uma nova imagem, de grande perfeição, que existe ainda. Em 1675 os frades edificaram uma nova egreja, ampla, elegante e toda fechada de abobada, que ficou tão mal segura, que poucas semanas depois desabou, sem felizmente matar pessoa alguma. A egreja reconstruiu-se outra vez, sendo ampliada com uma grande sacristia. O edificio tem servido de hospital militar. Moura tinha cinco portas: *Forte*, *Carmo*, *Nova do Fôjo*, *S. Francisco* e *Santa Justa*, vendo-se em cada uma d'estas portas um contraforte. A egreja de S. João é de estylo manuelino, como logo o indicam os seus porticos. E' de tres naves, tendo o tecto apoiado, além das paredes lateraes, em duas ordens de bellas columnas de marmore; ligado a uma d'essas columnas fica o pulpito, em fórma de calix, e que pelo seu puro estylo manuelino nada destôa do resto do templo. Na sacristia acha se um quadro de S. Francisco morto, que dizem ser de merecimento. N'esta egreja ha tambem uma imagem de Nossa Senhora, em pau ferro e de tanto peso que, para a tirarem do nicho, são precisos 12 homens, pelo menos. Dizem que esta imagem foi offerta do D. Vasco da Gama aos condes de Mello, e que estes a mandaram para a capella que tinham na egreja. A capella-mór é muito espaçosa e elegante; a abobada é de marmore, toda dourada e pintada a côres, que o tempo tem feito desapparecer. Moura tinha voto nas côrtes, com assento no 5.º banco. Moura pertence á 4.ª div. mil., 8.ª brigada, grande circumscripção mil. do S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. Tem Misericordia e hospital, escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. S.; agentes dos *Banco de Portugal*, *Credit Franco Portugais*, *Economia Portugueza*: e da companhia de seguros *Confiança Portuense*, *Fidelidade* e *Fomento Agricola*; *Associação de Soccorros Mutuos*, consulado de Hespanha, hospedarias, estalagens, e *Grand Hotel* da empresa das Aguas de Moura; medicos, pharmacias, notarios, fabrica de refrigerantes, sociedades de recreio: *Club Mourense*, *Sociedade Artistica Mourense*, *União Recreativa Mourense;* theatro *Caridade*, *Gymnasio Club*, com differentes secções, como gymnastica, velocipedia, carreira de tiro, esgrima, musica, *foot ball*, est. do caminho de ferro, inaugurada em dezembro de 1902; feira nos dias 8 a 10 de setembro, e mercado no ultimo domingo de cada mez. Em Moura ha um lindo passeio denominado *O Lago*. O concelho é limitado ao N pela ribeira de Alcarrache, affluente do Guadiana, e pelo conc. de Mourão, que pertenceu n'outro tempo ao de Moura, como consta da carta de doação a D. Raymundo de Cordova, carta dada em Sevilha a 12 de março de 1322. N'esta carta se fazia menção da sua granja e logar de Mourão, que é pertença de Moura. Ao S tem por limites o conc. de Serpa; a O o rio Guadiana e uma pequena parte do conc da Vidigueira; a E serve lhe de limites a fronteira hespanhola e terras da contenda (*V.* o *artigo seguinte*). E' o mais importante conc. do distr. de Beja, tanto pela sua riqueza, como pela sua grande extensão, e um dos mais populosos. E' em geral fertil em todos os generos agricolas do paiz, menos no vinho, que é produzido n'uma pequena escala. A sua principal fonte de riqueza é a cultura do olival, pois que é de todas as arvores fructiferas a que mais abunda no conc. O azeite é de excellente qualidade. Moura tem 21 fabricas de azeite. Os terrenos são muito proprios para a cultura do olival e do trigo, pois na sua maioria são calcareos, lacustres e argilosos. No territorio do conc. ha varias minas de differentes metaes. Em dezembro de 1872 fôram registadas na camara de Moura 22 minas de manganez, 3 de chumbo e 1 de galena, além de outros muitas, d'estes e d'outros metaes, que já estavam manifestadas. De janeiro a maio de 1875 tambem se manifestaram n'esta camara 4 minas de manganez, 1 de cobre e outra de cobre e ferro. O conc. compõe-se de 8 freguezias, com 4:607 fog. e 17:094 hab., sendo 8:495 do sexo masc. e 8:599 do fem. As freguezias são: N. S.ª da Conceição, de Amareleja, 3:591 hab.: 1:779 do sexo masc. e 1:812 do fem.; Santo Agostinho, de Moura e Montalvo, 2:817 hab.: 1:438 do sexo masc. de 1:379 do fem.; S. João Baptista, de Moura, 3:367 hab.: 1:614 do sexo masc. e 1:753 do fem,; S. Miguel, de Povoa, 1:184 hab.: 596 do sexo masc. e 688 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Sáfara, 1:723 hab.: 859 do sexo masc. e 864 do fem.; Santo Aleixo, 1:892 hab.: 980 do sexo masc. e 912 do fem.; Santo Amador, 759 hab.: 391 do sexo masc. e 368 do fem.; S. Pedro da Adiça, de Sobral da Adiça, 1:661 hab.: 818 do sexo masc. e 823 do fem. O conc. tinha mais as freguezias: Santa Luzia, de Pias e Orada, e S. Sebastião, de Valle de Vargo, que passaram ao de Serpa, per decreto de 13 de janeiro de 1898. Em Moura tem se publicado os seguintes jornaes: *Alemtejano (O)*, 20 de abril de 1890; *Jornal de Moura*, 14 de maio de 1891; *Mourense (O)*, 14 de março de 1895. O principal commercio do conc. é azeite, porcos, lãs pretas, cereaes e toda a especie de gados. Em Moura ha as importantes aguas alcalinas medicinaes, cuja exploração a camara municipal concedeu em janeiro de 1899 á firma commercial Assis & C.ª, que montou um hotel e um estabelecimento de banhos em magnificas condições para o uso das aguas, e cujo titulo é *Empresa das Aguas de Moura*. As nascentes mineraes, alimentando os dois chafarizes de *Santa Comba* e das *Tres Bicas*, existentes na grande praça de Moura, são as que principal e quasi exclusivamente servem para os usos domesticos dos habitantes d'esta villa. Tem a sua origem na Serra Alta, que se eleva para sudeste á distancia de 7 a 8 k., sendo depois recolhidas n'um grande deposito sito no bairro do antigo castello. O seu manancial, nas duas fontes, em cada 24 horas, é de 14:000 litros. Estas aguas, apezar de serem conhecidas e usadas desde remotas eras, não se lhe attribuia até ha perto de 50 annos, a menor virtude therapeutica. Notando-se, porém, pelos annos de 1848 a extrema raridade de doenças das vias digestivas e urinarias nos habitantes de Moura, e as melhoras obtidas pelos forasteiros que se demoravam ali, começou-se a presumir da sua acção curativa n'aquellas enfermidades. Fôram então chimica e clinicamente estudadas, e logo se divulgou por todo o paiz a sua bem merecida

fama. Aproveitadas em seguida pela camara municipal para abastecer um modesto edificio balnear, fôram usadas por muitos doentes que, indo áquella localidade,ou fazendo-a exportar d'ali, a usaram em differentes pontos do reino d'onde não tardavam as noticias de curas obtidas. Em 1880, para facilitar o transporte e a administração d'este precioso meio therapeutico, e tendo em vista a quota salina d'esta agua, constituiu-se em Lisboa uma empreza para preparar e explorar os saes d'ella extrahidos. Os saes obtidos por um especial e perfeito processo descoberto pelo sr. Gilherme Augusto d'Assumpção, correspondendo plenamente á constituição chimica e propriedades curativas das aguas de Moura, em breve conquistaram no paiz e no extrangeiro um dos primeiros logares no rico e extenso inventario minero medicinal (V. *Assumpção* (*Guilherme Augusto*, vol. I do *Portugal*, pag. 820). As aguas são claras, transparentes, de sabor alcalino não desagradavel, e contém á saida uma certa quantidade de acido carbonico. Em 1848 o visconde de Villa Maior fez-lhe a analyse chimica, e em 1861 tambem as analysou J. A. de Sequeira. Empregam-se, assim como os saes, no tratamento das differentes fórmas da lithiase renal ou vesical (gravella, calculos ou areias urinarias), na hyperacidez gastrica (dyspepsia acida) e na gotta e outras manifestações do arthritismo. São especialmente indicadas sempre que haja necessidade de alcalinisar o sangue, os liquidos digestivos ou alguma secreção normal ou pathologica. Por isso, ás vezes, o seu emprego é bastante util contra a gastrite chronica, gastralgias, engorgitamentos de figado, etc. Bibliographia especial: *Nota sobre a composição chimica das aguas de Moura, no Alemtejo, e seu emprego no tratamento das affecções de bexiga*, por Julio Maximo de Oliveira Pimentel, nas *Actas das Sessões da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo II, pag. 66; *Breve analyse da agua de Moura*, por J. A. Sequeira, no *Escholiaste Medico*, vol. XII, 1861, pag. 235; *Compendio de materia medica e therapeutica*, por Caetano M. F. dos Santos Beirão, Lisboa, 1862, tomo I, pag. 27; *Os saes das aguas de Moura*, consulta feita á *Sociedade dos Sciencias Medicas de Lisboa*, por Leonardo Torres, em 12 de março de 1891, e *nota a proposito d'esta consulta*, por Bettencourt Raposo, no jornal da mesma sociedade, em 1891; *As aguas de Moura*, por Fialho Mendes, na *Gazeta de Pharmacia*, 1.ª serie, vol. I, maio de 1883, n.º 10, pag. 11; *Os saes das aguas de Moura e as aguas de Vichy*, por Leonardo Torres, Lisboa, 1883; *Simple note sur le sel des eaux de Moura* (Portugal), pelo dr. Landau, na *Actualité médicale de Paris*, 15 de maio de 1891.

Moura (*As terras da contenda*). Sob esta designação é conhecida uma questão havida entre Moura e Aroche, suscitada pela posse de mais de 122,887 k. q., em commum, pelos povos de Moura e Sevilha, desde o tempo de D. Sancho II. Em 1328 Sevilha prescindiu dos seus direitos em favor de Aroche, que foi cedida a Castella, desde quando começou Aroche a figurar na contenda. Em 1510, Enzinarola, antiga pertença de Aroche, intentou uma acção contra Aroche, exigindo-lhe a parte que lhe pertencia por ter sido seu termo. Aroche cedeu em parte; mas os povos de Moura, não consultados sobre o assumpto, sublevaram-se, originando motins e tumultos entre os povos de Hespanha e Portugal, mortes, roubos e tomadias de gado de parte a parte. Estes factos levaram os soberanos dos dois paizes a comprehenderem a solução de tão grave assumpto, para o que nomearam delegados especiaes encarregados de levar a bom termo o pleito, tendo-se chegado, depois de varias tentativas infructiferas, a um accordo: demarcaram o terreno, que determinaram se chamasse *terras da contenda*, e fizeram um extenso accordão, que se ficou chamando *concordata de Moura*, ratificada em 1543, ficando assim perfeitamente estabelecidos os direitos de Aroche e de Moura. Até 1803, isto é, durante 260 annos, nada houve com respeito a tal assumpto. Mas a 4 de fevereiro d'esse anno levantou se novamente a questão, em consequencia do governo hespanhol não concordar com a divisão apresentada pelo governo portuguez. Isto deu origem a varias propostas parlamentares, que de algum modo sustaram a questão, que só foi resolvida em 27 de março de 1894. A divisão das terras foi feita segundo a linha indicada pelo general Sebastião Lopes de Calheiros, no seu *memorandum* de 23 de outubro de 1892. Então, a villa de Moura recebeu uma porção de terreno de 1.ª classe, de 5:247 hectares, muito proprio para a cultura de cereaes e bastante arborisado de azinho, ficando o terreno dividido na razão de 42,7°|₀ para Portugal, e 57,3°|₀ para Hespanha. A convenção foi assignada em Madrid pelo conde de S. Miguel, na qualidade de plenipotenciario portuguez, e pelo marquez de Vega, então ministro dos estrangeiros em Hespanha. Este terreno está dividido em courellas para venda ou aforamento a pequenos proprietarios.

Moura. Povoações nas freguezias: Sant'Anna, conc. e distr. da Guarda. || N. S.ª d'Assumpção, de Avô, conc de Oliveira do Hospital, districto de Coimbra. || S Jorge, de Selho, conc de Guimarães, distr. de Braga || S. João Baptista, de Folhada, concelho de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Thomé, de Trezoi, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu. || Ribeira na provincia do Douro, no conc. de Oliveira do Hospital, que nasce junto da aldeia de Ribeira de Moura, e vae desaguar na ribeira de Pomares, no sitio chamado *Foz de Moura*.

Moura e Azevedo (*Estevão da Gama de*). Sargento mór de batalha, governador da praça de Campo Maior e commendador da commenda de S. Miguel de Villaboa, na ordem de Christo. N. em Campo Maior a 6 de março de 1672; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Francisco da Silva Moura e Azevedo, governador da praça do Campo Maior, e de sua mulher D. Maria José de Vasconcellos. Tambem cultivou as sciencias, e foi um dos academicos supranumerarios da Academia Real de Historia Portugueza.

Moura e Azevedo (*Luiz da Silva de*). Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo, sargento mór do regimento de cavallaria da praça de Campo Maior. N. em Elvas, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de Francisco da Silva de Moura, governador da praça de Campo Maior e mestre de campo de infantaria, e de D. Anna da Silva de Vasconcellos. Cultivou com applicação o

estudo da Genealogia, como affirma o P. D. Antonio Caetano de Sousa na *Historia Genealogica da Casa Real*, tomo 8.º, pag. 26. Deixou manuscripto: *Arvores de costado, e varias familias do Alemtejo.*

Moura Cabral (*Carlos de*). Escriptor dramatico, jornalista, etc. N. em Lisboa a 24 de janeiro de 1852. Fez parte da redacção do antigo *Correio da Manhã*, e tem collaborado em diversos jornaes e revistas litterarias. Publicou ha annos um livro, *A viagem dos Simplicios*, humoristica descripção da viagem d'uma familia de provincianos á exposição de Paris. Em 1899 publicou um volume intitulado *Lisboa em flagrante*, muito interessante, em que abundam as observações graciosas colhidas na vida de Lisboa. Dedicando-se á litteratura dramatica, debutou com a comedia em 1 acto, denominada *Comedia intima*, que se representou pela primeira vez, obtendo grande exito, no theatro de D. Maria II em 15 de maio de 1879. N'este theatro e no do Gymnasio, tem-se representado muitas das suas peças, tanto originaes, como traducções. Lembram-nos as seguintes: *A Kermesse*, comedia em 3 actos, em D. Maria II, em 1893; e as seguintes no Gymnasio: *Paris em Lisboa*, 1 acto, em 1879; *Scenas burguezas*, 3 actos, em 1884; *Bibi*, 3 actos, em 1880; *O homem terrivel*, em 3 actos, 1892; *As alegrias do lar*, 3 actos, etc. Traduziu as seguintes peças: *O Grande industrial*, 5 actos, de George Ohnet; *Questão de dinheiro*, 5 actos, de Alexandre Dumas; *Princeza de Bagdad*; 3 actos; *Miguel Strogoff*, 5 actos; *Principe Zilah*, 3 actos; *Madrinha de Charley*, 3 actos; *Madame Sans-Gêne*, 4 actos; *O Perfume*, 3 actos; *Hotel do Livre Cambio*, 3 actos; *Champignol á força*, 3 actos, etc. Para o theatro do Principe Real traduziu juntamente com Maximiliano de Azevedo o drama de Decourcelle *Gigolette* com o titulo *A Galderia*.

Moura de Cima. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Folhada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Moura Coutinho (*Gabriel de*). Clerigo minorista. N. em Abbadim, concelho de Cabeceiras de Basto, a 22 de maio de 1834, fal. em Lisboa a 26 de março de 1859. Era filho de Joaquim de Moura Coutinho e de D. Maria Candida de Almeida Barreto Tendo frequentado com muito aproveitamento as aulas do Seminario e Lyceu de Braga, e desejoso de entrar no serviço das missões, para que o chamava a sua vocação, não se julgando bastante habilitado com os conhecimentos adquiridos nos seminarios do Bombarral, Sernache e Coimbra, dos quaes foi successivamente alumno, determinou passar á Hespanha, com o intento de professar o instituto de Santo Ignacio, e com effeito a 5 de setembro de 1857 foi recebido como noviço no collegio de Loyola da Companhia de Jesus. Não pôde permanecer ali, porque, aggravando-se-lhe cada vez mais o estado melindroso da sua saude, teve de ceder aos conselhos que lhe indicavam os ares patrios, como o unico recurso que poderia prolongar-lhe a vida. Vindo então para Lisboa, pouco tempo mais viveu. A *Nação*, de 19 de abril de 1859, e a *Atalaia Catholica* publicaram artigos necrologicos a seu respeito. Escreveu: *A conversão a Deus, pelo P. J Perdrau, clerigo de S. Thomaz de Aquino, traduzido da segunda edição de Paris*, Braga, 1856; saiu sem o seu nome; *Analyse critica sobre os vicios de linguagem que se encontram nas duas cadernetas de Philosophia, adoptadas no Lyceu de Braga «Noções elementares de Psycologia»*, etc., e *«Noções elementares de Ontomologia» por M. P. de A. A., acompanhada de reflexões geraes*, Braga, 1857; *Duas palavras sobre gallicismos*, artigo publicado no *Murmurio*, jornal litterario de Braga, 1856, n.os 7, 9, 10, 11, 13, 15 e 16; *Defeza das accusações contra o administrador de Cabeceiras de Basto no n.º 83 do «Moderado»*, de 1851; saiu no *Pharol do Minho*, n.º 39, do mesmo anno.

Moura Coutinho (*José Joaquim de Almeida de*). Do conselho da rainha D. Maria II, formado em Direito pela Universidade de Coimbra, juiz da Relação dos Açôres e de Lisboa, cavalleiro da ordem da Torre e Espada, tenente do antigo batalhão de voluntarios da rainha, no qual fez a campanha da Restauração desde a ilha Terceira, onde o referido batalhão assistiu ao primeiro combate travado entre as tropas liberaes e miguelistas, a 11 de agosto de 1829; bem como em outros combates, nos Açôres, e durante o cêrco do Porto, sendo gravemente ferido n'uma perna (que lhe foi amputada), no combate de 10 de abril de 1833, na tomada e defeza do reducto levantado no monte do Covêlo. N. no Porto em 1799, fal. a 15 de outubro de 1861. Foi deputado em varias legislaturas. Casou com D. Maria Candida d'Almeida Pimentel, filha de Antonio José d'Almeida Pimentel, tenente coronel de infantaria, reformado, e de sua mulher, D. Leonor Januaria da Costa Freire. Quando cursava o terceiro anno juridico publicou: *Analyse do projecto para o estabelecimento do reino unido de Portugal, Brazil e Algarve, de Antonio de Oliva de Sousa Sequeira*, Coimbra, 1821. Escreveu mais: *Minerva Constitucional*, Coimbra, 1823; era um periodico politico-litterario, publicado em folhas semanaes, de que parecem ter saido sómente 12 numeros, cuja maior parte foram redigidos na cadeia da Universidade, onde o autor, sendo então estudante, se via retido, accusado de perturbador do socego publico, e de promover com alguns seus collegas disturbios politicos, em sentido ultra-liberal; *Ao ill.mo e ex.mo sr. conde de Villa Flôr, governador e capitão general dos Açôres: Elogio recitado na noite de 12 de outubro de 1829*, Ponta Delgada, sem anno; *Manifesto* (ácêrca do seu procedimento, quando juiz de fóra das ilhas das Flôres e Pico), Lisboa, 1834, com um mappa no fim; *O ataque da villa da Praia na ilha Terceira em 11 de agosto de 1829, no primeiro dos «Quadros historicos da Liberdade portugueza» e a «Memoria historica» do coronel de engenheiros Eusebio Candido Cordeiro Pinheiro Furtado, ou a gloria do batalhão de voluntarios da Rainha, reivindicada por um capitão do mesmo batalhão*, Lisboa, 1840; sem o nome do autor; *Accusação feita ao juiz da relação dos Açôres J. J. de A. Moura Coutinho, e sua defeza*, Lisboa, 1840; *Resposta dada no Supremo Tribunal de Justiça pelo juiz da relação dos Açôres J. J. de A. M. C. á accusação que lhe move o ministerio publico*, Lisboa, 1840; esta accusação versava sobre uma peita de 5 a 6 contos de reis, que se dizia por elle recebida, e que afinal se julgou não provada; *Discursos pronunciados na camara dos deputados sobre o projecto*

de administração da fazenda militar, Lisboa, 1843; *Manifesto do Ir.: Lycurgo, Gr : Insp.: Ger. da Ordem dos Franc-maçons em Portugal*, Ferrol, 1849; *Discursos que na solemne installação da R.: L.: de S. João de Jerusalem com o titulo distinctivo de Firmeza e Valor ao O : de Lisboa, compoz e recitou o Ir.: Lycurgo, Sob.: Princ.: R.: +.: Gr.: M : Prov.: dos Açôres, Plenip ; Extraord : ao Gr.: Or.: Lusit.: pela R.: L : União Açoriana n.º 100 ao Or : de Ponta Delgada*, etc., 1839; sem distincção de logar; *Memoria sobre o modo de regular o accesso ao supremo tribunal de justiça e a antiguidade dos juizes das relações despachados para a sua primeira composição pessoal, depois do decreto de 16 de maio de 1832, por um juiz da nova magistratura*, Lisboa, 1847; *A questão sobre o modo de regular o accesso dos juizes da primeira composição das relações depois do decreto de 16 de maio de 1832, ao supremo tribunal de justiça ou additamento á «memoria» impressa no anno de 1847, sobre o mesmo objecto*, etc., Lisboa, 1856. De pag. 19 a 32 vem uma «*synopse dos serviços do juiz da relação de Lisboa, o conselheiro J. J. A. Moura Coutinho*, e de pag. 33 a 38 a *Legislação respeitante á questão tratada n'esta memoria.*

Moura Coutinho *(D. José de)*. Bispo de Lamego. N. na antiga e nobre casa do Telhó, na freguezia de S. João d'Arnoia, conc. de Celorico de Basto da provincia do Minho, a 8 de fevereiro de 1779, fal. no paço episcopal de Lamego a 3 de outubro de 1861. Era filho de Francisco de Moura Teixeira da Cunha e Castro, capitão mór de Basto, e de sua mulher, D. Claudia Augelina de Vasconcellos. Em 10 de setembro de 1797 tomou o habito de noviço, no mosteiro de conegos regulares de S. João Evangelista, do Beato, de Lisboa, e professou a 11 de setembro de 1798. Matriculou-se em Theologia na Universidade de Coimbra, em outubro de 1804, e tomou o grau de bacharel em 1808. Fez a sua formatura em 30 de maio de 1810, obtendo premio em todos os cinco annos do curso. Frequentou o 6.º anno em 1811, e tomou o grau de licenceado em 19 de junho de 1812, indo n'esse mesmo anno para deão da sé de Lamego, na qualidade de coadjutor e futuro successor do deão D. Manuel Freire Gameiro de Sousa, entrando na propriedade d'esta cadeira a 18 de setembro de 1836. Em 3 de agosto de 1843 foi eleito bispo de Lamego, sendo confirmada a eleição pelo papa Pio VII a 22 de janeiro de 1844. Foi sagrado na egreja de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, a 11 de março de 1845, pelo cardeal patriarcha D. Fr. Francisco de S. Luiz Saraiva, sendo seus assistentes os bispos de Leiria e de Cabo Verde. Em 30 de março de 1845 fez a sua entrada solemne em Lamego, e tomou posse do governo do bispado. Tinha fama de ser muito erudito, virtuoso e caritativo, gastando os seus rendimentos em obras de beneficencia. D. José de Moura Coutinho reconstruiu o semiuario, que se tinha incendiado em 1834, concorrendo com grande parte das despezas d'esta obra.

Moura Coutinho *(Rodrigo de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Christo, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, do conselho de Sua Magestade, etc. N. na nobre casa do Telhó, da provincia do Minho, a 5 de maio de 1804, onde tambem fal. a 18 de maio 1874. Era filho de Antonio de Moura Coutinho de Castro e Vasconcellos, senhor da casa do Telhó, e de sua mulher, D. Florinda Rita Teixeira de Queiroz, senhora de uma grande casa, nos concelhos de Penaguião e Villa Real. Succedeu na casa de seus paes em 20 de março de 1851, por fallecimento de seu irmão mais velho Francisco de Moura Coutinho e Vasconcellos, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, commendador da ordem de Christo, fidalgo cavalleiro da Casa Real, e tenente-coronel das milicias de Basto. O conselheiro Rodrigo de Moura Coutinho foi juiz de fóra, de Mafra, por decreto de 18 de novembro de 1832. A integridade do seu caracter, a sua affabilidade para com todos, e a imparcialidade com que se houve no exercicio das suas funcções grangearam-lhe geraes sympathias tanto dos legitimistas, partido a que se ligara, como dos constitucionaes, que em 1834, tendo vencido a sua causa, lhe pediram para continuar a exercer a magistratura, ao que Rodrigo de Moura Coutinho não annuiu, recolhendo-se á vida privada, em que permaneceu até fallecer, sendo sempre estimado por todos os partidos. Era sobrinho do bispo de Lamego D. José de Moura Coutinho, de quem foi herdeiro; pagou todas as despezas do funeral d'este prelado, que deviam ser por conta da mitra, perdoou ás pessoas que deviam dinheiro a seu tio, e distribuiu pelos creados do mesmo e pelos pobres tudo quanto se encontrou no paço episcopal, e que era propriedade do prelado.

Moura Furtado *(Luiz de)*. Marechal de campo. N. em Bemfica a 2 de junho de 1792, fal. a 4 de janeiro de 1850. Alistando-se como cadete em 1809 no regimento de infantaria n.º 4, foi logo despachado alferes, e entrando nos combates da Guerra da Peninsula foi promovido a tenente em 1811 e a capitão em dezembro de 1813 por distincção no campo da batalha. Graduado em 1820 em major e pertencendo ao regimento n.º 1, destacou em 1822 para o Brazil, servindo ahi de ajudante general da divisão portugueza. Voltando ao reino em 1823, esteve preso em Peniche pelos seus decididos sentimentos liberaes, e em 1826 fez serviço de major no batalhão de atiradores nacionaes, até que foi promovido a major effectivo para o regimento n.º 1. Sendo commandante do batalhão de caçadores n.º 11 quando em 1828 se deu no Porto a revolução liberal, adheriu logo a este movimento, e tendo servido de ajudante general da divisão commandada pelo general Azevedo (depois conde de Samodães), emigrou para o estrangeiro, e achando-se em 1830 em Paris passou então á ilha Terceira. Quando se organisou o exercito libertador, foi nomeado commandante do 3.º batalhão de infantaria n.º 18 e tendo desembarcado no Mindello entrou em fogo no reconhecimento de Vallongo, na batalha de Ponte Ferreira e em outras muitas acções nas linhas do Porto, distinguindo se especialmente no dia 25 de julho de 1833, em que sendo commandante da brigada de infantaria ligeira da Rainha, defendeu com grande bravura e intrepidez a quinta do Wanzeler, que o marechal Bourmont atacou repetidas vezes. Depois da restauração de Lisboa foi encarregado do commando da columna que defendia a esquerda das linhas, e pouco depois da brigada composta

de infantaria n.º 1, 4 e 15. No combate de 10 de outubro era chefe de uma das columnas que desalojaram as tropas de D. Miguel, e n'esse dia foi gravemente ferido. Ainda convalescente assumiu em dezembro o commando do regimento n.º 1, de que era coronel, e entrando na batalha de Almoster foi de novo ferido. Em seguida á convenção de Evora-Monte tomou o commando da brigada, que devia guarnecer Elvas, sendo-lhe ao mesmo tempo confiado o governo d'essa praça de guerra. Em fins de 1834 regressou a Lisboa, e foi nomeado commandante da guarda municipal, em 1836 director da secretaria da guerra, e d'este logar saiu para organisar e commandar o batalhão naval. Em 1838 partiu para a ilha de S. Miguel por haver sido nomeado commandante da 10.ª divisão militar, e tendo exercido esse cargo durante cinco annos, voltou ao reino e foi membro do supremo conselho de justiça militar. Tendo sido promovido a brigadeiro em 1837 foi reformado no posto immediato em 1847, fallecendo pouco tempo depois.

Moura e Lemos *(Luiz Antonio Innocencio).* Conhece-se este nome por ter escripto o seguinte: *Elogio Funebre do ser.mo sr. D. José, principe do Brazil*, Lisboa, 1788; *Elogio á augustissima e fidelissima rainha senhora D. Maria I em reconhecimento dos beneficios recebidos, a quem deve a nação utilidade e amor*, Lisboa, 1781.

Moura Machado *(Francisco de).* Militar, que viveu no seculo passado. N. em Coimbra a 2 de agosto de 1794, fal. em Angra do Heroismo a 7 de dezembro de 1831. Assentou praça em infantaria n.º 24 em 1823; seguiu os postos inferiores até ao de segundo sargento, tendo baixa de posto em 7 de junho de 1828, e do serviço em 4 de julho do mesmo anno, por causa das suas idéas liberaes. Emigrou para a ilha Terceira, onde pertenceu ao regimento provisorio de infantaria, sendo promovido a primeiro sargento em 1 de dezembro de 1829. Passou ao regimento de infantaria n.º 6 em 10 de outubro de 1831, e foi despachado alferes para o mesmo corpo no dia immediato. Escreveu: *Memoria em que se acham explicados todos os deveres dos sargentos serrafilas e supranumerarios, nos differentes exercicios de batalhão*, etc., Angra, 1831.

Moura Morta. Pov. e freg de N. S.ª da Apresentação, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Castro Daire, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 106 fog. e 357 hab. Tem esc. do sexo fem. e est post. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada proximo da estrada que vae de Castro Daire a Rezende. O reitor do Pinheiro apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil em cereaes, fructas e vinho. Cria muito gado, produz bastante mel e cêra, e é abundante de caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. ‖ Pov. e freg. de Santa Comba, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real, bisp de Lamego, 197 fog. e 789 hab. Tem escolas para ambos os sexos e est. post.. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada proximo do rio Seromenho. Foi commenda da ordem de Malta, e o commendador de Moura Morta apresentava o vigario, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. A freguezia gozava os numerosos privilegios dos caseiros de Malta. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 17 de julho de 1514. A terra é fertil, e produz muito e bom vinho. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. ‖ Pov. na freg. de S. José, de Lavegadas, conc. de Poiares, distr. de Coimbra.

Mourã. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Mouraes. Pov. na freg. do Salvador, de Magrellos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Mourães. Pov. na freg. de Santo André, de Lever, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Moural. Pov. na freg de Santa Eulalia, de Gondoriz, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Mourão. Familia nobre, cujas armas são: Em campo verde duas faixas de ouro, e no meio d'ellas um castello de prata; timbre, o castello das armas. A primeira pessoa que se encontra com este appellido é D. Gonçalves de Mourão.

Mourão *(Diogo)* Medico, que exerceu a sua profissão com muita fama, em Aix, cidade franceza, em 1639. Era natural da Covilhã. Publicou algumas obras em latim sobre a sua especialidade.

Mourão *(P. João).* Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa a 26 de março de 1768, fal. entre os annos de 1818 e 1820. Foi primeiramente religioso da ordem de Santo Agostinho, professou no convento da Graça, de Lisboa, em 20 de janeiro de 1788. Recebeu o grau de doutor em 31 de julho de 1792. No anno de 1803 passou para a ordem militar de Christo, como freire professo. Foi depois nomeado prior da freguezia do Sacramento, de Lisboa, e por ultimo prelado na egreja patriarcal. Ou porque as suas convicções a isso o levassem, ou por interesses pessoaes, era tido por um dos mais conspicuos e acalorados fautores da seita ou maniasebastica, o que lhe provocou os apodos do P. José Agostinho de Macedo, que a elle faz repetidas allusões no opusculo *Os Sebastianistas*, e nomeadamente pag. 67 a 69, 99 e 104. Deixou impresso: *Oração funebre recitada nas solemnes exequias, que pela muito alta e muito poderosa rainha a senhora D. Maria I fez celebrar na egreja parochial de S. Julião o juiz do povo e Casa dos vinte e quatro*, Lisboa, 1816.

Mourão *(D. Luiz Antonio de Sousa Botelho).* Governador da provincia de S. Paulo no Brazil; tomou posse do governo em 7 de abril de 1765, mandou explorar tres rios affluentes do Paraná, e construir o forte dos Prazeres. Entregou o governo em 1775 a Martim Lopes Lobo de Saldanha.

Mourão *(Leopoldo).* V. *Oliveira Mourão.*

Mourão. Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc., julgado municipal, com. de Reguengos de Monsaraz, Relação de Lisboa, distr. e arceb. de Evora. Tem uma só freguezia, cujo orago é N. S.ª das Candeias. Está situada proximo da fronteira hespanhola, na margem esquerda do rio Guadiana, em terreno elevado, na distancia de 58 k. da séde do districto. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o prior, com 20$000 rs de congrua, e o pé d'altar. Foi fundada pelos arabes no seculo IX, que lhe construiram as suas primeiras fortificações, dando-lhe o nome do

Mogron, que significa *lapa*, *cova* ou *caverna*, talvez por causa d'alguma que encontrassem aqui do tempo dos celtas, ou dos antigos lusitanos. D. Affonso Henriques lhe pôz cêrco em 1165, porém os moiros a abandonaram, fugindo para além do rio Guadiana Parece que esteve abandonada e deserta durante os reinados de D. Affonso I, D. Sancho I e D. Affonso II, porque só ha noticias de Mourão (corrupção de *Mogron)* no reinado de D. Sancho II, em que Gonçalo Egas, prior da ordem militar de S João de Jerusalem, depois ordem de Malta, a povoou em 1226, dando-lhe foral, que foi confirmado e muito ampliado (sendo o mesmo que o foral de Evora) por el rei D. Diniz, por carta feita em Lisboa, a 27 de janeiro de 1296. El-rei D. Manuel deu lhe foral novo, confirmando todos os antigos privilegios, em Santarem, a 1 de junho de 1510. D. Diniz ennobreceu a pov. com um forte castello, de tres torres, fundado em 1298, porém a torre de menagem, que dizem ser uma das melhores do reino, foi obra de seu filho, D. Affonso IV. Sobre a porta d'esta torre está a seguinte minuciosa inscripção: *E. MCCCLXXXI annos, ao primeiro dia de Março, Dom Affonso IV, Rey de Portugal, mandou começar a fazer este castello de Mouron O Mestre que o fazia, havia nome—João Affonso—o qual Rey, foi filho do mui nobre Rey Dom Diniz, e da Rainha Dona Izabel, aos quaes Deus perdoe—e elle foi casado com a Rainha Dona Beatriz - avia filho herdeiro o Infante D. Pedro.* A data de 1381 deve ser da era de Cesar, que corresponde á de 1343, da era christã. As muralhas da circumvallação da villa, guarnecidas com 6 torres, fôram principiadas por D. Diniz, e concluidas por D. Affonso IV. Os alcaides-móres de Mourão eram os marquezes de Montebello e depois fôram os condes da Figueira. As armas da villa são: Em campo azul, cinco escudos, com as quinas postas em cruz, tendo o escudo inferior, do lado direito, um sol de ouro, e do esquerdo, um crescente de prata, por ter sido povoação moirisca. O primeiro assento d'esta povoação foi junto ao Guadiana, no logar que se ficou chamando *Villa Velha*, onde se vêem ruinas de grandes edificios, e duas capellas, uma defronte da outra. Consta que esta villa foi abandonada por causa do grande numero de formigas que appareciam ali, causando gravissimos prejuizos nas casas e nas habitações, chegando a matar creanças recem-nascidas. A 3 k. de distancia havia apparecido, n'um monte coberto de tojal, uma imagem da Virgem, á qual os habitantes da antiga Mourão construiram uma egreja, que pouco a pouco se foi rodeando de casas em que vinham habitar os fugitivos da velha Mourão, e em breve se erigiu a egreja em parochia, sendo priorado da ordem de S. Bento

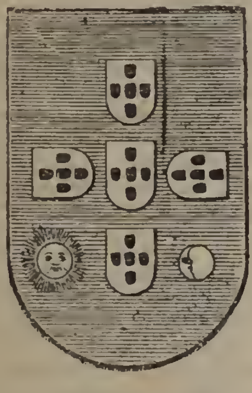

Brazão d'armas da villa de Mourão

de Aviz. E' por ter apparecido n'um tojal, que se ficou chamando á imagem *Santa Maria do Tojal*. Outros escriptores, porém, dizem que os habitantes da antiga villa a abandonavam, por ser muito doentia, em razão das enchentes do Guadiana, que, ao terminarem, deixavam aguas estagnadas nos pégos e charcos, as quaes corrompidas causavam muitas doenças e mortes nos povos visinhos. A imagem da padroeira, que tem hoje a invocação da *Senhora das Candeias*, é de pedra, de 1,ᵐ20 de altura, com o menino Jesus nos braços, e este com dois pombinhos na mão. Esta imagem é de muita devoção do povo da villa, que lhe attribue muitos milagres. A egreja matriz e algumas casas particulares estão dentro do castello, mas a maior parte da villa estende-se pela costa E do monte onde está a fortaleza. Os arrabaldes são bonitos e ferteis, compostos de searas, hortas, pomares, olivaes e algumas vinhas. Ha tambem vastos montados onde se cria muito gado de varias qualidades, sobretudo suino, que se exporta em grande quantidade. Tambem se cria muita caça grossa e miuda, e o Guadiana fornece bom peixe. Durante a guerra da Restauração, os castelhanos tomaram esta praça em 1657, sendo governador João Ferreira da Cunha; arrasaram a villa e parte da torre de menagem, pondo guarnição na fortaleza, mas no principio de novembro d'esse anno, tendo já fallecido D. João IV, e sendo regente a rainha D. Luiza de Gusmão, foi resgatada por J. Mendes de Vasconcellos, depois de 4 dias de cêrco. A rainha, para evitar nova invasão, e por ser praça da fronteira, mandou reconstruir as antigas fortificações e edificar outras, adaptadas a receberem artilharia de grosso calibre, e em estado de resistirem a um cêrco em fórma. Mourão pertence á 4.ª div. mil., 7.ª brigada, grande circumscripção S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. Tem Misericordia, escolas para ambos os sexos, est. post. com serviço de emissão e pagamento de vales, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. S.-Reguengos; agencia das companhias de seguros *Internacional*, *Portugal* e *Previdente*; hospital, hoteis, medico, notario, pharmacias, sociedades de recreio: *Club Regenerador Mouranense*, com philarmonica; *Sociedade Progressista Mouranense*; foira nos dias 24 e 25 de maio, e a 14 e 15 de setembro; estradas para Fialho, Monsaraz, Moura e Reguengos, etc. Publicou-se n'esta villa o jornal *Progresso de Mourão*, 9 de outubro de 1904. O conc. compõe se de 3 freguezias, com 1:021 fog. e 3:641 hab., sendo 1:829 do sexo masc. e 1:812 do fem.; n'uma superficie de 26:444 hect. As freguezias são: S. Braz, de Granja, 1:120 hab.: 545 do sexo masc. e 575 do fem.; N. S.ª da Luz, de Luz, 454 hab.: 260 do sexo masc. e 194 do fem.; N. S.ª das Candeias, de Mourão, 2:067 hab.: 1:024 do sexo masc. e 1:043 do fem. O principal commercio de todo o concelho é vinhos, azeites, cereaes e gado suino, bovino e lanigero. Este conc. foi supprimido e annexado ao de Reguengos de Monsaraz por decreto de 12 de julho de 1895, mas foi restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. || Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Villa Flôr, distr. e bisp. de Bragança; 116 fog. e 455 hab. Tem est. post. A pov. dista

8 k. da séde do conc. O abbade de Villarinho da Castanheira apresentava o cura, que tinha réis 30$000 e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Santa Marinha, de Cortegaça, concelho de Ovar, do mesmo distr. || Sauto André, de Maciuhata de Seixa, conc. de Oliveira de Azemeis, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Oriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Pencello, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || Santa Maria, de Retorta, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Mourão e Cardiellos. Pov. na freguezia de S. Thiago, de Rio Meão, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Mourão Homem *(Lourenço)*. Doutor em Direito Pontificio pela Universidade Coimbra, protonotario apostolico, deputado da inquisição de Coimbra, arcediago da sé de Lisboa, deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, desembargador da Casa da Supplicação e Aggravos, e do Paço. N. em Lamego, e fal. em Lisboa a 10 de novembro de 1608. Era filho de Martim Mourão e de Brites Nunes Homem. Regeu na Universidade a cadeira de Clementinas, para que foi nomeado a 6 de dezembro de 1575. Escreveu: *Parecer em que se prova poderem usar os geraes da Congregação de Santa Cruz de Coimbra de mitra, e fazerem pontificaes*; saiu impressa na *Chronica dos conegos regrantes* de D. Nicolau de Santa Maria, liv. 10.º, cap 17; *Tratado de Jurisdicção secular d'El-Rei que se encontra com a Jurisdicção Ecclesiastica; Tratado dos padroados, e apresentações dos regulares para beneficio da sua apresentação* Deixou esta obra manuscripta.

Mourãos. Pov. na freg. de S. Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Mouraria V. *Moiraria*, neste vol., a pag. 1174. Nos primeiros tempos da monarchia, os judeus e os moiros não viviam nas povoações com os christãos, tinham os seus bairros separados. Ao bairro dos judeus chamava se *Judiaria* (V. *este nome*, *Portugal*, vol. III, pag. 1068). As mourarias fôram abolidas em 1496, por terem os moiros sido incluidos na expulsão que feriu os judeus Os moiros, porém, não eram tidos em desprezo, e apenas se baptisassem, ficavam em tudo considerados como os portuguezes, e os seus descendentes eram armados cavalleiros, dava se lhes fôro de fidalgo, e serviam os logares da republica. O conde D. Sisnando, o celebre benemerito consul ou governador de Coimbra, no seculo XI, era filho de moiros Mesmo os moiros, que não abjuravam a sua religião, eram protegidos pelas nossas instituições politicas, ficando até grande parte d'elles com as vastas propriedades que tinham herdado dos seus maiores. Echa, rei ou emir de Lamego, legou a D. Affonso Henriques todo o vasto territorio que seus antepassados lhe haviam deixado. Além d'isso, os nossos monarchas, para os protegerem de qualquer vexame ou injustas exacções, lhes concediam foraes exclusivamente para elles, a que chamavam: *foral d s moiros forros*. Lisboa, Evora, Santarem, Silves, Moura, Setubal, etc. tinham d'estes foraes.

Mouraria. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição e conc. de Albufeira, distr. de Faro. || N. S.ª da Annunciação, de Tornada, concelho das Caldas da Rainha, districto de Leiria.

Mouras. Pov. na freg. de Santa Eulalia, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Mourato *(D. Carlos José de)*. Clerigo regular theatino. N. em Lisboa, e fal. em 1805 ou 1806 com perto de 80 annos de edade. Professou no instituto de S. Caetano a 28 de setembro de 1744. Escreveu: *Instrumento da verdade pratica*, *Ethica ou Philosophia moral*, Lisboa, 1778, 4 tomos.

Mouratos. Povoações nas freguezias: Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria. || N. S.ª do Rosario, de Parceiros, conc. e distr. de Leiria.

Mouraz. Pov. e freg. de S. Pedro. da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Tondella, distr. e bisp de Vizeu; 276 fog. e 979 hab. Tem escolas d'ambos os sexos. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada proximo do rio Dinha. A mitra apresentava o abbade, que tinha 300$000 rs. de rendimento. A pov. é muito antiga, e já no tempo de D. Affonso Henriques era couto, porque este monarcha, e sua mulher, a rainha D. Mafalda, doaram á sé de Vizeu o *couto de S. Pedro de Mouraz*, em 1152. Em 1171 o bispo de Vizeu, D. Godinho, deu ao *padre Domingos Annes Ruxverda* o prestimonio do couto de S. Pedro de Mouraz com a sua egreja, e as villas de S. Miguel do Castello e Cernada, com seu couto, e todas as suas pertenças, emquanto fôsse vivo. Mouraz tambem foi villa, e el-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 28 de junho de 1514. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Moure. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 84 fog. e 334 hab. Tem correio. A egreja parochial dista 6 k. da séde do conc. O reitor dos conegos regulares de S. João Evangelista (loios), de Villar de Frades, apresentava o cura, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. A terra é muito fertil. Tem caça, e cria muito gado. Pertence á 3.ª div. mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg de S. Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto; 140 fog. e 543 hab. Tem escola do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A egreja parochial dista 3 k da séde do conc. A pov. está situada na distancia de meia legua da villa de Felgueiras, junto á estrada real, que vindo de Ponte do Lima para Braga o Guimarães, passa em Felgueiras e segue para a Lixa. O D. Abbade do mosteiro de monges do S. Bento de Pombeiro apresentava o vigario, que tinha 60$000 réis e o pé d'altar. A terra é muito fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Povoa de Lanhoso, distr. e arceb. de Braga; 83 fog e 309 hab. A egreja parochial dista 5 k da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 700$000 réis de rendimento. No tempo dos suévos houve aqui um mosteiro de monges da ordem de S. Bento, que os moiros arrasaram em 716 A egreja ma-

triz é um templo grande, fundado nos principios do seculo XVII, como se deprehende da seguinte inscripção que está sobre a porta principal:

MARIAE VIRGINI DICATUM, ANNO ÁPARTU VIRGINES 1702

A capella-mór é muito espaçosa e forrada de azulejos d'alto a baixo. Tem um orgão regular, boas imagens, sobresaindo a de N. S.ª das Dôres, que é de tamanho quasi natural. Abaixo um pouco do vertice da fachada, está a figura do sol, em meio relevo, e em semi-circulo, pela parte superior, com a legenda: *Electa ut sol.* Mais abaixo, n'um nicho, vê-se a imagem de Nossa Senhora, de pedra, tendo por cima a legenda: *Mater purissima.* A torre é muito baixa, e pelo distico que tem sobre a porta, mostra que foi feita á custa dos parochianos, no qual se lê: *Turris expensis fidelium charitatis anno dni. 1719* No tempo da invasão franceza fôram-lhe roubadas pelos invasores ricas alfaias de prata, como eram cruzes, custodias, turibulos, navêta e outros objectos de valor, que possuia. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S Martinho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 274 fog. e 899 hab. Tem est. post. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada a 500 m. da estrada de Braga a Ponte do Lima. Foi couto e chamava-se antigamente *Couto de Moure da Oliva.* A camara ecclesiastica da sé de Braga apresentava o vigario, que tinha réis 100$000 de rendimento. O conde D. Henrique e sua mulher D. Thereza deram este couto a S. Geraldo, arcebispo de Braga, em 1110. Os moradores d'esta freg. eram iscutos da jurisdicção real, sendo obrigados sómente a irem á guerra quando fôsse o arcebispo, mas eram obrigados a cavar-lhe as vinhas que tinha em Braga. O arcebispo D. Diogo de Sousa mandou arrancar estas vinhas e fazer um campo, que depois se ficou chamando praça do *Campo da Vinha*, compondo-se com os habitantes de Moure, em lhe dar cada fogo, em troca d'aquella obrigação, 4 almudes de vinho. Havia então 20 fogos, mas como a população se foi desenvolvendo, chegou a pensão a mais de 50 pipas por anno. No logar de Santo André, d'esta freguezia, ha uma torre muito antiga, a qual D. Egas Paes de Penagate deu a S. Geraldo. Esta torre passou mais tarde aos Soares, senhores do Prado. O mosteiro benedictino, que existiu n'esta pov., foi fundado por S. Martinho de Dume em 505. Vasco Mendes deu-lhe a egreja de S. Victor, em Braga, e a quinta que fôra do bispo de S. Thiago (o actual *Campo da Vinha)*, para ali fundarem um convento, que os moiros destruiram em 717. Nuno Forjaz da Silva o reedificou em 1031, e o deu aos frades, ficando elle padroeiro. O padroado do convento foi depois dado por Nuno Soares a S. Geraldo, e D. Affonso Henriques confirmou esta doação, e coutou-o no tempo do arcebispo D. Paio Mendes. A terra é fertil, cria muito gado de toda a qualidade, e tem grande abundancia de caça grossa e miuda. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Balança, conc de Terras de Bouro, distr. de Braga. || Santa Maria, do Lamas, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Lufrei, conc. de Amaraute, distr. do Porto. || N. S.ª d'Assumpção, de Villela do Tamega, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Moure do Carvalhal. Pov. na freg. de N. S.ª dos Prazeres, de Abravezes, conc. e distr. de Vizeu.

Moure da Magdalena. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Campo, conc. e distr. de Vizeu.

Mourel. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Carvalhaes, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Salvador, de Ganfei, concelho de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Mourella. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceicção, de Cartiçô da Serra, conc de Celorico da Beira, distr. da Guarda. || Pov. do sobado de Cando, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 9.ª divisão.

Mourelles. Pov. na freg. de S. João Evangelista, de Vil de Mattos, conc. e distr. de Coimbra.

Mourellinho. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Egreja Nova do Sobral, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Mourello. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Azias, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Thomé, de Correlhã, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || N. S.ª d'Assumpção, de S. Vicente da Beira, conc. e distr. de Castello Branco.

Mourellos. Pov. na freg. de Santa Christina, de Tendaes, conc. de Sinfães, districto de Vizeu.

Mourens. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Silveiras, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Moureria. Pov. na freg. de Santa Luzia, de Pomares, conc. de Arganil, districto de Coimbra.

Mouria. Pov. na freg. de S. Matheus, de Grimancellos, conc. de Barcellos, districto de Braga.

Mouricão. Pov. na freg. de S. Bartholomeu de Messines, concelho de Silves, districto de Faro.

Mouriga. Pov. na freg. de S. Martinho, de Christoval, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Mourigo. Pov. na freg. de S. Thiago, de Cendufe, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Mouril. Pov. na freg. de Santa Maria, de Silvares, conc. de Guimarães, districto de Braga.

Mourilhe. Pov. e freg. de S. Thiago, da provincia de Traz os Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 105 fog. e 531. hab. Tem escola do sexo fem. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada na estrada que vae de Montalegre á Galliza, na margem direita do rio Cávado. Produz centeio, algum trigo, batatas, e hortaliças. Cria muito gado vaccum, algum cavallar, e caça miuda e grossa. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. No dia 4 de abril de 1854 um pavoroso incendio reduziu a cinzas quasi toda a pov. ardendo 122 propriedades de casas e a egreja matriz. Todo o paiz mostrou grande generosidade para com os

infelizes habitantes. Nas terras principaes formaram se diversas commissões, que promoveram subscripções. N'esta grande obra de caridade salientou se a cidade do Porto, cuja commissão reuniu tres mil e tantos cruzados. Esta commissão mandou fazer um serviço de prata e de latão, que remetteu, e se conserva na egreja matriz, e em todos os objectos estava gravado: *offerecido pelos habitantes do Porto.* A commissão de Lisboa reuniu quasi outros tres mil cruzados. Distinguiram se as cidades de Guimarães e de Braga, e n'esta o arcebispo D. Pedro Paulo, com umas ricas dalmaticas, e n'aquella, D. Maria da Conceição Branco do Amaral e Napoles, com umas alvas e corporaes, e Vicente Machado de Mello Pinheiro com um calix e patena. Concorreram tambem outras povoações, como as villas de Chaves e Montalegre, com alimentos, com que os infelizes viveram, livres da fome, desde abril até agosto, epoca das colheitas em Barroso. O cofre da Bulla da Santa Cruzada mandou 400$000 para a egreja A pov. e a egreja fôram reedificadas. No dia 4 de julho de 1875 outro incendio horroroso destruiu completamente a pov. Começou ás 8 horas da manhã a arder uma das casas, e duas horas depois toda a povoação estava em chammas, ficando reduzidas a cinzas 120 propriedades, e os moradores na miseria. N'estes dois incendios, felizmente, não morreu pessoa alguma, mas nos animaes é que o fogo fez grande estragos, pois morreu queimado muito gado miudo, suino e caprino. Os prejuizos attingiram a muitas dezenas de contos de réis. Só escaparam ao incendio 4 propriedades e a egreja parochial. Logo no dia 20 se installou na administração do concelho uma commissão de soccorros, mandada crear por alvará do governo civil do districto, com a data de 9 do referido mez, fazendo pedidos em todo o concelho para aquelles infelizes. A pov. tornou a ser reedificada. || Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Amorim, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Mamede, de Mesquitella, conc. de Mangualde, do mesmo distr. || Santa Maria, de Sandim, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto || N. S.ª da Consolação, de Valle de Azares, conc. de Celorico da Beira, districto da Guarda.

Mourinha. Povoações nas freguezias: Santos Cosme e Damião, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Fragoso, conc de Barcellos, distr. de Braga || S. Thomé, de Negreilos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Maria, de Silvares, conc. de Guimarães, distr. de Braga

Mourinho. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Avelleda, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S Miguel, de Fontellas, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Paio, de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga || Rio do distr. de Evora. Nasce na serra de Monfurado, na freg. da Giesteira, passa sob a ponte do caminho de ferro de Sueste, e vae desaguar na ribeira de S. Christovão, depois do 20 k. de curso.

Mourinhos. Pov. na freg. de N. S.ª da Gloria, concelho de Extremoz, districto de Evora

Mourio. Pov. na freg. de S. Pedro, de Castellões, conc de Macieira de Cambra, districto de Aveiro.

Mourisca. Povoações nas freguezias: S. Thomé, de Estorãos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Thomé, de Friande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Miguel, de Gualtar, conc. e distr. de Braga. || S. Mamede, de Matta Moirisca, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Santo André, de Portella, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador, de Trofa, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. Tem caixa postal.

Mourisca de Baixo Pov. na freg. de S. Mamede, de Matta Moirisca, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Mouriscas. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov da Extremadura, conc. e com. de Abrantes, distr. de Santarem, bisp. de Portalegre; 646 fog. e 2:903 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post, permutando m las com Abrantes; pharmacia, est. do caminho de ferro, na linha da Beira Baixa, entre as de Alferrarede e de Alvega-Ortiga. A pov. dista 10 k da séde do conc. e está situada na estrada que vae de Abrantes a Mação. O vigario do Sardoal apresentava o cura, que tinha 10$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 4.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes.

Mourisco. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Castello, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Mourissô Pov. na freg. de Santa Christina, de Longos, concelho de Guimarães, districto de Braga.

Mouriz Pov. e freg. de S. Romão, da prov. do Douro, conc. e com. de Paredes, distr. e bisp. do Porto; 392 fog. e 1:375 hab Tem escolas d'ambos os sexos e caixa post. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada na estrada do Porto a Penafiel. Os religiosos do convento de Cête da ordem de Santo Agostinho, e o reitor do collegio da Graça, de Coimbra, apresentavam alternativamente o reitor, que tinha 200$000 rs de rendimento. A terra é muito fertil; cria muito gado de toda a qualidade, principalmente bovino, que exporta. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. Por alvará de 9 de janeiro de 1902 foi annexada a esta freg. a de Villa Cova de Carros. || Povoações nas freguezias: S. Paio, de Perelhal, conc. de Barcellos, distr de Braga. || S. Paio, de Pico de Regalados, conc. de Villa Verde, do mesmo districto.

Mouriza. Pov. na freg. de Santa Luzia, de Pomares, concelho de Arganil, distr. de Coimbra

Mourizes. Pov. na freg. de S. Thiago, de Rebordões, concelho de Santo Thirso, districto do Porto.

Mouro. Povoações nas freguezias: Santo Estevão, de Barros, conc. de Villa Verde, distr. de Braga || S. Pedro, de Cahide de Rei, concelho de Louzada, distr. do Porto. || Santa Maria, de Anjos, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Santa Maria e conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Rio do distr. de Vianna do Castello. Nasce na freg. de Lamas do Mouro, passa pela de Podame, e vae desaguar no rio Minho, entre Monsão e Valladares, com 30 k. de curso. || Rio

do distr. de Lisboa. Nasce a 3 k. ao E de Cintra, passa pelas freguezias de Rio de Mouro e Oeiras, tendo pontes em ambas, e vae desaguar no rio Tejo a 1 k. abaixo de Oeiras, com 15 k. de curso.

Mourôa. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Medelim, conc. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Mouroal. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Alcanede, concelho e districto de Santarem.

Mourões. Pov. na freg. de N. S.ª da Gaiola, de Córtes, conc. e distr. de Leiria.

Mouronho. Pov. e freg. de S. Julião, da prov. do Douro, conc e com. de Taboa, distr. e bisp. de Coimbra; 442 fog. e 1:528 hab. Tem est. post., permutando malas com Táboa, e com serviço de posta rural; escolas d'ambos os sexos, fabrica de fiação e tecidos d'algodão. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem direita do rio Alva. A mitra apresentava o prior, que tinha 400$000 réis de rendimento. E' fundação antiga, e foi villa e couto. El-rei D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, a 12 de setembro de 1514. A terra é muito fertil; cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus montes ha abundancia de caça. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e res. n.º 23, com a séde em Coimbra.

Mousellas. Povoações nas freguezias: S Miguel, de Cabaços, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Caldas de Vizella, concelho de Guimarães, districto de Braga.

Mousinho. Familia, de que ha já noticia no tempo de D. Affonso Henriques. As suas armas são: Em campo azul uma banda de prata carregada de tres muletas sanguinhas entre seis estrellas de ouro, tres no canto alto e outras tres no canto baixo; timbre, uma aspa de prata, e n'ella carregada uma muleta do escudo.

Mousinho *(Belchior do Crato da Silveira de Aguiar)*. Cavalleiro professo da ordem de Aviz. N. em Alcobaça a 12 de março de 1670. Era filho de Ignacio da Silveira do Crato e de D. Izabel Maria Silveira do Crato. Seguiu a vida militar, mas dedicou-se sempre ao estudo da Historia, da Genealogia e Mathematica. Deixou manuscripto: *Discurso Genealogico e historico, e Panegyrico em que se faz memoria da ascendencia do grande D. Nuno Alvares Pereira, primeiro condestavel de Portugal*, etc.

Mousinho *(P. Manuel de Abreu)*. Ouvidor da chancellaria de Gôa, e depois abbade da egreja de Villa Flôr. Era natural de Evora, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Escreveu o seguinte livro em castelhano: *Breve discurso en que se cuenta la conquista del reyno de Pegu en la India de Oriente, hecha por los Portuguezes desde el ano de mil y seyscientos hasta el de 603, siendo capitan Saluador Ribero de Soza, natural de Guimarães, à quien los naturales de Pegu eligiéron por su Rey*, Lisboa, 1617.

Mousinho d'Albuquerque *(Braz)*. Major de cavallaria. N. em Lisboa a 30 de março de 1859. Assentou praça em 28 de julho de 1875, sendo promovido a alferes em 8 de janeiro de 1879, a tenente em 16 de fevereiro de 1887, a capitão em 12 de outubro de 1894, e a major em 10 de maio de 1907. Tem o curso da Escola do Exercito; foi professor da escola de sargentos de cavallaria em Villa Viçosa. E' official da ordem de Aviz por serviços distinctos, official e cavalleiro da mesma ordem; possue a medalha de prata de comportamento exemplar, e a medalha de prata da Cruz Vermelha de Hespanha. Escreveu: *Lições de topographia militar*, Lisboa, 1890.

Mousinho d'Albuquerque. V. *Albuquerque.*

Mousinho de Quevedo *(Vasco)*. V. *Quevedo.*

Mousinho da Silveira *(José Xavier)*. V. *Silveira (José Xavier Mousinho da).*

Mousinhos Pov. na freg. de S. Thiago do Escoural, conc. de Montemór-o-Novo, districto de Evora.

Mouta. As armas d'esta familia são: Em campo vermelho cinco castellos de prata postos em santor; timbre, um dos castellos.

Moutas. Rio das terras de Loango, na prov. de Angola, Africa Occidental. Corre de NE para SO, e vae desaguar no Oceano Atlantico. Por vezes é caudaloso e largo, e banha varias povoações importantes. E' cortado por alguns rapidos e ilhotas e povoado de cavallos marinhos. Nas suas margens, que são muito arborisadas, ha varias feitorias.

Moutido. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || O Salvador, de Perosinho, do mesmo conc. e districto.

Moutinha. Pov. na freg. de S. Salvador e concelho de Rezende, distr de Vizeu.

Moutinhas. Pov. na freg. de S. Thiago, de Valladares, concelho de Baião, distr. do Porto.

Moutinho. A familia d'este appellido tem por armas: Em campo azul quatro cabeças de serpe de ouro com bigodes vermelhos e as cortaduras em sangue, acantonadas e no meio uma flôr de liz tambem de ouro; timbre, uma das cabeças da serpe.

Moutinho *(D. Antonio)*. Bispo de Moçambique e de Cabo Verde, reitor do seminario do Lyceu de Cabo Verde. N. na freguezia de Aguas Santas, no Porto, a 17 de dezembro de 1862. Tendo terminado os seus estudos com notavel aproveitamento no seminario do Porto, recebeu o presbyterato a 19 de setembro de 1885, e celebrou a primeira missa a 28 do referido mez e anno. Frequentou com distincção a faculdade de Theologia na Universidade de Coimbra, formando-se em bacharel em 1895. Em 3 de dezembro de 1891 foi encarregado da freguezia de Villa Nova de Gaia, ficando mais tarde prior em 8 de agosto de 1898. Com o seu incansavel zelo de propagandista, prégava, catechisava, fundava escolas, creava obras de beneficencia, auxiliando-as, e desenvolvendo-as. Entre estas conta-se a Conferencia de S. Vicente de Paula que fundou em 1897 e o Circulo Catholico de Operarios, que fundou em 1898. D. Antonio Moutinho accumulava tambem o cargo de professor de sciencias ecclesiasticas no seminario do Porto, para que foi nomeado em 1892, cabendo-lhe recitar a oração de sapiencia em 1896. N'esta data, o bispo do Porto D. Americo, que muito o considerava, o proclamou padre benemerito da sua diocese. Exerceu ainda os cargos de examinador pro-synodal, vigario do 1.º districto da

Feira, vogal da junta da repartição das congruas, etc. Em 7 de março de 1901 foi eleito prelado de Moçambique, e sagrado bispo titular de Argos, na sé do Porto, em 6 de janeiro de 1902. Foi uma ceremonia imponente, sendo sagrante o bispo D. Antonio Barroso, assistido por tres capitulares da sé, sendo um d'estes o ministro do baculo; os padrinhos da sagração fôram o bispo de Bethsaida, D. Antonio Ayres de Gouveia, e o arcebispo de Mitylene D. Antonio Vieira de Mattos. O templo estava ricamente adornado Na capella mór, do lado do Evangelho, erguia-se o throno episcopal, todo bordado a téla de ouro, para o prelado da diocese; em frente, do lado da Epistola, improvisou-se um altar formado por um estrado de tres degraus, espaldar de damasco e seda branca e cortinados vermelhos, encimados por uma grande cupola, tendo como remate um trophéo de bandeiras nacionaes. No throno, com uma rica bauqueta de prata e frontal bordado a ouro, grande profusão de lumes e flôres. Nas cornijas e nos coretos, bambolins de seda de differentes côres; nas frestas, bambinellas de setim azul com guarnições de prata e borlas de ouro. Os outros altares tambem se viam vistosamente ornamentados. Assistiram á ceremonia muitos convidados, em que se viam os lentes da Universidade, conde de Campo Bello, Anselmo de Andrade, Francisco Martins e Alvaro de Lemos. O novo bispo partiu pouco depois, a tomar posse da sua diocese. Visitou toda a extensa provincia, excepto o Zumbo, por falta de carregadores para aquella região. Ao percorrer o districto de Gaza, ainda tinto do sangue dos heroes de Chaimite, o venerando prelado quiz pagar um piedoso tributo de gratidão aos nossos irmãos ali mortos pela patria. Celebraram-se commoventes suffragios em Marraqueue, e depois em Magul, a que assistiram alguns regulos exsubditos de Gungunhana, que tinham tomado parte nos combates contra os nossos. No Chibuto celebrou missa campal na inauguração do primeiro monumento levantado em Africa a Mousinho d'Albuquerque, proferindo uma commovente e patriotica allocução, allusiva aos gloriosos feitos do brioso militar que tanto se distinguira. Promoveu a creação do Instituto Pio X na cidade da Beira, destinado ao abrigo e educação de creanças do sexo feminino. A Escola d'Artes e Officios de Lourenço Marques tambem lhe deve muitos serviços; ali estabeleceu a expensas suas uma officina typographica, e offereceu lhe uma machina *Marinoni*, que mandou comprar. Da obra da Santa Infancia conseguiu um importante subsidio para construcção d'um refeitorio e dormitorio dos alumnos do Instituto Leão XIII, de Cabeceira Grande. O venerando prelado terminou o seu governo em Moçambique por uma das mais grandiosas solemnidades que se tem feito na provincia: as festas do 50.º anniversario da Immaculada Conceição, em cujo programma se destacaram dois numeros: a imponente primeira communhão de 600 creanças que o digno prelado quiz acompanhar em festiva excursão até Ressano Garcia, fronteira portugueza; e o numero unico collaborado por quasi todo o episcopado portuguez e missionarios, um bello volume nitidamente impresso pelos alumnos da Escola das Artes e Officios. Sendo transferido para Cabo Verde, quando para ali se dirigia, em abril de 1905, foi acommettido por uma grave doença, que o obrigou a vir restabelecer-se á metropole, e só em março de 1906 é que pôde dar entrada solemne na sua nova diocese, desembarcando em 1 de abril na ilha de S. Nicolau, sendo recebido com o maior enthusiasmo. No dia 5 entrou solemnemente na villa da Ribeira Brava e sé cathedral. N'esse mesmo dia houve no seminario o jantar official offerecido por este estabelecimento e pelo cabido, a que assistiu todo o elemento official, burocratico e commercial.

Moutinho *(Antonio Ferreira)*. Bacharel formado em Medicina e Cirurgia pela Universidade de Coimbra, etc. N. no Porto a 7 de dezembro de 1823, sendo filho de José Ferreira Moutinho, tabellião, e de D. Rita Albina Martins Costa. No seu curso universitario obteve varios premios e distincções, completando tambem o curso de Philosophia em que se não formou. Depois da sua formatura voltou para o Porto, e entrou no exercicio pratico da medicina, que desempenhou por algum tempo com zelosa solicitude, e de conformidade com as doutrinas que aprendera, até que motivos ponderosos o levaram a desertar da *velha medicina*, persuadido da sua inefficacia e da necessidade de estabelecer sobre mais solidos fundamentos a *sciencia de curar*. Esses motivos são o que elle patenteou n'uma carta dirigida aos professores da faculdade de Medicina da Universidade, e publicada na *Gazeta homeopathica portuense*, 1.ª serie, n.º 21. Perfilhando os principios da escola de Hahnemann, por esse tempo ainda pouco disseminados em Portugal, e convencido da verdade d'elles por successivos ensaios e experiencias, tornou-se decidido partidario da homeopathia, e um dos seus mais fervorosos propugnadores, sustentando a de palavra e por escripto, o que por vezes lhe trouxe dissabores e vituperios da parte dos seus antigos collegas. Antonio Ferreira Moutinho foi membro fundador e presidente em 1852 do Consultorio Homeopathico Portuense, o primeiro estabelecimento d'este genero creado em Portugal; membro fundador e thesoureiro interino do Consultorio Homeopathico Lisbonense, aberto em 1859; socio correspondente da Sociedade Pharmacodynamica de Bruxellas, de Hahnemanniana de Madrid, da Congregação Medico-homeopathica Fluminense; socio Effectivo da Associação Industrial Portuense, etc. Bibliographia: *Breves reflexões ao autor do opusculo «A Homeopathia, o que é e o que vale»*, Porto, 1852; *Reflexões ao juizo critico do sr. P. Serapião d'Algures ácêrca da homeopathia*; sairam no *Ecco Popular*, n.os 20, 35, 49 e 96 do anno de 1854; *Gazeta homeopathica portuense, publicada em favor da créche de S. Vicente de Paula*, 1.ª e 2.ª série, Porto, 1853 a 1855; *Mappas do tratamento homeopathico da cholera-morbus, e da cholerina*, publicados no n.º 11 da 2.ª série da *Gazeta*, e depois impressos á parte, in folio, Porto, 1855; *Duas palavras a respeito da obra do sr. Duque de Saldanha, intitulada «Estudo da Medicina em 1858»*, Porto, 1858; mais tarde foi este juizo critico reimpresso na *Gazeta homeopathica Lisbonense*, por occasião de se reproduzir n'ella o proprio escripto do duque de Saldanha, afim de o vulgarisar mais, visto acharem-se extinctas as suas edições, e ser ainda procurado; *A Homeopathia perante os factos, ou*

resposta ás informações das Escolas Medico-Cirurgicas de Lisboa e Porto, ácêrca do requerimento que o Consultorio Homeopathico Portuense dirigiu a S. M. El-Rei D. Pedro V, etc., Porto, 1858; *Carta ao ill.mo e ex.mo sr. dr. Bernardino Antonio Gomes, medico de S. M., ácêrca do seu opusculo «O Marechal Duque de Saldanha, e os medicos»*, Porto, 1859; esta carta foi depois reproduzida tambem na *Gazeta homeopathica Lisbonense*, a pag. 15 e seguintes; *A conversão de um contrario é mais eloquente do que a opposição de mil*; artigo em defeza da homeopathia, inserto no *Ecco Popular* de 15 de fevereiro de 1859; *Discurso lido na sessão do anniversario da fundação do Consultorio Homeopathico Portuense*, Porto, 1860. Anteriormente a estes escriptos, publicara: *Poesia á morte da ex.ma sr.a D. Maria D. M.* (19 de dezembro de 1844); saiu na *Miscellanea poetica*, impressa no Porto em 1851, a pag. 119; *Soneto dedicado pelo curso do quinto anno medico á preclarissima Faculdade de Medicina da Universidade*, etc., saiu em Coimbra, no *Observador*, n.º 100, de 1848; *Da causa defficiente e principio contagioso da cholera-morbus*, saiu na *Gazeta Medica do Porto*, tomo V, 1848, a pag. 162, 170 e 179; *Da racionalidade do tratamento da cholera-morbus*, saiu nos *Pobres do Porto*, n.º 293, do anno de 1848; *Hygiene publica; quarentenas;* artigos insertos no *Nacional*, do Porto, n.os 20 e 39, do anno de 1849.

Moutinho. Pov. na freg. de Santa Christina, de Meadella, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Moutinho de Sousa *(Antonio)*. V. *Sousa (Antonio Moutinho de)*.

Moutinhos. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Ilhavo, distr. de Aveiro.

Mouxaria. Pov. na freg. de S. Lucas, de Freiria, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Mouxite. Pov. na freg. de N. S.a da Conceição, de Sabacheira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Movene. Pov. do distr. de Lourenço Marques, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Estação telegraphica, e est. do caminho de ferro, entre as de Pessene e de Incomati.

Moxoes. Pov na freg. de S. Thiago, de Gagos, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Moyene. Pov. do commando de Chibuto, no distr. mil. de Gaza, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Moz. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 93 fog. e 277 hab. Tem est. post. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada proximo da estrada que vae de Villa Verde a Ponte da Barca. Os Magalhães, senhores da villa da Barca, apresentavam o abbade, que tinha 230$000 réis de rendimento annual. A terra é fertil, cria muito gado, e tem grande abundancia de caça. Pertence á 3.a div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de N. S.a da Encarnação, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. da Torre de Moncorvo, distr. e bisp. de Bragança; 167 fog. e 593 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada entre as ribeiras de Moz e de Santa Marinha. O real padroado apresentava o abbade, que tinha 700$000 réis de rendimento. Foi villa e conc. dos senhores, depois condes, de Villa Flôr, aos quaes cada habitante pagava 2 alqueires e meia quarta de cevada e 6 réis em dinheiro. A pov. teve um castello, com seus fossos, cubellos e cisterna, que era defendido por 40 cavalleiros de esporas douradas. D. Affonso Henriques deu-lhe foral em 1162, e D. Sancho II, em janeiro de 1241; el-rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 4 de maio de 1512. D. Affonso IV, por carta datada da Guarda a 19 de agosto de 1373 (8 de agosto de 1335 da era christã) deu a Pedro Dias, seu procurador, na terra de Bragança, a terça parte da egreja de Moz, para a conclusão das muralhas d'esta villa. O procurador do rei, n'essa epoca, era synonimo de *pobrador do rei*, (povoador). Era um magistrado que inspeccionava os *refazimentos* (reparos ou reedificações) dos logares fortes, assim como a sua população e a das terras abertas e indefezas. Eram mais frequentes estes magistrados nas terras da prov. de Traz-os-Montes, porque, no principio da monarchia estavam mais despovoadas do que as outras. Para este cargo eram sempre escolhidas pessoas de muita importancia, porque a sua jurisdicção abrangia muitos ramos da administração publica. Suppõe se que as obras de fortificação de Moz datam do tempo do dominio dos romanos. N'esta pov. ha uma fonte de agua mineral, que se applica no tratamento de algumas doenças, com especialidade em molestias cutaneas. A pov. pertence á 6.a div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira, conc. e com. de V. N. de Fozcôa, distr. da Guarda e bisp. de Lamego; 159 fog. e 580 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 5 k. da séde do conc. O povo apresentava o vigario, que tinha 5$000 réis de congrua e o pé d'altar. Moz pertence á 2.a div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Aboim, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Beiral do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || N. S.a das Neves e conc. de Borba, distr. de Evora. || O Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Santo Antonio, de Ferreirim, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Parada de Esther, conc. de Castro Daire, do mesmo distr. || S. Thiago, de Penso, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Silvares, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Pedro, de Sub Portella, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Ribeira do distr. de Bragança. Nasce na freg. de Carviçaes, proximo da freg. de Moz, e entra no rio Douro 5 k. acima da Barca d'Alva, depois 20 k. de curso.

Moz d'Além e d'Aquém. Duas povoações na freg. de S. Salvador, de Salvador do Monte, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Moz de Cellas Pov. e freg. de S. Thomé, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. O abbade de Cellas apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. Esta freg. estava annexa á de S. Genesio, de Cellas, e foi desmembrada, no seculo XVII, tornando-se independente. Mais tarde foi

annexada á mesma freg. de Cellas, em que se conserva.

Moz de Rebordãos. Pov. e freg. de S. Nicolau, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 101 fog. e 482 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada entre 2 affluentes do rio Fervença. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Mozamba. Extensa serrania que limita a E o distr. de Benguella, na prov. de Angola, Africa Occidental. Corre entre os rios Cuanza e Luango, e dos seus contrafortes descem alguns affluentes d'aquelles rios.

Mozelho. Pov. na freguezia de S. Julião, da Silva, concelho de Barcellos, districto de Braga.

Mozellos. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. da Feira, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 346 fog. e 1:650 hab. Tem esc. do sexo masc. e uma feira no dia 25 de cada mez no logar de Murado, que é o mais importante da pov. Está situada em terreno levemente accidentado, e dista 2 k. da séde do concelho. O D. prior dos conegos regrantes de Santo Agostinho, do mosteiro de Grijó, e depois o da mesma ordem da Serra do Pilar, apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. é muito fertil em todos os generos; cria muito gado bovino, que exporta para Inglaterra em grande quantidade. Exporta para o Porto muitos cereaes e fructas, e bastante madeira Pertence á 5.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. || Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Minho, conc. e com. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 117 fog. e 458 hab. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Coura. A mitra apresentava o abbade, que tinha 120$000 réis e o pé d'altar. O abbade tinha só metade da renda da egreja, a outra metade foi dos marquezes de Villa Real até 1641, e desde então passou a ser um *beneficio simples*, quo os reis davam a quem queriam. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: Santo Cosme e Damião, de Azere, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria Magdalena, de Campo, conc. e distr. de Vizeu. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Pedro, de Canedo, conc da Feira, distr. de Aveiro. || S. Salvador, de Salvador do Monte, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Mozes. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Olival, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Christovão, de Refoios de Riba d'Ave, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || S. Miguel e conc. de Armamar, districto de Vizeu.

Mozmodiz. Moeda de ouro moirisca, que teve curso em Portugal nos seculos x, xi e xii. Equivalia a meio morabitino.

M'Pambo. Pov. do sobado de Malonga, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

M'Panda. Pov. do Rio Bidise, no concelho de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

M'Pango. Pov. do sobado de Zamba, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

M'Pembo. Pov. do sobado de Malonga, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Mresi. Pico que faz parte d'um notavel grupo orographico situado entre o delta do Zambeze e o Rovuma, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está coberto de vegetação opulenta, e o seu clima é temperado e salubre.

Mruli. Pico que faz parte do grupo orographico mais notavel situado entre o delta do Zambeze e o Rovuma, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está coberto de vegetação e o seu clima é salubre.

Msalu. Rio da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Suppõe-se que nasce n'uma lagôa situada a NE da serra Maudimba, atravessa o Medo, e vae desaguar a 57 k. ao S da bahia de Mecimbua.

M'Tampa. Regedoria do conc. de Cabinda, no distr. do Congo, prov. de Angola. Comprehende 6 povoações. || Pov. do sobado de Cabinda, na regedoria de M'Tampa, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occcidental.

M'Tangula. Séde do conc. do Lago, nas terras administradas pela companhia privilegiada do Nyassa portuguez, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

M'tarica. Um dos 9 concelhos em que estão divididos os territorios administrados pela companhia privilegiada do Nyassa portuguez na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem a sua séde no forte Luiz Filippe.

Mu. Serra do distr. de Faro. Prolonga-se entre Almodovar e Loulé, em direcção NS, e tem 40 k. de comprimento e 25 de largura. A sua altura maxima é de 575 m. Tambem é chamada *Serra do Caldeirão*.

Muagine. Pov. do sobado de Muquichi Aquinano, na freg. de S. Joaquim, 2.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Muala. Pov. da região de Pangala, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. || Pov. do sobado de Diadia, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Agola. || Pov. do sobado do mesmo nome, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Mualdo. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Sanguedo, concelho da Feira, districto de Aveiro.

Muanda. Pov. do sobado de Tanda, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, no caminho do Zombo. || Pov. do Sobado de Bom, idem, idem, idem; no caminho do Zombo. || Pov. do sobado do Quissundi, no referido concelho, distr. e prov. || Pov. do sobado de Quivando, idem, idem, idem. || Pov. do sobado de Quimalo, idem, idem, idem. || Pov. do sobado de Bamba, idem, idem, idem. || Pov. do sobado de Quilongo, idem, idem, idem.

Muanganga. Pov. da freg. do S. José, na 1.ª div. da Barra do Cuanza, conc. de Calumbo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Muanha. Pequeno rio do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Lança as suas aguas ao S. da ponta da Barra Falsa.

Muar. Pov. na freguezia do Salvador, de Perosinho, concelho de V. N. do Gaia, districto do Porto.

Muarazi. Rio do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' pequeno e atravessa o antigo prazo Caxinga.

Muás. Pov. na freguezia de Santa Maria, de Villa Maria, concelho e districto de Villa Real.

Muavui. Pov. do sobado de Bongue, no Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Mubafo. Pov. do sobado de N'Dondo-iá Quirima, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 9.ª divisão.

Mubanda. Duas povoações com este nome pertencentes á 3.ª div. (Mahaballa) do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Mubella. Pov. da freg. de S. José de Cabiri, na 1.ª div. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Mubica. Pov. do sobado de Hui N'Dalla, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 4.ª divisão.

Mucá. Pov. do sobado de Bango e Quitamba, na freg. de S. Joaquim, 8.ª divisão do concelho de Golungo Alto, districto de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Mucaculo. Pov. do sobado de Chaluvahula, na div. do conc. do Humbe, distr. da Huilla, prov. de Angola, Africa Occidental.

Mução. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Gandra, conc. de Ponte do Lima, distr de Vianna do Castello. ‖ O Salvador, de Torgueda, conc. e distr. de Villa Real.

Muçamedes ou Moçamedes. Antiga villa da prov. da Beira Baixa, no territorio de Vizeu. Em varios documentos antigos acha-se este nome escripto umas vezes *Muçamedes*, outros *Moçamedes*. Esta villa é certo existir no seculo XII, porque D. Affonso Henriques, sendo ainda infante, a deu ao seu amigo Fernão Pires. Viterbo fala em Muçamedes em differentes partes do seu *Elucidario*, mas alludindo sempre a esta doação, feita em 113) da era christã, da qual copía alguns trechos. Parece que esta povoação existiu no antigo territorio de Lafões, actual Vouzella, e que, ou foi destruida com as guerras frequentes dos primeiros tempos da nossa monarchia, ou mudou de nome.

Mucanda. Pov. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. Pertence á 3.ª divisão.

Mucanzo. Pov. do sobado de N'Gangi, na 5.ª div. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Mução d'Além. Pov. na freg. de Santa Eulalia, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Mucari. Pov. do sobado Quissalla, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. Pertence á 4.ª divisão.

Mucari de Baixo. Pov. do sobado de N'Gonga Muinza, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, provincia de Angola, Africa Occidental. Pertence á 2.ª divisão.

Mucari do Meio. Pov. do sobado de N'Gonga Muinza, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 2.ª div. ‖ Pov. do conc. do Ambaca, no distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 3.ª divisão.

Mucella. Pov. na freg. de S. José, de Lavegadas, concelho de Poiares, districto do Coimbra.

Mucende. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, na 3.ª div. (Caluge) do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola.

Muceque. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, na 2.ª div. (Bocca do Cuauza) do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola. ‖ Pov. da 2.ª div. do conc. da Barra do Dando, no distr. de Loanda, prov. de Angola.

Muceques. Pov. do conc. e distr. de Loanda, na prov. d'Angola, Africa Occidental.

Mucequeseque. Pov. da 4.ª div. (Lungue) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Muceres. Pov. do Salvador, de Castellões, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. Tem correio com serviço de posta rural.

Mucha Cassôa. Quarta divisão da freg. de N. S.ª da Conceição, no conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola. Comprehendo numerosas povoações.

Muchelele. Commando militar da capitania-mór de Angoche, na illha d'Angoche, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Muchelia. Pov. e posto militar do distr. e prov. de Moçambique, Africa Oriental A 13 de abril de 1897 travou-se aqui um combate entre as tropas do reino e os indigenas.

Muchinge. Serra da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Corre a NE das terras dos chevas, e parece ser a cordilheira Carlotina da viagem do dr. Lacerda, em 1798, que lhe deu este nome provavelmente em memoria da então princeza Carlota Joaquina de Bourbon.

Mucifal. Pov. na freg. de N. S.ª da' Assumpção, de Collares, conc. do Cintra, distr. de Lisboa.

Mucimba. Territorio situado na terra firme do antigo districto de Cabo Delgado, hoje distr. de Moçambique, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está povoado e exporta varios generos para Moçambique e para o Ibo. ‖ Pequeno rio das terras firmes do antigo districto de Cabo Delgado, na prov. de Moçambique. Banha a pov. do Mucimba.

Mucolocassa. Pov. do sobado de N'Golla Cabange, na freg. de S. Joaquim, 1.ª div. do conc. de Golungo Alto, districto de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Muconda. Pov. da freg. de N. S.ª da Victoria, na 7.ª div. do conc. de Massangano, districto de Loanda, prov. d'Angola.

Muconga. Pov. da 3.ª div. (Mahaballa) do conc. de Pungo Andougo, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Mucongue. Pov. da 4.ª div. (Lungue) do concelho de Pungo Andongo, no distr de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Mucori. Pov. do sobado do mesmo nome, no conc. de Ambaca, distr. do Loanda, prov. de Angola. Pertence á 8.ª divisão.

Mucoso. Rio do distr. de Loanda, na prov. de Angola. E' um dos muitos affluentes do Cuanza. Corre de E para O e junta-se com aquelle rio entre a villa de Massangano a O e a prov. do Dondo a E, depois de dividir os concelhos de Cazengo e de Massangano dos de Pungo Andongo e Cambambe. As suas margens são ferteis. ‖

Pov. da 1.ª div. (*Sengue*) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do sobado de Caboco, 3.ª div. do conc. de Cambambe, districto de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Mucoso de Cima. Pov. da 3.ª div. (*Mahaballa*) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do sobado de Nhangue a Lucallo, na 3.ª div. (*Mahaballa*) do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Mucuandos. Praia situada ao S da abra Catara, no distr. de Benguella, prov. de Angola.

Mucuangallas. Vasto territorio situado entre os rios Cubango e Cunene, na prov. d'Angola. Fica no antigo itinerario dos viajantes que iam de Mossamedes para o Mocusso. Tem minas de cobre.

Mucubal. Territorio no distr. de Benguella, prov. de Angola. E' povoado por uma tribu de negros mucubaes.

Mucubata. Pov. do sobado de Queta, na freg. de S. Joaquim, 6.ª div. do concelho de Golungo Alto, districto de Loanda, provincia de Angola, Africa Occidental.

Mucucuige. Pov. da 6.ª div. do conc. de Ambaca, no distr. de Loanda, provincia de Angola, Africa Occidental.

Mucuio. Bahia situada ao S da bahia das Moscas, e separada d'ella pela ponta de Santa Gertrudes, na costa do distr. de Benguella, prov. de Angola. E' aberta para o NO, tem um bom surgidouro a sotavento da ponta SO, e é rasa, arenosa e escura. Tambem é chamada *Bahia da Tartaruga.*

Muculla. Pov. do distr. do Congo. Estação alfandegaria. || Pov. da div. do mesmo nome, no conc. de Ambriz etc., distr. do Congo, prov. de Angola. || Pov. da 3.ª div. (*Mahaballa*) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola. || Uma das 5 divisões do conc. de Ambrizete, no distr. do Congo, prov. de Angola. Comprehende 7 povoações.

Mucuio. Pov. do sobado de Chaluvahula, na div. e conc. do Humbe, distr. da Huilla, prov. de Angola. || Pequena bahia situada na costa do Congo, Africa Occidental. Vae desaguar n'ella o rio Lilundo. || Pov. da 6.ª div. do concelho de Ambaca, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Mucuma. Pov. do conc. da Humpata, no planalto da Chella, distr. da Huilla, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Mucumba. Terras do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. São povoadas por landins e produzem mantimento cafreal, arroz, cera, mel e marfim.

Mucumbi. Pov. do sobado de N'Golla Muhongo, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 11.ª divisão.

Mucumbi de Cima. Pov. do sobado de Simão F. da S. Moniz, no conc. de Duque de Bragança, div. de Cacesseria, distr. da Lunda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Mucumo. Pov. da 6.ª div. do conc. de Ambaca, no districto de Loanda, provincia de Angola, Africa Occidental.

Mucunde. Pov. do sobado de Mussungo Aposse, na freg. de S. Joaquim, 2.ª div. do conc. de Golungo Alto, districto de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Mucuro Mache. Rio da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Nasce nas terras maraves, e lança-se nas cataractas do Chire.

Mucuromasi. Pequeno rio do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Junta as suas aguas ás do Aroenha, affluente do Zambeze.

Mucusa. Pov. do sobado de Muinzaco, conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 4.ª div. || Pov. do sobado de Quissalla, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov de Angola. Pertence á 4.ª divisão.

Mucuso. Pov. do sobado de Caculo-Cahango, na freg de N. S.ª da Conceição, 9.ª div. (*Caculo-Cahango*) do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Mucuso Cabangage. Pov. da 6.ª div. do conc. de Ambaca, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Mucuso da Pamba. Pov. do sobado de N'Gonga N'Golla, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental, Pertence á 2.ª divisão.

Mucuto. Pov. do sobado de Bambi Calunga, na 4.ª div. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Mucuzo. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, na 4.ª div. (*Mucha-Cassôa*) do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Muda. Povoações nas freguezias: S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro. || S. Christovão, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Thiago, de Guilhofrei, conc. de Vieira, do mesmo districto.

Mudbage. Téla preciosa de que se usava nas vestimentas ecclesiasticas.

Mudiangombe. Pov. da 5.ª div. (*Lutete*) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Muegi de Baixo e Muegi de Cima. Duas povoações da 8.ª div. (Botte) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Mueira. Pov. do sobado de Quilonguella, na freg. de N. S.ª da Victoria, 10.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Muenga á Cuanza Uma das divisões de que se compõe o conc. do Duque de Bragança, no distr. da Lunda prov. de Angola. Comprehende 11 sobados e outras tantas povoações.

Mueti. Pov. da 2.ª div. do conc. de Cazengo, no distr. de Loanda, prov. de Angola.

Mufa. Pequeno rio do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' um affluente do Zambeze, e nas suas margens ha minas de carvão de pedra.

Mufango. Pov. da freg. de N. S.ª da Victoria, 6.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Mufito. Pov. do sobado de Chaluvahula, na div. e conc. do Humbe, distr. da Huilla, prov. de Angola, Africa Occidental.

Mufuma. Pov. do sobado de Bango a Quitamba, freg. de S. Joaquim, 8.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola. || Pov. do sobado de Cabanga Cambango, na freg. de S. Joaquim, 2.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr de Loanda, prov. de Angola.

Mufuque. Pov. do sobado de Queta, na freg.

de S. Joaquim, 6.ª div. do conc. de Golungo Alto. distr. de Loanda, prov. de Angola.

Mu Ganguella. Territorio do distr. de Benguella, na prov. d'Angola. E' povoado por uma tribu de negros chamados *muganguellas*, que são ferozes. Fabricam pannos da casca d'uma arvore chamada *mulemba*, e com elles se cobrem. Atiram admiravelmente á frécha e vivem á custa dos povos visinhos, cujas terras invadem e saqueiam de quando em quando.

Muge. Villa e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Extremadura, conc. de Salvaterra de Magos, com. de Benavente, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 664 fog. e 3:776 hab. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. permutando malas com Vallada, medico, pharmacia, est. de caminho de ferro, na linha de Vendas Novas, entre a de Marinhaes e o apeadeiro de Morgado. A villa dista 11 k. da séde do conc. e está situada em terreno plano, proximo da margem esquerda do rio Tejo e da ribeira de Muge, na estrada de Almeirim a Salvaterra. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 2, com a séde em Lisboa. A mitra apresentava o prior, que tinha 800$000 réis de rendimento annual. A pov. é muito antiga, pois já existia no tempo dos moiros, que a abandonaram em 1147, quando perderam Santarem. Os monges d'Alcobaça, que fôram os primeiros senhores d'esta villa, a mandaram povoar, pelos annos de 1200; mas tanto eram os tributos que impuzeram á pov., que pouca gente veiu habital-a. El-rei D. Diniz, obtendo-a por troca, a povoou, dando-lhe foral, em Santarem, a 6 de dezembro de 1304. O mesmo soberano lhe deu novo foral, confirmando o antigo e augmentando-lhe os privilegios, em Lisboa, a 6 de setembro de 1307. Fôram senhores d'esta villa os duques de Cadaval, que construiram ali um bom palacio e quinta. A esta villa chamava-se antigamente *Muja*, e tambem *Porto de Mugem*, diz-se que em razão dos muitos peixes d'este nome que se pescavam em frente da villa. O terreno é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz. || Ribeira do distr. de Portalegre. E' formada por varias ribeiras que descem de Fonte de Sôr e de Ulme, e vae desaguar no Tejo, defronte do Mouchão dos Silveiras, proximo da villa de Muge, com 70 k. de curso.

Mugedeira. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Turcifal, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Mugeirães. Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Mugem. V. *Muge*.

Mugnete. Terras situadas a cêrca de 5 k. do litoral da bahia de Pemba, na parte firme do antigo distr. de Cabo Delgado, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Foi n'ellas que se estabeleceu a 8 de dezembro de 1857 uma colonia mandada expressamente do reino para povoar com gente branca aquelle ponto da costa do continente africano.

Muguengue. Pov. do sobado de N'Donde-iá-Quirima, conc. do Ambaca, distr. de Loanda, provincia de Angola. Pertence á 9.ª divisão.

Muguvola. Pov. na freg. de S. Luiz Gonzaga, no conc. de Angoche, distr. e prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Muhebi. Pov. da 7.ª div. (Pedras) do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Muhembege. Pov. do sobado de Cabanga Cacalunga, na freg. de S. Joaquim, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Muhia. V. *Villa Nova de Muhia*.

Muhivango. Pov. do sobado de Cáfontuca, na div. e conc. do Humbe, distr. da Huilla, prov. de Angola, Africa Occidental.

Muholo. Pov. da 3.ª div. (Mahaballa) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Muhango. Pov. da 6.ª div. do conc. de Ambaca, no distr. de Loanda, prov. de Angola.

Muhunga. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, na 3.ª div. (Cahuge) do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Muhia. Pov. do sobado de Bango A'Nambôa, na freg. de S. Joaquim, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do sobado de Cabanga Cacalunga, na freg. do S. Joaquim, 3.ª div. do Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Muiavongo. Pov. do sobado de Mahama, na 3.ª div. e conc. do Humbe, distr. de Huilla, prov. de Angola, Africa Occidental.

Muige-á-quixi. Pov. do sobado de Caculo Cazongo, na freg. de N. S.ª da Conceição, 12.ª div. Caculo Cazongo) do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Muigi Cagia. Pov. da freg. de N. S.ª da Victoria, na 2.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Muillo. Pov. do sobado de Mussengue a Cabanga Canzenza, na freg. de S. Joaquim, 5.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Muinga M'Binda. Pov. do sobado de Pangala, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Muingi. Pov. da freg. de S. José, na 3.ª div. de Quinzenza, conc. de Calumba, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Muingo. Pov. do sobado de Unze, no caminho do Zombo, conc. do S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola. || Pov. do sobado de Tanda, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, no caminho do Zombo. || Pov. do sobado de Lué, no referido conc., distr. e prov. || Pov. do sobado de Banza Puto, idem, idem, idem. || Pov. do sobado de Luando, idem, idem, idem. || Pov. da região de Pangaia, idem, idem, idem. || Pov. do sobado de M'Pango, idem, idem, idem. || Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo. || Pov. do sobado de Quimalo, no referido conc., distr. e prov. || Pov. do sobado de Vimpi, idem, idem, idem. || Pov. do sobado de Vuenga, idem, idem, idem.

Muinhas. Territorio de negros do sertão da Africa Occidental, na margem direita do Cunene, e separado por este rio das terras dos ovapamgares e ovoyares.

Muinza. Pov. da 1.ª div. do conc. de Cazengo, no distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do sobado do mesmo nome, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 8.ª divisão.

Muira. Nome d'um affluente da margem direi

ta do Zambeze, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Muita. Pequeno rio da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Corre ao NO, nas terras Marambo, e junta as suas aguas ás do Rucuzusi, que se lança no Aruangoa do Norte.

Mujães. Pov. e freg. de Santa Maria Maior, da prov. do Minho, conc., com. e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 198 fog. e 890 hab. Tem caixa postal. A pov. dista 12 k. da séde do conc.. A Casa de Bragança apresentava o abbade, que tinha 260$000 réis de rendimento. E' terra fertil. Cria muito gado e nos seus montes ha muita caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. N'esta freg. existe um bello cruzeiro de granito, em estylo da Renascença. Este cruzeiro ergue-se no logar de Mamua, que talvez seja corrupção de Mamôa, dando n'este caso a entender que n'outro tempo houve ali algum monumento prehistorico, no local onde se vê hoje o symbolo do Christianismo. As inscripções, que se lêem na base do cruzeiro, indicam o motivo da sua sagração: Mandou-o construir, em honra do Senhor Jesus do Triumpho, no anno de 1745, Manuel Rodrigues Bispo, junto d'uma sua propriedade, que pertence actualmente a Manuel Joaquim da Cunha Lima. O cruzeiro está voltado para o Occidente. Na face Sul do pedestal tem inscripto sobre uma oval ornamentada: *O SJesu do Triumfo*, e na face norte, com egual ornamento: *Mandou fazer M.el Roiz Bispo, 1754 A.* A face principal do pedestal tem esculpturados os symbolos dos diversos martyrios de Christo; a face superior é sómente ornamentada.

Mujenga ou **Moguenga.** Pov. do distr. e prov. de Moçambique, Africa Oriental, nas terras dos namarraes. A 19 e 20 de outubro de 1896 fôram ali travados uns combates, sob o commando do major Mousinho d'Albuquerque, contra os namarraes rebeldes á nossa soberania. Tomaram parte n'elles forças de cavallaria n.º 4, de caçadores n.º 4 e outras, que por muitas horas sustentaram um fogo vivissimo com os negros embuscados no matto. O major Mousinho d'Albuquerque e o seu ajudante Rocha ficaram feridos ligeiramente; morreu o sargento Aboim de caçadores n.º 5, e tambem ficaram feridos 19 soldados europeus e 14 indigenas. Por sua banda, os rebeldes tiveram baixas tão consideraveis que pouco depois o capitão-mór Hequi Matibane e dois regulos de Fernão Velloso se apressaram a submetter-se.

Muji-Ambanze. Pov. do sobado de Bombo, na freg. de S. José de Cabiri, 6.ª div. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Muji-Olaia. Pov. da freg. de S. José, na 2.ª div. do Tombo, conc. de Calumbo, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Mujoeira. Pov. na freg. de Santa Maria, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Mula. Femea do gado muar. Este gado tem caracter, habito e costumes que muito se assemelham aos das especies cavallares e asinino, de que derivam e de que são uma mescla ou producto hybrido, geralmente infecundo. Os individuos de cada sexo distinguem-se pelos nomes de *macho* e *mula*, applicando-se o primeiro aos machos propriamente ditos, e o segundo ás femeas. Os muares de eguas e burros chamam-se *eguariços*, embora raras vezes se lhes dê esta designação especial; os filhos de burras e cavallos conhecem-se por *asneiros*, e antigamente se designavam por *mulatos. (V. este nome).* Os *eguariços* são incomparavelmente superiores, e em muito maior numero. Em egualdade de circumstancias e de procedencia, a mula é preferivel ao macho, tendo por isso um valor muito mais subido. Com respeito á historia e utilidade do gado muar, diz Silvestre Lima: «Data, decerto, de uma epoca posterior á domesticação do cavallo e do jumento, senão a producção das muares, sua applicação ao serviço da sociedade humana. Fala já a Biblia d'ellas no capitulo XXXIV do Genesis. Cita-as Homero no tempo da guerra de Troya, Herodoto na expedição de Cyrus á Babylonia. E em tempos mais posteriores, os cartaginezes, antes das guerras punicas, tiravam das ilhas Baleares grande numero de muares; e no dizer de Diodoro eram estas ilhas afamadissimas como productoras de mús de grande corpo e consideravel força. Hoje é ainda d'ahi, como da Hespanha fronteira e do litoral oceanico do meio dia da França, logares por onde se emprega mais o grande jumento mulateiro (*Equus asinus europeus*, de Sanson) que se produzem as melhores e mais encorporadas muares da Europa. Rija, sobria e de um temperamento e pulmão a geito de affrontar o calor mais intenso dos paizes meridionaes, a besta muar é para estes paiz a melhor besta de tiro e de lavoura, resistindo aqui a trabalhos que fariam offegar de prompto e estafariam o mais reforçado cavallo; como é pela sua unha de onagro e mais formas asininas a melhor besta de carga, em caminhos de má trilha, asperos e declivosos. Isto explica o grande valor que em todos os tempos tem tido o gado muar nos paizes meridionaes da Europa, especialmente na Hespanha, apezar de tantas leis promulgadas para obstar ou restringir a sua producção, e que nunca colheram o fim proposto, porque protestavam contra seus dictames os interesses economicos e vantagens zootechnicas de semelhante gado.» E' com effeito assim. As muares, pelas suas aptidões e sobriedade, foram e são ainda hoje criadas com todo o desvelo, sobre tudo porque se tem a certeza de que em pouco tempo renderão verbas remuneradoras ou prestarão serviços valiosos que recompensam á larga a sua rapida creação. Os fidalgos, os prelados, os abbades, seculares e regulares, e outras pessoas privilegiadas, fôram os primeiros a quem os nossos antigos reis concederam a *faculdade de andarem montados em bestas muares, com freios e sellas.* Para andarem montados em cavallos ou eguas, não precisavam de licença. Era prohibido ás outras classes crearem ou montarem bestas muares, para obrigal-os a crearem cavallos para o exercito. O alvará regio de 25 de fevereiro de 1461 outorgou, e confirmou, o privilegio e liberdade que tinham os vereadores e homens e bons da cidade de Lisboa, de poderem cavalgar bestas muares, *sem embarguo da hordenaçom que ora novamente fezemos*, e que do mesmo privilegio e liberdade gozassem o escrivão da camara, vedor das obras, aposentadores da cidade e mester, e o escrivão da dita aposentadoria. (V. *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, vol. I, pag. 327). Esta prohibição era tão antiga como a monarchia. Filippe II foi quem, nas

côrtes reunidas em Thomar em 1581, decidiu que cada um tivesse, creasse e montasse a cavalgadura que melhor lhe conviesse.

Mulalla. Pov. do sobado de Muquichi Aquinano, na freg. de S. Joaquim, 2.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Mulata. Ribeira da ilha do Fogo, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Fica na costa N da ilha.

Mulato Cria, filho de burro e egua, ou de burra e cavallo. Os lavradores só podiam crear cavallos e eguas para o exercito, e para illudirem a lei iam a Hespanha comprar *mulatos* de seis mezes a um anno. D. João III, em 1538, determinou, que *nenhuma pessoa d'entre Douro e Minho*, (que era onde havia mais bestas muares) *pudesse crear mais do que um mulato, para seu serviço, sob pena de um anno de degredo, para um dos pontos fóra da sua comarca, e do perdimento dos mulatos que creasse, metade para quem o accusasse e a outra para a camara de sua majestade.* As côrtes de Thomar, de 1581, revogaram esta lei, ficando cada um no direito de criar quantos *mulatos* quizesse.

Mulaza. Rio do territorio dos Dembos, distr. de Loanda, prov. de Angola. E' tributario do Lefua, que é um affluente do Dande.

Mulella. Pov. na freg. de S. Clemente, de Silvares, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Mulem Pov. do conc. de Quepem, no distr. e arceb. de Gôa, India.

Mulemba. Pov. do sobado de Salla Quimbo, na freg. de S. Joaquim, 2.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do sobado de Salla Cabanga, na mesma freg., div., conc., distr. e prov. || Pov. da 1.ª div. do conc. de Cazengo, no mesmo distr. e prov. || Pov. do sobado de N'Dondo iá Quirima, no conc. de Ambaca, do mesmo distr. e prov. Pertence á 9.ª divisão.

Mulenga. Pov. na freg. de S. José, na 2.ª div. do Tombo, conc. de Calumbo, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do sobado do mesmo nome, no conc. de Ambaca, do mesmo distr. e prov. Pertence á 9.ª divisão.

Muleta Em heraldica dá se este nome a uma peça do feitio de estrella, que tem o centro aberto, e que se desenha nos brazões da côr apropriada ás regras heraldicas.

Mulgão. Pov. do conc. de Sanquelim, no distr. e arceb. de Gôa, India. Tem escolas.

Mulhão. Pov. na freg. de S. Miguel, de Coimbrão, conc. e distr. de Leiria.

Mulher Boa. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de V. N. de Muhia, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Mulher Morta. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Mulinge. Rio do distr. de Téte, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Nasce nas terras Munhaes e junta as suas aguas ás do Naque, que é um affluente da margem direita do Zambeze.

Muller *(João Guilherme Christiano)*. Allemão, que passou grande parte da sua vida em Portugal, onde exerceu cargos importantes, por isso o incluimos n'este nosso trabalho. N. em Goettingen, na Allemanha, a 12 de maio de 1752, fal. em Lisboa a 15 de outubro de 1814. Cursou na sua terra natal os estudos de humanidades, de linguas orientaes e de theologia, e seguindo a carreira ecclesiastica lutherana, saiu para Lisboa em 1772 para ser ministro ou pastor protestante da capella da legação hollandeza em Portugal. Affeiçoou-se vivamente ao nosso paiz, tornou-se perfeitamente senhor da nossa lingua, estudou a fundo a nossa historia e a nossa litteratura, e em 1790, depois de 18 annos de residencia em Portugal, passou para o serviço do governo portuguez, recebendo por decreto de 29 de dezembro d'esse mesmo anno uma pensão annual de 800$000 réis como traductor de linguas estrangeiras na repartição do Almirantado; mas era certo que não podia dar um passo em qualquer carreira em Portugal, sem abjurar o lutheranismo. Reconhecendo isso mesmo, Muller, a 24 de novembro de 1791 abjurou a sua fé, e entrou no gremio do catholicismo. Recebeu então a graduação de capitão de fragata como traductor no Almirantado, e foi successivamente nomeado deputado da Mesa da Commissão Geral sobre o exame e censura dos livros, censor regio do Desembargo do Paço, e quando se fez uma reforma na organisação da Imprensa régia, foi nomeado um dos segundos directores. Em 1787, antes de ser naturalisado, fôra eleito socio supranumerario da Academia Real das Sciencias, passou a ser socio effectivo logo depois da sua conversão, e não tardou a ser eleito secretario da Academia e director de classe. Na qualidade de secretario pronunciou nas sessões publicas de 24 de junho de 1810 e de 24 de junho de 1812 discursos historicos muitissimo interessantes, um dos quaes encerra o elogio do duque de Lafões. Esses discursos, escriptos aliás n'um estylo empolado, mas cheios de importantes informações fôram insertos no tomo III das *Memorias da Academia*. Antes d'isso publicára em 1809, imprimindo a provavelmente em Hamburgo, uma *Memoria sobre a litteratura portugueza, traduzida do inglez com notas illustradoras do texto*, que é simplesmente a traducção de um artigo do poeta inglez Roberto Southey, que apparecera em Londres na *Quarterly Review* de maio de 1809. João Guilherme Christiano Muller foi tambem encarregado por varias vezes de commissões importantes. O seu *Elogio historico* foi pronunciado por Francisco Manuel Trigoso em sessão publica da Academia Real das Sciencias. Nada mais deixou impresso do que a obra que já mencionámos, mas parece que deixou muitos manuscriptos portuguezes e allemães, contando se entre estes ultimos um *Commentario dos Lusiadas*.

Muloge. Pov. do sobado de Quilombo, na freg. de S. Joaquim, 4.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Mulombo. Pov. da 3.ª div. do conc. de Barra do Dande, no distr. de Loanda, prov. de Angola.

Mulondo. Territorio de negros situado entre o paiz dos munhumbos e o rio Cunene, no distr. de Mossamedes, prov. de Angola. Fica no itinerario moderno dos viajantes portuguezes, que vão de Mossamedes ao Mocusso.

Mululo. Pov. do sobado de Mussengue a Cabanga Canzenza, na freg. de S. Joaquim, 5.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Mulundo. Pov. do sobado de Quionzo, na freg. de N. S.ª da Conceição, 11.ª div. (Quionzo) do

conc. de Muxima, distr. de Loanda, provincia de Angola, Africa Occidental.

Mulundo-ua-Halla. Pov. da 3.ª div. do conc. da Barra de Bengo, no distr. de Loanda, prov de Angola, Africa Occidental.

Mulunga. Pov. da div. de Musserra, conc. de Ambrizete, distr. do Congo, prov. de Angola.

Mulungo. Pov. da 4.ª div. (Lungue) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. da 3.ª div. (Mahaballa) do mesmo conc, distr. e provincia.

Mumbolo. Pov. da freg. de N. S.ª da Victoria, na 3.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. da freg. de S. José, na 4.ª div. de Quilendo, conc. de Calumbo, do mesmo distr. e provincia.

Muna. Pov. na freg. de S. Thiago de Bésteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. Tem correio com serviço de posta rural.

Munamo. Pequeno rio do distr. e prov. de Moçambique, Africa Oriental. Corre nas terras firmes do distr. e vae desaguar ao N da bahia de Mocambo.

Munção. Pov. na freg de S. Miguel, de Perre, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Munda. Vasta serrania do interior do distr. de Mossamedes, na prov. de Angola. Fica a mais de 220 k. do Atlantico, entre a Huilla e Quillengues, e tem cêrca de 70 k. de extensão. Dos seus contrafortes descem muitos rios, entre elles o Carumjumba, e varios affluentes do Caculovar e do Cunene. Communica com a serra da Neve, e estende-se pelo territorio dos munhanecas e pelo Quipungo.

Mundão. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Alta, conc., com., distr. e bisp. de Vizeu; 191 fog. e 807 hab. Tem esc. d'ambos os sexos e est. post. A pov. dista 5 k. da séde do conc. A mitra apresentava annualmente o cura, que tinha 40$000 réis de congrua e o pé d'altar. Esta freg. foi creada em 1510. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recru. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. || Pov. da freg. de Santa Eulalia, de Gondoriz, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Munene. Vasto territorio administrado pela Companhia de Moçambique, na região de Vumba, antigo distr. de Sena, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem minas de ouro e est. telegraphica.

Munenga. Pov. da 3.ª div. (Mahaballa) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. da 7.ª div. (Pedras) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. da 4.ª div. (Lungue) do mesmo conc., distr. e provincia.

Mungari. Séde da circumscripção do Barué, nos territorios administrados pela Companhia de Moçambique, Africa Oriental.

Mung'eng'e. Pov. da freg. de S. José, na 3.ª div de Quiuzenza, conc. de Calumbo, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. da freg. de S. José, 2.ª div. do Tombo, do mesmo conc, distr. e provincia.

Mungo. Pov. do Rio Bidise, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. || Pov. do sobado de Bango a Quitamba, na freg. de S. Joaquim, 8.ª div. do conc. de Goluugo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola.

Mungollo. Pov. da 6.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Mungongo. Pov. da 3.ª div. (Mahaballa) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Munguengue. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, na 7.ª div. (Calombas) do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do sobado de N'Golome, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola. Pertence á 9.ª div. || Pov. do sobado de Cabari, do mesmo conc, distr. e prov. Pertence á 7.ª divisão.

Munhaes. Região do interior da prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' limitada ao N pelo distr. de Tete, a O pelo sertão de Abutna, ao S pelas terras de Changamira, e a E pelos antigos districtos de Sena e Sofala. E' muito montanhosa, e pertenceu ao imperio do Monomotapa.

Munhambongo Lagôa das terras de Chicualla Cualla, no distr. de Inhambane, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Munhimbua. Territorio dependente do antigo prazo Boror, no dist. da Zambezia, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem grandes mattas que produzem excellente madeira de construcção e tinturaria; pedreiras, marfim. Bosques em que abundam os elephantes. O terreno é fertil.

Munhino. Pov. do conc. da Humpata, no distr. da Huilla, prov. de Angola.

Munhivanda. Pov. do Sobado de Mutano, na div. e conc. do Humbe, distr. da Huilla, prov. de Angola, Africa Occidental.

Munhona. Rio do distr. de Benguella, na prov. de Angola. Nasce nas terras dos gangu llas e é tributario da margem direita do Cubango.

Municipio. A extensão territorial, em que a camara exerce a sua administração. Os romanos, tornados dominadores da Peninsula hispanica, a dividiram em provincias, e estas em chancellarias. As cidades, ou eram *colonias* ou *municipios*. *Colonias* eram aquellas que tinham sido fundadas por tropas ou familias romanas, ou por ellas habitadas. Gozavam de grandes privilegios, e eram como uma representação da cidade de Roma. Governavam-se pelas leis romanas, e os seus habitantes eram, para todos os effeitos, reputados cidadãos romanos. *Municipios* eram os que se governavam por suas proprias leis, mas nem todos tinham os mesmos privilegios e regalias. Os mais privilegiados eram os *municipios do antigo direito latino*, que em todos os casos eram considerados como moradores de Roma, podendo exercer todos os cargos civis, militares e ecclesiasticos. Sertorio, proscripto por Sylla, fazia guerra, na Africa, aos romanos, e os lusitanos lhe mandaram pedir que fôsse seu chefe, o que elle acceitou, vindo para a Lusitania, e estabelecendo o seu quartel general em Evora, que transformou em praça de guerra. Sertorio não era só um bravo guerreiro, mas tambem um homem de grande intelligencia e prudente legislador. Foi elle quem introduziu na Lusitania a legislação romana e muitos dos seus usos e costumes, algumas das suas festas publicas, concorrendo tambem muito para que se propagasse a sua religião, construindo alguns templos, dedicados ás divindades mythologicas. Foi ainda Sertorio que creou os municipios na Lusitania, cuja instituição com mais ou menos modificações, adoptaram os gôdos, depois os nossos monarchas.

Nem todos os municipios tinham a mesma organisação, faculdades e attribuições; por isso Alexandre Herculano os dividiu em 3 classes, designando os: *rudimentares*, *imperfeitos* e *perfeitos*, subdividindo ainda as duas ultimas classes, segundo as suas respectivas jurisdicções e autoridade. Os municipios, ou concelhos, *rudimentares* tinham governador militar e administrativo, e era preciso o consentimento dos municipes para a sua eleição; porém o *juiz do districto* e os *mórdomos do fisco* decidiam as questões juridicas e financeiras. Os *imperfeitos* comprehendiam 6 fórmulas: 1.ª Similhante aos concelhos rudimentares, mas não tinham juiz do districto, nem mórdomo do fisco. Tinham um juiz especial, com jurisdicção sobre o concelho, e era nomeado pelo rei; 2.ª Em logar de *juiz*, tinha o concelho *homens bons*, que eram uma especie de juizes arbitros. Escolhiam se as pessoas mais notaveis do concelho para estes empregos; 3.ª Em logar de *mórdomo do fisco*, para varios concelhos, havia um especial para cada um. Era electivo; 4.ª Eram os *burgos*. Os povos que os habitavam, não eram *colonos*, mas *burguezes*. O tributo não recaia sobre as propriedades rusticas, porém sómente sobre as urbanas. As suas garantias municipaes eram muitas vezes inferiores ás dos concelhos imperfeitos; 5.ª Os *cavalleiros vilãos* estavam ligados ao municipio, tinham ali entrada e muita consideração. As suas obrigações limitavam-se a prestarem serviços pessoaes, durante a paz, e a irem á guerra, montados nos seus cavallos. Não pagavam tributos. O serviço pessoal a que estavam obrigados, era trabalhar gratuitamente nos castellos e edificios do estado, dirigindo (a cavallo) os trabalhadores; mas se queriam ficar isentos d'esta obrigação, pagavam o *morabitino de maio;* 6.ª e ultima formula; Não havia cavalleiros villãos. Os *concelhos perfeitos* comprehendiam 4 fórmulas: 1.ª Servia de typo o foral de Santarem. O *alcaide-mór* era o chefe supremo da povoação, e representava o rei, como chefe juridico, administrativo e militar. Era de nomeação regia, porém muitas vezes era apenas um titulo honorifico, e o officio era exercido por um *alcaide-menor*. Muitas povoações do Alemtejo tinham esta fórmula de governo municipal. Taes eram: Evora-Monte, Villa Viçosa, Extremoz, Beja e outras; 2.ª Tinham por typo o foral de Salamanca, pelo qual se modelaram os da Beira Baixa. N'estes apparecem-nos *o senhor*, chefe militar, e *o juiz*, representante do poder central. O chefe militar era representado pelo *rico homem*, chefe do districto, que não intervinha no governo interno. Commandava as tropas do municipio, e por excepção, e na falta do *senhor*, nomeava o juiz um alcaide-mór, que tinha, provisoriamente, as attribuições do *senhor;* 3.ª Serviu-lhes de modêlo o foral d'Avila, e a esta classe pertencem os foraes de varias povoações do Alemtejo e das duas Beiras. Estes municipios tinham um alcaide, sempre com menores attribuições do que as dos senhores, e era escolhido d'entre os membros do municipio; 4.ª Eram os que tinham *regimentos* e organisações especiaes, não seguindo nenhuma das formulas antecedentemente designadas, ou adoptando de cada um dos outros municipios as que lhes pareciam mais proprias para o seu regimen. Os poderes e attribuições das nossas antigas camaras eram muito mais amplos do que as das actuaes, porque os nossos reis, principalmente até D. João III, achando sempre nos concelhos alliados naturaes contra os absurdos poderes e desmedida ambição dos grandes, lhes fôram ampliando os antigos direitos e privilegios, e concedendo-lhes novos. Se em muitas conjuncturas os fidalgos portuguezes fizeram relevantissimos serviços á patria, offerecendo generosamente as suas fazendas, os seus vassalos e as suas vidas, é innegavel que as *lanças dos concelhos* sempre se viam ao lado do rei, pugnando pela independencia de Portugal, e fôram sempre os que mais soffreram com o resultado das guerras. Se muitos dos fidalgos portuguezes deixaram um nome glorioso pelos relevantes serviços prestados ao rei e á patria, conquistando palmo a palmo o solo de Portugal, se nobres e decididos patriotas fôram quasi todos os chefes das nossas descobertas e conquistas na Africa, Asia, America e Oceania, nenhuma das suas acções obraram sem o concurso poderoso e provada dedicação do povo portuguez. Se nas occasiões de maior perigo, como em 1383, 1580 e 1640, e durante os 5 annos da Guerra Peninsular, muitos fidalgos tomaram o partido da patria, tambem muitos se bandearam com os seus oppressores, tornando-se nossos implacaveis inimigos. Mas o povo portuguez, a gente dos municipios, o *terceiro estado*, viu-se sempre inabalavelmente dedicado ao serviço da patria, reunindo-se com sincero enthusiasmo em volta da bandeira das quinas lusitanas. O marquez de Pombal deu ás camaras municipaes nova organisação e attribuições.

Munjão. Pov. na freg. de Santa Maria Maior e concelho de Goes, districto de Coimbra.

Muonzo. Ha povoações d'este nome nos sobados de Canda do Mendes, de Vunda de Bequeça, de Sesso á Quinvangi, de Cauda de Quididi, de Vunda de Cabonda, de Cunda do Menda, de Mama Quiria Mandelle, de Gola N'Bande de Quivangi, de Canda de Quimbangi, todas na div do Amaral, conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. de Angola. Tambem ha povoações d'este nome nos sobados de Muizoza da Camama, de Vunda do Quixima, de Vunda de Prata, de Vunda de Zambella, e de Canda de Calucа, todas na div. de Muenga á Quanza, no conc. de Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. d'Angola. ‖ Rio do distr. de Loanda. Corre ao S do conc. do Duque de Bragança, e entra pela margem esquerda do rio Lucalla, affluente do Cuanza.

Muonzo de Cima. Pov. do sobado de Vunda de Cagiza, conc. do Duque de Bragança, div. do Amaral, districto da Lunda, provincia d'Angola, Africa Occidental.

Mupa da Anha. Pov. do sobado do mesmo nome, no commando militar da Anha, concelho de Caconda, districto de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Mupango. Pov. da freg. de S. José de Cabiri, na 1.ª div. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. d'Angola.

Mupelle Pov. do sobado de N'Dangi, no concelho d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola. Pertence á 8.ª divisão.

Mupupo. Pov. da 8.ª div. (Botte) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Muquella Quilundo. Sobado da 2.ª div. do conc. de Cambambe, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Muquengengue. Pov. do sobado de Mutano. na div. e conc. do Humbe, distr. da Huilla, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Muqueso. Pov. do sobado de Quilombo, na freg. de S. Joaquim, 4.ª div. do conc. de Golungo Alto, districto de Loanda, provincia d'Angola, Africa Occidental.

Muqueso. Pov. do sobado de Mussungo Aposse, na freg. de S. Joaquim, 2.ª div. do concelho de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Mura. Antiga medida da India Portugueza correspondente a 735 litros.

Murada. Pov. na freg. de S. Paio, de Perelhal, concelho de Barcellos, districto de Braga

Murado. Pov. na freg. de S Martinho, de Mozellos, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Murão. Pov. na freg. de S. Pedro, de Cerva, conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real.

Murça *(Fr. Diogo de)*. Reitor da Universidade de Coimbra, para que foi nomeado a 5 de novembro de 1543. No tempo d'este reitor unificou-se o governo e disciplina de todas as faculdades, reunindo-se nos paços reaes todas as aulas, que até então estavam divididas, umas nos paços, outras no mosteiro de Santa Cruz. Realisou-se isto por accôrdo entre o reitor da Universidade e o reformador d'aquelle mosteiro, Fr. Braz de Braga, ambos monges de S. Jeronymo, com annuencia e confirmação d'el-rei D. João III, que ordenou que assim se fizesse, por carta de 22 de outubro de 1544. Sendo elle reitor, foi a Universidade visitada pelo referido monarcha, a rainha D. Catharina, o principe D. João e a infanta D. Maria, que estiveram ali em outubro, de 1550.

Murça *(D. João José Maria de Mello Abreu Soares de Vasconcellos Brito Barbosa e Palha, 3.º conde de)*. Cavalleiro das ordens de Nossa Senhora da Conceição e de Malta, capitão do extincto batalhão de guardas nacionaes, administrador de varios morgados, etc. N. a 30 de agosto de 1821, fal. a 10 de julho de 1869. Era filho do 1.º conde de Murça, D. Miguel Antonio de Mello, e da condessa sua mulher, D. Maria José d'Albuquerque. Herdou o titulo por morte do seu irmão mais velho, D. José Maria de Mello, por não ter descendencia. Casou em 21 de maio de 1865 com D. Anna de Sousa Coutinho Monteiro Paim, filha dos 1.ºˢ marquezes de Santa Iria, D. Luiz Roque de Sousa Coutinho Monteiro Paim e D. Marianna Vicencia de Sousa Holstein. O titulo de conde foi-lhe renovado por decreto de 29 de março de 1859.

Murça *(D. José Maria de Mello Abreu Soares de Brito Barbosa Palha Vasconcellos Guedes, 2.º conde de)*. Fidalgo da Casa Real. N. a 4 de setembro de 1817; ignora-se a data do fallecimento. Era filho dos 1.ºˢ condes de Murça, D. Miguel Antonio de Mello e D. Maria José d'Albuquerque. Herdou a casa de seu pae, que falleceu em 1836, e n'esse mesmo anno, por decreto de 1 de outubro, lhe foi renovado o titulo. Casou em 21 de junho de 1837 com D. Helena Maria da Piedade de Lencastre, filha dos 4.ºˢ marquezes d'Abrantes, D. José Maria da Piedade de Lencastre e D. Helena do Santissimo Sacramento de Vasconcellos e Sousa.

Murça *(D. Marianna das Dôres de Mello, condessa de Sabugosa e 4.ª condessa de)*. Dama camarista de sua magestade a rainha senhora D. Amelia. N. a 26 de abril de 1856, sendo filha do 3.º conde de Murça, D. João José Maria de Mello, e da condessa sua mulher, D. Anna de Sousa Coutinho Monteiro Paim. Casou em 8 de janeiro de 1876 com o sr. conde de Sabugosa, Antonio Maria Vasco de Mello, filho dos 3.ºˢ marquezes d'este titulo, Antonio Maria José da Silva Cesar e Menezes e D. Maria do Carmo da Cunha Portugal e Menezes O titulo de condessa de Murça foi renovado pelo decreto de 1 de março de 1871.

Murça *(D. Miguel Antonio de Mello Abreu Soares de Brito Barbosa Palha Vasconcellos Guedes, 1.º conde de)*. Moço fidalgo com exercicio, commendador da ordem de Christo, par do reino, ministro de Estado, senhor de Murça, de Castro Daire, etc. N. a 25 de dezembro de 1766, fal. a 7 d'agosto de 1836. Foi nomeado governador geral de Angola em 1795, e exerceu esse cargo 5 annos. Durante a sua administração tratou de aformosear o palacio dos governadores, e mandou em 1798 construir em Columbo um forno de experiencia para o ferro de Golungo sob a direcção do degredado João Alves Maciel. Fôra substituir Manuel d'Almeida Vasconcellos, que depois foi visconde da Lapa, sendo em 1800 substituido por D. Fernando Antonio Soares de Noronha. Durante a guerra peninsular foi nomeado governador e capitão general dos Açôres. Um jornalista inglez, redactor da *Chronica Naval para o anno de 1813*, atacou os actos do seu governo, e D. Miguel Antonio de Mello saiu em defeza propria, escrevendo: *Resposta ao compilador e editor do jornal inglez intitulado «Chronica naval para o anno de 1813» sobre o que n'ella publicou em descredito do governador e capitão general que foi das ilhas dos Açôres, D. Miguel Antonio de Mello. Supplemento extraordinario ao Investigador portuguez em Inglaterra*, Londres, 1814. Em 1823, depois da restauração do poder absoluto, D. João VI, por decreto de 18 de junho, nomeou uma commissão para elaborar um projecto de Carta Constitucional, e dar assim satisfação á promessa que fizera depois da Villafrancada. D. Miguel Antonio de Mello foi nomeado membro d'essa commissão, e escreveu n'essa qualidade o *Projecto para a reforma da lei fundamental da monarchia portugueza, ajustado ao genio, caracter, fóros, usos e costumes da nação respectiva, com as unicas alterações e accrescentamentos que a diversidade dos tempos e das circumstancias persuadem necessarias, maiormente depois das grandes convulsões politicas, que a referida nação tem padecido entre os annos de 1820 e 1827*. Esta obra foi impressa em Paris sem nome de autor, e pelas datas que figuram no titulo, vê-se que a obra, se no fundo é o plano apresentado a D. João VI, foi comtudo modificada quando se imprimiu. Em 1825, D. João VI chamou D. Miguel Antonio de Mello ao ministerio, dando-lhe a pasta da fazenda, e nomeando-o presidente do real erario. Por decreto de 6 de fevereiro de 1826 foi elevado á dignidade de conde de Murça, e n'esse mesmo anno teve a nomeação de par do reino, fazendo parte da primeira camara dos pares que houve em Portugal. Foi tambem conselheiro do Conselho de Fazenda e

deputado do conselho da Casa e estado da rainha. Quando saiu do ministerio, afastou-se completamente da vida politica. O 1.º conde de Murça casou a 25 de outubro de 1815 com D. Maria José d'Albuquerque, sua sobrinha, filha de Domingos d'Albuquerque Coelho de Carvalho, moço fidalgo com exercicio, commendador da ordem de Christo, brigadeiro reformado, e de sua mulher D. Maria Antonia de Mello.

Murça. Villa da prov. de Traz-os-Montes, séde de conc. e de com., distr. de Villa Real, bisp. do Lamego, Relação do Porto. Tem uma só freg., cujo orago é Santa Maria. Está situada a E. do rio Tinhella, junto da serra de S. Thiago, na estrada de Mirandella a Villa Real. O cabido da collegiada de N. S.ª da Oliveira, de Guimarães, apresentava o reitor, que tinha 150$000 réis de rendimento. Sobre o rio Tinhella, a 1 k. da villa, construiu-se em 1872 uma ponte de pedra, que é uma das altas pontes, modernas, que existem no reino. A pov. é muito antiga, mas não se sabe quem foi o fundador, o que está averiguado é já existir em 753, no reinado de D. Affonso I, de Oviedo, sendo pov. de bastante importancia, porque n'esse anno o referido monarcha, acompanhado de seu irmão D. Frucia, a resgatou do poder dos moiros, restaurando ainda em 753 Chaves, Villa Real, Vizeu, Braga e outras povoações menores. D. Sancho II a povoou em 1224, dando-lhe então foral com muitos privilegios, em 8 de maio d'esse anno. D. Affonso III deu-lhe outro foral, confirmando o primeiro, em Santarem, a 10 de janeiro do 1268; D. Diniz concedeu-lhe terceiro foral, em Lisboa, a 18 de abril de 1304, e D. Manuel, foral novo, em Lisboa, a 4 de maio de 1512. Antigamente dava-se á villa o nome de *Murça de Panoyas*. Fôram senhores de Murça os Moreiras Limas, a quem os moradores pagavam, cada um, 2 ½ alqueires de centeio, ½ alqueire de trigo, um almude de vinho, e 54 réis em dinheiro. Luiz Guedes de Miranda e Lima, estribeiro-mór de D. João V, tinha o seu palacio na villa, e apresentava todos os officios da justiça. Os *dizimos* eram para o D. prior e cabido de Guimarães. Simões Guedes, governador do Porto e senhor de Murça, fundou aqui uma albergaria para agasalhar peregrinos pobres; porém, poucos annos depois, o mesmo Simões Guedes e o povo requereram á Sé Apostolica transformarem a albergaria em mosteiro de freiras benedictinas, o que conseguiram. Em 1587 é que vieram dar começo á communidade, duas freiras do convento de Vairão, senhoras da casa dos marquezes de Villa Real. Ao centro da praça da villa, em frente do edificio da camara municipal, vê se um mono de pedra, que tanto póde ser um porco, como um urso, hypopotamo ou elefante. E' a chamada *porca de Murça*. Segundo a lenda, eram no seculo VIII esta pov. e o seu termo assolados por grande quantidade de ursos e javalis. Os senhores da villa, ajudados pelo povo, tantas montarias fizeram, que ou extinguiram tão damninhas féras, ou as escorraçaram para muito longe. Mas entre esta multidão de quadrupedes havia uma porca, outros dizem uma ursa, que se tinha tornado o terror dos povos, pela sua monstruosa corpulencia, pela sua ferocidade, e por ser matreira, que nunca pôde ter sido morta pelos caçadores. Em 757 o senhor de Murça, cavalleiro de grandes forças e não menor coragem, decidiu se a matar a porca, e taes manhas empregou que o conseguiu, libertando a terra de tão incommodo hospede. Em memoria d'esta façanha construiu-se um monumento, alcunhado a *porca de Murça*, e os habitantes da terra comprometteram-se por si e seus successores, a darem ao *senhor*, em reconhecimento de tão grande beneficio, para elle e seus herdeiros, *até ao fim do mundo*, cada fogo 3 arrateis de cêra, annualmente, sendo pago este foro mesmo junto á *porca*. Ha quem julgue que a *porca de Murça* é o antigo pelourinho, mas é um perfeito engano, como affirma a revista *O Archeologo Português* (vol. de 1896, pag. 284), onde se lê que a porca não tem nada com o pelourinho. Monumentos da natureza d'estes datam dos tempos pre-romanos e relacionam-se com as idéas religiosas dos antigos habitantes da peninsula iberica, por cuja area, na região septentrional, se encontram bastantes monumentos similhantes, que os eruditos denominam *berrões*. O pelourinho é um monumento muito diverso, que ainda existe, tambem notavel e curioso. Tanto em Murça, como nos seus arrabaldes ha fontes, sendo uma d'ellas d'agua de excessiva frialdade, a que se dá o nome de *Fonte da Rainha*. Dizem que na casa da camara municipal de Murça existiu até 1834 um *freio*, que se punha ás mulheres de má lingua e aos calumniadores. A villa pertence á 6.ª div. mil., 11.ª brigada, grande circumscripção mil. N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, o serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. D.; advogado, notario, medico, pharmacias, hoteis, agente da companhia de seguros *A Equitativa dos Estados Unidos do Brazil*, bons edificios de construcção moderna, etc. Tambem são monumentos importantes a capella da Misericordia e a capella-mór do extincto convento. O clima é saudavel, a terra muito fertil em cereaes, castanha, feijão, azeite e vinho de boa qualidade. Tambem ha muita caça miuda, e lenha de que se faz carvão, quo se exporta para as povoações visinhas. O concelho de Murça compõe-se de 10 freguezias, com 1:447 fog. e 7:533 hab., sendo 3:623 do sexo masc. e 3:910 do fem., n'uma superficie de 17:885 hect. A villa dista 30 k. da séde do distr. As freguezias são: Santa Maria Magdalena, de Candedo, e S. Braz, de Sobreira, as duas reunidas, 1:419 habitantes: 721 do sexo masculino e 698 do feminino; S. Sebastião, de Carva, 398 habitantes: 199 do sexo masc. e 199 do fem.; N. S.ª da Purificação, de Fiolhoso, 786 hab.: 367 do sexo masc. 419 do fem.; Santo André, de Jou, 12:48 hab.: 581 do sexo masc. e 667 do fem.; N. S.ª da Annunciação, de Noura, 647 hab.: 331 do sexo masc. e 316 do fem.; Santa Maria, de Murça, 1:507 hab.: 698 do sexo masc. e 809 do fem.; S. Paulo, de Palheiros, 432 habitantes: 203 do sexo masculino e 229 do feminino; S. Gonçalo, do Vallongo, 601 habitantes: 288 do sexo masculino e 313 do fem., N. S.ª das Neves, de Villares, 495 hab.: 235 do sexo masc. e 260 do fem. No conc. de Murça ha minas de amianto (linho mineral), jacintos, antimonio, chumbo e ferro. O principal commercio é vinho, azeite e forragens.

|| Pov. e freg. de Santa Senhorinha, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de V. N. de Foz côa, distr. da Guarda, bisp. do Lamego; 78 fog. e 258 hab. Tem esc. do sexo fem. e caixa post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada entre dois cabeços. O chantre da sé de Lamego apresentava o cura, que tinha 24$000 réis o o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Murcella. Villa antiquissima da Beira Alta, hoje da prov. do Douro, que está hoje reduzida apenas a uma pequena aldeia, junto da ponte que atravessa o rio Alva, e que fica na estrada de Coimbra a Arganil. Ao pé da ponte ha muitos vestigios de lavras de minas de ouro, exploradas pelos romanos, e depois pelos moiros. N'esta ponte houve um encarniçado combate entre os francezes commandados por Massena, e os anglo-portuguezes do commando de Wellington em março de 1811. Foi o ultimo dos combates com que pretendeu o general francez disputar aos inimigos, cujas posições não pudera forçar em Torres Vedras, e diante das quaes fôra obrigado a fugir, primeiro a linha do Mondego depois a do Alva. Esses combates successivos fôram os do Pombal, Redinha, Condeixa, Foz de Arouce e Ponte de Murcella. O povo de Murcella, de sobre os alcantis que bordam as duas margens do rio Alva, arremessavam nuvens de penedos sobre os francezes, matando e ferindo tantos, que se diz que o sangue jacobino chegou a tingir a agua do rio. Os desgarrados, se caiam em poder das tropas, ficavam prisioneiros, mas se caiam nas mãos do povo, eram mortos irremissivelmente. Desde a villa de Redinha até á ponte de Murcella, ficaram as estradas juncadas de cadaveres francezes. Massena, apezar de ter recebido um reforço de 30:000 homens, perdeu todas as posições acima indicadas, e fugiu em debandada para Hespanha, onde chegou a 4 d'abril, perdendo na retirada, quasi sempre feita debaixo de fogo, grande parte das suas tropas. || Pov. na freg. de S. José, de Levegadas, conc. de Poiares distr. de Coimbra.

Murcellão. Pov. da freguezia de S. Martinho da Cortiça, concelho de Arganil, distr. de Coimbra.

Murches. Pov. na freg. de S. Vicente, de Alcabideche, concelho de Cascaes, distr. de Lisboa.

Murdá. Pov. da regedoria das Mercês, no concelho das Ilhas, districto de Gôa, na India.

Murder. Pequena angra situada ao N do cabo Roxo, na costa da Guiné, Africa Occidental. E' guarnecida de praia d'areia amarellada, e os inglezes déram lhe o nome de *Murder (assassino)* em memoria de terem encontrado n'ella o cadaver do capitão Skyring, que foi assassinado pelos indigenas, quando andava a estudar aquella região.

Muredo. Pov. da freg. de S. Nicolau, de Salsas, conc. e distr. de Bragança.

Murez. Ribeira do distr. de Evora. E' formada por duas ribeiras que nascem nas proximidades de Villa Fernando; tem pontes na estrada real de Villa Boim a Borba, e entra no rio Guadiana a N E de Juromenha, com 30 k. de curso.

Murgalhal Povoações nas freguezias: N. S.ª da Purificação e conc. de Oeiras, distr. de Lisboa. Fica na estrada de Barcarena a Caxias. Tem chafariz com duas bicas construido em 1820. || S. João Degolado, de Terrugem, conc. de Ciutra, do mesmo districto.

Murganheira. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Triana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || O Salvador, de Pinheiro, conc. d'Arganil, distr. do Coimbra.

Murganiças. Pov. na freg. de S. Miguel, de Coimbrão, conc. e distr. de Leiria.

Murgeira. Pov. na freg. de Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa. Tem caixa postal.

Muria. Pov. do sobado de Bango A'Nambôa, na freg. de S. Joaquim, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. do sobado de Cabauga Cacalunga, na freg. de S. Joaquim, 3.ª divisão, etc. || Rio da Africa Occidental. E' tributario do Lucalla, que é o affluente mais importante do Cuanza. Corre no conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, e vae desaguar na margem direita do Lucalla.

Muriabella. Pequeno rio do distr. de Mossamedes, na prov. d'Angola. Nasce na serra da Neve, banha o conc. da Huilla e junta as suas aguas ás do Molola-Ucbi uiga, que é um tributario do Caculovar.

Murias. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. de Traz-os-Montes, conc e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança; 99 fog. e 526 hab. Tem esc. do sexo fem. est. post. e uma mina de estanho no sitio de Pousadouro. A pov. dista 14 k. da séde do conc. e está situada a 6 k. da margem esquerda do rio Tuella. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10 com a séde em Mirandella.

Murigães. Pov. da freg. do Salvador, de Parada e Barbudo, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Muringi Pov. do sobado de Samba Lucalla, no conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. do Angola, Africa Occidental. Pertence á 8.ª divisão.

Muringi de Baixo. Pov. do sobado de Samba Lucalla, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. Pertence á 8.ª divisão.

Murjães. Pov. na freg. de S. Cosme de Gondomar, distr. do Porto.

Murmugão ou **Mormugão.** Foi n'outro tempo uma praça forte de grandissima importancia, na India portugueza. A linha de fortificação estendia-se em volta de quasi todo o morro que constitue a peninsula-promontorio de Murmugão, e ligava entre si os baluartes e baterias, de que se exceptuarmos uns dois baluartes mais resistentes, apenas hoje, aqui e ali, se vêem ruinas. O comprimento de todo o polygono fortificado não tinha menos de 5 k. Actualmente, de todo este comprimento de muralhas, ha sitios onde nem já as pedras restam. A praça de Murmugão começou a construir-se em 1624, no governo do 3.º conde da Vidigueira, D. Francisco da Gama, 18.º vice-rei da India. No governo do conde de Alvor, quando se temia o triumpho completo dos maratas, que ameaçavam tomar Gôa, quando o governador depoz o bastão de commando nas mãos de S. Francisco Xavier, entregando-lhe d'esta sorte o governo da India, resolveu se

transferir a capital para Murmugão. Esta transferencia nunca chegou a realisar-se definitivamente, embora, com esse intuito, se houvessem ali feito, desde 1685, algumas edificações, das quaes apenas hoje existe, bastante modificado, o palacio do vice-rei, sobre cuja porta de entrada se vê a imagem de S. Francisco Xavier. O vice rei Caetano de Mello e Castro foi, em 1703, viver para Murmugão, mas pouco se demorou ali, ou pela insalubridade do clima, ou pela insufficiencia das accommodações. Com a retirada do vice-rei, Murmugão ficou quasi deserto; a maior parte dos edificios, por acabar, começou a arruinar-se; o mar no seu lidar afanoso contra as cortinas e baluartes, foi pouco a pouco fazendo ruir as muralhas, que na sua queda arrastaram os canhões, alguns dos quaes ainda hoje ali pódem vêr-se, cobertos de ostras, jazendo sepultados por sob os montões de pedras da fortaleza. E assim se conservou por largos annos no abandono a inexpugnavel Murmugão, a antiga aldeia das perolas, sob a qual começou de pezar o labéo immerecido de terra insalubre. E' de crer que a injusta fama lhe viesse da má vontade d'aquelles que tinham interesses ligados á velha cidade de Gôa, e que não desejavam que a capital fôsse transferida para Murmugão. Esta transferencia não era vista com bons olhos por muita gente. Apesar de haver sido ordenada por cartas régias de 18 de dezembro de 1685, 18 de março de 1686, de 2 e 24 de março de 1689 e de 10 de janeiro e 13 de março de 1690, era todos os dias procrastinada, sob varios pretextos, não obstante as ordens que iam do reino para que fôsse levada a cabo. Novas cartas em 20 de março de 1692, 18 de maio de 1693 e 16 de maio de 1695, e outras que ordenavam que se continuassem as obras com presteza, nada conseguiram. D'estas e d'outras más vontades derivou talvez a immerecida reputação de insalubridade que se lhe attribuiu. Murmugão, onde antigamente se exerceu a pesca das perolas, é hoje um porto importante, o mais seguro e accessivel de toda a India, e testa da linha ferrea que serve a parte sul central da peninsula industanica. Faz parte do conc. de Salsete, o mais populoso de Gôa. E' séde d'um julgado municipal que comprehende as freguezias de Murmugão, Chicalim, Sancoale, S. Jacinto, Cortalim e Velsão. O orago da freg. de Murmugão é Santo André, que se venera n'uma egreja bastante antiga mas de uma grande banalidade artistica. O territorio da aldeia de Murmugão comprehende não só a peninsula-promontorio d'este nome, mas ainda o isthmo que liga a peninsula á terra firme e uma porção d'esta. Entre o promontorio e o outeiro dos Alparqueiros, que lhe fica a léste, deve vir a construir-se a projectada cidade de Vasco da Gama, que é hoje apenas um amontoado de casas e de barracas de *ólas*, onde vive muita gente, mas que está muito longe de constituir uma cidade. Murmugão tem bellas nascentes, sendo a *Fonte de ouro* e a *Fonte de prata* justamente afamadas pela pureza das suas aguas, que pódem classificar-se como as melhores de Gôa. Desde 1878 que se voltou a falar em Murmugão, quando no tratado de commercio e de extradição de 26 de dezembro d'esse anno, celebrado entre Portugal e a Inglaterra, se alludiu, n'uma das clausulas, á construcção d'um caminho de ferro, que, partindo do nosso porto, atravessasse o territorio de Gôa, e subindo os Gathes, fôsse entroncar com as linhas ferreas da India britannica em Hubli. O porto de Murmugão pelo seu facil accesso com todo o tempo, e pelas suas excellentes condições naturaes, prestava-se com effeito, melhor que nenhum outro da costa occidental da India, a ser testa d'uma importante rede ferro-viaria. Mas as negociações diplomaticas entre o nosso governo e o inglez levaram muito tempo antes que se assentasse na fórma pratica de levar a cabo um melhoramento que mesmo aos pessimistas se afigurava de grande vantagem para o estado da India. Foi assim que só em 18 d'abril de 1881 se assignou o contrato para a construcção da via ferrea e melhoramentos do porto de Murmugão. Constituiu-se depois a companhia *West of India Porguese Railway*, inglez e abreviadamente designada por W. I. P. Ry, que ficou encarregada da construcção da linha e porto e da sua exploração. Este tratado foi um desastre pelas suas onerosas clausulas. Para obviar a tão grave mal, propuzeram-se varios alvitres, insistindo-se, porém, sempre desde 1895, na solução de se entregar a exploração da nossa linha á *Companhia Southern Maharatta Railway*, cujas linhas se ligavam á nossa na fronteira portugueza, a 3 milhas da estação de Castle Rock. Esta idéa levou alguns annos a resolver, e só em 21 d'agosto de 1902 é que se conseguiu lavrar o accordo que entregou a exploração da nossa via ferrea á S. M. Ry., que hoje a explora, e que tem feito augmentar consideravelmente a receita liquida do nosso caminho de ferro. A linha ferrea de Murmugão não trouxe á nossa India a prosperidade que muitos julgavam. A extensão total da via ferrea é de 82 k., desde Murmugão até á fronteira portugueza; tem as seguintes estações: Murmugão, Vasco da Gama, Dabolim, Cansaulim, Majordá, Margão, Chandor, Sanvordem, Kalay, Collem e Dud-Sagor. O porto de Murmugão é um dos mais seguros de toda a India; é facilmente accessivel com todos os ventos e com todo o tempo, ainda mesmo no mais rijo da monção de sudoeste. Possue um bom caes acostavel. A linha ferrea corre ao longo do muro do caes, onde existem 6 guindastes a vapor, havendo além d'este, ainda outro de muito maior força. As mercadorias pódem ser tiradas dos navios e postas directamente nos vagons, ou vice-versa. Desde 1902 o movimento de vapores no porto tem augmentado consideravelmente. Murmugão é a séde da Direcção da Fiscalisação do Caminho de Ferro, da Capitania dos portos de Gôa, e do julgado municipal. Ha ali uma alfandega de bastante movimento, um consulado britannico, algumas casas de commercio e agencias inglezas, um bom hotel, installado no antigo palacio dos vice-reis, etc.

Muro Pov. e freg. de S. Christovão, da prov. do Douro, conc. e com. de Santo Thirso, distr. e bisp. do Porto; 125 fog. e 559 hab. A pov. dista 12 k. da séde do conc. O reitor do convento de conegos de S. João Evangelista (loios) da cidade do Porto, apresentava o reitor, que tinha rs. 150$000 de rendimento. Em março de 1875, o allemão Herman Leuschner manifestou na camara de Santo Thirso umas minas de ferro, manganez, plombagina (graphites) e antimonio, que tinha descoberto no logar de Guidães d'esta freg.

No referido mez e na mesma camara manifestou Antonio de Sousa Guerra tres minas de ferro e outros metaes, em caminhos publicos, sendo uma na freg. de S. Roque de Coronado, e duas n'esta de Muro. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias: S. Paio, de Anciães, conc. do Amarante, distr. do Porto || S. Claudio, de Barco, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel, de Cabaços, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello || S. Pedro, de Lomar, conc. e distr. de Braga || S. Pedro, de Manhouce, conc. de S. Pedro do Sul, distr de Vizeu. || Santo André, de Marecos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || O Salvador, de Meixomil, conc. de Paços de Ferreira, do mesmo distr. || S. Thiago, de Mouquim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga || Santa Christina, de Nogueira, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Maria, de Oliveira, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || S. Thiago, de Ourilhe, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Pedraça, conc. de Cabeceiras de Basto, do mesmo distr. || Ilha da Madeira; S. Bento, de Ribeira Brava, conc. de Ponta do Sol, distr do Funchal. || Santa Christina, de Fontosa, conc. de Marco Canavezes, distr. do Porto. || Santo Estevão, de Villela, conc. de Paredes, do mesmo distr. || N. S.ª da Assumpção, de Vide, conc. de Ceia, distr. da Guarda. || Serra do distr. de Vizeu, a SO de Lamego. Tem pouco mais de 7 k. de comprimento, 2:500 m. de largura, e 1:095 d'altura.

Muro da Coelha. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Roque, concelho e districto do Funchal.

Muro e Forca. Pov. na freg. de S. Martinho, de Soalhães, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Muro Velho. Pov, na freg. de Santa Maria, de Mourelles, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Murraba. Lagoa do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Murraça. Pov. da circumscripção de Sena, nos territorios administrados pela Companhia de Moçambique, Africa Oriental.

Murraçal. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Collares, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Murraceira. Ilhota da prov. do Douro, situada em frente da Figueira da Foz. Tem vastas salinas e armazens de arrecadação.

Murracesses de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. do Salvador, de Grijó, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Murral. Terras dependentes do antigo prazo Mirambone, no distr. da Zambezia, prov. de Moçambique, Africa Oriental

Murrave. Terras do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Murruqua. Terras do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Murta *(Francisco Paulo)*. Escriptor, cujo nome se conhece pelos seguintes opusculos, que são firmados com as iniciais F. P. M: *Thesouro descoberto, luzes elementares de Logica, theoria pratica mercantil, offerecida aos nossos compatriotas portuguezes*, Lisboa, 1815; *Commercio theorico-pratico: Dissertação apologetica á obra intitulada «Thesouro descoberto, luzes elementares de Logica, dada á luz no anno de 1815»*, Lisboa, 1828; *Elementos de Rhetorica, para uso dos alumnos do commercio theorico pratico*, Lisboa, 1829

Murta. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Estoy, conc. e distr. de Faro || S. Miguel e conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro. || Santa Maria, do Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga || Espirito Santo, de Valle de Cavallos, conc. de Chamusca, distr. de Santarem || S. Pedro, de Monte Vil, conc. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || Santa Clara a-Nova, conc de Almodovar, distr. de Beja. || Santa Maria, de Ulme, conc. de Chamusca, distr. de Santarem. || Ribeira do distr. de Santarem Nasce ao S de Pussos, e entra no rio Nabão com 20 k. de curso.

Murtaes Povoações nas freguezias: S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Graça, de Moncarapacho, conc. de Olhão, distr. de Faro. || N. S.ª d'Assumpção, de Vialonga, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Murtaes de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Murtal. Povoações nas freguezias: O Salvador do Mundo, de Almoster, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto. || S Domingos de Rana, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa. || S Thiago, de Eiras, conc. e distr. de Coimbra. || N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N de Ourem, distr. de Santarem. || N. S.ª das Neves, de Pousaflôres, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Rego da Murta, conc. de Alvaiazere, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Evora-Monte, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Murtas. Pov. na freg. de S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Murtede. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Cantanhede, distr. e bisp. de Coimbra; 310 fog. e 1:103 hab. Tem correio com serviço de posta rural, e est. do caminho de ferro, na linha da Beira Alta, entre as de Cantanhede e da Pampilhosa. A pov. dista 8 k. da séde do conc. O cabido da sé de Coimbra apresentava o vigario, que tinha 300$000 réis de rendimento. A terra é muito fertil, produzindo muito e bom vinho; cria gado de toda a qualidade, e pertence á 5.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria.

Murteira. Povoações nas freguezias: N S.ª da Purificação, de Alcanede, conc. e distr. de Santarem. || S. Martinho, de Arada, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || Santo André, de Cella, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria || Santa Maria Magdalena, de Cem Soldos, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Ilha da Madeira; N. S.ª do Livramento, do Curral das Freiras, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal. || S. Pedro, de Dois Portos, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || S. Bartholomeu, de Esperança, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga || N. S.ª do Carmo, de Fuzeta, conc. de Olhão, distr. de Faro. || S. Thomé, de Lamas, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa || Santa Maria e conc. de Loures, do

mesmo distr. || N. S.ª da Luz, de Luz, conc. de Tavira, distr. de Faro. || N. S.ª da Graça, de Moncarapacho, conc. de Olhão, do mesmo distr. || S. Miguel e conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença a Nova, distr. de Castello Branco. || Santa Eulalia, de Vallões, conc de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Mamede, de Ventosa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || S. Sebastião, de Mouriscas, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || N. S.ª d'Assumpção, de Collos, conc. de Odemira, distr. de Beja. || S. Miguel do Pinheiro, conc. de Mertola, do mesmo distr. || N. S.ª da Purificação, de Alcoentre, conc. d'Azambuja, distr. de Lisboa. || Ribeira do distr. de Evora. Nasce na serra de Alpedriz, proximo de Aguiar, e entra no rio Xarrama, com 13 k. de curso.

Murteirados. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Fornos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Murteiras Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Evora d'Alcobaça, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Ilha da Madeira; S. Gonçalo, conc. e distr. do Funchal.

Murteiras de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. do Espirito Santo, de Azinhal, conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Murteirinha. Pov. na freg. de S. Pedro, de Esteval, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Murteiro. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, de Arazede, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Murtigão. Ribeira do distr. de Beja. Nasce em Hespanha e entra na ribeira de Ardilla, tendo em Portugal 20 k de curso.

Murtinhaes. Pov. na freg. de S. Vicente do Paul, conc. e distr. de Santarem.

Murtinhal. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Machico, distr. do Funchal.

Murtinheira. Pov. na freg. de S. Mamede, de Quiaios, conc. da Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Murtosa. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov do Douro, conc. e com. de Estarreja, distr. d'Aveiro e bisp. do Porto; 2:098 fog. e 9:881 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, medico, pharmacias, caixa post. com serviço de posta rural, fabrica de moagens, *Associação de Soccorros mutuos das classes laboriosas de Murtosa*. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada n'um logar arenoso, e n'uma reintrancia da ria d'Aveiro. Antigamente chamava-se *Murtosa de Veiros*. O reitor, de S. Thiago de Beduido, apresentava o cura, que tinha 100$000 réis de rendimento. Na praça de Pardelhas, aldeia d'esta freg., faz se diariamente uma abundante feira, ou praça, de peixe, da qual se abastecem muitas povoações, e se exporta para o Porto, baixo e alto Douro, Arouca, Lamego, Vizeu, Oliveira d'Azemeis, e outras muitas povoações. Em Murtosa publicou-se em 1 de janeiro de 1901 o *Jornal de Murtosa*, que existia ainda em 1903. A pov. pertence á 5.ª div. div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. || Pov. na freg. de Santo André de Mosteiró, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Murujaes. Pov. na freg. de S. Thomé, de Penalva d'Alva, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Murujal. Pov. da freg. de S. Thiago, de Lobão, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Mururo. Territorio do antigo distr. de Sena, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem minas de ouro.

Murzeleira. Pov. na freg. de S. Simão de Litem, concelho de Pombal, districto de Leiria.

Murzellos. Pov. na freg. do Salvador do conc de Ourique, distr. de Beja.

Museu. Edificio onde se guardam os exemplares e objectos raros ou curiosos relativos ás sciencias, bellas-artes, letras e industrias, quer antigos, quer modernos. Estas collecções designavam se antigamente por *Gabinete (V. este nome)*, pois constituiam uns pequenos museus. Nas principaes cidades do paiz existem alguns museus notaveis, que se encontram mencionados nos artigos respectivos. Muitos archivos, bibliothecas e escolas *(V. estes nomes)* teem verdadeiros museus, muito importantes. Dos principaes museus da capital acha se menção nos artigos respectivos, quando autonomos, ou nos dos estabelecimentos publicos a que estão annexos. || *Museu Archeologico*, V. vol. I, pag. 671. || *Museu de Artilharia*, V. vol. I, pag. 783. || *Museu Ethnologico*, V. vol. III, pag. 232. || *Museu de Bellas Artes*, V. *Academia Real das Bellas Artes*, vol. I, pag. 41. || *Museu dos Coches Reaes*, V. no vol. II, pag. 1051. || *Museu Numismatico*, V. *Bibliotheca Nacional*, vol. II, pag. 336. || *Museu Colonial e Ethnographico*, V. *Sociedade de Geographia de Lisboa*. || *Museu José Vicente Barbosa du Bocage (*de historia natural*)*, V. *Escola Polytechnica*, no vol. III, pag. 178.

Musica. Esta arte data da mais remota antiguidade. Na *Encyclopedia Portugueza illustrada*, editada no Porto, vem um minucioso artigo geral ácêrca da origem da musica, no vol. VII, pag. 605 e seguintes E' longa a bibliographia estrangeira que trata dos diversos methodos adoptados para o ensino, escolas, compositores, professores, cantores e instrumentistas. Em Portugal, tambem desde muitos seculos se tem cuidado do estudo da musica. O *Cancioneiro d'el-rei D. Diniz*, editado por Lopes de Moura, em Paris, em 1847, e por Monaci em 1875, é muito interessante para a historia da nossa musica vocal e instrumental d'aquelle tempo. O *Cancioneiro* do conde de Barcellos, D. Pedro, é tambem de grande importancia nas suas *trovas e cantaros*, editados por Varnhagen em Madrid, em 1849. D. João IV estabeleceu o seminario, em Villa Viçosa, com o titulo *Collegio dos Reis*; D. João V o *Seminario da Patriarchal*; na Universidade de Coimbra, tambem se estabeleceu a escola de musica em 1544; na cathedral de Lisboa, em 1594; na cathedral de Evora nos fins do seculo XVI; na cathedral de Braga no meado do mesmo seculo; os seminarios de S. Pedro e de S. Caetano, n'esta cidade; na cathedral de Coimbra, em 1688; no convento de Santa Catharina de Ribamar, escola estabelecida por D. João V em 1729; convento dos Paulistas em Lisboa, estabelecida em 1764; O Conservatorio Real de Lisboa *(V. Portugal*, vol. II, pag. 1120*)*; a Escola Popular de canto no Porto, em 1863, etc. Corporações musicaes contam se as seguintes: *Confraria de Santa Cecilia*, de 1603 a 1755; depois de 1755 a 1787; e no seculo XIX, estabelecida por João Al-

berto Rodrigues Costa, que tambem fundou o *Montepio Philarmonico*, em 1834; a *Associação Musica 24 de junho*, em 1842; a *Academia Melpomenense*, em 1845; *A Sociedade Philarmonica*, fundada em 1822 por João Domingos Bomtempo; *Academia Philarmonica* e *Assembléa Philarmonica*, instituidas pelo conde do Farrobo em 1838; *Philarmonica Portuense*, por Francisco Eduardo da Costa, em 1852, etc. Bibliographia musical, artigos de Carlos de Mello sobre musicos portuguezes, publicados na *Arte Musical*, em março de 1905; *Os musicos portuguezes, biographia-bibliographia*, por Joaquim de Vasconcellos, em 2 volumes, edição do Porto, 1870; *Diccionario biographico dos musicos portuguezes*, por Ernesto Vieira, 2 volumes, Lisboa, 1900; *Chronologia da opera em Portugal* e *Estudos da historia da musica Portugal*, pelo musicographo Joaquim José Marques, artigos publicados na *Arte Musical*, periodico que elle fundou em 1874 (V. *Marques, José Joaquim*, n'este vol. pag. 866). Na *Gazeta da Madeira* de 1866, publicou-se tambem o artigo *A Musica em Portugal*; em 1868, tres artigos: *Musica vocal profana*; e em 1869; artigos com o titulo de *Alguns traços da historia da Musica na Madeira*, que depois fôram reproduzidos no *Jornal do Commercio*, de Lisboa; *Lista d'alguns artistas portuguezes*, pelo cardeal Saraiva, em 1839, Lisboa; o dr. José Ribeiro Guimarães publicou bastantes artigos sobre *Musica nacional*, no *Jornal do Commercio*, assim como a biographia da cantora portugueza Luiza d'Aguiar Todi; Martim Roeder publicou em 1877 nos Açôres um interessante resumo da historia da musica em Portugal, que foi reproduzido em italiano a pag 69 e 169 do *Dal Taccuino di un Direttore d'Orchestra*, Milano, 1881, com o titulo: *La Musica in Portogallo, cenni storici-critici;* Thomaz Oom Junior foi autor das *Ephemerides musicaes*, impressas entre 1852 e 1855, na *Revista dos espectaculos*, etc. José Mazza, musico da camara de el rei D. José, e professor de italiano no collegio do bispo de Beja, tambem escreveu sobre musica (V. n'este vol. do *Portugal*, pag. 915). O professor do Conservatorio de Lisboa Francisco Xavier Migoni tambem publicou uma serie de artigos sobre a historia da musica, intitulados *Bosquejo historico*, em novembro de 1855, no semanario *O Trovador*. Em 1905 o sr. Alfredo Bensaude, baritono e litterato, publicou uma curiosa monographia, com o titulo: *Uma concepção evolucionista de musica*, que foi suggerida pelas canções de Schubert. No *Diario de Noticias*, de Lisboa, tem publicado uns artigos sobre a historia da musica o professor do Conservatorio sr. Julio Neuparth.

Mussafo Pov. da 8.ª div. (Botte) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Mussamba. Pov. do sobado de Quissalla, no conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. Pertence á 4.ª divisão.

Mussegue. Pov. do sobado de Quitalla, no conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. Pertence á 9.ª divisão.

Musselegi. Pov. do sobado de Luamba do Golome, no conc. do Duque de Bragança, div. de Samba Cango, distr. da Lunda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Quiluangi, do mesmo conc., div., distr. e provincia.

Mussende. Pov. da 4.ª div. (Lungue) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Mussengo. Pov. do conc. do Alto Daude, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. Pertence á 4.ª divisão.

Mussangue. Pov. do conc. de Golungo Alto, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Musseque. Pov. do sobado de Nhangue á pépe, na 1.ª div. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Salla Cabanga, na freg. de S. Joaquim, 2.ª div. do conc. de Golungo Alto, do mesmo distr. e prov. || Pov. do sobado de Cassoba Canginge, no conc. d'Ambaca, do mesmo distr. e prov. Pertence á 4.ª divisão.

Musserra. Pov. da div. do mesmo nome, no conc. do Ambrizete, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. Tem estação alfandegaria, e serviço telegraphico. || Uma das 5 divisões do conc. do Ambrizete, no distr. do Congo, provincia de Angola. Comprehende 4 povoações.

Mussoco. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, na 7.ª div. (Calombas) do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Mussofe. Pov. da freg. de S. José de Encoge, no conc. d'Encoge, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Mussolo. Pov. sobado de N'Golla Muhongo, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, provincia d'Angola, Africa Occidental. Pertence á 11.ª divisão.

Mussonde. Pov. da 2.ª div. (Quiongua) do conc. de Pungo Andongo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Mussongoloque. Pov. do sobado de Hebo-a-Quembi, na freg. de N. S.ª da Victoria, 5.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Mussúa. Pov. do sobado de Bango a Quitamba, na freg. de S. Joaquim, 8.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Mussuco. Uma das divisões do conc. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. Comprehende numerosas povoações || Pov. da div. do mesmo nome, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola. Tem est. alfandegaria e posto militar.

Mussuemba. Pov. do sobado de Bumba An'dalla, na freg. de S. Joaquim, 5.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Mussuigi. Pov. do sobado de Quitalla, conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. Pertence á 9.ª divisão.

Mussulo. Pov. da 4.ª div. do conc. de Cazengo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Mussumba. Pov. do sobado de Caculo-Cahango, na freg. de N. S.ª da Conceição, 9.ª divisão (Caculo-Cahango) do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Mussungo-Apauzo. Zanzala no concelho de Alto Dande, distr. de Loanda, provincia de Angola, Africa Occidental.

Mussunguri. Pequeno rio da prov. de Moçam-

bique, Africa Oriental. Servia de limite pelo S ao extincto distr. de Sena e separava-o do tambem extincto distr. de Sofala.

Mutamba. Pov. do sobado de Bango a Quitamba, na freg. de S. Joaquim, 8.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. da 4.ª div. (Lungue) do conc. de Pungo Andongo, no mesmo districto e prov. || Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, na 1.ª div. (Sagua) do conc. de Muxima, do mesmo distr. e prov. || Pov. do sobado de N'Golla Bumba, na freg. de S. Joaquim, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, do mesmo distr. e provincia.

Mutamba Cahange. Pov. da freg. de S. José de Cabiri, na 1.ª div. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Mutanga Pov. do sobado de N'Golla, Mobango, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. Pertence á 11.ª divisão.

Mutange. Pov. da 1.ª div. (Sengue) do conc. de Pungo-Andongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Mutano. Pov. do sobado do mesmo nome, na div. e conc. do Humbe, distr. da Huilla, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Mutaya. Confluente da margem direita do rio Zaire, na prov. d'Angola, Africa Occidental, proximo e a O do Conopuyte.

Mutegui. Terras do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Muteixa. Pov. do sobado de Cabanga Cacalunga, na freg. de S. Joaquim, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Mutel. Pov. do sobado de Chaluvahula, na div. e conc. do Humbe, distr. da Huilla, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Mutelege. Pov. do sobado de Bango A'ambôa, na freg. de S. Joaquim, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Mutella. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. d'Almada, distr. de Lisboa. Publicou-se aqui *O Mosquito*, em 11 de fevereiro de 1894. || Rio da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Nasce nas terras dos macúas e vae desaguar no canal de Moçambique, defronte da ilha Caldeira.

Mutemna. Pov. do conc. de Cambambe, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Mutende. Pov. do sobado de N'Dalla Luamba, no conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. Pertence á 11.ª divisão.

Mutenga. Pov. do conc. d'Ambaca, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. Pertence á 3.ª divisão.

Mutta. Pov. da 4.ª div. (Lungue) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado do mesmo nome, no conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. d'Angola. Pertence á 1.ª div. (Sengue).

Mutucua. Pov. do sobado de T'chipelongo, na div. e conc. do Humbe, distr. da Huilla, provincia d'Angola, Africa Occidental.

Mutue-nacumbi. Pov. do sobado de Queta, na freg. de S. Joaquim, 6.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Mutulla. Pov. do sobado de Golla Bambi, na 8.ª div. (Botte) do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Mutum. Pov. do sobado de Bango Azongo, na freg. de S. Joaquim, 2.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Mutumba. Terras fateotas do distr. de Tete, na provincia de Moçambique, Africa Oriental.

Mututo. Pov. do sobado de N'Golome e Hui, na freg. de S. José, 6.ª div. de Caximba, conc. de Calumbo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Muxagata. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Fornos d'Algôdres, distr. da Guarda, bisp. de Vizeu; 135 fog. e 681 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e caixa post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada na aba da serra do mesmo nome, na margem d'um affluente do rio Mondego. O vigario de Santa Maria, de Algôdres, apresentava o cura que tinha só o pé d'altar. A pov. é muito antiga, e não se sabe quando, nem quem a fundou. Foi villa e couto, com camara e justiça proprias. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Villa e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de V. N. de Fozcôa, distr. da Guarda, bisp. de Lamego, 190 fog. e 751 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada n'um logar baixo e insalubre. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. E' fundação muito antiga. D. Affonso IV deu-lhe foral, em Celorico, a 30 d'abril de 1357, com o titulo de villa. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Evora, a 20 de dezembro de 1519. A terra é muito fertil; tem abundancia de amendoa, e produz muito sumagre, que se exporta. Tambem ha aqui bastante vinho e de boa qualidade. Muxagata foi cabeça de conc., com camara, juiz ordinario e mais officiaes de justiça; conserva ainda o seu antigo pelourinho, testemunho da sua categoria. No seculo XIII pertencia esta villa ao conc. de Numão. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso || Serra do distr. de Beja. Estende se entre Alvito, Villa Ruiva, Villa Alva e Albergaria dos Fusos, na direcção de E a O. Tem 10 k. de comprimento, 6 de largura, e 282 m. d'altura maxima.

Muxi-Mahomba. Pov do sobado de Cavunge, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. Pertence á 8.ª divisão.

Muxiba. Pov. do sobado de Caculo-Cabango, na freg. de N. S.ª da Conceição, 9.ª div. (Calculo-Cabango) do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Muxima. Concelho do distr. de Loanda, na prov. d'Angola, Africa Occidental. Tem só uma freg., N. S.ª da Conceição, com 2:089 fog. e 5:855 hab. distribuidos por 12 divisões e por numerosissimas povoações. Em parte está encravado nas terras chamadas de Quissama, e é limitado ao N pelo rio Cuanza, que o separa do conc. de Zenza do Golungo, e E pelo conc. de Cambambe e ao S

e a O pelo territorio de Quissama. A sua séde é a pov. do mesmo nome. Clima doentio. O territorio, pouco accidentado, é em geral esteril, razão por que a agricultura é insignificante. Tem varios sobados. || Pov. e séde do conc. do mesmo nome, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. Está situada na margem esquerda do rio Cuanza, a 140 k. do mar, a 90 de Calumbo e a 50 de Massangano. Egreja de N. S.ª da Conceição. Escola. Cultura de mandioca, milho, legumes, azeite de palma, etc. Muito gado caprino, lanigero e suino. Trafico de gomma, cêra e marfim, artigos que recebe dos sertões da Quissama, Bailundo e Libolo. Clima doentio Esta povoação, em cujas proximidades se encontra o lago Quizua, teve por principio um presidio que o capitão Balthazar Rebello d'Aragão fundou á sua custa em 1599. Era de pedra e cal, e estava artilhado com 8 peças. Tem est. postal, permutando vales do correio com o reino.

Muxinge. Pov. da 4.ª div. (Lungue) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Muxos Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Villa da Egreja, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Muzamba. Pov. do sobado de Cahongo, na freg. de S. Joaquim, 1.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Muzondo. Pov. do sobado de Mussungo Aposse, na freg. de S. Joaquim, 2.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. da freg. de S. José de Cabiri, na 1.ª div. do conc. de Icolo e Bengo, do mesmo distr. e provincia.

Muzuto. Rio da prov. d'Angola, Africa Occidental. E' um tributario do Lucalla. Corre no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, e vae desaguar na margem direita d'aquelle rio.

M'Vanga. Pov. do sobado de Cacongo, no concelho de Cabinda, delegação do Chiavalla, districto do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Mysterio. Pequena ponta situada na costa N da ilha do Pico, Açôres. Entre ella e a de Santo Antonio estende-se a bahia, que fica defronte da villa de S. Roque.

Mysterios. Pov. do conc. da Villa das Vélas, no distr. e bisp. de Angra do Heroismo, ilha de S. Jorge, Açôres. Tem ermida de N. S.ª da Boa Hora.

CORRECÇÕES

Labrugeira *(Fr. Martinho da).* Como o seu nome o indica foi filho do logar da Labrugeira; entrou na ordem de S. Francisco, sendo guardião do convento de Alemquer. Achando se no Cartaxo, e pernoitando na sacristia do convento que a ordem ali possuia, foi victima do terramoto que se deu na madrugada do dia 5 de janeiro de 1531 que destruiu a villa bem como muitas outras terras do Ribatejo.

Landal *(Julião Casimiro Ferreira, 1.º visconde de).* Aposentado como professor por decreto de 17 de fevereiro de 1894.

Landim *(Gaspar Dias).* Licenciado. Nasceu em Borba, e casou em 6 de julho de 1605, em Arraiolos, com Francisca Barreto, filha de Nicolau Coelho e de Isabel Rodrigues, de quem teve Gaspar Barreto, que foi frade com o nome de Gaspar de S. Pedro, e Nicolau Coelho que se doutorou e advogou em Evora. Rivara dá-lhe outro filho, Francisco Barreto de Landim, que, segundo Barbosa, foi juiz de fóra da Certã e já era fallecido em 1670. Ignora se quem foram seus paes, julgando alguns que foi neto de Gaspar Dias de Landim, fidalgo da casa d'El-rei, contador da sua fazenda da cidade de Evora, cavalleiro de Christo, e que recebeu carta de armas d'el-rei D. João III em 1539 Landim era creado dos duques de Bragança e muito estimado d'elles; escreveu a vida do infante D. Pedro, *o d'Alfarrobeira*, chronica que se conservou inedita por muitos annos, sendo alfim publicada a primeira vez pelo incansavel editor o sr. Mello d'Azevedo. E' livro escripto *ad usum Delphini*, como da sua leitura se deprehende, mas muito digno de ser lido não só pela pureza do estylo como pelo concertado de fórma.

Lavradio *(D. José d'Almeida Correia de Sá, 5.º marquez do).* Official da armada, par do reino, secretario particular d'el rei D. Manuel II. Eleito vogal substituto representante da camara dos Dignos Pares do Reino na Junta do Credito Publico no triennio de 1908-1911. Tomou posse como effectivo em 28 de agosto de 1909.

Leal *(José Maria da Silva).* V *Silva Leal (José Maria da).*

Leal *(Oscár).* Nasceu no Funchal e foi creado no Rio de Janeiro, ao contrario do que se escreveu. E' tambem diplomado pela Universidade de Madrid. Percorreu o Perú. A coca é chamada pelos tocautins *Ipadú*, e não espada. Os seus ultimos livros são: *Atravez da Europa e Africa* e *Marinheiro do seculo* xv.

Lebres *(Quinta e solar das).* Onde se lê: Foi este solar mandado reedificar, no sitio do antigo, por Antonio Lebre de Sousa e Vasconcellos, deve lêr-se pelo dr. Francisco Lebre de Sousa e Vasconcellos, e não por seu irmão Antonio. Deixou por sua morte o dr. Francisco a quinta e o solar a seu sobrinho Francisco Lebre de Sousa e Vasconcellos, actual representante d'esta familia.

Le Cocq *(João José).* Entre os reguengos pertencentes á Corôa existiam uns grandes tractos de terreno, junto a Castello de Vide, districto de Portalegre. Estes bens, que segundo diz o sr. dr. Laranjo, tinham sido legados á Corôa em epoca remota por uma dama de Castello de Vide, com a obrigação de se não fazerem soldados na villa, sua patria, foram, em virtude da lei de desamortisação, levados á praça em 1841. Arrematou Le Cocq estes terrenos por modica quantia, com o fim de os revender mediante alguns lucros ou arrendal-os, no caso de não terem comprador. Fez para este fim as diligencias precisas, mas a má qualidade dos terrenos afugentou compradores e rendeiros. Picado pelas phrases menos delicadas com que eram recebidas as suas propostas, resolveu-se Le Cocq a agricultar por conta propria aquelles terrenos, afim de mostrar aos nescios quanto pode em agricultura o talento, o estudo e a força de vontade. Os terrenos que constam de 220 hectares, e que assentam no prolongamento da serra de S. Mamede, são compostos na sua maior parte de sedimentos provenientes de rochas calcareas de que são formadas as collinas, de schistos argillosos e de alluviões modernas. Estes terrenos formam hoje a quinta denominada o Prado, e que é uma das mais importantes da provincia do Alemtejo. O primeiro cuidado do illustre agronomo foi construir uma formosa casa com sua capella, e todas as officinas precisas para uma grande exploração rural; em seguida limpou a pedregosa planicie, arroteando os incultos terrenos, plantando oliveiras no declive das collinas, e vinhas, arvores fructiferas e silvestres nos terrenos mais adquados. A planicie é regada por uma grande levada que vivifica grandes prados de luzerna com cuja forragem sustenta o armento.

Leitão *(Luiz Eugenio).* Vogal substituto da Junta do Credito Publico no triennio de 1909

1911 eleito pela Camara dos Senhores Deputados, passou á effectividade em maio de 1909 por fallecimento do vogal D. Antonio de Noronha.

Leitura *(Gabinete Portuguez de)*. Na *Noticia historica do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro*, que acompanha a edição dos *Luziadas* a que se faz referencia no artigo acima, n'este volume do *Portugal*, vem a acta da fundação do *Gabinete*, a qual tem a data de 14 de maio de 1837, cuja emenda erroneamente se faz no alludido artigo.

Lemos *(José Coelho de)*. Da pag. 157 d'este vol. na 1.ª col., 1.ª linha, desappareceu o nome do biographado, que é o que fica acima. Deve portanto lêr-se: *Lemos (José Coelho de)*. Capitão reformado do regimento, etc.

Lima *(Theotonio Simão da Camara)*. E' filho de D. Maria Guilhermina Côrte-Real da Camara, já fallecida, oriunda d'uma familia distincta dos Açôres.

Lima *(Wenceslau de Sousa Pereira de)*. Presidente do conselho de ministros em maio de 1909.

Limpo *(D. Fr. Balthazar)*. Fal. em 1538.

Lisboa *(Egreja de S Roque)*. A pag. 318, col. 2, linha 43, saiu voltado o S do nome do architecto italiano Salvi.

Lisboa *(Hospitaes de)*. No artigo relativo ao Hospital Estephania pag. 340, col, 2.ª saiu em logar do nome da mallograda rainha D. Estephania, o de D. Catharina.

Lisboa *(Monumento a Camões)*. Onde se diz que o monumento a Eça de Queiroz é trabalho do esculptor Teixeira de Queiroz, leia-se Teixeira Lopes.

Lobo de Moura. V. *Moura*.

Lopes *(Francisco Hygino Craveiro)*. Falleceu em 11 de agosto de 1909.

Lopes Vieira *(Affonso)* A' sua bibliographia accrescente se *O pão e as rosas*, Lisboa, 1908.

Lorvão. A'cerca do convento pode vêr se os *Opusculos* de Herculano, vol. 1. *O convento de Lorvão e o abadessado de D. Filippa de Eça* por Sousa Viterbo, Lisboa, 1888. *Os manuscriptos de Lorvão*, no *Occidente*, de 1895.

Loteria Real. O alvará reproduzido a pag. 519 é da terceira loteria e não da primeira.

Loteria da Misericordia. A 2.ª loteria de Lisboa realisou se em 1796, cada bilhete custava 9$.00 réis. O decreto que regula a loteria actual foi ampliado pelo do 12 de dezembro de 1907.

Loulé *(D. Pedro Agostinho de Mendoça Rolim de Moura Barreto, 2.º duque de)*. Fal. em Lisboa a 2 de março de 1909.

Loureiro *(Luiz de Loureiro Queiroz Couto Leitão, 2.º visconde de)*. Este titulo não foi confirmado.

Lourenço Marques. Cidade da Africa Oriental e não Occidental como se lê. A' camara municipal da cidade de Lourenço Marques foi concedido, por decreto de 22 de agosto de 1889, o seguinte brazão d'armas: Um escudo esquartelado em aspa, tendo no primeiro quartel em campo de ouro um galeão preto sobre as ondas; no segundo em campo de prata uma palmeira verde; no terceiro em campo vermelho, uma esphera de prata, sendo visivel o continente africano; e no quarto, em campo azul, o sol nascente (de ouro). Em abysmo as armas reaes portuguezas. Sobre o escudo a corôa mural e no fim uma legenda, contendo as seguintes palavras: *Descoberta e soberania portugueza*. A gravura representa

Brazão d'armas da cidade de Lourenço Marques

o brazão tal como o usa a camara nos seus documentos.

Louza de Cima. Entre os logares d'esta freguezia saiu Ponte do Sousa por Ponte de Louza, aliás bem conhecido.

Machado *(Antonio Julio de Sousa)*. A pag. 611 saiu incluido na biographia d'este official o retrato de outro illustre official dos mesmos appellidos, já fallecido, Manuel de Sousa Machado, cuja biographia se lê adeante, a pag. 656. Tanto um como outro fôram commandantes do regimento de infantaria n.º 1, e de âhi, naturalmente a confusão. Do sr. Antonio Julio de Sousa Machado, felizmente vivo, reproduzimos n'este logar o seu retrato. Accrescentaremos que em 1887 foi nomeado instructor da fortificação na escola pratica de infantaria que n'aquelle anno era creada em Mafra; e foi logo encarregado do estudo e construcção da carreira de tiro que hoje se póde bem considerar a melhor do paiz; n'este serviço teve como adjunto o malogrado tenente-coronel Vergueiro, official distinctissimo d'infantaria que ao tempo era tenente de caçadores, em serviço na escola. Em 1878 fez o então tenente Sousa Machado a sua primeira viagem ao estrangeiro, visitanto successivamente n'uma digressão de estudo, que durou 4 mezes, a Hespanha, França, Suissa e Allemanha. Alguns excerptos do relatorio então apresentado na secretataria da guerra fôram publicados no «Exercito Português» em 1879. Em 1886, 1889, 1902 e 1903 fez varias viagens pela Europa e norte d'Africa, sendo a de 1889, em serviço do ministerio da guerra, á Hespanha, França, Allemanha, Belgica e Hollanda para estudar a organisação das escolas de tiro d'infantaria n'aquelles paizes. D'esta viagem, em parte da qual teve por companheiro o então tenente Vergueiro, foi apresentado um desenvolvido relatorio na secretaria da guerra, contendo innumeros dados sobre as escolas de tiro estrangeiras e fazendo o elogio do movimento ali existente para o desenvolvimento do tiro

civil, como instituição nacional, então quasi desconhecida entre nós. Sendo ainda capitão, foi nomeado 2.° commandante interino da escola pratica, passando á effectividade do cargo, quando em 1891 foi promovido a major. Foi exonerado a seu pedido, em 189?, por haver soffrido na instrucção de velocipedia, a que se dedicava com enthusiasmo, um ferimento que reclamava tratamento demorado, incompativel com o serviço da escola. Em 18'3 e 1894 serviu como major no regimento d'infantaria n.° 13, e n'este ultimo anno foi agraciado com a commenda de Aviz em virtude da proposta do conselho de informações. Em fevereiro de 1895 foi transferido para o regimento d'infantaria n.° 1 e pouco depois, a convite do ministro da guerra, foi commandar o 2.° batalhão de caçadores n.° 3 que em 22 de abril marchava para Lourenço Marques afim de tomar parte na expedição contra os vatuas do

Antonio Julio de Sousa Machado.

Gungunhana. Foi ferido gravemente no combate de Coolella a 7 de novembro de 1895. Em 1897 fez parte da commissão nomeada para estudar a organisação das forças ultramarinas. Não é exacto que tomasse parte no exercicio do Bussaco em 1904, nem que possua a medalha d'ouro de bons serviços; a de prata é que tem. Agora tambem possue a cruz de 2.ª classe da medalha da *Cruz Vermelha*, distinctivo de constante e dedicada collaboração naquella philantropica instituição nacional. Foi um dos fundadores do Instituto D. Affonso, tendo sido o presidente da commissão executiva nomeada para a organisação dos estatutos d'aquella util e florescente instituição de educação das filhas dos officiaes.

Machado *(José Alves Pimenta de Avellar)*. Commissario regio na Companhia de Moçambique. Falleceu em Lisboa, a 23 de abril de 1909.

Maçonaria. Este artigo saiu intercortado, devido a lapso de paginação. Os periodos que deixaram de se seguir na pag. 679 são os seguintes: «pelo anno de 1735, por iniciativa de inglezes. Luz Soriano na sua *Historia da guerra civil*, etc., diz que foi no anno de 1788 que mais conhecidamente principiaram as tentativas para o estabelecimento das sociedades secretas em Portugal, originadas pelos esforços de lojas estrangeiras, principalmente francezas. O vigilante Pina Manique, intendente da policia, obstou á installação de lojas até 1797, mas d'ahi em deante os officiaes militares inglezes entregaram-se á maçonaria. A perseguição aos franco-maçons começou em 1744, sendo punidos no auto da fé que se realisou em 21 de junho de aquelle anno os primeiros pedreiros-livres, que eram uns lapidarios estrangeiros. Um d'elles, João Custon, escreveu um interessante livro em 1750, em francez, com o titulo: *Procèdures curieuses de l'inquisition de Portugal contre les francs maçons, pour découvrir leur sécret; avec les interrogatoires & les réponses, les cruautés exercées par ce tribunal, la description de l'intérieur du St. Office, son origine, & ses excès*. Alguns portuguezes notaveis fôram accusados de pedreiros-livres e por isso gemeram nos carceres do Santo Officio. Bocage foi preso, Francisco M. do Nascimento fugiu a tempo, como succedeu mais tarde com Rodrigo da Fonseca Magalhães; Hypolito Furtado de Mendonça conseguiu safar-se do proprio carcere inquisitorial, e outros individuos fôram perseguidos pela policia de Pina Manique. Os tempos mais calamitosos para os maçons fôram os do reinado de D. Miguel. A maçonaria lusitana, refugiada no estrangeiro, elegia dois grão-mestres portuguezes: José da Silva Carvalho e marquez de Saldanha. As lojas do Porto, em 1834, elevaram a grão-mestre Manuel da Silva Passos. No ataque aos pedreiros livres distinguiu-se José Agostinho de Macedo com a *Besta esfolada* e a *Tripa virada*. Tambem Fr. Fortunato do S. Boaventura lhes dirigiu o seu *Punhal de corcundas*.

Madre de Deus *(Fr. Manuel da)*. A ultima edição das *Piedosas Meditações* não é a de 1858. Publicou-se no Porto a 10.ª edição em 1862.

Mafra. Teem sido aqui publicados os jornaes seguintes: *Clamor de Mafra*, 29 de junho de 1907, em publicação; *Correio de Mafra*; *Echo de Mafra (O)*; *Folha de Mafra*; *Gazeta do Campo*, 1 de janeiro de 1866 a 16 de junho de 1867, o primeiro jornal publicado n'esta villa; *Jornal de Mafra*, 3 de julho de 1887; *Jornal Mafrense (O)*, 5 de agosto de 1894, sendo o primeiro numero com o n.° 344, seguimento do *Mafrense (O)*, 27 de dezembro de 1887 a julho de 1894; *Semana de Mafra*, setembro de 1905.

Magalhães Sepulveda *(Christovão Ayres de)*. Por decreto de 20 de janeiro de 1909 foi-lhe dado o titulo do conselho de Sua Majestade.

Margaride *(Luiz Cardoso Martins da Costa Macedo, 1.° visconde e 1.° conde de)*. Par do reino, tendo tomado assento na respectiva camara em sessão de 18 de março de 1882.

Maria Amelia de Orleans *(D.)*. Sua Magestade el-rei sr. D. Manuel II, commemorando em 6 de maio de 1909 o primeiro anniversario da sua acclamação, agraciou Sua Majestade a rainha sr.ª D. Amelia com a banda das tres ordens militares, attendendo aos seus altos mere-

cimentos e virtudes, e serviços prestados devotadamente á beneficencia. A respectiva carta regia foi nessa mesma data referendada pelo ministro do reino, sr. conselheiro Alexandre Cabral. O pergaminho do diploma tem esplendidas illustrações de Casanova. A banda é encarnada, verde e roxa, as tres côres das ordens de Christo, Aviz e S. Thiago. Foi a primeira vez que essa mercê se concedeu a uma rainha de Portugal.

Marnoco e Sousa *(José Ferreira)*. Presidente da camara municipal de Coimbra. Foi agraciado por decreto de 20 de janeiro de 1909 com o titulo do conselho de S. Majestade.

Meliapor. Publicou-se o periodico: *Boletim do Governo Ecclesiastico de S. Thomé*, 1887.

Mello *(Jorge José de)*. Par do reino e antigo governador civil do districto de Lisboa. Teve o titulo de conde do Cartaxo, em sua vida, por decreto de 20 de março de 1906.

Mello Freire dos Reis *(Paschoal José de)*. Não é muito vulgar o retrato d'este illustre ju-

Paschoal José de Mello Freire dos Reis

risconsulto portuguez. A estampa que reproduzimos, é tirada d'uma gravura de Bartholozzi, feita em 1797, em poder do sr. dr. Emygdio José da Silva, casado com uma senhora descendente de Paschoal de Mello. A photogravura fez-se sobre uma magnifica reproducção photographica da gravura original, que o sr. Emygdio José da Silva teve a gentileza de offerecer á redacção d'este diccionario.

Menezes *(Julio de)*. O nome completo d'este escriptor e artista é Julio Augusto Candido de Menezes.

Méra. V. *Mira*.

Messejana. Publicou se aqui o jornal: *Microscopio (O)*, 1 de janeiro a 22 de junho de 1882

Mira *(Francisco Maria de)*. Saiu assim o nome de *Francisco Maria de Méra*.

Miranda do Corvo. A villa dista 24 k. da séde do districto, e não do concelho. A terceira feira é só de gado suino, e não de bovino.

Moiraria V. *Mouraria*.

Moller *(Adolpho Frederico)*. Em 1893 publicou, em Lisboa, o livro *As cinchonas*. Tem collaborado no periodico portuense *O Lavrador*. A biographia d'este homem de sciencia saiu no *Jornal de Horticultura Pratica*, do Porto, vol. XII, e em separata com o titulo *Adolpho Frederico Moller, Esboço biographico*, por Eduardo Sequeira. Outras biographias se encontram no *Portugal em Africa*, e na *Gazeta das Aldeias*.

Montemór o Novo. Inaugurado o ramal do caminho de ferro entre a estação da Torre da Gadanha (antiga est. de Montemór-o-Novo) e a estação da villa, em 2 de setembro de 1909.

Moura *(Eduardo Lobo de)*. Pintor distincto, considerado no seu tempo como um dos primeiros caricaturistas do mundo. N. em Villa Nova de Fozcôa no primeiro quartel do seculo XIX. Ainda em 1885 vivia perto de Londres n'uma villa a que pôz o nome da sua terra natal. Foi em Inglaterra que fez a sua carreira artistica e ali falleceu Era filho de José Joaquim Ferreira de Moura (V. *este nome*) e de sua mulher D. Maria Perpetua de Sousa Lobo e irmão de João Antonio Ferreira de Moura, visconde de Moura (V. *este nome*). Casou no nosso paiz com D. Eugenia Rebello de Andrade, da familia dos morgados do Arrepiado na margem esquerda do Tejo em frente do castello de Almourol. D'este casamento parece que houve tres filhos que vivem em Inglaterra.

Moura *(João Antonio Lobo de Moura, visconde de)*. Cavalleiro da ordem de Malta, distincto diplomata. Fal. em S. Petersburgo, imperio da Russia, em 1868, onde desempenhava então o alto cargo de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Portugal n'aquella côrte Era filho de José Joaquim Ferreira de Moura (V. *este nome*) membro que foi da junta provisional e depois da definitiva do supremo governo do reino em 1820; e de sua mulher D. Maria Perpetua de Sousa Lobo, filha de Alvaro de Sousa Lobo, uma nobre familia do Minho. Fôram seus avós paternos Bartholomeu Luiz Ferreira sargento-mór de ordenanças de Villa Nova de Fozcôa e de sua mulher D. Margarida de Moura. O visconde de Moura casou em S. Petersburgo com a condessa Anna Apraseine, já fallecida tambem, irmã da princeza Bolgruski, esposa morganatica do czar Alexandre II, que muito distiguiu sempre o representante de Portugal, ao ponto de ir pessoalmente assistir aos seus funeraes. D'aquelle casamento não houve descendencia Comtudo, o visconde deixou um filho havido n'uma illustre senhora portugueza, quando solteiro, e que foi o dr. João Lobo de Moura. V. *este nome*.

Moura *(João Lobo de)*. Magistrado muito illustrado e consideradissimo. Presidente da Relação dos Açôres. N. em Lisboa em 29 de março de 1840, fal. na cidade de Ponta Delgada em 5 de junho de 1903. Era filho illegitimo, reconhecido, de João Antonio Lobo de Moura, visconde de Moura (V. *este titulo*) Frequentou os preparatorios no seminario de Santarem, revelando desde logo a sua grande intelligencia. Terminados estes, foi muito instado para ficar ahi regendo a cadeira de latim, disciplina em que era muito versado, declinando esse convite por ter

resolvido seguir um curso superior. Com effeito matriculou-se logo a seguir na faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, n'elle concluiu a sua formatura em 1866, tendo feito um curso brilhante em que o seu talento se affirmou. Ali foi condiscipulo e intimo amigo de Anthero do Quental e de João de Deus, collaborando com elles em varios jornaes e revistas litterarias d'aquella epoca, escrevendo então uns artigos notaveis a proposito da celebre questão suscitada pela candidatura de Barjona de Freitas a lente de Direito. Foi tambem em Coimbra que começou a compôr versos, que como muitos que depois escreveu não publicou. Em seguida á sua formatura foi nomeado administrador do concelho de Thomar, sendo depois collocado em Lisboa na qualidade de advogado na Companhia Geral de Credito Predial. N'essa epoca travou relações com Oliveira Martins, Eça de Queiroz, Jayme Batalha Reis, Santos Valente, Salomão Saragga e outros homens de espirito e notavel talento, que com Anthero constituiram o celebre Cenaculo de que Lobo de Moura fazia parte tambem e por quem era tido em grande apreço. De todos estes, além de Anthero, foi decerto Oliveira Martins o que mais do perto se ligou com elle, de quem foi sempre amigo e admirador, submettendo á sua apreciação illustradissima e ponderada muitos dos seus trabalhos scientifico-litterarios e historicos. Em 13 de abril de 1871 foi despachado delegado do procurador regio para Aldegallega do Ribatejo, comarca esta onde seu avô José Joaquim Ferreira de Moura (*V. este nome*) 65 annos antes exerceu o cargo de juiz de fóra. Em 1872 é transferido para Torres Novas e em seguida para uma das varas de Lisboa, indo d'esta cidade para Santarem, e voltando novamente a ser transferido para Lisboa como delegado da 3.ª vara, ignorando-se a data d'estes despachos. Em 5 de dezembro de 1879 foi nomeado juiz de Direito de 3.ª classe para Villa Franca do Campo, na ilha de S. Miguel, logar que exerceu por pouco tempo, pois já em 1881 era transferido da comarca de Mertola em que não chegou a tomar posse, para a da Gollegã, onde esteve até 22 de fevereiro de 1883, data do despacho que o transferiu para a Povoa de Varzim. Promovido á 2.ª classe foi collocado na comarca do Montemór-o-Novo, sendo transferido d'esta comarca para a do Cartaxo em 18 de novembro de 1886. Por despacho de 20 de setembro de 1890 foi nomeado juiz de 1.ª classe para Castello Branco. D'aqui foi ainda transferido para Abrantes por despacho de 1 de dezembro de 1892 e d'esta comarca para a da Certã, por despacho de 28 de outubro de 1898. Em 2 de setembro de 1901 foi promovido a juiz da Relação dos Açôres e nomeado seu presidente em 1902, cargo que exercia quando falleceu. Escreveu varias obras de caracter philosophico que deixou inéditas o se acham na posse de sua viuva. O dr. João Lobo de Moura casou em Coimbra na egreja da Sé Velha em 25 de novembro de 1864, com sua prima D. Maria Ermelinda de Sousa Lobo, filha natural do dr. Gonçalo de Sousa Lobo e este filho do conselheiro Gonçalo de Sousa Lobo, descendente d'uma nobre familia do Minho e de sua mulher D. Izabel Senhorinha Baudeira. D'aquelle casamento houve tres filhos a saber: O sr. João Affonso de Sousa Lobo de Moura, 1.º aspirante da alfandega, actualmente collocado em Elvas; A senhora D. Anna Izabel de Sousa Lobo de Moura, casada com o sr. Francisco de Paula Amado de Mello Ramalho da Cunha de Vasconcellos, residentes em Torres Novas, com geração, e este segundo filho de Francisco Amado de Mello Ramalho Pereira Cardoso da Cunha e Vasconcellos, de Formoselha, e de sua mulher D. Maria da Madre de Deus da Silva Ribeiro, e a senhora D. Branca de Sousa Lobo de Moura, casada com o sr. Carlos Batalhoz de Vilhena Barbosa, residentes no Cartaxo, com geração, e este filho de Antonio de Vilhena Barbosa e de sua mulher a senhora D. Maria Romana Batalhoz, actual proprietaria da quinta dos Chorões no Cartaxo. O dr. Lobo de Moura passou a segundas nupcias, quando juiz em Castello Branco, com a senhora D. Maria Augusta Campos de Sousa, que era viuva por sua vez, e reside actualmente em Lisboa. D'este casamento não houve descendencia.

Muar. (*V. Mula*).

PORTUGAL

DICCIONARIO HISTORICO, CHOROGRAPHICO, BIOGRAPHICO, BIBLIOGRAPHICO HERALDICO, NUMISMATICO E ARTISTICO

ABRANGENDO

A minuciosa descripção historica e chorographica
de todas as cidades, villas e outras povoações do continente do reino, ilhas e ultramar,
monumentos e edificios mais notaveis, tanto antigos como modernos;
biographias dos portuguezes illustres antigos e contemporaneos, celebres por qualquer titulo, notaveis
pelas suas acções ou pelos seus escriptos,
pelas suas invenções ou descobertas; bibliographia antiga e moderna; indicação
de todos os factos notaveis da historia portugueza, etc., etc.

OBRA ILLUSTRADA

COM CENTENARES DE PHOTOGRAVURAS

E REDIGIDA

SEGUNDO OS TRABALHOS DOS MAIS NOTAVEIS ESCRIPTORES

POR

ESTEVES PEREIRA e GUILHERME RODRIGUES

VOL. V — N-P

LISBOA

JOÃO ROMANO TORRES & C.^A — EDITORES

CASA FUNDADA EM 1885

Premiada com as medalhas de ouro da Exposição do Rio de Janeiro de 1908 e da Cruz Vermelha de Hespanha

Composição e impressão: Rua Alexandre Herculano, 70 a 76

1911

PORTUGAL

N

Nabaes. Pov. e freg. de S. Cosme, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Gouveia, distr. e bisp. da Guarda; 144 fog. e 627 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 20 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Gouveia á Guarda. A casa de Mello apresentava o prior, que tinha 200$000 réis de rendimento. Dizem que o seu nome provém de haver ali grande abundancia de nabos. A terra produz muito centeio, algum trigo e milho, muita hortaliça e de mais mediania. Cria bastante gado, sobretudo cabras e ovelhas. Tem muita caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Achete, conc. e distr. de Santarem. || Santo André, de Escariz, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Feitos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Mamede, de Seara, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Nabainhos. Povoações nas freguezias: Santo André, de Ferreira d'Aves, conc. de Sattam, distr. de Vizeu. || Santo Isidoro, de Mello, conc. de Gouveia, distr. da Guarda.

Nabal Velho. Pov. da freg. de Santa Marinha, de Valdozende, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga.

Nábam. Antigo direito que pagavam os pescadores, nos portos alheios. Era um peixe por cada barco, qualquer que fôsse a sua lotação. El-rei D. Manuel isentou os pescadores do Porto d'este tributo, quando deu foral novo áquella cidade. Era muito antigo ali este tributo, com o nome de *nábulo*, provavelmente alatinisação de *nábam*, pois consta da doação que em 922 fez D. Ordonho II ao bispo resignatario de Coimbra, D. Gomado, e ao mosteiro de Crestuma, onde o bispo estava recolhido: *Dedit ipse Rex, et ipsi Comites, Nabulum, et Portalicum de Dorio, in die Sabbati, de Portu de Aljuvirio, et per totos illos postus, usque in illa foce de Dorio, ubi cadit in mare.* Na carta em que D. Affonso V fez conde de Vianna de Caminha ao capitão e governador de Alcacer, Africa, D. Duarte de Menezes, em 1460, diz: «E lho fazemos mercê do nosso direito de Nabão, e Malatosta, que os barcos de fóra pagam, quando vem pescar aos mares e rio da dita villa» (Vianna.)

Nabancia. Antiga cidade que existiu a E do rio Nabão, em frente da moderna cidade de Thomar. Segundo uns, o seu nome é derivado do rio Nabão, que então se chamava *Naban*, e queria dizer *cidade de Naban;* segundo outros, foi o rio que se chamou *Naban*, por passar em Nabancia. Attribue-se a fundação d'esta cidade aos túrdulos, 480 annos antes de Christo; porém varios escriptores sustentam ser esta cidade fundação romana do anno 110 da era christã, no tempo do imperador Trajano. Justifica esta opinião o nome da cidade, que mais parece romano do que túrdulo ou celta. Nada se sabe d'esta cidade até ao anno 631 ou 632 da era de Christo, em que estava occupada pelos gôdos, sendo então rei Sisinando, que occupava o throno gothico, pela deposição de Flavio Swintila, filho de Flavio Ricaredo I. E' d'esse anno que data a lenda de Santa *Eyria*, *Eria*, *Iria* ou *Irene*, porque de todas estas fórmas se vê escripto este nome nos autores antigos. (V. *Portugal*, vol. III, pag. 298.) Havia aqui dois conventos, ambos da ordem de S. Bento, fundados em 640 por S. Fructuoso, que depois foi arcebispo de Braga. Um era de frades, e estava situado no logar onde hoje é a egreja de N. S.ª dos Olivaes, que se diz ser a mesma do mosteiro, no tempo da cidade de Nabancia. O outro era de freiras, o qual se julga que estivesse no local onde se vê hoje o mosteiro de freiras da ordem de S. Francisco, junto ao rio Nabão. Parece que os habitantes de Nabancia resistiram aos moiros em 716, porque estes arrasaram, não ficando pedra sobre pedra, e assim esteve deserta e abandonada por 443 annos, até que, em fevereiro de 1159, D. Affonso Henriques fez d'ella doação ao mestre da ordem do Templo

D. Gualdim Paes, e aos seus cavalleiros, que a vieram povoar. Era o quartel, ou mosteiro dos templarios, distante 12 k. ao N de Nabancia, n'um castello chamado *Céra*, e depois *Céras*. Não agradava, porém, aos templarios o castello de Céra, não só porque estava muito arruinado apezar dos concertos que lhe tinham feito, como tambem por não ser do seu gosto o local. Buscaram então outro, e examinando as ruinas de Nabancia, se contentaram d'este logar, e no monte que ficava na margem opposta do rio, a O, principiaram a edificar o castello no 1.º de março de 1160, segundo consta d'uma inscripção em latim, que está na parede a que encostam as escadas que sobem para o adro da egreja do castello. A inscripção diz que esta obra teve principio na era de 1198, que corresponde ao anno de 1160 da era christã. V. *Thomar*.

Nabantino *(D. Victor Felicissimo Francisco)*. Monge da ordem de S. Bruno, o ultimo que professou no convento da Cartuxa, de Evora, antes da suppressão das ordens religiosas. Nasceu em Thomar nos primeiros annos do seculo XIX. Em 1834, por motivo da referida suppressão, retirou-se para Italia, e foi filiar-se no convento da Cartuxa, de Roma. Passou depois para a Cartuxa de Napoles, com o titulo de vigario. Em 1856 assistiu ao capitulo geral da sua ordem, celebrado em Grenoble, e foi encarregado de obter do rei de Napoles a restauração do convento de Santo Estevão na Calabria, que fôra a ultima morada do patriarcha S. Bruno, empenho que alcançou. Fal. annos depois obscuramente no seu convento napolitano, sem nunca ter voltado a Portugal. Escreveu: *Compendio do Desejoso, e por outro nome Espelho de Religiosos, composto por um monge da ordem do Doutor Maximo, traduzido do castelhano em portuguez*, Lisboa, 1833. Traduziu depois este livro na lingua italiana, que publicou em Napoles, em 1841; *Elogio senza l'A del glorioso Brunone, primo institutore del celebre ordine Cartosino*, Napoles, 1840; *Compendio da dignidade episcopal; composto por D. Diogo Simanca, bispo primeiramente de Ciudad-Rodrigo, e depois de Badajoz; traduzido do latim em portuguez com algumas notas, por D. Victor, etc., monge professo da real Cartuxa de Evora, e vigario da real Cartuxa de Napoles*, Napoles, 1843, etc..

Nabão. Rio da Extremadura, no distr. de Santarem. Nasce a E d'Alvaiazere na serra de Ancião, ou monte *Tapego*, cujo nome tinha ao principio, mudando-o em seguida para o *Rio Secco*, e pouco depois para o de *Rio Arneiro*. Tem uma boa ponte de pedra de um só arco, na *Granja dos Frades*, proximo do Thomar, a das *Ferrarias* ao S, feita por Ayres do Quental, cuja estatua se vê junto da ermida de S. Lourenço, e a linda *ponte da Cidade*, proximo da antiga Nabancia. São seus confluentes os rios Ceiça, Murta, Pias, Barqueiro, Louzan e Bezelga; entra no rio Zezere, pela margem direita, e vão ambos reunidos desaguar no Tejo, junto da villa de Constancia. Em varios pontos, as margens do rio Nabão são muito amenas e pittorescas.

Nabeiros. Pov. na freg. de S. Miguel, de Rebordosa, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Nabo *(P. Antonio)*. Theologo e canonista, capellão e secretario do cardeal infante D. Henrique. N. em Arraiollos, e fal. em Lisboa, em 1592. Escreveu: *Ceremonial e ordinario da Missa, e de como se hão de administrar os Sacramentos da Santa Madre Egreja;* etc., Lisboa, 1568. E' traducção do latim; saiu sem o nome do traductor.

Nabo *(Diogo de Brito)*. Capitão, que por ter perdido alguns proventos com a queda do governo castelhano em 1 de dezembro de 1640, entrou em 1641 na conspiração do marquez do Villa Real. Sendo denunciado foi posto a tormentos, e depois suppliciado no Rocio.

Nabo. Pov. e freg. de S. Gens, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Villa Flôr, distr. e bisp. de Bragança; 75 fog. e 345 hab. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 1 k. da séde do conc. e está situada entre duas ribeiras, na estrada de Villa Flôr á Torre de Moncorvo. O reitor de S. Bartholomeu de Villa Flôr apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua, e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Naboangongo. Vasto territorio situado a O do conc. de Encoge e a S E do de Ambriz, na prov. d'Angola, Africa Occidental. E' atravessado pelos rios Lifune e Hongo, e formava uma das 6 divisões do territorio dos Dembos, com as quaes tantas luctas tem sustentado as armas portuguezas. O dembo de Naboangongo acommetteu o presidio de S. José de Encoge em 1759, logo depois da sua fundação, foi submettido e prestou vassalagem a Portugal em 1794.

Nabril. Antiga cidade da Lusitania, na actual provincia do Douro. Estava situada na falda NO da serra de Midões, e perto da villa assim chamada. Não se sabe se já tinha este nome no tempo da sua existencia. Tem-se ali encontrado cippos com inscripções romanas. Junto ao sitio onde consta ter sido o assento d'essa cidade, está o logar da Povoa de Midões, e proximo a elle existiu uma ponte romana. V. *Midões*.

Nacca. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, no sobado de Quiongo, 11.ª div. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Naceiros. Pov. da freg. de Santa Maria, de Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Nachinolá. Pov. e regedoria do conc. de Bardez, no distr. e arceb. de Gôa, na India. Tem escolas, e aguas mineraes.

Nacomba. V. *Aldeia de Nacomba.*

Nadadouro. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. d'Obidos, distr. de Leiria.

Nadaes. Pov. na freg. de S. Martinho, de Escapães, conc. da Feira, distr. do Aveiro.

Nadaes de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. João Baptista, de S. João da Fontoura, conc. de Rezende, distr. do Vizeu.

Nadorá. Pov. da freg. de N. S.ª da Victoria, regedoria de Revorá, no conc. de Bardez, no distr. e arceb. de Gôa, na India.

Nadrupe. Pov. na freg. de N. S.ª da Annunciação e conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa.

Nafarros. Pov. na freg. de S Martinho e conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Nagar-Avely. Praganã ou div. do distr. de Damão, arceb. de Gôa, India. E' composta d'uma villa e 62 aldeias. Está encravada nos dominios inglezes, e é a maior e a mais importante parte de Damão. Fórma um conc. que tem a sua séde em Paço d'Arcos, villa que foi constituida por

decreto de 11 de fevereiro de 1885 na antiga aldeia de Silvassá, tendo sido a mesma séde, até áquella data, na aldeia de Dadrá. As aldeias que compõem o conc., pertenciam ao rajá de Pernem; 65 passaram ao nosso dominio a 10 de julho de 1783, e as restantes em agosto de 1785, mediante os respectivos contratos. Ao principio eram administradas pelo Estado, e depois fôram postas em praça, resultando d'esta deploravel medida a fuga de muitos colonos, que não podiam supportar as violencias dos arrematantes, e occorrendo a devastação das riquissimas mattas da praganã, postas a saque pelos arrendatarios. Em 1860, depois de muitas queixas e representações, o governo do reino resolveu aunullar os contratos d'arrendamento e reassumir a administração das terras do conc, mas sem grande proveito para o Estado ou mesmo para os naturaes. E assim as mattas de Nagar-Avely, ou desappareceram, como a de Naroly, devastadas pelos machados dos industriosos, ou continuaram a jazer n'um estado lamentavel. Por sua banda, a agricultura tambem tem sido muito descuidada A praganã está situada a SE das outras praganãs em que o districto se divide, e inteiramente separada do primitivo territorio portuguez de Damão, sendo a distancia entre a sua aldeia mais visinha e aquella praça de cêrca de 20 k. O conc. confina a L com os territorios do rajá de Dharampur, ao S com a parte superior do rio Salcantor, tributario da margem esquerda do Damougangá, até ao monte de Gumbirgurh, a O com o rio que nasce proximo de Gumbirgurh até Valgão, d'onde segue, pela divisoria d'aguas entre a bacia do Damongangá e a do Calém, até Poa Gandna, onde atravessa para a margem direita do Calém, acompanhando a até proximo do Moti Borli; ao N, a linha limitrophe da praganã corre sensivelmente a ENE, passando proximo das Aldeias de Caxigão, Fulandy, Marcal, Varda e Pala. Junto d'esta ultima segue por L o curso do Coileque, confrontando com os dominios de Dharampur. As florestas de Nagar-Avely produzem pau rosa, teca, moreta, sissó, calicauti e outras madeiras preciosas.

Nagarxem. Pov. do conc. de Canácona, Novas Conquistas, no districto e arceb. de Gôa, India.

Nagas. Rio ou esteiro da Guiné, Africa Occidental. Sae do rio de Farim ou de S. Domingos, separa a ilha de Cacheu do territorio dos balantas, e entra no Oceano por quatro boccas differentes, que são o rio de Jatta a O, o Empernal a E, o rio das Ancoras entre as ilhas de Jatta e de Bussis, e o esteiro do Pico entre a ilha de Bussis e de Bissau. Tambem é chamado *Balantes.* || Pov. de gentios situada a pequena distancia do rio das Nagas, na Guiné, Africa Occideutal.

Nagoà. Pov. da freg. de Verná, no conc. de Salsete-Angediva, no distr. e arceb. de Gôa, India. || Freg. da Santissima Trindade, do conc. de Bardez, no distr. e arceb. de Gôa E' uma das mais antigas povoações christãs da India. A egreja foi edificada em 1560, e reedificada em 1679. Tem escolas. Constitue uma regedoria, abrangendo a pov. de Arporá || Pov. da propriedade rustica do mesmo nome, na freguezia de Santo André de Brancavará, do conc. de Diu, na India.

Nagomo. Territorio da circumscripção de Sena, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem minas d'ouro.

Nagorcém-Palolém. Regedoria do concelho de Canácona, distr. de Gôa, na India.

Nagorgão. Pov. do conc. de Sanquelim, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Pertence ao commando militar de Valpoy, na prov. de Satary.

Nagosa. Villa e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 97 fog. e 382 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. A villa dista 6 k. da séde do conc. e está situada n'uma baixa, proximo da margem esquerda do rio Tedo. O vigario do Castello apresentava o cura, que tinha 30$000 réis de congrua e o pé d'altar. A freguezia é fertil em milho, centeio, trigo, vinho, azeite, castanha, hortaliças, fructas de espinho e caroço, e legumes. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Nagosella. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Treixedo, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu.

Nagosello. Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 228 fog. e 648 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada a 1 k. da margem esquerda do rio Douro. O abbade de S. João da Pesqueira apresentava o cura, que tinha o pé d'altar e 50$000 rs. de congrua. A pov pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Nagovem. Pov. do conc. de Quepem, Novas Conquistas, no districto e arceb. de Gôa, India.

Naguelim. Pov da Ilha de Gôa, no conc. das Ilhas, distr. e arceb. de Gôa, India.

Naguem. Pov. do conc. de Sanquelim, no distr. e arceb. de Gôa, India. Fica na estrada de Sanquelim a Quelgate. || Aldeia da regedoria de Molcorném, no concelho de Quepém, districto de Gôa, na India. || Aldeia da circumscripção militar de Valpoy, na prov. de Satary, distr. de Gôa, na India.

Nahareca Ossuo. Pov. e jurisdicção do reino de Luca, na ilha de Timor, Oceania.

Naia. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Maximinos, conc. e distr. de Braga. || S. Martinho, de Carvalhas, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Pedro, de Cesar, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Ferreiros, conc. e distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Gaifar, conc. de Ponte do Lima, districto de Vianna do Castello. || Santo André, de Marecos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Miguel, de Morreira, conc. e distr. do Braga. || Santa Maria, de Moure, conc. de Barcellos, do mesmo districto.

Naibaga. Pov. do conc. de Pernem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Fica na margem esquerda do rio de Tiracol, proximo de Pernem.

Nailá Padi. Pov. da praganã de Maer, no conc. e distr. de Damão, arceb. de Gôa, India. Fica ao sul do rio Sandalcalo e pertence á regedoria de N. S.ª dos Remedios.

Naiquinim. Povoação na circumscripção de

Batti, do commando e concelho de Sanguém, distr. de Gôa, na India.

Naliará. Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freguezia de Santo André, de Brancavará, do concelho de Diu, na India.

Namacaso. Monte da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Fica ao N do Zambeze e faz parte da cordilheira que separa a bacia hydrographica do Chire da do Revugo, e serve de limite aos territorios luso-inglezes.

Namarraes. Povo selvagem e aguerrido da costa oriental d'Africa, pertencente á grande raça dos macúas. Depois de derrotados em varios combates pelo capitão Mousinho d'Albuquerque em 1896, fôram de novo reduzidos á obediencia á autoridade portugueza.

Nambla. Pov. da freg. de S. José, na 3.ª div. de Quinzenza, conc. de Calumbo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Namego. Ilha do archipelago de Cabo Delgado, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Namitenze. Confluente da margem esquerda do rio Zambeze, no distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Namly. Pov. do conc. de Sanquelim, Novas Conquistas, no districto e arceb. de Gôa, India.

Namma. Pov. do sobado e conc. de Cabinda, na delegação do Chiavala, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Namorada. Pov. da freg. de S. Nicolau, de Mazarefes, concelho e districto de Vianna do Castello.

Namorado *(Antonio Fausto)*. Cirurgião-mór do exercito; cavalleiro das ordens d'Aviz, da Torre e Espada, de Nossa Senhora da Conceição; condecorado com as medalhas de prata de bons serviços e de comportamento exemplar, cavalleiro da ordem de Izabel a Catholica. N. em Extremoz a 26 de agosto de 1821, fal. em 5 de janeiro de 1904. Era filho de Antonio Joaquim Namorado, cirurgião militar, um dos bravos que serviu na legião portugueza, commandada pelo marquez d'Alorna, e de sua mulher, D Marianna Carolina Amalia d'Oliveira. Concluiu o curso da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, aos 21 annos de edade, com a classificação de louvor e distincção, e publicou a sua these em 1842, a qual tinha por titulo o *Tratamento sobre os pés tortos*. Nomeado cirurgião ajudante de infantaria n.º 13 a 19 de agosto do anno de 1842, foi transferido a 28 de março de 1843 para infantaria n.º 7, e n'este regimento servia, quando se deu o golpe de estado de 6 de outubro de 1846. Tendo-se o seu regimento collocado ao lado da Junta do Porto, teve que marchar para ahi sob o commando do conde das Antas, e durante 8 mezes passou pelas maiores vicissitudes, dando sempre provas de maior patriotismo. Em consequencia dos relevantes serviços que prestou, a Junta o elevou a cirurgião mór, mas esta promoção não foi mantida, e mais tarde, a 12 de outubro de 1847, o governo o collocou em caçadores n.º 2. Em 1848 desenvolveram se na guarnição de Lisboa ophtalmias granulosas, e então. fôram grandes os serviços, que Antonio Fausto Namorado, como clinico, prestou no hospital da Estrella, no Instituto Ophtalmico, á Cruz dos Quatro Caminhos, no hospital da Boa Hora, em Belem, e no presidio de S. Jorge. Em 1856, na occasião em que a cholera-morbus assaltou o regimento de artilharia n.º 2, aquartelado em Elvas, foi para ali transferido, sendo logo indicado pelo Conselho de Saude para tomar a direcção do hospital militar. Por decreto de 18 de janeiro de 1882 foi promovido a cirurgião de brigada para a 2.ª divisão militar, e em 3 de outubro de 1891 reformado no posto de general de brigada.

Namorado *(Francisco Antonio)*. Foi visconde de Sauto Ambrosio. V. *este titulo*.

Namorado *(Joaquim Antonio d'Oliveira)*. Cirurgião-medico pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa. N. a 25 de fevereiro de 1839, sendo filho do medico militar Antonio Joaquim Namorado e de sua mulher, D. Marianna Carolina Amalia d'Oliveira. Aos 15 annos de edade matriculou-se na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, e ali fez, sem iuterrupção, o seu curso de 1855 a 1860, defendendo a these inaugural em outubro d'esse anno, a qual tem o titulo de *Panaricio*, mas não se imprimiu. Foi nomeado medico substituto das cadeias civis de Lisboa, e da casa da correcção em 1877, e sub-delegado de saude substituto em 1878. Desde 1866, em successivas reeleições, algumas em lucta junto da urua com adversarios influentes, foi vereador da camara municipal de Lisboa, desempenhando funcções em quasi todos os pelouros. O dr. Joaquim Namorado foi o proprietario d'um dos primeiros postos medicos que se estabeleceram em Lisboa. Durante a epidemia da febre amarella, em 1857, sendo ainda estudante de medicina, prestou serviços n'um hospital provisorio, estabelecido na rua de Santo Ambrosio (casa que depois comprou de sociedade com seu irmão, o visconde de Santo Ambrosio), e por isso lhe fôram concedidos o habito da Torre e Espada e a medalha humanitaria da camara municipal. O dr. Joaquim Namorado tem collaborado em diversos jornaes, principalmente a respeito de questões municipaes e de hygiene. No *Courrier de Lisbonne* inseriu uma serie de artigos ácêrca da salubridade publica. Em 1864 fundou, com o já mencionado visconde de Santo Ambrosio, seu irmão, um jornal com o titulo de *Noticiario Portuguez*, seguindo pouco mais ou menos o programma do *Diario de Noticias*, mas passado tempo mudou para o nome de *Diario Popular*, sendo a sua propriedade transferida para outras pessoas. E' casado com D Luiza Maria Coutinho. Escreveu: *Algumas considerações sobre as casas de correcção e cadeias civis de Lisboa*, Lisboa, 1877.

Namorado *(José Joaquim)*. General de divisão reformado. N. em 1 de outubro de 1824, sendo filho do cirurgião militar Antonio Joaquim Namorado e de D. Marianna Carolina Amalia de Oliveira Namorado. Em 1836, com pouco mais de 12 annos de edade, matriculou se no primeiro anno da Academia de Marinha, e tendo sido creada a Escola Polytechnica, concluiu o curso de nevegação, e observatorio astronomico, seguindo depois o curso de engenharia militar, alcançando o primeiro premio pecuniario em fortificação, e o segundo em architectura Em 1842 foi despachado alferes alumno paisano e concluindo o curso de engenharia em 28 de julho de 1845, despachado alferes effectivo para caçadores n.º 9. Reformou se depois, em abril de 1883, no posto de general de divisão. Tinha a commenda da

ordem d'Aviz, e da de Izabel a Catholica, de Hespanha. Serviu como engenheiro nos trabalhos da companhia dos canaes da Azambuja em 1846; engenheiro chefe da secção de Extremoz, na estrada de Lisboa a Elvas, desde 1849 a 1851; e director das obras publicas do districto de Beja desde 1851 a 1857. Fez parte da commissão de defeza de Lisboa ao sul do Tejo desde 1860 a 1868; sub-director do Real Collegio Militar desde janeiro de 1872 a abril de 1874, e desempenhou outras differentes commissões de engenharia militar, sendo por fim inspector da arma na 4.ª div. mil. em 1876, e depois na 1.ª div. des de 1876 até á data da sua reforma. Foi deputado na legislatura de 1875 até 1879. Collaborou em varios jornaes sobre differentes assumptos militares e politicos. Escreveu um poema allusivo á batalha das linhas d'Elvas, com o titulo de *A Elveida*, Lisboa, 1872.

Namorados. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição e conc. de Castro Verde, distr. de Beja. || N. S.ª da Annunciação e conc. de Mertola, do mesmo districto.

Namuli. Notavel grupo orographico da região montanhosa situada entre o delta do Zambeze e o Rovuma, Africa Oriental. São montes que fórmam no seu conjuncto um dos mais bellos territorios elevados de toda a Africa, conforme o affirmaram viajantes nacionaes e estrangeiros. O grupo d'estes picos eleva-se sobre um pedestal de cêra de 700 m. acima do nivel do mar, tendo por ponto culminante o pico Namuli, quasi inaccessivel, com 2:700 m. d'altitude e rodeado por outros picos como o Malesani, o Miruli e o Mresi, cujas altitudes variam entre 2:000 a 2:500 m. A vegetação que cobre estes montes é deveras luxuriante. O clima é salubre e temperado. Tem origem n'este agrupamento o rio Licungo e varios affluentes do Lurio.

Nandei. Pov. do sobado de Chaluvahula, na div. e conc. do Humbe, distr. da Huilla, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Nandua. Pov. do sobado de Mahama, na div. e conc. do Humbe, distr. da Huilla, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Nandufe. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Tondella, distr. e bisp. de Vizeu; 157 fog. e 574 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada n'um valle proximo do rio Dinha. O abbade de Cannas de Sabugosa apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é muito fertil em todas as producções agricolas do paiz; cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus montes ha muita caça miuda. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. N'esta pov. ha uma importante fabrica de lacticinios, pertencente ao sr. visconde de Nandufe, o sr. Antonio Coelho Rodrigues Vianna.

Nancly. Pov. do conc. de Sanquelim, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Fica proximo da margem esquerda do rio Velus. Pertence é circumscripção militar de Valpoy, da provincia de Satary.

Nanhande. Pov. da div. e conc. do Humbe, no distr. da Huilla, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Nano. Vasto territorio que se estende ao SE do distr. de Benguella entre Caconda e as terras do Huambo, prov. d'Angola, Africa Occidental. E' muito cortado de rios, cujas aguas vão ao Cunene, e occupa uma grande zona no planalto da Africa austral. O major Serpa Pinto visitou-o quando da sua viagem através da Africa. Os costumes dos povos de Nano, assim como a lingua que falam, são eguaes aos dos habitantes do valle de Quillengues. Trabalham o ferro com que fabricam as suas armas, e dão-se á agricultura. São muito aguerridos e de quando em quando assaltam os povos visinhos para os roubarem. As raparigas, emquanto virgens, usam nos artelhos umas manilhas de verga de pau, e é um grande crime o uso indevido d'essas manilhas. Em todas as povoações do Nano ha uma especie de kiosques para conversação. São cubatas de tecto de colmo onde os indigenas se reunem, sentados, e contam uns aos outros os episodios das suas caçadas e das suas guerras, tendo primeiramente accendido ao centro da cubata a indispensavel fogueira. || Uma das divisões do concelho de Novo Redondo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Nanodêm. Pov. da circumscripção militar de Coddal, na provincia de Satary, distr. de Gôa, na India.

Nanorem. Rio do conc. de Sanquelim, no distr. e arceb. de Gôa, India. E' um affluente do rio Madei. Nasce nos contrafortes dos Ghattes, corre do N para o S, e entra no rio Madei pela margem direita. || Pov. do conc. de Sanquelim, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa.

Nanpucua. Pov. do sobado de Mutano, na div. e conc. do Humbe, distr. da Huilla, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Nantes. Pov. na freg. de Villar de Nantes, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Nanuz. Pov. do conc. de Sanquelim, antiga prov. de Satary, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada na margem direita do rio Madei. Tinha uma fortaleza construida por um rajá em tempos remotos, e d'ella fizeram o seu quartel-general as raues e os maratas, quando da sublevação de 1895-1896. A auctoridade superior do distr. mandou-a arrasar quando as forças do reino commandadas por sua alteza senhor D. Affonso occuparam Satary, sendo ao mesmo tempo incendiadas as gazás gentilicas. Pertence á circumscripção militar de Valpoy.

Não. Cabo na costa de Marrocos, fronteiro do archipelago das Canarias. Nas cartas modernas tem o nome de *Nun*, *Noun* ou *Nant*. Na costa occidental da Africa, para onde primitivamente se dirigiram os olhares inquietos e prescutadores do infante D. Henrique, ficava o cabo Não. Tal era o terror que elle inspirava aos maritimos, tão supersticiosos n'essas afastadas epocas, que era vulgar entre elles o proverbio: «Quem passar o cabo Não ou voltará ou não.» Quando depois do regresso da fatal jornada de Ceuta, o infante estabeleceu a sua residencia em S. Vicente (o *Promontorium sacrum*, dos antigos), e mandou navios á cata de descobertas, os primeiros que partiram, dobraram o famoso cabo indo além d'elle 60 legoas até tocarem no Bojador. Parece que os primeiros marinheiros portuguezes que o transpuzeram fôram os cavalleiros da casa do

infante João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira. Uma tempestade, porém, de tal maneira os acossou que os arrojou para longe da costa, fazendo-os andar perdidos. Foi n'essa situação tão embaraçosa e difficil para os dois arrojados navegadores que, em seguida a alguns dias de navegação incerta, perfeitamente á ventura das vagas, descobriram a ilha de Porto Santo, ponto de partida para a descoberta da Madeira. Apezar de alguns historiadores, e entre elles Galvão, Faria e Sousa, Damião de Goes, etc., pretenderem que fomos nós os primeiros que dobraram o cabo Não, está demonstrado que, antes dos portuguezes, já outros aventureiros o tinham transposto. E a prova está em que as Canarias já tinham sido descobertas, não podendo os expedicionarios ter ido por outro caminho que não fôsse o d'aquelle cabo. Segundo a relação deixada por um escriptor citado pelo visconde de Santarem no seu curioso livro: *Recherches sur la priorité de la decouverte des pays situés sur la côte occidentale d'Afrique au delá du cap Bojador*, pag 171, houve um frade hespanhol que visitou Marrocos, Azamor, Safi, Gazulla, e passando o cabo Não, metteu-se n'um bote percorrendo toda a costa dos moiros, chamada plagas arenosas, até ao cabo Bojador, limitando se depois a reconhecer as ilhas que ficavam para aquém do temeroso cabo. O cabo Não era, portanto, conhecido. Conhecido e temido, o que é natural, pois todos suppunham que o mundo terminava n'aquellas paragens, e que, tentar ir além, seria provocar a colera divina. Quando o infante se dispoz a iniciar as descobertas maritimas, conhecia de sobejo a existencia do cabo. E tanto o conhecia que o mandou dobrar, convencido de que a façanha não seria espantosa, visto outros marinheiros o terem já transposto. Os marinheiros tambem o conheciam, e a prova está em que o temiam, repetindo o aphorismo acima citado. O que póde, pois, affirmar-se é que, no tempo do infante, os nauticos portuguezes limitavam as suas viagens até ao cabo Não, que era o ponto extremo a que tinham chegado, e que os primeiros portuguezes que o dobraram, cumprindo as ordens de seu amo, fôram os referidos João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, que, tendo heroicamente combatido em Ceuta, valentemente se portaram em 1418, quando chegaram até perto do Bojador, façanha brilhante que remataram com a conquista da Madeira. O Bojador foi dobrado mais tarde, em 1434, por Gil Eannes. V. *Portugal*, vol. II, pag. 368.

Naoblos. Montes do conc. e distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. Ficam proximos da costa, e pouco para o N da foz do rio Cuanza.

Napier de S. Vicente (*Carlos Napier, visconde e conde do Cabo de S. Vicente, e conde de*). Almirante inglez e almirante honorario da marinha portugueza; gran-cruz da ordem da Torre e Espada; membro do parlamento de Inglaterra, vice-almirante e cavalleiro da ordem do Banho; cavalleiro das ordens de Maria Thereza d'Austria, de S. Jorge da Russia, e da Aguia Vermelha da Prussia. N. em 1786, falleceu em 1860. Entrando na vida maritima aos 13 annos de edade, assignalou-se nos cruzeiros organisados contra os navios francezes; em 1805 foi nomeado tenente do *Corajoso*, embarcação franceza para a captura da qual havia contribuido, e tres annos depois, regressando da campanha contra as Antilhas dinamarquezas sustentou com a corveta franceza *Diligente* um combate, em que ficou gravemente ferido. Em 1809 tomou de assalto o forte Eduardo na Martinica, e concorreu para a tomada da *Hautpoul*, nau de linha, sendo por este feito promovido ao posto immediato. Mandado em 1810 para a Peninsula veiu embarcar na costo de Portugal, e reunindo-se ao exercito de Wellington, assistiu á batalha do Bussaco, e esteve nas linhas de Torres Vedras. Desde 1811 até 1814 andou cruzando no Mediterraneo, aprisionou muitos navios mercantes, bombardeou a cidade de Sapri e apoderou-se da ilha de Pouza (1812). Posteriormente fez em 1814 uma campanha contra os Estados-Unidos, tomou parte no ataque de Alexandria e de Baltimore, e sendo depois da paz collocado na disponibilidade, foi em 1829 nomeado commandante da fragata *Galatea*, com a qual veiu cruzar nas costas de Portugal, sendo durante essa commissão que Napier fez os seus primeiros ensaios de navegação a vapor. Em seguida partiu para a India, e logo que regressou a Inglaterra, em 1831, foi mandado para os Açôres com o fim de proteger os subditos britannicos residentes no archipelago. Chegando a S. Miguel em principios de junho, quando já se havia feito de véla a expedição liberal destinada á conquista das ilhas de S. Jorge e do Pico, Napier, depois de conferenciar com o consul geral e com o vice almirante Prego, partiu para a ilha Terceira, onde se encontrou com o marquez de Palmella e José Antonio Guerreiro, membros da regencia, passando depois ao Faial que por esse tempo caiu nas mãos do conde de Villa-Flôr. Sympathisando com a causa dos defensores do throno de D. Maria II e voltando á Inglaterra, dedicou se ao estudo dos meios de fazer vingar as idéas d'esses nossos militares, e no jornal *United service* publicou em 1832 um artigo no qual se liam os seguintes periodos: «O unico methodo seguro de concluir a questão portugueza é entrar á queima roupa no Tejo e levar a capital d'assalto. As baterias que defendem o rio são, sem duvida, fortes, porém com vento de feição e uma forte corrente depressa ficariam inuteis. A artilharia portugueza ainda que altamente apreciada na guerra peninsular não tem tido n'estes ultimos tempos pratica sufficiente, nem todos os tiros acertam e d'esses mesmos poucos offendem o costado do navio, e repartindo as peças de artilharia em terra por todos os navios que fórmam a expedição não caberiam mais de seis tiros a cada um. Tambem se deve ter em consideração que em caso de revez qualquer numero de navios póde fundear no Tejo fóra do alcance das baterias de um e outro lado, e se com uma esquadra de 8:000 homens de tropa a bordo os habitantes de Lisboa se não levantarem em massa, não são a favor de D Maria, e n'esse caso aquella força desembarcando em qualquer parte de Portugal nunca poderia desthronar D. Miguel. Ainda com uma força maior não poderiam em primeiro logar sustentar uma guerra defensiva nas provincias do Minho e Douro, e por consequencia não é provavel que elles possam sustentar agora uma guerra offensiva com uma força menor.» Continuando sempre a interessar-se pela sorte

dos constitucionaes portuguezes, quando o duque de Palmella foi a Inglaterra nos fins de 1832 Napier apresentou ao nosso diplomata o seu plano de fretar uma duzia de vapores, embarcar o exercito na Foz e entrar pelo Tejo dentro n'uma noite e decidir de vez a questão, fundando estas suas idéas em que a melhor parte do exercito de D. Miguel estava em volta das linhas do Porto, e portanto longe da capital, e que as continuadas sortidas feitas pelas tropas da rainha eram um inutil desperdicio de vidas sem de maneira alguma adiantarem o bom exito da causa em que andavam empenhados. O duque communicou para o Porto esse plano, mas o ministerio não o acceitando completamente, mandou a Londres um emissario, Rodrigo da Fonseca Magalhães, com uma carta para o nosso agente em Londres, o futuro conde da Carreira, encarregando-o de offerecer o commando da esquadra constitucional a Napier, e ao mesmo tempo uma carta para este escripta por Bernardo de Sá Nogueira (depois marquez de Sá da Bandeira) ministro da marinha. N'essa carta datada de 31 de janeiro de 1833, dizia Bernardo de Sá: «O projecto de entrar no Tejo parece-me impraticavel, pois ainda que os nossos barcos de vapor escapassem das numerosas baterias de terra, seria quasi impossivel poderem escapar á artilharia de mais de uma duzia de navios de guerra fundeados no rio. Parece-me que a parte da costa, onde nos seria mais util desembarcar, é desde Peniche até Cascaes; depois segue-se a costa entre o Tejo e o Sado; depois d'isso temos Sines, costa do Alemtejo, talvez a mais facil para effeituar um desembarque, visto que tem poucos portos e não está bem guardada. Temos ainda as bellas praias do Algarve. Vós bem sabeis a maneira como trepámos sobre os rochedos de S. Jorge e S. Miguel, e é melhor ter ainda de trepar do que estar exposto ás baterias durante o desembarque. Quanto ao vosso contrato para o serviço da rainha e á vossa viuda para esta, é preciso que haja n'isso o maior segredo. O sr. Magalhães portador d'esta carta vae encarregado de se entender com o sr. Lima e Mendizabal sobre este assumpto e particularmente comvosco.» A esta carta respondeu Napier declarando as condições com que acceitaria o commando da esquadra, e tratando em seguida das operações militares accrescentava: «Como presumo que a força actualmente reunida no Porto não é sufficiente para fazer um movimento para a frente, sem ser apoiada por um levantamento de povo, devem tomar-se immediatamente medidas para obrigar o inimigo a diminuir as suas forças em frente d'aquella cidade. Occorrem-me diversos planos; o primeiro e o melhor seria fretar dez vapores, embarcar todo o exercito, conduzil-o directamente ao Tejo e desembarcar em Lisboa; isto exigiria fundos. O segundo é fazer entrar rapidamente a esquadra em Lisboa com 2:000 homens a bordo; isto, comtudo, só se poderia tentar com a certeza de que os habitantes eram favoraveis á causa; sendo bem succedidos tanto melhor, e no caso contrario ha um bom ancoradouro em Lisboa fóra do alcance da artilharia por todos os lados, e uma esquadra inimiga ali fundeada os obrigaria a levantar o bloqueio do Porto. Se nenhum d'estes planos se julgasse exequivel, embarcar-se-iam na esquadra 1:000 ou 1:500 homens, e se effeituariam desembarques em differentes pontos da costa. Não tenho duvida de que facilmente seriamos senhores de Peniche, por exemplo, e isto faria chamar algumas tropas do bloqueio do Porto. Poderiamos fazer desembarques na bahia de Lagos, no Algarve, poriamos toda a costa em alarme, e estar senhor do mar é uma enorme vantagem que se deve aproveitar. Sendo o povo a favor, poderiam formar-se e armar-se corpos de tropa no Algarve, e isto seria de grandissimo proveito para a causa, servindo os 1:500 homens de nucleo a um exercito que marchando por todo o Algarve faria uma poderosa diversão.» Entretanto as circumstancias do Porto eram as mais criticas, e os amigos da causa da rainha em Londres estavam desanimadissimos, esperando a toda a hora receber a noticia da entrega da cidade. No meio d'estes apuros era impossivel arranjar dinheiro, mas informações da revolta das tripulações na esquadra liberal, então commandada por Sartorius, fizeram com que Abreu Lima se resolvesse a tentar um ultimo esforço, e indo ter com Napier decidiu o a tomar o commando das forças navaes de D. Pedro, e a preparar os meios de realisar um golpe de mão sobre o Algarve. O bravo official de marinha, levado do seu decidido amor á causa da Liberdade, desistiu dos seus antigos projectos sobre Lisboa, inclinou-se para a idéa de uma expedição ao Algarve, pondo como condição ser acompanhado por Palmella, que a esse tempo estava em Paris. Avisado o duque, regressou a Londres e este diplomata, Abreu Lima e Mendizabal, envidando todos os esforços trataram com incrivel ardor os preparativos indispensaveis, e no dia 28 de maio largavam de Falmouth para o Porto 5 vapores conduzindo a seu bordo o duque de Palmella e Mendizabal, 160 officiaes marinheiros e umas 322 praças dos batalhões inglez e belga, sendo Napier o chefe da expedição. Na noite do 1.º de junho surgiu Napier em frente do Porto, e desembarcando na Foz, encaminhou-se de madrugada para a cidade, onde foi recebido pelo imperador. Na manhã seguinte voltou Napier ao paço, e ahi na presença do marechal Solignac se tratou da necessidade de realisar promptamente uma operação decisiva, insistindo n'essa occasião ainda aquelle official no seu antigo plano de forçar a barra do Tejo ou de tentar um desembarque entre Peniche e Lisboa, para n'uma marcha rapida se apresentar a tropa ás portas da capital. Ficou a questão para se tratar n'um conselho militar, e reunido este debateram-se os quatro importantes pontos: 1.º Será conveniente embarcar todas as tropas disponiveis e fazer com ellas um ataque decisivo sobre Lisboa? 2.º Será melhor embarcar 2 ou 3:000 homens e fazer com elles um ataque sobre algum ponto distante da capital e do Porto? 3.º Deve ser Villa Nova atacada por um desembarque feito na retaguarda? 4.º Deve effeituar-se um ataque na retaguarda das linhas inimigas ao norte da cidade? Discutiram-se attentamente todas essas hypotheses, e afinal a maioria do conselho optou pelo parecer de Napier, que propunha que se abandonasse a Foz, se limitassem as linhas unicamente á defeza do Porto, e com a maxima força da gente de que se pudesse dispôr se fôsse com ella fazer um ataque subito sobre Lisboa. Napier recebeu antes a sua patente de vice-al-

mirante e o commando da esquadra, que se compunha de tres fragatas: *D. Pedro(*50 peças), *Rainha de Portugal* (de 46), e *D. Maria II (*de 42), corveta *Portuense (*de 20), e brigue *Conde de Villa Flor* (de 18), consistindo a guarnição em mil e tantas pessoas, entre officiaes e marinheiros. Napier, trocando então o verdadeiro nome de Carlos de Pouza para commemorar o seu velho feito de armas na Italia, ao qual acima nos referimos, e principalmente para illudir as leis inglezas que lhe vodavam sob pena de perda da patente, entrar ao serviço estrangeiro sem permissão do seu governo, foi tomar posse do commando e dispôr tudo para o embarque da expedição. Entretanto voltava de novo a indecisão sobre o plano que se devia seguir nas operações, Solignac fez por um instante acceitar a sua idéa da partida de uma divisão de 5:000 homens para Lisboa, e depois resolveu-se que D. Pedro e Solignac ficassem no Porto enviando-se para o Algarve uma expedição mais pequena. Como o marechal era contrario a esse projecto, demorou-se o embarque das forças, e o almirante, desconfiando do que se passava, fez signal telegraphico para terra, dizendo que não era certamente esse o modo de ganhar a causa da rainha. *Vem soldados ou não?* perguntou elle; *A' vista da resposta procederei.* As demoras continuavam, os dias 9 e 10 passaram-se sem mais decisão de embarque, e o almirante no dia 11 declarou para terra *que se não embarcava a tropa, immediatamente arrearia a sua bandeira e seguiria sem demora para Inglaterra.* N'este aperto convocou-se um novo conselho militar, e n'elle se decidiu finalmente que não se podendo mandar para fóra do Porto sem risco de perder esta cidade uma divisão de 5:000 homens, forçoso era recorrer ao emprego de uma pequena expedição de 2:500 homens, que se destinaria ao Algarve, e n'esse mesmo dia foi esta resolução communicada a Napier por uma carta de D. Pedro. A tropa destinada á expedição começou o embarque no dia 12, estava toda a bordo no dia 14, e no immediato fôram recebidos pelo almirante o duque da Terceira, nomeado commandante da expedição, e o duque de Palmella, nomeado governador civil provisorio, para reger os territorios que fôssem entrando na obediencia da rainha. Só no dia 20 já por noite pôde a expedição terminar os seus arranjos, e feito o signal de despedida começaram os vapores a levantar ferro durante a noite, e a esquadra reunida com os vapores fez se de véla pelas 7 horas da manhã do dia 21, seguindo o rumo do sul com vento de bonança e mar de feição. No dia immediato avistou Peniche, aproximou-se depois ao cabo da Roca, para chamar sobre aquelle ponto a attenção do governo de Lisboa e distrail o do verdadeiro ponto de desembarque, dobrou na noite de 23 o cabo de S. Vicente, e foi seguindo pela costa do Algarve, d'onde alguns fortes perto dos quaes passava, lhe fizeram alguns tiros. Pelas 3 horas da tarde de 24, estava a esquadra em frente da praia escolhida para o desembarque, entre o forte de Cacella e o Monte Gordo, a duas leguas proximamente de Tavira, e ahi sem o mais pequeno desastre ou contratempo, saltaram em terra as tropas do duque da Terceira, que como é sabido, 30 dias depois entravam na capital do reino. Effeituada essa operação seguiu a esquadra para Faro, d'ahi passou á bahia de Lagos, e no dia 5 de julho encontrou-se com a esquadra miguelista, ganhando ahi a importante batalha do Cabo de S Vicente (V. *S. Vicente*). Napier foi por esse brilhante feito elevado a almirante, e agraciado com o titulo de visconde do Cabo de S. Vicente, por decreto de 10 de julho 1833. Partindo na direcção de Lisboa, mas tendo de luctar com os ventos contrarios só no dia 24 de julho pôde chegar á foz de Tejo, onde com grande espanto seu foi informado do abandono da capital pelos miguelistas, e da sua occupação pelas tropas do duque da Terceira. Depois d'isto cooperou Napier para pôr Lisboa a coberto dos ataques dos miguelistas, concorreu até certo ponto com as suas forças navaes para as victorias ganhas pelos constitucionaes nas linhas da capital, e tendo indo a Setubal e a Lagos cuidou em dispôr esses pontos, de modo, que prestassem efficaz auxilio ás operações militares das tropas de D. Pedro. N'este meio tempo levantaram-se desintelligencias um tanto graves entre o almirante e o ministro da marinha; serenadas, porém, um pouco essas discordias, obteve Napier a faculdade de poder operar livremente nos portos de mar, e dirigindo-se a Setubal no dia 16 de março de 1834, e tomando a marinhagem e soldados das guarnições dos navios de guerra, endireitou a prôa ao norte até ir parar junto do cabo Mondego. Impossibilitado d'acommetter a Figueira pela difficuldade que a resaca lhe oppunha ao desembarque da mais pequena porção de gente em qualquer ponto da costa, continuou viagem para a foz do Minho, e ahi se apoderou de Caminha. Dias depois entrava o almirante em Vianna do Castello, e Ponte do Lima e a praça de Valença entregava se-lhe egualmente no dia 4 d'abril, ficando d'este modo na obediencia do regimen constitucional essa importante região de Portugal. Depois d'esta curta mas decisiva campanha, voltou o almirante a Lisboa e fazendo se novamente ao mar nos principios de maio, foi entrar na Figueira no mesmo dia em que o duque da Terceira vindo do norte chegava a Coimbro, apoderou-se de Ourem, e estava para se reunir ás forças do duque da Terceira quando este ganhando a batalha da Asseiceira deu o ultimo golpe na causa do absolutismo, e pôz termo á guerra civil que havia tantos annos durava em Portugal. Concluida a lucta aggravaram-se mais e mais as desintelligencias entre Napier e o governo portuguez, porque o almirante, conscio da sua proficiencia militar e dos serviços que havia prestado, não se conformava a miude com a sujeição ao ministro, e este não podia de modo algum ceder da autoridade e funcções que segundo as leis lhe eram commettidas, e afinal no dia 15 d'outubro arreou o seu pavilhão, e retirou-se para Inglaterra, sendo-lhe concedida a exoneração que pedira dos cargos de commandante em chefe e de major general da armada. A carta regia em que a rainha concede ao almirante a exoneração, declara como é justo os brilhantes serviços que elle prestou á causa liberal, a camara dos pares e a dos deputados votaram lhe publicos agradecimentos, e o illustre vencedor da esquadra miguelista, ao deixar o nosso paiz, recebeu ainda de D. Pedro IV o titulo de conde do Cabo de S. Vicente por decreto de 17 do abril de 1834, titulo que posteriormente lhe foi trocado no de conde Napier de S. Vicente por decreto de 7 de

dezembro de 1842. Recebeu tambem a grã-cruz da ordem de Torre e Espada. Escreveu: *Guerra da successão em Portugal*, que se acha traduzida na nossa lingua; a *Guerra da Syria*, *A marinha, o seu passado e o seu presente*, collecção de cartas no *Sun* e no *Times*, e uma auto-biographia intitulada *A minha vida*, que foi publicada em 1856.

Napoleão dos Santos *(Alfredo)*. Pianista-compositor, mais conhecido pelo nome de *Alfredo Napoleão*. N. no Porto a 31 de janeiro de 1852, sendo filho de Alexandre Napoleão, italiano, e de D. Joaquina Maria dos Santos. Alexandre Napoleão veiu para Portugal ainda muito novo, emigrado, e estabeleceu-se no Porto como professor de musica. Além de Alfredo Napoleão, teve mais dois filhos: Arthur Napoleão, notavel pianista, e Annibal Napoleão, musico compositor (V. *os artigos seguintes.*) Alfredo Napoleão tinha apenas um anno quando falleceu sua mãe, e como seu pae estava em Londres, ficou entregue aos cuidados de sua avó materna residente em Villa Nova de Gaia. Em 1858 seu pae mandou-o buscar, e ensinando-lhe os primeiros rudimentos, confiou-o aos cuidados do illustre professor Mr. Wood, que tinha sido discipulo do maestro Moschelles. Wood, que era casado com uma senhora portugueza, teve de ausentar-se para Lisboa, e fundou aqui um collegio. Alfredo Napoleão acompanhou o mestre, e com elle se conservou até 1868, anno em que foi para o Brazil no intuito de seguir a vida commercial, sob a protecção d'um brazileiro de muita influencia ao seu paiz. Até 1869 esteve empregado n'um estabelecimento de pianos, não deixando, comtudo, de proseguir nos seus estudos. N'aquelle anno apresentou-se ao publico fluminense n'um concerto realisado no theatro Lyrico, ao qual assistiu o imperador D. Pedro II. Tendo obtido grande exito emprehendeu uma digressão artistica pelo Rio Grande do Sul, Rio da Prata, etc., permanecendo durante seis annos em Buenos-Ayres e Montevideu exercendo o professorado. Em 1879 voltou ao Rio de Janeiro, e percorreu as provincias do norte do Brazil, demorando-se dois annos em Pernambuco, onde deu lições de piano. Em 1882 veiu a Portugal, e realisou differentes concertos em Lisboa e no Porto, merecendo do publico e da critica as mais calorosas referencias. Partindo para Londres e Paris, onde foi egualmente muito apreciado pelos mais eminentes criticos musicaes, voltou em 1889 ao Rio de Janeiro, e ali se demorou alguns annos, emprehendendo nova viagem artistica a Portugal em 1893, e regressando depois ao Rio de Janeiro no mesmo anno. Por essa occasião deu uma serie de concertos em todo o continente sul-americano. Em 1899 veiu fixar a sua residencia no Porto, sua terra natal, onde se conservou, exercendo a sua profissão de professor de piano, passando em 1906 a Lisboa onde deu alguns concertos. As suas grandes qualidades de artista não se affirmaram sómente como executante, os seus trabalhos de compositor, que são numerosos, attestam a grande competencia que lhe deu um logar especial entre os musicos do seu tempo. Mencionaremos os seguintes: *Phantasia sobre o Rigoletto; Variações sobre o Carnaval de Veneza; Polonaise*, para piano e orchestra; *1.º concerto em mi bemol; Tableaux* (suite); *Ballada; Sketches; Preludio e fuga; Caprice* (phantasia); *Souvenirs; Sonata em sol; Grande sonata em dó menor; Rondeau; Estudos classicos* (serie de); *Ouverture symphonique*, para grande orchestra; *Suites de piano e flauta; 2.º concerto em dó menor; Romanzas; 3.º Concerto em ré; Pêle-mêle* (suite) publicada n'uma importante casa allemã, e que comprehende as seguintes peças: *Bagatelle; Sur le Tage* (ballada); *Marche de noces; Enfant dô* (berceuse); e *Valse Caprice;* outra collecção comprehendendo os tres romances *Un loir de printemps, Le Rêve* e *Exhaussée.*

Napoleão dos Santos *(Annibal)*. Musico-compositor, irmão dos distinctos pianistas Alfredo e Arthur Napoleão. N. no Porto a 3 de janeiro de 1845, fal. em Lisboa em 1880. Recebeu de seu pae as primeiras lições, estudando depois na Irlanda com o professor Sproule; realisou differentes concertos no Porto e em Lisboa, onde se estabeleceu como professor, e indo em 1869 para o Brazil, fez-se ouvir no Rio de Janeiro, percorrendo todas as provincias do norte. Em Pernambuco casou com a filha do empresario Amat. Regressando ao Rio de Janeiro abriu um curso musical, mas como se não désse bem com o clima, voltou para Lisboa, onde falleceu. Deixou differentes trabalhos, entre os quaes citaremos: *Souvenirs de jeune âge; Je t'aime*, etc. As composições, que escreveu, fôram publicadas pela casa editora de musicas, que seu irmão Arthur Napoleão possue no Rio de Janeiro.

Napoleão dos Santos *(Arthur)*. Notavel pianista, mais conhecido pelo nome de *Arthur Napoleão*, irmão de Alfredo e de Annibal Napoleão (V. *os artigos antecedentes*). N. no Porto a 6 de março de 1843. Aprendeu musica com seu pae, e tantas aptidões revelou para o piano que aos 7 annos de edade dava o seu primeiro concerto no theatro de S. João, perante um publico que enthusiasticamente o applaudiu. Os poetas da epoca cantaram-n'o em odes apaixonadas, e os jornaes, em artigos cheios de sinceridade, prophetisaram á intelligente creança um futuro radioso e brilhante. Tocou depois nas salas da Philarmonica. O seu primeiro concerto fôra o seu baptismo artistico. Veiu para Lisboa, e foi apresentado no paço das Necessidades, tocando na presença da rainha D. Maria II, d'el-rei D. Fernando, e de toda a côrte, que o applaudiram com o maior enthusiasmo. El rei D. Fernando tambem recebeu particularmente o juvenil artista, tecendo-lhe os maiores elogios. No theatro de S. Carlos realisou então alguns concertos. Foi depois para Londres, acompanhado de seu pae, e na grande capital da Inglaterra estudou com o notavel professor sir John Ella, ao tempo director de Music-hall Union, e deu um concerto na presença da rainha Victoria, que afagou e beijou o joven artista, que em tão verdes annos vibrava de commoção ao interpretar as obras dos grandes mestres. O lord mayor fez-lhe um presente valioso. Partiu depois para Paris, e ali recebeu lições do grande Henri Hertz, pianista notavel e proprietario do importante estabelecimento musical conhecido em todo o mundo pelo seu nome. Realisou tambem em Paris um concerto no palacio das Tulherias, na presença do imperador Napoleão III e da côrte franceza. Percorreu depois as grandes capitaes estrangeiras. Esteve em S. Petersburgo, Varsovia, Berlim, Leipzig, Vienna d'Austria, Dinamarca, etc. Em Berlim foi o grande Meyerbeer quem o apresentou ua côrte;

em Weimar o abbade Litz tambem o ouviu, tecendo lhe elogios. Foi uma viagem verdadeiramente triumphal. N'esses grandes centros da arte, o joven pianista recebeu sempre as maiores acclamações e applausos, consagrando lhe os jornaes da especialidade artigos elogiosos. Em 1855 passou ao Brazil; tinha então 12 annos. O publico acudiu em massa aos concertos em que tomava parte, e durante muito tempo Arthur Napoleão foi o alvo de todas as attenções. Terminada essa viagem artistica, emprehendeu uma digressão aos Estados Unidos, ás Antilhas, a toda a America, causando em toda a parte admiração a precocidade genial do joven pianista. Em Cuba, uma das pessoas que mais o admiraram foi o grande pianista e compositor Gottschalk. Arthur Napoleão nunca esqueceu as horas agradaveis de convivencia artistica que passou com Gottschalk. Regressando a Portugal, pouco se demorou, pois que em 1858 voltou ao Brazil. Tornando mais tarde a Lisboa, de novo partiu, em 1868, para o Rio de Janeiro, onde fixou a sua residencia como professor de musica e proprietario d'um grande estabelecimento de musicas, que sob a sua intelligente direcção, largamente prosperou, sendo o primeiro no seu genero que existe n'aquella cidade. Em 1871 casou com D. Livia de Avellar, senhora pertencente á primeira sociedade fluminense. Em 1889, sentindo saudades da patria, veiu a Portugal, e realisou alguns concertos em Lisboa e Porto, que obtiveram enorme successo. Enviuvando, Arthur Napoleão casou em segundas nupcias, em 1904, com uma distincta senhora brazileira, viuva do dr. Honorio Ribeiro, continuando sempre á frente do seu estabelecimento. De quando em quando realisa um concerto, sendo sempre muito applaudido. A lista das composições do illustre pianista é muito longa, revelando todas grande valor artistico. Da sua mocidade ha a destacar a musica que escreveu para o drama lyrico de Furtado Coelho e Joaquim Serra, *O Remorso vivo*, representado com grande exito no Rio de Janeiro e provincias. Citaremos as seguintes composições: phantasias sobre as operas *Traviata*, *Africana*, *Guilherme Tell*, *Luiza Miller*, *Trovador*, *Arco de Sant'Anna;* a valsa do *Fausto*, etc. Dos trabalhos originaes mencionaremos: *Souvenir de jeunesse*, *Les jongleurs*, uma serie de 12 peças, como titulo de *Soirées intimes;* outra serie denominada *Soirées do Rio*, da qual faz parte a *Gavotte imperiale*, trabalho admiravel de originalidade e delicadeza; *Ouverture* de concerto; uma serie de 12 estudos artisticos; differentes trabalhos de orchesta, contando-se entre elles a grande *Marcha Camões*, expressamente escripta para as festas do centenario do grande poeta, realisadas no Brazil em 1880; etc. N'esta familia Napoleão é notavel a tendencia especial para o jogo do xadrez, que é um dos jogos mais difficeis. Arthur, bem como seus irmãos Alfredo e Annibal, propuzeram uma serie de problemas que estão reunidos no livro que Arthur Napoleão publicou, e tem por titulo *Caissana brazileira*. Os principaes problemas, contidos n'este livro, pertencem a Arthur e a Alfredo Napoleão. Ainda sobre este jogo publicou outros trabalhos, que fôram muito elogiados pelos competentes no assumpto.

Napoles. E' appellido nobre, tomado da cidade e antigo reino de Napoles. Passou a Portugal na pessoa de D. Estevão de Napoles, filho do infante D. João de Napoles, no reinado de D. Affonso IV. Achou se na batalha do Salado, em 30 de outubro de 1340. Foi seu filho Leonardo Estevão de Napoles, que o mesmo soberano fez seu vassalo, e lhe deu o senhorio das villas de Ceia e Penella, da cidade de Coimbra, e de toda a Veiga de Santa Maria, pelo que muitos dos seus descendentes tomaram o appellido de Veiga. As suas armas são: Escudo esquartelado: no primeiro quartel, em campo sanguinho, uma aguia de ouro estendida; no segundo, em campo azul, tres flôres de liz de ouro, e assim os contrarios; timbre, a aguia do escudo.

Napoles e Lemos *(Thomaz Metello de Mello e Napoles, visconde de)*. Titulo concedido por decreto de 19 de junho de 1905. Este titular reside em Freixedo do Torrão.

Napoles Manuel *(José de Lemos de)*. Presidente do concelho de Moimenta da Beira, deputado em diversas legislaturas, governador civil do districto da Guarda, etc. N. em Sarzedo, povoação do referido concelho, a 23 de fevereiro do 1842, sendo filho de José de Napoles Ferreira de Castro e de D. Maria de Menezes Pitta de Lemos Escreveu: *Flôres silvestres, poesias*, Coimbra, 1868.

Naquery. Pov. da regedoria de Araully, no conc. de Quepem, Novas Conquistas, no distr. e archipelago de Gôa, India.

Narbassos. Antigos povos da Lusitania. Julga-se que habitassem nas immediações da actual villa de Freixo de Espada á Cinta, na provincia de Traz-os-Montes. Ptolomeu diz que eram visinhos dos *vacceos (Horum interiora tement Vaccaei)* e estes habitavam em *Terras de Miranda*. Ptolomeu trata dos narbassos na 2.ª *Táboa da Europa*, cap. 6.°, na descripção da chancellaria de Braga.

Narciso *(José Antonio)*. Pintor do seculo XVIII. N. em Lisboa em 1731, fal. em 1811. A sua especialidade era tectos e ornatos Estudou perspectiva sob a direcção de Simão Gomes dos Reis, natural de Pernambuco. Foi encarregado de pintar as galeotas reaes. Pintou um grande numero de tectos de egreja, sem que se tornasse notavel. Distinguiu-se mais como scenographo, e quando se construiu o theatro de S. Carlos, foi encarregado de pintar as vistas, debaixo da direcção do architecto decorador Ignacio d'Oliveira, o continuou n'esse trabalho depois de ter chegado de Italia o scenographo Azzolini.

Nariz. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc., com. e distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 200 fog. e 748 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 12 k da séde do conc. Foi do antigo conc. d'Eixo, hoje extincto, passando depois para o de Oliveira do Bairro, e em 18 de dezembro de 1872 ao de Aveiro. A terra é fertil e produz bom vinho. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 24, com a séde em Aveiro.

Naroá. Um dos principaes braços do rio Mandovy, no distr. de Gôa, India Separa a'ilha do Chorão da do Divar, e com um outro braço chamado rio de Gôa separa os concelhos de Sanquelim e de Ponda. ‖ Pov. da ilha de Divar, regedoria de S. Mathias, no concelho das Ilhas, distr. e arceb. de Gôa, India. ‖ Pov. do concelho de Sanquelim, Novas Conquistas, no distr. e arceb. do Gôa. Está edificada proximo do rio Naroá.

Naroly. V. *Noroly*.

Narvaes. Familia hespanhola que passou a Portugal. Tem por armas: Em campo vermelho cinco flôres de liz de prata, postas em santôr; timbre, uma das flôres.

Nasce d'Agua. Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Sezures, conc de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Mamede, de Matta Moirisca, concelho de Pombal, districto de Leiria.

Nascedios. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Azinheira de Barros, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Conceição, de Cercal, conc. de S. Thiago do Cacem, do mesmo districto. || S. Thiago, do mesmo conc. e districto.

Nascente *(Monte do)*. Na freg. de S. Thiago, de Anha, conc. e districto de Vianna do Castello.

Nascentes. Pov. na freg. do Espirito Santo e conc. de Aldeia Gallega do Ribatejo, distr. de Lisboa.

Nascimento *(D. Aureliano do)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho, no convento da Graça de Lisboa, e depois conego regrante no convento de S. Vicente de Fóra. Doutorou-se em theologia na Universidade de Coimbra, e foi prior da freguezia de Baleizão de Beja. Falleceu em 1831. Escreveu: *Defeza da verdade contra o procedimento injustissimo com que se tem tratado, tanto a doutrina como a pratica da communhão quotidiana fundada na palavra de Deus escripta e tradita pela deducção de todos os seculos da Egreja*, etc., Lisboa 1822. Houve quem lhe attribuisse as *Cartas*. que em 1822 sairam com o nome de *Ambrosio ás direitas*, em que se pretendiam refutar varias doutrinas do *Cidadão Lusitano*, do abbade de Medrões, Innocencio Antonio de Miranda.

Nascimento *(Francisco Manuel do)*. Presbytero secular, mais conhecido pelo nome de *Filinto Elysio*, que adoptou depois de ter usado o de *Filinto Niceno*, escriptor e poeta. N. em Lisboa a 23 de dezembro de 1734, na rua da Ferraria da freguezia de S. Julião, como elle declara n'alguns logares das suas obras, ou em 21 do referido mez e anno, como consta da certidão authentica, extrahida do assento do seu baptismo á vista do livro competente, que existia na respectiva egreja parochial antes do terremoto de 1755. Falleceu em Paris a 25 de fevereiro de 1819, com pouco mais de 84 annos de edade. Dedicou se á vida ecclesiastica, e era thesoureiro collado na egreja das Chagas de Christo, pertencente á confraria dos mareantes, quando lhe aconteceu a desventura que para sempre o exilou da patria. Até então a sua existencia fôra obscura, sendo mesmo pouco conhecido como poeta, quando o destino o lançou n'uma existencia aventurosa, que lhe deu profundo desgosto, mas que lhe deu tambem a immortalidade. Apezar de ecclesiastico, era muito influido com as idéas philosophicas da França, no seculo XVIII, e falava na sociedade desassombradamente em questões de orthodoxia, quando em 22 de junho de 1788 foi denunciado á Inquisição por um clerigo do arcebispado de Braga, que residia então em Lisboa, chamado José Manuel de Leiva, declarando que lhe ouvira certas proposições heterodoxas, ou mal soantes. O tremendo tribunal ordenou immediatamente que o prendessem. No dia 4 de julho dirigiu se a casa d'elle pelas 5 horas da manhã um familiar da Inquisição, mas Francisco Manuel do Nascimento conseguiu fugir por uma escada interior, buscando refugio no palacio do conde da Cunha, passando depois para casa do negociante francez, seu amigo, Timotheo Lamman Verdier, onde esteve escondido 11 dias, partiudo no dia 15 para o Havre n'um brigue francez, indo para bordo disfarçado, levando ás costas um grande cesto de laranjas. Depois d'uma viagem trabalhosa de 27 dias, chegou ao Havre seguindo logo para Paris, onde entrou em 15 d'agosto. Viveu ali alguns annos na maior miseria, sómente com os minguados recursos da sua penna. Em Lisboa havia publicado em 1768 a traducção do *Antigono em Thessalonica*, de Pedro Metastasio, com o pseudonymo de Marcelino da Fonseca Minc's Noot, que é o anagramma do seu nome Francisco Manuel do Nascimento. Com o mesmo pseudonymo publicou tambem em 1768 a traducção do *Entremez* intitulado: *O Cinto magico do sr. João Baptista Rousseau*. Em Paris fez muitas traducções, e ensinou a lingua portugueza, o que não lhe dava grandes lucros. Em 1792, Antonio Araujo de Azevedo, mais tarde conde da Barca, que era então nosso embaixador na Hollanda, o chamou para seu secretario particular. Viveu então 5 annos em Haya, dizendo sempre mal dos hollandezes, e declarando que nunca poderia aprender a sua negregada lingua. Em 1797, quando Araujo de Azevedo foi a Paris para tratar da paz de Portugal com a França, Francisco Manuel do Nascimento acompanhou-o, vivendo então, ora em Paris, ora em Versailes, ora em Choisy. Em 1783 publicou a traducção da *Pucelle*, de Voltaire, e em 1798 reuniu as suas composições n'uns poucos de volumes, com o titulo de *Versos de Filinto Elysio*. Por esse tempo tambem publicou a traducção da *Segunda guerra punica*, e em 1802 a do poema *Oberon*, de Vieland, a qual foi feita sobre uma edição franceza, e não sobre o original allemão. Em 1803 publicou uma *Ode*, que fez tal escandalo em Lisboa, onde se distribuiu, que o intendente da policia Pina Manique a mandou supprimir, condemnando a dois annos de degredo para Angola quem possuisse qualquer exemplar em seu poder. Em 1803 tambem publicou em portuguez e francez a *Verdadeira historia de Armindo e Florisa*, com o titulo: *Aventures d'Armindo et de Florise, histoire véritable, écrite en France 1588, por Rodrigue Marques, l'un de ses parents; avec le texte portugais*, Paris, 1803. A sua vida, que fôra sempre amargurada, não melhorara, e tanto mais que, segundo elle proprio conta, foi duas vezes roubado por creadas, uma que o fez penhorar pelo que lhe não devia, e outra porque lhe fugiu levando quanto pôde apanhar. Em 1814 publicou a traducção das *Fabulas*, de Lafontaine, e em 1816 a dos *Martyres*, de Chateaubriand. Em 1817, um livreiro do Porto, chamado Domingos Ribeiro França, foi a Paris, e tratou com Francisco Manuel do Nascimento a compra das suas obras completas, que effectivamente emprehendeu em Paris n'esse anno, concluindo-a em 1819, já depois da morte do autor. Esta edição compunha-se de 11 volumes, que sairam com o titulo: *Obras completas de Filinto Elysio, segunda edição emendada e accrescentada com muitas obras ineditas e*

o retrato do autor. Lê-se no *Diccionario Popular*, vol. VIII, pag. 379, ácêrca d'este escriptor e poeta: «Foi infeliz, é certo, e os seus infortunios deviam azedar-lhe o animo, mas não nos parece que o caracter do illustre poeta estivesse á altura do seu talento. Era sobretudo incontestavelmente ingrato. Citaremos differentes factos que o provam. O escriptor francez Sané traduziu varias poesias suas, e publicou as n'um volume com o titulo de *Poésie lyrique portugaise*, volume precedido de um estudo ácêrca da vida e escriptos do poeta portuguez. Esse estudo é extraordinariamente lisonjeiro para Filinto. Querem vêr como Filinto o aprecia? Começando pela noticia que lá dão do autor, digo que os elogios exorbitantes que dão ao poeta o enjoaram de modo que pediu a um amigo poderoso que atalhasse a impressão que então se fazia... Quanto á verdade historica da sua vida, entre algumas circumstancias sinceramente escriptas, vão entresachadas desmesuradas mentiras... Era assim que Filinto devia falar de um estrangeiro que não procurava senão ser lhe agradavel, que o fizera conhecido em França, e que se peccava era por excesso de louvor? Declarava-se Filinto enjoado com os elogios. Que singular modestia! que estranha humildade! Em 1804 Antonio de Araujo obtivera que a *Vida de D. Manuel*, traduzida por Filinto Elysio do original latino de Jeronymo Osorio, fôsse impressa em Lisboa por conta do governo, favor singular concedido a um proscripto. Longe de agradecer, Filinto não fez senão dizer mal dos erros de imprensa que maculavam o livro Quando o mesmo Antonio de Araujo lhe obteve licença para voltar á patria, Filinto declarou que não vinha senão no caso de lhe restituirem os bens que lhe haviam sido confiscados, querendo que se lhe concedesse como direito o que era apenas um favor. Effectivamente a prisão de Filinto, segundo o nosso modo de vêr hoje, era profundamente injusta, mas, segundo a legislação d'aquelle tempo, era o mais legal possivel. Finalmente quando Lamartine, que principiara a aprender portuguez com elle, lhe dedicou uma poesia esplendida que vem nas suas *Meditações*, Filinto ao falar d'essa poesia, não só mostra pouquissima perspicacia porque não adivinha n'esses versos, que Lamartine julgou dignos da inserção nas suas *Meditações* o que o eram effectivamente, a musa do cantor de Jocelyn, mas ainda se mostra mais uma vez ingrato falando com desdem d'esses versos enthusiasticos e declarando que lhes preferia muito uma ode de Alfreno!» Quando Lamartine o conheceu, Filinto Elysio, já era octogenario, e vivia com uma freira portugueza, que o tratava com muita dedicação e carinho. Assim o conta o grande poeta francez no commentario feito á *Meditação* citada, e que se intitula *La Gloire—A un poéte exilé*. Francisco Manuel do Nascimento tinha uma constituição robustissima, que resistiu a todas as privações da sua vida angustiosa, chegando a avançada edade de mais de 80 annos, fallecendo afinal victima d'uma hydropesia do peito. O marquez de Marialva, então nosso ministro em Paris, que lhe valera durante a sua doença, lhe mandou celebrar exequias solemnes na egreja parochial de S. Filippe du Roule, fazendo tambem o enterro á sua custa. O seu espolio foi vendido por 12$000 réis. Em 1842, sendo ministro do reino Rodrigo da Fonseca Magalhães, fôram por sua ordem trasladados os seus ossos para Lisboa, trazendo-os o conselheiro Filippe Ferreira de Araujo e Castro. Estiveram depositados n'uma das capellas do claustro interior da egreja da sé, até que pela portaria do ministerio do reino de 5 de março de 1845, fôram mandados pôr á disposição da camara municipal, que lhe construiu um tumulo no cemiterio do Alto de S. João para onde se trasladaram os ossos em 19 de junho de 1856, com toda a solemnidade. Este acto foi commemorado em quasi todos os jornaes politicos dos seguintes dias, tornando-se mais notavel o artigo escripto por Silva Tullio, que saiu na *Civilisação* de 20 do referido mez. Muitos escriptores nacionaes e estrangeiros teem escripto sobre Filinto Elyseo, dando noticias mais ou menos resumidas da sua vida; Garrett dizia, *que valeu só por si uma academia, e fez mais que ella;* Vallemain, no *Cours de Litterature*, pag. 676 da edição de 1840, chama-lhe *um dos melhores da Europa moderna*, etc. Diz um dos seus biographos: «Filinto Elysio, sem ser um dos primeiros poetas portuguezes, é comtudo um dos que honram a nossa litteratura, principalmente pelos serviços que prestou á boa linguagem portugueza, e pela belleza de muitas das suas odes e epistolas.» Francisco Manuel do Nascimento, publicou ainda: *Vida de Jesus Christo, conforme os quatro Evangelistas, posta em portuguez pelo Padre Francisco Manuel do Nascimento*, Lisboa, 1819; fez-se outra edição em Paris, 1847; *Odes ao Marquez de Marialva, e a José Maria da Costa e Silva*; sairam posthumas, em Paris, 1820, no jornal *O Contemporaneo*; *Ode aos portuguezes de animo condoido*, etc.; consta que saira impressa n'um papel solto, em 1808; não foi incluida nas *Obras*, mas acha-se reproduzida na *Revista Universal Lisbonense*, tomo III, pag. 31; *Ode a Alcippe em resposta*, etc; está impressa nas *Obras poeticas da Marqueza d'Alorna*, tomo I, pag. 185. No livro de versos, intitulado *Novas Rimas*, do poeta bracarense João Nascimento e Penha, vem a traducção da ode que Lamartine consagrou a Filinto Elysio, que acima citámos, com a indicação de *A um poeta exilado*, cujo primeiro nome apenas declara. Commentando esta ode (15.ª das *Prémiéres meditations poetiques*) diz Lamartine que o nosso poeta lhe ensinara, com os rudimentos da lingua portugueza, a admirar no original as bellezas de Camões. Filinto Elysio foi um dos poetas mais considerados do seu tempo, e a geração litteraria, que se lhe seguiu, dividiu-se em duas escolas: *Bocagiana* e *Filintista*.

Nascimento *(Gaspar do)*. Tenor e concertista. N. no Porto em 1856. Exercia a profissão de guarda livros quando, sentindo-se irresistivelmente attrahido para a vida do theatro, onde a sua bella voz o poderia tornar, senão um cantor notavel, pelo menos um cantor de apreço, começou a estudar com o tenor Salvini, que abandonara o palco para se dedicar ao ensino musical. Fez rapidos progressos, e a primeira vez que se apresentou em publico foi n'uma festividade da Ordem Terceira de S. Francisco, do Porto, na *Ave-Maria*, de Schubert, e causou tanto enthusiasmo que os seus amigos, não só o instigaram a seguir a carreira lyrica, como espontaneamente lho facilitaram todo o auxilio para completar os seus estudos. Tão lisonjeiramente animado,

Gaspar do Nascimento não hesitou em seguir a carreira de artista, e depois de estudar em Lisboa com o maestro Vellani, que lhe reconheceu tambem uma segura vocação, cuidou em aperfeiçoar a sua educação artistica. De Lisboa seguiu para Milão, onde completou os seus estudos, cantando por fim em theatros da Italia a *Favorita*, *Lucia*, *Regina de Golconda*, *Puritanos* e o *Fausto*. Como, porém, a vida do palco, se não coadunasse com o seu temperamento, fez-se concertista, iniciando esta nova carreira no Rio de Janeiro nos fins do anno de 1893. Depois fez-se ouvir em quasi todo o Brazil e em outros pontos da America do Sul: Manaus, Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, etc. Esteve tambem em Montevideu, Buenos Ayres, etc. Em 1902 veiu a Portugal, onde chegou a 3 d'abril, deu concertos no Porto, Braga, Vianna do Castello, etc. Em Lisboa deu um concerto no salão do Conservatorio no dia 30 de novembro do referido anno, sendo sempre calorosamente applaudido. Voltou depois para o Brazil, onde se tem conservado.

Nascimento (*Fr. Joaquim do*). Religioso da ordem de S. Francisco, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. Era natural do Porto, sendo filho de Belchior Antonio Lopes. Doutorou-se em 29 de junho de 1823.

Nascimento (*Fr. José do*). Religioso da ordem de S. Jeronymo. N. em Lisboa, fal. no collegio de Coimbra a 16 de março de 1731. Era filho de Mathias Jorge e de Izabel d'Amorim. Professou no convento da Penha Longa, de Cintra, a 25 de dezembro de 1683, indo mais tarde para o convento de Belem, a 15 d'agosto de 1721. Foi doutor e lente da Universidade de Coimbra, tomando posse da cadeira de Durando a 24 de janeiro de 1726. Foi apreciado prégador. Deixou publicados 4 tomos de *Sermões*, e mais alguns avulsos.

Nascimento (*Fr. Manuel do*). Religioso franciscano da provincia da Conceição. N. em Villa Nova de Sub-Avô, na comarca de Vizeu. Professou em 20 de dezembro de 1717 no convento de S. Francisco de Lamego, foi missionario no Brazil durante alguns annos, e voltando a Portugal foi commissario dos terceiros em Lamego e em Vizeu. D'elle ha impressos alguns sermões.

Nascimento de Nobrega (*Manuel do*). Nasceu na freguezia do Caniço, ilha da Madeira, a 31 de janeiro de 1840, sendo filho de Manuel Nobrega do Nascimento. Em verdes annos foi para os Estados Unidos da America, onde se dedicou á litteratura, servindo a empresa litteraria denominada *Tract society* de Fulton Street. D'ali passou á America do Sul, exercendo no Rio de Janeiro o magisterio em collegios publicos e particulares. Ensinava latim, francez, inglez e mathematica. Resolvendo-se sair do Brazil em 1872, veiu para Lisboa, onde conseguiu ser despachado para a cadeira de portuguez e francez do lyceu de Leiria. Escreveu: *Chave dos exercicios de applicação do methodo pratico da grammatica franceza*, Coimbra, 1876; *Methodo pratico da Grammatica franceza*. Collaborou em diversos jornaes do Brazil e de Portugal.

Nasse. Pov. na freg. de S. Gens, de Calvos, concelho de Povoa do Lanhoso, distr. de Braga.

Nateiro. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Magdalena do Mar, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || Ilha de S. Miguel; pov. na freg. do Espirito Santo, de Maia, conc. de Ribeira Grande, distr. de Ponta Delgada.

Natividade (*Fr. Alberto da*). Religioso carmelita. N. em Evora, e professou no convento da sua ordem d'essa cidade. Foi mestre de Theologia na Universidade de Coimbra, e reitor do collegio do Carmo, tambem de Coimbra. Escreveu uma obra em latim com o titulo *De Justitia Dei*, que não chegou a imprimir-se.

Natividade (*Fr. André de*). Religioso franciscano da provincia d'Arrabida. N. em Setubal em 1605, e fal. no convento Alferrara, junto a essa villa, hoje cidade, em 30 de novembro de 1684. Professou no anno de 1624. Viveu em grande austeridade, magnando o corpo com disciplinas e cilicios; andava sempre descalço, e absteve se sempre de beber vinho. Passou 40 annos da sua vida na serra d'Arrabida em penitencia. Por ser muito instado consentiu em ser por seis mezes guardião do convento do Carmo de Lisboa. Escreveu: *Ceremonial, ou Ritual, para uso dos frades da sua provincia*, que se imprimiu em Lisboa, no anno de 1659.

Natividade (*Fr. Antonio da*). Religioso franciscano da prov. de Santo Antonio. N. em Arcos de Valle-de-Vez, e fal. a 6 de novembro de 1641. Professou no convento de Santa Catharina da Carnota. Foi definidor e provincial, para que foi nomeado em 10 de fevereiro de 1636. Escreveu uma obra em latim, *Commentoriarum in Evangelia Festorum*, dedicada a D. Lourenço de Lima, visconde de Villa Nova da Cerveira, a qual, apezar de ter já todas as licenças precisas, não chegou a publicar se.

Natividade (*Fr. Antonio da*). Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho. N. Lisboa, e fal. a 2 de novembro de 1665. Era filho de Duarte Ximenes e de Joanna da Veiga. Professou no convento da Graça, de Lisboa, em 16 de setembro de 1607. Foi lente de Philosophia e Theologia nos collegios da sua ordem, de Lisboa, Evora e Coimbra. Por muitos annos exerceu o cargo de capellão no convento da Penha de França, de Lisboa, de cuja imagem era muito devoto. Foi sepultado no pavimento da capella das Almas, pertencente á sua familia, no referido convento da Penha de França. Escreveu *Stromata Oeconomica totius sapientia flamine texta, sive de regimine domus*, etc., Olyssipone, 1653; Parisiis, 1656; *Sylva de suffragios, declarados, louvados, encommendados para commum proveito de vivos e defuntos*, Braga, 1635; foi traduzida esta obra em castelhano por fr. Diogo Noguera Agostinho, Madrid, 1666; *Montes de corôas de Santo Agostinho, n'elle e na sua eremitica familia recebidas*, Lisboa, 1663; contém a noticia abreviada dos religiosos da ordem, que se tornaram insignes em letras e virtudes; *Sermão nas exequias que os religiosos da ordem de Santo Agostinho fizeram na Sé de Lisboa pelo Ill.mo e Rev.mo sr. D. Rodrigo da Cunha, arcebispo da mesma cidade*, etc., Lisboa, 1643; *Tratado da devoção da Correia de Santo Agostinho*, etc., Lisboa, 1627. Deixou em manuscripto um *Tratado da fundação do convento da Penha de França*.

Natividade (*Fr. Antonio da*). Religioso da ordem de S. Bento. N. no Porto em 1637. Escreveu a seguinte obra, que não chegou a ser im-

pressa: *Luz da moral em que se declara a materia dos sacramentos.*

Natividade *(Fr. Francisco da).* Religioso menor da ordem de S. Francisco da prov. de Portugal, que viveu no seculo XVII. Foi lente de Theologia. Partiu para a India, e no convento de S. Thomé, de Gôa, dictou aos seus domesticos Philosophia. Deixou manuscriptos 2 tomos d'esta sciencia, e um *Itinerario da India Oriental*, *dividido em 4 partes.*

Natividade *(Fr. Francisco da).* Religioso da ordem de S. Paulo, 1.º eremita. N. na villa do Torrão em 1562, fal. no convento da Serra d'Ossa a 10 de julho de 1626. Professou no convento de Montes Claros. Foi prégador muito apreciado, reitor dos conventos de Elvas, Serra d'Ossa, e do collegio de Evora; definidor por 4 vezes, vigario geral por 3 vezes, e provincial. Escreveu: *Ordinario e Ceremonial da ordem segundo o uso romano nas missas e officios divinos*, etc., Lisboa, 1615, *Constituições da ordem de S. Paulo*, Lisboa, 1617.

Natividade *(Fr. Francisco da).* Religioso da ordem Terceira de S. Francisco. N. em Lisboa a 6 de outubro de 1635; fal. no convento de Lisboa a 6 de dezembro de 1691. Era filho de Matheus de Castro e de Maria Luiz. Aos 18 annos de edade professou no convento de Nossa Senhora de Jesus, de Lisboa, a 8 de setembro de 1653. Estudou Philosophia no convento do Mogadouro, e Theologia no collegio de S. Pedro, de Coimbra, cujas faculdades ensinou no mesmo collegio e no convento de Lisboa. Foi definidor e custodio da sua provincia. Deixou alguns manuscriptos, em que se conta o *Romance do Santo Christo*, que segundo diz Fr. Manuel do Cenaculo, nas *Memorias historicas*, pag. 113, foi varias vezes impresso.

Natividade *(Fr. Francisco da).* Religioso da ordem dos carmelitas descalços, chamado o *Latino*, pela perfeição com que sabia esta lingua. N. em Lisboa em 1648, onde tambem fal. a 16 de outubro de 1714. Era filho de Duarte Ferreira e de Izabel da Costa. Estudou letras humanas com o afamado mestre Antonio Fernandes de Barros Entrou na ordem carmelitana, no convento de Lisboa, a 2 de julho de 1661, onde professou a 22 de fevereiro de 1664. Applicou-se ás sciencias severas no collegio de Coimbra, e foi professor de philosophia no convento de Moura, e depois d'esta faculdade e de Theologia no convento de Lisboa, do qual foi prior, por nomeação de 8 de maio de 1688. Em 1686 partiu para Roma a assistir ao capitulo, que se realisava n'aquella cidade, em que se discutiam questões gravissimas sobre Theologia escolastica, dogmatica, moral, regular e mystica, jurisprudencia canonica e civil, medicina, philosophia, mathematica e musica. N'este concilio houve-se tão distinctamente que foi eleito provincial da provincia portugueza, cuja eleição o papa Innocencio X confirmou no 1.º de julho de 1886. Foi depois commissario, visitador geral e informador apostolico da mesma provincia. Em maio de 1703 tornou a ser eleito provincial, e no anno seguinte voltou a Roma ao capitulo que se realisou, e ali recitou varias orações latinas em honra do papa Clemente XI, de quem recebeu muitas provas de estima, sendo a principal o motu proprio passado a 5 de abril de 1705 para governar o quarto anno a provincia. Tambem exerceu o cargo de deputado da junta das missões. Fr. Francisco da Natividade foi um orador eloquente e bom poeta. Prégou na capella real por mais de 40 annos. Era um profundo theologo e philosopho. Escreveu: *Lenitivos da dôr propostos ao augusto e poderoso monarcha, el-rei D. Pedro II, na morte da serenissima rainha D. Maria Sophia Izabel*, etc., Lisboa, 1700. Publicou tambem varios sermões e orações funebres.

Natividade *(Fr. Francisco da).* Religioso da ordem de S. Bento, doutor em Theologia. Escreveu: *Reflexões moraes e politicas sobre as principaes obrigações do homem, para a instrucção da mocidade*, Lisboa, 1765; *Catecismo romano abreviado, ou novo compendio da doutrina christã, traduzido e accommodado para uso da mocidade portugueza*, Lisboa; fez-se uma nova edição já no seculo XIX, em 1833; *Sciencia dos costumes, ou Philosophia moral*, etc.

Natividade *(Fr. João da).* Religioso franciscano da prov. de Santo Antonio. N. na ilha de Moncorvo, e fal. no convento de Lisboa a 23 de outubro de 1652. Foi guardião do collegio de Coimbra, e definidor da sua provincia. Escreveu: *Sermão na quarta dominga do Advento, na occasião em que sua majestade el-rei D. João o IV se jurou por legitimo rei d'este reino*, Lisboa, 1641.

Natividade *(Fr. João da).* Religioso da ordem da Trindade. N. em Torres Vedras, e fal. em Lisboa a 26 de junho de 1709. Professou no convento de Lisboa, em 1675. Foi ministro nos conventos de Lagos e de Alvito. Era muito perito na arte musical, e compoz musica para duas comedias: *Los juegos olympicos* e *Tambien se ama en el abismo.* Tinha promptos para a impressão 3 volumes de *Sermões*, mas só se publicou uma *Oração funebre e panegyrica da rainha D. Maria Sophia.*

Natividade *(Fr. Jorge da).* Religioso franciscano da provincia de Santo Antonio. N. em Coimbra em 1632, fal. no collegio de Santo Antonio da Pedreira, da mesma cidade, a 18 de maio de 1709. Foi prégador muito apreciado no seu tempo, e por muitos annos exerceu o cargo de porteiro no referido collegio. Professou no convento de Lamego no 1.º de setembro de 1752. Escreveu umas *Centurias predicaveis dos evangelhos*, de que se imprimiu sómente o 1.º tomo, em 1698.

Natividade *(Fr. José da).* Monge benedictino; doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, abbade do mosteiro da Bahia, e provincial eleito. N. no Rio de Janeiro a 19 de março de 1649, fal. no convento da Bahia a 9 de abril de 1714. Professou no convento de Santa Maria de Monserrate. Depois de receber na Universidade de Coimbra o grau de doutor, exerceu os cargos de abbade do mosteiro de S. Sebastião da Bahia e de presidente da provincia; foi eleito provincial, mas falleceu antes de ter tomado posse. Escreveu: *Sermão do gloriosissimo patriarcha e doutor Santo Agostinho, prégado na egreja de N. S.ª da Palma da Bahia*, Lisboa, 1685; *Oração funebre da trasladação dos ossos do ill.mo e rev.mo sr. D. José de Barros e Alarcão, primeiro bispo do Rio de Janeiro*, etc, Lisboa, 1703; *Sermão do patriarcha S. Francisco*, Lisboa, 171?. Deixou em manuscripto: *Consultas Canonicas Regulares e Moraes.*

Natividade *(Fr. José da).* Religioso da or-

dem de S. Domingos. N. em Lisboa a 29 d'abril de 1709, e parece que vivia ainda em 1759. Era filho de Manuel Ribeiro da Fonseca e de Eugenia da Natividade. Professou no convento de Azeitão em 30 de novembro de 1727. Foi prégador geral da sua ordem, commissario dos terceiros, etc. Continuou o *Agiologio dominicano*, começado por Fr. Manuel Guilherme e Fr. Manuel de Lima (V. *Portugal*, vol. III, pag. 871 e n'este vol. pag. 199), do qual publicou os tomos V, VI e VII. Escreveu mais: *Memoria historica da milagrosa imagem do Senhor dos Passos, sita no real convento de S. Domingos de Lisboa, e da creação e progressos da sua irmandade*, etc., Lisboa, 1747; *Fasto de Hymineu, ou historia panegyrica dos desposorios dos fidelissimo-reis de Portugal D. José I e D. Maria Anna Victoria de Bourbon*, etc, Lisboa, 1752.

Natividade *(Fr. Luiz da)*. Religioso franciscano da provincia de Portugal, lente de escriptura no collegio de Coimbra e guardião em 1626, e no de Guimarães em 1636. N. em Pinhel, e fal. em Lisboa, em novembro de 1656. Era filho de paes nobres. Escreveu: *Divindade do Filho de Deus humanado, Jesus Christo, redemptor e salvador do mundo, mostrada nos encomios divinos com que a egreja catholica a festeja nos dias classicos de suas solemnidades. Com uma declaração sobre o pellote d'el-rei D. João I de boa memoria, intitulada: Retrato de Portugal castelhano, offerecido a el-rei D. João IV nosso senhor*, Lisboa, 1645. A segunda parte promettida no prologo, nunca se imprimiu, e julga-se que se perdeu. Fr. Luiz da Natividade declara na sua dedicatoria a D. João IV que fôra elle quem offerecera a sua magestade, *no principio da sua venturosa restituição ao reino*, um livro das plantas e desenhos das fortalezas de Portugal situadas na costa desde Galliza até Sevilha, e bem assim dois *Livros da fazenda real de Portugal e da India;* trabalhos do secretario Luiz de Figueiredo Falcão, já finado a esse tempo, e tio d'elle offerente; o que tudo el-rei recebeu com mostras de grande satisfação, etc. O 1.º e 3.º d'estes livros não se sabe que destino levaram; o 2.º foi publicado em 1859 pelo governo, que adquiriu o manuscripto. Deixou tambem muitas obras ineditas.

Natividade *(Fr. Manuel da)* Religioso do instituto dos mercenarios descalços. N. em Lisboa em 1549, e fal. em Fuentes a 29 de junho de 1629. Passando a Castella foi um dos primeiros que abraçaram o referido instituto dos mercenarios. Foi segundo provincial da provincia da Sicilia. Deixou varias obras theologicas incompletas, e um tratado de philosophia, que estava prompto para a impressão, mas que ficou inédito.

Natividade *(Fr. Miguel da)*. Monge da ordem de S. Bernardo. N. em Obidos. Professou no convento d'Alcobaça a 8 de setembro de 1658. Foi cantor-mór e mestre da capella no seu mosteiro d'Alcobaça, onde se guardavam com muita estimação as suas obras musicaes, contando-se como as mais importantes: *28 psalmos das Vesperas Cistercienses, compostas em diversos tons e em numero ternario maior*. Na bibliotheca de Evora consta que existem 7 villancicos d'este compositor.

Natividade de Seixas *(José da)*. Conego secular de S. João Evangelista. N. em Lisboa a 16 d'abril de 1661, fal. no convento dos Loios da mesma cidade em 29 de novembro de 1740. Era filho de Maximo d'Arruda e Seixas, e de Maria de Santo Antonio d'Oliveira. Professou no convento de Villar de Frades a 5 de setembro de 1679, com 18 annos de edade. Foi doutorado em Philosophia e Theologia na Universidade de Evora em 25 de novembro de 1696; examinador synodal do arcebispado de Lisboa e das tres ordens militares, e reitor do convento dos Loios, de Lisboa. Deixou uma collecção de 15 sermões, com o titulo de *Medalha Evangelica*, em 7 tomos, que se publicaram nos annos de 1706, 1708, 1712, 1715, 1718, 1722 e 1724. Escreveu tambem e publicou algumas obras theologicas em latim.

Natule. Pov. da capitania-mór do Mossuril, no distr. e prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Natura, Naturança e **Natureza.** Direito de ser herdeiro de alguma egreja, mosteiro ou outro logar pio. Tambem a *ração*, *alimentos* ou dinheiro que por este direito pertencia ao natural. El-rei D. Diniz, em 1311, mandou que os ricos-homens, as ricas-donas, infanções, etc., *não fôssem desmesuradamente comer as Naturas e albergar-se no mosteiro de Vairão*. (Documento do mesmo mosteiro). D'um documento do mosteiro de S. Bento da Ave Maria, do Porto, de 1387, consta que *Martim Fernandes da Coynha renunciou á Natura, Comedoria, Casamento, Cavallaria e outro qualquer direito, que pudesse ter no mosteiro de Tarouquella*. Outros muitos documentos se referem ao direito da Natura.

Natural. Filho ou descendente dos padroeiros das egrejas ou mosteiros, que, como taes, se aproveitavam dos bens, que seus ascendentes haviam deixado aos mosteiros e egrejas. Por esta circumstancia tinham ali *comedoria certa*, ou ração determinada. N'um documento do mosteiro de Ferreira d'Aves, do 1.º de dezembro de 1315, lê se: «E o dito Lourenço Annes disse que el era Natural do dito Moesteiro, e que estava em posse de Comer; e que a ellas (ás freiras) nom queria fazer, nem fizera, força nenhua, mais porque lhe nom queriom dar de Comer; pero lho ante pedira, que el viera ao dito Moesteiro; e que tomara Vianda pera si, e pera sa gente, assi como El-Rey mandava. E que se lhe diziom que el nom era Natural, que el se faria Natural, por El-Rey, ou pelo Meirinho, quando lhe mister fosse: e que de todo estava em posse, e que assi o provaria. Porém as Donas protestavam que lhes fazia força, per que nom era Natural, nem Herdeiro, nem estava em Posse».

Navaes. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. de Povoa de Varzim, distr. do Porto, arceb. de Braga, 327 fog. e 1:892 hab. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 5 k. da séde do conc. As religiosas de Santa Clara, de Villa do Conde, apresentavam o vigario, que tinha 200$000 réis de rendimento. A terra é fertil, cria muito gado, e é abundante de peixe do mar, que lhe fica proximo. Pertence á 2.ª div. mil. e ao districto de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Navagem. Frete da embarcação, e o que se dá nas barcas de passagem. D'um arrendamento da camara de *Mem-Corvo*, feito em 1580, consta que o arrendatario devia ter a *Navagem do Porto do Pocinho* (Barca do Pocinho). Da mesma palavra se serviu el-rei D. Diniz, n'uma carta para a mesma camara, datada de 1289, falando n'aquel-

la barca. Em 1396, D. João I decidiu que *as Barcas, e Navegajens do Douro, desde o Porto Velho té defronte do Prêdo* (Peredo), *pertencerião ao concelho de Mem-Corvo; não obstante a Petição do Procurador da sua Real Fazenda.* (Documento da camara de Moncorvo).

Navalha. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Navalhas. Serra no distr. de Bragança. E' uma ramificação da serra de Angueira, nos limites da freg. de Avellanoso, concelho de Vimioso.

Navalho. Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. de Traz os Montes, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança; 58 fog. e 225 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Esta freg. está annexa civilmente á de Abreiro. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada n'um valle. O commendador de Malta, de Poiares, apresentava o vigario, que tinha 30$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Navalhos. Serra da prov. do Douro, na freg. de S. Pedro do Paraizo, conc. de Castello de Paiva. E' bastante alta, e do seu cume se desfructa um vasto e pittoresco panorama, vendo se serras, bosques, penedias, valles, povoações, e a cidade do Porto, que lhe fica a 30 k. ao ONO. Ao pé d'esta serra passa a grande zona carbonifera de Paiva, e a estrada de Arouca para o Douro, que fica 5 k. a NO, assim como a estrada cruzando a antecedente, que vae de Cabeçaes para Sobrado de Paiva Esta serra é despida de arvores, e apenas produz carqueja e uma especie de urze, muito enfezada, a que chamam *queiroz.* Tem muitas pedreiras de quartzo (seixo) e algumas de schisto, muito friavel. Ha aqui muitos afloramentos de ferro.

Navarra. Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga, 84 fog. e 392 hab. A egreja parochial dista 7 k. da séde do conc. Foi vigararia, sendo o vigario apresentado pelo abbade da freguezia de Santa Eulalia, de Crespos, e tinha de rendimento 40$000 réis. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Navarro. Familia procedente dos reis de Navarra. As suas armas são. Em campo azul dois lobos de ouro passantes: orla vermelha com oito aspas de ouro.

Navarro (*Emygdio Julio*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, ministro de Estado honorario, deputado, jornalista, ministro plenipotenciario em França, etc. N. em Vizeu a 19 d'abril de 1844, fal. no Luso a 16 d'agosto de 1905. Era filho de André Navarro, natural de Alicante, Hespanha, e de D. Carlota Joaquina do Carmo Machado, natural de Guimarães. Revezes de fortuna obrigaram seus paes a sairem de Vizeu, tendo Emygdio Navarro apenas 9 mezes de edade. Esteve em Lamego e depois em Bragança, onde seu pae foi nomeado chefe da banda de caçadores n.º 3, de guarnição n'aquella cidade. Feitos os primeiros estudos matriculou-se no seminario de Bragança no intuito de seguir a vida ecclesiastica, por ser essa a vontade de seus paes. No seminario completou o 2.º anno do curso de Theologia, seguindo depois para Coimbra no proposito de se formar n'aquella faculdade. O moço estudante, não se sentindo com vocação para a carreira a que se dedicava só por condescendencia á vontade de seus paes, conseguiu convencel os a abandonal-a, e renovando os preparatorios, matriculou-se nas faculdades de Mathematica e de Philosophia, pensando formar-se em Medicina. Para não onerar os limitados vencimentos paternaes, empregava as poucas horas, que lhe ficavam livres do estudo, escrevendo as *sebentas*, que na mesma tarde vendia aos seus condiscipulos. Em 1862 deu-se um acontecimento, que alarmou a academia, obrigando-a a assumir uma violenta attitude de protesto. Por occasião do consorcio de el-rei D. Luiz I, em outubro d'esse anno, a academia pediu o chamado *perdão d'acto*, e o governo, sem francamente se declarar a tal respeito, deu a entender que seria concedido. Chegada, porém, a occasião foi negado esse favor regio, o que indignou a academia. Era ministro do reino o duque de Loulé, e o movimento revolucionario ficou conhecido pelo nome de *Rolinada*, derivado de *Rolim*, um dos appellidos d'aquelle estadista e illustre fidalgo. Os estudantes viram n'aquella recusa uma deslealdade e falta de consideração, e debandaram em massa para o Porto, onde deram livre curso ao seu desgosto, convocando reuniões, em que os mais fogosos oradores se dirigiam ao governo em phrases audaciosas e revolucionarias. O governo, querendo manter a todo o custo o prestigio do poder, interveiu com energia, mas afinal tudo serenou com uma amnistia, que foi limitada, pois não abrangeu os actos. Emygdio Navarro perdeu, portanto, o anno, e não querendo voltar ás mesmas aulas, matriculou-se então na faculdade de Direito, e concluiu o curso em 1869, tendo sido um dos mais distinctos estudantes do seu tempo. A sua vocação para o jornalismo de ha muito se evidenciara, pois já em Bragança, cursando o seminario, escrevia os seus artigosinhos. Em Coimbra publicou uma serie de artigos no *Conimbricense* sobre o drama em 5 actos, de Silva Gaio, intitulado *D. Fr. Caetano Brandão*, que se representou no theatro de D. Maria II com grande successo. N'esses artigos já se revelavam as qualidades de polemista muito apreciaveis, que mais tarde tanto o distinguiram. Depois, juntamente com Simões Dias, Lopes Praça, e outros estudantes da Universidade mais em evidencia, fundou *A Academia*, semanario que, no tumulto e indisciplina da vida coimbrã, foi de grande destaque pelo brilho da collaboração e franqueza das opiniões. Realisada a fusão do partido historico com o progressista, o joven academico recebeu convite para collaborar no *Jornal de Coimbra*, que se creara como orgão d'essa politica, e tantas provas deu de competencia como articulista que o nomearam redactor principal d'aquelle jornal, cujos artigos doutrinarios e de propaganda, eram successivas vezes transcriptos pelos jornaes mais importantes da capital. Em 1869, depois da sua formatura, foi para Bragança, e pretendeu o logar de recebedor, mas influencias locaes obstaram a essa collocação. Estabeleceu se então como advogado, tendo, porém, a consciencia do seu muito valor e das suas energias, que o podiam elevar a aspirações mais elevadas que a de um simples advogado, resolveu vir advogar para Lisboa, contribuindo tambem muito para essa re-

solução uma scena de pugilato que tivera com o administrador do concelho. Em Lisboa já era bem conhecido como jornalista distincto pelos artigos no *Jornal de Coimbra*, e filiando-se no partido progressista-historico, entrou logo para a redacção do *Paiz*, que era o orgão principal d'aquelle grupo politico. Fundou depois com Antonio Ennes o *Progresso*, e desligando-se mais tarde d'essa empresa, fundou o *Correio da Noite*, que não tardou a enfileirar-se entre os principaes jornaes politicos do paiz. N'essa epoca de grandes agitações politicas foi que Emygdio Navarro evidenciou notaveis qualidades de homem de acção. Fontes Pereira de Mello, chefe do partido regenerador, eternisava se no poder, e accusava-se el-rei D. Luiz de lhe dispensar demasia dos favores, chegando se até a dizer que o verdadeiro soberano era Fontes Pereira de Mello, o grande valido do monarcha. O paiz começou a agitar-se, e quando afinal surgiu a reacção violenta que lançou o partido progressista no caminho da mais franca rebellião contra o paço, Emygdio Navarro foi um dos mais energicos jornalistas que atacaram a politica palaciana. Foi esse o tempo dos artigos incendiarios contra o rei e a politica de Fontes Pereira de Mello, em que se destacaram tambem Marianno de Carvalho e Saraiva de Carvalho. Fôram d'essa epoca agitadissima os celebres artigos,em que Marianno de Carvalho chamou ao rei *capa de ladrões*, e Saraiva de Carvalho dizia, que, a continuar-se com tão dissipadora existencia politica, o *povo poria escriptos no paço*. Os artigos de Emygdio Navarro, n'essa epoca de luctas encarniçadas, são da maior violencia; o povo lia os soffregamente, e a corôa teve de ceder. Para sustentar uma lucta tão porfiada e trabalhosa eram precisas, na verdade, qualidades excepcionaes, porque o grande jornalista, além do *Correio da Noite*, escrevia tambem no *Progresso*, de Lisboa, e no *Primeiro de Janeiro*, do Porto, não deixando, comtudo, de exercer a advocacia. E' d'esse tempo, 1884, o livro *Quatro dias na serra da Estrella*, prefaciado pelo dr. Sousa Martins, que o acompanhou, juntamente com o dr. Carlos Tavares, n'aquella pittoresca digressão. Em 1885 desligou-se do *Correio da Noite*, e foi fundar um novo jornal, *As Novidades*. Defendendo sempre o partido progressista com dedicação, quando falleceu Anselmo Braamcamp, adheriu á eleição do sr. conselheiro José Luciano de Castro, que lhe succedeu na chefatura do partido. Emygdio Navarro, em 27 de setembro de 1877, acompanhou ao Porto el-rei D. Luiz, a rainha senhora D. Maria Pia, o principe D. Carlos e o infante D. Affonso, por occasião da inauguração do caminho de ferro de Mirandella. Foi deputado em varias legislaturas, sendo a primeira vez eleito em janeiro de 1879, por Aviz, sendo a camara dissolvida em 28 d'agosto do mesmo anno; novamente por Aviz, em janeiro de 1880, sendo a camara dissolvida em 4 de junho de 1881; em janeiro de 1882, teve a eleição pelo circulo de Arouca, dando-se a dissolução da camara em 24 de maio de 1884; o mesmo circulo o elegeu outra vez em 15 de dezembro do referido anno, dissolvendo-se a camara em janeiro de 1887; por Coimbra tambem foi eleito na legislatura de 2 d'abril d'esse anno, até 10 de janeiro de 1889; e outra vez por Coimbra de 2 de janeiro de 1890, sendo a camara dissolvida 18 dias depois, juntamente a com parte electiva da camara dos pares; por Coimbra, em 19 de abril de 1890, até 15 de outubro, em que se dissolveu a camara. Em 1886 foi convidado para ministro das obras publicas no ministerio presidido pelo sr. conselheiro José Luciano de Castro, conservando se no poder desde 20 de fevereiro de 1886 até 23 de fevereiro de 1889. Na gerencia da sua pasta procedeu a grandes reformas. Desenvolveu a viação, ampliou o ensino commercial, industrial e agricola, regulou, alargando-os, os serviços florestaes, creando, protegendo, edificando, consolidando tudo quanto podia contribuir para o desenvolvimento do paiz. Foi elle quem firmou o decreto que mandou pôr a concurso as obras do porto de Lisboa, havia muitos annos projectadas, mas sempre esquecidas. Entre as propostas, então apresentadas, foi considerada a mais vantajosa a de Hersent, empreiteiro experimentado na execução de obras identicas, tendo sido a ultima a do porto de Antuerpia. Sendo adjudicada a Hersent a construcção do porto de

Emygdio Julio Navarro

Lisboa, logo principiaram os preparativos para o seu começo, vindo a realizar-se a inauguração das obras a 31 de outubro de 1887, com toda a solemnidade, a que assistiram as pessoas reaes, ministerio, engenheiros, presidente e membros da camara municipal, presidente e alguns socios da Associação Commercial, da Associação Industrial Portugueza, da Associação dos Lojistas, dos Empregados do Commercio, etc. A violencia dos seus artigos grangeou-lhe muitos inimigos, que nunca temeu, e ante os quaes nunca recuou. Teve varios duellos, sendo o mais grave aquelle em que se defrontou com Manuel Vaz Preto, em que ficou ferido e contundido. Foi uma campanha rude, que elle não esqueceu, e de que a seu tempo tirou vingadora desforra. Saiu do ministerio em 1889, sendo substituido pelo sr. conselheiro Eduardo José Coelho, mas no anno seguinte demittiu-se o gabinete perante o conflicto provocado pelo *ultimatum* dirigido a Portugal pela Inglaterra, em 11 de janeiro de 1890. Emygdio Navarro, no seu jornal, tratou com a

maior elevação este complicado e melindroso assumpto, expondo, com desassombro, o seu parecer em face das exigencias da Inglaterra e da attitude assumida pelo paiz. Emygdio Navarro, quando deixou o ministerio, foi nomeado secretario do Tribunal de Contas, logar de que se exonerou em 1891, pela sua nomeação de ministro de Portugal em Paris, para onde partiu em 1892. Novamente os seus inimigos investiram contra os seus actos, renovando a antiga campanha de calumnias; os serviços, porém, que prestou n'essa embaixada, fôram tão uteis e de tanto alcance que o conselheiro José Dias Ferreira, ao tempo presidente do conselho de ministros, a elles se referiu nos termos mais elogiosos. Tres annos depois regressou de Paris, e foi investido no cargo de vogal no Tribunal de Contas, que exercia ainda quando falleceu. Foi tambem vogal do conselho administrativo da Companhia Real dos Caminhos de Ferro. Na sua volta de Paris, os seus correligionarios o receberam tão hostilmente que parecia tratar-se d'um inimigo que se devia a todo o custo anniquilar. Era outra vez a explosão dos velhos odios adormecidos. Navarro abandonou então o partido a que consagrara toda a sua actividade e valimento, mantendo-se n'uma opposição independente. O jornalista tomou de novo o seu logar, e mais uma vez os que procuravam por todas as fórmas anniquilal-o, gemeram sob a violencia da sua penna. Na questão dos tabacos, que occasionou os mais extraordinarios episodios politicos, a sua attitude foi tal que resurgiu o Navarro das ardentes arrancadas contra o fontismo. Afinal teve de ceder, porque a doença implacavel o desarmou. Sentindo-se cada vez peor, retirou-se para o Luso com sua familia, onde morreu subitamente. Emygdio Navarro prestou serviços relevantes em Coimbra, que lhe mereceram louvores e elogios da imprensa local. Luso tambem lhe deve muitos melhoramentos. Aquella pequena, pobre, e quasi desconhecida aldeia, foi por elle transformada na importante e aprazivel estancia de banhos, que hoje existe. A' sua poderosa e incansavel iniciativa são devidos os novos arruamentos d'aquella povoação. A elle se deve a construcção da estação telegrapho-postal e das duas casas de escola para os dois sexos; as numerosas e commodas estradas que puzeram Luso em communicação com todas as povoações circumvisinhas e com as estradas reaes; e muito especialmente a estrada que liga Luso ao Bussaco, atravessando a matta do marquez da Graciosa. Deve-se-lhe a compra d'essa matta pelo Estado, para alargar a área do Bussaco, e a construcção da avenida, superior á fonte de S. João, que d'ali conduz tambem á grande matta. Aos seus esforços se deve a construcção do Grande Hotel do Bussaco e dos seus annexos. Foi egualmente Emygdio Navarro que promoveu, e conseguiu que se construisse, o estabelecimento de banhos annexo ao antigo, e que n'este se introduzissem melhoramentos importantissimos.

Navarro *(Martim d'Azpilcueta)*. Conego regular, doutor e lente de Theologia na Universidade de Coimbra. N. em Varazoin, perto de Pamplona, no reino de Navarra, a 13 de dezembro de 1492, fal. em Roma a 21 de junho pe 1586, com 94 annos de edade. Era filho de Martim de Azpilcueta e de Joanna Xavier. Desde creança o destinaram seus paes ao estudo das letras, por lhe terem reconhecido grande vocação. Tomou o habito de conego regrante da congregação de Santa Maria de Roncesvalles, nos confins de Navarra. Aprendeu artes e philosophia em Alcalá de Henares, e em Tolosa canones e leis, em que recebeu o grau de doutor, entrando logo n'aquella universidade. Esteve em Salamanca 14 annos, sendo lente de prima. Tendo adquirido grande fama, veiu para Portugal, a pedido de D. João III e a instancias do imperador Carlos V, para dar principio á primeira cadeira de Canones, na transferencia da Universidade de Lisboa para Coimbra, onde foi sempre muito respeitado e considerado pela sua grande erudição e elevado talento. Quando D. João III visitou a Universidade com a rainha D. Catharina, sua mulher, e toda a côrte, pelos annos de 1550, o distinguiu com muitas honras entre os outros lentes, e por ser muito affeiçoada ás sciencias a infanta D. Maria, irmã de D. João III, filha d'el-rei D. Manuel e unica da rainha D. Leonor, terceira mulher d'este monarcha, recitou Martim de Azpilcueta Navarro, em seu louvor, um elogio em latim, e lhe dedicou o livro de *Jubileu* que então andava compondo. O dr. Azpilcueta foi enviado pela Universidade a dar os parabens á princeza D. Joanna, quando veiu a este reino para casar com o infante D. João, filho de D. João III, e prestar-lhe obediencia em nome da mesma Universidade, e desde então ficou-lhe tão affeiçoado que, tendo acabado no fim do anno de 1552 o seu *Manual de confessores e penitentes*, logo lh'o dedicou para quando houvesse de se imprimir de novo, e assim o effeituou. Quasi 20 annos regeu a cadeira de prima na Universidade de Coimbra, em que se jubilou. Tendo quasi 80 annos de edade emprehendeu passar a Roma, para defender Bartholomeu Carrança, frade dominicano, arcebispo de Toledo, seu intimo amigo, a quem a inquisição de Hespanha havia processado como suspeitoso na fé, e se via preso ha seis annos no castello de Santo Angelo, d'aquella cidade O pontifice Pio V o recebeu com muita benignidade, e o nomeou seu penitenciario, merecendo eguaes deferencias dos seus successores Gregorio XIII e Xisto V. Já em edade muito avançada, e cansado dos muitos e excessivos trabalhos, falleceu, sendo o seu corpo sepultado na egreja de Santo Antonio dos Portuguezes no campo Marcio, com a maior pompa, acompanhado de grande concurso de povo, que tanta devoção lhe dedicava pela fama de santidade que adquirira, que lhe cortavam pequenos pedaços dos seus vestidos para os guardarem como reliquias. Sobre a sepultura foi collocado o seu retrato em busto, com um epitaphio em latim. Escreveu muitos tratados sobre materias canonicas e moraes. As suas obras fôram publicadas em 6 volumes de fol., em Lião, 1597, e em Veneza, 1602, tendo ambas as edições o seu retrato.

Navarro. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, de Alcaria Ruiva, conc. de Mertola, distr. de Beja.

Navarros. Pov. na freg. de S. Faustino, de Viariz, conc. de Baião, distr. do Porto.

Nave. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Sabugal, distr. e bispado da Guarda; 227 fog. e 820 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista

12 k. da séde do conc. e está situada n'um alto, na estrada que vae do Sabugal a Alfaiates. A mitra apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. N'esta freg. houve um convento de freiras da ordem Terceira de S. Francisco, as quaes, com as guerras de 1476 a 1479, contra os castelhanos, fugiram para a villa d'Almeida, onde fundaram o convento da sua ordem. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco.

Nave de Baixo. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição de Zebreira, conc. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Nave do Barão. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, districto de Faro.

Nave dos Cordeiros. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Nave Fria. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça de Mosteiros, conc. de Arronches, distr. de Portalegre.

Nave de Haver. Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. d'Almeida, distr. e bisp. da Guarda; 373 fog. e 1:377 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 30 k. da séde do conc. e e está situada n'um alto, na fronteira de Hespanha, a 4 k. da margem direita da ribeira de Tourões. O reitor de Villa Maior apresentava o cura, que tinha 10$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. na freg. de S. Martinho e conc. da Covilhã, districto de Castello Branco.|

Nave de João Martins. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Nave Longa. Pov. na freg. de S. Thiago, de Urra, conc. e distr. de Portalegre.

Nave das Mealhas. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Nave Redonda. Pov e freg. de S. Thiago, da prov. da Beira Baixa, que está ha muitos annos annexa á de N. S.ª do Reclamador, de Castello Rodrigo, conc. de Figueira de Castello Rodrigo, distr. da Guarda. O reitor de Castello Rodrigo apresentava o cura, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. || Povoações nas freguezias: N S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja. || S. Sebastião, de Escarigo, concelho do Fundão, distr. de Castello Branco.

Nave das Sobreiras. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Navelhos. Pov. na freg de Santa Maria, de Meinedo, concelho de Louzada, districto do Porto.

Navelim. Pov. do conc. de Sanquelim, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. || Pov. e freg. de N S.ª do Rosario, do conc. de Salsete, no distr. e arceb. de Gôa. E' regada pelas aguas do rio do Sal. || Pov. da ilha de Divar, no conc. das Ilhas, do mesmo districto e arcebispado.

Naves. Pov. e freg. de S Thiago Maior, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. d'Almeida, distr. e bisp. da Guarda; 76 fog. e 268 hab. Tem esc. do sexo fem., e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 18 k. da séde do conc. e está situada proximo da estrada, que vae d'Almeida a Alfaiates. O vigario de Castello Bom apresentava o cura, que tinha 7$070 réis e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Esteval, conc. de Proença-a-Nova, districto de Castello Branco. || Santo Antonio, de Marmelleiro, conc. da Certã, do mesmo districto.

Naviò. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 69 fog. e 229 hab. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da margem direita do rio Neiva. A mitra e o mosteiro benedictino de Carvoeiro apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 150$000 réis de rendimento e o pé d'altar. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Cossourado, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Nazal. V. *Armadura*.

Nazareth (*Antonio José Duarte*). Director geral das alfandegas, consul geral no Rio de Janeiro, administrador da Casa Real, etc. N. em Coimbra a 18 de junho de 1817, fal. em Lisboa a 23 de setembro de 1892. Era filho de Antonio José Duarte e de D. Anna de Jesus Nazareth. Filho de familia muito liberal, tambem o foi por indole e por tradição dos seus maiores. No tempo da guerra civil de 1840 a 1851, epoca de continuas revoltas, luctou contra o governo do conde de Thomar, foi membro da junta do Algarve, sendo preso, passando bastantes trabalhos até que se deu o movimento da Regeneração, com que terminou a guerra civil. Entrou então no serviço publico, servindo nas alfandegas, desde 1853 até 1875, sendo promovido a contador, passando a escrivão de descarga, a porteiro, a verificador, a escrivão de mesa grande, a inspector, dirigindo com esta graduação as alfandegas do consumo, a do Porto e a de Lisboa, e por fim director geral. Em todos estes cargos prestou sempre os maiores serviços. Por decreto de 16 de junho de 1862 foi nomeado nosso consul no Rio de Janeiro, interrompendo os seus serviços nas alfandegas, emquanto se conservou no Brazil. No exercicio d'essa missão prestou os mais relevantes serviços á colonia portugueza, e os exploradores dos nossos emigrantes encontraram n'elle um inimigo, que lhes não consentiu os abusos d'essa nova escravatura. Em 1875 foi nomeado administrador da Casa Real, elevado cargo em que se houve intelligentemente e com toda a probidade, ganhando a mais cordeal affeição d'el-rei D. Luiz, d'el-rei D. Carlos, e das rainhas senhoras D. Maria Pia e D. Amelia. Durante a doença, que o victimou, muitas vezes recebeu a visita das pessoas reaes, que muito lastimavam o doloroso estado do fiel servidor de sua casa. Quando falleceu, havia já annos que estava aposentado no seu logar de administrador geral das alfandegas. Era casado com D. Maria Luiza Nazareth. Possuia as seguintes honras: official-mór da Casa Real, gran-cruz e commendador das or-

dens de Christo, de Nossa Senhora da Conceição; e das ordens estrangeiras de Izabel a Catholica e de Carlos III, de Hespanha; da Corôa de Italia; commendador da de Gustavo Waza da Suecia, da Rosa do Brazil, de Alberto Animosus da Saxonia e de Hohenzollern de Sigmarigen, official da Legião de Honra de França, e de Leopoldo da Belgica.

Nazareth *(Bernardo de Brito Antunes, 1.º visconde da)*. Commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, moço fidalgo cavalleiro, por alvará de 29 de setembro de 1886, negociante e proprietario no Pará, etc. N. na villa de Frades, a 20 de agosto de 1833, fal. em Lisboa a 27 de novembro de 1905. Era filho de Antonio José Antunes e de D. Joaquina de Sousa. Depois de ter cursado os primeiros estudos na escola da sua freguezia, partiu para o Pará a 16 de fevereiro de 1846, a bordo do hiate *Gran-Pará*, e ali se conservou 39 annos, dedicando-se ao commercio. Devido á sua tenacidade no trabalho, em pouco tempo entrou como socio da Casa Antunes & Correia, que veiu a dissolver-se em 1874. Em 1876 constituiu sociedade com outros negociantes, sob a firma social de B. A. Antunes & C.ª, sociedade que liquidou quando veiu para Portugal. Fez diversas viagens pelo estrangeiro, até que em 15 de maio de 1883, forçado pelo seu mau estado de saude, fixou a sua residencia em Lisboa, onde se conservou até fallecer. Tanto no Pará como em Lisboa foi um dos mais benemeritos protectores da Associação de Beneficencia Portugueza, pelo que o governo portuguez lhe concedeu por decreto de 29 de março de 1883, o titulo de visconde da Nazareth, nome d'uma grande propriedade que possuia no Pará. Este titular era muito esmoler e gozava de geraes sympathias.

Nazareth *(Francisco José Duarte)*. Doutor em Canones e lente cathedratico da Universidade de Coimbra, deputado, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, do Instituto de Coimbra, etc. N. em Coimbra a 15 de março de 1805, onde tambem fal., depois de prolongada doença, em 14 de julho de 1862. Era filho de Antonio José Duarte e de D. Anna de Jesus Nazareth. Em 1826 fez a sua formatura, habilitando-se para seguir a vida de magistrado, e serviu ainda em 1834, depois da restauração dos cargos de juiz de fóra, em Coimbra e em Aveiro, e na primeira d'estas comarcas o de corregedor e provedor. Depois trocou a carreira da magistratura pelo magisterio. Doutorou-se em Canones em 20 de julho de 1835, sendo logo nomeado oppositor ás cadeiras da mesma faculdade, e depois promovido a lente cathedratico das de Direito. Foi deputado nas legislaturas de 1840, 1852, 1853 e 1857. Collaborou no *Constitucional*, de Lisboa, de 1840 a 1842, e depois no *Observador*, de Coimbra, na *Revista Juridica*, da mesma cidade, etc. Escreveu: *Elementos do processo criminal para uso dos seus discipulos*, Lisboa, 1846; *segunda edição, reformada e muito augmentada*, 1849; 3.ª de 1853, *Elementos do processo civil para uso dos seus discipulos*, Coimbra, 1.ª parte, n'um volume em 1850; outra edição em 1851; a segunda parte saiu em 1.ª edição, em 1857.

Nazareth *(Fr. João da)*. Conego secular de S. João Evangelista. N. na villa da Pederneira, e fal. a 27 de fevereiro de 1478. Era filho de João Fernandes e de Cecilia Rodrigues. Antes de se dedicar ao claustro, consta que fôra muito elegante e dado a aventuras amorosas, mas depois renunciou a todos os prazeres mundanos, e professou no convento dos Loios, de Lisboa. Vivia em grande austeridade, tendo longos jejuns, privando-se de todas as commodidades. Em 1644 foi eleito reitor do convento de Villar, cuja egreja reedificou, cargo que exerceu durante 14 annos. Era muito dedicado á arte musical, e compoz: *Officio e hymnos de S. Gregorio Magno, S. Jeronymo, Santo Antonio, S. Clemente, martyres, S. Nicolau, bispo, e outros santos; Officio de Nossa Senhora, chamada da Vigilia.*

Nazareth *(Fr. João da)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho. Era natural de Castello de Vide, e viveu no seculo XVI, sendo filho de Simão Vaz Leitão e de Maria Fernandes de Siqueira. Entrou muito novo na ordem de Santo Agostinho, professando solemnemente a 20 de julho de 1648. Foi presentado em Theologia, definidor da provincia e presidente do capitulo. D'elle se imprimiram tres sermões.

Nazareth *(Fr. João da)*. Religioso da ordem Terceira de S. Francisco. N. em Obidos, sendo baptisado a 24 de maio de 1705; fal. a 31 de julho de 1739. Era filho de Miguel da Silva e de Marianna do Desterro. Aos 10 annos de edade entrou na referida ordem monastica, professando solemnemente a 9 de julho de 1722. Pela sua grande sciencia em musica e integridade de costumes foi nomeado no capitulo, celebrado a 27 de julho de 1737, capellão das religiosas do convento da Madre de Deus, de Aveiro, com o encargo de ensinar o canto de orgão. Tinha muita vocação para a poesia, e escreveu uma *Glosa* ao soneto *Esta, senhor, que vemos sepultada*, dedicada a D. João V, na morte de sua irmã, a infanta D. Francisca. Saiu impressa com outra obra a este funebre assumpto, intitulada: *Accentos saudosos das Musas Portuguezas*, Lisboa, 1736. A sua morte foi muito sentida.

Nazareth *(Fr. João da)*. Religioso franciscano da provincia da Conceição. Escreveu: *Sermão na solemne acção de graças que a communidade do real hospicio da Bemposta consagrou a Nossa Senhora pelo nascimento da serenissima sr.ª D. Maria Thereza, princeza da Beira*, Lisboa, 1793; *Sermão na solemne acção de graças*, etc., *pelo nascimento do serenissimo senhor D. Antonio, principe da Beira*, Lisboa, 1795.

Nazareth *(D. Fr. Joaquim de Nossa Senhora da)*. Religioso da ordem de S. Francisco da provincia d'Arrabida, bispo do Maranhão, de Coimbra, etc. N. no sitio da Nazareth, junto á villa da Pederneira, a 12 de maio de 1776, fal. no Maranhão a 31 de agosto de 1851. Depois da sua profissão, deliberou passar ao ultramar, e obteve a prelazia ordinaria de Moçambique com o bispado *in partibus* do Leontopoli. Em 1820 foi eleito bispo do Maranhão, tomando posse d'esta diocese no dia 11 de maio do mesmo anno. Tendo o Brazil proclamado a sua indepencia, e não adherindo a essa causa o bispo do Maranhão, obteve do governo portuguez, que lhe trocasse a mitra brazileira pela de Coimbra, de que tomou posse em 1824, e logo n'esse anno, com a data de 5 de outubro, publicou uma pastoral communicando aos seus diocesanos as indulgencias que para elles lhe transmittira o papa Leão

XII. Em 1826 estabeleceu-se em Portugal o regimen da Carta Constitucional, e o bispo de Coimbra foi, na sua qualidade de prelado, eleito par do reino, em cuja camara tomou assento, e publicou outras duas pastoraes e'esse anno, relativas ao jubileu do anno santo, com as datas de 27 de abril e 12 de maio. Sobrevindo os acontecimentos politicos de 1828, dando o infante D. Miguel o golpe de Estado, o bispo D. Joaquim de Nossa Senhora da Nazareth mostrou-se logo fanatico pela causa do absolutismo. Em Coimbra fazia reinar verdadeiramente o terror, auxiliado por alguns padres tambem fanaticos, que excitavam o povo contra os liberaes. Em 19 de janeiro de 1829 publicou uma pastoral em que reproduzia a bulla de Leão XII contra as sociedades secretas; em 8 de dezembro de 1831 publicou outra pastoral, excitando os padres da sua diocese a que fizessem no pulpito e no confessionario a mais activa propaganda contra as doutrinas perniciosas dos pedreiros-livres. Finalmente, a 16 de março de 1834, quando já se podia julgar perdida a causa de D. Miguel, publicou outra pastoral exhortando os fieis á paciencia e á resignação nos soffrimentos e trabalhos pela causa absolutista. Menos de dois mezes depois, no dia 8 de maio de 1834, entravam em Coimbra as tropas liberaes, e o bispo D. Joaquim de Nossa Senhora da Nazareth tinha de fugir, mas em vez de se retirar para o estrangeiro, homiziou-se em Lisboa, onde se conservou alguns annos, e onde por uma pastoral datada de 8 de setembro de 1836, protestou contra a intrusão dos vigarios capitulares por falta de jurisdicção legitima, e dos parochos e mais ministros do culto nomeados por elles. Poucos annos depois recebeu cartas do Maranhão, em que alguns dos seus antigos diocesanos lhe pediam que fôsse viver para o meio d'elles. O prelado satisfez o pedido, e partiu para o Maranhão, sendo ali muito bem recebido, e onde veiu a fallecer. Havia tambem publicado as seguintes pastoraes: com a data de 25 de julho de 1829, aconselhando a santificação dos domingos e dias santos; com a de 16 de janeiro de 1830, transferindo o jejum da vigilia de S. Mathias, que n'esse anno coincidia com o dia de carnaval; a que tinha a data de 6 de fevereiro do mesmo anno, sobre a exactidão no pagamento dos dizimos; e a datada de 29 de junho de 1833 annunciando o jubileu concedido pelo papa Gregorio XVI. Escreveu tambem: *O novo testamento de nosso senhor Jesus Christo, conforme a vulgata latina, traduzido em portuguez e annotado segundo o sentido dos Santos Padres e expositores catholicos, pelo qual se esclarece a verdadeira doutrina do texto sagrado, e se refutam os erros dos novadores antigos e modernos*, tomo I, Maranhão, 1845; tomo II, 1846; tomo III, 1847. A versão, impressa em duas columnas, é acompanhada do texto latino ao lado.

Nazareth *(José Antonio Caetano da Piedade)*. Conhece-se este nome, pelos seguintes escriptos: *Kalendario civil e ecclesiastico para o anno de 1861, primeiro depois do bissexto, acompanhado da lista dos empregados civis, militares e ecclesiasticos de Goa*, etc., Nova Gôa, 1860; saiu com as iniciaes J. A. C. P. N.; *Synopse dos boletins do governo geral do estado da India do anno de 1867*, etc., Nova Gôa, 1868; saiu com as iniciaes J. N. Em 1869 publicou outra synopse relativa ao anno de 1868, e em 1870 a correspondente ao anno de 1869.

Nazareth *(José Julio dos Santos)*. Jornalista e escriptor. N. em Lisboa em 1848, fal. a 22 de março de 1879. Era filho de Antonio Porphyrio Nazareth. Estudou no lyceu nacional, mas por circumstancias particulares não chegou a completar o curso. Dedicando-se ás letras, fez a sua estreia no *Conservador*, publicando umas traducções em folhetins. Entrou depois para o *Diario de Noticias*, no começo da publicação d'este importante jornal, onde se conservou 4 annos; mas alternava a sua collaboração, escrevendo revistas semanaes para o *Jornal de Lisboa*, *Gazeta de Portugal*, *Novidades* e *Diario Popular*, onde permaneceu como redactor effectivo até ser despachado para o logar de procurador dos negocios sinicos em Macau. Esteve ali algum tempo, alcançando, porém, licença para vir á metropole nos fins do anno de 1878, falleceu a bordo do transporte *Africa*, na viagem de Macau para Lisboa, dois dias depois de ter estado na Batavia, onde o abuso dos banhos e da neve, aggravando a excitação nervosa que se lhe notava, lhe alterou profundamente a saude, fazendo-lhe perder a razão. Escreveu um romance intitulado *Eva*, que publicou em 1870, a que o autor chamava uma especie de auto-biographia, em que seguira Musset na *Confissão*, e Dumas filho no *Processo de Clémenceau*. A imprensa elogiu muito este livro. Escreveu mais: *Problemas e soluções*; *algumas palavras aos leitores do «Homem mulher»*, Lisboa, 1873..

Nazareth. Pov. da freg. de Santa Maria das Areias e conc. da Pederneira, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa, prov. da Extremadura. Está situada perto da foz do rio Alcôa, na costa do Oceano Atlantico, a 600 m. da séde da freg. Está estabelecida n'esta pov. a séde do referido conc. da Pederneira. Nazareth é uma pov. quasi essencialmente piscatoria, e divide se em duas partes: O *Sitio* e a *Praia*. A primeira fica n'um promontorio denominado *Morro da Nazareth*, e ali se vê a egreja dedicada a *N. S.ª da Nazareth*, onde se realisa todos os annos, de 8 a 18 de setembro, uma grande romaria, e onde ha casas para alojar os numerosos romeiros que sempre concorrem. Tambem ali existe um theatro, a praça de touros, escola para o sexo feminino, o palacio real, etc. Para este promontorio se sóbe por um ascensor mechanico, que apenas gasta dois minutos na subida. Na segunda, é a *Praia*, uma das mais notaveis do paiz pela extraordinaria formosura com que a natureza a dotou, pelo pittoresco do promontorio que a abriga do vento norte, e pelo surprehendente panorama que d'ali se desfructa. D'um lado vê-se a immensidade do Oceano, onde alvejam as vélas brancas dos pescadores; do outro a antiga villa da Pederneira, e mais ao longe, surgindo do meio da floresta verdejante dos pinheiros, o monte de S. Bartholomeu, de rochas vulcanicas, com a sua capella da invocação d'este santo, e de S. Braz. Este monte serve de balisa aos navegantes e pescadores. Vê-se tambem a cordilheira que vae até Peniche, na qual está cavado o pequeno porto de S. Martinho, e que fórma a enseada da Nazareth. N'esta parte da pov. estão os estabelecimentos principaes: O *Gremio da Nazareth* e o *Tennis-Club*, que são frequentados pela alta roda da co-

lonia balnear; casas dos banhistas; praça muito abundante de fructa e de peixe, agencias bancarias e litteraria, pinhal, delegação alfandegaria, associações, banhos salgados quentes e d'agua dôce quente e fria; capitania do porto, fabrica de guano, hoteis, instituto de soccorros a naufragos, restaurantes, escolas, pharmacias, parcerias de pesca, est. telegr.-post. com serviço de encommendas, fabricas de conservas de peixe e de refrigerantes, etc. O hospital foi construido no Sitio da Nazareth, a expensas do thesouro da Real Casa da Nazareth, sob a planta do engenheiro Jayme Augusto da Silva. As obras importaram em perto de 3:800$000 réis. O edificio tem 40 m. de comprido por 10 de largo, além de duas casas nas faces superiores dos topos, com 8 janellas de frente e uma porta ao centro. Compõe-se de 4 enfermarias, quartos particulares, casas de banho, cozinha, lavandaria, arrecadação e habitação do enfermeiro. No extremo do Morro nascente, outro ao poente, nos quaes só se póde andar a pé. A lei de 12 de junho de 1901 creou o imposto de mais um por cento sobre o producto do pescado, sendo esta receita destinada aos seguintes importantes melhoramentos: um paredão-caes em frente da pov., ao longo da praia, e que tem por fim preserval-a da furia do mar, contribuindo efficazmente para o aceio e belleza da praia; um varadouro-abrigo para as embarcações, de muita vantagem para os pescadores, evitando que as ruas e praças publicas sejam obstruidas pelos barcos em occasiões de mar agitado; uma aveuida ao longo do promontorio, obra verdadeiramente colossal, tanto pela originalidade e pittoresco do passeio, como por ser construida sobre rochas onde o mar quebra violentamente; estrada para o Forte e praia do norte, logares aprazíveis muito frequentados pelos banhistas, que vão ali ordinariamente organisar *pic-nics*. Em 1808 Nazareth soffreu muito

Vista geral da Nazareth

da Nazareth, na antiga fortaleza do S. Miguel, foi inaugurado em 2 de janeiro de 1901 o pharolim d'este porto. A fortaleza está transformada n'uma confortavel habitação, onde reside o pharoleiro e a sua familia. Nazareth tem dois ramaes de bella estrada, que entroncam com a estrada real de Lisboa ao Porto, em Alcobaça e em Alfeizerão. A pescaria é importantissima, sendo variados os systemas de pesca. Uns pescadores dedicam-se a ella por meio de anzol no alto mar; outros por meio de redes de arrasto, e, ainda outros com galeões, armações redondas e valencianas. E' extraordinaria a receita bruta proveniente da venda de peixe n'esta praia, e para se fazer uma idéa aproximada da sua importancia, basta dizer que o imposto do pescado rende annualmente 9 a 10 contos de réis. Nazareth communica com a Pederneira por um ramal da estrada real e pela calçada da Peralva, e com o *Sitio da Nazareth*, por 2 k. de boa estrada, ou por 2 caminhos muito ingremes de 100 m., um ao com os francezes, que a puzeram a saque, apenas ali chegaram em 15 de julho. Sobre este assumpto, que occasionou ser a imagem levada occultamente com destino a Mafra, conservando-se, porém algum tempo, em Bellas e Queluz, V. o vol. II do *Portugal*, pag. 270, *Bellas, (Pendão de)*. No dia 3 de junho de 1873 caiu sobre Nazareth uma chuva torrencial, que se prolongou por 4 longas horas, desde as 11 da manhã até ás 3 da tarde, acompanhada de horrorosa trovoada, arrastando a massa d'agua enorme quantidade de areia que destruiu muitas casas, enterrando algumas até aos telhados, pelos quaes apenas se puderam salvar os moradores, aterrorisando estes e causando enormes prejuizos. Em setembro de 1874 um horroroso incendio ia destruindo completamente o Sitio, a não serem executadas promptas providencias, e ainda assim destruiu completamente a praça de touros, sendo depois construida a praça actual, em 1875, no local da primitiva, quasi toda de madeira. Em maio

d'esse anno se observou um espantoso e terrivel cyclone; o mar encapellou-se repentinamente por fórma tão extraordinaria que parecia querer engulir em seu seio a população inteira, observando se não menos pavor na terra por uma mudança tão brusca e temerosa do tempo. Em novembro de 1899 tambem cairam sobre Nazareth umas horrorosas trovoadas que causaram bastantes estragos. Ha em Nazareth uma capella publica, construida no local d'uma casa, que em tempo pertenceu a uma familia de nome *Poitiers*, e adquirida pela camara em 1841. Foi concluida em 1861, sendo dedicada a Santo Antonio. D'esta compra existem documentos no archivo municipal, mas é administrada pela junta de parochia. Muito proximo fica a capellinha de N. S.ª dos Afflictos, propriedade particular. Os passeios mais apreciados na Nazareth são os seguintes: *Foz do Alcôa*, pequeno rio cujas margens são poeticas e muito aprazíveis; *Forte de S. Miguel*, principiado a construir por ordem de el-rei D. Sebastião, e concluido no reinado de Filippe III, sendo seu primeiro governador Manuel Gomes Pereira; *Forno d'Orca*, praia do norte; é uma furna cavada na rocha, onde o mar entra furiosamente, desfazendo-se em alvissima espuma contra as paredes interiores; *Monte de S. Bartholomeu*, antigo monte Siano. Ha ainda outros passeios muito pittorescos. Em Nazareth tem-se publicado os seguintes jornaes: *Correio da Nazareth*, 1 de janeiro de 1899; *Nazareth (A)*, 14 de janeiro, 1904, em publicação; *Povo da*

Nazareth—O mercado

Nazareth—Palacio Real

Nazareth (O), 6 de julho de 1899; *Sitio de Nazareth (O)*, maio, 1908, em publicação. Além d'estes jornaes tambem ali foi publicado o numero unico seguinte: *Pro Merito*, 1 de janeiro de 1907. || Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira, na freg. de S. Martinho, conc. e distr. do Funchal. || S. Miguel, de Ribeira de Frades, concelho e distr. de Coimbra.

Nazareth *(Lenda de Nossa Senhora da)*. No tempo das perseguições que em Roma se faziam contra o Christianismo, a Peninsula hispanica, como estava muito distante d'aquella cidade, deu abrigo a muitos christãos, que para aqui fugiram no IV seculo. Segundo a lenda, foi por este tempo que o monge grego, Cyriaco, fugiu para Bethlem de Judá, levando comsigo uma imagem de Nossa Senhora, que deu a S. Jeronymo, a qual a mandou a Santo Agostinho, bispo de Hypponia, que estava em Africa, mandando-a depois este prelado para o mosteiro hispanico de Cauliniana, a 12 k. de Merida; foi aqui que deram á imagem o titulo de *Nazareth*, por ter vindo da terra natal da Virgem Maria. A maneira como a imagem veiu ter ás praias da Lusitania, é narrada pela lenda, da seguinte fórma: Egica, sobrinho do santo rei Wamba e genro de Ervigio, seu antecessor, subiu ao throno dos godos em 687. Vitulo, conde Galliza, ambicionando o throno, revoltou-se, mas foi anniquilado. O rei nomeou seu filho Witiza soberano das terras revoltadas, ficando elle com o resto da Hespanha e com a Galliza Narboneza. Por sua morte succedida em 701, ficou Witiza senhor de todo o imperio gothico, e foi o Nero das Hespanhas. Permittiu a polygamia, negou a obediencia espiritual ao papa, arrazou as fortalezas do reino, e praticou toda a casta de vicios e de iniquidades. Em 707, D. Rodrigo e seu irmão Acosta, filhos do principe Theodofredo, expulsaram Witiza do throno, e o primeiro foi gostosamente acclamado rei pelo povo, mas bem depressa egualou o seu antecessor nos vicios mais escandalosos. A nação, desmoralisada, desunida e debilitada por dois successivos reinados de ignominias, foi invadida em 713 por Tarik, ou Tarif, Aben-Zarca, que commandava um exercito de 12:000 homens, sendo grande parte de cavallaria. D. Rodrigo mandou á pressa armar os povos, dando o commando dos christãos a seu sobrinho, o principe D. Affonso; mas este foi morto logo no principio da batalha, e os godos ficaram completamente destroçados. D. Rodrigo corre a Toledo para accudir ás suas tropas, mas quando chegou, já os moiros, com os dois traidores, conde Julião e seu irmão Oppas, bispo de Hispalis, e os seus, haviam passado o Estreito, carregados de ricos despojos. O rei mandou reparar as fortalezas e levantar tropas, mas Tarik e Julião não deram tempo a estes preparativos, e tornaram a invadir a Hespanha, com um exercito numerosissimo. D. Rodrigo foi ao seu encontro nos campos de Guadalete com um exercito ainda mais numeroso, mas composto de gente mal armada, sem disciplina nem pratica da guerra. Esta cruenta batalha durou oito dias, em que o rei e os seus obraram prodigios de valor e heroicidade, mas a victoria foi dos moiros, e a monarchia gôda deixou de existir. D. Rodrigo, vendo-se perdido, fugiu para Merida, vestido de pastor, a pé, porque o cavallo morrera-lhe, e foi esconder-se no mosteiro de Cauliniana, dando-se a conhecer sómente ao abbade, fr. Romano. Não se julgando, porém, ainda seguro, fugiu com o abbade Romano em direcção a O, e os fugitivos só pararam na costa do Oceano Atlantico, onde hoje é a villa da Pederneira. Romano tinha comsigo uma caixa com reliquias que Santo Agostinho mandára de Africa para o mosteiro, e D. Rodrigo trazia a imagem de Nossa Senhora da Nazareth. Durou esta jornada 26 dias, porque caminharam por brejos, bosques e penedias, para se livrarem de encontros e de povoações, e chegaram ali em 2 de novembro de 713. Viram um monte alto e escabroso, e subiram a elle. Chegando ao cimo acharam uma sepultura com uma cruz, o que tiveram por bom agouro. Esta cruz e crucifixo, segundo dizem, ainda se conservam na sacristia da egreja de S. Bartholomeu, que depois foi edificada no cume do monte, que da egreja tomou o nome, e é onde vieram ter os peregrinos. Chamava-se então *Monte Siano*. Aquelle local prestava-se muito á penitencia e á contemplação das cousas celestes, e pela sua aridez não convidava a visitas de estranhos, por isso resolveram viver n'esse deserto. Junto da cruz collocaram a imagem e a caixa das reliquias. A cama dos dois anachoretas era a terra pedregosa do monte, tendo por cobertura unicamente as estrellas. Sustentavam-se de raizes, hervas e fructos silvestres, que vinham procurar ao sopé do monte, e de 4 pães de cevada que um pastor lhes trazia todas as semanas; a sua unica bebida era agua d'uma pequena fonte, que encontraram ali. Alguns dias depois, D. Rodrigo desejou viver só, em vista do que o abbade fr. Romano foi habitar outro monte que ficava fronteiro, e quasi nas mesmas condições. Para esse monte levou a santa imagem e as reliquias, deixando só o crucifixo que tinha achado junto da sepultura. Na sua nova habitação, encontrou o abbade fr. Romano uma lapa entre rochedos, e ali, n'um altar improvisado, collocou os objectos sagrados, mettendo dentro da caixa um pergaminho com a historia da imagem, e da sua peregrinação desde a Grecia até ali. Os dois anachoretas haviam combinado uns certes signaes com que se correspondiam d'um para o outro monte. Poucos dias depois da separação, em 23 de março de 716, vendo D. Rodrigo que o seu companheiro não correspondia aos signaes que lhe fazia, foi ao monte Siano, e achando morto o abbade, o enterrou junto da lapa onde estava a imagem. A completa solidão d'este deserto horrorisou o infeliz monarcha, que fugiu d'aquelle local, indo morrer na distancia de 10 legoas de Vizeu, n'uma povoação, chamada *Fétal*, em cuja egreja, da invocação de S. Miguel, foi sepultado, gravando-se lhe sobre a sepultura a seguinte inscripção:

HIC REQUIESCAT RODERICUS,
ULTIMUS REX GOTHORUM

Consta que os seus ossos fôram trasladados alguns seculos mais tarde para Castella. A imagem da Senhora da Nazareth conservava-se ignorada e só no seu asylo de rochedos. Em 1179, reinando el-rei D. Affonso Henriques, que tinha desbastado os infieis, circumscrevendo-os ao seu reino do *Al-Gharb*, subiram uns pastores ao alto do monte Siano, e descobriram a imagem escon-

dida na sua lapinba; não tardou a divulgar se esta noticia por todos aquelles contornos, e muitas pessoas correram a venerar a milagrosa imagem. Um dos mais estremados e dos mais destemidos cavalleiros do monarcha, que era seu irmão natural, D. Fuas Roupuinho, alcaide-mór de Porto de Moz, instigado pela curiosidade, subiu tambem ao alto do monte Siano, e viu então, entre dois grandes rochedos, uma casinha ou cella, toscamente feita de pedra secca, e que denotava remota antiguidade. Descendo pela quebrada que se fazia entre os dois penedos, entrou na humilde lapa, onde viu sobre um pequeno altar a santa imagem da Virgem, que depois foi muitas vezes visitar. Em 1182, a 14 de setembro, andava D. Fuas Roupinho no seu exercicio favorito da caça; a manhã estava de nevoeiro cerrado, e o alcaide galopava vertiginosamente em seguimento d'um grande veado que se encaminhava para o mar. Sem vêr o perigo imminente, D. Fuas achou-se na ultima ponta d'um rochedo, de mais de 200 braças d'altura, perpendicular sobre o Oceano. Em tão espantoso perigo, e apenas a dois palmos da extremidade da rocha, e quasi dependurado sobre o abysmo, o cavalleiro invocou a protecção da Senhora da Nazareth, e o cavallo parou de repente, ficando tão firme como se fôsse uma peça da mesma rocha. Fôra a Virgem quem salvára d'uma morte horrorosa o cavalleiro christão. D. Fuas Roupuinbo dirigiu-se á capellinha do monte a dar graças por tão grande milagre, e fez a promessa de erigir um templo em honra da veneranda imagem. Demorou-se ali alguns dias, mandando vir de Leiria e de Porto de Moz os pedreiros sufficientes para construirem a capella, á qual deu logo principio. Quando se demolia a antiga, acharam mettida entre as pedras do altar uma caixa de madeira delgada, forrada de seda, de um palmo de comprido, e dentro d'ella, reliquias de S. Bartholomeu, de S. Braz e d'outros santos, e um pergaminho em que dava relação de como e em que tempo tinham vindo para ali as reliquias e a imagem, confórme acima mencionámos. Construiu-se brevemente, sobre as rochas da gruta, uma capella de abobada, segundo a architectura d'aquella epoca, e sobre o mesmo logar em que a imagem estivera, e para ser vista de todos os lados, a deixaram aberta com 4 arcos, que com o andar dos tempos se fecharam, para evitar os damnos que as chuvas e tempestades faziam dentro da capella, a que se deu o nome de *Capella da Memoria*. Sobre os 4 arcos referidos vêem-se 4 estatuas de pedra; no 1.º a da Senhora; no 2.º as de S. Bartholomeu e S. Braz; no 3.º a de D. Rodrigo, com a imagem da Senhora nos braços; e no 4.º a de um frade, com um cofre nas mãos, figurando o abbade fr. Romano. A gruta foi entulhada, quando se fez o pavimento da capella. Fr. Bernardo de Brito e outros devotos a mandaram desentulhar em 1600, fabricando lá em baixo outra capellinha, figurando a lapa onde a imagem se conservara perto de 5 seculos. Desce-se para esta capellinha subterranea por uma escada, que está á direita de quem entra na egreja. No arco da direita, ao descer a referida escada, vê-se gravada n'uma pedra uma inscripção composta em latim por fr. Bernardo de Brito, segundo consta da *Monarchia Lusitana*. Foi mandada abrir em marmore pelo dr. Ruy Lourenço, então provedor da comarca de Leiria, e superintendente ou visitador d'esta capella. Em frente da inscripção está outra em portuguez, que é traducção da latina, mas um pouco augmentada. Collocada a imagem da Senhora da Nazareth na sua nova capella, teve logo grande concor-

Templo de Nossa Senhora da Nazareth

rencia de devotos, sendo dos primeiros D. Affonso Henriques, a quem D. Fuas contára o acontecido, seu filho D. Sancho e as principaes pessoas da côrte. Com autorisação do monarcha doou D. Fuas Roupinho á Senhora certa extensão de terrenos, que é o sitio e limites em que está a capella construida e que então não passavam de mattos bravos. Em 1377, el-rei D. Fernando I, levado pela fama dos milagres attribuidos á santa imagem, resolveu ir tambem visitál-a em devota romaria, mandando n'essa occasião construir uma egreja mais vasta e espaçosa, que se inaugurou em 5 d'agosto do mencionado anno. Mais tarde D. João I, em 1383, mandou edificar alpendres, em torno da egreja, para abrigo dos romeiros. D. João II e a rainha D. Leonor, sua mulher, visitando tambem a egreja, mandaram fazer varias obras que julgaram precisas, procedendo-se por sua ordem ao levantamento das torres e assentamento dos sinos respectivos. El-rei D. Manuel doou-lhe uns pinhaes, não incluidos na doação de D. Fuas Roupinho, na visita que fez á Nazareth, indo tambem ali, antes da primeira viagem á India, D. Vasco da Gama, e annos mais tarde o apostolo das Indias S. Francisco Xavier e el-rei D. Sebastião. De 1680 a 1691 procedeu-se á edificação d'um novo templo, que hoje existe, bella egreja em cruz latina, onde se admira a sua belleza architectonica, o fino rendilhado de numerosas flôres, o delicado das pinturas nos quadros que a embellezam, o seu tecto scintillante de puro ouro, semeado com prodiga profusão, sendo ainda assim obra do anno de 1837 o elegante zimborio que a corôa, e o orgão que foi adquirido em 1835. A romaria, que annualmente se celebra, é talvez das mais concorridas do paiz. A chegada dos differentes cirios é um espectaculo altamente interessante e pittoresco. Os rendimentos da Real Casa da Nazareth são destinados ao culto e á festa que annualmente se celebra. O conselheiro Peito de Carvalho, sendo governador civil de Leiria, promoveu que d'aquellas rendas se destinasse uma parte para a construcção d'um hospital.

Nazes. Pov. na freg. de Santa Maria, de Almacave, concelho de Lamego, districto de Vizeu.

Nazido. Pov. na freg. do Salvador, de Tagilde, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

N'Balla. Pov. do sobado de N'Dalla Ceia, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

N'Bangulla. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, no sobado de Caculo-Cabango, 9.ª div. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Banva. Pov. da freg. de S. José de Cabiri, na 2.ª div. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

N'Bila. Pov. da 3.ª div. (Mahaballa) do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

N'Bondo. Pov. do sobado de Cabaça, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de N'Dalla Tango, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Bongui. Pov. da freg. de S. Joaquim, no sobado de Queta, 6.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

N'Bring. Ponte situada na estrada do grande rio de Casamansa, na Guiné, Africa Occidental. Começa n'ella uma planicie coberta de arvoredo, que se estende até ao antigo presidio portuguez de Zeguichor, e entre ella e a ponta de Jolas ao N tem o rio de Casamansa 1:700 m. de largura. || Grupo d'aldeias felupes na Guiné, Africa Occidental, proximo da ponta N'Bring. Tem arrozaes.

N'Buanza Galla. Pov. da freg. de S. José de Cabiri, no sobado de Bembo, 6.ª div. do concelho de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

N'Buba. Pov. do sobado de Muala, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Bumba. Pov. da freg. de S. Joaquim, no sobado de Quiluange, Quiamuhende, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Bury. Pov. da freg de S. Joaquim, no sobado de Cariata, 6.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Cama. Pov. do sobado de N'Gia, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado do mesmo nome, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, da mesma prov. || Pov. do sobado de Bom, no caminho do Zombo, do mesmo concelho e provincia.

N'Camba. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

N'Canda. Pov. do sobado de Quilongo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Cando. Pov. do sobado da Cataracta do Quisulo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Casi. Pov. do sobado de Quilongo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Cempula. Pov. do sobado de Sangui, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, provincia d'Angola, Africa Occidental.

N'Chantete. Pov. do sobado do mesmo nome, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Chiamputo. Pov. do sobado de Namealla, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, Africa Occidental.

N'Côco. Pov. do sobado de Songula, na div. de Mandimba, conc. de S. Salvador e districto do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental || Pov. do sobado de Toto, no mesmo conc., distr. e provincia. || Pov. do sobado de Fucce, no caminho do Zombo, do mesmo conc., distr. e provincia.

N'Conde à Bacu. Pov. do sobado de Evua, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, provincia d'Angola, Africa Occidental.

N'Condo. Pov. do sobado de N'Gia, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Diadia, no caminho do Zombo, do mesmo conc., distr. e provincia.

N'Cula. Pov. do sobado de Lué, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Bundo, no mesmo conc., distr. e provincia.

N'Cumba. Pov. do sobado de Namealla, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, provincia d'Angola, Africa Occidental. ‖ Pov. do sobado de N'Cama, do mesmo conc., distr. e provincia.

N'Cumbi Pov. do sobado de Bundo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Cundo. Pov. da freg. de S. Joaquim, no sobado de N'Golla Bumba, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Cunga. Pov. do sobado de Namcala, no concelho de S. Salvador e distr. do Congo, provincia d'Angola, Africa Occidental.

N'Cuso. Pov. do sobado de Tomboco, do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Dalla Bambi. Pov. do sobado de Cabanga, na 8.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Dalla Cabaça. Pov. do sobado de N'Dondo á Quirima, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Dalla Caballo. Pov. do sobado do mesmo nome, no 8.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Dalla Coxibo. Pov. do sobado de Quitalla, na 9.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Dalla Gingo. Pov. do sobado de N'Golla Muongo, na 11.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Dalla N'Bollo. Pov. do sobado de Hui N'Dalla, na 4.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Dalla Samba. Pov. da 4.ª div. do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Dalla Tando. Pov. da 4.ª div. do conc. de Cazengo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. Tem est. telegraphica, aberta ao serviço publico a 8 de dezembro de 1896. Posto meteorologico, estabelecido em junho de 1899.

N'Dallaxeile. Pov. da 6.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Dambi. Pov. da freg. de S. Joaquim, no sobado de Salla Cabanga, 2.ª div. do conc. de Go-Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. ‖ Pov. do sobado de N'Dalla Ceia, no concelho d'Ambaca, do mesmo distr. e provincia.

N'Danda. Pov. da região de Pangala, no concelho de S. Salvador e distr. do Congo, provincia d'Angola, Africa Occidental.

N'Dando. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, no sobado de Caculo-Cahango, 9.ª div. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Danje. Pov. do sobado de N'Golla Muhongo, na 11.ª div. do conc. d'Ambaca, districto de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Danji. Pov. da freg de N. S.ª da Victoria, no sobado de Senze, 15.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. ‖ Pov. do sobado do mesmo nome, no concelho d'Ambaca, do mesmo distr. e provincia.

N'Delle. Pov. da freg. de S. Joaquim, no sobado de Bango a Quitamba, 8.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Dembelo. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Dembo. Pov. do sobado de N'Gando, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, provincia d'Angola, Africa Occidental.

N'Denda. Pov. do sobado de N'Golla Canguella, no conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, provincia d'Angola, Africa Occidental.

N'Denga. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, no sobado de Caculo-Cahango, 9.ª div. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Dengue. Pov. da freg. de S. Joaquim, 2.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. ‖ Pov. do sobado de N'Galla Quissueia, no conc. d'Ambaca, do mesmo distr. e provincia.

N'Dengue de Tetegi. Pov. da 1.ª div. do concelho de Cambambe, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Dinde. Pequeno rio da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Corre parallelo ao Chire, e é um affluente do rio Ziué-Ziué.

N'Dinga. Pov. do sobado de Quimpalo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Donde. Pov. do sobado de N'Dalla Quissaquina, no conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, provincia d'Angola, Africa Occidental.

N'Dua-lumbi. Pov. da freg. de S. Joaquim, no sobado de Queta, 6.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Damba Buca. Pov. situada no caminho do Fumba, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Dumbi Lumbi. Pov. do sobado de Quimpacassa, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Dumbo. Pov. da freg. de S. Joaquim, 2.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Duri. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, no sobado do Caculo-Cahango, 9.ª div. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Né Ambila. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, div. de Noqui, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Nebrijo. Pov. na freg. de S. Vicente, de Branca, conc. de Albergaria-a Velha, distr. de Aveiro.

Necessidades. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Arcos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. João Baptista, de Barqueiros, conc. de Barcellos, distr. de Braga. Tem est. post. ‖ Pov. na freg. de Santa Maria, de Amonde, conc. e distr. de Vianna do Castello. Tem est. postal.

Necropole. Este termo designa mais especialmente, em archeologia, os cemiterios antigos importantes, sobretudo os que apresentam um caracter monumental. São umas vezes cemiterios de inhumação e incineração, a céo descoberto ou subterraneos, outras vezes tumulos, dolmens, fos-

sas ou cavernas cavadas na rocha, estéllas, cippos, hypogeus de pinturas ou fachadas monumentaes, poços, pyramides, mausoléos, etc. Em Portugal, até maio de 1874, não se tinham encontrado necropoles pertencentes a grandes povoações, muito embora se houvessem feito em varias localidades descobertas parciaes de sepulturas romanas em que se encontraram egualmente objectos caracteristicos da sua origem e praticas do seu rito. N'aquella data, andando-se a proceder n'uma propriedade de Alcacer do Sal ao nivelamento d'um terreno occupado por um olival, fôram descobertos, á profundidade de 25 c., freios de ferro e laminas de espadas, espadas com punhos de bronze cinzeladas, fibulas de bronze, vasos lacrimatorios, lampadas mortuarias de barro, moedas, etc. Mas o que causou maior surpreza foi o encontrar-se entre todos esses objectos um retrato em argila, coberto de estuque colorido, muito perfeito, e de 4 urnas de tamanho variavel e estylo etrusco, que continham cinzas. Os romanos serviam-se de diversas materias para a fabricação das suas urnas, pois que tanto empregavam o crystal como o marmore, o barro e mesmo o metal, conforme a categoria e a fortuna do extincto; mas em parte alguma se haviam encontrado nas suas necropoles urnas eguaes áquellas, que eram do tempo de Claudio. O achado d'uma mascara e a execução d'esse trabalho eram tambem casos raros. Verdade é que os romanos mandavam tirar mascaras de cêra, dos finados, para estarem patentes no peristylo das suas habitações na occasião dos enterramentos e serem depois conservadas pela familia dos finados; mas, não obstante esse costume, são rarissimas as que se tem descoberto na Italia, razão por que o achado feito em Alcacer do Sal era da mais alta importancia archeologica Os trabalhadores quebraram duas das urnas, porém a maior e a mais bem conservada (que foi reproduzida no boletim n.º 6 da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, acompanhada d'um artigo de Joaquim Possidonio Narciso da Silva) tem 0m,25 d'altura e 0m,51 de circumferencia, e indicava claramente a sua applicação. Na sua face principal tinha representada uma mulher segurando um brazeiro, havendo dois mancebos, um de cada lado, munidos de grandes espetos, em acção de assarem carne, alludindo á ultima refeição. Por detraz d'elles, um velho, com a mão esquerda sobre o coração, indicava, com a direita, uma arvore collocada em frente d'elle, e á qual um homem no vigor da vida arrancava uma folha, representação evidente da dôr immensa que causa a perda d'um membro da familia, symbolisado na folha arrancada da arvore. Na outra face da urna, muito prejudicada pela humidade do terreno, viam-se tres figuras: dois guerreiros nús, um d'elles coberto com um capuz de duas palas caidas sobre os hombros, o outro com a cabeça descoberta e com uma cauda de cavallo na extremidade da espinha dorsal, e entre elles uma mulher sustentando na mão esquerda um escudo oval, parecendo querer proteger com elle o guerreiro do capuz, e com o braço direito levantado, procurando evitar que o outro combatente ferisse com a lança o seu adversario. Nota se a differença existente entre os dois athletas para indicar que são de raça diversa, sendo as scenas d'esta natureza representadas nas urnas etruscas de incineração para significar que a vida é uma lucta constante, e que só a morte lhe põe termo, como mostra a interrupção do combate pela attitude da figura que faz cessar a contenda porque se finda um ser. Os romanos recorriam aos artistas gregos para lhes fabricarem as urnas; mas as suas pinturas representavam scenas menos sangrentas, ao passo que as dos etruscos eram sempre compostas de combates. A epoca em que o fundo das pinturas não era a propria côr da argila mas sim o preto, corresponde ao maior desenvolvimento da arte grega. Todavia, será mais difficil explicar como é que no tempo do imperador Claudio usavam esta qualidade de urnas nas cerimonias funebres, e isto na antiga Lusitania. E' uma singularidade, que só os archeologos poderão resolver.

Nedillo. Pov. na freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Nédongo. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, div. de Mussuco, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Negra. Pequena ponta situada na costa O da ilha do Faial, Açôres. || Pequena ponta na costa SE da ilha do Pico, Açôres. || Serra da ilha do Sal, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Não é muito alta. Corre a E da ilha, affectando a fórma oblonga. || Ponta da costa de Novo Redondo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. Fórma o extremo da margem direita do rio Longo. || Ponta da bahia de Mossamedes, no distr. do mesmo nome, prov. d'Angola, Africa Occidental. E' alta, pedregosa e escura, e está edificada n'ella a fortaleza de S. Fernando, começada a construir em 1840. No areal, para o lado de E, começa-se a avistar a villa de Mossamedes.

Negraes. Pov. na freg. de S. Pedro, d'Almargem do Bispo, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. Tem correio com serviço de posta rural.

Negrão. Familia oriunda de Genova, onde era uma das 28 familias senatorias da republica. As suas armas são: Em campo de ouro tres bastões negros firmes.

Negrão (*Felix Manuel Placido da Silva*). Presbytero e conego da sé patriarchal de Lisboa, examinador synodal do patriarchado, socio correspondente, e depois effectivo da Academia Real das Sciencias, etc. N. em Albufeira, e fal. em Lisboa a 23 de dezembro de 1883. Collaborou em muitos jornaes litterarios do seu tempo, mas quasi sempre anonymamente. Assim collaborou na *Bibliotheca Familiar*, *Panorama*, *Revista Universal*, etc. Era grande latinista, e Alexandre Herculano lhe confiou o encargo de escrever a versão latina do prologo da obra *Portugalliae Monumenta*. São suas as versões latinas dos prologos que precedem os codices e as chronicas latinas, que vem no 1.º tomo d'essa obra. Castilho solicitou a sua collaboração para as annotações da sua traducção dos *Fastos* de Ovidio, e o assumpto que lhe deu para sua nota foi o seguinte *Festas do culto romano*. Essa nota, que vem assignada pelo conego Negrão, abrange 32 paginas. Consta, que deixou ineditas varias obras sobre pontos de direito e disciplina ecclesiastica, primado de S. Pedro, memorias da egreja africana contra o celibato, etc., bem como a traducção

paraphrastica do livro de Carlos Villers, *Philosophie de Kant, ou principes fundamentaux de la Philosophie transcendentale.*

Negrão *(Fr. Francisco).* Religioso da ordem de S. Francisco. Era natural da India Oriental. Recebeu o habito de religioso menor no convento de S. Thomé, sujeito á provincia de Portugal. Dedicou-se aos trabalhos das missões em Columbo; foi guardião e commissario em Ceylão. Os negocios da sua provincia o obrigaram a passar á Curia Romana, e depois de concluidos, voltou ao Oriente. Escreveu: *Primeira Parte das chronicas dos frades menores da Custodia de S. Thomé da India Oriental.* Esta obra, segundo consta, existia no seculo XVIII no convento de S. Francisco, de Lisboa.

Negrão *(Henrique da Silva).* Organista da basilica de Santa Maria, de Lisboa, que falleceu em 1781. Entrou para a irmandade de Santa Cecilia em 19 de fevereiro de 1761. Deixou um trabalho critico sobre a *Nova instrucção musical* de Francisco Solano.

Negrão *(Nuno Caetano da Costa).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, fal. em Lisboa a 3 de abril de 1904, com 84 annos de edade. Foi antigo amanuense do Tribunal de Contas. Desejoso de seguir um curso superior, foi matricular-se na Universidade, e depois de concluir o curso de Direito, veiu estabelecer banca de advogado em Lisboa. Sempre muito dedicado a estudos litterarios, lia e escrevia muito, compunha versos, collaborou em diversos jornaes portuguezes, hespanhoes e francezes. Por mais d'uma vez lhe foi offerecida a candidatura de deputado, mas nunca a acceitou Foi tambem consul da republica Argentina. Era casado com D. Sebastiana Ribeiro Negrão.

Negreda. Pov. na freg. de S. Genesio, de Cellas, concelho de Vinhaes, districto de Bragança.

Negreiro. Pov. na freg. de Santa Maria, do Prado, conc. de Villa Verde, districto de Braga.

Negreiros. Familia, cujas armas são: Escudo esquartelado: O primeiro quartel composto de seis palas de ouro e azul; o segundo xadrezado de ouro e azul de seis peças em faxa, e outras seis em pala, e assim os contrarios; timbre, um leão azul nascente com tres palas de ouro.

Negreiros *(André Vidal de).* Um dos heroes da restauração de Pernambuco; pertencia a uma nobre e rica familia colonial. N. em Parahyba nos primeiros annos do seculo XVII, fal. a 3 de fevereiro de 1681. Em 1636 distinguiu-se na guerra de guerrilhas feita pelos seus patricios contra os hollandezes, depois d'estes haverem conquistado a capitania de Pernambuco. N'essa guerra servia André Vidal de Negreiros como ajudante do capitão Sebastião do Souto. Quando os hollandezes cercaram a cidade da Bahia, André Vidal de Negreiros alistou-se entre os seus defensores, e distinguiu-se muito n'essa facção feliz; o papel desempenhado por elle em varias outras expedições egualmente felizes accrescentou-lhe muito a gloriosa reputação. Em 1644 o governador da Bahia, Telles da Silva, sabendo que em Pernambuco havia séria agitação contra os conquistadores hollandezes, deliberou aproveital-a, e enviou André Vidal de Negreiros para aggregar e organisar esses elementos. Aproveitando um armisticio que se negociára entre os portuguezes e os hollandezes no Brazil, André Vidal de Negreiros, a pretexto de ir visitar a sua familia a Parahyba, falou com João Fernandes Vieira, e com elle preparou a insurreição, retirando-se depois. A 13 de junho de 1645 rompeu a revolta, capitaneada por João Fernandes Vieira e pelo capitão Cardoso, que ganharam a victoria das Tabocas. Esta victoria foi verdadeiramente milagrosa, o decerto a insurreição não poderia progredir, porque João Fernandes Vieira estava apenas á frente de gente collecticia, se não recebesse reforços de tropas regulares. Ora esses reforços não podiam vir ostensivamente, porque Portugal, que precisava na Europa da alliança hollandeza, estipulára tréguas nas possessões ultramarinas, de fórma que, quando rebentou a insurreição pernambucana, a primeira cousa que fizeram os hollandezes, foi pedir explicações ao governador da Bahia Este respondeu que era completamente estranho a similhante movimento, tanto assim que, se lh'o permittissem, elle mesmo o suffocaria, mandando contra os insurgentes dois terços portuguezes, commandados por André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno. Acceitaram os hollandezes a proposta, e pouco depois da batalha de Tabocas, desembarcaram em Tamandaré os dois terços ou regimentos, como hoje diriamos. Logo André Vidal de Negreiros marchou na direcção, onde se dizia que Vieira estava, proclamando alto e bom som que era sua intenção constrangel o a entrar na ordem, mas a comedia que se havia de representar entre elles, estava já de ha muito combinada Representou-se com perfeição. André Vidal, avançando para Vieira com aspecto carregado, disse-lhe que o governador da Bahia estranhava muito a sua sublevação contra um povo amigo dos portuguezes, e como elle se declarava subdito portuguez e repelia a soberania hollandeza, Antonio Telles, para provar ao mundo que não era cumplice d'essa revolta, mandava-o prender. João Fernandes Vieira ouviu com submissão, e respondeu que o governador da Bahia fôra illudido, e que se elle se revoltára, fôra porque já não podia supportar a tyrannia e os vexames, as exacções dos governadores hollandezes; André Vidal tornou então que communicaria a Antonio Telles estes factos, que davam um novo aspecto á insurreição, e esperaria as suas ordens; mas logo um dos soldados do seu terço, actor tambem ensaiado, entrou em scena e bradou que estavam decididos a combater ao lado dos seus compatriotas. Immediatamente André Vidal se declarou coacto, e se collocou debaixo das ordens de João Fernandes Vieira. Os hollandezes indignados fôram-se aos navios que tinham trazido as tropas de André Vidal, e que estavam ainda em Tamandaré, e queimaram-n'os. Então Negreiros aproveitou esse pretexto para se declarar abertamente, e tomar a direcção militar da insurreição, ganhou a batalha da Casa-forte, e, como por toda a parte rebentavam as insurreições, não tardou a poder sitiar os hollandezes no Recife. Entretanto D. João IV deliberava auxiliar abertamente a insurreição pernambucana, e enviava o general Francisco Barreto de Menezes para tomar o commando dos insurgentes. Logo Vieira e Vidal de Negreiros lho entregaram sem hesitação o

commando. As duas victorias dos Gararapes, para as quaes muito contribuiu André Vidal de Negreiros, provaram ao mesmo tempo a habilidade estrategica do novo general. Em 1654 dá-se finalmente o ultimo assalto ao Recife, e é ainda André Vidal de Negreiros quem decide a victoria, tomando de improviso o forte de que dependia a conquista da praça. Foi elle o encarregado de negociar a capitulação com o general hollandez, e o encarregado tambem de levar a D. João IV a noticia da restauração completa de Pernambuco. Recebeu-o admiravelmente o rei, dando-lhe logo as alcaidarias-móres de Marialva e Morim e a commenda de Christo, e nomeando o governador do Maranhão. Tudo lhe devia D. João IV, porque n'um momento de desalento, tendo mandado ordem a André Vidal de Negreiros para pôr termo a insurreição, Negreiros resistiu abertamente, e declarou que desobedeceria ao proprio rei. Tambem, tendo o governador da Bahia Telles da Silva ordenado a André Vidal de Negreiros, em certo periodo da guerra, que devastasse as fazendas de que os hollandezes se poderiam aproveitar, desobedeceu, mas em compensação devastou as suas. Foi pois tomar posse da capitania do Maranhão, e em 1657 foi nomeado governador de Pernambuco. Transferido em 1661 para Angola para substituir João Fernandes Vieira, fez um excellente governo, trabalhou activamente nas fortificações de Loanda e enviou contra o rei do Congo, que entrára nos nossos dominios com um formidavel exercito, um famoso capitão portuguez Luiz Lopes Sequeira, que inflingiu ao rei preto uma formidavel derrota nos campos de Ambuila. Desejando em 1666 voltar á patria, foi de novo nomeado governador de Pernambuco, mas logo pediu a exoneração em junho do anno seguinte, e fatigado da vida publica, cheio de honras e de gloria, falleceu quasi ao mesmo tempo que fallecia o seu companheiro de armas João Fernandes Vieira.

Negreiros *(Antonio Thomaz)*. Administrador da caixa filial do Banco de Portugal no Porto. Nasceu n'esta cidade a 12 de abril 1786, e em 1859 exercia o referido cargo. Escreveu: *Tratado das operações de banco, ou directorio de banqueiros, extrahido dos melhores autores, e dedicado ao ill.mo e ex.mo sr. Conde dos Arcos*, etc, Bahia, 1817.

Negreiros *(João Thomaz de)*. Advogado em Lisboa no seculo XVIII. Escreveu: *Allegações juridicas que a favor do dr. João Machado de Brito, medico da camara de D. João V, na causa que sobre a verdade da sua filiação lhe move Henrique Luiz Pereira Freire*, Lisboa, 1746; são duas allegações relativas ao mesmo assumpto; *Memorial juridico, politico e economico, que ao ill.mo e ex.mo sr. D. José Antonio Francisco Lobo da Silveira, conde de Oriola, presidente do senado da camara, offerecem os juizes do officio de cortador, em abono do requerimento que fazem para se lhes admittir bandeira como officiaes mechanicos*, Lisboa, 1751.

Negreiros *(José da Costa)*. Pintor, que viveu no seculo XVIII. N. em 1714, falleceu em 1759. Foi discipulo de André Gonçalves. Pintou um quadro da *Conceição* para o Thesouro, outro do mesmo assumpto para o Senado, outro para a Fundição, uma *Santa Anna* para o oratorio d'este estabelecimento, um *S. Roque* para a capella da Ribeira das Naus, uma *Santa Thereza* para o convento das carmelitas de Carnide, uma *Nossa Senhora da Piedade* para uma das capellas da Sé, outra para a ermida do Resgate, e um Christo para a casa do despacho da egreja do Menino Deus. Pintou tectos, etc. Era grande caçador.

Negreiros *(José Manuel de Carvalho)*. Cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, tenente coronel do corpo de engenheiros, architecto dos paços reaes e do senado da camara de Lisboa. N. n'esta cidade em 1751, onde tambem fal. a 8 de janeiro de 1815. Era filho do architecto e engenheiro Eugenio dos Santos, um dos reedificadores de Lisboa, depois do terremoto de 1755. Entrou na vida militar, depois viajou alguns annos nos paizes estrangeiros, para se aperfeiçoar na sua arte. Em 1804 obteve a nomeação de architecto dos paços reaes e do convento da Batalha. Escreveu: *O engenheiro civil portuguez, respondendo aos quesitos que lhe propõem relativos á sua profissão*, etc, Lisboa, 1804. Publicava-se periodicamente aos mezes, mas parece que só sairam os cadernos de abril e maio.

Negreiros *(Manuel da Costa)*. Architecto do seculo XVIII, e major de engenheiros. Entrou na confraria de S. Lucas em 1745, e fal. em 1750. Era irmão do pintor José da Costa Negreiros.

Negreiros. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 132 fog. e 520 hab. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem direita do rio E'ste. A mitra apresentava o abbade, que tinham 360$000 réis de rendimento. A terra é fertil, e cria muito gado. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Negreiros de Cima. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Negreiros, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Negrellos *(Manuel Maria da Costa Alpoim, 1.º visconde de)*. Moço fidalgo com exercicio, commendador da ordem de Izabel a Catholica, de Hespanha; cavalleiro da de Ni Nickan, de Tunis; bacharel formado pela Universidade de Coimbra, proprietario no districto de Braga. N. em 29 de julho de 1844, sendo filho do visconde de Montariol, Francisco Manuel da Costa, e de sua mulher, D. Maria do Carmo Lima de Noronha Teixeira Alpoim. O titulo foi concedido por decreto de 25 de junho de 1874. Casou a 22 de janeiro de 1870 com D. Maria Thereza Vieira de Lemos, já viuva de Manuel Cardoso Côrte Real.

Negrellos. Pov. e freg. de S. Thomé, da provincia do Douro, conc. e com., de Santo Thirso, distr. e bisp. do Porto; 229 fog. e 1:238 hab. Tem esc. do sexo masc, est. post., est. do caminho de ferro, de Porto a Guimarães, entre as de Lordello e de Caniços; fabrica de fiação e tecidos do Rio Vizella. A egreja parochial dista 7 k. da séde do conc. O real padroado apresentava o cura, que tinha 40$000 réis de congrua e o pé d'altar. Foi villa e couto. Foi do antigo julgado de Refojos de Riba d'Ave; depois formou concelho proprio com as freguezias de S. Martinho, S. Salvador do Campo, S. Miguel do Couto, Monte Córdova, S. Mamede de Negrellos, Rebordões, Refojos de Riba d'Ave, Roriz e Villarinho. Este conc. supprimiu se em 24 de outubro de 1855, passando todas estas freguezias para o conc. de Santo Thirso. Ha aqui estradas para o Porto, Gui-

marães e Paços de Ferreira. Passa pela freg. o ribeiro do Fôjo, que réga, móe e faz mover um lagar de azeite, e o qual nasce n'um monte d'esta freg., junto a Monte Córdova, e vae desaguar na margem esquerda do rio Vizella. No monte do Crasto ao S d'esta freg., ha vestigios de fortificações muito antigas. No corpo da egreja matriz, do lado da Epistola, está a capella do Santissimo Sacramento, que é toda de abobada de pedra, bem lavrada, tendo exteriormente um portico, ou alpendre, sustentado por 7 columnas, com seus capiteis lavrados. Na frente tem um escudo d'armas, com tres torres, sendo a do meio mais elevada, e tendo de cada lado uma serpe enrolada n'uma arvore. A terra é fertil em todos os generos agricolas, e cria muito gado. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Douro, conc. e com. de Santo Thirso, distr. e bisp. do Porto; 194 fog. e 693 hab. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada proximo da freg. de S. Thomé, de Negrellos. A mitra apresentava o abbade, que tinha 600$000 réis de rendimento. A egreja matriz fica no alto d'uma collina, avistando-se d'aqui toda a freg. Na parte da pov. denominada *Negrellos*, ha 3 principaes nascentes d'agua, duas das quaes vem do monte das *Regadas*, e todas juntas fórmam um ribeiro, que réga e móe. Na parte chamada *Barreiro*, passa um ribeiro, que nasce na freg. de *Codêços*. Réga e móe. Juntam-se ambos em S. Martinho do Campo, e vão desaguar na margem direita do rio Vizella, com o nome de ribeiro de *Fundêlho*. A terra é fertil em cereaes, e cria muito gado, sobretudo bovino, que exporta. Em 1820 construiu-se um chafariz, que fica perto da residencia do parocho, mandado fazer pelo abbade Domingos José Cibrão. Lança agua por 3 bicas, n'um bom tanque, tendo na frente outra bica que lança agua n'um tanque pequeno. E' muito bem construido, e tem n'um nicho envidraçado a imagem de S. Domingos. || Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Canellas, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Pedro e conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Travanca de Lagos, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Negrilhos. Appellido nobre, vindo de Hespanha para Portugal, mas não se sabe por quem. Tem por armas: Em campo azul, banda de purpura, filetada de ouro, carregada de seis cruzetas do mesmo metal entre quatro flôres de liz, tambem de ouro, duas de cada lado.

Negrinha. E' uma insignia do mordomo-mór da Casa Real, com a qual assiste a todos os actos publicos da côrte. No reinado de D. Affonso V, em 1442, vieram os primeiros negros trazidos da Guiné a Portugal, por Antão Gonçalves, creado do infante D. Henrique; e em 1448 tambem vieram a Portugal, da costa do sul de Cabo Verde, os primeiros dentes de elephante. Desde então, D. Affonso V ordenou a Alvaro de Sousa, senhor de Miranda e seu mordomo-mór, que usasse de uma bengala de marfim, tendo por castão uma cabeça negra, em todos os actos publicos da côrte, como para indicar o seu novo dominio n'aquellas partes do mundo.

Negrito. Ponta situada na costa NO da ilha Terceira, Açôres.

Negro. A familia d'este appellido usa as armas dos Negreiros *(V. este nome)*, excepto o timbre, que é um braço de negro com um bastão de ouro na mão.

Negro *(Beato Antonio)*. Era um preto nascido na Guiné portugueza, que foi aprisionado a bordo de uma galé por um navio siciliano. O seu senhor mandou-o baptisar e instruir na fé christã, e o pretinho foi-se desenvolvendo, e dando provas de intelligencia, de devoção, e de boa indole, tanto que lhe foi consentido tomar o habito franciscano. Tratava os doentes com muito zelo, e foi depois viver vida eremitica. A estranheza da sua côr, e a reconhecida bondade da sua alma impressionaram a ardente imaginação dos sicilianos, que o tiveram por santo, e lhe attribuiram milagres. Antonio Negro falleceu em Noto em 1549. A devoção pelas suas reliquias começou a ser extraordinaria, tanto que em 1599 foi necessario trasladarem-n'o, com medo que o seu cadaver fôsse roubado pelos fanaticos. A curia romana parece que o não beatificou, mas confirmou tacitamente a beatificação popular consentindo que lhe puzessem nas imagens a corôa da bemaventurança.

Negro. Cabo da costa do distr. de Mossamedes, na prov. d'Angola, Africa Occidental. Tira o nome da sua côr. Avulta muito, é de camadas estratificadas que tem muitos fosseis incrustados, e levanta-se a 60 ou 70 m. d'altura, visivel da banda do S. a cêrca de 22 k. de distancia. N'este cabo collocou em 1485, Diogo Cam, o descobridor de grande parte da costa africana, o terceiro padrão de D. João II. E' uma columna cylindrica de marmore com 3 m. d'altura, rematada por um pequeno parallelipipedo, onde se percebem ainda signaes da inscripção aberta nas suas faces.

Negrões. Pov. da freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e comarca de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 125 fog. e 598 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada proximo da estrada que vae de Chaves a Braga, a 1 k. da margem direita do rio Rabagão. O reitor de S. Vicente da Chã, apresentava o vigario, que tinha 120$000 réis de rendimento. Foi commenda dos Templarios, e depois das freiras de Santa Clara, franciscanas, de Villa do Conde. A commenda rendia 1:400$000 réis. Negrões pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e res. n.º 19 com a séde em Chaves.

Negrosa. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Negrote. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Paião, concelho da Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Neguemba. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, div. de Noqui, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Nehemias *(Abraham)*. Medico portuguez que viveu no seculo XVI, e deixou differentes obras em latim sobre medicina.

Neiva. E' appellido nobre em Portugal. Tem por armas: Escudo esquartelado: no 1.º e 4.º quartel, de purpura, 5 chaves azues, perfiladas de ouro, em aspa; no 2.º, esquartelado, tendo no 1.º e 4.º quartel as armas do antigo reino de Aragão; no 2.º e 3.º, as do reino de Navarra. No 3.º quartel, as armas modernas dos Farias, que

são: Em campo de purpura um castello de prata, com portas e frestas de negro, entre 5 flôres de liz, de prata, 3 em chefe e uma de cada lado. Elmo de prata, aberto, e por timbre, duas das chaves azues do escudo, em aspa, atadas com uma fita de purpura.

Neiva *(Fr. João de).* V. *Ascensão (Fr. João de). Portugal,* vol. I, pag. 787 e 788.

Neiva. Pov. e freg. de S. Romão, da prov. do Minho, conc., com. e distr. do Vianna do Castello, arceb. de Braga; 149 fog. e 662 hab. Tem caixa post. A pov. dista 9 k da séde do conc., e está situada n'uma espaçosa planicie nas margens do rio que lhe dá o nome, proximo da estrada que vae de Vianna do Castello a Barcellos. O abbade do convento benedictino de S. Romão, d'esta freg., apresentava o vigario triennal, que era um monge do mesmo convento, o qual tinha 30$000 réis e o pé d'altar. Diz-se que esta pov. foi fundada pelos gregos, quando edificaram o castello de Neiva, que foi uma fortaleza inexpugnavel na antiguidade, e de que se vêem ainda ruinas n'um penhasco sobranceiro ao mar. A este castello davam os gregos o nome de *Nevis.* A terra é fertil em todos as generos do paiz, e abundante de peixe do mar e do rio; nos seus montes ha muita caça, do chão e do ar. N'esta freg. está o convento de S. Romão, acima mencionado, o qual foi fundado em 540 por S. Romão, reinando o rei suevo Theodomiro. O decorrer de 560 annos tinha damnificado muito este convento, que em 1100 estava muito arruinado. Então o conde D. Paio Soares o reedificou e lhe fez grandes doações. Este conde era senhor de Neiva e de outras muitas terras da provincia do Minho. D. Affonso Henriques, em 1133, deu-lhe o regueugo e grandes esmolas. O convento, desde o seu principio, era asylo commodo e gratuito de todos os viandantes, fazia avultadas esmolas aos indigentes das visinhanças, e educava na religião catholica as creanças dos arredores. Em 1470 passou a commendatarios, no pontificado de Paulo II; mas em 1561, sendo pontifice Pio IV, voltou aos monges benedictinos, com a obrigação de darem a *terça* a D. Alvaro de Castro, filho do celebre vice-rei da India D. João de Castro. Sendo arcebispo de Braga o cardeal infante D. Henrique, cessou para o convento o pagamento da *terça,* que pouco tempo se chegou a pagar. O D. abbade de S. Romão apresentava as egrejas de S. Paio d'Antas, Villa Fria e Souto de Rebordões. Neiva já era julgado no tempo d'el-rei D. Diniz, pois das *Inquirições* a que mandou proceder, em 1290, consta que na freg. do S. Miguel de Cepães, do *julgado de Neiva,* havia a herdade de Rio de Moinhos, que foi do abbade de Pachecos, parochia quo já existia antes do conde D. Henrique vir para Portugal, e d'onde se presume que os Pachecos tomaram o appellido. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr do recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. ‖ Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Capareiros, conc. e distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Pedro, de Fragoso, conc. de Barcellos, distr. de Braga. ‖ Rio da prov. do Minho, que dizem ser o *Nebis* dos romanos. N. no termo da villa da Barca, e tendo atravessado parte da prov do Minho, vae desaguar no Oceano, na freg. de Castello de Neiva, 12 k. ao N de Fão e Espozende, e proximo do mosteiro benedictino de S. Romão de Neiva. No livro II da *Antiquitatibus Lusitaniae,* André de Rezende, fundado no que escreveram Pomponio Mello e Ptolomeu, diz que este rio deu o nome á cidade de *Nébis,* e a uma ponte, que o *Itinerario* de Antonino Pio situa sobre a via militar romana, que de Braga ia para Astorga, pelo litoral. Não ha o minimo vestigio d'esta ponte, e parece que Rezende se enganou com a indicação *Ad pontem Neviae,* que é na Galliza, a uns 2 k. ao N de Lugo. Junto á ponte de *Anhel,* que atravessa o Neiva, se levanta o alto monte de *Lousado.* No seu cume houve uma povoação, que se diz ter sido uma cidade romana, a qual era fortificada por dois muros. No archivo da sé de Braga, dizem que existe um documento contando a divisão que se fez da prov. de Entre-Douro e Minho em 12 condados, no reinado de D. Fernando Magno (1036 a 1067) e fala d'esta cidade, mas não a nomeia; diz: «Ad radices montis Pandi, et Lupatis ad frigidam fontem juxta Civitatem magnam, quae ibi destructa jacet a Mauris.»

Neiva e de Faria *(D. Gonçalo Tello de Menezes, conde de).* Alcaide-mór de Coimbra e 1.º senhor de Cantanhede. Era filho de D. Martim Affonso Tello de Menezes, e de D. Aldonça de Vasconcellos; irmão da rainha D. Leonor Telles. O titulo de conde de Neiva e de Faria foi creado por el-rei D. Fernando I a 31 de julho de 1375. El-rei D. João I, mais tarde, lhe tirou o condado e lhe confiscou todos os seus bens, incorporando as suas rendas no condado de Barcellos, que depois passou a ser da casa de Bragança. D. Gonçalo Tello de Menezes casou com D. Maria d'Albuquerque, filha illegitima de D. João Affonso d'Albuquerque.

Nellas. Villa da prov. da Beira Alta, séde de conc., com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu, Relação do Porto. Tem uma só freg., N. S.ª da Conceição. Está situada a 5 k. da margem direita do rio Mondego, na estrada que vae de Mangualde a S. João d'Areias, e a 20 da capital do distr. O vigario de Santa Maria, de Senhorim, apresentava o cura, que tinha 6$800 réis de congrua e o pé d'altar. O conc. de Nellas foi constituido com as freguezias do antigo conc. de Senhorim, que em 1853 se extinguiu. O seu foral é o mesmo que el-rei D. Manuel deu a Senhorim, em Lisboa, a 30 de março de 1514. Ha n'esta freg. a aldeia de Toladal, situada n'um monte, a 2:200 m. do rio Mondego. No centro d'esta aldeia está a capella de N. S.ª da Tosse, fundada pelo povo d'este logar no meio d'um grande terreiro. E' tradição que a primitiva ermida estava junto da margem direita do Mondego, e foi mudada para aqui por causa das enchentes do rio, que a damnificavam. Como a antiga imagem da padroeira estava em mau estado, o visitador a mandou substituir por outra nova, sendo a primitiva recolhida na sacristia, n'um cofre de madeira, em 1708. Nellas pertence á 2.ª div. mil., 3.ª brigada, grande circumscripção mil. central, e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. Tem est. do caminho de ferro, na linha da Beira Alta, entre as de Cannas de Senhorim e Mangualde; escolas para ambos os sexos, e est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R.

A. B. A.; advogados, agencias commerciaes, de navegação e de seguros, das companhias: *Mercurio*, *Equitativa dos Estados Unidos do Brazil*, *Sociedade de seguros mutuos;* hospedarias, medicos, pharmacias, notario; sociedades de recreio: *Gremio-club*, philarmonica *Boa-União*; mercado no segundo domingo de cada mez. Na freg. de Nellas está o estabelecimento thermal das *Caldas da Felgueira*, (V. *Portugal*, vol. III, pag. 339). O conc. compõe-se de 6 freguezias, com 3:113 fog. e 13:453 hab., sendo 6:023 do sexo masc. e 7:430 do fem., n'uma superficie de 13:226 hect. As freguezias são: S. Salvador, de Cannas de Senhorim, 3:215 hab.: 1:417 do sexo masc. e 1:798 do fem.; S. João Evangelista, de Carvalhal Redondo, 1:730 hab.: 760 do sexo masc. e 970 do do fem.; N. S.ª da Conceição, de Nellas, 2:580 hab.: 1:193 do sexo masc. e 1:387 do fem.; S. Pedro, de Santar, 2:478 hab.: 1:125 do sexo masc. e 1:353 do fem.; N. S.ª da Assumpção, de Senhorim, 2:399 hab.: 1:069 do sexo masc. e 1:330 do fem.; N. S.ª da Expectação, de Villar Sêcco, 1:051 hab.: 459 do sexo masc. e 592 do fem. O conc. produz trigo, azeite, vinho, milho, fructa e legumes, sendo o principal commercio vinho para exportação e consumo, e milho. E' barão de Nellas, o sr. José Bernardo dos Anjos e Brito, cujo titulo lhe foi concedido por decreto de 22 de agosto de 1870. || Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Cepões, conc. e distr. de Vizeu. || S. Julião, de Moreira do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Nellia. Pov. da freg. de S. João Baptista, de Sá, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Nelmenso. Pov. na freg. de S. Miguel, de Caldas de Vizella, concelho de Guimarães, distr. de Braga.

Nemagina. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Nametanos. Antigos povos da Lusitania, na chancellaria de Braga, dos quaes era capital a cidade de Volobriga. Ignora-se a situação d'esta cidade e seu districto; apenas se sabe que era ao NO de Braga.

Né Pingula. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, delegação de Noqui, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Nerancal. Pov. do concelho de Pondá, Novas Conquistas, no districto e arceb. de Gôa, India.

Nerul. Pov. e freg. de N. S.ª dos Remedios, do conc. de Bardez, no distr. e arceb. de Gôa, na India. A egreja foi edificada em 1569. Tem escolas.

Nery *(Antonio Joaquim)*. Jornalista e escriptor. N. em Lisboa em 1798, onde tambem fal. em 27 de junho de 1866. Publicou de 1822 a 1823 um jornal politico intitulado *O Campeão Lisbonense*, de que foi redactor. D'este jornal offereceu uma collecção ás côrtes de 24 de dezembro de 1822, como se vê no *Diario do Governo* n.º 304, do referido mez. N'esse anno escreveu e publicou alguns pequenos opusculos, ou pamphletos politicos, que sairam anonymos, taes como: *A Visão*, *O Anão demonstrador*, etc. Em 1833 e 1834 serviu como capitão no 4.º batalhão nacional movel de Lisboa, e depois, em 1841, estabeleceu uma typographia, em que imprimiu até 1850 traducções suas de romances, na maior parte de Paulo de Koch, como: *A Casa Branca*, *O Coitadinho*, *O Homem dos tres calções*, *O meu visinho Raymundo*, *Este Senhor!*, *A Donzella de Belleville*, *A Irmã Anna*, *O Barbeiro de Paris*, *Georgetta*, *Bigode*, *A Mulher, o marido e o amante*; *O Homem da Natureza*, *A Leiteira de Montfermeil*, *Magdalena*, *O Senhor Dupont*, *André o saboyano*, *A Familia Gógó*, *Sem gravata*, *João*, *Um joven encantador*, *Irmão Thiago*, *O Amante da Lua*, etc. Traduziu de Frederico Soulié *As Memorias do Diabo*, 8, tomos, 1832 a 1843; *O Salteador saxonio*, de Hypolite Vangevis, 2 tomos; 2.ª edição, 1837; *Verdadeiros mysterios de Paris*, *O espião d'alta categoria*, *O Cabazinho de flôres*, traduzido do inglez, Lisboa, 1847. Escreveu tambem os seguintes romances originaes: *Robineau e Fifina, para servir de sequencia á Casa Branca de Paulo de Koch*, 4 tomos, 1845; *Os oculos da Velha, ou a lente maravilhosa, romance critico e original por... autor novato*, 4 tomos, Lisboa, 1844; *O Gaiato do Terreiro do Paço, ou o Gil Braz portuguez, pelo autór dos Oculos da Velha*, 4 tomos, Lisboa, 1845; *O Diabo a quatro*, 4 tomos, Lisboa, 1846 a 1848. A sua ultima publicação foi o *Amarello, periodico semanal, sem politica*; sairam 12 numeros, de setembro de 1862 a abril de 1864. D'este jornal sairam alguns numeros impressos em papel côr de rosa, e dizendo-se *sem politica* quasi que não tratava d'outra cousa. Antonio Joaquim Nery fal. quasi na miseria.

Nery *(Filippe)*. Parece ter sido o primeiro professor de escripta, ou calligraphia, que introduziu em Lisboa o caracter de letra ingleza. Teve aula por 30 annos, pouco mais ou menos, começando, segundo consta, a dar lições da sua arte em 1760, ou pouco depois. Já era fallecido em 1793. Foi tido como insigne na sua profissão.

Nery *(Filippe)*. Pianista, que vivia no principio do seculo XIX. Era natural de Lisboa. Foi capitão do exercito do ultramar, servindo, em 1821, em Moçambique. Era considerado um pianista notavel.

Nery Pires *(Filippe)*. Advogado e interprete das linguas maratha e portugueza no Supremo Tribunal de Justiça de Bombaim. Era natural de Gôa, e ahi traductor dos referidos idiomas. Em Margão deu lições de lingua ingleza. Escreveu: *Grammatica maratha, explicada em lingua portugueza, compilada das mais abalisadas que até o presente se tem dado á luz*, Bombaim, 1854. Foi dedicada pelo autor ao governador de Bombaim, lord Elphinstone.

Nery da Silva *(Agostinho)*. Official da secretaria dos negocios estrangeiros, e consul geral de Portugal na Dinamarca. Fal. em 1798. Escreveu: *Nova Grammatica da lingua ingleza, ou Arte de falar e escrever com propriedade e correcção o idioma inglez*, Lisboa, 1779. Esta obra foi adoptada durante muitos annos no ensino das aulas respectivas, e d'ella se fizeram varias reimpressões.

Nery Xavier *(Filippe)*. Nasceu em Gôa em 1804, ignora-se a data do fallecimento. Foi admittido ao serviço do estado de Gôa como official supranumerario da secretaria do governo, em 30 de janeiro de 1824, e promovido successivamente a official do numero em 21 de janeiro de 1838;

chefe da 1.ª secção a 27 de agosto de 1840, e official-maior graduado por de 2 d'abril de 1852. Foi tambem nomeado director da Imprensa Nacional de Gôa, pela portaria de 1 de maio de 1851; socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por decreto de 12 de maio de 1854 foi condecorado com o habito da ordem de Nossa Senhora da Conceição; tambem teve o habito da ordem de Christo pelos serviços prestados na qualidade de membro da commissão encarregada no estado da India de colligir productos para a exposição universal de Paris, em 1867. Filippe Nery Xavier era um incansavel investigador das antiguidades e cousas da sua patria, e publicou muitos trabalhos, que encerram noticias muito especiaes e interessantes sobre particularidades topographicas, estatisticas e economicas d'aquellas possessões. Bibliographia: *Folhinhas ecclesiasticas, historicas e estatisticas para a metropole de Gôa, para os annos de 1840, 1841, 1842, e seguintes até 1845*, Pangim e Nova Gôa, *O Gabinete Litterario das Fontainhas, publicação mensal*, Nova Gôa, tomo I, 1846; tomo II, 1847; tomo III, 1848; n'este jornal, publicado sob a sua direcção e redigido por elle quasi na totalidade, se comprehendem muitas descripções circumstanciadas, mappas estatisticos, e outras noticias interessantes ácêrca d'aquelles estados; *Esboço d'um Diccionario historico administrativo, contendo os principios geraes da administração civil, ecclesiastica e militar, especialmente applicado ao Estado da India Portugueza*, constituindo o 4.º vol. do *Gabinete Litterario das Fontainhas*, Nova Gôa, 1850; *Uma viagem de duas mil legoas, por Claudio Lagrange Monteiro de Barbuda*, etc., *extrahida da «Revista Universal Lisbonense» enriquecida com varias peças, e offerecida aos patricios e amigos do autor*, Nova Gôa, 1848; *Collecção de bandos e outras differentes providencias, que servem de leis regulamentares para o governo economico e judicial das provincias denominadas Novas Conquistas; precedida da noção da sua conquista, e da divisão de cada uma d'ellas*, Pangim, 1840; 2.º vol., Nova Gôa, 1850, com um appendice de 90 paginas; 3.º vol., que contém o *Repertorio Geral, ou Indice alphabetico*, Nova Gôa, 1851; *Carta Constitucional da Monarchia Portugueza, decretada pelo rei de Portugal e Algarves, D. Pedro; acompanhada d'alguns decretos regulamentares e dois indices*, etc., Gôa, 1851; *Bosquejo historico das communidades das aldeias dos concelhos das Ilhas, Salsete e Bardez, dividido em quatro partes*, Gôa, 1852; *Collecção dos fac similes das assignaturas e rubricas dos Vice reis e governadores geraes do Estado da India, coordenada por determinação do ill.mo e ex.mo sr. visconde de Ourem, governador geral do mesmo Estado*, Gôa, 1853; *Collecção dos fac-similes das assignaturas e rubricas dos arcebispos primazes do Oriente, e dos vigarios capitulares do arcebispado; coordenada*, etc., Gôa, 1853; *Codigo dos usos e costumes dos habitantes das Novas Conquistas em portuguez e marata*, Nova Gôa, 1854; *Codigo dos usos e costumes dos habitantes não christãos de Damão*, Nova Gôa, 1854; *Codigo dos usos e costumes dos habitantes não christãos de Diu*, Nova Gôa, 1854; *Repertorio ou indice alphabetico do Codigo dos usos e costumes dos habitantes das Novas Conquistas*, Nova Gôa, 1855; *Instrucção do ex.mo vice-rei Marquez de Alorna ao seu successor o ex.mo vice-rei Marquez de Tavora; segunda edição, rectificada e enriquecida com novas peças do mesmo autor, e 380 notas historicas*, Nova Gôa, 1856, *Defensa dos direitos das Gão-Carias, Gão-Cares, e dos seus privilegios, contra a proposta da sua dissolução e divisão das suas terras*, Nova Gôa, 1856; *Regulamento das Confrarias do estado da India, mandado publicar por portaria de 16 de agosto de 1845, do governador geral do mesmo estado*, Nova Gôa, 1845; contém interessantes e minuciosas noticias historicas ácêrca da origem d'estas instituições, doações que lhes fôram feitas, bens de raiz, alfaias, moveis e creditos que possuem, etc.; *Libello e replica, com o titulo de Desenvolvimento da natureza dos bens dos dessaiados das Novas Conquistas, e do direito que a elles tem a Fazenda publica*, etc., Nova Gôa, 1845; *Synopse por ordem alphabetica e chronologica dos objectos mais salientes que comportam os boletins do Governo geral do estado da India, publicados nos annos de 1837 a 1845*, Nova Gôa, 1846; *Segunda parte comprehendendo os annos de 1846 a 1850*, Nova Gôa, 1851; *Terceira parte, que comprehende o anno de 1851*, Nova Gôa, 1852; *Quarta parte, que comprehende o anno de 1852*, Nova Gôa, 1853; estes trabalhos fôram offerecidos pelo autor successivamente aos diversos secretarios geraes do governo, que funccionavam como taes á data da publicação de cada uma das partes; *Collecção das leis peculiares das Communidades agricolas das aldeias dos concelhos das Ilhas, Salsete e Bardez*, etc., Nova Gôa, 1852; esta obra serve e tem a designação de tomo V do *Gabinete Litterario das Fontainhas*; *Additamento ao Regulamento da Imprensa Nacional*(de 3 de setembro de 1849); não declara a data nem o logar da impressão, mas a portaria do governador geral, que o mandou adoptar, é de 2 d'agosto 1861; *Relatorio e catalogo da Exposição industrial da India portugueza no anno de 1860*, Nova Gôa, 1861; esta exposição foi aberta no palacio archiepiscopal da cidade velha, sob os auspicios do governador geral visconde de Torres Novas, a 12 de janeiro de 1860, e encerrada a 8 de fevereiro do mesmo anno; *Resumo historico da maravilhosa vida, conversões e milagres de S. Francisco Xavier, apostolo, defensor e patrono da India*, Nova Gôa, 1859; é illustrado com 7 gravuras abertas em madeira; d'esta obra ha uma segunda edição, *augmentada consideravelmente e acompanhada da historia da exposição do seu venerando corpo em 1859, novos documentos, estampas, notas historicas e indices*, Nova Gôa, 1861; *Nobiliarchia goana, ou catalogo das pessoas que depois da restauração de Portugal em 1640 até o anno de 1860 tem sido agraciadas pelos soberanos com diversos graus do fôro da nobreza e fidalguia*, Nova Gôa, 1862; *Apontamentos dos trabalhos da commissão das mattas do Estado da India*, Nova Gôa, 1863; seguido do *Resumo das ephemerides da commissão encarregada de examinar as mattas, em suas excursões desde 12 de março até 20 de maio de 1863*; *Resenha circumstanciada das passagens dos rios nos tres concelhos das Ilhas, Salsete e Bardez, e nas provincias das Novas Conquistas, especificando as suas situações, transportes, e ordenada em vista dos documentos officiaes, com referencia ao anno de 1843 e posteriores alterações;* foi publicada no *Boletim do Governo do estado da India*, n.º 93 do anno de 1864, de pag. 899 a 907; *Relatorio da commissão*

nomeada para reunir objectos para a exposição internacional do Porto, datado de 23 d'agosto de 1865, Nova Gôa; *Relatorio acompanhado da relação dos objectos enviados á commissão central de Lisboa, directora dos trabalhos preparatorios para a exposição universal de 1867 em Paris, pela commissão do estado da India Portugueza*, Nova Gôa, 1866; *Descripção do coqueiro, arequeira, arroz e moedas de Gôa*, Nova Gôa, 1854.

Né Sambo. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, na div. de Noqui, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Nesperal. Pov. e freg. de S. Simão, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 106 fog. e 456 hab. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da margem direita da ribeira Grande, na estrada da Certã a Sernache. E' do grão priorado do Crato, hoje annexo ao patriarchado: e os grãos-priores apresentavam o reitor, que tinha 120 alqueires de trigo, 20 almudes de vinho mosto e 2$000 réis em dinheiro. A terra é muito fertil em cereaes; pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar.

Nespereira. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 141 fog. e 568 hab. Tem escolas d'ambos os sexos. A pov. dista 4 k. séde do conc. e está situada a 6 k. da margem esquerda do rio Ave. O thesoureiro-mór da collegiada de N. S.ª da Oliveira, de Guimarães, apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil, e cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Gouveia, distr. e bisp. da Guarda; 219 fog. e 924 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 6 k. da séde do conc. O prior de Gouveia apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. O seu clima é saudavel. A terra é fertil em cereaes, legumes, fructas e hortaliças. Tem muito gado miudo. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. A freguezia é de fundação antiga. A tradição local diz que lhe déra o nome uma senhora que teve ali um casal, couto ou dominio, que progressivamente se foi desenvolvendo. Como residencia d'essa senhora aponta-se um edificio, a que chamam *Casa do Rio*, e que por certo foi uma torre, como o provam as suas velhas cantarias, uma janella gothica, uma setteira e o portão de entrada do pateo, em arco coroado d'ameias, da mesma fórma que o mostra ter sido todo o edificio. A tradição tinha todos os visos de verdadeira, pois que o nome da supposta donataria da povoação era *Ignez Pereira*, que pelo decorrer do tempo se corromperia em *Nespereira*. Mas nas inquirições de D. Affonso III, liv. V, fl. 25, consta que Nespereira foi de Diogo Martins, que a povoou e deixou a quarta parte d'ella á ordem militar do Hospital, a qual fez d'ella 9 casaes. Nespereira, já no começo da monarchia, era conhecida por este nome. Antes da actual povoação existiram, sem duvida, no mesmo logar e suas immediações, varias povoações romanas, conforme o tem demonstrado a descoberta de diversos utensilios, muitos tijolos e restos de construcções d'aquelle tempo. A egreja matriz é muito antiga, mas não tem valor architectonico. Ha uma outra egreja mais pequena, que tem servido de matriz, a qual foi construida no fim do seculo XVII ou principios do XVIII, á custa do povo, sob a invocação do Santissimo Sacramento e de Santo Antonio. || Pov. e freg. de S. João Evangelista, da prov. do Douro, conc. e com. de Louzada, distr. e bisp. do Porto; 112 fog. e 449 hab. Tem correio com serviço de posta rural; fabrica de manteiga. Dista 4 k. da séde do conc. O papa, o bispo do Porto, os monges benedictinos do Bustello, de Penafiel, e os conegos regrantes de Santo Agostinho da Serra do Pilar, apresentavam alternativamente o abbade, a saber: em janeiro, o papa; em fevereiro, o bispo; e em março, os frades bentos e os de Santo Agostinho. A abbadia rendia 400$000 réis annuaes. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Sinfães, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 597 fog. e 2:621 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. permutando malas com Sobrado e Sinfães; feira a 4 e 18 de cada mez, e feira franca a 6 de agosto. Até ao fim do seculo XVIII houve duas freguezias distinctas, do mesmo nome e contiguas, que depois se uniram formando uma só: Eram: *Santa Marinha*, sendo apresentado o abbade pelo real padroado, o qual tinha 650$000 réis de rendimento por anno; e *Santo Ericio*, ou *Eurico*, sendo o reitor apresentado alternativamente pelo papa e pelo bispo de Lamego, o qual tinha 150$000 réis de rendimento. A pov. é muito antiga, e foi villa, capital d'um concelho, que foi supprimido, passando a formar parte do conc. de *São Fins*, comarca de Rezende. Este conc. tambem se extinguiu, em 24 de outubro de 1855, passando as freguezias que o compunham, para o conc. e nova com. de Sinfães. El-rei D. Manuel deu foral á villa de Nespereira, em Lisboa, a 15 d'abril de 1514. Até 1834 teve duas companhias de ordenanças. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Povoações nas freguezias: S. Christovão, de Cabeçudos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Romão, de Carvalhosa, concelho de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição, de Mundão, conc. e distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Pinheiro, conc. de Oliveira de Frades, do mesmo distr. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Pedro, de Povolide, conc. e distr. de Vizeu. || N. S.ª da Purificação, de Villa Maior, conc. de S. Pedro do Sul, do mesmo districto. Tem correio com serviço de posta rural.

Nespereira de Baixo e de Cima. Duas povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Palmaz, conc. de Oliveira de Azemeis, districto de Aveiro. || S. João Baptista, de Rocas do Vouga, concelho de Sever do Vouga, do mesmo districto.

Nesprido. Pov. na freg. de S. Pedro de Povolide, conc. e distr. de Vizeu.

Nesquim. Pequena ponta situada na costa S da ilha do Pico, Açôres.

Nessalo. Pov. do conc. de Santo Antonio do

Zaire, div. do Mussuco, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Nesse d'Uquilla. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, div. de Noqui, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Nestevo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Formariz, conc. de Paredes de Coura, districto de Vianna do Castello.

Neta *(Casal da).* Na freg. de S. Sebastião, de Moiriscas, concelho de Abrantes, distr. de Santarem.

Neta Gomes. Pov. da freg. de S. Nicolau Tolentino, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Neto. V. *Netto.*

Netorlem. Pov. no concelho de Pernem, Novas Conquistas, no districto e arceb. de Gôa, India.

Netos. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Almagreira, conc. de Pombal, distr. de Leiria. ‖ N. S.ª da Conceição e conc. de Ancião, do mesmo distr. ‖ Santa Eulalia, de Ferreira-a-Nova, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. ‖ Santa Cruz, de Juvim, conc. de Gondomar, distr. do Porto. ‖ S. João Baptista, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. ‖ S. Romão de Aregos, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. ‖ N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Netrauly. Pov. do conc. de Sanguem, Novas Conquistas, no districto e arceb. de Gôa, India.

Netto. A familia d'este appellido é muito antiga em Portugal; já se encontra no tempo de D. Affonso Henriques. As suas armas são: Escudo partido em pala, sendo a primeira vermelha e a segunda de azul; sobre ambas um leão de ouro armado de prata: orla de ouro com 4 folhas de figueira acantonadas de verde e 4 lizes de azul em cruz; timbre, o leão do escudo com uma folha de figueira sobre a testa.

Netto *(Antonio Maria de Almeida).* Irmão do sr. cardeal D. José Sebastião Netto. Foi muitos annos director de algumas alfandegas de portos seccos. Publicou: *Album de Homenagens a Camões*, muito apreciada compilação de todas as publicações em prosa e verso, publicadas por occasião de se erigir a estatua ao immortal épico. Compoz e publicou dois livros que lhe mereceram louvores e gratificações superiores, o *Roteiro fiscal* e *Deveres dos empregados das alfandegas*, cujas edições logo se esgotaram. Traduziu do francez *A Religião em face da sciencia*, 3 grossos volumes. Depois de aposentado, publicou o *Escholiaste Portuguez*, trabalho muito louvado por quasi toda a imprensa, e que foi approvado pelo Conselho de Instrucção Publica. Habilitou-se legalmente para o magisterio do ensino livre, tendo leccionado latim, portuguez, francez e outras disciplinas nos principaes collegios da capital. Com o pseudo *um estudante da lingua latina*, tem traduzido e publicado em cadernetas todos os autores latinos usados nos lyceus do reino: Cornelio, Cesar, Phedro, Ovidio, Tito Livio, Vergilio, Tacito, Salustio, Cicero, Horacio. Tambem deu á estampa uma grammatica da lingua latina. Consta que se tem dedicado ultimamente á composição de um diccionario das difficuldades da lingua franceza, que vae muito adeantado.

Netto *(Estevão Gonçalves).* V. *Gonçalves Netto (Estevão).*

Netto *(Fr. Fortunato dos Santos).* Religioso da ordem de S. Francisco da provincia da Piedade, que viveu no seculo XIX. Depois de extinctas as ordens religiosas, foi lente de Philosophia, vigario capitular da sé do Funchal e conego da sé patriarchal de Lisboa. Escreveu: *Horas lusitanas, paraizo de divinas flôres contendo differentes officios e outras devoções*, Lisboa, 1825.

Netto *(Gabriel dos Santos).* Conego secular de S. João Evangelista, prégador regio, conego da Santa Egreja Patriarchal de Lisboa, professor de Philosophia, etc. Fal. doido em 1833, ou pouco depois. Deixou impressos: *Sermão de acção de graças pelo triumpho das armas portuguezas, prégado na egreja de N. S.ª da Victoria, do Porto*, Lisboa, 1815; *Sermão prégado por occasião das preces, que se fizeram pela feliz restauração do reino; prégado na egreja de Santo Eloy, do Porto*, Lisboa, 1811; *Sermão de S. Sebastião*, Lisboa, 1815.

Netto *(João Lopes).* Physico do hospital de Todos os Santos, nomeado em 12 de janeiro de 1581 e fallecido em 1583.

Netto *(José Diogo Mascarenhas).* Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra. N. em Alcantarilha, no Algarve, em 1752, e fal. em Lisboa em 1826. Era filho do capitão-mór de Silves Manuel Mascarenhas Netto. Depois de concluir os estudos na Universidade, dedicou-se á magistratura, e foi nomeado juiz de fóra de Leiria, e depois corregedor de Guimarães. Durante o tempo que exerceu este ultimo logar escreveu uma memoria que offereceu ao governo sobre a estatistica da sua comarca com interessantes observações sobre as producções, commercio e industria da provincia de Entre-Douro e Minho, mas não consta que esse trabalho fôsse publicado, e apenas sobre esse assumpto existe impressa no tomo III das *Memorias de Litteratura da Academia Real das Sciencias*, de pag. 93 a 110, uma *Memoria sobre as antiguidades das Caldas de Vizella, na comarca de Guimarães*, que provavelmente era uma das partes d'essa obra mais desenvolvida e mais vasta. Em 1778 foi encarregado de dirigir a construcção da estrada de Lisboa ao Porto, e n'essa commissão se houve com notavel distincção, merecendo justos louvores, não só pela economia e regularidade da administração dos trabalhos, como tambem pela perfeição com que as obras fôram executadas, para o que muito concorreu o estudo profundo que fez d'essa materia, a respeito da qual escreveu uma outra memoria que publicou em 1790 no Porto com o titulo de *Methodo para construir as estradas em Portugal.* Elevado posteriormente a desembargador da Casa da Supplicação, foi superintendente geral das calçadas e correios, e sendo encarregado da refórma e direcção do serviço dos correios fez todos os regulamentos necessarios para esse ramo de serviço publico, estabeleceu o transporte das malas do correio em diligencia na estrada, cuja construcção dirigira, e a elle se deve a numeração dos predios nas ruas de Lisboa e a collocação de letreiros com a designação dos nomes das ruas na nossa capital. Foi tambem intendente do papel sellado e conselheiro vereador do senado de Lisboa, concorrendo como tal para que se aforassem e repar-

tissem muitos terrenos baldios e incultos, que havia nos sitios de Loures e Caneças, com o que prestou um bom serviço ao povo e augmentou as rendas do senado. Sendo incluido em 1810 na chamada *setembrisada*, obteve permissão de ir para Inglaterra, e d'ahi passou a França onde se demorou até 1821, regressando então á patria. Foi durante o tempo que viveu no estrangeiro, que, associando a si o doutor Francisco Solano Constancio e Candido José Xavier, emprehendeu a publicação dos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, nos quaes escreveu muitos artigos. Alguns d'estes fôram depois impressos em separado com o titulo de *Cathecismo da agricultura*. Uma filha sua casou com o general Luiz Mousinho de Albuquerque. Foi socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, socio correspondente da Sociedade do Museu de Paris, etc.

Netto *(D. José Sebastião)*. Bispo de Angola e Congo, cardeal patriarcha de Lisboa, etc. N em Lagos a 20 de janeiro de 1841, sendo filho de Raymundo José Netto e de D. Catharina Lucia d'Almeida Netto. Mostrando desde a infancia grande dedicação para a vida ecclesiastica, seus paes o matricularam, em 1855, no seminario de S. José, do Faro, onde estudou com distincção os preparatorios, merecendo premio no primeiro exame do curso triennal de Theologia, e a classificação de *accessit* nos segundo e terceiro. Recebeu a prima tonsura e as ordens menores em 25 de maio de 1861; ordens de sub-diacono em 20 de dezembro de 1862; de diacono em 30 de maio de 1863, e de presbytero em 1 d'abril de 1865, por D. Ignacio do Nascimento de Moraes Cardoso, então bispo do Algarve, e mais tarde cardeal-patriarcha de Lisboa. Em 17 d'agosto de 1865 foi nomeado coadjutor do prior da freguezia, de Boliqueime, logar que exerceu até 1873 com tanto zelo e probidade que n'esse anno ficou sendo parocho encommendado da mesma freguezia até 15 d'agosto de 1875, dia em que entrou para o convento do Varatojo. O grande desejo que o digno presbytero possuia pela vida monastica foi que motivou a sua insistencia com o prelado para que o substituisse n'aquelle cargo, o que afinal conseguiu, passando para o referido convento do Varatojo, da ordem de S. Francisco. Esteve depois em missão na freguezia de Santo Isidoro, proximo de Mafra, e ali recebeu a noticia, com bastante admiração e surpreza, que fôra eleito bispo de Angola e Congo, tendo então de sair do seu retiro em 27 de setembro de 1879, depois da sua eleição ter sido confirmada pela Santa Sé. A sagração do novo bispo realisou-se com toda a solemnidade, na egreja de S. Julião em 18 de abril de 1880, pelo nuncio, monsenhor Masella, e em 5 de agosto do mesmo anno partiu para a sua diocese. Chegando a Loanda, publicou a sua pastoral de saudação em 15 do mez de setembro seguinte. Como prelado de Loanda, prestou relevantes serviços á Egreja e aos seus diocesanos. Tendo fallecido o cardeal-patriarcha de Lisboa em 23 de fevereiro de 1883, foi resolvido em 6 d'abril d'esse anno entre o governo e a Santa Sé que viesse occupar aquelle elevado cargo o bispo d'Angola, facto que muito o surprehendeu, mas que se resignou a acceitar. A sua apresentação pelo governo foi feita por carta regia de 12 de julho, e o consistorio de 9 d'agosto do mesmo anno confirmou a eleição. A 18 de setembro chegou a Lisboa, indo hospedar-se no Collegio Filial das Missões Ultramarinas, em Chellas; ali recebeu o pallio, tomando posse do patriarchado por procuração em 29 do referido mez, e fez a sua entrada solemne na cathedral em 7 d'outubro, com toda a magnificencia propria d'aquella solemnidade. O novo patriarcha pronunciou uma conceituosa allocução na presença dos principaes membros do ministerio, alto clero e grande numero de pessoas. No dia 4 de novembro publicou a sua primeira pastoral. Em 16 de janeiro de 1884 tomou posse da sua cadeira na camara dos pares, que lhe competia pela eminente dignidade a que fôra elevado; no consistorio de 24 de março recebeu a sua nomeação de cardeal, e em 30 o solideu vermelho, no paço de S. Vicente. Em 17 d'abril recebeu o barrete cardinalicio no paço d'Ajuda das mãos d'el-rei D. Luiz.

D. José Sebastião Netto

Foi quem celebrou na egreja de S. Domingos a 22 de maio de 1886 a cerimonia do casamento do principe real D. Carlos com a princeza senhora D. Amelia, mais tarde reis de Portugal, sendo n'essa occasião condecorado com a gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição. Sendo indispensavel a sua presença em Roma, para ali partiu a 26 de maio, afim de receber das mãos do papa Leão XIII o chapéo cardinalicio, indo em sua companhia o seu secretario desembargador, sr. Elviro dos Santos, o monsenhor Serrano, chanceller do patriarchado. Chegando a Roma em 5 de junho, foi logo recebido pelo papa com a maior amabilidade e deferencia, celebrando se no dia 10 o consistorio, em que recebeu o chapéo cardinalicio. Em Roma foi muito obsequiado e considerado; recebeu convite para no dia 13 sagrar na egreja de Santo Isidoro o bispo Romano de Castellaneta, o que se effeituou com a

majestade propria do seu elevado cargo. Tomou posse tambem na egreja dos Santos Apostolos em Roma como seu padroeiro, na fórma usada pela Santa Sé para com todos os cardeaes, e terminando assim a sua estada em Roma, partiu para Paris no dia 16, onde celebrou de pontifical em 19 na egreja do seminario da Congregação do Espirito Santo. Em 25, estando na Basilica de Londres, celebrou tambem de pontifical, e presidiu á peregrinação que n'aquelle dia se effeituou. N'essa noite seguiu para Madrid, visitou a familia real, e regressou a Lisboa em 28, fazendo a sua entrada solemne na sé cathedral em 30 pelas 11 horas da manhã, tendo sido paramentado na egreja de Santo Antonio da Sé, d'onde seguiu debaixo do pallio com todo o cerimonial devido, acompanhado por grande numero de altos funccionarios, clero, ordens terceiras e mais representantes de corporações religiosas, fazendo a guarda de honra uma força militar. Quando em 1895 se commemorou o 7.º centenario de Santo Antonio, foi o reverendo prelado o presidente da grande commissão que se constituiu, e foi tambem quem presidiu ao congresso catholico que se celebrou na egreja de S. Vicente de Fóra, que teve principio em 25 de junho do referido anno. Em 1907 o sr. cardeal D. José Sebastião Netto renunciou o seu elevado cargo, sendo essa renuncia acceite, como prova o decreto de 7 de novembro d'esse anno. Ainda em vida de Leão XIII já havia manifestado desejo de declinar o seu cargo; depois tornou a mostrar o mesmo desejo ao actual pontifice Pio X. Mais tarde, porém, mudou de resolução, resignando-se a continuar no seu alto posto de chefe da Egreja Lusitana. Comtudo, o desejo fôra tomado como resolução definitiva, e embora o pedido não tivesse seguido pelas instancias officiaes de accôrdo com o padroeiro, em Roma concederam a renuncia, e n'essa conformidade o communicaram ao governo portuguez, o qual a communicou ao reverendo prelado, convidando-o a apresental-a officialmente. D. José, porém, persistiu em não apresentar a sua renuncia, mas o processo havia seguido os tramites officiaes, e não se podia derogar. Foi n'essa conformidade que se passou o decreto, a que acima alludimos, que veiu publicado no *Diario do Governo* de 9 de novembro de 1907, no qual se lê o seguinte: «Havendo o Eminentissimo Cardeal Patriarcha de Lisboa, meu como irmão muito amado, D. José Sebastião Netto, supplicado de Sua Santidade que lhe aceitasse a absoluta renuncia do dito patriarchado, em que fôra apresentado por carta regia de 12 de julho 1883, tendo essa renuncia sido acceite definitivamente e de accordo com o meu governo, hei por bem prestar o meu assentimento áquella resolução pontificia, acceitando tambem a pedida renuncia para todos os effeitos, etc»

Netto *(Ricardo José de Sousa)*. Official da secretaria da camara dos deputados. N. em 1822, e fal. a 19 de março de 1870. Traduziu muitas comedias que se representaram no theatro do Gymnasio, obtendo algumas grande successo. Lembram-nos as seguintes, que estão publicadas na antiga collecção *Theatro para rir: Ambos sem calças, Anna Barraca, A' porta da rua, Capellão do regimento, Desejos de minha mulher, Emilia travêssa, Ha tantos assim, Um Baile, Mais vale quem Deus ajuda que quem muito madruga, Octogenario, Sim ou não? Uma mulher que perde as ligas, O beijinho das creadas, As pequenas miserias*, etc.

Netto Leite e Vasconcellos *(José Maximo)*. Juiz da Relação de Gôa, do conselho de Sua Majestade, commendador da ordem de Christo, etc. N. no Porto em 1807, e fal. em Lisboa a 2 de janeiro de 1866. Foi juiz da Relação de Gôa em 1836, e ahi presidiu á Relação, constituindo tambem os diversos tribunaes de justiça no Estado da India, mandados estabelecer pelo decreto de 7 de dezembro do mesmo anno; juiz de segunda instancia, exercendo depois o logar de procurador regio junto da Relação de Lisboa em 1842, e afinal serviu n'esta Relação. Escreveu: *Peculio do procurador regio, ou resumpta e promptuario alphabetico de todas as leis, decretos, etc*; *seguido d'uma taboada chronologica das mesmas leis*, Lisboa; *Memoria sobre a publicidade das hypothecas, e de outros contratos por meio de registos*, etc, Lisboa, 1842; *Codigo administrativo de 1842 annotado*, Lisboa, 1849; *A Syndicancia da Relação do Porto*, etc, Lisboa, 1855; *Contestação de.. aos fundamentos da interpellação feita ao ex.mo ministro da justiça pelos srs. deputados Alvares Fortuna e Rebello Cabral, na sessão da respectiva camara de 4 de dezembro publicada no «Diario do Governo» n.º 288*, Lisboa, 1844. A interpellação versava sobre se era legal a transferencia do juiz da Relação de Gôa para a de Lisboa, sem ter desempenhado essas funcções na India pelo tempo que a lei determina. José Maximo Netto Leite e Vasconcellos publicou algumas *Memorias* na collecção dos *Annaes Maritimos e Coloniaes*, principalmente no tomo I. Por morte do desembargador Antonio Delgado da Silva, succedida em 1850, foi encarregado de redigir a *Collecção Official da Legislação Portugueza*, de que publicava regularmente um volume por anno.

Netto e Guerra *(Pantaleão de Araujo)*. Bacharel formado em Jurisprudencia Civil pela Universidade de Coimbra. N. no Porto, sendo baptisado em 5 de fevereiro de 1710; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Manuel Rodrigues Guerra e de Josepha de Araujo Netto. Depois de ter estudado grammatica e philosophia, matriculou se na Universidade, tomando o grau de doutor em 16 de abril de 1735. Voltando para o Porto dedicou-se á advocacia. Escreveu uma obra em latim: *Commentaria ad Ordinationes Portugalliae Regni Libri Quarti in quibus omnia dilucidantur, resolvuntur et explanantur*, etc., Conimbricae, 1740.

Netto de Paiva *(Vicente Ferrer)*. Doutor em Canones, lente cathedratico jubilado e reitor da Universidade de Coimbra; commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, deputado, par do reino, ministro de Estado, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, do Conservatorio Real da mesma cidade, e do Instituto de Coimbra, etc. N. em Freixo, comarca de Coimbra, em 27 de junho de 1798, fal. em 11 de janeiro de 1886. Era filho de Manuel Francisco Netto. Matriculando se na Universidade, doutorou-se a 29 de julho de 1821. Dedicou se ao magisterio, mas, por ter seguido o partido liberal, não pôde exercel-o, emquanto durou o governo de D. Miguel, vindo só a ser provido na cadeira de lente cathedratico depois de ter triumphado a

causa constitucional, em 12 de julho de 1834. Foi eleito deputado nas legislaturas de 1838-1840, 1840-1842, 1851-1852, 1857-1858, 1858-1859, 1860-1861, 1861-1864, sendo vice-presidente da camara de 1861 a 1862. Como deputado, sustentou sempre os principios democraticos, sendo um dos membros mais activos do partido progressista. Tendo saido do poder o conde de Thomar, e tendo entrado no governo um dos ramos em que então se dividiu o partido regenerador, Vicente Ferrer conservou-se no ramo que tomou o nome de progressista historico, de que se tornou chefe o marquez de Loulé. Em 1857, este estadista, n'uma recomposição feita no ministerio que constituira no anno antorior, o chamou para lhe confiar a pasta da justiça e dos negocios ecclesiasticos. Na questão da Concordata e do padroado do Oriente, Vicente Ferrer sustentou nobre e energicamente os direitos da corôa, e mostrou-se adversario intransigente das invasões de Roma. Fôram esses principios os que elle defendeu toda a sua vida. Subindo de novo ao poder o partido historico, Vicente Ferrer não entrou no ministerio, mas foi eleito par do reino, por carta regia de 29 de setembro de 1862, tomando posse na respectiva camara a 9 de janeiro de 1863. Na camara alta sustentou vivamente a politica do governo com relação ás irmãs de caridade, tendo sido, ainda na camara dos deputados, o relator da minoria da commissão favoravel ao governo, emquanto o relator da maioria, o conde de Casal Ribeiro, lhe era adverso. Tendo-se jubilado como lente da Universidade, continuou na lucta parlamentar até aos ultimos annos da sua vida. Vicente Ferrer foi reitor da Universidade, sendo nomeado por decreto de 23 de julho de 1863, tomando posse a 10 do mez de agosto seguinte; d'este elevado cargo foi exonerado por decreto de 4 de agosto de 1864. No seu tempo recebeu a Universidade a visita d'el rei D. Luiz I e da rainha senhora D. Maria Pia, em dezembro de 1863. Foi o dr Vicente Ferrer quem, indo a Madrid e visitando ali os principaes estabelecimentos de instrucção publica, conseguiu estabelecer relações litterarias e scientificas e de permuta de livros com a Universidade central d'aquella capital, de que era reitor o marquez de Moraute, que officialmente, em nome do governo hespanhol, honrou a Universidade de Coimbra e o seu illustrado professor pela valiosa remessa de livros em seguida offertados á central de Madrid, e a que esta logo correspondeu com bizarria. O dr. Vicente Ferrer achando se cansado e em edade já muito avançada, retirou se para a sua casa de Freixo, onde fal. com perto de 90 annos. Bibliographia: *Elementos de Direito das gentes*, Coimbra, 1839; *Curso de Direito natural, segundo o estado actual da sciencia, principalmente em Allemanha*, 1843; 2 tomos; *Elementos de Direito natural, ou de Philosophia de Direito*, Coimbra, 1844; todas estas obras fôram por vezes reimpressas, com addições e melhoramentos; *Principios geraes de Philosophia de Direito, ou commentario á secção 1.ª da parte 1.ª dos Elementos de Direito natural, ou de Philosophia de Direito*, Coimbra, 1850; *O Cadastro, ou resposta á pergunta: «Se o Cadastro póde ser organisado de modo, que sirva para prova da posse, e titulo da propriedade?»*, Coimbra, 1849; esta resposta foi apresentada ao conselho da faculdade de Direito para satisfazer a uma portaria do ministerio do reino, expedida ao reitor da Universidade com a data de 2 de junho de 1849; *Defeza da representação dos lentes da Universidade de Coimbra sobre o projecto de lei ácêrca da liberdade de imprensa, mandada reimprimir pelos signatarios da mesma representação*, Coimbra 1850; é a série dos artigos que o dr. Vicente Ferrer se viu obrigado a escrever para o *Observador*, de Coimbra, em resposta ao que o *Estandarte*, orgão do conselheiro José Bernardo da Silva Cabral, dissera contra a representação alludida; *Relatorio e projecto de lei sobre as congregações religiosas*, Lisboa, 1862; apresentado á camara dos deputados em sessão de 28 d'abril de 1862, como voto em separado na qualidade de membro da commissão encarregada de examinar o projecto do governo; *Reflexões sobre os sete primeiros titulos do livro da «Parte 1.ª do projecto do Codigo Civil portuguez do sr. Antonio Luiz de Seabra»*, Coimbra, 1859; *Elogio historico de Alexandre Herculano*, lido no Instituto de Coimbra a 23 de maio de 1878, e publicado pelo mesmo Instituto, Coimbra, 1878. O dr. Vicente Ferrer foi agraciado em 1870 com o titulo de visconde de Freixo, mas não o acceitou. Publicou varios artigos no *Archivo Universal*, e em outros jornaes politicos e litterarios.

Neuparth *(Augusto)*. Musico da Real Camara, secretario e professor do Conservatorio Real de Lisboa, professor na Real Academia dos Amadores de Musica, presidente da Associação Musica 24 de Junho e do Montepio Philarmonico, condecorado com o habito da ordem de S. Thiago, com o grau de cavalleiro da de Christo e de Carlos III de Hespanha, etc. N. em Lisboa a 3 de maio de 1830, onde tambem fal. a 20 de junho de 1887. Era filho de Eduardo Neuparth, professor de musica *(V. adeante)*, e de sua segunda mulher D. Margarida Boehmler. Recebendo na infancia esmerada educação, instruiu se ao mesmo tempo na musica e no clarinete com seu pae, aprendendo tambem a tocar fagotte com um musico chamado Filippe Titel. Aos 17 annos de edade estreou-se como concertista d'este difficil instrumento, quo se tornou da sua predilecção, a solo n'um dos saraus da Academia Melpomenense. Serviu-lhe esta primeira apresentação para ser admittido na Associação Musica 24 de Junho, e pouco depois, em 1848, entrou para a orchestra do theatro de S. Carlos como primeiro fagotte, sendo pelo mesmo tempo nomeado musico da Real Camara. Estudando sempre com grande ardor e ajudado por muito natural disposição, tornou-se em pouco tempo admiravel executante, e repetidas vezes tocava nos saraus das academias e em concertos publicos, obtendo sempre enthusiasticos applausos. Entretanto recebia lições de harmonia do abalisado professor do Conservatorio Francisco Norberto dos Santos Pinto. Desejando aperfeiçoar-se na sua arte, consultando professores estrangeiros, emprehendeu em 1852 uma viagem, e a 9 de junho d'esse anno embarcou com destino a Londres, onde se demorou alguns dias, seguindo depois para Hamburgo e Leipzig. D'esta cidade passou a Zeulenroda, e ali foi apresentado a um afamado tocador de fagotte, mas que era de merecimento inferior ao de Neuparth. Voltando a Leipzig procurou Weissenborn, no-

tavel musico, que era o primeiro fagotte da celebre orchestra de concertos de Gewendhauss. Weissenborn, apenas ouviu Augusto Neuparth, mostrou-se maravilhado, e declarou-lhe que se felicitava por ter tido occasião de apreciar tão talentoso artista, que estimava ter por amigo, mas que não tinha nada a ensinar-lhe. Apezar d'este lisongeiro e franco acolhimento, Augusto Neuparth ainda se dirigiu a Dresde a procurar o mais considerado tocador de fagotte, ali existente, chamado Goeruig, mas este, depois de o ouvir, não se atreveu a tocar. Reconhecendo que nada podia accrescentar aos seus profundos conhecimentos musicaes, voltou a Leipzig resolvido a dedicar-se a outro estudo, que seria complemento da sua educação artistica, o contraponto. Estudou então com Mauricio Hauptmann, professor do conservatorio d'aquella cidade, e um

Augusto Neuparth

dos mais conceituados compositores. D'esse estudo deixou memoria nos exercicios que escreveu, os quaes estão reunidos n'um livro bastante volumoso, com o titulo: *Lições de Harmonia, Contraponto e Fuga de Augusto Neuparth, dirigidas pelo professor de Contraponto dobrado e Fuga no Conservatorio, o ill.mo sr. M. Hauptmann. Leipzig: 1.ª lição a 19 de outubro de 1852 ás 4 horas da tarde; a 45.ª lição e ultima em 26 de abril de 1853.* Um tão pequeno numero de lições dadas em pouco mais de seis mezes, não seria decerto o bastante para um principiante, mas Augusto Neuparth era já artista superior, e tinha estudado harmonia com o professor Santos Pinto, por conseguinte o seu trabalho com Hauptmann consistiu simplesmente em se exercitar na pratica do contraponto. Neuparth não ficou, com este rapido estudo, um compositor emerito, tanto mais que para isso não se sentia com vocação natural; no emtanto produziu algumas composições, principalmente phantasias para os instrumentos que tocava. Uma d'ellas foi publicada pelo editor Brandus, de Paris, e tem por titulo: *Fantaisie sur le Robert le Diable de G. Meyerbeer pour Basson avec accompanhement de Piano par Augusto Neuparth, Musicien de la chambre de S. M. Très-Fidèle et premier Basson au Théatre de Saint Charles à Lisbonne.* Entre outras existe inedita uma phantasia original com acompanhamento de orchestra, que elle executou mais d'uma vez na Academia Melpomenense. Escreveu tambem uma abertura dedicada a D. Duarte de Noronha, da familia dos condes d'Atalaia. Quando terminou as lições com o professor Hauptmann, resolveu regressar a Lisboa, e no seu regresso esteve em Bruxellas e em Paris, estudando n'esta ultima cidade a organisação das sociedades orpheonicas e o ensino da musica, nas escolas primarias; desejava implantar entre nós a vulgarisação do canto em côro, impressionado como ficou de ouvir os coros populares na Allemanha, mas não realisou o seu intento porque outros assumptos o desviaram d'uma empresa, em que seria necessario consumir grande energia e força de vontade. Em Paris tambem teve occasião de apreciar o saxophone, então recente invenção de Adolpho Sax, e com tanto enthusiasmo se entregou ao seu estudo, que depressa se tornou um distincto tocador d'esse intrumento. Pouco tempo depois de estar em Lisboa apresentou-se na Academia Melpomenense a tocar uma difficil phantasia para saxophone composta por elle, despertando a mais viva curiosidade e enthusiasmo. Foi Augusto Neuparth quem primeiro fez ouvir entre nós um saxophone. Quando Guilherme Cossoul, em 1860, se lembrou de organisar a Sociedade de Concertos Populares, Neuparth associou-se dedicamente a essa idéa, e foi o seu mais activo propugnador. Em 29 de dezembro de 1862 foi nomeado professor da aula de rudimentos do Conservatorio; mas pouco tempo regeu essa aula, porque tendo-se creado novamente a aula de instrumentos de palheta, extincta em 1842 por morte de Canongia, recebeu Neuparth o encargo de dirigir a nova aula, por portaria de 11 de julho de 1865. Esta nomeação foi interina, tornando se effectiva em 1870, depois d'um concurso brilhante. No *Diccionario biographico dos musicos portuguezes*, de Ernesto Vieira, d'onde temos extrahido estes apontamentos biographicos, e transcripto alguns trechos, lê-se ácêrca d'este concurso o seguinte (vol. II, pag. 125): «N'este memoravel concurso, realisado a 20 de maio de 1869, apresentou o extraordinario musico, seguidamente e quasi sem intervallos, um concerto de clarinete, outro de oboé, um trecho de corne-inglez, a phantasia original de sua composição para fagotte e outra egualmente composta por elle para saxophone. Tudo musica da maior difficuldade, executada com vigoroso e bellissimo som em todos os instrumentos, estylo magistral e perfeição inexcedivel. Foi um facto unico, deixando vivamente impressionada toda a gente que a elle assistiu. Nunca outro artista, antes ou depois, deu tão admiraveis provas de um estudo egualmente serio e profundo em todos aquelles instrumentos, mostrando-se tão habil concertista no clarinete como no fagotte, cantando com tão justa e apro-

priada expressão no oboé como no saxophone. Não ha uma sombra de exaggeração n'estas palavras; exprimem ellas simplesmente a memoria d'uma impressão recebida e inolvidada » Sendo nomeado secretario do Conservatorio, proposto pelo então director, Luiz Augusto Palmeirim, prestou muitos serviços, reorganisando a secretaria, que só desde essa epoca se encontraram ali livros devidamente escripturados e documentos archivados em boa ordem. Tambem trabalhou muito em melhorar a organisação d'aquelle estabelecimento e a situação dos professores. Eleito delegado ao Conselho Superior de Instrucção Publica, apresentou em 1886 um relatorio que serviu de base á reforma autorisada por carta de lei de 25 de agosto de 1887 e tornada effectiva pelo regulamento de 6 de dezembro de 1888. Quando em 1878 se deu a scisão entre os membros da Associação Musica 24 de Junho, Neuparth conservou-se unido a essa associação, e foi um dos seus mais estrenuos defensores. Nomeado presidente da commissão dos grandes concertos que se organisaram por essa epoca, foi elle quem mandou vir para os dirigir, em 1857, o notavel mestre e professor no conservatorio de Berlim, Ernesto Rudorff. Augusto Neuparth foi o mais ardente promotor d'esses concertos. Aggravando se-lhe uma doença, de que soffria, succumbiu afinal, causando a sua morte a mais profunda sensação. Era casado com D. Virginia Julia Basto Neuparth. O funeral foi imponentissimo; todas as corporações, de que fazia parte, se fizeram representar, assim como o Conservatorio, a empresa do theatro de S. Carlos, etc. O prestito seguiu a pé desde a egreja da Encarnação até ao cemiterio dos Prazeres. A' beira da sepultura Luiz Augusto Palmeirim, director do Conservatorio, pronunciou um breve e sentido discurso. Augusto Neuparth era frequentemente chamado ao paço por el-rei D. Luiz, para tomar parte em concertos de caracter intimo. Era tambem socio da irmandade de Santa Cecilia, socio honorario dos Albergues nocturnos, e da Commissão de beneficencia dos pobres de Caparica; proprietario e redactor da revista musical *O Amphion*; professor da aula de palheta na Real Academia dos Amadores de Musica, proprietario do armazem de musica e instrumentos, que ainda existe na rua Nova do Almada, fundado por seu pae em 1824. No anno de 1901, organisou-se uma commissão composta dos srs. D. Fernando de Sousa Coutinho, actualmente marquez de Borba, D. Duarte Manuel de Noronha, visconde de Athouguia, Henrique Sauvinet, Augusto Gerschey, José da Costa Carneiro, e o corpo docente do Conservatorio representado pelos srs. Eduardo Schwalbach, Augusto Machado, F. de Freitas Gazul, Victor Wagner, José Innocencio Pereira, successor de Neuparth na regencia da cadeira de instrumentos de palheta, Guilherme Ribeiro e Cunha e Silva, que tomou a iniciativa de collocar uma lapide commemorativa na casa da rua das Salgadeiras n.º 36, onde falleceu Augusto Neuparth. A cerimonia, para que foi convidada a camara municipal, outras autoridades, corpo docente do Conservatorio, a imprensa, a Real Academia dos Amadores de Musica, professores de musica, alumnos, etc., realisou-se no dia 3 de maio, anniversario no nascimento de Neuparth, pelas 4 horas da tarde. A lapide estava coberta com a bandeira nacional, e foi o vereador da camara sr. Martinho Guimarães que a descerrou, depois do sr. marquez de Borba, D. Fernando de Sousa Coutinho, ter lido o auto, que foi assignado por todos os presentes. A inscripção que se lê na lapide, é a seguinte:

N'ESTA CASA FALLECEU
EM 20 DE JUNHO DE 1887
AUGUSTO NEUPARTH
MUSICO DISTINCTO
PROFESSOR DO CONSERVATORIO
REAL DE LISBOA

Neuparth *(Augusto Eduardo)*. Capitão de fragata da armada, engenheiro hydrographo. N. em Lisboa a 11 de outubro de 1859, sendo filho do professor do Conservatorio Augusto Neuparth (V. o *artigo antecedente)*, e de sua mulher D. Virginia Julia Basto Neuparth. Assentou praça na companhia dos guardas-marinhas em 1879, terminando o curso em 1881. Cursou as escolas Polytechnica, do Exercito e Naval, obtendo carta de engenheiro hydrographo. Esteve nas estações navaes de Cabo Verde, Guiné, Angola e Moçambique, e embarcou como immediato ou official de guarnição, nos seguintes navios: canhoneiras *Rio Lima*, *Guiné*, *Tejo* e *Tavira;* corvetas: *Bartholomeu Dias*, *Duque da Terceira* e *Rainha de Portugal;* couraçado *Vasco da Gama;* transportes *India* e *Africa*, e fragata *D. Fernando*. Tomou parte no ataque e bombardeamento de Cadica, na Guiné; e no de Catalha, no Zaire. Serviu de secretario ao sr. conselheiro Guilherme de Brito Capello na expedição ao interior de Boma no Zaire, cuja missão era fazer um tratado de paz e commercio com os regulos da região. Fez parte da expedição ás ilhas de Djeta, na Guiné, para libertar dois subditos francezes prisioneiros do regulo Adju Pumol, e obrigar o mesmo regulo a prestar vassalagem a Portugal; incorporou-se tambem na expedição do rio Nuno, para libertar um subdito portuguez preso pelo regulo Yurá, na tabanca de Lottabali. Foi official ás ordens do contra almirante da esquadra allemã, que esteve no rio Tejo em 1900. Os trabalhos geodesicos, topographicos e hydrographicos que tem executado, ou em que tem collaborado com outros officiaes, são os seguintes: *No reino*, determinação das coordenadas geographicas do pharol do Cabo da Roca; trabalhos hydrographicos em Paço d'Arcos para servirem de base ao projecto de uma doca; sondagem da barra de Lisboa, desde Belem a Cascaes; estabelecimento do pharol de Sagres por occasião do centenario Henriquino; projecto de balizagem de Aldeia Gallega; projecto de balisagem e reconhecimento hydrographico do Tejo desde dos Olivaes até ao canal da Azambuja. *No ultramar:* Reconhecimento hydrographico da costa sul da Guiné portugueza e dos rios Grande, Rabi, Cubae e Cumbidjá; reconhecimento hydrographico da enseada de Cabinda; triangulação completa e parte do levantamento e sondagem da bahia de Loanda; estudo completo da bahia do Lobito; triangulação da costa sul do Maputo; traçado de um parallelo para a delimitação da fronteira sul de Lourenço Marques; delimitação completa do sul do Maputo. Reconhecimento do rio Maputo desde a sua confluencia com o Pongulo até Ma-

xaéne; triangulação do porto de Lourenço Marques, parte do seu levantamento topographico, toda a sondagem; traçado do caminho de ferro de Cabiuda ao Chiloango. Tem servido nas seguintes commissões e estabelecimentos do Estado: Real Observatorio Astronomico de Lisboa, Observatorio Meteorologico do Infante D. Luiz; Direcção dos Trabalhos Geodesicos do Reino; adjunto, e depois chefe, da secção de pharoes no ministerio da Marinha; adjunto no Deposito de Contas; encarregado dos serviços hydrographicos do porto de Lourenço Marques; chefe da secção de estudos e director interino das obras do porto de Lourenço Marques; Commissão da delimitação das fronteiras de Lourenço Marques. Foi commissionado ao estrangeiro para requisição de material para as obras do mesmo porto. Commissão de cartographia e 3.ª Direcção dos serviços fluviaes e maritimos do Ministerio das Obras Publicas, etc. E' condecorado com o officialato das ordens de Aviz e de S. Thiago; cruz de 2.ª classe da Corôa da Prussia, e com as medalhas de prata de bons serviços e comportamento exemplar. Tem registadas varias portarias de louvor por serviços prestados no reino e no ultramar. Por decreto de 12 de agosto de 1909 teve a medalha de ouro de serviços distinctos no ultramar.

Neuparth *(Eduardo*, em allemão, *Erdemann)*. Foi pae do notavel concertista e professor do Conservatorio Augusto Neuparth. (V. *este nome)*. N. a 6 de janeiro de 1784, na pequena cidade de Poelwitz, pertencente ao principado de Reuss-Greiz, no Voigtland; fal. em Lisboa a 23 de junho de 1871. Era filho de Miguel Neuparth e de Maria Dorothéa. Aos 15 annos alistou se como aprendiz na banda de musica do districto, e fez o aprendizado regulamentar de 5 annos. Depois obteve o logar de primeiro clarinete na capella do principe de Lowenstein, a cujo serviço se encontrava em 1806, quando o exercito de Napoleão, invadindo a Prussia, devastou as propriedades d'aquelle principe, deixando-o arruinado, pelo que teve de despedir os seus musicos. Neuparth andou por algum tempo aos baldões d'uma sorte pouco propicia, até que entrou para a capella de outro principe, o de Amorbach, mas pouco tempo ali conservou. Reunido em sociedade com mais tres collegas, encetaram os quatro musicos uma longa peregrinação que se estendeu a 150 legoas, durante a qual iam obtendo com o exercicio da arte os meios de subsistencia. A sociedade veiu a prosperar, constituindo por fim uma banda de 7 instrumentistas, 2 dos quaes tocavam clarinete, 2 fagotte, 2 trompa e 1 flauta e oboé. Por fim, estando em Friburgo, dissolveu se a sociedade, ficando n'esta cidade os 4 primitivos consocios, e foi n'essa occasião que offereceram a Neuparth o logar de mestre da banda do regimento ali de guarnição, logar a que competia soldo mensal de 45 florins. Neuparth, por espirito de camaradagem e abnegação, acceitou com a clausula de serem tambem admittidos os seus companheiros, repartiudo se por todos 4 aquelle soldo, que só a elle era offerecido. Pela divisão coube-lhe, como mestre, 15 florins, recebendo 10 cada companheiro. Comtudo foi muito proveitoso para todos este logar, porque adquirindo a banda um grande brilho, graças á aptidão do mestre, era convidada para todas as festas, que rendiam bons lucros. Estava-se então em 1808, quando Napoleão tinha posto a Europa toda em armas. O regimento onde servia Neuparth, foi mandado para Strasburgo, e ali encontrou ordem de marchar immediatamente para Hespanha. Achando-se, porém, Neuparth muito doente, pediu para entrar na hospital, onde esteve seis mezes, chegando a esperar-se um desenlace fatal, e os enfermeiros convencidos que elle morreria, tiraram-lhe tudo quanto possuia. Neuparth, quando se restabeleceu, encontrou se apenas com o fardamento militar e uma sobrecasaca de paisano. Completamente sem recursos, e não podendo ir reunir-se ao regimento por falta de meios para o caminho, viu-se na mais critica situação, mas teve a fortuna de apparecer em Strasburgo um commissario do exercito francez, que tinha a incumbencia de angariar musicos para o regimento 119.º de linha, cujo quartel era em Dax, perto de Bayonna. Neuparth contratou-se promptamente, e com mais 7 companheiros, atravessou em 3 mezes toda a França até chegar a Dax; d'ahi partiu com um reforço de soldados para o regimento que fazia parte do exercito em operações na guerra da Peninsula. Tendo morrido o mestre da musica, foi Neuparth contratado para o substituir. O regimento 119.º aquartelou se em Gijon, nas Asturias, onde Neuparth esteve perto de 3 annos. Entretanto as tropas portuguezas e inglezas iam levando deante de si o exercito de Napoleão, e a guarnição de Gijon teve de abandonar o seu posto para ir reforçar o exercito commandado por Marmont. Neuparth assistiu á batalha de Salamanca ou dos Arapiles, em que o exercito portuguez tomou parte gloriosa, e perdendo ali todas as economias que pudera juntar, acompanhou a retirada dos francezes vencidos. Chegados estes perto de Burgos, e verificando-se que dos 28 musicos que compunham a banda do regimento n.º 119, só restavam 4, fôram esses 4 mandados para Dax afim de constituirem o nucleo d'uma nova banda que Neuparth devia organisar; cumprida a sua missão voltou com os novos subordinados ao regimento a tempo de tomar parte no ultimo grande desastre que as armas francezas soffreram na Peninsula, a batalha de Vitteria. Neuparth chegou 15 dias antes da batalha, e n'ella perdeu pela terceira vez tudo quanto possuia Continuou acompanhando o exercito francez na sua constante retirada e repetidas derrotas, até que achando-se em Tolosa depois da paz, e vendo-se em má situação, resolveu abandonar os vencidos e acolher-se aos vencedores. Soube que a pequena distancia estava o regimento portuguez n.º 4 de infantaria, onde se precisava d'um mestre de musica para organisar a respectiva banda, e para ali se dirigiu, contratando-se promptamente, em 9 de maio de 1814. Passados 5 dias Neuparth partiu com o seu regimento para Portugal, entrando em Lisboa a 12 de agosto Pouco depois entrou para a orchestra da Rua dos Condes, da qual passou para a de S. Carlos. Sendo nomeado mestre da musica que devia fazer parte da comitiva que foi a Leorne buscar a archiduqueza D. Leopoldina d'Austria, noiva do principe D. Pedro, e acompanhal-a ao Rio de Janeiro, saiu de Lisboa a bordo da nau *D. João VI* a 2 de julho de 1817, e chegou ao Brazil a 2 de novembro. Tendo agradado muito

a banda que dirigia, foi convidado a deixar-se ficar com os seus musicos, constituindo a *Musica das Reaes Cavallariças*, como então se denominava a corporação dos antigos menestreis da côrte. Neuparth acceitou a proposta, sendo-lhe passada a seguinte portaria, na qual se vê pela primeira vez o nome de *Erdemann* trocado pelo de *Eduardo*, que depois continuou usando: «El Rey Nosso Senhor Faz Mercê a Eduardo Neuparth de o tomar por Musico das suas Reaes Cavallariças com a qual occupação vencerá o ordenado de duzentos e sete mil trezentos noventa e seis réis por anno, com que o Escrivão das ditas Cavallariças o lançará em Folha, com vencimento desde vinte e seis de novembro do corrente anno, e gozará dos privilegios e izenções que tem e de que gozão os Musicos das referidas Cavallariças, e isto emquanto o mesmo Senhor assim o houver por bem e não mandar o coutrario. Rio de Janeiro em dez de dezembro de mil oitocentos e dezasete. Conde de Paraty.» No Rio de Janeiro auferiu Neuparth bons interesses, porque tocava nos theatros e nas egrejas, ensaiava diversas bandas militares, e para ellas compunha musica. N'esse anno de 1817 associou-se com Valentim Ziegler, musico da Real Camara, no negocio da venda de instrumentos e musicas, estabelecendo um armazem no Rocio d'aquella cidade, Em 1819 Neuparth casou com uma filha do seu consocio. Regressando a Lisboa em 1821 com D. João VI, continuou com Valentim Ziegler o seu negocio, estabelecendo-se em 1824 na Rua Nova do Carmo. Tendo enviuvado pouco tempo depois, passou a segundas nupcias com D. Margarida Boehmler. Desfez então a sociedade que tinha com Ziegler, e estabeleceu-se em 1828 n'uma sobreloja da Rua Nova do Almada, e em junho de 1854 mudou o estabelecimento para o armazem que aiuda existe na mesma rua, dirigido hoje por seu neto o sr. Julio Neuparth. Tendo-se-lhe aggravado a doença, que sempre soffreu, deixou de exercer a arte em 1859, entregou a direcção do estabelecimento a seu filho Augusto Neuparth, e passou tranquillamente o resto da vida. Eduardo Neuparth foi um dos fundadores do Montepio Philarmonico, em 1834.

Neuparth *(Julio Candido)*. Professor de harmonia no Conservatorio Real de Lisboa, vogal do Conselho d'Arte Musical. N. a 29 de março de 1863, sendo filho do fallecido professor do Conservatorio Augusto Neuparth, e de sua mulher, D. Emilia Julia Basto Neuparth. Matriculou-se no Conservatorio, e concluiu o curso de violino em 1882, saindo mais tarde, em 1884, depois de ter terminado com distincção os estudos theoricos, desde os rudimentos da musica até á parte complementar d'esses estudos com o contraponto, fuga e composição. De 1879 a 1887 o sr. Julio Neuparth fez parte, como primeiro violino, da orchestra do theatro de S. Carlos. Durante esse periodo tocou sob a direcção de Dalman, Kuon e de Marino Mancinelli. Foi pouco antes de renunciar o seu logar de executante, que se tocou em S. Carlos a sua *Abertura em dó maior*, trabalho que mereceu os maiores elogios do professor Mancinelli. Além d'esta *Abertura*, mais tarde dirigida por Steck e Victor Hussla, compoz Julio Neuparth para orchestra as seguintes peças: *Scherzo*; *Minuetto capricioso; Rêverie; l'Orientale*, *suite* de 3 numeros; e Paraphrase sobre uma canção portugueza. O sr. Julio Neuparth escreveu tambem para instrumentos de corda, um *quartetto* de estylo imitativo, em 4 andamentos; para violino e piano, *Sérénade exquise;* e *Alla mazurka*; para canto, varias melodias, todas com letra portugueza. Tem instrumentado a musica de diversas operetas. Foi o sr. Julio Neuparth um dos professores que fundaram o *Instituto musical*, que, apezar de todos os esforços empregados, não chegou a ter longa existencia A elle se devem tambem as traducções de varias obras didacticas, como tratados de harmonia de Bazin e Durand, e o tratado de orchestração de Gevaert, no que prestou bom serviço aos nossos artistas. De 1890 a 1898 tomou a seu cargo a redacção principal do *Amphion*. Em 1893 foi convidado para redigir a secção musical do *Diario de Noticias*, e ali se tem conservado. Fez parte do jury da secção musical da Exposição Industrial de 1888, e sendo nomeado professor provisorio da aula de harmonia no Conservatorio, em 1895, passou em 1898 a professor effectivo.

Neurá. Braço de rio que communica com os rios de Zuary e Mandovy a O da ilha de Gôa, no distr. do mesmo nome, India. ‖ Pov. da ilha da Gôa no conc. das Ilhas, distr. e arceb. de Gôa, India. Tem egreja.

Neve. Agua congelada naturalmente. O emprego da neve natural para fazer bebidas geladas é mais antigo do que se póde suppôr. Parece que os arabes usaram bebidas resfriadas pela neve. O emprego do gelo artificial é muito mais moderno. As bebidas geladas e os dôces tambem denominados *gelados* datam na Europa do meado do seculo XVII, julgando-se de origem italiana. O *sorvete* não foi primitivamente um gelado, mas unicamente um xarope de fructas muito pastoso que se desfazia em agua, e se bebia como as limonadas de calda. O nome de *sorvete* é de origem turca, segundo uns autores, e provem de beber aos sorvos, ou pequenos goles, segundo outros. As bebidas geladas, dando á bocca uma sensação de frescura, muito agradavel durante os ardores do verão, tiveram desde que appareceram grande voga. O officio de neveiro em Portugal data dos fins do seculo XVII, pelo menos. Em principios do seculo XVIII havia em Lisboa lojas onde se fornecia neve ás lojas de bebidas e a particulares, entre elles ás reaes ucharias. Cerca de 1735 houve varias contendas entre o fornecedor da Casa Real e o das lojas, porque disputavam a neve a fim de satisfazer ás suas obrigações. A fim de terminar esta contenda, e estando prestes a terminar a arrematação feita pelo neveiro da cidade no triennio de 1732 a 1735, pedia o neveiro das reaes ucharias, Marcos Alvares da Costa, para que lhe fôsse concedido ser tambem o neveiro fornecedor da cidade. O senado da camara de Lisboa Occidental consultou favoravelmente a el-rei, mas o soberano determinou que se abrisse concurso. Ainda outras peripecias sobre o consumo da neve se déram, confórme se vê das Consultas e resoluções régias, transcriptas no vol. XII dos *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*, a pag. 485 e 497. Parece que a neve fornecida era tirada de reservatorios, ou poços, feitos em logares frigidos, taes como nos altos de serras e outros sitios onde ella naturalmente se accu-

mulasse. O transporte fazia-se vindo os pedaços de neve envolvidos em palha e sendo guardados em casas subterraneas. Algumas lojas de bebidas tinham, nos ultimos tempos, poços seus, d'onde se abasteciam. Assim succedia ao botequim sito debaixo da arcada do Terreiro do Paço, cujo proprietario tinha na chamada serra da Neve, no concelho de Alemquer, uns poços seus. Ainda hoje aquelle antigo estabelecimento se denomina o Martinho *da neve*.

Neve. Casal na freg. do Espirito Santo, de Landal, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Vasta serrania situada ao N do distr. de Mossamedes, na prov. d'Angola, Africa Occidental. Tem cerca de 120 k. de comprimento. Communica a E com a serra de Munda, a O com a de Chella, em direcção proximamente perpendicular a ambas, e fecha com ellas pelo lado do N a vasta zona de terreno onde se estendem as terras da Huilla e Humpata. Em alguns pontos das suas abas o clima assemelha-se ao de Portugal. Dos contrafortes, principalmente do S, nascem numerosos rios que vão regar as terras da Huilla e Humpata.

Neves (*Fr. Antonio das*). Religioso da ordem de S. Francisco da provincia dos Algarves. N. em Lisboa e fal. no convento de Xabregas em 1661. Foi guardião dos conventos da sua ordem em Serpa e no Torrão. Escreveu: *Arte do liberal jogo do Xadrez, compilada de varios autores que sobre ella escreveram, que pude alcançar*, Lisboa, 1647. Deixou manuscripto: *Santo Antonio de Lisboa, decimas portuguezas*, etc., e outra obra em latim.

Neves (*Antonio Pinto da Fonseca*). Major do estado maior de artilharia, governador do castello de S. Jorge, escriptor, etc. N. no Porto em 1784, fal. em Lisboa em 1836. Tendo seguido a carreira militar era segundo tenente de artilharia, quando em maio de 1817 foi preso como cumplice na conspiração chamada de Gomes Freire, e por sentença de 18 de outubro condemnado em 10 annos de degredo para Moçambique, e a confiscação de metade dos seus bens. Partindo para o degredo, tanto elle como o seu companheiro na desgraça, o architecto Francisco Antonio de Sousa, conseguiram que o commandante da embarcação que os conduzia, arribasse ao Rio de Janeiro, e ali lhes foi commutada a pena de degredo na de servirem na divisão expedicionaria em Montevideu. Entretanto, as côrtes reunidas em Lisboa no anno de 1821, decretaram logo uma amnistia para os crimes politicos, e Fonseca Neves pôde voltar a Portugal. Em 1828, pelas suas idéas liberaes, soffreu do governo absoluto muitos trabalhos e perseguições, sendo afinal preso e encerrado no castello de S. Jorge, d'onde saiu unicamente no dia 24 de julho de 1833. Tendo chegado ao posto de major de artilharia, foi nomeado governador do referido castello,logo depois da revolução de setembro de 1836, cujos principios abraçara, e no exercicio d'esse cargo falleceu em resultado das doenças que adquirira nas prisões, e dos maus tratos que soffrera. Escreveu: *Obras poeticas*, Lisboa, 1821; n'este vol. está incluida uma *Memoria historica e justificativa sobre a sentença que o condemnara em 1817*; *Resposta ao artigo «Lisboa» inserto na Gazeta Universal n.º 101*, Lisboa, 1822; *Dialogo entre dois corcundas, Ribeiro no seu Casal e Gomes no seu Ribeiro*, Lisboa, 1821; *Resposta ao Manifesto que o peccador convertido José Agostinho de Macedo fez á Nação Portugueza*, Lisboa 1822; *Surra no P. José Agostinho de Macedo, e no seu apologista C S. D. F.*, Lisboa, 1822; *O Santilão Xoé*, Lisboa, 1835; *Juizo sobre as sentenças pro e contra a revolução tentada em 1817, e seus resultados*, Lisboa, 1822.

Neves (*Antonio Rodrigues*). Capitão movel do presidio de Ambriz. Escreveu: *Memoria da expedição de Cassange commandada pelo major graduado Francisco de Salles em 1850*, Lisboa, 1851.

Neves (*Augusto José das*). Medico pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa. N. em Thomar em 1862, sendo filho do negociante e proprietario n'aquella cidade, José Augusto das Neves, e de sua mulher D Emilia Candida Neves. Em 1875, contando apenas 13 annos de edade, veiu começar os estudos, como alumno interno, no *Collegio Luso Brazileiro*, de Lisboa, fazendo exame de instrucção primaria em 12 de maio d'esse anno. Oito dias depois falleceu seu pae, mas continuou estudando no mesmo collegio, onde concluiu os preparatorios, matriculando-se depois na Escola Polytechnica, fez o respectivo curso, passando então á Escola Medico Cirurgica, em 1881, terminando o curso em 1886. Contava então 24 annos de edade. A these que defendeu foi um trabalho scientifico altamente classificado, com o titulo de *Contribuição para o estudo da hemophilia*. Terminado o curso abriu consultorio em Lisboa no bairro Estephania, onde muito se evidenciou. Em 1882 foi convidado para fazer parte da commissão de beneficencia da freguezia da Pena, ao que annuiu, prestando bons serviços á commissão, da qual foi secretario até á extincção d'essas corporações. Durante este tempo procurou sempre soccorrer os indigentes, facultando-lhes uma consulta diaria gratuita. Em julho de 1889 foi nomeado medico naval auxiliar para prestar serviços no hospital de marinha, cargo que exerceu durante tres annos. Em 1893, visitando repetidas vezes a villa de Cintra, fez parte da sociedade que emprehendeu a empresa de a dotar com um edificio para mercado, cuja falta se tornava muito sensivel, sociedade que elle auxiliou consideravelmente, vendo coroados os seus esforços, com a inauguração, em 1 de junho de 1894, do actual mercado, com cuja gerencia continuou. Em 1895, desejoso de alargar os seus conhecimentos scientificos, emprehendeu uma viagem, na companhia do seu intimo amigo e infatigavel viajante, João Jacinto Fernandes. Essa viagem durou alguns mezes, em que percorreu a Hespanha, França, Allemanha, Belgica e Hollanda, visitando os hospitaes, investigando as descobertas clinicas do dia, consultando abalisados mestres, especialmente em Bruxellas, Bordéos e Paris. O sr. dr. Augusto José das Neves continua exercendo clinica particular e no seu consultorio.

Neves (*Cesar Augusto Pereira das*). Professor de musica. N. em Lisboa em 1843, sendo filho do apreciado gravador Joaquim Manuel das Neves (*V. este nome*). Estudou harmonia e contraponto com o professor Giovanni Franchini, e quando seguia o curso de instrumentação, deu-se ao trabalho de estudar praticamente todos os instrumentos para conhecer a technica de cada

um. Em 1868 tomou a direcção artistica e habilitou o pessoal da primeira officina typographica de musica montada no Porto por iniciativa de seu mestre Giovanni Franchini, sendo a fundição do typo feita sob a sua direcção, assim como a galvano-plastia, etc. No proposito de colligir as musicas dos cantos populares do paiz, emprehendeu uma digressão pelas provincias em busca das melodias apenas conservadas na tradição, conseguindo reunir grande numero d'ellas, que se acham publicadas no *Cancioneiro de musicas populares portuguezas*, curiosa obra publicada por elle e pelo conhecido jornalista Gualdim de Campos, prefaciado pelo sr. dr. Theophilo Braga. Cesar das Neves é professor e director das aulas de musica sustentadas pela mesa administrativa da ordem do Carmo do Porto. Escreveu um *Compendio de solfejo e canto coral*, adoptado nas Escolas Normaes, e tem publicado muitas composições coraes, symphonias, hymnos, etc. Publicou tambem um *Florilegio* de musica religiosa, no proposito de esclarecer a interpretação do canto gregoriano e polyphonico dos differentes estylos sacros approvados pela Egreja para os actos e cerimonias liturgicas. Escreveu tambem uma opera nacional, que em 1905 se conservava inédita.

Neves *(Fr. Damião das)*. Religioso professo da ordem de Christo N. em Thomar; ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Professou no convento de Thomar em 1 de janeiro de 1565. Foi doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, examinador das tres ordens militares, e D. Prior geral da ordem, eleito em 1607. Foi o primeiro mestre de Philosophia que a dictou aos seus domesticos. Escreveu: *Compendio da regra e definições dos cavalleiros da ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, com alguns breves pontificios e privilegios reaes*, etc., Lisboa, 1607.

Neves *(Diniz)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto. N. em março de 1869, fal. em Villa Meã, a 30 de dezembro de 1903. Tendo concluido com distincção o curso de medicina, foi exercer a clinica em Amarante, e depois em Odemira e no Fundão. Attrahido pelo jornalismo de combate, estabeleceu-se por fim no Porto, onde trabalhou como jornalista republicano nos jornaes *Rebate*, *Debate* e *O Norte*, até que uma dolorosa enfermidade o afastou das lides da imprensa. O dr. Diniz Neves era tambem poeta, e deixou incompleto um romance de costumes alemtejanos.

Neves (*Eduardo Gonçalves*). Professor de desenho na *Escola Industrial Rainha D. Leonor*, das Caldas da Rainha, pintor, etc. N. em Coimbra em 1869, pouco mais ou menos, sendo filho de Antonio José Gonçalves Neves, pintor em Coimbra, que falleceu em 24 de dezembro de 1902. Dedicou se á pintura, como seu pae, mas algumas contrariedades o obrigaram a deixar o exercicio d'esta arte, para se entregar ao commercio, carreira para que não tinha vocação, e por isso a abandonou e assentou praça em lanceiros n.º 1, frequentando então o curso de instrucção secundaria. A carreira militar, comtudo, ainda não satisfazia os seus desejos, porque a arte sempre o attrahia. Até que, não podendo resistir, o genio do artista se evidenciou. Convidado a desenhar no gabinete de histologia e anatomia pathologica da faculdade de Medicina na Universidade de Coimbra, cargo que exerceu por alguns annos, Gonçalves Neves manifestou a sua grande aptidão e o grande merito artistico. Apresentou aguarellas magnificas; as complicadas peças do corpo humano fôram representadas com o maior rigor de fórma e verdade de colorido. A maneira como se houve desenhando nos projectos de reconstrucção dos hospitaes e memorias da Universidade, são evidentes provas da sua elevada competencia, assim como os attestados, que lhe passou o dr. A. A. da Costa Simões, então administrador d'aquelle estabelecimento scientifico. Quando se puzeram a concurso as cadeiras de desenho industrial, o sr. Gonçalves Neves concorreu juntamente com outros professores e obteve plena approvação. Foi depois nomeado professor nas Caldas da Rainha, na Escola Rainha D. Leonor, onde se tem conservado.

Neves *(Emilia das)*. V. *Neves e Sousa* (*Emilia das*).

Neves (*Fr. João das)*. Religioso da ordem de S. Francisco. Era natural de Lisboa, sendo filho de Antonio Rodrigues e de Marianna Nunes. Ainda muito novo entrou na ordem de S. Francisco da provincia da Arrabida, e professou no convento de Loures a 5 de agosto de 1704, onde foi lente de Theologia Moral e de Escriptura Sagrada. Esteve em varios conventos como guardião, e exerceu tambem o cargo de definidor da provincia. Traduziu do castelhano em portuguez: *Breve exposição dos preceitos, que na regra dos frades menores obrigam a peccado mortal, segundo a mente dos summos pontifices e de S. Boaventura*, Lisboa, 1739.

Neves *(João Capistrano de Sousa)*. Vice-almirante reformado. N. em Lisboa em 18?1, onde tambem fal. em 18 de abril de 1907. Era filho de José Joaquim de Sousa Neves, e de sua mulher D. Maria Rita de Sousa Neves. Assentou praça aos 16 annos de edade, como aspirante de marinha, em 13 de outubro de 18?7; foi promovido a guarda-marinha graduado em 10 de maio de 1838, a effectivo em 11 de dezembro de 1840, a 2.º tenente em 19 de setembro de 1844, a 1.º tenente em 14 d'outubro de 1857, a capitão-tenente em 2? dezembro de 18?3, a capitão de fragata em 10 de abril de 1872, a capitão de mar e guerra em 11 de outubro de 1877, a contra-almirante em 8 de outubro de 1885, reformando-se na patente de vice-almirante em 23 de agosto de 1888. Serviu como immediato e official de guarnição nos seguintes navios: fragatas *Duque de Bragança*, *Diana*, *Rainha*, *D. Maria II;* escunas *Amelia* e *Esperança*; brigue-escuna *Vouga;* charrua *Principe Real;* corvetas *8 de julho*, *D. João*, *Urania* e *Sagres;* vapores *Infante D. Luiz*, *Duque de Saldanha* e *Mindello*. Commandou as escunas *Nympha*, *Constituição*, *Conde de Tojal* e *Cabo Verde;* a fragata *D. Maria II;* vapor *Argus*, corveta *D. João I*, a esquadrilha fiscal do Algarve e a estação naval de Angola. Desempenhou as seguintes commissões: capitão do porto de Ponta Delgada, chefe dos departamentos maritimos do Norte e Sul, superintendente do arsenal de marinha, etc. Sendo commandante da fragata *D. Maria II*, entrou em combate contra tres vapores da junta revolucionaria do Porto no dia 23 de maio de 1847, na barra d'aquella cidade. Foi louvado pe-

los serviços prestados na estação naval da costa Occidental d'Africa em 1854; pelo bom serviço e pela fórma como se houve no vapor *Infante D. Luiz*, acompanhando o vapor *Mindello*, em que conduzia el rei D. Pedro V e seu irmão D. Luiz aos paizes do Norte e no seu regresso a Lisboa. O vice-almirante João Capistrano de Sousa Neves era cavalleiro das ordens de Aviz, de Nossa Senhora da Conceição e de Christo, official e commendador d'Aviz e da Corôa de Italia; possuia as medalhas de prata de bons serviços e de comportamento exemplar.

Neves *(Joaquim Antonio das)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Tavira a 22 d'abril de 1821, fal. em 22 d'agosto de 1885. Era filho de Joaquim Antonio das Neves e de D. Maria Bella de Mendonça. Terminando o estudo dos preparatorios, matriculou-se na Universidade, concluindo a sua formatura a 17 de junho de 1854, aos 23 annos de edade. Por decreto de 26 de fevereiro de 1856 foi despachado administrador do concelho de Odemira. Em 26 d'agosto d'aquelle anno casou n'essa villa com D. Maria Augusta de Mattos Andrade. Por decreto de 4 de abril de 1858 foi despachado secretario geral do governo civil de Beja, servindo por differentes vezes interinamente de governador civil. Em 1861, o governo, presentindo os effeitos da triste revolução do Minho, que então se deu, e precisando ter n'aquella provincia homens prudentes e sensatos, que não precipitassem pela leviandade qualquer desfecho funesto, o nomeou secretario geral do governo civil de Villa Real, e quando a revolução rebentou, serviu de governad r civil do mesmo districto, em que deu provas de ser bem merecida a completa e plena confiança que n'elle haviam depositado. Passada a crise, o governo quiz, em agradecimento dos serviços prestados em tão criticas e difficeis circumstancias, e como prova do alto reconhecimento, politico instou, para que elle acceitasse o logar de governador civil effectivo de Villa Real, mas Joaquim Antonio das Neves que via bem quanto inconstantes e falsas são as situações officiaes exclusivamente politicas, preferiu seguir a magistratura, e o governo, não querendo deixar de o recompensar, offereceu-lhe a commenda da ordem de Christo, que elle acceitou, por decreto de 12 de julho de 1862. N'esta mesma data foi despachado delegado da comarca de Odemira, onde se conservou até 1866, tendo a infelicidade, pouco tempo depois de estar n'esta villa, de perder sua mulher, mas em 23 de setembro de 1866 contrahiu segundas nupcias com D. Rosa Angelica Biker Judice. Por decreto de 27 d'este mez e anno foi transferido para Loulé, e seguidamente para Anadia, Figueira da Foz e Leiria, e por ultimo Lisboa. Foi na capital que Joaquim Antonio das Neves teve ensejo de fazer valer os seus grandes dotes forenses e oratorios, que lho accentuaram ainda mais os seus bons creditos o reputação de advogado e de orador eloquente. Um foi o crime do cozinheiro do brigue *Tarujo*, que, com uma faca de cozinha, matara o capitão e o piloto, entrando o navio em Lisboa com a tripulação refugiada nas vergas, cheia de terror, para se livrar d aquelle furioso assassino. A sua accusação n'este celebre julgamento é uma das mais brilhantes paginas do foro portuguez. O outro crime, não menos celebre, foi o assassinio de Pio dos Santos n'uma taberna do Alto do Pina, perpetrado pelos filhos do visconde de Villa Nova de Souto d'El-Rei, ajudados por um cabo d'artilharia n.º 3. N'este processo influenciaram as mais poderosas e valiosas protecções da nobreza de Portugal. A defeza habilmente sustentada manteve-se brilhantemente, porém Joaquim Antonio das Neves, indignado e cheio de amor da justiça e da independencia juridica, trovejou a sua colera e o desejo de se respeitar a lei, n'um discurso de tal fórma justo, imparcial e grandioso, que os nobres criminosos soffreram a pena de degredo. O governo avaliou então os seus elevados merecimentos, e mandou o louvar pela fórma distincta como se houvera n'estas duas causas. Pouco tempo depois foi nomeado juiz da comarca de Aldeia Gallega, e promovido á 2.ª classe para Cintra em 23 de novembro de 1876. Em 13 de outubro de 1879 foi eleito deputado por Odemira, e por sua influencia se conseguiu que o governo fornecesse fundos sufficientes, cujo total ascendeu a 22:000$000 réis, para se levar a effeito a construcção do caes de Peguilho, melboramento, que era desde ha muito desejado. Os odemirenses ficaram tão reconhecidos que nas legislaturas seguintes não quizeram outro representante nas côrtes. Em 1881 foi despachado juiz do 2.º districto criminal do Porto, sendo transferido para a 1.ª vara de Lisboa, em 1882, cargo que exerceu até fallecer.

Neves *(Joaquim Germano de Sousa)*. Typographo e editor. N. em Lisboa a 13 de maio de 1820, onde tambem falleceu a 22 de novembro de 1881. Era filho d'um modesto barbeiro. Entrou como aprendiz na typographia de Antonio José da Rocha, na rua da Vinha, em janeiro de 1835, onde se conservou até 1839, anno em que entrou para a Inprensa Nacional, já como typographo, e ali trabalhou até fim de julho de 1841, grangeando sempre a estima de todos, pelo seu caracter franco, serviçal e obsequioso. Deixou a Imprensa Nacional por ser convidado a dirigir a typographia do *Estandarte*, do que era proprietario o ministro de estado honorario José Bernardo da Silva Cabral, depois conde de Cabral, e esto por tal fórma se captivou da actividade, amor pelo trabalho, e honradissimo caracter de Sousa Neves, que, depois de o incitar frequentes vezes a estabelecer se, elle proprio lhe facilitou meios para isso, passando-lhe por um contrato favoravel a sua propria typographia, Sousa Neves estabeleceu-se em 1844, pouco mais ou menos, primeiramente na travessa de Santa Catharina, depois na rua do Caldeira, e por fim na rua d'Atalaia, onde se conservou até fallecer. Diz um dos seus biographos: «Na typographia de Sousa Neves conservaram-se sempre as antigas tradições da industria honrada. Esmerava se em fazer o serviço com uma pontualidade exemplar, em preferir sempre os antigos freguezes, embora isso lhe custasse ás vezes serios sacrificios. Muitas vezes tambem foi o seu coração generoso, foi a sua boa fé que lhe impoz sacrificios penosissimos. Sousa Neves foi muitas vezes arrastado em catastrophes a que devia conservar-se estranho, o a sua boa fé illudida fazia com que em poucos dias perdesse o fructo de longos annos de trabalho e de economia severa. E nunca se emendou d'este generoso

defeito Affectava rudeza, defendia se com apparente energia, mas umas lagrimas choradas a proposito desfaziam toda a sua resolução, e lá ia elle cair de novo no laço que lhe armavam.» Sousa Neves era um devotado amigo da associação; bem o provou, entregando-se com toda a energia ao desenvolvimento das associações que tinham por fim proteger e desenvolver o trabalho e fazer bem. A maçonaria na sua evolução moderna, que a transformou sobretudo n'uma associação fraternal, captivou-o. Além da Maçonaria e da Associação Typographica, foi socio da Sociedade dos Artistas Lisbonense, do Montepio Pelicano, do Centro Promotor dos melhoramentos das classes laboriosas, e de outras associações, onde exerceu diversos cargos e em que prestou bons serviços. Foi tambem socio das emprezas: Companhia Edificadora e Caixa dos Emprestimos Lisbonense, e em todas as associações em que entrava, era um dos mais ardentes campeões das assembléas geraes. Sem ser erudito, era um homem illustrado e tinha principalmente o dom de palavra, falando com enthusiasmo, com fluencia, argumentando bem, não se deixando levar facilmente de vencida pelos mais energicos campeões. Por occasião do fallecimento de Sousa Neves, o dr. Cunha Belem, n'uma pequena biographia que escreveu, no *Boletim Official do Grande Oriente Lusitano*, dizia, louvando a sua generosidade, lealdade e nobreza de caracter: «N'uma crise de trabalho, Sousa Neves, que não quiz nunca despedir ou deixar sem pão os officiaes, e bastantes eram elles, que o acompanhavam desde a fundação do seu estabelecimento, acceitou o encargo de imprimir um jornal de energica opposição ao governo d'esse tempo; e n'esse acto ia envolta a virtude da confraternidade para os seus companheiros de trabalho, ia tambem a de auxiliar um escriptor que, n'essa occasião se achava em circumstancias difficeis, e que tirava lucros da publicação do jornal, Sousa Neves, que não calculava muito para fazer o bem, esqueceu-se de fazer cumprir não sabemos que formalidade de habilitação do jornal, e como este incommodasse fortemente o governo, foi contra elle intentada a acção judicial, na esperança de se poder punir o autor dos artigos incriminados e que muita gente suspeitava quem fôsse. Ora Sousa Neves, se tinha alguma sympathia mais accentuada por qualquer dos partidos militantes, e d'isso lhe deu provas depois, era exactamente por aquelle que ia perseguir o jornal, que o ia arrastar aos tribunaes, não para o punir, mas para o forçar a declarar o nome do autor dos artigos. Fizeram-se-lhe propostas, tentaram persuadil-o de toda a maneira; mas o seu animo foi inflexivel, e o segredo morreria com elle, se o proprio interessado, passado o perigo, não fôsse o primeiro a prestar homenagem á lealdade d'aquelle caracter heroico. Sousa Neves, com grande sacrificio dos seus interesses, deixando o seu estabelecimento abandonado, os seus negocios sem piloto, a sua estremecida familia sem conforto, soffreu, sereno e resignado a pena de dois mezes de prisão, de que uma só palavra o podia livrar; e todo o seu sobresalto ao ouvir a sentença e o seu unico pedido ao ir para a cadeia, era por seu pae nonagenario, era a sua querida esposa, a quem aquella cruel noticia deveria commover profundamente. Tambem, aquelles dois mezes em que esteve encarcerado, fôram dois mezes de apotheose. Nunca os amigos o abandonaram, nunca o bom velhinho deixou de ir jantar com elle, affrontando a distancia, enorme para a sua edade, e os rigores da estação, nunca a sua dedicada esposa deixou de o acompanhar por tanto tempo quando permittiam os regulamentos da cadeia.» O jornal, a que se allude, era a *Lanterna*, que se publicava anonymo, de 1868 a 1873. Sousa Neves foi um dos fundadores do *Diario Illustrado*, em junho de 1872, que no seu principio se imprimiu na sua typographia, adquirindo depois typographia propria. Mais tarde, Pedro Correia da Silva, jornalista e editor, tambem um dos socios fundadores do *Diario Illustrado*, tornou-se o seu unico proprietario. Em 1880 Sousa Neves comprou a propriedade do *Diccionario Popular*, que era dirigido por Pinheiro Chagas, a qual pertencia tambem ao referido Pedro Correia, continuando a publicação com o mesmo director. Estava o *Diccionario* a terminar o 7.º volume, quando Sousa Neves comprou a propriedade, mas não chegou a vêr o fim da publicação, porque falleceu, quando estava a concluir o 9.º volume. Na typographia de Sousa Neves imprimiram-se os seguintes jornaes: *A Patria*, 1851 1852; *Rei e Ordem*, 1857; *Diario Commercial*, 1863; *A Liberdade*, 1864; *A Gazeta do Povo*, que principiou a 14 de outubro de 1869; *Diario Illustrado*, 1 de junho de 1872; *A Discussão*, em 1873 ou 1874. Entre os periodicos semanaes politicos, litterarios e scientificos, figuram os seguintes: *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, *Revista dos espectaculos*. *Correio-medico*, *A Lanterna*, *Crença religiosa*, *Boletim geral de instrucção publica*, *O Democrito*, *A Vespa*, *O Pennacho*, *Revista dos tabelliães*, *Revista agronomica*, *O Defensor do trabalho*, *O Sol*, *A Era nova*, *A Expressão da verdade*, *A Plateia*, *O Japonez*, *O Recreio*, *O operario*, *O Menestrel*, *O Ferrão*, *A Semana Theatral*, *O Jornal do Exercito*, *Annaes da marinha e ultramar*, *O Boletim Official do Grande Oriente Lusitano Unido*, *O Zoophilo*, *O Cri-cri*, *Boletim do clero e do professorado*, *O Correio ultramarino*, *Archivo Ophtalmotherapico*, *Boletim hebdomadario de estatistica demographica medica*, de pelouro de hygiene municipal, etc. Entre as numerosas obras que editou, contam-se as seguintes: *Diccionario de Moraes*, 7.ª edição; *Diccionario encyclopedico*, *Diccionario portuguez-hespanhol*, de Canto Valdez; *Diccionario latino*, de Manuel Bernardes Branco; *A Historia Universal*, de Cesar Cantu, em 1879, reformada, accrescentada e ampliada por Antonio Ennes; *A Historia Universal*, de Cantu, edição de Francisco Arthur da Silva, 1875; *Portugal e os estrangeiros*, de Manuel Bernardes Branco, em 1878; *Livraria popular*, *A Biblia sagrada*, *O Novo testamento*, *Ensaios praticos de litteratura portugueza*, de José Silvestre Ribeiro; *Os paes de familia*, do mesmo autor; *Taboada util e interessante*, de Luiz Gonçalves Coutinho, 32.ª edição. Obras de Paulo de Kock; *O Ramalhete do Christão*; *A mulher do carrasco* e *O Incendiario da patriarchal*, de Leite Bastos; *Memorias do actor Isidoro*; *Almanach do povo*, que Sousa Neves tomou, melhorando-o, ao fallecido editor Desiderio Marques Leão; este livrinho em 1884, estava no 25.º anno de publicação, e ainda continúa.

Neves (*Joaquim Manuel das*). Gravador. Era natural de Vagos, e fal. no Brazil em 1852, sendo filho do medico-cirurgião Manuel José das Neves. Foi para Coimbra, por mandado de seu pae para seguir o curso de Medicina, mas fechando-se a Universidade por causa dos acontecimentos politicos que então agitavam o paiz, foi para a fabrica da Vista Alegre, onde aprendeu desenho, e relacionando-se com um francez, que fôra contratado para gravar em vidro ao torno, arte a que então se chamava *florista*, com elle aprendeu esse processo. Tendo fallecido seus paes victimados pela cholera-morbus, alistou-se na guarda nacional. Terminadas as luctas civis estabeleceu no Porto uma aula de desenho, dedicando-se então á gravura em vidro, em metaes e em pedras preciosas, executando trabalhos muito perfeitos n'esta especialidade. Foi o primeiro que em Portugal gravou em pedras finas, e abriu brazões e monogrammas em anneis e sinetes. Estes trabalhos eram executados em França por não haver entre nós quem os executasse. Dos seus trabalhos em cobre merece menção a gravura representando a serra do Pilar e a antiga ponte pensil (1849), de que ha ainda alguns exemplares perfeitos. A chapa foi depois retocada por quem pouco sabia do assumpto, perdendo bastante do seu valor artistico. Dos seus trabalhos em vidro é digno de menção um copo no qual se vê gravado um episodio do desembarque de D. Pedro IV no Mindello. Este apreciavel objecto d'arte pertence hoje ao sr. Antonio Moreira Cabral, residente no Porto.

Neves (*José Accursio das*). Cavalleiro das ordens de Christo de Nossa Senhora da Conceição; bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra; escriptor, etc. N. no logar de Cavalleiros, perto da antiga villa de Fajão, no distr. de Coimbra, a 11 de dezembro de 1766, fal. no logar de Sarzedo, do concelho d'Arganil, em 6 de maio de 1834. Era filho de Antonio das Neves Secco e de D. Josepha Gomes da Conceição. Tendo concluido com aproveitamento e distincção o curso de direito na Universidade de Coimbra fez a sua leitura no Desembargo do Paço em 1795, e foi despachado juiz de fóra da cidade de Angra, na ilha Terceira, onde depois de acabado o tempo d'essa commissão passou a exercer o cargo de corregedor Nos Açôres permaneceu até fins de 1807, em que regressou ao continente, e sobrevindo a invasão franceza, foi viver algum tempo no logar de Sarzedo do concelho de Arganil, onde possuia os bens que havia herdado de seus paes. Escreveu então, emquanto esteve em Lisboa, varios opusculos politicos, que publicou, ácêrca da entrada dos francezes, commandados pelo general Junot. Em 1810 recebeu a nomeação de deputado da Real Junta do Commercio, agricultura, fabricas e navegações, deputado da junta de liquidação dos fundos da extincta companhia do Pará e Maranhão, deputado da direcção da Real Fabrica das Sedas e obras das Aguas Livres; foi secretario do mesmo tribunal da Junta do Commercio, continuando no logar de deputado, por decreto de 15 de junho do mesmo anno, sendo ao mesmo tempo promovido a desembargador da Relação do Porto. Sendo contrario ás idéas proclamadas pela revolução de 1820, foi demittido em 14 de maio de 1821 dos logares de deputado da Real Fabrica das Sedas e obras das Aguas Livres, assim como de secretario da Junta do Commercio, ficando sómente com o cargo de deputado da mesma Junta. Em 1822 foi eleito deputado ás côrtes ordinarias, onde se tornou notavel pelo calor com que advogou a causa da rainha D. Carlota Joaquina, sustentando não ser-lhe applicavel a lei que mandava sair do reino todos os funccionarios publicos e mais pessoas que recusassem prestar juramento á constituição, e n'essa epoca publicou um volume com o titulo de *Cartas de um portuguez a seus concidadãos*. Mudando a fórma do governo em 1823, foi reintegrado, em junho d'esse anno, em todos os seus empregos, mas em consequencia dos acontecimentos de 30 d'abril de 1824, a revolta da *Abrilada*, esteve preso no Limoeiro durante 3 mezes e depois de solto foi mandado sair da capital. Em 1828 foi eleito procurador á assembléa denominada dos Tres Estados, na qual se mostrou, como sempre, um zeloso partidario de D. Miguel, sendo elle quem fez o discurso de resposta ao da proposição por parte da corôa, e no exercicio dos seus antigos cargos permaneceu em Lisboa até á primavera de 1833. Retirando-se então da capital, que fôra assaltada pela terrivel epidemia da cholera-morbus, passou algum tempo nas Caldas da Rainha, redigiu o *Boletim do exercito de D. Miguel*, e recolhendo se á sua casa de Sarzedo, falleceu miseravelmente aos seis dias do mez de maio de 1834, d'um palheiro, em que muitas vezes se refugiava, com receio da perseguição, que na provincia da Beira foi violentissima desde 1834 até 1839, contra os que se haviam mostrado affectos ao partido absoluto. O jornal a *Nação* n.º 399, de janeiro de 1849 publicou a biographia do dr. José Accursio das Neves, escripta pelo dr. Rodrigues de Gusmão. Bibliographia: *Ao ill.ᵐᵒ e ex.ᵐᵒ sr. Luiz de Vasconcellos, etc., em signal de gratidão*, Lisboa, 1794; *Manifesto da Razão contra as usurpações francezas*, Lisboa, 1808, tendo outra edição, em 1809, no Rio de Janeiro; *A salvação da patria, proclamação aos portuguezes*, Lisboa, 1809; tambem se reimprimiu no Rio de Janeiro; *A voz do patriotismo na restauração de Portugal e Hespanha*, Lisboa, 1808; *Reflexões sobre a invasão dos francezes em Portugal*, 1.ª e 2.ª parte, Lisboa, 1809; n'este mesmo anno se reimprimiram no Rio de Janeiro; *Observações sobre os recentes acontecimentos das provincias de Entre Douro e Minho, e Traz-os-Montes*, Lisboa, 1809; tambem se reimprimiram n'este anno no Rio de Janeiro; *Discurso sobre os principaes successos da campanha do Douro*, Lisboa, 1809; *O despertador dos soberanos e dos povos, offerecido á humanidade*, Lisboa, 1808; reimpresso no Rio de Janeiro, em 1809; *Post-scriptum ao «Despertador dos soberanos e dos povos»*, Lisboa, 1809; tambem reimpressa n'este anno no Rio de Janeiro; *A generosidade de Jorge III e a ambição de Bonaparte*, Lisboa, 1809; tambem reimpresso no Rio de Janeiro; *Paraphrase do capitulo XIV do livro de Isaias*, Lisboa, 1809; *Tres peças patrioticas: 1.ª Proclamação aos habitantes da peninsula hespanhola; 2.ª O grande Gustavo; 3.ª O Marquez de la Romana, ou a retirada dos dez mil hespanhoes*, Lisboa, 1809; reimprimiram se no Rio de Janeiro; *Elogio funebre do marquez de la Romana D. Pedro Caro de Surcda, recitado na Academia Real das Sciencias de Liboa*, 1811; *Historia ge-*

ral da invasão dos francezes em Portugal, e da restauração d'este reino, Lisboa, tomos I e II, 1810; tomos III, IV e V; 1811; *Variedades sobre objectos relativos ás artes, commercio e manufacturas*, Lisboa, 1814 e 1817, 2 tomos; *Manifesto em que se expõe e analysa os procedimentos contra elle praticados pelos ex-regentes do reino, e seus fundamentos*, Lisboa, 1821; teve outra edição em 1822; *Memoria sobre os meios de melhorar a industria portugueza, considerada nos seus differentes ramos*, Lisboa, 1820; *Cartas de um portuguez a seus concidadãos*, Lisboa, 1822; dividem-se em varias partes: 1.ª *Materia e motivos da presente obra;* 2.ª *Sobre um papel de Manuel Antonio Vellez Caldeira, publicado no Diario do Governo n.º 132;* 3.ª *O despotismo e a anarchia*, etc., contém ao todo 37 cartas; as primeiras 8 impressas em 1822, e as seguintes, já depois da queda da constituição em 1823; *Entretimentos cosmologicos, geographicos e historicos*, tomo I, Lisboa, 1826; não consta que se publicasse mais algum; *Noções historicas, economicas e administrativas sobre a producção e manufactura das sedas em Portugal, e particularmente sobre a Real Fabrica do suburbio do Rato, e suas annexas*, Lisboa, 1827; *Considerações politicas e economicas sobre os descobrimentos, e possessões dos portuguezes na Africa e na Asia*, Lisboa, 1830; *Petição documentada e dirigida a el-rei nosso senhor*, Lisboa, 1823; *Requerimento apresentado ao Soberano Congresso a 27 de março de 1822*, Lisboa, 1822; *Resposta á nota de Manuel Vellez Caldeira, publicada no Diario do Governo n.º 104*, Lisboa, 1822; *Extracto das perguntas feitas ao desembargador José Accursio das Neves em 26 e 28 de maio de 1824, e das suas respostas, passadas a escripto pelo interrogado*, etc., Lisboa, 1828. Alguns lhe attribuem a coordenação e redacção do seguinte: *Assento dos Tres Estados do Reino juntos em côrtes na cidade de Lisboa, feito em 11 de julho de 1828 (pelo qual o sr. D. Miguel foi declarado rei)*; impresso sem designação do anno nem do logar.

Neves *(José Joaquim de Sousa)*. Vice-almirante reformado. N. em Lisboa a 14 de dezembro de 1818, fal. em Portimão, no fim de janeiro de 1904. Era filho José Joaquim de Sousa Neves, official de infantaria reformado. Completou o curso de Mathematica na Real Academia de Marinha em 1835, dando sempre as maiores provas de intelligencia e de applicação, obtendo premio no primeiro anno. Em 29 de setembro do mesmo anno assentou praça em aspirante a guarda marinha, embarcando para effeito de tirocinio, na corveta de véla *Elisa*, que teve ordem de ir cruzar para os mares da Madeira. A corveta foi assaltada por uma violenta tempestade, que a obrigou a correr até Biscaia, vendo-se em serio risco a sua tripulação. Sousa Neves passou depois para a fragata *Duque de Saldanha*, onde continuou o tirocinio nos portos de Inglaterra, embarcando em seguida no brigue *Audaz*, que foi para a Madeira, e no qual se conservou até 3 de maio de 1837, em que foi nomeado guarda marinha, seguindo então para Angola, onde prestou relevantes serviços, em premio dos quaes lhe foi conferido o commando da escuna *Flora*, bem como a direcção dos trabalhos para querenar o *Audaz*. Em 1840 regressou a Lisboa, depois d'uma tormentosa viagem, em que adoeceu toda a tripulação da escuna, ficando elle completamente só a desempenhar os serviços do navio. Chegando á capital foi, em companhia dos guardas-marinhas, completar os estudos theoricos da arma, e depois de concluir o curso, embarcou a bordo das escunas *Liberal* e *Esperança*, que fôram cruzar nas costas de Portugal, Açôres, Canarias e Cabo Verde. Em 11 de dezembro de 1840 foi promovido por distincção, a segundo tenente graduado e official do estado maior da companhia de guardas-marinhas, distinções conferidas aos guardas marinhas que mais provas déssem da sua aptidão para a vida maritima. Em janeiro de 1842 foi promovido a tenente effectivo, embarcando na escuna *Amelia*, que foi cruzar nos Açôres, seguindo depois para Angola. A 14 de dezembro do mesmo anno perdeu-se o navio n'umas rochas ao sul de Mossamedes, dando n'essa occasião Sousa Neves provas brilhantes do maior sangue frio e coragem, mantendo a bordo a ordem, sempre alterada em taes conjecturas, e dirigindo acertadamente a salvação da tripulação e dos passageiros que a escuna trazia para Lisboa. Continuou ao serviço a bordo da corveta *Nimpha*, do commando do tenente Craveiro Lopes, sendo encarregado de ir ao Lobito sujeitar e castigar os povos d'aquella região pelos attentados que haviam commettido contra as autoridades de Benguella. Sousa Neves desembarcou com a tripulação, sujeitando os rebeldes pela força das armas. Da corveta *Nimpha* passou depois para a *Oito de Julho*, em Mossamedes, sendo encarregado da construcção da fortaleza, commissão de que se desempenhou com applauso dos seus superiores. Embarcou depois na corveta *Urania*, sendo ali um poderoso auxiliar do commandante nas muitas commissões que o navio desempenhou, especialmente na perseguição aos negreiros que infestavam os rios Cuanza e Dande. Commandou ali o navio deposito *Principe Real*, regressando a Lisboa em 1845, no brigue *Boaventura*, para embarcar pouco depois, novamente, no cahique *Serra do Pilar*, destinado a cruzar no mar do Algarve até ao Estreito, fazendo parte da divisão naval do commando de Soares Franco, em bloqueio da barra do Porto, acompanhando sempre aquelle valente official e revelando inexcedivel coragem. Em 1847 destacou para a costa do Algarve, fazendo parte da flotilha do cruzeiro. O tempo obrigou a *Serra do Pilar* a arribar a Gibraltar com bastantes avarias. Em 16 de abril suffocou a revolta da guarnição do cahique, promovida pelos agentes da Junta do Porto. Em 1848, a pedido seu, foi exonerado do commando do cahique, seguindo depois para o Brazil no brigue *Douro*. Em julho de 1851 tomou o commando do cuter *Ligeiro*, guarda costa no Algarve, sendo n'esse mesmo anno promovido a primeiro tenente. Em 1854 tomou o commando do vapor *Argus*, que tinha a mesma commissão, alongando os cruzeiros até Vigo, Porto, Cadiz, Tanger, etc. Com o mesmo vapor fez parte da divisão do commando do infante D. Luiz, mais tarde el-rei D. Luiz I, que, por occasião da guerra de Hespanha com Marrocos, foi a Tanger em setembro de 1859. Em outubro de 1863 foi exonerado do commando do vapor e da esquadrilha, passando a commandar a corveta *Infante D. João*, a bordo da qual passou a Inglaterra, indo encarregado de lhe

fazer montar a machina e a artilharia, assistindo tambem em Birkenseads á construção do *Zarco*, informando d'ahi o governo dos resultados das experiencias da nova artilharia d'aço. Foi depois dos estudos feitos por Sousa Neves, que a artilharia d'esse systema passou a ser usada no paiz. Em 1864 passou a mesma corveta a fazer parte da divisão naval de instrucção na costa de Portugal, desempenhando, successivamente, os logares de chefe do departamento maritimo do sul e do norte até 27 de novembro de 1873, em que foi nomeado superintendente do Arsenal da Marinha, cargo que exerceu com distincção, tendo se ali feito importante trabalhos durante a sua direcção, entre as quaes fôram as reparações nas corvetas *Bartholomeu Dias*, *Sá da Bandeira*, *Sagres* e *Duque da Terceira*, e a construcção das canhoneiras *Douro* e *Cuanza*. Sousa Neves foi promovido a capitão tenente em 7 de novembro de 1860, a capião de fragata em 3 de fevereiro de 1869, a capitão de mar e guerra em 10 de outubro de 1873, e a contra almirante em 20 de outubro de 1879, reformando-se em vice-almirante a 27 de fevereiro de 1890. Era cavalleiro da ordem de Christo e commendador da de S. Bento d'Aviz; commendador das ordens estrangeiras: Izabel a Catholica de Hespanha, e da Corôa de Italia; fôra tambem agraciado com as medalhas de prata de bons serviços e de bom comportamento. Foi louvado na ordem do exercito em 21 de janeiro de 1874, pelo modo como dirigiu os trabalhos para o acabamento com rapidez da corveta *Sagres*, e por portaria de 7 de outubro de 1885, pelo zelo e elevado criterio com que exerceu as funcções de commandante da Escola Naval e da companhia dos guardas marinhas, além de outras distincções. Apezar da reforma lhe ser dada na edade marcada pela lei, Sousa Neves recebeu-a desgostoso. Era de idéas liberaes, e apenas se viu reformado, desfez-se do seu fardamento e de tudo quanto lhe recordasse os triumphos ganhos na sua longa carreira, retirando se pouco tempo depois para as suas propriedades, perto de Portimão, onde veiu a fallecer na edade de 85 annos.

Neves *(José Maria dos Santos)*. Empregado na repartição de fazenda do concelho de Anadia, logar que occupava em 1885. N. em Tamengos, freguezia do referido concelho, a 12 de março de 1852. Era filho de José dos Santos Neves. Escreveu: *Almanach bairradense*, para 1875, 1.º anno, Coimbra, 1875; *Interpretação fiel de alguns artigos das instrucções regulamentares de 11 de dezembro de 1873, sobre a fiscalisação do imposto do real d'agua*, Coimbra, 1877.

Neves *(José Ribeiro)*. Escriptor, de que apenas se sabe que foi natural de Coimbra, sendo baptisado em 23 de agosto de 1705. Escreveu: *A heroica vida, virtudes e milagres do grande S. Francisco de Borja, antes duque de Gandia, e depois terceiro geral da Companhia de Jesus; escripta em castelhano por D. Alvaro Cienfuegos, traduzida e resumida em portuguez*, Coimbra, 1757

Neves *(Fr. Manuel de S. Joaquim)*. Vigario geral, ou prelado dos dominicanos em Gôa, e depois arcebispo eleito de Cochim e Cranganor; commendador da ordem de Christo, por diploma de abril de 1845, etc. Escreveu: *Resposta ou exame da pastoral de D. fr. Manuel de S. Galdino;* parece que este escripto foi impresso anonymo no Rio de Janeiro, quando por ali passou o fr. José Leite, vindo de Gôa para o reino em 1823.

Neves *(Thomé Joaquim Gonzaga)*. Poeta brazileiro. N. no Rio de Janeiro a 20 de abril de 1738, fal. em Lisboa a 21 de dezembro de 1819. Era filho de Feliciano Gomes Neves, negociante na referida cidade, e de sua mulher D. Lourença Filippa Gonzaga. Estudou no Rio de Janeiro instrucção primaria e secundaria, vindo depois para Portugal, com o intuito de cursar jurisprudencia na Universidade de Coimbra. Depois d'um curso distincto, tomou o grau de bacharel na faculdade de Leis, sendo logo depois despachado para o Brazil, como auditor do segundo regimento de infantaria da Bahia. Por decreto de 14 de outubro de 1783 foi transferido para o reino para o regimento de cavallaria do Caes, com a graduação de capitão, regimento que depois se chamou *N.º* 7, desempenhando muitos annos as fucções do cargo de auditor e outras commissões de serviço com muito zelo, intelligencia e probidade, segundo o testemunho publico dos seus contemporaneos. Adquiriu egualmente grande reputação como advogado nos auditorios da côrte, logar que tambem accumulava Por decreto de 4 de março de 1805, em attenção ao tempo de serviço, á sua graduação e mais circumstancias que n'elle concorriam, foi despachado desembargador honorario da Relação do Porto, continuando no entretanto exercendo o logar de auditor, que serviu até fallecer. Foi tambem cavalleiro professo da ordem de S. Bento de Aviz. Em 1789 publicou uma traducção do italiano do *Pastor fiel; tragi-comedia pastoril do cavalleiro Guarini*, traducção que, no juizo de criticos entendidos, reproduz do modo possivel as bellezas do original, e é feita em linguagem correcta, com estylo elegante e versificação fluente e harmoniosa. Aconteceu com esta obra um facto curioso. Posto que para a sua publicação se tirassem as licenças necessarias da Mesa da commissão geral sobre o exame e censura, a que n'aquelle tempo estava commettido tal encargo, a referida Mesa, por virtude de consideração propria, ou a instancias de quem quer que fôsse, depois da obra já impressa, entendeu que devia retirar a licença, e n'este sentido mandou supprimir e apprehender todos os exemplares que existiam postos á venda, ficando o autor em recompensa das suas fadigas, e como premio do seu trabalho no desembolso da quantia que despendera na impressão. Sendo supprimida em 1794 a Mesa Censoria, passaram os exemplares d'este livro com a sua livraria para a Bibliotheca Publica, quando esta se creou. A obra tornou-se rarissima por este motivo, e manteve-se com tal rigor a prohibição que ainda em 18 0 ou 1831, conta Innocencio Francisco da Silva, no vol. VII do *Diccionario bibliographico*, pag 362, fez inutil diligencia para que na sala de bellas-letras da Bibliotheca lhe facultasse a leitura d'um exemplar, que existia ali encadernado, *por ser livro prohibido*. Só depois de 1838 é que os herdeiros, ou representantes do poeta, conseguiram que lhes fôsse entregue a edição supprimida, cuja venda contrataram com a casa editora Rolland. Gonzaga Neves era grande amador do theatro italiano, sendo muito perito tanto n'esta lingua, como nas franceza e ingleza, e tomou a si espontanea e obsequiosamente a

traducção em verso dos libretos das operas que se representavam no theatro de S. Carlos, ao que satisfez por mais de 20 annos consecutivos, sendo producções da sua penna a maior parte do que n'este genero se imprimiu desde a inauguração do theatro, até pouco antes do seu fallecimento. As traducções sairam anonymas, mas distinguem se facilmente das outras que tambem se imprimiram, pela correcção dos versos. Contam-se como sendo suas, as dos seguintes libretos: *La Lodoiska*, drama representado em 17 de dezembro de 1796; *Il Furbo contra al Furbo*, comedia; em 1800; *La Zaira, tragedia*, em 180 ; *La Morte di Cleopatra, drama*; *La Merope, drama*, em 1804; *La Pulcella di Rab, drama*, em 1804; *Ginevra di Scozia, drama heroico*, em 1805; *Il conte di Saldagua, drama serio*, 1807. Além da traducção do *Pastor Fiel*, obra da sua mocidade, e unica que se imprimiu, parece que deixou ineditas muitas poesias nos generos lyrico e bucolico, sendo, comtudo, este ultimo o da sua predilecção. Thomé Joaquim Gonzaga das Neves casou com D. Francisca Xavier Salema de Lacerda e Vasconcellos, filha do capitão-tenente da armada e inspector do Arsenal da Marinha Antonio José Rebello de Barros e Vasconcellos; tendo enviuvado, passou a segundas nupcias com D. Balbina Fortunata Jansen, filha do coronel mestre de campo Agostinho Jansen Moller Pamplona. De nenhum d'estes consorcios houve descendencia. Falleceu com 81 annos de edade.

Neves. Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. do Alemtejo, conc., com., distr. e bisp. de Beja; 285 fog. e 1:339 hab. N'esta freguezia ha a mina de antimonio de Montinho das Calleiras. A pov. dista 5 k da séde do conc. A mitra apresentava o cura, que tinha 330 alqueires de pão terçado, e o pé d'altar. A terra é muito fertil, e pertence á 4.ª div. mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. || Povoações nas freguezias: S. Felix, de Candomil, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S Pedro, de Capareiros, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Ilha da Madeira; S. Gonçalo, conc. e distr. do Funchal. Tem caixa postal. || Santa Maria Maior, de Mujães, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Rendufe, conc. de Amares, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Villa de Punhe, conc. e distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Graça de Padrões, conc. de Almodovar, distr. de Beja. || N. S.ª do Rosario, de Rosario, do mesmo conc. e distr. || Villa da ilha de S. Thomé, na prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. Está situada no extremo N da ilha, junto á ponte do Figo, e contigua ao fundeadouro de Agua Ambó. Tem uma só freg. cujo orago é N. S.ª das Neves, motivo por que a villa tomou o nome de *Neves*. O porto é pouco frequentado por distar 20 k. da cidade da S. Thomé. Esta villa é a mais antiga da ilha. Foi no porto de Agua Ambó que em 1486 desembarcaram os colonos de João de Paiva e edificaram a povoação e o templo, que depois foi restaurado, e é d'aquelle anno que datam os primeiros trabalhos de colonisação da ilha. || *Praia das Neves* é o nome que se dá á costa que se prolonga entre os cabos de Ruy Pires das Neves e Frio, no distr. de Mossamedes, nos limites S das possessões portuguezas da costa O da Africa. E' formada de medas altas d'areia branca, e d'ellas tirou o nome.

Neves Cabral *(José Augusto Cesar das)*. Tenente coronel do Estado maior. N. em Midões, a 3 de maio de 1827, fal. em 9 de março 1803. Assentou praça de aspirante a guarda-marinha em 17 de outubro de 1843, e serviu como substituto de commissão na 4.ª e 5.ª cadeiras da Escola Naval durante 3 annos, e no posto de guarda-marinha. Passou ao exercito em 1854, em 15 de novembro com o posto de alferes, e em seguida foi nomeado em commissão para reger a 1.ª e 2.ª cadeiras da Escola do Exercito, durante os annos lectivos de 1854-1855 a 1856-1857. Em 3 de julho de 1856 foi promovido a tenente, em 3 de janeiro de 1865 a capitão, em 10 d'outubro de 1883 a major, e em 3 de outubro de 1884 a tenente coronel. Sendo incumbido de diversas e importantes commissões dependentes do serviço do ministerio das obras publicas, foi ali engenheiro inspector de minas, e por fim chefe da repartição de minas, promovido em 1882, na vaga que ficára pelo fallecimento do engenheiro João Baptista Schiappa de Azevedo. Dedicou se de alma ao serviço da exploração mineira, reconheceu, demarcou e promoveu a lavra de grande numero de minas, escrevendo sobre algumas notaveis relatorios. Quando falleceu superintendia no serviço da fiscalisarão da lavra das pedreiras de Lisboa, e pela reforma das obras publicas, fôra nomeado engenheiro inspector de minas de primeira classe. Neves Cabral tinha a carta de conselho, era commendador das ordens de S. Bento de Aviz e de Nossa Senhora da Conceição, socio da Academia Real das Sciencias e da Sociedade de Geographia, onde presidiu ás commissões da secção de minas. quando se discutiu ali a questão das minas de Leiria. Escreveu: *Relatorio ácêrca das minas do districto de Aveiro*, Lisboa, 1858; tinha saido primeiro no *Boletim das obras publicas e minas*; *Relatorios annuaes sobre as minas do segundo districto do reino, relativos aos annos de 1859 e 1860*; sairam no mesmo *Boletim* e no *Diario de Lisboa* de 1 de maio de 1861 e 2 de março de 1862; *Relatorio sobre a exposição universal de Londres de 1862*; *estudos geologicos, mineraes uteis e suas applicações, metallurgia e lavra de minas*, Lisboa, 1864; *Exposition universelle de 1867*, etc. No citado *Boletim* publicou mais relatorios, e outros adjuntos a relatorios de diversas companhias exploradoras de minas, que sollicitaram a sua inspecção e o seu autorisado parecer n'esta especialidade.

Neves Cardeira *(Estevão das)*. Jurisconsulto do seculo XVII. N. em Ferreira do Alemtejo em 1640, fal. em Padua em 1720. Estudou na Universidade de Padua, e tanto se distinguiu que ficou ali regendo varias cadeiras de jurisprudencia. Recebeu o titulo de conde palatino. Deixou impressa uma unica obra, escripta em latim, intitulada *Clava pontificia*.

Neves Carneiro *(Antonio das)*. Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, onde fez acto de formatura em 30 de julho de 1799. N. em Goes a 4 de fevereiro de 1774. Fal. no Fundão a 26 de março de 1818. Tendo terminado o seu curso universitario estabeleceu-se em Idanha-a Nova, onde teve o partido medico da camara municipal. Era então o tempo em que os successos e as victorias da revolução franceza tinham arrebatado as idéas de todas a cabeças adolescentes, que liam; era o tempo, em que

a cruzada philosophica dos encyclopedistas estava nos dias mais palpitantes da sua voga e do seu triumpho; por isso não estranharemos a tendencia e inclinação que o dr. Carneiro tomou, desde então, para muitas das idéas de moral e liberdade, prégados por aquella escola e revolução famosas. Estas idéas reflectiram-se poderosamente no futuro do dr. Carneiro: apostolo fervente das idéas liberaes, incapaz de encobrir o seu modo de pensar, incapaz de se poupar ao prazer de atirar com uma ironia aos abusos do tempo, e aos homens que d'elles viviam, o dr. Carneiro foi sempre a primeira victima em todos os movimentos politicos do paiz. No decurso da sua longa vida, viu-se alcunhado com toda a especie de titulos de perseguição, *jacobino*, *inconfidente*, *francez*, *malhado*, *pedreiro livre*, etc. Em Idanha-a Nova se conservou até 1808: ali as suas idéas livres e discursos politicos lhe attrahiram a primeira perseguição, em que foi envolvido, quando se verificou a restauração contra os francezes. Culparam-no por *jacobino*, que era a palavra sacramental das perseguições n'aquelle tempo. Largou o partido, ou lh'o fizeram largar, e no fim veiu estabelecer-se no Fundão. Aqui ficou algum tempo até que foi para a Covilhã, onde permaneceu cinco annos, voltando no fim outra vez para o Fundão. O seguinte facto dará uma idéa do vigor da intelligencia d'este medico: Foi accommettido na sua moeidade por uma perigosa doença para a qual os seus collegas exhauriram em vão todos os recursos da arte. Chegado ao ultimo extremo, alguem o interrogou sobre o que faria elle a um doente que estivesse no seu estado? Indicou o dr. Carneiro um banho geral em elevada temperatura, com o que se deu bem; e por tal modo continuou a indicar os remedios, que conduziu a doença a uma terminação tão feliz quanto inesperada. Possuia o dr. Carneiro uma singular penetração na difficultosa arte do diagnostico; a sua pratica foi sempre a mais feliz. Aos dotes da intelligencia, que constituem a perfeita pratica, juntava o dr. Carneiro algumas qualidades, o que podemos chamar exteriores, e que decerto poucos homens terão a fortuna de possuir em grau tão eminente. Uma locução amena, facil e fluente, a difficultosa arte de dizer com interesse, de captivar a attenção sobre qualquer ponto em que falasse, uma memoria fertil e recheada de longas e agradaveis leituras e de immensas reminiscencias, eram dotes que juntos com uma perfeita habilidade em manejar a ironia, tornavam a conversação d'este homem a mais interessante e attractiva que podia ouvir-se. Na pratica de interrogar os doentes, de os entreter, de os consolar, e de os distrahir, o dr. Carneiro era um modelo, que não póde ser excedido. Foi no citado intervallo até 1824, que o dr. Carneiro se conservou no Fundão exercendo a medicina; foi então que travou estreita amisade com um homem destinado a representar mais tarde um grande papel na scena politica, e a ter um fim deploravel, Luiz Mousinho d'Albuquerque. Estava destinado o dr. Carneiro a ser uma das primeiras victimas, apenas despontasse a mais pequena recrudescencia de perseguições politicas. Em 1821 foi perseguido, quando occorreram os acontecimentos da Abrilada. *Pedreiro-livre* era então o titulo de perseguição. Fugia para Hespanha, quando o apanharam no caminho e preso na cadeia de Castello Branco se conservou pelo espaço de dois annos, no fim dos quaes foi solto pelo perdão do rei, e voltou para o Fundão. No Fundão viveu até 1828: culparam-no então por *malhado*; era o nome dos perseguidos. Fugiu para Hespanha; esteve por algum tempo na Zarza, mas requisitaram-no e foi entregue pelas auctoridades hespanholas ás de Portugal. Assim foi o dr. Carneiro preso para Castello Branco, d'aqui o conduziram para a torre de S. Julião proximo de Lisboa. N'este transito entrou em despito enxovias, o que póde dar uma idéa dos padecimentos por que passou. Na torre de S. Julião esteve sepultado n'um carcere collocado abaixo do nivel do chão. Da torre foi removido para o Porto, d'onde depois de habitar nos peores carceres do reino, conseguiu alfim o livramento; mas deportaram-no para Taboaços, onde esteve um anno, e no fim do qual, verificada a restauração liberal, voltou para o Fundão. Em 1836 foi eleito para o Congresso Constituinte; ahi apresentou como deputado uma singularidade notavel. Aquelle homem que tinha um locução incomparavel, que possuia uma lingua tão certeira e uma replica tão aguda e sempre prompta, guardou durante os longos mezes da legislatura um silencio completo. Confessava, ingenuamente, que uma unica vez que quiz falar na camara, logo ás primeiras palavras, que articulou, lhe cahira em cima uma perturbação tal que lhe fez perder a vontade de tornar a encetar segunda tentativa. Esta contradicção explica-se bem pela falta de habito de falar em publico: e a velhice não é a edade propria nem para adquirir novos habitos nem para se perderem os já adquiridos. Regressou para o Fundão em 1837. Até á sua morte ali viveu entregue á pratica da medicina e aos cuidados da lavoura, para a qual guardou sempre uma inclinação nunca desmentida. O seu espirito moderado e inimigo da desordem attrahiu-lhe ainda não pequenos desgostos, e até riscos de vida. Em março de 1848 caiu gravemente doente. No dia 26 d'aquelle mez chamou a esposa, abraçou-a, e disse-lhe: *em poucas horas estarei acima de tudo*. Passadas duas horas tinha expirado aquelle insigne medico e grande philosopho. Foi uma pena, foi uma irreparavel perda para o paiz que este medico dotado pela natureza tão maravilhosas qualidades não acertasse com uma posição, em que pudesse entregar-se de todo ao estudo e ao culto da sciencia, que foi sempre o seu idolo. Para nada lhe faltar é tambem certo que o dr. Carneiro esteve preso na Inquisição, mas por pouco tempo. Durante a sua longa peregrinação pelos carceres teve, contava elle, alguns momentos de agradavel surpreza. Um dia notou grande benevolencia da parte de um seu carcereiro e soube que este fôra por elle tratado n'uma doença de que o salvára. Occasiões houve em que o dr. Carneiro, recebeu de mãos desconhecidas dinheiro e beneficios inesperados, illudindo-se a vigilancia de seus guardas. Em 1849 publicou o visconde de Pereira e Cunha o *Elogio historico do medico Antonio das Neves Carneiro*, folheto hoje muito raro. D'esse trabalho extrahimos alguns periodos d'este artigo. Egualmente nos soccorremos da biographia inserta nos *Apontamentos para a historia do concelho do Fundão*, publicados em 1892 por José Germano

da Cunha, reproduzindo os ultimos periodos. Ha um facto curioso: nos seus ultimos annos passava as noites na casa d'um rico proprietario do Fundão, onde ia tambem o prior João Baptista de Castro, que depois, em 1843, foi bispo eleito de Angola. Era este muito cartista e o dr. Carneiro setembrista, o que dava logar a grandes questões entre os dois até que, não obstante serem amigos, ficaram de mal. O dr. Carneiro perdera aos treze annos a mão esquerda com um tiro de espingarda, que por acaso se disparára andando á caça; e mais tarde por duas vezes fracturou a perna esquerda; e assim, maneta, coxo, edoso e achacado, via-se na impossibilidade de voltar só para sua casa a altas horas da noite depois das referidas reuniões. Então o prior travava lhe do braço e, sem trocarem uma palavra, conduzia-o a casa. Já antes indo um dia o dr. Carneiro confessar-se, como se não pudesse ajoelhar por doença, o prior Castro quiz confessal-o na sacristia; todavia, momentos depois começaram em tal altercação por causa da politica, que deram um verdadeiro escandalo ás pessoas que se achavam na egreja. Ainda ás amarguras que tanto soffreu esse homem tão digno de melhor sorte, accresceram dois factos que enlutaram a sua accidentada existencia. Um de seus filhos, por nome Luiz Maria das Neves Carneiro, que fazia parte d'um regimento estacionado em Lisboa, depois de ter sido injustamente reprehendido por um official seu superior, e não podendo conformar os seus brios com a injustiça que se lhe fizera, suicidou-se, precipitando-se do arco grande das Aguas Livres. Outro de seus filhos por nome Antonio Maria das Neves Carneiro, de quem se tratará seguidamente, foi enforcado.

Neves Carneiro *(Antonio Maria das)*. Filho do medico Antonio das Neves Carneiro, foi um dos estudantes compromettidos no attentado contra os lentes de Coimbra, assassinados, em 1828, no sitio do Cartaxinho, proximo do Condeixa. José Germano da Cunha, nos seus *Apontamentos para a historia do concelho do Fundão*, affirma que este infeliz nasceu n'aquella villa em 1805 ou 1806. Fal., enforcado, em Lisboa a 9 de julho de 1830 No livro citado demonstra o autor a innocencia d'este individuo, com razões extrahidas da *Historia da guerra civil*, de Luz Soriano, e dos *Apontamentos para a historia contemporanea* de Martins de Carvalho. Os romances de Camillo *Retrato de Ricardina* e *Viuva do enforcado* referem se a Neves Carneiro.

Neves e Castro (*Francisco Augusto das*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, juiz da Relação de Lisboa, etc. N. na Pampilhosa em 1837, fal. em Figueiró dos Vinhos a 13 de setembro de 1905. Matriculando-se na faculdade de Direito formou-se em 1858. Seguiu a carreira da magistratura, foi advogado no Fundão, servindo por alguns mezes de delegado interino do procurador regio. Tambem foi presidente da camara municipal da mesma villa. Em 1860 teve a nomeação de sub-delegado na comarca da Pampilhosa; em 1870 a de delegado na de Figueiró dos Vinhos, por decreto de 9 de junho, logar de que tomou posse em 4 de julho seguinte. Foi transferido para Setubal por decreto de 4 de setembro de 1873, tomando posse em 4 de outubro seguinte. Por decreto de 29 de agosto de 1874 teve transferencia para o Funchal, de que tomou posse a 4 de outubro do mesmo anno. Novamente transferido para a comarca de Torres Novas por decreto de 22 de julho de 1876, e para a 5.ª vara de Lisboa, por decreto de 17 de fevereiro de 1877, de quo tomou posse em 21 de maio. Foi nomeado juiz de Direito de 3.ª classe para a comarca de Santa Cruz, na ilha da Madeira, por decreto de 25 de junho de 1878, sendo transferido, a seu pedido, para a comarca de S. João da Pesqueira, por decreto de 23 de maio do 1879, e tambem a seu pedido, teve transferencia para Benavente, por decreto de 17 de fevereiro de 1881. Promovido a juiz de Direito de 2.ª classe, foi nomeado para Valença, por decreto de 21 de julho de 1884, e transferido para Cintra por decreto de 19 de novembro de 1885. Promovido a juiz de 1.ª classe, teve nomeação para Elvas, por decreto de 2 de junho de 1887, sendo transferido para Anadia por decreto de 2 de agosto de 1888, d'onde a requerimento seu, passou á comarca de Coimbra por decreto de 22 de fevereiro de 1894. Promovido a juiz de 2.ª instancia, foi nomeado, por decreto de 7 de abril de 1899, para a Relação dos Açôres, tomando posse em 27 de maio seguinte. Por portaria do ministerio das obras publicas foi nomeado arbitro por parte do governo para a constituição do tribunal arbitral, a que se refere a condição 13.º do contrato de 19 de julho de 1898, celebrado entre o governo e a Companhia das Aguas de Lisboa. Nomeado presidente da Relação dos Açôres em 4 de julho de 1899, foi transferido para a Relação do Porto por decreto de 18 de maio de 1901. Dando-se a vaga na Relação de Lisboa em 1904, foi transferido para esta, a seu pedido, por decreto de 18 de fevereiro do mesmo anno. O dr. Francisco Augusto das Neves e Castro fazia parte do conselho superior da magistratura judicial do ultramar e tinha a carta de conselho. Havia casado com D. Henriqueta de Sousa Cid. Deixou varios livros, entre elles os seguintes: *Opusculo de varias questões de jurisprudencia theorica e pratica*, Coimbra, 1860; foi muito elogiado na *Gazeta dos tribunaes; Theoria das provas e nova applicação aos actos civis; Manual do processo civil ordinario; Manual do processo civil especial; Manual das execuções* Publicou tambem um folheto sobre o casamento civil, na occasião em que este assumpto era muito discutido.

Neves Costa *(José Maria das)*. Coronel do corpo de engenheiros. N. em Carnide a 14 de agosto de 1774, fal. a 19 de novembro de 18-1. Era filho de paes honestos mas não abastados. Mostrando desde muito creança clara intelligencia e subido talento, foi pelos seus parentes destinado ás habilitações superiores, para as quaes cursou humanidades nas aulas dos padres congregados que então existiam no real collegio das Necessidades. Dedicando se á vida militar escolheu o serviço de engenharia, e com esse proposito estudou nas academias de marinha e da fortificação, artilharia e desenho, e havendo sido premiado em todos os actos foi promovido a 2.º tenente de engenheiros contando 23 annos de edade. Como n'esse mesmo anno, em 1790, nos apercebessemos na provincia do Alemtejo contra os hespanhoes e francezes, ahi se acantonou o corpo do exercito commandado pelo duque de Lafões, e o moço official foi desde logo emprega-

do, ora na secretaria d'este general, ora na brigada de engenheiros, e por ahi se occupou em varias commissões importantes até 1801, em que, já como capitão da primeira plana, passou ás ordens do marquez de Marialva. Foi então que Neves Costa escreveu as suas *Observações sobre o plano de ataque e defeza do reino de Portugal em relação á sua geographia e topographia*, nas quaes analysou e contrariou o parecer que Dumouriez apresentára no seu livro *Etat present du Portugal*, e que sustentára na memoria que escreveu a pedido do nosso portuguez. Era a opinião de Dumouriez, nos dois trabalhos que indicámos, que o inimigo da nossa patria viudo de Hespanha devia desprezar por inutil a linha de operações pelo Alemtejo, e foi esta a opinião que Neves Costa buscou mostrar que era errada. Os acontecimentos de 1801 vieram dar razão ao nosso engenheiro, e por isso conduzil-o a escrever a segunda parte das *Observações*, trabalho em que estudou mais circumstanciadamente o systema defensivo do Alemtejo, e em que manifestou a sua grande habilidade scientifica e uma apurada critica adquirida á custa de repetidos estudos do terreno. Em 1802 foi nomeado para o estado maior da inspecção das praças e fortes da fronteira e costas maritimas, de que era chefe o marquez de La Rosiére, e n'esta commissão e na primeira divisão de engenheiros ás ordens do conde de Chambors, coube a Neves Costa o reconhecimento da fronteira do Alemtejo. Foi por esse tempo que se creou o archivo militar, e pondo-se todo o esmero na escolha dos officiaes que o deviam constituir, foi em 1806 nomeado Neves Costa pelo erudito marquez de Marialva director d'esse estabelecimento, para n'elle tomar parte activa. Foi por essa epoca que o illustre engenheiro, sobresaltado pelos successos que se desenrolavam na Europa devidos ao genio e vistas ambiciosas de Napoleão, escreveu o *Discurso em que se trata o elogio da nação portugueza, provas da superioridade do seu espirito e caracter militar, relativamente a outros povos da Peninsula; commemoração das epocas em que o amor da independencia tem realçado o lustre de suas proezas, e refutação dos argumentos allegados contra a possibilidade de defensa do reino; escripto e dedicado á nação e exercito portuguez, por um official do Real Corpo de Engenheiros*. D'este opusculo imprimiram-se alguns exemplares em 1811, e foi muito louvado pelo academico Ribeiro dos Santos, e nas columnas do *Investigador portuguez em Londres*. No entretanto realisavam-se as previsões de Neves Costa, e os soldados de Junot atravessavam a nossa fronteira, assenhoreavam-se sem disparar um tiro de Lisboa, e durante quasi um anno dictaram a lei ao paiz. Em junho de 1808 o povo portuguez despertou do lethargo em que o deixara a subita partida do soberano, e correndo ás armas e auxiliado pelas forças britannicas conseguiu expulsar os invasores. Correu então pressuroso Neves Costa a habilitar a regencia com os elementos topographicos e memorias descriptivas que se haviam extraviado, mas que elle conhecia perfeitamente, e não contente com isso, em 26 de novembro de 1808 dirigiu ao governo uma representação em que lembrava a importancia do terreno ao norte de Lisboa para a defeza da capital, e lembrando a necessidade do levantamento da carta militar d'esse terreno, offerecendo-se para executar esse serviço por um modo rapido e expedito. Depois de alguma hesitação da parte do governo, foi o major Neves Costa encarregado do trabalho a que alludimos, dando-se-lhe para o coadjuvar alguns officiaes, mas ou porque a regencia duvidasse da utilidade d'esse serviço, ou por quaesquer outras razões que hoje se ignoram, fôram estes officiaes distrahidos para outras commissões pouco tempo depois de principiarem a tarefa de que haviam sido encarregados. Recomeçaram os trabalhos em janeiro de 1809, e graças ao inexcedivel zelo e perseverante assiduidade que n'elles empregou o major Neves Costa, conseguiu este official dar por concluida a commissão em fins de fevereiro, e apresentar em 4 de março ao ministro da guerra a carta topographica que se desejava, e tres mezes depois uma memoria descriptiva da posição que julgava vantajosa para a defeza de Lisboa. Em consequencia da epoca em que fôram executados estes trabalhos, travou-se ha talvez 30 annos, uma lucta entre varios escriptores, para se saber se a gloria da idéa das linhas de Torres Vedras se deve attribuir a lord Wellington, se ao nosso major de engenheiros; parece-nos comtudo que os autores que discutiram essa questão não comprehenderam bem a verdadeira importancia militar das linhas de Torres Vedras. Não foi decerto lord Wellington quem descobriu a vantagem de occupar para a melhor defeza de Lisboa os pontos em que se levantaram as linhas. Muitos engenheiros antes d'elle, não só Neves Costa, mas outros portuguezes, francezes e inglezes, tinham reconhecido o terreno e indicado os pontos que depois fôram occupados pelo general inglez, mas o que innegavelmente pertence a este, e só a este, é a concepção estrategica de retirar com as suas tropas para aquelle campo entrincheirado, que offerecendo lhe todos os recursos pela proximidade da capital, lhe facilitava ao mesmo tempo embarque seguro e independente de Lisboa. Neves Costa teve a gloria de estudar com acerto o terreno em volta de Lisboa e de indicar os pontos que mais uteis seriam para a defeza da capital, mas a verdade é que o ponto de vista, sob o qual Neves Costa viu e considerou essa zona de terreno, foi muito diverso d'aquelle que lord Wellington viu e aproveitou habilmente depois no decurso das operações militares. Durante a guerra foi Neves Costa incumbido de muitas e variadas commissões topographicas, que é impossivel aqui especialisar, em 1810 esteve encarregado de varios trabalhos nas linhas de Torres Vedras ás ordens do engenheiro inglez Fletcher, no anno seguinte foi mandado pôr a praça de Almeida ao abrigo de um golpe de mão, e depois de terminada a lucta levantou a carta da peninsula de Setubal. Havendo notado a contradicção que se dava entre o valor attribuido em diversas occasiões pelo dr. Ciera á legua geographica portugueza, e o que este lhe assignalára para a triangulação do paiz, offereceu a este respeito ao commandante do corpo de engenheiros uma memoria, que o dr. Filippe Folque depois classificou de muito apreciavel e engenhosa, apezar dos limitados e diminutos meios que Neves Costa tinha á sua disposição. Continuando a ser empregado em varias commissões de serviço publico, chegou entretanto o

anno de 1820 e com elle a proclamação de idéas liberaes no paiz. Abraçou-as Neves Costa com ardor, e sendo eleito deputado por Setubal em 1822, foi no anno seguinte, a 28 de maio, por occasião da *Villafrancada*, nomeado ministro da guerra, cargo que não chegou a exercer, porque como é sabido, D. João VI adheriu em breve á revolução anti-constitucional iniciada pelo infante D. Miguel. Encarregado com outros homens distinctos de reformar o ensino publico e de outros assumptos importantes, passou até 1826 em que por occasião da guerra civil foi chamado para governar o forte da Graça, onde prestou valiosos serviços cooperando para o acabamento das revoltas occorridas na praça de Elvas nos dias 29 e 30 de abril de 1827. Foi n'esse forte e durante o tempo que lhe deixavam livres os pesados encargos de governador, que Neves Costa escreveu a sua *Memoria sobre a organisação e disciplina do exercito portuguez em relação ao systema constitucional,* trabalho que foi muito apreciado pelo general de então ministro da guerra, e depois duque de Saldanha. A' amizade do conde de Barbacena deveu o não soffrer grandes incommodos durante o tempo do governo de D. Miguel, e apresentando-se ao duque da Terceira logo que este entrou em Lisboa, foi encarregado de varios serviços e commissões, e em 1835 foi nomeado membro da commissão externa á camara dos pares incumbido de propôr um plano de reforma do systema de pesos e medidas Reformado contra sua vontade, ainda depois o visconde Sá da Bandeira o mandou servir no archivo militar e encarregou da carta itineraria do reino. No desempenho d'esta obrigação apresentou Neves Costa em 1841, uma memoria que intitulou *Considerações militares, tendentes a investigar as Localidades parciaes cuja topographia se precisa conhecer*, etc., trabalho este que elle já concluiu no leito onde a doença o prostrára. Além das obras que ficam apontadas, escreveu Neves Costa um *Ensaio sobre a theoria do relevo dos terrenos* que foi publicado no 1.º volume da *Revista militar*, e traduziu e annotou o *Tratado de Lallemant sobre as operações secundarias da guerra*, de que só a primeira parte impressa.

Neves Ferreira *(João Antonio Brissac das).* Capitão de mar e guerra, ministro de Estado honorario, governador da provincia de Moçambique, de Benguella e do districto do Congo, governador civil do Porto, etc. N. em Belem a 28 de fevereiro de 1846, fal. no Funchal a 5 de julho de 1902. Assentou praça como aspirante de marinha em 1 de agosto de 1863, sendo promovido a guarda-marinha em 4 de julho de 1866, a 2.º tenente em 29 de setembro de 1869, a 1.º tenente em 6 de maio de 1878, a capitão-tenente em 28 de abril de 1887, a capitão de fragata em 10 d'agosto de 1889, e a capitão de mar e guerra em 20 de fevereiro de 1890. O primeiro navio que commandou foi o vapor *Sena,* depois foi immediato na canhoneira *Tete*, em viagem para o Zambeze, sob o commando do sr. conselheiro Ferreira do Amaral. Por portaria de 17 de março de 1876 foi nomeado vogal da commissão encarregada de formular os regulamentos para a execução da lei de 21 de fevereiro d'esse anno; em 18 de outubro ainda de 1876 foi nomeado para estudos do caminho de ferro de Loanda a Ambaca. *A Revue Diplomatique,* de 23 de junho de 1893, publica um interessante artigo ácêrca d'este illustre official do marinha, em que falando n'esses estudos, diz que Neves Ferreira não era sómente um marinheiro distincto, era tambem um engenheiro muito habil. Sendo encarregado dos estudos d'uma linha do caminho de ferro de Donde a Ambaca, nota-se n'esses estudos uma ponte metalica tendo o alcance de 180 m., cujas formulas teem sido adoptadas por muitos engenheiros francezes e inglezes, que renderam homenagem á sciencia do seu collega improvisado. Por portaria de 23 de março de 1880 foi nomeado governador de Benguella, e n'esse governo deu provas de firme energia, suffocando uma revolta dos deportados n'aquella região, que andavam por uns 400, que contavam com intelligencias valiosas entre os soldados indigenas do presidio. A *Illustrazione Militare Italiana*, de outubro de 1893, que publicou o retrato e biographia de Neves Ferreira, diz o seguinte sobre este assumpto: «O governador, tendo uma noite conhecimento de que os presidiarios preparavam para a madrugada seguinte uma sortida, planeando o exterminio das autoridades e dos habitantes mais grados da cidade, dirigiu se no mesmo instante, e completamente só, á caserna, e pela energia do seu comportamento, fez abortar, logo á nascença uma conjuração que se pronunciava temivel.», Pedindo a exoneração d'aquelle cargo, regressou a Lisboa. No seu governo fizera Neves Ferreira a sua aprendizagem administrativa, deixando aos seus administrados a grata recordação d'um governo sensato e justo. Chegando a Lisboa foi nomeado 2.º commandante da escola de marinheiros, em 14 de novembro de 1882, e em 17 do referido mez vogal da commissão encarregada de redigir um projecto de regulamento para a mesma escola. Em 9 de maio de 1883 era commandante da canhoneira *Tejo.* Foi a bordo d'esta canhoneira, que em 1884, tomou parte no bombardeamento de Catalla. Pouco depois teve a exoneração d'este commando. Pela portaria de 20 de maio de 1885 foi nomeado vogal da commissão por parte de Portugal, para verificar quaes as occasiões e circumstancias em que a Insua grande do rio Minho communica com a terra firme, e proceder a um estudo exame das condições das outras ilhas d'aquelle rio. Em 15 de outubro do mesmo anno foi nomeado para fazer parte da commissão encarregada da compra, em Inglaterra, de material para o novo districto do Congo, para que teve a nomeação de governador, por decreto de 23 de dezembro de 1885. N'este governo procedeu a importantes reformas, terminou com muitos abusos, e desenvolveu consideravelmente o commercio d'aquelle districto. A'cêrca da permanencia do illustre official no Congo, diz o sr. Lopes de Mendonça, na *Revista Illustrada* de 5 de novembro de 1890: «O engenhoso expediente que eu passo a notar, recorda a conhecida anecdota d'um grande navegador com os indios da America, aproveitando-se d'um eclipse de sol para alcançar a salvação e o prestigio. Foi na epoca em que Neves Ferreira governara o Congo. Embarcara no vapor *Massabi* para ir fazer uma *fundação* com certos indigenas das margens do grande rio. Para os leitores menos versados em assumptos africanos, cumpre explicar que *fundação* significa para os pretos pouco mais ou menos o que no direito euro-

peu é traduzido pelas palavras *tratado* ou *convenio*, e representa geralmente um acto de vassalagem. O vapor chegou de noite. Como o governador tivesse pressa, convocou immediatamente o regulo e os seus macotas para proceder á *fundação*. Mas a legislação consuetudinaria dos africanos determina que tão solemnes actos apenas se pratiquem de sol a sol. Neves Ferreira não se perturba. Emquanto um guarda-marinha volta a bordo a transmittir uma ordem que elle lhe deu em voz baixa, o governador continúa a insistir com o soba para apressar a solução do seu negocio. Passados alguns momentos em renhida teima com o preto, o governador exclama: «Pois se a questão é de sol, faça-se, com a breca!» E accendeu um phosphoro. Era um signal convencionado, porque apenas surgiu na praia essa luz bruxeleante, respondeu-lhe da banda do rio um

João Antonio Brissac das Neves Ferreira

clarão resplandecente e fortissimo, que inundou os indigenas deslumbrados e lhes fez soltar exclamações pittorescas de espanto. «Ahi teem o sol, bradou o governador, vamos agora a isto.» E realisou-se a *fundação*, mercê da luz electrica que fazia a sua primeira apparição no Zaire, fecunda em vassalagens para a corôa portugueza.» Pouco tempo depois era Neves Ferreira nomeade governador geral da provincia de Moçambique, e aproximava se para elle uma das epocas mais notaveis da sua vida. A memoravel tormenta que nos trouxe o *ultimatum* inglez de 11 de janeiro de 1890, avançava como uma ameaça formidavel sobre a consciencia do paiz. O pretexto da contenda fôram suppostas irregularidades na administração de Serpa Pinto, affirmando o gabinete Salisbury, por informações do seu consul em Moçambique, que o major Serpa Pinto dissera ter dado ordem para que fôsse fortificado o Qabongo e outros portos. O *ultimatum* exigia a destituição de Serpa Pinto e explicações da nossa parte sobre os interessses inglezes na região dos makololos. O governo portuguez teve de ceder perante as brutaes ameaças, protestando contra a violencia, e chamando a attenção dos signatarios do tratado de Berlim para a violação que lhe era feita, tratado que nos dava a garantia da arbitragem. O governador geral de Moçambique viu se isolado, no meio do perigo, sem elemento algum de defeza e sem meio de combate; só tinha a sua coragem, a sua energia, o seu amor pela patria, lucta, porém, empregando todas as finuras da diplomacia, toda a energia do direito violado, e toda a coragem do homem disposto a sacrificar a propria vida. A esquadra ingleza chega, ameaçadora, os seus couraçados estão cheios de soldados e os seus canhões cheios de metralha Mas Neves Ferreira, com o seu espirito diplomatico, suggere conferencias, e durante este tempo toma as medidas mais severas a respeito dos inglezes, dá as ordens mais energicas, e ás ameaças do chefe da esquadra ingleza, Johnston (que era o consul inglez em Moçambique) fez constar, que se os inglezes se atrevessem a atacar e a invadir Lourenço Marques e Moçambique, que lá seriam recebidos, devida e cortezmente pelos torpedos que se occultavam nas aguas dos respectivos portos.«Ide levar essas ameaças a Lisboa, porque em Moçambique ninguem tem direito de falar mais alto do quo eu. Nunca se pôde averiguar bem a veracidade d'esta versão. O sr. Lopes de Mendonça, no seu artigo já citado na *Revista Illustrada*, diz: «Em seguida ao *ultimatum* de 11 de janeiro, houve um homem que desenvolveu acima de todos, poderosas faculdades de estadista, energia de caracter a toda a prova, finuras de diplomata e coragem de patriota. Foi o governador geral de Moçambique Esses serviços não fôram apreciados, porventura, no seu justo valor; e creio que por occasião do seu regresso, o sr. Neves Ferreira teve razão de sobra para responder, com a ironia incisiva que caracterisa por vezes a sua palavra, ao funccionario que lhe perguntava para onde queria elle ir:«Para onde não faça damno.» Os inglezes encontraram deante si uma força, e souberam respeital-a. Mesmo quando a tensão de relações era mais accentuada, quando os funccionarios e officiaes de Sua Graciosa Magestade viam fechadas deante de si as portas do palacio de Moçambique, exactamente como as do gabinete de lord Salisbury deante do sr. Barjona, o consul Johnston confessava, em uma carta, o seu profundo respeito pelas qualidades de gentilhomem que distinguem o sr. Neves Ferreira.» O illustre official de marinha, não concordando com algumas ordens dimanadas do governo da metropole, pediu a sua exoneração, recolhendo á Europa. Chegando a Lisboa foi nomeado governador civil do Porto, sendo então presidente do conselho de ministros o conselheiro José Dias Ferreira. No Porto encontrou os animos agitados; tinha-se dado a revolta de 31 de janeiro de 1891, e ali repetiu as resolutas energias que empregara em Moçambique. Neves Ferreira conservou-se no Porto grangeando a maior consideração e estima, até que em 1893, foi chamado aos conselhos da corôa no gabinete presidido pelo

conselheiro Hintze Ribeiro, para se encarregar da pasta da marinha e ultramar. Foi elle quem em 1895 mandou responder a conselho de guerra o commandante sr. Augusto de Castilho, por haver recolhido a bordo da corveta *Rainha de Portugal* os insurrectos do Rio de Janeiro por occasião da revolta do almirante Custodio José de Mello Como aquelle official fôsse absolvido, Neves Ferreira deixou o ministerio Pouco tempo depois foi nomeado governador geral da provinvia de Angola, logar de que não pôde tomar posse, porque nos estados da India davam-se graves revoltas na milicia indigena, reclamando energicas providencias do governo da metropole. Sua alteza o senhor D. Affonso, que fôra á frente da expedição organisada para ensinar aos rebeldes o caminho do dever, déra, perante as promessas dos cabecilhas, uma amnistia geral aos revoltosos contrictos, e regressando á patria, cedeu o alto cargo de superintendente dos negocios indianos ao conselheiro Neves Ferreira, nome que naturalmente se impunha para completar a obra do sr. infante. Depois de regressar da India, deixou completamente a politica, dedicando-se então ao estudo dos problemas coloniaes, fazendo parte de muitas companhias de fomento e exploração no ultramar. Era gran-cruz da ordem de S. Bento de Aviz, commendador d'esta ordem, e da Torre e Espada, de S. Thiago; da ordem de Merito Naval de Hespanha e da Legião d'Honra de França. Foi tambem ajudante d'ordens d'el-rei D. Carlos I. Em 1896 publicou-se no Porto o seguinte folheto: *Ao Ex.mo Sr. João A. de Brissac das Neves Ferreira, servindo a patria, Homenagem ao valor e ao patriotismo, prestada pelos seus amigos do Porto.*

Neves Ferreira. Uma das circumscripções em que estão divididos os territorios administrados pela Companhia de Moçambique na Africa Oriental. Tem a sua séde em Nova Fontesvilla, e comprehende a delegacia de Cheringona. A circumscripção é atravessada pela linha ferrea. Produz algum milho e mapira, e abunda em caça. Em Cheringona ha grande mattas que produzem borracha.

Neves e Mello (*Antonio José das*). Doutor e lente de Philosophia na Universidade de Coimbra, director do Jardim Botanico, etc. N. em Coimbra a 6 de abril de 1770, fal a 29 de janeiro de 1835. Era filho de José Antonio das Neves. Matriculou-se em Philosophia na Universidade, tomou o grau de doutor em 1790, e sendo depois nomeado lente de botanica e agricultura no mesmo estabelecimento scientifico, distinguiu-se muito entre os seus collegas. Balbi, no seu *Essai statistique sur le royaume du Portugal*, presta sincera homenagem aos conhecimentos d'este professor, considerando-o digno successor do grande Avellar Brotero. Escreveu em latim uma *Memoria sobre as Quinas, e Ensaio da Braziliense, remettida pelo Principe Nosso Senhor para o uso dos Hospitaes do Reino de Portugal*, a qual se publicou em 1812 no Rio de Janeiro. Varnhagen menciona outro trabalho d'este professor de botanica, comprehendendo um catalogo de madeiras do Brazil e suas conquistas, o qual contém 1:225 especies de madeira por ordem alphabetica com declaração dos seus usos e habitações. No museu do Jardim Botanico da Universidade, segundo dizem, acha-se uma preciosa collecção d'essas madeiras. Foi o dr. Neves e Mello muito intimo de Brotero, a quem acompanhou nas frequentes herborisações com que este sabio exercitava os seus alumnos no estudo da Botanica, e tanto confiava Brotero nos conhecimentos do seu collega e amigo, que de boamente o associou á collaboração das suas obras. Do valioso auxilio que este lhe prestou na composição da *Flora lusitanica*, é honroso testemunho o seguinte trecho do prefacio da obra escripto por Brotero: «Não terminarei este prefacio sem render infinitas graças ao preclarissimo Antonio José das Neves, intelligentissimo demonstrador que foi de Botanica, e um dos mais diligentes alumnos das minhas herborisações, porque não só me communicou por sua dedicação e amizade as interessantes observações que havia accuradamente colligido, mas ainda me prestou auxilio na coordenação dos meus escriptos.» Depois que Brotero veiu para Lisboa dirigir o jardim botanico d'Ajuda, ficou-o substituindo o dr. Neves e Mello na cadeira de botanica e agricultura, e na direcção do jardim botanico da Universidade. A grande decadencia a que chegou este estabelecimento, foi-lhe attribuida, por ser elle o director muitos annos, e foi o que deu causa a que Brotero dirigisse em 1816 ao reitor da Universidade uma representação sobre o estado do ensino da botanica e agricultura; mas esse documento é uma diatribe tão violenta, que parece inspirada por alguma desavença ou despeito, cuja origem ficou desconhecida. A decadencia do Jardim Botanico justifica-se até certo ponto pelas circumstancias anormaes do paiz, sendo porém certo no meio de tudo isso, que durante a direcção do dr. Neves e Mello o horto botanico da Universidade foi augmentado com muitos exemplares de flora indigena.

Neves Pereira (*P. Antonio das*). Presbytero secular. N. no Porto, fal. em edade muito avançada na Casa do Espirito Santo, de Lisboa, a 24 de março, segundo uns, ou 2 de abril, segundo outros, de 1818. Tomou ordens, e depois de ser já presbytero e de estar regendo, na cidade de Penafiel a cadeira de Rhetorica e Poetica, ligou-se por estreita amizade com o padre Theodoro d'Almeida, e d'ahi lhe veiu o desejo de entrar para a congregação do Oratorio, professando a 5 de fevereiro de 17'3. Foi com o padre Theodoro d'Almeida em missão a Bellas e a Sacavem, e com outros ás Caldas da Rainha e a Vialonga. Era um homem incansavel, estudioso, e sobretudo um grande philologo. Os muitos sermões que prégou, antes e depois de ser congregado, ficaram manuscriptos. Foi socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e inseriu no vol. IV das suas *Memorias de Litteratura*, de pag. 339 a 446, e vol. V, de pag. 152 a 252, uma memoria intitulada: *Exame critico sobre qual seja o uso prudente das palavras de que se serviram os nossos bons escriptores dos seculos XV e XVI, e deixaram esquecer os que se seguiram até ao presente.* Parece que deixou manuscriptos subsidios importantissimos para a continuação do *Diccionario* da Academia; esses manuscriptos, e outro de um *Diccionario das palavras que do seculo XVI para cá se tem aportuguezado*, desappareceram em 1836, no incendio do Thesouro Publico, onde estavam reunidos muitos papeis da congregação do Oratorio. Escreveu mais: *Mechanica das palavras*

em ordem á harmonia do discurso eloquente, tanto em prosa como em verso, Lisboa, 1787; *Discurso preliminar sobre o poema do «Feliz Independente»*; anda no tomo I do mesmo poema, e occupa de pag. I a LIV., na edição de 1786; *Notas e illustrações ao poema «Lisboa destruida»;* vem juntas ao dito poema, em 1803, de pag. 119 até 227; *Ensaio sobre a Philologia portugueza por meio do exame e comparação da locução e estylo dos nossos mais insignes poetas que floresceram no seculo XVI;* foi premiado pela Academia Real das Sciencias na sessão publica de 12 de maio de 1792, e inserto no tomo V das *Memorias de Litteratura*, de pag. 1 a 157. Escreveu tambem uma *Grammatica philosophica.*

Neves Portugal *(Alexandre Antonio das).* Bacharel formado nas faculdades de Leis e Philosophia pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa a 7 de abril de 1763; fal. a 5 de fevereiro de 1822. Era filho do dr. José Antonio das Neves e de sua mulher D. Maria da Piedade. Foi socio e guarda mór dos estabelecimentos litterarios da Academia Real das Sciencias de Lisboa, por decreto de 5 de novembro de 1791; director da junta da Direcção Litteraria da Imprensa Regia, e da Real Bibliotheca do paço d'Ajuda, provedor da Casa da Moeda, etc. Foi condecorado com o habito de cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição, que acceitou para o renunciar no filho de um seu antigo amigo. Escreveu: *Dissertação chimica sobre a Flôr d'Anil, na qual se mostra um novo methodo de a fazer com muito pouca despeza*, Lisboa, 1788; *Compendio de reflexões de Sanches, Pringle, Morro, Van-Swieten e outros, ácêrca das causas, prevenções, e remedios das doenças dos exercitos*, Lisboa, 1797; *Memoria sobre a utilidade dos conhecimentos da chimica emquanto applicada á arte de construir edificios;* vem nas *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias*, tomo III, *Apontamentos sobre as queimadas, emquanto prejudiciaes á agricultura*; nas referidas *Memorias*, e no mesmo tomo. Consta ser d'elle a seguinte obra: *Advertencias dos meios que os particulares pódem usar para preservar-se da peste, conforme o que tem ensinado a experiencia, principalmente na peste de Marselha em 1721, e de Moscow em 1771; compiladas por um socio da Academia Real das Sciencias;* teve 2.ª edição, *a que se juntou um opusculo de Thomaz Alvares e Garcia de Salzedo sobre a peste de Lisboa de 1569*, Lisboa, 1801; a data da 1.ª edição, foi em 1790 e tantos. Traduziu em verso, e offereceu á mesma academia, a *Esther*, de Racine, que não chegou a imprimir-se. Consta que tambem compilara, e deixara prompta para se imprimir uma *Collecção escolhida das melhores peças e passagens eloquentes do P. Antonio Vieira.*

Neves e Sousa *(Emilia das).* Notavel actriz dramatica. N. em Bemfica a 5 d'agosto de 1820, fal. em Lisboa a 19 de dezembro de 1883. Era filha de Manuel de Sousa e de Benta de Sousa, gente muito pobre. Desde os primeiros annos, Emilia das Neves revelou uma formosura deslumbrante, fórmas esculpturaes, não vulgar expressão e intelligencia, e um timbre de voz suavissimo. Na edade de 14 annos desejou ser dançarina do theatro de S. Carlos, mas aconselhada por pessoas amigas desistiu do seu intento. Até 15 de agosto de 1838, data em que nasceu para o theatro portuguez, por ser o seu debute, parece que Emilia das Neves soffreu muitas privações, passando uma vida tormentosa n'um meio pernicioso em que muitas vezes succumbem as pobres innocentes, quando não encontram quem as desvie d'esse abysmo, afastando as dos perigos que as ameaçam. Em 1838, anno acima citado, vivia Emilia das Neves, não se sabe em que condições, na casa d'uma familia relacionada com o afamado actor Ventura, da Rua dos Condes, então reconhecido como theatro nacional. Ventura varias vezes offerecia bilhetes de camarote á referida familia para assistir aos espectaculos, e uma noite Emilia das Neves tambem a acompanhou. A futura actriz voltou enthusiasmada. O theatro, que acabara de vêr pela primeira vez, fôra para ella uma revelação maravilhosa. Com a cabeça em fogo, julgando ter attingido aos cume mais sublimes a que se póde elevar o espirito humano, repetia quasi inconscientemente o que ouvira; a familia com quem vivia, ficou surprehendida vendo-a clamar com tanto fogo e perfeição, o que de memoria lhe ficara do papel da protogonista, e não pôde deixar de contar ao actor Ventura o que se passára. Ventura veiu vel-a e ouvil-a, e a sua surpreza não foi menor. Presentindo ter encontrado uma vocação extraordinaria para a scena, transmittiu as suas impressões a Emilio Doux, o grande ensaiador e mestre da arte, que n'esse tempo dirigia o theatro da Rua dos Condes. Este não lhe deu grande credito, comtudo, desejou vel-a. Emilia das Neves acolheu com enthusiasmo a idéa de entrar para o theatro. Emilio Doux, apenas a viu, ficou fascinado. Não podia ainda apreciar-lhe bem o talento, mas, verdadeiro conhecedor de theatro, percebeu que a nova actriz para fazer effeito na scena bastaria a sua voz admiravel e a sua formosura esculptural, e logo a escripturou, dando-lhe o pequeno ordenado mensal de 8$000 reis. Ensaiava se a comedia em 2 actos *O Depositario*, para a sua estreia, quando Almeida Garett a ouviu admirado, percebendo desde logo que tinha ali uma excellente interprete para o papel da princeza Beatriz do seu drama *Um Auto de Gil Vicente*, que então se ensaiava O papel fôra confiado a uma actriz chamada Trindade, de muito inferior merecimento, e Garrett exigiu que fôsse entregue a Emilia das Neves para o seu debute. O drama representou-se pela primeira vez em 15 de agosto de 1838, que foi um triumpho para a juvenil actriz, para o autor e para o theatro. Emilio Doux ficou tão enthusiasmado que logo lhe elevou o ordenado a 24$000 reis. Emilia das Neves revelara extraordinarias aptidões para o drama, e não tardou a manifestal-as tambem na comedia, representando com enorme successo *O meu amigo Grandet*, comedia em 3 actos de Ancelot. Em seguida representou *O Depositario*, que já começara a ensaiar com Emilio Doux; depois o drama em 2 actos *Um Erro*, o drama em 5 actos *A Camara ardente*, accentuando-se cada vez mais as suas poderosas e brilhantes qualidades artisticas. O exito obtido no drama em 5 actos *Luiza de Lignerolles* foi pasmoso. Emilia das Neves estava consagrada actriz, e o seu logar ficou definitivamente marcado na galeria dos grandes artistas portuguezes. Era considerada a primeira ingenua do nosso theatro. O conde do Farrobo, cultor das artes e

grande enthusiasta pelos artistas, chegou de Paris, onde vira e admirara a celebre actriz Dejazet, a creadora dos *travestis*. Tomando a empresa do theatro na Rua dos Condes, teve a idéa de iniciar a joven actriz portugueza n'aquelle genero, em que ella affirmou novas victorias na comedia em 3 actos *Primeiras proezas de Richelieu*, traduzida por Emilio Doux da peça franceza *Les premiéres armes de Richelieu*, a qual se representou pela primeira vez a 20 de fevereiro de 1842. A peça causou um enthusiasmo delirante. Até 1843 continuou Emilia das Neves na Rua dos Condes, creando numerosos papeis importantes, recebendo sempre os mais ferverosos applausos. Figurava em quasi todas as peças do reportorio romantico, em que Mendes Leal escreveu os seus primeiros dramas, em que muitos outros homens de talento fizeram tentativas mais ou menos felizes, representando ao mesmo tempo os principaes papeis nos grandes melodramas francezes e nas comedias d'esse tempo. O publico, póde dizer se, não acceitava outra actriz, os autores e os traductores sempre a reclamavam. Emilia das Neves, que conhecia bem o seu valor artistico, e era muito intelligente, soube aproveitar esse favor do publico, exigindo o ordenado correspondente. Em 1843 as exigencias subiram a tal ponto que a sociedade empresaria da Rua dos Condes não quiz escriptural-a, mas reconhecendo a sua grande falta, viu-se obrigada a escriptural-a no anno seguinte. A *linda Emilia*, como então lhe chamavam, voltou em 1844 para o theatro com o ordenado annual de 1:000$000 réis, quantia verdadeiramente fabulosa para aquella epoca. Edificando se o theatro de D. Maria II, em 1846, acompanhou a companhia da Rua dos Condes, que para ali foi representar. Emilia das Neves creou o papel de Magdalena de Vilhena no *Fr. Luiz de Sousa*, o de Alda no *Alfageme de Santarem*, e de D. Filippa de Vilhena, na peça assim denominada, todas de Garrett, e muitos outros nas peças de Costa Cascaes, de Mendes Leal, etc. Pouco tempo depois Emilia das Neves deixou aquelle theatro pela primeira vez, e foi representar no Porto, onde tambem recebeu grandes applausos, por se haver tornado incompativel com os seus collegas de Lisboa, e por começar a longa e nunca mais interrompida serie das difficuldades das suas escripturas. Emilia das Neves era uma luctadora inquebrantavel. Forte com as sympathias que uma parte da imprensa lhe dispensava, e com o prestigio que alcançara no publico, podia ser vencida, mas nunca o era sem protesto energico. Voltou a Lisboa, e entrou na companhia do theatro de D. Fernando, onde a esperavam novos louros e novas dissidencias. Representou ali com grande exito o drama em 5 actos *Adriana Lecouvreur*. O seu genio altivo e impetuoso e as suas enormes exigencias originavam sempre conflictos com as empresas e com os seus collegas, e era a intrigas e malquerenças d'estes que ella attribuia a causa d'esses conflictos. Voltou novamente ao Porto, onde se julgou tambem victima das intrigas dos seus collegas, até que finalmente, dissolvida a sociedade artistica do theatro de D. Maria II, e tomando o governo conta do theatro nomeando um commissario régio para o dirigir, Emilia das Neves tornou a ser escripturada, por se reconhecer a urgente necessidade de se apresentar n'aquelle palco. A grande actriz entrou ali triumphante em 18 de outubro de 1853, tendo a seguinte escriptura: 30 moedas, ou 144$000 réis mensaes, e mais 40$000 reis para vestuario, tambem por mez, além de dois beneficios annuaes garantidos em 400$000 reis cada um. Por esse tempo modificava-se o gosto theatral, e ás producções melodramaticas succediam os dramas de these, como então se dizia, figurando entre elles *A Dama das Camelias*, em 5 actos, de Alexandre Dumas, em que Emilia das Neves interpretou admiravelmente o typo de Margarida Gautier, interpretando da mesma fórma os papeis dos *Homens de marmore*, de Mendes Leal, dos primeiros dramas de Ernesto Biester, etc. Em 1856, no começo da gerencia do commissario regio D. Pedro do Rio, Emilia das Neves saiu novamente do theatro, onde a pretexto de

Emilia das Neves e Sousa

economias se negaram a reconduzil-a em taes condições de escriptura. Voltou então para o Porto, vindo sómente a Lisboa, em 1857, para representar n'um beneficio a favor dos orphãos da febre amarella. Estava no theatro Baquet, nos principios do anno de 1860, quando chegou áquella cidade a companhia italiana da Ristori. A grande tragica viu-a representar no drama de Victor Hugo *Angelo tirano de Padua*, e applaudiu a phreneticamente. Emilia das Neves retribuiu essa saudação artistica indo assistir á representação da tragedia *Macbeth*, e quando no final da scena do banquete Ristori foi chamada á scena com o actor Mayeroni, appareceu no palco Emilia da Neves, e apresentou á grande tragica uma rica corôa de louro. Ristori ficou muito commovida, e as duas grandes artistas abraçaram-se ternamente. Emilia das Neves pagava assim os applausos que recebera. O publico applaudiu

delirantemente as duas irmãs na arte. Emilia das Neves obteve nova escriptura no theatro de D. Maria II em fevereiro de 1860, sendo commissario regio D. Antonio da Costa, mas quando este foi substituido, em 1862, por Francisco Palha, partiu outra vez para o Porto. Francisco Palha não era homem que se deixasse dominar pelos caprichos dos artistas, e Emilia das Neves encontrou uma obstinada resistencia ás suas exigencias que todos os dias augmentavam. Quando se tratou de assignar uma nova escriptura, Palha recusou-se a firmal a nas condições em que Emilia das Neves desejava, e foi esse o motivo da sua saida do theatro, não tornando lá a entrar emquanto Francisco Palha exerceu o cargo de commissario regio. Então andou representando em diversos theatros de Lisboa e do Porto, e em 1863 organisou uma companhia, e foi dar algumas recitas na Galliza. Esteve em Vigo e na Corunha, mas a companhia desorganisou-se, e Emilia das Neves regressou ao Porto. Foi n'essa cidade, que uma noite soffreu uma tremenda pateada, promovida pelos amigos dos actores, que se haviam malquistado com ella. Intrepida e altiva com o seu porte de rainha, acolhida por uma chuva de moedas de cobre, voltou-se desdenhosamente para a platéa, e disse a seguinte phrase, que ficou memoravel: «Se é para os pobres acho pouco.» A pateada transformou-se logo n'uma ruidosa ovação. Em 29 de maio de 1864 partiu para o Brazil. Entre os fervorosos e enthusiasticos applausos, tambem lá a foi ferir o seu fatal destino, e tão acrimoniosas censuras lhe dirigiram, que ella, como de outras vezes, teve de luctar na imprensa, defender a sua causa, protestar como sempre, n'um combate sem tregoas, que foi a sina da sua existencia artistica. Na tarde de 3 de janeiro de 1866 entrava a grande actriz a barra de Lisboa, de regresso da sua digressão ao Brazil. Era a vespera da ultima festa artistica da actriz Manuela Rey, que pouco tempo depois falleceu. O theatro de D. Maria II estava então entregue outra vez a D. Antonio da Costa, um dos seus mais fervorosos admiradores que a acolheu com enthusiasmo. Francisco Palha deixara de ser commissario regio, e fôra fundar o theatro da Trindade, e emquanto este se construia, refugiara-se na Rua dos Condes com os artistas que levara comsigo, inaugurando ali provisoriamente os seus espectaculos. Entrando no theatro de D. Maria II fez a sua estreia na *Beatriz*, peça de Legouvé, traducção de Ricardo Cordeiro. N'essa epoca o seu talento começou a ser muito discutido. Na verdade, Emilia das Neves conservava o modo de declamar um pouco antiquado, e não se moldava muito ás novas exigencias da arte theatral. Quiz representar Sardou e os escriptores modernos, e a sua interpretação nem sempre era correcta, mas ainda assim o seu talento tudo dominava; e se alguns criticos novos a combatiam, com grande indignação dos antigos admiradores, esses mesmos não negavam o que de genial havia no temperamento artistico da grande actriz. O theatro passou do governo para a empresa de Francisco Palha, que o conservou juntamente com a Trindade: depois passou á empresa Santos & C.ª, e Emilia das Neves continuou a manter-se no theatro. As suas novas creações mais notaveis fôram sem duvida o papel de Maria Rosa, na *Doida de Montmayour*, o papel de Thusnelda no *Gladiador de Ravenna*, peça allemã com que a havia presenteado o notavel artista Salvini por occasião de a vêr representar a *Faustina*, e que ella pedira a Latino Coelho para lh'a traduzir; e o papel de Dolores na *Patria*, de Sardou. Este ultimo papel, sobretudo, foi uma creação notavel, e valeu lhe o elogio dos criticos mais rebeldes. Em 1880 abandonou definitivamente o theatro. Parece que o ultimo papel que desempenhou, foi o da *Duqueza de Caminha*, e o de *travesti* foi no *Meia Azul*. As saudades do tempo das suas passadas glorias ainda a obrigaram a representar no Porto em 1882, n'um beneficio, as *Proezas de Richelieu*. Emilia das Neves foi, sem duvida a mais extraordinaria actriz portugueza. Fadou-a a natureza com todos os dotes para conquistar a celebridade: a sua figura nobre e elegante, rosto formoso e expressivo, voz melodiosa, terna e varonil quando a situação o requeria, o seu olhar dominador e insinuante, o seu gesto imperioso, tudo concorria para a tornar um modelo das actrizes. Na tragedia, no drama e na comedia, era sempre sublime, arrebatando as platéas. Em 1875, a 29 de janeiro, foi representar no theatro do Principe Real, n'um beneficio do actor Brandão, juntamente com a celebre actriz italiana Paladini, representando esta um acto da *Linda de Chamounix*, e Emilia das Neves outro acto da *Adriana Lecouvreur*. As duas grandes artistas abraçaram se muito commovidas em scena. O actor italiano Ernesto Rossi, assistindo uma noite á representação do drama *A Doida de Montmayour*, foi ao camarim de Emilia das Neves cumprimental-a enthusiasmado, offerecendo-lhe uma corôa. Emilia das Neves era socia honoraria de muitas instituições artisticas e de caridade. O conselho dramatico portuguez, composto dos homens eminentes nas letras, classificou-a como actriz de merito relevante, e a academia dramatica de Coimbra lhe concedeu o diploma de socia. N'um grupo de actrizes celebres, publicado em Paris por Disderi, figurava Emilia das Neves ao lado da Rachel, Rose Cheri, Ristori e outras notabilidades. Emilia das Neves era economica mas não mesquinha, e em sua casa um modelo de arranjo e de ordem; só era prodiga no vestuario para a scena, onde se apresentava sempre deslumbrante, e nas esmolas que dava sem ostentação. Fóra do palco era muito modesta no vestuario, a sua palavra uma escriptura, por isso tinha credito como o mais rico e honestissimo negociante. Soccorria muitos dos seus collegas, pagava-lhes obrigações dos montepios, via-se muitas vezes junto do leito de infelizes enfermos, não se poupando a vigilias nem a sacrificios. Do seu enorme reportorio, mencionaremos as seguintes peças, além das já citadas: *Os dois renegados*, *O homem da mascara negra*, *Auzenda*, *Pobre das ruinas*, *Madre silva*, *Egas Moniz*, *Martim de Freitas*, *Côrte na aldeia*, *O marquez de Pombal*, *O Camões do Rocio*, *Pobre Carlos*, *O Castello de Faria*, *O valido*, *A lei dos morgados*, *Lopo de Figueiredo*, *Diogo Tinoco*, *O Padre Malagrida*, *A Rainha e a aventureira*, *Fazer fortuna*, *A actriz*, *As duas corôas*, *Brazia Parda*, *Innocencia e calumnia*, *Os dois campeões*, *O captivo de Fez*, *D. Maria Telles*, *O astrologo*, *Arte e coração*, *Alvaro Gonçalves o Mogriço*, *Como se sobe ao poder*, *Um drama no mar*, *A mocidade de*

D. João V, Abençoadas lagrimas, D. Fr. Caetano Brandão, A condessa do Freixial, Diana de Chivri, Estella, Mulher, marido e amante, A calumnia, O copo d'agua, Convidado de pedra, Sensibilidade no crime, Graça de Deus, Duas educandas, A cigana de Paris, Magdalena, Dote de Suzana, Capitão Paulo, Adelaide, O tributo das cem donzellas, A dama de S. Tropez, O retrato vivo, Duas mães, Simão ladrão, Gentil Bernard, A condessa de Sennecey, O livro negro, A viuva de 15 annos, Cruz de S. Luiz, Mulher que engana seu marido, Dalila, Gazeta dos Tribunaes, Joanna a doida, O templo de Salomão, Coração e arte, Judith, Medéa, A mulher que deita as cartas, Córa ou a escravatura, Maria Stuart, Angelo tirano de Padua, A vida d'uma actriz, O Anjo da meia noite, Tentações diabolicas, Lady Tartufo, Amores de Leão, As redeas do governo, Casa nova, A tentação, Bertha a flamenga, O drama da Rua da Paz, Cisterna d'Albi, Pena de talião, Marion Delorme, Lucrecia Borgia, O homem do mundo, etc.

Nevões. Pov. na freg. de S. Salvador, de Taboado, concelho de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Nevilholo. Pov. da div. e conc. do Humbe, no distr. da Huilla, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Nevogilde (*D. Carlota Rita Borges de Moraes e Castro, 3.ª baroneza de*). N. a 10 de novembro de 1810, e fal. no Porto a 1 de março de 1880. Era filha de Antonio Manuel Borges da Silva, desembargador da Relação, e de sua mulher, D. Felisberta Henriqueta Borges de Moraes Alvim e Castro, irmã de seu tio, o 2.º barão de Nevogilde, Henrique José Mendes de Moraes e Castro, que fal. solteiro, sendo sua sobrinha a herdeira do titulo, o qual foi renovado na 3.ª vida, por decreto de 10 de novembro de 1852. Esta senhora casou duas vezes: a primeira a 12 de fevereiro de 1835, com Luiz d'Almeida de Moraes e Castro, major addido a veteranos da Foz do Douro, cavalleiro das ordens de N. S.ª da Conceição, de Aviz e da Torre e Espada, que falleceu a 10 de julho de 1841; a segundo vez, casou a 19 de outubro de 1856, com João José de Faria Machado, alferes do exercito em commissão na provincia de Moçambique, que fal. a 7 de julho de 1857.

Nevogilde (*Henrique José Mendes de Moraes e Castro, 2.º barão de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição. Foi o 2.º barão de Nevogilde, succedendo no titulo a seu irmão, o 1.º barão Manuel Mendes de Moraes e Castro. Era filho de Luiz d'Almeida de Moraes, negociante da cidade do Porto, e de sua mulher D. Brites Maria Felizarda de Castro.

Nevogilde (*Manuel Mendes de Moraes e Castro, 1.º barão de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real; fidalgo de cota d'armas pelo brazão d'armas que obteve por alvará de 28 de março de 1800; commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição. Herdou uma boa fortuna de seus paes e avós, negociantes da praça do Porto. Teve o titulo de barão de Nevogilde por decreto de 10 de outubro de 1836. Foi este titular que mandou edificar o palacio denominado das *Carrancas*, no Porto, que pertence hoje á Casa Real por compra que d'elle fez el-rei D. Pedro V. Foi n'este palacio que se hospedou em 1832 D. Pedro IV, depois do desembarque nas praias do Mindello. O barão de Nevogilde morreu solteiro, passando o titulo a seu irmão Henrique José Mendes de Moraes e Castro. O brazão acima citado, é partido em pala; na primeira as armas dos Moraes; escudo dividido em pala, tendo na primeira, de purpura, uma torre de prata, lavrada de negro, com telhado de ouro, e grimpado d'uma bandeira de prata, contra-chefe d'ondas de azul e prata; na segunda, de prata, uma amoreira verde com raizes, contra-chefe estreito de terra. Na segunda pala do brazão, as armas dos Castros; em campo de prata seis arruelas de azul em duas palas.

Nevogilde. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 76 fog. e 310 hab. Tem caixa post. A pov. dista 5 k. da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 280$000 réis de rendimento. A terra é fertil, cria muito gado, tem colmeias e abundancia de caça grossa e miuda. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro; pertencia ao conc. de Bouças, mas faz hoje parte do bairro Occidental do Porto, pelo decreto de 21 de novembro de 189 . Está situada proximo da costa do Oceano Atlantico, entre S. João da Foz e Mattosinhos. A mitra apresentava o abbade, que tinha 200$000 réis de rendimento annual. A terra é muito fertil e os seus arredores muito pittorescos e saudaveis. || Pov. e freg. de S. Verissimo, da prov. do Douro, conc. e com. de Louzada, distr. e bisp. do Porto. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. A pov. dista 8 k. da séde do conc. O bispo e o mosteiro benedictino de Pombeiro apresentava o abbade, que tinha réis 400$000 de rendimento. A terra é muito fertil em todos os generos do paiz, e cria muito gado bovino, que exporta. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Ne Zambe. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, div. de Noqui, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Né Zona. Pov. da conc. de Santo Antonio do Zaire, div. de Noqui, distr. do Congo, provincia d'Angola, Africa Occidental.

N'Gamba. Pov. da freg. de S. Joaquim, no sobado de Mussengue a Cabanga Canzeuza, 5.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. da freg. de S. Joaquim, no sobado de Quiluange Quiamuhende, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, do mesmo distr. e prov. || Pov. da freg. de S. José, na 2.ª div. do Tombo, conc. de Calumbo, distr. de Loanda, da mesma provincia.

N'Ganda. Pov. do sobado de Lunguesi, no conc. de S. Salvador, e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Gando. Pov. da 6.º div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Cabaça, na 2.ª div. do mesmo conc., distr. e prov. || Pov. do sobado de Lumbo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Quivando, no mesmo conc., distr. e prov || Pov. do sobado de N'Dalla Ceia, no conc. d'Ambaca, do mesmo distr. e provincia.

N'Ganga. Pov. da freg. de S. José de Cabiri,

na 3.ª div. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. na freg. de S. José, na 2.ª div. do Tombo, concelho de Calumbo, do mesmo districto e provincia.

N'Ganga Luiz. Pov. da freg. de N S.ª da Conceição, na 4.ª div. (Mucha-Cassôa) do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Ganga-Sole. Pov. da 7.ª div. do conc. de Malango, distr. da Lunda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Ganga Znze. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, no sobado de Caculo Cazongo, 12.ª div. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Ganji. Pov. do sobado de Bundo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Ganxi. Pov. da freg. de S. José de Cabiri, 3.ª div. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Gia. Pov. do sobado do mesmo nome, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Gimba. Pov. do sobado do mesmo nome, no conc. de Alto Dande, distr. de Loanda, provincia d'Angola, Africa Occidental.

N'Ginge. Pov. do sobado e conc. de Cabinda, na regedoria do Povo Grande, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. da 1.ª div. do conc. de Cazengo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola.

F'Ginge-Acabari (**Quissol**). Pov. da 18.ª div. do conc. de Malauge, distr. da Lunda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Gingi. Pov. do sobado de Quitalla, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Gio. Pov. da 2.ª div. do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. d'Angola.

N'Goio. Pov. do conc. e sobado de Cabinda, na regedoria do Sócca, distr. do Congo, provincia d'Angola, Africa Occidental.

N'Golla Bango. Pov. da freg. de S. Joaquim, no sobado de Bango a Quitamba, 8.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Golla Fuga. Pov. do sobado de Muinza, na 9.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Golla Luage. Pov. do sobado de Calanga, na 9.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental,

N'Golla Luiz. Pov. do sobado de N'Gonga Quilembo, na 8.ª div. do conc. de Ambaca, districto de Loanda, provincia d'Angola, Africa Occidental.

N'Golla N'Gonga. Pov. do sobado de N'Golla Quissueia, no conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, provincia d'Angola, Africa Occidental.

N'Golla N'Ganzo. Pov. da 3.ª div. do conc. d'Ambaca, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Golle. Pov. da 7.ª div. (Pedras) do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Gollo. Pov. da freg. de N. S.ª da Victoria, no sobado de Hebo-a-Quembi, 5.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Golombe. Lago do conc. de Golungo Alto no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. Está situado junto do ponto de confluencia do rio Lucalla com o rio Cuanza.

N'Golome. Pov. do sobado de N'Golome e Hui, na freg. de S. José, 6.ª div. de Caximba, conc. de Calumbo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de N'Golome N'Dombo, na 8.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Golova de Baixo. Pov. do sobado de Hui N'Dalla, na 4.ª div. do conc. de Ambaca, districto de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Golova de Cima. Pov. do sobado de Muinzaco, 4.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Gomba. Monte da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Corre a S E do lago Nyassa.

N'Gombe. Pov. da freg. de N. S.ª da Victoria, no sobado de Quissalla, 9.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. da 1.ª div. do conc. de Cambambe, do mesmo distr. e provincia.

N'Gondo. Pov. do sobado de Cabaça, conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Gonga. Pov. da freg. de S. Joaquim, no sobado de Quilombo, 4.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. da freg. de S. Joaquim, 2.ª div. do conc. de Golungo Alto, do mesmo distr. e provincia.

N'Gonga Candumbo. Pov. do sobado de Quilanda, na 8.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Gonga-hua. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, no sobado de Caculo-Cabango, 9.ª div. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Gonga Mazundo. Pov. do sobado de Cabanga, na 8.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Gonga Milonga. Pov. do sobado de Cabari, na 7.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Gango Quilombo Pov. do sobado do mesmo nome, na 8.ª div. do conc d'Ambaca, distr. de Loanda, provincia d'Angola, Africa Occidental.

N'Gonge. Pov. da 3.ª div. do conc. d'Ambaca, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Gosela. Pov. do sobado da Catarata do Quisulo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, provincia d'Angola, Africa Occidental.

N'Goséla. Pov. do sobado de Nameala, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, provincia d'Angola, Africa Occidental.

N'Gracia. Pov. da freg. de S. Joaquim, no sobado de Cabauga Cacalunga, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Guari. Pov. do sobado de N'Golla Quissucia, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, provincia de Angola, Africa Occidental.

N'Guiné. Pov. do sobado de N S.ª da Conceição, no sobado de Caculo-Cabango, 9.ª div. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

N'Guehe. Pov. do sobado de Cabaça, no concelho de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

N'Guelelle de Baixo. Pov. do sobado de Cazemba, na 11.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, provincia de Angola, Africa Occidental.

N'Guelelle do Meio. Pov. do sobado de Cazemba, 11.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, provincia de Angola, Africa Occidental.

N'Guelle. Pov. da 4.ª div. do conc. de Cazengo, no distr de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

N'Guemba. Pov. do sobado de Quilongo, concelho de S. Salvador e distr. do Congo, provincia de Angola, Africa Occidental ‖ Pov. do sobado de Luando, no conc. de S. Salvador e distr do Congo, da mesma prov. ‖ Pov. do sobado de Cansi, no caminho do Zombo, do mesmo conc., distr. e provincia.

N'Guenbe. Pov. da freg. de S. Joaquim, no sobado de N'Golla Bumba, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

N'Guengi. Pov. da 1.ª div. do conc. de Cazengo, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

N'Gneugue. Pov. da freg. de S. José, na 7.ª div. de N'Guimbi, conc. de Calumbo, districto de Loanda, provincia de Angola, Africa Occidental.

N'Guilla. Pov. da 3.ª div. do conc. de Cambambe, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Guimbi. Pov. da freg. de S. José de Cabiri, no sobado de N'Guimbi, 6.ª div. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. ‖ Pov. da freg. de S. José, na 7.ª div. de N'Guimbi, conc. de Calumbo, do mesmo distr. e provincia.

N'Guinda. Pov. da freg. de S. Joaquim, do sobado de Mussengue a Cabanga Canzenza, 5.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. ‖ Pov. do sobado de N'Dalla Tango, no conc. d'Ambaca, do mesmo distr. e provincia.

N'Guinza. Pov. da freg. de S José de Cabiri, no sobado de Bombo, 6.ª div. de conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

N'Gumbe. Pov. do sobado do Rio Luegi, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

N'Gunda. Pov. do sobado de Unze, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

N'Gundo. Pov. da freg. de S. Joaquim, no sobado de N'Gondo Acabuto, 2.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Gungu. Pov. do sobado de N'Dalla Ceia, no conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

N'Gunza. Pov. do sabado de N'Golla Quissueia, no conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, provincia de Angola, Africa Occidental.

N'Guva. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, no sobado de Caculo Cazongo, 12.ª div. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Guxi á-Fulla. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, no sobado de Caculo Cazongo, 12.ª div. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Nhabizigo Pequeno rio do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Atravessa em toda a sua largura o antigo prazo do mesmo nome, e lança se no Rebuge, tributario do rio Zambeze.

Nhachipole. Pequeno rio das terras de Sofala, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Nasce na Machanga e vae desaguar no Oceano, a meia distancia entre a ilha de Chiloane e o cabo de Santa Maria.

Nhagar. Pov. da freg. e conc. de Santa Catharina, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Nhaicamba. Pequeno rio do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Corre a cêrca de 100 k. da villa de Tete e nas suas margens ha minas de carvão de pedra.

Nhaliputi. Lagôa do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está situada no territorio macuama, no itinerario seguido em 1855 de Inhambane para o Zoutpansberg, no Transvaal, pelo padre Montanha e pelo alferes Teixeira.

Nhamombe. Rio ou braço de mar que corre ao N. da ilha de Chiloane, nas terras de Sofala, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Separa a ilha do continente e serve de fundeadouro, dando entrada facil a navios de grande tonelagem.

Nhampossa. Uma das circumscripções em que está dividido o distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Nhanala. Uma das circumscripções em que está dividido o distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Nhangada. Serra da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Fica ao N de Manica e divide os valles de Save e do Pungue do valle de Mazôe. Nasce n'ella o rio Pungue.

Nhangelli. Languas do distr. de Inhambane, no commando mil. de Cumbana, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem minas de petroleo em exploração.

N'Hangue. Pov. do sobado de Vunda no Quingilla, div. do Amaral, conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. d'Angola, Africa Occidental. ‖ Pov. do sobado de Luamba Quangonga, div. do Amaral, do mesmo conc., distr. e provincia.

Nhambe a Quembe. Pov. do sobado do mesmo nome, na 1.ª div. (Sengue) do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

N'hauvo. Pov. da 6.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Nhoça. Ilha do archipelago de Bijagós, na costa da Guiné, Africa Occidental. Está situada ao S das ilhas Una e da Oração, e é mais conhecida por *Ave Grande*, nome que lhe foi dado pelos portuguezes, quando a descobriram

Nhôça. Pov. da 1.ª div. (Sengue) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, provincia d'Angola, Africa Occidental.

Nhògó. Um dos ilhéos do grupo dos 12 chamados *Porcos*, no archipelago de Bijagós, Guiné, Africa Occidental. Está situado ao N da ilha

Roxa ou de [Cauhabac, e tambem é chamado *Rionbanc.*

N'hango. Pov. do sobado de Mutano, na div. e conc. do Humbe, distr. da Huilla, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Nhongojoca. Pov. da 3.ª div. (*Mahaballa*) do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Nhundo. Pov. do sobado de Cacongo, delegação de Chiavala, conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Nhungo Pov. do sobado e conc. de Cabinda, na delegação de Chiavala, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Niamatarura. Confluente do rio Zambeze, no distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Nasce a O das terras maraves, corre de N para o S, e entra no rio Zambeze acima das cachoeiras de Murumbua.

Niangorima. Pequeno rio do distr. da Zambezia, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Nasce nas terras dos maganjas, corre de O para E, e lança as suas aguas no Chire, a meia distancia entre as cataractas d'este e o Zambeze.

Niassa. V. *Nyassa.*

Nicephas. Pequena enseada que termina pelo lado do S na ponta Molle, extremo da margem direita do rio Cuanza, na costa do districto de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. Está muito exposta, mas póde se fundear n'ella perto da costa, em fundo de lodo.

Nicolas *(Gaspar).* Mathematico, que viveu no meado do seculo XVI, e que parece ter nascido em Guimarães. Escreveu a seguinte obra: *Tractado da pratica Darismetica ordenada por Gaspar Nicolas e empremida com priuilegio del Rei nosso senhor*; assim está o frontispicio, adornado com o brazão das armas de que usa a casa dos duques do Cadaval, illuminado de encarnado nas quartelas e sem corôa, e tendo em roda uma cercadura de figura quadrada. No fim tem a declaração de que foi acabada de imprimir a 6 de dezembro de 1530. Parece ser esta a 1.ª edição d'este livro, de que dizem que existia um exemplar na bibliotheca de D. João V. Ha quem diga que a 1.ª edição tem a data de 1541, e consta que existe um exemplar na bibliotheca d'Evora. Tambem consta que se fizeram outras edições, em 1551, 1594, 1607, 1613, 1679, 1716. Julga se ser esta a ultima edição, em que foi supprimida a dedicatoria, que trazia as anteriores, ao conde de Tentugal.

Nicolau *(Fr. Francisco).* Religioso da ordem Terceira de S. Francisco, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. Era natural de Santarem, sendo filho de Luiz Ignacio. Doutorou-se em 18 de junho de 1818.

Nienio Pov. do sobado de M'Pango, no conc de S Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Niengua Pov. do sobado de N'Cai, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Nikujaque. Nome dado a um esteiro situado no territorio felupe, na costa da Guiné, Africa Occidental. Fica ao S do cabo Roxo, e as suas margens são muito povoadas de felupes.

Nina. Pov. na freg. de S. Miguel, de Perre, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Ninães Povoações nas freguezias: Santo André, de Barcellinhos, conc. de Barcellos, distr. de Braga ‖ S. Silvestre, de Requião, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo districto.

Nine. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 208 fog. e 837 hab. Tem est. post. permutando malas com a R. A. M. Tem est. do caminho de ferro do Minho entre a de S. Bento e o apeadeiro de Gavião, e é entroncamento do ramal de Braga. A pov dista 6 k. da séde do conc. e está situada a 1 k da estrada que vae de Barcellos a V. N. de Famalicão, e proximo da margem direita do rio Este. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Ninho. Familia uriunda de França, d'onde passou a Hespanha, e depois a Portugal, no tempo do dominio castelhano. As suas armas são: Em campo de ouro seto flôres de liz de azul, postas em tres palas, a do meio com tres e as dos lados com duas cada uma.

Ninho Pov. na freg. de Santa Maria, de Freiriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Ninho do Açôr. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Baixa, conc., com. e districto de Castello Branco, bisp. da Guarda. Está annexa á freg. de S. Vicente da Beira, tendo pertencido ao extincto conc. d'este nome. ‖ Pov. na freguezia de S. João Baptista, de Alegrete, conc. e distr. de Portalegre.

Ninho da Aguia. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Encarnação, de Benedicta, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria. ‖ S. João Baptista, de Espite, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Ninho de Grou. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Seixo de Gatões, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Ninho de Guincho. Ponta situada na costa N da ilha de Porto Santo, no archipelago da Madeira, entre a enseada dos Barbeiros e a da Terra Chã. ‖ Pico da ilha do Porto Santo, no archipelago da Madeira. Está situado ao N da ilha, junto da costa da enseada da Terra Chã.

Ninho de Guinetro. Ponta situada na costa NO da ilha de S. Vicente, no archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ninho do Pombo. Pov. na freg. de Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Nique *(Casal do).* Na freg. de S. Martinho, de Villa Frescainha, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Nirancal. Regedoria do conc. de Pondá, distr. de Gôa, na India. Comprehende tambem a pov. de Conxém.

Nisca. Pov. na freg. de Santa Christina, do Serzedello, conc. de Guimarães, districto de Braga.

Nitemalla. Lagôa do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Fica no itinerario percorrido em 1855 de Inhambane para Zoutpansberg, no Transvaal, pelo padre Montanha e pelo alferes Teixeira.

Nitenou Lagôa do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está situada entre as lagôas Nhaliputi e Nitemalla, no itinerario percorrido em 1855 de Inhambane para a Zoutpansberg, no Transvaal, pelo padre Montanha e pelo alferes Teixeira.

Nitorlim. Pov. do conc. e commando militar de Sanguem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Tem minas de ferro.

Nixebra. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Alviobeira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Niza *(D. Domingos Francisco Xavier Telles da Gama Castro Noronha Athaide Silveira e Sousa, 9.º conde de Unhão, 13.º conde da Vidigueira e 9.º marquez de).* Alcaide-mór de Niza, 13.º almirante do mar da India, 13.º senhor da Vidigueira, 17.º senhor de Unhão, administrador do morgado de Santo Eutropio, par do reino, addido honorario á legação de Paris, commendador da ordem de Christo, etc. N. em Lisboa a 17 de janeiro de 1817; fal em Cauterets, nos Pyrenéos, a 11 de agosto de 1873. Era filho do 8.º marquez de Niza, D. Thomaz Xavier Telles da Gama, e da marqueza sua mulher, D. Thomazia Francisca de Mello Breyuer. Foi par do reino de direito desde 1826 e adquiriu grande celebridade em Lisboa pelo seu talento, pelo seu espirito e pelas suas aventuras. Foi o fundador da *Sociedade do delirio*, sociedade orgiaca, em cujo centro se phantasiavam as mais endiabradas loucuras. Jogava excellentemente todas as armas, atirava admiravelmente á pistola, era bom cavalleiro, dotado da maior intrepidez, sendo ao mesmo tempo d'um genio aventuroso e phantastico. Perdera um olho, não se sabe se em duello, se n'um desastre de sala d'armas; parece, porém, ser mais verdadeira esta versão, mas esse defeito dava-lhe ao rosto um caracter accentuado e original. O seu aspecto era cavalheiresco e verdadeiramente fidalgo. Na sua vida elegante rebentava cavallos n'uma espera de touros, dirigia doidamente uma ceia orgiaca da *Sociedade do delirio*, resistindo solidamente a umas poucas de garrafas de vinhos generosos, na companhia de seus amigos e de mulheres faceis. Na alta sociedade apresentava se como verdadeiro e rigoroso fidalgo. Na camara dos pares tomou a iniciativa do projecto de lei que abolia os morgados; vivia na intimidade do general Prim e dos emigrados hespanhoes, estando resolvido a arrojar se com elles ás mais audaciosas aventuras. Prim, emigrando de Hespanha, esteve refugiado no seu palacio. Foi o marquez de Niza o encarregado pela camara dos pares de dirigir a construcção da majestosa sala das sessões. Em 1870 desempenhou tambem grande papel nas negociações entaboladas para se conseguir que elrei D. Fernando acceitasse a corôa de Hespanha. As despezas extraordinarias, a que se entregara, haviam reduzido de fórma consideravel a immensa fortuna que herdara de seu paes, e para reconstituir essa fortuna, lançou-se no fim da vida em empresas industriaes pouco felizes. Procurou alcançar do parlamento a concessão de todas as ostreiras que existem nas costas de Portugal, e era essa o grande negocio em que estava empenhado, quando a doença começou a atormental-o mais asperamente. Por conselho dos medicos foi fazer uso das aguas de Cauterets, nos Pyrenéos, e ali falleceu aos 56 anuos de edade. O marquez de Niza era um dos homens mais estimados e mais temidos do seu tempo, e sem duvida, uma das mais nobres e originaes physionomias da nossa antiga aristocracia. A 3 de março de 1835 casou com D. Maria Constança Saldanha da Gama, filha dos 7.os condes da Ponte, Manuel Saldanha da Gama Mello e Torres Guedes de Brito e D. Joaquina de Castello Branco. O brazão d'armas é o dos Gamas: Dez escaques de ouro e vermelho, tres peças em faxa, e 5 em pal, e as peças vermelhas acoticadas com duas faxas de prata, e no meio um escudo das armas reaes, e por timbre um naire da cintura para cima vestido ao modo da India, com um escudo das mesmas armas na mão. Em 1909 publicou o sr. Eduardo de Noronha, no Porto, o seu livro *O ultimo Marquez de Niza*, em que se refere largamente a este titular.

Niza *(D. Domingos Xavier de Lima, 7.º marquez de).* N. em 30 de dezembro de 1765, fal. em Kœnigsberg a 30 de junho de 1802. Era filho do 1.º marquez de Ponte do Lima, D. Thomaz Xavier de Lima Nogueira Vasconcellos Telles da Silva, e de sua mulher D. Eugenia Maria Josepha de Bragança. Foi feito marquez de Niza por ter casado com a filha herdeira do 6.º marquez d'este titulo, D. Rodrigo Xavier Telles de Castro da Gama Athaide Noronha Silveira e Sousa. Recebeu tambem todos os titulos de seu sogro, sendo o 11.º conde da Vidigueira. Seguindo a carreira de official de marinha esteve cruzando no estreito de Gibraltar no anno de 1790, como commandante da fragata *Princeza do Brazil*, da esquadra do almirante Ramires; em 1792, commandando a fragata *S. Raphael*, da esquadra do almirante Sanches de Brito, foi a Napoles, e no anno seguinte tomou parte como voluntario na guerra do Roussillon e da Catalunha. Em 1794, commandando a nau *Rainha*, fez parte das forças navaes do almirante Valle, que andaram cruzando nas costas de Inglaterra, e que combinadas com as de lord Howe, deram comboio a mais de mil navios, e em 1798 foi nomeado chefe da divisão naval que foi reunir-se á esquadra de Nelson. Compunha-se essa divisão das naus *Princeza Real* de 3 baterias, e de 110 peças, na qual levava a bandeira o chefe marquez de Niza, tendo por major general o chefe de divisão Rodrigo Pinto Guedes, que depois foi barão do Rio da Prata no Brazil, *Rainha de Portugal* de 74 peças, *Affonso d'Albuquerque* de 72, e *S. Sebastião* de 64, das corvetas *Andorinha* de 26 peças, e *Benjamim* de 22, e dos brigues *Falcão* e *Gaivota*, ambos de 22 peças cada um. A 5 de maio saiu do rio Tejo essa força naval, afim de se unir á esquadra ingleza que se preparava em Toulon, e cujo destino se não conhecia. Ventos contrarios demoraram a esquadra portugueza, que teve de ir arribar nos Açôres, e que seguiu depois o rumo do Mediterraneo procurando a ingleza, do mesmo modo que esta procurava então a franceza. Foi por isso que no mez de maio andou no Mediterraneo o marquez de Niza á procura de Nelson, e Nelson á procura de Brueys, sem conseguirem encontrar-se. Quando o marquez chegou a Napoles, já Nelson ali não estava; quando chegou á Alexandria já Nelson partira depois da batalha de Aboukir, mas os francezes souberam que tinham estado ali navios portuguezes, suppuzeram que tinham tomado parte na acção, e foi isso o que inspirou ao general Bonaparte a ameaça que escreveu n'uma das suas ordens do exercito, e que mais tarde se não esqueceu de pôr em pratica: «Tem-

po virá em que a nação portugueza pagará com lagrimas de sangue o ultraje que está fazendo á republica franceza.» Não sendo necessaria em Alexandria a esquadra portugueza, recebeu a missão de ir bloquear a ilha de Malta, sendo auxiliada n'esse bloqueio por uma nau, uma fragata e um brulote da esquadra britanica. Andou o marquez de Niza n'esse bloqueio com tanta vigilancia que só um navio pequeno conseguiu entrar no porto de La Valette. Veiu a render-se o proprio Nelson á esquadra portugueza, que partiu para Napoles afim de se refazer de mantimentos e effeituar os concertos de que necessitava, e apezar da grande reputação dos officiaes da marinha ingleza, e sobretudo da que tinha o almirante Nelson, poucos dias depois da retirada da nossa esquadra um comboio de navios escoltados pela nau *Guilherme Tell* entrou em Malta a despeito das forças do bloqueio, ficando prisioneira a nau comboiante. Pouco tempo depois de estar o marquez de Niza em Napoles, foi ali juntar-se-lhe a esquadra de lord Nelson na occasião em que os francezes commandados por Championnet chegavam ás portas da capital das Duas Sicilias. O rei Fernando entendeu que o melhor era abandonar a cidade e fugir para a Sicilia, e para pôr em pratica essa sua idéa teve o auxilio do almirante inglez. Antes, porém, da partida Nelson aconselhou ao soberano de Napoles que queimasse a maior parte da sua esquadra para não cair no poder dos francezes, e sendo este parecer acceite foi o marquez de Niza encarregado de o executar. Depois da partida do rei Fernando e da entrada das tropas francezas em Napoles, a esquadra portugueza foi preencher diversas commissões, indo a nau *Affonso d'Albuquerque* para Tripoli, a *S. Sebastião* cruzar nas costas de Genova, a *Rainha* levar a Trieste as princezas emigradas Victoria e Adelaide, filhas de Luiz XV, e quando se preparou a contra revolução dos navios que ficaram no Mediterraneo juntos ás forças navaes de Nelson, desembarcaram por ordem d'este almirante 400 homens commandados por Moreira Freire para se incorporarem no exercito do cardeal Ruffo. Terminada a campanha, que restabeleceu Fernando no throno de Napoles, a esquadra portugueza voltou a Lisboa, onde entrou em março de 1800. Posteriormente exerceu o marquez de Niza os cargos de major general da armada e de inspector da brigada real de marinha. Tendo sido nomeado embaixador em S. Petersburgo, falleceu quando regressava a Portugal.

Niza *(D. Francisco Luiz Balthazar Antonio da Gama, 6.º conde da Vidigueira e 2.º marquez de).* Almirante da India, commendador da ordem de Christo, etc. N. em 1 de março de 1636; fal. a 10 de agosto de 1707. Era filho do 1.º marquez de Niza, D. Luiz Vasco da Gama, e de sua mulher D. Ignez de Noronha. Serviu na guerra com Castella, e occupou varios postos, sendo mestre de campo de infantaria no Alemtejo, e por fim general da cavallaria da provincia da Beira. Terminada a guerra foi governador e capitão-general do Algarve, deputado da Junta dos Tres Estados, e em 1701 governador das armas de Peniche, conselheiro de Estado e de guerra dos reis D. Pedro II e D. João V. Casou a 12 de fevereiro de 1654 com D. Helena da Silveira, filha de D. Fernão Mascarenhas, 1.º conde da Torre, que fal. a 21 de setembro de 1655. Casou segunda vez em 21 de novembro de 1657 com D. Brites de Vilhena, que fal. a 8 de março de 1709, filha de D. Vasco Mascarenhas, 1.º conde d'Obidos, e da condessa D. Joanna de Vilhena.

Niza *(Manuel de).* Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Niza, e fal. em Extremoz no anno de 1654. Foi guardião de varios conventos da sua ordem, e escreveu uma *Chronica da provincia da Piedade*, que ficou inedita.

Niza *(Nuno da Silva Telles, 4.º marquez de).* Nasceu em 1709, e fal. a 17 de novembro de 1739. Era filho do 3.º marquez de Alegrete, Manuel Telles da Silva, e de sua mulher D. Eugenia de Lorena. Estava destinado para a vida ecclesiastica, e foi thesoureiro-mór de Lamego, mas depois renunciou a essa carreira para casar com a filha unica do 3.º marquez de Niza, D. Maria José Francisca Xavier Balthazar da Gama, casamento que se realisou em 12 de junho de 1729. Essa senhora foi herdeira de toda a grande casa de seu pae, e a 4.ª marqueza de Niza, sendo Nuno da Silva Telles, pelo seu casamento, agraciado com o mesmo titulo.

Niza *(D. Rodrigo Xavier Telles Castro da Gama Athaide Noronha Silveira e Sousa, 6.º marquez de).* Tenente coronel do regimento de cavallaria do Principe. Era filho do 5.º conde de Unhão, D. João Xavier Telles da Costa. Fal. a 6 de agosto de 1784. Casou a 28 de agosto de 1741, com a viuva do 4.º marquez de Niza, D. Maria José Francisca Xavier Balthazar da Gama, que falleceu a 15 de dezembro de 1752. D. Rodrigo herdou os titulos de seu pae e de seu seu meio irmão D. Vasco José da Gama, que foi o 5.º marquez de Niza e que falleceu sem descendencia, vindo D. Rodrigo a ser o 6.º marquez d'esse titulo.

Niza *(D. Thomaz Xavier Telles de Castro da Gama Athaide Noronha Silveira e Sousa, 12.º conde da Vidigueira, e 8.º marquez de).* Commendador da ordem de Christo, e tenente de cavallaria. N. a 4 de novembro de 1795, fal. em Roma a 13 de agosto de 1820 Era filho do 7.º marquez de Niza, D. Domingos Xavier de Lima. Serviu no exercito, chegando ao posto de tenente de cavallaria. Casou em 4 de outubro de 1815 com D. Thomazia Francisca de Mello Breyner, filha de D. Pedro de Mello Breyner, e de sua mulher, D. Anna Rufina Soares de Mello.

Niza *(D. Vasco José Jeronymo Balthazar da Gama, 9.º conde da Vidigueira, 5.º marquez de).* Almirante do mar da India e senhor de toda a casa dos marquezes de Niza, que herdou de sua mãe, a 4.ª marqueza, D. Maria José Francisca Xavier Balthazar da Gama. N. a 30 de setembro de 1733, fal. a 4 de maio de 1759. Foi feito marquez de Niza em 1751, e 9.º conde da Vidigueira. Casou com D. Maria Manuel, filha do 1.º marquez de Tancos, D. João Manuel de Noronha. Fallecendo sem successão, passou o titulo a seu padrasto, D. Rodrigo Xavier Telles Castro da Gama Athaide Noronha Silveira e Sousa, que foi o 6.º marquez de Niza.

Niza *(D. Vasco Luiz da Gama, 5.º conde da Vidigueira e 1.º marquez de).* Almirante do mar da India, commendador da ordem de Christo, embaixador á côrte de França e de Roma, aos papas Urbano VIII e Innocencio X, deputado da Junta dos Tres Estados, etc. N. a 14 de de-

zembro de 1612, fal. a 28 de outubro de 1676. Era filho do 4.º conde da Vidigueira e vice-rei da India, D. Francisco da Gama. Aos 20 annos de edade, pelo fallecimento de seu pae succedido em julho de 1632, herdou a sua casa opulentissima e o titulo de conde da Vidigueira. A 29 de dezembro d'esse anno de 1632 casou com D. Ignez de Noronha, filha de Simão Gonçalves da Camara, 3.º conde da Calheta, capitão donatario da ilha da Madeira, e de sua mulher, a condessa D. Maria de Menezes e Vasconcellos, sua primeira mulher, filha de Ruy Mendes de Vasconcellos, 1.º conde de Castello Melhor. Aparentado com a maior parte da nobreza de Portugal, o joven fidalgo, protegido pelo berço e pela fortuna, pouco se intrometteu na politica, não deixando, porém, nunca de patentear o seu amor patrio, quanto permittiam as angustiosas circumstancias do malfadado tempo que durou o dominio castelhano em Portugal, como o provou n'uma occasião bem critica, quando o duque de Bragança D. João, mais tarde rei D. João IV, veiu a Almada, na qualidade de governador das armas do reino, pois não hesitou em ir logo render-lhe homenagem, o que muitos fidalgos evitaram receando as coleras de Hespanha. Depois da restauração de 1640, o conde da Vidigueira entrou com firmeza na politica, pondo ao serviço da patria o seu zelo e intelligencia. D. João IV, logo em seguida á sua acclamação, utilisou o seu valioso prestimo nas principaes juntas que então se formaram, e pouco mais d'um anno depois o nomeou para um dos cargos mais precisos e mais melindrosos, a embaixada ordinaria de França, que vagara pela retirada do monteiro-mór Francisco de Mello e de D. Antonio Coelho de Carvalho. A 9 de abril de 1642, contando apenas 30 annos de edade, partiu o conde da Vidigueira, para Paris, onde chegou a 4 de maio, levando por secretario Antonio Moniz de Carvalho, e a 7 de fevereiro de 1646, depois de ter tratado os negocios de que fôra incumbido, regressou ao reino. A 18 de outubro de 1646 foi agraciado com o titulo de marquez de Niza, e por carta de 24 do referido mez e anno, ficou o titulo de conde da Vidigueira de juro e herdade, para sempre, segundo a fórma da lei mental, com a prerogativa de quem herdasse a casa se chamasse conde da Vidigueira, sem para isso ser preciso tirar carta, provisão ou licença dos reis seus successores, para o que na fórma da dita carta os vedores da Fazenda lhe mandariam passar o padrão do seu assentamento. Foi nomeado outra vez embaixador á côrte de França a 19 de dezembro de 1646, partindo para o seu destino a 7 de fevereiro de 1647, entrando em Paris já com o titulo de marquez de Niza e como embaixador extraordinario, e n'esta missão se conservou até 30 d'abril de 1649, em que regressou a Portugal. Foi depois deputado da Junta dos Tres Estados, do conselho de Estado e de Guerra de D. João IV, e depois de D. Affonso VI e de D. Pedro II, sendo principe regente, e um dos ministros do despacho das Juntas Nocturnas na regencia da rainha D. Luiza de Gusmão, embaixador extraordinario aos papas Urbano VIII e Innocencio X, embaixadas que não chegou a effeituar pela abstenção de relações diplomaticas, em que então a Curia Romana se conservou a respeito de Portugal, cedendo á pressão sobre ella exercida pelo governo de Madrid; foi um dos plenipotenciarios da paz com Hespanha em 1668, védor da Fazenda e estribeiro-mór da rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboia. A permanencia em França, devida ás suas duas embaixadas, contribuiu muito para desenvolver-lhe a cultura já adeantada do espirito e a predilecção pela litteratura e bellas artes, ao que tambem se juntava o desejo de imitar a ostentação dos nobres de França, quer nas suas funcções officiaes, quer particularmente. Egualmente ambicionava enriquecer de preciosidades de todos os generos a sua casa em Portugal, tornando-a a primeira, ou uma das primeiras, para corresponder á fidalguia dos seus pergaminhos. Com as ambições de se distinguir em França e em Portugal, o nosso diplomata servia a nação que representava, e aprovcitava o ensejo para opulentar e adornar o seu palacio em Lisboa, a egreja do convento de Nossa Senhora das Reliquias da sua villa da Vidigueira, a que tinha grande affeição. Uma das suas maiores predilecções fôram os livros, e com fervorosa diligencia procurou adquiril-os. Parece que antes da sua primeira embaixada a Paris, já tratava de organisar a sua livraria, que se tornou importantissima. Em 1642, estando em Paris, pedia a Jeronymo Nunes da Costa, que tratava de negocios de Portugal em Amsterdam, um *Atlas mundi*, o *Livro das cidades* em hespanhol, ou italiano, ou latim, e uma lista de livros das que tinham ali os livreiros. A'cêrca dos numerosos e importantes livros que adquiriu, vem uma minuciosa descripção na obra *O Primeiro marquez de Niza*, do sr. José Ramos-Coelho, publicado em 1903. O marquez tinha grandes desejos de obter uma licença do papa para colleccionar na sua bibliotheca os livros prohibidos; esta licença custou-lhe muito a alcançar, mas apezar de já a ter em seu poder, receava-se da Inquisição, pois o santo tribunal fizera sair um edital para que todos apresentassem um rol dos livros que possuiam. O marquez tambem tinha razão nos seus receios, pois que o seu modo de pensar e os seus actos nem sempre eram favoraveis ao procedimento e ás normas inquisitoriaes. A 19 de julho de 1651 renovava elle o seu pedido á Curia Romana para lhe reformar a licença, que fôra concedida só por dois annos, e quando elles findassem, a Inquisição cairia sobre os seus livros, e antes queria queimal-os, do que vêl-os em poder do terrivel tribunal. A estas severidades do Santo Officio, que desgostavam profundamente o marquez, juntava-se a inveja de alguns poderosos, que o intrigavam com el-rei, dizendo-lhe que a livraria do ex-embaixador custara 12 mil cruzados, novo motivo para se lhe augmentar ás vezes o desejo de se desfazer d'ella. Quando regressou a Lisboa em 1649, vindo de cumprir a sua segunda embaixada, já o marquez soffrera um desgosto, devido ás intrigas dos invejosos. D. João IV recebera-o com muito desagrado, e ordenara-lhe que se recolhesse a sua casa, d'onde daria as razões porque deixára a França antes de ter d'elle a competente permissão, o que occasionou ser admittido no paço por el-rei só nos principios de novembro, corridos os tramites da sua defeza perante o Conselho de Estado. Para maior desgraça, vinha doente, e de tal fórma, que foi preciso abrir, pouco depois, duas fontes, por causa do enfraquecimento da vista. Comtudo,

D. João IV não deixara de considerar o marquez e de utilisar o seu prestimo; embora longe do paço D. João consultava-o, e incumbia-lhe varios negocios, correspondendo-se com elle. Attendida a defeza do marquez e sendo recebido no paço, as relações com D João IV ácêrca da bibliographia, se amiudaram. Além dos livros que o embaixador para si adquiriu nas duas vezes que esteve em França, occupou-se tambem n'esse tempo em fazer compôr, traduzir, estampar e divulgar al gumas obras que nos interessavam e sobretudo ao facto que n'aquella conjunctura se ventilava, da restauração de Portugal. Uma das obras que mais favoreceu foi a *Historia de Portogallo*, que corre sob o nome de João Baptista Birago.

Niza *(D. Vasco Luiz da Gama, 7.º conde da Vidigueira, 3.º marquez de).* Almirante do mar da India, senhor das villas da Vidigueira, de Frades e Trovões, commendador de S. Vicente de Vimioso, S. Thiago de Beja, e da alcaidaria-mór e capitania de Niza, padroeiro da matriz da Vidigueira e do mosteiro de Nossa Senhora do Carmo e capuchos da referida villa e da de Frades, dos capuchos arrabidos de Palhaes, etc.. N. a 19 d'agosto de 1662, fal. a 4 de outubro de 1735. Era filho do 2.º marquez de Niza, D. Francisco Luiz da Gama, e de sua 2.ª mulher, D. Brites de Vilhena. Serviu na guerra com Castella, sendo mestre de campo do terço da praça de Moura, e tenente-general da cavallaria. Foi mordomo-mór da princeza do Brazil. Casou a 17 d'agosto de 1709 com D. Barbara Izabel de Lara, dama das rainhas D. Maria Sophia e D. Maria Anna d'Austria, filha de D. Luiz Alves de Castro, 2.º marquez de Cascaes, e da marqueza D. Maria Joanna Coutinho. D'este matrimonio houve uma unica filha, D. Maria José Francisca Xavier Balthazar da Gama, que foi herdeira da importantissima casa de seu pae, 4.ª marqueza de Niza, e senhora do almirantado da India e de todas as commendas que possuia o marquez seu pae. Esteve desposada com seu tio D. Fernando de Noronha, conde de Mousanto, mas não se realisou o casamento, por elle fallecer em 13 de dezembro de 1722. Casou em 12 de julho de 1729 com Nuno da Silva Telles, filho dos terceiros marquezes de Alegrete, que pelo seu casamento foi o 4.º marquez de Niza, o qual falleceu em 17 de novembro de 1739. Esta senhora, ficando viuva, casou segunda vez a 28 d'agosto de 1741, com D. Rodrigo Xavier Telles de Castro da Gama Athaide Noronha Silveira e Sousa, filho do 5.º conde de Unhão, que foi o 6.º marquez de Niza. A marqueza veiu a fallecer a 15 de dezembro de 1752.

Niza. Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc. e de com., relação de Lisboa, distr e bisp. de Portalegre. Está situada em terreno plano entre as ribeiras de Niza e de Figueiró, a 11 k. da margem direita do Tejo, e 30 da capital do districto. Tem duas freguezias: Espirito Santo e N. S.ª da Graça. Pertence á 4.ª div. mil., 7.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a sédo em Abrantes. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario das duas freguezias, tendo o da primeira 180 alqueires de trigo, 120 de centeio, 52 almudes de vinho mosto e 12$000 reis em dinheiro; e o da segunda, 120 alqueires de trigo, 120 de centeio, 52 almudes de vinho môsto e 12$000 réis em dinheiro. A actual villa de Niza não é a primitiva povoação d'este nome, mas desconhece se a sua origem, e presume-se que tivesse outro nome, de que não ha noticia alguma; parece povoação anterior ao principio do seculo VIII, pois já existia em 716, porque n'esse anno foi completamente destruida pelos arabes. Tambem se póde acreditar que já existisse no tempo dos romanos, porque em 1780 se encontrou uma lapide com a seguinte inscripção, que traduzida quer dizer: *Maximo, talabricense* (d'Aveiro) *fallecido no anno decimo segundo, aqui está sepultado. A terra lhe seja leve.* E' possivel, porém, que os romanos a reedificassem e lhe impuzessem o nome de *Niza*, que seria o de algum chefe moiro, e que com as continuas guerras do tempo dos nossos primeiros monarchas, já contra os moiros, já contra os castelhanos e leonezes, se tornasse a destruir. Esta pov. ficava a 3 k. ao NE da actual, em terreno alpestre e accidentado, na encosta escarpada e dura de um pequeno monte, que se ergue sobranceiro ás asperas collinas que o circumdam. A povoação era cercada de muralhas, vendo-se n'um alto um sombrio castello com a sua corôa de ameias de granito. Segundo a tradição, foi esta villa arrazada por el rei D. Diniz, em castigo de ter tomado partido por seu irmão, o infante D. Affonso Sanches, quando em 1287 este lhe quiz disputar a corôa. Esta tradição não parece verosimil; ha outra mais acceitavel, que diz ter sido o referido infante quem a destruiu. Na velha Niza existia em 1287 uma egreja ou ermida de S. Thiago, de que já nem ha vestigios, e o infante D. Affonso Sanches foi bater á porta da egreja, quando aqui passou em direcção ao rio Tejo, pretendendo tirar da villa homens e mantimentos para sustentar a guerra civil contra seu irmão. Diz a historia que o governador lhe oppoz obstinada resistencia, e como as muralhas de circumvalação não podiam offerecer seria defeza, se recolheu ao castello com o povo da villa; mas no fim de oito dias de assedio, foi o castello tomado de assalto, morrendo ou ficando prisioneiros os seus defensores. A' villa, depois de saqueada, mandou o infante lançar fogo, que a destruiu. El-rei D. Diniz, em premio do valor e lealdade dos habitantes, mandou fundar uma nova villa em 1290 e conhecendo que a antiga estava mal situada, escolheu o sitio onde ella existe hoje, muito mais ameno e fertil que o primitivo. Da velha Niza dizem que existem ainda algumas ruinas, e duas egrejas, a de *N. S.ª da Graça*, ou de *Niza a-Velha*, templo antiquissimo, que foi matriz, fundado pelos templarios no principio do seculo XII, passando depois a ser um beneficio da ordem de Christo. Um pouco mais abaixo está a egreja de *N. S.ª dos Prazeres*, ou *da Esperança*, tambem muito antiga, cuja fundação tambem se attribue aos templarios, que eram senhores de Niza-a-Velha, e o fôram da actual villa. Junto ao *castello de Ferron*, que era dos templarios, havia uma extensa veiga chamada *Valle do Azambujal*. Tambem proximo a esta veiga se via a *Torre de João Vaqueiro*, uma das mais altas da Peninsula, edificada pelos romanos no segundo seculo da era christã, e perto d'esta torre um pequeno convento, onde viviam 4 monges da ordem de Santo Agostinho. D. Diniz achou este local muito bom para a fundação da nova villa, e tratou logo de principiar as obras. Era então mestre dos templarios D. Fr. Lourenço

Martins, que com os seus cavalleiros havia prestado grandes serviços ao rei no cêrco de Portalegre. D. Diniz o encarregou da direcção das construcções, e tanta diligencia e solicitude empregou, que em pouco tempo a nova povoação excedia em tudo á antiga. Os materiaes do antigo castello, da cidadella e das muralhas, e de alguns edificios da velha povoação, fôram empregados na construcção da nova. A camara tambem concorreu, recebendo para esse fim dinheiro do monarcha. Em 1296, seis annos depois, estavam concluidas, ficando a egreja do castello dos templarios servindo de matriz. A nova villa foi edificada nas condições de praça de guerra, cercada de muralhas guarnecidas de torres e cubellos, e com 6 portas, e no centro um castello torreado. Tudo está hoje desmantelado. Não tardou em que o recinto da praça não pudesse conter a população da villa, que progredia extraordinariamente, e exorbitando do cinto de suas muralhas, saindo pela *Porta da villa*, se foi estendendo progressivamente, a ponto de occupar hoje uma área quatro vezes maior de que a primitiva povoação estabelecida intramuros. Não consta que a villa tivesse foral, quando el-rei D. Manuel lh'o concedeu, em Lisboa, a 15 de novembro de 1512. A alcaidaria de Niza andou na casa dos condes de Santa Cruz, hoje extincta. Foi commenda dos templarios até 1311, e sendo então supprimida esta ordem, passou em 1319 a ser commenda da ordem de Christo. O brazão d'armas da villa é o seguinte: Em campo de purpura, um castello de ouro, com tres torres no centro do escudo. Sobre a do meio uma cruz da ordem de Christo, de prata. A' direita do castello o escudo das quinas portuguezas, e á esquerda a Lua em quarto crescente, de prata. Nos dois angulos superiores do escudo uma estrella, de prata, em cada um. Os arredores da villa são povoados de hortas, olivaes e pomares, regados pelas ribeiras de Niza e de Figueiró, cujas margens são muito ferteis e pittorescas. O seu territorio é abundante de cereaes, azeite, fructas, linho e algum vinho. Nos montes ha muita caça e grandes colmeias; cria muito gado, e as duas ribeiras fornecem bastante peixe. Niza tinha voto em côrtes, tendo assento no banco 7.º. Foi elevada a marquezado por D. João IV em 18 de outubro de 1646, sendo o 1.º marquez de Niza D. Vasco Luiz da Gama, 5.º conde da Vidigueira. Dentro e fóra da villa ha varias ermidas. A villa tem Misericordia e hospital, escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. L.; feira a 10 de janeiro, que dura dois dias; no segundo domingo de junho e a 10 de outubro, que dura egualmente dois dias; mercado nos segundos domingos de cada mez, e no dia de Passos, no terceiro domingo da quaresma; advogados, notarios, agencias bancarias do *Banco Economia Portugueza*, e do *Banco de Portugal*; da *Companhia de Seguros Confiança Portuense*, da *Companhia Geral de Seguros e Fomento Agricola*, *Portugal Previdente*, e *Companhia Reformadora;* Companhia de seguros de vida, *Equitativa dos Estados Unidos do Brazil;* hoteis, fabrica de louça de barro e de moagens; medicos, pharmacias; sociedades *Reunião de amigos* e *Philarmonica Nizense;* cafés, theatro construido em 1858, etc. O conc. comprehende 9 freguezias, com 2:664 fog. e 12:976 hab., sendo 6:187 do sexo masc. e 6:789 do fem.; n'uma superficie de 51:355 hect. As freguezias são: N. S.ª da Graça, de Alpalhão, 2:191 hab.: 1:041 do sexo masc. e 1:150 do fem.; S. Thiago Maior, de Amieira e Villa Flôr, 1:502 hab.: 727 do sexo masc. e 775 do fem.; N. S.ª da Graça, de Arez, 580 hab.: 259 do sexo masc. e 321 do fem.; S. Mathias, de Cacheiro, 1:024 hab.: 507 do sexo masc. e 517 do fem.; N. S.ª da Graça, de Montalvão, 1:797 hab : 902 do sexo masc. e 895 do fem.; Espirito Santo, de Niza, 2:756 hab.: 1:281 do sexo masc. e 1:475 do fem.; N. S.ª da Graça, de Niza, 1:222 hab.: 561 do sexo masc. e 661 do fem.; S. Simão, de Pé da Serra, 979 hab.: 500 do sexo masc. e 479 do fem.; N. S.ª da Encarnação, de Tolosa, 925 hab.: 409 do sexo masc. e 516 do fem. O principal commercio do conc. é cereaes, cortiça, azeite, queijos, lã e gado suino.

Brazão d'armas da villa de Niza

Niza *(Ribeira de)*. Esta ribeira serpenteia ao fundo do monte onde foi Niza-a-Velha, e vae acabar no rio Tejo, defronte de Fratel.

Nizancal. Pov. do concelho de Pondá, Novas Conquistas, no districto e arceb. de Gôa, India.

Nizão. Pov. na freg. de S Thiago, de Souzellas, conc. e distr. de Coimbra.

N'Lengue. Pov. do sobado de Quilongo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Lombe Etadi. Pov. do sobado de Lué, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, provincia d'Angola, Africa Occidental.

N'Loni. Pov. do sobado de Quilongo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Nó. Serra da prov. do Minho, na freg. da Correlhã. Os romanos chamavam-lhe *Annor*, *Maior* e *Nahor* E' tradição que n'este monte foi edificada a primitiva villa de Ponte do Lima, que existiu aqui alguns seculos. Chamava-se então *Forum Limicorum*, ou *Civitas Limicorum*, *cidade dos Limios*, ou *Limicos*. E' certo que no cume d'este monte se vêem vestigios d'uma grande povoação, e no sitio, a que se dá ainda o nome de *Castello*, se vêem restos d'uma fortaleza antiquissima. Os lusitanos chamavam a esta serra *Nor*, que facilmente se degenerou em *Nó*. Na vertente O d'esta serra está a egreja de N. S.ª da Boa Morte. || Ribeiro na prov. do Minho, que nasce na serra de Nó, e perto d'ella, na veiga da Correlhã, e morre na margem esquerda do rio Lima.

Nobainho. Pov. na freguezia de S. Miguel, de Gualtar, conc. e distr. de Braga.

Nobel. As armas d'este appellido são: Em campo vermelho um leão de ouro rompente. As-

sim se encontram n'uma carta de brazão d'este appellido passada em Lisboa a 14 de fevereiro de 1831.

Nobelide Pov. na freg. de S. Christovão, de Espadanedo, conc. de Sinfães, districto de Vizeu.

Nobiliarchia. Livro que contém os appellidos, origens e tradições das familias nobres de uma provincia, nação, etc., e trata dos seus brazões, de seus feitos, e serviços. || Titulo de algumas obras relativas á nobreza. *Nobiliarchia portugueza*, por Antonio de Villas Boas Sampaio, Lisboa, 1676, outra edição, 1708, e outra, em 1727, augmentada com as armas das familias e cidades principaes do reino; houve ainda outra edição em 1754; *Nobiliarchia goana*, por Filippe Nery Xavier, Nova Gôa, 1862.

Nobiliario. Registo das familias nobres de uma provincia, nação, etc. V. *Armorial*. || *Nobiliario de D. Pedro, conde de Barcellos*; livro importantissimo, que foi coordenado por João Baptista Lavanha, e publicado em Roma em 1640 (V. *Lavanha*, no IV vol., pag. 86). O livro tem o titulo em italiano, mas está escripto em portuguez. V. *Barcellos (D. Pedro, conde de)* no vol. II, pag. 119.

Nobiliarista. Autor de nobiliarios, pessoa que se occupa de estudos nobiliarios. Genealogista de familias de linhagem nobre. V. *Genealogista*.

Noboa. V. *Nova*.

Nobre. Appellido nobre, de familia portugueza, cujos ascendentes viviam em Tavira, no Algarve. O primeiro que se encontra com este appellido é Manuel Martins Nobre, de Tavira. Deu-se-lhe por se portar com grande arrojo, na tomada d'uma praça, em Africa. D. Pedro II, sendo ainda regente do reino, deu a Manuel Nobre Canellas, de Tavira, neto de Manuel Martins Nobre, o seguinte brazão, em 1671: Em campo de purpura, uma torre de prata, lavrada de negro, sobre um contra-chefe de ondas de azul e prata, e junto á torre uma cabeça de moiro toucada de prata e azul. Elmo de aço, aberto, e por timbre um braço armado de prata, com a cabeça d'um moiro pendurada pelos cabellos.

Nobre. V. *Nobreza*.

Nobre *(Antonio)*. Poeta. N. no Porto a 16 de agosto de 1867, onde tambem fal. a 18 de março de 1900. Cursou o 1.º anno da Universidade de Coimbra, indo depois para Paris, onde frequentou a Escola Livre de Sciencias Politicas, frequentando tambem a faculdade de Direito, onde fez os seus actos de bacharel e de licenceado. Regressando em 18?5 a Portugal, concorreu a um logar de consul. No mez d'agosto d'esse mesmo anno começaram a manifestar-se os primeiros symptomas da terrivel tuberculose, a que mais tarde tinha de succumbir. Immediatamente partiu para Davos Platz, na Suissa, d'onde voltou em 1896. Partindo depois para New-York, em 1897, pouco tempo ali se demorou, e como a doença progredisse, foi em 1898 para a ilha da Madeira, procurar n'aquelle clima benigno o allivio que não pudera encontrar em parte alguma. A permanencia n'aquella ilha não o melhorou, antes pareceu aggravar ainda mais o terrivel mal. Foi então para o campo, d'onde recolheu sem melhoras, e em 1899 partiu por mar para fazer uma nova estação em Davos Platz. Tudo foi baldado. O mal havia lançado raizes tão profundas que toda a esperança de salvação se dissipou. Irremediavelmente perdido ainda foi para o Estoril, voltou depois á Foz; em 1900, foi para a aldeia, passando uns dias na quinta do Seixo, mas sentindo-se cada vez mais angustiado, recolheu a casa no dia 17 de março de tarde, e na manhã seguinte expirava. Da geração do seu tempo foi o poeta que mais se approximou da alma popular, tão ingenua e melancholica. O *Só*, livro de poesias em que se estreou na litteratura, provocou um movimento de geral sympathia e enthusiasmo, e exerceu uma poderosa influencia na arte do seu tempo. Esse livro de luminosa belleza, cheio de sinceridade e de emoção, foi lido avidamente. Entre outras, a *Torre de Anta*, *Pobre tysica*, são composições d'uma rara belleza, nas quaes perpassa já a melancholia e a amargura com que o moço poeta presentia o seu proximo fim. No periodo grave da doença compoz as *Despedidas*, publicadas por seu irmão. Os sonetos são quasi todos datados da Madeira, e escriptos nos longos e torturados dias do seu desterro n'essa ilha, onde esperou encontrar a saude, que nunca conseguiu. Quando Antonio Nobre estava na quinta do Seixo pretendeu reunir os seus primeiros versos, para o que mandara tirar, na Bibliotheca do Porto, copias das composições espalhadas pelos jornaes onde as publicara. Mas não o pôde fazer, porque a doença lh'o não permittiu. Os *Primeiros versos*, segundo consta, vão ser publicados com um largo prefacio de Justino de Montalvão, que viveu na intimidade do infeliz poeta. A 1.ª edição do *Só* é de Paris.

Nobre *(Augusto Pereira)* Apreciado naturalista, irmão do poeta Antonio Nobre. N. no Porto a 15 de junho de 1865. Tendo concluido os cursos da Academia Polytechnica do Porto, onde muito se distinguiu, frequentou a Faculdade de Sciencias e o Museu da Historia natural de Paris (Ecole des Hautes-etudes). Nomeado naturalista adjunto ao museu de zoologia da Academia Polytechnica do Porto, em setembro de 1893, foi mais tarde, em 1901, provido definitivamente. Por portaria de 8 de fevereiro de 1894 foi nomeado director da Estação Aquicola do Ave, cargo em que foi definitivamente provido por decreto de 2 de maio de 1904. E' vogal do Conselho Superior de Agricultura e socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa desde novembro de 1893. Tem publicado diversas memorias zoologicas nas seguintes revistas scientificas: *Instituto; Jornal de sciencias physicas, mathematicas e naturaes; Journal de conchyliogie*, de Paris, *Annuario da Academia Polytechnica do Porto; Annales de la Societé Royale malacologique, de Belgique; Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, etc. Desde 1894 que dirige os *Annaes de sciencias naturaes*, onde se encontram muitos trabalhos seus de grande valor scientifico.

Nobre *(Bartholomeu)*. Religioso da ordem da S. Domingos. Era natural de Evora, e escreveu em latim uns *Commentarios ao Evangelho de S. Matheus*, que foram impressos em Italia, e uns *Commentarios ao Genesis*, que ficaram manuscriptos.

Nobre *(Bruno Alves)*. Opulento proprietario, que se tornou muito conhecido pelo seu caracter bondoso e caritativo. Fal. no Porto, em edade

bastante avançada, a 11 de julho de 1891. Tendo estado no Brazil, onde, na carreira commercial adquiriu consideravel fortuna, repartiu, por sua morte, tão sensatamente os bens que possuia, que o seu nome figura entre os mais illustres benemeritos do nosso paiz. Merecendo-lhe especial interesse a instrucção da mocidade, deixou á Escola Medico-Cirurgica do Porto a quantia de 80:000$000 réis para, dos respectivos juros, dar 12 pensões mensaes de 12$000 rs. cada uma, a 12 estudantes pobres, escolhidos de entre os que melhores classificações tivessem nos exames primarios. Esses estudantes, que podiam seguir os cursos que escolhessem e preferissem, receberiam tambem os abonos precisos para matriculas e compendios. Dispoz o benemerito testador que os contemplados com este legado accrescentassem ao seu o appellido de *Nobre*, e recommendou que fôssem preferidos os alumnos dos estabelecimentos de caridade, existentes no Porto, quando as suas classificações fôssem identicas ás de outros quaesquer candidatos. Deixou tambem a importancia de 4:000$000 réis para ser repartida por 100 professores de instrucção primaria, do concelho do Porto, e contemplou a Santa Casa da Misericordia da mesma cidade com o legado de 20:000$000 réis, deixando-lhe tambem differentes propriedades avaliadas em 20:000$000 réis.

Nobre *(Francisco Ribeiro)*. Bacharel formado em Mathematica e em Philosophia pela Universidade de Coimbra, professor do Lyceu Nacional de Beja, professor do Lyceu Central do Porto, reitor da 2.ª zona escolar do mesmo lyceu, escriptor, etc. N. em Vallerim, concelho de Ceia, districto da Guarda, em 26 de maio de 1858. Assentou praça como voluntario em 24 de março de 1876, e pertenceu ao effectivo do exercito até 23 de março de 1888. Matriculou-se no Lyceu Central de Coimbra em 1879, onde fez todo o curso de preparatorios, que terminou em 1883; em seguida cursou a Universidade, formando-se nas faculdades de Mathematica e de Philosophia natural. Por decreto de 22 de novembro de 1888 foi nomeado, precedendo concurso, professor effectivo das disciplinas do 2.º grupo (Mathematica, Physica, Chimica e Sciencias Naturaes) para o Lyceu Nacional de Beja, sendo promovido por decreto de 18 de outubro de 1899 a professor proprietario para o Lyceu Central do Porto, onde é hoje reitor na 2.ª zona escolar. E' socio correspondente do Instituto de Coimbra. Tem collaborado em publicações scientificas, entre as quaes se conta a *Encyclopedia Portugueza illustrada*, publicada no Porto. Fez parte da direcção da *Revista dos Lyceus*, que sustentou durante os annos de 1891 a 1895. As suas obras didacticas, já publicadas, são as seguintes: *Lições de physica do curso geral dos lyceus*, 6.ª edição, 1905; *Lições de physica do curso complementar dos lyceus*, 1.ª parte, 1901; *Lições de physica do curso complementar dos lyceus*, 2.ª parte, 1903; *Tratado de chimica elementar*, 3.ª edição, 1904; *Tratado de physica elementar*, 3.ª edição, 1905. Todos estes livros teem sido muito apreciados pelo professorado de Portugal e do Brazil. As *Lições de physica do curso geral* e o *Tratado de physica* teem merecido unanime preferencia em concursos de livros de ensino.

Nobre *(José Fernandes Viegas Gama)*. Major reformado, tendo servido na arma de artilharia, cavalleiro da ordem de S. Bento d'Aviz. N. em Venda de Maria, no distr. de Coimbra, em fevereiro de 1816, fal. em Lisboa a 29 de maio de 1880. Escreveu: O *Conde de Bomfim, noticias dos seus principaes feitos, por G. N.*, Lisboa, 1860.

Nobre *(Monte do)*. Na freg. de S. Thiago, de Entradas, conc. de Castro Verde, distr. de Beja.

Nobre de Carvalho *(Francisco José Ferreira)*. Bacharel em Philosophia e doutor em Medicina pela Universidade de Sevilha. N. em Lisboa em 1801, fal. em Beja em 7 de março de 1877. Era filho do negociante Thomaz de Aquino Nobre de Carvalho, e de sua mulher D. Marianna Thereza Nobre de Carvalho. Tendo concluido os estudos de humanidades passou a Sevilha com seu tio, o dr. Feliciano Nobre de Carvalho, conego da sé d'aquella cidade. Seguindo os estudos da Universidade obteve em 1826 o grau de bacharel em Philosophia e o de doutor em Medicina. Começou logo a exercer em Sevilha a profissão medica, desempenhando simultaneamente durante algum tempo as funcções de vice-consul de Portugal, com applauso dos superiores, e proveito dos compatriotas que tiveram de recorrer á sua protecção. Em Sevilha casou com D. Hermenegilda Maria Marques Sanches, filha d'uma familia respeitavel de Hespanha, que tinha a sua casa em Castanho del Robledo, para onde foi fixar a sua residencia. Em Castanho del Robledo exerceu a clinica até 1834, tendo durante este tempo valido muito, tanto com os seus poucos haveres como com a sua influencia, junto das autoridades superiores da provincia, aos emigrados de Serpa e de Moura. Chamado a Portugal em 1835 pelo seu amor á patria e á liberdade, veiu sujeitar-se, em cumprimento da lei, aos exames de medicina theorica e pratica, em que ficou approvado *nemine discrepante*, sendo-lhe passada a competente carta que lhe conferia todos os privilegios, liberdades e franquias de que gozassem os doutores em medicina da Universidade de Coimbra. Prevido no partido medico de Alvito, ali tambem exerceu as funcções de subdelegado do contador de fazenda até 1841, em que foi nomeado administrador do concelho de Alvito, cargo em que se conservou até 1853, pedindo então a sua exoneração, que lhe foi concedida nos termos mais lisonjeiros. Em 1851 foi encarregado d'uma commissão importante no concelho do Cercal, em que se houve por tal fórma que mereceu o louvor da autoridade superior pelo discernimento e prudencia com que a desempenhou. Depois acceitou o primeiro partido medico da comarca de Beja. Em 1856 e 1857 prestou-se com a maior dedicação a fazer visitas medicas ás povoações de Beringel e Ervidel, invadidas pela cholera-morbus, e pelas suas acertadas providencias e systema de curar, conseguiu-se atalhar o progresso do terrivel flagello. Foi por vezes procurador geral do districto, e tanto trabalhou a favor do concelho que as camaras deliberaram consignar nas actas das suas sessões votos de agradecimento pelo zelo e dedicada actividade com que promovera os interesses do mesmo concelho.

Nobre de Carvalho *(Manuel Thomaz Ferreira)*. Agronomo, deputado, administrador do con-

celho de Beja, etc. N. em Castanho del Robledo, Hespanha, a 8 de maio de 1831, fal. em Beja em setembro de 1903. Era filho de Francisco José Ferreira Nobre de Carvalho, e de sua mulher, D. Hermenegilda Maria Marques Sanches. Concluiu o curso de agronomia no Instituto de Lisboa em 1858, com toda a distiucção, obtendo *accessits* e as melhores classificações, depois de ter sido egualmente considerado na Escola Polytechnica, nas cadeiras que frequentou ali como habilitação para o estudo da agronomia. Em 1859, tendo sido encarregado da direcção d'uma *quinta modelo* em Beja, escreveu um relatorio, que Latino Coelho apreciou muito lisonjeiramente, o qual saiu publicado na folha official como um documento valioso. Em 1860 foi nomeado bibliothecario districtal em Beja, e exerceu este cargo, cedendo generosamente a remuneração que lhe foi arbitrada. Teve depois a nomeação de agronomo do districto de Beja, cargo que exerceu desde 1866 até 1868. Em 1861 foi eleito pela primeira vez vereador da camara municipal de Beja, e serviu como camarista até 1867, tendo sido eleito presidente da mesma camara no ultimo bieunio. Em 1870 exerceu o cargo de administrador do concelho de Beja; em 1873 foi eleito procurador á junta geral pelo concelho d'Alvito, e em 1878 foi nomeado provedor da Misericordia, logar em que prestou os mais relevantes serviços ao hospital. Tendo sido deputado n'algumas legislaturas, como independente, na epoca em que os deputados ainda recebiam subsidio, na ultima legislatura para que foi eleito cedeu ao hospital esse subsidio. Nobre de Carvalho tinha a carta de conselheiro.

Nobrega. E' appellido nobre, sendo oriundo da Galliza. Em Portugal foi tomado do castello de Nóbrega, que existiu na freguezia de Aboim da Nóbrega. O primeiro que se encontra com este appellido é Domingos Gaspar da Nóbrega, que em 1537, no Desembargo do Paço, justificou ser da familia d'este appellido, para se lhe passar o brazão d'armas, que é o seguinte: Em campo de ouro quatro palas de purpura; elmo d'aço, aberto; timbre, meio leão de ouro, traspassado de purpura, com uma das palas do escudo nas mãos. Para o mesmo fim, e da mesma fórma, justificou Manuel de Nóbrega, da Aziahaga, em 1605. Foi-lhe dado o seguinte brazão d'armas: Em campo de ouro, quatro palas de púrpura, e sobre ellas um açôr negro, armado e bicado de ouro; elmo de aço, aberto; timbre, o açôr do escudo sobre um ninho de raizes verdes, e paus, realçados de prata. Outros do mesmo appellido usam: Em campo de purpura, banda azul, carregada de tres flôres de liz, de ouro, e dois carneiros do mesmo metal, em cada lado. Ainda outros trazem: Em campo de ouro, quatro bandas de purpura. Ha tambem outros que teem as armas d'este appellido unidas ás de outras familias, com as quaes se ligaram por casamentos.

Nóbrega (*Anastasio da*). Um dos cirurgiões mais habeis do seu tempo. Era natural de Lisboa. Escreveu: *Methodo facilimo e experimental para curar a maligna enfermidade do cancro, assim que pertence á applicação dos remedios, como á execução operatoria*, etc., traducção do francez, Lisboa, 1741.

Nóbrega (*Antonio Isidoro da*). Cavalleiro professo da ordem de Christo, bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, secretario perpetuo da Sociedade Medico-Lusitana, instituida no Porto, familiar do Santo officio. N. em Lisboa a 2 de janeiro de 1708, e vivia ainda em 1759. Era filho de José Soares da Nóbrega, e de sua mulher Margarida Antonia Michaela. Recebeu o grau de bacharel a 13 de maio de 1733. Escreveu: *Discurso catholico no qual um christão velho, zeloso de nossa santa fé, fala com os judeus, convencendo-os dos erros em que vivem*, Lisboa, 1738; *Elogio funebre na sentida morte do Fidelissimo rei o Senhor D. João V*, Lisboa, 1750; *Oração funebre na morte do dr. Alexandre de Sousa Torres Souto-maior, medico da camara d'El-Rei, nosso senhor*, Lisboa, 1751. Deixou ineditas varias composições, cujos titulos veem na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. I, pag. 303, e vol. IV, pag. 41.

Nóbrega (*Francisco Miguel da*). Governador de Cabo Verde, nomeado em 1726, terminando o seu governo em 1728. No anno de 1727 revoltou-se contra elle o ouvidor Botelho, que foi morto n'um dos conflictos a que essa revolta deu logar.

Nóbrega (*Januario Justiniano da*). Poeta madeirense, sobrinho do poeta Francisco Alvares da Nóbrega (V. *Portugal*, vol. I, pag. 368). Era escrivão da administração em 1826, e suicidou-se em 1866. Publicou-se posthuma, apenas, uma poesia sua á viuva de D. Pedro IV, mas, segundo consta, escrevera grande numero de composições poeticas de bastante merecimento.

Nóbrega (*Manuel da*). Poeta que viveu no seculo XVII. N. em Lisboa, e era bacharel formado em Direito civil pela Universidade de Coimbra. Publicou um *Epicedio* á morte do principe D. Theodosio, Lisboa, 1653; um *Soneto* e uma *Egloga* á morte de D. Maria de Athaide, que andam nas *Memorias funebres* dedicadas a esta senhora, Lisboa, 1650.

Nóbrega (*P. Manuel da*). Celebre missionario jesuita, que, juntamente com o P. José de Anchieta, prestou á civilisação do Brazil os mais relevantes e extraordinarios serviços. N. a 18 de outubro de 1517, e fal. no Rio de Janeiro a 18 de outubro de 1570. Era filho d'um desembargador da Relação, Belchior da Nóbrega, o sobrinho do chanceller-mór do reino. Cursou humanidades na Universidade de Salamanca e tomou depois o grau de bacharel em Canones, na de Coimbra, a 14 de junho de 1541. Já tinha então ordens de presbytero, e oppoz se a uma collegiatura no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, em 1542. Repellido pela injustiça e pelo patronato, desgostou-se por tal fórma do mundo, que deliberou entrar na Companhia de Jesus, então recentemente fundada por Santo Ignacio de Loyola. Tinha 25 annos de edade, e sem hesitar vestiu a roupeta da ordem no collegio de Coimbra, a 21 de novembro de 1544, e dedicou-se affectuosamente áquella instituição. A sua intelligencia o o seu zelo não tardaram a tornal o distincto e a chamar sobre elle a attenção dos superiores, tanto que, tratando-se de enviar ao Brazil, que principiava a colonisar-se, uns poucos de missionarios jesuitas, foi o P. Manuel da Nóbrega escolhido, com o cargo de superior de todos elles. Só o P. Manuel da Nóbrega era do collegio de Coimbra, os outros, em numero de 5, eram do collegio de Lisboa. Conta-se que não tendo che-

gado a Lisboa a tempo de poder embarcar na esquadra em que ia o primeiro governador do Brazil, Thomé de Sousa, D. João III ordenou que ficasse um dos navios em que devia ir o provedor da Fazenda Antonio de Barros para esperar o illustre jesuita. Este embarcou então, encontrou se no caminho com Thomé de Sousa, e passou para a sua nau, desembarcando todos na Bahia a 28 de março de 1549. Apenas chegou, o P. Manuel da Nóbrega começou logo os seus trabalhos fundando a egreja, parochiando elle proprio, e sobretudo tratando da conversão dos indigenas, tarefa a que se entregou com muito zelo, coragem e bom exito. Elle e os seus companheiros arrancaram muitas vezes, arriscando a propria vida, das mãos dos selvagens anthropophagos os prisioneiros que elles iam sacrificar á sua voracidade, e alcançaram por fim um inacreditavel prestigio, multiplicando se as conversões a ponto que o P. Manuel de Nóbrega pôde fundar um seminario onde educava os indios convertidos. A sua fama já se espalhara de tribu em tribu de fórma tal, que, indo a Pernambuco em 1551, muitos selvagens o procuraram espontaneamente para serem baptisados por elle. Pouco tempo se demorou em Pernambuco, porque os negocios da nascente Egreja brazileira, que tinha a sua séde na Bahia, o chamaram a esta nova cidade, cuja população ia augmentando d'um modo deploravel, porque os colonos que para ali iam de Portugal eram da peor raça, e o P. Manuel da Nóbrega tinha mais trabalho com elles do que com os proprios indios, tanto mais que encontrava n'esses colonos a mais decidida opposição á sua missão de caridade e amor. Os emigrados portuguezes queriam servir-se dos indios como escravos, e como encontravam nos jesuitas infatigaveis defensores dos pobres selvagens, conjuravam-se contra elle; por isso solicitou o P. Manuel da Nóbrega de D. João III a creação d'um bispado no Brazil, para ter na auctoridade d'um prelado uma salvaguarda contra a má vontade dos colonos. Effectivamente foi eleito bispo do Brazil D. Pedro Fernandes Sardinha, que a 1 de janeiro de 1552 permittiu ao P. Manuel da Nóbrega que acompanhasse o governador Thomé de Sousa n'uma excursão que elle fez á capitania de S. Vicente, hoje provincia de S. Paulo. N'essa viagem naufragou o P. Manuel da Nóbrega, em 1553, sendo salvo pelos indios; internando-se então pelas mattas, foi fundar uma egreja na aldeia de Maniçoba, onde juntou um grupo de indios carijós e onde fundou uma confraria do Menino Jesus, de que eram irmãos a um tempo orphãos portuguezes e pequenos indios. Era tal a influencia do P. Nóbrega, que tendo os portuguezes assaltado a aldeia dos carijós, levando prisioneiros muitos d'elles, bastou que o P. Pedro Correia os fôsse reclamar em nome do P. Nóbrega, para que logo os prisioneiros fôssem restituidos. Em 1553 chegou de Portugal o novo governador do Brazil, Duarte da Costa, trazendo comsigo novos missionarios, em que se contava o P. José Anchieta, e para o P. Manuel da Nóbrega o titulo e os poderes de provincial da nova provincia jesuitica do Brazil, porque até ali não governava os jesuitas na America senão como vice provincial de Portugal. Aproveitando estes novos elementos fundou um novo collegio em Piratininga, collegio que foi o nucleo da actual cidade de S. Paulo, e que entregou á direcção do seu ajudante, o P. Luiz da Gran. Para esse collegio foi o P. Anchieta, e o P. Manuel da Nóbrega voltou á Bahia em janeiro de 1557, acompanhado por 4 jesuitas bastante conhecedores do idioma dos indios. Fundou então nos arredores da cidade quatro residencias para se continuar com actividade a catechese, a do Rio Velho, a de S. Paulo, a do Espirito Santo e a de S. João. Apezar dos relevantes serviços prestados á christianisação do Brazil e á influencia da Companhia de Jesus, o P. Nóbrega foi demittido em 1559 do logar de provincial do Brazil, sendo substituido pelo P. Luiz da Gran. Fôra esse um dos primeiros actos do novo geral, o P. Lainez. Não se sabe, o que motivou esta resolução. Manuel da Nóbrega entregou o governo, sem a mais leve hesitação, continuou, porém, a exercer a maior influencia, tanto no animo do seu successor como no do governador Mem de Sá, que lhe consagrava a maior veneração. N'esse tempo estavam os huguenotes francezes de Villegagnon estabelecidos na bahia do Rio de Janeiro, e pareciam dispostos a fundar na America do Sul uma colonia a que já Coligny dava o nome de *França antarctica*. Mem de Sá desejava expulsal-os, mas tinha receio de não dispôr de forças sufficientes, e o mesmo temia o conselho do governo que elle reuniu, mas Nóbrega, que Mem de Sá ouviu depois, foi de opinião contraria. E não só aconselhou a Mem de Sá que emprehendesse a expedição, mas deliberou auxilial o. Acompanhou o governador ao Rio de Janeiro, e deixando-o na expedição recolheu-se a S. Vicente, onde desenvolveu uma actividade immensa para auxiliar Mem de Sá, fazendo que o ajudassem os indios, de que os jesuitas dispunham, preparando mantimentos para as tropas expedicionarias, e tratando de organisar soccorros para os feridos. Expulsas as tropas de Villegagnon da ilha que occupavam no centro da Bahia, foi Mem de Sá a Santos refazer-se das fadigas da lucta aproveitando a hospitalidade que o P. Nóbrega lhe preparara. Depois partiu para a Bahia com Luiz da Gran, deixando na capitania de S. Vicente o P. Manuel da Nóbrega, a dirigir aquellas christandades. A lucta com os francezes não estava ainda acabada. Expulsos da sua ilha, tinham-se refugiado nos bosques, e unidos aos tamoyos, implacaveis inimigos dos portuguezes, continuavam a inquietar os colonos da capitania de S. Vicente. Manuel da Nóbrega e o seu intrepido companheiro José Anchieta resolveram a todo o custo pacificar os indios, e em abril de 1563 fôram sósinhos ao seio da tribu mais feroz e mais inimiga dos portuguezes levar palavras de paz. Ninguem podia imaginar que elles conseguissem sair a salvo d'essa temeraria tentativa; mas a audacia louca d'essa resolução, o aspecto venerando dos dois padres, a fama que elles já tinham, o inexplicavel prestigio dos jesuitas tal impressão produziram no animo dos selvagens, que não só respeitaram os dois missionarios, mas concluiram a paz desejada. José de Anchieta ficou entre elles, e Manuel da Nóbrega voltou a S. Vicente a levar triumphante a noticia. Apenas constou em Lisboa este facto, a rainha D. Catharina, então regente do reino, mandou que se povoasse o Rio de Janeiro, e foi um sobrinho

de Mem de Sá, Estacio de Sá, o encarregado de fundar a nova colonia. A paz, comtudo, não podia ser duradora. Os tamoyos estavam de novo em plena revolta quando Estacio de Sá chegou. Seguiram-se porfiadas luctas em que o proprio Estacio de Sá perdeu a vida, e n'essas luctas deveram sempre os portuguezes ao P. Manuel da Nóbrega a mais efficaz cooperação. Mem de Sá, governador geral do Brazil, veiu substituir o sobrinho em 1566, tomar a direcção da lucta, e continuar a edificação da cidade. Foi elle que presidiu tambem, juntamente com o P. Ignacio de Azevedo, primeiro visitador geral dos jesuitas no Brazil, á construcção d'um collegio dos jesuitas no Rio de Janeiro, collegio de que o P. Manuel da Nóbrega foi logo nomeado superior, estendendo-se a sua jurisdicção ás casas dos jesuitas de Santos, S. Vicente, Piratininga, Espirito Santo. O P. Manuel de Nóbrega já envelhecido, não pela edade, mas pelos muitos trabalhos e numerosos desgostos, succumbiu pouco tempo depois. E' elle um dos grandes vultos que o Brazil ainda hoje reverenceia, juntamente com José de Anchieta, concorreram ambos de modo notavel para a civilisação brazileira. Além d'isso, o nome do P. Manuel da Nóbrega está ligado á fundação de quatro grandes cidades do Brazil: Bahia, Pernambuco, S. Paulo e Rio de Janeiro. O P. Manuel da Nóbrega escreveu diversas *Cartas* da Bahia e de Pernambuco, em diversas datas, dirigidas para Lisboa a alguns padres da Companhia de Jesus e ao seu provincial, as quaes fôram traduzidas em italiano e publicadas em Veneza, em 1559, 1561 e 1570. Deixou outras que se não imprimiram, e cujos autographos se conservavam na Casa Professa de S. Roque.

Nóbrega. Villa extincta da provincia do Minho, na freg. de *Aboim da Nóbrega*. Foi capital d'um grande couto do seu nome. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 24 de outubro de 1513. A pov. de Nóbrega está situada em sitio aprazivel e fertil na margem direita do rio Lima. Foi commenda da ordem de Malta, dos marquezes de Tavora, passando em 1759 para a corôa.

Nóbrega Soares *(João da)*. Professor de instrucção primaria no Funchal, escriptor e jornalista. N. n'essa cidade a 11 de junho de 1831, onde tambem fal. a 22 de setembro de 1890. Seguiu o curso do Lyceu do Funchal de 1848 a 1851, interrompendo, porém, esses estudos para se entregar á vida maritima. Depois de andar durante tres annos a viajar pelos portos d'Africa, regressou á ilha da Madeira, e entrou novamente no lyceu, onde esteve mais um anno, partindo depois, em 1854, para America, voltando outra vez ao Funchal em 1855, para se dedicar ao magisterio. Em 1861, foi o fundador e proprietario da *Revista semanal, periodico litterario e de conhecimentos uteis*, do qual se publicou só um volume, que se concluiu em 1862. N'este jornal sairam muitos dos seus trabalhos litterarios. Collaborou nos jornaes funchalenses *Flôr do Oceano, Patria, Imprensa, O Funchalense*, e *Boletim official*, cuja direcção teve a seu cargo. João da Nóbrega Soares foi professor de instrucção primaria no Funchal, sendo nomeado depois chefe do districto da guarda fiscal na Madeira. Nos ultimos annos da sua vida dirigiu o *Diario de Noticias*, do Funchal. Escreveu: *Introducção á geographia para uso das escolas primarias*, Funchal, 1859; *Primeiras noções de moral para uso das escolas primarias, approvado pelo conselho geral de instrucção publica*, Funchal, 1861; 2.ª edição, em 1862; *Chorographia da Madeira*, Funchal, 1862; *Breves noções da historia de Portugal; Lagrimas e flôres, drama original*, 3 actos, publicado em differentes numeros da *Revista semanal*, 1861; *A morte do Rossinante, tragedia heroi-comica em 1 acto, verso hendecassylabo*, imitação da *Morte de Catimbau*, de Francisco Palha, saiu no *Funchalense*, em 1861, com o pseudonymo de *Mirza Abdul-Kader; Qual dos dois? comedia em 1 acto, imitada do inglez;* saiu no *Boletim official*, 1862; 2.ª edição, 1863, *Um quarto com duas camas, comedia em 1 acto*, imitada do hespanhol, Funchal, 1862; *A virtude premiada, drama original em 2 actos*, Funchal, 1863; *Um viagem ao Rabaçal, romance humoristico e de costumes campestres*, publicado na *Revista semanal; Scenas da vida excentrica, romance humoristico;* na mesma *Revista; Bem por mal, romance*, idem; *Um casamento á força, romance humoristico*, idem; *Nem tudo são rosas na vida, romance imitado livremente de Luiz Enault*, idem; *Scenas da vida intima, romance*, idem; *Flôres e diamantes, romance imitado de Affonso Karr*, saiu na *Patria*, 1862; *M. J. Glenqa, esboço biographico*, Funchal, 1862; *Um rapaz feliz, romance humoristico*, começou a publicação na *Imprensa*, mas não concluiu; *Um passeio á America tropical, relação de viagens em cartas;* fôram insertas tambem na *Imprensa* 6 d'estas cartas, que depois o autor reuniu com outros escriptos n'um volume com o titulo de *Contos e viagens*, onde estão incluidos os seguintes: *Descobrimento do Brazil, O naufragio da «Flôr do Oceano», Os portuguezes em Tanger, Primeira victoria naval dos portuguezes, etc.; Na floresta, conto phantastico, imitado de Affonso Karr;* publicado na *Imprensa*, 1862; *Os piratas, conto historico*; estes dois contos sairam depois em volume com o titulo de *Lendas e tradições*. Consta que no *Correio da Manhã*, de Lisboa, publicou uma interessante *Memoria sobre as Furnas de S. Miguel*, onde fôra em commissão de serviço. Deixou ineditos alguns artigos, contos, poesias, comedias, e trabalhos pedagogicos. Com as comedias *Perdeu-se a patente, Padrinho, Brites de Almeida* e *Morte de Rossinante* formou um volume, que publicou em 1863, com o titulo de *Scenas e comedias*.

Nobres. Pov. na freg. de S. Cosme e Damião, de Podame, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Nobreza. Fidalguia herdada ou doada pelo soberano. *(V. Fidalgo)*. Alta nobreza, a fidalguia de velha data. Pequena nobreza, a fidalguia de moderna data. A primeira nobreza do reino compunha-se nos antigos tempos, segundo declara a carta de lei de 25 de maio de 1776, dos escudeiros, e dos cavalleiros armados pelos reis, ou pelos capitães nas guerras de Africa, e da Asia; dos que conseguiam o honroso titulo de vassalos, infanções, ricos-homens e outros da mesma gerarchia. Os principaes preceitos nobiliarchicos da antiga legislação da *Ordenações* e *Leis Extravagantes*, etc., eram os seguintes: Nobre é pessoa que tem distincção politica procedente de emprego que confere nobreza, ou de alguma das honras do reino (Lei de 29 de novembro de

1775, Alvará de 16 da março de 1757; Lei de 3 de janeiro de 1611; Regimento nov. dos dezembargos do Paço § 118; Ordenações livro 5, titulo 92). Os empregos, que conferem nobreza, são: 1.°, Os que por si só teem essa faculdade dada expressamente pela lei (Lei de 29 de novembro de 1775, § 3); 2.°, Aos que por lei ou estylo anda inherente mercê de algumas das honras do reino (Lei de 3 de janeiro de 1611). Honras do reino são vantagens na estimação creadas em o reino (Decreto de 10 de junho de 1649). As honras do reino comprehendem: 1.°, O titulo de principe (Lei de 27 de outubro de 1645, Alvará de 9 de janeiro de 1817. Carta Regia de 17 de dezembro de 1734); 2.°, O titulo de infante (Lei de 16 de setembro de 1597); 3.°, A grandeza (Lei de 29 de janeiro de 1734); 4.°, Os titulos (Ordenações, livro 2, titulo 45, § 53., Lei de 16 de setembro de 1597, e de 23 de janeiro de 1739); 5.°, O titulo de Conselho (Ordenações, livro 1, titulo § 13); 6.°, O senhorio de terra (Regimento de El-Rei, 11 de abril de 1661); 7.°, A alcaidaria-mór de castello (Regimento citado); 8.°, Os foros de filhamento (Regimento de 3 de junho de 1572); 9.°, A fidalguia concedida por especial mercê regia (Ordenações, livro 5, titulo 92, § 6); 10.°, A fidalguia (idem); 11.°, A fidalguia de linhagem (Ordenações, livro 4, titulo 104, § 5); 12.° A cavallaria confirmada (Ordenações, livro 2, titulo 60); 13.°, A cavallaria de linhagem (Ordenações, livro 5, titulo 38); 14.°, O titulo de escudeiro dado por carta ou alvará regio (Ordenações, livro 2, titulo 45, § 39); 15.°, Escudeiro de linhagem (Ordenações, livro 1, titulo 66, § 42); 16.°, O titulo de Dom (Ordenações. liv. 5, titulo 92, § 7); 17.°, O brazão d'armas (Ordenações, livro 5, titulo 92); 18.°, O habito de ordem militar (Provisão regia de 25 de abril de 1641); 19.°, Os tratamentos (Leis de 16 de setembro de 1597, e de 29 de janeiro de 1739); 20.°, O titulo de parente da Casa Real (Regimento de 11 de abril de 1661); 21.°, O titulo de desembargador d'El-Rei (Ordenações, livro 2, titulo 45, § 4); 22.°, Os gráos de lettras (Lei de 16 de setembro de 1597). As honras do reino entram no numero dos bens denominados antigamente da Corôa e hoje bens nacionaes (Ordenações, livro 2, titulo 26, § 33). O fim de sua instituição é o nobilitar (Ordenações, livro 5, titulo 92). Os empregos, que só por si conferem nobreza, nobilitam: Ou sómente á pessoa que tem algum d'elles, como o de negociante de grosso trato (Lei de 23 de novembro de 1775, § 3), e não só a dita pessoa, senão tambem os seus filhos legitimos, ou legitimados, como o de sargento-mór de tropa de 1.ª linha (Alv. de 16 de março de 1757 e Regimento nov. dos desembargos do Paço, § 118). As honras do reino nobilitam: A pessoa, que tem alguma d'ellas (Ordenações, livro 5, titulo 92). Os filhos legitimos, ou legitimados, d'esta pessoa (Regimento nov. dos desembargos do Paço, § 118). Os netos legitimos ou legitimados, da dita pessoa (Avará de 24 de janeiro de 1771 e Regimento dos desembargos do Paço, § 118). Os empregos que conferem nobreza, e as honras do reino, nobilitam as mulheres legitimas dos individuos agraciados, emquanto com ellas fôrem casados, ou estiverem viuvas honestas. A nobreza considerava-se em dois estados (Leis de 29 de novembro de 1755 e de 23 de novembro de 1616). 1.°, Quando o nobre administra bens da Corôa, e se habilite para elles, ou tem o fôro de moço fidalgo, e d'ahi para cima. 2.°, Quando não tem nenhuma d'estas circumstancias. (Ordenações, livro 5, titulo 120). A qualidade de nobreza adquire-se: Pela acquisição de qualquer dos ditos empregos ou honras, Pelo nascimento legitimo, ou legitimado. Pela celebração de matrimonio legitimo. A qualidade de nobre perde-se: Pela falta do emprego ou honra do reino, do que procedia a nobreza, que se tinha (Alvará de 24 de novembro de 1764, Ordenações, livro 5, titulo 92); Pela imposição de pena de infamia (Ordenações, livro 5, titulo 6, § 13); Pela perda da qualidade de nobre soffrida pela pessoa, de quem se houve por nascimento ou matrimonio (Ordenações, livro 5, titulo 6, § 13); Pela mudança de estado de viuva para o de casada, havendo-se adquirido pela celebração de matrimonio legitimo com homem nobre (Ordenações, livro 5, titulo 120); e pelo exercicio publico de officio mechanico (D. de 10 de junho de 1694). ‖ Bibliographia. V. *Nobiliarchia e Genealogia; Origem da nobreza politica, Blasoens de armas, appellidos, cargos e titulos nobres,* por Alvaro Ferreira de Vera, Lisboa, 1791; *Privilegios da nobreza e fidalguia de Portugal*, por Luiz da Silva Pereira e Oliveira, Lisboa, 1806; *Resenha das familias titulares e grandes de Portugal*, por Albano da Silveira Pinto, continuado pelo visconde de Sanches de Baena; *Memorias historicas genealogicas dos duques portuguezes do seculo XIX*, por João Carlos Fêo Cardoso de Castello Branco e Torres e visconde de Sanches Baena; *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza desde a sua origem até o presente, com as familias illustres que procedem dos reis, e dos serenissimos duques de Bragança*, por D. Antonio Caetano de Sousa; *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, etc., pelo mesmo; *Memorias historicas e genealogicas dos grandes de Portugal*, pelo mesmo autor.

Nobrezes. Pov. na freg. de Santa Suzana, de Carapinheira, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra

Nobrijo. Pov. na freg. de S. Vicente, de Branca, conc. de Albergaria-a-Velha, districto de Aveiro.

Nocalunga. Pov. do sobado de Luanza, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Nodar. Pov. na freg. de S. Martinho das Moitas, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Nodeirinho. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Nodel. Pov na freg. de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.° bairro de Lisboa.

Noêda. Pov. na freg. de Santa Maria, de Campanhã, 1.° bairro do Porto.

Noemute. Um dos dois reinos do Oeste do distr. autonomo de Timor, na Oceania. Pertence ao commando militar de Okussi.

Nogal. Pov. na freg. de S. Vicente, de Pinheiro, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Nogra. Pov. na freg. de S. Bento, de Anceriz, conc. de Argauil, distr. de Coimbra.

Nogueira. A familia d'este appellido procede de D. Mendo Nogueira, cavalleiro templario que viveu no tempo do conde D. Henrique. O seu solar era na Torre de Nogueira, proximo do rio Minho. A torre tem grande quinta, foros annexos

e dependencias. D. Affonso II, em 1211, 1.º anno do seu reinado, deu esta propriedade a Mendo Paes, seu aio, do qual foi descendente o dr. Pedro Nogueira, desembargador do Paço e do conselho de D. João III. Foi este o progenitor dos Nogueiras do Minho, cujo ramo principal véiu depois a ser o da casa dos viscondes de Villa Nova da Cerveira. As suas armas são: Em campo de ouro uma banda xadrezada de prata e verde, de oito ordens, com uma vergueta de purpura, que tapa a ordem do meio. Elmo de prata, aberto; timbre, uma cabeça e pescoço de serpe, de ouro, com um ramo de nogueira, verde, com nozes de ouro, na bocca. Outros do mesmo appellido usam: Em campo de ouro, duas bandas de escaques de prata e azul. O mesmo elmo e timbre. Outros: Em campo de ouro, banda xadrezada de purpura e verde, de cinco ordens, com uma verguêta de purpura, que tapa a ordem do meio. O mesmo timbre e elmo.

Nogueira *(D. Affonso)*. Cavalleiro de familia nobre, que viveu no tempo de D. João I, D. Duarte, e D. Affonso V. Foi bispo de Coimbra, depois arcebispo de Lisboa, do conselho do Estado, e por duas vezes embaixador a Castella. Mas o seu maior credito consistia em ter sido um dos primeiros fundadores da congregação de S. João Evangelista em Portugal. Fal. a 16 de setembro de 1467.

Nogueira *(P. Bernardo)*. Jesuita. N. em Fremona na Ethiopia, sendo filho d'um portuguez descendente dos intrepidos soldados que acompanharam D. Christovão da Gama áquelle paiz. Foi educado no seminario da Companhia de Jesus, onde teve por mestre das linguas portugueza e latina o P. Manuel d'Almeida, o erudito auctor da *Historia da Ethiopia* a quem acompanhou como interprete, quando elle foi por embaixador ao sultão Segued em 1624, e depois coadjuvou muito o patriarcha Affonso Mendes nas missões que este prelado executou na Ethiopia. Em 1650 vestiu a roupeta da ordem, e sendo mandado para o reino de Gojão para propagar a religião christã, foi morto por ordem do vice-rei em 1653. Na mesma *Historia da Ethiopia*, publicada depois por Balthazar Telles, chronista da Companhia de Jesus, encontram-se duas *Cartas* escriptas por este padre jesuita, assim como um *Calendario de alguns que morreram pela fé em Ethiopia*, por elle composto.

Nogueira *(Diogo Henrique Xavier)*. Tenente-coronel reformado, tendo servido na arma de artilharia. N. em Abrantes a 13 de março de 1805, fal. em Lisboa a 8 d'outubro de 1884. Foi alumno da Academia de Marinha, negando-se-lhe em 1828 a licença para frequentar a Academia de Fortificação e Desenho, e tendo se-lhe dado baixa do serviço por não convir ao governo miguelista. Teve por isso de se homisiar, soffrendo toda a sorte de privações até agosto de 1833, em que se apresentou em Lisboa. Durante esse tempo fez parte d'uma guerrilha que se organisou em Thomar na noite de 23 de junho de 1833. No mez de abril de 1827 havia sido ferido com uma baionetada em Elvas por occasião dos motins provocados pelos miguelistas. Escreveu: *Lista geral dos officiaes do exercito, que tem ou pódem vir a ter direito a accesso, com a designação de suas antiguidades e situações*, Lisboa, 1850.

Nogueira *(Emilio Henrique Xavier)*. General de divisão reformado. N. em 25 de maio de 1844. Foi o alumno n.º 6 do Real Collegio Militar, completando o curso em 1861. Alistou-se no exercito a 24 de agosto d'esse anno, contando 17 annos de edade; sendo promovido a alferes, depois de concluir o curso de infantaria, em 8 de julho de 1862, a tenente em 16 de fevereiro de 1869, a capitão em 30 d'agosto de 1875, a major em 31 de outubro de 1881, a tenente coronel em 5 de dezembro de 1888, a coronel em 30 de setembro de 1893, a general de brigada em 1900, reformando-se em general de divisão em 27 de setembro de 1901. Sendo tenente de caçadores n.º 8 foi nomeado official do estado maior do Collegio Militar em 4 de outubro de 1872, e depois secretario do mesmo collegio em 5 de dezembro do mesmo anno. A 21 de julho de 1875 encarregado do ensino das cadeiras de arithmetica do 2.º e 3.º anno n'aquelle estabelecimento, passando em 21 de setembro de 1876 a encarregar-se da cadeira de arithmetica do 1.º anno emquanto não houvesse professor, regencia para que se offereceu, não acceitando remuneração alguma. Em 7 de janeiro de 1878 foi unicamente encarregado da regencia da cadeira de arithmetica pratica do 3.º anno do curso. Em 13 de dezembro de 1880 teve autorisação de reger a cadeira de physica e chimica, no impedimento do respectivo professor, que durou até maio de 1884. Em 22 d'agosto de 1883 passou a exercer as funcções de sub-director interino do collegio. No exercicio d'este cargo regeu por muito tempo as cadeiras de arithmetica pratica, 3.º anno, physica, chimica e historia natural, abandonando a propriedade d'esta ultima cadeira pela sua nomeação de director interino do referido collegio militar, em 24 de maio de 1891. Durante a sua carreira tem sido varias vezes louvado: em ordem collegial de 27 de dezembro de 1883, pela maneira distincta como se houve na direcção do collegio durante a ausencia do respectivo director; em ordem, tambem collegial, de 2 de abril de 1884, pelo modo porque desempenhou uns trabalhos que lhe fôram incumbidos relativos ao pessoal superior do estabelecimento e á escripturação de diversas repartições. Como professor, secretario, sub-director e membro do conselho permanente de aperfeiçoamento do Collegio Militar, prestou serviços importantissimos, pelo que foi agraciado em 6 de maio de 1886 com a commenda da ordem de S. Bento de Aviz.

Nogueira *(Francisco Daniel)*. Medico, que viveu no seculo XVIII. Era natural de Lisboa, e publicou em 1762 uma traducção dos aphorismos de Hippocrates, com o titulo de *Hippocrates Lusitano*.

Nogueira *(Francisco Tavares)*. Administrador da loja de venda da Impressão Regia. Escreveu: *Catalogo dos livros que se vendem na loja da Impressão Regia, na praça do Commercio*, Lisboa, 1777. E' dividido em 5 classes pela ordem seguinte: 1.ª Theologia; 2.ª Jurisprudencia; 3.ª, Philosophia; 4.ª Historia; 5.ª, Philologia. Cada uma d'estas classes subdivide-se com respeito ás linguas.

Nogueira *(Januario José Raymundo Penaforte)*. Assistente-Deputado no Commissariado do Exercito, e escriptor. N. em 1784; ignora-se a data da sua morte. Escreveu: *França em sangue, e sem respeito ao soberano, na origem e continua-*

ção da revolução franceza, poema epico, historico, tragico, polemico, theologico, politico, que pretende dar á luz um amigo da permanencia dos thronos. Este poema ficou inedito. Publicou mais: *O Anti-Jacobino*, n.º 1, Lisboa, 1828; não se conhece a continuação; *Discurso sobre a superstição*, traduzido do francez; *Principios elementares da administração das finanças*, Lisboa, 1830; saiu sem o nome do autor.

Nogueira *(João Maria).* Official graduado na direcção do commercio e industria da secretaria do ministerio das Obras Publicas, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, jornalista, escriptor, etc. N. em Beja em 1816, fal. a 16 de dezembro de 1856. Era filho de Joaquim Antonio Nogueira, que foi secretario geral d'esse e d'outros districtos. *(V. adeante).* Em 1828, quando seu pae emigrou, ficou João Maria Nogueira na companhia de sua mãe, que o foi educando confórme pôde n'esses attribulados tempos. Em 1833, quando a divisão do duque da Terceira foi desembarcar no Algarve, João Maria Nogueira, apezar de contar apenas 17 annos de edade, não hesitou em pegar n'uma espingarda para cooperar no movimento revolucionario que rebentou em Beja, apenas se teve noticia do desembarque do duque. O visconde de Mollelos commetteu o erro de ir suffocar essa insurreição que debellou facilmente, em vez de perseguir o duque da Terceira. Mas pouco depois entrava o duque em Lisboa, e Beja proclamava de novo a liberdade. O batalhão de voluntarios, em que João Maria Nogueira assentou praça, foi então servir no sul, e o moço liberal fez as campanhas do Algarve, campanhas principalmente dirigidas contra as guerrilhas miguelistas. Terminada a lucta, João Maria Nogueira, que era digno de recompensa, já pelos seus serviços, já pelos de seu pae, foi empregado no governo civil de Beja; envolto, porém, na perseguição que moveram a seu pae, quando este em 1839 foi demittido de secretario geral, foi tambem demittido João Maria Nogueira do seu pequeno emprego no governo civil. Dispondo de poucos meios, veiu para Lisboa, e começou a trabalhar nos jornaes e a fazer traducções para viver. Reconhecendo-lhe talento, a *Revolução de Setembro* abriu-lhe as suas portas, mas todos esses trabalhos obscuros de jornalista e de traductor não lhe davam meios sufficientes para viver, e Firmo Marecos, então director da Imprensa Nacional, lhe deu ali um pequeno emprego, sem querer saber se as suas opiniões eram ou não as do partido dominante. João Maria Nogueira, assim como seu pae, pertencia ao partido progressista avançado. A revolução franceza de 1848 inspirou-lhe mesmo idéas republicanas e até socialistas. Em 1851 creou-se o novo ministerio das Obras Publicas, e na organisação d'esse ministerio foi nomeado official graduado da Direcção geral do Commercio e Industria, e n'esse logar pôde então entregar-se mais tranquillamente a trabalhos mais serios. O trabalho d'esse novo ministerio e d'esse novo serviço que se tratava de fundar no paiz, absorvia, comtudo, inteiramente a sua actividade, e o emprego de todas as suas forças, que a doença tornou limitadas. Nas eleições de 1856 os seus amigos politicos pensaram em o eleger deputado, e apresentaram a sua candidatura pelo circulo de Beja. Era ali tão estimado que até Marianno Feio, depois visconde da Boa Vista, seu adversario politico, se prestou a auxiliar a eleição. Na verdade foi eleito, mas não pôde tomar assento na camara, porque succumbiu a um ataque de rheumatismo nervoso n'esse mesmo anno, contando apenas 40 annos de edade. Sairam a seu respeito artigos necrologicos na *Revolução de Setembro* de 18 de dezembro, e no *Portuguez*, no dia 19. Os deputados seus collegas abriram entre si uma subscripção e com o producto d'ella lhe mandaram erigir no cemiterio dos Prazeres um tumulo, para onde os seus ossos fôram trasladados em dezembro de 1858, assistindo á trasladação os homens mais importantes da politica d'esse tempo. No tumulo gravou-se um epitaphio singelo e eloquente, em que se celebravam as virtudes do finado, os seus merecimentos e o muito que lhe deviam os seus concidadãos. Na *Revolução de Setembro*, de 24 de dezembro de 1858, vem um curioso artigo ácêrca do monumento e da trasladação, trazendo transcripto o epitaphio. Escreveu: *A Escravidão moderna, por F. Lamennais, traduzida em portuguez*, Lisboa, 1844; *Archivo Constitucional e Christão, ou Collecção de artigos politicos e religiosos de distinctos escriptores, vertidos em portuguez*, Lisboa, 1846; saiu o 1.º numero sem o seu nome, e parece que não se publicou mais nenhum; *A Bibliotheca do socialista, ou excerptos ácêrca do pauperismo e da organisação social*, Lisboa, 1849; sairam sómente os tres primeiros numeros, e sem o seu nome; *Conversações d'Aldeia, por Timon, traduzidas do francez*, Lisboa, 1850; 2.ª edição, no mesmo anno; a *Revista Popular*, falando a respeito d'este livro no tomo II, pag. 314, classifica-o de *excellente traducção de um livro excellente*; *O Guiador do povo, ou conversações politicas de um cura com os habitantes da sua aldeia; primeira conversação*, Lisboa, 1845; *Um livrinho para o povo, tres dialogos politicos, por Timon*, Lisboa, 1848; *Que é o Communismo? Não é partilha; por Guerin de Vitry*, Lisboa, 1848; *Necessidade e objecto do ensino primario; O Mestre de Escola (Dialogo de Timon)*, *2.ª edição*, Lisboa, 1850; estes 4 ultimos opusculos sairam sem o nome do autor; *Compendio estatistico, ou resumo dos Elementos de Estatistica de A. Moreau de Joannes, contendo os principios geraes d'esta sciencia*, etc., Lisboa, 1851; *Apontamentos estadisticos; Lisboa no seculo XVI*; sairam disseminados por diversos numeros do *Panorama*, 1855. Deixou tambem varios artigos publicados na *Revolução de Setembro* e outros jornaes. Escreveu tambem: *Eu e os cabralistas de Beja, ou uma das vinganças de 1844 com as feições de 1828*, Lisboa, sem anno de impressão, mas no fim tem a data de 9 de junho de 1844 e a assignatura do autor.

Nogueira *(Joaquim Antonio).* Secretario geral de varios districtos durante os annos de 1836 a 1839. N. em Beja em 1790, fal. em Lisboa a 6 de outubro de 1851. Militou nas fileiras liberaes, o que lhe valeu ser perseguido pelo partido miguelista, vendo-se obrigado a emigrar em 1828, deixando a familia, voltando a Lisboa só depois de restabelecido o partido constitucional. Seguindo as idéas mais avançadas, quando triumpharam os setembristas foi nomeado secretario geral successivamente dos districtos de Beja, Faro e Portalegre. Como era muito exaltado, foi tambem vivamente aggredido pelos seus

adversarios, e em 1871 teve de publicar um folheto em sua defeza, com o seguinte titulo: *Justificação de Joaquim Antonio Nogueira contra as invectivas e perseguições de seus inimigos politicos*, Lisboa, 1871. Traduziu do francez *O Contagio sagrado, ou historia natural da superstição*, Lisboa, 1839, 2 tomos. Esta versão foi publicada sem o nome do traductor. O ministerio publico querelou esta obra, por abuso de liberdade de imprensa em materia religiosa, foi julgada affirmativamente pelo tribunal do jury competente, e como tal mandada supprimir e arrestar. Escapou, porém a maior parte dos exemplares, que continuaram a vender-se mais ou menos descobertamente, havendo só da parte dos editores o cuidado de fazerem substituir os antigos rostos por outros, com a indicação de *Madrid*, em vez de *Lisboa*. Escreveu mais: *Commentarios do conde de Tracy ao Espirito das leis de Montesquieu; seguidos da Memoria sobre quaes os meios de fundar a moral de um povo; traduzido em portuguez*, Lisboa, 1871; *Motivos da discordia geral do mundo*; *Lições politico moraes, e conselhos praticos para resistir á tyrannia dos dynastas*, Lisboa, 1872; saiu com as iniciaes J. A. N.; *Catão portuguez, ou Catecismo constitucional*, Lisboa, 1875; com as mesmas iniciaes. E' attribuido a Joaquim Antonio Nogueira o seguinte opusculo: *Sinchronismo do reinado de Maria Segunda, por um perseguido*, Lisboa, 1878.

Nogueira *(José Barbosa)*. Estudante legista da Universidade de Coimbra, em 1787. Escreveu: *Obras poeticas que ao ill.mo sr. Manuel José Coutinho Pereira de Sousa e Menezes, em signal de respeito e gratidão offerece*, Coimbra, 1790.

Nogueira *(José Felix Henriques)*. Jornalista e escriptor. N. em Dois Portos a 15 de janeiro de 1825, fal. em Lisboa em 23 de janeiro de 1858. Era filho de Felix Henriques Nogueira e de D. Maria do Espirito Santo Henriques Nogueira. Possuidor de meios de fortuna que bastavam para lhe assegurar uma existencia independente, entregou-se com fervor ao estudo, e todo se dedicou á defeza das idéas, que no seu espirito accendera a revolução franceza de 1878, e que nunca renegou. A França sempre exerceu uma grande influencia no espirito portuguez, como em geral no espirito europeu. Em 1878 fôram todos em Portugal mais ou menos republicanos, e até um pouco socialistas. Depois esses republicanos e esses socialistas fôram tranquillamente deputados historicos e deputados regeneradores. José Felix Henriques Nogueira ficou sempre fiel a esses principios. Aspirou á fundação da republica em Portugal e em Hespanha, e desejou ardente e sinceramente a organisação da republica federal iberica. Trabalhou pela causa da associação, e aconselhou vivamente a fundação d'um centro eleitoral operario. Nas eleições de 1851 apresentou a sua candidatura de deputado pelo circulo d'Alemquer, e tinha a sua eleição bem figurada. N'essa occasião lançou-se ardentemente na lucta, publicando no *Echo dos operarios*, de 11 de outubro de 1851 uma *Carta ao centro eleitoral operario*, e a 22 d'esse mez e anno escreveu e publicou em folheto separado uma *Carta programma aos membros do collegio eleitoral de Alemquer*, e a 5 de novembro seguinte na *Revolução de Setembro* um artigo intitulado *Interesses agricolas*, em que expunha as suas idéas sobre o futuro e o desevolvimento da agricultura portugueza, que elle sobretudo se propunha defender na camara. Vencido, comtudo, em segunda votação, protestou energicamente n'um artigo intitulado *Ao paiz, exposição sobre a eleição de Alemquer*, que saiu na *Revolução de Setembro* de 27 de novembro do referido anno de 1851. Ficando fóra do parlamento, Henriques Nogueira consagrou-se ao acabamento e á publicação d'um dos seus livros mais notaveis, *Estudos sobre a Reforma em Portugal*, obra em 2 volumes, que foi muito bem recebida no publico, e a seu respeito escreveu Antonio Feliciano de Castilho um artigo extremamente laudatorio intitulado *Boa Nova*, que veiu publicado no *Almanach democratico para 1852*. Foi fundador d'este almanach Henriques Nogueira, o qual saiu quatro annos seguidos, de 1852 a 1855. Teve collaboradores, mas era elle o seu principal redactor. Ali escreveu artigos ácêrca de Ledru-Rollin, Mazzini, Kossuth, Raspail, Roberto Blum, Ricardo Cobden, Victor Hugo, Guilherme Pope, David d'Angers e Daniel Manin. Estudou ali tambem as questões do futuro da Peninsula, da Iberia, da Associação local, da organisação municipal e da administração central. Um dos seus maiores pensamentos era o da federação iberica. O illustre democrata sonhava a fragmentação da Hespanha em pequenas republicas, e a entrada depois de Portugal n'essa federação devaneada por elle. Diz um dos seus biographos: «O enthusiasta sonhador não via que preparava assim o caminho para a Iberia sempre odiada, e justamente odiada pelos portuguezes, que n'estes povos latinos de tradições centralistas a republica federal é apenas a transicção para o cesarismo. Acceitar, mesmo nessas condições, a ligação com a Hespanha é trahir a causa da patria. A separação de seculos, as barreiras invenciveis que se tem levantado entre os dois paizes peninsulares, fariam sempre com que Portugal ficasse isolado no meio d'essa confederação de republicas de interesses e de sympathias muito differentes das nossas. Na federação democratica, da mesma fórma que na monarchia, seriamos sempre nós as victimas. Pois no tempo dos Filippes não era tambem a nossa união com a Hespanha até certo ponto federal? Não conservavamos a nossa autonomia administrativa, os nossos foros e privilegios? Não eramos, não fômos sempre governados, como se estipulára nas côrtes de Thomar, ou por principes da casa real ou por vice-reis portuguezes? E comtudo, esses sessenta annos fôram, e fôram justamente, considerados na historia sessenta annos de captiveiro.» Em 1851, comtudo, a Iberia, debaixo d'esta nova fórma, chegou a ter partidarios dedicados. Foi o tempo em que se fundou a *Revista Peninsular*, onde Henriques Nogueira collaborou, em que Latino Coelho escreveu o prologo do livro de D. Sinibaldo de Mas. O sentimento publico, porém, revoltou-se contra estas tendencias, e esses sonhos democraticos-ibericos desfizeram-se completamente. Em 1852 Henriques Nogueira tornou a apresentar a sua candidatura para deputado, d'esta vez pelo circulo de Torres Vedras. A 22 de novembro d'esse anno publicou um folheto, ou allocução programma, intitulada *Aos eleitores do circulo de Torres Vedras*. Novamente ficou vencido, e então muito desanimado, resolveu

ir viajar, e em 1853 percorreu a Hespanha, França, Belgica, Allemanha e a Inglaterra. Começou a publicar as *Recordações* da sua viagem no 1.º vol. do *Archivo Pittoresco (1858)*, chegando ao capitulo X, ficando a maior parte inedita, porque a morte do autor veiu interromper a publicação. Voltando da sua viagem, fundou em 1851 o jornal *Progresso*, em que largamente escreveu como redactor principal. O jornal era politico, mas Henriques Nogueira dedicou mais a sua attenção ás questões economicas do paiz, e substituiu o *Almanach democratico*, que então publicava, por outro com o titulo de *Almanach do cultivador*, que principiou em 1856, saindo o 2.º e ultimo em 1858. N'esses almanachs publicou Henriques Nogueira apreciaveis artigos, entre os quaes se contam as *Synopses historico-agricola e bibliographico-agricola de Portugal*, *Interesses agricolas* e os *Bancos Municipaes, Uma visita a Tiptree-Hall* e *Dois dias em Grignon*. Trabalhador incansavel e sempre dedicado á defeza das idéas que sustentava, Henriques Nogueira andava reunindo elementos vastissimos para uma obra que ia emprehender, intitulada *Iberia historica*, que devia ser a historia dos vestigios e memorias que nos restam em factos e escriptos ácerca da idéa da união de Portugal com a Hespanha, debaixo do principio politico ou economico. Ao mesmo tempo escrevia o *Catecismo democratico*, que deixou manuscripto. Lidava n'esta azafama sinceramente, no meio das sympathias e da estima de todos, mesmo dos adversarios intransigentes das suas idéas, quando fal. repentinamente, na edade de 33 annos, causando a sua morte a mais dolorosa surpreza, não só aos seus amigos, mas a toda a Lisboa. A imprensa da capital mostrou o mais vivo sentimento por tão inesperada morte, e um anno depois prestou-se á sua memoria uma imponente homenagem. Sua mãe e seu tio mandaram construir no cemiterio dos Prazeres, defronte do jazigo de Silvestre Pinheiro Ferreira, um tumulo para onde fôssem trasladados os restos mortaes do illustre jornalista, realisando-se a trasladação no dia 21 de janeiro de 1859. Muitos amigos do finado encarregaram o esculptor Manuel Maria Bordallo Pinheiro de fazer um busto do finado, que foi posto no tumulo, onde se gravou a seguinte dedicatoria:

A José Felix Henriquez Nogueira, que tanto amou a patria e em mais de oito annos de estudos politicos não visou nas suas viagens e multiplicados escriptos senão a fazel-a prosperar; por benigno consentimento de sua mãe, tomando parte n'este testemunho de saudade, lhe consagram o busto que adorna este tumulo, alguns dos seus amigos, collaboradores e correligionarios. Apostolo fervoroso da liberdade, egualdade e fraternidade, foi estrenuo defensor da doutrina democratica e da idéa da federação politica das Hespanhas. O futuro julgará suas opiniões e as de muitos que lhe sobrevivem.

Por occasião da sua morte, publicaram sentidos artigos os seguintes jornaes: *Opinião*, de janeiro de 1858; *Revolução de Setembro*, no dia 26; *Correio da Europa*, no dia 31, etc. Da trasladação tambem publicaram artigos, nos respectivos dias, *A Opinião*, *Revolução de Setembro*, *Futuro*, *Jornal do Commercio* e *Portuguez*. Tambem publicaram artigos biographicos: *A Revista Peninsular*, vol. II, pag. 381 a 384; *Illustração Luso-Brazileira*, vol. II, pag. 30 e 31. Henriques Nogueira deixou trabalhos litterarios e politicos no *Panorama*, *Ecco dos Operarios*, *Jornal da Associação Industrial Portuense*, *Revista Peninsular*, *Scalabitano*, etc. Além dos livros já citados, escreveu: *O Municipio no seculo XIX*, Lisboa, 1856; a maior parte d'esta obra tinha saido no jornal *Progresso*, de 1855, e d'ella falara elogiosamente a *Iberia*, jornal politico de Madrid, a 24 de março de 1856; *Ericeira*, no vol. III da 2.ª serie do *Panorama*, pag. 335, com uma gravura; *Revista historico-politica de Portugal, por J. A. dos Santos e Silva*, critica litteraria na *Revolução de Setembro*, 12 d'agosto 1852; *Necessidade da instrucção primaria, e vantagens do methodo Castilho, dito de leitura repentina;* no *Jornal da Associação Industrial Portuense*, de 15 de dezembro de 1852; *Methodo Castilho, para o ensino rapido e aprazivel do ler impresso, manuscripto e numeração, e do escrever*, critica litteraria na *Revolução de Setembro*, de 6 de julho de 1853; *Os novos franciscanos*, esboceto politico, publicado no *Scalabitano;* de 23 de abril de 1857; *Instrucção primaria*, fragmento no mesmo jornal de 21 de junho do mesmo anno. Muitos annos depois, em 1880, prestou-se uma levantada homenagem á memoria de Henriques Nogueira; uma associação democratica e de instrucção, fundada n'esse anno, tomava o nome de *Club Henriques Nogueira*. O celebre jornal de caricaturas o *Antonio Maria*, esquecendo-se por um momento da sua indole galhofeira, recordou com respeito a memoria do illustre escriptor, e como se o nome de Bordallo Pinheiro tivesse de andar associado sempre a estas homenagens, assim como foi o seu pae, Manuel Maria Bordallo Pinheiro, que cinzelou o busto que se collocou sobre o tumulo, foi o filho Raphael Bordallo Pinheiro quem desenhou n'uma das paginas do *Antonio Maria* esse mesmo busto, fazendo-lhe quasi uma apotheose. Lê-se no *Diccionario Popular*, dirigido por Pinheiro Chagas, vol. VIII, pag. 439: «Bem sabemos que foi principalmente o espirito partidario que presidiu a esta homenagem, mas se o partido republicano vê apenas em Henriques Nogueira um dos precursores do movimento republicano federal do nosso paiz, a patria, esquecendo o que podiam ter de offensivo para o sentimento nacional algumas das suas idéas, vê n'esse homem o apostolo dedicado da instrucção popular, do principio da associação, o campeão dos interesses agricolas do paiz e do desenvolvimento da vida municipal.»

Nogueira (*José Maria Antonio*). Primeiro escripturario da contadoria do hospital de S. José e chefe da repartição da receita. N. em Lisboa a 13 de agosto de 1822, fal. em Cintra a 28 de setembro de 1884. Era filho d'um antigo recebedor de contribuições do bairro d'Alfama. Apezar da instrucção deficiente que recebeu, em virtude das circumstancias precarias de sua familia, pôde supprir com aturada e paciente applicação o que lhe faltou de estudos regulares, auxiliado de feliz memoria. Assim desde poucos annos, e no exercicio da profissão de solicitador, a que se dedicára, soube adquirir vastos conhecimentos historicos, litterarios e juridicos, e não vul-

gar erudição, que depois accrescentou quando foi nomeado para a contadoria do hospital de S. José. Tendo-se relacionado com os homens de letras mais distinctos do seu tempo, que muitas vezes o consultavam, e eram por elle obsequiados com o fructo de longas e enfadonhas averiguações, poderia ter obtido para si mais vantajosa posição, mas não usou nunca em proveito proprio o seu valor incontestavel, e os serviços que prestava com tão boa vontade e abnegação. Trabalhou muito para o desenvolvimento das associações operarias, patrocinadas pelo Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas. Collaborou nos seguintes jornaes: *Revolução de Setembro*, *Portuguez*, *Jornal do Commercio*, *Jornal do Centro Promotor*, *Federação*, *Commercio de Portugal*, etc. O bispo de Vizeu, D. Antonio Alves Martins, estimava-o muito, e empregou bastantes diligencias para lhe dar collocação mais conforme com a sua superior intelligencia, mas elle sempre se recusou. O bispo nomeou-o, juntamente com Silva e Cunha, para proceder a uma syndicancia ao Deposito Publico de Lisboa, e ambos se houveram tão satisfatoriamente d'essa commissão, que o relatorio da syndicancia, em que aconselhavam a creação da Caixa Geral de Depositos, foi publicado no *Diario do Governo*, precedido d'uma portaria de louvor para os dois commissionados. Como funccionario, José Nogueira tinha apenas a comprovar a sua intelligente applicação ao serviço publico, alguns elogios exarados nas actas das sessões da administração do hospital, e como homem de letras o simples diploma de socio do Instituto Historico de Coimbra. Escreveu: *A estabilidade dos encargos pios não é incompativel com a abolição dos morgados*, Lisboa, 1853; *Relatorio e mais documentos relativos ás obras que tiveram logar na egreja dos Anjos, apresentados á junta grande da irmandade do Santissimo da mesma freguezia em 30 de dezembro de 1855*, Lisboa, 1855; *Um voto na questão do juramento politico e sobre o modo por que ella foi tratada na camara dos senhores deputados*, Lisboa, 1857; *Algumas noticias ácerca dos hospitaes existentes em Lisboa e suas proximidades, antes da fundação do hospital de Todos os Santos, 15 de maio de 1492*, sairam no *Jornal do Commercio*, em junho ou agosto de 1855; *Archeologia do theatro portuguez, 1588 a 1762*, serie de folhetins no mesmo jornal, no mez d'abril de 1866; *Algumas horas em Evora*, no mesmo jornal durante o mez de dezembro de 1866; *Noticia dos manuscriptos da livraria do ex.^{mo} conde de S. Lourenço*, Ajuda, 1871; é um catalogo methodico d'uma importante collecção de cartas e documentos de grande interesse, tanto para a historia das nossas conquistas da India, como para o conhecimento exacto dos feitos e acções de D. João de Castro, etc; esta obra foi encommendada por D. Christovão Manuel de Vilhena em 1865; n'este trabalho teve José Nogueira o auxilio (quanto á decifração da letra antiga) do erudito paleographo e cartorario do hospital de S. José, o P. Manuel Maria Rodrigues Leitão. No *Jornal do Commercio* ainda publicou: *Memorias de Salvador Correia de Sá*, *A sepultura de Paschoal José de Mello Freire dos Reis*, *O ataque á serra do Pilar*. No *Commercio de Portugal*, entre outros escriptos de menos valor, publicou: *Um albergue nocturno no seculo XVI*; *Francisco Vieira da Silva* (estudo biographico); *Sampaio (Antonio Rodrigues)*, idem; *A Praça da Figueira*; *O tumulo da infanta D. Catharina*; *Os ossos de Affonso de Albuquerque*. Dizem que José Nogueira deixou manuscripta uma obra de grande alcance e valia, onde se encontram preciosos esclarecimentos para a historia da medicina em Portugal. E' essa obra a *Archeologia medica*, e n'ella se propuzera a tratar da historia de todos os hospitaes, mesmo dos anteriores ao de Todos os Santos, regulamentos, pessoal medico, therapeutica, primeiras escolas de medicina, etc. Na parte que deixou escripta, e que chega até meados do seculo XVIII, encontram-se muitos e valiosos documentos ineditos, desentranhados do archivo do hospital de S. José. Além de todos estes trabalhos, deixou tambem nas suas pastas, promiscuamente, larga copia de apontamentos curiosos e uteis, relativos a diversos assumptos.

Nogueira *(José Ramos)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, juiz da Relação de Lisboa, etc. N. em Goes em 1837, fal. em 19 de fevereiro de 1903. Era filho de José Nogueira Ramos, e de sua mulher, D. Joaquina de Jesus Nogueira Ramos. Cursou a Universidade de Coimbra, onde se formou em 1858, sendo n'esse mesmo anno nomeado delegado para a comarca de Valença; esteve como juiz em Táboa, Fundão, Tondella, Fayal, e durante 4 annos exerceu o cargo de juiz da 4.ª vara civel da comarca de Lisboa. Em 21 de abril de 1899 foi nomeado para a Relação dos Açôres, a que presidiu, e d'onde teve transferencia para a de Lisboa em 1900. Em 1892 exerceu o cargo de governador civil de Villa Real. Na terra da sua naturalidade, Goes, bastantes vezes tentaram apresentar o dr. Ramos Nogueira como deputado d'aquelle circulo; elle, porém, sempre se recusou. O dr. Ramos Nogueira era casado com a sr.ª D. Mathilde de Paula Nogueira.

Nogueira *(José Pedro Antonio)*. Jornalista, secretario do governo civil e da Bulla da Cruzada, do conselho de Sua Majestade, deputado, etc. Fal. em julho de 1882. Começou a sua carreira publica em 1838 como empregado do thesouro publico, onde mereceu sempre a maior consideração dos seus superiores. Quando pela primeira vez se tentou estabelecer a contribuição de repartição, foi um dos commissionarios escolhidos para aquelle espinhoso serviço. Sendo-lhe designada a comarca de Torres Vedras, por tal fórma ali adquiriu a sympathia publica, que em successivas legislaturas lhe foi conferido o diploma de deputado por aquella localidade. O movimento popular de 1846 não deixou vingar o novo systema tributario, voltando por esse motivo ao seu anterior logar no Thesouro Publico. Tendo entrado na politica, filiando-se no partido cartista, ou conservador, que nunca abandonou, tomou parte muito activa no movimento politico de 6 de outubro de 1846, como já se havia associado aos movimentos de 1838 e 1842, a favor da restauração da Carta Constitucional. D'aqui lhe proveiu grande intimidade com Antonio Bernardo da Costa Cabral, então conde de Thomar, e com outros homens notaveis do partido cartista. Na imprensa que defendia as mesmas idéas, collaborou activamente, tendo por companheiros Rebello da Silva, Mendes Leal, Pereira dos Reis, e outros escriptores d'aquella epoca. Foi escolhi-

do para diversas e importantes commissões, como a de syndicancia á alfandega municipal, e a de secretario do governo civil de Lisboa, havendo-se em ambos, e principalmente n'este ultimo cargo, exercido durante os disturbios a que chamaram *Penichadas*, com o maior accerto e a maior prudencia, grangeando a geral approvação. O bispo de Vizeu, D. Antonio Alves Martins, pediu-lhe com instancia que se conservasse n'aquella commissão, porém o conselheiro Nogueira por lealdade politica ao duque d'Avila, não accedeu, e foi exercer as funcções de secretario do Conselho de Saude. Na refórma, ou extincção d'este conselho, quiz o prelado viziense ouvir o parecer do conselheiro Nogueira, que foi inteiramente contrario á opinião do reformador. Esta circumstancia e a recusa de continuar na secretaria do governo civil, o privou das boas graças d'aquelle ministro, que, no entretanto, elogiava a seriedade do seu caracter. Por effeito da alludida extincção ficou como addido á nova Junta de Saude Publica. Tambem foi secretario da Bulla da Cruzada, vogal supplente do Tribunal de Contas, logar que desempenhou emquanto a sua saude lh'o permittiu. Possuia a carta de conselho, o habito e a commenda da ordem de Christo, habito da do Nossa Senhora da Conceição e da Torre e Espada; medalha de serviços prestados por occasião da febre amarella, em 1857. Tambem fôra agraciado com a grancruz e a commenda da ordem de Izabel a Catholica, e a de Carlos III, ambas de Hespanha, e com o officialato da ordem de S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia.

Nogueira *(Luiz)*. Advogado no Porto, que viveu no seculo XVIII. N. n'esta cidade, sendo filho de Antonio Nogueira e de Clemencia de Jesus. Depois de ter apprendido os rudimentos grammaticaes e estudado logica no collegio de S. Lourenço dos Jesuitas, no Porto, passou á Universidade de Coimbra, e ali estudou jurisprudencia pontificia. Voltando para o Porto exerceu a advocacia. Escreveu: *De Portoriis tractabus*. Consta d'um commentario ao foral da Portagem da cidade do Porto, concedido pela rainha D. Thereza em 1158, e confirmado seculos mais tarde por el-rei D. Manuel. N'esta obra envolve muitas e graves questões de direitos e tributos reaes.

Nogueira *(P. Luiz)*. Jesuita. N. em Formoselha, no bispado de Coimbra, a 6 de dezembro de 1620, fal. em Lisboa na Casa Professa de S. Roque, a 30 de junho de 1696. Era filho de Manuel Fernandes e de Anna Francisca. Na edade de 16 annos entrou para a Companhia de Jesus, no collegio de Coimbra, a 25 de março de 1637, onde estudou as sciencias severas; dictou Philosophia no collegio de Braga e Theologia moral no do Porto. Foi companheiro do P. Jacinte de Magistris, quando no anno de 1663 partiu a ser visitador da provincia do Brazil, e no seu regresso exerceu o cargo de reitor do seminario de S. Patricio, de Lisboa. A maior parte da sua vida, passou-a na Casa Professa de S. Roque. Deixou duas obras em latim.

Nogueira *(Luiz Antonio)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, secretario geral do governo civil de Angra do Heroismo, do districto do Porto, deputado, etc. N. em Angra do Heroismo em 1831, fal. em Lisboa a 28 de junho de 1884. Era filho de Abilio Ponciano Nogueira e de D. Maria da Luz Nogueira. Matriculando-se na Universidade, fez um curso distincto em Direito, e apenas tomou o grau de bacharel, foi nomeado secretario geral do governo civil do districto de Angra do Heroismo, sendo depois transferido para egual cargo no governo civil do Porto. Mais tarde entrou no ministerio do reino como director geral da administração civil e politica, servindo sempre com lealdade os ministros de diversas politicas, que uns aos outros se rendiam no ministerio. Foi fiscal, ou commissario do governo, junto da Companhia Real dos Caminhos de Ferro, e exerceu diversas commissões de serviço publico. Em 1875 foi um dos redactores do jornal juridico *O Direito*, tendo por collegas na redacção os srs. José Luciano de Castro e Antonio Alves da Fonseca. Possuia varias condecorações nacionaes e estrangeiras e a carta de conselho. Foi deputado n'algumas legislaturas. Luiz Antonio Nogueira foi um dos mais desvelados promotores da fundação de uma granja, ou quinta de correcção, para cumprimento de sentença e morigeração dos réos menores, que se realisou em Villa Fernando, no Alemtejo. O *Commercio de Portugal*, de 29 de junho de 1884, dia seguinte ao da sua morte, publicou um sentido necrologio com alguns dados biographicos.

Nogueira *(P. Manuel Caetano dos Santos)*. Prior da freguezia de Santo Estevão, de Santarem, no começo do seculo XIX. Escreveu: *Memoria historica em que se fazem recommendaveis os beneficios do Santissimo Milagre, e as acções de graças que se renderam na sua propria egreja pela restauração d'este reino*, Lisboa, 1809.

Nogueira *(Manuel Sieuve de Menezes Zagallo)*. Medico civil e militar; tenente-coronel reformado. N. em Angra do Heroismo em 13 de julho de 1843, sendo filho do dr. Rodrigo Zagallo Nogueira, descendente das illustres familias d'estes appellidos. São muitos os seus serviços prestados como medico civil e militar, tanto na metropole, como em Africa. Entrou no corpo dos medicos militares com a graduação de tenente em 26 de janeiro de 1887, e foi promovido a capitão em 21 de novembro de 1895, reformando-se em tenente-coronel, por ter attingido o limite da edade, em 17 de julho de 1907. Em 1905 estava em Leiria, como capitão-medico de infanteria n.º 7, e durante a sua permanencia prestou bons serviços a esta cidade, que elle considera como sua patria adoptiva, e procurou engrandecer, reformando por completo, á sua custa, o hospital militar, que é um dos bons edificios de Leiria, tornando-o confortavel e hygienico, e imprimindo-lhe a indispensavel boa ordem e boa disciplina; restaurou tambem a capella do edificio, que estava no maior abandono e profanada, e que no começo do anno de 1905 foi aberta ao culto divino. O sr. tenente coronel Zagallo Nogueira, por este facto, foi por duas vezes louvado em ordens regimentaes, e o governo lhe conferiu, por proposta do ministro da guerra, a mercê de official da ordem de S. Thiago, cujo diploma foi publicado no *Diario do Governo* de 7 de abril de 1905, em que se lê: «Por distinctos merecimentos scientificos e pelos importantes e valiosos serviços prestados em beneficio do hospital militar de Leiria.» Além d'esta distincção, é official

e cavalleiro da ordem de S. Bento d'Aviz, e official da Torre e Espada; possue as medalhas de prata de comportamento exemplar, para commemorar a expedição a Moçambique em 1894 e 1895, e a de serviços no ultramar.

Nogueira *(Ricardo Raymundo).* Cavalleiro professo da ordem de S. Thiago da Espada, doutor e lente da faculdade de Leis na Universidade de Coimbra; conego doutoral na sé de Evora, deputado da inquisição de Coimbra, reitor do Collegio dos Nobres, censor regio do Desembargo do Paço, membro da regencia do reino na ausencia d'el-rei D. João VI, conselheiro de Estado, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. no Porto em 31 de agosto de 1746, fal. em Lisboa a 7 de maio de 1827. Era filho do dr. Luiz Nogueira e de D. Floriana Theotonia Barreto. Foi-se formar em leis na Universidade de Coimbra, e por tal fórma se distinguiu no seu curso que, desejando o marquez de Pombal que o celebre general, conde de Lippe, assistisse na Universidade á defeza brilhante de uma these, o corpo docente designou Ricardo Raymundo Nogueira, que n'essa occasião se doutorava, como quem mais brilhantemente podia satisfazer o desejo do marquez de Pombal. Effectivamente Ricardo Raymundo Nogueira teve a honra de defender these diante do grande ministro portuguez e do illustre general allemão. Foi então advogar para o Porto, até que no dia 30 de setembro de 1772 vestiu a beca e professou na ordem de S. Thiago, sendo chamado á Universidade reformada para fazer parte do corpo docente na faculdade de leis Logo em outubro d'esse anno foi eleito deputado da junta de administração e arrecadação da fazenda da mesma Universidade. Homem muito erudito, conhecendo bem o grego, o latim, o francez, o allemão e o inglez, amigo intimo de Antonio Ribeiro dos Santos, seu collega na Universidade, cujo exemplo não concorria pouco para o incitar a cultivar as letras, traduziu do allemão as *Pastoraes*, de Gessner, que publicou em 1778, no Porto, sem o seu nome, e do grego a *Poetica*, de Aristoteles, que publicou em Lisboa no anno de 1779, precedida de uma introducção, que se attribue a Antonio Ribeiro dos Santos. A 9 de junho de 1789 foi eleito deputado na inquisição de Coimbra; a 29 de janeiro de 1790 foi designado para reger como lente a 1.ª cadeira de Instituto na faculdade de Leis, e a 4 de abril de 1795 designado para leccionar direito patrio. A sua gerencia n'esse primeiro anno lectivo de 1795 a 1796, ficou celebre, e as suas prelecções fôram publicadas posthumas no vol. VII do *Instituto*, jornal de Coimbra. As suas qualidades mais eminentes eram as de professor; tinha o dom da palavra, explicava com grande lucidez e verdadeira eloquencia. Foi depois conego doutoral da sé de Evora; reitor do Collegio dos Nobres, nomeado em 2 de junho de 1802, e logo em seguida censor regio. Exercia todos estes logares quando sobreveiu a invasão franceza. Qual foi a sua attitude perante os invasores não se póde saber claramente, porque a esse respeito ha as mais contradictorias opiniões. O general Foy, na sua *Historia da guerra da Peninsula*, affirma positivamente que fôram Ricardo Raymundo Nogueira, Simão de Cordes Brandão de Athaide e Francisco Duarte Coelho, os que redigiram o projecto de constituição que os portuguezes queriam pedir a Napoleão, pedindo-lhe ao mesmo tempo um rei; o autor d'uma *Historia de D. João VI*, cuja traducção se imprimiu em Lisboa em 1838, declara que é inexacta a affirmação do general Foy. Seria? E' certo que, se Ricardo Raymundo Nogueira tomou essa attitude, não se percebe bem como foi nomeado depois membro da regencia em 1810, mas é possivel tambem que elle mostrasse com Junot a mesma subserviencia que mostrou depois com Beresford. O que não soffre duvida, comtudo, é que, ainda que não fôsse elle um dos redactores da mensagem que se dirigiu a Napoleão, Foy decerto se não lembraria do seu nome, se elle não fôsse um dos *afrancezados*. Em 7 de agosto de 1810 foi Ricardo Raymundo Nogueira nomeado membro da nova regencia, encarregada de governar o reino durante a ausencia da familia real, e n'essa regencia tinha como collegas o patriarcha de Lisboa, o marquez de Olhão, o principal Sousa e o ministro inglez Carlos Stuart. Parece que um dos motivos que mais contribuiram para que o dr. Nogueira fôsse nomeado membro do conselho de governo, foi o profundo conhecimento que elle tinha da lingua ingleza. Effectivamente era principalmente com elle que se entendiam e tratavam os inglezes, e o que faz com que José Agostinho de Macedo no *Elogio historico*, que escreveu em honra da sua memoria, diga que os generaes inglezes até o consultavam sobre os seus planos. Ricardo Raymundo Nogueira compartilhou todas as responsabilidades d'essa desgraçada regencia, desde a primeira até á ultima, desde a da *setembrisada* até á da repressão sanguinolenta da conspiração de Gomes Freire de Andrade. Só se demittiu ou antes se eclipsou com os outros seus collegas, no dia 15 de setembro de 1820 quando rebentou em Lisboa a revolução que foi ecco da revolução portuense. Durante os tres annos do regimen liberal estabelecido pela revolução de 1820, esteve o dr. Nogueira esquecido, ou escondido, mas apenas veiu a reacção de 1823, choveram logo sobre elle as honras e as recompensas. No dia 19 de junho de 1823 foi nomeado para fazer parte de uma commissão encarregada de elaborar o projecto de uma constituição, que D. João VI então queria outhorgar aos seus subditos. No dia 4 de julho d'esse mesmo anno foi nomeado conselheiro de Estado. Ricardo Raymundo Nogueira estava já velho e fatigado. Os ultimos quatro annos da sua vida passou-os completamente retirado das agitações politicas. Morreu com 81 annos de edade. Segundo o que affirma José Agostinho de Macedo, encontrou se no seu espolio um livro intitulado *Conta corrente com os pobres*, e por elle se viu que todos os rendimentos que auferia como conego doutoral da sé de Evora, passavam integralmente para as mãos da pobreza. Ricardo Raymundo Nogueira foi eleito socio da Academia Real das Sciencias, o seu elogio historico foi escripto, conforme dissémos, por José Agostinho de Macedo, que era seu particular amigo, e passa por ser uma obra prima no seu genero. Além das obras já citadas, escreveu: *A serra de Cintra*, Lisboa, 1814; é uma descripção poetica, que saiu sem o seu nome; *Varias poesias*, que se publicaram anonymas na *Collecção de Poesias ineditas dos melhores autores portuguezes*, que saiu em 1809, por diligencia de José Balbino Barbo-

sa de Araujo, depois visconde de Telheiras; *Prelecções de Direito patrio, que fez no anno lectivo de 1795 a 1796*; fôram publicadas posthumas, com um prefacio do editor, no *Instituto*, de Coimbra, vol. VI, pag. 233 e seguintes, e reproduzidas na *Revista do instituto dos advogados*, do Brazil, nos tomos de 1868 e seguintes.

Nogueira *(Rodrigo Zagallo)*. Cavalleiro e commendador da ordem de Christo e da de Nossa Senhora da Conceição, doutor em Medicina e cirurgia pela Universidade de Lovaina, cirurgião approvado pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, medico do hospital de Santo Espirito na cidade de Angra do Heroismo, socio correspondente da Sociedade de Sciencias Medicas de Lisboa, etc. N. em Thomar a 9 de dezembro de 1819, e fal. em Angra do Heroismo em agosto de 1905. Era filho de Manuel Joaquim Nogueira, fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição e juiz de fóra dos Açôres. Em setembro de 1840 foi approvado na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, e em outubro do mesmo anno recebeu o diploma de doutor pela Universidade de Lovaina. Partiu depois para a ilha Terceira, ali exerceu a clinica até á data do seu fallecimento. Exerceu muitos cargos de eleição popular, como o de vogal da antiga junta geral e do antigo conselho de districto, foi juiz e governador civil substituto, medico municipal, do hospital da Misericordia de Angra do Heroismo. Escreveu: *Breve noticia sobre a topographia medica da cidade de Angra do Heroismo*, Angra, 1844; tem 2 mappas estatisticos; *Proposições para serem defendidas na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa*, Lisboa, 1839; comprehende a *Dissertação sobre as hernias abdominaes em geral e em particular da hernia inguinal*. Na *Bibliographia açoriana*, de Ernesto do Canto, vem o nome d'este illustre clinico citado, simplesmente, *Rodrigo Zagallo Nogueira (Terceirense)*, tomo I, pag. 371; no tomo II, publicado posthumo, a pag. 241, encontram-se as seguintes publicações: *Allocução ao infante D. Luiz, quando visitou o asylo de infancia, pelo vice-mordomo da mesa administrativa em 1 de novembro de 1858*; saiu no *Angrense*, n.º 1027; *Breves e resumidas reflexões ácêrca d'um escripto publicado n'esta cidade com o titulo: «Illustrações sobre bexigas e sarampo»*, Angra.

Nogueira (*D. Vicente*). Moço fidalgo, senador da Casa da Supplicação e conego da sé de Lisboa. N. n'esta cidade em 1585, fal. em Roma em 1654. Era filho do dr. Francisco Nogueira, cavalleiro da ordem de S. Thiago, desembargador da Casa da Supplicação, juiz da corôa e do conselho de Estado. D. Vicente Nogueira foi feito moço fidalgo aos 12 annos de edade. Pelo seu grande talento contrahiu grande amizade com o condestavel de Castella D. Bernardino de Mendóça e com o duque de Feria. Estudou Philosophia, graduou-se em Canones, sendo depois senador na Casa da Supplicação, de cujo logar tomou posse a 13 de março de 1613, e conego da cathedral de Lisboa. Era muito conhecedor das linguas grega, latina, caldaica, syriaca, arabica, italiana, franceza e castelhana; muito erudito na historia sagrada e profana, assim como na poesia, mathematica, musica e algebra. Sendo obrigado a sair de Lisboa em 1631, a fortuna tornou-se-lhe propicia, tanto pelos logares que desempenhou, como pelas sympathias que grangeou entre as pessoas da primeira gerarchia. Foi senhor de Rios Frios, referendario de ambas as assignaturas em Roma, conselheiro de sua magestade catholica e cesarea, e camarista da Chave dourada do archiduque de Austria Leopoldo. Fal. no palacio do cardeal Francisco Barberini, vice-cancellario da Egreja Romana. Escreveu uma *Carta* de Lisboa, a 28 de setembro de 1615, dirigida a Jacobo Augusto Thuano, presidente do senado de Paris; esta *Carta* foi traduzida em francez, e juntamente com a resposta de Thuano em latim a Vicente Nogueira, em 1616. Deixou manuscripta a seguinte obra: *Relações tiradas de varios papeis para a historia d'el-rei D. Sebastião*, etc. Esta obra nunca se imprimiu, e o manuscripto conservava-se na livraria do convento de Christo, de Thomar. No livro do sr. José Ramos-Coelho, *O Primeiro marquez de Niza*, dá-se noticia da correspondencia que D. Vicente Nogueira entreteve com aquelle illustre fidalgo, relativamente á compra de importantes livros no estrangeiro. V. n'este volume, pag. 70 a 72, e no livro acima indicado.

Nogueira. Pov. e freg. de Santa Christina, da prov. do Douro, conc. e com. de Louzada, districto e bisp. do Porto; 104 fog. e 336 hab. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada proximo da estrada de Louzada a Paços de Ferreira. A mitra apresentava o vigario, que tinha 80$000 réis de congrua e o pé daltar. A povoação pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. Pelagio, da prov. de Traz os-Montes, conc., com. e distr. de Bragança; 93 fog. e 420 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada junto da serra do mesmo nome. O cabido da sé de Bragança apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. E' n'esta freg. que está o santuario de N. S.ª do Cabeço. Está n'um sitio despovoado, no alto d'um cabeço, d'onde lhe vem o nome. E' templo muito antigo, mas não se sabe quando, nem por quem foi edificado. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. da Maia, distr. e bisp. do Porto; 287 fog. e 1:244 hab. Tem esc. do sexo masc. e uma fabrica de moagens. A egreja parochial dista 2 k. da séde do conc. O mestre escola da collegiada de Cedofeita apresentava o cura, que tinha réis 40$000 de congrua e o pé d'altar. A terra é muito fertil; cria muito gado bovino, que exporta para Inglaterra. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Pov. e freg. de S. Romão, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 110 fog. e 404 hab. A egreja parochial dista 3 k. da séde do conc. Tem caixa post A mitra apresentava o abbade, que tinha 350$000 réis de rendimento. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna de Castello. Está n'esta freg. a *Torre de Quintella*. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. de V N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 59 fog. e 196 habitantes. Tem caixa post. A pov. dista 7 k. da séde

do conc. e está situada a 4 k. da margem esquerda do rio Minho. O abbade da freg. de Santa Marinha, de Alheira, apresentava o vigario, que tinha 30$000 réis de congrua e o pé d'altar. Nogueira foi villa, consta ter sido fundada por D. Affonso VI, o Grande, rei de Castella e Leão, sogro do conde D. Henrique, em 1080, dando-a á egreja de S. Thiago, de Galliza. Foi couto da Casa de Bragança, que recebia o *quinto* dos fructos. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao districto de recrut. e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Nogueira foi annexada ao conc. de Valença por decreto de 12 de junho de 1895, que extinguiu o de V. N. da Cerveira, mas voltou a este, depois de restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com. e distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 209 fog. e 768 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e estação post. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada a 3 k. da margem direita do rio Douro. A camara ecclesiastica de Braga apresentava o vigario, que tinha 400$000 réis de rendimento. A terra é muito fertil; cria muito gado de toda a qualidade, e tem muita caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. || Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Aboim da Nóbrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Alcofra, conc. de Vouzella, districto de Vizeu. || S. Geus e conc. d'Arganil, distr. de Coimbra. || S. Martinho, de Avessadas, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto, || Santa Tecla, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Miguel, de Bobadella, conc. de Boticas, distr. de Villa Real. || Ilha da Madeira e distr. do Funchal: S. Lourenço, de Camacha, conc. de Santa Cruz, e S. Sebastião e conc. de Camara de Lobos. || Santa Maria Magdalena, de Chaviães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Cossourado, conc. de Paredes de Coura, do mesmo distr. || S. Pedro, de Cotta, conc. e distr. de Vizeu. || S. Cypriano, conc. de Rezende, do mesmo distr. || N. S.ª da Annunciação, de Espariz, conc. de Táboa, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Fontellas, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Sebastião, de Fornellos, conc. de Santa Martha de Penaguião, do mesmo distr. || Santo André, de Gondomar, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Cruz, de Juvim, conc. de Gondomar, districto do Porto. || S. Martinho, de Mancellos, conc. de Amarante, do mesmo distr. || Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, do mesmo distr. || O Salvador, de Medrões, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Santo Estevão, de Moldes, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Moledo, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || S. Paio, de Mozellos, conc. de Paredes de Coura, districto de Vianna do Castello. || S. Lourenço, de Navarra, conc. e distr. de Braga. || S. Verissimo, de Nevogilde, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Maria, de Outeiro, concelho de Cabeceiras de Basto, districto de Braga. || S Miguel, de Passô, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Salvador, de Paderne, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Padornello, conc. de Paredes de Coura, do mesmo distr. || S. Pedro, de Paraizo, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Santa Maria e conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Pecegueiro, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Rans, conc. de Penafiel, districto do Porto. || N. S.ª das Dôres, de Rebordello, conc. de Amarante, do mesmo distr. || Santa Maria, de Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Sá, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || O Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Eufemia e conc. de Penella, distr. de Coimbra. || S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || S. Mamede de Sádão, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Santo Aleixo, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || S. Pedro, de Jugueiros, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Thiago, de Faia, concelho de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Nogueira de Andrade *(Paulo)*. Fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo da ordem de Christo, familiar do Santo Officio e secretario do Registro das Mercês. N. em Lisboa a 16 de abril de 1679; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Amaro Nogueira de Andrade, fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo e secretario do Registro das Mercês, e de D. Josepha de Brito. Tendo estudado a lingua latina, humanidades e philosophia, applicou-se muito á poesia. Pertenceu á Academia dos Applicados, onde mereceu sempre os applausos dos seus collegas. Celebrando esta academia o certame eucharistico em 1724, na casa que estava junto á portaria do convento da Graça, com um grande numero de versos, latinos e portuguezes, dedicados ao assumpto do mesmo certame, alcançou os premios destinados a remunerar as melhores poesias. Foi tambem admittido na Academia dos Occultos, instituida na casa do conde de Villar Mayor, seu secretario, e ali compoz muitas poesias sobre diversos assumptos, que se propuzeram. D'elle parece ter-se publicado unicamente: *Doze oitavas portuguezas á morte do Serenissimo Rei D. João V;* sairam a pag. 46 da *Collecção de Poesias*, que a este assumpto fizeram os academicos da Academia dos Occultos, Lisboa, 1750; dois *Sonetos* e uma *Silva Pastoril*, á morte do marquez de Valença D. Francisco Paulo de Portugal; sairam a pag. 94, 95 e 145 da *Collecção de Poesias*, que a Academia dos Occultos dedicou a este assumpto. Deixou manuscripto: *Arte Poetica Lusitana*, e *Conferencias academicas*, em 2 tomos.

Nogueira e Arcos. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 156 fog. e 687 hab. Esta freguezia era chamada até maio de 1891 *Nogueira e Arcos*, oragos S. João Baptista e S. Paio. A 7 d'aquelle mez, um decreto desannexou d'ella a freg. dos Arcos para os effeitos administrativos, e depois tambem para os effeitos judiciaes e civis, por decreto de 28 de dezembro de 1898. No entretanto tem-se continuado a chamar *Nogueira e Arcos*. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada na margem do rio Este, abaixo da ponte de Santa Martha. Os herdeiros de Vasco Xavier Brandão Velho Barreto Sotto Maior, da cidade de Vianna do Castello, apresentavam o abbade, que tinha 250$000 réis de rendimento. A pov. é muito antiga, pois já existia em 904, segundo uns

antigos documentos. Foi villa da condessa D. Toda Duina, mulher do conde Hermenegildo, paes da condessa D. Ilduára, que casou com o conde D. Nuno Avites. Nas partilhas feitas no anno 1027, coube esta villa á condessa filha, que comprou aqui muitas fazendas a diversos fidalgos e senhores, até ao anno de 1046. Por morte de D. Ilduára, herdou sua filha, a condessa D. Gontredo, metade d'esta villa, e a outra metade ficou ao conde D Nuno Mendo, seu sobrinho. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Nogueira de Baixo. Pov. na freguezia de S. Thiago, de Cepões, conc. e distr. de Vizeu.

Nogueira de Barros *(José Antonio).* Cirurgião pela Escola de Lisboa, doutor em Medicina e Cirurgia pela Universidade de Rostock; vice-consul de Portugal em Angra dos Reis, cavalleiro da ordem de Christo, guarda-roupa honorario d'el-rei D. Pedro V, socio correspondente do Atheneu Pernambucano, do Instituto Pharmaceutico do Rio de Janeiro, do Gremio Litterario Portuguez da mesma cidade, e de outras associações litterarias do Brazil, etc. N. em Oeiras a 3 de janeiro de 1811; ignora se a data do fallecimento. Era filho de José Nogueira de Abreu e de D. Gertrudes Joaquina de Barros. Ficando orphão de pae ainda na infancia, deveu aos cuidados maternos a sua educação, estudando particularmente o curso de humanidades, e nas aulas respectivas, desenho e architectura, depois a cirurgia, chimica e pharmacia. Envolvido nas perseguições do partido absolutista em 1828, viu-se obrigado a homiziar-se para sua segurança, e procurou abrigo nas terras do sul do rio Tejo, e viveu successivamente refugiado em Caparica, Azeitão e Setubal, até que em 1831 conseguiu emigrar para o Brazil, dirigindo-se a Pernambuco. Saindo d'ali para Buenos Ayres a bordo d'um navio, que por causa forçada foi obrigado a arribar a Angra dos Reis, permaneceu n'esta cidade exercendo a cirurgia, e passado algum tempo as funcções de vice-consul de Portugal, para que foi nomeado, e confirmado pelo governo de D. Maria II. Em 1840 transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde fundou uma casa de saude, primeiro estabelecimento d'este genero que appareceu na capital do imperio, e onde no anno de 1850, por occasião da primeira invasão epidemica da febre amarella, fôram recolhidas e tratadas 200 praças da guarnição da nau portugueza *Vasco da Gama.* Recolheu ainda mais um avultado numero de doentes portuguezes, em virtude do contrato que, para esse effeito, fizera com a Sociedade Portugueza de Beneficencia. No anno seguinte deixou o Rio de Janeiro e veiu para Portugal, indo estabelecer se em Valença, para ali crear um collegio de instrucção secundaria, cuja direcção conciliava com o exercicio da clinica. Por alvará de 4 de maio de 1857 foi nomeado guarda-roupa honorario d'el-rei D. Pedro V. Quando em 1872 a colonia portugueza no Rio de Janeiro, e a imprensa fluminense, em que ella podia ter voz, se declarou contraria á permanencia ali do consul geral Antonio d'Almeida Campos, fôram lembrados para o substituir o conselheiro Duarte Nazareth e o dr. Nogueira de Barros. A este proposito lhe fizeram os maiores elogios. Nas horas de que podia dispôr dos seus trabalhos, entregava-se á litteratura amena, compondo varios dramas, romances, etc., de que apontaremos os seguintes: *A má mulher; episodio de 1828 a 1830* romance, Rio de Janeiro, 18‹7; saiu depois tambem no Rio de Janeiro, com o titulo: *A má mulher; romance original offerecido á sociedade portugueza «Dezeseis de setembro» do Rio de Janeiro; Anna Giovet; episodio de 1661,* Rio de Janeiro, 1847; *Mathilde, ou o erro reparado,* Rio de Janeiro, 1849; *O Sebastianista* (1817 a 1820), Lisboa, 1856; *Rachel Baezo; episodio de 1610,* Lisboa, 1857; *O Monge de Olinda;* fôram publicados em Pernambuco os primeiros capitulos no *Jornal do Recife,* em 1859, mas parece que se não concluiu; *Cartas de Manuel Tagarella do Rio de Janeiro a seu primo Angelo de Santo Aleixo de Pernambuco;* sairam em 1859 no *Liberal de Pernambuco; O Pirata negro,* drama em 3 actos; imprimiu-se no Rio de Janeiro em 1861, foi offerecido ao estadista Antonio Rodrigues Sampaio; a acção passa-se em Lisboa na epoca da febre amarella em 1857. Escreveu tambem as comedias: *Uma entrevista á meia noite, Os encantos que o fado tem, O caixeiro physionomista.*

Nogueira de Castello *(Joaquim Bernardo de Mello).* Tenente-coronel de engenharia. N, em Santarem em 1797. Foi governador das praças de Peniche e do forte de Caparica. Escreveu: *Circuito da ilha Terceira, dividido em oito districtos militares, força de cada um e os logares accessiveis,* etc., *traçado e orientado em 1831.* E' uma planta d'aquella ilha ao tempo em que ali esteve o autor por occasião de memoraveis successos de 1829. Foi lithographada em Lisboa em 1843; acompanha a uma serie de documentos relativos aos serviços militares do autor, e cartas de agradecimento das pessoas a quem mandára esta planta. D'esta obra parece que se tiraram muitos poucos exemplares, mas em tres edições, sendo a segunda accrescentada, não só em numero de paginas, mas com outra estampa colorida, isto é, a planta da freguezia de S. Paulo dos Biscoitos, da Terceira, incluindo os reductos de Porto e Rua Longa, etc. A 2.ª edição tem a data de 1846, Lisboa, e traz o retrato do autor em lithographia, e a da 3.ª é de 1853. Escreveu mais: *A grande acção do dia 11 de agosto de 1829 na villa da Praia da Victoria da ilha Terceira,* artigo publicado no n.º 128 do jornal o *Aguia.*

Nogueira de Cima. Pov. na freg de S. Thiago, de Cepões, conc. e distr. de Vizeu.

Nogueira Coelho *(Filippe José).* Cavalleiro professo na ordem de Christo; bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra. N. em Villa Real, e viveu no seculo XVIII. Exerceu no Brazil cargos de magistratura, começando pelos de ouvidor, provedor, e intendente do ouro na capitania de Matto Grosso. Escreveu: *Principios de Direito divino, publico, universal e das gentes, adoptados pelas ordenações e leis novissimas,* etc., Lisboa, 1773; *E novamente accrescentado com as remissões das leis extravagantes até o anno de 1776,* Lisboa, 1777; *Memorias chronologicas da capitania de Matto Grosso, principalmente da Provedoria da Fazenda Real e Intendencia do ouro;* publicadas pela primeira vez na *Revista Trimensal do Instituto do Brazil,* tomo XIII, de pag. 137 a 199.

Nogueira do Cravo. Villa e freg. de N. S.ª da Expectação, da prov. do Douro, conc. e com. de

Oliveira do Hospital, distr. e bisp. de Coimbra; 500 fog. e 1:997 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, correio com serviço de posta rural, Misericordia, pharmaceutico, feira de S. Thiago, em 1 de maio. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Oliveira do Hospital a V. N. de Sub-Avô, a 4 k. da margem direita do rio Alva. A mitra apresentava o prior, que tinha 500$000 réis de rendimento. A pov. é muito antiga, e foi séde de concelho com justiças proprias. D. Affonso Henriques deu-lhe foral com todos os privilegios do de Avô, em maio de 1177; el-rei D. Manuel deu lhe foral novo, em Lisboa, a 12 de setembro de 1514. A terra é muito fertil, cria bastante gado, e tem caça. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res n.º 23, com a séde em Coimbra. || Pov. e freg. de S. Christovão, da prov. do Douro, conc. e com de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro, bisp do Porto; 117 fog. e 711 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post., fabrica de manteiga, feira de gado a 27 de cada mez. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada em terreno elevado e levemente accidentado. Os marquezes de Marialva apresentavam o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimento, fóra os benesses. Passa-lhe a SO o ribeiro de Nogueira, atravessado por uma boa ponte de pedra, de um só arco, feita pela camara municipal de Oliveira de Azemeis em 1844. A terra é muito fertil, e cria muito gado bovino, que exporta em grande quantidade para Inglaterra. Fabrica se aqui muita manteiga de vacca, que se exporta muito para o Porto. Apparece muita caça, e é abundante de madeiras, principalmente de pinheiros. A egreja matriz é uma das melhores da comarca. Foi construida no principio do seculo XVIII, de boa cantaria, com um adro magnifico, e está situada n'um sitio vistoso e agradavel. No sitio do *Moinho do Pintor*, d'esta freguezia, ha uma boa mina de cobre. A povoação pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

Nogueira Molarinho *(José Arnaldo)*. Gravador, abridor de cunhos para medalhas. N. em Guimarães em 1828, e fal. no Porto em 15 de fevereiro de 1907. Recebeu apenas uma instrucção muito elementar, trabalhando na officina de ourivesaria de seu pae. Em 1858 foi para o Porto, e dedicando-se especialmente á gravura, para que sempre manifestou exeepcionaes aptidões, produziu bellos trabalhos, que lhe deram grande notoriedade no paiz. Em 1875 saiu de Portugal, indo a Paris visitar a exposição, commissionado pelo governo. Dos seus trabalhos citaremos as medalhas do centenario do marquez de Pombal, mandadas cunhar pela Universidade de Coimbra; do monumento erigido a D Pedro IV, em Lisboa; da Real Associação dos Architectos e Archeologos Civis; do monumento levantado a D Pedro IV, na cidade do Porto; do Palacio de Crystal; do centenario do infante D. Henrique; da inauguração da ponte Maria Pia; o medalhão com o retrato do conego Alves Mendes, etc Da sua officina, que elle conservou sempre n'uma modesta simplicidade primitiva, sairam outros trabalhos apreciaveis, como sinetes, miniaturas, brazões e emblemas trabalhados com arte delicada.

Nogueira da Montanha. Pov. e freg. de S Miguel, da prov. de Traz os Montes, concelho e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 235 fog. e 907 hab. Tem esc do sexo masc. e est. post. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Chaves a Murça. A mitra apresentava o reitor, que tinha 120$000 réis de rendimento. A terra é fertil; cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus montes apparece caça com abundancia. E' nos limites d'esta freg., na Ribeira de Terva, que existe o *Poço das Freitas*, que fica entre Ardões, Nogueira e Sapellos, que eram minas de ouro, no tempo dos romanos, que d'elle extrahiram grandes riquezas. *(V. Portugal*, vol. III, pag 608*)*. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Nogueira da Regedora. Pov. e freg. de S. Christovão, da prov. do Douro, conc. e com. da Feira, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 421 fog. e 1:558 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 10 k. da séde do conc. A egreja parochial está situada proximo da ribeira que vae desaguar n'uma lagôa junto ao mar. O reitor do mosteiro de conegos seculares de S. João Evangelista, loios, da Feira, apresentava o cura, que tinha 70$000 de rendimento, fóra os benesses. A terra é muito fertil e saudavel; cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

Nogueira e Ribeira. Duas pequenas povoações reunidas, na freg. de S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, districto de Braga.

Nogueira da Rocha *(Julio Laureano Patricio)*. Escriptor e jornalista. N. em Lisboa a 17 de março de 1855, sendo filho de Custodio José da Rocha, typographo da Academia Real das Sciencias, e de D. Maria José Nogueira da Rocha. Socio da Associação dos Jornalistas, membro correspondente do Retiro Litterario do Rio de Janeiro, e um dos revisores do *Diario de Noticias*. Collaborou no *Jornal Illustrado*, *Epoca*, *Revolução*, *Republica Portugueza*, *Zoophilo*, *Partido do Povo*, *Universo Illustrado*, *Novidades*, *Ecco Michaelense*, de Ponta Delgada; *Lanterna*, do Porto. etc. Escreveu: *A Rosa branca de Lisboa*, romance, Lisboa, 1874; *A vingança de Raul*, romance, 2 tomos, Lisboa, 1876; *O favorito de D. Affonso VI*, *drama historico em 3 actos*, Lisboa, 1879; *Operarios e agiotas*, *drama de costumes em 3 actos*, Lisboa, 1882; *Riqueza do trabalho*, idem, em 3 actos, Lisboa, 1882; *O Rei pequeno*, *revista em 3 actos*, Lisboa, 1883; *A' roda da politica*, *revista em 4 actos*, Lisboa, 1881; *Tribulações d'uma solteirona*, comedia em 1 acto, Lisboa, 1878; *Hei de ser deputado*, idem, 1 acto, Lisboa, 1880; *Mestre fóra*, idem, 1 acto, Lisboa, 1880; *Uma victima da tragedia*, idem, 1 acto, Lisboa, 1881; *Sem amor e sem cochicho*, idem, 1 acto, Lisboa, 1881; *Os sobrinhos da Condessa*, idem, 3 actos; *Uma santinha de carne e osso*, idem, 1 acto, Lisboa, 1882; *Dá Deus nozes...*, idem, 1 acto, Lisboa, 1876; *Anda uma cousa no ar*, idem, 1 acto, Lisboa, 1884; *Os incendiarios de Alcoy*, *romance original*, *baseado em factos da ultima guerra de Hespanha*, Lisboa, sem data; *O capricho da viscondessa*, comedia em 1 acto, em verso, Lisboa, 1885; *Um inimigo de mulheres*, comedia em 1 acto, Lisboa, 1885; *Lisboa no palco*, 3 actos; *Carapuça*, *Os pontos nos ii*, revistas, sendo esta ultima de

collaboração com Baptista Machado Com o fallecido jornalista João de Mendonça, adaptou á scena portugueza uma zarzuella hespanhola, com o titulo *Uma tourada no Ribatejo*. e outras; e varias peças antigas, como *As Guerras do Alecrim e Mangerona*, de Antonio José, o *Judeu*; *O dr. Manuel Mendes Enxundia*, etc.

Nogueira Sampaio *(José Augusto)*. Doutor em Medicina e Cirurgia pela Universidade de Lovaina, antigo interno no Hospital Civil e Hospicio da Maternidade da mesma cidade; medico do partido da camara municipal de Angra do Heroismo, e professor de Chimica no lyceu da mesma cidade, etc. N. em Angra do Heroismo a 11 de dezembro de 1827, onde tambem fal. a 25 de julho de 1900. Era filho do cirurgião de brigada Manuel Gomes Sampaio, e de sua mulher D. Guilhermina Candida Nogueira Sampaio. Começou os seus estudos preparatorios em Angra sob a direcção do deão Narciso Antonio da Fonseca e do P. Jeronymo Emilio de Andrade. Aos 15 annos incompletos matriculou-se na Universidade de Coimbra, no intuito de seguir o curso de Medicina, obtendo nos dois primeiros annos da faculdade de Mathematica e de Philosophia o 2.º *accessit* em ambas as aulas d'aquelles annos. Em seguida matriculou-se no 3.º anno de Philosophia, ultimo dos preparatorios para a faculdade de Medicina, fazendo acto em outubro de 1846, em consequencia de terem sido interrompidas as aulas da Universidade, por causa do movimento politico da revolução do Minho. Receando a continuação das convulsões revolucionarias, que já em 1844 haviam determinado o encerramento da Universidade, resolveu ir seguir a sua carreira de Medicina no estrangeiro, e escolheu a Universidade Catholica de Lovaina, a mais antiga da Belgica, onde se contavam professores de alto valor scientifico, como Van Beneden, Th. Schwann, Hubert, Van Kempen, e outros, de quem elle foi discipulo. Em outubro de 1847 matriculou-se no 1.º anno da faculdade medica d'esta Universidade, e no fim de anno e meio fez o seu primeiro exame, o de *candidatura*, no qual obteve a classificação de *maior distincção*, passando depois para o curso de *doutorado*, que concluiu em outubro de 1850, sendo graduado com o titulo de *maior distincção*, defendendo depois theses publicas, em cujo acto foi approvado por acclamação *(Stante pede)*, de que se lhe mandou passar um diploma especial, além da sua carta de formatura, e que foi referendado pelo nosso embaixador em Bruxellas. Poucos mezes depois do seu primeiro exame de *candidato*, foi nomeado interno na maternidade de Lovaina, e depois de seis mezes d'este internato foi a outro concurso para o logar de interno no Hospital Civil de Lovaina, exercendo durante um anno as funcções de interno de clinica medica, e outro anno as de interno no serviço de clinica cirurgica. Além do diploma justificativo d'estes empregos que exerceu n'uma Universidade extrangeira, possuia attestados os mais honrosos passados pelos directores do referido hospital. Chegando a Lisboa em novembro de 1850 requereu exame de habilitação para exercicio da clinica em Portugal, e devendo este exame durar oito dias, foi approvado plenamente no fim de quatro dias. Pela escola Medica de Lisboa, onde se realisou o exame, se lhe passou um diploma, onde se declara, que o dr. José Augusto Nogueira Sampaio fôra approvado, e estava habilitado a exercer a sua profissão em todo o paiz. Nos fins de dezembro d'esse anno chegou á ilha Terceira, onde resolveu fixar a sua residencia junto de sua familia, e de seu pae, já então em edade muito avançada. Casou em 8 de fevereiro de 1851 com D. Emilia Augusta da Silva Sampaio. Em 1852 entrou no serviço de cirurgião effectivo do Hospital de Santo Espirito de Angra do Heroismo, logar que até então fôra sempre exercido por seu pae. Prestou os mais relevantes serviços durante muitos annos, e quando pediu a sua exoneração em 1888, a mesa administrativa concedeu-lh'a pezarosamente, agradecendo todos esses importantes serviços, confessando que a sua falta difficilmente seria substituida. No anno de 1857, tendo fallecido o dr. Bettencourt Pitta, foi o dr. Sampaio nomeado medico do partido municipal, tendo exercido este logar gratuitamente durante os ultimos tres annos anteriores. N'esse mesmo anno, estando vago o logar de delegado do Conselho de Saude Publica do Reino, que tambem era exercido pelo dr. Pitta, a elle concorreu o dr. Sampaio, que foi nomeado, e cujas funcções exerceu com louvor até 1869 em que, pela nova organisação do serviço de Saude, passou a ter o titulo de Delegado de Saude, cujas funcções tambem exerceu até 1877, em que passou a gerir a Estação de Saude de Angra por fallecimento do guarda-mór de Saude, Antonio José de Amorim. Em 1896 pediu a exoneração d'este logar, para o ceder a seu filho, o sr. dr. Alfredo da Silva Sampaio, logar em que ainda se conserva. Em 1856 serviu como cirurgião-mór da guarnição de Angra, e pelos seus bons serviços foi nomeado cirurgião ajudante dos corpos do exercito, pela ordem do dia n.º 8 de 31 de agosto d'esse anno. Em 1874, grassando na guarnição do castello de S. João Baptista, de Angra, uma grave epidemia de febres typhoides estabeleceu-se uma enfermaria militar no hospicio civil d'aquella cidade, que foi confiada á direcção do dr. Sampaio. Como prova dos seus bons serviços fôram-lhe conferidas as honras de *cirurgião ajudante honorario* dos corpos do exercito, pela ordem do dia n.º 36, de 1884. Em 1852 foi eleito camarista, cargo que exerceu de 1852 a 1854. Por varias vezes foi nomeado procurador á Junta Geral do Districto, e depois vogal do conselho do districto, cargo que conservou até á extincção d'este tribunal. O dr. Nogueira Sampaio foi membro da Sociedade Agricola de Angra, desde a sua fundação até á sua substituição pelo Conselho de Agricultura, de que sempre fez parte. Foi elle que, juntamente com o conde da Praia da Victoria e João Marcellino, levaram a effeito a primeira e unica Exposição Agricola-Industrial, que se realisou n'aquella cidade. Em 1860 foi nomeado director do Posto Meteorologico de Angra, que desde então tem funccionado, e cujos trabalhos fôram desde logo apreciados pelo Observatorio de Utrecht e pelos observatorios americanos. Estas funcções fôram exercidas gratuitamente. Em 1857, tendo sido creada a cadeira de physica e chimica no Lyceu Nacional de Angra, e aberto o respectivo concurso, foi o dr. Sampaio a Lisboa tomar parte n'esse mesmo concurso, sendo logo nomeado professor proprietario, logar que conservou até ao fim do anno lectivo de 1896 a 1897, requereu-

do então a sua aposentação por se achar ao abrigo da lei para similhante concessão. Sendo professor, foi nomeado reitor do mesmo lyceu, logar que exerceu até á nova reforma da instrucção secundaria, e que tornou incompativeis as funcções de professor com as de reitor. Teve o encargo de varias commissões scientificas, em que se contam, entre outras, a de ser encarregado em 1854 pela Camara Municipal de Angra para estudar o *Coccus*, que então devastava os laranjaes da ilha, sendo o seu relatorio publicado no *Panorama*, vol. IX. Em 1856 analysou as aguas mineraes da Sarreta, e enviou o resultado dos seus trabalhos á Sociedade Pharmaceutica Lusitana, que lhe conferiu o diploma de socio correspondente. Na confecção da flóra dos Açôres prestou poderoso auxilio ao botanico americano o dr. Trillitz, que se lhe confessou profundamente reconhecido. Publicou em 1856, em Angra: *Dissertação sobre o aborto medico provocado.*

Nogueira e São Claudio. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, a que está annexa a antiga freg. de S. Claudio; conc., com. e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 111 fog. e 508 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Nogueira Sassetti *(Ricardo Raymundo de).* Doutor em Medicina e Cirurgia pela Universidade de Lovaina. N. em Cintra, a 17 de junho de 1819, sendo filho de Victor Carlos Sassetti e de D. Anna Sassetti. Recebeu em 1842 o grau de doutor em Medicina e cirurgia na Universidade de Lovaina, onde seguiu o respectivo curso. Voltando a Portugal, partiu depois para o Rio de Janeiro, onde se dedicou ao exercicio da sua profissão, tendo antes defendido these perante a respectiva faculdade de Medicina em 1846, a qual se publicou, com o titulo: *Algumas proposições sobre a Medicina em geral; these apresentada á faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e sustentada em 12 de dezembro de 1846, conforme mandam as leis em vigor*, Rio de Janeiro, 1846. O dr. Nogueira Sassetti casou em 1848. Tempo depois, uma apoplexia o impossibilitou de proseguir na carreira, que promettia um futuro brilhante e auspicioso, e por esso facto teve de sair do Brazil, e procurar novamente nos ares patrios lenitivo aos seus padecimentos. Viveu alternadamente em Lisboa e em Cintra por alguns annos, padecendo bastante da paralysia, até que em 1891 foi para França para a companhia de sua unica filha que casara com um inglez, e ali falleceu a 17 de março de 1897.

Nogueira da Silva *(Francisco Augusto).* Gravador em madeira e jornalista. N. em Lisboa a 26 do setembro de 1830, onde tambem fal. a 13 de março de 1868. Era contemporaneo de Manuel Maria Bordallo Pinheiro e de José Maria Baptista Coelho, os dois artistas que primeiro cultivaram a gravura em madeira em Portugal, e a elle cabe o merito de a reformar e desenvolver, seguindo de mais perto os progressos a que ella tinha chegado no estrangeiro. Muito cedo começou a revelar a sua vocação para o desenho, entrando aos 12 annos para a officina de abridores do Arsenal do Exercito, onde os rapidos progressos, que fez, lhe mereceram as sympathias de seus mestres, que o animavam a emprehender mais activos estudos, para o que se matriculou na Real Academia das Bellas Artes, porém, pouco tempo ali se conservou, porque seus paes não o deixaram continuar n'aquelles estudos, para o fazerem assentar praça d'aspirante de marinha, carreira que desejavam elle seguisse. Para obedecer á vontade de seus paes, Nogueira da Silva sujeitou-se, calando as suas aspirações d'artista, mas applicava-se mais ao estudo do desenho, que era todos os seus sonhos, do que ao curso que fôra obrigado a seguir. Arrostando contra a vontade paterna, abandonou a marinha em 1853 ou 1854, o que muito o prejudicou, por se vêr ainda na adolescencia, abandonado da protecção paternal, sem recursos, luctando com as serias difficuldades d'uma posição indefinida. Comtudo, não desanimou. Entregando se ao estudo da sua predilecção, procurava colher d'elle um futuro mais vantajoso. Sentia se melhor com os seus lapis e com os seus pinceis de aguarella e de miniaturas. Já trabalhara com os buris, quando estudara na officina dos abridores do Arsenal do Exercito, e lembrava-se com saudade dos gessos que copiara na Real Academia das Bellas Artes, no pouco tempo que a frequentara. Nogueira da Silva procurava onde empregar a sua actividade artistica sem encontrar remuneração para ella. Um concurso em que entrára para a cadeira de desenho na Escola Polytechnica, concurso a que correspondeu brilhantemente, ficou a decisão indefinidamente addiada, por motivos que nunca se chegaram a apurar. Os trabalhos de desenho não tinham cotação no mercado; as miniaturas eram monopolio do artista Santa Barbara, e Nogueira da Silva raras fazia. Depois assaltou-o uma terrivel doença de olhos, em que esgotou todos os recursos da medicina escolastica e caseira. Tentou então tratar-se pela medicina de Raspail. Comprou um manual, leu com grande difficuldade algumas paginas, e encontrando remedio para a sua doença, ficou aquelle livro sendo para elle um thesouro. Restituira lhe a vista, cuja falta lhe era tão sensivel e prejudicial. Fez-se raspalhista por convicção; adquiriu a grande obra de *Saude e Doença* de Raspail, leu-a attentamente, e começou a tratar por aquelle systema. A sua casa concorria uma constante romaria de enfermos, porque as curas succediam se, e pelas proximidades de Entre-Muros, onde então habitava, já todos o conheciam pelo *Medico de Entre-Muros.* Elle proprio preparava alguns remedios, e assim viveu algum tempo desafogadamente com o dinheiro que os doentes lhe pagavam. Porém nas pharmacias do sitio já se falava do *curandeiro*, já trovejavam ameaças de Boa Hora, porque só os medicos é que podiam curar, e Nogueira da Silva, receando algum dissabor, mudou de casa e de sitio, e principiou a fabricar em pequena escala, alguns ingredientes chimicos, mas a producção era tão diminuta, que pouco lhe podia render. Fez agua de Colonia, em que empregou todo o esmero de manipulação e todas as essencias d'uma rigorosa formula. Era boa mas muito cara. Metteu-a em frascos de vidro de fórma caprichosa, pôz-lhe uns rotulos de côres brilhantes, e encapou as rolhas com pellica fina. A agua de Colonia, porém, não teve venda, a offerta pelos frascos era muito inferior, o que o desanimou, e resolveu se aban-

louar aquella industria. Por aquelle tempo já existia o Centro dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, e o principio da associação era acolhido com todo o enthusiasmo. Nogueira da Silva tambem se enthusiasmou, porque estava nas suas idéas e na sua indole. Propoz dar ali gratuitamente um curso nocturno de desenho linear e de geometria; a sua proposta foi acceita e o curso tornou-se frequentado. Fradesso da Silveira que tambem frequentara o Centro Promotor, travou relações com Nogueira da Silva, e propôz-lhe fazer as gravuras para um jornal illustrado que elle ia publicar, estabelecendo typographia propria, dando-lhe um ordenado mensal. Nogueira da Silva acceitou muito contente, e começou a sua tentativa de gravar em madeira, a que nunca se havia applicado. O jornal chamava-se *Revista Popular*, que poucos dias depois começou a publicar-se com illustrações de Nogueira da Silva. Apezar de não ter nunca gravado em madeira, as suas gravuras offereciam novidade, despertando a attenção dos entendidos pela originalidade que revelavam, e o pulso d'artista que já então se manifestava. A *Revista Popular* teve pouca duração, mas Nogueira da Silva tinha entrado no campo da arte, e tornara-se conhecido como denhador e gravador em madeira. Fundou com o editor Gonçalves Lopes, bem conhecido pelo Lopes do *Futuro*, o *Jornal para rir*, jornal de caricaturas, e ali manifestou Nogueira da Silva a sua veia comica, tanto com o lapis como com a penna. Juntou á fama de gravador a fama de caricaturista, e o *Jornal para rir* teria longa vida, se não tivessem sobrevindo desintelligencias na sociedade, que o fizeram acabar no fim de pouco mais do um anno. Publicou então as *Celebridades contemporaneas*, á imitação das que se publicavam em Paris com caricaturas de Gavarni. Era uma collecção de pequenos folhetos, tendo cada um d'elles uma caricatura com a sua biographia humoristica. Em outubro de 1858 deu-se a questão com a França ácêrca da barca franceza *Charles et George*, navio negreiro que fôra aprisionado pelos portuguezes, e que o governo francez exigiu que lhe fôsse entregue, facto que excitou os animos, e Nogueira da Silva saiu a publico com o *D. Quichote do seculo XIX*, uma caricatura vigorosa, que teve um exito extraordinario. A principal personagem que figurava era o imperador Napoleão III, sendo elle o alcunhado de *D. Quichote do seculo XIX*. N'esse anno de 1858 uma nova empresa editora, Castro Irmão & Companhia, inaugurou o *Archivo Pittoresco*, jornal destinado a dar á gravura todo o desenvolvimento e todos os progressos que se podiam ambicionar. O *Archivo Pittoresco* póde ser denominado a primeira escola da gravura em madeira em Portugal, pelos progressos que alcançou, pelos artistas que creou, sendo o mestre d'essa escola Nogueira da Silva, a quem os editores a confiaram. A indole do jornal casava-se com a indole do artista. Feito á similhança do *Magasin Pittoresque*, Nogueira da Silva seguia os modelos d'este semanario francez. Tinha para isso um trabalho enorme, desenhava todos os generos, com mais ou menos exito, primando no desenho de architectura, conhecendo profundamente a perspectiva, no que era d'um escrupuloso rigorismo Os seus ultimos desenhos vêem-se nas ultimas paginas do *Archivo Pittoresco*. O laborioso artista entrava no periodo da sua decadencia prematura, alquebrado pela doença, que o prostrou aos 38 annos incompletos. A sua individualidade artistica ficou bem fixada nas suas obras, e muito especialmente no *Archivo Pittoresco*, que elle pôz a par de identicas publicações que por esses tempos se faziam no estrangeiro. Os seus trabalhos determinam uma epoca da arte de gravura em madeira, em Portugal. Com o pincel em vez de buril conseguiu fazer desenhos, que mais pareciam provas de bem acabada gravura do que simples desenho feito a pincel sobre chapa de madeira. Nogueira da Silva foi tambem um decidido apostolo do principio social, um dos seus maiores defensores, quer com a palavra, quer com a penna, collaborando n'um semanario que se publicou desde 1856 a 1866, intitulado *A Federação*, que foi deveras muito apreciavel pela hombridade e sensatez com que cumpriu o seu programma de promover o aperfeiçoamento artistico e moral da classe industrial, a que era especialmente dedicado. Foi n'esse semanario que Nogueira da Silva escreveu os seus melhores artigos. Creou uma associação, com o titulo de *Futuro social*, titulo que durou pouco, porque um caso singular o veiu atrophiar á nascença. Em 1860 falava-se muito na questão iberica, e Nogueira da Silva ao installar a sua associação queria dar-lhe todo o brilho de que o seu espirito era capaz, e para principiar annunciou a discussão da these seguinte: «Se a união iberica conviria a Portugal» Foi uma bomba que estourou sobre Lisboa, e para maior escandalo, o annuncio saiu no proprio *Diario do Governo*. As camaras estavam abertas, e um membro da opposição, D. Antonio Alves Martins, mais tarde bispo de Vizeu, levantou-se indignado, com o *Diario do Governo* na mão, a interpellar o governo por ter deixado publicar na folha official annuncios d'aquella natureza, e permittia que se discutisse publicamente uma questão tão melindrosa, attentatoria da autonomia da patria. O resultado d'este facto foi o governo mandar fechar as portas da associação *Futuro social*, e os fundadores, que acompanhavam Nogueira da Silva, accordarem em mudar o titulo para o de *Civilisação Popular*.

Nogueira Soares *(Duarte Gustavo)*. Director dos negocios consulares e commerciaes no ministerio dos estrangeiros, onde tambem foi secretario geral; diplomata muito distincto, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Marco de Canavezes em 1831, fal. em Lisboa em 15 de fevereiro de 1901. Frequentou com muita distincção a Universidade, onde se formou em Direito, e concluiu o curso de administração publica, alcançando premios em algumas cadeiras. O primeiro logar que exerceu, foi o de amanuense no ministerio das obras publicas, para que foi nomeado em 1852, sendo requisitado em 1860 para fazer serviço no ministerio dos estrangeiros. Em 1861 era segundo official, e foi encarregado de relatar o processo instaurado pela colonia portugueza do Brazil contra o barão de Moreira, consul geral do Rio de Janeiro, e que teve por consequencia a demissão d'aquelle funccionario. Em 1863 foi nomeado membro da commissão encarregada de formular o regulamento para a execução da convenção com o Brazil. Em 1864, por encargo que recebeu do

então ministro, duque de Loulé, fez parte d'uma commissão encarregada de elaborar um regulamento do serviço consular portuguez no Brazil. Foi director dos consulados e dos negocios commerciaes no ministerio dos estrangeiros. Durante perto de 18 annos, e n'essa posição teve de occupar-se frequentes vezes dos negocios mais importantes de Portugal no Brazil. Foi secretario plenipotenciario encarregado de negociar o tratado de commercio com a França em 1866; encarregado de colligir todos os documentos que pudessem ser uteis para a celebração de tratados de commercio em 1866; n'esse anno foi transferido do ministerio das obras publicas para o dos estrangeiros, e em 1869 foi promovido a 1.º official e chefe de repartição dos negocios consulares e commerciaes; em dezembro do mesmo anno teve a promoção de director da direcção dos consulados. Foi depois nomeado, em 1872 enviado,

Duarte Gustavo Nogueira Soares

em missão especial, para assistir, por parte de Portugal, á conferencia reunida em Paris, para annullação da convenção Balestrini, indo depois a Londres, na mesma qualidade de enviado em missão especial, para promover n'aquella côrte a modificação da escala alcoolica. Em 1875 foi nomeado membro da commissão encarregada de apresentar um projecto de regulamento, que definisse e determinasse os limites da jurisdicção dos agentes consulares em paizes não christãos. Nomeado tambem para se dirigir a Londres, e d'ali a Bombaim e Calcutá, na mesma qualidade de enviado em missão especial, para negociar o tratado de commercio entre Portugal e a India ingleza, para onde partiu em 20 de janeiro de 1877; annos mais tarde, em 1881, foi promovido a secretario geral do ministerio dos estrangeiros, sendo depois transferido, por decreto de 12 de abril de 1883, para a direcção dos negocios politicos e diplomaticos do referido ministerio Em 21 de abril de 1886 foi nomeado enviado extraordinario e ministro plenipotenciario no Rio de Janeiro, para onde embarcou em 23 de junho do mesmo anno. A sua ultima missão diplomatica foi a de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario ao Conselho Federal da Suissa. Essa missão foi importantissima, e d'ella se desempenhou brilhantemente o distincto diplomata. Trabalhou immenso na defeza dos direitos de Portugal junto do tribunal de Berne encarregado de dar a sentença arbitral na questão promovida pelos descendentes de Mac Murdo, concessionario da linha ferrea de Lourenço Marques, e por tal fórma se houve, que essa sentença se resumiu n'uma simples indemnisação pela rescisão do contrato, ficando Portugal com a linha do caminho de ferro. Nogueira Soares foi tambem um jornalista vigoroso e um escriptor fecundo. Collaborou na *Revolução de Setembro*, *Commercio do Porto*, e outros jornaes onde sustentou questões importantissimas. No *Commercio do Porto* inseriu em 1867 uma serie de artigos: *Politica commercial do governo*, que fôram muito apreciados e transcriptos na *Gazeta de Portugal*, jornal do jornalista e escriptor Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos. De accôrdo com Fradesso da Silveira e Betamio d'Almeida, publicou em 1862 um volume de 189 paginas, com o titulo: *A liberdade do commercio e a protecção das industrias*. Em 1884 publicou um livro importantissimo, *Considerações sobre o presente e o futuro politico de Portugal*. Nogueira Soares possuia a carta de conselheiro, e era gran-cruz da ordem de Christo, com que foi agraciado pela sua missão a Berne; e gran-cruz das ordens estrangeiras: Izabel a Catholica, e Carlos III, de Hespanha; Francisco José, da Austria; de S. Gregorio Magno, de Roma; grande official da Legião de Honra, de França, e cavalleiro da de Leopoldo, da Belgica. Na sessão da camara dos deputados de 21 de fevereiro de 1901, 6 dias depois do fallecimento do conselheiro Nogueira Soares, o sr. conselheiro Veiga Beirão pronunciou um discurso enaltecendo as boas qualidades do finado e os serviços importantissimos que prestou ao paiz, durante 40 annos de vida publica.

Nogueira e Vasconcellos (*Ayres Augusto Braga de Sá*). Bibliothecario honorario da bibliotheca do palacio real de Mafra, escriptor contemporaneo. Nasceu em Lisboa a 13 de outubro de 1873. O sr. Ayres de Sá, pelo seu appellido, procede de João Rodrigues de Sá, *o das galés*, camareiro-mór d'el-rei D. João I, e do qual descendem por uma parte os condes de Penaguião, depois marquezes de Abrantes, e por outra linha se encontram no seculo XV e XVI Francisco de Sá, no seculo XVIII Estevão de Sá, de quem provêem parallelamente os Sás Mendoças e os Ayres de Sá. Estevão de Sá, capitão-mór da villa das Pias, cavalleiro da ordem de Christo e senhor do morgado do Desterro, casou com D. Maria Ignacia Cabral da Cunha Godolphim Garcez Palha d'Almeida, decima quarta neta d'el rei D. Affonso III, de Portugal, pela linha de sua setima avó D. Violante Velho Cabral, irmã de Frei Gonçalo Velho (V. a obra do proprio sr. Ayres de Sá, *Frei Gonçalo Velho*, vol. II, pag 257, nota 1, vol. I, pag CLXXXVII, nota 1) e fôram paes de Antonio de Sá Godolphim e Mendoça, capitão-

mór da villa das Pias e coutinuador dos Sás Mendoças, e de D. Francisca Xavier de Sá Mendoça Cabral da Cunha Godolphim, que casou com Faustino José Lopes Nogueira de Figueiredo e Silva, alcaide-mór do Cadaval, capitão-mór de Santarem, coronel de milicias da mesma cidade, então villa, corregedor do Ribatejo, desembargador da Relação do Porto, juiz do tombo da Casa do Infantado, moço fidalgo com exercicio no paço, cavalleiro professo da ordem de Christo (em attenção aos serviços prestados por seu tio Dom Bartholomeu Manuel, bispo de Marianna), commendador da mesma Ordem, senhor dos prazos do Reguengo, Terrugem e Requeixada, descendente, na varonia, de Affonso Annes Nogueira, alcaide-mór de Lisboa, no seculo xv; paes do marquez de Sá Bandeira e de Ayres de Sá Nogueira, casado com D. Maria do Patrocinio Vieira d'Abreu e Vasconcellos, senhora da Torre do Fato, da Cruceira e do morgado do Disvario (V. *Frei Gonçalo Velho*, vol. I, pag. 334, nota 1), primeiros avós do sr. Ayres de Sá, que, naturalmente, inclinado aos estudos genealogicos e de outros ramos da Historia, muito cedo se dedicou a elles com particular interesse. Em 1897 concluiu o curso Superior de Lettras; em maio de 1899, publicou o primeiro volume do *Frei Gonçalo Velho*, e, em novembro de 1900, publicou o segundo e ultimo volume do mesmo trabalho, que resultou de estudos que iniciara, nos archivos e bibliothecas, aos quinze ou dezeseis annos, ácêrca da Historia e da Geographia; n'esse mez, d'esse anno, foi nomeado, pelo fallecido monarcha D. Carlos I bibliothecario-director da Bibliotheca Real do Paço de Mafra, sem vencimento algum. Desde 1907 que não está em Mafra, continuando a exercer o referido cargo honorario. Em abril de 1903, publicou um volume unico, intitulado: *Toiradas em Portugal*, que tem sido, n'alguns pontos, transcripto, sem citação d'autor. O assumpto da importante obra *Frei Gonçalo Velho* define-se na these que vem no principio do primeiro volume: «IV centenario do descobrimento do caminho maritimo da Europa á India. IV centenario do descobrimento da America do Sul. Este trabalho celebra o IV centenario do descobrimento do caminho maritimo da Europa á India, porque Frei Gonçalo Velho abriu esse caminho, indo muito além do Bojador, á Terra Alta, em 1416. Celebra o IV centenario do descobrimento da America do Sul, porque Frei Gonçalo Velho abriu o caminho das Indias Occidentaes, descobrindo os Açôres em 1431-1432.»

Nogueiral. Pov. na freg. de S. Paio, de Melgaço, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Nogueirão. Pov. na freg. de S. Martinho, de Alpedrinha, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco.

Nogueiras *(Jacinto Augusto Sant'Anna e Vasconcellos, 2.º visconde das)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição, e de Carlos III, de Hespanha, deputado em varias legislaturas, diplomata, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. no Funchal, e fal. em Washington, Estados Unidos da America, a 24 de janeiro de 1888. Era filho do primeiro visconde das Nogueiras, Jacinto Sant'Anna de Vasconcellos, e de sua mulher, D. Mathilde Izabel de Sant'Anna e Vasconcellos Moniz Bettencourt. Cursou a Universidade de Coimbra, mas em 1851 interrompeu os estudos para se incorporar nos que combatiam o governo do conde de Thomar, tendo publicado no anno antecedente um pamphleto contra aquelle governo. Foi um dos fundadores do jornal *O Portuguez*, e militou activamente na politica durante um periodo não inferior a 20 annos, em que foi eleito deputado em varias legislaturas, e tanto na imprensa como no parlamento affirmou distinctamente a sua individualidade. Exerceu por vezes os cargos de secretario geral dos districtos de Aveiro e Funchal. Começou a sua carreira diplomatica em 1872, sendo nomeado consul de primeira classe na republica do Peru, onde se conservou até março de 1875, em que regressou a Lisboa, no gozo de licença. Transferido para a Bahia, não chegou a tomar posse, porque pouco depois, em dezembro do 1876, era nomeado enviado extraordinario e ministro plenipotenciario para os Estados Unidos da America, para onde partiu em março de 1877. Em novembro de 1886 recebeu ordem de ir ao Mexico apresentar ao chefe d'aquella republica as credenciaes, que tambem o acreditavam ali como representante de Portugal. Cumprida essa missão, regressou a Washington, onde continuou nas suas funcções, até que falleceu. Sant'Anna e Vasconcellos fez parte d'essa mocidade ardente, audaciosa, intelligente e irrequieta, á frente da qual figurou o ultimo marquez de Niza, que em Lisboa teve uma epoca de grande prestigio, mocidade que sabia affrontar a morte e amar a liberdade; revolucionava a platéa do theatro de S. Carlos, contra ou a favor de qualquer artista, mocidade que deixou fama das suas aventuras. D'esse grupo de rapazes era Sant'Anna e Vasconcellos um dos mais espirituosos e dos mais valentes. Passados os enthusiasmos da sua agitadissima mocidade, tornou-se um diplomata distincto, granjeando as maiores sympathias e considerações. O titulo de visconde das Nogueiras foi-lhe renovado no de seu pae, por decreto de 22 de julho de 1875. Casou em 1858 com D. Maria da Graça Pereira Coutinho de Villar Perdizes. Escreveu: *Os talismans, novella traduzida do francez*, Rio de Janeiro, 1848; *O grito do Paiz*, Lisboa, 1850, é um pamphleto politico, escripto em estylo virulento, dirigido principalmente contra o conde de Thomar, então ministro da corôa; *Patria e Amor, poesias*, Lisboa, 1852; as poesias são precedidas d'um *Juizo critico*, por Latino Coelho; alguns jornaes commemoraram honrosamente esta publicação, tecendo grandes elogios ao autor; *Relatorio ácêrca dos impostos e outros rendimentos publicos anteriores ao anno de 1832, apresentado a s. ex.ª o sr. ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda*, Lisboa, 1863; começou tambem a publicar-se no *Diario de Lisboa*, de 28 de novembro de 1864, sendo transcripto em alguns jornaes; *Cartas ao conde d'Avila sobre materias eleitoraes da ilha da Madeira*, etc.; *Relatorio sobre o imposto de consumo, apresentado ao ill.mo e ex.mo sr. ministro e secretario de estado dos negocios da fazenda, em 28 de fevereiro de 1870*, Lisboa, 1870. Collaborou no jornal litterario *A Semana*, e em alguns outros.

Nogueiras (*Jacinto de Santa Anna e Vasconcellos, 1.º visconde das*). Fidalgo da Casa Real.

N. na Madeira em 10 de abril de 1801, e fal. a 12 de março de 1870. Foi agraciado com o titulo de visconde das Nogueiras, por decreto de 16 de janeiro de 1867. Casou em 5 de novembro de 1823 com D. Mathilde Izabel de Sant'Anna e Vasconcellos Moniz de Bettencourt, filha de José Joaquim de Vasconcellos, capitão de milicias, cavalleiro da ordem de Christo, e inspector da alfandega da ilha da Madeira.

Nogueiras. Povoações nas freguezias: N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || Santo Estevão, de Cantellães, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. Mamede, de Cepães, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Martinho de Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Parada de Thodéa, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Penha Longa, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. João Baptista, de Sernande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Maria, de Silva, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Silvares, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Pedro, de Valle, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Varzea da Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Nogueiredo. Povoações nas freguezias: Santo Isidoro, de Cavernães, conc. e distr. de Vizeu. || Santo Adrião, de Padim da Graça, conc. e distr. de Braga.

Nogueirinha. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Felgueiras, conc. da Torre de Moncorvo, distr. de Bragança. || S. Miguel, de Mernje, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || S. João Baptista, de V. N. á Coelheira, conc. de V. N. de Paiva, distr. de Vizeu. || S. Pedro e conc. de Macedo de Cavalleiros, distr. de Bragança. || N. S.ª da Assumpção, de Carviçaes, conc. da Torre de Moncorvo, do mesmo districto.

Nogueiro. Pov. da freguezia de Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Nogueiró. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 114 fog. e 440 hab. A egreja parochial dista 3 k. da séde do conc. O cabido da sé de Braga apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis de congrua e o pé d'altar. Os romanos quando puzeram cêrco á cidade de Braga, construiram aqui uma fortaleza. N'um alto monte d'esta freg. está a capella de N. S.ª da Consolação, muito antiga, cuja data da fundação se ignora. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. nas freguezias: Santa Marinha, de Ferral, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || N. S.ª da Purificação, de Freigil, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Urró, conc. de Arouca, districto de Aveiro.

Nogueiros. Pov. na freg. de S. Thiago da Guarda, conc. de Anciião, distr. de Leiria.

Noguim. Pov. na freg. de S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Nojões. Aldeia da prov. do Douro, na freg. de Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. Tem feira nos dias 11 e 26 de cada mez. Nojões foi villa e cabeça do concelho de seu nome, que se supprimiu em 1834. A terra é muito fertil. A pov. é muito antiga, e nas proximidades, no sitio do Fôjo, junto ao ribeiro de Real, ha vestigios d'um pequeno templo romano. Pouco ao NE de Nojões, além do ribeiro do mesmo nome, está o logar da Povoação, onde se vêem, além d'uma fonte antiquissima, que parece construcção romana, varios alicerces de edificios. N'este logar ha varios monolithos, aos quaes o povo chama *penedos da povoação*, e que são incontestavelmente *antas* celticas. Algumas são de monstruosa grandeza. Não estão todas collocadas na mesma posição, nem tem todas a mesma fórma geometrica. Umas são esphericas, outras ovaes, e estão collocadas horisontal ou perpendicularmente. A maior de todas, que está n'uma quebrada do monte e ao cimo de terras cultivadas, é oblonga, e está em posição perpendicular, fortemente calçada por quatro grandes penedos.

Nola *(Antonio da)*. Conhecido tambem pelo nome de Antoniotto Usodimare, navegador genovez, que nasceu em 1419 e fal., aproximadamente em 1466. Era descendente d'uma familia patricia, e sendo obrigado por questões politicas a sair da patria, veiu a Portugal apresentar se ao infante D. Henrique, que o encarregou de explorar as costas africanas. No Senegal encontrou-se Antonio da Nola com o seu quasi compatriota Cadamosto, e depois ambos reunidos proseguiram a viagem para além de Cabo Verde. Estiveram nas ilhas Madeleine, chegaram a um rio a que deram o nome de Barbacim, e que se chama hoje Salum, encontraram o rio Joombas ou Gusomboss, e achando em seguida o Gambia subiram por elle, e ahi travaram com os negros um combate em que muito se distinguiu um filho de Antonio da Nola. Esta viagem, feita em 1456, não adeantou o descobrimento da costa, mas teve em resultado uma minuciosa exploração dos paizes já visitados por Diniz Dias, Nuno Tristão e Alvaro Fernandes, e a demarcação dos tres rios acima citados. Posteriormente voltou Antonio da Nola á Africa n'uma caravéla, e em 1460 o foi encontrar no porto de Zaza, o piloto Diogo Gomes, a quem o infante D. Henrique déra autoridade sobre todas as caravélas que encontrasse para os lados da terra da Guiné, as quaes deveriam ficar debaixo do commando d'esse piloto. Deixando o porto de Zaza navegaram Diogo Gomes e Antonio da Nola para Portugal, e no fim de dois dias e uma noite encontraram algumas ilhas, e n'uma d'ellas, a que puzeram o nome de *S. Thiago*, desembarcou primeiro Diogo Gomes por assim o desejar e por ter sido o primeiro a abordal-a, em vista da sua caravéla ser mais veleira. Os dois navegadores seguiram viagem, encontraram uma das ilhas Canarias, chamada *Palma*, e fôram á Madeira, d'onde Diogo Gomes partiu para Portugal, ao passo que Antonio da Nola ainda ahi se demorou. Ventos contrarios, porém, arrojaram Diogo Gomes para os Açôres, e Antonio da Nola, embora partisse mais tarde, chegou primeiro a Portugal, e valendo-se d'essa circumstancia pediu a el rei a capitania da ilha de S. Thiago, e Cabo Verde; o rei concedeu-lh'a, e ali se conservou até fallecer.

Nombra. Pov. do sobado de Cabinda, na delegação de Chiavalla, conc. de Cabinda, distr.

do Congo, provincia de Angola, Africa Occidental.

Nome. Termo, ou termos, com que se designa e distingue qualquer pessoa. (V. *Appellido*, no vol. I, pag. 622). Pelos precedentes historicos, bem como pelo uso constante, e pelo espirito da legislação os nomes a impôr aos recem-nascidos pódem tirar-se sómente da historia antiga e dos calendarias de algum culto, e por evidentes razões de conveniencia individual e social, de moralidade publica, os proprios paes não teem liberdade illimitada de impôr aos filhos nomes extravagantes, ridiculos, ou com significado contrario á ordem publica, aos bons costumes ou á ordem social e politica. ‖ Bibliographia: *Diccionario dos nomes de baptismo, comprehendendo mais de mil nomes de ambos os sexos*, por Francisco da Silva Mengo, Porto, 1889.

Nomeada. Moeda de prata mandada cunhar por D. João I e por seu filho el-rei D. Duarte. Era do tamanho dos antigos meios tostões em prata. Tinha no anverso a cruz de S. Jorge, com a legenda *Dominus adjutor fortis*. Não se sabe qual era o seu justo valor.

Nondei. Pov. do sobado de Mutano, na div. e conc. do Humbe, distr da Huilla, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Nonelhe ou **Nonelha**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Athei, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real.

Nonide. Pov. na freg. de Santos Cosme e Damião, de Azere, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Noninha. Pov. na freg. de Santa Cruz, de Alvarenga, concelho de Arouca, districto de Aveiro.

Nonôa. Pov. da 7.ª div. (Pedras) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, provincia d'Angola, Africa Occidental.

Nonpalanca. Pov. do sobado de Mahama, na div. e conc. do Humbe, distr. da Huilla, prov. de Angola, Africa Occidental.

Noqui. Pov. e séde da div. do mesmo nome, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. Tem estação alfandegaria. ‖ Uma das divisões do conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, provincia de Angola, Africa Occidental.

Nora. Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro. ‖ N. S.ª d'Assumpção, de Cacella, conc. de Villa Real de Santo Antonio, do mesmo distr. ‖ N. S.ª da Conceição, conc. de Tavira, do mesmo distr. ‖ S. Pedro, de Merelim, conc. e distr. de Braga. ‖ N. S.ª d'Assumpção, de Querença, conc. de Loulé, distr. de Faro. ‖ Pov. da freg. de S. Nicolau Tolentino, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Nora d'Apra. Pov. da freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Nora Nova e **Nora Velha**. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Visitação, de Odeleite, concelho de Castro Marim, distr. de Faro.

Nora dos Velhos. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Nordéste. Villa da ilha de S. Miguel, Açôres, séde de conc., com. de Povoação, distr. de Ponta Delgada, bisp de Angra do Heroismo. E' uma só freg., tendo por orago S. Jorge. Está situada na lomba antigamente chamada de *Salvador Affonso*, á beira-mar, a 50 k. ao NE da cidade de Ponta Delgada, e a 5 ao ES do Faial da Terra. O seu porto é uma pequena enseada desabrigada e naturalmente defendida. Nordéste é uma das villas mais antigas do archipelago dos Açôres. Não passava d'um simples logar pertencente ao conc. de Villa Franca do Campo, mas el-rei D. Manuel o elevou á categoria de villa, por carta de 18 de julho de 1514, abrangendo o conc. a área de territorio desde a Ribeira da Mulher até á Terrachão d'Agua Retorta, inclusivé. Os fóros e as regalias de villa não os concedeu aquelle monarcha a pedido, mas de motu-proprio, por mera liberalidade, pelo desejo de *a ella prover de maneira que se faça como sempre o serviço de Deus e o nosso*, segundo o texto da referida carta. Nordéste tem soffrido muito com os phenomenos sismicos, como acontece á maior parte das terras dos Açôres. Em 1522 um tremor de terra derribou a egreja matriz de S. Jorge e causou outros estragos, e em 1563 o fogo, irrompendo das entranhas da terra, destruiu as sementeiras e matou uma grande quantidade de gado. Por essa occasião cairam pedras *do grandôr de potes*, no dizer de pessoa autorisada, e escureceu de tal modo que só se podia caminhar ás apalpadelas. «No cabo da ilha, diz Gaspar Fructuoso, na villa de Nordéste e ao redor d'ella, caiu mais terra, cinza e pedra pomes que nas outras partes, e cairam muitas casas, e mais caíam se não andassem continuamente sobre ellas e em cima das egrejas a botal-a fóra com pás e enxadas, ficando depois as ruas cheias e entupidas de pedra pomes e cinzas, em partes eguaes com os telhados; e para entrarem nas casas e acharem as portas faziam covas e minas, e se não faziam a dita diligencia todas as casas caíam com o peso e toda a villa assolavam.» Em 1848 todo o solo da ilha de S. Miguel foi sacudido por convulsões subterraneas, sendo o conc. de Nordéste um dos que menos soffreram. Ruiram n'elle alguns edificios, mas não houve mortes. Nordéste pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 26, com a séde em Ponta Delgada. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. permutando malas com Ponta Delgada, e com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de recibos, letras, obrigações e vales; feiras de gado bovino e suino em todos os domingos de setembro e outubro; est. semaphorica, pharol; boas e abundantes aguas; pescarias, viaducto e cereaes. O conc. compõe-se de 4 freguezias, com 2:289 fogos e 9:424 hab, sendo 4:406 do sexo masc. e 5:018 do fem. As freguezias são as seguintes: N. S.ª d'Annunciação, de Achada, 1:689 hab: 818 do sexo masc. e 871 do fem.; N. S.ª do Rosario, de Achadinha, 1:806 hab.: 838 do sexo masc. e 968 do fem.; S. Jorge, de Nordéste, 3:605 hab.: 1:697 do sexo masc. e 1:908 do fem.; S. Pedro, de Nordéstinho, 2:324 hab: 1:053 do sexo masc. e 1:271 do fem. O principal commercio de todo o conc. é trigo, milho, batatas e cobertores de lã. O conc. é cortado por varias ribeiras, que seccam no verão quasi todas, avultando entre ellas a chamada *Despe-te que suas*, d'aspecto pittoresco, e a do *Guilherme* ou *dos Moinhos*. Nas suas orlas, que communicam por uma grande ponte de pedra, acamparam os constitucionaes que desembarcaram no *pesqueiro da Achadinha*. O clima em

todo o conc. é temperado e saudavel. || Cabo situado nas costa E da ilha de S. Miguel, archipelago dos Açôres. || Cabo situado no extremo NE da ilha da Boa Vista, no archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pequena ponta situada no extremo NE da ilha do Porto Santo, no archipelago da Madeira. Tem ao N tres pequenos ilhéos.

Nordestinho. Pov. e freg. de S. Pedro, da ilha de S. Miguel, Açôres, conc. de Nordéste, com. de Povoação, distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo; 481 fog, e 2:324 hab. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada sobre uma rocha. São suas dependencias as povoações de Algravia, Feteira, Lomba, Lazeira e Assumada. A pov. tem escola do sexo fem., e est. post. permutando malas com a villa de Nordéste. E' fertil em cereaes, e cria bastante gado. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 26 com a séde em Ponta Delgada.

Norenha. Pov. na freg. de S. Romão, de Carnaxide, concelho de Oeiras, districto de Lisboa.

Norinha. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz e conc. de Lagôa, distr. de Faro.

Nòrmãos, Nòrmanos, Nórmões, ou **Nórmandos**. Povos do interior d'Allemanha setentptrional, que feitos piratas, no seculo VI, invadiram as costas maritimas de diversas provincias da Europa No reinado de D. Ordonho I e no dos seus successores entraram no littoral portuguez, mas sempre com pouca fortuna, pois fôram repellidos, ás vezes com grandes perdas, sendo obrigados a largar as riquezas, fructo das suas rapinas. Porém, no tempo de D. Ramiro III, o chefe ou rei normando Gunderêdo invadiu as costas da actual provincia do Minho e as da Galliza com uma esquadra de 100 navios, fazendo-se senhor de todo este territorio no anno 967 da era christã, e ali permaneceu tres annos, até que em 970, sendo derrotado pelo conde D. Gonçalo Sanches, n'uma batalha sanguinolenta, fugiram muito poucos, nos poucos navios que puderam escapar, pois que os portuguezes lhe queimaram quasi todos, e Gunderêdo morreu na batalha. Desde então, os normandos vinham em menos força, roubando por surpreza as povoações da beira-mar, até que em 1016 tornaram em grande força a invadir o littoral da provincia do Minho, chegando até ao castello de Vermoim, sendo derrotados pelo conde D. Alvito Nunes. Parece que alguns por cá fôram ficando, e fundaram ou reedificaram algumas povoações, quasi todas perto do mar ou de rios, pois é certo ainda algumas povoações portuguezas conservarem os nomes, que eram os proprios de chefes normandos, como *Gondarem*, corrupção de Gunderêdo, freg. á esquerda do rio Minho; outro *Gondarem*, na freg. da Raiva, sobre a margem esquerda do rio Douro; e ainda muitas outras povoações. Os normandos tambem invadiram a Neustria (França), em 841, e ali fundaram um reino, conhecido pelo nome de *Normandia*.

Noroéste. Pequeno cabo da costa NO do ilhéo Branco, no archipelago da prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Ponta situada no extremo NO da ilha da Boa Vista, no archipelago e provincia de Cabo Verde.

Noroly. Pov. da praganã de Nagar-Avely, na com. e distr. de Damão, arceb. de Gôa, India. E' uma das maiores povoações da praganã.

Noronha. Appellido nobre, vindo de Hespanha, tirado da villa de Noronha, nas Asturias. Trouxe-o para Portugal D. Affonso Henriques de Noronha e Gijon, que foi feito conde de Noronha e Gijon, o qual era filho bastardo de D. Henrique II, de Castella, e de D. Izabel, filha natural de D. Fernando I, de Portugal. O seu solar era na villa de Obidos. O seu filho primogenito foi D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa. O brazão dos Noronhas é o seguinte: Escudo esquartelado; no 1.º e 4.º quartel as armas de Portugal com o filete negro da bastardia em contrabanda; o 2.º e o 3.º em campo de purpura um castello de ouro, mantelete de prata carregado de dois leões, de purpura batalhantes, orla de 16 escaques, 8 de ouro, lizos, e 8 de veiros, de azul e prata; elmo de aço aberto; timbre, meio leão das armas. A segunda familia d'este appellido procede do 3.º filho do referido D. Affonso Henriques de Noronha, e de D. Izabel. Foi D. Fernando de Noronha, que D. Affonso V fez conde de Villa Real, e que casou com D. Brites de Menezes, filha de D. Pedro de Menezes, 2.º conde de Vianna, e da casa d'este ficaram herdeiros aquelles, sob a condição de seus descendentes usarem do appellido e armas dos Menezes, pelo que se lhes alterou o escudo, ficando: Escudo terceado em pala, e dividido em faxa, formando assim 6 partes: na 1.ª de ouro, um estoque de ferro azul em pala, entre 4 rodelas, azues; na 2.ª, 4.ª e 6.ª de ouro, 4 palas de purpura; na 3.ª e 5.ª, de ouro, 2 lobos, de purpura, em pala, e sobreposto o escudete das armas dos Menezes, modernos. A terceira familia d'este appellido procede do 4.º filho dos mesmos D. Affonso Henriques e D. Izabel; foi D. Sancho de Noronha, conde de Odemira, que usou as armas dos Lencastres. Foi tambem d'esta familia D. Miguel de Noronha, conde de Linhares, cujos descendentes usam as armas dos Noronhas e Menezes. Hoje vêem-se as armas dos Noronhas compostas ainda de outras fórmas diversas, em razão da ligação com outras familias.

Noronha (*D. Affonso de*). Sobrinho do grande Affonso d'Albuquerque. Era filho de D. Fernando de Noronha e de D. Constança de Castro, irmã de Affonso d'Albuquerque. Partiu para a India com seu tio na esquadra que este commandava, e que ia junta com a de Tristão da Cunha. Ambas as esquadras tomaram aos arabes a ilha de Socotorá, e ficou por governador da fortaleza, que se construiu ali, D. Affonso de Noronha. A fortaleza era insustentavel, o clima doentio, a terra esteril, de fórma que se tornava preciso a cada instante estar mandando abastecimentos a Socotorá. D. Affonso de Noronha não cessava de instar com o vice-rei D. Francisco d'Almeida para que este mandasse desmantelar a fortaleza. Quando soube que seu tio fôra nomeado governador da India, sentiu D. Affonso dobrados desejos de sair de tão desgraçada terra, e aproveitou o primeiro navio que passou por Socotorá para pedir com toda a instancia ao capitão que o levasse. O commandante do navio, percebendo que seria assim agradavel a tão proximo parente do governador, accedeu ao pedido, e D. Affonso de Noronha partiu para a India. Tomou no caminho uma nau de Meca, mandou 20 portu-

guezes para dentro d'ella, e levou-a de conserva comsigo, mas ao passarem pela costa de Cambaia apanharam um temporal tão rijo que ambas as naus se perderam. D. Affonso, pretendendo salvar-se a nado, morreu afogado. Dos seus companheiros, os que sobreviveram ficaram prisioneiros do rei de Cambaia. Passava-se isto no anno de 1509. Por este tempo Affonso d'Albuquerque, que tomára Gôa e querendo que seu sobrinho D. Affonso fôsse commandante da nova praça portugueza, mandou o buscar a Socotorá. Foi então que teve conhecimento da sua tragica morte.

Noronha *(D. Affonso de)*. Filho primogenito do 3.º conde de Odemira, D. Sancho de Noronha. Esteve com o 4.º duque de Bragança, D. Jayme, na empresa de Azamor, tomou parte na expedição contra Marrocos, em 1515, commandada por Nuno Fernandes de Athaide e D. Pedro de Sousa, e fal. a 19 de maio de 1516 no desastroso combate com os moiros, em que foi morto tambem um dos heroes mais notaveis das nossas guerras africanas, Nuno Fernandes de Athaide.

Noronha *(D. Affonso de)*. Quarto filho do 2.º marquez de Villa Real, D. Fernando de Menezes, e de D. Maria Freire. Teve na ordem de Christo as commendas de Olalhas, S. Miguel da Guerra e S. João da Castanheira, e foi aposentador-mór d'el-rei D. João III, que teve sempre por elle muita estima. Em 1538 foi nomeado governador de Ceuta, onde permaneceu doze annos sem ter tido occasião de se distinguir muito, porque não era de opinião que se provocassem os moiros, e até preferia que o nosso dominio ali se restringisse. Ordenando-lhe, por exemplo, D. João III que fôsse assaltar Tetuão, respondeu que só para devastar os arredores d'essa cidade precisava pelo menos de 4:000 soldados. A 18 de fevereiro de 1550 foi nomeado por el-rei D. João III vice-rei da India. Era o primeiro vice-rei depois de D. João de Castro, e quinto vice-rei na ordem dos que tinham recebido essas honras, e 17.º governador. Era chamado a succeder a Jorge Cabral. Levava dilatadas instrucções para reformar os abusos da India, mas não era homem que estivesse á altura das circumstancias, pois teve bastantes difficuldades com que luctar. A 6 de novembro de 1550 tomou posse do governo, e logo teve de soccorrer Ormuz ameaçada pelos turcos, mas Ormuz resistiu victoriosamente sem ser necessario mesmo que lá chegasse a poderosa armada capitaneada pelo vice-rei; Malaca soffreu tambem um terrivel cêrco, mas o commandante da fortaleza D. Pedro da Silva fez uma resistencia heroica, e obrigou o inimigo a levantar o cêrco. A Ceilão foi o proprio vice-rei soccorrer um rajá nosso alliado, o de Lota, contra outro nosso inimigo, de Ceitava, mas procedeu n'este auxilio de um modo vergonhoso, porque roubou um e outro. Voltando a Malabar, derrotou o rajá de Chembé e o samori de Calicut. Apezar de todas estas victorias, sentia-se que o poder de Portugal no Oriente ia a desabar. Levantavam-se por todos os lados difficuldades. No extremo Oriente contra Malaca já se congregavam os sultões visinhos, do lado de Ormuz levantava-se o poder immenso da Turquia, senhora do Egypto, dominadora na Arabia, e ao mesmo tempo constituia-se o imperio do Mogol. D. Affonso de Noronha, se, como general, era homem proprio para affrontar estes perigos, não o era como administrador nem como politico. Em vez de operar as reformas que na metropole lhe recommendavam, não fez senão dar exemplo de extorsões e de rapinas. Por isso tambem a India achava-se n'um tal estado, que o proprio D. João III entendeu que precisava d'um homem de verdadeira seriedade e energia, que pudesse reformar os costumes e restabelecer o prestigio da lei. Instou com D. Pedro de Mascarenhas, o nosso celebre embaixador em Roma, para que acceitasse o cargo, e D. Pedro, com muita repugnancia partiu para a India, onde recebeu o governo das mãos de D. Affonso de Noronha a 16 de setembro de 1554, e onde morreu alguns mezes depois. No tempo de D. Affonso de Noronha morreu S. Francisco Xavier, e nas esquadras do vice-rei militou Luiz de Camões. D. Affonso de Noronha regressou á Europa em janeiro de 1555, foi nomeado mordomo da infanta D. Maria, e fal. já de edade bastante avançada, sendo sepultado no convento de S. Domingos, de Santarem.

Noronha *(D. Affonso, ou D. Christovão de)*. Fidalgo, que foi pagem da lança do duque de Bragança D. Theodosio II. *A Historia Genealogica* chama lhe D. Affonso, e as *Decadas* de Bocairo e todos os documentos da India lhe dão o nome de Christovão. Em 1608 passou á India com o vice-rei D. João Forjaz Pereira, 5.º conde da Feira, que morreu na viagem, e elle lhe succedeu no governo da armada. Commandou um navio durante o governo de D. Jeronymo de Azevedo. Em 1618 voltou novamente á India com o posto de capitão-mór n'uma armada de 5 galeões e duas urcas, que saiu de Lisboa a 16 de abril d'esse anno.

Noronha *(D. Affonso de)*. Filho de D. Miguel de Noronha e de D. Joanna de Vilhena, neta de D. Affonso de Noronha, vice-rei da India. Serviu alguns postos nas armadas, e depois passou á Africa, onde se conservou dez annos como governador de Ceuta e de Tanger. Sendo nomeado vice-rei da India, saiu de Lisboa a 29 de abril de 1621 com quatro naus; ia render Fernão de Albuquerque, mas a 29 de outubro do mesmo anno arribou de novo ao rio Tejo, e não tornou a embarcar. Annos depois foi para Madrid, e ali exerceu o cargo de conselheiro de Estado de Filippe IV. Fal. em Madrid, tendo sido casado com D. Archangela Maria de Portugal.

Noronha *(D. Alvaro de)*. Fidalgo que viveu no seculo XVI. Partiu para a India na esquadra de D. Francisco d'Almeida, quando este foi como vice-rei, indo nomeado governador da fortaleza que se havia de construir em Cochim. D. Francisco d'Almeida consagrava-lhe muita affeição, e tinha n'elle a maior confiança. Na tomada de Mombaça, em que D. Alvaro de Noronha muito se distinguiu, pediu-lhe o vice-rei que nunca perdesse de vista no combate seu filho D. Lourenço d'Almeida Esteve tambem em Quiloa e em outras facções, e quando n'esse anno *(1505)*, em que D. Francisco d'Almeida chegou á India, se conseguiu a construcção da fortaleza de Cochim, foi D. Alvaro de Noronha encarregado effectivamente do governo d'essa fortaleza, continuando sempre a merecer a completa confiança do vice-rei. Em 1508, tendo terminado o seu tempo, pediu licença a D. Francisco d'Almeida para se retirar ao reino, e D. Francisco, concedendo-

lh'a com muita pena, como diz na carta que escreveu a el-rei D. Manuel, adeantou-lhe dinheiro para elle poder trazer alguma carga para o reino, e recommendava-o ao rei como homem, que apezar de ser de grande fidalguia e de muito merecimento, era pobre, e tanto era a estima que d'elle fazia D. Francisco d'Almeida, que n'essa mesma carta o recommendava a el-rei para o logar de governador da India. El-rei D. Manuel, em vez de o nomear para esse elevado cargo, nomeou-o apenas capitão de Azamor. Descontente por vêr que a Affonso d'Albuquerque succedia no governo da India Lopo Soares de Albergaria, e a este Diogo Lopes de Sequeira, sem que nunca o monarcha se lembrasse da recommendação de D. Francisco d'Almeida, ficou indignado e passou a Castella, indo residir para Sevilha, d'onde pouco depois voltou a Portugal, e morreu obscuramente.

Noronha (*D. Alvaro de*). Sobrinho de Affonso d'Albuquerque; irmão de D. Antonio, que morreu heroicamente em Gôa; de D. Affonso e do vice-rei D. Garcia, que todos honraram pelo seu valor a sua nobre estirpe. Serviu na India com seus irmãos, e em 1550 foi nomeado governador de Ormuz. O sultão dos turcos Solimão o *Magnifico*, senhor já do Egypto e da Mesopotamia, entendeu que não devia consentir que os portuguezes tivessem possessões tão proximas dos seus dominios, e mandou contra Ormuz uma formidavel esquadra commandada por Epir-bey. D. Alvaro de Noronha tinha felizmente n'essa occasião uma guarnição mais forte do que habitualmente, porque fundeara no porto uma nau portugueza, e a sua guarnição foi reforçar os defensores da fortaleza, cujo numero subiu assim a 900 homens. Epir-bey amiudou os assaltos. D. Alvaro resistiu intrepidamente, e ao mesmo tempo prudentemente, porque, vendo que era a artilharia que principalmente fazia mal a Epir-bey, não quiz nunca fazer sortidas, como aliás os portuguezes desejavam. Epir-bey, vendo que nada conseguia, levantou o cêrco. Já a esse tempo o vice-rei da India, prevenido por D. Alvaro, preparava consideraveis reforços, mas quando chegaram commandados por D. Antão de Noronha, que depois foi vice-rei, já não eram precisos. Acabou então D. Alvaro o seu tempo de governo, que eram tres annos, porque se estava em 1553. D. Antão de Noronha rendeu-o effectivamente, e D. Alvaro regressou á India, d'onde partiu para a Europa, em 1554, fallecendo na viagem.

Noronha (*D. Alvaro de Abranches*). Bispo de Leiria. N. a 7 de junho de 1661, fal. a 6 de abril de 1746. Era filho de D. Miguel Luiz de Menezes, 1.º conde de Valladares, e de D. Magdalena de Lencastre e Abranches. Seguindo a carreira ecclesiastica foi admittido como porcionista no collegio de S. Paulo, de Coimbra, em 26 de outubro de 1677, onde se applicou ao estudo do Direito Pontificio. Depois de obter um canonicato na sé de Lisboa e ser deputado da inquisição da mesma cidade, de que tomou posse a 18 de julho de 1686, foi sumilher da cortina de D. Pedro II, que o elegeu bispo de Leiria, em cuja cathedral entrou a 3 de outubro de 1694. Durante quatro annos foi regedor das justiças, de que tomou posse a 17 de abril de 1711. D. João V o elegeu arcebispo de Lisboa, dignidade que elle modestamente recusou. Em 1719 publicou em Lisboa uma obra escripta em latim, com o titulo: *Consensus Constitutioni Unigerutus praestitus*, etc. Falleceu em Lisboa com 85 annos de edade, no palacio dos condes de Valladares, e foi sepultado no cruzeiro da Casa Professa de S. Roque.

Noronha (*D. Alvaro Pires de Castro*). Bispo de Portalegre. N. a 26 d'abril de 1669, fal. a 29 de março de 1737. Era filho do 2.º marquez de Cascaes, D. Luiz Alvares de Castro Noronha Sousa e Athaide, e de sua mulher, D. Joanna Coutinho. Foi porcionista do collegio de S. Pedro em Coimbra, arcediago da sé de Lisboa, deputado da inquisição da mesma cidade, do conselho d'el-rei D. João V. Este monarcha o elegeu bispo de Portalegre, sendo a eleição confirmada pelo papa Clmente XI, dignidade de que tomou posse a 5 de agosto de 1711.

Noronha (*D. André de*). Bispo de Placencia e de Portalegre, que fal. a 3 d'agosto de 1589. Era filho bastardo de D. João de Noronha, e neto do 2.º marquez de Villa Real, D. Fernando de Menezes. Seguindo a carreira das letras estudou em Coimbra, e doutorou-se na faculdade de Canones. El-rei D. Sebastião o elegeu bispo de Portalegre, cuja eleição confirmou o pontifice Paulo IV, tomando posse a 17 de julho de 1560. Celebrou Synodo diocesano, e depois de ter governado este bispado 22 annos, foi transferido para o bispado de Placencia, por nomeação de Filippe I de Portugal, em 1581, onde fal. 8 annos depois. O seu corpo foi trasladado para Portugal, e sepultado n'uma campa rasa na capella-mór da egreja de Santo Antonio extramuros de Portalegre. N'esta cidade havia fundado o convento de S. Francisco.

Noronha (*D. Anna Bernardina Pinto Pereira de Sousa*). Senhora natural de Coimbra, que escreveu: *Canção funebre ás sentidissimas mortes do ser.*^mo *sr. D. Gabriel Antonio, infante de Hespanha, e da ser*^ma *sr.*^a *D. Marianna Victoria, sua esposa e infanta de Portugal*, Lisboa, 1788.

Noronha (*D. Antão de*). Capitão de Ormuz, vice-rei da India, etc. Era filho natural de D. João de Noronha, neto de D. Fernando de Menezes, 2.º marquez de Villa Real, e sobrinho de D. Affonso de Noronha, vice-rei da India. Partiu para o Oriente com seu tio, que em 1552 lhe deu o commando da esquadra do Estreito; com essa esquadra tomou Katif, e intentou tomar Bassorá mas, encontrando a cidade bem defendida, não se abalançou a dar o assalto, e retirou-se para Gôa. No anno immediato enviou-o de novo seu tio com uma esquadra em defeza de Ormuz, encarregando-o ao mesmo tempo do governo d'essa praça. D. Antão de Noronha ia aprisionando Epir-bey, o almirante turco, que conseguiu escapar-se, e em maio d'esse anno (1553) recolheu se a Ormuz, entregando o commando da esquadra a D. Diogo de Noronha. Antes, porém, de partir para Ormuz tomara parte D. Antão de Noronha na expedição de Chembé, onde muito se distinguiu, mas quebrou uma perna, ficando coxo para o resto da vida. Serviu em Ormuz até 1556, mas em 1558 D. Constantino de Bragança, apenas tomou posse do governo da India, o nomeou de novo para a capitania de Ormuz, que exerceu outros tres annos, soccorrendo em 1559 Bakrein atacada pelos turcos. Em 1561 voltou a Portugal com D. Constantino de Bragança. A 24 de

fevereiro de 1564 foi nomeado vice-rei da India, e para lá partiu no dia 19 de março. A 3 de setembro d'esse anno entrou em Gôa e tomou posse do governo. A bravura, que mostrára como capitão de Ormuz, não era bastante recommendação para cargo tão importante, como o de governador geral das possessões portuguezas no Oriente. Ouvindo missa em Gôa, e palestrando com os padres jesuitas, deixava correr as cousas á revelia, e os differentes capitães das fortalezas procediam á sua vontade, sem que de Gôa lhes fôssem instrucções, ou lhes cohibissem os excessos. Os nossos chronistas contam que tendo elle assignado, a instancias d'um parente, uma ordem que reconhecia injusta, exclamou: *Mão que tal firma bem merece ser cortada.* Affirma-se que no principio do seu governo não se mostrara affecto aos padres jesuitas, e até se recusara a dar-lhes egrejas e a aforar-lhes terras, mas depois, por conselho do seu provincial, mandou destruir 280 pagodes, perseguiu os judeus e os gentios. Durante o seu governo defendeu-se heroicamente Cananor, e em Malaca D. Leoniz Pereira sustentou brilhantemente um cêrco. Fundou-se a fortaleza de Mangalor, sendo a expedição briosamente dirigida pelo proprio vice-rei. A 10 de setembro de 1568 entregou o governo ao seu successor D. Luiz de Athaide, e a 2 de fevereiro de 1569 partiu para o reino, morrendo na viagem antes de dobrar o cabo da Boa Esperança. Encontrou-se effectivamente no seu testamento a clausula ordenando que se lhe cortasse o antebraço direito, mas para ser depositado no tumulo de D. Nuno Alvares Pereira, lançando-se o cadaver ao mar.

Noronha *(D. Antonio de).* Sobrinho de Affonso d'Albuquerque e um dos seus mais valentes subalternos. Era filho de D. Fernando de Noronha e de D. Constança de Castro; irmão de D. Garcia de Noronha, que depois foi vice-rei, e de D. Affonso de Noronha, capitão de Socotorá. Foi para o Oriente na companhia do tio, e tanto na tomada de Brava como na de Socotorá, deu provas de grande intrepidez. Durante a campanha de Ormuz foi sempre o braço direito de seu tio. Com elle fôra para a India, mas, levado pela sua indole bellicosa, quando o vice-rei D. Francisco de Almeida partiu a procurar a esquadra egypciaca, D. Antonio de Noronha acompanhou-o, commandando um pequeno navio. Distinguiu-se muito na desgraçada expedição de Calicut, e elle e Diogo Fernandes de Beja eram os dois heroes do grupo de Affonso d'Albuquerque. Deante de Gôa, quando todos os capitães queriam retirar-se, fôram ambos que salvaram a situação; comtudo, D. Antonio de Noronha deixou-se illudir por uma supposta ordem verbal de seu tio, e queimou a estancia que estava encarregado de defender, e retirou. Bastou uma breve explicação para que Affonso d'Albuquerque visse a que devia attribuir essa deserção involuntaria. Quando se tornou indispensavel a reconquista de Gôa n'esse mesmo anno de 1510, D. Antonio entrou em lucta, e foi morto.

Noronha *(D. Antonio de).* Moço fidalgo que adquiriu grande celebridade pelo vivo affecto que lhe votou o grande poeta Luiz de Camões. N. em 1536 e fal. em 1553. Era filho de D. Francisco de Noronha, 2.º conde de Linhares, e sobrinho de D. Pedro de Menezes, capitão de Ceuta e irmão de seu pae. Foi com o tio militar em Ceuta, mandado por seu pae para o desviar de certos amores que trazia em Lisboa com D. Margarida da Silva. Moço muito esforçado foi victima da traição que os moiros armaram a seu tio D. Pedro de Menezes, junto ao monte chamado da *Condessa* a uma legua de Ceuta, onde com o seu imprudente capitão morreram pelejando valorosamente 300 portuguezes. D. Antonio de Noronha foi parceiro do principe D. João, filho de D. João III, e pae d'el-rei D. Sebastião, no celebre torneio de Xabregas, onde o principe em 1552 tomou as primeiras armas. Faria e Sousa, no livro intitulado *Memorias das proezas da segunda Tavola Redonda*, diz que, sem nome de autor, se imprimiu em Coimbra no anno de 1567, e onde desde o capitulo XLVII se descrevem estas festas, se faz menção á margem do livro da morte d'este fidalgo por esta fórma: *Morreu em Ceuta a lançadas, mui moço e gentil cavalleiro.* Os ossos de D. Antonio de Noronha fôram trasladados de Ceuta para Portugal por sua irmã D. Joanna de Noronha, e sepultaram se na capella-mór do mosteiro de Xabregas, collocando-se no tumulo a seguinte inscripção:

Sepultura de D. Antonio de Noronha, filho do segundo conde de Linhares D. Francisco e da condessa D. Violante, que os moiros mataram em Ceuta em 18 de abril de 1553 annos, sendo elle de dezesete. D. Joanna de Noronha, sua irmã, que nunca casou, e fez esta capella á sua custa, quando a acabou que foi em 1622, trasladou os ossos da sé de Ceuta, a esta sepultura, e não a deu aos mais irmãos seus, porque dois d'elles morreram em Africa com el-rei D. Sebastião, e os outros dois nas partes da India.

Noronha *(D. Antonio de).* Vice-rei da India. Era filho de D. Martinho de Noronha e de D. Guiomar de Albuquerque, sobrinha de Affonso d'Albuquerque. Serviu na India, e distinguiu-se pela primeira vez no tempo de D. Constantino de Bragança, que na ilha de Ceilão lhe deu o commando d'um corpo de 400 homens, com o encargo d'uma operação importante. No tempo de D. Antão de Noronha foi soccorrer Cananor, e dirigiu intrepidamente a defeza. Voltando a Portugal foi nomeado membro do conselho de Estado e escolhido a 22 de janeiro de 1571 para vice-rei da India; partiu no dia 17 de março, e tomou posse do governo a 6 de setembro. Acabava D. Luiz de Athaide de salvar a India, dirigindo a defeza d'umas poucas de praças sitiadas ao mesmo tempo por todos os regulos nossos visinhos. Quando D. Antonio de Noronha tomou posse do governo, já estavam levantados todos os cêrcos menos o de Chale, defendido por D. Jorge de Castro, um velho de 80 annos. D. Antonio quiz soccorrer a praça, porém mostrou pouca iniciativa, D. Jorge, já velho e dominado por sua mulher, tambem não deu provas de energia sufficiente, e Chale rendeu-se. Este desastre, succedendo ás brilhantes victorias de D. Luiz de Athaide, causou má impressão aos portuguezes. O infeliz D. Jorge de Castro foi condemnado e decapitado por cobardia, mas parte da culpa fôra do vice rei. Damão, Baccelor e Malaca ainda fôram sitiadas pelos inimigos, mas em toda a parte se levantaram rapidamente os cêrcos. A lição

infligida por D. Luiz de Athaide tinha sido proveitosa. O peor era a indisciplina que lavrava cada vez mais nas fileiras portuguezas. Antonio Moniz Barreto, nomeado governador de Malaca, não quiz partir sem que D. Antonio de Noronha lhe désse navios, soldados e dinheiro. Como D. Antonio não tinha possibilidade de o satisfazer, Antonio Moniz Barreto excedeu-se com elle, e afinal não partiu para Malaca, e ficou em Gôa passeando e intrigando para Lisboa. D. Antonio de Noronha mostrava uma fraqueza incrivel, permittindo esta insubordinação, e não o mandando preso para Lisboa. O que deveras é inacreditavel é que o governo da metropole demittisse em 1573 o vice-rei encarregando do governo da India o proprio Antonio Moniz Barreto, premiando assim a indisciplina. (V. *Barreto, Antonio Moniz)*. D. Antonio de Noronha teve um profundo desgosto com este facto, veiu para Lisboa tão apaixonado que pouco tempo depois falleceu.

Noronha *(D. Antonio de)*. Era filho do vice-rei da India D. Garcia de Noronha. Distinguiu-se no segundo cêrco de Diu e em outros combates na India; casou depois com uma filha do governador Garcia de Sá, irmã da infeliz D. Leonor de Sá, mulher de Manuel de Sousa de Sepulveda, que falleceu no celebre *naufragio de Sepulveda*. Retirou-se depois para Portugal, onde falleceu.

Noronha *(D. Antonio de)*. Fidalgo do seculo XVII. Era da casa dos condes de Linhares, sendo filho de D. Carlos do Noronha. Serviu nas nossas armadas, e assistiu á restauração da Bahia. Embarcando por capitão d'um galeão na armada de que era general D. Manuel de Menezes, morreu no naufragio d'essa armada nas costas da França em 1627.

Noronha *(D. Antonio Caetano do Carmo de)*. Vogal da Junta do Credito Publico, coronel de cavallaria, ajudante de campo do fallecido rei D. Carlos I, e do actual monarcha senhor D. Manuel II. N. a 7 de agosto de 1852, e fal. em Lisboa a 5 de maio de 1909. Era filho do 2.º conde de Paraty, D. João Ignacio Francisco de Paula de Noronha, e da condessa, sua mulher, D. Francisca da Cruz Lacé Pedrosa. Assentou praça em 20 de outubro de 1870, sendo promovido a alferes em 12 janeiro de 1875, a tenente em 4 de agosto de 1880, a capitão em 30 de março de 1887, a major em 11 de junho de 1897, a tenente-coronel em 13 de março de 1902. Foi pela primeira vez vogal substituto, em effectivo serviço, na Junta do Credito Publico, eleito pela camara dos pares em 1891, tomando posse a 18 de junho e exercendo o seu logar até 1893, data da reorganisação da actual Junta. Em 1 de julho de 1895 tomou novamente posse, em substituição de Polycarpo José Lopes dos Anjos. Foi vogal-secretario desde 1899 até 1905, e sómente vogal até 1909, tendo em 1903 entrado em exercicio na substituição do vogal effectivo sr. conselheiro Rodrigo Affonso Pequito. D. Antonio de Noronha era official e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, cavalleiro da de Christo e de Nossa Senhora da Conceição; possuia a medalha de prata de comportamento exemplar e varias condecorações estrangeiras. Era casado com a sr.ª D. Maria Domingas de Figueiredo Cabral da Camara, da casa Belmonte.

Noronha *(Antonio José de)*. Celebre aventureiro do seculo XVIII. Era filho de D. Francisco de Noronha, pertencente por bastardia á casa dos condes dos Arcos, e de D. Cecilia Anna de Menezes. N. em Gôa em julho de 1720, onde tambem fal. em fevereiro de 1777. Professou, sendo ainda muito novo na ordem dos franciscanos, tomando o nome de fr. Antonio da Encarnação, e foi nomeado commissario provincial, visitador das missões da costa de Coromandel, Malabar, Pegu, e Ava. Em Meliapor abandonou o habito e por isso foi expulso da ordem. Ligou-se então muito com o celebre Dupleix, governador geral das colonias francezas na India, e foi um seu prestante auxiliar na lucta formidavel que elle trazia travada com os inglezes. Em 1748 obteve do principe do Mogol Idail Moimidikan a cedencia das aldeias de S. Thomé de Meliapor; esta cedencia foi-lhe feita debaixo dos auspicios de Dupleix e confirmada pelo nababo de Arcata Chaudar Saib. D. Antonio José de Noronha offereceu essas aldeias ao rei de Portugal, que era então D. João V. O vice-rei da India, marquez de Alorna, fêl-o governador d'essas mesmas aldeias e juntamente da cidade de Meliapor, onde fluctuava ainda a bandeira portugueza. Os inglezes não viram com bons olhos essa ampliação das nossas possessões, e dirigiram contra Meliapor uma expedição de 1:200 homens, que na noite de 14 de outubro de 1749 atacaram de subito a cidadella de Meliapor, onde estava D. Antonio José do Noronha com 20 homens e 4 peças de artilharia. Defendeu-se heroicamente o intrepido aventureiro com os seus poucos soldados, sustentando pelo espaço de oito horas uma lucta desegual, em que por fim foi vencido, ficando prisioneiro elle com os poucos soldados que sobreviveram. Levado para Londres, foi solto pouco depois, e passou para Paris, onde Luiz XV o recebeu com muitas honras pelos serviços que fizera a Dupleix na India, nomeou-o até o rei de França bispo de Halicarnasso *in partibus infidelium*. Partiu D. Antonio José de Noronha para Pondichery, e continuou a servir os francezes com zelo, intelligencia e actividade, e o grão-mogol deu-lhe o titulo de nababo Delavargenga Xamaxer Bahadur. Saudades da patria moveram-n'o comtudo a regressar a Gôa, e effectivamente para ali partiu em 1762, chegando a tempo de aconselhar e dirigir a conquista de Pondá. Em recompensa deu-lhe o conde da Ega, vice-rei da India, em janeiro de 1765, o posto de brigadeiro chefe da nova legião dos voluntarios reaes de Pondá e de general intendente, das provincias de Pondá, Zambaulim, Canácona, etc. Como sempre tem acontecido, encontrou comtudo D. Antonio José de Noronha entre os seus patricios o desfavor que nunca encontrára nos estranhos, e em 1770 o governador D. João José de Mello demittiu o por accusações de abuso de autoridade, e remetteu-o preso para a metropole. Entrou em Lisboa para ser encerrado no Limoeiro, que já então servia de prisão, o portuguez que em França fôra recebido honrosamente em Versailles por Luiz XV que o enchera de graças e mercês! Felizmente governava então o marquez de Pombal, que, lendo um memorial dirigido a el-rei D. José pelo preso e a narração feita por elle dos acontecimentos de Meliapor, narração que ainda se conserva manuscripta na bibliothe-

ea de Evora, o mandou immediatamente soltar. D. Antonio José de Noronha voltou a Gôa triumphante em 1773, e ali foi residir para o palacio de Daugim, onde viveu lautamente, até que falleceu, victima d'uma apoplexia com 57 aunos de edade. Conserva-se no museu de Evora um retrato que se diz ser d'este homem originalissimo, que foi fidalgo, frade, bispo, nababo e general. Na bibliotheca de Evora existem, com o titulo de *Papeis de D. Antonio José de Noronha, bispo de Halicarnasso*, documentos importantissimos.

Noronha *(Antonio Sanches de)*. Poeta do seculo XVIII, mais conhecido pelo *poeta de Odivellas*. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era natural de Lisboa, sendo filho de Antonio de Noronha Freire, escrivão dos maltezes, e de sua mulher D. Maria de Noronha. Instruido na lingua latina e humanidades, estudou em 1696 philosophia com o abalisado mestre P. Sebastião Ribeiro, da congregação do Oratorio. Dedicou-se muito á poesia, compondo muitos versos, que fôram apreciadamente ouvidos na Academia dos Anonymos, de que era um dos socios mais considerados. Não publicou por extrema modestia, as suas numerosas poesias, das quaes poderia formar um grosso volume. Publicou algumas nos *Progressos academicos dos anonymos de Lisboa*, 1.ª parte, Lisboa, 1718; Tres *Sonetos*, a pag. 119, 173 e 219; cinco *Romances*, pag. 42, 123, 249, 284 e 348; *Silva*, pag. 169. Nas *Ultimas acções do duque de Cadaval*, publicou: *Romance endecasyllabo á morte do duque de Cadaval D. Nuno Alvares Pereira de Mello*, a pag. 312. No *Obsequio funebre que ao padre D. Raphael de Bluteau dedicou a Academia dos Applicados*, Lisboa, 1730, publicou a pag. 115; *Oitavas á morte do Padre D. Raphael de Bluteau*. Escreveu mais: *Poema Eucharistico, romance heroico*, etc., Lisboa, 1745: *Dois sonetos á morte do Serenissimo Monarcha D. João V;* sairam nos *Suspiros saudosos e metricos ao mesmo assumpto*, Lisboa, 1750; *Soneto ao mesmo assumpto funebre*; saiu no *Culto funebre*, collecção de poesias, a pag. 31, Lisboa, 1750; *Soneto ao ser acclamado rei o senhor D. José a 7 de setembro, vespera da Natividade da Senhora;* saiu nos *Jubilos de Portugal*, collecção de poesias, a pag. 13, Lisboa, 1750; *Egloga á sentidissima morte da Fidelissima Rainha de Portugal, D. Maria Anna d'Austria*, Lisboa, 1755.

Noronha *(Antonio de Sousa)*. Militar e escriptor do seculo XVII. N. em Freixo de Numão, na provincia da Beira, sendo filho de André de Sousa Diniz, e de sua terceira mulher D. Maria de Amaral e Aguilar. Era muito versado em genealogia. Serviu com o posto de capitão de infantaria na Bahia, e depois na Catalunha. Escreveu: *Discurso genealogico dela delatada, esclarecida y antiquissima familia de Sousas*, que se imprimiu em 1642.

Noronha *(D. Bernardo de)*. Fidalgo do seculo XVI e principios do seculo XVII. Era da casa de Monsanto, e filho de D. Thomaz de Noronha. Passou á India com o vice-rei Mathias d'Albuquerque em 1591, e ali se demorou mais de 20 annos, já como capitão de Ormuz, já como capitão-mór da armada do norte. Era membro do conselho do Estado da India, e quando o vice-rei D. Jeronymo de Azevedo quiz mandar a Meliapor um fidalgo, que restabelecesse ali o nosso dominio, votaram todos que se escolhesse para esse fim D. Bernardo de Noronha. Elle, porém, que já se sentia velho e cançado, não quiz acceitar o encargo, acceitando apenas o commando da armada de Malabar. Voltando depois a Gôa em 1615, fal. n'esse mesmo anno, sendo a sua morte muito sentida.

Noronha *(D. Carlos de)*. Deputado e depois presidente da Mesa da Consciencia e Ordens. N. em Lisboa, onde tambem fal. em 1645. Era filho do alcaide-mór de Vizeu D. Antonio de Menezes, que morreu em Alcacer-Kibir, e de D. Joanna de Castro. Desde muito creança logo manifestou grande vocação para as letras. Estudou na Universidade de Coimbra Direito canonico e ecsareo. Foi deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, passando depois a presidente do mesmo tribunal, onde defendeu acerrimamente com a palavra e com a penna a jurisdicção e isenção das ordens militares. Foi cavalleiro da ordem de Aviz e commendador de Marvão. Por ordem de Filippe III, quando se celebrou o capitulo geral da ordem de S. Bento de Aviz na egreja de Santa Maria da Graça em Setubal a 2 de outubro de 1619, reduziu D. Carlos de Noronha a melhor methodo, e publicou, como se vê do prologo: *Constituições da ordem militar de S. Bento de Aviz*, Lisboa, 1631. D. Carlos de Noronha foi um dos que prepararam e dispuzeram a revolução de 1640 e um dos que no dia 1.º de dezembro subiram aos aposentos da duqueza de Mantua no paço da Ribeira. Os conjurados invadiram a sala e sem se afastarem das leis da cortezia, obrigaram a princeza a recolher-se, e ella conservando a serenidade, apezar de já saber da morte do secretario d'estado, falou com altivez aos fidalgos ordenando lhes que se aquietassem, dizendo-lhes que percebia que os excessos de Vasconcellos tivessem irritado a nobreza, mas que a morte d'elle devia ter abrandado a sua colera, que ella se obrigava a obter de Filippe IV o perdão para essa explosão illegal de uma vingança. Ouviram-n'a os fidalgos com respeito, mas quando o arcebispo de Braga, que se viéra juntar á duqueza, julgou que podia tambem com impunidade fazer a sua monitoria, mandaram-n'o calar asperamente, lembrando-lhe D. Miguel d'Almeida que lhe custára muito a livral-o de sorte egual á do secretario, mas que não abusasse da clemencia dos conjurados. D. Sebastião de Mattos retirou-se pallido de susto, mas a duqueza, tomando como respeito pela sua autoridade a cortezia dos conjurados, continuou a invocar o nome de Filippe IV. Responderam-lhe que o rei de Portugal era o duque de Bragança. Encolerisada a duqueza correu á janella, querendo falar ao povo, mas D. Carlos de Noronha, que era impaciente e assomado, pôz termo a essa scena, que ameaçava prolongar-se, dizendo-lhe que os não obrigasse a perderem-lhe o respeito. A mim, como? perguntou a duqueza. Obrigando vossa alteza, se não quizer entrar por esta porta, a sair por aquella janella. O effeito d'esta resposta descortez, mas indispensavel, foi mais prompto ainda do que se devia imaginar, e a duqueza caindo em si e deveras atemorisada, retirou-se para o oratorio e d'ahi por deante obedeceu em tudo aos conjurados. D. Carlos de Noronha casou duas vezes: a primeira com D. Maria de Vilhena, filha de Nuno da Cunha e de D. Leonor de Sousa Refoios, de quem não teve descendencia.

A segunda mulher foi D. Antonia de Menezes, filha de D. Miguel de Menezes, 1.º duque de Cadaval, da qual teve D. Miguel Luiz de Menezes, 1.º conde de Valladares, titulo que D. Pedro II concedeu em 1702, por concerto da acção que tinha á grande casa de Villa Real. Escreveu: *Allegação de direito em favor da jurisdicção e isenção das ordens militares e cavalleiros d'ellas*, Lisboa, 1641. Deixou em manuscripto: *Allegação de Direito em que mostrava qual era o que lhe assistia para herdar o marquezado de Villa Real.*

Noronha *(Cesar de)*. Um trabalhador infatigavel que lidou constantemente na imprensa, e que prestou ao jornalismo em Portugal verdadeiros serviços, sem comtudo, ser escriptor nem jornalista. Fal. no fim de setembro de 1888, tendo pouco mais ou menos 60 annos de edade. Desde muito novo teve a mania litteraria e jornalistica, e na sua mocidade emprehendeu a publicação d'um jornal de critica theatral, escripto em francez e intitulado *Le Lutin*. O jornal teve grande voga e celebrisou o nome do fundador. Em 1863 fez nova tentativa jornalistica, e publicou um jornal semanal, *O Monitor portuguez*, que não chegou a viver um anno. Depois, com um dos collaboradores do *Monitor*, teve a idéa de fundar um jornal que se vendesse pelas ruas a 10 réis, que era então uma novidade. Na quarta pagina do *Monitor portuguez* appareceu em grandes letras o annuncio do *Correio de hoje—Diario de Noticias*. Affluiram numerosas assignaturas, mas a Cesar de Noronha faltavam os fundos necessarios, e a idéa perdia-se, sendo mais tarde aproveitada pelos fundadores do *Diario de Noticias*. Apezar de não ter sido feliz nas suas tentativas, Cesar de Noronha não desistiu de as emprehender. Tempos depois publicou um jornal semanal, o *Garrett*, que tambem viveu pouco Sempre perseverante ainda fundou o *Diario de avisos*, jornal essencialmente de annuncios, mas com uma certa feição litteraria. D'esta vez não foi mais feliz; a idéa mallogrou-se. Cesar de Noronha resolveu seguir outro caminho, e tratou de estabelecer em Portugal a venda de jornaes francezes. Deu-lhe essa idéa bellos resultados, e as suas *Messageries de la presse française* estavam sendo para elle rendosas, e promettiam tomar um grande desenvolvimento, quando a morte o fulminou. Cesar de Noronha conviveu com muitos homens notaveis, conhecia muito os bastidores da nossa vida theatral, litteraria e politica, e na sua conversação viva e espirituosa, ás vezes muito original, revelava bastante intelligencia. Era homem delicado, observador e contava verdadeiros amigos na imprensa.

Noronha *(D. Constança de)*. Foi segunda mulher do 1.º duque de Bragança, D. Affonso I, com quem casou em 1420. Era filha de D. Affonso, conde de Gijon e Noronha, filho d'el-rei D. Henrique de Castella, e de D. Izabel, prima coirmã de seu marido, filha de el-rei D. Fernando, de Portugal. Esta princeza era de grande formosura, muito affavel e caritativa, e muito virtuosa. A sua união durou largos annos, e ficando viuva e sem filhos, tomou o habito da ordem Terceira de S. Francisco, vivendo em notavel recolhimento e penitencias. A sua casa era um publico hospital para os pobres e para todas as pessoas necessitadas, com quem despendia grossas quantias. A sua virtuosa vida lhe adquiriu a fama de santa. D. Constança de Noronha fez doação de todos os seus bens, ainda em vida, a seu sobrinho D. Pedro de Menezes, 3.º conde de Villa Real, e depois marquez do mesmo titulo, que adoptou por filho e herdeiro, cuja doação foi feita em Lisboa a 14 de setembro de 1476. Fal D. Constança de Noronha com 76 annos de edade, em Guimarães, a 26 de janeiro de 1480, e foi sepultada na capella-mór da egreja do convento de S. Francisco, da mesma cidade, junto aos degraus do altar-mór.

Noronha *(D. Constantino de Sá)*. Capitão general da costa de Comorim, governador da ilha de Ceilão, etc. N. em Lisboa em 1586, fal na India a 20 de agosto de 1630. Era filho do fronteiro da praça de Ceuta Martim Lourenço de Sá e Menezes. Por morte de seu pae, tratou da sua educação seu avô Francisco de Sá e Menezes. Estudou no collegio de Santo Antão, da Companhia de Jesus, a lingua latina e humanidades. Aos 18 annos de edade casou com D. Luiza da Silva, filha de Duarte de Mello da Silva, 6.º senhor de Povolide e de Castro Verde, e de D Margarida de Mendonça. Sentindo mais vocação para as armas que para as letras, logo no anno seguinte ao casamento, contando apenas 19 annos de edade, foi embarcar n'uma das armadas, mas adoecendo gravemente, esteve quasi tres annos afastado dos exercicios militares, até que, restabelecendo-se, proseguiu na carreira das armas indo viver para a praça de Mazagão, que n'essa epoca tinha por governador Henrique Correia da Silva, portando-se com toda a bravura e intrepidez em varios recontros e combates. Em março de 1614 embarcou para a India com outros fidalgos, na esquadra de que era chefe Paulo Rangel de Castello Branco, e não podendo chegar a Gôa, aportou á ilha de Mombaça e d'ahi a Magadoxo, situada na costa da Ethiopia, d'onde, depois de ter despendido em soccorro dos soldados tudo quanto levava, entrou afinal em Gôa em 1615. Era vice-rei da India D. Jeronymo de Azevedo. Tomou parte, com bom exito, em varias expedições navaes, e foi nomeado capitão general da costa de Comorim; reduziu á obediencia de Portugal o rei de Poreá, que se rebellara havia 14 annos, entregando-lhe este principe, em signal da sua reconciliação dois paraus, que estavam fundeados nos seus portos. Succedendo no governo da India a D. Jeronymo de Azevedo, o conde de Redondo, D. Francisco Coutinho, este o nomeou governador e capitão geral da ilha de Ceilão para que, com a sua prudencia e valor, a defendesse de todos os potentados da Asia, que ambiciosamente pretendiam conquistar. No exercicio d'este cargo se houve com distincção notavel destruindo o adversario Madune com a morte de 8:000 chingalás, e levantando as fortalezas de Sufragan no reino das Sete Corlas e a da Gale para conservação da ilha do seu governo. Derrotou egualmente por duas vezes o tyranno Chingali, que se havia colligado com o naique de Tangaor, e tirou o cêrco da fortaleza de Mamar. Sendo restituido no anno de 1623 pelo novo vice-rei D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, ao governo de Ceilão, do qual fôra privado por Fernando d'Albuquerque, reprimiu o poder do rajá de Kandy, fundou uma fortaleza no reino de Triquilimale, augmentou a da Gale, erigiu outra na ilha de Cardiva, e reparou a de

Columbo. Havendo por diversas vezes triumphado o referido rajá, este barbaro, receando que o seu reino fôsse despojo das armas portuguezas, lhe pediu pazes ardilosamente, emquanto maquinava uma conspiração contra D. Constantino, a qual teve o fatal effeito, quando este grande heroe resolveu entrar armado em Columbo para exterminar o seu inimigo tão perfido como orgulhoso. Travou se o conflicto defronte da cidade de Rutilé, e apezar dos inimigos serem em numero muito superior aos nossos, certamente seriam destroçados, senão fôssem soccorridos pelos chingalás, que perfidamente se rebellaram contra os portuguezes, cujas bandeiras até então seguiam. Vendo o nosso general que a derrota era infallivel, resolveu acabar a vida gloriosamente entre os seus soldados, e depois de ter morto muitos dos seus inimigos, caiu atravessado com duas balas pelo peito, e com uma séta na testa, fallecendo com 44 annos de edade. A morte de D. Constantino de Noronha foi universalmente lamentada. Escreveu: *Descripção das ruas, plantas, portos do mar, fórma da fortificação da ilha de Ceilão enviada a Portugal no anno de 1624, com as fortalezas excellentemente delineadas.* Ficou inedita.

Noronha *(D. Diogo de).* Alcaide-mór de Obidos. Era filho do 1.º marquez de Villa Real. Serviu na Africa com seu irmão o marquez D. Fernando, que o armou cavalleiro no anno de 1450, e com o qual esteve na tomada de Targa e de Camisi. Posteriormente foi governador de Ceuta, e voltando ao reino acompanhou D. Manuel a Hespanha, em 1498.

Noronha *(D. Diogo de).* Governador da fortaleza de Diu. Era filho de D. Alvaro de Noronha, que fôra governador de Cochim e de Azamor. Serviu primeiro na Africa, e passou depois á India com o vice-rei D. Affonso de Noronha em 1550. No anno de 1552 foi como capitão d'um dos navios da esquadra commandada pelo sobrinho do vice-rei D. Antão de Noronha, esquadra que partira para o estreito de Bab-el-Mandeb. D. Antão de Noronha em maio de 1553 recolheu-se a Ormuz, e tomou o commando da fortaleza deixando a esquadra entregue a D. Diogo. Este, sabendo que um almirante turco Murad bey saira do Egypto, correu ao seu encontro, mas uma calmaria pôdre immobilisou-lhe os navios, e só um galeão, o de Gonçalo Pereira Marramaque, teve de sustentar todo o peso da esquadra egypcia. A lucta foi heroica, a que D. Diogo assistiu furioso e forçadamente immovel. Apenas se levantou um pouco de vento, D. Diogo desfraldou o panno, e Murad-bey fugiu. (V. *Pereira Marramaque, Gonçalo).* Tomou depois o governo da fortaleza de Diu em substituição de D. Diogo d'Almeida. N'esse governo mostrou D. Diogo de Noronha uma inquebrantavel energia. Os moiros quizeram reagir contra o dominio portuguez, e D. Diogo de Noronha mostrou-lhes que pertencia á raça heroica de D. Antonio da Silveira e de D. João de Mascarenhas. D. Diogo de Noronha fal. com 44 annos de edade.

Noronha *(Fr. Diogo de).* Religioso da ordem do Carmo. N. em Lisboa e fal. em 1631. Professou no convento do Carmo da referida cidade. Foi sub prior no convento de S. Romão em 1602 e 1608; mestre de noviços desde 1610 até 1612, examinador synodal e prégador muito afamado em Portugal e Hespanha. Passando a França prégou um sermão por occasião do casamento do rei Luiz XIII, e regressando depois a Lisboa, ao seu convento do Carmo, ali se conservou até fallecer. Escreveu: *Sermon de las bodas de Luiz XIII, rei christianissimo de Francia y Navarra, com D. Anna de Austria, Infanta Catholica de Espanha,* Tolosa, 1616.

Noronha *(Duarte de Mello de).* Escriptor, filho de Luiz de Abreu de Mello, senhor do morgado da Serra, copeiro mór e vedor dos duques de Bragança D. Theodosio e D. João, alcaide-mór de Melgaço. Escreveu: *Batalha de Montes Claros,* Lisboa, 1665.

Noronha *(Eduardo de).* V. *Noronha (José Eduardo Alves de).*

Noronha *(D. Fernando de).* Fidalgo do seculo XVI. Era filho do conde de Faro D. Affonso, e com elle passou a Castella. Foi creado nos paços dos reis D. Fernando e D. Izabel, esteve na guerra de Granada, e regressando á patria com D. Jayme de Bragança, foi mordomo-mór da rainha D. Catharina, mulher de D. João III. Fal. a 9 de janeiro de 1552.

Noronha *(D. Fernando de).* Tambem conhecido por D. Fernando de Menezes. Era filho do vice-rei da India D. Affonso de Noronha, e acompanhou seu pae á India em 1550, depois de ter servido com elle em Africa; em 1554 recebeu o commando da chamada esquadra do Estreito, com que inflingiu uma severa derrota ao almirante turco Ali-Schebuly. Voltando a Portugal com seu pae, foi mandado governar Ceuta, por apresentação de seu primo, o marquez de Villa Real.

Noronha *(D. Fernando Alvares de).* Era filho de D. Alvaro de Noronha, que foi governador de Azamor. Serviu nas guerras d'Africa, onde ficou ferido varias vezes, e onde acompanhou D. Sebastião, na sua primeira viagem Posteriormente foi conselheiro de Estado e general das galés.

Noronha *(Fernão de).* Commerciante do seculo XVI, que demandando as costas do Brazil á procura d'esse famoso pau brazil, que deu nome a toda essa região, descobriu no dia de S. João, em 1503, a ilha a que deu o nome de *ilha de S. João.* El-rei D. Manuel fêl-o donatario d'essa ilha, que ficou sendo conhecida pelo nome de *ilha de Fernão de Noronha,* nome que ainda conserva, e que substituiu o primitivo. A carta de D. Manuel tem a data de 16 de janeiro de 1504, e foi confirmada por D. João III em 3 de março de 1522. Fernão de Noronha era cavalleiro da Casa Real e a doação da capitania da ilha foi em duas vidas.

Noronha *(Francisca Josepha de).* Religiosa da ordem de S. Domingos. N. em Lisboa, onde tambem fal. em edade muito avançada em 1719, no convento da Rosa, em que tinha professado. Era filha de Francisco de Noronha, capitão de maltezes, e de D. Anna Maria de Figueiredo. Traduziu do italiano a obra de seu irmão, Fr. João José de Santa Thereza, intitulada: *Finezas de Jesus sacramentado,* etc , que se publicou em Coimbra, em 1705, e depois em Lisboa, 1722.

Noronha *(D. Francisco de).* Irmão do 3.º conde dos Arcos de Valle-de-Vez, D. Thomaz de Noronha, sendo filho de D. Marcos de Noronha e de D. Maria Henriques. Foi um dos fidalgos que tomaram parte na conjuração para a independencia de Portugal, de 1640. D. João IV o no-

meou depois coronel de um dos terços das ordenanças de Lisboa.

Noronha *(D. Francisco de Almeida Beja)*. Fidalgo, cujas circumstancias pessoaes são completamente ignoradas Sabe se que estudou na Universidade de Coimbra, e foi discipulo de Vandelli Em 1788 fez a analyse das aguas mineraes da povoação de Falla, na freguezia de S Martinho do Bispo, proximo de Coimbra, cujo resultado publicou em Coimbra no anno de 1790, com o titulo: *Analyse das aguas hepatisadas marciaes do logar de Falla, junto a Coimbra.*

Noronha *(D. Francisco de Mello)*. Funccionario da Direcção Geral da Instrucção Secundaria Superior e Especial; escriptor contemporaneo. N. em Lisboa, na freguezia do Coração de Jesus, sendo baptisado em 22 de junho de 1863. E' filho legitimo de D. José Francisco de Noronha. Aos dois annos de edade passou a viver na companhia de sua tia paterna D. Thereza Maria da Luz da Piedade Sacramento de Noronha, casada com o magistrado judicial João de Mello Carneiro Zagallo. Por gratidão e reconhecimento a este magistrado, adoptou o appellido de *Mello* de que usa, sem que, todavia, lhe pertença. Por estes seus tios foi educado e mandado instruir, fazendo o exame primario em 20 de junho de 1876. Frequentou depois preparatorios, mas não cursou estudos superiores por preferir muito antes, sem embargo do possivel prejuizo burocratico, dever ao seu proprio trabalho individual a acquisição de mais alguns conhecimentos. Houve um momento, quando esteve no seminario de Coimbra, em que lhe perpassou pela mente a idéa de ser padre. O tempo desvaneceu-a, e o quadro vasto e admiravel da Natureza offereceu lhe, e continúa offerecendo-lhe, a unica sentimentalidade religiosa verdadeira, o templo aberto, o altar adoravel. Em 1886 foi nomeado, interinamente, professor da escola primaria da freguezia de Santa Eulalia de Bésteiros, concelho de Tondella, pela camara municipal respectiva, excercendo este cargo durante alguns mezes. No anno immediato, por decreto de 22 de dezembro, foi nomeado amanuense da policia civil de Lisboa, cargo que não desempenhou por ter sido collocado em commissão como adjunto ao encarregado da policia do porto da mesma cidade, logo no proprio dia da posse, em 24 de dezembro. Permaneceu n'esta situação, até que, a seu pedido, passou a servir, em commissão tambem, na antiga Direcção Geral d'Instrucção Primaria, por despacho de 5 de janeiro de 1900. Posteriormente, em 1902, ao tempo addido em virtude da extincção dos commissariados da policia, requereu e obteve licenciamento em que se conservou e conservaria, pois a morte da sua unica filha, occorrida em julho do anno passado, 1908, lançara o n'um estado de lethargia e de magua profundas, se não fôsse convidado por seus amigos a acceitar uma nova commissão na actual Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial, por despacho de janeiro de 1909. Como escriptor o sr. D. Francisco de Noronha tem collaborado em grande numero de jornaes e hebdomadarios do paiz. D'entre elles citaremos: *Independencia e Ordem; Echos da Avenida*; *Correio Agricola*, (que dirigiu emquanto durou); *Encyclopedia das Familias*; *Tempo; Occidente; Diario Illustrado; O Encanto*; *Gil Braz; Perfume; Correio Nacional*, e *Revista Commercial*, todos de Lisboa; *A Plebe*, de Portalegre; *O Trabalho*, de Setubal; *Progresso Catholico*, do Porto; *Correio de Taboa; Voz da Beira* e *Beirão*, de Mangualde; *Puritano* e *O Liberal*, de Almada; *Correio de Estarreja*; *Voz de Estarreja;* e *Correio de Sines*. Em folheto tem publicado os seguintes escriptos: *Jesus Christo*, 1888; *Miscellanea*, 1889; *Bellezas do Christianismo*, 1890; *Estudos Historicos e Moraes*, 1894; *Escravatura Branca, Engajadores e Engajados*, 1895; *Folhas Dispersas*, 1896; *Caso Curioso*, 1899; *Os arabes na peninsula iberica*, 1900; *O Limoeiro*, 1901; *A Policia*, 1901; *Excesso de Podridão*, 1902; *Crença e Ideal Politico*, 1903; *A Separação da Egreja e do Estado*, 1906; *Arsenal de Marinha no concelho de Almada*, 1906; *A Gréve*, 1908; *Camões (Sem sair do meu gabinete de estudo)*, 1909; *Patria Portugueza—Educação civica —Educação social*, 1909; *Patrões e remadores da alfandega* (sem data). Tambem tem publicados outros estudos seguidos, de que mencionaremos os denominados: *Brazil—A proposito da abertura dos seus portos*, folhetim do antigo *Correio de Taboa*; *Prolongamento do caminho de ferro do Barreiro a Cacilhas*; *Operarios de fabricas de cortiça*, e o *Perfil dos nossos reis*, incluindo D. Carlos, no antigo *Liberal*, de Almada; *Questões sociaes*, no *Occidente;* etc.

Noronha *(Francisco de Sá)*. Violinista e compositor musical. N. em Vianna do Castello a 24 de fevereiro de 1820, fal. no Rio de Janeiro a 23 de janeiro de 1881. Era filho de José Antonio, musico do regimento aquartelado naquella cidade, e de Maria Luiza dos Anjos. Ainda recemnascido foi levado para Guimarães, onde se creou, circumstancia que fez persuadir erradamente, que elle nascera n'esta cidade em 1822 ou 1823, como alguns dos seus biographos tem publicado. No *Diccionario bibliographico dos musicos portuguezes*, de Ernesto Vieira, d'onde extrahimos estes apontamentos, faz se notar a verdadeira data do nascimento acima citada, declarando que a filiação e verdadeira naturalidade fôram transcriptas do proprio registo de baptismo, por diligencia do sr. dr. Esteves Lisboa, que publicou uma noticia sobre o distincto violinista, saida no jornal *Aurora de Lima*, em 1885. Corria a fama que os seus verdadeiros paes era um padre e uma dama de tratamento cujo appellido mais tarde adoptou. Comtudo, José Antonio e Maria Lima dos Anjos, paes verdadeiros ou presumidos, destinavam-n'o á vida ecclesiastica, mas logo nos primeiros estudos mostrou grande inclinação para a musica. Ensinava o um mestre hespanhol chamado Bruno, que lhe tomou grande affeição e o tratava por seu *Chiquito*. Tinha 9 annos quando manifestou as suas primeiras aspirações de compositor, apresentando ao mestre um *Miserere*, que o deixou espantado por tão precoce manifestação. No entretanto, o *Chiquito do Bruno*, como então lhe chamavam, era festejado e recebido na casa d'uma das principaes familias de Guimarães, causando a maior admiração pelo desembaraço com que já tocava no seu pequeno violino. Aos 15 annos ficou orphão, e vendo se sem recursos foi para o Porto procurar collocação n'algum theatro, e não a obtendo, resolveu ir tentar fortuna no Brazil, para onde partiu em 1838. Ali viveu, alguns annos, demorando-se no Rio de Janeiro e percorrendo uma parte da America do Sul no

exercicio da arte. Esteve tambem em New-York e Philadelphia, onde realisou alguns concertos, sendo sempre muito applaudido. Em 1850 regressou á Europa, já artista consummado, sem ter tido auxilio, além da sua extraordinaria vocação, e com a fama de violinista eximio e de compositor inspirado. Foi depois a Londres, e regressando a Lisboa em principios do anno de 1854, foi para o antigo theatro da Rua dos Condes como director musical. Apresentou ali uma comedia em 2 actos com musica, intitulada *Arthur ou 16 annos depois*, que se representou pela primeira vez em 1 de fevereiro do referido anno de 1854. No mez de março seguinte apresentou o drama em 5 actos, *A Graça de Deus*, ornada com 30 peças de musica; em 1855 representou-se no Gymnasio a comedia em 1 acto, *Epitaphio e Epitalamio*, traduzido por Mendes Leal, para que Sá Noronha escreveu a musica. Esta comedia foi depois publicada na collecção *Theatro moderno*, com o titulo de *Receita para curar saudades*. Como violinista fez-se applaudir bastante nos concertos que deu no Gymnasio em 13 e 17 de novembro de 1854, 13 de janeiro de 1855 e em 13 de fevereiro seguinte. Tomou parte na antiga Academia Melpomenense, de professores de musica, em 25 de janeiro e 10 de fevereiro do mesmo anno, e a Academia elegeu-o seu socio honorario. Foi depois para o Porto, apresentando-se a primeira vez no theatro de S. João n'um concerto que realisou a 21 de abril, e que se repetiu em 5 de maio, obtendo enthusiasticas ovações. Nos fins de maio foi dar concertos em Guimarães, onde recebeu delirantes applausos. Os habitantes offereceram-lhe uma brilhante festa, tributando-lhe as maiores homenagens. O visconde de Pindella dedicou-lhe uma poesia, que saiu no jornal do Porto, *O Nacional*. Em agosto voltou a Guimarães, renovando-se as festas, sendo lhe offerecida uma corôa de prata; o referido fidalgo dedicou-lhe outra poesia, que elle proprio recitou no theatro. O Porto porfiava com Guimarães nas demonstrações de enthusiasmo pelo violinista; no entretanto, deu se uma nota discordante que veiu indignar deveras os amigos e admiradores de Sá Noronha. No jornal *O Porto e a Carta* appareceu um folhetim assignado por *Sombra do que fui*, pseudonymo de Arnaldo da Gama, em que muito se depreciava o merito do illustre artista. Este folhetim de critica severa deu em resultado uma serie de artigos de polemica artistica, publicados em differentes jornaes, polemica em que tambem Sá de Noronha tomou parte. Estes artigos fôram depois reunidos n'um volume de 190 paginas, com o titulo de *Questão Noronha ou Collecção de todos os artigos publicados em diversos jornaes, ácêrca da questão que se suscitou respeito ao merito d'este distincto violinista. Compilada por Antonio Moutinho de Sousa*, Porto, 1856. N'este volume tambem se encontra uma carta de Camillo Castello Branco dirigida a Sá Noronha. Pouco tempo depois partiu de novo para o Brazil, regressando a Lisboa nos fins de 1859, esperançado em que faria cantar uma opera em 4 actos, que já compuzera, *Beatriz de Portugal*, inspirada no drama, *Um Auto de Gil Vicente*, de Garrett, cuja partitura dedicou a el-rei D. Luiz. Não alcançou realisar o seu desejo; foi, porém, muito festejado em diversos concertos a que se apresentou nos theatros de D. Maria II e Gymnasio, e na Academia dos Professores de Musica. Fez depois uma digressão artistica pelas provincias do norte, e voltou a Lisboa sempre na esperança que a sua opera se cantasse. Tinha muitos amigos que o auxiliavam, chegando a ser annunciado que a opera *Beatriz* se cantaria, mas ficou sem effeito, e Sá Noronha partiu para o Porto, depois de realisar um concerto em S. Carlos a 15 de fevereiro de 1861. No Porto associou se com o cantor Antonio Maria Celestino para explorarem o theatro Baquet com uma companhia de opera comica portugueza, sociedade que durou apenas alguns mezes. Esteve em Lisboa em 1862, e escreveu para o Gymnasio a musica das seguintes peças: *Santa Iria*, drama sacro em 3 actos, que se representou pela primeira vez a 22 de março; e *Um filho familias*, comedia em 3 actos, que

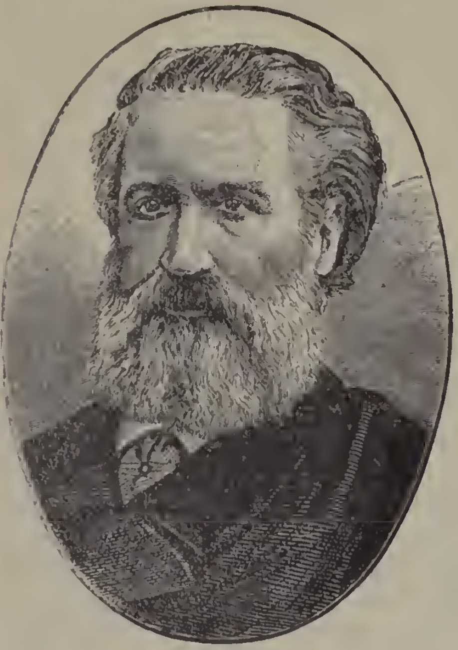

Francisco de Sá Noronha

se representou no mez de maio. Tornando ao Porto, conseguiu finalmente que a opera *Beatriz de Portugal* se cantasse no theatro de S. João, sendo a primeira recita em 7 de março de 18 6 . O libreto da opera fôra escripto em portuguez por Carlos Monthoro, do Rio de Janeiro, e traduzido em italiano por Luigi Bianchi. Na primeira vez que a opera se cantou, obteve Sá Noronha uma das mais ruidosas ovações que lhe fizeram no Porto; offereceram-lhe brindes valiosos, recitaram se poesias, cantou se um hymno, etc. Noronha conservou se no Porto até 1867, sendo sempre applaudido com enthusiasmo nos varios concertos que deu ou em que tomou parte; d'estes concertos os mais notaveis fôram os realisados no Palacio de Crystal, em que tambem se fizeram ouvir o celebre organista francez Charles Widor, Arthur Napoleão, Cesar Casel-

la, Nicolau Ribas, Hypolito Ribas e Miguel Angelo. Por essa occasião escreveu o *Hymno do Palacio de Crystal*, que era tocado todos os dias pela banda de musica do edificio. Sá Noronha trabalhava na sua segunda opera, tambem em 4 actos, *O Arco de Sant'Anna*, libreto extrahido do romance do mesmo titulo de Garrett, a qual dedicou aos portuenses. Na epoca de 1855 a 1866, sendo empresario Georgio Pacini, conseguiu depois de muitas diligencias que a opera fôsse acceita, começando a ensaiar-se e a annunciar se a sua primeira representação, mas esta tentativa não foi a effeito. Só no anno seguinte. 1867, é que logrou triumphar de todos os embaraços, e a sua segunda opera cantou se pela primeira vez no theatro de S. João em 5 de janeiro. O exito foi colossal. Sá Noronha veiu depois a Lisboa, e no fim de grandes luctas e contrariedades obteve que o *Arco de Sant'Anna* se cantasse em S. Carlos a 20 de março de 1868. Concorreu muito para o enorme exito, que alcançou, a indignação causada pelo facto de se terem recusado a cantar na opera o tenor Mongini e o baritono Boccolini, allegando ser opera que lhes não ficava no reportorio. Os jornaes e o publico censuraram asperamente aquelles artistas, o que motivou uma polemica, em que elles intervieram, procurando attenuar o mau effeito produzido pela sua recusa. Em 25 de fevereiro de 1869 cantou-se na Rua dos Condes a sua opera comica *O Fagulha*, que pouco agradou pelo seu mau desempenho. Depois fez nova digressão ao Brazil, regressando a Portugal em 1873, e em 1875 estava no Porto dirigindo no theatro Baquet uma companhia de opera-comica portugueza. Cantaram se então ali as suas producções: *Os Bohemios*, opereta em 1 acto; *Se eu fosse rei*, opera comica em 3 actos, feita sobre o mesmo libreto da opera *Si j'etais roi*, de A. Adam; e *O Annel de Prata*, opereta e 1 acto. Em 25 de março de 1876 cantou-se no theatro de S. João a sua terceira e ultima opera, intitulada *Tagir*, libreto extrahido do romance brazileiro de Pinheiro Chagas, *A Virgem de Guaraciaba*. O proprio Noronha delineou esse libreto que Luiz Botelho e Ernesto Pinto d'Almeida escreveram em portuguez, sendo depois traduzido em italiano. Esta opera não agradou tanto como as duas primeiras. Desgostoso por este exito, vendo empallidecer um pouco a sua gloriosa e brilhante estrella, partiu pela terceira vez para o Brazil. No Rio de Janeiro alcançou ainda grande successo a sua opera comica *A Princeza dos Cajueiros*, e a opereta n'um acto *Os Noivos*. Fôram estas as suas ultimas producções conhecidas. Estando hospedado no hotel France, do Rio de Janeiro, falleceu com 61 annos de edade incompletos. N'esta cidade havia casado com D. Joanna Paula Mauro de Noronha, senhora nascida em Buenos Ayres, que, partindo para o Rio de Janeiro, aprendera rapidamente o portuguez, em cuja lingua escreveu o romance *Mysterios del Plata*, e uma obra denominada *As consolações*, imitada da *Religião natural*, de Jules Simon. Esta senhora separou-se de seu marido, e foi para o Rio da Prata, onde falleceu. Cinco annos depois do fallecimento de Sá Noronha, abriu-se uma subscripção nas redacções de alguns jornaes, e erigiu-se no cemiterio de S. Francisco Xavier um singelo mas artistico monumento para onde se trasladaram os restos mortaes do distincto artista em 4 de dezembro de 1886, acto a que assistiram o ministro de Portugal e muitas pessoas notaveis, tanto brazileiras como portuguezas. As suas producções são numerosas; a viuva offereceu ao Conservatorio Real de Lisboa todas as partituras que possuia, assim como algumas pequenas composições, mas essa offerta constitue uma pequena parte apenas. Além das operas italianas e outras producções já citadas, mencionaremos as seguintes: *O Califa da rua do Sabão*, opera comica brazileira; *Os Guardas do rei de Sião*, opera comica; *Os Mosqueteiros da rainha*, idem; *As Virgens*, opereta; *A Filha do cego*, vaudeville; *O Baiano na côrte*, idem; *A Esmeralda*, opera comica; *A Familia Moreley*, idem; *S. Gonçalo*, drama sacro; *O Trajano*, opera seria; *Raros mas ainda os ha*, comedia vaudeville em 1 acto de Braz Martins, representada no Porto em 9 de outubro de 1858, e tambem no Gymnasio de Lisboa. Musica sacra: sabe-se d'uma missa a 4 vozes e piano; missa expressamente escripta para a festa do Coração de Maria, a 4 vozes e piano: ambas estas missas tambem fôram escriptas para orchestra. Composições diversas contam-se: *Morceaux de Concert, caprice pour le violon avec acompagnement de piano*, op. 15, London; *Elegia á morte de D. Pedro V, para violino e piano*, Porto, publicada em 1861; *A Despedida*, hymno composto e offerecido aos portuenses, Porto; *Polaca para canto e orchestra*, executada no theatro Baquet em 3 de janeiro de 1864; *Improviso para violino e orchestra*, executado no Gymnasio em 10 de maio de 1862; *Variações para violino sobre a opera «O Dominó preto»; Capricho de concerto para violino e piano*; *Carnaval de Lisboa, valsas burlescas, para violino e piano; Phantasia sobre a «Traviata», para violino e piano*, dedicada a Camillo Castello Branco; *Los tristes del Perú, phantasia peruviana para violino e piano; Variações sobre um thema de Thalberg para violino e piano; Phantasia sobre o «Trovador», para violino e piano; Phantasia sobre o «Rigoletto», para violino e piano; Bonina*, mazurka para piano, publicada no jornal *A Lyra portugueza*, de que Noronha foi director; *Eu te amo*, modinha impressa no Rio de Janeiro, editada por Narciso e Arthur Napoleão; *Associação e progresso, cantata com córos e solos*, executada no theatro de S. João em 25 de abril de 1868, a beneficio da Sociedade de soccorros aos typographos.

Noronha (*D. Garcia de*). Foi o 10.º governador e o 3.º vice-rei da India; um dos sobrinhos de Affonso d'Albuquerque. Quando seu tio era governador da India, foi D. Garcia de Noronha nomeado capitão mór do mar, e partiu para tomar posse d'esse logar importante commandando a armada, que em 1511 partiu para a India. Homem de genio colerico e orgulhoso teve dissensões com toda a gente, e o proprio Affonso d'Albuquerque dizia que, se elle não fôsse o governador, nunca D. Garcia de Noronha teria acceitado o logar de capitão-mór do mar, pela sua indole adversa a toda a obediencia. Esteve com Affonso de Albuquerque na tomada de Gôa, tratou da construcção da fortaleza em Calicut, acompanhou seu tio a Adem, e depois a Ormuz na segunda expedição. De Ormuz mandou-o Affonso de Albuquerque de novo para a India afim de tratar da carregação das naus do reino, dando-

lhe ao mesmo tempo plenos poderes de justiça e de fazenda. Estava D. Garcia de Noronha cuidando d'estes assumptos, quando chegou o novo governador da India Lopo Soares de Albergaria, e quando se recebeu em Cochim a noticia da morte de Affonso de Albuquerque. Logo D. Garcia partiu para Portugal, justificando assim o que d'elle disséra seu tio. Em Portugal fez-se D. Garcia de Noronha grande cortezão, sendo muito aceeito a D. João III, e tendo bastante influencia pelo seu parentesco com o escrivão da puridade, D. Antonio Noronha, conde de Linhares. Foi nomeado para commandar uma expedição que foi á Africa soccorrer Saffi,empresa pouco lucrativa. D. Garcia de Noronha era pobre e sofrego de dinheiro. Tinha uma familia numerosa, D. João III entendeu que o devia mandar como governador para a India para enriquecer. Na côrte deviam saber que D. Garcia não era homem de escrupulos. Na tomada de Gôa todos tinham sabido que D. Garcia deixára escapar muitos moiros dos principaes a troco de avultadas quantias. Em Ormuz enchera se á farta; Gaspar Correia, secretario de Affonso d'Albuquerque e autor das *Lendas da India*, conta que o governador, quando em Ormuz D. Garcia de Noronha lhe pediu para ir para a India tratar da carga das naus do reino, logo percebeu que o que o movia era o desejo de empregar o dinheiro que apanhára em Ormuz; mas deixou-o ir, e deu-lhe até plenos poderes, porque Affonso d'Albuquerque tinha um certo fraco pelos seus parentes. Todos sabiam tambem que D. Garcia de Noronha era altamente improprio para o cargo de governador da India pelo seu genio irritavel. Durante o governo de seu tio tivera discordias com toda a gente. As qualidades reaes que possuia, a bravura e a energia disciplinadora, deviam estar attenuadas um tanto com a edade. Apezar d'isso não hesitaram, e D. Garcia de Noronha foi nomeado governador da India com o titulo de vice-rei, como se quizessem encobrir com o esplendor do titulo a insignificancia do nomeado. Essa era a terceira vez que se conferia esse elevado titulo. Já tivera nove governadores a India, só dois tinham usado o titulo de vice-rei, D. Francisco d'Almeida e D. Vasco da Gama. Não fôra vice-rei Affonso d'Albuquerque, e era vice-rei seu sobrinho D. Garcia de Noronha. Nomeado em 1537 para substituir Nuno da Cunha, partiu immediatamente, e tomou posse do governo a 14 de setembro de 1538. Diu estava cercada, e defendia-a heroicamente Antonio da Silveira. D. Garcia de Noronha preparou logo uma esquadra importante para a soccorrer, mas estreara-se mal no governo, porque logo teve uma desaveuça com o seu predecessor Nuno da Cunha, por causa d'uns dinheiros que este lhe não quiz emprestar. O cêrco de Diu levantou-se, graças ao heroismo dos seus defensores, e D. Garcia de Noronha chegou quando tudo estava concluido. No caminho tratara principalmente dos seus interesses particulares, e chegára a Diu quando não era já preciso. Pois só lá foi fazer mal, porque depois d'uma victoria tão assignalada, fez pazes com o rei de Cambaia, concedendo-lhe tudo o que elle pedia, a troco de avultadas quantias, conseguindo assim o inimigo com o ouro o que não pudera conseguir com as armas. Voltou a Gôa, e entregou-se ás mais sórdidas especulações, vendendo os cargos e empregos publicos quasi em almoeda. Felizmente para a India portugueza adoeceu pouco tempo depois. Mesmo da cama discutia com os subalternos sobre a escolha do seu successor. Veiu a fal. a 3 d'abril de 15 0, depois d'um governo de anno e meio. Foi sepultado na egreja da Sé, de Gôa.

Noronha *(D. Garcia de)*. Capitão de Ormuz e de Malaca. Era filho de D. Antonio de Noronha e neto do vice rei D. Garcia de Noronha pelo lado paterno, e do governador da India Garcia de Sá pelo lado materno. N. em Gôa em 1550, veiu creança para Lisboa, sendo depois nomeado capitão de Ormuz e de Malaca, onde falleceu.

Noronha *(D. Gil Eannes de)*. Fidalgo do seculo XVI, pertencente á casa de Monsanto. Acompanhou D. Sebastião a Africa, e passando a servir no Oriente foi capitão de Baçaim, commandou um navio nas esquadras que sairam de Gôa para o Malabar em 1615 e em 1617, e tendo estado em varios recontros foi morto uma noite no meio d'um combate.

Noronha *(D. Henrique de)*. Era filho do 1.º marquez de Angeja, D. Pedro Antonio de Noronha de Albuquerque. N. a 20 de setembro de 1683, fal. a 10 d'agosto de 1722. Foi porcionista do collegio de S. Pedro, de Coimbra, deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, e depois largando a vida ecclesiastica e varios beneficios que n'ella tinha, casou com a filha do monteiro mór do reino.

Noronha *(Fr. Henrique de)*. Religioso da ordem dos carmelitas calçados. N. em Lisboa a 31 de março de 1610, fal. no convento do Carmo da mesma cidade a 17 de fevereiro de 1660. Era filho de D. Marcos de Noronha e de D. Maria Henriques. Entrou na ordem dos carmelitas no seu convento de Lisboa, aos 13 annos de edade, a 20 de julho de 1623, e professou solemnemente a 17 de maio de 1626. Foi admittido a collegial no collegio de Coimbra a 14 de novembro de 1629. Depois de ter sido prior do convento de Camarate, socio e secretario do provincial Fr. Antonio da Guerra, prior do convento de Lisboa e presentado, foi eleito provincial no capitulo realisado a 12 de novembro de 1658, fallecendo pouco mais d'um anno depois. Escreveu: *Exemplar politico ideado nas acções de seu oitavo avô, o senhor D. Pedro I d'este reino*. Publicou-se em 1723, muitos annos depois da sua morte, por diligencia de Diogo Bernardes de Sá, e por elle dedicado ao conde de Villar Mayor Fernão Telles da Silva.

Noronha *(Henrique Henriques de)*. Academico supranumerario da Academia Real de Historia Portugueza. Era natural da ilha da Madeira, e fal. em 1730, sendo filho de Pedro de Bettencourt Henriques e de D. Marianna de Menezes. Frequentou alguns annos a Universidade de Coimbra. Succedeu a seu tio Ignacio de Bettencourt da Camara, nos morgados que possuia, e casou a 6 de julho de 1692 com sua prima D. Francisca Maria de Vasconcellos. D. Antonio Caetano de Sousa, autor da *Historia Genealogica*, chamava-lhe *excellente investigador das antiguidades*. Era muito dado a estudos genealogicos, e sobre esse assumpto deixou varias obras, que não chegaram a ser impressas, e cujos manuscriptos se conservavam no poder do referido D. Antonio Caetano de Sousa. D'essas obras citam se as se-

guintes: *Familias da ilha da Madeira; Familia de Henriques illustrada; Familia dos Freires de Andrade; Memorias seculares e ecclesiasticas para a composição da historia da diocese do Funchal na ilha da Madeira, distribuidas na fórma do systema da Academia Real de Historia Portugueza.*

Noronha *(Hugo de)*. Pintor. N. em Ovar a 11 de novembro de 1866, sendo filho do escriptor e engenheiro Tito de Noronha. Tendo completado os preparatorios no Lyceu do Porto, matriculou-se na Universidade de Coimbra em 1883, transitando depois para a Academia Polytechnica do Porto, quando este estabelecimento foi equiparado á Universidade para o effeito de estudos preparatorios da Escola do Exercito. Era sargento aspirante do caçadores n.º 9. Frequentou a Academia Polytechnica durante quatro annos, sendo alumno laureado. Apaixonado pelas bellas artes abandonou a carreira das armas, e dedicou-se á pintura, estylo illuminura, para o que analysou detalhadamente os bellos exemplares d'esse genero archivados nas nossas bibliothecas e museus, e bem assim nos estabelecimentos congeneres de Madrid, Paris, Londres e Roma. Expôz pela primeira vez trabalhos seus na Exposição Industrial de 1887, no Palacio de Crystal do Porto, offerecendo um dos seus trabalhos ao então principe real D. Carlos. Em annos subsequentes occorreu a outras exposições nacionaes e estrangeiras, merecendo os seus trabalhos menção, e tendo obtido alguns premios honorificos. São innumeros os seus trabalhos de illuminura, que constituem, no dizer dos entendidos, modelos no genero. Tem exposto differentes diplomas, mensagens, etc., revelando-se sempre um artista *di anima*, como d'elle dizia o distincto pintor Cellini, professor que foi d'uma das nossas escolas industriaes. Entre os trabalhos consagrados de Hugo de Noronha, avultam: *José vendido por seus irmãos* (illuminura); *Diploma de D. Lucia Bruce* (illuminura); *A leitura do eremita* (imitação de phototypia, a nankim); *Judith apresentando a cabeça de Holofernes ao povo hebreu* (desenho á penna), etc. A obra mais importante d'este artista é o *Livro de Honra* da Santa Casa da Misericordia do Porto, que tem merecido continuos e geraes encomios. Hugo de Noronha é collaborador artistico da *Portugalia*. Entrou para o jornalismo em 1889, fazendo parte da redacção do *Commercio Portuguez*, mais tarde *Onze de Janeiro*. Collabora hoje em jornaes litterarios, dedicando a sua actividade á illuminura e á micrographia. E' tambem um apreciado calligrapho, sendo os seus trabalhos reputados os melhores do genero.

Noronha *(D. Isidoro Caetano do Rosario)*. Monsenhor, arcediago do Gôa, doutor em Theologia pela Universidade Gregoriana de Roma, etc. N. em Ucassim da provincia de Bardez, comarca de Gôa, a 4 de abril de 1817, fal. em Gôa, a 12 de junho de 1877. Era filho de Ceronlo Deodato de Noronha e de D. Eutregena Paes de Noronha. Dedicando se á carreira ecclesiastica foi concluir os seus estudos na Universidade Gregoriana em Roma, cuja faculdade de Theologia é uma das primeiras do mundo, e seguiu o curso com bastante distincção, porque obteve premios em varias cadeiras, e doutorou-se em 1844, depois de ter defendido com bastante brilho a sua these. Este facto veiu lisonjeiramente mencionado no *Diario de Roma*, de 22 de fevereiro do referido anno. Tantas provas de distincção e tantas honrarias designaram-n'o á escolha do governo, que o nomeou prelado de Moçambique em 1846. A escolha era honrosa, e parece que o joven prelado, que tinha então apenas 29 annos, se devia contentar com ella. Mas não se contentou e aspirava, ao que parece, a collocação mais alta, e não partiu para a sua diocese, e apezar de todas as instancias do governo, ou por querer ser nomeado para outra, ou porque entendesse que a prelazia de Moçambique devia ter as honras e as prerogativas de um bispado. Cançou-se afinal o governo d'esta resistencia, deu-lhe ordens terminantes para partir, e, como elle resistisse, demittiu-o, quer dizer revogou em 1853 o decreto que o nomeára. O papa Gregorio XVI o nomeou seu camareiro secreto; e a Academia de Santa Cecilia lhe conferiu o titulo de socio. Começou então uma polemica interminavel, porque monsenhor D. Isidoro batia a todas as portas, appellava para todos os recursos, escrevia, sollicitava, e como era bemquisto e bem recebido em muitas casas fidalgas, não cessou um instante de procurar protectores. Em 1859 publicava uma *Memoria juridico-canonica dirigida aos excellentissimos conselheiros do supremo tribunal de justiça*; em 1861 a *Defeza das immunidades da Santa Egreja de Moçambique (Prelasia nullius diocesis) e dos direitos episcopaes e mais preeminencias de seus prelados, ou a minha questão exposta em toda a sua luz. Desaggravo de duas affrontas feitas ao sacerdocio catholico; refutação das objecções postas contra a inamobilidade dos prelados de Moçambique* Diz se que este opusculo foi escripto ou revisto pelo visconde de Paiva Manso, Levy Maria Jordão. N'esta lucta infructifera gastou D. Isidoro a sua intelligencia e o seu tempo, e perdeu todos os resultados da sua brilhantissima estreia na vida, tornando se afinal pesado aos seus amigos pela importunidade das suas queixas. D. Isidoro não fôra só demittido, fôra tambem processado por desobediencia ás ordens do governo. D'este processo, comtudo, livrou-se, porque foi absolvido em audiencia de jury. Depois de longos annos de lucta e de resistencia, D. Isidoro resignou-se em 1871 a acceitar a sua apresentação na dignidade de arcediago de Gôa. Todos imaginavam que elle ia partir, porque demais a mais elle escreveu e inseriu no *Diario Nacional* de 10 de novembro de 1871, uma longa carta de despedida, em que mais uma vez contava a sua historia e a sua longa questão. Pois ainda assim não partiu, e ainda em 1873 estava em Lisboa, onde n'esse anno publicou um folheto intitulado o *Padroado ultramarino agonisante*. Em 1870 publicára no *Jornal do Commercio*, muitos artigos, e depois em opusculo: *Um brado pelas colonias, ou as colonias salvas pela missão e Portugal salvo pelas colonias*. Advogava n'esse folheto o restabelecimento dos conventos nas possessões portuguezas d'além-mar como unico meio de segurança colonial. N'esse mesmo anno publicára tambem uma *Representação submettida ao governo de sua majestade, suggerindo os meios de organisar a missão ultramarina, e por esta resolver no patrio interesse a questão colonial*. Em 1873 estava ainda em Lisboa, publicando folhetos, collaborando em jornaes para se occupar de assumptos

de missões, ou para falar ainda na prelazia de Moçambique, como por muito tempo collaborára na *Revolução de Setembro*, na *Gazeta do Povo* e na *Nação*, etc. Effectivamente só em 1875 partiu para Gôa, onde permaneceu até fallecer.

Noronha *(D. Jeronymo de)*. A quem alguns chamam D. Jeronymo de Menezes, era filho de D. Henrique de Menezes e neto do 1.º marquez de Villa Real. Passou á India com seu cunhado D. João de Castro no anno de 1545 despachado capitão de Baçaim. Tomou grande parte na guerra de Cambaia, e voltando ao reino não teve mais emprego, apezar de não lhe faltarem merecimentos, segundo affirma D. Antonio Caetano de Sousa na sua *Historia Genealogica*. Gaspar Correia, porém, nas *Lendas da India*, tomo IV, pag. 532, affirma que elle em Baçaim tantos roubos fez, tanto aos indigenas como aos portuguezes, que, passando D. João de Castro para Diu, fôram ao mar ter com elle varios habitantes de Baçaim a queixar-se do seu governador. D. João de Castro disse-lhes que depois os attenderia, quando voltasse da sua empresa, mas Gaspar Correia o quo dá a entender é que D. João de Castro, apezar do seu catonismo, lembrou-se de que D. Jeronymo era seu parente, e não procedeu contra elle. Razão teve pois o governo portuguez para não dar novo emprego a esse capitão pirata, que se constituia o flagello das terras que governava.

Noronha *(D. Jeronymo de)*. Era filho do 4.º conde de Linhares, D. Miguel de Noronha. Ficando com seu pae em Castella, foi capitão governador das guardas do archiduque Leopoldo Guilherme d'Austria e governador de Flandres. Filippe IV deu-lhe o titulo de conde de Castel-Mendo. Voltando a Portugal depois de feita a paz com a Hespanha, fal. em Lisboa a 3 de dezembro de 1668.

Noronha *(D. João de)*. Fidalgo, filho do 2.º conde de Villa Real. Era appellidado o *Decetes*. Foi governador e capitão de Ceuta durante a ausencia de seu irmão; esteve em Alcacer-Ceguer com seu tio, o 3.º conde de Vianna D. Duarte de Menezes, e assignalou-se nas guerras d'Africa em varias occasiões. Acompanhou D. Affonso V a Hespanha, esteve na batalha de Tóro, onde ficou prisioneiro. Recuperando a liberdade e voltando ao reino, foi encarregado por D. João II do governo da casa de D. Joanna, a *Excellente Senhora*. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento d'este fidalgo.

Noronha *(D. João de)*. Prior-mór de Santa Cruz de Coimbra, que falleceu a 2 de julho de 1506. Era filho do 1.º marquez de Villa Real. D. João II e D. Manuel o quizeram fazer arcebispo de Braga e de Lisboa, mas elle recusou-se a ambos os monarchas, não querendo deixar o seu priorado. Falleceu antes de ser sagrado bispo de Ceuta e primaz d'Africa, dignidade para que fôra eleito, e que o papa Julio II confirmára com o titulo de cardeal.

Noronha *(D. João de)*. Commendador da ordem de Christo. Nasceu em Lisboa, sendo filho de D. Pedro de Noronha, 7.º senhor de Villa Verde, que falleceu na batalha d'Alcacer-Kibir, em agosto de 1578, e de sua segunda mulher, D. Catharina de Athaide. Militou em Africa com valor e bravura, e fal. em edade muito avançada. Casou tres vezes, não tendo successão em nenhum dos matrimonios. Deixou alguns manuscriptos, em que se contam: *Tratado sobre a discrição dos espiristas*; *Tratado da Oração*, etc.

Noronha *(João de Saldanha de Albuquerque de Mattos Coutinho)*. Alcaide-mór de Soure, commendador das commendas de Nossa Senhora da Conceição da Savacheira, S. Thomé de Amarcas, e S. Martinho de Lagares na ordem de Christo, conselheiro de guerra, tenente-general de artilharia, presidente do senado de Lisboa, etc. N. em Lisboa e fal. em Santarem em edade muito avançada a 10 de setembro de 1732. Era filho de Ayres de Saldanha de Albuquerque, que morreu na batalha de Montijo em 26 de maio de 1644, e de D. Izabel da Silva. Na primeira edade applicou-se ao estudo das sciencias na Universidade de Coimbra, mas depois resolveu seguir, como seu pae, a carreira das armas, e sendo capitão de cavallos na provincia do Alemtejo, distinguiu-se em varios combates, ficando prisioneiro n'um que se deu em 1667. Posteriormente foi deputado da Junta dos Tres Estados, governador e capitão general da ilha Terceira e da praça de Mazagão, tenente-general d'artilharia, presidente do senado de Lisboa e vêdor da rainha D. Maria Anna d'Austria, mulher de D. João V. Casou com D. Catharina de Noronha, dama da rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboia, filha de D. Pedro Coutinho, commendador de Almourol, e de D. Marianna de Noronha. Foi sepultado na capella do Menino Jesus dos Milagres, no convento de S. Domingos, de Santarem. João Coutinho de Noronha era muito versado na historia, e sabia com perfeição a lingua franceza, da qual, por indicação de D. Pedro II, traduziu a seguinte obra: *Recopilação de remedios escolhidos de Madame Fouquet, faceis, domesticos, experimentados, e approvados para toda a sorte de males internos e externos: quinta impressão augmentada de quantidade de segredos*, etc, 1.ª e 2.ª partes, Lisboa, 1712, parte 3.ª, Lisboa, 1714. Parece que as anteriores edições se publicaram em francez. Ha uma 6.ª edição de todas as tres partes, feita em Lisboa, 1749.

Noronha *(D. Jorge de)*. Fidalgo que militou na India, e falleceu n'um combate contra os turcos. Era sobrinho de Affonso d'Albuquerque, e irmão de D. Alvaro, D. Antonio, D. Affonso e D. Garcia de Noronha. V. *estes nomes*.

Noronha *(José Eduardo Alves de)*. Capitão de infantaria, jornalista e escriptor. N. em Lisboa a 26 de outubro de 1859. Assentou praça em 4 de novembro de 1874, sendo promovido a alferes em 1 de outubro de 1890, a tenente em 6 de agosto de 1896, e a capitão em 7 de janeiro de 1904. Serviu em Africa desde 1879 até 1894, onde desempenhou os cargos de secretario do governo de Lourenço Marques, conductor de obras publicas, engenheiro da camara e chefe da repartição de agrimensura. Tomou parte nas campanhas da Matibane, Zambezia, Chirinda e defeza de Lourenço Marques contra as investidas do regulo Zixaxa. Collaborou nos jornaes *A Actualidade*, do Porto; *Africa Oriental*, *Quelimanense*, *O futuro de Lourenço Marques* e o *Districto de Lourenço Marques*, que fundou, na Africa Oriental. Foi correspondente em Moçambique do *Economista*, de Lisboa. Collaborou no *Correio da Noite*, *Tarde* e *Tribuna*. Occupou o cargo de secretario das *Novidades*, ao lado de Emygdio Na-

varro, mais de seis annos, e é actualmente redactor do *Diario de Noticias* e director do «magazine» *Serões*. Traduziu os seguintes livros: *Ao tanger dos sinos*, 1 vol.; *Quo vadis?*, 4 vol.; *O diluvio*, 4 vol.; *Sem Dogma*, 2 vol.; *Caricias de uma noiva*, 1 vol.; *Ben-Hur*, 2 vol.; *A tzarina-sultão*, 1 vol.; *Heliogábalo*, 1 vol.; *Christo e Mahomet*, 1 vol.; *A conquista de Bizancio*, 1 vol.; *Lyrio selvagem*, folhetim; *Memorias do presidente Kruger*, 1 vol.; *Alice Lisle*, folhetim; *O indio*, folhetim; *Kama Sutra*, 1 vol.; *O palacio das mil luzes*, 1 vol.; *O amigo das mulheres*, 1 vol.; *A feira das vaidades*, 3 vol.; *Exilados da Siberia*, 1 vol.; *Sigamo-lo*, 1 vol.; *Hania*, 1 vol.; *Os bastidores do nihilismo*, 1 vol. Para o theatro traduziu: *O avô*, drama em 5 actos, de Perez Galdós; *Coração de*

José Eduardo Alves de Noronha

mulheres, comedia em 4 actos, de Arthur Pinero; *O Juiz*, comedia em 4 actos, *Casa em ordem*, comedia em 4 actos de Arthur Pinero; *O Ladrão*, peça em 3 actos, de Henry Bernstein; *Samsão*, peça em 4 actos do mesmo autor. Escreveu até agora, 1909, os seguintes romances o obras originaes: *O exterminio de um povo*, 1 vol.; *A ambição de um rei*, 3 vol.; *A historia das touradas*, 1 vol.; *O districto de Lourenço Marques e a Africa do Sul*, 1 vol.; *A Hespanha antiga e moderna*, 1 vol.; *A Hespanha contemporanea*, 1 vol.; *O Transvaal e o Estado Livre de Orange*, 1 vol.; *A Inglaterra e as suas colonias*, 1 vol.; *A guerra anglo-boer*, 2 vol.; *A guerra russo japoneza*, 1 vol.; *Na Russia*, 1 vol., *No Brazil*, 1 vol.; *Ruy Freire de Andrade*, 1 vol.; *Heroes e martyres*, 1 vol.; *Heroe de Chaimite*, 1 vol.; *O Marquez de Niza*, 1 vol.; *O ultimo marquez de Niza*, 1 vol.; *A' redea solta*, 1 vol.; *De automovel*, 1 vol.; *O Guia de Matto Grosso*, 1 vol.; *O agonisar de uma dynastia*, 1 vol.; *Da Madeira ao Alto Zambeze*, 1 vol.; *Do Minho ao Algarve*, 1 vol.; *Evolução no theatro*, 1 vol. Além d'estes trabalhos é autor da carta topographica do districto de Lourenço Marques, na escala de 1:250.000, a mais completa e maior que ainda hoje existe d'aquella nossa colonia. O sr. capitão Eduardo de Noronha é agraciado com o grau de cavalleiro da ordem de Sant'Iago, e de S. Bento de Aviz, e possue as medalhas de prata de bons serviços, de comportamento exemplar, e de serviço, no ultramar.

Noronha *(D. Fr. José Maria Sant'Anna)*. Eremita da ordem de S. Paulo da congregação da Serra d'Ossa; doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, prégador régio, deputado da Mesa do melhoramento das ordens regulares, e da Junta da Bulla da Cruzada, bispo de Angra, de Bragança e Miranda, etc. N. em Lisboa a 5 de fevereiro de 1761, e fal. em Bragança a 24 de dezembro de 1829. Professou no instituto da congregação de S. Paulo em 1779, e doutorou-se na Universidade em 1792. Foi tambem examinador synodal do patriarchado e do priorado do Crato, qualificador do Santo Officio, censor régio. Em 1804 rejeitou a mitra de Malaca, que lhe fôra offerecida. Sendo eleito bispo de Angra em 1823, foi transferido em 1824 para a diocese de Miranda, Bragança, de que tomou posse a 24 de setembro do referido anno de 1824. Regeu exemplarmente a sua diocese pouco mais de cinco annos, em circumstancias difficeis, provenientes das vicissitudes politicas que se déram no reino durante aquelle periodo. D. Fr. José Maria Sant'Anna de Noronha era considerado como homem virtuoso, e por muitos annos foi prégador, sendo os seus sermões sempre ouvidos com o maior respeito e attenção. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa existe o seu retrato em corpo inteiro. Escreveu: *Oração recitada na solemne acção de graças, que pelo nascimento do ser.^mo principe da Beira o sr. D. Antonio, fez celebrar o primeiro regimento da Armada na egreja de N. S.ª da Pena*, Lisboa, 1795; *Sermão da Natividade de Nossa Senhora*, Lisboa, 1810; *Discurso moral e patriotico, em que por motivos de religião se mostra que os portuguezes devem ser fieis á Casa de Bragança, como soberana legitima de Portugal*, Lisboa, 1811; *Oração funebre prégada nas exequias da rainha fidelissima D. Maria I, na real capella da Bemposta*, Lisboa, 1816; *Sermão analytico, prégado nas exequias do Santo Padre Pio VII, celebradas na egreja patriarchal de Lisboa no dia 26 de setembro de 1823;* Lisboa, 1823; *Sermão historico em acção de graças pelo restabelecimento de Sua Majestade ao augusto throno de seus maiores; prégado na santa egreja de Lisboa, em 13 de julho de 1823*, Lisboa, 1823; *Pastoral a todos os diocesanos do bispado de Bragança, na occasião de ser confirmado bispo, e tomar posse d'aquella diocese*, Lisboa, 1824; *Pastoral aos seus diocesanos, exhortando-os a concorrerem com esmolas para a conservação dos logares santos em Jerusalem*; datada de 15 de abril de 1825, Porto, 1825; *Pastoral exhortatoria aos seus diocesanos, por occasião de alguns desacatos commettidos em varias egrejas do reino, datada de 3 de setembro de 1825*, Porto, 1825; *Pastoral mandando publicar o jubileu do an-*

no santo, Porto, 1826; *Pastoral annunciando aos seus diocesanos a morte do imperador e rei o senhor D. João VI, e recommendando a obediencia ao governo por elle nomeado, datada de 18 de março de 1826*, Porto 1826; *Pastoral contra a doutrina de alguns que affirmavam ser licito em juizo o juramento falso, quando dado com intenção de fazer bem, datada de 29 de março de 1826*, Porto, 1826; *Pastoral aos seus diocesanos, por occasião da guerra civil, exhortando-os á obediencia ao sr. D. Pedro IV e á Carta por elle outorgada, datada de Bragança a 20 de agosto de 1826*, Porto, 1826.

Noronha *(José Monteiro de)*. Ecclesiastico brazileiro. N. na cidade de Belem, no Pará, em novembro de 1723, e fal. no Pará a 15 de abril de 1794. Era filho de Domingos Monteiro de Noronha, que lhe mandou dar uma esmerada educação no collegio de Santo Alexandre, da Companhia de Jesus. José Monteiro de Noronha, porém, não quiz seguir a carreira ecclesiastica, e depois de concluir os estudos de humanidades, casou, dedicando-se á advocacia; foi vereador do senado de Belem, e serviu interinamente de juiz de fóra. Tendo enviuvado em 1754, ficou muito desgostoso, e resolveu dedicar-se ao sacerdocio, tomando ordens de presbytero. Sendo nomeado vigario da comarca do Rio Negro pelo bispo D. Miguel de Bulhões, percorreu-a em todos os sentidos, e prestou grandes serviços á religião e á civilisação, occupando se zelosamente da conversão dos indios. O bispo D. Fr. João Evangelista de Noronha o nomeou vigario geral do Pará. Então n'uma vida mais descançada, entregou-se ao mister de prégador, em que adquiriu fama de notavel orador sagrado. Os seus muitos sermões perderam-se infelizmente, menos um que prégou na abertura do hospital de caridade fundado por D. Fr. Caetano Brandão, no Pará. Por varias vezes tambem o padre José Monteiro de Noronha foi vigario capitular do bispado do Pará. Das suas viagens ao sertão deixou relatorios, um dos quaes só se publicou em 1862: *Relatorio das viagens da cidade do Pará até ás colonias do sertão da provincia.* Deixou outro manuscripto, que tem por titulo: *Roteiro das viagens da cidade do Pará até ás ultimas colonias dos dominios portuguezes em os rios Amazonas e Negro*; não tem o nome do autor, mas sabe-se que é d'elle

Noronha (*D. Leonor de*). Era natural de Evora, sendo filha do 2.º marquez de Villa Real, D. Fernando de Menezes, e de D. Leonor da Silva Recebeu uma educação esmeradissima; teve por mestre de grammatica o celebre André de Rezende. Era muito versada em differentes linguas, distinguindo-se pelas suas virtudes e devoção, e fal. no estado de solteira com 75 annos de edade a 17 de fevereiro de 1563. Traduziu do latim para portuguez a *Chronica geral de Marco Antonio Cacio Sabelico des ho começo do mundo atée nosso tempo*, etc., *Dirigida aa muyto alta e muyto poderosa senhora Dona Catherina Raynha de Portugal.* Esta obra é rara e estimada; a primeira parte foi impressa em 1550 e a segunda em 1553. Os nossos bibliographos attribuem a D. Leonor de Noronha a obra seguinte, que é tambem traducção d'uma *decada* das *Eneidas* do referido Marco Antonio Sabelico, da qual foi publicada a primeira parte em 1552, e a segunda em 1554, tendo aquella o seguinte titulo: *Este livro he do começo da historia de nossa redençam que se fez pera consolaçam dos que não sabê latim.* Esta obra foi depois impressa, pelo menos, em 1570, e além do que fica descripto parece que D. Leonor de Noronha, segundo affirma Jorge Cardoso, no *Agiologio Lusitano*, tomo 1, pag. 459, tambem escreveu um *Tratadinho* contendo tres meditações da Paixão e uma breve declaração do Padre Nosso, mas este opusculo parece que não chegou a ser impresso.

Noronha *(D. Lourenço de)*. Fidalgo que serviu na India no tempo do vice-rei conde de Sandomil. Era filho do 4.º conde dos Arcos de Valle-de-Vez, D. Marcos de Noronha, e de sua mulher, D. Maria Josepha de Tavora. A 14 de abril de 1736 foi nomeado mestre de campo do terço da cidade de Gôa. Casou com D. Joanna de Mello, e em 1740 foi nomeado governador de Moçambique, colonia que governou durante tres annos. Por morte do vice-rei marquez de Louriçal, foi nomeado, juntamente com D. Luiz Caetano de Almeida e D. Francisco de Vasconcellos, bispo de Cochim, para governarem interinamente a India até á chegada do novo vice-rei. Apenas teve noticia da nomeação embarcou para Gôa, e governou o estado juntamente com os companheiros até que entregou o governo ao marquez d'Alorna no dia 24 de setembro de 1744

Noronha *(Luiz Camello de)*. Capitão dos estudantes na cidade da Bahia e vereador do senado. N. em 1689 na Villa Nova Real do arcebispado da Bahia. Era filho de Francisco Fernandes Camello e de D. Francisca de Noronha. Estudou Philosophia e Theologia, dedicando-se depois á poesia. Deixou os seguintes manuscriptos: *Pompas funeraes que a cidade da Bahia dedicou ás Saudosas memorias da Senhora D Marianna de Lencastre mãe do ill.mo e ex.mo conde de Sabugosa Vasco Fernandes Cesar de Menezes, vice rei do estado do Brazil*, obra poetica; *Oitenta e seis loas aos annos das Majestades Portuguezas, desposorios dos principes do Brazil e Asturias, e outros assumptos heroicos e liricos*; *diversas poesias a varios assumptos*, que deviam formar um grande volume.

Noronha *(D. Manuel de)*. Mestre em Artes pela Universidade de Evora, prior da ordem de S. Thiago, bispo de Vizeu, reitor reformador da Universidade de Coimbra, etc. N. em Villa Verde em 1594, fal. em Lisboa em 11 de maio de 1671. Era filho de D. Francisco Luiz de Albuquerque e Noronha, senhor de Villa Verde, alcaide-mór de Aljezur na ordem de S. Thiago, e de D. Catharina de Sousa. Aos 15 annos entrou na Companhia de Jesus a 6 de agosto de 1609, que depois abandonou passando ao estado de presbytero secular. Estudando na Universidade de Evora, obteve o grau de mestre em artes. Foi prior das egrejas da Castanheira e de Villa Verde, de Santa Maria de Torres Vedras, D. prior do real convento de Palmella, bispo eleito de S. Thomé e de Vizeu, sendo depois nomeado em 7 de dezembro de 1660 cumulativamente reitor e reformador da Universidade de Coimbra, de que tomou posse a 10 de janeiro de 1661. No exercicio do cargo de reformador culpou logo no principio um lente que tinha muitas sympathias, pelo que teve largos desgostos, porque levantou conflictos com a parte docente, resultando-lhe um governo agitado, inquieto e de pouca duração, pois que o deixou a 5 de maio de 1662. Mais tar-

de foi eleito bispo de Coimbra, de que tomou posse pelo procurador D. Luiz de Sousa, chantre da cathedral da mesma diocese a 21 de abril de 1671, mas não chegou a exercer aquella dignidade por ser surprehendido pela morte. Foi sepultado no convento de Santo Antonio de Villa Verde, de religiosos recoletos da provincia dos Algarves. Sendo D. Prior de Palmella recitou duas orações nas côrtes celebradas em Lisboa a 27 de janeiro e a 9 de junho de 1668, em que foi jurado successôr da corôa de Portugal o principe D. Pedro, mais tarde el-rei D. Pedro II. Escreveu: *Sermão nas exequias do serenissimo principe D. Theodosio primeiro de Portugal, na villa de Torres Vedras, e egreja de Santa Maria do Castello aos 10 de julho de 1653*, Lisboa, 1653; *Oração feita no primeiro dia das côrtes que se celebraram na cidade de Lisboa em presença do muito alto, e serenissimo principe D. Pedro, quando foi jurado por principe e successor d'este reino, aos 27 de janeiro de 1668*, Lisboa, 1668, e outra edição em 1669; *Oração no Acto do juramento do Principe D. Pedro nosso senhor como regente, e governador dos reinos de Portugal nas côrtes que se celebraram em Lisboa em 9 de junho de 1668*, Lisboa, 1668, e outra edição em 1669.

Noronha *(D. Margarida de)*. **ou de S. Paulo**, Pintora muito apreciada. N. em Evora em 1554, fal. em 1636. Era filha do 2.º conde de Linhares, D. Francisco de Noronha, e de D. Violante de Andrade, dama da imperatriz D. Izabel. Era muito estudiosa, muito versada nas linguas latina, franceza, ingleza e italiana. Excedia de tal fórma no estudo da pintura, que causava o espanto de muitos artistas. Duarte Nunes do Leão, na *Descripção de Portugal*, pag. 152, falando d'esta dama pintora, diz: «Esta senhora pinta tão bem a oleo, illumina com tanta perfeição, que espanta os grandes mestres da arte.» D. Margarida de Noronha não era menos habil em architectura. Foi ella quem fez o plano da egreja do convento da Annunciada, de Lisboa, fundado por seu avô Fernão Alvares d'Andrade, thesoureiro de D. João III. Fez-se religiosa no mesmo convento, tomando o nome de soror Margarida de S. Paulo, e chegou a ser abbadessa. (V. *Annunciada, Portugal*, 1.º vol., pag. 591 e 592). Muitos escriptores teem falado d'esta senhora, tecendo-lhe grandes elogios. Escreveu: *Regra e constituições, que professam as freiras da ordem do patriarcha S. Domingos*, etc., Lisboa, 1611; *Vida da prioreza soror Maria da Visitação*, etc. Não se imprimiu. Consta que esta prioreza illudiu por alguns annos a côrte e o publico de Lisboa á sombra de fingidas revelações e pretendidos milagres, até ser emfim processada pela Inquisição como embusteira e hypocrita.

Noronha (*D. Miguel de*). Era filho do vice-rei da India D. Affonso de Noronha. Foi do conselho de Estado de el rei D. Sebastião e um dos 4 coroneis nomeados para levantar gente para a expedição d'Africa, cabendo-lhe o commando do terço de Santarem que formou na batalha d'Alcacer-Kibir na retaguarda do exercito. Ficou captivo n'essa batalha, mas recuperando depois a liberdade foi aposentador-mór de Filippe II de Castella e nomeado capitão e governador de Ceuta.

Noronha *(D. Nuno de)*. Mestre em Artes, doutor em Theologia e reitor da Universidade de Coimbra, bispo de Vizeu e da Guarda, etc., sendo filho do conde de Odemira D. Sancho de Noronha, e de sua mulher, D. Margarida da Silva. Fal. em Castello Branco a 27 de novembro de 1608. Era apenas mestre em Artes e bacharel na faculdade de Theologia, quando o cardeal-rei D. Henrique o nomeou reitor da Universidade, a 16 de outubro de 1578, cargo de que tomou posse a 14 do mez de novembro seguinte. Os primeiros tempos do seu governo fôram amargurados por mais d'uma calamidade. Poucas pessoas residiam em Coimbra, quer dos lentes, quer dos estudantes, por fugirem da peste que assolava a cidade. A morte do cardeal-rei, succedida em 31 de janeiro 1580 veiu aggravar as difficuldades para D. Nuno de Noronha. No mez de fevereiro immediato á morte de D. Henrique, apresentou-se no claustro da Universidade o dr. João Nogueira com uma provisão dos governadores do reino, na qual permittiam a todos os lentes, que não fôssem desembargadores, dar o seu parecer, dentro de oito dias, sobre a successão do reino. Os lentes reuniram se a dar parecer. Novamente vieram enviados dos governadores e das côrtes pedindo á faculdade de Leis que désse officialmente a sua opinião sobre a competencia que podiam ter para a eleição do successor do reino as mesmas côrtes e os governadores. D. Nuno de Noronha empenhava-se para que a faculdade désse a sua opinião, mas os lentes recusaram-se com energia, declarando que já tinham dado individualmente o seu parecer, que se lhe pedia agora, e um d'elles declarou até que se dava por suspeito, porque era procurador da duqueza de Bragança D. Catharina. No entretanto, D. Antonio, prior do Crato, escreveu uma carta, datada de Santarem a 20 de junho do mesmo de 1580, participando que fôra acclamado rei em Santarem e n'outras terras do reino. A Universidade resolveu em claustro, que se fizesse uma procissão em acção de graças, desde a sua capella até ao convento de Santa Cruz, e no mesmo claustro fôram eleitos para irem prestar obediencia ao novo rei, reconhecendo-o como tal, e fazendo-lhe a entrega da protectoria, o reitor D. Nuno de Noronha, acompanhado de Fernão Moniz Mascarenhas e de fr. Luiz Sottomaior. Como, porém, os negocios se complicassem, D. Nuno de Noronha achou mais prudente não desempenhar a missão de que fôra incumbido, e assim o veiu participar em claustro, a 13 de dezembro, declarando ser escusada, por ser já de todos sabido que o rei de Castella estava reconhecido como rei de Portugal. Em vista d'esta declaração e da notoridade do facto, deliberou se immediatamente que o proprio reitor, encarregado havia pouco de cumprimentar o prior do Crato, fôsse agora com os lentes da sua escolha dar obediencia a Filippe I, mas, ou porque o rei soubesse da commissão de que fôra incumbido junto de D. Antonio, ou por outro qualquer motivo, o facto é que, o preito de obediencia ao rei castelhano em nome da Universidade, foi prestado por D. Jorge de Athaide, bispo capellão-mór, e D. Affonso de Castello Branco, em Elvas a 20 de dezembro de 1580. Tornou-se a fazer outra procissão solemne de acção de graças, quando se recebeu a carta d'el-rei, datada de Elvas a 25 de fevereiro de 1581, na qual significava o contentamento que recebera com a obediencia da Universidade, e

com o ser declarado seu protector. Mas o rei castelhano não era homem que deixasse sem castigo os sentimentos que a Universidade manifestara ao prior do Crato, de sorte que aquellas palavras doces de agradecimento da sua carta de fevereiro, dissimulavam o raucôr que no seu intimo nutria. Pedro de Alpoem, collegial de S. Pedro e lente do Codigo, foi degolado; fr. Luiz de Sottomaior foi privado da cadeira grande de Escriptura; fr. Agostinho da Trindade, da de Escotto. Fr. Luiz foi depois restituido, porém fr. Agostinho da Trindade ausentou-se para França, e foi ser lente de Theologia na Universidade de Tolosa. João Rodrigues de Vasconcellos, que trouxera a carta do prior do Crato, foi preso, e morreu na prisão. Houve mais lentes que soffreram. Filippe I, pela provisão de 9 de março de 1583, nomeou Manuel de Quadros visitador e reformador da Universidade, de que tomou posse e prestou juramento a 21 do referido mez e anno. Vinha o visitador encarregado de construir novo edificio para a Universidade, mas os seus esforços não fôram a effeito pela falta de dinheiro. Foi por essa occasião que a Universidade pediu a Filippe I que lhe cedesse definitivamente os paços reaes, onde as escolas estavam installadas desde o tempo de D. João III, ao que o rei se recusou, em carta de 30 de dezembro de 1583, respondendo que, embora desejasse fazer muitas mercês á Universidade, *não era conveniente a seu serviço dar-lhes os seus paços*, que aliás, em sendo desoccupados pela Universidade, tencionava mandar concertar, para poder em algum tempo ir a elles, como desejava. Filippe I nunca realisou o desejo que disse ter de ir aos paços de Coimbra, e no anno de 1597 resolveu vender á Universidade esses mesmos paços por 30:000 cruzados. N'este sentido foi expedido um alvará em 17 de maio de 1597, e se fez a carta de venda, em nome d'el-rei, a 16 de setembro do mesmo anno, com duas clausulas: 1.ª, que em nenhum tempo se poderia allegar lesão, ainda a enormissima, contra esta venda, porque, no caso de valerem mais os paços, da maioria e excesso fazia o rei pura e irrevogavel doação á Universidade; 2.ª, que os paços ficariam conservando, em poder da Universidade, as prerogativas, preeminencias e immunidades de Paços Reaes. Manuel de Quadros, no seu cargo de visitador e reformador da Universidade, trazia tambem a incumbencia de fazer novos estatutos, e n'este sentido fôram nomeados como adjuntos os lentes de prima e de vespera de todas as faculdades, e trabalharam até 23 de janeiro de 1584. N'esta occasião Manuel de Quadros declarou que fôra chamado a Lisboa, mas que voltaria breve para se proseguirem os trabalhos. Voltou em novembro do mesmo anno, mas logo lhe chegou a carta d'el-rei, participando-lhe que as cousas da Universidade tinham de ser tratadas em Lisboa perante o cardeal archiduque, com assistencia do arcebispo, do dr. Paulo Affonso, e d'elle reformador, e do reitor D. Nuno de Noronha, e que a Universidade podia mandar quem lhe parecesse. para fazer as lembranças que fôssem precisas, D. Nuno de Noronha havia-se doutorado solemnemente a 25 de julho de 1584, e vindo para Lisboa não tornou mais á Universidade, que ficou sendo governada pelo vice-reitor. D. Nuno de Noronha despediu-se do seu cargo em 15 de novembro de 1584, conservando, comtudo, o titulo de reitor até 1586, anno em que foi eleito bispo de Vizeu, sendo transferido para a Guarda em 1594. N'essa diocese fundou o semiuario, e edificou em Castello Branco, que então pertencia á diocese, um palacio para residencia dos bispos que quizessem ir áquella cidade, e que foi effectivamente a residencia predilecta de D. Nuno de Noronha, que veiu ali a fallecer, quando acabava de ser eleito arcebispo de Evora, dignidade de que não chegou a tomar posso.

Noronha *(D. Paio de).* Fidalgo do seculo XVI, filho de D. Rodrigo de Noronha, alcaide de Obidos e descendente de D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa. Foi para a India com o vicerei D. Garcia de Noronha, e o governador immediato D. Estevão da Gama o nomeou capitão de um dos navios da esquadra com que foi ao Mar Vermelho. Foi depois occupar a fortaleza de Adem, protegendo o scheick d'essa cidade contra os turcos. Succedeu isto no tempo de D. João de Castro, que teve com esse facto grande satisfação, mas D. Paio, que é das figuras menos sympathicas das nossas guerras indianas, entendendo que não valia a pena estar n'uma fortaleza pouco rendosa, quando podia andar pirateando no estreito, abandonou o desgraçado scheick, e partiu para a India. D. João de Castro mostrou-se com isso muito descontente, mas não procedeu contra elle, como não procedeu contra D. Jeronymo de Noronha, por serem um e outro seus parentes. Era uma das fraquezas do grande homem. Comtudo D. Paio de Noronha partiu para Portugal, mas voltou com D. Constantino de Bragança, provido na capitania de Cananor. Por um pouco que não fez o mesmo que fizera em Adem. Tratou mal o rajá de Cananor, e provocou uma guerra que o collocou em muito serios embaraços, e de que se não veria livre facilmente, se lhe não acudisse um dos heroes da India, Luiz de Mello da Silva. Tambem foi este o ultimo governo de D. Paio de Noronha, que só resgatava os seus erros com uma bravura heroica, mas vulgar n'aquelles tempos de luctas quotidianas.

Noronha *(D. Pedro de).* Arcebispo de Lisboa, que fal. em 20 de agosto de 1452. Era filho de D. Affonso, conde de Gijon e Noronha, e de sua mulher D. Izabel, filha d'el-rei D. Fernando de Portugal, neto d'el-rei de Castella, Henrique II.

Noronha *(D. Pedro de).* Alcaide mór d'Obidos, commendador-mór de D. João II, e embaixador d'este monarcha ao papa Innocencio VIII, em 1485. Era filho do arcebispo de Lisboa D. Pedro de Noronha, e de Branca Dias Perestrello.

Noronha *(Pedro Homem da Costa Noronha Ponce de Leão, 1.º barão e 1.º visconde de).* Senhor do morgado de Villa Nova, na Villa da Praia; do conselho de Sua Majestade, commendador da ordem de Christo, coronel das milicias d'Angra do Heroismo, membro do governo provisorio em nome de D. Maria II na ilha Terceira em 1828; deputado nas côrtes de 1834 até 1840, etc. N. em Angra do Heroismo a 13 de março de 1806, e fal. em 30 d'agosto de 1870. Era filho de Manuel Homem da Costa e Noronha Ponce de Leão, fidalgo da Casa Real, coronel do regimento de milicias de Angra do Heroismo, etc., e de sua mulher, D. Ursula Candida do Canto e Castro. Succedeu na casa de seu pae em 1824, e casou em 3 de outubro de 1826 com D. Maria

Theotonia Augusta de Ornellas, sua prima, filha de André Eloy Homem da Costa Noronha Ponce de Leão, fidalgo cavalleiro da Casa Real, e de sua mulher, D. Rita Pulcheria de Ornellas Paim da Camara, senhora do morgado de Santa Luzia na ilha Terceira O morgado de Villa Nova foi instituido em 4 de fevereiro de 1527. O titulo de barão foi concedido por decreto de 8 de dezembro de 1832, e o de visconde por decreto de 26 de dezembro de 1866. O brazão consta d'um escudo com as armas do appellido *Homem*. Em campo azul seis crescentes de ouro em duas palas, e por timbre um leão armado de ouro com uma alabarda nas garras, cabo de ouro e o ferro de sua côr.

Noronha *(Pedro Severim de)*. Secretario das mercês de D. Affonso VI. Era filho de Gaspar Severim de Faria, secretario de D. João IV. Foi assassinado n'uma noite do anno de 1664, quasi ao pé do paço real, quando se recolhia para casa na sua liteira, pelos homens da alta e baixa patrulha, facinoras que acompanhavam sempre D. Affonso VI, e que praticavam todos os crimes que lhes occorriam, seguros da impunidade, graças á protecção real.

Noronha *(D. Rodrigo de)*. Bispo de Lamego, sobrinho de D. Affonso V, capellão-mór e regedor da Casa da Supplicação. No anno de 1476 foi eleito protector da Universidade de Lisboa, em cuja carta de D. Affonso V datada de 23 de agosto d'esse anno, se lê: *Tenho por bem e me praz e lhe dou daquy em diante que elle tenha carrego de governador e protector por mym do estudo e Universidade de Lixboa com poder de dar officios e cadeiras e fazer todallas outras cousas geraaes e especiaaes acerca della assy como eu mesmo o faria se por mym regesse e governasse.* D. Affonso V recommendava tambem a seu sobrinho que fizesse observar os estatutos.

Noronha *(D. Sancho)* **ou de Faro**. V. *Faro (D. Sancho de)*, no *Portugal*, vol. III, pag. 305.

Noronha *(D. Sebastião de Mattos de)*. Clerigo secular, doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, bispo d'Elvas, arcebispo de Braga, etc. N. em Madrid a 21 de dezembro de 1586, e fal. em 1641 ou 1642. Era filho de Ruy de Mattos de Noronha, e tendo estudado na Universidade Direito canonico, recebeu o grau de doutor n'essa faculdade; foi inquisidor em Coimbra, deputado do conselho geral do Santo Officio, e em 14 de julho de 1625 eleito bispo d'Elvas, em cuja cathedral havia sido conego, sendo sagrado no convento benedictino de S Martinho, de Madrid, pelo cardeal Julio Zacheti, que n'aquelle tempo era o nuncio apostolico em Hespanha. Fez publica entrada em Elvas a 7 de novembro de 1626. Foi elle quem celebrou o casamento do duque de Bragança, depois D. João IV, com D. Luiza Francisca de Gusmão, e não tendo este principe dado grandes mostras de attenção e reconhecimento pela magnifica hospedagem que o prelado lhe preparára no seu palacio, suppuzeram alguns que d'ahi nasceu o odio que D. Sebastião de Mattos de Noronha votou constantemente depois ao chefe da Casa de Bragança. Elevado em 1635 á dignidade de arcebispo de Braga, foi um dedicado servidor de Filippe III, e por isso nos ultimos annos do dominio hespanhol em Portugal, quando a duqueza de Mantua exercia o cargo de vice rainha e Miguel de Vasconcellos o de secretario de Estado, tinha o arcebispo de Braga a presidencia do Desembargo do Paço. Era tão clara a affeição d'este prelado ao governo hespanhol, e taes provas dera dos seus sentimentos anti-patrioticos, que na reunião dos conspiradores nos ultimos dias de novembro de 1640 se discutia a sua morte ao mesmo tempo que a do secretario de Estado, mas a respeito d'elle prevaleceram idéas de clemencia, e quando no dia 1 de dezembro os fidalgos subiam aos aposentos da duqueza de Mantua no paço da Ribeira, o arcebispo appareceu ao lado d'essa princeza, e teve o arrojo de querer dirigir aos conspiradores algumas palavras de censura; mandaram-n'o calar asperamente, dizendo-lhe D. Miguel d'Almada que lhe custara muito livral-o de sorte egual á de Miguel de Vasconcellos, e lembrando-lhe que não abuzasse, porque lhe poderia ser fatal. D. Sebastião de Mattos de Noronha retirou-se muito pallido de susto, e comquanto pareça extraordinario, era nomeado pouco depois membro do governo provisorio do reino. Esta nomeação feita com o proposito de assegurar a vida do prelado e ao mesmo tempo dar um signal de respeito pelo clero e de preparar os meios de reconciliação com a côrte de Roma, não conseguiu apagar no animo do arcebispo o seu odio contra a causa da patria, e esse mais se exarcebou ainda quando depois da subida de D. João IV ao throno, viu que não era chamado para os primeiros cargos do Estado, e que o soberano se mostrava principalmente affecto ao arcebispo de Lisbou. Começou então logo a intrigar a favor de Filippe IV; escreveu para Madrid ao conde-duque de Olivares explicando o seu proceder, e como não teve resposta, entendeu que decaira do antigo valimento, e pensou que, para o recuperar, devia tentar alguma grande empresa, que não poderia ser menos do que uma contra revolução que derrubasse do throno o duque de Bragança. Tratando de arranjar cumplices falou ao marquez de Villa Real, que encontrou bem disposto, e resolvidos os dois a procurarem mais partidarios, dirigiu-se o marquez a seu filho, D. Miguel de Noronha, duque de Caminha, e o arcebispo a seu sobrinho Ruy de Mattos de Noronha, conde d'Armamar, e ao inquisidor geral D. Francisco, aos quaes depois se associaram D. Agostinho Manuel de Vasconcellos, os dois capitães Diogo de Brito Nabo e Belchior Correia da França, e um mercador rico chamado Pedro Baeça. Falaram por fim tambem a Luiz Pereira de Barros, contador da fazenda, mas este, desconfiado das probabilidades do bom exito da conspiração, tratou de colher todas as informações, e foi denunciar ao rei o que sabia. Não tardou em que as declarações de Luiz Pereira fôssem confirmadas pelas de outros individuos, e até pelas do conde de Vimioso que os conspiradores pretenderam chamar para o seu lado, e que ouvindo o que lhe diziam o arcebispo, o marquez de Villa Real e o inquisidor, foi tudo contar a D. João IV. O soberano tratou logo de prender os conspiradores, e com tanto segredo e dissimulação procedeu que todos sem a mais leve suspeita fôram presos no domingo 28 de julho de 1641. O arcebispo de Braga, sendo conduzido para a fortaleza de S. Julião da Barra, mostrando-se durante o processo completamente outro do que fôra sempre antes, e tendo appellado em vão para o foro ecclesiastico, invocou

depois a piedade do rei declarando os motivos que o haviam levado a conspirar e as pessoas que tinha associado ao seu projecto. No dia 29 d'agosto fôram executados n'um cadafalso erigido na praça do Rocio, o duque de Caminha, o marquez de Villa Real, o conde d'Armamar, D. Agostinho Manuel, Diogo de Brito, Correia da França, Pedro Baeça e Manuel Valente. O bispo arrependido e humilhado morreu mezes depois na Torre de S. Julião. Escreveu: *Constituições synodaes do bispado de Elvas*, Lisboa, 1635; *Catalogo dos varões illustres de Portugal* Ficou inedita esta obra.

Noronha *(D. Thomaz de)*. Poeta que floresceu no seculo XVII. N. em Alemquer, sendo filho de D. Pedro de Noronha, moço fidalgo de el rei D. Sebastião, por alvará de 1574, e depois accrescentado a fidalgo escudeiro, e de D. Maria Jordôa. Casou com sua prima D. Helena de Salazar, filha herdeira de Pedro Salazar de Penha, mestre de campo e governador da Torre de S. Julião, e de D. Benedicta Jordôa. Tendo enviuvado passou a segundas nupcias em 27 d'abril de 1627 com D. Catharina da Veiga, filha de Henrique Esteves da Veiga. Falleceu em Alemquer em edade muito avançada, em 1651. Jacinto Cordeiro, no *Elogio dos poetas lusitanos*, publicado em 1631, o colloca entre os mais celebres poetas do seu tempo. Das suas obras poeticas se poderiam formar muitos volumes, mas sómente se publicaram alguns *Romances* e *Decimas jocosas*, no tomo V da *Fenix Renascida* Lisboa, 1728.

Noronha *(D. Thomaz de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, professor e escriptor, etc. Fez o Curso Superior de Letras, de que foi alumno distincto. Em 1901 partiu para a India a occupar o seu logar de professor de allemão no lyceu de Nova Gôa. O sr. D. Thomaz de Noronha tem collaborado em varios jornaes, e nas *Novidades* de 25 de julho de 1906 publicou: *Dois perfis* (D. Maria Amalia Vaz de Carvalho e Theophilo Braga). Em Coimbra é o seu nome muito conhecido, tendo ganho ali as geraes sympathias desde o seu tempo de estudante laureado. Foi elle o autor da peça de despedida do seu anno, *A Barca dos RR.*, e n'essa epoca publicou o *Umbrano* (Lisboa, 1899) elegia em tercetos quinhentistas, e mais tarde outro livro de versos: *Tempos perdidos*. Quando esteve na India publicou (em 1905) um livro, com o titulo de *Contos da India*, que mereceu lisonjeiros artigos de toda a imprensa. O livro encerra quatro contos: *O meu guia*, *O bacharel Chrisostomo*, *Milagres de S. Francisco* e *Rucuminó*. Em 1906 publicou a sua *Carta aos portuguezes da India*, sobre a *Assistencia Escolar*. O sr. D. Thomaz de Noronha, tendo, durante alguns annos estudado as condições economicas, sociaes e intellectuaes da India portugueza, julgou opportuno lançar as bases d'uma prestimosa associação, a *Assistencia Escolar*, destinada a aproveitar as faculdades do indigena na acquisição d'uma instrucção solida e prestadia Dirigiu-se n'esse intuito, aos portuguezes da India, na carta publica, acima citada, a qual foi traduzida em inglez, em marata e em concanim, fazendo-se successivamente quatro edições. Em Gôa e Bombaim foi a generosa iniciativa do sr. D. Thomaz de Noronha secundada desde logo pelas personagens mais evidentes e prestigiosas d'aquella nossa provincia ultramarina, representantes do jornalismo, das finanças, do commercio e do professorado. Os fundadores da *Assistencia Escolar* fôram os srs. visconde de Wrem, em Bombaim; e em Gôa, o general Augusto Carlos de Sousa e Brito, Antonio Maria da Cunha, Francisco Wolfango da Silva, João Filippe Ferreira, Luiz Guilherme Dias, thesoureiro; Luiz de Menezes Bragança, Manuel Pedro de Sousa Franklin, Siuramá Santicá Sinay Cundoicar, Visnem Senay Dempó e o rei de Sundem. Em 1906 o sr. D. Thomaz de Noronha teve a honra de ser recebido pelo fallecido rei D. Carlos I e por sua majestade a rainha senhora D. Amelia, que lhe falaram dos seus livros que de ha muito conheciam, elogiando-os e promettendo auxiliar a Assistencia Escolar, por ser uma uma obra muito sympathica, destinada a prestar grandes serviços. O sr. D. Thomaz de Noronha é professor n'um dos lyceus de Lisboa.

Noronha *(Tito Augusto Duarte de)*. Chefe de secção de obras publicas no districto do Porto, escriptor, etc. N. em Bemfica a 14 de agosto de 1834, fal. no Porto em 1 de junho de 1896. Era mais conhecido por *Tito de Noronha*, nome com que firmava os seus trabalhos litterarios. Dedicou-se á classe typographica, que exerceu por algum tempo, seguindo no entretanto o curso superior de engenharia civil Pertencia ao quadro legal de conductores de obras publicas, e foi por muitos annos chefe de secção de obras publicas no districto do Porto, tendo a seu cargo a construcção da nova alfandega d'aquella cidade. Nas horas que o serviço official lhe deixava livres, dedicava-se a trabalhos litterarios e a investigações historicas e archeologicas. Era socio do Instituto de Coimbra, e pertenceu a outras corporações. Escreveu: *Ensaios sobre a historia da imprensa*, Lisboa, 1857, trabalho incompleto, que foi reproduzido no *Almanach illustrado encyclopedico*; primeiro escrevera, no mesmo genero, outro resumo para o semanario *Recreio Popular*, que saia em 1855; *Curiosidades bibliographicas*: 1.º *O Cancioneiro de Rezende*, Porto, 1841; 2.º *Ordenações do reino*, Porto, 1871; este 2.º capitulo deu logar a uma séria controversia, e o autor entendeu que devia ampliar esse trabalho, e dois annos depois publicou: *A imprensa portugueza no seculo XVI, seus representantes e suas producções; Ordenações do reino*; Porto, 1873; *Autos de Antonio Prestes*, 2.ª edição extrahida da de 1587, Porto, 1871; *Grammatica de Fernão de Oliveira*, 2.ª edição conforme a de 1536, publicada por diligencias e trabalho do visconde de Azevedo e Tito de Noronha, Porto, 1871; *Cartas do padre Antonio Vieira*, revistas, etc., Porto, 1871; *Ditos da freira (D. Joanna da Gama)*, conforme a edição quinhentista, revistos, etc., Porto, 1872; *Numismatica portugueza*, Porto, 1872; *Espelho de casados, do dr. João Barros*, 2.ª edição conforme a de 1540, publicada por Tito de Noronha e Antonio Cabral, Porto, 1874; *Memorias d'um charuto*, Porto, 1868; *Passeios e digressões*, Porto, 1870; collecção de narrativas humoristicas; *Noites de inverno*, Porto, 1871; collecção de 17 novellas ou contos. Tito de Noronha collaborou em diversos jornaes litterarios e politicos, tanto no Porto como em Lisboa; foi o principal redactor da *Verdade*. Na *Concordia* escreveu uma serie de artigos contra a *Communa*, a respeito das grêves,

etc. Collaborou tambem no *Campeão das provincias*, de Aveiro, assignando os seus artigos com as iniciaes *B. de A.*

Noronha de Gouveia *(Leopoldo Cesar de)*. General de brigada, director da 2.ª direcção da secretaria da Guerra, etc. N. em Abrantes a 25 de abril de 1843, sendo filho do conselheiro Luiz Ignacio de Gouveia, marechal de campo e fidalgo da Casa Real, e de D. Maria Augusta de Noronha. Cursou com distincção o Real Collegio Militar, e depois a Escola do Exercito. Assentou praça na arma de cavallaria em 25 de agosto de 1861, sendo promovido a alferes em 5 de julho de 1864, a tenente em 29 de março de 1870, a capitão em 18 de agosto de 1875, a major em 7 d'abril de 1886, a tenente-coronel em 23 d'abril de 1890, a coronel em 30 de setembro de 1893, e a general de brigada em 15 de junho de 1906. Serviu no regimento de artilharia n.º 1, sendo alferes, de 1865 a 1869; no Collegio Militar como official do Estado maior em 1872 e 1873; como sub-director do mesmo estabelecimento desde 1891 a 1896; ajudante de campo da 4.ª divisão, de 1873 a 1878; defensor officioso junto do conselho de guerra da 4.ª divisão, de 1878 a 1891; promotor interino do mesmo conselho, commandante de lanceiros n.º 1 de Victor Manuel, desde de março de 1897 a julho de 1899, e depois commandante de lanceiros n.º 2 até 30 de setembro de 1902, commandante da 3.ª brigada de cavallaria até 29 de agosto de 1905, e da 1.ª brigada em 1906. Foi tambem vogal do jury para os exames a que devem ser submettidos os capitães de cavallaria, candidatos ao posto de major, nos annos de 1895, 1896, 1898 e 1899; fez parte da commissão encarregada de elaborar um projecto de lei sobre promoções, e bem assim um regulamento para honras e continencias militares, commissões de aperfeiçoamento da arma de cavallaria, e presidente da commissão de remonta geral do exercito em 1900, 1901 e 1902. Tem recebido os seguintes louvores: Em 18 de maio de 1878, pelo zelo e intelligencia com que dirigiu a repartição criminal junto do quartel general da 4.ª divisão militar, e outras commissões de serviço de que tinha sido encarregado. Em 7 de janeiro de 1880, e ainda em 17 de novembro de 1881, pelo mesmo modo registado no louvor anterior, com que exerceu interinamente por duas vezes o logar de promotor de justiça junto do conselho de guerra da mesma divisão. Em 6 de fevereiro de 1891, louvado em ordem de divisão pela maneira distincta como desempenhou, pelo largo espaço de 12 annos as funcções de defensor officioso do conselho de guerra, devido ao seu muito zelo, actividade e intelligencia. Tambem foi louvado pela fórma como desempenhou o cargo que lhe fôra confiado como membro da commissão para proceder á elaboração d'um projecto de lei sobre promoções; pelo muito zelo e proficiencia com que desempenhou o cargo de presidente da commissão da remonta geral do exercito. O sr. general Noronha de Gouveia dirigiu por muitos annos o Asylo da Infancia Desvalida de Evora, promovendo lhe o augmento na sua receita e o melhor bem estar das creanças recolhidas n'aquelle instituto de beneficencia, pelo que lhe fôram consignados diversos louvores, que estão registados nas actas da direcção, e mais especialmente em 13 de julho de 1891, em que foi substituido no logar de director, por ter mudado a sua residencia para Lisboa, consignando-se-lhe um voto de louvor pelos serviços relevantes prestados, sendo-lhe enviada a acta e um voto de agradecimento de todas as asyladas, acompanhado d'um officio com as assignaturas originaes de todas as senhoras e cavalheiros da primeira sociedade eborense, que faziam parte da direcção do asylo. O sr. general Noronha de Gouveia é cavalleiro da ordem de Christo, mercê recebida sob proposta do general commandante da 4.ª divisão militar, pela maxima solicitude, intelligencia e lealdade com que desempenhou o serviço na secção criminal, e pelo merecimento attestado nas varias commissões de serviço; é cavalleiro, commendador e grande official por serviços distinctos da ordem da S. Bento de Aviz; commendador da ordem da Corôa, de Italia; cavalleiro da de Carlos III, de Hespanha, e da de S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia. Possue as medalhas de ouro de bons serviços militares e de comportamento exemplar, e a de prata tambem de bons serviços.

Noronha e Menezes *(Frederico de Azevedo Faro)*. Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra. Natural de Sounga, comarca de Lamego, sendo filho de Joaquim de Carvalho Cabral de Azevedo e Menezes Doutorou-se a 21 de dezembro de 1821. Ignoram-se as datas do seu nascimento e fallecimento.

Norris *(Carlos)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado e escriptor. N. em S. Bartholomeu da Charneca a 15 de março de 1827, fal. em Lisboa, victima da febre amarella a 2 de novembro de 1857. Era filho de Jeremias Norris, subdito britannico, que veiu estabelecer-se em Portugal, e de sua mulher, D. Maria Catharina da Silva Ribeiro de Faria. Estudou na Universidade de Coimbra, e formou-se em Direito em 1850, e vindo logo para Lisboa, abriu banca de advogado, e exerceu a advocacia até que falleceu, contando apenas 30 annos de edade. Escreveu: *Interpretação da Eneida de Vergilio, principe dos poetas latinos; dedicada a seu irmão Jeremias Norris*, Lisboa, 1855; consta que deixou manuscripta a continuação d'este trabalho, que a morte o não deixou publicar, em que se comprehende o que diz respeito ás *Georgicas* e *Bucolicas*. Tambem deixou inédito um drama original em 5 actos, intitulado: *D. Leonor de Castro ou o reconhecimento*, e uma comedia em 1 acto, *Tramoia academica*, que se representou pela primeira vez no Gymnasio a 22 de junho de 18 0. Tambem existe, ainda que incompleta, a *Collecção chronologica dos Accordãos civeis e crimes do Supremo Tribunal de Justiça, extrahidos do respectivo registo, desde a creação do mesmo tribunal.*

Norte. Ilha de Santa Maria; pov. da freg. de Santa Barbara, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada. || Casaes na freg. de S. João Baptista, de Alfeizerão, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Pequena ponta situada na costa N do ilhéo Grande, no archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pequena ponta situada na costa N do ilhéo Rombo, idem, idem. || Pequena ponta situada na costa NO da ilha de S. Jorge, Açôres. || Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da ilha de S. Vicente, archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental. ||

Pequena ponta situada no extremo N da ilha do Corvo, Açôres. || Cabo situado na costa N da ilha de Santo Antão, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Cabo situado no extremo N da ilha do Sal, idem, idem. || Porto situado na costa NE da ilha da Boa Vista, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Fica-lhe proximo a pov. do Norte; é perigoso, e não póde ser demandado sem um pratico, porque a sua entrada está inçada de recifes; comtudo, no tempo das aguas, alguns navios vão ali tomar o excellente sal crystalisado d'uma salina natural visinha. Na ponta N do porto ha uns rochedos chamados *Hortwell* por ter nelles naufragado em 1787 a nau ingleza d'este nome. || Freg. de S. João Baptista do conc. da ilha da Boa Vista, com. de Barlavento, no archipelago, prov. e bisp. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situada junto do porto do mesmo nome, na costa NE da ilha; foi erigida em 1764 pelo bispo D. Pedro Jacinto Valente.

Norte Grande. Ilha de S. Jorge; pov. e freg. de N. S.ª das Neves, conc. e com. da Villa das Vélas, distr. e bisp. de Angra; 508 fog. e 1:798 hab. Tem escolas d'ambos os sexos. caixa post permutando malas com Angra do Heroismo, e fabricas de lacticinios, nos logares da Ribeira da Areia e de Santo Antonio. Está situada quasi ao centro da ilha de S. Jorge na costa N, e é uma povoação muito importante. Pertence ao commando militar dos Açôres e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. || Ponta situada na costa N da ilha de S. Jorge, archipelago dos Açôres.

Norte Pequeno. Ilha de S. Jorge; pov. e freg. de S. Lazaro, conc. da Calheta, com. da referida ilha, distr. e bisp. de Angra do Heroismo; 117 fog. e 392 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post.. Está situada a 2 k. a SE da freg. de Norte Grande. E' abundante em cereaes e pescarias; cria muito gado. A pov. pertence ao commando militar dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. || Ponta situada na costa N da ilha de S. Jorge, archipelago dos Açôres. || Pov. na freg. da Santissima Trindade, de Capello, conc. e distr. de Horta, Açôres.

Northway do Valle *(Libanio).* Major reformado. N. em 30 de dezembro de 1832, e fal. em Paço d'Arcos em junho de 1907. Era filho de Libanio Constantino Alves do Valle, presidente do Conselho de Saude Militar, que fal. em 1850. Assentou praça em 2 de agosto de 18 8 no regimento de infantaria n.º 10, e declarado aspirante a official por ter o curso do Real Collegio Militar, e graduado 1.º sargento; serviu no commando em chefe do exercito de 1848 a 1849, em seguida frequentou a Escola Polytechica desde 1849 a 1852, sendo promovido a alferes em outubro de 1851, e por carta de lei contada a antiguidade de 29 de abril de 1851 serviu como alferes em caçadores n.º 5; esteve destacado na ilha da Madeira com as alas esquerda de caçadores n.º 2 e infantaria n.º 4, desde 1854 a 1856. Passou a servir no ministerio das obras publicas em 1857 como ajudante do inspector geral de Pesos e Medidas, fez as comparações dos pesos e medidas dos padrões antigos com as do systema metrico nos districtos de Vianna do Castello e Horta; construiu a linha telegraphica de Amarante a Villa Real, a Bragança e Chaves; como engenheiro ajudante serviu na construcção do caminho de ferro do Norte e Leste, com o director e engenheiro D. Eusebio Page, e com o engenheiro de pontes e calçadas de Paris, Oppermann, empreiteiro das estações do dito caminho de ferro; esteve em seguida como chorographo na commissão geodesica, sendo director o general dr. Filippe Folque; tendo n'esse serviço sido atacado d'um paludismo nos campos de Coimbra, regressou á repartição dos pesos e medidas, que então era uma dependencia da direcção geral dos trabalhos geodesicos; pela extincção d'essa repartição passou a servir na direcção das obras publicas de Lisboa, sob as ordens do engenheiro Luiz Victor Lecocq e engenheiro Bento Fortunato de Moura Coutinho d'Almeida d'Eça, como chefe de secção; no tempo do engenheiro Lecocq foi fiscal do governo na exploração do caminho de ferro Larmanjat, tendo antes servido na companhia constructora; como chefe da 1.ª secção de via e obras no caminho de ferro do Sul e Sueste, sendo director o engenheiro Nuno de Brito Taborda; de 1876 a 1877 esteve na ilha de S. Thomé. Em 1878 regressou ao serviço do ministerio da guerra e foi collocado em infantaria n.º 4, reformando-se em 3 de março de 1880; passou então a servir na camara municipal de Lisboa sob as ordens do engenheiro conselheiro Ressano Garcia nos estudos do saneamento da cidade; concluidos esses estudos em 1884 foi para a ilha da Madeira, e ahi frequentou a Escola Medica do Funchal, de 1889 a 1894; regressou a Lisboa em 1896, e embarcando como medico do vapor *D. Amelia*, fez viagens ao Pará e Manaus; foi a Moçambique e a Lourenço Marques com uma das expedições. Foi inspector de instrucção primaria nas inspecções extraordinarias de 1868 e 1876. Era condecorado com o grau de cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz.

Nosarás. Pov. na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto.

Nossa Senhora *(Fr. Antonio de).* Religioso dominicano da ordem dos prégadores. N. em Coimbra, e fal. em Lisboa a 26 de março de 1712. Recebeu o habito no convento de Gôa, onde foi commissario do Santo Officio, e deputado por nomeação do inquisidor geral D. Fr. José de Lencastre, logar que não exerceu, por ter de voltar para o reino. Foi prior do convento de Damão, e presentado a titulo de prégador, em que se tornou afamado. A' sua custa augmentou a livraria do convento de Lisboa, onde falleceu. Imprimiu em Coimbra, 1701, um sermão de Nossa Senhora do Rosario, que prégou no convento de S. Domingos, de Damão, em 1695.

Nossa Senhora *(Fr. Bento de).* Conhece-se este nome por ter escripto as seguintes obras: *Elementos da Arte Oratoria, ou Principios da Rhetorica Portugueza, em que se expõe com toda a clareza as regras mais principaes d'ella exemplificadas com as melhores passagens, assim dos poetas latinos e portuguezes, como dos mais celebres oradores da França e de Portugal*, Lisboa, 1792; *O Christão verdadeiramente devoto, e exacto na observancia das maximas santas do Evangelho, e nas regras da verdadeira piedade*, Lisboa, 1807.

Nossa Senhora *(Fr. Bernardo de).* Religioso da ordem de S. Bento. N. em Mortagoa a 2 de novembro de 1715; ignora-se a data do falleci-

mento. Tinha no seculo o nome de Bernardo Gomes e Santos, sendo filho de Nicolau Rodrigues Gomes, e de Maria Rodrigues Lobo. Aprendeu a arte pharmaceutica, e foi partidista da Universidade de Coimbra. Deixando o seculo, entrou no instituto benedictino no convento de Refoios de Basto a 6 de outubro de 1748, e ahi exerceu o officio de pharmaceutico. Escreveu: *Meditações devotas sobre as prodigiosas acções, e excellentes virtudes do sagrado precursor de Christo S. João Baptista*, Coimbra; *Novena de Sant'Anna*, etc., Coimbra, 1746.

Nossa Senhora *(D. Francisco de)*. Conego regrante da ordem de Santo Agostinho. N. em Villa do Conde, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Professou no mosteiro de Santa Cruz, de Coimbra, a 2 de outubro de 1737. Foi procurador geral e socio da Academia Liturgica. Escreveu: *Dissertação sobre o uso do azymo e fermentado nas egrejas grega e latina, e tambem na Lusitania:* saiu no tomo I da *Collecção da Academia Liturgica; Dissertação sobre qual foi o primeiro bispo de Braga;* no tomo III da referida *Collecção.*

Nossa Senhora *(Fr. Francisco de)*. Religioso da ordem dos Agostinhos descalços. N. em Azambuja, fal. em Lisboa, no convento do Monte Olivete a 2 de julho de 1696. Era filho de Thomaz Lourenço e de Catharina Marques. Professou na referida ordem no principio da sua fundação reformada em Portugal em 1669, ratificando a profissão em 1 de dezembro de 1680 no convento do Monte Olivete. Foi bom poeta latino, e muito observante dos preceitos do seu instituto. Endoideceu, mas apezar d'essa desgraça, não deixou nunca de continuar no côro, e muitas vezes, tendo accessos mais fortes de loucura, obedecia promptamente ás ordens do prelado. Publicou varias obras poeticas em latim, e deixou outras em manuscripto, sendo d'estas a mais notavel: *In Laudem Virginis Mariae, poema heroicum.*

Nossa Senhora *(Fr. João de)*. Religioso da ordem de S. Francisco, que se tornou muito popular em Lisboa, sendo mais conhecido pelo *poeta de Xabregas* e pelo *fradinho de Xabregas*. N. na aldeia de Freixial de Baixo, freguezia de Santa Maria Magdalena de Aldeia Gavinha, concelho de Alemquer, em 12 de junho de 1701; fal. em Xabregas a 9 de abril de 1758. Era filho de Antonio Luiz Arêlho, appellido que tomara da aldeia onde nascera, e de sua mulher Maria de Carvalho, lavradores pouco abastados, proprietarios da quinta da Lagem, onde residiam, perto de Aldeia Gavinha. Os tempos da infancia fôram passados na referida quinta. Depois entrou no convento do Matto, onde aprendeu as primeiras letras com fr. José, e latim com fr. Marcos de Santo Antonio. Mostrava, porém, pouca intelligencia, até bastante repugnancia para o estudo, devido talvez á austeridade dos professores monasticos. Tendo sido provido na egreja de Aldeia Gavinha o prior Antonio da Costa, padre muito considerado e que fôra professor dos filhos do marquez de Alegrete, passou fr. João a ser seu discipulo, frequentando durante tres annos a sua livraria, que era excellente e cheia de livros rarissimos, o que muito lhe aproveitou, fazendo-lhe criar affeição ás letras, tornando-se um estudante diligente e dedicado, distinguindo-se muito na lingua latina e na arte poetica. Taes fôram os dotes intellectuaes que o professor notou no joven discipulo, que pensou em o introduzir na Companhia de Jesus. Houve, porém, outras influencias que venceram; seu tio, fr. Manuel de Nossa Senhora, fez com que o sobrinho entrasse no convento de Villa Verde, da ordem de S. Francisco, a 28 de abril de 1717, satisfazendo assim os desejos dos paes, que muito ambicionavam vêl-o frade franciscano. Professou a 2 de maio de 1718. Pouco tempo depois de professar foi mandado para o convento de Peniche, d'ahi para o de Faro, onde teve por mestre de philosophia fr. José dos Serafins, passando mais tarde para o de Santa Maria de Jesus, de Xabregas, onde estudou theologia e recebeu as ordens de missa. Seu pae havia já fallecido, e a primeira missa celebrou-a por sua alma, na egreja da freguezia onde nascera. Em 1732, tendo grandes desejos de visitar Roma e não podendo alcançar licença dos superiores, resolveu ir secretamente, e partiu a 19 de fevereiro d'esse anno, dando entrada em Roma no dia 31 de julho, sendo bem recebido pelo pontifice Clemente XII, que lhe offereceu varios relicarios, que fr. João de Nossa Senhora trouxe para Lisboa. Saiu de Roma a 4 de outubro ainda de 1732, visitando durante a viagem os santuarios que mais notaveis lhe pareceram, chegando ao reino em dezembro seguinte. Entrando em Lisboa, sabendo-se do bom acolhimento que tivera em Roma e das mensagens e graças de que era portador, tornou se muito considerado e muito procurado, adquirindo a protecção dos padres mais eminentes d'aquella epoca. Começou a prégar não só em Lisboa, como nas mais principaes terras das provincias, creando a fama de prégador insigne. Foi nomeado qualificador do Santo Officio, e como fôsse profundamente instruido nas noticias da sua provincia, a dos Algarves, cuja cabeça era o já citado convento de Xabregas, o provincial, fr. Antonio dos Archanjos, o nomeou a 12 de dezembro de 1737, chronista da mesma provincia, com todas as honras e isenções devidas a tão distincto ministerio, afim de escrever a historia da ordem, que já contava 205 annos de existencia, e cujos fastos estavam ainda por descrever. Começou fr. João de Nossa Senhora por juntar materiaes para se desobrigar do cargo de que o tinham incumbido, mas, ou porque os sermões lhe tirassem o tempo, ou porque se não julgasse bem habilitado, o facto é que nunca publicou a chronica, pedindo a exoneração do cargo de chronista, que lhe foi dada em 1746. Foi amigo do prior da freguezia de S. Nicolau, João Antunes Monteiro, esmoler de D. João V, que muito o ajudou na obra, que mais tarde emprehendeu do culto da Virgem, sob a invocação de *Nossa Senhora Mãe dos Homens.* Com sacrificios enormes alcançou do povo e de D. João V as esmolas precisas para edificar a capella dedicada á Virgem, junto ao convento de Xabregas, capella que no decorrer dos annos se tornou um santuario de grande devoção. Mandou fazer uma formosa imagem de Nossa Senhora, e emquanto se construia a capella andou em missões por diversas terras excitando os povos ao culto da Virgem Mãe dos Homens, trazendo uma imagem pequenina. A imagem e a capella fôram feitas pelo esculptor José d'Almeida, que passava por ser o melhor do seu tempo, a quem chamavam o *Romano.* A

imagem com o throno em que estava collocada, importou em 600$000 réis, além da madeira, que era cedro, e a pintura do throno. Durante 16 annos todos os seus esforços fôram dedicados ao culto de Nossa Senhora, que n'elle chegou a ser fanatismo. Fr. João de Nossa Senhora era um beato sincero, de espirito acanhado, uma boa alma, que *viveu para morrer*, como elle dizia. N'elle se consubstancia o espirito devoto da epoca. Todos os dias percorria as ruas de Lisboa, trazendo na mão direita uma especie de relicario com a imagem da Virgem entre flôres, e pendente do pescoço uma veronica com outra imagem. Chamava-lhe a *Senhora Pequenina*. Todos conheciam o frade popular, a quem uns tratavam pelo *fradinho de Xabregas*, outros pelo *poeta de Xabregas*, porque mesmo nas ruas versejava, e muitas vezes respondia em quadras e decimas ás perguntas que lhe faziam. A cada canto prégava um sermão. O seu genio, apezar de contemplativo, era jovial, e soffria com paciencia os dicterios, e ás vezes insultos e gargalhadas dos que o acompanhavam. Quando havia grandes reuniões de povo, ou pelo entrudo, saia com a sua *Senhora Pequenina* a prégar, vociferando contra os desvarios do tempo, inculcando sempre o culto da Senhora Mãe dos Homens; onde via uma rixa, logo lá apparecia, procurando distrahir os desordeiros com as suas predicas. Teve dias de prégar doze sermões nas egrejas e nas ruas, porque era muito procurado, pela fama que adquirira de excellente prégador: chamavam lhe o *prégador Marianno*, por ser o culto da Virgem o principal assumpto dos seus sermões. Fr. João tambem era agitador. Tinha grandes pensamentos para commover o povo, e attrahil-o por artes engenhosas ás suas predicas. Mandou fazer uma imagem de Santa Barbara, e no dia em que foi collocada no seu altar, prégou elle; mas primeiro fez annunciar o sermão por editaes publicos, d'este modo: «Trovão de Santa Barbara sobre toda a cidade de Lisboa, na egreja de Xabregas.» Isto causou grande agitação. Conta-se ainda outro caso mais serio. Tinha de prégar o sermão annual da mesma santa, e assim o fez annunciar por cartazes impressos, em que se lia: «Esmola que se dá no dia de Santa Barbara no real convento de Santa Maria de Jesus de Xabregas, da ordem de S. Francisco.» E concluia assim: «Venham cedo, que das dez horas até ao meio dia, pouco mais ou menos, se hão de repartir as esmolas.» Isto causou uma revolução em Lisboa, porque o povo entendeu que eram esmolas em dinheiro, e logo começaram os empenhos para as alcançarem. O povo andava alvorotado, não se falava n'outra cousa, e a noticia chegou ao paço real, mas desfigurada. D. João V, ou os seus ministros, aterraram-se, chegando a persuadir-se de que o povo, vendo-se logrado, faria alguma desfeita aos frades, a qual quizeram prevenir, e para isso pôz a tropa em armas, indo collocar-se nas immediações de Xabregas. Finalmente, Fr. João prégou do pulpito, deu satisfação sobre o engano, e os ouvintes o applaudiram. Desde este facto, o guardião do convento e o prelado superior da provincia lhe nomearam um director espiritual para lhe moderar os enthusiasmos mysticos. O director lhe prohibiu andar com a imagem pelas ruas, consentindo sómente que a trouxesse pintada no relicario. Se Fr. João de Nossa Senhora para muitos era um visionario e um beato ridiculo, para outros era considerado um santo, e acreditavam que tinha o poder de fazer milagres. Era o director espiritual de muitas pessoas de elevada categoria, e estava relacionado com as familias mais illustres. Ia ao paço com a sua *Senhora Pequenina*, acompanhado d'um donato, e assim comparecia em todas as funcções publicas e procissões Era aquella imagem a sua companheira inseparavel, primeiro em vulto, e depois pintada no relicario. Fr. João de Nossa Senhora, comtudo, era muito versado no estudo da Sagrada Escriptura; cultivava muito a poesia, metrificando-a na lingua vulgar e na latina com toda a facilidade. Fal. com 57 annos incompletos, e foi sepultado no claustro do convento de Xabregas. Logo que se espalhou a noticia da sua morte, correu á egreja grande multidão de povo, chamando-lhe justo e santo, procurando muitos cortar pedaços da mortalha, como reliquias, e de tal fórma que foi preciso amortalhal-o de novo Deixou impressos muitos dos seus sermões e algumas obras em latim e portuguez, cujos titulos veem mencionados na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. II, pag. 710, e vol. IV, pag. 187.

Nossa Senhora *(Fr. José de)*. Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Lisboa a 11 d'abril de 1682; ignora-se quando fal. Era filho de Gonçalo Villela, cavalleiro da ordem de Christo, e de D. Joanna Paula de Alvelles. Seguiu a vida militar, que depois abandonou para se entregar ao claustro, professando na ordem franciscana, no convento do Porto a 1(de abril de 1717. Depois de cursar os estudos ecclesiasticos applicou-se á lição da Sagrada Escriptura e dos Santos Padres para se habilitar ao exercicio do pulpito, ganhando o titulo de prégador geral da sua religião. Publicou alguns dos seus sermões, que veem mencionados na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, tomo II, pag. 883.

Nossa Senhora. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Entradas, conc de Castro Verde, distr. de Beja. || S. Bento do Matto, conc. e distr. de Evora

Nossa Senhora da Annunciação *(D. João de)*. Conego regrante da ordem de Santo Agostinho. N. em Leiria em outubro de 171~; ignora-se a data da sua morte. Chamava se no seculo João de Sousa de Castello Branco, e era filho de Pedro de Sousa de Castello Branco. Professou no convento de Santa Cruz, de Coimbra, a 10 de abril de 1738. Escreveu: *Avisos e reflexões sobre o que deve obrar um religioso para satisfazer ao seu estado, muito efficazes para animar a quem o tem abraçado, e desempenhar a sua vocação*, Lisboa, 1751, 2 tomos; é traducção do francez, e foi reimpressa tambem em Lisboa, em 4 tomos, 1778; *Compendio de Historia Sagrada, com as provas da religião*, tambem versão do francez, Lisboa, 1769.

Nossa Senhora da Boa Morte *(D. Ignacio de)*. Conego regrante da ordem de Santo Agostinho. N. em Evora a 12 de novembro de 1717; fal. na segunda metade do seculo XVIII. Chamava-se no seculo Martinho da Fonseca, sendo filho de Manuel da Fonseca e Silva e de Domingas da Conceição. Estudou letras humanas no Real Collegio do Espirito Santo, de Evora, onde tambem

se applicou á musica, em que se tornou muito apreciado. Deixando o seculo recolheu-se no claustro da reformada congregação de Santa Cruz, de Coimbra, onde recebeu o habito a 30 de novembro de 1736. Cultivou muito o estudo da historia ecclesiastica, e principalmente das antiguidades da ordem. Deixou numerosas obras, impressas e manuscriptas, cujos titulos se pódem vêr na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. IV, pag. 167.

Nossa Senhora do Carmo *(D. Antonio de)*. Religioso da ordem de Santo Agostinho. N. na Bahia, e fal. a 2 de janeiro de 1749 no convento de S. Vicente de Fóra, de Lisboa. Chamava-se no seculo Antonio da Cunha Brochado, sendo filho do desembargador Belchior da Cunha Brochado, fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo da ordem de Christo, conselheiro da Fazenda, e de D. Maria Francisca de Paula e Almeida. Instruido nas letras humanas, aprendeu Philosophia no collegio de Santo Antão, da Companhia de Jesus, passando depois á Universidade de Coimbra, applicando-se ao estudo de Jurisprudencia Cesarea, em que recebeu o grau de licenceado. Veiu para Lisboa, e foi nomeado juiz da India e Mina. Sendo nomeado ministro plenipotenciario á côrte de Madrid seu tio José da Cunha Brochado, (V. *este nome)*, em 1725 acompanhou-o, e quando regressou a Lisboa, foi nomeado conselheiro da Fazenda real. Recebeu depois as ordens de presbytero, recolhendo-se mais tarde ao claustro do real convento de Santa Cruz de Coimbra, e ali professou a 16 de julho de 1735. Traduziu do hespanhol, de Manuel José Altamirano, em portuguez, e imprimiu sem o seu nome: *Retiro espiritual para um dia de cada mez, e para disposição de uma santa vida para uma boa morte*, Coimbra, 1738. Deixou ainda uma *Novena* para a festa de Santo Agostinho, Lisboa, 1740; *Novena* de S. Francisco, e em manuscripto: *Meditações sobre o oitavario do Natal*. Quando falleceu, era prior do convento de S. Vicente de Fóra, de Lisboa.

Nossa Senhora do Castello. Serra do distr. da Guarda. Está situada a O do Sabugal, na direcção de NNO a SSE. Tem 8 k. de comprimento, 2:500 m. de largura e 1:000 m. de altura.

Nossa Senhora da Conceição *(Ordem religiosa da)*. Ordem fundada em 1484 por D. Beatriz da Silva, dama nobre, e approvada pelo papa Innocencio VIII em 1489, que lhe impoz a regra de Cister. Em 1501, Alexandre VI submetteu esta ordem á direcção dos franciscanos, tendo ella acceitado a regra de Santa Clara.

Nossa Senhora da Conceição, padroeira do Reino. Nas côrtes celebradas em Lisboa no anno de 1646 declarou el rei D. João IV que tomava a Virgem Nossa Senhora da Conceição por padroeira do Reino de Portugal, promettendo-lhe em seu nome, e dos seus successores, o tributo annual de 50 cruzados de ouro. Ordenou o mesmo soberano que os estudantes na Universidade de Coimbra, antes de tomarem algum grau, jurassem defender a Immaculada Conceição da Mãe de Deus. Não foi D. João IV o primeiro monarcha portuguez que collocou o reino sob a proteção da Virgem, apenas tornou permanente uma devoção, a que os nossos reis se acolheram algumas vezes em momentos criticos para a patria. D. João I punha nas portas da capital a inscripção louvando a Virgem, e erigia o convento da Batalha a Nossa Senhora, como o seu esforçado companheiro D. Nuno Alvares Pereira levantava a Santa Maria o convento do Carmo. Foi por provisão de 25 de março do referido anno de 1646 que se mandou tomar por padroeira do reino Nossa Senhora da Conceição. Commemorando este facto cunharam-se umas medalhas de ouro de 22 quilates, com o peso de 12 oitavas, e outras similhantes mas de prata, com o pezo de uma onça, as quaes fôram depois admittidas por lei como moedas correntes, as de ouro por 12$000 réis e as de prata por 600 réis. Segundo diz Lopes Fernandes, na sua *Memoria das medalhas*, etc., consta do registo da Casa da Moeda de Lisboa, liv. I, pag. 256, v. que Antonio Routier foi mandado vir de França, trazendo um engenho para lavrar as ditas medalhas, as quaes se tornaram excessivamente raras, e as que aquelle autor numismata viu cunhadas fôram as reproduzidas na mesma Casa da Moeda no tempo de D. Pedro II. Acham-se tambem estampadas na *Historia Genealogica*, tomo IV, taboa EE. A descripção é a seguinte:—JOANNES IIII, D. G. PORTUGALIAE ET ALGARBIAE REX —Cruz da ordem de Christo, e no centro as armas portuguezas. Reverso:—TUTELARIS RE-

MEDALHA DE N. SR.ª DA CONCEIÇÃO

GNI—Imagem de Nossa Senhora da Conceição sobre o globo e a meia lua, com a data de 1648, e nos lados o sol, o espelho, o horto, a casa de ouro, a fonte sellada e arca do santuario.—O dogma da Immaculada Conceição foi definido pelo papa Pio IX em 8 de dezembro de 1854, pela bulla *Ineffabilis*. A instituição da ordem militar de Nossa Senhora da Conceição por D. João IV *(V. o artigo seguinte)* synthetisa o culto que em Portugal sempre teve essa crença antes de ser dogma. Em 8 de dezembro de 1904 lançou se em Lisboa solemnemente a primeira pedra para um monumento commemorativo do cincoentanario da definição do dogma. Ao acto, a que assistiram as pessoas reaes, patriarcha e autoridades, estiveram tambem representadas muitas irmandades de Nossa Senhora da Conceição, de Lisboa e do paiz, sendo a mais antiga a da actual freguezia dos Anjos, que foi instituida em 1589.

Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa *(Ordem militar de)*. Por alvará datado do Rio de Janeiro aos 10 de setembro de 1819 ordenou D. João VI, que sendo muito frequentes os conhecidos beneficios que a nação portugueza recebeu sempre do patrocinio da Santissima Virgem da Conceição em todas as epocas arriscadas da monarchia, de tal maneira que el-rei D. João IV, por decreto de 24 e carta

regia de 25 de março de 1646, se lhe constituiu feudatario, e a fez Padroeira do Reino, coutinuando com a mesma devoção el-rei D. Pedro II, que em 1694 confirmou a confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, erecta na egreja de Villa Viçosa, e el-rei D. João V, que por carta regia de 12 de novembro de 1717 mandou ce-

HABITO DE CAVALLEIRO

lebrar a mesma festividade com toda a pompa; e D. Pedro III engrandeceu a real capella da Conceição no palacio da Bemposta, que tinha sido erecta pela rainha D. Catharina, da Gran-Bretanha, quando se recolheu a Portugal; e a rainha D. Maria I que em 1751 se alistou na confraria dos Escravos da Conceição, havendo-se egualmente alistado na mesma el-rei D. João VI, então principe, no anno de 1769, resolvendo se ultimamente no dia da sua coroação, por decreto datado do Rio de Janeira de 6 de fevereiro de 1818, a crear a nova ordem militar da Conceição, cujos estatutos e desenhos das medalhas de condecoração se encontram juntas no citado alvará de 10 de setembro de 1819. A capital da nova ordem era Villa Viçosa, e o deão da capella real d'esta villa era commendador nato da ordem, e os conegos, prior e beneficiados d'esta collegiada, e os da Mesa da corporação dos Escravos seus cavalleiros natos. A insignia d'esta ordem é uma estrella grande de nove pontas, esmaltadas de branco e arraiadas de ouro, tendo nove estrellas pequenas do mesmo esmalte, collocadas sobre os raios entre cada uma das suas pontas, e decorada com a corôa real sobre a ponta superior. Tem no centro, em campo de ouro fosco, a saudação angelica em cifra de ouro polido, e em circumferencia, sobre faxa esmaltada em azul claro, a legenda **Padroeira do Reino.** Esta insignia é maior ou menor como se observa dos padrões incluidos n'este artigo, notando que as maiores estão um tanto reduzidas, sendo o diametro da maior de 7 cent., o da media de 5 cent. e o da menor de 3 cent. Os gran-cruzes e commendadores usam da maior, podendo usar da media nos dias que não fôrem de gala. Os cavalleiros usam da menor. Para os serventes a insignia era egual em tamanho á dos cavalleiros, mas toda de prata e sem ouro algum ou joia. A insignia ou venera da ordem é pendente de fita de chamalote azul claro, orlada de branco. Os gran-cruzes usam d'ella em fita larga, traçada do hombro direito para o lado esquerdo. Os commendadores trazem-n'a em fita proporcionada, pendente do pescoço. Os cavalleiros e serventes a usam na casa da casaca ou vestido de que fizerem uso, do lado esquerdo. Os gran-cruzes e commendadores usarão simultaneamente da insignia media em chapa de ouro ou sobreposta na casaca, ou vestido, do lado esquerdo. A *Ordem militar de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa* é composta de grão-mestre, gran-cruzes effectivas e honorarias, commendadores, cavalleiros e serventes, sendo o grão-mestre o rei ou a rainha reinante. Todas as pessoas reaes de um e outro sexo serão sempre gran-cruzes effectivas da mesma ordem. Ha tambem doze gran-cruzes honorarios, quarenta commendadores, cem cavalleiros e sessenta serventes, além dos commendadores e cavalleiros natos, reputados extraordinarios. Todos os galardoados com esta ordem devem defender o mys-

PLACA DE COMMENDADOR

terio da Immaculada Conceição da Virgem Maria. Sendo prohibida pelos sagrados canones e constituições apostolicas a profissão solemne e perpetua em duas differentes ordens religiosas, ficou esta ordem na sua instituição independente de profissão religiosa. O manto branco da ordem é egual ao das outras ordens militares, cin-

gido com cordões azul claro e com a insignia bordada sobre o hombro esquerdo. Os que tenham

GRAN-CRUZ

manto de outra ordem militar porão sobre elle a venera da Conceição.

Nossa Senhora do Couto. Pov. da freg. de S. Bartholomeu, de Casal dos Loivos, conc. de Alijó, distr. de Villa Real.

Nossa Senhora da Encarnação. Pov. na freg. da Sé, conc. e distr. de Leiria.

Nossa Senhora da Esperança. Pov. do conc. de Santa Cruz, com. da Graciosa, distr. e bisp. de Angra do Heroismo, no archipelago dos Açôres.

Nossa Senhora das Febres. Denominação por que tambem é conhecida a povoação de Febres, no conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. V. *Febres*.

Nossa Senhora da Gloria *(D. Manuel de)*. Conego regular da ordem de Santo Agostinho, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. Era natural de Tabuaço, comarca de Lamego, sendo filho de Antonio Vaz das Neves Souto. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Doutorou se a 22 de outubro de 1820 Escreveu: *Discursos ou conferencias sobre a religião por M. D Frayssinous e bispo de Thermopolis, traducção em portuguez*, Coimbra, 1829.

Nossa Senhora da Graça. Pov. na freg. de Santo Adrião, de Padim da Graça, conc. e distr. de Braga.

Nossa Senhora da Graça dos Padrões. Villa e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Almodovar, distr. e bisp. de Beja; 133 fog. e 471 hab. Tem esc. para o sexo fem., e est. post. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada na estrada que vae de Almodovar a Mertola. O tribunal da Mesa da Consciencia apresentava o capellão, que tinha 180 alqueires de trigo, 90 de cevada, e 20$000 réis em dinheiro. Foi commenda da ordem de S. Thiago. Corre por esta freg. o rio Alvacarêjo, que vae morrer no Guadiana. Teve foral dado pelo mestre da ordem de S. Thiago, mas sem data. A pov. é muito antiga, muito fertil em cereaes. Cria gado de toda a qualidade. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro.

Nossa Senhora da Luz *(Joaquim Antonio Vellez Barreiros, 1.º barão e 1.º visconde de)*. General de divisão, par do reino, ministro de Estado honorario, commendador das ordens de Nossa Senhora da Conceição e da Torre e Espada; gran cruz da de Santo Estanislau da Russia, da de Carlos III de Hespanha; commendador da ordem militar de S. Fernando, de Hespanha; grande official da Legião de Honra, de França; condecorado com a medalha n.º 9 das campanhas da Liberdade, e com a medalha hespanhola de Mendigorria. N. em S. Julião da Barra a 25 de novembro de 1802, fal. em Lisboa em 1 de outubro de 1865. Tendo estudado no Real Collegio Militar e concluido o respectivo curso, assentou praça e foi logo despachado alferes em dezembro de 1820. Em janeiro de 1823 partiu para a Bahia, e regressando a Portugal em setembro d'esse anno, foi em julho de 1827 promovido a tenente. Abraçando a causa liberal foi reunir-se aos defensores da ilha Terceira, e tomando ahi parte na acção de 11 de agosto de 1829 e depois nas tomadas das ilhas do Pico, S. Jorge, Faial e S. Miguel, e sendo nomeado tenente de engenharia em 1830, acompanhou o exercito libertador que veiu desembarcar nas praias do Mindello. Durante o cêrco do Porto distinguiu se em varias occasiões, e continuando a servir nas forças do commando de Saldanha, mereceu que este illustre general dissésse d'elle em attestado «Ha longo tempo que conheço o merecimento d'este digno official, e com maior particularidade desde fevereiro de 1832 até ao fim da lucta com a usurpação. Em toda esta epoca assistiu (com uma só excepção) a todas as acções e batalhas que tive a fortuna de commandar, e em todas ellas foi sempre o seu comportamento tão distincto que nem uma só vez deixei de o recommendar muito particularmente a S. M. I. o duque de Bragança.» Tendo ascendido durante a guerra civil ao posto de tenente coronel, foi em novembro de 1834 mandado para Hespanha como commissionado do nosso governo junto do general em chefe do exercito de Izabel II, e ahi permaneceu até fins de 1837 assignalando-se em diversos combates contra os carlistas, sendo ferido em Arlahau e grangeando, pelo modo como se comportou, a estima e os louvores de muitos generaes da nação visinha. Em 1840 foi a Londres encarregado pelo governo de uma commissão n'esse paiz, e voltando á patria em dezembro de 1843, tomou posse da inspecção geral das obras publicas do reino, para que fôra nomeado no principio d'esse anno. Com a revolução de 1846 tornou Vellez Barreiros á carreira militar, e sendo em outubro nomeado quartel-mestre general de el-rei D. Fernando, foi, por decreto de 23 de janeiro de

1847, agraciado com o titulo de barão, em junho promovido a brigadeiro, e em agosto encarregado da pasta dos negocios estrangeiros, a qual conservou até 18 de dezembro. Depois da regeneração foi ministro interino do reino, estrangeiros e marinha, e deixando esses logares quando se reconstituiu o gabinete pela chegada do marechal Saldanha a Lisboa, passou a exercer as funcções de chefe do estado maior do commando em chefe do exercito juntamente com as de director geral das obras publicas, e depois que foi extincto aquelle commando foi nomeado para o do corpo do estado maior. Em 1860 foi com os coroneis Maldonado e Magalhães a França para assistir ás manobras de Chalons e estudar as instituições militares d'aquella nação, apresentando, depois do seu regresso a Portugal, um relatorio que não foi impresso, mas em que o illustre general manifestou claramente os seus vastos conhecimentos militares e apresentou muitas idéas, de cuja adopção resultou grande proveito e vantagem ao nosso exercito e á defeza do paiz. Em 1853 foi eleito par do reino, e por decreto de 16 de junho de 1854 elevado ao titulo de viscon de de Nossa Senhora da Luz. Casou em 30 de agosto de 1857 com D. Rosa Montufar Infante, filha dos marquezes de Selva Alegre, de Hespanha O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo partido em pala; na primeira as armas dos Avilezes ou dos Vellezes: Em campo verde uma torre de prata, com as portas e as frestas do mesmo metal; ao pé da porta uma cabeça de moiro toucada de prata e cortada em sangue, junto d'ella uma maça de azul com o cabo de ouro; na segunda a dos Bairros ou Barreiros : Em campo de ouro tres troncos d'arvores de preto, com nós, em banda.

Nossa Senhora das Mercês *(Candido Pacheco de Mello Menezes Forjaz de Lacerda, 1.º barão e 1.º visconde de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, administrador do morgado de Nossa Senhora das Mercês, na ilha Terceira, governador civil do districto de Angra do Heroismo, na mesma ilha. Nasceu a 22 de junho de 1837; já fallecido ha bastantes annos. Era filho de João Pereira Forjaz Sarmento de Lacerda, fidalgo da Casa Real, e de D. Maria José Pacheco de Mello e Menezes. Casou em 1862 com D. Maria de Sampaio Dart, filha de George Philipps Dart, subdito britannico, commendador da ordem de Christo, e de sua mulher D. Francisca de Better Sampaio. O titulo de barão foi concedido por decreto de 22 de junho de 1871, e o de visconde, por decreto de 21 de agosto de 1879.

Nossa Senhora dos Milagres. Logar poetico em Pedrogão Grande, pertencendo a este conc., distr. de Leiria. N'este logar ha a ermida dos Milagres, d'onde se desfructa um lindo panorama.

Nossa Senhora da Nazareth *(D. Fr. Joaquim de).* V. *Nazareth (D. Fr. Joaquim de Nossa Senhora da).*

Nossa Senhora da Oliveira *(Manuel Ignacio da Silveira, 1.º barão de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 4 de dezembro de 1835. N. em Ponta Delgada a 16 de janeiro de 1801, onde tambem fal. a 2 de março de 1881. Era filho de Jacinto Ignacio da Silveira, cavalleiro professo na ordem de Christo, negociante em Ponta Delgada, e de D. Jacinta Rosa de Medeiros de Miranda de Araujo. Casou em Londres a 20 de julho de 1837 com D. Maria Izabel Gago da Camara, filha de Gil Gago da Camara, e de D. Branca Guilhermina de Medeiros do Canto. O titulo de barão foi concedido por decreto de 2 de agosto de 1870. O brazão d'armas é o seguinte: Escudo partido em pala: na primeira as armas das Mirandas: em campo de ouro uma aspa vermelha entre quatro flôres de liz verdes; na segunda as armas dos Silveiras: em campo de prata tres faxas vermelhas.

Nossa Senhora da Pedrosa *(Fr. Joaquim José de).* Monge benedictino, que vivia no principio do seculo XIX, e escreveu: *Oração gratulatoria pelo nascimento do senhor infante D. Miguel*, recitada na sé do Porto em 7 de novembro de 1802, Lisboa, 1802.

Nossa Senhora do Pilar. Freg. da ilha Terceira, conc., com., distr. e disp. de Angra do Heroismo, archipelago dos Açôres. Tem 228 fog. e 1:208 hab. Dista 10 k. da séde do conc. e pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo.

Nossa Senhora da Porta Siqueira *(D. João de).* Conego regrante da ordem de Santo Agostinho. Fal. em 16 de janeiro de 1797. Nos seus ultimos annos de vida empregou-se no ensino, e em publicar algumas obras, na maior parte traducções; foi exclaustrado por um breve apostolico. Escreveu: *Breve instrucção do amor de Deus traduzido do francez*, Porto, 1787; *Escola dos bons costumes, ou reflexões moraes e historicas*, etc., *por Mr. Blanchard, traduzida em portuguez*, Porto, 1789; 4 tomos; *Incendios de amor, ou elevações e transportes da alma, na presença de Jesus Christo e de suas imagens*, etc., Porto, 1791; *Voz de Jesus Christo pela bocca dos parochos e dos paes de familia, intimada aos seus freguezes e filhos nos domingos e festas do anno*, Porto, 1791; 2 tomos; outra edição em Lisboa, 1815; *Voz evangelica de um parocho aos seus freguezes, ou nova collecção de praticas para todos os domingos do anno*, 3.ª edição, Lisboa, 1817, 2 tomos; *Escola de politica, ou tratado pratico da civilidade portugueza, etc.*, 2.ª edição. Porto, 1791. Tem sido depois varias vezes reimpressa, sendo a 4.ª edição, Porto, 1803. e outra em Lisboa, 1821.

Nossa Senhora dos Prazeres. Pov. na freg. de S. Francisco e conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre.

Nossa Senhora dos Remedios. Povoações nas freguezias: Sé e conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Graça, de Montalvão, conc. de Niza, distr. de Portalegre.

Nossa Senhora da Saude *(José Maria da Camara Coutinho Carreira de Castro, 1.º barão de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, senhor do morgado de Nossa Senhora da Saude, na ilha de S. Miguel. N. a 4 de junho de 1818, ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Francisco Manuel da Camara Coutinho Correia de Castro e de D. Maria Ursula do Rego da Camara Botelho. Casou em 23 de fevereiro de 1836 com D. Maria Henriqueta Pereira Machado Hasse, filha de Francisco Pereira Hasse e de sua mulher, D. Luiza Francisca da Silveira. Foi agraciado com o titulo de barão por decreto de 12 de setembro de 1866. O brazão d'armas é o seguinte: Escudo esquartelado: no primeiro quartel as armas dos

Carreiras: Em campo de prata uma banda azul carregada de um leão de ouro entre dois pinheiros verdes com pinhas de ouro: no segundo quartel as armas dos Castros: Em campo vermelho seis arruelas brancas em duas palas; no terceiro as armas dos Camaras: Em campo verde uma torre de prata com ameias e coruchéo, que se remata em uma cruz de ouro, e dois lobos da sua propria côr, em pé, rompendo contra a torre; no quarto as armas dos Coutinhos: Em campo de ouro cinco estrellas sanguinhas, de cinco raios cada uma, postas em santor.

Nossa Senhora do Verde. Pov. da freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeiraa--Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. Faro.

Nossa Senhora da Victoria da Batalha (*Sebastião Francisco Severo Drago Valente de Brito Correia de Lacerda Green Cabreira, barão de*). Do conselho da rainha D. Maria II, brigadeiro do exercito, governador das praças de Abrantes e da Torre de S. Julião da Barra, deputado, etc. N. em Faro a 4 de outubro de 1809, fal. em Paris a 12 de novembro de 1868. Era filho do general Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira, fidalgo cavalleiro da Casa Real, e de sua mulher, D. Maria Amelia Alves Pinheiro Correia de Lacerda Green. (V. *Portugal*, vol. II, pag. 574). Assentou praça no regimento de artilharia n.º 4, a 23 de agosto de 1820, reconhecido como cadete, foi ainda n'esta posição nomeado ajudante de campo de seu pae, que então commandava o exercito do sul organisado pela Junta. Promovido em 18 de setembro d'esse anno a 2.º tenente para o corpo em que já servia, foi n'essa situação que entrou nos ataques de Santa Barbara e de Amarante, em 1823, contra as forças do general marquez de Chaves. Transferido no mez de setembro de 1824 em alferes effectivo para infantaria n.º 11 e passado no principio do anno de 1827 para o regimento n.º 18, continuou a defender a causa da Liberdade, e sendo já tenente em 18.8, depois de ter combatido em Coruche, Ponte do Prado, Barca Tebosa, Penafiel e Braga, emigrou com a divisão para a Galliza, d'onde embarcou para Inglaterra e d'ali para a ilha Terceira, onde já se encontravam seu pae e o seu tio, o general Deocleciano Leão Cabreira, depois barão de Faro. (V. *Portugal*, vol. III, pag 301 e 302). Ahi tomou parte no combate do Pico do Celleiro em outubro de 1828, no ataque da Villa da Praia em 11 de agosto do anno seguinte, e quando se intentou e realisou a conquista das outras ilhas do archipelago dos Açôres, o tenente Cabreira foi na expedição, e entrou nas acções de S. Jorge, Calheta, Faial e Ladeira Velha. Acompanhando o exercito de D. Pedro, como tenente de caçadores n.º 5, veiu desembarcar nas praias do Mindello em 8 de julho de 1832, e na defeza das linhas do Porto continuou a servir sempre com a maior dedicação e valentia. Logo no reconhecimento de Vallongo e nos combates de Ponte Ferreira e de Souto Redondo, se comportou de modo que mereceu ser recommendado nas participações officiaes. Promovido a capitão em 6 de agosto seguinte, achava se commandando a 5.ª companhia do batalhão de caçadores n.º 5, quando no dia 16 de setembro foi escolhido por D. Pedro para atacar de frente o reducto do Cotovêlo. Recebida a ordem avançou ao ataque da posição, e apezar de gravemente ferido, conservou-se á frente dos seus soldados até que a 6.ª companhia lhe veiu em auxilio. Levado ao hospital do sangue, logo que lhe fizeram os primeiros curativos voltou para o reducto e ali se conservou até á noite em que, sendo obrigado a retirar para o Porto, assumiu o commando da sua companhia no dia 14 do outubro, assistindo á sortida de Quebrantões e de Villa Nova de Gaia, sendo novamente ferido. Em recompensa de tão decidido valor e de tão grande desapêgo pela vida, foi-lhe então dado o habito da Torre e Espada, e se já anteriormente era conhecido e respeitado o capitão Cabreira, n'esse dia mais se confirmou entre os seus companheiros de armas a opinião lisonjeira que d'elle faziam. Na continuação do cêrco do Porto, nos combates que se deram nas immediações de Lisboa, em Torres Novas, Leiria, Pernes e Almoster, mostrou sempre o distincto official as brilhantes qualidades de que desde o principio da lucta déra evidentes provas e durante toda a campanha contra o absolutismo, o futuro barão da Batalha defendeu sempre com o maior ardor e a maior bravura a causa que servia. Fez parte da divisão auxiliar,

Barão de Nossa Senhora da Victoria da Batalha

que foi enviada á Hespanha, entrando em todas as acções e combates, sendo n'um d'elles gravemente ferido. Terminada a guerra civil alguns dos officiaes do exercito constitucional julgaram brandas e benevolas as condições impostas aos vencidos em Evora Monte, e não sabendo conter-se manifestaram claramente o seu desgosto, que hoje nos parece excessivamente barbaro, mas que tinha em parte desculpa na exaltação d'aquelles tempos e nos trabalhos e fadigas soffridos em tantos annos de exilio e de combates. Sendo o capitão Cabreira um dos descontentes foi separado do seu batalhão e mandado para Valença, onde esteve exercendo as funcções de major da praça, até que passados alguns mezes foi de novo chamado a Lisboa e collocado em caçadores n.º 2. Em julho de 1837 foi nomeado chefe do estado da 2.ª divisão militar, mas pouco ou nenhum serviço fez n'essa commissão, e com o conde do Bomfim entrou na acção do Chão da Feira, merecendo ser recommendado ao governo por esse general em attenção ao modo por que se com-

portou no referido combate. Promovido a major em maio de 1838 para caçadores n.º 2, commandou por vezes este corpo até que em agosto de 1840, a pedido seu, foi collocado na 3.ª secção. Exerceu depois as commissões de segundo commandante da escola normal e de curador do Supremo Conselho de Justiça Militar, e voltando mais tarde ao serviço dos corpos achava-se commandando o batalhão de caçadores n.º 8, aquartelado no castello de S. Jorge, quando teve logar o golpe de Estado de 6 outubro, 1846. Pelos serviços prestados n'essa noite o propôz o duque de Saldanha para ser promovido ao posto immediato, mas o major Cabreira não quiz acceitar essa graça, e só quando em 1848 viu que alguns dos seus camaradas não tinham tido eguaes escrupulos, pediu a antiguidade que lhe competia. Do batalhão de caçadores n.º 8 passou a commandar infantaria n.º 15, quando as operações militares se tornaram mais graves no norte, e depois foi transferido para o batalhão de caçadores n.º 5 com o qual expedicionou para os Açôres em agosto de 1847. Promovido a coronel em fevereiro de 1850 para o mesmo batalhão, n'elle se conservava ainda em abril do anno seguinte, quando o marechal Saldanha saiu de Lisboa na noite de 7 d'esse mez para se pôr á frente da revolta que devia apparecer contra o ministerio do conde de Thomar. Caçadores n.º 1, commandado por Joaquim Bento, depois barão do Zezere, levantou o grito da revolta em Setubal na madrugada do dia 9 e caçadores n.º 5, aquartelado em Leiria, saiu no dia 10 d'essa cidade para para a Batalha marchando para Coimbra, onde entrou na noite do dia 12, e onde se reuniu com o marechal. D'ahi continuou a marchar para a Mealhada, Mortagua e Castro Daire, retrocedendo depois para Vizeu e Tondella ao mesmo tempo que o batalhão n.º 1 marchando para o norte e passando duas vezes o Zezere, para escapar ás tropas que o perseguiam, procurava reunir-se com o corpo do commando de Cabreira. Entretanto o marechal, vendo que outros corpos que se deviam sublevar não appareciam em campo, emigrou para Hespanha e a situação de caçadores n.º 1 e 5 era bastante critica, quando rebentou no Porto a revolta que em breve se tornou geral. Foi então o coronel Cabreira promovido a brigadeiro, agraciado com o titulo de barão de Nossa Senhora da Victoria da Batalha por decreto de 2 de junho de 1851, e nomeado commandante da 2.ª divisão militar. Encarregado no anno seguinte do governo de S. Julião da Barra fez grandes melhoramentos n'essa praça e a elle se deve o monumento, que hoje se vê no alto do Algueirão recordando a morte de Gomes Freire de Andrade. Transferido depois para o governo da praça de Abrantes, tambem fez obras importantes n'aquella praça de guerra, e sendo exonerado em julho de 1862 recebeu da camara municipal e dos habitantes d'aquella villa provas inequivocas do sentimento que tinham com a sua demissão. Tendo sido incumbido de inspeccionar o corpo de veteranos de marinha, o deposito disciplinar e o 1.º batalhão de veteranos, e tendo sido nomeado commandante interino do asylo de Runa, devia commandar em 1866 no campo de Tancos uma das brigadas de infantaria, mas o seu estado de saude, já então bastante precario, fez com que o ministro o dispensasse d'essa commissão. Em julho de 1867 foi nomeado presidente da commissão militar que foi visitar o campo de Chalons, e tendo-se-lhe aggravado os seus padecimentos, quando os outros officiaes recolheram a Portugal, o barão da Batalha ficou em Paris, e n'essa cidade continuou a residir até que falleceu. O barão da Batalha foi deputado na legislatura de 1848, eleito pelo circulo de Ponta Delgada, e nas camaras votou contra a lei chamada «das rolhas», contra as indemnisações do Contrato do Tabaco, etc. Em 1851 tornou a ser eleito deputado pelo mesmo circulo. Casou em 10 de janeiro de 1842 com D. Guilhermina Henriqueta Peixoto d'Almeida, filha de Antonio Peixoto d'Almeida, bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, e de sua mulher, D. Josepha Emilia Peixoto Pessoa. Em 1862 foi nomeado vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar. Era commendador das ordens da Torre e Espada e de S. Bento de Aviz; cavalleiro da de Christo; era tambem commendador da ordem hespanhola de Izabel a Catholica, e cavalleiro da de S. Fernando de 1.ª classe. O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo esquartelado: no primeiro quartel as armas dos Farias: Em campo vermelho um castello de prata com portas e frestas de preto, entre cinco flôres de liz de prata, tres em chefe e duas em faxa; no segundo as dos Alvellos: Em campo vermelho cinco estrellas de ouro de sete pontas em aspa; no terceiro as dos Dragos: Em campo vermelho dois dragos de prata passantes, com as cabeças viradas em fugida; o quarto as dos Cabreiras: Em campo de prata duas cabras de negro com arruelas de ouro.

Nosso Senhor Jesus Christo *(Ordem militar de).* Correndo o anno de 1311 foi extincta a ordem dos cavalleiros do Templo, por sentença que, a instancias de Filippe, o *Formoso*, rei de França, deu em privado consistorio o papa Clemente V. A ordem militar dos Templarios florescera por espaço de dois seculos com excellente fama de valor, e piedade, empregando-se já na defeza dos logares santos de Jerusalem, já no agasalho dos peregrinos que da Europa iam visitar os mesmos logares. Os motivos de uma tal resolução pontificia déram grande variedade de opiniões nos differentes autores, pelo que, com certeza, se não pódem indicar precisamente. Sendo geral a extincção da ordem do Templo, não o fôram as culpas dos cavalleiros, porque os de Portugal, como os de Castella e do Aragão, justificaram com evidentes provas a pureza dos seus procedimentos, e fôram julgados livres dos delictos, que se attribuiram aos de França, onde se dizia que eram communs a toda a ordem, cujas rendas se incorporaram na corôa do mesmo reino, o que é tido como claro indicio de que Filippe, o *Formoso*, excitara ao pontifice com falsas informações e indignas violencias, á extinguir aquella ordem. Em Portugal, como em Hespanha, procedeu-se com um nobre desinteresse e uma generosa christandade. D. Diniz, que então reinava, podendo accrescentar o patrimonio real com as propriedades dos Templarios, quiz antes fundar com ellas outra ordem. Constitue este facto, além d'isso, uma habil resolução do soberano, que diplomaticamente soube conservar as riquezas d'uma ordem extincta, para as passar a outra. Alguns autores affirmam que a curia

romana queria, com futeis pretextos, apoderar-se das enormes rendas dos templarios em Portugal (como o fizera n'outros reinos) mas D. Diniz, politica e patrioticamente, lh'as subtrahiu, creando em 14 de agosto de 1318 a ordem de Christo e dando-lhe esses rendimentos. Com a sua autoridade o summo pontifice João XXII expediu então a sua bulla de 14 de março de 1319, confirmando aquella instituição. Além dos bens que ficaram dos templarios, doou tambem o rei á nova milicia a villa e fortaleza de Castro Marim no reino do Algarve, dispondo que n'ella se estabelecesse o convento da ordem, d'onde, assim por mar como por terra, podia fazer guerra aos moiros de Marrocos e Granada, que inquietavam os nossos mares, e persistiam na teima de invadir e conquistar de novo toda a Hespanha. O primeiro mestre que teve a ordem foi D. Gil Martins, que o era então da cavallaria de Aviz, e vinha nomeado pelo papa, querendo que entrasse logo na de Christo mestre que houvesse militado debaixo da regra de S. Bento e reformação de Cistér, para instrucção dos novos professores, sujeitando-a outrosim á visitação dos abbades de Alcobaça, de que só foi isenta por outra bulla de Paulo III, expedida em 1542, no reinado de D. João III. Fez o mestre D. Gil as primeiras *Constituições* da ordem em 1321; cinco annos depois fez outras o segundo mestre D. João Lourenço, e assim fôram continuando seus successores, additando e innovando as cousas conforme o tempo requeria, todas as quaes confirmava o abbade de Alcobaça, como visitador e reformador d'esta religião, até que em 1443, sendo governador da ordem o infante D. Henrique, o primeiro e principal ampliador d'ella, se procedeu á sua reformação por breve que impetrou do papa Eugenio IV. Aos estatutos que então se fizeram para observancia da ordem, e modo de vida dos cavalleiros, accrescentou depois el-rei D. Manuel outras definições, por onde a mesma lhe ficou devendo a legislação e direcção religiosa com que se governava. Corria o anno de 1356 quando o mestre D. Estevão Gonçalves Leitão, quarto em ordem dos d'esta cavallaria, fez a mudança do convento de Castro Marim para Thomar, vendo que aquella villa era de pouca povoação, e que a ordem não tinha cabedal para a povoar e fortalecer como convinha. As razões mais congruentes e verosimeis que a isso o moveram fôram sem duvida o ter sido Thomar convento e cabeça da ordem do Templo, estar esta villa situada no coração do reino, d'onde podiam os mestres acudir a tudo o que tocava á ordem; assim como pela disposição do sitio e capacidade do edificio, em que se podia accommodar tudo quanto convinha a uma religião de tanta estimação e valia. D'este tempo em diante ficou sendo Thomar cabeça da ordem militar de Christo. Contando do primeiro mestre D. Gil Martins até D. Lopo Dias de Sousa, sobrinho da rainha D. Leonor, teve a ordem sete, que fôram em rigor mestres e cavalleiros estreitamente professos d'esta religião. A este ultimo succedeu o infante D. Henrique, duque de Vizeu, que foi o primeiro que administrou a ordem com o titulo de governador e administrador d'ella, não querendo fazer profissão com o voto de pobreza por não perder o ducado e mais senhorios que lograva. Com o mesmo titulo de governador lhe succedeu seu sobrinho o infante D. Fernando, irmão de el-rei D. Affonso V, e a elle seus tres filhos D. João, D. Diogo e D. Manuel, o qual conservou o governo da ordem em todo o tempo do seu reinado. Por sua morte a administrou el-rei D. João III por bulla do papa Adriano VI, até que por outra de Julio III, expedida em 4 de janeiro de 1551, lhe foi conferida, e a todos os seus successores na corôa, ainda que femeas, a administração perpetua dos mestrados das ordens militares do reino. O habito dos cavalleiros da ordem militar de Nosso Senhor Jesus Christo é uma cruz vermelha, quasi

CRUZ DE CAVALLEIRO

PLACA DE COMMENDADOR

quadrada, fendida no meio com outra branca, e dado que a alguns autores pareça que esta insignia fôsse a mesma que a do Templo, notoriamente é differente, porque a dos Templarios era toda vermelha, e a de Christo consta d'aquellas duas côres; nem é crivel que o papa lhe permittisse a insignia da cavallaria que o seu antecessor extinguira, ordenando que de todo se perdesse a memoria d'ella. Não só teve a ordem de Christo um consideravel patrimonio dentro do reino, senão que se estendia a sua jurisdicção a todas as conquistas de Portugal, de que foi devedora ao immortal infante D. Henrique, o qual depois que se recolheu da conquista de Ceuta, em que teve grande parte, concebeu logo em seu animo pensamentos de descobrir e ganhar novas terras, sendo as ilhas de Porto Santo e Madeira as primicias de tão laboriosos cuidados. Por fallecimento de D. João I, seu filho e successor D. Duarte, respeitando os dispendios grandes que o infante seu irmão havia feito no descobrimento, povoação e culto d'estas ilhas, lh'as doou por tempo de sua vida, concedendo á ordem de Christo a perpetua jurisdicção espiritual d'ellas. Nos mais descobrimentos e conquistas, que se principiaram debaixo do estandarte da ordem, e com os cabedaes do infante D. Henrique, reconheceu o reino o que devia a esta cavallaria; e assim com muita razão todas as armadas que saíam para as nossas possessões ultramarinas levavam os estandartes das armas reaes assentes sobre a cruz da ordem de Christo, reconhecendo que a ella era devida aquella herança, por onde a capitania da India não só em seus proprios mares, mas nos de Portugal, tinha preferencia ás capitanias reaes, não obstante que o cargo de general da armada real de Portugal era preeminente ao de capitão-mór da India. Os reis, como tinham esta milicia por sua, a honraram e enriqueceram mais que a nenhuma das outras, dando-lhe 21 villas e logares e 454 commendas, em que entravam 45 que se proviam pela Casa de Bragança. Quanto ás dignidades da ordem, a primeira e principal, depois do *mestre*, era o *prior-mór*, que tinha jurisdicção no espiritual e temporal do convento, exercitando o poder espiritual não só com os clerigos residentes na casa mas com os cavalleiros que viviam separados d'ella. Ao Dom prior do convento de Thomar pertencia chamar por cartas a capitulo geral para nova eleição de mestre, a quem tomava o juramento de fidelidade e obediencia ao papa. A segunda era o *commendador-mór*, que presidia na ausencia do prior, e por fallecimento do mestre, no interim da va-

CRUZ DE COMMENDADOR

MEDALHA DE GRAN-CRUZ

cante, lhe pertencia governar a ordem. Seguia-se o *claveiro*, cujo officio era ter as chaves do convento quando os cavalleiros viviam em communidade, e ao qual competia distribuir o mantimento e tomar conta dos gastos que se faziam. A quarta dignidade era o *sacristão-mór*, a quem pertencia em capitulo ter os sellos da ordem. A quinta e ultima dignidade era o *alferes*, que levava a bandeira nas procissões e em todos os actos de guerra em que ia o mestre. D. Maria I, reformando as tres ordens militares por sua carta de lei de 19 de junho de 1789, estabeleceu entre outras disposições as seguintes: Depois do gran-mestre e do commendador-mór as dignidades serão gradualmente os gran cruzes, os commendadores e os cavalleiros. Nenhum será gran-cruz sem ser commondador promovido a gran-cruz. Pela mesma lei fôram as insiguias de gran-cruz e commendador de cada uma das tres ordens militares augmentadas com um coração, em memoria do monumento ao Santissimo Coração de Jesus que a mesma soberana pretendia estabelecer. Os cavalleiros teriam a sua venera como mandavam os antigos estatutos da ordem. Os actuaes distinctivos da ordem são na fórma indicada nas gravuras respectivas, sendo a cruz vermelha aberta em branco, e a fita encarnada. || Bibliographia: *Compendio da regra e definições dos cavalleiros da ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, com alguns breves pontificios e privilegios reaes*, etc., por fr. Damião das Neves, Lisboa, 1607; *Noticia historica das ordens militares e civis portuguezas*, etc., por Aleixo Tavano e José Augusto da Silva, Lisboa, 1881; *A Ordem de Christo*, por J. Vieira da S. Guimarães, Lisboa, 1901.

Nostim. Pov. da freg. de Santa Comba, de Moura Morta, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real.

Nota. Commentario, reflexão accessoria, escripta no fim de um livro, na margem ou na parte inferior das suas paginas e relativo a alguma passagem do texto. || Registo das escripturas dos tabelliães. || Especie de bilhete ao portador emittido per um banco e que é acceito como moeda nas transacções commerciaes. || Documento diplomatico, communicação official e por escripto trocada entre entidades diversas.

Notario. V. *Escrivão* e *Tabellião*.

Noticia. Trecho escripto sobre facto ou pessoa notavel. Biographia; nota historica; descripção; monographia; relação periodica.

Noto. Pequena praia ou bahia situada no extremo da costa S do distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental. E' a maior d'uma série de praias que ha n'aquelles sitios e para o S. do rio S. Francisco ou Coporora. Tem feitorias. Antigo ponto de embarque de escravos.

Noudel. Pov. na freg. de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa.

Noura. Pov. e freg. de N. S.ª da Annunciação, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. de Murça, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 142 fog. e 647 hab. Tem caixa post. e esc. do sexo masc. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem esquerda do rio Tinhella. O cabido da collegiada de N. S.ª da Oliveira, de Guimarães, apresentava o cura, que tinha 20$000 réis de congrua e o pé d'altar. Foi villa, e é pov. muito antiga. D. Sancho II deu-lhe foral a 8 de maio de 1224; D. Affonso III deu-lhe outro foral, confirmando o antigo, em Santarem, a 10 de janeiro de 1268. N'esta freg. ha tres castellos muito antigos, chamados: *de Noura, de Sobrêdo* e *de Cidadonha*. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Nova. Pov. na freg de Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Nova *(João da)*. Fidalgo da Galliza que veiu servir para Portugal, onde el-rei D. Manuel o fez alcaide de Lisboa. Pouco depois do descobrimento da India, e depois de ter partido para o Oriente a esquadra de Pedro Alvares Cabral, el-rei D. Manuel entendeu que devia contratar com alguns mercadores o armarem e carregarem tambem navios para a India, proposta que logo varios negociantes estrangeiros residentes em Lisboa acceitaram com alegria, sendo o primeiro que fez esse contrato um florentino chamado Bartholomeu Manhione. Armou elle um navio, o rei armou tres, e a esquadra composta d'estas quatro embarcações, foi confiada ao commando de João da Nova, saindo de Lisboa a 5 de março de 1501. Era a terceira esquadra que partia para a India, considerando-se como primeira a da descoberta. No caminho seguiu rumo muito ao occidente como fizera Alvares Cabral, e assim descobriu a ilha da Ascensão. João da Nova primeiro deu-lhe o nome de ilha da Conceição, e foi Affonso d'Albuquerque quem depois o mudou para o de ilha da Ascensão. Chegando á India fundou uma nova feitoria em Cananor, alegrou muito os portuguezes que Alvaro Cabral deixára na India e que não esperavam tão cedo navios da Europa, porque não suppunham que partisse de Lisboa uma nova esquadra antes de ter regressado a de Alvares Cabral, e derrotou a esquadra de Calicut que se quizera oppôr á sua passagem, e que João da Nova levou adeante de si varejando a com a sua artilharia, afundando-lhe um ou dois navios a cada descarga, e maravilhando e atterrando esses pobres orientaes, que não suppunham que uma pequena esquadra do quatro navios pudesse praticar similhantes façanhas. Voltando a Portugal com uma boa carregação de pimenta e de outras especiarias, João da Nova descobriu um caminho nos mares da Africa Occidental, uma nova ilha, a de Santa Helena, que depois se tornou tão afamada, por estar ali captivo o grande Napoleão. Em 1505 partiu de novo para a India com o vice-rei D. Francisco de Almeida. Apenas chegou a Cochim, porém, teve serias desavenças com D. Francisco, porque este lho não quiz reconhecer a nomeação que levava para capitão-mór da primeira esquadra que tivesse de se fazer ao mar. Pediu então licença para voltar ao reino, e chegou a Lisboa ainda a tempo de tornar á India como capitão de um dos navios da esquadra de Affonso d'Albuquerque, esquadra que foi de conserva com a de Tristão da Cunha até Socotorá. O navio commandado por João da Nova era um dos melhores d'esse tempo, e chamava-se *Flôr de la mar*. Em Socotorá separaram-se as duas esquadras, seguindo Tristão da Cunha para a India, e Affonso d'Albuquerque para o Mar Vermelho, afim de cruzar no estreito de Bal-el-Mandeb e assaltar as naus de Méca. Era essa uma nova empre-

sa lucrativa que sorria muito aos seus capitães, mas Affonso d'Albuquerque tinha outra empresa em mente, mil vezes mais gloriosa, a da conquista de Ormuz. Tristão da Cunha, ao separar-se, devia deixar lhe mantimentos sufficientes, mas não deixou, e Affonso d'Albuquerque aproveitou esse facto de menos lealdade do capitão-mór, para começar a pôr em execução os seus projectos. Declarou que precisava de ir procurar mantimentos á Arabia, e, como os não podia obter senão á viva fôrça, assaltou victoriosamente com esse pretexto Calayate, Curiate e Mascate. Os capitães não estranharam isso muito, e acompanharam-n'o sem murmurar, mas quando viram que elle proseguia n'essa empresa de assaltar as cidades da Arabia (porque o seu plano era o de chegar a Ormuz precedido d'uma reputação terrivel) começaram a recalcitrar, e João da Nova, o mais orgulhoso e o mais insubordinado de todos, pediu-lhe licença para partir para a India. Affonso d'Albuquerque declarou-lhe que não podia prescindir do seu navio. João da Nova mostrou-se descontente, soltando palavras descomedidas, e Affonso d'Albuquerque prendeu-o, dando-lhe por menagem a sua nau. Em seguida foi tomar Orcafate, e n'esse ataque resgatou João da Nova com a sua bravura a sua insubordinação. Appareceu emfim deante de Ormuz, e ali estabeleceu o nosso dominio. (V. *Albuquerque, Affonso de*, *Portugal*, vol. I, pag. 130 e seguintes). Os capitães mostravam-se descontentes, e esperavam anciosos que Affonso d'Albuquerque se resolvesse a ir em busca das naus de Méca, que em tal não pensava, tratando placidamente de construir a sua fortaleza. O descontentamento foi augmentando até que se transformou quasi em revolta aberta. Os capitães mostravam-se insolentes e eram os primeiros a incitar as tripulações a sublevar-se. João da Nova era um dos chefes d'este movimento revolucionario. Um dia Affonso d'Albuquerque ordenou-lhe que fôsse a uma expedição á terra firme, e João da Nova respondeu que não ia. Intimado para dizer a razão d'aquella recusa, replicou que a tripulação não queria ir, e elle não havia de ir sósinho. Então Affonso d'Albuquerque, n'um impeto de colera, foi á nau de João da Nova, onde a tripulação estava effectivamente revoltada, e pegando na espada d'um grumete obrigou os tripulantes a embarcarem nos escaleres, e como João da Nova hesitava, puxou-lhe pelas barbas e tambem o obrigou a embarcar. João da Nova chorava de raiva e de vergonha ao lembrar-se de similhante insulto, mas n'aquelle momento não fez senão obedecer, e como elle obedeceram os marinheiros, tal era o prestigio da energia de Affonso de Albuquerque, tal foi a influencia quasi sobrehumana que Affonso d'Albuquerque soube exercer n'aquelle momento verdadeiramente terrivel, em que jogava a sua vida e a sua autoridade. Os capitães não pensaram mais em se revoltarem, mas pensaram em desertar; comtudo, João da Nova ficára por tal maneira subjugado pela energia do seu commandante, que não foi o primeiro que desertou, apezar de ser o mais queixoso. Desertaram os seus tres collegas mesmo de Ormuz, e ficaram sós elle e Affonso d'Albuquerque. Vendo o grande capitão a impossibilidade de continuar com dois navios em Ormuz, foi então cruzar para o cabo Guardafui. D'ali lhe fugiu João da Nova, que foi levar as suas queixas ao vice-rei D. Francisco d'Almeida. A intriga foi formidavel; conseguiu semear no espirito d'aquelles dois importantes vultos a discordia e a desconfiança. D. Francisco d'Almeida chegou a prender Affonso d'Albuquerque, apezar d'elle estar nomeado governador da India. Foi preciso que D. Fernando Coutinho, indo do reino, fizesse reconhecer a autoridade de Affonso d'Albuquerque para D. Francisco d'Almeida ceder. João da Nova já então não tomava parte na lucta que se travara entre o vice rei e o governador; adoecera gravemente, vindo a fal. em Cochim em 1509. Affonso de Albuquerque, apezar dos muitos aggravos que d'elle tinha, acompanhou o seu enterro com signaes de grande sentimento.

Nova Cintra *(José Joaquim Leite Guimarães, barão de)*. Negociante no Brazil, capitalista, abastado proprietario, etc. N. na freguezia de S. João Baptista, de Pencello, proximo de Guimarães, a 18 de julho de 1808, fal. no Porto a 3 de julho de 1870. Era filho de Antonio José Leite de Faria, proprietario, e de sua mulher D. Custodia Maria Machado; irmão do barão da Gloria, Antonio José Leite Guimarães. Aos 11 annos foi para o Porto, onde esteve empregado n'uma casa de lãs, e seis annos depois, em 1825, embarcou para o Brazil, e empregou-se como caixeiro, n'uma casa de commercio de fazendas brancas no Rio de Janeiro. Em 1831 entrou como socio na casa commercial de Luiz Joaquim Moreira & Companhia, no Rio Grande do Sul, e tendo ahi tomado parte activa na lucta contra o partido republicano, logo que se restabeleceu d'um ferimento que recebera em combate, voltou ao Rio de Janeiro, onde se estabeleceu de sociedade com seu irmão, o barão da Gloria, sociedade que durou até 1837. No anno seguinte ligou-se com Luiz Antonio da Silva Guimarães, e sob a firma Leite & Guimarães fundou uma nova casa commercial de fazendas por atacado, que em breve prosperou a ponto de ser uma das mais importantes da praça do Rio de Janeiro, e que em 1846 ficou toda a cargo do socio, porque o futuro barão de Nova Cintra precisou, por motivos particulares, de ir novamente ao Rio Grande do Sul. Em 1851 regressou á Europa, visitou a exposição universal de Londres em 1852, passou depois a Italia, percorreu a Allemanha, Suissa, Hollanda, Inglaterra, Belgica e França, fixando a sua residencia em Paris até que em 1855 regressou a Portugal. Depois de viver perto de seis annos em Lisboa passou ao Porto, tomou conta da administração da Companhia do Gaz, que estava sériamente compromettida e cujos creditos elle em breve restabeleceu, foi vice-presidente e presidente da Associação commercial de beneficencia do Porto, cujos haveres augmentou extraordinariamente, e sendo encarregado de administrar o Asylo da Mendicidade da mesma cidade, e depois de nomeado pelo governo provedor d'este estabelecimento, conseguiu á força de diligencias e de trabalhos melhoral-o e elevál-o ao grau de prosperidade que até então nunca tivera attingido. Na fundação de muitos bancos do Porto bem como na arrojada idéa da exposição universal que se realisou em 1865, teve boa parte o barão de Nova Cintra, que bem contra a sua vontade acceitára esse titulo, com que fôra agra-

ciado por decreto de 8 de março de 1862. Durante o tempo que exerceu o logar de provedor do Asylo da Mendicidade, começou a organisar um asylo para creanças desvalidas, mas depois, dando mais vastidão á sua philantropica idéa, levantou desde os alicerces no caminho do Porto para Campanhã um edificio em que estabeleceu, não só esse asylo da infancia, mas tambem um outro denominado das Artes e officios, em que os rapazes tirados da Casa da Correcção são empregados na aprendizagem de differentes officios e em trabalhos agricolas conforme as suas vocações e aptidões. Annexo a esse edificio, que ficou com o nome de *Estabelecimento humanitario do Barão de Nova Cintra*, fica a fabrica de fiação de seda, que o mesmo titular fundou, e cujos productos teem merecido os mais elevados premios nas exposições em que teem sido apresentados. Em 1866 quiz o governo dar-lhe o titulo de visconde e chegou a ser lavrado e publicado o decreto, com a data de 11 de dezembro de 1866, mas o honrado e modesto philantropo resignou essa nova mercê, continuando sómente a usar do titulo de barão, que já acceitára contrariado, conforme dissémos. Casou duas vezes; a primeira em 1840 com D. Marianna de Casal Ramos, senhora brazileira que falleceu em 1845, filha de Raphael José do Casal e de sua mulher D. Maria Ramos; a segunda vez, em 5 de janeiro de 1846, com D. Albina Augusta d'Araujo, natural de Vianna do Castello, filha de Francisco Domingos de Araujo, e de sua mulher D. Izabel Joaquina de Moura. De nenhum dos matrimonios houve descendencia.

Nova Colonia. Pov. na freg. de S. Vicente e conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Nova Gôa *(D. Luiz Caetano de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu, 1.º conde de).* Nasceu em Nova Gôa (India) em 25 d'outubro de 1841, filho primogenito de D. José Maria de Castro e Almeida de Sequeira e Abreu, moço fidalgo, commendador da ordem de Christo, governador da praça e cidade de Damão, coronel do exercito da India. Foi sua mãe D. Veridiana Constança Leite de Sousa, filha do general Fernando Luiz Leite de Sousa e Noronha e de sua mulher D. Marianna Elisa de Lemos e Saldanha. O titulo de conde foi-lhe conferido por Carta Regia de 7 de junho de 1864 em attenção aos serviços e nobreza de seus maiores, que representa. Casou em 30 de junho do dito anno em S. José de Ribamar com D. Virginia Folque, que nasceu em Lisboa a 12 de julho de 1839, filha do general, par do reino, conselheiro d'Estado, gran-cruz de S. Thiago, commendador de varias ordens nacionaes e estrangeiras, professor da Escola Polytechnica e director dos serviços geodesicos, Filippe Folque, nascido na cidade de Portalegre em 28 de novembro de 1800, e de sua mulher D. Maria Luzia Picaluga. O sr. conde, antes da mercê do titulo, já era moço fidalgo com exercicio no Paço, cavalleiro de Malta e bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra. A varonia Castro, que o sr. conde representa, foi levada á India por D. Filippe de Castro em 1550, e lá se continuou até ao regresso ao reino do actual representante em 1855. Este D. Filippe de Castro tem por quinto avô a D. Alvaro de Castro, alcaide-mór de Torrão e Sabugal, neto de D. Fernando de Castro, conde de Trastamara, Lemos e Sarria, que serviu a el-rei D. Fernando I de Portugal, 1369 a 1371, durante a primeira guerra com D. Henrique II, de Castella. O conde de Trastamara pertencia a uma das mais illustres e antigas casas da Hespanha, tão illustre que mereceu ser considerada um dos cinco solares de Castella. Todos os Castros que estiveram na India, seguiram a vida militar em que prestaram relevantes serviços ao Estado. Casaram com senhoras da principal nobreza, e são seus parentes, como taes conhecidos, os marquezes de Castello Melhor, de Penalva, de Lavradio, os condes de Assumar, Galveias, Rezende, Arcos, etc.. O sr. conde de Nova Gôa succedeu a seu pae nos vinculos seguintes: 1.º Dos *Pimenteis* que instituiram em 1375 D. João Rodrigues Pimentel, mestre da ordem de Christo, e sua mulher Estevainha Gonçalves Pereira, irmã do condestavel do reino D. Nuno Alvares Pereira; entre os successivos senhores d'este morgado con-

Conde de Nova Gôa

tam-se D. Rodrigo da Costa, que foi vice-rei da India, D. Vasco Luiz Coutinho, que foi governador e capitão general do mesmo Estado e D. Luiz Caetano de Almeida, governador geral da India, conselheiro d'Estado, offereceu uma *manchua* com artilharia, munições e gente paga á sua custa para a guarda dos rios de Salcete, filho de D. Lopo José d'Almeida, general da armada de alto bordo do estreito de Ormuz e Mar Roxo, védor da fazenda, rondou por largo espaço o rio da ilha de Chorão em navio pago á sua custa a fim de evitar a invasão que se receava, emprestou por varias vezes dinheiro seu para a Fazenda Real a pedido do vice-rei conde da Ega; 2.º Do *mestre João das Leis*, irmão do mestre Pedro fundador de um dos vinculos representado hoje na casa Castello Melhor; este vinculo do mestre João das Leis vem de 1421; 3.º De *Moura ou Defeza de S. Braz e Vidigueira*, instituido n'essas villas por Nuno Fernandes de

Sequeira no anno de 1428, filho do mestre de Aviz D. Fernão Rodrigues de Sequeira, que succedeu a el-rei D. João I n'aquelle mestrado, e foi regente do reino durante a ausencia de el-rei na jornada de Ceuta, 4.º Da *Bizelga*, instituido em 1591 por Antonio de Abreu de Sousa, capitão-mór das naus da India, em quem falam as Decadas de João de Barros, e o qual era dos Abreus, senhores de Regalados, e dos Sousas que descendem de Martim Affonso Chicorro, filho d'El-Rei D. Affonso III (são os mesmos Sousas da Casa Palmella); fôram senhores d'este morgado, entre'outros, D. Lopo José d'Almeida, intendente geral da marinha de Gôa, commandante de diversas expedições maritimas contra varios pontos ameaçados pelo inimigo Bounsuló, chegando a custear de seu bolso as despezas de um navio encarregado de rondar as costas da ilha de Chorão, D. Francisco Xavier de Castro, governador e capitão general da cidade de Macau, presidente do senado de Gôa, D. Antonio de Castro, capitão-mór da ilha de Salcete, capitão de Gôa e capitão governador da fortaleza de Damão, armou e equipou á sua custa uma companhia de europeus de que foi capitão, acompanhou voluntariamente varias expedições contra o inimigo, offerecendo uma peça columboina para armamento da praça de Mahim Quelma e mais duas peças de bronze, uma *pedreira* de ferro, barris de polvora, etc. para a expedição contra o rei de Colle; 5.º De *D. Izabel de Goes*, filha de Henrique de Menezes, instituido em 1548; 6.º De *Monserrate em Cintra*, instituido em 1718 por Caetano de Mello e Castro, irmão do primeiro conde de Galveias, Diniz de Mello e Castro; d'este Caetano de Mello e Castro, que foi commendador de Christo e vice-rei da India, reza a historia que governára aquelle estado com prudencia e reputação das armas portuguezas. Além d'estes vinculos de que é senhor como representante de seus instituidores, o sr. conde de Nova Gôa possue tambem por herança de seus maiores varias capellas instituidas por Balthasar da Silva e D. Violante de Castro em 1543, por Catharina Dias Ravasco em 1584, por Constança Annes Palhavã em 1365. São filhos dos srs. condes de Nova Gôa: 1.º D. Filippe de Castro, nasceu em 2 de fevereiro de 1867 e morreu em 2 de junho de 1868; 2.º D. Luiz Filippe de Castro, (V. *este nome*, vol. II, pag. 931) que nasceu em 7 de julho de 1868, é agronomo formado pelo Instituto de Agronomia, de Lisboa, deputado da nação desde 1895, commendador de S. Thiago, official da Legião d'Honra, lente cathedratico no Instituto de Agronomia desde 1901, ministro das obras publicas em 26 de dezembro de 1908, no gabinete presidido pelo sr. Campos Henriques, etc., casado com D. Rachel dos Anjos Jardim, filha mais velha dos srs. condes de Valenças, da qual tem os seguintes filhos: D. Maria Francisca d'Assis de Castro, nascida em 26 de julho de 1901; D. Vasco Luiz de Castro, nascido em 8 de novembro de 1902; D. Manuela de Castro, nascida em 2 de setembro de 1904; D. Rodrigo Pedro, nascido em Cintra, a 30 de agosto de 1906. 3.º D. Virginia de Castro, nasceu em 21 de novembro de 1874 e casou com João Coelho da Motta Prego de Meira e Vasconcellos, agronomo formado pelo Instituto de Agronomia, de Lisboa, membro da Academia Real das Sciencias e do Instituto, de Coimbra, antigo director da Escola de Agricultura Moraes Soares, de Santarem, etc., e são seus filhos: Luiz Manuel da Motta Prego, nascido em 8 de agosto de 1897, José Lopo da Motta Prego em 6 de agosto de 1898, e Luiza Constança da Motta Prego em 17 de abril de 1904. O brazão dos Castros, cuja varonia o sr. conde de Nova Gôa representa, é d'ouro treze arruelas d'azul. Timbre: leão nascente d'ouro armado e lampassado de vermelho. Assim se encontram estas armas no *Livro do Armeiro-Mór* a fl. 51, no *Livro da Torre do Tombo* a fl. 10, no *Thesouro de Nobreza*, de Fr. Manuel de Santo Antonio, a pag. 76 da copia da Bibliotheca Publica, etc.

Nova Gôa, ou **Pangim**. Cidade, capital do Estado da India. Na ilha de Gôa, do lado norte á distancia de 5 milhas da foz do rio Mandovy e na sua margem esquerda, estende-se ao longo d'ella sobre uma faxa de terra o bairro principal da capital da India portugueza, que se denominava antigamente *Pangim*, e ainda hoje é conhecida por este nome. Do lado E, correndo de N para S, fica o pittoresco bairro das *Fontainhas*. Pangim era um bairro da aldeia de Taleigão, primitivamente habitação das familias dos pilotos da barra de Gôa e de pescadores, tendo apenas de notavel a fortaleza do Idalcão, que foi mandada transformar em palacio pelo vice-rei conde da Ega, que n'ella começou a residir em 1 de dezembro de 1759, como recorda a seguinte inscripção que se lê sobre a porta do lado do Mandovy:

REGE FIDILISSIMO JOSEFO
PRIMO PRO REGE COMITE AB EGA
SENATUS EX INFORMI
FORMAVIT—1760

Era na fortaleza do Idalcão que os vice-reis se alojavam na sua chegada á India, desembarcando em Pangim, depois do que mandavam avisar o vice-rei que vinham substituir. A primitiva capital do Estado da India foi a velha cidade de Gôa, na ilha de Tissuary, a que commummente chamam Gôa, do nome da cidade, antiga capital da provincia. (V. *Gôa Velha*). No meado do seculo XVII viu se a cidade de Gôa a braços com uma terrivel epidemia, e recrudescendo esta nos principios do seculo XVIII o proprio vice-rei tentou transferir a capital para Mormugão, onde começaram os trabalhos de construcção de nova cidade. Os proprietarios que tinham casas na capital mudaram as suas residencias para as ilhas mais proximas, cuidando, todavia, dos seus predios que tinham na capital, mas apenas se deu começo á edificação da nova cidade, abandonaram-nos completamente. Dispenderam-se mais

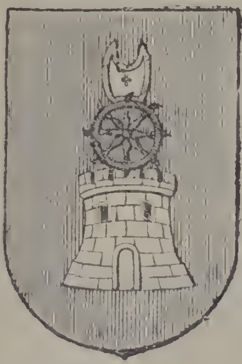

Brazão d'armas da cidade de Nova Gôa

de 150 contos com as construcções em Mormugão, onde, além do palacio do governo e do hospital, não se fizeram obras que habilitassem o causas desconhecidas. Progrediu pela sahida ou mudança de residencia dos governadores. O conde da Ega mudou-se para Panchim, e D. José

Cidade de Nova Gôa ou Pangim

governo a mudar para lá a capital. Entretanto as casas e os edificios abandonados da velha cidade fôram cahindo successivamente, até o bello e rico hospital, o melhor do mundo, foi abando- Pedro da Camara para o Passo e forte de Pangim. Antes da monção de 1774, o brigadeiro Henriques Carlos Henriques veiu a Portugal, em consequencia de ordens da côrte, e queixou-se do

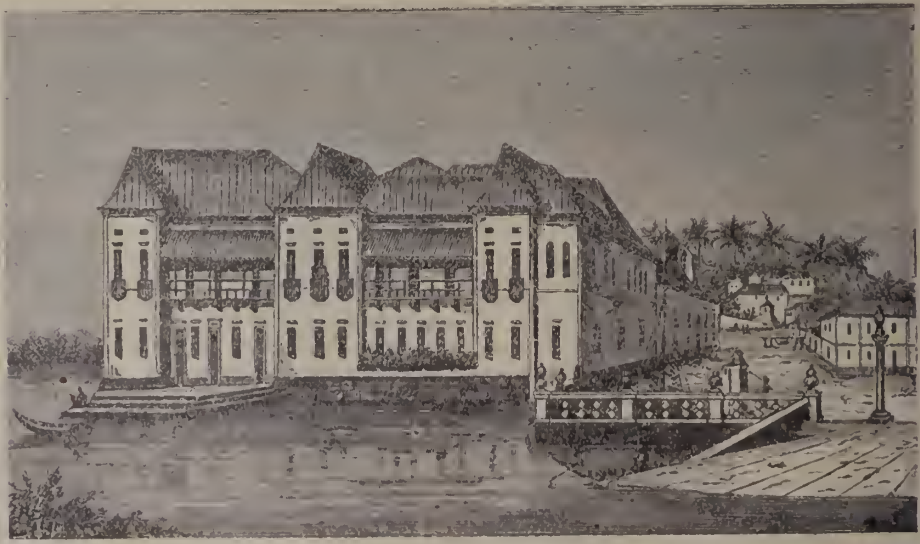

Palacio do Governo

nado, sendo transferido para Panchim e em 1841 para Pangim. A despovoação da cidade principiou pela insalubridade do local, procedente de governador D. João José de Mello, e parece que increpou os governadores de terem sahido da cidade e de concorrerem com o seu exemplo para

a despovoação. E já, a esse tempo, as principaes familias tinham sahido tambem, edificando em differentes aldeias excellentes casas e abandonando as que tinham na cidade. Ordenou-se ao governador a residencia na cidade; que curasse da sua reedificação e convidasse as familias dispersas a que voltassem á cidade antes que suas casas se arruinassem de todo; e o brigadeiro foi especialmente encarregado de inspeccionar a reedificação. O governador ficou em Pangim, e ordenou ás camaras agrarias, que edificassem casas na cidade para as darem do arrendamento. Gastaram-se 800 mil pardáos. Estes edificios em 1798 já estavam em principio de ruina, e em 1803 estavam completamente arruinados, e os interessados das provincias perderam os 800 mil pardáos. Pangim tinha de notavel apenas a fortaleza do Idalcão. Em 1591 tinha mais a egreja sob o titulo de ermida e invocação de N. S.ª da Conceição e o collegio de S. Thomaz, passeio publico, denominado D. Manuel, por portaria de 4 de abril de 1840, em honra d'aquelle vice-roi. Os seus successores Ferreira Pestana, conde de Torres Novas, visconde de Ourem, conde de S. Januario e Caetano d'Albuquerque, seguindo lhe o exemplo, fizeram tambem grandes melhoramentos, tornando Pangim uma formosa cidade. Pangim foi elevada a cidade e a capital da India portugueza, com o nome de *Nova Gôa*, pelo conde das Antas, por alvará de 22 de março de 1843. Conforme este alvará, a cidade de Nova Gôa comprehende em seus limites todo o littoral da margem esquerda do rio Mandovy, desde a foz do mesmo rio até á ponte de Daugim, dividido em tres bairros quo são: 1.º bairro de Pangim, desde a ponte de Santa Ignez até á cruz da ponte que vae de Pangim a Ribandar, tendo do lado da terra por limites os portaes das Fontainhas; 2.º bairro de Ribandar, desde a cruz da mesma ponte até á egreja de S.

Palacio da Municipalidade

fundado em 1584. Durante o governo do conde de Linhares (1629 a 1635) foi construida a grande ponte que liga Pangim a Ribandar. Esta ponte tem 44 arcos e mede aproximadamente tres mil metros de comprimento. Pangim não passou de solitaria habitação dos governadores, de alguns fidalgos e tropa, sendo o resto composto de pescadores e alfaiates. Só em 1811 é que começou a mudar de face este logarejo, cheio de palhotas e palmares, com a transferencia para o seu seio da alfandega principal. Este facto chamou os habitantes estranhos, que então mudaram de habitos e costumes. A' alfandega seguiu-se a contadoria, comprando-se o edificio para esse fim por 19:300 xerafins. Foi o bastante para Pangim ser elevada á categoria de villa. Os seus principaes melhoramentos se devem ao vice-rei D. Manuel de Portugal e Castro, que governou desde 1827 a 1835, o qual mandou alargar as ruas, aterrar os pantanos, construir o edificio da alfandega, o grande quartel militar e o campo para Pedro, limitado do lado da terra pelos portaes de Chimbel; 3.º bairro de Gôa, desde a referida egreja de S. Pedro até á da Madre de Deus de Daugim, tendo por limites do lado da terra os muros e porta restante da antiga cidade. D'esta adoptou Nova Gôa o brazão d'armas, que é em escudo de sangue um castello branco, sobre as ameias uma roda de navalhas e na parte superior de tudo uma mitra. Os edificios mais notaveis de Nova Gôa são o palacio do governo, edificio do correio e obras publicas, repartição de fazenda e thesouraria geral, relação, alfandega, e o grande quartel militar, no qual se acha alojado o batalhão de infantaria. No mesmo edificio se acha installado tambem o Lyceu Nacional, a escola normal para ambos os sexos, a imprensa nacional, bibliotheca publica e o deposito do material de guerra. Ha ainda o hospital militar, a escola medica, os paços do concelho e o novo quartel da companhia de policia. O quartel da bateria de artilharia é propriedade particu-

lar, tendo sido pouco a pouco adaptado ao fim a que é destinado. Sobre a porta principal do grande quartel militar, denominado quartel de artilharia por ter estado n'elle aquartelado o extincto batalhão d'artilharia, acha-se a seguinte legenda:

NÃO VOS HÃO DE FALTAR GENTE FAMOSA,
HONRA, VALOR E FAMA GLORIOSA

NO BOM E FELIZ GOVERNO DO ILL.^mo E EX.^mo SR.
D. MANUEL DE PORTUGAL E CASTRO,
VICE-REI DA INDIA
ANNO DE 1832
ARTILHERIA DE GÔA

Defronte d'este quartel, ao centro do largo Affonso d'Albuquerque, está o monumento levantado ao conquistador da India. A estatua d'este heroe, que do Arco dos Vice Reis, tinha sido transferida para o frontispicio do recolhimento da Serra, com o abatimento d'este edificio, foi recolhida e mandou-se construir o monumento para a collocar, por pedidos de Lagrange Monteiro de Barbuda, secretario geral do governo. A solemnidade e o acto da abertura do alicerce do monumento teve logar em 17 de fevereiro de 1843, a que assistiu o conde das Antas, então governador geral, e a inauguração da estatua realisou-se a 29 de outubro de 1847, estando presente o governador geral Ferreira Pestana. Além dos edificios mencionados, existe á distancia de 7 kilometros da capital o pittoresco palacio do Cabo, destinado para fruição dos governadores geraes, por decreto de 19 de julho de 1866. Este palacio era o antigo convento dos Capuchos, conhecido pelo nome de Nossa Senhora do Cabo, onde os antigos vice-reis e arcebispos de Gôa iam passar alguns dias nas estações calmosas. Foi n'este convento que esteve preso o vice-rei conde do Rio Pardo, deposto pela primeira junta provisional, por se negar a proclamar a constituição decretada por D. Pedro IV, em vista de não estar a isso autorisado pelo governo da metropole e não ter conhecimento official da mesma proclamação. A 1 kilometro da capital está situado, no planalto da Conceição, o excellente paço archiepiscopal, sem duvida o melhor edificio de Nova Gôa, inaugurado em dezembro de 1894. A sua construcção foi autorisada por portaria de 17 de janeiro de 1889, pela quantia de 90 mil rupias. Proximo d'este edificio e á distancia de cem passos está o observatorio meteorologico de Nova Gôa, estabelecido por portarias provinciaes de 17 de agosto de 1857 e 30 de junho de 1859. Os paços do concelho fôram mandados construir em 1858, pela quantia de 38:764 xerafins, 4 tangas e 43 réis. A sua construcção foi iniciada em 1859 e concluida em 1869, data em que o respectivo edificio da velha cidade já estava em ruinas. A quinta parte do edificio pertence á camara agraria das Ilhas, á qual a camara municipal pediu o seu auxilio para os poder concluir, pois que não tinha capital para a sua conclusão. Nova Gôa é séde do arcebispado, cujo prelado tem o titulo de patriarcha das Indias Orientaes; da relação, que abrange as comarcas do Estado da India e da prov. de Macau e Timor; da comarca das Ilhas e do concelho. E' residencia do governador geral e do patriarcha. Ha em Nova Gôa uma escola medico cirurgica, um hospital, vasto quartel, alfandega, lyceu, paço archiepiscopal, repartição de obras publicas, palacio do governo, escolas portuguezas, musulmanas e hindús, bibliotheca e imprensa do governo, observatorio e pharolim; e est. postal permutando vales do correio com a

Monumento a Affonso de Albuquerque e quartel de artilharia

metropole. || Bibliographia: *A India Portugueza* por A. Lopes Mendes, Lisboa, 1886; vol. I, pag. 96 e seguintes.

Egreja Matriz de Nova Gôa

Nova Granada *(José Alves Barreto, visconde de).* Negociante e capitalista no Brazil. N. em Castanheira de Pera em 5 de março de 1859, sendo filho de Manuel Alves Barreto e de D. Agueda Henriques dos Santos. Aos 16 annos foi para o Brazil para seguir a carreira commercial. Empregado n'uma importante casa na provincia de Campos, teve de retirar-se pela falta de saude, para a provincia de S. Paulo, fazendo parte, aos 22 annos de edade, da firma social J. Aguiar & Companhia, successores. Durante cinco annos desenvolveu grande actividade no commercio. Veiu depois a Portugal visitar a familia e tratar da sua saude, pois sentia-se bastante doente pelo seu excessivo trabalho. Regressando a S. Paulo, dissolveu-se aquella firma, constituindo-se a de Aguiar & Barreto. Tendo adquirido avultada fortuna, casou com uma senhora brazileira, D. Anna Miquelina, e desde então abandonou a vida do commercio, dedicando toda a sua valiosa actividade á cultura do café, um dos ramos agricolas mais productivos na provincia de S. Paulo. No meio dos confortos que lhe proporciona a sua importante fortuna, não se esquece dos infelizes. O seu nome está ligado a muitas instituições de caridade. A Beneficencia Portugueza de S. Paulo, de cuja direcção é presidente, e onde tem gasto quantias avultadas, deve-lhe numerosos serviços, tendo-o condecorado com o titulo de *benemerito*. Amante da sua patria, a sua bolsa está sempre aberta para tudo que possa engrandecer o nome portuguez. Quando o cruzador *Adamastor* visitou o Brazil, ha annos, fizeram-se grandiosas festas, e foi o sr. visconde de Nova Granada um dos que mais concorreu para o brilhantismo d'essas festas, que dirigiu na cidade de S. Paulo. Quando o ministro portuguez no Brazil, o sr. conselheiro Camello Lampreia, convidou os portuguezes residentes em S. Paulo para subscreverem para a Assistencia Nacional aos Tuberculosos, o sr. visconde foi um dos que subscreveu com a maior quantia. Em 1895, sabendo da necessidade d'um hospital na terra da sua naturalidade, tomou a iniciativa de mandar construir um estabelecimento hospitalar em Castanheira de Pera, no qual despendeu para cima de 12:000$000 réis. O fallecido rei D. Carlos I agraciou-o com o titulo de visconde de Nova Granada, nome d'uma importante propriedade que o agraciado possue. O hospital obedece ás exigencias das modernas edificações d'este genero; tem duas salas destinadas, uma á secretaria e outra ao laboratorio; casa de banho, copa, cozinha, dois quartos para o enfermeiro e enfermeira; duas amplas salas para enfermarias geraes, dois quartos para hospedes, uma saleta para sacristia, e ao fundo uma formosa capella. O sr. visconde de Nova Granada reside em Castanheira de Pera, onde tem prestado bons serviços, principalmente á Santa Casa da Misericordia.

Nova Lusitania. Séde da Companhia colonial do Buzi, concessionaria da circumscripção do mesmo nome situada nos territorios pertencentes á Companhia de Moçambique, na Africa Oriental. Tem fabricas de tijolo, d'alcool, e fornos de cal.

Nova Peniche. Nome por que tambem é conhecido o ilhéo Rei, do conc. de S. José de Bissau, na provincia da Guiné, Africa Occidental.

Novaes. Familia que procede de Pedro Novaes, o *Velho*, rico-homem e alcaide do castello de Cerveira no tempo d'el-rei D. Sancho II, sendo o seu solar na freguezia de S. Salvador de Novaes, no julgado de Vermoim. Ha tambem quem affiance que já ha noticia d'este appellido no tempo do conde D. Henrique. As suas armas são: Em campo azul cinco novellos de prata postos em santor; timbre, uma aspa azul entre dois novellos como os do escudo.

Novaes *(Antonio Gonçalves de).* Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, examinador synodal no bispado d'Elvas, provido em 8 de maio de 1630 pelo bispo d'esta diocese D Sebastião de Mattos e Noronha, d'onde subiu a conego penitenciario da mesma cathedral, cargo de que tomou posse a 28 de julho de 1632. Foi muito versado na lição da historia sagrada e profana. Escreveu: *Relação do Bispado de Elvas com um memorial dos senhores bispos que o governam*; saiu juntamente com as *Constituições Synodaes do Bispado de Elvas*, Lisboa, 1635.

Novaes *(Faustino Xavier de).* Poeta satyrico e jornalista portuense. N. no Porto a 17 de fevereiro de 1820, fal. no Rio de Janeiro a 16 de agosto de 1869. Era filho de Antonio Novaes, ourives e commerciante de joias, e de sua mulher D. Custodia Emilia Xavier de Novaes. Destinando-se á carreira em que seu pae adquirira alguns meios de fortuna, apenas cursou os estudos primarios, mas o seu vivo engenho suppria todas as deficiencias da educação regular, com a lição dos livros e a convivencia com os homens de letras com que muito aproveitou. O moço ourives cedo se tornou conhecido no Porto como poeta satyrico e chistoso conversador. As suas poesias, antes de serem publicadas em volume, já tinham no Porto uma vasta popularidade. O commercio de ourives rendia-lhe pouco, e Faustino Xavier de Novaes, naturalmente, afastava-se bastante d'essa occupação arrastado pelas suas invenciveis tendencias litterarias. Então procurou ganhar dinheiro com a penna; foi folhetinista do *Porto e Carta*, com o pseudonymo de *Padre Caetano*; do *Periodico dos Pobres*, com o de *Saturno*; do *Ecco Popular*, com o de *Lingua damnada*; foi correspondente do *Viriato*, de Vizeu, com o pseudonymo de *Pantaleão Pantana*; da *Nação*, de Lisboa, em 1852 e 1853, com o de *José Valverde*, e do *Peneireiro*, com o de *Coruja*. Escreveu tambem na *Aurora do Lima*, de Vianna do Castello, *Portuense* e *Clamor publico*. Os seus folhetins, apezar de bem escriptos, nunca tiveram a popularidade dos seus versos. Faustino Xavier de Novaes, juntamente com Antonio Pinheiro Caldas, fundou em 1852 um jornal de poesias intitulado *O Bardo*, que durou até 1855. Collaborou tambem na *Miscellanea poetica*, e na *Grinalda*, jornaes publicados no Porto. Em 1855 imprimiu-se o seu volume de versos com o titulo de *Poesias*, cuja edição rapidamente se esgotou, e que foi excellentemente acolhido pela critica. Fez-se 2.ª edição *mais correcta e augmentada*, em 1856. Andrade Ferreira consagrou-lhe um largo estudo no *Panorama*, e na *Revista Peninsular*, tomo II, pag. 311, dizia o seguinte: «Faustino Xavier de Novaes é um poeta satyrico e jocoso, unico no genero entre nós. As poesias que publicou, ha pouco, já tem uma segunda edição quasi consumida. E' o poeta mais querido do povo que se ri e enthusiasma deante das suas zombarias metricas. Aquella musa, porém, está ainda na sua singeleza primitiva, pura e desenfreada como no primeiro dia da creação. Aquelles versos deu-os a natureza; a arte é quem ali tem menos ingerencia, e comtudo são suaves, harmonicos e perfeitos. F. Novaes é um dos homens de mais genio do Porto. Sem instrucção litteraria, sem estudo ninguem faz mais, e creio mesmo que, apezar de grandes e vaidosas pretenções de erudição, ha mui pouco lá quem faça tanto! Tem escripto algumas comedias e farças, mas nota se-lhe a mesma falta que apontei já nos seus versos. Creio, porém, que com o amor que consagra ao estudo, com os desejos que tem de chegar a ser um bom escriptor, e sobretudo com o talento com que o dotou a natureza, F. Novaes ha de dar um nome á sua patria.» Em 1858 publicou uma nova edição de poesias, com o titulo de *Novas poesias de Faustino Xavier de Novaes, acompanhadas d'um juizo critico de Camillo Castello Branco.* A tiragem foi de 5:000 exemplares que se esgotaram, na maior parte, no Brazil. Faustino Xavier de Novaes, vendo que, apezar da grande consideração de que gozava e da grande popularidade que alcançara, não grangeava em Portugal meios sufficientes para viver, resolveu ir procurar fortuna no Brazil, e para ali partiu em maio do referido anno de 1858, a bordo do paquete *Tamar*, em companhia de sua mulher. Chegando ao Rio de Janeiro pôde suppôr que a prosperidade lhe ia emfim sorrir, mas não tardou a desenganar-se. Fôra recebido com enthusiasmo por portuguezes e brazileiros; não lhe faltavam amigos, mas faltavam-lhe recursos. Casimiro de Abreu, o mallogrado poeta das *Primaveras*, saudou a chegada de Novaes n'uma calorosa poesia que, começava assim:

> «Bem-vindo sejas, poéta,
> a estas praias brazileiras!
> Na pátria das bananeiras,
> as glórias não são demais...
> Bem-vindo, ó filho do Douro,
> A terra das harmonias,
> que tem Magalhães e Dias,
> bem póde saudar Novaes!
> ....
> Entre todos os paquêtes,
> que o velho mundo nos manda,
> eu sustento sem demanda
> *Tamar* foi o mais feliz,
> Os outros trazem cebôlas,
> vinho em pipas, trapalhadas;
> este trouxe gargalhadas,
> sem ser fazendas em barris.»

Das carreiras que encetou não tirou o minimo resultado; quiz ser livreiro, e foi infeliz, tentou outras carreiras, em todas se mallograram os seus esforços. Foi a penna ainda o seu unico recurso, e bastaria ella decerto para lhe dar subsistencia, se não viesse embaraçal-o constantemente a obrigação que tomára de enviar uma pensão ao seu velho pae no Porto. Esteve como folhetinista no *Jornal do Commercio*, onde publicou em 1858 e 1859 umas graciosas *Palestras*, assignadas com as iniciaes C. C. Conseguiu que se representassem duas comedias suas no theatro de S. Pedro d'Alcantara: *Scenas da Foz*, em 2 actos, representada a primeira vez em 19 de setembro de 1858, e que n'esse mesmo anno se imprimiu; e a outra, em 1 acto, intitulada *Um Bernardo em dois volumes*, que, parece, não ter sido impressa. Tambem collaborou no *Album do Gremio Litterario Portuguez*, publicado em 1858. Tentou uma nova empresa jornalistica, a fundação d'um jornal litterario chamado o *Futuro*, que saia duas vezes por mez, saindo o 1.º numero em 15 de setembro de 1862 e o ultimo, o n.º 20, em 1 de ju-

lho de 1863. N'esto jornal pôde reunir um graude numero de collaboradores distinctos de Portugal e do Brazil. O jornal suspendeu, como se declarou no *Correio Mercantil*, por estar alcançado n'uns poucos contos de réis, sendo o motivo d'esse alcance a falta de pagameuto das assignaturas. Voltou depois Faustino Xavier de Novaes aos seus trabalhos de folhetinista, escrevendo no *Correio Mercantil* uns folhetius desde 1 de dezembro de 1863 até 12 de junho de 1864, com a assignatura de *Bernardo*, que publicou depois em volume com o titulo de *Cartas de um roceiro*, Rio de Janeiro de 1867. São 31 cartas humoristicas. Em 1865 publicou um livro com o titulo de *Manta de Retalhos*, Porto, em que colleccionou alguns dos seus escriptos já impressos em jornaes litterarios. Quando Emilia das Neves, a nossa grande actriz, esteve no Rio de Janeiro, tambem lhe dedicou uma poesia lyrica, de variada metreficação, sem designação do seu nome, a qual foi publicada, e tem por titulo: *A' sua primeira actriz os portuguezes no Rio de Janeiro.* Entretanto uma enorme tristeza invadiu Faustino Xavier de Novaes, extremado e exhausto da sua vida iufeliz. Vivia em casa d'uma senhora edosa que muito se lhe affeiçoara, e a quem elle votava um piedoso affecto. N'uma carta que escreveu a Camillo Castello Branco em 29 de outubro de 1866, e de que este fallecido romancista publicou uns trechos no *Cancioneiro alegre*, Novaes deixava transpaparecer todas as tristezas da sua alma e todas as angustias da sua vida de desterrado. Respondendo a Camillo, que lhe perguutava porque não voltava a Portugal, dizia-lhe: «Agora dize-me: acharia eu ahi trabalho que me désse o necessario para continuar a protecção que hoje dou a meu pae? Decerto não. Seria acerto ir mendigar um emprego? Não é tudo. Os meus infortunios deram causa a rasgos de abnegação da parte de pessoas de quem me não poderia separar para sempre. A minha mais profunda affeição é uma senhora que no dia 19 d'este mez completou 80 annos. Achei n'ella mãe extremosa, e n'este momento correm-me as lagrimas, porque a tenho perto de mim, quasi moribunda. Vou soffrer mais uma dôr profundissima. Sei que respeitas estes sentimentos. Entrei em casa d'esta santa quasi louco. Soffreu-me e curou-me com resignação santissima. Salvou me com desvelos maternaes. Vivo em sua casa ha quatro annos, e dizem-me os filhos que ella me estima talvez mais do que a elles, embora se julguem, como são, adorados por ella.» A angustia e a tristeza haviam invadido a existencia do poeta. Obtivera emfim um emprego de secretario da Associação Internacional de Emigração, e fôra encarregado da estatistica commercial da praça do commercio do Rio de Janeiro. Só assim e á fôrça de trabalho material pôde conseguir reunir os meios necessarios para mandar sem sacrificio para o Porto uma pensão annual de 50$000 réis fortes a seu pae. Pouco tempo, pôde gozar as doçuras d'esta situação relativamente tranquilla. Começou depois a cair n'um estado de enfraquecimento mental, que se foi aggravando e tomando perfeitamente o caracter de um manso idiotismo, lastimosa situação a que a morte pôz termo. As suas exequias fôram solemnes, a colonia portugueza prestou ao seu infeliz compatriota a homenagem mais estrondosa de cousideração e saudade. Alguns jornaes, como a *Semana illustrada*, dedicaram-lhe numeros inteiros, algumas sociedades portuguezas do Rio de Janeiro consagraram-lhe sessões funebres especiaes. Um grupo de amigos publicou em 1870 no Rio de Janeiro um volume de *Poesias posthumas de Francisco Xavier de Novaes;* n'este volume está incluida a comedia em 1 acto, em verso burlesco, intitulada *Caetano Pinto*, que não foi representada. Em 1907, publicou-se em Lisboa o seguinte livro: *Ignez d'Horta, comedia semi-tragica em 5 actos, por Faustino Xavier de Novaes, obra inedita em verso, prefaciada e seguida de um estudo biographico-litterario, onde tambem figuram peças, não publicadas, e noticias não sabidas*, pelo visconde de Sanches de Frias.

Novaes *(Fernando de)*. Escriptor, natural do Porto, sendo filho de Affonso Annes de Novaes, senhor de Villa Cova, vassalo d'el-rei D. Affonso V. Era muito versado no estudo da historia, principalmente na d'este reino, motivo por que D. João II o encarregou de escrever as chronicas dos monarchas seus antecessores, cuja empresa cumpriu, escrevendo a seguinte obra, que não chegou a imprimir-se, e tem por titulo: *Chronica dos Reis de Portugal até o reinado de D. Affonso V.*

Novaes *(Joaquim Fortunato de)* Desenhador que foi estudar a Roma com o esculptor João José de Aguiar em 1785. Um e outro iam com pensões do intendente da policia.

Novaes *(José d'Abreu do Couto Amorim)*. Conselheiro de Estado; bacharel formado nas faculdades de Direito e de Theologia na Universidade de Coimbra, deputado, ministro de Estado honorario, governador civil dos districtos de Aveiro, Braga e Porto, etc. N. em Barcellos a 28 de janeiro de 1855. Fez os seus estudos no lyceu de Braga, e matriculou-se depois nas referidas faculdades na Universidade, concluindo a sua formatura em 1878 depois d'um curso distincto em que alcançou sempre as primeiras classificações. Dedicou-se á advocacia em Barcellos em que muito se evidenciou; n'esse mesmo auuo foi eleito presidente da camara, e até 1890 presidiu em successivas gerencias á admiuistração muuicipal do concelho de Barcellos, em que prestou muitos e bons serviços. A villa de Barcellos deve-lhe melhoramentos importantes, como o Asylo do Menino Deus, o Montepio dos Artistas e o Recolhimento de Tamanca, obras da sua fundação. Em 1881 o circulo de Barcellos o elegeu deputado, e em legislaturas successivas continuou a elegel-o. Filiado no partido regenerador tornou-se um parlamentar distincto, como orador fluente e impetuoso. Exerceu a magistratura, sendo governador civil de Aveiro em 1890, de Braga em 1893 e no Porto em 1894, conservando-se no governo d'este districto até cair o ministerio regenerador em 1900, provando em todos estes districtos a maior capacidade administrativa. Quando se deu a scisão do partido regenerador e se formou o novo partido regenerador-liberal, acompanhou o sr. conselheiro João Franco, de quem tem sido um dedicado partidario. Subindo ao poder este partido em 19 de maio de 1906, tomou parte no ministerio formado pelo chefe, o sr. conselheiro João Franco, encarregando-se da pasta da justiça, cargo que deixou em 2 de maio de 1907, em que, por uma recomposição ministerial, foi substituido pelo sr. conselheiro

Teixeira de Abreu. No districto de Braga, emquanto foi governador civil, procedeu a melhoramentos, sendo sua iniciativa a fundação da officina de tecelagem. No Porto concorreu valiosamente para o asylo do Terço, o Bom Pastor, as officinas de S. José, das Irmãzinhas dos Pobres, o Dispensario da Rainha senhora D. Amelia, etc. O seu retrato vê-se nas respectivas galerias dos benemeritos bemfeitores. O sr. conselheiro José de Novaes possue diplomas de differentes aggremiações scientificas e litterarias; é grancruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição, concedida por serviços distinctos, e da ordem de S. Gregorio, de Roma.

Novaes *(Manuel Pereira de)*. Religioso da ordem de S. Bento, natural do Porto, que viveu no seculo XVIII. Professou no convento de Compostella. Era muito perito na historia e letras sagradas. Escreveu em hespanhol uma obra sobre a historia da cidade do Porto, 2 grandes volumes que se não imprimiram.

Novaes *(Valentim d'Almeida)*. Coronel de infantaria. Era natural da aldeia de Nespereira Alta, da provincia da Beira Alta, e fal. a 16 de abril de 1874. Assentou praça de cadete em 1810, foi feito alferes em 11 de fevereiro de 1811, sendo promovido a tenente em 28 de novembro de 1817, a capitão em 1 de dezembro de 1820, a major em 22 de outubro de 1832, a tenente-coronel a 3 de outubro de 1833, e a coronel em 1 de janeiro de 1834. Seguia o partido miguelista, e quando foi a convenção de Evora Monte commandava o regimento de infantaria n.º 19, de Cascaes.

Novaes. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Alcofra, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Bico, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador, de Christello, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Durrães, do mesmo conc. e distr. || Santa Eulalia, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Maria Magdalena, de Jolda, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Mancellos, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Christina, de Mentrestido, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Pedro e conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Mamede, de Sezures, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Touvedo, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Varzea de Abrunhaes, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Novaes e Agua d'Alte. Dois logares reunidos, na freg. de N. S.ª d'Annunciação, de Torre Deita, conc. e distr. de Vizeu.

Novaes Côrte Real *(Frederico Augusto)*. Official de engenharia, que se suicidou em maio de 1855, com 35 annos de edade, segundo diziam, devendo portanto ter nascido em 1819 ou 1820. Cursou com distincção os estudos proprios da carreira a que se destinara, nas escolas Polytechnica e do Exercito. Assentou praça em julho de 1842, foi promovido a alferes no mez seguinte, a tenente em agosto de 1844 e a capitão graduado em 1851. Applicando-se em todos os momentos que lhe ficavam livres dos seus trabalhos escolares á leitura das mais notaveis obras de historia e de litteratura, conseguiu ainda muito novo reunir abundantes conhecimentos e formar um estylo animado e vivo com que depois, quando se resolveu a escrever para a imprensa, amenisava naturalmente e com facilidade as questões mais aridas da arte militar. Tendo collaborado no *Cosmorama litterario*, foi depois director da *Revista estrangeira*, e por fim redactor da *Revista Militar*, em todo o anno de 1854 até 1855 á data do seu suicidio. Na *Revista Militar* deixou importantes artigos sobre assumptos variados, merecendo especial attenção os que diziam respeito á guerra do Oriente. O modo por que o capitão Novaes Côrte Real apreciou a politica do czar da Russia deu logar a que o marechal reformado Verissimo Alvares d'Almeida publicasse na *Revolução de Setembro* algumas correspondencias, acres e vehementes, que impressionaram por tal fórma o redactor da *Revista Militar*, que o resolveram a suicidar-se. Na referida *Revista*, n.º 5, de 1855, a pag. 246, vem um artigo commemorativo da sua morte.

Novaes Pacheco. V. *Pacheco.*

Novaes Vieira *(João Augusto)*. Jornalista no seculo XIX. N. no Porto em 1825 aproximadamente. A decadencia de meios a que ficou reduzida a sua familia pelas mudanças politicas de 1833, obstou, segundo se dizia, a que seguisse os estudos universitarios para que seu pae o destinava. Resolveu-se, portanto, a aprender a arte typographica. Impellido pela vocação que tinha para as letras, achou meio de frequentar algumas aulas no Lyceu Nacional do Porto, e o fez com aproveitamento, sacrificando ao estudo o tempo, de que precisava para adquirir pelo trabalho a propria subsistencia. Em 1849 começou a tomar parte nas lides politicas da imprensa, e foi collaborador e redactor de varios jornaes, e publicou alguns opusculos politicos sem o seu nome. Escreveu mais: *A marqueza de Camba, romance historico do tempo de D. Pedro, o Cruel*, Porto, 1852; *Memorias d'além da campa, de Chateaubriand, traduzidas em portuguez*, 2 tomos; *Codigo de amor, de Molière*, traduzido e novamente coordenado e augmentado, Porto, 1856; saiu anonymo; *A cartas de namoro*, comedia em 2 actos, Porto, 1858; *Noites de amor e ciumes*, Porto, 1858 e 1859; *O Diabo a quatro*, de que foi proprietario e redactor, Porto, 1858 e 1859; *O buscapé, opusculo inedito, que em defeza da primeira parte do D. Quixote escreveu Miguel Cervantes Saavedra, publicado com muitas notas historicas criticas e bibliographicas por D. Adolpho de Castro, vertido por J. A. N. Vieira e publicado por J. R. de F. G.* (Joaquim Ribeiro de Faria Guimarães), Porto 1848; *O judas de sotaina, ou as victimas de um padre: apontamentos para um romance*, Porto, 1850. Novaes Vieira tambem escreveu no *Jornal do Porto*, no *Doze de Agosto*, etc. Na imprensa a sua linguagem era por vezes violenta, o que lhe causou serios desgostos.

Novães. Pov. e freg. de S. Simão, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 57 fog. e 227 hab. Tem caixa post. e esc. do sexo masc. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 8, com a séde em Braga. As religiosas do convento de Santa Clara, da Villa do Conde, apresentavam o vigario, que tinha 50$000 réis de rendimento. Esta freg. estava annexada á do Salva-

dor, de Ruivães, e agora está á de S. Thiago, da Carreira.

Novainho. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Este, conc. e distr. de Braga. || Santo André, de Jou, conc. de Murça, distr. de Villa Real.

Noval. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Anha, conc. e distr. de Vianna do Castello. Tem correio com serviço de posta rural. || Santa Maria, de Avelleda, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Soutello, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || O Salvador, de Souto, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo Estevão, de Villela, conc. de Paredes, districto do Porto.

Novas. Pov. na freg. de S. Simão, de Arões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Novas Conquistas. Uma das duas grandes divisões em que antigamente estava considerada a provincia, hoje districto, de Gôa, India. Era constituida pelas provincias de Pernem e Tiracol, de Bicholim ou Batagrana, Satary, Pondá, Embarbacem, Canaconá, Chandrovaddy, Bally e Astragar, Comácoca e jurisdicção do Cabo de Rama, e por decreto de 14 de dezembro de 1880 ficou dividida em concelhos, que são: Pernem, Sanquelim, Pondá, Sanguem, Quepem e Canaconá. Em cada um d'estes concelhos ha um administrador e camara municipal, ou uma commissão municipal, presidida pelo administrador do concelho, n'aquelles em que não ha pessoas aptas para o exercicio das funcções camararias. Os concelhos das Novas Conquistas fórmam districtos militares commandados pelo administrador sempre que elle fôr official do exercito, ou pelo official que o governador geral da India indicar. As Novas Conquistas, assim chamadas para se distinguirem das Velhas Conquistas representam uma pagina gloriosa da nossa historia e são, como outros dominios que nos restam ainda na Asia, uma das nossas mais venerandas reliquias do seculo XVI. O estado deploravel a que a administração dos Filippes reduziu Portugal durante 60 annos do seu governo, fez tambem sentir n'aquellas longinquas paragens, onde fôram abandonadas muitas das fortalezas em que correu o sangue de tantos heroes, e assim, como que levada por um vento de desgraça, a ruina da metropole estendeu-se até ao seu riquissimo patrimonio colonial. Depois, em 1662, foi cedida Bombaim a Inglaterra, fazendo parte do dote de D. Catharina, filha de D. João IV, que casou com o rei Carlos II, ficando o imperio portuguez no Oriente reduzido a Gôa, Damão e Diu. Em 1746 renasceu e desejo de alargar os nossos dominios n'aquella parte do mundo, e d'ahi vem o nome de Novas Conquistas dado aos territorios que fôram adquiridos ou readquiridos para Portugal. Em 1763 fôram conquistados, pela expulsão das tropas indigenas que as occupavam, e depois cedidas pelo rei de Sundem, seu legitimo senhor, em recompensa do soccorro que as nossas forças lhe haviam prestado, as provincias de Pondá, as cinco Zambaulim ou Panchemol (Embarbacem, Astragar, Bally, Chandrovaddy e Cacorá), a de Canaconá e a jurisdicção do Cabo de Rama. As provincias de Bicholim, Sanquelim e Satary fôram conquistadas em 1781, e parte de Pernem em 1783, ao rajá Bounsoló, que em 1788 as cedeu a Portugal com a parte restante de Pernem, mediante a promessa solemne de que seriam conservados os seus usos e costumes e as garantias de que gozavam antes da conquista e cessão. De facto, permittiu-se-lhes a liberdade de cultos, e se nas Velhas Conquistas fôram destruidos em 1540 todos os pagodes, não aconteceu o mesmo nas Novas Conquistas, onde ainda hoje se vêem alguns d'esses curiosos templos pagãos em que os brahamanes vivem uma vida miseravel se o pagode é pobre, ou vivem n'uma ociosidade voluptuosa se é rico.

Novaz. Pov. na freguezia de Santa Maria, de Bouro, concelho de Amares, districto de Braga.

Nove réis. Moeda de cobre da India, cunhada no vice-reinado do conde do Rio Pardo (1817-1821). Tem no anverso as armas ornamentadas do reino unido de Portugal e Brazil. No reverso no campo, em duas linhas NOVE REIS.

Nove Ribeiras. Ilha Terceira; pov. e freg. de Santa Barbara, conc., com, distr. e bisp. de Angra do Heroismo. E' mais conhecida por *Santa Barbara*. V. *este nome*.

Novelhe. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Novelhes. Pov. na freg. de S. Martinho, de Rio de Moinhos, concelho de Penafiel, distr. do Porto.

Novelho. Pov. na freg. de S. Thiago, de Rebordões, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Nòvelhos. Povoações nas freguezias: S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Vicente, de Pinheiro, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Martinho, de Rio de Moinhos, do mesmo conc. e distr. || S. Thiago, de Valpedre, do mesmo conc. e districto.

Novella. Pov. do commando de Chibuto, no distr. mil. de Gaza, prov. de Moçambique, Africa Occidental.

Novellães. Pov. na freguezia de Lagarinhos, conc. de Gouveia, distr. da Guarda.

Novellas. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. do Porto; 109 fog. e 523 hab. Tem esc. do sexo fem. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Sousa. O abbade do mosteiro de Bustêllo, de Penafiel, da ordem de S. Bento, apresentava o cura, que tinha 16$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Novellide. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Sever de Vouga, districto de Aveiro.

Novello. Pov. na freg. de Santa Maria, de Gemeos, concelho de Guimarães, districto de Braga.

Novenario. Livro que contem novenas, ou praticas devotas que se cumprem no espaço de nove dias.

Noviça. Mulher que se prepara em convento para professar em uma ordem religiosa.

Noviço. Homem que tomou o habito e se prepara para professar em religião.

Novide. Pov. na freg. de S. Martinho, de Paços de Gaiollo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Novios. Pov. na freg. de Santo Estevão, de

Villa Chã do Marão, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Novo. Pov. de S. Thiago, de Silvalde, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Novo Redondo. Conc. do distr. de Loanda, na prov. de Angola, Africa Occidental. Está situado ao S do mesmo distr., e é limitado ao N pelo rio Longa, que o separa das terras de Quissama, a E pelo territorio dos ambuellas, ao S pelo rio Quicombo, que o separa do distr. de Benguella, e a O pelo Oceano Atlantico. Occupa uma extensa área á beira-mar, e é cortado por alguns rios que vão ao Oceano, taes como o Longa, o Cuvo, o Gunza ou Goenga, e o Quicombo. Solo fertil e povoado de negros de má indole, clima doentio. Grande zona. rica em minerio de cobre, entre os rios Cuvo e Gunza. Pequeno commercio com o sertão. Tem escolas. Em 1898, o conc. de Novo Redondo estava dividido, segundo o respectivo *Annuario estatistico* da provincia, nas freguezias e divisões de Nossa Senhora da Conceição, Benguella Velha, Chingo, Sumbe, Amboim, Tunda, Selles e Nano, com um total de 36:551 hab., dos quaes apenas 195 eram europeus. Esta cifra, considerada diminuta para a superficie do conc., tendia ainda a diminuir pela constante saida de serviçaes para S. Thomé. || Villa e freg. de N. S.ª da Conceição, séde do concelho do mesmo nome, no distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental; 1:586 fog. e 7:869 hab., segundo o *Annuario estatistico* da provincia de 1898. Está edificada n'um monte e n'uma planicie visinha, junto do extenso palmar da margem do rio Novo Redondo, e na sua maior parte é composta de cubatas de negros pouco affeiçoados aos europeus. Antigo presidio artilhado, fundado em 1769 e reformado convenientemente em 1785. Porto, delegação alfandegaria, escola régia feminina, direcção do correio, serviço telegraphico, guarnição militar, fabrica de telha e tijolo, livraria, pharmacia, serralharia mechanica, theatro, sociedade de recreio, typographias, etc. Fazendas agricolas diversas.

Nóvoa ou Nóboa. Appellido nobre em Portugal, vindo de Hespanha, tomado do conc. de Nóboa na Galliza. Passou a Portugal na pessoa de João de Nóvoa ou Nóboa, da casa dos condes de Macêda, no reinado de D. João II. Em 1751 era em Melgaço o solar de Caetano Soares de Nóvoa. As armas d'esta familia são: Em campo de ouro um leão de púrpura; e mantelête no 1.º campo, do mesmo, uma aguia de ouro; no 2.º, de prata, leão de púrpura. Elmo d'aço, aberto. Timbre, a aguia das armas.

Novolido. Pov. na freg. de S. Christovão, de Espadanedo, conc. de Sinfães, districto de Vizeu.

Novos (*Casal dos*). Na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

N'Quanza. Pov. do sobado de Tomboco, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Quielelo. Pov. da região de Pangala, no conc. de S. Salvador e districto do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Sadi. Pov. situada no Caminho do Tumba, conc. de S. Salvador e districto do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Salune. Pov. do sobado de Luando, no concelho de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Sambo. Pov. da região de Pangala, no concelho de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Banza Puto, no conc. de S. Salvador, do mesmo distr. e prov. || Pov. do sobado de Cuimba, no caminho do Zumbo, do mesmo concelho, distr. e provincia.

N'Sambu Pov. do sobado de Nameala, no concelho de S. Salvador e distr. do Congo, provincia d'Angola, Africa Occidental.

N'Sanda Pov. do sobado de Quimpalo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental,

N'Sando. Pov. situada no Caminho de Tumba, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, provincia de Angola, Africa Occidental.

N'Sangui I. Pov. do sobado de N'Gando, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, provincia d'Angola, Africa Occidental.

N'Sangui II. Pov. do sobado de N'Gando, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

N'Sumba Pov. do sobado de Quilongo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Taloni. Pov. do sobado de Rio Luegi, no conc. de S Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Occidental.

N'Tando. Pov. do sobado de N'Chantite, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

N'Tasi. Pov. do sobado de Qué, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Tchécumbi. Pov. do sobado de Tanda, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, provincia de Angola, Africa Occidental.

N'Tende. Pov. do sobado do Rio Ambriz, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov de Angola, Africa Occidental.

N'Toni. Pov. do sobado de Quando N'Tando, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. de Quimpacassa, no conc. de S. Salvador do Congo, da mesma prov. || Pov. da região de Pangala, no mesmo conc. e prov. || Pov. do sobado de Qué, no mesmo conc. e prov. || Pov. do sobado de Lucuagua, no caminho do Zombo, do mesmo concelho e provincia.

N'Tumba. Pov. do sobado de N'Gia, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Tumbi. Pov. do sobado de Quinzau, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

N'Tumbo. Pov. do sobado de N'Gia, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Tumpa. Pov. do sobado de Qué, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Nuaca Lunga. Pov. do sobado de Unze, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, provincia de Angola, Africa Occidental.

Nuanetsi. Rio da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Nasce nos montes Matopo, na grande divisoria das aguas entre o Indico e Atlantico, e é o primeiro affluente que o Limpopo recebe ao entrar em territorio portuguez.

Nugal. V. *Nogal.*

Numães. Pov. na freg. do Salvador, de Ruivães, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Numão. Villa e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de V. N. de Fozeôa, distr. da Guarda, bisp. de Lamego, 180 fog. e 772 hab.. Tem caixa post. e esc. do sexo fem.. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada n'um alto, a 6 k. do rio Douro e proximo da margem esquerda da ribeira Teja. E' pov. antiquissima. Tem um castello com 15 torres, de cantaria, tudo arruinado, e uma torre com seu relogio. Dentro do castello ha uma notavel cisterna de cantaria, com muito boa agua. Foi pov. romana, gothica e arabe. Com as guerras que os irmãos D. Thedon (*Teudo* ou *Thedo*) Ramires e D. Rauzendo Ramires, filhos de D. Hermigio Albazar Ramires e de D. Dordia Ozores, fizeram por estes sitios, desde 1030, aos moiros, estes abandonaram as suas povoações da margem esquerda do Douro, pelo que, 100 annos depois, em 1130, D. Affonso Henriques e sua mãe D. Thereza, acharam esta villa deserta, e a deram a D. Fernão Mendes de Bragança e a seus filhos, que em 7 de julho d'esse anno a povoaram, dando lhe foral com o nome de cidade. Consta que no tempo dos romanos foi praça de guerra, e um dos seus principaes presidios, o que provam as muitas medalhas romanas, de ouro, prata e cobre, que no seu castello e visinhanças se tem encontrado. Parece, porém, ser esta pov. mais antiga que o dominio dos romanos na Lusitania, porque já no tempo d'elles se chamava *Naumam*, palavra da antiga lingua hispanica, que significa *cidade* ou *povoação* fortissima, edificada sobre rochedos escarpados. Não era só a este castello que se dava o nome de *Naumam*. No testamento de D. Flamula (D. Chama em portuguez) feito em 960, dava-se o mesmo nome a varias fortalezas edificadas sobre rochedos, o que se vê ser este nome generico. N'aquelle testamento se designam com o titulo de *Naumans* os castellos de *Longobria* (Longroiva), *Pena de Dono* (Penedono), *Semorzelle* (Sernancelhe) e outros; e Numão, parece, que era assim chamado por excellencia. No referido foral de D. Fernão Mendes de Bragança expressamente se diz *Civitate Nomam, cognomento Monforte*, o que prova que *Monforte* era synonymo de *Naumam*. Este foral foi confirmado em Quintella em outubro de 1217, e depois em Trancoso, em 27 de outubro de 1285, por el rei D. Diniz, que reedificou e ampliou muito as antigas fortificações, ou segundo alguns escriptores, mandou construir tudo de novo, aproveitando os materiaes das obras moiriscas. O mesmo monarcha na confirmação do antigo foral deu-lhe a categoria de villa, conservando-lhe o nome de *Monforte*. Até ao fim do seculo XIII foi-lhe dado indistinctamente este nome ou o de *Numão*. Depois começou a decair a pov., a prosperar o logar de Freixo, e principiou a chamar-se a este logar *Freixo de Numão* (V. *Portugal*, vol. III, pag. 614), tomando por armas uma mão estendida ao alto, debaixo de uma corôa imperial, entre um *N* e um *E*, que quer dizer *Nemão*, segundo affirma Pinho Leal, no vol. VI do *Portugal antigo e moderno*, pag. 179. Sustentam alguns escriptores, e o povo d'estes sitios, que *Numão* é corrupção de *Numancia*, e que está edificada a villa sobre as ruinas d'esta cidade. No referido vol. VI já citado diz Pinho Leal: «Quatro são as opiniões que ha, com respeito á situação de Numancia.—1.ª diz que esta cidade era onde hoje se vê o castello de Numão — a 2.ª diz que era a cidade hoje chamada Zamóra — a 3.ª diz que era a actual cidade de Sória — a 4.ª sustenta que era no sitio onde agora está a pequena aldeia chamada *Puente de Garay*, pouco acima de Sória. Notemos, porém, que nas Hespanhas houve tres cidades com o nome de Numancia. A 1.ª foi a antiquissima e famosa, pela resistencia que fez aos romanos, preferindo os seus habitantes morrerem (como os de Sagunto) a capitularem, e pelo que, conseguindo o grande Scipião conquistal-a, arrazou pelos fundamentos. Orosio, no *Livro 15.º, cap. 7.º, dos Arevacos*, sitúa esta cidade na raia da Celtiberia no paiz dos arevacos, ou muito proximo d'elles, e da mesma raça. Rotugenes Numantino, dizia a estes povos—*Numantinis consaguineis ipsorum opem ferre nom recusarent*—(que não recusassem dar soccorro aos numanticos seus parentes). Estava perto da cidade de *Termes* ou *Thermes*, segundo diz Appiano, e confinava com o paiz dos *lusões*. Tambem estava proximo dos vacceos, como diz Orosio. Junto a Numancia passava o rio Douro, e a cidade estava edificada sobre um outeiro; o seu territorio era cortado por dois rios, e os numantinos navegavam pelo Douro; e estava cercada de montanhas. Isto consta dos escriptores citados. A 2.ª Numancia, tambem era uma cidade muito antiga, e já existia no tempo de Strabão, de Ptolomeu, e do imperador Antonino Pio; pois todos elles a mencionam, mas era mais moderna do que a 1.ª— pois sendo esta arrazada por Scipião, não podia ser a segunda, visto que este famoso capitão, viveu muitos annos antes d'aquelles tres escriptores. Plinio, que tambem fala de Numancia, certamente allude a esta 2.ª, pois lhe dá as seguintes confrontações: Estava a 25 leguas de Zaragoça, entre Voluce e Augustobriga, no caminho de Astorga para Zaragoça, pela Cantabria. Assim mesmo a marcam Strabão e o Itinerario de Antonino. A 3.ª Numancia é a actual cidade de Zamora, o que se prova pela divisão dos bispados de Hespanha, feita pelo rei Wamba. D'estas tres confrontações, facilmente se collige que as da primeira quadram perfeitamente em tudo com as da actual villa de Numão; porém o padre D. Jeronymo Contador de Argôte, nas suas *Memorias de Braga*, é de opinião que seja a terceira; e esta opinião seguem outros escriptores, que se fundam na circumstancia de não passar por estes sitios, nem mesmo por territorio algum das duas Beiras, o rio Tejo. Se fôsse só esta a objecção, estava destruida pelos fundamentos; porque ninguem disse, senão por ignorancia, ou por erro de copia, que o *Tejo* confluia aqui com o Douro. O rio que passa perto de Numão, juntando-se a pouca distancia com o Douro é o *Teja* (ou *Tera*) que nasce nas visinhanças de Cedavim, e entra na esquerda do Douro, pouco acima de Numão.» Depois d'algumas considerações, continúa Pinho Leal. «Não quero dizer, com tudo quanto fica ponderado, que era aqui incontestavelmente o assento da heroica Numancia; mas é certo que muitas circumstancias concorrem para o suppôrmos, com bons fundamentos. Nem se diga que, pelo seu pouco ambito, não podia

em tempo algum ter sido isto considerado como cidade. Todos sabem, que antigamente, e ainda no tempo do nosso conde D. Henrique, se dava o nome de *cidade*, a uma circumscripção ou comarca qualquer; e muitas vezes a um simples castello. Se Numão é a antiga Numancia, tambem esta não era mais para o N ou para o S— mais ao E ou ao O; mas no mesmo logar da actual—porque é aqui que se teem descoberto as antiguidades romanas, acima citadas, e a quantidade prodigiosa de sepulturas que se tem encontrado n'este monte, induzem a crer que os romanos aqui permaneceram por longo tempo, e então, é obvio que elles reedificaram a cidade, ao menos em parte. Finalmente, fôsse ou deixasse de ser aqui a nobilissima Numancia, é incontestavel que este monte foi occupado por uma importante e antiquissima cidade romana, á qual se não conhece outro nome: mesmo porque o nome de *Naumam* quadrava perfeitamente á actual *Numão*, assim como lhe quadra o de Monforte, porque tambem era nomeada, e que vinha a ser a mesma cousa.» No termo d'esta villa está situada a importante quinta do *Vesuvio*, onde ha annos foi dado um banquete aos congressistas da imprensa estrangeira. E' hoje propriedade do sr. conselheiro Wenceslau de Lima. Numão foi do antigo conc. de Freixo de Numão, que se extinguiu em 1855; pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Numaria. Sciencia que tem por objecto o estudo das moedas e das medalhas. V. *Numismatica.*

Numba. Ilha do archipelago de Cabo Delgado, na prov. de Moçambique, Africa Oriental Tem algumas collinas de cêrca de 120 m. d'altitude.

Numismatica. Sciencia que tem por objecto o estudo morphologico e interpretativo das moedas; morphologico porque as moedas hão de apreciar-se quanto ao seu metal, ao seu aspecto, ás suas figuras, signaes e lettreiros; interpretativo, porque tem de se dar razão de tudo o que o estudo morphologico revelou nas moedas. O termo *numismatica* vem do latim *numisma*, palavra tirada d'outra grega, que significa *lei, valor legal.* Até o seculo XVIII não se encontra nos autores portuguezes termo especial que designe a *sciencia das moedas.* Do segundo quartel d'esse seculo em deante encontra-se, além do referido, *Iconologia nummaria*, *Nummaria*, *Numismalogia*, *Numismatographia* e *Numismatologia.* João Pedro Ribeiro pretendeu, nas *Reflexões historicas*, Coimbra, 1835, I, n.º 405, e nas *Dissertações chronologicas e criticas*, tomo IV, parte I, pag. 2, estabelecer differença entre *Numaria* e *Numismatica*, entendendo se pela primeira o estudo das moedas, e pela segunda o estudo das medalhas, mas os autores modernos não distinguem nem consideram independente o estudo d'umas do das outras. Prevaleceu portanto *Numismatica*, por lhe corresponderem termos analogos noutros paizes. A numismatica occupa-se das *moedas*, das *medalhas* e de *diversos objectos monetiformes*, taes como contos para contar, senhas, tentos, e até *condecorações*, ou *veneras*, *veronicas* religiosas, etc. A numismatica divide-se: em *geral* e *especial.* A numismatica *geral* trata da nomenclatura, da importancia da sciencia, das phases historicas por que esta tem passado, da bibliographia, da origem da moeda, do fabrico d'esta e da natureza das substancias empregadas, da fórma das moedas, do direito da emissão, da apreciação do merito artistico, das degenerações que as moedas pódem soffrer, da classificação das moedas, do modo de distinguir as falsas das verdadeiras, do modo de organisar e catalogar collecções, de conservar as moedas, etc. A numismatica *especial* trata de determidadas moedas, de um Estado, de um principe, de uma corporação, de uma epoca. Para realizar o seu intento, a numismatica tem de soccorrer de variados conhecimentos colhidos na geographia, na historia universal, na historia monetaria, na paleographia, na philologia, na epigraphia, na heraldica, na ethnographia, na mythologia, na hierologia, na technologia monetaria, etc. Reciprocamente a numismatica presta auxilio valioso a muitas sciencias. A numismatica póde considerar-se uma sciencia autonoma e não simplesmente um ramo da archeologia, porque tambem estuda as medalhas dos tempos modernos, embora as moedas de maior valor historico sejam as dos tempos passados. A numismatica, tanto nas medalhas como das moedas, tem termos technicos essenciaes que abonam a unidade da sciencia. Entre elles, *anverso* e *reverso*, como que se pódem traduzir em *pagina da frente* da moeda ou medalha e *pagina do verso.* *Circuito granulado, serrilha*, etc. *Exergo, bordo, inscripção, legenda*, etc. teem todos accepções especiaes, que vão indicadas nos respectivos artigos (V. *esses nomes*). || Bibliographia: *Objecto da Numismatica*, por José Leite de Vasconcellos, no *Archeologo Português*, vol. I, pag. 305, Lisboa, 1895. || Sobre as moedas principalmente, V. *Moeda*, e sobre as medalhas. V. *Medalha.* || A'cêrca do ensino da numismatica. V. *Aula de numismatica*, no vol. I, pag. 861. || *Carta sobre numismatica*, por D. Thomaz Caetano do Bem, no tomo II das suas *Memorias historicas.* || *Descripção geral e historica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, por A. C. Teixeira de Aragão, Lisboa, 1874. De pag. 123 a 133 no tomo I traz uma desenvolvida enumeração de obras e autores numismatas, que constituem uma bibliographia completa até áquelle anno. || *Catalogo das moedas da India e Africa Portuguezas que possue o Museu Municipal do Porto*, por Manuel Joaquim Pereira, Porto, 1901. || *Numismatica Indo-Portugueza*, por Manuel Joaquim de Campos, no *Boletim da Sociedade de Geographia, de Lisboa*, 1901. || *Numismatica da India Portugueza*, *estudos* de José Maria do Carmo Nazareth, Nova Gôa, 1896. || *Numismatica portugueza*, por Tito de Noronha, Porto, 1872.

Nuncio. Prelado encarregado de representar o papa junto d'um governo. Primitivamente, todos os representantes enviados pelos papas ás differentes partes da christandade, chamavam se *legados.* Desde o seculo XVI este titulo é reservado aos cardeaes que o papa encarrega de missões extraordinarias e solemnes, e *nuncios* designam habitualmente os prelados que o representam, d'uma maneira ordinaria e seguida, junto dos principes e dos governos catholicos. São sempre revestidos de caracter episcopal. O papa acredita os dando-lhes uma bulla que contem o enunciado dos seus poderes. Os differentes protocolos das nações catholicas egualam-nos aos embaixadores, e reconhecem-lhes a precedencia

sobre todos os membros do corpo diplomatico. Quando o papa possuia os Estados da Egreja, representavam-n'o a um tempo como soberano temporal e como chefe da Egreja. Desde 1870, a sua missão é toda espiritual: consiste principalmente em dirigir as negociações que dizem respeito á nomeação dos bispos e as informações canónicas sobre os candidatos propostos pelos governos. Servem egualmente de intermediarios officiosos entre estes ultimos e a Santa Sé, nos conflictos que pódem suscitar-se entre as autoridades espiritual e temporal. Quando um nuncio é exonerado das suas funcções pelo papa, não apresenta ao governo junto do qual está acreditado as suas cartas de exoneração, mas o cardeal secretario de Estado annuncia a sua partida, por despacho particular, ao ministro dos negocios estrangeiros. As prerogativas dos nuncios fôram definidas, no espiritual, pelo breve de Pio VI ao arcebispo de Colonia, em 20 de janeiro de 1787, e, no civil, pelos regulamentos dos tratados de Vienna, de 1815.

Nundem. Affluente do rio de Parodá, que fórma com o de Sanguem o rio de Rachol, no conc. de Quepem, India. || Pov. do conc. de Sanguem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India.

Numelhe. Pov. na freg. de S. Pedro de Athei, conc. de Mondim de Basto, districto de Villa Real.

Nunes. Familia, cujas armas são: Escudo dividido em palas; na primeira, de prata uma pala azul; na segunda, de vermelho, um leão de ouro entre quatro merletas de ouro; timbre, o leão do escudo.

Nunes *(Alvaro).* Medico que viveu no seculo XVI. Era natural de Santarem, sendo filho de Luiz Nunes. Tinha fama de ser um grande professor de Medicina. O archiduque Alberto d'Austria, quando entrou em Lisboa como governador do reino em nome de Filippe II, de Castella, elegeu-o medico da sua camara, e com elle foi para Flandres, com o titulo de physico-mór, na occasião em que foi nomeado governador d'aquelle estados. Alvaro Nunes era muito versado nas linguas latina e grega, em philosophia, cirurgia, mathematica e historia. Fal. em Anvers. Deixou publicada uma obra em latim, sobre a cura das feridas.

Nunes *(Ambrosio).* Medico, que nasceu em Lisboa em 1529, onde tambem fal. a 11 de abril de 1611. Era filho de Leonardo Nunes, physico-mór, fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo da ordem de Christo, e de D. Leonor Coronel Foi cavalleiro da ordem de Christo, sendo muito estimado por D. João III, que o mandou estudar medicina na Universidade de Coimbra, sustentando-o com largo estipendio, até que tomou o grau de doutor n'essa faculdade. Passando depois a Hespanha, esteve em Salamanca, onde foi logo provido n'uma cadeira de medicina, na qual se conservou 20 annos. Começando a adoecer, deixou a regencia da cadeira, mas a repetidas instancias dos moradores de Madrid e de Sevilha, occupou-se a exercer a clinica com muita felicidade e reputação. Regressando depois a Portugal, el-rei o nomeou medico da sua camara e cirurgião-mór. Escreveu em castelhano a seguinte obra: *Tratado repartido en cinco partes principales, que declaram el mal que significa este nombre «peste» con todas sus cousas y senales, prognosticos y indicativos del mal, con la preservancia y cura, que en general y particular se deve hazer*, Coimbra, 1648. Escreveu na lingua latina: *Commentarios aos aforismos de Hypocrates.*

Nunes *(Antonio).* Escriptor, commendatario do hospital de Santo Espirito em Italia, e administrador da commenda chamada Alexandrina, que vagou por morte de seu irmão João Nunes, religioso da mesma ordem. Voltando a Portugal, fal. em 1671. Era natural de Beja. Escreveu em italiano: *Diario da misericordia de Deus* e *Consolo da alma christã*, obras que se publicaram em Milão em 1666.

Nunes *(Antonio Alberto).* Estatuario, professor da segunda cadeira de desenho e modelação de ornato, na Academia Real de Bellas Artes. N. em Alcantara em 1838, sendo filho de João Paulo Nunes e de D. Escolastica Maria Freire. Estudou desenho na Academia Real de Bellas Artes, dedicando-se a entalhador em madeira, que cultivou com muita distincção, executando apreciaveis trabalhos para o paço d'Ajuda e para o fallecido rei D. Fernando. A sua bella disposição para a arte o levou a estudar a grande esculptura, e para esse fim entrou como discipulo no atelier do esculptor Calmels, em Lisboa, apresentando o seu primeiro estudo, *Amor da patria*, na exposição de 1868 da Sociedade Promotora de Bellas Artes em Portugal, onde obteve o premio de medalha de prata. Este estudo foi uma revelação, e a nobre duqueza de Palmella, ha pouco fallecida, foi sabedora do valor do novo artista, interessou-se muito por elle, e subsidiou-o para que pudesse proseguir nos seus estudos, tanto em Portugal como no estrangeiro. O sr. Antonio Alberto Nunes partiu então para Paris em 1870, d'onde regressou em 1873. A epoca em que permaneceu em Paris não foi das mais favoraveis; dava-se a guerra franco-prussiana, seguida de luctas civis em Paris, que muito prejudicaram a grande cidade, creando as maiores difficuldades para os seus habitantes, paralysando o commercio em geral e todos os ramos de trabalho, epoca em que Paris sentia escassearem-se-lhe os recursos. Comtudo, o artista portuguez conseguiu estudar no atelier do grande estatuario Eugenio Guillaume, sendo auxiliado pelo mestre d'uma fórma verdadeiramente paternal. Em 1870 e 1872 obteve novas medalhas de prata nas exposições da Sociedade Promotora de Bellas Artes em Portugal, e em 1871 foi premiado com a medalha de terceira classe na exposição nacional de Bellas Artes de Madrid. No concurso publico para o monumento ao duque da Terceira foi classificado em segundo logar, pelo que teve o premio de 400$000 réis. No monumento aos Restauradores é sua a estatua do *Genio da Independencia*, notavel obra d'arte. A Academia Real de Bellas Artes de Lisboa, em conferencia de 19 de abril de 1874, o nomeou academico de merito, e no anno seguinte, 1875, lhe confiou interinamente a regencia da cadeira de desenho do segundo e terceiro annos do curso geral de desenho, que desempenhou até 1881, sendo n'esse mesmo anno por decreto de 22 de março, nomeado professor da quarta cadeira auxiliar de esculptura decorativa.

Nunes *(Antonio Joaquim).* Compositor, organista e pianista, que viveu no fim do seculo XVIII

e principio do XIX. Esteve algum tempo em Lisboa e pertenceu á irmandade de Santa Cecilia, indo em 1800 para o Porto, onde se estabeleceu. Foi autor de um hymno constitucional que se cantou no theatro de S. João em 1826, e de uma *Cantata patriotica*, que n'esse anno se executou tambem no Porto, no mesmo anno, nos festejos celebrados pelos moradores da rua de Santo Antonio, quando áquella cidade chegou a noticia do juramento da Carta Constitucional. A letra do hymno cantado no theatro de S. João era de J. N. Gandra. Compoz diversas modinhas, que corriam manuscriptas.

Nunes *(D. Augusto Eduardo)*. Arcebispo de Evora. N. em Portalegre a 31 de março de 1849, sendo filho de José Maria Nunes e de D. Helena Rosa Nunes. Ficando orphão aos 8 annos de edade, foi entregue aos cuidados de seu tio paterno, o P. João Raphael Nunes, que o educou,

D. Augusto Eduardo Nunes

auxiliado por uma caridosa senhora, D. Marianna Candida Pereira da Silva. Estudou instrucção primaria no collegio de Campolide, e o primeiro anno dos lyceus no collegio da Conceição, dirigido por Feliciano de Paula Ferreira da Costa. Em setembro de 1862 foi admittido no seminario patriarchal de Santarem, onde cursou os restantes preparatorios e as aulas theologicas do curso superior em 5 annos, que completou em 1871. Nos exames de preparatorios obteve 5 approvações com distincção e 3 com louvor. No curso theologico obteve em todos os annos a qualificação litteraria de muito bom. Prégou o primeiro sermão, exercicio escolar, em 1869. Recebeu ordens de sub-diacono em 23 de setembro de 1871, de diacono em 23 de dezembro do mesmo anno, e as de presbytero a 25 de maio de 1872. No dia seguinte cantou a sua primeira missa no seminario dos Inglezinhos, de Lisboa, tendo por presbyteros assistentes seu tio o P. João Raphael Nunes, já mencionado, e o conego Carlos Joaquim Martinho Calderon. Orou o P. Duarte do Rosario, que fôra condiscipulo do celebrante. No seminario de Santarem exerceu os cargos de archivista, secretario, thesoureiro e ainda outros, sendo tambem professor de liturgia; exonerou-se depois de todos os cargos para se matricular na Universidade de Coimbra, onde fez exame de Physica, Chimica e Introducção á Historia Natural, que lhe faltava para a sua matricula na faculdade de Theologia que realisou em 1874, sendo approvado com distincção. Completou o respectivo curso em 1879, obtendo premio em todos os annos, obteve tambem approvação plena nos exames de grego, hebreu e allemão. Em dezembro de 1876 recebeu o diploma de socio effectivo do Instituto de Coimbra, e em outubro de 1879 foi-lhe confiada pelo bispo-conde a direcção espiritual do seminario de Coimbra. A 22 de janeiro de 1880 fez acto de licenceado, e nos dias 18 e 19 de novembro do mesmo anno defendeu theses perante o curso docente da faculdade de Theologia, que o admittiu ao grau de doutor, que lhe foi conferido a 19 do mez de dezembro seguinte. No seminario regeu diversas cadeiras de sciencias ecclesiasticas, desde 15 de dezembro de 1880 até ser elevado ao episcopado. Foi despachado lente substituto de Theologia em 2 de junho de 1881, e promovido a cathedratico a 20 de setembro do mesmo anno. Exerceu o cargo de provedor da Misericordia de Coimbra de 1883 a 1884, e desempenhou outras commissões de serviço publico, como a de presidente do jury de exames de instrucção secundaria no lyceu da mesma cidade. Ao mesmo tempo exercia com assiduidade o seu ministerio sagrado, já no pulpito, já no confessionario, e ia preparando os materiaes para uma obra theologica, que mais tarde publicou, e discursava nas academias philosophicas instituidas pelo bispo-conde de Coimbra em honra de Santo Thomaz de Aquino, e escrevia artigos para jornaes scientificos, litterarios e religiosos, como o *Instituto*, *Revista de Theologia*, as *Instituições christãs*, etc. Por carta régia de 21 de outubro de 1884 foi pelo real padroeiro apresentado arcebispo-coadjutor de Evora com futura successão; no consistorio secreto de 31 de novembro seguinte foi pelo papa Leão XIII preconisado arcebispo titular de Perga, e deputado para a indicada coadjutoria. Em 4 de janeiro de 1885 recebeu a sagração episcopal das mãos do nuncio cardeal Vanutelli, na egreja das Salesias, em Belem, sendo os prelados assistentes: o arcebispo bispo do Algarve e o bispo de Bethsaida. Deu entrada em Evora a 17 do mesmo mez, sendo recebido festiva e respeitosamente pelas, autoridades, funccionarios, pessoas de distincção e grande concurso de povo. No dia seguinte assumiu o governo do arcebispado, por estar ausente o arcebispo D. José Antonio Pereira Bilhano, e impossibilitado pelas suas enfermidades e avançada edade. No acto de tomar posse do seu cargo pronunciou na sé cathedral uma breve allocução, e desde então tem prégado numerosos sermões, tanto na sé em quasi todas as quaresmas e em algumas solemnidades da Semana Santa, como em outros templos, e na capella do Paço Archiepiscopal na festividade annual da consa-

gração do mez de Maria. Tem sido incansavel nos deveres do seu cargo; promoveu no seminario diocesano melhoramentos litterarios, moraes e materiaes, compativeis com a escassez dos seus recursos; estabeleceu o internato das aulas de preparatorios, etc. Além de celebrar de pontifical nos dias mais solemnes e de conferir ordens sacras com muita frequencia, tem sempre officiado em todas as solemnidades da Semana Santa. Para commemorar o jubileu sacerdotal do papa Leão XIII, abriu na archidiocese uma subscripção publica com o fim de crear no seminario um premio denominado *Leão XIII*. O quadro capitular, que apenas contava 1 dignidade e 3 conegos, nenhum dos quaes exercia o magisterio, em 1891 já contava 3 dignidades e 7 conegos, sendo 3 d'estes professores de sciencias ecclesiasticas no seminario. O edificio do Paço Archiepiscopal foi reformado e melhorado, a instancias suas. Em abril de 1889 assistiu ás sessões do Congresso Agricola reunido em Evora, e proferiu um discurso na primeira sessão, evidenciando a protecção que a Egreja Catholica tem sempre dispensado á agricultura e aos legitimos interesses temporaes dos povos. Em 22 de maio do mesmo anno pronunciou uma allocução na solemne distribuição de premios ás meninas das diversas escolas de Evora, festa que se realisou no Palacio de D. Manuel sob a presidencia dos duques de Bragança, então o fallecido rei D. Carlos I e a rainha senhora D. Amelia. D'accordo com o cabido promoveu exequias solemnes na sé por alma d'el-rei D. Luiz I, em 13 de novembro de 1889, e recitou a oração funebre, que se imprimiu, e foi muito apreciada. Em 18 de setembro de 1890, pelo fallecimento do arcebispo D. José Antonio Pereira Bilhano, succedeu na cadeira archiepiscopal de Evora. Em 10 de janeiro de 1891, a convite d'um grupo de senhoras da nossa primeira sociedade, pronunciou um notavel discurso na egreja da Encarnação, de Lisboa, ás tropas expedicionarias a Moçambique, a que assistiram as pessoas reaes. Egualmente, em dezembro de 1909, veiu a Lisboa pronunciar a oração funebre nas exequias por alma da duqueza de Palmella, na egreja de S. Domingos. As suas principaes publicações, além d'este discurso, e o acima citado no Congresso Agricola, são: *Ecclesiae Catholicae Munus Sociale*, dissertação para o doutoramento; *Socialismo e Catholicismo*, ensaio critico sobre as soluções da questão social; *Theologiae Fundamentalis Compendium*. Os seus sermões são numerosos, e se todos se imprimissem formariam alguns volumes.

Nunes *(Braz)*. Artista gravador do seculo XVII. E' esta a assignatura que figura por baixo das estampas dos frontispicios da *Ethiopia Oriental*, de fr. João dos Santos, e do *Itinerario da India por terra*, de fr. Gaspar de S. Bernardino.

Nunes *(Claudio José)*. Escriptor, poeta e deputado. N. em 1831, e fal. em Bemfica a 5 de outubro de 1875. Era filho de lavradores, e teve uma educação bastante modesta, possuia, porém, incontestavel talento e grandes qualidades de estudo, que lhe fez recuperar em pouco tempo os annos perdidos, não tardando a ser considerado um homem de alto valor. Entrando na politica filiado no partido progressista historico, foi eleito deputado em 1862, onde muito se evidenciou notavelmente, pronunciando na questão que se ventilava ácêrca das irmãs de caridade francezas um discurso eloquentissimo, que fazia esperar que elle fôsse uma das glorias do parlamento. Cêdo, porém, começou a estragar-se-lhe a saude, e uma affecção cardiaca tornou-lhe impossivel proseguir nos debates parlamentares. Publicára apenas até então um folheto de considerações politicas, intitulado *Verdades amargas*, e ninguem suppunha que elle fôsse poeta, quando em 1873 publicou um volume de poesias, que fôram muito apreciadas, com o titulo de *Scenas contemporaneas*. Começava a tornar-se conhecido, como escriptor e como poeta, quando falleceu repentinamente, na edade de 44 annos.

Nunes *(Domingos)*. Pintor do seculo XVIII, que acompanhou o pintor e architecto Ignacio de Oliveira Bernardes a Roma em 1720.

Nunes *(P. Domingos)*. Jesuita. N. em Idanha em 1644, fal. a 30 de abril de 1713. Era filho de Marçal Nunes Leitão e de Maria Nunes Zarafana. Entrou na Companhia de Jesus, aos 13 annos de edade, no collegio de Coimbra, a 28 de julho de 1657, e foi mestre de humanidades, rhetorica, philosophia e theologia em Coimbra, e lente de prima em Evora, onde recebeu o grau de doutor a 20 de junho de 1688. Foi reitor dos collegios de Lisboa, duas vezes, e de Coimbra, preposito da casa professa de S. Roque, de Lisboa, provincial e qualificador do Santo Officio. Escreveu em latim uma *Regra de viver honestamente*, que se imprimiu em 1696.

Nunes *(Fr. Francisco)*. Pintor, natural de Evora, onde vivia pelos annos de 1600.

Nunes *(Henrique)*. Judeu que se tornou tristemente celebre, por ter atraiçoado os seus irmãos e ser um dos seus mais implacaveis perseguidores. Era natural de Borba. Foi criado do inquisidor hespanhol Lucero, e de criado passou a espião de D. João III, que lhe dera o sobrenome de *Firme-Fé*. Este homem convertera-se ao christianismo, mas fingiu que o fizera forçado, e assim entrava no seio das familias convertidas, essas verdadeiramente á força, espreitava o seu viver intimo, tomava conhecimento das praticas judaicas que elles continuavam a seguir no segredo do seu viver domestico, e denunciava tudo ao fanatico soberano. Henrique Nunes percorria o paiz, esquadrinhando tudo, quando em Olivença ou em Evora os judeus perceberam finalmente que o seu antigo irmão de crenças não era mais do que um espia. Teve Henrique Nunes o presentimento de que estava descoberto, e tratou de se pôr a salvo em Hespanha; mas os judeus traidos não se resolviam facilmente a largar de mão a sua vingança, e dois dos mais exacerbados o seguiram, passando a fronteira, e fôram apanhal-o a Valverde, no termo de Badajoz, onde o cozeram a punhaladas. Este assassinio, se não era uma quasi legitima represalia, era uma imprudencia terrivel para os judeus na situação em que se encontravam. Aproveitou-se o facto para se exacerbar mais a colera do povo contra o christãos novos; os assassinos, que eram Diogo Vaz de Olivença e André Dias de Vianna, soffreram a pena ultima com inauditos requintes de atrocidade. O espia, o traidor, o renegado Henrique Nunes, esse pouco faltou para que o não canonisassem como a bemaventurado martyr.

Nunes (*João*). Mestre d'obras em Tanger, nomeado em 1574, por morto de Jorge Gomes. João Nunes fal. em 1607.

Nunes (*José Alberto*). Pintor muito apreciado. N. no Porto em 1829, e cursou a Academia de Bellas Artes d'esta cidade, concluindo os estudos em 1851. Esteve depois em Guimarães, onde pintou grande numero de retratos e paineis, muitos dos quaes ainda existem. De Guimarães foi para Braga, continuando sempre no seu activo trabalho. Por fim fixou a residencia no Porto, e n'esta cidade morreu em 25 de fevereiro de 1890. Foi um artista muito estimado. Era especialmente retratista, e durante muitos annos foi o pintor preferido das irmandades e dos estabelecimentos de beneficencia. Contam-se por centenares os retratos que pintou, muito apreciados sobretudo pela similhança.

Nunes (*José Jacinto*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, antigo deputado, advogado, jornalista, proprietario em Grandola, etc. N. em Pedrogão Grande a 25 de outubro de 1839. Destinado ao principio á carreira ecclesiastica o internado no seminario de Coimbra, abandonou esse projecto, e matriculou-se na Universidade na faculdade de Direito em 1860, concluindo a formatura em 1865. Dedicou-se em seguida á advocacia em Pedrogão Grande e depois em Lisboa, sendo sub-delegado do procurador régio n'um dos districtos criminaes d'esta cidade. Em 1866 foi nomeado administrador do concelho de Grandola, e em 1867 do de Torres Vedras, voltando depois novamente para o de Grandola. Em 1869 esteve, ainda como administrador de concelho, em Abrantes, mas tendo casado em Grandola, n'esse anno, foi fixar a sua residencia n'essa villa, onde desde 1870, tem occupado quasi sem interrupção o logar de presidente da camara municipal. Em 1870 apresentou a sua candidatura, como deputado republicano, pelo circulo de Setubal, e mais tarde por accumulação de votos, mas só em 1893 é que entrou no parlamento como um dos representantes da cidade de Lisboa. Entrou em todos os movimentos do partido republicano, collaborou em quasi todos os seus jornaes, sendo effectivo no *Seculo* e na *Democracia* de que foi um dos fundadores, fez parte de todos os congressos do partido, chegando a ser preso por duas vezes, por factos que se relacionam com as suas crenças politicas. Escreveu: *Descentralisação de Lisboa*, Lisboa, 1870; *Reivindicações democraticas*, Lisboa, 1886; *Projecto de codigo administrativo*, Lisboa, 1894.

Nunes (*José Mathias*). Coronel d'artilharia, do conselho de Sua Magestade, ministro de Estado honorario, ajudante do campo honorario, antigo director da Fundição de Canhões do Arsenal do Exercito, etc. N. em Portel a 1 de julho de 1848, sendo filho de Mathias José Nunes e de D. Maria Candida da Cunha. Dos 7 aos 17 annos de edade residiu em Moura, onde recebeu a primeira instrucção. Em 1865 veiu para Lisboa, estudando aqui os preparatorios até 1867. Assentou praça em artilharia em 13 de outubro de 1868, e seguiu o curso da Escola Polytechnica, passando 1870 para a Escola do Exercito, terminando o curso da sua arma em 1872. Foi promovido a alferes em 15 de janeiro de 1873, a tenente em 6 de fevereiro de 1875, a capitão em 10 de outubro de 1878, a major em 13 de agosto de 1890, a tenente-coronel em 27 de fevereiro de 1896, e a coronel em 18 de junho de 1901. Tem desempenhado diversas commissões de serviço da arma a que pertence; fez parte da commissão encarregada de redigir o regulamento de tiro para armas portateis, e por convite do governo incumbido de assistir em 1880 ás manobras do outono do exercito francez, e depois de ir á Allemanha estudar os processos de regular o tiro nas baterias de costas, apresentou no ministerio da guerra os competentes relatorios. Serviu de ajudante de campo do ministro da guerra José Joaquim de Castro. Em 1901, sendo director da Fundição de Canhões do Arsenal do Exercito, tratando-se de se fundir a estatua do medico e professor Sousa Martius, que se inaugurou junto da Escola Medica, no Campo dos Martyres da Patria, em março d'esse anno, o sr. coronel Ma-

José Mathias Nunes

thias Nunes concorreu muito para o bello resultado d'aquelle trabalho. Estando filiado no partido progressista, foi ministro da guerra, no gabinete organisado pelo chefe d'esse partido, o sr. conselheiro José Luciano de Castro, em 27 de dezembro de 1905. O sr. coronel Mathias Nunes é commendador e grande official por serviços distinctos da ordem de S. Bento de Aviz; official da de S. Thiago e da Torre e Espada; possue as medalhas de ouro de bons serviços, e de prata de bons serviços e de comportamento exemplar. E' gran-cruz da ordem de Merito Militar de Hespanha, official da de S. Mauricio e S. Lazaro de Italia, cavalleiro da Legião de Honra do França e da real ordem do Salvador da Grecia. Foi tambem um dos fundadores da Associação Protectora da Primeira Infancia, instituto de beneficencia que tem prestado bons serviços. Collaborou nos jornaes: *Galeria militar contemporanea*, *Exer-*

cito portuguez e *Revista militar*, assignando os artigos umas vezes com o seu nome, e outras com diversas iniciaes. Escreveu: *A guerra peninsular (Peninsula War)*, traduzida do professor inglez Robinson, Lisboa, 1884.

Nunes *(P. Leonardo)*. Jesuita. N. na villa de S. Vicente, do bispado da Guarda, sendo filho de Simão Alvares e de Izabel Fernandes. Entrou na Companhia de Jesus no collegio de Coimbra a 6 de fevereiro de 1548, e saiu de Lisboa no dia 1 de fevereiro de 1549 na frota em que ia por governador do Brazil Thomé de Sousa, acompanhando o celebre P. Manuel da Nóbrega, juntamente com os leigos Manuel Pires, Diogo Jacome e Vicente Rodrigues. O P. Leonardo Nunes foi para a capitania de S. Vicente, distante ao Sul da Bahia, como missionario. Conseguindo bom resultado das suas predicas, os referidos missionarios, convertendo muitas pessoas á fé christã, o P. Manuel da Nóbrega quiz mostrar a S. Ignacio de Loyola os grandes progressos obtidos a favor da religião, mandou a Roma o P. Leonardo Nunes, para que elle o informasse de tudo quanto succedera. Embarcando n'um navio, naufragou com outros muitos companheiros a 30 de junho de 1534. Deixou duas cartas escriptas de S. Vicente em 1551, dirigidas aos padres da provincia de Portugal, uma das quaes se imprimiu em Veneza em 1559, juntamente com outras, traduzida na lingua italiana. A outra carta ficou inedita.

Nunes *(P. Manuel)*. Medico, que viveu nos fins do seculo XVI. Era natural de Lisboa. Foi professor da Universidade de Salamanca, e deixou publicada em latim uma obra sobre o *Tacto*.

Nunes *(Manuel)*. Da Companhia de Jesus, lente de Prima e Theologia em Portugal; sendo enviado ao Maranhão em 1659, missionou nos Catingas e Topinambázes, e, por ser muito destro nas linguas d'estes selvagens converteu grande numero d'elles ao Christianismo. Ignoram-se as datas do seu nascimento e fallecimento.

Nunes *(Marcos)*. Mestre da charamela da cidade de Lisboa na primeira metade do seculo XVII. A camara municipal sustentava uma corporação de charameleiros. Marcos Nunes, em 1628, obrigou-se a apresentar em todas as procissões e actos publicos da cidade, uma banda de cinco charameleiros, pela quantia de 40$000 réis annuaes e moradia, conforme um documento, com a data de 10 de janeiro do referido anno, o qual vem transcripto nos *Elementos para a historia do Municipio de Lisboa*, por Eduardo Freire de Oliveira, tomo IX, pag. 216 e 217. Os chamados *pretinhos de S. Jorge*, que acompanham ainda hoje a procissão do Corpo de Deus em Lisboa, tocando destemperadamente clarins, pifanos e tambores, não passam de ser um arremedo, bastante burlesco, das antigas charamelas. Uma determinação tomada pelo senado, em 25 de agosto de 1717, prohibia que nas charamelas das procissões fôssem homens pretos, porém o uso persistiu. Charamela era um instrumento de sopro, a modo de trombeta direita, de certas madeiras fortes, com buracos, especie de flauta pastoril.

Nunes *(Pedro)*. Cosmógrapho-mór do reino, mathematico e astronomo, reconhecido, na phrase dos seus biographos, como o *maior geometra que as Hespanhas teem produzido, e incontestavelmente um dos maiores que no seculo XVI floresceram na Europa*. N. em Alcacer do Sal, mas ha grandes duvidas ácêrca dos annos do nascimento e fallecimento, assim como se ignora tambem os nomes de seus paes e a familia a que pertenciam. Nicolau Antonio, na *Bibliotheca hispanica*, tomo III, pag. 476, dá como cousa averiguada e corrente ter elle nascido em 1492 e fallecido com 85 annos de edade em 1577. Fundados n'esta autoridade, é que, segundo se julga, varios escriptores estrangeiros que trataram de Pedro Nunes, seguiram a mesma opinião, contando-se entre elles: Bailly, na *Historia da Astronomia Moderna*, liv. IX, § 24; Lalande, no *Tratado da Astronomia*, liv. II, pag. 467; Bayle, no *Diccionario*; Weidler, na *Historia da Astronomia*, pag. 361; *O Diccionario historico, critico e bibliographico*, Paris, 1822, tomo XX, pag. 362, etc. Innocencio da Silva, no *Diccionario bibliographico*, vol. VI, pag. 438, diz que nas memorias dos escriptores nacionaes dignos de credito, nem em documentos concernentes a Pedro Nunes que se conservam no Archivo Nacional, se tem encontrado noticia alguma que autorise e confirme a veracidade d'aquellas datas. O que se verifica é que vivia ainda em Lisboa em 1574. Pedro Nunes, estando a Universidade então em Lisboa, cursou humanidades, philosophia e medicina, recebendo n'esta faculdade o grau de doutor. Passou depois a Salamanca, para se dedicar seriamente ao estudo das mathematicas, onde n'aquella epoca se cultivava com mais ardor. El-rei D. João III lhe mandou ordem de voltar ao reino, para exercer aqui o magisterio, e nomeou-o cosmógrapho do reino por carta régia de 16 de novembro de 1529, encarregando-o de reger um curso de artes na Universidade de Lisboa, curso que effectivamente regeu nos annos de 1530, 1531 e 1532, sendo nomeado em 1531 cosmógrapho-mór do reino. Depois da Universidade ter sido transferida para Coimbra em 1537, instituiu-se a nova cadeira de mathematica, em 1544, em que elle foi provido por carta régia de 16 de outubro do mesmo anno, cadeira que regeu durante 18 annos, até ser n'ella jubilado por carta régia de 4 de fevereiro de 1562. Teve a honra de ter por discipulos o infante D. Luiz e seu irmão D. Henrique, depois cardeal-rei, D. Sebastião e D. João de Castro, depois vice-rei da India. Serviu na casa do infante D. Luiz desde 1538 na qualidade de moço da sua camara, chegando a escudeiro em 1545, e a cavalleiro com as competentes moradias em 1555. Em 22 de dezembro de 1547 fez-se-lhe um accrescentamento nos seus vencimentos. Sendo jubilado continuou a viver em Coimbra com sua mulher, D. Izabel Tavares, de quem teve alguns filhos. Em 1557 passou-se um alvará, concedendo um bom emprego a quem casasse com alguma das filhas de Pedro Nunes. Em 1566 já elle possuia bens de fortuna que lhe permittiram comprar uns padrões de juro, a que se chamariam hoje *inscripções*, por 515$477 réis, que n'esses antigos tempos representavam uma quantia enorme. Em 11 de setembro de 1572 el rei D. Sebastião o mandou vir para Lisboa por desejar tel-o a seu lado, augmentando-lhe por isso o ordenado, visto ter de fazer despezas extraordinarias de transporte e de residencia. Em 1574 ainda vivia n'esta cidade, como consta d'um alvará que se passou n'esse anno, ácêrca da ques-

tão de sobrevivencia de sua tença. Pedro Nunes é uma das grandes glorias scientificas de Portugal. Os seus livros attestam os seus vastos conhecimentos e o seu poderoso talento mathematico. Seria talvez o mais notavel astronomo e mathematico do seu seculo, se não tivesse existido o grande Copernico. Os seus livros sobre a arte de navegar provam bem que a navegação portugueza não era feita ao acaso e sem caracter scientifico, como se tem propalado falsamente. As perguntas de Martim Affonso de Sousa e as observações feitas por elle, os *Roteiros* de D. João de Castro, as obras de Duarte Pacheco, tudo attesta o caracter scientifico da navegação portugueza, e Pedro Nunes bem expressamente o declara, quando na dedicatoria que fez ao infante D. Luiz do *Tratado de defensão da carta de marear*, escreve o seguinte: «Ora manifesto é que estes descobrimentos de costas, ilhas e terras firmes não se fizeram indo a acertar, mas partiam os nossos mareantes mui ensinados e providos de instrumentos e regras de astrologia e geometria que são as cousas de que os cosmographos hão de andar apercebidos, segundo diz Ptolomeu no primeiro livro da sua *Geographia* Levavam cartas mui particularmente rumadas, e não já as de que os antigos usavam, que não tinham mais figurados que doze ventos, e navegavam sem agulha.» Pedro Nunes foi um dos que mais contribuiram para que essas navegações tivessem um caracter scientifico. A multiplicidade das edições das suas obras feitas quasi sempre no estrangeiro, pelo menos as reedições, prova a anciedade com que o publico europeu desejava conhecer os segredos das navegações portuguezas. Da escola de Pedro Nunes sairam tambem alguns cosmógraphos e mathematicos notaveis, como Fr. Nicolau Coelho do Amaral, que veiu a ser substituto da cadeira de Pedro Nunes em Coimbra, Manuel de Figueiredo, que foi depois cosmógrapho-mór, e D. João de Castro, o celebre vice-rei da India e não menos celebre homem de sciencia. Bibliographia: *Tratado de Sphera com a Theoria do Sol e da Lua. E' o primeiro livro da Geographia de Claudio Ptolomeu Alexandrino. Tirados novamente do latim em linguagem pelo doutor Pedro Nunes cosmógrapho d'elrei D. João o terceiro d'este nome, nosso senhor. E accrescentados de muitas annotações e figuras por que mais facilmente se pódem entender. Item dois tratados que o mesmo doutor fez sobre a carta de marear. Em os quaes se declaram todas as principaes duvidas da navegação. Com as taboas do movimento do Sol e sua declinação. E o Regimento da altura assim ao meio dia: como nos outros tempos. Com privilegio real.* Esta obra é rarissima. *De Crepusculis liber unus. Item Allacen Arabis vetustissimi, de causis crepusculorum liber unus; a Gerardo Cremonense jam olim Latinitate donatus, et per eundem Petrum Nonium denuo recognitus*, Lisboa, 1542; Coimbra, 1571; tambem saiu em Basiléa, em 1568 e 1592. *De Arte atque ratione navegandi libri duo*, Coimbra, 1546; Basiléa, 1566; tambem saiu em Paris, adornado com 12 retratos de alguns poetas e philosophos illustres, e depois em Coimbra, 1573. *De erratis Orontii Finaei, Regii Mathematicarum Lutetiae Professoris*, etc., Coimbra, 1546; idem, 1571. *Annotatio in extrema verba capitis de Climatibus Joannis de Sacrobosco*, Veneza, 1562; idem, 1563; Colonia, 1566; Paris, 1572; Anvers, 1582. *Libro de Algebra en Arithmetica y Geometria*, Anvers, 1567; divide-se em tres partes, tende no principio uma carta dedicatoria do autor ao cardeal D. Henrique, escripta em portuguez, e datada de Lisboa, 1 de dezembro de 1564. Conta Innocencio da Silva que Pedro Nunes, em algumas das suas obras impressas, fala das seguintes, de que não encontrou o minimo vestigio: *Tratado da geometria dos triangulos sphereaes; Tratado sobre o astrolabio; Tratado do planispherio geometrico; Tratado da proporção ao livro V de Euclides; Tratado da maneira de delinear o globo para o uso da Arte de navegar; Roteiro do Brazil; Os livros de Architectura de Vitruvio, traduzidos e illustrados em linguagem.* No monumento a Luiz de Camões, situado, em Lisboa, na praça que tem o nome do illustre poeta, vê-se a estatua de Pedro Nunes, que juntamente com as de outros vultos historicos, serve de ornamento ao pedestal, os quaes são: Fernão Lopes, Gomes Eannes de Azurara, Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros, Vasco Mousinho de Quevedo Castel-Branco, Jeronymo Côrte Real, e Francisco de Sá de Miranda.

Nunes (*Pedro*). Canteiro, mestre das obras reaes em Santarem, nomeação que teve em 1504 depois da morte de Affonso Pires; n'esse anno tambem foi nomeado para substituir Martim Annes na direcção das obras reaes de Lisboa, sempre que este não pudesse trabalhar, por já estar velho e ser doente. Pedro Nunes ainda vivia em 1518, porque d'esse anno ha um documento que lhe manda dar a pensão d'um moio de trigo.

Nunes (*Sebastião*). Lente de Medicina na Universidade de Coimbra, onde havia estudado com toda a dedicação e distincção. Escreveu: *Tractatus de Peste*, Coimbra, 1601.

Nunes (*Simão Caetano*). Pintor d'architectura e de ornato, muito afamado scenographo do seculo XVIII. N. em 1719, fal. em 1783. Trabalhou muito em decorações de casas particulares, principalmente na de Devisme em Bemfica, e de La Rocha em Cintra. Depois tomou a direcção do theatro da Rua dos Condes, teve tambem a do theatro da Graça, e quando as duas companhias da Rua dos Condes e do Bairro Alto se fundiram n'uma só, que trabalhou no Bairro Alto, foi elle que continuou a ser o scenographo, de preferencia a Silveira e a Stopani, que pintavam para este ultimo theatro antes da juncção. Simão Caetano Nunes não se limitara a ser scenographo, era tambem machinista, sendo elle que fez o machinismo para a peça *O Magico de Salerno*. Entretanto, passando do profano ao sagrado, tambem trabalhou para as egrejas, e em 1781 executou os ornamentos do tecto da sacristia da egreja da Encarnação. Em 1782 fundou o theatro do Salitre para o equilibrista Tersi. Dirigiu então ao mesmo tempo o trabalho scenographico do theatro da Rua dos Condes e do Salitre. Concorreu á cadeira de geometria e de perspectiva da academia de S. José, e ficou-a regendo. Teve por discipulos, entre outros, Joaquim dos Santos Araujo, Manuel da Costa, Gaspar José Raposo, Simão Caetano da Cunha e André Monteiro. Simão Caetano Nunes, apezar de se não sentir doente, deu credito em 1783 a um charlatão que se encarregou de lhe purificar o sangue, e lhe deu 17 ou 18 purgantes a fio de que lhe resultou uma

grande inflammação intestinal a que succumbiu n'esse mesmo anno. Antes de fallecer havia confiado a direcção do trabalho scenographico da Rua dos Condes ao seu discipulo Gaspar José Raposo, e a do Salitre a Manuel da Costa, tambem seu discipulo.

Nunes *(Thomazia)*. Senhora de grande erudição, natural da Guarda, fal. em 1644. Era muito versada em Philosophia, Arithmetica, Musica e Architectura, sobresaindo principalmente na pintura. Deixou em manuscripto dois livros: *Idéas singularissimas* e *Nova arte de bem falar*.

Nunes. Pov. e freg. de S. Cypriano, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Vinhaes, distr. e bisp. de Bragança; 64 fog. e 238 hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada n'uma baixa, proximo da margem esquerda do rio Tuella, na estrada de Vinhaes a Macedo de Cavalleiros. O reitor de Ouzelhão apresentava o cura, que tinha 12$500 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Nunes de Avila *(Francisco)*. Bacharel formado em Canones. Era natural de Lisboa, e foi um dos poetas mais considerados no seu tempo, tanto em portuguez como em latim. Escreveu: *Panegyrico á invenção do corpo do martyr S. Vicente em as celebres festas que lhe fez a cidade de Lisboa em sua tresladação*, Lisboa, sem data de impressão. No certame do conde de Linhares, é seu o *Soneto* 14, que saiu impresso em Lisboa, e um *Epigramma* latino.

Nunes Borges *(José Simões)*. Artista dramatico muito apreciado, mais conhecido por *actor Simões*. N. em Beijós, bispado de Vizeu, a 10 de março de 1826, fal. em Lisboa a 20 de fevereiro de 1904. Foi musico do batalhão de caçadores n.º 2. Entrou aos 18 annos de edade para uma sociedade de amadores dramaticos, representando pela primeira vez, em 12 de junho de 1845, no theatro das Escolas Geraes, no drama *Joanna de Flandres* e na farça *O enredador*. N'esta estreia mostrou decidida vocação para a scena, e tomou logo parte n'outra recita no drama *O Captivo de Fez*, desempenhando o papel de P. Francisco Cabral. N'esta peça o papel da *condessa de Tentugal* foi feito pelo actor Isidoro, que fez assim a sua estreia como amador (V. *Ferreira, Isidoro Sabino)*. Devido ás luctas politicas de 1846, teve Simões de seguir para o Porto, como militar, e por lá andou ao serviço da Junta organisada n'aquella cidade, ás ordens do conde das Antas, interrompendo assim o seu divertimento predilecto, a arte dramatica. Sendo aprisionado com toda a divisão em 30 de maio de 1847, deu entrada na Torre de S. Julião da Barra a 4 de junho, sendo em seguida deportado para Peniche. Regressou a Lisboa em agosto, ficando em caçadores n.º 2, que se formou em Cascaes com o resto dos recrutas do deposito da Graça. Mais tarde seguiu com o batalhão para a Guarda, onde se demorou oito mezes. Voltando para Lisboa em 1849, tratou de reorganisar a sociedade dramatica, a que pertencera, aproveitando os mesmos elementos, dando uma recita no theatro do Cascão, com o drama *Julio o assassino*. Assistiram ao espectaculo os actores Epiphanio e Victorino, e tanto lhes agradou o trabalho de Simões que o aconselharam a' que seguisse a carreira dramatica. Dando baixa do serviço militar a 17 de abril de 1850, entrou como discipulo para o theatro de D. Maria II, onde representou pela primeira vez, a 9 de julho, no drama *Herdeiros do Czar*. Saiu logo d'este theatro, indo fazer parte da sociedade que se organisou para o theatro de D. Fernando, e que se inaugurou a 27 de julho do mesmo anno, com a opera comica em 3 actos, *A Barcarola*, traducção de Mendes Leal, e a comedia em 1 acto, de Duarte de Sá, *Trabalhos em vão*. Continuou fazendo pequenos papeis, até que Emilio Doux, o grande mestre da arte, que era o ensaiador, reconhecendo-lhe aptidões para a scena, influiu para que lhe déssem algum papel importante. Confiaram-lhe então a parte do morgado de Agualva na comedia em 1 acto *Uma hora no Cacem*, tambem de Duarte de Sá, em que recebeu muitos applausos. A comedia conservou-se longo tempo em scena, sendo em todas as recitas o actor Simões chamado repetidas vezes. Com a companhia do theatro de D. Fernando foi n'uma digressão pelo Alemtejo até Badajoz. De volta a Lisboa foi logo contratado para o theatro de D. Maria II, pelo então commissario regio Sebastião Ribeiro de Sá, onde esteve desde outubro de 1853 até 30 de novembro de 1854, agradando sempre em diversos papeis, e principalmente na substituição que fez do actor Victorino no *Camões do Rocio*. Passou para a Rua dos Condes, debutando a 18 de dezembro de 1854 nas comedias *Trabalhos em vão* e *Um par de mortos ou a vida d'um par*. A 12 de janeiro desempenhou um importante papel na magica *A romã encantada*, e logo em seguida o de protogonista no drama biblico de grande espectaculo *Samsão ou a destruição dos philisteus*. Estas duas peças conservaram-se em scena largo tempo, sempre com enchentes, dando grande popularidade ao actor Simões, que se tornara o idolo do publico. Entrou depois nas seguintes peças: *A torre suspensa*, *Josephina a costureira*, *Feio de corpo e bonito d'alma*, *29 ou honra e gloria*, escripta por José Romano de proposito para Simões, que se encarregou do papel do protogonista; *O feiticeiro de Karnack*, *Tribulação e Ventura*, *O Anjo Maria*, *Cerco de Badajoz*, *Os tres inimigos d'alma*, *Má cara e bom coração, ou um soldado da guerra peninsular*, *As creadas*, *O trovador*, as scenas comicas *Zé Cosme o varredor*, *Manel d'Abalada*, *Um como tantos*, etc. Veiu depois escripturar se no Gymnasio, estreando-se a 28 de agosto de 1858 na comedia em 1 acto, *D'estes ha poucos*, traducção de Mendes Leal, Antonio. Foi uma das epocas mais brilhantes da sua carreira artistica. Representou n'aquelle theatro numerosas peças, distinguindo-se em muitos papeis, como na *Probidade*, *Trabalho e honra*, *Os filhos dos trabalhos*, *A aristocracia e o dinheiro*, *Mestre Jeronymo*, *O Cabo Simão*, *A pastora dos Alpes*, *Tio Braz*, *Trevas e luz*, *As Georgianas*, *Prodigos e economicos*, *A menina dos meus olhos*, *A carteira de Mauricio Lopes*, etc. Quando em 1860 o notavel actor brazileiro João Caetano veiu a Lisboa, viu representar Simões, e logo o contratou, partindo ambos para o Rio de Janeiro a 14 de janeiro de 1861, chegando áquella cidade no dia 3 de fevereiro, debutando no theatro de S. Pedro a 26 do referido mez de fevereiro na *Probidade* e na poesia co-

mica *O tio Matheus.* O apreciado artista grangeou as maiores sympathias, recebendo sempre fartos e calorosos applausos. Voltou ao Brazil mais oito vezes e demorando-se bastante tempo. Ultimamente sentia-se cansado, e poucas vezes apparecia no palco. El-rei D. Luiz I concedera-lhe o habito da ordem de S. Thiago, e a Sociedade de Geographia o elegera seu socio. Simões era pae da distincta actriz Lucinda Simões.

Nunes Cardoso *(João Eloy).* Bacharel formado em Medicina e Cirurgia pela Universidade de Coimbra. N. em Aldeia Gallega, entre os annos de 1792 e 1794, fal. em Montemór-o-Novo, em 8 de março de 1858. Destinado á carreira das letras estudou humanidades nas aulas de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, e concluido o respectivo curso entrou na ordem dos conegos regrantes de Santo Agostinho, no convento de Santa Cruz, de Coimbra, mas como n'essa epoca o governo difficultava as profissões religiosas, tratando de organisar o exercito em vez de povoar os conventos, Nunes Cardoso abandonou o claustro, e foi frequentar na Universidade os estudos de Mathematica e Philosophia, preparatorios para o curso de Medicina, em que veiu a matricular-se no primeiro anno em 1812, sendo sempre um estudante distincto, recebendo premios em todos os annos que elles se distribuiram Concluindo o curso em 1820, recebeu o grau de bacharel. Começou então a exercer a clinica no Barreiro, passando depois a Aldeia Gallega, indo finalmente estabelecer-se em 1825 em Montemór-o-Novo, onde se conservou até fallecer. Nunes Cardoso teve fama de insigne medico e de philologo muito erudito, extremando-se no conhecimento da lingua, que tinha estudado com a maior dedicação. Traduzia os autores gregos com facilidade, assim como os francezes, e sustentava na lingua latina dialogos muito extensos e animados. Escreveu sobre economia politica, agricultura, geographia, geodesia, cosmographia e politica, e traduziu alguns dramas francezes que se representaram em Coimbra no tempo em que era estudante. Todos os seus escriptos ficaram ineditos, porque se oppoz sempre energicamente a que se divulgassem pela imprensa.

Nunes Cardoso *(Simão).* Era natural da ilha da Madeira, onde residia no seculo XVI; foi testemunha ocular d'uma das devastações feitas pelos corsarios francezes n'aquella ilha, e sobre esse assumpto escreveu o seguinte livro, que não chegou a imprimir-se: *Relação do saco que os francezes fizeram na ilha da Madeira em 1566.*

Nunes de Carvalho *(Antonio).* Doutor em Leis, e lente cathedratico jubilado da Universidade de Coimbra; do conselho de Sua Majestade, commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição, etc.. N. em Vizeu a 16 de junho de 1786, fal. em Coimbra em 5 de junho de 1867. Era filho de José Nunes de Carvalho e de D. Maria Angelica da Costa. Seus paes o destinavam á vida ecclesiastica. Applicou-se muito ao estudo, e tanto aproveitou que aos 18 annos de edade, em 1804, foi nomeado professor substituto da cadeira de latim em Vizeu, e em 1806, tendo 20 annos, o arcebispo de Evora D. Fr. Manuel do Cenaculo, que muito apreciava o seu elevado merecimento, quiz que elle fôsse reger n'aquella cidade a cadeira de humanidades; estava exercendo este cargo em 1809 quando veiu a invasão franceza, e se deu a lastimosa tomada de Evora, em que tantos horrores se praticaram. N'esta occasião prestou relevantes serviços a esta cidade antes de acompanhar o arcebispo a Beja, e quando este regressou á sua diocese, voltou Nunes de Carvalho outra vez á regencia da sua cadeira. Em 1813 foi nomeado substituto interino da cadeira de logica no real Collegio das Artes, em Coimbra; em 1817 foi provido definitivamente na substituição, e em 1822 na propriedade da cadeira. Sem deixar nunca a sua regencia, havia-se matriculado na Universidade em 1815, em jurisprudencia, contando 29 annos de edade; formou-se em leis em 1820, em canones em 1821, recebendo a 28 de abril de 1822 o grau de doutor. Apezar das suas idéas liberaes e de ter sido por esse motivo incluido na lista de proscripção, que a junta expurgatoria em 1823 formulara para expulsar os lentes e professores conhecidos pelo seu liberalismo, pôde até 1828 conservar a sua cadeira. Deveu isso á politica de tolerancia que D. João VI inaugurou depois da Abrilada, mas bem sabia a vontade que os absolutistas puros lhe tinham; por isso, quando em 1828 triumphou a causa de D. Miguel, Antonio Nunes de Carvalho, que se mostrára muito affecto ao movimento com que o Porto respondeu ao golpe de Estado de Lisboa, acompanhou a pé as tropas do general Saraiva, que, infelizes no combate da Cruz de Morouços, retiraram sobre o Porto, e depois emigraram para a Galliza. Durante a emigração entregou-se a alguns trabalhos litterarios, e ao exame de manuscriptos portuguezes nas bibliothecas e archivos de Londres e de Paris. Foi então que publicou em 1833 em Paris o manuscripto inedito: *Roteiro em que se contém a viagem que fizeram os portuguezes no anno de 1541 de Gôa até Suez*; acompanhando-o com um erudito prefacio e seguido de muitas notas. Forneceu tambem esclarecimentos para a publicação de outro roteiro, de que foi director o erudito Diogo Kopke, etc. Preparou egualmente para a imprensa uma *Vida de D. João de Castro*, mas não chegou a publical-a. O que publicou depois, n'um jornal de Coimbra, fôram algumas cartas do mesmo vice-rei. A sua conhecida erudição fez com que as pessoas encarregadas de dirigir a educação da juvenil rainha D. Maria II se lembrassem de aproveitar os seus serviços, e Antonio Nunes de Carvalho foi escolhido para seu professor de litteratura portugueza em Paris. Quando triumphou a causa constitucional foi nomeado lente da faculdade de Direito, logar para o qual o habilitára o seu doutoramento, deputado da junta directora dos estudos, e recebeu do governo a commissão de reunir no edificio da bibliothecca publica, no convento de S. Francisco, os livros dos conventos. Em 1835 foi nomeado bibliothecario do Paço. Veiu a revolução de 1836, e D. Fr. Francisco de S. Luiz, bispo de Coimbra e guarda-mór da Torre do Tombo, não quiz jurar a Constituição. O governo nomeou para o substituir Antonio Nunes de Carvalho. Este, porém, não quiz acceitar o logar de guarda-mór interino, porque sabia que o bispo-conde, de quem era particular amigo, não quizera jurar a constituição de 1822, mas não teria duvida em jurar a constituição que fôsse votada pelas côrtes. Exerceu esse logar portanto até 30

de setembro de 1838, e introduziu grandes melhoramentos no archivo durante esse curto periodo. Passou então para Coimbra, afim de cumprir os seus deveres de lente. A Universidade já lhe devêra em 1836 o obter a concessão dos edificios e das cêrcas dos conventos de S. Bento e de S. José, deveu-lhe depois a maxima assiduidade no cumprimento dos seus deveres do magisterio, até que se jubilou em 1851. O dr. Antonio Nunes de Carvalho, com uma generosidade que faz honra á sua memoria, não cuidou sómente de adquirir no estrangeiro instrucção para si, nem converter em monopolio o serviço que intentava prestar ás letras e ás sciencias. Mal tinha pisado o solo de Inglaterra e estabelecido relações com as personagens portuguezas, que então presidiam aos negocios da emigração, logo lhes propôz o projecto de habilitar, para cursarem estudos em Paris, aquelles alumnos da Universidade de Coimbra, emigrados, que mais no caso estivessem de aproveitar um tão valioso beneficio, devendo cada um dos escolhidos proseguir os estudos a que em Coimbra se dedicara. Esta lembrança foi inculcada com o mais vivo empenho, e calorosamente sustentada pelo dr. Antonio Nunes de Carvalho, mas não chegou a ser acolhida. O dr. José Maria d'Abreu publicou a seu respeito uma extensa noticia, com o titulo de *Breves apontamentos*, no *Conimbricense* n.º 2081 e 2082, a qual foi transcripta na *Gazeta de Portugal* de 27 de junho de 1867. O conselheiro José Silvestre Ribeiro tambem escreveu um artigo no *Jornal do Commercio*, de 9 de julho do mesmo anno.

Nunes de Carvalho *(José)*. Secretario do conde, depois duque de Palmella, quando era ministro de Portugal em Londres, em 1820, vivendo muito na sua intimidade. Veiu depois para Portugal, recebeu a nomeação de official de secretaria, tornando-se um apaixonado partidario do infante D. Miguel. Consta que foi elle quem imprimiu em Londres, no anno de 1820, as *Odes* de Antonio Diniz da Cruz e Silva, e uma nova edição da *Carta de guia de casados*, tambem em Londres, e no mesmo anno. Nunes de Carvalho era irmão de Antonio Nunes de Carvalho *(V. o artigo antecedente)*, e devia ser homem de grande merecimento para gozar da confiança e intimidade do duque de Palmella. Parece que foi José Nunes de Carvalho o editor da *Arte de furtar*, attribuida ao P. Antonio Vieira, que se imprimiu tambem em Londres.

Nunes de Cerqueira *(P. Antonio)*. Presbytero, poeta e musico muito apreciado. N. no Rio de Janeiro em 2 de janeiro de 1701, e fal. na segunda metade do seculo XVIII. Estudou com proveito Philosophia e Theologia, mas foi sobretudo poeta afamado, musico e contrapontista distincto, deixando composições musicaes de merecimento. Tomou ordens de presbytero no Rio de Janeiro, foi reitor do seminario de S. José e mestre de capella, e socio da Academia dos Selectos. Na collecção d'esta academia, publicada em 1754, encontram-se bastantes versos seus.

Nunes da Costa *(Fr. Francisco)*. Religioso da ordem Terceira de S. Francisco, passando depois, mediante a competente autorisação, para freire da ordem de S. Thiago da Espada, sendo mais tarde prior da egreja parochial de Palmella. N. em Aveiro a 29 d'abril de 1750; ignora-se a data da sua morte, mas sabe-se que vivia ainda em 1798. Parece que adquiriu profundo conhecimento das linguas orientaes, e que era bom poeta, tanto em portuguez como em latim. Na *Academia celebrada pelos religiosos da Ordem Terceira de S. Francisco do convento de N. S.ª de Jesus de Lisboa no dia solemne da inauguração da estatua equestre a el-rei D. José I*, publicada em 1775, vem d'este poeta uma *Ode a el-rei nosso senhor*, tres *Epigrammas* latinos, e uma *Oração parenetica*, com a qual se encerrou a Academia.

Nunes da Costa *(Pedro)*. Nasceu em Thomar, sendo filho de Manuel Nunes da Costa e de D. Brites Nogueira. Estudou Jurisprudencia na Universidade de Salamanca, onde foi admittido pela sua litteratura no collegio de S. Bartholomeu. Voltando ao reino foi eleito inquisidor de Lisboa em 7 de outubro de 1565. Como lhe quizessem preferir D. Miguel de Castro, deixou o serviço do Santo Officio, entrando na Casa da Supplicação a 25 de setembro de 1577, foi desembargador dos Aggravos a 24 de fevereiro de 1592, juiz dos feitos da Corôa a 29 de novembro de 1594, e por fim desembargador do Paço. Seguindo o partido de D. Antonio, prior do Crato, a quem era affeiçoado, soffreu bastante. Escreveu algumas obras que não chegaram a imprimir-se

Nunes da Cunha *(João)*. Vigario da parochial egreja de N. S.ª da Victoria da Bahia, onde foi prégador. N. na Bahia, e fal. com 80 annos de edade, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Foi tambem prior das egrejas do Perú, de Santo Amaro de Pitanga, e da Madre de Deus do arcebispado da Bahia. Publicou em Lisboa, 1703, *Sermão do grande patriarcha e doutor da Egreja Santo Agostinho*, etc.

Nunes Infante *(Simão)*. N. em Santarem a 18 de dezembro de 1677, fal. em Montargel a 27 de setembro de 1747. Era filho de Tristão Nunes Infante, e de sua mulher D. Maria Antunes Lobo de Siqueira. Estudou a lingua latina com grande applicação. Casou com D. Magdalena Maria de Goes. Foi um dos mais dextros cavalleiros e robustos combatentes nas festas de corridas de touros. Em 1698 teve a patente de capitão de cavallos, e á sua custa passou com a sua companhia ao Alemtejo a militar na guerra da successão de Hespanha. Nas academias foi sempre ouvido como poeta muito apreciado. Deixou manuscripto o seguinte livro: *Poesias varias a diversos assumptos.*

Nunes Junior *(Antonio José)*. Director da Academia e do Museu de Bellas Artes de Lisboa. N. n'esta cidade em 22 de outubro de 1840, onde tambem fal. a 9 de março de 1905. Concluindo os estudos do lyceu passou a cursar a Academia de Bellas Artes, onde foi alumno distincto e laureado, sendo em 1872 nomeado pensionista do Estado para ir estudar no estrangeiro. Em 1873 partiu para Paris, e ali se demorou seis annos, seguindo o curso do gravador Henriquel Dupont, de quem foi dilecto discipulo, e com quem, depois de regressar a Portugal, se correspondeu, mantendo com o seu illustre mestre relações cordealissimas. Em 21 de março de 1888 foi collocado como professor de gravura e professor auxiliar do primeiro anno de desenho da Academia de Bellas Artes, cargos que exer-

ceu com a maior proficiencia, merecendo a nomeação de director da Academia, onde deixou o seu nome ligado a muitos trabalhos que honram a sua memoria como artista e como administrador d'aquelle estabelecimento de ensino artistico, que elle se esforçou por aperfeiçoar. Nunes Junior foi um apreciado gravador a talhe doce, tendo n'este genero muitos trabalhos premiados nas diversas exposições do Rio de Janeiro, Madrid, Barcelona, etc. No extincto convento de Refoios do Lima existe um quadro da *Ceia*, que reproduziu em gravura, e que é um dos seus mais notaveis trabalhos. Na obra do professor sr. Francisco da Fonseca Benevides, intitulada *O Real Theatro de S. Carlos*, deixou Nunes Junior, uma valiosa collaboração artistica na execução dos retratos das cantoras: Catalani, Boccabadati, Scholtz, Alboni, Rey Balla, Fricci, Baraldi e De Reske. Antonio José Nunes Junior foi tambem vice-presidente do Gremio Artistico e secretario da Sociedade Promotora de Bellas Artes.

Nunes do Leão (*Duarte*). Licenceado em Direito Civil, e desembargador da Casa da Supplicação, escriptor, etc. Era natural de Evora, sendo filho do dr. João Nunes, professor de Medicina. Estudou na Universidade de Coimbra Direito Civil, de que tomou o grau de licenciado, que o habilitou para o cargo de desembargador da Casa da Supplicação. Applicou primeiro as suas altas faculdades exclusivamente a estudos juridicos, e tendo sido encarregado pelo conde de Redondo, regedor das justiças, de fazer o Repertorio dos cinco livros de Ordenações com addições das leis extravagantes, publicou esse *Repertorio* em 1560. Em 1569 publicou as *Leis Extravagantes colligidas e relatadas*, publicação feita por ordem do governo. Por ordem do governo tambem, sendo já maior el-rei D. Sebastião, emendou o livro dos artigos das sizas, quer dizer, fez um trabalho fiscal e financeiro emendando as verbas do tributo das sizas, que andavam erradas com prejuizo do thesouro, trabalho até certo ponto equivalente ao que hoje poderia fazer um inspector que reformasse as matrizes. Organisou tambem methodicamente uma multidão de papeis contendo contratos e estipulações de toda a especie que existiam na chancellaria, e que estavam n'uma complicação pasmosa formando o *Livro Grande*, que era um verdadeiro chaos. Finalmente reformou as posturas da camara de Lisboa, e fez regimentos novos para varios officios mechanicos, cuja collecção tem a data de 1572. Estes serviços allega-os elle n'um memorial que dirigiu ao conde de Portalegre, um dos governadores do reino no tempo dos Filippes, e mostra que effectivamente era um trabalhador incansavel. Ao mesmo tempo occupava-se Duarte Nunes do Leão de estudos diversos, publicando em 1576 uma *Orthographia da lingua portugueza*, um dos primeiros livros que se occuparam largamente de um certo numero de questões grammaticaes do idioma portuguez. Quando em 1578 o cardeal D. Henrique subiu ao throno, encarregou-o de redigir umas instrucções para o serviço dos tabelliães, e elle escreveu então dois livros, a *Theoria* e a *Pratica dos notarios*, quo ficaram ambos ineditos. Dando conta d'esta obra manuscripta, Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, chama-lhe *Doutrina dos notarios*, considerando-a como uma obra só, mas Ayres de Campos inseriu no volume XI do *Instituto* de Coimbra um precioso inedito de Duarte Nunes do Leão, *Memorial e relação dos serviços para o valido de el-rei Filippe* «copiado, diz Ayres de Campos, do original da propria letra do autor, tirado do gabinete do ex.^mo^ sr. marquez de Gouveia, que foi do ex.^mo^ conde de Portalegre.» Ora este Memorial que encerra valiosas notas biographicas de Duarte Nunes, declara que a obra que escreveu por ordem do cardeal-rei D. Henrique se chamava como dissémos *Theoria dos notarios* e *Pratica dos notarios* e não *Doutrina dos notarios*, como quer Barbosa; tambem a propria declaração do autor de que escrevera isso por ordem do cardeal-rei destroe a affirmativa de Barbosa de que Duarte Nunes estava escrevendo este livro quando publicou em 1576 a *Orthographia portugueza*, visto haver começado D. Henrique a reinar em 1578. Chegamos agora a um periodo triste da vida de Duarte Nunes — o periodo das negociações para a successão do throno portuguez, quando Christovão de Moura estava em Lisboa comprando consciencias. Dirigiu-se o astucioso embaixador tambem a Duarte Nunes do Leão, e encontrou, perfeitamente disposto para o acolher o erudito desembargador. O proprio Duarte Nunes do Leão se gaba de ter acceitado as propostas, de se ter entendido com os jurisconsultos hespanhoes Luiz de Molina e Rodrigues Vasques de Arge, e de ter tido tanta confiança nas promessas de D. Christovão de Moura que nem exigia *cedula* como muitos outros fizeram. Tudo isso elle allegava para pedir melhor remuneração dos seus serviços do que a tivera até ahi. Não se limitaram a isso os serviços allegados e que D. Duarte Nunes do Leão effectivamente prestou á causa do estrangeiro. Um dos partidarios de D. Antonio, prior do Crato, fr. José Teixeira, escreveu um livro ácêrca da origem dos reis de Portugal, em que pretendia provar que era electiva e não hereditaria a successão do throno portuguez. Duarte Nunes do Leão escreveu em latim e publicou em 1585 um livro intitulado *Censurae in libellum de regum Portugalliae origine qui fratris Josephi Teixeirae nomine circumferuntur. Ita de vera regum Portugalliae origine liber.* Este livro, que foi tambem reproduzido no segundo volume da *Hespanha Illustrada*, dizia Duarte Nunes no citado Memorial que por tal fórma indignára D. Antonio que, segundo lhe tinham dito uns portuguezes que tinham conversado com o prior do Crato em Paris e em Londres, não havia pessoa a quem D. Antonio tivesse mais odio do quo era a D. Duarte Nunes do Leão, e este allegava esse odio como mais um motivo para ser remunerado pelos Filippes. Em 1599, ardendo a peste em Lisboa, retirou-se Duarte Nunes do Leão para Alverca, e ali continuou todo entregue aos seus estudos e trabalhos historicos. Parece que Filippe o encarregára, segundo se diz no *Memorial* por mais de uma vez citado, de revêr e pôr em ordem o manuscripto da ultima *Decada* de João do Barros, que este deixára informe, trabalho que não concluiu, se por acaso o encetou, e que foi depois incumbido a João Baptista Lavanha. Entretanto tratava elle de escrever as chronicas dos nossos primeiros reis, chronicas em que não fez mais do que reproduzir quasi servilmente

as paginas dos chronistas anteriores, apenas illuminadas por criterio mais racional, que ainda assim está tão distante do nosso criterio moderno, que esse merecimento, que lhe grangeou outr'ora muitos louvores, desapparece agora bastante á luz da nossa critica. Essas chronicas abrangem as vidas dos soberanos de Portugal desde o conde D. Henrique até D. Affonso V inclusivé. A primeira parte foi publicada em 1600 ainda em vida do autor, e vae até ao fim de reinado de D. Fernando; a segunda parte, publicada posthuma em 1643, comprehende os tres reinados seguintes. Escreveu tambem uma arvore genealogica dos reis de Portugal, com o fim de provar que D. Affonso III nunca tivera filhos da condessa de Bolonha, e que portanto eram perfeitamente infundadas as pretenções dos reis de França ao throno de Portugal com o pretexto de descenderem do Bolouhez. D'esta obra fez elle depois um extracto, por indicação de Filippe II de Hespanha para instrucção do principe seu filho, que foi depois Filippe III. Esse extracto, escripto em hespanhol com o titulo de *Genealogia verdadera de los reyes de Portugal, con sus elogios y sumario de sus vidas*, publicado em 1590 e reimpresso em 1608. Em 1606 publicou ainda a *Origem da lingua portugueza*, e fal. em 1608 com 80 annos pouco mais ou menos. Em 1610, seu sobrinho Gil Nunes do Leão publicou posthuma uma das suas obras mais celebres, a *Descripção do reino de Portugal*, mas ainda ficaram ineditas pelo menos, segundo as indicações de Barbosa Machado, uma *Vida de D. Sebastião*, um *Vocabulario portuguez*, e um *Tratado de varões illustres.* Além d'estas obras devemos mencionar o *Memorial*, que já citámos, e que foi publicado por Ayres de Campos no vol. XI do *Instituto* de Coimbra, e a proposito d'isso, devemos dizer que Ayres de Campos, quando considera apenas como provavel que a obra a que Duarte Nunes do Leão diz que respondera no seu livro sobre a origem dos reis de Portugal fôsse a de fr. José Teixeira, não teve decerto presente a *Bibliotheca Lusitana*, porque Barbosa Machado ali cita textualmente o titulo da obra de Duarte Nunes do Leão, titulo que já transcrevemos, o onde expressamente se diz que a obra a que Duarte Nunes do Leão responde é a obra de fr. José Teixeira. Além do seu valor juridico, Duarte Nunes tem um grande merito philologico, porque foi um dos primeiros que d'esses estudos se occuparam e com a proficiencia que revelam tanto a sua *Origem da lingua portugueza* como a *Orthographia da lingua portugueza.* O seu merito como historiador é que está sendo muito contestado. Já no seculo XVII Antonio Brandão lhe corrigiu bastantes erros; hoje depois da publicação das chronicas ineditas de Ruy de Pina e de Fernão Lopes, tendo-se conhecido as fontes em que Duarte Nunes do Leão bebeu largamente e sem escrupulo, desceu bastante no conceito da critica.

Nunes de Mello (*José Jacinto).* Clerigo secular, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, conego da sé de Evora, etc. N. em Lisboa em 1740, pouco mais ou menos, fal. em 1 de julho de 1814. Era filho natural de Domingos Nunes, de Villa de Frades, e de Ignez Maria, sendo depois legitimado por provisão régia. Formou-se na faculdade Canones, como fica dito, e começou, ao que parece, a aprender pintura com o professor Joaquim Manuel da Rocha. Foi este que editou as suas primeiras composições, umas odes á acclamação e governo de D. Maria I. Era muito dado ao estudo da historia natural. Juntou um notavel museu zoologico, principalmente composto de conchas. Deixou este museu ao seu amigo Francisco de Paula Vellez de Campos, que fôra conego secular de S. João Evangelista, depois pertenceu á sé de Evora, exerceu as funcções de bibliothecario da bibliotheca publica da mesma cidade, antes de Rivara, e por ultimo foi governador do bispado de Beja. Constava que por sua morte Vellez de Campos legára esse museu ao marquez de Thomar, em signal de gratidão por ter concorrido para o despacho de governador do bispado; mas o referido titular logo o offerecera ao principe real, depois rei D. Pedro V. Escreveu: *Sermão na entrada da ill.ma sr.a D. Maria Sebastiana de Mariz Sarmento para religiosa do convento do Salvador, de Evora*, Lisboa, 1778; *Ode á felicissima acclamação da Rainha nossa senhora*, sem logar nem anno de impressão, com as iniciaes J. J. N. de M.; *Ode augural da felicissima acclamação da Rainha nossa senhora*, sem logar nem anno de impressão, com as iniciaes R. D. J. J. N. de M.; *Ode ao pio e feliz governo da augusta e fidelissima Rainha nossa senhora*, idem, com as iniciaes J. J. N. de M. Parece que estas tres odes fôram impressas em Lisboa. Escreveu mais: *Oração funebre do ill.mo e ex.mo sr. D. Miguel Lucio de Portugal e Castro, embaixador de S. M. F. á côrte de Madrid*, etc., *pronunciada nas exequias que se celebraram na egreja de Santa Catharina, de Evora*, Lisboa, 1781; *Desejos compassivos de contemplar as afflicções que padeceu Maria Santissima na sagrada paixão e morte de Jesus Christo*, Lisboa, 1800; *Collecção de varias poesias moraes*, Lisboa, 1823, publicada depois da morte do autor; *Pensamentos devotos, dirigidos em fórma de officio á honra e gloria do Santissimo Coração de Jesus*, Lisboa, 1823, idem; *Repulsa critica e apologetica de um livro intitulado «Critica da critica, e defensa da defensa» que contra dois transtaganos escreveu um anonymo com o nome de J. Joaquim Velho do Canto, presbytero lisbonense, a favor do poema intitulado «Triumpho da Religião» que compoz Francisco de Pina e Mello; offerecida agora ao publico critico por J. J. N. de F. S. C. de M. ou José Jeune de la Ave*, Lisboa, 1764.

Nunes d'Oliveira *(Domingos).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, corregedor de Castello Branco. Era natural de Pedrogão, bispado da Guarda, e fal. na aldeia de Santa Margarida em 1807. Escreveu: *Discurso juridico economico-politico, em que se mostra a origem dos pastos, que n'este reino chamam communs, sua differença dos publicos, e os direitos por que deveriam regular-se, sem offender os da propriedade e dominio dos particulares, a beneficio da agricultura*, Lisboa, 1788; *Methodo novissimo para aprender a grammatica latina fundamentalmente e com brevidade*, Lisboa, 1786.

Nunes Pereira *(P. Domingos).* Presbytero e musico, que viveu no seculo XVII. Era natural de Lisboa, sendo filho de Diogo Ribeiro e de Brigida da Costa. Foi professor de musica, principalmente da musica religiosa, e mestre na Santa Casa da Misericordia de Lisboa, d'onde passou

para a sé cathedral, exercendo as mesmas funcções, onde se conservou muitos annos. Algum tempo antes da sua morte, retirou-se para Camarate, e ali falleceu a 29 de março de 1729, sendo sepultado na capella-mór da ermida de S. Pedro, d'aquella freguezia. Entre as obras musicaes que deixou, contam-se como as principaes: *Responsorio da Semana Santa*, a 8 vozes; *Responsorio do officio dos defunctos*, a 8 vozes; *Lições de defunctos*, a 4; *Confitebor*, a 8; *Laudate pueri Dominum*, a 8; *Laudate Dominum omnes gentes*, a 4; *Villancicos e Motetes*, a 4, 6 e 8 vozes.

Nunes Pousão *(Francisco Augusto)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, cavalleiro da ordem de Carlos III, de Hespanha, administrador do concelho de Villa Viçosa, por decreto de 10 de abril de 1861, e delegado do procurador regio na camara de Elvas, por decreto de 15 de abril de 1863. N. em Villa Viçosa a 23 de outubro de 1830, sendo filho de Antonio José Pousão e de D. Maria dos Martyres Lobo da Rosa. Escreveu: *D. Leonor de Mendonça (a duqueza santa); memoria do dia 2 de novembro de 1512*, poesia inserta no *Campeão das provincias*, de Aveiro, de 9 de fevereiro de 1867; *Ecce Homo (quadro de Raphael de Urbino)*; poesia no mesmo jornal, de 23 do referido mez de fevereiro, juntamente com outros: *Velut umbra!*, *Um retrato*, *O anjo que chora*. No mesmo jornal ainda publicou muitas poesias; *Ave, puer!* na *Encyclopedia popular*, n.º 12; *A poetisa*, no *Iris*, jornal de Coimbra, de 5 de abril de 1852; outras poesias na *Voz do Alemtejo*, de 6 de março de 1864. Em prosa tem varios escriptos, de que se aponta como o mais notavel o *Noticiario de Villa Viçosa*, 2 tomos de folio, contendo a descripção historica e minuciosa de todos os templos e edificios notaveis da villa, como são o castello, o palacio ducal, casa da camara, hospital, etc., com a narrativa dos acontecimentos notaveis que n'ella se tem passado. A *Noticia do palacio ducal*, que o livro comprehende, publicou-se em folhetins no *Diario de Noticias*, n.º 621, 622 e 623, de 1867.

Nunes Ramires *(Jeronimo)*. Medico que viveu no seculo XVII. N. em Lisboa, e foi a Coimbra formar-se na faculdade de Medicina na Universidade, e saiu tão perito n'esta sciencia que foi considerado um dos clinicos mais notaveis do seu tempo. Escreveu e imprimiu em 1608 um tratado *De razione curandi per sanguinis missionem*, em que expõe um methodo especial que lhe granjeara grande reputação. Era tambem muito versado nas antiguidades, linguas latina e grega, e escreveu em latim um *Tratado dos pesos e medidas dos gregos e latinos*, que vem junto com a obra acima citada.

Nunes Ribeiro *(Joaquim)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado em Santarem, onde exerceu alguns cargos publicos, como o de conselheiro do districto, etc.. Escreveu: *As ruinas de Santarem, ou uma galeria de finados, obra consagrada ao imperio da moral, e á tranquilidade da patria*, Lisboa, 1852; é ornada com estampas allegoricas, lithographadas.

Nunes da Silva *(P. André)*. Presbytero secular; bacharel formado em Direito Canonico pela Universidade de Coimbra, socio da Academia dos Singulares, etc.. N. em Lisboa a 30 de novembro de 1630, fal. a 3 de maio de 1705. Era filho de Francisco Nunes da Silva o de Marianna da Cruz. Ainda muito novo foi com seus paes para o Rio de Janeiro, e por este motivo suppuzeram muitos que nascera n'aquella cidade. Aprendeu humanidades no collegio da Companhia do Jesus, e dedicando-se á vida ecclesiastica, ordenou-se em 1643 na egreja de Monserrate da referida cidade do Rio de Janeiro. Ficou orphão de pae aos 16 annos de edade, mas sua mãe continuou a dirigir-lhe os estudos com muito zelo e cuidado. Quando terminou o estudo da philosophia, a mãe desejou vêl-o formado em Canones, e por esse motivo veiu André Nunes a Portugal, embarcando n'uma nau de que era commandante Victorio Zagallo, e partiu na armada que do Brazil vinha n'esse anno de 1650 para Portugal, composta de 22 naus mercantes, escoltada apenas por 3 navios de guerra. Não se receavam, comtudo, de maus encontros, porque Portugal só estava em guerra com a Hespanha, e esse paiz não tinha armadas no mar que pudessem affrontar as nossas. Não foi, portanto, pequena a surpreza de todos, quando, ao chegarem proximo das costas de Portugal depois de feliz viagem, encontraram uma esquadra do 30 naus inglezas a bloquearem a barra de Lisboa. A explicação d'este facto era a seguinte: A Inglaterra tinha então a fórma republicana, e era governada pelo protector Oliveiro Cromwell. Carlos Stuart, depois rei Carlos II, andava desterrado, e os principes seus parentes, conhecidos pelo nome de principes palatinos Roberto e Mauricio, tendo combatido valorosamente em terra, conseguiram escapar-se do territorio inglez n'uma pequena esquadra, que arvorou em quanto pôde a bandeira real. Essa esquadra entrou em Lisboa, onde os principes palatinos fôram bem acolhidos. Vinha-lhe, porém, no encalço a esquadra republicana ingleza, commandada pelo almirante Blake, e não se atrevendo a violar abertamente as regalias do porto de Lisboa atacando a esquadra dos principes, veiu para fóra da barra esperar a esquadra portugueza do Brazil, deliberando responder com uma aggressão brutal ao acolhimento dos principes palatinos, que aliás não haviam sido recebidos, senão como se recebe um navio qualquer que não é inimigo, quando procura um porto. A razão não era essa, porque a Inglaterra não rompeu nunca as hostilidades com Portugal, a razão era que o almirante Blake, verdadeiro pirata, aproveitava o primeiro pretexto que lhe servia para tomar uma preza boa. Atacou pois a armada do Brazil, defendendo-se valentemente os navios de guerra portuguezes, um dos quaes foi incendiado pelos proprios tripulantes para não cair no poder do inimigo, e caindo no poder dos inglezes 7 navios mercantes, um dos quaes era o navio em que vinha André Nunes da Silva. Tratado como prisioneiro, foi na esquadra ingleza até Cadiz, onde os inglezes, tendo ao menos a caridade do os não entregar aos hespanhoes, fretaram um bote, e mandaram os prisioneiros para Castro Marim, no Algarve. André Nunes desembarcou, seguindo d'ahi para Beja, onde seu pae fôra muito conhecido, e ali o receberam com todo o agrado. De Beja veiu para Lisboa, e ahi, em casa de Miguel Pinto da Fonseca, se restabeleceu das fadigas e sobresaltos da viagem, até que em outu-

bro de 1651 foi matricular-se na Universidade de Coimbra. Concluida a formatura em Jurisprudencia Canonica em 1654, e tendo durante o curso travado relações de intima amizade com o poeta André Rodrigues de Mattos, tomou as ordens que lhe faltavam, e celebrou a primeira missa em 1656. Recebendo então cartas de sua mãe, pedindo-lhe que a fôsse buscar ao Brazil, André Nunes assim fez, e regressando a Lisboa, foi viver na companhia de sua mãe e d'uma sua irmã, que a acompanhara. Entrou depois para a irmandade dos clerigos da freguezia de S. José, e estudou theologia, sendo examinado, e recebendo licença para prégar, que pouco aproveitou, porque, segundo elle proprio dizia, n'uma terra em que prégava o P. Antonio Vieira, não podia elle atrever-se a tanto. Em 1663, tendo casado sua irmã com um fidalgo de Alcobaça chamado Jorge Botado, foi André Nunes da Silva áquella villa acompanhar sua mãe, que queria ir visitar a filha, e ahi pediu e obteve carta de filiação do convento. Retirando depois para Lisboa, entrou como socio na Academia dos Singulares e na Academia dos Generosos; em 1681 resolveu deixar o mundo e ir viver como hospede n'uma casa religiosa, e recolheu-se no convento dos theatinos, e ali passou o resto da vida. Durante a sua permanencia no convento, que passou de 20 annos, ajudou muito os frades na reconstrucção da sua egreja, para cujas obras deu avultadas esmolas, dirigindo-as ao mesmo tempo na parte financeira, e procurando modo de as desenvolver, obtendo, por exemplo, do governo licença para fazer uma loteria, como a das *sortes reaes*, que se havia estabelecido pouco tempo antes para auxilio do hospital dos enjeitados. O P. André Nunes da Silva foi poeta elegante e apreciado. Por sua morte deixou os theatinos herdeiros da sua fortuna. Escreveu: *Poesias varias sacras e profanas*, Lisboa, 1671; *Hecatombe sacra, ou sacrificio de cem victimas em cem sonetos, em que se contam as principaes acções da vida de S. Caetano*, Lisboa, 1686; *Voto metrico e anniversario á Conceição da Virgem Nossa Senhora*, Lisboa, 1695; 2.ª edição, 1746. D'este poeta ha varias poesias publicadas nos dois volumes da *Academia dos Singulares*, e nos *Applausos da Victoria do Ameixial*. Consta que deixou muitas poesias manuscriptas, que se guardavam na livraria do convento de S. Caetano.

Nunes da Silva *(João)*. Administrador da Companhia da Mala Real Portugueza, valente homem de mar, etc. N. na ilha de Santo Antão em 1847, fal. em S. Thomé a 2 de março de 1903. Aos 11 annos embarcou, contra a vontade da familia, no brigue *Senhor do Bomfim*, da praça do Porto, e logo a sua vocação começou a manifestar-se na facilidade com que escalava as agruras da aprendizagem, tornando-se em pouco tempo bem conhecedor dos segredos do seu officio, em que mais tarde devia ser consagrado como uma das maiores competencias. Em 1865 empregava-se na navegação de cabotagem, e estava no Rio Grande do Sul a bordo da escuna brazileira *Zuavo*, quando rebentou a guerra entre o Paraguay e o Brazil. Apenas teve conhecimento do rompimento das hostilidades entre os dois paizes, collocou-se logo ao lado dos nossos irmãos do Brazil, passando a servir nos vapores transportes brazileiros, sendo-lhe dado o commando do vapor argentino *General Mitre*. Commandou tambem diversos navios de véla e os paquetes *Cidade da Praia* e *Malange*, merecendo honroso registro algumas viagens d'este ultimo paquete. Conseguindo reorganisar a Companhia da Mala Real Portugueza depois d'uma grande lucta, foi seu administrador, logar que exerceu com todo o zelo e competencia, soffrendo, comtudo, bastantes dissabores. A companhia teve de liquidar, e João da Silva, cujos esforços se inutilisavam perante a evidencia das circumstancias, retirou-se pouco depois para S. Thomé, onde administrou a Sociedade de S. João dos Angolares, até que falleceu, contando apenas 56 annos de edade. Nunes da Silva foi agracido pelo governo portuguez em 1890 com o habito de Christo, e em 1892 com a commenda da mesma ordem pelo modo como se portou na viagem que conduziu a Moçambique a primeira parte d'uma expedição militar. Como recompensa tambem dos seus bons serviços e desejos pelo desenvolvimento da nossa marinha mercante, foi eleito em 7 de novembro de 1896 vogal da commissão permanente de defeza da marinha mercante portugueza, pela assembléa dos armadores e consignatarios de navios na Associação Commercial do Porto. A sua biographia e retrato estão publicados no *Boletim da Liga Naval* Lisboa, junho de 1903.

Nunes da Silva *(P. Manuel)*. Presbytero professo da ordem militar de Christo, mestre cathedratico de musica no seminario archiepiscopal de Santa Catharina e em outras egrejas de Lisboa, etc. N. n'esta cidade, mas ignoram-se as dátas do nascimento e fallecimento. Foi mestre no collegio archiepiscopal de Santa Catharina, escola annexa á cathedral e sustentada pelas rendas do arcebispado; e mestre do coro na egreja da Magdalena, mais tarde mestre da collegiada dos freires da ordem de Christo, em Lisboa. O P. Manuel Nunes da Silva dedicou-se ao ensino da musica, e tendo numerosos discipulos, fez o *Resumo da Arte de Canto de Orgão*, o qual corria manuscripto. Antes de ser padre leccionou a cadeira de cantochão no seminario do arcebispado, e para uso dos seminaristas escreveu a *Summa Arte de Cantochão*. Juntando a estes dois compendios outros sobre contraponto e composição, e completando-os com um *Tratado das explanações* sobre as materias contidas nos resumos, assim concluiu a obra que imprimiu em 1685. O P. Manuel Nunes da Silva foi discipulo do bibliothecario de D. João IV, Alvares Frovo. A obra acima citada tem o seguinte titulo: *Arte minima, que com semibreve prelação trata em tempo breve, os modos da Maxima e Longa sciencia da Musica*, etc. Esta obra teve 3 edições: a 1.ª em 1685, a 2.ª em 1704, e a 3.ª em 1726. A 1.ª edição saiu com uma gravura no ante-rosto; todas as edições teem outra gravura representando a chamada *mão de solfa*, com a particularidade de ser a palma da mão preenchida com um canon enigmatico a 4 vozes.

Nunes da Silva *(Manuel)*. Poeta, natural de Montemór-o-Velho, muito perito na metreficação da poesia vulgar, assim heroica como lyrica. Escreveu: *Guerra dos Elementos Ar, Fogo e Agua feita á terra em Coimbra, e seus campos em dezembro de 1739*, Coimbra, 1740. Contra esta obra saiu no mesmo anno de 1740 uma critica feita por Belchior Franco da Gama.

Nunes da Silveira (*José*). Negociante de grosso trato da praça de Lisboa; armador de navios para o commercio da Asia nos seculos XVIII e XIX; membro da Junta Preparatoria das Côrtes, em 1820. Nasceu no meado do seculo XVIII na freg. matriz de Santa Maria Magdalena da ilha do Pico, nos Açôres, e falleceu em Lisboa na freg. de Nossa Senhora dos Martyres a 16 de junho de 1833. Fôram seus paes José Nunes e Rita Clara, ambos naturaes da mesma ilha. Pelo seu appellido Silveira parece ser descendente de um dos colonisadores açorianos, Willem Van der Haghe, individuo de origem nobre flamenga, que depois traduziu o seu appellido no de Silveira. A noticia mais antiga que se conhece a respeito de José Nunes da Silveira é a sua entrada em Lisboa, em 1785, como capitão do navio *Santa Cruz*, vindo de Macau, confórme consta dos registos

José Nunes da Silveira

da Casa da India. Conhecem-se os nomes de varios navios que Nunes da Silveira trouxe sobre os mares em viagens de longo curso. Eram as galeras *Condessa das Galveias*, *Carolina I*, *Carolina II*, *Nova Alliança*, *Correio d'Asia*, e *Santa Cruz;* os brigues *Golphinho*, *Temerario*, *Constancia*, *Resolução*, *Viajante*, *Corsario* e *Delphim;* as escunas *Ligeira*, *Thetis*, *Andorinha*, *Voadora*, *Diana* e *Corsa*, além de outros navios mais pequenos. Fôram numerosas as viagens que todos estes navios fizeram n'um largo periodo de perto de cincoenta annos. Entre essas viagens predominaram as de longo curso, tanto mais difficeis quanto as guerras e a pirataria as tornavam perigosas. Por intermedio dos navios d'este armador se estabelecia melhor o contacto da metropole com as colonias mais remotas. Fôram, sem duvida, importantes os serviços prestados ao commercio nacional por Nunes da Silveira tanto com a sua frota, como pelos seus cabedaes com que contribuiu para o tratado de paz e amizade com Argel, em 1813. Patriota ardente fez parte do batalhão de Voluntarios Reaes do Commercio, organisado depois da primeira invasão dos francezes, em 1808. Quando em 15 de setembro de 1820 se deram em Lisboa os acontecimentos, que tornaram memoravel esse dia, foi José Nunes da Silveira escolhido para representar o commercio no governo da nação, figurando o seu nome na Junta Provisional do Governo Supremo do Reino e depois na Junta Preparatoria das Côrtes. Succederam-se muitos annos de politica agitadissima, e, quando estava prestes a triumphar o regimen liberal, falleceu José Nunes da Silveira. No seu testamento declarou deixar quatro filhos: Lino, José, Francisco e Capitolina. Esta senhora veiu a casar com Francisco Isidoro Vianna, e do seu casamento houve a D. Capitolina da Silveira Vianna Pinto da Fonseca, Francisco da Silveira Vianna, D. Eugenia da Silveira Vianna Machado e José Nunes da Silveira Vianna, que publicou em 1901 o seguinte livro, de que nos soccorremos: *Notas biographicas de José Nunes da Silveira, governador do reino em 1820*, etc., *por seu neto José da Silveira Vianna.*

Nunes Tinoco (*João*). Architecto que viveu nos fins do seculo XVI. Foi o autor do plano das novas construcções que se fizeram, em 1582, no mosteiro de S. Vicente de Fóra, de Lisboa.

Nunes Tinoco (*Luiz*). Contador do Tribunal dos Contos do Reino e Casa, apreciado calligrapho, cujos caracteres formados com a penna pareciam pintados a pincel. Soube com perfeição a lingua castelhana, da qual traduziu para a portugueza as seguintes obras: *Reformação christã pelo Padre Francisco de Castro da Companhia de Jesus*, Lisboa, 1677; *Secretos de Filosofia, Astrologia, e Medicina, e das quatro mathematicas sciencias colhidos de muitos, e diversos autores, e divididos em cinco quinquagenas de perguntas pelo Licenciado Affonso Lopes Corella Medico.* Estas perguntas são em verso, e assim fôram traduzidas. Diz Barbosa Machado, no III vol. da *Bibliotheca Lusitana*, pag. 125, que viu esta traducção elegantemente escripta pela penna do traductor com um largo index trabalhado por elle com grande curiosidade.

Nunes Varella (*João*). Theologo muito apreciado. N. em Ourique, sendo baptisado em 23 de julho de 1701; fal. na segunda metade do seculo XVIII. Era filho de Gregorio Nunes e de Margarida Martins. Applicou-se ao estudo da Theologia Moral, foi notario apostolico e confessor das freiras do convento de Nossa Senhora dos Remedios, de Lisboa. Escreveu: *Collecção espiritual de varias obras da Madre Santa Thereza de Jesus, fundadora da esclarecida familia dos Reverendissimos Padres Carmelitas descalços*, Lisboa, 1736; *Meditações da vida e paixão de Christo*, etc., traducção do hespanhol, Lisboa, 1737; *Opusculo curial muito util e conveniente para parochos e confessores*, etc.; *Discurso theologico Moral contra o erro de alguns confessores, que na administração do sacramento da Penitencia perguntavam pelos cumplices a alguns penitentes, ameaçando com a negação da absolvição a quem não queria fazel-o*, Lisboa, 1746; saiu sem o seu nome; *Arte Espiritual muito util para penitentes*

e confessores, pessoas espirituaes e directores, Lisboa, 1753. Deixou manuscriptos alguns tratados moraes.

Nunes da Veiga (*Antonio*). Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, juiz de fóra nas villas de Alpedrinha e Castello Novo, ouvidor da comarca de Valença, escriptor militar. N. em Monsanto em 1654, fal. na villa de S. Vicente da Beira a 15 de janeiro de 1715. Era filho de Antonio Nunes da Veiga, e de Maria Bella, e muito perito em jurisprudencia, assim como na historia sagrada e profana, e na arte militar. Escreveu: *Perfeito capitão, maximas militares tiradas da disciplina e pratica militar dos maiores heroes que conheceu o tempo, e particularmente d'aquelles que com seu valor e boa politica se fizeram senhores do mundo, e creadores de boa fama*, Lisboa, 1709.

Nunes Vidal (*P. João*). Presbytero e bacharel formado em Canones, que escreveu uns *Fragmentos da sagrada e humana historia, obra util para prégadores*, etc., que não se imprimiu. Era muito perito na Escriptura Sagrada.

Nuno. Pov. na freg. de S. Jorge de Abbadim, conc. de Cabeceiras de Basto, districto de Braga.

Nuzêdo. Pov. e freg. do Salvador, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Chaves, distr. de Villa Real, e que está annexa desde o fim do seculo XVIII á de Santa Leocadia, do mesmo conc. e distr. O parocho era vigario, confirmado, da apresentação do reitor da freg. de Santa Leocadia, e tinha de rendimento 55$000 réis. ‖ Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Cerveira, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real. ‖ O Salvador e conc. de Villa Pouca de Aguiar, do mesmo districto.

Nuzêdo de Baixo. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Villa das Fontes, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

Nuzêdo de Cima. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. O reitor da freg. de Santo André, de Tuizello, apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. A' freg. de Nuzêdo dava-se antigamente o nome de *Nazêdo Trupassante*, e hoje está annexa á referida freguezia de Tuizello.

Nuzêdo de Sub-Castello. Pov. e freg. de N. S.ª da Expectação, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança, e que está annexa desde o fim do seculo XVIII, á freg. de S. Lourenço de Rebordello do mesmo conc., e o abbade d'esta freg. apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar.

Nuzellos. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Adeganha, conc. da Torre de Moncorvo, distr. de Bragança. ‖ Santa Catharina, de Arcas, conc. de Macedo de Cavalleiros, do mesmo distr. ‖ S. Nicolau, de Lebução, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real.

Nuzilhães. Pov. na freg. de S. Faustino, de Viariz, conc. de Baião, distr. do Porto.

N'Vocala. Pov. do sobado de Vinda, do conc. de S. Salvador e distr. de Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Vulla Cané. Pov. do sobado de N'Golome N'Golla N'Dambi, na 8.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

N'Vunda. Pov. da freg. de S. Joaquim, no sobado de N'Golla Bumba, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Nyassa. O nome d'esta região da Africa Oriental provem do grande lago situado entre a Rhodesia septentrional a O e ao S e a Africa Oriental allemã e a nossa prov. de Moçambique a E. O seu nome é uma corrupção de *nyanza* (lago). Tem 30.000 km.² de superficie e escôa-se ao S pelo rio Chire, affluente esquerdo do Zambeze. Este lago está situado a NNO da villa de Tete e a cêrca de 500 km. ao O do antigo districto de Cabo Delgado. Foi em tempo objecto de successivas explorações, tendo Livingstone a pretenção de querer ser dos exploradores modernos o que em primeiro logar deu noticias mais exactas ácêrca d'elle. Os padres portuguezes João dos Santos e Manuel Godinho, Sebastião Xavier Botelho, o major Gamitto, o dr. Lacerda e capitão Candido da Costa Cardoso, fizeram, muito antes d'aquelle explorador inglez, descripções e explorações do Chire e do Nyassa, chamando a este ultimo *Nhanja Muenro*, *Maravi* e *Nhanja Grande*. Em 1889 Antonio Maria Cardoso e Serpa Pinto fizeram expedições ao Nyassa, sobre as quaes muito se apaixonou a opinião publica, por já se recear a expoliação do commercio das regiões visinhas, em favor d'outro paiz, o que tudo se consummou pelo tratado com a Inglaterra, celebrado depois de 1890.

Nyassa (*Companhia do*). Esta companhia, privilegiada pelo governo, foi constituida definitivamente em 1893, entrou em 1897 na posse dos territorios da sua concessão, na Africa Oriental depois de ter vencido diversas contrariedades. Fundou na bahia de Pemba a cidade de Porto Amelia, e occupou varios pontos ao longo da sua fronteira occidental. Os territorios sob a administração d'esta companhia abrangem aproximadamente os do antigo districto de Cabo Delgado, sendo limitados ao N pela esphera allemã, a O pelo lago Nyassa e com os territorios da companhia ingleza British Central Africa, ao S com o rio Luzi em toda a sua extensão, e a L com o Oceano. A séde da administração é em Porto Amelia, capital provisoria dos territorios, que estão divididos nos seguintes concelhos: *Tungue*, *Mocimboa*, *Ibo*, *Quissanga*, *Pemba*, *Medo*, *M'tarica*, *Amaramba* e *Lago*. N'estes territorios ha algumas povoações importantes, entre as quaes, do N para S, se pódem citar: Kuambota, Chitese, Chicota, Lumbo, Manjica, Massanje, Tschigomanja, Lozena, Kalomiae, Mirombua, Chiluelo e Lakemese. Os povos que as habitam são maganjas ou ajauas. O solo, muito fertil, tem as melhores condições para a producção dos artigos: sementes oleaginosas, amendoim, gergelim, côco, copra, castanha de cajú, carrapateiro, borracha, cêra, gommas, urzella, calumba, mexoeira, café, tabaco, marfim, cavallo marinho, tartaruga, aljofres, cauril e gado vaccum e suino. Os rendimentos da companhia proveem das receitas aduaneiras e d'outros impostos, bem como do serviço dos correios, para o qual tem formulas especiaes, etc. O movimento commercial faz se pela alfandega do Ibo e suas dependencias. A população dos territorios da Companhia do Nyassa, em 31 de dezembro de 1908 constava de 376:494 individuos, dos quaes 104 eram europeus, 1 ame-

ricano, 237 brancos naturaes, 313 asiaticos; os restantes eram negros. Tinham as seguintes profissões: commerciantes 170, empregados do commercio 170, 7 agentes de emigração, 3 medicos, 2 advogados, 524 militares, 3 magistrados, 3 padres, 100 empregados da companhia, 7 alfaiates, 11 barbeiros, 90 marinheiros, 36 agricultores, 19 ferreiros, 32 carpinteiros, 3 ourives, 4 enfermeiros e 539 cipays. O restante da população é indigena e dedica-se á pesca, cultura e industrias cafreaes.

N'Zamba. Pov. da freg. de S. Joaquim, no sobado de Cabanga Cacalunga, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, no sobado de Cacula-Cahango, 9.ª div. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, da mesma provincia.

N'Zanza. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de N'Cai, no caminho do Zombo, do mesmo conc., distr. e provincia.

N'Zà-Vulla. Pov. da 2.ª div. do conc. de Cazengo, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

N'Zebelle. Pov. da 6.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

N'Zundo. Pov. da região de Pangalla, conc. de S. Salvador e distr do Congo, prov. d'Angola.

N'Zunguele. Pov. do sobado de N'Sanga, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola.

O

Obaba. Bahia da costa do distr. de Mossamedes na prov. de Angola, Africa Occidental. O seu extremo S termina na ponta de Santa Gertrudes, e para o N prolonga-se em praia d'areia, avultando para o interior os montes chamados Mesas Grandes. Tem feitorias de pesca, e ancoradouro desabrigado.

Obac. Rio da costa da Guiné, Africa Occidental. Vae desaguar acima da ponta Vaugaram, e é um dos numerosos esteiros que levam ao rio Casamansa. || Cabo da costa da Guiné, Africa Occidental. Fórma a margem esquerda do rio do mesmo nome, e é extremo da riba direita do rio Gambia.

Obediencia. Certo fôro, equivalente ao moderno termo de *ovença* ou avença. N'um documento d'Alpendurada, de 1189, diz-se que Elvira Mendes, prioreza do mosteiro benedictino da Espiunca, doou uma herdade a João Guilherme, seu abbade e confessor, e a Martinho Pires, seu sobrinho e afilhado, cuja herdade, por morte d'ambos, ficaria livre *ab Obediencia de Conducteria. Conducteria* são todas as eguarias e mantimentos que se comem com pão. Já era usado este termo no seculo XII, como se vê, pelo documento citado. Tambem se dava o nome de *Obediencia* á procuração, sacristia, enfermaria, etc., e na ordem dos monges benedictinos chamava-se *Obediencia* aos mosteiros pequenos, hospicios, pequenos priorados, ou granjas, dependentes de qualquer mosteiro.

Obediencia. O que tinha a seu cargo a *ovença*, officina, etc. Tambem se chamava assim o conego regrante, que estava fóra do mosteiro com licença do prelado.

Obidos (*D. Eugenia Maria de Assis Mascarenhas Castello Branco da Costa Lencastre, 6.ª condessa de Sabugal, 7.ª condessa de Palma, e 6.ª condessa de*). Senhora das casas de Palma e Sabugal, com honras de parente; senhora do officio de meirinho-mór do reino. N. a 19 de novembro de 1813, e fal. a 17 d'agosto de 1847. Era filha do 5.º conde de Obidos, 5.º conde de Sabugal e 5.º de Palma, D. Manuel d'Assis Mascarenhas Castello Branco da Costa Lencastre, e de sua mulher, D. Maria Anna Xavier Telles da Gama. O 6.º conde da Palma foi D. Francisco de Assis Mascarenhas, filho do 4.º conde de Obidos, e irmão do 5.º conde de Sabugal e de Obidos. (V. *Palma (D. Francisco de Assis Mascarenhas, 6.º conde de)*. A condessa D. Eugenia casou a 31 de agosto de 1839 com D. Pedro de Sousa Coutinho, capitão de fragata, que teve pelo seu casamento os titulos e officio do sua mulher. Era filho dos marquezes de Santa Iria; nasceu em 6 do outubro de 1808, e fal. a 30 de julho de 1859. D'este consorcio, entre outros filhos, houve D. Manuel e D. Luiz, que fôram os 7.º e 8.º condes de Obidos.

Obidos (*D. Fernando,* ou *Fernão Martins Mascarenhas, 4.º conde de Sabugal, 3.º conde de Palma e 2.º conde de*). Alcaide-mór de Obidos e de Selir. N. a 4 de novembro de 1643, fal. a 4 de janeiro de 1719. Era filho primogenito do 1.º conde de Obidos, D. Vasco de Mascarenhas, e de sua segunda mulher e sobrinha, D. Joanna de Vilhena, ou de Mascarenhas. Casou em 8 de dezembro de 1669 com D. Brites Mascarenhas da Costa e Castello Branco, filha e herdeira do 2.º conde de Palma D. João Mascarenhas, herdando o titulo de condessa de Sabugal, de sua avó, a 3.ª condessa D. Brites de Menezes. Com este casamento ficaram reunidos ao titulo de conde de Obidos, os titulo acima citados, sendo D. Fernando Martins Mascarenhas, 2.º conde de Obidos, 3.º conde de Palma, e 4.º conde de Sabugal. Pelo seu casamento tambem foi senhor e alcaide-mór de Sabugal e d'Alfaiates; alcaide-mór de Castello de Vide; senhor da villa e castello de Lindoso, e das villas de Riba Tamega, Sinfães, Sinde e Arcos; e dos padroados das suas egrejas; commendador de S. Miguel de Villa Marim, Nossa Senhora da Idanha-a-Velha, S. Salvador de Barbacens, Nossa Senhora da Conceição da Lourinhã, S. Lourenço de Taveiro, e S. Miguel de Cosato, todas na ordem de Christo, e da de Horta-Lagoa, na ordem de S. Thiago. El-rei D. Pedro II o fez meirinho-mór do reino, assim como aos seus descendentes, que por isso se ficaram denominando *condes meirinhos-móres.* Foi depois conselheiro de Estado e da Guerra de D. João V, e aio dos irmãos d'este monarcha, os infantes D. Antonio e D. Manuel. Do seu matrimonio houve 5 filhos: D. Francisco d'Assis Mascarenhas, 4.º conde de Palma, que falleceu solteiro; D. Manuel d'Assis Mascarenhas, 3.º conde de Obidos; D. Anna d'Assis Mascarenhas foi dama da rainha D. Maria Anna d'Austria, e casou com

seu primo Luiz Cesar de Menezes, filho dos condes de Sabugosa; D. Thereza d'Assis Mascarenhas, que casou com o 3.º conde de Oriola e 10.º barão d'Alvito; D. Clara d'Assis Mascarenhas, que casou com o 10.º conde de Athouguia. O seu brazão d'armas consta do seguinte: Escudo es quartelado; no primeiro quartel as armas reaes; no segundo as dos Mascarenhas, em campo vermelho, tres faxas d'ouro, e assim os contrarios.

Obidos *(Josepha de)*. Assim conhecida a distincta piutora que viveu no seculo XVII, e se chamava Josepha Ayala Figueira. N. em Sevilha em 1634, para onde seu pae, Balthazar Gomes Figueira, pintor, mas de pouca fama, que era natural d'Obidos, fôra residir, e ali casara com D. Catharina de Ayala e Cabrera. Quando em 1640 se proclamou a independencia de Portugal e D. João IV foi acclamado, Balthazar Figueira veiu com sua familia viver para Obidos n'uma quinta chamada da *Capelleira*. Josepha contava então apenas 6 annos de edade, ali se educou, começando desde creança a manifestar uma vocação notavel para a pintura e para a gravura em metal, laminas de cobre e prata, no genero chamado de *pontinho*. Em 1653, aos 19 annos, fez a gravura da edição dos *Estatutos* de Coimbra. Depois trabalhou muito como pintora para os conventos e egrejas como retratista da familia real. Pintou os retratos da rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboia, mulher de D. Pedro II, e de sua filha, a princeza D. Izabel, que foi noiva de Victor Amadeu, duque de Saboia, a quem esse retrato foi enviado. Na capella do noviciado do convento de Varatojo havia uma excellente *Nossa Senhora das Dôres*, e no coro um *Menino Jesus*, quadros que lhe são attribuidos. Havia quadros seus em Alcobaça, Batalha, em Valle Bemfeito no mosteiro de S. Jeronymo, em Evora, onde existe um *Cordeiro engrinaldado de flôres*, que passa por ser um dos seus melhores trabalhos. A Academia de Bellas Artes tambem possue um quadro de Josepha d'Obidos. Ha quadros seus em varias egrejas de Obidos, principalmente na de S. Pedro, onde ella foi sepultada, nas de Peniche, Torres Vedras, etc. Especialisou-se principalmente na pintura de fructas e flôres. As gravuras em metal que fazia, segundo constava, e que diziam ser excellentes, estavam em casa de José Gomes de Avellar, parente ainda de Josepha d'Obidos. A illustre artista viveu quasi sempre na quinta da *Capelleira*, mas havia alcançado tanta reputação que muitas das pessoas que iam tomar banhos ás Caldas da Rainha, se afastavam do seu caminho, para irem a Obidos cumprimental-a. Josepha d'Obidos falleceu a 22 de julho de 1684.

Obidos *(D. José de Assis Mascarenhas Castello Branco da Costa Lencastre, 4.º conde de)*. Alcaide-mór de Obidos e de Selir; senhor das casas de Sabugal e Palma; meirinho-mór do reino, do conselho do principe regente, depois D. João VI, deputado da Junta dos Tres Estados, etc. N. a 6 de maio de 1745, fal. nas Caldas da Rainha a 27 de agosto de 1806. Era filho do 3.º conde de Obidos, D. Manuel de Assis Mascarenhas, e de sua segunda mulher, D. Helena Josepha de Menezes. Succedeu á casa de seu pae, e casou em outubro de 1777 com D. Helena Josepha Xavier de Lima, filha dos 1.ºs marquezes de Ponte de Lima, D. Thomaz Xavier de Lima Nogueira Vasconcellos Telles da Silva e D. Eugenia Maria Josepha de Bragança.

Obidos *(D. Luiz Antonio de Assis Mascarenhas, 8.º conde de Sabugal, 9.º conde de Palma e 8.º conde de)*. Official de marinha, official-mór honorario da Casa Real. N. a 13 de junho de 1844, fal. a 4 de julho de 1880. Era filho de D. Eugenia Maria d'Assis Mascarenhas Castello Branco da Costa Lencastre, 6.ª condessa de Sabugal, 7.ª condessa de Palma e 6.ª condessa de Obidos, e de seu marido, D. Pedro de Sousa Coutinho. Casou em 1872 com D. Anna de Mello Breyner, dama de sua magestade a rainha senhora D. Amelia, filha dos 1.ºs condes de Mello, Luiz Francisco Soares de Mello da Silva Breyner Sousa Tavares e Moura e D. Frederica Xavier Botelho. Succedeu na casa, senhorios, commendas e titulos, a seu irmão primogenito, D. Manuel Pedro de Alcantara de Assis Mascarenhas de Sousa Coutinho Castello Branco da Costa e Lencastre, por ter fallecido sem deixar descendencia.

Obidos *(D. Manuel de Assis Mascarenhas, 3.º conde de)*. Meirinho-mór do reino, e em memoria de seus avós por descenderem de D. Diniz de Lencastre, filho do 3.º duque de Bragança D. Fernando, teve o tratamento de parente da Casa Real, por mercê de D. João V. N. a 20 de julho de 1699. Era filho dos 2.ºs condes d'Obidos, D. Fernando Martins Mascarenhas e D. Brites Mascarenhas da Costa e Castello Branco. Succedeu em toda a casa, senhorios e commendas de seu pae. Em 1749 foi coronel de cavallaria, e brigadeiro de cavallaria da côrte em 12 de janeiro de 1754. El-rei D. José o nomeou seu gentil-homem em 1752. Por se julgar que fôra cumplice na conjuração do duque de Aveiro e dos Tavoras, foi preso em 1760, e encerrado no forte da Junqueira, onde falleceu. Casou duas vezes; a primeira em 1 de setembro de 1721, com D. Helena de Lorena, filha dos 3.ºs marquezes de Alegrete, Manuel Telles da Silva e D. Eugenia de Lorena; fallecendo esta senhora a 5 de janeiro de 1738, passou a segundas nupcias, a 12 de agosto de 1744 com D. Helena Josepha de Menezes.

Obidos *(D. Manuel d'Assis Mascarenhas Castello Branco da Costa Lencastre, 5.º conde de Sabugal, 5.º conde de Palma e 5.º conde de)*. Alcaide-mór de Obidos e de Selir, senhor de Palma, meirinho-mór, par do reino em 1826, gran-cruz da ordem de Christo, cavalleiro da Legião de Honra de França, capitão de cavallos no exercito portuguez, e tenente-coronel no francez, etc. N. a 18 de julho de 1778, fal. a 5 de fevereiro de 1839. Era filho do 4.º conde d'Obidos, D. José d'Assis Mascarenhas Castello Branco da Costa Lencastre, e de sua mulher, D. Helena Maria Josepha Xavier de Lima. Era mais conhecido por *conde de Sabugal*. Recebeu uma educação esmerada, e conhecia perfeitamente as linguas latina, franceza e italiana. Como tinha grande tendencia para a poesia, traduziu em verso varias composições poeticas d'esses idiomas, e compoz tambem versos originaes em francez, italiano e portuguez, mas não imprimiu nunca os seus trabalhos litterarios. Em 1801 e 1805 frequentava muito a casa da illustre poetisa marqueza d'Alorna, onde se reuniam todas as illustrações portuguezas, e ahi o joven conde era admiravelmen-

te recebido, não só pelo seu talento e conhecimentos litterarios, como pelos seus chistes e epigrammas, porque o conde era um dos mais engraçados conversadores de Portugal. Esses epigrammas, porém, não agradavam tanto ao governo como aos frequentadores da casa da marqueza, e o conde d'Obidos, que era official do exercito, recebeu ordem de ir inspeccionar as fortalezas do Algarve, e de prolongar a inspecção até lhe dizerem de Lisboa que já não tinha que inspeccionar. Era um desterro disfarçado. e não havia de ser o ultimo. Em 1807 entrou em Portugal o general francez Junot, e organisou a celebre legião lusitana, que mandou para o exercito de Napoleão. O conde de Sabugal era então tenente-coronel, fez parte d'esse corpo de tropas, e portou-se brilhantemente na campanha d'Austria em 1809. Em Wagram era ajudante d'ordens do marechal Oudinot, e distinguiu-se por tal fórma que o proprio imperador o condecorou com a Legião de Honra, no campo da batalha. Quando, porém, lhe deram ordens para vir servir na Hespanha e provavelmente em Portugal, não querendo voltar as armas contra a sua patria, abandonou o exercito francez, e veiu apresentar-se em Portugal, onde foi mal recebido. Muitos que tinham sido cortezãos de Junot, entenderam que deviam condemnar o official que sustentara no campo de batalha da Allemanha a honra do nome portuguez. O conde foi desterrado para a ilha de S. Miguel. Voltando á patria, acolheu sem inimizade a revolução de 1820, mas o seu genio epigrammatico ainda d'esta vez o prejudicou. Os patriotas de 1820 eram tão susceptiveis como os ministros do absolutismo, e não toleraram a zombaria, intimando o conde a que saisse do reino. O regimen monarchico liberal de 1826 foi o que mereceu mais as sympathias do conde de Sabugal. Eleito par do reino, seguiu as sessões da camara, e em 1828 preferiu exilar-se pela quarta vez, partindo para Inglaterra, a reconhecer o governo de D. Miguel. Foi então nomeado pelo governo de D. Maria II, rainha no exilio, ministro de Portugal na côrte do Brazil. Tambem ahi creou o conde de Sabugal bastantes inimigos. Voltando á Europa, cançado dos dissabores que soffrera na sua missão no Brazil, não pôde tomar parte na lucta que terminou pela victoria da causa constitucional, porque os annos e as enfermidades já lhe não permittiam um serviço activo. Depois de 1834 conservou-se alheio á politica; apenas em 1836 protestou contra a revolução de setembro, juntamente com mais 26 dos seus collegas da camara alta. No ameno convivio com os homens de letras, que prezava e que o prezavam, admirando ainda os chistes scintillantes da sua conversação, passou os ultimos annos da sua vida. Mendes Leal pronunciou no Conservatorio o seu *Elogio*. O conde de Obidos e de Sabugal havia herdado a casa de seu pae a 27 de agosto de 1805, e tivera a renovação do tratamento de parente da Casa Real, por decreto de 26 de outubro de 1823. Casou a 6 d'abril de 1811 com D. Maria Anna Xavier Telles da Gama, filha do 7.° marquez de Niza.

Obidos *(D. Manuel Pedro d'Alcantara d'Assis Mascarenhas de Sousa Coutinho Castello Branco da Costa e Lencastre, 7.° conde de Sabugal, 8.° conde de Palma e 7.° conde de).* N. a 19 de outubro de 1841. Era filho da 6.ª condessa de Sabugal e de Obidos, e 8.ª condessa de Palma, D. Eugenia Maria de Assis Mascarenhas Castello Branco da Costa Lencastre, e de seu marido D. Pedro de Sousa Coutinho. Succedeu na casa de sua mãe, nos titulos e commendas, no officio de meirinho-mór, etc. e fal. aos 18 annos incompletos, a 29 de julho de 1859, sem deixar successão, ficando herdeiro da referida casa seu irmão D. Luiz Antonio de Assis Mascarenhas.

Obidos *(D. Pedro de Assis de Mascarenhas, 9.° conde de).* Senhor da casa de Sabugal, de Obidos, de Palma e de Selir; representante directo, e por varonia, dos titulos de marquez de Santa Iria, de conde d'Alva, de Sabugal, de Obidos, de Palma e de Asinhoso; meirinho-mór e par do reino, tendo o tratamento e as honras de parente da Casa Real, etc. N. a 10 de junho de 1874, e fal. em 12 de dezembro de 1905. Era filho do 7.° conde de Sabugal, e 8.° conde de Obidos e de Palma, e de sua mulher, a condessa D. Anna de Mello Breyner. Era 2.° tenente da armada; assentára praça em 21 de outubro de 1892, saindo guarda-marinha em novembro de 1895, e 2.° tenente em 1898. Foi agraciado em janeiro de 1898 com o titulo de conde d'Obidos de juro e herdade.

Obidos *(D. Vasco de Mascarenhas, 1.° conde de).* Alcaide-mór d'Obidos. N. no primeiro quartel do seculo XVII, e fal. a 4 de julho de 1678. Era filho de D. Fernão Martins de Mascarenhas, como affirma D. Antonio Caetano de Sousa, de D. Antonio de Mascarenhas, como assevera Camillo Castello Branco. Passou a Hespanha, onde casou com D. Jeronyma de La Cueva y Mendoza, sobrinha do cardeal Affonso de La Cueva, serviu em Flandres, e depois passou para o Brazil, governado então pelo conde de Miranda Diogo Luiz de Oliveira. Ali serviu com distincção e, voltando ao reino, foi feito conde de Obidos, por carta régia de Filippe IV, de Hespanha, de 22 de dezembro de 1636. Teixeira de Aragão affirma que o titulo de conde de Obidos e as honras de conde parente lhe fôram dadas em 19 de maio de 1646 por el-rei D. João IV, mas parece-nos que ahi ha manifesto engano, e que o documento a que Teixeira de Aragão se refere e que existe na Torre do Tombo na chancellaria de D. João IV, só se poderá referir ás honras de conde parente. Effectivamente são conformes todos os autores em affirmar que elle já era conde de Obidos no tempo do dominio hespanhol. O conde de Obidos já era tambem mestre de campo quando serviu no Brazil. Em 1639 tornando ao Brazil com D. Fernando de Mascarenhas, conde da Torre, ia com o posto de general de artilharia. O conde da Torre foi desembarcar na Bahia e depois seguiu logo para Pernambuco, para tentar expulsar os hollandezes. Deixou entretanto o conde de Obidos a governar o Brazil durante a sua ausencia. O conde da Torre foi infeliz na expedição, demittido por isso do governo do Brazil e preso tambem, e foi mandado substituir já no anno de 1640, mas ainda durante o governo hespanhol, pelo marquez de Montalvão, a quem o conde de Obidos entregou o governo, regressando logo a Portugal. Chegando á Europa, encontrou proclamada a independencia do seu paiz, reconheceu a nova ordem de cousas, e foi logo nomeado governador do Algarve, indo estabelecer a sua residencia em Castro Marim para poder vigiar e contrariar os movimentos dos hes-

panhoes. A 8 de agosto de 1642 foi transferido para o Alemtejo, tendo por mestre de campo general Joanne Mendes de Vasconcellos. Suspeita Camillo Castello Branco que fôsse elle em grande parte autor de uma intriga que se tramou no exercito do Alemtejo, e que muito contribuiu para a execução do ministro Francisco de Lucena. Incital-o-hia a isso o odio inveterado das familias Mascarenhas e Menezes, por se achar envolvido no negocio de Francisco de Lucena um Menezes, D. José, governador da Torre de S. Julião. O fardo do governo do Alemtejo, que trazia comsigo o commando do nosso principal exercito de operações contra a Hespanha, era pesado de mais para os hombros do conde de Obidos, e o peor ainda foi que, em 1643, lembrou-se D. João IV de ir ao exercito, e, apezar de não tomar parte na campanha, porque ficou em Evora, tendo ao seu lado como mestre de campo general junto da real pessoa Mathias de Albuquerque, sempre o conde de Obidos se via na obrigação de emprehender alguma facção de estrondo para ser agradavel ao soberano. Entrou pois na Extremadura hespanhola com um exercito de 14:000 homens, tomou Valverde e cercou Badajoz. Vendo, porém, que não podia expugnar esta praça, porque não tinha para isso os meios sufficientes, levantou o cêrco e regressou a Portugal. Este procedimento desagradou ao rei, que mandou prender o conde de Obidos e Joanne Mendes de Vasconcellos, e deu o commando do exercito do Alemtejo a Mathias de Albuquerque. Só esteve tres mezes preso o conde de Obidos, mas andou tres annos a solicitar um commando, até que em 1646 o mandaram de novo para o Algarve, verdadeira sinecura, dando-lhe ao mesmo tempo para o consolar da pouca importancia do governo as honras de conde parente. Em 1652 foi tirado do Algarve para se lhe dar o logar de vice-rei da India que foi o 27.º na ordem dos vice-reis. Partiu para Gôa a 16 de março com uma esquadra de quatro navios, e chegou a 3 de setembro, entregando-lhe logo o mando supremo os tres governadores interinos da India, D. fr. Francisco dos Martyres, Francisco de Mello e Castro e Antonio de Sousa Coutinho, ou antes lh'o entregaram só os dois primeiros, porque Antonio de Sousa Coutinho fôra n'uma expedição á Africa Oriental. O governo do conde de Obidos foi infeliz; excitou o descontentamento do povo com as suas severidades, e como n'essa occasião estava governando o Paço de Daugim um agitador chamado D. Braz de Castro, aproveitou com os seus amigos o descontentamento popular, que augmentára ainda com a noticia da perda da fortaleza de Mangalor, e excitaram uma revolta, em virtude da qual o conde de Obidos, que estava no collegio dos Reis Magos, foi preso no forte de Nossa Senhora do Cabo com sentinella á vista. D. Braz de Castro declarou depois em officio a el-rei que elle tambem só á fôrça acceitára o cargo para que o povo o nomeára. O conde de Obidos é que mostrou extraordinaria fraqueza: Manuel de Mascarenhas Homem offereceu-lhe a sua espada e 400 soldados de que dispunha, mas o conde não acceitou aquelle auxilio, deixou-se prender, e seguiu para o reino onde foi mal recebido. Comtudo, D. Braz de Castro teve castigo, porque o novo vice-rei conde de Sarzedas o mandou preso para o reino. O conde d'Obidos no tempo de D. João IV não tornou a ser empregado. Havia enviuvado, e contrahira novas nupcias, em 1642, com sua sobrinha D. Joanna de Vilhena, ou de Mascarenhas. Fôra conselheiro de guerra no tempo de D. João IV, e quando D. Affonso VI tomou definitivamente conta do governo do paiz em 1662, nomeou-o conselheiro de Estado. Em 1663 foi nomeado vice-rei do Brazil, logar que desempenhou até 1667. Regressando depois ao reino teve a nomeação de estribeiro-mór da rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboia, cargo honorifico, que exerceu até fallecer. Foi o 1.º conde d'Obidos que, no meado do seculo XVII, edificou em Lisboa o seu palacio, sobre o uma penedia calcarea, a que ainda hoje se chama *Rocha do Conde d'Obidos*. Em 1874 foi este palacio arrematado em praça publica por um particular, por 12:000$000 réis; el-rei D. Luiz I obteve do comprador que lh'o cedesse pelo mesmo preço, e o offereceu a D. Maria Thereza Mascarenhas, irmã do conde D. Luiz Antonio d'Assis Mascarenhas, e dama do Paço.

Obidos. Villa da prov. da Extremadura, séde de conc., com. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria, patriarc. e Relação de Lisboa. Está situada em sitio muito fertil e aprazivel no declive d'um monte, onde, segundo consta, em epocas remotas chegou um braço de mar, na estrada das Caldas da Rainha a Torres Vedras, perto do rio Arnoia, que entra na Lagôa d'Obidos e vae desaguar no Oceano Atlantico. Além d'este rio, a villa é atravessada por tres ribeiros, que todos entram na Lagôa, vindo o 1.º das Caldas da Rainha, chamado *Rio do Cabo*, o 2.º *Rio do Meio* e o 3.º *Rio de Real*. Sobre o Arnoia e cada um d'estes ribeiros, ha uma ponte de cantaria para serviço da gente da villa. Houve quatro freguezias em Obidos: *S. Thiago*, *Santa Maria*, *S. João Baptista do Mocharro*, e *S. Pedro*, mas actualmente existem sómente as de *Santa Maria* e de *S. Pedro*. O abbade do mosteiro de Valle Bem Feito, de monges da ordem de S. Jeronymo, era abbade da freg. de S. Thiago, e n'ella apresentava um cura, que tinha 100$000 réis de renda por anno. A freg. de Santa Maria pertencia ao priorado do Sacro Collegio dos principaes da Santa Egreja Patriarchal, sendo porém, parochiada por um cura apresentado pelos beneficiados da collegiada da mesma egreja, tendo egualmente o rendimento annual de 100$000 réis; o prior da freg. de S. Pedro era apresentado pelas rainhas, o qual tinha o rendimento de 1:000$000 réis. A mitra apresentava o prior da freg. de S. João do Mocharro, que recebia 500$000 réis de renda. Segundo a tradição, a villa d'Obidos foi fundada pelos turdulos e celtas, 308 annos antes da vinda de Christo. Pretende-se que o actual nome são as tres palavras latinas: *Ob*, *id*, *os*, por

Brazão d'armas da villa d'Obidos

causa da *bocca*, ou braço de mar que antigamente chegava a esta villa, do qual, dizem, haver ainda vestigios, e a Lagôa d'Obidos. Ha ainda outras etymologias, que são geralmente rejeitadas, sendo uma d'ellas, que o nome provém de *Abides*, seu fundador, 1364 annos antes de Christo. A villa é toda cercada de muralhas torreadas, elevando-se n'alguns sitios a mais de 13 m. d'altura. As muralhas teem 4 portas: *da Villa*, ao S e é a principal; do *Valle* a E; da *Cêrca* e a do *Telhal*, ambas a O. Tem mais dois postigos denominados: *Postigo de Baixo* e *Postigo de Cima*. D. Affonso Henriques, depois de se ter assenhoreado de Santarem, de Lisboa, e de muitas outras terras acastelladas da Extremadura, cercou e tomou de assalto aos moiros o castello e villa d'Obidos em 11 de janeiro de 1148. Por uma porta escusa, que se ficou chamando *Porta da traição*, entrou o Lidador com um troço de guerreiros. Sendo uma posição forte pela natureza e pela arte, cuidou logo de assegurar a conquista, fazendo de *notavel* que já tinha. El-rei D. Diniz alargou muito a villa, mandando-lhe construir um soberbo castello sobre um grande rochedo. Tem varios torreões que o guarnecem, e a sua torre de menagem, d'onde se desfructa um vasto e magnifico panorama. D'ali se avistam muitas collinas povoadas de pomares, diversas aldeias, e vicejantes campos em grande extensão, e a *Varzea da Rainha*, que antigamente se denominava a *Veiga d'Obidos*. A rainha D. Catharina, mulher de D. João III, contratou em 1550 com a camara e habitantes d'Obidos, em fazer á sua custa o aqueducto da Osseira, que era um baldio do municipio, e que desde então se principiou a chamar *Varzea da Rainha*. Tem 3 k. de comprimento. N'este sitio está a capella de N. S.ª do Carmo, onde antigamente esteve a egreja parochial de S. João Baptista. O aqueducto é ainda hoje muito notavel; está sobre grande numero de arcos de pedra, e dá agua para todos os chafarizes da villa. El-rei D. Diniz, em 1282, por

Vista geral de Obidos

do reparar a fortaleza, que ampliou, e povoar de novo a villa, que os moiros haviam abandonado deixando-a muito arruinada. Na guerra civil que se deu no meado do seculo XIII entre D. Sancho II e seu irmão, o infante D. Affonso, conde de Bolonha, mais tarde rei D. Affonso III, Obidos, assim como Coimbra e Celorico, deram um nobre e corajoso exemplo de lealdade. Posta em apertado cêrco pelo conde de Bolonha D. Affonso, em 1246, Obidos resistiu valorosamente a todos os rigores do cêrco, e á violencia de diversos acommettimentos, até que o infante, perdida a esperança de reduzir pela força os leaes que não pudera seduzir com promessas, levantou o cêrco e retirou-se. E tal foi a nobreza do proceder d'aquella povoação sacrificando-se assim em desempenho da fidelidade que devia ao seu rei, o malfadado D. Sancho II, que o proprio conde de Bolonha, apenas se viu senhor pacifico de todo o reino, apressou-se a recompensal-a concedendo-lhe muitos privilegios, e entre outras mercês, a do titulo de *sempre leal*, que a villa accrescentou occasião do seu casamento com a princeza Izabel de Aragão (a rainha santa Izabel), deu-lhe o senhorio d'Obidos e d'outras muitas povoações e castellos, e desde então ficou a villa sendo da *Casa das rainhas* até 1834. Durante as guerras de Portugal e Hespanha no seculo XIV, el-rei D. Fernando, em 1379, mandou fazer as muralhas da villa ou reformou as que já existiam. A rainha D. Leonor, mulher de D. João II e irmã de D. Manuel I, residiu algum tempo em Obidos n'umas casas junto do castello. Foi então que instituiu *5 mercearias* na egreja matriz de Santa Maria. O 1.º foral que teve a villa d'Obidos, foi dado pela Casa das Rainhas, e D. Manuel lhe deu foral novo em Lisboa, a 20 de agosto de 1513. Em 1636, Filippe IV de Hespanha, então rei de Portugal, fez conde d'Obidos a D. Vasco Mascarenhas, alcaide-mór da villa, titulo que depois D. Affonso VI confirmou, com a declaração de juro e herdade para os seus descendentes. Quando no principio de agosto de 1808, veiu ajudar-nos contra as forças de Napoleão uma divisão auxiliar ingleza, com-

mandada pelos generaes Dalrymple e Wellesley. presenceou Obidos em 15 d'agosto o primeiro combate que se deu entre os francezes commandados por Delaborde, e os portuguezes junto a essas forças auxiliares. Consta que o primeiro brazão d'armas d'Obidos era uma rêde de arrastar, no meio do escudo, dado pela rainha D. Leonor. Esta nobre senhora, depois que seu filho unico, o principe D. Affonso, falleceu do desastre da queda d'um cavallo, em 1491, tomou por emblema, ou em memoria da sua lastimosa saudade, a rêde em que uns pescadores do rio Tejo trouxeram para Santarem o cadaver desde a margem do rio. Este emblema se gravou ou esculpiu em muitos dos senhorios da inconsolavel rainha. Na torre do Tombo estão as armas da villa do modo seguinte: Em campo verde, uma torre de prata sobre rochedos da sua côr, tremulando uma bandeira branca sobre a torre. *Celleiro da Rainha* se chamava ao local onde aproavam as caravélas do pescado, no tempo em que a villa pertencia á Casa das Rainhas. Os arrabaldes d'Obidos são muito aprazíveis; ali se encontram 5 quintas vinicolas modelos: a do *Sanguinhal*, a da *Granja*, a dos *Loridos*, a do *Paul das Amoreiras* e a das *Gaieiras* (V. *Portugal*, vol. III, pag. 710). Fóra da villa, a 500 m. de distancia, junto á estrada que conduz ás Caldas da Rainha, vê-se o *Real Santuario do Senhor da Pedra*, fundado por D. João V e pelos habitantes da villa. Está construido o templo em terreno plano no sitio chamado *Areeiros*, e tambem *Casal da Pedra*, cercado de viçosa vegetação e de collinas cobertas de frondoso arvoredo, ou semeadas de penedos alcantilados. O templo é de fórma hexagonal, coroado por uma cupola da mesma fórma, revestida de telha vidrada e ladeada de tres torreões, o que não se chegou a concluir, ficando apenas da altura da cimalha geral do edificio. Sobre o vertice da cupola vê-se um grande globo sustentando uma elevada cruz de ferro, que remata o fastigio do templo, que mede uns 35 m. d'altura. Da parte opposta á fachada principal, olhando á direita, vêem-se os outeiros de Santo Antão, n'um dos quaes está a sua capella, edificada entre alterosas e esbranquiçadas penedias. A' esquerda se vêem tres grandes montes, que se cortam convergentes, no formoso sitio do *Pégo*. Em frente se vêem esses vetustos castellos da villa, erguidos no tope d'uma alta e escarpada penedia, ostentando ainda na sua caducidade a poesia das construcções arabes. Proximo aos castellos, e da mesma altura, está um cubêllo, edificado sobre penedos enormes, que parecem prestes a cair. Mais além, a *torre vedra*, cujos torreões fórmam tres angulos ligados por uma alta muralha ameiada, sobre as quaes se elevam as torres das egrejas de Santa Maria, de S. Pedro, e do relogio publico. A ordem architectonica da egreja do Senhor da Pedra não prima pela sua regularidade, formando no seu genero um exemplar unico. Comtudo, se se tivesse concluido, seria um dos templos mais notaveis, não só de Portugal, mas da Europa. Sobre a cornija da cimalha exterior corre uma varanda que devia circumdar todo o edificio, se este se tivesse acabado, e d'onde se goza uma linda vista. A egreja tem bellos quadros e 6 cadeiras com guadamecins verdadeiros. As obras começaram em 1740, sendo feito o risco pelo capitão Rodrigo Franco, architecto da mitra patriarchal, abrindo-se a egreja ao culto em 1747. A construcção da egreja, das casas para aposentos dos romeiros, uma vasta cavallariça, um chafariz, tudo foi feito á custa de esmolas dos devotos e de generosos donativos de D. João V feitos ao Senhor da Pedra. A morte d'este monarcha foi a causa das obras ficarem paralysadas, obras que nunca mais se continuaram, tendo importado até áquella data em 80:000$000 réis. N'esta egreja celebra-se todos

Castello de Obidos

os annos, a 3 de maio, uma pomposa solemnidade e arraial, a que concorre o povo de todas as freguezias proximas. A *Ponte do Arrabalde* foi construida em 1872, e atravessa o rio Arnoia. Obidos tinha voto em côrtes, com assento no 6.º banco. A irmandade da Misericordia administrava uma grande capella, com seu côro, dedicada a S. Vicente, proximo da porta principal da villa. O prior e os conegos da freg. de S. João Baptista, do Mocharro, a pediram aos irmãos que lh'a concederam com certos encargos, e para ella se mudou a antiga parochia de S. João, no anno de 1640, abandonando a primitiva egreja, que se conservou ainda de pé mais de 20 annos. Esta parochia foi a primeira que existiu na villa, sendo por alguns seculos a unica, feita no tempo dos godos. Durante o dominio moirisco sempre n'ella se celebraram os officios divinos, mediante certo tributo pago aos moiros, e aqui vinham os christãos das visinhanças cumprir os preceitos Catharina, quando esta veiu para Portugal. Obidos pertence á 1.º div. mil., 1.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa. Tem Misericordia e hospital, escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas, permutando malas com o R. A.-Lisboa-Figueira; est. do caminho de ferro, na linha de Lisboa á Figueira da Foz, entre as de S. Mamede e Caldas da Rainha; feira a 3 de maio e a 20 de outubro; fabricas de adubos chimicos, cortumes, de gêsso e de telha de Marselha; agencia das companhias de seguros *Probidade* e *Tagus*; hoteis, medicos, notario, pharmacias. Fôram registadas 8 minas de petroleo na Varzea da Rainha, que promettem larga exploração. Em Obidos publicou-se a *Folha dos Lavradores*, a 16 de abril de 1891. Existe na villa um cruzeiro, que é

Castello de Obidos—Porta da Cerca

da sua religião. Chamava-se ao local onde estava a egreja *Ponta do Mocharro*. Quando D. Diniz deu a villa á rainha santa Izabel, sua mulher, esta deu a egreja de S. João ao cabido da sé de Lisboa, ficando este prior, e pondo ali um vigario. A egreja matriz de Santa Maria é um formoso templo de tres naves. Teve sempre por priores homens muito classificados, e alguns com caracter de bispos. Consta que esta egreja foi fundada por D. Affonso Henriques, que a deu a S. Theotonio, 1.º prior de Santa Cruz, de Coimbra, confirmando D. Affonso III esta doação. Santa Cruz, de Coimbra, continuou na posse da egreja até que D. João III, entendendo ser melhor que os clerigos fôssem tambem priores, como eram os beneficiados, restituiu o padroado a sua mulher, a rainha D. Catharina. Foi seu 1.º prior, feito por esta soberana, Rodrigo Sanches, varão insigne em letras e virtudes, que tinha sido capellão do imperador Carlos V, que o dera a sua irmã D. apreciavel pelo seu valor artistico, e que no parecer d'alguns escriptores é um monumento commemorativo da tomada da villa por D. Affonso Henriques. D'esta opinião é Giner de los Rios no seu *Portugal, impressiones para servir de guia al viajero*, impresso em Madrid, sem data. Lê-se ali o seguinte: «El monumento de Alfonso Henriquez, primer rey de Portugal, que ganó á los moros la villa en 1148, consiste en una especie de templete sencillo, en cuyo interior, en el centro, se levanta una columna de estilo manuelino, terminada por una Virgen de la Piedad, que sostiene el cuerpo de Jesus en los brazos.» O monumento está collocado á saida da villa a uns 300 m. ao sul. O cruzeiro tem de um lado a Senhora da Piedade com seu filho nos braços, e no outro Christo crucificado; está assente sobre uma peanha de tres degraus, tendo na base uma inscripção em caracteres gothicos, já carcomidos, que em tempos, dizem, o beneficiado Malhão,

grande orador sagrado, interpretou da seguinte fórma: «Em memoria da tomada de Obidos por assalto pela porta da Traição por D. Affonso

Obidos—Real Santuario do Senhor da Pedra

Henriques, rei christão em 10 de janeiro de 1148.» E' duvidoso que esta inscripção seja authentica ou a sua interpretação fidedigna. Bem se vê, que não é coeva de D. Affonso Henriques, porque,

Obidos—Ponte do Arrabalde

n'esse caso, a linguagem deveria ser latina. Além d'isso, o estylo do cruzeiro sendo manuelino, como affirma Giner de los Rios, é claro que a obra não póde ser anterior aos principios do seculo XVI. As duas entradas da especie de capella que protege o cruzeiro, não estão vedadas, e por isso aquelle monumento já tem soffrido mutilações. No concelho d'Obidos ha varias nascentes de aguas sulfureas quentes e salinas, que são pouco concorridas, por lhe ficarem proximo as thermas das Caldas da Rainha. As principaes fontes são a dos *Arrabidos* e a de *Obidos*, que brotam entre o antigo convento dos frades arrabidos de

Gaieiras e a egreja da villa d'Obidos, formando a pequena distancia uma especie de lago. A dos *Arrabidos* fica a 1 k. do convento, e a de *Obidos*, a 200 m. da primeira e junto á margem norte do pequeno rio Real, dista cêrca de 2 k. da egreja d'Obidos. São ambas abundantes, e em grande parte correm subterraneamente para o proximo ribeiro. As aguas d'estas nascentes são limpidas, transparentes, levemente salobras, com gosto e cheiro sulfhydrico, deixando no seu trajecto um deposito alvacento e amarellado de enxofre precipitado. A agua dos *Arrabidos* apresenta as mesmas propriedades e a mesma composição do manancial precedente. As aguas mineraes d'este concelho fôram analysadas na exposição universal de Paris de 1867, e mais tarde pelo dr. Agostinho Lourenço. Estas aguas parece terem benefica acção sobre o rheumatismo. Tambem ha aguas sulfurosas na quinta de Valle de Flôres e no Olho d'Agua; salinas, na Roliça, e em Mocharro de Obidos; aguas ferreas na Amoreira e no Carvalhal O conc. comprehende 9 freguezias, com 3:398 fog. e 17:742 hab., sendo 9:531 do sexo masc. e 8:211 do fem., n'uma superficie de 26:444 hect. A villa d'Obidos dista 12 k da séde do districto. As freguezias são: Santa Maria Magdalena, de A dos Negros, 1351 hab.: 705 do sexo masc. e 646 do fem.; N. S.ª de Aboboris, de Amoreira, 2:099 hab.: 1121 do sexo masc. e 978 do fem.; O Salvador, de Bombarral, 2:651 hab.: 1:451 do sexo masc. e 1:200 do fem.; Senhor Jesus, de Carvalhal, 3:007 hab.: 1:657 do sexo masc. e 1:350 de fem.; Santa Maria, d'Obidos, 1:954 hab.: 1:046 do sexo masc. e 908 do fem.; S. Pedro, d'Obidos, 2:080 hab.: 1:101 do sexo masc. e 976 do fem.; N. S.ª da Purificação, de Roliça, 3:397 hab.: 1:794 do sexo masc. e 1:603 do fem.; S. Sebastião, de Sobral da Lagôa, 678 hab.: 370 do sexo masc. e 308 do fem.; N. S.ª da Piedade, de Vau, 525 hab.: 283 do sexo masc. e 242 do fem.. O principal commercio de todo o concelho é vinhos, cereaes, aguardentes, fructas e hortaliças. || **Obidos** *(Valle de)*. Na freg. de N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Obidos *(Lagôa de)*. E' a maior e mais importante e productiva lagôa que existe em Portugal. Está situada no districto de Leiria, proximo da villa do mesmo nome, d'onde dista 6 k. a O. Tem perto de 4 k. de comprimento por 2 de largura, e está quasi cercada de montes. Communica com o mar por um canal de 2 k. de comprimento, Desembocam n'esta lagôa varios rios pouco consideraveis, e na parte oriental o rio do Cabo, que fórma o braço chamado da Barroza, e o rio Arnoia, a que tambem dão o nome de rio *da Vargem*. A Lagôa d'Obidos é consideravelmente piscosa, pois fornece de peixe muito saboroso e de caça varias terras das proximidades, principalmente quando communica com o mar. Em setembro arribam aqui muitos bandos de *adens galleirões* e d'outras aves, cuja carne é bastante apreciada. De setembro até janeiro fazem-se muitas caçadas em bateiras, matando-se ás vezes, n'uma só caçada, 300 a 400 d'estas aves. A lagôa foi antigamente muito frequentada pelas pessoas reaes. D. João IV, D. João V e D. José I, D. Pedro V, e outros membros da familia real fizeram n'esta lagôa brilhantes caçadas e pescarias. Costuma dizer-se quo *esta lagôa dá pão, carne e peixe*, porque n'ella se caçam aves, se pesca muito e saboroso peixe, e todos os annos se tiram das suas aguas milhares de carradas do limos, que são optimos para o adubo das terras.

Oblata. Tudo o que se offerece a Deus no altar, ou seja para as despezas do culto ou como remuneração de alguns serviços do parocho, principalmente funerarios. Tambem assim se denominavam as freiras d'uma antiga ordem religiosa.

Oblatos, devotos e familiares. Certas dadivas que antigamente se faziam ás egrejas e aos conventos. Consistiam não só em dinheiro e generos, mas em bens de raiz, e muitas vezes até nas proprias pessoas e familias dos doadores. Antes do 4.º concilio lateranense, em 1215, não havia regularidade na recepção dos oblatos. Uns se votavam á Egreja com suas mulheres e filhos para serem admittidos á profissão monachal, promettendo estabilidade, conversão e obediencia; outros ficavam no seculo, com a liberdade, porém, de professarem o monachato que quizessem; mas todos eram considerados familiares do mosteiro, a cujo abbade obedeciam, e d'elle recebiam vestuario e sustento. Havia outros doadores, mesmo sem profissão monachal de especie alguma, que se vestiam de fórma differente dos monges. Outros faziam-se *escravos*, com suas mulheres e filhos, dos mosteiros ou egrejas a que tinham dado os seus bens, tendo por verdadeira nobreza o titulo de *escravos de Jesus Christo*. Estes, ou punham sobre a cabeça uma moeda de 4 dinheiros, e a lançavam logo no altar, e com isto se confessavam *escravos do Senhor*, ficando a chamar-se *servos de quatro dinheiros;* ou prendiam ao pescoço a corda do sino, e d'este modo protestavam ser servos de *gléba*, e sem liberdade alguma. Outros, finalmente, pagavam ao mosteiro certo censo annual, que voluntariamente haviam imposto nas suas fazendas, das quaes muitos ficavam meros usufructuarios. Os mosteiros que tiveram maior numero d'estes familiares, servos e escravos, fôram os de Alpendurada, Lorvão, Maceira-Dão, Tarouca, Salzêdas e Arouca.

Obobriga. Cidade antiquissima da Lusitania, que, segundo o *Agiologio Lusitano*, tomo II, pag. 547, estava assente n'um logar junto a *Rio Caldo*, no sitio em que esta povoação parte com Manim. Diz a tradição que foi aqui martyrisada Santa Eufemia, virgem, que alguns pretendem ter sido natural d'esta freguezia, que é no conc. de Terras do Bouro, na prov. do Minho.

Obra Povoações nas freguezias: S. Salvador, do Dornellas, conc. de Amares, distr. de Braga. || Santa Maria, de Bouro, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª d'Assumpção, de Vide, conc. do Ceia, distr. da Guarda.

Obraes. Pov. na freg. de S. Matheus, de Alváres, conc de Goes, distr. de Coimbra.

Obras. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Sitimos, conc. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Obras Publicas *(Ministerio das)*. Foi estabelecido por decreto de 30 de agosto de 1852. Até ao movimento politico da Regeneração, em 1851, o serviço das obras publicas esteve a cargo do Ministerio do Reino, mas tratando-se, depois d'aquella revolução, de dar maior desenvol-

vimento á viação publica, de aproveitar as riquezas mineiras do solo e de fazer prosperar o commercio e a industria, creou-se o Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, no qual se concentraram todos os serviços, que até então eram tratados, conforme dissémos, nas differentes repartições do Ministerio do Reino. Em 1852 passou tambem para o novo ministerio o serviço dos correios e postas, que estava a cargo do ministerio dos estrangeiros. Posteriormente teem sido decretadas varias medidas legislativas tendentes a melhorar e aperfeiçoar a organisação primitiva. O primeiro ministro das Obras Publicas foi Antonio Maria Fontes Pereira de Mello, que exerceu o cargo interinamente até novembro de 1855, anno em que Rodrigo da Fonseca Magalhães tomou conta da pasta, tambem interinamente até 3 de janeiro de 1856, data em que tornou a entregal-a a Fontes Pereira de Mello.

Obrinha. Logar na freguezia de Santa Maria, de Bouro, concelho de Amares, districto de Braga.

Observatorio astronomico. Edificio especial onde se fazem observações astronomicas e meteorologicas. A creação de observatorios affectos ao estudo seguido dos phenomenos celestres parece remontar á mais alta antiguidade; a torre de Belo, em Babylonia, e o tumulo de Osymaudias, no Egypto, parecem ter tido esta applicação. Eratosthenes estabeleceu o observatorio de Alexandria, que existiu até ao seculo v. Os arabes e os chinezes tambem construiram edificios d'este genero. O primeiro observatorio creado por um principe foi construido em Cassel, em 1561, pelo landgrave de Hesse, Guilherme IV, e abandonado em 1593. Tycho-Brahe fez construir, em 1576, o de Uraniburgo, na ilha de Hoven, entre Elsenor e Copenhague. Depois d'esta data crearam-se observatorios em todas as principaes cidades da Europa. O primeiro observatorio astronomico que existiu em Portugal foi em 1798 o Observatorio Real de Marinha. Na Tapada da Ajuda existe o *Real Observatorio Astronomico de Lisboa*, cujo fim principal é contribuir para o adeantamento da astronomia sideral, especialmente no que diz respeito á determinação das parallaxes das estrellas, ao estudo das estrellas multiplas e variaveis, ao das nebulosas, ou a outros quaesquer problemas relativos á constituição geral do universo e que dependam de rigorosas observações astronomicas sideraes Entre os objectivos secundarios figura a transmissão telegraphica da hora official ás estações semaphoricas e outros pontos do paiz. O ultimo regulamento do Observatorio foi approvado por decreto de 20 de junho de 1903. Na Escola Polytechnica de Lisboa ha o Observatorio Astronomico, e o *Meteorologico do Infante D. Luiz*, cuja descripção feita por Dias Pegado se póde lêr no *Almanach illustrado e encyclopedico* de 1856. No Arsenal de Marinha funcciona um observatorio astronomico, que serve de posto chronometrico. Na Universidade de Coimbra ha tambem um observatorio astronomico, com tradições muito notaveis. Na serra do Pilar está estabelecido o *Observatorio Meteorologico da Princeza D. Amelia*.

Ocarina. Instrumento musico de sopro, feito de barro ou de metal e que tem sons similhantes ao da flauta. E' de fórma ovoide, munido de um bico por onde se sopra, e com orificios por onde saem os sons. O *Nouveau Larousse Illustré* diz que a ocarina foi inventada cêrca de 188● na Italia, por um fabricante de Budrio chamado Giuseppe Donati. O instrumento lembra pela sua fórma um passaro, tendo o corpo furado por duas séries de buracos, quatro para a mão direita e quatro para a mão esquerda. Os tons variam em razão do diametro dos buracos; as ocarinas são de differentes tamanhos e por consequencia de diversos tons. Os sons da ocarina são muito suaves pelo que este instrumento teve grande voga na epoca da sua apparição. Em Portugal a ocarina é conhecida desde 1876, anno em que, a 2 de julho, se estrearam no theatro da Trindade, de Lisboa, sete artistas portuguezes tocando em ocarinas de barro. Pouco depois appareceram, por imitação, os mani-flautistas, que tocavam servindo-se das mãos como d'uma ocarina. Entre estes musicos originaes portuguezes distinguiram-se Alves da Silva e Arthur Dalhuuty, que se estreou nos *Recreios* em 4 de setembro de 1878.

Occidente *(O)*. Revista illustrada fundada em 1877, propriedade do conhecido gravador Caetano Alberto da Silva *(V. no vol. I, pag. 127)*, cujo primeiro numero saiu em 1 de janeiro de 1878, contando portanto mais de trinta annos de publicação. Para se avaliar da importancia e do merecimento d'este periodico convém conhecer um pouco a historia das publicações similares entre nós. Veem de 1837 as tentativas de publicações periodicas illustradas, pelo *Ramalhete*, primeira de que temos conhecimento. Depois veiu o *Panorama*, de boa memoria, o qual teve tres editores em epocas differentes, sendo a ultima por 1866 a 1868, chegando a sua collecção a 18 vol. *A Revista Popular*, de Fradesso da Silveira, não teve longa vida. Comtudo o publico recebeu bem essas publicações e muito especialmente o *Panorama* que ainda hoje é, com justiça, citado, principalmente por seus bellos artigos, dos patriarchas das letras, como Alexandre Herculano, Rebello da Silva, etc. Citaremos ainda: *Jornal de Bellas-Artes, 1848, 1857; Illustração, 1845, 1852; Illustração Luso Brazileira, 1856; Archivo Familiar, 1857*. Mas se estas publicações primavam por seus escriptos, deixavam muito a desejar por suas estampas, a maioria d'ellas *clichés* estrangeiros ou gravuras rudimentares e peor impressas. Por 1856 appareceu o *Archivo Pittoresco*, editado por Castro, Irmão & C.ª, benemerita empresa que se esforçou para levantar a arte de gravura em madeira e que conseguiu, através de mil difficuldades, publicar onze volumes d'aquelle semanario que terminou em 1868. Em 1871 apparece no Porto o *Archivo Popular* que não adeanta nada em suas illustrações. Em 1872, publicava-se em Lisboa *Artes e Letras* e ahi vêem-se algumas gravuras originaes, e *clichés* estrangeiros. O *Universo Illustrado*, publicado em 1877, tambem estampa algumas gravuras portuguezas, mas em diminuto numero que não chamam a attenção publica. E' n'este anno que apparece os *Dois Mundos*, illustração publicada em Paris, em lingua portugueza com gravuras estrangeiras. Esta publicação seria uma gloria para Portugal se fôsse producto da arte portugueza, mas feita em Paris, não tinha a mes-

ma significação nem interesse para o paiz a que se destinava. Quando isto acontecia já em Portugal havia elementos para se produzir uma revista illustrada que affirmasse os progressos da arte portugueza e por isso tivesse expressão nacional. Para a impressão, parte importante de uma folha illustrada, havia Adolpho Lallemant, que tinha a grande escola da typographia franceza. A maior difficuldade para fazer uma revista illustrada com sufficientes gravuras que correspondesse aos acontecimentos e á reproducção de obras d'arte, era a quantidade de gravadores aptos para produzir essas gravuras. Não os havendo no paiz seria mister contratal-os fóra, mas n'esse caso importava tanto como mandar vir as gravuras do estrangeiro, e a revista assim feita continuava a ser as pennas de pávão a enfeitar a illustração portugueza. Era preciso crear artistas gravadores, pois desenhadores não faltavam. Foi o que fizeram Caetano Alberto e Manuel de Macedo; o primeiro como gravador e o segundo como desenhador illustrativo. A publicação dos *Dois Mundos* determinou o momento para se pôr em pratica o que já vinha de algum tempo planeado e no 1.º de janeiro de 1878 apparece o *Occidente, Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*, tendo por fundadores Guilherme d'Azevedo, Manuel de Macedo, Brito Rebello e Caetano Alberto, que fornece tambem o capital. A administração foi confiada a Francisco Antonio das Mercês, pessoa da inteira confiança de Caetano Alberto, e que honradamente se desempenhou d'esse cargo por mais de doze annos, e que só o deixou por impossibilidade de o accumular com as suas funcções officiaes. Os artistas gravadores fundadores que faziam parte do *atelier* de gravura, ensinados e dirigidos por Caetano Alberto, eram Rosalino Candido Feijó, Manuel Diogo Netto, Domingos Casellas Branco, Jorge dos Reis, José Augusto d'Oliveira, José Antonio Kjolner e A. Francisco Villaça, alguns d'estes já fallecidos. Poucas publicações terão sido acolhidas pelo publico com o enthusiasmo e interesse que o *Occidente* despertou. Para o *Bureau de la presse* da Exposição Universal de Paris do 1878, foi enviado o *Occidente* e n'aquelle certamen lhe foi conferida uma menção honrosa. Grande numero de publicações illustradas periodicas appareceram n'estes ultimos 40 annos, feitas no paiz e no estrangeiro em lingua portugueza, sem comtudo lograrem existencia duradora. Citaremos as que nos occorrem no momento: *Museu Illustrado*, *Semana Illustrada*, *Atheneu Artistico Litterario*, *Chronica Illustrada*, *Portugal Pittoresco*, *Renascença*, *Jornal do Domingo*, *A Arte*, *A Arte Portugueza*, *Illustração Universal*, *Illustração Portugueza*, *A Illustração*, feita em Paris, *Illustração de Portugal e Brazil*, feita em Barcelona, *Revista Illustrada*, *Revista Moderna*, *Correio da Europa*, *Brazil Portugal* e *Mala da Europa*, ainda em publicação as duas ultimas, mas quantas mais que seria fastidioso enumerar e que todas passaram á historia. Recordar as difficuldades que foi mister vencer para levar por deante esta empresa será difficil. Quanta vida se gastou em trabalho, talvez superior a fôrças humanas! Caetano Alberto, sobre quem pesava a responsabilidade do commettimento, tinha que trabalhar por si e dirigir o trabalho de seus discipulos, emendando, retocando e acabando a maior parte das gravuras. O capital estava mais nos braços do que na carteira, e comtudo era preciso satisfazer pontualmente todos os compromissos. O *Occidente* viveria, mas o seu proprietario trabalhava dezoito e mais horas por dia, durante bastantes annos. Era o grande capital do trabalho. O resultado d'este esforço foi uma grave doença, que, em 1884, accommetteu Caetano Alberto e o

Reducção da primeira pagina do numero 1 do «Occidente»

prostrou por mais de 2 annos. Manuel de Macedo tambem soffreu as consequencias de um trabalho aturado, pois era elle quem mais desenhava e em todos os generos para o *Occidente*. Ao fim de 5 annos sobreveiu-lhe uma doença d'olhos que o ia deixando cego. Como premio de tanto trabalho, devemos ainda mencionar as recompensas conferidas ao *Occidente*, nas exposições onde tem sido apresentado. Além da Exposição Universal de Paris de 1878, a que já nos referimos, foi dada ao *Occidente* medalha de cobre na Exposição Industrial Portugueza de 1888; egual recompensa teve na Exposição Internacional de Anvers de 1891; Grande Diploma d'Honra na Exposição de Imprensa de 1898, onde era esta a maior distincção; na Exposição Universal de Paris de 1900, medalha de cobre; e *grand-prix*

nas exposições universal de S. Louis, em 1904, e de Lovaina, em 1907. Pelo *Occidente* teem passado os mais brilhantes escriptores portuguezes o nos seus 31 volumes encerram-se notaveis trabalhos de muitos dos nossos melhores artistas. A collecção do *Occidente* constitue um opulento repositorio historico, artistico e litterario, do qual o presente diccionario muito tem aproveitado.

Oceanographia. Sciencia que estuda o mar, distinguindo-se da hydrographia, porque esta estuda a visinhança das costas, no interesse pratico da navegação, e a oceanographia estuda mais especialmente a topographia do fundo do mar, as condições physicas das grandes profundidades, a existencia, a composição e a origem da fauna submarina. São notaveis os estudos oceanographicos realisados nos mares de Portugal e dos Açôres por el-rei D. Carlos I, principe de Monaco, Affonso Chaves, Alberto Girard, etc. Por decreto de 16 de dezembro de 1909 foi creado o Museu Nacional de Marinha, com uma secção de oceanographia destinada especialmente ao estudo da fauna maritima nacional e ás condições de exercicio da pesca nas aguas do paiz e das colonias.

Oceania. Quinta parte do mundo, que comprehende todas as terras banhadas pelo Oceano Pacifico, entre a Asia e a America, com excepção de algumas ilhas consideradas pela sua situação como asiaticas e outras como americanas. A Oceania é conhecida desde o principio do seculo XVI, quando os portuguezes descobriram as ilhas de Sonda e a Nova Guiné. Fernão de Magalhães (1519-1521) fez a primeira travessia do grande Oceano. Torres (1606) percorreu o estreito que tem o seu nome entre a Nova Guiné e a Australia. Os dominios portuguezes n'esta parte do mundo compunham-se out'rora das ilhas de Timor, Flôres (que tambem era chamada Solar Novo, Ende ou Oende), Solor Velho ou Pequeno, Allor Grande, Allor Pequeno, Ende ou Oende Menor, e Adenara, além de outras de menor importancia, e acham-se hoje reduzidos a pouco mais de metade da ilha de Timor e á pequena ilha de Pulo Cambing. Todas essas ilhas eram fertilissimas e ricas em productos de toda a especie, em metaes, madeiras aromaticas e de construcção, especiarias, etc. e tinham uma superficie de mais de 263:000 kilom. quadrados. Portugal exercia n'ellas o direito de suzerania e protectorado, ao qual voluntariamente se haviam sujeitado os regulos e os povos pela influencia dos missionarios a quem se devem os estabelecimentos que ali houve, datando de 1512 o primeiro d'elles, e tendo sido no mesmo anno que os franciscanos edificaram em Solor Velho a primeira egreja e a primeira fortaleza D'ali começaram o seu commercio com as outras ilhas, cathechizando ao mesmo tempo os povos. Passaram a Larantuca e Solor Novo, e, cathechizando o rei, edificaram ali outra egreja e construiram uma fortaleza ou tranqueira, que mais tarde artilharam. Solidamente estabelecidos deram-se então á propaganda por todas as ilhas do grupo Solor e passaram a Timor, onde em 1660 foi fundada a praça de Lifau para capital das possessões. Durante o dominio hespanhol a Hollanda foi espoliando Portugal do melhor das suas colonias na Oceania, umas vezes pela fôrça das armas, outras concitando em seu favor os naturaes, de modo que em 1769 teve Portugal de transferir para Dilly (V. *este nome*) a capital d'esses dominios, porque Lifau já estava encravada em terras hollandezas. Data de 1701 a primeira nomeação de um governador para Timor. Em 1859 fez Portugal com a Hollanda um tratado de demarcação e troca de ilhas no archipelago de Solor e Timor, pelo qual cedeu a parte que lhe restava das ilhas das Flôres, Adenara e Solor, e desistiu das suas pretensões sobre as ilhas de Lomblen, Pantar e Ombay, ficando os vastos dominios portuguezes reduzidos ao que hoje possue. Timor fórma um governo autonomo, depois de ter sido um governo ora independente ora dependente do da India ou de Macau. V. *Macau* e *Timor*. || Bibliographia: *As possessões portuguezas na Oceania*, por Affonso de Castro, Lisboa, 1867. V. *Timor*.

Ocem, Ossem, e **Cem**. Appellido nobre em Portugal, cujas armas são: Em campo de ouro, leão de púrpura; orla azul, carregada de oito vieiras de prata, elmo d'aço aberto; timbre, o leão das armas, com uma das vieiras sobre a cabeça.

Ocem *(Martim)*. Doutor em Leis, do conselho de D. João I e seu chanceller-mór, e egualmente do conselho do infante D. Duarte, seu filho, e governador da sua casa. Seu pae era o dr. Gil d'Ocem, chanceller-mór do reino, que foi embaixador a Castella com Affonso Gomes da Silva em 1371, para confirmação das pazes feitas entre o rei Henrique II e D. Fernando I, de Portugal, e que seguindo primeiro o partido do rainha D. Leonor Telles, a quem acompanhou de Lisboa para Alemquer, passou depois ao serviço de D. João, Mestre d'Aviz, ajudando-o com o seu valor e conselho, e acompanhando-o na batalha d'Aljubarrota. Sua mãe era D. Brites Annes Nogueira. Teve por irmão Pedro Gil d'Ocem, a quem o referido Mestre d'Aviz, em agradecimento aos trabalhos no cêrco de Lisboa, doou os direitos das quintas das suas *chantas* de Santarem. *Chanta*, termo antigo, era o terreno em que fôram plantadas de pouco tempo, arvores de qualquer qualidade, ou vinhas. Estas *chantas*, de que se fala, eram certos olivaes novos, plantados n'uns terrenos dos arrabaldes de Santarem. Martim d'Ocem era muito estimado por D. João I, como pessoa de muito saber e experiencia, e o encarregava dos negocios mais importantes do reino. No anno de 1400 o enviou como embaixador a Henrique, de Castella, a fim de assentar treguas, ou pazes, com elle, dando-lhe por companheiros a D João Esteves d'Azambuja, arcebispo de Lisboa, e a João Vasques da Cunha. Chegando todos a Segóvia no 1.º de junho d'aquelle anno, onde estava o rei castelhano, por motivo das condições propostas pelo cardeal de Avinhão, que respondia pelo dito rei, Martim d'Ocem veiu a Lisboa, e assistindo a alguns conselhos em que na sua presença se tomaram as resoluções, que pareceram convenientes, tornou a Segóvia, e se estabeleceram treguas de 10 annos. Pouco tempo depois, em 1401, tendo fallecido Ricardo II, de Inglaterra, D. João I novamente o enviou como embaixador a Londres, com João Gomes da Silva, seu alferes-mór, a ratificar a confederação e alliança com Henrique IV, seu successor, a qual concluiu com brevidade e satisfação de am-

bas as corôas em 16 de fevereiro. No anno seguinte, 1405, pela segunda vez foi a Inglaterra, como embaixador, juntamente com Vaz de Almada, para tratar o casamento de D. Brites, filha bastarda de D. João I, com D. Thomaz, conde de Arundel, o qual tratado se celebrou a 7 de fevereiro, e se recolheram ambos a Portugal com os procuradores do conde. Depois de feito este casamento, em abril, na presença do mesmo rei seu pae, e com a solemnidade correspondente á grandeza do acto, Martim d'Ocem tornou a Inglaterra, e fez as vezes de procurador de D. João I para se lavrar o instrumento d'este casamento, e de haver recebido as bençãos do arcebispo de Cantuária, primaz d'aquelle reino; o qual se lavrou na presença do rei de Inglaterra, em 26 de novembro do mesmo anno. Em 1411 foi nomeado embaixador a Castella, com o mencionado João Gomes da Silva, alferes-mór, e Fernão Gonçalves Beliagua, deão da sé de Coimbra, para tratar pazes com a rainha D. Catharina, que governava na menoridade d'el-rei D João II, seu filho, as quaes se estabeleceram e ratificaram em 31 de outubro do mesmo anno de 1411, para depois serem approvadas pelo rei. Em 1418 quiz el-rei D. João, de Portugal, confirmar estas pazes, e foi mandado segunda vez Martim d'Ocem com os mesmos João Gomes da Silva e Fernão Gonçalvaes Beliagua, mas recebendo a resposta que o rei ainda não tinha completado 14 annos, voltaram ao reino sem effeito. Em 1419, em que o monarcha castelhano já chegara á referida edade de 14 annos, foi outra vez nomeado e com os mesmos companheiros, para o mesmo fim, e com o mesmo successo se recolheram a Portugal, só com as esperanças do que depois aconteceu, as guerras que os nossos chronistas nos contam. Martim d'Ocem assistiu como testemunha ao casamento d'el-rei D. Duarte, sendo ainda infante, com D. Leonor de Aragão, em Coimbra, a 4 de novembro de 1428; e tambem na confirmação que seu pae, D. João I, fez do mesmo contrato, em Extremoz, a 2 de dezembro do mesmo anno. Foi egualmente testemunha, em primeiro logar, no instrumento que se passou dos desposorios da infanta D. Izabel, filha do citado monarcha, com Filippe, duque de Borgonha, por seus procuradores, em Lisboa, 1429. E para prova do bem que serviu em todas estas cousas, o rei D. João I, em seu testamento o mostra e confirma, por estas palavras: «E semelhante achámos e soubémos do dr. Martim Docem, do conselho nosso e do infante meu filho e seu chanceller-mór, que, em desembargar as nossas non certas e fazer outras cousas per nosso serviço, assi ante que fosse em casa do dito infante, como depois que em ella andou, que todo fez muyto bem e como devia, com resguardo de nosso serviço.» Martim d'Ocem achava-se matriculado entre os moradores da Casa Real de D. João I, com a moradia de 15$600 réis. Fal. em Santarem pelos annos de 1435, e foi sepultado na egreja do convento de S. Domingos, na capella de S Pedro, no cruzeiro, n'um tumulo levantado, onde se esculpiu a sua estatua de corpo inteiro, e deitada, tendo o escudo das suas armas. Esta egreja foi profanada depois de 1834, ficando em ruinas, assim como o edificio do convento.

Ochoa (*Venancio Bernardo de*). Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, desembargador e deputado ás côrtes constituintes em 1837. Parece que depois partiu para o Brazil, onde fal. obscuramente. Escreveu: *Projecto para melhoramento dos estudos em Portugal, offerecido a seus concidadãos*, Lisboa, 1834.

Ocôlo. Pov. do sobado de Mutano, na div. e conc. do Humbe, distr. de Huilla, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Ocreza. Ribeira do distr. de Castello Branco. N. na serra de Guardunha, a O de Castello Novo, corre ao S, passa a E de Castello Branco, e de Villa Velha de Rodam, tendo varias pontes, e vae desaguar no rio Tejo, defronte de Amieira, com 70 k. de curso.

Oculis. Antiquissima freg. da prov. do Minho. Já existia no seculo VII, em 1675, quando o rei Wamba fez a divisão dos bispados da Lusitania. O nome provinha d'uns *olhos de agua* thermal que nasce aqui. Consta isto d'uma sentença que deu D. Affonso V, de Leão, quando esteve n'esta freg., e que existe no archivo da collegiada de Guimarães. Na sua data diz: *Hic in Ecclesia Sancti Michaelis in Oculis Calidarum* (Aqui, na egreja de S. Miguel, nos Olhos das Caldas). E' a actual freg. de S. Miguel das Caldas de Vizella no conc. de Guimarães.

Oddar. Pov. do conc. de Quepem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Fica proximo do rio de Sanguem, e tambem é chamado Oddor.

Odearce. Ribeira do distr. de Beja. N. a cêrca de 3 k. ao O de Cuba, corre a SE, passa sob a ponte do caminho de ferro que segue aquella direcção, e vae desaguar no rio Guadiana, depois de 40 k. de curso.

Odeceixe. Pov. e freg. de N. S.ª da Piedade, da provincia do Algarve, conc. de Aljezur, com. de Lagos, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 208 fog. e 849 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada entre montes, na margem esquerda da ribeira de Seixe. A parochia é muito antiga. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o capellão, que tinha 120 alqueires de trigo e 60 de cevada. O seu antigo nome era Seixe. Quando os arabes se apossaram do Algarve no anno de 716 chamaram ao rio, hoje ribeira, *Wad Seixe*, *Rio de Seixe*, passando depois este nome á povoação, o qual ainda conserva, pouco corrompido. O rio era navegavel em tempos muito remotos. No dia 1.º de novembro de 1755, por occasião do grande terremoto, o rio saiu mais de 6 k. do seu leito alagando todas as varzeas, e deixando n'ellas muito peixe de varias qualidades. Rebentaram então numerosas fontes. A pov. que tinha 100 casas, ficou arrazada. A egreja matriz era da ordem de S. Thiago. A pov. é fertil, mas bastante doentia por causa das aguas estagnadas. O rio de Seixe serve de divisão entre as provincias do Algarve e do Alemtejo. Havia aqui uma albergaria muito antiga, que tinha 70$000 réis de renda. Tem egreja da Misericordia, e contigua a ella uma casa para abrigo de peregrinos. Odeceixe pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17 com a séde em Lagos Sendo extincto o conc. de Aljezur, passou esta pov. para o de Lagos por decreto de 14 de agosto de 1895, e d'este para o de Odemira pela lei de 21 de maio de 1896, mas voltou para o de Aljezur,

quando este conc. foi restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898.

Odeleite. Pov. e freg. de N. S.ª da Visitação, da prov. do Algarve, conc. de Castro Marim, com. de Villa Real de Santo Antonio, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 675 fog. e 2:510 hab. Tem esc. do sexo fem., est. post., e feira nos dias 2 de fevereiro e 29 de junho. A pov. dista 14 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda da ribeira de Odeleite a 4 k. da margem direita do rio Guadiana, na estrada de Vaqueiros ao Azinhal. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o capellão, que tinha 120 alqueires de trigo. A egreja matriz é de tres naves e muito majestosa. A capella-mór e os altares lateraes são devidos ao antigo prior José Martins Faleiro, que legou todos os seus bens á freg., para se fazer aquella obra. A terra é muito fertil. Odeleite é uma das melhores e maiores freguezias ruraes do Algarve. Quando foi supprimido o conc. de Castro Marim, por decreto de 14 de agosto de 1895, passou Odeleite para o de Alcoutim, e pela lei de 21 de maio de 1896 para o de Villa Real de Santo Antonio; sendo restaurado o de Castro Marim por decreto de 13 de janeiro de 1898, voltou para esse concelho, onde se conserva. Odeleite pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro. || Rio da prov. do Algarve. N. nos valles de Maria Dias, proximo ao *Sêrro das Zébras*, freg. de Selir, engrossando com outros ribeiros vae morrer no rio Guadiana, 3 k. a E da aldeia do seu nome. Tem 54 k. de curso. As suas margens são cultivadas e ferteis.

Odelouca. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Silves, distr. de Faro. || Rio da prov. do Algarve. N. na serra da freg. de S. Barnabé, conc. de Almodovar, no sitio chamado *Cumiada dos Cançados*. Depois de receber as aguas de varios ribeiros, vae desaguar no Oceano Atlantico, em V. N. de Portimão. Segundo uma especie de itinerario, escripto por um dos cruzados, talvez inglez, que ajudaram a tomar Silves aos moiros, em 1189, itinerario que foi impresso em Italia em 1840 pela Academia Real das Sciencias de Turim, os moiros de Silves vinham buscar agua ao rio *Widrade* (hoje *Aráde*). Diz que outro rio corre para aquelle, chamado *Nydelonca*, e que sobre esse *caminho da agua* tinham os moiros quatro torres para lhes defenderem a marcha, ás quaes chamavam a *Couraça*. Segundo diz Pinho Leal, no *Portugal antigo e moderno*, vol. 6.º pag. 200, o nome d'este rio, sem corrupção, é *Wad-al-Loôq*, que significa *agua doce*. Alguns escriptores, porém, são de opinião que o verdadeiro nome arabe era *Wad-el-Occa*, agua pesada.

Odemira *(D. Affonso de Noronha, 5.º conde de)*. Senhor de Odemira, Mortagoa, Penacova, alcaide-mór de Extremoz. Era filho do 4.º conde de Odemira, D. Sancho de Noronha, e de sua mulher, a condessa D. Margarida de Vilhena. Acompanhou D. Sebastião á infausta expedição, d'Africa e morreu na batalha d'Alcacer Kibir, em 4 d'agosto de 1578. Casou tres vezes: a primeira com D. Joanna de Vilhena, filha de Manuel Telles de Menezes, senhor de Unhão, Cepães, Gestaçô, Meinedo, etc., commendador d'Ourique na ordem de S. Thiago, e de D. Margarida de Vilhena, filha de D. Fernando de Castro, capitão de Evora e alcaide-mór de Setubal. Casou a segunda vez com D. Joanna de Gusmão, filha de D. Pedro de Menezes, governador de Ceuta, e de D. Constança de Gusmão, dama e depois camareira mór da infanta D. Maria, filha de Francisco de Gusmão, mordomo-mór, da mesma infanta. De nenhum d'estes matrimonios houve descendencia. O terceiro casamento foi com D. Violante de Castro, que sobreviveu muitos annos a seu marido, e fal. a 18 de junho de 1616. Em attenção á sua 3.ª mulher, el-rei D. Sebastião confirmou em D. Affonso de Noronha o titulo de 5.º conde de Odemira. D'este consorcio houve um filho, D. Sancho de Noronha, que foi o 6.º conde do mencionado titulo.

Odemira *(D. Francisco de Faro e Noronha, 7.º conde de)*. Senhor das villas de Penacova, Mortagoa, alcaide-mór d'Alvôr, senhor do Paul de Muja, em que succedeu por nomeação de seu parente Nuno Alvares Pereira de Noronha, do qual foi herdeiro; commendador das commendas de S. Thiago de Sardoal, Santo André de Moraes, Santa Maria de Quintella, S. Salvador de Joanne, Santa Maria de Marmeleiro, Santo Isidoro de Eixo, na ordem de Christo, do conselho de Estado dos reis D. João IV e de D. Affonso VI, de quem foi aio e védor da fazenda; presidente do conselho ultramarino, ministro da Junta do Governo na regencia da rainha D. Luiza de Gusmão, etc. Era filho dos 1.ºs condes de Faro D. Estevão de Faro e D. Guiomar de Castro. Succedeu na casa por morte de sua sobrinha, a condessa D. Julianna de Faro. Seguiu a carreira das armas e serviu nas armadas portuguezas e castelhanas. Em 1625 assistiu á restauração da Bahia. Adheriu plenamente á revolução do dia primeiro de dezembro de 1640, e em 1646, não tendo o 6.º conde de Odemira, seu parente, deixado descendentes directos, foi elle agraciado, por D. João IV, com esse titulo, dando-lhe toda aquella grande casa que tinha vagado para a corôa, de juro e herdade, confórme a lei mental. O parentesco que tinha com a Casa Real reinante, como descendente por varonia da Casa de Bragança, fez com que o monarcha o honrasse com o tratamento de sobrinho, e porque era maior o assentamento, que gozavam os grandes quando tinham esta prerogativa, tirou D. Francisco de Faro carta de assentamento de conde parente, que lhe foi passada a 9 de julho de 1646. Nomeado conselheiro de Estado e presidente do conselho, foi o ministro influente, predilecto de D. João IV, e verdadeiramente o chefe do partido a que chamaram, na regencia de D. Luiza de Gusmão, o *partido velho*. Effectivamente, quando o monarcha falleceu, o conde de Odemira e o seu partido acharam-se em frente d'um outro partido novo, capitaneado principalmente pelo conde de Cantanhede, depois marquez de Marialva. D. Luiza de Gusmão, ao principio, conservou as tradições da politica de seu marido, e o conde de Odemira tomou posse do logar importantissimo e muito espinhoso de aio do joven rei D. Affonso VI, e do infante D. Pedro. Mas o partido novo, achando-se na frente d'uma menoridade, levantou a cabeça e preparou-se para a lucta. A rainha, esperando afastal-a, formou uma junta de governo, a que se poderia chamar junta de conciliação, em que entravam os dois chefes de partido, condes de Odemira e de Cantanhede, Pedro

Fernandes Monteiro e o marquez de Niza. Mas o partido novo triumphou, e o conde de Odemira, já velho, fraco e doente, não pôde luctar, e limitou-se ao exercicio do seu cargo de aio do joven rei, que desempenhou desastrosamente. Sabe-se, muito bem, quanto deploravel foi a educação de Affonso VI, a sua falta absoluta de instrucção, as más companhias a que o deixaram entregar-se, e as suas inacreditaveis correrias. O conde não conseguiu nunca ter a minima influencia no espirito do seu pupillo. Fal. em 15 de março de 1661. No seu proprio palacio erigiu um hospicio para religiosos capuchos da provincia da Piedade, que perpetuou em seus herdeiros. Antes de herdar a casa de seu irmão, havia casado com D. Marianna da Silveira, que fal. a 11 de outubro de 1648, e foi sepultada na egreja do convento da Trindade, de Lisboa. Era filha herdeira de Francisco Soares, um fidalgo a quem chamavam o *Cotovia*, por viver n'uma quinta n'aquelle sitio, cabeça do opulento morgado. D'este consorcio nasceu de D. Maria Faro, que foi a 8.ª condessa de Odemira, e succedeu na casa e morgados dos seus avós maternos, e foi herdeira de seu pae. Esta senhora casou duas vezes: a primeira com D. João Forjaz Pereira Pimentel, 7.º conde da Feira, de quem não teve successão; a segunda vez com D. Nuno Alvares Pereira de Mello, 1.º duque do Cadaval.

Odemira (*D. Maria de Noronha, 2.ª condessa de*). Filha do 1.º conde de Odemira, D. Sancho de Noronha, e de sua mulher D. Mecia de Sousa. Casou com o conde de Faro, D. Affonso, e d'este consorcio houve, entre outros filhos, D. Sancho de Noronha, que foi o 3.º conde de Odemira. D. Affonso V fez mercês á condessa D. Maria de Noronha de 1:700 corôas de tença, por carta feita em Extremoz a 5 de janeiro de 1476.

Odemira (*D. Sancho de Noronha, 1.º conde de*). Adeantado do reino do Algarve, do conselho d'el-rei D. Affonso V, governador e capitão general em Ceuta. Era filho de D. Affonso, conde de Gijon e Noronha, filho de Henrique II de Castella; sua mãe era D. Izabel, filha bastarda d'el-rei D. Fernando, de Portugal. Foi feito conde de Odemira, mercê de D. Affonso V, por carta régia, passada em Evora a 9 de outubro de 1446. Como fôra este fidalgo um dos que mais haviam contribuido para a perda do infante D. Pedro, duque de Coimbra, foi tambem elle um dos que tiveram parte nos despojos. D. Affonso V deu-lhe a villa de Portalegre e seu castello, que pertencera a seu tio, o referido D. Pedro, por mercê feita em Lisboa a 21 de novembro de 1448, mas os portalegrenses, dando um nobre exemplo de lealdade e de energia, recusaram positivamente passar para o seu novo senhor, e firmando-se n'um dos privilegios do seu foral, conseguiram repellir o jugo. O conde de Odemira foi então nomeado governador e capitão general de Ceuta. Em 1452 estava n'aquella praça, quando o infante D. Fernando saiu de Evora, e passando ao Algarve embarcou para Africa. O conde de Odemira foi tambem senhor de Vimieiro, Aveiro, Mortagoa e de outras terras, alcaide-mór de Elvas, de Extremoz, e commendador-mór da ordem de S. Thiago. Casou com D. Mecia de Sousa, senhora de Mortagoa, filha herdeira de Gonçalo Eannes de Sousa. Esta senhora era descendente da antiquissima casa que lhe deu o appellido, que acabando-se a varonia, veiu a conseguir a varonia real portugueza, deduzindo-se d'el-rei D. Affonso III, de quem era bisneto Martim Affonso de Sousa, 3.º conde do seu nome e segundo senhor de Mortagoa, pae de Gonçalo Eannes de Sousa, que foi o pae da condessa D. Mecia.

Odemira (*D. Sancho de Noronha, 3.º conde de*). Era filho da 2.ª condessa de Odemira D. Maria de Noronha, filha e herdeira do 1.º conde do mesmo titulo, D. Sancho de Noronha, e de seu marido, o conde de Faro, D. Affonso. Acompanhou seu pae para Castella, ao qual, em memoria de seu avô, lhe foi dado o mesmo nome e appellido, como successor de sua casa. Quando em 1496 el rei D. Manuel restituiu ao reino o duque de Bragança D. Jayme, seu primo, voltou a Portugal, e n'esse anno D. Manuel lhe deu o titulo de conde de Odemira, dando lhe com a grandeza a prerogativa de parente, com o tratamento de sobrinho, como se vê, entre outros documentos originaes, na carta de confirmação da villa de Vimieiro, feita pelo mesmo soberano, em Evora, a 16 de junho de 1509. O conde de Odemira foi alcaide-mór de Extremoz, senhor dos Eixos, Oies, Paus e Villarinho, e de todos os mais estados, porque nos de Sancho, seu avô, havia succedido sua mãe, a condessa D. Maria de Noronha. Fal. em 1521. Casou duas vezes: a primeira com D. Francisca da Silva, filha de Diogo Gil Moniz, vêdor da fazenda do infante D. Fernando, e de D. Leonor da Silva. Casou segunda vez com D. Angela Fabra, que depois foi camareira mór da imperatriz D. Izabel, e aia das infantas, filha de Gaspar Fabra, senhor da parte de Barigadú, que consta de muitas terras do reino da Sardenha, alcaide-mór de Almança, embaixador do rei catholico em Portugal, e de D. Izabel de Centelhas.

Odemira (*D. Sancho de Noronha 4.º conde de*). Senhor de Odemira, de Mortagoa, Penacova, das terras de Riba de Vouga, e dos julgados de Eixos, Oies, Paus, e Villarinho, alcaide-mór de Extremoz e de Alvôr. Era filho de D. Affonso de Noronha, que foi herdeiro da casa de Odemira, sendo o primeiro filho do 3.º conde d'este titulo, D. Sancho de Noronha, e de sua primeira mulher D. Francisca da Silva. Falleceu ainda em vida de seu pae, n'um combate com os moiros em Africa, a 19 de maio de 1516. Casou com D. Maria de Athaide, filha herdeira de Nuno Fernandes da Silva, senhor de Penacova, alcaide-mór de Alvôr, governador e capitão da praça de Safim. Por morte de sua segunda avó, D. Maria de Noronha, que sobreviveu a seu filho, o 3.º conde e avô de D. Sancho, succedeu o 4.º conde de Odemira nos estados que seus avós possuiam, e que tinham sido do conde de Faro, e nos de sua mãe, D. Maria de Athaide, o que lhe constituiu uma importantissima casa, que conservou com grande autoridade e estimação dos reis, a quem serviu, pela sua representação. D. João III lh'a confirmou em 1556. Foi mordomo-mór da rainha D. Catharina, mulher d'este monarcha, e fal. em 1573. Casou com D. Margarida de Vilhena, filha de D. João da Silva, 2.º conde de Portalegre, e de D. Maria de Menezes, filha de D. Alvaro, e neta de D. Fernando I, duque de Bragança. D'este matrimonio houve D. Affonso de Noronha, que foi o 5.º conde Odemira.

Odemira *(D. Sancho de Noronha, 6.º conde de).* Mordomo-mór da rainha D. Luiza de Gusmão, mulher de D. João IV. N. em abril de 1579, sendo filho posthumo do 5.º conde de Odemira, D. Affonso de Noronha, que falleceu na batalha d'Alcacer-Kibir em agosto de 1578. D. Sancho de Noronha nasceu 8 mezes depois da morte de seu pae. O cardeal rei D. Henrique lhe deu o tratamento de sobrinho, prerogativa que logrou da mesma fórma que os seus antecessores. O referido monarcha lhe confirmou a sua casa por carta régia de 27 de janeiro de 1580, e assim recebeu o titulo de 6.º conde de Odemira, e o senhorio de Odemira, Mortagoa, Penacova, de Eixo, Requeixo, Oies, Paus, Villarinho, Ribeira de Pame, e foi alcaide-mór de Extremoz e de Alvôr. Filippe II, de Hespanha, no tempo que dominou Portugal, lhe fez mercê de não pagar chancellaria, conforme o privilegio que tinha pelas suas doações, de que lhe mandou passar alvará no primeiro de setembro de 1582, e no anno seguinte, a 10 de agosto, lhe passou um padrão de certa quantia, que fôra do conde de Faro, em satisfação da judiaria de Odemira que largara. Filippe III lhe fez mercê do condado de Odemira de juro e herdade, conforme a disposição da lei mental, de que teve carta passada em Lisboa a 18 de outubro de 1609. No anno de 1640, em que foi acclamado el rei D. João IV, logo este monarcha o nomeou, a 25 de dezembro, mordomo-mór da rainha D. Luiza de Gusmão, cargo de que depois tirou carta, que lhe foi passada em nome da rainha, a 6 de dezembro de 1641. Fal. poucos dias depois, a 12 d'este mez. O 6.º conde de Odemira casou em 1598 com D. Juliana de Lara, filha de D. Manuel de Menezes, 1.º duque e 5.º marquez de Villa Real, e da marqueza D. Maria da Silva, dama da rainha D. Catharina. D'este matrimonio, nasceu uma unica filha, D. Magdalena de Menezes e Noronha, que morreu ainda creança.

Odemira. Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc. e de com., distr. e bisp. de Beja Tem duas freguezias: Salvador e Santa Maria, sendo o padroado real que apresentava em ambas, o prior tendo ō da freg. do Salvador o rendimento de 200$000 réis, e o de Santa Maria 250$000 réis. Estes parochos receberam até 1711 dois terços dos dizimos, que então passaram todos para a sé patriarchal, sendo aos dois parochos assignada a congrua referida. A villa está situada n'uma planicie sobre a margem direita do rio Mira, entre a serra de Cabeças Gôrdas e o serro dos Pinheiros, proximo da linha divisoria entre o Alemtejo e o Algarve, a 10 k. do Oceano Atlantico, e 83 k. distante da séde do distr.. E' povoação muito antiga; e alguns escriptores pretendem que seja a *Medobriga* dos gallos-celtas, e outros a *Medrobica* dos romanos; o que não ha a menor duvida é sobre a sua grande antiguidade, datando a sua fundação do tempo dos romanos, ou dos arabes *Odemira* é corrupção do arabe *Wad-Emir*, agua, ou rio do Emir. Os portuguezes, nos nomes de muitos rios, trocaram o *Wad* ou *Wed* em *Ode*; e n'outros logares a palavra *Emir*, por *Mir*, e assim se corrompeu o nome que os arabes déram a este rio, *Wad-Emir*, em *Odemir*, e por fim em *Odemira*. D. Affonso Henriques tomou a villa aos moiros em 1166. Consta que os portuguezes, entrando pela barra do rio Odemira, ou *Mira*, em V. N. de Milfontes, se dividiram por pequenos barcos, e á sombra dos canaviaes, vieram mansamente pelo rio acima, atacando de improviso o seu forte castello, e achando se os moiros desprevenidos, lh'o tomaram com pequena resistencia. Vê-se, portanto, que n'essa epoca já era uma villa importante com seu castello. D. Affonso III deu-lhe foral, em Lisboa, a 28 de março de 1256, com os mesmos privilegios do de Beja, sendo tambem concedido aos visinhos d'Odemira, mediante o pagamento de certa quantia, por finta entre si, o uso livre das aguas e pastagens do concelho; el-rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Santarem, a 5 de setembro de 1510, em que tambem concedeu aos habitantes da villa o privilegio de ficarem isentos do pagamento dos montados, dando-lhes liberdade para cortarem a madeira de que precisassem, na área de 6 k. em redor da villa, na conformidade das posturas que a camara fizesse. No anno de 1256 foi o castello de Odemira doado ao bispo do Porto, sendo confirmada esta doação por uma bulla de Alexandre IV, que concedeu indulgencias aos que viessem povoar estes logares e defendel-os dos moiros. D. Diniz, por sua carta dada em Bemfica, a par de Lisboa, aos 24 de setembro da era de 1357, fez doação do castello e villa de Odemira, com seus termos, ao almirante Manuel Peçanha. No dia seguinte lhe passou carta de fôro, obrigando o alcaide e alvasis e tabelliães do concelho de Odemira e de seus termos a reconhecer a auctoridade do almirante. Por outra carta datada de Santarem aos 22 de fevereiro da era de 1359, confirmou, a pedido do almirante, os fóros da villa. Salvo a orthographia, esse documento é o seguinte: «D. Diniz, pela graça de Deus rei de Portugal e do Algarve, a quantos esta carta virem faço saber como eu houvesse dado o meu castello e a villa de Odemira a Micer Manuel, meu Almirante, e a seus successores, com seus termos e pertenças e com o seu senhorio dos homens que moram nesse logar ou morarem d'aqui em deante, por razão do officio do Almirantado, em que me elles hão de servir, agora o dito Almirante me disse que a elle prazia que os bons fóros e costumes e usos que o concelho de Odemira houvera no tempo d'el rei D. Affonso, meu pae, e no meu, que lhe fôssem guardados, e pediu me por mercê que lh'os confirmasse. E eu, sem prejuizo nem damno do meu almirante e dos seus successores, e sem embargo da doação e jurisdicção que lhe dei em esse logar, querendo fazer graça ao dito concelho de Odemira, outhorgo e confirmo a elle seu fóros, usos e costumes bons, que houveram no tempo d'el-rei D. Affonso, meu pae, e no meu. Em testemunho d'isto mandei lhes dar esta minha carta, sellada do meu sello de chumbo. (Chancellaria de D. Diniz, liv. 3.º, fol. 134 verso). A doação da villa de Odemira a Micer Lançarote Peçanha foi confirmada por D. Fernando I por sua carta dada em Lisboa aos dez dias de julho da era de 1409 (1371). Em Odemira houve o convento de Santo Antonio, dos religiosos franciscanos (xabreganos), fundado pelo 1.º conde de Odemira D. Gonçalo de Noronha, em 1560. O jazigo d'estes fidalgos era n'este mosteiro. Este edificio, menos a egreja e a sacristia, foi vendido em hasta publica, perante a Junta do Credito Publico, em 30 de outubro de 1841, e comprado por Antonio d'Almeida

por 480$500 réis. Em 1875 era seu proprietario João Maria Lopes Falcão. A egreja de Santa Maria foi profanada e demolida em 1835, passando a parochia para a egreja do citado convento de Santo Antonio, onde se conserva. A egreja matriz do Salvador é um templo espaçoso, com quatro altares. A Misericordia foi erecta em 1569 na ermida do Espirito Santo, serve de hospital, e d'aqui passou em 1576 para a sua nova egreja. Por provisão de 4 de março de 1611 obteve a irmandade da Misericordia os privilegios da de Lisboa. A' saida da villa, na direcção da estrada que vae para S. Theotonio e outros pontos, havia ha mais de 30 annos, uma barca, em fórma de estrado, offerecendo passagem livre e gratuita, a todos os passageiros, cargas e gados, de dentro e de fóra do concelho, a todas as horas do dia e da noite, mas os passageiros tinham obrigação de resar um *Padre Nosso* e uma *Ave Maria*, por alma da bemfeitora que legou rendas para custear a albergaria d'esta barca. Na frente do arco d'alvenaria, onde estava o cabrestante, ou sarilho, que enrolava a maroma da barca, via-se uma lapide com esta inscripção:

HUM PADRE NOSSO E HUMA AVE MARIA,
PELA ALMA DE QUEM DEIXOU ESTA BARCA.
MANDOU FAZER ESTE PADRÃO, O DOUTOR JOÃO
DA ROCHA PINTO, PROVEDOR DA COMARCA
DE BEJA, EM 1672.

Estes rendimentos eram administrados pela camara municipal da villa, na conformidade do regulamento da dita albergaria. Na beira da mesma estrada está a capella de N. S.ª da Piedade. E' grande, e tem um bom retabulo de excellente talha, onde está a imagem da padroeira. E' administrada pelo prior da freg. de Santa Maria. Dizem que este santuario é antiquissimo. Dos edificios que existem em Odemira, merecem especial menção a casa da camara municipal, que tem capacidade para accommodar todas as repartições publicas. O edificio foi restaurado e ampliado em 1865. A escola de instrucção primaria tambem é elegante; foi construida pela camara em 1870 com subsidio do legado do conde de Ferreira. Tem uma galeria de retratos de varões insignes nas letras, nas armas e nas virtudes, e uma bibliotheca popular. Em 1863 fundou um theatro a Sociedade Recreativa Odemirense, o qual se inaugurou com o drama de Mendes Leal *Os dois renegados*. Odemira deve a Antonio Vicente da Silva a posse d'um montepio, fundado em 2 d'abril de 1871, cujos estatutos fôram approvados por decreto de 26 de fevereiro de 1872. O territorio de todo o conc. é abundante em trigo, milho, centeio, cevada, tremoços, legumes, fructas, montados de sôbro, que dão bella cortiça, ditos de azinho, cêpa d'urze, mel, cêra, etc., exportando muitos d'estes generos, sendo o principal ramo de commercio a exportação da cortiça, casca de sôbro, arroz em casca, carvão vegetal, etc. Na Torre do Tombo não existe brazão d'armas d'esta villa, mas os seus habitantes sustentam que as armas de Odemira são, desde tempos remotos, sem alteração, um castello com tres torres da sua côr, sobre ondas verdes. No territorio de todo o conc. ha abundancia de minas de diversos metaes, e muitas d'ellas com evidentes vestigios de exploração desde tempos muito remotos. Em 1875 estavam em lavra as minas de ferro da freg. de S. Luiz, a 12 k. da villa, conseguindo-se em pouco tempo exportar algumas carregações de minerio. Em julho de 1874 fôram concedidas a James Lloyd mais 7 minas de ferro manganez. Em julho de 1875 fôram tambem

Vista geral de Odemira

concedidas a Thomaz Haffenden as duas minas de ferro e manganez do *Córrego das Pedras*, e da herdade das *Sesmarias*. Em agosto seguinte, a Alfredo Anduze mais duas minas de ferro e manganez, no *sêrro da Azambujeira* e no *sêrro do Buford*. Em outubro do mesmo anno ainda o referido Alfredo Anduze teve a concessão provisoria da mina de ferro e manganez do *Córrego das Batatas*. N'esse mencionado mez e anno alcançou James Lloyd a concessão provisoria das minas de ferro e manganez do *Sêrro das Ballas* e da *Courella dos Santos*, a 1.ª no conc. de Odemira e a 2.ª no de S. Thiago do Cacem. Ainda em outubro de 1875 foi Thomaz Haffenden considerado descobridor legal da mina de manganez, da herdade de *Aguas de Peixe*, do conc. de Odemira. A villa pertence á 4.ª div. mil., 8.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. Tem feira de gados, sal, generos, etc. nos dias 13, 14 e 15 de setembro, e de gado suino a 21 e 22 de dezembro; advogados, notarios, medicos, pharmacias, agencias bancarias e de seguros, escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. S.; est. do caminho de ferro na linha de sul e sueste, entre a de Saboia Monchique e o apeadeiro de Cabanas; associação *Syndicato Agricola de Odemira;* bibliotheca municipal, fabrica de cortiça e de moagens, hoteis, *Sociedade Recreativa Odemirense*, *Theatro Recreativo Odemirense*, etc. O conc. comprehende 11 freguezias com 4:341 fog. e 20:130 hab., sendo 10:647 do sexo masc. e 9.483 do fem., n'uma superficie de 163:331 hect. As freguezias são: N. S.ª d'Assumpção, de Collos, 1:395 hab.: 719 do sexo masc. e 676 do fem.; O Salvador, d'Odemira, 1:686 hab.: 886 do sexo masc. e 800 do fem.; Santa Maria, de Odemira, 1:909 hab.: 967 do sexo masc. e 942 do fem ; N. S.ª das Reliquias, de Reliquias, 1:744 hab.: 917 do sexo masc. e 827 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, 2:000 hab.: 1:129 do sexo masc. e 871 do fem.; Santa Clara, de Santa Clara-a-Velha, 1:718 hab.: 926 do sexo masc. e 792 do fem.; S. Luiz, 1:783 hab.: 921 do sexo masc. e 862 do fem.; S. Martinho, de S. Martinho das Amoreiras, 2:571 hab.: 1:396 do sexo masc. e 1:175 do fem.; S. Theotonio, 3:761 hab.: 2:007 do sexo masc. e 1:754 do fem.; Santa Catharina, de Valle de S. Thiago, 739 hab.: 356 do sexo masc. e 383 do fem.; N. S.ª da Graça, de V. N. de Milfontes, 824 hab.: 423 do sexo masc. e 401 do feminino. A freg. de S. Martinho das Amoreiras pertencia ao conc. de Ourique, mas foi annexada ao de Odemira para effeitos administrativos e judiciaes, por carta de lei de 17 de agosto de 1899. A freguezia de N. S.ª da Conceição, do Cercal, pertencia a este concelho, mas passou a formar e de S. Thiago do Cacem, em setembro de 1875. Em Odemira tem-se publicado os seguintes jornaes: *Odemirense (O)*, 24 de outubro de 1897; *Pharol de Odemira*, 1 de novembro de 1874; *Voz de Odemira (A)*, 22 de outubro de 1893.

Odiáxere. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. do Algarve, conc. e com. de Lagos, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 312 fog. e 1:504 hab. Tem est. post. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada n'uma espaçosa campina, proximo da ribeira do mesmo nome. O ordinario apresentava o cura, que tinha 230 alqueires de trigo. A terra é muito fertil. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. || Ribeira do distr. de Faro. N. na serra de Espinhaço de Cão, corre a SE, e depois a E, na freg. de Odiáxere, e entra na bahia de Alvôr com 20 k. de curso.

Odivellas (*Eduardo Alberto Pimentel Maldonado Correia da Silva Araujo, visconde de*). Opulento proprietario, negociante da praça de Lisboa. N. em 21 de dezembro de 1852, sendo filho do 2.º barão de Barcellinhos, Manuel Correia da Silva Araujo, e de sua mulher, D. Rita Soares d'Oliveira. Casou com D. Palmyra Pimentel Maldonado d'Araujo. O titulo de visconde d'Odivellas foi concedido, em 1898.

Odivellas. Pov. e freg. do Santissimo Nome de Jesus, da prov. da Extremadura, conc. de Loures, com., distr. e patriarc. de Lisboa; 446 fog. e 1:918 hab. E' uma pov. muito pittoresca situada n'um valle ameno e aprazivel, a 1 k. da estrada real de Lisboa a Torres Vedras. Tem est. post., hotel, medico, pharmacia, escolas d'ambos os sexos, banda de bombeiros voluntarios, e mercado a 27 de dezembro. O povo apresentava o cura, que tinha differentes generos, 7$000 réis em dinheiro e o pé d'altar. A freguezia é antiquissima, mas desconhece-se a data da sua creação, assim como a da fundação da egreja e o nome de fundador. Apenas se sabe que, estando em mau estado a egreja, e sendo muito pequena por ter a freguezia augmentado consideravelmente, foi demolida, construindo-se no mesmo local a actual egreja por D. Pedro II pelos annos de 1700; comtudo, na sacristia vê-se no deposito do lavatorio a data de 1573, peça que, segundo parece, já existia na primitiva egreja. Em Odivellas houve um hospicio de frades da ordem de S. Bernardo, cujo edificio foi vendido em 1834, e é hoje propriedade particular. A egreja matriz é um templo vasto, rico e majestoso; tem 7 altares todos de talha dourada, e a capella-mór revestida de marmore de differentes côres, tanto nas paredes como no tecto, que é de abobada de pedra. O tecto do corpo da egreja é de bonito estuque, em relevo. Vêem-se aqui tres valiosos paineis. A egreja possue ricas alfaias de prata, contando nas principaes 7 lampadas muito antigas, 9 cruzes grandes, um cofre rico, com emblemas do Antigo Testamento em alto relevo; lanternas, ciriaes, varas do pallio e dos mesarios, grande custodia, e outros muitos objectos, tudo de fina prata. Na torre ha um bom carrilhão de sinos. N'esta egreja deu-se um desacato em maio de 1671, praticado por um trabalhador, chamado Antonio Ferreira, o qual roubou uns vasos sagrados que vieram depois a encontrar se na calçada de Carriche, no sitio conhecido hoje pelo *Senhor Roubado*, e onde está um padrão para memoria. *(V. Senhor Roubado)*. Em Odivellas existem bellas e importantes quintas. O seu territorio é fertil em toda a qualidade de generos agricolas do paiz, sendo os principaes laranja e cebola, que se exportam em grande quantidade. Está n'esta freg. o grandioso convento, da invocação de S. Diniz e S. Bernardo, de freiras da ordem de Cistér. Foi fundado por el-rei D. Diniz, e segundo a lenda, em cumprimento d'um

voto. Este monarcha considerava como o seu divertimento predilecto os exercicios venatorios, não os monotonos e fatigantes da caça rasteira ou do ar, mas o de altaneria cheio de peripecias e de combates, que tão intimamente se casavam com o espirito guerreiro da epoca e com os costumes e habitos dos principes e dos fidalgos. A lenda, que se conta, diz que estando el-rei D. Diniz em Beja, no anno de 1294, resolveu um dia ir montear para uma serra, algumas leguas distante da cidade. Numerosa comitiva de fidalgos e de creadagem acompanhavam o monarcha, porém este em breve se viu só, porque, deitando a correr atraz d'uma corça, afastava-se com tal velocidade, que a todos os seus perdera de vista. No meio, porém, da carreira, já embrenhado n'uma densa floresta, foi assaltado por um grande urso, que o accommetteu com tanta violencia e tão de improviso, que o lançou por terra, de costas, sem lhe dar tempo a defender-se. O rei, comtudo, não perdeu o animo. Com um supremo esforço de coragem arrancou da cinta um punhal ou faca de matto, e cravou-a no peito do possante inimigo, com tanta fortuna que lhe atravessou o coração, matando-o instantaneamente. A real comitiva chegou quando o soberano acabava de sair victorioso de tão tremenda lucta. No momento solemne do perigo, el-rei fez voto de fundar um mosteiro para religiosas de S. Bernardo, se saisse a salvamento de tão perigoso transe. N'esse mesmo anno de 1294 tratou D. Diniz de dar cumprimento ao seu voto, procurando obter as necessarias licenças ecclesiasticas, e mandando aprommptar materiaes para a obra. Ultimadas as primeiras disposições, partiu o monarcha para a quinta que possuia em Odivellas, acompanhado da rainha santa Izabel, sua mulher, das principaes pessoas da côrte e do bispo de Lisboa, D. João Martins de Soalhães. Achando-se n'aquella quinta já os caboucos abertos, n'elles lançou D. Diniz a pedra fundamental no novo templo e mosteiro a 27 de fevereiro de 1295, com a maior solemnidade. Os trabalhos de construcção correram diligentemente, e ficaram concluidos no fim de dez annos. D. Diniz fez doação do mosteiro ás religiosas de S. Bernardo no anno de 1305; no entretanto, já no dia 1 de março de 1296 ali começaram a residir algumas religiosas com a sua primeira abbadessa D. Elvira Fernandes, segundo affirmava uma memoria antiga do referido convento. O risco é do architecto Affonso Martins, que tambem dirigiu os trabalhos da construcção. A egreja foi consagrada a Nossa Senhora, S. Diniz e S. Bernardo, mas a S. Diniz é que o povo adjudicou o titulo de padroeiro. Este convento passava por ser o mais grandioso que a ordem de S. Bernardo teve n'este reino, pela majestade do edificio, opulencia de rendas, numero de religiosas, e abundancia de privilegios com que D. Diniz o enriqueceu. Este monarcha fez-lhe amplas doações, e as que confirmou em 7 de fevereiro de 1295 constam do 2.° livro dos dourados do cartorio d'Alcobaça, etc. O referido soberano em 23 de março seguinte lhe fez mercê de o dotar com os padroados de S. Estevão, de Alemquer, com o consentimento da rainha D. Beatriz, sua mãe, a quem elle pertencia, e de S. Julião, de Santarem. Em 1318 lhe annexou mais o de S. João Baptista, do Lumiar, e o de S. Gião, de Friellas. Tambem lhe concedeu por seu alvará, não obstante a lei em contrario, que o convento pudesse herdar os bens das religio-

Vista de Odivellas

sas. Outrosim ordenou por sua alma 7 capellães com o competente rendimento, e que no dia de S. Diniz se désse bôdo ao povo que concorresse ali. Por fim fêl-o couto de jurisdicção civil com muitas isenções e privilegios que se conservam no Archivo Real, particularmente no 3.º livro da Extremadura a pag. 145. Os annaes do mosteiro contam que nas discordias que se deram entre D. Affonso V e seu tio e sogro, D. Pedro, duque de Coimbra, de que resultou ter morrido D. Pedro na desastrada batalha de Alfarrobeira em maio de 1449, os filhos e a propria mulher do desditoso infante fôram perseguidos, vendo-se obrigados a procurar na fuga a salvação. Sua filha, D. Filippa, apenas com 12 annos de edade, foi acolher-se no mosteiro de Odivellas, e ali permaneceu, vivendo segundo a regra monastica mas sem professar, até que falleceu em 1497. Tambem passou algum tempo n'este convento a princeza Santa Joanna, entregue aos cuidados de sua tia, D. Filippa de Lencastre, irmã da rainha D. Izabel, mulher de D. Affonso V. Achando se a egreja e o mosteiro muito deteriorados pela acção do tempo, no meado do seculo XVII, procedeu-se por ordem de D. João IV a uma reconstrucção quasi geral, que fez perder ao corpo da egreja a sua harmonia architectonica. O risco e direcção das obras foi de Fr. João Turreano, architecto e monge de S. Bento. No seculo seguinte, segunda reconstrucção foi ordenada por D. João V, mais para embellezar e engrandecer, do que por necessidade de reparação. A architectura gothica foi tambem sacrificada no corpo da egreja e no coro das freiras. O edificio do mosteiro foi accrescentado com dormitorios novos de tanta capacidade que a communidade elevou-se a um numero consideravel. A terceira e ultima reconstrucção foi em resultado da ruina causada pelo terremoto do primeiro de novembro de 1755. A capella-mór ficou illesa interiormente, mas na parte exterior soffreu muito. No corpo da egreja abateu uma grande parede da abobada de laçaria de pedra das suas tres naves. Como a ruina da capella-mór apenas prejudicava a conformidade e belleza da architectura exterior, ficou sem reconstrucção. Porém a abobada das naves desappareceu, ou derrocada pelo cataclismo, ou occulta na reedificação sob as camadas do estuque. No mosteiro tambem o terremoto causou grandes destroços, que se repararam. A fachada do templo constitue a parte exterior da capella-mór, que tem a fórma de um meio octangulo, com tres grandes janellas, de arcos de ponto subido, nas suas tres faces principaes. E' toda construida de cantaria. Julga-se que se erguia aos lados d'ella, um pouco mais recolhidas, duas altas torres que o terremoto derrocou. Um corpo do edificio, tambem construido de cantaria, com uma janella ogival, similhante ás tres janellas acima citadas, e proximo da porta da egreja, parece que era a parte inferior d'uma das duas torres. Esse alludido corpo mostra na parte superior ruinas que não deixam duvida sobre a sua primitiva elevação. Da outra torre não restam vestigios, pois que no seu logar se vê uma construcção moderna. A porta da egreja é de estylo gothico, mas simples, e abre-se ao lado da capella-mór, da parte do Evangelho. Serve-lhe como de vestibulo uma extensa alpendrada, sustentada por columnas de marmore, e encostada ao edificio do mosteiro, a qual foi construida em 1573; as suas paredes fôram forradas de bellos azulejos em 1671. Debaixo d'esta alpendrada avultava, meio embebida na parede, uma enorme pedra. Lia-se por baixo a seguinte inscripção, gravada n'uma lapide: «Este pelouro man-

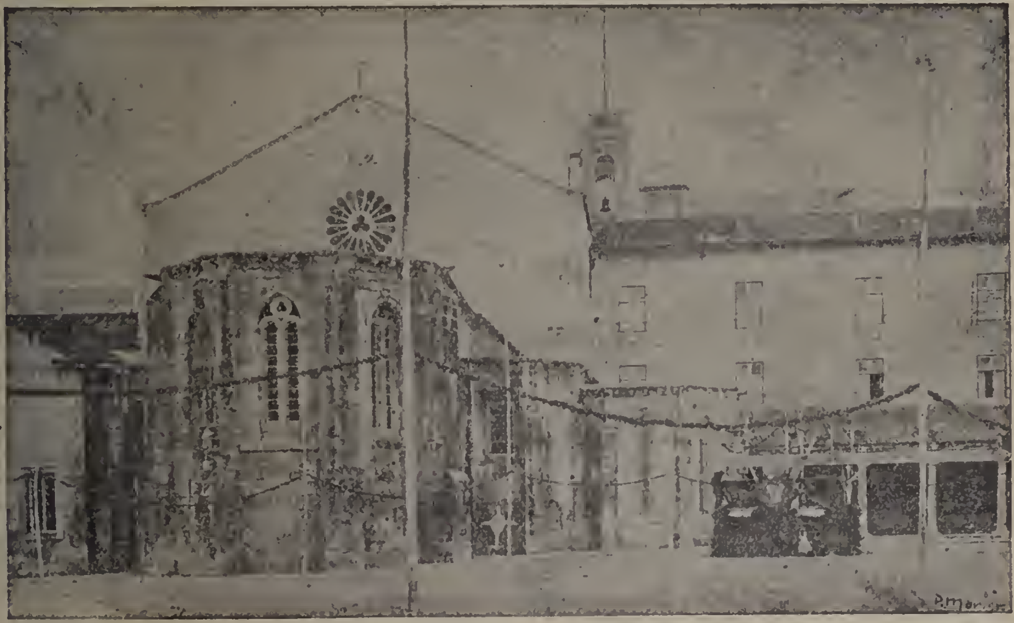

Convento de Odivellas (Parte antiga

dou aqui offerecer a S. Bernardo Dom Alvaro de Noronha, por sua devoção, que he dos quom que lhe os turcos combateram a fortaleza Durumuz, sendo ele capitam dela na era de 1557.» Esta data era a da collocação da bala na dita parede, porque o cêrco e combate da cidade de Ormuz a que se refere a inscripção, succederam no anno de 1552. Em 18 de fevereiro de 1893 veiu este celebre pelouro para o Museu de Artilharia, onde se admira. O templo é de tres naves e de grandes proporções. No corpo da egreja ha quatro altares. com retabulos de pintura a oleo. O pavimento é de lageas quadradas de marmore branco, preto e côr de rosa, dispostas em xadrez. O coro das freiras faz continuação á egreja, da qual é separado por uma grade de madeira. E' tão espaçoso que lhe guarnecem as paredes vinte altares. A capella-mór não perdeu interiormente as suas feições primitivas, a principal das quaes é a extrema simplicidade na sua architectura, que se casava em intimos laços com a extrema singeleza dos habitos e costumes nacionaes. A abobada é de cantaria artesoada As paredes são nuas de ornatos. Levanta-se um throno sobre o altar mór, com ornamentação de talha dourada. Aos lados estavam dois nichos com imagens de santos esculpidas em madeira, e por cima dois quadros de pintura religiosa, attribuidos a Grão-Vasco, bem como outros dois, que adornam a capella-mór. Estes quadros fôram ha muitos annos substituidos por outros de pouco valor, sendo os antigos vendidos por uma das abbadessas. Está sepultado n'esta capella o infante D. João, filho de D. Affonso IV, fal. sem ainda ter um anno. Aos lados da capella-mór estão duas capellas ou sacristias que escaparam á acção destruidora dos cataclismos e dos reformadores N'uma d'estas está o mausoléo do fundador. O primeiro logar do monumento foi no meio do corpo da egreja, sendo transferido mais tarde para a nave lateral, junto da parede, da parte da Epistola, e porque as freiras se queixavam de que lhes não deixava vêr o altar-mór, tambem d'ali o arrancaram desterrando-o para um logar improprio, por ser acanhado e com pouca luz. N'estas mudanças padeceu o tumulo lamentaveis estragos. O tumulo é de marmore, ou lioz, e tem de comprimento 2m,62 e de altura 1m,42. A estatua d'el-rei D. Diniz, com as vestes reaes ao uso da epoca, tem a cabeça sobre uma almofada, e os cabellos compridos e soltos, a barba crescida, e os pés encostados a um lebreu, que já lhe falta a cabeça A estatua tem bastantes estragos no rosto, no collo e nas mãos. Junto á cabeça vêem-se os restos despedaçados d'uma figura de bispo, que orava posto de joelhos. Era a estatua de S. Diniz. Com os reparos que se fizeram no tumulo em 1861 desappareceram os restos da figura de S. Diniz, e os concertos que se fizeram na estatua do rei, deram-lhe outro aspecto que muito a prejudicou. As figuras que resaltam, em meio relevo, do fundo dos nichos, duas em cada um, representam monges da ordem de S. Bernardo, com livros nas mãos, menos os que ficam da parte dos pés e da cabeça. Aquelles empunham um archote e um cofre, e estes não são monges; representam um rei de joelhos deante d'um prelado que está lendo n'um livro. Parece referir-se a el-rei D. Diniz e ao santo do seu nome. São de differente especie os animaes em quo descança o mausoléo. Todos estão mais ou menos mutilados, incluindo o urso, lançado sobre um homem deitado de costas. Todavia reconhecem-se perfeitamente as duas figuras, e que o homem crava uma faca de matto no peito da féra, junto ás guellas. O tumulo está debaixo d'um docel de velludo suspenso da abobada. O mosteiro d'Odivellas foi n'outro tempo muito celebrado pela opulencia do seu thesouro em vasos sagrados, e outras peças de ouro e prata do ornato das imagens o dos altares, e do serviço do culto; em paramentos, armações e diversidade de alfaias. Desde D. Diniz até D. João V poucos soberanos deixaram de enriquecer a egreja com valiosas offertas. Infelizmente o terremoto de 1755 sepultou sob as ruinas da egreja e do mosteiro uma grande parte d'essas preciosidades, dando ao mesmo tempo occasião a que muitas, que escaparam á acção destruidora do cataclismo, fôssem desencaminhadas e para sempre perdidas. Mas não se limitaram a estes prejuizos as perdas d'aquelle thesouro, porque ainda ha talvez pouco mais de 30 annos possuia bastante copia de peças de prata e de paramentos ricos, que serviam nas principaes festividades, porém quando o Estado entrou na posse do mosteiro, pelo fallecimento da ultima religiosa, achou toda aquella riqueza reduzida quasi a verdadeira pobreza. No claustro vê-se na parede fronteira ao altar de S. João Baptista um sepulchro, onde jaz D. Maria Affonso, filha bastarda d'el-rei D. Diniz, que foi religiosa d'este mosteiro e n'elle falleceu em 1320, ainda em vida de seu pae. O refeitorio, cozinha e mais officinas, são proporcionadas á vastidão do mosteiro, e ao avultado numero de religiosas, que compunham a communidade na primeira metade do seculo XVIII. Porém, tudo é obra das differentes reconstrucções, que já citámos. A cêrca foi outr'ora real, e conserva d'aquelle tempo como memoria de seus antigos senhores, a denominação de *Valle de Flôres*, com que é ainda designado o seu jardim. A cêrca é extensa, e contém bons terrenos. Corta-a e rega-a um ribeiro; tem um grande lago e varios tanques. No edificio installou-se em 1899 o Instituto Infante D. Affonso. (*V. este nome*, no vol. III, a paginas 986). No tempo de el-rei D. João V este convento creou muito má fama, por causa dos escandalos das freiras com os fidalgos seus amantes e com o proprio rei, a quem chamavam o *freiratico*, que era assiduo frequentador do convento, entretendo amores com algumas freiras, de quem teve filhos, com especialidade da celebre madre Paula, de quem tambem houve um filho, D. José, um dos tres infantes conhecidos pelos *Meninos de Palhavã*. Os outeiros que se realisavam no convento, em que os poetas improvisavam versos glosando os motes que as freiras lhes mandavam das janellas, eram sempre muito concorridos, chegando muitas vezes ao escandalo. A'cêrca do convento d'Odivellas póde lêr-se a *Caveira da Martyr*, por Camillo Castello Branco; *O Mosteiro de Odivellas, casos de reis e memorias de freiras*, por J. C. Borges de Figueiredo; *As minhas queridas freirinhas d'Odivellas*, por Manuel Bernardes Branco; *Chronicas de Odivellas*, por Pinheiro Chagas, *Occidente*, vol. IX, de 1886; *O mosteiro d'Odivellas*, por Vilhena Barbosa, no *Archivo Pittoresco*, vol. VI; *As Amantes de D. João V*, por Alberto Pimentel; *Summario de varia historia*,

do dr. Ribeiro Guimarães; *A Madre Paula*, de Rocha Martins, etc. Proximo do convento, sobre um outeiro, ergue-se um arco de pedra, de architectura gothica, chamado geralmente *Monumento de D. Diniz*, e o vulgo dá-lhe o nome de *Memoria*, Segundo a tradição, descançou ali o corpo de el-rei D. Diniz, quando o conduziram de Santarem, onde falleceu em janeiro de 1325, para o convento que fundára. Se a tradição é verdadeira, é provavel que a construcção da *Memoria* seja obra de D. Affonso IV, seu filho. Entretanto, o chronista Fr. Francisco Brandão, descrevendo o enterro de D. Diniz, accrescenta o seguinte: «Alguns querem dizer que onde agora está um arco de pedraria, parou a liteira, e se fizeram as Mostra ter sido concertado em diversas epocas, e talvez lhe accrescentassem, na occasião d'estes reparos, alguma peça de novo, como a cruz floreada que o corôa. Não tem inscripção alguma antiga, apenas se vê gravada, junto da base, na frente que olha para Lisboa, a seguinte inscripção:

1721.—R. T. V.

Será talvez a data do ultimo concerto que se lhe fez. A povoação de Odivellas pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 5, com a séde em Lisboa. Sobre o rio vulgarmente ali conhecido pelo *Rio Secco*, que corre entre o logar de

Memoria de D. Diniz em Odivellas

costumadas cerimonias; mas aquelle arco, que responde a outro que está á saida de Lisboa, para aquella parte (no *Campo da Forca)* se puzeram por descançar n'aquelles logares o féretro de D. João I, quando de Lisboa veiu trasladado ao seu jazigo real, do convento da Batalha.» O outro monumento designado por Fr. Francisco Brandão, já não existe; estava no *Campo da Forca*, hoje *Campo de Santa Clara*. O arco de Odivellas, pela cruz floreada que lhe orna a cupola, distinctivo da ordem de Aviz, da qual D. João I foi grão-mestre, parece dar razão a Fr. Francisco Brandão. O monumento consiste n'um arco ogival, de cantaria, tendo no fecho o brazão das armas de Portugal, com 13 castellos em orla. O centro do arco até metade da sua altura, é occupado por tres pequenos arcos, sustentados por oito columnetas, tendo sobre ellas uma mesa. A architectura d'estes arcos é meio gothica, meio arabe, e denuncia uma epoca anterior a D. João I, em cujo reinado a architectura gothica chegou á maior perfeição e pureza n'este reino.

Pombaes e Odivellas, construiu-se uma ponte, por iniciativa de Marcellino Dias da Encarnação, que em 1888 era proprietario da quinta do *Espirito Santo*, a qual se inaugurou em 9 de setembro d'esse. A ponte é de ferro e madeira e com fundamentos de alvenaria assentes sobre as margens do rio, no sitio em que termina a rua do Espirito Santo, de que tomou o nome. Abrange a extensão de 10 m., e foi construida com toda a solidez, sendo o plano de Victor Encarnação, que n'essa epoca era estudante de engenharia. Esta ponte é de grande utilidade para os habitantes da localidade. Por portaria de 2 de setembro de 1902 foi creada em Odivellas uma estação postal de 4.ª classe. A Irmandade do Santissimo Sacramento da freguezia do Santissimo Nome de Jesus de Odivellas tem a administração das capellas instituidas por Ambrosio Moreira, Maria do Espirito Santo, José Pereira de Sousa e D. Francisco de Sousa. A'cerca da fonte de Odivellas diz a *Memoria sobre chafarizes*, etc., de Velloso d'Andrade, impressa em 1851: «A uni-

ca agua publica, que existe n'este logar, é a de uma fonte que fica abaixo do lagar d'azeite das Freiras, e quasi encostada a uma quinta que foi do sr. José Pereira de Sousa Caldas. Forma um plano baixo para o qual se desce por oito degraus, e tem em comprido 21 palmos, e largo 17 e meio. Em frente da escada está a Fonte, cujo peitoril é rente com o plano de fóra; e tem o dito peitoril 6 palmos de comprido, e d'este á peça de volta 5 de alto; faz um fundo de 7 e meio, e agua de 3 e meio que sae por cima do peitoril, já muito arruinado.» || Pov. e freg. de Santo Estevão, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Ferreira, distr. e bisp. de Beja; 145 fog. e 605 habitantes. Tem esc. do sexo fem. e est. post. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda da ribeira do mesmo nome. O real padroado apresentava o cura, que tinha 180 alqueires de trigo e 90 de cevada. A terra é fertil, sobretudo em cereaes. Cria muito gado de toda a qualidade, principalmente suino, que exporta. A pov. pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. || Ribeira do distr. de Evora. N. a 2:500 m. ao SO de Portel, corre a O, passa ao S de Oriola, a SE de Albergaria dos Fusos, a NO de Villa Ruiva, a SE de Alvito, e entra no rio Sado com 70 k. de curso.

Odreiro. Individuo que faz, ou vende, odres, especie de vasilha feita de couro ou da pelle dos lanigeros, e que serve para conter azeite, vinho, mel, etc., em transporte. Este officio tinha regimento especial na collecção do senado de Lisboa reformada por Duarto Nunes do Leão, em 1572.

Odres. Pov. na freguezia de S. Julião, conc. e distr. de Portalegre.

Odrinhas. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Odzi. Rio da prov. de Moçambique, Africa Oriental, tributario do rio Save. Marca o limite occidental do antigo reino de Manica, e entra no seu receptor um pouco a O do monte Chitacanha.

Oeiras (*Sebastião José de Carvalho e Mello, 1.º conde de*). Foi o 1.º marquez de Pombal. V. *este titulo*.

Oeiras. Villa da prov. da Extremadura, séde de conc., com., distr. e patriarc. de Lisboa. Tem uma só freg, N. S.ª da Purificação. Está situada em terreno plano, nas proximidades da margem direita do rio Tejo, a 15 k. de Lisboa. O prior e os beneficiados da freg. de S. Lourenço, de Lisboa, apresentavam o cura, que tinha 30 alqueires de trigo, uma pipa de vinho e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, mas não se sabe quando foi fundada, nem o nome do fundador, desconhecendo-se tambem a data em que se formou a parochia. Sabe-se apenas que a sua egreja matriz era bastante antiga, que o terremoto do primeiro de novembro de 1755 a destruiu, sendo logo reedificada, e é a que ainda existe. Esta egreja foi restaurada interiormente ha perto de 30 annos. A pintura do tecto é em apainelados sobre fundo azul estrellado, trabalho do pintor Cotrim E' d'uma só nave, muito espaçosa e clara, notando-se-lhe grande profusão de marmores, principalmente na capella-mór. No côro vê-se um bom orgão. Encerra o templo diversos quadros, em geral sem valor, á excepção d'alguns que são attribuidos a Pedro Alexandrino de Carvalho. Na sacristia ha um arcaz, movel antigo de carvalho, destinado á guarda de paramentos, no qual se descobre uma valiosa indicação ácerca da antiguidade da egreja. N'uma chapa de metal amarello collocada na aresta superior da frente do arcaz, lê-se:

Estes cachois mandou fazer D.os Dias F.rs sendo juiz n'esta Santa Irmandade do Santissimo Sacramento de Oeiras. No anno de 1694.

Oeiras era apenas uma aldeia, grande e muito bem situada. Em 6 de junho de 1759 D. José I, elevando o seu primeiro ministro, Sebastião José de Carvalho e Mello, a conde de Oeiras do juro e herdade, e seus irmãos a secretarios de Estado, deu a esta povoação a categoria de villa, por um alvará passado logo no dia seguinte, 7 de junho. Desde então começou para a nova villa uma epoca de esplendor e desenvolvimento, mas por morte do seu primeiro conde, mais tarde marquez de Pombal, ficou estacionaria. O referido monarcha deu foral a Oeiras, no paço d'Ajuda, a 25 de setembro de 1760. Esta villa é das poucas terras portuguezas que teem *foral novissimo*, isto é, dado pelos successores d'el-rei D. Manuel. Percorrendo a margem direita do rio Tejo, desde Oeiras até S. Julião da Barra, encontram-se dois fortes: o de *S. João das Maias* e o de *Santo Amaro*, construidos, como quasi todos das margens do Tejo, por D. João IV e seus dois filhos, D. Affonso VI e D. Pedro II. A praia de Oeiras é bastante concorrida na estação balnear por familias de Lisboa e d'outras localidads. A' beira mar formou-se ha poucos annos uma nova estancia balnear muito aprazivel, chamada *Santo Amaro*. Tem-se edificado ali ultimamente elegantes chalets, e tem estação na linha do caminho de ferro de Cascaes, que fica entre as de Paço d'Arcos e de Oeiras. Ha na villa quintas magnificas, sendo as melhores as duas que pertencem aos srs. marquezes de Pombal, as quaes estão situadas, saindo da villa a um e outro lado da estrada que conduz a Carcavellos, que se tornam dignas de menção pelo copado e frondoso arvoredo que n'ellas se ergue majestosamente; são conhecidas pela designação de *Quinta de cima* e *Quinta de baixo*. A mais notavel é a que se prolonga do norte ao sul, o que encerra o grandioso palacio. Os fundadores d'esta quinta e do palacio fôram os dois irmãos do grande estadista Francisco Xavier de Mendonça, secretario de Estado, o Paulo de Carvalho de Mendonça. D. Prior de Guimarães e presidente do senado. Diz Vilhena Barbosa, no *Archivo Pittoresco*, vol. VI, pag. 385. «A amizade que uniu os tres irmãos, que sempre viveram juntos, fez com que os dois mais novos, Francisco o Paulo, applicassem o rendimento dos seus bens patrimoniaes, e os vencimentos que recebiam do Estado pelos diversos cargos que exerciam, e que tudo perfazia a avultada somma de 22:360$000 réis annuaes, a bemfeitorisar e augmentar as propriedades que pertenciam ao mais velho, Sebastião José de Carvalho, por herança de seus paes, por dote de sua primeira mulher, D. Thereza de Noronha, sobrinha dos condes dos Arcos, e por successão nos vinculos instituidos por seu tio, Paulo de Carva-

lho, e Athaide, arcipreste de Santa Egreja Patriarchal, fallecido no anno de 1737. Os dois referidos irmãos vincularam e uniram ao morgado de Oeiras todos os bens que ahi compraram, e as importantes bemfeitorias que n'elles fizeram. D. Thereza de Noronha morreu sem successão, porém empregou os vinte contos em dinheiro que trouxe de dote na compra de beus de raiz, que vinculou e uniu ao morgado de seu marido. Uma parte d'esses bens eram situados em Oeiras. Foi d'este modo, e no decurso de vinte annos, que se formaram e se ennobreceram com esplendidas construcções os morgados de Oeiras, que o primeiro marquez de Pombal ainda accrescentou depois da morte de seus irmãos, e á custa dos proprios rendimentos dos mesmos vinculos » O palacio tem quatro frentes, e é d'um aspecto grandioso. A principal deita para um grande pateo, e é flanqueada por dois pavilhões; duas frentes ficam sobre dois formosos jardins, e a ultima fica para a estrada. Fez a planta e dirigiu os trabalhos o architecto Carlos Mardel, natural da Hungria, que veiu para Lisboa em 1733, e aqui permaneceu até fallecer em 1763, tendo sido encarregado d'algumas construcções tambem importantes. O palacio tem magnificos ornatos exteriores nas frontarias que deitam para os jardins. Possue excellentes salas, nas quaes se notam moveis de diversas epocas e estylos, bastante apreciaveis, valiosas obras d'arte e alguns objectos historicos. «Estas preciosidades, diz Vilhena Barbosa no artigo já citado, são as seguintes: um *painel de S. Francisco*, pintado por Ticiano; varios *quadros originaes de Vanloo;* os *paineis da capella* feitos por André Gonçalves, um dos nossos melhores pintores, que floresceu no ultimo quartel do seculo XVII e no primeiro do seculo XVIII; um *painel de Santo Antonio,* copiado do original que está em Roma, e é retrato do thaumaturgo; *um quadro com os retratos do primeiro marquez de Pombal e de seus dois irmãos, Francisco e Paulo de mãos dadas, e cercados da letra: Concordia fratruum,* que julgamos producção de D. Joanna Ignacia Monteiro de Carvalho, natural de Lisboa, onde foi estimada artista, e conhecida do vulgo pelo nome de *Joanna do Salitre*, por ser o sitio da sua residencia; *O primeiro modêlo em cêra da estatua equestre d'el-rei D. José*, saido das mãos de Joaquim Machado de Castro, autor da mesma estatua; um *lindo presépio de marfim e madreperola; duas estatuas de marmore, representando Alpheo e Arethusa*, desenhadas por Joaquim Machado de Castro, e esculpidas por João José Elveni e Francisco Leal Garcia, discipulos do celebre estatuario romano Alexandre Giusti; *dois baixos relevos em prata*, allegoricos ao reinado de D. José I; *um retrato em miniatura do papa Clemente XIV* (Ganganelli), offerecido por elle ao primeiro marquez de Pombal; *um annel de camapheu*, que está vinculado, representando o mesmo pontifice; a escrevaninha de que se serviu el-rei D. José quando habitou n'este palacio nos verões de 1775 e 1776; e finalmente diversos moveis do uso d'aquelle grande homem de estado.» A livraria do palacio encerra alguns manuscriptos raros. A capella é elegante, muito bem illuminada; foi restaurada em 1893. Em tres altares tem reliquias de varios santos e santas. Nos jardins é opulenta a vegetação, e tem a adornal-os bellas estatuas de marmore, sendo algumas de boa esculptura. O que se encontra de mais notavel na quinta é a cascata, chamada *dos poetas*, a adega e a horta ajardinada. A cascata é originalissima e de grande effeito; tem um lindo docel de verdura, com que a cobrem diversas arvores gigantescas. E' construida de diversas qualidades de pedras, brilhando, entre a cantaria e a pedra tostada e carcomida, os spathos calcareos, de faces lustruosas e espelhentas, e de côr branca ou avermelhada. A cascata compõe-se de tres corpos, tendo cada um a sua gruta, lago e terrado, havendo escadarias de um e d'outro lado que conduzem aos differentes terrados, do maior dos quaes, o do centro, se desfructa um lindo panorama de mar e bosques. Nos terrados dos corpos lateraes admiram-se quatro bustos colossaes de marmore de Carrara, representando *Homero*, *Virgilio*, *Camões* e *Tasso*, magnificos trabalhos de Machado de Castro. Na gruta do centro vê-se uma bella figura do *Tejo*, tambem de marmore de Carrara, que foi ali collocada em 1882, por occasião das festas do centenario do marquez de Pombal. A adega é um grande edificio de dois andares, sendo no primeiro a adega e no segundo o celleiro. Adornam a fachada principal do palacio doze bustos de imperadores romanos, em marmore de Carrara, collocados sobre pedestaes. A adega é dividida em tres naves por duas ordens de arcadas, compostas de quinze arcos cada uma. Contiguo á adega, no lado posterior, está a casa dos lagares, os quaes são sete e construidos em altura sufficiente para d'elles vir directamente o vinho para os toneis por encanamentos de cantaria, que giram em volta das paredes da adega. Ao centro da horta existe um tanque de marmore, com um grupo de figuras de marmore de Carrara, feito em Roma. O terreno onde está a adega e mais officinas, com os respectivos pateos, jardim e horta, fôra uma quinta pertencente aos viscondes de Barbacena, e que o marquez de Pombal comprara com dinheiro do dote da sua primeira mulher. Conforme dissémos, a villa de Oeiras tornou-se muito importante e considerada depois que Sebastião José de Carvalho e Mello recebeu o titulo de conde em 1759. El-rei D. José, no verão dos annos de 1775 e 1776 habitou com toda a côrte n'aquelle majestoso palacio, para poder fazer uso todos os dias dos banhos do Estoril, que ficavam proximos. O marquez de Pombal, titulo que já havia recebido em setembro do 1769, aproveitou a permanencia do monarcha no seu palacio, na epoca mencionada, para lhe offerecer um espectaculo, fazendo-lhe vêr os resultados praticos das sabias reformas emprehendidas no seu reinado, e mostrar aos portuguezes e aos estrangeiros os progressos que Portugal fizera e os recursos que a sua industria promettia, respondendo assim com factos demonstrativos da prosperidade publica ás accusações e calumnias dos inimigos. Determinou então que se fizesse em Oeiras uma grande feira, onde concorressem productos de todos os generos da industria fabril portugueza, e para este fim fôram enviadas circulares ás autoridades de todas as provincias do reino, ordenando que intimassem os donos das fabricas a virem armar barracas em Oeiras, e n'ellas expuzessem á venda os diversos productos da sua industria. Ninguem faltou á intimação, e a feira teve um exito completo, que foi uma verdadeira exposição de

tudo quanto se fabricava então em Portugal, e assim teve a villa d'Oeiras a honra de vêr dentro dos seus muros a primeira exposição industrial que se realisou em Portugal, e provavelmente a primeira que se effeituou na Europa. Foi então uma epoca gloriosa para a pittoresca villa, vendo concorrer ao seu recinto toda a côrte, o corpo diplomatico, consules, funccionarios publicos, que o ministro convidara, e Lisboa em peso, que a curiosidade attrahia áquella villa, admirando o espantoso desenvolvimento da industria portugueza na immensa variedade de producções, e do aperfeiçoamento notavel de muitas d'ellas. Aquella memoravel feira e exposição foi um grande triumpho para o distincto homem de Estado, para el-rei D. José, e para a villa de Oeiras. A outra quinta que os marquezes de Pombal possuem n'esta localidade, como dissémos no começo d'este artigo, é de menos importancia. E' cortada por extensas ruas de bosque, e um rio que vae desaguar no Tejo, proximo da villa. Ao atravessar a quinta, corre encavado, e por um e outro lado, acompanham largas ruas, assombradas por frondoso arvoredo, e adornado de grandes vasos de marmore, que a espaços corôam a muralha do encanamento, o qual é guarnecido de alegretes e assentos. Diversas pontes de pedra dão passagem de uma para a outra margem do rio. Na quinta ha duas cascatas dignas de menção: a *da Taveira* e a da *Mina d'Ouro*. A primeira está construida no gosto commum d'este genero de edificações, e é adornada com dois satyros, de marmore, tendo na frente um jardim com dois tanques; a segunda é muito mais pittoresca, posto que não tenha ornatos artisticos. A sua fabrica tem mais novidade, e é majestoso o effeito das aguas despenhando-se. A cascata eleva-se a grande altura, encostada a uma collina, por onde sóbe em degraus semicirculares, que vão diminuindo no comprimento, até rematarem n'um terrado onde está o reservatorio. De um e d'outro lado da escada, a acompanham altas e copadas arvores. Oeiras pertence á 1.ª div. mil., 1.ª brigada, circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com Lisboa; agencia das companhias de seguros *Bonança* e *Tagus*; associações *Soccorros mutuos 25 de março* e *Socorros mutuos de Oeiras*; fabrica de lanificios, medicos, notario, pharmacia, *Philarmonica Academia Instrucção Musical de Oeiras*, *Theatro Taborda*; hoteis, etc. Além da egreja matriz, ha em Oeiras varias capellas, sendo as principaes a de *N. S.ª da Conceição e Santo Amaro*, templo historico, antiquissimo, tem bella obra de talha nos altares, e esplendidos estuques em alto relevo e bons azulejos. Era muito mais pequena na sua origem e sómente dedicada a Santo Amaro; mais tarde foi augmentada, e tambem dedicada á Senhora da Conceição. Na casa que lhe fica annexa está estabelecido o *Albergue de Santo Amaro* para pobres desvalidos de ambos os sexos. A capella de Santo Amaro foi muito visitada por el-rei D. Manuel I no tempo da descoberta da India. Quando começou a devoção da Senhora da Atalaia, por occasião d'uma grande peste, foi a freguezia de Oeiras uma das primeiras que festejou a imagem no seu santuario da Atalaia, perto da Aldeia Gallega, em 1506. O brazão de Oeiras, que é recente, foi desenhado por Carlos de Mattos Pinto Fernandes, sendo vereador, e approvado pela camara em 1897. A camara tem estandarte com

Palacio do Marquez de Pombal em Oeiras

o mesmo brazão bordado. O brazão tem o campo branco com duas palas azues cruzadas, e sobre ellas quatro espheras armilares em ouro. Sobre o cruzamento das palas, as armas reaes portuguezas do tempo de D. João I, na parte inferior entre as duas palas, o brazão dos Carvalhos, usado pelas familias do conde de Oeiras e marquez de Pombal, o qual é: Em campo azul uma estrella de ouro, de oito pontas, entre uma quaderna de crescentes de prata. Em Oeiras publicou se *A Gazeta d'Oeiras*, 30 d'abril de 1893. O conc. comprehende 4 freguezias, com 1:743 fog. e 9:160 hab.; sendo 4:758 do sexo masc. e 4.402 de fem., n'uma superficie de 5:366 hect. As freguezias são: S. Pedro, de Barcarona, 1:240 hab.: 628 do sexo masc. e 612 do fem.; S. Romão de Carnaxide, 3:657 hab.: 1:746 do sexo masc. e 1:911 do fem.; N. S.ª da Purificação, de Oeiras, e N. S.ª da Conceição, de S. Julião da Barra, ambas reunidas: 4:263 hab.: 2:384 do sexo masc. e 1:879 do fem. Os logares principaes do concelho são: Algés, Cruz Quebrada, Dáfundo, Damaia, Laveiras e Cartuxa, Linda a-Pastora, Linda-a-Velha, Paço d'Arcos, Porcalhota, que passou a denominar-se *Amadora*, por decreto de 28 de outubro de 1907; Portella e Outurella; e Porto Salvo. O principal commercio de todo o conc. é cereaes, fructas, leite, doces, carnes frescas, salgadas e fumadas, vinho, lanificios, roupas brancas, cabedaes, cantarias, alvenarias e cal. Este conc. foi extincto por decreto de 26 de setembro de 1895, e annexado ao de Cascaes, com excepção da freg. de Barcarena que passou para o de Cintra. Foi depois restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898, com todas as freguezias, menos a de Carcavellos que lhe pertencia, e que continuou pertencendo a Cascaes. Pelo mesmo decreto foi annexada a Carnaxide a parte da freguezia de Bemfica exterior á estrada da circumvalação fiscal de Lisboa, que pelo decreto de 26 de setembro de 1895 havia passado para a de Bellas no conc. de Cintra. O conc. de Oeiras é considerado industrialmente muito importante, não só por estar n'elle estabelecida a fabrica de polvora de Barcarena pertencente ao Estado, como tambem por outros estabelecimentos industriaes. || Pov. da freg. de N. S.ª da Victoria, no sobado de Quissala, 9.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Ribeira do distr. de Faro. V. *Alvacarejo*. || Rio do distr. de Lisboa. V. *Mouro*.

Oeste. Baixos situados a O do archipelago de Bijagoz, na Guiné, Africa Occidental. Consistem n'um parcel onde arrebenta sempre o mar e que está coberto de 3 a 5 m. d'agua. Deve evital-os quem demandar a entrada do rio de Geba pelo canal S. || Cabo situado na costa O da ilha de Santo Antão, no archilpeago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Sub grupo assim denominado das ilhas que fórmam os grupos de Barlavento e Sotavento do archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental. Do primeiro grupo constituem sub-grupo as ilhas de Santo Antão, S. Vicente, Santa Luzia e S. Nicolau, e do segundo as ilhas Brava e do Fogo. || Pequeno cabo situado a uma legua da costa O da ilha do Corvo, no archipelago dos Açôres.

Oeynhausen *(Carlos Augusto, conde de)*. General que esteve ao serviço de Portugal nos fins do seculo XVIII. N. a 5 de dezembro de 1738. Era filho de Frederico, conde do mesmo titulo, e de Melusina, condessa de Kielmansy, e pertencia a um ramo de uma das mais antigas familias da Westphalia, e tanto pelo lado de seu pae como de sua mãe era aparentado com algumas casas soberanas da Allemanha. Em 1753 foi feito gentil homem da côrte de Jorge II, rei de Iglaterra, e entrando no serviço das tropas allemãs d'este soberano, partiu em 1758 para Inglaterra e serviu de ajudante general do commandante d'aquellas tropas, o general Sporch. Passando depois ao serviço do landgrave de Hesse Cassel, fez todas as campanhas da guerra dos Sete Annos no exercito dos alliados, commandados pelo principe Brunswick, achando-se na maior parte das batalhas e acções que então se deram. Promovido a tenente coronel em 1762 foi posteriormente ajudante general do principe d'Anhalt-Bernburgo, general em chefe das tropas d'Hesse, elevado a coronel em 1775 e empregado pelo landgrave em varias missões diplomaticas ás côrtes de Vienna, Haya e Berlim. Obrigado por motivos particulares a deixar o serviço d'esse paiz, voltou a Inglaterra e d'ahi veiu para Portugal em setembro de 1776. Frequentando muito a casa dos paes da celebre marqueza d'Alorna, foi por esta escolhido entre os muitos pretendentes que a desejavam para esposa, e para afastar as duvidas que a differença de religião levantava, o conde abraçou a religião catholica romana. A cerimonia do baptismo foi feita com grande pompa assistindo toda a côrte, e por essa mesma occasião foi o conde armado cavalleiro da ordem militar de Christo, sendo a rainha D. Maria I quem lhe deu o abraço ou accolada, D. Pedro III quem lhe poz o cinturão e tocou com a espada nua, ajudando os principes D. José e D. João os paes na investidura. Em seguida foi o conde despachado coronel do 1.º regimento de infantaria do Porto, para onde partiu logo depois do casamento, que se realisou no dia 15 de fevereiro de 1779. No anno seguinte foi nomeado enviado na côrte de Vienna, e ahi permaneceu perto de quatro annos, no fim dos quaes voltou a Portugal e continuou a servir no exercito. Em 1789 foi feito marechal de campo, no anno seguinte commandou as tropas reunidas no campo d'instrucção da Porcalhota, subiu a tenente-general de infantaria em 1792, exerceu o logar de inspector geral de infantaria, e estava nomeado governador do reino do Algarve quando falleceu, a 3 de março de 1793. (V. *Alorna, marqueza de*, no *Portugal*, vol. I, pag. 224 e seguintes). Um de seus filhos João Carlos Ulrico, que foi tambem conde de Oeynhausen, nasceu a 31 de outubro de 1791. Foi despachado capitão de cavallaria das Minas Geraes em 1809, passou em 1815 para o exercito de Portugal e morreu a 14 de agosto de 1822, sendo tenente-coronel do regimento de cavallaria n.º 4.

Oferçom ou **offreçom**. Termo antigo; peita, *luvas*, serviços, presentes, regalos, jantares, comedorias, etc., que para remissão de algum vexame, se offerecia ao alcaide, ou senhor da terra, ou aos seus ministros e officiaes. E' por isso que em alguns foraes se chama *alcaidaria*. No foral dado a Thomar pelos cavalleiros do Templo, em 1162, traduzido no principio do seculo XIV, diz-se: «O Juiz e Alcaide seiam a vos postos, sen ofreçom... En nhas asenhas non dedes mais ca de XIII partes, huma, sen ofreçou... en La-

garidiga.» *Lagaridiga*, ou *lagaradiga*, era o tributo que se pagava pelo vinho colhido.

Officios mechanicos. V. *Rogimento dos officios.*

Offrendar. Termo antigo que vem do latim offero. N'um documento de Lamego, de 1316, lê-se: «Mando que offrendem hum anno de XVIII dinheiros cada dia, e candêas da minha casa.»

Olan. V. *Oyan.*

Olro. V. *Ouro.*

Olros (*Casaes dos).* Na freg. de N. S.ª da Puricação, de Pontével, conc. do Cartaxo, distr. de Santarem.

Óis do Bairro. Pov. e freg. de Santo André, da prov. do Douro, conc. e com. de Anadia, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 74 fog. e 264 hab. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada a 3 k. da margem direita do rio Certime. Foi conc. com camara, juiz ordinario, juiz dos orphãos, escrivães e mais empregados. E' pov. muito antiga, mas parece que só teve o foral que lhe deu el-rei D. Manuel, em Lisboa, a 12 de setembro de 1514. A terra é muito fertil, e tem muito bom vinho da Bairrada. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. Existe aqui o palacio da familia Calheiros, onde ha uma linda capella com magnificas pinturas de Pereira Junior.

Óis da Ribeira. Pov. e freg. de Santo Adrião, da prov. do Douro, conc. e com. d'Agueda, distr. e bisp. de Aveiro; 113 fog. e 432 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada na estrada real que vae d'Agueda a Aveiro, a 10 k. da estrada de Oliveira do Bairro, na margem esquerda do rio Agueda. A Casa de Bragança era donataria da freguezia, e apresentava o prior, que tinha 270$000 réis de rendimento. Tem foral dado por el-rei D. Manuel, em Lisboa, a 2 de junho de 1516. Ois da Ribeira é pov. muito antiga, porque existe uma escriptura de doação, feita por Flamula ao mosteiro de Pedroso, em 1079, na qual se diz que metade d'Eixo e Ois eram de D. Thereza Fernandes, mulher do conde de D. Mem Viegas de Sousa. A outra metade, da villa e egreja d'Ois, era da corôa. Depois ficou sendo metade do rei, e a outra metade dos filhos do conde D. Mendo de Sousa, ou *Souzão*, e do mosteiro de Santo Thirso. D. Fernando I deu ao conde D. João Affonso de Sousa *toda a parte e direito e quinham que avia na aldea doões da rribeyra, e na aldea do rrequeixo de rriba do vouga, com todos seus termos e jurdiçoões, como os do dito comde avia em eixo.* A carta de doação foi dada em a 22 de setembro de 1407, era de Cesar, 11 de setembro de 1369 da de Christo. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 24, com a séde em Aveiro.

Oitava. Povoações nas freguezias: S. Lourenço, de Pias, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Maria Maior e conc. de Goes, districto de Coimbra.

Oitavos Logar do conc. de Cascaes, distr. de Lisboa. Posto semaphorico.

Oitubro. Era muito frequente até ao seculo XIII, e ainda usado até ao XVI, pôr-se ás creanças no baptismo o nome dos mezes do anno. Vêem se em muitos documentos *Janeiro* e *Januario*, que é o mesmo; *Fevereiro* e *Fevreiro; Março, Marçal* e *Marçallo; Abril, Maio, Junho* e *Junio; Julho* e *Julio*; *Agosto, Augusto* e *Agostinho*, e *Oitubro.* Não consta que se tomassem para esse effeito os nomes dos mezes de setembro, novembro e dezembro. Em 1301 comprou o bispo de Vizeu D. Egas muitas propriedades no termo de Pinhel, as quaes constam do tombo velho d'aquella cathedral, e n'elle, a fl. 6, se vê, entre outras testemunhas, um *Oitubro Beetis*, isto é, Oitubro, filho de *Beito (*Bento).

Okussi. Um dos reinos em que se divide a parte portugueza da ilha de Timor, na Malasia, (archipelago de Sonda, Oceania). Está situado na costa N, á beira-mar, na região do Survião, e portanto encravado no territorio hollandez. E' o unico que se encontra em taes circumstancias, pois que todos os outros ficam na região dos Bellos. A sua população orça por uns 14:000 habitantes, entre os quaes 1:600 são christãos. A lingua falada pelos naturaes é o vaqueno. A capital é a provincia maritima do mesmo nome, que dista cêrca de 130 k. de Dilly. Commando militar, templos christãos e escolas. Porto de Lifáo, onde, até mais do meado do seculo XVIII, foi a capital da Oceania portugueza. Foi em 1701 o durante a administração do primeiro governador do Timor, Antonio Coelho Guerreiro, que o regulo de Okussi se alliou aos portuguezes nas luctas que então se travaram na ilha, recebendo em recompensa a patente de tenente-general. Em 1769 foi o *leoray* d'este reino que obrigou os portuguezes a abandonarem Lifáo, que servia do capital, e a transferil-a para Dilly. Em 1859, pelo tratado effeituado com a Hollanda para regular a posse, cessão e limites de differentes territorios n'aquellas regiões, o reino de Okussi continuou a pertencer-nos, embora esteja encravado no territorio pertencente á Hollanda.

Olala. Pov. e freg. de N. S.ª do O', da prov. da Extremadura, conc. e com. de Torres Novas, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 510 fog. e 2:131 hab. Tem caixa post. A pov. dista 6 k. da séde do conc. O prior de S. Thiago, de Torres Novas, apresentava o cura, que tinha 50$000 rs. de congrua, 1 alqueire de trigo de cada fogo, e o pé d'altar. A pov. pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Fornello, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Olalhas. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Thomar, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 621 fog. e 2:243 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, medico e est. post. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada a 4 k. da margem direita do rio Zezere. E' da prelazia de Thomar, hoje annexa ao patriarchado. O rei, pela Mesa da Consciencia e Ordens, apresentava o vigario, que tinha differentes generos e 20$000 réis em dinheire. Houve aqui lavra de sete minas d'ouro, com algum resultado, mas depois ficaram abandonadas. Foi villa, e teve foral, dado por el-rei D. Manuel, em Lisboa, a 14 de novembro de 1514. A terra é fertil, e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar.

Olano *(Fr. Antonio).* Religioso menor. N. perto de Torres Vedras. Escreveu uma obra com o titulo de *Martyrio de Frei André de Spoleto*, quo

foi traduzida em italiano por João Maria Branenlupo de Montepulcio, e publicada em 1574 com o *Thesouro das virtudes*, de Fr. Affonso da Ilha.

Olaria. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real.

Olaulim. Pov. do conc. de Bardez, no distr. e arcebisp. de Gôa, India. Está situada a NO da ilha do Chorão.

Oldem. Pov. do concelho de Sanguem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada na margem esquerda do rio de Candiapar.

Oldrões. Pov. e freg. de Santo Estevão, da prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. do Porto; 142 fog. e 547 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e fabricas de manteiga. A pov. dista 4 k. da séde do conc. A mitra e o real padroado apresentavam alternativamente o reitor, que tinha 70$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Valpedre, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Olêdo. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 390 fog. e 1:372 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., permutando malas com Idanha-a-Nova. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada a 4 k. do rio Alpreade. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil, cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Oleicultura. V. *Olivicultura.*

Oleirinhos. Povoações nas freguezias: S. Verissimo, de Lagares, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santo André, de Meixedo, conc. e distr. de Bragança.

Oleiro. Fabricante de louça de barro. Este officio tinha regimento especial na collecção do senado de Lisboa reformada em 1572.

Oleiro. Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira; N. S.ª de Guadalupe, de Porto da Cruz, conc. de Machico, distr. do Funchal. || Santa Maria, de Sobreposta, conc. e distr. de Braga. || S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Oleiros (*Francisco de Albuquerque Pinto Castro e Napoles, 1.º barão e 1.º visconde de*). Coronel de milicias reformado, condecorado com a cruz n.º 3 da campanha da Guerra Peninsular. N. a 27 de setembro de 1778, fal. a 23 de maio de 1868. Era filho de Francisco Rebello d'Albuquerque Pinto Maldonado, senhor dos morgados de Alcains e Oleiros, capitão-mór da mesma villa, que falleceu, a 6 de janeiro de 1818, sendo casado com D. Brites Maria da Cunha Pereira Castro e Napoles. O visconde de Oleiros succedeu na casa de seu pae, e casou a 27 de novembro de 1809, com D. Maria de Guadaluppe Pereira Forjaz de Mesquita Coutinho Barreto da Fonseca, filha unica de Diogo da Fonseca Barreto de Mesquita Coutinho, senhor da casa da Deveza em Castello Branco. O titulo de barão de Oleiros foi concedido por decreto de 16 de janeiro de 1837, e o de visconde por decreto de 22 de fevereiro de 1854.

Oleiros (*Francisco Rebello de Albuquerque Mesquita e Castro, 2.º visconde de*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, commendador da ordem de N. Senhora da Conceição, governador civil de varios districtos, etc. N. a 27 de novembro de 1815, e falleceu ha bastantes annos. Era filho do 1.º visconde de Oleiros. (V. o *artigo antecedente*). Casou a 14 de julho de 1836 com D. Antonia Maria de Paiva e Albuquerque, filha de Francisco José de Paiva, commendador da ordem de Christo, e de sua mulher, D. Ignacia Vicencia de Paiva. Foi-lhe renovado o titulo de visconde concedido a seu pae, por decreto de 4 de agosto de 1854.

Oleiros. Villa da prov. da Beira Baixa, séde de conc., julgado municipal, com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre. Tem uma só freguezia, N. S.ª da Conceição. Está situada n'um alto, correndo-lhe ao pé o rio do seu nome, onde tem apparecido areias de ouro. Dista da capital do distr. 36 k. Oleiros era uma das 12 villas do grão-priorado do Crato, da ordem de Malta. O grão-prior apresentava o vigario, que tinha diversos generos e 12$000 réis em dinheiro. Affirma-se que o nome d'esta villa não vem de *oleiros*, fabricantes de louça de barro, mas de *olleiros*, palavra castelhana e portugueza antiga, que se pronunciava *olheiros*. Deu causa a este nome a circumstancia de haver alguns *olhos*, ou *olheiros*, nascentes, de agua no sitio em que a villa está fundada. Diz se tambem que existiu um tanque no sitio onde depois se ergueu o pelourinho. O monto onde está a villa é de pouca elevação, e corre de E a O. A maior parte da pov. estende-se pela encosta do monte, para o norte. A villa é cercada, do N a S por 4 collinas, sobre as quaes se vêem as capellas do *Espirito Santo*, *S. Sebastião*, *Santa Margarida* e *N. S.ª das Candeias*. A primitiva capella de Santa Margarida estava no sitio, que se ficou chamando *Horta da Santa*. Estando arruinada construiu-se outra capella em logar mais apropriado. Em 1809 tinha vindo de Castello Branco uma grande porção de polvora, que se recolheu n'esta capella. Passando por aqui os francezes n'esse anno, lançaram-lhe fogo por meio d'um rastilho; o edificio ficou completamente arruinado com a explosão, indo a imagem da padroeira pelos ares, mas passados tempos appareceu incolume no sitio das Lameiras. Este facto foi attribuido a milagre da Santa, e o povo, que sempre lhe consagrou a maior devoção, tratou de lhe erigir nova capella, que é a que existe. Mandou povoar a villa o prior D. Mem Gonçalves, commendador da ordem do Hospital, e lhe deu foral, por beneplacito do 2.º grão-mestre D. Affonso, pelos annos de 1350. El-rei D. Manuel deu-lhe foral novo, confirmando o antigo, em Lisboa, a 20 de outubro de 1513. O melhor edificio da villa é a egreja matriz, obra d'el-rei D. Manuel. Está edificada no topo do monte, dominando toda a villa. Em 1639 ainda estava por concluir e já bastante arruinada, mas depois reedificou-se e concluiu-se. O templo é majestoso e de tres naves. Diz-se que as columnas que sustentam os arcos das naves são da antiga egreja que os templarios fundaram no logar do *Mosteiro*, 5 k. a O da villa. Estas columnas são da ordem corinthia, e assentam sobre plinthos quadrangulares. A capella-mór foi feita pela commenda de Malta, e o

corpo da egreja por offertas voluntarias dos parochianos. A capella-mór tem 11 m. de comprimento e 6,m6 de largura, com a altura correspondente. Vê-se ali uma bella tribuna, throno e sacrario, tudo de boa talha dourada. O forro é apainelado, dividido em 24 quadros, representando as principaes scenas da vida de Christo, todos primorosamente pintados, mas já bastante damnificados pelo tempo. As paredes são revestidas de azulejos até ás cimalhas, e n'elles se admiram differentes figuras biblicas, d'um desenho muito correcto. Sobre o altar-mór, e ao fundo do throno, está a imagem da padroeira, N. S.ª da Conceição. O corpo da egreja tem 22 m. de comprimento, desde a porta principal até ao arco cruzeiro, 12 m. de largura e outros 12 de altura, ao centro. Tem duas sacristias: uma da confraria do Santissimo Sacramento, e outra para o serviço dos ecclesiasticos. O forro d'esta é pintado a oleo, apresentando ao centro, sobre campo preto, uma cruz branca, com 8 pontas, symbolisando as 8 bemaventuranças, que é a divisa dos cavalleiros de Malta. O forro da nave central do templo é dividido em 27 quadros, pintados a oleo, representando varias scenas do Antigo Testamento. As naves lateraes teem pinturas de ornato. Tem 4 altares lateraes. A porta principal do templo fica a O, e as duas lateraes são uma ao N e outra ao S. A' entrada da primeira d'estas portas vêem-se duas sepulturas, muito antigas, ambas com brazões d'armas gravados nas tampas, mas com a continuação da passagem sobre ellas, estão tão gastas que mal se conhecem. Uma é de marmore, e está partida em tres pedaços; tem um epitaphio, que pouco se póde lêr, mas que indica ter sido ali sepultada Izabel da Costa, mulher de Salvador Leitão. A outra sepultura é de granito, e se teve inscripção, já se não conhece. Em frente da egreja matriz e com a porta principal voltada para o N, está a egreja da Misericordia, que tambem é um templo muito antigo. Foi reparado em 1714, como consta d'uma inscripção que está no arco da capella-mór, na pedra que serve de fecho. Ignora se a epoca da sua fundação, mas, dizem que existe no cartorio da Santa Casa uma escriptura de emprasamento, feita em 1506. Ao N d'esta egreja e contigua a ella, está a capella do Senhor dos Passos, imagem muito perfeita e de grande veneração. Dentro da villa ha mais tres capellas pertencentes a particulares: *N. S.ª de Guadalupe*, *S José* e *N. S.ª Mãe dos Homens*, todas tres construidas no meado do seculo XVIII. Ao S da egreja matriz estão as casas que fôram residencia dos commendadores de Malta, casas que se consideraram bens nacionaes, sendo vendidas depois de 1834. Na villa ha tres praças ou terreiros: *Largo do Adro*, *Largo da Deveza* e *Largo da Praça*. E' neste ultimo, de fórma triangular, e como formando a base do triangulo, que está o edificio da camara municipal, que é muito antigo; no centro da praça ergue-se o pelourinho, no topo do qual se vêem as armas da villa Estas armas não consta que existam na Torre do Tombo, compõem-se de 4 chatarizes da sua côr, em campo verde, o que parece confirmar a tradição dos *olheiros*. Na villa ha tres fontes: a *das Freiras*, a *do Chafariz* e a *Fonte Nova*; duas escolas de instrucção primaria, uma de cada sexo, ambas em edificios pagos pela camara municipal; havia ainda uma aula de grammatica latina, que foi supprimida depois de 1834. A 6 k. ao S da villa, e mesmo no alto da serra do *Fernão Porco*, vê-se uma grande cavidade, chamada *Cova da Moira*, por se dizer feita no tempo do dominio dos arabes. Tem mais de 20 m. de comprimento e outros tantos de largura, e uma profundidade de 6 m. Dentro da mesma cova, na rampa do E, existia ainda em 1845 uma pequena porta, praticada na rocha, dando entrada para um subterraneo. Hoje, segundo parece, está completamente obstruida debaixo da terra que as aguas da chuva para ali tem acarretado. Oleiros pertence á 2.ª div. mil., 4.ª brigada, grande circumscripção mil. Central, e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. Tem escolas d'ambos os sexos, est. telegr. post. com serviço de emissão e pagamento de vales, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N. Thomar; agencias bancarias e de seguros, hospedaria, medico, pharmacia, notario, *Sociedade Philarmonica Oleirense*, feira a 25 de março e 1 de novembro, que duram tres dias; mercado no 4.º domingo de cada mez, etc. No conc. de Oleiros existem algumas minas metalicas. Em maio de 1874 foi registada na camara municipal de Oleiros uma mina de galena. O conc. comprehende 12 freguezias, com 2:319 fog. e 11:054 hab., sendo 5:232 do sexo masc. e 5:822 do fem., n'uma superficie de 58:254 hect. As freguezias são: S. Thiago Maior, de Alvaro, 1:519 hab.: 702 do sexo masc. e 817 do fem.; S. Francisco de Assis, de Amieira, 562 hab.: 269 do sexo masc. e 293 do fem.; S. João Baptista, de Cambas, 760 hab.: 344 do sexo masc. e 416 do fem.; S. João Baptista, de Estreito, 1:373 hab : 677 do sexo masc. e 696 do fem.; N. S.ª das Dôres, de Isna, 443 hab.: 227 do sexo masc. e 216 do fem.; N. S.ª do Carmo, de Madeirã, 796 hab.: 354 do sexo masc. e 442 do fem.; N. S.ª da Victoria, de Mosteiro, 525 hab.: 230 do sexo masc. e 295 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Oleiros, 2:790 hab.: 1:358 do sexo masc. e 1:432 do fem.; S. Bartholomeu, de Orvalho, 883 hab.: 423 do sexo masc. e 460 do fem.; S. Simão, de Sarnadas, 496 hab.: 241 do sexo masc. e 255 do fem.; S. João Baptista, de Sobral, 517 hab.: 216 do sexo masc. e 301 do fem.; S. Sebastião, de Villar Barrôco, 390 hab.: 191 do sexo masc. e 199 do fem. O O principal commercio do conc. é milho, castanha e azeite. || Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Douro, conc. e com. da Feira, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 228 fog. e 1:028 hab. Tem fabricas de papel. A egreja parochial dista 9 k. da séde do conc. O reitor da freg. de Arcozêllo apresentava o cura, que tinha 80$000 réis de rendimento, e o pé d'altar. A terra é muito fertil; cria muito gado bovino, que exporta para Inglaterra. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, a com séde em Aveiro. Antigamente houve n'esta pov. muitos oleiros, que deram o nome á freg.; dizem que o barro ainda é abundante, porém muito ordinario, servindo só para fazer telha e tijolo. No logar de Caudal d'esta freg. fundou-se em 1811 uma grande fabrica de papel, cujos productos fôram premiados em varias exposições portuguezas, e nas internacionaes de Londres, em 1862, e Paris em 1867. Foi destruida por um incendio em 1854 e

reedificada em 1859. Em 1855 tambem se fundou uma fabrica de fiação de algodão, cujos productos fôram premiados nas exposições de Lisboa e Porto, e na de Londres, em 1862. || Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 104 fog. e 378 hab. Tem est. post. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Ave. A mitra apresentava o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimento. N'esta freg. ha vestigios de fortificações romanas ou arabes. A terra é fertil; cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 124 fog. e 599 hab. Tem est. post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. A egreja matriz está situada a 1:500 m. da estrada real de Braga a Ponte do Lima, e a 3 k. da margem direita do rio Cávado. O abbade de Cabanellas apresentava o vigario, que tinha 100$000 réis de rendimento. A terra é muito fertil; cria muito gado, e tem bastante caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de Santo Adrião, da provincia do Minho, conc. e com. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 97 fog. e 476 hab. A egreja parochial dista 2 k. da séde do conc. A pov. está situada na margem esquerda do rio Lima. A mitra apresentava o abbade, que tinha 400$000 réis de rendimento. A terra é muito fertil em todos os generos da agricultura, cria muito gado de toda a qualidade, exportando o bovino para Inglaterra em grande quantidade. A pov. pertence á 3.ª div. mil e ao distr. de recrut. e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Urró, conc. de Penafiel, distr. do Porto, onde ha um apeadeiro, entre o de Irivo e a est. de Paredes. || Povoações nas freguezias: S. Paio, de Favões, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Roufe, conc. de Guimarães, districto de Braga. || Santa Marinha, de Roussas, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Serzêdo, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo André, de Villa Nume, conc. de Cabeceiras de Basto, do mesmo distr. || S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Oleiros de Baixo. Povoações nas freguezias: S. Paio, de Favões, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Martinho, de Rio de Moinhos, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || O Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, do mesmo districto.

Oleiros de Cima. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, districto do Porto. || S. Paio, de Favões, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || S. Martinho, de Rio de Moinhos, conc. de Penafiel, do mesmo districto.

Oleiros da Vereia. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Gondezende, conc. e distr. de Bragança.

Olela. Pov. na freg. de Santa Senhorinha, de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, districto de Braga.

Olellas. Pov. na freg. de S. Pedro, de Almargem do Bispo, conc. de Cintra, districto de Lisboa.

Olga. Pov. na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Almendra, conc. de V. N. de Fozcôa, distr. de Villa Real.

Olhainho. Pov. na freg. de S. Salvador, de Portella Suzã, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Olhalvo. Pov. e freg. de N. S.ª da Encarnação, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Alemquer, distr., patriarc. e Relação de Lisboa; 335 fog. e 1:606 hab. A pov dista d'Alemquer 6 k. para o norte, communica com a Merceana e com a Labrugeira por estradas de macadam. Está situada junto da margem esquerda da ribeira de Alemquer. O povo apresentava o cura, que tinha 100 alqueires de trigo, 60 almudes de vinho e 4 cantaros de azeite. Foi curato, annexo á egreja da Magdalena, de Aldeia Gavinha. Olhalvo é uma das aldeias mais asseadas e pittorescas do concelho, vivendo os seus habitantes do producto das suas vinhas, que antes da crise vinicola davam de sobejo para os conservar em regalada abastança. Esta freguezia compõe-se dos logares de Olhalvo, Pocariça e Pena Firme, e de algumas quintas e casaes, das quaes as mais notaveis são as quintas da *Lagem*, *Margem de Arada*, da *Ramalheira* e da *Boa Vista*. Até 1612 era tudo isto da freg. de Aldeia Gavinha. Então, creando-se esta freg., ficou sendo curato dependente da antiga matriz até 1834. Serviu de egreja parochial até 1840, a capella de N. S.ª da Encarnação e S. Sebastião, de Olhalvo, ficando a mesma Senhora a ser padroeira da nova freg., mas n'esse anno de 1840 mudou a séde da parochia com a mesma invocação, para a espaçosa egreja do mosteiro da ordem dos carmelitas descalços, a requerimento dos parochianos, que puderam conseguir do governo que a egreja não fôsse vendida, assim como aconteceu ao mosteiro, cêrca e officinas, sendo-lhe essa egreja concedida pela portaria de 20 de abril de 1836. O convento dos carmelitas fôra fundado em 1648 por D. Manuel da Cunha, arcebispo de Lisboa e capellão-mór de D. João IV. O terremoto de 1755 deixou a egreja quasi arrasada, pelo que teve de ser reconstruida pelos fundamentos, terminando as obras em 1782, quasi todas feitas com esmolas dos devotos, porque o convento era pobre. Em 1834 desappareceram muitas alfaias e paramentos da egreja. A rica bibliotheca do fundador, já então estava muito reduzida, porque elle e sua irmã, D. Marianna de Mendonça, tinham dado licença aos frades para venderem os livros que lhes não fôssem precisos. Em 1834 tambem desappareceu o resto dos livros, que eram ainda muitos e bons, assim como os paramentos. O edificio e officinas do mosteiro fôram vendidos ao visconde de Fonte Arcada. A egreja evitou-se, que fôsse vendida, conforme dissémos. E' um sumptuoso templo em fórma de cruz, com cinco altares todos de abobada de pedra. Todos os altares são de talha dourada e de grande belleza. Um dos da direita é dedicado ao Santissimo Sacramento. Na egreja existem boas imagens ainda do tempo dos frades, bem como alguns quadros a oleo de valor, em riquissimas molduras, dadiva do fundador, que era grande amador das bellas artes. Segundo os entendedores, destaca-se um grande e valioso retabulo representando S.

Pedro na gruta, chorando de arrependimento por ter negado tres vezes a Jesus Christo; tambem é de muito valor o retabulo, de grandes dimensões, representando a Sacra Familia. O retrato a oleo do fundador, em corpo inteiro, foi em tempo tirado do local onde estava, e remettido para a Bibliotheca Nacional, de Lisboa, e deve ali existir, se acaso não foi queimado, como aconteceu a muitos quadros que se enviaram para aquelle estabelecimento. Na capella-mór existem, além da sepultura do fundador, as dos grandes portuguezes Simão da Cunha, general do mar da India, fallecido em 1529; Tristão da Cunha, senhor de Gestaçô e Penajoia, fallecido em 1439; Ruy da Cunha, copeiro-mór de D. João III, fallecido em 1559; Simão da Cunha, copeiro-mór de el-rei D. Sebastião, fallecido em 1624. D'estes illustres mortos apenas restam alguns ossos, porque os caixões desappareceram carcomidos pelo tempo. Na referida capella-mór se vêem embutidas na parede quatro lapides, de pedra fina, cada uma com a sua inscripção commemorativa. A egreja tem um soberbo côro, e debaixo do arco se vêem duas lapides, que vieram da capella mór, tendo cada uma longa inscripção ácêrca das sepulturas do arcebispo D. Manuel da Cunha e de sua irmã D. Marianna de Mendonça, que tinham sido sepultados na capella-mór. A sacristia é um salão vasto e majestoso, todo de abobada, tendo d'um lado um immenso guarda roupa, e as paredes ornadas de quadros a oleo. Possue boas alfaias e bellos paramentos, tudo arrecadado com muita ordem, graças á solicitude do fallecido João da Cunha Costa e Silva, cavalleiro rico, que residia n'este logar. Hoje existe n'esta egreja tudo quanto é preciso para que as funcções do culto se façam com o devido esplendor. No centro da aldeia ainda existe a capella de N. S.ª da Encarnação, séde da primitiva freguezia, e um pouco mais abaixo para o lado do norte, uma outra consagrada a N. S.ª da Conceição, pertencente ao abolido recolhimento para donzellas, que em 1663 ali fundara Izabel das Chagas. Ambas as capellas estão abertas ao culto, e regularmente conservadas pela junta de parochia. O cemiterio, que até 1906 existiu perto da egreja parochial, foi mudado n'aquelle anno para fóra da aldeia a instancias do fallecido Francisco dos Santos Reis, que offereceu o terreno e alcançou varios donativos, não só do governo como de alguns habitantes do logar para a sua installação. Existem ainda na freg. de Olhalvo varias familias distinctas, sendo uma das principaes a familia Goes, representante do celebre chronista d'el-rei D. Manuel, Damião de Goes. O ultimo morgado de Goes foi Francisco de Goes Souto Maior de Moraes du Bocage, que nasceu em julho de 1852, e falleceu em Olhalvo em 29 de junho de 1898. Foi um agricultor muito distincto exercendo por vezes varios cargos no concelho, que lhe foi berço. Era filho de Francisco de Goes Souto Maior du Bocage, e de D. Rita de Cassia Moraes Correia de Sá e Castro, e casou com sua prima, D. Maria Izabel da Cunha, de quem teve a Damião de Goes da Cunha du Bocage, actual representante do referido chronista. Olhalvo possue, além da cêrca do antigo convento, que pertence hoje ao commendador Antonio da Cunha Abreu Peixoto, as propriedades seguintes: *Quinta de S. José da Lagem,* dos Ferreiras d'Abreu e hoje dividida pelos seus herdeiros; *Quinta da Boa Vista* do commendador Abreu Peixoto; *Quinta da Ramalheira*, dividida em parcellas pertencentes a varios donos, e finalmente a *Quinta da Margem da Arada*, que é uma das mais antigas, senão a mais antiga do concelho. Esta propriedade data do tempo dos romanos, tendo-se encontrado por varias vezes vestigios d'aquelle povo em lapides n'ella descobertas. A ultima lapide que se encontrou na quinta, a que nos referimos, tem a inscripção;

D. M.
ANTONIAE
MAX.MAE
ANN. XXXII
CAESIAE AMOENA
MATER FILIAE
PIETISSIMAE
H. S. E.

Cuja traducção, segundo Pinho Leal, no vol. VI do *Portugal antigo e moderno*, pag. 228, é a seguinte: «Aos deuses manes. Aqui está sepultada Antonia Maxima, fallecida na edade de trinta e dois annos. Amena, sua mãe, lhe dedicou esta piedosissima memoria.» Em 18 4 pertencia a Lopo Fernandes Pacheco, senhor de Ferreira de Aves, fidalgo da antiga linhagem dos Pachecos, e que está sepultado na sé de Lisboa, que a houve por compra que fez a sua cunhada Maria Lourença, viuva de Martim Gomes de Taveira, descendente dos Taveiras, a cuja familia pertenceu a mãe de Santo Antonio. Em 1750 achamol-a aforada e em poder de Diogo Marchão Themudo, desembargador do Paço; em 1825 pertencia a Jorge Arraes de Mendonça; pertencendo actualmente á sr.ª viscondessa d'Alemquer, viuva de D. Thomaz de Napoles, 1.º visconde do mesmo titulo. Olhalvo pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 5, com a séde em Lisboa. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. permutando malas com Alemquer, medico e pharmacia.

Olhão *(Francisco de Mello da Cunha Mendonça e Menezes, 1.º conde de Castro Marim e 1.º marquez de).* Monteiro-mór do reino, gentil-homem da camara da rainha D. Maria I, gran-cruz das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição, presidente do senado da camara de Lisboa, governador e capitão general do Algarve, governador da Torre de Belem, tenente-general, e um dos governadores do reino em 1808. N. a 26 de abril de 1761, fal. a 7 de abril de 1821. Succedeu na casa dos Cunhas em 1778 a seu pae, e no officio e casa dos monteiros móros em 16 de fevereiro de 1789 a seu primo Francisco de Mello. Por decreto de 14 de novembro de 1802 foi agraciado com o titulo de conde de Castro Marim. Achava-se em 1807 encarregado do governo das armas do Algarve, sendo então já tenente-general, quando as tropas francezas commandadas por Junot, entraram em Portugal. Retirando-se para sua casa logo que se estabeleceu entre nós o governo intruso, foi um dos primeiros a acudir em defeza da patria, quando em junho de 1808 rebentou no Algarve o grito de revolta, e assumiu desde logo a presidencia da junta que se constituiu em Faro. Quando as forças populares se congregaram para expulsar

do nosso territorio os soldados de Napoleão, o conde de Castro Marim, marchando á frente das tropas que então se organisaram no Algarve, passou ao Alemtejo, chegou a Beja no dia 19 de agosto, e seguindo depois para Lisboa, estava em Evora quando se assignou a convenção de Cintra, em 30 do referido mez d'agosto, contra a qual protestou da mesma fórma que fez o general das tropas do norte Bernardim Freire de Andrade. Expulsou os soldados de Junot, logo que se tratou de formar a regencia, e foi nomeado para um dos logares de governador do reino, e pouco depois chegava a noticia que o conde de Castro Marim fôra agraciado com o titulo de marquez de Olhão, por decreto de 21 de dezembro de 1808, pelo principe regente, que vivia no Rio de Janeiro. De 1808 a 1820 exerceu o marquez d'Olhão os cargos de governador do reino e de conselheiro de guerra; depois da revolução de 1820 afastou-se dos negocios publicos, mas pouco tempo sobreviveu, porque falleceu no anno seguinte. Havia casado em 29 de novembro de 1783 com D. Joaquina Telles da Silva, filha dos 2.os marquezes de Penalva.

Olhão *(Pedro de Mello da Cunha Mendonça e Menezes, 2.º conde de Castro Marim e 2.º marquez de).* Monteiro-mór, par do reino em 1826; commendador da ordem de Christo, deputado da Junta dos Tres Estados, presidente do senado da camara de Lisboa, capitão de infantaria. N. a 14 de outubro de 1784, fal. a 2 de fevereiro de 1844. Era filho do 1.º marquez do mesmo titulo, Francisco de Mello da Cunha Mendonça e Menezes, e de sua mulher, D. Joaquina Telles da Silva. Succedeu na casa e nos titulos de seu pae em 1824, e casou a 26 de agosto de 1804 com D. Marianna de Menezes, filha dos 1.os marquezes de Vallada, D. Francisco de Menezes da Silveira e Castro, e D. Anna Thereza de Almeida. D'este consorcio houve, entre outros filhos, Francisco da Cunha Mendonça e Menezes, que nasceu a 25 de julho de 1805 e fal. em 1834, sendo alferes de cavallaria, e agraciado com o titulo de 3.º conde de Castro Marim em 19 d'agosto de 1823. E' hoje condessa de Castro Marim a sr.ª D. Rita da Silva Correia de Carvalho da Cunha Mendonça e Menezes, que reside na quinta de D. Carlos, em Alemquer; e marquez de Olhão o sr. D. José da Cunha Mendonça e Menezes.

Olhão. Villa da prov. do Algarve, séde de concelho e de com., distr. de Faro, bisp. do Algarve, Relação de Lisboa. Tem uma só freg., N. S.ª do Rosario. Está situada á beira-mar, na estrada de Faro a Tavira, a 9 k. da séde do distr., ficando-lhe para o lado de terra uma vasta planicie, o para o lado do Oceano um extenso areal. A mitra apresentava o prior, que tinha de rendimento annual 300$000 réis. Esta pov. começou pelo meado do seculo XVII por um aggregado de cabanas de palha, em que se abrigavam os pescadores durante o tempo das pescarias, até que se foi formando habitação permanente, e se fôram edificando algumas casas, constituindo-se pouco a pouco uma bonita aldeia da freg. de S. Sebastião, de Quelfes. A industria da pesca foi tão prospera que já em 1790 se não viam as cabanas de palha, tendo sido substituidas por casas de boa apparencia, contando já a pov. 1:133 fog. Concorrera muito para esta prosperidade o terem-se os pescadores aventurado, desde 1779 a 1782, a ir a Gibraltar levar refrescos aos sitiadores e sitiados, com que grangearam bons lucros. O sitio de Cadiz ainda veiu augmentar mais a riqueza de Olhão, que em 1802 já contava 1:202 fog. Pelos annos de 1700, o bispo do Algarve D. Simão da Gama, attendendo ao desenvolvimento que tinha attingido a pov., a fez parochia independente, separando-a da de Quelfes, e por essa occasião lhe construiu a egreja matriz, que é um templo elegante e muito espaçoso. Pertenceu ao conc. de Faro até 1808, anno em que por alvará de 15 de novembro do mesmo anno, dado no Rio de Janeiro, foi elevada á categoria de villa, com juiz de fóra, creando-se então o seu conc. com as freguezias de Olhão, Moncarapacho, Pexão e Quelfes, demarcando-se-lhe um pequeno termo, e dando-se-lhe o nome de *V. N. de Olhão.* Os filhos d'esta terra teem sido sempre considerados como os mais habeis e corajosos marinheiros e pescadores portuguezes; como marinheiros ha um facto assignalado nas paginas da historia do paiz: fôram elles os primeiros que levantaram o grito de independencia contra o jugo do general francez Junot, em 1808, pelo que o principe regente D. João decretou que a villa se intitulasse *Olhão da Restauração*, e permittiu que os habitantes d'ella usassem d'uma medalha, na qual se via gravada a letra O com a legenda *Viva a restauração e o Principe Regente, nosso senhor.* Não satisfeitos ainda estes leaes patriotas de arriscarem as vidas, familias e fazendas, tiveram ainda o arrojo inaudito de embarcarem n'um pequeno cahique, de que era mestre Manuel Martins Garracho e piloto Manuel d'Oliveira Nobre, ambos pescadores, que só com mais tres marinheiros fôram n'esse mesmo anno de 1808 ao Rio de Janeiro levar ao principe D. João a noticia da expulsão dos francezes de Portugal. O regente, para recompensar tão arrojada viagem e tão nobre intento, fez guarda-mór de saude Manuel Martins Garracho, e capitão de Olhão Manuel d'Oliveira Nobre, condecorando ambos com o habito da ordem de Christo, dando-lhes a patente e soldo de primeiros tenentes da armada de marinha, uma tença annual de 200$000 réis a cada um; premiou tambem os marinheiros com dinheiro e uma medalha commemorativa. Deu-lhes tambem um hiate para regressarem ao Algarve, e mandou conservar o famoso cahique, *ad perpetuam rei memoriam*, no arsenal de marinha do Rio de Janeiro. Em 1833 os habitantes de Olhão defenderam-se valorosamente das guerrilhas do partido miguelista. Perderam muita gente n'estes ataques, assim como com a *Cholera Morbus*, que então grassava em quasi todo o reino, de sorte que em 1835 os seus fogos estavam reduzidos só a 1:081. Hoje a villa está muito florescente. A sua população é de pescadores, quasi na sua totalidade. Deve a prosperidade da sua industria, não tanto á abundancia de bom peixe da costa, mas á sua coragem e destreza, pois se afastam em busca de pescaria a 70 e ás vezes a 90 k. ao SO da terra. Exporta grande quantidade de peixe de differentes qualidades para todo o paiz, tanto em fresco, como depois de sêcco, mas a sua maior exportação é de sardinha, que pesca em quantidade prodigiosa. Olhão é considerada como uma das villas mais pittorescas do paiz. A sua vegetação é fertilissima; as aguas correm por entre

os seus bosques de perfumada alfarrobeira. O commercio de Olhão é o mais importante de toda a provincia do Algarve. Ha na villa fabricas de peixe em conserva, de sabão e de louça, sendo estas ultimas as unicas que ha na provincia. Existe ainda, apezar dos onerosos direitos creados pelos governos para com os cereaes importados de Marrocos, uma infinidade de cahiques, os tradicionaes cahiques de Olhão, que percorrem todos os portos portuguezes e muitos hespanhoes. Em toda a Africa occidental se encontram tambem muitos d'esses barcos, conduzindo peixe sêcco e outros generos de Mossamedes para o norte da mesma costa. Em Mossamedes, Porto Alexandre e Bahia dos Tigres, ha verdadeiras colonias, só compostas de olhanenses. Todos os annos partem de Olhão cahiques para Loanda e Mossamedes, causando o assombro de muita gente a perigosa travessia feita por tão pequenas embarcações. O Compromisso Maritimo de Olhão é um dos monte-pios mais importantes, não só da provincia do Algarve, mas de todo o Portugal Esta associação sustenta um numeroso pessoal e uma boa pharmacia. Olhão tem o louvavel orgulho de ter sido patria do patrão Joaquim Lopes, o arrojado e intrepido marinheiro, que na sua barca salva-vidas salvou tantos naufragos d'uma morte horrorosa (V. *Lopes, Joaquim*). Olhão pertence á 4.ª div. mil., 8.ª brig., grande circumscripção mil. do S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. S.-Faro; est. do caminho de ferro, na linha de sul e sueste, entre a de Faro e o apeadeiro de Marim; advogados, agencias dos bancos *Alliança*, do Porto, do *Banco de Portugal*, *Commercial de Lisboa*, *Crédit Franco-Portugais*, *Economia Portugueza*, *Lisboa & Açôres*, *Nacional e Ultramarino;* e de companhias de seguros e de vapores; associações: *Liga Nacional Portugueza*; de soccorros mutuos: *Compromisso Maritimo da Villa de Olhão*, *Operarios da Construcção Naval*; associação de beneficencia: *Protectora dos artistas de Olhão*; associação de classe: *Operarios das fabricas de conservas*

Egreja matriz de Olhão

de peixe; Commissão de soccorros a naufragos, fabricas de conserva de peixe; hoteis, medicos, pharmacias, fabrica de serração de madeiras; sociedades de recreio: *Gremio Olhanense* e *Recreativa Olhanense;* typographias, vice-consulado de Hespanha; feiras, de grande commercio, a 30 de abril e 29 de setembro; mercado no ultimo domingo de cada mez; serviço de diligencias para Moncarapacho e Faro. Tem-se publicado em Olhão os jornaes: *Cruzeiro do Sul (O)*, janeiro de 1903; *Futuro (O)*, 15 de março de 189 ; em publicação, janeiro de 1908; veiu do *Porvir; Olhanense (O)*, 5 de março de 1892; *Porvir (O)*, 28 de setembro de 1888; foi substituido pelo *Futuro*. O territorio de Olhão é muito fertil, e produz muitos vinhos, hortaliças, figueiras, alfarrobeiras, oliveiras, amendoeiras, nespereiras e laranjeiras. N'esta villa ha 6 empresas de armação de sardinha. O conc. comprehende 5 freg.ᵃ, com 4:122 fog. e 23:976 hab., sendo 11:543 do sexo masc. e 12:433 do fem., n'uma superficie de 9:581 hect. As freguezias são: N. S.ª do Carmo, de Fuzeta, 2:117 hab.: 977 do sexo masc. e 1:140 do fem.; N. S.ª da Graça, de Moncarapacho, 7.492 hab.: 3:726 do sexo masc. e 3:766 do fem ; N. S.ª do Rosario, de Olhão, 9:993 hab : 4:726 do sexo masc. e 5:267 do fem.; S. Bartholomeu, de Pechão, 1:566 hab.: 757 do sexo masc. e 799 do fem.; S. Sebastião, de Quelfes, 2:818 hab.: 1:357 do sexo masc. e 1:461 do fem. O principal commercio do conc. é pescarias, figos, alfarrobas, vinho, pelle de lixa, azeite, amendoa e fructas. || Quinta na freg. de Santo Antonio, de Oliveirinha, conc. e distr. de Aveiro.

Olheirão. Pov. na freg. de S. Pelagio e conc de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Olheiro. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Braz de Alportel, conc. e distr. de Faro. || S. Thiago, de Creixomil, conc. de Barcellos. distr. de Braga. || O Salvador, de Folgosa, conc. de Maia, distr. do Porto. || S. Martinho, de Gandra, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Arnoso-Mosteiro, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Vicente, de Paio Mendes, concelho de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Olheiros. Povoações nas freguezias: Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Santo André, de Rendufe, concelho de Amares, districto de Braga. || S. Pedro e concelho de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Logarejo, que fica a 100 m. da praia da Fuzeta e a distancia egual do sitio de Ataboeira, no ramal da estrada municipal. N'este logarejo proximo a um riacho, brota uma nascente de agua thermal, inodora, de aspecto leitoso. Borbulha do chão no meio d'uma poça, onde muitos doentes com ulceras e molestias de pelle, vão fazer uso da agua em lavagens, obtendo bons resultados. Nada mais se sabe ácêrca d'estas aguas, que parece não terem ainda sido exploradas.

Olho. Povoações nas freguezias: N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || S. Pedro e conc. de Cantanhede, do mesmo distr. || Ribeiro, na prov. do Douro, na freg. de Cadima. Nas suas margens ha arrozaes. Este ribeiro e os de *Lagôa Sêcca*, *Rodêllos*, *Moita* e *Aljuriça*, da mesma freg., juntam-se na ribeira de *Fervença*.

Olho d'Agua. Povoações nas freguezias: S. Julião, conc. e distr. de Portalegre. || S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Olho de Boi. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Sepins, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || S. Vicente e conc. d'Abrantes, distr. de Santarem. || S. Thiago e conc. d'Almada, distr. de Lisboa.

Olho Marinho. Povoações nas freguezias: N. S.ª de Aboboris, de Amoreira, conc. d'Obidos, distr. de Leiria. || Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || S. Martinho, de Arada, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Expectação, de Valladares, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Olho da Mira. Entre os logares de Mira e de Minde medeia um dilatado campo, que tem 4 k. de comprimento e 2 de largura. E' quasi todo rôto, em algáres, pela maior parte, cercado de penedias, defeza providencial para gados e gente. Procéde este grande numero de algáres de estar a campina muito baixa, entre as serras, e como a agua da chuva não tem por onde se escoar, sumindo se por canaes subterraneos, ferve para cima, por aquelles boqueirões, até encher todo o campo, em maior ou menor altura, segundo a abundancia d'agua que tem chovido, d'onde resulta transformar-se o campo em lagôa. Ha occasiões em que esta agua levanta ondas como as do mar, ou procedido do vento, ou da força com que a agua rebenta pelos boqueirões. Em dois sitios rebentam as aguas em maior porção, um chamado *Pena do Poyo*, que é um alto e concavo penhasco, á maneira de alpendre, á raiz da terra. Nascem murmurando brandamente, mas em tamanha quantidade, que fazem logo mover moinhos de pão e lagares de azeite. O outro sitio, onde as aguas nascem ainda em maior quantidade, chama-se *Olho da Mira*, em cujo logar se sente nascer a agua em jactos alternados, e como que aos soluços, impellida de dentro d'uma grande cavidade subterranea, formada pela natureza, e saindo por um buraco redondo de 1,ᵐ50 de diametro, á maneira d'um oculo, e por isso se chama *Olho da Mira*. Corre em grande abundancia, fazendo mover tambem moinhos e lagares, além da agua que verte pelos açudes, que é bastante. Corre impetuoso ao nascer, e com tanta força expelle a agua, como a torna a engulir. Juntamente com a agua sae grande numero de grossas e saborosas enguias e cirozes, que são objecto d'uma divertida pesca, quasi toda feita em *caneiros*. Na primavera sécca este campo, que seus proprietarios cultivam, e é feracissimo. As cavernas por onde saem as aguas apresentam as fórmas mais bizaras. Vêem-se abobadas, tectos, pavimentos e paredes, tudo obra da natureza, mas tão primorosamente fabricados, como se fôssem obra de peritos canteiros. Tem mais de 800 m. de extensão por baixo do solo. O pavimento é obliquo, descendo desde a embocadura até ao seu termo. Em frente fica-lhe o outeiro chamado das *Sete Villas*. Toda esta caverna é de rocha viva, sem que se veja a menor porção de terra. A sua agua, que conserva em todas as estações egual temperatura, é de optima qualidade. Tem-se notado que por mais continuadas que sejam as chuvas, nunca a agua passa d'uma certa medida. Apezar d'estes antros não conservarem em toda a sua extensão a mesma altura e

largura, porque ora abatem, ora se elevam seus tectos, e ora alargam ora estreitam suas galerias, dão em toda a parte uma passagem ampla aos exploradores. Lançando-se dentro uma pedra, faz um grande estrondo, que se ouve por muito tempo. O murmurio das aguas, quando se debatem umas contra outras, ou quebrando-se contra as rochas, fórma um som agradavel.

Olho de Mouro. Pov. na freguezia de S. João Evangelista, de Villa Cova de Carros, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Olho de Vidro (*Quinta do*). Na freg. de S. Thiago e concelho de Almada, districto de Lisboa.

Olhos. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Olhos d'Agua. Povoações nas freguezias: O Salvador de Aramenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre. || S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Olhos da Loureira. Nascente d'agua, na provincia do Douro. Rebenta junto da villa de Ançã. V. *Olho de Mourellos*.

Olhos Negros. Pov. na freg. de N.ª da Conceição e conc. de Mouchique, districto de Faro.

Olina Antiga cidade da Lusitania, cujo sitio hoje se ignora E' talvez uma das que estanceavam na famosa serra de *Arga*, o *Medulio* dos romanos. Ptolomeu a colloca em 8,°30' de longitude, e de 45,°30' de latitude. Pertencia á chancellaria de Lugo, e era portanto ao N de Braga, além do Lima, entre este rio e o Minho. Foi destruida pelos suevos ou pelos arabes.

Oliva. Appellido nobre, vindo de Hespanha, tomado da villa de Oliva, do reino de Navarra, d'onde passou a Portugal na pessoa de Lourenço de Oliva, a quem el-rei D. Sebastião deu armas proprias, para elle e seus descendentes, em 1565, durante a regencia do cardeal D. Henrique, seu tio. As armas são: Em campo verde, leão de ouro, lampassado de púrpura, armado de negro e atravessado pelo peito por uma lança de prata, com aspa de púrpura, que lhe sae pelas costas, e lançando sangue pela ferida. O leão está sobre um contrachefe estreito, de ondas de azul e prata. Elmo de aço aberto; timbre, meio homem, de frente, vestido de púrpura, com metade da haste da lança na mão. Joaquim José de Oliva justificou ser descendente d'esta familia, e se lhe passou carta de brazão d'estas mesmas armas, em 10 de dezembro de 1781. Outros do mesmo appellido usam: Em campo de púrpura um esquadro de carpinteiro, de prata, semeado com aspas de púrpura. O elmo e timbre dos antecedentes.

Oliva e Sousa (*Feliciano de*). Presbytero secular; doutor em Canones pela Universidade de Coimbra. N. no Tojal de Satam em 1579, onde tambem fal. em 1656. Era filho de Feliciano de Oliva e de Catharina de Sousa; neto de D. Pedro de Oliva, fidalgo de Navarra, que veiu para Portugal, e casou em Vizeu com D. Paula de Sousa. Tomando ordens de presbytero secular, foi doutorar-se em Canones na Universidade de Coimbra. Nomeado visitador e vigario geral do bispado d'Elvas, passou, por convite do arcebispo de Braga D. Fr. Aleixo de Menezes, a ser auditor e vigario geral d'aquelle arcebispado. Fallecendo o arcebispo D. Aleixo de Menezes, Feliciano de Oliva e Sousa não quiz continuar em Braga, e foi exercer egual cargo na diocese de Vizeu, que governou depois *séde vacante*, pela morte do bispo D. Fr. Bernardino de Sousa. Passou depois a ser vigario capitular do bispado de Lamego. Sendo-lhe offerecida a mitra para os estados da India e da China, o prelado não a acceitou, pedindo licença para fundar na terra onde nascera um convento de freiras da ordem de S. Domingos, mandando para isso demolir a propria casa onde tinha nascido. Lançou a primeira pedra no edificio em 1663, e havido o breve pontificio do papa Urbano VIII, deram entrada solemne no convento em 1640 duas religiosas do convento de Corpus Christi, do Porto, e com ellas para o noviciado tres irmãs e seis sobrinhas do fundador. Feliciano d'Oliva e Sousa doou ao convento todos os seus bens e alfaias, dando-lhe a invocação de Nossa Senhora da Oliva, á imitação d'outra egual fundação, que os seus ascendentes haviam feito em Navarra pelos annos de 1140 a 1147. Recolhendo-se ao seu convento, ali veiu a fallecer. Feliciano d'Oliva e Sousa foi muito versado nos conhecimentos do direito canonico, e incansavel zelador das cousas da Egreja. Deixou uma obra de valor, intitulada *Tractatus de Foro Ecclesiae*, 2 tomos que se imprimiram em Coimbra nos annos de 1649 e 1650, obra que se completou com a terceira parte, publicada em Colloniae Allobrogum, 1678. Deixou tambem grande copia de manuscriptos tendentes ao bom regimen das dioceses em que exerceu autoridade. Apezar de Feliciano d'Oliva parecer tão ortodoxo, a Congressão Romana fez incluir o *Tractatus de Foro Ecclesiae* no *Index* expurgatorio por decreto de 14 de abril de 1682, e como tal se vê mencionado no *Index librorum prohibitorum SS. D. N. Pii Sexti Pont. Max jussu editus*, Romae, 1787, a pag. 190, bem como em todos os outros publicados, quer anterior, quer posteriormente.

Oliva e Sousa Sequeira (*Antonio de*). Commendador da ordem de S. Bento de Aviz, bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra, marechal de campo reformado, etc. N. em Carreiras, do concelho de Satam, em 1791, fal. na sua casa de Capreira a 20 de janeiro de 1865. Alistando-se como voluntario no regimento de infantaria n.º 11 em novembro de 1807, deu baixa em janeiro seguinte, mas logo que rebentou a revolução contra os francezes, foi unir-se ao corpo em que servira, e entrou nos combates de Vimeiro e Roliça. Despachado alferes em maio de 1810, continuou a tomar parte activa na Guerra Peninsular, até que ficou no assalto a Badajoz, sendo ferido da companhia de granadeiros. Obrigado a serio tratamento recolheu a Portugal, e como não pôde restabelecer-se completamente, em 1815 foi collocado n'uma das companhias de veteranos. N'essa epoca frequentou o curso de Mathematica na Universidade, e voltando ao serviço activo em 1823, foi promovido a capitão. Desligado do exercito, quando em 1823 caiu o governo constitucional, voltou de novo á fileira em 1826, e tomou parte na campanha contra o marquez de Chaves. Em 1828, tendo-se acclamado rei o infante D. Miguel, homiziou-se para se livrar de perseguições, viveu escondido até 1834, e apresentando-se então aos liberaes organisou o batalhão fixo de La-

mego, servindo ás ordens do general Azevedo, depois conde de Samodães. Promovido a major serviu em varias commissões e corpos, e sendo tenente-coronel commandante de infantaria n.º 11, aquartelada em Beja, foi exonerado do commando e respondeu a conselho de guerra por se terem encontrado irregularidades na administração d'esse corpo. Condemnado a pagar a quantia, por que o julgaram responsavel, foi posteriormente chefe do estado maior da 7.ª divisão militar, e n'essa commissão se encontrava, quando se deu o movimento da Regeneração em 1851. Nomeado então commandante do regimento de infantaria n.º 14, pediu e obteve a reforma em marechal de campo sem vencimento, por decreto de 14 de outubro do referido anno de 1851, e apezar de ter depois representado ao governo e ás côrtes para lhe ser annullada aquella reforma, não o conseguiu. Escreveu: *Projecto para o estabelecimento politico do reino unido de Portugal, Brazil e Algarves*, Coimbra, 1821; n'este anno fez-se 2.ª edição; saiu em confutação d'este opusculo uma *Analyse*, por José Joaquim de Almeida Moura Coutinho; *Reflexões sobre a educação e principios dos officiaes militares, que de novo fôrem admittidos ao exercito*, Coimbra, 1821; *Cartas transtaganas, ou traços da historia desde 1846*; sairam anonymas, sendo escriptas em Beja em 1847, publicadas depois no *Estandarte* em 1848, e mais tarde, mais correctas e ampliadas, n'um opusculo impresso em Lisboa, 1860; *Narração dos acontecimentos que tiveram logar em Beja, na occasião em que Suas Majestades e Altezas visitaram esta cidade a 11 de outubro de 1843; escripta e mandada imprimir pelo presidente da Commissão Central, o tenente-coronel Antonio de Oliva*, etc., Lisboa, 1844; *Rectificações historicas*, Lisboa, 1860. A maior parte do contexto d'este curioso livro, abundante em noticias militares e biographicas, apparecera de principio em artigos successivos, publicados no *Rei e Ordem*, em 1859, e destinados principalmente a convencer de inexacto, ou antes de falso, o facto allegado pelo antigo corneteiro de caçadores n.º 7, José Francisco de Castro, affirmando de facto proprio haver sido elle que na tomada da praça de Badajoz, em 1812, fizera fugir a guarnição franceza, com um signal de engano. O *Jornal do Commercio*, que tomara a si a sustentação da veracidade do facto, publicou em 6 de agosto de 1859 uma carta assignada pelo dito Castro, em que calorosamente defendia a sua causa contra as impugnações do general Oliva. No *Estandarte* de 1848 a 1851 ha varios artigos do mesmo general, e entre elles alguns versando sobre o modo de collocar e organisar o exercito em paz, a fim de o ter prompto para a guerra imprevista; e outros sobre economias que cumpriria fazer na administração da fazenda militar. Tambem escreveu artigos na *Imprensa, Imprensa e Lei*, etc.

Olivã *(Christovam Cardoso Cabral Coutinho de Albuquerque Barata, visconde de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, juiz em Beja, deputado da Nação.

Olivaes *(Antonio Theophilo de Araujo, 1.º visconde dos)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição, par do reino. N. a 5 de março de 1804, fal. a 4 de agosto de 1879. Era filho de Francisco José de Araujo, thesoureiro da Bulla da Cruzada na diocese de Braga, e de sua mulher, D. Marianna Rosa do Carmo Lopes. Casou com D. Maria d'Araujo Veiga (V. *o artigo seguinte*). O titulo de visconde dos Olivaes foi concedido em duas vidas, por decreto de 22 de março de 1864. Tendo o 1.º visconde fallecido sem descendencia, succedeu lhe no titulo Julio Pinto Leite, por ter casado com sua sobrinha, D. Clotilde Veiga de Araujo, que foi a 2.ª viscondessa dos Olivaes, em verificação da segunda vida, filha de seu irmão João Francisco d'Araujo, e irmã da 1.ª viscondessa D. Maria Rosa de Araujo Veiga.

Olivaes *(Julio Pinto Leite, 2.º visconde e 1.º conde dos)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Christo. N. a 29 de julho de 1836, sendo filho de José Pinto Leite, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, negociante de grosso trato na praça commercial da Bahia, irmão do visconde da Gandarinha e conde de Penha Longa, Sebastião Pinto Leite, casado com D. Carlota Barbara Leite. O sr. conde dos Olivaes casou com D. Clotilde da Veiga de Araujo, herdeira de seu tio, o 1.º visconde dos Olivaes, a quem succedeu no titulo, que lhe foi renovado por decreto de 25 de setembro de 1879. Este titulo foi elevado ao de conde, por decreto de 16 de setembro de 1886. E' hoje 3.º visconde dos Olivaes seu filho, o sr. João Pinto Leite. O brazão é o mesmo do visconde de Gandarinha e conde de Penha Longa, o qual foi concedido a José Pinto Leite, pae do sr. conde dos Olivaes, por alvará de 22 de junho de 1855: Escudo partido em pala: na primeira as armas dos Pintos, em campo de prata cinco crescentes de lua vermelhos, com as pontas para cima, em santôr; na segunda pala, as armas dos Leites, em campo vêrde tres flôres de liz de ouro postas em santôr.

Olivaes *(D. Maria Rosa da Veiga Araujo, viscondessa dos)*. Senhora muito caritativa e esmoler. N. em Macau em 1823, fal. a 25 de junho de 1892. Era filha de Joaquim José Ferreira da Veiga e de sua mulher D. Rosa Joaquina Paiva, opulentos capitalistas e proprietarios. Casou com o 1.º visconde dos Olivaes, Antonio Theophilo de Araujo, que falleceu em 4 de agosto de 1879. Por muitos annos dirigiu a viscondessa dos Olivaes o asylo da Lapa, pertencente á Sociedade das Casas de Asylo; desejando, porém, fundar um asylo propriamente seu, mantido só pela sua bolsa, e sob o regimen dos asylos da referida sociedade, realisou esse desejo em 1866, fundando um Asylo para creanças pobres, no sitio dos Olivaes o qual existe ainda, sitio escolhido pela benemerita titular, porque até então não havia ali uma unica casa de educação nem de beneficencia. Foi este um monumento que levantou em vida em beneficio das muitas creanças que recebem ali educação, e a que a fundadora consagrava todos os seus cuidados. O asylo foi inaugurado em 24 de maio de 1896, e todos os annos se celebrava este anniversario a illustre senhora, que repetidas horas passava na companhia das creanças, sentindo-se feliz revendo-se na sua obra tão caritativa e benemerita. O asylo occupa um vasto edificio, que foi comprado por 2:500$000 réis, elevando-se esta cifra a 5:177$032 réis, depois de feitas as obras necessarias para o adaptar ao effeito e de mobi-

lado convenientemente. Tem uma ampla aula, onde as creanças se sentam em amphitheatro, de modo que são facilmente vigiadas pela professora. N'uma outra sala ao lado está a aula da escripta. O refeitorio está situado n'uma grande sala, com mesas e cadeiras baixinhas proprias para as creanças, e um lavatorio; d'aqui passa-se para a quinta, toda cultivada, onde ha um recinto para o recreio das creanças. Este asylo ministra ordinariamente instrucção primaria a 50 creanças, tendo além d'estas mais 10 extraordinarias, que só recebem o ensino. As creanças do sexo feminino pódem frequentar o asylo até aos 14 annos, e as do masculino até aos 8. A administração é feita com toda a economia sem prejuizo do tratamento das educandas. Apezar do asylo fornecer vestuario ás creanças para sairem em formatura, e bibes para estarem em casa, a sua instituidora repartia amiudadas vezes vestuario ás educandas, premiando ainda aquellas que mais se distinguiam pela sua applicação e comportamento. A viscondessa dos Olivaes legou por sua morte ao asylo 14:000$000 réis para a sua manutenção, deixando determinado no seu testamento que o mesmo asylo fôsse entregue á Sociedade das Casas de Asylo para o administrar. E' hoje directora a sr.ª condessa dos Olivaes. Além d'este legado deixou mais 400$000 réis para serem applicados ao asylo. A população dos Olivaes, reconhecida á memoria da nobre senhora, e muito penalisada pela sua morte, associou-se espontaneamente á idéa iniciada por alguns cavalheiros da localidade para que se celebrassem solemnes exequias, as quaes se realisaram na egreja parochial no dia 25 de julho de 1892, a que assistiram todas as educandas com a regente, e grande concurso de povo. Para perpetuar a memoria da benefica titular, foi dado ao antigo *Rocio dos Olivaes* o nome de *Praça da Viscondesa dos Olivaes*.

Olivaes. Pov. e freg. de Santa Maria dos Olivaes, da prov. da Extremadura, conc., distr., com., patriarc. e 1.º bairro de Lisboa. Está situada junto da ribeira do seu nome, a 1 k. da margem direita do rio Tejo, em terreno levemente accidentado e muito pittoresco; tem 1:166 fog. e 7:164 hab.. O seu territorio é alternado de frondosos arvoredos, bonitas casas de campo, com suas quintas, e alguns logares que tornam a pov. sobremaneira agradavel, fertil, e aprazivel. Olivaes foi séde d'um concelho, que se creou por decreto de 11 de setembro de 1852, com 21 freguezias, todas do patriarchado de Lisboa; Ameixoeira, Appellação, Beato Antonio, Bucellas, Camarate, Campo Grande, Charneca, Fanhões, Friellas, Loures, Lousa, Lumiar, Olivaes, Povoa de Santo Adrião, Sacavem, S. Jorge de Arroios, na parte que ficava extramuros de Lisboa, Talha, Tojal, Tojalinho, Unhos e Via Longa. Teve tambem no seu principio a freg. de Santo Estevão, das Galés, que passou depois para o conc. de Mafra. Por uma organisação do municipio de Lisboa, o conc. dos Olivaes perdeu algumas das suas freguezias, e em 1886 foi supprimido e substituido pelo de Loures, que então se creou. A egreja parochial de Santa Maria dos Olivaes é muito antiga, não se sabendo quando foi fundada nem quem foi o fundador, sabe-se, porém, que já existia em 1420. Está situada n'um bello sitio, circumdada d'algumas casas e frondoso arvoredo. Segundo a tradição, a imagem da padroeira appareceu n'um olival, dentro da cavidade do tronco d'uma oliveira, e d'aqui veiu o nome á Senhora e depois á freguezia. Na sacristia da egreja ainda se conservava em 1700 o tronco da referida oliveira, e o vigario de então o mandou arrancar. Os paços do conc. dos Olivaes não estavam n'esta freguezia, porém sim no Campo Grande, onde se conservaram por muito tempo, passando depois para um predio em Arroios, no largo do Leão ao pé das antigas portas da cidade de Lisboa. N'esse predio estavam tambem a administração do conc., a repartição de fazenda, a recebedoria, a aferição dos pesos e medidas, e no terceiro andar existia um hospicio do municipio, que tinha a seu cargo 21 creanças. Diz o *Santuario Marianno*, vol. I, pag. 429, que a congregação dos conegos de S. João Evangelista (os frades loios) de Portugal, teve principio pelos annos de 1420, no tempo de D. João I, e que a primeira casa, que tiveram, foi esta egreja, que lhes foi offerecida pelo prior, que então era d'esta freguezia. Os conegos residiram aqui algum tempo, mas o prior, por um motivo qualquer que se desconhece, arrependeu-se da doação que voluntariamente lhes havia feito, annullou-a, e expulsou-os. Em 1483, o cardeal D. Jorge da Costa uniu esta egreja á capella de N. S.ª d'Assumpção do convento de Santo Eloy, ao qual, desde então até 1834, ficaram pertencendo os dizimos da freg., e o seu reitor apresentava o vigario dos Olivaes. N'esta pov. ha est. do caminho de ferro, na linha de Lisboa a Setil, servida por tramways, entre as estações de Cabo Ruivo e de Sacavem; e na linha de léste, entre as de Sacavem e Braço de Prata. Proximo dos Olivaes houve o convento de S. Cornelio, de religiosos arrabidos, situado n'uma planicie cercada de arvoredos. Foi fundado em 1674 pelo sargento-mór João Borges de Moraes, n'uma ermida que já ali existia, dedicada a *N. S.ª da Estrella*. Nos seus principios fôra apenas um hospicio, ou casa de convalescença dos religiosos d'esta ordem, mas em 1718 ampliou-se o edificio, sendo então constituido em mosteiro regular. Um decreto de 25 de julho de 1860 conferiu ao conc. dos Olivaes o seguinte brazão d'armas: Escudo dividido em pala, tendo na primeira as armas de Portugal; na segunda, dividida em dois quarteis, tendo no superior, em campo azul, a rainha Santa Izabel, estando á sua direita o rei D. Diniz, seu marido, e á esquerda seu filho, o infante D. Affonso, mais tarde el-rei D. Affonso IV; todas as tres figuras de prata com corôas e espadas de ouro; no quartel inferior, em campo de ouro, duas oliveiras, da sua côr, tudo encimado com a corôa real. Estas armas symbolisam as pazes que fez Santa Izabel entre seu marido e seu filho, no campo d'Alvalade no anno de 1323 (V. *Campo Pequeno)*. O conc. dos Olivaes, como industrial, era dos mais importantes. Em 1875 tinha 43 fabricas, sendo 1 de alvaiade, 1 de aguardente, 1 de bolachas (a vapor), 2 de cortiça, 1 de descasque de arroz (a vapor), 7 de tinturarias e estamparia, 2 de lanificios, 4 de louças de barro, 1 de louça fina, 1 de massas, 2 de moagem de farinha (a vapor), 1 de papel para escripta (a vapor), 2 de papel pardo e papelão, 6 de sabão, 7 de sebo, 2 de tabacos, 2 de tecidos de algodão. Estas fabricas eram quasi todas no Beato Antonio e nos Olivaes. Tem

minas de carvão, cobre, ferro e enxofre. A freg. tem escolas para ambos os sexos, e aqui existe a pov. de Marvilla, onde está a quinta da Mitra, residencia dos antigos patriarchas de Lisboa; e o antigo convento de N. S.ª da Conceição, onde está estabelecido o Asylo de D. Luiz I. Nos Olivaes ha uma escola de meninas, instituida pela viscondessa dos Olivaes, D. Maria Rosa da Veiga Araujo, e de que é hoje directora a sr.ª condessa do mesmo titulo, D. Clotilde da Veiga Araujo. || Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Juncal, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || S. Luiz, de Pias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Santo André, de Sanhoane, conc. de Santa Martha de Penaguião distr. de Villa Real. || N. S.ª da Conceição, de Sinde, conc de Taboa, distr. de Coimbra. || Casal na freg de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra. || Casal na freg. de S. Thiago, de Eiras, do mesmo conc. e districto.

Olivaes e de Penha Longa *(José Pinto Leite, conde dos).* Academico honorario da Academia Real das Bellas Artes de Lisboa, eleito em fevereiro de 1909. Distincto *sportsman*, e socio do Centro Nacional de Esgrima. E' filho do sr. conde dos Olivaes, Julio Pinto Leite, e de sua mulher, a sr.ª condessa D. Clotilde da Veiga Araujo. Foi ha poucos annos agraciado com o titulo que usa. O sr. conde cultiva o *sport* com o maximo interesse, a ponto de na corrida *Paris-Madrid*, em que tomou parte, continuando-a de Madrid a Caceres, de Caceres a Castello Branco, Alferrarede e Lisboa, ter marcado uma das datas mais brilhantes nos annaes do automobilismo. Possue o que ha de mais rico e elegante em automoveis, e a sua collecção de medalhas e gravuras, consta ser uma das mais completas e ricas que se conhecem. Na Sociedade do Tiro aos Pombos é um dos mais dedicados auxiliares, tendo já offerecido para serem disputadas como premio magnificas taças de prata para as festas sempre brilhantes d'aquella sociedade. A do anno de 1904 foi ganha pelo fallecido rei D. Carlos. O Centro Nacional de Esgrima realisou a sua sessão inaugural a 6 de fevereiro de 1905, no salão nobre do theatro de S. Carlos, onde está installado, com uma festa brilhantissima, que foi dirigida pelo sr. conde de Paço do Lumiar. A esta festa assistiu el-rei D. Carlos, sua magestade a rainha senhora D. Amelia, suas altezas, corpo diplomatico e muitas damas e cavalheiros da nossa sociedade mais distincta. A festa constou de assaltos de florete, espada e sabre, intervallados com trechos d'operas cantados pelas sr.as Palermy Lery Adriana e D. Cisneiros Eleonora, e pelo sr. Signarmi Francesco. Para esta sessão inaugural offereceu o sr. conde dos Olivaes e de Penha Longa um magnifico premio artistico: um *cup* ou taça de prata apreciavelmente cinzelada.

Olivães. Pov. na freg. de S. Christovão, de Nogueira da Regedoura, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Olival. Da familia d'este appellido ha noticia já no tempo de D. Pedro I, e que vivia perto de Sabugal. As suas armas são: Em campo de prata duas oliveiras verdes com azeitonas de ouro, postas em faxa; timbre, uma das oliveiras.

Olival *(Eugenio de Campos de Castro de Azevedo Soares, 1.º visconde do).* fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 18 de março de 1908, e visconde do Olival, em sua vida, por decreto de 30 de dezembro do mesmo anno. E' socio honorario da Liga das Artes Graphicas de Braga, para que foi nomeado em sessão de 25 d'abril de 1909, e tambem da Real Associação Humanitaria dos Bombeiros Voluntarios da mesma cidade. Herdou a casa e quinta do Olival, bem como a de Torneiros, nos suburbios da dita cidade, onde nasceu a 29 de setembro de 1863, e é filho dos 1.os condes e 1.os viscondes de Carcavellos, já fallecidos. V. *Carcavellos, Francisco de Campos de Azevedo Soares*, pag. 740 do vol. II do *Portugal.*

Olival. Pov. e freg. de N S.ª da Purificação, da prov. da Extremadura, conc. e com. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 1:091 fog. e 5:159 hab.. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. permutando malas com V. N. de Ourem. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada a 8 k. da est. do caminho de ferro de Caxarias. Tem feira em 2 de fevereiro. Esta freg. era filial da collegiada de Ourem. Tem cura e coadjutor, que até 1834 eram apresentados pelo cabido da mesma collegiada, que lhes pagava, e fabricava a egreja. No sitio do Pocifal d'esta freg. instituiu em 1371 Martim Annes, clerigo e beneficiado da egreja de Santa Maria, de Ourem, uma capella com missa quotidiana, sendo o capellão obrigado a resar n'ella as horas canonicas; nomeando administrador para fazer cumprir estas e mais obrigações. Com a capella instituiu uma albergaria para recolher pobres. A egreja parochial está fóra da pov., no sitio chamado *Adro de Santa Maria.* A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de V. N. de Gaia, distr. e bisp. do Porto; 373 fog. e 1:577 hab. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 13 k. da séde do conc. O cabido da sé do Porto apresentava o abbade, que tinha 400$000 réis de rendimento annual. A egreja é antiquissima. Dizem ter havido aqui um mosteiro de freiras benedictinas, que no fim do seculo XV se uniu ao de S. Bento da Ave Maria, do Porto. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz, e muito abundante em madeiras, principalmente de pinheiro. Cria muito gado que transporta para Inglaterra. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6. com a séde no Porto. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Aguda, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || S. Martinho, de Ariz, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Leocadia e conc. de Baião, do mesmo distr. || S. Thiago, de Carapeços, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, de Castellões, conc de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || S. Silvestre, de Chãos, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || N. S.ª da Expectação, de Fermedo conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Sanfins, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santo Estevão, de Geraz do Minho, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || S. Silvestre e conc. de Louzã, dist. de Coimbra. || S. Thiago, de Roufe, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Ilha da Madeira; S. Roque, conc. e distr. do Funchal. || N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Sobre Tamega, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || N. S.ª da Expectação, de Sou

zella, conc. de Louzada, do mesmo distr. || S. Martinho, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Martinho, de Avessadas, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Casal na freg. de Santa Maria, de Pinheiro Grande, conc. de Chamusca, distr. de Santarem. || Herdade na freg. de Santo Antonio, de Alcorrego, conc. do Aviz, distr. de Portalegre. || Herdade na freg. de Santa Victoria, conc. e distr. de Beja.

Olival Basto. Pov. na freg. de S. José, de Godim, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real.

Olival da Cheira. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e concelho de Penacova, distr. de Coimbra.

Olival dos Frades. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Appellação, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Olivande. Pov. na freg. de Santo André, de Victorino dos Piães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Olivão. Pov. na freg. de S. Julião, de Lage, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Oliveira. A primeira pessoa que usou este appellido foi Pedro de Oliveira, cujo filho, D. Martim Pires de Oliveira, arcebispo de Braga, fez o morgado de Oliveira, logar da provincia do Minho, em seu irmão Mem Pires de Oliveira, em 1306. Tem por armas, em campo vermelho uma oliveira verde com azeitonas de ouro e raizes de prata; timbre a mesma oliveira. A Domingos Soares de Oliveira, sobrinho do bispo D. André de Amaral, foi dado por brazão: Em campo azul uma aspa de prata, entre quatro flôres de liz de ouro; timbre, a aspa das armas com uma das flôres de liz sobre ella

Oliveira *(Adolpho Ernesto Marinho de)*. Capitão do estado maior de artilharia. N. em 1859, e assentou praça em 1875, tendo 16 annos de edade. Foi promovido a alferes em 29 de dezembro de 1877, a tenente em 24 de março de 1886 e a capitão em 9 de junho de 1894. Serviu por muitos annos no regimento de artilharia n.º 1 e 2.ª companhia da administração militar, como subalterno, e no extincto commando geral de cavallaria até á reforma do exercito de 7 de setembro de 1899. Fal. em Caparica, apenas com 43 annos de edade, em julho de 1902. Era condecorado com o grau de cavalleiro da ordem de Aviz, e com a medalha de prata da classe de comportamento exemplar.

Oliveira *(Alberto de)*. Poeta portuense contemporaneo. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Seguiu a carreira diplomatica, tendo sido consul e ministro em Tanger. Estando encarregado de negocios de Portugal em Berna, teve a commenda da ordem de S. Thiago, por decreto de 14 de outubro de 1903. Tem publicado diversas poesias, e escreveu dois livros: *Biblia do sonho* e *Palavras loucas*. Collaborou no *Suave milagre*, com o sr. conde d'Arnoso, peça que se representou no theatro de D. Maria II.

Oliveira *(Alberto Carlos de)*. Escriptor e jornalista, natural de Vagos, onde falleceu em 1903. Collaborou no *Campeão das Provincias*, de Aveiro, *Liberdade*, de Vizeu, *Jornal da Certã*, *Jornal da Anadia*, *Jornal de Vagos*, etc.. Deixou as seguintes obras: *Impressões aos 16 annos; Anhellos e devaneios*, em verso; as novellas: *Suicidio singular*, *Manuscripto de Beatriz* e *Romaria do lar;* os opusculos: *Pela Hespanha, A' memoria de Vieira de Castro. A escola realista e a Moral*, etc. Publicou differentes trabalhos sobre economia politica e direito fiscal. Algumas das suas poesias fôram traduzidas em francez pelo escriptor Germain Chassagne.

Oliveira *(Alberto Ferreira da Silva)*. General de divisão reformado, ajudante de campo honorario de sua majestade el-rei senhor D Manuel, etc. N. no Porto a 20 de outubro de 1844. Assentou praça no regimento de caçadores n.º 5, em 1 de julho de 1861, sendo promovido a alferes alumno em 16 de novembro de 1864, e a alferes em 3 de janeiro de 1866, por se haver habilitado com o curso de estado maior; a tenente em 21 de janeiro de 1868, a capitão em 21 de abril do mesmo anno, a major da 1.ª brigada de infantaria de instrucção e manobras em 1 de dezembro, e a major para o corpo do estado maior em 11 de junho de 1884; a tenente-coronel em 16 de fevereiro de 1887, a coronel em 30 de junho de 1893, a general de brigada em 22 de novembro de 1900, reformando-se em 20 de setembro de 1906. Exercia o cargo de commandante geral do estado-maior quando em 1903 foi nomeado governador militar da cidade de Coimbra, e em seguida desempenhou o logar de director geral do Ministerio da Guerra. Em 1 de maio de 1868 foi escolhido para fazer parte da brigada de reconhecimentos militares entre os rios Tejo e Douro, passando em 17 d'agosto do mesmo anno a exercer interinamente as funcções de ajudante de campo do commandante do corpo de estado maior; nomeado ajudante de campo do governador da praça de Elvas em 21 de outubro de 1874; adjunto á brigada de reconhecimentos militares entre o Tejo e a foz do Guadiana em 18 de setembro de 1876. A 26 de novembro de 1884 foi nomeado chefe da secretaria do commando do corpo de estado maior; membro da commissão encarregada de propôr a organisação militar dos quadros da força da guarda fiscal em 12 de dezembro de 1885; vogal da commissão consultiva da defeza do reino em 6 de julho de 1885; chefe da 3.ª repartição da direcção geral da secretaria da guerra em 20 de novembro de 1890; chefe do estado maior interino da 3.ª div. mil. em 12 de novembro de 1892; chefe da repartição do gabinete do ministerio da guerra em 25 de fevereiro de 1893; chefe do Estado maior do commando geral do mesmo corpo em 16 de abril de 1896; secretario geral da commissão superior de guerra em 24 de fevereiro de 1895; e seguidamente chefe do estado maior da direcção geral do mesmo corpo; vogal do conselho superior de obras publicas e minas; e chefe da repartição do gabinete do ministerio da guerra em 5 de julho de 1900. Fez parte da commissão superior de guerra em 17 de março de 1888, da commissão encarregada de elaborar o regulamento provisorio para o serviço do exercito em campanha, e do conselho superior de promoções em 24 de dezembro de 1901. Foi eleito deputado na legislatura do 1893. O sr. general Alberto d'Oliveira é grande official, commendador e cavalleiro da ordem de S. Bento d'Aviz, sendo-lhe o grau de cavalleiro conferido por decreto de 18 d'agosto de 1881; possue a cruz de segunda classe da ordem de Merito Militar de Hespanha, e a gran-cruz d'es-

ta mesma ordem; as medalhas de prata de bons serviços e de comportamento exemplar. O sr. general Alberto d'Oliveira tem collaborado em varios jornaes e publicações litterarias, e foi um dos principaes collaboradores do *Diccionario Popular*, dirigido pelo fallecido escriptor Pinheiro Chagas.

Oliveira *(P. Alfredo Cesar de)*. Conego na sé do Funchal. N. na villa de Santa Cruz a 22 de maio de 1840. Frequentou o lyceu do Funchal e o curso de Theologia no seminario diocesano, obtendo nos exames as primeiras classificações. Sendo diacono fez a sua estreia como orador sagrado, prégando por occasião de se solemnisar o casamento d'el rei D. Luiz com a rainha senhora D. Maria Pia, em 1862, e foi para isso especialmente autorisado pela commissão governativa do bispado a requerimento do presidente da camara municipal de Santa Cruz. Aquelle discurso foi publicado no Funchal. Em novembro do mesmo anno de 1862 requereu e obteve a carta de prégador. Recebeu as ordens de presbytero em 30 d'agosto de 1863, e em 1864 foi-lhe passada a carta de vice-vigario da sé do Funchal. N'esse anno tambem lhe foi dada provisão de professor substituto do curso de Theologia, estabelecido no seminario d'aquella diocese. Em 1867 foi apresentado em um canonicato da referida cathedral com a obrigação do ensino no seminario, sendo n'esse mesmo anno nomeado examinador pro synodal. Em 1869 teve a nomeação de vigario geral interino. Quando deixou aquella commissão, o prelado tributou-lhe n'um honroso documento, louvores *pelo zelo, intelligencia, aptidão e justiça com que desempenhou o mesmo cargo*, no qual diz o mesmo prelado, *que elle prestou importante serviço á religião e á egreja*. Em seguida foi nomeado presidente da junta governativa do bispado, e sendo exonerado em 1870, por ter sido dado o cargo ao prelado coadjutor e futuro successor, aquelle fez publico, que a junta exonerada correspondera em tudo á espectativa de s. ex.ª, louvando-lhe a prudencia, zelo e intelligencia. Foi nomeado prefeito dos estudos e bibliothecario do seminario diocesano pelo cabido *sede vacante*, e pelo prelado em cuja provisão se diz ser feita a nomeação *em virtude do seu merito litterario, zelo pelo serviço e probidade que o caracterisa*. Em 1874 tornou a ser nomeado vigario geral, sendo tambem encarregado do governo do bispado no impedimento do vigario capitular. Para combater a propaganda protestante, o conego Alfredo d'Oliveira, sem recorrer ao braço secular, acercou-se do clero illustrado da diocese, e estabeleceu conferencias religiosas, nas quaes se revesavam differentes oradores sagrados, e reptou o chefe da missão evangelica para ter com elle uma discussão publica, facto de que então a imprensa falou com muito interesse. O ministro protestante recusou-se, e em seguida saiu do Funchal. O conego Alfredo d'Oliveira, sendo ainda estudante, dedicou-se á litteratura. Foi redactor do *Archivo Litterario*, onde publicou varios artigos, e fundou outros jornaes, sendo o mais importante *A Lampada*, sobre assumptos ecclesiasticos. Escreveu tambem: *Uma noite n'um hotel*, romance, na *Revista semanal*, jornal litterario da Madeira; varias poesias anonymas ou assignadas com pseudonymos, em alguns jornaes madeirenses; varios artigos religiosos publicados na referida *Revista semanal*, *Aurora do Domingo*, em que se contam: *A Revelação*, *Algumas palavras ácêrca de Moysés*, etc. Em 1880 era collaborador da *Crença religiosa*, jornal que se publicava em Lisboa. Exerceu differentes cargos e commissões civis, como presidente da commissão administrativa da Santa Casa da Misericordia do Funchal, inspector geral do districto desde 1862 até que os clerigos de ordens sacras deixaram de ser elegiveis, e conselheiro do districto. Foi deputado nas legislaturas de 1878 e 1879. Na camara tambem se tornou um orador fluente. Como orador sagrado creou fama em Lisboa, sendo muito elogiado um sermão da *Soledade*, que prégou na egreja da Magdalena; o do *Senhor dos Afflictos*, na capella de *Nossa Senhora da Saude*, e o de *Nossa Senhora da Encarnação*, na sua egreja parochial.

Oliveira *(Anacleto Rodrigues de)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. N. n'esta cidade a 29 de março de 1855. Matriculou-se no curso de Medicina, mas interrompeu os estudos por ser muito influido com a arte dramatica, representando em theatros particulares, fazendo-se empresario do antigo theatro das Variedades, escrevendo e traduzindo varias peças theatraes, sendo algumas representadas com bastante exito. Depois resolveu seguir o curso de Medicina, que concluiu, exercendo a clinica no seu consultorio e particular. Foi em 1876 que tomou a empresa do theatro de Variedades, onde fez representar a magica em 4 actos, de Joaquim Augusto de Oliveira e musica de Angelo Frondoni, *A Lenda do rei de Granada*; a peça phantastica, musica de Caballero, *O Anno 3000*, por elle imitada do hespanhol, assim como o drama militar, *Os cossacos*, imitação do francez, e muitas outras peças. Representou como amador dramatico em diversos theatros, como o do Aljube, Taborda, Trinas, Club de Lisboa, Variedades, e em D. Maria II, no drama *D. Leonor Telles*, escripto por Marcellino de Mesquita para a recita dos estudantes do quinto anno de Medicina. Lembramos de ter entrado nas seguintes peças: *Os campinos*, *Opio e champagne*, *Ella ou a morte*, *Amor e dinheiro*, *Maestro Bovi*, *A's avessas*, *Filhos de Adão*, *Por um triz*, *Dinah*, *Dois timidos*, etc. Como escriptor dramatico, tem as seguintes producções, além das imitações já citadas: *Beldemonio*, opera burlesca em 3 actos, imitada do francez, que se representou nos theatros do Gymnasio e Principe Real; *A's avessas*, comedia em 1 acto, original, em verso, representada no Club de Lisboa; *A Côrte do rei Pimpão*, opera burlesca em 3 actos, imitada do francez e representada na Trindade; *A Pata do diabo*, magica representada no theatro da Avenida; *As Nymphas do rio d'Algés*, cantata lyrico-burlesca representada no Club d'Algés; *O camarada*, comedia representada em varios theatros da provincia. Tem ainda mais as seguintes peças, que, parece, foram sido ainda representadas: *A herança do alcaide*, opera burlesca em 3 actos; *O annel de Zoroastro*, magica; *A adela de S. Roque*, opera burlesca; *Entre o azul e o vermelho*, idem; *O segredo terrivel*, comedia em 3 actos, etc.

Oliveira *(Antonio de)*. Pintor em azulejos, de Evora, que viveu no seculo XVIII. N'esta cidade viam-se trabalhos seus no convento dos Loios.

Oliveira *(Antonio de)*. Escriptor, natural da villa de Chamusca, que traduziu do hespanhol para portuguez a *Relação do tumulto popular que succedeu em 18 de dezembro do anno passado de 1735 na cidade do grão Cairo capital do antigo reino do Egypto*, etc..

Oliveira *(P. Antonio de)*. Mestre da capella da egreja de S. Julião, em Lisboa, no meado do seculo XVII. Era natural d'esta cidade e fal. em Roma. Foi religioso da ordem de S. Francisco. O catalogo da livraria de D. João IV menciona tres composições de Antonio d'Oliveira, que são 2 villancicos do Natal a 5 vozes, e uma lição de defuntos a 8 vozes. N'um codice manuscripto existente na Bibliotheca Publica de Evora, contendo composições de diversos autores portuguezes que viveram no referido seculo XVII, ha umas *Alleluias* d'este mestre de capella, escriptas em curioso estylo floreado.

Oliveira *(P. Antonio de)*. Presbytero secular do habito de S. Pedro e missionario apostolico por faculdade pontificia, visitador geral do Sertão de Baixo e da cidade de Sergipe d'El-Rei, com poder de chrismar por indulto do papa Benedicto XIV. N. em Lisboa, e era filho de Antonio de Oliveira e de Marianna dos Reis. Passou com seus paes á Bahia, e no collegio dos jesuitas estudou Philosophia e Theologia, sendo mestre em Artes e examinador d'esta faculdade. Era muito perito na poesia latina e vulgar, e em varias academias sempre a sua voz era ouvida com a maior attenção. Tinha tambem fama de bom prégador. Deixou publicados varios sermões, um *Epigramma latino*, e um *Soneto portuguez; Romance historico á chegada do arcebispo da Bahia D. José Botelho de Mattos*, etc., Lisboa 1742.

Oliveira *(Antonio Correia de)*. Escriptor e poeta contemporaneo, N em S. Pedro do Sul a 31 de julho de 1879, sendo filho do dr. José Correia de Oliveira e de D. Joaquina Augusta de Figueiredo Almeida Correia. Decorreu serenamente a sua mocidade na casa paterna, á beira do rio Vouga, na paz tão suggestiva da vida rural. Com a morte de seu pae, retirou-se com sua familia para uma quinta distante de S Pedro do Sul; contava então Correia d'Oliveira apenas 13 annos de edade. Um tio, já edoso, parocho d'uma egreja da serra, pensou em cuidar da situação do sobrinho, matriculando-o no seminario de Vizeu, onde effectivamente permaneceu alguns annos. Renunciando, porém, ao projecto formado pelo velho parocho, por não se sentir com vocação para a vida ecclesiastica, abandonou o seminario, indo novamente para a sua casa da aldeia, onde passou o tempo a lêr, estudando, ouvindo as cantigas dos trabalhadores, e embebendo-se no ar e na luz da paizagem encantadora que illuminara tão docemente os primeiros annos da sua existencia. D'essa epoca de concentração espiritual e de dolorosa incerteza, são as suas primeiras composições poeticas: *Ladainha*, *Eiradas*, *Auto do fim do dia* e *Allivio de tristes*. Em 1900, resolvido a luctar pela existencia, saiu de S. Pedro do Sul, fixando-se então em Lisboa, onde o seu nome era já conhecido e consagrado na litteratura, pois a imprensa por varias vezes se havia occupado com elogiosas phrases das suas composições tão cheias de mimo e de brilho. Correia d'Oliveira publicou depois novos livros, que a critica recebeu com o mais franco applauso. A obra d'este poeta é a seguinte: *Eiradas* (1899); *Auto do fim do dia* (1900); *Ladainha* e *Allivio de tristes* (1901); *Cantigas* (1902); *Raiz* (1903); *Auto de junho* e *Ara* (1904); *Parabolas* (1905). *O pinheiro exilado* (1908). Consta ter em preparação outro livro intitulado: *Tentações de São Frei Gil.*

Oliveira *(Antonio Gomes de)*. Poeta do seculo XVII. Era natural de Torres Vedras, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento, sendo filho do dr. Nicolau Lopes, professor de Medicina, e de Brites Gomes. Estudou a faculdade de Direito Civil na Universidade de Coimbra, foi secretario do general Mathias d'Albuquerque, e assistiu ás batalhas de Montijo, em 1644, e das Linhas d'Elvas, em 1659. Era muito dedicado á poesia portugueza, castelhana, latina e italiana. Alcançou os primeiros premios nos certames academicos, e a estima das principaes pessoas da côrte. D. João IV consagrava-lhe muito affecto. Escreveu: *Idylios maritimos y rimas varias, primeira parte*, Lisboa, 1617; todas as poesias contidas n'este volume são na lingua castelhana, havendo unicamente na portugueza uma *Canção* a fol. 10, e uma *Ode* a fol. 141; *Sonetos heroicos concernentes á Majestade e estado politico e militar do sempre Augusto Rei D. João IV Nosso Senhor; e principio do poema heroico «D. João I de Boa Memoria»*, etc., Lisboa, 1641; *Panegyrico ao sempre Augusto Rey D. João 4.°, Lusitano, Indico, Brazileiro e Africano, acclamado e jurado Rey na cidade de Lisboa em o 1.° e em 15 de dezembro de 1640, etc.*, Lisboa, 1641; *Oitavario heroico votado á Majestade victoriosa d'El-Rei nosso senhor D. João IV;* sem logar nem anno de impressão; são 8 sonetos; *No dia solemnissimo da entrada d'el-Rei Nosso Senhor em Lisboa, recolhendo-se das fronteiras do Alemtejo;* sem anno nem logar de impressão; *Pela festividade annual que em o 1.° de dezembro de 1641 instituiu a cidade de Lisboa em memoria da acclamação do sempre augusto Rey D. João o IV*, Lisboa sem data; *Commento ás Lusiadas de Camões;* sem anno nem logar da impressão; *Ao serenissimo infante de Portugal o sr. D. Affonso, no dia solemnissimo do seu baptismo;* tambem sem data da impressão; outros opusculos, e alguns manuscriptos.

Oliveira *(Antonio Joaquim de)*. Revisor aposentado da Imprensa Nacional. N. em Lisboa a 20 de janeiro de 1827. Entrou para a referida imprensa, como typographo, a 10 de junho de 1853, sendo conjuntamente, desde 1860, um dos revisores do *Diario de Lisboa*, cargo em que foi aposentado pela sua avançada edade. Foi sempre muito dedicado ás associações das classes trabalhadoras e de beneficencia, e desde que em 1849 começaram a germinar em Portugal as idéas da necessidade e conveniencia da associação das classes de trabalho, como condição indispensavel para o seu melhoramento, alistou-se entre os propugnadores d'essas idéas concorrendo efficazmente para a sua realisação. Quando se fundou em 1841 o Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, alistou-se logo como um dos associados, e ali exerceu durante bastantes annos o cargo de secretario, sendo presidente Antonio Rodrigues Sampaio e thesoureiro José Maria do Casal Ribeiro, mais tarde conde de Casal Ribeiro, notaveis estadistas já hoje fallecidos. Joaquim d'Oliveira foi

tambem socio de muitas outras associações industriaes e de beneficencia. Quando falleceu Antonio Rodrigues Sampaio, em Cintra, a 2 de setembro de 1882, toda a imprensa periodica lhe consagrou artigos saudosos, lastimando a falta de tão prestante e considerado homem de estado, e Antonio Joaquim d'Oliveira escreveu tambem um notavel artigo intitulado *Antonio Rodrigues Sampaio perante as associações populares*, o qual foi publicado no *Diario de Noticias* em tres numeros successivos. N'este artigo punha em relevo os grandes serviços prestados por Sampaio ás associações, recordava as discussões realisadas no Centro Promotor sobre inoffensivas quanto uteis questões dos cereaes, da instrucção popular, da organisação das associações de classe; lembrando tambem os relevantes serviços de Antonio Rodrigues Sampaio no luctuoso anno de 1857, em que a Febre Amarella tanto flagelou a capital, desenvolvendo, na qualidade de presidente do Centro Promotor e de membro da commissão official de soccorros, que então se elegeu, uma energia pasmosa reveladora de grande força de vontade, e da mais decidida disposição para cumprir os deveres da humanidade. A' citada commissão tambem pertenceu Antonio Joaquim d'Oliveira. No *Ecco dos operarios*, jornal redigido por Lopes de Mendonça e Sousa Brandão, estreou-se Antonio Joaquim d'Oliveira como escriptor e jornalista em 12 de outubro de 1850, publicando um artigo ácêrca da questão que por esse tempo se debatia sobre os estatutos por que se havia de reger a Associação Typographica, que então se creara; e no mesmo jornal escreveu successivamente mais alguns outros, de conformidade com as doutrinas a que se tinha dedicado. Collaborou depois no *Jornal do Centro Promotor*, fundado em principios de 1853, e na *Tribuna do Operario*, em 1854. Convencido, e mais alguns seus collegas, da utilidade da federação das associações já existentes e das que de novo se creassem, resolveu propagar e diffundir as suas opiniões n'este sentido, fundando para isso um novo jornal, a que puzeram o titulo de *Federação*. D'esta folha foi um dos redactores principaes e permanentes desde 29 de outubro de 1856, dia em que se publicou o primeiro numero, até á sua terminação em 13 de janeiro de 1866, em que completou o 10.º volume. Antonio Joaquim de Oliveira foi condecorado com o grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada, por decreto de 14 de agosto de 1862, em remuneração de serviços humanitarios como membro da Sociedade dos Artistas Lisbonenses, por occasião da invasão da epidemia da Febre Amarella em 1857.

Oliveira *(Antonio Mesquita de)*. Cavalleiro professo da ordem de Christo, escriptor, etc. N. em Lisboa, e fal. em Castello Branco, ignorando-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho do desembargador Antão de Mesquita de Oliveira, e de sua mulher D. Antonia Beserra Cabral. Escreveu: *Defensão da lingua portugueza*; *Capitão politico na vida do principe Luiz Barbalho*; *Historia d'Africa*, e outras obras que ficaram ineditas.

Oliveira *(Antonio do Nascimento)*. Organista, pianista e compositor estabelecido em Setubal, ha annos fallecido. Era pae do violoncellista Frederico do Nascimento, professor no Instituto Nacional de Musica do Rio de Janeiro. Na Bibliotheca Nacional existem de Antonio do Nascimento Oliveira as seguintes composições, muitas d'ellas autographas, que pertenceram a um convento de Setubal: Missa a 3 vozes e orgão; responsorios que se cantam em quinta e sexta feira santa, a 3 vozes e orgão; *Miserere*, a 3 vozes e orgão, partitura autographa com a data de 1879; *Psalmos para a hora de noa, em quinta feira da Ascensão*, a 3 vozes e orgão; *Te Deum*, a 4 vozes e orgão; *Tantum ergo*, a 3 vozes e orgão; partitura autographa com a data de 1879; duas ladainhas a 3 vozes e orgão; antiphona *Magne Pater Sancte Dominice*, solo de soprano com acompanhamento de orgão; motete *Dixerunt viri*, para soprano a solo com acompanhamenta de orgão, partitura autographa com a data de 1879; motete *Si quis manducaverit* para dois sopranos e orgão; *Devoção para o mez de maio*, a 3 vozes e orgão.

Oliveira *(Antonio Pinto Leão de)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. N. em Cezimbra a 1 de janeiro de 1846, fal. em Lisboa a 29 de junho de 1898. Era filho de Julião José de Oliveira, humilde negociante d'aquella localidade, e de D. Maria Rosa Pinto Leão. Veiu para Lisboa ainda muito novo, e estudou o curso de Medicina á custa de bastantes sacrificios e provações, leccionando disciplinas preparatorias. Apenas se formou, tendo já adquirido fama de bom medico, grangeou grande clinica, estabelecendo se com consultorio na rua dos Fanqueiros. Assim conseguiu angariar alguns bens de fortuna. Era um dos mais devotados membros do partido republicano, a cuja direcção pertenceu algumas vezes, desempenhando por fim o cargo de thesoureiro da commissão administrativa do mesmo partido. Fez parte da vereação municipal de 1893, saindo da camara com a minoria republicana. O dr. Leão de Oliveira foi um dos fundadores do jornal *O Seculo*, propriedade que deixou em 1894. Era casado com D. Maria das Dôres Rêgo Leão de Oliveira, senhora de avultada fortuna

Oliveira *(Augusto Carlos Chaves de)*. Cirurgião Medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto. N. em Moncorvo a 28 de janeiro de 1835. Escreveu: *Da electricidade applicada á therapeutica, especialmente das molestias cirurgicas* these inaugural, Porto, 1861; *Gazeta homeopathica, orgão do Consultorio Homeopathico Portuense; publicação mensal*, Porto, 1863. Redigiu ao principio este jornal juntamente com o dr. Raymundo Francisco da Gama.

Oliveira *(Augusto Freire de)*. General de brigada reformado, que foi do corpo de administração militar. N. em 11 de junho de 1837, fal. a 26 de outubro de 1904. Assentou praça em 16 de abril de 1858, sendo promovido a alferes em 7 d'outubro de 1859, a tenente em 1 de julho de 1868, a capitão em 13 de julho de 1875, a major em 23 d'abril de 1884, e tenente-coronel em 19 de janeiro de 1887, a coronel em 14 de maio de 1891, reformando-se no posto de general de brigada a 28 de dezembro de 1899. Foi chefe da 1.ª repartição do ministerio da guerra. O general Freire d'Oliveira era commendador e cavalleiro da ordem de Aviz, e cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição; possuia a medalha de prata de comportamento exemplar.

Oliveira (*Bento José de*). Professor do ensino mutuo da cidade de Coimbra. Escreveu: *Nova Grammatica portugueza compilada dos nossos melhores autores*, Coimbra, 1862; 2.ª *edição melhorada*, Coimbra, 1864.

Oliveira (*Braz de*). Pintor de tectos, d'ornatos e de perspectiva, que viveu no seculo XVIII. Foi discipulo de Antonio Lobo, que fôra o melhor discipulo de Vicente Baccarelli, pintor italiano de perspectiva e d'architectura, que veiu a Lisboa no fim do seculo XVII, e aqui se conservou algum tempo, regressando depois á sua patria.

Oliveira (*Carlos de*). Actor contemporaneo. N. em 14 de setembro de 1871. Estreou se no theatro da Rua dos Condes em 1895, na empresa Lucinda Simões, na peça de Victorien Sardou, *Madame de Sans Gêne*, desempenhando depois varios papeis nas peças: *Demi-Monde*, *Francillon*, *Cabotinos*, *Amantes legitimos* e *Morgadinha de Valflôr*. Em 1896 foi escripturado para o theatro de D. Maria II, debutando na comedia *Os Intimos*. Desde 1905 faz parte da companhia do theatro D. Amelia.

Oliveira (*Carlos José de*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, apreciado jurisconsulto, deputado, governador civil de Lisboa, etc. N. n'esta cidade a 20 de maio de 1835, onde tambem fal. em 8 de fevereiro de 1905. Aos 14 annos de edade em 1849, concluiu

Carlos José de Oliveira

os estudos preparatorios do Lyceu Nacional de Lisboa, e matriculou se nas aulas de Direito Canonico e Historia ecclesiastica, regidas em S Vicente de Fóra, concluindo o curso em 1852, tendo apenas 17 annos de edade. No anno de 1853 seguiu para a Universidade de Coimbra, e em dois ou tres mezes repetiu todos os exames preparatorios, como a lei então exigia, e matriculou-se no primeiro anno da faculdade de Direito. Foi um estudante distincto, sendo premiado em quasi todos os annos do curso, e tomou o grau de bacharel em 25 de maio de 1858. Veiu depois para Lisboa exercer a advocacia, tornando-se um advogado muito considerado e muito trabalhador; dedicava-se especialmente ás causas commerciaes e ás civeis, e só por excepção se encarregava d'alguma causa crime. Existem impressos do dr. Carlos d'Oliveira, além d'uma analyse da lei de 30 de julho de 1870 sobre a abolição dos vinculos, que constituiu o discurso de abertura d'uma sessão da *Associação dos Advogados*, varios trabalhos juridicos, relativos a processos pendentes, e duas dissertações para os concursos da cadeira de Economia politica da Escola Polytechnica, uma denominada *Considerações sobre a liberdade dos bancos*, e outra *Justificação dos monopolios naturaes*. Entrando na politica, filiou-se no partido progressista, foi deputado em algumas legislaturas e presidente da camara. Tambem foi governador civil de Lisboa.

Oliveira (*Fr. Chrispim de*). Religioso dominicano na ordem dos prégadores. Era natural de Azeitão, mas ignora se a data do nascimento. Recebeu o habito no convento da terra da sua naturalidade a 6 de novembro de 1695. Foi qualificador do Santo Officio, prégador do infante D. Francisco, irmão de D. João V, e prior do convento da sua ordem em Evora. Deixou publicado um sermão de S. Luiz Gonzaga.

Oliveira (*Christovão Rodrigues de*). Guarda-roupa, ou familiar de arcebispo de Lisboa D. Fernando de Menezes. Era natural d'esta cidade, mas não se sabe mais noticias a seu respeito. Escreveu uma obra, que se intitula: *Summario em que brevemente se conteem algumas cousas* (*assim ecclesiasticas como seculares*), *que ha na cidade de Lisboa, com privilegio real;* no verso do titulo diz: *Sendo arcebispo da cidade e arcebispado de Lisboa D. Fernando primeiro d'este nome, capellão-mór d'el-rei D. João nosso senhor o terceiro*, etc. publicado em 1551. Saiu novamente, *addicionado por Manuel da Conceição, mercador de livros*, Lisboa, 1775. Os addicionamentos feitos consistem: 1.º Em um *Supplemento*, que comprehende o estado presente de Lisboa, por Manuel da Conceição, mas segundo alguns escriptores é obra de D. José Barbosa; pag. 135 a 150; 2.º Uma *Carta* do P. D. Thomaz Caetano do Bem ácêrca d'uns monumentos romanos descobertos no sitio das Pedras Negras; pag. 153 a 176; 3.º Uma *Carta* aos socios do *Jornal Estrangeiro* de Paris em que se dá noticia breve dos litteratos e artistas mais famosos existentes em Lisboa; em nome de Miguel Tiberio Pedegache, mas que outros attribuem ao mesmo D. Thomaz Caetano do Bem; pag. 177 a 199.

Oliveira (*Congregação da*). V. *Portugal*, vol. II, pag 1119.

Oliveira (*P. Custodio José de*). Presbytero secular, professor regio da lingua grega, em Lisboa, etc. Não se conhece a data do nascimento, nem o local onde nasceu, mas sabe-se quo fal. em 1812, ou pouco depois, de edade já muito avançada. A sua nomeação de professor de grego foi por carta régia de 10 de novembro de 1771; regeu depois a mesma cadeira no Collegio Real dos Nobres. Foi tambem um dos directores litterarios da Impressão Régia, cargo que exercia ainda no anno de 1807. Por fim recebia uma pensão annual de 200$000 réis, concedida como re-

muneração do trabalho que lhe fôra confiado da composição d'um *Diccionario da Lingua Grega*, o qual não chegou a concluir, ignorando-se até que ponto o levou. Quando era professor régio representou ao governo que a *Collecção de Patuza*, feita para a Academia Real de Napoles, não podia facilmente ser mandada vir de fóra, em quantidade que bastasse para o uso das aulas d'este reino, além de não ter nem a selecção recommendada pelo governo, nem a abundancia de logares escolhidos de autores classicos, que se devem tratar nas mesmas aulas. N'estes termos, e comquanto determinassem as instrucções para os professores de grego que usassem da *Collecção de Patuza*, ordenou o alvará de 17 de julho de 1772 que se puzesse em ordem e imprimisse uma collecção de logares, e passagens escolhidas dos autores gregos na conformidade de uma tabella, que devia acompanhar o alvará, e ser assignada pelo bispo de Beja, presidente da Mesa Censoria. O pensamento do soberano foi annuir ao pedido do mencionado professor, que consistia em que se fizesse uma impressão de alguns logares dos autores classicos, taes como *Luciano*, *Xenophonte*, *Herodoto*, *Isocrates*, *Thucydides*, *Theocrito*, *Anacreonte*, *Aristophanes*, *Sophocles*, *Pindaro*, e outros; com algumas breves notas criticas e grammaticaes, ácêrca da pureza da phrase, e conhecimento da lingua. A *Selecta* dos logares escolhidos dos classicos gregos, em prosa, na conformidade da tabella apresentada pelo professor Custodio José d'Oliveira, foi começada em 1773 e concluida em 1776; mas a dos poetas só foi impressa em 1830, na imprensa da Universidade. A selecta dos prosadores gregos tem o titulo seguinte: *Selecta optimorum Graecae Linguae Scriptorum, ad usum Scholarum. Opera et Studio Custodii Josephi Oliverii*, Lisboa, 1773-1776; foi reimpressa em 1806. Bibliographia: *Dionysio Longino, tratado do Sublime, traduzido da lingua grega na portugueza*, Lisboa, 1771; *Luciano, sobre o modo de escrever a Historia*; *traduzido na lingua portugueza*, Lisboa, 1771; ambos estes tratados tiveram *segunda edição corregida e addicionada em suas notas*, Lisboa, 1804; *Ode á inauguração da Estatua Equestre*, se m logar nem anno de impressão, mas é de 1775; meia folha de papel; *Versos em grego e portuguez*, sobre o mesmo assumpto; idem; *Diagnosis typographica dos caracteres gregos, hebraicos e arabicos, addicionada com algumas notas sobre a divisão orthographica da lingua latina, e outras da Europa*; *a que se juntam alguns preceitos da arte typographica para melhor correcção e uso dos compositores e aprendizes da Impressão Régia*, Lisboa, 1804; *Jerarchia celestial*, etc., Lisboa, 1812.

Oliveira *(Cypriano José de Mendonça)*. Funccionario publico, que prestou valiosos serviços no Ultramar. N. na praça d'Aguada, na India, a 27 de abril de 1870, fal. em Cascaes, a 20 de janeiro de 1907. Era filho do dr. Antonio Nunes de Oliveira e de Mathilde E. de B. Mendonça de Oliveira. Fez os seus primeiros estudos na India Portugueza, indo depois completal-os a Bombaim. Ainda muito novo empregou-se na Direcção das Obras Publicas da India como desenhador auxiliar, mas sendo este logar supprimido, passou ao quadro aduaneiro, fazendo serviço no Commissario Geral do Sal Abkary e Alfandegas da India. Em 1890 foi para Moçambique encarregado da ambulancia que acompanhou a expedição Maratha áquella provincia, onde serviu na Curadoria Geral dos Serviçaes e Colonos, e na Escola de Artes e Officios como professor de portuguez e desenho, deixando estes cargos por ter sido nomeado escrivão verificador (sub-director interino) da Alfandega de Inhambane e escrivão da capitania do porto da mesma villa, passando depois ao logar de escrivão de fazenda do districto, cargo que teve de deixar por motivo de saude, retirando para Moçambique com licença da junta. Achava se addido á secretaria do Governo Geral da Provincia, quando foi requisitado por Mousinho d'Albuquerque, governador de Lourenço Marques, para seu secretario particular. Este governador tambem o encarregou da cobrança do imposto de palhotas no Maputo, e quando regressou ficou fazendo parte do pessoal da secretaria do governo do districto, tendo sido um grande auxiliar de Mousinho d'Albuquerque, quando para ali foi a expedição de Moçambique commandada pelo coronel Azevedo Coutinho, por causa do conflicto anglo-portuguez. Desempenhou em commissão os logares de chefe de secretaria e da administração do Hospital Militar e Civil de Lourenço Marques, onde prestou bons serviços, confirmados documentalmente pelo dr. Antonio Maria Duarte Ferreira, director d'aquelle estabelecimento. Em 1892, sentindo-se bastante doente, veiu para a metropole tratar-se. Tendo sido confirmado no logar de secretario do governo de Lourenço Marques por decreto de 22 de setembro de 1893, foi depois transferido para a alfandega de Moçambique, e em março de 1895 passado para o ministerio das obras publicas, fazendo parte da Inspecção Geral dos Vinhos e Azeites. Falleceu na edade de 37 annos, ainda incompletos.

Oliveira *(Eduardo Freire de)*. Director do Archivo Municipal de Lisboa. (*V. este nome*, a pag. 675 do vol. I). Socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa; do Instituto de Coimbra; da Real Associação dos Archeologos e Architectos Civis Portuguezes; do Gabinete Portuguez de Leitura de Pernambuco; do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, etc. Nasceu n'esta cidade, sendo filho de Candido José Maria de Oliveira, que nas campanhas liberaes se distinguiu valentemente e ganhou o habito da ordem de Nossa Senhora da Conceição, sendo depois empregado na Alfandega de Lisboa, onde muitas vezes exerceu o cargo de director da Alfandega de Consumo, e de D. Emilia Carlota Freire de Oliveira. Antigo empregado da camara municipal de Lisboa, tem o sr. Freire de Oliveira sido sempre um funccionario zeloso. Quando se deu, em 19 de novembro de 1863, o grande incendio dos paços do concelho de Lisboa, espalhou-se que o fogo fôra proposital; mas a vereação, que era composta de homens honestos e que prezavam a sua reputação, empregou logo os seus esforços para vencer a calumnia. Deu ordem para se proceder á organisação da conta da gerencia, aproveitando-se os documentos salvos e adquirindo outros legalmente authenticados, provando assim, com o dinheiro encontrado no cofre, que tudo estava regular. Foi encarregado d'esta diligencia o sr. Eduardo Freire de Oliveira, então

arpirante da repartição de contabilidade, e com tanta competencia e aptidão se houve, apresentando seu relatorio e a conta documentados, com que se provou a boa gerencia e a lisura na administração da fazenda municipal, que a camara, reconhecida a este bom serviço, o deixou expresso na acta da sessão em que lhe conferiu um voto de louvor, sendo esta, a primeira distinceção de tal genero que se concedeu a um funccionario municipal no concelho de Lisboa. Na direcção do Archivo Municipal tem egualmente prestado notaveis serviços, que bem se evidenciam na excellente organisação que lhe tem dado. Desde 1901 que lhe pertence tambem a direcção das bibliothecas municipaes, consideradas como dependentes do mesmo archivo, e ahi tem feito sentir a sua acção intelligente melhorando os serviços e conseguindo o augmento das acquisições de livros, de fórma a collocar á altura da sua missão tão uteis instituições, como o devem ser as bibliothecas municipaes. O sr. Freire de Oliveira é autor da valiosissima collecção intitulada *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, de que já se encontram publicados quinze grossos volumes, que são um importante repositorio de documentos de alto valor historico. Muitos d'esses documentos são acompanhados de notas elucidativas e eruditas. Esta notavel publicação foi emprehendida em homenagem ao marquez de Pombal, por occasião de se celebrar o seu primeiro centenario em 8 de maio de 1882. A leitura e compilação dos centenares de documentos insertos nos quinze volumes publicados, e notas que os esclarecem representam um trabalho enorme, quasi superior ás fôrças de um só homem. Os *Elementos* são uma obra immensa, e dos numerosos documentos que contéem, tiram-se amplos conhecimentos historicos. N'este diccionario teem sido aproveitados, e citados, repetidas vezes. Tão grande obra tem valido ao seu autor e á Camara Municipal de Lisboa calorosos elogios. Os volumes dos *Elementos* teem sido publicados pela seguinte ordem: Vol. I em 1885; Vol. II em 1887; Vol. III em 1888; Vol. IV em 1889; Vol. V em 1891; Vol. VI em 1893; Vol. VII em 1894; Vol. VIII em 1896; Vol. IX em 1898; Vol. X em 1899; Vol. XI em 1901; Vol. XII em 1903; Vol. XIII em 1904; Vol. XIV em 1906; Vol. XV em 1910.

Oliveira (*Emygdio de*). Jornalista e escriptor contemporaneo. N. no Porto em novembro de 1853, sendo filho de Emygdio de Oliveira, capitão de marinha mercante. Feitos os estudos preparatorios acompanhou seu pae em differentes viagens pelo Brazil, Inglaterra, Allemanha, etc., naufragando no mar do Norte depois d'uma viagem terrivel e tormentosa. Este acontecimento, em vez de amedrontar o joven viajante, encheu-o ainda de maior coragem, e teria decerto seguido a carreira do mar, se seu pae lhe não contrariasse esses desejos Matriculou-se então no Lyceu, onde seguiu o curso com destino ás escolas superiores. Fallecendo, porém, seu pae, interrompeu os estudos, conseguindo ser collocado como segundo guarda-livros n'um banco de Braga, em que era primeiro guarda-livros o conselheiro Alfredo Barbosa dos Santos, actual agente financial do governo portuguez no Rio de Janeiro. Lançado n'esta carreira dedicou-se com attenção aos estudos economicos e financeiros, em que é muito versado, como o provam os apreciados artigos que inseriu na *Actualidade*, jornal portuense de que foi assiduo collaborador, e os artigos que publicou tambem no *Jornal de Finanças*, de que em 1905 era redactor principal. Saindo de Braga foi para o Porto, onde fundou o *Jornal de viagens*, de que se fez uma tiragem enorme, e obteve grande exito, não só pela sua novidade, pois que se não tentara ainda entre nós uma publicação similhante, mas pela variedade e interesse dos artigos, quasi sempre illustrados. Foi por essa occasião que o illustre jornalista lançou a idéa da creação da Sociedade de Geographia Commercial, indicando para seu presidente o escriptor Oliveira Martins, que poucos conheciam, e que, acceitando o honroso convite, dirigiu a nova aggremiação, cuja existencia foi curta, apezar de fundada em condições que pareciam assegurar-lhe uma larga e prospera existencia. No periodo activo da prestante sociedade, Emygdio de Oliveira, que fôra eleito primeiro secretario geral, realisou uma interessante conferencia nas salas da Associação Commercial, sobre a marinha mercante. Pouco depois fundava, com Feliciano Ferreira e outros a *Folha Nova*, que obteve grande exito pela sua independencia e brilho litterario. Sob o pseudonymo de *Spada* publicou Emygdio de Oliveira notaveis artigos doutrinarios e de polemica, transcriptos por quasi toda a imprensa liberal do paiz. Foi n'esse jornal que se trataram as questões que n'aquella epoca agitada mais preoccupavam o espirito publico, ficando memoraveis os artigos relativos ao centenario do marquez de Pombal, á secularisação da capella da Aguardente, e a outros assumptos que mais especialmente preoccupavam a opinião publica. Depois da *Folha Nova* fundou o *Norte*, com os drs. Ricardo Jorge, Wenceslau de Lima e outros. Redigiu tambem o *Diario do Commercio*, e collaborou no *Seculo*, no periodo combatente d'este jornal. Os artigos que n'elle publicou sobre a questão africana, acham-se collecionados no volume denominado *A caça ao javardo*, edição da Bibliotheca Moderna. Em 1905 redigiu o *Jornal de Noticias* e o *Jornal de Finanças*, collaborando tambem no numero litterario que o *Seculo* publicava ás segundas feiras. Emygdio d'Oliveira foi procurador á Junta Geral do districto do Porto, representando o concelho de Villa Nova de Gaia. Em 1890 exerceu o cargo de commissario districtal do Real de Agua, passando depois a exercer o de commissario dos alcooes, e por ultimo o de commissario junto das fabricas de phosphoros. Com Basilio Telles, José Sampaio, José Victorino Ribeiro, J. Maria Durão e outros, fundou o *Club de Propaganda Democratica do Norte*, de que foi presidente. Além do livro já citado, publicou tambem a *Carteira d'um latino*, contos escolhidos entre os que inseriu nos numeros de domingo do *Jornal de Noticias*. No seu tempo de estudante já mostrava grande propensão para as letras, e com alguns dos seus condiscipulos fundou o semanario *O Club*.

Oliveira (*Eusebio de*). Architecto. N. em Benavente em 1751, fal. em Lisboa em 1814. Foi o autor da decoração da tribuna real do theatro de S. Carlos. Teve grande pratica de pintar scenarios e tectos.

Oliveira (*Fernando de*). Cavalleiro tauroma-

chico, artista muito considerado. N. em Benavente a 12 de março de 1859, fal. em Lisboa a 12 de maio de 1904. Era filho do lavrador Firmino Antonio de Oliveira, e de sua mulher D. Custodia do Sacramento de Oliveira. Tendo recebido uma educação muito cuidada, veiu para Lisboa entregar-se á vida commercial, como caixeiro despachante. Mais tarde, por morte de seu pae, dedicou-se á vida agricola nas lezirias de Villa Franca de Xira, mas a sorte foi-lhe adversa, perdendo n'essa exploração os capitaes que empregára. Como amador enthusiasta toureou pela primeira vez, a cavallo, em 1879, em Villa Franca de Xira, e logo no anno seguinte na Barquinha, montando em cavallos pertencentes a Carlos Relvas. Foi tão grande o successo obtido que o seu nome tornou-se bem falado como distincto amador tauromachico. Desde então fôram successivos os triumphos alcançados. Em 1881 apresentou-se pela primeira vez na antiga praça do campo de Sant'Anna, n'um beneficio do cavalleiro Antonio Monteiro. Foi depois ao Brazil, onde teve uma brilhante recepção e muitos lucros, que não soube conservar, regressando a Lisboa quasi com o que tinha quando partira. No dia seguinte ao da sua chegada toureou em Cintra, onde tambem obteve grande successo. Continuou então, já como artista, nas lides tauromachicas, recebendo sempre fartos applausos. Em 1892, ainda mal convalescente d'uma grave doença, que o collocara entre a vida e a morte, foi em companhia de Alfredo Tinoco, D. Luiz do Rego e Manuel Casimiro, trabalhar em Madrid, na corrida hispano-portugueza, em 27 de outubro. Foi mais por ter compromettido a sua palavra, e não queria que os maldizentes pudessem pensar que fugia á lucta na primeira e grandiosa arena peninsular. Apezar do estado febril, em que estava ainda, anniquilado pela doença, o seu trabalho n'essa corrida obteve o applauso unanime de toda a imprensa hespanhola, e a apreciação do grande mestre e critico D. José Sanchez de Neira, publicada no jornal *Lidia*, de 31 do citado mez. Tornou a Hespanha mais vezes, sendo a ultima em junho de 1900, n'uma corrida de beneficencia em Madrid, em que obteve uma ovação delirante. Voltou ainda ao Brazil algumas vezes, sendo a ultima em 1902. Toureou em todas as praças de touros do paiz, sendo em algumas na corrida de inauguração. Falleceu d'um desastre na praça do Campo Pequeno, tendo sido colhido por um touro, que o derrubou do cavallo em que montava, cuspindo-o da sella a grande distancia, deixando-o de bruços e sem sentidos. Apezar dos soccorros promptos, o infeliz artista não pôde resistir. A consternação foi geral, porque Fernando de Oliveira era sinceramente estimado.

Oliveira *(P. Fernão de)*. Presbytero secular, professor de Rhetorica em Coimbra. N. em Pedrogão, na provincia da Beira Baixa, e vivia ainda, em edade muito avançada, no anno de 1581. Era filho de Heitor d'Oliveira, fidalgo da casa de D. João III, e juiz dos orphãos da mesma villa de Pedrogão, e de sua mulher, D. Branca de Castro. Escreveu: *Grammatica da lingua portugueza*; tem no fim a data de Lisboa, 27 de janeiro de 1536; *Arte de guerra do mar, dirigida ao mui magnifico senhor D. Nuno da Cunha, capitão das galés do muito poderoso rei D. João III*, Coimbra, 1555. Na Bibliotheca de Paris existe um codice manuscripto, sob o n.º 10022, que contém autographos os escriptos de Fernão de Oliveira, a saber: *Historia de Portugal*, que não passa d'uns fragmentos relativos ao governo do conde D. Henrique e aos reinados de D. Affonso Henriques e D. Sancho I. O general Pamplona, depois conde de Subserra, estando em Paris, fez tirar copia dos ditos fragmentos, que inseriu no jornal, que então redigia, com o titulo de *Contemporaneo Politico e Litterario*, de 1820, no tomo II, pag. 212 e 321, e no tomo III, pag. 1 e seguintes. Ha tambem no dito codice outro escripto, que é a traducção dos livros 1.º e 2.º e dos primeiros oito capitulos de *Re rustica*, de Columella. Foi copiado por Francisco José Maria de Brito, e saiu nos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, tomo IV, parte II, continuando nos tomos seguintes.

Oliveira *(Filippe de)*. Professor das escolas centraes de Lisboa, secretario da Associação do Mealheiro das viuvas e orphãos dos operarios, etc. N. em Ilhavo em 1861. Ficou orphão de pae, sendo ainda muito creança, e foi internado na Casa Pia de Lisboa, mostrando desde logo grande vocação para as letras. Fez os exames de portuguez, francez, inglez, geographia, historia e mathematica, matriculando-se em seguida na Escola Normal de Marvilla, onde fez um curso brilhante, que terminou em 1880. Foi em seguida nomeado professor na Casa Pia, em que fôra educado, e dois annos depois passou á Escola Central N.º 6, de Lisboa, onde se tem conservado. O sr. Filippe d'Oliveira é muito illustrado; dedica-se com ardor á instrucção, a que tem prestado bons serviços, gozando dos melhores creditos e da maior consideração como professor. Nos exames primarios é sempre chamado para fazer parte do jury. A favor da instrucção popular tem publicado já varios livros escolares. No concurso de 1903 apresentou *O meu primeiro livro de leitura*, que foi approvado pela respectivo commissão technica, sendo adoptado nas escolas no seguinte anno lectivo. Do merito d'este livro é prova evidente o voto favoravel da erudita commissão, que rejeitou livros d'autores bem conhecidos, preferindo só dois, sendo um d'elles o do sr. Filippe de Oliveira. No concurso aberto para os livros a adoptar no triennio de 1906 a 1909, apresentou o illustre professor o *Primeiro* e o *segundo livro de leitura*, sendo ambos mandados adoptar. O *Meu primeiro livro* pouco differe do que já fôra anteriormente adoptado. A'cêrca do *Meu segundo livro de leitura*, escreveu o bem conhecido escriptor e professor sr. Candido de Figueiredo, na chronica litteraria do *Diario de Noticias*, de 1906, e que o *Noticias d'Alcobaça*, de 18 de novembro d'esse anno transcreveu, a seguinte apreciação: «Os bons professores primarios, são geralmente, os melhores autores de livros escolares para o ensino primario. São, mas não fôram, pois que, não ha muitos annos ainda, os livros escolares pareciam propriedade exclusiva de quem nunca preleccionou nas respectivas escolas. Esse processo continua a reflectir-se por ora na elaboração de programmas, organizados muita vez por quem não lidou com a população escolar, a que elles se destinam. Mas hoje o professorado primario já está brilhantemente representado na bibliographia escolar, do que é teste-

munho, a par do outros, o sr. Filippe de Oliveira, um dos mais sympathicos e esclarecidos professores da capital. Afóra outras publicações, firma elle agora o *Meu segundo livro de leitura*, para a 2.ª e 3.ª classe de ensino primario. Livro organizado com excellente criterio, com muita paciencia, e com grande comprehensão das aptidões o predilecções iufantis. São geralmente curtos os capitulos ou artigos da obra, o que representa incontestavel vantagem, em cotejo com estiradas narrativas, cuja summula difficilmente se fixa na memoria das creanças. E depois a variedade dos assumptos, a simplicidade d'elles e o seu intuito educativo, são predicados que inquestionavelmente abonam o bom serviço que esta publicação representa » O sr. Filippe d'Oliveira é tambem autor da *Geometria Synthetica*, que já conta 5 edições.

Oliveira *(P. Filippe de)*. Presbytero secular, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, e afamado prégador do seu tempo N. em Lisboa em 1708, e fal. no 1.º de novembro de 1755, ficando sepultado debaixo das ruinas da egreja de S. Julião, por occasião do grande terremoto. Era filho de Manuel Francisco e de Anna Maria. Estudou em Lisboa letras humanas e lingua latina, passando depois á Universidade de Coimbra a estudar a faculdade de Canones, em que recebeu o grau de bacharel a 21 de maio de 1732. Ordenado de presbytero applicou se á lição da Sagrada Escriptura e dos Santos Padres. Escreveu: *Sermão de preces que se fizeram na cidade de Lisboa por occasião das continuas inundações que se experimentaram no anno de 1736*, Lisboa, 1736; *Sermão do grande pae dos pobres, instituidor da hospitalidade, o glorioso patriarcha S. João de Deus, prégado no seu convento*, Lisboa, 1739; *Sermão panegyrico e gratulatorio pelas felices melhoras de Sua Majestade, prégado em 7 de julho de 1742 na real egreja de S. Julião*, Lisboa, 1742; *Panegyrico historico e funeral nas sumptuosas exequias celebradas pela irmandade de N. S.ª do Loreto em 3 de outubro de 1742, pelo ex.mo sr. D. Manuel José de Castro, conde de Monsanto e marquez de Cascaes, etc.*, Lisboa, 1743; *Elogios sacros da vida do glorioso thaumaturgo de Paula, plenipotenciario de Deus, chanceller da caridade, sagrado patriarcha da esclarecida ordem dos Minimos, S. Francisco de Paula*, Lisboa, 1743; saiu sem o nome do autor; *Sermão do grande thaumaturgo da Calabria; sagrado erario da caridade, esclarecido instituidor da vida quaresmal, o glorioso patriarcha S. Francisco de Paula*, Lisboa, 1746; *Sermão do esclarecido conego de Praga, benefico advogado da fama, proto-martyr do sigillo sacramental, S. João Nepomuceno*, Lisboa, 1746; *Sermão de preces pela saude do magnifico rei D. João V nosso senhor*, etc., Lisboa, 1747; *Sermão no dia dia 3 de maio de 1747, ultimo do triduo que se celebrou á milagrosa imagem do Sr. Jesus da Pedra, trasladada para a sua nova egreja junto á villa de Obidos*, Lisboa, 174.; *Oração funebre, panegyrica e historica nas exequias do fidelissimo senhor rei D. João V, celebradas pela irmandade de S. Bartholomeu na real freguezia de S. Julião*, Lisboa, 1750.

Oliveira *(Filippe Rodrigues de)*. Ajudante da infantaria com exercicio de engenheiro, e capitão da Extremadura. N. em 1 de maio de 1700, ignora-se a data do fallecimento. Applicou-se muito ao estudo das Mathematicas na Academia Militar da côrte, e tornou-se tão distincto que por vezes substituiu o lente proprietario Manuel de Azevedo Fortes, sargento-mór de batalha e engenheiro-mór do reino. Deixou as seguintes obras manuscriptas: *Elementos de Euclides*, etc.; *Tratado da Pyrothenia*, etc.; *Elementos de Mathemathica*, etc.; *Tratado de Trigonometria*, etc.

Oliveira *(Francisco de)*. Mestre de Arithmetica e de Escripta. N. em Braga em 1669, e ainda vivia, contando já 70 annos, em 1739, data em que publicou: *Arithmetica verdadeira, ou arte facilissima de contar para todos os curiosos, que com fundamento, clareza e distincção quizerem fazer qualquer genero de conta*, etc., Porto, 1739. Era filho de Domingos Barroso e de Maria de Oliveira.

Oliveira *(Francisco de)*. Governador de Cabo Verde, de 1728 a 1733. No seu tempo, em 1730, descobriu-se a urzelia no archipelago, que é uma das suas riquezas agricolas

Oliveira *(Fr. Francisco de)*. Religioso franciscano da ordem dos prégadores. N. em Beja a 19 de julho de 1707, mas não se sabe quando falleceu. Chamava se no seculo Francisco José de Oliveira, e era filho de Pedro Dias de Oliveira, familiar do Santo Officio, de Evora, e juiz dos direitos reaes da Casa do Infantado na cidade de Beja, e de D. Maria Bayoa Toscana Franco. Estudou grammatica no collegio da Companhia de Jesus, da referida cidade de Beja, e Philosophia na Universidade de Evora. Sendo acommettido d'uma grave enfermidade, fez o voto, se escapasse, de largar o seculo e dedicar-se ao claustro vestindo o habito na ordem dos prégadores, e assim cumpriu, recebendo o habito das mãos de seu irmão fr. Eugenio d'Oliveira, prior do convento de S. Domingos, de Evora, a 18 de abril de 1752, professando solemnemente no de Elvas, a 27 de abril de 1756 Estudadas as sciencias severas nos conventos de Evora e da Batalha, applicou-se á lição de Historia, em que muito se distinguiu. Deixou varias obras manuscriptas, em que se contam as seguintes: *Memoria para a historia da provincia do Alemtejo*, etc.; *Supplemento ao sexto tomo do Santuario Marianno*, etc.; *Memorias historicas do grande logar da Cuba, onde se relata tudo quanto tem succedido nos cinco seculos que o seu castello foi restaurado do poder dos moiros no anno de 1244 até ao presente de 1744*, etc.; *Vida de S. Sisnando, diacono e martyr, natural e padroeiro da cidade de Beja; Annotações á Historia de Beja, escripta no anno de 1660 por Marçal de Avellar da Costa; Fundação da notavel villa da Vidigueira, e noticia individual de todos os donatarios a quem tem sido sujeita.*

Oliveira *(Francisco Alberto de)*. Cirurgião-medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. N. em 30 de julho de 1821, fal. em 9 de julho de 1893. Era filho de Ignacio Alberto d'Oliveira. Aos tres annos de edade ficou orphão de pae, e aos cinco annos, um seu cunhado, Francisco José Rebello, se encarregou de o educar, empregando todos os meios ao seu alcance, com desvello e cuidados d'um pae carinhoso. Já em creança mostrava tendencia para a medicina, e aos 16 annos, em 1837, matriculou-se na Escola Medica, terminando os estudos em 1842, depois d'um curso brilhante, em que obteve distincções e premios todos os annos. A 15 de dezembro de 1842, foi nomeado pelo conselho escolar conservador do ga-

binete de Medicina operatoria e ajudante do lente de operações. Assim começou a sua carreira, alcançando dia a dia os maiores creditos na profissão a que se dedicara. Em 1846 foi nomeado cirurgião-mór do primeiro batalhão do commercio, o que o obrigou a afastar-se de ir a um concurso para lente da Escola Medica de Lisboa. Durante as luctas partidarias de então prestou bons serviços, sendo nomeado chefe d'uma ambulancia para soccorrer os feridos na batalha de Torres Vedras, em dezembro de 1846, e mais tarde na do Alto do Viso, em maio de 1847. No dia 13 de abril de 1850 foi nomeado cirurgião extraordinario do hospital de S. José, em 5 de maio de 1874 director do Banco do mesmo hospital, e em 30 de dezembro d'esse anno director clinico de enfermaria. Em junho de 1855 teve a nomeação de medico interno da Santa Casa da Misericordia de Lisboa, e em 1856 a de director clinico d'uma enfermaria do hospital militar da Estrella. Em 1857 distinguiu-se muito na terrivel epidemia da Febre Amarella, que se desenvolveu em Lisboa, pela sua abnegação, permanecendo no seu posto de honra á cabeceira dos enfermos. Pelos relevantes serviços, que então prestou, foi-lhe concedida a medalha da febre amarella, instituida pela camara municipal para recompensar todas as pessoas que n'aquelle doloroso anno tantos e desinteressados serviços prestaram. El-rei D. Pedro V concedeu-lhe tambem n'essa occasião o diploma de medico honorario da real camara, sendo egualmente agraciado com o habito da ordem da Torre e Espada. Em julho de 1849 instituiu a Sociedade Emulação Medico-Cirurgica, da qual fôram socios alguns dos mais distinctos cirurgiões e medicos d'aquella epoca, e emprehendeu a publicação do jornal, orgão d'essa sociedade, que teve o titulo: *Jornal de Medicina e sciencias accessorias* onde fôram publicados alguns artigos seus de reconhecido interesse. Francisco Alberto d'Oliveira exerceu ainda o cargo de ajudante do provedor do Asylo de Mendicidade. Era socio de muitas associações scientificas nacionaes e estrangeiras. Depois das luctas civis de 1846 recebeu a mercê da commenda da ordem de Christo, e em 1869 a de Nossa Senhora da Conceição pelos serviços pestados á Santa Casa da Misericordia. Tinha numerosa clinica particular, sendo muito caritativo e desvellado para com os doentes pobres. Escreveu valiosos artigos e observações clinicas nos jornaes medicos de Lisboa, e a *Estatistica do Hospital de S. José*, em 1863.

Oliveira *(Francisco Esteves de)*. Medico municipal de Manteigas. N. na povoação de Teixoso, proximo da Covilhã, a 18 de dezembro de 1851. Estudou no Lyceu da Guarda instrucção secundaria, recebendo sempre louvor nas disciplinas que aprendeu. Habilitado com os mais preparatorios precisos, matriculou-se no 1.º anno de Medicina na Universidade de Coimbra, e depois d'um curso distincto formou se em 31 de julho de 1880. Em agosto d'esse mesmo anno tomou conta do partido da Certã, indo para o de Manteigas em julho de 1882. Grassava então ali a epidemia Cholera-Morbus, que muitas victimas causou, e o novo medico desenvolveu a maior actividade e abnegação junto dos enfermos, e teve a infelicidade de ser tambem attingido pelo terrivel mal no principio de dezembro de 1882, conseguindo salvar-se depois de grande lucta com a morte. Mal convalescente, já em fevereiro de 1883 regressou a occupar o seu posto, ao lado dos pobres doentes. Felizmente a epidemia acabou, e Francisco Esteves de Oliveira continuou no exercicio da clinica, gozando sempre da maior estima e consideração.

Oliveira *(Francisco Manuel de)*. Professor regio de Philosophia, nomeado pela resolução regia de 10 de novembro de 1771. N. na Ilha da Madeira, e parece que morreu em Lisboa, mas em 1809 ainda vivia. sendo já professor jubilado. Escreveu: *Escolha das poesias orientaes, que o insigne cavalheiro inglez Guilherme Jones traduziu d'aquelles idiomas em verso rimado inglez, e ornadas agora em portuguez, seguidas de varias outras rimas*, Lisboa, 179?; até pag. 61 contem 3 peças que se dizem trasladadas das linguas orientaes; depois, sob nova numeração, são composições originaes do traductor Oliveira, a saber: 9 odes, 2 idyllios, uma epistola, uma elegia, um prologo e um drama heroico, *Pisistrato*, em 3 actos escriptos em versos hendecasyllabos; *Collecção poetica, tomo II*, Lisboa, 1791; é como continuação do volume antecedente, e contém, além de varias poesias originaes, as traducções de 8 odes de Horacio; *Ecloga pastoril, consagrada á memoria do serenissimo sr. D. José, principe do Brazil*, Lisboa, 1788; *Orações, que pela feliz inauguração do Seminario da cidade do Funchal, compoz, e recitou na presença do ex.*^mo^ *e rev.*^mo^ *sr. D. José da Costa Torres, bispo da mesma cidade*, etc., Lisboa, 1787; *Apostrophe á Humanidade, extrahida do poema inglez de Mr. Pratt, intitulado: «Sympathia»*, Lisboa, 17?3; *Ensaio poetico sobre a harmonia do mundo, e suas partes, ou tratado metrico de geographia universal, para servir de instrucção á mocidade portugueza*, Lisboa, 1805; saiu com as iniciaes F. M. O. M. M.; *Principios elementares da lingua ingleza, methodicamente tratados, para facilitar aos principiantes o verdadeiro conhecimento d'esta lingua: divididos em tres partes: 1.ª regras da grammatica, 2.ª exercicios de conversação, 3.ª phrases e idiotismos*, Lisboa, 1809; *Avisos interessantes á humanidade, ou collecção de alguns artigos concernentes á restauração da vida dos afogados, e outros casos de morte apparente, ou animação suspensa; extrahidos de escriptos publicados em Inglaterra por ordem da Sociedade Humana, traduzidos*, etc., Lisboa, 1788.

Oliveira *(Francisco de Paula de)*. Jurisconsulto. N. em Lisboa em 1768, fal. em Ponta Delgada a 2 de agosto de 1865, com 97 annos de edade. Em 1836, sendo juiz de segunda instancia, foi nomeado ministro da justiça, quando se formou em Belem o celebre ministerio contra-revolucionario, presidido pelo marquez de Valença. Como esse movimento chamado a *Belemzada* gorou (V. *Portugal*, vol. II, pag. 263), Francisco de Paula de Oliveira, nomeado ministro da justiça a 3 de novembro de 1836, foi exonerado a 5 do mesmo mez e anno. Foi então para a Relação dos Açôres, e ali passou o resto da sua longa vida.

Oliveira *(Francisco Xavier de)*. Cavalleiro professo da ordem de Christo, fidalgo cavalleiro da Casa Real, etc.. N. em Lisboa a 21 de maio de 1702 fal. em Hackney a 18 de outubro de 1783. Era filho de José de Oliveira e Sousa, contador dos Contos do reino, e de D. Izabel da Silva Ne-

ves. No estrangeiro tornou-se mais conhecido pelo nome de *Cavalheiro de Oliveira* Em 1716, tendo apenas 14 annos de edade, foi nomeado official do Tribunal dos Contos, logar que exerceu durante 17 annos, tendo tido, durante esse tempo, occasião de se relacionar com as pessoas mais importantes da côrte, de viver na grande roda, e de collecciouar assim no seu espirito um grande numero de informações e de anecdotas ácêrca dos homens, das cousas e dos costumes de Portugal, que depois lhe serviram de muito quando publicou as suas interessantes e variadas memorias, que tanta luz derramam na historia intima da côrte portugueza. Casou e enviuvou, sendo ainda muito novo, e apezar de ser já considerado em Portugal como pouco orthodoxo, conseguiu escapar sempre á Inquisição, graças aos poderosos amigos que o protegiam. Comtudo taxavam-n'o de atheu, ou pelo menos de protestante, e lançavam-lhe em rosto uas pendencias a que frequentemente expunha a sua vida um pouco solta que se passava em grande parte nos camarins das actrizes e entre as rixas dos fidalgos em que muitas vezes tomou parte. Um fidalgo, que elle desafiou n'uma d'essas pendencias, respondeu lhe com a seguinte carta, que D. Fr. João de S. José incluiu nas suas *Memorias*, publicadas por Camillo Castello Branco, pag. 107 da edição de 1868: «Logo que vossa mercê me mandar um papel assignado por dois ou quatro theologos, decidindo que possa aceeitar desafio sem culpa nem excommunhão, e que morrendo vossa mercê no duello, o poderei mandar enterrar na egreja ou no adro, e não atraz da Estrella, no cemiterio inglez, ou no monturo das obras do conde de Tarouca, farei o que vossa mercê me pede, para promptamente o servir.» *O monturo das obras do conde de Tarouca* era o local que depois se chamou *Patriarchal queimada*, e hoje *Praça do Principe Real.* Não consta que Francisco Xavier d'Oliveira reagisse contra esta carta, o que prova que effectivamente não desejava que as suas idéas religiosas fôssem discutidas, de modo que pudessem ser ouvidas pelos familiares do Santo Officio. Em 1733 falleceu seu pae, que era então secretario do conde de Tarouca, nosso ministro em Vienna d'Austria, e Francisco Xavier d'Oliveira foi chamado para o substituir. A 19 d'abril de 1734 saiu de Portugal, a bordo de um navio que o conduziu á Allemanha, e nunca mais voltou a Portugal. Seis annos esteve Francisco Xavier de Oliveira desempenhando com muita proficiencia o logar de secretario da embaixada portugueza, e grangeando a estima dos estrangeiros com quem tratava e da côrte junto da qual servia, pelo seu bom humor, pela sua amabilidade, pelo seu fino espirito mas, sem que nunca bem se pudessem averiguar as verdadeiras causas, consequencia talvez da sua linguagem demasiado solta no respeitante á liberdade do pensamento, em 1740 viu-se obrigado a deixar o logar que tão bem servia e onde parecia estar muito satisfeito, sendo de todos bemquisto, para se refugiar na Hollanda, então valhacouto de todos os proscriptos ou perseguidos pelas suas idéas religiosas, onde se encontrava sem posição definida, chegando a passar privações, quem pela sua clara intelligencia e solida illustração com tanta felicidade iniciara a carreira diplomatica. Na verdade ao chegar a Amsterdam achava-se completamente desprovido de recursos. Não consta que fôsse rico, as suas economias é facil que se esgotassem em breve, e com a perda do ordenado da embaixada, a sua situação tornou-se decerto bastante angustiosa, e viu-se obrigado a recorrer á penna para angariar meios de subsistencia. Começou então a publicar as suas obras, que são as seguintes: *Memorias das viagens de Francisco Xavier de Oliveira,* etc.. *Tomo I*, Amsterdam, 1741; os tomos II a VII, que elle diz conservava manuscriptos, não chegaram a imprimir se; *Cartas familiares historicas, politicas e criticas; discursos serios e jucosos*, *Tomo I*, Amsterdam, 1741; *tomos II e III*, 1742, estas cartas reimprimiram-se em Lisboa em 1855, pela empresa *Bibliotheca Portugueza.* Consta que o autor tinha completos mais 6 volumes de cartas, que não chegou a imprimir. Ainda em 1741, anno em que a fecundidade do escriptor prova as urgencias que o apertavam, imprimiu a *Carta ao sr. Isaac de Sousa Brito, com os privilegios concedidos em Napoles e Sicilia á nação hebréa, traduzidos do original italiano em Napoles, no anno de 1740; Mille et une observations (ou reflexions) sur divers sujets de morale*, *de politique, d'histoire et de critique*, 2 tomos; diz o autor quo ficaram ainda tres manuscriptos; *Mémoires de Portugal avec la Bibliotheque Lusitane*, 2 tomos; ficando tambem manuscriptos os III e IV; os dois tomos primeiros tiveram outra edição com alguma differença uo titulo, em 1743; *Reponse à la lettre de mr. C. D. M. M.*, 1741. Estas obras déram alguns recursos a Francisco Xavier de Oliveira, e com auxilio de alguns patricios, e principalmente de alguns judeus portuguezes, que viviam em Amsterdam, lá foi vivendo, até que em 1744 transferiu a sua residencia para Inglaterra. Dois annos depois abjurava publicamente o catholicismo, e abraçava a religião protestante. Em 1744 publicára ainda na Haya a sua *Viagem á ilha do amor, escripta a Philandro*, que foi reimpressa em Lisboa em 1790. Francisco Xavier de Oliveira começava, porém, a fatigar-se, e a penna não bastaria para o sustentar, se os seus novos correligionarios, contentes com o neophyto, não occorressem liberalmente a todas as suas necessidades. Para se mostrar grato e ardente zelador da sua nova fé, quando houve em 1755 o terremoto de Lisboa, escreveu um livro em francez, que se imprimiu em 1756, intitulado *Reflexions sur le desordre de Lisbonne, et sur les autres phénoménes qui ont accompagné ou suivi ce désastre.* Este livro foi posto por elle mesmo em portuguez com o titulo de *Discursos patheticos a respeito das calamidades presentes succedidas em Portugal, dirigidos aos seus compatriotas, e em particular a S. M. F.* N'estes discursos procurou elle persuadir os seus compatriotas a abraçar as doutrinas protestantes, como mais consentaneas com o culto que se deve á majestade divina. Bem se póde imaginar o escandalo que similhantes discursos produziram em Portugal. O livro foi logo processado pelo tribunal da Inquisição, prohibido, e o seu autor condemnado a ser queimado em estatua, visto que a sua estada em Londres impedia os inquisidores de terem o gosto de o queimar em carne, como fizeram ao padre Gabriel Malagrida, que padeceu a horrivel morte pela fogueira, no mesmo auto da fé de 20 de setembro de 1761, em que saiu a publico a imagem do cavalheiro de

Oliveira para ser devorado tambem pelas chammas. Xavier de Oliveira indignou-se e escreveu em francez, e depois em portuguez, o livro intitulado: *O cavalheiro de Oliveira, queimado em estatua por hereje. Como e porque? Anecdotas e reflexões sobre este assumpto, dadas ao publico por elle proprio.* Antes, porém, d'esta catastrophe que o não magoou, e d'esta queima que nem conseguiu chamuscal-o, publicou Xavier de Oliveira em Londres o seu interessantissimo *Amusement périodique*, tão recheado de noticias e de anecdotas ácêrca da côrte de D. João V. Esse *Amusement périodique* saia mensalmente, e publicou-se durante todo o anno de 1757. Diz o cavalheiro de Oliveira que em Portugal tinha apenas dois assignantes, sendo um d'elles Jacome Ratton. As obras do cavalheiro de Oliveira não podiam estar effectivamente muito em cheiro de santidade n'este catholico paiz. O titulo completo da obra é o seguinte: *Œuvres mêlées, ou discours historiques, politiques, moraux, littéraires et critiques, publiés dans les mois de janvier (jusqu'au décembre) de 1757, sous le titre d'Amusement périodique.* Esta obra, muito aproveitada e muito citada por Camillo Castello Branco, fórma tres volumes. Apezar de ser considerado como hereje e de ter sido queimado em estatua, não era o cavalheiro Oliveira tão mal visto pelo governo portuguez como poderia imaginar-se, pois não tendo já existencia official, foi encarregado pelo marquez de Pombal de escrever uma obra contra os abusos da curia romana, auxiliando-o na rude campanha que o grande estadista emprehendera, e que foi uma das maiores preoccupações de toda a sua vida. Em desempenho d'essa commissão escreveu o cavalheiro de Oliveira e publicou em 1767, uma obra intitulada: *Reflexões de Felix Vieyra Corvina dos Arcos, christão velho ulyssiponense sobre a «Tentativa Theologica» composta pelo reverendo e douto P. Antonio Pereira, da congregação do oratorio de Lisboa.* O nome de Felix Vieyra Corvina de Arcos é o anagramma perfeito do de Francisco Xavier de Oliveyra, e a obra é incontestavelmente sua. Não correspondeu ella, porém, completamente ao que esperava quem a encommendára, porque o supposto Vieyra Corvina não se limitava a desenvolver o pensamento da *Tentativa*, ia ainda muito mais longe, atacando até com virulencia a auctoridade do papa, varios dogmas catholicos, e aconselhando os portuguezes a abjurarem o catholicismo. Que havia de fazer o marquez de Pombal? Mandar queimar outra vez em estatua o teimoso propagandista? Seria absurdo, e a Inquisição decerto não se prestaria a declarar vivo e são, para o queimar de novo, o homem que ella já expungira officialmente do numero dos vivos, proclamando assim implicitamente o dogma da resurreição em estatua. Limitaram-se por conseguinte a prohibir o livro, e a não encommendar mais obras a tão rebelde instrumento. Lá foi entretanto arrastando em Inglaterra o pobre cavalheiro de Oliveira uma vida pouco afortunada, perseguido de mais a mais nos ultimos annos de uma velhice adiantada pelas doenças, principalmente por uma dysenteria chronica, que o enfraqueceu extremamente, e afinal o levou ao tumulo com 81 annos de edade. Os seus manuscriptos, que eram numerosissimos, fôram parar ás mãos de Duarte Lessa, o amigo de Garrett, mas não se sabe que destino levaram depois da morte d'esse seu possuidor. Innocencio viu um volume da *Oliveyriana*, miscellanea que se compunha de 27 tomos. O que Innocencio viu era o tomo XVI, mas não encerrava obras do cavalheiro de Oliveira, era pelo contrario uma collecção de poemas e de prosas alheias. Se todos os volumes eram assim, não ha que lamentar muito a sua perda.

Oliveira (*Francisco Xavier de*). Professor regio de Rhetorica e Poetica em Lisboa pela resolução régia de 10 de novembro de 1771, com exercicio no Collegio Real dos Nobres, e depois no antigo estabelecimento de estudos do bairro d'Alfama. Por muito tempo exerceu o cargo de censor régio pela Mesa do Desembargo do Paço. Impossibilitado afinal, por sua avançada edade e molestias chronicas acompanhadas de cegueira, viveu os ultimos annos na miseria; em 1823 habitava uma pobre casa da rua da Cruz de Santa Apolonia, e parece que foi morrer ao hospital de S. José em 1823 ou 1824, sendo sepultado no antigo cemiterio de Sant'Anna. Escreveu: *Elogios do Condestable D. Nuno Alvares Pereira, e Affonso de Albuquerque*, Lisboa, 1798; fôram pelo autor apresentados á Academia Real das Sciencias; *Panegyrico do ill.mo e ex.mo sr. Sebastião José de Carvalho e Mello, primeiro marquez de Pombal, ministro e secretario de estado de S. M. F. o senhor D. José I*, escripto em 1772, Lisboa, 1815, sem o nome do autor. Foi muito mais tarde reimpresso no tom XII da *Revista litteraria*, do Porto.

Oliveira (*Henrique Velloso de*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. no Porto a 17 de dezembro de 1804, fal. em Paris em agosto ou setembro de 1867. Era filho do desembargador da Relação do Porto, e depois desembargador do Paço, Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira, que era natural da provincia de S. Paulo, no Brazil, e falleceu no Rio de Janeiro. Tinha 5 annos de edade quando passou, em 1809, com sua familia para o Maranhão, seguindo depois para o Rio de Janeiro, onde fez os seus primeiros estudos; voltou mais tarde a Portugal, matriculou-se na Universidade de Coimbra, formando-se na faculdade de Direito, tendo feito um curso distincto. Regressou então ao Rio de Janeiro em 1824, quando o Brazil já proclamara a sua independencia. Ali seguiu a carreira da magistratura, exercendo diversos cargos judiciaes na Bahia e Pernambuco. Tornou-se um homem muito distincto; viajou pela Europa commissionado pelo governo; voltou ao Rio de Janeiro onde se aposentara, e em outra viagem, que elle emprehendeu, esteve em Lisboa, demorando-se algum tempo, vindo depois a fallecer em Paris, conforme dissémos. Escreveu muitas obras sobre diversos assumptos, e traduziu outras, que se publicaram no Rio de Janeiro.

Oliveira (*Jacinto Augusto de Freitas*). Bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra, contador geral da contadoria do Tribunal de Contas, deputado, conselheiro, governador civil de Leiria, escriptor, jornalista, etc. N. em Lisboa a 17 de julho de 1835, fal. a 28 de setembro de 1886. Era filho de Jacinto de Freitas Oliveira e de D. Marianna do Espirito Santo Machado Oliveira. Assentou praça na companhia de guardas-marinhas em 14 de outubro de 1846, tendo apenas 11 annos de edade, e matriculou-se

na Escola Polytechnica aos 13, em virtude de um decreto especial que lhe dispensou a edade legal. Ahi fez os exames dos 1.º 2.º annos de Mathematica, introducção á Historia Natural, Physica, Chimica e Desenho. Aos 15 annos matriculou-se no 1.º anno da Escola Naval; nas ferias escolares do 1.º para o 2.º anno, embarcou como aspirante de 1.ª classe no vapor *Infante D. Luiz*, do commando do capitão-tenente Whitte, fazendo uma viagem ás ilhas dos Açôres, que durou dois mezes, e vindo a concluir o curso de marinha em maio de 1852, não tendo completado 17 annos de edade, foi nomeado guarda-marinha. Em junho do mesmo anno tornou a embarcar no brigue *Serra do Pilar*, do commando do capitão-tenente Pretorius Ferreira, com destino á estação naval de Angola, sendo, ao chegar a Loanda, nomeado immediato da charrua *Principe Real*,

Jacinto Augusto de Freitas Oliveira

deposito da estação naval da provincia, apezar da sua tenra edade. Em 1853 regressou a Lisboa no intuito de se matricular na faculdade de Mathematica e Philosophia na Universidade de Coimbra, o que effeituou, formando-se em Mathematica em 1858, havendo obtido approvação plena nos primeiros annos da faculdade de Philosophia. Concluidos os seus estudos com verdadeira distincção, foi nomeado chefe da 1.ª brigada da companhia dos guardas-marinhas, com a graduação de 2.º tenente. Aos 23 annos, quando tantos encontram difficuldades que lhes contrariam as aspirações, Freitas Oliveira não encontrou um unico obstaculo na carreira que escolhera, sendo apreciado pelos camaradas, bem conceituado pelos seus superiores, dando fundadas esperanças de vir honrar a marinha portugueza. Como, porém, lhe não quizessem contar como tempo de serviço activo os annos que cursára a Universidade, Freitas Oliveira pediu irreflectidamente a sua demissão, contando comsigo para começar uma nova carreira. Tempo depois concorria aos logares de primeiros officiaes creados na direcção geral da instrucção publica, e a que eram tambem concorrentes D. Antonio da Costa, Francisco Palha, e os conselheiros Xavier Pinto e Antonio Maria de Amorim. Apezar de ter sido classificado no primeiro grupo dos concorrentes, não foi despachado, como esperava, e foi tão grande a irritação que isso lhe causou, que veiu á imprensa defender a sua causa com grande exaltação, chegando a ir pessoalmente expôr os seus aggravos a D. Pedro V, que o recebeu com a bondade e gravidade que eram os distinctivos do caracter d'aquelle monarcha, mas sem lograr obter a reparação que julgava ser-lhe devida. Este primeiro desapontamento na vida publica produziu, em quem até ali fôra tão mimoso da fortuna, um profundo abalo, que não logrou attenuar-lhe a nomeação de amanuense de primeira classe na repartição de contabilidade do Thesouro, mesquinha reparação do malogrado concurso de 1858. Em 1862 Freitas d'Oliveira voltou de novo a concurso para segundo official da direcção geral de instrucção publica, e tendo sido despachado pediu desde logo a transferencia para o ministerio das obras publicas, d'onde saiu 8 annos depois, em junho de 1870, por ter sido nomeado contador geral da segunda contadoria do Tribunal de Contas, a que anda annexo o titulo de conselheiro, unica distincção honorifica que recebeu durante a sua carreira official. Devia ser pelo anno de 1861 que entrou na politica, tornando-se discipulo e enthusiastico admirador do grande tribuno José Estevão Coelho de Magalhães, que tambem o distinguiu muito com a sua amizade. Estava filiado no partido historico. Em 1861 fundou o jornal *A Liberdade*, em que collaborou José Estevão, e em 1875 o *Figaro*, que teve curtissima duração. Irresistivelmente attrahido pela politica que o fascinára, e como que o subjugára, collaborou assiduamente nos jornaes: *Portuguez*, *Partido Constituinte*, *Revolução de Setembro*, *Districto d'Aveiro*, *Diario Illustrado*, de julho de 1878 a fevereiro de 1879, *Lanterna*, serie de 1880, e por fim no *Espectro da Granja*, em 1881. A indole opposta dos diversos jornaes em que collaborára, em epocas relativamente proximas umas das outras, deu fundamento á accusação de versatilidade politica, por vezes formulada contra Freitas Oliveira. A verdade é que elle não curava de indagar opportunidades, nem de receber inspirações dos chefes dos partidos, e por isso se encontrava isolado quasi sempre, por uns alcunhado de utopista, por outros accusado de incoherente, e como tal sem peso na balança em que se afferem as convicções arreigadas. O exaggerado calor que tomava nas pugnas do partido contribuiu não pouco, senão de todo, para exaltar o espirito de Freitas Oliveira desviando-o da placidez precisa para luctar contra as cabalas dos adversarios contra o curso natural dos acontecimentos, tirando-lhe a autoridade de juiz, a que o seu talento lhe dava o direito de aspirar. Anteriormente ao haver-se alistado na politica militante, Freitas Oliveira, sendo ainda estudante, redigira a allocução dirigida ao marechal duque de Saldanha em 1851 pelos estudantes da Escola

Naval, como fôra tambem o redactor d'uma outra allocução dos estudantes das escolas Polytechnica e do Exercito, dirigida a D. Maria II, quando esta soberana regressou a Lisboa d'uma viagem que fizera ás provincias do norte. Foi ainda elle o redactor da representação que a *Associação Patriotica*, em nome dos habitantes da cidade, enviou ás côrtes por uma commissão presidida pelo barão da Batalha, e ahi apresentada por José Estevão. Em 1862 perdeu este seu grande amigo, o que lhe causou a mais profunda sensação. No anno immediato publicou um grosso volume de 407 paginas, intitulado: *José Estevão; esboço historico*. E' uma biographia enthusiastica do grande tribuno. Este livro encerrava algumas apreciações a respeito dos acontecimentos de Setubal em 1846 e 1847, que João Carlos d'Almeida Carvalho, achando menos justas, escreveu n'esse mesmo anno de 1863 o seguinte folheto: *Duas palavras ao autor do esboço historico de José Estevão, ou refutação da parte respectiva aos acontecimentos de Setubal em 1846-1847, e a outros que com aquelles tiveram relação*, etc. Tres annos depois, quando se levantou a questão litteraria suscitada pelo estudo de Castilho ácêrca do *Poema da mocidade*, de Pinheiro Chagas, questão que se intitulou *Bom senso e bom gosto*, Freitas Oliveira veiu tambem a terreno, mas só por se ter suscitado incidentalmente n'esse debate uma questão relativa as seu adorado tribuno. O folheto de Freitas Oliveira publicou-se em 1866, e tem por titulo: *A questão litteraria, a proposito do jazigo de José Estevão*. Freitas Oliveira não abandonava a politica, e como jornalista sobretudo e orador de clubs, reforçava calorosamente a opposição que se levantou ao ministerio de 1865-1868, o qual saiu da fusão entre regeneradores e uma fracção do partido progressista. Essa opposição era representada principalmente na camara pelo dr. Dias Ferreira, joven e intrepido orador, que se via na camara quasi desacompanhado, mas que revelou desde logo as brilhantes qualidades de parlamentar, que depois tanto o distinguiram. Ao dr. Dias Ferreira se ligou Freitas Oliveira, e quando subiu ao poder, depois do movimento da *Janeirinha*, o ministerio Avila, em que Dias Ferreira se encarregou da pasta da fazenda, foi eleito deputado por Arganil, revelando na camara dotes de verdadeiro orador, que manteve na seguinte legislatura em que foi reeleito por Loanda no triennio seguinte. Em 1869 teve a nomeação de governador civil de Leiria, mas tendo sido por esse tempo eleito deputado por Angola, deixou o governo civil para tomar assento na camara. Estava no parlamento quando o duque de Saldanha deu o golpe de estado de 19 de maio de 1870, e foi um dos deputados que protestaram contra elle. Como depois d'isto, porém, o dr. Dias Ferreira entrou no ministerio, Freitas Oliveira foi nomeado em junho d'esse anno contador do Tribunal de Contas, conforme dissémos. Durante 8 annos esteve afastado da politica, mas distinguiu-se como jornalista humoristico, escrevendo uma serie de folhetins em 1880, na *Lanterna*, sendo os mais notaveis os seguintes: *O gaiato do Chiado*, *Os americanos de bandeirinha e os partidos politicos militantes*, *A questão de fazenda*, *A partida de voltarete*, *O fogo de vistas*, *Um conselho de ministros*. Estes folhetins fôram reproduzidos no *Jornal de Lisboa*, no *Jornal do Commercio*, *Jornal da Noite*, e em outros jornaes politicos. Em 1878 foi eleito de novo deputado por Angola, acompanhando então o partido regenerador, e publicou em 1879 um folheto vehemente contra a politica progressista: *O estado da questão: aos membros da maioria da camara dos deputados na sessão de 1879*. Defendera em 1878 energicamente algumas eleições regeneradoras contestadas, e em 1882, voltando de novo á camara como deputado pelo circulo de Quelimane, foi escolhido para relactor da resposta ao discurso da corôa. Nos fins do anno de 1883 principiou a uotar-se em Freitas Oliveira uma exaltação que excedia o diapasão já normalmente elevado de expressão dos seus sentimentos, e no principio de 1884, sendo deputado da maioria, notaram todos com espanto que Freitas Oliveira apresentava sem mais nem menos uma accusação criminal contra o ministro da marinha, porque este nomeára governador de S. Thomé e Principe o official de marinha Custodio Borja. Eram tão destituidas de fundamento as suas affirmações, que nem sequer a opposição o acompanhou no voto, e a sensação geral foi a surpreza. Logo em seguida escreveu um artigo violento para um jornal, e infelizmente não tardou a apparecer a explicação de todos estes factos extranhos. Um ataque violento de loucura vinha revelar ao paiz que aquelle cerebro exaltado mas intelligente e vivissimo, tivera a sinistra explosão da doidice. Recolhido a Rilhafolles, onde tinha accessos furiosos seguidos por um absoluto idiotismo, ali passou Freitas Oliveira os ultimos mezes da sua vida. Ainda voltou a casa quando entrou n'um periodo apathico e inoffensivo, em que revelava uma proxima terminação, e ahi falleceu nos braços de sua familia mas sem a conhecer. Freitas Oliveira era casado com D. Maria José de Magalhães Freitas Oliveira, filha do advogado dr. Antonio Augusto Coelho de Magalhães, e sobrinha do grande tribuno José Estevão Coelho de Magalhães.

Oliveira *(João de)*. Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra. N. em Braga em 1709, ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Domingos de Oliveira e de Luiza de Oliveira. Tendo estudado em Braga a lingua latina e Philosophia, passou á Universidade, e concluida a formatura, exerceu por algum tempo a advocacia na sua terra natal. Foi depois para o Brazil, como secretario do bispo do Rio de Janeiro, D. Fr. João da Cruz. Escreveu: *Relação das festas com que o collegio de S. Paulo da Companhia de Jesus da cidade de Braga celebrou em um solemne triduo a canonisação dos Santos Luiz Gonzaga e Estanislau Kostka, em julho de 1727*, Lisboa, 1728.

Oliveira *(João Antonio de Carvalho)*. Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra. N. em Paredes da Beira, bisp. de Lamego a 17 de abril de 1806, onde tambem falleceu a 22 de setembro de 1872. Foi delegado em Mangualde, e depois da revolução de 1839 embarcou para o Maranhão, onde exerceu a advocacia por muitos annos, adquirindo fama de bom advogado. Voltou á patria com alguns bens de fortuna, mas gravemente atacado d'uma lesão cardiaca que o victimou aos 66 annos de edade. Fizera parte do batalhão academico, emigrando pela

Galliza para Inglaterra, o d'ali para a ilha Terceira, d'onde veiu com a expedição que nas praias do Mindello desembarcou em 8 de julho de 1832. Quando falleceu, publicou o *Correio de Lisboa*, de 4 de outubro de 1872, um artigo necrologico, em que são louvadas as suas qualidades e sciencia. No Maranhão era muito respeitado e tido como homem de merito superior. Escreveu: *As Mulheres celebres*, Maranhão, 1849; saira primeiro n'uma serie de artigos, na *Revista universal maranhense*, e depois reproduzida n'uma folha litteraria da Bahia; *A defeza dos portuguezes, dedicada aos seus compatriotas residentes no Brazil*, Maranhão, 1861. Este opusculo teve benigno acolhimento no Brazil, e foi escripto com desassombro, quando o autor viu que uma parte da imprensa maranhense atacava injustamente os portuguezes residentes n'aquella provincia. Tambem publicou varios artigos historicos e litterarios no *Correio de annuncios*, do Maranhão, na *Sentinella da monarchia*, do Rio de Janeiro, na *Revista Universal Lisbonense*, etc.

Oliveira *(João Ferreira da Silva)*. Cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição, cirurgião-medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto, demonstrador das cadeiras da mesma escola; socio honorario da Sociedade Pharmaceutica Lusitana, da Sociedade Litteraria Portuense, etc. N. em Perosinho, freguezia do concelho de Villa Nova de Gaia, a 13 de dezembro de 1815, fal.° no Porto a 14 d'agosto de 1855. Era filho de João Ferreira da Silva, de condição humilde, e de sua mulher, Maria Custodia. Foi de tenra edade estudar para a cidade do Porto, distinguindo-se logo pela sua precoce intelligencia. Destinado por seus paes a seguir a vida da egreja, frequentou depois as aulas ecclesiasticas de Braga, recebendo as primeiras ordens sacras em 1831. O exercito liberal entrou no Porto em 1832 e Silva Oliveira, que recolhera á sua aldeia, para a companhia de sua mãe e de seus dois irmãos, emquanto que seu pae se conservára no Porto, enthusiasmando-se com as idéas de Liberdade, assentou praça n'um dos batalhões nacionaes de Villa Nova de Gaia, onde chegou a ter o posto de tenente, até que terminou a guerra civil pela convenção de Evora-Monte. Abandonando então a vida ecclesiastica a que se destinara, resolveu dedicar-se á de medico, e foi matricular-se em outubro de 1835, na Escola Medico-Cirurgica do Porto, seguindo o curso com muita distincção, sendo premiado em alguns dos annos, o qual terminou em 21 de julho de 1840. Concluidos os estudos foi exercer a clinica para a sua terra natal, mas os conhecimentos que adquirira na Escola não satisfaziam o seu espirito irrequieto e avido de instrucção. Entregou-se então a estudos sérios e demorados, manuseando de dia e de noite os bons autores, e o primeiro fructo da sua applicação a estes estudos foi a traducção das *Lições de physiologia* de Lordat, que se publicou em 1841 no Porto. Esta traducção é inculcada pelo dr. Rodrigues de Gusmão como *paradigma aos que houverem de dedicar-se a tarefas eguaes*. A instancias d'alguns amigos foi residir para o Porto, onde continuou a exercer clinica, e a estudar cuidadosamente a sciencia a que se entregára, publicando em 1842 a traducção, ou antes a refundição do *Diccionario therapeutico* de Ladislau Szerlecki. Este diccionario era n'esse tempo muito apreciado, mas os homens entendidos no assumpto, e entre elles Cunha Rivara, n'um artigo publicado na *Gazeta Litteraria do Porto*, affirmaram que João de Silva Oliveira o melhorara sensivelmente, de fórma que, apezar do merito do original, lhe levava grandes vantagens a traducção portugueza. N'esse mesmo anno de 1842, emprehendeu no Porto a publicação da *Gazeta Medica*, de que foi fundador juntamente com os professores da Escola Medica Januario Peres Furtado Galvão e Luiz Antonio Pereira da Silva. Mais tarde ficou sendo o unico proprietario e unico redactor do jornal, que por muitos annos se manteve, não desmerecendo nunca dos bons créditos que alcançara desde a sua fundação, sendo sempre muito bem recebido por medicos e pharmaceuticos, tanto nacionaes como estrangeiros. A *Gazeta Medica do Porto* durou até 1852, formando 6 volumes completos, e mais 1 incompleto. A redacção da *Gazeta Medica* e a sua clinica deviam absorvel-o quasi exclusivamente, mas, n'esses tempos de grande agitação politica, era completamente impossivel que pudesse alguem eximir-se a militar n'esse campo apaixonado. João Silva Oliveira aproveitou o seu talento de jornalista nas polemicas partidarias, pôz a sua penna e a sua actividade ao serviço dos seus principios rasgadamente liberaes, e teve a felicidade de adquirir tanto prestigio no terreno da politica, como já adquirira no terreno da sciencia. Quando em 1846 se tratava de eleições, que o golpe de Estado de 6 de outubro veiu impedir, a candidatura de João Ferreira da Silva Oliveira foi apresentada pelo partido liberal do Porto, e da de outros vultos dos mais proeminentes então. As eleições não chegaram a realisar-se, os eleitores tiveram de largar a lista para pegar na espingarda, e Silva Oliveira nunca mais apresentou a sua candidatura, mas o facto de ser adoptado o seu nome no Porto na occasião em que o partido liberal dava a sua batalha mais importante, em que precisava de empregar todas as suas fôrças e de apresentar ao paiz uma phalange de homens dignos de o representarem e de restabelecerem o prestigio das instituições parlamentares, é uma prova evidente de quanto era popular no Porto esse nome, e ao mesmo tempo de quanto era apreciado entre os seus correligionarios politicos. Mas a sciencia não tardou a absorvel-o completamente. Em 1848 a Cholera-Morbus ameaçava Lisboa, ameaçava o paiz, e a Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa approvou e publicou umas *Instrucções ou preceitos que se deviam adoptar contra a cholera-morbus*. João Silva Oliveira não applaudiu sem reserva essa publicação. Fez alguns reparos na *Gazeta Medica do Porto*. Foi mais adeante, porém, e para que lhe não disséssem que se a critica é facil e a arte é difficil, refez elle a obra que censurava, e escreveu e publicou immediatamente umas *Instrucções populares sobre a cholera-morbus, ou conselhos ao povo sobre o que deve fazer para se defender d'esta epidemia*. Duas edições consecutivas d'este livro demonstraram a um tempo o merecimento da obra e a vantagem que o autor levára sobre os seus collegas de Lisboa, que aliás a confessaram, porque não responderam ás observações da *Gazeta Medica do Porto*. Era a primei-

ra vez que surgia deante d'elle uma questão de epidemia, e o ardor com que se lançou no debate era como que um presagio de vehemencia com que havia de entrar na lucta contra o flagello verdadeiro, de que tinha de ser victima. Em 1851 houve no Porto alguns casos de Febre Amarella, e João da Silva Oliveira desenvolveu logo uma actividade surprehendente, tanto que o governo recompensou os serviços prestados, concedendo-lhe o habito da ordem de Nossa Senhora da Conceição. Vagou em 1852 o logar de demonstrador das cadeiras cirurgicas da escola do Porto e João da Silva Oliveira, que sempre tivera o vivissimo desejo de entrar no corpo docente da Escola, como elle mesmo o declarou no 1.º tomo da *Gazeta*, foi immediatamente ao concurso, escreveu e sustentou em 16 de fevereiro uma these sobre a *Febre traumatica*, assumpto esteril que lhe caira no ponto, mas que elle soube tratar excellentemente, e foi approvado com optima classificação. Em dezembro d'esse mesmo anno foi promovido a lente substituto, e em 1853 nomeado secretario da Escola. Essas occupações obrigaram-n'o provavelmente a pôr termo á publicação da *Gazeta medica*, mas não o impediram de continuar com a clinica, que o seu generoso coração ainda alargou, porque se prestou em 1852 em diante a ser medico gratuito da *Sociedade de soccorros dos typographos portuenses*. Em 1855 apparecia no Porto a Cholera-Morbus. A cidade foi dividida medicamente em secções, e João da Silva Oliveira escolhido para medico visitador da secção de Paranhos. Em 12 de agosto de 1855 foi chamado para vêr um colerico, immediatamente correu onde o chamava o dever, tratou o doente, mas foi ferido pelo contagio, e de um modo tão cruel que logo expirou d'ahi a dois dias, tendo apenas 40 annos de edade. Era n'esse tempo collaborador politico do *Braz Tisana*. A noticia da sua morte encheu de consternação a cidade. Os jornaes portuenses appareceram tarjados de preto, os periodicos de Lisboa noticiaram a morte nos termos mais sentidos; á beira do seu tumulo pronunciaram discursos o seu collega da Escola medica, Camara Sinval, que tendo entrado nas ordens, foi um dos primeiros prégadores portuguezes do seculo passado, e João Nogueira Gandra representante da classe dos typographos, que tão relevantes serviços devia a Oliveira. A sua morte era effectivamente uma perda para a sciencia e para o paiz, mas era ao menos um nobre e generoso exemplo de coragem e abnegação profissional. João Ferreira da Silva Oliveira, um dos marechaes da sciencia, caía como um simples soldado n'um recontro de avançadas, porque a sua morte foi um dos primeiros casos fataes da Cholera-Morbus no Porto. Annos depois, na *Gazeta Medica de Lisboa*, consagrava o dr. Rodrigues de Gusmão ao illustre medico portuense um artigo largamente elogioso. Exprimiu a opinião de toda a corporação medica, que tinha por elle todo o respeito e acatamento. João Ferreira da Silva Oliveira foi encarregado de varias commissões philantropicas e scientificas, das quaes se desempenhou sempre com louvores. Foi tambem redactor politico do *Nacional*, do *Cosmopolita* e da *Concordia*. De collaboração com Pedro Gonçalves Fevereiro traduziu o *Judeu errante*, de Eugenio Sue, 10 tomos, que se publicaram no Porto, de 1844 a 1846. Foi encarregado em 1846 de concluir a traducção de *Martim o Engeitado, ou memorias d'um escudeiro*, tambem de Eugenio Sue, que fôra começada pelo dr. Pereira Reis; Porto, 6 tomos, de 1846 a 1850. Traduziu egualmente o romance de Alexandre Dumas a *Filha do Regente*, publicado no Porto 1850. Estas traducções sairam sem o seu nome. Foi seu filho unico o sr. general de divisão reformado Alberto Ferreira da Silva Oliveira. V. *este nome.*

Oliveira (*João Fortunato de*). Poeta e escriptor. N. na ilha da Madeira a 26 de março de 1828. Depois d'alguns estudos no lyceu do Funchal, cujo curso não completou por circumstancias particulares, viveu em Inglaterra alguns annos, empregando-se n'uma casa commercial na qualidade de guarda-livros. Regressaudo á Madeira alcançou o logar de professor das linguas ingleza e franceza no referido lyceu do Funchal. Foi em Inglaterra que compoz as suas melhores poesias. Publicou um volume de poesias, intitulado *Flôres agrestes*.

Oliveira (*João Marques da Silva*). Artista contemporaneo, director e professor da Academia Portuense de Bellas Artes. N. no Porto a 23 de agosto de 1853. Antonio José da Costa, o artista tão modesto como habil, foi quem incitou Marques de Oliveira na arte que devia illustrar tão notavelmente. Foi ainda por iniciativa do mesmo artista que se matriculou, em 1864, na Academia de Bellas Artes, seguindo os cursos de desenho, archtectura, e mais tarde o de pintura. Em 1873 foi para Paris como pensionista do Estado. No primeiro concurso de 1874 foi admittido na Escola Nacional de Bellas Artes, onde seguiu as lições de Adolpho Ivon, e principalmente de Alexandre Cabanel. Em 1876 foi recebido no *Salon* com um retrato de senhora, e a Escola Nacional o distinguiu com diversas recompensas. N'aquelle anno realisou as suas viagens á Belgica, Hollanda e Londres, na companhia do illustre paizagista Silva Porto. Em 1877 foi a Italia, passando e melhor do tempo em Roma, em Santo Antonio dos Portuguezes, em convivio com Silva Porto e outro artista portuguez, tambem uotavel, Arthur Loureiro. N'essa epoca executou a copia d'um fragmento do fresco de Raphael, representando a *Disputa do Santo Sacramento* e o seu primeiro estudo de composição, *O Filho prodigo*. Passou de Roma a Florença, que visitou frequentes vezes, e de Florença a Veneza, onde permaneceu por bastante tempo, estudando os grandes mestres, fixando aspectos da natureza, surprehendendo os recantos da velha cidade. O sr. Marques d'Oliveira voltou a Paris em 1878, e executou a sua ultima téla, que era obrigado como pensionista a enviar para Portugal. Era uma téla de posição: *Cephalo e Procris*, que existe, como os quadros já citados, no Atheneu D. Pedro IV. No *Salon* do mesmo anno foi novamente admittido, com um retrato de homem. Regressando a Portugal em abril de 1879, aproveitou o ensejo que se lhe offereceu visitando Madrid e Sevilha. Em 1882, depois de ter occupado interinamente na Academia Portuense de Bellas Artes a cadeira de desenho historico, foi provido definitivamente na mesma cadeira, precedendo concurso. Em 1895, vagando a cadeira de pintura historica pela jubilação do professor João Antonio Correia, foi transferido para aquella cadeira. Hoje é director da referida Academia. O

seu intimo culto pela Natureza levou-o de preferencia para a paizagem. São-lhe muito agradaveis as suas excursões ao norte do paiz, em que estuda os aspectos de campo, de montanha e de mar. Dos seus muitos quadros, mencionaremos os seguintes: *Scena interior familiar*, existente no Museu Municipal do Porto; *Estudo para quadro*, desenho a carvão; *Agueda-Souto do Rio*, idem; *Agueda-Caminho de Baixo*, idem; *Estudo para quadro*, idem; *Estudo para um quadro domestico; Entre o almoço e o jantar*, pertencente ao Museu Municipal do Porto; *A lição*; *Rapariga da Povoa de Varzim*; *Ponte d'Este; O armeiro para pesca*; *Margens do rio Vizella*; *Costumes dos arredores do Porto; Barco de pesca; Valbom*, etc.

Oliveira *(João Theodoro de)*. Vice-almirante reformado. N. a 8 de setembro de 1835, fal. a 16 de julho de 1908. Assentou praça em 7 de outubro de 1846, sendo promovido a aspirante de 2.ª classe em 28 de fevereiro de 18:2; á 1.ª classe em 3 de junho do mesmo anno, a guarda-marinha em 8 de agosto de 1853; a 2.º tenente em 4 de junho de 1856; a 1.º tenente em 3 de outubro de 1865; a capitão-tenente em 10 de outubro de 1873; a capitão de fragata em 28 de setembro de 1879; a capitão de mar e guerra em 28 de abril de 1887; a contra-almirante em 1894, sendo reformado na patente de vice-almirante em 30 de outubro de 1895. Exerceu os commandos da estação naval de Moçambique, do deposito da estação naval de Angola, da corveta *Mindello* e das canhoneiras *Maria Anna* e *Douro*. Exerceu tambem as seguintes commissões: capitão dos portos de Setubal e de Faro, chefe do Departamento Maritimo do Sul, director da Cordoaria Nacional, vogal da commissão encarregada de proceder aos estudos convenientes para que a bandeira nacional se produza nas melhores condições de perfeição e barateza; presidente do jury de exames de guardas marinhas; chefe do estado-maior do commando geral da armada, vogal das commissões encarregadas de propôr as modificações necessarias no mappa dos emolumentos das capitanias dos portos do reino e ilhas adjacentes; de propôr um plano geral de regulamento da Cordoaria Nacional; de propôr as alterações da ordenança geral da armada; de estudar a escala de embarque dos officiaes das differentes classes da armada e indicar as vagas que julgar mais equitativas; membro do jury do concurso para a nomeação de aspirantes de 1.ª classe da administração naval; secretario do conselho do almirantado; presidente da commissão central de pescarias, e quando falleceu exercia o cargo de vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar. O vice-almirante João Theodoro d'Oliveira era cavalleiro, official, commendador, grande official e gran-cruz da ordem de S. Bento de Aviz, e possuia as medalhas de prata e de ouro de comportamento exemplar.

Oliveira *(Joaquim de)*. Tenor muito notavel. N. em Lisboa em 1750, ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Francisco de Oliveira e de Francisca Ignacia. Entrou para o Seminario Patriarchal em 3 de maio de 1756 na edade de 6 para 7 annos Foi para Napoles a 4 de junho de 1760 aperfeiçoar-se na musica por ordem d'elrei D. José I. A 19 de abril de 1768 entrou para a irmandade de Santa Cecilia. Pedro Cavroé, na *Mnemosine Lusitana*, n.º XII, de 1817, affirma que foi muito apreciado emquanto esteve estudando na Italia. Casou em 1771 com Izabel Iphigenia de Aguiar, cantora da companhia de opera do theatro do Bairro Alto, e irmã da celebre cantora Luiza Todi, tambem da mesma companhia. Joaquim de Oliveira cantou nas pomposas festas com que o conde Fernando Nunes, embaixador de Hespanha em Portugal, celebrou os desposorios do principe D. João com D. Carlota Joaquina, e da infanta D. Marianna Victoria com o infante D. Gabriel, realisados em 1785. No dia 13 de abril cantou-se o drama allegorico *Le Nozze d'Ercole ed Ebe*, musica de Jeronymo Francisco de Lima, desempenhando Joaquim de Oliveira a parte d'Ercole. Em 15 e 16 de junho, por conclusão das mesmas festas, executou-se uma cantata no palacio do referido embaixador, intitulada *Il Retorno di Astrea*, em que tambem tomou parte Joaquim de Oliveira. Ha noticia d'elle ter cantado na oratoria de Jomelli, *La Passione di Gesu Cristo*, executada na Assembléa das Nações em 28 de março de 1766. Foi cantor da Patriarchal, equiparado aos italianos com o ordenado de 50$000 réis mensaes.

Oliveira *(Joaquim de)*. Architecto que viveu no seculo XVIII, no tempo da rainha D. Maria I. Trabalhava em 1789 no edificio da Junta de Fazenda. Foi um dos reedificadores da cidade de Lisboa.

Oliveira *(Joaquim Augusto de)*. Guarda livros da Companhia Bonança e escriptor dramatico, que se tornou mais conhecido pelo *Oliveira das magicas*, por ter escripto e imitado muitas peças d'este genero. N. em Lisboa a 22 de junho de 1827, onde tambem fal. a 30 de março de 1901. Era filho de Joaquim José d'Oliveira Soares, medico de marinha. Estudou durante tres annos como aspirante para seguir a carreira de seu pae, não se sentindo, porém, com vocação, mudou de idéa, e dedicou-se ao commercio. Foi muitos annos guarda-livros da Companhia de seguros Bonança, que attendendo aos seus serviços lhe deu a reforma. Nas horas de descanço dedicava-se ao estudo da litteratura dramatica. E' enorme o numero de peças originaes e as que traduziu e imitou, tendo sido todas, ou quasi todas, bem recebidas do publico, grangeando assim grande popularidade. Foi um dos fundadores da Associação do antigo theatro das Variedades, hoje demolido, em 1857, a qual iniciou os seus espectaculos em 1 de fevereiro do anno de 1858, com a magica *Loteria do diabo*. As suas peças, na maior parte, fôram representadas no Brazil. Do seu numeroso reportorio, mencionaremos as seguintes: *A Somnambula sem o ser*, comedia em 1 acto, traducção, que se representou em 23 d'abril de 1853, no Gymnasio, que foi a sua estreia no theatro; *Olho vivo! companhia de seguros contra a peneira nos olhos*, em 1 acto, representada no mesmo theatro em 13 de fevereiro de 1854; *O Bloqueio de Sebastopol*, em 1 acto, na Rua dos Condes, Lisboa, 1854; *As creadas, quadro de costumes*, 1 acto, na Rua dos Condes, Lisboa, 1864; *Util e agradavel*, 1 acto, no Gymnasio em 26 de janeiro de 1856; *Isidoro o vaqueiro*, quadro de costumes, 1 acto, na Rua dos Condes, Lisboa, 1864; *A Loteria do diabo*, de collaboração com Francisco Palha, magica, 3 actos e 19 quadros, Lisboa, 1858; *Revista de 1858*, 1 prologo, 2 actos e 10 quadros, nas Variedades em 1 de fevereiro

de 1859, Lisboa, 1859; *A Corôa de louro*, 2 actos, Lisboa, 1858; *A Corôa de Carlos Magno*, magica em 1 prologo, 4 actos e 21 quadros, Lisboa, 1860; *O opio e o champagne*, em 1 acto, Lisboa, 1861; *Matheus o gageiro*, 1 acto, Lisboa, 1864; *A Ave do Paraizo*, magica em 1 prologo, 3 actos e 20 quadros, Lisboa, 1864; *O paraizo perdido, ou a creação e o diluvio*, peça biblica em 1 prologo, 3 actos, 1 epilogo e 21 quadros, Lisboa, 1864; *A Costureira*, 1 acto, Lisboa, 1864; *Erros da mocidade*, em 3 actos, Lisboa, 1864; *O lago de Kilarney*, drama em 1 prologo, 3 actos e 4 quadros, de collaboração com Manuel de Macedo, Lisboa, 1868. As seguintes peças, parece que se não imprimiram: *A favorita do rei*, *O naufragio da fragata Meduza*, *A Ramalheteira*, *O imperio das saias*, *Os operarios*, *A dama dos cravos brancos*, *O exemplar dos maridos*, *A creada ama*, *Os pretendentes de minha mulher*, *Fraquezas humanas*, *Quem o alheio veste na praça o despe*, *Má cara e bom coração*, *A ilha de Tulipatan*, *A Gata borralheira*, *A princeza dos ares*, *A Lenda do rei de Granada*, *Gloria e amor*, *A Filha do ar*, *O Cabo da caçarola*. *As cartas do conde-duque*, *Por causa dos festejos reaes*, *A Lampada maravilhosa*, *Lisboa em 1856*, revista, *Os amores do diabo*, *Revista de 1865*, *O Merediano*, *A moura encantada*, *A Filha bem guardada*, *As duas conquistas*, etc.

Oliveira *(Joaquim Esteves Rodrigues de)*. Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, lente da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, membro da Sociedade das Sciencias Médicas da mesma cidade, etc. N. em Lisboa nos primeiros annos do seculo XIX, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Escreveu: *Conselhos aos habitantes do campo do termo de Cintra, dados pelo medico d'este districto*; sem designação do logar nem anno de impressão, mas parece ser de 1833. Escreveu varios artigos que se publicaram no *Jornal das Sciencias Medicas*, tomos III e IV, etc.

Oliveira *(Joaquim Pedro Gomes de)*. Desembargador, ministro de Estado, socio effectivo da Academia Real das Sciencias, etc. N. em Azeitão no meado do seculo XVIII, onde tambem fal. em 1832. Seguindo a carreira juridica chegou a ser desembargador. As suas idéas liberaes fizeram com que se mostrasse sympathico á revolução de 24 de agosto de 1820, que rebentou no Porto, e fôsse escolhido para membro da junta governativa que se organisou a 15 de setembro seguinte, a qual funccionou até se constituirem as côrtes em 26 de janeiro de 1821. O governo do reino foi então confiado a uma regencia que o nomeou secretario para o reino em 19 de fevereiro do mesmo anno, regencia que foi dissolvida no dia 4 de julho ainda de 1821, quando D. João VI regressou do Brazil. Joaquim Pedro Gomes de Oliveira foi um dos conselheiros de Estado nomeados por indicação das côrtes, segundo os principios da constituição de 1822. Affirma-se tambem que foi elle quem redigiu a proclamação de D. João VI, quando derrubou o regimen das côrtes por occasião do movimento da *Villafrancada*, e a ser d'elle, ou de Palmella, essa redacção se attribuem as promessas de constituição que D. João VI então fez e que, nunca afinal cumpriu, ou antes que nunca o deixaram cumprir. Escreveu: *Extracto das posturas da villa de Azeitão*, que se publicaram no tomo III das *Memorias economicas da Academia Real das Sciencias*.

Oliveira *(Joaquim da Rocha d'Abreu e Oliveira, 1.º barão de)*. Foi addido á legação de Portugal na côrte de Londres, sendo-lhe concedido o titulo por decreto de 26 de dezembro de 1884.

Oliveira *(D. Fr. José de)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, bispo de Angola, etc. N. em Guimarães, a 4 de fevereiro de 1638, fal. no convento da Graça, de Lisboa, a 22 de março de 1719. Era filho de Antonio Alvares e de Izabel Antunes. Aos 16 annos de edade entrou na referida ordem de Santo Agostinho, no mesmo convento da Graça a 5 de janeiro de 1654. Durante os estudos escolasticos mostrou sempre um talento superior. Doutorou-se a 28 de junho de 1671, e foi na Universidade conductario com privilegios de lente a 19 de outubro de 1684, e um dos mais doutos qualificadores do Santo Officio. Foi tambem muito apreciado orador sagrado. D. Pedro II o elegeu bispo de Angola; chegou a ser sagrado, mas não pôde tomar posse do bispado por se aggravarem os achaques que soffria, e continuou a viver no seu convento, onde pouco tempo depois falleceu. Deixou 5 tomos de differentes sermões, publicados em Coimbra nos annos de 1688, 1700, 1710, 1715 e 1716. Em separado publicou tambem alguns em Coimbra, em 1673, 1676, 1690, 1691, 1705 e 1707.

Oliveira *(Fr. José de)*. Religioso da ordem da Trindade. Era natural de Lisboa, sendo filho do chanceller-mór do reino e desembargador do Paço Manuel Lopes d'Oliveira. Sua mãe chamava-se D. Helena Ramires Esquivel. Professou no convento da sua ordem, de Lisboa, a 2 de fevereiro de 1694, e foi ali mestre de Theologia, em que se jubilou, por duas vezes secretario, definidor, regente dos estudos do convento de Lisboa. Deixou impressos alguns sermões, e sem o seu nome um opusculo relativo á polemica que se travou sobre a eleição do provincial, em 1735. Saiu com o nome supposto de Victorino Clemente.

Oliveira *(José Alvares de)*. Escriptor, cujo nome só se conhece pela seguinte obra: *Historia do districto do Rio das Mortes, sua descripção, descobrimento de suas minas, casos n'elle acontecidos entre Paulistas e Imboabas, e erecção de suas villas; offerecida ao dr. Thomaz Roby de Barros, ouvidor e corregedor da comarca do Rio das Mortes, juiz dos feitos da Corôa*, etc.

Oliveira *(José Alves de)*. Esculptor que foi estudar a Roma, levando pensão do intendente da policia, quando foi tambem o esculptor João José d'Aguiar. V. *Portugal*, vol. 1, pag. 93.

Oliveira *(José Antonio de)*. Escriptor, cujo nome se conhece pelas seguintes obras: *O defensor da ordem e da verdade, jornal politico*, Nova Gôa, 1852; *O defensor do real padroado, jornal politico e ecclesiastico*, Nova Gôa, 1853; *Relatorio da commissão nomeada para reunir objectos para a exposição internacional do Porto, acompanhado da relação dos objectos enviados de Gôa á mesma exposição do Porto*, Nova Gôa, 1865; *Relatorio acompanhado da relação dos objectos enviados á commissão central de Lisboa, directora dos trabalhos preparatorios para a exposição universal de 1867 em Paris, pela commissão do estado da India Portugueza*, Nova Gôa, 1866.

Oliveira *(José d'Assis Dias de).* Poeta portuense. N. no Porto a 7 de agosto de 1843, fal. no Pará a 2 de julho de 1872. Era filho d'um negociante. Collaborou na *Grinalda* e na *Mocidade*, jornaes do Porto. N'esta cidade publicou em 1866 o seu primeiro volume de versos, intitulado *Lyra intima*, a que a semana litteraria do *Diario do Rio de Janeiro*, de 10 de julho de 1866, consagrou uma apreciação muito lisonjeira. Por circumstancias particulares partiu para o Brazil e estabeleceu-se no Pará. O conhecido escriptor Alberto Pimentel, no seu livro *Atravez do passado*, dá algumas noticias biographicas d'este poeta, que falleceu sem ter completado ainda 29 annos. No Rio de Janeiro publicou em 1867 um outro volume de versos com o titulo de *Aerolitos*; é uma collecção de poesias, que mereceu um elogio do escriptor Machado de Assis, o qual foi publicado em folhetim no mesmo *Diario do Rio de Janeiro*, no dia 22 de fevereiro do mesmo anno de 1867.

Oliveira *(José Duarte de).* Notavel viticultor e apreciado escriptor agricola. N. no Porto a 4 de outubro de 1848. Seu pae, que usava de egual nome, era abastado negociante da praça do Porto, e desempenhou differentes cargos de eleição popular; sua mãe chamava-se D. Maria da Luz da Silva Campos e Oliveira. Foi muito novo para Londres, onde recebeu uma educação esmerada, e regressando ao Porto, ficou empregado no escriptorio de seu pae. Mais tarde, porém, entrou desassombradamente no commercio, e ali occupou um logar importante pela somma especial de conhecimentos que adquirira, primeiro no collegio onde aprendera, depois no escriptorio, em que fizera a sua aprendizagem commercial. Apaixonado pelos estudos horticolo-agricolas, que iniciara em Inglaterra, quando o paiz foi alarmado pelas noticias pavorosas que vinham do Douro, narrando um mal desconhecido que de repente surgira, destruindo os vastos vinhedos, fonte principal da riqueza d'aquella região, Duarte de Oliveira immediatamente se salientou pela precisão e pelo criterio com que explicava as origens do mal terrivel que ameaçava reduzir á miseria a bella e alegre provincia do Douro. Os homens de mais cotada opinião estudaram o caso pavoroso que vinha tão bruscamente affectar a riqueza do paiz, formulando alvitres que, afinal, nada explicavam ou pouco elucidavam a opinião cada vez mais inquieta. Tendo attentamente estudado o assumpto e seguido de perto as discussões que se travaram, Duarte de Oliveira, com desassombro e firmeza, declarou que o mal terrivel, cuja extincção não seria facil calcular, tinha a sua origem n'um parasita, o *Phylloxera*, que invadira a vinha ameaçando destruil-a. O parecer do joven estudioso foi recebido com ironias e duvidosos commentarios. No emtanto o mal devastador augmentava, e era na verdade o *Phylloxera vastatrix* o destruidor implacavel das vinhas da rica e feliz região do Douro. Então toda a ironia desappareceu perante a immensa desgraça que ameaçava o paiz, ferindo-o precisamente na parte mais valiosa da sua riqueza. Data d'essa epoca, 1872, o livro *Novo flagello das vinhas—Phylloxera vastatrix*, que tão profundamente interessou todos quantos attentamente seguiam este assumpto que vinha affectar os interesses nacionaes com tanta gravidade. Quando o governo nomeou a commissão encarregada de percorrer o Douro para estudar a nova molestia, Duarte de Oliveira foi escolhido para a organisar, pois que ninguem como elle possuia elementos para se desempenhar com proficiencia de tão espinhosa missão. Os serviços que prestou, n'essa occasião, fôram do maior valor. Pouco tempo depois foi tambem nomeado membro da commissão anti-phylloxerica do norte de Portugal, fundador e director do *Viveiro de soccorros* (videiras americanas) da circumscripção do norte de Portugal, e membro da commissão de cultura do tabaco do Douro. N'este ramo, em que é muito notavel, os seus trabalhos são numerosos e de grandissimo valor. Em todos os ramos da sciencia agricola se tem evidenciado. Citaremos entre outras as suas obras as seguintes: *Almanach do horticultor, guia indispensavel a todo o agricultor e horticultor*, para 1871, 1872, 1879, 1882, 1883, 1886, formando 6 vol.; *Breve noticia sobre o «Eucalyptus globulus» e a utilidade da sua cultura em Portugal*, Porto, 1870; *O campo e o jardim*, de collaboração com A. Batalha Reis, Porto, 1873; *Noticia sobre as araucarias cultivadas em Portugal*, Porto, 1873; *Algumas considerações sobre a nova molestia das vinhas*, Porto, 1874; *Prado permanente*, Porto, 1875; *O jardim na sala, quasi indispensavel a todo o cultivador de plantas de sala*, Porto, 1876; com 60 gravuras; *Catalogo official da exposição internacional do Palacio de Crystal*, Porto, 1877; *Diccionario das peras portuguezas*, Porto, 1880; *A vida das flôres*, 2 volumes, 1882-1884, publicada em Lisboa pelo editor David Corazzi; *Jornal de Horticultura pratica*, 18 vol.; com muitas gravuras, sendo algumas estampas de maior formato e coloridas. Esta obra foi premiada com a medalha de prata nas seguintes exposições: Horticola de Lisboa, 1870; Gand de 1872; Lyon de 1875; Bruxellas de 1876; Porto de 1877; Barcelona de 1877 e Amsterdam de 1883. Tem collaborado na *Gazeta das Aldeias*, *Commercio do Porto*, etc.; e nos jornaes estrangeiros *Folha vinicola*, da Girouda, e *Ampelographie Universelle*, etc. Além das commissões já citadas, foi membro do jury da Exposição Universal de Bruxellas, em 1880, e vice-presidente geral do jury de horticultura da mesma esposição; secretario das exposições horticolas do Palacio de Crystal em 1877; promotor do congresso pomologico realisado no Porto em 1879; secretario da Liga Agraria do Norte, presidente da Sociedade de Horticultura do Porto, etc. E' socio correspondente de muitas sociedades agricolas e horticolas do estrangeiro. Como viticultor tem egualmente trabalhos notaveis, sendo verdadeiramente modelares as suas propriedades de Murça e do Alto Douro. Duarte de Oliveira escreveu tambem para o theatro as comedias: *Sogra.. nem de barro á porta*; *Os noivos* e *A noite do noivado*, que fôram representadas com muito agrado.

Oliveira *(José do Espirito Santo).* Organista e compositor de musica religiosa, que viveu nos fins do seculo XVIII e principios do XIX. Entrou para o Seminario Patriarchal a 6 de janeiro de 1763, tendo 7 para 8 annos. Era filho de Francisco d'Oliveira e de Francisca Ignacia; irmão do tenor Joaquim de Oliveira *(V. este nome).* Em 4 de novembro de 1774 foi escolhido para ajudante dos mestres do mesmo seminario. Entrou

para a irmandade de Santa Cecilia em 16 de junho de 1779, sendo já então organista da Patriarchal. Falleceu em 1819. No archivo da Sé ha muitas composições de José do Espirito Santo Oliveira, tendo a mais antiga a data de 1773. São 7 motetes, 7 psalmos, responsorios da Assumpção, Coração de Jesus e Santo Antonio, uma *Regina Cœli*, *Benedictus* e *Adoração da Cruz*, tudo a 4 vozes e orgão, além d'uma missa com orchestra.

Oliveira *(José Joaquim Monteiro de Carvalho)*. Foi o autor d'um *Elogio á Rainha Fidelissima nossa senhora D. Maria I, offerecido no dia dos seus annos*, Lisboa, 1785.

Oliveira *(José Monteiro de)*. Alumno da Academia militar de Fortificação. Era natural de Peniche, e fal. em Lisboa a 7 de novembro de 1756. Escreveu: *Perfeito contador, Arithmetico portuguez. Obra utilissima para se saberem ajustar todo o genero de contas nas suas especies*, etc., Lisboa, 1754.

Oliveira *(José Nicolau de)*. Notavel tocador de trombone, e tambem bom cantor. N. em Lisboa em 1809, onde tambem fal. a 2 de março de 1857. Foi alumno do Seminario Patriarchal, onde teve por mestre, no instrumento em que se tornou especialista, o allemão Francisco Kuckembuck. Tocou frequentes vezes a solo nos concertos da Academia Melpomenense, e algumas vezes no theatro de S. Carlos, onde occupava o logar de primeiro trombone. Em março de 1837, na primeira vez que se apresentou n'este theatro, tocando uma aria da opera *Fausta*, de Donizetti, foi applaudido com enthusiasmo. Possuia tambem uma potente voz de tenor, e por muitas vezes cantou nos concertos da Academia Melpomenense, que foi uma bella escola pratica, que tiveram os nossos musicos por alguns annos.

Oliveira *(José Pedro da Silva Campos)*. Escriptor. N. em Moçambique a 17 de abril de 1847. Foi estudante na faculdade de Direito na Universidade de Coimbra. Collaborou nos jornaes *Ultramar* e *Illustração goana*, tanto em prosa como em verso. Escreveu: *Almanach popular para o anno de 1865, ornado de gravuras*, 1.º anno; Margão, 1864; idem, para 1866, 2.º anno, em 1865; idem, para 1867, 3.º anno, em 1866.

Oliveira *(D. Fr. José de S. Narciso de)*. Religioso da ordem de S. Francisco, da provincia dos Algarves, que em Lisboa, em 1805, publicou: *O perfeito prelado, dissertação*.

Oliveira *(Josepha de)*. Actriz contemporanea N. em Vizeu em 1852, fal. no Porto a 17 de abril de 1909. Estreou-se no theatro da Trindade em 7 de maio de 1873 na opereta em 1 acto, *Equilibrios de amor*. Como era muito conhecida em Lisboa pelas suas aventuras e leviandades, o publico recebeu a mal, e pateou-a, não apreciando a novel actriz, pelo seu valor artistico, que logo se manifestou, porém sim olhando-a desdenhosamente pela vida dissoluta que tanto a tornara conhecida. Em vista de tal recepção tão desanimadora, Josepha d'Oliveira partiu para o Porto, que a acolheu carinhosamente, e debutou no theatro da Trindade, que ha annos ardeu, apresentando-se na peça *O Schah em Pancas*, obtendo calorosos applausos. Em todas as peças, em que entrou, foi sempre applaudida, porque Josepha d'Oliveira, em toda a frescura da mocidade, era realmente uma artista intelligente. Passou depois para o theatro Baquet, e ali continuou a serie de triumphos, com especialidade na opera comica *A Filha da Senhora Angot*, no papel de Lange, em que obteve um exito enorme. Por causa de pequeninas intrigas de bastidores, ou de despeitos amorosos, uma certa noite em que se representava o *Amar sem conhecer*, foi estrondosamente pateada, não chegando a concluir o espectaculo. O theatro ficou em estado lastimoso, com as cadeiras da platéa partidas, as portas dos camarotes arrancadas, etc. Foi uma tempestade que passou, que em nada depreciava a artista, porque apenas se tratava da mulher e das suas leviandades. Chegando a Lisboa a fama dos seus triumphos artisticos, o empresario Francisco Palha não descançou emquanto não a trouxe novamente para a Trindade, e Josepha d'Oliveira acceitando, o contrato que lhe propuzeram, debutou pela segunda vez n'aquelle theatro, a 25 d'abril de 1878, na opera comica *Viagem á Lua*. O publico d'esta vez recebeu-a com o maior enthusiasmo. Conservou-se n'aquelle theatro até 1892, entrando em todas as peças de maior agrado, como na *Filha da Senhora Angot*, *O Segredo d'uma dama*, *Duquezinha*, *Milho da padeira*, *Boccacio*, *Filha do Inferno*, *Graziella*, *Madame Favart*, *Piperlin*, *Ave azul*, *Noite e dia*, *Gilette de Narbonne*, *Moleiro d'Alcalá*, *Ditoso fado*, *Surcouf*, *Pato de tres bicos*, *Menina do telephone*, *Ponte do diabo*, etc. Sentindo já a voz cançada e difficuldade no canto, resolveu-se a representar a comedia, e escripturou-se no Gymnasio, onde tambem muito se evidenciou, especialmente em papeis de *cocotte*, como no *Primeiro marido da França* e *Casa Tamponin*. Em 1895 foi ao Brazil n'uma companhia organisada pelo empresario Sousa Bastos. Voltou á opereta, mas a voz continuava a faltar-lhe; ainda assim alcançou muitos applausos. Regressando a Lisboa, tornou a escripturar-se no Gymnasio, até que a empresa do theatro de D. Amelia a convidou para tomar parte na companhia, onde se conservou, e foi n'uma *tournée* que essa companhia fez ao Porto, em 1909, que a apreciada actriz falleceu.

Oliveira *(D. Julio Francisco de)*. Bispo de Vizeu N. em Lisboa a 12 de abril de 1693, ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Antonio Francisco de Oliveira e de Lourença Vieira. Aos 14 annos entrou na Congregação do Oratorio de Lisboa, a 16 de julho de 1707, e em 1736 foi eleito socio da Academia Real de Historia, que o encarregou de escrever as *Memorias historicas d'el-rei D. João III*. D. João V, em 11 de fevereiro de 1739, o elegeu bispo do Funchal, sendo sagrado na Basilica Patriarchal de Lisboa a 25 de março de 1741 pelo cardeal patriarcha D. Thomaz d'Almeida. Antes, porém, de partir para esta diocese, foi transferido para a de Vizeu. Deixou publicada uma *Allegação juridica* a proposito d'uma questão que a congregação do Oratorio tinha com o prior da freguezia de S. Nicolau, de Lisboa, e a seguinte *Oração recitada no Paço a 30 de abril de 1736 com que congratulou aos Academicos da Academia Real pela eleição que fizeram da sua pessoa para seu collega*. Saiu na *Collecção dos documentos da Academia Real do anno de 1736*, Lisboa, 1736. Deixou tambem alguns manuscriptos.

Oliveira *(Leão de)*. V. Oliveira *(Antonio Pinto Leão de)*.

Oliveira *(Luiz Cyriaco de).* General de divisão reformado. N. a 16 de março de 1841, assentou praça em 15 d'agosto de 1859, sendo promovido a alferes em 18 de julho de 1861, a tenente em 12 d'agosto de 1868, a capitão em 7 d'abril de 1875, a major em 31 de outubro de 1884, a tenente-coronel em 25 de julho de 1888, a coronel em 30 de junho de 189 . Reformou-se em general de divisão em 7 de março de 1901. Serviu em infantaria n.º 9 e em caçadores n.º 4. E' commendador e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, e possue a medalha de prata de comportamento exemplar. Escreveu: *Guia do official sobre administração e escripturação dos conselhos administrativos dos corpos do exercito*, Porto, 1888; tem 30 mappas, ou tabellas modelos, desdobraveis.

Oliveira *(Luiz da Silva Pereira de).* Cavalleiro da ordem de Christo; bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, corregedor da comarca de Miranda do Douro, socio correspondente da Academia Real das Sciencias, etc. N. em Fontellas, e fal. entre os annos de 1807 e 1812. Escreveu: *Privilegios da nobreza e fidalguia de Portugal, offerecidos ao ex.mo sr. marquez de Abrantes, D. Pedro de Lencastre*, etc., Lisboa, 1806.

Oliveira (*P. Manuel de).* Jesuita. N. em Lisboa em 1656, onde tambem fal., na Casa Professa de S. Roque, em 1729. Chamava-se no seculo Manuel João, e era filho de Pedro João e de Maria Soares. Entrou no noviciado da Companhia de Jesus a 7 de outubro de 1671, aos 15 annos de edade, distinguindo-se desde logo dos seus companheiros na poesia latina e em Theologia, tornando-se um apreciado poeta e grande theologo. Foi mestre no collegio de Coimbra, até á cadeira de Prima, e depois em Theologia moral no collegio de S. Patricio; qualificador do Santo Officio, examinador das tres ordens militares, synodal do arcebispado de Lisboa, e mestre da infanta D. Maria Barbara, filha d'el-rei D. João V. D'elle existem impressos 3 *Sermões* e 2 *Elogios* latinos em honra do P. Antonio Vieira, os quaes andam incluidos no livro intitulado *Vozes saudosas da eloquencia.*

Oliveira (*Manuel Francisco de).* Professor de lingua latina no antigo estabelecimento regio do bairro de Belem, e por fim reitor do Lyceu Nacional de Lisboa, etc. N. em Belem em abril de 1773, fal. em Lisboa em 1812. Era filho de Manuel Francisco de Oliveira, ajudante do jardineiro da Casa Real. Dos 13 para 14 annos foi admittido como moço da capella de Santa Egreja Patriarchal. Tendo depois casado, não pôde continuar ao serviço da egreja, segundo as determinações d'aquella casa religiosa, e por isso, sendo despedido, se applicou com grande fervor ao estudo da lingua latina, e obteve a cadeira d'esta disciplina, por 6 annos, no Seminario Patriarchal. Transferido para a cadeira regia na Boa Hora, em Belem, passou a occupar a de Almada, e d'ali voltou a Lisboa, onde por muitos annos ensinou latim, sendo afinal nomeado reitor do Lyceu, que n'essa epoca estava em S. João Nepomuceno, onde actualmente se vê o Asylo de Santa Catharina. Concorrendo n'uns exames com o professor regio de grammatica latina no mosteiro de Belem, Fr. Diogo de Mello e Menezes, autor d'uma *Grammatica latina*, teve com este, mesmo na occasião dos exames, larga controversia, que depois ainda continuou, publicando-se varios livros para sustentarem e refutarem as doutrinas d'aquella *Grammatica.* Em 1803 publicou tambem um opusculo intitulado *Rimas.*

Oliveira *(Manuel José Pinto de).* Era natural da villa de Barcellos, e escreveu: *Tratado dos preteritos e supinos da lingua latina*, Coimbra, 1822.

Oliveira *(Manuel Paulino de).* Doutor em Philosophia e lente cathedratico da mesma faculdade, na Universidade de Coimbra. N. em Bragança a 14 de novembro de 1837 sendo filho de Manuel Paulino de Oliveira, e de sua mulher D. Maria Angelina Pinto de Oliveira. Doutorou-se em 27 de julho de 1862. Foi despachado lente substituto extraordinario da mesma faculdade em 20 de dezembro do mesmo anno. Em 1893 era lente cathedratico e lente em Vespera, tendo a seu cargo a direcção do gabinete de zoologia da Universidade, em que prestou bons serviços. Tinha a carta de conselho, a commenda da ordem de Christo; era socio do Instituto de Coimbra, cavalleiro da Legião de Honra de França, socio da Sociedade Entomologica de França e da Belgica, da Sociedade de Historia Natural de Hespanha, etc. Escreveu: *Theses ex naturali philosophia, quas... in Conimbricensi Gymmasio propugnadas*; Conimbricae, 1862; *Dissertação inaugural para o acto de canclusões magnas*, Coimbra, 1862; versa sobre este ponto: *Haveria um ou mais centros de creação vegetal? Etudes sur les insectes d'Angola qui se trouvent au museum national de Lisbonne;* fôram publicados no *Jornal de sciencias mathematicas, physicas e naturaes*, n.os 25. de 1879, 32, de 1882, e 38, de 1884; extractados dos referidos numeros fôram estes *Etudes* publicados tambem em 3 folhetos, cada um com paginação independente, mas sem rostos especiaes; *Catalogue des coleoptères du Portugal;* no *Instituto*, vol. 35.º e em outros; *Nouveau oxyrhynque du Portugal*: no *Instituto*, vol. 36.º pag. 79; *Mélanges entomologiques sur les insectes du Portugal*, Coimbra, 1876; *Relatorio da commissão nomeada para assistir ao congresso phylloxerico da Suissa e visitar os vinhedos de França, a fim de estudar os meios de combater a nova molestia das vinhas*, Coimbra, 1878. A commissão, a que se refere este livro, era composta de José Luiz de Barros e Cunha e o dr. Manuel Paulino de Oliveira, mas foi este ultimo o relator. Publicou tambem um folheto com instrucções praticas para as commissões de vigilancia do phylloxera e para os viticultores, e ainda um relatorio da commissão geral de estudo e tratamento das vinhas do Douro.

Oliveira *(Manuel dos Santos).* Actor contemporaneo. N. em 9 de março de 1852. Começou a sua carreira artistica representando em theatros particulares. Estreou-se como actor no Chalet da Rua dos Condes, a 26 de julho de 1884, na magica de Jacobetty *A Sombra do rei*, fazendo o papel de jardineiro, obtendo grande successo. Desempenhou ainda varios papeis com muito agrado, principalmente no Zé Povinho da revista o *Microbio*, tambem de Jacobetty. Oliveira e o fallecido Joaquim Silva fôram os dois artistas comicos, que por assim dizer, sustentaram aquella antiga casa de espectaculos. Em 1888 fez parte

da companhia que inaugurou o theatro Avenida, e como a empresa fallisse, foi para o Porto escripturar-se no theatro Chalet, debutando na peça phantastica *O Espelho da Verdade*. Fez depois os primeiros papeis do reportorio, sendo sempre applaudido, até que voltou para Lisboa. Contratado no theatro da Trindade, estreou-se no *Brazileiro Pancracio*, fazendo ahi uma epoca feliz. Regressou ao Porto, indo para o theatro de D. Affonso, passando depois a ser director gerente da empresa que abriu o theatro Carlos Alberto. Mais tarde deixou de ser socio e gerente, mas ficou escripturado na mesma empresa, onde se conservava ainda em 1905.

Oliveira *(Marcellino Maximo de Azevedo e Mello, 1.º visconde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Christo, cavalleiro de Nossa Senhora da Conceição e da Torre e Espada; bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, par do reino, desembargador da Relação do Porto, governador civil, commissario em chefe do exercito em 1832, conselheiro do Tribunal de Contas, ministro de Estado, etc. N. em Penafiel a 10 de janeiro de 1794, fal. no Porto a 19 de julho de 1853. Era filho do jurisconsulto Bernardo José de Azevedo e Mello, e de sua mulher, D. Joanna Margarida Pereira de Baeça Velloso de Barbosa. Destinando-se á carreira que seu pae seguira, matriculou-se na faculdade de Leis na Universidade de Coimbra, e concluindo a formatura em 1817, foi despachado em 1822 juiz de fóra dos orphãos da villa de Santa Martha de Penaguião. Estando no exercicio d'esse logar quando se levantou o grito de rebellião contra o governo constitucional em Traz-os-Montes, o general Luiz do Rego (depois visconde de Geraz de Lima) encarregado da pacificação d'essa provincia, chamou Azevedo e Mello para servir a vara da correição de Villa Real, e ahi se conservou até se restabelecer o socego. Por parecer do extincto Desembargo do Paço, de 23 de maio de 1823, foi mandado servir o logar de juiz do crime da cidade do Porto, e quando se restabeleceu o systema absoluto, rocolheu-se a sua casa, onde permaneceu até que em 1826 foi eleito deputado ás côrtes. Sendo as camaras dissolvidas por D. Miguel, o futuro visconde de Oliveira quiz emigrar para Hespanha com a divisão liberal, mas adoecendo no caminho não pôde levar a cabo o seu desejo e viveu homisiado até á chegada do exercito libertador á cidade do Porto, em 1832. Apresentando-se então a D. Pedro, foi mandado exercer as funcções de director da repartição de viveres e transportes, e em 21 de setembro de 1832 nomeado commissario em chefe do exercito, merecendo grandes e extraordinarios louvores dos generaes Saldanha e Sá da Bandeira, pelo modo como desempenhou essas importantes e difficeis commissões. Sendo nomeado em abril de 1833 juiz do tribunal de segunda instancia do circulo do Porto, foi em 29 de setembro seguinte elevado a conselheiro do Thesouro Publico, e serviu n'este logar até á extincção do tribunal, pela dictadura de setembro de 1836. Deixando então a vida publica, esteve alguns annos em Villa Nova de Gaia, e sendo em 1839 nomeado administrador geral do districto de Vizeu, foi no anno seguinte eleito senador pelo districto de Braga, e em 1841 transferido para administrador do districto do Porto. Trabalhando muito para a restauração da Carta Constitucional em 1842, foi um dos membros da junta, e prestando então valiosos serviços, recebeu, em premio da dedicação com que serviu a causa cartista, o titulo de visconde, por decreto de 11 de março, e os arminhos de par do reino. Sendo em março de 1842 reintegrado no logar de membro do tribunal do Thesouro Publico, passou em 1844 a presidente do conselho fiscal de contas, e foi tambem membro da commissão encarregada de propôr as alterações e modificações necessarias nas condições do contrato do tabaco, vogal da commissão extraordinaria que tinha por fim tratar da organisação do fazenda publica, e um dos commissarios regios junto do Banco de Lisboa. Em outubro de 1846 foi chamado aos conselhos da corôa, sendo incumbido da pasta do reino, que conservou até abril de 1847, e depois, sentindo-se fraco e doente, recolheu-se á sua quinta de Oliveira, no Porto. Ainda algumas vezes appareceu na camara, mas em 1851 aggravaram-se-lhe os padecimentos e pouco depois falleceu. O visconde de Oliveira casou a 3 de junho de 1840 com D. Marianna Henriqueta Correia de Mello, filha de João Correia Moreira e de D. Marianna Izabel da Cunha Lima.

Oliveira *(D. Martim Pires de)*. Arcebispo de Braga, que fal. a 25 de março de 1313. Era filho de Pedro Pires de Oliveira e de Elvira Annes Pestana Seguiu as letras e alcançou uma conesia na sé de Evora. Tinha fama de erudito e de ser um perfeito ecclesiastico. El-rei D. Diniz servia-se do seu conselho, e o nomeou mestre de seu filho, o infante D. Affonso, depois rei D. Affonso IV, e o mandou por seu embaixador a Roma na grave controversia com os prelados do reino. Quando o mesmo rei foi a Castella, o deixou por adjunto do governo á rainha Santa Izabel, sua mulher, e com a declaração de que, no caso d'ella fallecer, governasse D. Martim só, e despoticamente. Em 1293 os capitulares de Braga o elegeram seu arcebispo. Os seus diocesanos muito o estimavam e respeitavam pelo seu virtuoso caracter, e por ser muito esmoler e caritativo, dando aos pobres grande parte dos seus bens. D. Martim Pires de Oliveira visitou toda a sua dilatada diocese com muito zelo. Em 1301 congregou synodo, no qual estabeleceu novas e prudentissimas constituições. Governou o arcebispado de Braga durante 20 annos. Das suas casas e grossas fazendas que tinha herdado no Alemtejo, instituiu em 1306 o importante morgado da *Oliveira*, na provincia do Minho, em favor de seu irmão Mem Pires de Oliveira.

Oliveira *(Matheus Vicente de)*. Architecto supranumerario dos palacios reaes de Lisboa, em 1778.

Oliveira *(Fr. Nicolau de)*. Religioso da ordem da Trindade. N. em Lisboa em 1566, onde tambem fal. a 22 de janeiro de 1634 Era filho de Jorge Fernandes e de Maria de Oliveira. Professou no convento de Lisboa a 28 de agosto de 1582. Foi definidor na sua ordem, e em 1607 mandado a Africa a resgatar os captivos que existiam em Fez, Tetuão e Salé. Escreveu: *Livro das Grandezas de Lisboa, dirigido a D. Pedro de Alcaçova, alcaide mór das tres villas, e commendador das Idanhas*, Lisboa, 1620; reimprimiu-se em 1804.

Oliveira *(Fr. Nicolau Pedro de).* Religioso da ordem dos carmelitas calçados, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. Não podendo supportar o rigor claustral, obteve um breve do papa Clemente XIV para se secularisar, e viveu como presbytero bastantes annos. Em 1794, achando-se muito doente, desejou voltar para junto dos seus antigos irmãos, e sendo admittido entrou no convento do Carmo, de Lisboa a 15 de julho d'esse anno, e falleceu logo no dia 17. Escreveu: *Compendio da vida do ex.mo e rev.mo sr. D. Eusebio Luciano Carvalho Gomes da Silva, bispo de Nankim*, Lisboa, 1792. Parece que escreveu tambem uma *Semana Marianna*, que não chegou a ser impressa.

Oliveira *(Paulino de).* O seu nome completo é Francisco Paulino de Oliveira. Proprietario da Livraria Editora, de Setubal. N. n'esta cidade, sendo filho de João Victor d'Oliveira, negociante, e de D. Maria José Gomes de Oliveira. Estudou em Lisboa, na Escola Academica e no Instituto Industrial, mas não completou os respectivos cursos. Voltando para Setubal, por lhe faltarem recursos para continuar os estudos, entregou-se ao ensino de escripturação mercantil e da geographia, e empregou-se como guarda-livros n'uma casa commercial. Em 10 de março de 1898 casou com D. Anna de Castro Osorio, apreciada escriptora, autora do livro *Infelizes*, e redactora d'uma bibliotheca infantil sob o titulo de *Para as creanças*, com a collaboração de seu marido. O sr. Paulino de Oliveira é proprietario da Livraria Editora. Tem collaborado em diversos jornaes, quasi todos de Setubal, como a *Gazeta Setubalense*, a *Revista de Setubal*, o *Elmano* e o *Districto*. Em 1886 fundou a *Estreia*; em 1886-1887 a *Semana Setubalense*; em 1889-1890 a *Opinião*; em 1894-1895 o *Ecco de Setubal*, o *Mez*, chronica da vida setubalense, etc. Escreveu: *Canticos sadinos* (primeiros versos), Lisboa, 1888, com desenhos de Julião Machado e zincographias da antiga casa Justino Guedes; saiu com o pseudonymo de *Anuplio de Oliveira*; como se vê *Anuplio* é o anagramma de Paulino; *Em ferros d'El-Rei; considerações ácêrca da minha prisão*, Lisboa, 1893; refere se a uma prisão politica que soffreu o autor, pela qual esteve na cadeia 30 dias; este folheto é dedicado á cidade de Setubal; *Dôr*; *In amaritudine*, Lisboa, 1894; contém 51 sonetos.

Oliveira *(Pedro Freire de).* Professor régio de Grammatica Latina em Fronteira. Naseeu n'esta villa a 11 de abril de 1758, onde tambem fal. a 3 de julho de 1814. Cursou na sua terra natal, além dos estudos primarios, os da lingua latina, adquirindo tal proficiencia que em 1774, tendo apenas 16 annos de edade, fez exame em Evora para professor régio da cadeira de latim da supradita villa, e sendo approvado entrou pouco depois em exercicio no primeiro de julho do mesmo anno, passando então para seus discipulos muitos que tinham sido condiscipulos, e mais velhos em edade. Incansavel no desempenho dos deveres do magisterio, e occupado sempre com os livros ou com a penna, ganhou creditos de mestre superior, a ponto de que ás suas lições concorriam com aproveitamento estudantes de povoações muito arredadas da provincia do Alemtejo. Dedicou-se tambem ao estudo da jurisprudencia, e por muitos annos exerceu em Fronteira a advocacia, mediante a necessaria licença e autorisação conferida pela Mesa do Desembargo do Paço. Fal. repentinamente d'um ataque apopletico aos 56 annos de edade. Consta que deixou varias obras manuscriptas, como a antiga *Sexta Selecta Latina*, com o titulo de *Latini Sermonis exemplaria a scriptoribus probatissimis collecta... cum annotationibus philologicis, historicis, geographicis, criticis, lusitano sermone locupletata a Petro*, etc; Uma *Grammatica Latina*, a qual, bem como a *Selecta*, já estavam ambas licenceadas para a impressão; traducções do romance de Lesage, *O diabo coxo*, e do *Elogio da Loucura*, por Erasmo; *Explicação vulgar das cerimonias e ritos da Semana Santa*, traduzida do italiano; um opusculo dividido em duas partes: 1.ª *Que cousa é o papa?* 2.ª *Que cousa é o bispo?*, o qual parece ter sido traduzido da obra do canonista allemão Eybel, impressa em Vienna d'Austria em 1782, e reimpressa em 1783; traducção das *Satyras de Juvenal; Declaração analytica e apologetica sobre as indulgencias que os frades franciscanos se arrogam pelo acto de se lhes beijar a manga do habito*; materia que se viu obrigado a desenvolver para acalmar a perseguição que em 1794 lhe moveram os padres, aggravados d'elle unicamente pelo facto de haver motejado em certa occasião aquella crença popular, qualificando-a de abusiva e supersticiosa. De todas as suas obras a unica que se publicou, segundo parece, foi a seguinte: *Collecção das instrucções, que dá aos seus discipulos no exercicio da latinidade Pedro Freire de Oliveira, professor*, etc., *tiradas dos bons autores que sobre estas materias escreveram, e accommodadas á capacidade dos que aprendem*, Lisboa, 1790. Passados 30 annos, e sendo já decorridos 5 depois da morte do autor, o livreiro Jorge Rey, que adquirira a propriedade da obra, fez uma nova edição em 1819.

Oliveira *(Pedro José de).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, chefe da repartição central do governo civil de Lisboa, e proprietario da Quinta do Vimeiro, situada na freguezia da mesma denominação, concelho de Alcobaça. Nasceu em Leiria em 1804, sendo filho de um canteiro ou mestre de obras da mesma cidade. Pedro José de Oliveira mandou construir á sua custa, na séde da mencionada freguezia do Vimeiro, uma casa escolar em que dispendeu cêrca de 3.000$000 réis; e em 1882 fez á camara municipal do respectivo concelho o donativo de 5:000$000 em moeda de ouro, para que ella creasse n'aquella freguezia, provendo-as por concurso, duas cadeiras de ensino primario, uma para cada sexo. Por sua morte, occorrida em 29 de abril de 1885, legou ainda á mesma freguezia 3:000$000 réis em inscripções da Junta do Credito Publico, para com o seu rendimento accrescentar a congrua do parocho, ficando este obrigado a substituir o professor nas suas faltas e impedimentos.

Oliveira *(Salvador Machado de).* Autor d'um drama allegorico em verso, intitulado: *O prazer de Olisséa*, Lisboa, 1788. Representou-se no theatro da Rua dos Condes, assim como alguns outros dramas.

Oliveira *(Selemoh, ou Schelomão de).* Judeu natural de Lisboa, e filho de David. Foi doutor em varias escolas, e rabbino ou mestre na syna-

goga de Amsterdam, onde fal. em 1708. D'elle trata Antonio Ribeiro dos Santos nas suas *Memorias da Litteratura sagrada dos judeus portuguezes*, insertas nas *Memorias Litterarias da Academia*, tomo II, pag. 230, 361 e seguintes. Escreveu muitas obras em diversas linguas, e tambem algumas em portuguez, todas publicadas em Amsterdam.

Oliveira (*Simão de*). Autor d'uma *Arte de navegar*, impressa em Lisboa em 1606.

Oliveira (*P. Timoteo de*). Jesuita, confessor da rainha D. Marianna Victoria. N. em Lisboa, sendo filho de Antonio Francisco de Oliveira e de Lourença Vieira; irmão do bispo de Vizeu, D. Julio Francisco de Oliveira. Entrou na Companhia de Jesus no noviciado de Lisboa, a 24 de fevereiro de 1721,e foi lente da primeira classe de humanidades no collegio de Coimbra, de Philosophia no de Santo Antão, de Lisboa, e prefeito dos estudos do mesmo collegio. Foi tambem confessor da princeza da Beira, e das infantas suas irmãs. Teve logar distincto entre os prégadores do seu tempo, e deixou publicados alguns dos seus sermões. O P. Timotheo d'Oliveira foi um dos jesuitas expulsos do Paço á meia noite,quando o marquez de Pombal começou a proceder contra elles, considerando os cumplices do attentado contra a vida de el-rei D. José. Foi primeiro conduzido ao noviciado da Cotovia, hoje Escola Polytechnica, e preso depois nos carceres da Junqueira. Só foi posto em liberdade em 1777, depois de 18 annos de encerramento, quando subiu ao throno a rainha D. Maria I. Trabalhou activamente para que o novo governo lhes concedesse a elle e aos seus collegas o viverem em communidade, mas não foi tão longe a fraqueza do governo de D. Maria I, e o P. Timotheo de Oliveira, que esperava obter assim subrepticiamente a restauração da Companhia de Jesus, apenas conseguiu que lhe tolerassem a sua presença em Lisboa.

Oliveira (*Valerio Martins de*). Mestre pedreiro em Lisboa, e varias vezes juiz do seu officio na antiga Casa dos Vinte e Quatro. Tambem foi procurador dos mesteres. N. em Santarem, sendo baptisado a 25 de novembro de 1695. Era filho de Manuel Martins e de Luiza d'Oliveira. Vivia ainda em 1757. Escreveu: *Advertencias aos modernos que aprendem o officio de pedreiro*, Lisboa, 1739; 2.ª edição, 1748; 3.ª 1757, com uma estampa de S. José aberta a buril; 4.ª em 1825.

Oliveira (*Vicente Carlos de*). Cavalleiro professo na ordem de Christo; escriptor que floresceu em Lisboa no ultimo quartel do seculo XVIII, e que se tornou muito conhecido pelas muitas obras que escreveu e publicou, das quaes sabemos das seguintes: *Historia das revoluções acontecidas no governo da Republica Romana, pelo abbade Verlot, traduzida do francez*, Lisboa, 178?, 1.º e 2.º tomos; *Poema Lisboa restaurada pelo grande e incomparavel rei D. José I, de saudosa memoria*, Lisboa, 1784; *Noites de Young, a que se ajuntam muitas notas importantes, e varios opusculos do mesmo Young; traduzidas em portuguez*, Lisboa, 1785, 2 tomos; ornados com duas gravuras; consta que teve algumas reimpressões, sendo a ultima em 1804; *Nova tragedia intitulada a «Vingança» do dr. Young*, traduzida em verso, Lisboa, 1788; n'este volume está incluida outra tragedia, *Busiris*, do mesmo autor, e traduzida pelo mesmo traductor, *Sacrificio campestre na morte do ser.mo sr. D. José, principe do Brazil*, Lisboa, 1788; *Portugal vem agradecer aos portuguezes as demonstraçõs de sentimento na morte do sr. D. José, principe do Brazil, canção funebre*, Lisboa, 1788; *Nova ferida no coração de Portugal, pela morte da ser.ma senhora D. Marianna Victoria, infanta de Portugal, elegia*, Lisboa, 1788; *Adão remido por Jesus Christo, poema evangelico*, Lisboa, 1791.

Oliveira. Antiga villa da Lusitania, na actual provincia do Minho, concelho de Fafe. Estava fundada junto ao rio Sêlho. Não ha hoje vestigios de similhante povoação, ou mudou de nome e não se sabe qual das povoações hoje existentes n'este concelho o tivesse.

Oliveira. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho. conc. e com de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 146 fog. e 633 hab. Tem est. post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada na estrada que vae de Braga a Vianna do Castello, a 3 k. do rio Cávado. O D. abbade do mosteiro benedictino,de Tibães, apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis de congrua, e o pé d'altar. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 97 fog. e 394 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada a 3 k. do rio Este. A mitra apresentava o vigario, que tinha 30$000 réis de congrua, e o pé d'altar. A terra é fertil em cereaes e vinho; pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Povoa de Lanhoso, distr. e arceb. de Braga; 138 fog. e 511 hab.; tem est. post. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada na aba da Serra da Oliveira. A mitra apresentava o abbade, que tinha 280$000 réis de rendimento. A terra é muito fertil, e cria muito gado de toda a qualidade. Na egreja matriz ha uma capella de brouze, muito bem esculpida, dedicada á Santa Cruz. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 188 fog. e 903 hab. Dista 9 k. da séde do conc. e está situada na margem do rio Ave. Foi villa e do antigo julgado de Vermuim. O prior do convento de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, apresentava o vigario, que tinha 140$000 réis de congrua e o pé d'altar. Estiveram annexas a esta freg. as de S. Thiago, de Figueiredo, o de S. Martinho, dos Leitões. Teve um convento de conegos regrantes de Santo Agostinho, construido junto ao rio Ave, do qual foi fundador Arias de Brito, avô de D. Sueiro de Brito, em 1053, pondo-lhe clérigos, sendo D. Antão o seu primeiro prior. O fundador deu-lhe todas as herdades que possuia na villa de Oliveira, em Carrazêdo e em Subilhães. O mencionado D. Sueiro reedificou e ampliou a egreja e o edificio do mosteiro, augmentando-lhe as rendas, em 1200. Este convento foi unido ao de Santa Cruz, de Coimbra, em 1599, e para lá passaram todos os rendimentos; porém depois, alguns dos rendimentos e o padroado da egreja, passaram para o mosteiro de S. Vicente de Fóra, de Lisboa. A terra é fertil, e cria muito

gado. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. A pov. tambem é conhecida pelo nome de *Mosteiro d'Oliveira*, ou de *Oliveira do Mosteiro*. || Pov. e freg. do S. Paio, da prov. do Douro, conc. e com. de Amarante, distr. e bisp. do Porto; 94 fog. e 316 hab. Dista 8 k. da séde do conc. e está situada entre serras, e proximo d'uma ribeira. Foi do antigo concelho de Santa Cruz de Riba Tamega. As religiosas do convento de Sant'Anna, de Vianna do Castello, apresentavam o vigario, que tinha 60$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao districto de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 119 fog. e 366 hab. A pov. dista 6 k. da séde do concelho e está situada proximo da margem do rio Lima. A mitra e o geral do convento de Santa Cruz, de Coimbra, apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 140$000 réis de rendimento. Foi antigamente da apresentação do convento de V. N. de Muhia, com reserva do ordinario. Tevo annexas as freguezias dos Cabaços e Fôjo-Lobal, que originariamente formavam uma só parochia. E' n'esta freg. o *Paço d'Oliveira*, com capella junto. Diz-se que foi fundado pelos senhores da Torre da Camposa, do Valle, e n'elle esteve escondido D. Antonio, prior do Crato em 1580, antes de fugir para França. Os Oliveiras d'este paço eram fidalgos de muita nobreza e importancia, pois descendiam dos reis de Castella e Leão. A terra é muito fertil, e tem muito e bom vinho. N'um monte proximo ha uma lapa, ou gruta, chamada *Paços do Rei*. Dizem que este nome lhe provém, por n'ella se recolher Bermudo II, rei de Navarra, quando deu a batalha a Almançor, rei ou califa de Cordova, em 998. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mesão Frio, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 203 fog. e 728 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. permutando malas com Mesão Frio. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada a 3 k. da margem direita do rio Douro. A mitra apresentava o abbade, que tinha 600$000 réis de rendimento annual. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. || Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Argivae, conc. de Povoa do Varzim, distr. do Porto. || Santa Maria, de Arrifana, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || S. Thiago, de Capellas, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Sebastião, de Darque, conc. e distr de Vianna do Castello. || Santa Christina, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Landim, conc. de V. N. de Famalicão, distr de Braga. || S. Thiago, de Santa Lucrecia de Algeriz, conc. e distr. de Braga. || S. Julião e conc. de Mangualde, distr. do Vizeu. || S. Martinho, de Pindo, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu. || Ilha da Madeira; Bom Jesus, de Ponta Delgada, conc. de S. Vicente, distr. do Funchal. || S. Christovão, de Rio Mau, conc. de V. do Conde, distr. do Porto. || Santo Isidoro, de Romariz, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, do mesmo distr. || S. Martinho, de Soalhães, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santo Adrião, de Sul, conc. de S. Pedro do Sul, do mesmo distr. || Santa Maria, de Valle, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Paio e conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal distr. de Lisboa. || Serra do distr. de Braga; está situada a NO de Vieira, entre os rios Cávado e Ave, na direcção ENE a OSO. Tem 681 m. d'altura.

Oliveira dos Arcos *(D. Fernando Antonio d'Almeida e Silva Sanches de Baêna Jacques Farinha de Sousa e Vasconcellos, 1.º conde de).* Trinchante mór da Casa Real, alcaide-mór de Seixo Amarello, commendador de Santo André da Esgueira na ordem de S. Thiago, senhor dos morgados de Oliveira dos Arcos, Linhares, Valle de Morellos, Soccorro, de Lisboa, e outros; capitão de granadeiros do regimento de Lippe, infantaria n.º 1, etc. N. a 20 d'agosto de 1769, fal. em Abrantes a 3 de março de 1834. Era filho de D. João d'Almeida e Silva Sanches de Baêna Jacques Farinha de Vasconcellos e Sousa, e de sua mulher D. Ignez Antonia da Camara. Por carta regia de 26 de outubro de 1823 foi nomeado trinchante-mór da Casa Real. Casou em 27 de outubro de 1805 com sua prima D. Francisca de Paula de Saldanha Daun, filha dos 1.ºs condes de Rio Maior, João Vicente de Saldanha Oliveira e Sousa Juzarte Figueira e D. Maria Amalia de Carvalho Daun. Era irmã de João Carlos de Saldanha d'Oliveira Daun, depois marquez e duque de Saldanha, marechal do exercito. O conde de Oliveira dos Arcos foi mais tarde coronel do milicias, em que serviu alguns annos, e por fim o ultimo presidente do Conselho da Fazenda. Recebeu o titulo de conde, por decreto de 26 de outubro de 1829, no tempo do governo miguelista. O seu brazão d'armas era: Escudo esquartelado: no primeiro quartel as armas dos Almeidas, em campo vermelho com bordadura de ouro seis bezantes de ouro entre uma cruz doble; no segundo as armas dos Sanches, em campo de prata uma torre negra, com escada de sua côr; no terceiro as dos Baênas, escudo partido em duas palas, na primeira em campo de prata doze lisonjas vermelhas, na segunda, em campo azul, um leão de ouro rompente, orla de ouro carregada de oito arruelas de vermelho; no quarto, as dos Farinhas, em campo azul nove bezantes de prata em santor, e nos quatro angulos quatro cruzes de ouro floridas e vazias.

Oliveira de Arda. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Raiva, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. Tem caixa do correio. Está situada no degrau da serra de S. Domingos, assim chamada por lhe ficar no seu cume, a antiga capella d'esta invocação. A aldeia de Oliveira de Arda está a meia altura d'esta serra. A terra é pobre, empregando-se os homens na profissão de almocreves, ou jornaleiros, e as mulheres em apanhar carqueja que vae para o Porto, pelas Fontainhas. Esta aldeia torna-se notavel pela capella de N. S.ª das Amoras, tanto que em sitios distantes é mais conhecida a pov. pelo nome de *Senhora das Amoras*. Ao sitio onde se vê a capella, junto á aldeia a NE, chamava-se *Por-*

tella, e era um sobreiral. Conta a lenda que, pelos annos de 1450, appareceu um dos sobreiros carregado de amoras, e entre os seus ramos uma bonita imagem de Nossa Senhora, que foi achada por um lavrador da aldeia. Para não parecer estranho falar-se em amoras, devemos lembrar que os sobreiros, ou sovereiros, quando são muito velhos, não dão bolotas, mas em seu logar um fructo muito similhante ás amoras brancas, de amoreira, e de um gosto acido e pouco agradavel, pela sua aspereza. No livro da confraria existente na capella, que é do principio do seculo XVI, menciona-se o apparecimento, mas não diz o nome do lavrador. A' noticia d'este achado correram todos os habitantes da aldeia ao sitio da Portella, vêr a imagem da Virgem, indo tambem alguns padres que existiam ali. A imagem veiu para a egreja matriz, que fica uns 1:500 m. a NE, porém na manhã seguinte tornou a imagem a apparecer no referido sobreiro. Os habitantes, então, resolveram-se a cortar a arvore, para da sua madeira fazerem um altar á Senhora, na egreja, mas o homem, que deu a primeira machadada para cortar a arvore, feriu-se com o machado n'uma das pernas, ficando bem doente, o que fez acreditar que a imagem desejava conservar-se n'aquelle local. Construiram-lhe então uma ermidinha provisoria a poucos passos do sobreiro, deixando ali a imagem, emquanto durava a obra. Concluida a capella, celebraram uma pomposa festa, conduzindo a imagem da Senhora em procissão para a sua nova casa, mas na manhã seguinte tornou a imagem a apparecer no sobreiro. Os habitantes decidiram então que a pequena ermida ficasse sendo a capella-mór, e que se fizesse para o lado O o corpo da ermida pois abrangia o sobreiro, que ficou collocado no sitio de um dos altares lateraes, e foi serrado para servir de peanha á imagem, a que deram o nome de N. S.ª das Amoras, em memoria das que tinha o sobreiro, e fôram tantos os milagres que desde logo lhe attribuiram, que os romeiros principiaram a concorrer á nova capella, não só das proximidades, como de algumas leguas de distancia. A imagem é de pedra de Ançã, tendo apenas 0,ᵐ41 de alto, sendo muito bonita e de boa esculptura. A capella denota mais antiguidade que a que lhe dá a tradição. Tem sido varias vezes concertada, e fizeram-lhe uma pequena torre de sinos, não se lhe alterando, comtudo, a sua primitiva architectura. O adro foi cercado d'um muro de 1 m. d'altura, para nivelamento do terreno. Teve alfaias riquissimas, principalmente uns paramentos da India, que de Gôa lhe mandou um navegante, natural d'esta aldeia, em cumprimento d'um voto que fizera, por se livrar da morte n'um naufragio nos mares do Oriente.

Oliveira de Azemeis. Villa da prov. do Douro, séde de conc. e de com., distr. de Aveiro, bisp. e Relação do Porto. Tem uma só freg., cujo orago é S. Miguel. A villa está situada na chapada d'uma serra, na margem direita do rio Sul, affluente da ria de Aveiro. A mitra e a abbadessa do convento de S. Bento da Ave Maria, do Porto, apresentavam alternativamente o reitor, que tinha 200$000 réis de congrua e o pé d'altar. E' tradição que o nome lhe provém do seguinte, segundo Pinho Leal, no *Portugal antigo e moderno*, vol. VI, pag. 265: «Havia em tempos antigos por estes sitios, apenas uma taberna solitaria. Os *donatos* dos mosteiros (aos quaes se dava tambem o nome de *azemeis)* quando andavam ao peditorio, costumavam descauçar debaixo d'uma *oliveira*, que estava em frente da taberna, e que, por isso se veiu a denominar *Oliveira dos azemeis*. Na minha opinião, continúa Pinho Leal, isto não passa d'uma d'aquellas etymologias inventadas por quem não quer estudar a nossa antiga lingua portugueza. Entendo que o nome d'esta villa provém do arabe *algemé*, que significa arraial, ajuntamento, congregação, etc., palavra ainda usada no seculo XVI *(Mandou, Nuno Fernandes, a Lopo Barriga, que fosse ao azemel de Abida, onde os capitães dos Cabildas e Aduares, tinham as suas tendas*, etc. Damião de Goes, *Chronica d'el rei D. Manuel*, parte 3.ª, cap. 32. pag. 327*)*. Oliveira de Azemeis foi abbadia até 1520, sendo n'este anno reduzida a reitoria e commenda de Christo, por uma bulla do papa Leão X. Os habitantes da villa já em 1703 solicitavam de el-rei D. Pedro II o foral, que não conseguiram, por causa da opposição da villa da Feira, a cuja jurisdicção pertencia. Não teve nunca foral proprio, e regia-se pelo da Feira. D. João VI, sendo ainda principe regente, é que elevou a pov. á categoria de villa e de cabeça de conc., no anno de 1800. Em 15 de maio de 1779 fez D. Maria I mercê da commenda de S. Miguel, de Oliveira de Azemeis, a José Seabra da Silva, dizendo a carta regia: «Tendo em consideração ao bom serviço que José Seabra me fez, nos muitos logares de letras que exercitou, e, ultimamente, no emprego de secretario de Estado, adjunto ao marquez de Pombal, e por outros motivos, dignos da minha real attenção, etc.» A egreja matriz eleva-se quasi ao centro da villa, no sitio mais elevado, que tem o nome *Padrão*. Data a egreja de 1719, anno em que por estar em muito mau estado a antiga, se começou a construir a nova, que existe ainda, terminando as obras em 1726. A fachada do edificio é de architectura pouco notavel, sem caracter algum de grandeza e elegancia. Sobre a porta ha uma esculptura regular, representando S. Miguel em acção de cravar com a lança o demonio que se vê prostrado e calcado aos seus pés. A fachada é ladeada por duas torres, tendo sinos só uma d'ellas. A egreja é de regular grandeza; tem uma só nave, sendo alumiada por 18 janellas. A capella-mór tem a sua tribuna de talha dourada, vendo-se aos lados varias imagens. No corpo da egreja ha alguns altares lateraes. O templo é cercado por um adro espaçoso, e pela parte posterior, a pequena distancia, vê-se o cemiterio, de construcção moderna, muito regular e arborisado. Foi feito em 1863 á custa das obras publicas e do povo. Da rua sobe-se para o adro por uma escadaria de tres patins, na qual se lê uma inscripção, d'onde consta ter sido ali mandada collocar pelo bacharel Pedro Soares dos Reis em 1702. No anno de 1864 procedeu se a grandes reparos tanto na egreja como na casa da residencia parochial, por serem muito precisos, sendo as obras feitas por ordem do governo, a instancias do par do reino José da Costa Sousa Pinto Basto, natural d'esta villa. A egreja teve um legado de 400$000 réis, deixado em testamento por Antonio Ferreira da Silva Junior, fallecido na Bahia a 22 de novembro de 1875, e que tambem era filho de Oliveira de Azemeis. No

mesmo testamento deixou os legados de 100$000 réis aos pobres da freguezia e 500$000 réis á Misericordia do Porto, A casa da camara é um edificio majestoso. Começou a construir-se em dezembro de 1844 no logar onde havia um predio pertencente ao monteiro-mór Manuel Antonio Mendes, que a camara municipal de Oliveira de Azemeis comprou. As obras suspenderam-se em 1846 por causa dos acontecimentos politicos que então se deram, e só depois é que proseguiram em arrematação, ficando concluidas em janeiro de 1850, mez em que a camara e a administração começaram a funccionar, indo em janeiro de 1851 juntar-se-lhe no mesmo edificio o tribunal rei D. Pedro V, entre um cortinado de seda carmezim encimado por uma sanefa dourada. A' direita sobre um supedaneo, está collocada a cadeira do ministerio publico e a bancada das advogados; á esquerda a cadeira do contador do juizo e a bancada dos jurados. Este recinto é separado do resto da sala por uma balaustrada. Na sala das sessões eleva-se no fundo um estrado onde estão as cadeiras, ricamente estofadas, da vereação, e separadas do recinto do publico por uma balaustrada. Em fevereiro de 1864 mandou a camara plantar no largo em frente do edificio australias, que constituem um bonito arvoredo. O theatro d'esta villa é de modesta apparencia.

Oliveira de Azemeis—Camara Municipal

de justiça. O edificio tem quatro faces, mas a desegualdade da area em que está situado, faz com que em duas faces tenha tres andares e nas outras duas só dois, o que, comtudo, lhe não tira o aspecto majestoso. No cimo do edificio vêem-se as armas do reino, olhando para o sul da villa. A casa é ampla; além de conter em separado os tribunaes judiciaes e administrativo, a sala das sessões camararias e repartição de fazenda, tem varios compartimentos para residencia dos empregados subalternos. Nos aposentos inferiores do edificio ficam as prisões, em boas condições hygienicas, a casa do carcereiro e a sala livre. No tribunal de justiça está ao fundo a tribuna do juiz sobre um estrado de tres degraus, e tendo por cima, na parede, o retrato a oleo d'el- Em 1851 um grupo de amadores dramaticos resolveu levar a effeito a construcção d'um theatro, abrindo uma subscripção que chegou a oitocentos e tantos mil réis. Com este recurso e os mais que fôram obtendo, conseguiram os amadores levantar as paredes, telhado e caixa, tendo de parar com as obras por falta de recursos. Entretanto, mesmo assim por concluir, deu-se ali uma recita de amadores em 7 de junho de 1855, seguindo se depois outras, com o producto das quaes se fizeram mais algumas obras no theatro. Em 1861 a camara municipal tomou 20 acções na importancia de cento e tantos mil réis, com o que se continuaram as obras. O theatro tem platéa, galeria, e duas ordens de camarotes. O padrão, ou cruz processional da Misericordia de

Oliveira de Azemeis, é obra do illustre esculptor Teixeira Lopes, que o modelou, feito sobre um esboço de seu irmão, o architecto José Teixeira Lopes. O padrão foi fundido nas officinas de sr. Adelino de Sá Lemos, cunhado do esculptor. O provedor da Misericordia, Caetano da Costa Seabra, foi quem mandou fazer este padrão em 1904, que ficará consagrado como uma obra d'arte. No dia 1 de dezembro de 1907 realisou-se em Oliveira de Azemeis a inauguração do abastecimento de agua potavel, melhoramento devido aos considerados capitalistas, residentes no Porto, os srs. conde de S. Thiago de Lobão e conselheiro Boaventura Rodrigues de Sousa. A agua de tres fontes publicas, existentes na villa, fôra considerada, segundo a analyse chimica feita pelo conselheiro Ferreira da Silva, suspeita, e a de duas outras impropria para consumo. Por iniciativa dos srs. conde de S. Thiago de Lobão e conselheiro Rodrigues de Sousa resolveu-se então aproveitar a agua do manancial de Nasce Agua, que abastecia uma fonte publica em Lações de Cima, d'onde escoava para um lavadouro publico. Préviamente analysada chimicamente por Ferreira da Silva e bacteriologicamente pelo dr. Alberto de Aguiar, lente da Escola Medica do Porto, foi aquella agua reconhecida como muito pura. O projecto do abastecimento de Oliveira de Azemeis deve-se ao distincto technico sr. Manuel Botelho Pimentel Sarmento, e do encanamento encarregou-se a C.ª Alliança na Fundição de Massarellos. O reservatorio fica no largo de Lações de Cima, nas faldas do outeiro de La Salette. E' construido de alvenaria assente em argamassa

Oliveira de Azemeis—Egreja matriz

hydraulica, revestido interiormente de cimento e coberto de abobadilha de *beton*, supportada por columnas de ferro, sobre a qual ha uma camada de terra vegetal com meio metro de espessura. O reservatorio tem a capacidade de 120 metros cubicos, e comprehende dois depositos de 60 me-

Frente do Padrão da Misericordia

tros cada um Para exgottar as aguas em excesso, possue cada deposito um *trop-plein* com saida para a villa e uma valvula de exgottamento no fundo, para limpeza. Junto ao reservatorio fica o primeiro marco fontenario. A canalisação, que é toda de ferro, com a extensão total de 1:?0 metros, fórma, á saida do reservatorio, um syphão de 400 metros de comprimento. Para o abastecimento da villa são destinados seis marcos fontenarios. Cada um d'aquelles marcos é fechado automaticamente por meio de *piston* e n'elles existe um bebedouro para animaes e uma bocca para serviço de incendios. No ponto da villa onde se acham edificados os predios mais importantes foi collocada uma bocca de incendio especial. Suspensos nos marcos ficam uma caneca de cobre estanhado e um balde de folha de ferro zincado. O hospital da Misericordia, por generosa concessão de dois benemeritos de Oliveira de Azemeis, é dotado com 2 metros cubicos d'agua por dia. A villa pertence á 5.ª div. mil., 9.ª brigada, grande circumscripção mil. C. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. Tem escolas para ambos os sexos, asylo de infancia desvalida, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N.; advogados, agencias dos bancos de *Portugal*, do *Minho*, *Economia portugueza*, *Lisboa & Açôres*, *Crédit-Franco-Portugais*, *Nacional Ultramarino*, *Commercial de Lisboa*, *Commercial do Porto*, *Aliança;* agencias das companhias de seguros *Confiança*, *Bonança*, *Douro*, *Garantia*, *Indemnisadora*, *Mercurio*, *Mutual Reserve Life*, *Internacional*, *Probidade*, *Previdencia*, *Portugal*, *Portuense* e *Tagus;* hoteis, medicos, pharmacias, notarios, sociedades de recreio: *Associação recreativa Oliveirense* e *Club recreativo;* feira aos domingos e no dia 11 de cada mez, fabricas de chapéos, de cortumes, de lanificios, de moagens de vidros, tecidos de linho, de papel, etc. Teem-se publicado aqui os seguintes jornaes: *Alfinete (O)*, 27 de janeiro de 1889; *Alvorada (A)*, 15 de outubro

Face posterior do Padrão da Misericordia

de 1893; *Carissimo (O)*, 7 de setembro a 15 de outubro de 1892; *Correio (O)*, 1891; *Correio d'Oliveira*, 12 de maio de 1887; *Farpas (As)*, 7 de julho de 1889; *Jornal do Povo (O)*, 12 de novembro de 1880, em publicação, janeiro de 1908; *Oliveirense (O)*, 7 de setembro de 1881; em 1889

ainda se publicava, vindo da *Verdade; Opinião (A)*, 7 de janeiro de 1892; em publicação, janeiro de 1908; *Pingalim (O)*, 17 a 24 de julho de 1887; *Rabecão (O)*, 2 de junho de 1889; *Sentinella (A)*, 4 de agosto de 1904; *Verdade (A)*, 8 de 1879 a 21 de abril de 1880; foi continuado pelo *Oliveirense*. Além d'estes jornaes publicou-se tambem o numero unico seguinte: *Philantropia*, março de 1885. O conc. comprehende 20 freguezias, com 6:165 fog. e 29:242 hab., sendo, 13:324 do sexo masc. e 15:918 do fem., n'uma superficie de 19:444 hect. As freguezias são as seguintes: S. Salvador, de Carregosa, 1:560 hab.: 712 do sexo masc. e 848 do fem; S. Pedro, de Cesar, 807 hab.: 341 do sexo masc. e 466 do fem.; S. Martinho, de Cucujães, 3:837 hab.: 1:760 do sexo masculino e 2:077 do fem.; S. Martinho de Fajões, 1:062 hab.: 496 do sexo masc. e 566 do fem.; S. João, de Loureiro, 2:689 hab.: 1:228 do sexo masc. e 1:461 do fem.; Santa Eulalia, de Macieira de Sarnes, 417 hab.: 189 do sexo masc. e 228 do fem.; Santo André, de Macinhata de Seixa, 567 hab.: 237 do sexo masc. e 330 do fem.; S. Mamede, de Madail, 415 hab.: 188 do sexo masc. e 277 do fem.; S. Christovão, de Nogueira do Cravo, 711 hab.: 349 do sexo masc. e 362 do fem.: S. Miguel, de Oliveira de Azemeis, 2:806 hab.: 1:240 do sexo masc. e 1:566 do fem.; S. Pedro, de Ossella, 1:465 hab.: 686 do sexo masc. e 779 do fem.; Santa Marinha, de Palmaz, 1:106 hab.: 496 do sexo masc. e 610 do fem.; Santa Maria, de Pindello, 827 hab.: 372 do sexo masc. e 455 do fem.; S. Paio, de Pinheiro da Bemposta, 1:700 hab.: 767 do sexo masc e 933 do fem.; S. João, de S. João da Madeira, 3:110 hab.: 1:447 do sexo masc. e 1:663 do fem.; S. Martinho, de S. Martinho de Gandra, 1:383 habit.: 656 do sexo masc. e 727 do fem.; S. Thiago, de S. Thiago de Riba Ul, 1:171 hab.: 505 do sexo masc. e 666 do fem.; S. Martinho, de Travanca, 732 hab: 337 do sexo masc. e 395 do fem.; Santa Maria, de Ul, 1:801 hab.: 816 do sexo masc. e 985 do fem; S. Pedro, de Villa Chã, 1:076 hab.: 502 do sexo masc. e 574 do fem. O principal commercio do conc. é chapéos de feltro, papel, vidro, tecidos de linho, lanificios e manteiga.

Oliveira do Bairro. Villa da prov. do Douro, séde de conc., com. d'Anadia, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra, Relação do Porto. Tem uma só freg., S. Miguel. Está situada na estrada, que vae de Aveiro entroncar-se com a do Porto para Coimbra, na margem esquerda do rio Sertoma, affluente do Agueda, 19 k. da capital do distr. A Casa de Bragança apresentava o prior, que tinha 500$000 réis de rendimento annual. Esta villa foi dos marquezes d'Arronches, condes de Miranda, senhores e depois duques de Lafões, que eram tambem donatarios das villas de Miranda do Côrvo, Jarmello, Folgosinho, Sôsa, Podentes e Vouga. Tinha foral, dado por el rei D. Manuel, em Lisboa, a 6 d'abril de 1514. Em 1874 concluiram-se as obras do edificio da camara municipal, onde estão estabelecidas todas as repartições publicas do conc. O edificio é vasto e elegante. A terra é muito fertil, sendo muito apreciado o seu vinho, que é denominado *da Bairrada*. Pertence á 5.ª div. mil., 9.ª brigada, grande circumscripção mil. C e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. Tem est. do Caminho de Ferro, na linha do Norte, entre as de Mogofores e de Quintans; escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N.; agencias bancarias e de vapores; fabrica de ceramica, medicos, notario, pharmacia, *Sociedade Philarmonica União*; feira no segundo domingo de cada mez, e mercado todos os domingos. O conc. comprehende 5 freguezias, com 2:306 fog. e 9:467 hab., sendo 4:103 do sexo masculino e 5:361 do feminino, n'uma superficie de 11:370 hect. As freguezias são. S. Simão, de Mamarrosa, 2:087 hab.: 882 do sexo masc. e 1:205 do fem; S. Miguel, de Oliveira do Bairro, 2:022 hab.: 896 do sexo masc. e 1:126 do fem.; S. Simão, de Oyan, 2:944 hab.: 1:265 do sexo masc. e 1:679 do fem.; S. Pedro, de Palhaça, 1:152 hab.: 501 do sexo masc. e 651 do fem; S. Bartholomeu, de Troviscal, 1:259 hab.: 559 do sexo masc. e 700 do fem. O principal commercio do concelho é cal, cereaes, ovos, arroz, vinho e madeiras. Este conc. foi supprimido pelo decreto de 21 de novembro de 1895, sendo as suas freguezias annexadas aos de Anadia, Agueda e Aveiro; mas foi restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898, recebendo em troca da freguezia de Fermentellos, que então lhe pertencia, e que permaneceu no conc. de Agueda, a de Palhaça, que era do de Aveiro. Esta freg. já em tempo havia pertencido ao conc. de Oliveira do Bairro, assim como a de Nariz, que pertence actualmente ao de Aveiro; então tinha o conc. 7 freguezias.

Oliveira de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Miguel, de Bodiosa, conc. e distr. de Vizeu.

Oliveira de Barreiros. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João de Lourosa, concelho e distr. de Vizeu. Tem correio com serviço de posta rural.

Oliveira Bernardes *(Ignacio de)*. Pintor e architecto. N. em Lisboa a 1 de fevereiro de 1695, fal. a 18 de janeiro de 1781. Era filho de Antonio de Oliveira Bernardes, pintor de azulejos, em Evora, onde deixou muitos trabalhos no convento dos loios, e de Francisca Xavier; era neto de Manuel Rodrigues, tambem pintor de merecimento. Ignacio de Oliveira Bernardes foi um dos estudantes que D. João V mandou estudar a Roma, quando pensou em fundar n'aquella cidade uma academia portugueza de pintura. Em 1775 ainda se viam em Roma os vestigios do edificio que o monarcha havia comprado, tendo sobre a entrada as armas portuguezas. Os italianos chamavam-lhe a *Academia de Portugal*. Ignacio d'Oliveira foi discipulo em Roma de Benedetto Lutti, e por morte d'este professor, succedida em 1724, passou para a escola de Paulo Mathei, director do referido collegio ou academia. Fez grandes progressos em pintura e architectura; tinha um colorido extremamente vago e agradavel, ainda que um pouco fraco, e um desenho elegante. Era forte em architectura, anatomia, symetria, e nas outras partes fundamentaes da arte. Regressando a Lisboa, trabalhou como architecto, decorador e pintor. Como architecto fez em parte as plantas do palacio real de Queluz, o de Gerardo Devisme em Bemfica, e da egreja de S. Francisco de Paula. Como decorador dirigiu interinamente a decoração do te-

cto de Queluz e dos outros paços reaes, durante a ausencia de Bibiena, e antes d'este logar ter sido confiado a Jacques Azzoliui. Como pintor, fez para os oratorios de Mafra dois quadros representando *S. José* e *Nossa Senhora do Livramento;* para as escolas um *Santo Antonio*; na sacristia um *S. Francisco recebendo as chagas;* e para a entrada principal um *Santo Antonio deante de Nossa Senhora*, quadro de grandes dimensões. A egreja de S. Francisco de Paula encerra nas suas capellas os quadros da *Trindade* e de *S. José*, e no tecto um *S. Miguel*, que passa por ser um dos seus melhores trabalhos. Na egreja de Santa Izabel vê-se d'este pintor um quadro de *Nossa Senhora d'Arrabida*; no refeitorio do mosteiro de S. Bento existia o *Castello d'Emauz*; no das Necessidades *o Calvario* e a *Trindade*. Foi tambem o autor dos quadros do altar-mór do convento de Carnide, o de *S. Francisco recebendo as chagas*, e o *Menino Jesus*. Pintou para a egreja de S. Vicente o quadro da *Piedade*, outro quadro para o convento do Rato, e para um dos tectos da residencia do provedor dos Armazens um *Neptuno*, dois quadros para o convento da Cartuxa, etc. Ignacio d'Oliveira Bernardes entrou na confraria de Saint-Luc, em 16 de janeiro de 1718, e em 1780 foi nomeado director da classe de modelo vivo na academia estabelecida de novo no convento de S. Francisco. Ignacio de Oliveira Bernardes teve por irmãos, José d'Oliveira Bernardes, que se dedicou ao claustro, tomando o nome de Fr. José de Santa Maria, e Polycarpo d'Oliveira Bernardes, tambem pintores e discipulos de seu pae, entrando ambos na confraria de Saint-Luc, o primeiro em 21 d'outubro de 1731, sendo ainda secular, e o segundo a 19 de outubro de 1728. Polycarpo fez o quadro de *Santo Antonio* da egreja da Lapa; morreu em 1778, e Fr. José fez quadros de devoção, e fal. em 1781. Seu pae, Antonio d'Oliveira, entrou na referida confraria a 7 d'outubro de 1728. Ignacio d'Oliveira Bernardes teve um filho, João Pedro d'Oliveira Bernardes, que nasceu em Lisboa em 1752, tambem pintor, e que fez os seguintes quadros: *A Paixão*, no convento dos Cardaes, e *A Coroação da Virgem*, para uma capella do convento do Sacramento.

Oliveira Bernardes (*P. Valerio de*). Presbytero secular, natural de Lisboa. Viveu na primeira parte do seculo XVIII. Desconhecem-se as datas do seu nascimento e fallecimento. Escreveu: *Dissertação sacro-historico-apologetica sobre a vida e prodigiosa conversão de Santa Maria Magdalena*, Lisboa, 1745.

Oliveira de Cá. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sardoura, conc. de Paiva, distr. de Aveiro.

Oliveira Cabral (*Bernardo José de*). Bacharel formado n'uma das antigas faculdades de Direito pela Universidade de Coimbra. Foi revisor da Imprensa Nacional durante algum tempo, e depois director d'um collegio de educação denominado de *S. Gregorio*, por elle estabelecido á Boa Morte. Escreveu: *Descripção da celebre illuminação feita no largo do Poço Novo, por uma Sociedade de patriotas, a que se ajunta um preludio sobre as circumstancias que lhe deram motivo*, Lisboa, 1808. Esta sociedade de patriotas constituia a officina ou loja maçonica *Restauração*, de que era veneravel o pharmaceutico Caetano José de Carvalho, estabelecido no largo do Poço Novo. Escreveu mais; *Pharmacopéa das pharmacias nacionaes e estrangeiras, excepto a geral d'estes reinos*, Lisboa, 1833-1834, 2 tomos.

Oliveira Cardoso (*Antonio Joaquim de*). Cavalleiro da ordem de S. Thiago da Espada; bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, conego da collegiada de Guimarães, etc. N. n'esta cidade a 12 de janeiro de 1809; ignora-se a data do fallecimento. Escreveu muitas poesias, sendo algumas publicadas anonymas. Sabemos das seguintes: *Ode á sepultura de sua mãe*, saiu em folhetim no *Periodico dos Pobres do Porto* de 13 de maio de 1851, tendo por assignatura ***; *Ode á memoria de seu mestre o em.^mo^ cardeal arcebispo primaz D. Pedro Paulo de Figueiredo da Cunha e Mello;* saiu primeiro no *Moderado* de Braga, sendo d'ali transcripto em outras folhas, saindo tambem no *Periodico dos pobres do Porto*, de 11 de fevereiro de 1856; *Tentativa de suicidio*, Guimarães, sem designação de anno; é um monologo que foi recitado no theatro de D. Affonso Henriques, em Guimarães, por occasião de tambem se representar ali o drama do mesmo autor, *A virgem do Campo*. Compoz os seguintes dramas, que se representaram, mas não se imprimiram: *Maria Paes*, *A pena de morte* e *Egas Moniz*.

Oliveira Cardoso (*Bento Antonio de*). Cavalleiro da ordem de S. Thiago da Espada; bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, advogado em Guimarães, socio correspondente da Associação dos advogados, de Lisboa, etc. N. em Guimarães a 25 de janeiro de 1806; irmão mais velho do antecedente; não se conhece a data do fallecimento. Escreveu: *Varias allegações juridicas em causas importantes*, que se publicaram na *Gazeta dos tribunaes*, n.ºs 1674, 1675, 1686, 1791, 1802, 1807, 1833, 1981, 1982, etc. Das muitas outras, que não fôram impressas, mencionaremos as seguintes: *Reflexões juridicas sobre uma questão de filiação paterna;* na *Gazeta dos tribunaes*, n.ºs 2571, 2572 e 2573, de 17, 19 e 22 de janeiro de 1859, onde veem precedidas d'uma advertencia preliminar do redactor da mesma *Gazeta*, o dr. Antonio Gil; *Allegação juridica*; *questão de aguas subterraneas, ou embargo de nova obra de mina, com os fundamentos de ir cortar as veias de outra mina mais antiga, e sobre os vedores d'água, ou a arte e sciencia da vedoria; e se póde assim denominar-se, e da sua antiguidade no mundo, e escriptores antigos e modernos, estrangeiros e reinicolas que da materia trataram, e lhe deram os preceitos tirados da experiencia, ou bebidos na tradição;* na *Gazeta dos tribunaes*, n.ºs 2924, 2925, 2926 e 2927, de 20, 24 e 27 de abril de 1861; *Reflexões juridicas; doação inter vivos com encargos e superveniencia de filhos, e sobre o methodo relativo ou vantagens da prova visual, que se faz por expertos, e da testemunhal*; na mesma *Gazeta*, n°s 2929, 2930 e 2931, de 1, 4 e 6 de maio de 1861. Escreveu alguns artigos sobre *Medicina legal*, que se publicaram no *Portugal*, do Porto, e transcriptos na *Gazeta dos tribunaes*, n.ºs 2:170, 2174, 2175, 2218 e 2219.

Oliveira Chamiço (*Francisco de*). Capitalista, proprietario, director de diversos bancos e companhias, etc.. N. no Porto entre os annos de 1820 e 1824; fal. em Lisboa a 20 de março de

1888. Era filho de Fortunato d'Oliveira Chamiço, abastado negociante da praça do Porto, e de D. Candida Martins Pacheco; neto de Braz de Oliveira Chamiço, capitão de mar e guerra, de origem allemã. Aos 9 annos de edade foi para Inglaterra e ali recebeu a educação, destinando-se desde logo á carreira commercial. Regressou ao Porto, tendo 17 annos de edade, e associou-se com seu pae, tanto no Porto como em Londres, onde a firma Chamiço & Companhia era altamente respeitada. Dotado d'uma intelligencia clara e d'uma grande actividade, ainda não contava 20 annos quando assumiu a gerencia da casa. Foi secretario da Associação Commercial Portuense, a cuja direcção esteve ligado por espaço de 23 annos, durante os quaes foi encarregado pela mesma Associação e pelo Estado de numerosas commissões em proveito do serviço publico. Oliveira Chamiço concorreu com todas as suas fôrças para muitos dos melhoramentos do paiz. Foi um dos fundadores da Companhia Utilidade Publica, e um dos que mais se empenharam pela viação moderna de Portugal, conseguindo dotar as provincias do Minho e Douro com as primeiras estradas. Em 1854 foi pela primeira vez deputado, eleito pela cidade do Porto, occupando successivamente a camara electiva até 1864, epoca em que renunciou á candidatura, por divergencias com o ministerio, de que era presidente o duque de Loulé. Fôram immensos e importantissimos os serviços que prestou ás provincias do norte durante o tempo em que foi deputado. Foi elle quem propoz e fez votar a estrada marginal do Douro, a continuação das estradas ao norte do mesmo rio, as de Caminha, de Vianna do Castello, e ramal de Coura. Oliveira Chamiço fundou o Palacio de Crystal do Porto, juntamente com o visconde de Villar Allen; fundou o Banco Nacional Ultramarino, que muito bons serviços prestou ás nossas colonias. Pelos seus importantes trabalhos, pela sua actividade em questões administrativas, chegou a ser indigitado pela opinião publica para ministro da Fazeuda, e se não occupou esse logar, foi, por assim dizer, por não lh'o consentir a sua modestia. Recusou o titulo de visconde que lhe foi offerecido por el-rei D. Pedro V, e ainda outras honrarias com que pretendiam distinguil-o. Francisco d'Oliveira Chamiço era membro da Sociedade de Geographia, apparecendo sempre o seu nome em todas as iniciativas que partiam d'essa sociedade, e um dos administradores da Companhia Real dos Caminhos de Ferro. Foi quem mais concorreu para auxiliar o governo a fazer a Exposição de Antuerpia, e dão-lhe ainda maior gloria a dedicação com que poz á disposição do governo todos os recursos do Banco, e o modo como contribuiu para que tudo caminhasse da melhor fórma possivel. Foi Oliveira Chamiço quem, auxiliado por Antonio de Castilho, redigiu o Catalogo da Exposição, e quem representou com despeza e sacrificio o paiz em Antuerpia, sendo elle tambem quem elaborou o relatorio apresentado á Sociedade de Geographia, e que é um documento de muito valor para a historia d'essa exposição. Por esses serviços recebeu Francisco Chamiço a gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição. A sua morte foi muito sentida, porque na realidade era um homem prestantissimo, e dos que melhor comprehenderam a importancia da idéa colonial e que mais completamente se lhe dedicaram.

Oliveira do Conde. Villa e freg. de S. Pedro Apostolo, da prov. da Beira Alta, conc. de Carregal do Sal, com. de Santa Comba Dão, distr. e bisp. de Vizeu; 1:065 fog. e 3:735 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., medico, pharmacia, etc. A pov. dista 3 k. da séde do concelho e está situada a 1:500 m. da margem direita do rio Mondego. O conde de V. N. de Portimão apresentava o vigario, que tinha 200$000 réis de rendimento. A pov. é muito antiga; el-rei D. Diniz deu-lhe foral em 1286, e D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 10 de dezembro de 1516. Foi por decreto de 21 de novembro de 1865 agraciado com o titulo de barão de Oliveira do Conde, Miguel Borges de Castro Tavares de Azevedo; sendo depois elevado a visconde, por decreto de 29 de maio de 1878. A villa d'Oliveira do Conde pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Oliveira de Cunhedo. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Douro, conc. e com. de Penacova, distr. e bisp. de Coimbra; 273 fog. e 1:008 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Mondego. O prior de Penacova apresentava annualmente o cura, que tinha 20$000 réis de congrua e o pé d'altar. E' terra fertil, e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23 com a séde em Coimbra.

Oliveira do Douro. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Douro, conc. de V. N. de Gaia, com., distr., bisp. e Relação do Porto; 973 fog. e 5:167 hab. Tem caixa post., escolas d'ambos os sexos, medico, pharmacia, Associação de soccorros mutuos, fabricas de alcatrão, de moagens, e destillação de aguardente. O arcediago de Oliveira, da sé do Porto, apresentava o vigario, que tinha 100$000 réis de congrua e o pé d'altar. O nome mais antigo que se conhece a esta freg. é *Ulveira*, e é assim que vem designada no foral que el-rei D. Manuel deu a V. N. de Gaia, em 20 de janeiro de 1518. De *Ulveira* se degenerou em Oliveira A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Douro, em logar muito pittoresco e aprazivel, na vertente septentrional d'uma cordilheira que corre parallela com o rio, desde que elle entra em Portugal, e vae terminar em S. Paio, junto á foz do Douro. E' n'esta freguezia o celebrado *Areinho*, planicie cultivada, junto á margem do rio. Houve aqui um convento de conegos regrantes de Santo Eloy, loios, fundado em 1679, o que deu logar a que á pov. se chamasse tambem *Oliveira dos Conegos*. A egreja era vasta e sumptuosa, e o edificio do mosteiro amplo e muito bem situado. A cêrca, d'uma grande extensão, chegando pelo N ao Douro, pelo NE e E ao Esteiro de Avintes, e pelo SO até junto da egreja matriz da freg., era uma das mais formosas, ricas e pittorescas do paiz. Com a extincção das ordens religiosas em 1834, o convento entrou na lista dos bens nacionaes, e ficou pertencendo ao visconde d'Oliveira, Marcellino Maximo de Azevedo e Mello. A egreja matriz é um templo vasto, de formosa architectura, e luxuosamente decorado no interior. Está

edificada n'um alto, d'onde se desfructam bonitos pontos de vista em todas as direcções, vendo-se tambem a ONO parte da cidade do Porto. Em frente, e ao N da freg., na margem opposta do Douro, fica a importante quinta do Freixo. N'esta freg. ha tambem as duas quintas da *Pedra Salgada* e da *Lavandaria* fica perto da antiga cêrca do mosteiro; é notavel pela sua belleza e pelas suas plantas exoticas, sobretudo arvores e arbustos, e por um grande lago. Pertenceu a Joaquim da Cunha Lima Oliveira Leal, quo n'ella estabeleceu uma granja-modelo, com subsidio do governo, onde se ensaiavam e ensinavam os nossos systemas d'agricultura. Foi depois de Joaquim Correia Moreira, e em 1888 era proprietade do conde da Silva Monteiro. N'esta quinta existe uma estufa, que é um modelo no genero. E' trabalho da fabrica de Fundição do Ouro, na cidade do Porto, a qual foi começada em 1878 e sendo concluida em 1881. A organisação dos moldes em madeira, chumbo e zinco levou 883 dias a um entalhador e a fabricação das suas differentes peças de ferro batido e fundido gastou 2:372 dias a um serralheiro. O peso total do ferro empregado na sua construcção é de 38:285 k. E' construida no estylo gothico-ogival e tem de frente 24 m. por 12 de fundo, e ua sua maior altura 12 m. O territorio d'Oliveira do Douro é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz, e abundante de bom peixe do rio Douro e do mar. Cria muito gado bovino para exportação e sustenta grande commercio com o Porto, por terra e pelo rio. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto. Em Oliveira do Douro teem-se publicado os seguintes jornaes: *Athleta (O)*, 21 de agosto de 1897 a 23 de julho de 1899, em continuação da *Voz dos Brancos*, com o n.º 21; *Voz dos Brancos*, 14 de novembro de 1898, sendo continuado pelo *Athleta*, que lhe seguiu a numeração. || Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Siufães, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 717 fog. e 2:763 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. permutando malas com Sinfães. A mitra apresentava o abbade, que tinha 50$000 rs. de congrua e o pé d'altar. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada em terreno bastante accidentado, a 1 k da margem esquerda do rio Douro. E' uma das maiores freguezias ruraes do bispado de Lamego. Em Oliveira do Douro está o grande logar de *Boáças*, que foi villa e cabeça de couto, ao qual D. Affonso III deu foral, em Santarem, a 15 de março de 1253. Esta freg. é muito mais antiga que a monarchia, e já existia em 922, no reinado de D. Ordonho II, primeiro rei de Leão, sendo então senhor d'esta freg. o conde Rodrigo Lucidio, que a doou, com outras propriedades e rendas, ao mosteiro de Castromire. Proximo ao logar de Boáças, na estrada que vae para Oliveira, está uma anta celtica, a que chamam *Pedra que bóle* (penedo oscillante). Proximo d'esta anta ha tambem uma gruta ou caverna, chamada *Lapa da Chan*, que póde abrigar duas pessoas. Oliveira do Douro pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Oliveira Duarte *(Duarte Sergio de)*. Vice-governador do Banco de Portugal, proprietario, capitalista, etc. N. em Lisboa a 28 de abril de 1817, onde tambem fal. em maio de 1899, victima d'um desastre que se deu na estação do caminho de ferro, em Algés. Era filho de Antonio Francisco d'Oliveira Duarte, um dos fundadores do Banco de Portugal, o de sua mulher, D. Marianna Izabel Pinto. Oliveira Duarte foi por muitos annos director do Banco de Portugal, onde, em epocas de grandes crises financeiras, prestou valiosos serviços ao Estado. Casou com D. Maria Felicianna Fernandes Duarte, filha de Ignacio José Fernandes, opulento negociante, e de sua mulher, D. Maria Ignacia Fernandes. D'este matrimonio houve um unico filho, Ricardo Fernandes d'Oliveira Duarte, que foi o visconde d'Oliveira Duarte. V. o *artigo seguinte*.

Oliveira Duarte *(Ricardo Fernandes de Oliveira Duarte, visconde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, cavalleiro da de S. Thiago, socio de varias academias de musica estrangeiras; membro das sociedades italianas de Philantropia e de Instrucção Publica de Napoles, abastado proprietario e capitalista, etc. N. em Lisboa a 22 de novembro de 1843, onde tambem fal. em 19 de setembro de 1899. Era filho de Duarte Sergio d'Oliveira Duarte. (V. o *artigo antecedente*). Dedicado por irresistivel vocação para a musica, tornou-se notavel pianista, merecendo, não só entre os cultores da arte musical no paiz, como no estrangeiro, o maiores louvores e applausos. Foi discipulo d'um dos nossos melhores pianistas e compositores, João Guilherme Daddi, e aos 14 annos era applaudido nas frequentes reuniões e concertos de academias que existiam n'aquella epoca. Recebeu tambem lições do afamado pianista e compositor allemão Ernesto Neumann, que se estabeleceu em Lisboa. Uma das suas memoraveis estreias foi no trio em dó menor, de Beethowen, que executou na *Assembléa Portugueza*, aos 16 annos de edade, com Eugenio Sauvinet e Angelo Carrero, na presença d'um auditorio dos mais escolhidos, tendo á frente o conde do Farrobo. Foi uma ovação enthusiastica, que assumiu as proporções d'um triumpho a uma celebridade. Para se instruir viajou pelo estrangeiro, e residiu algum tempo em Paris, onde recebeu lições de Marmontel, apprendendo a dedilhar o orgão e o harmonium com o organista francez Léfebure-Wély, tornando-se tão habil n'estes instrumentos como no piano. N'essa mesma cidade teve occasião de apreciar o já então velho mestre de piano, Ignacio Moscheles e o organista belga Jacques Lemmens, recebendo d'ambos proveitosas lições. Foi o maestro Rossini quem o apresentou a esses professores, e na propria casa do autor do *Barbeiro de Sevilha* se fez applaudir o amador portuguez, comparecendo em algumas d'aquellas celebres *soirées* rossinianas, onde concorriam os maiores astros do mundo musical em transito por Paris, ou ali residentes. Ali tocou em presença dos grandes maestros Rossini, Verdi e Ambroise Thomaz, que por tres vezes lhe fizeram repetir sonatas de Chopin e Beethowen. Tambem no salão Erard foi applaudido, e os teclados do grande orgão da egreja de S. Sulpicio fôram por elle dedilhados. Seu mestre Léfebure-Wély era o organista titular d'aquella egreja, e o mestre não teve duvida em se fazer substituir por tão distincto discipulo. Regressando a Lisboa, Oliveira Duarte teve muitas occasiões de mostrar o seu grande talento, em nume-

rosas festas de beneficencia; foi n'uma d'essas festas, a que assistiam as pessoas reaes, que el-rei D. Luiz enthusiasmado de o ouvir, lhe offereceu espontaneamente a commenda da ordem de S. Thiago, conferida n'um decreto em termos muito elogiosos. Aquelle monarcha e seu pae, el-rei D. Fernando, ambos de elevado merecimento artistico, o convidavam bastantes vezes para as suas sessões intimas de musica. Uma das suas mais notaveis apresentações em publico, e tambem uma das ultimas, foi aquella em que fez ouvir em Lisboa pela primeira vez o concerto em sol menor de Mendelssohn, com orchestra, produzindo effeito extraordinario tanto a novidade da obra, como o primor da execução. O concerto foi no antigo *Casino Lisbonense* em 21 de maio de 1869, dirigindo a orchestra Guilherme Cossoul. Oliveira Duarte realisava todos os annos em sua casa uma serie de sessões de musica de camara, em que tomavam parte alguns dos nossos artistas, e onde se ouviam muitas obras primas, estudadas com o maior cuidado e respeito. Um dos mais assiduos frequentadores d'aquellas sessões era o fallecido estadista Barros Gomes, que, enthusiasta por Oliveira Duarte, lhe preparou, sendo ministro, a surpreza do titulo de visconde, com que Oliveira Duarte foi agraciado por decreto de 19 de abril de 1888, com as honras de fidalgo cavalleiro da Casa Real. Nos ultimos annos da sua vida dedicou-se a escrever alguns pequenos trechos de musica ligeira, que fôram executados pela banda da Guarda Municipal, e alguns pela orchestra da Real Academia de Amadores de Musica. Tambem compoz algumas peças para piano e para harmonium. Desde 1895, que a falta de saude o obrigara a interromper as suas sessões de musica de camara, mas o terrivel golpe que recebeu pela morte de seu pae, em abril de 1899, victima d'um horroroso desastre, lhe abreviou a existencia, e pouco tempo lhe sobreviveu. O visconde d'Oliveira Duarte foi um incansavel propagandista do renascimento da musica classica em Portugal. Tendo nos principaes centros de França, Italia e Allemanha estudado os progressos da arte musical, esforçou-se sempre para que em Portugal fôssem seguidos os bons exemplos e respeitadas as boas tradições. Muitas publicações se fizeram commemorando a sua competencia artistica a *Gazeta Musical de Lisboa*, *O Diccionario bibliographico dos musicos portuguezes*, de Ernesto Vieira, vol. 1, pag. 585; *Traços bibliographicos de Ricardo Fernandes de Oliveira Duarte, pelo dr. José Ribeiro Guimarães,* publicado em 1883, etc. O illustre titular casara duas vezes: a primeira com D Sophia Palmira da Silva, que falleceu em 30 de novembro de 1873, e a segunda, em 24 de abril de 1875, com sua prima D. Maria Augusta da Silveira, filha de Antonio Joaquim da Silveira, e de sua mulher D. Anna Thereza Fernandes da Silveira.

Oliveira de Fazemão. Pov. e freg. de S. João da Boa Vista, da prov. do Douro, concelho e com. de Táboa, distr. e bisp. de Coimbra: 225 fog. e 834 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. E' do arcyprestado de Mouronho. A terra é fertil e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra.

Oliveira de Frades. Villa da prov. da Beira Alta, séde de conc. e de com., distr. e bispado de Vizeu, Relação do Porto. Tem uma só freg., cujo orago é S. Pelagio, vigararia que d'antes era da apresentação da Universidade, tendo réis 100$000 de congrua e o pé d'altar, sendo por sua vez o vigario de Oliveira de Frades quem apresentava os curas de S. João da Serra e de Sejães (este tinha então só 8$500 réis de congrua e o pé d'altar). Comprehende a freg., além da villa, os logares de Travanca, Travassós e Videira, a quinta de Torneiros, hoje do dr. José Bento da Rocha e Mello, conservador em Lisboa, e habitações isoladas nos sitios da Feira, Rumêlha ou Remôlha, Boa Vista e Lagos de Travanca. Está situada a pouco mais de 1 k. do rio Vouga, ao sul da margem esquerda, na estrada real de Vizeu a Aveiro, a 36 k. de Vizeu. E' saudavel e de largo horisonte; a paizagem assimilha-se ás do Minho, com os seus relvedos e as suas videiras enforcadas em arvores. Segundo Cardoso, a noticia mais antiga d'esta villa data do tempo de D. Affonso III, não obstante accusar maior antiguidade. Ha quem derive o seu nome de *Ulveira* (de *ulva*, morraçal), presumindo-se que fez parte das terras doadas ao antigo convento de S. Christovão, que lhe fica fronteiro na outra margem do Vouga, e que foi fundado em 1123 pelo abbade João Cirita, com o auxilio da rainha D. Therez e de seu filho D. Affonso Henriques. No seculo XVIII, segundo affirma Oliveira Mascarenhas (*Portug. e Posses.*) appareceram, em escavações feitas n'umas terras de lavoura d'ali, algumas moedas procedentes dos romanos, bem como alguns cippos, quo destruiram. Pertenceu ao antigo concelho de Lafões e á comarca de Vizeu, depois á de Vouzella. Em 1855, por decreto de 24 d'outubro, passou a ser séde de concelho com as freguezias que hoje tem (Arca, Arcozello das Maias, Destriz, Oliveira de Frades, Pinheiro, Reigoso, Ribeiradio, S. João da Serra, S. Vicente de Lafões, Sejães, Souto de Lafões e Varziellas) e mais as de Alcofra, Cambra, Campia e Carvalhal de Vermilhas, tendo estas quatro sido desannexadas e passado ao concelho de Vouzella por decreto de 2 de novembro de 1871, assignado por Fontes Pereira de Mello. A população da freg. era em 1706 (*Corographia* do P. Carvallo da Costa) de 150 fog., e em 1865 (*Diccionario corographico* d'Almeida) de 177 fogos; a estatistica parochial de 1862 attribue-lhe 179 fog. e 825 hab.; a estatistica civil ou censo de 1864 dá lhe 813 hab.; o censo de 1 de janeiro de 1878, 221 fog. e 908 hab.; e o de 1890, 229 fogos e 849 hab. e o de 1900, de 908 hab. O concelho teve já superficie de 21:590 hectares, 14:016 habitantes e 17:967 predios inscriptos na matriz; hoje tem menos a quarta parte. Foi ali creado um julgado municipal por decreto de 10 de março de 1887 sendo ministro o sr. conselheiro Veiga Beirão, e extincto por decreto de 7 de setembro de 1895 (pelos ministros os srs conselheiros João Franco e Antonio de Azevedo). Por decreto de 31 de maio de 1900 foi creada a comarca de Oliveira de Frades, e, sendo extincta por decreto de 19 de julho do mesmo anno, assignado pelo ministro da justiça o sr. conselheiro Campos Henriques, foi restaurada por decreto de 9 de novembro de 1904, pelo sr. conselheiro Alpoim, sendo tambem por decreto de 17 do referido mez creada uma conservatoria privativa

na mesma comarca. Ha em Oliveira de Frades um mercado ou feira mensal importante em todas as especies de transacções e principalmente

Oliveira de Fradec—Vista geral

em gados, na segunda feira immediata ao 4.º domingo de cada mez, e annual, denominada *feira franca de maio* no 4.º domingo de maio e dia immediato. Ha no conc. mais duas feiras mensaes

Oliveira de Frades—Capella de S. Sebastião

uma em Ribeiradio a 8 de cada mez, e a outra a 12 em Arcozello das Maias. Fica muito proximo da villa uma das estações do caminho de ferro do Valle do Vouga, em construcção. O territorio do conc. é fertil em todos os generos agricolas do paiz. Oliveira de Frades pertence á 2.ª div. mil., 3.ª brigada, grande circumscripção mil., C., e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. B. A -Vizeu, e

R. A. N; advogados, agencias bancarias, de publicações e de seguros; hospedarias, medicos, pharmacias, notario, sociedades de recreio: *Club Lafanense*, *Philarmonica Oliveirense*, etc. Ha minas descobertas e não exploradas, de prata, chumbo e de outros metaes. Publica-se o jornal *O Lafões*, começado em 5 de maio de 1892, sendo o numero programma datado de 28 de abril do mesmo anno. O conc. comprehende actualmente, conforme se disse, 12 freguezias, com 1:953 fog e, pelo censo de 1900, de 8:921 hab, sendo 3:908 do sexo masc. e 5:013 do fem. As freguezias são: Espirito Santo, de Arca, 524 hab: 221 do sexo masc. e 303 do fem.; S. Pedro, de Arcozello das Maias, 1:357 hab: 616 do sexo masc. e 741 do feminino; Santa Maria, de Destriz, 458 hab.: 200 do sexo masc. e 258 do fem.: S Pelagio, de Oliveira de Frades, 908 hab.: 411 do sexo masc. e 497 do fem; Santa Maria, de Pinheiro, 1:291 hab.: 570 do sexo masc. e 721 do fem.; S. Lourenço, de Reigoso, 372 hab.: 164 do sexo masc. e 208 do fem.; S. Miguel, de Ribeiradio, 1:372 hab.: 601 do sexo masc. e 771 do fem.; S. João Baptista, de S. João da Serra, 649 hab.: 267 do fexo mnsc. e 382 do fem.; S. Vicente, de S. Vicente de Lafões, 738 hab.: 318 do sexo masculino e 420 do fem.; S. Martinho, de Sergães, 351 hab.: 136 do sexo masc. e 215 do fem.; S. João Baptista, de Souto de Lafões, 507 hab.: 227 do sexo masc. e 280 do fem.; S. Pedro, de Varziellas, 394 hab.: 177 do sexo masc. e 217 de fem. O principal commercio do conc. é vinho e gado.

Oliveira Frazão Castello Branco *(João de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado, etc. N. em Salgueiro, do districto de Castello Branco, a 18 de maio de 1834, sendo filho de João de Oliveira Frazão. Recebeu o grau de bacharel em 1857, e exerceu a advocacia na sua terra natal. Escreveu: *Libello na causa movida por João de Oliveira Frazão Castello Branco e sua mulher D. Maria Delfina Saraiva Leitão Ferreira e Castro, contra os ex.mos duques de Palmella, conselheiro José Dias Ferreira, e outros*, Coimbra, 1875; *Allegação juridica na causa de João de Oliveira Frazão Castello Branco e sua mulher D. Maria Delfina Saraiva Leitão Ferreira e Castro, contra os ex.mos duques de Palmella*, etc., Coimbra, 1875.

Oliveira Guimarães *(Adolpho Alves de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado, conselheiro, deputado, administrador geral da Caixa Geral dos Depositos, etc. Fazendo a sua formatura em 1882, abriu banca de advogado em Coimbra. Em 1884 foi nomeado vogal do conselho de districto, exercendo algumas vezes, por esse facto, o cargo de governador civil. Foi delegado do procurador régio de Penella, em 1866, depois na Covilhã, e desde 1889 em Leiria. Entrando na politica, filiou-se no partido regenerador, sendo pela primeira vez deputado em 1895, eleito por Coimbra. Em 1897 foi novamente eleito, pela opposição regeneradora, pelo circulo uninominal da Louzã. O circulo de Penella tambem o elegeu nas duas eleições de 1899 e 1900. Quando se deu a scisão no partido regenerador, em 1901, e se formou o partido regenerador-liberal, acompanhou o sr. conselheiro João Franco, a quem tem sido sempre muito dedicado. Hoje exerce o cargo de administrador geral da Caixa Geral dos Depositos.

Oliveira de Frades—Ponte Luiz Bandeira

Oliveira Guimarães *(João Francisco de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Escreveu: *Collecção de poesias lyricas e heroicas*, Lisboa, 1851.

Oliveira Guimarães *(Manuel José de)*. Bacharel formado em Theologia e em Direito pe-

la Universidade de Coimbra. N. na freguezia de S. Miguel da Carreira, no concelho de Barcellos, em 1838, fal. em Braga a 31 de dezembro de 1896. Era filho d'uns lavradores abastados da referida freguezia da Carreira. Sendo destinado á carreira das letras, escolheu a vida sacerdotal, para que sentia vocação, mostrando logo desde os primeiros annos intelligencia clara e amor ao estudo. Pouco tempo depois de receber na diocese do Porto a ordem de presbytero, foi provido na abbadia da Pouza, do concelho de Barcellos, por decreto de 18 de setembro de 1861, collando-se ali em 5 de novembro do mesmo anno. Oliveira Guimarães desejou sempre ser deputado, e tres annos depois de ser abbade da Pouza, em 1864, apresentou a sua candidatura pelo circulo de Barcellos, mas não conseguiu ser eleito. Algum tempo depois decidiu ir cursar em Coimbra as faculdades de Direito e de Theologia. Matriculou-se na Universidade, fez um curso distincto, e tendo concluido a sua formatura nas referidas faculdades, foi nomeado desembargador da Relação Metropolitana de Braga. Por decreto de 5 de janeiro de 1871 foi apresentado na egreja de Varziella, despacho que, a seu pedido, foi declarado sem effeito, por decreto de 20 de abril do mesmo anno. Existia ainda o bispado do Pinhel; por provisão do metropolita, o arcebispo de Braga D. José Joaquim de Azevedo Moura, de 30 de junho de 1871, approvada por portaria do ministerio da justiça de 2 de julho seguinte, foi eleito vigario geral e governador d'aquelle bispado. Em 18 de julho dirigiu uma pastoral ao clero e aos seus diocesanos annunciando-lhes a sua investidura n'aquelle honroso cargo, pedindo ao mesmo tempo *a coadjuvação franca, leal e conscienciosa de todos os diocesanos para realisar a boa vontade que Deus lhe deu de servir a causa da Santa Egreja e do Estado.* Depois d'aquella nomeação foi apresentado na egreja de S. Pedro de Maximinos, uma das freguezias mais importantes de Braga, tendo o despacho a data de 14 de julho de 1871, e tomando posse a 6 de novembro do mesmo anno. O seu governo no bispado de Pinhel durou até 22 de setembro de 1874. Filiou se no partido constituinte por ser amigo do dr. José Dias Ferreira, e quando se deu a scisão n'este partido, formando-se o grupo politico de Vaz Preto, seguiu este estadista. Oliveira Guimarães foi um dos fundadores do jornal *O Constituinte*, que se publicou em Braga, e que em 1890 tomou o titulo de *Nacional*, sendo elle um dos seus mais assiduos redactores. Em 1884 apresentou-se candidato ás côrtes pela minoria do circulo plurinominal de Braga, mas não conseguiu ainda d'esta vez ser eleito. Em 1889 tentou novamente a candidatura pela minoria d'aquelle circulo, e mais uma vez a sorte politica o não favoreceu. O abbade de Maximinos tomou parte por vezes nas assembléas politicas, desempenhando sempre com a maior competencia diversos cargos em corporações piedosas e de beneficencia. No congresso catholico de Braga, de 1891, apresentou uma interessante memoria sobre o *Interesse reciproco da Egreja e do Estado em conservar perfeita harmonia entre si coadjuvando-se mutuamente.* Em 1892, sendo o dr. Dias Ferreira presidente do conselho de ministros, é que Oliveira Guimarães pôde alcançar ser eleito deputado pelo circulo de Braga. Em 189. filiou-se no partido regenerador, que o reelegeu pelo mesmo circulo na legislatura de 1894 e 1895. Tornou-se muito notavel o discurso que pronunciou na sessão da camara electiva de 20 de junho de 1893 a favor do restabelecimento das ordens religiosas. N'aquelle sentido havia apresentado uma representação firmada por 37:000 peticionarios. Oliveira Guimarães não era um orador parlamentar; a sua voz e o seu modo de falar resentiam-se um pouco do habito do pulpito, comtudo era um orador fluente e consciencioso.

Oliveira do Hospital. E' appellido nobre em Portugal. Procede de Domingos Soares de Oliveira do Hospital, pae de Martim Rodrigues do Amaral, e avô de Fr. André do Amaral, que foi do conselho d'el-rei D. Manuel e seu chanceller-mór, ao qual se passou carta de brazão d'armas, em 25 de abril de 1515, e são: Em campo azul, aspa de prata, firmada entre quatro flôres de liz, de ouro; elmo d'aço, aberto; timbre, a aspa das armas, com uma das flôres de liz no centro.

Oliveira do Hospital. Villa da prov. do Douro, séde de conc. e de com., distr. e bispado de Coimbra, Relação do Porto. Tem uma só freg., A Exaltação da Santa Cruz. Está situada perto de 700 m. acima do nivel do mar, entre os rios Alva e Mondego, a 10 k. de margem esquerda do primeiro, e a 5 da margem direita do segundo, no cume d'um pequeno monte, dominando toda a ampla bacia que á sua roda se estende, e cujos bordos gigantescos são formados pelas serras do Bussaco, Caramulo, Moutemuro e Estrella. A villa, segundo a ultima divisão politica e administrativa, fica no extremo nascente do distr. de Coimbra e prov. do Douro, confinando pelo norte com a prov. da Beira Alta, formada pelo districto de Vizeu, pelo nascente com o districto da Guarda na prov. da Beira Baixa; pelo sul com o conc. de Arganil, e pelo poente com o de Taboa, ambos no distr. de Coimbra. Apezar de que a divisão geographica do continente menciona esta villa na prov. do Douro, nunca os habitantes se habituaram a reconhecer os seus sitios como pertencentes ao Douro. Pelo contrario, uma tal divisão lhes causa repugnancia, porque lhes rouba a honrosa denominação de beirões, de que sempre se ufanaram, e que se dava a todas as povoações situadas dentro da grande bacia circumscripta pelas serras da Estrella, Caramulo, Calcorinho e Bussaco, como fazendo parte do coração do principado da Beira, segundo os antigos lhe chamavam. A pov. é muito antiga, podendo affirmar-se que foi fundada antes de 1122, pois d'esta data existem documentos em que se faz menção do seu nome, entre elles a doação feita por D. Thereza, mãe de D. Affonso Henriques, á ordem do Hospital. A villa foi uma das mais rendosas commendas da ordem de Malta, tendo por isso grandes privilegios, e segundo o notavel antiquario Fr. Anastacio de Figueiredo, a origem do seu nome está em que primeiro essa ordem se chamou dos *Hospitalarios de S. João de Jerusalem*, e como havia mais terras com o nome de *Oliveira*, se chamou a esta, para se differençar das outras, *Oliveira do Hospital.* O commendador da ordem de Malta apresentava o vigario, que tinha 70$000 de congrua e o pé d'altar. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 27 de fevereiro de 1514, e consta que el-rei D. Diniz já havia dado foral a Bobadella, que foi

cidade romana, e D. Pedro I a Lagos da Beira, tendo D. Manuel dado foraes novos, não só ás duas freguezias citadas, como tambem ás de Lagares e Nogueira do Cravo. As quatro povoações, a que nos referimos, fôram cabeças de concelho. Oliveira do Hospital, Bobadella e Lagares eram no meado do seculo XVIII da provedoria da Guarda e da comarca de Vizeu; depois passaram para a correição de Arganil, e por fim para a comarca de Midões. Sendo esta comarca supprimida, ficaram na com. de Taboa, para onde fôra transferida a séde da comarca de Midões, até ser formada a comarca de Oliveira do Hospital. O monumento mais antigo, que existe n'esta villa, é uma capella conhecida pelo nome de *Capella dos Ferreiros*, cuja fundação data do anno de 1279 Foi mandada edificar pelo valente guerreiro Domingos Joannes para n'ella ser enterrado com sua mulher Domingas Sabachaes, em dois tumulos de granito e com figuras de alto relevo, que o mesmo guerreiro mandou construir. O retabulo da capella e os dois tumulos pódem considerar-se como notaveis monumentos da esculptura do seculo XIII ao seculo XIV, primicias do estylo gothico em Portugal. O cavalleiro Domingos Joannes era filho de Oliveira do Hospital, e póde resumir-se a sua vida nos feitos que da sua pessoa nos conta Coelho Gasco, feitos que, na maior parte, teem um extranho sabor a lenda, porém uma lenda de que muitos escriptores nos dão como verdadeiras certas coincidencias historicas e pela averiguação indiscutivel de certos factos n'ella referidos. Na *Conquista e antiguidade da cidade de Coimbra*, diz Coelho Gasco: «Bom será que contemos aqui brevemente a vida do mui esforçado portuguez Domingos Johannes, varão esclarecido nas armas, natural da comarca de Coimbra, nascido em Oliveira do Hospital de S. João *(Malta)*, o qual, sendo um pobre ferreiro, veiu ter com elle de Sampaio um lavrador a concertar o ferro do seu arado, e cuidando que lhe trazia ferro para o calçar lhe deu uns pedaços de finissimo ouro. Então lhe perguntou o nosso ferreiro se tinha mais d'aquelle ferro, que compraria, ao que disse o ignorante lavrador que inda tinha boa quantidade d'elle escondido em uma deveza: entre mattos onde andava lavrando achara muito; mas sendo sabido da justiça de como achara um thesouro Domingos Johannes, querendo lançar mão d'elle, fugiu para o Reino de França, onde se mostrou tão claro nas armas, e tão famoso soldado, que, por suas grandes cavallarias e proezas, foi grande Condestavel n'aquelle Reino, em cujo Real officio venceu muitas batalhas campaes, alcançando insignes victorias; comtudo, vindo á sua patria, acabou n'ella cavalleiro de uma lança fazendo n'ella uma capella que ainda hoje se chama dos Ferreiros» etc. Está n'esta noticia explicada tambem a origem do nome por que é conhecida a capella mencionada, na qual existe um interessante exemplar de cavalleiro medieval em pedra, unico talvez perfeito no paiz, pois nada lhe falta da typica armadura, incluindo, o que é raro, a viseira e a lança. Este curioso exemplar já esteve em deposito no Museu do Instituto de Coimbra, onde foi muito admirado, tirando se d'elle um molde em gesso. A egreja matriz de Santa Cruz é elegante e bem situada; tem um espaçoso adro gradeado, onde se vêem algumas bellas arvores, ali existem algumas capellas, que lhe fôram incorporadas. Entre outras se conta a dos *Ferreiros*, de que vimos de falar. Ha em Oliveira do Hospital algumas capellas particulares; a de *Sant'Anna*, que é o maior templo depois da egreja matriz, e que possue imagens de merecimento, sendo a sua festa annual das mais pomposas; a capella da Casa de Cima, cuja invocação é *S. José*, e a capella de *S. Lourenço Justiniano*, que se concluiu em 1880, e onde o sr. dr. Antonio de Vasconcellos, lente de Theologia na Universidade, celebrou a sua primeira missa depois de a benzer solemnemente, em 1885. Oliveira do Hospital é uma terra que, pela sua situação e posição, offerece ma-

Oliveira do Hospital—Santuario da Senhora das Proces

gnificas condições de progresso. Entre os melhoramentos que possue, podemos especificar um bello e vastissimo terreiro, denominado *Terreiro da feira*, onde costuma fazer-se um concorrido mercado mensal; o edificio dos paços do concelho, construido nas ruinas da antiga casa da ordem de Malta, onde estão todas as repartições publicas; um novo matadouro e um viveiro de videiras americanas, por conta do governo, com deposito de sulphureto de carbone, e viveiro annexo de enxertia, etc. O Terreiro da feira deve-se aos esforços de Joaquim do Amaral, de Lagos; os paços do concelho á iniciativa do presidente da camara em 1880, o dr. Francisco Cruz, de Lagares, e o matadouro ao dr. Manuel Freire Lobo, que presidia á camara em 1892. N'esta villa existem duas associações de largo interesse local, um gremio de recreio, montado á altura de fornecer aos seus socios todas as distracções, e uma instituição de soccorros mutuos, com o nome de *Montepio Alliança*. Este montepio, cuja fun-

Oliveira do Hospital—Egreja matriz e Camara Municipal

dação se deve aos esforços d'um grupo de intelligentes artistas d'esta terra, tem a sua séde n'uma casa, que por 20 annos lhe foi cedida gratuitamente pela camara municipal. A esta instituição foi offerecida pelo sr. conselheiro José Lobo uma valiosa bibliotheca, sendo conferidas ao offerente, por gratidão, em sessão de assembléa geral, as honras de socio honorario. O terreno d'este concelho é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz, que exporta em grande quantidade. O concelho é atravessado por differentes ribeiros e regatos, que regam, fazem mover varios moinhos de pão, e trazem peixe miudo. O rio Alva, que tambem atravessa o concelho, tem as margens muito pittorescas. Junto d'este rio, na freg. de Penalva, existem as Caldas de S. Paulo e Pontão da Rapada, muito recommendadas pela qualidade das suas aguas para o tratamento de molestias arthriticas e de pelle. Na conjuncção do rio Alva com a ribeira d'Alvôes, proximo de Avô, está construida uma ponte, que é a unica no genero, chamada *Ponte das tres entradas*, nome que lhe vem de tres entradas que de pontos differentes se cruzam no meio d'ella, abrindo-a em tres braços. V. *Avô*. Oliveira do Hospital pertence á 5.ª div. mil., 9.ª brigada, grande circumscripção mil. Central, e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. B. A. Na camara municipal está estabelecida a estação telegraphica, que principiou a funccionar a 2 de agosto de 1875. Na villa ha advogados, agentes dos bancos *Alliança*, *Crédit Franco-Portugais*; *Commercial do Porto*, e *do Minho;* e das companhias de seguros *Internacional e Popular*, *Previdencia*; hospedarias, medicos, pharmacias, notarios, fabrica de polvora, fabricantes de queijos, Misericordia, bons edificios de construcção moderna, feira na segunda feira immediata á do Ervedal; de S. Braz, a 3 de fevereiro; tem diligencias para Carregal do Sal, Coimbra, Lagos da Beira, Santa Comba Dão e Vendas de Gallizes. O concelho comprehende 20 freguezias com 5:516 fogos e 26:699 hab., sendo 12:262 do sexo masc. e 14:437 do fem., n'uma superficie de 20:696 hect. As freguezias são: S. Bartholomeu, de Aldeia das Dez, 1:627 hab.: 772 do sexo masc. e 855 do feminino; Santo André, de Alvôco das Varzeas, 813 hab.: 394 do sexo masc. e 419 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Avô, 1:202 hab.: 551 do sexo masc. e 651 do fem.; N. S.ª da Graça, de Bobadella, 750 hab.: 335 do sexo masc. e 415 do fem.; Santo André, de Ervedal, 3:514 hab.: 1:570 do sexo masc. e 1:944 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Lagares, 1:468 hab.: 668 do sexo masc. e 800 do fem.; N. S.ª da Expectação, de Lagiosa, 651 habitantes: 268 do sexo masc. e 383 do fem.; S. João Baptista, de Lagos da Beira, 842 hab.: 327 do sexo masc. e 515 do fem.; S. Pedro, de Lourosa, 1:137 hab.: 479 do sexo masc. e 658 do fem.; S. Miguel, de Meruge, 912 hab.: 408 do sexo masc. e

504 do fem.; N. S.ª da Expectação, de Nogueira do Cravo, 1:997 hab.: 914 do sexo masc. e 1:083 do fem; Exaltação da Santa Cruz, de Oliveira do Hospital, 1:607 hab.: 730 do sexo masc. e 877 do fem.; S. Thomé, de Penalva d'Alva, 1:558 hab.: 755 do sexo masc. e 803 do fem.; N. S.ª da Expectação, de Santa Ovaia, 497 hab.: 224 do sexo masc. e 273 do fem.; S. Julião, de S. Gião, 1:571 hab.: 780 do sexo masc. e 791 do fem.; esta freg. pertencia ao conc. de Ceia, dist. da Guarda, mas foi transferida para o de Oliveira do Hospital por decreto de 13 de janeiro de 1898; S. Pelagio, de S. Paio de Gramaços, 656 hab.: 330 do sexo masc. e 326 do fem.; S. Sebastião, de S. Sebastião da Feira, 286 hab.: 138 do sexo masc. e 148 do fem.; S. Pedro *ad vincula*, de Seixo do Ervedal, 2:883 hab.: 1:358 do sexo masc. e 1:525 do fem.; S. Pedro, de Travanca de Lagos, 2:072 hab.: 945 do sexo masc. e 1:127 do fem; S. Miguel, de Villa Pouca da Beira, 656 hab.: 316 do sexo masc. e 340 do fem. O principal commercio de todo o conc. é vinhos, gados, azeite, milho e queijos. Os vinhos, azeites e cereaes, principaes productos d'este concelho, são muito procurados e vantajosamente qualificados, tanto nas praças do paiz como nas do estrangeiro. E para attestar a excellencia d'estes productos lá estão as exposições a que concorreram: de Londres em 1862, de Paris em 1867 e 1889, de Coimbra em 1869 e 1884, de Philadelphia em 1878, e de Lisboa em 1888, onde fôram classificados de primeira qualidade, obtendo medalhas de ouro, prata e cobre, e muitas menções honrosas, com que fôram premiados os seus expositores, tornando-se principalmente notaveis os finos azeites d'esta região, o que tudo consta das actas e catalogos d'essas exposições.

Oliveira Leitão Gouveia *(P. José Fernandes de)*. Presbytero secular, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra e professor no Collegio das Artes da mesma Universidade. N. em Mortagoa na segunda metade do seculo XVIII, fal. na quinta do Couço, proximo de Mortagoa, a 18 de março de 1841. O P. José Fernandes era muito erudito e muito enthusiasta pelo latim, especialmente pelas obras de Horacio; tinha, porém, um caracter exclusivamente excentrico. Latino Coelho, na *Biographia de Castilho*, de quem o P. José Fernandes era muito amigo, conta muitas das suas excentricidades no seu tempo de estudante em Coimbra, e o seu viver deveras muito original e curioso. O sr. visconde Julio de Castilho, nas *Memorias de Castilho*, publicadas em 1881, conta a seguinte anecdota: «ardeu-lhe o ultimo olival que possuia, e não alterou com isso a sua tranquillidade; nem em similhante cousa falou. D'ahi a tempos desata uma bella noite a chorar em casa dos Castilhos, que frequentava muito, e perguntando-se-lhe o que motivava aquelle afflictivo pranto, declarou que era a perda do olival, unico que possuia. Observaram-lhe, que tinha passado já bastante tempo depois d'aquella desgraça, e o padre respondeu, que não tivera tempo então de se affligir por andar a fazer uns sonetos, e agora é que sentira o que perdera.» Tambem se conta outra excentricidade a seu respeito. Formou-se em Canones, e quiz doutorar-se. Foi á terra vender umas herdades, e voltou com o dinheiro necessario para tomar capello, mas roubaram-lh'o, e ficou assim impossibilitado de satisfazer o seu desejo. Resignou-se facilmente. Annos depois o homem que o roubara, veiu por ordem do confessor, a quem narrara o caso, pedir lhe perdão. O P. José Fernandes perdoou-lhe com a mais risonha serenidade, como não tivera na sua presença a pessoa que lhe tolhera a sua auspiciosa carreira. No entretanto era muito respeitado e considerado. Quando falleceu, José Freire de Serpa Pimentel, depois visconde de Gouveia, que fôra seu discipulo, publicou um artigo consagrado á sua memoria, na *Chronica Litteraria da Nova Academia Dramatica*, de Coimbra, 1841, a pag. 426, em que se lêem estas elogiosas palavras: «Bom amigo, cidadão benemerito, homem de honra e de paz, coração sem refolhos, alma lisa e generosa, poeta extremado, litterato eximio, condigno mestre, não deixou sobre a terra um invejoso, ou um inimigo, que lhe fôsse rir na sepultura; muitos sim, que voassem a derramar-lhe na urna cineraria o holocausto de uma lagrima» No tomo VIII do *Instituto*, de 15 de abril de 1859, vem um artigo, com o titulo de *Gratidão e Saudade*, escripto pelo dr. Adrião Pereira Forjaz. Bibliographia: *Rimas offerecidas aos seus amigos*, Lisboa, 1805; *Rimas que ao sr. José Maria Wandenkolk offerece, etc., segunda parte*, Lisboa, 1807; *Ode ao sr. doutor José Maria Osorio Cabral, partindo para a ilha do Fayal*, Coimbra, 1819; *Ode ao anniversario do dia 15 de setembro de 1820*, Lisboa, 1821; *Ode a el rei constitucional o senhor D. João VI*, Coimbra, 1822; *Epicedio na infausta morte do sr. D. João VI*, Coimbra, 1826; *Ode á saudosa memoria do ex.^{mo} sr. D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, bispo de Coimbra*, etc., Coimbra, 1822; *Poesias, que em beneficio dos pobres da sua aldeia offerece aos seus amigos*, etc., Coimbra, 1836 e 1838. De todos estes trabalhos poeticos citados, e mais algumas poesias já impressas ou ineditas, fez-se uma collecção com o titulo de *Poesias do Padre José Fernandes*, etc, Coimbra, 1838, sendo editor Adrião Forjaz; *Segunda edição*, Coimbra, 1863. Escreveu mais: *Ode ao soberano congresso nacional*, Coimbra, 1822; *Ode que ao brio do exercito portuguez, para se recitar no memoravel dia 15 de setembro de 1821, na reunião da Sociedade Constitucional na casa do Risco do Arsenal de Marinha, dedica*, etc., Lisboa, 1821; *Odes que ao prazer publico dos generosos estudantes da universidade de Coimbra na faustosa noite de 26 de fevereiro de 1822, Dedica José Fernandes de Oliveira Leitão de Gouveia*, Coimbra, 1822; *Monumento ao duque de Bragança, offerecido a sua magestade fidelissima a senhora D. Maria II*, Lisboa, 1835; *Metamorphose, que em beneficio dos pobres da sua aldeia, offerece a seus amigos*, etc., Coimbra, 1836.

Oliveira Machado *(José Antonio de)*. Magistrado que se tornou celebre no tempo do marquez de Pombal pela sua crueldade. N. em Evora sendo, baptisado em 7 de abril de 1695; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Diogo Machado e de Marianna da Silveira. Cursou a faculdade de Leis na Universidade de Coimbra, e teve sentença de habilitação para os logares de letras em 20 de setembro de 1730. Seguindo a carreira judicial, veiu a ser uma das creaturas do marquez de Pombal. Nomeado corregedor do crime de Belem foi em 1756 escolhido para escrivão do juiz da Inconfidencia, e logo em se-

guida elevado a desembargador da Casa da Supplicação. Oliveira Machado foi um dos encarregados da prisão do duque de Aveiro na quinta de Azeitão, e um dos juizes que lavraram a sentença contra os Tavoras, sendo ainda elle o escolhido pelo marquez de Pombal para director das prisões do forte da Junqueira, que fôram cheias das personagens mais importantes de quantos haviam excitado a colera do ministro d'el rei D. José. O livro *As prisões da Junqueira*, do marquez d'Alorna, dá largas noticias da fórma cruel como Oliveira Machado tratava os encarcerados. Da *Historia politica e militar de Portugal*, de Latino Coelho, transcrevemos a seguinte pagina: «Fazia o officio de carcereiro o desembargador José Joaquim de Oliveira Machado, um dos juizes implacaveis, que subservientes ao poder haviam sentenciado a penas atrocissimas os desventurados regicidas. Todos os factos, todas as memorias, todos os testemunhos d'aquella edade o descrevem como um d'estes caracteres repugnantes, que parece comprazerem-se no assassinio judicial ou no dilatado supplicio dos seus concidadãos. A indole ingenitamente má e refalsada; o gesto affectado; hypocrita a compostura; as letras escassas e ruins; a ambição illimitada; cega a obediencia aos que imperam e premeiam; ao mesmo tempo a deshonra da toga e a affronta da humanidade; um d'estes homens que ao revez do apophtegma juridico, estão sempre dispostos a interpretar extensivamente o que é odioso e oppressivo e a taxar o bem com avareza immoderada. O marquez ordenava a estreiteza da prisão; o togado carcereiro a seu talante a apertava ou remettia conforme as variações do seu capricho. Arbitrava o ministro uma congrua, aiuda que modesta sustentação aos encarcerados. O malévolo desembargador, que no forte da Junqueira dominava como senhor absoluto, repartia o pão e os soccorros segundo ia quadrando ao seu humôr e á sua vontade. A historia imparcial, em presença de documentos, não póde forrar-se a inferir que, se os reclusos padeceram as privações e as amarguras inseparaveis do captiveiro, a fereza do poder não provou a paciencia das victimas com as ultimas affrontas e sevicias como vimos succeder em tempos mais recentes e de mais caliginosa tyrannia. No forte da Junqueira (acostando-se ás palavras do marquez de Alorna, insuspeito narrador dos proprios e alheios infortunios) nunca os presos carecêram do que era necessario á nutrição. Os fidalgos, descidos havia pouco da grandeza e opulencia á humildade e penuria, desdenhavam as iguarias por grosseiras e extranhavam o novo theor de vida tão outro do que fôra em seus palacios, no meio de suas magnificencias e de tantos famulos agaloados e reverentes ao gesto do senhor; nenhum d'elles se lastimava de que os deixassem perecer á mingua e desamparo. A dura immunidade e intolerancia do magistrado carcereiro tinha eclipses frequentes e largas intermissões. Os presos não viviam incommunicaveis no segredo. Durante largos annos puderam visitar se mutuamente nos seus quartos e passear no corredor.» Desenvolvendo estes pensamentos, accrescenta Latino Coelho em nota ao trecho que se acaba de lêr: «No que pertence a sustento, dizem que el-rei manda dar quatro tostões por dia a cada fidalgo e tres aos que não teem esta graduação. Assim o persuade o uso das torres onde isso é publico. Assim o prova um rol da mão do desembargador (Oliveira Machado) que por inadvertencia veiu dentro em um livro que este ministro emprestou a um dos presos. Todas as vezes que lhe é necessario algum dinheiro (para o sustento dos presos) não tem mais do que escrever a certo thesoureiro, e para logo lhe vem sem a minima dilação.» Oliveira Machado foi agraciado, pelos seus serviços, com o habito da ordem de Christo, e em 1763 teve a nomeação de conselheiro da Fazenda, mas apenas falleceu el-rei D. José e caiu o omnipotente ministro, retirou-se ao convento dos Remedios, em Lisboa, e ali morreu obscuramente. Na Bibliotheca Nacional ha um retrato em meio corpo d'este magistrado.

Oliveira Martins *(Joaquim Pedro de)*. Escriptor, jornalista, deputado, ministro de Estado, socio da Academia Real das Sciencias, vice-presidente da Junta do Credito Publico, etc. N. em Lisboa a 30 de abril de 1845, onde tambem fal. a 24 de agosto de 1894. Era filho de Francisco Candido Gonçalves Martins, official da Junta do Credito Publico, e de sua mulher, D. Maria Henriqueta Moraes de Oliveira; neto paterno do desembargador Joaquim Pedro Gomes de Oliveira, que foi por duas vezes ministro d'el-rei D. João VI, e membro do governo supremo do reino em 1820 até á constituição das côrtes, em 26 de janeiro de 1821. Cursou as aulas do Lyceu Nacional de Lisboa, chegando a fazer alguns exames. Seus paes desejavam que seguisse a carreira militar estudando engenharia, mas por infelicidade ficou orphão aos 12 annos de edade, porque seu pae falleceu em 1857, victima da febre amarella, que n'esse anno assaltou a capital, deixando viuva e seis filhos em más circumstancias. Faltando-lhe recursos, teve de interromper os estudos, dedicando se á vida commercial para angariar meios de subsistencia, exercendo desde então no commercio ou na industria diversos empregos. Atravez d'uma vida difficil, mas guiado pelo amor de sua mãe, foi completando a sua educação litteraria, até que em 1870 se empregou nas minas de Santa Eufemia, de Cordova, e partindo n'esse anno para Hespanha, ali se conservou até 1874, anno em que veiu para o Porto, onde fixou residencia, conseguindo o logar de director da exploração do caminho de ferro do Porto á Povoa de Varzim e Villa Nova de Famalicão. Em 1878 apresentou-se no concurso aberto pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, com a memoria relativa á *Circulação fiduciaria*, que lhe valeu o premio da medalha de ouro da mesma academia, e o titulo de socio correspondente. Em 1880 foi eleito presidente da Sociedade de Geographia Commercial do Porto, de que se demittiu dois annos depois, em 1882, sendo-lhe então conferido o titulo de presidente honorario. N'esse mesmo anno a Real Academia de Hespanha lhe conferiu o diploma de socio correspondente. Oliveira Martins tambem era socio do Instituto de Coimbra, e de diversas sociedades scientificas nacionaes e estrangeiras. Em 1881 fez parte da commissão districtal do Porto, no inquerito industrial, e redigiu o relatorio da mesma commissão. Este relatorio foi impresso em separado no Porto, e depois incorporado na edição official de Lisboa. Em 1884 foi

nomeado membro da direcção do Museu Industrial e Commercial do Porto, e vogal da commissão encarregada de propôr ao governo algumas providencias tendentes a melhorar a situação das classes operarias, com respeito ao trabalho, aos salarios, ás crises industriaes, e a outros assumptos de interesse publico. As suas idéas avançadas o afastaram algum tempo dos partidos monarchicos, mas depois, mudando de orientação, passou ás fileiras da monarchia, fundando em 1885 o jornal *A Provincia*. Em 1883 foi deputado pela primeira vez, eleito por Vianna do Castello, e em 1887 o elegeu o circulo do Porto, sendo reeleito ainda em outras legislaturas. No anno de 1887 apresentou ao parlamento o seu projecto de lei sobre fomento rural. Dirigiu a *Regie* antes do actual monopolio do tabaco. Em 1888, a Associação dos Typographos do Porto offereceu lhe uma estatueta symbolisando o trabalho, em tributo de reconhecimento pela protecção dispensada á classe. Fez parte da commissão executiva da Exposição Industrial Portugueza com uma secção agricola, que n'esse anno de

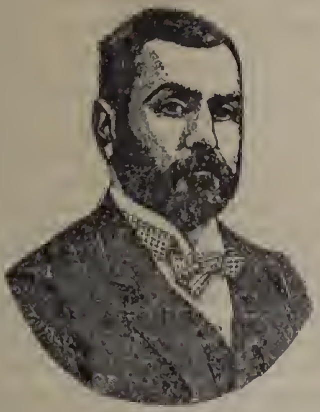

Joaquim Pedro de Oliveira Martins

1888 se realisou em Lisboa na Avenida da Liberdade. No estrangeiro, Oliveira Martins egualmente illustrou o seu nome e o de Portugal. Assim, o representou em 1890 na conferencia internacional de Berlim e na da Propriedade Industrial de Madrid, onde em 1891 foi convidado para a conferencia realisada no Atheneu para a celebração do centenario de Christovão Colombo. Recebeu depois a gran-cruz do Merito Nacional. Em 1892, no ministerio que se organisou sob a presidencia do dr. Dias Ferreira, foi convidado para a pasta da fazenda, que geriu desde 17 de janeiro até 27 de maio. Em 1893 foi eleito membro da Junta do Credito Publico, exercendo n'essa alta corporação, sob a qual seu pae e seu irmão tinham servido como empregados publicos, o logar de vice-presidente. Collaborou nos principaes jornaes litterarios e scientificos de Portugal, como: *O Archivo Pittoresco*, *Occidente*, *Dois Mundos*, publicado em Paris; *Revista Occidental*, *Revista Scientifica*, *Revista de Portugal*, *Revista de Educação e Ensino*; além dos jornaes politicos: *A Provincia*, *O Tempo*, *Jornal do Commercio*, *O Reporter*, *Protesto*, e em outros jornaes socialistas; no *Cruzeiro*, do Rio de Janeiro, e outros jornaes do Brazil, para onde escrevia correspondencias. Em 1873 entrou n'uma notavel polemica ácêrca do livro do sr. conselheiro Julio de Vilhena, *As raças historicas da peninsula iberica*, sendo o seu primeiro artigo de analyse inserto no *Jornal do Commercio* de julho do mesmo anno. O sr. Julio de Vilhena respondeu a esta apreciação com quatro artigos, sob o titulo: *Do logar da edade media na historia da civilisação*, *Resposta ao sr. Oliveira Martins*, no *Jornal do Commercio*, de 6, 7, 8 e 9 de agosto. O sr. Julio de Vilhena ainda respondeu ás novas explicações do seu contendor no jornal de 10 de setembro. Em 1879, de accôrdo com os editores Viuva Bertraud & C.ª, successores Carvalho & C.ª, fundou uma *Bibliotheca das sciencias sociaes*, de que sairam alguns tomos. A morte de Oliveira Martins foi muito sentida. Na camara dos deputados fez o sr. conselheiro Francisco da Veiga Beirão o seu elogio historico, na sessão de 24 de outubro de 1894. No anno de 1903, uma commissão de amigos dedicados de Oliveira Martins mandou erigir no cemiterio dos Prazeres um jazigo-monumento á sua memoria, para onde fôram trasladados no dia 21 de novembro d'esse anno os seus restos mortaes, que se conservavam depositados no jazigo de sua familia. Conjuntamente fôram recolhidos uo novo jazigo os restos mortaes de sua mãe, D. Maria Henriqueta Moraes de Oliveira, sendo os officios funebres celebrados na capella do cemiterio. O tumulo é trabalho do apreciado esculptor Teixeira Lopes, assim como a estatua da Historia, que se vê ali collocada. Bibliographia: *Do principio federativo e sua applicação á peninsula hispanica;* série de artigos no *Jornal do Commercio*, de 19, 21, 22, 24 e 25 de setembro de 1869; *Os Lusiadas*; *ensaio sobre Camões e a sua obra, em relação á sociedade portugueza e ao movimento da renascença*, Porto, 1872; *Portugal e socialismo*; *exame constitucional da sociedade portugueza e sua reorganisação pelo socialismo*, Lisboa, 1873; *Theoria do socialismo; evolução politica e economica das sociedades na Europa*, Lisboa, 1873; *Theophilo Braga e o cancioneiro; A reorganisação do Banco de Portugal*, Porto, 1877; *As eleições*, Porto, 1878; *O hellenismo e a civilisação christã*, Porto, 1878; *A circulação fiduciaria*, etc., Lisboa, 1883; *Historia da civilisação iberica*, Porto, 1880; *Historia de Portugal*, 2 tomos, Porto, 1882; *O Brazil e as colonias portuguezas*, Porto, 1881; *Portugal contemporaneo*, 2 tomos, Porto, 1881; a respeito d'esta obra escreveu José Joaquim Rodrigues de Freitas uma extensa carta ao autor, impressa em separado, com o titulo de *Portugal contemporaneo do sr. Oliveira Martins*, Porto, 1881; *Elementos de anthropologia; historia natural do homem*, Porto, 1881; *As raças humanas e a civilisação primitiva*, Porto, 1881; *A linguistica*; *Systema dos mythos religiosos*, Porto, 1882; *Quadro das instituições primitivas*, Porto, 1883; *O regimen das riquezas, elementos de chrematistica*, Porto, 1883; *Taboas de chronologia e geographia historica*; *Portugal nos mares; Navegação e descobrimentos dos portuguezes*; *Historia da republica romana; Phebus Moniz; O artigo «Banco» no Diccionario Universal; Politica e economia nacional; Elogio historico de Anselmo Braamcamp; O*

emprestimo portuguez de 1832; *Carteira d'um jornalista; Portugal em Africa; Inglaterra; Inglaterra de hoje; A população e a emigração; Theorias das instituições politicas; Geographia politica e estatistica das nações*; *Os filhos de D. João I*; *D. Nuno Alvares Pereira*. Quando falleceu andava escrevendo um livro de critica historica do tempo de D. João II, que foi depois concluido por Carlos Lobo d'Avila. V. *Lobo d'Avila (Carlos).*

Oliveira Martins *(José Simões de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, professor em Lisboa e em Vizeu, advogado, etc. Era natural de Vizeu, e falleceu em Lisboa a 27 de janeiro de 1908. Tendo concluido com distincção a sua formatura em 28 de junho de 1881, foi professor em Lisboa e em Vizeu, onde contava as maiores dedicações. Entrou na magistratura em 1889 como agente privativo do ministerio publico, do tribunal administrativo de Vizeu. Em 1893 foi encarregado provisoriamente das funcções de agente do ministerio publico nos processos de execuções fiscaes do concelho de Braga, d'onde passou no mesmo anno e em identicas condições para o primeiro bairro do Porto, e no anno seguinte para Lisboa. Em 1895 era nomeado delegado do procurador régio para a comarca de Redondo. Em 1904 foi promovido a juiz de direito para a comarca de Benavente, sendo pouco depois nomeado auditor do conselho de guerra e marinha, e auditor do ministerio da marinha, logares que exercia quando falleceu. Em politica estava filiado no partido progressista, e foi deputado por Vizeu e por Vianna do Castello. Foi tambem commissario régio junto da Companhia dos Caminhos de ferro da Zambezia.

Oliveira Mattos *(Francisco Xavier de)*. Doutor em Leis e lente da Universidade de Coimbra. N. em Serpa em 1762, fal. repentinamente em Coimbra a 22 de janeiro de 1808. Tinha apenas 15 annos de edade quando se matriculou na Universidade, doutorando-se aos 20, no anno de 1782. Em 1788 foi convidado para entrar para o collegio das ordens militares, sendo pouco depois promovido a lente da sua faculdade. Nomeado para a Relação do Porto, foi em seguida escolhido para membro da junta dos estudos menores, e n'essa qualidade prestou relevantissimos serviços. Dirigiu em 1797 a publicação das *Ordenações do senhor rei D. Manuel,* feita por ordem do principal Castro, em Coimbra, sendo sua a prefacção historica e philologica, que precede a mesma edição. Não consta que fizesse outra publicação. O bispo de Vizeu D. Francisco Alexandre Lobo escreveu o seu *Elogio historico,* que saiu no tomo I das *Obras* d'este prelado, a pag. 456.

Oliveira Mendes *(Luiz Antonio de)*. Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, advogado da Casa da Supplicação, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. na Bahia em 1750, onde tambem fal. depois do anno de 1814. Veiu para Lisboa, matriculou-se na referida Universidade, formou-se em Leis no anno de 1777, tendo tambem frequentado como voluntario as aulas de Philosophia e Medicina. Foi por muitos annos advogado na Casa da Supplicação, regressando depois ao Brazil. Escreveu: *Memoria analytico demonstrativa da machina de dilatação e de contracção, para soccorro nos incendios,* Lisboa, 1792, com uma estampa; *Tentativas ou ensaios, em que tem entrado o autor da machina de dilatação, e de contracção, e da Memoria analytica demonstrativa d'ella*, Lisboa, 1792. Sobre este assumpto veja-se uma *Memoria* do visconde de Villarinho de S. Romão, inserta nos *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional*, 1.° anno, pag. 221; veja se tambem o relatorio de 1871 sobre os serviços de incendios, escripto por Carlos José Barreiros, então inspector geral, a pag. 57. *Discurso academico ao programma: «Determinar em todos os seus symptomas as doenças agudas e chronicas, que mais frequentemente acommettem os pretos recem-chegados da Africa, examinando as causas da sua mortandade depois da sua chegada ao Brazil»*, etc.; inserto nas *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias*, tomo IV; *Discurso sobre a verdade ultrajada e triumphante*. Innocencio da Silva, no V vol. do *Diccionario bibliographico,* diz constar-lhe que saira impresso este discurso, acompanhado d'uma estampa, mas não pudéra obter vêl-o. D'uma nota autographa que conservava em seu poder, constava que o escriptor compuzera até ao anno de 1810 (data da referida nota) varias outras obras, que estavam ainda ineditas, não sabendo se acaso se imprimiram depois d'essa data, mas julga provavel que todas, ou a maior parte, se extraviariam por sua morte, se antes d'isso se não desencaminharam. Em seguida menciona os titulos das principaes: *Imperio da razão: dirigido a formar o homem util a si e á patria; o que em si comprehende os principios d'uma boa e perfeita educação*, etc. *Tomo I*, em cujo fim se achava o prospecto e indicação de capitulos que havia de concluir o tomo II; *Annotações sobre o augmento da agricultura de Portugal*; o autographo fôra offerecido e entregue pelo autor a Luiz Pinto de Sousa Coutinho, visconde de Balsemão, quando ministro de Estado; *O verdadeiro e perfeito heroismo do homem;* com uma estampa desenhada pelo mesmo autor; *A philaucia, ou demonstração dos erros e defeitos que são provenientes do amor proprio*; tambem com uma estampa, invenção do autor; *Memoria sobre a creação dos carneiros em Portugal, para que d'elles se possa extrahir lã tão fina, e de fio tão comprido como a de Hespanha e Berberia;* foi premiada pela Academia Real das Sciencias de Lisboa; *Memoria sobre o modo e o systema que se deve observar para se aperfeiçoarem as differentes especies de pinheiros em Portugal, de maneira que a sua madeira seja propria e applicavel para todos os usos, etc., ao que se junta a extracção do alcatrão*, etc ; *Discurso preliminar historico á descripção economica da comarca da cidade da Bahia, em que se entra no parallelo do commercio e da navegação antiga e moderna*, etc ; *Descripção economica da comarca da cidade da Bahia, a qual se termina com a taboa calculada das diversas especies dos seus habitantes; parte primeira das seis, em que ella se divide; Descripção da capitania de Moçambique, suas povoações e producções; A tragi-comedia de Berenice, drama epico; Diccionario da lingua africana, com restricção ao reino Dahomé, por ser o mais conhecido, e com quem mais se commercеia, além do de Angola;* existia completa a letra *A*, e estavam em continuação as seguintes: *Elogio historico do senhor rei D. Diniz; Oração latina, recitada em sessão, quando foi nomeado socio corres*

pondente da Academia; Oração latina, recitada em sessão da Academia, pelo fallecimento do seu presidente e fundador o duque de Lafões; com a traducção em portuguez; *Dodoneo sacro, em canto epico, e em rythma solta, feito ao magnifico e sumptuoso templo de Mafra*, etc.; na Bibliotheca do convento existia uma copia d'esta obra; *Memoria sobre os costumes dos povos africanos*; recitada na Academia; *Poema sobre o heroismo de Celico; cantos primeiro e segundo, com um discurso preliminar e introductivo*; *Memoria sobre o systema que se deve observar para a perfeita extracção da tinta do pau brazil*, etc.; recitada na Academia; *Memoria nautico-maritima sobre o modo com que se devem construir e carregar os navios, para que sejam mais veleiros*; tambem foi lida na Academia; *Systema que se deve observar nos dominios ultramarinos, para se conhecer nos sertões e nos mattos, que os paus de sufficiente grandeza e grossura, antes de serem cortados, se acham maduros e perfeitos para serem empregados na mastreação dos navios*, etc.; *Memoria sobre a melhoria dos carros*; com uma estampa; *Arbitrios sobre a extincção do papel-moeda*, em 1799; *Discurso preliminar e introductivo ás Novellas pindaricas*; *Novellas pindaricas, ou drama epico, obra muito interessante, e que bem póde passar por umas abreviadas Institutas das Bellas-letras*; *Novena de Nossa Senhora do Valle, com a historia da sua milagrosa imagem, tanto em Aragão, como em Portugal*, etc.; *Preliminares d'uns novos Estatutos para a fundação e estabelecimento da Socisdade Vespucina de homens de letras, que se deseja estabelecer na cidade da Bahia*; *Prelecções historicas, mythologicas, introductivas á Poesia, segundo a ordem alphabetica*; 2 volumes, comprehendendo as letras *A* a *E*.

Oliveira Miranda (*José Cabral Gordilho de*). General de divisão reformado. N. em Lisboa a 29 de outubro de 1833, onde tambem fal. a 31 de julho de 1907. Era filho do general Luiz Antonio de Oliveira Miranda. Assentou praça a 6 de agosto de 1850, sendo promovido a alferes em 29 de abril de 1851, a tenente em 28 de julho de 1858, a capitão em 3 de janeiro de 1865, a major em 10 de outubro de 1883, a tenente coronel em 31 de outubro de 1884, a coronel em 14 de maio de 1890, a general de brigada em 13 de maio de 1896, reformando-se em general de divisão em 31 de outubro de 1900. Foi durante muitos annos chefe do estado maior da primeira divisão militar, tendo sido no quartel general d'aquella divisão como adjuncto chefe e sub-chefe quando seu pae a commandava. Tambem serviu no mesmo quartel-general com os generaes visconde de Sagres e Campos. Commandou o corpo do estado maior general da quarta divisão, em Evora, e foi director da Escola do Exercito. Era grande official, commendador e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, e condecorado com a medalha do ouro de bons serviços, e com a de prata de comportamento exemplar. Havia casado com a sr.ª D. Adelaide Rosa de Oliveira Miranda.

Oliveira Moncada (*Francisco Xavier Cabral de*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, governador geral de Angola, deputado, etc. N. em Villa Nova de Constancia, e fal. em Lisboa a 4 de janeiro de 1908. Entrou na carreira da magistratura sendo nomeado delegado do procurador regio na comarca de Torres Novas em 1886, e foi transferido em 1889 para a 5.ª vara de Lisboa. Mais tarde serviu como delegado do 2.º districto criminal. Em 13 de janeiro de 1895 foi nomeado ajudante do procurador geral da Corôa, commissão em que permaneceu até ser promovido a juiz de 3.ª classe para Coruche. Por decreto de 19 de julho de 1900 foi nomeado governador geral da provincia de Angola, logar que desempenhou distinctamente até 1903, em que voltou ás suas funcções na procuradoria geral da Corôa. Em 1905 foi promovido a juiz de 2.ª classe para a comarca de Idanha-a-Nova, e em novembro de 1907 agraciado com o terço do ordenado, por haver completado 20 annos de exercicio na magistratura. Era commissario régio junto da Companhia dos Caminhos de Ferro de Benguella. Filiara-se no partido regenerador, e foi deputado nas legislaturas de 1896-1897, 1897-1899, 1904 e 1905.

Oliveira Monteiro (*Antonio de*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, lente de pathologia interna da Escola Medico-Cirurgica do Porto, conselheiro, deputado, par do reino, governador civil do Porto, etc. Fal. no Estoril, em julho de 1903. Depois da sua formatura foi despachado demonstrador da secção medica da Escola Medico-Cirurgica do Porto, por decreto de 18 de janeiro de 1870, tomando posse em 11 de março seguinte. Promovido a lente proprietario, por despacho de 11 de setembro de 1872, tomou posse a 15 do referido mez e anno, e sendo agraciado com o augmento do terço do vencimento por despacho de 11 de março de 1890, por ter 20 annos de bom e effectivo serviço. Seguindo a politica progressista, que serviu sempre com a maior lealdade, foi eleito vereador da camara municipal do Porto no triennio de 1887 a 1889, e eleito pelos collegas para o cargo de vice-presidente e vereador do pelouro dos incendios, sendo depois eleito presidente, pela morte do dr. Ayres de Gouveia. Foi reeleito para o triennio de 1890 1892, findo o qual deixou de pertencer ao municipio em conformidade da lei. Mas para o triennio de 1896 a 1898 saiu novamente vereador na celebre eleição por circulos, ficando a seu cargo o pelouro dos incendios. Deixou de fazer parte da vereação, por ter sido nomeado governador civil em 11 de fevereiro de 1897. No pelouro dos incendios prestou relevantes serviços. Por ter sido o continuador da reforma da corporação, iniciada em 1879 pelo conselheiro Correia de Barros, o então inspector dos incendios, Guilherme Gomes Fernandes, mandou collocar no seu gabinete o retrato do conselheiro Oliveira Monteiro. No seu relatorio referente a 1892, Gomes Fernandes dispensa palavras muito lisonjeiras aos serviços d'este vereador. Tomou posse do governo civil do Porto a 15 de fevereiro de 1897, e a 3 de agosto do mesmo anno fez entrega do cargo ao sr. conselheiro Augusto de Castilho, que tinha sido nomeado interinamente por despacho de 28 de julho. O conselheiro Oliveira Monteiro foi deputado pelo Porto em algumas legislaturas, e eleito par do reino, tomando posse na respectiva camara a 17 de março de 1898.

Oliveira Monteiro (*Antonio Maria de*). Gravador. N. em 1785 e fal. em 1845. Foi discipulo do professor Bartolozzi, que imitou muito na sua gravura da *Mater purissima*. Ha trabalhos seus

na *Flora Lusitana* e no *Tratado de architectura.*

Oliveira Mourão *(Leopoldo José de).* Inspector da Academia de Bellas Artes do Porto. Nasceu em Ilhavo em 1860. Fôram seus paes o dr. Antonio José de Oliveira Mourão, advogado commercialista distincto no Porto, onde falleceu em 1882, e D. Maria Antonia Mourão, tambem já fallecida. Em Ilhavo fez os seus primeiros estudos, indo para o Porto aos dez annos de edade. Ahi fez os seus estudos secundarios, seguindo depois para Coimbra, onde se formou em Direito. Ainda quintanista casou com uma senhora filha unica d'um rico commerciante e industrial do Porto, fixando residencia n'esta cidade. Com o estudo e as viagens pelo estrangeiro se illustrou bastante. Attrahido pela politica filiou-se no partido progressista, sendo logo nomeado administrador do concelho de Gaia e pouco depois governador civil substituto do Porto. Em 1892 representou em côrtes o circulo de Gaia, fazendo a sua estreia em 4 de julho de 1893. Occupando em 1897 o honroso cargo de presidente da Associação Commercial do Porto, onde a sua acção se tornou benefica para a solução de difficeis assumptos commerciaes, foi proposto pelo partido progressista deputado pelo Porto. Em outubro de 1904 foi novamente o sr. dr. Leopoldo Mourão investido no cargo de governador civil do Porto. Desvelado protector das créches de Santa Marinha de Gaia, o seu nome e o de sua esposa estão inscriptos entre os dos seus maiores protectores. Em janeiro de 1905 foi nomeado inspector da Academia de Bellas Artes do Porto. Na sessão solemne de distribuição de premios aos alumnos da mesma academia, em 1 de novembro de 1907, o sr. dr. Leopoldo Mourão, alludindo ao seu cargo, disse: «Cargo que occupo, menos pela minha competencia e saber do que pelo culto que tenho por cousas d'arte, e pelo enthusiasmo que sinto pelo progresso das bellas-artes no meu paiz.» Effectivamente o sr. dr. Leopoldo Mourão é de ha muito considerado um dos mais intelligentes amadores de bellas-artes e já em 1894, em seguida ao concurso para o monumento do infante D. Henrique, foi solicitada a sua opinião pelo jornal *Primeiro de Janeiro*, que assim se lhe referia: «Procurámos um dos nossos mais intelligentes amadores de bellas-artes, o sr. dr. Leopoldo Mourão. Muito lucido, com uma paixão intensa pelas coisas artisticas, muito illustrado nos livros e nas viagens, o dr. Leopoldo Mourão precisava de figurar aqui com o seu parecer. Não nol-o negou elle; pelo contrario, recebendo-nos no seu delicioso gabinete tão interessante de estatuetas, de quadros, de moveis preciosos e de *bibelots*, quiz conversar em franca palestra comnosco sobre o concurso.» *O Jornal de Ilhavo*, de 11 de fevereiro de 1906, publicou uma biographia, com retrato, do sr. dr. Leopoldo Mourão, com cuja collaboração se honra, tendo publicado em folhetins uma sua traducção do romance francez *O Grande Industrial.*

Oliveira do Paço *(Antonio Martins de Oliveira, 1.º visconde de)* Moço fidalgo com exercicio. Era natural do logar de Paço, freguezia do Sobrado, concelho de Vallongo. Foi agraciado com o titulo de visconde por decreto de 15 de maio de 1879, e com o fôro de fidalgo em 20 de setembro do mesmo anno. O seu brazão d'armas constava: Escudo partido em pala; a primeira cortada em faxa, em campo de ouro tres flôres de liz de purpura postas em roquete; na segunda, em campo negro duas faxas de ouro; na segunda pala, em campo de prata, uma oliveira de sua côr, com fructos e raizes de ouro. Este brazão foi concedido por alvará de mercê nova de 14 de setembro de 1879.

Oliveira Pimentel *(Julio Maximo de).* Foi visconde de Villa Maior. V. *este titulo.*

Oliveira Pinheiro *(Manuel Felix de).* Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra. Exerceu por longos annos em Lisboa a advocacia, com grande credito. Foi socio e presidente da Associação dos Advogados, etc. N. em Lisboa a 23 de março de 1774, e fal. a 21 de janeiro de 1845. Compoz numerosas allegações juridicas em muitos e variados processos, mas não consta que fôssem publicadas senão as seguintes: *Exposição que Luiz Antonio Esteves Freire e suas irmãs offerecem ao publico dos termos capitaes do pleito que lhes moveu Cypriano Antonio, pedindo lhes restituição da herança de seu tio o ex.mo Cypriano Ribeiro Freire, com o fundamento de ser do mesmo filho natural*, Lisboa, 1828; sem o seu nome; *Discurso juridico, pronunciado na sessão solemne da Sociedade dos Advogados*, Lisboa, 1840; versa sobre a independencia do poder judicial. Na *Gazeta dos Tribunaes*, de 10 de fevereiro de 1845, vem publicado o seu *Elogio historico* escripto pelo dr. José Maria da Costa Silveira da Motta, recitado na Associação dos Advogados.

Oliveira Pinto *(José Julio de).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em Barqueiros, da provincia de Traz-os-Montes, em 1830; e fal. em 1868. Era filho d'um pintor de pouco valor. Matriculou-se na Universidade, sendo sempre premiado durante o curso. Foi conselheiro, deputado e official-maior da secretaria do ministerio da justiça. Era homem de grande intelligencia, mas d'um genio muito independente, não querendo nunca acceitar as opiniões, decidindo as questões sómente como elle as entendia. Como deputado era bom orador, mas os seus discursos resentiam-se muito d'esse defeito, e as suas palavras tornavam-se por vezes asperas e offensivas, chegando á grosseria. N'uma sessão das côrtes dirigiu algumas palavras amargas e grosseiras a um respeitavel deputado já bastante edoso, Manuel de Sá Nogueira, irmão do marquez de Sá da Bandeira, e obstinando-se em não querer retirar as expressões inconvenientes que proferira, antes aggravando-as com outras grosserias, um sobrinho do offendido, Miguel de Sá Nogueira, official do exercito, o desafiou, e n'esse duello falleceu.

Oliveira Pinto *(Manuel de).* Bacharel formado em Direito Civil pela Universidade de Coimbra, desembargador da Relação do Porto, etc. N. em Cascaes, fal. em Lisboa em 1754. Era filho de Jeronymo Ferreira de Oliveira e de Colecta de Campos Tolosa. Foi juiz de fóra da villa do Crato, provido a 6 de novembro de 1729, d'onde passou a juiz de fóra da cidade de Olinda, capital do estado de Pernambuco, ouvidor em Alemquer e auditor da gente militar da provincia do Alemtejo. Publicou em seu nome no anno de 1730 uma obra escripta em latim, por seu irmão o P. Antonio da Annunciação.

Oliveira Pires (*Julio Augusto de*). General de brigada. N. em Lisboa a 6 de novembro de 1836, onde tambem fal. em 27 de abril de 1897. Era filho de José Antonio Pires e de D. Marianna Carlota de Oliveira Pires. Tinha os cursos do Real Collegio Militar e da arma de infantaria. Assentou praça no regimento de infantaria n.º 16 em 11 de agosto de 1853, sendo promovido a alferes em 4 de outubro de 1865, a tenente em 12 de setembro de 1866, a capitão em 8 de outubro de 1873, a major em 31 de outubro de 1884, a tenente coronel em 17 de agosto de 1887, a coronel em 5 de fevereiro de 1890, e a general de brigada em 4 de janeiro de 1897. Por decreto de 20 de abril de 1868 foi nomeado a ijunto á primeira direcção da secretaria de estado dos negocios da guerra. Em 16 de novembro do mesmo anno foi nomeado para auxiliar o secretario da commissão de que era presidente o general de divisão José Maria Baldy, encarregada de elaborar um projecto de programmas de exames para os postos de major e de general de brigada. Em 15 de outubro de 1873 foi nomeado professor da cadeira de geographia, chronologia e historia, do Real Collegio Militar; por decreto de 31 de outubro de 1884. foi major do estado-maior de infantaria; tomou parte da commissão de codificação da legislação militar, e da de aperfeiçoamento da arma de infantaria. Durante muitos annos commandou o regimento de infantaria n.º 16, onde prestou assignalados serviços. Em 1893, estando no poder um ministerio presidido pelo conselheiro José Dias Ferreira, foi eleito deputado, sendo escolhido para relator do projecto de resposta ao discurso da corôa. Em 1895 fez parte da commissão das festas do centenario antonino. Por mais d'uma vez, pelo seu elevado merecimento, esteve indigitado para ministro da guerra. Era socio da Sociedade de Geographia de Lisboa, de que foi vice-presidente, cargo que exercia quando falleceu. O Instituto Polytechnico brazileiro o elegeu seu socio correspondente. Collaborou em varios jornaes, entre elles, a *Revista militar* e o *Diario Illustrado*, onde publicou a biographia do general D. Carlos Mascarenhas; no *Correio da Europa* escreveu artigos necrologicos do arcebispo de Gôa D. Ayres de Ornellas, e do visconde do Rio Branco. Era grande official, commendador e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz; cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição, e possuia a medalha de prata de comportamento exemplar. Tambem possuia as seguintes distincções das ordens estrangeiras: commendador de Izabel a Catholica e de Carlos III, de Hespanha; da Rosa do Brazil, de S. Mauricio e S. Lazaro de Italia, de Leopoldo da Belgica, cavalleiro da 3.ª classe da de S. Estanislau da Russia. Foi casado com D. Maria Joanna Silveira da Motta Oliveira Pires, filha do advogado dr. José Maria da Costa Silveira da Motta, irmã do fallecido conselheiro dr. Ignacio Francisco da Silveira da Motta, e do tabellião, sr. José Xavier da Silveira da Motta.

Oliveira Pombinho (*Bernardino Justiniano*). Official bibliographo na Bibliotheca Publica de Lisboa, logar para que foi nomeado em 1 06. Fal., segundo parece, entre os annos de 1823 e 1825. Escreveu: *Poesias de B. J. O P. dedicadas a Elpino Duriense*, Lisboa, 1812; *Poesias*, Lisboa, 1817; *Poesias*, Lisboa, 1820.

Oliveira Portugal (*Francisco José de*). Decano dos typographos do Porto. N. em 1823, e fal. em janeiro de 1902. Nos tempos agitados de 1846 alistou-se como voluntario no 2.º batalhão dos Artistas Portuenses, que tinha por major José Joaquim Gonçalves Bastos. Recebeu o posto de alferes, e quando terminou a guerra civil volveram todos, officiaes e soldados, ao trabalho a que tinham dedicado a sua actividade, e desde então Oliveira Portugal nunca mais deixou a typographia. Foi um dos fundadores da Associação dos Typographos Portuenses.

Oliveira Ramos (*João de*). Jornalista. N. em Ovar a 30 de maio de 1835, fal. no Porto em 1 de abril de 1909. Estudou no Porto, onde fez o curso de pharmacia. Dedicando-se ao jornalismo, começou a escrever em 1867, aproximadamente, no *Jornal do Porto*, onde permaneceu longo tem-

João de Oliveira Ramos

po, assumindo depois a direcção do *Progresso Commercial*, mais tarde da *Lucta*, sendo seus os artigos programmas d'estes jornaes que tanta acceitação tiveram, especialmente a *Lucta*, de que tambem era redactor Urbano Loureiro. Em 1875 entrou para a redacção do *Primeiro de Janeiro*, e ali se conservava ainda á data do seu fallecimento. Quer no artigo de polemica, quer na chronica litteraria e artistica, João Oliveira Ramos evidenciou sempre as suas grandes qualidades de escriptor vernaculo e elegante. Espirito d'uma grande cultura e coração d'uma grande bondade, os seus collegas do jornalismo chamavam-lhe o *Pae Ramos*. O distincto publicista foi um dos fundadores e o primeiro vice-presidente da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, tendo depois occupado a presidencia d'esta collectividade, a que prestou largos e relevantes serviços. Reconhecida a tantas dedi-

cações e desvelos, a Associação inaugurou ua sala das sessões o seu retrato a oleo, trabalho de grande valor artistico e de perfeita similhança, do apreciado pintor Julio Costa. A inauguração realisou-se em sessão solemne em 28 de novembro de 1897, seguindo-se um banquete de homenagem ao venerando jornalista. João d'Oliveira Ramos era socio do Instituto de Coimbra, socio honorario da Associação da Imprensa e da Assoção dos Jornalistas de Lisboa. Foi um dos fundadores da Sociedade de Geographia Commercial Portuense, instituida em 1880, para celebrar o tricentenario de Camões; presidente da commissão da imprensa portuense organisada em 1888 para angariar donativos para as victimas do incendio do theatro Baquet, prestando n'esta desoladora conjunctura muitos e bons serviços. Representou a Associação dos Jornalistas do Porto nos congressos da imprensa realisados em Lisboa e em Liége, 1898 e 1905, e tomou parte activa em todos os actos realisados pela imprensa portuense em defeza dos seus interesses e regalias. Oliveira Ramos era o decano dos jornalistas portuenses. Seu filho sr. Manuel Maria de Oliveira Ramos é major do Estado Maior, lente do Curso Superior de Letras e professor do Real Collegio Militar.

Oliveira Reguenga. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Oliveira Rollão *(Jorge Gaspar de).* Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Alpedrinha a 23 de abril de 1783, onde tambem fal, a 3 de novembro de 1833. Era filho de Antonio Gaspar d'Oliveira e de Izabel Joaquina de Oliveira Rollão. Frequentou com distincção a faculdade de Medicina, sendo premiado nos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º annos do respectivo curso, recebendo o grau de bacharel em 10 de junho de 1808, formando-se no anno seguinte. Exerceu largos annos a clinica na sua terra natal e suas proximidades. Escreveu: *Breve descripção topographica da villa de Alpedrinha e seu districto, na comarca de Castello Branco*, Lisboa, 1814, no *Jornal de Coimbra*, vol. VI, pag. 13; *Contas medicas, relativas a diversos mezes do anno de 1817*, Lisboa, 1818, no mesmo jornal, vol. XII, pag. 205.

Oliveira Serpa *(P. José de).* Presbytero secular e prégador afamado na cidade da Bahia, onde nasceu a 13 de janeiro de 1696. Fal. na segunda metade do seculo XVIII. Era filho de Francisco Alvares Carneiro e de D. Archangela Guedes de Brito. Estudou humanidades no collegio da Companhia de Jesus da sua patria, e philosophia, pelo que recebeu o grau de mestre em Artes. Frequentou tambem os estudos de Theologia e da Sagrada Escriptura, tomando depois ordens de presbytero. Escreveu: *Sermão da Soledade de Nossa Senhora, prégado na matriz de S. Pedro da Bahia em 27 de março de 1739*, Lisboa, 1740; *Sermão de Nossa Senhora da Porta do Céo, prégado na egreja de S. Pedro dos Clerigos da Bahia em 1743*. Lisboa, 1744; *Sermão da Conceição da Virgem Maria, prégado na egreja da Lapa*, etc., *em 1744*, Lisboa, 1746.

Oliveira e Silva *(Candido Antonio de).* Professor régio de Grammatica latina, na villa de Punhete, hoje Villa Nova de Constancia, terra da sua naturalidade. Escreveu: *Aviso aos estudantes de Grammatica latina, sobre o modo mais facil de estudar e analysar os periodos latinos, por mais extensos e embaraçados que sejam*, Lisboa, 1800; *Noticia analytica das aguas ferreas da villa de Punhete; seu modo de obrar, molestias em que são proprias, e direcções para o seu uso*, Lisboa, 1799.

Oliveira Soares *(Alexandre Augusto de).* Doutor em Medicina pela Escola de Paris, medico do hospital de S. José, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. n'esta cidade em 17 de novembro de 1811, onde tambem fal. em 9 de abril de 1841. Tendo estudado em Paris obteve em 1834 o diploma de doutor, tendo defendido em 7 d'agosto d'esse anno a sua these, que imprimiu em francez, com o titulo: *De l'Endermie et de son application au traitement des fièvres intermittentes*, etc. Voltando depois para Lisboa, foi nomeado medico extraordinario do hospital de S. José em 10 de novembro do referido anno de 1834, passando a medico de tarde e inspector da botica em 1838, e a director de enfermaria em 1839. Foi lente substituto da Escola Medico Cirurgica de Lisboa. Escreveu muitos artigos scientificos no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, no anno de 1835 e seguintes, entre os quaes se contam: *Algumas reflexões sobre a necessidade de uma reforma medica.* Publicou tambem os seguintes livros: *Considerações physiologico-praticas sobre a Medicina cutanea*, Lisboa, 1835; mandadas publicar pela Academia Real das Sciencias, a quem o seu autor as offerecera, recebendo n'essa occasião o titulo de socio; *Memorias para a historia da medicina portugueza desde o principio da monarchia até á fundação da Universidade*, Lisboa, 1835; *Historia da medicina lusitana*, manuscripto offerecido á Academia Real das Sciencias. Fal. contando apenas 30 annos de edade.

Oliveira Soares *(Antonio Maria de).* Cirurgião-medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, fallecido em Lisboa a 28 de junho de 1885. Era filho d'um distincto medico da armada. Desde a infancia o fascinou a vida do mar, e se attendesse aos seus proprios desejos teria feito o curso de official de marinha. Seu pae, porém, desejava que elle tambem se dedicasse á medicina, e o joven estudante, não querendo ir contra a vontade paterna, foi matricular-se na Escola Medica, e aos 19 annos de edade concluiu o curso, mas, para de algum modo lisonjear o seu amor pela vida maritima, alistou-se no quadro medico da armada. Depois de duas viagens a Africa, Oliveira Soares reconheceu que não podia continuar na vida aventurosa das viagens, na lucta das ondas embravecidas, e deixou a marinha, começando a exercer clinica em Lisboa, tornando-se logo tão afamado que o homem de estado Fontes Pereira de Mello o chamou para seu medico. Oliveira Soares foi nomeado em 1850 cirurgião extraordinario do hospital de S. José; em 5 de maio de 1865 para director do Banco, em 1 de junho de 1866 para director de enfermaria, passando em 1884 a fazer serviço no hospital de Rilhafolles. Foi sub delegado de saude, membro da junta de saude publica, etc. Fal. victima de diabetes. Escreveu muitos artigos valiosos em varios jornaes de medicina, e publicou em 1862 a *Estatistica medica do hospital de S. José.*

Oliveira Soares *(José Antonio de).* Um dos

maiores e mais considerados lavradores do Alemtejo. E' natural de Evora, e representante d'um dos mais importantes centros agricolas do paiz n'aquella provincia, por muito tempo chamada a *Charneca de Portugal*. Hoje, porém, felizmente, intelligencias superiores e grandes capacidades se teem occupado da agricultura nacional, e aos seus esforços se devem os progressos, de que dão testemunho importantes instituições completamente modernas, como são os syndicatos agricolas, as adegas sociaes, as associações de agricultura, os mercados centraes de productos agricolas e outras. A todas estas instituições, existentes na provincia do Alemtejo, o sr. conselheiro Oliveira Soares tem prestado o valioso concurso da sua superior instrucção, da sua energica e intelligente iniciativa e boa vontade, e da sua fortuna agricola, que é das primeiras do districto de Evora. O sr. conselheiro Oliveira Soares é presidente da direcção do benemerito Real Syndicato Agricola de Evora, outr'ora Federação agricola do districto de Evora, a que egualmente presidiu. Tem prestado grandes serviços ao Syndicato, e portanto aos interesses agricolas de Evora. E' tambem antigo presidente da Delegação do Mercado Central de productos agricolas em Evora, e em 1903 era presidente da administração do armazem geral d'aquella cidade; é egualmente membro do conselho do Mercado Central, na qualidade de delegado da Real Associação Central de Agricultura Portugueza, vice presidente da assembléa geral da Adega regional do Alemtejo e presidente do conselho fiscal do Banco Eborense. Em maio de 1899 el-rei D. Carlos, tendo ido a Evora assistir a uma imponente festa agricola em sua honra, ali realisada, reconheceu serem tão valiosos os serviços prestados pelo *Syndicato Agricola* e pelo seu presidente, que ao Syndicato deu as honras da sua presidencia honoraria e o titulo de Real, e ao presidente, o sr. conselheiro Oliveira Soares, a commenda e a gran-cruz do Merito Agricola. Além dos seus meritorios serviços na cooperação collectiva em bem da agricultura nacional, o abastado proprietario tem enriquecido a industria agricola com os bons creditos dos artigos produzidos nas suas herdades de *Pera Manca*, entre os quaes se assignalam os vinhos brancos fabricados com a celebre casta *gallego dourado*, que alcançam sempre os primeiros premios nas exposições onde apparecem, possuindo já as medalhas de ouro e prata nos certamens industriaes agricolas de Paris, Bordéos, Arcachon, Rochefort, Marselha, Cannes, etc. Na Exposição Pecuaria Agricola, que ha poucos annos se realisou em Evora, sendo presidida por el-rei D. Carlos, e louvada em portaria datada, d'aquella cidade, ficou bem patenteada a actividade e dedicação do sr. conselheiro Oliveira Soares pela causa agricola d'essa região. Reconhecendo el rei os seus altos serviços, concedeu lhe a carta de conselheiro. Essas mercês não ensoberbecem o agraciado que, desempenhando n'outro tempo o logar de governador civil do seu districto e de membro da commissão districtal, e sendo hoje membro do conselho de agricultura districtal, põe acima dos interesses politicos o interesse superior do paiz, e em particular o do districto de Evora. Está filiado no partido regenerador-liberal.

Oliveira e Sousa (*Antonio das Neves*). Reitor da Universidade de Coimbra. N. em Coja, do concelho de Arganil, e formou se em 1869, obtendo sempre durante o curso as primeiras classificações. Em 1870 foi nomeado administrador do concelho de Oliveira do Hospital, onde teve de superintender em casos difficeis de resolver. Em seguida foi despachado delegado do ministerio publico para a comarca de Taboa, depois transferido para a de Montemór-o-Velho, mais tarde para Coimbra. Em 1882 foi nomeado juiz para a comarca de Anciães, em 1885 para a das Caldas da Rainha, e em 1887 para a de Almada, onde tratou e julgou o caso dos 50 incendiarios de Cezimbra, a bordo do *Africa*, serviço de que foi especialmente encarregado pelo ministerio da justiça. Em 1890, sendo governador civil do districto de Coimbra, conseguiu, com o seu bom criterio e bondade natural, serenar os animos, que estavam exaltados, por parte da população academica, quando se deu o caso do *ultimatum* de janeiro d'esse anno. Voltou novamente ao cargo de juiz para as Caldas da Rainha, e pouco depois, teve transferencia para Lisboa, vindo para o juizo de instrucção criminal executar pela primeira vez a lei da imprensa. Tornando a ser novamente governador civil de Coimbra, ali se conservou até 1896, voltando então a Lisboa como juiz da segunda vara civel, logar que desempenhou durante tres annos, sendo então despachado desembargador da Relação de Ponta Delgada, e em agosto de 1905 auditor do Tribunal Superior do Contencioso Fiscal. Em 1907 foi collocado na Relação de Lisboa como juiz desembargador, sendo em novembro d'esse anno nomeado reitor da Universidade de Coimbra, quando deixou aquelle cargo o sr. conselheiro D. João d'Alarcão. O sr. conselheiro Neves e Sousa é casado com a sr.ª D. Adelaide Sant'Iago.

Oliveira e Sousa (*José de*). Contador dos contos do Reino e Casa. N. em Lisboa em 1680, e fal. em Vienna d'Austria a 6 de janeiro de 1731. Era filho de Manuel Luiz de Sousa e de Barbara de Oliveira. Foi escrivão do thesoureiro da embaixada do marquez de Alegrete a Vienna d'Austria em 1708, e tão pomposa foi essa embaixada que realmente precisavam as suas finanças de uma organisação desenvolvida; depois serviu de secretario ao conde de Tarouca, plenipotenciario no congresso de Utrecht, em que se assignou, em 1715, o tratado de paz conhecido por aquelle nome. Por sua morte deixou uma numerosa livraria, principalmente de obras historicas. Publicou apenas um epitalamio, escripto em hespanhol, dedicado ao casamento de D. João V, que se imprimiu em 1708.

Oliveira e Sousa (*D. José Luiz de Saldanha*). Moço fidalgo com exercicio, bacharel formado em Mathematica e Philosophia pela Universidade de Coimbra, antigo director da Casa da Moeda, deputado, addido honorario á legação portugueza em Madrid, etc. N. em Lisboa a 31 de maio de 1839, sendo filho de João de Saldanha Oliveira Juzarte Figueira e Sousa, 3.º conde de Rio Maior (V. *este titulo*), e da condessa, sua mulher, D. Izabel de Sousa Botelho Mourão e Vasconcellos; irmão do 4.º conde e 1.º marquez de Rio Maior, Antonio José Luiz de Saldanha Oliveira Juzarte Figueira e Sousa. Cursou o lyceu de Coimbra apenas um anno, fazendo então exame de todas as disciplinas que constituiam o curso

d'aquelle estabelecimento, obtendo approvação *nemine discrepante*. Em 1861, contando 22 annos de edade, concluiu os seus estudos na Universidade de Coimbra, formando-se nas faculdades já citadas, alcançando durante o curso as primeiras distincções. Veiu para Lisboa matricular-se na Escola do Exercito, e em 1862 partiu para França, onde se conservou até 1864, dedicando-se aos estudos e trabalhos de chimica, mineralogia, physica e mineralogia descriptiva, com os mestres mais afamados d'estas sciencias n'aquella epoca. Por elle fôram examinadas, em casa do celebre mineralogista Laeman, parte das collecções de mineraes, que, n'esse periodo, vieram para os museus e escolas de Lisboa, Porto, Coimbra, e outras do paiz. Em 1864 concorreu á 7.ª cadeira do Instituto Industrial de Lisboa, em opposição a Antonio Augusto de Aguiar, que foi o preferido. Em 1865 teve a nomeação de ensaiador fiscal da Casa da Moeda e Papel Sellado, sendo em seguida encarregado da direcção d'aquelle estabelecimento do Estado, emquanto o director effectivo occupava a cadeira ministerial para que fôra nomeado, periodo em que prestou importantes serviços, que lhe valeram ser nomeado director effectivo em 25 de maio de 1870, cargo de que se exonerou a seu pedido, em 1880. Em 1865 foi nomeado addido honorario á legação portugueza na côrte de Madrid, não chegando a ausentar-se do reino por ter sido requisitado para o serviço da Alfandega de Lisboa, na qualidade de perito. Em 1880, sendo eleito deputado, cedeu os seus honorarios em favor de diversas casas de beneficencia, o que repetiu em 1882, na legislatura em que tornou a ser eleito. O sr. D. José Luiz de Saldanha e Sousa é socio da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, desde o anno de 1867; da Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes, para cujo desenvolvimento muito contribuiu; da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, desde 1871; da Sociedade de Geographia; da Soeidade Pharmaceutica Lusitana, do Instituto de Coimbra, da Real Associação Central de Agricultura Portugueza, em que tem exercido cargos elevados, tornando se notavel a fórma como dirigiu os trabalhos do Congresso Agricola reunido em Lisboa no anno de 1888; membro do Congresso Municipal de Beneficencia Publica, socio da Associação Protectora das Escolas Asylos para rapazes pobres, membro da confraria de caridade da freguezia de S. José, da commissão administrativa do Asylo de D. Maria Pia, do asylo para educação de costureiras e creadas, da caixa de soccorros dos operarios da Casa da Moeda; da Associação Central Primeiro de Dezembro, do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, do Monte-pio official, da Associação dos Empregados do Estado e da Sociedade da Cruz Vermelha. Casou em 16 de outubro de 1873 com D. Barbara Maria Tavares Proença, filha de Francisco Tavares de Almeida Proença, par do reino, doutor em Direito, etc., que fal. em 25 de agosto de 1872, e de sua mulher, D. Maria da Piedade Fevereiro. Bibliographia: *Noções de philosophia chimica*, Lisboa, 1866; *Breves reflexões sobre a moeda*, Lisboa, 1866; *Algumas palavras sobre tres hypotheses scientificas em philosophia, chamada positiva*, Lisboa, 1867; *Algumas considerações sobre a crise agricola*, Lisboa, 18 6, *Memoria sobre os minerios de cobre, seu valor commercial e ensaios industriaes dos mesmos minerios;* saiu no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, 1871, tomo II; *Noções de geometria descriptiva*; no *Instituto*, de Coimbra, vol. XVI, pag. 1 3 e seguintes; *Um protesto contra a duvida*, Lisboa, 1868; *Portugal perante as convenções monetarias*; na *Gazeta de Portugal*, de 10 de agosto de 1867; *Memoria sobre os ensaios chimicos por meio dos licores graduados, offerecida á Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, etc., Lisboa, 1870; *Estatistica das moedas de ouro, prata, cobre e bronze que se cunharam na casa da moeda de Lisboa desde o primeiro de janeiro de 1782 até 31 de dezembro de 1871, segundo consta dos respectivos livros que existem na mesma repartição*, Lisboa, 1873; *Catalogo dos punções, matrizes e cunhos de moeda, existentes na casa da moeda, organisado pelo gravador Casimiro José de Lima por ordem da direcção*, etc., Lisboa, 1873; com uma gravura; *Apontamentos para a historia da gravura em Portugal*, Lisboa, 1873; *Repertorio chronologico de parte da legislação portugueza sobre a moeda*, Lisboa, 1873; *Apontamentos para a historia da moeda em Portugal*, Lisboa, 1879; publicação feita na presença dos documentos pertencentes ao cartorio da Casa da Moeda, comprehendendo uma série de mappas demonstrativos, de 1517 a 1525, organisados por Pedro José Marcos Fernandes, perito em paleographia, acompanhado de notas e extractos; *Breves considerações sobre a guarda do domingo*, Lisboa, 1882; *A questão operaria*, Lisboa, 1897; etc. Foi collaborador effectivo do jornal *Autonomia Portugueza*; tem publicado muitos relatorios de diversas sociedades, e muitos artigos em jornaes politicos, scientificos e litterarios. O sr. D. José Luiz de Saldanha Oliveira e Sousa concorreu muito para o progresso da Casa da Moeda, que a collocou a par com as casas similares do estrangeiro. Tem sido um devotado propugnador do progresso da agricultura nacional, que considera uma das fontes mais opulentas da riqueza publica.

Oliveira e Sousa *(Simão de)*. Doutor em Medicina. N. em Lisboa em 10 de agosto de 1673, fal. no meado do seculo XVIII. Era filho de Manuel de Oliveira e Sousa, cavalleiro da ordem de S. Thiago, e de D. Maria do O'. Escreveu: *Finezas de Jesus Christo e affectos da alma amante*, Lisboa, 1738; *Peregrinação de Angelica, desde que saiu dos jardins do proprio conhecimento, d'onde nasceu, até que recebeu o habito das virtudes no convento da Santa Pobreza, onde professou*, etc., Lisboa, 1738.

Oliveira Tavares (*Hilario de*). Escriptor, natural de Lisboa, e que viveu no seculo XVIII. Era filho de Alexandre de Oliveira, e foi creado do infante D. Manuel, irmão de João V. Dos seus escriptos apenas se conhece publicada uma *Novena de S. Braz*, em 1731.

Oliveira Tavares Junior *(José de)*. Nasceu em Cardigos, da provincia da Beira Baixa, a 22 de março de 1857, sendo filho de Joaquim de Oliveira Tavares e de D. Luciana Maria Tavares. Não podendo seguir estudos regulares superiores, por circumstancias particulares, dedicou, comtudo, as horas de ocio aos classicos e poetas de melhor nota, adquirindo assim pela leitura uma instrucção variada. Foi presidente da junta de parochia da freguezia de Nossa Se-

nhora da Assumpção, de Cardigos, vereador da camara municipal de Mação, em 1883, e escrivão da mesa da Misericordia. A sua terra natal deve-lhe, no desempenho d'esses cargos, muitos serviços e alguns melhoramentos da sua iniciativa, dedicação e energia, taes como: a fundação d'uma importante bibliotheca popular; a creação do mercado, a construcção de estradas e pontes concelhias, etc. Foi redactor do jornal *Abrantino*, e collaborador do *Correio do Alemtejo*, onde publicou um romance original, com o pseudonymo de *Olivier*, o qual tem por titulo *Historia d'um retrato*. Era membro titular de primeira classe da Academia Montréal de Toulouse, e d'ella recebeu o diploma de menção honrosa no concurso litterario annual, por uma poesia *Tormenta*. Foi membro de outras sociedades litterarias. Escreveu: *Pétalas, poesias*, Lisboa, 1884, com o retrato do autor. Conservava ineditos um romance, uma comedia, que se representou n'um theatro particular, e outro volume de poesias.

Oliveira Travassos *(João Manuel Diniz)*. Archeologo. N. em Paião, bispado de Coimbra, em 10 de dezembro de 1835, fal. em 1879 ou 1880. Escreveu: *Breve noticia do real templo e mosteiro de S. Vicente de Fora e das pessoas reaes que n'elle jazem; O sitio de Monserrate em Cintra;* publicado no *Archivo Pittoresco*, tomo VII, n.º 31; *Monumento no sitio de Arroios*, idem, vol. VIII, n.º 4.

Oliveira Valle *(Joaquim José Maria de)*. Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra. N. na Granja, no districto de Evora, a 22 de novembro de 1835, fal. em Lisboa a 25 de julho de 1893. Era filho de José Ignacio de Oliveira Valle, e de sua mulher, D. Maria Carlota de Castro de Oliveira Valle; sobrinho de Fr. Francisco Ignacio de Oliveira Marreca, cavalleiro professo da ordem de Aviz, a quem deveu a sua educação litteraria e os cuidados d'um segundo pae. Matriculou-se na Universidade de Coimbra no anno lectivo de 1860-1861, e seguiu com distincção o curso de direito, tendo o segundo *accessit* no primeiro anno; o segundo premio no segundo anno; o terceiro *accessit* no terceiro; a classificação de distincto no quarto anno pela sua applicação e talento; e premiado com o segundo *accessit* no quinto anno; sendo no sexto anno, e na congregação final, approvado por unanimidade em procedimento e costumes, obtendo informações distinctas em merecimento litterario. Effeituou a sua formatura em 1865, e doutorou-se em 2 de junho de 1867, sendo seu padrinho o fallecido estadista conde de Casal Ribeiro. Em 1866 publicou a sua *Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas*, Coimbra, dedicada ao referido titular, de quem traz uma carta de agradecimento muito lisonjeira para o autor. O ponto dado pela faculdade, para esta dissertação, fôra: *Sendo muito diversos e deseguaes, de familia a familia, os onus, absolutamente necessarios, a que estão sujeitos os seus rendimentos, e por isso mui desegual tambem, de uns a outros contribuintes, o peso das contribuições; como deverá reformar-se a legislação financial de modo que haja verdadeira egualdade no imposto?* O autor desenvolveu a sua dissertação nas tres seguintes partes: 1.ª *O estado*, 2.ª *O imposto*, 3.ª *Finanças*. O dr. Oliveira Valle, antes de começar o curso de Direito, entrára como estudante ordinario na faculdade de Theologia no anno lectivo de 1859-1860. Depois estudou, e fez exame de allemão em 1866, e de grego em 1867. Exerceu a advocacia em Lisboa por muitos annos, em que muito se evidenciou. Foi deputado na legislatura de 1880-1881, pelo circulo de Moura, e durante os trabalhos parlamentares fez parte de diversas commissões importantes, como da legislação civil, de fazenda, etc. Fez tambem parte da commissão de jurisconsultos nomeada pelo governo para a revisão do codigo do processo criminal. Era socio effectivo do Instituto de Coimbra, da Associação dos Advogados, da Sociedade de Geographia de Lisboa, da Sociedade de Soccorros dos Operarios Fabricantes do Porto, da Associação dos Artistas, de Coimbra, e de outras corporações; era commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição. Para a *Exposição de Trabalhos Juridicos*, que em 1893 se abriu no Rio de Janeiro, havia o dr. Oliveira Valle enviado tres grossos volumes encadernados, contendo o 1.º cinco protestos; o 2.º as seguintes publicações: *Um crime serodio no Juizo de Extremoz; Um romance no tribunal de Extremoz. Consignação em deposito; Questões de Direito Civil; Embargos ao accordão de Parne n.º 179; Aggravo ao n.º 266, 1.ª resposta da condessa da Junqueira; Questões de simulação de contrato; Recurso de revista 10:731; Aggravo n.º 20:846; Um escandalo; Os filhos contra o pae; A verdade sobre o testamento de D. Candida Guilhermina Duarte, Memorial de José Antonio Rodrigues; Allegação a favor de Afredo de Sousa Calheiros, Supremo Tribunal de Justiça 520:496*. O 3.º volume constava de *theses-Dissertação inaugural*. Tambem enviara mais os seguintes folhetos: *Seguro maritimo; Eu e a Huelva; Questões forenses; O jogo do empurra; Um crime inventado; Pilatos no credo; Teratologia de um processo; Aqui d'El-Rei; Memorial de Francisco Limpo de Lacerda Ravasco; O Leão e o mosquito; Aggravo n.º 22:935; Supplica ao rei para a extincção de pena; Reclamação aos juizes do tribunal administrativo de Lisboa; Carta do conselheiro Carlos José de Oliveira*. Escreveu muitas allegações, recursos, embargos, e outras peças juridicas, que publicou em Lisboa. Sendo ainda estudante escreveu: *Carta de um academico da Universidade de Coimbra aos seus collegas*; sem data e sem o nome do autor, mas é de Coimbra, 1864; *Estudo sobre o drama de E. Bouzique «As dragonadas de Luiz XIV»*, Coimbra, 1864; é dedicado a Thomaz Ribeiro. Collaborou em diversos jornaes politicos, litterarios e scientificos.

Oliveira Vidal *(José Antonio de)*. Distincto pharmaceutico e chimico. Nasceu no ultimo quartel do seculo XVIII na villa e couto da Ermida. Fal. em Ilhavo em 1845, aos 60 annos de edade. Foi educado por seu tio materno, Frei Antonio do Presépe, sabendo bem francez, latim e inglez. Dedicando-se á pharmacia, era muito profundo em botanica e chimica, sendo-lhe passada carta de pharmaceutico em 6 de maio de 1807. Em 7 de novembro do mesmo anno abriu pharmacia em Ilhavo, n'uma casa da rua Direita, a qual por sua morte, pertenceu a um genro, seu antigo discipulo, e ali, embora reedificada, está hoje tambem estabelecida uma pharmacia d'um bisneto de Oliveira Vidal. N'aquella pharmacia trabalharam varios praticantes sob a habil direcção

de Oliveira Vidal. O laboratorio chimico pharmaceutico era importante, não faltando os alambiques de tamanhos varios, matrazes, retortas, cadinhos e almofarizes, tudo variado e até objectos de valor, como almofariz de marfim. Acompanhando todos os progressos, não se poupava a sacrificios pessoaes e pecuniarios. Em 1816 Carverton descobriu a quinina. Pouco tempo depois preparava-se o sulfato d'este alcaloide, segundo os processos de Henry, Pelletier e Cassola Oliveira Vidal preparou o precioso e então carissimo producto. Oliveira Vidal cultivava a caça e musica, como verdadeiro amador.

Oliveira Vidal *(José Candido Gomes de)*. N. em Ilhavo, aos 11 de março de 1829. Estudou preparatorios, inclusivamente inglez, com o dr. José Antonio Pereira Bilhano, depois arcebispo d'Evora, indo successivamente fazer os exames a Coimbra, onde obteve plena approvação. Fez o curso theologico no seminario d'Aveiro. Como o terminasse muito novo, foi frequentar o 1.º anno de chimica e physica na Universidade de Coimbra, onde obteve um premio pecuniario, não continuando por falta de meios. Disse a primeira missa em 6 d'outubro de 1851, obtendo para isso um breve de dispensa de 18 mezes de edade. Em junho de 1852 foi reger a egreja de Oliveira do Bairro, durante a ausencia do respectivo parocho, que estava em exercicio como lente de theologia na Universidade de Coimbra. Em 30 de junho do anno seguinte despediu-se d'aquella egreja por falta de saude, voltando para Ilhavo. Em 24 de junho de 1854 foi despachado professor de instrucção primaria para a cadeira do Valle d'Ilhavo, então creada de novo, e em 12 de julho de 1856 fez concurso e foi provido na cadeira de Ilhavo, por despacho de 27 de agosto do mesmo anno. A sua intelligencia dava-lhe jus a mais alguma cousa, mas o amor que sempre consagrou á familia, o seu viver modesto e o seu desprendimento pelas posições elevadas e lucrativas, conservou-o por alguns annos no acanhado meio da sua querida terra. Quando em junho de 1871 o arcebispo d'Evora, D. José Antonio Pereira Bilhano, foi assumir o governo da sua archidiocese, escolheu para seu secretario o seu antigo discipulo e nomeou o desembargador da relação ecclesiastica. Contristava o venerando arcebispo vêr tanta intelligencia e tamanha copia de saber esterillisar se na modesta villa, que a ambos tinha servido de berço. Resolveu por tanto arrancal o d'ali, e foi então que deu plenas provas da sua brilhante intelligencia e infatigavel actividade. Um escriptor, falando de Oliveira Vidal, disse: «ao lado do busto do santo arcebispo diz bem o medalhão do padre José Candido, collaborador consciencioso da remodelação administrativa por que passou no seu tempo a sé Eborense.» Em 1877 foi nomeado parocho da freguezia da Gloria, da cidade d'Aveiro, de que tomou posse em 2º de setembro do mesmo anno. Os seus serviços parochiaes andam na memoria de todos; ao mais inexcedivel zelo pelos assumptos da egreja alliava a mais evangelica caridade, especialmente pelos pobres seus parochianos. Em junho de 1879 foi escolhido pelo governador do bispado d'Aveiro para professor d'uma das cadeiras do curso de sciencias ecclesiasticas, que regeu até á extincção d'este curso, em 1884, com notavel proficiencia o com admiração e sympathia dos seus discipulos, que reconheciam n'elle um dos professores mais eruditos. Em 24 de agosto de 1880 foi nomeado vigario geral substituto d'esta mesma diocese, cujo governo exerceu por vezes. Com a extincção do bispado de Aveiro em 1882 foi nomeado arcypreste e director do curso ecclesiastico, que continuou a subsistir até 1884, por determinação do bispo de Coimbra, que no anno seguinte lhe concedeu as honras de conego da sua sé. Em 1885 foi nomeado director do collegio de *Santa Joanna*, da mesma cidade, e em 24 de fevereiro de 1866 nomeado reitor do lyceu nacional de Aveiro, logar que desempenhou até á morte, com geral applauso e sympathia do corpo docente e dos alumnos. A terra que lhe serviu de berço serviu-lhe tambem de sepultura, como desejava. Em 1890 sentira-se bastante doente e o mal ia fazendo os seus progressos. Com sacrificio cumpria os seus deveres officiaes. Nos principios de março de 1892, por conselho dos medicos foi para Ilhavo, esperançado em melhoras, que obteve, mas passageiras. Pelas 3 horas da tarde do dia 22 de março do mesmo anno de 1892 apagou-se a luz d'este claro espirito. Aveiro quasi em peso correu a Ilhavo a prestar homenagem á memoria do fallecido que sempre bondoso sacerdote que nunca recusou a sua cooperação a qualquer emprehendimento ou commemoração publica, fôsse qual fôsse a causa que a motivasse. Apezar de militar sempre no partido progressista, era respeitado e até querido pelo partido contrario, dizendo um jornal, orgão do partido regenerador:.. *era emfim um modelo de bondade e de abnegação.* No dia 27 do mez seguinte, na egreja que elle parochiára tão dignamente, celebraram-se solemnes exequias, com a assistencia do reverendo bispo de Coimbra e 45 sacerdotes. Tudo o que Aveiro tinha de mais illustre na burocracia, nas lettras, nas sciencias e nas artes, além de muitas irmandades o muito povo. Tudo de rigoroso luto. O elogio funebre foi feito pelo reverendo José Maria Castellão, orador de grande eloquencia, tambem já fallecido, que biographando o saudoso extincto disse: «O conego José Candido era extremamente modesto; queria viver ignorado, mas succedia-lhe como á pobre violeta que, escondida no seu canteiro de verdura, rescende aromas denunciando involuntariamente a sua existencia»

Oliveira Villas Boas *(José Joaquim)*. Conego da Basilica de Santa Maria, desembargador da Relação ecclesiastica do patriarchado, etc. Era natural de Lisboa, e fal. a 23 de setembro de 1 38. Consta ser parente muito proximo de D. Fr. Manuel do Cenaculo Villas Boas, arcebispo de Evora. Escreveu: *Relação das exequias celebradas na real basilica do Santissimo Coração de Jesus, no fallecimento da augusta e fidelissima senhora D. Maria I, rainha de Portugal, em os dias 22 e 23 de setembro, de 1816*, Lisboa, 1816.

Oliveiras. Povoações nas freguezias: N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. ‖ Santo Adrião, de Duas Egrejas, concelho de Penafiel, distr. do Porto. ‖ S. João Baptista, de Guidões, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. ‖ Santa Maria Maior, de Almacave, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. ‖ S. Pedro, de Polvoreira, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ S. João Baptista e conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Lourenço dos

Francos, conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa. || S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a Nova, distr. de Castello Branco. || Santa Maria do Castello e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Oliveiras de Baixo e de Cima. Duas povoações na freguezia de Ajuda, 4.º bairro de Lisboa.

Oliveirinha. Villa e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. de Taboa, districto e bisp. de Coimbra; 121 fog. e 474 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. Está situada n'um valle junto do rio de Cavallos, a 12 k. da séde do conc. A mitra apresentava o prior, que tinha 150$000 réis de rendimento annual. A pov. é muito antiga; foi cabeça de concelho. Tem carta foral, dada por el-rei D. Manuel em 15 de maio de 1514; é escripta em pergaminho regularmente conservado, que se encontrou no archivo da camara de Taboa em 1885. Abre com as armas nacionaes a côres, e tem illuminuras em todas as iniciaes de cada periodo. Na segunda pagina lê-se em nota de typo differente: «Este foral foi revogado por meio de sentença que o infante D. Henrique e o seu mosteiro de Santa Cruz offereceu contra elle no Juizo da corôa da Casa da Supplicação, que se extrahiu do processo em 18 de novembro de 1542 como no fim do foral se individua.» No fim do foral lê-se realmente parte d'um manuscripto do desembargador e conservador da Universidade de Coimbra, Fernando Rodrigues Pereira de Sousa Barradas, de 8 de junho de 1810, em que o juizo da Conservatoria da Universidade de Coimbra mandou averbar e juntar ao foral a sentença do Juizo da Corôa da Casa da Supplicação, pela qual se revogou o mesmo foral, mandando pagar os foros e pensões na fórma do tombo de Santa Cruz. A queixa foi dirigida a D. João III, que por alvará de 1538 autorisou os embargos, que tiveram como consequencia a sentença referida. Oliveirinha é terra bastante fertil, e pertence á 5.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. Ha aqui uma estação na linha do caminho de ferro da Beira Alta, entre as de Cannas de Senhorim e Carregal do Sal. Esta pov. foi elevada a villa por decreto de 16 de janeiro de 1906, ficando com a denominação de *Villa Nova de Oliveirinha*. || Pov. e freguezia de Santo Antonio, da prov. do Douro, conc., com. e distr. de Aveiro, bisp de Coimbra, 552 fog. e 2:114 hab. Está situada a 1 k. da estrada real de Aveiro a Coimbra, e a 7 da séde do conc. Tem escolas d'ambos os sexos, correio com serviço de posta rural; feira no dia 21 de cada mez. Esta pov. pertencia á freg. de Eixo, sendo, por decreto de 2 maio de 1849, creada a freguezia, ficando independente. (V. *Eixo*, no *Portugal*, vol. III, pag. 121). A terra é muito fertil em todos os generos do paiz, e abundante de peixe, tanto do rio Vouga como do mar. N'esta freg. está a casa do morgado da Oliveirinha, que foi vinculada até 30 de junho de 1860. O seu ultimo administrador foi Francisco Joaquim de Castro Côrte-Real, pae do sr. conselheiro José Luciano de Castro, chefe do partido progressista. Oliveirinha pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. || Povoações nas freguezias S. João Baptista, de Covas do Douro, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real || N. S.ª da Graça, de Envendos, conc. de Mação, distr. de Santarem. || S. Paio, de Oliveira, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Pedro, de Oliveira do Conde, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu.

Oliveirinhas. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Olivença (*D. Rodrigo Affonso de Mello, conde de*). Senhor de Ferreira de Aves, da quinta de Aguas de Peixes, etc. Foi guarda-mór de el-rei D. Affonso V; acompanhou este monarcha na jornada que fez a Africa, ficando por governador da cidade de Tanger, o primeiro que teve este cargo Acompanhou tambem D. João II a Arzilla, etc. Fundou em Evora o convento de S. João Evangelista dos frades loios, onde está sepultado. Foi agraciado com o titulo de conde de Olivença por carta régia de D. Affonso V, passada em 1475, e fal. a 29 de novembro de 1487. Casou com D. Izabel de Menezes, filha de Ayres Gomes da Silva, senhor de Vagos, e de sua mulher D. Brites de Menezes. D'este consorcio nasceram duas filhas: D. Margarida de Vilhena, primeira mulher de D. Pedro de Castro; e D. Filippa de Mello, mulher de D. Alvaro de Portugal, senhor do condado de Tentugal e 4.º filho do 2.º duque de Bragança. Foi seu filho D. Rodrigo de Mello, herdeiro por sua mãe do condado de Olivença, e do senhorio de Ferreira de Aves, etc. Foi o 1.º marquez de Ferreira, conde de Tentugal, e 3.º avô de D. Nuno Alvares Pereira de Mello, que foi o 1.º duque de Cadaval, em 1648. Ficou portanto o titulo de conde de Olivença incorporado na casa dos duques de Cadaval.

Olivença. Cidade e praça de guerra da provincia de Badajoz, Hespanha, mas que pertenceu a Portugal. Está situada n'uma planicie regada pelo rio do seu nome, na margem esquerda do rio Guadiana, a 20 k. da praça d'Elvas. Dizem ter sido fundada pelos elvios, logo depois da fundação de Elvas, no anno de 995, antes da vinda de Christo. Era uma villa e praça de guerra de pouca importancia da Extremadura hespanhola. Pelo tratado de paz, de Alcanices, celebrado em 12 de setembro de 1297, Fernando IV, de Castella, se ajustou casar com a infanta D. Constança, filha d'el-rei D. Diniz e da rainha Santa Izabel, sua mulher, e o filho d'estes, depois D. Affonso IV, com D. Beatriz, irmã do rei castelhano. N'esse tratado se decidiu que as villas e praças, e seus termos, de Olivença, Ouguella e Campo Maior, ficassem d'ali em deante, e para sempre, pertencendo a Portugal, e Aracêna e Aroche a Hespanha. D. Diniz tomou em tanta consideração a villa de Olivença que logo tratou de reedificar o seu velho castello mourisco, e desobstruiu e ampliou o seu fosso; povoou a villa com portuguezes e deu-lhe foral, em Lisboa, a 4 de janeiro de 1298, com todas as honras, privilegios, regalias e isenções do foral de Evora. Mais tarde, el rei D. Manuel deu-lhe novo foral, confirmando em tudo o antigo, em Santarem, no primeiro dia de junho de 1510. Conforme dissémos, Olivença era no fim do seculo XIII uma povoação de pouca importancia. Eram raros os edificios existentes dentro da fortaleza, assim como os que se levantavam fóra dos muros, onde se estendia um vasto olival, e foi n'esse olival que D. Diniz mandou que se alongas-

se a nova povoação, que se foi desenvolvendo progressivamente, tornando-se em pouco tempo uma das melhores da região. D. Diniz mandou fazer novas muralhas para circumdar a praça, em 1300, nas quaes se viam quatro portas; estas muralhas e o castello estavam muito arruinados no tempo d'el-rei D. Manuel, que mandou reedificar tudo em 1510. N'estas novas muralhas ficaram tres portas: *do Calvario*, *de S. Francisco* e *Porta Nova*, havendo tambem um postigo. Pelo mesmo tempo o referido monarcha mandou construir sobre o rio uma boa ponte, edificada sobre rochedos, com uma alta torre ao centro. Tinha Misericordia, voto em côrtes, um convento de religiosos da ordem de S. Francisco, fundado em 1446 á custa do povo, junto ao baluarte de S. Francisco, e um convento de freiras da mesma ordem, fundado pelo mesmo tempo, tambem á custa do povo. Em Olivença havia duas freguezias, que pertenciam ao bispado de Elvas: Santa Maria do Castello, cujo reitor era apresentado pela mitra e tinha 1:0$000 réis de rendimento, e Santa Maria Magdalena, sendo o reitor apresentado alternativamente pelo papa e pelo bispo de Elvas, com 21$000 réis de rendimento. O padroado da egreja matriz, Santa Maria d'Olivença, foi dado pelo rei D. Diniz ao mestrado da ordem de Aviz. O brazão, julga-se que foi concedido por D. João II em 1485, quando mandou construir no centro do castello uma solida e altissima torre. Este brazão consta do seguinte: Em campo branco um castello da sua côr, e sobre elle uma torre, tudo sobre uma planicie, tendo de cada lado uma oliveira verde, alludindo ao nome da villa. Sobre a porta do castello, chamado *da Graça*, está embutido na parede um escudo de pedra, tendo esculpida a figura d'uma mulher, coroada, empunhando um sceptro, tendo á direita as armas de Portugal e as de Aragão, e á esquerda uma oliveira. Representa a rainha Santa Izabel, infanta de Aragão, e mulher do fundador, ou reedificador do castello. Talvez que fôssem estas as primeiras armas da villa, dadas por D. Diniz quando lhe conceedeu o foral. Por baixo das armas lê se esta inscripção:

A PRIMEIRA PEDRA DESTE CASTELLO
FOI POSTA EM DIA DE S. MIGUEL,
E A POZ AQUI PEDRO LOURENÇO DO
REGO, EM TEMPO DEL REI D. DINIZ.
ERA 1344, QUE HE ANNO DE 1306.

A cinta de muralhas, mandada fazer por D. Manuel, não chegou a concluir-se por fallecer este monarcha. Em 20 de julho de 1641. um exercito castelhano, de 8:000 infantes e 2:000 cavallos, atacou esta praça, mas foi furiosamente repellido pela guarnição. Em 17 de setembro do mesmo anno, outro exercito castelhano, de egual numero de infantes e de cavallos, foi da mesma fórma valentemente repellido. Dez dias depois, 27 de setembro, tornaram ao ataque, ficando as armas portuguezas novamente victoriosas. Em 1643, os castelhanos principiaram a fazer correrias pelas nossas fronteiras do SE, atacando Olivença e Villa Viçosa, mas as guarnições d'estas praças defenderam se energicamente, e saindo a acommetter o exercito inimigo o desbarataram. A mesma sorte soffreram na Beira, Minho e Traz-os-Montes. D. João IV, em desforra, mandou as divisões portuguezas invadir a Extremadura hespanhola, as Castellas e Galliza, atacando Val-Verde, e poudo cêrco a Badajoz, porém tiveram de desistir da empresa. Em 12 de abril de 1657, sendo regente do reino a rainha D. Luiza de Gusmão, viuva de D. João IV, o general castelhano D. Francisco de Tutavila, duque de S. Germano, veiu pôr cêrco a Olivença com um exercito de mais de 6:000 infantes e 2:500 cavallos. Era então governador da praça Manuel de Saldanha. A guarnição era composta, na sua maior parte, de soldados habitantes da villa, que se defendiam valorosamente, mas sem disciplina nem sciencia militar. Vendo, porém, Saldanha e os seus officiaes que os soccorros não chegavam com a promptidão que desejavam, entregaram a praça aos castelhanos no dia 30 de maio do mesmo anno, sob honrosa capitulação. Manuel de Saldanha saiu da praça com 2.300 infantes e uma companhia de cavallaria. Os castelhanos entraram na praça no dia seguinte, puzeram-lhe guarnição, tendo por governador D. Jeronymo de Quinhones. N'esta conjuntura brilhou o patriotismo dos habitantes da villa, patenteando bem o horror ao jugo castelhano, porque sendo rogados pelo duque de S. Germano para que não abandonassem as suas casas e fazendas, nenhum anuuiu. S Germano publicou uma ordem para que aos que ficassem, se lhes dessem as propriedades dos que saissem mas não houve um só que acceitasse a offerta, preferindo a pobreza entre portuguezes, do que a riqueza entre castelhanos. O governo portuguez premiou a fidelidade, constancia e bravura dos populares, com todos os recursos precisos, emquanto estiveram fóra de suas casas. Saldanha e os seus officiaes tiveram castigo; Saldanha, depois de alguns annos de prisão, foi degredado por toda a vida para a India, e os seus officiaes fôram uns presos, e outros desterrados. Em janeiro de 1659, o conde de Cantanhede, depois marquez de Marialva, expulsou os castelhanos de Olivença, e restituiu a Portugal esta praça de guerra Em 1801 a França colligou-se com a Hespanha, para fazerem guerra á Inglaterra. O principe regente, depois D. João VI, recusou-se a entrar na liga, para que fôra convidado, o que motivou aquellas duas potencias declararem guerra a Portugal. Os hespanhoes e francezes, sob o commando de Godoy, invadiram o Alemtejo, e apoderaram-se de Olivença. Em 6 de junho do mesmo anno de 1801 assignaram-se os tratados de paz, chamados de *Badajoz*, por um dos quaes Portugal deixou á Hespanha, em refens, a praça de Olivença. Em 1805 Bonaparte prende á traição a familia real hespanhola. A Hespanha revolta-se contra os francezes, e o general castelhano Taranco, que tinha occupado a cidade do Porto com a sua divisão em 13 de dezembro de 1807, revolta se contra Bonaparte, em 6 de junho de 1808, e marcha para Hespanha com as suas tropas. A Hespanha entra na liga anglo-lusa; os francezes lhe tomaram varias praças, e entre ellas Olivença, que foi occupada pelos soldados de Massena. Em 5 de abril de 1811 o marechal general Beresford, com as tropas portuguezas, recuperou Olivença, que ficou de facto e de direito pertencendo a Portugal. A regencia do reino, levada por um impulso de mal entendida lealdade, tornou a entregar, em re-

fens, aos castelhanos a praça de Olivença, e estes a teem conservado no seu dominio, desde então, recusando se sempre a restituil-a.

Oliver *(Francisco Annibal)*. Capitão-tenente da armada. N. em 1865, e estudou na Escola Naval, em cujo curso foi classificado com o n.º 2; foi promovido a guarda-marinha em 1886, seguindo em 1887 para a estação de Angola, fazendo parte da esquadrilha de fiscalisação e operações do districto do Congo, commandando uma bateria de desembarque na occupação do Ambrisette, pelo que foi elogiado em diversos relatorios que o governador do Congo, então Neves Ferreira, dirigiu ao ministerio da marinha e ultramar. Sendo 2.º tenente foi duas vezes ao Brazil, sendo a ultima em 1893 na corveta *Affonso d'Albuquerque*, por occasião da revolta de Custodio de Mello contra o governo do marechal Floriano Peixoto. Esta commissão foi bem amarga, cheia de difficuldades que a todos os instantes surgiam, aggravadas pelo estado lastimoso em que se encontravam as corvetas *Mindello* e *Affonso d'Albuquerque*, e pela viagem d'estes dois navios ao Rio de Janeiro com 535 refugiados brazileiros, sob o açoite dos terriveis temporaes que frequentemente infestam as costas do Rio Grande do Sul e do Rio da Prata. Armado o vapor *Pedro III* em transporte de guerra, foi o sr. Francisco Annibal Oliver, já então 1.º tenente, escolhido para seu commandante, de que teve a exoneração quando os refugiados fugiram das duas corvetas e do transporte, do que resultou o rompimento das relações diplomaticas entre os governos de Portugal e do Brazil. Regressando ao reino como immediato da corveta *Affonso d'Albuquerque*, recebeu ordem de responder em conselho de guerra, juntamente com o commandante, o sr. conselheiro Augusto de Castilho. A audiencia realisou-se em janeiro de 1895, sendo os dois illustres accusados absolvidos por unanimidade de votos, absolvição que causou o maior enthusiasmo *(V. Portugal*, vol. II, pag. 912 e 913*)*. Nomeado adjunto do departamento do sul, em Faro, o sr. tenente Oliver desempenhou tambem os cargos de capitão do porto de Olhão, commandante da esquadrilha fiscal da costa do Algarve e commandante da canhoneira *Faro*. Exonerado d'esses cargos foi louvado em portaria de março de 1896, pelo *criterio, zelo e comprovada proficiencia* com que desempenhara as funcções de chefe d'aquelle departamento. Era director do serviço dos pharoes, quando foi requisitado pelo ministro da marinha, o fallecido conselheiro Ferreira d'Almeida, para o acompanhar, como adjunto, nas funcções de delegado do governo a bordo do transporte *Ambaca*, para conduzir á India uma expedição militar, e no regresso trazer ao reino a expedição commandada pelo sr. infante D. Affonso. Satisfeita esta commissão, voltou ao exercicio do seu cargo nos pharoes. Por uma portaria de outubro de 1896 foi louvado, por ter feito parte da commissão que elaborou as *Regras para evitar abalroamentos no mar*, ainda em vigor no anno de 1903. Sendo depois commandante do transporte *Salvador Correia*, na estação de Angola, ahi se conservou até setembro de 1898. De regresso ao reino voltou ao serviço dos pharoes, que é hoje a 5.ª repartição da direcção geral de marinha. Em 1900 seguiu para a divisão naval do Indico, onde pouco depois foi investido no commando interino da corveta *Affonso d'Albuquerque*, e no cargo de chefe do estado maior da mesma divisão até á chegada do cruzador *S. Raphael*, em 1901. Em julho de 1902 regressou ao reino como immediato da corveta *Rio Lima*, depois d'uma tormentosa viagem, em que mais uma vez se evidenciaram os seus meritos de distincto profissional. Novamente foi nomeado para a secção da 5.ª repartição da direcção geral de marinha.

Olivicultura. A cultura da oliveira, a industria do fabrico, tratamento e conservação do azeite. Corre entre os autores especialistas que a oliveira veiu da Grecia, sendo oriunda da Asia-menor. E' indubitavel que a *olea europœa sativa* é já velha na nossa arboricultura, occupando logar tão importante na industria agraria como a vinha e os cereaes. Privativa das regiões meridionaes a oliveira vegeta aqui com grande fructo, sendo notavel que a visinhança do mar muito contribue para o seu desenvolvimento. A olivicultura em Portugal é antiquissima. Romanos e arabes a exerceram com egual pericia. *Azeite* é nome arabe. Uns autores dizem que a oliveira foi transplantada do Atlas para a Attica e affirmam outros que veiu no littoral da Syria. Effectivamente, no anno 170 da fundação de Roma, foi trazida para Carthago pelos phenicios. No Atlas ella vegeta espontaneamente. Da Gallia, póde dizer-se que a oliveira foi ali introduzida pelos phocios depois que os romanos fizeram conhecer a sua cultura, que tanta riqueza deu á Italia. A oliveira é a arvore mais preciosa de toda a Europa do sul. Originaria, como se vê, da Asia, propagou-se pela Grecia, Africa, peninsula hispanica e Italia, trazida pelos povos que emigraram para estas regiões. Estando ligada e sendo centro de um enorme cyclo de mythos e tradições, póde-se comprehender como a oliveira mereceu sempre uma veneração especial. Os antigos consideravam-na como um symbolo de sabedoria, de paz, de abundancia, de gloria e de triumpho. O respeito religioso que os gregos lhe tributaram é extraordinario; havia inspectores encarregados de proteger estas arvores. Cada proprietario não podia arrancar mais de duas, nem empregar a madeira em cousas ordinarias. Chegava se á confiscação dos bens, e exilio, d'aquelle que fizesse o contrario. A colheita do fructo só era permittida ás mulheres. A religião christã venera a oliveira como symbolo de paz. No nosso paiz mereceu a olivicultura bem cedo bastantes cuidados. Acham-se reflexos de tal apreço em muitos documentos. Algumas camaras do reino além do respectivo regulamento dos lagares de azeite, dos regimentos do officio de *lagareiro* *(V. este nome)*, e suas posturas, comminavam penas importantes sobre os que mettessem gado a pastar nos olivedos. Essas penas eram pecuniarias e de prisão, e tanto as pagavam os pegureiros dos bois encontrados a pastar nos olivaes da terra com os proprios donos. A camara de Coimbra fez no seculo XIV a postura seguinte: «Que era en a uereaçom dese comcelho q de cada cabeça de boys que achasem audar no olinaaes e vinhas da dita cidade que pagassem por cada hun boy vynte soldos pera este concelho.» Em 1 60, houve uma sentença do sobrejuiz do rei, confirmando a de Affonso Martins Alvernaz, juiz de Coimbra, para que o prior

e mosteiro de Santa Cruz da referida cidade pagassem ao rendeiro da almotaçaria de Coimbra, na conformidade da postura que acima transcrevemos, a coima de seis libras dos seis bois do dito mosteiro que em fevereiro de 1359 fôram achados pelo jurado *(guarda)* nos olivaes de Trogalhia, termo da cidade, e bem assim mais cento e quatorze libras e cinco soldos e meio das custas singelas, etc. A extracção do azeite é praticada desde as mais remotas eras. Os processos usados eram simplicissimos e teem se conservado nas suas fórmas primitivas entre as populações musulmanas Aos processos usados em Portugal dão os entendidos origem romana. Os diversos processos de variavel perfeição influem extraordinariamente sobre a qualidade do azeite. O azeite virgem, sendo o primeiro que se extrae da azeitona, ainda a frio, é geralmente consumido e muito apreciado nos paizes productores. Ordinariamente um litro de azeite virgem custa cem vezes mais do que o de uso ordinario. Para obter o azeite é necessario esmagar a azeitona, para que toda a polpa largue o oleo que contém Esta operação faz se por meio de lagares, ou moinhos mais ou menos differentes, mas cujas peças fundamentaes são uma bacia e um tanque sobre o fundo do qual roda um cylindro ou mó. Um documento que evidencia quanto era estimada a industria do azeite é aquelle em que no anno de 1441 o infante D. Pedro no *consselho (côrtes)* de 24 de maio d'esse anno, em Torres Vedras, mandou passar o seguinte capitulo aos procuradores de Coimbra: «Que do serviço do rei e seus tios fôssem isentas as bestas dos lagareiros emquanto os lagares lavrassem.» Segundo o testemunho de autores do seculo XVIII, um lagar de azeite era complicada machina e officina com os seguintes instrumentos: fuso, vara, peso, chave, malhaes, tortual, concha, agulha, dormentes ou virgens, buxa, veio e porta, e ainda fornalha, caldeira, tarefas, roda, ceiras, frades, eutrosa, varanda, mó, balurdo, alguergues, pouso, bancaes, etc. Bluteau, no seu *Vocabulario*, explica que *bancaes* são uns ferros que estão dentro do peso de pedra, em cima, onde assenta o *balurdo*; *malhaes* são dois paus grossos que se põem em cima das taboas que assentam sobre as azeitonas; *alguergues* são as lageas redondas em que se descansam as ceiras quando teem dentro a azeitona que se está expremendo; o *fuso* é um pau, torneado em espiral, que entra pela porca que está na cabeça da vara e que aperta a prensa; *agulha* é um pau da grossura de um braço que se mette por duas pedras e pelo fundo da vara com a que tem ua mão; *roda* é a roda maior de todas as do lagar; a agua a faz girar com o eixo a que está presa, e este faz andar a varanda, entrosa e carretes; *entrosa* é a roda dentada que faz mover a chamada *varanda*; *chave* é um ferro de cerca de quarenta centimetros de comprido e que na ponta é curvo, servindo para metter no buraco do fuso e no do balurdo; *balurdo* é o ferro que se mette no peso ou pedra, e tem um buraco no meio, onde mette a chave para levantar o peso. Antigamente havia medidor e aferidor das medidas do azeite, tendo regimento proprio, como o que se conserva no archivo municipal de Coimbra. Ao azeite era fixado, como para vinho, o preço por todo o anno, conforme a novidade que houvesse, mas a exportação era tão larga que durante o anno encarecia muito. E' thema de varias consultas de algumas camaras esta venda para fóra e são notaveis as do senado lisbonense. A' cubiça dos Filippes, deveram na epoca do seu dominio os fabricantes de azeite as mais odiosas exacções. Ordenou o governo hespanhol que se tomasse para a fazenda real todo o bagaço dos engenhos de fazer azeite com o fim de o mandar novamente expremer. E' o que se vê do regimento de 15 de outubro de 1630, accrescentado em 28 de julho do anno seguinte. Intitulava-se essa operação *Beneficio do bagaço da azeitona*. Decretou-se tambem uma modificação nos lagares, e estabeleceu se que, depois dos processos ordinarios, até ali seguidos, se fizesse outra moedura do bagaço, e que o azeite extrahido pertenceria á corôa. Fôram nomeados administradores e recebedores em todas as comarcas, e andavam visitando os lagares mestres hespanhoes praticos em tal officio. E' interessante o *modo de executar o beneficio novo no bagaço da azeitona*, que diz assim: «Depois de feitas cinco moeduras de azeitona, e beneficiadas, na fórma ordinaria que se beneficia para seus donos, se ha de ir pondo á parte todo o bagaço, procedido das ditas moeduras, para de todo junto se fazer uma moedura; advertindo, em primeiro logar, que assim como se fôr tirando o bagaço que se fôr moendo, procedido da azeitona, um quarto de hora depois que estiver frio, quanto baste para se soffrer nas mãos, se ha-de ir desfazendo, de modo que fique aquella pasta e bolo, que sae dos ceirões, mui desfeito, para poder melhor ser lavado e não fique em torrões E logo se deitará todo o procedido d'estas cinco moeduras em um poço, conforme a planta que vae feita á parte, e se encherá da agua quente que corre das caldeiras, e com um ferro de cinco palmos, grossura de um dedo, esquinado em baixo, se revolverá o dito bagaço, mettendo dentro do dito poço um dos ditos lagareiros, de tal maneira, que faça revolver o dito bagaço, com que venha acima toda a grassa e casca da azeitona, a qual, como fôr saindo, a irá colhendo com uma joeira, a mais apertada que puder ser; e o que fôr colhendo na dita joeira o irá deitando á parte, em um repartimento, junto ao mesmo poço, conforme a planta. E depois de haver revolvido com o ferro o dito bagaço, quando parecer que está mais solto, com uma pá o revolverá, enchendo-a do dito bagaço, e com a mão dentro de agua o irá lavando e desfazendo em maneira que fique o caroço mui bem lavado; e assim como fôr fazendo esta diligencia e fôr subindo acima a grassa do azeite com a casca da azeitona a irá recolhendo com a joeira, deitando-a ua parte que fica dito. Feita esta lavagem sangrará o poço da agua, deixando-a baixar por um cano, que para esse effeito ha de ter, pondo-lhe o pé atravessado diante, para que escorra sómente a agua e fique dentro do poço o caroço, o qual, depois de bem escorrido dentro do poço, se tirará e deitará ao sol a enxugar, para que possa servir como d'antes para o lume. A agua russa que sáe do lagar se ha de recolher em um tanque pequeno, que chamam balseta, á qual todas as manhãs e tardes se ha de ir colhendo a grassa que sobe acima com a frescura do ar, e se ha de recolher com um peneiro pequeno, do tamanho d'um queijo; e o sedaço ha de ser da sorte com que em Portugal peneiram o pão ralo;

e colhida esta grassa e toda a que houver no tanque, se ha de ir recolhendo em uma quarta ou vasilha, que seja capaz para isso; porque esta grassa se ha de purificar, servindo para o effeito, que abaixo se dirá. E tratando do beneficio do bagaço que se tirou do poço, se advirta que não se ha de beneficiar, depois da lavado, no mesmo dia; porque, estando tão humido, se desfazia todo na moenda. E assim, ao segundo dia, se levará aonde se móe a azeitona, e será remoida aquella casca, sem que se lhe ajunte o caroço. E depois de remoida a dita casca meia hora, ou o parecer que basta, se metterá nas ceiras, como se costuma fazer á azeitona, deitando-lhe em cada ceira um prato ou dois da grassa que se recolheu da balsa; e revolvida dentro da ceira com um pau do tamanho de um covado, se lhe deitará uma caldeira d'agua quente, tornando a revolvel a toda, e se metterá debaixo da viga, como se fez com a azeitona; e depois de espremida na fórma ordinaria, se lhe tornará a dar outra calda d'agua quente, revolvida muito bem, e se tornará a metter debaixo da viga, onde ficará parte da noite até á madrugada, como se costuma fazer na azeitona. E este bagaço, que fica aqui, se torna a misturar com o caroço, que estava apartado a enxugar, revolvendo um com outro, com que fica servindo para o lume como d'antes.» A' primeira vista parece por estas disposições, e ainda por outras relativas ao assumpto, que effectivamente o governo hespanhol creára um pingue rendimento para a corôa, sem gravame do povo, tirado de um novo processo do fabrico de azeite, porém o seguinte capitulo, de uma carta enviada pela camara de Lisboa aos governadores do reino, em 6 de novembro de 1631, mostra bem a verdade: «It. Sobre a repisa do bagaço se tem enviado papeis a Sua Majestade, em que se mostra a pouca utilidade que d'isto póde resultar á sua real fazenda, e a muita vexação que se faz a seus vassallos, obrigando-os a dar o seu bagaço contra sua vontade, deixando de se aproveitar d'elle no lume que com elle se faz e no mantimento de seus gados, e sobre isso obrigando-os a fazer tanques á sua custa, que importam mais do que é o proveito que podem interessar, havendo de pedir o ganho aos rendeiros, com o que andam tão desanimados que antes querem perder os proprios lagares e ganhos d'elles.» No seculo XVIII a fabricação do azeite soffria as contrariedades do monopolio. Em Thomar eram obrigados os productores de azeitona a fazel-a moer nos lagares da ordem de Christo e no do alcaide-mór. Jacome Ratton, em 1810, escrevia: «E' necessario remover certos entraves que tanto embaraçam a cultura e perfeição d'este genero: como o privilegio exclusivo concedido nos seculos da ignorancia, contra o sagrado direito da propriedade, e interesses do Estado, as pessoas poderosas e corporações influentes, que só estas possam ter lagares de azeite. Eu, mesmo, em Thomar, fui testemunha ocular de tulhas e tulhas de azeitona, colhida nos mezes de dezembro e novembro, que á espera de vez só poderia ser moida no mez de maio!» A exportação do azeite fez-se desde antigas eras, como se verifica de alguns documentos. Assim, em 1399, a cidade de Coimbra permittiu aos seus moradores o venderem os seus azeites a mercadores nacionaes ou estrangeiros, e que estes livremente os pudessem exportar pela foz do Mondego (antigo *Livro de Provisões* da Camara de Coimbra, fl. 20). N'uma consulta da camara de Lisboa a D. João IV, em 26 de outubro de 1647, já se pede para impedir o encarecimento do azeite, devido á exportação. Apontava-se n'essa consulta que, sendo a novidade pouca, ainda assim o azeite era distrahido para fóra do reino, o que fazia com que na *pedra de Ver-o-pezo* se vendesse por nove tostões cada cantaro de azeite, «*e os pobres, que o compram por miudo, o pagam a razão de trez cruzados, e conforme a isto é sem duvida que pelo tempo em diante irá levantando com excesso.*» Pedia, pois, a camara ordene el-rei: «*que nenhuma pessoa possa mandar d'esta cidade para fóra d'ella e do reino nenhum azeite, sem licença d'este senado, como foi sempre costume.*» Em 1663, decidiu a camara de Lisboa que se impuzesse «*em todo o azeite, que entrar n'esta cidade e seu termo, meio tostão em cada cantaro por entrada, e um tostão por saida de todo o que se navegar pela barra fóra.*» As exportações do azeite no seculo XVI faziam-se especialmente para a Castella-a-Velha, Leão, Flandres, Allemanha, India, Brazil e ilhas. Os olivaes mais extensos eram os de Santarem, Thomar, Torres Novas, Abrantes e Coimbra, ao norte, e os de Serpa, Moura, Extremoz, Beja, Evora e Alvito, ao sul. O azeite de Coimbra era o mais apreciado. Embora a maioria dos agricultores usem ainda dos processos dos romanos no fabrico do azeite, o seu producto disputa primasias com o melhor azeite italiano, saindo com mais gloria e honrarias do grande certamen internacional que, em 1889, se effeituou em Paris. Ali, Portugal alcançou pelos azeites que expoz: 1 premio de honra, 23 medalhas de ouro, 53 medalhas de prata, 105 medalhas de bronze e 121 menções honrosas, ao todo 303 distincções. A Italia, celebrada por seus azeites, pelos seus processos aperfeiçoados de fabrico, não obteve no mesmo certamen nenhum premio de honra, e não alcançou mais de 6 medalhas de ouro, 5 de prata, 2 de bronze,—um total de 13 recompensas ou distincções. A Hespanha, grande productora de azeite, teve um premio de honra, 10 medalhas de ouro, 11 de prata, 8 de cobre e 4 menções honrosas, ao todo 34 distincções. Bibliographia: *Technologia rural*, de Ferreira Lapa: *Memoria sobre a cultura das oliveiras*, por João Antonio Dalla Bella; *Memoria sobre o modo de aperfeiçoar a manufactura do azeite em Portugal*, pelo mesmo autor; etc.

Olivosa (*Quinta da*). Na freg. de Santa Maria Maior e conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Olla (*Quinta da*). Na freg. de S. Silvestre, de Inguias, conc. de Belmonte, distr. de Castello Branco.

Ollas. Povoações nas freguezias: N. S.ª do Reclamador, de Casaes, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || N. S.ª do Rosario, de Valle de Figueira, conc. de S. João da Pesqueira, distr. de de Vizeu. || S. Bartholomeu, de Veiros, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. João da Boa Vista, de Oliveira de Fazemão, conc. de Táboa, distr. de Coimbra. || Ribeira do distr. de Coimbra. Nasce a 3 k. ao S de Táboa, corre a NE, e vae entrar no rio Mondego, proximo de Azere, com 6 k. de curso.

Ollo. Pov. na freg. de Santo Isidoro, de San-

che, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Rio do distr. do Porto. Nasce em Lamas d'Ollo, corre a SO, e entra no rio Tamega, na freg. de Gatão, com 35 k. de curso.

Olmos. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 202 fog. e 460 hab. Tem esc. do sexo fem., e caixa postal. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem direita do rio Azibo. Está annexada civilmente á freg. de Chacim. O abbade de Chacim apresentava o cura, que tinha rs. 6$000 de congrua e o pé d'altar. Pertence a pov. á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. Em Olmos existe uma nascente de aguas sulfurosas, denominadas de *Escarledo*, ficando a 13 k. de distancia.

Oló. Pov da freg. de S. Christovão, de Gondomil, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Olumbôa. Bahia do distr. e prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está situada na zona que formava o extincto distr. de Cabo Delgado.

Olympio *(Santo)*. Arcebispo de Toledo. Era natural de Lisboa, que então era ainda a antiga Ulyssipo. Assistiu aos concilios Gangrense, Sardilense, Cordubense, Toletano e Ariminense; escreveu obras theologicas que mereceram o applauso de Santo Agostinho, e fal. no dia 12 de junho do anno 360.

Om. Cabo situado na margem direita do rio S. Domingos, Guiné, Africa Occidental, na foz do mesmo rio e em territorio do gentio felupe de Bolor. Tambem é chamado *Caton*, ou *Oon*. || Pequeno rio confluente da margem direita do rio S. Domingos, ou de Farim, na Guiné, Africa Occidental. Nasce em territorio de gentio felupe.

Omezio. Termo antigo, que significava homicidio, morte violenta de homem ou mulher, sem autoridade de justiça Em todos os nossos foraes antigos era o *omezio* uma das penas que nunca se omittia. No Aro, termo de Lamego, era costume que, achando se alguma pessoa morta, sem saber quem fôra o aggressor, o logar mais visinho era obrigado a pagar de coima, ao mordomo, 30 maravedis, ou provar quem o matára ou de que morrera. D. Affonso IV aboliu este costume, nas suas primeiras côrtes, o que consta do *Tombo do Aro*, de 1346, fl. 3, verso. No foral de Bragança, de 1187, se diz: (traducção do seculo XIV) Se o morador da vossa Villa matar a outro, que nom for de vossa Villa, nom peyte por el nê miyalla: e se matar o de fóra ao da vossa Villa, peyte por el ccc (300) ssoldos... A Rouso, a Omezio, e a Furto, vaya El Rey, isto é, são do rei estas tres coimas.

Omnibus. Carruagem publica que comporta muitos passageiros. Os primeiros omnibus começaram a circular em Paris em 18 de março de 1672. Em Lisboa tambem existiu no seculo passado uma companhia de carruagens omnibus, que tinha o escriptorio no largo do Pelourinho, hoje praça do Municipio. Eram carruagens pesadas que faziam uma ou duas carreiras por dia para Belem, Bemfica, Campo Grande e Lumiar. A Companhia acabou, e os omnibus fôram substituidos pelos carros americanos, a que succederam os actuaes carros electricos.

Omizião. Termo antigo de adversario, inimigo, etc. El-rei D. Diniz mandou que: «Se algum, afim de matar, deshonrar ou fazer mal, entrasse na casa d'alguem, ou o accommettesse no caminho, e o aggressor fôsse morto, chagado ou deshonrado, ou qualquer dos que com elle fôrem, não seja aquelle que se defender, nem aquelles que com elle estiverem *Omizião* (julgado assassino) *d'aquelles que o commetteram, nem dos que com elle fôrem, nem da sua linhagem d'elles. E todo o homem que contra este veer, pera acoimar, ou fazer vindita, que moira por ello.*» (Codigo Affonsino, livro 4.º, tit. 73). Ao sitio onde se commettia o assassinio, se ficava chamando muitas vezes *logar do Omizio*.

Onda. Pov. do conc. de Sanquelim, Novas Conquistas, no districto e arceb de Gôa, na India.

Onde. Pov. do sobado do mesmo nome, no concelho de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Ondonga. Vasto territorio ao S do rio Cunene e a SE do distr. de Mossamedes, na prov. de Angola, Africa Occidental. Tem minas de sal, e é muito proprio para a cultura de cereaes.

O'Neill. Esta familia é d'uma antiga dynastia irlandeza; filiação regia desde Ollegario em 432, 1.º rei christão da Irlanda, até ao seculo XIII. Principes soberanos desde o seculo XIII até 1616: Condes de Tyrone e Barões de Dungannon por decreto de Henrique VIII, rei de Inglaterra, em 1542. No seculo XVII, em consequencia da perseguição dos catholicos na Irlanda, esta casa dividiu-se em 4 ramos principaes: 1.º O dos Condes de Tyrone que emigrou para a Martinica; 2.º O dos Principes de Tyrone e Clanebay, que veiu para França estabelecendo-se depois em Portugal; 3.º O de Fews que se estabeleceu em Hespanha; 4.º O dos O'Neill, Lords de Shanes-Castle, que ficou na Irlanda, hoje extincta na linha varonil. O seu brazão d'armas, que é usado por todos os ramos catholicos d'esta casa na Irlanda, em Portugal, na Martinica, em Hespanha e França, consta do seguinte: Escudo de prata com dois leões de vermelho affrontando-se e supportando uma mão direita da mesma côr espalmada e posta em pala; os dois leões acompanhados em chefe de tres estrellas de cinco raios, tambem de vermelho, e em contra (na ponta do escudo) um rio ao natural e no meio d'elle nadando um salmão tambem ao natural, posto em faec. Mote: *Coelo, Solo, Salo, Potentes.* O ramo portuguez d'esta familia vem, segundo dissémos, dos antigos principes soberanos de Tyrone e Clanebay até ao seculo XVII. No começo do seculo XVIII, Felix O'Neill, chefe do nome e da casa, desapossado de todos os seus bens pela confiscação que soffreram os catholicos na Irlanda, emigrou para França, e ali morreu na batalha Malplaquet, na Belgica, em 1709 como official da brigada irlandeza. Casara com D. Catharina, da nobre familia de Keating, e enviuvando passara a segundas nupcias com D. Joanna O'Dempsey, filha do visconde de Clanmalier. Do segundo matrimonio não houve successão, mas do primeiro nasceu um filho, Constantino O'Neill, que casou com Cecilia O'Hanlon. A familia O'Neill estava estabelecida em Portugal, onde adquiriu propriedades nas comarcás de Lisboa e Setubal. Do casamento de Constantino O'Neill e de D. Cecilia O'Hanlon O'Neill, nasceu João O'Neill, que foi proprietario im-

portante no concelho d'Almada, e casou com D. Valentina Ferreira em 1758; e mais dois filhos, Felix e Carlos, e sete filhas. João O'Neill foi o bisavô de Henrique O'Neill, visconde de Santa Monica. (V. *este titulo*). Alguns membros d'esta familia teem occupado elevadas posições na côrte, na magistratura e nas fiuanças.

O'Neill *(Henrique)*. Foi visconde de Santa Monica. V. *este titulo*.

O'Neill *(Luiz)*. Primeiro secretario de legação em disponibilidade, na repartição do gabinete do ministerio dos estrangeiros. E' descendente da nobre e distincta familia d'este appellido, ha longos annos residente em Portugal. Dedicando-se á carreira diplomatica, foi nomeado addido á embaixada de Roma, por decreto de 4 de dezembro de 1887. Não partiu logo para o seu destino, porque lhe foi permittido, por portaria do mesmo mez, ficar serviudo temporariamente no ministerio dos negocios estrangeiros. Dois annos depois, em 17 de julho de 1889, foi para Vienna d'Austria como encarregado dos despachos, d'onde regressou ao serviço no referido ministerio, como segundo official na direcção politica; em outubro aiuda de 1889 foi encarregado d'uma commissão importante, que bem demonstrava a confiança que n'elle depositava o governo. Debatia se em Bruxellas a complicada questão internacional relativa ao Estado Independente do Congo, e o sr. Luiz O'Neill foi n'essa occasião transferido, ainda como addido, para a legação na côrte da Belgica, sendo ao mesmo tempo encarregado, na qualidade de segundo secretario, da correspondencia relativa áquelle melindroso assumpto. Permaneceu em Bruxellas desde 25 de outubro até 16 de dezembro, regressando então a Lisboa, no gozo de licença d'um mez. Em 9 de maio de 1891 partiu de novo para aquella legação, até que em 7 de outubro do mesmo anuo foi nomeado secretario de segunda classe da embaixada de Roma. Mas logo, seguidamente, foi mandado para Vienna d'Austria, como encarregado de negocios interiuo, onde se conservou até 29 de junho de 1892, voltaudo então de novo para Lisboa. Em 1895 foi para o Rio de Janeiro, como secretario do nosso ministro n'aquella republica.

Onias. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Marvilla, conc. e distr. de Santarem.

Onna. Pov. do conc. de Sanquelim, Novas Conquistas, no districto e arcebispado de Gôa, India.

Onôr. Rio do distr. de Bragança. Nasce na raia da Galliza, corre para o SO, e vae desaguar no rio Sabor, a 6 k. de Bragança. Tambem é chamado *Contense*.

Onsèlá. Pov. do concelho de Sanguem, Novas Conquistas, no districto e arcebispado de Gôa, India.

Onze ás Doze. Ilha Terceira; logar na freg. de S. Jorge, de Doze Ribeiras, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Onzenas de Baixo. Pov. na freg. de Sant'Anna, de Aldeia do Matto, couc. de Coruche, distr. de Sautarem.

Onzenas de Cima (*Monte das*). Na freg. de Santo Antonio, de Couço, conc. de Coruche, districto de Santarem.

Onzuella. Rio affluente do Cuango, na prov de Angola, Africa Occidental. Nasce no valle de Cassange, e entra no Cuango pela margem esquerda.

Oom *(Frederico)*. Capitão de engenharia; 2.º astronomo de 1.ª classe, sub director do Real Observatorio Astronomico; socio correspondente da Academia Real das Sciencias, de Lisboa; vogal representante do mesmo Observatorio no Conselho Superior de Instrucção Publica, por decreto de 30 de novembro de 1907. N. em 9 de abril de 1864; assentou praça em 25 de setembro de 1880, sendo promovido a alferes em 4 de janeiro de 1888, a tenente em 23 de janeiro de 1890, e a capitão em 9 de novembro de 1900. E' condecorado com o grau de cavalleiro da ordem de Aviz. Tem publicado: *Observações meridianas do planeta Marte durante a opposição de 1892*, em francez, Lisboa, 1895; *O eclipse do sol em 1900*, Lisboa, 1900. O primeiro d'estes trabalhos é de collaboração com o sr. Campos Rodrigues.

Oom *(Frederico Augusto)*. Contra almirante, director do Observatorio Astronomico da Tapada de Ajuda. N. em 1830, e suicidou-se com um tiro de revolver, em 25 de julho de 1890. Era filho de Thomaz Oom e de D. Maria Christina Pereira de Carvalho; irmão do escriptor Thomaz Oom (V. o *artigo seguinte*). Assentou praça como aspirante a guarda-marinha a 9 de dezembro de 1842, tendo 12 annos de edade. Foi promovido a guarda-marinha em 23 de outubro de 1849; a segundo-tenente, graduado, em 14 de novembro de 1851, e a effectivo em 6 de setembro de 1852; a primeiro tenente em 9 d'abril de 1861, a capitão-tenente em 15 de novembro de 1871, a capitão de fragata em 18 de outubro de 1877, a capitão de mar e guerra em 5 de junho de 1884, e a contra-almirante em 28 de fevereiro de 1890. Era engenheiro hydrographo, primeiro astronomo de primeira classe, e director do Real Observatorio Astronomico de Lisboa. Tinha o curso completo de marinha e o curso geral da Escola Polytechnica, tendo sido premiado na segunda, setima e decima cadeiras. Quando se organisou o Observatorio Astronomico, a commissão, encarregada da sua construcção e orgauisação, ponderou ao governo a conveniencia de habilitar um individuo, que, possuindo o curso regular de estudos na Escola Polytechica, adquirisse os estudos de astronomia sideral e os usos praticos dos grandes instrumentos, mediante os quaes se fazem taes observações. Para este fim propoz a commissão que o então segundo tenente da armada Frederico Oom fôsse mandado para o observatorio astronomico de Pulkowa, na Russia, a instruir-se no manejo pratico dos instrumentos ali usados. O governo, em portaria de 30 de junho de 1858, approvou a proposta, e mandou que o referido tenente se apresentasse á commissão, para receber todas as instrucções que ella tivesse por conveniente dar-lhe, para o bom desempenho do indicado serviço. Era socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, vice-presidente da Sociedade de Geographia, commendador da ordem de S. Bento de Aviz, e da de Santo Estanislau da Russia, segundo grau. Não teve commando de navios Deixou alguns trabalhos nos *Tratados da Academia das Sciencias de S. Petersburgo*, em 1861. Publicou em Lisboa, 1878, as *Considerações ácêrca da organisação do Real Observatorio Astronomico de Lisboa*; *Observações do grande cometa*, 1881, sendo estas

publicadas no *Jornal de Sciencias Mathematicas*, etc. Em edição posthuma, Lisboa, 1895, publicaram-se as *Instrucções sobre o emprego de um «Universal» como instrumento de passagens.*

Oom *(Thomaz)*. Escriptor. N. em Lisboa em 1822, fal. em 1857, victima da febre amarella. Era filho de Thomaz Oom e de D. Maria Christina Pereira de Carvalho. Dedicou-se á vida commercial, e aos 15 annos fundou o *Mosaico*, semanario contemporaneo do *Ramalhete*, e que durou tres annos, de 1837 até 1840. Collaborou depois no *Beijaflôr*. O *Mosaico* foi um jornal importantissimo para a nossa historia litteraria, porque se estrearam ali os escriptores Rebello da Silva, Mendes Leal, Andrade Corvo, Lopes de Mendonça, etc. Enthusiasta pelo theatro, foi socio e secretario da companhia Gil Vicente, que representou varias vezes nos theatros de D. Maria II e do Salitre, sendo traducções suas muitas das peças que se representaram. Em 1852 fundou a *Revista dos espectaculos*, que durou até 1855, onde publicou as suas *Ephemerides musicaes*, collecção muito interessante de apontamentos biographicos de dieffrentes artistas portuguezes antigos e modernos, e de dados importantes para a historia do theatro italiano em Portugal. Consta que Thomaz Oom possuia apontamentos para muitos artigos biographicos, que não chegou a escrever, por ser surprehendido pela morte, contando apenas 35 annos de edade.

Opêa. Pov. na freg. de S. Christovão, de Caranguejeira, concelho e districto de Leiria.

Óque d'ElRei. Nome por que tambem é conhecido o cabo ou ponta de Anna de Chaves, situado na costa NE da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. Este cabo entra muito pelo mar; é redondo e sobe um declive suave até 20 m.; fórma o extremo N da bahia de Anna de Chaves ou porto da cidade, assim como a ponta de S. Sebastião fórma o extremo S, ficando a bahia aberta a NE, e as duas pontas na direcção de NO a SE. A ponta O'que d'ElRei divide o porto da cidade da bahia Praia Lagarto. Tem tambem o nome de *S. José*, por n'outro tempo ter havido ali um forte d'este nome.

Oração. Ilha do archipelago de Bijagoz, na Guiné, Africa Occidental. Fica no rumo NE para SO, a 5 k. da ilha Formosa e proximo das do Uno e Nhoço. E' pequena, mas muito aprazivel. Tem bons portos, que abundam em peixe de excellente qualidade. Os indigenas cultivam varios generos agricolas e criam principalmente gallinhas e cabritos. O capitão Santos Vidigal, auxiliado pelos negros, fez em 1700 guerra ao gentio d'esta ilha, ao qual queimou as cubatas e fez muitos prisioneiros.

Oraculo. Chamava-se assim a um oratorio, capella, pequena egreja, ou outro qualquer logar de oração Em 1203 vendeu o mosteiro de Santa Marinha, da Costa, de Guimarães, o *oraculo* de S. João. D'estas vendas de oraculos ha muitos exemplos na nossa historia, desde o seculo IX até ao XIII.

Orada *(Antonio Pedro Mendonça Côrte Real, visconde da)* Importante proprietario em Albufeira. N. n'esta villa em 1839, e fal. em Lisboa a 8 d'abril de 1907. Era descendente d'uma das familias mais illustres do Algarve; e casado com D. Maria Jesuina de Mendonça Côrte Real Foi agraciado com o titulo de visconde da Orada em 1887.

Orada. Pov. e freg. de N. S.ª da Orada, da prov. do Alemtejo, conc. de Borba, com. de V. Viçosa, distr. e arceb. de Evora; 218 fog. e 955 hab. A egreja parochial fica distante 9 k. da séde do conc. A pov. está situada na margem direita da ribeira de Alcaraviça, na estrada que vae de Extremoz a Elvas. A mitra apresentava o cura, que tinha 207 alqueires de trigo e 56 de cevada. A pov. pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição e conc. d'Albufeira, distr. de Faro. || N. S.ª d'Assumpção, de S. Vicente da Beira, conc. e distr. de Castello Branco. || N. S.ª da Porta e conc. do Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Orade. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Redinha, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Thiago, de Cossourado, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Orango. Ilha situada ao S do archipelago de Bijagoz, na Guiné, Africa Occidental. E' a maior do archipelago, e fórma o limite O do ramo E em que se divide o canal do rio Grande de Guinalá. E' pouco conhecida e raras vezes procurada, por causa dos numerosos baixios e recifes que a cercam. No entretanto, sabe-se que é muito povoada e que abunda em generos alimenticios. Era n'esta ilha que os portuguezes se abasteciam, quando tinham estabelecimentos no rio Grande. As costas são pouco elevadas e da mesma natureza que as das ilhas visinhas, muito arenosas, com rochas negras e vermelhas, cobertas de lavas, que indicam uma origem vulcanica. Vista de certa distancia, ao S, parece que são duas ilhas inteiramente separadas, por se estender 10 k. para o O, e voltar abruptamente para o N. no cabo Camaleon, formando esta volta uma bahia. A ilha de Orango tem nas cartas inglezas o nome de *Warrang* ou *Warang*, e nas francezas de *Harang*. Foi cedida a Portugal em 1864, e faz parte do conc. do Bissau. || Bahia situada na costa S da ilha do mesmo nome, no archipelago de Bijagoz, Guiné, Africa Occidental. Tem 8 k. de largura, 10 a 11 de fundo, e é dividida em duas por uma ilhota, para o S da qual ha bancos de areia. A sua entrada é difficil por ser muito esparcelado todo o lado S da ilha.

Oratorio *(Congregação do)*. V. *Portugal*, vol. II, pag. 1119.

Orbacem. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho, conc. e com. de Caminha, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 126 fog. 496 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades do rio Ancora. O papa e a mitra apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 300$000 rs. de rendimento. A terra é fertil, a pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Orbideiro. Pov. na freg. de S. Miguel, de Villar de Murteda, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Orca. Pov. e freg. de S. Francisco de Assis, da prov. da Beira Baixa, conc e com. do Fundão, distr. de Castello Branco, bisp da Guarda. Está situada a 3 k. da margem direita da ribei-

ra do Ceife, na estrada de Alpedrinha a Idanha-a-Nova. Dista 15 k. da séde do conc. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Ha feira no dia 8 de setembro, e mercado no 1.º domingo de cada mez. Os condes de Povolide apresentavam o cura, que tinha 8$000 rs. de congrua e o pé d'altar. E' n'esta freg. o santuario de N. S.ª da Oliveira, assim denominada, por ter apparecido a imagem no tronco cavernoso d'uma arvore. Fica esta capella fóra da povoação de Orca, a 1 k. de distancia, em logar solitario, entre uns olivaes. O templo é muito antigo mas não se sabe ao certo a data do apparecimento da imagem, nem da fundação da capella. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Orçario. Pov. da freg. de N. S.ª da Consolação, de Alvadas, conc. do Porto de Moz, distr. de Leiria.

Ordasqueira. Pov. da freg. de N. S.ª da Oliveira, de Mataeães, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. Tem caixa postal.

Ordem. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da provincia do Douro, conc. e com. de Louzada, distr. e bisp. do Porto; 123 fog. e 435 hab. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada junto dos dois affluentes do rio Sousa. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Chavão, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago, de Fonte Arcada, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Christina, de Longos, conc de Guimarães, distr. de Braga. || S. Pedro, de Maceda, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || N. S.ª do Rosario, de Marinha Grande, conc. e distr. de Leiria. || S. Nicolau, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Maria Magdalena, de Rabaçal, conc. de Penella, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Teixeira, conc. de Baião, distr. do Porto. || Santa Maria, de Terroso. conc. de Povoa do Varzim, do mesmo distr. || S. Torquato, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Casal na freg. do Santissimo Sacramento, de Cabeçudo, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença-a-Nova, do mesmo distr. || Herdade na freg. de S. Domingos, do Maranhão, conc. de Aviz, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª dos Martyres, de Martyres, conc. do Crato, do mesmo distr. || Pov. do sobado e conc. de Cabinda, na delegação de Chivala, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Ordenação. Acção de ordenar ou de conferir ordens ecclesiasticas. Os canones permittem apenas fazer ordenação em certos dias, que são os domingos e as festas duplas para as ordens menores, os sabbados das quatro temporas, as vesperas da Paschoa e de Pentecostes para as ordens sacras, salvo o episcopado que não é *ordenação*, mas sim sagração. Só o bispo póde conferir ordens de diacono e de presbytero; mas é elle geralmente que confere tambem as ordens menores, mas para este ultimo caso poderia delegar um sacerdote.

Ordenações. Dava-se este nome ás nossas antigas leis compiladas em codigos. A primeira compilação conhecida com este nome é das *Ordenações Affonsinas* (*V. Portugal*, vol. I, pag. 58). No tempo de el-rei D. Manuel imprimiu-se uma nova collecção das leis do reino, contendo as ordenações affonsinas com modificações introduzidas pelo tempo. Estas ordenações foram mandadas imprimir pelo referido monarcha, e ficaram conhecidas por *Ordenações Manuelinas* (*V. o artigo seguinte*). Houve tambem as *Ordenações Filippinas*, que fôram compiladas por ordem de Filippe I, de Portugal, e II de Hespanha, e publicadas no reinado de seu filho, Filippe II, em 1603 (*V. Portugal*, vol. III, pag. 495). As edições das ordenações feitas nos seculos XVII e XVIII pelo mosteiro de S. Vicente de Fóra, em Lisboa, que para isso tinha privilegio, chamam-se vulgarmente *Ordenações Vicentinas*. || Bibliographia: *Synopsis Chronologica*, por José Anastasio de Figueiredo; *Prelecções de direito patrio*, por Francisco Coelho de Sousa Sampaio.

Ordenações da India. E' uma compilação mandada fazer por el-rei D. Manuel. Foi publicada em Lisboa, em casa do Luiz Rodrigues, 1539. E' edição tão rara que de alguns bibliophilos foi desconhecida, chegando em 1807 a fazer-se uma edição, como se estivessem ineditas. Da edição de 1539 ha uma copia manuscripta na Bibliotheca Publica de Evora. As *Ordenações da India* teem a data de 8 de setembro de 1520.

Ordenações Manuelinas. Fôram estas ordenações impressas em Lisboa, em 1514, por João Pedro Bouhomini, de Cremona. Ha noticia de exemplares d'esta rarissima e formosa edição impressos em pergaminho fino e em papel. José Anastasio de Figueiredo, na sua *Synopsis Chronologica*, descreve um exemplar que existia no Archivo Nacional. Constava de cinco livros todos impressos em Lisboa no referido anno de 1514, porém com datas differentes, a saber: O livro I em 30 de outubro, o II em 15 de dezembro; o III em 11 de março; o IV em 24 do mesmo mez, e o V em 28 de junho. Esta edição foi revista, corrigida e examinada pelo doutor Ruy Boto, chanceller-mór do reino, e do conselho d'el-rei D. Manuel. Esta edição é tida por alguns autores como sendo uma *segunda impressão*, pois que assim expressamente se declara no principio do livro I. A primeira edição teria sido feita em 1512, ou 1513, por João de Kempis. João Pedro Ribeiro, Tito de Noronha, e outros, puzeram comtudo em duvida a existencia de tal edição. A' edição de 1514 seguiu-se outra, em 1521, constituindo uma nova e differente compilação. Existe um exemplar magnifico na Bibliotheca Nacional de Lisboa, foi estampada por Jacob Combreger, allemão. O I e IV livros sairam em Evora, o II, III e V em Lisboa, tendo este ultimo a data de 11 de março de 1521. Depois d'esta edição mencionam os bibliographos outra feita em Lisboa por Germão Galharde, francez, terminada a 27 de julho de 1526. Apóz esta ha outra, a que communmente se assigna a data de 1533, feita em Sevilha por João Cromberger, talvez filho de Jacob, mas que parece ser de 1539, havendo confusão com a data do alvará de licença para a edição, que tem a data de 17 de junho de 1533. Segue-se outra edição, que se suppõe ser de todas a mais conhecida, pois a seu respeito não ha a menor duvida. No fim tem a seguinte subscripção: *Aqui acaba o quinto livro das Ordenações. Foi impresso em a cidade de Lixboa por Manoel*

Joam, e se acabou aos 3 dias de março de 1565. Deo gratias. Quarta impressão. Esta indicação de *quarta impressão* é que permittiu suppôr-se por muito tempo a existencia da edição de 1526, antes de que houvesse d'ella noticia mais segura, tendo a sua existencia sido geralmente negada. A imprensa da Universidade fez em 1797 uma nova edição das Ordenações Manuelinas, dirigida pelo lente substituto de Leis Francisco Xavier de Oliveira Mattos, coadjuvado, segundo affirmam, por João Pedro Ribeiro. Da formosa edição de 1514 ha dois exemplares na Bibliotheca Nacional de Lisboa, completos, com todas as gravuras, e em magnifico estado de conservação. São dois monumentos bibliographicos pela sua tampa, á direita, o brazão real, á esquerda a esphera armillar. O livro I, como todos os demais, tem na folha do rosto uma gravura na primeira metade da folha, representando, da parte direita o brazão real, com o seu elmo, e sobreposta a corôa, e por timbre o dragão alado; e da parte esquerda a esphera armillar, tendo na ecliptica as letras C. A. D. A. T. G., e no pé em que assenta a esphera, envolta uma faxa com a legenda *Spera in Deo, et fac bonitatem.* A estampa tem uma cercadura de folhagens As gravuras dos outros livros são egualmente interessantes e adequadas ao teor das ordenações nellas contidas, o que explica as estampas. A do livro II representa o rei sentado no throno, com o sceptro

Estampa do Livro I das «Ordenações Manuelinas», edição de 1514. (reducção a 1|1

belleza. Todos os livros são precedidos de uma estampa, excepto o III que tem duas. A gravura do livro I, que reproduzimos em formato reduzido, representa o rei, de corôa na cabeça, sentado no throno, vestido de armadura, com o manto real, e empunhando o sceptro, no extremo do qual parece prender-se uma fita com a legenda: *Deo in celo, tibi autem in mundo.* O doutor Ruy Boto, de joelhos e com o gorro no chão, apresenta ao monarcha um livro sobre o qual este põe a mão, acceitando a apresentação das Ordenações corrigidas e emendadas por aquelle doutor. Ao lado direito do rei vêem-se os doutores, alguns com livros nas mãos, ou em acto de falar. A' esquerda estão os alabardeiros. No alto da esna mão, do qual prende a fita com a legenda. A' esquerda está um frade de joelhos, que apresenta ao monarcha um livro, no qual elle pega; d'esse lado figura-se o mar com os navios, e um homem a pescar. A' direita vê-se um grupo de religiosos de differentes ordens. A parte inferior da estampa figura o campo: um homem vae lavrando com o seu arado, outro está cavando, outro de pau levantado persegue as lebres, sobre as quaes correm dois cães. No alto, dos lados, o brazão real e a esphera. Este livro II trata das leis e ordenações tocantes ás egrejas e mosteiros, privilegios d'elles, etc; por isso na gravura figuram os religiosos; trata tambem das herdades, reguengos, etc. O livro III é precedido de duas

estampas. A primeira representa o rei sentado no throno, com o sceptro na mão esquerda, e nos dois dedos indicador e pollegar da mão direita sustenta a esphera e uma faxa com a legenda referida. Esta estampa tem cercadura de folhagens e aves, uma figura de homem e o pelicano ferindo o peito para alimentar os filhos, divisa de el-rei D. João II. A outra estampa, tambem reproduzida neste artigo que fica logo na folha seguinte, representa o rei no throno, tendo na mão direita um rôlo de papel, e na esquerda o sceptro, com a faxa e a legenda mencionadas. A' direita juizes e letrados, á esquerda o regedor das justiças e desembargadores. Na parte inferior da estampa dois escrivães, um alabardeiro to entregando algumas moedas á outra, que se lhe vêem na mão. Este livro trata dos contratos, testamentos, etc. A estampa do livro V representa do mesmo modo o rei sentado no throno. A' direita estão os juizes, falando um d'elles ao monarcha. A' esquerda estão burguezes, lendo um, com ar compungido, um papel. Em baixo estão tres criminosos de joelhos implorando a clemencia real, entre elles ha um judeu; todos teem grilhões ao pescoço e nos pés; e do outro lado vê-se um alabardeiro. Este livro trata dos crimes, da fórma do juizo criminal e das penas. As gravuras que reproduzimos neste artigo dão melhor idéa do que são as formosas estampas da preciosa edição das *Ordenações Manuelinas.*

Estampa do Livro III das «Ordenações Manuelinas», edição de 1514 (reducção a 1/4)

de cada lado, e duas figuras que mostram ser um procurador ou advogado e o seu cliente, levando aquelle um papel na mão que parece querer entregar ao escrivão. Trata este livro da ordem do juizo e todos os actos judiciaes do eivel. A estampa do livro IV é o rei no throno, empunhando o sceptro com a mão esquerda e a mesma legenda. A' direita differentes personagens. A' esquerda figuras de burguezes, e entre ellas vê se a cabeça de um cavallo. Na parte inferior um popular, de cabeça descoberta para falar ao rei, aponta para um fardo onde se lê *paño*. Do outro lado vê-se um homem de joelhos a escrever, com o tinteiro pendurado de uma fita no braço esquerdo, e duas figuras, uma com um sacco de dinhei-

Ordenança. Praça de pret que está ás ordens d'uma autoridade militar ou d'uma repartição.

Ordenanças. Corpos irregulares que já existiam na Peninsula no tempo dos godos. Até ao seculo v todos os lusitanos se podiam chamar ordenanças. O conde D. Henrique creou estes corpos, que existiram até 1834. Não combatiam senão em guerra de guerrilhas; e se algumas vezes prestaram bons serviços á patria, sobretudo durante a Guerra Peninsular, a maior parte d'ellas faziam mais perda do que proveito. Eram mal armados, com todas as armas que podiam haver á mão, insubordinadissimos, etc., e nas batalhas pouco mais faziam do que despojar os mortos, e dar maus exemplos ás tropas de 1.ª linha.

A estes corpos dava-se vulgarmente o nome de *companhias da Bicha;* tambem lhes chamavam *Tabaréus*, alludindo á sua indisciplina e á balburdia incorrigivel, que faziam em toda a parte onde chegavam. As ordenanças eram, em geral, compostas de homens que, pela sua edade avançada ou por outra qualquer circumstancia, estavam isentos da 1.ª e 2.ª linha, e formavam a 3.ª, segundo a organisação decretada por D. João IV, tendo só por obrigação o servir nas defezas das praças. Como a sua arma principal era o *chuço*, chamavam-lhe muitas vezes os *chuços*, e por zombaria a *chuchadeira*. Os *terços*, e depois os *regimentos* de milicias, formavam a 2.ª linha. Na Guerra Peninsular creou-se uma outra 2.ª linha com os corpos de *voluntarios*, sob diversas denominações. Desde 1828 até 1834 houve 52 batalhões de *voluntarios realistas*. Os corpos de milicias fôram creados pelo marechal-general Beresford, em 1808, mas só em 1814 é que lhes deu uma fórma mais perfeita e militar. Todos os officiaes de milicias e voluntarios saíam da classe de paisanos, menos os majores que eram capitães do exercito, em commissão, e os ajudantes, que eram subalternos de 1.ª linha, que tambem serviam em commissão. (V. *Milicias*, *Portugal*, vol. IV, pag. 1109). Em 1834 crearam-se os *guardas-nacionaes*, que era uma especie de milicianos. (V *Portugal*, vol. III, pag. 850.) As ordenanças eram antigamente um corpo de gente de guerra dado pelas camaras e concelhos para a defeza da terra. A elle se referiam as *Ordenações*, nos titulos do coudel-mór e do anadel-mór. Pelo regimento de 10 de dezembro de 1570 foi preceituada novamente a costumada eleição, a votos, das ordenanças, bem como a sua repartição em esquadras. A gente das ordenanças estava sempre alistada, exercitada, apercebida e armada, tendo exercicios ao domingo e alardos periodicos obrigatorios. Durante a guerra da Restauração as ordenanças não deviam ser obrigadas a ir ás fronteiras senão em caso de tão notorio perigo que se não pudesse rebater com os soldados pagos e auxiliares. Pela carta regia de 21 de abril de 1646 se declarou que os Governadores das Armas haviam de ser os arbitros dos casos em que se devia convocar e chamar a gente da ordenança, a qual era obrigada a obedecer. Em 1654 passaram os capitães-móres a ser triennaes. Durante a Guerra Peninsular foi declarado que os donatarios não podiam usar do privilegio de nomear officiaes para as ordenanças. As eleições d'esses corpos continuaram porém nos termos do regimento de 1570. Bluteau, no seu *Vocabulario*, esclarece bem o que eram as ordenanças: «Mudando-se com o tempo a ordem da milicia antiga d'este reino, e ficando somente os officios maiores quasi só com os titulos honorarios, pretendeu el rei D. Manuel melhorar e assentar por lista a gente, que havia em todos os lugares do reino; e el-rei D. Sebastião trabalhou mais n'esta materia, fazendo um largo regimento, que mandou guardar com grande observancia, para adestrar o povo na disciplina militar, e o ter prestes para quando fosse necessario servir-se d'elle. Ordenou que os alcaides-móres e senhores dos lugares fossem capitães-móres d'elles, e que onde os não houvesse fossem eleitos em camara pelas pessoas do governo; e do mesmo modo os sargentos-móres, os quaes depois com os votos da governança elegessem os capitães e officiaes das companhias; que o capitão-mór repartisse a gente do seu lugar e termo em companhias de duzentos e cincoenta, e que cada domingo sahissem ao campo a se exercitar, conforme as armas que cada um trouxesse, havendo premios para os mais destros, e penas aos que faltassem: e que os homens de cavallo fizessem cada mez resenha debaixo dos capitães de cada lugar, e que cada anno se fizessem dous alardos geraes, um pelas oitavas da Paschoa, e outro por dia de S. Miguel; e que se ajuntasse toda a gente do termo na cabeça da capitania, onde pelo capitão-mór e sargento-mór fossem ordenados, e se exercitasse assim a gente de cavallo, como de pé. E para bom governo da milicia tinha o capitão-mór seu regimento, que mandava executar pelos ministros das companhias, em cada uma das quaes havia seu meirinho, escrivão e recebedor. Esta ordem se guardou em tempo d'el-rei D. Sebastião, até todo o d'el-rei D. Filippe o Prudente, e depois se renovou algumas vezes.» Com o regulamento confirmado pelo alvará de 21 de fevereiro de 1816 teve nova organisação o corpo das ordenanças, mandando-se proceder a outra divisão de districtos em todo o reino, criando-se, além dos antigos officiaes, um coronel em cada districto, e alterando-se em parte as eleições dos capitães-móres, capitães e alferes. V. *Exercito*.

Ordens. Povoações nas freguezias: S. Julião, de Freixo, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Penude, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Vicente e Santa Maria, de Irivo e Coreixas, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Ordens do dia. Com este titulo começou a publicar as suas ordens em 15 de março de 1809 o marechal Beresford na qualidade de commandante em chefe do exercito portuguez. No anno de 1814 não se publicaram ordens do dia desde 18 de junho até 12 de agosto, sendo a interrupção devida á marcha do exercito no fim da guerra peninsular de França para Portugal; em 1815 apenas sairam até 10 de agosto, sendo depois substituidas até fim de agosto do anno seguinte por *Circulares* durante a ausencia de Beresford no Brazil. Continuaram depois a ser publicadas pelo commandante em chefe do exercito até que em consequencia da revolução de 1820 passaram a sêl-o primeiro pela secretaria da guerra até á queda do regimen liberal. Em 1823 e até abril de 1824 fôram impressas em nome do infante D Miguel commandante em chefe, e depois da exoneração d'esse principe voltaram a ser publicadas pela secretaria da guerra. Durante o periodo das Campanhas da Liberdade houve as ordens do dia de D. Miguel que fôram impressas em Lisboa e depois no Porto, Coimbra e Santarem, e as das forças constitucionaes publicadas pela Junta do Porto em 1828, pelos governos da ilha Terceira, pelo conde de Villa Flôr e pelos commandantes em chefe do exercito libertador primeiro nos Açôres e depois no Porto e em Lisboa. Em 1834, em seguida á morte de D. Pedro IV, fôram as ordens do dia publicadas pela secretaria de estado dos negocios da guerra, e assim continuaram até ser o principe D. Augusto nomeado commandante em chefe do exercito. Este principe publicou uma ordem do dia, mas falle-

cendo logo depois e tomando conta da direcção suprema do exercito o duque da Terceira, foi trocada a denominação de Ordens do dia na de Ordens do exercito.

Ordens ecclesiasticas. São assim chamados os differentes graus da hierarchia ecclesiastica. Ha sete ordens: quatro *menores*, que são as de porteiro, de leitor, de exorcista, e de acolyto ; e tres ordens *maiores*, ou *sacras*, que são as de *subdiacono*, *diacono*, e *sacerdote*. O sacerdocio tem dois graus: o *sacerdocio* e o *episcopado*. As ordens menores eram primeiro conferidas áquelles que desempenhavam na Egreja funcções inferiores da liturgia: O *porteiro* tinha a guarda do templo, o *leitor* lia as lições, o *exorcista* exercia o seu ministerio sobre os possessos, e o *acolyto* servia no altar os ministros sagrados. Hoje, estas ordens não impõem áquelles que as receberam nenhuma obrigação definitivamente. As outras tres ordens são chamadas *maiores* por causa da dignidade das funcções e dos deveres que lhes estão inherentes, e *sacras* porque dão o poder de tocar as cousas santas. Impõem, áquelles que as tomam, a obrigação do celibato e a leitura do breviario. O *sub-diacono* serve á missa e manipúla os vasos sagrados; o *diacono* tem o direito de tocar o calix depois da consagração, de dar a communhão, de conferir o baptismo solemne, e mesmo de prégar em certos casos; o *sacerdote* offerece o santo sacrificio e administra os sacramentos do baptismo, da penitencia, da eucharistia, da extremaunção, do matrimonio, e mesmo da confirmação, com uma delegação especial; o *bispo*, revestido da plenitude do sacerdocio, confere de direito todos os sacramentos, inclusivamente a da ordem : é juiz em materia de fé e depositario ordinario da jurisdicção. As ordens menores pódem ser dadas quer em intervallos separados, quer no mesmo dia. Os canones estabeleceram, na collação das differentes ordens maiores, *intersticios* ou intervallos que devem ser observados, salvo dispensa. Da mesma maneira que deve haver um anno entre a recepção das ordens menores e a de sub-diacono, é tambem preciso um anno entre estas e as de diacono, e um intervallo egual para o sacerdocio. E' necessario ter chegado a uma determinada edade para receber ordens maiores: 21 annos para sub-diacono, 23 para diacono e 24 para sacerdocio.

Ordens do exercito. Em 1835, logo que o duque da Terceira assumiu o commando em chefe do exercito, passaram as Ordens do dia a denominar-se Ordens do exercito, e com este titulo teem saido desde então até hoje, contendo todas as medidas de caracter legislativo que interessam aos militares, e as determinações geraes do commando em chefe, do ministerio da guerra, de promoções, recompensas, licenças de officiaes, etc.. Durante a guerra civil de 18 6 e 1847 a Junta do Porto publicou varias *Ordens geraes*, cuja collecção é pouco vulgar, e em 1851 o marechal duque de Saldanha publicou 6 ordens do exercito, no Porto.

Ordens militares. As instituições de cavallaria fôram creadas pelo enthusiasmo religioso, e muitas vezes pela virtude, no meio da ignorancia e da anarchia da Edade Media, sendo n'aquelles desgraçados tempos a salvaguarda dos opprimidos e o terror dos oppressores. Sustentadas pelo espirito de união que d'ellas formava o principal elemento, e pelas homericas façanhas de seus membros, as ordens de cavallaria prestaram serviços importantissimos aos estados em que fôram instituidas, sobretudo em Portugal e Hespanha, onde cooperaram efficaz e poderosamente para a expulsão dos moiros. As ordens militares de cavallaria são as seguintes, pela antiguidade das suas instituições: *Ordem de Malta*, creada por Godofredo de Bulhões, em Jerusalem, no anno de 1099, e introduzida em Portugal no reinado de D. Affonso Henriques, durante a regencia da rainha D. Thereza, sua mãe, entre os annos de 1112 e 1128, sendo a sua principal dignidade n'este reino, o grão priorado do Crato. (V. *Portugal*, vol. IV, *Malta*, pag. 782 e 783). A *ordem S. Bento d'Aviz* foi tambem creada pelo mesmo monarcha (V. *Portugal*, vol. I, pag. 902 e seguintes). A *ordem de S. Thiago* foi creada por Fernando II, de Castella e Leão. em 1175, e introduzida em Portugal por D. Affonso I, em 1177. (V. *São Thiago*.) A *ordem de Nosso Senhor Jesus Christo*, instituiu-a el-rei D. Diniz. (V. *Portugal*, n'este vol., pag. 127 e seguintes.). D. João III, em 1551, uniu á corôa os grão-mestrados d'estas ordens, o que augmentou consideravelmente as suas rendas. A *ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa*, creada por D. João VI em 1818 (V. *Portugal*, n'este vol., pag. 122 e seguintes). A *ordem da Torre e Espada* é creação d'el-rei D. Affonso V, em 1459, restaurada por D. João VI, em 1808. (V. *Torre e Espada*). Houve ainda outras antigas ordens militares, como a de *Ala*, da *Frécha*, da *Madre-Silva*, *Ala dos Namorados*, e dos *Templarios*. V. *estes nomes*. || *Bibliographia:* Manuscriptos da Bibliotheca Nacional—Fundo Antigo N.os 355 e 589. Obras de D. Carlos de Noronha, Aleixo Tavano, etc.

Ordens monasticas. V. *Ordens religiosas*.

Ordens religiosas. Estas ordens começaram por associações de christãos de um e outro sexo que, voluntaria, solemne e exclusivamente, se votaram á penitencia e aos exercicios ascéticos. Deveram a sua origem, principalmente, á cruel perseguição, que no meado do seculo III, e no tempo de Decio, rebentou contra os christãos. Querendo entregar se á vida contemplativa, sem aspirarem á gloria do martyrio, houve muitos que fugiram para o deserto, vivendo a principio dispersos nos bosques e montanhas. Depois do seculo IV trataram de se reunir em communidades, e assim começaram as ordens religiosas Do Oriente veiu o monachado, logo no meado do seculo IV, para o Occidente, espalhando se pelos differentes povos e entre esses Portugal, e já desde o principio da monarchia portugueza, as ordens religiosas fôram augmentando os seus bens e conquistando o poderio e influencia, a par da Egreja. A ordem que se havia tornado mais poderosa era a benedictina, que fundou o seu convento em 529 no monte Cassino (Italia). No reinado de Carlos Magno foi imposta a todo o imperio pelo concilio de Aix-la-Chapelle, em 7*8. A ordem benedictina, reformada no seculo X pela obra de Cluny, em 910, foi o tronco poderoso d'onde haviam de sair, em diversas epocas, importantes ramos: os camaldulos, em 1012; a ordem de Cister em 1098; os cartuxos em 1084, etc.. O poderio e a riqueza da ordem benedictina, nos fins do seculo XII e principios do seculo XIII, o relaxamento que em alguns logares foi a sua

consequencia, deram origem, no seculo XIII, a um novo desdobramento da vida religiosa, com a fundação das *ordens mendicantes*, mais aproxima das da multidão pela regra que se impunham de só viverem de esmolas, e mais aptas por consequencia para a predica popular. O papado que via n'estas ordens alliados muito uteis, favoreceu lhes o desenvolvimento. Fôram os franciscanos, ordem instituida em 1208; os dominicanos em 1215; os carmelitas, cuja origem parece remontar ao meado do seculo XII, e os agostinhos em 1256. Ao numero das ordens mendicantes devem juntar-se os servitas, em 1232; os celestinos, fins do seculo XIII; os menores observantinos, 1363; os minimos, 1502; etc., cujo caracter dominante era a humildade. Na reforma do seculo XVI, instituiu-se uma nova serie d'ordens destinadas mais particularmente á defeza da fé catholica contra o protestantismo e á sua expansão fóra da Europa: ordens mais envolvidas ainda do que as precedentes na vida do seculo, consagradas á prédica, ao ensino e ás missões longinquas. Em todo o reino de Portugal abundaram conventos de muitas d'estas ordens religiosas, as quaes fôram abolidas, pelo decreto de 28 de maio de 1834, que ordenava a extincção dos conventos, mosteiros, collegios, hospicios, e quaesquer casas de religiosos de todas as ordens regulares, fôsse qual fôsse a sua denominação, instituto ou regra. Os bens pertencentes ás ordens religiosas fôram considerados bens nacionaes, e incorporados no Estado.

Ordinaria. Pov. na freg. de S. Pedro Fins, de Gominhães, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Ordins. Pov. na freg. de S. Martinho, de Lagares, conc. de Penafiel, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Ordonhe. Pov. na freg. de S. Martinho, de Argoncilhe, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Ordonho *(D.)* Cardeal portuguez, de quem restam poucas noticias. Sabe se, que foi creado cardeal pelo papa Nicolau III em 1278, e falleceu em Roma em 1285, sendo sepultado em Salamanca.

Ordonho. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Maria Magdalena, de Gouvinhas, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real. || S. Thiago, de Villa Garcia, conc. e distr. da Guarda.

Orelhão. V. *Lamas de Orelhão.* || Rio do distr. de Bragança. Nasce a NO de Lamas de Orelhão, corre para o S e entra no rio Tua, defronte da freg. de Pombal, com 23 k. de curso. || Serra do distr. de Bragança, situada ao NO de Lamas de Orelhão. Corre em direcção NS, tem 8 k. de comprimento, 6 de largura, 1:001 m. de altura.

Orelhas cortadas. Castigo que antigamente se impunha a certos delinquentes. No tempo dos godos, e ainda durante os primeiros tempos dos reis portuguezes, existiu o castigo de *orelhas cortadas.* Em varios foraes encontra se esta pena applicada a alguns delictos. O latrocinio, segundo as suas circumstancias ou o foral da terra, era punido com a morte, com a marca de ferro em braza na testa, ou com açoites, ou com o desterro; e a pena de orelhas cortadas tambem se applicava muitas vezes, quando esse castigo era imposto no foral a tal delicto. No foral de Santa Cruz da Villariça, junto a Moncorvo, lê-se: «De furto descuberto det a suo dono toto suo haver dupplato, et uovenas partiant cum Palatio: et prendant illos alcaldes las orelias. Et si allia vice furtaverit, matent illum.» N'um assento das côrtes de Lisboa, convocadas por el-rei D. Manuel, em 1499, se determinou que: «toda e qualquer pessoa que fôsse tomada, *cortando ou desatando bolsa, ora na bolsa se achas se dinheiro, ora não, se fôsse peão, fosse açoitado e desorelhado.*» A mesma pena impunham as *Ordenações do Reino*, L.º V, tit. 60. Tambem em alguns foraes se inflingia o castigo de *orêlhas fendidas*, ou *rasgadas.* Os que roubavam os templos ou cousas sagradas, eram tambem *desorelhados*, e algumas vezes *castrados.* Dizem alguns escriptores, que o *desorelhamento* era para que do criminoso não ficasse geração, porque o desorelhado se tornava impotente, por lhe ser cortada certa veia, que passa junto á orelha, depois de cuja operação ficava o homem inhabil para a procreação. A opinião mais geral, porém, e a mais plausivel, é ser este castigo vil e vergonhoso, ficando ladrão conhecido em toda a parte por esta marca indelevel e infamante. Os romanos já usavam este castigo por ser o mais vil e desprezivel. Juvenal, na *Satyra VIII*, diz que os romanos, para se vingarem das injurias que lhes tinha feito o imperador Galba, se fôram ás estatuas d'elle, e lhes cortaram as orelhas e o nariz, praticando o mesmo com outras estatuas dedicadas áquelles de quem se queriam vingar.

Orelhudo. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Sernache dos Albos, conc. e distr. de Coimbra.

Orengas Pov. na freg. de N. S.ª do Bom Despacho, de Recarei, concelho de Paredes, distr. do Porto.

Orentella. Pov. na freg. de Santo André, de Cardinhã, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Orez. Pov. na freg. do Salvador, de Ruivães, conc. de V. N. de Famalicão, districto de Braga.

Orgal. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Castello Melhor, conc. de V. N. de Fozcôa, distr. da Guarda.

Orgão. Pov. no conc. de Pondá, Novas Conquistas, no distr. e archipelago de Gôa, India. Está situada a NE da ilha de Gôa.

Orgãos. Serra da ilha de S. Thiago, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situada na costa O da ilha, pertence ao systema que atravessa esta de N a S e é a segunda da mesma ilha em elevação. || Ribeira da ilha de S. Thiago, no archipelago, provincia e bisp. de Cabo Verde, Africa Occidental. Corre na freg. do mesmo nome e as suas margens estão muito cultivadas.

Orge Pov. na freg. de S. Pedro, de Maximinos, conc. e distr. e Braga.

Orgem. Pov. na freg. de S. Verissimo, de Nevogilde, concelho de Louzada, districto do Porto.

Orgens. Pov. e freg. de Sant'Anna, da provincia da Beira Alta, conc., com., distr. e bisp. de Vizeu; 265 fog. e 1:341 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. Está annexada civilmente á freg oc-

cidental de Vizeu. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Orgueira. Povoações nas freguezias: N.S.ª da Annunciação, de Palhaes, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || N. S.ª da Conceição e concelho de Villa de Rei, do mesmo distr. || Santo Antonio, de Villarinho de Cottas, conc. de Alijó, distr. de Villa Real.

Orgueiras. Pov. na freg. de S. Christovão, concelho de Ribeira de Pena, districto de Villa Real.

Orieiro. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Campo, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Cova, conc. de Vieira, do mesmo districto.

Origo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Paus, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Orijal. Pov. na freg. de S. Paio, de Seramil, conc. de Amares, distr. de Braga.

Orijo. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Turquel, conc. de Alcobaça, districto de Leiria.

Oriola *(D. Fernando José Lobo da Silveira Quaresma, 5.º conde de).* Foi o 2.º marquez de Alvito. V. *este titulo.*

Oriola *(D. Joaquim José Antonio Lobo da Silveira, 7.º conde de).* N. a 12 de maio de 1772, fal. na Prussia a 28 de abril de 1846. Era filho do 5.º conde de Oriola e 2.º marquez d'Alvito e de sua primeira mulher, D. Anna Xavier de Assis Mascarenhas *(V. Alvito).* Seu irmão mais velho, 6.º conde de Oriola, herdou o titulo de marquez de Alvito, e D. Joaquim José Lobo foi agraciado com o titulo de conde, por D. João VI, no Rio de Janeiro, por carta de 5 de agosto de 1820. Foi gentil-homem da camara do referido monarcha, provedor da Casa da India, commendador da ordem de Christo, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto á côrte de Stockolmo, ao congresso de Vienna d'Austria, em 1815, e em Berlim; embaixador extraordinario em Paris para assistir á coroação de Carlos X, rei de França. Foi eleito par do reino por carta régia de 30 de abril de 1826, de que não tomou posse. Casou em Berlim com M.me Sophia Murray, filha de Carlos Murray. O conde de Oriola naturalisou-se prussiano, e foi membro do estado da nobreza na assembléa da provincia de Lusacia, onde comprou as terras nobres de Walden com varios privilegios senhoriaes. Por esta circumstancia perdeu, assim como os seus descendentes, a qualidade de subditos portuguezes. Posteriormente havia sido concedida ao conde de Oriola mais uma vida no titulo, para se verificar no seu filho primogenito; porém, como se tinham naturalisado prussianos, foi negada essa verificação, quando o filho primogenito, Fernando José Lobo, a solicitou no reinado da rainha D. Maria II. Comtudo, tanto elle, como os outros filhos do conde de Oriola, segundo os usos e costumes allemães, gozavam o titulo honorario de condes e condessas de Oriola. Em 1808 publicou este fidalgo em Stocholmo uma obra com o titulo de *Skizze von Brasilien*, da qual se encontra no *Investigador portuguez*, n.º XIX, de janeiro de 1813, a pag. 366, uma noticia e alguns extractos, pelo que se vê, que esta obra é dividida em tres partes: 1.ª A descripção e historia dos limites, descoberta, clima e habitantes do Brazil; 2.ª Divisão do Brazil, limites de suas diversas capitanias ou governos, regimen politico do paiz, administração da justiça, religião e estado ecclesiastico; 3.ª Productos do paiz em geral, productos dos reinos mineral, vegetal e animal, etc.

Oriola *(D. José Antonio Francisco Lobo da Silveira Quaresma, 10.º barão d'Alvito, e 3.º conde de).* Foi o 1.º marquez de Alvito. Era filho do 2.º conde, D. Vasco Lobo, e de sua mulher, D. Ignez Margarida de Lencastre *(V. Alvito)*, onde, por engano, saiu 4.º conde, em vez de 3.º conde de Oriola.

Oriola *(D. José Antonio Placido Lobo da Silveira Quaresma, 6.º conde de).* Foi o 3.º marquez d'Alvito. Era filho do 5.º conde de Oriola e 2.º marquez d'Alvito, D. Fernando José Lobo, e de sua primeira mulher, D. Anna Xavier de Assis Mascarenhas. V. *Alvito.*

Oriola *(D. Luiz Lobo da Silveira, 7.º barão de Alvito e 1.º conde de).* Era filho de D. João Lobo da Silveira, 6.º barão de Alvito, e de sua mulher, D. Magdalena de Lencastre. Seu pae foi provedor das capellas de D. Affonso IV, e commendador da Repreza na ordem de S. Thiago, e fal. em 1654. D. Luiz Lobo da Silveira serviu na guerra da Restauração contra Castella, e foi capitão general de Tanger. Teve a mercê do titulo de conde de Oriola, concedido por D. João IV, pelo decreto de 16 de setembro de 1653, tendo o assentamento em 6 de outubro do mesmo anno. Casou com D. Eufrazia Luiza de Tavora, filha de D. Francisco da Gama, 4.º conde da Vidigueira, e da condessa sua segunda mulher, D. Leonor Coutinho. O brazão é o mesmo que o dos marquezes d'Alvito: Em campo de prata, cinco lobos pardos em aspa, armados de vermelho, tendo o escudo uma bordadura de azul com oito aspas de ouro. Como os barões d'Alvito fôram os primeiros que usaram o titulo de barão em Portugal, os seus descendentes ficaram-se chamando *condes-barões.*

Oriola *(D. Vasco Lobo da Silveira, 9.º barão de Alvito, e 2.º conde de).* Era filho do 1.º conde d'este titulo, D. Luiz Lobo da Silveira, e de sua mulher D. Eufrazia Luiza de Tavora. Tendo fallecido seu irmão mais velho, D. João Lobo da Silveira, 8.º barão de Alvito, succedeu-lhe n'este titulo, e no de conde de Oriola, por morte de seu pae. Foi deputado da Junta dos Tres Estados, vêdor da Casa das Rainhas D. Maria Francisca de Saboia e D. Maria Sophia de Neubourg. Fal. a 22 de fevereiro de 1705. Casou duas vezes: a primeira com sua sobrinha e herdeira da casa d'Alvito, D. Bernarda Caetana Lobo da Silveira, filha de seu irmão D. João Lobo da Silveira, a qual fal. a 16 de março de 1687. Casou a segunda vez com D. Ignez Margarida de Lencastre, dama da rainha D. Maria Sophia de Neubourg, filha de Christovão d'Almada, senhor de Ilhavo, e de sua segunda mulher, D. Filippa Maria de Mello.

Oriola *(D. Vasco Lobo da Silveira, 11.º barão de Alvito e 4.º conde de).* Era filho do 3.º conde d'este titulo, D. José Antonio Francisco Lobo da Silveira Quaresma, e de sua mulher, D. Thereza de Assis Mascarenhas. N. a 30 de novembro de 1726, e fal., contando apenas 21 annos de edade, a 25 de dezembro de 1747, succedendo-lhe na casa e titulos seu irmão, D. Fernando José Lobo da Silveira Quaresma, que foi o 5.º conde

de Oriola e o 2.º marquez de Alvito. V. *este titulo*.

Oriola. Villa e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Portel, distr. e arceb. de Evora; 124 fog. e 462 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. A villa dista 14 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades da margem direita d'uma ribeira do mesmo nome, na estrada de Vianna a Portel. O ministro do convento da Trindade, de Santarem, apresentava o reitor, que tinha 100$000 réis e o pé d'altar. A pov. é muito antiga; consta que já existia no tempo dos romanos, que lhe chamavam *Aureóla*, pela muita abundancia de ouro que produziam as suas minas. Servia de limite, entre as cidades de Evora e Beja. A pov. nada conserva de antiguidades romanas; e se é d'esse tempo, foi destruida pelos vandalos ou polos moiros, pois que no seculo XIII não passava d'uma quinta dos senhores d'Alvito, chamada *herdade da Represa*. Foi villa, e teve foral dado por el-rei D. Diniz, em Beja, a 2 de março de 1282; e el rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 20 de novembro de 1516. Junto da egreja matriz estão as residencias do parocho e do sacristão, e proximo d'estas casas, um antigo edificio, denominado *Paço da Audiencia*, que era a casa da camara, quando esta villa era cabeça de concelho. Aqui faziam as audiencias os juizes ordinarios, e os vereadores as suas sessões. Perto de Oriola ha um logar chamado do *Outeiro*, onde existe uma grande capella dedicada a S. Thiago. E' terra muito fertil, sobretudo em cereaes. Tem vastos e bons montados, onde se criam muitos porcos e outras qualidades de gado e muita caça. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal.

Oriz. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 85 fog. e 334 hab. A egreja matriz dista 7 k. da séde do conc. A pov. está situada nas proximidades da margem direita do rio Homem. Pertenceu ao conc. e com. de Pico de Regalados. O abbade de Santa Marinha d'Oriz apresentava o vigario, que tinha 20$000 réis de congrua e o pé d'altar. Era uma aldeia da freg. de Santa Marinha de Oriz, da qual foi desmembrada, e feita freg. independente no seculo XVII. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de Santa Marinha, da mesma prov., concelho, com. e distr.; 109 fog. e 411 hab. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Homem. Tambem pertenceu á com. e conc. de Pico de Regalados. O papa e a mitra apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 400$000 réis de rendimento. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. na freg. do Salvador, de Ruivães, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Orjães. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Covilhã, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 207 fog. e 1:150 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 11 k. da séde do conc., e está situada junto d'uma serra do mesmo nome, na estrada da Covilhã a Valhelhas. Os herdeiros de João Tristão, de Moimenta da Serra, e os de Manuel Bordallo, do logar de Gonçalo, apresentavam o prior, que tinha 200$000 réis de rendimento. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Povoações nas freguezias: Santa Maria Magdalena, de Chaviães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Cubalhão, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª do Amparo, de Mira, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || S. Miguel, de Paredes Seccas, conc. de Amares, districto de Braga. || Santa Maria, de Penha Longa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || N. S.ª da Natividade, de S. Vicente, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || Quintas na freg. de S. Pedro, de Orjães, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Orjal. Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Fojo Lobal, conc de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Vicente, de Fornellos, do mesmo conc. e distr. || S. Julião, de Silva, conc. de Valença, do mesmo distr. || Santo André, de Tellões, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria Magdalena e concelho do Santo Tirso, do mesmo distr. || S. Thiago, de Valpedre, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. Faustino, de Vizella, conc. de Guimarães, districto de Braga.

Orjeiras. Pov. na freg de S. Domingos, de Valle de Mendiz, conc. de Alijó, distr. de Villa Real.

Orlaquiri. Pov. do distr. autonomo de Timor, Oceania. Quartzo aurifero.

Orlim. Freg. de S. Miguel, do conc. de Salsete, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada proximo da margem direita do rio do Sal.

Ormeche. Pov. na freg. de S. Pedro Fins, de Pondras, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Ormuz. Cidade e porto da Persia no extremo nordeste da ilha do seu nome. E' constituida de casas baixas, tudo fechado dentro de uma muralha nova flanqueada de torres. O porto é formado por uma enseada que parte da costa oriental, se recurva á medida que se aproxima da cidade, e que termina no forte chamado ainda hoje dos portuguezes. E' defendido por uma torre pequena e offerece um bom ancoradouro para navios de grande lotação, a 50 m. da costa. A antiga Ormuz foi uma das cidades mais florescentes da Asia, os arabes acreditavam que tinha sido fundada por Athar ou Anthar, heroe lendario e muito celebrado nos contos d'esse paiz; alguns escriptores suppõem que era a Ogyris dos antigos e pela sua excellente situação chegou a ser o emporio do commercio entre a Persia e as Indias. No principio do seculo XVI, Affonso d'Albuquerque traçou o plano de se assenhorear de Ormuz, e pondo logo em pratica o seu arrojado projecto, apezar da inferioridade das forças de que dispunha, se apresentou em frente da soberba cidade, e com a sua habitual audacia intimou o soberano a que se reconhecesse como vassalo de Portugal. Khodja Atar, que governava o reino, por ser ainda adolescente o soberano reinante Seif-ed-Din, quiz contemporisar, mas Affonso d'Albuquerque, destruindo completamente com os seus navios a grande esquadra do inimigo, forçou o humilhado rei a acceitar a vassalagem obrigando-o a pagar um tributo de 15:000 xera-

fins, fóra 5:000 para as despezas da esquadra, e a consentir que se construisse em Ormuz uma fortaleza nova, que logo se começou a erigir. Khodja-Atar, informado das discordias que lavravam entre os subordinados de Albuquerque, quiz fugir ao que se havia estipulado e quebrar a vassalagem, mas Affonso de Albuquerque bloqueou a cidade, e faria pagar cara a rebeldia do soberano oriental, se abandonado pelos capitães não tivesse de levantar o cêrco e dirigir se a Socotorá, jurando que em breve castigaria a má fé e perfidia de Khodja-Atar. Effectivamente, em fevereiro de 1514 partia novamente Affonso d'Albuquerque á testa de uma esquadra para Ormuz, e valendo-se das discordias intestinas que reinavam ali, e não recuando deante da idéa de assassinar o primeiro ministro Bas-Ahmed o de praticar outras barbaridades que, até certo ponto, maculam o vulto gigante do celebre conquistador da India, deixou ao soberano de Ormuz apenas uma sombra de autoridade e o vão titulo da realeza, e fixou ahi o dominio de Portugal. Com a perda da nossa independencia começou a desmoronar-se tambem o resto do imperio que tinhamos fundado no Oriente, e Ormuz, uma das joias mais preciosas do nosso diadema colonial, foi uma das primeiras a desprender-se d'ello. As estultas combinações do conde duque d'Olivares tinham feito do xá da Persia um terrivel inimigo do governo hespanhol, e por isso o gabinete de Madrid, receando justificadamente que aquelle principe fôsse atacar Ormuz, mandou levantar uma fortaleza na ilha de Keschmisch ou Queixome, que cobria perfeitamente a cidade conquistada por Albuquerque. A fortaleza levantou se, mas o xá cada vez mais irritado ligou-se com os inglezes e dispoz se para a guerra. Ruy Freire de Andrade sustentava gloriosamente em torno de Ormuz as tradições legadas por Albuquerque, mas Abbas, alliado não só com os inglezes como tambem com os arabes, tomou Dola e Julfar que abasteciam Ormuz de agua e de mantimentos, e apezar dos prodigios de valor que praticava Ruy Freire de Andrade, esto nosso capitão teve de se recolher á fortaleza que edificára, quando o Kan de Schawaz enviou um dos seus generaes Abul-Kan com 25:000 soldados cercar a ilha. Era em junho de 1622 e governava Ormuz D. Francisco de Sousa. Ruy Freire, apezar da falta de soccorros e de desintelligencias que havia entre os seus, defendeu o forte vigorosamente por nove mezes, mas ao fim d'esse periodo era impossivel continuar a resistencia, e teve de capitular. Entretanto a D. Francisco de Sousa havia succedido no governo Simão de Mello, homem vaidoso e invejoso, que não soube cumprir com os seus deveres, e a 22 de fevereiro os inglezes e os persas tomaram e saquearam a cidade sem encontrar resistencia. Os habitantes fôram então mandados para Gouroum, e no forte ficou unicamente uma pequena guarnição. No meado do seculo XVII o iman de Mascate as senhoreou se d'esse forte, mandou-o reparar e guarnecer por 200 homens, e desde então Ormuz tem melhorado e progredido um pouco. O iman paga á Persia por essa occupação um certo tributo.

Ornellas. Era o antigo nome das actuaes freguezias de Dornellas. Pelo habito de se dizer *freguezia d'Ornellas*, se ficou chamando *Dornellas*. E' tambem um appellido nobre em Portugal, tomado da freguezia de S. Salvador de Dornellas, do conc. de Amares, distr. de Braga. O conde D. Pedro faz menção de Pedro Fernandes d'Ornellas, pae de João d'Ornellas, e outros. As armas d'esta familia são: Em campo azul, banda de ouro, carregada de tres flôres de liz, de purpura, entre duas sereias da sua côr, com caudas de prata, com um espelho, de caixilho de ouro, na mão direita; e na esquerda um pente, do mesmo metal. Elmo aberto; timbre, uma das sereias do escudo. Alvaro d'Ornellas Sáavedra, filho de outro do mesmo nome, teve carta de brazão d'armas, dado por el-rei D. Manuel em 1513, o qual consta: Em campo azul, uma banda de purpura, perfilada de ouro, carregada de tres flôres do liz do mesmo metal, entre duas sereias da sua côr. O mesmo elmo e timbre. Esta familia passou mais tarde ás ilhas da Madeira e Terceira, onde fundou boas casas com grande reputação.

Ornellas *(Agostinho)*. V. *Rolim de Moura (Agostinho Ornellas Vasconcellos Esmeraldo)*.

Ornellas *(Fernando da Costa Cardoso Pacheco)* Bacharel formado n'uma das antigas faculdades de Direito da Universidade de Coimbra. Foi governador civil no districto de Vizeu. Parece que imprimiu e offereceu em 1821 ás côrtes constituintes uma *Memoria ácêrca da Agricultura*.

Ornellas *(João Augusto de)*. Escriptor e jornalista. N. no Funchal em 26 de junho de 1834, fal. em em julho de 1886. Depois de ter frequentado algumas aulas no lyceu da sua terra natal, dedicou-se ao jornalismo, começando em 1855 a escrever nos jornaes da Madeira. Foi empregado na administração do jornal *A Ordem*, onde tambem collaborou. Em 1858 fundou o *Direito*, sendo ao mesmo tempo correspondente d'alguns jornaes de Lisboa e Porto, como o *Jornal do Commercio*, *Commercio do Porto*, etc. Entrou na vida politica, e foi por mais d'uma vez procurador á Junta geral do districto. Foi um dos fundadores da Associação de Beneficencia do Funchal e do Gremio Litterario dos Artistas Funchalenses; era condecorado com o habito da ordem de N. S.ª da Conceição, socio correspondente da Associação dos Architectos, da Sociedade de Geographia de Lisboa, e do Instituto de Coimbra. Escreveu: *A arrependida*, romance, Funchal, 1871, antecedido d'uma carta de José Cardoso Vieira de Castro e d'uma breve indroducção por Julio Cesar Machado; *A corôa de ouro ou a honra e a justiça, o que foi e o que é José Cardoso Vieira de Castro*, Funchal, 1871; este opusculo trata da catastrophe que sepultou aquelle escriptor e parlamentar, e foi dedicado ao sr. conselheiro Jayme Constantino de Freitas Moniz; *Maria, paginas intimas; com uma introducção por Teixeira de Vasconcellos*, Lisboa, 1873; *A mão de sangue*; *romance com um juizo critico de Camillo Castello Branco*, Lisboa, 1874; *A justiça de Deus, romance de costumes madeirenses, com um prologo de Pinheiro Chagas*, Funchal, 1876; *A victima de um lazarista, romance de propaganda liberal*, Porto, 1879; *A fabrica de S. João*, Funchal, 1879; este opusculo não foi posto á venda, por que tratando d'aquelle importante estabelecimento industrial, foi destinado para brindes aos amigos do autor. Deixou ineditos os seguintes romances: *O filho segundo*; *Virginia*, de costumes;

Os mysterios do cemiterio; Um baile a beneficio; Os annos d'um principe, historico; *O enjeitado*, drama; uma collecção de contos com o titulo de *Horas de recreio*.

Ornellas *(Theotonio de)*. Foi o 1.º visconde de Bruges e 1.º conde de Villa da Praia da Victoria. V. *este titulo*.

Ornellas da Camara *(Francisco de)*. Capitão-mór da villa da Praia, o qual viveu no seculo XVII e se tornou notavel pelos serviços que prestou depois da acclamação de D. João IV, e que muito concorreram para que a ilha Terceira se libertasse do dominio do Castella. Um dos primeiros cuidados do duque de Bragança, logo depois da revolução do 1.º de dezembro do 1640, foi o de conseguir que as terras ultramarinas pertencentes á corôa de Portugal, reconhecessem o novo soberano, e uma das terras que mais preoccupava os animos dos influentes na governança era a ilha Terceira por ser a fortaleza de Angra uma das melhores da Europa n'esse tempo, e ser o governador d'ella D. Alvaro de Viveiros, que tinha fama de valento soldado, e que além d'isso tinha á sua disposição fôrças bastantes para impedir qualquer sublevação patriotica dos habitantes. Estava n'essa occasião em Lisboa Francisco de Ornellas da Camara, aparentado com as pessoas de maior qualidade da ilha o homem de reconhecido valor, pelo que parecia talhado de molde para desvanecer os obstaculos que se levantassem á revolução na ilha Terceira. Chamou-o el-rei, recommendou-lhe a restauração da ilha em termos encarecidos, e sendo acceita a commissão, partiu Ornellas a 19 de dezembro, e a 7 de fevereiro de 1641 ancorava no porto da villa da Praia. Diligente e cauteloso saltou em terra de noite, e sem companhia encaminhou-se para a cidade do Angra. Ali buscou seu cunhado capitão mór João de Bettencourt, abriu-se com elle, entregou-lhe uma carta do soberano, e narrando-lhe depois o occorrido em Lisboa, sem resistencia o fez seu parcial. Não encontrou, porém, as mesmas facilidades nos outros individuos, e assustado quiz já tarde dissimular o segredo, mas não o conseguiu inteiramente, porque a noticia da chegada advertira do perigo o governador hespanhol. D. Alvaro, desconfiado, chamou Francisco de Ornellas para este lhe explicar o motivo da sua vinda, e avisado pelos pretextos com que se escusou, preveniu-se contra a conspiração, e fazendo propalar que os francezes o hollandezes intentavam accommettel-o, principiou a abastecer-se de munições e de viveres, ao passo que disfarçadamente procurava colher os autores da novidade. Francisco de Ornellas escapou-se, não sem risco, e refugiando-se na villa da Praia sublevou-a, e tratou de attrahir os moradores de Angra. Favorecia-o a opinião, mas a vigilancia de Viveiros não deixava realisar o feito. Determinou o mestre de campo hespanhol prender os cavalleiros principaes da cidade, mas só alcançou colher fr. João da Purificação, prior do convento de Santo Agostinho, e Estevão da Silveira quo da parte de Francisco de Ornellas o fôram persuadir a que entregasse a fortaleza offerecendo-lhe vantajosa capitulação e grandes mercês, para o que Ornellas estava munido dos necessarios poderes. A's propostas respondeu D. Alvaro com a prisão dos emissarios, mas antes que esse facto se divulgasse, mandou buscar por uma escolta Antonio do Canto e Castro com a idéa de o prender tambem, valendo-se como pretexto de uma desordem que elle travára na noite anterior com uma ronda. Quando a escolta descobriu Antonio do Canto e Castro, estava elle junto do corpo da guarda de uma companhia portugueza, e recusando obedecer desembainhou a espada. Acudiram por elle os soldados portuguezes, dispararam os hespanhoes os arcabuzes, cairam dois feridos, e aggregando-se o povo levantaram se gritos de Viva D. João IV, e a multidão investiu com os castelhanos. O capitão-mór João de Bettencourt chegou com muitos habitantes armados, que obrigaram os soldados de Viveiros a despejar a porta chamada do Mar, e logo depois o porto da Boa Nova por baixo das ameias da fortaleza. D. Alvaro maudou disparar algumas peças, mas recrescendo a ira do povo, intentou negociar com o capitão-mór. Respondeu este que a guerra, depois de rota, devia continuar, e chegando á meia noite Francisco Ornellas, a quem o estrondo da artilharia dera rebate na villa da Praia, continuou a lucta, até que por fim na manhã seguinte os nossos metteram os inimigos de todo dentro da fortaleza, e depois de curto descanso tomaram o forte de S. Sebastião. Continuaram as baterias a trovejar, mas os moradores não temendo já as balas, realisaram a acclamação de D. João IV na sé de Angra no domingo de Paschoa, e fôram estreitando o cêrco, de modo que se a praça não fôsse tão forte, a guarnição d'ella tão grande e valorosa e tão poucos os meios de ataque, por certo em breve seria obrigada a render-se. Graças a essas circumstancias pôdo Viveiros resistir bastante tempo, e só a 16 de março de 1641 é que os hespanhoes, já faltos de viveres e dizimados pela doença, resolveram capitular no proprio dia em que fazia 60 annos que o marquez de Santa Cruz conquistára a ilha e firmara na Terceira o dominio hespanhol. Francisco de Ornellas, concluindo o cêrco, partiu para Lisboa, onde D. João IV lhe premiou os serviços com uma commenda de mil cruzados, ao mesmo tempo que dava outra do menos valor a João de Bettencourt, e que repartia habitos e tenças pelos mais que o haviam ajudado na empresa, que apezar das difficuldades levara gloriosamente a cabo, desempenhando-se assim da commissão que el-rei lhe commettera.

Ornellas Gorjão *(Duarte de)*. Juiz aposentado. Era natural de Alemquer, e fal. em 17 de fevereiro de 1902. Formou-se em Direito na Universidade do Coimbra, aos 21 annos de edade. Foi administrador dos concelhos de Torres Novas, de Lourinhã, e d'outras terras. Fez a sua carreira da magistratura no ultramar, como delegado da corôa e fazenda, e como juiz de primeira instancia. Por sua doença, havia muitos annos que estava aposentado, quando falleceu. Era casado com D. Carolina Eugenia Pereira Branco e Ornellas.

Ornellas e Vasconcellos *(Ayres de)*. Capitão do Estado Maior, do conselho de Sua Majestade, par do reino, ajudante de campo honorario d'el-rei senhor D. Manuel II, ministro de Estado honorario, secretario da 1.ª secção de estudos do conselho general do exercito, etc. N. no Funchal a 5 de março de 1866. Estudou preparatorios no collegio de Campolide, e fez o curso de estado maior nas escolas Polytechnica e do Exercito.

Assentou praça em cavallaria em 27 de novembro de 1881, e tendo completado o curso, foi despachado alferes para cavallaria n.º 4, em 9 de janeiro de 1889, sendo promovido a tenente em 24 de janeiro de 1891, e a capitão em 4 de fevereiro de 1887. Ao terminar o curso nas referidas escolas começou a escrever nas revistas technicas artigos e estudos de largo folego, d'entre os quaes mencionaremos: *Os processos de guerra e de commando de Napoleão I*, publicados na *Revista do exercito e da armada*, que elle fundára em 1893 com um grupo de camaradas e de que foi um dos mais assiduos collaboradores até á sua partida para Africa em 1895, revelando muita erudição em conhecimentos militares. Sendo promovido a tenente do estado maior, mostrou em trabalhos de applicação, como memorias, reconhecimentos, manobras, etc., ser um official de grande futuro na corporação em que tinha entrado. A convite do seu particular amigo e camarada, o capitão de estado-maior Eduardo Costa, partiu em 1895 para Africa, a tomar parte na campanha contra o Gungunhana, o mais poderoso de todos os chefes negros da Africa do Sul, depois da queda dos Zulus em 1879 e 1880. Os seus serviços n'essa campanha fôram officialmente classificados de *relevantes*. Como adjunto do estado-maior tomou parte importantissima nos trabalhos de preparação das columnas de Marraquene e de Inhambane, serviu de remontista e de diplomata, comprando cavallos e muares no Natal e Orange, e fazendo parte da *missão politica* que, sob a direcção do conselheiro José de Almeida, procurou conseguir do potentado de Gaza uma submissão real e pacifica. A sua attitude nos combates de Marraquene e Coollela, grangeou-lhe grande reputação, deixando bem patentes n'esses rudes e celebres combates a sua coragem fria, que de nada se receia e não exclue qualquer especie de impeto, o descernimento tactico, a dedicação e o sentimento de dever. Esses combates tornaram bem conhecido o seu nome em todo o exercito. A estima e consideração que soube inspirar a Mousinho d'Albuquerque, fizeram com que este official o escolhesse para seu chefe de estado-maior, quando, em principios de 1896, foi chamado para desempenhar o cargo de governador geral de Moçambique. Em 1897, tendo sido já promovido a capitão, o seu trabalho, como chefe de estado maior nas duas campanhas contra os namarraes e na segunda campanha de Gaza, fez honra ao seu nome. Acêrca d'estas campanhas vem um artigo muito elogioso, publicado na *Revue Illustrée du Portugal*, pag. 43. Profundo conhecedor das guerras d'Africa, desenvolveu util cuidado e descernimento seguro em todos os trabalhos preparatorios de organisação e durante as operações d'estas campanhas, continuando a mostrar em combate a mesma coragem e o mesmo marcial impulso que tanto o haviam distinguido em 1895. No combate de Mujinja recebeu um ligeiro ferimento. Seguindo Mousinho de Albuquerque, quando este se retirou de Moçambique em setembro de 1898, veiu continuar os seus trabalhos do estado-maior, tomando parte activa em estudos e reconhecimentos importantes, e collaborando novamente na *Revista do exercito e da armada*. A remodelação do *Jornal das Colonias*, de que o sr. conselheiro Ayres de Ornellas assumiu a direcção politica em abril de 1901, veiu mostrar mais uma feição seu talento. Por essa epoca tomou posse da sua cadeira na camara dos pares, por direito hereditario. Como jornalista, estuda com ardor e criterio todas as questões coloniaes, levantando a sua voz sempre que se trata de pugnar pelo nosso desenvolvimento colonial. D'este periodo data tambem uma das mais bellas missões que tem desempenhado. O official que tão bem representára o governo portuguez no congresso militar que se reuniu em Madrid por occasião do centenario de Colombo e que, mais tarde, fez parte como delegado technico da celebre conferencia da Haya, foi tambem escolhido para, juntamente com o almirante Hermenegildo Capello, capitão de fragata E. de Vasconcellos e o consul de 1.ª classe Castanheira d'Almeida, formarem a *missão* technica que foi discutir com os inglezes a questão dos limites de Baroce, submettida á arbitragem do rei de Italia. A parte que coube ao sr. conselheiro Ayres d'Ornellas em todo este notavel trabalho, e a sua collaboração primacial na memoria historica justificativa dos nossos direitos, tão bem reconhecidos pelo régio e imparcial arbitro, são do conhecimento geral, e fôram galardoados pelo governo com a commenda da ordem de S. Thiago. Em principios do anno de 1905, sendo governador geral de Moçambique o sr. João de Azevedo Coutinho, o sr. conselheiro Ayres d'Ornellas foi desempenhar o cargo de governador do districto de Lourenço Marques, onde, por circumstancias fortuitas, apenas se demorou 8 mezes, mas n'este curto espaço de tempo tambem mostrou a maior competencia administrativa. Regressando a Lisboa, retomou a direcção do *Jornal das Colonias*. Como escriptor, não se deve esquecer a sua laboriosa collaboração, capitulos *Marraquene e Coollela*, na *Campanha das tropas portuguezas em Lourenço Marques e Inhambane*, publicada na *Revista do exercito e da armada*, e depois em edição separada; e uma memoria apresentada ao congresso colonial em 1901: *As raças e linguas indigenas de Moçambique*, sendo para citar tambem as conferencias que realisou na Sociedade de Geographia sobre estas colonias, assim como os elogios de Mousinho d'Albuquerque e de João Coutinho. Em maio de 1906 foi chamado aos conselhos da corôa, no ministerio presidido pelo sr. conselheiro João Franco, sendo-lhe confiada a pasta da marinha e ultramar, e n'esta qualidade acompanhou em 1907 o principe real D. Luiz Filippe na sua viagem ás colonias portuguezas, tanto da Africa Occidental como da Oriental, visitando tambem com elle de passagem algumas das colonias inglezas de Africa do Sul. Essa viagem, que tinha simultaneamente por fim instruir praticamente o herdeiro presumptivo da corôa quanto á vastidão e importancia dos nossos dominios ultramarinos, e pôr o sr. conselheiro Ayres d'Ornellas em condições de observar as mais imperiosas necessidades d'esses dominios para as satisfazer, não teve os beneficos resultados que se esperava, por causa do attentado de 1 de fevereiro de 1908, que fez cair o ministerio, não deixando pôr em pratica o plano de fomento colonial que estava elaborado. O sr. conselheiro Ayres d'Ornellas é official da ordem da Torre e Espada e da de S. Bento de Aviz, por serviços distinctos, cavalleiro da mes-

ma ordem, e possue as medalhas: de prata de valor militar; para commemorar a expedição Moçambique, 1894-1895; para commemorar a expedição contra os namarraes em 1896; para commemorar as operações de Gaza, em 1897. Possue tambem a cruz de 1.ª classe do Merito Militar de Hespanha.

Ornellas e Vasconcellos *(D. Ayres de)*. Arcebispo de Gôa Primaz do Oriente. N. no Funchal em 18 de setembro de 1837, fal. em 28 de novembro de 1880. Era filho de Ayres d'Ornellas de Vasconcellos Esmeraldo, descendente d'uma familia illustre da ilha da Madeira. Feitos com distincção os estudos preparatorios no Funchal, matriculou-se na Universidade de Coimbra, em 1854, seguindo o curso de Theologia com a maior distincção, obtendo premios em todos os annos, vindo a doutorar se a 29 de julho de 1860. Havia-lhe sido conferida a ordem de subdiacono, recebendo depois as de diacono e de presbytero. Em 1861 foi provido n'um dos canonicatos vagos da sé do Funchal, com a obrigação de reger uma cadeira no respectivo seminario. Em 1867 foi promovido a chantre, e em 1868 a deão da mesma sé. Por occasião do concilio em 1869 dirigiu-se a Roma, onde recebeu do papa Pio IX muitas provas de consideração pelo seu caracter probo e intelligencia cultivada. Em 1870 foi apresentado coadjutor e futuro successor do bispo do Funchal, sendo sagrado, pouco depois bispo de Gerasa *in partibus*. Em 1872 succedeu no bispado do Funchal, de que tomou posse solemnemente no mez de outubro. Vagára no emtanto a egreja da capital das Indias Portuguezas e Primaz do Oriente, e o governo lembrou-se de o eleger para aquelle elevado e difficil cargo. Recebido o pallio em 1874, saiu de Lisboa em setembro de 1875, o novo arcebispo de Gôa, atravessando de novo a Europa, indo a Roma, onde recebeu novamente as maiores deferencias de Pio IX, chegando finalmente á sua diocese, de que tomou posse em janeiro de 1876. O arcebispo desembarcou em Bombaim, ainda em 1875, e as descripções, que então se fizeram d'esse desembarque, são as mais honrosas para o venerando prelado. D. Ayres de Ornellas visitou a sua vastissima diocese o mais que pôde, estudou-a proficientemente, distribuindo os rendimentos da mitra, ainda assim consideraveis, por todos aquelles presbyterios pobres e humildes. Reorganisou e melhorou os estudos, ordenou centenares de presbyteros, congraçou rivalidades de diversas jurisdicções ecclesiasticas, que de longa data andavam em desharmonia. Finalmente, tanta foi a prudencia, tino, mansidão e cordura manifestadas pelo digno prelado, tanto foi o respeito tributado ás suas virtudes e affabilidade, que o arcebispo D. Ayres de Ornellas, não contando ainda 40 annos de edade, tinha em breve restituido a paz, tranquillidade e concordia á egreja indiana, o que outros prelados de edade mais avançada não haviam conseguido. E não só nas cousas da egreja deixou o arcebispo de Gôa padrões importantes do muito que valia a sua elevada intelligencia e erudição. Pelo subito fallecimento de dois governadores geraes da India, por duas vezes teve de collocar-se á testa do governo, missão difficil ainda quando, pela circumstancia da interinidade, a mão que dirige o leme do estado, não tem a fôrça completa, que só póde provir da posse effectiva. N'essas duas conjunturas mostrou o arcebispo D. Ayres d'Ornellas tão grande tacto governativo, tanta prudencia e ao mesmo tempo tão grande energia, que essas duas epocas do seu governo interino são citadas como modelos da melhor e mais sensata administração. Das suas visitas á diocese e aos trabalhos excessivos a que se entregou, se lhe occasionaram padecimentos que o obrigaram a resignar o seu elevado cargo, para vir procurar allivios no clima da Europa. Depois d'algumas viagens e de tratamentos a que os medicos o sujeitaram, quando parecia ter melhorado, veiu prostral-o nova doença a que succumbiu em poucos mezes. Deixou alguns trabalhos ineditos, que fôram publicados por seu irmão Agostinho d'Ornellas, par do reino.

Oro. Pov. na freg. de S. Thiago, de Pinheiro, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Oronhe. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Espinhel, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Orreiro. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Fornellos, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de S. João da Madeira, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Orros. Pov. na freg. de S. Mamede, de Ferreira, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Orta *(Bento Sanches de)*. Astronomo e geographo. N. em Coimbra em fevereiro de 1739, fal. no Brazil, na cidade de S. Paulo, no principio do anno de 1795. Era filho d'um ourives, chamado José Rodrigues Sanches, que o destinava a seguir a sua profissão, porém Bento Sanches de Orta aproveitava todos os momentos que podia escapar-se da officina de seu pae, em se applicar ás letras, e matriculou-se na Universidade de Coimbra, depois d'ella ser reformada, seguindo os cursos de Mathematica e Philosophia, e ao terminar os estudos pediu para ser admittido no corpo de engenheiros. A Junta dos Tres Estados o consultou em capitão, mas sobreviudo a morte d'el-rei D. José e a mudança do ministerio, ficou esta pretenção sem resultado, até que sendo necessario, em vista da paz celebrada entre a Hespanha e Portugal, regular definitivamente os limites das possessões das duas corôas na America do Sul, fôram alguns astronomos e geographos encarregados d'essa commissão, sendo um d'elles Bento Sanches d'Orta. Embarcou para o Brazil em 1781, mas em consequencia das difficuldades diplomaticas que sobrevieram, esteve Sanches d'Orta no Rio de Janeiro sete annos sem receber as ultimas ordens relativas ao trabalho que lhe fôra commettido. Durante esse tempo, em vez de estar ocioso, determinou a latitude e longitude da cidade mostrando o enorme erro com que ella estava marcada no Roteiro maritimo, e occupou-se com o mais assiduo cuidado em fazer uma exacta serie de observações meteorologicas, o que tudo communicou á Academia Real das Sciencias de Lisboa, que mandou publicar esses trabalhos na sua collecção de *Memorias*. Deixando o Rio de Janeiro foi para a cidade de S. Paulo, e ali emprehendeu trabalhos identicos aos que fizera no Rio de Janeiro, os quaes tambem se imprimiram nas *Memorias* da Academia Real das Sciencias. Os obstaculos que

o haviam demorado no Rio de Janeiro, tambem o retiveram em S. Paulo, sem ter começado a delimitação das fronteiras, e n'essa cidade falleceu. Foi socio da Academia Real das Sciencias; e Garção Stockler escreveu o seu *Elogio*, o qual vem publicado no 1.º vol. das obras d'este escriptor e mathematico, de pag. 283 a 296. Escreveu: *Observações astronomicas feitas junto ao castello do Rio de Janeiro, para determinar a latitude e longitude da dita cidade;* vem no tomo 1.º da *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, 1797; *Observações meteorologicas feitas na cidade do Rio de Janeiro;* no referido tomo; *Descripção de um monstro de especie humana, existente na cidade de S. Paulo;* no tomo III das referidas *Memorias; Observações meteorologicas feitas na cidade de S. Paulo;* no mesmo tomo; *Observações astronomicas e meteorologicas feitas na cidade do Rio de Janeiro em 1784;* idem; *Observações, etc., feitas em 1785;* idem; *Observações, etc., feitas em 1786 e 1787;* idem; *Taboas e diario meteorologico pertencentes ao anno de 1787*; idem; *Observações dos eclipses dos satellites de Jupiter, feitas em S. Paulo,* idem; *Diario physico-meteorologico de Outubro de 1788 na cidade de S. Paulo, e o mesmo dos mezes de Novembro e Dezembro*, idem.

Orta (*Diogo Manuel de*). Jurisconsulto, que viveu no seculo XVII e principios do XVIII. Era natural de Lisboa, onde estudou os preparatorios, estudando depois na Universidade de Coimbra Philosophia e Direito civil. Deixou publicado: *Allegação de Direito por D. Carlos de Noronha, e D. Anna de Menezes sua mulher, sobre a successão da Casa e Estado de Villa Real, e morgados, que vagaram por fallecimento do duque de Caminha, marquez de Villa Real, D. Miguel de Menezes, pae da dita Anna de Menezes*, Lisboa, 1639; *Allegação de Direito a favor dos religiosos do convento de Nossa Senhora do Carmo de Lisboa, e a causa... que lhe moveram os irmãos da veneravel ordem Terceira, sobre a sagrada e milagrosa Imagem de Nosso Senhor Jesus Christo*, Lisboa, 1697.

Orta (*Fr. Francisco de*). Religioso da ordem de S. Domingos, que falleceu em Evora no seculo XVI. Professou em 22 de abril de 1543. Foi professor de Theologia moral no collegio de N. S.ª da Escada, de Lisboa. Escreveu a seguinte obra, que não chegou a imprimir-se: *Commentaria in Summam D. Thomae Aquinatio.*

Orta (*Garcia da*). Doutor em Medicina pelas Universidades de Alcalá e Salamanca, lente de Philosophia na de Lisboa, etc. N. em Elvas nos ultimos annos do seculo XV, fal. em Gôa, de edade muito avançada; ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento mas calcula-se que morresse nas proximidades de 1570. Aprendeu os primeiros rudimentos da lingua patria na terra onde nasceu, e cursou medicina em Hespanha, doutorando-se nas mencionadas universidades. Regressando a Portugal foi residir em Castello de Vide; fez exame perante o physico-mór do rei, e sendo n'elle achado *apto e sufficiente e idoneo e sufficiente assim na theoria como na pratica* se lhe concedeu licença para que *possa curar de physica todos os meus reinos e senhorios*, por carta dirigida ao physico-mór Diogo Lopes, e datada de Almeirim a 10 d'abril de 1525. Foi depois nomeado lente de Philosophia na Universidade, então em Lisboa, logar que desempenhou do modo mais notavel, até 1534, anno em que se despediu, por ter de partir para os estados da India, com a graduação de physico d'el rei. Embarcou então na armada de que era capitão-mór Martim Affonso do Sousa. Na India graugeou profunda estima e o maior respeito dos vice-reis, e mesmo dos principes gentios, e muito particularmente de Niza-moluco, que lhe offerecia 12:000 pardaos por cada vez que elle ia á sua presença, e 40:000 se quizesse assistir-lhe quatro vezes por anno. Taes eram os seus creditos como medico, e os estudos a que se entregou de historia natural e botanica, investigando com incansavel diligencia as qualidades e virtudes das plantas creadas n'aquellas paragens. A elle se deve, portanto, o conhecimento de muitas plantas medicinaes de subido valor. Garcia da Orta assistiu com Martim Affonso de Sousa, em 1535, na fundação da fortaleza de Diu, e fez parte da celebre expedição que Nuno da Cunha mandou em soccorro do rei de Cambaya contra o Grão Mogol. Esteve mais tarde na tomada de Repelim, e aproveitou depois a sua invernagem para Cochim para fazer importantes explorações botanicas. Partindo para Lisboa, Martim Affonso de Sousa deixou em Gôa o seu grande amigo Garcia da Orta. No tempo de D. João de Castro o illustre medico e botanico aforou a ilha de Bombaim, onde, por conseguinte, foi proprietario da ilha, em que se ergue hoje a grande cidade ingleza d'aquelle nome. Garcia da Orta não foi sempre physico-mór. Exerceu esse cargo durante o governo de Martim Affonso de Sousa, e talvez depois no tempo de D. Pedro de Mascarenhas, mas esteve muito tempo na India sem ter cargo official. Escreveu um livro importante, que se imprimiu em Gôa, em 1563, com o titulo seguinte: *Coloquios dos simples, e drogas he cousas mediçinais da India, e assi dalguas frutas achadas nella onde se tratam alguas cousas tocantes a mediçina, pratica, e outras cousas boas, pera saber cõpostos pello Doutor garçia dorta; fisico del Rey nosso senhor, vistos pello muyto Reuerendo senhor; ho liçençiado Alexos diaz: falcam desembargador da casa da supricaçã inquisidor nestas partes. Com priuilegio do conde viso Rey; Impresso em Gôa, por Ioannes de endem as x dias de Abril de 1563 annos.* Esta obra foi publicada primitivamente em latim, e dedicada ao capitão-mór Martim Affonso de Sousa, sendo depois publicada em portuguez para satisfazer aos desejos de alguns amigos, que se empenhavam em que ella pudesse ser proveitosa e lida por todo o genero de pessoas. A obra foi tão bem acceita em seu apparecimento, que não tardou a ser traduzida nas principaes linguas da Europa. Além da versão em castelhano, feita livremente por Christovão da Costa, com o titulo de *Tratado de las drogas y medicinas de las Indias Orientales*, publicada em Burgos, 1578, são conhecidas as seguintes: A do C. Clusio, em latim, com o titulo: *Aromatum et simplicium aliquot medicamentorum apud Indos nascentium Historia*, etc., Antuerpia, 1567; idem, 1574, 1582, 1584 e 1593; outras edições, Lisboa, 1568; e novamente com illustrações de João Boncio, medico de Leyden, Batavia, 1642. A traducção de Annibal Briganti, em italiano, com o titulo: *Dell'historia dei simplici aromati, e altre cose che vengano portate dell'Indie*

Orientali, pertenent al uso de la medicina, etc., Venetia, 1582; idem, 1605. A de Arthur Colin, em francez, impressa em Paris, 1609 e 1615; outra edição feita em Lyon, em 1619; n'esta traducção o autor é chamado *Garciam du Jardin*. A'cêrca de Garcia da Orta publicou o fallecido conde do Ficalho, em 1886, o importante livro: *Garcia da Orta e o seu tempo*; veja-se tambem o *Catalogo* posto á frente do *Diccionario da Lingua Portugueza da Academia*; a nota curiosa e interessante, assignada por Ferdinand Denis no *Bulletin du Bibiophile de Techener*, março de 1851, pag. 103 a 108; uma noticia bio-bibliographica na *Gazeta de Pharmacia*, de P. I. da Silva, a qual foi transcripta no *Archivo de Pharmacia da India Portugueza*, de A. G. Roberto, 4.° anno, a pag. 140 e seguintes. Um distincto bibliophilo, ácêrca da obra de Garcia da Orta, diz o seguinte: «*São os Colloquios* um livro estimavel por diversos respeitos, e dos que mais honra fazem á nação portugueza, pelo o haver produzido. Monumento da intelligencia, e fadigas do seu benemerito autor n'elle appareceram a *primeira* e *mais exacta* descripção da cholera-morbus opidemica, e varias outras egualmente notaveis, e importantes, de plantas orientaes, até então desconhecidas E' sem duvida um grande desar para nós que se não fizesse até agora uma nova edição d'esta obra, verdadeiro specimen de nossas passadas glorias.» D'um dos seus biographos transcrevemos: «Os exemplares dos *Colloquios* eram extremamente raros, e em Portugal apenas se sabia da existencia de cinco; por isso a Sociedade das Sciencias Medicas, e depois Isidoro Emilio Baptista, Ferdinand Denis em Paris, e Rodrigo Felner, todos pensaram e fizeram alguns trabalhos para apresentarem ao publico uma nova edição do livro do nosso grande naturalista, mas todos desistiram antes de a levar a cabo a empresa, e só em 1872 é que afinal saiu dos prélos da Imprensa Nacional de Lisboa a nova edição dos *Colloquios* feita pelo escriptor e diplomata brazileiro, Varnhagem, barão de Porto Seguro. Graças aos seus esforços e diligencias é que se deve poder vêr-se facilmente o livro em que se encontram colligidas importantissimas indicações scientificas sobre a flora indiana, podendo mostrar-se aos estrangeiros, que se fôram os nautas portuguezes que descobriram muitas e muitas terras do globo, tambem foi um portuguez quem primeiro descreveu as plantas e os productos vegetaes d'essas regiões orientaes, alargando os dominios da sciencia, da mesma fórma que os nossos navegadores iam fazendo recuar os limites do mundo até então conhecido. Não é, porém, unicamente para o botanico que os *Colloquios* são interessantes. N'esse livro se encontra pela primeira vez descripta a *cholera asiatica*, gloria que até ha poucos annos se attribuia ao medico hollandez Boncio, que no seculo XVII estudára o mesmo assumpto; felizmente, porém, o dr. Bernardino Antonio Gomes, sendo representante do governo portuguez no congresso sanitario de Constantinopla reivindicou para a nossa patria os direitos que lhe pertenciam, e tornou bem evidente que em remotas eras fômos um dos povos que mais serviços prestaram á civilisação.» Foi na obra de Garcia da Orta, Gôa, 1563, que appareceram publicados os primeiros versos de Camões.

Ortaes. Pov. na freg. de S. Salvador, de Minhotães, conc. de Barcellos, districto de Braga.

Ortezedo. Pov. na freg. de S. Martinho, de Silvares, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Ortiga. Povoações nas freguezias: Santo Antonio, de Fatima, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || S. Thiago, de Evora d'Alcobaça, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || N. S.ª do Pranto, do Panascoso, conc. de Mação, distr. de Santarem. Tem est. postal.

Ortigal. Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Villa Cova de Sub-Avô, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Ortigão. V. *Ramalho Ortigão*.

Ortigão Peres (*João*). Capitão do estado maior de infantaria. N. a 13 de março de 1872; assentou praça em 30 de outubro de 1888, sendo promovido a alferes em 23 de abril de 1891, a tenente em 24 de dezembro de 1896, a capitão em 25 de agosto de 1903. Estando ao serviço do estado maior da sua arma, partiu em 1902 para Africa, onde affirmou o seu valor militar e a sua grande competencia technica, premiados com honrosas condecorações. Entrou na campanha do Bailundo, onde prestou relevantes serviços, como consta do relatorio do conselheiro Cabral Moncada, então governador geral da provincia de Angola. Quando saiu de Angola, o governador geral interino Eduardo Costa o mandou louvar om portaria, no *Boletim do Ultramar*, *pela muita actividade, clara intelligencia e inexcedivel lealdade com que desempenhou as funcções de chefe de estado maior*, conforme diz a referida portaria. O sr. capitão Ortigão Peres voltou a Africa em julho de 1904. E' cavalleiro da ordem da Torre e Espada e da de S. Bento de Aviz; possue as medalhas de prata de comportamento exemplar, e para commemorar a campanha de Bailundo em 1902; é tambem cavalleiro da ordem de Danebrog da Dinamarca.

Ortigosa. Povoações nas freguezias: Santa Leocadia, de Travanca, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. Tem caixa postal. || S. Gens, de Palla, conc. de Mortagoa, do mesmo distr. || O Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e distr. de Leiria. Tem est. postal.

Ortigueira. Povoações nas freguezias: S. Thomé, de Friande, conc de Felgueiras, distr. do Porto || Santa Justa, de Girabolhos, conc. de Ceia, distr. da Guarda. || Santa Maria, de Palmeira, conc. e distr. de Braga. || Santa Martha, de Serzedello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Expectação, de Valladares, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Orto Pov. na freg. de S. Salvador, de Minhotães, conc. de Barcellos, distr. do Braga.

Ortos. Pov. na freg. de Santa Cruz do Douro, concelho de Baião, distr. do Porto.

Ortosello. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Cahide de Rei, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Mamede, de Cepães, conc. de Fafo, distr. de Braga. || O Salvador, de Rossas, concelho de Vieira, do mesmo districto.

Orvalho. Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. da Beira Baixa, conc. de Oleiros, com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 178 fog. e 883 hab. Tem esc. do sexo masculino e est. post. A pov. dista 15 k. da séde do

conc. e está situada n'uma pequena elevação nas proximidades da margem esquerda do rio Zezere. O vigario da freg. de Janeiro de Baixo apresentava o cura, que tinha 9$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Orvatão. Ponta situada na costa E da ilha da Boa Vista, no archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental. Fica-lho proximo um rochedo de coral onde o mar rebenta sempre com força, e onde a corrente é forte.

Orvida. Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Fermedo, conc. de Arouca, districto de Aveiro.

Orvieira. Pov. na freg. de S. Miguel, de Ribeira de Frades, concelho e districto de Coimbra

Orzilhão. Pov. na freg. de N. S.ª dos Anjos, e conc. de Monsão, districto de Vianna do Castello.

O Santo. Pov. na freg. de Santa Justa, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Os Lusiadas. Titulo do celebre poema de Luiz de Camões (V. *este nome*, no vol. II, pag 667) consagrado á gloria portugueza. O nome de *Lusiadas* (filhos de Luso ou portuguezes) apparece pela primeira vez n'um poemeto latino de André Falcão de Rezende, amigo de Camões, sobre a fundação de Roma. O immortal poema *Os Lusiadas* tem por assumpto o descobrimento do caminho maritimo para a India por Vasco da Gama. Toma no canto I o seu heroe no momento em que já se approxima de Moçambique, imagina-o protegido por Venus que vê nos portuguezes os mais directos descendentes dos seus bem-amados romanos, e hostilisados por Baccho, o antigo conquistador da India, que não quer vêr a sua gloria offuscada pela dos novos conquistadores. Depois de escapar aos perigos de Quiloa e do Mombaça, Vasco da Gama chegou a Melinde, onde é acolhido hospitaleiramente, e onde conta ao rei, como Eneas a Dido, a historia de Portugal e da sua viagem. N'essa narrativa incluem-se os admiraveis episodios de Ignez de Castro, da apparição do Ganges e do Indo a D. Manuel, das imprecações do velho de Belem, e sobretudo o do gigante Adamastor. Seguem emfim para a India os navegadores, e no caminho n'uma vigilia de quarto de madrugada conta-se o formoso episodio dos doze de Inglaterra. Fundeados em Calicut, são os navios visitados pelo *catual*, e Paulo da Gama, mostrando-lhe bandeiras onde estão representados muitos heroes, conta-lhe as biographias de alguns celebrados portuguezes. Finalmente, regressando a frota a Portugal surge-lhes a ilha dos Amôres, onde são acolhidos hospitaleiramente por Thetis, que narra aos navegadores a futura historia de Portugal até ao tempo de Camões. Assim se justifica o titulo do poema *Os Lusiadas*, encerrando-se nos seus dez cantos todo o cyclo da historia portugueza. Este poema excitou um grande enthusiasmo tanto em Portugal como no estrangeiro. Era o primeiro poema regular que apparecia na epoca da Renascença, e as suas imitações de Homero e de Virgilio bastavam para lhe grangear o favor dos eruditos, assim como o sopro patriotico que o anima, as descripções magnificas das scenas do mar e das scenas de combates bastavam para lhe alcançar immensa popularidade.

LISTA CHRONOLOGICA DAS EDIÇÕES EM PORTUGUEZ DE «OS LUSIADAS»

1572, duas edições, em Lisboa, impressas por Antonio Gonçalves.—1584 (edição chamada *dos Piscos*) e em 1591, em Lisboa, ambas por Manuel do Lyra.—1597, em Lisboa, por Manuel de Lyra e Estevão Lopes.—1609, duas edições, em Lisboa, por Pedro Crasbeeck e Domingos Fernandes.—1612, em Lisboa, por Vicente Alvares e Domingos Fernandes.—1613, em Lisboa, por Pedro Crasbeeck e Domingos Fernandes, annotada por Manuel Correia.—1626, em Lisboa, por Pedro Crasbeeck.—1631, em Lisboa, por Pedro Crasbeeck.—1633, em Lisboa, por Lourenço Crasbeeck.—1639, em Madrid, por Juan Sanchez e Pedro Coelho, annotada po Manuel de Faria e Sousa.—1644 e 1651, em Lisboa, por Paulo Craesbeeck, argumentos de João Franco Barreto.—1663, 1669 e 1670, em Lisboa, por Antonio Craesbeeck de Mello, argumentos de J. F. Barreto.—1702, em Lisboa, por Manuel Lopes Ferreira, argumentos de João Franco Barreto.+1720, em Lisboa, por José Lopes Ferreira, annotada por Manuel Correia e argumentos de João Franco Barreto.—1721, em Lisboa, na officina Ferreyrinha, argumentos de João Franco Barreto.—1731, o 1.º vol. em Napoles, na officida Parriniana, argumentos de João Franco Barreto.—1732, o 2.º vol. da mesma edição, em Roma, na officina Antonio Rossi, annotada por Ignacio Garcez Ferreira.—1749, em Lisboa, por Manuel Coelho Amado, argumentos de João Franco Barreto.+1759, em Paris, por Francisco Ambrosio Didot e Pedro Gendron, argumentos de João Franco Barreto.+1772, em Lisboa, por Miguel Rodrigues.+1779 e 1780, em Lisboa, na officina Luisiana, de Luiz Francisco Xavier Coelho, annotadas por Thomaz José de Aquino.+1782 e 1783, em Lisboa, por Simão Thadeu Ferreira, annotadas por Thomaz José de Aquino — 1800, em Coimbra, na imprensa da Universidade, editada por Joaquim Ignacio de Freitas, argumentos de João Franco Barreto.—1810, em Lisboa, na Typographia Lacerdina —1808, em Berlim, por J. E. Hetzig e Winterfeld.+1815, duas edições, em Paris, por P. Didot Senior.—1817 (edição do Morgado de Matheus) em Paris, na officina de Firmin Didot.—1818, em Avinhão, por Francisco Seguin, com os argumentos de João Franco Barreto.—1819, em Paris, na officina de Firmin Didot, annotada pelo Morgado de Matheus.—1820, em Paris, por Theophilo Barrois e S. Smith, com os argumentos de João Franco Barreto.—1821, no Rio de Janeiro, por P. C. Dalbin & C.ª—1823, em Paris, por J. P. Aillaud e Didot.—1827, duas edições, em Lisboa, uma na Imprensa Regia, outra na Typographia Rollandiana.+1834, em Hamburgo, na officina de Langhoff, com annotações de J. V. Barreto Feio e J. G. Monteiro.—1836, em Lisboa, na Typographia Rollandiana.—1836, em Lisboa por Borel, Borel, & C.ª—1836, em Paris, por J. P. Aillaud.—1841, no Rio de Janeiro, na Typographia de Laemmert, com annotações de Barreto Feio, J. G. Monteiro e argumentos de João Franco Barreto.—1842 e 1843, em Lisboa, na Typographia Rollandiana, sendo a segunda annotada por Francisco Freire de Carvalho.—1843, em Lisboa, por Santos & C.ª+1842, em Paris, por Fain e

Thunot, annotada por Barreto Feio e J. G. Monteiro.—1846, em Paris, pela Livraria Europêa, de Baudry, com annotações de José da Fonseca. —1846, em Lisboa, na Typographia Rollandiana —1847, em Paris, por Firmin Didot, annotada por Caetano Lopes de Moura.—1849, no Rio de Janeiro, por A. de Freitas Guimarães.—1850, em Lisboa, na Typographia Rollandiana.+1852, em Lisboa, pela Bibliotheca Portugueza, annotações de Barreto Feio, J. G. Monteiro e José da Fonseca.—1854, em Lisboa, na Typographia Rollandiana.—1855, no Rio de Janeiro, por Domingos José Gomes Brandão.—1855, no Rio de Janeiro, por Agra & Irmão.—1856, no Rio de Janeiro, por Laemmert, annotações de Francisco Freire de Carvalho.—1857, em Lisboa, na Typographia Rollandiana.—1857, no Rio de Janeiro,

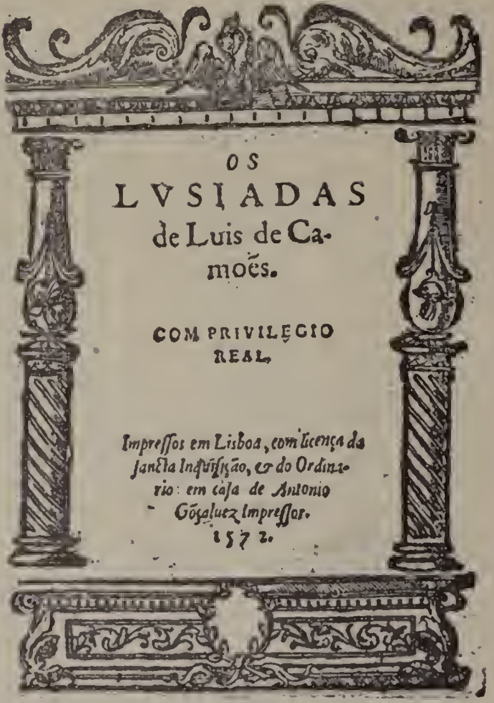

Frontispicio da edição de «Os Lusiadas» em 1572
(reducção a dois terços)

por Antonio Ferreira da Silva.—1857, em Paris, na Typographia de Vanduil.—1859, em Paris, por Didot, annotações de Caetano Lopes de Moura.—1860, em Lisboa, na Typographia Rollandiana.—1860, 1864 e 1868, em Lisboa, por Luiz Correia da Cunha.+1860 a 1869, em Lisboa, na Imprensa Nacional, pelo visconde de Juromenha —1861, no Rio de Janeiro, por Domingos José Gomes Brandão.—1863 e 1865, em Lisboa, na Typographia Rollandiana.—1865, em Paris, pela Veuve J. P. Aillaud, annotações de Franco Barreto, Thomaz d'Aquino e Paulino de Sousa.—1866, no Rio de Janeiro, por Laemmert.—1867, em Lisboa, por Francisco Xavier de Sousa—1868, no Rio de Janeiro, por Laemmert.—1869 e 1870, no Porto, na Imprensa Portugueza.—1871 e 1875, em Lisboa, por Sousa & Filho e Rolland e Semiond.—1871, no Porto, por Cruz Coutinho. —1873, em Paris, na Veuve J. P. Aillaud, annotada por Paulino de Sousa.—1873, em Leipzig, por F. Brockhaus.+1873 a 1874, no Porto, na Imprensa Portugueza-Editora, annotada pelo sr. dr. Theophilo Braga.—1874, em Strasburgo, por Trubner, annotada por Reinhardstoettner.—1874, 1875 e 1877, em Lisboa por Antonio Maria Pereira, annotadas por Innocencio Francisco da Silva.—1875, no Porto, na Imprensa Portugueza, annotada pelo sr. dr. Theophilo Braga.—1878, em Lisboa, na Imprensa Nacional.—1878-1880, em Lisboa e Paris, por Duarte Joaquim dos Santos e Aristides Abranches, annotada por Pinheiro Chagas.—1879, em Bruxellas, por Abilio Cesar Borges.—1880, em Leipzig, por Emilio Biel, do Porto.—1880, em Lisboa, na officina de Castro Irmão, pelo Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro, prefaciada e annotada, etc., pelo sr. Ramalho Ortigão, Adolpho Coelho, e Reinaldo Carlos Montoro +1880, no Porto, na Imprensa Portugueza, pelo Gabinete Portuguez de Leitura de Pernambuco.—1880, em Lisboa, pela empresa do *Diario de Noticias*, revista pelo sr. Adolpho Coelho.+1880, no Porto, na Imprensa Internacional, annotada pelo sr. dr. Theophilo Braga.—1880, em Lisboa, na Imprensa Nacional.+1880, no Rio de Janeiro, na officina Lombaerts, pela Commissão Brazileira.—1880, em Lisboa, na Typographia *Horas Romanticas.*—1881, em Lisboa, por Pereira e Amorim, prefaciada pelo sr. dr. Theophilo Braga.—1881, no Porto, por A. R. da Cruz Coutinho—1881, em Coimbra, na Imprensa Academica, pela Commissão Academica.—1882, em Lisboa, pela Nova Livraria Internacional, annotada pelo sr. dr. Theophilo Braga.—1882, em Lisboa, por Antonio Maria Pereira, annotada por Innocencio Francisco da Silva.—1883, em Lisboa, edição litho-manuscripta, na Typographia Elzeviriana.—1883, em Paris, por Guillard Aillaud, & C.ª, annotada por Paulino de Sousa.—1889, em Lisboa, na Imprensa Nacional, revista por Francisco Gomes de Amorim.—1890, em Paris—1892, em Lisboa, na Imprensa Nacional.—1898, em Lisboa, edição litho-manuscripta, dirigida pelo sr. Fernandes Costa.—1900, em Lisboa, dirigida pelo sr. Sousa Viterbo.—As edições precedidas do signal + comprehendem, além d'*Os Lusiadas*, outras obras de Camões. De todas as edições acima mencionadas, distinguiremos algumas pela sua importancia. A primeira edição, data, como se vê, do anno de 1572, em que houve duas, attribuindo-se as alterações da segunda ao proprio poeta, o que é duvidoso. O que é certo é terem sido ambas publicadas em sua vida. Tem por titulo: *Os Lusiadas de Luis de Camões. Com privilegio real Impressos em Lisboa, com licença da santa inquisição, e do Ordinario; em casa de Antonio Gonçalves, impressor, 1572.* O alvará de privilegio é o seguinte: «Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem que eu hei por bem e me praz dar licença a Luiz de Camões para que possa fazer imprimir, nesta cidade de Lisboa, uma obra em oitava rima chamada Os Lusiadas, que contém dez cantos perfeitos, na qual por ordem poetica em versos se declaram os principaes feitos dos portuguezes nas partes da India depois que se descobriu a navegação para ellas

por mandado de el-rei D. Manuel, meu visavô, que santa gloria haja, e isto com privilegio para que em tempo de dez annos, que se começarão do dia que se a dita obra acabar de imprimir em deante, se não possa imprimir nem vender em meus reinos e senhorios nem trazer a elles de fóra, nem levar ás ditas partes da India para se vender sem licença do dito Luiz de Camões ou da pessoa que para isso seu poder tiver, sob pena de quem o contrario fizer pagar cincoenta cruzados e perder os volumes que imprimir, ou vender, a metade para o dito Luiz de Camões, e a outra metade para quem os accusar. E antes de se a dita obra vender lhe será posto o preço na meza do despacho dos meus Desembargadores do paço, o qual se declará e porá impresso na primeira folha da dita obra para ser a todos notorio, e antes de se imprimir será vista e examinada na meza do conselho geral do santo officio da Inquisição, para com sua licença se haver de imprimir, e se o dito Luiz de Camões tiver accrescentados mais alguns cantos, tambem se imprimirão havendo para isso licença do santo officio, como acima é dito. E este meu alvará se imprimirá outrosim no principio da dita obra, o qual hei por bem que valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha Chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo XX, que diz que as cousas cujo effeito houver de durar mais que um anno passem por cartas, e passando por alvarás não valham. Gaspar de Seixas o fiz em Lisboa a 24 dias do mez de setembro de MDLXXI » *(1571)*. O parecer que se segue a este alvará, assignado por fr. Bartholomeu Ferreira, não tem data e reza o seguinte: «Vi por mandado da santa e geral Inquisição estes dez cantos dos Lusiadas de Luiz de Camões, dos valorosos feitos em armas que os portuguezes fizeram em Asia, e Europa, e não achei nelles cousa alguma escandalosa, nem contraria á fé e bons costumes, sómente me pareceu que era necessario advertir os leitores que o autor para encarecer a difficuldade da navegação e entrada dos portuguezes na India, usa de uma ficção dos deuses dos gentios. E ainda que Santo Agostinho nas suas Retractações se retracte de ter chamado nos livros que compoz de Ordine ás musas deusas. Todavia como isto é poesia, e fingimento, e o autor como poeta não pretenda mais que ornar o estylo poetico, não tivemos por inconveniente ir esta fabula dos deuses na obra, conhecendo-a por tal, e ficando sempre salva a verdade de nossa santa fé, que todos os deuses dos gentios são demonios. E por isso me pareceu o livro digno de se imprimir, e o autor mostra nelle muito engenho, e muita erudição nas sciencias humanas. Em fé do qual assignei aqui. Frei Bartholomeu Ferreira.» As duas edições de 1572 são rarissimas e distinguem-se, entre outras minudencias, pelo frontispicio da segunda, que reproduzimos, ter o pelicano voltado para a direita, e o da primeira tel-o voltado para a esquerda. Além da edição *princeps*, merecem logar distincto duas outras feitas no seculo XIX, que se devem considerar dois monumentos bibliographicos, litterarios e artisticos erigidos em honra do grande poeta. Uma é a feita a expensas do morgado de Matheus, e por este illustre cavalheiro e fidalgo distribuida entre os seus amigos e offerecida a personagens, e a corporações litterarias e religiosas. A outra é a mandada imprimir por industria do sr. Biel, do Porto, em commemoração do tricentenario do poeta, em 1880. A edição do morgado de Matheus tem o titulo *Os Lusiadas, poema epico de Luis de Camões. Nova edição correcta, e dada á luz, por Dom José Maria de Souza Botelho Morgado de Matteus, Socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Paris, na officina typographica de Fermin Didot, impressor do Rei e do Instituto, MDCCCXVII. A impressão luxuosa e extraordinariamente nitida é um padrão da perfeição typographica usada na casa Didot. Esta edição tem dois retratos de Camões, o primeiro em busto, em frente do rosto, e o segundo, em corpo inteiro, figurando o poeta na gruta de Macau, e mais dez estampas, uma em frente de cada canto, sendo a composição allusiva a passos dos mesmos cantos. Estas estampas são verdadeiras obras d'arte, trabalho dos mais distinctos gravadores em cobre, e desenho de artistas tambem consummados. A tiragem d'esta edição monumental foi de 210 exemplares, e importou em mais de 9:000$000 réis. A edição de Biel, do Porto, tem por titulo *Os Lusiadas de Luiz de Camões. Edição critica-commemorativa do terceiro centenario da morte do grande poeta. Publicada no Porto por Emilio Biel.* Typographia de Giesecke & Devrient, estabelecimento graphico, Leipzig, MDCCCLXXX. As estampas são vinte e duas, onze reproduzidas das da edição do Morgado de Matheus e dez de composição nova, desenhadas e gravadas em Leipzig.

Osorio. Familia hespanhola muito antiga que procede do conde D. Osorio de Campos no reinado de D. Affonso VI, de Leão. Veiu de Hespanha, por D. Gutierre Osorio, pae de D. Osorio Cabreira, que veiu povoar Portugal em tempo do conde D. Henrique. Passou segunda vez este appellido a Portugal no reinado de D. João I, em 1385, na pessoa de Martim Osorio, da casa dos marquezes de Astorga. Fez seu solar na Villa de Trancoso. Tem por armas: Em campo de ouro dois lobos de púrpura, passantes, em pala, elmo de aço aberto; e por timbre, um dos lobos das armas. Outros do mesmo appellido usam: Em campo de púrpura, banda de prata, entre dois lobos do mesmo. Outros usam: Em campo de ouro dois ursos de púrpura. Outros usam. Em campo de púrpura duas vaccas de ouro, passantes, em pala. Elmo e timbre, como as primeiras.

Osorio *(Fr. Agostinho)*. Religioso da ordem dos eremitas do Santo Agostinho. N. em Pinhel no anno de 1584, fal. a 15 de novembro de 1646. Foi lente de Theologia na Universidade de Lerida, na Catalunha, em 1610; provincial das provincias de Aragão e da Catalunha. Pelas sublevações d'estas provincias contra os hespanhoes, que as dominavam, passou a França, e ali tornou-se um prégador tão apreciado que o rei Luiz XIII o chamou para seu prégador em 1642. Deixou impresso um *Tratado da Conceição de Nossa Senhora*, escripto em latim, e dois sermões em hespanhol.

Osorio *(D. Anna de Castro)*. Escriptora. N. em Mangualde a 18 de junho de 1872, sendo filha do dr. João Baptista de Castro, juiz de direito da comarca de Extremoz, e de sua mulher, D. Marianna Osorio de Castro Cabral de Albuquerque Moraes. Senhora de elevada intelligen-

cia, evidenciou-se como escriptora, collaborando na *Mala da Europa*, escrevendo depois nas principaes revistas e jornaes litterarios que se publicam no paiz. O seu primeiro livro, *Infelizes*, livro de contos, tem duas edições, que rapidamente se esgotaram. Publicou em seguida: *Homenagem a Garrett no seu primeiro centenario; Garrett no Pantheon*, opusculo; *Ambições*, romance; *Além da Patria*, bibliotheca de propaganda educativa; *Sociedade futura*, revista illustrada de propaganda educativa e social; *Bem préga frei Thomaz*, proverbio n'um acto para tres senhoras; *Para as creanças*, publicação mensal, illustrada, de lindos contos e comedias infantis; *A's mulheres portuguezas*, livro de critica; *Homenagem a Bocage*, numero unico, etc. Escreveu tambem uma obra denominada *A minha patria*, livro de premios escolares, approvado pelo governo. Alguns dos livros citados teem a collaboração do sr. Paulino d'Oliveira, jornalista e poeta, marido da distincta escriptora. Alguns dos contos estão traduzidos em francez, italiano e sueco.

Osorio *(Fr. Antonio)*. Religioso da ordem de S. Domingos. N. em Lamego no anno de 1778, onde tambem fal. a 4 de outubro de 1863. Attribuem-se-lhe as seguintes obras: *Novo Atlas universal portuguez*, impresso em 1814; um *Discurso sobre a geographia*, impresso em 1817; a traducção da obra hespanhola *Sentinella contra francmaçons, discurso sobre a sua origem, instituto, segredo, juramento*, etc., em 1817; e a traducção do *Discurso ao cidadão sobre a philosophia dos illuminados*, obra franceza impressa em 1817; e finalmente, a traducção do romance francez, em 3 tomos, *O novo compadre Matheus, ou as extravagancias do espirito humano*, impressa em 1822. A respeito d'esta obra diz Innocencio da Silva, no vol. I do *Diccionario Bibliographico*, a pag. 216: «Posto que o traductor lançasse por vezes um véo, mais ou menos transparente sobre certas pinturas do original, e até omittisse alguns capitulos inteiros, como por exemplo aquelles em que o hespanhol Diogo relata a sua viagem no outro mundo, etc.; ainda assim o romance ficou sobradamente abastecido de materia para escandalisar as almas devotas; e é para lamentar que o nosso bom religioso não empregasse melhor o seu tempo, em harmonia com o estado que professava, dando-nos cousa de proveito, em vez de vulgarisar entre nós uma obra tão licenciosa.» No vol. VIII, a pag. 265, lê-se tambem esta observação de Innocencio: «Ainda ignoro se foi Fr. Antonio Osorio autor d'estas publicações, ou se mero publicador, o que julgo mais provavel; sendo ellas talvez de Lourenço Justiniano Osorio, que pelo appellido indica haver entre ambos parentesco proximo ou remoto. O que não tem duvida é que a este Lourenço Justiniano pertence decerto a uma diatribe (de bem pouco merito litterario) impressa em 1819 por Fr. Antonio Osorio, da mesma sorte que os antecedentes, e que tem por titulo: *Ode aos pedreiros livres*.»

Osorio *(Antonio Cyro Pinto)*. Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra. N. em Chaves, no principio do seculo XIX, fal. no Porto em 1814. Tomou o grau de bacharel em 1826 ou 1827. Exercia a advocacia no Porto. Escreveu: *Ode ao ill.mo sr. Manuel Fernandes Thomaz, membro da Junta Provisoria do Governo Supremo do Reino*; a pag. 1 n.º 93 do *Cidadão Litterato, periodico de politica e Litteratura*, Coimbra, 1821; *Ode e Canção recitadas na sala grande da Universidade de Coimbra no dia 26 de fevereiro de 1823;* saiu na *Collecção de Poesias* recitadas na mesma occasião, Coimbra, 1823; *Ode ao ill.mo e ex.mo sr. Manuel da Silveira Pinto da Fonseca, segundo conde de Amarante*, Porto, 1823; *Duas Odes Anacreonticas*, insertas na *Chronica Litteraria da Nova Academia Dramatica de Coimbra*, tomo I, pag. 14 e 170. Diz-se que tinha traduzido as Cartas de Cicero em versos hendecasyllabos, e que o manuscripto estava prompto para a impressão, e deixou muitas poesias ineditas.

Osorio *(Antonio da Fonseca)*. Soldado, natural de Lisboa, que viveu muito tempo na India, e escreveu um livro com o titulo de *Peregrino oriental de varias cousas e successos da India*. Esta obra, que foi dedicada ao duque de Bragança D. Theodosio, pae de D. João IV, não chegou a imprimir-se.

Osorio *(Augusto Maria)*. Contra-almirante reformado. Aos 18 annos completou o curso de marinha, tendo obtido sempre distincções e as melhores classificações, nas cadeiras de Astronomia e navegação, da Escola Naval. Em 1869 era aspirante de marinha. Fez a sua primeira estação na divisão naval de Angola, visitando os portos da costa, S. Thomé e Principe, colonia franceza do Gabão, e ilha de Santa Helena, onde se demorou alguns mezes a bordo da corveta *Sá da Bandeira*. Durante a guerra dos Dembos destacou por dois mezes para a fortaleza do Penedo, a 4 k. de Loanda, sendo depois louvado pelos seus bons serviços, prestados em conjuntura tão difficil, pelo almirante Baptista de Andrade, então governador d'aquella possessão. O sr. Augusto Maria Osorio foi um dos primeiros officiaes que entre nós iniciou o serviço de torpedos, occupando os cargos de subalterno e commandante da Companhia de Torpedeiros. Sobre esse ramo de serviço publicou muitos artigos, e um livro sob a denominação: *A Guerra Submarina*. Commandou os torpedeiros n.º 1 e 2, a canhoneira *Douro*, a barca *Cabinda* e a corveta *Bartholomeu Dias*. Quando se deu uma revolta em S. Thomé, sendo então governador o coronel de engenharia Firmino José da Costa que, com mais 30 europeus se viu cercado na villa Trindade, por cêrca de 1:000 pretos, o sr. Augusto Maria Osorio, então primeiro tenente, desembarcou de noite com uma fôrça do seu commando, seguindo para aquella povoação. As marchas e os planos, tomados na defeza da villa Trindade, fôram medidas tão decisivas para a suffocação d'aquella revolta, que nos Boletins officiaes da Provincia se publicaram louvores ao primeiro tenente e á fôrça de marinheiros do seu commando, pelo acerto das providencias adoptadas. O sr. Augusto Maria Osorio foi tambem louvado pelos serviços que prestou durante a epidemia da Cholera-Morbus em Hespanha, dirigindo a installação da luz electrica na torre de Belem, para melhor garantia do quadro da quarentena; e louvado tambem pelo zelo e dedicação com que desempenhou o cargo de sub chefe do Estado-Maior da majoria general da armada. Em 1906 exercia o cargo de chefe, reformando-se depois na patente de contra-almirante. O sr. Augusto Maria Osorio

exerceu, entre outros cargos, os seguintes: 2.º commandante do corpo de alumnos da armada, presidente da commissão de compras, chefe do Estado-Maior da divisão naval de Angola, merecendo as melhores referencias pelas qualidades excepcionaes que demonstrou, sobretudo no exercicio da primeira d'aquellas funcções. Além dos artigos e obra já mencionada, tem escripto artigos dispersos em differentes jornaes, descrevendo as suas viagens, as terras que visitou, dos quaes citaremos os seguintes: *A viagem da corveta D. João, Ilhas de S. Thomé e Principe, Gabão, a ilha de Santa Helena, A ilha de Malta, Gibraltar*, etc. Alguns d'estes artigos encontram-se nos Boletins da Sociedade de Geographia, de Lisboa.

Osorio *(Balthazar Machado da Cunha)*. Medico-cirurgião pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. N. em 5 de agosto de 1855. Em 1890 foi nomeado naturalista adjunto da secção zoologica do Museu Nacional de Lisboa, e por decreto de 12 de fevereiro de 1891 lente substituto da 8.ª cadeira (zoologia) da Escola Polytechnica. Desde 12 de setembro de 1902 que exerce interinamente as funcções de director da secção zoologica (Museu Bocage) da referida escola. E' socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, do Instituto de Coimbra e da Sociedade Zoologica de França; vogal naturalista da Commissão Central de Pescarias, medico do Real Hospital de S. José, e director de enfermaria no Hospital do Rego. Bibliographia: *Nota ácêrca da collecção de crustaceos provenientes de Moçambique, Timor, Macau, India Portugueza e ilha de S. Miguel (Açôres) que existem no Museu de Lisboa*, Lisboa, 1888; *Liste des crustacés des possessions portugaises d'Afrique Occidentale dans les collections du Muséum d'Histoire Naturelle de Lisbonne*, Lisboa, 1888; *Catalogo dos crustaceos de Portugal existentes no Museu Nacional de Lisboa*, Lisboa, 1889; *Appendice ao catalogo dos crustaceos de Portugal existentes no Museu Nacional de Lisboa*, Lisboa, 1892; *Separatas do «Jornal de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes»*: *Methodos usados na estação zoologica de Napoles para a conservação dos animaes marinhos por Salvador Lo Bianco, traduzidos dos «Anales de la Sociedad espanhola de historia natural»* (saiu com as iniciaes B. O.), Lisboa, typographia da Academia Real das Sciencias, 1893; *Peixes da ilha d'Anno Bom*, Lisboa, 189 ; *Segundo appendice ao Catalogo dos peixes de Portugal de Felix Capello*, Lisboa, typographia da Academia Real das Sciencias, 1895; *Da distribuição geographica dos peixes e crustaceos colhidos nas possessões portuguezas d'Africa Occidental e existentes no Museu Nacional de Lisboa*, Lisboa, typographia da Academia Real das Sciencias, 1898; *Estudos ichthyologicos da fauna dos dominios portuguezes na Africa*; *Contribuição para o conhecimento da Fauna Bathypelogica visinha das costas de Portugal*, Lisboa, 1909, etc. Reviu e colligiu a obra: *Maravilhas da Natureza (O Homem e os animaes)*, Lisboa, 1904. De collaboração com o sr. conselheiro Mattoso dos Santos, publicou: *Lições elementares de zoologia, 1.ª, 2.ª e 3.ª classe do curso dos lyceus*, Lisboa, 1897.

Osorio *(Bento Cardoso)*. Jurisconsulto muito considerado que viveu no seculo XVI. N. em S. João da Foz, no Porto, e fal. em 1665. Era filho de Paschoal Rodrigues Osorio. Estudou na Universidade de Coimbra, onde recebeu o grau de bacharel em Direito Civil e Canonico. Voltando ao Porto com a fama de grande lettrado, foi promotor e procurador da mitra d'aquella diocese; depois vigario geral de Villa Real, procurador da mitra primacial de Braga, desembargador da sua Relação, syndicante dos seus coutos e juiz do tribunal da Legacia. Por causa de graves dependencias da mitra bracarense viu-se obrigado a vir a Lisboa, e reconhecendo el-rei D. João IV a sua elevada competencia o nomeou em 22 de outubro de 1647 procurador geral da Casa de Bragança, logar que exerceu durante 16 annos, até ao fim do anno de 1663. A rainha regente D. Luiza de Gusmão o nomeou em 15 de setembro de 1657 procurador de sua filha, a infanta D. Catharina. Bento Cardoso Osorio deixou muitas obras de Direito, mas só se imprimiu uma, posthuma, em 1726, escripta em latim, e cujo titulo é: *Praxe do padroado real e secular*, etc.

Osorio *(Bernardino Soares)*. Credenciario da capella real. Era natural de Lisboa. Escreveu: *O Escravo da Virgem Santissima senhora nossa, ou pratica de como se devem offerecer por escravos da mesma Senhora, para alcançarem por sua intercessão uma boa e santa morte*, etc.; *traduzido do italiano em portuguez*, Lisboa, 1655 e 1676; Evora, 1659.

Osorio *(Fr. Christovão)*. Religioso da ordem da Trindade. N. em Lisboa em 1574, fal. na quinta do Seixal, pertencente á mesma ordem, em 31 de setembro de 1630. Era filho de Affonso Gomes e de Maria Osorio. Professou no convento de Lisboa em 27 de maio de 1590, onde se applicou ao estudo da historia, principalmente da sua ordem, e á cultura da poesia. Escreveu: *Pancarpia, Prosas historicas e titulares, e versos differentes, de varões collocados e illustres da ordem da Santissima Trindade e Redempção de captivos, com algumas excellencias d'ella uteis*, Lisboa, 1628.

Osorio *(Diogo Pardo)*. Official do nosso exercito no tempo da guerra da Restauração de 1640. Escreveu uma obra, que se não publicou, e cujo manuscripto se guardava na livraria do marquez de Valença, a qual tinha por titulo: *Extracto ichnographico, dedicado ao ill.mo sr. D. Miguel de Portugal, conde de Vimioso, senhor de Pernambuco, do conselho de guerra*. Esta obra constava de plantas de diversas fortificações.

Osorio *(Fernando)*. Missionario, coadjutor temporal da Companhia de Jesus, que viveu no seculo XVI. Empregou-se com grande fervor em propagar a religião de Christo nas ilhas Molucas, e fal. na cidade de Tolo em 1566. No archivo da Casa Professa de S. Roque existiam algumas cartas em que Fernando Osorio dava conta dos seus trabalhos no Oriente.

Osorio *(P. Francisco)*. Presbytero secular, theologo, mestre de letras humanas, e prior da egreja de S. Vicente de Villa Franca de Xira. Era natural de Lisboa. Escreveu: *Compendio de espiritual doutrina, colhido pela maior parte de varias sentenças dos santos padres. Autor o ill.mo e rev.mo sr. D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, arcebispo de Braga. Traduzida do latim em portuguez*; Lisboa, 1653.

Osorio *(Gregorio Xavier Vivas)*. Presbytero secular, cujo nome se conhece por ter publicado

o seguinte: *Sermão sobre o Céo, para a segunda dominga da quaresma, e para o dia da Transfiguração*, Lisboa, 1775.

Osorio *(Jeronymo)*. Fidalgo da Casa Real; doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. N. na cidade de Cantão, na costa do Malabar, em 1545; fal. a 16 de fevereiro de 1611. Era filho de Bernardo da Fonseca Osorio, provedor geral dos estados da India, e de D. Luiza Lopes Pestana; sobrinho paterno do bispo do Algarve D. Jeronymo Osorio. *(V. o artigo seguinte)*. Sendo mandado para Portugal quando contava 11 annos de edade, foi educado sob a direcção do illustre prelado seu tio. Aprendeu a lingua latina no Collegio das Artes na Universidade de Coimbra, applicando-se tambem ao estudo da lingua grega. Quando cursava o quarto anno de Philosophia foi provido por seu tio, já então bispo do Algarve, no arcediago de Lagos; voltou á Universidade, cursando Theologia. Estudou tambem a lingua hebraica. Doutorou-se na referida faculdade a 26 de junho de 1580, voltando depois ao Algarve, onde assistiu á morte de seu tio, succedida em 20 de agosto seguinte. Em 3 de fevereiro de 1582 foi promovido a conego magistral na sé de Evora. Todo o tempo que o seu cabido lhe deixava livre applicava-o na composição das suas obras Para imprimir as de seu tio, passou a Roma em 1588, com o breve de Xisto V, onde a sua casa era o hospicio dos portuguezes, que se valiam da sua protecção para o feliz exito das suas pretenções. Regressando a Portugal, renunciou o canonicato a 6 de fevereiro de 1599, no dr. Sebastião da Costa, e foi para Galliza visitar a sepultura de S. Thiago; voltando ao reino recolheu-se ao convento do Varatojo, passando depois a Lisboa, onde falleceu. Deixou a sua importante livraria aos frades franciscanos do convento de Xabregas. O dr. Jeronymo Osorio escreveu em latim a vida de seu tio D. Jeronymo Osorio, a qual anda no principio das obras d'este prelado, e n'essa collecção se encontram tambem outras producções suas, taes como as de Cantares, etc. Tinha composto mais algumas obras, segundo consta, que ficaram ineditas, e se consideram hoje perdidas.

Osorio (*D. Jeronymo*). Bispo do Algarve, lente da Universidade de Coimbra, etc. N. em Lisboa em 1506, fal. em Tavira a 20 de agosto de 1580. Era filho primogenito de João Osorio da Fonseca e de sua mulher, Francisca Gil de Gouveia. Seu pae era um apreciado jurisconsulto, e sendo nomeado ouvidor geral da India, partiu para aquelles estados, deixando em Lisboa a mulher na companhia de seus filhos. Conhecendo Francisca Gil de Gouveia a viveza de engenho, que já se notava em Jeronymo Osorio, que apenas contava 10 annos de edade, o mandou instruir na lingua latina, em que fez tão rapidos progressos, que d'elle vaticinou o mestre a excellencia do seu talento para emprehender estudos mais serios. Aos 13 annos passou á Universidade de Salamanca, onde se aperfeiçoou no latim e aprendeu o grego, em cuja lingua traduziu em elegantes versos as *Lamentações de Jeremias*. Passados dois annos veiu á patria para se encontrar com seu pae, que tinha regressado da India. O apreciado jurisconsulto que desejava encontrar no filho um digno successor na magistratura, o mandou continuar em Salamanca os estudos de Direito Civil, o que muito contrariou o joven estudante, que ambicionava, principalmente, ser cavalleiro da ordem militar de Malta. Em Salamanca applicava sómente duas horas por dia ao estudo da Jurisprudencia, aproveitando o resto do tempo na lição dos historiadores latinos e gregos. Resolveu tomar ordens no convento de Santo Estevão da reformada ordem dos prégadores. Voltando a Lisboa, tendo já fallecido seu pae, partiu em 1525, aos 19 annos de edade, para Paris a estudar Philosophia. Em Paris relacionou-se intimamente com o padre jesuita Fabre, um dos primeiros companheiros de Santo Ignacio de Loyola, ou com o proprio santo, e consta que foi um dos mais influentes, para que D. João III admittisse em Portugal a Companhia de Jesus. De Paris voltou a Portugal, mas pouco tempo se demorou porque, devorado por uma insaciavel sêde de saber, saiu de novo do reino, e foi estudar Theologia em Bolonha, e taes creditos adquiriu n'essa sciencia que D. João III, quando formou a Universidade de Coimbra, o chamou para reger a cadeira de prima e Escriptura, em que se conservou algum tempo explicando a Escriptura e a Epistola de S. Paulo aos romanos. O infante D. Luiz, irmão de D. João III, homem intelligente e como tal apreciador do verdadeiro talento, o fez seu secretario, e o encarregou da educação de seu filho bastardo D. Antonio, mais tarde o prior do Crato, que mereceu sempre a seu pae os maiores desvellos, dando-lhe para mestres homens como D. Jeronymo Osorio e D. Fr. Bartholomeu dos Martyres. O infante deu-lhe ao mesmo tempo as egrejas de S. Salvador de Travanca e de Santa Maria do Castello de Tavares, ambas no bispado de Vizeu. Por este tempo escreveu Jeronymo Osorio as suas obras theologicas em latim: *De gloria et nobilitate civile et christiana; De justicia; De vera sapientia*, obras que lhe alcançaram desde logo a maior reputação, como latinista e como theologo. Tambem escreveu exposições e paraphrazes dos textos biblicos, uma epistola á rainha Izabel de Inglaterra, e uma refutação de Walter Hadden. Estas duas ultimas o tornaram conhecido em Inglaterra, e o grande Bacon occupou se d'elle, censurando-lhe, porém, as redundancias do estylo, o que não admira, em primeiro logar porque Jeronymo Osorio era completo imitador de Cicero, e a redundancia é na verdade um defeito ciceronico, e em segundo logar, porque os escriptos de Jeronymo Osorio, contrarios á doutrina protestante, não podiam agradar a um anglicano. Por esse tempo tambem escreveu, ou pelo menos começou a escrever a obra historica *Rebus Emmanuelis*, a mais celebre das suas obras, admiravel chronica d'el-rei D. Manuel, escripta em latim, que lhe mereceu os elogios insuspeitos do grande historiador e grande latinista francez de Thou, que tambem escreveu a sua *Historia*. A chronica de D. Manuel foi traduzida em portuguez por Filinto Elysio, e veiu a publicar-se em Lisboa, em 1804. *(V. Nascimento, Francisco Manuel do,)* no *Portugal*, n'este vol. pag. 16. Tambem escreveu em latim uma oração em louvor de Santa Catharina, um poemeto ao nascimento de Christo, e varias epistolas. Foi só em 1555, quando o infante D. Luiz morreu, que Jeronymo Osorio deixou de ser seu secretario. Então saiu de Lisboa, e foi parochiar uma das egrejas

de que o infante o fizera abbade. Ali se demorou uns cinco annos, até que o cardeal D. Henrique, sendo arcebispo de Evora, o elegeu arcediago do bago da sua cathedral, dignidade de que tomou posse a 30 de março de 1560, e no anno de 1564, quando recebeu de sua cunhada, a rainha viuva D. Catharina, a regencia do reino, na menoridade d'el-rei D. Sebastião, elegeu D. Jeronymo Osorio bispo de Silves. Era justa recompensa d'uma vida de trabalho, e a consagração official d'uma gloria incontestavel. D. Jeronymo Osorio era já n'esse tempo altamente considerado em Portugal e no estrangeiro como latinista, como orador e como theologo, merecendo o cognome de *Cicero portuguez*. No seu governo procedeu a grandes melhoramentos. Mandou abrir escolas de latim em Lagos e em Villa Nova de Portimão; e de Theologia Moral em Faro, Tavira e Loulé. Exhortava aquelles que pelo seu talento se distinguiam, a frequentar as Universidades, soccorrendo generosamente os que a pobreza difficultava este exercicio, remunerando com logares honorificos e rendosos os que tinham feito maiores progressos nos estudos. Protegia muito os hospitaes e casas de Misericordia. O cardeal D. Henrique tinha muita confiança em D. Jeronymo Osorio, que muito considerava e respeitava, e foi provavelmente a seu pedido que o illustre prelado escreveu para o joven monarcha o seu tratado *De regis institutione et disciplina*. Foi tambem o bispo de Silves quem escreveu á rainha D. Catharina a aconselhal-a a que não saisse do reino, quando ella o queria fazer por desavenças com seu cunhado. Nas côrtes celebradas em Lisboa a 20 de janeiro de 1568, em que tomou as redeas do governo el-rei D. Sebastião, assistiu com os prelados das outras dioceses, e reconhecendo o cardeal D. Henrique a sua grande prudencia e a sua vida virtuosa, instou com elle para vir residir em Lisboa e fôsse um dos directores do novo soberano na regencia do reino para o aconselhar e guiar, porém com o pretexto da obrigação pastoral da sua diocese o bispo se retirou ao Algarve, e ali viveu entregue aos seus estudos e trabalhos, levantando uma ou outra vez a sua voz autorisada, porque poucas pessoas gozavam de tão indisputada influencia como o bispo de Silves D. Jeronymo Osorio. A sua voz era sempre ouvida com respeito e o seu conselho sempre pedido. Quando lhe chegou a noticia da precipitada resolução que o arrebatado rei tomara de ir a Africa, escreveu-lhe uma carta, em que lhe expunha com zelosa fidelidade a conveniencia para a estabilidade da monarchia, que elle casasse antes de executar os designios que meditava. D. Sebastião partiu effectivamente em 1574, então D. Jeronymo Osorio lhe escreveu outra carta cheia de documentos politicos e desenganos catholicos, persuadindo-o a que voltasse para o reino. Esta carta foi escripta em Lisboa, e talvez a pedido dos homens sensatos da côrte, que só tinham esperança na voz autorisada do venerando prelado para conseguir que el-rei abandonasse essas perigosas e aventurosas expedições. O resultado, porém, foi exactamente o contrario do que se esperava. E' certo que o rei veiu a Portugal, mas por motivos diversos da carta do bispo, e essa mesma carta lhe serviu depois de argumento para a sua segunda e mais fatal expedição. Effectivamente, D. Jeronymo Osorio dizia-lhe, não querendo atacar de frente a sua resolução, que fazia mal em gastar forças n'essas pequenas expedições, forças que podia empregar melhor n'outra expedição mais seria, que essa expedição só a deveria emprehender quando as dissensões entre os moiros melhor permittissem a intervenção dos christãos. Ora essa circumstancia deu-se em 1578, e D. Sebastião, quando lhe aconselhavam que desistisse de similhante empresa, respondia com os proprios argumentos com que o bispo de Silves o dissuadira da primeira vez. Essa carta, comtudo, irritou profundamente o monarcha, quando a recebeu, o que deu causa a varias calumnias maquinadas pelo odio dos inimigos do bispo, o qual, ou porque receasse as consequencias da colera real, ou porque precisasse de ir a Roma por causa da transferencia que desejava da séde do bispado de Silves para Faro; ou emfim porque estivesse sequioso de tornar a vêr paizes estrangeiros, deliberou sair de Portugal e ir a Roma com o pretexto da visita *ad limina Apostolorum* De Sevilha é que pediu por uma carta o beneplacito real para esta jornada Em 1576 passou em Parma, sendo benevolamente recebido pela duqueza D. Maria, neta d'el-rei D. Manuel. Chegou a Roma, onde teve o mais amavel acolhimento do papa Gregorio XIII; visitou as sepulturas do Apostolado, e recebeu do papa muitos privilegios para a sua egreja, conseguindo em 3 de março de 1577 a transferencia que tanto desejava, da séde da diocese do Algarve, de Silves para Faro. Em Roma foi geralmente festejado com grande louvor, como um dos homens que mais puramente cultivavam a lingua latina, e como mestre de todos os ciceronianos de Italia. Obrigado por cartas de D. Sebastião e do cardeal D. Henrique, regressou a Portugal, e ao chegar a Lisboa, preparava-se el-rei com todo o apparato militar para a infeliz expedição de Africa, e valendo da autoridade da sua pessoa e efficaz eloquencia ainda tentou desviar o joven monarcha de tão temeraria expedição, mas já não pôde evital-a. A noticia da terrivel batalha d'Alcacer Kibir, a 4 de agosto de 1578, causou-lhe a mais profunda inpressão, e desanimou-o completamente; ao vêr o cardeal rei no throno, o paiz dividido, Filippe II de Hespanha ameaçador, as ambições de egoistas pretendentes a dilacerarem-se entre si, julgou tudo perdido, e quando as côrtes se reuniram em Almeirim para escolherem um successor da corôa, ergueu a sua voz debil, mas ainda eloquente e mestra na arte dos primores litterarios, para aconselhar a escolha de Filippe II e a submissão do reino a Castella. Não fôram motivos vergonhosos que lhe dictaram esta carta, que tanto pesa sobre a sua momoria, foi a fraqueza dos seus 74 annos, foi o espectaculo miserando do reino, foi o desalento que tudo lhe inspirava. Mas essa resolução foi fatal á causa da patria. Estavam todos costumados a escutar como um oraculo a voz do bispo do Algarve, e a sua carta serviu assim de pretexto aos fracos para o invocarem a cada momento, aos traidores para desculparem a sua perfidia, aos negociadores para cobrirem a sua diplomacia. O bispo D. Jeronymo Osorio não pôde resistir por muito tempo. Rebentando em Tavira uns tumultos por causa da questão da successão do reino, pretendeu o illustre prelado apazi-

gual os, e partiu para aquella cidade n'uma liteira, mas parecendo-lhe que a menor demora augmentaria o furor dos revoltosos, montou n'uma mula para chegar com mais brevidade, mas no caminho aggravou-se-lhe uma chaga que tinha na perna direita, que teve de recolher-se ao convento de S. Francisco, onde esteve vinte dias doente com uma febre incessante, no fim dos quaes falleceu, sendo enterrado na capella-mór do mesmo convento. O bispo D. Jeronymo Osorio foi verdadeiramente um varão ornado de letras e de singulares virtudes, que lhe mereceram a estima do papa Gregorio XIII, dos monarchas D. João III, D. Sebastião e D. Henrique, de Estevão Batory, rei da Polonia, que pelo seu chanceller João Zamoischio o mandou visitar a Roma, confessando com honrosas expressões a utilidade que alcançara com a lição das suas obras; dos cardeaes Estanislau Osio e Guilherme Sirleto. Falava a lingua latina com toda a correcção, sendo muito versado no grego e no hebraico. As suas obras, que corriam dispersas em diversos tomos, e impressas em varias localidades, as colligiu com o maior cuidado seu sobrinho Jeronymo Osorio, conego da sé de Evora, quando assistiu em Roma, e sairam em 4 tomos, Roma, 1592. Na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. II, pag. 514 a 516, vem uma relação minuciosa d'essas obras, escriptas todas em latim. A obra *De Rebus Emmanuelis* foi traduzida em inglez, com o titulo: *History of the Portuguese, during the Reign of Emmanuel*, Londres, 1752.

Osorio *(João de Gouveia)*. V. *Osorio da Costa (João de Gouveia)*.

Osorio *(José Fructuoso Ayres de Gouveia)*. Bacharel formado em Philosophia e Medicina pela Universidade de Coimbra, doutor em Medicina pela Universidade de Edimburgo, medico do hospital da Misericordia do Porto, professor na Escola Medico Cirurgica da mesma cidade, socio da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, do Instituto de Coimbra, fundador e presidente da Sociedade de Instrucção do Porto, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, cavalleiro da de Legião de Honra, de França, etc. N. no Porto a 11 de maio de 1827, fal. a 23 de agosto de 1887, sendo filho de Fructuoso José da Silva Ayres, negociante, e de sua mulher, D. Maria Maximina de Gouveia Braga. Era irmão mais velho de D. Antonio Ayres de Gouveia, bispo de Bethsaida, arcebispo de Calcedonia, ministro de estado honorario, etc. Mostrando logo desde os primeiros annos uma grande vocação para as letras e para e estudo, seu pae esforçou se a auxilial-o e aos 14 annos de edade já estava matriculado na Universidade em Mathematica. Fez a sua formatura em Philosophia em 1847, e em Medicina e Cirurgia em 1849, obtendo sempre premios nos respectivos cursos. Desejando aperfeiçoar-se nos seus estudos, foi a Paris, onde frequentou as summidades medicas, tomando o grau de doutor na Universidade de Edimburgo, onde apresentou a sua dissertação inaugural sobre o prolapso do utero, que teve a honra de ser classificada pelo celebre professor Simpson como a segunda das dissertações dignas de menção, entre todas quantas se apresentaram ácêrca de doenças de mulheres. Resolvendo-se depois a publical-a, o autor accrescentou e alterou a sua obra, afim de a tornar mais completa. Imprimiu se no Porto em 1854. Dedicando-se ao magisterio foi nomeado professor da cadeira de hygiene e de medicina legal na Escola Medico-Cirurgica do Porto, em 1858. Entrando na vida politica, filiou-se no partido progressista, e foi membro da junta geral do districto do Porto. N'uma das vezes que o seu partido esteve no poder, foi eleito par temporario, e tomou assento na respectiva camara, posto que não tomasse parte activa nas discussões. Como presidente da Sociedade de Instrucção do Porto, prestou muito bons serviços á sciencia e ao ensino. Foi director da Associação Commercial da mesma cidade. Sendo membro da Sociedade Agricola do Porto, escreveu e publicou os relatorios relativos ás exposições de 1857 e de 1860. Como professor da Escola Medica publicou duas das suas orações, uma inaugural em 1860, outra de encerramento de curso em 1878. Publicou em 1866 a serie de providencias que tomára ácêrca de expostos, e como medico do hospicio publicou um relatorio, e umas propostas por elle apresentadas á junta em 1870. Antes de completar os 20 annos de edade, em 1847, no tempo da Junta do Porto, auxiliou a fundação do *Ecco Popular*, jornal progressista de grande nomeada, em que collaborou ao lado dos irmãos Manuel e José Passos. Desde então nunca deixou de advogar os interesses da sua terra, com a penna ou com a palavra, em opusculos ou em jornaes. As questões dos expostos e creanças abandonadas, a do Asylo da Mendicidade, onde foi provedor, e outras mereceram-lhe as maiores dedicações. A idéa inicial de dois taboleiros na ponte *D. Luiz*, no Porto, partiu d'elle, e insinuou-a em artigo anonymo. Tambem foi por sua iniciativa que se estabeleceu na Granja a estação do Caminho de ferro, que muito auxiliou aquella praia. Quando falleceu, andava publicando pela imprensa as lições do seu curso de hygiene e o projecto do *Codigo Sanitario Portuguez*, de que deixou impressos os primeiros 4 titulos com 132 artigos e o plano completo com 21 titulos, missão de que fôra encarregado pelo governo em portaria de 20 de janeiro de 1882, portaria muito honrosa, terminando por estas palavras: «O que se communica ao referido lente para sua intelligencia, e para que assim o cumpra, *como é de esperar da sua competencia e provado zêlo no serviço do estado.*» Apezar de ser progressista, esta commissão foi encarregada pelo governo regenerador, o que provava ainda mais o seu grande valor e singular competencia. Possuia em Vouzella a quinta de *Lamas*, que lhe legára seu padrinho José Fernandes, que fôra socio de seu pae. N'aquella villa adquiriu algumas propriedades, e era muito considerado e respeitado, pelos melhoramentos que alcançou para engrandecer Vouzella, onde vivia. A elle se deve a estrada districtal de Vizeu a Oliveira do Bairro por Vouzella, e longos annos se empenhou na construcção d'uma linha ferrea entre o Porto e Vizeu pelo valle do Vouga, tocando em Vouzella. Fez com que a Associação Commercial do Porto apresentasse ao governo, pedindo a mencionada linha. Casou em 16 de julho de 1856 com D. Virginia de Brito e Cunha, filha de João Eduardo de Brito e Cunha, de Mattosinhos, e de D. Carlota de Roure. Bibliographia: *Do prolapso do utero*, Porto, 1854;

Conselhos ao povo contra a cholera-morbus, approvados pelos facultativos do Hospital Real da Misericordia, e mandados publicar pela Mesa da Santa Casa, para serem distribuidos gratuitamente, etc., Porto, 1855, fôram reproduzidos no jornal *O Moderado*, de Braga, 1855, n.os 179 e 180; *Manual dos proprietarios das abelhas, por Lombard; e o conservador das abelhas por...*, *traduzidos da lingua franceza annotados por J. F. A. de G. O*, Porto, 1851; *Sociedade agricola do Porto; documentos, relatorio e notas relativas á exposição de agricultura, realisada nos dias 12, 13 e 14 de julho de 1857*, Porto, 1857, com uma estampa, representando a vista geral da exposição; *Gazeta medica do Porto: periodico de medicina, cirurgia, pharmacia e sciencias accessorias, redigido por... com a collaboração de muitos lentes da escola medico cirurgica e de outros distinctos medicos, cirurgiões e pharmaceuticos*, Anno I, 1860; do anno II saiu apenas o n.º 1 correspondente a janeiro de 1861; *Notas para a historia da medicina portugueza; oração inaugural recitada na sessão solemne da abertura do anno lectivo de 1860-1861 na escola medico cirurgica do Porto*, Porto, 1860; *Sociedade agricola do Porto; relatorio da exposição de agricultura de 1860 no Porto*, Porto, 1861; *Junta geral do districto do Porto; novas providencias e documentos ácêrca dos expostos, mandados publicar por esta junta, na sessão annual de 1866, e colligidos por...*, Porto, 1866; *A junta geral do districto do Porto e as creanças soccorridas no hospicio do Porto*, Porto, 1870; *Hospicio de creanças do Porto; relatorio pelo medico do mesmo hospicio...*, Porto, 1872; tem junto: *Projecto de consulta especial ácêrca dos expostos, offerecido á junta geral do districto do Porto*; com varios mappas; *Noticia biographica do conselheiro Francisco de Assis Sousa Vaz, decano e director da escola medico-cirurgica do Porto e Notas historicas ácêrca do ensino da cirurgia do Porto*, Porto, 1873; *Pratica academica do ultimo dia do curso de medicina pratica em 7 de junho de 1878, na escola medico-cirurgica do Porto*, Porto, sem data. Escreveu varias poesias em jornaes litterarios, e artigos sobre sciencia, politica, e folhetins, em diversas publicações.

Osorio (*Justiniano Cesar*). Guerrilha nobre, que ficou conhecido com o nome do *Justiniano de Cordova*. Era natural da aldeia de Cordova, da provincia da Beira Alta. Frequentando os estudos em Lamego, já por occasião das convulsões politicas anteriores a 1832, se tornou conhecido nas grandes arruaças escolasticas, collocando-se por vezes, *armado de refle*, á frente dos seus numerosos companheiros. Tomou parte activa na revolução popular da Junta do Porto, de 1847 a 1848. Armou os seus visinhos, e collocando se á frente d'elles, como commandante, foi um guerrilheiro celebre. A Junta do Porto o reconheceu e nomeou tenente-coronel e commandante do batalhão de voluntarios de Rezende (assim se denominava a sua guerrilha), e distinguiu-se com vantagem em muitos recontros com as tropas da rainha, até que a intervenção da Hespanha e da Inglaterra determinou a convenção de Gramido, e ali acabou a patriotica revolução denominada da *Maria da Fonte*. Com a sua pequena guerrilha, nunca superior a 200 praças, umas vezes unido ás fôrças que commandava o barão de Castro Daire, e outras só, prestou relevantes serviços á causa da Junta, batendo-se com tropas do governo, por vezes muito superiores, no Minho, Traz-os-Montes e Beira Alta, não ficando nunca prisioneiro, nem soffrendo baixas importantes, e tendo o arrojo de se conservar em S. Martinho, Páus e Cordova, a 8 k de Lamego, emquanto ali esteve a divisão do barão do Casal, de 5:000 homens, entre cavallaria, infantaria e caçadores, chegando o seu atrevimento a ponto de abeirar-se de toda a divisão, em maio de 1847, quando o conde das Antas foi á Régoa, onde estava o general Póvoas com uma divisão; e o barão do Casal, depois conde, temendo alguma surpreza, retirou, por prudencia, sobre Castro Daire. Durante a marcha e contra-marcha do barão, Justiniano Osorio fez fogo sobre toda a divisão, em varios pontos, e lhe aprisionou alguns soldados e cavallos, e duas cargas de tabaco, sem perder um unico dos seus. Desejando o barão vêr-se livre de tão incommodo visinho, mandou um dia parte da divisão dar-lhe caça, e o apanharam de surpreza em Mesquitella; mas, sem perder o animo, deu immediatamente aos seus voluntarios ordem de debandar, marcando-lhes como ponto de reunião a capella de Nossa Senhora da Guia, perto de 3 k. de distancia, e, apeando-se, lá partiram todos em desfilada, como corças, por barrancos e atalhos, com tanta felicidade, que em breve estavam todos de novo reunidos no ponto marcado, sem faltar a possante mula do Justiniano, que habituada ás lides guerreiras, muito espontanea e livremente os seguiu, e formando logo, fizeram vivo fogo sobre a tropa da rainha D. Maria II, até Villa Verde. Mandando outro dia o barão tambem parte da sua divisão sobre Cordova, o Justiniano a incommodou com vivo tiroteio, desde a barca do Bernardo, na extremidade E da freguezia de Barrô, até á Feira Nova, na freguezia lemitrophe de S. Martinho de Moiros, obrigando-os a bater em retirada para Lamego; e perseguindo-os até ao Espigão do Mesquitella, lhes aprisionou 5 soldados. No dia 1 de junho de 1847, sabendo o barão do Casal que Justiniano estava no Porto, mandou a Cordova uma força para levar pão; mas apenas foi presentida, o povo repicou os sinos, e caindo sobre a força a obrigou a retirar, aprisionando-lhe 8 soldados. Em desforra, estando ainda Justiniano no Porto com a sua gente, o barão do Casal fez marchar no dia 22 do referido mez, outra força maior sobre Cordova, e não só saquearam a povoação, mas incendiaram 13 casas das principaes de Cordova, Paredinhas e Fornêllo, principiando pela de Justiniano. Em 28 ainda do mez de junho, foi a Villa Real com o barão de Castro Daire, e ali se bateu valentemente contra as forças do barão de Vinhaes, aprisionando lhe 80 a 90 homens, e perdendo apenas 1 sargento, 1 cabo e 4 soldados. Tomou parte na acção que as tropas da Junta perderam em Valpaços, por se bandearem com as forças do governo dois corpos de linha inteiros, o 13 e o 15 de infantaria; e em Mirandella sustentou nutrido fogo, unido a outras forças da Junta, defendendo a ponte contra as tropas do barão de Vinhaes. Os soldados que formavam o batalhão ou guerrilha do celebre Justiniano Cordova, eram voluntarios escolhidos e valentes, assim como os officiaes. Terminada a lucta pela convenção de Gramido, foi Justiniano Osorio

repetidas vezes administrador do concelho e presidente da camara municipal de Rezende, havendo-se sempre com desinteresse e dignidade, até que falleceu no Porto a 25 de julho de 1861. Havia casado com D. Leopoldina Adelaide e Mello, da nobre familia Mellos de Adálvares.

Osorio (*P Lourenço Justiniano*). Presbytero, bacharel formado em Theologia pela Universidade de Coimbra, e abbade da freguezia de S. Pedro do Valle, no arcebispado de Braga. Falleceu, segundo parece, pouco depois de 1815. Ha d'elle duas obras impressas: *A Entrevista do abbade Sieys com o ex-bispo Talleyrand*, e uma *Ode aos pedreiros livres, que ao muito alto e muito poderoso senhor D. João VI. . Dada á luz por fr. Bernardo Gil,* etc., Lisboa. 1819. Foi uma publicação posthuma. A obra, porém, mais importante do P. Lourenço Justiniano Osorio, parece que devia ser um poema intitulado *Jacobinada*, ácêrca do qual se lê no vol. XIII do *Diccionario Bibliographico*, a pag. 316 e seguintes: «A proposito d'esta obra existem dois documentos, autographos, que por conterem algumas informações interessantes da vida do padre Lourenço Osorio, entendo que devem ficar aqui registados na integra. O primeiro é o requerimento do procurador d'este em Lisboa, pedindo uma certidão ao desembargo do paço ácêrca do poema e a respectiva certidão. São do theor seguinte: - Senhor; Diz o reverendo Lourenço Justiniano Osorio, abbade do Valle, no termo de Arcos de Valle-de-Vez, comarca de Vianna do Lima, e autor da *Entrevista do abbade Sieys com o ex-bispo Talleyrand*, que elle supplicante pretende certidão do despacho definitivo que este soberano tribunal pronunciou no folheto e obra intitulada *Jacobinada*, e do tempo que ella se demorou nos censores nomeados, achando-se já licenceada pelo santo officio e ordinario. P. a vossa alteza real seja servido mandar se passe a dita certidão e com as circumstancias referidas. Como procurador, *Isidoro Antonio*. Passe do que constar não havendo inconveniente. Lisboa, 13 de janeiro de 1814. (Com a rubrica do desembargador de serviço).—N'esta secretaria da mesa do desembargo do paço da repartição da côrte, Extremadura e ilhas, revisão e censura dos livros, se acha o manuscripto intitulado *Jacobinada*, poema em sete cantos, que pretendeu imprimir o autor da *Entrevista do ex-abbade Sieys com o ex-bispo Talleyrand*, cuja obra, depois do competente exame, teve a final o despacho do theor seguinte: *Fique supprimida*. Lisboa, 12 de maio de 1813. (Com quatro rubricas dos ministros desembargadores do paço, etc.) E para constar o referido se passou a presente certidão. Lisboa, 25 de janeiro de 1814. Esta gratis. (Assignado) *Pedro Norberto de Sousa Padilha e Seixas*.— O segundo documento interesantissimo, de valor historico, é uma carta do proprio punho do reverendo Lourenço Osorio, em que dá conta a um amigo do Rio de Janeiro, cujo nome ignoro, porém de certo vantajosamente collocado na côrte portugueza, dos seus trabalhos litterarios e da sua má situação como sacerdote. Leia-se: — Illmo e ex.^mo^ sr. Tenho a honra de escrever a v. ex.ª remettendo-lhe a primeira parte de uma obra, que compuz, e a que dei o nome de *Jacobinada*. Quando em 1809 os francezes entraram n'este reino soffri eu grandes trabalhos, porque me achava na cidade do Porto no dia em que ella foi tomada. Uma perigosa fugida me salvou, e em mais de tres mezes não pude recolher-me a esta residencia. Não sendo militar, eu julguei, que devia tambem empunhar contra Bonaparte as armas que pudesse, procurando de algum modo rediculisal-o e abatel-o na opinião dos seus admiradores. Compuz então a *Entrevista do ex-abbade de Sieys com o ex-bispo Talleyrand*, que fiz imprimir com o nome do defunto arcebispo de Gôa, para tirar toda a suspeita de que fôsse obra de algum vivo; porque os tempos eram perigosos e as cousas estavam em grande confusão, e até mesmo incerta, e finalmente porque a declaração do meu nome nada influia no intento da obra. D'esta remetto eu tambem a v. ex.ª o unico folheto que possuo. V. ex.ª verá, que toda ella se dirige a fazer passar Bonaparte por um louco. Não satisfeito com estes golpes por me parecerem pequenos, meditei outros mais profundos na referida *Jacobinada*, que não deverá ser considerada senão como um desafogo da minha colera contra o corso. Vilipendial-o, e fazel-o desprezivel, eis ao que eu me propunha. Passada a tempestade do general Massena, eu remetti a obra para Lisboa afim de ser impressa. Obteve ella as licenças do santo officio e do ordinario, e se o meu procurador não fôsse tão descuidado, teria tambem obtido as do desembargo do paço. Desgraçadamente não aconteceu assim, porque o dito tribunal a supprimiu, como v. ex.ª vê da certidão junta. Devia isto acontecer assim, porque como eu no corpo da obra censuro algumas côrtes da Europa por causa da sua amizade com Bonaparte, e quando ella foi remettida ao desembargo do paço já esta amizade não existia, e as nações se haviam colligado contra elle, seria um erro politico imprimir em Portugal uma obra, que offendia principes que já tinham tomado o partido da boa causa. A demora que houve em diligenciar a tempo os competentes despachos do dito tribunal, assim como se haviam diligenciado os outros, foi o motivo d'esta acertada suppressão. Esmorecei então, nem continuei a obra, nem emendei a que tinha feito, por me parecer que ella ficaria privada de algumas pinceladas, que me parecem bellezas, e que em algum tempo fôram certamente verdades. Lembrando-me, porém, que sendo impressa em Londres, ou mesmo n'essa cidade com o titulo de Londres, se tiraria algum proveito fazendo a girar entre os povos d'esse novo mundo para lhe fazer conceber maior horror a Bonaparte, por isso tomo a liberdade de a enviar a v. ex.ª Eu sou abbade em uma miseravel aldeia, onde não ha nem quem escreva bem, nem quem escreva certo. E' um defeito muito geral n'estes logares, e v. ex.ª verá que duas mãos fizeram a copia, ambas com a mesma infelicidade. Eu emendei o que pude, e por isso ella não vae com aquella perfeição e belleza com que devia ser apresentada a v. ex.ª Eu disse a v. ex.ª que sou um abbade, porém eu desejava não o ser. Desejava poder alcançar licença de sua alteza real para renunciar o meu beneficio, pois já não posso viver cercado de penedos e de montes como ha dez annos tenho vivido. Sua alteza real me conhece muito bem, porque eu tive a honra de ser seu prégador por espaço de muitos annos, e se v. ex.ª se dignasse interceder por mim, eu certamente obteria o que desejo. Queira v.

ex.ª fazer-me esta mercê, o apresentar a sua alteza o requerimento junto, cujo resultado eu desejaria que v. ex.ª me fizesse saber pelo seu guarda-roupa, porque eu não sei se terei n'essa cidade pessoa que m'o participe. Deus guarde a v. ex.ª por muitos annos. Minho, correio dos Arcos de Valle-de-Vez, em 20 de outubro de 1815. Sou ex.mo sr.—De v. ex.ª o mais attento e o mais humilde creado *Lourenço Justiniano Osorio*.»

Osorio (*Luiz*). V. *Pereira de Castro (Luiz Osorio da Cunha)*.

Osorio (*Paulo*). Escriptor contemporaneo. N. no Porto a 27 de maio de 1882. Revelando grande aptidão para as letras, aos 14 annos de edade collaborou em differentes jornaes litterarios, chegando a fundar e a dirigir a *Alvorada*, periodico que se publicou desde outubro de 1896 a setembro de 1897, e no qual collaboraram alguns dos nossos escriptores mais distinctos. Fez parte das redacções dos jornaes *Provincia* e *Folha da Noite*, e redigiu o *Norte* durante a doença do dr. Diniz Neves. Tem publicado as seguintes obras: *Aguilhoadas*, opusculo de critica á arte, á politica e aos costumes, 12 numeros, 1903 a 1904; *Historia d'um morto*, novella, 1903; foi traduzida em francez, com o titulo de *Histoire d'un mort*, 1904, por Philias Lebegue; *Na casa de Garrett*, opusculo de critica dramatica; *Camillo Castello Branco*, estudo pathologico do grande romancista, 1905; *A ultima noite*, romance, 1905; *Notas á margem*, chronicas, 1905; *Camillo Castello Branco e o sr. dr. Bombarda*, artigos de polemica, opusculo, 1905; *O amor e a morte no drama e no romance*, (conferencia), Porto, 1903.

Osorio (*Simão de Oliveira da Costa Almeida*). Fidalgo da Casa Real, irmão do bispo eleito da Guarda em 1773. Residiu por esse tempo, segundo consta, na mesma cidade, dando-se exclusivamente aos trabalhos agricolas. Escreveu: *Tratado pratico da cultura das amoreiras e da creação dos bichos da seda, com uma necessaria instrucção de tudo o que é congruente ao feliz successo d'este trafico*, Lisboa, 1773; fez se 2.ª edição em 1824.

Osorio Cabral (*Fernando Palha*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado, par do reino, presidente da camara municipal de Lisboa, etc. Fal. a 10 março de 1896. Formou-se no anno de 1873, e desde então sómente se entregou aos seus livros, sendo notaveis as suas investigações ácerca dos reinados de D. Affonso VI e D. Pedro II, e do papel que n'elles representou o marquez de Castello Melhor. Em 1884, quando se tratou da reforma do municipio de Lisboa, o partido regenerador, a que elle pertencia, o elegeu vereador, sendo depois eleito presidente. Tambem foi par do reino electivo. Filiou-se depois no partido progressista, que o elegeu deputado por Lisboa e por accumulação de votos. Dos discursos que pronunciou, tornou-se notavel um, na camara dos pares, sobre o caracter utilitario da nossa epoca, e outro na dos deputados, impugnando a reforma da instrucção secundaria apresentada pelo sr. conselheiro João Arroyo. Da preciosa bibliotheca Fernando Palha se publicou em 1896 um minucioso *Catalago*, em francez.

Osorio Cabral (*José Maria*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, advogado fiscal da Casa de Bragança, etc. N. em Coimbra a 27 de agosto 1791, fal. em Lisboa a 23 de outubro de 1857, victima da febre amarella. Era filho de Miguel Osorio Cabral Borges da Gama e Castro, senhor da quinta das Lagrimas, e de sua mulher, D. Josepha Luiza de Figueiredo Freire Brandão. Destinado desde a infancia á carreira das letras, ouviu as primeiras lições d'um ecclesiastico muito instruido, que de França, sua patria, viera a Portugal arrojado pelas ondas da revolução. Tão cedo se habilitou com os estudos preparatorios, que teve de esperar um anno para chegar á edade de poder matricular-se na Universidade de Coimbra. Viu pouco depois interrompido o seu curso pelas consequencias da primeira invasão franceza, e na guerra da independencia serviu a patria com as armas, alistando-se no batalhão academico. Na terceira invasão em 1810, acompanhou sua familia, que emigrára para Lisboa, tendo n'essa occasião a infelicidade de perder sua mãe, que foi victima d'uma doença epidemica, que então se desenvolveu. Terminada a Guerra Peninsular voltou para Coimbra a continuar o curso interrompido, e fez a sua formatura na faculdade de Leis em 1814, depois do que defendeu theses com o maior applauso, doutorando-se em 2 de julho de 1815. Em quasi todos os annos do curso havia sido premiado, reunindo a essas distincções academicas, as que alcançou pelas suas producções litterarias e poeticas, que então publicou. Por tres annos serviu como oppositor, pretendendo habilitar-se para o magisterio, porém uma inclinação amorosa, de que resultou o seu casamento em 1818 com D. Maria Adelaide da Costa e Mattos, o fez desistir d'aquelle intento, dedicando-se então á magistratura. Despachado juiz de fóra para a ilha do Faial, para ali seguiu viagem com sua familia, prestando serviço nos Açôres desde 1819 até 1824. Chamado com os seus collegas á ilha Terceira para formarem a Junta Criminal, ahi passou por graves amarguras, tendo de ser testemunha de scenas de revolução e de anarchia, tão oppostas ao seu caracter pacifico e respeitador da ordem estabelecida. Na primeira proclamação em Angra do governo constitucional em abril de 1821 achou-se, bem a seu pezar, nomeado secretario da Junta Provisoria que de prompto se constituiu; tendo, porém, acceitado o cargo, tratou de bem desempenhal-o, acudindo n'aquelles dias com a sua prudencia e conselho para obviar quanto possivel certos lances difficeis, e arredar o conflicto, que em breve se realisou. Regressando depois ao Faial, teve de luctar, por muitos dias e mais a sua familia, com um temporal desfeito que se levantou, vendo-se obrigado a alijar ao mar tudo o que possuia, e a embarcação á mercê das ondas, correndo desmantelada e sem rumo, pela falta do leme; extenuados todos de fome, sêde e fadiga, e n'uma situação desesperada, até que por fim fôram salvos por um navio inglez, que os recebeu a seu bordo, largando-os em S. Miguel. D'ali se transportou o dr. Osorio Cabral ao Faial. De 1824 a 1830 serviu de corregedor da comarca de Aviz. N'este periodo de tantas vicissitudes e alternativas politicas soube conciliar a justiça com a moderação, cumprir os deveres do cargo, e conduzir-se com tal imparcialidade e inteireza que mereceu o respeito e a estima dos povos. A comarca compu-

nha-se de 17 villas, e em todas ellas não houve um só individuo por elle pronunciado em 1828, nas diversas devassas que teve de abrir por toda a parte, em cumprimento das ordens recebidas. Findo aquelle cargo, ficou por alguns annos desempregado, e só em 18 4, já no fim do governo de D. Miguel, tornou a ser chamado ao serviço, que n'essa conjuntura poucos queriam acceitar, e do qual fôra afastado, porque á funesta exaltação de muitos que n'aquella epoca dominavam, não convinha um caracter moderado e conciliador. Conheceu o dr. Osorio Cabral quanto seria ephemero o novo exercicio da magistratura, porém, como um sacrificio de honra não se recusou acceitar o compromettimento a que era chamado, embora d'elle resultasse a morte politica. Entrou então no exercicio do logar de provedor da comarca de Santarem, com predicamento de desembargador do Porto, e como tal serviu nos poucos mezes que se seguiram até ao fim da campanha civil. Sendo depois instado, até por amigos poderosos, para se reconciliar com o governo constitucional, a tudo resistiu, porque julgava para elle uma posição desairosa a transigencia das suas idéas politicas. Voltando á vida particular, entregou-se mais desveladamente ao estudo das sciencias e letras, até que em 1839 deliberou estabelecer banca de advogado em Lisboa, e exerceu a advocacia até que falleceu. Passados tempos foi nomeado advogado fiscal da Casa e Estado de Bragança; serviu tambem como membro da commissão encarregada de liquidar os direitos da mesma Casa sobre o Thesouro Publico. Por muitos annos foi conselheiro do districto de Lisboa; vogal da commissão administrativa da Misericordia de Lisboa e Hospital de S. José, e por fim provedor dos recolhimentos da capital e membro do conselho geral de beneficencia. Possuia uma magnifica e copiosa livraria de mais de 5:000 volumes, que reunira á custa de muita perseverança e avultado dispendio, completa em obras juridicas, e abundante em obras de litteratura classica, em que se contavam muitos livros raros e preciosos. Escreveu muitos e importantes trabalhos forenses sobre todas as questões de direito, com profundo conhecimento do romano, canonico e das nações modernas. Na collecção da *Gazeta dos Tribunaes* existem muitos d'esses artigos. Consta que deixou muitos apontamentos e estudos bibliographicos, e observações philologicas sobre a lingua portugueza, suggeridos pela leitura dos classicos, á qual nos ultimos annos consagrou sempre todo o tempo de que podia dispôr; mais alguns fragmentos ineditos de varias composições e traducções poeticas, por elle emprehendidas nos annos da mocidade, emquanto outros cuidados mais serios o não obrigaram a pôr de parte essas recreativas occupações. Deixou tambem manuscripta a versão completa, que fez e concluiu em Lisboa em 1811, da tragedia *Alexandre*, de Racine. Impresso em seu nome, parece que só ha o seguinte: *O Inverno, ou Daphne, quarta ecloga de Pope, traduzida em versos portuguezes;* saiu no *Jornal de Coimbra*, vol VII, parte 2.ª pag. 211; *Varias poesias;* no mesmo jornal, vol. V, parte 2.ª, pag. 381.

Osorio Cabral *(Miguel)*. Moço fidalgo com exercicio no paço, fidalgo cavalleiro da Casa Real; bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado, par do reino, juiz da Relação de Lisboa e do Supremo Tribunal de Justiça, etc. N. em Travassô a 1 de dezembro de 1818, fal. em 21 de dezembro de 1890. Era filho de José Maria Osorio Cabral e de D. Maria Adelaide da Costa e Mattos (V. o *artigo antecedente*). Matriculou-se na Universidade de Coimbra em outubro de 1836, recebendo o grau de bacharel em 1841. Passando depois a Lisboa, exerceu a advocacia, até que foi despachado auditor da 3.ª divisão militar no Porto, em 30 de novembro de 1844. Estando no Porto no exercicio d'estas funcções quando se deu a revolução que ficou conhecida pela *Maria da Fonte*, em 1846, acompanhou o movimento do partido popular, merecendo a confiança de alguns dos mais distinctos membros da Junta do Porto, como o marquez de Loulé, os irmãos Passos, conde das Antas, e outros. Terminada a lucta civil pela convenção assignada em Gramido a 30 de junho d'esse anno, a sua familia conseguiu que elle não fôsse demittido, mas transferido para a 6.ª divisão, para Castello Branco. Depois do movimento da Regeneração, em 1851, foi restituido a 3.ª divisão, no Porto, passando mais tarde, em 1854, para a 1.ª divisão em Lisboa. Tendo feito, como auditor, o logar de juiz da 3.ª classe, conforme a lei de 4 de janeiro de 1859, foi promovido á 2.ª classe e collocado na comarca de Cintra, na qual tomou posse em dezembro de 1862. Promovido á 1.ª classe para a 6.ª vara de Lisboa, tomou posse a 21 de março de 1866. Sendo transferido para a 3.ª vara, de que tomou posse a 22 de dezembro de 1871, e para o 1.º districto criminal da mesma comarca de Lisboa, com posse em 29 de maio de 1872, e para a 3.ª vara, com posse em 29 de agosto de 1876. Em sessão plena do tribunal da Relação de Lisboa, de 13 de julho de 1877, cuja votação ácêrca dos juizes de 1.ª instancia foi publicada, obteve de 15 votantes, 12 M. M.B B. Promovido em seguida á 2.ª instancia para a Relação dos Açôres em 14 de novembro do referido anno de 1877, tomou posse a 9 de janeiro de 1878. Em 24 d'esse mez e anno foi nomeado ajudante do procurador geral da corôa e fazenda, e finalmente, tomou posse a 22 de maio de 1878 na Relação de Lisboa, sendo n'esse tribunal presidente até 1889, em que entrou no Supremo Tribunal de Justiça, tomando posse a 30 d'abril d'esse anno. O dr. Miguel Osorio Cabral foi deputado pela primeira vez em 1857, eleito pelo Fundão, sendo reeleito nas legislaturas de 1858, 1859 e 1865, exercendo em muitas sessões as funcções de 1.º secretario da camara. Em 1886 foi eleito par do reino pelo districto da Guarda. Casou no Porto com D. Maria Carolina d'Almeida Monteiro. Militou no partido historico, e depois no progressista, em que prestou relevantes serviços. Escreveu sobre assumptos juridicos em diversos jornaes de jurisprudencia, e são notaveis muitos dos pareceres que deu, quando foi ajudante do procurador geral da corôa. Sendo estudante do 5.º anno de Direito, escreveu e publicou: *A voz do desengano no Bussaco, Ode*, Coimbra, 1841; saira primeiro no n.º 12 da *Chronica Litteraria da Nova Academia Dramatica.* Escreveu mais: *Tributo de saudade e gratidão á memoria da ex.ma sr.ª D. Maria do O' de Figueiredo Osorio de Castro*, Lisboa, 1848; *Discurso sobre a concordata de 23 de junho de 1886 com a San-*

ta Sé ácêrca do real padroado portuguez no Oriente, proferido na camara dos pares na discussão da resposta ao discurso da corôa, em sessão de 26 de maio de 1887, etc., Lisboa, 1887; tem appenso o *Segundo discurso* sobre a mesma questão, em sessão de 10 de junho do 1887, substituindo a proposta que primeiro apresentára, por outra que afinal foi approvada pela camara; *Gloria a Portugal na heroica restauração da sua independencia*, poesia; uma pagina avulsa com a assignatura de *M. Osorio;* foi reproduzida na nota 20.ª da seguinte obra, a pag. 134; *Os portuguezes de 1640, drama historico*, Lisboa, 1886, n'um prologo e 4 actos; foi representado no theatro de D. Maria II.

Osorio de Campos e Silva *(Antonio)*. Escriptor. N. em Lisboa a 21 de abril de 1823. Escreveu: *Elogio historico do Ex.ᵐᵒ e Rev.ᵐᵒ sr. D. Guilherme I, Cardeal Patriarcha de Lisboa*, Coimbra, 1847; *Idéa da existencia e instituto dos Jesuitas, pelo P. Ravignan, vertida para portuguez*, Lisboa, 1845; *O Amigo da Religião; revista ecclesiastica, religiosa, politica, scientifica, litteraria e noticiosa*, Lisboa; publicava-se ás quartas feiras e sabbados; foi fundador e redactor principal d'este jornal, que principiou a 24 de maio de 1862 e acabou a sua publicação a 28 de março de 1866; *Conferencias do P. Lacordaire, traduzidas em portuguez*, Lisboa, 1849-1850; 8 tomos; *A verdade, a razão e os factos; contra o opusculo «O Papa e o Congresso» por D. Manuel Ortiz Urruela, traduzido em portuguez*, Lisboa, 1860; *Almanach do clero do patriarchado*, etc., *para 1861; Almanach do Clero do patriarchado, prelasias annexas e bispados de Portalegre e Castello Branco, para o anno de 1862*, Lisboa, 1862. Redigiu o *Jornal da Sociedade Catholica*, a *Revista de Lisboa*, e outras publicações periodicas, e em 1851-1852 collaborou no jornal *A Imprensa*. Nos theatros de Lisboa tambem se representaram as seguintes traducções e imitações dramaticas: *Uns sobem, outros descem*, 1 acto; *Um por outro* e *Chovem bofetadas*, em 2 actos; *O proscripto de Granada*, 4 actos, etc. Em 1843 escreveu a peça original em 3 actos, *A morte de Sertorio*; *O conde de Oeiras*, 2 actos; *D. João de Castro*, 4 actos.

Osorio de Castro *(Jeronymo)*. Fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo da ordem de Christo, etc. N. no logar da Ratoeira, comarca da Guarda a 21 de fevereiro de 1657, fal. em 4 de fevereiro de 1714. Era filho de Antonio Osorio da Gama e de Antonia Coutinho. Foi administrador do morgado de Santo Estevão, no referido logar da Ratoeira; nomeado em 1682 para ir na armada que devia trazer a seu bordo de Turim a Lisboa o duque de Saboya, destinado noivo da princeza D. Izabel, filha de D. Pedro II, casamento que se não realisou. Assistiu como procurador da cidade da Guarda ás côrtes celebradas em Lisboa no dia primeiro de dezembro de 1697, em que foi jurado successor da corôa o principe D. João, mais tarde el-rei D. João V. Esteve em Roma encarregado de varios negocios diplomaticos. Serviu como militar, durante oito annos, na praça de Penamacor. Casou em 17 de fevereiro de 1683 com D. Ignacia Xavier Castello Branco. Escreveu: *Comedia famosa: la Estrella del Sol de Padua en el cielo de Francisco. Fr. Antonio de las Llagas. Dedicala a la augusta magestad del serenissimo rey D. Juan el V*, etc., Lisboa, 1710; contém a conversão, vida e morte de fr. Antonio das Chagas; *Loa que hyzo el autor para se representar en la universidad de Coimbra al serenissimo rey D. Pedro II, de gloriosa memoria, quando possó a la villa de Almeyda, y por malograr-se la representacion la dedicó a su Augustissimo hijo el serenissimo rey D. Juan el V*; *El valor vence impossibles y segundo Viriato*, Lisboa, 1710. etc.

Osorio de Castro *(Jeronymo Bernardo)*. Fidalgo da Casa Real, poeta, etc.. N. na quinta e solar da Ratoeira, proximo de Coimbra, a 2 de fevereiro de 1726, fal. a 9 de fevereiro de 1811. Tinha 84 annos de edade quando foi a invasão dos francezes commandados pelo general Massena, e fugiu, como tantos outros, com sua familia, á furia dos invasores, vindo para Lisboa, onde falleceu Escreveu: *Parnaso real, epithalamio panegyrico e geographico, dividido em tres partes e offerecido á serenissima senhora D. Maria, princeza dos Brazis, duqueza de Bragança, e ao serenissimo senhor D. Pedro, infante de Portugal*, Lisboa, 1764.

Osorio da Costa *(João de Gouveia)*. General do nosso exercito. N. em Penamacôr em 1773, onde tambem fal. a 21 de julho de 1853. Era filho de Antonio Carlos de Gouveia Osorio, capitão-mór da villa de Penamacôr, e de sua mulher D. Antonia Josepha Michaela de Seixas Pignatelli da Gama. A 1 de outubro de 1795 assentou praça no regimento de Penamacor, que foi depois o 11 de infantaria, sendo reconhecido cadete em 1797, e promovido a alferes em 1805. Quando se deu a invasão franceza, andava estudando na Academia de Marinha, em Lisboa; desligou-se do seu regimento a que se apresentou logo que, por occasião da revolução portugueza, os chefes do movimento trataram de reorganisar quanto possivel os antigos regimentos; no 11 serviu com distincção, entrando nas batalhas do Bussaco e d'Albuera, na tomada de Badajoz, na batalha de Salamanca, onde foi ferido, na de Vitoria, na dos Pyrenéos, na de Tolosa, em que praticou acções de tal valentia, que foi graduado em major por distincção. Terminada a Guerra Peninsular teve a promoção de major effectivo, e depois a de tenente-coronel, posto em que se conservava quando rebentou a revolução de 1820, com a qual as suas ideias não sympathisavam, mas a que tambem se não mostrou hostil. Estava então o Brazil tratando de proclamar a sua independencia, encontrando sómente resistencia na Bahia, commandada pelo general Madeira de Mello. Tratou se em Portugal de mandar soccorros, e formou-se uma legião, que tomou o nome de *Legião Constitucional*, cujo commando foi offerecido a Saldanha, o futuro duque d'este titulo, que não o acceitou, apezar de muito instado sendo nomeado Gouveia Osorio para o substituir. Este valente official partiu para a Bahia, auxiliou efficazmente Madeira de Mello na sua defeza, e quando ella se tornou impossivel vieram ambos para a Europa, sem terem capitulado, e depois de terem conservado até ao ultimo momento os inimigos afastados da praça. Gouveia Osorio, regressando do Brazil, já encontrou estabelecido o regimen absoluto, e foi commandar o regimento de infantaria n.º 11, que estava aquartelado em Almeida, e ali se conservava, quando se proclamou a Carta Constitucional, proclamando se logo depois a revolta contra ella,

promovida pelo marquez de Chaves, a quem Gouveia Osorio seguiu. Assim entrou na batalha de Coruche, onde as tropas absolutistas fôram batidas pelas tropas constitucionaes, e com o seu regimento teve de retirar para Hespanha. Sendo novamente restabelecido o governo de D. Miguel, regressou Gouveia Osorio ao reino. Já no posto de brigadeiro effectivo,commandou uma das divisões distribuidas pelo litoral para obstarem ao desembarque das tropas de D. Pedro IV. Essa divisão era a da Figueira da Foz, e D. Pedro desembarcou muito mais ao norte. Durante o cêrco do Porto commandou a 4.ª divisão do exercito sitiador, e foi elle que travou com os constitucionaes o combate do monte das Antas, que foi umas poucas de vezes tomado e retomado, em que afinal ficaram vencedores os constitucionaes. Levantado o cêrco do Porto, Gouveia Osorio partiu a tomar o commando d'uma divisão do exercito que cercava Lisboa Foi elle o encarregado de tomar o commando do assalto que se seguiu ao combate de 5 de setembro, infeliz para os miguelistas, que se travara principalmente em Campolide. Tambem foi infeliz n'outro assalto que dirigiu pelos lados do Alto de S. João. O exercito miguelista levantou o cêrco de Lisboa, e retirou-se para Santarem. Não tardou que Gouveia Osorio fôsse de novo encarregado d'um commando importante. Nos ultimos dias de abril de 1834 o duque da Terceira, que fôra ao norte do paiz, levara adeante de si as tropas miguelistas, que se encontravam ainda por lá, mas que não tinham cohesão nem unidade. Gouveia Osorio recebeu ordem de as agrupar debaixo do seu commando. Não pôde fazer mais do que retirar de Coimbra com essas forças, que já commandadas pelo coronel Antonio Joaquim Guedes, fôram batidas pelos constitucionaes na Ericeira Assignada a convenção de Evora Monte em maio de 1834, Gouveia Osorio retirou-se para a sua terra natal, onde teve de se homiziar e onde passou tormentos, porque as paixões politicas estavam vivamente inflammadas, e o sentimento de vingança contra as atrocidades dos miguelistas desnorteava os liberaes. Gouveia Osorio, por todos os motivos, tinha direito a não ser comprehendido n'essas represalias, porque nunca fôra cumplice d'essas atrocidades, nem partilhara as responsabilidades de muitos dos seus camaradas, era até respeitado e estimado pelos constitucionaes, que tinham encontrado n'elle protecção, mas isso não impediu que o perseguissem. Só em 1838, sendo ministro da guerra Sá da Bandeira, que fôra seu amigo e camarada, é que pôde começar a viver com mais tranquillidade. No tempo da Guerra Peninsular mereceu muitos louvores nas ordens do exercito pela sua bravura, etc.; era condecorado com a cruz de ouro n.º 6, correspondente ás campanhas em que entrara na referida campanha; cavalleiro das ordens de Christo, de Aviz e da Torre e Espada. Havia casado com D. Claudia Carolina Pinto Metello Falcão, filha de Francisco Antonio da Fonseca Pinto de Vasconcellos, e de sua mulher D. Anna Mathilde Cabral de Metello. D'este matrimonio houve um filho, Antonio de Gouveia Osorio de Metello de Vasconcellos, que foi o 1.º visconde de Proença-a-Velha. O fallecido estadista e escriptor Pinheiro Chagas escreveu a biographia do general Gouveia Osorio, a qual foi publicada em 1889.

Osorio Machado V. *Machado (Francisco José da Horta).*

Osorio de Vasconcellos *(Alberto).* Tenente do estado maior de engenharia, deputado, escriptor, jornalista, etc.. N. em Lisboa, no largo do Leão em Arroios, a 29 de janeiro de 1842, fal. em Mangualde a 27 de junho de 1881. Era filho de Alberto Osorio de Vasconcellos Hasse da Cunha, e de sua mulher D. Carlota Osorio; descendente pelo lado paterno dos antigos Vasconcellos, representados pelos marquezes de Castello Melhor, e pelo lado materno dos Osorios da Costa Cabral d'Albuquerque representados na provincia da Beira por muitas familias illustres. Foi de tenra edade para a provincia da Beira Baixa com a maior parte da sua familia, que se estabeleceu na freguezia de Muxagata, do concelho de Foruos d'Algôdres. Contando apenas 10 annos, Alberto Osorio de Vasconcellos matriculou-se no seminario de Vizeu, onde esteve um anno sómente, indo depois outro anno para Coimbra com seus tios, que ao tempo frequentavam a Universidade. Passou alguns annos em Lamego, na casa de seu tio Jeronymo Osorio, então official de infantaria n.º 9, e d'ali veiu para Lisboa, para o collegio de Nossa Senhora da Conceição, á Esperança, de que era director Joaquim Lopes Carreira de Mello, onde fez com distincção os preparatorios. Em 1859 matriculou-se na Escola Polytechnica, seguindo um curso distincto, em que obteve dois premios pecuniarios e um louvor, o qual terminou em 1863. Assentou praça em infantaria n.º 1, e depois seguiu o curso de engenharia militar na escola do Exercito, onde se matriculou a 8 de outubro de 1863, tendo 21 annos de edade, concluindo o curso em 3 de dezembro de 1866, sendo classificado com o n.º 1. Foi promovido a tenente do estado maior de engenheiros em 22 de junho de 1875. A vida litteraria seduzia-o desde os bancos da escola, foi poeta, e no jornalismo evidenciou-se com a maior distincção. Na *Gazeta de Portugal*, de Teixeira de Vasconcellos, publicou em folhetins: *Fragmentos d'uma viagem á Beira*, assignados com o pseudonymo *Sylvius*. Nas primeiras lides jornalisticas teve por companheiros Pinheiro Chagas, Marianno de Carvalho, Brito Aranha e outros. No referido jornal encarregou-se Osorio de Vasconcellos de escrever umas revistas scientificas. Collaborou depois no *Jornal do Commercio*, *Revolução de Setembro*, *Revista Contemporanea*, *Revista do Seculo*, que elle fundou, *Archivo pittoresco*, onde sairam as *Cartas a uma senhora*, que fôram muito apreciadas, e no *Panorama*, em que publicou um romance no genero de Octavio Feuillet, a *Galathea moderna*, *Diario Illustrado*, etc.. Sendo amigo particular do marquez de Sá da Bandeira, que o fizera seu ajudante de campo, foi deputado pela primeira vez em 1870, eleito por Trancoso, sendo reeleito pelo mesmo circulo em legislaturas successivas até 1879. Na camara conquistou um logar importante, abordando com desassombro todas as questões politicas. Dos seus discursos, que se tornaram notaveis, destaca se o que pronunciou por occasião da morte do rei de Italia Victor Manuel, que traduzido em italiano, foi muito applaudido n'aquelle paiz. O ter deixado de ser eleito deputado em 1879, magoou o bastante, não tanto por ter perdido na camara um logar a que tinha direito, mas pela

guerra sem treguas que lhe fizeram para o excluir do parlamento alguns seus amigos mais antigos. Osorio de Vasconcellos desempenhou na sua arma algumas commissões de serviço, entre as quaes a de ajudante d'ordens do marquez de Sá da Bandeira, que lhe era muito affeiçoado. A vida politica arrancara-o aos estudos litterarios, assim como o jornalismo o arrancara aos estudos scientificos. No *Jornal de sciencias mathematicas physicas e naturaes*, Lisboa, 1867, publicou: *Nota sobre um problema de hydraulica*. Deixou apenas tres livros: *Batalhas dos portuguezes*, *Estudos sobre a defeza do paiz* (1869) e *Carta d'um ermitão do Chiado*, folheto com que veiu á imprensa, em 1866, quando se levantou a questão litteraria provocada pelo *Poema da mocidade*, de Pinheiro Chagas. Apezar de se ter afastado depois do movimento litterario e scientifico, estava, comtudo, a par de todos os progressos e de todas as evoluções do espirito humano. Fundara a *Democracia* em 1872, e ahi combatendo livremente, como soldado das idéas avançadas, escrevia artigos, que eram muito apreciados. Viajara, estivera na Suissa, e ahi tratára intimamente com o ministro da republica franceza Pierre Lanfrey. Osorio de Vasconcellos fazia parte da commissão de defeza do reino, e emquanto se occupava para cumprir o seu dever, de alguns estudos scientificos, não deixava de cuidar tambem dos seus trabalhos litterarios. Principiava a occuparse d'uma *Historia da Revolução de 1820*, quando começou a perseguil-o a lesão cardiaca que o victimou. Esteve em Lisboa gravemente doente, foi passar algum tempo em Portel em casa d'um seu amigo, o dr. Filippe França, mas voltando a Lisboa, não tardou a que se aggravasse a doença. Era muito affeiçoado á provincia da Beira, e teve desejos de ir ali morrer. Partiu effectivamente, e expirou em Mangualde junto de seus tios, João Baptista de Castro e D. Marianna Osorio, não contando ainda 40 annos de edade. Osorio de Vasconcellos fôra tambem encarregado de escrever a Historia da Engenharia em Portugal, por João Chrysostomo d'Abreu e Sousa, sendo ministro da guerra. Prestou muitos serviços á provincia da Beira, quando era deputado. A elle se deve a directriz da linha do caminho de ferro da Beira Alta pela margem direita do rio Mondego, atravessando os concelhos de Mangualde, Fornos d'Algodres, etc. Elevou tambem Mangualde a comarca de 2.ª classe; creou a de Fornos d'Algodres, fez com que o governo désse á villa de Trancoso um bom edificio para tribunal e paços do concelho, etc..

Ospitaçom. Nome que se dava á obrigação de dar pousada ou aposentadoria aos fidalgos, ministros ou pessoas publicas, que andavam ao serviço do rei.

Osquel. Pov. da ilha de Timor, Oceania, na jurisdicção de Veimasse.

Ossa. Serra da provincia do Alemtejo, a 30 k. de Evora, composta de altos montes e ferteis valles. E' uma das mais importantes do paiz. Tem 40 k. de comprimento e 15 na sua maior largura, e 649 metros acima do nivel do mar. Principia proximo da villa de Terena e termina junto de Evora Monte, correndo de E a S. Está situada quasi ao centro da provincia do Alemtejo, no arcebispado de Evora, sendo o ponto mais alto a montanha de S. Gens, d'onde, em dias claros, se desfructa quasi todo o Alemtejo e grande parte da Extremadura hespanhola. Tembem se avistam na distancia de mais de 100 k. ao O, os castellos de Palmella e de Cezimbra, e a serra d'Arrabida. A serra d'Ossa foi a Thebaida dos religiosos da ordem de S. Paulo. E' tradição que no monte de S. Gens existiu um sumptuoso templo dedicado a Venus, no tempo dos romanos, mas de que já não ha vestigios. Os antigos escriptores dizem que Viriato, o antigo, se fortificara no *monte de Venus*, que era este, e que d'ali desceu a desbaratar o pretor Caio Plaucio, nos campos de Evora, sendo este o unico romano que escapou com vida d'essa batalha sanguinolenta, que se realisou 150 annos antes da vinda de Christo. Lucio Sylo Sabino soldado romano, sendo mortalmente ferido n'essa batalha, mandou pouco antes de expirar, que se escrevesse no seu tumulo a narração do combate, e que os seus ossos fôssem levados para Italia, se acaso ficassem livres do poder dos lusitanos. Este tumulo foi achado no seculo XVIII, no logar de S. Bento de Pomares, proximo de Evora Monte. No ponto mais elevado da serra ha uma torre, chamada *de Vigia*, que dizem ter servido de atalaia aos dois Viriatos e a Sertorio. Junto d'esta torre vê-se a capella de S. Gens, bispo de Lisboa. A' serra d'Ossa se juntam as de *Pêro Crêspo*, a O; *Cabeça d'Aguia*, ao S; *Malhada Alta*, a E; *Castello Velho*, ao N; *Monte Virgem*, *S. Cornelio*, *Côrtes* e *Cartuxeira*, sendo esta ultima a mais aspera de todas, pois se compõe de penhascos agglomerados uns sobre os outros, sem vegetação, etc. Os principaes valles são: *Valle do Infante*, *Valle de Abrahão*, *Valle do Conego*, e *Valle do Pereira;* além de muitos campos, povoados de quintas e arvoredos, regados por abundancia de fontes. Todas estas circumstancias tornam a serra d'Ossa muito pittoresca e agradavel. Os valles e os campos são muito ferteis em cereaes, vinho, azeite, fructas, flôres e plantas medicinaes; ali se cria muito gado de todas as qualidades, e ha bastante caça, mel e cêra. Na serra d'Ossa estão as villas de Evora-Monte, Terena e Alandroal, e a aldeia de Pomares. Segundo Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno*, vol. VI, pag. 297, o nome vem de *hessenos*, *hesseos* e *hossios*, que na rigorosa acepção da palavra, é o mesmo que *santos*, e não de *ossos*, ou *ursos*, como dizem alguns escriptores. No mais bello sitio da serra está o mosteiro de S. Paulo, que é antiquissimo, ignorando-se por quem fôsse edificado, sabendo-se, porém, que já existia no anno de 393. Antes dos eremitas habitarem a montanha, dava-se-lhe o nome de *Serra de Venus;* só depois, pelos annos de 40 a 45 da era christã, quando os primeiros christãos vieram ali acolher se fugindo ás perseguições dos romanos, é que se principiou a chamar *Serra dos hessenos*, ou dos *hossios*, ou *Ossios*. A existencia dos christãos na serra d'Ossa teve principio da seguinte fórma, conforme a tradição: No anno 35 da era christã, S. Manços, ou Mancio, um dos 7 discipulos de Jesus, fugindo á perseguição que na Judéa se fazia aos christãos, viera na companhia de alguns proselytos lusitanos, que voltavam de Jerusalem para a Peninsula, indo todos habitar esta serra. Dizem que S. Manços aportou a *Ossonoba (*Faro*)*, e que tendo lhe alguns dos companheiros e alguns hebreus, residentes n'esta

terra, affirmado que Evora era a principal cidade da Lusitania, e que estava ali a sinagoga maior, para lá se dirigiu a prégar e a baptisar. Tendo já feito muitas conversões no anno de 36, e ordenado clerigos, coadjutores e confessores foi para Coimbra, continuando nas suas prégações. Em 91 recebeu a noticia da grande perseguição que os christãos estavam soffrendo em Evora, e correu immediatamente a confortal os, mandando os para a serra d'Ossa, para onde já se haviam retirado alguns, que queriam viver no retiro. N'este mesmo anno 91, no tempo do imperador Domiciano foi S. Manços martyrisado. Os christãos que escaparam ao furor dos romanos, continuaram a viver na serra, em grutas e cavernas, como eremitas. Fôram aqui martyrisados pelos moiros em 11 de março de 715 os santos: Faustino, arcebispo de Braga; Asceneio, bispo de Evora; Theodofredo, bispo de Vizeu; Fionio, bispo de Lamego, ainda outros prelados, e muitos christão, o que faz acreditar que, na invasão dos moiros, viuham procurar abrigo nas brenhas d'esta serra, christãos de todas as provincias da Lusitania, mas que nem assim conseguiram escapar ao furor dos moiros. Em 1182, D. Fernão Annes, capitão de Evora, fez-se eremita; foi para a serra d'Ossa e persuadiu aos seus anachoretas que se congregassem, e vivessem mais perto uns dos outros, no que alguns concordaram, escolhendo o sitio chamado *Valladeira*, onde formularam um oratorio e pequenas cellas, tendo um sacerdote para celebrar as missas. Os que ficaram espalhados pela serra, viviam aos quatro e quatro, e os da Valladeira aos oito. No reinado de D. João I, tendo crescido o numero dos eremitas, foi preciso ampliar a casa, e para isso escolheram os religiosos um sitio mais alto, onde construiram um convento, cujas obras ainda continuavam em 1434, no reinado de D. Duarte, sendo um dos principaes fundadores o eremita Gonçalo Vasques, que lhe fez doação de tudo quanto possuia, que era muito. O papa Gregorio XII, que governou a Egreja desde 1406 até 1409, approvou esta congregação, dando lhe a regra de S. Paulo, 1.º eremita. Denominavam se estes religiosos: *Congregação dos monges pobres, de Jesus-Christo, da serra d'Ossa*, e depois, *da ordem de S. Paulo, primeiro eremita*. Vendo-se constituidos em verdadeira communidade, trataram de erigir mais amplo e sumptuoso mosteiro. Na melhor parte d'esta serra, por mais fresca, aprazivel e vistosa, se fundou então o novo mosteiro de S. Paulo, quasi a meia ladeira, na falda da serra de S. Cornelio, com a frente para o lado de Evora, O, tendo uma espaçosa cêrca, formosos e vastos jardins, boas e extensas hortas e ferteis campos. A egreja era vasta, tendo a um lado a casa do noviciado, e ao outro o edificio do mosteiro. Viam se muitas fontes pelos dormitorios, claustros e officinas; repartidas todas por canos, vindo a agua d'uma grande nascente que está na encosta da serra. Estas aguas, depois de servirem de utilidade e recreio no edificio, saiam para os jardins, lançando se, na maior parte, por um leão de pedra, n'um lago espaçoso. Tinha casas e adegas subterraneas. Este edificio, que passava por ser um dos melhores da provincia pelo seu merito artistico e pela posição em que estava situado, vê se hoje completamente abandonado e em ruinas. D. Manuel de S. Caetano Damasio, que foi reitor geral da ordem de S. Paulo, escreveu a respeito do convento: *Thebaida portugueza; compendio historico da Congregação dos monges pobres de Jesus Christo da Serra d'Ossa, chamada depois de S. Paulo primeiro eremita em Portugal*, Lisboa, 1793, 2 tomos. Esta obra, parece que ficou incompleta, assim como outra, que em 1745 havia começado a publicar Fr. Henrique de Santo Antonio, com o titulo: *Chronica dos Eremitas da Serra d'Ossa no reino de Portugal, e dos que floresceram em todos os mais ermos da christandade*, etc. || Serra da provincia do Douro, nas freguezias de Santo Antonio, de Lomba, concelho de Gondomar, Valle e Canedo, no da Feira. Fica sobre a margem esquerda do rio Douro, 24 k. a ENE do Porto. E' uma ramificação da serra de Cabeço de Sobreiro, que se projecta para o NO. || Pov. na freg. de Santo André, de Escariz, conc. de Arouca, districto de Aveiro.

Ossada. Pov. na freg. de S. Thiago de Priscos, conc. e distr. de Braga

Osseira. Povoações nas freguezias: N. S.ª das Mercês, de Carvalhal Bemfeito, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || S. Pedro e conc. de Obidos, do mesmo districto.

Ossella. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro, bisp do Porto; 719 fog. e 1:465 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e uma fabrica de lacticinios. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Caima. O D. abbade do mosteiro benedictino de Paço de Sousa, apresentava o vigario, que era um monge do referido mosteiro, de nomeação triennal. Tinha 150$000 réis de congrua e o pé d'altar. Ossella é uma das freguezias mais antigas de Portugal, pois já o era no tempo dos godos. Ha mesmo quem assevere que foi uma cidade, com o nome de *Ossa*, dado pelos gregos, seus fundadôres, pela tal ou qual similhança que tinha com o monte *Ossa*. Sendo assim havia sido fundada esta cidade em 1?0? annos antes da vinda de Christo. O que se considera mais possivel é que o nome lhe venha por ter sido a povoação habitada por alguns anachoretas christãos, nos primeiros annos da Egreja, e vindos da serra d'Ossa, no Alemtejo, que lhe deram este nome, que no antigo portuguez significa *Pequena Ossa*. Alguns escriptores, porém, pretendem que o nome lhe provenha de que, fazendo-se aqui fortes os lusitanos contra os romanos, pelos annos 150 da era christã, houve então aqui uma grande batalha, ficando o terreno juncado de cadaveres, que os agentes atmosphericos decompozeram, ficando só os *ossos*. O que passa por certo, comtudo, é ter havido aqui, no anno de 996 de Christo, no reinado de D. Bermudo II, o *Gotoso*, uma grande batalha entre christãos, commandados pelo conde D Forjaz Vermuiz, ou *Froilaz*, progenitor dos condes da Feira, e os moiros commandados pelo feroz Almançor, rei de Cordova. Uns e outros se bateram com tanto fervor, que o campo ficou juncado de cadaveres, e a povoação reduzida a cinzas pelos mesmos moiros. Esta batalha foi dada na vertente meridional da serra, e perto das margens do rio Caima. Diz-se que o conde D. Forjaz Vermuiz deu o seu nome ao monte onde acamparam os christãos. E' certo que ao E d'Ossella, e a pouca distancia, ha uma aldeia e

um monte chamados *Vermuim*. Isto parece provar a tradição da batalha, e confirmar a hypothese de que ella, effectivamente, se deu n'aquelle logar. Faria e Sousa, no *Epitome de las Historias portuguezes*, pag 209, diz que Ossella já tinha esse nome no seculo XIV. Já o tinha, pelo menos, no principio do seculo X, porque, estando no Porto o primeiro rei de Leão, D. Ordonho II, com a sua côrte, foi visitar D. Gomado, bispo resignatario de Coimbra e monge benedictino em Castromire, e tanto o monarcha como os seus fidalgos fizeram então grandes doações a este mosteiro, entre as quaes se vêem incluidos os padroados da egreja de S. Pelagio de Ossella. N'um outeiro d'esta freguezia houve um castello, onde se fortificou Santo Hermenegildo em 585, na guerra que se deu contra os arianos. Não ha vestigio algum d'este castello. S. Gregorio Turonense, na sua obra *De Gloria Confessorum*, liv. 1.º, cap. 21 e 69, e Luitprando, fragmento n.º 3, dizem que em Ossella havia uma fonte, tanque ou piscina, de *agua baptismal*, que estava sêcca todo o anno, e sómente no triduo da Paixão se enchia de agua pura até ao bocal. Então o bispo de Coimbra (a cuja diocese pertenceu antigamente esta freguezia e todo o territorio ao N até á margem do rio Douro), santificava esta agua em sabbado santo, com a chrisma sagrada, e era levada para varias freguezias e distribuidas aos doentes, como remedio para todas as enfermidades. Hoje ninguem sabe do sitio onde existiu essa fonte. A terra é fertil em todos os generos do paiz, cria muito gado bovino para exportação, e nos seus montes ha muita caça miuda. No seu territorio ha minas de ferro e de cobre, que se não teem explorado. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

Ossol. Pov. do territorio felupe, á beira-mar, proximo da povoação de Bolor, na Guiné, Africa Occidental. Está edificada n'um terreno alagadiço, plantado de vastos arrozaes, que são um artigo importante de commercio para a troca pelo sal, ferro, polvora, tabaco, fazendas, armas, aguardente, etc., que os felupes importam.

Ossonoba. Antiga cidade da Lusitania no paiz dos *cúneos*, hoje Algarve. O nome d'esta cidade escrevia-se de differentes formas, segundo a patria dos escriptores que d'ella trataram. Chamaram-lhe *Ossonoba*, *Ussonoba*, *Oksonoba Exonaba*, *Oxonoba*, *Ossanabo*, *Ossonobona*, *Onoba-Lusturia*, ou *Listuria*, *Onoba*, *Estuaria*, *Usanobaal*, *Hasanboaal*, *Exuba*, *Exubana*, etc. Os antigos dão esta cidade na costa da Turdetania. No tempo dos godos era ainda muito florescente; ficava junto ao *Cabo Cuneo*. Gaspar Barreiros, Perpenhão, Padilha, Pedro Fayon e outros, pretendem que Ossonoba era a actual povoação de Estombar, junto a Silves; outros dizem que é Estoy, e estes são: Ambrosio de Morales, Bingham, M. Maximo, Flores, André de Rezende, Aguirre, Vasco, etc. Os inglezes, incendiando a cidade de Faro em 1596 (V. *Faro*), destruiram preciosos livros e documentos para a historia do Algarve, que existiam na bibliotheca do bispo D. Jeronymo Osorio. Diz se, porém, que os inglezes, antes do fogo, roubaram estes livros e os levaram para a Universidade de Oxford, onde, parece, existirem ainda. A sua terminação em *oba* mostra que era no litoral, e segundo Plinio, Pomponio Mella e outros escriptores romanos, pertencia ao *Cabo Cúneo*, hoje *Cabo de Santa Maria*, em frente de Faro, e não no *Promontorio Sacro*, actual *Cabo de S. Vicente*. A este pertencia *Lacobriga*, Lagos, ou Lagôa, e *Portus Annibalis*, Villa Nova de Portimão. André de Rezende, nas *Antiguidades da Lusitania*, copiando o sabio medico Rasis, ou Rhases, que falleceu pelos annos de 950, diz que Ossonoba era fertil e abundante, plana e cheia de muitas hortas, regadas por copiosas aguas, tendo montes que produziam muitos pastos para os gados, e visinha ao mar, com seus esteiros, por onde navegavam barcos e navios. Era uma cidade egual em grandeza ás melhores do mundo, tendo conservado, com pequena differença, o nome que tinha na lingua punica, e á qual os arabes chamavam *Exubanca*. Tudo isto concorre em Estoy, e não em Estombar. Em Estoy ha restos de nobres e antiquissimos edificios; um templo, construido de grandes tijolos e revestido de mosaico; banhos (thermas); aqueductos, canos, sepulturas, columnas, e uma torre antiquissima. Saindo da *porta falsa* do castello de Faro, em um baluarte que está a pouca distancia, chamado *Mesa dos moiros*, descobriu-se em 1784 uma lapide, de 2,m60 de comprido, e 1 m. de largo, com uma inscripção latina, pela qual se vê que a republica ossonobense dedicou os seus votos ao imperador Valeriano (Publio Licinio Valeriano-pae) tres vezes consul, quando se lhe dedicou esta memoria, pelos annos 255 da era christã. O bispado de Ossonoba era suffraganeo do de Merida. O primeiro bispo, de que ha noticia, foi *Vicente*, que vivia no fim do seculo III e principio do seculo IV. Suppõe-se que antes d'elle, houve outros bispos, cujos nomes se desconhecem. Assistiu ao concilio iliberitano, pelos annos de 324 Aggripio era bispo em 688, sendo o 9.º dos que se conhecem. De 714 até 1250 não houve bispos no Algarve, e desde que este reino foi resgatado do poder dos moiros, elevou-se Silves a cidade episcopal, porque de Ossonoba apenas restavam ruinas. Parece que foi Aggripio o ultimo bispo, e que em 714 ainda se conservava no bispado quando os moiros invadiram a Lusitania. Attribue-se a fundação de Ossonoba aos phenicios, 904 annos antes de Christo. Floresceu por espaço de 16 annos, sendo uma das principaes da Lusitania, conforme dissémos, e um centro commercial importantissimo. Consta que prégou aqui o Evangelho Santo Esiquio, discipulo do apostolo S. Thiago maior, e dois seculos depois, com a propagação do Christianismo, é que a cidade foi elevada á categoria de séde d'um bispado, que existiu até á invasão dos moiros, em 714, como acima se disse.

Ossos (*Casal dos*). Na freg. de N. S.ª d'Ajuda, 4.º bairro de Lisboa.

Ostras. Rio da costa da Guiné, Africa Occidental. Vae desaguar no Oceano Atlantico, a quasi 4 k. ao S do rio de Sant'Anna, e a 9 ao N do Casamansa. A sua foz tapa-se na quadra sêcca, e então as aguas correm para o rio de S. João, affluente do Casamansa, por um braço chamado rio Dycgué, que banha a E a ilha do mesmo nome, habitada por povos jabundos, assim como o rio das Ostras a banha pelo N. Foi descoberto em 1446 por Antonio de Nola e Luiz de Cadamosto.

Osuala. Pov. da ilha de Timor, Oceania, na jurisdicção de Veimasse.

Otta. Pov. e freg. do Espirito Santo, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Alemquer, distr. e patriarchado de Lisboa; 89 fog. e 438 hab. Tem esc. do sexo fem., est. post. com serviço de encommendas, e uma fabrica de distillação de vinho. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 5, com a séde em Lisboa. A pov. dista 7 k. da séde do conc., e está situada na margem esquerda do rio Otta, a pouca distancia de Alemquer, sendo atravessada pela estrada real que vae de Lisboa a Leiria. O povo apresentava o cura, que tinha 100 alqueires de trigo, 1 pipa de vinho e 3 cantaros de azeite. A pov. é muito antiga, mas a freg. é a menos populosa de todo o conc. Compõe-se da antiga freg. de Otta, e parte da do Paúl d'Otta, que foi supprimida no principio do seculo passado por ser muito pequena, pois no anno de 1800 já não tinha mais que 5 fogos. El rei D. Sancho I doou esta freg. ao convento d'Alcobaça em 1193, e o papa Celestino III confirmou esta doação em 1195. Otta, segundo consta, era muito rica, mas com a invasão dos francezes decaiu muito. As hordas invasoras fizeram um acampamento nas proximidades da povoação, e com o seu conhecido vandalismo, não só a saquearam, como lhe lançaram fogo e aos arvoredos. A antiga feira, que annualmente havia no domingo do Espirito Santo, desde essa epoca nunca mais se fez. Com o andar dos annos, foi a aldeia recuperando a sua antiga importancia e as condições de prosperidade. A egreja parochial está situada no centro da povoação; é um templo muito pequeno e de construcção tosca, porém muito aceado. Parece ser de construcção moderna, provavelmente reedificação da antiga. Tem dois altares lateraes, sendo o da direita consagrado ao Santissimo Sacramento, e o da esquerda a N. S.ª das Dôres. A' entrada da capella-mór ha uma campa, que consta ser a sepultura de certo clerigo que deixou á egreja um legado. Não se póde lêr o epitaphio por estar coberto com tijolos, vendo-se sómente a data de 1567. Fóra da porta está outra campa com uma inscripção, em que se lê: *S.ª* (sepultura) *de José Francisco do Rego—1691.* O cartorio não vae além do anno de 1813, por ter sido o antigo destruido pelos francezes. A *lagôa do Bunhal* e as terras adjacentes são da corôa e pertenciam ao almoxarifado de Azambuja; fôram depois seus emphyteutas os condes de Mesquitella. Todas estas terras tiveram por muitos annos o privilegio de couto, e ninguem podia n'ellas caçar sem licença do almoxarife. D'este privilegio resultava que os ladrões e malfeitores se refugiavam affoitamente n'estas mattas, sem receio de serem perseguidos pela justiça. A abertura da antiga estrada real no reinado da rainha D. Maria I, e que passava por estes sitios, augmentou esse mal, e ainda no principio do seculo XIX ninguem se atrevia a passar pelo sitio da grande capella de N. S.ª da Ameixoeira, sem levar uma boa companhia ou uma forte escolta. Nas côrtes de 1498, alguns povos pediram a el-rei D. Manuel, para que descoutasse varias mattas do reino, ao que monarcha annuiu, mas deixou o Paúl d'Otta continuando a ser coutado. Em 1591, Filippe II tambem descoutou muitas das mattas que ficaram coutadas em 1498, mas não descoutou ainda o Paúl, que só deixou de ser couto em 1820. No paul de Otta havia no seculo XVI courellas pertencentes ao morgado de Luiz de Brito, á capella de Martim João, e á Corôa, aforadas estas a Francisco Velho, abaixo mencionado. Dizem haver nos arredores d'esta povoação importantes vestigios pre-historicos, sendo por esse motivo um dos pontos escolhidos para as excursões scientificas em 1880, feitas pelos membros do congresso anthropologico. Além do celebre Paúl, que é hoje propriedade da casa de Castello Melhor, pertencem a esta freg. a quinta da *Vassalla*, que em 1217 ou 1219 era de Nuno Gonçalves, e em 1707 pertencia a Francisco Garcez de Brito, sargento mór dos auxiliares. Passou depois a ser propriedade do opulento lavrador Raphael José da Cunha, que depois da sua morte, os seus herdeiros venderam em 27 de janeiro de 1870 ao visconde d'Abrigada, José Maria Camillo de Mendonça, e pertence hoje ao genro e sobrinho d'aquelle titular, o sr. conselheiro Manuel Gorjão Henriques. A quinta da *Torre*, que foi da casa dos viscondes de Lindoso e é hoje dos herdeiros do conde de S. Marinho; a quinta da *Bordalia*, que em 1510 era de Francisco Velho, escrivão do armazem de Guiné e India; e finalmente a quinta de *Otta*, grande e bella propriedade, com boa casa de residencia, que em 1707 pertencia a Pedro Figueiredo, antepassado, se julga, dos condes de Belmonte, cujo appellido é tambem Figueiredo. E' hoje o seu proprietario o sr. D. José Figueiredo Cabral da Camara, 4.º conde de Belmonte e 13.º senhor do morgado d'Otta. || Rio do distr. de Lisboa. N. na serra de Montejunto, corre a SE, passa em Otta, V. N. da Rainha, sob a ponte do caminho de ferro do norte, e entra no rio Tejo com 30 k. de curso.

Ottolini (*Francisco de Paula Aguiar*). Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra; juiz da Relação de Lisboa, conselheiro de Estado extraordinario, deputado, par do reino, etc. N. em Lisboa a 24 de janeiro de 1796, fal. em Campolide a 17 de maio de 1855. Era filho de Bartholomeu Mathias Ottolini, e de sua mulher D. Francisca Rita da Silva Aguiar. Seguindo a carreira judicial, chegou a ser desembargador da Relação de Lisboa. Foi deputado nas legislaturas de 1834-1835, 1835, 1840, 1841, 1851 a 1851, 1855 a 1856, etc. Em 25 de setembro de 1839 entrou no ministerio, como ministro da marinha, de que pediu a demissão a 26 de novembro do mesmo anno. Nunca mais entrou nos conselhos da corôa.

Ottolini (*Manuel Sarmento Ottolini, 1.º visconde e 1.º conde de*). Fidalgo cavalleiro e moço fidalgo da Casa Real; bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, governador do Banco Nacional Ultramarino, membro substituto do Conselho d'Administração da Companhia Geral de Credito Predial Portuguez; socio da Sociedade de Geographia de Lisboa, etc. N. em Lisboa a 9 de janeiro de 1840, fal. em maio de 1898. Era filho do juiz da Relação de Lisboa, procurador geral da corôa e conselheiro de Estado, José de Cupertino d'Aguiar Ottolini, e de sua mulher, D. Augusta Cesaria Ferreira Sarmento. Fez um curso muito distincto na Universidade. Por decreto de 14 de março de 1869 foi agraciado com o titulo de visconde de Ottolini, sendo mais tarde elevado a conde. Casou

em Lisboa a 3 de março de 1862 com D. Maria Elisa da Veiga Ottolini, filha de Joaquim José Ferreira da Veiga, e de sua segunda mulher, D. Joanna Ultman. Entre os serviços prestados pelo illustre titular, destaca-se a reorganisação do Banco Nacional Ultramarino, de que foi nomeado governador n'uma epoca em que, por uma serie de factos que se deram, esse estabelecimento baucario estava quasi perdido. Foi elle que, com o seu tacto e com a sua força de vontade, auxiliado pelas pessoas que compunham a gerencia, conseguiu vencer todas as difficuldades e rehabilital-o. Foi tambem presidente da Associação Commercial de Lisboa, e presidente da commissão administrativa da camara municipal de Lisboa, onde prestou relevantes serviços. O conde d'Ottolini era gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição, e cavalleiro da de Leopoldo da Belgica.

Ouca. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Roufe, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ S. Miguel, de Sôza, conc. de Vagos, distr. de Aveiro.

Ouçada. Pov. na freg. de Santa Maria, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Oucias. Pov. na freg. de S. Thiago, de Carralcova, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr de Vianna do Castello.

Oucidres. Pov. e freg. de Santo André, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 110 fog. e 486 hab. Tem est. post. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Vinhaes a Chaves. O papa e a mitra apresentavam alternativamente o reitor, que tinha 250$000 réis de rendimento. Foi commenda da ordem de Christo. No monte das Arcas, d'esta freg. ha vestigios de edificios romanos. Havia outra freguezia do mesmo nome, tendo por orago Santa Maria, a qual, por ser muito pequena, foi unida a esta no principio do seculo XIX. Era apresentada pelo reitor de Santo André, de Oucidres. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Ouguella (*Carlos Ramiro Coutinho, 3.º barão de Barcellinhos e 1.º visconde de*). Moço fidalgo com exercicio no paço, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, ouvidor do Conselho d'Estado, advogado inscripto no Supremo Tribunal de Justiça, ajudante e substituto honorario do Procurador Geral da Fazenda Nacional, proprietario, etc. N. em Lisboa a 30 de julho de 1830, onde tambem fal. a 5 de janeiro de 1897. Era filho de Ricardo Sylles Coutinho, negociante da praça de Lisboa, e de sua mulher, D. Rosa Maxima da Silva Coutinho. Revelando desde a infancia dotes de elevada intelligencia, foi destinado por seus paes a seguir a carreira das lettras, cursando em Coimbra os estudos juridicos, em cujo curso foi sempre distincto estudante, recebendo alguns premios. Depois da sua formatura foi nomeado delegado do procurador régio na comarca de Mafra; em 18‸6, pediu e obteve a sua exoneração, preferindo entregar-se completamente á advocacia, para a qual o chamava a sua vocação. Salientou-se distinctamente no fôro como defensor do réo André Turnes, accusado de ter assassinado seu patrão, o conselheiro Ildefonso Bayard. Ainda em outras causas importantes se evidenciou, manifestando as suas grandes faculdades de orador e de jurisconsulto. A politica, porém, attrahia-o com as suas seductoras fascinações, e não tardou a que fôsse eleito deputado em algumas legislaturas, e n'esta qualidade fez parte da commissão de reforma da legislação commercial. Espirito de grande cultura, professava idéas rasgadamente democraticas, e tanto nas associações como na imprensa, tornou-se um valente campeão d'essas idéas, escrevendo ao lado de Santos Silva, Sousa Brandão, Vieira da Silva e Lopes de Mendonça. A introducção que escreveu em 1852 ao livro de Santos Silva *Revista Historico-Politica de Portugal desde o ministerio do marquez de Pombal até 1842*, é uma affirmação enthusiastica das suas idéas socialistas, que mais tarde ainda confirmou no seu livro *O Proletariado europeu*, obra mais cuidada, resultado dos annos, entrando no periodo da philosophia da politica. Em 26 de novembro de 1860 casou com D. Rita Soares d'Olivei-

Visconde de Ouguella

ra, viuva do 1.º e do 2.º barão de Barcellinhos, sendo Carlos Ramiro Coutinho o seu terceiro marido, e por esse facto foi agraciado com o referido titulo por decreto de 8 de fevereiro de 1864. Figurou na politica com o brilho do seu talento, e na tribuna parlamentar a sua figura sympathica e distincta attrahia as assembléas. Deixou o seu logar de substituto do procurador geral da fazenda, para se entregar aos negocios de sua casa, accrescidos com os bens que lhe vieram pelo seu casamento. Por decreto de 31 de maio de 1868 recebeu o titulo de visconde de Ouguella. Em 1872, os acontecimentos politicos em que se envolveu, levaram-n'o á prisão, sendo accusado de conspirar contra as instituições. Não se produzindo, porém, provas bastantes para ser condemnado, foi posto em liberdade e absolvido. O desgosto que lhe causou este facto o obrigou a retirar á vida particular, abandonando a politica. Desde creança fôra muito dedicado ás lides litterarias e jornalisticas. Aos 17 annos, sendo ainda estudante de preparatorios, já escrevia na

Illustração, jornal litterario de Teixeira de Vasconcellos, que principiou a publicar-se em 1846, confessando já n'esses escriptos, com todo o fogo da mocidade, as suas idéas democraticas. Tambem lhe mereceu especial dedicação o principio associativo, trabalhando para a fundação de associações, de que o Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas foi prova. Collaborou no *Patriota*, *Revolução de Setembro*, *Seculo* e *Civilisação*. Além do que fica mencionado escreveu: *Defeza do réo André Turnes perante o juizo do primeiro districto criminal*, Lisboa, 1856; *Os salões*, obra de grande merito litterario e de fina critica; *Questões sociaes*; *Gil Vicente*, estudo importante do poeta e da sua epoca. No espirito do visconde Ouguella notaram-se estas contradicções: amando a democracia popular, fez-se nobre, e sendo grão-mestre da maçonaria viveu e morreu como um crente, no seio da egreja catholica apostolica romana. Possuia as seguintes distincções estrangeiras: gran-cruz da ordem de Nichan Iftikar, de Tunes; commendador da de Carlos III, e cavalleiro da de Izabel a Catholica, ordens hespanholas.

Ouguella. Villa e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. do Alemtejo, conc. de Campo Maior, comarca de Elvas, distr. de Portalegre, arceb. de Evora; 720 fog. e 3:013 hab., comprehendendo os da freg. de S. João Baptista, de Campo Maior, á qual está annexada civilmente. Tem correio com serviço de posta rural, e Misericordia. A villa fica extramuros da cidade de Campo Maior, na distancia de 12 k. Está situada no alto d'um escarpado monte, na margem direita da ribeira de Abrilongo, proximo da fronteira de Hespanha. O papa e a mitra apresentavam alternativamente o prior, que tenha 130$000 réis de rendimento. A pov. é muito antiga, e segundo alguns escriptores, foi cidade romana, com o nome de *Budua*, e no tempo dos gôdos, com o de *Niguella*. Passou para o dominio de Portugal, em 1297, no reinado d'el-rei D. Diniz, juntamente com Olivença e Campo Maior, em virtude do tratado de paz celebrado em 12 de setembro d'esse anno, em Alcanices (V. *Olivença* e *Campo Maior*). Já então era praça de guerra, cercada de muralhas e defendida por um castello, mas como estavam muito arruinadas, assim como o castello, D. Diniz mandou reedificar tudo em 1299, ou 1300. Este monarcha lhe deu foral com todos os privilegios dos de Evora, em Lisboa, 5 de janeiro de 1298 El rei D. Manuel deu-lhe foral novo, tambem em em Lisboa, no 1.º de junho de 1512. Tem ainda uma sentença de foral dada por D. João III, em Lisboa, a 10 de novembro de 1 35. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas, principalmente em vinho e azeite. Cria muito gado, sobretudo suino, e é abundante de caça. Junto ao rio Sévera, ou *Xévora*, que passa proximo da villa, está a egreja do Salvador, que foi mosteiro dos templarios. N'esta egreja existe a imagem de N. S.ª da Enxára, a que são attribuidos muitos milagres. Tambem passa nas proximidades da villa o rio Abrilongo Junto da egreja matriz brota uma nascente d'agua minero-medicinal, bastante notavel por ser a unica que em Portugal contém azotatos. As aguas são frias, gazozas, limpidas, crystalinas, inodoras e de sabor aspero custoso de supportar Deixam sobrenadar uma certa porção d'uma substancia oleosa quando são recebidas em vasilha de vidro, ficando esta embaciada como se tivesse contido gordura ou leite. Não cósem legumes nem carne, e matam os peixes, insectos ou vermes que n'ellas se deitem. Em 1867 fôram estas aguas analysadas pelo dr. Agostinho Vicente Lourenço. Usam-se na origem ou a distancia, sendo muito notavel a exportação que em garrafas se faz para Hespanha. São applicadas nas debilidades do estomago, vomitos pertinazes d'ellas procedidos, hydropesias, e para a expulsão de vermes intestinaes, incluindo a tenia ou solitaria. O dr. Francisco Tavares, medico de D Maria I, nas suas *Instrucções e cautelas praticas*, etc., publicadas em 1810, trata circumstanciadamente ácêrca d'estas aguas, a a pag. 160. Tambem tratam d'estas aguas: *Nota sobre a virtude tenifuga da agua mineral de Ouguella*, na *Gazeta Medica do Porto*, tomo II, pag. 240; *Noticia de algumas aguas mineraes na provincia do Alemtejo*, por Francisco d'Assumpção, na referida *Gazeta Medica*, tomo III, pag. 239; *Exame da agua mineral de Ouguella*, no referido jornal, tomo IV, pag. 12. N'um edificio arruinado da villa foi encontrada uma pedra de fórma cylindrica (o pedestal de uma cruz) com a seguinte inscripção:

NA ERA DE 1475, DURANTE A CÉLEBRE
BATALHA ENTRE PORTUGAL E CASTELLA,
SE ENCONTRARAM N'ESTE LOGAR, JOÃO
DA SILVA, CAMARE RO-MÓR DO PRINCIPE
D. JOÃO, O SEGUNDO, E JOÃO FERNANDES
GALINDO, O TERCEIRO MESTRE D'ALCANTARA,
SENDO AMBOS CAPITÃES. E DO ENCONTRO
MORRERAM AMBOS; O MESTRE,
LOGO, E JOÃO DA SILVA, AOS XXVIII
DIAS: E DIOGO DA SILVA, BISNETO DE
JOÃO DA SILVA, PASSANDO POR AQUI,
EMBAIXADOR AO CONCILIO TRIDENTINO,
MANDOU FAZER ESTA CRUZ
ERA DE 1551 ANNOS

João da Silva era alcaide mór de Ouguella, e João Fernandes Galindo alcaide-mór da villa d'Albuquerque, Hespanha. N'este sitio tiveram ambos estes cavalleiros um desafio singular, no qual ambos morreram, fóra das muralhas d'esta villa, o que a inscripção relata. Este facto passou-se, quando se deu a batalha de Toro, provocada por D. Affonso V, que á força d'armas quiz sustentar os direitos de sua segunda mulher, a infanta D. Joanna, a *excellente senhora*, á corôa de Castella. Ouguella foi tomada por D. João d'Austria no decurso da guerra de 1662, e 100 annos depois, em 1762, adquiriu um nome glorioso pela valentia inexcedivel com que Braz de Carvalho, capitão de cavallaria, se defendeu ali d'um ataque dos hespanhoes. A villa pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes.

Oula. Pequena ilha do archipelago de Bijagoz, na costa da Guiné, Africa Occidental. Está cercada de recifes.

Oura. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 193 fog. e 712 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. A pov. dista 13 k. da séde do conc., e está situada em terreno levemente accidentado, nas margens da ribeira do seu nome, que vae desaguar na mar-

gem esquerda do rio Tamega. O reitor de Moreiras apresentava o vigario, que tinha 20$000 réis de congrua e o pé d'altar. Esta freg. produz bom vinho verde. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Ouraça. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Carvalho, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Ourado. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Balazar, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || O Salvado, de Nogueiró, conc. e distr. de Braga || O Salvador, de Real, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Comba, de Regilde, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Ouraes. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Raiva, conc. de Castello de Paiva, districto de Aveiro.

Oural. Pov. da freg. do Salvador, de Castellões de Cepeda, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Ourassa. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Regueira de Pontes, conc. e distr. de Leiria.

Ouréga. Denominação por que tambem é conhecida a freg. de Tourega, da prov. do Alemtejo. V. *Touréga*.

Ourem *(Condes de)*. A antiga villa de Ourem foi constituida em condado por el rei D. Fernando I, sendo o 1.º conde D. João Affonso Tello de Menezes, 5.º conde de Barcellos, por carta passada em Santarem, a 5 de janeiro de 1370. O 2.º conde d'este titulo foi o conde João Fernandes d'Andeiro, valido da rainha D. Leonor Telles, mulher de D. Fernando I, por carta do anno de 1381. Andeiro era um fidalgo da Galliza, que se tornou celebre pelos seus escandalosos amores com a referida rainha. (V. *Portugal*, I vol., pag. 486 em *Andeiro*, e no vol. IV, pag. 171 e seguintes em *D. Leonor Telles)*. O 3.º conde foi D. Nuno Alvares Pereira, a quem D. João I deu o senhorio de Ourem e o titulo de conde, pelos serviços prestados na batalha d'Aljubarrota. (V. *Alvares Pereira, D. Nuno;* no *Portugal*, vol. I. pag. 370 e seguintes*)*. O 4.º conde foi D. Affonso, filho bastardo de D. João I e de Ignez Pires Esteves, o qual casou com D. Beatriz Pereira Alvim, filha do condestavel D. Nuno Alvares Pereira. Foi o 9.º conde de Barcellos e o 1.º duque de Bragança *(V. estes titulos)*. O 5.º conde foi D. Affonso, filho do 4.º conde de Ourem e 1.º duque de Bragança, neto do grande condestavel D. Nuno Alvares Pereira. D. Affonso V, em 11 de outubro de 1451 lhe deu o titulo de marquez de Valença. Sendo este o 1.º titulo de marquez que se deu em Portugal *(V. Valença)*. Fallecendo sem successão passou o titulo para seu irmão D. Fernando, que foi o 6.º conde de Ourem e o 2.º duque de Bragança *(V. este titulo)*. Desde então o titulo de conde de Ourem ficou incorporado na Casa de Bragança.

Ourem Villa e freguezia de N. S.ª da Visitação, da prov. da Extremadura, conc. e com de V. N. de Ourem, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 984 fog. e 4:517 hab. Está situada no alto d'um monte de difficil accesso, no centro d'um extenso e profundo valle, sem outra alguma elevação proxima, o que faz esta pov. sobremaneira saudavel. Fica a 1 k. da margem esquerda da ribeira de Ceiça, e a 2 da séde do conc. D'aqui se avistam, não só os vastos territorios da prov. da Extremadura, como da Beira e do Alemtejo. Vêem-se terras de tres bispados: Coimbra, Guarda e Portalegre, do patriarchado e da prelazia de Thomar, o rio Tejo, as serras da Estrella e de Marvão, etc. A Casa de Bragança apresentava o prior, que tinha 675$000 réis de rendimento, além das benesses, fazendo tudo uns 800$000 réis. Ourem pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras, obrigações e vales. Não é conhecida a historia d'esta villa anteriormente á monarchia portugueza, apenas consta ter sido uma povoação importante no tempo dos gôdos, com o nome de *Abdegas,* tendo caido no poder dos arabes em 715. Não se encontram mais noticias até ao anno de 10?7, em que foi tomada aos moiros por Fernando Magno. e que estes a tornaram a possuir até ao anno de 1136, em que D. Affonso Henriques a conquistou, conservando-se então sempre em poder de Portugal. Pretende-se que foi este monarcha quem fundou o castello, torres e muralhas, mas segundo a opinião de alguns escriptores, parece mais provavel que os moiros, attendendo á importancia estrategica d'este ponto, já o tivessem fortificado, e que D. Affonso Henriques sómente o reedificasse, ampliando os muros da primitiva circumvallação.

Brazão d'armas da villa de Ourem

A villa é toda cercada de muralhas; tinha duas portas principaes e ao norte um postigo, com o nome de *postigo da Sé*, por estar proximo da fachada d'um templo assim denominado. D'este postigo ha já muitos annos que nem existem vestigios. As portas eram: a *da Villa*, a E, com dois arcos, proximo um do outro; a outra a de *Santarem*, a SO. Abaixo d'esta porta havia outra, encostada a um revelim. Viam-se tambem torres, communicando todas por galerias subterraneas, tendo a ultima d'estas torres, que ficava no ponto mais baixo das fortificações do lado E, uma escadaria de numerosos degraus, que em caso de perigo, dava saida para o sitio de Valle Bom, que fica ao sopé do monte, para o lado S. D'este mesmo lado, entre as duas ultimas torres, existia a chamada *porta da traição*. Durante a guerra civil de 1832 a 1834, os miguelistas, occupando a villa, pretenderam melhorar as fortificações, como adeante se dirá, mas hoje está tudo em ruinas. A pouca distancia da povoação erguia-se o majestoso castello, ficando-lhe ao S uma explanada que serviu de praça d'armas, no alto cume do monte, cercado de muralhas, com uma porta a E defendida por um revelim. Na frente ficava-lhe uma torre, e para o lado direito uma vasta planicie, cercando o monte, que tambem foi cercado de muralhas. Edificou-se depois aqui uma egreja

dedicada a S. Thiago, que foi matriz d'uma freguezia, mas hoje apenas existo o nome de *largo de S. Thiago*, no local onde ella esteve. Ourem foi a primeira terra portugueza que os nossos reis deram a seus filhos, pois que D. Affonso Henriques a doou em 1158 a sua filha D. Therereza, que em 1184 casou com o conde de Flandres Filippe d'Alsacia. Foi esta senhora, em 1180, que deu o primeiro foral á villa, que depois D. Affonso II confirmou, em Coimbra, em novembro de 1217. El-rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 6 de maio de 1515. Ourem teve uma sentença sobre este foral, em 12 de fevereiro de 1530 D. Pedro II concedeu lhe foral novissimo em Lisboa, a 6 de julho de 1695. E' esta uma das poucas terras do continente que possuem d'estes foraes. D. Affonso Henriques e sua filha D. Thereza esmeraram-se em tornar Ourem uma praça inconquistavel. Era tão temida esta fortaleza, que o Miramolim de Marrocos, ajudado por Albujaque e outros emires, vindo com um temeroso exercito sobre Portugal, em 1185, caiu sobre Torres Novas, que saqueou e destruiu arrazando-lhe o castello, e não se atrevendo a atacar Ourem, foi pôr cêrco a Santarem, onde estava D. Sancho, mais tarde rei D. Sancho I, mas ali encontrou a sua total ruina, porque D. Affonso Henriques marchou logo de Coimbra em defeza de seu filho, e tão furiosa batalha se travou contra os moiros, a 10 de julho d'esse anno, que o Miramolim morreu no combate, e o exercito ficou anniquilado, deixando em poder dos vencedores os despojos riquissimos, fructo dos saques que tinham feito. Dizem que foi a primeira donataria da villa a infanta D. Thereza, que trocou o antigo nome de *Abdegas* em *Ourem*, em memoria e honra d'uma heroina do seu tempo, de quem se tornara amiga, uma gentil moira, chamada *Fatima*, que o esforçado Gonçalo Hermingues, o *Traga moiros*, n'uma correria que fez por terras de infieis no anno de 1170, captivara nas visinhanças d'Almada, onde ella vivia. Ambos se apaixonaram; a joven moira converteu se ao Christianismo tomando o nome de *Oriana*. Casaram e vieram viver para esta villa, onde nascera Gonçalo Hermingues, que ficou chamando-se *Oriana*. e que por corrupção se tornou em *Ourem*. Esta tradição é duvidosa para muitos escriptores. (V. *Hermingues*, *Portugal*, vol. III, pag. 915). Foi segunda donataria de Ourem a rainha D Mecia Lopes de Haro, mulher de D. Sancho II; continuou a sêl-o, mesmo depois da deposição de seu marido, a 6 de setembro de 1245, e ainda depois da sua morte, succedida a 4 de junho de 1248. O conde de Bolonha, depois D. Affonso III, ou confirmou a doação de seu irmão, ou deixou sua cunhada gozar em paz este senhorio. O povo, porém, desesperado pelo mau governo de D. Sancho II, e contra a rainha, a quem tornavam a principal culpada, amotinou se a tal ponto, que os revolucionarios commandados por D. Raymundo Viegas Porto-Carrero, avançaram até Coimbra, onde estava a côrte, e ali reunidos ao povo da cidade, arrebataram D. Mecia, trazendo a para Ourem, encerrando-a no castello d'esta praça. Em 1256 ainda a rainha ali se conservava, passando depois á Galliza (V. *D. Mecia Lopes de Haro*, *Portugal*, vol. IV, pag. 950). O senhorio de Ourem conservou se no dominio da corôa até 1282, em que el rei D. Diniz, casando com a rainha Santa Izabel, lhe deu muitas villas, sendo Ourem uma d'ellas. O infante D. Affonso, irmão de D. Diniz disputou-lhe a corôa, allegando que este era filho adulterino, por ter nascido ainda em vida da condessa de Bolonha D. Mathilde. Santa Izabel congraçou os dois irmãos, e D. Affonso entregou ao rei todos os castellos e senhorios da fronteira do Alemtejo, recebendo em troca os senhorios de Ourem e Cintra. Fallecendo D. Affonso em 1315, sua filha D. Izabel pretendeu succeder no senhorio d'esta villa, como legitima herdeira de seu pae. O rei oppôz-se, houve litigio, as partes commetteram a decisão a juizes arbitros, que fôram os bispos de Lisboa, Coimbra e Evora, os quaes deram a sentença contra D. Izabel, e Ourem voltou para a corôa. Por fallecimento de D Affonso IV, em 28 de maio de 1357, seu filho D. Pedro I fez doação do senhorio de Ourem a sua mãe, a rainha viuva D. Brites, que a possuiu emquanto viveu. Em 1 84 era alcaide-mór de Ourem o conde de Barcellos D. Affonso Tello de Menezes, irmão de D. Leonor Telles, que seguiu o partido de D. João I, de Castella. D. Lopo Dias de Sousa, mestre da ordem de Aviz, que seguia o partido de D. João mestre de Aviz, veiu com os seus cavalleiros a Ourem na intenção de persuadir o alcaide a abandonar o partido de Castella, porém D. Affonso lhe fechou as portas. Então D. Lopo, indignado, lhe escalou as muralhas e entrou na villa. O alcaide fugiu, e foi unir se aos castelhanos, e D. Lopo reduziu a guarnição ao partido do Mestre. N'uma vasta planicie, chamada *Alvejáres*, a 2 k. a O da villa, acampou em 11 de agosto de 1385 el-rei D. João I e o condestavel D. Nuno Alvares Pereira com o seu exercito, vindo de Thomar, para darem a batalha d'Aljubarrota, que se realisou no dia 14, e logo em 18 o condestavel voltou a Ourem, a dar graças a N. S.ª da Purificação, de Ceiça, que é quasi no fim da ribeira de Ourem, 6 k. a E d'esta villa. A jornada do condestavel foi para cumprir o voto que fizera áquella imagem de vir em romaria dar lhe graças pela victoria, se a alcançasse. N'esta jornada passou pelos valles de Calca-Terra, caminho fragoso, por entre elevados montes, a 6 k. de Ourem, e ouviu uns tristes gemidos, que saiam d'umas brenhas. Dirigiu-se ao sitio, e achou um castelhano, que escapara perigosamente ferido da batalha d'Aljubarrota, nos braços de sua mulher. Mandou desmontar um dos seus creados e collocar o ferido com as maiores precauções e caridade, e o levou até á pequena aldeia de Pédélla, que depois se chamou *Aldeia da Cruz*, na ribeira, logo abaixo do monte de Ourem, mandando o ahi curar. O castelhano recuperou a saude, e D. Nuno lhe mandou fazer casas para habitar com sua mulher, junto do mesmo logar. Ao local onde estas casas existiram, se dá hoje o nome de Casella, e seus filhos tomaram o nome de *Castelhanos*. Tambem consta, por tradição, que n'esta jornada, chegando o condestavel a um sitio, hoje chamado *Regato*, entre Ourem e a Aldeia da Cruz, e proximo ao rio que corre pelo meio da ribeira, teve a noticia de estar mortalmente ferido seu irmão Pedro Alvares Pereira, que tinha tomado o partido de D João I, de Castella. Confirmada depois esta noticia mandou fazer suffragios por alma do irmão, e determinou que no sitio do Regato, onde tivera a primeira noticia, se collocasse para memoria

uma cruz. Esta cruz por varias vezes caiu e foi reconstruida, porém só d'ella existe o pedestal, e d'ella provém o nome de *Aldeia da Cruz,* que é hoje *Villa Nova de Ourem*, onde está a séde do conc. assim denominado. Era costume arvorar-se aqui a cruz da collegiada de Ourem, pôr-se o cabido em habitos canonicaes, e cantar um responso por alma de Pedro Alvares Pereira, com assistencia da camara e povo, que iam cumprir o voto á Senhora da Ceiça. Voltando o condestavel da romaria, tomou posse, no mesmo dia, do senhorio de Ourem, de que D. João I lhe fizera mercê. No dia seguinte foi para o sitio, hoje chamado *S. Jorge*, em cujo logar estivera a bandeira real no dia da batalha, e ali mandou edificar uma capella com a invocação de *N. S.ª da Victoria, e de S. Jorge*, por ser este santo tomado como padroeiro de Portugal desde a batalha d'Aljubarrota. Depois de construido o convento de N. S.ª da Victoria da Batalha, só se dá a esta capella o nome de *S. Jorge*. Na villa de Ourem existia na encosta do monte, o convento de Santo Antonio, da provincia da Soledade, cuja fundação principiou em 1600, pelos irmãos da confraria de Santo Antonio, de Ourem, concorrendo tambem com avultadas esmolas D. Thedosio, 7.º duque de Bragança, que ficou sendo seu padrociro, passando este padroado para a Corôa desde o 1.º de dezembro de 1640. D. João V mandou, em 1749, reconstruir o côro e o frontispicio da egreja, na qual está a seguinte inscripção em latim, cuja traducção é a seguinte: *Causar-te-ha admiração vêr uma obra tão rica, onde se professa pobreza perpetua; porém não é para admirar, sabendo que a excelsa majestade de D. João V mandou fazer esta rica e primorosa obra.* No convento, que está hoje em ruinas, se fundou o hospital da Misericordia, que se vê agora installado n'um bello edificio, legado para esse fim por uma illustre familia de appellido Almeida, á entrada da villa de Ourem, com o titulo de *Hospital de Santo Agostinho*. Logo abaixo d'este convento, na estrada que desce para a ponte da Corredoura, esteve até 1800 a *Fonte dos Namorados*, fóra do portão da quinta d'este nome, que depois foi do capitão-mór Antonio Castellino, tendo sobre a bica esta inscripção:

ESTA OBRA MANDOU FAZER, VIDAL HOMEM
Á CUSTA DO POVO, NO ANNO DE 1571.

D'esta fonte já nem vestigios existem. Na extensa planicie dos Alvejáres existia a antiga capella de S. Sebastião, entre a corrente dos dois rios, um que vem da *Silveira*, trazendo as aguas da fonte do Azambujal, que fica ao S; outro, dos valles de *Calca-Terra*, que fica a O, os quaes se juntam passada a capella. Esta capella foi incendiada pelos francezes em 1810. Os portuguezes dos primeiros tempos da monarchia acharam tão agradavel o sitio e o termo de Ourem que em 1220 já a villa contava quatro parochias, pertencentes ao convento *scalabitano* (de Santarem), eram: *Santa Maria, S. Pedro, S. Thiago* e *S. João Baptista*. Em 1445, o conde d'Ourem D. Affonso, depois 1.º marquez de Valença, neto de D. João I e filho primogenito do 1.º duque de Bragança D. Affonso, impetrou e obteve do papa Eugenio IV uma bulla para unir todos os beneficios das quatro parochias, tendo antes, cada uma, 1 prior e 6 beneficiados, e o priorado de Freixiandas, que ficou vigararia, sendo depois curato. D. Affonso edificou logo a egreja de N. S.ª das Misericordias, sumptuoso templo e séde da real collegiada do seu titulo, e hoje unica matriz da villa com o titulo de *N. S.ª da Visitação*. Tem o côro na capella-mór, e n'elle se celebravam todos os dias os officios divinos pelo prior, chantre, thesoureiro-mór, 10 conegos, 2 capellães do cabido, e mais 5 instituidos pelo conego que foi d'esta collegiada, Antonio Henriques, pelos annos de 1652. Tinha 6 meninos de côro. Quando se construiu a egreja subia se para a porta principal por 7 degraus, mas por causa dos entulhos causados pelo terremoto de 1755, só 5 ficaram descobertos. Do corpo da egreja para a capella-mór ha 5 degraus. Do pavimento do côro, por duas portas que tinha aos lados das escadas por onde para elle se subia, desciam-se 15 degraus para uma sumptuosa capella, que debaixo do mesmo côro e capella mór, destinou o fundador para seu jazigo; sustentando a abobada d'esta capella 6 grandes columnas, entre as quaes se levanta uma urna magnifica de optimo marmore branco, primorosamente lavrada, onde se guardam as cinzas do mencionado conde d'Ourem D. Affonso, cuja effigie está deitada sobre ella, em vulto majestoso. Em volta da urna, n'uma faxa que fica por baixo da cimalha, se lê, em formosos caracteres gothicos, esta inscripção: «Aqui jaz o illustre principe D. Affonso, marquez de Valença, conde de Ourem, primogenito de D. Affonso, duque de Bragança e conde de Barcellos; e neto de el rei D. João, de gloriosa memoria, e do virtuoso e de grandes virtudes, D. Nuno Alvares Pereira, condestavel de Portugal, que falleceu em vida de seu pae, antes de lhe dar a dita herança, de que era herdeiro, o qual foi fundador d'esta egreja, em que jaz; cuja fama e feitos, hoje e este dia florescem. Finou-se a 19 dias do mez de agosto, do anno de N. Sr. Jesus Christo de 1614.» Todos os mezes ia o cabido a esta capella cantar uma missa por alma do fundador. O templo soffreu graves prejuizos com o terremoto de 1755. Abateu completamente, ficando as imagens debaixo do entulho das suas ruinas, as quaes fôram depois desenterradas por devotos. Tambem caiu a urna de prata, que encerrava n'um sacrario, sobre o altar da capella-mór, a cabeça de Santa Thereza, que todos as annos era exposta á veneração do povo, em 3 de setembro, no altar das almas, debaixo do qual, n'uma arca de pedra, jazia o corpo da mesma santa, que viera para aqui da egreja de S. Thiago. Esta santa era natural de Ourem, tendo nascido no logar do Azambujal. Foi Antonio Pereira, homem do sitio dos Valles, proximo da villa, quem desenterrou a imagem da Santa, ajudado por outras pessoas. A santa foi achada sem a minima lesão, e levada para a capella de Santo Amaro, ao pé da villa, que escapou ao terremoto. Passados poucos annos o bacharel José Gomes, natural de Ourem, mandou fazer uma nova imagem, que foi collocada na capella das Almas da collegiada, depois de reconstruida. Fez-se novo sacrario, no altar de S. José, para se depositar a cabeça da santa e o precioso relicario, que o fundador dera á collegiada, enriquecido de varias reliquias de grande veneração, que ainda hoje existe. El-rei D. José I, como administrador da Casa de Bragança,

ordenou a reedificação da egreja, principiando as obras em janeiro de 1758, e terminando em novembro de 1770, em cujo anno se trasladou para ali o Santissimo Sacramento e o cabido, com assistencia da camara, nobreza e povo. Espavorido o povo de Ourem com o terremoto de 1755 fugiu da villa, indo procurar abrigo pelas povoações visinhas. Os conegos fôram para a Aldeia da Cruz, e fizeram côro na capella d'este logar, onde celebraram os officios divinos durante 6 mezes. Depois se levantou um côro de madeira na capella-mór da Misericordia, e se mudaram para ella até ao complemento da reedificação da sua collegiada. O Santissimo Sacramento esteve na capella de S. José, que serviu provisoriamente de egreja parochial, menos para os baptismos, que eram feitos na Misericordia. A primitiva collegiada, antes do terremoto, tinha uma só porta principal, com uma primorosa fachada, sendo as paredes interiores revestidas de bons azulejos. Para o S havia uma porta travessa, que era a principal da freg. de Santa Maria, quando na villa existiam as 4 parochias. Escapou das ruinas a capella do fundador, que estava debaixo do altar-mór, o côro, a imagem da padroeira, o sacrario, o citado relicario, a cabeça de Santa Thereza, pois caindo o tecto, só ficou de pé o que estava sobre estes objectos. Em 17 de novembro de 1810 foi Ourem invadida pelas tropas francezas do general Massena, que saquearam a villa e praticaram as maiores atrocidades. Todos os habitantes fugiram, andando escondidos pelos montes, emquanto os invasores ali se conservaram. Os francezes fôram ao mausoléo de D Affonso e despedaçaram grande parte dos ornatos, espalhando as cinzas venerandas que ali jaziam. Afinal, o bravo exercito anglo-luso expulsou de Portugal Massena e o seu exercito, que entrou em desordem na Hespanha a 15 de abril de 1810. Os habitantes regressaram então ás suas casas, que encontraram saqueadas e algumas destruidas. O conego Joaquim Honorio Henriques de Oliveira, apenas se recolheu, fez á sua custa concertar a urna funeraria, como foi possivel, e ajudado pelos conegos Manuel Honorio d'Oliveira e Carlos Joaquim de Sousa, recolheram as cinzas que lhes foi possivel encontrar do fundador da collegiada, que fôram guardadas n'um pequeno cofre, ficando este dentro da urna, gravando se-lhe uma longa inscripção latina, explicando este facto A urna profanada fôra mandada construir por D. Fernando II, duque de Bragança, sobrinho do fundador do templo, mas fallecendo antes de estar prompta, D João II a mandou concluir, sendo para ali trasladado em 8 de junho de 1487 o cadaver, d'uma capella da egreja de Santa Maria, de Thomar, onde tinha sido sepultado. Os francezes no seu vandalismo, em 1810, haviam deixado da egreja da collegiada apenas as paredes e o tecto, despojando-a de todas as alfaias, que a enriqueciam, mas pouco a pouco, o templo tornou ao seu antigo esplendor. Em 24 de abril de 1834 foi esta villa occupada por 700 homens do exercito realista, quando já Leiria estava em poder dos liberaes, e principiaram a reedificar parte das antigas fortificações e a construir algumas trincheiras. No largo chamado vulgarmente *Postigo da Sé*, onde, n'uma grande extensão já não havia muralha, formou-se um parapeito de terra, com seu fosso, assestando ali uma peça de calibre 3, e outra na praça. Em varios sitios, onde a muralha não era tão alta, fizeram-se tambem alguns fossos, escavando se os alicerces por tal modo, que no inverno seguinte caíram por terra alguns lanços da antiga muralha. Fecharam-se as portas do E e SO com grossas portas de madeira. Do lado de fóra da porta SO, *porta de Santarem*, havia aos lados uns assentos de pedra, que tambem fôram arrancados. Ainda esta imperfeita fórma das fortificações estava bastante atrazada, quando a 13 de maio d'esse anno de 1834 appareceu na frente da villa uma columna liberal. Os realistas correm ás trincheiras e dispararam alguns tiros inuteis. Por fim tiveram de capitular, e no dia 17 já tremulava a bandeira constitucional na mais alta torre do castello. Terminada a guerra foi suspenso o prior da collegiada e quasi todos os conegos, ficando a egreja fechada, abrindo se apenas nos dias santificados. Em janeiro de 1835, por ordem superior, foi removido o antigo hospital, que existia no centro villa para o edificio do convento de Santo Antonio. A collegiada de Ourem foi extincta em 1834. Esta historica villa tão importante caiu em grande decadencia. No dia 5 de dezembro de 1841 foi a Aldeia da Cruz elevada á categoria de villa, com a denominação de *V. N. de Ourem*, e a séde de concelho, mudando-se para ella os tribunaes, justiças, autoridades e empregados publicos da velha Ourem. Em 1834 era o senhorio e condado de Ourem da Casa de Bragança Extinctos os direitos senhoriaes, pelo decreto de 13 agosto de 1832, e deixando de existir os padroados, pelo artigo 75.º da Carta Constitucional, ficou sendo o condado de Ourem um titulo meramente honorario Na torre de SO do castello foi esculpido um brazão d'armas, que representa uma aguia com as azas abertas, tendo uma corôa no collo e sustentando nas garras as quinas portuguezas. Estas armas, que são as mais antigas, diz-se terem sido dadas por D. Thereza, primeira douataria da villa. As segundas armas, esculpidas sobre a porta de Santarem, ao N, representam cinco escudos das quinas em cruz, como nas armas reaes, no canto superior da direita um crescente, no da esquerda uma estrella, e por baixo das quinas tres torres sendo a do meio mais pequena Consta que estas armas fôram dadas pela rainha D. Mecia Lopes de Haro, e que são as proprias da villa Mas ha ainda um outro brazão d'armas, que representa: em campo branco uma aguia negra entre dois escudos das quinas, e sobre estes, d'um lado uma estrella e do outro um crescente. Parece que são estas as armas officiaes da villa, pois na Torre do Tombo não se sabe da existencia de outras. Um outro brazão, como este, foi esculpido em 1620 no pelourinho da praça velha da villa. São estas as armas do actual concelho. A villa de Ourem tinha voto em côrtes com assento no banco 14.º Os seus terços tambem acompanharam na funesta batalha d'Alcacer-Kibir, em agosto de 1578, o duque de Barcellos, filho do duque de Bragança. O seu chefe caiu em poder dos moiros, e os ourienses morreram, na maior parte, na batalha, ficando captivos os restantes. ‖ Ribeira que se fórma pela agglomeração das aguas de differentes riachos, banha os ferteis campos que rodeiam a villa de Ourem por baixo da Ponte dos Cone-

gos, depois os campos de Chão de Maçãs, onde tem outra ponte, e entra finalmente no rio Nabão, affluente do Zezere, indo, com este rio desaguar no Tejo.

Ourentã. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. do Douro, conc. e com. de Cantanhede, distr. e bispado de Coimbra; 240 fog e 852 hab. Tem esc. do sexo masc., correio com serviço de posta rural, e fabrica de telha. A pov. dista 4 k. da séde do conc. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas. Muito bom vinho. Cria gado de toda a qualidade. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria.

Ourentella. Pov. na freg. de Santo André, de Cardinhã, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Ouressa. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr de Coimbra.

Ouriçaes. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Pias, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Ouriçosa. Povoações nas freguezias: S. João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Ul, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Ouril. Pov. na freg. de S. Paio, de Segunde, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Ourilhe. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Celorico de Basto, distr. e arceb de Braga; 86 fog. e 353 hab. Tem esc. do sexo fem. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e fica situada a 8 k. da margem direita do rio Tamega. Está annexada para todos os effeitos ecclesiasticos á freg. de Mollares. O abbade de Santa Senhorinha, de Cabeceiras de Basto, apresentava o vigario, que tinha 80$000 réis de congrua e o pé d'altar A terra é fertil, tem grande abundancia de gado de toda a qualidade, peixe do rio Tamega, e caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19 com a séde em Chaves.

Ourique. Villa da prov. de Alemtejo, séde de conc e de com., distr. e bispado de Beja, Relação de Lisboa. Tem uma só freg., S. Salvador. Está situada na extremidade sul da referida provincia, sobre um monte de pouca elevação, junto da margem direita do rio Sado, d'onde se domina a planicie chamada *Campo de Ourique*, na aba da serra do Caldeirão, ou do Mú, e a 51 k. da séde do districto. Pertence á 4.ª div. mil, 8.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro. Tem Misericordia, hospital, escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales, cobrança de recibos, lettras, obrigações e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. S; estação na linha do caminho de ferro do Sul e Sueste, entre as de Casével e Panoias; agencias bancarias, de annuncios, publicações e jornaes; agente da *Companhia Geral de Seguros e Fomento Agricola, Douro, Fidelidade, Previdencia, Internacional Portuense, Portugal, Tagus e Equitativa dos Estados Unidos da America;* associações: *Caixa escolar protectora dos alumnos* e *Centro Republicano;* hospedarias, medico, pharmacias, notario, diversos estabelecimentos, feira a 28 e 29 de setembro, conhecida pela *Feira de Ourique;* a de S. Braz a 3 de fevereiro, e a dos *Passos*, no 2.º domingo da quaresma. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o prior, que tinha diversos generos e 20$000 réis em dinheiro. A pov. é muito antiga, mas ignora-se quando, e por quem foi fundada. Já existia, comtudo, no tempo do dominio dos moiros, e diz-se que fôram elles que edificaram o seu castello. Depois da batalha chamavam-lhe *Orik*, palavra arabe que significa infortunio, adversidade, desgraça; até esse dia ignora-se o nome que lhe davam. Na *Evora Gloriosa*, do P. Francisco da Fonseca, diz se que o nome de *Ourique* provém das minas de ouro, que existiam n'estes sitios. No *Portugal antigo e moderno*, de Pinho Leal, vol. VI, pag. 341, fala-se d'uma veiga denominada *Campo de Ouro*. O senhorio e commenda de Ourique pertenceu á ordem militar de S. Thiago, cujos cavalleiros ajudaram muito aos reis de Portugal a fazer grandes conquistas no Alemtejo e no Algarve. A commenda de Ourique andava na casa dos condes de Unhão. El-rei D. Diniz lhe deu foral, em Beja, a 8 de janeiro de 1290; outros dizem que foi o mestre da ordem de S. Thiago, e que o rei só o confirmou. El-rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Santarem, e 20 de setembro de 1510, confirmando e ampliando os privilegios do antigo. Junto da villa se estende o vasto campo onde se deu a batalha contra os moiros, em 1139, *(V. o artigo seguinte)*. Ourique tinha voto em côrtes com assento no 15.º banco. As suas armas são: Em campo de sangue um guerreiro vestido de ferro, tendo levantado o braço direito, empunhando a espada, montado n'um cavallo, sobre terra firme. Na parte superior do escudo vê-se uma torre em cada angulo, tendo sobre uma o crescente e sobre a outra uma estrella, tudo de prata. No termo de Ourique ha as capellas de *S. Sebastião, S. Luiz, N. S.ª do Castello, S. Braz, S. Lourenço* e *N. S.ª da Colla*. Perto da villa está a ermida de S. Romão, abbade, onde está sepultado, sendo de grande veneração para o povo. André de Rezende, nas suas *Antiguidades de Portugal*, liv. 4.º, pag. 280, falando da antiga cidade, ou villa, de Colla, quando em companhia d'el-rei D. Sebastião foi vêr o campo de Ourique em 1573, diz: «Colla esteve em o meio da provincia de Ourique, não muito longe de *Mesegena (*Messejana*)* fundada entre montes» Diz ignorar se esta tal cidade ou villa tomára o nome, que hoje tem, dos montes entre os quaes se havia fundado. Era uma pov. ampla, o que se vê pelo ambito dos seus muros, de que ha bastantes vestigios; assim como das torres que defendiam esses muros, tudo obra de grosseira construcção. Já existia no tempo dos romanos, o que se prova pelos cippos e memorias que teem sido aqui encontrados. Era difficil e perigosa a entrada para esta pov., e por isso de facil defeza. Suppõe Rezende que foi pov. importante no tempo dos godos, e que os arabes a destruiram em 715 ou 716. Hoje existe apenas a egreja de N. S.ª da Colla, que fica a 12 k. de Ourique, a cujo conc. pertence. Esta egreja representa a mais remota antiguidade, e suppõe-se ter sido freguezia antes da invasão dos moiros. Existe aqui uma torre muito arruinada, onde Rezende encontrou uma formosa lapide de marmore branco, embutida na parede, com uma inscripção latina, cuja traducção é a seguinte: «Caio Minicio, filho de Caio Lemonia Jubato, tribuno da decima legião dobrada, ao qual na guerra contra

Viriato, quasi morto, com muitas feridas; o imperador Caio Unimano deixou pelo julgar morto. Eburio, soldado lusitano, compadecido d'elle, o levantou e fez curar; porém viveu poucos dias, e morreu triste, porque o não trataram ao modo que se costuma com os romanos.» Esta lapide foi para o museu Cenaculo, de Evora. A' porta da egreja via-se um grande cippo, entre algumas columnas, lançadas no chão, e que tinham sido ornato do mesmo cippo. Antigamente faziam se duas festas annuaes a N. S.ª da Colla, a 1.ª n'uma das oitavas da Paschoa, a 2.ª no dia da Natividade, a 8 de setembro, sendo ambas muito concorridas. Hoje ainda se faz uma romaria a 8 e 9 de setembro. Pelos arrabaldes da villa passam as ribeiras de Cóbres e Tergis, que depois de uni das vão morrer no Guadiana, com 60 k. de curso. São atravessadas por uma ponte de cantaria. Ainda no termo de Ourique nasce o rio de S. Romão, que entra no Sado, em Porto-de-Rei. E' o mais caudaloso dos tres. O territorio do concelho é fertil em cereaes, fructas, azeite, vinho e outros generos agricolas. Cria se bastante gado, sobretudo suino, e os seus montes teem muita caça. O concelho é abundante de minas de metaes e metaloides. Na quinta do Valle do Alcaide, situada nos arredores da villa, ha uma nascente muito abundante de aguas mineraes, boas para o tratamento de molestias cutaneas. D. João IV mandou erigir na villa de Ourique um padrão, que ainda hoje existe, na praça de D. Diniz, á porta do antigo tribunal judicial, do qual consta que o rei e as côrtes geraes ficaram tributarios á real capella de Villa Viçosa de cincoenta cruzados em ouro annuaes, jurando defender que a Mãe de Deus fôra preservada do peccado original. Padrão egual foi erigido em todas as cabeças de comarca do paiz. Por este facto se vê, que já então Ourique era cabeça de comarca, que conservou até 1865, em que a séde se transferiu para Almodovar, transferencia justificada, porque a comarca abrangia todos os territorios dos concelhos de Mertola, Castro Verde e Ourique, sendo por isso a villa de Almodovar o ponto mais central. Feita nova divisão comarcã, como se vê do mappa approvado por decreto de 15 de dezembro de 1874, passou Ourique a ser novamente cabeça de comarca, fazendo parte d'ella os concelhos de Almodovar e Castro Verde, e a freg. de Messejana no conc. de Aljustrel. As mesmas razões que tinham presidido para fazerem Almodovar séde de comarca, quando esta era composta dos concelhos de Mertola, Castro Verde e Ourique, fizeram com que, retirado o conc. de Mertola para formar uma comarca, passasse a séde para Ourique, por ser o ponto mais central de todos os concelhos que a acompanham. Interesses politicos fizeram com que o partido progressista transferisse para Almodovar, por decreto de 24 de dezembro de 1898, a séde de comarca, mas ultimamente voltou para Ourique, onde se conserva. Durante muitos annos, e quando muito podia progredir, manteve-se Ourique sem melhoramentos de qualidade alguma, devido á falta de iniciativa dos seus habitantes; mas desde 1877, e muito principalmente nos ultimos annos, tem-se feito n'esta villa obras de alto valor, sendo as principaes: o edificio para o tribunal judicial e outras repartições publicas, em que a camara despendeu 15:192$000 réis, total de dois emprestimos contrahidos com a Companhia Geral de Credito Predial Portuguez; o edificio do hospital da Misericordia com boas accommodações para doentes e pessoal de enfermaria, além de excellente mobiliario; o theatro *Sousa Telles*, construido por iniciativa do juiz de direito o dr. Manuel Borges de Sousa Telles. Em Ourique começou a publicar-se em 4 de agosto de 1898 *O Campo de Ourique*, ainda em publicação em janeiro de 1908. O conc. compõe-se de 6 freguezias, com 2:181 fog. e 9:254 hab., sendo 4:863 do sexo masc. e 4:391 do fem., n'uma superficie de 81:505 hect.. As freguezias são: N. S.ª da Conceição, de Conceição, 675 hab.: 365 do sexo masc. e 310 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Garvão, 734 hab.: 391 do sexo masc. e 343 do fem.; S. Salvador, de Ourique, 3:771 hab.: 1:960 do sexo masc. e 1:865 do fem.; S. Pedro, de Panoias, 1:087 hab.: 607 do sexo masc. e 480 do fem.; Sant'Anna, de Sant'Anna da Serra, 2:237 hab.: 1:198 do sexo masc. e 1:039 do fem.; Santa Luzia, 750 hab.: 396 do sexo masc. e 354 do fem.. A freg. de S. Martinho das Amoreiras, que pertencia a este conc., foi annexada ao de Odemira para effeitos administrativos e judiciaes, por lei de 17 de agosto de 1899. O principal commercio do conc. é cortiça, gado suino, caprino, bovino, cereaes, cêra, telha, tijolo e cal. Os logares mais importantes são: Aldeia de Palheiros, Aldeia dos Grandaços e a Aldeia das Alcorias.

Brazão d'armas da villa de Ourique

Ourique *(Batalha de)*. Os *alfaquis* moiros, por ordem de Ismario, ou Ismar, poderoso rei de Hespanha, que sob as ordens do Miramolim de Marrocos dominava varios outros reis da Peninsula, mandou *apregoar gazúa*, isto é, incitar os povos á guerra, tanto na Africa como na Hespanha e Portugal. Ao poderoso Irmario se juntaram os reis moiros de Silves, Merida, Sevilha e Badajoz; Al-Athar, senhor e alcaide de Lisboa, Ben-Aduf, senhor de Algecira, e mais 20 emires, com um poderosissimo exercito, que alguns historiadores dizem constar de 600:000 homens, e outros elevam a 900:000. Ha tambem historiadores que dizem constar o exercito moirisco de 120:000 homens. O que não admitte duvida é ser enorme o exercito moirisco, e que os chefes, confiando no numero e na valentia dos combatentes, tinham a victoria como certa. D. Affonso Henriques, que já havia obtido gloriosas victorias em 6 batalhas contra os moiros, organisou o seu exercito, cujo commando elle proprio assumiu na vanguarda, o qual se compunha de 300 ginetes e 3:000 infantes escolhidos. A retaguarda, com egual numero de ginetes e de infantes, a confiou a D. Lourenço Viegas e a D. Gonçalo de Sousa. A ala direita commandava-a Martim Moniz, e a esquerda Mem Moniz, tendo cada uma 200 ginetes e 2:000 infantes. Foi no sitio chamado *Cabêço de Rei*, que

Ismario com os seus 15 regulos e todo o exercito agareno, estava acampado, quando D. Affonso Henriques chegou com o seu exercito. No dia 25 de julho de 1139, antes de começar a batalha, dizem alguns chronistas que os chefes e exercito acclamaram por seu rei a D. Affonso Henriques, pois na sua pessoa se reuniam todas as grandes qualidades para ser o chefe supremo, a quem todos deviam cegamente obedecer. O enthusiasmo no arraial era enorme, e sob o commando d'um tal chefe, tão bravo e destemido em todos os recontros que tinha affrontado, a victoria não podia deixar de lhe pertencer. Os moiros investiram os portuguezes, e o alferes mór Pero Paes avançou agitando a bandeira D. Affonso Henriques, calando a viseira, arremetteu só, ao moiro que vinha na frente, que era o rei de Silves, homem de estatura agigantada e de grandes forças, porém D. Affonso o varou de lado a lado com a lança, o que animou muito os portuguezes e aterrou os moiros. A' vista d'este exemplo de bravura, o exercito portuguez arremetteu impetuosamente o inimigo, que o poz em debandada Chegando, porém, o rei de Badajoz com o seu exercito aguerrido, envolveu D. Affonso e os seus, pretendendo repellil-os, mas acudiram lhe logo os tres chefes portuguezes com a sua gente, fazendo nos moiros horrorosa carnificina. No maior furor da peleja, e depois de ter praticado prodigios de bravura, foi morto Mem Moniz, chefe da ala esquerda. Então Lourenço Viegas, vendo morto seu irmão, atirou-se ao inimigo, mais como leão furioso, do que como soldado valente, e vingou heroicamente a morte do joven guerreiro. As mesmas façanhas praticou D Gonçalo de Sousa, vendo morrer D. Diogo Gonçalves, seu primo; finalmente, cada portuguez era um heroe, distinguindo se entre todos D Affonso Henriques. Era, porém, tão espantoso o numero dos moiros, que a batalha esteve indecisa grande parte do dia, sendo tantos os mortos e feridos, que o campo se tornou um lago de sangue, e os cavallos mal se podiam mover. Ismario e seu sobrinho Homar Atagor, á frente d'um escolhido esquadrão de cavallaria, fazia nos nossos cruel destroço, e D. Affonso Henriques, juntando a gente que pôde, tão energicamente os investiu que matou o sobrinho de Ismario, e este e os reis de Merida e Sevilha deveram a vida á velocidade dos seus cavallos. Os moiros, vendo fugir os chefes, trataram tambem de os imitar, mas os nossos os fôram perseguindo fazendo horrivel matança, não cessando a perseguição senão com a noite. Os portuguezes estiveram tres dias no campo da batalha, segundo o costume d'aquelles tempos, descançando das fadigas, tratando de curar os feridos e de enterrar os mortos do seu exercito. Os despojos fôram immensos e riquissimos, não querendo D. Affonso para si mais do que 19 bandeiras, e innumeravel cópia de pendões e galhardetes, que mandou pendurar pelas egrejas. Quando, passados os tres dias, o exercito se dispunha a abandonar o campo, caiu uma chuva torrencial, que lavando a planicie do sangue que a ensopava, tingiu as aguas dos rios Côbres e Tergis, chegando ao Guadiana, onde vão desaguar estes dois rios já reunidos. Tão assombroso feito não podia deixar de impressionar a alma portugueza tão propensa ao mysticismo. Formou se a lenda de que Christo apparecera, na vespera da batalha, a Affonso Henriques, estando este em oração, garantindo-lhe a victoria. Chronistas piedosos recolheram esta lenda, que gerações successivas acreditaram. Outros historiadores apresentam outra versão; dizem que nas vesperas da batalha, Christo apparecera a um eremita, chamado Virgilio Pires d'Almeida, annunciando-lhe a victoria, e que fôra o santo varão quem transmittira esta noticia a Affonso Henriques. Sobre a batalha de Ourique muito se tem escripto. Historiadores e chronistas, tanto antigos como modernos, são de parecer que a batalha constitue uma lenda baseada unicamente na tradição fanatica dos portuguezes, accrescentada com o milagre da apparição de Christo. E para documentarem o seu asserto citam opiniões e addazem argumentos que reputam irrespondiveis. Por seu lado, os que pensam de differente modo, apresentam tambem os seus argumentos e citações. O que se póde affirmar, porém, é que effectivamente a batalha de Ourique se deu, pouca ou nenhuma importancia teve para a fundação da monarchia, como pretendem alguns historiadores. E tanto é certo, que d'essa batalha não resultou a consolidação da monarchia, que as fronteiras ficaram taes quaes existiam, não se conquistando um palmo de terra a mais do que a que se havia já conquistado Com relação ao titulo de rei, parece provado que Affonso Henriques só o tomou em 1140, porque é de abril d'esse anno o primeiro documento em que usa tal titulo. Em 1139 ainda figura como infante. Alexandre Herculano, negando na sua *Historia de Portugal* o milagre de Ourique, levantou contra si as iras do clero, que fortemente o atacou, tanto em folhetos como em jornaes religiosos, e até nos proprios pulpitos, a que Alexandre Herculano respondeu com toda a energia em 4 folhetos que publicou, com o titulo: *Eu e o clero*, carta ao patriarcha de Lisboa; *Considerações pacificas ao redactor da «Nação»;* duas cartas a Magessi Tavares, intituladas: *Solemnia Verba*. A'cêrca do milagre de Ourique escreveu Antonio Serpa Pimentel um drama em 5 actos, *O Astrologo*, que se representou no theatro de D. Maria II.

Ourives. Fabricante, ou vendedor, de artefactos de ouro ou prata. No antigo regimen dos officios distinguiam-se os *ourives de ouro* dos *de prata*, ou *prateiros*, tendo cada um seu regimento e arruamento especial. Em Lisboa determinou el-rei D. Manuel, por alvará de 19 de abril de 1514, que os ourives da prata tivessem arruamento exclusivo na rua da Ourivesaria, desde a Cerearia até á porta da egreja da Magdalena. Os ourives do ouro tinham arruamento na rua Nova d'El Rei, juntamente com os joalheiros e lapidarios; mais tarde, não cabendo já ali, fôram tambem estabelecendo-se pela rua dos Douradores. A confraria dos prateiros era antiquissima, datando do seculo XIII Os ourives não estavam embandeirados, isto é, sujeitos a bandeira com outros officios; constituiam corporações distinctas, dando cada uma um delegado á Casa dos Vinte e Quatro. Ambas tinham por patrono a Santo Eloi, sendo assim denominado o hospital que os ourives da prata levantaram no largo dos Loios. Dos ourives do ouro, como dos da prata, encontram-se no archivo municipal de Lisboa os respectivos regimentos reformados em 1572, e o primeiro está publicado na integra no vol. XIV, pag.

200, dos *Elementos para a historia do municipio.* Do segundo, por se encontrar ainda inedito, daremos adeante alguns extractos. Não desejando ser reputados officiaes mechanicos, os ourives do ouro e os da prata organisaram em 1707 um compromisso especial para se eximirem á jurisdicção do senado municipal, ao qual então competia contrastar as peças de ouro e prata. Nos referidos *Elementos* se pódem lêr numerosas indicações sobre estes officios, e principalmente no vol. V, pag. 567, vol. IX, pag. 288, e vol. XIV a pag. 200. Em 1551 havia em Lisboa 430 ourives; em 1620 eram 132, sendo 70 do ouro e 62 da prata; e em 1807 eram 264, sendo 159 do ouro e 105 da prata. Segundo o regimento do officio dos *ourivezes da prata*, reformado em 1572 por Duarte Nunes do Lião, eram os juizes e escrivão d'este officio, como os do ouro, eleitos de dois em dois annos, em dia de S. João, ao passo que estes cargos noutros officios eram eleitos annualmente em dia de S. Thomé. Os officiaes que saissem eleitos só podiam tornar a sel-o passados tres annos depois de findo o seu biennio. Destas eleições, etc., tratam os primeiros tres capitulos do regimento. Dos capitulos restantes transcrevemos, por mais curiosos, os seguintes: «Cap. IV. Nenhuma pessoa, assim natural como estrangeira, que do dito officio de ourives quizer uzar e pôr tenda, o poderá fazer sem primeiro ser examinado pelos ditos examinadores, que para isso fôrem eleitos. O qual exame se fará em casa de um dos ditos examinadores, qual elles entre si ordenarem, a que elles serão presentes, para que vejam se o tal official faz obra conveniente por que mereça ser approvado.—Cap. V. E a pessoa que fizer um gomil como o que adeante está debuxado, maior ou menor, bem feito e acabado, poderá ser examinado de toda a obra de martello e de chã, convém a saber: bacios de cozinha e de cortar, e poderá usar em sua tenda de toda a dita obra.—Cap. VI. E a pessoa que fizer outro gomil lavrado, como o que adeante está debuxado, bem feito e bem acabado, será examinado de toda a obra de martello e cinzel e bastiães, tirando imagens, e da dita obra poderá uzar em sua tenda.—Cap. VII. E a pessoa que fizer uma maçã de calix, como a que adeante vae debuxada, será examinada de toda a obra de maçanaria, convém a saber: cruzes, calizes, portapazes, bagos, turibulos, e assim todas as outras mais peças de maçanaria, e de todas ellas poderá pôr tenda.—Cap. VIII. E o que fizer uma imagem lavrada de cinzel de relevo, e uma chapa de prata de sua phantasia, ou contrafeita por outra, bem lavrada ou bem acabada, poderá uzar de todas as imagens e de toda a obra de cinzel.»—«Cap. XI. E ao que fôr examinado na maneira sobredita, e fôr havido por habil e pertencente para pôr tenda, lhe passarão sua carta de examinação, assignada pelos examinadores e feita pelo escrivão de seu cargo. A qual levarão á camara para lá ser vista, e confirmada, e se registar no livro em que taes cartas se registam.—Cap. XII. Da qual examinação o official, que se assim examinar, pagará trezentos réis, e sendo estrangeiro seiscentos réis, dos quaes serão as duas partes para as despezas do dito officio, e a terça parte para os examinadores.—Cap. XIII. E qualquer ourives que, d'aqui em deante, tenda puzer, sem primeiro ser examinado da maneira sobredita, será preso, e da cadeia, onde jazerá quinze dias, pagará dois mil réis, a metade para as obras da cidade, e a outra para quem o accusar; a mesma pena haverá qualquer official, não sendo examinado, que tomar obra do dito officio para fazer fóra da tenda do official examinado.» Os capitulos seguintes até XXX preceituavam, entre outras disposições regulamentares, que qualquer estrangeiro, que se quizesse examinar no officio de ourives da prata, tinha que trabalhar primeiro um anno com officiaes examinados, e só depois podia ser examinado, se tivesse dado provas de bom porte. O ourives, que não fizesse bom exame, só poderia ser admittido a novo acto d'ahi a seis mezes. Os juizes não podiam examinar por si sós, e o escrivão tinha voto de desempate. Não podiam examinar parentes ou creados, e n'este caso, quando elle se désse, seria nomeado para o exame pelo senado da camara um juiz dos do biennio anterior. Os dois juizes examinadores eleitos para o biennio serviriam: um d'elles no primeiro anno de marcar a prata, e no segundo anno de afilar os pezos, e outro de marear a prata, de maneira que cada um fizesse cada uma d'essas cousas separadamente no seu anno. Todas as peças feitas seriam marcadas pelo juiz antes de expostas á venda. Qualquer peça comprada pelo ourives, não sendo corrigida, não se venderia sem a marca do juiz. Este, verificando que a peça não estava bem feita, nem tinha o pezo da lei, a mandaria corrigir, se fôsse possivel, ou a quebraria no caso contrario. Se, por quaesquer motivos particulares, de malquerença ou animosidade contra o official, o juiz quebrasse sem razão a peça, teria que lhe pagar uma indemnisação. Aos juizes d'este officio não era permittido marcar barras, nem arruellas de prata, que só podiam ser marcadas pelo ensaiador da moeda. Se o juiz deixasse passar alguma peça que não devesse marcar, isto por qualquer interesse, pagaria de multa dez cruzados, metade para o officio e metade para quem o accusasse. Se o official ourives, a quem fôsse rejeitada uma peça pelo juiz, injuriasse este, de dito ou de feito, seria preso e da cadeia pagaria dez cruzados, além do que o senado da camara lhe daria qualquer outra pena, conforme o caso a requeresse. Os ourives não comprariam peças de prata nem de ouro a individuos suspeitos, devendo antes averiguar dos motivos da venda. A' primeira vez seria o ourives multado em dez cruzados e á segunda em cincoenta. Os juizes fariam correição pelas tendas de trinta em trinta dias, pelo menos, sob pena de dez cruzados de multa. Os ultimos capitulos (XXXI a XXXV) do regimento tratam do auxilio que as autoridades, e outros officiaes, deviam prestar aos juizes no exercicio das suas funcções. Este regimento foi alterado pela régia Resolução de 7 de janeiro de 1808 sobre consulta do senado da camara, e vigorou até ao anno de 1834, em que foi extincta a Casa dos Vinte e Quatro *(V. este nome)*. Lisboa, Coimbra e Guimarães tiveram sempre muitos e habeis ourives. O Porto é desde alguns tempos o centro artistico mais activo e importante da ourivesaria portugueza. Dos ourives de Coimbra sabe-se que em 1538 fundaram na egreja de S. Thiago uma confraria com capella propria, da invocação de Santo Eloi, seu patrono, na qual ainda existe a inscripção seguinte: *Esta capela he dos ourives*

desta cidade tanto dos de ouro como os de prata. Nas seis sepulturas da capella, e em tres proximas, se enterravam exclusivamente os ourives, suas mulheres e filhos solteiros. Segundo o compromisso da confraria devia haver todos os annos, em dia de Santo Eloi, no 1.º de dezembro, missa cantada e sermão, estando a egreja armada; e em todas as primeiras segundas feiras de cada mez haveria missa rezada. Decorridos annos alterou-se o dia da festa, que passou a ser na primeira oitava do Natal. No dia seguinte ao da festa annual deveriam reunir-se os ourives na sua capella, e ahi elegeriam os officiaes que haviam de servir no anno seguinte. Cada official de ourives era obrigado a dar annualmente dois arrateis de cêra. D'essa cêra mandariam o juiz, escrivão e mordomo fazer as tochas, que no dia do Corpo de Deus eram levadas na procissão, e a que sobejasse se gastaria na capella. Todo o ourives que se examinasse, e puzesse tenda, tinha de dar dois arrateis de cêra para a capella de Santo Eloi. Quando houvesse inimizade entre alguns confrades, o juiz e officiaes deviam trabalhar para que quando se juntassem na capella se tornassem amigos. Pelas disposições dos seus regimentos tambem em Coimbra eram distinctos os officios de ourives do ouro e da prata, não podendo um fazer o trabalho do outro. Os conflictos, que esta divisão do trabalho e do material originou em varias cidades do reino, tambem se déram em Coimbra, como se prova pelo requerimento seguinte, que, em 1669, apresentaram os ourives do ouro ao senado da sua cidade, contra os ourives da prata: «Dizem os ourives do ouro d'esta cidade de Coimbra que em todas as cidades, villas e logares d'este reino, são distinctos os officios de ourives do ouro, dos da prata, e nem aquelles pódem obrar prata, nem vendel-a, nem estes ouro; e pelo contrario se faz n'esta cidade, de poucos annos a esta parte, porque o sobredito se observava, e agora alguns ourives da prata estão lavrando ouro e vendendo-o, como se este fôsse o seu officio, e o mesmo fazem os do ouro, vendendo e lavrando prata. E porque a este senado pertence prover neste negocio, e que cada um official obre no officio para que sómente foi examinado, e para que teve licença d'este senado, para pôr tenda: P. a Vossas Mercês mandem que todos os ourives sejam notificados, com pena de 50 cruzados, que os da prata não vendam ouro, nem o obrem, nem os do ouro prata, para venderem, com pena tambem de se lhes tomar por perdido o que se achar a cada um obrado, ou vendido, fóra do que para cada um foi examinado. E. R. M.» Com cinco assignaturas. Pelo regimento da procissão do Corpo de Deus feito em 1517 eram os ourives de Coimbra obrigados a pagar duas das tochas que tinham de ir na procissão. No archivo municipal da mesma cidade guardam-se muitas cartas de examinação de officiaes de ourives do ouro e da prata nos seculos XVI ao XIX, e entre ellas uma carta de privilegios do ourives da Universidade no seculo XVII. Do seculo anterior conhece-se no mesmo cargo o ourives Simão Ferreira, que em 1569 fez a elegante lampada de prata da capella da Universidade, peça muito graciosa e original. No livro do sr. dr. Sousa Viterbo, *Artes e artistas em Portugal*, cap. VI, citam-se numerosos ourives conimbricenses, o que mostra ter sido aquella cidade de importante centro artistico, sobretudo no seculo XVI, em que a Renascença deixou ali tão assignalada a sua passagem. Em Guimarães estiveram, naturalmente, os officios de ourives do ouro e da prata distinctos até que no seculo XVIII se reuniram, como se prova pelo Compromisso da sua confraria, intitulado: *Estatutos dos ourives de ouro e prata da villa de Guimarães que fizeram para o bom regimen do seu officio no anno de 1781 e motivos que tiveram os ourives de ouro e prata para estabecerem este compromisso.* Entre outras são muito interessantes as disposições seguintes, transcrevendo nós por extenso as que tiverem maior importancia: «Grandes males se teem originado nos ourives de ouro e prata que foram para esta villa abrir loja publica para exercitarem o seu officio, sem preceder exame, e mais circumstancias d'este compromisso, pelo que conformando-nos com o bom costume, determinamos que todo o ourives de ouro ou prata que vier de fóra d'esta villa e sua comarca, que não tiver nella aprendido, não poderá abrir tenda sem que mostre ao juiz e contraste do officio o seu exame que tenha feito legitimamente e sendo havido por bom, poderá pôr tenda, dando primeiro fiança na forma do capitulo IV, posto que seja casado, e dará para a fabrica da capella de Santo Eloi 5$600 réis, posto que examinado seja em outra qualquer parte do reino, ou de fóra d'elle; e fará termo de observar o conteudo n'este compromisso, e não se achando este exame bom, será novamente examinado pelo juiz e contraste d'esta villa, e, repugnando ser examinado, incorrerá nas penas impostas no capitulo II contra os que abrem tenda sem serem examinados.» Nenhum ourives poderia estabelecer-se nos arrabaldes da villa, sob pena de 20$000 réis de multa, afim de que as correições se fizessem sempre que fôsse preciso. Todo o ourives que tivesse aprendido em Guimarães, ainda que ali não fosse examinado, devia contribuir para a confraria. Outro capitulo trata da prompta obediencia que os ourives deviam ter ao seu juiz, correspondente em qualquer negocio que se mover pertencente á arte, para o que sejam chamados. «Para conhecimento dos ourives de ouro, ou de prata, que fizerem as obras, e se não atrevam a fazel-as, sem ser de prata de lei, ou do ouro pertencente. para não serem castigados, determinamos que os juizes do officio antes de darem licença ao examinado, mandarão que faça a sua marca, e lh'a mandarão registar no livro de registo, que para isso é destinado, cuja marca será registada em cobre, e estará em poder de um dos juizes pertencentes, e dando licença para exercitar o dito officio sem estar registada a dita marca serão condemnados os mesmos juizes em dois mil réis, cujos serão applicados para Santo Eloi.» Quando houvesse litigio, obras, despezas a fazer com o culto do santo patrono, ou a bem do officio, fintar-se-hiam os irmãos ourives, e se houvesse sobras seriam pagas certas despezas feitas com as viuvas do ourives. «Lembrando-nos das peças sagradas, que concertamos para as egrejas, como são custodias, calices, vasos e cruzes, a que devemos ter toda a veneração, e tratamento de reverencia por serem dedicados ao culto divino, e por esta causa adquirimos alguma nobreza, por esta se adquirir ou pela razão da pessoa, ou da causa: Determinamos uniformemente que d'aqui em

deante nenhum ourives de ouro ou prata possa tomar moço para eusinar o officio, ou ainda official, que seja de infecta nação, assim como moiro, judeu, mulato, apostata da nossa santa fé, ou penitente do Santo Officio, ou filho de homem vil, ou de outras similhantes qualidades; nem tambem ensinarão a estrangeiro algum, salvo se fôr catholico romano. para o que antes de o tomar para sua casa, ou moço ou official, se informará com toda a efficacia se tem algum dos ditos defeitos; e fazendo o contrario será condemnado pela primeira vez em tres arrobas de cêra para a capella do nosso santo Eloi, e será obrigado a logo lançar fóra o moço ou obreiro; e repugnando será obrigado a pagar a mesma condemnação em dobro para a mesma capella; e assim se lhe irão dobrando as condemnações até o expulsar fóra» «E outrosim declaramos que não sendo aprendizes ou obreiros dos comprehendidos neste capitulo supra, poderá qualquer ourives ter dois aprendizes, por não se perder e multiplicar a estimação da arte, e outrosim os não ensinarão em menos de oito annos, e obrando o contrario será obrigado o ourives mestre a pagar 10$000 réis de condemnação, e expulsará os mais aprendizes, ficando-se com dois, que debaixo da mesma pena os não ensinará menos do dito tempo, ainda que o ourives mestre tenha alguma conveniencia e ficará isento da dita condemnação, tendo passado tres annos.» «Tambem prohibimos aos aprendizes depois de acabarem o dito tempo dos oito annos, que possam abrir tenda sem primeiro terem tido dois annos de officiaes; e o juiz e contraste os não possam admittir a exame antes do referido tempo.» «E o ourives será obrigado a registar o assignado em casa do escrivão do officio, em livro que para isso terá destinado; cujo assignado tambem assignará o mesmo escrivão, para constar em como em sua casa foi registado; e tambem será obrigado a mostrar o dito assignado quando fôr requerido pelo juiz do officio. E o ourives mestre de ouro, ou prata, será obrigado a que o aprendiz logo dentro de trinta dias faça o seu assignado, e dentro do dito tempo o mostrará registado e assignado pelo escrivão, tudo debaixo da dita condemnação dos dois mil réis, que serão applicados para a fabrica da capella do nosso santo Eloi.» Nenhum ourives poderia tomar aprendiz saido de outro mestre sem averiguar da razão da saida, e se fôra por vontade do mestre, sob pena de 20$000 réis «D'aqui em deante todas as vezes que os ourives acabarem alguma peça, ou de prata ou de ouro, a levem a casa do ensaiador para a marcar, e outrosim os juizes do officio farão todas as correições que lhes parecer conveniente quando muito quizerem, e de obrigação quatro vezes no anno, e achando em casa de qualquer ourives de ouro ou prata algumas peças acabadas sem serem marcadas pelo ensaiador, posto que sejam de prata ou ouro de lei, ainda que não estejam na tenda, mas sim fechadas occultamente, serão condemnados por cada peça sem marca, tendo de pezo quatro onças para cima, em 400 réis, e passando de tres marcos, serão condemnados em dois mil réis; e pela segunda vez em dobro, e pela terceira em tresdobro; e assim se irá multiplicando a condemnação por cada vez, e conforme a qualidade da peça, e seu pezo, todas as vezes que, como fica dito, fôr achada sem a marca do ensaiador que para isso ha.» «E o juiz e o contraste, não fazendo a sua obrigação das quatro referidas correições, incorrerão na pena de quatro mil réis applicados para a fabrica do mesmo santo por cada vez que assim o não cumprirem; e esta pena se lhe impõe para os ditos não terem defeza que allegarem, quer por respeito da pessoa, ou temor de descortezia a deixarão de fazer, pois por esta causa lhe damos esta providencia, e havendo algum ourives que não lhe queira obedecer no acto da correição mandarão o juiz e contraste para fazer auto de desobediencia pelo seu escrivão, com testemunhas nomeadas, e o remetterão ao dr. juiz de fóra, ou ao ministro que lhe parecer melhor, para a execução das penas, para que este o castigue na pena de 20$000 réis.» Muitas d'estas disposições, a que estavam sujeitos os ourives vimaranenses, correspondem, como se póde vêr, aos regimentos acima apontados de Lisboa e Coimbra, e baseavam se tambem nas leis posteriores á collecção de 1572, que eram o alv. de 25 de fevereiro de 1669, regimentos de 9 de setembro de 1686, 13 de julho de 1689 e 10 de março de 1693. A disposição de que não podia ser ourives nenhum mulato, ou negro, nem indio, posto que fosse forro, provém do alv. de 20 de outubro de 1621. Posteriormente, em 12 de dezembro de 1791, foi confirmado o regimento dos ensaiadores e por decreto de 14 de julho de 1801 fôram designadas as peças que os ourives podiam vender.

Ourivesaria. Arte de valorisar artisticamente certos metaes reputados preciosos, segundo os paizes e as epocas. Differe da *joalharia*, porque esta fabrica especialmente objectos destinados a serem usados como adornos pessoaes, d'ouro ou prata, com ou sem engaste de pedras preciosas. Todavia a ourivesaria abrange modernamente tanto o fabrico das joias como o das baixellas e peças grandes de ornamento. As duas artes de joalheiro e de ourives acham se confundidas já no seculo XVI, em que o regimento do officio de ourives se refere a obras de joalheiro, e noutros documentos d'essa epoca se diz joalheiro o ourives que entende de pedraria. No entender dos autores, que teem estudado o assumpto, é a ourivesaria uma das artes ornamentaes que melhor e mais constantemente se tem desenvolvido em Portugal, sentindo-se bastante que esteja esquecida das suas tradições e sobretudo dos seus modelos. As antigas arrecadas muito largas e os corações empolados de filigrana tinham uma feição archaica, mas apresentavam um typo definido, um caracter artistico, que não teem as producções modernas. Muitas circumstancias actuaram em todos os tempos para que a ourivesaria tivesse sempre um grande desenvolvimento. O elemento civil e o elemento ecclesiastico cooperavam egualmente para esse florescimento artistico. Os nobres gostavam de ostentar as suas baixellas, e entre as classes remediadas era um systema de accumular economias. A riqueza dos lavradores contava-se não só pelos campos que possuiam, mas pelos grilhões de ouro que as filhas traziam ao pescoço, em dias de festa. A egreja era uma das melhores freguezas da ourivesaria. Em varias doações e testamentos da edade media apparece a cada instante a menção de objectos do culto, algumas vezes de prata ou ouro. O conde Sesuando le-

gou em 1087 duas terças partes dos seus vasos de prata á egreja de Mirleus, que elle fundara, para que se fizessem frontal, cruzes e calices. No mesmo anno Mouius Fromariguiz legou a S. Salvador do Paço de Sousa um *mensorium* de prata pura de 80 soldos e um elmo lavrado. Ainda no mesmo anno Didaci Fredariz legou á egreja episcopal de Coimbra um vaso de prata de 24 soldos. S. Geraldo, arcebispo de Braga, foi muito solicito com a sua egreja, mandando fazer calices e thuribulos de prata e muitos ornamentos. Depois da fundação da monarchia os reis fôram geralmente prodigos para com a egreja e bastava só D. Sancho I para dar que fazer aos ourives. Além de muitas dadivas, legou a cem tes manifestações artisticas, e que os seus productos, n'uma série quasi ininterrompida, assignalavam, como marcos miliarios, as phases evolucionistas da sua historia atravez dos seculos. Desde os singelos calices bizantinos de D. Mafalda até á custodia da Estrella — um primor de joalharia — não havia epoca ou escola artistica que não estivesse mais ou menos representada. Infelizmente toda essa obra é anonyma, porque os artistas raramente vincularam os seus nomes aos productos da sua officina. Se não fôra o testamento de D. Manuel não se saberia que fôra Gil Vicente o lavrante da admiravel custodia de Belem. Pelos documentos é que quasi sempre se teem identificado os nomes dos artistas com

Taça offerecida ao Brazil por el-rei D. Manuel II, executada nas officinas da joalharia Leitão

egrejas da invocação de Santa Maria outros tantos marcos de prata, para cada uma fazer o seu calix; o mesmo a cincoenta egrejas da invocação de S. Jorge. Alguns objectos d'essa epoca ainda se conservam, como adeante indicaremos. No seculo XVI as porcelanas da India e da China principiaram a substituir em parte as baixellas dos grandes, mas a ourivesaria não diminuiu, com se vê dos presentes que D. Manuel, e os seus successores, enviavam ao papa e a outros soberanos, tanto da Europa como do Oriente. Ao rei de Cananor entregou Vasco da Gama uma bella espada de ouro, cujos esmaltes o enlevaram. A exposição retrospectiva d'arte ornamental, realisada em Lisboa em 188 , mostrou que era a ourivesaria que levava a palma ás restantes as suas obras. As inscripções, que nellas se apresentam, são as mais das vezes equivocas, pois a phrase *me fecit* refere-se á pessoa que mandou fazer a obra e não ao artista que a executou. Assim succede, por exemplo, com um vaso sagrado, calix ou pyxide, que era do convento de Refoios de Lima, existente no thesouro da sé de Coimbra. São variadissimos os productos que a ourivesaria antiga deixou em Portugal, numa evolução curiosa da forma e do ornato. Na ourivesaria religiosa: calices, relicarios, custodias, cruzes, baculos, mitras, etc. Na ourivesaria profana as peças são innumeraveis, em ouro e prata, e com pedras preciosas; são escudelas de faldra e de orelhas, salseiros, oveiros, vinagreiras, almofias, tumadeiras, almaraxas, escalfadores,

confeiteiras, perfumadores, esquentadores, brazeiros, pomacaudis, alcaforciros, tachos de perfumar luvas, copas, taças, gomis, bacia d'agua ás mãos; muitos d'estes objectos de prata dourada e lavrada com bastiões, maças, chaparias de gualdrapa, andilhas, estribos, taboas de cavalgar guarnições de cavallo, com rosas, sostineutes e copos; cofrinhos, arrecadas, anneis, firmaes, pontas de ouro, broxas de livro, cadeias, guarnições de coifa, trancadeiras, crochets, cintas, tiras de cabeça, tiratestas, dormideiras de ouro para volantes, e as coutas variadissimas de filigrana moirisca. Os lavrantes de prata fabricavam salvas, castiçaes, faqueiros e outros objectos de prata rebatida e cinzelada Pelo antigo regimen do commercio a ourivesaria tinha os seus negociantes especiaes, os ourives-feirantes, que corriam o paiz, desde Traz-os-Montes até ao Algarve. De tantas preciosidades que a ourivesaria produziu ainda os museus e os thesouros particulares pódem dar testemunho valioso. No Gabinete da Ajuda conservam-se peças de excepcional merecimento, como é a custodia de Belem, feita com o ouro de Quiloa, a cruz de D. Sancho, um calix ricamente lavrado do seculo XVI, a cruz do Santo Lenho, pertencente á Casa de Bragança, etc. No Museu Nacional de Bellas Artes a collecção que ahi se patenteia é do maior alcance, pois representa numa série quasi successiva as diversas epocas e os diversos estylos: os referidos calices bizantinos de D. Mafalda, a cruz gotica de Alcobaça; o delicadissimo relicario de ouro, lindamente esmaltado, em forma de templosinho, mandado fazer pela rainha D. Leonor, e que era do convento da Madre de Deus; o embrincado porta paz do extincto convento do Espinheiro; a cruz de Belem, em estylo do Renascimento, tendo em alguns dos baixos relevos da base episodios da fabula. No thesouro da capella de S. João Baptista, em S. Roque, admira-se o trabalho dos estrangeiros Gagliardi, e outros, nas sumptuosas alfaias religiosas mandadas fazer para aquella capella por D. João V. Na Casa Real existe a baixella preciosa fabricada pelo ourives francez Germain, em Paris, no tempo d'el-rei D. José. No museu episcopal de Coimbra, admiram-se numerosas peças que pertenciam aos extinctos bispados de Aveiro e Leiria. Ali estão a formosa custodia de prata da sé conimbricense, em estylo gotico, de base hexagonal, sustentada por seis leões, mandada fazer pelo bispo D. Jorge d'Almeida, e um calix de prata dourada muito notavel. Na capella da Universidade a lampada de prata e as lanternas processionaes são de requintada elegancia. Em Guimarães existe a formosissima custodia da Collegiada, em prata dourada verdadeira rival da custodia dos Jeronymos com os seus graciosissimos tintinabulos, e muito mais antiga pois foi acabada, como nella se lê, na era de 1354. Desta egreja são tambem o magnifico tryptico hespanhol em estylo gotico, e a cruz processional no mesmo estylo. Na sé de Evora admiram se, entre outras alfaias preciosas, um bello calix de ouro e um formoso baculo de prata dourada ornado de pedras finas. Na Bibliotheca Publica da mesma cidade existe um valiosissimo tryptico de ouro esmaltado. A custodia da sé de Lisboa, toda de ouro, com pedras preciosas é de subido valor! A sé do Porto possuia no seculo XIV muitas alfaias de prata, das quaes D. João I tirou, para converter em moeda, varias peças com o pezo total de 416 marcos e 5 onças, e que decerto tinham merecimento artistico. Mas a obra principal de ourivesaria ali existente é o celebre altar todo forrado de prata feito no seculo XVII, obra grandiosa e de immenso valor, que se ergue desde o supedaneo até ao tecto. A Misericordia da mesma cidade possue, entre outras alfaias, um bello calix que era do convento de Arouca. A sé de Braga orgulha-se tambem de possuir no seu opulento thesouro um lindo calix com tintinabulos. Muitas das notaveis peças da antiga ourivesaria se encontram descriptas e acompanhadas de estampa em diversos logares d'este diccionario, pelo que as não reproduzimos aqui novamente. Pódem vêr-se, por exemplo: Custodia dos Jeronymos e cruz de D. Sancho I, V. no vol. I, pag. 108 e 109; Baculo da sé de Evora, no vol II, a pag. 14; Calix de prata dourada da sé de Coimbra, no vol. II, a pag. 628; Tryptico de Guimarães, no vol. III, a pag. 889, Mitra de prata do seculo XVII, no vol. IV, a pag. 1154). Da moderna ourivesaria diremos que ella se exerce especialmente no Porto e em Lisboa. Na primeira d'estas cidades é uma industria muito importante, com numerosas officinas, excellentemente montadas, fabricando magnificos artefactos no genero, que vão surtir todas as outras terras do paiz. São afamados os lavrantes de S. Cosme, de Gondomar e Fanzeres, perto d'aquella cidade, pelas subtis filigranas, eminentemente caracteristicas. Em Lisboa algumas obras notaveis de ourivesaria se teem ultimamente feito, mostrando um arrojo tanto da factura como da encommenda Para amostra reproduziremos a taça que el-rei D Carlos I tencionava offerecer ao Brazil por occasião da sua viagem, e que el-rei D. Manuel fez seguir com o mesmo destino a bordo do cruzador *D. Amelia* em julho de 1908. E' uma peça que, embora se inspire nos estylos da antiga architectura portugueza, documenta bem a nossa moderna ourivesaria. ‖ *Bibliographia: Ourivesaria*, cap. VI do livro *Artes e Artistas em Portugal*, por Sousa Viterbo, Lisboa, 1891. *Anneis, estudo*, por A. C. Teixeira de Aragão, Lisboa, 1887. *Album da exposição de Aveiro, ourivesaria e joialheria, religiosa e profana*, por Joaquim de Vasconcellos, Aveiro, 1883. *Historia da ourivesaria e joialheria portugueza* na *Revista da Sociedade de Instrucção do Porto, 1882*, e no *Boletim da Real Associação dos architectos e archeologos portuguezes* (1881-1884). *Toreutica*, na *Revista de Guimarães*, 1901.

Ouro V. *Mineração*.

Ouro. Povoações nas freguezias: S. Carlos Borromeu, de Fataunças, conc. do Vouzella, distr. de Vizeu. ‖ S. Martinho de Lordello do Ouro, bairro Occidental do Porto ‖ S. João Baptista e conc. do Cartaxo, distr. de Santarem. ‖ O Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, distr. do Porto. ‖ Rio do distr. de Villa Real. N. a 4 k. ao S da freg. de Salto, corre em pequena curvatura na direcção S, e entra no rio Basto, proximo da juncção d'este com o rio Tamega, depois de 15 k. de curso. ‖ Rio da ilha de S. Thomé, na prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. Tem a sua origem na lagôa Amelia, segue ao NE por um curso de 15 k., recebe varios affluentes na margem esquerda, e vae sair proximo da

praia Fernão Dias, ficando a sua foz a cêrca de 12 k. da cidade de S. Thomé. Este rio é um dos mais pittorescos da ilha; corre por entre coqueiros, rega e corta varias e importantes roças das freguezias de Guadalupe, Magdalena e Trindade, e tem fama as suas furnas, que merecem ser visitadas, bem como as suas encostas. A agua é excellente, e d'ella se abastecem os navios na praia Fernão Dias.

Orondo. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Covilhã, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 25 k. da séde do conc., e está situada nas proximidades da margem direita do rio Zezere, 1 a 500 m. da margem esquerda do rio Paul. O real padroado apresentava o prior, que tinha 1:0$000 réis de rendimento. A terra é pouco fertil em cereaes, mas cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus montes ha abundancia de caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Ourosinho. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov da Beira Alta, conc. de Penedono, com. de Mêda, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 161 fog. e 529 hab. Tem esc. do sexo fem., e estação post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada a 1 k. da margem esquerda da ribeira Teja. O administrador da capella de S. Nicolau, do claustro da sé de Lamego, apresentava o cura, que tinha 40$000 rés e o pé d'altar. O seu primitivo nome parece que foi *Ourondosinho*, e que depois, por abreviatura, se chamou *Ourosinho*. A terra é pouco fertil em cereaes, mas produz bom vinho, fructas, legumes e hortaliças; cria gado e e tem caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut, e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Ourosinho foi annexada ao conc. de Mêda, por decreto de 7 de setembro de 1895, que aboliu o de Penedono, mas voltou a este, por ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. || Serra do distr. de Vizeu. Está situada ao S de Penedono, em direcção NNO a SSE, e tem 15 k. de comprimento, 5 de largura, e 1:001 m. d'altura.

Ouroso. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Gemieira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Travanca, conc. de Oliveira de Azemeis, districto de Aveiro.

Ousarem Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Sobrosa, concelho de Paredes, districto do Porto.

Ousilhão. Pov. e freg. de Santo André, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Vinhaes, com., distr. e bisp. de Bragança; 100 fog. e 528 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada a 4 k. da margem esquerda do rio Tuella. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Oussandi. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, div. de Noqui, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental

Ousseira. V. *Osseira*.

Outão Povoações nas freguezias: S. Lourenço, de Arranhó, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Graça, de Graça, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, do mesmo distr. || O Salvador, de Trandeiras, conc. e districto de Braga.

Outão *(Sanatorio do)* E' na antiga torre de S. Thiago do Outão, situada á beira mar na entrada da barra de Setubal, que se estabeleceu este sanatorio da Assistencia Nacionalaos Tuberculosos, onde são tratadas creanças menores de 2 annos, attingidas pela terrivel doença da tuberculose. A Torre do Outão, depois de ter sido por tantos annos votada ao esquecimento, chamou as attenções publicas, tendo primeiro chamado a attenção do fallecido rei D. Carlos I. Este monarcha, sendo ainda principe herdeiro, fez varias viagens a Setubal, a bordo do hiate *D. Amelia*, e teve occasião de vêr a velha fortaleza e o seu aspecto militar, recordando os tempos em que os castellos em Portugal eram boas defezas contra os assaltos dos moiros e as ambições dos castelhanos. D. Carlos pensou em aproveitar a torre para estabelecer ali a sua residencia na estação balnear. No começo do anno de 1890 o governo mandou proceder a grandes obras, reconstruindo e restaurando algumas das casas que já não existiam, construindo outras, ligeiras, de madeira, a complementar os aposentos que faltavam para accommodar a familia real e a regia comitiva. As obras foram dirigidas pelo engenheiro Xavier da Silva, e em pouco tempo ficaram concluidas. A regia residencia foi decorada com todo o primor e sumptuosidade. Construiu-se uma pequena estrada marginal de macadam, para mais facil communicação com a cidade. Esta estrada constitue um dos mais agradaveis passeios pela variedade de panoramas que nos apresenta. A residencia real foi mais tarde aproveitada para ali se installar um dos sanatorios da Assistencia Nacional aos Tuberculosos. O edificio foi completamente transformado, e convenientemente adequado para o fim a que se propunha. Inaugurou-se a 6 de junho de 1900, com a maior solemnidade, assistindo toda a familia real, muitas pessoas da côrte, o director do sanatorio, o administrador do concelho e o presidente da camara municipal de Setubal, o conductor das obras publicas e director das obras da Torre do Outão, officialidade dos vapores *D. Amelia*, *Berrio* e *Lidador*, que transportaram os convidados, etc. A' porta da Torre fazia a guarda de honra uma força de infantaria n.º 17, com a respectiva banda. As creanças, então, eram 36, tendo vindo 4 dos asylos municipaes, 2 do Albergue das Creanças Abandonadas, e as restantes de varias procedencias, confiadas aos cuidados de 12 religiosas, dirigidas pela superiora, D. Thereza Saldanha (Rio Maior). O arcebispo de Mitylene procedeu á cerimonia da benção do edificio, espargindo agua benta por todas as suas dependencias. Durante a cerimonia religiosa, a rainha senhora D. Amelia percorreu com os seus convidados as diversas salas, mostrando os melhoramentos que tinham sido introduzidos no sanatorio. Nos espaçosos compartimentos cheios de luz e de ar, com varias portas de communicação, impunham-se pelo asseio e singeleza com que estavam revestidos os pequenos leitos cobertos com as suas colchas brancas, tendo aos pés um cabide de ferro para arrumação do fato das creanças. As enfermarias e os lavatorios, com as suas amplas bacias e outros

apetrechos, ficam no andar superior, notando-se o mesmo aspecto de asseio e commodidade. Em todos os pontos ha saidas para pequenos terraços ou largas janellas, d'onde se descobrem bellos horizontes, e em baixo a praia onde as creanças vão brincar. Posteriormente teem-se formado novas camaratas n'umas dependencias, dando logar á admissão de mais de 100 doentes. No pavimento inferior vêem-se os quartos das irmãs religiosas, muito simples, a despensa, a cozinha, com as paredes revestidas de azulejos, um largo fogão e os respectivos utensilios, dispostos na melhor ordem. Na esplanada estava armada uma mesa torneando as paredes, em que se serviu um lauto banquete, que terminou ás 5 horas da tarde, durante o qual tocou a banda de infantaria n.º 17. Terminado o banquete a familia real e os convidados regressaram a Lisboa. A Torre de S. Thiago do Outão está situada a 7 k de Setubal; assenta n'um contraforte da serra d'Arrabida, tempo de D. João IV, foi construida a bateria mais avançada, terminando algumas outras no reinado de D. Affonso VI, em 1657, sendo regente a rainha, sua mãe, D. Luiza de Gusmão. Quando se abriram os alicerces para o accrescentamento, fôram encontrados pedaços d'uma estatua de Neptuno e algumas moedas romanas dos imperadores Julio e Tiberio, ficando assim confirmada a tradição de que n'aquelle local existira um templo pagão, dedicado ao deus dos mares. A Torre de S. Thiago do Outão tem sido celebre na historia do paiz, principalmente na guerra da independencia em 1640. No anno de 1580 distinguiu-se ali Mendo da Motta, defendendo se dos ataques da esquadra castelhana, sendo a sua guarnição das ultimas a renderem-se ao governo castelhano. Depois da Restauração, rendeu-se a 17 de dezembro de 1640 ás forças que a cercavam, commandadas por João Gomes da Silva. Outão serviu de prisão a varios prisioneiros poli-

Sanatorio do Outão

em rochedo intromettido no mar, de fórma que as ondas batem constantemente as suas muralhas pelo lado sul e um pouco pelo nascente e pelo poente. Nas extensas baterias, abrigadas por grandes toldos, e n'um amplo *hangar*, estão os doentes ao ar livre durante o dia, tendo sido reservada uma ampla esplanada ao nascente, para n'ella se construir um lazareto, isolado, onde as creanças permanecerão durante a primeira semana de internato, afim de se verificar que não trazem outra doença infecciosa além da tuberculose. O Sanatorio do Outão é o primeiro estabelecimento que d'este genero se abriu em Portugal. A capella, da invocação de S. Thiago, tem magnifica obra de talha, e as paredes revestidas de azulejos, representando passos da vida d'aquelle santo. Foi fundada a fortaleza por D. João I, o Mestre de Aviz, em 1390, mas reconstruida e augmentada depois pelos monarchas D. Manuel e D. Sebastião. Em 1643, no ticos, e entre elles ao valente e honrado cabo de guerra Mathias d'Albuquerque, por suspeita de traição á patria. Do castello de Lisboa, para onde foi transferido, saiu illibado, depois de rigoroso exame por elle requerido aos seus actos. Foi á sua saida recebido em triumpho e no meio das mais ruidosas demonstrações de regosijo publico. Deu causa á suspeita ter um irmão em Castella, amigo intimo do marquez de Villa Real, um dos conspiradores, que fôram supplicíados em Lisboa a 28 de agosto de 16 1. El-rei deu plena satisfação ao nobre general, e em prova de inteira confiança o reintegrou no commando da provincia do Alemtejo, onde com brilhante exito continuou a distinguir-se, principalmente na batalha de Montijo. O pharol que antigamente estava collocado n'uma velha torre, fortificação attribuida aos moiros, foi transferido para Outão, por não ser bem visivel ao longe, quando os frequentes nevoeiros envolviam aquella parte da serra

d'Arrabida. O pharol é de segunda classe e de systema moderno, e a sua serventia é hoje feita por uma escada exterior. Está collocado na parte mais alta da torre.

freg. de S. Lourenço, de Prado, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Ilha Terceira; pov. na freg de S. Bartholomeu, de Regatos, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Torre do Outão, lado poente

Outeirada. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Outeiraes. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello || N. S.ª da Expectação, de Barconço, conc. de Mealhada, distr. de Aveiro.

Outeiral. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Adaúfe, conc. e distr de Braga. || S. Martinho, de Arada, conc. de Ovar, districto de Aveiro. || S. João Evangelista, de Athães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Thiago, de Atheães, do mesmo conc. e distr. || S. Pedro, de Britello, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || Santa Maria, de Dossãos, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Thiago, de Espargo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Pedro, de Gondarem, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Infesta, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga || S. Salvador, de Lama, concelho de Barcellos, do mesmo distr. || Santa Maria, de Lamaçães, conc. e distr. de Braga. || Santa Marinha, de Paradella, concelho de Barcellos, do mesmo distr. || S. Thiago, de Romarigães, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Ruivos, conc. de Ponte da Barca, do mesmo distr. || S. Mamede, de Serzedo, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Valladares, conc. de Mousão, distr. de Vianna do Castello. || S. Romão, de Villa Cova de Vez de Aviz, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Outeirão. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Nordeste Grande, conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo. || Pov. na

Outeirinho. Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves, de Abiúl, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Santa Maria, de Airães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto || S. Vicente, de Alfena, conc. de Vallongo, do mesmo distr || S. Pedro, de Bairro, conc. de Villa N. de Famalicão, distr. de Braga. || O Salvador, de Balazar, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Miguel, de Barrio, conc. de Ponte do Lima, distr de Vianna do Castello. || N. S.ª d'Assumpção, de Barrô, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. André, de Barroças e Tayas, conc. de Mousão. distr. de Vianna do Castello. || S. Cosme, de Besteiros, concelho de Paredes, distr. do Porto. || S. Thiago, de Burgães, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || O Salvador, de Cambezes, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Campo, conc. de Povoa do Lanhoso, distr. de Braga. || S. Martinho, de Cavallões, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || N. S.ª d'Assumpção, de Chelleiros, conc. de Mafra, distr. de Lisboa || O Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Thomé, de Covellas, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Pedro, de Ericeira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa || S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Fervença, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || O Salvador, de Figueiredo, conc. e distr. de Braga. || Santa Christina, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Pedro de France, conc. e distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Germunde, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Golães, conc. de Fafe, do mesmo distr. || Santa Maria, de Gondar, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Paio, de Gueeral, conc. de Barcellos, distr. de

Braga. || Santa Maria, de Lamas, conc. da Feira, districto de Aveiro. || S. Christovão, de Louredo, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Lucrecia, de Louro, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santo Adrião, de Macieira de Rates, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || N. S.ª do Rosario, de Marinha Grande, conc. e distr. de Leiria. || Santa Maria, de Maurellea, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Moreira, conc. de Monsão, districto de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Moreira de Castello, conc. de Celorico de Basto, districto de Braga. || S. Paio, de Moreira de Conegos, concelho de Guimarães, do mesmo distr. || S. Julião, de Moreira do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Sebastião, de Moiriscas, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || S. Vicente, de Paus, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Pedreira, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Thomé, de Prozello, conc. de Amares, distr. de Braga || Santa Maria, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Conceição, de Rediuha, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Miguel, de Refoios de Basto, concelho de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Sebastião, de Regueira de Pontes, conc. e distr. de Leiria. || Santa Marinha, de Remelhe, concelho de Barcellos, distr. de Braga. || S. Mamede, de Ribeirão, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Martinho, de Silvares, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Vicente, de Tavora, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga || S. Pedro, de Varzea de Cavalleiros, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Outeirinho da Carpalhosa. Pov. na freg. do Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e distr. de Leiria.

Outeirinho do Pinheiro. Pov. na freg. de S. Thiago, de Valladares, conc. de Baião, distr. do Porto.

Outeirinho dos Pouzos. Pov. na freg. de N. S.ª do Desterro, de Pouzos, conc. e distr. de Leiria.

Outeirinhos. Povoações nas freguezias: Santa Leocadia e conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Pedro de Capareiros, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Paio, de Loivos do Monte, concelho de Baião, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || Santo Adrião, de Santão, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || S. João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Travassos, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Cypriano, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Outeiro (*Jeronymo Trigueiros d'Aragão Martel da Costa, 1.º visconde do*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, administrador dos morgados da Idanha-a-Nova e Outeiro. N. a 17 de julho de 1825, e já hoje fallecido. Era filho de Joaquim Trigueiros Rebello Martel, administrador dos referidos morgados e coronel do regimento de milicias de Idanha-a-Nova, e de D. Maria Angelica d'Aragão Costa Sá e Ornellas. Casou a 22 de abril de 1850 com D. Maria Izabel Osorio Macedo Sousa Preto Forjaz Pereira de Gusmão, filha unica de Diogo Dias Preto Osorio Macedo Mendonça, senhor dos morgados de Pero-Vizeu e Chãos, e de sua mulher D. Maria Justina de Macedo. O titulo foi concedido por decreto de 8 de maio de 1866. O seu brazão d'armas, concedido em 8 de agosto de 17~6 a um dos seus antepassados, Joaquim Rebello Trigueiros Martel, consta do seguinte: Escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Rebellos: Em campo azul tres faxas de ouro, e sobre cada uma d'estas uma flôr de liz, que fórmam em banda; no segundo, as de Martel: Em campo de prata uma banda vermelha com um chefe dentado de prata e vermelho carregado de quatro mulêtas de ouro de oito pontas; no terceiro, as dos Trigueiros: escudo esquartelado, o primeiro de verde e cinco espigas de ouro em aspa; o segundo de vermelho e uma faxa de prata, e assim os contrarios; no quarto, as dos Costas: Em campo vermelho seis costas de prata, postas em tres faxas.

Outeiro. Nos conventos de freiras, quando se realisava a eleição da abbadessa, celebravam se grandes festas, chamadas do *abbadessado*, que duravam alguns dias. Durante estas festas havia todas as noites *outeiro*, isto é, os mais afamados poetas *repentistas* iam para ali recitar as suas poesias, glosando os *motes*, que lhes davam as freiras ou seculares. Os poetas juntavam-se no pateo interno do convento: as cellas appareciam illuminadas, a madre abbadessa presidia solemnemente áquelle sarau poetico; eram servidos doces, vinhos finos e licores. Os outeiros mais ruidosos fôram os do convento de Odivellas, onde se reuniam os fidalgos e os poetas apaixonados. Nos outros mosteiros estas festas celebravam-se com todo o apparato. Os ultimos outeiros realisaram-se ha muitos annos, sendo os mais notaveis os que se celebraram nos conventos de Corpus-Christi, de Villa Nova de Gaia, e da Ave-Maria, do Porto. No ultimo outeiro que se effeituou n'este mosteiro, glosaram os poetas Guilherme Braga, Guerra Junqueiro, Manuel Vieira de Andrade e outros.

Outeiro. Pov. e freg. de Santa Maria Maior, da prov. do Minho, conc. e com. de Cabeceiras de Basto, distr. e arceb. de Braga; 194 fog. e 669 hab. Tem esc. do sexo fem. e est post. A povoação dista 3 k. da séde do conc. Os collegios de S. Bento e de S. Jeronymo de Coimbra, apresentavam alternativamente o vigario, perpetuo, que tinha 100$000 réis de rendimento annual. A terra é fertil, tem caça, e cria muito gado. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Braga. || Villa e freg. de N. S.ª da Assumpção, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 197 fog. e 934 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post., permutando malas com Bragança. A villa dista 19 k. da séde do conc. e está situada na chã d'um outeiro, perto da margem direita do rio Sabor. O cabido da sé de Bragança apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. Tem annexa a antiga freg. de S. Miguel, de Paradinha do Outeiro, sendo o cura da apresentação d'um beneficiado da referida sé, tendo de congrua 8$000 réis e o pé d'altar. Era um antigo conc. que se supprimiu por decreto de 31 de dezembro de 1853. El-rei D. Manuel deu-lhe foral em Lisboa, a 11 de novembro de 1514. N'este foral dá-se lhe o nome de *Outeiro de Miranda*. Na

planicie ao sopé da villa está a freg. de Quintanilha, junto d'uma ribeira, que pouco abaixo se mette no rio de *Maçans*, que, nascendo em Hespanha, divide por algumas leguas a raia entre este reino e o nosso paiz. Proximo da ribeira está a capella de *N. S.ª da Ribeira.* E' um templo vasto, antigamente muito concorrido por peregrinos e romeiros, em quasi todo o anno. Diz a a lenda que a imagem appareceu a uma pastorinha muda de nascimento, e que desde então ficou falando claramente, para anunciar este apparecimento aos povos d'estes sitios, os quaes, em vista d'este milagre, trataram logo de construir uma ermidinha. A fama dos milagres attribuidos á imagem, attrahiu logo muitos devotos, que com as suas offertas concorreram para que a ermida pouco a pouco se fôsse adornando. Suppõe-se que o apparecimento da imagem fôsse no reinado de D. Affonso III, entre os annos de 12˙0 a 1270, porque em julho de 1282, quando D. Diniz casou com a rainha Santa Izabel, já havia annos, que esta capella existia. A devota rainha, vindo para Portugal, entrou por estas terras, e chegando ali viu muita gente, que lhe despertou a attenção, e soube que havia bastantes annos apparecera n'aquelle sitio uma imagem de Nossa Senhora, e que era muito milagrosa. Santa Izabel apeou-se, entrou na capella, e affeiçoou-se tanto áquella imagem que logo decidiu mandar construir lhe uma egreja mais ampla, e com capacidade para o grande numero de romeiros que n'esses tempos a'i concorriam. Chegando a Lisboa contou ao rei, seu marido, a sua intenção. D. Diniz, que tencionava tambem edificar um castello no monte sobranceiro, pela sua forte posição e por ficar na extremidade dos seus dominios, annuiu aos desejos da rainha, e mandou logo construir a fortaleza e ampliar a capella, que é a que existe ainda. Foi assim que teve principio a villa do Outeiro. Santa Izabel designou alguns rendimentos para a fabrica d'esta egreja; fôram uns foros que em varios logares da villa de Outeiro se pagavam á corôa, e depois se ficaram pagando ao cabido da sé de Miranda, que administrava a capella. Estes rendimentos haviam sido primitivamente dos monges benedictinos de Castro de Avellans Em 1220, com autorisação de Affonso II, haviam os monges trocado esta abbadia pelas terras de *Outeiro*, onde depois se edificou a villa d'este nome, no reinado de D. Diniz. Os rendimentos ficaram pertencendo a uma commenda da ordem de Christo. O templo de N. S.ª da Ribeira é um dos melhores do bispado de Bragança, e das maiores egrejas ruraes do reino que não são matrizes de freguezia. A padroeira tambem se denomina *N. S.ª dos Prazeres* No dia da festa realisava-se aqui uma grande feira annual, que era muito concorrida por portuguezes e hespanhoes. O clima d'esta villa é muito frio, mas saudavel, e o territorio muito fertil. Outeiro caiu em grande decadencia depois da suppressão do conc. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. Em Outeiro ha feira no dia 14 de cada mez. || Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc., com. e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 164 fog e 1:022 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada a 5 k. da margem direita do rio Lima As freiras benedictinas de Vianna do Castello apresentavam o vigario, que tinha 120$000 réis de rendimento. Tinha sido primitivamente abbadia. A terra é fertil e cria muito gado. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Thomé, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 93 fog. e 497 hab. Fica distante 13 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades da margem direita do rio Cavado. A terra é pouco fertil em cereaes, mas cria muito gado, sobretudo bovino, e nos montes tem muita caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Aboim da Nobrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Aboim, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Pedro, de Adães, do mesmo conc. e distr. || Santa Maria, de Adaúfe, conc. e distr. de Braga. || Santa Christina, de Agrella, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Paio, de Agua Longa conc. de Paredes, de Coura, distr. de Vianna do Castello; tem correio com serviço de posta rural. || Santa Clara, de Alcaravella, conc. de Sardoal, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Alcofra, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Aldeia de Joannes, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco. || S. Vicente, de Alfena, conc. de Vallongo, distr. do Porto || S. João Baptista, de Almansil, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Salvador do Mundo, de Almoster, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || S. João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Miguel, de Alvarães, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Lourenço, de Alvellos, conc de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, de Alvito, do mesmo conc. e distr. || N S.ª da Conceição, de Alvorge, conc. de Ancião, distr. de Leiria || N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. de Caldas da Rainha, do mesmo distr. || Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto. || Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || S. Thiago, de Anhões, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello || Santa Maria, de Anjos, conc. de Vieira, distr de Braga. || S. Miguel, de Anreade, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Antime, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Paio de Arcos, conc. e distr. de Braga. || Santa Marinha, de Arcozello, conc de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Armil, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || Santa Christina, de Arões, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Romão, de Arões, do mesmo conc. e distr. || S. Pedro, de Arreigada, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Santa Maria, de Arrifana, conc. da Feira, distr. de Aveiro; tem caixa postal. || O Salvador, de Arvore, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Pedro, de Athei, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || Santa Eulalia, de Avelleda, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Santa Maria, de Avelleda, conc. e distr. de Braga. || S. Pedro, de Avintes, conc. de V. N de Gaia, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Avões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Azias, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Julião,

de Badim, conc. de Monsão, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Baiões, conc de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu || S. Martinho, de Barca, conc. da Maia, distr. do Porto. || S. Bartholomeu, de Barqueiros conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || S. Miguel, de Barreiros, conc. da Maia, distr. do Porto. || N. S.ª d'Assumpção, de Barrô, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Santo André, de Barroças e Tayas, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Beiral, do Lima, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || S. Miguel, de Beire, conc de Paredes, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Beiriz, conc. de Povoa do Varzim, do mesmo distr. || S. Pedro Fins, de Belinho, conc. de Espozende, distr. de Braga. || N. S.ª da Visitação, de Belver, conc. de Gavião, distr. de Portalegre; tem caixa post || N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa. || N. S.ª da Boa Fé, de Boa Fé, conc. e distr. de Evora || S. Gens, de Boelhe, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Matheus, de Botão, conc. e distr. de Coimbra. || Santa Martha, de Bouro, conc de Amares, distr. de Braga. || S. Miguel, de Bostello, conc. de Penafiel distr. do Porto. || S. Miguel, de Cabaços, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello || S. Christovam, de Cabanas, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu. || N. S.ª d'Assumpção, de Cabração, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Caires, conc. de Amares, distr de Braga. || S. João Baptista, de Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, do mesmo distr || S. Julião, de Calendario, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr || O Salvador, de Cambezes, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello || S. Thiago, de Cambezes, conc. de Barcellos, distr. de Braga || S. Bartholomeu, de Campello, conc. de Baião, distr. do Porto || S. Martinho, de Campo, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga || S. João Baptista, de Canellas, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Mamede, de Caniçada, conc de Vieira, distr. de Braga. || S. Pedro, de Caparei ros, conc. e distr. de Vianna do Castello || Santa Suzana, de Carapinheira, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || S. Martinho, de Carneiro, conc de Amarante, distr. do Porto. || S. Miguel, de Carreira, conc. de Barcellos, distr de Braga || S. Thiago, de Carreira conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Martinho, de Carvalhas, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Miguel, de Carvalho, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || Santa Maria, de Carvoeiro, conc. e distr de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Castellões, conc de Guimarães, distr de Braga. || O Salvador, de Castellões, conc de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Pedro e conc. de Castro Daire, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Cavez, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || O Salvador, de Ceivães, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello || S. Thiago, de Cepões, conc. de Ponte do Lima, distr de Vianna do Castello || S. Thiago de Cepões, conc. e distr. de Vizeu. || O Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga || S. Pedro, de Cette, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Pedro, de Cezar, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Consolação, do Castello e conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Chãs de Tavares, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || Santa Maria Magdalena, de Chaviães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Christello, conc. de Paredes de Coura, do mesmo distr. || S. Salvador, de Christello, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Christello Covo, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Vicente, de Cidadelhe, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real || S. Martinho, de Cimbres, conc. de Armamar, distr. de Vizeu. || Santo André, de Codeçoso, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Miguel, de Coimbrão, conc. e distr. de Leiria. || N. S.ª da Conceição, de Conceição, conc. e distr. de Faro. || Santa Eulalia, de Constance, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto || Santa Christina, de Couto, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || Santa Columbia, de Couto do Mosteiro, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello || S. Martinho, de Covellas, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Thomé, de Covellas, conc. de Baião, do mesmo distr. || S. Thiago, de Creixomil conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, de Croca, conc. de Penafiel, distr. do Porto || S. Thiago, de Cruz, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria, de Cunha, concelho de Paredes de Coura, districto de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Deo Christe, concelho e districto de Vianna do Castello. || S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || O Salvador, de Donim, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo Adrião, de Duas Egrejas, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santo André, de Escariz, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Mamede, de Escariz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Escariz, do mesmo conc. e distr. || S. Pedro, de Escudeiros, conc. e distr. de Braga. || S. Mamede, de Este, do mesmo conc. e distr. || S. Pedro, de Este, do mesmo conc. e distr. || Santa Maria, de Estella, conc. de Povoa do Varzim, distr. do Porto. || S. Thomé, de Estorãos, conc. de Fafe, distr. de Braga || Ilha das Flôres; N. S.ª dos Remedios, de Fajãsinha, conc. de Lagens das Flôres, distr. de Horta. || O Salvador, de Fanzeres, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Santa Maria, de Faria, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª da Luz, de Farminhão, conc. e distr. de Vizeu. || S. Domingos, de Favaios, conc. de Alijó, distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Ferreiros, conc. do Amares, distr. de Braga. || Santa Christina, de Figueiró, conc. de Amarante, distr do Porto || S. Thiago, de Figueiró, do mesmo conc. e distr. || S. Miguel, de Fiscal, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Folhada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Thiago, de Fontão, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel de Fontoura, conc. de Valença, do mesmo distr. || S. Pedro, de Formariz, conc. de Paredes de Coura, do mesmo distr. || S. Pedro, de Formariz. conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Martinho, de Fornellos, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte do Lima distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Fornos, conc. de Marco de Canavezes, distr do Porto. || S. Pelagio de Fornos, conc. de Castello

de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Fragoso, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro de France, conc. e distr. de Vizeu. || O Salvador, de Freamunde, conc de Paços de Ferreira, distr. do Porto || Santa Maria, de Freiriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga || S. Miguel, de Freixo de Cima, conc. de Amarante, distr do Porto. || Santa Maria, de Frende, conc. de Baião, do mesmo distr || Santo André, de Friaudes. conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Mamede de Friéstas, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Gagos, conc de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Martinho, de Gallegos, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || O Salvador, de Gallegos, conc de Penafiel, distr. do Porto. || S. Martinho, de Gandara, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santos Cosme e Damião. de Garfe. conc de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santos Cosme e Damião, de Germunde, conc. da Maia distr. do Porto. || Santo Estevão, de Geraz do Minho conc. de Povoa de Lanhoso, distr de Braga. || Santa Leocadia, de Geraz do Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santo André. de Gião, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. || S. Pedro, de Goães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga || Santa Eulalia, de Godinhaços, do mesmo conc. e distr. || Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr de Coimbra. || Santa Maria, de Goios, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Mamede, de Gomide, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Miguel, de Gonça, conc de Guimarães, do mesmo distr. || O Salvador, de Grijó, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Guidões, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || S. Mamede, de Guizande, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. || Santa Maria, de Gulpilhares, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santa Maria, de Egreja Nova, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Mamede, de Infesta, conc. de Bouças, distr. do Porto. || Santa Maria, de Infias, conc. de Guimarães, distr de Braga. || O Salvador, de Joanne, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. João Baptista, de S. João de Rei, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || S. João Baptista, de S. João de Ver, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Cruz, de Juvim, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Thiago, de Labruje, conc. de Villa do Conde, do mesmo distr || S. Christovão, de Labruja, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Domingos, de Lagarteira, conc. de Anciāo, distr. de Leiria. || S. Julião, de Lage, conc. de Villa Verde, distr de Braga. || Santa Maria, de Lalim, conc de Lamego, distr. de Vizeu || Santa Maria, de Landim, conc de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S Thomé, de Lanhas, conc. de Villa Verde, do mesmo distr || Santa Eulalia, de Lanhezes, conc. e distr. de Vianna do Castello || Santa Eulalia, de Lara, conc. de Monsão, do mesmo distr. || S. Miguel, de Laundos, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto; tem correio com serviço de posta rural. || N. S.ª da Conceição. de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Santa Maria, de Leça, do Bailio. conc. de Bouças, distr. do Porto. || S. Miguel, de Licéa conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Lomar, conc. e distr. de Braga || S. João Baptista, de Longos Valles, conc. de Monsão, distr de Vianna do Castello. || O Salvador, de Lordello, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Thiago, de Lordello, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Christovão, de Louredo, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S João Baptista, de Louredo, conc. de Amarante, do mesmo distr. || O Salvador, de Louredo, conc de Povoa de Lanhoso, districto de Braga. || S João Baptista, de Loureiro, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Loureiro, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Thiago, de Lustosa, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Ilha Graciosa; N. S.ª da Luz, de Luz-Sul, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo || S. João Baptista, de Luzim, conc. de Penafiel, distr do Porto. || S. Verissimo, de Luzio, conc. de Monsão, districto de Vianna do Castello. || S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || S. Pedro. de Maceda, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, do mesmo distr. || Santa Leocadia, de Macieira da Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santo Adrião, de Macieira de Rates, conc de Barcellos. distr. de Braga. || Ilha do Pico; Santa Maria Magdalena e conc. de Magdalena, distr. de Horta. || Santa Christina, de Malta, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Martinho, de Mancellos, conc. de Amarante, do mesmo distr. || S, Pedro, de Manique do Intendente, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa. || S. Miguel de Marinhas, conc. de Espozende, distr. de Braga. || S. Miguel, de Mertinxel, concelho de Abrantes. distr. de Santarem. || Santa Maria, de Maurelles, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || O Salvador, de Meixomil, conc. de Paços de Ferreira, do mesmo districto. || S. Miguel, de Messegães, conc de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Paio, de Midões, conc. de Barcellos, distr. de Braga || S. João Evangelista, de Mindello, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Santo Estevão, de Moldes, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Bartholomeu, de Monte Redondo, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, districto de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Moreira, conc. de Monsão, do mesmo distr. || Santa Maria, de Moreira do Castello, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || O Salvador, de Mourc, conc. de Felgueiras, distr. do Porto || O Salvador, de Navaes, conc. de Povoa de Varzim, do mesmo distr || S. Thomé, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santa Christina, de Nogueira, conc. de Louzada, distr. do Porto || S. Thiago, de Nogueira, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Nogueira e S. Claudio, conc. e distr de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Oliveira, conc. de Barcellos, distr de Braga. || Santa Maria, de Oliveira, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Oliveira, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real || S. Paio. de Oliveira, conc. de Amarante, distr do Porto. || S. Pedro, de Oliveira, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago, de Oliveira, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr || Santa Eulalia, de Oliveira do Douro, distr. de V. N. de Gaia, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Oriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Thiago, de Outiz, conc. de

V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || Santa Maria, de Ovelha do Marão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Ovil, conc. de Baião, do mesmo distr. || O Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. Julião, de Paços, conc e distr. de Braga. || Santa Maria, de Paços, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia e conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Santo Adrião, de Padim da Graça, conc. e distr. de Braga. || Santa Christina, de Padreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Padreiro, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª das Neves, de Padroso, do mesmo conc e distr. || N. S.ª do O', de Paião, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Santo André, de Palme, conc. de Barcellos, distr. de Braga || Santa Maria, de Palmeira, conc. e distr. de Braga. || S. Jorge, de Paradança, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real || O Salvador, de Pedralva, conc. e distr. de Braga. || Santa Marinha, de Pedreira, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Ilha de Santa Maria; S. Pedro, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada. || S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Martinho e conc. de Penafiel, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Penascaes, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Pedro, de Penude, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Annunciação, de Pepim, conc. de Castro Daire, do mesmo distr. || S. Paio, de Perelhal, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Perozello, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Christovão, de Pico, de Regalados, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Pindello, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Vicente, de Pinheiro, conc. de Penafiel; distr. do Porto. || S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Pombeiro de Riba Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Miguel, de Porreiras, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Portella, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Portella, conc de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Salvador, de Portella Suzã, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Christina, de Pousa, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Paio, de Pousada, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago, de Priscos, conc. e distr. de Braga. || S. Thomé, de Prozello, conc. de Amares, do mesmo distr. || S. Martinho, de Quinchães, conc. de Fafe, do mesmo distr. || N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || O Salvador, de Ramalde, 2.º bairro do Porto. || S. Thiago, de Rande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. João, de Reboreda, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello || Santa Maria, de Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || S. Christovão, de Refojos de Riba de Ave, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Cypriano, de Refontoura, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || Santa Comba, de Regilde, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Sebastião, de Regueira de Pontes, conc. e distr. de Leiria. || S. Pedro, de Reimonda, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || O Salvador, de Rezende, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago de Riba d'Ul, conc. de Oliveira d'Azemeis, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de Ribeira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Matheus, de Ribeira, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || S. Mamede, de Riheirão, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Ilha do Pico; Santa Barbara, de Ribeiras, conc. de Lagens do Pico, distr. de Horta. || S. João Baptista, de Rio Caldo, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || S. Miguel, de Rio deGallinhas, conc. de Marco de Canavezes, distr do Porto. || S. Thiago, de Rio Meão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Rio de Moinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, do mesmo distr. || S. Miguel de Rio Torto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || S. Romão de Arégos, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Roriz, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de Rossas, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Rossas, conc. de Vieira, distr. de Braga. || O Salvador, de Ruivães, conc. de V. N de Famalicão, do mesmo distr. || O Salvador, de Sabbadim, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Salreu, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Samodães, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Santo Isidoro, de Sanche, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Sanguedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Sapardos, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Paio, de Segunde, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Serôa, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco || S. Mamede, de Serzedo, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Miguel de Serzedo, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo Adrião, de Cever, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Julião, de Silva, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Silvares, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Silveiros, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || O Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa || S. Martinho, de Soalhães, conc. de Marco de Canavezes, distr do Porto. || Santa Maria, de Sobradello da Gôma, conc. da Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Pedro, de Sobreira, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Sobreposta, conc. e distr. de Braga. || Santo Adrião, de Soutello, conc. de Vieira, distr. de Braga. || O Salvador, de Souto, conc. de Terras do Bouro, do mesmo distr || N. S.ª da Espectação, de Souzella, conc. de Louzada, distr do Porto || Santo Adrião, de Sul, conc de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Santa Maria Maior e conc. de Táboa, distr de Coimbra || S. Julião de Taboaças, conc de Vieira, distr. de Braga. || S. Salvador, de Taboado, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Tavora, conc. de Arcos de Valle-de Vez, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Tellões, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real. || O Salvador, de Tonda, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Torquato, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

‖ Santa Clara, de Torrão, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. ‖ S. Lourenço, de Touvedo, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Mamede, de Travanca, conc. da Feira, distr. de Aveiro. ‖ S. Martinho, de Travauca, conc. de Oliveira de Azemeis, do mesmo distr. ‖ O Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto. ‖ Santa Leocadia, de Travancas, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. ‖ S. Martinho, de Travassos, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. ‖ S. Thomé, de Travassós, conc. de Fafe, do mesmo distr. ‖ Santa Eulalia, de Trute, conc. de Mousão, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Pedro, de Vade, conc. de Ponte da Barca, do mesmo distr. ‖ N. S.ª da Espectação, de Valladares, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. ‖ S. Thiago, de Valladares, conc. de Baião, distr. do Porto. ‖ S. Martinho, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. ‖ S. Pedro, de Valle, conc. de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Pedro, de Vallongo, concelho de Agueda, distr. de Aveiro. ‖ S. Saturnino, de Vallongo, conc. de Aviz, distr. de Portalegre. ‖ S. Pedro, de Varzea dos Cavalleiros, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. ‖ Santo André, de Varzea da Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. ‖ S. Bartholomeu, de Veiros, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. ‖ S. Verissimo, conc. de Amarante, districto do Porto. ‖ S. Faustino, de Viariz, conc. de Baião, do mesmo distr. ‖ S. Vicente de Pereira Jusã, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. ‖ O Salvador, de Victorino das Donas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. ‖ Santo André, de Victorino dos Piães, do mesmo conc. e distr. ‖ N. S.ª d'Assumpção, de Vide, conc. de Ceia, distr. da Guarda. ‖ S. Bartholomeu, de Villa Cã, conc. de Pombal, distr. de Leiria. ‖ S. Miguel, de Villa Cahiz, conc. de Amarante, distr. do Porto. ‖ S. João Baptista, de Villa Chã, conc. de Espozende, distr. de Braga. ‖ S. Mamede, de Villa Chã, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. ‖ Santo Estevão, de Villa Chã do Marão, concelho de Amarante, do mesmo distr. ‖ Santa Maria, de Villa Cova, conc. de Barcellos, distr. de Braga. ‖ S. João Evangelista, de Villa Cova de Carros, conc. de Paredes, distr. do Porto. ‖ S. João Baptista, de Villa Cova-a Coelheira, conc. de V. N. de Paiva, distr. de Vizeu. ‖ Santa Comba, de Villa Fonche, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Martinho, de Villa Mou, conc. e distr. de Vianna do Castello ‖ N. S.ª da Piedade e conc. de Ourem, distr. de Santarem. ‖ Santa Maria, de V. N. de Sande, concelho de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Ilha Terceira; Santa Cruz e conc. da Villa da Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo. ‖ S. Mamede, de Villa Verde, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. ‖ Santa Cecilia, de Villaça, conc. e distr. de Braga. ‖ Santa Maria, de Villar, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. ‖ Santa Marinha, de Villar, conc. de Terras de Bouro, districto de Braga. ‖ Santo Estevão, de Villar das Almas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Pedro, de Villar de Ferreiros, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. ‖ S. Pedro, de Villar do Paraizo, concelho de V. N. de Gaia, distr. do Porto. ‖ S. Miguel, de Villela, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. ‖ S. Faustino, de Vizella, conc. de Guimarães, do mesmo distr. ‖ Santa Maria de Monsaraz, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora. ‖ Ilha do Corvo; N. S.ª dos Milagres e conc. do Corvo, distr. de Horta. ‖ S. Pedro, de Povolide, concelho e distr. de Vizeu. ‖ N. S.ª da Conceição, de Varzea, conc. e distr. de Santarem. ‖ S. Romão, de Cabeça, conc. de Ceia, distr. da Guarda. ‖ N. S.ª d'Annunciação, de Espariz, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. ‖ S. João da Boa Vista, de Oliveira de Fazemão, do mesmo conc. e distr. ‖ N. S.ª da Conceição, de Paio de Pelle, conc de V. N. da Barquinha, distr. de Santarem. ‖ Santa Maria, de Pinheiro Grande, conc. da Chamusca, do mesmo distr. ‖ Santo Antonio, de Salir dos Mattos, conc. das Caldas da Rainha, districto de Leiria. ‖ Ilha da Madeira; N. S.ª da Piedade, de Canhas, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. ‖ Pov. que dá o nome a uma est. do caminho de ferro da linha de Oeste, entre as de Ramalhal e Bombarral. ‖ Pov. que dá o nome a uma est. do caminho de ferro da linha Sul e Sueste, entre o apeadeiro de Reprezas e a est. de Figueirinha,

Outeiro d'Além. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Constance, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. ‖ S. Christovão, de Gondomil, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Romão, de Mouriz, conc. de Paredes, distr. do Porto ‖ N. S.ª do Bom Despacho, de Recarei, do mesmo conc. e districto.

Outeiro de Alferrarede Pov. na freg. e conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Outeiro do Alho. Pov. na freg. de S. Thiago, de Urra, conc. e distr. de Portalegre.

Outeiro das Almas. Pov. na freg. de S. Miguel, de Thaide, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Outeiro d'Alportel. Pov. na freg. de S. Braz de Alportel, conc. e distr. de Faro.

Outeiro Alto. Povoações nas freguezias: S. Matheus, de Bunheiro, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. ‖ S. Pedro, de Freitas, conc. de Fafe, distr. de Braga. ‖ S. Thomé, de Estorãos, do mesmo conc. e distr. ‖ S. Faustino. de Fridão, conc. de Amarante, distr. do Porto. ‖ S. Paio, de Guimarei, conc. de Santo Thirso, do mesmo districto.

Outeiro dos Altos. Pov. na freg. de S. Miguel, de Anreade, conc. de Rezende, districto de Vizeu.

Outeiro da Amendoeira. Pov. na freg. de S. Romão, de Villa Cova de Vez de Aviz, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Outeiro d'Amores. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Esperança, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Outeiro de Anços. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Redinha, concelho de Pombal, distr. de Leiria.

Outeiro de Anreade. Pov. na freg. de S. Miguel, de Anreade, conc. de Rezende, districto de Vizeu.

Outeiro de Arranhó. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Arranhó, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

Outeiro de Avellal. Pov. na freg. de S. Pedro, de Decermillo, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Outeiro Bairo Povoação na freg. de S. Miguel, de Thaide, conc. de Povoa do Lanhoso, distr. de Braga.

Outeiro do Bairro. Pov. na freg. de S. Silvestre, de Requião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Outeiro de Baixo. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Alheira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Borbella, concelho e distr. de Villa Real. || Santa Leocadia, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª da Natividade, de Dardavaz, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Santo André, de Ferreira d'Aves, conc. de Sattam, do mesmo distr. || S. Miguel, de Fontellas, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || O Salvador de Lemenhe, conc. de V. N. de Famalicão. distr. de Braga. || S. Lourenço do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || Santa Lucrecia, de Louro, concelho de V. N. de Famalicão, distr. de Braga || S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || N. S.ª d'Assumpção, de Rochoso, conc. e distr. da Guarda. || S. Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || S. João Baptista, de Villa do Souto, conc. e distr. de Vizeu. || Santo Estevão, de Villela, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Outeiro da Bandeira. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Avanca, concelho de Estarreja, distr. de Aveiro.

Outeiro das Barracas. Pov. na freg. de S. Thiago, de Marrazes, conc. e distr. de Leiria.

Outeiro da Barranca. Ilha do Pico; pov. na freg. de Santa Luzia, conc. de S. Roque do Pico, distr. de Horta.

Outeiro da Barreira. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Outeiro das Barreiras. Pov. na freg. de S. Romão, de Mouriz, conc. de Paredes, districto do Porto.

Outeiro da Bella. Pov. na freg. de Santa Maria, de Campanhã, 1.º bairro do Porto.

Outeiro de Bera. Pov. na freg de S. Thiago, de Almelaguez, conc. e distr. de Coimbra.

Outeiro Bom. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Folhada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Outeiro de Botão. Pov. na freg. de S. Matheus, de Botão, conc. e distr. de Coimbra.

Outeiro das Brancas. Pov. da freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Outeiro de Cabanes. Pov. na freg. de S. Braz, Romeira, conc. e distr. de Santarem.

Outeiro do Cabo. Pov na freg. de S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Outeiro da Caia. Pov. na freg. de S. Thiago, de Urra, conc. e distr. de Portalegre.

Outeiro das Caldellas. Pov. na freg de S. Christovão, de Caranguejeira, conc. e distr. de Leiria.

Outeiro de Campello. Pov. na freg de N. S.ª da Graça, de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Outeiro de Cancellas Pov. na freg. de S. Cosme, de Bestciros, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Outeiro do Carvalhal. Povoações nas freguezias: Santo Eustaquio, de Alpiarça, conc. de Almeirim, distr. de Santarem. || S. Christovão, de Rio Mau, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Outeiro do Carvalho. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, distr de Villa Real.

Outeiro do Casal. Pov. na freg. de Santa Comba, de Fornellos, conc. de Fafe, districto de Braga.

Outeiro de Cassurrães. Pov. na freg. de S. Thiago de Cassurrães, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Outeiro da Castanheira. Pov. na freg. de S. Julião, de Mourouho, conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Outeiro de Ceiça. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Ceiça, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Outeiro de Cella. Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Louredo, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Outeiro de Cellas. Pov. na freg. de Santa Maria, de Fregim, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Outeiro da Cerca. Pov. na freg. de S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, districto de Lisboa.

Outeiro da Cerva. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Monte Real, conc. e distr de Leiria.

Outeiro da Cheira. Pov. na freg. de Santa Christina, de Longos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Outeiro de Cima. Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves, de Bella, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Borbella, conc. e distr. de Villa Real. || N. S.ª da Natividade, de Dardavaz, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Santo André, de Ferreira de Aves, conc. de Sattam, do mesmo distr. || O Salvador, de Lemenhe, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Lourenço do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || S. João, de Ponte, conc. de Guimarães, distr de Braga. || O Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || N S.ª d'Assumpção, de Rochoso, conc. e distr. da Guarda. || S. Pedro, de Samodães, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Mamede. de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Villar de Torno, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santo Estevão, de Villela, conc. de Paredes, do mesmo districto.

Outeiro Cimeiro. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Visitação, de Belver, conc. de Gavião, distr. de Portalegre. || S. Sebastião, de Meiriscas, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Outeiro Coelho. Pov. na freg de S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Outeiro das Colhéres. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Outeiro das Colmeias. Pov. na freg. de S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria.

Outeiro da Commenda. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de S. Pedro do Sul, districto de Vizeu.

Outeiro da Condessa. Pov. da freg. de S. Martinho do Bispo, conc. e districto de Coimbra.

Outeiro de Cordeira. Pov. na freg de Santa Catharina, de Quintos, conc. e districto de Beja.

Outeiro de Cortes. Pov. na freg. de S. Salvador, de Mazedo, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Outeiro da Cortiçada. Pov. e freg. de Nossa Senhora da Ribeira, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Rio Maior, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa, 158 fog. e 667 hab. Tem esc. do sexo masc. e est post. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada na margem direita da Ribeira das Alcobertas. A terra é fertil, e pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa.

Outeiro da Corujeira. Pov. na freg. de S. Martinho do Bispo, conc. e districto de Coimbra.

Outeiro do Coval. Pov. na freg. de S. Thiago, de Beduido, conc. de Estarreja, districto de Aveiro.

Outeiro do Crasto. Povoações nas freguezias: Santo André de Poiares, distr. de Poiares, conc. de Coimbra. || S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria.

Outeiro da Cruz. Pov. na freg. de S. Thiago de Litem, conc. do Pombal, distr. de Leiria. || Ilha de S. Jorge; N. S.ª das Neves, de Norte Grande, conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo.

Outeiro das Cruzes. Pov. na freg. de S. Martinho do Bispo, concelho e districto de Coimbra.

Outeiro das Doidas. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Arranhó, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

Outeiro da Egreja. Pov. na freg. de S. Paio, de Villar de Figos, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Outeiro d'Eiriz. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Parada de Esther, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Outeiro do Enxertado. Pov. na freg. de S. Salvador e concelho de Rezende, districto de Vizeu.

Outeiro de Ermezinde. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Asmes, conc. de Vallongo, distr. do Porto.

Outeiro do Espada. Pov. na freg. de N. S.ª da Boa Fé, de Boa Fé, conc. e districto de Evora.

Outeiro do Espinho. Pov. na freg. de S. Pedro, de Espinho, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Outeiro de Fagilde. Pov. na freg. de S. Miguel, de Fornos de Maceira Dão, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Outeiro do Falcão (*Herdade do*). Na freg. de N S.ª da Encarnação, de Vidigão, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Outeiro Ferro. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Trute, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Outeiro da Figueira. Pov. na freguezia de S. Christovão, de Rio Mau, conc. de Villa do Conde, distr do Porto.

Outeiro do Fogo. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Outeiro da Fonte. Povoações nas freguezias: S. Lourenço, de Carvide, conc. e distr. de Leiria. || Santa Maria, de Pinheiro Grande, conc da Chamusca, distr. de Santarem. || Ilha Terceira; S. Pedro, de Ribeirinha, conc. e distr. de Angra do Heroismo. || S. Martinho, de Seidões, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Outeiro da Fonte de Fataunços. Pov. na freg. de S Carlos Borromeu, de Fataunços, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Outeiro de Fóra. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Pernes, conc. e distr. de Santarem.

Outeiro da Forca. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Assumpção, sé, conc. e distr. de Portalegre. || S. Cypriano e conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Outeiro do Forno. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Outeiro da Frazoeira. Pov. na freg. de S. Vicente, de Paio Mendes, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Outeiro do Freixo. Pov. na freg do Salvador, de Serrazes, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Outeiro Fundeiro. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Moiriscas, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Outeiro da Gallega. Pov. na freg. de S Bartholomeu, do Villa Cã, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Outeiro de Gallegas. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Outeiro de Gallegos. Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu, de Villa Cã, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Santa Maria e conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Outeiro dos Gameiros. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Espite, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Outeiro da Gandra Pov na freg. de S. Thiago, de Marrazes, conc. e distr. de Leiria.

Outeiro de Gatos. Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Mêda, distr. da Guarda, bisp de Lamego; 193 fog. e 705 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est post. A pov. dista 3 k. da séde do conc. O abbade da freg. da Casteição apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil, cria muito gado, e tem muita caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Outeiro Grande. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Purificação, de Assentiz, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Outeiro do Grillo. Ilha do Pico; pov. na freg. de S. Sebastião, de Calheta de Nesquim, conc. de Lagens do Pico, distr. da Horta.

Outeiro da Guerreira. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Assciceira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Outeiro Juzão. Aldeia da freg. de N. S.ª da Expectação, de Samaiões, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. Foi freg. independente, mas está unida á de Samaiões, desde o meado do seculo XVII. A pov. é muito antiga, e parece ter sido habitada no tempo dos romanos. Viveu aqui uma familia patricia, denominada dos Claudios Flavios. No seculo XVII appareceu n'esta pov. um cippo com uma inscripção romana, cuja traducção é a seguinte: «Aqui jaz Daphno, liberto (escravo fôrro) dos herdeiros de Claudio Flavio. A terra lhe seja leve. Sinetheo, seu companhei-

ro, fez esta sepultura para elle e para si.» Numa quinta aqui existente e n'algumas propriedades visinhas, tem-se encontrado por varias vezes lageados, cantaria, alicerces de pedra lavrada, grandes tijolos, ladrilhos de diversos feitios, e restos de sumptuosos edificios. Na aldeia da Granjinha, aqui perto, tambem por vezes se tem descoberto ruinas de edificios romanos e capiteis de columnas de jaspe, troços de estatuas e outros objectos. Nas aldeias de Santo Estevão e das Eiras, que são juntas de Outeiro Juzão, existem tambem ruinas de edificios romanos.

Outeiro das Lages. Pov. na freg. de S. Christovão, de Gondomil, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Outeiro de Lamas e Souto. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Cantelães, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Outeiro da Lameiria. Pov. na freg. de S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria.

Outeiro Levado. Povoações nas freguezias: S. Christovão, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Lucrecia, de Louro, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo districto.

Outeiro da Linha. Pov. na freg de Santo Estevão, de Vinhós, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Outeiro de Linhaça. Pov. na freg. do Salvador, de Serrazes, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu

Outeiro de Lobos. Pov. na freg. de S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Outeiro Longo. Povoações nas freguezias: S. Matheus, de Friumes, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || S. João Baptista, de Luzim, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Clemente, de Silvares, conc. de Fafe, distr. de Braga. || N. S.ª da Assumpção, de Tentugal, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Outeiro de Louredo. Pov. na freguezia de S. Pedro, de Abragão, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Outeiro da Louza. Pov. na freg. de Santa Maria, de Pombeiro de Riba Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Outeiro de Maceira Dão. Pov. na freg. de S. Miguel, de Fornos de Maceira Dão, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Outeiro Maior. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de V. do Conde, distr. do Porto; arceb. de Braga; 60 fog. e 291 hab. As freiras benedictinas, de Vianna do Castello, apresentavam o vigario, que tinha 120$000 réis de rendimento annual. Pertence á 3.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Serra do distr. de Vianna do Castello. Está situada a E dos Arcos de Valle-de-Vez, e é uma ramificação da serra de Peneda, na direcção de ENE a OSO. Tem 10 k. de comprimento, 5 de largura e 481 m. d'altura.

Outeiro do Marco. Pov. na freg. de Santo Aleixo, de Beco, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Outeiro da Marinha. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Beduido, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Vallega, conc. de Ovar, do mesmo districto.

Outeiro da Martingança. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Redinha, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Outeiro Martinho. Pov. na freg. de S. Mamede, de Matta Moirisca, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Outeiro da Matta. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Outeiro das Mattas. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Outeiro Mau. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Revelhe, concelho de Fafe, districto de Braga.

Outeiro Meão. Povoações nas freguezias. Santa Martha, de Bouro, conc. de Amares, distr. de Braga. || Santo Estevão, de Moldes, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Outeiro de Medas. Pov. na freg. de Santo Isidoro, de Sanche, conc de Amarante, distr. do Porto.

Outeiro de Melhas. Pov. na freg. do Salvador, de Novellas, conc. de Penafiel, districto do Porto.

Outeiro da Mó. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Outeiro de Mogo. Pov. na freg. de S. Paio, de Mozellos, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Outeiro do Moinho. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Aboim, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Martinho, de Mozellos, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Assumpção, de Ul, conc. de Oliveira d'Azemeis, do mesmo districto.

Outeiro dos Moinhos. Povoações nas freguezias: O Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || O Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Outeiro da Moira. Pov. na freg. de N. S.ª Conceição, de Verride, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Outeiro de Moiro. Pov. na freg. de S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Outeiro de Moiros. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Chave, conc. de Arouca, districto de Aveiro.

Outeiro da Monica. Pov. na freg. de Santo Eustaquio, de Alpiarça, conc. de Almeirim, distr. de Santarem.

Outeiro Montinho. Pov. na freg. do Salvador, de Peuajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Outeiro de Mourel. Pov. na freg. de S. Thiago, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Outeiro de Negreiros *(Casal do).* Na freg. de S. Pedro, de Travanca de Lagos, concelho de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Outeiro da Neta. Pov. na freg. de S. Mamede, de Canellas, concelho de Penafiel, distr. do Porto.

Outeiro Oco. Pov. na freg. de Santa Senhorinha, de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga

Outeiro d'Oieiros. Pov. na freg. de Santa Christina, de Longos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Outeiro de Oio. Pov. na freg. de Santo André, de Victorino dos Piães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Outeiro das Ouriolias. Pov. e freguezia de S. Bartholomeu, da prov. do Alemtejo. V. *S. Bartholomeu do Outeiro*.

Outeiro de Oriz. Pov. na freg. dos Santos Cosme e Damião, de Garfe, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Outeiro de Pacheco. Pov. na freguezia de S. Thiago e conc. de Almada, distr. de Lisboa.

Outeiro Paço. Pov. na freg. de Santa Comba, de Regilde, conc. de Felgueiras, districto do Porto.

Outeiro do Paço. Pov. na freg. de S. Julião, de Serrafão, conc. de Fafe, districto de Braga.

Outeiro de Pai Moiro. Pov. na freg. de S. Matheus, de Junceira, concelho de Thomar, distr. de Santarem.

Outeiro do Pampilhal. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Sernache de Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Outeiro de Paredes. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro.

Outeiro de Paus. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Alquerubim, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro.

Outeiro da Paiã. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Carnide, 3.º bairro de Lisboa.

Outeiro de Peneda. Pov. na freg. de S. Martinho dos Moinhos, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Outeiro Pequeno. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Assentiz, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Outeiro de Pera. Pov. na freg. do Salvador, de Fervença, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Outeiro de Pernes. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Purificação, de Pernes, conc. e distr. de Santarem. || S. Vicente do Paul, do mesmo conc e districto.

Outeiro de Pindo. Pov. na freg. de S. Martinho, de Pindo, do conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu.

Outeiro do Pinheiro. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Vil de Souto, conc. e distr. de Vizeu Tem correio com serviço de posta rural.

Outeiro da Pitaranha. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Marvão, districto de Portalegre.

Outeiro de Polima. Pov. na freg. de S. Domingos de Rana, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa.

Outeiro das Pombas. Pov. na freg. de S. Miguel, de Machede, conc. e distr. de Evora.

Outeiro da Ponte. Pov. e freg. do Salvador do Mundo, de Almoster, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Outeiro da Pernancha. Pov. na freg. de Santo Eustaquio, de Alpiarça, conc. de Almeirim, distr. de Santarem.

Outeiro do Porto. Pov. na freg. de S. Miguel, de Thaide, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Outeiro das Quintas. Pov. na freg. de N. S.ª dos Milagres, de Milagres, conc. e distr. de Leiria.

Outeiro da Rainha. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Outeiro da Ramalhosa. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Outeiro do Rato. Pov. na freg. de Santo Eustaquio, de Alpiarça, conc. de Almeirim, distr. de Santarem.

Outeiro de Recarei. Pov. na freg. de N. S.ª do Bom Despacho, de Recarei, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Outeiro de Rei. Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Outeiro de Ribafeita. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Ribafeita, conc. e distr. de Vizeu.

Outeiro da Ribeira. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Boa Fé, de Boa Fé, conc. e distr. de Evora. || S. Mamede, de Sandiães, concelho de Ponte do Lima, districto de Vianna do Castello.

Outeiro da Ribeirada. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João da Fontoura, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Outeiro do Rio. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Travanca, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Outeiro da Roupa. Pov na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Sobral d'Abelheira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Outeiro de Sà. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Asmes, conc. de Vallongo, distr. do Porto.

Outeiro de Samarim. Pov. na freg. de Santa Maria, de Idães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Outeiro de Santa Ciara *(Herdade do)*. Na freg. de S. Pedro, de Gafanhoeira, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Outeiro de Santo Antonio. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Vendas Novas, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Outeiro de S. Lourenço. Pov. na freg. de S. Geraldo, conc. de Montemór o-Novo, districto de Evora.

Outeiro de S. Saturnino. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Outeiro de S. Sebastião. Pov. na freg. da Graça, de Povoa do Concelho, conc. de Trancoso, distr. da Guarda.

Outeiro Secco. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 135 fog. e 514 hab. Tem escolas d'ambos os sexos. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada a 1 k. da margem direita do rio Tamega. A camara ecclesiastica da sé de Braga apresentava o vigario, que tinha 70$000. Entre esta pov. e a de Villa Meã, n'um sitio chamado Lagares, teem apparecido vestigios de edificios romanos; perto d'aqui existiam profundas e largas escavações, que, segundo a constante tradição, fôram minas de ouro e prata, lavradas pelos romanos. A grande abundancia d'estes dois metaes attrahiram para estes sitios grande concorrencia de povo romano, e por isso, ainda por estes arredores, n'uma vasta area, se encontravam ha perto de 40 annos vestigios de edificações antiquissimas. Junto ao referido logar de Lagares, na propriedade d'um lavrador, se encontrou em 1721 grande quantidade de moedas romanas de

diversos imperadores. Anteriormente, já o mesmo lavrador havia achado no mencionado local vinte e tantos marcos de medalhas, tambem romanas, que vendeu a um ourives. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Pov. na freg. de Santa Senhorinha, de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Outeiro da Serviçaria. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real.

Outeiro do Soeiro. Pov. na freg. de S. Pedro, de Sébal Grande, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra.

Outeiro da Telha. Pov. na freg. de S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Outeiro do Fine. Pov. na freg. de Santa Maria, de Campanhã, 1.º bairro do Porto, para onde passou por decreto de 13 de janeiro de 1898, que a desannexou da freg. de Valbom, conc. de Gondomar, a que pertencia.

Outeiro do Fojo. Pov na freg do Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Outeiro da Ucha. Pov. na freg. de S. Christovão, de Cabanas, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu.

Outeiro da Urra. Pov. na freguezia de S. Thiago, de Urra, concelho e distr. de Portalegre.

Outeiro do Valle. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de S. Sebastião, de Ginetes, conc. e distr. de Ponta Delgada.

Outeiro da Varziella. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Penso, concelho e distr. de Braga.

Outeiro de Vegide. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sandim, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Outeiro de Velhas. Pov. na freg. de S. Vicente, de Pinheiro, concelho de Penafiel, distr. do Porto.

Outeiro Velho. Pov. na freg. de S. Cypriano, de Refontoura, concelho de Felgueiras, distr. do Porto.

Outeiro dos Velhos. Pov. na freg. de S. Vicente, de Pinheiro, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Outeiro de Vide. Pov. na freg. de Santa Martha, de Serzedello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Outeiro do Vidigal. Pov. na freguezia de N. S.ª do Rosario, de Parceiros, conc. e districto de Leiria.

Outeiro dos Viegas. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alcaria Ruiva, conc. de Mertola, distr. de Beja.

Outeiro da Villa. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Campanhã, 1.º bairro do Porto. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa, || S. Paio, de Seramil, concelho de Amares, distr. de Braga. || S. Christovão, de Refoios de Riba de Ave, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Outeiro da Vinha. Povoações nas freguezias. N. S.ª do Rosario, de Alvoco da Serra, conc. de Ceia, distr. da Guarda. || N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria. | Santo Estevão, de Vinhós, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Outeiro de Vinho. Pov. na freg. de S. Vicente, de Pinheiro, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Outeiro da Zibreira. Pov. na freg. de S. Pedro, de Dois Portos, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Outeiro. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Mousul, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Bartholomeu, de Villa Cova, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Outeiros. Povoações nas freguezias: Nossa Senhora da Graça, de Aguas Bellas, concelho de Ferreira do Zezere, districto de Santarem. || S. Miguel, de Bairrio, concelho de Ponte do Lima, districto de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Cardiellos, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Cepões, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Ordem, conc. da Louzada, distr. do Porto. || S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || O Salvador, de Real, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Thiago, de Silvalde, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santos Cosme e Damião, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || O Salvador, de Varzea, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Outido. Pov. na freg. de S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Outil. Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. do Douro, conc. e com. de Cantanhede, distr. e bispado de Coimbra; 203 fog. e 847 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 4 k. da séde do concelho e está situada n'um pequeno monte. Os viscondes d'Asseca apresentavam o prior, que tinha 200$000 réis de rendimento. A pov. é muito antiga, e foi couto com justiças, autoridades e os respectivos empregados. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Evora, a 20 de dezembro de 1519. Em Outil ha boas pedreiras de cantaria, de que se extrae pedra em grande quantidade para obras d'arte. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Vianna do Castello.

Outinho. Pov. na freg. de S. Clemente, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Outiz. E' appellido nobre, proveniente da freguezia d'este nome, onde esta familia tinha o seu solar. *(V. o artigo seguinte)*. As suas armas são: Em campo de ouro, seis rodellas de púrpura, em duas palas, elmo d'aço aberto; e por timbre uma cabeça de serpe, de ouro, com uma das rodellas das armas na testa.

Outiz. Pov. e freg de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 52 fog. e 354 hab. A pov. dista 4 k. da séde do conc. Tem est. do caminho de ferro, na linha do Porto á Povoa e Famalicão, entre as de Gondifellos e Famalicão. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. O abbade de S. Pedro, de Esmeriz, apresentava o vigario, que tinha 8$000 de congrua e o pé d'altar. N'esta freguezia está a torre onde viveu Nuno Pires de Outiz e seu filho Gomes Nunes de Outiz. Este solar passou depois a Pantaleão de Sá e Mello.

Outoreça. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Ovil, conc. de Baião, distr. do Porto.

Outorella. Pov. na freg. de S. Romão, de

Carnaxide, concelho de Oeiras, districto de Lisboa. Fica entre Carnaxide e a Portella.

Outozêllo. Pov. na freguezia de S. Mamede, de Cepães, concelho de Fafe, districto de Braga.

Outrella. Pov. na freg. de Santa Maria, de Perozello, concelho de Penafiel, districto do Porto.

Outrello. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Vinha de Punhe, conc. e districto de Vianna do Castello. ‖ Santa Marinha, de Annaes, conc. de Ponte do Lima, do mesmo districto.

Outro lado da Ponte. Logar na freg. de Santa Maria, de Forjães, conc. de Espozende, distr. de Braga.

Outro Monte. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pedrogão Pequeno, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Outundada. Pov. do sobado de Mutano, na div. e conc. do Humbe, distr. da Huilla, prov. de Angola, Africa Occidental.

Ouveals Pov. na freguezia de S. Martinho do Bispo, concelho e districto de Coimbra.

Ouveença ou **Ouvença.** Termo antigo designando um officina destinada para os usos particulares d'uma casa. Em 1372 queixaram-se os prelados de Entre Douro e Minho ao rei D. Fernando I, porque os fidalgos, não querendo pousar nos paços e hospedarias, como costumavam, iam comer aos mosteiros, as suas *comeduras Vam pousar nas Clastas e Cameras dos Prelados, e nas Ouveenças dos Conventos, com seus cavallos e com as mulheres do segre (*meretrizes*) e com outras companhas.(*Documento de Alpendurada, de 1372). V. *Ovençal.*

Ouvidor. Juiz nomeado especialmente para funccionar junto de algum ministerio ou tribunal.

Ouvidor *(Quinta do).* Na freg. de S. João Baptista, de Palma, conc. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Ouvim. Pov. na freg. de S. Paio, de Besteiros, conc. de Amares, distr. de Braga.

Ouvinho. Pov. na freg. de Santa Leocadia, de Briteiros, conc. de Guimarães, districto de Braga.

Ouvinho de Cima. Pov na freg. de Santa Leocadia, de Besteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Ouzão. Pov. na freg. de S. Salvador, de Gandra, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Ouzarem. Pov. na freg. de Santa Olaia, de Sobrosa, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Ouzenda. Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Ouzende. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Ventosa, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Ovados. Pov. e freg. de S. Pelagio, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Rezende, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 275 fog. e 1:055 habitantes. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada na encosta da serra de Montemuro. A mitra apresentava o reitor, que tinha 600$000 réis de rendimento. E' terra muito fertil; tem bom vinho e bastante caça; cria bom gado. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9 com a séde em Lamego.

Ovadas de Cima. Pov. na freg. de S. Pelagio, de Ovadas, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Ovar *(Antonio da Costa e Silva, 1.º barão e 1.º visconde de).* Par do reino, ministro de Estado honorario, tenente general, commandante geral d'artilharia, commendador das ordens de N. S.ª da Conceição e d'Aviz; official da da Torre e Espada, condecorado com as medalhas britanicas de Nivelle e Orthez, etc. N. em Ovar a 25 de dezembro de 1782, fal. em Lisboa a 8 de julho de 1856. Era filho de José da Costa e Silva e de D. Leandra Pereira Ramos, proprietarios n'aquella villa. Seus paes o destinavam á advocacia, e o mandaram matricular se na Universidade de Coimbra no mez de outubro de 1798, para seguir o curso de Leis. Contava então 16 annos, ainda incompletos. Conhecendo, porém, dentro em pouco, que não tinha vocação para a advocacia, deixou a Universidade, e resolvendo seguir a carreira das armas foi assentar praça a 10 de setembro de 1801 no regimento de artilharia da côrte, que mais tarde passou a chamar-se 1.º regimento de artilharia. Dedicando-se então aos estudos n'essa epoca marcados para os officiaes d'aquella arma, a elles se applicou com tanto ardor e com tanto proveito, que não hesitou em profissionar conjuntamente a grammatica portugueza no Collegio Militar, que estava no seu começo, destinado aos filhos dos officiaes do regimento, por diligencias do coronel Antonio Teixeira Rebello, que muito se lhe affeiçoou. Em 1805 foi despachado 2.º tenente por opposição, sendo promovido a 1.º tenente em junho de 1807. Mezes depois as tropas francezas commandadas pelo general Junot, invadiam Portugal, e o nosso exercito era dissolvido. Costa e Silva passou então alguns mezes em sua casa, mas rebentando logo no anno seguinte a revolução contra o dominio estrangeiro, foi elle um dos primeiros a correr em defeza da patria. Em dezembro de 1808 marchou para Abrantes, d'onde passou a Thomar a reunir-se ao exercito denominado *d'Entre Tejo e Mondego*, e competiu lhe commandar a primeira artilharia que d'este exercito marchou para a frente, a juntar-se em Figueiró dos Vinhos ao batalhão de granadeiros da Extremadura, com o qual devia operar contra os francezes. Tendo este batalhão, por intrigas e manejos do inimigo, tomado armas contra os seus officiaes, foi o joven tenente d'artilharia quem conseguiu fazer voltar os soldados ao seu dever e suffocar a insubordinação. Passando depois a administrar em Thomar o deposito geral das munições de guerra do exercito, exerceu essa commissão até ao verão de 1809, anno em que foi mandado para a segunda bateria de reserva, que fazia parte do exercito commandado por Beresford. Com este general entrou em Hespanha no mez de agosto do referido anno de 1809, e até ao fim da guerra peninsular esteve sempre em algumas das suas divisões e operações. Na batalha do Bussaco, em 1810, commandou aquella bateria, e com ella se encontrou nas de Victoria, Nivelle e Nive, em 1813. Nas de Orthez e Tolosa esteve em 1814, commandando uma bateria de montanha. Assistiu aos combates de Hallet e Aire, ao bloqueio de Almeida em 1811 e aos sitios de Ciudad Rodrigo, onde foi ferido, e ao de S. Sebastião de Biscaia. Na ordem do dia teve

um elogio pela fórma como se portára; em novembro de 1813 foi promovido a capitão graduado pelos serviços prestados nas campanhas anteriores. Um anno depois, quando o seu regimento regressou de França com o exercito portuguez em agosto de 1814, foi-lhe dada a effectividade do posto de capitão, indo servir no regimento de artilharia aquartelado em Faro. Em 1815, quando Napoleão se evadiu da ilha d'Elba e entrou em França, as nações européas prepararam-se para a guerra, e em Portugal se organisou um exercito juntamente com outro inglez, que deveria dirigir-se á Belgica, sendo Costa e Silva encarregado do commando d'uma das baterias de artilharia, mas a derrota de Waterloo fez com que o exercito expedicionario se dissolvesse, e o joven capitão, em maio de 1815, voltou com o seu regimento para o quartel de Faro, e ali permaneceu até que, depois da revolução de 1820, foi escolhido para vir a Lisboa, em nome de toda a força militar do Algarve, cumprimentar a Junta Suprema do Governo do Reino. A sua antiguidade deu-lhe accesso em 22 de junho de 1821 á graduação de major, ficando effectivo n'esse posto em 26 de fevereiro de 1826, indo servir no 4.º regimento de artilharia, aquartelado no Porto. O marquez de Chaves havia-se revoltado, e o governador da provincia, o general Stubbs, mais tarde visconde de Villa Nova de Gaia, nomeou o major Costa Silva commandante da força de artilharia, que marchou contra os revoltosos. N'essa campanha entrou no combate da ponte de Amarante, no que se realisou com a divisão do marquez de Angeja entre Mesão Frio e a Regoa, e no da ponte do Prado, junto a Braga em 1827. Quando em 16 de maio de 1828 rebentou no Porto a revolução contra o infante D. Miguel, annuiu com o seu regimento, e fez parte do conselho militar que se organisou, sendo encarregado do commando superior de artilharia de campanha entrou nas acções de Morouços e da ponte do Vouga. Esta heroica revolução não progrediu, porque o governo provisorio, os generaes e alguns commandantes de corpos abandonaram no dia 2 de julho o exercito na sua retaguarda, achando se elle ainda na margem esquerda do rio Douro, ficando o exercito em pessima situação, faltando-lhe um chefe que o commandasse. Era para recear que os soldados, sabendo da fuga dos principaes chefes, debandassem, abandonando os officiaes á vingança do inimigo, ou commettessem algum acto mais iniquo, para se justificarem com os partidarios absolutistas. N'esta critica circumstancia, o major commandante d'artilharia Costa e Silva, prevendo aquelle triste desfecho, procurou o coronel de infantaria n.º 18, Henrique da Silva, depois visconde d'Alcobaça e que n'essa occasião era o official mais graduado que existia ali, e expondo-lhe a desgraçada posição em que estavam expostos, o aconselhou a ordenar immediatamente que o exercito passasse para a margem direita n'aquella mesma noite, 2 para 3 de julho, e antes de amanhecer estivesse no Porto, e mandando-o cortar a ponte, seguisse para Galliza, unico meio de salvar tanta gente compromettida. O conselho foi adoptado, o brigadeiro Quevedo Pizarro tomou o commando de toda a força, seguindo se depois a retirada para Galliza, tendo no caminho de sustentar um combate com algumas guerrilhas junto a Braga. Da Galliza passou Costa e Silva á Inglaterra com os outros emigrados, mapouco se demorou, porque em janeiro de 1829 embarcou em Plymouth com a expedição destinada para a ilha Terceira, commandada pelo general Saldanha. A opposição que a esquadra fez ao desembarque obrigou a expedição a ir aportar a Brest. Em junho d'esse anno renovouse a tentativa. D'esta vez foi seu commandante o conde de Villa Flôr, mais tarde duque da Terceira, que no dia 22, correndo grave risco de serem aprisionados pela esquadra de D. Miguel, conseguiu chegar ás praias d'aquella ilha. Entre esses bravos contava-se Costa e Silva, que foi logo escolhido para commandar o batalhão d'artilharia, que se formou ali, que instruiu e disciplinou. Assistiu á batalha da Villa da Praia em 11 de agosto do mesmo anno de 1829, commandando uma columna, e na primavera de 1832 passou á ilha de S. Miguel com o batalhão do seu commando, para fazer parte do exercito libertador que embarcou em 1 de julho, vindo desembarcar nas praias do Mindello em 8 do mesmo mez. Assistiu a toda a defeza das linhas do Porto; entrou no combate de Vallongo no dia 22 de julho de 1833, na batalha de Ponte Ferreira no dia 23, em que ficou ferido, ganhando pela sua bravura o grau de official da ordem da Torre e Espada; em 6 de agosto seguinte foi promovido a tenente-coronel, e em 21 de novembro do mesmo anno a coronel graduado. Tomou parte na sortida do Monte Crasto, na tomada de Covello, na sortida de Vallongo de 18 de agosto, e no combate de Areosa, em que foi contuso, e tendo succedido ao coronel Pacheco, chefe de estado maior da divisão de operações do norte, que falleceu na peleja, ficou-o substituindo, e n'essa qualidade assistiu, em 1834, ao combate de Santo Thirso e á batalha de Lixa, onde tornou a ser contuso, e finalmente no combate de Grijó. Durante esta serie de combates foi promovido a coronel effectivo a 25 de julho de 1833, e feito commendador da ordem de S. Bento de Aviz, em 30 de outubro do mesmo anno, pelos serviços prestados na defeza do Porto, contendo o diploma as mais honrosas phrases. Em 5 de setembro de 1837 foi promovido a brigadeiro graduado. Parte do periodo de 1834 a 1838 serviu no commando do seu regimento, e parte como inspector geral do Arsenal do Exercito, para que foi nomeado em novembro de 1835. Chegaram os acontecimentos de março de 1838, e o governo que precisava de militares destemidos e de provada lealdade, escolheu Costa e Silva para commandante d'uma brigada de infantaria, sob as ordens do conde de Bomfim, a qual teve de operar no dia 13 d'esse mez contra alguns corpos da Guarda Nacional, que estavam insurreccionados, e esteve no conflicto, que se deu, não só junto ao convento de Jesus, como depois no Rocio, hoje Praça de D. Pedro. Em junho do referido anno de 1838 recebeu convite do então ministro da marinha, visconde de Sá da Bandeira, para governador geral da provincia de Angola, cargo que não acceitou, e no anno seguinte, 1839, foi instado para fazer parte do ministerio, que tambem recusou. Em abril de 18 0 deixou o logar de inspector do Arsenal do Exercito, por ser nomeado commandante geral d'artilharia. Da fórma como se houve n'esse cargo, prova a mercê que

lhe foi concedida da commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição. Em agosto de de 1840 foi nomeado commandante d'uma parte da guarnição de Lisboa, para concorrer a debellar qualquer revolução que se intentasse na capital. Sem derramamento de sangue conseguiu Costa e Silva anniquillar a revolta que em 11 d'aquelle mez se apresentou em campo, surprehendendo e dispersando os amotinados, quando pretendiam arrombar o Arsenal do Exercito para se armarem. No seguinte mez de setembro coube-lhe marchar com uma brigada em perseguição do regimento de infantaria n.º 6, que se havia revoltado em Castello Branco, com o seu coronel Miguel Augusto. O bom exito d'essa tentativa deveu-se em grande parte á rapidez da marcha feita pelo brigadeiro graduado Costa e Silva da capital até Castello Branco, e successivamente sobre a Guarda. O decreto de 31 de julho de 1841, com que foi honrado com o titulo de barão de Ovar, é um dos mais honrosos diplomas, em que se diz que Costa e Silva serviu pelo espaço de 39 annos com muita honra, prestimo e acrisolada lealdade. Nos annos de 1842 e 1844 foi encarregado de inspeccionar os regimentos de artilharia e todo o material d'esta arma, existente nos differentes pontos fortificados do paiz; commissão que se não tinha ainda conferido ao commandante geral de artilharia, ou a qualquer outro official; e em 3 de agosto de 1845 foi promovido a brigadeiro effectivo. Vieram os successos de 6 de outubro de 1846 em Lisboa, e tendo-se de organisar um exercito para operar contra o movimento do Porto de 9 do citado mez, foi o barão d'Ovar nomeado para commandar a 1.ª divisão do exercito, cujo chefe era o marechal Saldanha Immediatamente partiu para Abrantes, onde esteve alguns dias, regressando então a Lisboa, por se haverem adoptado aqui novas disposições relativamente á organisação e commando do exercito de operações. Dispensaram-no então d'aquelle commando para o nomearem commandante da 1.ª divisão militar, de que tomou posse a 3 de novembro do mesmo anno. Seis dias depois, instado pelo visconde de Oliveira a tomar parte no ministerio, gerindo interinamente a pasta da guerra, novamente declinou esse elevado cargo, porém, posteriormente, a 20 de janeiro de 1847, sendo chamado pela rainha D. Maria II, e por ella instado, não pôde negar-se, e no dia seguinte appareceu a sua nomeação de ministro da guerra interino, cargo de que foi exonerado em 28 de abril, por ter caido o ministerio. A rainha concedeu lhe então as honras de ministro, apezar de o ter sido só interinamente. No 1.º de maio regressou ao antigo exercicio de commandante geral d'artilharia, e em 6 de junho foi promovido a marechal de campo. Por decreto de 25 de julho de 18 9 recebeu o titulo de visconde do Ovar, em duas vidas, em phrases muito elogiosas;e pela carta regia de 15 de dezembro do mesmo anno foi eleito par do reino. Em 27 de setembro de 1852 teve a promoção de tenente general graduado, ficando na effectividade d'este posto em 7 d'agosto de 1855. O visconde de Ovar casou em 13 de agosto de 1814, com D. Thereza da Conceição Oliveira, filha de Francisco José de Oliveira e de D. Maria Joaquina de Oliveira, proprietarios na villa de Farinha Podre, no districto de Coimbra.

Ovar. (*Antonio Maria Pereira da Costa, 2.º visconde de*). Par do reino por successão a seu pae, 1.º visconde do mesmo titulo (*V. o artigo antecedente*); general de brigada reformado, commendador da ordem de S. Bento de Aviz, cavalleiro d'esta ordem e da de Nossa Senhora da Conceição; condecorado com as medalhas n.º 1 das Campanhas da Liberdade, de bons serviços e de comportamento exemplar N. em 14 de agosto de 1818. Era habilitado com o curso de estado maior do artilharia, alcançando n'esta arma o posto de coronel, e reformando-se em general de brigada, aos 56 annos de edade, a 27 de outubro de 1874. Casou a 5 de setembro de 1855 com D. Maria Rita d'Oliveira Pinto da França, filha dos 1.ºs condes de Fonte Nova, Bento da França Pinto de Oliveira e D. Maria José Tovar da Costa. O titulo foi renovado em verificação da segunda vida, pelo decreto de 19 de agosto de 185 . Foi um dedicado membro do partido progressista.

Ovar. Villa da prov. do Douro, séde de concelho e de comarca, distr. de Aveiro, bisp. e Relação do Porto. Tem uma só freguezia. Orago S. Christovão. Está situada num valle, ao N da ria d'Aveiro, a 25 k. da cap. do districto. Assenta numa baixa, razão por que d'ella se não vêem outras povoações, e está rodeada de vastos pinheiraes que fôram plantados para se evitar a invasão das areias. O pequeno rio de Nossa Senhora da Graça, que a atravessa e divide em duas partes desiguaes, fertiliza os seus campos e faz mover varios moinhos de cereaes. A este rio se junta aqui o ribeiro da Senhora da Luz. Tem clima saudavel e solo fertilissimo em todos os generos agricolas do paiz. A maior parte da população vive da pesca, havendo tambem bastantes lavradores e alguns industriaes. Tem a villa um aspecto alegre e pittoresco e occupa uma area extensa com as suas sessenta e tantas ruas de casas, quasi todas de um só andar. A mais notavel é a chamada Rua da Praça, onde se encontram importantes edificações. A proveniencia do nome de Ovar não se sabe ao certo. Apontam-se varias etymologias, mas todas ellas mais ou menos duvidosas. Assim, uma versão diz que o nome da pov. teve origem no facto de ali irem pôr os ovos diversas aves aquaticas. Pinho Leal, no *Portugal Antigo e Moderno*, opina a este respeito porque, tendo ido ali estabelecer-se alguns marinheiros francezes do Var, da costa da Provença, elles, em memoria da sua terra, dariam ao logar o nome d'ella. Dizendo se a povoação *do Var*, facilmente se corromperia em *d'Ovar*. Aos naturaes d'aqui se chama *vareiros*, ou *varinos*, o que denunciaria uma derivação de *Var*. Accresce que em alguns documentos se lê indifferentemente Var e Ovar. Outra versão diz que o primeiro logar povoado da villa foi Cabanões, povoação situada em terreno um pouco mais elevado do que o restante. Tem a gente do povo do norte do paiz o habito de trocar em muitas palavras o *l* pelo *r*, e assim os pescadores de Cabanões, quando iam ao *valle*, em que posteriormente foi edificada a villa, diriam: —*Vou ao var*, *venho do var*—e muito simplesmente, por esta razão, de *valle* se teria feito *var* e por fim *Ovar*. Pretende-se que os habitantes de Ovar, chamados *vareiros* ou *varinos*, descendem d'uma colonia de pelasgios que invadiram pacificamente a Lusitania pelo anno de 1372, antes

de Christo, e fundaram varias povoações, mas nada prova que elles se tivessem estabelecido em Cabanões, e Ovar, que é de fundação mais recente. Comtudo reconhecem-se grandes traços de affinidade entre os pescadores provençaes, descendentes da raça pelasgiana, e os caracteres typicos do varino. Data do anno de 922 a noticia mais antiga que se conhece d'esta povoação. Nesse anno D. Ordonho II de Leão, os condes D. Lucidio Vimarães e D. Rodrigo Lucidio e outros fidalgos da côrte d'aquelle rei, doaram ao mosteiro de Castromire (Crestuma) muitas rendas, propriedades e egrejas, e, entre estas, as de S. Donato e S. João *no porto de Ovar*. Esta villa, ficando na extremidade meridional da Terra da Feira, era ainda no seculo XVIII uma freg. do conc. e com. da Feira. Como quasi toda a circumscripção denominada *Terras de Santa Maria* era do senhorio dos condes da Feira. No reinado de D. Maria I, pela extincção do ramo primogenito dos Pereiras Forjaz, condes da Feira, a maior parte das propriedades, rendas e fóros que formavam este apanagio, passou para a Casa do Infantado. O territorio de Ovar fez portanto successivamente parte do condado do Porto desde o seculo IX; depois de Coimbra, de Barcellos, da Feira, e por fim da Casa do Infantado. Pertenceu correspondentemente á diocese portuense, depois á de Coimbra, voltando á primitiva no tempo de D. Thereza, mãe de D. Affonso Henriques, sendo bispo D. Hugo e summo pontifice Paschoal II. A egreja foi, a principio, do padroado secular, cujo direito pertencia á côrte de Leão; seguidamente do mosteiro de Santa Marinha de Crestuma, da mitra e cabido, da real corôa, outra vez da mesa episcopal e capitular, e do cabido sómente, depois do meado do seculo XV até á promulgação dos decretos de 30 de julho de 1832 e de 5 de agosto de 1833 que extinguiu todos os padroados ecclesiasticos. No

Brazão e egreja matriz de Ovar

forense esteve Ovar sob a jurisdicção do alvazir e alcaide mór do castello da Feira, do corregedor de Coimbra, do provedor da comarca de Esgueira, do ouvidor do condado, e juiz ordinario. Mais ao deante do provedor de Aveiro, do corregedor da Feira, dos juizes de fóra e de direito de Oliveira d'Azemeis, sendo então julgado ordinario até se instituir em comarca. No militar estava sob o mando do castello da Feira e do fronteiro d'ella; do general commandante da provincia da Beira; do governador das Armas do partido do Porto; e do capitão-mór da villa e concelho. No administrativo obedecia ao prefeito da provincia do Douro, que se estendia até Condeixa, no extremo do sul; ao sub prefeito da Feira, a que tambem obedeciam Arouca e Paiva; ao governador geral e governador civil do districto; e ao provedor do concelho, substituido depois por administrador. O cabido da sé do Porto apresentava o vigario, collado, que mais tarde foi abbade, tendo 600$000 réis de rendimento annual, afóra os benesses, que eram muito rendosos, ascendendo tudo a 800$000 réis. Este padroado da egreja de S. Christovão de Cabanões, e depois de Ovar, veiu ao poder da sé portuense, sendo bispo D. Vicente, por escambo feito entre o mesmo bispo, com seu cabido, e o rei D. Affonso III, em agosto de 1320. Por este escambo, o rei deixou ao bispo e cabido a egreja de Ovar, recebendo em troca o padroado da egreja de Santa Maria do Lamegal. Em virtude d'esta troca cessaram as pendencias que até então havia entre o rei e a egreja do Porto. Depois o rei D. Diniz confirmou este contrato por carta regia de 20 de junho de 1330 (9 de junho de 1292 da era de Christo). Em 1446 o bispo D. João de Azevedo expoz ao cabido que, sendo as egrejas de S. Christovão, de Ovar, e Santa Maria, de Campanhã, ambas de apresentação da mitra e cabido, acontecia que quando alguma vagava, e o prelado se não conformava com o cabido, na nomeação do parocho, se davam divergencias desagradaveis. Concordaram em nomear uma commissão, que se compoz dos conegos, Mem Rodrigues, Affonso Vicente, e Esteves Annes, para indicar o melhor modo de se evitarem duvidas para o futuro. Vieram por fim a uma concordata, feita em 12 de setembro de 1465, confirmada pelo metropolitano de Braga, pela qual as egrejas de Campanhã e S. Vicente de Guimadella ficaram *in solidum* para o bispo e seus successores, e a de Ovar para a mesa capitular, porém o reitor seria confirmado pelo ordinario. O pontifice Paulo II confirmou esta concordata pela bulla *Pastoralis officii*, de junho de 1468. Ovar teve foral dado por D. Manuel em 10 de fevereiro de 1514, abrangendo Ações, Cabanões, Granja, Guilhovai, Sande, Sandoado, Val de Cabras e Ulvar. Por varios motivos julgaram alguns autores que Ovar nunca tivera foral. Para esta presumpção contribuiu o foral da Feira que menciona a freguezia da Arada, pertencente ao concelho de Ovar, e que a de Pereira Juzã não está incluida porque era villa e tinha foral proprio, que lhe fôra dado por D. Manuel em Lisboa, em junho de 1514. Faltando aquelle foral no archivo da camara, determinou o ouvidor da comarca, em audiencia geral de correição do anno do 1740, que o houvesse no dito archivo, razão por que os officiaes da mesma camara pediram a el-rei D. João V lhe mandasse

tirar o traslado da Torre do Tombo, o que lhes foi concedido por provisão de 15 de agosto de 1741. Vê-se do foral que certos logares que ora fazem parte da parochia não existiam ainda, pois não teem titulo, e que em Ovar propriamente dito havia apenas alguns casaes e muitas vinhas, de que não restam vestigios. O cabido do Porto tinha em Cabanões uma adega para recolher os dizimos d'aquelas vinhas, o que prova a grandeza da cultura. Em tempos anteriores havia em Ovar marinhas de sal, pois o mosteiro de Grijó recebia de fóros dos seus casaes de Cabanões e da marinha de Ovar 60 alqueires de sal, e uma certa quantia em dinheiro, mas, pelo foral de 1514, ficaram os fóros reduzidos unicamente aos 60 alqueires de sal. Um documento que mostra bem o desenvolvimento da parte baixa da villa, é o seguinte: «D. Filippe, etc., etc., faço saber aos que esta minha carta virem que os pescadores e arraes da villa de Ovar me enviaram dizer por sua petição que o açougue que havia na dita villa não bastava mais que para os officiaes rá dado juramento dos Santos Evangelhos na camara da dita villa pelos officiaes d'ella, que bem e verdadeiramente o faça. E sobejando alguma carne, depois dos ditos pescadores serem providos da que houverem mister, se repartirá pelo povo a quem a comprar. E mando, aos ditos officiaes da camara e mais justiças, officiaes e pessoas a que o conhecimento d'isto pertencer, que cumpram e guardem esta carta como nella se contem.» Feita em Lisboa a 30 de outubro de 1615. Este açougue foi estabelecido na então Ribeira, sitio da Ruella, e assim tomou incremento a povoação n'esta parte. A mudança da egreja, de S. João de Cabanões para o local onde actualmente existe, devia ter-se effectuado por uma epoca approximada, pouco antes, talvez nos fins do seculo XVI. E' a egreja matriz da villa um grandioso templo digno de notar-se. Tem a frontaria um aspecto de severa grandeza, e as suas duas torres são encimadas por uns pequenos zimborios de pedra que dão a impressão de um bacinete medieval. Defronte da egreja ha um adro

Camara Municipal de Ovar

da camara, escudeiros e gente nobre d'ella. E por esse respeito elles supplicantes por virem tarde aos sabbados e domingos pela manhã não achavam carne para tomar, de maneira que passavam necessidade d'ella. E queriam dar a isso remedio por serem mais de duzentos pescadores e terem açougue apartado porque com isso seria a terra melhor provida de carne. E me pediam lhes fizesse mercê de haver por bem que pudessem ter o dito açougue. E receberiam mercê. E visto por mim seu requerimento e causas que allegam e informações que se ouve pelo provedor da camara da villa da Esgueira; e o que por elle constou e seu parecer, hei por bem e me praz que elles possam ter na ribeira da dita villa do Var, d'aqui em deante, açougue e carniceiro obrigado, que lhes corte e dê nelle carne pelos preços por que se cortar no açougue geral da dita villa, como pedem, sem embargo da ordenação que defenda o contrario; os quaes pescadores elegerão entre si uma pessoa de boa vida e costumes, que lhes reparta a dita carne, á qual se- arborisado, limitado por um muro alto, tendo accesso por uma ampla escada. Tem o templo tres naves e sete altares. O altar-mór tem uma boa tribuna, bem lançada, onde estão assentes entre columnas, á parte da Epistola, a imagem do santo patrono, e á parte do Evangelho a de N. S.ª do Carmo. A' face e aos lados do cruzeiro estão os altares da Senhora do Rosario, á direita, e da Senhora do Pilar, á esquerda, onde se collocou a imagem do Sagrado Coração de Maria. Ambos os altares são de fabrico antigo e de curiosa e excellente talha. Os altares collateraes são: um, de S. Bartholomeu, e o outro do Senhor da Agonia, bella imagem vinda de Roma. No fecho do arco vê-se o escudo dos Mattos Soares. Ao lado do altar está a seguinte inscripção: «Esta capella é de Salvador de Mattos Soares, e de seus herdeiros, mandou-a fazer seu filho o Prior de Carregosa, anno D. 1670.» Fronteiras uma á outra estão as duas lindas capellas do Sacramento e do Passo. Esta é privilegiada por breve de Gregorio XVI passado a 8 de abril

de 1842. Junto do Passo fica a sacristia chamada do Senhor, a qual tambem é dos Passos e da Senhora do Rosario, tão ampla como a egreja. Possue o coro da egreja um orgão que lhe foi doado em 1862 pelo sr. Antonio Ferreira Meneres, filho de Ovar, negociante na praça do Porto. Tambem seu pae, que tinha egual nome, abrilhantou bastante o culto neste templo. Na sacristia está o seu retrato. O altar do Santissimo Sacramento foi privilegiado por indulto apostolico de Clemente XIII em 24 de julho de 1750, a instancias do vigario João Bernardino Leite de Sousa. Espalhadas pela villa estão varias capellas com os passos da Paixão de Jesus Christo. O 1.º é como se disse na egreja matriz, do lado do Evangelho, o 2.º junto á escola conde de Ferreira, ao principio da rua da Fonte; o 3.º na mesma rua; o 4.º na rua da Praça; o 5.º na praça da villa; o 6.º no bairro de S. Thomé, onde houve uma antiga capella que foi da Casa do Infantado; e o 7.º é o Calvario, na capella de S. Pedro, que se encontra em sitio elevado. As figuras d'esta ultima estação são de boa esculptura e quasi de tamanho natural. As capellas, particulares e publicas, estão todas sujeitas á jurisdicção parochial. D'estas ultimas enumeram-se por mais importantes as seguintes: *Nossa Senhora da Graça*, capella grande e bonita, revestida de formosos azulejos, e o tecto forrado de paineis pintados a oleo. Tem tres altares. Está ao meio da ponte, entre os dois rios. *Santo Antonio*, na praça, construida em 1693. Tem tres altares, e é grande. *Santa Catharina*, muito antiga, na Ribeira. *Almas*, muito espaçosa, no largo dos Campos, começada em 1800, acabou-se em 1817. *S Pedro*, da irmandade do Senhor dos Passos, é majestosa pela sua architectura. Tem tres altares, estando no principal o Calvario. *S. Sebastião*, que fica a O da linha do caminho de ferro, a cem metros da estação. Venera-se aqui tambem S. Gonçalo. *S. João Baptista*, em Cabanões. Consta que foi a primitiva matriz da povoação. Está situada num bonito largo, orlado de casas, e com alguns antigos carvalhos. Neste largo, ou alameda, se faz uma feira mensal. *S. Miguel Archanjo*, tambem situada num largo onde mensalmente se faz a feira de gado bovino e cavallar. Foi edificada em 1711. *S. Donato*, no logar do mesmo nome. Consta ter sido a egreja de um mosteiro de monges benedictinos, que no seculo XI se incorporou no de Castromire. Parece que foi tambem egreja parochial de uma antiga e pequena freguezia. *S. Domingos*, na aldeia do Sobral. *Nossa Senhora da Piedade (antigamente Bom Jesus da Piedade)*. Está edificada no vasto areal do Afuradouro, vulgo *Furadouro*, bella praia de banhos. (*V. este nome)*, que fica a 4 kilometros a OSO da villa. Tem apenas 3 metros de comprimento por outros tantos de largura. Está quasi enterrada na areia. *S Lourenço*, ermida á entrada da rua Nova das Figueiras, foi edificada em 1746, tendo se acabado em 1755. Tem a villa um alto edificio antigo, de singelas linhas architectonicas, o hospital; e um bello edificio moderno, o dos paços do concelho O hospital tem na fachada da frente e no andar nobre sete amplas janellas, sendo a do centro, de varanda de ferro, encimada por um escudo de pedra ornamental, que tem os castellos, as quinas do escudo nacional e é sobrepujado por uma grande corôa real. Foi mandado construir por provisão de 5 de outubro de 1801, attendendo a representações do parocho—João de Sequeira de Monterroso e Mello—, e no anno de 1814 fôram admittidos os primeiros doentes. Foi definitivamente inaugurado por provisão de 3 de dezembro de 1821. A primeira provisão mandou construir o hospital pelo accrescimo das sizas, mas sendo insufficientes estes meios, foi por outra provisão, de 30 de junho de 1802, imposto um real no vinho que se vendesse aquartilhado. A planta do edificio foi traçada em Braga em 1799. Possue Ovar duas pontes dignas de menção, a dos Pellames e a do Casal. Esta ultima, embora construida como a outra no seculo XIX, tem um certo cunho de poetica vetustez e impõe-se ao apreço das pessoas illustradas por uma passagem do lindo romance de Julio Diniz *As pupillas do sr. reitor*. O talento do admiravel escriptor, que soube crear os mais bellos romances da vida provinciana em Portugal, deu áquellas pedras ennegrecidas da velha ponte uma encantadora e inolvidavel celebridade. Foi em Ovar, numa casa do Largo dos Campos, que Julio Diniz começou a escrever as *Pupillas* em junho de 1863. Na ponte do Casal ha uma extensa inscripção, que diz ter sido a obra acabada em 1825, em 21 de abril, a requerimento da camara de Ovar. São numerosas as pontes existentes na villa. Além das referidas ha as seguintes: *Da Graça*, a mais central e de mais transito, construida em 1710 e renovada em 1866. Da *Ponte Nova*, que do logar d'este nome conduz para o de S. João, feita em 1760. Do *José do Pinho*, mandada fazer por provisão de 13 de junho de 1786. De *Reada*, ou do *Forno da Cal*, construida na mesma epoca. Da *Ilha*, que está proxima da ermida de Santa Catharina, e foi construida á custa dos proprietarios das terras da Ilha, e da boca do rio, os quaes a fecharam, deixando apenas franca a passagem de pé. A camara a abriu inteiramente ao publico, a pretexto de ter sido levantada em terreno commum. Da *Granja*, que foi principiada em 1827. Está lançada sobre o ribeiro das Luzes, que passa no logar da Granja com o nome de Rio Maior. Do *Carregal*, sobre um regato sem importancia. A da *Barrinha*, de madeira, feita em 1806, e que teve curta duração. Em 1853 projectou-se nova ponte. Houve em Ovar, uma albergaria, chamada *casa de peregrinos*, fundada em 1700 pela familia Pereira de Campos junto ao curral do concelho. Em 1868 demoliu se uma antiga casa acastellada pertencente ao Infantado Com os seus materiaes e no mesmo logar se construiu no anno seguinte a casa da escola primaria com o legado do conde de Ferreira. Tem a villa dois chafarizes que merecem menção: O do Largo Serpa Pinto, que tem grandeza e um certo ar monumental, e o do hospital, denominado Fonte do Hospital, a pequena distancia de pinhaes. E' esta ultima de bella apparencia. Por baixo das armas reaes tem gravada a inscripção: *Ut aqua ista belle fluat, Ioannes Maria d'Abreu Castello Branco, hujus oppidi Protor una cum Senatu curabit.* Ha a fonte ferruginosa dos Pellames, e ainda outras, sendo a mais antiga a da Ruella, situada na margem esquerda do ribeiro das Luzes. Ovar pertence á 5.ª div. militar, 9.ª brigada, grande circumscripção militar do Centro, e ao distr. do recrut. e reser-

va n.º 24, com a séde em Aveiro. Tem escolas para ambos os sexos, officiaes e particulares; estação telegrapho postal de 1.ª classe, com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras, obrigações e vales; agencias bancarias, funerarias, de seguros e de vapores; hospital, hoteis, etc.; associação de bombeiros voluntarios; varios teares, tinturaria, telha, conservas, licores, de distillação, moagem, e loiça; pharmacias; companhas de pesca; constructores de embarcações; guarda fiscal; livraria, photographia e typographias; commercio de azeite, cal, areia e tijolo, cereaes, farinhas, fazendas, instrumentos de musica, loiça, madeira, moveis, ovos, peixe, sal e vinho; serralharias, tanoarias, vaccaria; ourivesarias; theatro da associação dos bombeiros voluntarios; estação do caminho de ferro, na linha de Norte, no sitio de S. Sebastião. Proximo da estação está o cemiterio da villa. De Ovar ha diversas carreiras de diligencias para Couto, Oliveira de Azemeis, Cambra e Arouca. Feiras mensaes de gado vaccum e

Antigo trajo da mulher de Ovar

suino a 12, de gado vaccum e cavallar a 24 e a 29, e a 13 em Vallega. E' importante em Ovar a industria e commercio da engorda do gado bovino, e são numerosas as suas fabricas de loiça de barro vermelho. Faz commercio de rendas e esteiras e chamam a attenção do forasteiro as montras das lojas dos ourives, com as grandes arrecadas e os enormes corações de filigrana de ouro, adorno dilecto das ovarinas. São notaveis e fôram já muito apreciados os bordados a branco de Ovar. As rendas de bilros quasi rivalisavam pelo desenho e pelo primor da execução com as de Peniche, tão celebradas. O antigo trajo da mulher de Ovar é muito interessante. Na nossa gravura falta a capa, que, sobre as roupinhas, completava o vestuario. A saia é que já não era do typo antigo, por isso damos só o busto. E' de notar o grande chapéo de enormes abas, muitas vezes presas á copa por cordões com borlas. Ovar, que no seculo XVIII era freguezia do concelho e comarca da Feira, foi depois elevada a concelho, composto unicamente da sua freguezia, que não era pequena. Mais tarde o concelho, que constituia tambem comarca, era composto de 4 freguezias: Arada, Ovar, S. Vicente de Pereira e Vallega. O brazão d'armas de Ovar é uma villa fortificada, e no alto do escudo a imagem de Nossa Senhora, a meio corpo, com o Menino Jesus nos braços, entre nuvens. O concelho compõe-se actualmente de 7 freguezias, com 24:978 hab: 10:984 do sexo masc. e 13:994 do fem.; Arada (S Martinho), com 1:794 hab.: 852 do sexo masc. e 942 do fem.; Cortegaça (Santa Marinha), com 1:731 hab.: 787 do sexo masc. e 944 do fem.; Esmoriz (Santa Maria), com 3:017 hab.: 1:377 do sexo masc. e 1:640 do fem.; Maceda (S. Pedro), com 1:919 hab.: 874 do sexo masc. e 1:045 do feminino; Ovar (S. Christovão), com 10:582 hab.: 4:478 do sexo masc. e 6:194 do fem.; S. Vicente de Pereira (S. Vicente), com 1:297 hab.: 563 do sexo masc. e 734 do fem; e Vallega (Santa Maria), com 4:638 hab.: 2:053 do sexo masc. e 2:585 do feminino. Tem sido aqui publicados os seguintes jornaes: *Discusão (A)*, 2 de julho de 1895 (em publicação); *Folha de Ovar (A)*, 18 de fevereiro de 1892; *Maluco da Provincia (O)*, 25 de julho de 1886; *Ovarense (O)*, 24 de julho de 1883 (em publicação); *Povo de Ovar*, 25 de junho de 1886. || Bibliographia: *Memorias e datas para a historia da villa de Ovar* por João Frederico Teixeira de Pinho (obra posthuma), Oliveira de Azemeis, 1881; *Os serões*, revista, Lisboa, fevereiro e agosto de 1906.

Oveiras. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Nespereira, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Oveiro. Pov. na freg. de S. Martinho, de Ovoa, concelho de Santa Comba Dão, districto de Vizeu.

Ovelão. Pov. na freg. de Santa Maria, de Ul, conc. de Oliveira de Azemeis, districto de Aveiro.

Ovelha. Rio do distr. de Villa Real. N. na freg. de Campanhó, corre na direcção de SE, passa nas freguezias de Ovelha do Marão e Jazente, e entra no rio Tamega, um pouco acima de Marco de Canavezes, com 30 k. de curso. || Serra do distr. de Villa Real. E' uma ramificação da serra do Marão, em direcção NE a SO. Tem 7 k. de comprimento, 5 de largura e 358 m. d'altura.

Ovelha do Marão. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Amarante, distr. e bisp. do Porto, que é hoje conhecida pelo nome de *Aboadella* (V. *este nome*). Tem 211 fog. e 788 hab.; escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. Foi villa e couto, sendo uma das 10 *behetrias* d'este reino (V. *Portugal*, vol. II, pag. 234). Está situada ao fundo da vertente occidental da serra do Marão. O D. abbade do mosteiro benedictino de Pombeiro apresentava o reitor, que tinha 250$000 réis de rendimento. D. Sancho I deu foral a *Hermêlo* e *Ovelhinha* (Ovelha do Marão) em Guimarães, no mez de abril de 1196, o qual D. Affonso II confirmou, em Santarem, em março de 1212. El-rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 3 de junho de 1514. No foral de D. Sancho I se determina que deve pagar cada casal *seis ferros* por anno, para a corôa. Não se sabe hoje, com certeza, o que eram estes ferros; dizem uns que era uma barra de ferro, e outros que era uma ferradura. A verdade é ser esta renda paga só-

mente nas terras onde havia minas de ferro em lavra, e em varias partes do Marão se exploravam minas d'este metal, de que ha ainda vestigios, segundo se diz, e varios documentos. Em 9 de maio de 1809 houve aqui um combate entre as tropas portuguezas e francezas. Tres corpos de cavallaria portugueza derrotaram completamente os francezes, os quaes se retiraram para Hespanha, onde entraram logo a 17 d'esse mez.

Ovelheiras. Pov. na freg. de S. Silvestre, de Chãos, conc. de Ferreira do Zezere, districto de Santarem.

Ovelhinha. Pov. na freg. de Santa Maria, de Gondar, conc. de Amarante, districto do Porto.

Ovençal. Segundo uns autores, era o individuo que tinha a seu cargo os mantimentos, despensas e cozinha n'uma grande casa ou corporação. Corresponde, pouco mais ou menos, ao actual cargo de despenseiro, provisor, ou vedor, de tudo que pertence á ucharia. Segundo outros autores, «ovençaes eram uns homens que tinham cargo de arrecadar as rendas de el-rei, ora suas, ora de arrendamentos.» Assim o encontrou definido Viterbo no antigo foral de Santarem. Acham-se referencias a *ovençal* ou *avençal* (talvez cobrador de rendas por *avença*) em documentos do seculo XIV de Coimbra e das côrtes de Santarem.

Ovial. Pov. na freg. de S. Vicente, de Paços, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Ovil. Pov. e freg. de S. João Baptista, da provincia do Douro, conc. e com. de Baião, distr. e bisp. do Porto; 560 fog. e 1:508 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. A egreja parochial dista 13 k. da séde do conc. O cabido da sé do Porto e o senhor de Baião apresentavam alternativamente o reitor, que tinha 150$000 réis de rendimento. A terra é fertil; tem bom vinho, cria gado e bastante caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao districto de recrut. e reserva n.º 13, com a séde em Villa Real.

Ovinho. Pov. na freg. de Santa Leocadia, de Briteiros, conc. de Guimarães, districto de Braga.

Ovoa. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Santa Comba Dão, distr. e bisp. de Vizeu; 255 fog. e 1:101 habitantes. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Dista 2 k. da séde do concelho e está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Dão. O real padroado apresentava o prior, que tinha 300$000 réis de rendimento. D. João I por sua carta de Santarem em 3 de setembro de 1385 doou em tença a terra de Ovoa a Gonçalo Fernandes de Figueiredo, com todas as rendas e direitos, da mesma fórma que a tinha João Homem. Por carta de Evora em 4 de agosto de 1388 doou a Fernão Gonçalves, dito de Leiria, a mesma terra «que de nós tinha Gonçalo Fernandes, seu irmão que se ora morreu», na mesma fórma e nas mesmas condições que a precedente. A terra é fertil. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Owen (*Hugo*). Official inglez, que serviu no exercito portuguez na guerra da Peninsula. N. em 27 de maio de 1784, fal. em 17 de dezembro de 1860. Tinha 19 annos quando começou a sua carreira militar como capitão dos voluntarios de Shropshire. Sendo muito protegido pelo marechal Bumbermere, entrou em 1806 como official no 16 de Dragões Ligeiros, e com este regimento e com o 14 da mesma arma, veiu unir-se em 1809 ao exercito de Portugal commandado por lord Wellington. Tomou parte distincta nos combates de cavallaria de Albergaria, de Grijó, do Porto, e na batalha de Talavera, commandou os esquadros de escaramuça do 14 e do 23 de Dragões Ligeiros. Em 1810 foi nomeado capitão de cavallaria, e mandado servir no exercito portuguez commandado por Beresford. Este general o nomeou ajudante de campo de sir Henry Fane, que commandava a retaguarda da divisão do general Hill na sua retirada para as linhas de Torres Vedras. N'estas linhas esteve como major de brigada da divisão de cavallaria portugueza, commandanda por sir Loftus Otway, passou depois a ser major de brigada de outra divisão de cavallaria, commandada pelo general Benjamim d'Urban. Distinguiu-se em 1813 na batalha de Vitoria, e foi promovido a major, e n'esse posto se conservou até ao fim da campanha. Sendo tenente-coronel, foi encarregado em 1815 de organisar solidamente o 6 de cavallaria, e tão efficaz foi o seu commando que este regimento se tornou depois o famoso regimento dos *Dragões de Chaves*. Em 1820 acompanhou lord Beresford ao Rio de Janeiro e, sendo enviado a Portugal com o posto de coronel e a nomeação para commandante do 4 de cavallaria, ao chegar a Lisboa encontrou a revolução triumphante, e soube que estava desligado, como os outros officiaes, do serviço portuguez. Recolheu-se então á vida particular. Em 1832, D. Pedro IV, quando se lançou na aventura do Mindello, pediu-lhe que o acompanhasse com o posto de official general, exercendo algum commando ou servindo directamente ás suas ordens como ajudante de campo. Hugo Owen acceitou, mas entendeu que devia solicitar primeiro consentimento do seu governo, e o seu governo lh'o recusou. Voltou então á sua vida particular, mas continuou a ter por Portugal o mais vivo affecto, conservando aqui relações e interessando-se bastante pelas nossas cousas para escrever e publicar em 1836, em Londres, na lingua portugueza e ingleza a seguinte obra: *A guerra civil em Portugal, o sitio do Porto, e a morte de Dom Pedro, por um estrangeiro*. Esta obra, segundo consta, foi tambem traduzida em francez e allemão. Hugo Owen era commendador da ordem de Aviz, cavalleiro da Torre e Espada, e condecorado com todas as medalhas da Guerra Peninsular. Casou no Porto a 20 de dezembro de 1820 com D. Maria Ritta da Rocha Pinto Velho da Silva, filha de Thomaz da Rocha Pinto, negociante da praça do Porto, já viuva de Manuel Velho da Silva. D'este matrimonio, entre outros filhos, houve Hugo Owen, que foi o 1.º barão da Torre de Pero Palha. V. *este titulo*.

Oxel. Freg. e regedoria da Senhora do Mar, do conc. e com. de Bardez, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada proximo do rio de Chaporá. || Povoação da circumscripção de Calém, no commando militar e conc. de Sanguém, distr. de Gôa, na India.

Oxelbaga. Pov. do conc. de Pernem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India.

Oyan. Pov. e freg. de S. Simão, da prov. do Douro, conc. de Oliveira do Bairro, com. de Anadia, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 927 fog. e 3:557 hab. Tem duas escolas para o sexo masc. e uma para o feminino, e correio com serviço de posta rural. Está situada na estrada que vae de Aveiro a Oliveira do Bairro. O vigario de Espinhel apresentava o cura, que tinha 200$000 rs, Em tempos muito remotos, cuja data se não póde precisar, pertenceu esta freguezia a S. Pedro de Paradella, logar importante da freg. de Espinhel, do conc. de Agueda. Parece, portanto, que o referido logar de Paradella foi em tempo muito antigo séde de freguezia, antes de pertencer á de Espinhel. Ha um antigo documento, em que se lê o seguinte: «que supposto algum tempo davam ao parocho os casaes alqueire e meio de milho, e os viuvos e viuvas, ou solteiros ou solteiras tres quartas, foi porque estava esta freguezia sujeita a Sam Pedro de Paradella, que ainda hoje lá se conserva o adro, e seria então o numero de 80 fogos, e era aqui uma capella, etc.» D'este documento póde deduzir-se que Paradella foi freguezia, não querendo imaginar-se, que Oyan só ali estivesse sujeita para o caso de no referido adro se sepultarem os defuntos. Pelo andar do tempo, conforme o citado documento, Oyan separou-se de Paradella, constituindo-se freguezia independente. O que o documento affirma é que as pessoas fallecidas em Oyan eram enterradas no adro da egreja de Paradella, dizendo que era ali o seu adro, e uma tradição constante tem conservado este facto na memoria dos dois povos. Mais tarde, ignorando-se em que tempo, a freg. de Oyan passou a ser sujeita á de Espinhel, talvez na mesma occasião em que o logar de Paradella, deixando de ser parochia independente, tambem a ella se sujeitou, mas o curato de Oyan augmentou tanto que em 1798 era já muito maior que a egreja matriz de Espinhel, e o parocho d'esta freg., Francisco Tavares da Silva, requereu ao vigario geral de Aveiro licença para mudar a sua residencia para Oyan. O vigario negou-lh'a, baseando-se na falta do consentimento do padroeiro da matriz e resposta do povo d'esta e da filial. Francisco Tavares da Silva appellou para Braga, e a sentença foi revogada com o fundamento de que o padroeiro não ficava prejudicado nem os moradores d'ambas as freguezias, «sendo superfluo ouvil-os, visto que nunca podiam decidir da utilidade, que resulta á Egreja de similhantes transitos.» A sentença tem a data de 5 de março de 1798, e é assignada por Peixoto, Silva e dr. Couto Ribeiro. O vigario Tavares da Silva passou n'esse mesmo anno para a freg. de Oyan, onde esteve até 1834 exercendo as funcções de parocho n'esta ultima freg. por espaço de 36 annos. Hoje Oyan possue uma egreja nova. Na antiga estava a capella-mór encostada á actual residencia parochial, havendo uma porta que a punha em communicação com aquella, passando-se por baixo do throno. Essa egreja foi demolida, sendo parte dos seus materiaes vendidos á Junta de Parochia de Fermentellos, que os empregou na construcção do seu novo templo. A outra parte tinha sido empregada na capella-mór da egreja nova d'Oyan, que se demoliu por se considerar pequena, e não lhe caber um retabulo da egreja de Sant'Anna, de Coimbra, que fôra concedido a Oyan. D'essa egreja vieram mais dois retabulos para dois altares lateraes, as pinturas do côro, as cadeiras e a pia d'agua benta. Por cima da porta travessa do antigo templo, gravada na verga da mesma porta, lia-se a seguinte inscripção:

FEITA EM 21 DE MAYO DE 1756 ĀS.

Esta inscripção, bem se vê, que não podia referir-se á edificação da primitiva egreja, que por documentos mais antigos provam bem que ella já existia, no mesmo local, antes da mencionada data. A inscripção devia dizer respeito a qualquer reedificação, assim como outra, que se via por cima d'ella, relativa ao anno de 1805, mandada esculpir na parede por Bernardo dos Santos. Na antiga egreja só havia de notavel a cadeira parochial. A freg. possue uma custodia, que póde tambem servir de calix, obra de valor, que já figurou n'uma exposição de arte sacra em Aveiro. A actual egreja parochial foi começada a construir em 1892 pelo parocho, que n'esse mesmo anno falleceu, José de Mello, sendo inaugurada no dia 27 de outubro de 1901, assistindo o bispo-conde de Coimbra, D. Manuel Correia de Bastos Pina, prégando na festividade o bem conhecido orador sagrado o P. Francisco Patricio, da cidade do Porto. A freg. tem hoje 21 logares; são os seguintes: Oyan, Regatinho, Agras, Carris, Lavadouro, Rego, Penães, Gesta, Barreirinhas, Silverio, Ervedal, Furadouro, Silveira, Malhapão, Pedreira, Carro Quebrado, Aguas Boas, Pousios, Cruzes, Ramalheiro e Juntas. A pov. é atravessada pelo caminho de ferro, e tem um apeadeiro que dista da egreja parochial cêrca de 1 k. A terra é fertil em todos os generos agricolas do paiz, sobre tudo em optimo vinho, que exporta, assim como feijão, arroz e cortiça; importa trigo e milho, que tambem produz, mas não chega para o consumo da população. Cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. Esta freg. foi annexada ao conc. de Agueda pelo decreto de 21 de novembro de 1895, que supprimiu o de Oliveira do Bairro, mas voltou para este conc. que foi restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898.

Oys do Bairro e **Oys da Ribeira**. V. *Ois*.

Ozenda. Pov. na freg. de S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Ozendo Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Quadrazaes, conc. de Sabugal, distr. da Guarda.

Ozezar. Antigo nome do rio Zezere. V *este nome.*

Ozorim. Pov. e regedoria do conc. de Pernem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada na margem direita do rio de Chaporá. A regedoria comprehende tambem a pov. de Tuém.

P

Paca. Pov. do sobado de Quipaca, no conc. do Egito, distr. de Benguella, prov. de Angola, Africa Occidental.

Paçam. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João da Fontoura, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Paçanha (*Lourenço Pires Secco*). Beneficiado da egreja de S. Romão, de Nogueira, no arceb. de Braga. Era natural de Thomar. Foi muito douto em Theologia moral, e escreveu sobre assumptos d'esta especialidade uns tratados em latim, que publicou em 1610.

Paceiro Intendente, ou inspector das obras e fabrica de paços reaes.

Paceiro-mór. Intendente, vêdor, curador, inspector das obras publicas que se faziam nos paços reaes. Este emprego andou na casa dos condes de Soure. Em cada palacio havia um paceiro. O primeiro paceiro mór de que ha noticia, foi Lourenço Escola, no reinado d'El-rei D. Diniz. Era tambem *uchão-mór* (dispenseiro) e alcaide-mór de Lisboa. No reinado de D. João I, já Affonso Gôçalves tinha o titulo de *veador-mór das obras*. Este officio continuou nos reinados seguintes, juntando se lhe outras funcções, que depois lhe fôram retiradas. Filippe II de Hespanha foi o primeiro que lhes deu *regimento* a 12 de novembro de 1585, mudando-se, a partir d'essa data, a designação de *veador* para a de *provedor das obras*. Este cargo foi sempre exercido por grandes fidalgos e até por membros da familia real, pois que o infante D. Henrique, filho de D. João I, foi fronteiro e veador-mór das obras dos castellos, villas e logares da comarca da Beira, no reinado de D. Affonso V. D. João III fez seu veador-mór das obras a Pedro de Carvalho, seu grande valido, para elle e seus descendentes conservarem este emprego. No reinado de D. Sebastião lhe succedeu seu filho, João de Carvalho, que morreu na batalha d'Alcacer-Kibir, em 4 de agosto de 1578. Por morte de João de Carvalho, se seguiu no emprego seu segundo irmão, Gonçalo Pires de Carvalho. O filho primogenito d'este não chegou a exercer o emprego, por fallecer na vida de seu pae, pelo que passou o logar ao neto d'este, filho d'aquelle, Gonçalo Pires de Carvalho, que morreu solteiro. Succedeu-lhe seu irmão Henrique de Carvalho, que morreu desgraçadamente em Lisboa, em 1678, succedendo-lhe no emprego seu filho, Gonçalo José Pires de Carvalho, que não teve filhos, pelo que passou o offi io a D. João da Costa, 3.º conde de Soure, por ter casado com D. Luiza Francisca de Tavora, dama da rainha D Maria Sophia Izabel de Neubourg, segunda mulher de D. Pedro II, irmã do fallecido Gonçalo José Pires de Carvalho, e herdeira da sua casa. Seu filho, D. Henrique da Costa Carvalho, 4.º conde de Soure, continuou na posse do emprego de seu pae, mas como á morte d'este ainda era menor serviu interinamente Diogo de Mendonça Côrte Real, secretario de estado e mercês de D. João V.

Pacellada. Pov. na freg. de Santa Maria, de Landim, conc de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Pacence (*Angelo*). Escriptor que, segundo o testemunho de Fr. Bernardo de Brito, compoz as *Vidas de muitos santos portuguezes*, guardando-se o original d'essa obra na opulenta livraria do convento de Alcobaça. Diz o autor da *Monarchia Lusitana* que Angelo Pacence era natural de Beja e viveu no tempo da destruição do imperio godo na Hespanha.

Pachão (*Bartholomeu*). Mestre de humanidades em Peniche, terra onde nasceu. Era profundamente instruido na Mitbologia e historia romana. Compoz e publicou a seguinte obra: *Fabula dos Planetas moralisada com varia doutrina politica, ethica, e economica*, Lisboa, 1643.

Pacheca. Povoações nas freguezias: S. João Baptista e conc. d'Alcochete, distr. de Lisboa. || Santo Estevão e conc. de Alemquer, do mesmo distr. || S. Simão, de Villa Fresca de Azeitão, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Pacheco. Familia das mais antigas de Portugal. Este appellido é uma modificação phonetica em portuguez de um nome saboyano. O primeiro que se chamou Pacheco foi Fernão Rodrigues, terceiro neto de Fernão Jeremias, o *pacieco*, cavalleiro de Saboya que veiu para a peninsula com o conde D. Henrique. Ao referido Fernão Rodrigues Pacheco se attribue, sem maior fundamento, a defeza do castello de Celorico ao conde de Bolonha por el-rei D. Sancho II. Tem por armas em campo de ouro duas caldeiras de preto, postas em pala, com tres faxas cada uma de veiros de ouro e vermelho, e tambem as azas, e em cada uma caldeira quatro cabeças de serpe de ouro nas reigadas das azas, duas voltadas para fóra e duas para dentro, com as linguas vermelhas; timbre, dois pescoços de serpe de ouro com duas cabeças batalhantes. A Gaspar Pacheco, que militou heroicamente em Africa, deu D. João III o seguinte brazão: Escudo de campo de prata com um azambujeiro de sua côr firmado n'um pé azul, tendo pendurada no tronco uma adaga de ouro guarnecida de vermelho; elmo de prata cerrado guarnecido de ouro, paquife de prata verde, ouro e azul, e por timbre um ramo do mesmo azambujeiro. A Duarte Pacheco Pereira, o *Achilles lusitano*, deu el-rei de Cochim, pelos seus feitos heroicos na India Oriental, por armas: Cinco corôas de ouro em campo vermelho, com orla de oito castellos verdes, sobre dois navios rasos cada castello, em campo branco ondado de azul, e de fóra do escudo sete bandeiras de ponta, tres vermelhas, duas brancas e duas azues: em memoria de cinco reis que desbaratou, oito castellos com que o combateram no mar, e sete bandeiras das mesmas côres, que tomou a el-rei de Calicut em sete combates que lhe deu em pessoa; timbre, um dos castellos com uma bandeira vermelha de ponta. Do continente passaram aos Açôres alguns individuos d'este nobre appellido. Para a ilha de S. Miguel foi, em tempo do 3.º capitão Ruy Gon-

çalves da Camara, Pedro Vaz Pacheco, homem muito rico e de grande autoridade. Viveu em Villa Franca do Campo e ali falleceu, deixando distincta descendencia e representantes.

Pacheco *(Affonso Peres)*. Mestre em artes pela Universidade de Evora, cidade d'onde era natural. Estudou depois na Universidade de Coimbra direito canonico e civil. Algum tempo exerceu a advocacia n'essa cidade, e ordenaudo se de presbytero partiu para Roma, oude se conservou, entrando por fim na congregação do oratorio de S. Filippe Nery, da cidade de Fano, do ducado de Urbino, e ali falleceu em 1660. Deixou a seguinte obra latina, que se imprimiu em 1657: *Apologia utrusque juris per alphabeticum ordinem.*

Pacheco *(Albino Augusto)*. Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra; inspector sanitario do lyceu Maria Pia, medico da Assistencia Nacional aos Tuberculosos, etc. Fez um curso brilhante na Universidade, obtendo em todos os cinco annos a mais alta classificação. Doutorou se em junho de 1901. São de valor os seus trabalhos litterarios e scientificos, em que se destacam os seguintes: um estudo realisado nos laboratorios da Universidade sobre a celebre theoria das *neuronias*, trabalho original ao tempo entre nós, pois foi o sr. dr. Albino Pacheco o primeiro que no paiz se occupou d'esta doutrina, publicando a sua obra scientifica na *Coimbra Medica* em 189·. N'essa mesma revista ainda publicou outros trabalhos, entre os quaes uma monographia sobre molestias da espinhal medulla, tão completa que o fallecido professor Augusto Rocha a citou como a mais perfeita producção scientifica n'esse genero, superior ás publicadas na imprensa medica estrangeira. Tambem é um documento de elevado valor o relatorio que apresentou ao congresso da tuberculose, de abril de 1901, sob o titulo de *Prophylaxia Social da Tuberculose*, e a sua these a *Degenerescencia*. A Assistencia Nacional aos Tuberculosos encarregou-o em 1901 d'um importante serviço de inspecção domiciliaria aos tuberculosos em tratamento no Dispensario de Lisboa, a qual tem por fim tornar proficuas as medidas prophylaticas aconselhadas n'aquelle benemerito estabelecimento. O sr. dr. Albino Pacheco exerce clinica em Lisboa.

Pacheco *(Antonio Ayres)*. Conego da sé cathedral de Lisboa, um dos mais considerados oradores sagrados contemporaneos. N. na aldeia de Villarôco, da Beira Alta, e descende da nobre familia dos Pachecos. Estudou Theologia no seminario do Funchal, onde o chamou o bispo d'aquella diocese, D Manuel Agostinho Barreto. Ainda estudante, antes de ordenado presbytero, se distinguiu como orador sagrado n'um sermão que prégou na sé do Funchal, sobre o *Matrimonio e casamento civil*. Em 1888 foi eleito conego da referida sé, e no anno seguinte, 1889, ali fez o elogio funebre d'el-rei D. Luiz I, nas exequias que a camara municipal mandou celebrar. O discurso foi mandado imprimir, em edição estimada, pela mesma camara. A fama de orador sagrado acompanhava o rev. conego Ayres Pacheco, de fórma que, vindo para Lisboa, principiou a ser convidado para prégar nas grandes solemnidades religiosas, como as de Nossa Senhora dos Martyres, da Publicação da Bulla da Cruzada, e muitas outras, fazendo tambem o elogio funebre, nas exequias do antigo chefe do partido regenerador Serpa Pimentel, o de Barros Gomes, tambem nas suas exequias. Prégou no Porto e em mais terras do norte; em Barcellos recitou a oração funebre nas exequias do papa Leão XIII ali celebradas. Em 1902 foi provido por concurso conego da sé de Lisboa. Nas exequias d'el-rei D. Carlos e do principe real D. Luiz Filippe, realisadas na egreja dos Jeronymos, em Belem, no dia 25 de abril de 1908, foi tambem o rev. conego Ayres Pacheco quem se encarregou de pronunciar o elogio funebre dos fallecidos monarcha e principe real. O seu discurso impressionou muito o auditorio, tanto pela sua eloquencia, como pela fórma como descreveu os factos que se deram no fim tragico d'aquelle reinado. O governo agraciou em maio seguinte o distincto orador com a commenda da ordem de S. Thiago, pelos seus muitos meritos scientificos e litterarios.

Pacheco *(Antonio de Azered› Coutinho)*. Afamado jurisconsulto. Escreveu varias obras sobre jnrisprudencia, que não chegaram a imprimir-se. Accommettido de monomania religiosa, suicidou-se, precipitando-se d'uma janella, já de avançada edade, a 14 de março de 1808. Havia nascido na freg. de Villarôco, do distr. de Vizeu. Era casado com D. Maria Thereza, da nobre casa e quinta de Veiros.

Pacheco *(Antonio Caetano)*. Advogado, tabellião, deputado, escriptor, etc. N. em Margão a 12 de novembro de 1800, onde fal. a 2 de maio de 1850. Estudou Theologia e depois Direito, e obtendo carta de advogado exerceu esta profissão em Margão até ser provido no logar de tabellião de notas na comarca de Salsete. Em 1835 foi nomeado membro da junta da justiça da segunda instancia, em 1836 presidente da camara municipal de Salsete, sendo depois reconduzido n'esse cargo. Em 1839 foi eleito deputado pela provincia de Gôa, mas chegando a Lisboa em março de 1840 quando a camara já estava dissolvida só tomou assento nas novas côrtes em 25 de maio do mesmo anno Sendo reeleito em 1842, apresentou muitas propostas, e entre ellas o projecto da reforma judiciaria, a da separação do ministerio da marinha do do ultramar, e oppôz se energicamente á venda dos bens nacionaes existentes em Gôa. Em novembro de 1849 regressou a Margão, fallecendo pouco depois, victima d'um ataque apopletico. Escreveu: *Plano gerol de Instrucção Publica nos Estados Portuguezes da India, precedido de uma exposição em que se apresenta* o *quadro historico dos Institutos do ensino que ahi existem, comparando-os com os que a elles se tem mandado substituir*, etc., Lisboa, 1848. Quando falleceu andava reunindo elementos para uma obra que tencionava escrever, intitulado: *Esboço da historia do Industão*. Veem alguns apontamentos para a sua biographia, escriptos por J. C. Barreto Miranda, na *Illustração Goana*, 1.º anno, 1865, n.º 12, e nos *Quadros historicos de Gôa*, caderneta 3.ª, pag. 144 a 148.

Pacheco *(D. Caetano Gouveia)*. Clerigo regular da ordem de S. Caetano, qualificador do Santo Officio e examinador das tres ordens militares, academico da Academia Real de Historia, etc. N. em Rindades, termo da villa de Paredes, a 20 de novembro de 1696, fal. em Lisboa a 4

de março de 1768. Era filho do capitão-mór de Paredes, Manuel de Gouveia Pacheco, e de sua mulher, D. Maria de Sousa Rebello. Estudou algum tempo em Coimbra, mas passando a Lisboa, entrou na ordem de S. Caetano a 3 de abril de 1714, professando em egual dia do anno seguinte, 1715. Continuando a estudar deu provas de tanto talento e saber que foi nomeado qualificador do Santo Officio e examinador das tres ordens militares, sendo em 1735 eleito para substituir na Academia Real de Historia o fallecido beneficiado Francisco Leitão, sendo ao mesmo tempo encarregado de escrever as Memorias para a historia ecclesiastica do bispado de Coimbra. Esteve em 1731 no capitulo geral da ordem de S. Caetano celebrado em Roma, e voltando a Portugal foi nomeado preposito da casa de S. Caetano, cargo que renunciou algum tempo depois, por ser incompativel com a sua tranquilidade e amor ao estudo. Era notavel prégador no seu tempo. Para a sua biographia vejam se as *Memorias Historicas e chronologicas dos Clerigos Regulares* por D. Thomaz Caetano do Bem, tomo II, pag. 235. Escreveu: *Panegyrico funebre nas exequias d'el-rei D. Manuel na Santa Casa da Misericordia*, Lisboa, 1730; *Sermão da canonisação de S. João Francisco Regis, da Companhia de Jesus, prégado no Real Collegio d'Evora*, Lisboa, 1738; Idem, idem, *prégado no ultimo dia do oitavario na egreja da Casa Professa*, Lisboa, 1739; *Pratica com que congratulou a Academia Real de estar eleito seu collega*, Lisboa, 1735; *Elogio funebre de José Contador de Argote, recitado no paço a 31 de março de 1735*, Lisboa, 1735; *Breve relação da Santa Casa do Loreto, com um catalogo de todas as joias, pedras preciosas, peças de ouro e prata do seu riquissimo thesouro*, etc., Lisboa, 1736; com uma estampa; *Instrucção que um antigo official deu a seu filho, quando o mandou assentar praça no presente anno de 1735*, saiu com o nome de Caetano de Sousa Pacheco; *Oração em acção de graças pela felicissima exaltação ao throno pontificio do Santissimo Padre Benedicto XIV*, etc., Lisboa, 1740; *Mysterios da nossa santa fé catholica, escriptas na lingua castelhana pelo doutor Jeronymo Peres, e traduzidos na portugueza*, Lisboa, 1732; saiu com o nome do irmão Alberto Gomes; *Sermão que prégou no dia de Santa Luzia o Eminentissimo Cardeal Cassini na sala do palacio apostolico, deante de Clemente XI, traduzido do italiano*, Lisboa, 1739; saiu com o nome de Luiz de Sousa Rebello; *Relação da fabrica na egreja de Nossa Senhora do Loreto, para nella se depositar o Santissimo Sacramento nas endoenças d'este presente anno de 1735*, Coimbra, 1735; saiu anonyma; *Vida e acções do famoso e felicissimo Sevary, da India Oriental, Escripta por Cosme da Guarda, natural de Murmugão, dedicada ao Ex.mo sr. Duque Estribeiro mór*, Lisboa, 1730; esta obra apezar de trazer no frontispicio o nome supposto de Cosme da Guarda, ha todas as probabilidades que seja de D. Caetano de Gouveia, pois a dedicatoria dirigida ao duque de Cadaval, estribeiro-mór, vem assignada com as proprias iniciaes D. C. de G.

Pacheco (*Diogo*). Jurisconsulto do seculo XVI. Era filho do dr. Alvaro Pires, corregedor da côrte e chanceller da Casa do Civel, e de D. Izabel Pacheco. Foi ministro em varios tribunaes, secretario do bispo do Porto D. Diogo de Sousa, quando este prelado foi em 1505 por embaixador a Roma cumprimentar o novo papa Julio II, e com o mesmo caracter acompanhou Tristão da Cunha na celebre embaixada a Leão X, enviada por el-rei D. Manuel em 1514. Assistiu em 1521 aos pactos matrimoniaes celebrados entre a infanta D. Beatriz e Carlos III, duque de Saboya. Tendo fallecido em 13 de dezembro d'esse anno el-rei D. Manuel, foi acclamado no dia 19 seguinte o novo monarcha D. João III, e n'essa cerimonia pronunciou um brilhante discurso, que, em grande parte, foi transcripto por Francisco de Andrada, na *Chronica* d'este soberano. Os seus discursos, proferidos nas embaixadas citadas, fôram tambem impressos, mas são muito raros. Diogo Pacheco casou com D. Guiomar Cardoso, filha de Pedro Affonso de Carvalho, e de Brites Cardoso.

Pacheco *(Diogo Novaes)*. Nome supposto de José Xavier de Valladares e Sousa. V. *este nome*.

Pacheco *(Duarte)*. V. *Pacheco Pereira*.

Pacheco *(Fr. Duarte)*. Eremita da ordem de Santo Agostinho. N. em Lisboa, e fal. no convento de S. Filippe o Real, de Madrid, no anno de 1638. Era filho de Bernardim Ribeiro Pacheco, commendador da ordem de Christo, capitão-mór das naus da India, e d'uma armada que foi á costa da Mina, e provedor das fortalezas do reino; e de sua mulher D. Maria de Vilhena. Professou a 13 de março de 1599. Foi mestre de Theologia, prior dos conventos de Leiria, em 1614; de Montemór o-Velho, em 1618; e de Torres Vedras, em 16 0, depois reitor do collegio de Coimbra, em 1626. Escreveu: *Vida, virtudes e milagres de Santa Clara de Monte Falco*, Lisboa, 1628; é traducção da que escreveu em hespanhol Fr. Miguel Solon, valenciano; *Epitome da vida apostolica e milagres de S. Thomaz de Villa Nova..., com um epitome dos religiosos que nas provincias de Portugal e Castella tiveram nome*, Lisboa, 1629.

Pacheco *(Fernando)*. Doutor em Direito por uma das Universidades de Italia. Era filho de Duarte Pacheco. Muito douto em Direito Cesareo, e muito versado no estudo da Genealogia, sendo considerado um dos mais celebres genealogicos que floresceram no reinado de D. João III. D. Antonio de Lima disse a respeito de Fernando Pacheco: «Foi homem que por memoria mais soube das lingoas do reino e fóra d'elle. Não foi casado, nem teve filhos e morreu pobre.» Deixou manuscripto: *Nobiliario das familias de Portugal*.

Pacheco *(Fernão Rodrigues)*. Este nome é o de um alcaide, que se diz ter sido de Celorico da Beira, no tempo das guerras de D. Sancho II e D. Affonso III, e a quem se attribue um acto perfeitamente lendario. Diz-se que fôra elle e Martim de Freitas os dois alcaides que D. Affonso III, por cousa nenhuma pôde demover a que lhe entregassem os castellos antes da morte de D. Sancho II. Como Affonso III cercara Celorico havia bastante tempo e a praça estava quasi a render se por falta de mantimentos, uma aguia passou por cima da villa e deixou cair do bico uma truta. Fernão Rodrigues Pacheco mandou a logo cozinhar excellentemente, e enviou-a a D. Affonso como prova de abundancia de munições que ainda havia na praça. Ao passo que os documentos contemporaneos comprovam a leal-

dade de Martim de Freitas, nenhum attesta a dedicação de Fernão Rodrigues Pacheco. O caso da truta é uma lenda vulgar nas historias de cêrcos da edade média.

Pacheco (*Francisco Pinto*). Fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo, capitão-mór de Tanger, commissario do tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens. N. em Tanger e viveu no seculo XVII, sendo filho de Antonio Pinto Pacheco e de D. Brazia Antunes. Foi casado tres vezes: a 1.ª com D. Izabel Ferreira; a 2.ª com D. Maria de Vasconcellos e Sousa; e a 3.ª com D. Izabel Zarco Rebello, filha de Thomaz Rodrigues e de D. Margarida Thomazia Rebello de Moura. Escreveu: *Tratado da cavallaria da gineta, com a doutrina dos melhores autores, dedicado ao serenissimo principe de Portugal D. Pedro nosso senhor*, Lisboa, 1670; no fim, de pag. 182 em deante, vem: *Arte e destreza de tourear*. A obra é acompanhada d'um retrato do autor, de gravura aberta a buril.

Pacheco (*Gaspar*). Bacharel formado em Canones, arcediago da sé do Porto, cidade onde nasceu; fal. em 9 de julho de 1691, com perto de 50 annos de edade. Era filho de Simão Pacheco e de D. Maria de S. Paulo. Frequentou a Universidade de Coimbra, onde se formou em Canones, como fica dito. Voltando ao Porto, foi commissario do Santo Officio e capellão fidalgo da Casa Real, sendo nomeado arcediago da sé do Porto em 31 de dezembro de 1658. Era muito applicado á historia ecclesiastica, e continuou o *Catalogo dos bispos do Porto*, que escrevera D. Rodrigo da Cunha, começando em D. Fr. João Valladares, e acabando em D. João de Sousa, mas este trabalho não se imprimiu.

Pacheco (*Fr. Jacinto*). Religioso da ordem de S. Bento. N. no Porto, e morreu a 26 de junho de 1679. Professou no convento de Lisboa a 25 de abril de 1620. Foi abbade dos conventos de Cucujães, Porto, Paço de Sousa, S. Romão, e do collegio de Coimbra. Gozou creditos de excellente prégador, e dispunha-se a publicar um volume dos seus sermões quando falleceu.

Pacheco (*Fr. João*). Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho. N. em Aldeia Gallega em 1677; ignora-se a data do fallecimento, mas sabe-se que vivia ainda em 1747. Era filho de Mathias Pacheco Pimentel, cavalleiro professo da ordem de Christo e capitão-mór das villas do Ribatejo, e de D. Francisca Pereira de Vasconcellos. Professou no convento da Graça de Lisboa a 2 de fevereiro de 1694, aos 17 annos de edade. Foi superior do convento de Nossa Senhora da Penha de França, mestre de noviços do convento da Graça, de Lisboa, e prior dos conventos: de Lamego, em 1706; Villa Viçosa, em 1709; e de Lisboa, em 1740. Escreveu: *Divertimento erudito para os curiosos de noticias historicas, escolasticas e naturaes, sagradas e profanas, descobertas em todas as edades e estados do mundo até o presente*, Lisboa, tomo I, 1734, II, III e IV, 1738 Além d'estes 4 grossos volumes ha ainda na Bibliotheca Nacional de Lisboa, outro manuscripto, de egual grandeza que o autor não chegou a imprimir. A obra devia comprehender ao todo 8 tomos, de que já existia acabado o 6.º e começado o 7.º Ao 8.º devia seguir-se a Historia Universal de todas as séries das monarchias, etc.

Pacheco (*João Fernandes*). Fidalgo, filho de Diogo Lopes Pacheco, e um dos mais valentes cavalleiros de D. João I, com quem esteve em Aljubarrota e em Trancoso. Foi guarda-mór do referido monarcha. Quando D. João I se queixou no cêrco de Coria de não ter ali os cavalleiros da Tavola Redonda, Mem Rodrigues de Vasconcellos respondeu-lhe citando os mais bravos cavalleiros do exercito, e dizia: «Lancelot é bem substituido por João Fernandes Pacheco.» Ciumes do condestavel D. Nuno Alvares Pereira fizeram com que João Fernandes Pacheco, Martim Vasques da Cunha e outros fidalgos dos mais leaes e mais fieis servidores de D. João I passassem a Castella. João Fernandes Pacheco lá foi dar origem á nobre familia dos marquezes de Vilhena e duques de Escalona.

Pacheco (*João Mendes*). Medico que viveu nos fins do seculo XVI, que esteve para se achar envolvido no processo do pasteleiro de Madrigal, que se queria fazer passar por el-rei D. Sebastião. Foi condiscipulo em Coimbra de Fr. Miguel dos Santos, o frade autor de todo o trama. Tivera logo depois de Alcacer-Kibir uma aventura mysteriosa. Fôra chamado em segredo pela viuva de Christovão de Tavora, o amigo de D. Sebastião, e encarregado por ella de ir tratar mysteriosamente um ferido. Foi, curou-o, mas nunca lhe pôde vêr a cara, e como todos lhe falavam com respeito, João Mendes Pacheco suspeitou por um momento que seria D. Sebastião esse ferido mysterioso. Depois nunca mais pensou n'isso. Uma vez lembrou-se do seu condiscipulo fr. Miguel dos Santos, que estava em Hespanha, e escreveu-lhe mandando-lhe perguntar se lhe podia arranjar modo de ganhar a sua vida. Fr. Miguel dos Santos, que conhecia a historia, chamou-o logo a Madrigal, pediu-lhe que contasse a aventura que lhe succedera a D. Anna d'Austria, cuja cabeça já fraca elle andava enlouquecendo, dizendo-lhe que Gabriel Espinosa, o pasteleiro de Madrigal, era D. Sebastião, e quiz vêr tambem se fazia do medico seu cumplice. Perguntou lhe se não achava que Gabriel Espinosa se parecia muito com D. Sebastião. O medico respondeu-lhe logo que se não parecia nada, e que se Gabriel Espinosa queria inculcar isso, era um perfeito impostor. Em presença d'esta resposta, decidida e franca, Fr. Miguel dos Santos não insistiu, e João Mendes Pacheco só appareceu como testemunha n'aquelle processo.

Pacheco (*João Pires da Matta*). Cavalleiro e commendador da ordem de S. Bento de Aviz; cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição e da Torre e Espada; bacharel formado em Medicina na Universidade de Salamanca; cirurgião-medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, cirurgião de divisão, socio correspondente, secretario e presidente da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, da Academia de Cadiz, e das Economicas Salamantina, e de Leão, etc. N. em Mafra a 8 de fevereiro de 1812, fal. em Cabeço de Vide, proximo da fronteira, a 5 de janeiro de 1868. Era filho de Manuel de Jesus Pacheco e de D. Maria Rosa Cartwright. Sendo admittido no quadro dos cirurgiões do exercito em 1835 e collocado em infantaria n.º 1, partiu logo para Hespanha fazendo parte da Divisão Auxiliar, e aproveitando a demora que o regimento teve em Salamanca, adquiriu o titulo de bacharel em Medi-

cina na Universidade d'aquella cidade. Depois do seu regresso á patria, foi em 1839 promovido a cirurgião-mór, tendo antes frequentado o 5.º anno da Escola Medico-Cirurgica que lhe faltava no curso, e passado pelos exames militares que n'aquella epoca se exigiam. Em 1842 requereu ser collocado na 3.ª secção, e ahi permaneceu até 1847, anno em que voltou ao serviço. Promovido a cirurgião de brigada em 1851, exerceu varias commissões; em março de 1862 foi elevado a cirurgião de divisão. Em 1866 foi nomeado chefe do serviço sanitario do campo de instrucção e manobras em Tancos por occasião da reunião de tropas ali effeituada n'esse anno. N'esse serviço adquiriu a doença das vias urinarias de que veiu a fallecer. Collaborou muito no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas*, na *Gazeta Medica do Porto*, e na *Revista Militar*. Escreveu: *These, ou dissertação, que sobre o parto prematuro artificial apresenta para ser defendida na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa*, Lisboa, 1839; *Relatorio sobre as febres intermittentes da Barca d'Alva;* saiu na *Gazeta Medica* do Porto, de 30 de junho de 1852; *Memoria topographica de Vendas Novas, em que se consideram as circumstancias hygienicas d'esta povoação sob o ponto de vista da conveniencia de estabelecer se n'ella um polygono para as experiencias da arma de artilharia;* saiu na *Revista Militar*, de dezembro de 1857; *Breves considerações sobre as febres intermittentes perniciosas, e inefficacia da quina em alguns casos;* sairam no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas*; *Discurso lido na sessão solemne anniversaria da sociedade das sciencias medicas de Lisboa, no dia 18 de fevereiro de 1864*, Lisboa, 1864; saiu tambem no *Jornal* da mesma sociedade; *Relatorio do serviço sanitario do 3.º corpo*; é datado de 30 de dezembro de 1866, e foi publicado em appenso ao *Relatorio sobre o campo de instrucção e manobra*, pelo coronel do corpo do estado maior Antonio de Mello Breyner, de pag. 102 a 130.

Pacheco (*João de Sousa*). Michaelense illustre que casou com D. Marianna do Canto, filha de Antonio Faria Maia e de D. Luiza do Canto. Recebeu com muita galhardia o P. Antonio Vieira, quando o grande orador sagrado esteve na ilha de S. Miguel em 1654, o qual a seu pedido prégou o celebre sermão de Santa Thereza n'uma festa promovida pelo seu hospede.

Pacheco (*José Caetano Preto*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado n'aquella comarca e mais tarde no Porto. N. em Escarigo, districto da Guarda, a 30 de maio de 1839, sendo filho de Caetano Antonio Fernandes Preto. Matriculou-se na Universidade em outubro de 1863, e fez acto de formatura em 1868. Escreveu: *Estudos economicos. O pauperismo e a associação*, vol. I, Coimbra, 1868 Começou a publicar em Coimbra, no anno de 1868, a *Revista de direito administrativo*, de que foi fundador e o principal redactor.

Pacheco (*José Guilherme*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. no Rio de Janeiro a 10 de fevereiro de 1823, fal. no Porto a 7 de dezembro de 18-9. Era filho de Manuel Albino Pacheco e de D. Anna Maria Cordeiro Pacheco. Veiu para Portugal com seis mezes de edade, e destinando-se á vida commercial voltou em 1835 ao Brazil, indo empregar-se na importante casa commercial d'um seu tio, mas aquella carreira não o attrahia, e obtendo o consentimento dos seus paes, voltou a Portugal, e foi matricular-se na Universidade de Coimbra na faculdade de Direito, cujo curso terminou em 1852. Passou então a residir em Paredes onde se conservou durante 30 annos, que foi verdadeiramente a sua terrra adoptiva, á qual se dedicou com um zelo e um amor verdadeiramente extraordinarios, e onde grangeou tão notavel influencia que os seus amigos o denominavam alegre e cordealmente, e os seus inimigos zombeteiramente, o *rei de Paredes*. Em 1858 foi eleito presidente da camara municipal d'aquella villa, e em 1859 deputado por aquelle circulo, deixando de o ser, quando o deputado era Martens Ferrão, que o proprio José Guilherme Pacheco indicava aos eleitores, e que foi por largos annos o candidato inamovivel de Paredes, porque era o candidato inamovivel de José Guilherme Pacheco. Quando em 1868 o ministerio da fusão se demittiu, havendo no paiz uma certa agitação contra as medidas financeiras que elle proclamára, difficilmente encontraram os ministros que saiam, circulos por onde fôssem eleitos, porém Martens Ferrão, que fôra ministro do reino e por conseguinte dos que mais hostilidades haviam suscitado, não esteve nem um só instante em perigo de não ser reeleito, e veiu como de costume, deputado pelo circulo de Paredes. Quando Martens Ferrão foi eleito par do reino em 1871, é que José Guilherme Pacheco tornou a ser deputado pelo circulo de Paredes. Foi presidente da commissão do recenseamento da referida villa. Deixou de ser presidente da camara municipal, quando foi nomeado procurador á junta geral do districto do Porto, logar que desempenhou por mais de 20 annos. Foi tambem governador civil de Angra do Heroismo. Zeloso funccionario, n'estes dois ultimos cargos publicou relatorios importantes, prestou altos serviços aos districtos, como os prestára tambem ao concelho de Paredes. A' sua iniciativa deveu o districto do Porto a sua Escola Normal, e Angra do Heroismo um bom serviço de expostos. Em 1866 era presidente geral do districto do Porto, quando a junta foi arbitrariamente dissolvida pelo governo progressista. José Guilherme Pacheco resistiu energicamente, sendo necessario o emprego da força para debellar o seu vehemente e liberal protesto. A sua saude, porém, declinava rapidamente, os seus haveres quasi que os consumira todos na politica, e até renunciara ao emprego que obtivera por concurso de contador da Relação do Porto, de que teve a nomeação em 1878. O que tinha era muito trabalho gratuito, como o de inspector dos albergues nocturnos e das escolas normaes de cuja commissão era presidente. Abandonou tambem para o fim da vida a advocacia, que alguns lucros lhe dava. José Guilherme Pacheco tinha a carta de conselho desde 1858, e era commendador da ordem de Christo. Escreveu: *Reforma do regulamento de expostos*, Angra do Heroismo, 1859; *Relatorio apresentado á junta geral*, Angra do Heroismo, 1859. Em diversos jornaes politicos publicou artigos e correspondencias sobre assumptos de interesse publico relativos ao concelho de Paredes. Creou e fundou o *Diario das sessões da junta geral do districto do Porto* em 1878. Elaborou muitos relatorios, etc.

Pacheco *(José Joaquim)*. Valente official do exercito no tempo das campanhas da Liberdade. N. em Obidos no anno de 1792. Era filho de Manuel Caetano d'Avellar Pacheco. Seguindo a carreira militar, assentou praça a 25 de outubro de 1807, foi reconhecido cadete em março de 1809 e despachado alferes para o regimento de infantaria n.º 4 em setembro do mesmo anno. N'esse corpo serviu durante a guerra da Peninsula, sendo promovido a tenente em setembro de 1812 e n'elle respondeu em outubro de 1813 a conselho de guerra. Não pudémos averiguar o que deu causa a esse processo, julgamos porém que foi qualquer questão ou disputa havida entre varios officiaes do regimento e segundo nos parece todos da mesma companhia. Eram os réos: o capitão José Ignacio da Silva Freire, os tenentes André Avelino da Costa, José Joaquim Pacheco e Antonio Joaquim Henriques Lobinho, e o alferes Manuel Ignacio Pereira, os quaes fôram condemnados a degredo para sempre para o Brazil, excepto o tenente Costa a quem o conselho applicou a pena de um mez de rigorosa prisão. O marechal Beresford confirmou esta sentença, mas o principe regente alterou-a determinando que o capitão e o tenente Lobinho passassem a aggregados por um anno e perdoando a todos os outros réos em attenção á sua pouca edade. D'ahi a pouco o tenente Pacheco offereceu-se para fazer parte da divisão de voluntarios do principe que embarcou para a America e, primeiro como capitão, desde 1815, e depois como major, posto a que subiu em março de 1821, esteve na campanha da margem oriental do Rio da Prata até que regressou a Portugal em fins de 1823. Collocado então no regimento 23, entrou nas primeiras campanhas da liberdade em 1826 e 1827, distinguindo-se em varias occasiões e especialmente na ponte de Mizarella onde livrou d'uma completa derrota a fôrça constitucional. Sendo major de infantaria 7 nos principios de 1828, emigrou para o estrangeiro e indo depois juntar-se aos defensores da causa de D. Maria II nos Açôres, commandou ahi o deposito de cadetes, prestou bens e importantes serviços, e em outubro de 1831 foi collocado á testa do batalhão de infantaria 10 com o qual mais tarde veiu desembarcar no Mindello. Poucos depois da sua chegada ao Porto teve o major Pacheco occasião de mostrar a sua grande intrepidez e coragem na batalha de Ponte Ferreira, e d'ahi por deante sem exaggero se póde affiançar que em todos os ataques e sortidas elle se portou de um modo superior a todo o elogio. Em Souto Redondo, em 16 e 29 de setembro, em 4 de março e em 25 de julho praticou este bravo official prodigios de valor, sendo duas vezes levemente ferido e ganhando pela sua heroicidade e decidida intrepidez os postos de tenente-coronel e coronel, o grau de official da Torre e Espada, e as commendas de Aviz e da Conceição. Ficando, como chefe do estado-maior junto do general Stubbs, quando Saldanha veiu para Lisboa, distinguiu-se ainda na batalha de 18 d'agosto e caiu ferido mortalmente n'um combate travado na Areosa no dia 1 de dezembro, fallecendo no dia seguinte pelas 9 horas da noite. O valente coronel que tantas vezes expuzera a vida nos grandes combates que se deram na cidade invicta, foi encontrar a morte n'uma insignificante escaramuça quando vinha proximo o dia em que os exercitos absolutistas se viram forçados a depôr as armas, e em que se estabeleceu definitivamente na nossa terra o systema liberal, que o coronel Pacheco defendera e sustentara com tanto brio e tanto valor.

Pacheco *(Lopo de Paiva Palma)*. Formado na Universidade de Coimbra, não se sabe em que faculdade. Escreveu: *Breve discurso sobre as artes liberaes*, Lisboa, 1812.

Pacheco *(Lourenço de Anvers)*. Contador da contadoria geral da guerra e do reino. Era natural de Lisboa, e viveu no seculo XVIII, sendo filho de Antonio da Costa Real e de D. Rosa Josepha de Anvers. Foi muito erudito em letras humanas e nas artes poetica e oratoria. Pertenceu ás academias dos Applicados, Latina, Portugueza e dos Escolhidos. Compoz varias poesias que estão publicadas nas collecções d'estas academias.

Pacheco *(Lourenço Justiniano)*. Poeta do seculo XVIII. N. no logar de Barrosas, termo de Guimarães, a 8 de janeiro de 1712. Era filho de Antonio Pacheco Monteiro e de Ignez da Silva. Escreveu: *Panegyrico ao fidelissimo D. José I, nosso senhor*, Lisboa, 1759; *Romance heroico á intempestiva morte da serenissima senhora infanta Dona Francisca*, Lisboa, 1736; saiu na *Collecção dos sentimentos metricos a este assumpto*; *Romance a Christo Crucificado no ultimo extremo da vida*, Lisboa, 1737.

Pacheco *(Luiz de Castro)*. Doutor e lente da faculdade de Direito Pontificio, na Universidade de Coimbra, que viveu no seculo XVI. Era filho de Gomes Pacheco. Estudou Jurisprudencia pontificia na referida Universidade; foi conego na sé de Coimbra, lente de Clementinas, que novamente se creou e de que tomou posse a 34 de janeiro de 1558, d'onde se transferiu á de Decreto em 31 de outubro de 1560, á de Vespera em 7 de dezembro de 1565, jubilando-se em 1578. Foi elle quem pronunciou a oração congratulatoria na sala da Universidade, por occasião da visita d'el-rei D. Sebastião áquelle estabelecimento scientifico em 1578, e quem recitou a oração funebre nas exequias que a Universidade mandou celebrar áquelle monarcha depois da batalha de Alcacer-Kibir.

Pacheco *(Marçal de Azevedo)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado, par do reino, etc. N. em Loulé em 1848, onde tambem falleceu em abril de 1896. Era filho de José Antonio Pacheco. Feitos os estudos preparatorios em Lisboa, matriculou se na Universidade de Coimbra no 1.º anno de Direito, cujo curso concluiu em 1872, tendo recebido premio no 3.º anno, e outras distincções. Concluida a formatura foi exercer a advocacia em Loulé, onde foi presidente da camara municipal, e vindo mais tarde para Lisboa entrou na politica filiando se no partido regenerador, pertencendo ao chamado *grupo Barjona*, acompanhando este estadista na sua dissidencia, quando succedeu a morte de Fontes Pereira de Mello, em 22 de janeiro de 1887. Foi pela primeira vez deputado pelo circulo da Pesqueira em 1878, depois, á excepção das legislaturas de 1879 e 1881, teve sempre assento na camara dos deputados, sendo eleito pelo Algarve, por onde tambem foi eleito par do reino. Em 1894, o conselheiro Dias Ferreira o propoz á corôa como par vitalicio,

n'uma das quatro vagas que havia a preencher. O dr. Marçal Pacheco entrou em muitas discussões nas duas camaras, sendo sempre ouvido com toda a attenção. Foi advogado e director de varias companhias, exercia as funcções de sub-director no ministerio da justiça, e na direcção geral de estatistica. Casou em junho de 1886 com D. Hersilia Cordeiro de Sequeira, filha de José Antonio Pereira de Araujo Sequeira, tenente-coronel de artilharia, e de sua mulher D. Maria José Cordeiro.

Pacheco *(Miguel).* Freire da ordem de Christo, procurador da mesma ordem em Lisboa e em Madrid, provedor e administrador perpetuo do hospital de Santo Antonio dos portuguezes na mesma cidade, etc. N. em Coimbra, e falleceu no referido hospital, em Madrid no anno de 1668. Professou no convento de Thomar em março de 1606. Escreveu em hespanhol as duas obras seguintes: *Epitome de la vida, acciones y milagros de Santo Antonio, natural de Lisboa*, Madrid, 16 6; Lisboa, 1658; *Vida de la serenissima infanta D. Maria, hija delrey Don Manuel y fundadora de la insigne capilla mayor del convento de N. Senhora de la Luz, y de su hospital y outras muchas casas dedicadas al culto divino*; Lisboa, 1675. Depois da sua morte publicou-se: *Sermão do glorioso padre Santo Antonio, prégado na egreja do hospital de Santo Antonio dos portuguezes em Madrid*, 1694. Foi a unica obra de Fr. Miguel Pacheco que se publicou em portuguez.

Pacheco *(Miguel Augusto).* Primeiro official da direcção geral das contribuições directas, e antigo delegado do thesouro em Faro. N. em 1832, e fal. em 27 de março de 1885. Serviu em varias commissões de serviço publico, e entre ellas a de chefe de repartição, sempre com intelligencia e exemplar solicitude, merecendo elogios dos superiores. Escreveu: *Compilação alphabetica do regulamento da contribuição industrial de 26 de agosto de 1872*, etc., Lisboa, 1873.

Pacheco (*P. Pantaleão Rodrigues*). Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, clerigo secular, bispo de Elvas, etc. N. em Evora, e fal. em Lisboa a 30 de dezembro de 1667. Estudou direito pontificio na referida Universidade, em que se doutorou. Foi conego doutoral na sé de Coimbra, e passou depois para a de Lisboa em 12 de junho de 1637; deputado e inquisidor na mesma cidade, deputado do conselho geral do Santo Officio a 28 de janeiro de 1641, e desembargador do Paço. Acompanhou a Roma, por ordem de D. João IV, o bispo de Lamego D. Miguel de Portugal, mandado como embaixador para solicitar da curia romana o restabelecimento da independencia do reino, e a confirmação dos prelados eleitos pelo rei. Foi eleito bispo de Elvas em 1655, e um dos juizes na causa da annullação do casamento de D. Affonso VI com a rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboya, sendo preso injustamente pela inconfidencia. Escreveu: *Manifesto do reino de Portugal, apresentado á Santidade de Urbano VIII, sobre o direito com que D. João IV possue seus reinos e senhorios de Portugal*, etc.; saiu em italiano, sendo mais tarde traduzida em portuguez, ao que parece, por diversas pessoas, e publicada em Lisboa, 1643. Julga-se ser d'elle, ou de D. Nicolau Monteiro, a seguinte obra, que saiu anonyma: *Discursos que se presentaram na curia romana, por que se mostra que o ill.mo e rev.mo sr. D. Miguel de Portugal, bispo de Lamego, havia de ser recebido n'aquella côrte como embaixador do senhor Rei de Portugal D. João IV*, traduzidos do italiano em portuguez, Lisboa, 1642.

Pacheco *(D. Fr. Pedro).* Religioso da ordem de S. Domingos, bispo de Cochim, etc. N. em Lisboa e fal. em Gôa em 1713. Passando ao Oriente foi vigario d'uma das egrejas pertencentes á sua ordem nos territorios dos rios de Sena, e voltando ao reino viveu no convento de S. Paulo d'Almada. Embarcando novamente para a India com o cargo de vigario geral da sua congregação, e arribando o navio a Lisboa, foi nomeado bispo de Cochim, nomeação que foi confirmada por Innocencio XII, a 24 de janeiro de 1691. Partindo então outra vez para o Oriente governou o arcebispado de Gôa por morte do prelado D. Fr. Agostinho da Annunciação. Das suas acções como governador do arcebispado de Gôa deu-se a noticia n'um artigo intitulado *Sé vaga de 1713 a 1716*, que saiu no *Boletim do governo do estado da India*, de 19 a 22 de março de 1861. Publicaram-se varias cartas suas no *Chronista de Tissuary*. Publicou tembem em 1685, em Lisboa: *Discurso sobre a sentença «Tudo e nada diz quem diz amigo.»*

Pacheco (*P. Simão Cardoso*). Muito perito na lição de Historia sagrada e profana. Era natural de Trancoso, sendo filho de Simão Gonçalves Pacheco e de Brites Cardoso de Castro. Escreveu: *Vida e milagres da veneravel madre Francisca da Conceição, religiosa exemplarissima no mosteiro de Santa Clara da villa de Trancoso.*

Pacheco *(P. Victorino).* Jesuita. N. em Lisboa em 1697, ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Antonio de Almeida Pacheco e de Maria Pacheco. Entrou no noviciado da Companhia de Jesus, aos 15 annos de edade, a 8 de abril de 1712. Estudou letras humanas no collegio de Santo Antão de Lisboa, e depois as sciencias severas. Dedicando-se ao pulpito, tornou-se um dos melhores prégadores do seu tempo. Publicou em Lisboa a terceira edição do *Martyrologio Romano, dado á luz por mandado do papa Gregorio XIII, e novamente accrescentado por autoridade do papa Clemente X; traduzido do latim em portuguez por alguns padres da Companhia de Jesus, impresso a primeira vez em Coimbra no anno de 1591, segunda vez em Lisboa com alguns aditamentos no de 1681, e agora emendado e accrescentado copiosamente*, em 1748.

Pacheco de Brito *(Mendo).* Professor de Mathematica, e medico, que viveu no seculo XVII. Escreveu: *Discurso em os dois phenomenos aereos do anno de 1618*, Lisboa, 1619.

Pacheco Leitão (*João de Sousa*). Cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, marechal de campo reformado, lente do 5.º anno de Mathematica na Academia Militar do Rio de Janeiro, creada pela carta de lei de 4 de dezembro de 1810, um dos nomeados em 1822 para a regencia do Brazil, etc. N. em Lisboa em 1770, onde tambem fal. a 11 de agosto de 1855. Era filho illegitimo d'um fidalgo da casa dos duques de Lafões, sendo por elle legitimado já em edade madura, de que teve depois carta de confirmação regia dada a 15 de junho de 1819. Foi herdeiro de seu pae na administração do morgado do Burro Mocho e na capella de S. Bento, que conservou duran-

te toda a sua vida, e teve a quinta da estrada do Lumiar para a Luz, etc. Seguindo a carreira militar, acompanhou a familia real para o Brazil em 1807, e em 1810 foi nomeado professor de Tactica e Fortificação na Academia Militar, já citada. Foi promovido a coronel de engenheiros graduado, em 13 de maio de 1819. Regressando a Portugal em 1821, ou pouco depois, foi collocado na classe dos officiaes addidos do referido corpo de engenheiros, e como tal se conservou até ser em 1851 reformado no posto de marechal de Campo. Escreveu: *Tratado elementar da Arte militar e de Fortificação, composto para uso dos discipulos da Escola Polytechnica e das Escolas militares de França por Mr. Gui de Vermon: traduzido por ordem superior para uso da Real Academia Militar do Rio de Janeiro, com algumas alterações e notas criticas*, etc., Rio de Janeiro, 1813; *Reflexões militares sobre as campanhas dos francezes em Portugal*, Rio de Janeiro, 1812; Balbi faz menção d'este opusculo no tomo II do *Essai Statistique*, pag. XIV; *A Genieida: poema philosophico e allegorico, sobre a lucta da Liberdade contra a Tyrannia, principalmente sobre a notavel revolução do espirito humano no seculo XIX*, Lisboa, 1835, 2 tomos; saiu com o nome poetico de *Leucacio Ulyssiponense*, e as iniciaes do proprio nome J. S. P. L. Este poema, que consta de 20 cantos em versos hendecasyllabos soltos, é muito pouco conhecido, porque teve pouca venda, e a maior parte da edição ficou existindo, por morte do autor, em poder da sua viuva. No seu testamento deixou especificado, que o não sepultassem em tumulo, mas simplesmente n'um chão que se comprasse, pondo-se sobre a campa estas palavras: *Aqui jaz o autor da Genieida*. Escreveu mais: *A restauração da Liberdade*, poema, seguido de *Cinco Epistolas a Aonio*, sobre o mesmo assumpto, isto é, sobre o proseguimento da guerra civil desde 1828, terminando com a entrada em Lisboa da divisão constitucional em julho de 1833, Lisboa, 1834; saiu tambem com o nome de *Leucacio Ulyssiponense;* devia constar de 12 cantos, mas sairam só seis; *O Brazil e a constituição de Portugal, ou ensaio para a resolução do problema da reunião dos portugueses de ambos os hemispherios, por J. S. P. L.* 1.ª parte, Rio de Janeiro, 1822; parece que se não publicou a 2.ª parte; *Exposição das despezas, e estado do pharol da ilha Raza, desde o seu principio até o fim de maio do presente anno, e observações sobre a perda do catraio dos transportes, acontecida no dia 27 do mesmo mez*, Rio de Janeiro, 1822; tem a data d'esta cidade, 26 de junho de 1822. N'essa epoca, Pacheco Leitão assignava se *coronel-engenheiro commissionado dos pharoes*. Deixou manuscripto um poema intitulado *A Natureza*, de cujo canto X transcreve um trecho nas notas da *Genieida*, pag. 330, do tomo I.

Pacheco e Menezes *(Luiz da Cunha)*. Fidalgo. N. a 16 de maio de 1743, e fal. a 30 de setembro de 1819. Era filho do marechal de campo José Felix da Cunha e Menezes. Foi nomeado governador da capitania dos Goyazes no Brazil, em substituição de José do Almeida de Vasconcellos de Sobral e Carvalho, recebeu em Villa Nova com manifestações muito affectuosas, uma deputação dos Indios Caiapós, que d'ahi por deante se tornaram mais trataveis, e se mostraram fieis alliados dos portuguezes. Cuidou muito de obras publicas, promoveu o alinhamento das ruas da cidade, a demarcação do seu districto, concertou tres pontes, e fez a alameda de arvores, que serviu de passeio publico. Foi transferido a 10 de junho de 1783 para a capitania de Minas Geraes, onde succedeu a D. Rodrigo José de Menezes. No seu tempo se planeou a celebre conspiração do Tira-Dentes, que só se puniu no tempo do conde de Barbacena, seu successor. Retirou-se para Portugal, onde fal. com 76 annos de edade.

Pacheco Pereira *(Duarte)*. Celebre heroe cognominado por Camões e pelos nossos classicos o *Achilles Lusitano;* cavalleiro da casa de D. João II, governador do castello de S. Jorge da Mina, etc.. N. em Santarem, sendo filho de João Pacheco e de D. Izabel Pereira. Era homem de grande erudição, e tendo-se dedicado ás armas, partiu para o Oriente a 6 de abril de 1503 na esquadra capitaneada por Affonso d'Albuquerque, indo como commandante da nau *Espirito Santo*. Chegando a Cochim, Duarte Pacheco logo se distinguiu n'umas correrias contra o samori de Calicut, vencendo-o em sete victorias successivas. O rajá de Cochim consagrou tanta admiração ao bravo guerreiro, que quando Affonso d'Albuquerque regressou ao reino, pediu-lhe que o deixasse ali ficar, para o proteger dos ataques do samori seu inimigo. Assim o fez Affonso d'Albuquerque, e Duarte Pacheco ficou á frente d'uns 150 homens como capitão de mar. N'essa qualidade deixava-lhe Affonso d'Albuquerque uma nau, duas caravélas e a chalupa de outra nau tripulada por 100 homens, deixando-lhe ainda mais 50 homens n'uma tranqueira que levantára em Cochim. A' frente d'essa insignificante esquadrilha fez Duarte Pacheco algumas pequenas expedições maritimas em que fez presas importantes; mas o samori, sabendo da pequenissima força portugueza que ficára em Cochim, deliberou expulsar da India esses importunos estrangeiros, e infligir uma severa lição ao rajá de Cochim, pelo bom acolhimento que lhes déra. Colligou, porém, todos os rajás visinhos, e reunindo um exercito de 50:000 homens, uma esquadra de 150 navios, marchou sobre Cochim. O rajá nosso amigo julgou-se perdido completamente, e com o animo verdadeiramente generoso aconselhou Duarte Pacheco a que não sacrificasse os seus poucos soldados n'essa tormenta, e fôsse invernar á costa da Arabia, deixando-o a elle affrontar sósinho a tempestade, e curvar-se ao dominio do indignado samori. Duarte Pacheco era extremamente colerico, e indignado com esta resposta, esteve quasi para arremetter contra o proprio rajá, dizendo-lhe que não havia de o abandonar, e que prenderia o samori de Calicut, mas isto com tanta furia, que o pobre rajá se calou, julgando que Duarte Pacheco perdera o juizo. Nos meados de março de 1504 appareceu o samori de Calicut com o seu grande exercito, pretendendo passar o rio no vau de Cambalam. Esse vau, porém, fortificara-o Duarte Pacheco admiravelmente, e distribuira com a maxima habilidade os 70 portuguezes de que podia dispôr, combinando as caravélas e as chalupas, com as restingas e os bancos de areia, aproveitando o melhor que podia a artilharia de que dispunha, e que era relativamente numerosa; tinha tambem 1:000 soldados de Cochim, mas esses estavam profundamente ater-

rados e fugiram aos primeiros tiros. Só ficaram os que estavam a bordo das caravélas misturados com os portuguezes. O samori investiu o vau com a maior confiança; tinha comsigo uns bombardeiros italianos, mas a artilharia era insignificante. Em compensação, Duarte Pacheco tinha 18 peças de differentes calibres, estava bem munido de panellas de polvora e de alcanzias e de quantos artificios lhe podia ministrar a arte pyrotechnica do seu tempo. Bem manobrada, a nossa artilharia repelliu constantemente o inimigo, e este, depois de perdas enormes, viu com o maior espanto que não pudera forçar um passo defendido apenas por setenta e tantos homens. Um dos estratagemas, de que se servira Duarte Pa-

Duarte Pacheco Pereira

checo, fôra o de atar umas ás outras as caravélas o as chalupas, de modo que formava assim na agua uma verdadeira phalange composta e unida que tomava todo o passo. Era invencivel, e nada poderiam contra elle os 50:000 homens do samori, nem 500:000 que fôssem. O samori, porém, suppoz que a victoria era devida simplesmente ao valor pessoal de Duarte Pacheco, e resolveu, portanto, desvial-o da lucta, operando uma diversão e ameaçando a nau que estava defronte de Cochim. Duarte Pacheco, effectivamente, correu em seu auxilio, mas nem por isso os defensores do vau de Cambalam deixaram de repellir o inimigo, e quando Duarte Pacheco voltou, e voltou com uma rapidez maravilhosa, a derrota do samori foi completa. Desesperado, o samori tentou abrir passagem por outro vau mais distante, onde quando vasava a maré não podiam chegar os nossos navios, ao mesmo tempo que empregava os seus navios contra os nossos no primeiro vau. Duarte Pacheco dividiu tambem facilmente as suas forças, porque ao passo que mandava os escaleres para o vau onde não podiam chegar as caravélas, conservava se com estas a meia legoa de distancia, repellindo, a esquadra inimiga. Quando a maré encheu e permittiu aos navios portuguezes subir o rio, Duarte Pacheco, fazendo um supremo esforço, repelliu a tiro de peça os navios inimigos, subiu rapidamente o rio, e appareceu, quando menos o esperavam, no vau onde os nossos soldados combatiam. Estas subitas apparições de Duarte Pacheco é que sobretudo aterravam o inimigo. Comtudo, Duarte Pacheco percebeu que n'esse segundo vau é que estava o grande perigo, e como os soldados do rajá de Cochim quasi lhe não serviam para mais nada, apezar de já terem adquirido grande força moral com as inesperadas victorias dos portuguezes, mandou guarnecer o vau de estacaria, e julgou poder confiar n'elles bastante para lhes entregar a defeza d'essa mesma estacada, mas enganou-se, e esse engano foi causa do maior perigo que elle correu em todos estes combates homericos. Effectivamente as tropas do samori puzeram em fuga os soldados de Cochim e o peor ainda foi que, por causa da fumarada da batalha, estiveram muito tempo os nossos sem ter conhecimento da fuga dos seus alliados. Assim conseguiram os de Calicut travar com os nossos uma lucta corpo a corpo, e era esse o grande perigo, porque 50 homens não pódem deixar de ser esmagados por 50:000. O que nos valeu n'essa occasião foi a maré, quando principiaram a apparecer na foz do rio as ondas espumosas que annunciavam quo o vau ia deixar de ter pé, os nossos redobraram os esforços, e os inimigos fôram mais uma vez repellidos. Desesperado com as suas infructiferas tentativas, vendo de mais a mais o seu exercito dizimado por uma epidemia que o assaltára, o samori resolveu dar um ataque decisivo e vigoroso, empregando para isso todos os recursos da sua estrategia. Primeiro mandou fazer uns brulotes que deviam ir cair sobre os navios portuguezes; depois uns oito castellos blindados que dominavam a nossa esquadra. Estes estratagemas eram perfeitamente primitivos, ou pela invenção, ou pelo modo como eram empregados. Os brulotes, não tendo quem os dirigisse, fôram esbarrar n'uma jangada chapeada de ferro que Duarte Pacheco dispuzera deante da esquadra, onde arderam inoffensivamente, dando até descanço aos nossos combatentes. Os castellos ainda produziram ao principio algum terror, porque se mostravam invulneraveis ás nossas peças, mas um *camello*, peça de grande calibre, que Duarte Pacheco assestou contra os castellos d'onde caia sobre os nossos navios um chuveiro de settas e balas, ao setimo ou ao oitavo tiro demoliu-os, e toda a estrategia do samori ficou assim completamente frustrada. Este mallogro das suas esperanças desanimou completamente o samori de Calicut, que tentou ainda umas duas investidas, mas que retirou depois tão profundamente abatido, que, deixando o throno, se acolheu n'um d'esses mosteiros brahmanicos, em que se passa a vida em penitencia. E' difficil de exprimir o jubilo e o enthusiasmo do rajá de Cochim. Duarte Pacheco pouco tempo se demorou a receber as congratulações do seu alliado. Sabendo que o feitor de Quiloa, Antonio de Sá, que estava n'essa cidade com 20 homens, se via em grande perigo quando se soubera da expedição

com que o samori ameaçava os portuguezes, correu em seu auxilio, mas já o encontrou em segurança. Precedera-o a noticia das suas espantosas victorias. Entretanto chegava a Cochim uma esquadra commandada por Lopo Soares de Albergaria, a quem o rajá de Cochim contou as maravilhas que em sua defeza Duarte Pacheco praticára. Lopo Soares de Albergaria tratou o heroe com as honras que lhe eram devidas, e offereceu-lhe logar a bordo dos seus navios. Duarte Pacheco acceitou, e partiu para Portugal, apezar das supplicas do rajá de Cochim, que se julgava perdido com a partida do seu heroico defensor, e que para o deter lhe offerecia riquezas e algumas terras do seu dominio, que Duarte Pacheco agradeceu, mas não acceitou. O rajá, não sabendo como havia de manifestar-lhe o seu reconhecimento, pediu a um portuguez perito em heraldica que imaginasse um brazão commemorativo das façanhas do heroe, e concedeu-lh'o n'um diploma ingenuamente redigido mas extremamente honroso. (*V. n'este vol. pag.* 326). Na esquadra de Lopo Soares de Albergaria, que era composta de 14 naus, partiu Duarte Pacheco, chegando a Lisboa a 22 de julho de 1505. A sua gloriosa fama havia-o precedido. El rei D. Manuel foi buscal-o a bordo, e ordenando solemne procissão, o levou á sé e d'esta egreja para a de S. Domingos, conservando-o sempre a seu lado debaixo do pallio. Em S. Domingos houve sermão allusivo aos seus triumphos, prégado pelo bispo de Ceuta, D. Diogo Ortiz de Vilhegas. Não satisfeito ainda o monarcha com uma tão publica e honrosa ostentação, fez patente os elevados merecimentos do heroe a todas as côrtes da Europa, e ao papa, a quem entregou a carta D. João Sutil, bispo de Safim. Na Asia tambem Duarte Pacheco se tornou notavel, reprimindo o atrevimento do corsario Mondragon que infestava as nossas costas, ao qual n'um combate renhido e violento, na altura do Cabo de Finisterra, a 18 de janeiro de 1509, não sómente o aprisionou com tres naus, mas lhe metteu a pique ainda outra. Em remuneração dos grandes serviços prestados para immortal fama do nome portuguez, el-rei D. Manuel o nomeou governador do castello de S. Jorge da Mina. N'esse castello foi victima das maiores intrigas, sendo falsamente accusado de escandalosa ambição, descuidando a arrecadação da fazenda real, tratando unicamente com cuidado da sua propria, buscando augmentar uma preciosa fortuna, com que regressaria opulento á patria. O monarcha, acreditando n'essas intrigas, mandou ordem para o prenderem, e que viesse para o reino. Duarte Pacheco entrou em Lisboa de ferros aos pés, ficando encarcerado alguns annos até que se justificasse a sua innocencia. Finalmente foi solto, mas posto de parte, ficando reduzido a grande pobreza e sua familia, viudo a fallecer obscuramente. Duarte Pacheco era casado com D. Antonia de Albuquerque, filha de Jorge Garcez, secretario d'el-rei D. Manuel, e de D. Izabel de Albuquerque. Deixou manuscripta a seguinte obra: *Principio do Esmeraldo «de situ orbis», feito e composto por Duarte Pacheco cavalleiro da casa del-rei D. João II, de Portugal, que Deus tem, dirigido ao muito alto e poderoso principe, e serenissimo senhor, o senhor Rey D. Manuel Nosso Senhor, e primeiro d'este nome, que reinou em Portugal*; constava de 4 livros; tendo o 1.º 33 capitulos, o 2.º 11, o 3.º 9, e o 4.º 16; acompanhados de 16 mappas illuminados e algumas estampas pequenas. O manuscripto original da obra de Duarte Pacheco Pereira, que elle deixou inedita, existia no meado do seculo XVIII na livraria do marquez d'Abrantes, segundo informa Barbosa Machado na sua *Bibliotheca Lusitana*, cujo primeiro volume saiu á luz em 1741. Presentemente ignora-se o que é feito d'elle e considera-se perdido. Apographos do que haja conhecimento, existem dois, um na Bibliotheca Publica d'Evora (codice CXV-1-3), outro na Bibliotheca Publica de Lisboa, comprado em 1867 (codice B, 17, 7). O autor da *Bibliotheca Lusitana* tambem dá noticia de que do Catalogo dos livros de D. Rodrigo da Cunha (1577-1643) se via que este prelado possuia uma copia do manuscripto original. E' inteiramente desconhecida. No catalogo dos manuscriptos da Bibliotheca Publica Eborense, falando do codice CXV-1-4, Cunha Rivara diz: «é outra copia mais moderna e tirada da antecedente (o codice CXV-1 3).—Foi enviada ao Governo Civil em 4 de setembro de 1844, por ter sido requisitada para o Ministerio do Reino em Portaria de 27 d'agosto do 1844.» Não tornou a entrar. Conformemente o proprio Duarte Pacheco declara (no Prologo, no capitulo oitavo do livro III, no capitulo sexto do livro IV), o plano da sua obra «de cosmographia e marinharia» era descrever a costa africana, começando no estreito de Gibraltar, na direcção do sul, até o cabo de Guardafui, e d'ahi a costa meridional da Asia, abrangendo «toda a India». A obra havia de repartir-se em cinco livros, cabendo aos tres primeiros a parte da costa africana que vae até ao rio do Infante (o *Great Fish River* dos mappas inglezes, na Colonia do Cabo), isto é, até o limite dos descobrimentos anteriores ao reinado de D. Manuel; ao quarto a costa africana do rio do Infante ao cabo de Guardafui; ao quinto a costa da Arabia meridional, da Persia e da India. Mas o autor não levou ao termo o seu emprehendimento e levantou mão justamente quando ia entrar na parte de maior novidade do seu trabalho, quer dizer, quando começava a descrever a costa africana além do rio do Infante. Com effeito, segundo o testemunho de Barbosa Machado, o manuscripto original constava de quatro livros, tendo o quarto apenas seis capitulos, exactamente o que se contém nas copias das Bibliothecas de Evora e de Lisboa. Que a morte o não colheu improvisamente no meio do seu lavor, vê-se das seguintes noticias chronologicas. Porquanto se refere no Prologo aos descobrimentos de Vasco da Gama, Duarte Pacheco não deu principio á composição antes dos ultimos mezes de 1499, e o sr. Gama Barros na sua *Historia da Administração Publica em Portugal*, (II, pag. 294) suppõe mais provavel que elle puzesse mãos á obra só depois que chegou a Lisboa de volta da India em junho ou julho de 1505; em todo o caso redigiu o capitulo 14 do livro I antes de findar o anno de 1505, e o capitulo 19 do mesmo livro depois 1506; traçou as primeiras linhas do capitulo 6 do livro IV, em que a obra ficou suspensa, ainda em vida de D. Manuel (que falleceu em 1521). Esteve por governador de S. Jorge da Mina de 1520 a 1522; era ainda vivo em 5 de fevereiro de 1526, mas já

não existia em 22 de junho de 1534. No entender do sr. Augusto Epiphanio da Silva Dias, no seu estudo adeante referido, a razão de Duarte Pacheco deixar o trabalho em meio foi não possuir ainda as informações que havia mister. A obra foi emprehendida, consoante a fórmula ritual, debaixo da alta protecção do monarcha (D. Manuel); mas as explorações, que o proprio Duarte Pacheco declara no Prologo, serem necessarias para a descripção da costa africana, do rio do Infante em deante, não se fizeram tão depressa—e nem por isso deixavam de affluir ao reino o ouro e os escravos da Africa e as drogas e especiarias da Asia—, e demais Duarte Pacheco encontrou no publico, em logar do devido favor, baixas invejas, pelo menos em mais de um passo elle se queixa dos detractores que nada fazem e só sabem morder. Do titulo posto por Duarte Pacheco á sua obra «Esmeraldo *de situ orbis*» a segunda parte, *de situ orbis*, é como todos sabem, o titulo do tratado geographico de Pomponio Mela; a primeira parte, «Esmeraldo», é obscura. Na qualidade de mera conjectura propõe o sr. Epiphanio Dias uma explicação. Um tratado de geographia e de historia natural, de um escriptor arabe da primeira metade do seculo XIV, obra muito derramada n'aquelle tempo, intitulava-se «Pedra preciosa das maravilhas e Perola das cousas memoraveis». Não será pois desapropositado suppôr que Duarte Pacheco désse á sua obra geographica o nome de uma pedra preciosa, a esmeralda, empregando o vocabulo não com a terminação que tem em portuguez e castelhano, senão com a que tem na lingua italiana, na qual se diz *smeraldo*, conformemente ao latim *smaragdus*. Das duas copias que existem do *Esmeraldo*, a que pertence á Bibliotheca d'Evora, é, segundo o parecer autorisado do sr. Gabriel Pereira e do sr. Pedro de Azevedo, do reinado de D. João V, ou seja da primeira metade do seculo XVIII; a da Bibliotheca de Lisboa é feita em papel da Fabrica da Louzã, que foi fundada, ao que se lê no *Portugal Antigo e Moderno* de Pinho Leal, em 1718, e, attenta a letra, é da segunda metade do seculo XVIII. O manuscripto original era enriquecido de mappas e desenhos, do que nos assegura o autor da *Bibliotheca Lusitana*; infelizmente ambas as copias apenas trazem designado o logar que elles haviam de occupar. Para a celebração do quarto centenario do descobrimento da America, a Inspecção Geral dos Archivos e Bibliothecas Publicas deu á estampa pela primeira vez, em 1892, o *Esmeraldo* em edição feita pelos cuidados de Raphael Eduardo de Azevedo Basto, conservador do Archivo da Torre do Tombo. Abre o volume por uma noticia preliminar seguida da transcripção de varios documentos ineditos, alguns acompanhados do respectivo *fac-simile*, e fecha por umas notas a quatro logares do texto do *Esmeraldo* seguidas de um «Indice remissivo dos nomes historicos e geographicos e das cousas mais notaveis» contidas no volume. Em 1903 publicou o sr. Augusto Epiphanio da Silva Dias a sua edição critica do *Esmeraldo*, precedendo-a d'uma introducção de que copiámos alguns periodos, e fazendo uma rigorosa critica, assaz erudita, da edição de 1892.

Pacheco e Sousa *(D. Joaquim José)*. Clerigo secular, doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, secretario do cardeal patriarcha de Lisboa D. Carlos da Cunha, bispo da Guarda, etc. N. em Alemquer a 21 de setembro de 1769, fal. em Italia no convento dos franciscanos de Longiano, a 23 de novembro de 1857. Depois de se ter doutorado em Canones na referida Universidade, e cursado a faculdade de Direito, veiu para Lisboa onde exerceu importantes cargos ecclesiasticos, foi eleito bispo da Guarda e confirmado em 2 de julho de 1832. Pouco tempo desempenhou as funcções episcopaes, porque seguindo o partido do infante D. Miguel, emigrou de Portugal em 1834, quando se restabeleceu o governo constitucional. Passando depois á Italia, esteve primeiramente em Roma, mais tarde em Loreto, e por fim em Longiano, onde fixou a sua residencia no anno de 1844. Entregue a obras de piedade e de beneficencia, levando vida austera e de penitencia, apezar da sua muito avançada edade, estava sempre prompto a auxiliar nas funcções pontificaes os bispos seus visinhos, e particularmente o bispo de Cesena, monsenhor Castracane, que ficara impossibilitado, em consequencia de ter sido assaltado por uma apoplexia. Escreveu: *Concilio Tridentino vindicado, ou demonstração critico-canonica da genuina intelligencia do mesmo Sagrado Concilio no cap. VIII sess. XIV*, Lisboa, 1808. Consta ter sido D. Joaquim José Pacheco e Sousa quem, na qualidade secretario do patriarcha D. Carlos da Cunha, compunha e redigia as *Pastoraes* que este prelado mandou publicar durante o tempo do seu governo, as quaes são numerosas, e muitas se imprimiram. V. *Portugal*, vol. II, pag. 1255, em *Cunha (D. Carlos da)*.

Pacheco Varella *(P. Sebastião)*. Presbytero secular, cavalleiro professo da ordem de Christo. N. em Aveiro em 1671, onde tambem fal. a 8 de março de 1706. Era filho de Manuel Varella, capitão de cavallos e mestre de campo, e de D. Barbara Pereira. Adquiriu rapidamente vastissimos conhecimentos, sendo muito perito nas linguas latina, hespanhola, franceza e italiana, muito habil em musica, varias artes liberaes, e com sufficiente conhecimento das sciencias escolasticas, que aprendeu sem mestre. Tendo escapado ao perigo de vida em que o poz um raio que estivera a ponto de o fulminar, retirou se completamente do convivio humano, entregando-se ás mais austeras penitencias, que lhe abreviaram a vida, fallecendo aos 35 annos. Havia sido prégador muito considerado, e deixou publicado: *Sermão da seraphica madre Santa Thereza, na manhã da sua festa, prégado em Aveiro no anno de 1700*, Coimbra, 1701; *Sermão da seraphica madre Santa Thereza, na tarde da sua festa, prégado em Aveiro, no dito anno*, Coimbra, 1701; *Sermão da bemaventurada Santa Joanna, princeza de Portugal e senhora de Aveiro, prégado no mosteiro da mesma villa, em que viveu e morreu, na ultima tarde do seu triduo*, Lisboa, 1702; *Numero vocal, exemplar catholico e politico, proposto no maior entre os santos, o glorioso João Baptista: para imitação do maior entre os principes, o serenissimo D. João V, nosso senhor*, Lisboa, 1702. Deixou manuscripto uma especie de romance intitulado: *Passatempo de moços e licita recreação*.

Pachorlo. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Rio Covo, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Pacinho. Povoações na freguezias: N. S.ª da Conceição, de Ourentã, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || S. Bento do Matto, de Azaruja, conc. e distr. de Evora.

Pacini Alvear *(Regina)*. Cantora, que muito se evidenciou, tanto em Portugal como no estrangeiro. N. em Lisboa a 6 de janeiro de 1871. E' filha de Pedro Jorge Pacini, que em 1865 esteve no theatro de S. João do Porto, vindo depois para Lisboa como baixo-bufo e director de scena do theatro de S. Carlos, sendo mais tarde emprezario, juntamente com Freitas Brito, sob a firma *Freitas Brito & C.ª e Pacini*. Regina Pacini é irmã do sr. commendador José Pacini, que foi durante alguns annos empresario do mesmo theatro. A illustre cantora fez a sua estreia em S. Carlos a 5 de janeiro de 1887 com a *Somnambula*, opera em que Emma Nevada havia obtido grandes ovações semanas antes. O publico ficou assombrado com a noticia da temeridade da joven Regina Pacini, que apenas contava 17 annos, que os completava ainda no dia seguinte ao do seu debute. A notavel cantora ficou logo consagrada artista superior, pela fórma como se houve, e pela sua voz bem timbrada e admiravelmente educada. Em tão curta edade, a todos causou a impressão de que a gentil debutante egualava já as primeiras artistas do seu genero. A' *Somnambula* seguiu-se a *Lucia de Lamermoor*, *O Chrispim e a Comadre*, *Barbeiro de Sevilha*, *Traviata*, *Elixir d'amor*, *Hamlet*, *Mignon*, *Puritanos*, e outras operas do reportorio a que se dá o nome de genero ligeiro, recebendo sempre phreneticos applausos. Cantou tambem no theatro de S. João, do Porto, passando depois ao de Madrid e a todos os principaes de Hespanha, Inglaterra, Italia e Russia, grangeando fama de grande cantora. Tendo contratos para cantar em quasi todos os principaes theatros d'opera do mundo, nos quaes contou as ovações pelo numero de vezes que entrou em scena, voltou repetidas vezes a fazer se ouvir na sua terra natal, nas epocas de 1888-1889, 1892-1893, 1894-1895, 1900-1901, 1902-1903, 1903-1904 e 1904-1905, isto é, fez se apreciar em S. Carlos em oito epocas, despedindo-se do publico em 11 de março de 1904, já com o projecto de se retirar, para effectuar o seu enlace matrimonial. Foi delirante o enthusiasmo que causou no publico essa brilhante e memoravel recita. Nas epocas decorridas desde 1887-1888 até 1904-1905 cantou Regina Pacini em Lisboa, mais as seguintes operas, além das já citadas: *Pescadores de Perolas*, *Rigoletto*, *D. João*, de Mozart, *Bohemia*, *D. Paschoal*, *Manon*, de Massenet, etc. Em varias noites de sua festa artistica muito se fez applaudir tambem Pacini, em diversos trechos que cantou com inexcedivel primor, taes como as *Variações*, de Proch; a celebre valsa de Arditti; *Myosotis*, de Felicien David; aria da opera *Flauta magica*, de Mozart; as *Carceleras*, de Chapi, e tantas outras romanzas e arias em que se fez acompanhar ao piano. Retirando-se do theatro a apreciada artista trocou a agitação da sua gloriosa carreira pela quietação da familia. Regina Pacini casou em 29 de abril de 1907 na egreja da Encarnação com o sr. Marcello Alvear, cavalheiro argentino, muito conhecido em Lisboa. Regina Pacini fôra dias antes com sua mãe ao paço das Necessidades participar o seu casamento a sua magestade a Rainha, que tem por ella grande affeição. A soberana esteve por muito tempo conversando com Regina, falando-lhe das noites gloriosas da sua vida artistica. A' despedida, Sua Magestade tirou do peito um riquissimo e artistico broche de brilhantes, esmeraldas e rubis, em fórma de uma grande folha de trevo, e offereceu-o a Regina Pacini, para a sua *corbeille*, dizendo lhe que usava essa joia havia muitos annos para lhe dar felicidade; dava-lh'a para que pudesse tambem ser um penhor da felicidade que desejava a Regina. A illustre cantora portugueza, hoje cidadã argentina pelo seu casamento, fixou com seu marido residencia em Paris.

Paco. Julga-se que significava carneiro de boa raça, dos que se criavam no campo de Beja (a *Paca* dos antigos). N'um documento de 1270 se diz, que—quando os bispos de Evora (depois arcebispos) fôrem visitar as egrejas de Portel, entre as mais cousas, se lhes dê, *pela procuração* que deviam receber *unum pacum mediocrem*.

Paço. Dava-se antigamente este nome ao cartorio do tabellião publico, porque escrevia nos paços do concelho. Em Lisboa, Porto, Braga, Evora e Coimbra, havia uma casa publica destinada para os tabelliães de notas, que se distinguiam dos escrivães-tabelliães judiciaes, pelo nome de *tabelliães do paço*, e á casa onde estes trabalhavam se chamava *paço dos tabelliães*.

Paço. Casa nobre e sumptuosa para habitação de reis ou de principes, bispos e outras dignidades. (V. *Palacio*). A' casa da camara de alguns concelhos se dava tambem o nome de paços do concelho.

Paço. Pov. e freg. de N. S.ª do Prauto, da prov. da Extremadura, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 315 fogos e 1:190 hab. A pov. dista 9 k da séde do conc. e está situada n'um alto. O reitor da freg. de Santa Maria de Adaúfe apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. A terra é pouco fertil. Tem muito gado, bom vinho, e caça grossa e miuda. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16 com a séde em Lisboa. || Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Aborim, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, de Adães, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª do O', de Aguas Santas, conc. da Maia, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Airão, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Jorge, de Airó, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || N. S.ª da Piedade, de Algoz, conc. de Silves, distr. de Faro. || Santa Marinha, de Alheira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª da Graça, de Almagreira, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Miguel, de Alvarães, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Lourenço, de Alvellos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago, de Amorim, conc. de Povoa de Varzim, districto do Porto. || Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || S. Martinho, de Arco do Baúlhe, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Ardegão, concelho de Fafe, do mesmo distr. || N. S.ª da Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, districto de Santarem. || O Salvador, de Arvore, conc. de Villa do Conde, districto do Porto. || S. Pedro, de Athei, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || S. Leonardo, de Atouguia de Baleia, conc. de Peniche, distr. de Leiria. || S. Martinho, de Avessadas, conc. de Marco de Canavezes,

distr. do Porto. || S. Pedro, de Avintes, conc. de V. N. de Gaia, do mesmo distr. || S. Pedro, de Avioso, conc. de Maia, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Aião, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || S. Miguel, de Azevedo, conc. de Caminha, distr. de V. do Castello. || S. Julião, de Badim, conc de Monsão, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Baiões, conc. de S. Pedro do Sul, distr. Vizeu. || S. Martinho, de Barca, conc. de Maia, distr. do Porto. || S. Lourenço, de S. Bartholomeu dos Gallegos, conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa. || Santa Senhorinha, de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Santo Estevão, de Bastuço, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Thiago, de Beduido, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Beiral do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Beire, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Thiago, de Boivão, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Borba de Godim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Maria, de Borbella, conc. e distr. de Villa Real. || S. Matheus, de Botão, conc. e distr. de Coimbra. || S. Martinho, de Britello, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Brito, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel, de Bostello, conc. de Penafiel, distr. do Porto || Santa Maria, de Caires, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Salvador, de Campo, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Maria, de Canedo, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga || S. Pedro, de Canidello, conc. de Villa do Conde, distr do Porto || S. João Baptista, de Castellões, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || O Salvador, de Castellões de Cepeda, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Maria Magdalena, de Cem Soldos, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || S. Mamede, de Cepães, conc. Fafe, distr. de Braga. || S Thiago, de Cernadello, conc. de Louzada, distr. do Porto. || O Salvador, de Cervães, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Salvador, de Christello, conc de Barcellos, distr. de Braga. || S. Mamede, de Coronado, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Thomé, de Carrelhã, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Cosme, de S. Cosme de Gondomar, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Thiago, de Cossourado, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. João Evangelista, de Covas, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Miguel, de Creixomil, conc de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Crespos, conc. e distr. de Braga || Santa Maria, de Cunha, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Paio, de Eira Vedra, conc. de Vieira, distr. de Braga || S. Vicente de Ermello, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || Santo André, de Esgueira, conc. e distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Esmoriz, conc de Ovar. do mesmo distr.. || S. Mamede, de Este, conc. e distr. de Braga. || O Salvador, de Fanzeres, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Martinho, de Fareja, conc. de Fafe, distr de Braga. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Ferreira do Alemtejo, distr. de Beja. || Santa Maria, de Ferreira de Avões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu || O Salvador, de Figueiredo, conc. e distr. de Braga. || Santa Christina, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Thiago, de Figueiró, do mesmo conc. e distr. || O Salvador, de Folgosa, conc. da Maia, do mesmo distr. || S. Miguel, de Fontellas, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Miguel, de Fontoura, conc. de Valença, districto de Vianna do Castello. || S Pedro, de Freitas, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Frende, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Thiago, de Gagos, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Martinho, de Gandra, conc. de Espozende, do mesmo distr. || S. Martinho, de Gandra, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Gavião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Miguel, de Gemezes, conc. de Espozende, do mesmo distr. || S. Thiago, de Goães, conc. de Amares, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Godinhaços, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Gondar, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Gondomar conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Gondariz, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, districto de Vianna do Castello. || N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Santo André, de Canidello, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || Santa Maria, de Insalde, conc. de Paredes de Coura, districto de Vianna do Castello. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Miguel, de Jesufrei, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Martinho, de Lago, conc. de Amares, do mesmo distr. || S. Thomé, de Lanhas, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || O Salvador, de Lavra, conc. de Bouças, distr. do Porto. || S. Miguel, de Lavradas, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Lijó, conc. de Barcellos, distr. de Braga || S. Thiago, de Lordello, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || Santo Eulalia, de Loureira, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S Thiago, de Lourosa, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Maceda, concelho de Ovar, do mesmo districto. || Santa Leocadia, de Macieira da Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santo Adrião, de Macieira de Rates, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Ilha da Madeira; Santa Maria Magdalena, de Magdalena do Mar, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || Santa Eulalia, de Margaride, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Christina, de Meadella, conc. e distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Meixomil, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Paio de Melgaço e concelho de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Moimenta, conc. de Terras do Bouro, distr. de Braga. || N. S.ª da Piedade, de Monte Redondo, conc. e distr. de Leiria. || Santa Maria, de Mujães, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Vicente, de Oleiros, concelho de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Oliveira, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || Santa Maria, de Oliveira, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Oliveira, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || S. Paio, de Oliveira, concelho de Amarante, distr. do Porto. || S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santa Marinha, de Oriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Outeiro, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Paço Vedro de Magalhães, conc. de

Ponte da Barca, do mesmo distr. || S. Sebastião, de Passos, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Santo André, de Palme, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || Santa Maria, de Palmeira, conc. e distr. de Braga || S. Mamede, de Parada do Monte, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Pedraça, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || O Salvador, de Pedragaes, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Pinheiro, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Ilha da Madeira; N. S.ª da Luz e conc de Ponta do Sol, distr. do Funchal || Santa Marinha, de Portella, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Christina, de Pousa, concelho de Barcellos, do mesmo distr. || N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || Santa Marinha, de Ramires, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Rande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santo Estevão, de Regadas, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Ribeiros, do mesmo conc. e distr. || S. Lourenço, de Rio do Cabrão, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S João Baptista, de Rio Caldo, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || S. Martinho, de Rio de Moinhos, concelho de Penafiel, distr do Porto. || S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, do mesmo distr. || O Salvador, de Roge, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || S. Romão de Aregos, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Conceição, de Rossas, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Ruivães, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Miguel, de Lago, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Vicente, de Sangalhos, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || S. Mamede, de Seara, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Sendim, concelho de Taboaço, distr. de Vizeu. || S. Paio, de Sequeiros, conc. de Amares, distr. de Braga. || N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || S. Miguel, de Silvares, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santo André, de Sobrado, conc. de Vallongo, distr. do Porto. || Santa Maria, de Sobreposta, conc. e distr. de Braga. || O Salvador, de Souto, conc. de Terras do Bouro, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Souto de Lafões, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Tangil, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Teixeiró, conc. de Baião, distr. do Porto. || Santa Maria, de Torre, conc. de Amares, distr de Braga. || O Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto || Santa Leocadia, de Travanca, conc. de Sinfães, districto de Vizeu. || S. Thiago, de Travanca, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || S. Thiago, de Tremez, conc. e distr. de Santarem. || Santa Marinha, de Tropeço, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Unhão, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santo Estevão, de Urgezes, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || O Salvador, de Vairão, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Martinho, de Valbom, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || O Salvador, de Valladares, concelho de V. N. de Gaia, districto do Porto. || S. Martinho, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Pedro, de Vallongo, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de Varzea, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Pedro, de Vascões, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Ilha da Madeira; S. Vicente e conc. de S. Vicente, distr. do Funchal. || S. Mamede, de Vermil, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo Estevão, de Villa Chã do Marão, conc de Amarante, distr. do Porto || S. Miguel, de Morreiras, conc. e distr. de Braga. || S. Romão, de Villa Cova de Vez de Aviz, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || N. S.ª da Graça, de Villa da Egreja, conc. de Sattam, distr. de Vizeu. || S Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Santa Marinha, de Villar, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || O Salvador, de Villar do Monte, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Miguel, de Villar de Murtedo, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Casal na freg. de Thiago, de Figueiró do Campo, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || Herdade na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cabrella, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Jorge, de Airó, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Quinta na freg. de S. Vicente, de Giella, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Paço de Além. Povoações nas freguezias: S. Romão, de Carvalhosa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Thiago, de Lordello, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Paço d'Aquém. Pov. na freg de S. Romão, de Carvalhosa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Paço d'Arcos *(Carlos Eugenio Correia da Silva, 1.º visconde e 1.º conde de).* Vice-almirante reformado; major general da armada, antigo governador do ultramar, governador civil de Lisboa, ministro plenipotenciario no Rio de Janeiro, deputado, par do reino, etc. N. em Paço d'Arcos a 1? de dezembro de de 1834, fal. em Lisboa a 5 de novembro de 1905. Era filho de João José d'Assumpção e Silva, pagador geral do ministerio da guerra, cavalleiro das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição, casado com D. Jesuina Amalia Correia d'Almeida. Aprendeu as primeiras letras em Paço d'Arcos, e impellido desde creança por uma grande vocação, para a vida do mar, assentou praça aos 11 annos de edade, a 30 de outubro de 1845. Aos 15 annos foi mandado admittir na Escola Polytechnica, com dispensa da edade legal, em attenção aos excellentes exames de preparatorios que fizera, vindo a matricular-se a 1 de outubro de 1849. O seu curso foi dos mais brilhantes. Em 1852, tendo concluido os estudos, embarcou pela primeira vez a bordo da corveta *Porto*, sob o commando de José Bernardo da Silva, e fez o cruzeiro dos Açôres. A 6 de outubro de 1853 foi promovido a guarda marinha, e n'esse anno, já n'este posto, fez a sua primeira viagem, a bordo da corveta *D. João I*, commandada por Carlos Craveiro Lopes, seguindo logo a fazer a estação naval na China. A sua aptidão tornou-se tão notavel que o governador de Macau o encarregou, apezar da sua pouca edade e pequena patente, do commando da escuna *Venus*, onde prestou relevantes serviços, e deu provas de arrojada valentia no arriscado serviço de vigia da barra do porto interior de

Macau. Quando a corveta *D. João I* teve ordem de partir para o norte do celeste imperio em perigosa commissão diplomatico-guerreira, Carlos Eugenio deixou o commando da *Venus* e retomou o seu logar na guarnição da *D. João I*, indo assistir e tomar parte nos combates de 1854 no rio Ningpo, e nas expedições contra a frota do celebre pirata Apack, que infestava o mar da China, e a quem fôram tomadas numerosas embarcações. A maneira como se portou n'essas luctas valeu-lhe ser louvado na ordem da armada n.º 299, de 1856, e d'elle fez referencias na camara dos deputados o ministro da marinha, então o visconde d'Athouguia. Promovido a 2.º tenente a 29 de julho d'esse anno de 1856, embarcou como encarregado da navegação nas longas viagens á véla da barca *Martinho de Mello* para as estações de Macau e Timor. Até 1862 exerceu

Conde de Paço d'Arcos

outras commissões importantes e viagens trabalhosas, embarcando successivamente no vapor *Infante D. Luiz*, e nas corvetas *Sagres* e *Bartholomeu Dias*, percorrendo n'essas viagens o mar da China e o Oceano Pacifico. Regressando a Lisboa, foi lhe confiado em 1862 o commando da escuna *Napier*, pequeno navio acabado de construir no arsenal de marinha, ao qual foi dada a commissão de ir expulsar das aguas dos Açôres o corsario americano *Alabama*. O valente commandante tornou-se o terror d'aquelle celebre corsario, e esta commissão obteve o melhor exito. A escuna *Napier* seguiu para a divisão de Angola, por Cabo Verde e S. Thomé, e fastidiosas calmarias do Golfo da Guiné, tornando-se o terror dos negreiros, e reprimindo com raro vigor e grande zelo o trafico da escravatura desde a Guiné até Mossamedes, e aprisionando muitos navios. Promovido a 1.º tenente a 7 de março de 1866, foi commandar o brigue *Pedro Nunes*, que tinha de armar e seguir para a estação de Angola. O mais notavel serviço d'esse commando foi, sem duvida, o aprezamento do navio negreiro hespanhol *Virgen del Refugio*, surprehendido no trafico dos escravos, e que o *Pedro Nunes* abordou na bahia do Lobito. Reclamou o governo hespanhol d'essa preza, e a questão foi levada ao parlamento, onde o ministro da marinha, visconde d'Athouguia, declarou que respondia ao governo hespanhol agraciando com a Torre e Espada o 1.º tenente Carlos Eugenio. Ficou meio lendario na marinha esse commando brilhante do *Pedro Nunes;* os louvores recaiam no seu commandante, vindos de todas as origens. Um almirante inglez, em Cabo Verde, o almirante francez barão d'Anriac, em Angola, propunham aos seus governos, que fizessem louvar pelas vias diplomaticas o habil disciplinador e intrepido 1.º tenente que commandava o brigue portuguez. Além da Torre e Espada e de numerosos louvores nas ordens da armada, Carlos Eugenio, simples 1.º tenente, ganhou n'esse commando o habito da ordem de Nossa Senhora da Conceição, e as commendas das ordens de Christo e de Aviz. Foi promovido a capitão-tenente a 6 de novembro de 1873, e n'esse anno teve a nomeação de commandante da canhoneira *Zarco*, serviço em que se houve superiormente, commandando as divisões do Moçambique e da India. Regressou a Lisboa annos depois, n'uma viagem tormentosa, que lhe mereceu louvores Em 1874 apresentava a sua candidatura a deputado por Angola, mas perdeu a eleição. Em 1876 foi eleito por Timor, e tomou assento na camara, onde prestou relevantes serviços na commissão de marinha. Em 20 de outubro do mesmo anno foi nomeado governador de Macau e Timor, e recebeu a carta de conselheiro. Havia sido agraciado com o titulo de visconde de Paço d'Arcos, por decreto de 2[illegible] de janeiro d'esse anno. A 26 de setembro, ainda antes da sua nomeação de governador de Macau, casou com D. Emilia Angelica de Castro Monteiro, filha de Henrique José Gomes Monteiro, fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Christo, e de sua mulher, D. Izabel Maria de Castro, filha dos 1.ºs viscondes e 1.ºs condes de Castro. Exerceu aquelle governo até 1879, com toda a distincção, provando que era tanto official de mar, como administrador discreto e solicito. Em 17 de agosto de 1880 foi promovido a capitão de fragata, e em maio de 1881, teve a nomeação de governador de Moçambique, n'uma epoca em que uma sedição militar, em Lourenço Marques, e a sublevação do gentio de Ibo, requeriam energia e tacto no governo da provincia; restabelecida a ordem, foi um anno depois transferido, a seu pedido, para o governo da India, que, com a tradição dos vice-reis, é ainda considerado o apogeu da carreira ultramarina portugueza. O seu longo governo de quatro annos, terminado por motivo de doença, foi todo acompanhado tambem de importantes negociações diplomaticas com o governo inglez, o qual tinha em Bombaim como governador, James Fergusson, em seguida ministro dos estrangeiros de Inglaterra, negociações que o governador de Gôa levou sempre com vantagem para Portugal. Em 1866 foi par do reino electivo, voltando ainda á camara em

1890. Em 9 de dezembro de 1887 teve a promoção de capitão de mar e guerra. Em dois annos que exerceu o logar de inspector do arsenal de marinha imprimiu a esse estabelecimento grande organisação nos serviços, terminando-se sob a sua gerencia a construcção da canhoneira *Zambeze*, construindo-se completamente a canhoneira *Diu*, e lançando-se ao mar o casco da canhoneira *D. Luiz*. Em 1890, subindo ao poder o governo presidido pelo fallecido estadista Antonio Serpa, no periodo agudo de ordem publica que se seguiu ao *ultimatum* de 11 de janeiro d'esse anno, imposto pela Inglaterra, foi chamado para governador civil de Lisboa, sendo n'essa occasião elevado ao titulo de conde de Paço d'Arcos. Em seguida, em maio de 1891, foi nomeado nosso ministro junto da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo uma recepção muito brilhante por parte da colonia portugueza do Rio de Janeiro, onde chegou a 2 de junho. N'essa epoca em que se começou e se desenvolveu a revolta da marinha brazileira, fôram tão considerados os seus serviços pela colonia portugueza no Rio de Janeiro, que posteriormente, por duas vezes, ella fez conhecer o desejo, de que o conde de Paço d'Arcos tornasse a occupar aquelle logar. Voltando ao serviço da marinha, foi promovido ao posto de contra-almirante em 14 de fevereiro de 1895, e a vice-almirante pouco depois, patente em que veiu a reformar-se em 17 de dezembro de 1904, por ter attingido o limite da edade. Em 1888 foi nomeado ajudante de campo honorario do rei D. Luiz I. Exerceu tambem os seguintes cargos: Vogal do tribunal superior de guerra e marinha, vogal do conselho do almirantado, director geral de marinha e major general da armada, logar que exerceu até fallecer, conservando no commando supremo da sua arma a sympathia da classe inteira de marinha. Depois de passar á reserva ficou encarregado de codificar uma parte da legislação da armada. Por decreto de 12 de dezembro de 1900 foi nomeado presidente da commissão superior de guerra, e pelo de 21 de dezembro de 1897 fez parte do conselho superior da marinha. O conde de Paço d'Arcos era commendador, grande official e gran-cruz da ordem de Aviz, commendador da de Christo, cavalleiro da Torre e Espada, e de Nossa Senhora da Conceição; tambem era cavalleiro das ordens hespanholas de Carlos III e de Izabel a Catholica; gran-cruz do Merito Naval de Hespanha, e da Corôa de Leão; grande official do Busto de Bolivar de Venezuela; vogal effectivo da commissão permanente de Geographia; socio da Associação de Agricultura Machaoelence, e da Sociedade de Geographia de Lisboa; possuia as medalhas militares de ouro do valor militar, comportamento exemplar e serviços distinctos. O conde de Paço d'Arcos foi tambem um escriptor muito apreciado. Publicou em 1866: *Uma viagem ao estabelecimento portuguez de S. João Baptista de Ajudá da costa de Mina em 1865*. Esta viagem foi feita quando era commandante da escuna *Napier*, em commissão do serviço publico. No *Panorama*, de 1866, publicou *Descripção de Benguella*, n.º 35 até ao n.º 41; inseriu varios artigos, e *Impressões de viagem* no *Boletim do Governo de Macau*, no anno de 1865; uma serie de artigos sobre melhoramentos na Armada Nacional, no *Rei e Ordem* de 1857, rubricados com as iniciaes C. E. Quando em 1872, seu irmão, o jornalista Pedro Correia da Silva, fundou o *Diario Illustrado*, logo o convidou para a redacção. Ali escreveu differentes artigos e folhetins, dos quaes os primeiros são: *A passagem da linha* e *O ultimo combate do Alabama*. Quando Pedro Correia emprehendeu a publicação d'uma serie de biographias, com o titulo de *Contemporaneos*, escreveu n'essa collecção as do visconde de Soares Franco e do patrão Joaquim Lopes.

Paço d'Arcos—Avenida Marquez de Pombal

Paço d'Arcos. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação e conc. de Oeiras, distr. de Lisboa. E' uma das melhores estações balneares dos arrabaldes de Lisboa, e sempre muito concorrida. Tem uma excellente praia junto á *Caldeira*. No principio do seculo XVIII compunha-se esta po-

voação apenas de 75 fog., já porém, existia aqui um palacio com dois torreões, tendo ao centro d'elles uma larga varanda sustentada por tres grandes arcos, e parece ter sido este a origem da denominação de *Paços d'Arcos* dada á povoação. Este palacio tem soffrido varias reedificações, e a quinta que lhe fica annexa, que se estende até á linha ferrea, tem sido modernamente muito aformoseada. E' propriedade dos srs. condes das Alcaçovas. No prolongamento da praia encontrava-se a grande doca, ou *caldeira*, mandada construir pelo marquez de Pombal. Era formada por grossas muralhas de cantaria, de enorme solidez e com capacidade para receber e dar abrigo seguro a navios de grande lotação. Era uma das obras mais importantes emprehendidas pelo marquez de Pombal, que d'este modo satisfez uma das mais urgentes necessidades d'aquelle porto de mar. O tempo e o abandono em que está desde o reinado de D. Maria I, foi deteriorando a tal ponto aquella obra, que cia da escola. Proximo da praia e dentro do recinto murado que faz parte da escola de torpedos, existe um singelo monumento funebre, de pedra branca, hoje pouco visivel por estar, em parte, encoberto pela muralha. E' conhecido pela singular denominação de *Tumulo do inglez* que fez crear varias lendas, mais ou menos phantasticas. A verdade, porém, é esta: o tumulo encerra o cadaver do joven commandante d'um navio de guerra inglez, que foi vencido e morto pelos francezos n'um combate naval dado nas proximidades da nossa barra em 22 de abril de 1808. O epitaphio que se vê no tumulo, está escripto em inglez, cuja traducção é a seguinte: «Este monumento é consagrado á memoria do cavalleiro Courray Shipby, da edade de 25 annos. Foi capitão do navio de S. M. B., a *Nympha*. Foi morto no ataque de uma embarcação de guerra inimiga, perto do Tejo, no dia 22 de abril de 1808. Acasos que a sabedoria humana não póde prevêr, nem qualquer esforço evitar, mallogra-

Uma vista de Paço d'Arcos

existe hoje a descoberto sómente a parte superior da muralha, que as areias ainda não conseguiram occultar. Poz-se tambem de parte a construcção d'um marcographo, que se tinha começado ha annos, e em que se gastára bastante dinheiro, mas realisou-se n'aquelle local, um melhoramento importante, a construcção d'um cano de esgoto em substituição da valla, que estava em pessimas condições. Ha aqui um fortim, denominado de *S. Pedro*, construido durante a guerra da Restauração. Está situado em frente da doca, e é onde se installou a escola de torpedos, em 1885, estabelecimento importantissimo. A sua direcção foi, por muitos annos, confiada ao official de artilharia Carlos Luiz dos Santos. As installações da escola constam essencialmente do aquartelamento para o pessoal menor, *hangars* de deposito e officinas. N'estas fabricam-se explosivos, e tem se concluido a factura e carregamento de um grande numero de torpedos de fundo. O material naval de torpedeiros, que fundeia na pequena bahia, é considerado dependen- ram o ataque, e terminaram a curta, mas distincta, carreira do seu commandante. Emquanto porém existir o seu nome nos annaes da fama, e na lembrança da sua patria, é de esperar que os homens bons e valentes, de qualquer nação, acatem as suas cinzas, e contemplem respeitosos a ultima morada d'um heroe.» Em frente da povoação fórma o Tejo uma bella enseada, onde a Real Associação Naval costuma fazer as suas regatas, festas pomposas a que concorre muita gente de Lisboa. Durante a epoca balnear costuma haver algumas touradas. Deixando a estrada que conduz de Paço d'Arcos a Oeiras, afastando-se um pouco da beira-mar, e seguindo a mesma direcção, encontra-se o sitio pittoresco das *Fontainhas*, e depois a foz do rio Oeiras, que fica entre o forte de S. Pedro e o forte das Maias. Antigamente, as *Fontainhas* eram uns olhos d'agua que rebentavam no meio da praia, formando uma pequena lagôa, que servia de lavadouro ás mulheres do sitio. Calcula-se que a nascente pudesse produzir diariamente perto de 300 m. cubicos

agua. A ermida do *Bom Jesus dos navegantes*, de muita devoção para os povos d'estes sitios, está situada no largo do Conde das Alcaçovas. E' um templo modesto e elegante. Foi fundado pelo patrão Joaquim Lopes e alguns habitantes de Paço d'Arcos, concluindo-se as obras em 1873, sendo benzida a egreja a 8 de setembro d'esse anno, seguindo-se uma pomposa festividade, arraial, procissão, illuminações e fogo d'artificio. No arraial tocou a banda de infantaria n.º 1. Além da festa annual, que se realisa dedicada ao orago, ha tambem a de S. Sebastião, costumando serem ambas muito concorridas. Dias depois da abertura da egreja ao culto dos fieis, em 13, realisou-se um grande melhoramento n'esta pov., que foi a illuminação publica, que n'esse dia começou a funccionar. Em Paço d'Arcos ha o posto de soccorros a naufragos. No edificio onde está installado, existe um grande barco salva-vidas, que tripulado por 12 homens, corre sempre a soccorrer o navio em perigo, libertando com grave risco de vida dos corajosos tripulantes, os naufragos que appellam para a sua dedicação. O primeiro patrão d'este barco salva-vidas foi Joaquim Lopes. O barco é lançado ao mar por sobre uns carris collocados no caes para esse fim. Em Paço d'Arcos ha algumas quintas e casas notaveis, como a propriedade que pertenceu ao visconde de Bessone, que é a mais notavel pela sua belleza. Foi aquelle titular quem a mandou construir no anno de 1860, pelo plano e direcção de Cinatti. Depois da morte do visconde de Bessone, foi esta propriedade vendida ao conde da Penha Longa, e pertence hoje, parece, que aos seus herdeiros. A quinta dos srs. condes das Alcaçovas, já citada, e a da *Mitra*. O club inaugurou-se em 9 de setembro de 1875 com um pomposo baile, sob a presidencia do fallecido marquez de Fronteira, e mais direcção. Paço d'Arcos tem est. post. e telegr. com serviço de encommendas, permutando malas com Oeiras; est. do caminho de ferro, na linha de Cascaes, entre as de Caxias e de Santo Amaro; agencias das companhias: *Fidelidade*, *Companhia Portugueza de Seguros*, *Internacional*, *Probidade* e *Reformadora; Associação de Soccorros mutuos*; fornos de cal, casas de pasto, casino, escolas d'ambos os sexos, hospedarias, medico, pharmacia, *Philarmonica de Instrucção Musical*, theatro: *Club de Paço d'Arcos*, avenidas do *Marquez de Pombal* e *Patrão Joaquim Lopes*, varios estabelecimentos, etc. Em Paço d'Arcos tem se publicado os seguintes jornaes: *Echo (O)*, 15 de julho de 1849; *Revista das Praias (A)*, 11 de julho de 1895; *Numero Unico: Paço d'Arcos (O)*, 1 de maio de 1898. ‖ Villa do distr. de Damão, arceb. de Gôa, India. E' a séde do conc. de Nagar-Avely e foi constituida por decreto de 11 de fevereiro de 1885 na antiga aldeia de Silvassá. Antigamente a séde do concelho era na aldeia de Dadrá.

Paço de Baixo. Povoações nas freguezias: Santa Senhorinha, de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. ‖ N. S.ª da Graça e conc de Móra, distr. de Evora.

Paço de Belmonte Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Paço de Cardoso Pov. na freg. de S. Martinho de Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Paço dos Carpinteiros. Pov. na freg. de Santa Maria, de Achete, concelho e districto de Santarem.

Paço de Cima. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça e conc. de Móra, distr. de Evora. ‖ Santa Christina, de Serzedello, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Paço de Couceiro *(João Couceiro da Costa, 1.º barão de)*. General de brigada reformado; commendador da ordem de Aviz, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição e da Torre e Espada; condecorado com as medalhas n.º 4 da campanha da Liberdade, a de ouro de serviços militares, a de prata de bons serviços e exemplar comportamento. N. a 9 de março de 1807, sendo filho de João Couceiro da Costa, tenente-coronel reformado, e de sua mulher, D. Joanna Rosa de Mendonça Arraes e Almada. Casou duas vezes: a primeira, em 1829, com D. Maria de Menezes de Mello e Castro, filha de José de Sousa Menezes, e de sua mulher, D. Maria Rita de Mello e Castro e Figueiredo; a segunda vez, com D. Helena Emilia Baima, filha de Francisco Anselmo Martins Baima, e de sua mulher, D. Josepha Delfina Barroso Durão. Foi agraciado com o titulo de barão de Paço de Couceiro por decreto de 28 de julho de 1870. O seu brazão d'armas é: Escudo, tendo em campo vermelho tres couceiras de prata em tres palas, e dois leões de ouro entre ellas, e por timbre um leão nascente.

Paço da Figueira (*Manuel dos Santos Junior, 1.º barão do*). Commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, e da ordem de Izabel a Catholica, de Hespanha; cavalleiro da de Carlos III, etc. Fal. em Coimbra a 19 de fevereiro do 1883. Era filho de João Alfredo Antunes de Macedo Santos, bacharel em Direito. Foi agraciado com o titulo de barão do Paço da Figueira por decreto de 20 de janeiro e carta de 17 de fevereiro de 18-3.

Paço de Fonseca. Pov. na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, districto do Porto.

Paço da Golpilheira. Pov. na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria

Paço Grande. Pov. na freg. de Santa Maria, de Gemeos, conc de Guimarães, distr. de Braga

Paço de Ilhas. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cheleiros, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Paço Inchado *(Horta do)*. Na freg. de Santo Isidoro, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Paço Juz. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Aboim da Nobrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Paço do Lumiar *(Antonio Leopoldo da Costa Bueno e Nietto Cevallos de Villa Lobos Hidalgo e Moscoso, 2.º visconde e 1.º conde do)*. Moço Fidalgo com exercicio na Casa Real e importante proprietario. N. em 4 de agosto de 1818, sendo filho do 1.º visconde d'este titulo *(V. o artigo seguinte)*. Casou em 1868 com D. Sophia Adelaide de Carvalho Leitão, filha de José Manuel Leitão, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, conselheiro, e de D. Emilia Adelaide de Carvalho. Herdou de seu pae o titulo de visconde, por decreto de 4 de outubro de 1881.

Paço do Lumiar (*José Maria da Costa Bueno e Nietto Cevallos de Villa Lobos Hidalgo e Moscoso, 1.º visconde do*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, e da de Izabel a Catholica, de Hespanha. N. em Portalegre a 1 de março de 1816, fal. em Lisboa a 4 de dezembro de 1880. Era filho de João Baptista da Costa, fidalgo da Casa Real e capitão-mór de Portalegre, e de sua mulher, D. Gregoria Antonia Bueno Nietto Cevallos de Villa Lobos Hidalgo e Moscoso. Foi agraciado com o titulo de Paço do Lumiar, onde tinha o seu solar, por decreto de 30 de d'abril de 1862. Casou com D. Maria Florentina d'Almeida Lima.

Paço do Lumiar. V. *Lumiar*, no *Portugal*, vol. IV, pag. 579.

Paço do Matto. Pov. na freg. do Salvador, de Roge, conc. de Macieira de Cambra, districto de Aveiro.

Paço Meão. Pov. na freg. de Santo Adrião, de Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Paço do Monte Pov. na freg. de S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Paço de Morelena. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação de Montelavar, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Paço de Mourel. Pov. na freg. de S. Thiago, de Carvalhaes, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Paço dos Negros Pov. na freg. de N. S.ª da Boa Fé, de Boa Fé, conc. e distr. de Evora.

Paço de Nespereira (*Gaspar Lobo de Sousa Machado e Couros, 1.º visconde do*). Fidalgo da Casa Real, senhor da casa de Santão, etc. Casou em 10 de novembro de 1865 com sua prima, D. Maria Amalia do Carmo Cardoso de Menezes, unica herdeira do morgado do Paço de Nespereira, filha do 1.º visconde de Pindella, João Machado Pinheiro Correia de Mello, e de sua primeira mulher, D. Maria do Carmo Cardoso de Menezes Barreto do Amaral. D'este matrimonio houve João Lobo Machado Cardoso do Amaral e Menezes, que é hoje o sr. visconde do Paço de Nespereira, residente em Braga. O titulo foi concedido em duas vidas, por decreto de 23 de setembro de 1886. Esta familia tem por ascendente Pedro Cardoso do Amaral e Menezes, que na India foi o primeiro que soltou, em 1640, o grito da independencia. Usa tambem do titulo de visconde do Paço da Nespereira o sr. Gaspar Lobo Machado Cardoso do Amaral e Menezes, importante lavrador e vinicultor em Guimarães, onde reside, de cujo districto foi governador civil, tendo sido agraciado por decreto de 20 de março de 1906 com a gran-cruz e commenda da ordem de N. S. da Conceição de Villa Viçosa.

Paço Novo. Pov. na freg. de S. Miguel, de Villela, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Paço Pequeno. Pov. na freg. de Santa Maria, de Gemeos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Paço dos Prelados. Pov na freg. de N. S.ª da Assumpção, conc. e distr. de Vizeu.

Paço de Queirã. Pov. na freg. de S. Miguel, de Queirã, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Paço Redondo. Pov. na freg. de S. Matheus, de Junceira, conc. de Thomar, districto de Santarem.

Paço de Rei. Pov. na freg. de S. Christovão, de Mafamude, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Paço Safrins. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Ferreira, distr. de Beja.

Paço de Sousa. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Douro, conc e com. de Penafiel, distr., bisp. e Relação do Porto; 436 fog. e 1:628 hab. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada em terreno levemente accidentado, sobre a margem esquerda do rio Sousa, que vem morrer na margem direita do rio Douro, no sitio da foz do Sousa, onde se diz que foi a primitiva cidade de Penafiel. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. permutando malas com a R. A. D.. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. O D. abbade benedictino do convento de Paço de Sousa apresentava o vigario triennal, que era um monge do referido convento, o qual tinha 50$000 réis de rendimento. Paço de Sousa é uma vasta, bonita e rica freguezia, muito fertil em todos os generos agricolas do paiz; cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus campos ha abundancia de caça miuda. E' Paço de Sousa uma das freguezias mais antigas de Portugal, pois foi fundada ainda no tempo dos godos. Ha aqui o antiquissimo mosteiro dos monges benedictinos, que é um monumento archeologico de grande importancia, não só pelas mais remotas tradições historicas que a elle se ligam, como pelos bellos vestigios que ainda conserva da sua architectura gothica, como a porta principal da egreja, que tem conseguido escapar ás restaurações por que o templo tem passado. Foi fundado em 960 da era christã por D. Troycozendo, *Trotozendo*, ou *Trotozindo* Guedes, neto de D. Arnaldo de Bayão, tronco dos Azevedos, e de muitas outras familias nobres de Portugal. Junto ao convento edificou o mencionado D. Troycozendo um palacio, que deu o nome á pov., que se ficou chamando *Paço de Sousa*. Foi aqui que, em 1050, nasceu seu neto Egas Moniz, aio de D. Affonso Henriques, sendo filho de Muninho Hermigues. A egreja foi sagrada pelo arcebispo de Braga D. Pedro, antecessor de S. Geraldo, em 29 de setembro de 1088, o que indica terem durado 48 annos as obras da construcção. Egas Moniz, no anno de 1130, doou o seu paço aos monges benedictinos, com outras propriedades, e lhes ampliou o edificio do mosteiro, o qual está situado n'um valle por onde corre o rio Sousa. O conde D. Pedro, no seu *Nobiliario*, diz que D. Troycozendo, fundador do mosteiro, mandou construir para seu jazigo e dos seus descendentes, uma egreja, denominada *Corporal de Paço de Sousa*, que ficava contigua ao mosteiro. N'esta capella foi sepultado Egas Moniz e alguns dos seus filhos. Ha tambem quem diga, que o tumulo esteve primitivamente no adro da egreja, sendo depois mudado para a referida capella. Este venerando monumento é grosseiramente cinzelado. Estando, porém, a ameaçar ruina a capella fôram em 1605 os ossos d'aquelle notavel vulto historico removidos para a capella-mór da egreja do mosteiro, assim como os outros que lá estavam. O abbade que era em 1741, querendo dar mais elevação á capella-mór, entendeu que ficava mais commodo e mais eco-

nomico rebaixal-a, e assim se fez. Com esta obra já o tumulo de Egas Moniz soffreu mutilações; mas em 1784, quando se tornou a mudar o monumento para o corpo da egreja, as suas diversas peças fôram collocadas despropositadamente fóra do seu logar, o que se comprehende pela inscripção, que, sendo em duas linhas e em pedras differentes, ficou a superior com a parte de baixo para cima. Na 1.ª linha, a que está ás avessas, lê-se:

HIC: REQVIESCIT: FYS: DEI: EGAS: MONIZ: VIR: INCLITVS:

E na 2.ª, que está ás direitas, diz:

ERA: MILESIMA: CENTESIMA: 2XXXII:

(Note-se que o 2 vale 50. D então valia, como hoje, 500, e tendo sobre elle um risco horisontal, valia 5:000). Quer dizer: *Aqui descança o servo (ou filho) de Deus, Egas Moniz, varão inclito. Era 1182.* Este anno equivale ao de 1144 da era de Christo. Pretendeu-se representar n'este momento o facto mais grave da vida de Egas Moniz. O primeiro baixo relevo consta de tres pedras, collocadas horisontalmente umas sobre as outras, formando todas tres um só lado. Na pedra superior veêm-se tres cavalleiros, montados em cavallos sem adornos; vão de cabeça descoberta e de braços manietados, levando o da frente, provavelmente Egas Moniz, uma corda em volta do pescoço; indo atraz d'elle, e entre dois cavalleiros da retaguarda, um peão ou creado. As figuras, que estão nos dois lados, parecem ser mulheres do povo, vendo passar a triste cavalgada. Na segunda pedra vae o resto da *caravana*, composta de quatro creanças montadas n'um cavallo, seguidas d'uma mulher, tambem montada, tendo á sua direita, a pé, uma mulher, e atraz de si um homem e uma mulher: segue-se uma especie de camilha com quatro creanças, e atraz d'ellas tres mulheres. A 2.ª parte do monumento é composta de quatro pedras (a 2.ª de cima é que foi collocada de pernas para o ar). Na 1.ª vêem-se dois homens deitando um corpo na sepultura; um bispo, de baculo na mão direita e um livro na esquerda, em acção de encommendar o defunto, e duas mulheres lamentando se (talvez carpideiras). Do outro lado, mas no mesmo plano, está um homem morto, deitado, e quatro carpideiras. Uma figura, representando a alma do defunto, dentro d'um circulo, que seguram dois anjos, figura ter saido da bôcca do morto, e no acto de subir ao céo. Os ornatos do tumulo são, como elle, singelos e toscos. Os monges benedictinos do convento de Paço de Sousa tinham obrigação de dar aos bispos do Porto um jantar (*parada*), todas as vezes que elles ali fôssem O bispo D. Hugo renunciou a este direito em 1116. No tomo III, pag. 672 da *Collecção de Cortes*, que existe manuscripta na Academia Real das Sciencias de Lisboa, encontra-se a copia, em latim, d'esta renuncia. O mosteiro teve muitas doações. em que se contam as seguintes: em 1145, D. Dordia, filha de Egas Moniz e de D. Thereza Affonso, deu á egreja *una cappa crezisca, et una stola de ipso pano et una acitara* (uma capa d'asperges, uma estola do mesmo pano e uma alcatifa). Em 1112 tinha D. Unisco Eriz feito doação de todos os seus bens patrimoniaes, accrescentando: *Do omnia mea rem movilem lectorum; Cozodras, et plumazos, tapedes et almozalas, simul et alifafes, manteles, et savanas linulas, et lenzos, palium, et grezisco, pelles, et pelliceas, mantus superiores*, etc. Em 1386, achando-se D. João I no seu arraial, sobre Chaves, recompensou os bons serviços do seu vassalo João Rodrigues Pereira, dando-lhe Baltar, Paço de Sousa e Penafiel, de *juro e herdade, com a jurisdicção civel e crime, e mero e mixto, reservando sómente a correição e alçada* (Documento da camara do Porto). N'outro documento de 1529, pertencente ao mosteiro, vê-se que lhe eram pagos, entre outros tributos, o *serviço* (offerta) *do Pasquoêllo* pela Paschoa, o *do Penticoste* pelo Espirito Santo, e *treze homeens sabudos* (certos) *para qualquer serviço que os nós quizermos* (o trabalho de um dia). *E os serviços do Pasquoêllo, que he fogaça* (pão) *de alqueyre e meyo*

Mosteiro de Paço de Sousa

de trigo, e um cabrito e oito bilhós. E os serviços de Penticoste, que he fogaça de alqueyre e meyo de trigo. A freg. de Paço de Sousa formava o couto do seu nome, com justiças proprias, e com foral, sem data, tudo por D. Affonso Henriques. Por alvará de 28 de junho de 1777 foi o couto annexado a Penafiel. Os habitantes e os monges benedictinos oppuzeram-se a esta annexação, mas uma provisão regia do principe regente, mais tarde D. João VI, de 23 de agosto de 1794, extinguiu o couto. A egreja do mosteiro e matriz da parochia, é um curioso specimen da architectura gothica. O portal, hoje mascarado por um alpendre cercado de columnas, é veneravel e de estylo bysantino puro. Na frente da egreja fica o bello cruzeiro formado por tres degraus circulares que sustentam um grande pilar, sobre o qual assenta uma cruz bysantina. O mosteiro teve por muitos annos abbades commendatarios, que só cuidavam de gozar os rendimentos, não lhes importando os reparos de que o mosteiro precisasse, dando apenas aos monges o rigorosamente indispensavel para o seu sustento e vestuario, e para as despezas do culto divino. Tendo morrido o ultimo commendatario, descendente em linha recta dos antigos, os monges pediram ao cardeal-rei em 1580, que fôssem extinctos os commendatarios. Sendo satisfeito o seu pedido, principiou então a séde dos abbades triennaes, que tomaram em consideração os reparos da egreja e do convento, e este foi melhorado e ampliado. Francisco José Ferraz, natural de Paço de Sousa e fallecido no Rio de Janeiro, deixou o remanescente da sua avultada herança á sua terra, para com elle se fundar uma casa pia. O governo autorisou a fundação no principio de outubro de 1875. D'este legado era destinado 1:000$000 réis para a construcção do edificio, e o restante devia ser convertido em inscripções para com o rendimento d'ellas se proceder á conservação do edificio, pagamento aos professores e professoras, e sustentação dos alumnos dos dois sexos. O convento de Paço de Sousa foi considerado em 1834 bem nacional, e como tal vendido, sendo hoje propriedade particular. Tendo-se encontrado o cofre que encerra os restos mortaes de Egas Moniz, lavrou-se um termo em triplicado, ficando um exemplar no cartorio do mosteiro, enviando-se outro para Penafiel, sendo o terceiro enviado para o Porto. O chamado *cofre* é um pequeno bahú, sem nada de notavel, cheio de rabiscos e letreiros gravados a ponta de prégo, e mostra-se na sacristia do mosteiro, onde está guardado n'uma gaveta. Diz se que junto ao paço construido por D. Troycozendo havia uma bella torre que Egas Moniz deu egualmente aos monges benedictinos, affirmando Fr. Leão de S. Thomaz, na sua *Benedictina Lusitana*, que essa torre ainda existia no seu tempo, e servia de hospedaria.

Paço da Torre. Pov. na freg. de S. Miguel, de Beire, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Paço Travesso. Pov. na freg de Santa Maria, de Azias, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Paço Vedro. Pov. na freg. do Salvador, de Louredo, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Paço Vedro de Magalhães. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 98 fog e 357 hab. Tem correio, e fica distante 5 k. da séde do conc. O conde-almirante, conde de Rezende, apresentava o abbade, que tinha 350$000 réis de rendimento. Esta freguezia denominava-se *Magalhães*. mas por causa do solar dos Magalhães, que tomaram o appellido do freguezia, passou esta a chamar se *Paço Vedro de Magalhães*. A egreja foi matriz da villa de Ponte da Barca. E' um templo muito antigo, e tem reliquias do seu patrono, S. Martinho. Pertence á 3.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Paço Velho. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Caires, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Paio de Farinha Pôdre, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Messegães, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª do Soccorro, de Paçô, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Villa Frescainha, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Miguel, de Villela, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo districto.

Paço do Villar. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Paçô. Pov. e freg. de N. S.ª do Soccorro, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 157 fog e 603 hab. Tem feira de gado bovino a 25 de março e 15 d'agosto. A pov. está situada na margem direita do rio Lima, e a 2 k. da séde do conc. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. O reitor da commenda de Azere apresentava o vigario, que tinha 150$000 réis de rendimento E' uma das mais antigas parochias não só de Portugal, como da Lusitania, pois já existia, talvez no meado do seculo VI. Segundo a tradição, a imagem foi encontrada n'um alto cercado de muitos penedos, por entre os quaes havia frondosas arvores silvestres. Ignora-se, porém, a data, mas suppõe-se que os christãos a esconderiam ali em 405, quando se deu a invasão dos arianos, barbaros do norte, e que fôsse achada no fim do seculo V, construindo se-lhe logo um templo, que foi egreja matriz. O rei suevo Theodomiro, que sendo ariano se converteu á fé catholica, em 561, achou já á egreja coustituida em séde parochial, em 5?8, e a deu ao bispo de Tuy. A rainha D. Thereza e seu filho D. Affonso Henriques confirmaram esta doação em 3 de setembro de 1125. Mais tarde foi a freg. annexada á egreja dos Santos Cosme e Damião, de Azere. A imagem tomou depois a invocação de *N. S.ª do Soccorro*, e é de muita devoção dos habitantes d'esta terra. E' de pedra, de boa esculptura, e está no altar-mór. A egreja foi restaurada no anno de 1764. N'esta freg ha um logar chamado *Altares*, nome que tomou de uns que se levantaram ali, para dizer missas ás tropas de D. Affonso Henriques, quando se deu a batalha chamada da *Veiga da Matança*, ou dos *Arcos de Valle-de-Vez*. (V. *Portugal*, vol. I, pag. 680). A terra é muito fertil em todos os generos do seu clima, e cria muito gado de toda a qualidade. O cruzeiro do Ataúde foi erguido para commemorar uma escaramuça, que se deu n'es-

tas immediações entre varios fidalgos, que morreram em grande numero. || Villa e freg. de S. Julião, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Vinhaes, distr. e bisp. de Bragança; 128 fog e 509 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades do rio Tuella. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. A mitra apresentava o reitor, que tinha 150$000 rs. de rendimento. E' pov. muito antiga. El-rei D. Diniz deu-lhe foral com todos os privilegios do de Vinhaes, em Lisboa, a 9 de setembro de 1310; el-rei D. Manuel lhe deu foral novo, em Lisboa, a 4 de maio de 1512. Os condes de Athouguia eram senhores d'esta villa. A terra é pouco abundante de cereaes e de fructas, mas produz muitos legumes, pastos e linho. Cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus montes ha muita caça. || Villa e freg. de S. Thiago, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 191 fog. e 745 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. postal. A villa dista 6 k. da séde do conc. e está situada em terreno plano. O papa, o bispo e os conegos regrantes de Santo Agostinho do mosteiro de Villa Bôa, apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 200$000 réis de rendimento. A terra é fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 90 fog. e 327 hab. Dista 11 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Homem. O reitor da freg. de Santa Maria, de Adaúfe, apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. A terra é pouco fertil, mas cria muito gado, e tem caça grossa e miuda. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Azias, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Carreço, conc. e distr. de V. do Castello. || S. João Baptista, de Cedrim, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de Cepellos, conc. de Macieira de Cambra, do mesmo distr. || S. Thomé, de Covellas, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Mamede, de Santa Cruz da Trapa, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Esther, conc. de Castro Daire, do mesmo distr. || S Pedro, de Ferreiros de Tendaes, conc. de Sinfães, do mesmo distr. || S. João Baptista, de S. João de Ver, conc. da Feira, distr. de Aveiro || S. Julião, de Freixo, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Comba, de Fornellos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Pedro, de Lordosa, conc. e distr. de Vizeu. || S. Vicente, de Oleiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Pedro, de Ossella, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Ourilhe, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Miguel, de Refoios de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, do mesmo distr. || O Salvador, de Ribas, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || Santa Marinha e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || Santa Marinha, de Roussas, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Clemente, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria e conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || S. Clemente, de Silvares, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Terroso, conc. de Povoa de Varzim, districto do Porto. || N. S.ª do Amparo, de Vallega, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Varzea, conc. de Goes, distr. de Coimbra. || N. S.ª d'Assumpção, de Villa de Ala, conc. de Mogadouro, distr. de Bragança.

Paçô do Outeiro. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Rio Frio, conc. e distr. de Bragança.

Paçô do Quinteiro. Pov. na freg. de S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Paçô de Sortes. Pov. da freg. de S. Nicolau, de Moz de Rebordãos, concelho e distr. de Bragança.

Paçô Vieira *(Alfredo Vieira Coelho Pinto Peixoto de Villas Boas, 2.º barão e 1.º conde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, herdeiro da nobre casa de Cabanas, na freguezia de Dume, conc. de Braga, bacharel formado em

Conde de Paçô Vieira

Direito pela Universidade de Coimbra, deputado, ministro de estado honorario, juiz, ajudante do Procurador Geral da Corôa e Fazenda; vogal do Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro do Estado. N. em Braga a 6 de setembro de 1860, sendo filho do 1.º barão do mesmo titulo, José Joaquim Vieira, e da baroneza sua mulher, D. Margarida Pinto do Valle Peixoto de Sousa de Villas Boas. Depois da sua formatura, seguiu a carreira da magistratura, foi sub-delegado na comarca do Porto, em 1884, delegado do procurador regio em Meda, Portalegre e na 3.ª vara civel do Porto; em 1890 foi promovido a juiz por distincção, exercendo então os cargos de juiz do tribunal administrativo de Vianna do Castello, juiz do tribunal administrativo do Porto, juiz das execuções fiscaes na mesma cidade e juiz de direito da comarca de Setubal. Entrando na politica, filiando-se no partido regenerador, foi eleito deputado pela Regoa, em 1890, affir-

mando-se desde logo como um orador distincto. Em 1896 exerceu o cargo de governador civil de Ponta Delgada, onde grangeou as maiores sympathias e prestou bons serviços. Na legislatura de 1899 foi eleito pelo circulo de Ribeira Grande, nas de 1903 e 1904 por Ponta Delgada, sempre sem opposição. Em 1905 foi eleito pelo circulo de Braga, em 1906 e em 1908 pelo Porto. Em março de 1903, n'uma crise ministerial, entrou no gabinete presidido por Hintze Ribeiro, gerindo a pasta das obras publicas, assignalando a sua administração pelo impulso que deu á viação accelerada. Por sua iniciativa principiou se a construcção do caminho de ferro da Regoa a Villa Real e Chaves, da linha de Pocinho a Miranda; da de Evora a Ponte de Sôr; da estação central do Porto; do caminho de ferro de Bragança, etc. Simultaneamente promovia a construcção de linhas ferreas por empresas particulares, trabalhando em remover os obstaculos que se oppunham á execução das linhas de Guimarães-Fafe, Miranda-Bragança, Valle do Vouga, Valença-Monsão, etc. Quando se retirou do ministerio pela queda do gabinete Hintze Ribeiro, deixava em construcção 224 k. de linhas ferreas do Estado e 250 k. concedidos a empresas particulares. Pouco depois de ter abandonado o poder, publicou o livro *Caminhos de ferro portuguezes*, trabalho largamente documentado sobre os nossos caminhos de ferro. O sr. conde de Paçô Vieira foi um dos oradores, na occasião do funeral do estadista Hintze Ribeiro, em agosto de 1907. Foi-lhe renovado o titulo de barão, como verificação da segunda vida concedida no de seu pae, por decreto de 25 de junho de 1886, sendo mais tarde agraciado com o titulo de conde. Ainda estudante collaborou em differentes jornaes litterarios; publicou em 3 volumes os seus dicursos parlamentares, redigiu a *Revista do fôro portuguez*, e é autor de differentes trabalhos judiciaes, entre os quaes avulta uma monographia sobre a *Manutenção e restituição da posse*. Cultivou tambem a poesia nos seus tempos de Coimbra, publicando os seus versos, em 1884, na *Revista Litteraria*. Por occasião da commemoração do centenario do marquez de Pombal, em 1882, realisou uma conferencia no theatro academico, fazendo o elogio d'aquelle grande estadista. Algum tempo depois, quando Camillo Castello Branco atacou o marquez de Pombal mostrando-o ao povo pelo lado do seu caracter duro e cruel, foi o moço poeta encarregado de responder ao grande romancista, em nome da Academia, missão de que se desempenhou brilhantemente, defendendo a memoria do austero ministro d'el rei D. José I. Foi socio do Real Velo-Club do Porto, a que prestou relevantes serviços, sendo presidente da direcção, conseguindo que aquella associação se tornasse uma das primeiras no seu genero em Portugal. O sr. conde de Paçô Vieira representou o ministerio publico junto do Tribunal Arbitral que resolveu a questão entre o governo portuguez e o empreiteiro das obras do Porto de Lisboa, H. Hersent. Foi elle o encarregado especialmente na Procuradoria Geral da Corôa de estudar o processo e o fundamento juridico das reclamações do empreiteiro, acompanhando-as até final do julgamento.

Paçô Vieira *(José Joaquim Vieira Junior, 1.º barão de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, do conselho de Sua Magestade, commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição; bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, governador civil de Braga, juiz de direito, e presidente da Relação do Porto, e mais tarde promovido a juiz do Supremo Tribunal de Justiça, aposentado em 19 de julho de 1901, antigo deputado, etc. Nasceu Guimarães a 16 de agosto de 1825, falleceu no seu solar, de Paçô, na freg. de S. Romão de Mesão Frio, conc. de Guimarães, em 2 de março de 1906. Era filho de José Joaquim Vieira, proprietario, cavalleiro de Christo e provedor do concelho de Guimarães, e de sua mulher, D. Maria Emilia Vieira Coelho. Formou-se em Direito em 1851. Da larga folha de serviços na carreira da magistratura judicial, consta que foi nomeado delegado do procurador regio na comarca das Caldas da Rainha em 9 de dezembro de 1852, sendo transferido para Mertola em 28 de junho de 1854; para Valença em 29 de novembro do referido anno; para Fafe em 9 de janeiro de 1856; para Felgueiras em 12 de maio de 1857; e para Braga em 30 de outubro de 1858. Nomeado juiz de Direito para a comarca de Miranda do Douro em 26 de novembro de 1862, em 13 do seguinte mez de dezembro foi nomeado secretario geral do governo civil de Braga, de que tomou posse no dia 28, ficando em virtude d'este cargo no quadro da magistratura judicial, sem vencimento, por decreto de 12 de fevereiro de 1863. Foi nomeado auditor do exercito por decreto de 3 de agosto de 1864, e governador civil de Braga, por decreto de 15 de fevereiro de 1865, e novamente auditor do exercito por decreto de 16 de novembro do mesmo anno. Promovido a juiz de 2.ª classe, e nomeado para a comarca da Certã, por decreto de 21 de novembro de 1867, tomou posse d'este cargo a 13 de janeiro de 1868. Foi declarado no quadro, sem exercicio, por ter sido nomeado governador civil de Braga, por decreto de 28 de maio de 1868. Teve a nomeação de juiz para a comarca de Monsão, por decreto de 10 de junho de 1869, sendo transferido para a comarca de Felgueiras por decreto de 16 dezembro de 1870. Promovido a juiz de 1.ª classe, foi nomeado para a comarca de Silves por decreto de 9 de julho de 1874, e transferido para a comarca de Vizeu por decreto de 10 de dezembro do mesmo anno. Em 1880 teve transferencia para Aveiro, e depois para a comarca de Fafe por decreto de 7 de janeiro de 1881. Promovido a juiz da 2.ª instancia e nomeado para a Relação dos Açôres por decreto de 28 de junho de 1883, foi transferido para a Relação do Porto por decreto de 29 de maio de 1881. Foi nomeado depois vice-presidente do mesmo tribunal por decreto de 19 de abril de 1894, sendo nomeado presidente por decreto de 27 de fevereiro de 1896, d'onde passou a juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, por decreto de 21 de fevereiro de 1901. Foi collocado, como requereu, e por impedimento physico temporario, no quadro da magistratura judicial, sem exercicio, mas com vencimento, por decreto de 19 de julho do referido anno de 1901. Foi deputado em varias legislaturas, sendo eleito pela primeira vez em janeiro de 1864. Casou em Braga a 15 de fevereiro de 1860, com D. Margarida Pinto do Valle Peixoto de Sousa de Villas Boas, filha de Manuel Pinto

Peixoto Villas Boas, commendador da ordem de Christo, ultimo capitão mór de Louzada, senhor das casas da Ribeira, do Porto, Baceiras e Bairro, e de sua mulher D. Anna Pinto Peixoto de Sousa Freire de Moraes, da casa da Costilha, neta paterna de Manuel Henriques de Carvalhaes e Valle Peixoto de Villas Boas, e materna de D. Theodora Freire de Andrade, irmã do 1.º arcebispo de Mariana e bispo do Maranhão. A condessa de Paçô Vieira, que nascera no solar de seus paes, na Ribeira, em Louzada, a 2 de julho de 1824, falleceu em Guimarães poucos dias apóz seu marido, em 9 de março de 1906. Foi mãe dos srs. conde de Paçô Vieira e visconde de Guilhomil. O titulo de barão foi concedido em duas vidas por decreto de 11 de julho de 1868. Em alvará datado de 20 de janeiro de 1854, foi-lhe concedido o seguinte brazão: Escudo partido em pala: Na primeira as armas dos Vieiras: em campo vermelho seis vieiras de ouro, em duas palas realçadas de preto: na segunda, as armas concedidas a Nicolau Coelho, companheiro de Vasco da Gama: em campo vermelho um pé de terra verde junto ao mar, onde assentam duas columnas de prata, tendo sobre cada uma um escudete das quinas de Portugal, ficando entre ellas um leão de ouro.

Paçô Vieira. Pov. na freg. de S. Romão, de Mesão Frio, conc. de Guimarães, distr. de Braga. Tem est telegr.-post. com serviço de encommendas.

Paçoinhos. Pov. na freg de N. S.ª d'Assumpção, de V. N. de Tázem, conc. de Gouveia, distr. de Braga.

Paços. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Melgaço, districto de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 164 fog. e 667 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e uma fabrica de sabão. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. A mitra apresentava o reitor, que tinha 180$000 réis de rendimento E' pouco fertil em cereaes, mas cria muito gado, e nos seus montes ha grande abundancia de caça. || Pov. e freg. de S. Julião, da prov. do Minho, conc., distr. e arceb. de Braga; 103 fog. e 443 hab. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada abaixo do monte, chamado n'outro tempo Bastucio, ou Bastuço, na encosta. A mitra apresentava o abbade, que tinha 240$000 réis de rendimento. E' uma das mais antigas freguezias da prov. do Minho. Foi villa. Aqui possuiu Affonso Nantes Pires diversas fazendas, das quaes deixou uma á sé de Braga em 1073. D. Adozinda, mulher de Mendo Sijiniz, oppôz-se a esta doação, e teve demanda com S. Geraldo, então arcebispo de Braga; por fim, compuzeram-se em 1106. A terra é muito fertil em generos agricolas, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Sebastião, da provincia do Minho, conc. e com. de Cabeceiras de Basto, distr. e arceb. de Braga; 96 fog. e 388 hab Tem escolas d'ambos os sexos e caixa post. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada n'uma serra. O abbade da freg. de S. Clemente, de Basto, apresentava o vigario, que tinha 60$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é muito fertil, cria muito gado, e nos montes apparece muita caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. do Minho, conc. e com. de Fafe, distr. e arceb. de Braga; 158 fogos e 607 hab. A pov. dista 5 k. da séde de conc. e está situada na estrada de Guimarães a Aboim e Ornellas. A mitra apresentava o abbade, que tinha 130$000 réis de rendimento. A terra é fertil e cria muito gado. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança; 115 fog. e 465 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades da estrada real de Mirandella a Villa Real. O vigario da villa de Lamas de Orelhão apresentava o vigario, que tinha 10$000 rs. de congrua e o pé d'altar. E' pouco fertil em cereaes, mas abundante de linho, fructas e legumes. Cria muito gado, e tem muita caça grossa e miuda. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Sabrosa, com. e districto de Villa Real, bisp. de Lamego; 338 fog. e 1:507 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e caixa postal. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada no cruzamento das estradas de Sabrosa a Villa Real e Peso da Regoa. O prior do Salvador, do mosteiro dos conegos regrantes de Paderne, apresentava o vigario, que tinha 20$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil em generos agricolas, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. || Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Aldoar, 2.º bairro do Porto. || S. Salvador e conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Pedro, de Barreiros, do mesmo conc. e distr. || S. Cosme, de Besteiros, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Victor, conc. e distr. de Braga. || Santa Leocadia, de Briteiros, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Thiago, de Caldellas, conc. de Amares, do mesmo distr. || S. Julião, de Calendario, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || O Salvador, de Cambezes, concelho de Monsão, districto de Vianna do Castello. || S. Bartholomeu, de Campello, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Mamede, de Canellas, conc. de Penafiel, do mesmo districto. || Santo André, de Canidello, conc. de Villa Nova de Gaia, do mesmo districto. || Santa Maria, de Carquere, concelho de Rezende, districto de Vizeu. || S. Thiago, de Carvalhaes, conc. de S. Pedro do Sul, do mesmo distr. || Santo Isidoro, de Cavernães, conc. e distr de Vizeu. || Santa Eulalia, de Cerdal, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Chorense, concelho de Terras de Bouro, distr. de Braga || Santo André, de Christellos, conc. de Louzada, distr. do Porto || S. Pedro, de Codeceda, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Couceiro, do mesmo conc. e distr. || S. Cypriano, concelho e distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Dossãos, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Salvador, de Dornellas, concelho de Amares, do mesmo distr. || S. Pedro, de Esmeriz, conc. de V. N de Famalicão, do mesmo distr. || S. Martinho, de Espinho, conc. e distr de Braga. || S. Thomé, de Estorãos, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Martinho, de Fajões, conc. de Oliveira de Aze

meis, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Fiscal, conc. de Amares, distr. de Braga; tem caixa postal. || Santo Estevão, de Geraz do Minho, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || Santa Maria, de Goios, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Miguel, de Gonça, conc de Guimarães, do mesmo distr. || Santo André, de Guilhadezes, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Idães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Lara, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Lucrecia, de Louro, conc. de V. N de Famalicão, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Luzim, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Julião e conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || Santa Marinha de Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. João Evangelista, de Mindello, conc. de Villa do Conde, do mesmo distr. || O Salvador, de Modivas, do mesmo conc. e distr. || Santo Estevão, de Moldes, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Monte Cordova, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Thiago, de Oliveira, conc. de Povoa do Lanhoso, distr. de Braga. || S. Miguel e conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Oliveira do Douro, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Espirito Santo, de Otta, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || S. Miguel, de Paçô, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Romão, de Paredes de Viadores, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Pinho, conc. de S. Pedro do Sul, do mesmo distr. || S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Revinhade, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Thiago de Riba d'Ul, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || S. Romão, conc. de Armamar, do mesmo distr. || O Salvador, de Rossas, conc. de Vieira, distr. de Braga. || O Salvador, de Sabbadim, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Sampriz, conc. de Ponte da Barca, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Sande, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso, da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Thiago, de Sendim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Christina, de Serzedello, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Mamede, de Serzedo, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto || N. S.ª da Natividade, de Silgueiros, conc. e distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Soppo, conc. de V. N. da Cerveira, districto de Vianna do Castello. Tem correio com serviço de posta rural. || O Salvador, de Souto, concelho de Terras de Bouro, distr. de Braga. || Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santa Maria Maior, de Tarouquella, do mesmo conc. e distr. || S. Thiago, conc. de Armamar, do mesmo distr. || S. Pedro Fins, de Torno, conc. de Louzada, distr. do Porto || O Salvador, de Villa Cova da Lixa, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || S. Julião, de Villar Secco de Lomba, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. || Casaes na freguezia de N. S.ª d'Assumpção, de Enxara do Bispo, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de Santa Catharina, de Pardaes, conc. de Villa Viçosa, distr. d'Evora.

Paços de Baixo. Povoação na freg. de S. Miguel, de Paços da Serra, conc. de Gouveia, distr. da Guarda.

Paços de Brandão. Pov. e freg. de S. Cypriano, da prov. do Douro, conc. e com. da Feira, distr. de Aveiro, bisp. e Relação do Porto; 267 fog. e 1:190 hab. Tem caixa postal, pharmacia, fabricas de cortiça e de rolhas, de papel e de cotins, deposito de telha. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada na margem d'uma ribeira. A mitra apresentava o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimento. Esta parochia é muito antiga, pois já existia no seculo XI, chamando-se então *Palacio Blandon*, nome que lhe deu um cavalleiro de appellido Brandão, companheiro do conde D. Henrique. O seu territorio é bastante accidentado, mas os seus montes são de pouca elevação. Tem muitos arvoredos silvestres, sobretudo, pinheiros. E' abundantissima de todos os generos agricolas do paiz, e cria muito gado bovino, que exporta para Inglaterra. O mar, que lhe fica a 9 k. ao Oceano, fornece-lhe muito e bom peixe. A egreja parochial foi reconstruida no principio do seculo XVIII, está situada ao centro da freg. E' um templo bastante espaçoso d'uma só nave. A capella-mór é muito boa, feita no fim do mesmo seculo, á custa do abbade, que então era da freg. e que foi ali sepultado. A egreja tem uma torre elegante, de cantaria, com seu relogio. Além do altar-mór, tem mais cinco altares lateraes, com bellas pinturas a oleo. Ao lado da egreja vê-se o cemiterio com alguns mausoléos de valor, e na frente um espaçoso largo, onde todos os domingos se faz um importante mercado. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

Paços de Lima. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Paços da Serra, conc. de Gouveia, distr. da Guarda. || Santo Antonio, de Raposa, conc. de Almeirim, distr. de Santarem. || Santa Christina, de Serzedello, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Paços e Costa. Duas povoações reunidas, na freg. de S. Claudio, de Geme, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Paços de Ferreira. Villa da prov. do Douro, séde de conc. e de com., distr., bisp. e Relação do Porto. Tem uma só freg., cujo orago é Santa Eulalia. A villa está situada n'um logar elevadissimo, a 1 k. da margem direita do rio Ferreira, e a 25 da capital do distr. O abbade de Vandoma apresentava o cura, que tinha 40$000 réis de congrua e o pé d'altar. Paços de Ferreira era couto dependente da villa de Ferreira, porém, como progredisse mais do que esta villa, ficou o couto annexado ao conc., que tomou o nome de *Paços de Ferreira*. El-rei D. Manuel deu foral, em Lisboa, a 15 de setembro de 1514, á antiga villa de Ferreira (V. *Portugal*, vol. III, pag 116). A villa não tem edificio algum digno de menção especial. A egreja matriz é antiga e de boa fabrica. Paços de Ferreira pertence á 3.ª div. mil., 6.ª brigada, grande circumscripção militar N, e ao distr. de recrut. e res n.º 18, com a séde no Porto; tem est. post. e telegraphica, com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; escolas para ambos os sexos, advogados, medicos, pharmacia, agentes do *Banco Al-*

liança, *Banco do Minho*, *Banco de Portugal*, da companhia de seguros: *Internacional;* associação de soccorros mutuos *Freamundense*, hospedarias, notarios, sociedades de recreio: *Club Mocidade Pacence*, *Club Recreativo*, *Philarmonica Pacence*. Possue excellentes aguas; é muito abundante em cereaes, vinho e madeiras; cria gado e tem caça. O conc. comprebende 16 freguezias com 2:6?5 fogos e 11:7?3 hab., sendo 5:219 do sexo masc. e 6:564 do fem., n'uma superficie de 19:220 hect. As freguezias são: S. Pedro, de Arreigada, 374 hab.: 166 do sexo masc. e 208 do fem.; S. Thiago, de Carvalhosa, 935 hab.: 415 do sexo masc. e 520 do fem.; S. João Baptista, de Codeços, 198 hab: 87 do sexo masc. e 111 do fem.; S. João Evangelista, de Eiriz, 478 hab.: 211 do sexo masculino. e 267 do feminino; S. Pedro, de Ferreira, 903 habitantes: 41? do sexo masculino e 485 do feminino; S. Thiago, de Figueiredo, 581 habitantes: 247 do sexo masc. e 3?7 do fem.; S. Martinho, de Frazão, 1:168 hab.: 488 do sexo masc. e 680 do fem.; S. Salvador, de Freamunde, 1:597 hab: 736 do sexo masc. e 861 do fem; Santa Maria, de Lamoso, 359 hab.: 172 do sexo masculino e 187 do fem.; S. Salvador, de Meixomil, 946 hab.: 400 do sexo masc. e 546 do fem.; S Thiago, de Modellos, 325 hab.: 1?0 do sexo masculino e 185 do fem.; Santa Eulalia, de Paços de Ferreira, 994 hab.: 430 do sexo masc. e 564 do fem.; S. Salvador, de Penamaior, 1:108 hab: 499 do sexo masc. e 609 do fem.; S. Pedro, de Raimonda, 717 hab.: 325 do sexo masc. e 392 do feminino; S. Pedro, de Sanfins de Ferreira, 544 hab.: 256 do sexo masc. e 288 do fem.; S Mamede, de Serôa, 553 hab: 229 do sexo masc e 324 do fem O principal commercio do conc. é vinho, cereaes e madeiras. Tem feiras annuaes: em Freamunde a 13 de junho e a 13 de dezembro Feiras quinzenaes: nos dias 5 e 21 de cada mez em Penamaior, denominada do *Có*, ou nos dias immediatos, sendo aquelles dias santificados; nos dias 13 e 27 de cada mez. *Jornaes:* Teem sido aqui publicados os seguintes: *Jornal de Paços de Ferreira*, 1 de janeiro de 1895; *Progresso (O)*, 1 de agosto de 1891; *Progresso dos Paços de Ferreira*, 25 de maio de 1902.

Paços de Gaiollo. Povoação e freguezia de S. Clemente, da provincia do Douro, concelho e comarca de Marco de Canavezes, districto e bisp. do Porto; 308 fog. e 1:236 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada a 3 k. da margem direita do rio Douro, em terreno muito accidentado, mas fertil em cereaes, fructas e legúmes. O seu vinho, denominado do *Baixo Douro*, é de muito boa qualidade. Diz-se que o nome d'esta freg. lhe provém d'uma casa e torre que teve aqui, e onde viveu, um principe moiro, de appellido Gaiôlo, o qual, segundo alguns, era pae ou irmão da formosa *Gaia*, que deu o nome a V. N. de Gaia, defronte da cidade do Porto. *Gaiôlo*, parece ser palavra arabe, diminuitivo de *Gaio*, que significa *pequeno*, vindo portanto a dizer *Pequenino*. Paços de Gaiollo era uma das dez behetrias d'este reino. Pertence á 6.ª div. mil. e ao districto de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Paços do Monte. Pov. na freg. de S. Faustino, de Fridão. concelho de Amarante, distr. do Porto.

Paços Novos e Paços Velhos. Ilha do Pico; duas povoações na freg. de N. S.ª da Piedade, de Piedade, conc. de Lagens do Pico, distr. da Horta.

Paços do Pinheiro. Pov. na freg. de Santa Maria, de Pinheiro, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Paços de Probem. Familia oriunda da Galliza, e que passou a Portugal. Tem por armas: Em campo de ouro um braço da sua côr com uma espada de azul, mettendo-a pela bocca d'uma serpente verde; timbre, uma estrella de ouro entre duas azas de aguia da sua côr.

Paços de Sanfins. Pov. na freg. de S. Thiago de Piães, concelho de Sinfães, districto de Vizeu.

Paços da Serra. Pov e freg de S. Miguel, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Gouveia, distr. e bisp. da Guarda; 2?1 fog e 1:119 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, correio com serviço de posta rural, e uma fabrica de lanificios. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada na aba da serra da Estrella, nas margens d'uns regatos que fórmam a ribeira de Ceia. O clima é aspero, mas saudavel. Tem gado e caça; é fertil em generos agricolas. Pertence á 2.ª divisão mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Paços de Vilharigues. Pov. e freguezia de Santa Marinha, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Vouzella, distr. e bisp. de Vizeu; 179 fog. e 73? hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada n'um valle banhado pelo rio Alfusqueiro. O vigario da freg. de Santa Maria, de Vouzella, apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. é muito antiga. Em 1290, nas *Inquirições* d'el-rei D. Diniz, já se menciona como antiga, a *herdade de Paços de Villarigas*. Diz-se ali, que: o *Casal do Covêllo, na Ventosa*, a maior *parte da herdade de Paços de Villarigas, em Vouzella, e a aldeia de Pindêllo, de Alafões* (só um casal) *eram foramontaõs da ordem do Hospital* (V. *Foramontaõs*, *Portugal*, vol. III, pag. 545). N'esta pov. vêem-se as ruinas d'um castello muito antigo, que se tornou notavel por ter n'elle nascido e fallecido um dos mais bravos batalhadores de D. Affonso V, Duarte d'Almeida, o *Decepado*, alferes-mór do rei de Portugal, na batalha de Tóro (V. *Portugal*, vol. I, pag. 245). Paços de Vilharigues é terra fertil; cria muito gado, e tem muita caça. Ha ali tambem bastante peixe do rio Vouga. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Padão. Pov. na freg. de S. Miguel, de Chorente, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Paddy. Pov. da regedoria de Barcém, no concelho de Quepem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada proximo da margem esquerda da ribeira de Rivoná.

Pade. Pov. na freg. de Santa Cruz, de Alvarenga, conc. de Arouca, distr. de Aveiro,

Pade de Baixo e de Cima Duas povoações na freg. de Santa Maria, de Meinedo, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Padeiro. Pov. na freg. de S. Martinho, de Villa Fria, concelho e distr. de Vianna do Castello.

Padella. Pov. na freg. de S. Thiago, de Anha, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Serra do distr. de Vianna do Castello. Está situada entre os rios Lima e Neiva; corre na direcção ENE a OSO. Tem cêrca de 3 k. de comprimento, 1 de largura e 631 m. de altura.

Padelli Pov. do conc. de Sanquelim, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada na margem direita do rio Madei. Pertence á circumscripção militar de Onda, da provincia de Satary.

Paderne. Pov. e freg. de N. S.ª da Esperança, da prov. do Algarve, conc. e com de Albufeira, distr. de Faro, bisp. do Algarve: 777 fog. e 3:440 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., fabricas de aguardente e de esparto, lagares de azeite, pharmacia, feira a 15 de julho. Pertence á 4.ª div. mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro. A pov. está situada na margem esquerda da ribeira Quarteira. A Mesa da Consciencia apresentava o prior, que tinha diversos generos e 15$000 réis em dinheiro. A pov. é muito antiga, e foi grande villa, defendida por um forte castello, construido pelos moiros, aos quaes o tomou D. Paio Peres Correia, em 1248. D. Diniz doou este castello ao mestre da ordem de Aviz D. Lourenço Aunes, com o padroado da egreja, por carta regia, do 1.º de janeiro de 1305. O castello fica a 2 k. de distancia da pov. e a 12 a E da villa d'Albufeira, no monte chamado tambem *Paderne*, que, segundo se julga, deu o nome á pov. O monte é muito alto, e ao pé corre a Ribeira da Quarteira, do lado da qual faz o cabeço um medonho despenhadeiro, tão perpendicular, que ninguem póde subir por este lado á fortificação. O monte é quasi uma peninsula, por estar cercado pela Quarteira, na margem da qual, os duques de Loulé possuem uma quinta, que em tempos antigos foi das mais ricas e formosas do Algarve, pelos seus grandes pomares de espinho, hortas, campos e jardins. Chamava-se mesmo a *quinta da Quarteira*. No tope d'este monte, ou penhasco, é que os moiros edificaram o castello. Durante o dominio musulmano, e ainda nos principios da monarchia, era esta fortaleza uma das mais terriveis do Algarve, não só pela sua alcantilada posição, como porque as suas paredes eram formadas de *formigão*, tão forte e tenaz, que excedia em dureza as muralhas de pedra. Exteriormente era cercada de torres, da mesma materia. A porta principal fica a E, e é defendida por duas torres. No centro do castello fica a egreja de N. S.ª d'Assumpção, vulgarmente chamada do *Castello*. E' pequena, e o tecto da capella-mór é de abobada. Além do altar-mór, tem mais dois lateraes. Foi a primitiva matriz de Paderne, mas depois parece que em 1500 construiu-se outra egreja mais vasta, dentro da pov., que é a actual. Era da ordem de Aviz, e um dos freires tinha a obrigação de attender aos concertos e paramentos da egreja do castello. Antigamente fazia-se uma grande romaria, pela festa da Assumpção, a que concorria muita gente de Loulé, d'Albufeira e d'outras terras. A 25 de março, na festa da Annunciação, tambem se realisava outra romaria. Os povos d'estes sitios consagravam grande devoção por aquella imagem. A egreja matriz, em que se falou, é um bom templo de tres naves, com altar-mór e oito altares lateraes. || Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc. e comarca de Melgaço, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 476 fog. e 1:903 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post., hoteis, feira a 18 e 25 de cada mez; pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada sobre a margem esquerda do rio Minho. O geral do convento de Santa Cruz, de Coimbra, apresentava o vigario triennal que era um conego regrante da ordem de Santo Agostinho, o qual tinha 170$000 réis de rendimento. Houve aqui um mosteiro de conegos regrantes de Santo Agostinho, fundado pela condessa D. Paterna, viuva de D. Hermenegildo, conde de Tuy, n'uma sua grandiosa quinta, que possuia n'estes sitios, com outras propriedades e aldeias. Fundou o convento para n'elle se recolher com suas quatro filhas, e outras nobres senhoras de Tuy, que as quizeram acompanhar. Em 6 d'agosto de 1130, estando as obras concluidas, foi sagrada a egreja do mosteiro pelo bispo de Tuy D. Paio, que tambem n'esse dia o dedicou ao Salvador, e lançou á condessa, suas filhas e mais companheiras, o habito das conegas de Santo Agostinho. Mandou para confessores e capellães sete clerigos, que em 1138, se fizeram regulares da mesma ordem, vivendo em communidade. A condessa lhes mandou fazer claustros, dormitorios, cellas e mais officinas, do lado do sul da egreja, que os dividia das freiras, que ficavam ao norte. A fundadora foi a 1.ª prioreza das freiras, e D. Ramiro Paes o 1.º prior dos religiosos. A pov. tomou o nome de *Paterna*, que depois se corrompeu em *Paderne*, porque ao convento se dava o nome de *mosteiro de Paterna*. Não se sabe quando deixaram de existir aqui freiras, mas sabe-se que em 1248 só havia frades, tendo por prior D. João Pires, grande partidario de D. Affonso III, pelo que este monarcha fez grandes doações ao convento, concedendo-lhe muitos privilegios. O mesmo prior, sendo a egreja muito pequena e antiga, a mandou demolir em 1264, construindo-se outra, que foi sagrada em 6 de agosto d'este anno, pelo bispo de Tuy D. Emigdio. O couto de Paderne ficava entre o termo das villas de Melgaço e Valladares, no Alto Minho. Havendo duvidas dos conegos sobre a jurisdicção civel no seu couto, el rei D. Manuel lhe confirmou a tal jurisdicção em 11 do agosto de 1517. O prior do mosteiro era capitão-mór do couto, e nomeava as suas justiças, escrivães e officiaes. Em 1594 foi este convento unido ao de Santa Cruz, de Coimbra, deixando os priores de ser perpetuos, como até então, para serem triennaes. Em 1640, e durante toda a guerra da Restauração, o prior de Paderne, D. Simão da Paixão. prestou grandes serviços á patria, como capitão-mór do seu couto. Os frades cruzios venderam depois o mosteiro, a cêrca e o senhorio do couto, aos Caldas, de Badim. A egreja do mosteiro foi sempre a matriz da freg., e do padroado de Santa Cruz, de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Campo, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Padexas. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro.

Padilha. Appellido tomado do logar de Padilha junto á cidade de Burgos na Castella Velha, Hespanha. Trouxe-o para Portugal Pedro Nor-

berto d'Aucourt e Padilha, que foi em Portugal secretario do Desembargo do Paço, na repartição do Minho. Os Padilhas fôram donatarios da villa de Fermêdo, da provincia do Douro. As suas armas são: Em campo azul tres pás de prata em tres palas, entre tres minguantes, no chefe, e tres crescentes de prata no contra-chefe, todos seis na direcção das pás, um por cima e outro por baixo, e mais tres crescentes, em pala, tambem de prata; timbre, uma aguia negra voante.

Padilha *(Francisco)*. Um dos heroes da lucta do Brazil contra os hollandezes. Não se sabe nem o anno nem a terra do seu nascimento. Sabe-se apenas que em 1624 estava na Bahia, e era capitão de uma companhia quando a capital do Brazil caiu no poder dos hollandezes. No sertão da Bahia começaram os portuguezes a organisar a resisteucia, dirigidos pelo bispo D. Marcos Teixeira, e um dos que mais auxiliaram o intrepido prelado foi o capitão Francisco Padilha. Foi elle que armou a emboscada em que caiu o coronel hollandez Johann Van Dork, governador da cidade com as tropas que dirigia n'uma sortida, e que matou com a sua propria mão o talentoso e intrepido official hollandez. Depois da restauração da Bahia, conseguida com auxilio das esquadras portugueza e hespanhola que vieram da Europa, o capitão Francisco Padilha continuou a fazer parte da guarnição da cidade. Quando em 1627 o almirante hollandez Pieter Heyn perseguiu umas barcas portuguezas fundeadas no porto, foi Francisco Padilha encarregado de as proteger á frente de 150 homens. Padilha fel-as subir o rio, metteu-se a bordo de uma d'ellas e esperou intrepidamente o inimigo. Passava-se isto a 12 de junho de 1627. O almirante hollandez metteu a sua gente a bordo de escaleres, e perseguiu as nossas barcas. Padilha resistiu heroicamente. Deu-se a abordagem, os nossos combateram como uns leões, mas a superioridade do numero e do armamento dos hollandezes venceu a bravura portugueza, Padilha e os seus 150 bravos succumbiram, sendo todos barbaramente passados ao fio da espada.

Padilha *(Henrique Manuel de Miranda)*. Fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo da ordem de Christo, que viveu no seculo XVIII. N. em Lisboa em 10 de outubro de 1700, ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Fructuoso de Padilha Salazar, fidalgo da Casa Real, e de D. Angela d'Ancourt. Seguiu desde muito novo a carreira das armas, assentando praça aos 12 annos de edade, chegando aos postos de capitão-tenente e capitão de mar e guerra. Escreveu a seguinte obra, que ficou inedita: *Relação do principio da guerra da colonia do Sacramento até á chegada da nau «Esperança», em que nos successos da dita nau se expressam os que houve na colonia até chegar o armisticio.*

Padilha *(Fr. Pedro)*. Cavalleiro da ordem de S. Thiago, e depois religioso da ordem dos carmelitas calçados. N. em Linhares, e fal. em 1595. Passou a maior parte da vida em Madrid, para onde foi ainda muito novo, e professou no convento de carmelitas descalços, a 6 de agosto de 1585. Falava correctamente as linguas latina, italiana, flamenga e franceza. Sendo amigo de Cervantes e rival, muitas vezes feliz, de Garcilaso, Padilha adquiriu a reputação de um dos melhores poetas bucolicos de Hespanha, mas depois renunciou a todas as glorias mundanas, para se encerrar no claustro. As suas poesias são todas escriptas na lingua castelhana. Entre as suas obras citaremos: *Thesouro de varias poesias*, Madrid, 1575; *Eglogas pastoris e de alguns Santos*, Sevilha, 1581; *Jardim espiritual*, Madrid, 1585; *Grandezas e excellencias da Virgem*, Madrid, 1587; *Monarchia de Christo*, Valladolid, 1590. Deixou uma versão do poema *Successo do segundo cêrco de Diu*, de Jeronymo Côrte Real, e um volume intitulado *Ramalhete de flôres*, que foi prohibido pelo inquisidor geral Fernão Martins Mascarenhas.

Padilha *(Pedro Norberto de Ancourt)*. Fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo, secretario da Mesa do Desembargo do Paço, etc. N. em Lisboa a 6 de junho de 1701, ignora-se a data do fallecimento, mas sabe-se que vivia ainda em 1759. Era filho de Fructuoso de Padilha Salazar, fidalgo da Casa Real, provedor dos Contos e do Assentamento, e de D. Angela de Ancourt. Desejoso de se instruir frequentou as côrtes de Paris e de Madrid por algum tempo. Falava com facilidade as linguas franceza e castelhana. Voltando a Lisboa, casou com D. Dorothéa Violante da Silva, filha e herdeira de Luiz Paulino da Silva e Azevedo, cavalleiro da ordem de Christo e secretario da Mesa do Desembargo do paço, e de D. Maria Michaela Joaquina de Seixas. Escreveu: *Memorias historicas, geographicas e politicas, observadas de Paris a Lisboa, e offerecidas ao serenissimo sr. infante D. Antonio*, Lisboa, 1746; *Memorias da serenissima senhora D. Izabel Luiza Josepha, que foi jurada princeza d'estes reinos de Portugal*, Lisboa, 1748; com uma estampa allegorica, gravada por Debrie; *Effeitos raros e formidaveis dos quatro elementos, que escreve e dedica ao senhor infante D. Manuel*, etc., Lisboa, 1756; obra escripta para confortar os animos atterrados com os effeitos do terremoto do dia 1.º de novembro antecedente; *Raridades da natureza e da arte, divididas pelos quatro elementos; escriptas e dedicadas á magestade d'el-rei nosso senhor D. José I*, Lisboa, 1759; *Carta em que se mostra falsa a prophecia do terremoto do 1.º de novembro de 1755*, Lisboa, 1756; sem o nome do autor, tendo no fim a assignatura *Epicureo Alexandrino*. Deixou em manuscripto: *Familias de Padilhas e Aucourt, das quaes descende, historiadas com provas e documentos originaes*; *Memorias historicas do senhor D. Antonio prior do Crato, filho do serenissimo infante D. Luiz.*

Padim. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, districto de Braga. || Santo Estevão, de Oldrões, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Padim da Graça. Pov. e freguezia de Santo Adrião, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 176 fog. e 792 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Cávado. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. A mitra apresentava o abbade, que tinha 1:550 alqueires de pão, e 5 pipas de vinho. A terra é muito fertil, cria muito gado, e é abundante de caça.

Padinho. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de

Villa Cova, concelho de Fafe, districto de Braga.

Padões. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Padornêllo. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov do Minho, conc. e com. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 171 fog. e 694 hab. Tem esc. do sexo masculino e feira no logar de Tojaes, d'esta freg, alternadamente, aos sabbados. Romaria á Senhora das Angustias. A pov. dista 2 k. da séde do conc e está situada na estrada de Paredes de Coura a Monsão, a 1:500 m. da margem direita do rio Coura. Os viscondes de Villa Nova da Cerveira apresentavam o abbade, que recebia 130$000 réis de rendimento. Tinha mais uma abbadia simples, de apresentação da Casa de Bragança, que rendia 85$000 réis annuaes. Esta segunda abbadia havia sido dos marquezes de Villa Real, que a perderam em 1641, sendo o ultimo marquez suppliciado como traidor á patria. A terra é fertil e muito abundante de caça grossa e miuda, e tem algum peixe do rio Coura, que fica perto Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Paio, de Figueiredo, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Padornêllos. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, e arceb. de Braga; 79 fog. e 405 hab. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades da serra de Larouco. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. O reitor de Montalegre apresentava o vigario, que tinha 100$000 réis de rendimento. A pov. é muito antiga, e cabeça da honra do seu nome, com juiz ordinario, para as causas civeis. D. Affonso III deu-lhe foral, em Coimbra, a 5 de outubro de 1265. O territorio é pouco fertil, produzindo apenas centeio, trigo, batatas e alguma hortaliça. Cria muito gado vaccum. E' abundante de caça miuda e grossa. Ao N da freg. existiu o antigo castello de Portello, no sitio chamado hoje *Couto de Sendim*, e entre Padornellos e Sendim ha vestigios d'uma pov. que existiu ali com o nome de *Santa Cruz*. O castello de Portêllo é um morro entre as serras de Larouco e Araudella, ficando 1 k. ao N da aldeia de Sendim, e 6 a NE da villa de Montalegre Eram encarregados da guarda d'este castello os povos de Villar de Perdizes, Solveira, Santo André, Gralhas, Meinêdo, Padornêllos, Sendim e Padroso. Eram tam bem obrigados á guarda e defeza de outros castellos, que todos fôram arrazados pelos castelhanos e leonezes, nos seculos XII e XIII.

Padraido. Pov na freg. de S. João Baptista, de Bico, conc. de Paredes de Coura, districto de Vianna do Castello

Padral. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Cavez, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Padrão. Marco milliar que os romanos collocavam nas suas vias militares, para indicar o espaço de uma *milha* (2 k aproximadamente) e é d'aqui que lhe vem o nome. Ainda existem em Portugal, principalmente nas provincias do Minho e Traz-os-Montes, mais ou menos bem conservados, muitos d'estes padrões, e foi a sua existencia, em varios logares, que deu a estes o nome de *Padrão* ou *Padrões*. || Monumento ordinariamente de pedra (*pedrão*, pedra grande), que os nossos descobridores levantavam nos logares que descobriam, como signal de dominio e posse da nação portugueza. No Museu Colonial e Ethnographico, a cargo da Sociedade de Geographia, de Lisboa, existem alguns restos d'estes padrões. São os seguintes: 1.º *Padrão de Santo Agostinho*, erigido no cabo primeiramente chamado na cartographia portugueza, *de Santo Agostinho*, e depois, *de Santa Maria*, em 13° 27' 15" de latitude Sul e 21° 38' de longitude E de Lisboa, segundo Alexandre Magno de Castilho (*Descripção e roteiro da Costa Occidental de Africa*, 1866), ao sul de Benguella. Foi o segundo padrão collocado por Diogo Cão, e ultimo da sua primeira viagem da descoberta (1482). Tem no cubo em que termina, a seguinte inscripção:

Era da creação do mundo de 6681, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1482, o mui alto, mui excellente e poderoso principe el-rei Dom João segundo de Portugal, mandou descobrir esta terra e pôr estes padrões por Diogo Cão escudeiro de sua Casa.

Descripto e explicado, com estampas, na memoria publicada pela Sociedade de Geographia: *Descobertas e descobridores, Diogo Cão*, por Luciano Cordeiro, etc., Lisboa, Impr. Nac., 1892. (Enviado para o Museu pelo Governador Geral de Angola Guilherme Capello, quando em 1892 o fez substituir, para lhe salvar os restos, por outro padrão commemorativo). 2.º *Padrão do Cabo Negro*, erigido no cabo assim chamado ainda hoje, em 15° 40' 30" de latitude Sul e 21° 2' de longitude E de Lisboa, segundo Castilho, ao sul de Mossamedes Foi o terceiro collocado por Diogo Cão, e o primeiro da sua segunda viagem de descoberta (1485). O brazão e a inscripção que deviam occupar as faces do parallelopipedo em que termina, estão inteiramente obliterados. Descripto e explicado na memoria de Luciano Cordeiro. (Enviado pela mesma occasião e razão do n.º 1.º). 3.º *Padrão de São Jorge*, erigido na ponta da margem sul do Zaire (Congo) que se ficou chamando *do Padrão*, desastradamente chrismada na moderna cartographia ingleza em *Shark's Point*. Foi o primeiro padrão de pedra collocado por Diogo Cão na sua primeira viagem de descoberta (1482). Segundo a tradição local foi derrubado pelas balas de um vapor estrangeiro que o tomou para alvo dos exercicios ou diversão da sua artilharia. Alguns fragmentos fôram recolhidos por gente d'esse navio, mas perderam se por se afundar o escaler que os conduzia para bordo. Outros fragmentos fôram levados para o interior da Ponta, pelos indigenas, que os enfeitaram e guardaram ciosamente n'uma cova, como *feitiço de branco*. Em 1859 o governo portuguez mandou, por um navio de guerra, collocar outro padrão commemorativo na Ponta, que em 1864 desappareceu, destruido segundo a tradição official por uma grande cheia ou maré Quando em 1892 o governador de Angola mandou erigir novo padrão commemorativo do primitivo, fôram procurados e obtidos os fragmentos d'este que os indigenas conservavam, e são esses fragmentos, em numero de dois, que existem no Museu. (Enviados, os fragmentos citados, por ordem do Go-

vernador Geral Guilherme Capello e do seu successor). 4.º *Padrão de São Thiago*, erigido na Ponta do Pedestal, *Angra dos Ilhéos* (na antiga cartographia portugueza) em 26º,38' latitude S e 24º 11' de longitude E de Lisboa, segundo Castilho (*obra cit.*) Convém notar que esta *Angra dos Ilhéos* é identificada hoje com a *Angra Pequena*, mas que este ultimo nome era dado tambem a outra um pouco ao norte, a *Spencer Bay* das cartas inglezas. São muito frequentes as denominações de *Angra* na costa que se estende eutro o *Cabo da Serra* e o Rio de Orange: *A Costa dos Hotentotes.* A partir da bahia de Walwich, temos: *Angra do ilhéo*, *Angra da Conceição*, *Angra pequena*, *Angra dos ilhéos (ou pequena)*, *Angras juntas.* Foi seguramente por esta costa abaixo que começou a descoberta de Bartholomeu Dias, tendo terminado a de Diogo Cão no Cabo da Serra, Cabo da Cruz ou *Cross point*, onde elle erigiu o seu quarto ou ultimo padrão, modernamente recolhido pelos allemãos, como se demonstra na memoria citada do Luciano Cordeiro e na do mesmo: *O ultimo padrão de Diogo Cão* (Bol. da Sociedade do Geographia, 1896). Com este ultimo padrão de Diogo Cão, era até ha pouco, se é que deixou já, de ser confundido o primeiro de Bartholomeu Dias ou de *São Thiago*, que deve ser um que foi recolhido pelos inglezes em fragmentos, na *Ponta do Pedestal* em Angra Pequena, e se conservam no museu do Cabo da Boa Esperança. Segundo Owen (cit. por Castilho (*obra cit.*), este ultimo foi despedaçado no começo do seculo passado. Saisset procurou reerguel-o, mas não pôde, porque, diz Castilho, eram «muitos os bocados». Encontrou-se em dois pedaços vestigios de inscripção quo fôram considerados illegiveis. Um pedaço, ou, mais exactamente, dois fragmentos que parecem continuos e pertenciam evidentemente ao fuste, é o que existe no Museu, tendo vindo, para elle, da Escola Naval, em 1892, acompanhado apenas pela tradição de que eram a parte do padrão de *São Thiago* que o consul portuguez no Cabo da Boa Esperança, Duprat, obtivera ali que lhe fôssem cedidos, e enviára em 1854 ao governo ou ao rei de Portugal, pessoalmente, sendo então mandada recolher no projectado Museu da Escola alludida. Conserva-se no mesmo apparelho de madeira em que estava n'aquella Escola. Parece claramente pertencer ao fuste da columna ou padrão que não devia ser muito grosso, e seguir o desenho dos de Diogo Cão. Nenhuma cruz ou fragmento de cruz existe, e nos dois padrões melhor conservados dos cabos do *Santo Agostinho* e *Negro* vê-se sómente o vestigio da collocação ou encravação da cruz que os devia encimar e que muito provavelmente seria de ferro, n'elles, e nos que se lhe seguiram. (Esta reliquia foi, por ordem do Ministerio da Marinha e Ultramar, enviada para o Museu em 1892, a requisição da Sociedade). ‖ Modelo official e authentico das medidas e pezos legalmente autorisados. Os foraes mais antigos de diversas terras mencionam variadissimos pezos e medidas, que não tinham padrão uniforme. No fim do reinado de D. Affonso IV alguma eousa se tratou eom respeito ás medidas do reino, corrigindo seu filho as medidas de pão. Viterbo cita o alvará de 1361, em que as manda aferir pelo *alqueire* de Santarem, que serviria assim de padrão. N'este anno reuniram-se côrtes em Evora, e no artigo 80.º tratou-se dos pezos. Nas côrtes de Lisboa, feitas por D. Fernando em 1371, pediu-se no capitulo 73.º que os clerigos e fidalgos não usassem de medidas diversas das dos concelhos, o que assim foi outorgado. D. Affonso V, quando tentou a reforma dos pezos, incluiu a das medidas, e contra esta disposição representaram tambem os procuradores dos povos nas côrtes de Lisboa de 1455, o que fez alterar o primitivo pensamento, creando-se então padrões de medidas no reino, designando se as terras que lhe ficavam sujeitas, e que todas essas medidas fôssem *rasas.* Os pezos mandados adoptar por D. Manuel são os que fôram substituidos pelo aetual systema de pezos e medidas; serviam uns padrões de bronze, que ainda algumas camaras do reino conservam. Aragão, na sua obra sobre as moedas, descreve o seguinte padrão: E' fechado, contendo dentro as fracções; na tampa prende-se a duas espheras uma argola lavrada; aos lados do fecho, que termina em cabeça de um animal, as armas de Portugal, com a corôa aberta e nove castellos, e em volta da caixa a legeuda:

ME MANDO×FAZERE×DOM×EMANVEL×
REI DE×PORTVGAL×ANO×Ɔ×1499

No reinado de D. João II, nas côrtes de Evora de 1490 (capitulo 30.º), tornaram os povos a requerer contra a disposição anterior, conseguindo, não só differente agrupamento de padrões, mas que as medidas tornassem a ser de *cogulo.* No reinado de D. Manuel, augmentando-se o commercio com as nações estrangeiras, sendo por conseguinte mais intimos os contratos entre os povos, maior o consumo dos generos, principalmente para as armadas, e tornando-se Lisboa o centro d'essas trausacções, começaram a sentir-se os embaraços que traziam as variantes das medidas dos diversos districtos, e o mesmo monarcha, nas suas Ordenações, (Liv. I, tit. 15, §§ 24 a 30) providenciou para que todas as medidas se uniformisassem com as de Lisboa, ficando de *cogulo.* Esta ordenação, que ia prejudicar contratos antigos feitos por medidas maiores, e não tendo Fernão de Pina, incumbido da reforma dos foraes, feito as tabellas das proporções das medidas velhas, com a devida exactidão, foi de certo causa de se não tornarem uniformes em todo o reino as medidas de capacidade. D. Sebastião, por carta regia passada em Almeirim a 26 de janeiro de 1575, tratou de acabar com os abusos, decretando padrões para as medidas de capacidade, tanto dos seccos como dos liquidos, tornando-se eguaes em todo o reino e medidas com *rasouras.* Ordenou a todos os concelhos se provessem dos ditos padrões, que deviam ser de bronze e fabricados em Lisboa. A Academia Real das Sciencias conserva um d'estes padrões; tem na face anterior as armas do reino com a legenda por baixo:

SEBASTIANVS I . R . P . REGNOR—SVOR .
MENSVRAS . AEQVAVIT . ANO . D .
LXXV

No bordo superior, um pequeno navio, como carimbo; de cada lado tem uma aza; e, na face

posterior, um navio á véla com dois corvos (armas da cidade de Lisboa), tendo por baixo:

ALQVEIRE

Esta medida é quadrada, e bem assim as suas divisões de meio *alqueire*, quarta, etc. No Museu dos Architectos e Archeologos, ao Carmo, existe tambem uma boa collecção d'estas medidas, tanto para solidos como para liquidos. No Museu Colonial existe outra collecção, e no Archivo Municipal de Lisboa existem padrões dos seculos XVI, XVIII e XIX. Na mesma carta regia se ordenou aos corregedores e ouvidores fizessem nos seus districtos a computação e estiva das medidas novas em relação ás antigas, escrevendo-o nos livros das camaras, para se effectuarem os pagamentos em generos com exactidão, fazendo-se mesmo novas escripturas ou declarações nas antigas. Os padrões fôram geralmente acceitos, mas os abusos continuaram; estes padrões ainda se encontram em alguns concelhos do reino sem uniformidade, devido á impericia dos fundidores e aferidores, e mesmo ás fraudes. As reducções que os magistrados deviam fazer das medidas antigas para as modernas, operação difficil, não consta que algum a cumprisse, o que muito contribuiu para fazer abortar a lei de D. Sebastião. || Modelo por que se regulam certos artistas, como os bordadores que trabalham em tapeçarias, e outros. Aos padrões para as rendas de bilros chamam-se *piques*. || Carta de tença, ou de juro. V. *Padrão de juro real.*

Padrão. Appellido nobre, tomado da villa de N. S.ª da Graça dos Padrões, do concelho de Almodovar, provincia do Alemtejo, ou da villa de Padrão, na Galliza. A primeira pessoa que se encontra em Portugal com este appellido é Diogo Padrão. As suas armas são: Em campo verde dois penhascos da sua côr, e sobre cada um d'elles uma columna, ou padrão, de prata, com uma cruz azul, sobre cada padrão. Elmo d'aço aberto, e por timbre, as duas columnas, atadas em aspa, com uma fita verde.

Padrão *(Antonio Joaquim)*. Pintor e gravador do seculo XVIII, que falleceu ainda muito novo em 1760. Foi mestre de João Silverio Carpineti e de José Caetano Cyriaco. Entre outros trabalhos seus nota-se a gravura do quadro de L. Vanloo e J. Vernet, que representa o marquez de Pombal pensando na reconstrucção de Lisboa. No Museu Municipal do Porto existem alguns trabalhos seus.

Padrão. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Agrella, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Sebastião, de Almaceda, conc. e distr. de Castello Branco. || S. Miguel, de Alvarães, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Anta, conc. de V. N. de Famalicão, districto de Braga. || S. Miguel, de Argivae, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || Santa Maria, de Azurara, conc. de Villa do Conde, do mesmo distr. || Santa Maria, de Bagunte, do mesmo conc. e distr. || Santo Estevão, de Barrozas, conc. de Louzada, do mesmo distr. || S Martinho, de Bougado, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || S. Miguel, de Bostello, conc. de Penafiel, do mesmo districto. || S. Miguel, de Cabreiros, conc. e distr. de Braga. || S. João Baptista, de Canellas, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Pedro, de Canidello, conc. de Villa do Conde, do mesmo distr. || S. Miguel, de Carreira, conc. de Barcellos, distr de Braga. || S. Thiago, de Carreira, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Miguel, de Chorente, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Crespos, conc. e distr. de Braga. || Cidade, conc. e distr. de Coimbra; tem correio com serviço de posta rural. || Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Paredes, districto do Porto. || S. Thiago, de Eiras, conc. e distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Esteval, conc. de Proença-Nova, distr. de Castello Branco. || S. Martinho, de Fornello, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Santos Cosme e Damião, de Gemunde, conc. da Maia, do mesmo distr. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Simão, de Junqueira, conc. de Villa do Conde, do mesmo distr. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Martinho, de Lagares, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. Martinho, de Lordello do Ouro, bairro occidental do Porto. || S. Silvestre e conc. da Louzã, distr. de Coimbra. || S. Martinho, de Mancellos, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Paio, de Merelim, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Miranda, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Modivas, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || O Salvador, de Moreira, conc. da Maia, do mesmo distr. Tem correio. || Santa Maria, de Panoias, conc. e distr. de Braga. || S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || O Salvador, de Penamaior, conc. de Paços de Ferreira, do mesmo distr. || N. S.ª do Desterro, de Pouzos, conc. e distr. de Leiria. || S Miguel, de Santagões, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Sistello, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Sobrosa, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Miguel, de Soutello, concelho de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Miguel, de Souto, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, de Villa Fria, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || S. Mamede, de Villa Maior, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Quinta na freg. de N. S.ª das Neves, de Neves, conc. e distr de Beja || Ponta da costa do Congo, Africa Occidental, situada quasi no tremo S da foz do rio Zaire. E' baixa, pouco saliente e em fórma de degrau, sem vegetação alguma na extremidade. Foi n'ella que Diogo Cão levantou, em 1482, para perpetuar a memoria do descobrimento e attestar a posse que tomava, um alto padrão de pedra que deu o nome ao cabo, tendo d'um lado as quinas portuguezas e do outro uma inscripção em latim e portuguez em que se dizia o nome do rei que mandára descobrir aquella terra, em que tempo, e que capitão collocára o marco. (V. o artigo relativo a estes padrões, a pag. 354) O padrão, que era encimado por uma cruz, foi destruido pelo tempo e em 1859 substituido por outro com uma cruz de Christo na parte superior e as armas portuguezas n'uma das faces, com a divisa em torno: *In hoc signo vinces* Ao primitivo padrão deveu o rio Zaire ou Congo o nome de *rio do Padrão*, que tambem lhe foi dado. Nas cartas e livros modernos, a ponta do Padrão tem o nome de *Turtle's Point*, conviudo notar que ha uma certa confusão na no-

menelatura das pontas da foz do rio Congo, que figuram hoje nas eartas com os nomes de *Turk's Point*, *Turtle's Point* e *Point Padron*, ás quaes correspondem em portuguez as pontas de *Santo Antonio*, do *Padrão* e da *Mouta Secca*. || Pequeno rio da eosta do distr de Mossamedes, na prov. de Angola, Africa Occidental. Desagua pouco para o S do Cabo de Santa Maria e defronte do ilhéo do Pina, feehando-se a sua boea no verão. Suppõe-se que lhe deu o nome o segundo padrão que Diogo Cão levantou em 1482 no cabo de Santa Maria. Tambem é ehamado *Rio de S. João*. || Serra na prov. da Beira Alta, na freg. de Cavernães, a 6 k. ao N de Vizeu.

Padrão de juro real. Primitivo titulo de divida publica consolidada. Existiram d'estes padrões desde 1500 até 1852, em que fôram convert'dos em inscripções: A descripção minuciosa d'estes titulos póde vêr-se no livro *Collecção de leis da divida publica portugueza*, publicado em 1883 pela Junta do Credito Publico e coordenado por José da Costa Gomes. N'essa obra se faz a historia d'esses titulos, conforme o indice seguinte, só por si bastante elucidativo e que synthetisa o texto de cincoenta paginas: A venda de padrões de juros principiou em 1500 e foi durante quasi tres seculos o principal recurso extraordinario para remediar as necessidades do thesouro.—Vendem-se juros por todos os preços, consolidam-se differentes dividas, havendo sempre uma divida fluctuante enorme. —Crescem successivamente as difficuldades do thesouro, o *deficit* é permanente, e recorre-se a todos os expedientes financeiros para haver dinheiro.—Suspende-se o pagamento dos juros assentados na Casa da India, e reduzem-se os juros de preços mais subidos.—Multiplicam-se os emprestimos forçados, e as *operações mixtas* de consolidação de dividas correntes e capitalisação de juros atrazados com a condição forçada de compra de novos juros.—Vendem-se juros com privilegios e isenções para, por meio de vantagens excepcionaes, attrahirem compradores —Exploração dos christãos novos pela venda de perdões e indultos por grandes sommas.—Imposto de moagem.—Primeira emissão de papel moeda.—Atrazo em todos os pagamentos —Importantes sommas retiradas do deposito publico para os cofres do erario regio —Dividas antigas por consolidar. —Differentes preços a que se venderam juros desde D. Manuel até 1796.—Os padrões eram no principio cartas geraes em termos ordinarios.—Mais tarde começaram a tomar a natureza de instrumentos de um contrato.—As clausulas geraes eram identicas em todos os padrões; mas havia um modelo especial para cada operação de venda.—As clausulas especiaes começaram com os privilegios e isenções.—Formula geral dos padrões.—Os padrões não tinham assentamento nas condições do registo de propriedade.—O juro tinha assentamento em rendas certas para segurança do pagamento.—O assentamento do juro constituia hypotheca nas rendas reaes.—Por esse assentamento se processavam as folhas de pagamento e passavam padrões.—Mudança do assentamento de umas rendas para outras, e vantagens d'esse facto.—Essa mudança foi prohibida. —Não era permittido assentar juros n'algumas rendas senão por mercê especial.—Os encargos que oneravam os juros como penhora, hypotheca, dote, etc., eram registados por meio de verbas no respectivo assentamento.—Os livros do assentamento eram secretos.—No assentamento notavam-se todas as indicações que podiam servir para verificação da identidade pessoal do jurista —Os padrões de juro não se transmittiam para endosso ou pertence.—Para a venda de juros era essencial escriptura publica por serem considerados bens de raiz.—Os padrões de juro tinham alguma similhança com os titulos nominativos da divida inscripta nas formalidades da transmissão.—A lei não permittia a venda de juros reaes sem licença regia, mas não era observada rigorosamente.—O comprador de juros era obrigado a tirar novo padrão.—Na successão legitima ou testamentaria de juros transmittiam-se os respectivos padrões por meio de uma apostilla, se era só um herdeiro. No caso de partilha passava-se um padrão da quota hereditaria a cada herdeiro, exigindo-se em ambos os casos sentença de justificação.—No primeiro periodo da existencia da divida de juros reaes não havia privilegios, nem isenções para os padrões de juro.— Os que depois se estabeleceram eram restrictos a certas e determinadas operações, e só aproveitavam os juros que por ellas se fundavam.—Os privilegios consistiam principalmente na isenção de penhora, e de decima; na anterioridade e preferencia no pagamento; na faculdade de mudança de assentamentos do juro, e no regresso do juro para *cumprimento* do pagamento na falta de rendas em que o juro estava assentado.—A isenção de penhora era limitada ao caso de dividas civeis contrahidas depois da constituição do juro. —Formalidades com que se fazia a penhora nos juros não isentos, e no capital dos padrões.—Formalidades para se tornar effectiva a confiscação dos juros e respectivos padrões.—A antiguidade dos juros contava-se do dia em que era fundada, e estabelecia direitos para a graduação do pagamento.—O vencimento era egual para todos os juros, com raras excepções.—Antes da creação do thesouro geral os juros pagavam-se na administração das rendas, onde estavam assentados. Depois eram todos pagos no thesouro geral.—O pagamento fazia-se por meio de folhas processadas nas repartições competentes, e não era notado no padrão.—Os juros mais antigos eram pagos em primeiro logar, salvo o caso de haver juros com o privilegio de preferencia, assentados na mesma renda.—Os juros eram ordinariamente pagos aos quarteis do anno.—A mesma fórma de pagamento se observava com as tenças —Os juristas tinham acção executiva contra os almoxarifes e thesoureiros que lhes não pagassem a tempo, mas a lei que lhes concedeu esse direito não se executava.—Não era mais effectiva a multa de 30 cruzados em que segundo uma clausula dos padrões incorriam os almoxarifes que retardavam o pagamento dos juros.—Os juros prescreviam se não eram cobrados durante cinco annos.—Era maior o prazo para a prescripção das tenças.—Atrazo no pagamento dos juros, e suas principaes causas.—Vantagem da antiguidade do assentamento do juro durante as crises financeiras.—Mudança de assentamento e capitalisação de juros com a condição de novos empregos de capital em juros reaes.—Suspensão do pagamento dos juros, e concordata com os credores por meio de capitalisação dos juros em divida.—Lo-

gar que competia aos juros na graduação do pagamento das despezas publicas, feita em differentes epocas.—Recebimento dos juros e regras a que estava subordinado.—Inefficacia das providencias que por vezes se tomaram para regularisar o pagamento dos juros.—Melhoramento das condições do credito publico depois da guerra da Restauração, e seus effeitos no preço dos juros.—Depreciação dos juros nos fins do seculo XVIII, e miseravel situação dos seus possuidores durante os primeiros trinta annos do XIX. Preferencia no pagamento ás instituições de caridade com isenção de cabimento.—Processo e fins com que se realisou a primeira reducção do juro.—Esta operação foi aconselhada pelas côrtes em 1562 e decretada no anno seguinte.—Teve por fim reduzir os juros de 8 a 6 1/4 por cento.—A operação era facultativa para os juristas que podiam optar entre a reducção e o distrate.—Segunda operação da mesma natureza e com o mesmo fim em 1582.—Conversão de toda a divida publica consolidada em juros de 5 por cento.—Privilegios exorbitantes concedidos para essa operação com offensa de direitos adquiridos.—Descredito total dos juros reaes produzido por aquella operação, e embaraços que por esse facto vieram para o thesouro publico.—Difficuldade na extincção dos juros de 6 1/4 por meio de reducções.—Reducção parcial dos juros de 5 a 4 1/4 e 4 por cento, habilmente dirigida em 1696 e 1698.—Desaproveitamento das circumstancias que favoreciam uma larga conversão de divida publica em juros do typo de 3 1/2 por cento.—A limitada reducção de juros de 5 a 3 1/2 por cento, que se fez desde 1789 até 1791, foi a ultima e a mais regular operação d'essa natureza, que se realisou no paiz.—Necessidade de substituir a divida de juros reaes em conformidade das novas instituições fiscaes e administrativas.—Proposta feita aos possuidores de padrões de juro real para a conversão d'esses titulos na inscripção de 4 por cento.—Dureza das condições propostas para essa operação.—Prazo fixado para a conversão.—Deploravel situação dos juristas, que não annuiram á conversão.—Tentativas inuteis para melhorar a sorte dos antigos credores do Estado.—Prorogação do prazo para a conversão por duas vezes, sem melhoria de condições para os juristas.—Promessa nunca cumprida de liquidação de pagamento dos juros em divida.—Fórma de calcular o capital dos padrões que não tinham rendimento declarado, e dos que não fôram comprehendidos nas classes mencionadas no decreto da conversão, para o effeito e reducção imposta.—Importancia do capital sobre que versou aquella operação.—Movimento annual desde o seu principio, e estado presente da conversão dos padrões.—Importancia do capital das inscripções emittidas para a conversão dos padrões, e que hoje os representam.

Padrão de Legoa Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Custoias, conc. de Bouças, distr. do Porto. || Santa Maria, de Leça de Bailio, do mesmo conc. e distr. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Mamede, de Infesta, conc. de Bouças, do mesmo distr. Pertencia á freg. do Salvador, de Ramalde, bairro Occidental do Porto, d'onde foi desannexada por decreto de 21 de novembro de 1895.

Padrão Novo. Pov. na freg. de S. Martinho, de Aldoar, do bairro Occidental do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Padrão do Paço. Pov. na freg. da Salvador, de Tebosa, conc. e distr. de Braga.

Padrastos. Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Padre Antonio. Casaes na freg. de S. João Baptista, de Alfeizerão, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Padredo. Pov. na freg. do Santa Maria, de Canedo, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Padreiro. Pov. e freg. de Santa Christina, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 78 fog. e 283 hab. Dista 7 k. da séde do conc. e está situada n'um planalto, e é muito fertil em todos os productos agricolas; tem gado de toda a qualidade e caça. O abbade do Salvador, de Padreiro, apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis de congrua e o pé d'altar. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 95 fog. e 405 hab. Tem esc. do sexo masc. Dista 7 k. da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 50$000 réis de rendimento. A egreja parochial é ampla e elegante, e foi reconstruida em 1753. N'esta freg. existiu uma torre solarenga chamada dos *Pintos*, que foi dos Malheiros, de Rodas. Demoliu-se ha perto de 40 annos. Ha ainda outras casas nobres, e entre ellas as de Tavarez e Casal do Paço. A terra é muito fertil, tem muito gado e caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Junto d'esta freg. e contiguo á de Tavora, a uns 5 k. da villa da Barca, nas duas margens do rio Lima, brotam d'um terreno granitico varias nascentes d'agua minero medicinal, com um caudal superior a 3:800 litros em cada 24 horas. Os numerosos pontos naturaes da emergencia fôram ha já bastantes annos reunidos n'um só pelos trabalhos feitos pela empresa que então se realisou para a sua exploração. As aguas são conhecidas pelos nomes de *Padreira*, *Reboreda*, por ficar junto a um monte assim chamado, ou *Bravãs*. São limpidas, mas expostas ao ar tomam côr azulada, algumas vezes leitosa. Tem sabor e cheiro sulfhydrico, bastantes gazes livres, e deixam por onde correm um abundante sedimento esbranquiçado, muito adherente ás paredes com que está em contacto. Fôram analysadas em janeiro de 1885 no laboratorio municipal do Porto pelo chimico Ferreira da Silva, e posteriormente por um outro chimico, cujo nome ignoramos. São estas aguas applicadas no tratamento das doenças da pelle, no rheumatismo sub agudo e chronico, e internamente nos catarrhos gastricos e especialmente nos intestinaes, e ainda nas vias respiratorias, na pharyngite granulosa e no arthritismo. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Alvaredo, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Padrella. Serra do distr. de Bragança, situada na freg. de Padrella, conc. de Valpaços, na margem direita do rio Tinhella, e corre em direcção NE a SO. Tem 10 k. de comprimento, 5 de largura e 1:151 m. de altura.

Padrella e Tázem. Duas povoações e freguezias, de S. Pedro e N. S.ª d'Assumpção, que estão reunidas formando uma só, na provincia de Traz-os Montes, conc. e com. de Valpaços, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 147 fog. e 569 hab. Está situada nas proximidades da serra do mesmo nome, a 2 k. da estrada de Mirandella a Boticas. Tem esc. do sexo masc. e dista 10 k. da séde do conc. O reitor de S. Nicolau, de Carrazedo de Monte Negro apresentava o vigario da freg. de Padrella, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar, e o commendador da ordem de Malta de S. João da Corveira, apresentava o vigario da freg. de Tázem, o qual recebia 60$000 réis e o pé d'altar. A pov. é fertil, tem muito gado, e muita caça grossa e miuda. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Padrenda. Pov. na freg de Santa Maria, de Azias, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Padres. Herdades na freg. de S. Sebastião, de Giesteira, concelho e districto de Evora.

Padrim. Monte da ilha do Principe, Africa Occidental. E' o extremo d'uma cordilheira que vem do centro da ilha e fica a NO, limitada pelo N a bahia da Praia Grande ou das Agulhas.

Padroado. O direito de servir de protector, adquirido por quem funda, erige, ou dota uma egreja. Direito de conferir beneficios ecclesiasticos. V. *Padroeiro.*

Padroado do Oriente. O padroado do Oriente procede, como o do continente, da generosidade da Santa Sé para com os reis de Portugal, aos quaes foi concedido o privilegio exclusivo de proteger os interesses catholicos nos paizes por elles descobertos, ou que houvessem de descobrir, desde a costa occidental da Africa, até aos confins da Asia. E mais tarde comprehendeu o vasto imperio do Brazil, descoberto por Pedro Alvares Cabral, em 1500. O primeiro papa que concedeu aos reis de Portugal a regalia do padroado foi Leão X, em 1514, pela bulla *Dum fidei constantiam.* Antes d'elle, Martinho V, Eugenio IV, Nicolau V e Alexandre VI, se haviam pronunciado a favor do dominio temporal sómente, reconhecendo á corôa portugueza o direito exclusivo de possuir e governar as regiões que tivesse descoberto e houvesse de descobrir, desde o cabo Não para o oriente do mesmo mode que o reconheceram á Hespanha com respeito ás Americas, ou do cabo Não para o occidente. D'ahi resultou, que pretendendo Eduardo IV de Inlaterra fundar estabelecimentos commerciaes na Guiné, desistiu d'esse intento, apenas Portugal lhe notificou que o papa outhorgára á corôa portugueza a posse exclusiva d'aquellas regiões. Estes pleitos internacionaes resolviam se assim n'aquelle tempo, porque as nações da Europa, quasi todas catholicas, viam na pessoa do papa o representante de Christo na terra, e por isso o consideravam o arbitro mais autorisado e competente para decidir com acerto e inteireza todas as questões, não só de dogma e moral, mas de justiça natural e positiva. Portugal deve, portanto, aos pontifices de Roma a posse das regiões que descobriu; sem as bullas dos papas, respeitadas pelos reis da Europa, como foi pelo de Inglaterra, nunca os nossos monarchas poderiam ter reunido ao titulo de rei de Portugal e dos Algarves, os pomposos titulos de senhor de Guiné, de aquém e de além mar em Africa, da conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e India. Embora Portugal sacrificasse o ouro e o sangue de seus filhos, se as outras nações não ouvissem a voz do papa e seguissem a voz e o impulso do proprio interesse, taes conquistas não podiam ser conservadas, nem garantidas n'um tempo em que a conquista garantia direitos e dominação politica. Como o fim principal da Egreja n'estas concessões é sempre o esplendor da religião e a propagação da fé, accresceu mais tarde o privilegio do padroado, outhorgado ao rei de Portugal, por ser o fundador e protector nato das christandades que se formaram á voz dos missionarios, nas extensas regiões conquistadas ou por conquistar, descobertas ou por descobrir, na linha divisoria fixada por Alexandre VI e por Leão X. Convém advertir que a doação do padroado aos reis de Portugal foi na qualidade de grão-mestre da ordem de Christo, e afim de que o rei de Portugal protegesse com o maior cuidado a Egreja no Oriente, e em todos os paizes sujeitos a Portugal. O rei de Portugal tinha o dever de dotar e conservar os templos, provêr á sustentação do clero necessario para manter e dilatar a fé, administrando todos os meios mais efficazes afim de que o Evangelho fôsse prégado em toda a parte, onde se estendesse o seu dominio ou influencia. N'uma palavra, a base essencial e unica do direito do padroado, da parte do papa, é um simples privilegio; da parte do rei de Portugal consiste n'uma protecção energica e forte á Egreja, até onde se estende a concessão do padroado No meado do seculo XIX, houve uma Concordata para o exercicio do real padroado portuguez no Oriente. Essa concordata foi assignada depois de largas negociações pelo cardeal di Pietro, nuncio apostolico em Lisboa, e Rodrigo da Fouseca Magalhães plenipotenciario nomeado para esse fim pelo governo portuguez. Por essa Concordata estipulava-se que o padroado portuguez se exercia no arcebispado de Gôa, no arcebispado *ad honorem* de Cranganor, no bispado de Cochim, no de Meliapor, no de Malaca e no de Macau, devendo ser estas dioceses delimitadas por delegados especiaes, nomeados pelo governo portuguez. A concordata com os seus dois annexos *A* e *B*, foi assignada pelos respectivos plenipotenciarios no dia 21 de fevereiro de 1857, e depois de approvada em côrtes, decretada como lei do reino por D. Pedro V. Com respeito a varias explicações que se tinham tornado necessarias trocaram-se a 10 de setembro de 1859 entre o duque da Terceira, ministro dos negocios estrangeiros, e o arcebispo da Sida, nuncio apostolico, umas notas reversaes, as quaes fôram discutidas na camara, approvadas por uma lei interpretativa, que o referido monarcha firmou a 9 de abril de 1859. Finalmente a ratificação da Concordata de 21 de fevereiro de 1857 e das notas reversaes de 10 de setembro de 1859, foi assignada por D. Pedro V a 6 de fevereiro de 1860. Nova Concordata se deu annos mais tarde. As negociações começaram em virtude d'uma carta do cardeal Jacobini, secretario de estado, em abril de 1884, sendo tratadas pelo marquez de Thomar e concluidas por Martens Ferrão, vindo afinal a assignar-se em Roma a 23 de junho de 1886, approvada por decreto de 22

de julho seguinte, e ratificada a 29 d'esse mez. Segundo essa convenção emquanto á egreja metropolitana de Gôa, c arcebispo foi elevado á dignidade de patriarcha *ad honorem* das Indias orientaes e continuou exercendo os direitos de metropolitano nas dioceses suffraganeas com o privilegio de presidir aos concilios provinciaes de todas as Indias. A provincia metropolitana de Gôa ficou comprehendendo, além da séde metropolitana, as dioceses de Damão, a titular de Cranganor, de Cochim e de S. Thomé de Meliapor, e n'ella exerce a corôa portugueza os direitos do padroado. Em relação ás quatro dioceses de Bombaim, Mangalor, Quiloa que fôram crectas com a instituição da gerarchia nas Indias os metropolitanos com os seus suffraganeos, na vagatura de qualquer d'estas sés e os suffraganeos da respectiva provincia, quando a vagatura se der na séde archiepiscopal, formarão uma lista de tres nomes que será communicada ao arcebispo de Gôa, e este a enviará ao rei de Portugal, que dentro do prazo de seis mezes apresentará á Santa Sé um candidato escolhido entre os tres. As christandades de Malaca e Singapura ficaram sujeitas ao bispado de Macau.

Padroeira. Mulher que tem o direito de padroado. V. *Padroeiro*. || Protectora, defensora. A padroeira do reino é Nossa Senhora da Conceição. V. *no presente vol.* a pag. 122 e seguintes.

Padroeiro. Que tem o direito de padroado. || Defensor, protector, patrono. || *Patrono*, aquelle que dava carta d'alforria e fazia liberto algum ou alguns escravos. (Codigo Affonsino, liv. IV, tit. 70). || *Padroeiros das egrejas e mosteiros*. Eram os seus fundadores, ou lhes faziam algumas obras ou doações, e todos os seus herdeiros. Isto dava em resultado terem alguns mosteiros centos de *padroeiros*, com direito de aposentadoria e comedorias. Muitos conventos se extinguiram, porque os seus rendimentos não chegavam para tão grande dispendio. As familias dos Soares, Rodrigues, Sanches e Formarigues, descendentes dos fundadores do convento de Grijó, e que todos eram, segundo o costume, considerados padroeiros do mosteiro, chegaram a ser tão numerosos que o convento contava no reinado de D. Pedro I 208 padroeiros, além das familias d'estes, que tinham o mesmo direito. Tão grandes pedidos fizeram os frades a D. Pedro I que este monarcha os livrou dos taes padroeiros, pelos annos de 1360 Os outros tambem se fôram descartando, pouco a pouco, d'estes pesados encargos. Segundo as Ordenações Affonsinas, para haver padroado era necessario a expressa menção d'elle, e prescrevia-se que o padroado dado por el rei não podia ser albeado nem partido. Padroado era uma concessão de direito canonico, que autorisava os padroeiros de egrejas, collegiaes ou simplesmente parochiaes, a apresentarem n'ellas seus parochos e beneficiados, bem como quasquer dignidades, havendo-as. Taes padroados adquiriam-se em geral, por tres principios: 1.º por fundação da egreja; 2.º por dotação de rendas para sua fabrica e sustentação de seus ministros; 3.º por posse antiga de apresentarem seus parochos e mais empregados. Tambem se obtinham por herança, como se vê do *livro II* das Ordenações Affonsinas que, no seu *titulo 35 n.º 5*, determina que os padroados das egrejas que são da corôa do reino, dados a alguns fidalgos e outras pessoas por seus merecimentos, para elles, e todos os seus herdeiros e successores, não pudessem ser partidos nem albeados, e viessem sómente ao filho maior varão legitimo. E assim d'ahi em deante por linha directa descendente, assim como dito era nas mais cousas da corôa do reino. Pelo *titulo 9, n.º 13*, as Ordenações Filippinas mandavam aos juizes dos feitos de el-rei e da corôa que tomassem conhecimento das causas tocantes á apresentação das egrejas do Padroado, que se houvessem de tratar no juizo secular, posto que fôssem do districto da relação do Porto. Havia então padroados ecclesiasticos e seculares. Os primeiros pertenciam aos bispos, cabidos de sé ou a alguma dignidade das mesmas, a mosteiros religiosos e universidades. Os padroados seculares pertenciam á Corôa, principes, senhores donatarios, commendadores e outras personagens, que adquiriam esta regalia no Estado. Os direitos do padroeiro eram muitos, mas o principal era a nomeação, pela qual o padroeiro, havendo beneficio seu vago, offerecia ao prelado da egreja do beneficio o novo eleito para ser instituido, collado, e mandar-lhe dar sua posse canonica com a carta do estylo. A apresentação do padroeiro secular devia ser feita dentro de quatro mezes, desde o dia em que se sabia da vacatura do beneficio. O padroeiro ecclesiastico tinha seis mezes para apresentar o novo eleito. Se, dentro d'este praso não o apresentasse, então o bispo diocesano—*pro jure suo*—daria o beneficio por aquella vez. Eram muito differentes as regalias dos padroeiros ecclesiasticos das dos seculares; estes, quando o novo apresentado se não achava capaz de entrar no beneficio, ou pela sua ignorancia e maus costumes, ou por outra alguma causa civil, ou canonica, podia o padroeiro secular offerecer um outro e mais alguns successivamente até que o bispo achasse que era idoneo. Se o padroado ecclesiastico não offerecesse, ao bispo collador, um ecclesiastico idoneo, o prelado collaria quem bem lhe parecesse capaz; no entanto o rejeitado tinha direito de appellação. Era nulla toda a collação, sem apresentação do verdadeiro padroeiro, dada dentro do tempo marcado. Só pela sua nomeação e consentimento, era instituição valida pelo direito canonico, a posse que o padroeiro tinha nos seus beneficios, e julgava-se intruso e violento todo aquelle que era collado em beneficio—*invito patrono*. O padroeiro pobre, e mesmo o que não precisava, podia reservar para si alguns alimentos das rendas das suas egrejas, segundo os seus productos. E ainda mesmo conceder a seus parentes ou extranhos uma pensão annual, que fôsse admittida e approvada pelo bispo. Os padroeiros eram obrigados a vigiar sobre os bens das suas egrejas; e, quando succedesse vêrem suas administrações, podiam amigavelmente advertir os beneficiados, ou denunciar os ao bispo, seu juiz, e se este ainda o não attendesse, ao metropolitano e recorrer d'este para o rei. Aos padroeiros deviam prestar-se certos direitos honorificos. Estes direitos eram signaes de honra e reverencia com que as suas egrejas os respeitavam e muito veneravam. Em epocas mais antigas, não estavam prescriptas estas honras, mas a desciplina ecclesiastica dos fins do seculo XVIII aponta-as a cada passo no di-

reito canonico. Eram ellas a *Honor processionis —Precum— Thuris— Sedis— Aquae Benedicta— Panis benedicti—Sepulturae*, que em vulgar se pódem denominar assim: Honra de procissão, de preces, de incenso, de cadeira, de agua benta, de pão bento, e de sepultura. A *honra de procissão* consistia em que, quando o padroeiro vinha á sua egreja, os beneficiados com o parocho o recebiam á porta e o conduziam em procissão ao altar do Sacramento, e depois á sua cadeira ou tribuna. Nas procissões publicas e solemnes, sempre se dava o primeiro logar tanto aos reis e principes como aos padroeiros, e o mesmo em todas as funcções do santuario. A *honra de preces* era recitar o nome do padroeiro nas preces publicas. A honra do incenso era, nas funcções publicas, incensar o padroeiro—*speciatim*—muito distinctamente e separado do mais. A da *agua benta* era no *asperges me hissopo et mundabor* lançar-lhe agua benta com profunda inclinação, antes e depois. A *honra do pão bento* consistia em o padroeiro recebel-o e ser-lhe offerecido primeiro do que a ninguem. A *honra da cadeira* era que o padroeiro a tivesse sempre perpetua e fixa na sua egreja e dentro da capella-mór. E, por ultimo, a *honra da sepultura*, que devia ser sempre dentro da mesma capella-mór, por esta lhe pertencer privativamente só a elle e seus parentes. Os padroados fôram extinctos em 5 de agosto de 1833 pelo seguinte decreto: «Tendo attenção ao que me representou a Commissão de Reforma Geral Ecclesiastica, creada por decreto de 1 do corrente mez; Hei por bem, em nome da rainha, decretar o seguinte: *Artigo primeiro*: Ficam extinctos, como se nunca tivessem existido, todos os padroados ecclesiasticos de qualquer natureza que sejam. *Artigo segundo*. Só o governo póde nomear e apresentar os arcebispos, bispados, dignidades, priorados-móres, canonicatos, parochias, beneficios e quaesquer empregos ecclesiasticos. *Artigo terceiro*: Ficam revogadas todas as leis em contrario e retirado o Benaplacito Regio a todas as disposições que se oppuzerem ao presente decreto.» Em 1848, ainda havia duvidas ácêrca d'esta extincção, e em 2 de maio d'esse anno baixou uma portaria indeferindo a sobrevivencia dos direitos dos donatarios de bens de capellas. || *Bibliographia*: *Praxe do padroado real e secular*, por Bento Cardoso Osorio, obra em latim, publicada posthuma em 1726.

Padrões. V. *Nossa Senhora da Graça dos Padrões e Santa Barbara dos Padrões*.

Padrões. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Paz, de Portella do Fojo, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra. || Santo Estevão, de Regadas, conc. de Fafe, districto de Braga.

Padronello. Pov. e freg. de Santo André, da prov. do Douro, conc. e com. de Amarante, districto e bisp. do Porto; 194 fog. e 746 hab. Tem esc. do sexo fem., est. post., companhia e fabrica de lanificios. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. A pov. está situada na estrada real de Amarante a Mesão Frio, a 3 k. de distancia da séde do conc. O prior do convento de S. Gonçalo d'Amarante, da ordem dominicana, apresentava o cura, que tinha 30$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. é rica e muito fertil, devendo a sua prosperidade, em grande parte, á fabrica de lanificios que foi ali fundada em 1860. Existe n'esta pov. uma torre, a qual segundo consta, foi residencia de D. Loba Mendes, filha de Mem de Gondar, e mulher de Diogo Bravo, de Riba-Minho. Padronello era uma pobre aldeia, cujos habitantes apenas viviam da agricultura, e de criárem algum gado. Viviam quasi ignorados, quando veiu o principio da associação, em começos do anno de 1859, estender-lhes a mão, dando-lhe alento e uma nova vida, e conseguindo que esta pov. fôsse conhecida em todo o paiz como uma das principaes terras industriosas de Portugal. Uma empreza, composta de 4 socios, sob a firma commercial de Garcia Ribeiro & C.ª fundou junto á pov. a fabrica de lanificios, já citada. Esta sociedade dissolveu-se por escriptura publica de 25 d'agosto de 1868. Em 1875 pertencia a fabrica ao seu antigo socio Manuel Pereira da Silva, da cidade do Porto, e a Antonio José da Costa, de Amarante, por contrato celebrado em 9 de fevereiro de 1869, com o fundo de 60:000$000 réis. O edificio da fabrica foi construido expressamente para esse fim, tendo além da parte principal, varios corpos accessorios. Está situada na falda d'um monte, junto á ribeira de Rio Mendo, cujas margens são em parte cultivadas. E' atravessada por uma ponte de madeira, que dá passagem á estrada que torneia em *lacêtes* uma collina alcantilada. Os montes, que por todos os lados dominam a aldeia, são mais ou menos povoados de arvoredo silvestre, sobretudo, pinheiros, castanheiros e carvalhos.

Padrós. Pov. na freg. de S. Thiago, de Chamoim, concelho de Terras de Bouro, distr. de Braga.

Padrosinho. Pov. na freg. do Salvador, de Tagilde, conc. de Guimarães, districto de Braga.

Padrosinhos. Pov. na freg. de Rezende, concelho de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Padroso. Pov. e freg. de N. S.ª das Neves da prov. do Minho, conc. e com. do Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga: 136 fogos e 526 hab.. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada proximo da estrada de Valença a Arcos de Valle-de-Vez. Os viscondes de V. N. da Cerveira apresentavam o abbade, que tinha 330$000 réis. No alto chamado da *Cabecinha*, existiu um *dolmen* de grandes proporções, que foi destruido ha mais de 50 annos Tambem junto ao Extremo apparecem vestigios de antigas fortificações, muitas d'ellas aproveitadas ainda em 1662. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas, e cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 62 fog. e 302 hab. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada proximo das nascentes do rio Cavado, na serra de Larouco. A mitra apresentava o abbade, que tinha 250$000 réis de rendimento annual. Foi honra, com camara, juiz e escrivão do civel. No crime e orphãos estava sujeita a Montalegre, cujo corregedor nomeava os vereadores. A pov. pertence á 6.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Cha-

ves. || Povoações nas freguezias: O Salvador, de Lemenhe, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Margaride, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Padua *(Antonio)*. Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra, lente cathedratico, director do gabinete de radioscopia e radiographia, governador civil de Coimbra, etc. N. na Labruja, no concelho de Ponte do Lima, em 1869. Foi um dos alumnos mais distinctos do seu curso. Doutorou se em 29 de janeiro de 1899. Desde creança, que se interessava pela politica, pois, segundo consta, tinha 11 annos de edade quando escreveu o seu primeiro artigo contra o fallecido estadista Fontes Pereira de Mello, n'um jornal de Ponte do Lima. Filiou se depois no partido progressista, e quando falleceu o chefe d'este partido em Coimbra, o dr. Pedro Monteiro Castello Branco, foi escolhido para o substituir. Foi nomeado substituto do governador civil, e depois teve a effectividade d'este logar, parece que em 1906. Por muito tempo dirigiu o *Tribuno Popular*, folha progressista que se publica em Coimbra, da qual é ainda um dos redactores. Publicou: *A estructura da cellula; Davos-Am-Platz,* livro que a imprensa muito apreciou. No congresso sobre a tuberculose, realisado em Coimbra no anno de 1904, apresentou uma extensa communicação, que o congresso votou unanimemente que fôsse publicada e profusamente distribuida. No congresso de Medicina, celebrado em Lisboa, em abril de 1906, foi vice-presidente da secção de Pathologia geral, bacteriologia e anatomia pathologica.

Padua *(Fr. Antonio de)* Religioso da ordem de S. Francisco. Era natural de Beja, e chamava-se no seculo Pedro Gonçalves Sanches, sendo filho de Diogo Gonçalves Sanches, cavalleiro da ordem de Christo, e de sua mulher, Joanna Sanches da Gama. Depois de estudar humanidades foi a Roma para obter um beneficio, professou, tomando o nome de Fr. Antonio de Padua, em commemoração do nosso santo popular, que em Italia é mais conhecido por *Santo Antonio de Padua*, apezar de ter sido portuguez, e ter nascido em Lisboa, mas porque passou grande parte da sua vida n'aquella cidade. Foi professor de theologia na Universidade de Padua, e voltando a Portugal, el-rei D. João III o mandou como theologo assistir ao concilio tridentino. Posteriormente foi commissario geral da sua ordem e partindo outra vez para Roma ali falleceu. Deixou manuscripta uma obra em latim, intitulada: *Explicação ás actas do concilio tridentino.*

Padua *(Fr. João de)*. Religioso franciscano, do convento de S. Francisco de Lisboa. Era natural do Cartaxo, foi mestre de cantochão, vigario do côro no referido convento, e fal. em Lisboa a 29 de julho de 1631. Deixou escripta em latim uma obra da sua especialidade.

Padua *(João Antonio)* Esculptor italiano, que viveu em Portugal no seculo XVIII. Trabalhou nas egrejas de Lisboa, Evora e Mafra E' trabalho seu a capella-mór da egreja de S. Domingos, os pulpitos de egreja de Santo Antão, de Lisboa, e as virgens da capella-mór da Sé de Evora. A sua obra mais conhecida é a estatua de S. João Nepomuceno, que em 1743 foi collocada na ponte d'Alcantara, onde se conservou até ao meado do seculo XIX, quando deixaram de existir as portas d'Alcantara.

Padua Junior *(José Maria de)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. N. em Olhão a 13 de junho de 1841, onde tambem fal. a 18 de março de 1881. Era filho do dr. José Maria de Padua, tambem medico, e de D. Maria Thereza de Padua. Terminou o curso em 19 de junho de 1877, e n'esse anno publicou em Lisboa a sua these, que tem por titulo: *Breve estudo sobre a adenia*. Exerceu clinica em Olhão. Desde creança que revelou extraordinaria vocação para a musica, e durante os estudos de Medicina nunca deixou de cultivar a arte, estudando piano, em que se tornou muito apreciado. Fundou em Olhão uma sociedade musical com banda e orchestra, que elle proprio dirigia, e cuja musica compunha ou arranjava. Escreveu uma missa a tres vozes e orchestra, que foi executada em Olhão com grande pompa por todos os amadores residentes n'esta villa e em Faro, incluindo muitas senhoras, todos por elle ensaiados. Compoz tambem e fez imprimir alguns trechos de musica para piano, além das numerosas peças que escreveu para banda militar, principalmente marchas funebres, genero da sua predilecção.

Pae Agua. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Almaceda, conc. e distr. de Castello Branco.

Pae d'Ariz. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, districto de Santarem.

Pae Cabeça. Pov na freg. de N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Pae Calvo. Casal na freg. de N. S.ª d'Ajuda, 4.º bairro de Lisboa. || Quintas na freg. do Espirito Santo, de Villa Secca, conc. de Armamar, distr. de Vizeu.

Pae das Donas. Pov. na freg. de Santa Cecilia, de Bemfeita, conc. de Arganil, districto de Coimbra.

Pae Joannes. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Pae Lobo *(Quinta do)* Na freg. de S. Domingos, de Parada, conc. de Almeida, districto da Guarda.

Pae Luis. Pov. da freg. de S. João Baptista, no conc. da ilha Brava, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Pae Mau. Pov. na freg. de S. Vicente, de Paio Mendes, conc. de Ferreira do Zezere, districto de Santarem.

Pae Moure. Pov na freg. de Santa Christina, de Pousa, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Pae Penella. Pov. e freg. de S. Silvestre, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Meda, distr. da Guarda, bisp. de Lamego; 99 fog. e 368 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. pos. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Meda a Trancoso, a 3 k. da margem direita da ribeira de Teja. Pertenceu ao antigo conc. de Marialva, em 24 de outubro de 1855 passou para o de V. N. de Fozcôa, e em 18 de dezembro de 1872 para o de Meda. O reitor de Valle de Ladrões apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Pae Pedro de Baixo, de Cima, e do Meio. Tres povoações na freg. de Santa Maria, de Ulme, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Pae Sobrado. Pov. na freg. de Santa Maria

do Castello e conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Pae dos velhacos. Magistrado de Lisboa, que tinha por obrigação vigiar os rapazes vadios que vinham aqui ter, e aos quaes devia arranjar amo ou qualquer officio. Em 1535 creou se tambem na cidade do Porto um *pae dos velhacos*, com as mesmas attribuições.

Pae Viegas. Povoações nas freguezias. N. S.ª d'Annunciação, de Codeceiro, conc. e distr. da Guarda. || O Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Paéres. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Egreja Nova do Sobral, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Paes. E' um nome patronimico, que significa filho ou descendente de Paio. E' appellido nobre e antigo em Portugal, porque já D. Pedro Paes foi um dos 5 fidalgos que acclamaram D. Affonso Henriques na batalha de Campo de Ourique, em 25 de julho de 1139, foi depois alferes-mór do mesmo rei, e morreu gloriosamente na batalha de Badajoz. A D. Paio Rodrigues Paes, seu filho, deu D. Affonso Henriques as armas seguintes: Em campo de prata, 5 pinheiros verdes, em aspa, com raizes. Elmo d'aço aberto, e timbre meio dragão de prata, lampassado de púrpura. A João Paes deu D. Affonso V, em 20 de abril de 1476, o seguinte brazão: Em campo azul 9 laranjas, veiradas e contraveiradas de púrpura, em 3 palas. Elmo d'aço aberto; e timbre, um pavão da sua propria côr. A Gonçalo Paes, natural de Coimbra e mordomo-mór e thesoureiro do cardeal-rei D. Henrique, deu a rainha D. Catharina, viuva de D. João III, regente na menoridade de seu neto, el rei D. Sebastião, o brazão d'armas seguinte, em 22 de agosto de 1561: As mesmas de D. João Paes, só com a differença de terem por timbre meio dragão de prata com uma laranja de púrpura no peito. Outros do mesmo appellido trazem por armas: Em campo de prata, 9 laranjas, veiradas e contraveiradas de azul e púrpura, em 3 palas Elmo d'aço aberto; e por timbre, meio leão de prata, lampassado de púrpura, com uma das laranjas das armas no peito.

Paes (*Alvaro*). Chanceller-mór d'el-rei D. Pedro I, e depois d'el-rei D. Fernando, adquiriu este rico cidadão de Lisboa grande respeitabilidade, e gozava sobretudo de grande prestigio entre o povo, tanto que o mestre de Aviz, depois da morte d'el-rei D. Fernando, teve o bom senso de nada fazer sem o consultar. Alvaro Paes era effectivamente homem de resolução e de bom conselho, e não hesitou em dizer a D. João que o reino queria vêr-se livre do conde de Andeiro e que era mister executar a vontade do povo. Accrescentou que, se o mestre se resolvesse a dar o golpe decisivo, o povo de Lisboa se insurgiria em massa para o auxiliar, e prometteu-lhe solemnemente que o insurgiria elle proprio. Effectivamente, apenas teve conhecimento de que o mestre apunhalara o conde de Andeiro, Alvaro Paes, apezar de morar, como parece provavel, no sitio que era então a extremidade occidental da cidade, junto da muralha de D. Fernando, proximo da torre que já então tinha o nome de torre de Alvaro Paes, que se levantava no sitio onde hoje se ergue, ao cimo da calçada do Duque, o edificio da Comp.ª das Carruagens, e de que ainda ha annos se conservavam vestigios, apezar de morar ahi e de ser já velho e tropego, veiu até aos paços da Moeda (hoje cadeia do Limoeiro) á frente do povo insurgido. Proclamado defensor do reino, o mestre de Aviz não podia esquecer o homem que lhe déra tão prestante auxilio, e como elle já estava bastante velho para poder desempenhar as altas funcções de chanceller, nomeou para esse cargo o seu enteado, o famigerado João das Regras. Effectivamente a mãe do grande jurisconsulto, Sentil Esteves, casara em segundas nupcias com o chanceller Alvaro Paes. Foi ainda um serviço que este honrado cidadão prestou ao mestre de Aviz e á causa nacional, o dar-lhes para seu substituto o grande João das Regras.

Paes (*D. Fr. Alvaro*). Religioso da ordem de S. Francisco, e que floresceu na primeira metade do seculo XIV. Eram natural de Santarem, e fal. em Sevilha no anno de 1353. Estudou jurisprudencia civil e canonica na Universidade de Bolonha, recebeu o grau de doutor, e em 1304 vestiu o habito da ordem dos menores da cidade de Assis. Regressando a Portugal, viveu algum tempo no convento de S. Francisco, de Lisboa, mas deixando novamente a patria dirigiu-se a Paris, onde estudou Theologia com o celebre dr. João Duns Scoto, que era então professor n'aquella Universidade. Esteve depois em Avinhão, onde residia o papa João XXII. Este pontifice o nomeou seu penitenciario em 1328, bispo de Choron na Achaya, em 1332, e bispo de Silves, no Algarve, em 1335, e tencionava elegel-o cardeal, o que não chegou a realisar, mas deu ensejo a que muitos escriptores suppuzessem, que D. Fr. Alvaro Paes tinha effectivamente sido revestido da purpura cardinalicia. Defendeu com energia o papa João XXII contra o antipapa Pedro Corbario, e sustentou por muito tempo as immunidades da sua egreja de Silves, mas por fim, para escapar á morte, que os seus inimigos lhe prepararam, chegando a ponto de o atacarem na occasião em que celebrava missa, retirou se para Sevilha, onde veiu a fallecer. Deixou varias obras em latim, sendo a mais notavel a que se intitula *De Planctu ecclesiae*, que teve varias edições, e na qual o autor descreve com vivas côres e censura com severidade a grande desordem e immoralidade a que tinham chegado os religiosos de ambos os sexos.

Paes (*P. Antonio José*). Presbytero secular, prior da freguezia de S. Julião, de Lisboa, e desembargador da Relação Patriarchal. N. na Covilhã a 21 de novembro de 1810, fal. em Lisboa a 4 de dezembro de 1857, victima da febre amarella. Deixou publicado: *Sermão de Santo Agostinho, prégado na Real Egreja de S. Vicente de Fóra, de Lisboa*, Lisboa, 1843.

Paes (*Antonio Marques de Fragoso*). Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra. Era natural da Covilhã, sendo filho de Francisco Rodrigues Zacharias. Doutorou-se em 24 de julho de 1825

Paes (*Fr. Balthazar*). Religioso da ordem da Santissima Trindade. N. em Lisboa, sendo baptisado na egreja do Loreto a 6 de janeiro de 1571, fal. no seu convento de Lisboa a 13 de março de 1638. Era filho de Gaspar Paes e de Auta Rodrigues da Cunha. Aos 15 annos de edade assentou praça de soldado, e embarcando na poderosa armada que Filippe II mandou a In-

glaterra em 1588, conhecida na historia pela *Armada Invencivel*, a qual naufragou, tomou um tal medo á vida militar que resolveu seguir a vida claustral, e aos 19 annos entrou na ordem da Trindade, professando no convento de Lisboa a 20 de maio de 1590. Estudou Theologia na Universidade de Coimbra, em que se doutorou. Filippe III lhe offereceu o logar de lente de Escriptura, que não acceitou; foi, porém, seu prégador, em que se tornou muito apreciado. Exerceu os cargos de reitor do collegio de Coimbra, ministro no convento de Santarem, provincial, sendo eleito em 1620, examinador do padroado real, protonotario apostolico, juiz apostolico do tribunal da Legacia, e recusou-se a acceitar a mitra de Ceuta, que lhe foi offerecida por Filippe III. Deixou publicados muitos *Sermões* e *Commentarios* em latim, á *Epistola de S. Thiago*, ao *Cantico de Moysés*, ao *Cantico de Ezequias*, e ao de *Izaias*.

Paes *(Bento)*. Vigario provincial da ordem de S. João de Deus, que nos meados do seculo XVII escreveu uma *Relação da vida de Antão Martins, converso da ordem de S. João de Deus, escripta em 15 de março de 1645.*

Paes *(Fernando)*. Doutor e lente da Universidade de Coimbra, e desembargador dos aggravos da Casa da Supplicação. Viveu no seculo XVI. N. em Lisboa, e fal. entre os annos de 1574 e 1578. Foi lente da Universidade em 1556, e reitor da egreja de Santa Maria de Montemór-o Novo. Deixou impressas algumas obras em latim.

Paes *(P. Gaspar)*. Jesuita. N. na Covilhã em 1593. Partiu para o Oriente, e professou em Gôa, a 23 de novembro de 1607. Destinando-se ás missões, saiu de Gôa em 1623, e depois de percorrer diversos pontos, esteve na Ethiopia, onde foi morto a 25 de abril de 1635. D'elle existem algumas cartas, que fôram traduzidas em francez e em italiano, nas quaes dava conta dos seus trabalhos de missionario.

Paes *(D. Gualdim)*. Mestre da ordem do Templo em Portugal, cavalleiro que se tornou notavel pela sua bravura e intrepidez nas guerras das cruzadas. N. em 1118, anno em que se fundou em Jerusalem a ordem dos Templarios, de que depois viria a ser um dos seus mais proeminentes vultos. Teve por berço a villa de Amares, então *Marecos* ou *Marrecos*, que foi o seu primitivo nome, e fica situada nas proximidades de Braga. Fal. em Thomar a 13 de outubro de 1195. Era filho de paes illustres, Paio Ramires e D. Goutrade; companheiro de D. Affonso Henriques, com quem fôra criado, e de quem era grande amigo. O novo guerreiro, animado pelo irresistivel impulso da sua vocação militar, tomou parte nas luctas cruentas e continuas que D. Affonso Henriques travava contra os moiros, tornando se notavel pelos seus valorosos feitos d'armas. Assistiu á batalha de Campo d'Ourique, em 25 de julho de 1139, o n'esse dia D. Affonso Henriques o armou cavalleiro, honra que n'aquella epoca, era a suprema aspiração e a mais valiosa dadiva que se podia fazer a um guerreiro. Investido n'esta elevada dignidade, Gualdim Paes sentiu lavrar com vehemente intensidade em seu peito a ardente flamma do amor da patria, e enlevado pelo desejo do triumpho completo da cruz contra os infieis, tomou a cruz vermelha dos cruzados, e partiu para a Palestina, precisamente na epoca em que a ordem dos Templarios começava a florescer e a fortificar-se entre nós. O valente templario, não só enaltecia o nome portuguez n'aquellas arredadas plagas do Oriente, no curto espaço de cinco annos em que esteve ali, como de batalha em batalha, de conquista em conquista, fez campear triumphante o estandarte christão, já tomando Ascalona, já dando altas provas de valor nos famosos cêrcos da Antiochia. Cada peleja que se feria contra os infieis ao lado do grande mestre, nos vastos dominios dos soldões do Egypto e da Syria, era para os nossos entrepidos cavalleiros um rasgo do mais pasmoso heroismo, em prol do balsão do Templo. Voltando a Portugal, foi logo feito commendador ou mestre da casa que os templarios possuiam em Braga. D. Affonso I o fez commendador de Cintra em 1152, dando-lhe ali casas e fazendas. Em 1157 foi elevado a mestre absoluto da ordem do Templo em Portugal. A maior parte dos nossos escriptores nomeiam D. Gualdim Paes o primeiro mestre da

D. Gualdim Paes

ordem do Templo, porém o erudito investigador de antiguidades Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo afasta-se d'essa opinião, porque, fundado em documentos existentes no cartorio de Thomar, nos assegura que os antecessores de D. Gualdim, 6.º mestre, com os titulos de *magister*, *preceptor* ou *procurador*, fôram: 1.º D. Guilherme Ricardo, antes de 1128; 2.º D. Raymundo Bernardo, em 1128; 3.º D. Pedro Froilaz, em 1140; 4.º D. Hugo do Martonio, em 1143; 5.º D. Pedro Arnaldo, em 1157. Logo no começo do seu mestrado teve de sustentar a celebre questão do *ecclesiastico de Santarem*, levantada por D. Gilberto, arcebispo de Lisboa. D. Affonso Henriques doára á ordem dos Templarios uns amplos terrenos em torno de Santarem, por voto que fizera quando tomou esta cidade. D. Gilberto, porém, contestava o direito do monarcha em fazer esta doação, pelo facto dos Templarios o terem auxiliado n'aquella conquista. Allegava que o rei não podia doar aquelles rendimentos por serem pertenças do bispado de Lisboa, que pouco depois era tomada, e creado de novo o bispado.

Esta questão durava havia já 18 annos, quando os Templarios cederam, ficando Santarem só com direito á egreja de S. Thiago, e dando-lhes o rei o vastissimo territorio de Ceras, onde Gualdim Paes fundou casa propria para albergar a sua milicia. Lançando então as suas vistas em procura d'um centro principal de defeza e de operações estrategicas, lembrou-se de reconstruir o velho *Castrum* de Ceras, ou de *Nullius* de Ceras, mas desistiu d'esse intento por não vêr n'elle uma forte posição defensiva. No entanto aquella idéa não o abandonou, e em 1 de março de 1160 lançou os primeiros fundamentos do castello de Thomar no mais alcantilado do monte, á parte occidental do convento sobre a margem direita do rio, ao passo que para estabelecer a séde principal da sua ordem em Portugal, que até então parece ter sido em Braga, passou a reedificar, segundo o modelo oriental, a egreja dos monges benedictinos, sob a invocação de Santa Maria dos Olivaes, ou do Olival, uma das mais venerandas reliquias architectonicas dos primordiaes tempos da monarchia portugueza. Ao mesmo tempo começou a fundar uma povoação a que deu o nome de *Rio de Thomar*, e ao rio o de uma cidade celebre que seculos antes florescera na outra margem do rio, no tempo do dominio dos romanos, e ainda dos visigodos. Era a cidade de *Nabancia*, e o rio, que hoje tem o nome de *Nabão*. Dois annos depois, tendo tomado grande incremento a população da nova cidade de Thomar, que assim a denominou Gualdim Paes, este lhe deu foral em 1162, concedendo muitos privilegios, isenções e regalias, poderes de que estava revestido pelas concessões que D. Affonso Henriques lhe fizera, além das que obteve do governo da rainha D. Thereza, sendo depois este foral ampliado em 1174. Gualdim Paes, comtudo, não se contentou com a fundação de Thomar; ergueu das ruinas em que jaziam os castellos de Monsanto, Almourol, Zezere e Idanha, e deu foral a Pombal, Redinha, e a outras terras. D. Affonso Henriques, que pertencia tambem á ordem dos Templarios, tinha uma tão alta consideração pelo seu irmão d'armas, que o encarregou em setembro de 1169, estando em Alafões, de conquistar a extensissima provincia do Alemtejo, doando á ordem a terça parte das terras conquistadas além Tejo. Esta honra que o primeiro rei portuguez conferiu ao denodado cavalleiro e aos seus companheiros, soube-a Gualdim Paes merecer, expulsando dos seus dominios os temiveis e encarniçados infieis. N'aquellas eras nefastas, prodigas em temerosas guerras em que o sangue corria a jorros engrossando os rios, e o incendio destruia povoações inteiras, tempo de exterminio barbaro e de terror, as terras portuguezas eram a cada passo assaltadas em toda a parte por invasões inimigas. A derrota que as forças musulmanas haviam soffrido na tomada de Santarem e na de Silves, onde se distinguiu a esquadra de cruzados, que interveiu em nosso auxilio, exacerbou o inimigo tão profundamente, que Yacub, imperador de Marrocos, congregando novas forças, invadiu as fronteiras do reino com um numeroso exercito, que se compunha de 40:000 cavalleiros e 50:000 homens de pé. Em todos os castellos os alcaides estavam a postos para a lucta, que deveria ser tremenda, recolhendo os habitantes dos campos, que iam ali buscar refugio. O Emir Yacub, vendo-se obrigado a abandonar a praça de Silves pela invencivel resistencia dos nossos, retomou as terras que possuiamos ao sul do Tejo, com excepção de Evora, e foi assentar arraiaes fóra do castello inexpugnavel dos valentes Templarios. O cêrco durou seis dias, sem que o feroz imperador pudesse obter a mais pequena vantagem offensiva. Gualdim Paes não era homem que desanimasse, nem que o atemorisasse a grande columna de forças combatentes, de que os infieis dispunham. A toda a parte corria levando a palavra animadora e incitante, de clava em punho, desbastando os troços de musulmanos que via mais proximos, com um sangue frio e uma coragem admiraveis. Mas um caso inesperado sobreveiu, quasi providencial se poderia chamar, que salvou os denodados campeões d'aquella lucta titanica. Um microbio, o *hematozoario*, que mais tarde foi estudado por Lanerau, que lhe deu o nome, começou a devastar desapiedadamente o campo inimigo, obrigando o imperador a levantar inopinadamente o cêrco e a fugir para Sevilha. Ainda hoje a uma das portas do castello de Thomar se dá o nome de *Porta de sangue*, em rememoração da sanguinolenta lucta sustentada pelos Templarios contra os musulmanos. Este memoravel triumpho, alcançado em 11 de julho de 1190, immortalisou Gualdim Paes, e deu á historia do castello e da ordem do Templo uma pagina gloriosa. Como a cidade de Thomar tivesse ficado arrasada, Gualdim Paes começou a reedifical-a, a que pouco sobreviveu, deixando-a, comtudo, com tão poderoso incremento, que seculo e meio depois contava 8:000 habitantes. Gualdim Paes falleceu no invencivel castello que fundou, sendo sepultado na egreja de Santa Maria dos Olivaes, que elle tambem fundara. Ha annos, devido a investigações minuciosas e incansaveis de Vieira Guimarães e Manuel Henriques Pinto, director da Escola Industrial de Thomar, descobriu-se o epitaphio do tumulo de Gualdim Paes, ainda perfeitamente nitido, que veiu provar indubitavelmente onde dormem as cinzas do mestre dos Templarios. O epitaphio é em latim, cuja traducção é a seguinte: *Falleceu o irmão Gualdim, mestre dos cavalleiros do Templo em Portugal aos 13 de outubro de 1195. Este, com muitos cavalleiros, povoou o castello de Thomar. Descance em paz, Amen.* Esta inscripção vê-se bem que foi feita na epoca da construcção do tumulo que encerrou durante quatro seculos os despojos de tão illustre varão, pela cruz da ordem que se via ainda nitidamente ao alto, pela era de Cesar e talvez tambem pelo latim em que está escripto. Em 1895 pensou-se em celebrar o 7.º centenario da morte do valoroso mestre da ordem dos Templarios. Convocou se uma grande reunião para se levar a effeito tão patriotica idéa, e nomeou-se uma commissão para tratar dos trabalhos d'uma festa nacional, e de toda a parte se começou a receber adhesões enthusiasticas. Foi no dia 13 de outubro do referido anno de 1895 que se realisaram os festejos em Thomar, resolvendo-se erigir n'essa cidade um monumento commemorativo com a estatua d'esse grandioso vulto, que tanto engrandeceu a sua patria.

Paes *(P. Leonardo)*. Presbytero secular, licenceado em Canones pela Universidade de Coimbra, e vigario da egreja de S. Thomé, de Gôa. N. na aldeia de Gandaulin, nos suburbios

d'esta cidade, a 17 de fevereiro de 1662, e fal. a 11 de março de 1715, sendo filho de Bartholomeu Paes e de Paula da Cunha. Segundo elle declarou descendia dos reis de Sirgapor. Foi tambem protonotario apostolico. Escreveu: *Promptuario das definições indicas, deduzido de varios chronistas da India, graves autores, e das historias gentilicas*, Lisboa, 1713.

Paes *(Manuel)*. Artilheiro e ajudante da fortaleza de S. Julião da Barra. Era natural de Lisboa, mas desconhecem-se as datas do nascimento e fallecimento. Escreveu: *Compendio da arte de Artilharia, que deve saber todo o artilheiro para obrar com acerto n'este exercicio; tirado de autores que escreveram e professaram a mesma arte*, Lisboa, 1703. Tem uma estampa gravada das armas do reino e um mappa dos differentes calibres de peças.

Paes *(P. Miguel)*. Jesuita. N. em Lamego em 1591. Embarcando para o Oriente, entrou aos 15 annos na Companhia de Jesus, na cidade de Gôa, em 1606. Empregando-se nas missões da Ethiopia, ahi morreu em 1627. Escreveu uma *Carta da missão da Ethiopia ao P. Geral, escripta em Gôa a 18 de fevereiro de 1620*, publicada, com outras do mesmo genero, em Napoles, 1621.

Paes *(Miguel Carlos Correia)*. Tenente-coronel do estado-maior de engenheiros, ao serviço do ministerio das obras publicas. N. em 1825, fal. a 17 de março de 1888. Destinando-se á carreira das armas seguiu os cursos superiores para a engenharia. Assentou praça em 6 de novembro de 1842, aos 17 annos de edade, sendo promovido a alferes a 29 de abril de 1851, a tenente em 15 de janeiro de 1857, a capitão em 19 de agosto de 1868, a major em 8 de julho de 1880, e a tenente-coronel em 6 de junho de 1883. Exerceu as funcções de chefe do movimento nas linhas ferreas do Sul e Sueste, e desempenhou outras commissões de serviço publico. Era condecorado com o grau de cavalleiro da ordem de Aviz. Miguel Paes era um homem do futuro, tinha o arrojo das grandes empresas. As suas vistas iam longe, iam além do limite dos espiritos vulgares, de que resultava chamarem-lhe utopista, classificação com que elle se não incommodava, e a que allude na *Advertencia* da sua obra *Melhoramentos de Lisboa e seu porto*, quando diz, alludindo aos melhoramentos de Lisboa: «Apezar de muitas pessoas os terem considerado como *utopistas* e classificado o seu autor de *louco e visionario*, declaro desassombradamente que, se de alguma cousa tenho a arrepender-me, é de os não ter apresentado com a grandiosa concepção com que primitivamente os delineei.» Esta obra em que elle reuniu tudo quanto havia publicado na imprensa diaria, principalmente no *Diario de Noticias*, representa o muito estudo e trabalho, grande parte dos quaes tem sido aproveitados nos melhoramentos feitos na capital. Quantos projectos gigantescos não fôram concebidos pelo notavel engenheiro, e se encontram estudados na sua obra. Mencionaremos alguns dos seus projectos: Tunnel entre o largo do Pelourinho e o largo do Corpo Santo, estudado por uma commissão nomeada pelo ministro das obras publicas em 1871, e sobre os qual fez varias considerações ampliando o projecto; viaducto metallico entre o largo do Caldas e o Chiado na extensão de 330 metros, atravessando por sobre as edificações da cidade baixa; a avenida do palacio legislativo, entre a rua de S. Roque e o largo de S. Bento, na extensão de 800 metros com um viaducto metallico por sobre a rua de S. Bento a entestar com o palacio das Côrtes; tunnel entre a rua de S. Vicente á Guia e a rua de Santo Antão, grande viaducto metallico entre o monte da Graça e o monte da Estrella; linha de tunneis entre o largo do Intendente e a rua de S. Bento; mercados de Lisboa, etc. Entre os melhoramentos de Lisboa não esqueceu a Miguel Paes as obras do porto, esse grande problema que tanto custou a resolver, e em que se pensou ha mais d'um seculo. O segundo volume da sua obra é especialmente dedicado a este assumpto, apresentando todos os projectos que se haviam elaborado, incluindo um seu. Quando Miguel Paes se occupava d'estas questões que lhe deviam consumir muito tempo e estudo, tinha a seu cargo a direcção technica dos caminhos de ferro do Sul e Sueste, encargo que para elle mereceia todas as attenções. A sua actividade e intelligencia na direcção d'aquella linha, ficaram bem provadas nas obras que deixou, devidas á sua iniciativa e zelo, muito especialmente na organisação das officinas, onde conseguiu que se fizessem trabalhos em perfeita competencia com os estrangeiros, em qualidade e custo, como o provou n'um opusculo, que parece ter sido a ultima obra que publicou. Reservava como uma gloria sua a construcção da estação do Barreiro, porque aquella obra foi por muito tempo julgada impossivel de fazer, pela falta de fundamentos solidos para os alicerces, opinião de que partilhavam até alguns engenheiros estrangeiros. Miguel Paes, porém, com a energia e o talento que tanto o distinguia, conseguiu vencer as difficuldades materiaes que se apresentavam, e lá levantou um edificio elegante e solido, que é deveras um monumento honroso para o seu autor. Era tambem do distincto engenheiro a idéa de ligar as duas margens do rio Tejo por uma grande ponte em frente de Lisboa. Quando falleceu, todos os jornaes de Lisboa dedicaram saudosos artigos á sua memoria. Miguel Paes era um fanatico pelos progressos da capital do reino, sendo esse o seu sonho de todos os dias. Morreu sem ter visto concluidas as obras do porto de Lisboa e a Avenida da Liberdade, os melhoramentos que tinha projectado, sem ter visto iniciar-se a colossal construcção da ponte sobre o Tejo, do todos os seus sonhos o mais querido. Bibliographia: *Melhoramentos de Lisboa e seu porto*, Lisboa, 1883-1884; 1.º vol. acompanhado d'uma carta desdobravel da cidade de Lisboa, reduzida da que foi levantada na escala de 1 por 1000 em 1856 e 1857, sob a direcção de Filippe Folque, etc.; vol. II, com 1 estampa dos caminhos de ferro do Sul e Sueste no Barreiro, e uma planta desdobravel do rio Tejo e suas margens, entre os portos da Cruz da Pedra e a ribeira de Algés. Na advertencia no vol. I, diz o seu autor: «Esta obra contém: a parte do estudo geral, publicada desde 22 de fevereiro de 1880 até 31 de dezembro de 1881, nos 125 folhetins do *Diario de Noticias*, com os titulos: *Local para o edificio do correio* e *Melhoramentos de Lisboa e seu porto*; muitos artigos subsequentes e o complemento do mesmo estudo que não chegou a publicar-se, tudo ampliado e annotado até o limite em que a respectiva im-

pressão o permittiu.» No vol. II adverte o autor: «A impressão d'este volume começou em 1883, antes, pois, da commissão nomeada em março d'esse anno, apresentar o seu parecer, o que só teve logar em 6 de março de 1884, quando as primeiras folhas já estavam impressas; portanto, n'essa epoca era o *Plano geral das obras para o melhoramento do porto de Lisboa*, elaborado pela commissão de 1871 o mais completo, e que se podia tomar como base dos ditos melhoramentos; actualmente, porém, já se não póde dizer o mesmo, porque o parecer da commissão de 1883 é, inquestionavelmente, superior, e é elle que presentemente póde ser considerado como typo.» A carta de Lisboa, adjunta a este volume, contém a parte hydrographica da bacia do Tejo entre o Beato e a Torre de Belem, elaborada pela commissão de 1883, projecto grandioso que devia transformar o porto de Lisboa, n'um dos primeiros portos do mundo. Publicou mais: *Melhoramentos de Lisboa*; *Engrandecimento da Avenida da Liberdade*, 1.º e 2.º opusculos, 1886, e o 3.º em 1887.

Paes (*Rosa*). Artista dramatica. N. em 12 de junho de 1880. Começou ainda muito creança a representar em sociedades de amadores dramaticos, estreando-se como actriz em 13 de abril de 1895, no theatro da Trindade, na peça phantastica *A Fada do amor*. Mostrando logo grandes aptidões para a scena, conservou-se algum tempo n'aquelle theatro, entrando em muitas comedias, operetas, e revistas do anno, conseguindo sempre os applausos do publico salientando-se nas operetas *Noite e dia*, *Solar dos Barrigas*, *Principe Rubim*, *Sinos de Corneville*, *Boccacio*, *Hotel da barafunda*, e na revista de Sousa Bastos, *Tim tim por tim tim*. Ha alguns annos que se retirou do theatro.

Paes (*Sidónio Bernardino Cardoso da Silva*). Doutor em Mathematica pela Universidade de Coimbra, lente e secretario da mesma faculdade. E' natural de Caminha, sendo filho de Sidónio Alberto Marrocos Paes. Doutorou-se em 24 de julho de 1898. Publicou n'este anno, em Coimbra: *Series de numeros*.

Paes Abranches (*Joaquim*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado, administrador de varios concelhos, governador civil dos districtos: Guarda, Vizeu e Braga, do conselho de Sua Majestade, director e secretario da camara dos deputados, etc. Matriculou-se na Universidade de Coimbra em 1858 na faculdade de Direito, e em 1861 no curso de direito administrativo, o qual concluiu em 1863. Entrou na vida publica dois annos depois, sendo nomeado administrador do concelho de Mangualde, e a seguir do de Tondella, em que se conservou até 1870, sendo n'este anno encarregado de assumir o secretariado geral do districto de Vizeu. D'este logar foi exonerado a seu pedido em 1871. Mais tarde exerceu successivamente o cargo de governador civil nos districtos da Guarda, Vizeu e Braga. Filiado no partido progressista, tem sido deputado em diversas legislaturas, sendo eleito pelos circulos de Santa Comba Dão, Vizeu, Tondella e Moimenta da Beira. Durante as sessões legislativas de 1897, 1899 e 1900 foi secretario da camara, exercendo o logar de chefe de repartição na direcção geral das contribuições directas de 1888 a 1898, anno em que foi nomeado chefe da repartição do gabinete do ministro da fazenda. Fez parte do conselho de administração dos caminhos de ferro do Estado, desde a sua installação, cargo de que foi incumbido como empregado superior do ministerio da fazenda. Tem sido encarregado por varias vezes, pelos ministros do reino e da fazenda, de melindrosas e difficeis missões. E' um progressista zeloso e leal, acceitando unicamente, das mercês que lhe tem sido offerecidas, a carta de conselheiro em 1888, por serviços relevantes prestados, quando era governador civil de Vizeu. No anno de 1900 foi nomeado director e secretario geral da camara dos deputados, cargo em que se tem conservado.

Paes do Amaral (*Alexandre Ferreira Cabral*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, reitor da mesma Universidade, do conselho de Sua Majestade, ministro de Estado honorario, deputado, par do reino, etc. E' filho de Antonio Ferreira Cabral Paes do Amaral, fidalgo cavalleiro da Casa Real, e de D. Maria Candida Pereira de Vasconcellos de Sousa e Menezes. E' irmão do sr. conselheiro Antonio Cabral Paes do Amaral, a quem se refere o artigo seguinte, descendendo dos illustres fidalgos mencionados no mesmo artigo. O sr. conselheiro Alexandre Cabral tem sido deputado em varias legislaturas, eleito pelos circulos de Marco de Canavezes e Braga. Por decreto de 20 de janeiro de 1909 foi agraciado com a commenda e gran-cruz da ordem de Christo.

Paes do Amaral (*Antonio Ferreira Cabral*). Bacharel formado em Direito pela Universidade

Antonio Ferreira Cabral Paes do Amaral

de Coimbra, sub-director da Penitenciaria de Lisboa, deputado, ministro de estado, etc. N. em 15 de janeiro de 1863 na casa de Agrellos, freguezia de Santa Cruz do Douro, concelho de Baião. E' filho de Antonio Ferreira Cabral Paes do Amaral, fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão; 11.º senhor do solar da Torre de Campêllo, 10.º administrador do vinculo de Va-

labrigoso, 9.º do de Nossa Senhora da Ajuda de Campêllo, 8.º do das Quebradas, 3.º do dos Freitas, Campêllo em Baião e 4.º do da Caldeirôa em Guimarães, senhor das casas de Penaventosa e Agrellos e de sua mulher, D. Maria Candida Pereira de Vasconcellos de Sousa e Menezes. Por seu pae, procede o sr. dr. Antonio Cabral dos alcaides-móres e senhores de Belmonte e dos senhores da Torre de Aboim e Couto de Bandara, e por sua mãe dos senhores da Feira e da Ponte da Barca. Matriculando-se na Universidade, formou se em Direito no anno de 1886, e em janeiro de 1889 foi exercer as funcções de delegado do pro curador regio na comarca de Moncorvo, e em agosto d'esse anno foi nomeado sub-director da Penitenciaria Central de Lisboa, tendo obtido no concurso a primeira classificação. Filiando-se no partido progressista, foi eleito pela primeira vez deputado em 1897, pelo circulo de Angra do Heroismo, tendo sido reeleito nas seguintes legislaturas. Em 1905 fez parte do ministerio presidido pelo sr. conselheiro José Luciano de Castro, encarregando-se da pasta das obras publicas; o decreto da sua nomeação tem a data de 27 de dezembro do referido anno de 1905, exercendo depois as funcções de chefe do gabinete da presidencia. Em janeiro de 1909, no ministerio presidido pelo sr. conselheiro Campos Henriques, foi novamente ministro, gerindo a pasta da marinha.

Paes do Amaral (*Miguel*). Fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores, cavalleiro da ordem de Christo, e senhor da casa de Mangualde, mestre de campo dos auxiliares da comarca de Vizeu. Fal. a 29 d'agosto de 1747. Era filho de Simão Paes do Amaral, fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo, capitão-mór de Azurara da Beira, e de D. Leonor Maria de Castello Branco Albuquerque. Prestou muitos serviços na provincia do Alemtejo e na guerra da successão de Hespanha, nos reinos de Castella e principado da Catalunha, bem como em differentes pontos de Portugal, e especialmente nas praças d'Almeida, Penamacôr, Salvaterra e Segura. Casou com D. Maria Archangela de Castello Branco, filha e herdeira de Diogo Marques Ferrão de Castello Branco, e de sua mulher D. Juliana Cardoso Amaral.

Paes do Amaral (*Miguel*) Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, senhor de Abrunhosa e Villa Mendo, de que era donatario seu avô paterno, Miguel Paes do Amaral, em verificação de vida n'este senhorio; senhor da casa de Mangualde, commendador da ordem de Christo, condecorado com a medalha hespanhola pela batalha de Vitoria, em 21 de julho de 1813, e com a cruz das campanhas da Guerra Peninsular; tenente-coronel reformado de cavallaria, etc. N. a 6 de fevereiro de 1777, fal. a 22 de novembro de 1850. Era filho de Simão Paes do Amaral d'Almeida Quifel Barbarino, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, senhor de varios morgados, da casa de Mangualde, de Abrunhosa e de Villa Mendo, casado com D. Izabel Luiza d'Almeida e Vasconcellos Quifel Barbarino. Casou em 13 de maio de 1810 com D. Maria Joanna de Saldanha Oliveira e Daun, filha dos 1.os condes de Rio Maior, João Vicente de Saldanha Oliveira e Sousa Juzarte Figueira e D. Maria Amalia de Carvalho e Daun.

Paes Leme (*Pedro Taques de Almeida*). Sargento-mór no Brazil, e escriptor, que viveu no seculo XVIII. Escreveu: *Historia da capitania de S. Vicente, desde a sua fundação por Martim Affonso de Sousa, escripta em 1772.* Manuel Araujo de Portalegre, barão de Santo Angelo, descobriu n'um convento do Rio de Janeiro o original d'esta obra, em tal estado de ruina que não tardaria em ficar inutilisado. Elle o recolheu e fez inserir na *Revista trimensal do Instituto historico do Rio de Janeiro*, onde saiu no tomo II da 2.ª serie, pag. 138 a 178, continuado de pag. 293 a 327, e de pag. 445 a 475; *Nobiliarchia paulistana ou memoria das principaes familias de S. Paulo;* começou esta publicação na referida *Revista*, tomo XXXII, parte 1.ª; continuou em parte dos tomos XXXIII e XXXIV, e concluiu no tomo XXXV, parte 2.ª Na mão de D. Antonia R. de Carvalho, do Rio de Janeiro, existia o seguinte autographo, que esta senhora apresentou na exposição de historia no Brazil em 1881, e vem no catalogo, sob o n.º 5:537: *Informação sobre as minas de S. Paulo e dos sertões de sua capitania, desde o anno de 1587 até o presente de 1772*, com relação chronologica dos administradores d'ellas, regimentos, jurisdicção a ellas conferida e operações até ao anno de 1702, em que Sua Majestade creou ao paulista Garcia Rodrigues Paes em guarda-mór geral, que passou de propriedade a seu filho Pedro Dias Paes Leme (que actualmente mora no Rio de Janeiro), a qual ficou residindo nos governadores e capitães-generaes da mesma capitania, desde o primeiro que ella teve em Antonio de Sousa Botelho Mourão, S. Paulo, 13 de outubro de 1772. Escreveu mais: *Noticia historica da expulsão dos jesuitas do collegio de S. Paulo* (1640), etc.; saiu na *Revista do instituto historico*, já citado, serie II, tomo V, pag. 5; *Copia fiel do titulo de Taques Pompeu que fez Pedro Taques d'Almeida Paes Leme pelo anno de 1763*, etc.; saiu na mesma *Revista*, tomo XVIII, de 1855, pag. 190. Na exposição historica do Brazil tambem fôram expostos mais os dois seguintes manuscriptos: *Nobiliarchia braziliense*, ou collecção de todas as familias nobres do Brazil, de todas as suas capitanias, principalmente d'aquella de S. Paulo. Com a noticia certa d'onde são oriundas, mortes e jazigos. Extrahida dos manuscriptos de varias pessoas curiosas e fidedignas: e a maior parte das memorias do sargento-mór Pedro Taques de Almeida Leme... e d'ellas fiz esta collecção em Lisboa aos 5 de fevereiro do anno de 1792, etc.; *Genealogia* da nobilissima familia dos Arrudas, Botelhos e Sampaios, da cidade de S. Paulo e seu districto.

Paes de Mello (*Martinho*). Fidalgo, filho de Manuel Paes de Abreu, da casa dos Regalados, e de D. Sebastiana de Mendoza. N. em Lisboa e fal. 14 de junho de 1684. Foi familiar do Santo Officio e pertenceu ao senado da camara de Lisboa Escreveu: *Triumphos do amor divino*, Lisboa, 1627; *Amorosos pensamentos a Jesus*, Lisboa, 1629; *Amores de Jesus, com piedosos discursos e considerações*, Lisboa, 1674. Deixou manuscripta uma *Historia geral da provincia de Santa Cruz com a descripção d'aquelle estado*, etc.

Paes de Noronha (*D. Euphrosina*). Escriptora, que nasceu em Gôa no anno de 1790. Escreveu: *A fé triumphando na India portugueza;* é uma narração da solemne exposição do corpo de

S. Francisco Xavier, feita em Gôa a 3 de dezembro de 1859, e das maravilhas que Deus obrou n'esta occasião, pela intercessão do santo apostolo; saiu na *Nação*, n.º 3686; *Os milagres de S. Francisco Xavier, e a pastoral do governador do arcebispado de Gôa;* noticia do que se passou no dia 3 de dezembro de 1860, em que fôram authenticados pela autoridade ecclesiastica os milagres operados pela intercessão do thaumaturgo das Indias, emquanto o seu corpo esteve solemnemente exposto á veneração dos fieis, desde 3 de dezembro de 1859 até 8 de janeiro de 1860. Carta da autora a seu filho, o monsenhor D. Isidoro Caetano do Rosario e Noronha, publicada na *Nação* n.º 3952. V. n'este vol pag. 110.

Paes de Pina (*Diogo*). Medico do hospital de Todos os Santos, nomeado em 1614, e fallecido em 1678.

Paes Pinto (*P. João*). Bacharel formado em Theologia pela Universidade de Coimbra. N. em Silgueiros a 1 de janeiro de 1855. Tomou ordens de presbytero em 1877, tendo sido seu professor o bispo de Vizeu D. Antonio Alves Martins. Em 1879 foi encarregado pelo bispo-conde de Coimbra da direcção espiritual do convento de Santa Clara de Coimbra, cujo cargo exerceu até terminar a sua formatura, em 1883, residindo sempre no hospicio do mesmo convento. Durante a formatura fundou em Coimbra varias associações de beneficencia, taes como a conferencia de S. Vicente de Paulo, e presidiu a varias aggremiações religiosas, promovendo uma peregrinação de estudantes ao Sameiro. Depois de formado foi nomeado pelo arcebispo de Evora para professor e director espiritual do seu seminario, cujo logar exerceu até 1886, indo n'este anno, como abbade, para a freguezia de S. Nicolau, do Porto. Fez parte da commissão promotora de soccorros ás victimas sobreviventes do incendio do theatro Baquet, na ultima sessão d'essa magna commissão presidida pelo cardeal D. Americo, oppoz-se á applicação do montante da subscripção, manifestando os seus sentimentos liberaes e de egualdade fraternal, fazendo proposta sua, a que o presidente no fim da discussão pediu para a retirar, ao que elle não accedeu, apezar do pedido ser do seu bispo, dizendo que queria votação sobre ella. Movido pelos sentimentos patrioticos, quando foi do *ultimatum* inglez, em janeiro de 1890, apresentou-se nos comicios e reuniões; elle proprio promoveu varios comicios, assumindo a sua responsabilidade, filiando-se definitivamente no partido republicano. Rebentando a revolução do Porto de 31 de janeiro de 1891, n'ella se envolveu, e, respondendo a conselho de guerra, ficou absolvido. No julgamento confessou que escrevera differentes artigos no jornal *Republica portugueza*, e que presidira ao club republicano *Bessa de Carvalho*. Declarou, porém, que no dia da revolta estava por acaso na praça de D. Pedro, tendo saido de casa para tratar de assumptos relativos ao seu mister sacerdotal. Durante a sua estada no Porto, o dr. Paes Pinto gozou sempre as melhores sympathias do bispo e dos seus parochianos. De combinação com o governador civil, requereu a egreja de Cabanas, para onde se retirou em junho de 1892. Em 1906 esteve em Lisboa a tratar-se d'uma grave enfermidade e voltando para a sua freguezia, fal. ha pouco tempo.

Paes Ribeira (*D. Maria*). Mulher de nobre nascimento, que foi amante d'el-rei D. Sancho I e de quem teve alguns filhos. Era natural de Villa do Conde. D. Sancho I falleceu em Coimbra em 1211, e D. Maria Paes Ribeira saiu immediatamente d'aquella cidade para Villa do Conde, terra, que bem como outras, lhe havia sido dada pelo seu real amante, com a condição de não casar. Indo muito anojada e cheia de dôr, em companhia d'um irmão seu, D. Martim Paes Ribeira, deu-se o caso d'um neto de D. Egas Moniz, chamado Gomes Lourenço Viegas, a assaltar no caminho e a tomar por força, deixando o irmão mal ferido, por se ter querido oppôr a este rapto. Seguiu o roubador o caminho do reino de Leão, e ahi esteve a salvo de perseguições em companhia da sua adorada prêsa. Acabou a dama por corresponder ao seu affecto; e tanto que, sendo já passado algum tempo, induziu o cavalleiro a que voltasse a Portugal, porque, intercedendo ella, tudo acabaria em bem, e haveria perdão do rei. Vieram ambos a Castello Rodrigo, onde estava então D. Affonso II, successor do reino. Apenas ella se viu, porém, na presença do monarcha, deitou-se-lhe aos pés, e entre lagrimas pediu-lhe, não o perdão do amante, que estava presente, mas a sua condemnação e a sua morte pela força e deshonra que lhe fizera. O cavalleiro foi condemnado á morte. D. Maria Paes Ribeira casou mais tarde com João Fernandes de Lima, fidalgo da Galliza, senhor d'uma grande casa. Sobre este assumpto escreveu o fallecido poeta João de Lemos um conto, que foi publicado no jornal *O Prisma*, de que extrahiu depois um drama em 4 actos, que se representou em 1845 em Coimbra no theatro academico de S. Paulo, sendo desempenhado pelos estudantes socios da Nova Academia Dramatica.

Paes de Sampaio (*José*). Nasceu em Silgueiros, districto de Vizeu, a 12 de abril de 1824, fal. no Porto a 23 de fevereiro de 1874. Seguiu a carreira maritima, que deixou para se entregar á industria e ao commercio. Foi chefe da secção de seguros de vidas no Banco União do Porto, dono d'uma padaria e d'uma fabrica de tabacos. Escreveu: *Os meus queixumes*, Porto, 1853; *Os quatro sargentos da Rochella, por Clémence Robert*, traducção, Porto, 1854.

Paes da Silva (*Joaquim José*). Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, lente jubilado, etc. N. na freguezia de Correllos, no bispado de Vizeu, em 1 de julho de 1796, fal. em Coimbra a 15 de janeiro de 1874. Era filho de José Joaquim Paes da Silva, e de sua mulher, D. Maria Joaquina Paes do Amaral. Doutorou-se a 8 de junho de 1818. Foi collegial do collegio de S. Paulo, de Coimbra, desde 1825 a 1830, e entrando no magisterio, foi lente desde 1830 até 1834, sendo um dos lentes que n'este anno fôram demittidos por circumstancias politicas. Em 1843 tornou a ser admittido, e desde então nunca deixou de leccionar, até que se jubilou a 17 de outubro de 1863. Exerceu tambem o cargo de provedor da Misericordia de Coimbra, á qual prestou serviços importantissimos, principalmente como jurisconsulto, porque lhe fez ganhar um litigio valioso ácêrca da herança de Amaro Coutinho Pereira, que lhe era disputada por Joaquim Antonio Teixeira Barbosa. A Misericordia, agradecida por tantos e tão valiosos serviços, mandou

collocar na sua sala nobre o retrato a oleo do dr. Paes da Silva. Como o notavel jurisconsulto sempre se negasse a que lhe tirassem o retrato, e para que a Misericordia pudesse conseguir o seu intento, foi preciso que o artista incumbido d'esse trabalho estudasse bem a sua physionomia, sem que elle o soubesse, indo para esse fim encontrar-se disfarçadamente com elle nos passeios que frequentava, e particularmente no terreiro da Universidade. Foi tambem vogal da junta geral do districto de Coimbra, e na Universidade exerceu os cargos de conservador e de procurador geral da fazenda. Por decreto de 8 de agosto de 1850 foi nomeado membro da commissão encarregada de organisar o codigo civil. N'essa commissão trabalhou até ao fim, sendo um dos que receberam os agradecimentos da camara dos deputados, unanimemente votados na sessão nocturna de 22 de junho de 1867. Sobre este assumpto escreveu o dr. Paes da Silva um opusculo em 1859, com o titulo: *Observações sobre o projecto do codigo civil*, Coimbra, e outro em 1863: *Novas observações sobre o projecto do codigo civil.* Este ultimo valeu lhe um officio de louvor, com a data de 8 de abril do mesmo anno, do ministro da justiça Gaspar Pereira da Silva, participando-lhe que esse trabalho ia ser remettido ao administrador da imprensa da Universidade, para que se imprimisse á custa do Estado. Por decreto de 13 de novembro de 1866 foi agraciado com a carta de conselheiro. No *Conimbricense* de 17 de janeiro de 1874, publicou o fallecido jornalista Joaquim Martins de Carvalho um extenso artigo biographico, em que se lê este periodo: «Era um dos primeiros jurisconsultos portuguezes. De toda a parte do reino era consultado como oraculo da sciencia sobre numerosissimos e importantes processos que se intentavam. A sua autorisada opinião era tida na maior conta em todos os tribunaes.»

Paes da Silva Junior (*Joaquim José*). Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, e lente cathedratico aposentado. N. em Eiras, freguezia do concelho de Coimbra, a 25 de julho de 1832, fal. em Coimbra no mez de outubro de 1907. Era filho do notavel jurisconsulto, de quem falámos no artigo antecedente. Doutorou-se a 31 de julho de 1854, e foi despachado lente substituto extraordinario da sua faculdade em 21 de junho de 1858. Passou depois a lente cathedratico, e estava aposentado havia perto de 30 annos quando falleceu. Regeu durante muitos annos a cadeira de processos civis especiaes, summarissimos e executivos, processo commercial e crimiual e pratica judicial e extra-judicial. Era do conselho de Sua Majestade; foi collaborador e depois um dos redactores da *Revista de legislação e de jurisprudencia*, importante jornal que se publica em Coimbra desde 1 de maio de 1868. Pertenceu a varias commissões de serviço publico Desde 1851 até 1859 fez parte das mezas de exame de varias disciplinas do lyceu nacional de Coimbra. Em 1867 pertenceu á commissão especial junto do mesmo lyceu, creada para observar o andamento dos exames finaes e compôr um relatorio ácêrca do modo como os alumnos se apresentavam preparados, etc. Os serviços prestados por esta commissão constam do respectivo *Relatorio*, redigido por Joaquim Alves de Sousa, e impresso na typographia da Universidade em 1868. Fez egualmente parte d'uma commissão creada por decreto de 9 de agosto de 1866 para a reforma da administração dos campos do Mondêgo No desempenho dos seus trabalhos fez esta commissão importantes propostas, algumas das quaes fôram attendidas no decreto de 26 de dezembro de 1867 que regulou a legislação relativa ao regimen do rio Mondego, seus affluentes e vallas, e revogou em grande parte a lei de 12 de agosto de 1856, que não havia correspondido aos benevolos intuitos dos seus autores. Tambem o dr. Paes da Silva Junior pertenceu á commissão creada pela lei do 1.º de julho de 1867 para a extincção dos pantanos e arrozaes no districto de Coimbra. Exerceu o cargo de presidente no Instituto de Coimbra, e o de presidente da Sociedade Philantropico-Academica da mesma cidade O dr Paes da Silva Junior era conhecido pelas gerações pelo *Paes Novo*, para assim o differençarem de seu pae, *Paes Velho.* Escreveu: *Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas na faculdade de direito* Coimbra, 1854; o enunciado d'esta dissertação é o seguinte: *Legitimação dos filhos adulterinos feita por subsequente matrimonio, e seus effeitos*. O dr. Manuel d'Oliveira Chaves e Castro, lente jubilado da Universidade, sendo discipulo do dr. Paes da Silva Junior, tomou nota das suas prelecções oraes, e as reuniu n'um volume, que publicou com o seguinte titulo: *Apontamentos sobre alguns processos summarios, summarissimos e executivos e sobre o processo para a exigencia dos creditos hypothecarios, creado pela lei hypothecaria de 1 de julho de 1863, colhidos em notas tachygraphicas da explicação do excellentissimo senhor dr. Joaquim José Paes da Silva Junior ao curso do 5.º anno juridico de 1864 a 1865 pelo seu discipulo Manuel de Oliveira Chaves e Castro*, Coimbra, 1865.

Paes de Vasconcellos (*João*). Coronel de cavallaria, governador da provincia de Cabo Verde, commendador e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz. N a 22 de janeiro de 1839, fal. em 1895. Foi alumno do Real Collegio Militar, onde completou o curso, e assentou praça no regimento de cavallaria n.º 2, a 22 de junho de 1860, sendo logo reconhecido 1.º sargento aspirante. Cursou o 1.º anno da Escola Polytechnica, cujos exames fez no fim do anno lectivo. Matriculou-se então no 1.º anno do curso de cavallaria na Escola do Exercito, o qual concluiu no anno immediato. Foi promovido a alferes em 5 de dezembro de 1865, a tenente em 14 de fevereiro de 1872, a capitão n'este mesmo dia, do anno de 1877, a major em 11 de julho de 1888, a tenente-coronel a 3 de setembro de 1892 e a coronel a 12 de julho de 1894, commandando o regimento de cavallaria n.º 9. Esteve muitos annos em commissão no ministerio do reino, fazendo serviço na Guarda Municipal de Lisboa, no posto de capitão. Em 1881 foi nomeado governador da provincia de Cabo Verde, para onde partiu a 5 de julho d'esse anno, a bordo paquete da Mala Real Ingleza. Sendo major e tenente coronel, exerceu varias commissões de serviço. Pouco tempo antes do seu fallecimento foi collocado na inactividade por causa d'uma grave doença que o assaltou, e que o obrigou a recolher ao hospital, onde morreu.

Paes Velho (*Guilherme Joaquim*). Nasceu em

Lisboa, sendo baptisado na egreja de S. Nicolau a 20 de fevereiro de 1718. Era descendente directo e legitimo do infante D. Duarte, irmão d'el-rei D. João IV, e de sua mulher, D. Maria de Lara. Não se conhece a data do fallecimento, mas suppõe-se que morreu em Angola, para onde, segundo parece, o mandaram servir militarmente no tempo d'el rei D. José I. A familia real não sabia como havia de tratar este seu incommodo parente, cuja situação estava mal definida, que D. João V tratava n'um alvará, que lhe dirigiu, por D. Guilherme Joaquim Paes Velho de Menezes Bragança e Portugal, e que el rei D. José mandava para Angola com o fim de o afastar para longe da côrte. Escreveu: *Tratado do ponto da honra, em que toda a pessoa que n'elle deseja especialisar-se encontrará fundamentos para exercitar-se em tão nobre como antigo costume, de quem deseja acompanhar se com tão louvavel virtude, etc.*, traducção, Lisboa, 1744.

Paes Viegas (*Antonio*) Cavalleiro da ordem de Christo, commendador da commenda de Santa Maria da Caridade, em Evora, alcaide mór de Barcellos, secretario d'el rei D. João IV, etc. N. no logar de Manjões, e fal. em Lisboa no anno de 1650. Era filho de Sezinando de Freitas Freire. Professou na ordem de Christo, e o duque de Bragança D. João o escolheu para seu secretario, consultando-o sempre nos assumptos mais importantes que tinha de resolver. Foi um d'elles a acceitação ou a rejeição da corôa de Portugal. Imaginavam os fidalgos que andavam conspirando, que era Antonio Paes Viegas quem mais influia para que D. João hesitasse em acceitar a corôa que lhe offereciam. Enganavam-se. Quando o duque, forçado a tomar um resolução definitiva, consultou o seu secretario, e este, em vez de lhe responder, perguntou-lhe que partido tencionava tomar, se a revolução rebentasse, o da Hespanha, ou o da patria, D. João redarguiu, que o da patria. Ao que Paes Viegas, replicou, que n'esse caso mais valia combater com a corôa na cabeça. Subindo ao throno o duque de Bragança, Antonio Paes Viegas continuou a desempenhar o cargo relativamente modesto de seu secretario. Escreveu a seguinte obra: *Manifesto do reino de Portugal, no qual se declara o direito, as causas e o modo que teve para eximir se da obediencia d'Elrei de Castella, e tomar a voz do Serenissimo D. João IV do nome, e XVIII entre os reis verdadeiros d'este reino*, Lisboa, 1641. No rosto traz um escudo das armas do reino, gravado a buril pelo artista portuguez Agostinho Soares Floriano. Dizem que ha uma traducção d'este *Manifesto* na lingua hollandeza, impressa em Amsterdam, por *C. F. natural de Portugal*, de que se conserva um exemplar na livraria do *Museu Britanico*, o qual serviu aos redactores do *Popular*, jornal publicado em Londres em 1825, para a traducção que do mesmo *Manifesto* imprimiram no tomo II, pag. 3 e seguintes. Escreveu mais: *Relação dos successos que as armas da Majestade d'Elrei D. João IV tiveram nas terras de Castella no anno de 1644 até á victoria de Montijo*, Lisboa, 1644; *Relação dos successos que nas fronteiras do reino tiveram as armas d'el-rei D. João IV com as de Castella depois da jornada de Montijo até o fim do anno de 1644*, Lisboa, 1645. Estas obras de Paes Viegas sairam sem o seu nome; sómente o traz a seguinte, escripta em castelhano: *Principios del Reyno de Portugal, con la vida y hechos de Don Alfonso Henriques su primero rey, y con los principios de los otros Estados christianos de Hespana*, Lisboa, 1641.

Pafarrão. Pov. na freg. de Santa Eufemia, de Chancellaria, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Pagade. Pov. na freg. do Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Paganino (*Rodrigo*). Medico-cirurgião pela Escola Medico cirurgica de Lisboa, segundo official da secretaria do ministerio das obras publicas, sub-delegado de saude, escriptor, etc. N. em Lisboa a 2 de agosto de 1835, fal. em Carnide, no palacio do Sarmento, a 22 de setembro de 1863, contando apenas 28 annos de edade. Era filho de Rodrigo Botelho da Fonseca Paganino, official da secretaria de Estado dos negocios da Fazenda. Frequentou com distincção o curso da Escola Medica, e foi nomeado em 1857 sub-delegado technico do conselho de saude, em que prestou relevantes serviços por occasião da epidemia da febre amarella, sendo condecorado com o grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada, pela coragem e dedicação humanitaria que manifestara n'essa epoca dolorosa. A camara municipal de Lisboa tambem lhe conferiu a medalha, por ella instituida, commemorativa dos serviços prestados em tão afflictiva situação. Dedicando se a assumptos litterarios e jornalisticos, fundou em 1857, juntamente com F. de Sequeira Barreto, o *Jornal de Bellas Artes*, de que foi um dos principaes redactores; em 1859, com Ignacio Francisco da Silveira da Motta e Antonio Pedro de Carvalho, fundou o *Archivo Universal, revista hebdomadaria*. Este semanario terminou em 1861, formando 4 volumes. Ali publicou muitos artigos assignados com o seu nome e outros anonymos, até que uma enfermidade aguda e perigosa, de que estivera a ponto de ser victima em fins de 1860, o impossibilitou de proseguir activamente n'aquella redacção. N'esses artigos contam-se os seguintes: *A união iberica, por Xisto Camara, versão litteral;* saiu no vol. I, n.º 6 a 13; extrahindo-se tambem exemplares em opusculos separados: *A Instrucção e o Clero*, no mesmo vol., n.º 12 a 16 e 19; *Romance d'um sceptico da aldeia*, no mesmo vol., n.º 20 e 21; *A proposito da missa do dia*, idem, n.º 22 a 24; *Sobre a organisação do serviço medico em Lisboa*, idem, n.º 24; *Os domingos de fóra da terra*, idem, n.º 25 e 26; *Os retratos da familia*, no vol. II, n.º 3 a 4; *O guarda do cemiterio*, idem, n.º 7, 8, 12 e 17; *Uma noite de serviço*, idem, n.º 25; *Como se realisa um casamento*, no vol. III, n.º 9 a 11; *A guerra aos melodramas*, idem, n.º 14; *Os Infantes improvisados, comedia em 1 acto, traduzida do verso hespanhol para verso portuguez*, no vol. IV, pag. 308 a 320; tambem se publicou em separado. Attribuem se-lhe as *Revistas semanaes*, insertas na mesma revista, com o pseudonymo de *Pedro Botelho*. Ao mesmo tempo collaborava em varios jornaes diarios ou semanaes, satiricos, politicos ou litterarios, como o *Peneireiro*, *O Progresso*, *A Opinião*, *O Panorama*, *O Portuguez*, *A Illustração Luso-Brazileira*, *O Rigoleto*, *A Revista de Lisboa*, *Theatros e Assembléas*, *Figaro á Lisbonne*, *Asmodeu*, *Archivo Pittoresco*, etc. N'este ultimo semanario publicou umas traducções de

Chronicas do povo; na *Illustração Luso-Brazileira*, entre outros escriptos, um conto que era uma reminiscencia da sua valiosa campanha contra a febre amarella; no *Panorama*, artigos de critica litteraria, entre os quaes se conta o que escreveu ácêrca do drama de Antonio de Lacerda, *Fazer fortuna*. Traduziu dramas e comedias, que se representaram no theatro de D. Maria II, como o *Luxo*, em 4 actos, *A Sobrinha do celibatario*, *Recordações de viagem*, comedias em 1 acto, etc. Escreveu um drama em 4 actos, original, *Os dois irmãos*, que se representou no theatro de D. Maria II, com grande exito, em 1862, e n'esse mesmo anno se publicou. Na *Gazeta Medica de Lisboa*, vol. VI, anno de 1858, inscriu o seu *Relatorio apresentado ao Conselho de Saude Publica, na qualidade de sub-delegado technico e clinico do mesmo Conselho no bairro d'Alfama, por occasião da febre amarella*. Em 1861 publicou os *Contos do tio Joaquim*, parte dos quaes já haviam sido insertos no *Archivo Universal*. Este livro teve a maior acceitação, sendo considerado a sua corôa litteraria. Mais tarde, teve outra edição, feita pela casa editora Antonio Maria Pereira, e figura com o n.º 15, na sua collecção de romances, contos, etc. Rodrigo Paganino, em 1862, foi ao concurso para segundo official do ministerio das obras publicas, e saiu despachado. A sua saude, cada vez mais debil, não lhe permittia continuar unicamente para viver com a sua penna e a sua clinica. Nada annunciava, porém, a sua morte proxima, e pelo contrario mostrava-se cada vez mais jovial, entrava com mais ardor nas pugnas litterarias e politicas, era um dos mais pontuaes convivas de Alexandre Herculano nos seus jantares dos sabbados na Ajuda, quando de repente deixou de apparecer. Estava perdidamente namorado d'uma menina e tencionava casar com ella. Frequentava a casa da sua noiva um primo absolutamente insignificante, mas que de um dia para o outro enriquecera, por lhe ter saido a sorte grande da loteria da Misericordia. A familia da noiva costumava ir para o campo para os lados do Poço do Bispo. Um anno fôram mais cedo, e Paganino, indo despedir-se da noiva á estação do caminho de ferro, prometteu ir vêl-a no domingo seguinte, porém ella instou com elle para que só fôsse d'esse domingo a oito dias, dizendo-lhe ser segredo e uma surpreza o motivo d'esse addiamento da sua visita. Paganino não insistiu, e foi no domingo indicado, e dizendo-lhe em casa que as senhoras tinham ido para a egreja, ali se dirigiu, e com a maior surpreza viu o casamento da sua noiva com o primo, a quem beneficiara a sorte grande da loteria. Rodrigo Paganino, no primeiro instante, sentiu faltar lhe a terra debaixo dos pés, um sabor sanguineo na bocca, e como faiscas chispando-lhe deante dos olhos Depois soltou uma gargalhada sêcca, nervosa, estridula, gargalhada de ironia mortal, e nunca mais, senão muito de leve, e aos seus mais intimos amigos, falou d'aquella mulher, e no fim de quatro mezes falleceu em Carnide, onde fôra procurar allivios á sua enfermidade. Esta scena tragica é contada pelo seu intimo amigo, o escriptor e poeta Bulhão Pato, no seu livro *Sob os cyprestes*.

Pagáre. Pov. e séde da circumscripção do Buzi na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está comprehendida na concessão territorial da Companhia colonial do Buzi.

Pagem. Moço nobre collocado junto d'um senhor feudal para aprender o mister das armas. || *Pagem da lança*. Moço nobre que acompanhava o rei ou pessoa de gerarchia, e que na guerra levava a espada, a lança e o escudo do amo. A origem dos *pagens* é incerta e parece que este nome começou por designar um creado de condição inferior. Os primeiros pagens eram simples villões, addidos ao serviço da cozinha, da cavallariça ou do canil Os *pagens do rei* appareceram com o rei de França, Luiz IX (S. Luiz), e é no seculo XIV que os pagens fôram escolhidos d'entre os moços da nobreza. Parece que o uso dos pagens em Portugal data de D Affonso III que, sendo conde de Bolonha, em França, de lá trouxera o uso para a sua côrte, quando rei de Portugal. A instituição dos pagens caducou em Portugal, existindo ainda uma reminiscencia no cargo honorifico de moço-fidalgo. V. *Fidalgo*.

Pagrane. Localidade da Africa Oriental em Moçambique.

Pagulani. Terras da Africa Oriental, distr. de Inhambane.

Pahuino. Pov. da Africa Occidental, nas margens do rio Ogooé.

Paiã *(Casal da)*. Na freg. de N. S.ª da Consolação, de Alvados, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Lourenço, de Carnide, 3.º bairro de Lisboa. || Pov. na freg. do Espirito Santo, de Monsanto, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Paiá. Medida de capacidade em Damão, equivalente a 3 póris das ilhas de Gôa.

Paialvo. V. *Payalvo*.

Paião. Logar e séde da freguezia do mesmo nome, da prov. do Douro, pertencente ao concelho e comarca da Figueira da Foz, districto e bispado de Coimbra. O logar, que se compõe de 153 fogos, dista da cidade da Figueira da Foz 12 k., communicando com esta pela estrada real n.º 58, e é um dos mais importantes, senão o mais importante do concelho. E' séde d'um partido medico municipal e d'um districto de Juizo do Paz; tem um notario privativo da freguezia e da freguezia de Lavos, que com aquella confina; tem duas escolas publicas, uma de cada sexo, duas pharmacias, um theatro, correspondentes de varios Bancos e casas bancarias, agentes de differentes companhias de seguros, muitos estabelecimentos commerciaes, alguns dos quaes muito importantes, notavel commercio d'algibebes, uma fabrica de tijolo e uma de cortumes. Tem uma feira nos segundos domingos de cada mez, uma philarmonica, um hotel, um talho onde se vende, pelo menos, uma vez por semana carne de vacca, de carneiro e de porco, e uma estação postal, que recebe e expede encommendas postaes, servida pela ambulancia postal de Oeste e pela estação telegrapho-postal da Figueira, sendo d'ali e para ali conduzida a correspondencia n'uma diligencia, que serve tambem ao transporte de passageiros. Além d'esta diligencia ha ainda outra, ás segundas e quintas feiras, para a mesma cidade e de que se utilisam os povos das duas freguezias de Paião e Lavos. A freguezia de Paião, que tem por orago N. S.ª do O', é das ruraes a mais importante de todo o concelho. E' constituida por 33 logares, e tem 1:451 fogo com

6:571 bab., sendo 3:167 do sexo masculino e 3:404 do feminino. Confina do nascente com as freguezias da Vinha da Rainha e Samuel, do concelho de Soure; poente com a freguezia de Lavos; norte com a de Villa Verde, da qual se acha separada pelo rio Mondego; e do sul com a freguezia do Louriçal, pertencente ao concelho de Pombal, já na provincia da Extremadura. Do mappa organisado em 1888, na conformidade do art.º 108 do regulamento de 25 d'agosto de 1881, consta que a freguezia do Paião tem inscriptos na matriz predial predios com o rendimento collectavel de 66:136$990 réis. E' atravessada ao meio pelo caminho de ferro de Torres á Figueira (linha d'Oeste), ficando lhe ao centro a estação da Telhada e nos extremos, a alguns passos dos seus limites, mas fóra d'estes, as estações do

Egreja de Paião

Louriçal e Amieira, das quaes se utilisa. Tem, além das duas mencionadas escolas publicas no logar do Paião, mais quatro, tambem publicas, sendo duas, uma de cada sexo, no logar do Alqueidão, uma do sexo masculino no logar do Sobral, e outra do mesmo sexo no logar das Mattas. Esta ultima foi creada e dotada por um benemerito, nascido no mesmo logar e fallecido na cidade da Bahia, dos Estados Unidos do Brazil, em 8 d'abril de 1908, Manuel d'Oliveira Frazão, que, por testamento feito em 11 de fevereiro de 1903, deixou, para a escola e residencia do respectivo professor, uma excellente casa e quintal contiguo, que ha poucos annos tinha mandado construir para sua habitação e de sua familia, e mais 3:000$000 réis em ouro, moeda portugueza, para pagamento do ordenado ao professor.

Além da feira mensal que se faz no logar do Paião, tem ainda a freguezia uma outra em Ceiça, no ultimo domingo de cada mez. A freguezia do Paião formou com a de Lavos, até janeiro de 1854, o concelho de Lavos, extincto por decreto de 31 de dezembro de 1853, onde se perpetraram os grandes e numerosissimos crimes de que falam o conselheiro dr. Antonio Luiz de Sousa Henriques Secco nas suas *Memorias do tempo passado e presente para lição dos vindouros* e Joaquim Martins de Carvalho na sua obra *Os assassinos da Beira*. A freguezia pertencia ao padroado das freiras de Santa Clara de Coimbra, a quem competia a apresentação dos parochos, os quaes ainda hoje, por tal motivo, conservam o titulo de *vigario*, e foi creada em 1600, aproximadamente, sendo o seu primeiro parocho o licenceado Antonio da Costa, e havendo depois d'elle até ao actual 36 parochos. O templo, que actualmente serve de egreja parochial, é muito moderno, e o mais majestoso de todo o concelho, e foi edificado por iniciativa e pelo perseverante esforço do seu actual parocho conego vigario dr. José Casaleiro Pratas; começou a sua construcção em 2 de fevereiro de 1896 e foi inaugurado em 6 de janeiro de 1902. A primitiva egreja parochial, de que já não ha vestigios, foi edificada em 1601 com os materiaes d'um outro templo, chamado a *egreja velha*, situado no logar do Negrote, mas que não passava d'uma capella filial da freguezia de Lavos, da qual foi a do Paião desmembrada. Houve n'esta freguezia um importante mosteiro, ultimamente da ordem de Cistér ou de S. Bernardo, e a principio de S. Bento, no sitio denominado Ceiça, junto e ao norte do caminho de ferro de Torres á Figueira, entre as estações do Louriçal e Telhado. A historia da fundação d'este mosteiro e da elegante capella, que lhe fica proximo e ao poente, acha-se envolvida em piedosas e interessantissimas lendas, que pódem lêr se na *Chronica de Cister*, *Monarchia Lusitana*, *Historia Maulianense*, etc. O mosteiro de Ceiça foi começado a edificar por D. Affonso Henriques e concluido por seu filho D. Sancho I. Aquelle entregou-o aos religiosos do convento de Lorvão por escriptura lavrada em 1175 da era de Christo, sendo abbade d'aquella casa D. Payo Egas; e D. Sancho, depois de o concluir, entregou-o aos religiosos de Cistér, em 1 de março de 1195 da mesma era, por escriptura feita ao abbade d'Alcobaça, que então era D. Mendo. O mosteiro e respectiva egreja, edificado por D. Affonso Henriques e D. Sancho, foi demolido, e em 1600 edificado outro, em seu logar, de maiores dimensões e mais majestoso, que se achava em perfeito estado de conservação por occasião da extincção das ordens religiosas, e do qual hoje apenas existe uma pequena parte, e está em ruinas. A primitiva ermida foi edificada no anno de 850 da era de Christo por D. João, abbade de Lorvão, irmão d'el-rei D. Bermudo, o Diacono, filho bastardo de D. Fruela, irmão de D. Affonso, o Catholico, e foi reedificado por D. Affonso Henriques ou D. Sancho I por occasião da edificação do mosteiro; caiu em ruinas em 1590, e novamente foi reedificado em 1600, como se vê da data gravada na verga da porta principal. Acha se, ainda, em muito bom estado de conservação. A freguezia, antes da invasão do phyloxera, tinha uma opulenta producção vini-

cola, que exportava em grande escala não só para differentes pontos do paiz como para o Ultramar e para o estrangeiro, especialmente para o Brazil, e que constituia a sua mais importante riqueza. Repovoados os terrenos desvastados, já hoje tem uma producção, senão egual, pelo menos muito aproximada da antiga, porém muito menos compensadora, já pelos exiguos preços offerecidos pelos vinhos, já pelas mais avultadas despezas do cultivo Tambem tem a freguezia uma apreciavel producção d'arroz, cultivado nos vastos campos banhados pelo chamado rio do Pranto e pelos ribeiros seus affluentes; além d'estas producções são ainda dignas de registo as d'outros cereaes. O clima é temperado e salubre, ainda mesmo proximo dos terrenos a cultivo d'arroz, onde a mortalidade não é superior nem a longevidade inferior aos pontos mais afastados d'aquelles terrenos. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Arreigada, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Paiço. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Avioso, conc. da Maia, distr. do Porto. || S. Martinho, de Barca, do mesmo conc. e distr. || O Salvador, de Folgosa, do mesmo conc. e distr. || O Salvador, de Lavra, concelho de Bouças, distr. do Porto.

Paim. Familia procedente do fidalgo inglez Thomaz Paim, que veiu para Portugal com a rainha D. Filippa, mulher de D. João I. As suas armas são: Escudo franxado de prata e negro, sendo os campos alto e baixo de prata e os das ilhargas de negro, e sobre elle um leão entrecalado dos mesmos esmaltes, armado de vermelho; timbre, o leão do escudo.

Paim *(D. Izabel Juliana de Sousa Coutinho Monteiro)*. Nobre dama, filha de D. Vicente Roque José de Sousa Coutinho de Menezes Monteiro Paim, moço fidalgo com exercicio no paço, e de sua primeira mulher, D. Thereza Vital da Camara Coutinho. N. em 1753, e fal. em 1793. Estava enamorada de D. Alexandre de Sousa Holstein, quando o marquez de Pombal a apeteceu para esposa de seu filho segundo, José Francisco de Carvalho Daun, e d'ahi se originaram differentes peripecias, que constituem um verdadeiro romance. Resistiu ella, mas o omnipotente ministro teimou e D. Vicente Paim, ou por ambição ou por fraqueza, obrigou a filha a esse matrimonio odioso. A 11 de abril de 1768, no oratorio da casa onde residia a avó da noiva, D. Maria Antonia de S. Boaventura e Menezes Paim, se realisou esse enlace na presença do reverendo Paulo de Carvalho e servindo de padrinhos o marquez de Pombal, então ainda conde de Oeiras, e seu filho mais velho, irmão do noivo, que já usava do mesmo titulo. D. Izabel, violentada mas sem fôrça para resistir á vontade paterna, pronunciou o sim sacramental, mas nunca considerou seu marido, antes pelo contrario afastou constantemente de si o homem a quem a tinham ligado. Fôram baldados todos os esforços que principalmente a avó e uma tia da noiva, D. Leonor de Portugal, empregaram para que D. Izabel acceitasse a posição a que a tinham levado violentada, ella a tudo resistiu, e foi tal a decisão que mostrou, que afinal todos se convenceram, de que era inutil continuar n'essas diligencias. A 15 de agosto de 1771 a filha de D. Vicente Paim foi recolhida no mosteiro de St.ª Joana, e o marquez de Pombal tratou de annular o casamento do filho para depois o casar, sem lhe importar quanto havia de escandaloso n'este proceder, com uma senhora da familia dos Tavoras. E' tão curiosa a petição do marquez de Pombal que, apezar de muito extensa, a transcrevemos: «Ex.mo e rev.mo sr. Dizem os marquezes de Pombal que, havendo se celebrado o matrimonio de seu filho José Francisco de Carvalho e Daun com a senhora D. Izabel Juliana de Sousa no dia 11 de abril de 1768, em cujo dia o dito esposo contava quatorze annos e dez dias de edade, e a dita esposa mais um anno, por haverem os supplicantes crido com boa fé, que a mesma esposa deliberadamente e de boa vontade casava com o filho dos mesmos supplicantes com o mesmo contentamento, com que seu pae o senhor D. Vicente de Sousa Coutinho, sua avó a senhora D. Maria Antonia de S. Boaventura e Menezes, sua tia a senhora D. Leonor de Portugal, e todos os mais senhores seus proximos parentes concorreram para o contrato e celebração do referido matrimonio, sem que aos mesmos supplicantes passasse pela imaginação, que no sexo e nos tenros annos da dita senhora esposa conhesse o fingimento de uma vontade que não tinha de contrair o sobredito matrimonio. Vieram depois da celebração d'elle a ser informados muito a seu pezar de factos taes e tão inopinados, como são os seguintes: Primeiro facto.—Que a dita senhora esposa logo que foi ajustado o referido matrimonio, mostrou a elle uma tal repugnancia, que sendo successivamente instada pelas ditas senhoras sua avó e tia, ao fim de alcançarem d'ella o seu consentimento, e chegando a desenganar-se no tempo mais proximo ao dito matrimonio, de que todas as suas instancias tinham sido e seriam inuteis para vencerem a repugnancia da mesma senhora sua neta e sobrinha se auxiliaram então para a reduzirem dos bons officios do padre fr. Manuel de S. Boaventura, religioso carmelita descalço; o qual ficou successivamente trabalhando em tal fórma, que até á vespera, até á mesma manhã, e até á mesma hora da celebração do dito matrimonio esteve o dito religioso incessantemente ponderando á dita senhora esposa as graves consequencias que lhe resultariam de manifestar em publico a sua dita repugnancia, na mesma hora do recebimento com desar de todos os parentes que se achavam já n'aquella hora juntos, para assistirem ao acto da celebração do mesmo matrimonio, e com uma escandalosa desobediencia ás ordens de seu pae e da dita senhora sua avó Segundo facto:—Que havendo a dita senhora esposa mostrado n'aquelle aperto, em que a puzeram, que prestava o seu consentimento ao matrimonio por ella celebrado na mesma interior obstinação da sobredita repugnancia, não só passou esta a manifestar-se desde o mesmo dia das benções nupciaes cada hora mais descobertamente, mas veiu tambem a converter se no mortal, e implacavel odio contra a pessoa do seu referido esposo, que foi presenceado por todas as pessoas de familia da casa, e pelas que n'ella costumavam ter entrada; vendo a dita senhora esposa tratar o dito seu esposo com desabrimentos os mais estranhos, e vendo-a sempre fugir da sua companhia e de todos os actos d'aquella união ainda exterior, que o vinculo matrimonial faz mais indispensaveis. Ter-

cciro facto: - Que aquelles estranhos desabrimentos, aquelles actos externos de aversão, e aquelles desvios da dita senhora esposa passaram do escandalo particular dos parentes, dos familiares, e dos conhecidos da sua casa, a constituirem um escandalo publico em toda a côrte e cidade de Lisboa. Quarto facto:—Que pelo espaço de tres annos e quatro mezes que decorreram desde 11 de abril de 1768 em que a dita senhora se recebeu até 15 de agosto de 1771 em que foi recolhida no mosteiro de Santa Joanna havendo sido successivamente persuadida e admoestada com as razões mais christãs e mais prudentes, pcr seu proprio pae, pela dita senhora, proximos parentes de ambas as familias, todas estas diligencias fôram inuteis porque não produziram outros effeitos que não fôssem, primeiro: mostrar a dita senhora cada dia mais rebelde e mais obstinada a inflexibilidade do referido odio; segundo: excogitar novos pretextos para apartar de si o dito seu esposo, de sorte que não pudesse com elle juntar-se, chegando a dizer que seria muito util, que antes d'isso fôsse viajar alguns annos pelos paizes estrangeiros; terceiro: chegar a alienar se até aos excessos de se dizer que cosia os lençoes da cama e punha barreiras entre o seu logar e o do seu referido esposo para que a ella não pudesse chegar. Quinto facto:—Que nas referidas circumstancias vendo-se o dito esposo em annos tão juvenis e verdes, provocado com tantos e tão inauditos insultos contrarios a todos os direitos, e vendo-se opprimido ao mesmo tempo pelo respeito dos supplicantes para não poder tomar dos mesmos insultos a satisfação que se devia a si mesmo, não pôde deixar de conceber contra a dita senhora sua esposa outra versão correspectiva do odio que ella lhe tinha, para lhe ser muito penoso o seu mallogrado consorcio e para aborrecer a sua companhia, de sorte que até buscava pretextos para não ir só com ella na mesma carruagem, quando á noite costumavam sair da casa dos supplicantes seus paes. Sexto facto:—Que com todas as sobreditas causas foi e é constante entre os proximos parentes, entre os domesticos e entre as pessoas, que teem conhecimento da casa dos sobreditos esposos que o dito matrimonio, que entre elles se celebrou, nem foi até agora consummado, nem ha esperança alguma prudente de que o venha a ser. N'estes tão desagradaveis e tão urgentes termos não podia permittir nem a religião, nem a decencia dos supplicantes, que deixassem de preeaver (em quanto n'elles estava) os perigos espirituaes e corporaes, que em taes casos se costumam seguir dos matrimonios ratos e não consummados, ainda quando são verdadeiros matrimonios celebrados com o livre consentimento que no caso presente se vê que não houve da parte da dita senhora esposa: porque além de estar esta fingido e simulando um tão sagrado sacramento, são bem conhecidos os gravissimos perigos, que se costumam seguir assim de se conservarem simililantes conjuges desesperados por odio na mesma casa entre tão implacaveis discordias, como de viverem em um consorcio que só é apparente sem que o referido odio reciproco os deixe usar do matrimonio. Com estes urgentes motivos tomaram pois os mesmos supplicantes o expediente de fazerem separar os sobreditos seu filho e nóra até buscarem recurso competente, mandando interinamente debaixo de pretextos decorosos o primeiro para a Universidade de Coimbra e a segunda para o convento de Santa Joanna de Lisboa. E porque os supplicantes para o fim de impetrarem da séde apostolica a declaração da nullidade do dito matrimonio necessitam de justificar os seis factos acima deduzidos, procedendo V. Ex.ª ás perguntas dos referidos conjuges sobre a consummação ou não consummação do referido matrimonio entre elles fingido, passando a inquerir sobre os seus factos as testemunhas que d'elles tem melhor informação e expedindo se lhe de tudo instrumento em fórma authentica e provante. Pedem a V. Exª lhes faça mercê deferir-lhes na fórma que requerem. E. R M.—Marquez de Pombal - Marqueza de Pombal.» Despachada favoravelmente esta petição, fôram ouvidas muitas testemunhas e os dois conjuges, contando se entre aquellas grande numero de creados e familiares e ao mesmo tempo pessoas de posição elevada e que exerciam cargos importantes na côrte. D. Izabel quando foi interrogada disse: que nunca teve vontade de casar com o ex.mo José Francisco de Carvalho e Daun, e esta repugnancia a manifestou sempre constantemente até ao ponto da celebração do matrimonio, a todos os seus parentes e familiares principalmente a sua avó, a ex.ma D. Maria Antonia de S. Boaventura, e a sua tia, a ex.ma D. Leonor de Portugal, e tambem a significou a seu mesmo pae d'ella depoente em uma carta que lhe escreveu a França, onde se acha residente como embaixador de S. M. F., os quaes todos trataram sempre de a persuadirem e reduzirem a que quizesse casar com o dito seu esposo, representando lhe umas vezes os grandes interesses que se lhe seguiam d'este casamento, e outras os grandes inconvenientes que resultariam se n'elle não consentisse; de tal sorte que vindo elles a conhecer pela experiencia do tempo que eram inuteis e escusadas todas as diligencias porquanto ella estava firme na sua vontade de não casar com o dito seu esposo, se valeram da industria do padre Fr. Manuel de S. Boaventura, religioso carmelita descalço, para que a convencesse e reduzisse ao que a dita sua avó e tia tanto desejavam que era o tal casamento, o qual religioso por muitas vezes instou com varias razões a que désse o seu consentimento, principalmente na vespera do dia em que se haviam de celebrar as nupcias e ainda no mesmo dia e hora em que estavam já juntos todos os parentes de uma e outra parte, vendo-a chorar muito e que estava na resolução de negar o seu consentimento se esforçou muito em convencer que se o não prestasse, se lançava a perder e haveria grandes desgostos Pelo que ella muito afflicta e cheia de temor se não atreveu a declarar no acto da celebração do dito matrimonio que não consentia n'elle; mas depois d'esse acto mostrou sempre constantemente a todos os seus parentes e familiares a sua repugnancia, a qual foi sempre bem conhecida de todos e que aquelle consentimento que dera não fôra livre e voluntario, mas muito violento e coacto, vingada do temor e medo em que a tinham posto os ditos seus parentes das razões com que a pretendera convencer o dito religioso, ás quaes ella não sabia responder pela sua edade e fragilidade do seu sexo Foi assim que D. Izabel respondeu emquanto ao pri-

meiro facto, e para que se conheça bem como foi realisado esse casamento, transcreveremos tambem o que sobre este ponto depoz o filho do marquez de Pombal. Disse elle que: logo nas primeiras vezes que a visitou e falou com ella conheceu a sua pouca satisfação do referido casamento, por não experimentar n'elle aquellas demonstrações de amor que esperava e que costuma haver entre esposos, o, que então attribuiu a pejo e cobardia e a sua tenra edade, mas continuando depois por longo espaço de tempo, que mediou até que se receberam, a experimentar na dita sua esposa um grande desagrado e aversão, elle depoente se desgostou muito do mesmo casamento, mas pelo grande respeito que tem aos ex.^{mos} supplicantes seus paes, e tambem pela esperança de que ella havia depois de recebidos mudar a má vontade que mostrava, e que lhe teria aquelle amor que é natural entre casados, não se atreveu a contradizer ou oppôr-se ao dito casamento. José Francisco quando casou tinha feito poucos dias antes quatorze annos, como fala pois no *longo espaço de tempo* em que reconheceu antes da celebração do matrimonio que a futura noiva lhe não tinha amor algum ou segundo as proprias palavras d'elle tinha pouca satisfação d'esse casamento? E' impossivel não vêr que essa união não passava de um calculo interesseiro do grande estadista, que cego talvez pelo amôr de pae fechava os olhos para não vêr as consequencias desastrosas de um enlace fôrçado, e em que a noiva se na hora solemne e deante do altar não declarou, terminantemente, que estava ali violentada, foi porque sabia até onde chegava a omnipotencia do valido de D. José, omnipotencia que a avó, a tia e o padre carmelita não deixaram até ao ultimo momento de lhe pôr deante dos olhos. Concluido o processo solicitou o marquez de Pombal da curia a annullação do casamento, e tendo o pontifice nomeado o cardeal patriarcha Saldanha, o cardeal Cosme da Cunha e o nuncio para serem juizes n'este litigio, proferiram elles a 16 de julho de 1772 a sentença declarando nullo o casamento do filho de Sebastião José de Carvalho com D. Izabel Paim. Não se contentou a avó de D. Izabel com o supplicio que lhe havia imposto, e irritada, por vêr que não tinha podido vencer a neta, dirigiu a el rei o seguinte requerimento: «Senhor. Diz D. Maria Antonia de S. Boaventura e Menezes que, tendo seu filho D. Vicente de Sousa Coutinho a certa e infeliz noticia que se tratava de annullar o matrimonio que havia contraido sua filha D. Izabel Julianna de Sousa com José Francisco de Carvalho e Daun, filho dos marquezes de Pombal, e reconhecendo que a nullidade do dito matrimonio foi originada pelo perverso animo da dita sua filha: ordenou á supplicante em carta de 22 de junho do presente anno que, declarado nullo o dito matrimonio supplicasse de V. M. a graça de mandar recolher a dita sua indigna filha e neta da supplicante em um convento por toda a vida com prohibição de falar a pessoa alguma de fóra do mesmo convento. E porque se acha effectivamente declarado nullo o dito matrimonio por sentença dos juizes apostolicos para esse effeito nomeados pelo Santo Padre com inconsolavel e perpetuo desgosto da supplicante e de seu filho: Recorre a mesma supplicante em seu nome e do dito seu filho a V. M. para que, por sua sensata piedade, se digne ordenar que a dita sua indigna neta seja logo transportada do convento de Santa Joanna, onde interinamente foi recolhida, para um remoto convento de apertadissima reclusão qual a V. M. parecer e que ahi fique por toda a vida inclusa com prohibição de falar ou communicar com pessoa alguma externa verbalmente ou por escripto, e que assim se lhe intime e á prelada do mesmo convento para que lhe não permitta communicação alguma sob pena de incorrer no real desagrado de V. M. Pede a V. M. se digne por sua real piedade remediar a triste situação da supplicante e seu filho com a providencia que imploram, que ainda é diminuto castigo ao que merece a perversa indole da dita sua indigna neta e limitada satisfação ao pezar com que a supplicante e o dito seu filho vêem desfeita uma alliança em que tanto interessavam para o maior esplendor da sua descendencia. Assigna a supplicante reverentemente a presente supplica. E. R. M —D. Maria Antonia de S Boaventura e Menezes.» O despacho, como era natural, não se fez esperar, e em 18 de julho ordenava D. José, ou o marquez de Pombal, que D Izabel fôsse removida para o convento do Calvario de Evora, e que n'elle ficasse reclusa até que o pae dispuzesse d'ella, com prohibição de falar ou communicar com pessoa alguma externa verbalmente ou por escripto na fórma que requerera a veneranda avó. Terminava o decreto mandando guardar na Torre do Tombo todos os documentos que se referiam á annullação do casamento de D. Izabel. A nobre dama foi effectivamente levada para o citado convento, onde se conservou encerrada até á morte d'el-rei D. José e queda do marquez de Pombal. Alcançando então a liberdade, pôde ligar se ao homem que amava, e a quem dera provas tão notaveis de constancia. O seu casamento com D. Alexandro de Sousa Holstein realisou-se a 7 de junho de 1779, e o filho primogenito d'essa união foi o grande estadista duque de Palmella. D. Izabel Coutinho Paim veiu a ser a bisavó da sr.ª duqueza de Palmella ha pouco fallecida. Sobre este facto historico escreveu o sr. Marcellino de Mesquita um drama em 4 actos e 7 quadros, intitulado *Sempre-noiva*, que se representou no theatro de D. Maria II em 1900, sendo publicado n'esse mesmo anno. Veja se a obra *Vida do duque de Palmella, D. Pedro de Sousa e Holstein*, por D. Maria Amalia Vaz de Carvalho, Lisboa, 1898.

Paim *(Roque Monteiro)*. Commendador de Santa Maria de Campanhã no bispado do Porto, da ordem de Christo; doutor em Direito civil pela Universidade de Coimbra, secretario de estado do expediente e mercês d'el-rei D. Pedro II, e seu grande valido; senhor da Honra d'Alva, da Villa do Canno, dos Reguengos d'Agrella e Maia; conselheiro da fazenda de capa e espada; desembargador extravagante da Casa da Supplicação, etc. N. em Lisboa a 25 de maio de 1643, fal. a 24 de junho de 1706. Era filho de Rodrigo Fernandes Monteiro, desembargador do paço e juiz de Inconfidencia e Coutadas d'el-rei, e de sua mulher, D. Constança Paim. Estudou na Universidade, onde se doutorou, conforme dissémos, regendo depois algumas cadeiras, e entrando na carreira da magistratura esteve na Relação do Porto, d'onde passou á Casa da Supplicação em 1666.

Deixando a magistratura por ordem de D. Pedro II, foi por elle nomeado seu secretario e juiz da Inconfidencia, conselheiro da Fazenda, ouvidor da Casa de Bragança, e por varias vezes serviu os cargos de secretario de Estado, mercês e assignatura. Casou com D. Joanna Francisca de Menezes, filha de Lourenço de Mello da Silva de Mesquita, senhor do Couto de Lagiosa e da casa e morgado da Amoreira e Outiz, e de sua mulher D. Bernarda Michaela da Silva. D'este matrimonio, entre outros filhos, houve D. Constança Monteiro Paim, administradora do morgado d'Alva, e casou com D. João Diogo de Sousa d'Athaide, 1.º conde d'Alva, e D. Maria Antonia Monteiro Paim, administradora do referido morgado, como successora de sua irmã; casou com D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 2.º filho dos 10.ºs condes de Redondo, Fernão de Sousa e D. Luiza Simôa de Portugal. Roque Monteiro Paim deixou publicada a seguinte obra: *Perfidia judaica, Christus vindex munus principis, Ecclesia Lusitanae ab apostatis liberato*, discurso juridico e politico, Madrid, 1671. Era uma violentissima invectiva, em que o autor pretendia a total exterminação da raça hebréa, escripta na occasião em que o desacato perpetrado na egreja de Odivellas em 10 de maio de 1671, trazia alvorotados os animos devotos, que pretendiam á fôrça imputar aquelle attentado aos christãos novos.

Paim (*D. Vicente Roque José de Sousa Coutinho Monteiro*). Moço fidalgo com exercicio no paço; gran-cruz da ordem de S. Bento de Aviz, commendador da de Santa Maria de Campanhã, no bispado do Porto; de Santa Maria de Gimonde, no bispado de Miranda; de S. Pedro das Comedeiras, do logar dos Trinta, no bispado da Guarda, todas na ordem de Christo; alcaide-mór de Rio Maior na ordem de S. Bento de Aviz; senhor do morgado d'Alva, donatario da terra da Villa de Caim e seu padroado; padroeiro das egrejas de S. Miguel de Mamouros, de Santa Maria de Pequim e de S. Martinho d'Alva. N. em Lisboa a 28 de dezembro de 1726, fal. em Paris a 8 de maio de 1792. Era filho de Rodrigo de Coutinho Castello Branco e Menezes, e de sua mulher D. Maria Antonia de S. Boaventura de Menezes Paim. Serviu no exercito como capitão do regimento de dragões de Chaves, foi enviado extraordinario na côrte de Turim, e depois embaixador em Paris. Durante 21 annos seguiu a carreira diplomatica, em que prestou relevantes serviços, tendo em premio a posse das commendas e padroados acima descriptos d'alguns dos quaes era usufructuaria sua mãe por mercê régia. Teve a mercê de seis moios de terra no Lezirão das Atalaias, nos campos d'Azambuja, cuja mercê passou depois a seu filho, o 3.º conde d'Alva e 1.º marquez de Santa Iria. D. Vicente Paim era ministro em Paris quando rebentou a grande revolução, a cujos principios assistiu, e teve de ser o agente da politica dubia de Luiz Pinto de Sousa Coutinho, que chegou a fazer com que o principe regente D. João não respondesse á carta em que Luiz XVI participava que jurára a Constituição. D. Vicente Paim estava, por assim dizer, n'uma posição melindrosa, e tinha de se conservar afastado de todo o movimento da politica franceza. Conseguiu, no entretanto, saber que o Club dos Jacobinos enviára para Portugal em missão secreta Laclos e outro para fazerem propaganda de idéas revolucionarias, e assim o participou ao seu governo. O intendente da policia Pina Manique tomou logo as precauções precisas. D. Vicente Paim casou duas vezes: a primeira, a 14 de maio de 1750, com D. Thereza Vital da Camara Coutinho, que fal. a 26 de dezembro de 1753, filha de Luiz Gonçalves da Camara Coutinho, moço fidalgo, senhor de varios morgados, alcaide-mór de Torres Vedras, etc., e de sua mulher D. Izabel Libania de Mendonça. D'este matrimonio houve uma unica filha, que foi D. Izabel Julianna de Sousa Coutinho Monteiro Paim (*V. este nome*). Passou a segundas nupcias a 27 de maio de 1773, com D. Luiza Ignez Izabel de Montboissier Beaufort de Canilliac, que fal. em Paris a 19 de janeiro de 1792, filha dos condes de Canilliac. D'este segundo matrimonio nasceu D. Luiz Roque de Sousa Coutinho Monteiro Paim, 3.º conde d'Alva e 1.º marquez de Santa Iria (*V. este titulo*). Conta-se que foi o marquez de Pombal quem obrigou D. Vicente Paim a contrair segundas nupcias, para d'este modo se vingar de sua filha D. Izabel, privando-a da herança paterna.

Paim de Bruges (*Pedro Alvares da Camara*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em Angra do Heroismo a 1 de agosto de 1872, fal. a 10 de março de 1910. Era filho de Theotonio Simão Paim de Bruges, governador civil d'este districto, e descendente dos nobres fidalgos d'este appellido. Formou-se em 1895; fez concurso para delegado do procurador regio e conservador em Lisboa em 1896, obtendo a classificação de muito bom. Estreou-se no fôro, nas ferias do 4.º para o 5.º anno juridico, defendendo uma ré accusada do crime de infanticidio no tribunal da comarca de Angra do Heroismo. No tribunal da Boa Hora, de Lisboa, em 1904, defendeu em audiencia de jury, um réo que foi absolvido, merecendo n'essa occasião as mais elogiosas referencias de toda a imprensa da capital. Em 1899 foi nomeado notario, fazendo em 1900 o exame a que por lei era obrigado. Foi vice-presidente da camara municipal de Angra do Heroismo de 1899 a 1901, e depois, de 1905 a 1908, em que foi nomeado presidente, cargo que exerceu até que falleceu. A sua morte foi muito sentida; o funeral constituiu uma imponente manifestação de pezar, porque o dr. Pedro Paim era muito estimado e considerado. Militava no partido progressista.

Primoure. Pov. na freg. de Santa Christina, de Pousa, conc. de Barcellos, districto de Braga.

Painça. Povoações nas freguezias: S. Gabriel, de Granja de Ulmeiro, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || S. Thiago, de Figueiró do Campo, do mesmo conc. e districto.

Painçaes. Povoações nas freguezias: S. Jorge, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Lever, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Leocadia, de Macieira de Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Martinho, de Paço Vedro de Magalhães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Sabariz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santo Adrião e conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Painçães. Pov. na freg. de S. Miguel, de Lavradas, conc de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Painçal Povoações nas freguezias: S. Jorge, de Airó, conc. de Barcellos, distr. de Braga ‖ S Miguel, de Barrio, conc de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. S. Pedro, de Espinho, conc. de Mortagoa, distr de Vizeu. S. Martinho, de Paço Vedro de Magalhães, conc de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Painho. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Figueiros, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa. ‖ S. João Baptista, de Pedrogão Pequeno, concelho da Certã, distr. de Castello Branco.

Painzella. Pov. na freg. de Santo André, da prov. do Minho, conc. e com. de Cabeceiras de Basto, distr. e arceb. de Braga; 178 fog e 765 hab. Tem esc. do sexo masc e est. post. A egreja parochial dista 10 k da séde do conc O abbade de Santa Senhorinha, de Basto, apresentava o vigario, que tinha 100$000 réis de rendimento. A terra é muito fertil, tem bom vinho, muito gado e caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Paio. Monte na ilha de S. Miguel, Açôres.

Paio *(S.)* Santo portuguez, natural de Coimbra, segundo as melhores opiniões. Foi um dos martyres de Cordova. Tinha apenas 13 annos de edade quando morreu pela fé, depois de ter estado preso por tres annos, no dia 26 de junho de 925.

Paio *(S Fr.)*. No *Mappa de Portugal*, diz João Baptista de Castro que este santo foi natural de Coimbra, sendo um dos primitivos religiosos da ordem dominicana em Portugal e o seu primeiro prior. Prégou e doutrinou com grande fructo dos que o ouviam, e com grande zelo da honra de Deus Fal tambem em Coimbra em 1240. A terra da sua sepultura fez um evidente milagre na fundição d'um sino, para o qual faltando metal, estando o mais derretido para se lançar nas fôrmas, cresceu tanto a liquida massa que, saindo perfeitamente o sino dos moldes, ainda sobejaram 20 arrobas e 24 arrateis. Persevera hoje este sino no convento novo, vendo-se n'elle o metal arenoso da mistura da terra, sem que por isso tenha mau som lo e antes, quando toca, produz um tom grato e harmonioso ao ouvido

Paio Affonso Pov. na freg. de S. Pedro Fins, de Pondras, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real

Paio Calvo Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Aboim da Nobrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Paio Mendes. Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. da Extremadura, conc de Ferreira do Zezere, com. de Thomar, distr. de Santarem, patriarc de Lisboa Tem escolas d'ambos os sexos, est post, agente da companhia de seguros *Portugal*. Pertence á 5.ª div. mil e ao distr. de recrut e res n.º 15, com a séde em Thomar; 193 fog e 8 6 hab. A pov está situada n'um alto, em terreno aprazivel e fertil, a 5 k. de distancia da séde do conc A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis e o pé de altar. A pov. foi fundada no seculo XII por D. Paio Mendes, mestre da ordem do Templo, que lhe deu foral, e de quem tomou o nome. Até 1311 foi commenda d'esta ordem, e de 1319 até 1834 da ordem de Christo.

Paio de Pelle. Villa e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Extremadura, conc de V. N. da Barquinha, com. da Gollegã, distr. de Santarem, e da prelazia de Thomar, hoje annexa ao patriarchado de Lisboa; 323 fog. e 1:416 hab. Está situada junto da margem do rio Tejo, ficando-lhe ao S a ribeira de Tancos Fica entre o castello de Zezere, cujas ruinas ainda se vêem, e o de Almourol. Tem est. post, esc do sexo masc., est. do caminho de ferro na linha de leste, entre a do Entroncamento e o apeadeiro de Tancos; serração de madeira e fabrica a vapor, differentes estabelecimentos, etc A séde d'esta freg. é na aldeia da Praia, onde ha uma estrada real, que a communica com a Barquinha e Constancia, Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha 120 alqueires de trigo, 60 de cevada, 1 pipa de vinho, 8 cantaros e meio de azeite, e 48 arrateis de cêra. A pov. é muito antiga D. Affonso Henriques doou a aos Templarios, e foi commenda d'esta ordem até 1311, e de 1319 até 1834 da ordem de Christo. D. Gualdim Paes, grão-mestre da ordem, construiu o castello, e deu foral á villa em 1180. El-rei D. Manuel deu-lhe tambem foral, em Evora, a 22 de dezembro de 1519, chamando-lhe *Pay Pelle*, que parece ter sido o primitivo nome da villa. Foi alcaide-mór e senhor do castello de Paio de Pelle D. Francisco Mascarenhas, por casar com D. Joanna Coutinho de Noronha, descendente de Gonçalo Vaz Coutinho, tronco da familia dos marquezes de Marialva. Por falta de successão passaram os bens e rendas da casa Marialva para a dos condes de Cantanhede, pelo casamento de D. Catharina Coutinho, com D. Antonio Luiz de Menezes, que foi o 3.º conde de Cantanhede e 1.º marquez de Marialva Paio de Pelle foi séde de concelho, com camara, juiz ordinario e mais empregados. A egreja matriz é muito antiga, e calcula se que fôsse fundada por D. Gualdim Paes, em 1180, quando construiu o castello. O territorio da freg. é muito fertil em todos os generos agricolas. Cria muito gado, e os dois rios que ali correm fornecem bastante peixe. A freg foi annexada ao conc. da Gollegã por decreto de 11 de novembro de 1895, que aboliu o de V. N. da Barquinha, mas voltou a este, quando se restaurou pelo decreto de 13 de janeiro de 1898.

Paio Pires *(Aldeia de)*. V. *Portugal*, vol. I, pag. 180.

Paiões. Pov. na freg. de N. S.ª de Belem, de Rio de Moiro, concelho de Cintra, distr. de Lisboa.

Paiol. Pov. na freg de N. S.ª dos Prazeres, de Aldeia Gallega da Merceana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, no conc. da Praia, archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental.

Paírezes Pov. na freg. de S. Vicente, de Chã, concelho de Montalegre, districto de Villa Real.

Pairia. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem

Pairo. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Oriz, concelho de Villa Verde, districto de Braga.

Paiva Familia antiquissima, cujas armas são as seguintes: Em campo azul tres flôres de liz de ouro, postas em banda; timbre, uma aspa carregada d'uma flôr de liz do escudo.

Paiva *(Adolpho de Paiva Pereira, 2.º visconde de).* Moço fidalgo com o exercicio na Casa Real; bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, addido á legação de Paris, como segundo secretario. Era filho do 1.º barão e 1.º visconde de Paiva, Francisco José de Paiva Pereira, e de sua mulher, D. Carlota d'Oliveira Maia. O titulo foi renovado por decreto de 12 de dezembro de 1862.

Paiva *(Antonio de).* Pintor do tempo de D. João IV, fallecido em 1650.

Paiva *(Antonio).* Compositor de musica, que viveu no seculo XVI.

Paiva *(Antonio José de).* Musico muito apreciado, professor de piano e de violino. Era natural de Braga, e falleceu no Porto em 1852, com pouco mais de 60 annos de edade. Exerceu a sua profissão em Braga até á edade de 30 annos, sendo sempre muito considerado Era filho de Fernando José de Paiva, professor de musica, e de sua mulher, D. Maria do Carmo. Estabeleceu se depois no Porto, e alguns annos foi primeiro fagotte na orchestra do theatro de S. João Escreveu duas missas a quatro vozes e orchestra, e varias outras pequenas composições, entre ellas uma *Cantata* para a festa dos Reis Magos, que é muito apreciada em Braga.

Paiva *(Arthur de).* Coronel do exercito africano N. em Leiria, e falleceu em outubro de 1900. Assentou praça de voluntario em 1874 no 7.º de caçadores, sendo promovido a alferes em 1880, a tenente em 1883, a capitão em 1889, a major, por distincção, em 1890, a tenente-coronel em 1895, e a coronel em 1897. Fez toda a sua carreira militar no continente africano, no exercito activo, ou em missões importantes de que foi encarregado, e em que sempre se houve distinctamente por uma conducta irreprehensivel, severa probidade, grande bravura, provando as suas aptidões excepcionaes, profundo conhecimento da tactica africana, perigos astucias, cousas imprevistas d'estas guerras terriveis no interior do continente negro. O coronel Arthur de Paiva representou um papel importante em todas as campanhas da provincia de Angola, des de que assentou praça, em 1874, entrando nas guerras nos districtos do Duque de Bragança e d'Ambaca; em 1883 assistiu á campanha de Jau, em 1885 á do Tinde, em 1886 e 1889 nas do Cubango, em 1890 e 1891 á guerra com o sóba do Bihé, ao lado do capitão Couceiro, que pertencia á expedição que partira de Lisboa. Os triumphos alcançados sobre os revoltosos pelas forças portuguezas fôram completos, figurando no primeiro plano os dois bravos militares, Paiva e Couceiro, que tinham então o posto de capitão. A expedição teve de luctar com as forças indigenas, que se oppuzeram á sua marcha. Depois da travessia de Capello e Ivens realisada em 1884, estava determinado o caminho entre as duas costas e conhecidos os pontos que convinha ser occupados pelo governo portuguez Foi assim que o governo portuguez tratou de organisar uma expedição que occupasse o Baroce, estabelecendo um posto militar em Libonta, e estendendo a sua influencia pelos seguintes pontos: Sena, Tete, Zumbo, margens do Cuando e do Cuito, forte *Princeza Amelia*, na margem do Cubango, que já fôra occupado por Capello e Ivens em 1884 O conflicto que se levantou entre Portugal e Inglaterra, por causa da creação do districto do Zumbo, veiu embaraçar o proseguimento d'esta expedição O capitão Couceiro fazia parte d'esta expedição, e achava-se no Bihé quando o governo portuguez mandou sustar o proseguimento da mesma expedição. A este tempo davase a insurreição no Bihé. Couceiro teve que retirar e fortificar se no Bailundo, onde recebeu ordem para avassalar o Cubango ao governo portuguez Quando chegou ao forte *Princeza Amelia*, soube ali que se preparava uma expedição para dominar o Bihé, e logo partiu para tomar parte d'ella indo auxiliar Arthur de Paiva, que a commandava. O resultado d'essa expedição foi um triumpho completo para as armas portuguezas em geral, e em especial para os dois officiaes que a commandavam, conforme dissémos. Em 1895 tambem se distinguiu na campanha do Humbe, expedição tão cheia de perigos e difficuldades quasi impossiveis. O nome do coronel Arthur Paiva foi muitas vezes posto na ordem do dia, por acções brilhantes, e foi louvado superiormente pela fórma como se houve no desempenho d'algumas missões importantes scientificas e administrativas, taes como a installação da colonia de S. Januario, a administração dos districtos de Humpata e da Huilla; a intendencia da colonisação branca nos districtos de Benguella e de Mossamedes, etc.. Em 1882 foi agraciado com a cruz da ordem de Christo, em recompensa dos serviços prestados á colonia de S. Januario, e a da Torre e Espada pela sua brilhante conducta na campanha de Jau em 1883, sendo promovido no anno de 1890, depois da campanha do Bihé, ao grau de official da mesma ordem. O coronel Arthur de Paiva falleceu em viagem, a bordo do *Portugal*, nas alturas de Cabo Verde, vindo de Mossamedes acompanhado de sua mulher e de sua filha. Foi o mar que lhe serviu de sepultura Era casado com D. Mina Botha, senhora pertencente á familia do celebre general Botha, do Transvaal.

Paiva *(Augusto Joaquim Henriques Ribeiro de).* Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, cavalleiro e commendador da ordem de Christo, medico do partido da camara municipal de Villa Franca de Xira, etc. N n'um dos ultimos annos do seculo XVIII em Castello Branco, e fal em 1864, pouco mais ou menos. Pertencia á familia dos medicos Henriques de Paiva, oriundos de Castello Branco. Depois da sua formatura veiu para Lisboa, onde publicou differentes poesias, mostrando sentimentos liberaes Por occasião das epidemias da Cholera Morbus, em 1856, e Febre Amarella em 1857, prestou grandes serviços como medico, o que lhe mereceu ser condecorado com a commenda da ordem de Christo, de que já era cavalleiro. Escreveu: *Elogio: A Voz do liberal patriotismo: em louvor das gloriosas acções do memoravel dia 24 de agosto de 1820*, Lisboa, 1821; *A Voz da Razão e da Verdade, offerecida e dedicada á serenissima senhora Infanta D. Izabel Maria*, Lisboa, 1826; *Ao ex.mo sr conde do Farrobo; ode*, Lisboa, 1834; *Relatorio da cholera-morbus asiatica no concelho de Villa Franca de Xira no anno de 1855 para*

1856, feito e apresentado no Conselho de Saude Publica do Reino, etc.. Publicou se um juizo critico ácêrca d'este *Relatorio* na *Gazeta Medica de Lisboa*, 1.ª serie, tomo V, n.º 101; *Elegia ás sentidas lagrimas*, etc., *pela morte de meu pae*, Lisboa, 1854; *Cadeia do amor perfeito; poesia dedicada aos ex.mos sr.s conde e condessa do Farrobo*, Lisboa, 1855; *Vaidade e gloria; poesia offerecida ao ex.mo sr. visconde de Ourem*, Lisboa, 1855.

Paiva *(Fr. Bartholomeu)*. Religioso da ordem da Santissima Trindade. N. em Lisboa e fal. no convento de Lisboa a 31 de dezembro de 1619. Foi bacharel em Theologia, e definidor da sua provincia. Escreveu em latim uma *Historia da Ordem da Trindade*, e deixou manuscriptas muitas poesias latinas, portuguezas e hespanholas.

Paiva *(Dionisio Antonio de)*. D'este autor conhece-se apenas a sua obra intitulada: *Quintanario meditativo e ferverosa supplica em louvor das sinco Chagas de Nosso Senhor Jesus Christo offerecido ao mesmo Senhor e por elle dados, para brazoens do seu imperio, ao Real Tronco Luzitano o Senhor D. Affonso Primeiro; dedicado ao Senhor D. João, principe do Brazil. A Igreja Santa approvou, e concedeo esta devoção por huma Bulla Apostolica, e nella se vê a verdade de sua origem, por... Lisboa, na Offic. de Jozé de Aquino Bulhoens. Anno de 1797. Com licença da Real Meza do Desembargo do Paço.* Este opusculo contem a referida Bulla, em latim, e em vulgar, copiada da livraria da Congregação do Oratorio, onde existia por causa de ser attendida nos almanachs feitos por aquella corporação religiosa, e o Juramento feito em Coimbra por D. Affonso Henriques sobre a visão das Chagas, no Campo de Ourique.

Paiva *(Domingos José de)*. Professor de musica no seminario de Braga, nos collegios de S. Caetano e do Espirito Santo. N. em Vianna do Castello a 4 de julho de 1817, fal. em Braga a 14 de janeiro de 1895. Era filho primogenito de Fernando José de Paiva, tambem apreciado professor de musica, e de sua mulher D. Maria do Carmo. Tinha cursado em Braga os estudos de latim e de philosophia, e estava para entrar no convento benedictino de Rendufe, destinando-se á vida do claustro, quando a mudança de politica em 1834 o não deixou realisar o seu intento. Dedicou-se então á arte musical, que tambem tinha estudado, occupando o logar de professor no seminario de Braga e nos collegios já citados, da mesma cidade. Tocava piano, violino e outros instrumentos, compondo tambem alguma musica religiosa. Escreveu: *Compendio de cantochão theorico e pratico, para uso dos alumnos do Seminario diocesano e mais clero do arcebispado primaz*, etc., Lisboa, 1858.

Paiva *(Fernando José de)*. Musico muito apreciado. N. n'uma freg. rural dos suburbios de Braga em 1791, fal. em Braga no fim de novembro de 1875. Dedicando se á musica desde a infancia, alistou se como musico militar, e chegou a ser mestre da banda de um regimento, fazendo n'essa qualidade quasi toda a guerra peninsular. Tocava todos os instrumentos de vento, e era muito habil tambem no violino, assim como conhecia os restantes instrumentos de cordas. Por muitos annos foi o mais considerado musico de Braga, dirigindo as orchestras em todas as festas e recitas theatraes, até que não lhe permittindo a edade trabalhar mais, delegou essas funcções em seus filhos. Escreveu musica para banda e para orchestra, estudos para violino, flauta, violoncello e violão, estudos que elle compunha para uso dos seus discipulos. Em Braga dá se muito apreço á dança e cantos de pastores compostas tambem por Fernando Paiva para as festas populares de S. João. Ha tambem d'elle a musica d'um drama antigo do Natal, ornado de canções e córos pastoris, que se representava em Braga, e era conhecido pelo nome de *Drama de frei Bento*. Falleceu com 84 annos de edade. Casou com D. Maria do Carmo, e d'este consorcio houve os seguintes filhos, que se dedicaram á musica: Antonio José de Paiva, Domingos José de Paiva, Francisco José de Paiva e Joaquim José de Paiva *(V. estes nomes)*, João José de Paiva, que se estabeleceu em Pernambuco, e ali falleceu, e Manuel João de Paiva, tambem musico.

Paiva *(Francisco Antonio Ribeiro de)*. Doutor em Philosophia pela Universidade de Coimbra, e lente jubilado da mesma faculdade. N. em Castello Branco, e fal. em Antuzede, perto de Coimbra, em novembro de 1831. Era filho de Antonio Ribeiro de Paiva. Pelo aviso regio de 23 de dezembro de 1778 foi doutorado gratuitamente em 10 de janeiro 1779. Exerceu o magisterio por largos annos, regendo a maior parte do tempo a cadeira de zoologia e mineralogia, e occupando o logar de decano e director da faculdade. Era socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Em 1794 publicou em Coimbra uma obra latina, intitulada *Introductiones Zoologicae*. Depois de jubilado retirou se para Antuzede, onde veiu a fallecer.

Paiva *(Francisco José de)*. Musico apreciado, sendo um distincto contrabaixista, e tocando varios instrumentos de vento. N. em Braga em 1826, onde tambem fal. em outubro de 1897. Era o terceiro filho de Fernando José de Paiva, e de sua mulher, D. Maria do Carmo.

Paiva *(Francisco José de Paiva, 1.º barão e 1.º visconde de)*. Commendador da ordem de Christo, grande official da Legião de Honra, de França; gran-cruz da de Alberto o Valoroso, de Saxonia, e da ordem de Falcão Branco, de Saxe-Weimar, commendador da de Carlos III, de Hespanha, e da Rosa do Brazil; commendador da de Nichan Iftihar, da Turquia; do conselho de Sua Majestade, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Portugal em Paris, par do reino, etc.. N. a 12 de novembro de 18.9, fal. em 1868. Era filho de José Caetano de Paiva Pereira, fidalgo cavalleiro da Casa Real, membro do Supremo Tribunal de Justiça, e de sua mulher, D. Anna Sophia Thompson. Sendo nomeado amanuense de segunda classe da secretaria dos estrangeiros no Porto em abril de 1833, e continuando a servir n'essa repartição, foi em 1843 a Londres para ali servir ás ordens do duque de Palmella, continuando depois ás ordens do visconde de Castellões. Em setembro de 1845 foi nomeado secretario da legação de Paris, e depois teve cargo de encarregado de negocios n'essa côrte, onde se conservou até ser transferido, n'esta categoria para Berlim. Apezar da nomeação permaneceu em França, sendo promovido a enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, continuou em Paris; serviu depois na Russia,

voltando mais tarde a França em 1872. Estava em Paris quando se discutiu a questão do *Charles et Georges*, mas o seu papel não foi de grande importancia, porque o debate se concentrou so bretudo em Lisboa. A sua situação em Paris era, porém, insustentavel, porque contrahíra ali um grande numero de dividas que não podia pagar. Por esse motivo é que teve transferencia para Berlim, o que lhe causou tão profundo desgosto, que se suicidou, enforcando-se. Havia sido eleito par do reino em 1862. Casou a 19 de dezembro de 1838 com D. Carlota de Oliveira Maia, filha de Antonio Maia, fidalgo cavalleiro da Casa Real, e de sua mulher D. Anna Joaquina da Silva Maia. O titulo de barão foi-lhe concedido por decreto de 22 de dezembro de 1853, e o de visconde, por decreto de 30 de abril de 1858. O seu brazão d'armas, concedido por alvará de 17 de dezembro de 1834, é o seguinte: Escudo partido em pala; na primeira as armas dos Pereiras: em campo verde uma cruz de prata florida e vazia no campo; na segunda as dos Paivas: em campo azul tres flores de liz de ouro, postas em banda.

Paiva *(D. Heliodoro de)*. Conego regrante da ordem de Santo Agostinho, em Santa Cruz, de Coimbra. N. em Lisboa, e fal. em Coimbra a 20 de dezembro de 1552. Era filho de Bartholomeu de Paiva, guarda-roupa d'el rei D. João III e védor das obras do reino, e de Filippa de Abreu, ama do mesmo soberano. Ainda muito creança seus paes o mandaram estudar no convento de Santa Cruz, de Coimbra, onde foi depois professor. O conego D. Heliodoro de Paiva falava as linguas grega, latina e hebraica, e compoz um diccionario d'esses idiomas, que se publicou em 1552. Dedicou-se á pintura, e desenhava com toda a correcção. O arcebispo Cenaculo colloca o seu nome entre os artistas celebres de Portugal. (V. *Les Arts en Portugal*, do conde A. Raczynski, pag. 246). Taborda, no seu livro *Regras da arte de Pintura*, diz a pag. 155 que o conego D Heliodoro de Paiva era um pintor insigne; Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, vol. II, pag. 432, tambem assim o classifica. Tambem se dedicou á musica, e do seu merito n'esta arte, fala o P. Nicolau de Santa Maria, na *Chronica dos conegos regrantes*, 2.ª parte, pag. 326 e 327, dizendo que fôra grande escrivão de todas as letras, illuminava e pintava excellentemente. Era cantor muito déstro, e contrapontista; compoz muitas missas e *magnificats* de canto de orgão, e motetes muito suaves; tangia orgão, claviorgão com notavel arte e graça, viola de arco e harpa, cantando com tanta suavidade que enlevava os ouvintes. Na arte musical era tão apreciado que lhe chamavam o *Orpheu* d'aquelle seculo. A todas estas prendas verdadeiramente notaveis reunia o conego D. Heliodoro de Paiva uma excessiva modestia; rejeitou varios bispados que D. João III lhe offereceu. Passou a vida, parte no convento de Santa Cruz, de Coimbra, e parte em Lisboa.

Paiva *(João de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado, etc. N. em Lamego a 26 de janeiro de 1849, sendo filho de Francisco Antonio de Paiva e de D. Anna Augusta de Paiva. Destinando se dos 14 para os 16 annos para a carreira ecclesiastica, chegou a tomar ordens menores e a prégar alguns sermões nas principaes egrejas de Lamego, mas ao completar os 17 annos declarou ao seu prelado, com sinceridade e desassombro, que não abraçaria o estado ecclesiastico, por se não sentir com a vocação que deve ter um sacerdote para conservar o caracter exemplar e respeitavel que a Egreja impõe. Seguiu então para Coimbra, e matriculou-se na Universidade no primeiro anno juridico. Tendo a infelicidade de perder seu pae, ficando sua familia em más circumstancias, viu-se falto de recursos e com o encargo de attender tambem a sua mãe e irmãos, e para não abandonar o curso, aproveitou-se dos seus recursos intellectuaes, dedicando se ao professorado secundario durante os cinco annos em que cursou a faculdade de Direito, completando a sua formatura em 1873 Convidado logo em seguida a cursar o 6.º anno, preferiu dedicar-se á carreira da magistratura, e pouco tempo depois foi despachado procurador régio para a comarca de S. Thiago de Cacem. Em 1894 era juiz de Direito na de Villa Viçosa, e em 1906 exercia as mesmas funcções no segundo districto criminal do Porto. Sendo instado por alguns amigos de Odemira e de Beja para que acceitasse uma candidatura de deputado por qualquer d'aquelles circulos, recusou-se pertinazmente durante alguns annos, por se considerar incompativel com a politica, cedendo afinal, quando procuraram convencel o, de que podia d'essa fórma ser util ao circulo que o elegesse e ao paiz. Em quatro legislaturas successivas foi eleito pelo circulo de Odemira, tornando-se um parlamentar muito respeitado. A alta consideração que sempre mereceu na camara fez que o escolhessem para tomar parte em importantes commissões, em que deixou vinculado o seu nome a trabalhos de subido alcance. A camara dos deputados o encarregou de a representar na conferencia da União parlamentar da paz, na Suissa, em 1892, e de tal fórma se houve que foi nomeado vice-presidente da Conferencia e membro do Conselho de União interparlamentar, tendo, desde então, representado o paiz nas conferencias realisadas no antigo e novo mundo, como nas de Paris, Haya, Bruxellas, Christiania, Budapest, Vienna d'Austria e S. Luiz, onde pelo seu elevado criterio e fervor com que defendia os ideaes pacificos, lhe chamavam o *Passy portuguez* (Passy foi o fundador da União interparlamentar e é o mais devotado apostolo da implantação do estado juridico entre as nações). O sr. dr. João de Paiva foi um dos fundadores da Liga Portugueza da Paz, onde por varias vezes tem exercido o logar de presidente, e pelas suas publicações respeitantes á necessidade de se pôr de parte, tanto quanto possivel, o anachronismo da guerra, é tido como o primeiro sustentaculo das idéas pacificas em Portugal A sua excessiva modestia, que por varias vezes lhe tem sido nociva, o tem afastado, tanto quanto possivel, da evidencia; e, assim, apezar de lhe haver o parlamento consignado um voto de louvor na sua sessão de 30 de maio de 1893 sobre proposta de membros dos differentes partidos, e mo Arouca, Abilio Lobo, Beirão, Dias Costa e Lobo d'Avila, pela maneira brilhante e desinteressada (palavras textuaes) como o tinha representado no estrangeiro, não obstante uma portaria de louvor com a data de 25 de junho de 1896, o haver distinguido pela maneira elevada como havia desempenhado os trabalhos relativos a projectos de lei

de que o governo o encarregára, e apezar dos seus amigos politicos continuarem a acompanhal-o com verdadeira dedicação, e de um antigo ministro de estado o haver convidado para fazer parte d'um ministerio a que elle pertencesse, e a quem elle respondeu que no seu programma de vida não entrava o fazer carreira politica, fez sciente ao seu chefe politico de que tinha o firme desejo de nunca mais ser eleito deputado, porque queria dedicar se com desvelo ás obrigações de magistrado judicial, com que mais se coadunavam o seu temperamento e feitio moral, que não eram de molde a deixal-o enveredar pelos caminhos por vezes tortuosos da politica. Mas, considerando um dever civico o não se desinteressar qualquer cidadão das justas conveniencias da patria, figurando entre ellas a boa administração publica, revelava toda a sua dedicação pelo partido regenerador-liberal, por ser o que lhe merecia maior confiança.

Paiva (*P. João de*). Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, e prior de Santa Maria, de Penacova. N. em Coimbra, e fal na mesma cidade a 24 de janeiro de 1640. Era filho de Manuel de Paiva. Foi conego magistral da sé de Lamego em 30 de setembro de 1632. Deixou publicada em latim uma obra sobre a melhor intelligencia de muitos trechos da Sagrada Escriptura.

Paiva (*P. João de*). Jesuita. N. em Lisboa a 14 de maio de 1604, onde tambem fal, na casa professa de S Roque, a 23 de março de 1682. Era filho de Antonio de Paiva e de Domingas da Costa Foi beneficiado na sé de Lisboa, professando depois na Companhia de Jesus a 20 de novembro de 1660. Escreveu: *Compendio das ceremonias que se devem observar conforme o Missal Romano*, reformado pelo papa Urbano VIII, Lisboa, 1671; saiu com o nome supposto de *P João de Brito*.

Paiva (*João Henriques de*). Bacharel formado em Philosophia e Medicina pela Universidade de Coimbra, medico da Casa Real. Era filho de Manuel Joaquim Henriques de Paiva, que exercia a mesma profissão de medico. Fal. em Belem, no anno de 1833. Escreveu: *Reflexões ácêrca da doutrina de Brown, feitas pelo dr João Pedro Frank, dirigidas a seu filho José Frank, as quaes servem de continuação da Pratica Medica Browniana, publicada no anno passado por Manuel Joaquim Henriques de Paiva, tiradas do latim em linguagem, e accrescentadas com algumas notas*, Lisboa, 1803; *Compendio das enfermidades venereas do dr. João Frederico Fritz*, etc., *traduzido com varias notas e accrescentamentos*, Lisboa, 1802, 2 tomos

Paiva (*João José Machado de*). Violinista, compositor e mestre muito considerado no Porto, nos fins do seculo XVIII e primeiros 20 annos do seculo XIX Ignoram-se as datas do nascimento e do fallecimento, mas parece que fal. entre os annos de 1818 e 1820, porque Balbi. referindo se a elle no seu *Essai Statistique*, cujas noticias alcançam até 1822, diz o seguinte: «Paiva, excellente tocador de violino, fallecido no Porto ha alguns annos.» Foi primeiro violino no theatro de S. João, e para se representar n'este theatro escreveu a musica d'um grande bailado, cujo libretto se imprimiu, e tem este titulo: *Jason e Medea, baile tragico pantomimo, dividido em quatro actos de invenção do celebre Mr. Nover, e agora dirigido por Domingos Magno, offerecido ao Ill.mo e Ex.mo Sr. Pedro de Mello Breyner, por Lourenço Lacomba, primeiro bailarino do Real Theatro de S. João d'esta cidade no dia 5 de fevereiro de 1807*. Escreveu tambem a musica d'outro grande bailado em 4 actos, composição do bailarino Petrelli, o qual se intitulava *D. João de Castro em Dabul*, e foi representado no mesmo theatro em 4 de fevereiro de 1810.

Paiva (*João Nepomuceno Medina de*). Violinista e compositor, como seu pae, João José Machado de Paiva (*V. o artigo antecedente*). N. no Porto em 1810, fal. depois do anno de 1864. Sendo primeiro violino da orchestra do theatro de S. João, deu ali um espectaculo em seu beneficio, a 6 de maio de 1835, no qual se apresentou tocando uma phantasia composta por João Antonio Ribas. Medina de Paiva escreveu muita musica para peças theatraes, de que podemos mencionar as seguintes: *Maria, ou a filha de Bernard*, drama em 3 actos com arias e coros, representado no theatro de S. João em 1846; *O Magico fingido ou as tres viagens nocturnas*, magica em 3 actos, representada pela primeira vez no theatro de Santo Antonio em 1 de fevereiro de 1855; *As tres cidras do amor*, comedia-lenda em 3 actos, de Mendes Leal, tendo a primeira representação em 16 de maio de 1857; *S Gonçalo de Amarante*, drama sacro em 3 actos, de José Romano, que se representou a primeira vez em 13 de março de 1859; *Gabriel e Lusbel ou o Taumaturgo*, de Braz Martins, que se representou no Porto em 1863, com musica de Medina de Paiva. Compoz tambem pequenos trechos, dos quaes alguns se imprimiram, entre elles um *Hymno do Porto*, poesia de Guilherme Braga, offerecido á camara municipal em 1864; *Hymno industrial*, para ser executado na exposição realisada em 1861, poesia de S. A. Salgado; *Hymno Constitucional*, para se cantar no anniversario da acção das linhas do Porto em 1832. Medina de Paiva foi o fundador e o primeiro presidente do *Montepio Musical Portuense*, creado no Porto em 1848, e composto dos principaes musicos residentes n'aquella cidade. Durante muitos annos exerceu diversos cargos n'esta sociedade, prestando bons serviços.

Paiva (*Joaquim José de*) Professor de musica muito estimado em Braga, tocando flauta com toda a correcção N. em Braga a 26 de julho de 1832, onde tambem fal. a 9 de dezembro de 1901. Era filho de Fernando José de Paiva, e de sua mulher, D. Maria do Carmo. Foi professor de musica no collegio dos Orphãos; de violino e flauta no collegio do Espirito Santo. Durante mais de 30 annos regeu a Philarmonica Bracarense. Deixou algumas pequenas composições, taes como: Cantatas de boas festas para o dia de Reis, musica de dansa, *Hymno dos Artistas*; e o *Hymno Bracarense*, offerecido aos habitantes de Braga em 1856, que se tornou ali muito popular.

Paiva (*Manuel Joaquim Borges de*). Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra. N. em Esgueira, e fal. ainda muito novo, em 1824. Formou-se em 1818. Escreveu: *Versos a Elmira*, sairam na *Mnemosine Lusitana*, n.º XXV, de 1816; *Nova Osmia, tragedia original*, Coimbra, 1818; teve uma edição, feita no mesmo anno, no

Rio de Janeiro; *Ode pindarica ao ill.mo e ex.mo sr. conde dos Arcos, governador que foi na Bahia*, etc., Lisboa, 1818. Deixou manuscriptas mais 3 tragedias: *Lucinda*, *Polidoro* e *Jonas*. Francisco Bingre, o *Cysne do Vouga*, consagrou á sua morte uma elegia, que foi publicada no Porto no mesmo anno da sua morte, com o titulo: *Elegia na sentida morte do senhor doutor Manuel Joaquim Borges de Paiva, insigne poeta tragico*

Paiva (*Manuel Joaquim Henriques de*) Fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo; doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra, onde foi lente na faculdade de Philosophia, com exercicio da cadeira de Pharmacia em Lisboa; medico da Real Camara, deputado da Real Junta do Porto Medicato; censor regio da Mesa do Desembargo do Paço, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa; da de Stockolmo, da de Medicina de Madrid, da Sociedade Economica de Harlem, etc. N. em Castello Branco a 23 de dezembro de 1752; fal. na Bahia a 10 de março de 1829. Era filho de Antonio Ribeiro de Paiva e de sua mulher, D. Izabel Ayres Henriques. Foi seu tio paterno o celebre medico Antonio Nunes Ribeiro Sanches. Frequentando a Universidade de Coimbra recebeu o grau de bacharel, fez formatura e os demais actos grandes na faculdade de Medicina, e ao mesmo tempo que cursava as aulas, presidia a uma sociedade de rapazes estudiosos que concorriam a sua casa em Cellas exercitando-se em palestras scientificas, e para esses seus companheiros ordenou em latim uns *Elementos de chimica e pharmacia*, que por escriptores diversos fôram traduzidos em portuguez e impressos em 1796. Cultivando sempre com assiduidade e proveito os estudos proprios da sua profissão, dedicou se á Botanica, foi nomeado socio da Academia de Upsala por indicação de Linneu, e o seu mestre e amigo Fr. José Marianno da Conceição Velloso deu o nome de *Paiva* a uma das plantas da sua *Flora fluminense*. Deixou de ser socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, em 1807, instigado de desconsiderações que julgou praticadas a seu respeito por esta corporação. Tendo escripto que, para vencer Napoleão era absolutamente nullo todo o poder de Portugal, foi perseguido como *jacobino*, preso, e condemnado por sentença do Juizo da Inconfidencia de 24 de março de 1809, exautorado de todos os cargos que exercia e das honras de que gozava, e condemnado a degredo para o ultramar. Chegaram até alguns biographos a dizer que elle soffrera a pena infamante de açoites, embora esta affirmativa seja incerta. Estabelecendo mais tarde a sua residencia na cidade da Bahia, foi reintegrado em todas as honras e prerogativas, por decreto de D. João VI, de 6 de fevereiro de 1818, mas não querendo regressar á patria, conservou-se na Bahia até fallecer. O decreto saiu na *Gazeta* do Rio de Janeiro, e d'ahi trancripto no *Investigador Portuguez*, n.º LXXXVIII, a pag. 458. *Bibliographia*: Obras originaes impressas: *Dissertatio Medica de actione vesicantium in corpus vivum in aphorismos digesta: autore Emmanuele Joachimo Henriques de Paiva*, etc., 1776; *Directorio para se saber o modo e o tempo de administrar o alkalino volatil fluido nas asphyxias ou mortes apparentes, nos afogados, nas apoplexias, nas mordeduras das viboras, de lacraus e d'outros insectos*, etc., Lisboa, 1782; *Elementos de Chimica e Pharmacia, relativamente á medicina, ás artes e ao commercio*, Lisboa. 1783; outra edição, em 1786; *Pharmacopea Lisbonense, ou collecção dos simplices, preparações e composições mais efficazes e de maior uso*, Lisboa, 1785; *Segunda edição mais accrescentada*, Lisboa, 1802; *Memoria chimico-agronomica sobre quaes são os meios mais convenientes de supprir a falta dos estrumes nos logares onde é difficultoso havel os*, etc.; saiu nas *Memorias de Agricultura, premiadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa em 1787*, tomo I; *Aviso ao povo sobre as asphyxias ou mortes apparentes, e sobre os soccorros que convem aos afogados*, etc., Lisboa, 1786; *Aviso ao povo, ou signaes e symptomas das pessoas envenenadas com venenos corrosivos, etc., e dos meios de as soccorrer*, Lisboa, 1787; *Aviso ao povo, ou summario dos preceitos mais importantes, concernentes á creação das creanças, ás differentes profissões e officios, aos alimentos*, etc., Lisboa, 1787; *Aviso ao povo ácêrca da sua saude, por mr. Tissot, traduzido em portuguez e accrescentado com notas, illustrações, e um tratado de enfermidades mais frequentes de que não tratou mr. Tissot na referida obra*, Lisboa, 1787; 3 tomos, 2.ª edição, 1796 e outra em 1816; *Memorias de Historia natural, de Chimica, Agricultura, Artes e Medicina, lidas na Academia Real das Sciencias*, tomo I, Lisboa, 1790; não se chegou a publicar o 2.º vol.; *Curso de Medicina theorica e pratica, destinado para os cirurgiões que andam embarcados, ou que não estudaram nas universidades*, Lisboa, 1792; só se publicou o 1.º tomo, contendo a *Physiologia*; *Exposição dos meios chimicos de purificar o ar das embarcações, isto é, de destruir as particulas malignas que resistem aos meios mechanicos, e de conhecer a existencia das mesmas particulas malignas na atmosphera*, etc., Lisboa, 1798; *Novo, facil e singelo methodo de curar as feridas de pelouro*, etc., Lisboa, 1801; *Reflexões sobre a communicação das enfermidades contagiosas por mar, e sobre as quarentenas, que se fazem observar em alguns paizes*, etc., Lisboa, 1803; *Preservativo das bexigas e de seus terriveis estragos, ou historia da origem e descobrimento da vaccina, e dos seus effeitos ou symptomas, e do methodo de fazer a vaccinação*, etc., Lisboa, 1801, com estampas; 2.ª edição, 1806, com uma estampa; *Bosquejo de Physiologia, ou sciencia dos phenomenos do corpo humano no estado de saude*, Lisboa, 1803; *Pharmacopea naval, ou collecção dos medicamentos simples e compostos, que cumpre haver nas boticas dos navios*, Lisboa, 1807; *Memoria sobre a excellencia, virtudes e uso medicinal da verdadeira agua de Inglaterra da invenção do dr. Jacob de Castro Sarmento, actualmente preparada por José Joaquim de Castro*, Bahia, 1816; nova edição, Lisboa, 1823.—Obras traduzidas: *Philosophia chimica ou verdades fundamentaes da chimica moderna destinadas a servir de elementos no estudo d'esta sciencia, por A. F. Fourcroy*, etc.; tiradas do francez, em linguagem, da 3.ª impressão, e accrescentadas de annotações e dos ultimos descobrimentos, Lisboa, 1801; 2.ª edição, Rio de Janeiro, 1816; *Methodo novo e facil de applicar o mercurio nas enfermidades venereas, com uma hypothese nova da acção do mesmo mercurio nas vias salivares, pelo dr. José Jacob Plenck, traduzido do latim em portuguez, illustrado e accrescentado*, Lisboa, 1785; *Instituições de*

Cirurgia theorica e pratica, que comprehendem a physiologia e a pathologia geral e particular, extrahida do compendio das Instituições Cirurgicas, dos Elementos de Cirurgia e de outras obras do dr. José Jacob Plenck, e notavelmente accrescentadas, Lisboa, 1786; 2 tomos; 2.ª edição, 180.; *Doutrina das enfermidades venereas do dr. José Jacob Plenck, traduzidas do latim em portuguez, illustrada e accrescentada com notas*, etc., Lisboa, 1786, 2.ª edição, 1805; *Medicina domestica, ou tratado de prevenir e curar as enfermidades, com o regimento e medicamentos simples; escripto em inglez pelo dr. Guilherme Buchan, traduzido em portuguez com varias notas e observações concernentes ao clima de Portugal e do Brazil, com o receituario correspondente, e um appendice sobre os hospitaes navaes*, etc., Lisboa, 1788; 4 tomos, 2.ª edição, 1802, 4 tomos; ha 3.ª e 4.ª edições, sendo esta ultima em 1741; *Methodo de restituir a vida ás pessoas apparentemente mortas, por afogamento ou suffocação; recommendada pela Sociedade Humana de Londres*, etc., Lisboa, 1790; *Methodo seguro e facil de curar o venereo, composto de J. J. Gardane: traduzido em vulgar para servir de supplemento ao Aviso ao povo do dr. Tissot, e á Doutrina das enfermidades venereas do dr. Plenck*, Lisboa, 1791; *Divisão methodica dos animaes mammaes, conforme a distribuição de Scopoli*, Lisboa, 1786; *Divisão methodica dos mesmos animaes, conforme o methodo de Linneo*, Lisboa, 1786; *Divisão methodica dos quadrupedes, conforme o methodo de mr. Brisson*, Lisboa, 1786; *Divisão methodica das aves, conforme o methodo de Scopoli*, Lisboa, 1786; *Divisão methodica das mesmas, conforme o methodo de mr. Brisson*, Lisboa, 1786; *Divisão methodica das mesmas, conforme o methodo de Linneo*, Lisboa, 1786; *Divisão methodica dos amphibios, conforme o methodo de Scopoli e Linneo*, Lisboa, 1786; *Divisão methodica dos peixes, conforme o methodo de Gouan*, Lisboa, 1786; *Divisão methodica das mesmas, conforme o methodo de Scopoli*, Lisboa, 1786; *Memoria em que se prova que as feridas de pelouro, ou de armas de fogo, são por si innocentes, e simples a sua cura; por D. Paulo Antonio Ibarrola, tirada do castelhano em linguagem, e augmentada com notas*, Lisboa, 1800; *Philosophia chimica, ou verdades fundamentaes da Chimica moderna, dispostas em nova ordem por A. F. Fourcroy, tiradas do francez em linguagem, e accrescentadas de notas e de axiomas apanhados dos ultimos descobrimentos*, Lisboa, 1801; 2.ª edição, 1816; *Compendio das enfermidades venereas, pelo dr. João Frederico Fritz, traduzido e accrescentado com notas*, Lisboa, 1802; *Tratado theorico e pratico das chagas, precedido de um ensaio sobre a direcção e cura cirurgica da inflammação, suppuração e gangrena; por Benjamin Bell, traduzido da quarta edição ingleza, e augmentado com muitas notas e illustrações*, Lisboa, 1802; *Chave da pratica medico-Browniona, ou conhecimento do estado esthenico e asthenico predominante nas enfermidades; pelo dr. Weikard, trasladodo em italiano pelo dr Luiz Franck; em hespanhol com um compendio da theoria Browniana pelo dr D. Vicente Mitjavilla e Fisonel; e em linguagem com algumas notas*, Lisboa, 1806 a 1807, 4 tomos; *Noticia dos mappas synopticos de Chimica, para servirem de resumo ás lições dadas sobre esta sciencia nas escolas de Paris, por A. F. Fourcroy, vertidas em linguagem e accrescentadas*, Lisboa, 1802; *Divisão das enfermidades feita segundo os principios do systema de Brown, ou Nosologia Browniana, pelo dr. Valeriano Luiz Brera, trasladada em hespanhol com um discurso preliminar sobre as Nosologias pelo dr. Vicente Mitjavilla e Fisonel; e em portuguez com algumas notas*, Lisboa, 1800; *Ensaio sobre a nova doutrina medica de Brown em fórma de carta, por Manuel Rizo, de Constantinopla; vertido em linguagem*, Lisboa, 1807; *Fundamentos botanicos de Carlos Linneo*, etc., *vertidos do latim em portuguez, illustrados e augmentadas*, Lisboa, 1807; *Da febre e sua curação em geral, ou novo e seguro methodo de curar facilmente por meio dos acidos mineraes todas as especies de febre, pelo dr. Reich, traduzido do allemão em francez pelo dr. Marc, e d'este para portuguez com annotações*, Bahia, 1813; *Prospecto de um systema simplicissimo de Medicina, ou illustração e confirmação da nova doutrina de Brown pelo dr. Weikard, e annotações de Franck, traduzido com annotações*, Bahia, 1816, 2 tomos; *Manual de Medicina e Cirurgia pratica, fundada sobre o systema de Brown, pelo dr. Weikard, traducção livre da segunda edição allemã em italiano, augmentada pelo dr. Brera, e tirada em linguagem com annotações*, Lisboa, 1818, 4 tomos; *Os ultimos momentos de Maria Thereza, imperatriz de Allemanha, traduzidos do francez*, Lisboa, 1785.—Obras alheias que o dr. Paiva ordenou, corrigiu, additou ou fez imprimir: *Novo Diccionario francez portuguez, composto segundo os mais celebres diccionarios, e enriquecido de muitos termos de medicina, de anatomia, de cirurgia, de pharmacia*, etc., *notavelmente corrigido, augmentado e additado com um sem numero de termos e de locuções, e algumas phrazes em ambos os idiomas*, Lisboa, 1786; *Exame de sangradores*, etc., *composto por Manuel José da Fonseca, correcto e accrescentado, sexta edição*, Lisboa, 1786; *Observações praticas sobre a tysica pulmonar; escriptas em inglez pelo dr. Samuel Foart Simmous, traduzidas em latim pelo dr. F. A. Van Zandyche, e em portuguez, por Francisco José Paula, accrescentadas com algumas notas e observações*, Lisboa, 1789; *Discurso critico, em que se mostra o damno que tem feito aos doentes, e aos progressos da medicina a introducção e uso dos remedios de segredo*, etc., *escripto por José Henriques Ferreira*, Lisboa, 1785; *Pharmacopeia Collegii Regulis Medicorum Londinensis, additamentis et animadversionibus aucta*, Olisipone, 1791; *Instituições ou elementos de pharmacia, extrahidas de Baumé, e reduzidos a novo methodo pelo dr. José Francisco Leal*, Lisboa, 1792; *Provisão do Desembargo do Paço de 15 de fevereiro de 1785, na qual se concedeu faculdade á Camara da villa d'Almada de augmentar o partido medico da mesma villa, e condições que o medico do referido partido é obrigado a cumprir*, etc., Lisboa; 1788, *Catalogo dos livros compostos, traduzidos e dados á luz por Manuel Joaquim Henriques de Paiva*, etc., Lisboa, 1807. Deixou manuscriptas varias obras originaes e traduzidas. O dr. Henriques de Paiva foi o redactor principal do *Jornal Encyclopedico*, durante o ano de 1788 e seguintes

Paiva (*Manuel José de*). Bacharel formado em Direito Civil pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa a 9 de dezembro de 1706. Depois de aprender humanidades foi cursar jurisprudencia

na Universidade de Coimbra. Tendo recebido o grau de bacharel entrou na carreira da magistratura, foi nomeado juiz de fóra de Odemira e de Aviz; renunciou, porém, a esses cargos para se dedicar á advocacia, que exerceu em Lisboa com algum prestigio, até que, desejoso de descanço, se retirou para uma quinta que possuia, onde, parece haver composto as suas obras. Ignora-se a data do seu fallecimento, porque depois de 17.0 não ha mais noticias a seu respeito. Escreveu, com o pseudonymo de *Sylvestre Sylverio da Sylveira e Sylva, mestre de ler e escrever, arithmetica e grammatica, no logar de Carnaxide*, uma obra humoristica em 2 volumes, com o seguinte titulo: *Governo do mundo em secco, palavras embrulhadas em papeis, ou escriptorio da Razão*, etc. O 1.º volume teve a primeira edição em 1748, e juntamente com o 2.º volume, publicou se em 1751. N'esta obra são censurados graciosamente muitos abusos do seu tempo em materias civis e religiosas, etc. Escreveu mais: *Antidoto grammatical*, critica ao *Novo Methodo para aprender a lingua latina*, do P. Manuel Monteiro, Valencia, 1750: *Oratorio christão*, Lisboa, 1755; *Enfermidades da lingua, ou arte que ensina a emmudecer para melhorar*, etc; com o mesmo pseudonymo, Lisboa, 1760; assim como as seguintes comedias, escriptas em verso e no gosto do theatro hespanhol: *Comedia em que se representa pelo discurso de uma parabola a verdade da inscripção seguinte: «Talhada está a ração para quem a ha de comer.»*, Lisboa, 1751; *A Fortuna não é como se pinta*, Lisboa, 1761; *Guarda Deus o que Deus guarda*, Lisboa, 1780; *Memoria dos trabalhos e prosperidade de Job, exposta em uma comedia, que se intitula: «Não ha bem que sempre dure, nem mal que se não acabe»*, Lisboa, 1780; *Só o amor faz impossiveis*, Lisboa, 1764; *Comedia joco-seria, intitulada: «Quem boa cama fizer n'ella se deitará»*, Lisboa, 1786. Pela data da impressão d'esta ultima comedia, parece que Manuel José de Paiva ainda vivia em 1786, a não ser publicação posthuma.

Paiva *(Miguel de)*. Pintor que viveu no seculo XVII. Em 1641 succedeu a Domingos Vieira Serrão na qualidade de pintor do rei, com o ordenado de 5$000 réis e meio alqueire de trigo.

Paiva *(Mosseh Pereira de)*. Judeu portuguez que parece ter vivido na India no seculo XVII, pelo menos algum tempo. Em 1687 publicou em Amsterdam um opusculo intitulado: *Noticias dos judeus de Cochim, mandadas por Mosseh Pereira Paiva.*

Paiva *(Fr. Sebastião de)*. Religioso da ordem da Santissima Trindade; mestre de Theologia, e prégador geral na sua ordem. N. em Lisboa e fal. a 9 de setembro de 1659. Mostrava-se um defensor acerrimo dos *Sebastianistas*, fazendo a apologia d'esta crença em escriptos, que ficaram ineditos, e se queimaram no grande incendio que se seguiu ao terremoto de 1755, que arruinou completamente o convento da Trindade, onde elles se guardavam. D'essa catastrophe apenas se salvou a seguinte obra: *Tratado da quinta monarchia e felicidade de Portugal prophetisadas*, composto pelo rev. Fr. Sebastião de Paiva, da ordem da Santissima Trindade, etc, anno de 1641. Esta copia pertenceu a Dionisio Bernardes de Moraes, e fórma um grande volume de folio, letra dos fins do seculo XVII. A obra é cheia de citações, anecdotas e prophecias com o intuito de provar que el-rei D. Sebastião ainda vivia, e voltaria a Portugal para aqui fundar o quinto imperio. Julga-se que esta copia existe nas miscellaneas da Bibbliotheca Nacional de Lisboa. Impresso, de Fr. Sebastião de Paiva, existe apenas: *Historia paraenetica dos doutores antigos*, Lisboa, 1657; *Juridica resposta a um papel anonymo manuscripto, que contra certas censuras apostolicas, proferidas em uma causa dos Religiosos da Santissima Trindade se divulgou*, Lisboa, 1658.

Paiva. Pov. na freg. do Salvador, de Aveleda, conc. da Louzada, distr. do Porto. ‖ Rio das provincias da Beira Alta e do Douro. N. na serra de N. S.ª da Lapa, da Beira Alta, e depois de receber differentes ribeiros e regatos, de passar por varias povoações, ou por suas proximidades, sendo as mais notaveis as villas de Fragoas, Castro Daire e Alvarenga, entra na margem esquerda do rio Douro, entre a aldeia de Varzea, freg. de Souzêllo, na Beira Alta, e a aldeia de Castello de Paiva na freg. de Foruos, na prov. do Douro, com um percurso de 70 k. E' na sua maior parte, de curso arrebatado e furioso. Divide a prov. do Douro da da Beira Alta, porém só de Alvarenga para baixo, porque até ahi corre sempre em territorio da Beira Alta. As margens d'este rio são, na maior parte, formadas de penhascos, ou moutes alcantilados, e corre em leito tão profundo que em poucas partes se aproveitam as suas aguas para irrigação. Sobre este rio ha uma ponte, que foi construida em 1770. Dista da pov. de Trancoso, 4 k. ao SE. Tem desde a extremidade das guardas até á flôr da agua, 22 m. O arco principal tem 7 m. de vão, havendo dois arcos pequenos, ambos do lado direito do rio, do lado de Alvarenga. Um d'estes arcos menores, chamado *dos pescadores*, está acima do nivel das maiores enchentes. D'este mesmo lado, ha uma rocha, talhada a prumo sobre o rio, de 70 a 80 m d'altura. O outro arco pequeno é por onde o rio Osseira vae desaguar no Paiva. Não só o local onde está situada a ponte, mas tambem as duas margens do rio, d'ali para baixo, e até grande distancia, são erriçadas de altos e medonhos rochedos, de um aspecto terrivel. Abaixo da ponte ha um poço profundissimo, com sorvedouros, ou redemoinhos, onde o mais affouto nadador corre perigo de se afogar.

Paiva d'Andrada *(Joaquim Carlos)*. Illustre africanista contemporaneo; general de divisão reformado, ajudante de campo honorario de Sua Majestade El-rei Senhor D. Manuel II, etc. N. em Lisboa a 29 de novembro de 1846. Assentou praça de voluntario em caçadores n.º 2, a 10 de junho de 1863, sendo despachado alferes alumno, depois d'uma notavel frequencia na Escola Polytechnica, para o regimento de artilharia n.º 1, em 23 de novembro de 1865. Concluiu o curso da arma d'artilharia na Escola do Exercito em 23 de dezembro de 1867, sendo pouco depois, em 15 de janeiro de 1868, promovido 2.º tenente da sua arma, passando a fazer tirocinio legal de dois annos no 1.º regimento, findo os quaes obteve a sua promoção a 1.º tenente em 18 de janeiro de 1870, e em 11 de março d'este anno foi nomeado pelo ministerio da guerra para ir a França em commissão da arma d'artilharia, recolhendo ao reino em 9 de setembro de 1872 Assistiu d'este

modo a toda a guerra franco-allemã. Na primavera de 1871 passou á Belgica, e estando em Antuerpia, foi especialmente convidado pelo general Delobel para assistir ás manobras de inspecção da companhia de pontoneiros, no Escalda, ás do regimento de artilharia montada na cidadella da mesma cidade de Antuerpia, e ás do regimento d'artilharia a cavallo de Malines. O magnifico relatorio, que então enviou de Bruxellas para a direcção geral d'artilharia, descrevendo estes exercicios com todo o desenvolvimento, é um documento valioso da competencia com que este official promettia desempenhar se em todos os assumptos da hourosa missão que lhe fôra commettida. Em agosto do mesmo anno de 1871 foi encarregado de assistir na Belgica ao fabrico das metralhadoras Christophe e Montigny, com que esteve armada durante alguns annos uma bateria do 1.º regimento d'artilharia. Por sua lembrança e com approvação superior, fôram feitas algumas modificações nos machinismos de elevação d'aquelle engenho de guerra, e teve a honra e satisfação de vêr esses melhoramentos muito bem recebidos pelos autores fabricantes,

Joaquim Carlos Paiva d'Andrada

e applaudidos nas experiencias feitas no Tiro Nacional, em presença d'algumas notabilidades da artilharia belga e russa. Pela portaria de 20 de maio de 1874 foi nomeado vogal da commissão encarregada de estudar no estrangeiro o systema de defeza por meio de torres couraçadas, sendo louvado em portaria de 13 de janeiro de 1875, «pela actividade, zelo e intelligencia com que desempenhou aquelle serviço.» Fez parte da commissão de torpedos em portaria de 18 de fevereiro de 1878, e em 13 de março do mesmo anno foi agraciado com o grau de official da ordem de S. Thiago. No *Diario Illustrado* de 18 de fevereiro de 1879, publicou o sr. Fernandes Costa, então capitão d'artilharia, um extenso artigo acompanhado de retrato, em que se mencionam muitas outras commissões importantes no estrangeiro, cujo desempenho valeu ao digno official sr Paiva d'Andrada, em algumas d'ellas, portarias de louvor Em 25 de julho de 1875 foi promovido a capitão, em 27 de outubro de 1885 a major, em 12 de março de 1890 a tenente-coronel, em 27 de fevereiro de 1895 a coronel, reformando se em general de divisão, por ser julgado incapaz do serviço activo, em 21 de novembro de 1907. No anno de 1877, tendo o posto de capitão, era addido militar á nossa legação de Paris. Lembrou-se d'elle o ministro da marinha para lhe offerecer o governo reunido de Quelimane e Tete, mas levado pelo seu temperamento de aventura e enthusiasmo escusou-se ao encargo official, pedindo para lhe ser permittido fazer uma larga exploração da nossa tão rica e mal aproveitada Zambezia. Acceden promptamente o ministro ás arriscadas ambições d'aquelle official, e este, valendo-se das suas relações com a *Haute Banque* de Paris, conseguiu em pouco tempo organisar a *Société des Fondateurs de la Compagnie Générale du Zambeze*, á qual pelo decreto de dezembro de 1878 fôram feitas largas concessões na região do Zambeze. Aquella empreza enviou para a Africa, successivamente, duas expedições technicas com as quaes dispendeu réis 112.000$000, chegando a fazer importantes trabalhos de exploração nas minas de carvão na região de Tete, mas, sendo lhe pelo governo exigidos novos e grandes esforços, não pôde continuar, e em 1883 entrou em liquidação. Na segunda das expedições technicas realisadas por conta da *Société*, teve o sr. Paiva de Andrada occasião de percorrer parte do paiz de Manica, região tão celebre na nossa historia da Africa Oriental, e cujas minas, noticiadas em todos os escriptores antigos, de novo haviam sido postas em relevo por viajantes da categoria scientifica de Livingstone, Erskine, ou de notoriedade como Selous, e Elton. Enthusiasmado com a riqueza aurifera da região, o sr. Paiva d'Andrada conseguiu congregar novos elementos financeiros, d'esta vez todos nacionaes, e assim se formou a *Companhia de Ophir*, á qual foi concedida por decreto de 12 de fevereiro de 1884 a exploração exclusiva das minas de Manica e Quiteve. Não foi esta companhia mais feliz do que a primeira, e por insufficiencia do capital subscripto, e ainda por outras causas, resolveu tambem liquidar. Mas, se os primeiros financeiros desanimavam ou succumbiam perante as difficuldades da empresa, não desanimava nem desfallecia o sr. Paiva de Andrada, que conseguiu transmittir a sua esperança e a sua fé ao grupo financeiro que constituiu a Companhia de Moçambique, com um capital subscripto de 180:000$000 réis, e que em 8 de março de 1888 dirigiu ao governo um requerimento pedindo o privilegio ou concessão por 30 annos da exploração colonial, em todas as seus variados ramos, e principalmente no que diz respeito ao reconhecimento e lavra dos jazigos auriferos, d'uma grande parte da Africa Oriental Portugueza, obrigando se os signatarios á construcção de um Decauville marginal do Pungue ou do Buzi, e dentro da concessão pedida. N'este documento declarava se que tinham sido adquiridos os direitos da *Société des Fondateurs de la Compagnie Générale du Zambeze* e os da *Companhia de Ophir*, concessões autorisadas pelos decretos já citados, assim como se haviam alcançado os direitos das pescarias de perolas nas costas de Moçambique desde o Zambeze até ao Cabo de S Sebastião, concessão pedida por J Convreur em 5 de outubro de 1883. O governo demorou o despacho do requerimento, que só appareceu pelo decreto de 20 de dezembro de 1888, mas concedendo apenas as *minas do Estado* nas

bacias do Aruangua e do Buzi, isto é, ainda menos do que fizera a concessão da *Companhia de Ophir* A companhia apressou-se a pugnar pelos seus interesses, reclamando contra a interpretação dada pelo governo aos seus contratos mineiros, e logo a 26 do citado mez de dezembro requeria que o seu privilegio se estendesse pelas regiões entre o Aruangua e o Zambeze. Não esperava ella, entretanto, a solução do governo para começar os seus trabalhos, installando se em Lisboa e nomeando para administrador delegado o escrivão Oliveira Martins, e já em meados de 1888 enviava para Africa a sua primeira expedição, destinada a começar o reconhecimento e exploração da região mineira de Manica. E como grande parte dos terrenos de concessão pertencia ao imperio vatua e como apezar da soberania portugueza sobre Gaza o potentado que regia aquelle enorme paiz nem sempre acatava as ordens ou disposições do estado soberano, foi por ordem do governo de Lisboa com a expedição o sr. Paiva d'Andrada, então tenente-coronel, administrador da Companhia que, pelas suas anteriores visitas ao Gungunhana gozava aos olhos d'este chefe de um grande prestigio e que desembarcando em Africa devia seguir para o Mossurize a sondar o animo do regulo e a influir, sendo preciso, nas suas resoluções. A missão do sr. Paiva de Andrada teve um exito completo: muito bem recebido pelo Gungunhana, alcançou d'elle uma completa acquiescencia aos trabalhos da Companhia, saindo de Mossurize acompanhado d'um chefe vatua encarregado de transmittir a todos os regulos e feudatorios dependentes do seu soberano a vontade favoravel do grande chefe. Nos meados de janeiro de 1889 estava em Macequece, onde havia chegado a expedição dirigida pelo sr. João Rezende, e tendo reconhecido a via de communicações a estabelecer entre a costa e Manica, preoccupou-se em organisar solidamente e primeiro que tudo essas communicações. Assim, tratava de fundar a feitoria da Beira, reconhecer e balisar o seu porto, reconhecia a navegabilidade do Pungue, e estabelecia na sua margem direita estações, uma em Mapanda ou Cafunguze e outra no Guenjére, limites de navegação permanente e accidental d'aquelle rio, onde já se balouçava um pequeno e apropriado vapor, o *Mofambice*, alcunha cafreal do sr. Paiva d'Andrada. A' estação de Guenjére foi dado o nome de *Sarmento* em reconhecimento dos serviços que a expedição devia ao então governador de Sofala o tenente-coronel J. C. Moraes Sarmento. De Mapanda, o sr. Paiva d'Andrada foi fazendo abrir caminho para Manica, e como a distancia entre Sarmento e Manica era demasiado grande, abriu ainda outra estação, a de Chimoio, proximo da povoação do regulo d'este nome, em terras de Ganda. Assim se ia cumprindo o plano de installação da Companhia em Africa, que no dizer do sr. Paiva d'Andrada, se resumia no estabelecimento d'uma decente feitoria na Beira, e em ter boas communicações com Manica; rebocadores e barcaças no rio, carros de bois de Chimoio para Manica, carregadores, emquanto não houvesse Decauville, entre a Mapanda e Chimoio. Dados estes primeiros passos, o sr. Paiva de Andrada partiu para o Panhame e Mazoé em missão do governo, e o sr. João Rezende estabelecia em agosto de 1889 a nova feitoria de Manica na explanada do antigo forte portuguez de Macequece, á qual punha o nome de *Andrada*, começando-se logo os trabalhos de *pesquiza* e formulando se contratos de exploração mineira, havendo no fim de 1889 cinco filões reconhecidos: *Penha Longa*, *Rezende*, *D. Maria Pia*, *D. Luiz*, e outro, ao mesmo tempo que se reconhecia a existencia por numerosos vestigios, de antigos e importantes trabalhos nos montes sobranceiros a Andrada. Em 1890 progrediam os trabalhos da Companhia; novas installações se fôram fazendo nas differentes estações, creando se, por proposta do sr. Paiva d'Andrada, uma outra a juzante de Mapanda, para substituir esta que se reconheceu ter ficado mal collocada, á qual foi dado o nome de *Neves Ferreira*, em homenagem ao governador geral da provincia; novo material se foi enviando para Africa, ao passo que se iam descobrindo novos filões auriferos, sobre os quaes se tinham lavrado 31 contratos de arrendamentos representando um contrato subscripto de 3:650$000 réis. O nome do sr. Paiva d'Andrada figura n'um acontecimento em que o seu patriotismo brilhantemente se revelou. Tendo os inglezes arvorado a sua bandeira nos dominios portuguezes de Gaza, dominios reconhecidos no *modus vivendi* com a Inglaterra e sobre os quaes se sustava toda a acção, Paiva de Andada, com o capitão-mór Manuel Antonio de Sousa e João Rezende, mandou arriar a bandeira britannica e substituil-a pela portugueza Os inglezes, porém, reincidiram, e encontrando os nossos desprevenidos de fôrças, voltaram a içar a sua bandeira, prendendo o illustre africanista e os seus companheiros, que fôram encerrados no forte Salisbury. A companhia *South d'Africa*, que tantos incommodos nos causou, foi a causa determinante d'este conflicto. Essa companhia, á qual se ligam os interesses do duque de Fife, casado com uma filha da rainha Victoria. fazia em Africa o que muito bem lhe parecia, sem que o governo inglez lhe fôsse á mão. Vendo-se contrariada nos seus propositos, mais uma vez usou dos meios illegaes de que se soccorria, confiada na protecção de Londres. Assim, realisou a captura d'aquelles devotados patriotas, que fôram pouco depois postos em liberdade, em virtude da reclamação feita pelo nosso governo. O sr. Paiva d'Andrada é commendador da ordem da Torre e Espada e da de S. Bento de Aviz; official da de S. Thiago, cavalleiro da de S. Bento de Aviz e de Christo; possue a medalha de prata de comportamento exemplar.

Paiva Barreto (*Thomaz Maria de*). Doutor em Canones, pela Universidade de Coimbra. Era natural de Couto de Cima, bispado de Vizeu, sendo filho de Thiago Marques de Paiva. Foi doutorado em 18 de novembro de 1818.

Paiva Couceiro (*Henrique Mitchell de*). Capitão de artilharia, governador geral d'Angola, official ás ordens honorario de Sua Majestade El-Rei senhor D. Manuel II, deputado, etc. N. a 26 de dezembro de 1861, sendo filho do general de divisão reformado sr. José Joaquim de Paiva Cabral Couceiro (V. *Portugal*, vol. II, pag. 1200). Assentou praça em cavallaria a 14 de janeiro de 1878, e em 1883 terminou o curso de artilharia com distincção notavel. Foi promovido a alferes a 9 de janeiro de 1884, a tenente em 27 de janeiro de 1885, e a capitão em 16 de maio

de 1895 Pouco depois de 1886 partiu para Africa, onde se assignalou na guerra feita aos negros de Ambunda; foi tambem um dos valorosos officiaes que se distinguiram em Marracuene e Magul, e na campanha contra os ganguelas do Bihé. Acompanhou Antonio Enues na expedição de Moçambique em 1895, prestando grandes serviços. O sr. capitão Paiva Couceiro é, portanto, um africanista experiente, e tendo fallecido em 1 de maio de 1907 o governador geral de Angola, o major Eduardo Costa, o governo o nomeou para aquelle elevado cargo. No curto espaço de poucos mezes logo se fez sentir na provincia a influencia do novo governador, por suas acertadas medidas, por sua energia e recta justiça. Foi sob o seu governo que as armas portuguezas ficaram victoriosas no Cuamato e no Dembo, ha tantos annos em rebeldia com o governo da provincia. Foi o sr capitão Paiva Couceiro, que resolveu, emfim, a occupação do Ambriz, e apezar da falta de recursos, n'uma occasião em que as fôrças militares da provincia e as expedicionarias da metropole se encontravam empenhadas nas guerras dos cuamatas e dos dembos, não hesitou em organisar uma columna de operações e de á sua frente se dirigir ao Ambriz. Reuniu uma diminuta fôrça do batalhão disciplinar, uma secção indigena e outra de artilharia, algumas praças da companhia de policia, e uma secção de sapadores formada por condemnados, para desbravar o caminho, e entregou o commando da columna a um official já experimentado nas guerras da provincia de Moçambique o capitão Fernando Adolpho da Costa. Resolveu acompanhar a columna com uma bagagem tanto ou mais modesta do que a de um soldado, no dizer d'um official da expedição. Foi a 20 de novembro de 1907 que a expedição saiu do Ambriz para o interior atravez das povoações de Quizala, Quitema, Quidumbe, Quicombe, Cavungo, Mobamba, Quiembumbe, Vaturiampa, Quidombelle, Quintonio, Cupuassa, Molombo, Quimbumbo e as 26 povoações que constituem as tribus do respectivo regulo Quibive, etc As difficuldades e inclemencias que a expedição encontrou na sua marcha, fôram innumeraveis, sobrelevando a todas a falta d'agua e a de abrigos, que por mais d'uma vez quasi desanimou os expedicionarios. Não encontraram estes resistencia séria nos indigenas, cujos sobas se fôram submettendo e pagando o imposto de cubata e de guerra, mas em compensação teve a columna de arrostar com as maiores difficuldades, conforme dissémos, tendo de abrir por muitas partes caminho atravez dos mattos até chegar ao termo da sua missão em Catumbo, depois de 27 dias de trabalhos, em que todas as fadigas e inclemencias soffridas não conseguiram vencer a boa vontade e esforços dos expedicionarios, nem alterar sensivelmente o seu estado sanitario. Esta campanha, que se venceu mais pelo prestigio que pela fôrça das armas, abriu livremente ao commercio de Angola aquella região, de ha muito salteada pelo gentio que impedia as relações commerciaes para o interior do Ambriz. Foi mais um serviço importante prestado pelo sr. capitão Paiva Couceiro, mas os trabalhos d'esta expedição abalaram-lhe um tanto a saude, a que veiu juntar-se o dar em Loanda uma queda de um cavallo, com o que ficou muito maltratado. N'estas circumstancias tudo aconselhava a que regressasse á metropole para restabelecer a saude. Coincidindo este facto com a queda do governo regenerador-liberal, entendeu que devia pedir a sua exoneração. Sabendo-se, porém, em Loanda, d'esta resolução, logo a camara municipal e a Associação Commercial promoveram uma representação e dirigiram honrosas mensagens ao governador geral, solicitando instantemente que desistisse do pedido da sua exoneração. Estas manifestações de sympathia e de interesse, não se limitaram só á população de Loanda, mas a todos os concelhos, em mensagens, cartas e telegrammas das camaras de Benguella, Catumbella, Ambriz, Santo Antonio do Zaire, Quissol, Ambaca, Dondo, Barra do Dande, Lucalla, Mossamedes, Cauhoca, Callulu, etc, e de muitos funccionarios e particulares, subindo a alguns milhares de assignaturas. Este movimento unanime dos povos do Angola prova claramente a boa administração do sr. capitão Paiva Couceiro, interessando-se honrada e intelligentemente pelos progressos d'aquella grande provincia. Para assumir de novo o governo partiu no vapor *Africa*, que saiu em 1 de abril de 1908. O sr. capitão Paiva Couceiro foi eleito deputado por um dos circulos de Lisboa na legislatura de 1906. E' commendador, official e cavalleiro da ordem da Torre e Espada, cavalleiro da de S. Bento de Aviz; possue as medalhas: de ouro de valor militar; as de prata para commemorar a expedição a Moçambique de 1894 e 1895, e concedida ao merito, philantropia e generosidade. Foi tambem condecorado com a cruz de 1.ª classe de Merito Militar de Hespanha. Publicou: *Angola*, Lisboa, 1910.

Paiva Manso *(Abel Maria Jordão de Paiva Manso, 1.º barão de).* Cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, advogado do Conselho de Estado, secretario do Tribunal do Commercio de primeira instancia, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e de outras sociedades e corporações scientificas, etc. N. em Coimbra a 3 de março de 1801, fal. em 8 de julho de 1874. Era casado com D. Catharina Angelica Dias, filha de Manuel Dias Mendes, irmão mais novo de Francisco Dias Gomes, celebre philologo e poeta. D'este consorcio houve dois filhos, o visconde de Paiva Manso, Levy Maria Jordão (*V.* o *artigo seguinte*), e o medico Abel Maria Jordão (*V. Portugal*, vol. III, pag. 59). Vindo para Lisboa começou a exercer com grande prestigio a advocacia, tendo sido elle o advogado de Mattos Lobo, e um dos advogados do arcebispo de Mytilene, que tambem foi defendido por seu filho, o dr. Levy Maria Jordão, visconde de Paiva Manso. Nomeado advogado do Conselho de Estado e secretario do Tribunal do Commercio, foi um dos redactores mais assiduos da *Gazeta dos Tribunaes*. A 23 de dezembro de 1857 foi eleito socio da Academia Real das Sciencias. Por decreto de 14 de abril de 1868 recebeu a mercê do titulo de barão de Paiva Manso. Escreveu: *Repertorio geral alphabetico da Reforma Judiciaria*, Lisboa, 1837; *Petição de recurso á Corôa interposto pelo Ex.mo e Rev.mo Arcebispo de Mytilene do decreto pelo qual o Em.º Cardeal Patriarcha ...o suspendeu das funcções pontificaes e das de vigario geral*, Lisboa, 1856; *Uma*

opinião sobre a reforma das instituições vinculares, redigida em fórma de projecto de lei, offerecida ao exame e consulta da Associação dos Advogados, Lisboa, 1860; o autor doou generosamente a edição toda de 500 exemplares para ser vendida a beneficio do Asylo das raparigas abandonadas; *Carta ao ill.mo e ex.mo sr. Antonio José d'Avila, ministro e secretario d'Estado, etc., por occasião da publicação da lei de abril de 1861, relativa á desamortisação dos bens dos conventos, mitras e cabidos*; saiu com o pseudonymo de *Fr. Bruno do Ceo, egresso da ordem de S. Bruno do convento de Laveiras*, Lisboa, 1861. Publicou varias *Allegações de Direito*; *Defeza do reo Franciscisco de Mattos Lobo perante a Relação de Lisboa*, inserta na *Gazeta dos Tribunaes*, n.º 34, do anno de 1841; *Elogio historico do Advogado Emygdio Costa*, na mesma *Gazeta*, n.º 47, de 18·2; *Noticia sobre a antiguidade dos juizes de paz em Portugal*, idem, n.º 40, de 1841. Tinha preparado um estudo historico sobre a antiga *Casa dos vinte e quatro*, que tencionava apresentar á Academia Real das Sciencias, mas parece que não chegou a ser publicado

Paiva Manso *(Levy Maria Jordão de Paiva Manso, visconde de)*. Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra; do conselho de Sua Majestade, advogado, vereador da camara municipal de Lisboa, auditor junto do ministerio da marinha, ajudante do procurador geral da Corôa, deputado, membro da commissão de revisão do Codigo Penal, e de outras de que foi encarregado; socio effectivo da Academia Real das Sciencias, da Sociedade dos Amigos das Letras da Ilha de S. Miguel, do Instituto do Coimbra, do Instituto Nacional da Suissa, da Academia Imperial das Sciencias de Toulouse, e da Legislação da mesma cidade; da Sociedade de Agricultura de Ponta Delgada, da de Estudos diversos do Havre, da dos Antiquarios de Amiens, da de Historia, de Argel, do Instituto historico e geographico do Brazil, etc. N. em Lisboa a 9 de janeiro de 1831, onde tambem falleceu a 19 de junho de 1875. Era filho do barão de Paiva Manso Abel Maria Jordão de Paiva Manso *(V. o artigo antecedente)*. Matriculando se na Universidade, foi um dos estudantes que mais se distinguiram no seu curso. Estando no 3.º anno publicou em 1850 o 1.º periodo de um *Ensaio sobre a historia do direito romano*. Mais tarde publicaram-se os 2.º e 3.º periodos. Doutorou se a 19 de junho de 1853. Não querendo entrar no magisterio veiu para Lisboa exercer a advocacia. Em 1853 e 1854 publicou o seu *Commentario ao Codigo Penal*, obra em 4 volumes, que lhe grangeou grande reputação. Foi advogado de algumas causas celebres, que deram origem á publicação de muitos folhetos escriptos por elle e pelos advogados adversos, como fôram a da suspensão do arcebispo de Mitylene, a da pronuncia do prelado de Moçambique, e a do divorcio de J. Antonio Dantas da Gama. Em 1856 foi eleito vereador da camara municipal de Lisboa, sendo reeleito successivamente n'uns poucos de biennios. Em 28 de julho de 1855 foi eleito socio effectivo da Academia Real das Sciencias, ainda antes de seu pae, e em 1857 publicou uma estimada memoria juridica, *Memoria sobre a camara cerrada*, reproduzida por elle mesmo em francez na *Revue historique du droit français et étranger*. Em 1857 publicou em Paris tambem um *Étude historique sur la quotité disponible en Portugal;* em 1858 uma *Memoria historica sobre os bispados de Ceuta e Tanger*, e finalmente no dia 20 de fevereiro de 1859 pronunciava em plena Academia o elogio de Antonio Pereira de Figueiredo, uma das suas obras mais eloquentes, onde se liam estas palavras tanto mais notaveis quanto eram proferidas por um homem, que pertencia a uma raça, que fôra victima d'essas associações religiosas, cuja causa elle defendia. «A' situação em que, depois do meio seculo passado, este paiz, como todas as potencias do meio-dia da Europa se achou collocado em relação á curia romana, deveu Antonio Pereira ser uma d'essas figuras grandiosas que imprimiram na sua epoca um caracter austero mas solemne, uma das illustrações da congregação do Oratorio, que renascendo hoje nos paizes verdadeiramente liberaes com não menos fôrça e vida que manifestára aos contemporaneos de Mallebranche, Massillon, desappareceu com tantas instituições n'aquelles que em nome da liberdade negam e atacam uma das suas manifestações mais vitaes, o direito da associação religiosa, sem quererem convencer-se de que a liberdade da fé, luz e poesia da vida, não se destróe sem quebrarem os laços que ligam o homem ao infinito.» Eleito deputado ás côrtes pronunciou na camara alguns discursos notaveis, mas não se entregou muito ás lides parlamentares. Trabalhava tambem com perseverança em varias commissões para que fôra nomeado, entre outras a que fôra encarregada de apresentar um projecto do codigo penal. Em 1859 fôra nomeado auditor junto do ministerio da marinha. Encarregado tambem pela Academia e pelo governo de publicar as *Inscripções latinas* de Portugal e o *Bullario*, desempenhou com zelo estas commissões importantes, e o penoso trabalho a que se entregava para cumprir os seus multiplos deveres, ao passo que não deixava de saborear os encantos da vida social e da vida de prazer, não contribuiu de certo pouco para lhe apressar a morte. Nos ultimos annos da sua vida deliberára o dr. Levy Maria Jordão escrever *Historia do Congo*, obra para que encontrára amplos materiaes no decurso das suas investigações officiaes, mas quando a tinha quasi concluida, viu que precisava de a refundir completamente, e não a quiz publicar. Depois da sua morte a Academia publicou os documentos que deviam servir para essa historia n'um volume com o titulo de *Historia do Congo*. A epoca mais brilhante da curta vida do visconde de Paiva Manso, epoca em que o seu nome se tornou verdadeiramente crédor da estima de todos os portuguezes, foi quando este notavel jurisconsulto defendeu os direitos da Corôa á bahia de Lourenço Marques, que a Inglaterra disputava, pretendendo ter direitos á posse dos territorios que rodeiam aquella bahia, e sustentava havia muitos annos com Portugal essa pendencia, desde que o capitão Owen se lembrára de fazer uns suppostos tratados com os regulos dos territorios marginaes d'essa bahia. A questão ficára sempre pendente, mas em 1871 a Inglaterra fez valer mais energicamente o seu direito, e o governo portuguez resolveu appellar para uma arbitragem, que a Inglaterra nobremente acceitou. Foi escolhido para arbitro o presidente da republica franceza, que era então mr. Thiers, e Levy Ma-

ria Jordão foi encarregado de sustentar o direito portuguez. Os trabalhos, que emprehendeu para esse fim, fôram verdadeiramente magistraes e honram deveras o seu nome. Escreveu em portuguez e em francez a *Memoria sobre Lourenço Marques* e a *Questão entre Portugal e a Grã-Bretanha, sujeita á arbitragem do presidente da republica franceza (Memoria apresentada pelo governo portuguez).* «O segundo d'estes trabalhos, diz Luiz Garrido no excellente *Elogio historico do visconde de Paiva Manso* que pronunciou perante a Associação dos Advogados e que corre impresso, o segundo d'estes trabalhos é completissimo. Encontra se ahi tanto no corpo da memoria como nos appendices e nos documentos tudo o que era preciso para tornar evidente o direito de Portugal aos territorios cuja posse e dominio era contestado pela Inglaterra Evidente que digo! evidente era o nosso direito aos olhos de todos, que examinassem, ainda superficialmente a questão e ninguem poderia suppôr que Portugal, povo enfraquecido e amigo da paz, fôsse sem bom fundamento sustentar um pleito arriscado com uma nação poderosa e tão falha de escrupulos como é a Inglaterra; mas por isso mesmo que esta nação conviéra, e em verdade não sei porque, em submetter a questão á arbitragem de uma nação amiga, convinha que o direito de Portugal fôsse demonstrado cabalmente e com o maior desenvolvimento. O sr. visconde de Paiva Manso era, sem duvida alguma, uma das pessoas mais habeis para tratar esta questão, e correspondeu admiravelmente á confiança que n'elle se depositava. O seu trabalho pouco conhecido, creio eu, como geralmente succede em relação aos escriptos de procedencia official, devia ser consultado por todos Ahi veriam, a par da mais rigorosa e concludente demonstração do direito da corôa portugueza, uma historia curiosa que merece ser conservada na memoria de todos os portuguezes» Foi effectivamente brilhante o modo como o dr. Levy Maria Jordão sustentou e defendeu os direitos dos portuguezes, e a elle se deve decerto o triumpho que Portugal obteve, porque depois de tres annos de debates, o novo presidente da Republica Franceza, o marechal Mac-Mahon, pronunciou a sentença a favor dos portuguezes, no dia 24 de junho de 1875, cinco dias depois do fallecimento do grande jurisconsulto, que morreu sem a certeza de que triumphara completamente a causa que defendera, sem vêr officialmente publicado e conhecido o seu triumpho. Não lhe faltaram as homenagens. Em plena camara dos deputados o ministro da marinha, então João d'Andrade Corvo, disse que o paiz devia ao finado jurisconsulto os mais altos e relevantes serviços. O dr. Levy Maria Jordão fora agraciado com o titulo de visconde de Paiva Manso, por decreto de 13 de outubro de 1869. Era casado com D. Maria Henriqueta de Araujo, filha de Antonio Joaquim de Araujo, proprietario em Thomar. Bibliographia: *Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas*, com o titulo: *Fundamento do direito de punir*, Coimbra, 1853; *Commentario ao Codigo Penal Portuguez*, Lisboa, 1853 e 1854, 4 volumes; *A suspensão do ex.mo Arcebispo de Mitylene, ou defeza do primado de Sua Santidade; resposta ao dr. Cicouro*, Lisboa, 185·; *Minuta de appellação na causa de divorcio entre J. Antonio Dantas da Gama e sua mulher*, Lisboa, 1857; saiu tambem nas *Memorias da Academia Real das Sciencias*, nova série, classe 2.ª; o autor publicou a egualmente em francez com o titulo: *Le Morgengabe portugais;* saiu na *Revue historique de droit français et étranger*, de Paris; *Etude historique sur la quotité disponible en Portugal*, Paris, 1857; *Relatorio sobre a Casa de Santo Antonio e Merceeiras do Alqueidão, apresentados á camara municipal de Lisboa pelos vereadores dr. Levy Maria Jordão e José do Nascimento Gonçalves Correia*, Lisboa, 1857; a parte relativa á Casa de Santo Antonio, já instructiva e curiosa pelas noticias que dava da respectiva fundação, antiguidades, e estado actual, foi ainda mais extensamente desenvolvida, ampliada, e comprovada com varios documentos, e novamente publicada com o titulo: *Historia da Real Casa de Santo Antonio. pelos vereadores*, etc., Lisboa, 1857; *Memoria historica sobre os bispados de Ceuta e Tanger*, Lisboa, 1858; *Petição de aggravo do prelado de Moçambique, da injusta pronuncia que contra elle lançou o juiz do 2.º districto criminal*, etc, Lisboa, 1859; vem tambem incorporada no opusculo: *Reflexões sobre a materia da petição do aggravo, que em defeza do prelado de Moçambique fez o advogado Levy Maria Jordão*, etc., por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, Nova Gôa, 1860; *Elogio de Antonio Pereira de Figueiredo; recitado na sessão publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa em 20 de fevereiro de 1859*, Lisboa; *Portugaliae Inscriptiones Romanas edidit Levy Maria Jordão*, etc., volumen I, Olysipone, 1859; com uma carta da Lusitania antiga, *A propriedade litteraria não existia entre os romanos; memoria apresentada á Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1860; *Annaes dos pontifices; dias fastos e nefastos*, etc.; notas na versão dos *Fastos de Ovidio*, de Castilho, tomo I, pag. 251 a 265, e 292 a 298; *Oração inaugural na abertura do curso superior de letras em 1862*, Lisboa, 1863; *O orçamento e as colonias*, Lisboa, 1867; *Relatorio sobre o projecto do codigo penal*, etc. Collaborou no *Instituto*, de Coimbra; na *Semana*, na *Revolução de Setembro*, etc.

Paiva Pitta *(José Pereira de)* Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, lente cathedratico jubilado, etc.. N. em Penacova a 25 de abril de 1840, sendo filho de Manuel Pitta. Tem o curso de Theologia, que completou com distincção no seminario de Coimbra; formou-se em Direito no anno de 1866, recebendo o grau de doutor em 24 de julho de 1870. Foi reitor do Collegio dos Orphãos de S. Caetano, de Coimbra, professor de diversas disciplinas de Theologia no seminario episcopal da mesma cidade, procurador geral á Junta Geral do districto, pelos concelhos de Penacova e Poiares, secretario particular do cardeal-patriarcha D. Ignacio, desembargador e juiz effectivo da relação e curia patriarchal, em 1871, provisor e vigario geral interino do patriarchado em 1872, vigario geral e governador do bispado de Elvas, em 1873, e lente substituto da Universidade em 23 de dezembro de 1874, estando hoje jubilado. E' socio do Instituto de Coimbra, e socio honorario da Associação dos Artistas da mesma cidade. Escreveu: *Theoria da não retroactividade das leis e sua applicação ás questões transitorias do codigo civil portuguez; dissertação inaugural.* As conclusões

magnas, que defendeu para o seu doutoramento, fôram impressas em latim e portuguez Escreveu mais: *Estudo sobre a ignorancia ou erro do direito*, Coimbra, 1871; *Breve memoria do seminario diocesano, de Elvas*, etc, Coimbra 1878; *A successão dos filhos illegitimos (codigo civil, artigos 1:989.º e 1:992.º), dissertação de concurso a uma das substituições da faculdade de Direito na Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1874.

Paiva e Pona *(Antonio de)* Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra. N. em Bragança a 10 de outubro de 1665; ignora se a data do fallecimento mas sabe se que foi antes de 1759. Era filho do licenciado Pedro Fernandes Pona e de Catharina Rodrigues de Moraes. Serviu alguns cargos na magistratura; em 1711 foi provedor da cidade de Miranda, e em 1728, corregedor de Evora, e depois do Desembargo no Paço. Escreveu: *Orphanologia pratica, em que se descreve tudo o que respeita aos inventarios, partilhas e mais dependencias de pupillo*, Lisboa, 1713; saiu addicionada por Manuel Antonio Monteiro de Campos, Lisboa, 1759. Deixou em latim a seguinte obra, que seu filho, José de Moraes Barros Paiva e Pona, traduziu em portuguez, e publicou em 1761 no Porto: *Addições á Orphanologia pratica, obra posthuma, que deixou composta na lingua latina Antonio de Paiva e Pona, traduzida*, etc. Estas *Addições* não são uma *terceira edição augmentada da orphanologia*, são sim um *Supplemento* á edição citada de 1713.

Paiva e Pona *(José de Moraes Barros)* Cavalleiro da ordem de Christo, monteiro-mór na comarca de Villa Real. N em Bragança, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho do antecedente Escreveu: *Manejo real; escola moderna da cavallaria da brida, em que se propõem os documentos mais solidos para os cavalleiros conseguirem esta scientifica faculdade; Novo methodo para desembaraçar os potros, vencer os resabiados, e reduzil-os a uma total obediencia*, Lisboa, 1762; com 17 estampas.

Paixão *(Fr. Alexandre da)*. Religioso da ordem de S. Bento. N. em Amarante a 7 de julho de 1631; fal. em Travanca no anno de 1701. Era filho de João Clemente e de Maria de Carvalho. Professou no convento de Tibães a 15 de abril de 1645. Foi prégador muito apreciado, geral da sua ordem e abbade dos conventos de Bostello e de Travanca Escreveu, mas não chegou a publicar se: *Historia particular do convento de Travanca* e *Diario desde o anno de 1662 até 1680* Sobre a vida d'este religioso estão publicados uns estudos na *Revista de Guimarães* (vol. XXVI) 1910.

Paixão *(Fr. Arsenio da)* Monge da ordem de S. Bernardo, da congregação de Alcobaça. N. em Sarzedas, e fal no convento d'Alcobaça em 1611. Entrou na ordem de Cistér no convento de Bouro a 13 de fevereiro de 1584, e professou solemnemente a 15 do referido mez de 1585. Foi o primeiro abbade triennal do convento de Santa Maria de Fiães, eleito em 1601, e do de S Pedro das Aguias, em 1606; D abbade e reitor do collegio de Coimbra em 1627, e duas vezes geral da congregação cisterciense: a 1.ª em 1625, e a 2.ª em 1633. Escreveu: *Livro ordinario do Officio Divino, e ceremonias da Ordem de Cistér, da Congregação e observancia da Santa Maria de Alcobaça*, Lisboa, 1639.

Paixão *(Fr. Francisco da)*. Nasceu em Lisboa, mas foi para Madrid muito novo, e lá vestiu o habito de mercenario descalço. Depois de lêr Philosophia e Theologia aos seus domesticos, applicou-se com particular estudo ás cerimonias ecclesiasticas augmentando com varias noticias o livro que n'esta materia escrevera Fr. Domingos dos Santos, seu patricio, e religioso da mesma ordem. Deixou publicado em hespanhol dois volumes sobre as cerimonias religiosas, em 1668 e 1669.

Paixão *(Fr. Guilherme da)*. Monge da ordem de S. Bernardo Era natural de Braga. e fal. a 21 de maio de 1601. Foi confessor do cardeal infante D. Henrique, durante seis annos, e prior do convento de Alcobaça. O cardeal considerava o tanto, que não podendo, pelos seus soffrimentos, assistir ao capitulo que se havia de celebrar em Lisboa a 1 de maio de 1 79, o nomeou para o substituir, por uma provisão escripta em Lisboa a 17 de março do mesmo anno. O cardeal Alberto d'Austria, que foi governador de Lisboa nos primeiros annos do dominio hespanhol, tambem lhe ligava a maior importancia, e encarregou-o da visita e reforma da ordem Terceira de S. Francisco, cargo a que deu principio em 2 de dezembro de 1587 e terminou em 15 d'abril de 1588 Foi depois elevado á dignidade de geral da congregação cisterciense. Deixou ineditas as seguintes obras: *Chronica do Real convento d'Alcobaça*, *Noticia das fundações dos conventos de Cister em Portugal* e *Labyrintho espiritual*.

Paixão (*José Joaquim d'Oliveira*). Violinista, organista e compositor. Entrou para a irmandade de Santa Cecilia em 179?, occupando os cargos de procurador e secretario durante os annos de 1803 a 1807. Em 1812 foi para a ilha da Madeira, e fixou a sua residencia no Funchal, sendo o 1.º violeta no theatro d'esta cidade. Foi muito apreciado como compositor, escrevendo numerosas musicas religiosas.

Paixão. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Carvalho, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. ‖ S Pedro, de Britello, do mesmo concelho e distr. ‖ Santo Estevão, de Cantellães, conc. de Vieira, do mesmo districto.

Paixão Ribeiro *(Manuel da)*. Professor de grammatica latina e de primeiras letras em Coimbra, que vivia nos fins do seculo XVIII. Foi muito curioso em musica, sendo discipulo de José Mauricio, que foi lente de musica na Universide de Coimbra e mestre de capella em Coimbra. Escreveu: *Nova arte de Viola, que ensina a tocal-a com fundamento, sem mestre; dividida em duas partes, uma especulativa e outra pratica; com estampas das posturas ou pontos naturaes e accidentaes, e com alguns minuetes ou modinhas por Musica e por cifra*, Coimbra, 1789; com 8 estampas desdobraveis. No prologo d'esta obra diz o seu autor, que é um simples curioso de musica, discipulo de José Mauricio, e que se aperfeiçoara com a leitura da *Encyclopedia Methodica*, do *Diccionario de musica* de Rousseau, e dos *Elementos de musica* de Rameau Esta obra teve uma grande voga no seu tempo, segundo se diz

Pala Em heraldica é uma barra ou faxa que divide o escudo d'alto a baixo Em termo d'armaria é a 2.ª peça honrosa ordinaria, formada de differente esmalte, no meio do escudo e entre

duas linhas rectas parallelas, abaixadas perpendicularmente do lado superior, ou linha do chefe, ao inferior, ou linha do contra-chefe, do mesmo escudo. Não deve ter mais largura que a da terça parte do escudo, nem pódem entrar n'elle mais de duas, porque se fôrem tres, já são chamadas *coticas em pala*. Ha pala *carregada, coticada, debruada, xadrezada, erguida*, ou *levantada, filetada, guarnecida, lisa* e *perfilada*. *Em pala*, são as peças perpendiculares, e *em faxa* as horizontaes. *Dividido em pala*, diz-se do escudo dividido perpendicularmente em duas partes eguaes. *Pala abaixada* é a que não toca a linha do chefe, e *pala erguida* ou *levantada* é a que não toca a linha do contra-chefe.

Palacio *(D. Paulo de)*. Doutor em Theologia pela Universidade de Evora, lente na de Coimbra, etc. Era hespanhol, nascido em Granada, e fal. em Villa Verde dos Francos em 4 d'abril de 1582. Veiu para Portugal em 1525, com a princeza D. Catharina, filha de Filippe I de Hespanha, que foi rainha de Portugal, pelo seu casamento com el-rei D. João III. D. Catharina o nomeou seu esmoler mór. Estudando na Universidade de Evora o curso theologico, tomou o grau de doutor, sendo depois nomeado lente cathedratico de Escriptura Sagrada na de Coimbra. Foi prégador do cardeal rei, que, vendo-o decrepito e desejando suavisar lhe a velhice, o nomeou prior da freguezia da Ventosa, do concelho de Alemquer, beneficio de primeira ordem n'aquelle tempo, mas tão virtuoso e tão despido de ambições e de interesses era D. Paulo, que vagando por essa occasião a egreja de Villa Verde, para ella se transferiu, por ser muito menos rendosa, e ali se conservou durante dois annos até á data do seu fallecimento, restaurando n'esse curto espaço, á sua custa, a egreja matriz. Foi sepultado na capella-mór da referida egreja, do lado da Epistola, em cuja sepultura o seu velho amigo D. Francisco Carmo, tambem hespanhol, e mais tarde bispo do Algarve, mandou abrir um epitaphio. Escreveu em hespanhol a seguinte obra: *Suma Caitana, sacada en lenguaje castellana: con annotaciones de muchas dubdas y casos de consciencia por el M.º Paulo de Palacio, natural de Granada. Por mandado y con approbacion del R.mo y Serenissimo S. Dom Henrique, Cardenal Inf. de Portugal y Arcebispo de Ebora. Fue empresso em Lisboa*, etc.; *acabose a los XX dias de Mayo de 1557. Con privilegio real*. Por esta traducção parece se fizera em portuguez a seguinte: *Summa Caetana, trasladada em linguagem portugueza, com annotações de muitas duuidas e casos de consciencia. Por ho Doctor Paulo de Palacio, cathedratico de S. Scriptura na uniuersidade de Coimbra Por mandado e com approuação do Cardeal Iffante, Arcebispo de Lisboa, Inquisidor Mór destes Reynos. Vam em esta terceira edição todos os Decretos do S. Concilio Tridentino*, etc., Coimbra, 1566. Escreveu mais: *Exposição de Paulo de Palacio ao Evangelho de S. Matheus*, Coimbra, 1564

Palacio (*Pedro*). Medico regio no tempo de D. João III. Na chancellaria d'este monarcha, livro 50, fol. 94, existe uma carta regia com a data de 7 de julho de 1531, em que autorisava o licenceado em medicina Pedro Palacio a andar em mula.

Palacio. Esta designação vem do monte Palatino, de Roma, onde o imperador Augusto possuia um sumptuoso palacio. Em quasi todos os foraes do paiz se vê empregada esta palavra, por casa da camara, ou paços do concelho. Gozavam das honras e prerogativas de palacio real. Tambem ao mosteiro, hospicio, ou outra qualquer casa religiosa, davam os nossos antigos o nome de *palacio*. Tambem se dava esta designação á casa de qualquer vassallo de nobre ascendencia. O individuo que, armado ou desarmado, entrasse no palacio do rei ou do nobre, não era castigado, so não tirasse nada, mas pagava pelo dobro o que que subtraisse. Hoje ainda se chama *palacio* a qualquer casa grande, de apparencia nobre, e sendo casa mais pequena, mas de aspecto distincto, diz-se *casa apalaçada*.

Palaçoulo. Pov. e freg. de S. Miguel, da provincia de Traz os-Montes, conc e com. de Miranda do Douro, distr. e bisp. de Bragança, 184 fog. 810 hab. Tem esc. do sexo fem, est. post. e feira a 27 de cada mez. A pov. dista 15 k da séde do conc. e está situada a 9 k. do rio Douro e a 6 da ribeira de Angueira. A mitra apresentava o reitor, que tinha 42$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil, cria gado e tem caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 10, com a séde em Mirandella.

Palaios Pov. na freg. de S Miguel, de Palhacana, conc. de Alemquer, districto de Lisboa.

Palames Povoações nas freguezias: Santa Suzana, de Carapinheira, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra ‖ N. S.ª da Consolação, de Castello, conc. de Cezimbra, districto de Lisboa.

Palamoro. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Freigil, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Palanca. Pov. da 1.ª div., Sengue, do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. ‖ Colonia boer do conc. da Humpata, no planalto da Chella, distr. da Huilla, prov. d'Angola, Africa Occidental Está situada a 1:900 m. d'altitude, e a 7 k ao SE da colonia de S. Januario. Tem prosperado muito nos ultimos tempos, e é uma das povoações do concelho em que os emigrantes encontram trabalho logo que chegam. A Palanca é formada por uma planicie bastante uniforme, ondulada apenas por um systema de collinas baixas. O seu principal rio é constituido por tres riachos, e após um percurso de 12 k. lança-se no Nebe, junto á lagôa do Gando. O clima é muito saudavel. Tem boas e numerosas estradas

Palançar. Pov. na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Miranda do Douro, distr. de Bragança.

Palantisio, ou **Palantusico**. Antiquissima freguezia proximo de Braga. Acha-se mencionada em alguns concilios e em outros documentos. Hoje ignora se completamente a sua situação, sabendo-se apenas que era perto de Braga. Tambem se não sabe o anno em que foi supprimida, mas parece que já não existia no tempo de D. Affonso Henriques.

Palão Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, concelho de Pombal, distr. de Leiria.

Palas. Pov. na freg. de Santa Maria Magda-

lena, de Curopos, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

Pale. Aldeia da circumscripção militar de Valpoy, na prov. de Satary, distr. de Gôa, na India.

Paleão. V. *Palião.*

Paleogana. Territorio do distr. de Inhambane, Africa Oriental.

Paleographia. Arte de interpretar ou decifrar os escriptos antigos, e, em especial os diplomas manuscriptos da edade media.

Paleographo. Individuo versado em paleographia ou que a exerce || Livro de leituras escolares, impresso em caracteres reproduzidos dos manuscriptos. Teve no ultimo quartel do seculo XIX grande vulgarisação o *Paleographo* de Carlos Silva.

Palermo de Faria. V. *Faria (José Francisco Palermo da Fonseca).*

Palestra. Pov. na freg de S Bartholomeu, de Barqueiros, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real.

Palha. Familia oriunda da Galliza, da qual ha noticia em Portugal já no tempo de D. Affonso III. Ligando-se com os Almeidas, ficaram os Palhas usando das armas dos Almeidas, e um ramo que se ligou com os Garcez, e que se ficou intitulando Garcez Palha, adoptou as armas dos Garcez, e assim teem por armas: Em campo vermelho seis bezantes de ouro entre uma cruz dobre e bordadura do mesmo metal; timbre, uma aguia vermelha besantada de ouro.

Palha (*Candido Mourão Garcez*). Foi visconde de Bucellas. V. *este titulo.*

Palha *(Fernando).* V. *Osorio Cabral (Fernando Palha).*

Palha *(Fernando Luiz Pereira de Miranda).* Brigadeiro graduado de infantaria, commandante do Real Asylo dos invalidos militares em Runa. N. em Lisboa em 1773, fal. no referido asylo a 26 de fevereiro de 1849. Seguindo a carreira das armas, assentou praça em 1793, foi despachado tenente em outubro de 1796, e subindo os diversos postos era tenente coronel de um regimento de infantaria no Rio de Janeiro, quando se offereceu para fazer parte da expedição que se organisou para Pernambuco, e ahi serviu ás ordens de Luiz do Rego. Sendo elevado a coronel regressou a Portugal em principios de 1823, e foi nomeado governador do Asylo de invalidos militares em Runa, quando a princeza D. Maria Benedicta fundou este estabelecimento. Reformado em brigadeiro no mez de setembro de 1837, foi essa reforma annullada com a condição de ficar sem accesso, garantindo-se-lhe a graduação e continuando á testa do Asylo, e ali falleceu. Escreveu: *Breve narração ácêrca do Real Asylo de Invalidos Militares estabelecido em Runa*, Lisboa, 1842.

Palha (*Francisco).* V. *Faria de Lacerda (Francisco José Pereira Palha).* Vol. III pag. 291.

Palha (*Lourenço Lobo de Almeida Garcez).* Governador e capitão general da ilha de S. Thomé e Principe, para que foi nomeado em 1767. Governou com socego, e em S. Thomé falleceu em 1768, pouco depois da sua nomeação.

Palha (*Ludovico Xavier Mourão Garcez).* Foi o 1.º barão de Combarjúa. V. *este titulo.*

Palha *(Victor Anastacio Mourão Garcez).* N. em Gôa, e assentou praça a 16 de agosto de 1826, fal. em Ribandar a 23 de outubro de 1862. Era filho de Joaquim Mourão de Garcez Palha. Estudou o curso de engenharia, seguiu os postos n'essa arma, e era major e um dos membros do conselho do governo que tinham a sua origem na eleição popular, quando a 6 de maio de 1855 teve com os seus collegas de tomar a direcção da governança da India pela saida do visconde de Villa Nova de Ourem. Só exerceram o governo seis mezes, porque o entregaram a 3 de novembro d'esse mesmo anno a Antonio Cesar de Vasconcellos, depois conde de Torres Novas.

Palha Carga Porto da costa S da ilha de S. Vicente, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Tem bom fundo d'areia onde os navios pódem ancorar com segurança, excepto quando o vento sopra de terra. || Pov. da freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da ilha de S. Vicente, archipelago e prov de Cabo Verde.

Palha Carga do Engenho. Pov da freg. e conc. de Santa Catharina, no archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental.

Palhaça. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. de Oliveira do Bairro, com. de Anadia, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 305 fog. e 1:152 hab. Tem correio com serviço de posta rural, medico, pharmaceutico, e feira nos dias 12 e 29 de cada mez, sendo mais importante a de 29. A pov. dista 14 k. da séde do conc. A terra é fertil e bonita. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. Palhaça foi do extincto conc. de Sôza, comarca de Anadia; em 24 de outubro de 1855 passou ao conc. de Oliveira do Bairro, da mesma comarca; em 18 de dezembro de 1872 passou ao conc. e com. de Aveiro, voltando ao de Oliveira do Bairro, e á com. de Anadia, por decreto de 13 de janeiro de 1898. || Povoações nas freguezias: S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Miguel, de Milheirós de Poiares, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Segadães, conc. de Agueda, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, districto de Leiria.

Palhacana. Pov. e freg de S Miguel, da provincia da Extremadura, conc. e com. de Alemquer, distr. e patriarc. de Lisboa; 443 fog. e 1:865 hab. Tem esc. do sexo masc e est post. A egreja parochial dista 10 k. da séde do conc. O prior e beneficiados de Santo Estevam, de Alemquer, apresentavam o vigario, que tinha 300$000 réis de rendimento A pov. é muito antiga, pois já existia em 1164, anno em que D. Affonso Henriques a doou ao mosteiro de S. João de Tarouca. Chamava-se então *Herdade de Palhacana.* Diz-se que a egreja matriz foi edificada em territorio pertenceute ao termo de Aldeia Gallega da Merceana. Está n'esta freg. o convento do Matto, proximo á aldeia do Matto. O seu nome deriva d'uma grande matta de carvalhos que existia n'este logar. Era da ordem de S. Jeronymo, e foi fundado em 1354 por fr. Vasco. Reedificeu-se no tempo de D. João I, em 1389, e no tempo de D. Manuel em 1500. O convento está edificado n'uma encosta isolada, em sitio feio e triste. Tanto o mosteiro como a egreja ficaram muito arruinados com o terremoto de 1755, e nunca se reedificaram, celebrando se os officios divinos n'uma casa, que para isso destinaram. O convento foi vendido depois de 1834, e tornou-se propriedade

particular, com o nome de *Quinta do Matto*. Ha ainda na freguezia muitas outras quintas de mais ou menos importancia. A pov. pertence á 1.ª divisão mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 5, com a séde em Lisboa. Tambem se escreve *Palha-Canna*. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Condeixa-a Velha, conc. de Condeixa-a-Nova, districto de Coimbra.

Palhacinha. Pov. da freg. de Santa Marinha e concelho de Villa N. de Gaia, distr. do Porto.

Palhaes. Pov. e freg de N. S.ª da Annunciação, da prov da Beira Baixa, conc. e com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 146 fog. e 722 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada a 1 k. da margem direita da ribeira Grande, a 3 da margem esquerda do rio Zezere, na estrada da Certã a Thomar. O grão prior do Crato apresentava o reitor, que tinha 60$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil em cereaes. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15 com a séde em Thomar. || Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Trancoso, distr. e bisp. da Guarda: 83 fog e 281 hab. Tem est. post. e esc. do sexo fem. A povoação dista 9 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, nas margens d'um pequeno affluente do rio Tavora. O commendador de Malta, de Sernancelhe, apresentava o cura, que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. A terra é pouco fertil. Cria muito gado e tem caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Extremadura, conc. do Barreiro, com. do Seixal, distr. e patriarc. de Lisboa; 252 fog. e 1:849 hab. Tem est. post., lagares d'azeite e fornos de cal. O povo apresentava o cura, que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. Está installada a Escola Pratica de Torpedos e Electricidade no Valle de Zebro. E' fertil em generos agricolas. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 2, com a séde em Lisboa. Por decreto de 13 de janeiro de 1898 foi annexado a esta freg. o logar de Telha, que foi desannexado da de Alhos Vedros, conc. da Moita. Existiu aqui um convento fundado em 1542, e ainda em 1903 das suas ruinas se retiraram algumas ossadas de pessoas ali sepultadas. Era suffraganeo do convento da Arrabida e foi fundado, a instancias de D. Francisco da Gama, sendo encarregado da construcção S. Pedro d'Alcantara, que depois n'elle foi guardião e mestre de noviços. Em 22 de dezembro de 1560 passou o convento á categoria de provincia. Além dos padroeiros muitas outras pessoas da mais alta aristocracia escolheram sepultura no convento. O local era pessimo, muito insalubre e doentio, pelo que os frades se transferiram quasi todos para o convento de Verderena, caindo o edificio em abandono. Pertence ao ministerio da marinha. Povoações nas freguezias: S. Christovão, de Cabeçudos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga || S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu || N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. d'Almada, distr. de Vizeu || S. João, de Codeços, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Paredes, do mesmo distr. || Santa Maria, de Frende, concelho de Baião, do mesmo distr. || S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, districto de Leiria. || Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa. No alto do logar, á esquerda, estão a casa e terreno, que fôram morgado pertencente e foreiro ao mosteiro de Odivellas. A' direita, n'outro alto, vêem-se a casa, quinta e pomar, propriedade que foi da casa titular Castello Melhor e que no seculo XIX foi comprada por Claudino José Carrilho, pertencendo depois em partilha a D. Emilia Carolina Carrilho Avellar Telles, e é hoje de seus dois filhos. A ermida, da invocação de Nossa Senhora dos Prazeres, tem nas paredes antigos azulejos. || S. Martinho, de Mancellos, conc. de Amarante, distr. do Porto. || N. S.ª da Purificação de Samuel, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Expectação, de Villar, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa. || Santo Adrião, de Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Quinta na freg. de S. Sebastião, de Rendo, concelho de Sabugal, districto da Guarda.

Palhaes de Baixo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Varzea de Abrunhaes, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Palhaes de Cima. Povoações nas freg.ª: S. Sebastião e conc. de Setubal, distr. de Lisboa || S. Pedro, de Varzea de Abrunhaes, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Palhagueira. Povoações nas freguezias: Santa Barbara de Nexe, conc. e distr. de Faro. || N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Palhal. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Thiago e conc. de Vagos, distr. de Aveiro. || Santa Cruz e conc. de Albergaria a-Velha, do mesmo districto. Tem caixa postal.

Palhares. Familia de que ha noticia já no tempo de D. Affonso III. As suas armas são: Em campo vermelho, seis bezantes de ouro em duas palas, entre ellas um braço com uma espada na mão, copos de ouro e folha de prata, com a ponta para cima; timbre, o braço com a espada.

Palhares *(Anselmo Pedro)*. Escriptor de que apenas se conhece a seguinte obra: *Instrucção á mocidade, feita para documento particular, e dada ao publico em obsequio ao sr. Francisco Xavier de Assis Pacheco Sampaio, a quem se dedica*, Evora, 1754.

Palhares. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Jesufrei, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria, conc e distr. de Bragança.

Palhares e Barreira. Dois logares reunidos na freg. de S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Palhavã. Appellido nobre, cujas armas são: Em campo azul um molho de palha e espigas de trigo de ouro atadas com uma fita vermelha entre quatro torres de prata acantonadas; timbre, dois braços armados de prata tendo nas mãos um feixe de trigo do escudo atado com fita vermelha.

Palhavã *(Quinta e palacio de)*. Esta importante e historica propriedade fica situada no 3.º bairro de Lisboa, na estrada d'este nome, entre S. Sebastião da Pedreira e a Cruz da Pedra de Bemfica. Foi construida em 1660 por D. Luiz Lobo da Silveira, 2.º conde de Sarzedas, e au-

gmentado o melhorado o palacio por seu filho D. Rodrigo da Silveira, 3.º conde do mesmo titulo, que mandou construir a grande porta da entrada principal, sobre a qual estão as armas d'esta antiga e nobilissima familia, pela extincção da qual, no seculo XVIII, passaram os seus bens para os condes da Ericeira, que depois fôram feitos marquezes de Louriçal, e extinguindo-se esta familia passaram os seus bens para os condes de Lumiares. Esta propriedade tornou-se notavel pela espessura dos seus bosques, pela vastidão dos seus jardins, pela preciosa collecção de plantas que n'elles se admirava, e pela grande quantidade de estatuas e vasos de marmore que os decoravam, algumas das quaes eram de primorosa esculptura. N'este palacio falleceu em 27 do dezembro de 1683 a rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboia, mulher de D. Affonso VI e enormes prejuizos, principalmente no dia e noite de 5 de setembro, em que se realisou ali um mortifero combate. Desde então progrediu a devastação a tal ponto que até os bosques, pomares e jardins fôram substituidos por searas de trigo, sendo retiradas para Lisboa, por ordem do proprietario da historica vivenda, o conde de Lumiares, algumas das estatuas e vasos mais pequenos, ficando as de maiores dimensões no seu logar primitivo, estatuas gigantescas feitas em Italia, na maior parte, trabalho do celebre esculptor Bernini. Em 1861 o conde de Azambuja, Augusto Pedro de Mendoça Rolim de Moura Barreto, comprou esta propriedade aos condes de Lumiares; o palacio foi então restaurado e a quinta muito melhorada. ‖ Pov. na freg. de Santa Maria dos Olivaes e conc. de Thomar, distr. de Santarem.

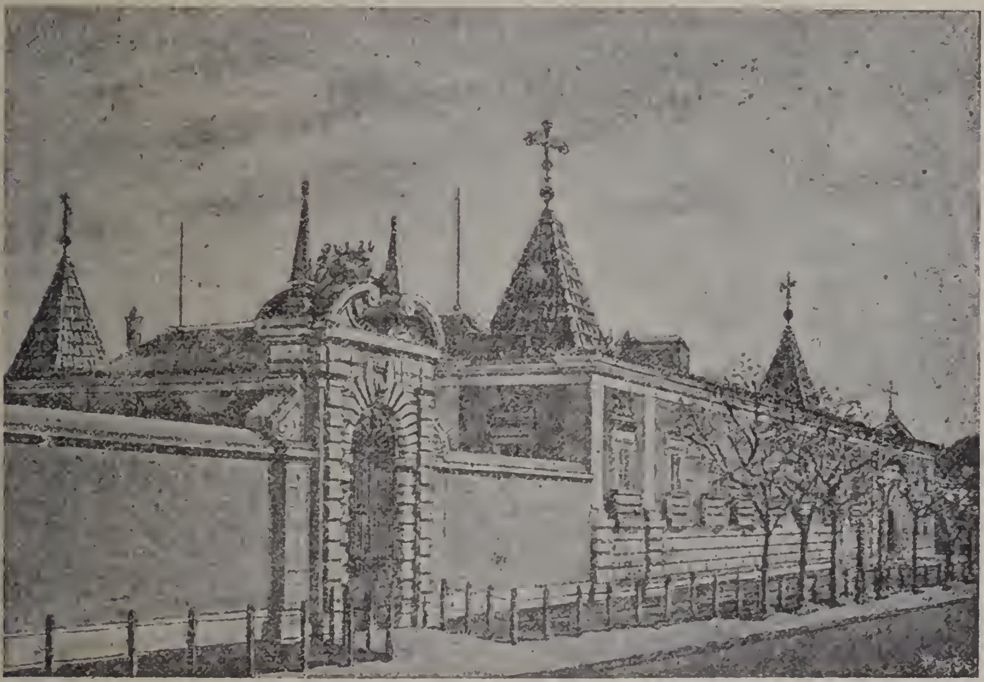

Palacio de Palhavã

de D. Pedro II, tendo ido para ali com esperança de convalescer da sua grave doença. O palacio de Palhavã foi tambem por muitos annos residencia dos infantes D. Antonio, D. Gaspar e D. José, filhos naturaes, reconhecidos, de D. João V. Como para ali fôram ainda muito creanças, o povo chamou-lhes os *meninos de Palhavã*, designação que lhes durou até depois de velhos. Foi durante a estada dos infantes, que o palacio e a quinta chegaram ao seu maior estado de esplendor e magnificencia, começando a decair muito o seu brilhantismo depois da sua morte. Em 1807 e 1808 tambem os francezes os damnificaram muito. Durante o cêrco de Lisboa, de setembro até 10 de outubro de 1833, como a propriedade ficava entre os dois campos inimigos, tanto os constitucionaes como os absolutistas, lhe causaram

Palheira. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Assafarge, conc. e distr. de Coimbra ‖ S. Domingos, de Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Palheiras (*Casal das*). Na freg. de Santa Suzana, de Carapinheira, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Palheirinhos. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, do Amendoa, conc. de Mação, distr. de Santarem. ‖ Santa Maria do Castello o conc. de Tavira, distr. de Faro.

Palheiro. Povoações nas freguezias: Santo André, de Souzello, conc. do Sinfães, distr. de Vizeu. ‖ N. S.ª da Conceição, de Cercosa, conc. de Mortagoa, do mesmo districto.

Palheiro do Ferreiro. Ilha da Madeira e districto do Funchal: Santo Antão, de Caniço, con-

celho de Santa Cruz, e S. Gonçalo, conc. do Funchal. Tem caixa postal.

Palheiros. Pov. e freg. de S. Paulo, da provincia de Traz-os-Montes, conc. e com. de Murça, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 123 fog. e 432 hab. Tem esc. do sexo masc. e estação post. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada na falda da serra de Garraia, na estrada real de Murça a Mirandella. Os conegos da collegiada de Guimarães apresentavam o cura, que tinha 16$000 réis e o pé d'altar. A terra é pouco fertil; cria muito gado, e tem caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Ilha da Madeira; S. Braz, de Arco da Calheta, conc. da Calheta, distr. do Funchal. || S. João Baptista, de Cavez, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Fontellas, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Santo André, de Sazes de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || O Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja. || Sant'Anna da Serra, do mesmo conc. e distr. || S. Braz dos Mattos, conc. de Alandroal, distr. de Evora. || S. Pedro e conc. do Trancoso, distr. da Guarda. || Ribeira do distr. de Lisboa. N. nas proximidades da freguezia de Pero Moniz, corre em direcção ONO, passa na Lourinhã, e vae desaguar no Oceano depois de 20 k. de curso.

Palheiros de Baixo e de Cima. Duas povoações na freguezia de S. Gens, de Palla, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu.

Palheiros de Mira. Pov. na freg. de S. Thomé e conc. de Mira, distr. de Coimbra.

Palheiros da Tocha. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Tocha, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Palheta. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Campanhã, 1.º bairro do Porto. || Santo Adrião, de Padim da Graça, conc. e distr. de Braga.

Palhita. Pov. da praganã de Naer ou Damão Grande, no distr. de Damão, arceb. de Gôa, India. || Aldeia ao sul do rio Sandalcalo, da regedoria de Nossa Senhora dos Remedios, no conc. e distr. de Damão, na India.

Palhota. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Esteval, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco. || S. Thiago e S. Matheus e concelho de Sardoal, distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco. || S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem. || S. Romão de Sádão, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || S. Miguel, de Machede, concelho e districto de Evora.

Palhotas. Pov. na freg. do Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Palhoto *(Antonio Candido)*. Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra. N. na Chamusca em 1806. Escreveu: *Da influencia das searas d'arroz na agricultura e na salubridade*, Lisboa, 1852; *A legalidade, opportunidade e utilidade da reforma da Carta Constitucional nas Côrtes de 1852*, Lisboa, 1852; saiu com as iniciaes A. C. P.

Palião. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra. E' um pequeno logarejo a 3 k. da séde do concelho, abundante de agua e de vegetação luxuriante. Acha-se aqui estabelecida uma bella fabrica de tecidos de algodão, filial da importante fabrica d'este genero existente na cidade de Thomar. A fabrica do Palião, de menores dimensões e importancia, emprega ainda assim mais de quatrocentos operarios entre homens mulheres e creanças, todas estas de edade superior a 12 annos. A sua installação, ligeira e elegante, é perfeitamente adequada ao fabrico dos seus productos, para o que tem os mais aperfeiçoados machinismos. A sua machina, é da fôrça de 250 cavallos e é auxiliada por um motor a agua, que desenvolve uma força prodigiosa.

Paliem. Pov. da regedoria de Uccassaim e conc. de Bardez, no distr. e arceb. de Gôa, India. || Pov. e regedoria do conc. de Pernem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa. Fica no caminho de Querim e Torxem.

Palimballa. Pov. da região dos Bellos, na ilha de Timor, Oceania. Fica na costa N da ilha, no reino de Maubara, a 60 k. ao O de Dilly.

Palito. Pequeno instrumento ordinariamente de madeira, estreito e ponteagudo, que serve para esgaravatar os dentes, tirando de entre elles os fragmentos de comida, que ahi ficam adherentes. O palito de madeira de salgueiro é de origem portugueza. Esta industria tem a sua bibliographia especial. E' interessante o artigo que sobre os palitos escreveu o sr. Rodrigues Monteiro na revista *Portvgalia*, tomo I, pag. 625 datado de Coimbra, 1900. No *Popular*, Lisboa, 18-x-1897, escreveu o sr. Alberto Pimentel um artigo intitulado *O Palito*, em que descreve esta industria. No *Recreio*, n.º 24, Lisboa, 1893, lê-se um artigo sobre esta industria domestica, genuinamente portugueza, muito desenvolvida em Lorvão *(V. este nome)* e em Coimbra, onde os palitos teem um certo cunho artistico pelos seus rendilhados || *Palitos phosphoricos*. Assim se denominavam os phosphoros de pau. V. *Phosphoro*.

Palla. Pov. e freg. de S. Simão, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Pinhel, distr. o bisp. da Guarda; 216 fog. e 799 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. postal. Dista 7 k. da séde do conc. e está situada em terreno plano, entre duas pequenas ribeiras que fórmam um affluente da ribeira de Massueime. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. O abbade de Valle Bom apresentava o cura, que tinha 6$000 réis do rendimento e o pé d'altar. A terra é pobre: cria algum gado, e tem bastante caça || Pov. e freg de S. Gens, da prov. da Beira Alta, conc. de Mortagoa, com. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu, bisp de Coimbra; 260 fog. e 985 hab.. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Fica distante 5 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, nas margens d'um affluente da ribeira de Mortagoa. Os conegos regrantes de Santa Cruz de Coimbra apresentavam o cura,

que tinha 90$000 réis e o pé d'altar. A terra é muito fertil, tem caça e cria algum gado. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. Tanto esta freg. como a antecedente, são muito antigas. O nome provém-lhes, segundo a tradição, de terem sido de Enderquina Palla, que viveu nos fins do seculo IX e principios do X, filha do capitão Mem Guterres, e casada com Gundezindo, filho de Ero Na freg. de S. Gens, de Palla, ha um valle solitario, mas fresco, por estar povoado de frondoso arvoredo, fructifero e silvestre, e regado por dois mananciaes de crystalinas aguas. || Povoações nas freguezias: Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Bartholomeu e conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Leocadia e conc. de Baião, distr. do Porto. N'esta aldeia ha um apeadeiro na linha do caminho de ferro do Douro, entre as estações de Juncal e Mosteiró. || S. Pedro, de Croca, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. Paio, de Eira Vedra, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Santa Martha, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Mamede, de Valle de Remigio, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu.

Pallanciano *(Cayo Carpo)*. Nobre senhor da Maia, terra onde nasceu, no tempo da antiga Lusitania. Ficando prisioneiro dos romanos, foi liberto de Augusto Cesar, e por isso se denominou *liberto*, e não porque fôsse de baixa condição. Foi coadjutor de Claudio Athenedoro, prefeito das rendas publicas. Casou com Claudia Loba Calense, nascida em Cale (Gaia), filha ou neta do pretor romano Cayo Sevio Loba, progenitor dos *Lobos, Lopes*, etc.. Foi este cavalleiro lusitano o primeiro que tomou por armas, ou divisa, cinco vieiras (conchas) em memoria do milagre que lhe fez o apostolo S. Thiago Maior, no anno 41 de Jesus Christo, no proprio dia do seu casamento, e em vista de cujo milagre, elle, sua mulher e familiares se fizeram christãos no mesmo dia. No *Theatro dos letreiros antigos*, pag. 98, se vê o epitaphio de Cayo Carpo e de sua mulher, escripto em latim, cuja traducção é a seguinte: «Cayo Carpo, da Maia, liberto de Augusto Cesar, coadjutor de Claudio Athenedoro, prefeito da renda dos mantimentos, fez este monumento, para si e para Claudia Loba Calense, sua mulher piissima, e para Tito Claudio Quirino, para Antonio, filhos, e para Liberio Claudio, Romano Servo, que lhes nasceu em casa: para os que haviam sido seus servos, e estavam livres, assim homens como mulheres; e para seus descendentes.»

Pallas. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Curópos, conc. de Vinhaes, districto de Bragança.

Palle. Familia que procede de Francisco Monteiro, valoroso soldado das nossas guerras do Oriente, e que pelas suas proezas na tomada da fortaleza de Palle, adoptou este appellido e recebeu de D. João III, além de outras mercês, o seguinte brazão d'armas: Em campo vermelho uma serra de sua côr com penhascos realçados de prata, no alto d'ella dois baluartes com um muro de um ao outro, caindo por terra com duas peças d'artilharia que atiram a elle, as duas peças de sua côr, montadas em carretas de ouro, no alto do muro um braço armado de prata com uma adaga do mesmo metal na mão com os copos de ouro; timbre o braço com a adaga na mão.

Palle. Pov. da freg. de Velsão do conc. de Salsete, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada á beira-mar na peninsula de Salsete. || Pov. da regedoria de Velguem e conc. de Sanquelim, Novas Conquistas, no districto e arceb. de Gôa, India.

Palli. Pov. do conc. de Sanquelim, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada proximo da margem direita do rio de Veluz. || Pov. do conc. de Sanguem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Fica nos contrafortes dos Ghattes.

Pallinha. Pov. na freg. de S. Gens, de Palla, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu.

Pallio. Manto, capa. Ornamento que consiste n'uma especie de faixa, feita de lã branca e semeada de cruzes negras, que o papa concede aos patriarchas e arcebispos e que algumas vezes tambem envia aos bispos, como testemunho de particular distincção. O pallio é portanto uma banda ou faixa de lã branca, comprida e estreita, que se colloca por cima da casula contorna as espaduas com as extremidades pendentes uma na parte anterior, outra posterior, presas por duas placas de chumbo forradas de seda preta. No fundo acham se dispostas, de distancia a distancia, cruzes riscadas de negro. O pallio prende-se na casula com tres alfinetes de ouro, encabeçados com pedras preciosas. A lã de que é formado provém de carneiros apresentados e abençoados com pompesa solemnidade, no dia 21 de janeiro, na egreja do mosteiro de Santa Ignez extra muros, depois confiados, durante um anno, ás religiosas capuchas do Quirinal, e, no anno seguinte, ás camáldulas de Santo Antonio, perto de Santa Maria Maior. Durante a semana Santa as religiosas tosquiam os cordeiros e fazem apresentar a lã ao Papa que a entrega ao primeiro mestre de ceremonias, a fim de fazel-a tecer em conformidade com as regras. Os pallios trazidos em procissão, n'uma bacia de prata dourada, são abençoados, no dia 28 de junho, depois das primeiras vesperas dos Santos Apostolos, na basilica de S. Pedro pelo Pontifice, ou na sua ausencia, pelo cardeal officiante. Depois são levados á Confissão de S. Pedro (logar onde em Roma se guardam as reliquias dos Santos). Antes de serem entregues ao destinatario, são collocados em cima do tumulo do apostolo, ao menos durante uma noite. D'est'arte, presuppõe-se que S. Pedro dormiu sob este manto, que se torna, por assim dizer, o seu, e opera, em favor de quem o recebe, uma influição de virtude e de poder, analoga á que resultou da entrega d'um manto de Elias a Eliseu, seu successor. Este pensamento é expresso pela formula ritual: «Tradimus tibi pallium de corpore beati Petri sumptum, in quo est plenitudo pontificalis officii» O pallio é a insignia da dignidade archiepiscopal e patriarchal. Em conformidade com a disciplina que a Côrte Pontificia logrou impôr á Egreja do Occidente, um patriarcha ou arcebispo não póde tomar o seu titulo senão depois de ter recebido o pallio. Sendo transferido para outra séde, tem de pedir um novo pallio. Não deve exercitar funcção alguma pontifical antes de o ter recebido, mesmo que o tivesse possuido na séde que precedentemente occupára. O pallio é pedido ao Papa em consistorio, por in-

termedio de um advogado consistorial, que solicita essa graça de joelhos e por tres vezes: «instauter», «instantius», «iustantissime». Similhante insignia não póde servir senão áquelle a quem foi concedida. E' enterrada com seu dono no mesmo caixão. Antes de receber o pallio, o dignitario, a quem foi concedido, deve prestar juramento de obediencia á Santa Sé. Uma Decretal de Pascal II (1099-1124) indica, em termos energicos, a dependencia que o Papa julga resultar da concessão d'esse objecto e do juramento que tem de acompanhar a sua entrega: «Cum a Séde Apostolica vestrœ insignia dignitatis exigitis, que a beati Petri tantum corpore assumuntur, justum est ut vos quoque Sedi Apostolicœ subjectionis debitœ signa solvatis, quœ vos cum beato Petro tanquam membra de membro habere et catholici capitis unitatem servare declarant» || Sobrecéo portatil feito de um quadrilongo de panno de seda e sustentado por varas para ser levado á mão, e que serve para cobrir como signal de distincção e honra nos cortejos ou procissões solemnes a pessoa ou o objecto que mais se pretende honrar, e é particularmente empregado nas procissões religiosas para cobrir a hostia consagrada ou a imagem do Senhor morto.

Pally. Pov. do conc. de Sanquelim, Novas Conquistas, no distr. e arcebisp. de Gôa, India. Está situada na margem direita do rio Madei.

Palma. Appellido nobre tomado da freg. de S. João Baptista, de Palma, do concelho d'Alcacer do Sal. O primeiro que se encontra, com este appellido, é João Carlos da Palma, natural d'Obidos, que foi governador da praça de Castello de Vide. As suas armas são: Em campo de ouro uma palmeira verde, sobre um monte da sua côr; elmo d'aço aberto, e por timbre um ramo de palma.

Palma *(D. Antonio Mascarenhas da Costa, 1.º conde da)* Senhor do morgado da Palma, alcaide mór de Trancoso e de Castello de Vide; commendor de Santa Maria da Deveza de Castello de Vide e de Niza, na ordem de Christo. Era filho de D. João Mascarenhas e de sua mulher, D. Maria da Costa. Succedeu na casa de seu pae, e por sua mãe no morgado de Gil Eannes da Costa. Filippe IV, de Hespanha, e III de Portugal o agraciou com o titulo de conde da Palma, por carta de 30 de março de 1624, e n'esse mesmo anno casou com D. Maria Tavares, dama da rainha D. Izabel de Bourbon, filha de Luiz Alvares de Tavora, 1.º conde de S. João da Pesqueira. Fal. ainda novo e sem filhos a 18 de fevereiro de 1634. Succedeu na casa, mas não no titulo, seu irmão D. Nuno de Mascarenhas, que serviu na restauração da Bahia, no posto de capitão de infanteria, o qual falleceu na batalha de Moutijo, em 26 de maio de 1644. Casou com D. Brites de Menezes, filha herdeira de D. Francisco de Castello Branco, 2.º conde de Sabugal, herdando este titulo. Esta senhora, ficando viuva, casou em segundas nupcias com D. João Mascarenhas, 3.º conde de Sabugal. D'este matrimonio, entre outros filhos, houve D João de Mascarenhas da Costa, que foi o 2.º conde da Palma.

Palma *(Domingos Roiz).* Ourives estabelecido em Lisboa, na segunda metade do seculo XVI.

Palma *(D. Francisco de Assis Mascarenhas, 5.º conde da).* Era filho legitimo de D. José d'Assis Mascarenhas Castello Branco da Costa Lencastre, 4.º conde d'Obidos, senhor de Sabugal e de Palma, e de sua mulher, D. Helena Maria Josepha Xavier de Lima. N. em Lisboa a 30 de setembro de 1779, fal. no Rio de Janeiro a 6 de março de 1843. Aos 25 annos de edade, em 1804, era governador da então capitania de Goyaz, distinguindo-se pelo seu tino e prudencia, acalmando os animos que se achavam exaltados, fazendo grandes economias, promovendo a navegação dos rios Tocantins e Aragaya, e conseguindo a creação da comarca de S João das Duas Barras. Em 1808 foi nomeado governador da capitania de Minas Geraes, e em 1814 da de S. Paulo, e em 1818 da Bahia. Em 1821 foi escolhido para presidente da junta provisoria do governo da Bahia, cargo que não acceitou, retirando-se para o Rio de Janeiro. Adoptando a causa da Independencia do Brazil, teve o titulo de marquez de S. João das Duas Barras, assistiu como condestavel á coroação e sagração do imperador D. Pedro I, e exerceu ainda alguns cargos importantes no Brazil; era gran-cruz da ordem de Christo e da ordem da Rosa do Brazil.

Palma *(D. João Mascarenhas de Castello Branco da Costa, 2.º conde da).* Senhor dos morgados de Palma e dos Costas, e successor da casa e condado de Sabugal; no que não chegou a succeder por ter morrido, muito moço, ainda em vida de sua mãe. Alcaide-mór e commendador de Castello de Vide. Era filho de D. Nuno de Mascarenhas e de D. Brites de Menezes. Casou com D. Joanna de Castro, sua prima e irmã de seu padrasto, filha de seu tio D. Francisco Mascarenhas, do conselho de Estado, e de D. Margarida de Vilhena, sua mulher e sobrinha. D'este consorcio houve uma unica filha, D. Brites Mascarenhas da Costa de Castello Branco Barreto, .ª condessa de Palma, senhora do condado e morgado dos Costas e da alcaidaria-mór de Castello de Vide, e por sua avó paterna, senhora do condado de Sabugal e mais casa, e do officio de meirinho-mór do reino de seu avô. Casou com D. Fernando Mascarenhas, 2.º conde e alcaide-mór de Obidos, e pelo seu casamento 4.º conde de Sabugal e da Palma. Os titulos de conde da Palma e de Obidos, incorporaram-se então no de Sabugal. V. *Obidos* e *Sabugal*.

Palma *(Joaquim Placido Galvão).* Presbytero secular, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, vigario capitular do bispado de Portalegre e do arcebispado de Evora, deputado, etc. N. em Extremoz, e parece que fal. em 1839 ou 1840. Era filho de Manuel Martins Galvão Palma. Entrou primeiro para a ordem dos eremitas reformados de Santo Agostinho, conhecidos mais vulgarmente pelos *Grillos*. Estudando na referida universidade o curso theologico, tomou o grau de doutor a 6 de julho de 1794, com o nome de fr. Joaquim da Mãe dos Homens. Deixando depois o claustro, foi, como presbytero secular, nomeado prior da freguezia de Monsaraz. Apenas rebentou a revolução de 1820, logo manifestou as suas idéas liberaes, escrevendo a seguinte *Memoria* para ser lida nas côrtes: *Memoria para ser recitada no augusto congresso das côrtes, julgando-a digna de subir a elle a Junta Provisoria do Governo supremo do reino, a cujos ex.mos membros tem a honra de a dedicar um portuguez*, Lisboa, 1821; no frontispicio não traz o nome do autor, mas n'uma nota a pag. 3, o declara. Es-

creveu ainda outra para ser apresentada a el-rei D. João VI, com o titulo seguinte: *Memorial que tem a honra de fazer subir á augusta presença de sua majestade fidelissima o sr. D. João VI o seu mais humilde vassalo*, etc., Lisboa, 1821. Prégou o constitucionalismo na sua freguezia, e em 1822 publicou um dos seus sermões, com o nome de: *Discurso em que o prior da matriz da villa de Monsaraz faz vêr ás suas ovelhas, que a monarchia constitucional proclamada pela nação, uma vez executadas as suas leis, é mais conforme á religião de Jesus Christo que o antigo governo*, etc. Em 1821 foi-lhe attribuido o seguinte opusculo que appareceu anonymo: *Reflexões sobre o clero secular e regular, por um cidadão portuguez, por um presbytero e philosopho, amigo da religião e da patria*. No *Diccionario bibliographico*, vol. XII, pag. 136, lê se o seguinte, ácêrca d'este opusculo: «O padre José Morato, n'uma das suas obras affirma positivamente que o dito opusculo fôra composto por D. André de Moraes Sarmento, ex conego regrante de Santo Agostinho, do mosteiro de S. Vicente de Fóra.» As suas bem conhecidas idéas liberaes fizeram com que fôsse eleito deputado nas côrtes ordinarias de 1822. O P. Galvão Palma atravessou incolume a crise de 1823, mas como se salientasse novamente em 1826 pelos seus sentimentos de liberalismo, foi preso em maio de 1828 pelo governo miguelista, e lançado nos carceres tristemente celebres da Torre de S. Julião da Barra, d'onde saiu em 10 de junho de 1829, para ser removido, debaixo de prisão, para o convento do Bussaco, e ali passou cinco annos, até que em 1834 se restabeleceu o regimen constitucional. Saindo então da sua clausura, ao passar por Coimbra, publicou o seguinte folheto: *Parabens aos fieis portuguezes pelo seu heroico resgate*, etc. O governo de Lisboa o nomeou governador temporal e vigario capitular do bispado de Portalegre, cargos que exerceu de 21 de maio de 1834 a 25 de junho de 1836, sendo n'este anno transferido para o arcebispado de Evora, com os mesmos cargos, sendo tambem eleito conego d'aquella cathedral, segundo consta. O motivo da transferencia fôra o abandono em que o arcebispo D. Fr. Fortunato de S. Boaventura, acerrimo partidario de D. Miguel, deixara o arcebispado, e se refugiara em Roma, d'onde mandou uma pastoral, com a data de 31 de outubro de 1836, sendo o seu titulo: *Pastoral ao clero da diocese eborense, para mais conhecimento dos proprios deveres, e menos vergonha de confessar o nome de Jesus Christo, com a declaração de se dar por incurso na pena de excommunhão ao reverendo Joaquim Placido Galvão Palma, em conformidade com o concilio Tridentino na sessão 23, canon* 7, etc. Em 1837 appareceu o opusculo anonymo com o titulo: *Joaquim Placido Galvão excommungado*, tambem contra elle, e a favor de D. Fr. Fortunato de S. Boaventura, em que se refutava uma *Pastoral* do dito Galvão. Assegura-se que o verdadeiro autor foi um padre Antonio Joaquim do Nascimento, de Evora. Este opusculo saiu no *Escudo da Religião Catholica*; a 1.ª parte saiu tambem em separado, mas a 2.ª, parece que não passou do referido jornal. O P. Galvão Palma conservou se em Evora até 1837, e n'esse anno foi eleito deputado ás côrtes constituintes. Além dos escriptos já apontados, existem nos *Diarios das Côrtes* varios discursos por elle pronunciados no exercicio da sua deputação nas assembléas de que foi membro. Tambem publicou: *Sermão de acção de graças pelo regresso de D. João VI*, Lisboa, 1821; *Resposta que deu a um amigo de consciencia timorata, que o consultou sobre a reforma projectada para os regulares, e particularmente se devia aproveitar se da graça que o congresso augusto impetrou da sé apostolica para a secularisação d'ellas*, Lisboa, 1822; *Discurso que no dia do juramento da constituição politica recitou ás suas ovelhas na matriz da villa de Monsaraz*, Lisboa, 1822; *Discurso que se recitou no dia da installação da camara constitucional da villa de Monsaraz, pelo prior da matriz da mesma villa*, Lisboa, 1822; *Pastoral dirigida aos reverendos parochos do bispado de Portalegre*; tem a data de 11 de agosto de 1835; Lisboa, 1835; *Carta pastoral ao clero e fieis da metropole de Evora;* tem a data de 6 de outubro de 1836, Lisboa, 1836; *Pastoral aos ministros do culto e fieis da metropole eborense*; tem a data de Lisboa em 1 de julho de 1837, Lisboa, 1837.

Palma *(José Pinto)*. Violinista distincto e musico muito illustrado, que fal. em 29 de agosto de 1847. Entrou para a irmandade de Santa Cecilia em 11 de maio de 1798, empregando-se como primeiro violino chefe no theatro da Rua dos Condes, do qual se tornou socio empresario. Foi tambem primeiro violino chefe no theatro do Salitre. Para estes theatros escreveu muita musica intercalada em diversas peças, constando de arias, coros, bailados, etc. Em 1825 passou para o theatro de S. Carlos, occupando durante alguns annos o logar de concertino nas operas e de primeiro violino chefe nas dansas, até que fatigado pela edade passou a primeiro dos segundos violinos. Tornou se tambem digno de menção, tanto pelos saraus lyricos que dava em sua casa, e nos quaes se executavam sempre as melhores peças de musica classica, como pela excellente bibliotheca musical que possuia, que era considerada como uma das melhores que tinham existido em Portugal até á sua epoca, e para a qual mandava vir regularmente todas as principaes composições que se publicavam em França, Italia e Allemanha. José Pinto Palma foi um dos fundadores do Montepio Philarmonico, e mestre de muitos dos nossos principaes musicos. O *Pinto violinista*, a que Balbi se refere no *Essai Statistique*, é Pinto Palma.

Palma *(José dos Santos)*. Magistrado. N. em Lisboa a 1 de novembro de 1680, fal. em 29 de abril de 1739. Era filho de Manuel João Menezes e de Izabel de Jesus Soares. Estudou letras humanas no collegio de Santo Antão, da Companhia de Jesus, e lingua latina. Passando depois á Universidade de Coimbra, estudou jurisprudencia cesarea. Não querendo seguir o magisterio, exerceu, a advocacia; foi juiz do civel, juiz do fisco em Evora e depois em Coimbra; desembargador da Casa da Supplicação, nomeado a 7 de agosto de 1734; deputado da Junta do Tabaco, juiz do Tombo dos Armazens do Reino, juiz da moeda falsa e ouvidor da Terras da Rainha. Deixou alguns trabalhos de jurisprudencia, em latim, que nunca se imprimiram.

Palma *(Luiz José Ribeiro, barão de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição, do conselho de Sua Majestade, presidente da Jun-

ta do Credito Publico, brigadeiro graduado, commissario em chefe do exercito, condecorado com a medalha n.° 2 da Guerra Peninsular, etc. N. em Villa Real a 22 de maio de 1785, fal. em Lisboa a 14 de dezembro de 1856. Era filho de Antonio José Ribeiro e de D. Izabel Maria da Fonseca. Depois de estudar primeiras letras e um pouco de humanidades no convento de S. Francisco, de Villa Real, debaixo da direcção do illustre Fr. Francisco de Mont'Alverne, partiu para o Porto a cursar sciencias mathematicas na Academia Real da Marinha e Commercio. Apenas concluiu o curso, que seguiu com distincção, foi nomeado pelo intendente geral das minas e metaes do reino José Bonifacio d'Andrada e Silva, para o logar importante de recebedor e distribuidor do cofre das minas de carvão de pedra do Porto, prova do seu elevado merecimento e seriedade, pois apenas contava 19 annos quando recebeu a nomeação, que tem a data de 4 de outubro de 1804. Quando cinco annos depois os francezes appareceram deante do Porto, Luiz José Ribeiro apresentou-se para combater como voluntario, e foi nomeado para a bateria do Bomfim. Uma bala franceza, atravessando-lhe a perna direita, feriu o gravemente, e apenas se viu restabelecido, como o cofre das minas de carvão de pedra pouco teria que dar e que receber n'essa epoca, Luiz José Ribeiro foi servir por ordem da junta de direcção geral dos provimentos de bocca para o exercito, para servir na administração da provincia da Beira, sendo ao mesmo tempo incumbido de fiscalisar as feitorias de toda a provincia e de uniformisar os pesos e medidas, resolução indispensavel para a regularidade da fiscalisação, sendo impossivel tomarem-se contas direitas aos agentes da Junta, desde o momento que não estivessem sujeitos a um padrão unico os pesos e medidas officiaes. Terminada essa commissão, recolheu na primavera de 1810 á praça de Almeida, séde da administração da provincia, e ali estava quando a praça foi cercada pelo exercito francez commandado pelo general Massena. A explosão de um paiol de polvora, fazendo grande numero de victimas, deixou ao mesmo tempo a praça na impossibilidade de continuar a resistencia, e Almeida teve de capitular, ficando a guarnição prisioneira de guerra. Luiz José Ribeiro ficou tambem prisioneiro, assim como os outros, e como os francezes procuravam sobretudo chamar os prisioneiros para o seu serviço, mandaram n'o servir debaixo das ordens do commissario ordenador em chefe, mr. Leclec, que empregou todos os esforços para que Luiz José Ribeiro seguisse as bandeiras de Napoleão. Ribeiro, porém, esquivou-se conforme pôde a tomar um compromisso qualquer, e no dia 28 de setembro de 1810 conseguiu fugir, indo com grande risco apresentar se em Traz os-Montes ao general Silveira. Este não se julgou autorisado a dar-lhe destino, e mandou-o apresentar a Beresford, que tinha então o seu quartel general no Cartaxo. Atravessou quasi todo o paiz tambem em grande perigo, porque teve de passar por meio do exercito francez acampado deante das linhas Torres Vedras, e pôde emfim chegar ao Cartaxo, onde tambem lhe não quizeram dar destino por não ser official combatente, e mandaram-n'o apresentar aos governadores do reino. Luiz José Ribeiro partiu para Lisboa, e aqui não fizeram grande caso da sua apresentação, e não só o não collocaram de prompto, mas nem ao menos se apressaram a pagar-lhe os soldos que se lhe deviam. Desgostoso por ter vindo procurar este desengano atravez de tantos perigos, resolveu abandonar a vida publica, e tendo alguns inglezes reconhecido o seu prestimo, não hesitaram em lhe confiar para uma negociação commercial nos portos do Mediterraneo o brigue *Epaminondas*, com o qual saiu do rio Tejo em março de 1811, percorrendo os portos de Gibraltar, Malta, Tunis, Sicilia e Sardenha. Voltando a Lisboa a 2 de março de 1812, achou a patria já livre do jugo francez, e acceitou o offerecimento que lhe foi feito pelo desembargador Gaudencio Torres, seu amigo, para se incumbir da escripturação n'uma commissão de que o desembargador estava encarregado juntamente com o secretario do ministro inglez, mr. Croft, e que consistia em distribuir pelos povos das provincias invadidas, e que tinham soffrido com a passagem vandalica dos francezes, a quantia de 100:000 libras votadas para esse fim pelo parlamento britannico. Serviu gratuitamente esta honrosa commissão, e depois de a concluir foi empregado no commissariado, e na qualidade de commissario do exercito de operações foi para Salamanca, onde era a séde da administração do exercito de lord Wellington, que n'essa occasião, depois de ameaçar Madrid, cercara Burgos. D'ahi a pouco teve o exercito que retirar precipitadamente sobre Portugal, perseguido pelos francezes. Em 1813 entrou de novo em Hespanha, ganhou a batalha de Vitoria, e passando aos Pyrenéos, entrou em França, organisando sempre Luiz José Ribeiro na retaguarda do exercito os fornecimentos de viveres. Terminada a lucta, e regressando o exercito a Portugal, foi Luiz José Ribeiro encarregado de apresentar uma conta geral das despezas dos ultimos annos da campanha, trabalho improbo que levou ao fim a grande custo, e que foi muito elogiado. Recebendo, porém, apenas como recompensa uma gratificação de 15$000 réis mensaes, e não tendo a promoção a que se julgava com direito, Luiz José Ribeiro deixou o commissariado, e elaborou um plano de administração militar, que tencionava levar ao Rio de Janeiro, mas, estando em Lisboa em 1820, passou por esta cidade o conde de Palmella, que ia tomar conta do ministerio dos negocios estrangeiros e da guerra, e Luiz José Ribeiro apresentou-lhe o seu plano. O conde de Palmella attendeu o, mas n'isto rebentou a revolução de 1820, e afinal Luiz José Ribeiro levou o seu plano ás côrtes. Entretanto tomava conta do ministerio da fazenda Sebastião José de Carvalho, que o chamou para o seu gabinete, encarregando o entre outros trabalhos, da elaboração do orçamento da receita e despeza para o anno de 18.3 Era o primeiro orçamento que se fazia em Portugal, não havia elementos alguns para esse trabalho, e Luiz José Ribeiro com grande difficuldade se desempenhou d'essa commissão. Foi elle pois quem elaborou o primeiro orçamento portuguez. Nomeado official da secretaria da fazenda em 1823 por José Xavier Mousinho da Silveira, em 1825 membro da junta encarregada de liquidar a divida do Estado, official da junta da administração do Tabaco, todos os ministros da fazenda, conde da Povoa, conde de Murça,

etc., tiveram sempre em muita conta o seu trabalho e o seu zelo. Estabelecendo-se em 1826 o regimen liberal no nosso paiz, com a outhorga da Carta Constitucional, procedeu-se ás eleições, e Luiz José Ribeiro foi eleito deputado pela provincia do Alemtejo, fazendo parte, logo que tomou assento na camara, da commissão de fazenda de que foi por varias vezes relator. O ministro da fazenda Manuel Antonio de Carvalho, depois barão de Chancelleiros, encarregou tambem Luiz José Ribeiro, em 1827, da elaboração do orçamento para o anno de 1828, segundo documento d'esse genero que se publicava em Portugal, tendo sido ambos redigidos por elle. N'esse mesmo anno de 1827 recebeu Luiz José Ribeiro a carta de conselho. Em 1828 chegou a Lisboa o infante D. Miguel, e a primeira cousa que fez foi dissolver as côrtes, e d'ahi a pouco proclamava se rei absoluto. Luiz José Ribeiro foi immediatamente demittido, e seria assassinado se se não homiziasse em casa do consul inglez. Não emigrou, esteve porém em Lisboa sempre n'uma situação precaria, até que em 1833 foi reintegrado no seu emprego de official da secretaria de fazenda, mas não nos outros porque os tribunaes a que pertencia, a junta dos emprestimos e a junta da administração do tabaco, fôram abolidos Em compensação recebeu o conselheiro Luiz José Ribeiro novas distincções honorificas; mas, ainda que isso o lisonjeava, não era indemnisação sufficiente para a perda dos seus interesses, indemnisação que demais a mais lhe fôra promettida. Tudo isto o indispoz com o ministerio, e, quando José da Silva Carvalho publicou o seu relatorio sobre o estado da fazenda publica, relatorio muito insufficiente, Luiz José Ribeiro acudiu á imprensa a critical-o, e talvez d'ahi lhe proviesse a demissão que lhe foi dada do emprego de official da secretaria da fazenda Mezes depois caia o ministerio, subia ao poder o duque de Saldanha, e Luiz José Ribeiro era nomeado conselheiro do tribunal do Thesouro. Levantou grande opposição, principalmente entre os partidarios de José da Silva Carvalho, a sua nomeação para o logar do tribunal do Thesouro, e o ministerio, não tendo fôrça bastante para o manter no logar para que o nomeára, nem ousando demittil-o sem mais cerimonia, fez todos os esforços para que elle acceitasse o logar de commissario em chefe do exercito, sendo transferido quem então o exercia, que era Marcellino de Mello, que foi depois visconde de Oliveira, para o logar de conselheiro do tribunal do Thesouro. Acceitou Luiz José Ribeiro a nomeação, e estava exercendo esse cargo com grande actividade e zelo, quando rebentou a revolução de setembro de 1836, seguindo se depois a famosa *Belemzada*, em que esteve para ser victima de um assassinio similhante ao de Agostinho José Freire. Sabendo do movimento das tropas que houvera, Luiz José Ribeiro metteu se na sua sege e foi saber o que devia fazer como commissario em chefe. Conheceram-n'o os populares quando elle passava por Alcantara, e correu voz de que ia a Belem chamado pela rainha para ser ministro da fazenda. Levantaram-se gritos de morte, e o que o salvou foi uma voz que aconselhou que o prendessem e que o levassem á presença de Rodrigues França. Andou Luiz José Ribeiro de estação em estação até que Sá da Bandeira, sabendo o que se passava, mas sem saber mesmo quem era o funccionario que estava em perigo, correu a tiral o das mãos do povo e o acompanhou a casa na sua sege. Em 1837, pela nova organisação dada á sua repartição, foi nomeado inspector geral da administração da fazenda militar, e encarregado ao mesmo tempo de elaborar um regulamento d'essa administração. Eleito senador substituto pelo districto de Castello Branco, Luiz José Ribeiro tomou assento na camara alta, quando o senador effectivo, João José Vaz Preto Geraldes, resignou o seu logar, e ali pronunciou um discurso violento em que se queixou da falta de lealdade do governo, que não apresentava como devia os dinheiros necessarios para o pagamento dos fornecedores de generos, o que podia trazer comsigo inevitavelmente uma revolução militar. Entendeu o ministerio que era isto uma ameaça, e a resposta a esse discurso foi immediatamente a demissão do logar de inspector geral. E' certo, porém, que Luiz José Ribeiro prestára n'esse alto cargo os mais relevantes serviços, substituindo o systema de arrematação pelo da administração directa, fazendo importantes economias, e conseguindo ter, como funccionario, credito que o governo não tinha. D'este facto não tardou a ter prova mais lisonjeira e mais cabal. A revolução cartista de 1842 destruira a constituição do 1838, e acabara portanto com a camara dos senadores. Nas eleições para deputados feitas em conformidade com a Carta Constitucional, Luiz José Ribeiro propoz se por Lisboa e não foi eleito. Logo depois em 1843 procedeu se á eleição dos vogaes da Junta do Credito Publico, e apresentou-se como candidato ao logar de vogal cuja eleição pertencia aos juristas. Como o seu triumpho seria sem duvida alguma um cheque para o governo, este empregou todos os meios para lhe combater a candidatura, e apezar d'isso Luiz José Ribeiro venceu. Era a prova real da confiança que elle soubera inspirar aos crédores do Estado no periodo em que gerira os negocios da administração militar. Rebentára n'esse meio tempo a revolução de 1844, e o governo para a debellar, obtivera das côrtes autorisação para levantar um emprestimo de 2:000 contos de réis. Depois de levantar 1:600 contos ordenou á Junta que creasse inscripções no valor de 2:000 contos de réis nominaes para garantia do levantamento do restante. Como se não fixaram os rendimentos necessarios para a garantia dos juros d'essas inscripções, a Junta do Credito Publico, por instigação de Luiz José Ribeiro, negou se absolutamente a cumprir as ordens do governo, e por mais que este insistisse, não conseguiu quebrar a energica resolução da Junta. Este acto de hombridade não prejudicou Luiz José Ribeiro, antes lhe deu crédito no paiz sendo bem acolhida a sua reintegração no logar de commissario em chefe do exercito, feita em 1846 a instancias do ministro da fazenda, conde do Tojal, pelo ministro da guerra duque da Terceira. Atravessou a crise da denominada *Maria da Fonte*, sem tomar partido nos acontecimentos politicos d'essa epoca, mas prestando relevantes serviços a successivos ministros, já por occasião da conversão do Banco de Lisboa, Companhia Utilidade Publica, e Companhia das Obras Publicas de Portugal, no Banco de Portugal, em que foi nomeado director por parte do governo, do

fundo especial de amortisação, já anteriormente como um dos tres commissarios regios nomeados para vigiarem de perto as operações do Banco de Lisboa, já como membro do conselho de beneficencia para que foi nomeado em 18‹7, já como membro da Junta do Credito Publico, obten do que a Junta garantisse um emprestimo de 4)0 contos indispensavel em 1851 por occasião da crise monetaria, já finalmente quando se levantou no principio do mesmo anno de 18ᐟ1 uma grave desintelligencia entre o ministerio e o Banco de Portugal, desintelligencia que não concorreu pouco para o movimento insurreccional da Regeneração. Por occasião do emprestimo feito pela Junta, quiz o governo agraciar o conselheiro Luiz José Ribeiro com um titulo de barão ou de visconde, titulo que elle recusou, estando ainda n'essa resolução em 1852. Declarava desprezar esses titulos que já então se barateavam extraordinariamente, e afinal acceitou o de barão de Palma, em duas vidas, concedido por decreto de 5 de julho de 1854. Em 1825, 1843 e 1848 foi nomeado membro da Junta do Credito Publico, sendo elevado a presidente da mesma Junta em 1854. Obteve como militar a reforma no posto correspondente ao cargo que exercera de commissario geral do exercito. O barão de Palma casou a 2 de fevereiro de 1815 com D. Hypolita Candida de Sá, filha do tenente-coronel Antonio Domingues de Sá, e de sua mulher D. Rosa Vellez de Andrade. O seguinte brazão d'armas foi-lhe concedido por alvará de 15 de junho de 1836: Escudo partido em pala: na primeira as armas dos Ribeiros; escudo esquartelado: no primeiro quartel em ouro, quatro bastões sanguinhos firmes, no segundo em preto tres faxas veiradas de prata e sanguinho, e assim os contrarios; na segunda pala, as armas dos Mattos: em com campo vermelho um pinheiro verde com raizes de prata, entre dois leões de ouro batalhantes, armados de azul. Escreveu: *Descripção historica sobre a vida, reinado e acções de Paulo I, imperador e autocrata de todas as Russias*, etc., *Primeira e Segunda parte, traduzida do italiano para portuguez, offerecida ao ill.*^{mo} *sr. José Bonifacio de Andrada e Silva*, etc., Lisboa, 1818; *Advertencias uteis, dirigidas ao soberano e augusto congresso das Côrtes, na occasião em que elle se constituiu em corpo legislativo*, Lisboa, 1821; dividem-se em 12 capitulos, ou artigos: Constituição, Codigo Civil, Codigo Criminal, Administração de fazenda, Diplomacia, Exercito, Clero, Agricultura, Marinha, Commercio, Liberdade de imprensa, Policia e bons costumes; *O Relatorio do Ministro e Secretario de estado dos Negocios de Fazenda apresentado á Camara dos Senhores deputados na sessão de 1854, examinado pelo conselheiro*, etc., Lisboa, 1855; *Conversão do orçamento do Ministerio da guerra*, Lisboa, 1835; *O Decreto de 3 de novembro de 1851, ou appellação para o publico imparcial*, Lisboa, 1852; *Reflexões sobre a possibilidade de extinguir o papel moeda em Portugal*, Lisboa, 1831.

Palma. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Extremadura, conc. e com. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa, arceb. de Evora; 190 fog e 1:059 hab. Tem est post. e esc. do sexo masc. Dista 15 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio de S. Martinho. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o capellão, que tinha 180 alqueires de trigo, 180 alqueires de cevada, e 10$000 réis em dinheiro. Era commenda de S. Thiago. A terra é muito fertil em cereaes. Cria muito gado, e tem bastante caça. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. || Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Anreade, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Fontão, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Porto no territorio da Companhia do Nyassa, na Africa Oriental.

Palma de Baixo. Pov. na freguezia de Sebastião da Pedreira, 3.º bairro de Lisboa.

Palma de Cima. Pov. na freg. de S. Sebastião da Pedreira, 3.º bairro de Lisboa. || Pov. na freg. dos Santos Reis Magos, Campo Grande, 3.º bairro de Lisboa.

Palma Velho *(José Raymundo de)*. General de divisão. N. em 8 de julho de 1832, fal. a 8 de fevereiro de 1902. Assentou praça em cavallaria n.º 2 a 19 de agosto de 1850, foi promovido a alferes em 4 de maio de 1852, a tenente em 2 de setembro de 1861, a capitão em 14 de fevereiro de 1872, a major em 30 de março de 1881, a tenente-coronel em 31 de outubro de 1884, a coronel em 5 de maio de 1886, a general de brigada em 29 de dezembro de 1892, e a general de divisão em 23 de março de 1895. O seu espirito disciplinador carecia de exercer se ua acção, e tratando-se de se levantar o nosso prestigio na Africa, acceitou o encargo de governador do Cabo Delgado, na provincia de Moçambique, em 1872, que exerceu até 23 de maio de 1881, e voltando segunda vez ao mesmo cargo, ali se conservou desde 1885 até á sua exoneração em 1887. Distinguiu-se muito no combate do Ibo, de 26 de janeiro de 1883; no de Tacamagil, de 23 de janeiro de 1886, o de Macoloe do mesmo mez e anno, o combate de Meuingueno, de 23 de fevereiro de 1887, e por fim, ainda mais o notabilisou o extraordinario feito d'armas da tomada da bahia de Tungue, em 27 d'esse mez e anno. Esta bahia, uma das melhores bahias da Africa Oriental, vasta, abrigada, faz parte da provincia de Moçambique e do districto de Cabo Delgado. Comtudo, ha mais de 40 annos, uma especie de cheick indigena, que governava ali em nome de Portugal, e que de Portugal recebia ordenado, indispondo se com o governador do districto, e querendo ao mesmo tempo obter grossas recompensas, foi a Zanzibar declarar ao sultão que se reconhecia seu subdito e que lhe entregava Tungue. O sultão acceitou logo, e o litoral da bahia foi occupado pelas suas tropas. Debalde Portugal reclamou o que lhe pertencia, e o sultão só respondia com evasivas, e pela nossa fraqueza, e pelo desdem com que por muito tempo se olhou para as cousas ultramarinas, o sultão conservou a posse pacifica e indisputada do seu novo dominio, sem que deixassemos, comtudo, em todos os documentos de affirmar o nosso direito. Como, porém, a costa para o norte do Ibo estava completamente abandonada, o sultão ia estendendo o seu dominio, e a attenção do nosso governo teve de voltar-se forçadamente para essa parte da provincia. Na sessão da camara dos pares de 25 de julho de 1887, Vaz Preto disse o seguinte ácêrca dos primeiros feitos de Palma Velho: «Quando este official esteve governador do Ibo, houve uma revolta de mais de 2:000 pretos,

que pretenderam assaltar e saquear a villa. O sr. Palma não tinha mais de 14 soldados e um capitão, e com estes poucos bravos bateu se toda a noite, fazendo fugir os pretos, ficando no campo do combate, entre mortos e feridos, mais de cem. Este acto mereceu-lhe os elogios da camara municipal da villa, que lhe foi agradecer o ter salvo a povoação da carnificina e do saque. Este serviço assignalado mereceu os maiores elogios tambem do governador geral de Moçambique, mas não consta que da parte do governo da metropole houvesse ao menos qualquer palavra de louvor.» Mas toda esta ingratidão ou injustiça da parte do governo, se explica pelas seguintes palavras do mesmo orador: «Apezar d'esse direito existir de tempos remotos... se não temos chegado a um resultado satisfatorio, é porque a Inglaterra tem impedido o sultão de concluir esse tratado. Algumas potencias européas, principalmente a Inglaterra, tem levantado duvidas e promovido difficuldades ao reconhecimento de um dominio sobre aquelle ponto da Africa Oriental, difficuldades e duvidas que trouxeram a guerra ao sultão de Zanzibar, para obter uma solução favoravel para Portugal, que os seus direitos e interesses exigiam». Este discurso dá bem a entender as injustiças que Palma Velho soffreu. Na sessão da camara de 27 de julho de 1887, Vaz Preto fez uma interpellação a que respondeu o ministro da marinha, então Barros Gomes, com evasivas dos *negocios pendentes*, e apoucando o feito a uma reivindicação de direitos. Vaz Preto fez então uma clara narrativa ás camaras: «Depois de Palma Velho, em cumprimento de ordens que recebera, ter arvorado a bandeira portugueza na margem meridional do rio Meninguene, e abatido a bandeira do sultão de Zanzibar basteada em Macoloe, territorio que de direito pertencia a Portugal, o valente militar recebeu como premio a demissão de governador de Cabo Delgado. O governador de Moçambique, que reconhecia a alta importancia d'aquelles relevantes serviços, e as vantagens immediatas que d'ali vinham para Portugal, entendeu que aquelle illustre official devia ser galardoado condignamente, e indicou ao governo ou antes, propoz que se lhe désse a commenda da Torre e Espada. Um anno depois, e ainda não tinha acabado o seu tempo, foi demittido, sem uma palavra de louvor, e o que é mais, sem que ao menos no decreto se empregassem as palavras tabelliôas que é uso empregar: Serviu a meu contento! Por decreto de 4 de janeiro de 1887, concebido nos termos que acabei de expôr á camara, foi demittido aquelle brioso e intelligente militar; mas, o que é mais curioso, é que, tendo o sr. Henrique de Macedo, o antecessor do actual ministro da marinha, dado ordem para a tomada da bahia de Tungue e Meninguene, e havendo já dois mezes que o sr. Palma Velho tinha sido demittido de governador de Cabo Delgado, o sr. governador geral de Moçambique entendeu que não tinha outro official mais competente do que aquelle illustre militar, para desempenhar tão difficil missão, e mandou lhe pedir para tomar o commando da força. Foi então encarregado de tomar Meninguene e Tungue. Elle, sempre tão modesto como valente, offereceu-se para tomar parte na expedição como simples soldado. O governador de Moçambique, que tinha n'elle plena confiança, não consentiu, e encarregou-o do commando de todas as forças, dando-lhe a direcção plena. Meninguene estava defendida por um numero importante de arabes indigenas fornecidos pelo vali do Tungue, e sabia se, por communicações do forte de Macimboa, que o regulo de Massucá estava combinado com o vali do Tungue para fazer a guerra aos portuguezes em toda a costa desde Macimboa até Tungue. N'esta circumstancia era preciso operar rapidamente, porque tanto arabes como indigenas queriam atacar e era mister desnorteal os com uma medida prompta e rapida. No desempenho da commissão que lhe estava commettida, começou pois o governador de Cabo Delgado por fazer bombardear Meninguene, a fim de preparar o desembarque, o qual effectuou com agua até ao peito; e á frente de 35 soldados de caçadores 1 de Moçambique e de 30 marinheiros da guarnição da canhoneira *Douro*, atacou e tomou a povoação, que estava defendida por tres peças e muita gente, que fazia um fogo vivo pelas setteiras das casas. Depois d'este triumpho, queria o governador geral mandar ir de Moçambique o batalhão de caçadores 1 para proceder á tomada de Tungue; Palma fez lhe entender que era melhor aproveitar o effeito da derrota que infligira, e avançou para a tomada de Tungue pondo se á frente de 35 soldados de caçadores. Regressando a Portugal em 3 de maio de 1887, Palma Velho foi commandar cavallaria 3, sendo depois promovido a general de brigada e a general de divisão. O seu ultimo serviço foi o commando da 3.ª divisão militar em 1897. Teve um unico ideal—bem servir a sua patria. A sua nobreza de caracter collocou-o acima de todos os conflictos partidarios. O seu nome não ficará nunca esquecido.» O general Palma Velho era gran-cruz, grande-official e commendador da ordem de Aviz, commendador das de Nossa Senhora da Conceição e da Torre e Espada.

Palmar. Ponta que fórma o estremo SO da Bahia de Cabinda, Africa Occidental. Termina em terra quasi raza com o mar, subindo mais para dentro a altura regular. A 1 k., na encosta, fica a pov. de Porto Rico ou de Cabinda. || Roça na ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Palmarejo Grande e Palmarejo Pequeno. Duas povoações na freg de N. S.ª da Graça, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental

Palmaria. Pov. na freg. de S. Christovão, de Caranguejeira, conc. e distr. de Leiria.

Palmas. Pov. na freg. de Santa Maria, de Carquere, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Ponta situada no extremo SO da bahia de Cabinda. V. *Palmar.* || Rio do districto de Mossamedes, na provincia de Angola, Africa Occidental. N no territorio dos mundocubes e vae desaguar no Oceano Atlantico, pouco ao N da bahia de Obaba.

Palmaz. Pov. e freg. de Santa Marinha, conc. e com. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. bisp. do Porto; 259 fog. e 1:106 hab.. Tem correio com serviço de posta rural esc. do sexo masc., fabricas de *lanificios do Rio Caima*, de *Chales e cintas de lã*, e de *Telha portugueza.* A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada entre o rio Caima e a estrada do Porto a Coimbra. A mitra apresentava o prior, que tinha 700$000 réis de rendimento annual. Sobre o rio

Caima, que passa por esta freguezia, ha aqui uma boa ponte de cantaria, feita nos principios do seculo XVII. A pov. pertence á 5.ª div. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. || Povoações nas freguezias: O Salvador, de Parada de Gatim, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho. de Travassós, do mesmo conc. e districto.

Palmazaes. Pov. na freg. de Santa Maria, de Gondar, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Palmazes. Pov. na freg. de Santo André, de Sazes de Lorvão, conc. de Penacova, districto de Coimbra.

Palmazões. Pov. na freg. de Santo André, de Padronello, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Palme *(José Maria da Fonseca Moniz, 1.º barão de)*. General, commandante da 3.ª e 4.ª divisões militares; do conselho de Sua Majestade, commendador das ordens de Aviz, Torre e Espada, e de Nossa Senhora da Conceição, condecorado com a medalha n.º 2 da Guerra Peninsular, deputado, etc.. N. em Moncorvo a 20 de dezembro de 1794, fal. a 20 de dezembro de 1862. Era filho de Francisco José Nunes da Fonseca Moniz, e de sua mulher, D. Anna Maria Madureira Torres. Alistando-se como cadete no batalhão de caçadores n.º 10, em setembro de 1811, marchou logo para a campanha em que estavamos empenhados contra os francezes, e de tal modo se houve, que depois de se ter assignalado em differentes occasiões, foi despachado alferes por distincção em dezembro de 1813. Terminada a Guerra Peninsular regressou á patria, foi promovido a tenente em 1820, e n'esse posto servia em 1828, quando, por ser contrario ao partido do infante D. Miguel, teve de emigrar para a Galliza com a divisão constitucional, e d'ali passou a Inglaterra. Embarcando depois para as ilhas dos Açôres, tomou parte na acção da Villa da Praia e na restauração da ilha de S. Miguel, sendo promovido a capitão em 1831 para o regimento de infantaria n.º 3, vindo com esse corpo desembarcar nas praias do Mindello em 8 de julho de 1832. No cêrco do Porto portou-se com toda a bravura; na batalha de Ponte Ferreira, á frente da sua companhia, carregou o inimigo com intrepidez e valentia, ficando n'essa occasião gravemente ferido; entrou depois nas acções de 16 e 29 de setembro, na sortida de Lordello em 24 de janeiro e nos dias 4 e 24 de março de 1833, praticando sempre prodigios de valor, conquistando, pela sua decidida bravura e intrepidez, o grau de official da ordem da Torre e Espada. Fazendo parte da expedição enviada ao sul do reino, assistiu ao combate de Cacilhas, distinguiu-se muito na acção das linhas de Lisboa a 5 de setembro, e ahi recebeu dois graves ferimentos, e ainda mais tarde deu novas provas de valor na batalha de Almoster. Nomeado ajudante major do seu regimento em 1835, partiu para Hespanha na divisão auxiliar, mas em março de 1837 recolheu a Portugal por estar gravemente doente, e sendo n'esse mesmo anno elevado á effectividade do posto de major, serviu em differentes corpos, não só n'esse posto, como tambem nos de tenente-coronel e coronel, que obteve em 1842 e 1847. Tomou parte na lucta civil chamada da *Maria da Fonte*; foi deputado em 1846, n'uma legislatura que durou só quatro mezes, e depois na de 1851 a 1852. Contribuiu muito para o movimento da *Regeneração* em 1851, foi promovido a brigadeiro, e agraciado com o titulo de barão de Palme, por decreto de 2 de junho do referido anno de 1851. Depois d'essa epoca exerceu algumas commissões importantes, e era commandante da 4.ª divisão militar, quando falleceu. Casou em 29 de novembro de 1816 com D. Maria Clementina Leite e Oliveira, filha 2.ª de José Antonio de Oliveira Pinto, e de sua mulher, D. Anna Bernardina Leite de Oliveira. D'este consorcio houve uma filha, D. Gertrudes Ermelinda Moniz, que foi a 2.ª baroneza de Palme. Esta senhora nasceu a 22 de setembro de 1817, e casou a 14 de setembro de 1850 com José Cardoso Coelho de Moraes Pessoa, filho do capitão-mór de Lafões João Cardoso de Moraes, e de sua mulher D. Anna Joaquina da Fonseca. O titulo foi-lhes concedido tambem em 18 de fevereiro de 1852. E' hoje barão de Palme o sr. José Maria da Fonseca Moniz. O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo esquartelado: no primeiro quartel as armas dos Fonsecas: em campo de ouro cinco estrellas sanguinhas de cinco raios postas em santor; no segundo, as dos Monizes: em campo azul cinco estrellas de ouro, de oito raios, postas em santor; no terceiro as dos Cardosos: em campo vermelho dois cardos de vermelho floridos, com flôres e raizes de prata, entre dois leões de ouro batalhantes, armados de vermelho; no quarto quartel as armas dos Coelhos: em campo vermelho um pé de terra verde junto ao mar, e n'elle assentam duas columnas de prata, e sobre cada uma d'estas um escudete das quinas de Portugal, ficando entre ellas um leão de ouro.

Palme. Pov. e freg. de Santo André, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 164 fog. e 685 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada a 1 k. da estrada real de Vianna a Barcellos. O abbade benedictino do mosteiro d'esta freg. apresentava o vigario, que tinha 90$000 réis e o pé d'altar. Em tempos muito remotos, a pov. de Palme era apenas uma quinta pertencente ao fidalgo Lovezendo, filho de Sazi, que em 1028 a doou á ordem de S. Bento, para aqui fundar um mosteiro, dando-lhe tambem rendas e propriedades. Com varias doações particulares, chegou este mosteiro a ser um dos melhores e mais ricos d'estes sitios. Está fundado ao pé da serra do Támel, e ao O fica-lhe o delicioso e feracissimo *valle do Támel*. Este mosteiro e a sua cêrca fôram vendidos depois de 1834, e é hoje propriedade particular. A esta freg. está annexa a freg. de S. Thiago, de Feitos *(V. Portugal*, vol. III, pag. 338*)*. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Palmeira. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 497 fog. e 2:351 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. postal e fabrica de relogios de torre e de sala. Está situada na margem esquerda do rio Cávado, na estrada real de Braga a Villa Verde, e a 5 k. da séde do conc. O cabido da sé de Braga apresentava o vigario, que tinha 200$000 réis de rendimento. Foi couto do rei. A *Rua Nova*, em Lisboa, pertencia aos arcebispos de Braga, que a trocaram pelo couto da Palmeira. A terra é muito fertil. Pertence á 3.ª divisão mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde

em Braga || Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov do Douro, conc. e com. de Santo Thirso, distr. do Porto, arceb. de Braga; 85 fog. e 416 hab. Fica distante 3 k. da séde do conc., e está situada na margem direita do rio Ave. O reitor de Santa Maria, de Antime, apresentava o vigario, que tinha 110$000 réis. Foi couto, tão vasto e rico como um condado, achando se confirmado com o nome de *condado antigo da Palmeira* ao mosteiro de Nandim, por D. Affonso IV em 1346, e por D. João I em 1385. A pov. tem generos agricolas e caça; cria muito gado; pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recru. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias: Santissimo Sacramento e conc. d'Alcobaça, distr de Leiria. || O Salvador e conc. d'Alcoutim, distr. de Faro. || Ilha da Madeira e distr. do Funchal: S. Sebastião e conc. de Camara de Lobos; S. Braz de Campanario, do mesmo conc; S. Salvador e conc. de Santa Cruz; Santa Maria Magdalena, de Magdalena do Mar, conc. de Ponta do Sol; N. S.ª do Monte, de Monte, conc. do Funchal; N. S.ª da Luz e conc. de Ponta do Sol. || N. S.ª da Luz, de Luz, conc. de Tavira, distr. de Faro. || O Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || S. Christovão, de Carangucjeira, conc. e distr. de Leiria || S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja. || N. S.ª d'Annunciada, de Aldeia de Paio Pires, conc. do Seixal, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Veatodos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Maiorga, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || N. S.ª da Conceição e conc de Monchique, distr. de Faro. || Ponta situada na costa O da ilha do Sal, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Bahia situada na costa O da ilha do Sal, no dito archipelago e prov. Fica entre a ponta do mesmo nome e o morro da Cabeça de Leão. Tem praia de areia, mas um ancoradouro pessimo, e muito peixe.

Palmeira de Faro. Pov e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho, conc e com. de Espozende, distr. e arceb. de Braga; 160 fog. e 778 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 3 k. da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimento. A terra é fertil. Cria muito gado e tem caça. E' abundante de peixe de mar que lhe fica perto. Foi couto das religiosas de Villa do Conde, que o emprazaram aos Gayos da mesma villa. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Palmeiral. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Piedade, de Algoz, conc. de Silves, distr. de Faro || S. Clemente e conc. de Loulé, do mesmo districto.

Palmeiras. Ponta situada na margem direita do rio Zaire, proximo do porto da Lenha, na prov d'Angola, Africa Occidental.

Palmeiria. Povoações nas freguezias: S. Christovão, de Caranguejeira, conc. e distr. de Leiria. || S. Vicente, de Formigaes, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Palmeirim *(Augusto Xavier)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, general de divisão reformado, director do Real Collegio Militar, vogal do Conselho Geral de Instrucção Militar, presidente do Supremo Tribunal de Justiça Militar, par do reino, deputado, etc. N. em 1808, fal. em Lisboa a 14 de novembro de 1890. Era filho do tenente general Luiz Ignacio Xavier Palmeirim *(V. adeante)*. Assentou praça de cadete aos 7 annos de edade, em 8 de maio de 1815, e a 10 de novembro do mesmo anno foi promovido a alferes, dispensando-se-lhe a menoridade em attenção aos grandes serviços prestados por seu pae, que tão distinctamente militou na Guerra da Peninsula. Por alvará de 16 de fevereiro de 1816 foi despachado fidalgo cavalleiro da Casa Real. Em 5 de fevereiro de 1818 foi promovido a tenente e a capitão em 9 de abril de 1821, sendo-lhe concedidas as honras de exercicio no paço por alvará de 13 do referido mez e anno. Augusto Xavier Palmeirim estudara preparatorios, e tinha conhecimento das linguas vivas, mas só depois da familia real regressar ao reino, é que se matriculou, em 1822, na Antiga Academia de Marinha,

Augusto Xavier Palmeirim

tendo de interromper os estudos, por causa dos successos politicos, que só muito mais tarde, em 1841, veiu a completar, obtendo carta do curso de estado-maiór. Nas luctas civis entre liberaes e miguelistas, que tantos odios provocaram, houve um escriptor estrangeiro que fez differentes accusações calumniosas ao illustre militar, logo reproduzidas em Portugal. Augusto Xavier Palmeirim saiu em defeza dos seus actos, publicando em 1869 um opusculo que produziu grande sensação pela energia e nobre altivez com que desfez as accusações que gratuitamente lhe assacavam. Nada puderam contra a verdade dos factos as exaltações facciosas dos politicos, e Augusto Palmeirim foi promovido a major em 24 de julho de 1831, a tenente-coronel em 19 d'abril de 1837, e a coronel effectivo em 29 d'abril de 1851. Sendo ainda tenente-coronel, o general José Jorge Loureiro, então commandante do

exercito de observações contra a Hespanha, o escolheu para chefe do seu estado maior, incumbindo-o de apresentar um regulamento para o serviço do exercito em campanha. Datam de 1847 as numerosas commissões de que Augusto Xavier Palmeirim foi vogal ou presideute, contando-se entre ellas a commissão encarregada de propôr um projecto de regulamento para o serviço interno dos quarteis; a da que teve o encargo de organisar o Collegio Militar; da organisação do Montepio Militar. Fez tambem parte da commissão encarregada de conhecer o estado do Arsenal do Exercito, e de propôr a sua reforma; das commissões que tiveram o encargo de organisar o exercito e os serviços da secretaria da guerra, e da lei de promoções. Nomeado director do Collegio Militar, esta commissão inculcou o naturalmente para outras de não menor alcance, como as que fôram incumbidas de estudar a conveniencia de reunir as escolas Polytechnica, do Exercito e Veterinaria; e de organisar um regulamento tendente á estipulação dos deveres, direitos e penalidades do magisterio, com referencia ao decreto de 11 de janeiro de 1837. A estas commissões seguiram-se ainda outras, destacando-se pela sua importancia, e sendo seu presidente, da que foi mandada estudar o maior desenvolvimento da fabricação de polvora e seu commercio; a de formular o projecto de codigo penal, e a do estudo da defeza do paiz e da capital. Foi membro do conselho geral de instrucção militar desde 1864, membro da commissão de soccorros aos feridos e doentes militares em tempo de guerra. Promovido a brigadeiro graduado em 1851, foi declarado effectivo n'este posto em 13 de março de 1860, e promovido a general de divisão em 10 de maio de 1870, posto em que se reformou, por motivo de doença, em 1887. O general Palmeirim representou Portugal na conferencia de Bruxellas de 1874. Foi deputado em varias legislaturas, tomando parte muito activa nos trabalhos da camara, entrando nas commissões de guerra e de fazenda; sendo como vogal da primeira relator do codigo penal militar, e como pertencente á segunda, foi nomeado membro da commissão que teve por fim inquirir ácêrca do cumprimento das leis constituitivas do Banco de Portugal. Tambem tomou grande parte nos trabalhos da commissão que reformou o serviço do correio e postas do reino. Em 1874 foi elevado ao pariato, como homenagem aos serviços relevantes que prestou ao paiz. Durante muitos annos foi presidente da commissão central 1.º de Dezembro de 1640, e á sua cooperação valiosa se deveu ter sido levado a seu termo o monumento levantado pela mesma commissão aos restauradores de Portugal, que se inaugurou em 1886, sendo presidente da commissão executiva e membro da commissão technica. O general Palmeirim possuia as seguintes honras: gran-cruz da ordem de Aviz, commendador de Palcão e Casa Velha na ordem de Christo, commendador da da Torre e Espada; gran-cruz da ordem de Izabel a Catholica e da Corôa de Italia; grão commendador da ordem do Salvador, da Grecia, commendador da Legião de Honra, de França; as medalhas de ouro de bons serviços e de comportamento exemplar; medalha municipal da febre amarella, e a da commissão central 1.º de Dezembro de 1640: Bibliographia: *Memoria sobre a Topographia portugueza;* inserta na *Revista Universal Lisbonense*, tomo V da 1.ª série, a pag. 54, 63 e 78; *Elogio historico do Conde de Lippe, Marechal General do Exercito portuguez*, no referido tomo, pag. 547; *Elogio biographico do Coronel de Engenheiros José Maria das Neves Costa*; na *Revista militar*, tomo I, de 1849, n.º 1; *Relatorio sobre a Escola naval e de construcção*; saiu impresso a pag. 96 e seguintes do tomo I do *Inquerito ácêrca das Repartições de Marinha*, etc; *Relatorio sobre o Arsenal da Marinha*, no referido tomo, a pag 113 e seguiutes; *Outro Relatorio sobre o mesmo Arsenal, em 20 de Dezembro de 1849;* no mesmo tomo, pag. 128; *Relatorio estatistico militar ácêrca da população, e da fixação da força militar do paiz*, apresentado á camara dos deputados em 7 de junho de 1856 pela commissão de guerra da qual era presidente. Este relatorio publicou-se no *Diario da Camara* respectiva, e tambem no tomo VIII da *Revista militar*, pertencente ao mesmo anno. Tambem escreveu o *Relatorio da grande commissão parlamentar de inquerito*, que se encontra no tomo II, de pag. 365 a 447. Teve parte no *Relatorio sobre a fabricação e administração da polvora por conta do Estado*, em 1855.

Palmeirim *(Francisco de Moraes)*. O celebre autor do *Palmeirim de Inglaterra*, a quem D. João III concedeu o appellido de *Palmeirim*. N. provavelmente em Lisboa e nos ultimos annos do seculo XV, sendo filho de Sebastião do Moraes, thesoureiro-mór do reino, e de sua mulher Julianna de Moraes Pertencia á nobre familia Moraes de Bragança. Pareco que desde muito novo se dedicou ao estudo, e tambem se póde suppôr que serviu nas guerras africanas, porque nos seus livros mostra conhecimentos militares. Como era filho d'um homem que occupou um tão elevado cargo financeiro, D. João III o nomeou thesoureiro da Casa Real, o tendo se relacionado intimamente com a familia dos condes de Linhares, parece que foi um pouco preceptor, sobretudo amigo intimo, de D. Francisco de Noronha, que depois teve aquelle titulo. Quando D. Francisco foi nomeado em 1540 embaixador portuguez em França, Francisco de Moraes acompanhou-o como seu secretario particular, e tendo assistido a varias festas e torneios, escreveu para Lisboa a relação das que se celebraram quando foi o casamento do duque de Cléves. Pouco tempo depois começou a escrever o *Palmeirim de Inglaterra*, como se deduz, em primeiro logar, da dedicatoria do livro á infanta D. Maria, em que diz que o compoz n'estes dias passados. Ora em 1543 já D. Francisco de Noronha fôra substituido na embaixada de Paris. Além d'isso ha visivelmente no *Palmeirim de Inglaterra*, de certo ponto em diante, mudança de plano e de caracteres, que a algum motivo se deve attribuir. Sabe-se por outro livro de Francisco de Moraes, intitulado *Desculpa de uns seus amores que teve em Paris com a donzella Torsy*, que elle, apezar de não ser novo, teve uma paixão vivissima por uma dama da côrte de França, mademoiselle de Torsy, que longe de lhe responder, o chasqueara brandamente, e lhe aconselhara que pensasse em cousas mais proprias da sua edade. Este desengano formal mudou completamente a opinião do Francisco de Moraes a respeito do bello sexo, e de galanteador, que até então se mostrára, passou a

ser desabrido e aspero. Voltando a Portugal, dedicou o seu *Palmeirim de Inglaterra* á infanta D. Maria, filha d'el-rei D. Manuel e de sua terceira mulher D. Leonor, que então, tendo já enviuvado, casara segunda vez com o rei Francisco I, ao tempo em que Francisco de Moraes estivera em França. E' tambem evidente que a dedicatoria foi escripta antes 15 7, porque n'ella se fazem referencias a D. João III como ao soberano que vivia ainda e reinava em Portugal, quando esse monarcha falleceu em junho d'esse anno. Somos chegados ao ponto que tem sido a origem de grandes controversias Passava por portuguez o livro *Palmeirim de Inglaterra*, quando D. Vicente Salvá descobriu em 1818 uma edição hespanhola de 1547, anterior por conseguinte 20 annos á 1.ª edição portugueza conhecida, que é de Evora, de 1567. N'essa edição, um tal D. Miguel Ferrer, livreiro em Toledo, declara se autor da obra. Pouco depois, comtudo, D. Pedro Salvá examinando uma poesia que antecedia a obra, como era muito costume n'esse tempo, viu que essa poesia era um acrostico, e que o acrostico dizia assim: *Luiz Hurtado auctor al lector da salud.* D'esta vez é que os hespanhoes entenderam que o seu triumpho era completo, e ficou assente que o *Palmeirim de Inglaterra* não era nem por sombras de origem portugueza. D. Miguel Ferrer, é certo, que foi considerado um pouco embusteiro, mas deu-se como certissimo que a obra fôra escripta por Luiz Hurtado, impressa em Toledo em 1547, que Francisco de Moraes se limitára a traduzil-a, imprimindo se a traducção em Evora em 1567. Entretaute appareceu em 1860 um opusculo do escriptor brazileiro Manuel Odorico Mendes, *Opusculo ácêrca do Palmeirim de Inglaterra e seu autor, no qual se prova haver sido a referida obra composta originalmente em portuguez.* N'este opusculo se prova com toda a evidencia a originalidade do *Palmeirim* de Francisco de Moraes, e um dos primeiros argumentos era dado por aquelle relanço de auto-biographia que Francisco de Moraes escrevera, e que fôra publicado posthumo em 1624. N'essa auto biographia contava Francisco de Moraes o caso dos seus amores com mademoiselle Torsy, e os amores da Torsy appareciam no *Palmeirim* tanto na edição portugueza como na hespanhola, o que provava que não fôra additamento do traductor. Este argumento era um dos essenciaes e difficilmente refutavel. Comtudo, D. Paschoal Gayangos saiu tambem a campo, e na *Revista de Espana* de 1862, refutou o opusculo de Odorico Mendes, que lhe não pôde replicar por já ter fallecido. D. Paschoal Gayangos não apresentava argumentos novos, sustentava apenas com grande fôrça e valor o argumento da prioridade da publicação, tinha como incontestavel a affirmação de que fôra Luiz Hurtado o autor do *Palmeirim*, e julgava ociosa a discusão em quanto não apparecesse uma edição portugueza anterior á hespanhola de 1547. A argumeutação era fraca, e um erudito hespanhol, D. Nicolau Dias Benjumea, saiu a refutal a n'uma *Memoria* que offereceu á Academia Real das Sciencias de Lisboa, que foi por esta publicada, e se intitula *El Palmeirin de Inglaterra y su verdadero autor.* Foi esse o livro decisivo, que foi procurar os seus argumentos aos elementos internos da obra, as deducções e confrontações tiradas do estylo. Mostrou em primeiro logar que era insufficiente a argumentação derivada da propriedade da publicação. Mostrou tambem, que não se podia interpretar o acrostico de Luiz Hurtado senão exactamente como a confissão de que o livro não era d'elle. Notou ainda que Luiz Hurtado, que nascera em 1530, se tivesse publicado o *Palmeirim* em 1547, tel-o ia escripto aos 15 ou 16 aunos, o que era verdadeiramente impossivel. Mas onde está a originalidade do estudo de Benjumea é na confrontação dos textos hespanhol e portuguez. Ahi mostra como a cada instante se vê que o escriptor hespanhol não fez mais do que traduzir mal e incorrectamente a obra que tinha á vista, porque ao passo que o *Palmeirim* é um excellente modelo de portuguez classico, o *Palmeirim* hespanhol é um livro detestavelmente escripto; mostra ainda que o prologo de Miguel Ferrer é impertinente, pedante, e até roubado, como se vê da queixa feita n'um dos seus livros pelo secretario de Carlos V, Gracian de Aldrete, que grita contra Miguel Ferrer, que no prefacio do *Palmeirim* se appropriou com a maior semcerimonia de alguns trechos do seu prologo dos *Morales de Plutarcho*, ao passo que o prologo de Francisco de Moraes, a sua dedicatoria á infanta D. Marial é pelo contrario um trecho de prosa excellente e grave, sobrio e perfeitamente em relação com a obra que prefacia, mostra mais que o traductor hespanhol, por necessidades de impressão, fez uma divisão perfeitamente arbitraria de capitulos, emquanto a divisão no livro portuguez é perfeitamente legica e racional, aponta as grandes similhanças que ha entre o episodio de Torsy no *Palmeirim de Inglaterra* e a narração da sua aventura verdadeira com mademoiselle de Torsy feita por Francisco de Moraes na *Desculpa de seus amores*, etc., a da narração das festas do camento do duque de Cléves com as narrações de torneios no *Palmeirim*. A questão já estava em bom terreno para os defensores da origem portugueza, quando o sr. Theophilo Braga publicou o estudo *Reivindicação do Palmeirim de Inglaterra*, que occupa nas suas *Questões de litteratura e artes portuguezas*, de pag. 248 a 258, que é um estudo valioso e que reforça a causa do *Palmeirim* com serios e fortes argumeutos. Accrescentaremos ainda um outro, que tem algum valor. Simão Lopes, traductor do *Flos Sanctorum* de Alonso Villegas, n'uma carta dirigida ao autor da obra, que era capellão da sé de Toledo onde apparecera a edição de Ferrer com os versos de Luiz Hurtado, fazendo uma resenha dos livros portuguezes traduzidos em hespanhol, mette na conta o *Palmeirim*. Esta carta figura nas edições de 1598, e prova que mesmo em Toledo, já pelo menos n'essa epoca, ninguem suppunha que fossem Ferrer ou Luiz Hurtado os autores do *Palmeirim*. Mas como foi afinal que se publicou primeiro em Toledo que em Portugal? Evidentemente porque havia uma edição anterior portugueza que se perdeu, edição até provavelmente feita em França. Restam d'essa edição as seguintes noticias: 1.ª Diz o editor da edição de 1786 que a Bibliotheca de S Francisco possue um exemplar *em caracter gothico e redondo, que dá mostras de ser impresso fóra do reino.*—2.ª Uma referencia de Nicolau Antonio a uma edição auonyma.—3.ª Outra referencia de Quadrio, que dá até o titulo do livro n'essa edição sem data: *Li-*

bro del famosissimo y valerosissimo cavallero Palmeirim d'Inglaterra, filho d'elrei D. Duarte.—4.ª O seguinte periodo do volume III do *Diccionario bibliographico*, de Innocencio Francisco da Silva, pag. 15: «Mas, se bem me recordo, ouvi dizer ha mais de dois annos ao sr. conselheiro Macedo que elle tinha em seu poder um exemplar do *Palmeirim*, impresso em 1564, com a declaração de ser essa *Terceira edição*.» Sendo esta informação authentica, duas edições portuguezas do *Palmeirim* desappareceram completamente.—5.ª Finalmente, o sr. Theophilo Braga faz uma observação digna de ser tomada em conta. Se o editor de 1592 publicou a dedicatoria á infanta D. Maria que não apparecia na edição de 1567 nem na de 1547, é porque a foi buscar a alguma outra edição. Parece estar completamente resolvido em favor de Francisco de Moraes Palmeirim a questão d'este notavel romance de cavallaria. Além das traducções hespanholas, já citadas, teve o *Palmeirim de Inglaterra* uma outra em francez, feita do castelhano por *maistre Jaques Vincent*, em 2 tomos, publicada em Lyon, 1553; outra edição em italiano, por Mambrino Rosco, impressa em Veneza, 1553, 3 volumes. Reimprimiu se novamente em Lisboa no anno de 1592, pelo livreiro Affonso Fernandes Em 1786 emprehendeu-se uma nova edição, com o titulo: *Chronica de Palmeirim de Inglaterra, primeira e segunda parte, por Francisco de Moraes, a que ajuntam as mais obras do mesmo autor*, 3 volumes. Esta reimpressão foi dirigida pelo professor Agostinho José da Costa de Macedo, de quem é a prefacção que antecede o 1.º volume, e a nota com que finda o 3.º No seculo XIX foi esta obra traduzida em inglez pelo historiador e poeta Rob. Southey, publicada em Londres, 1807; e em francez por Eug. de Monglave, imprimindo-a em Paris, 1829. N'estas duas traducções declara-se como autor Francisco de Moraes. O grande escriptor francez Ferdinand Denis tambem se pronunciou o seu favor. Em 1852 houve nova edição portugueza. A obra tem duas partes, mas foi continuada por Domingos Fernandes que escreveu as partes III e IV, e por Balthazar Gonçalves Lobato, que escreveu a V e a VI. Francisco de Moraes voltou a Portugal em 1543, conforme dissémos, com a sua obra impressa ou manuscrita, e apresentou-a á infanta D. Maria. Pouco depois, apezar de já contar mais de 60 annos, casou com Barbara Madeira, filha de Gil Madeira. Em 1546 tornou a França com o mesmo embaixador D. Francisco de Noronha, que ia levar os pezames de D. João III ao rei Henrique II, pela morte de seu pae Francisco I, e do enterro e exequias escreveu Francisco de Moraes uma relação. Em 1550 já estava de volta em Lisboa, porque assistiu ao torneio de Xabregas de 5 de agosto d'esse anno, torneio que tambem historiou. Francisco de Moraes residia em Evora, e ali foi morto violentamente á porta do Rocio em 1572, em edade muito avançada. D. João III tinha-o agraciado com a commenda da ordem de Christo, e déra-lhe permissão de usar do appellido de Palmeirim. Ainda escreveu uns *Dialogos*, que versam o 1.º, sobre defeitos e predicados da fidalguia e da cavallaria: o 2.º sobre a preferencia das armas sobre as letras; o 3.º é um chistoso dialogo de amores entre um arrieiro e uma vendedeira, cheio de chistes e de idiotismos.

Palmeirim *(Luiz Augusto Xavier)*. Primeiro official, chefe de repartição do ministerio das obras publicas, director do Conservatorio Real de Lisboa, socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, deputado, etc. N. Lisboa a 9 de agosto de 1825, onde tambem fal. a 4 de dezembro de 1893. Era filho do tenente-general Luiz Ignacio Xavier Palmeirim, e irmão mais novo do general de divisão Augusto Xavier Palmeirim. *(V. estes nomes)*. Entrou para o Real Collegio Militar, em 1834, contando 9 annos de edade, e terminando o curso assentou praça em infantaria n.º 16. No fulgôr dos 20 annos tomou parte muito activa nas luctas politicas de 1847, conhecidas pela guerra da *Maria da Fonte*, pondo-se ao serviço da Junta do Porto, como ajudante d'ordens dos generaes conde das Antas e barão de Fornos d'Algôdres. Concluida a guerra civil deu baixa ao serviço militar, sendo depois reintegrado no mesmo serviço em 18 1, anno em que foi nomeado secretario geral do governo civil de Portalegre, cargo que não acceitou. Em 1852 entrou no ministerio das obras publicas como amanuense de 1.ª classe, e em 1859 recebeu a nomeação de 2.º official e de redactor do *Boletim* do referido ministerio. Em 1865 foi nomeado primeiro official da respectiva secretaria, chefe da secção e repartição de agricultura, e em junho d'esse mesmo anno de 1865 chefe do gabinete do ministerio. Em virtude das reformas burocraticas de 1868, passou em janeiro de 1869 a exercer as funcções de chefe da repartição do archivo e bibliotheca, até 1878, anno em que foi transferido para chefe da repartição de estatistica na mesma secretaria do ministerio das obras publicas, vindo depois a exercer ali o logar de chefe da repartição de agricultura até 1886. Em maio de 1878 foi nomeado director do Conservatorio, cargo que sempre conservou até fallecer. Foi elle quem procedeu á edificação do salão-theatro que existe n'aquelle importante edificio, e projectava tambem fundar uma academia litteraria e musical, annexa ao Conservatorio, com o fim de promover conferencias litterarias, saraus e concertos, mas a doença, que longo tempo o perseguiu, não o deixou realisar o seu plano, deixando, comtudo, em projecto os estatutos d'essa academia. Exerceu muitas e variadas commissões, nas quaes se contam as seguintes: em 1853, nomeado censor litterario junto do theatro de D. Maria II; em 1856 vogal da commissão de censura litteraria e artistica junto á inspecção geral dos theatros, commissão de que faziam parte Lopes de Mendonça, Mendes Leal e Silva Tullio, até que essa mesma commissão foi extincta. Por uma portaria de setembro de 1865 foi encarregado de dirigir a publicação de todos os trabalhos officiaes relativos á primeira exposição internacional portugueza, realisada no Porto n'esse mesmo anno. Foi vogal da commissão encarregada de votar o premio ao melhor drama ou comedia apresentada no theatro de D. Maria II, na epoca theatral de 1876-1877, voltando a ter novas nomeações para o mesmo fim nas epocas de 1877-1878, 1878-1879. Em 1881 foi nomeado para a commissão directora da exposição da arte ornamental hespanhola e portugueza, e n'esse mesmo anno vogal da commissão central directora dos trabalhos do inquerito geral ás industrias do paiz, dirigindo exclusivamente os trabalhos do

inquerito indirecto e tomando parte effectiva nos do inquerito directo no districto de Lisboa. Em 1881 foi eleito, pela assembléa geral da commissão 1.º de Dezembro de 1640, para director e redactor em chefe do jornal unico, publicado por occasião da inauguração do monumento aos Restauradores, a qual se realisou em 28 de abril de 1886. Na commemoração do 3.º centenario de Luiz de Camões, em 1880, fez parte da commissão que levou a effeito a recita realisada no theatro de D. Maria II, proferindo algumas palavras na occasião de acompanhar ao palco o grande actor José Carlos dos Santos, que já então estava cego. Em 1890 foi nomeado vogal da commissão encarregada de redigir um projecto de codigo theatral, e n'esse mesmo anno voltou novamente a fazer parte da commissão de censura theatral, então creada, que ainda exercia quando falleceu. Pela mesma occasião foi nomeado vogal da commissão da grande subscripção nacional. Por portaria de outubro de 1864 foi louvado pela maneira como se desempenhou do encargo de escrever a historia de D. Pedro IV, duque de Bragança, para servir de esclarecimento aos artistas que concorressem ao concurso aberto para erigir a estatua do Rocio. Por portaria de maio de 1881 foi egualmente louvado pela proficiencia e zelo com que dirigiu e levou a effeito, como chefe da repartição de estatistica, o apuramento do recenseamento geral da população, referido a 1878. Em 1882 foi eleito deputado pela primeira vez pelo circulo de Amarante. Em 1842 foi eleito membro da Sociedade Escolastico-Philomatica de Lisboa, a que pertenceram Alexandre Herculano, Garrett e Castilho; socio honorario correspondente do Gabinete Portuguez de Leitura de Pernambuco, em 1853, e socio honorario do Gabinete Portuguez de Leitura, do Maranhão, em 1855. Em 1858 foi eleito socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa por unanimidade de votos, sendo eleito socio effectivo em 1889; socio honorario da Sociedade Litteraria Atheneu Maranhense, em 1861; membro da Associação Litteraria Internacional, eleito em 1879. Outras honras recebeu, como, em 1859, membro da Associação Promotora de Educação Popular; em 1862, socio honorario da Sociedade Beneficente do Pará; 1864, socio da Associação Typographica Lisbonense; em 1867 teve um voto de louvor da Assembléa geral do Gremio Litterario pela conferencia ali realisada; no mesmo anno, foi eleito socio da Associação dos Pescadores da Povoa de Varzim; em 1887, da Sociedade de Beneficencia Franceza de Lisboa; em 1889, socio benemerito da Associação dos Professores Primarios; membro do Instituto de Africa, fundado em Paris, em 1855, etc. Era condecorado com o grau de cavalleiro da ordem de Leopoldo da Belgica; commendador de numero da de Izabel a Catholica de Hespanha; commendador da Legião de Honra de França; e de Nossa Senhora de Guadalupe do Mexico. Possuia a medalha militar de comportamento exemplar. Collaborou nos jornaes: *O Trovador, Revista Universal Lisbonense, Panorama, Illustração Portugueza, Revista Contemporanea, A Civilisação, Patria, Revista de Lisboa, Arte, Revolução de Setembro, Revista dos theatros, A Semana, Diario de Noticias, Diario Illustrado, Correio da Europa, Correspondencia de Portugal, Jornal do Commercio, Occidente, Jornal dos Pobres, Illustração Luso Brazileira*, etc. Jornaes numeros unicos: *Lisboa-Créche* e *Lisboa Porto*. Bibliographia: *Poesias*, Lisboa, 1851; *Segunda edição augmentada*, 1853; *Terceira edição correcta*, 1859; *A familia do sr. capitão-mór, quadros da vida de provincia;* saiu no *Panorama*, 1854, vol. III, 3.ª serie; *Georgina, fragmento d'um poema*; na *Revista Contemporanea*, vol. I, 1859, pag. 289; *Fadario domestico e politico de João Grainha*, no mesmo volume, pag. 321 e 378; *João de Andrade Corvo, estudo biographico*, vol. II da mesma *Revista Contemporanea*, 1860, pag. 243 a 254; *Um Camões e duas Natercias*; na mesma *Revista*, vol. IV, pag. 180 a 196; *O filho do guarda joias*, na mesma *Revista*, pag. 243 a 256; *D. Pedro IV (esboço biographico)*, na mesma *Revista*, vol. V, pag. 339 a 349, e 478 a 485; teve tiragem á parte com o titulo:

Luiz Augusto Palmeirim

Breves apontamentos para uma biographia do sr. D. Pedro IV, duque de Bragança, Lisboa, 1864; *Portugal e os seus detractores; reflexões a proposito do livro do sr. dr. Angel Fernandez de los Rios*, Lisboa, 1877; *Carta ao ill.mo e ex.mo sr. Alberto Carlos Cerqueira de Faria, actual vice-presidente da camara dos senhores deputados, a proposito do seu recente manifesto aos eleitores de Coimbra*, etc.; Lisboa, 1870; *Galeria de figuras portuguezas; a poesia popular nos campos*, Porto, 1878; *Traços biographicos do ex.mo sr. dr. Custodio José Vieira*, Porto, 1879; *Memoria ácêrca do ensino das artes sciencias e com especialidade de musica, lida no Conservatorio Real de Lisboa, na sessão solemne de 5 de outubro de 1883 pelo seu actual director*, etc., Lisboa, 1883; *O monumento dos restauradores de 1640;* numero, ou opusculo commemorativo da inauguração do monumento dos Res-

tauradores do reino em 1 de dezembro de 1640, etc.; *Ao soalheiro*, collecção de contos e narrativas humoristicas, alguns dos quaes já publicados no *Panorama*, *Revista Universal*, e na *Revista Contemporanea*; *No convento e no seculo, estudo ácêrca das prosadoras e poetisas nacionaes desde o seculo XV até á actualidade*; tinha escripto d'esta obra o vol. I, e tinha muito adeantado o 2.º que ficou por concluir; *Os excentricos do meu tempo*, Lisboa, 1891. Nos jornaes *Diario de Noticias, Diario Illustrado, Patria, Civilisação, Revolução de Setembro, Revista Contemporanea, Semana, Diario Popular* e *Occidente*, encontram-se varios artigos biographicos, folhetins, poesias, etc. Para o theatro de D. Maria II escreveu as seguintes peças originaes: *O Sapateiro de escada*, comedia em 1 acto, Lisboa, 1856; *Como se sobe ao poder*, comedia em 3 actos, Lisboa, 1856; *A Domadora de féras*, em 1 acto, Lisboa, 1857; *Dois casamentos de conveniencia*, em 3 actos, Lisboa, 1857; traducções, tambem representadas no theatro de D. Maria II, *Os amigos intimos*, comedia em 4 actos, o *Primo e o Relicario*, em 3 actos, ambas publicadas na collecção do *Theatro moderno; O Marquez de La Seiglière*, 4 actos; *Chuva e bom tempo*, em 1 acto; *João Beandry*, drama em 4 actos, que se não imprimiu, e parece, que se não representou. Muitas das suas poesias teem sido traduzidas em hespanhol, allemão e francez; e grande numero das suas canções decoradas, e cantadas pelo povo, com musica propria escripta por Freitas Gazul, Rodrigues da Silva, Frondoni, Salvini, etc.

Palmeirim *(Luiz Ignacio Xavier)*. Tenente-general dos reaes exercitos, do conselho de Sua Majestade, commendador das ordens de Christo e da Torre e Espada, etc. N. em 1762, e fal. a 15 de janeiro de 1837. Em julho de 1779 alistou se no regimento de artilharia da côrte e tendo frequentado com aproveitamento os estudos mathematicos e os de artilharia na aula regimental, fez as suas primeiras armas destacando em 1785 para bordo da fragata *Princeza do Brazil* que saiu a barra para ir cruzar contra os argelinos. Em 1787 e 1788 serviu ás ordens do general Valleré, voltou aos cruzeiros contra os argelinos em 1791, e tornando em 1792 para junto de Valleré coadjuvou este no traçado e levantamento da bateria do Bom Successo. Posteriormente esteve ás ordens do duque de Lafões e do general Dordaz, e sendo promovido a capitão-tenente da armada real e commandante de oito companhias de artilheiros marinheiros pelos fins de 1797, prestou n'esta qualidade muitos e valorosos serviços em varias expedições combatendo contra os francezes e contra os argelinos. Em 1801 partiu para a Ilha Terceira afim de organisar e disciplinar o batalhão de artilharia ali existente, e depois de haver fundado a aula regimental que mais tarde veiu a ser a Academia Militar de Angra, regressou ao continente, e pediu passagem para o exercito. Collocado então no regimento de infantaria n.º 10 com o posto de tenente-coronel, foi transferido para o n.º 7 da mesma arma, e n'essa situação se encontrava quando os soldados de Junot invadiram o nosso paiz. Palmeirim deixou então o serviço, mas apenas em 1808 rebentou a revolução foi apresentar se ao general Bernardim Freire de Andrade, e sendo elevado a coronel recebeu a missão de organisar em Cascaes o regimento n.º 19. Foi por causa do coronel Palmeirim que o marechal Beresford deu ao exercito um dos primeiros exemplos do seu espirito disciplinador. Por um motivo qualquer insignificante suspendeu o brigadeiro Blunt o coronel Palmeirim. A officialidade do 19 veiu pedir em massa ao marechal que o seu coronel lhe fôsse restituido. A resposta foi serem mettidos todos os officiaes em conselho de guerra e, depois de dado este exemplo, foi o coronel Palmeirim posto de novo á frente do 19, porque Beresford sabia que era um excellente official. A' frente d'este corpo distinguiu se na batalha do Bussaco, merecendo ser elogiado pelo general Beresford na ordem do dia, acompanhou o exercito para as linhas de Torres Vedras, assignalou-se em Fuentes de Onor, e sendo já brigadeiro commandou durante tres mezes uma brigada no sitio da praça de Badajoz. Nomeado posteriormente com-

Luiz Ignacio Xavier Palmeirim

mandante interino da brigada constituida pelos regimentos n.º 9 e 21, manifestou grande intrepidez no combate do Badou e sendo encarregado em fins de 1811 de inspeccionar os corpos de milicias da Extremadura, desempenhou esse serviço por modo que o marechal lhe patenteou a sua satisfação. Incumbido novamente do commando de uma brigada no exercito de operações, foi o general Palmeirim encarregado de cobrir a marcha das tropas que recolheram a Portugal no fim da guerra da Peninsula, e pouco depois de chegar á patria embarcou para Brazil por ter sido escolhido para ir organisar e disciplinar as fôrças militares da capitania do Rio de Janeiro. N'essa côrte foi elevado a marechal de campo e graduado em tenente general, e D. João VI o nomeou capitão general de Angola o depois de Cabo Verde, mas nenhum d'esses governos chegou a exercer e regressou a Lisboa em setembro de

1821. Presidiu aos trabalhos de uma commissão encarregada da organisação militar e defeza dos Açôres, e aos de outra que teve por missão preparar uma ordenança para a arma de infantaria e em 1826 foi nomeado governador das armas da côrte. Em 1828 estava governando as armas no Algarve, e seguindo o partido do infante D. Miguel prestou em varias occasiões bons serviços á causa que abraçára, e sendo depois de terminada a guerra civil separado do quadro do exercito, falleceu. Em 20 de dezembro de 1824 foi lhe passado o seguinte brazão d'armas: Em campo de púrpura um leão de ouro, com uma chave de prata na garra direita; mautelete azul; no 1.º campo, uma peça d'artilharia e uma espingarda de prata, em aspa; no 2.º outra peça de artilharia, de prata, e uma ancora de ouro, em aspa; chefe de prata, carregado d'uma palmeira verde, orla d'ouro carregada d'uma legenda, em letras de púrpura, que diz *Valor, Fidelidade, Honra!*; Elmo de prata, aberto, guarnecido de ouro, e forrado de púrpura; timbre, tres ramos de palmeira, verdes, em roquete, atados com uma fita de prata.

Palmeirinha. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Alva e conc. d'Aljezur, distr. de Faro. || S. Braz dos Mattos, conc. de Alandroal, distr. de Evora. || Pequena ponta situada nas costa de Cabinda, proximo da margem direita da foz do rio Zaire, na prov. d'Angola, Africa Occidental. E' rasa, e está coberta de mangal.

Palmeirinhas. Ponta situada na costa do districto de Loanda, na prov. de Angola, Africa Occidental. Fica ao N da foz do rio Cuanza; é saliente, arenosa e baixa, coberta de palmeiras e d'outras arvores e orlada de recifes onde o mar rebenta continuamente. Tambem é chamada *Palmarin.* || Pequena ponta situada na costa da Guiné de Cabo Verde, Africa Occidental. Nas cartas modernas é designada por *Palmarin* e *Palmerim.* || Bahia situada junto da ponta das Palmeirinhas, na costa da Guiné de Cabo Verde, Africa Occidental. Completamente obstruida pelo baixo de Joala, só embarcações pequenas pódem entrar n'ella.

Palmeiro. E' appellido nobre, mas não se sabe quem o trouxe a Portugal. Tem por armas: Escudo esquartelado: nos 1.º e 4.º quartel, d'azul, uma flôr de liz de ouro; nos 2.º e 3.º, de púrpura, uma pala d'ouro; elmo d'aço, aberto, e por timbre uma das flôres de liz do escudo.

Palmeiro. Termo antigo: peregrino, estrangeiro. Dava-se-lhe este nome, porque os peregrinos da Terra Santa traziam um ramo de palma, quando se recolhiam á sua patria, em signal de terem acabado a sua peregrinação ou romaria. Em Lisboa e no Porto havia *hospitaes de Palmeiros*, onde estes peregrinos se recolhiam.

Palmeiro *(P. André)*. Jesuita. N. em Lisboa em 1569, fal. em Macau a 4 de abril de 1635. Foi mestre de Humanidades, Philosophia e Theologia, e por fim reitor do collegio de Braga. Partindo para o Oriente em 1617 foi deputado da inquisição de Gôa, reitor do collegio de S. Paulo, visitador do Malabar e da provincia do Japão, e provincial das provincias de Gôa e Malabar. Visitou differentes cidades da China, e trabalhou com fervor em propagar a religião christã em varios reinos do Oriente, até que falleceu.

Palmeiro. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Alegrete, conc. e distr. de Portalegre. || S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Palmeiró. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Palmeira, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Julião, de Lage, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Palmeiro de Fóra *(Casal do)*. Na freg. de S. João Baptista, de S. João dos Montes, concelho de Villa Franca de Xira, districto de Lisboa.

Palmeiros. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Purificação, de Montelavar, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Palmeiros de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. da Exaltação da Santa Cruz e concelho da Batalha, distr. de Leiria.

Palmella *(Antonio de Sampaio e Pina de Brederode, 3.º duque de)*. Official-mór da Casa Real, par do reino, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario á côrte de Hespanha; capitão

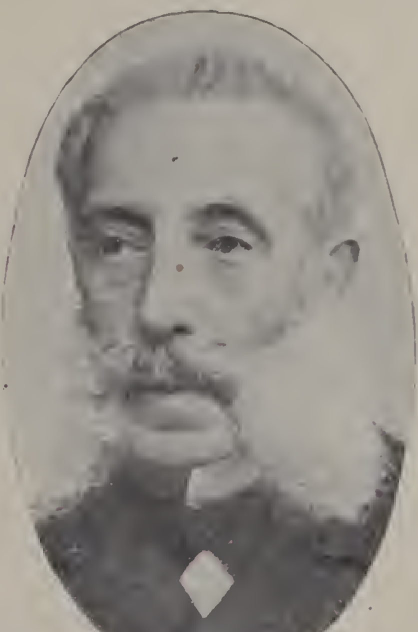

3.º Duque de Palmella

honorario da Guarda Real dos Archeiros; presidente da Sociedade da Cruz Vermelha. N. a 8 de janeiro de 1834, sendo filho segundo do 1.º visconde da Lançada. Casou em 15 de abril de 1863 com a 3.ª duqueza de Palmella, D. Maria Luiza Domingas de Salles de Borja de Assis de Paula de Sousa Holstein. *(V. este nome)*. Foi creado duque de Palmella, em sua vida, por decreto do dia do seu casamento. Teve as honras de official-mór da Casa Real, com o officio de capitão da Guarda Real, tornando-se effectiva esta mercê em 16 de junho de 1864; par do reino por carta regia de

23 de fevereiro do mesmo anno, de que tomou posse em sessão de 2 de março seguinte; cavalleiro da ordem da Torre e Espada por decreto de 8 de maio de 1857; gran-cruz da de S. Mauricio e S. Lazaro, na Italia; grau-cruz da de Carlos III, de Hespanha; gran-cruz da da Conceição de Villa Viçosa; cavalleiro da ordem de Alberto, o Valoroso, de Saxonia; da Aguia Vermelha, da 3.ª classe, da Prussia; de Hohenzollern; da Legião de Honra, de França; e da de Leopoldo, da Belgica, etc.; condecorado com a medalha ingleza do Baltico, *Baltic-Medal*, e com a da Cruz, da Prussia Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario á côrte de Hespanha. Em 12 de março de 1847 assentou praça de aspirante a guarda-marinha, e sendo já 2.º tenente da Armada foi voluntariamente servir na esquadra britannica, saindo do porto de Lisboa a 17 de janeiro de 1854 para Inglaterra, embarcando na nau *Prince Regent*, seguindo logo para o Baltico por occasião da guerra com a Russia, na qual se achou; passando para a nau *Neptune* com o almirante Armar Lawry Corry, de quem mereceu a particular confiança de ser por elle encarregado dos signaes das esquadras, e no seguinte anno para a fragata *Arrogant*. Durante esta campanha tomou parte nos differentes ataques que se deram ás fortalezas russas de Bomarsund, Sweaborg, Viborg e Frederickshan, recebendo pelo seu comportamento louvor e elogios, tanto dos superiores estrangeiros como dos nacionaes, que constam das *Ordens da Armada*. Regressando a Portugal, e acabada a guerra no principio do anno de 1856, serviu sempre com o infante D. Luiz, e só desembarcou quando este principe, succedendo no throno a seu irmão D. Pedro V, o nomeou por decreto de 20 do novembro de 1861 para as suas ordens, sendo depois promovido a 1.º tenente da Armada, capitão-tenente e capitão de mar e guerra, etc. Os duques de Palmella tiveram os seguintes filhos: D. Helena Maria, terceira marqueza do Fayal, nascida em 16 de fevereiro de 1864 e que casou com Luiz Coutinho Borges de Medeiros Sousa Dias da Camara, filho dos 1.ºˢ marquezes da Praia e Monforte, feito marquez do Fayal por decreto de 20 de julho de 1887; e D. Pedro Maria Luiz, que falleceu.

Palmella *(D. Domingos Antonio Maria Pedro de Sousa Holstein, 1.º marquez de Fayal, 2.º conde de Calhariz e 2.º duque de)*. Era o 3.º filho dos 1.ºˢ duques de Palmella, e succedeu n'este titulo, assim como no de conde de Calhariz, a seu irmão mais velho D. Alexandre, fallecido na ilha Terceira a 21 de junho de 1832; o titulo foi renovado por decreto de 21 de julho do mesmo anno, e o de duque, de juro e herdade, confirmado a 18 de outubro de 18 0. N. em Londres a 28 de junho de 1818, fal. em Lisboa a 2 de abril de 1864. Era capitão da Guarda Real dos Archeiros, par do reino, tomando posse na respectiva camara na sessão de 21 de janeiro de 1851; commendador da ordem de Christo, pela portaria de 15 de janeiro de 1840, capitão-tenente honorario da Armada Real, addido á legação de Londres por occasião da coroação da rainha Victoria, conde de Sanfré, no Piemonte. Por morte de seu pae succedeu na sua importante casa, e nos morgados de Calhariz, Moufalim, Olivaes e Fonte do Anjo, etc. Casou em França em 3 de julho de 1836 com uma filha dos 1.ºˢ condes da Povoa (V. *Fayal, Portugal*, vol. III, pag. 319). D'este consorcio nasceu a 3.ª duqueza de Palmella, fallecida em 2 de setembro de 1909. V. *adeante*.

Palmella *(D. Eugenia Francisca Maria Anna Julia Felizarda Apolonia Xavier Telles da Gama, duqueza de)* Dama da rainha D. Maria II, dama da ordem de Santa Izabel. N. em Lisboa a 4 de janeiro de 1798, onde tambem fal. em 20 de abril de 1848. Fôram seus paes a marqueza de Niza e de Cascaes, condessa da Vidigueira e de Unhão, D. Eugenia Xavier Telles da Gama, e D. Domingos de Lima, da casa dos marquezes de Ponte do Lima, que pelo seu casamento ficou sendo 7.º marquez de Niza. Estava destinada quasi desde o berço a ser esposa do conde de Assumar, filho do marquez d'Alorna, mas não podendo realisar-se esse casamento, por ter fallecido o noivo, casou D Eugenia em 1810, tendo apenas 12 annos de edade, com D Pedro de Sousa Holstein, que tinha então 27. Sendo seu marido nomeado n'esse mesmo anno ministro para Cadiz, para ali partiu em sua companhia, e logo em 1811 deu uma prova brilhante da sua abnegação, por occasião da febre amarella que devastou Cadiz, velando e tratando com extremos de carinho e de zelo a sua amiga intima D. Catharina de Sousa, depois condessa de Linhares. Teve o primeiro filho, D. Alexandre, aos 14 annos incompletos, e manifestando-se nova gravidez quando D Pedro foi transferido de Hespanha para Londres, teve de ficar em Lisboa. Mais de dois annos esteve então separada de seu marido, absorvido pelo congresso de Vienna e pelas negociações que se lhe seguiram. Em 1816 veiu a Lisboa o conde de Palmella e em 1817 ia a condessa ter com elle a Londres, onde foi muito bem acolhida pela alta sociedade ingleza, tanto pelas suas qualidades de espirito e de coração como pela energia de que deu provas quando n'uma festa do Paço, tendo havido descuido em se lho dar o logar que por etiqueta lhe competia, ella apezar dos seus 20 annos, teve o desembaraço necessario para reivindicar os seus direitos, o que era tanto mais notavel quanto a condessa de Palmella primava sobretudo pela falta de orgulho, mas entendeu que n'aquelle momento precisava de reagir contra qualquer suspeita de humilhação, que iria reflectir em seu marido e no paiz que elle representava. Em 1820 voltou a Portugal na idéa de acompanhar seu marido que ia ao Rio de Janeiro tomar conta da pasta de ministro dos negocios estrangeiros; mas o duque, passando por Lisboa e encontrando a revolução triumphante, percebeu que a sua demora no Rio não seria grande, e deixou ficar aqui sua familia. Effectivamente, no anno immediato regressava com D. João VI á Europa, mas as côrtes envolvendo o na desconfiança que tinham dos ministros de D. João VI, exigiram primeiro que elle não desembarcasse, depois que fôsse residir para Borba. Acompanhou-o immediatamente a condessa no seu exilio. Depois da reacção de 1823, o conde de Palmella foi chamado por D. João VI ao ministerio, onde representava o elemento liberal, e que promettia ao povo uma Constituição outhorgada pelo rei. Por isso em 1824 foi um dos proscriptos no tempo em que esteve triumphante o movimento de D. Miguel, e foi preso e levado para a torre de S. Julião da Barra, mas a condessa, já então marqueza de Palmella, com tan-

ta energia levantou a voz que seu marido foi solto immediatamente, e foi ella mesmo buscal o á prisão. Em 1825 foi o marquez nomeado embaixador em Inglaterra, e a marqueza acompanhou-o, dando provas então de um espirito de caridade inexhaurivel. Foi ella verdadeiramente a Providencia de todos os portuguezes emigrados, ainda mesmod'aquelles que tinham idéas politicas diametralmente oppostas ás suas, ou d'aquelles que, como José da Silva Carvalho, tinham sido mais adversos a seu marido. Quando em 1828 se deu em Lisboa o golpe de Estado de D. Miguel, era ainda o marquez de Palmella embaixador em Londres, não reconheceu o governo absoluto, e continuou a considerar-se agente de D. Maria II. D'ahi a algum tempo a joven rainha, creança de dez annos, vinha a Inglaterra e encontrava na marqueza de Palmella uma segunda mãe, uma guia e uma educadora Quando o marquez partiu para os Açôres, ella teve de se retirar, até mesmo por falta de recursos pecuniarios, para França, indo habitar em Passy n'uma casa modestissima, sempre aberta, porém, para a caridade. Ali recolhia filhos de parentes e de amigos, e fazia da sua casa como que um collegio onde educava juntamente com seus filhos muitas outras creanças. Iam começar para ella, porém, as grandes tribulações. Seu filho primogenito, D. Alexandre, estava cruelmente enfermo. Os medicos aconselharam-lhe que partisse para os Açôres, e a marqueza para lá conduziu seu filho, encontrando-se em S. Miguel com seu marido e com o imperador. Em S. Miguel lhe morreu o filho estremecido, e a pobre mãe, dilacerada pela dôr mais angustiosa que póde pungir um coração feminino, partiu com o mais profundo desespero para França, emquanto seu marido se lançava nas aventuras da temeraria expedição constitucional. Logo depois da occupação de Lisboa, veiu a marqueza, já então duqueza de Palmella, para Portugal, e foi immediatamente nomeada dama de honor da rainha. Em 1836 o duque de Palmella teve de emigrar de novo, emquanto a duqueza via a morte arrancar lhe dos braços um outro filho na flôr dos annos. Muitas outras provações teria ainda de experimentar a illustre fidalga. Tambem a doença que havia de leval-a ao tumulo começou a minal-a surdamente. Ainda foi representar a rainha de Portugal na coroação da rainha Victoria em Inglaterra; em 1845 o duque levou-a a viajar na Italia. Em 1846 teve o illustre estadista de emigrar de novo para Inglaterra, e sua mulher, apezar de doentis sima, lá foi ter com elle. Aconselharam-lhe os medicos uma viagem á Madeira; alguns allivios sentiu primeiro, mas depois a doença redobrou. Voltando a Lisboa foi levada para o seu palacio do Rato, onde a sua agonia se prolongou por muito tempo, até que falleceu, tendo apenas 50 annos de edade. Teve esta senhora 16 filhos: o conde de Calhariz, a marqueza das Minas, D. Izabel, marquez do Fayal, D. Marianna, D. Maria, condessa das Alcaçovas, D. Rodrigo, condessa das Galveias, D. Catharina, D. Anna, D. Pedro, marquez de Sousa Holstein, marquez de Cezimbra, marquez de Monfalim, D. Maria. D'estes 16 filhos morreram em vida de sua mãe 7, e isto basta para que se veja como foi dolorosamente experimentada pelas mais terriveis provações esta bondosa e santa senhora. O litigio violento que teve com os herdeiros do conde da Povoa que a accusaram de ter querido raptar para seu filho essa opulentissima herança, casando-o com a filha menor e orphã d'esse riquissimo capitalista, feriu profundamente a sua alma. As tribulações da sua vida não concorreram pouco para lhe apressar a morte. A' sua memoria prestou levantado culto o grande poeta Almeida Garrett, escrevendo e publicando em 1848 a *Memoria historica da ex.ma sr.a duqueza de Palmella*, um verdadeiro modelo de elogio historico.

Palmella *(D. Maria Luiza Domingas de Salles de Borja de Assis de Paula de Sousa Holstein, 3.a duqueza de)*. Dama da Rainha Senhora D Maria Pia e camareira mór de S. M. a Rainha Sr.a D. Maria Amelia. Academica de merito da Academia das Bellas Artes de Lisboa. Agraciada com a commenda da antiga, nobilissima e esclarecida ordem de S. Thiago, do merito scientifico, litterario e artistico. Presidente da Associação das Cozinhas Economicas, da sua instituição. Foi segunda marqueza do Fayal, terceira condessa de Palmella, de Calhariz, e de Sanfré, no Piemonte, dama das ordens de Santa Izabel e de Maria Luiza, de Hespanha. Nasceu em Lisboa a 4 de agosto de 1841 e falleceu em Cintra a 2 de setembro de 1909. Era filha de D. Domingos de Sousa Holstein, 2.º duque de Palmella, marquez do Fayal, 2.º conde de Calhariz, que morreu em 1864, tendo casado em França com D. Maria Luiza de Sampaio e Noronha, filha dos primeiros condes da Povoa, e que morreu em 1861. D. Domingos foi o herdeiro da casa por morte de seu irmão mais velho, D. Alexandre, fallecido na ilha Terceira em 1832. O conde da Povoa, Henrique Teixeira de Sampaio, que fôra commissario chefe do exercito anglo-luzo, era riquissimo. Em 1818 teve o titulo de barão de Teixeira, e em 1823 o de conde da Povoa, sendo, no ministerio Palmella, presidente do Real Erario e ministro da Fazenda. Foi par do reino, conselheiro de Estado, grancruz da Conceição e commendador da Torre e Espada e de Christo. A sua fortuna era computa-em 20 milhões de cruzados. Quando morreu, os seus bens fôram avaliados em 8:400 contos de réis. Tendo fallecido, com 11 annos de edade, João Maria Teixeira de Sampaio, o primogenito do conde, sua irmã herdou toda a fortuna e morgadio, vindo a ser mãe da 3.a duqueza de Palmella. Esta illustre fidalga e artista casou em Lisboa a 15 de abril de 1863 com Antonio de Sampaio e Pina de Brederode, segundo filho do 1.º visconde da Lançada, 3.º duque de Palmella (V. *este titulo)* em sua vida, por decreto do mesmo dia do seu casamento, official-mór da Casa Real, com o cargo de capitão da Guarda Real dos Archeiros, par do reino, cavalleiro da Torre e Espada, grancruz de differentes ordens nacionaes e estrangeiros. O consorcio dos duques de Palmella foi um acontecimento tão notavel, no meio lisbonense, e fôra d'elle que a sua descripção não deixa de ser interessante. Está feita no periodico *Album Litterario*, de 23 de abril de 1863, por um dos redactores do presente diccionario. O grandioso acto teve logar na quarta feira, 15 do mesmo mez. A cerimonia religiosa realisou-se ás 2 horas da tarde na capella do palacio da rua da Escola Polytechnica, com toda a pompa devida a tão altas personagens. El-Rei D. Luiz e a Rainha Senhora D. Maria Pia fôram os padrinhos.

O segundo padrinho foi o marquez de Sousa Holstein. A benção nupcial foi lançada pelo cardeal patriarcha. Finda a ceremonia teve logar um lauto lunch, a que assistiram Suas Majestades. Ao noivo deu El-Rei o titulo de duque de Palmella, como ficou dito acima, e juntamente as insignias da ordem de N. S.ª da Conceição e dois alfinetes de brilhantes de subido valor. A' noiva deu a Rainha a banda da real ordem de Santa Izabel, um broche e um album riquissimo. O numero dos convidados era illimitado. Uma guarda de Archeiros assistiu no palacio durante todo o tempo que os monarchas ali se demoraram. No jardim tocava a banda do 16 de Infantaria. Terminando o lunch retiraram Suas Majestades. O noivo offereceu á noiva um livro de missa avaliado em mais de um conto de réis. Os desposados déram a cada um dos seus creados 4 li-

Duqueza de Palmella

bras em ouro O vestido da gentil noiva era muito distincto, pelo seu bom gosto e riqueza, sendo todo enfeitado com finissimas rendas de França, em apanhados, a que serviam de guarnição alguns brilhantes de grande valor. Só o vestido importara em mais de 4 contos de réis. A' tarde retiraram se os noivos para Cintra, a fim de ali passarem a lua de mel, partindo depois para Paris, d'onde regressaram a Lisboa. As salas do palacio estiveram patentes á admiração publica durante dois dias. A concorrencia foi immensa. A exposição começava ás 10 horas da manhã e terminava ás 5 da tarde, mas ás 2 horas já não cabia mais ninguem nas salas, brilhante e ricamente guarnecidas. Lisboa toda ali foi congratular se com o consorcio dos illustres duques de Palmella. Desde cedo, como sua mãe e avó, revelou a joven duqueza duas qualidades principaes: a intelligencia e a bondade. O seu talento de artista ficou gravado em muitas esculpturas primorosas. O seu amor pelo bem deixou um rasto enorme, sendo toda a sua vida uma desvelada protectora das classes pobres Fazia um uso excellente da sua riqueza. Como artista poderemos reproduzir alguns trechos de um artigo em que o illustre escriptor brazileiro sr. José Antonio de Freitas apreciava a talentosa titular: «A sr.ª Duqueza de Palmella ama apaixonadamente a estatuaria. Discipula do conhecido esculptor francez Anatole Calmels, trabalha sempre com o mesmo ardor, o mesmo culto da fórma, o mesmo cuidado da verdade, que distinguia o laureado auctor do Grupo do Arco da Rua Augusta e das Cariatides do Palacio Palmella, do monumento de D. Pedro IV, no Porto, e de muitas outras obras em França e Portugal. E as horas, que lhe deixam livres as occupações, que tanto a deleitam, de mãe e de avó, as obrigações do cargo de Camareira-Mór de Sua Majestade a Rainha, os deveres de senhora da sociedade, e a solução do problema delicado e pungente da caridade, que a sr.ª Duqueza encara como um problema de economia politica e social, essas horas passa as s. ex.ª nas investigações pacientes e estudiosas do «atelier», em que encontrou uma alegria privilegiada o seu espirito profundamente enamorado da belleza.» Referindo se ao busto de Sá da Bandeira, escreve: «No busto do intrepido General apparece a finura ligeiramente ironica da bocca, e o fulgor dos olhos rasgados para o commando e para a ameaça. E' que a sr.ª Duqueza de Palmella conhece bem o valor d'esses dois signaes eminentes da vitalidade intellectual — os beiços e os olhos — e encontra-lhes a intima originalidade ainda melhor pela imaginação (o busto do Marquez de Sá foi feito de memoria), do que pelo documento plastico ou historico. Esta linda esculptura foi offerecida pela sr.ª Duqueza, como prova de subida estima, a seu marido, admirador de tudo quanto é heroico e immaculavel, como a bravura e a honra do Marquez de Sá da Bandeira. D'ella existe uma replica no Museu de Artilharia, e está sendo acabada, aperfeiçoada e retocada uma outra réplica, destinada á Sociedade de Geographia de Lisboa.» Depois continúa apreciando a sua obra pela seguinte fórma: «O grande busto de Santa Thereza, com o seu pedestal da epoca, obteve uma menção honrosa no «Salon» de Paris em 1886, e pertence hoje á sr.ª marqueza do Fayal, filha unica dos srs. duques de Palmella Ao cinzel da sr.ª Duqueza deve-se tambem a estatua-termo, em bronze, «Diogenes», que adorna a sumptuosa escada do seu palacio do Rato. N'ella se vê claramente a dilligencia do artista para reproduzir a vida. Por baixo da pelle advinham-se as carnes e a ossatura, distingue-se o jogo dos musculos interpretados por planos differentes, reconhece-se o resultado dos minuciosos estudos e de uma composição consciencioza, O «Diogenes» tambem alcançou um diploma de menção honrosa no «Salon» de 1884. Além d'estas obras tem a sr.ª duqueza de Palmella esculpido muitas outras. Contam-se entre ellas o busto de seu tio, o sr. D. Manuel de Sousa Coutinho, a «Dryade», o «Pescador», o medalhão da sr.ª baroneza de Sebzeltern, antiga ministra da Austria em Lisboa, e mãe da sr.ª viscondessa de Chancelleiros, amiga leal e querida da familia Palmella, etc., etc. Mas a sua obra capital, a obra que a sr.ª duqueza de Palmella considera, e com razão, como corôa do seu labor artistico, e como premio merecido do seu amor á esculptura, não saiu ainda do «atelier». E' um grupo da Virgem Maria e do menino Jesus, de tamanho natural, em marmore de Carrara, e destinado a uma egreja que não está ainda concluida. Na execução d'esta obra, que tive a boa fortuna de poder admirar, a sr.ª duqueza de Palmella adoptou uma gravida-

de modesta e recolhida, rejeitando por insupportavel a «morbidezza» mystica, que tem encantado tantos artistas na esculptura religiosa. Ainda foi mais longe. Rompeu abertamente com a tradição inquietando deveras o classico Anatole Calmels a quem se arripiavam os cabellos ante a posição, em que está figurado o menino Deus. No trabalho da sr.ª duqueza de Palmella, Jesus não tem a attitude e a cabelleira inspirada de um propheta infantil; e a Virgem, em vez de trazer o Filho ao collo, como sempre se vê, em um gesto mavioso de ternura e de humanidade, estende os braços, offerecendo o ás outras mães que soffrem. Por tudo isto, e pela naturalidade com que caem as pregas e dobras do manto, em que se ergue a estatua da Virgem, já houve, quem para designar o grupo, escolhesse uma das invocações da Ladainha—«Mater Admirabilis». A eximia artista portugueza (estou em crer que a sr.ª duqueza de Palmella, se lêsse esta chronica, por certo não se magoaria com o rigor da minha classificação) envia á Exposição do Rio de Janeiro tres trabalhos, em que os leitores continuarão a reconhecer, quanto procuro ser justo nos meus juizos, pois confirmam a pleno o que aqui vou escrevendo. O primeiro é um busto de bronze, intitulado «Simy», por que tal era o nome do modelo, e que representa a «Sulamite». N'elle se admira todo o trabalho de um artista. Que simplicidade e ao mesmo tempo que grandeza! Sua Majestade a rainha possue uma replica do «Simy» em marmore de Carrara, e um delicioso busto de gaiato, tambem em marmore. O segundo trabalho, o busto de uma rapariga preta, chamada Maria José, criada da sr.ª marqueza do Fayal, é notavel tambem por uma simplicidade que não exclue, antes augmenta, a graça da factura. E no tocante á similhança com o modelo... só lhe falta falar. Por ultimo envia a a sr.ª duqueza de Palmella um trabalho vigoroso, que imprime caracter ao «hall» do eminente clinico, meu velho amigo, D. Antonio de Lencastre, a quem foi offerecido. Um desempenado meio corpo de rapaz, fundido em bronze e executado com superior mestria e liberdade, apresenta-se quasi a tres quartos, empunhando um facho com a mão direita erguida para o céo. Sobre a fronte arejada e ampla arde um outro facho, o braço esquerdo enrosca se uma cobra. O resplendente bronze symbolisa o Genio do Progresso da Medicina, e a autora impoz lhe o nome de «Fiat Lux!» E' magnifico. Da mesma estatua existe uma replica em marmore de Carrara, que a sr.ª duqueza de Palmella offereceu ao Museu das Bellas Artes, ás Janellas Verdes, quando foi nomeada membro da Academia das Bellas Artes de Lisboa» Ainda noutra sua chronica para o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, datada de Lisboa em 20 de setembro de 1909, rende o sr. José Antonio de Freitas um sentido preito á memoria da illustre titular. D'esse extenso artigo destacaremos os periodos que se referem á acção, que nos ultimos vinte annos da sua vida a duqueza de Palmella exerceu em Portugal: «Não ha grande obra, honra do nosso tempo e do seu paiz, a cujos esforços não tivesse dado estimulo, para cujo ideal não tivesse trabalhado. Com a Assistencia aos Tuberculosos trabalhou por isolar, fortificar e rodear de carinhos os infelizes condemnados pela sua hereditariedade ou pela sua miseria a um dos maiores flagellos humanos. Pela Sociedade da Cruz Vermelha, a que o sr. duque presta serviços relevantes, esforçou-se por ampliar os beneficios da Convenção de Genebra, antes da qual o soldado fóra do combate podia ser acabado pelo inimigo, o cirurgião morto ao pé dos seus doentes, e os feridos quasi tão esquecidos, como os mortos, morriam d'esse abandono. Com o Instituto de Soccorros a Naufragos vigiou pelas viuvas e filhos dos bravos marinheiros, que partindo de Leça, de Cezimbra, de Portimão, acceitam o dever continuo de affrontar a morte. com o Asylo da Mendicidade, o Asylo de D. Luiz, a Obra Pia de Moçambique, a Escola dos Cegos, as Missões Ultramarinas, a Associação dos Lactarios, os Albergues Nocturnos, as Casas de Trabalho, o Hospicio de Creanças do Rego, a Associação Protectora dos Operarios (é um nunca acabar de associações) a sr.ª duqueza de Palmella combateu energicamente a miseria, partindo do principio de que o melhor, que se leva d'este mundo, é aquillo que se deu. Mas era sobretudo ás Cozinhas Economicas, essa obra de predilecção, de que ella ficará sendo a pedra angular, que a sr.ª duqueza de Palmella prodigalisava o melhor de si mesmo. Quanto mais avançava em edade, mais se lhe figuravam as condições materiaes da vida dos pobres em geral e dos operarios em especial, como o problema digno de maiores sacrificios. Entendendo ser necessario proporcionar ás classes pobres e trabalhadoras uma alimentação frugal, abundante, asseiada e barata; mas reconhecendo que só por meio de uma vasta associação poderia pôr por obra o seu intento, dirigiu se ao governo, aos negociantes, aos industriaes, a todas as classes da sociedade, pedindo o concurso de todos para a resolução do problema de caridade, em sua opinião um problema de economia politica e social. Confiava no seu enorme prestigio, não ha duvida; mas estou em crer que nunca phantasiou que a patriotica idéa suscitasse tantas dedicações, e tão rapidamente se espalhasse. O grande plano da sr.ª duqueza foi adoptado com alvoroço, fez o caminho, que em Portugal fazem sempre as idéas generosas, para as quaes nunca deixou de existir a telegraphia sem fios. Sabios, artistas, homens de letras, politicos de todos os partidos, membros do commercio e da industria, homens, senhoras, todos se inscreveram como socios, e as Cozinhas Economicas, para as quaes a sr.ª duqueza concorreu nos ultimos tempos com muitos contos, são hoje uma instituição modelar, cuja falta seria uma calamidade. Mas o espirito da sua fundadora não descansava Ultimamente pensava ella em crear uma nova instituição, que se denominaria *Assistencia pelo Trabalho*. Condoida das centenas de pedidos de emprego, que recebia, ideou fundar junto das Cozinhas Economicas grandes officinas de cartonagens, ou de qualquer industria facil de executar, onde os desempregados pudessem trabalhar durante quinze dias, recebendo feria e comida, e dispondo de tres horas para procurar collocação. Contava, é certo, com os principaes estabelecimentos de Lisboa para venda dos productos assim fabricados; mas sabia tambem os desgostos que a esperavam, os abusos e especulações de que seria victima, e, apezar d'isso, ia deixando amadurecer a idéa, que, se vivesse, havia de pôr em execução.» Além dos

artigos referidos podem vêr-se ácerca da illustre titular: O capitulo respectivo no livro *Embrechados,* do sr. conde de Sabugosa, e o folheto de grande formato *Duqueza de Palmella,* por D. Maria Amalia Vaz de Carvalho, Lisboa, 1910.

Palmella *(D. Pedro de Sousa Holstein, conde de Sanfré, no Piemonte, e 1.º conde, 1.º marquez e 1.º duque de).* 13.º senhor do morgado de Calhariz, Monfalim e Fonte do Anjo; capitão da Guarda Real dos Archeiros, alcaide-mór da Certã; gran-cruz das ordens de Christo e Torre e Espada; cavalleiro da do Tosão de Ouro; gran-cruz das de Carlos III, de Hespanha; da Legião de Honra, de França; de Santo Alexandre Newsky, na Russia; cavalleiro da de S. João de Jerusalem; par do reino e presidente da respectiva camara; presidente da camara dos senadores; conselheiro de Estado, embaixador extraordinario e ministro plenipotenciario em diversas côrtes extrangeiras; representante de Portugal no congresso de Vienna, ministro e secretario de Estado, presidente do conselho de ministros, e da Regencia estabelecida na ilha Terceira; marechal de campo, socio honorario da Academia Real das Sciencias, presidente da Sociedade Archeologica de Setubal, etc. N. em Turim a 8 de maio de 1781; fal. em Lisboa a 12 de outubro de 1850. Era filho de D. Alexandre de Sousa Holstein, conde de Sanfré, embaixador ás côrtes de Copenhague, Berlim e Roma, e de sua mulher D. Juliana de Sousa Coutinho Monteiro Paim, (V. n'este vol., pag. 374). A

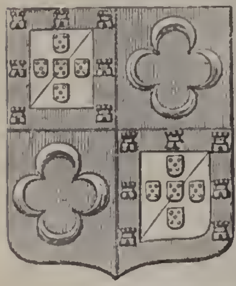
Brazão dos duques de Palmella

D. Juliana de Sousa Coutinho Monteiro Paim

familia de seu pae, Sousa Holstein, estabelecera-se em Portugal e readquirira bastante prestigio, sem deixar de conservar a casa do Piemonte. Incorrera nas iras do marquez de Pombal, e seu avô morreu nos carceres da Junqueira. A familia de sua mãe tambem soffreu com as prepotencias do omnipotente ministro. Sua mãe, conseguindo casar, depois do desterro do marquez de Pombal, com D. Alexandre de Sousa Holstein, acompanhou seu marido ás missões diplomaticas de que foi encarregado, e estava em Turim, quando nasceu D. Pedro, o futuro e notavel estadista duque de Palmella, conforme dissémos. Logo nos primeiros annos começou para D. Pedro de Sousa Holstein a vida a ser agitada. Seguindo seu pae nas differentes missões diplomaticas, percorreu com elle a Europa, educado mais pelos paes de que pelos mestres, até que em 1791, tendo 10 annos de eda-

1.º duque de Palmella

de, foi collocado n'uma casa de educação em Genebra, onde esteve até 1795, estudando regularmente os preparatorios para as escolas superiores. No mesmo anno de 1795, contando já 14 annos, veiu estudar para Coimbra, mas não pôde concluir o curso a que se destinava, porque os deveres da gerarchia o obrigavam a alistar-se no exercito, por ser o primogenito d'uma casa nobre. Em 1796 assentou praça no regimento de cavallaria, denominado de Mecklemburgo; em 1797 foi promovido a capitão e nomeado ajudante d'ordens do duque de Lafões. D. Pedro era insinuante, esbelto, sympathico; facilmente captivava aquelles com quem tratava, e até aquelles que o viam apenas de passagem. Em Lisboa relacionou-se com as nobres damas da côrte, com a grande poetisa marqueza de Alorna, que se lhe tornou muito affeiçoada, e com os poetas d'aquelle tempo. Em 1802 foi despachado conselheiro da embaixada de Roma, onde seu pae era embaixador. Partindo para aquella cidade demorou-se algum tempo em Florença, e ali conviveu com o grande poeta Alfieri. Em dezembro d'esse mesmo anno falleceu seu pae, mas já D. Pedro conseguira captar a estima do papa e do seu secretario de Estado, o cardeal Con-

salvi, que pediram com instancia ao governo portuguez que deixasse ficar D. Pedro no logar vago pelo fallecimento de seu pae. Assim se fez, ficando D. Pedro como simples encarregado de negocios junto da curia romana,grande distincção para um rapaz de 21 annos de edade, o qual pro vava o seu grande valimento! Em Roma conheceu e tratou com o grande Humboldt, e com o celebre chimico Gay Lussac. A este acompanhou-o n'uma excursão scientifica ao Vesuvio, desejoso sempre de alargar a esphera dos seus conhecimentos e de conviver o mais possivel com os homens que se tornavam por qualquer fórma eminentes em qualquer dos ramos do saber humano. N'outra viagem de recreio, n'uma excursão que fez para o norte de Italia, encontrou-se tambem com a celebre madame de Stael, que tinha de exercer na sua vida tão pronunciada influencia.Exonerado em 1805 da missão de embaixador junto da curia romana, passou dois mezes em Coppet, na casa da illustre escriptora madame de Stael, com quem entretivera longa correspondencia desde o seu encontro na Italia. Em Coppet, vivendo em inti midade, relacionou se com os homens eminentes que frequentavam a casa da celebre escriptora: Mathieu de Montmorency, Frederico e Guilherme Schlegel, Benjamin Constant, Sismonde de Sismondi, Barante, e outros. Foi a instancias de madame de Stael que D. Pedro de Sousa Holstein escreveu a sua traducção em francez de alguns fragmentos dos *Lusiadas*, que em 1814 fez publicar no *Investigador portuguez*, de Londres, acompanhada d'uma carta aos redactores sem o seu nome. Os dois mezes que passou em Coppet, entregue a preoccupações litterarias, á beira do lago de Genebra, na convivencia d'uma mulher amada e soberana pela intelligencia, e de ami gos todos illustres e notaveis, foi decerto o tempo mais agradavel da vida de D. Pedro de Sousa Holstein. A sua traducção franceza dos *Lusiadas* é uma das mais estimadas Madame Stael reviase com prazer n'essa primeira producção litteraria do seu predilecto diplomata, e no manuscripto da traducção ha muitas notas autographas da distincta escriptora, que mostram quanto ella se interessava pela obra de D. Pedro. No fim do anno de 1806 voltou a Portugal, mas conservou-se afastado, não só porque precisava tratar nos negocios de sua casa, mas por lhe aborrecer a côrte, onde se pensava unicamente em miserias frades cas, sendo o nome de Napoleão temido, como o conquistador da Europa. Veiu a invasão franceza, e D. Pedro continuou em Lisboa na mais completa abstenção, o que lhe valeu não ser incommodado, mas o seu espirito patriotico assistiu com tristeza a todas as vergonhas d'essa deploravel epoca, e em 1808, apenas Wellesley desembarcou, D. Pedro foi apresentar-se para servir no exercito que devia libertar Portugal, e com o posto de major foi nomeado ajudante d'ordens do coronel Trant encarregado em 1809 de organisar as milicias portuguezas. Quando n'es se anno a Regencia appellou para o patriotismo dos portuguezes ricos, a fim de supprir a deficiencia do thesouro, D. Pedro foi um dos que primeiro e mais generosamente subscreveram para as despezas da guerra. As suas grandes aptidões, porém, eram mais diplomaticas e estadisticas do que bellicas, e o governo da Regencia assim o comprehendeu, nomeando-o nosso ministro em Cadiz, em 1810 Ao partir para esta nova commissão casou em 4 de junho d'esse anno com D. Eugenia Telles da Gama, menina de 12 annos, filha dos 1.os marquezes de Niza (V. este titulo), que foi sempre a sua digna companheira. Partiu logo para Cadiz, onde se conservou até quasi ao fim da Guerra Peninsular. Interessava-se então muito o principe regente em que fôssem reconhecidos os direitos eventuaes de sua esposa, D. Carlota Joaquina, á corôa de Hespanha, abolindo-se por isso a lei salica, e tambem em que se désse a regencia á mesma princeza. D.Pedro tratou d'esse assumpto com o tino e com a habilidade que sempre manifestou em todos os assumptos,e conseguiu o que se pretendia, menos a nomeação de D. Carlota Joaquina para regente de Hespanha, mallogro que ainda assim foi devido exclusivamente á intervenção do ministro inglez. Ao mesmo tempo a esposa do nosso ministro, apezar da sua tenra idade, mostrava tão nobre abnegação e tanta coragem por occasião da febre amarella que em 1811 salteou Cadiz, que em pouco tempo conseguiu D. Pedro um grande prestigio e uma grande influencia. O governo do Rio de Janeiro recompensou os serviços de D. Pedro, dando-lhe o titulo de conde de Palmella, por decreto de 11 de abril de 1812. No outono d'esse mesmo anno foi transferido de Cadiz para Londres, em substituição de D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho. Era esse o logar mais importante da nossa diplomacia, principalmente n'esse tempo, e mostrava a elevadissima conta em que era tido o joven diplomata pelo governo Effectivamente havia muito tempo que a embaixada em Londres era o noviciado dos nossos ministros dos negocios estrangeiros. O marquez de Pombal, Martinho de Mello, visconde da Anadia, visconde de Balsemão, conde das Galveias, todos tinham sido ministros portuguezes em Londres, antes de subirem ao poder em Portugal. Com tanto acerto procedeu em Londres que, terminada a guerra, foi nomeado nosso plenipotenciario no famoso congresso de Vienna, em 1815, tendo por collegas Joaquim Lobo da Silveira, que foi depois conde de Oriola, e Antonio Saldanha da Gama, que foi depois conde de Porto Santo. Achava-se n'uma situação embaraçadissima o conde de Palmella. Longe de ter o apoio de Inglaterra, quando demais a mais o plenipotenciario inglez era o duque de Wellington que tudo devia a Portugal, viu-se pelo contrario completamente abandonado pelo celebre general e nem conseguiu a restituição de Olivença, nem quantia superior a 2 milhões de francos (360contos)na repartição pelas potencias alliadas da indemnisação de guerra de 700 milhões (1:260 contos) que a França fôra obrigada a pagar. Mas ainda assim obteve, e já isso não era facil, que n'um protocolo (que aliás nunca se cumpriu) os membros do congresso se compromettessem a interpôr os seus bons officios para que a Hespanha restituisse espontaneamente a Portugal a praça de Olivença. Era o mais que elle podia fazer. O congresso nunca pôde considerar como representante de Portugal senão o duque de Wellington. Para toda a Europa Portugal não era mais do que um satellite da Inglaterra Desde o momento que Wellington nos abandonava, Palmella nada podia fazer, apenas pôde adquirir entre os diplomatas reunidos n'aquella assembléa solemne um grande prestigio pessoal, que de muito lhe

serviu no resto da sua carreira, e logo depois n'uma nova negociação. O conde de Palmella partira de Vienna para Paris, onde ainda se protrahiram as negociações, e apenas regressou a Londres em 1816, a primeira coisa em que pensou foi vêr sua mulher que deixára em Lisboa em 1812, e que não vira portanto havia quatro annos. Muito pouco tempo se pôde demorar na sua patria, porque a attitude hostil da Hespanha, que se mostrava muito resentida com a nossa intervenção em Montevideu, e que nos denunciava á indignação da Europa, tornava indispensavel e urgente a sua presença em Londres. Partiu pois o conde de Palmella, e encontrou a situação grave para nós. As grandes potencias davam razão a Fernando VII, louvavam a sua moderação, e intimavam asperamente o governo de D. João VI para que mandasse plenipotenciarios a Paris afim de tratarem do assumpto de Montevideu Os plenipotenciarios nomeados por D. João VI fôram o conde de Palmella, nosso ministro em Londres, e o marquez de Marialva nosso ministro em Paris. A escolha foi excellente, porque o proprio marquez de Marialva se estava longe de ter os talentos do conde de Palmella, tinha comtudo um grande prestigio em Paris pelas suas maneiras fidalgas e pela sua extremada cortezia. O conde de Palmella, antes de partir para Paris, sondára as intenções das diversas potencias, e tivera a habilidade de preparar os espiritos para uma solução bem differente d'aquella que ao principio ameaçára Portugal. Effectivamente, não foi pequena a surpreza de Fernando VII quando viu que o congresso dos negociadores chegára a um accordo, que lhe impunha a obrigação de entregar Olivença a Portugal, de lhe pagar uma indemnisação pecuniaria pelas despezas da occupação do Montevideu, recebendo das tropas portuguezas essa sua antiga colonia americana. Infelizmente a revolução de 1820 em Hespanha, iniciada exactamente pelas tropas que deviam ir occupar Montevideu, impediu a realisação d'este vantajoso convenio. Logo depois d'esta negociação, e por morte do conde da Barca, foi o conde de Palmella nomeado ministro dos negocios estrangeiros em 1817. Não agradou essa nomeação ao illustre diplomata que preferia e muito a sua residencia, como embaixador, n'um dos grandes centros intellectuaes da Europa á partida para a cidade americana que estava sendo capital da vasta monarchia portugueza. Demorou portanto, com varios pretextos, a sua residencia na Europa, dando-se o facto curioso de chegar a haver em Londres dois ministros portuguezes egualmente acreditados. Como demais a mais em 1817 sua joven esposa fôra juntar-se com elle, o conde de Palmella, achando-se bem em Londres, estava mui to pouco disposto a ir metter-se no Brazil. Em 1820 emfim não teve remedio senão ceder ás instancias de D. João VI, e partir para Lisboa d'onde devia seguir para o Brazil. Chegou a Lisboa exactamente na occasião em que rebentava no Porto a revolução de 1820. Pediu a Regencia a terra da conselhos ao diplomata, que lh'os deu sensatissimos, dizendo que era indispensavel que tomasse a Regencia a direcção do movimento, fazendo as concessões indispensaveis e promettendo convocar côrtes. Essa resolução ia desnorteando a junta revolucionaria, que pensou por um momento em se dissolver, mas, rebentando a revolução em Lisboa tambem, e fundindo-se n'uma só as duas juntas de Lisboa e Porto, a Regencia teve de ceder. O novo governo não dispensou tambem os conselhos e os serviços do conde de Palmella, e aos seus bons officios se deveu entregar Beresford, que vinha do Rio de Janeiro, as sommas que trazia para pagamento das tropas. Partiu logo depois para o Rio de Janeiro, em outubro do mesmo anno de 1820, levando a noticia dos acontecimentos de Lisboa, e os conselhos que deu a D. João VI fôram os mais sensatos possivel. Hesitou o rei em seguil-os em transigir francamente com o movimento liberal, até que a noticia das revoluções da Bahia, Pernambuco, Pará e Maranhão veio confirmar completamente os conselhos do conde de Palmella. Resolveu-se então D. João VI a seguir a sua opinião, mas com as suas eternas hesitações ainda a modificou em pontos essenciaes, e os decretos publicados no dia 24 de fevereiro de 1821, não sendo perfeitamente conformes com os que o conde de Palmella indicára, levaram-n'o a pedir energicamente a sua demissão que lhe foi dada a 26 de fevereiro d'esse mesmo anno. A 26 de abril de 1821 partiu a familia real para a Europa, e o conde de Palmella acompanhava-a. D. João VI, reconhecendo cada vez mais quanto eram sensatos os conselhos e opiniões do conde de Palmella, não se fartava durante a viagem de o consultar a respeito de tudo, e como el-rei e o conde iam em differentes navios cruzavam-se os escaleres no mar, a levar de um para outro lado as perguntas d'el-rei e as respostas do conde de Palmella. Como esses conselhos tinham sempre sido dados no sentido liberal, legitimamente se surprehendeu o conde de Palmella, sabendo que as côrtes prohibiam o seu desembarque em Lisboa, e em seguida que lhe ordenavam que escolhesse para sua residencia uma terra situada a 20 leguas de Lisboa Profundamente magoado com esta injusta determinação, que assim o confundia com os inimigos do rei, retirou-se para Borba, obedecendo serenamente, e como elle, quando partira para o Rio de Janeiro, previra logo que não se demoraria lá muito tempo, e não levára sua esposa, esta correu logo a juntar-se a elle, e ambos em Borba viveram tranquillos, mostrando-se o conde inteiramente alheio aos negocios publicos, mas apezar do modo como fôra tratado, continuou a nutrir os mesmos principios liberaes, e quando em maio de 1823 se deu o movimento da *Villa-francada*, que restabeleceu o regimen absoluto, assignou em Borba o auto da acclamação do rei com uma referencia explicita á promessa d'uma Constituição. Na verdade, D. João VI tinha sinceros intentos de cumprir o que promettera, e provara-o chamando aos conselhos da corôa o conde de Subserra e o conde de Palmella, a quem entregou a pasta do ministerio dos estrangeiros. Estes dois estadistas trataram de nomear uma commissão, que se encarregasse de elaborar um projecto de Constituição, e isto desagradou profundamente á rainha D. Carlota Joaquina e a seu filho, o infante D. Miguel. Começou então para o conde de Palmella uma vida de tribulações e desgostos. Via os perigos da violenta reacção promovida pela rainha e seu filho; conhecia o animo frouxo do rei, que não podia nem queria resistir; adivinhava nas immensas desordens que n'um futuro pro-

ximo viriam assaltar a patria. A Santa Alliança, em Paris, intimava por seu lado Portugal, a que não se afastasse dos vigorosos principios do governo tradicional. Palmella, que entre todas as pessoas influentes era o unico que queria o estabelecimento do governo constitucional, não podia arcar sósinho com as immensas difficuldades que por todos os lados lhe embargavam o passo, tinha de luctar sem apoio algum, contra a inercia do rei, a indifferença dos seus collegas, o odio da rainha, do infante e dos seus partidarios, e emfim, contra a opposição dos gabinetes estrangeiros, com excepção unica da Inglaterra. Para conseguir que o rei effeituasse a sua promessa d'uma Carta Constitucional, fez quanto era possivel, chegando a conseguir que se nomeasse uma junta por elle presidida, para apresentar as bases d'esta fórma de governo. Depressa, porém, se convenceu, que não só não alcançaria a realisação da promessa real, mas nem sequer o estabelecimento das antigas côrtes, com os dois braços do clero e da nobreza reunidos, e convocados periodicamente. O rei nem ao menos sanccionou esta proposta da junta. A reacção violenta da *Abrilada*, em abril de 1824, patenteou o desgosto dos realistas, por não terem conseguido que a restauração de 1823 produzisse os effeitos que esperavam. N'esse movimento foi o conde de Palmella um dos primeiros individuos presos no paço da Bemposta; conduziram-n'o á Torre de Belem, e só á energia de sua mulher deveu o ser quasi immediatamente posto em liberdade. Depois do exilio de D. Miguel, D. João VI continuou a conservar no ministerio o conde de Palmella, mas por pouco tempo. Assoberbavam-n'o decididamente os mesmos que o tinham prendido na Bemposta, e o haviam forçado a refugiar-se no vapor *Windsor Castle*. A promettida Constituição não se outhorgara, e os dois ministros liberaes, que a desejavam, fôram demittidos em 1825. Por decreto de 3 de julho d'esse anno fôra o conde de Palmella elevado ao titulo de marquez, sendo nomeado logo em seguida para a embaixada de Londres, e n'essa cidade estava quando recebeu successivamente a noticia da morte de D. João VI, da abdicação de D. Pedro IV em sua filha, a princeza D. Maria da Gloria, e da outhorga da Carta Constitucional. Estava ainda em Londres quando o infante D. Miguel ali passou em caminho de Portugal, afim de assumir a regencia que lhe fôra confiada por seu irmão, com a condição d'elle casar com sua sobrinha D. Maria da Gloria. Apenas teve noticia do golpe d'estado de D. Miguel, o marquez de Palmella pediu logo a sua demissão, e sabendo pouco tempo depois que no Porto rebentara um protesto contra o golpe de Estado, combinou com Saldanha, Stubbs e outros generaes irem tomar a direcção do movimento, e partiram para o Porto no vapor *Belfast*. Viram que o movimento fôra prematuro, e que as tropas liberaes não se poderiam sustentar em campo contra o general miguelista Povoas, que já as batera em dois recontros. Tornaram então a embarcar um pouco precipitadamente no *Belfast*, a 3 de julho de 1828, deixando n'uma triste situação as forças liberaes, que a muito custo conseguiram passar a fronteira hespanhola. Esta precipitação fez má impressão em todos os liberaes, e o prestigio do marquez de Palmella soffreu bastante com isso. Pouco depois de regressar a Londres appareceu ali a rainha D. Maria II, creança de 10 annos que foi recebida no palacio Grillon, em Audley Street, onde morava o marquez de Palmella. A infantil rainha mal podia contar n'esse tempo com uma restauração, as homenagens dos fieis que estavam padecendo em Inglaterra por ella e pela liberdade. O ministerio inglez mostrava se hostil, a França guiada n'um sentido reaccionarle pelos ministros de Carlos X, não favorecera tambem a nossa causa liberal, mas um punhado de valentes proclamara n'esse tempo na ilha Terceira a rainha D. Maria II e a Carta Constitucional, e o marquez de Palmella, não perdendo a esperança, reconhecido como chefe da emigração portugueza, fazia verdadeiros prodigios para conseguir os meios indispensaveis para organisar duas expedições do conde de Saldanha e do conde de Villa Flôr, que fôram successivamente para os Açôres, não conseguindo a primeira romper o bloqueio inglez, e conseguindo a segunda desembarcar o intrepido general que ia inaugurar com a victoria da villa da Praia a serie de triumphos que fórmam os differentes cantos da epopêa liberal. Para organisar estas expedições empregou Palmella os maiores sacrificios, porque mais d'uma vez teve de garantir elle proprio com o seu credito pessoal os emprestimos que levantava. Em fevereiro de 1830 chegou a Londres D. Thomaz de Mascarenhas com ordem de D. Pedro para que o marquez de Palmella fôsse organisar na ilha Terceira a regencia juntamente com José Antonio Guerreiro e o conde de Villa Flôr. Partiu logo o marquez n'um navio britannico *Jack of the Lantern*, deixando ficar em Londres com incumbencia de dirigirem no estrangeiro os negocios das emigrações D. Thomaz de Mascarenhas e Abreu de Lima, que foi depois conde da Carreira. Com immensas difficuldades luctou a regencia da ilha Terceira presidida por Palmella, mas conseguiu emfim organisar uma expedição que tomou as outras ilhas dos Açôres. Ao mesmo tempo chegava de França o duque de Bragança D. Pedro com a expedição que organisara em Belle-Isle. N'essa mesma occasião aportava á ilha de S. Miguel a marqueza de Palmella que trazia um filho moribundo, o conde de Calhariz, D. Alexandre, que veiu a fallecer com 21 annos de edade na ilha Terceira, a 21 de junho de 1832. O marquez tomou conta da pasta do ministerio dos estrangeiros e interinamente da do reino, Mousinho da Silveira recebia as pastas da justiça e fazenda, Agostinho José Freire a da guerra, e o conde de Villa Flôr tomava o commando do exercito, o almirante Sartorius o da armada, e D. Pedro assumia a regencia em nome de sua filha. Quinze dias depois da morte de seu filho, partia o marquez de Palmella na expedição que veiu desembarcar no Mindello em 9 de julho de 1832. A 29 d'esse mez e anno deixou a gerencia da pasta dos estrangeiros e do reino, porque os seus serviços eram mais precisos fóra do paiz do que dentro das muralhas do Porto, apezar d'elle ser general. Duas vezes effectivamente saiu do Porto, sempre com o intento de alcançar dinheiro, que era o elemento essencial de que se precisava na cidade. Da primeira foi a Inglaterra, e encontrando-se com o seu amigo Carlos Napier, ouviu o plano que este lhe apresentava para fazer triumphar a causa liberal e communicou-o

para o Porto, onde ferviam grandes intrigas contra elle, e quando o marquez saiu de novo para o estrangeiro no intento de alcançar as quantias necessarias para pagamento dos mercenarios estrangeiros, imaginaram os seus inimigos, que se veria completamente perdido e nunca mais ousaria apparecer no Porto. Pois o marquez de Palmella não tivera nunca maior triumpho até então. Auxiliado pelo barão de Quintella, depois conde do Farrobo, Rodrigo da Fonseca, Henrique José da Silva, depois barão de Lagos, não só conseguiu levantar o dinheiro preciso, mas tendo sido acceitos finalmente os planos e as condições de Napier, sendo uma d'ellas que na expedição do Algarve fôsse o marquez de Palmella seu companheiro, pôde organisar a esquadra que ia dar o golpe mortal na causa do despotismo. A 28 de maio de 1833 entrava o marquez triumphante no Porto, seguia logo sem demora para o Algarve, levando o encargo de organisar a administração civil, com pleníssimos poderes, dos territorios que fôssem sendo conquistados. Apenas chegou ao Porto a noticia do exito completo da expedição, o enthusiasmo foi enorme, e o marquez de Palmella acclamado com os maiores triumphos. D. Pedro o elevou ao titulo de duque do Fayal, por decreto de 4 de abril de 1833, a qual foi depois substituido pelo de duque de Palmella, por decreto de 13 de julho do mesmo anno. O duque de Palmella entrava 11 dias depois em Lisboa com as tropas victoriosas do duque da Terceira. Apenas terminou a guerra, Palmella, que desde 1826 era par do reino, foi elevado á presidencia da respectiva camara. Pouco depois morria D. Pedro, e a joven rainha D. Maria II, que apenas contava 15 annos de edade, chamava o duque de Palmella para presidente de ministros, certamente por ultima disposição de seu pae. N'esse ministerio o duque não tinha pasta; os ministros eram: o duque da Terceira da guerra, o cardeal S. Luiz do reino, Ferraz e Vasconcellos da justiça, o conde de Villa Real dos estrangeiros, José da Silva Carvalho da fazenda e Agostinho José Freire da marinha. Este ministerio composto de homens notaveis, foi comtudo vivamente aggredido Os seus partidarios fôram alcunhados de *Devoristas*, porque o ministerio distribuia por elles os empregos e as mercês; mais ferido por essa injuria que pela opposição politica que se lhe fazia, o duque de Palmella, que a 16 de fevereiro de 1835 se encarregára da pasta dos estrangeiros que cedêra de novo em 28 de abril ao conde de Villa Real, pediu a sua demissão a 4 de maio, sendo substituido pelo conde de Linhares, e ao mesmo tempo pediu tambem a sua demissão de marechal de campo, posto que tinha no exercito. Dias depois voltava ao poder, como ministro dos estrangeiros, no gabinete presidido pelo marquez de Saldanha, de 27 de maio. Este novo ministerio durou pouco tempo, e o duque de Palmella foi um dos ministros que maior opposição levantaram, simplesmente porque, cumprindo o tratado da quadrupla alliança, enviou a Hespanha em soccorro de D. Izabel uma divisão auxiliar que representou ali um brilhante papel. Deu isto logar ao tumulto das Chagas, onde então residia o duque, e o nobre diplomata foi coberto de injurias pelo povo, que não sabia comprehender nem avaliar os grandes serviços prestados á causa da patria e da liberdade. O duque achou-se então rodeado d'uma certa impopularidade. O governo caiu em 18 de novembro. No anno immediato rebentava a revolução de 9 de setembro de 1836, e o duque de Palmella teve de emigrar porque o seu nome era n'esse tempo odioso á multidão Homens, porém, como Passos Manuel e outros, não era possivel que por muito tempo votassem o duque de Pamella ao ostracismo. Em 1837 o mesmo governo setembrista lhe pediu que acceitasse o cargo de embaixador extraordinario em Londres para assistir officialmente á coroação da rainha Victoria em 28 de junho de 1838. Voltando depois a Portugal foi eleito senador e em seguida presidente da camara dos senadores em 1841. Foi presidente do conselho no ministerio organisado pela rainha D. Maria II a 7 de fevereiro de 1842, logo depois de Costa Cabral ter ido fazer a revolução do Porto em que restaurou a Carta. A rainha julgava appellar assim para a conciliação, nomeando um homem conhecido como cartista moderado, mas as paixões estavam extremamente excitadas, e esse ministerio, conhecido pela denominação de *ministerio do entrudo*, caiu dois dias depois em frente da attitude ameaçadora da guarnição de Lisboa, e foi substituido por um ministerio francamente reaccionario presidido pelo duque da Terceira N'esta occasião soffria o duque de Palmella grandes desgostos domesticos por causa do projecto de casamento de seu filho com a filha do conde da Povoa, projecto que se realisou depois do duque e da duqueza terem sido victimas de muitas aggressões e calumnias. A saude de sua mulher resentiu-se muito de todos estes dissabores, e o duque de Palmella, que nem approvava o procedimento do governo do conde de Thomar, nem applaudia a insurreição de 1844, conservava se afastado da politica militante, cuidando dos seus negocios de familia, e acompanhando sua mulher n'uma longa viagem á Italia, de que só voltou no fim do anno de 1845. Abrindo-se as camaras em 1846, tomou uma attitude de opposição resoluta ao ministerio que violara todas as regras liberaes nas eleições do anno anterior, previu com a sua perspicacia a seria revolução que se aproximava, e quando effectivamente rebentou a insurreição da *Maria da Fonte*, a rainha appellou de novo para a sua lealdade, e chamou o ao poder no dia 20 de maio d'esse anno, dando-lhe a presidencia do conselho, e collocando ao seu lado Mousinho d'Albuquerque, conde do Lavradio, Sá da Bandeira, Joaquim Antonio de Aguiar e Julio Gomes da Silva Sanches, promettendo ao mesmo tempo que convocaria côrtes constituintes. Infelizmente a rainha influenciada por maus conselhos, demittiu esse ministerio em 6 de outubro de 1846, encarregando o marquez de Saldanha de formar outro governo. A noticia d'esse acontecimento transmittida para o Porto foi a scentelha que fez rebentar a mina de polvora. A revolução da Junta do Porto veiu pôr em duvida mesmo a estabilidade do throno. O duque de Palmella não tinha temperamento revolucionario, mas não teve sequer tempo para se juntar aos revoltosos, como fizera o seu collega Mousinho d'Albuquerque, porque foi mandado sair immediatamente de Portugal, tendo de deixar sua mulher doente e afflicta. Era a segunda vez que o duque de Palmella tinha de emigrar depois de haver triumphado a causa

liberal que tanto lhe devia. Só voltou depois de assignada a convenção de Gramido, em junho de 1847, que poz termo á guerra civil. Enviuvou em 20 de abril de 1848, e nos dois annos de vida que ainda lhe restaram, conservou se completamente afastado da politica, pondo em ordem a sua correspondencia official, recebendo na sua quinta do Lumiar os seus mais intimos amigos. A morte do duque de Palmella foi muito sentida, e toda a imprensa lhe dedicou sentidas necrologias. Das suas obras e escriptos mencionaremos as seguintes, além do que vae já citado: *Manifesto dos direitos de Sua Majestade Fidelissima, a senhora D. Maria II, exposição da questão portugueza*, Londres, 1829; n'esta obra em que trabalhara egualmente José Antonio Guerreiro, pertence ao duque a parte que diz respeito á questão historica e diplomatica; *Manifesto de D. Pedro, duque de Bragança*; d'este manifesto houve duas edições, sem nota do logar da impressão e nome do impressor; outra feita em Londres por Bingham, 1832, e outra de Lisboa, 18 3; foi toda escripta pelo duque (então marquez) de Palmella, e approvada *sem alteração alguma* por S. M. I.; *Discursos parlamentares, proferidos nas Camaras Legislativas desde 1834 até hoje*, Lisboa, 1844, 3 tomos; *Carta ao editor do «Diario do Governo» em resposta á «Curtissima exposição de alguns factos»*, Lisboa, 1847. O duque de Palmella escreveu em diversos tempos muitos e variados artigos em jornaes nacionaes e estrangeiros sobre assumptos politicos e economicos com respeito a Portugal. Do muito que se tem escripto ácêrca do notavel diplomata, citaremos o seguinte: *Noticia historica do duque de Palmella*, por Antonio Pedro Lopes de Mendonça, Lisboa, 18 9; *Biographia*, acompanhada de retrato, no *Universo Pittoresco*, vol. II, 1841 a 1842, pag. 296 e seguintes; Biographia e retrato no livro *Varões illustres das tres epocas constitucionaes*, de Luiz Augusto Rebello da Silva, e na *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, vol. V, pag. 399; *Biographia*, tambem com o retrato, *Revista Contemporanea*, 2.ª serie, novembro de 1857, pag. 41 a 46; *Biographia* por S. J. Ribeiro de Sá, na *Revista Universal Lisbonense*, tomo III da 2.ª serie, 1850, pag. 61 a 6 ; um artigo necrologico com o retrato, na *Revista Popular*, tomo III, 1850, pag. 241 e 242; Retrato e *fac simile*, na *Illustração*, vol. II, 1846, pag. 53; *Memorias historicas genealogicas dos duques portuguezes do seculo XIX*, por João Carlos Fêo Cardoso de Castello Branco e Torres e visconde de Sanches de Baena, Lisboa, 1883; *Despachos e correspondencia do duque de Palmella, colligidos e publicados por J. J. dos Reis e Vasconcellos*, tomo I, *desde 9 de abril de 1817 até 15 de janeiro de 1825*, Lisboa, 1851; tomo II, *Desde 9 de maio de 1825 até 26 de dezembro de 1826*, Lisboa, 1851; tomo III, *Desde 3 de janeiro de 1827 até 27 de junho de 1828*, Lisboa, 1854; tomo IV, *Desde 1828 até 1835*, Lisboa, 1869; *Vida do duque de Palmella D. Pedro de Sousa Holstein*, por D. Maria Amalia Vaz de Carvalho, 2 vol. 1898-1899, etc. E' tambem do maior apreço, no voto dos entendidos, a galeria de pinturas, reunida pelo duque á custa de longas e dispendiosas diligencias. A este respeito póde vêr-se o *Catalogo dos quadros antigos e modernos, que fórmam parte da galeria do ex.mo sr. duque de Palmella em Lisboa, mandados á exposição philantropica feita na Casa do Risco do Arsenal da Marinha em 1851, a beneficio das Casas d'Asylo da infancia desvalida*; saiu na *Revista Universal*, tomo IV, 2.ª serie, 1851 a 18 2, pag. 143, continuado a pag. 153, e concluido a pag. 166. Por se não ter podido inserir no respectivo artigo o retrato de D. Izabel Julianna de Sousa Coutinho Monteiro Paim, mãe do grande estadista e diplomata, e 1.º duque de Palmella, aqui o publicámos juntamente com o de seu filho. O seu brazão d'armas consta: Escudo esquartelado; no 1.º e 4.º quarteis as armas reaes com o filete negro em contrabanda; nos 2.º e 3.º, em campo vermelho uma quaderna de crescentes de prata; timbre um castello de ouro.

Palmella. Villa e freg. de S. Pedro, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Setubal, distr. e patriarc. de Lisboa; 10:584 hab. Está situada na encosta d'uma pittoresca montanha, na aba da serra de Palmella, a 6 k. de Setubal, a que fica sobranceira, e tem annexada a freg. de Marateca (V. *este nome*). Segundo os nossos chronistas, foi esta pov. fundada 310 annos antes da vinda de Christo pelos celtas, alliados aos sarrios, hab tantes d'aquellas paragens, mas ignora-se o nome que lhe deram. Aul o Cornelio Palma, pretor romano da Lusitania, a reedificou e ampliou 410 annos depois, no anno 106 da era de Christo, dando-lhe grande desenvolvimento e o nome de *Palma Pequena*, para a differençar da cidade, que, com o nome de *Palma*, havia tambem fundado em Andaluzia. Em 715 caiu no poder dos arabes, quando estes se apoderaram de toda a peninsula hispanica. Palmella constituia n'essas eras remotas uma importante posição estrategica, e parece que a fundação do castello, que se reconhece ser de origem moirisca, deve datar do dominio dos arabes. A historia de Palmella, até ao tempo em que foi conquistada por D. Affonso Henriques, é desconhecida, ou pelo menos muito duvidosa. Depois da conquista de Lisboa, em outubro de 1147, os moiros do castello d'Almada renderam se, mas os de Palmella, confiados na quasi inaccessivel posição da sua fortaleza, resistiram corajosamente, porém o rei D. Affonso I lhe deu um furioso ataque, e tomou-a de surpreza n'esse mesmo anno de 1147. Pouco depois, porém, tornou a cair no poder dos sarracenos. Em 1165, ou 1166, D. Affonso I, á frente de 60 lanceiros escolhidos, fez um reconhecimento sobre o castello de Palmella, e encontrando o rei moiro de Badajoz, nos campos que ficam proximos a Cezimbra, para cujo castello marchava o moiro com um luzido esquadrão, ali o atacou, em 23 de junho, ficando vencedor. No dia seguinte, a guarnição de Palmella, sem poder ser soccorrida, rendeu-se aos portuguezes. D. Affonso Henriques, para que a praça não tornasse a cair no poder dos moiros, mandou reconstruir e ampliar o castello e as muralhas, e doou a pov. aos cavalleiros da ordem de S. Thiag , para que elles a povoassem e defendessem. D. Sancho I confirmou, em 1186, a doação de seu pae. Esta ordem era de origem hespanhola, e foi instituida em Castella no tempo de Affonso VIII, e em Leão no de Fernando II. Os freires, na sua profissão, faziam voto de sacrificarem a vida e o patrimonio á expulsão dos moiros. Quando Affonso Henriques pelejava em Santarem contra as hostes do rei moiro de Sevilha, os cavalleiros de Castella

vieram em seu auxilio, assim como em outras batalhas. D. Affonso Henriques, por gratidão admittiu em 1177 a ordem em Portugal, ficando submettida a Castella, e foi-lhe dando terreno para construir os conventos de Lisboa e d'Alcacer do Sal, á medida que a conquista ia dilatando o reino. No anno de 1191, Portugal soffria os terriveis flagellos da fome e da peste. O feroz miramolim de Marrocos, Iacub-el Mansur, invadiu o Algarve, tomando as terras que já nos pertenciam, e soberbo com as suas victorias, e sem encontrar quem se oppuzesse á sua marcha, se dirigiu ao Alemtejo, roubando os povos e talando os campos. Caindo sobre Palmella, a saqueou e arrazou, deixando apenas sangue e ruinas. Suppõe-se que a pov. esteve abandonada e quasi despovoada, até que em 1205, D. Sancho I reedificou todas as obras de defeza, e guarneceu o castello com numerosos e bravos combatentes, para o pôr a coberto de qualquer surpreza dos moiros do Algarve. Palmella ficou então definitivamente no poder dos portuguezes D. Affonso Henriques deu, em Coimbra, em março de 1170, foral aos *moiros forros* de Palmella, isto é, os que se haviam sujeitado ao dominio dos christãos O grão-mestre da ordem de S. Thiago deu foral, em março de 1185, a toda a população christã. Estes foraes fôram confirmados por D. Affonso II, em Santarem, em dezembro de 1217 e em 1218. D. Diniz a elevou á categoria de villa, dando lhe foral em 1323. Em todos os foraes se concederam muitos e grandes privilegios. El rei D. Manuel lhe deu foral novo, em Lisboa, no 1.º de junho de 1512. Foi no reinado de D. Diniz que os cavalleiros da ordem em Portugal ficaram isentos da jurisdicção e dominio do grão-mestre de Castella, por um breve, que aquelle monarcha obteve do papa Nicolau IV. Mais tarde D. João I fundou o convento dentro do castello, começando-se as obras em 1423 e determinou, em 5 de maio de 1443, que a cabeça da ordem de S. Thiago se estabelecesse em Palmella, sendo o primeiro mestre da ordem n'esta villa o infante D. João, seu filho. As obras tanto do convento como da egreja correram com muito vagar, e só se concluiram em 1482, concorrendo muito para esta conclusão o principe D. João, filho de D. Affonso V, que succedeu a seu pae no throno, e foi o 4.º mestre de S. Thiago. No anno de 1608 o prior-mór D. Jorge de Mello fez notaveis obras no edificio, que importaram em muitos mil cruzados. Palmella tem por brazão d'armas: Em campo de púrpura o braço direito d'um homem, sustentando uma palma verde, entre duas torres, e de cada lado, sobre ellas, a cruz da ordem de S. Thiago; timbre, as armas de Portugal. O brazão que está na Torre do Tombo faz differença d'este. O escudo é tambem de púrpura, e mão de homem, de prata, sustenta uma palmeira, da sua côr, no meio de duas torres. Sobre a palmeira está a cruz de S. Thiago, no meio de duas vieiras (conchas) de prata, em campo de ouro. A villa tinha duas freguezias ainda no meado do seculo XVIII. Santa Maria do Castello, cujo prior era apresentado pelo tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens, tendo 300 alqueires de trigo, 120 de cevada e 5$000 réis em dinheiro. S. Pedro, apostolo, sendo o prior da mesma apresentação, tendo o mesmo numero de alqueires de trigo e de cevada, e 24$000 réis em dinheiro. A freg. de

Vista geral de Palmella

Santa Maria do Castello annexou-se á de S. Pedro, que é hoje a unica que existe. O castello está situado sobre o planalto d'um dos mais altos cabeços, ingreme e escarpado, da serra que se estende entre os rios Tejo e Sado, e vae formar o Cabo do Espichel, ao S da barra de Lisboa. E' de grandes dimensões. Tem uma praça mesmo defronte do convento, com quatro cisternas, sendo uma d'ellas memoravel, dentro da torre de menagem. Esta torre, ou cidadella, é notavel com suas ameias e setteiras, sustentada por solidos baluartes. As fortificações exteriores consistem n'uma cinta de muralhas guarnecidas de revelins, de guerra. D'ali se descobrem lindissimos horizontes. E' um panorama encantador. Avista-se a cidade de Lisboa com os seus arrabaldes; as serras de Cintra, de Montachique, de Bucellas e Montejunto; o rio Tejo desde a barra, planura do Ribatejo até Santarem, Setubal, o rio Sado, serra d'Arrabida, etc. Está estabelecido no castello um heliographo, que communica com Lisboa, Santarem, Vendas Novas e Setubal. Na torre de menagem, ou cidadella, foi collocada ha annos uma pequena torre, d'onde se fizeram as observações para a triangulação do paiz. Dentro do castello está a egreja de Santa Maria, por isso

Tumulo de D. Jorge de Lencastre

defendidas na base por obras razas de contraescarpa. A mais de meia altura da torre está uma casa perfeitamente quadrada, tendo no centro uma escada de pedra, por onde se desce a grande profundidade. Ha ali um caminho subterraneo, que vem sair á extremidade de um dos revelins. Antes de entrar no subterraneo, e ao fundo da escada, está outra casa com uma cisterna ao centro. N'esta casa esteve preso e n'ella morreu o bispo d'Evora D. Garcia de Menezes, por traidor e conjurado contra D. João II, na revolta do duque de Bragança. O castello é ainda um dos mais bem conservados do paiz, entretanto sem importancia militar para a moderna tactica chamada do *Castello*, que foi antiga freguezia, conforme dissémos. Era a egreja do convento, onde ha ainda dois sinos grandes, o de *S. Thiago* e o *da Senhora da Annunciada*. Este ultimo chegou a ser vendido pelo governo, mas o povo de Palmella oppôz-se violentamente a que d'ali o tirassem. O portal é de estylo gothico, e deante d'elle se vê a sepultura do prior-mór de Palmella fr. Diogo de Gouveia. O templo era revestido de azulejos, mas fôram selvaticamente arrancados; só existem ali hoje das cimalhas para cima, onde a mão destruidora não pôde chegar. A' porta da capella do Santissimo ha duas campas com inscripções em caracteres gothicos, com a data de

1560. Uma é a sepultura de Pedro Lopes de Goes, fidalgo da casa do mestre de Santiago, duque de Coimbra, filho natural de D. João II. No meio do cruzeiro da egreja ha uma campa partida e em uma capella lateral, ou ediculo, vê-se um mausoléo de marmore da Arrabida, contendo ossadas, e cuja tampa está partida e levantada. Era o tumulo do ultimo mestre da ordem, D. Jorge de Lencastre, filho legitimado de D. João II. Foi o tumulo aberto e profanado em 1859. O convento ficou completamente destruido, reduzido a paredes calcinadas pelo fogo. As portas do refeitorio fôram para o palacio da Pena. Antigamente, no dia de S. Thiago, havia grande festa no castello; hoje ainda ali vão dançar e cantar, nas esplanadas, no sabbado d'Alleluia, os rapazes e as raparigas de Palmella. Esta villa foi cabeça d'um dos mais antigos concelhos de Portugal. Por um decreto da regencia d'el rei D. Fernando, na menoridade de D. Pedro V, com a data de 24 de outubro de 1855, foi supprimido juntamente com outros concelhos. O pelourinho de Palmella foi restaurado em 1907, realisando-se a inauguração em 18 de fevereiro á noite, com illuminação e concurso das philarmonicas da terra, sendo cantado por um coro de 30 creanças um hymno composto pelo sr. Manuel Joaquim da Costa, que foi quem se empenhou na restauração do antigo pelourinho, que é elegante, e conservando ainda os ganchos em ferro forjado, vendo-se no topo da columna as armas de Portugal. A restauração do historico monumento foi feita a expensas da camara municipal de Setubal. Palmella tinha voto em côrtes, com assento no 13.º banco. Os arrabaldes, por serem bastante accidentados e pouco arborisados, são ferteis e bonitos. No dia 13 de fevereiro de 1876 inaugurou-se na villa a illuminação a gaz. Apezar da noite estar chuvosa, as duas philarmonicas tocaram pelas ruas, e depois houve baile na casa onde ellas se reuniam, e muitos foguetes em signal de regosijo. O territorio do Palmella é abundante em todos os fructos agricolas do nosso clima, e a vinicultura tem-se ali desenvolvido muito. Cria muito gado, e é farta de bom peixe, do Tejo, do Sado e do mar, que lhe vem por Setubal. Tem abundancia d'aguas que regam hortas, pomares, campos e jardins. A villa pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. Tem est. do caminho de ferro do Sul e Sueste, no ramal de Setubal, entre a do entroncamento, Pinhal Novo, e a de Setubal; est. post. com serviço de encommendas; escolas d'ambos os sexos, lagares de azeite, Misericordia, hospital, medicos, pharmacias, fabricas de telha e de tijolo, notario, boas edificações, diversos estabelecimentos, etc. || *Bibliographia: Memoria sobre a historia e administração do municipio de Setubal,* por Alberto Pimentel. *O castello de Palmella* por Gabriel Pereira, na *Revista Illustrada*, 1890. *O castello de Palmella, breve noticia historica*, por J. C. do Sousa Gonçalves, Lisboa, 1903. *Catalogo dos priores móres de Palmella*, manuscripto da Bibliotheca Nacional, Fundo Antigo N.º 411. || Serra do districto de Lisboa. Corre desde a villa de Palmella em direcção ENE a OSO, na extensão de 3 k., tendo 3 de largura e 393 m. d'altura. Postada entre o Tejo e o Sado, a serra de Palmella é como que a guarda avançada do Portugal montanhoso, como a vedêta das cordilheiras do norte. E' surprehendente o panorama que se desfructa do alto da serra; de um lado Setubal; d'outro, a enorme faxa de areia de Troia; mais para além, a confundir-se com o horisonto, o Atlantico, que se estende até ao Algarve; para a esquerda, onde termina a serra coberta de pittorescos moinhos, as marinhas de sal; para a direita, o valle dos Barrios, a alongar-se para o poente, onde se descortina, minusculo, o castello de Cezimbra. Pela frente vê-se a cidade de Lisboa toda em amphitheatro. Na outra margem, no alto, está Almada; mais adeante o Barreiro, Moita, Aldeia Gallega, Alcochete, Samora, etc.

Palmira. Pov. da 3.ª div. do conc. do Cazengo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Palombe. Rio do distr. da Zambezia, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Vae desaguar no lago Chirua.

Palome (*Casal do*). Na freg. de S. Pedro, de Azueira, concelho do Mafra, districto de Lisboa.

Palorca. Pov. na freg. de S. Miguel, de Avidagos, concelho de Mirandella, districto de Bragança.

Palras. Pov. na freg. do S. Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Palratorio. Ilha da Madeira; pov. na freg. e conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

Palule. Pov. do commando dos Elephantes, no distr. mil. de Gaza, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Palvarinho. Pov. na freg. de S. Pedro, de Salgueiro, conc. e distr. de Castello Branco. Tem correio com serviço de posta rural.

Pamana. Territorio do distr. de Lourenço Marques, Africa Oriental.

Pamangalla. Pov. do distr. de Benguella, Africa Occidental. || Pov. do distr. de Mossamedes, Africa Occidental.

Pamba. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, na div. de Mussuco, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Cassoba, Canginge, na 4.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. E' a séde do conc. Está situada na margem do rio Luinha e é servida pelo caminho de ferro d'Ambaca.

Pamba N'gonga. Sobado da 8.ª div. do conc. de Ambaca, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. Comprehende 8 povoações. || Pov. do sobado do mesmo nome, na 8.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Pambla. Pov. do distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Pambo. Importante pov. da região do Damba, no conc. de S. Salvador do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. Fica no Zombo. || Pov. da 3.ª div. do conc. de Barra do Bengo, no distr. de Loanda, provincia d'Angola, Africa Occidental.

Pambona. Pov. da prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Pambos. Pov. do sobado de Bambi Calunga, na 4.ª div. do conc. de Cambambe, districto de Loanda, provincia do Angola, Africa Occidental.

Pampelido. Pov. na freg. de S. Mamede, de Perafita, concelho de Bouças, districto do Porto.

Pampelido (*Arnosa do*). V. *Arnosa do Pampelido.*

Pampelido Velho. Pov. na freg. do Salvador, de Lavra, concelho de Bouças, districto do Porto.

Pampilhaes. Pov. na freg. de S. Barnabé e Santa Suzana, de S. Barnabé, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Pampilhal. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Pampilho. Pov. na freg. de S. Mamede, de Ventosa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Pampilhosa. Villa da prov. do Douro, séde de conc., com. d'Arganil, distr. e bisp. de Coimbra, Relação do Porto. Tem uma só freg., N. S.ª do Pranto. Está situada n'um valle profundo, rodeado de serras agrestes, mas em sitio fresco por ser banhado pelo rio Unhaes, que vae desaguar na margem direita do rio Zezere, antes da ponte de Cabril, junto a Pedrogão Pequeno. O reitor do collegio novo de Santa Cruz, de Coimbra, apresentava o prior, que tinha 250$000 réis de rendimento. A pov. é muito antiga, e foi elevada á categoria do villa, por el rei D. Diniz, em 1308. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 20 de outubro de 1513. Na casa da camara municipal, e por baixo das armas reaes, lê-se a seguinte inscripção.

O REI D. DINIZ NO ANNO DE 1308
FEZ ESTA TERRA VIL' A, ELREI D. JOÃO I
A CONFIRMOU. ELREI D MANUEL
A SENTENCIOU POR VILLA MUITO ANTIGA
CONTRA A VILLA DA COVI: HAN
EM A DEMANDA QUE TIVERAM,
NO ANNO DE 1500.
FEITA NO ANNO DE 1711.

Pampilhosa pertence á 5.ª div. mil., 9.ª brigada, grande circumscripção militar-Centro, e ao distr. de recrut. e res. n.º 23 com a séde em Coimbra. Tem escolas d'ambos os sexos; est. post. e telegr., com serviço de emissão e pagamento de vales, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N.-Coimbra; hospedaria, Misericordia e hospital, notario, pharmacia, sociedade de recreio, *Grupo Musical Fraternidade Pampilhonense,* feira nas segundas quintas feiras de cada mez. A villa dista 60 k. da séde do districto. O concelho comprehende 10 freguezias, com 2:228 fog. e 12:120 hab., sendo 5:778 do sexo masc. e e 6:342 do fem., n'uma superficie de 37:814 hect. As freguezias são: S. Domingos, de Cabril. 1:067 hab.: 486 do sexo masc. e 581 do fem.; N. S.ª das Neves, de Dornellas, 8 7 hab.: 416 do sexo masculino e 421 do fem ; N. S.ª d'Assumpção, de Fajão, 1:273 hab.: 610 do sexo masc. e 663 do fem.; S. Domingos, de Janeiro de Baixo, 1:150 hab.: 589 do sexo masc. e 561 do fem.; S. Miguel, de Machio, 627 hab.: 294 do sexo masc. e 333 do fem.; N. S.ª do Pranto, de Pampilhosa, 3:852 habitantes: 1:802 do sexo masc. e 2:050 do fem.; S. Simão, de Pecegueiro, 1:041 hab.: 488 do sexo masc. e 553 do fem ; N. S.ª da Paz, de Portella do Fojo, 1:127 hab.: 535 do sexo masc. e 592 do fem ; S. Matheus, de Unhaes-o-Velho, 710 hab.: 352 do sexo masc. e 358 do fem.; Santo Antonio, de Vidual, 436 hab.: 206 do sexo masc. e 230 do fem. O territorio de todo o conc. é bastante montanhoso; seus campos são regados por varios ribeiros, que tornam a terra muito fertil. O seu principal commercio é azeite, aguardente de medronho, cereaes e carvão de hulha. || Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Douro, conc. da Mealhada, com. d'Anadia, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 229 fog. e 1:070 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post., hotel, pharmacia, fabrica de cal, e fabrica a vapor de ceramica, tijolo e telha de Marselha; est. do entroncamento das linhas do caminho de Ferro da Companhia Real e Companhia da Beira Alta, entre as de Souzellas e Mealhada, e as de Luso e Murtede. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. O collegio da Graça, de Coimbra, apresentava o cura annual, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. A terra é muito fertil, produz bom vinho. Cria bastante gado, e é abundante de peixe do mar. Dista 5 k. da séde do conc. e está situada na estrada da Mealhada ao Botão.

Pampilhosa do Botão. Pov. da freg. de Santa Marinha, de Pampilhosa, conc. da Mealhada, distr. d'Aveiro.

Pampilhosa da Serra. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, e conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Pamplona. Appellido nobre, que veiu do Hespanha, da cidade de Pamplona, capital do reino de Navarra, na pessoa de D. Pedro Vaz Pamplona, cuja filha, D. Maria Vaz Pamplona, casou com Alvaro Affonso Ramos, senhor do morgado de Beire, no reinado de D. Manuel. Alguns dos seus descendentes se estabeleceram na cidade do Porto, e Gonçalo Alvares Pamplona passou á ilha Terceira, onde fez o seu solar e morgado. As armas dos Pamplonas são: Em campo de púrpura, 7 coticas de ouro, em faxa; elmo d'aço, aberto; timbre, meio leão de ouro, faxado de púrpura, com duas faxas de ouro. Outros do mesmo appellido trazem: Em campo de ouro, 5 coticas de púrpura, em banda. O mesmo elmo e timbre. Outros usam: Em campo de púrpura, 6 coticas de ouro, em banda, e o mesmo elmo e timbre. Os Pamplonas progrediram muito mais nos Açôres do que no continente, e em quasi todas as ilhas d'aquelle archipelago se encontram familias d'este appellido.

Pamplona e Castro (*Joaquim de Araujo Rangel*). Poeta e escriptor do seculo XIX. N. no Porto, a 13 de julho de 1806; fal. em Fanzeres em abril de 1865. Viveu retirado na sua quinta ao norte do paiz, e ali compunha versos e até dramas de certo merecimento, aconselhando-lhe os seus amigos, e entre outros Teixeira de Vasconcellos, que os publicasse. Apenas imprimiu no Porto, em 1850, um livro de poesias com o titulo de *Os meus versos*, precedido d'uma carta de Teixeira de Vasconcellos, carta que este distincto escriptor lhe havia escripto 8 annos antes, em 4 de julho de 1842, aconselhando-lhe a publicação. Dizem quo os seus melhores trabalhos ficaram ineditos.

Pamponim. Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freguezia de Santo André de Brancavará, do conc. de Diu, na India.

Pampulha. Pov. do conc. de Santa Cruz das Flôres, no distr. de Horta, bisp. de Angra do He-

roismo, ilha das Flôres, archipelago dos Açôres.

Pamveba. Pov. da prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Pan. Pov. na freg. de Santa Cecilia, de Bemfeita, concelho de Arganil, districto de Coimbra.

Panal. Vallado real ao norte da leziria grande de Villa Franca de Xira.

Panascal. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Pias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Panasco. Casal na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. da Gollegã, distr. de Santarem. || Quinta na freg. de St.ª Catharina, de Pardaes, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora. || Ilha de Santa Maria; pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Santo Espirito, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada.

Panascos. Povoações nas freguezias: Santa Clara, de Alcaravella, conc. de Sardoal, distr. de Santarem. || O Salvador, de Portella das Cabras, concelho de Villa Verde, districto de Braga.

Panascoso. Pov. e freg. de N. S.ª do Pranto, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Mação, distr. de Santarem, bisp. de Portalegre; 524 fog. e 2:362 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post., permutando malas com Abrantes. A pov. dista 16 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Abrantes a Mação. O prior de Santa Maria do Castello, de Abrantes, apresentava o cura, que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. Panascoso era do conc. de Abrantes, passou para o de Sardoal por decreto de 21 de novembro de 1895, passando depois para o de Mação por decreto de 13 de janeiro de 1898. || Ribeira que nasce na parte N e NNE de Abobreira, banha esta freg. e a de Panascoso, e vae lançar-se no Tejo, defronte de Alvega, com cêrca de 23 k. de curso.

Panasqueira. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Luz, de Carvoeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Santo André, de Cella, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Santa Clara, conc. e distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição e conc. de Olciros, distr. de Castello Branco. || Santa Maria, dos Olivaes, 1.º bairro de Lisboa. Este logar divide-se em Panasqueira de Cima e de Baixo, havendo n'esta parte varias fabricas de louça, de antiga data e de certa nomeada. Na Panasqueira de Cima havia varias propriedades pertencentes ao morgado do conde de Pombeiro, e uns casaes da Misericordia. || N. S.ª da Conceição e conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || Ilha da Madeira e distr. do Funchal; pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Camara de Lobos. || Sitio no Alemtejo, na estrada de Evora para a villa de Aguiar, onde ha um dolmen celtico.

Pancarinha. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Pancas. Povoações nas freguezias: Santo Estevão e conc. de Alemquer, distr. de Lisboa || N. S.ª d'Assumpção, Triana, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª da Oliveira, de Samora Correia, conc. de Benavente, distr. de Santarem.

Panchavaddy. Pov. e regedoria do conc. de Pondá, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada proximo do ponto de confluencia do rio de Parodá com o de Sanguem.

Panchemal. Nome collectivo que se dava ás antigas provincias de Embarbacem, Cacorá, Chandrovaddy, Bally e Astragar, das Novas Conquistas, India. Eram, porém, mais vulgarmente chamadas *Zambaulim.*

Panchiró. Rio affluente do Madei, no distr. e arceb. de Gôa, India. Nasce nos confins de Satary, nos contrafortes dos Ghattes, corre de SE para NO, e entra no Madei pela margem direita.

Panchona. Pov. e freg. de S. Lourenço, da provincia da Beira Alta, conc. e com. de Rezende, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 102 fog. e 368 hab. O reitor de Ovadas apresentava o cura, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada na serra de Monte-Muro. E' terra fertil. Tem bom vinho, muito gado de boa qualidade, e abundancia de peixe, que lhe vem do rio Douro, que lhe fica perto, e ao norte. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Panchoninha. Pov. na freg. de S. Pelagio, de Ovadas, concelho de Rezende, districto de Vizeu.

Panco. Pov. na freg. de S. Clemente, de Sande, concelho de Guimarães, districto de Braga.

Panda. Territorio no sertão do distr. de Sena, provincia de Moçambique, Africa Oriental.

Pandamasse. Territorio do districto de Tete, provincia de Moçambique, Africa Oriental.

Pande. Rio da Africa Oriental, affluente do Zambeze.

Pandéra. Pov. do sobado de Mutano, na div. e conc. de Humbe, distr. de Huilla, prov. de Angola, Africa Occidental.

Pando. Ponta situada na costa do districto e prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Pandos. Pov. na freg. de S. Thiago, de Alvaro, concelho de Olciros, distr. de Castello Branco.

Pandozes. Pov. na freg. de S. Julião, de Parada de Bouro, conc. de Vieira, districto de Braga.

Panelim. Freg. de S. Pedro, do conc. e com. das Ilhas, no distr. e arceb. de Gôa, India.

Panellada. Povoações nas freguezias: Santa Comba, de Fornellos, conc. de Fafe, districto de Braga. || S. Julião, de Serafão, do mesmo conc. e districto.

Panelladas. Pov. na freg. de Santa Maria, de Outeiro, concelho de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Panellas *(Quinta das).* Na freg. de Santa Maria, dos Olivaes, 1.º bairro de Lisboa.

Panelleiros. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Capellos, conc. de Amarante, distr. do Porto || Santa Maria, de Gondar, do mesmo concelho e distr. || S. Bartholomeu e conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Panga. Circumscripção do conc. e distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. || Pov. do sobado de Cacongo, na delegação do Chiavala, conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Oriental.

Panga Panga. Serra no Barué, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Pangala. Pov. do sobado de Quibocolo, no conc. de S. Salvador do Congo, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. Fica no Zombo.

Pangala-Zombo Pov. do sobado de Quibocolo, no conc. de S. Salvador do Congo, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. Fica no Zombo.

Pangim. V. *Nova Gôa*.

Pango. Povoação do sobado de Quimbumbuge Quintanda, no conc. de S. Salvador do Congo, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. e freg. do conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Pangura. Prazo do districto de Tete, Africa Oriental.

Panjane. Rio d'Africa Oriental, affluente do Zambeze.

Paniceiro. Pov. da freg. de Santo André, de Canidellos, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Paniguardos. Pov. da freg. de Santa Marinha e conc. de V. N. de Gaia, districto do Porto.

Panni-Ketta. Forte situado n'uma ilhota á beira-mar, na enseada de Simbor, distr. de Diu, India.

Panoias. Cidade antiquissima da Lusitania, na chancellaria de Braga, e no territorio hoje occupado pelas freguezias de Constantim e Valle de Nogueiras, e a 4 k. a NO de Villa Real. Foi fundada pelos celtas tres ou quatro seculos antes da vinda de Christo, e foi cidade muito importante dos romanos. Parece que o centro d'esta povoação era onde está hoje o logar do *Assento*, que se julga corrupção de o *centro*. O povo ainda dá a este sitio o nome de *Panoias de Valle de Nogueiras* A confirmar a existencia e grandeza d'esta antiga cidade, ainda se vêem varios restos de paredes e muralhas, de forte robustez, que pertenceram a grandes edificios. Segundo a tradição, muitos materiaes d'estas obras fôram conduzidos a Villa Real para a construcção das suas muralhas. Por estes sitios appareciam frequentemente, e a pouca profundidade, pedras lavradas, cippos, capiteis de columnas, telhas, telhões, tijolos de barro encarnado muito fino, etc. Nas paredes da egreja matriz de Valle de Nogueiras se vêem empregados, como alvenaria, capiteis de columnas e outros restos de pedras lavradas e esculpidas, de marmore e jaspe, e granito finissimo, qualidades de pedra que não ha n'esta provincia, nem a mais de 300 k. de distancia para o S. Na residencia do parocho tambem se vêem nas paredes os mesmos objectos, e cippos com inscripções, servindo de alvenaria. As mais notaveis antiguidades, porém, e certamente as mais curiosas, que existem d'esta povoação, são uma especie de tanques, de diversos tamanhos e de differentes fórmas, que se vêem abertos a picão, em alguns rochedos graniticos; obras evidentemente romanas, em vista das inscripções n'ellas gravadas. A camara de Villa Real e o parocho de Valle de Nogueiras mandaram á Academia Real, por ordem de D. João V, um relatorio de todos estes monumentos. Esses tanques encontram se nas fragas d'um monte situado entre o logar do Assento, da freguezia de Valle de Nogueiras, e a honra de Gallegos. Uma das inscripções parece dizer: *Cneio Caio Calpurnio Rufino dedicou aos deuses severos que habitam n'este templo.* Outra diz: *Aqui se sacrifica o que cáe da rez sacrificada, e os intestinos se queimam nos quadrados fronteiros. Lago sagrado, de toda a sorte ha de permanecer.* Diz uma terceira: *Cneio Caio Calpurnio Rufino, varão consular, dedicou este lago eterno, com este templo, em que se queimam as victimas, aos deuses e a todas as divindades; e aos deuses dos lapitas.* N'uma outra lê-se: *Cneio Caio Calpurnio Rufino, varão consular, dedicou este templo e esta obra aos deuses. Este é o lago onde, por voto, o sangue se mistura.* Além d'estas, ha ainda outras inscripções. Segundo a theogonia dos romanos, havia diversas divindades, morando umas no céo, outras na terra e outras no inferno. Os templos e as aras dedicadas aos deuses infernaes eram em covas ou logares profundos. Havia muitas classes de templos, e estes compunham-se de diversas partes. *Fano* era uma especie de templo, a que hoje chamariamos capella ou ermida; *tesca* era o logar santo dedicado a algum deus, mas situado no deserto ou na solidão; *cella* era a parte do templo em que estava a estatua do deus. Parece que em alguns templos havia muitas *cellas*, tendo cada uma a sua estatua. Pelos dizeres das inscripções citadas, vê-se que as obras que existem nas fragas referidas, servidas por escadas, eram templos dedicados pelos romanos ás suas divindades infernaes, adornados com estatuas de deuses que os lusitanos christãos, os godos ou os moiros destruiram depois

Panoias Villa e freg. de S. Pedro, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Ourique, distr. e bisp. de Beja, Relação de Lisboa; 239 fog. e 1:087 hab. Tem est. post. permutando malas com a R. A. S.; est. do caminho de ferro do sul e sueste, entre as de Garvão e Ourique; hospedaria, esc. do sexo masc., fornos de tijollo, etc. A villa dista 10 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da margem direita do rio Sado, no cruzamento das estradas de Aljustrel a Garvão, de S. Thiago do Cacem a Ourique, e de Beja a Collos. Era commenda da ordem de S. Thiago. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o prior, que tinha 150 alqueires de trigo, 120 de cevada e 20$000 réis em dinheiro. A pov. é muito antiga. O conde D. Henrique e sua mulher, a rainha D. Thereza, lhe deram foral, com o titulo de villa, no anno de 1096, o qual foi confirmado por D. Affonso III, em carta sem data, pelos annos de 12?5. El-rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, no 1.º de julho de 1512. Panoias tinha voto em côrtes, com assento no 14.º banco, o que mostra ter sido povoação importante. Tem por brazão d'armas: Em campo azul dois braços de homem cruzados, com as mãos apontando para cima, um vestido de amarello, outros de carmezim. Entre os braços está uma cabeça de homem, com barbas e cabellos compridos e louros, que representa ser a de Christo. A 3 k. ao O da villa está um templo muitissimo antigo, dedicado a S. Romão, que nasceu em França e morreu n'um convento, por elle fundado, e que foi o primeiro que em Portugal tiveram os eremitas de Santo Agostinho, e da invocação de S. Salvador. Na egreja matriz de Panoias existe a cabeça d'este santo, guardada n'um relicario de prata, e o corpo na capella de S. Romão, que fica a

18 k. da villa de Mertola. O territorio de Panoias estende-se por grande parte do Campo de Ourique, e é muito fertil. Cria-se muito gado de toda a qualidade, e ha abundancia de caça grossa e miuda. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 176 fog. e 712 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada na margem esquerda do rio Cávado, a 5 k. da séde do conc. A mitra e um tercenario da sé de Braga apresentavam o vigario, que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. A terra é muito fertil; cria gado de toda a qualidade, e tem caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, do conc., com., distr. e bisp. da Guarda; tem correio com serviço de posta rural; 200 fog. e 850 hab. Está situada nas proximidades da margem direita da ribeira de Noeime, na estrada da Guarda ao Sabugal, a 5 k. da séde do conc. A mitra apresentava o prior, que tinha 100$000 réis de rendimento. A terra é pouco fertil em cereaes, mas cria muito gado, e nos seus campos ha muita caça.

Panoias *(Terras de)*. Assim era conhecida antigamente a região que vae desde o Marão ao rio Tua, e desde o Douro até Murça. Os romanos edificaram n'esta região muitos castellos, dos quaes ainda ha vestigios nas visinhanças de Covellinhas, Villarinho dos Freires, Murça, Provezende, e n'outros pontos, sendo notavel o de Favaios, com a fórma quasi circular de mais de 100 passos de diametro, com 4 pontas para os 4 pontos cardeaes do mundo, e um baluarte ao N, tendo a parede da muralha 30 palmos de grossura, parecendo que servia de refugio aos povos circumvisinhos em tempo de guerra. Mesmo depois da invasão dos barbaros, Panoias continuou a ser importante, porque em 569 formava uma das 27 egrejas principaes do arcebispado de Braga. Tambem esteve sob o dominio dos moiros, que só á força d'armas e á custa de muito sangue derramado conseguiu impôr-se á rebeldia dos habitantes, até que expulsos os invasores, o conde D. Henrique deu foral a Constantim, que era a principal pov. de Panoias, estendendo-se até Valouguciras (Valle de Nogueiras), onde em 1212 appareceram sepulchros cheios de cadaveres, que se desfaziam apenas expostos ao ar. Em 1139, doando D. Affonso Henriques a fr. Jeronymo a ermida e couto de Santa Comba do Rio Cónego, apparece assignado: *Veta Menendi Princeps de Panoyas*, o que mostra ter Panoias um governador. A importancia d'este territorio concentrou-se mais tarde em Villa Real, cuja fundação começou D. Affonso III, e concluiu D. Diniz, que lhe deu foral em 1283, ficando Panoias reduzido apenas a um nome historico.

Panoias de Baixo. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Panoias, conc. e districto da Guarda.

Panoias de Cima. Povoações nas freguezias: Santa Maria, conc. e distr. da Guarda. || S. Martinho, de Parada Thodéa, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Panoias do Meio. Pov. na freg. de Santa Maria, de Panoias, concelho e districto da Guarda.

Panoplia. V. *Armadura*, no vol. I, pag. 715.

Panoyas. V. *Panoias*.

Panque. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da provincia do Minho, conc. e com. de Barcellos, districto e arceb. de Braga; 77 fog. e 274 hab. Tem est. post. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada a 1 k. da margem direita do rio Neiva. A mitra apresentava o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimento. A terra é fertil, tem caça e cria gado. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Panso. Pov. do sobado de Quipanso, no conc. de S. Salvador do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Pantanhas. Pov. na freg. de S. Paio, de Mozellos, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Pantheon Nacional. A idéa da creação d'um edificio proprio para receber as cinzas dos homens illustres nas armas, nas letras e nas sciencias data, entre nós, de 183·. Segundo alguns legisladores, o edificio deveria ser construido desde os alicerces, e pouco mais ou menos, pelo risco do famoso pantheon romano. Outros eram de opinião que se aproveitasse, para esse fim, um dos edificios que fôram mosteiros de religiosos. Em 1836 publicou-se o seguinte decreto: «Tomando em consideração o relatorio do secretario de Estado dos negocios do reino, hei por bem decretar o seguinte: Artigo 1.º—Um dos edificios nacionaes deverá ser destinado para receber as cinzas dos grandes homens mortos depois do dia 24 de agosto de 1820.—Artigo 2.º—Só o corpo legislativo poderá decretar estas honras do pantheon.—Artigo 3.º—Nenhum cidadão poderá receber esta honra senão quatro annos depois da sua morte.—Artigo 4.º—Só o corpo legislativo poderá decretar as excepções a favor dos grandes homens mortos antes do fausto dia 24 do agosto de 1820. O secretario de Estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Palacio das Necessidades, em 26 de setembro de 1836. *Rainha, Manuel da Silva Passos.*» Dando cumprimento á letra d'este decreto, aproveitou-se para pantheon nacional o mosteiro de Belem, vulgarmente conhecido pelo *convento dos Jeronymos*. Alguns reis, principes e homens illustres ali teem o seu tumulo, vendo-se na capella principal os de D. Manuel e de D. João III. Em junho de 1880, por occasião da commemoração do tricentenario de Camões, fôram as cinzas do grande poeta e as de Vasco da Gama trasladadas para o convento de Belem. N'um soberbo mausoléo collocado na capella que antigamente era a sala do capitulo, descançam os restos mortaes de Alexandre Herculano, para ali levados em 27 de junho de 1888, do cemiterio d'Azoia. Este tumulo é um admiravel trabalho em estylo gothico manuelino. Foi delineado pelo engenheiro Manuel Raymundo Valladas, sendo a capella cedida e completada pelas Côrtes, por proposta do Marianno de Carvalho, na sessão de 22 de março de 1884, com o concurso de Antonio Augusto de Aguiar, então ministro das obras publicas. Quando se commemorou o centenario de Almeida Garrett, tambem as cinzas do illustre poeta e prosador fôram trasladadas para o Pantheon Nacional. O cadaver do poeta João de Deus tambem ali foi depositado por occasião do seu funeral, em 1896.

Pantheon Real. V. *Lisboa, convento de S. Vicente de Fóra*, no vol. IV, a pag. 278.

Pantilhões. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Brito, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Pão. Nos prazos e foraes antigos, diz-se frequentemente *pão meiado*, *pão terçado* e *pão quarteado*. *Pão meiado* é metade centeio, metade milho miúdo; *pão terçado* é trigo, centeio e milho miudo, em umas terras; e em outras centeio, milho miudo e cevada; *pão quarteado* é trigo, cevada, centeio e milho miudo. Vê-se tambem muitas vezes, em documentos antigos, dar-se ao centeio a denominação de *pão de segunda*. *Pão de rua*: pão alvo, de trigo. O uso do pão é da mais alta antiguidade. As origens sanscriticas dão lhe uma tal antiguidade que o pão, como base universal da alimentação humana, remonta ás primeiras civilisações. No Egypto é antiquissimo, porquanto nos tumulos os fragmentos, que apparecem, isso demonstram. Os hebreus conheciam o uso do pão fermentado, pois que, nos livros sacros, frequentes vezes se menciona, e ainda por esses mesmos passos se sabe que os processos de panificação, entre os judeus, eram os mais elementares, pois que se collocava no lar a massa espalmada, cobria-se de cinzas e abandonava-se até que estivesse cozida. Foi assim que Sara fabricou o pão destinado á comida dos anjos que Abrahão recebeu sob a figura de tres viajantes Os hebreus faziam uso frequente do pão sem fermento, que lhe era prescripto em certas ceremonias religiosas, ou circumstancias historicas, notavelmente na celebração da Paschoa. A arte de fabricar pão, com farinha de trigo, foi desde cedo conhecida dos povos da Europa oriental. Os beocios fôram porventura os que primeiro a conheceram; a Italia só a recebeu mais tarde. E' certo, todavia, que os romanos usaram o pão antes da tomada de Roma pelos gaulezes, porque no Capitolio elles o atiraram aos sitiantes para lhes fazer acreditar que a praça estava abundantemente provida de mantimentos e que não era reduzivel pela fome. Comtudo, crêem alguns autores não ter havido padaria alguma em Roma até á epoca da guerra contra Perseu; o proprio cidadão cozia, em forno domestico, o pão. Era principalmente um trabalho das mulheres. No tempo de Trajano apparecem os padeiros, tendo já uma certa unidade de corporação, pois que este principe estabelecera o collegio dos padeiros, isto é, reunidos em corporação de officio. Em Herculano e em Pompeia encontraram-se pães inteiros, todavia divididos em entalhes dispostos á maneira de raios. Estas divisões, por serem fundas, facilitavam a sua partição. Foi da Italia que o pão se espalhou para a Europa. Plinio fala do pão que se fazia nas Gallias e na peninsula. Só no tempo de Tarquinio, *o soberbo*, é que se começou a usar entre os romanos o cozer o pão em fórnos. Antes d'esta epoca os processos de panificação eram completamente primitivos. O *pão de munição* data tambem de largos seculos. O costume de distribuir pão aos soldados vem já dos exercitos egypcios. Os romanos chamavam-lhe *panis castrensis;* todavia era o proprio soldado que o fabricava; só mais tarde é que se dava ás legiões o pão já fabricado. Nas congruas dos parochos, ordenados de funccionarios, pensões a merceeiras, tenças, etc., era corrente pagar-se parte em cereal para pão. Em 1513, um alvará de 13 de março, regulando o vencimento annual de cada vereador da camara de Lisboa, concedia, além de vinte mil réis em dinheiro, dez moios de pão meiado, á custa das rendas da cidade e isto se conservou por largos annos; havia tambem o pão quartado. O pão meiado era como acima ficou definido o que se fabricava ora com farinhas de trigo e cevada, ora com milho e centeio e o quartado com as quatro farinhas. A cultura do milho grosso em Portugal, especialmente nas provincias do Minho, Beira e Extremadura, parece ter começado cerca de 1525. *Pam de rua* e *pam de callo* era como se chamava o pão alvo de que usava a gente rica e delicada. Já no seculo XI se falava d'esta qualidade de pão. E, para contraste, nas portarias de algumas ordens monachaes, davam-se aos pobres, nos seculos XV a XVIII, pães pequenos, feitos de toda a peneira, de centeio ou milho, aos quaes se chamava *mondas*. Embora o pão mais usado seja o de trigo, é todavia de grande consumo o de trigo e cevada, o de centeio e especialmente o de milho no norte de Portugal, que como nação maritima por excellencia, não podia no seu porto principal deixar de prestar aos que o demandavam todos os refrescos e mantimentos. E' assim que vêmos D. João II querer que Lisboa se torne hospitaleira, e D. Manuel doando, em 24 de outubro de 1517, o chão da Ribeira, desde o cunhal da alfandega, do lado da Misericordia, até ao outro cunhal, afim de a camara ali mandar construir casas e lojas *para agasalhar pão*, o qual era destinado, em parte, aos maritimos. Nicolau de Oliveira, nas suas *Grandezas de Lisboa*, diz que os Fornos d'El Rei, em que se faz o biscoito para as armadas, eram fabrica para vêr e notar. No seu tempo havia em Lisboa mais 360 fornos de pão. No Terreiro eram 100 as joeiradeiras do trigo, e 170 as medideiras. Além de padeiras e forneiras havia a designação de *chameiras*, que eram as mulheres que levavam o pão ao forno e o tornavam a trazer, tendo obrigação de varrer e limpar o forno. Em 1423, uma carta régia aboliu, entre outros, o imposto chamado *çalaio*, o qual recaía sobre o pão cozido fóra da capital. Este direito n'algumas terras do reino era de 30 pães cozidos um. Sempre que havia escassez de pão, a camara de Lisboa solicitava a mercê de *importarem cereaes da terra de moiros e de diversas partes, e em troca de sal e outras mercadorias que não são defezas*, como succedeu em 1438. Em 1452, um alvará régio permittiu á camara o contratar o provimento do pão, podendo até *obrigar as rendas da cidade*. Lisboa, não só tratava de se subsistir, mas até, como o prova a carta régia de 25 de abril de 1508, inserta no livro do Provimento do pão, fl. 38, deixava sair trigo para as outras camaras, pois que n'essa carta se pede á camara para ceder á villa de Tentugal trinta moios de pão, pois que os moradores «padecem muyto a fome, E porque polla comarcaa derredor nom tem donde se dele prouejam.» Em 1572, havia o pelouro do trigo, atafonas e moendas, e em 12 de dezembro d'esse anno o desembargador Fernão de Pina Marecos era o encarregado d'elle. Um seu parente, Maximo de Pina Marecos, teve em 1583 privilegio para fazer engenhos de amassar, cozer, e abiscoitar pão. Assim se póde dar uma pequena idéa dos esforços da municipalidade de

Lisboa, ácêrca do provimento do pão, para que não chegasse a preços taes como em annos de fome, por exemplo em 1414, a custar um pão de 4 onças, 15 soldos, isto é, 369 réis actuaes. Sabendo-se que, do anno de 1636 a 1640, a população de Portugal era apenas de um milhão e cem mil habitantes, e que a producção e a importação do trigo subia a 23.200:000 alqueires, póde se dizer que cada habitante consumia annualmente 21 alqueires de pão. Os principios em que assenta a fabricação do pão e o conjuncto dos seus processos, em pouco tem variado dos empregados em epocas mais afastadas. As alterações restringem-se, simplesmente, ao emprego de instrumentos proprios. A fabricação do pão resume-se na *amassadura* e na *cozedura*. Mistura-se a farinha com uma determinada quantidade de agua, que dissolve as partes soluveis, como a dextrina, glucose e saes, e incham, porque se hydratam, as partes insoluveis como o amído e o gluten. Obtem-se assim, amassando convenientemente, uma massa homogenea, na qual se deita uma certa quantidade de sal de cozinha, para dar gosto, e, como elemento essencial á fabricação, uma certa quantidade de fermento. O papel que o fermento representa é o seguinte: encontrando na massa humida assucar, reage sobre elle, dando alcool e anhydrido carbonico. As bolhas de agua, que se fórmam no meio da massa, não pódem libertar-se, como fariam se fôssem formadas n'um liquido, e por consequencia levantam a massa e a incham de uma maneira permanente. Depois de levedada a massa, isto é, quando acaba a fermentação leva-se a cozer, ao forno. A cozedura, eliminando o excesso de agua, produz uma crôsta dura, que mantém a fôrma do pão, pondo-o ao abrigo da sua alteração espontanea. A parte da massa que se guarda em logar apropriado, e que constitue o *fermento*, tem, ao fim de sete horas, o duplo do volume. Se a amassarem successivamente, de nove em nove horas, com egual porção de farinha nova, vae-se obtendo mais fermento. Todos sabem como se amassa, e os processos são sempre os mesmos; todavia ha a notar a amassa dura mechanica, a qual substitue o penoso trabalho do amassador. Até ha poucos annos quasi todas as padarias usavam a amassadura manual. Estando o amassador a pezar a massa, já levedada para obter pães, de determinado pezo, ha que considerar a operação de *tender*, que é de dar fórma ao pão, e, consequentemente, a de o enfornar. A cozedura determina a volatilisação de uma certa quantidade de agua e alcool, produzidos durante a fermentação, dilata as bolhas de acido carbonico que estão dentro da massa, augmentando-lhe a porosidade e fórma a côdea, a qual é rica em dextrina, e é tanto mais escura quanto mais torrada estiver. São bem conhecidos os fornos dos padeiros, para que sejam precisas maiores minudencias. O combustivel empregado, de ordinario, é a madeira; comtudo, nos paizes em que escasseia usa se o carvão de pedra, servindo-se de fornos especiaes ; O pão modifica-se depois de desfornado. Ao principio, a côdea é dura e quebradiça, o miolo é molle e facilmente se liga com a saliva; no fim de algum tempo a côdea endurece e esmigalha-se facilmente. O pão normal deve ter 40 0\0 de agua. Varios autores teem proposto certas especies de fermento, etc., e em alguns paizes se usa o fermento de cerveja. Sobre o exercicio da industria da padaria existem alguns documentos interessantes nos archivos municipaes do Porto, Coimbra, Lisboa, etc. Eis um requerimento feito em 1669 existente n'este ultimo: «Diz Fillippa Rodrigues, viuva, padeira que foi dos fidalgos, que ella supplicante, foi culpada, por se achar que o pão era menos do peso, em razão do que se ausentou e está homisiada... e, porquanto ella, supplic. nte, é uma mulher velha e não amassava para vender pão ao povo e ha tempo que está homisiada, e além d'isso não quer amassar nem quer usar do officio de padeira.—P. a V. Alteza lhe faça mercê dar-lhe perdão, e que contra ella se não proceda, não amassando mais...» As padeiras que vendessem pão fóra dos logares, que lhe eram designados, tinha a camara alçada para mandar açoutal-as, sem que d'essa sentença houvesse appellação nem aggravo, como se vê do *Liv. das Posturas reformadas no anno de* 1610, *fs*. 150. No livro das *posturas reformadas* do senado lisbonense em 1611, lêem-se as seguintes taxas curiosas: «As forneiras não levarão mais de cozer cada alqueire de pão que 8 réis sem levar pão nem merendeiro algum a nenhuma das partes. E mandando a forneira levar o pão a casa das partes, que lhe mandarem para isso recado, lhes não levará mais que 10 rèis por alqueire, sem nenhum merendeiro nem pão e será obrigada a cozer, ou assar, duas tijelas cada dia a cada um de seus freguezes, para o que se emendará o regimento n'esta parte.» Quanto á moenda do cereal veja-se o regimento dos atafoneiros, a pag. 834 do vol. I d'este diccionario. Não se note nos restrijâmos a falar da camara de Lisboa, em tão importante assumpto, pois que era ella quem fornecia do seu *terreiro* o trigo para grande parte do paiz. Constituem um fundo importante no archivo municipal as consultas, etc., ácêrca do pão, e por ellas se vê quanto ha a louvar o senado d'esta capital, pois que sempre trabalhou para que houvesse abundancia. Terminemos por transcrever a seguinte ordem do senado, em 12 de maio de 1660: «Ordena o senado que os quatro almotacés das execuções, que ora servem, visitem todos os dias os bairros da cidade, dividindo se por elles com todo o cuidado, e façam diligencias com as padeiras, vendo se o pão é de pezo do estylo, e, não sendo de pezo as condemnem na pena das posturas; e ás que vendem na Ribeira as obrigarão a ter balança e as visitarão todos os dias, pelo grande prejuizo que resulta ao povo, no tempo presente, usando mal da carestia do pão, para o fazerem de menos pezo do estylo; e os seus escrivães serão obrigados a vir dar conta no senado d'esta diligencia se se faz na forma que se lhes ordena. E o mesmo se entenderá nas que venderem pão do mar, e serão obrigadas em tudo na fórma das posturas.»

Pão d'Assucar. Pico da ilha de Santo Antão, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Eleva-se a 2:300 m. acima do nivel do mar, e é o mais alto de toda a ilha. Tambem é conhecido por *Tope da Coroa*.

Pão Branco e Ferradeira. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Conceição, conc. e distr. de Faro.

Pão Duro. Pov. na freg. de S. Pedro, de Vaqueiros, concelho d'Alcoutim, districto de Faro.

Pão da Nau. Enseada da costa do Gabão, Africa Occidental.

Papa Leitinho *(Monte do)*. Na freg. de Santa Eulalia, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Papagaio. Ponta situada na costa E da ilha de Santa Maria, Açôres. Fica ao S da bahia de S. Lourenço. || Monte da ilha do Principe, Africa Occidental. Levanta-se quasi no centro da ilha, e embora de menor altitude que o pico de S. Thomé, na ilha d'este nome, é todavia de consideravel elevação. E' como que o nó d'uma cordilheira que d'ali corre para o SN e NO, e que tem como remates a SE a serra dos Picos e a NO o pico Padrim. || Rio da ilha do Principe, Africa Occidental. N. no oriente do Pico do mesmo nome, e corre para o N, indo desaguar na bahia de Santo Antonio, junto da cidade d'esta designação. | Roça na ilha do Principe, na Africa Occidental.

Papagaios. Ilhéos do archipelago de Bijagoz, Guiné, Africa Occidental Estão deshabitados e cobertos de matto, e levantam se entre as ilhas da Caravéla e a ponta do mesmo archipelago.

Papagaios de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Silvestre, de A dos Francos, conc. de Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Papala. Pov. do sobado de Bongue, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. Fica no Zombo.

Papanata. Pov. na freg. de S. Silvestre e conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

Paparia. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Papeis ou Pepeis. Tribu de negros da prov. da Guiné, Africa Occidental. Habitam as ilhas de Cacheu e de Bissau, encontrando-se no littoral desde Malta de Putama até ao Botte, e na margem esquerda do rio Cacheu ou Farim encontram-se desde o rio de Bianga até ao Cabriane. São vagabundos, cobardes e traiçoeiros. Vivem uma vida completamente selvagem, e até 1816 tiveram em tão continuo sobresalto a villa de S. José de Bissau, que foi preciso cercal-a d'uma tabanca. Batidos varias vezes pelas forças militares da provincia, nunca se submetteram por completo, e são hoje ainda os negros que mais precisam sentir o rigor da nossa autoridade para modificarem a sua indole cruel e ousada. Tambem são chamados *burames*.

Papel. E' impossivel designar a epoca em que os homens principiaram a expandir por meio da escriptura os seus pensamentos. Todos os auctores concordam que a primeira escripta deveria ter sido por figuras (hieroglificos). Uma só figura, por este modo de representar as idéas, era a imagem de muitas cousas. Por exemplo, para representarem uma cidade sitiada, desenhavam uma muralha, com uma escada encostada a ella. Para representarem uma batalha, desenhavam duas mãos, uma com arco, outra com escudo. Os povos inventaram depois, successivamente, diversos signaes, proprios para representarem o discurso, e exprimir o pensamento; e é ás investigações e multiplicadas experiencias feitas em differentes epocas, para o conseguirem, que devemos a arte de escrever, propriamente dita. Ignora-se a data da invenção dos caracteres alphabeticos; sabe-se unicamente que são conhecidos desde a mais remota antiguidade. Os arabes já faziam uso d'elles no tempo de Job. Diversas nações disputaram a gloria de haver inventado esses caracteres; porém só ha dois povos da antiguidade a quem se possa attribuir essa invenção: os assyrios e os egypcios. Cadmo entre os gregos, passava por inventor da escripta. Ao principio escrevia-se nas folhas de certas arvores, ou na sua casca, sendo preferida a da faia e a da tilia. Depois serviam-se de umas taboinhas muito delgadas, cobertas de uma fina camada de cêra, sobre a qual escreviam, com uma especie de punção, chamado *stylus*. Tambem escreviam nas folhas d'uma planta chamada *papyros*, d'onde procede o nome de *papel*. Os romanos aprenderam dos gregos e toscanos a arte de escrever. O passo de maior progresso, na arte de escripta, foi quando os troianos inventaram o pergaminho (de Pergamo, que é o mesmo que Troia), isto é, quando applicaram a pelle dos animaes, para n'ella escreverem, e inventaram a tinta. Os livros dos antigos não eram como os actuaes; o livro era um rôlo de pergaminho envolvido n'um pau cylindrico. Emquanto se não inventou a imprensa, muitos milhares de pessoas viviam na Europa e na Asia, pelo officio de escreventes ou copistas. Muitos d'estes manuscriptos chegaram aos nossos dias, e bastante notaveis pelo primoroso da calligraphia e pela perfeição dos seus ornatos e vinhetas. Os frades tornaram se os mais distinctos n'esta arte. Os manuscriptos feitos nos seculos XIII, XIV e XV, são primorosos, excedendo alguns em belleza as nossas edições mais affeiçoadas. Os do fim do seculo XV e principio do XVI, são em geral pessimos, e apenas legiveis. Em Portugal ha manuscriptos dos seculos XVI e até meados do XVII, de grande perfeição; porém as escripturas e outros documentos manuscriptos, dos fins do seculo XVII, e da maior parte do XVIII, são quasi illegiveis, pela pessima calligraphia, e pelos muitos erros de orthographia. O papel feito d'algodão appareceu pela primeira vez na Grecia, no seculo IX. Não se sabe se foi invenção dos gregos, se a aprenderam dos chins. Do seculo XI se encontram em Napoles, Sicilia e Veneza, muitos documentos n'este papel, e no seculo seguinte se vulgarisou muito o seu uso. Do seculo XIII ha um manuscripto do nosso Santo Antonio, feito n'este papel, e que se guarda, como preciosa reliquia, no hospicio do *Santo Christo da Fraga* junto á *Senhora da Lapa*, no bispado de Vizeu. Não se sabe com certeza a data da descoberta do papel de trapo. Mr. Ray diz que, em 1470, dois individuos chamados Antonio e Miguel, o levaram da Galliza a Basileia, d'onde se estenderam por toda a Allemanha, mas deve ser engano, porque existe o papel de trapo muito mais antigo, e o *Catholicon* de Jacobo de Janna foi impresso n'este papel, em Moguncia, no anno de 1460. No archivo do bispo de Norwich, dizem que ha um registo de testamentos feito d'este papel, que principiou em 1370. Mabillon é de parecer que já no seculo XII existia papel de trapo em toda a Europa, porém Montfaucon, affirmando que elle começara no Oriente, no IX seculo, attesta que, nem em França, nem por toda a Italia, se encontra vestigio algum d'elle, antes de 1270. Na Universidade de Coimbra ha um documento de 1288, que diz — *Scripta em polgaminho de papillo* (papel). Diz-se tambem, que algumas das Inquirições de D. Affonso III fôram originariamente escriptas em papel de trapo.

Papel. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || N. S.ª de Belem, de Rio de Moiro, do mesmo conc e distr. || Pov. do sobado de Nameala, no conc de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Funquilla, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Quiona, no mesmo conc. e distr. || Pov. do sobado de Tanda, no mesmo conc. e distr. Fica no caminho do Zombo. || Pov. do sobado e conc. de Cabinda, na delegação do Chianvalla, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Papol. Povoação do sobado da Cataracta do Quisulo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. Africa Occidental.

Papel. Povoação do conc. de S. Salvador do Congo, na Cataracta do Quisulo, distr. do Congo prov. de Angola, Africa Occidental.

Papel-moeda. V. *Apolice*, no vol. I d'este diccionario, a pag. 618 e seguintes. *Bibliographia*: *Reflexões sobre a possibilidade de extinguir o papel-moeda em Portugal* por Luiz José Ribeiro; Lisboa, 1834. *Divida publica portugueza*, por A. A. Silveira Pinto; Lisboa, 1839.

Papel sellado. Papel que tem o sello da lei e serve para documentos officiaes, e particulares, escripturas publicas, processos civeis e judiciaes, certidões, procurações, requerimentos, etc.. E' uma das formas de cobrança do imposto do sello (V. *este nome*) e foi a primeira especie que entre nós houve de tão importante receita publica. O uso do papel sellado existia já em França, Italia e Hespanha, quando foi estabelecido em Portugal. Pela experiencia das duas primeiras nações tinha-se verificado que este imposto era uma das contribuições mais suaves para os povos. A Hespanha adoptal-o-hia para fazer face ás despezas com a guerra contra nós depois da Restauração, segundo se deprehende do alvará adeante reproduzido, em parte; ou segundo outra opinião (V. *Boletim da Associação dos Archeologos*, vol. III, pag. 176) Filippe III tratava de introduzir em Portugal o uso do papel-sellado quando os acontecimentos politicos de 1640 frustraram a execução d'essa medida financeira. No reinado de D. João IV renovou-se a tentativa, chegando a estar lavrado no Conselho da Fazenda o competente regimento, cuja execução deixou de realisar se em attenção ás instancias do procurador da Corôa, Thomé Pinheiro da Veiga, e a uma Consulta do Desembargo do Paço. Depois, na menoridade de D. Affonso VI, publicou-se o alvará de 24 de dezembro de 1660, em que se declara ser o novo imposto destinado, como faziam os hespanhoes, ás despezas da guerra. Por ser documento interessante, uma especie de lei do sello, transcrevemos alguns periodos d'esse diploma, em que se preceituam as taxas do imposto conforme os actos e se consignam isenções, pelo que se póde considerar a nossa primeira lei do sello: «Eu El-Rei faço saber aos que este Alvará virem, que, considerando eu a maior prevenção, que é necessario para defensa d'este reino, em tempo que seus inimigos estão desoccupados de outras diversões; e mandando consultar por ministros de satisfação, experiencia, e zelo do bem publico, os meios mais ajustados para se tirar o dinheiro preciso para as despezas que se deve fazer, entre outros se achou por mais conveniente usar do mesmo papel-sellado, de que os inimigos se valem para a offensa, por ser effeito prompto, e que por pequenas quantias, com menos oppressão de meus vassallos, se vae cobrando, proporcionadamente, d'aquelles que se expõem aos gastos dos negocios de que querem tratar; e comtudo desejando por todas as vias alliviar os meus vassallos quanto fôr possivel, mandei moderar, e reduzir as ordens, e regimentos, que em outros reinos ha sobre esta materia á forma seguinte: Haverá quatro sellos com a marca, que parecer aos ministros a que tenho encarregado esta administração, com differença em cada um anno; e a do primeiro será as Armas de Portugal, com a inscripção do anno, sello, e preço á roda, e cada sello terá seu preço que irá declarado nelle mesmo. O primeiro sello será de 240 réis, o segundo de 80 réis, o terceiro de 40 réis, o quarto de 10 réis. E em papel de cada um d'estes sellos se escreverão as cousas abaixo declaradas, por esta maneira: *Primeiro sello*: Todos os alvarás, provisões, patentes e mandados assignados por Mim, ou por algum Conselho, ou Tribunal meu, de officios, e postos perpetuos, ou temporaris, de propriedade, ou serventia, assim de paz como de guerra, por terra ou mar, sendo os da paz avantajados a continuos da Casa da India, Almazens, e outros similhantes, e a guardas que não sejam da Casa da India, e Alfandega de Lisboa, e a pregoeiros, e a outros d'esta qualidade; e sendo os da guerra superiores a alferes, e assim os titulos de escrivães, mestres, pilotos-móres de navios de guerra, ou mercantes, que fôrem nomeados por mim ou por alguns meus ministros; e outrosim os alvarás, provisões ou mandados, que, por Mim, ou por algum Conselho ou Tribunal meu, se derem a qualquer pessoa para commissão extraordinaria, em que haja de vencer salario á custa da

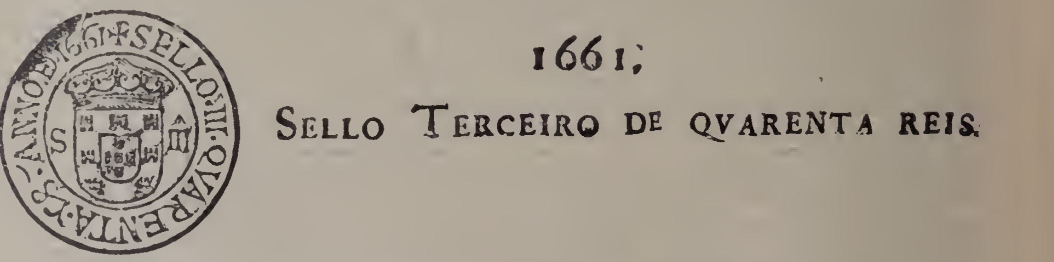

Um dos sellos do primeiro papel sellado. (Imposto creado em 1660 para as despezas da guerra da Restauração)

minha Fazenda ou das partes. Os alvarás, provimentos, e apresentações, que os Donatarios fizerem dos officios de alcaides-móres, ouvidores, juizes, letrados, eleições das camaras, meirinhos, alcaides, tabelliães, juizes, e escrivães dos orphãos, e outros officios de sua apresentação, que não sejam inferiores a estes.» Eram ainda sujeitos a este sello muitos outros diplomas e documentos que veem mencionados no alvará, mas que por brevidade omittimos. Deviam ser lavrados em papel-sellado da taxa do *Segundo sello* os documentos: «Os titulos, e nomeações, que fazem os meus Secretarios e Escrivães da Fazenda, e dos Conselhos e dos Tribunaes, e outros similhantes ministros de officiaes para seus escriptorios, e para outros exercicios similhantes. Os originaes tirados da nota de quaesquer escripturas publicas entre particulares, ou tocantes á minha Fazenda, sobre quantia declarada, que seja menos de mil cruzados, até cem cruzados inclusivamente; e bem assim de todas as escripturas de obrigações, e contratos, em que se não signalar quantia certa, excepto os do commodato, e permutações, de que se tratou no titulo do primeiro sello.» Seguem-se outros diplomas e documentos sujeitos ao mesmo sello. *Terceiro sello*: «Os titulos e nomeações de officios, que dão os administradores, rendeiros, thesoureiros, ou recebedores de minha Fazenda, de guardas, feitores, e commissarios, ou outros similhantes. Os titulos de officios militares de penna, inferiores aos de védor, contador e pagador. As licenças, e taxas, que as camaras costumam dar aos officiaes, ou tendeiros, e vendeiros, e outras cousas d'este genero.» Outros muitos documentos congeneres estavam sujeitos a este sello. Em papel do *Quarto sello* seriam lavrados: «Os titulos dos officios, quo dão os Donatarios, e são inferiores aos que acima ficam declarados, e assim as confirmações que d'elles se fizeram. Os titulos de officios militares de mar, ou terra, inferiores ao de alferes, ou outros similhantes, inclusivamente. Todas as petições, que se me fizerem, ou aos meus Conselhos, Tribunaes e Juntas, excepto as em que se pedir pagamento de juro, ou cousa que minha Fazenda deva. As nomeações feitas por qualquer Conselho, Tribunal ou ministro meu, de Guardas;» etc etc.. Todos os mais papeis que no regimento se não acham declarados, que passassem pela Chancellaria do Reino, Casa da Supplicação, e Relação do Porto, e por todas as mais Chancellarias, levariam o sello conforme os seus similhantes. E tudo o que se preceituava quanto aos alvarás,

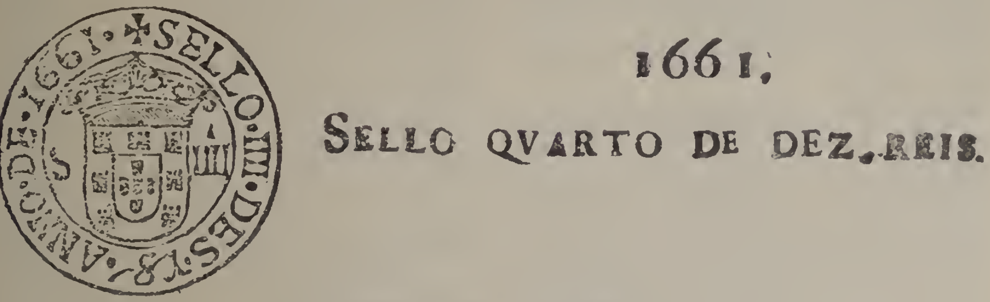

Um dos sellos do primeiro papel sellado

provisões, patentes, escripturas, ou outra qualquer cousa que se escrevesse em papel, haveria logar no que se escrevesse em pergaminho, porque tambem este seria sellado com o sello respectivo. E todos os despachos, escripturas, e mais documentos referidos, sem ser em papel, ou pergaminho, com o sello competente, não fariam fé em juizo nem fóra d'elle. Havia porém a isenção dos pobres das Misericordias, e outros, que poderiam usar papel commum nos processos das suas causas. O sello seria annual e em cada anno de differente modelo. Para a administração do papel sellado haveria na capital um thesoureiro geral e nas provincias os thesoureiros das camaras lhe prestariam contas. O papel que sobejasse com sello seria entregue até 15 de janeiro do anno seguinte em troca d'outro do anno corrente. Não sendo trocado incorriam os possuidores do papel do anno anterior nas penas que se applicavam aos que introduziam moeda falsa no reino. Por decreto de 28 de janeiro de 1661 declarou-se que o uso do papel sellado começaria no 1.º de fevereiro seguinte. Por decreto de 22 de maio de 1665 foi suscitada a exacta observancia do regimento incluido no alvará de 1660. Tendo se abolido, em 10 de abril de 1668, todos os impostos extraordinarios lançados para acudir ás despezas da guerra da Restauração, tambem se levantaria o do sello do papel, pois que não apparecem documentos lavrados n'elle depois d'este anno. Decorrido mais de um seculo, isto é, em 1797, foi novamente creado o papel-sellado, por alvará de 10 de março e instrucções de 12 de junho do mesmo anno, sendo estas alteradas pelo alvará de 27 de abril de 1802, em que se ampliaram as disposições antecedentes, fazendo se subir a taxa do papel em proporção dos negocios e materias, etc. Segunda vez foi abolido o papel sellado, em 24 de janeiro de 1804, sendo restaurado este imposto por carta de lei de 31 de março e de 24 de abril de 1827. O papel teria os sellos da taxa de 40, 20 e 10 réis. Tambem o houve sellado com a taxa de 5 réis. Desde então nunca mais deixou de existir o papel-sellado, sendo difficil enumerar todas as diversas vicissitudes por que tem passado este imposto, a differença dos sellos, suas taxas e emprego, marcas d'agua do papel, sello branco e a oleo, legendas, etc. Parte do rendimento seria applicado para a dotação da *Junta dos Juros* (V. *Junta do Credito Publico*), cujo sello trazia. Pela lei de 20 de dezembro de 1837 foi applicado ao mesmo fim o producto das penas pecuniarias sobre infracções do emprego do papel sem sello, ou

falso. Era então sellado com o sello, a oleo, ou branco, do *Credito Publico*. Por carta de lei de 8 de junho de 1843 passou a arrecadação, fiscalização e administração do rendimento do papel sellado a cargo do *Thesouro Publico*, cujo sello passou a trazer. Além do sello a oleo com a legenda *Causa Publica* era o papel sellado carimbado naquella epoca nos Governos Civis, mas tornando-se esta fiscalização bastante dispendiosa foi suprimida pela carta de lei de 23 de abril de 1845. D'este anno em deante são numerosas a alterações do papel sellado, que de 40 réis passou a 60, 80 e finalmente a 100 réis, sendo sellado na Casa da Moeda. Em 1902 o papel-sellado teve além das armas reaes em marca d'agua e do sello uma numeração a tinta d'oleo no alto de cada meia folha. Do papel sellado para o ultramar sabe-se que em fins de 1742 foi elle estabelecido na India.

Papela. Pov. do sobado de Quimpeche, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Papizios. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Alta, conc. de Carregal do Sal. com. de Santa Comba Dão, distr. e bisp. de Vizeu; 364 fog, e 1:244 hab. Tem escolas d'ambos os sexos. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Dão. A Universidade de Coimbra, por opposição, apresentava o abbade, que tinha 600$000 réis de rendimento. Pertence a esta freg. a aldeia da Povoa d'Arnoza, onde está a capella de N. S.ª da Guia, fundada por Manuel Marques, pelos fins do seculo XVII. No logar do Pinheiro, ao pé do outeiteiro do Souto, da mesma freg., ha a capella de N. S.ª da Conceição, templo antiquissimo e que, segundo a tradição, foi a primitiva parochia da freg. e a sua capella mór é a capella actual. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Papoa e Baleal. Nome de duas ilhotas situadas nas proximidades de Peniche. Estão cercadas de rochedos.

Paps Collinas situadas ao S do rio das Moutas, no Loango, territorio de Cabinda, Africa Occidental. Estão cobertas de moutas, do que proviria talvez o ter-se dado ao rio aquelle nome.

Paquife. Heraldico. O ornato em fórma de folhagens saidas do elmo, que fica sobre elle e corre pelo escudo; lambrequins.

Par do reino. V. *Pares* (*Camara dos*).

Paraçana. Ribeira do distr. de Castello Branco. N. nas proximidades de Amendoa, corre para E até á freg. de S. Pedro do Esteval e depois para SE, acabando por entrar na ribeira Ocreza com 30 k. de curso.

Parachão Pov. na freg. de Santa Marinha, de Padornello, conc de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello

Parada (*P. Antonio de Carvalho*). Presbytero secular; doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, e egualmente instruido nos direitos civil e canonico. N. no Sardoal em 1595, fal. em Bucellas a 12 de dezembro de 16?5. Foi protonotario apostolico, arcipreste da cathedral de Lisboa, visitador por algumas vezes da sua diocese, prior da egreja de Bucellas, e por fim guarda-mór da Torre do Tombo. Escreveu: *Arte de reinar; ao potentissimo rei D. João IV nosso senhor, restaurador da liberdade portugueza*, Bucellas, 1643; *Dialogos sobre a vida e morte do muito religioso sacerdote Bartholomeu da Costa, thesoureiro-mór da sé de Lisboa*, Lisboa, 1611; *Justificação dos portuguezes sobre a acção de libertarem seu reino da obediencia de Castella*, Lisboa, 1643.

Parada. Pov. e freg. de S. Genesio, da prov. de Traz os-Montes, conc., com, distr. e bisp. de Bragança; 178 fog. e 1:032 hab. Tem estação post, permutando malas com Bragança; escolas d'ambos os sexos; feira a 12 de cada mez. A pov. dista 15 k da séde do conc. e está situada proximo da margem direita do rio Sabor. A Casa de Bragança senhora d'esta freg, apresentava o reitor, que tinha 160$000 réis. A terra é fertil em generos agricolas; tem caça e cria bastante gado. N'esta freg. ha minas de estanho, de wolfram, importantes, em quo se empregam em media 500 operarios diarios e machinas a vapor aperfeiçoadas, denominadas minas de Paredes. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de Santo André, da prov. do Douro, conc. e com. de Villa do Conde, distr. do Porto, arceb. de Braga; 54 fog. e 213 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Dista 6 k. da séde do conc. Os conegos regrantes de Santo Agostinho, do mosteiro de S. Simão, da Junqueira, apresentavam o vigario, que tinha, 13$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Pov. e freg. de S. Domingos, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de de Almeida, distr. e bisp. da Guarda; 18? fog. e 691 hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 21 k. da séde do conc. e está situada a 3 k. da margem esquerda ribeira Noeime. A terra é fertil em cereaes, cria muito gado e é abundante de caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. A freg. era do conc. e com. de Sabugal, e passou para o de Almeida por decreto de 12 de junho de 1895. || Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc e com. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de V. do Castello, arceb. de Braga; 63 fog. e 211 hab. Está situada proximo da margem direita do rio Vez. O reitor de Azere apresentava o vigario, que tinha 12$000 réis de congrua e o pé d'altar. Metade d'este padroado era d'el-rei D. Diniz, que o deu por troca, em 1308, ao bispo do Tuy D. João Fernandes de Sotto Maior. A outra metade era da sé de Tuy. A terra é fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. d'Alfandega da Fé, distr. e bisp de Bragança, 76 fog. e 335 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. postal. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada entre o rio Sabor e a ribeira Zacharias. O abbade de S. Vicente, de Castro Vicente, apresentava o vigario, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é pouco fertil, mas tem muito gado e caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. e com. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 134 fog. e 482 hab. As freiras benedictinas de Vian-

na do Castello, apresentavam o vigario, que tinha 60$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil e tem muito gado e caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Monsão, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 48 fog. e 151 hab. Tem est. post. e está situada n'um valle aprazivel, a 7 k. da margem esquerda do rio Minho, e a egual distancia da séde do concelho. A casa da Barbeita apresentava o abbade que tinha 120$000 réis de rendimento e o pé d'altar. A terra é pouco fertil; tem algum gado e muita caça grossa e miuda. Pertence á 3.ª divisão mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: N. S.ª do O', de Aguas Santas, conc. da Maia, distr. do Porto. || S. Thiago, de Alhariz, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Athei, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Campeão, conc. e distr. de Villa Real. || S. Thiago, de Carreira, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria Magdalena, de Chaviães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santo Estevão, de Couto de Esteves, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || S. Salvador, de Covão do Lobão, conc. de Vagos, do mesmo distr. || Santa Eulalia, conc. de Arouca, do mesmo distr. || S. Paio de Farinha Podre, conc. de Penacova, districto de Coimbra. || S. Thiago, de Figueiró, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Martinho, de Gilhabreu, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Paio, de Guimarei, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || S. Mamede, de Lindoso, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Vicente, de Louredo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Julião, de Moreira do Lima, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || S. Paio, de Oliveira, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. João Baptista, de S. João d'Areias, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. || Santa Eulalia, de Pedorido, conc de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Santa Marinha, de Pedraça, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Pedro, de Raimonda, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Rio Caldo, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || S Pedro, de Sanfins, conc. de Chaves, districto de Villa Real. || S. Miguel, de Trezouras, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Pedro, de Valle, concelho de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de V. N. de Monsarros, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Villa Verde, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. || S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. do Santarem. || Serra da prov. de Traz-os Montes, junto das freguezias de Parada e Coelhosa, conc. de Bragança. Segue a direcção geral NS, e eleva-se a 919 m. segundo alguns autores, mas a 908 segundo a carta geographica. || Pov. que dá o nome a um apeadeiro na linha do caminho de ferro do Douro, entre as estações de Recarei e Cette. || Antiga pov. e denominação d'uma extincta freg., N. S.ª da Natividade, do concelho de Bragança, annexa á de Quintella de Lampaças.

Parada *(Direito de)*. Especie de direito de extradicção, que existiu no estrangeiro, pelo qual era permittido ao senhor da terra perseguir o seu vassalo fóra do seu proprio senhorio, prendel o e reconduzil-o. Em Portugal, porém, em quasi todos os foraes antigos era permittido ao *pobrador* (povoador) ou colono, sair do seu paiz, e passar livremente ao serviço do senhor que bem lhe parecesse, sem incorrer na minima pena. Pelas nossas antigas *Ordenações*, e ainda mais terminantemente pelas *Manuelinas*, nenhum homem livre era obrigado a servir pessoa alguma contra sua vontade, além do rei, em caso de guerra; e até em muitas povoações havia o privilegio de só irem seus habitantes para a guerra, quando o rei fôsse em pessoa. Houve, porém, entre nós o *fôro da parada*, que consistia em terem os vassalos, emphyteutas ou colonos, e mesmo os parochos ruraes, e mosteiros (com respeito aos seus bispos), preparados e promptos certos mantimentos, ou dinheiro para elles, e aposentadoria, para os seus respectivos senhores (e bispos, tratando-se de mosteiros) e sua comitiva. Tambem a isto se dava o nome de *jantar*, *comedura*, *comedoria*, *collecta*, *colheita* e *vida*. Os frades e freiras tambem lhe chamavam, *visitação*, *procuração*, *censo*, *direito pontifical*, etc.

Parada de Baixo. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Vagos, distr. de Aveiro.

Parada e Barbudo. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 213 fog. e 847 hab. Está situada na margem direita do rio Homem, a 3 k. da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 700$000 réis de rendimento. A terra é muito fertil em todos os generos do nosso clima. Cria muito gado de toda a qualidade, e os seus montes são abundantes de caça grossa e miuda, e n'elles se cria muita cêra e mel. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Parada do Bispo. Pov. e freg. de Santo André, da prov. da Beira Alta, conc., com. e bisp. de Lamego, distr. de Vizeu; 55 fog. e 248 hab. Tem est. post., permutando malas com a R. A. D. Esta pov. dista 10 k. da séde do conc. A camara episcopal de Lamego apresentava o vigario, que tinha 80$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. é muito antiga. D. Sancho I a elevou á categoria de villa, e lhe deu foral em fevereiro de 1202. El-rei D. Diniz lhe confirmou este foral, em Coimbra, em 1299. Esta freguezia constituiu, só por si, um conc. independente, com camara, juizes, escrivães, etc., o qual foi supprimido depois de 1834, e annexado ao de Valdigem; sendo este egualmente supprimido, passaram ambas as freguezias a fazer parte do conc. de Lamego. Ainda conserva o seu antigo pelourinho, como padrão de memoria do tempo da sua autonômia. Parada do Bispo é uma pov. pequena, mas situada em bonita posição, a 1 k. da margem esquerda do rio Douro. O territorio é bastante fertil, e abundante de boas aguas, mas a sua principal producção é vinho e azeite. A quinta de Bagaúste, n'esta freg., é uma propriedade muito antiga, que teve principio n'um mosteiro de monges benedictinos, fundado no seculo VI ou VII, e que foi bastante rico, pois tinha diversas *bacca-*

larias, casacs ou juntas de bois, tanto n'esta freguezia, como na margem direita do Douro, chegando até Oliveira, Aciderme e Cidadelhe. Na margem esquerda comprehendia os territorios de *Temilôbos*, hoje *Foz* e *Ponte de Temilôbos*, segundo se vê d'um documento da sé de Lamego, de 1153. O mosteiro estava edificado no mesmo local onde existe hoje o palacete da quinta. Os monges abandonaram o convento em 715, fugindo ás atrocidades dos moiros, e parece que tornaram a vir aqui estabelecer-se porque em 970, segundo consta, era tudo, ou a maior parte, do que tinha sido dos monges, do *servo de Deus e confessor* Christovão, que fez doação a D. Primo, abbade de Lorvão. Em 973, D Munna, ou Munia, mãe de Christovão, confirmou esta doação, *pela alma de seu marido*, *D. Vermudo*, *e pela sua*. Em 1150, os monges de Lorvão deram o mosteiro de Bagaúste e todas as suas dependencias a D. Affo Henriques, recebendo em troca varias propriedades, no territorio de Salzêdas. D. Mendo, bispo de Lamego, com o consentimento do seu cabido e do arcebispo de Braga, D João, em 1202, 1164 annos da era christã, a rogo de D. Affonso Henriques (porque ao rei tinha feito este pedido, sua ama, D. Thereza, segunda mulher de D. Egas Moniz, fundadora do mosteiro de Salzêdas) cedeu todo o direito episcopal que tinha em Salzêdas, aos religiosos d'este mosteiro. O rei deu ao bispo, em satisfação d'isto, a egreja e couto de Bagaúste, que n'esse mesmo anno D. Affonso havia coutado, e a referida D. Thereza deu tambem ao bispo dois casaes que tinha em Villa de Rei; o que tudo consta d'uma carta, original, que existe no archivo capitular da sé de Lamego, da mesma era de 1202. *(Memoria chronologica dos prelados de Lamego*, pelo P. João Mendes da Fonseca). O facto de pertencerem aos bispos de Lamego, desde o principio da monarchia, a egreja e couto de Bagaúste, egreja que foi talvez a primeira matriz da freg. de Parada, se denominou esta freg. *Parada do Bispo*. D'este convento já nem memoria existe, mas é certo que occupava aproximadamente as casas da quinta, que em 1875 pertenciam á familia dos Vahias, porque reformando-se a casa nobre em 1845, ali se encontraram tres sepulturas com ossadas humanas; e tambem ali tinham apparecido mais sepulturas e ossadas em 1818, quando os donos da quinta transferiram a sua capella para o local onde hoje existe. Os bispos de Lamego diziam-se *abbades d'esta freguezia de Parada*, recebiam os dizimos, e apresentavam o parocho ou vigario, a quem pagavam um estipendio convencional, que variou com o decorrer do tempo. Desde epocas muito remotas até depois de 1834, costumava ir a camara de Parada, e depois a de Valdigem, com o prior de cruz alçada, á capella da quinta de Bagaúste com um clamor, a 6 de dezembro, dia do primeiro padroeiro da capella, S. Nicolau; paravam á entrada da quinta, pediam licença, davam 60 réis, e depois entravam, cantavam, resavam, e voltavam pelo mesmo caminho, para entrarem em egual dia no anno seguinte; aquelles 60 réis faziam parte obrigada da despeza da camara na tomada das contas pela provedoria. A egreja matriz é um templo pequeno, mas regular, muito decente, e bem sortido d'alfaias. Pouco abaixo da pov., e á direita da estrada que vae para Bagaúste, ha uma grande capella com a invocação de Santa Eufemia. E' um templo bastante espaçoso, feito no meado do seculo XIX, em substituição d'uma pequena e muito antiga capellinha da mesma santa, que ficou contigua á nova egreja, construindo-se do outro lado do edificio; e para regularidade do todo, outra capellinha egual, esta com a invocação de S. Macario, e aquella com a de Santo André. A junta de parochia da freguezia tem a seu cargo a fabrica d'estas capellas, recebe as offerendas dos devotos, e faz as obras e festividades. Parece que é n'esta egreja que está hoje estabelecida a freguezia. A pov. pertence á 2.ª div. mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Parada de Bouro. Pov. e freg. de S. Julião, da prov. do Minho, conc. e com. de Vieira, distr. e arceb. de Braga; 179 fog. e 644 hab. Tem escola do sexo fem. Fica distante 15 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Cávado, sobre o qual ha aqui uma ponte romana de tres arcos. O reitor da freg. dos Santos Cosme e Damião, de Ázere, apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. Era villa, feita por D. Sancho I, quando a coutou, e lhe deu foral, em fevereiro de 1202. Tinha juizes e justiças proprias do seu couto. D. Sancho I deu este couto á sua amante D. Maria Paes Ribeira a *Ribeirinha*, para ella, seus filhos e descendentes. Depois, por herança, foi abbadia dos condes de Unhão. O couto era composto de tres freguezias, que mais tarde formaram um concelho, que se supprimiu depois de 1834. A terra é muito fertil; cria muito gado e tem caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Parada de Cima. Pov. da freg. de S. Martinho, de Parada Thodéa, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Parada do Corgo. Pov. na freg. de S. Thiago, de Soutello de Aguiar, concelho de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real.

Parada de Cunhos Pov. e freg. de S. Christovão, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com. e distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 244 fog. e 1:054 hab. Tem escola do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 2 k. da séde do conc. Está situada na estrada de Villa Real a Santa Martha de Penaguião. A Casa do Infantado apresentava o reitor, que tinha 60$000 réis de rendimento e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Parada de Esther. Villa e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Castro Daire, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 304 fog. e 1:3?2 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post. e feira a 12 de cada mez. A villa dista 10 k da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Paiva. O real padroado apresentava o abbade, que tinha 350$000 réis de rendimento. El-rei D. Manuel lhe deu foral, com a categoria de villa, a 15 de dezembro de 1512. O seu antigo nome era *Parada Mean*, e é este o nome que lhe dá o foral. Mean é uma bonita pov., a uns 3 k. a O da egreja matriz. O seu territorio é sobremodo accidentado, mas tem alguns valles, que são muito ferteis, por passarem por elles varios ribeiros que os regam e fertilizam, pelo que é abundante em todos os generos agricolas do nosso clima. Cria muito gado, de toda a qualida

de, mel e cêra, e nos montes ha abundancia de caça grossa e miuda. A egreja parochial está situada n'uma elevação, d'onde se descobre grande parte da freg. E' antiga, d'uma só nave, mas bem construida, clara e bonita. O tecto é apainelado e ornado de pinturas, representando santos e diversas personagens biblicas. Tem bons paramentos. A villa pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Parada de Gatim. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 143 fog. e 614 habitantes. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada entre os rios Neiva e Cávado. A mitra apresentava o abbade, que tinha 350$000 réis de rendimento. E' terra fertil, cria muito gado, e tem caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Parada de Gerez. Pov. na freg. de S. Thomé, de Outeiro, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Parada de Gonta. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Tondella, distr. e bisp. de Vizeu; 155 fog. e 661 habitantes. Tem esc. do sexo fem., est. post., est. do caminho de ferro, na linha de Santa Comba Dão a Vizeu, entre as de Sabugosa e Farminhão; feira no 4.º domingo de cada mez. A pov. é muito antiga. Não se sabe com certeza a etymologia da palavra *Gonta*. Em documentos antigos vê se este nome escripto de diversos modos: *Parada de Côta*, *Parada de Couto* e *Parada de Gondola*. Por toda a parte, em torno da pov., se encontram vestigios de monumentos romanos, principalmente no sitio do *Crasto*, que fica uns 2 k. a E, na confluencia do rio d'Asnes, ou Ortigosa, com o Pavia, e onde a tradição diz ter existido um castello romano. Parada de Gonta é uma pov. nobre, rica e bonita, e desde seculos habitada por familias illustres, o que se prova pelos brazões d'armas que adornam as fachadas dos seus predios, alguns d'elles com oratorios ou capellas particulares. Foi n'esta aldeia que nasceu o fallecido estadista e mimoso poeta Thomaz Ribeiro. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Parada do Monte. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Minho, conc. e com. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 213 fog. e 804 hab. Dista 10 k. da séde do conc. e está situada na margem do rio Mouro. O reitor de S. Pedro, de Riba de Mouro, apresentava o vigario, que tinha de rendimento 130$000 réis. Ha n'esta freg. muito gado lanigero. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello ‖ Pov. da freg. de S. Martinho, de Britello, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Parada de Monteiros. Pov. e freg de S. Pedro, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e comarca de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 94 fog. e 352 hab. Tem est. post. e mercado ás 2.as e 5.as feiras A povoação dista 10 k. da séde do conc. O reitor de Pensalvos apresentava o vigario, que tinha réis 16$000 de congrua e o pé d'altar.

Parada de Pinhão. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Sabrosa, com. e distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 151 fog. e 598 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. A pov. dista 8 k. da séde do conc e está situada na margem direita do rio Pinhão. O reitor do S Nicolau apresentava o vigario, que tinha 100$000 réis e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, e foi villa. D. Affonso III deu-lhe foral, em agosto de 1256. E' pouco fertil em cereaes, mas tem bom vinho, gado e muita caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Parada e Silva Leitão (*José de*). Bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra, lente da Academia Polytechnica e do Instituto Industrial do Porto, membro do Conservatorio Real de Lisboa, socio da Associação Industrial Portuense, etc. N. em Sernache do Bomjardim em 9 de junho de 1809; fal. no Porto, a 14 d'abril de 1880. Era filho do capitão José da Silva Leitão, que tomou parte activa na Guerra Peninsular, e de sua mulher, D. Francisca Rita de Parada e Silva Leitão. Começou os estudos no Seminario das Missões em Sernache, e aos 8 annos foi para Lisboa, onde frequentou as aulas do convento de S. Vicente de Fóra, estudando humanidades. Aos 12 annos, em 1821, entrou para o Collegio Militar, então situado na Luz, e completando o curso aos 17 annos, em 1826, assentou praça em artilharia n.º 1 a 31 d'agosto d'esse anno, como aspirante a official. Em outubro seguinte matriculou-se em Mathematica na Universidade de Coimbra. As suas idéas liberaes, porém, não o deixaram seguir os estudos, por causa das agitações politicas, e em 1828 teve de emigrar para Hespanha, d'onde seguiu para a Belgica, e fez parte do deposito de emigrados em Ostende. Tendo noticia de que se iniciava o movimento revolucionario liberal em Hespanha, veiu de Ostende até Paris, a pé, apresentar-se ao general Saldanha e pedir-lhe para o recommendar ao *Comité* de Mina. Partindo para Bayona, onde estava este famoso general hespanhol, alistou-se no denominado batalhão sagrado, entrando em todas as acções. Anniquilada esta tentativa de revolução liberal, os emigrados conservaram-se ainda em Bayona; e chegando D. Pedro a França, foi Parada Leitão encarregado de redigir a representação que os seus companheiros no exilio resolveram dirigir ao monarcha, testemunhando-lhe a sua fé politica e a sua lealdade á causa da rainha D. Maria II. D'ali passando a Belle-Isle-en-Mer acompanhou D. Pedro até aos Açôres, ficando na ilha de S. Jorge a servir no posto de alferes, d'onde saiu para fazer parte do exercito dos 7:500 bravos que vieram desembarcar no Mindello em julho de 1832. Durante a campanha liberal, que seguiu até ao fim, fôram as suas aptidões apreciadas devidamente pelo general Saldanha, que o nomeou para commissões importantes. Terminada a guerra civil, foi o joven official continuar o curso de Mathematica na Universidade, concluindo a formatura em 1837, tendo recebido plenas approvações e dois partidos, um no segundo e outro no terceiro anno. Em seguida veiu matricular-se em Lisboa na Escola do Exercito, mas, tendo-o obrigado a ir ao Porto os movimentos politicos d'essa epoca, requereu, a convite dos lentes da Academia

Polytechnica, a qual se andava então organisando, o logar de lente da 8.ª cadeira (physica e mechanica industriaes), que estava ainda por provêr. A sua nomeação foi confirmada por decreto de 27 de novembro de 1837 e a carta regia de 31 de janeiro de 1838. Dedicando-se desde então ao magisterio, não deixou, no entretanto, de prestar concurso á causa liberal. Em 1846 alistou-se como verdadeiro democrata sob as bandeiras da Junta do Porto, consagrando todas as suas faculdades para que a revolução popular triumphasse. Na campanha d'esse anno e na do seguinte, desempenhou commissões importantes, sendo a de mais duração a de ajudante general, servindo de chefe de estado maior da divisão commandada pelo marquez de Sá da Bandeira Na acção de Valpaços, quando procurava fazer entrar na ordem alguns corpos rebeldes, foi feito prisioneiro e conduzido para o castello de Chaves, d'onde conseguiu evadir-se depois de muitas difficuldades, continuando em seguida ao serviço da Junta até ao fim da lucta. Tendo sido demittido do posto de capitão pelo partido opposto, foi de novo reintegrado n'elle, sem directa ou indirectamente o pedir, e em 1851 graduado em major sem se lhe dar a effectividade d'esse posto por ter seguido a bandeira da Junta. Por este motivo abandonou com desgosto a carreira militar, dedicando-se unica e exclusivamente ao magisterio. Como professor era considerado um dos mais distinctos do paiz pela vastidão e profundeza dos seus conhecimentos. Como membro do estabelecimento de instrucção a que pertencia, soube mostrar quanto era bem justificada a confiança que n'elle depositavam os seus collegas, pelo zelo com que defendeu esse estabelecimento, primeiro em 1854 quando uma voz, aliás autorisada, se levantou no parlamento pedindo a suppressão d'elle; e depois, em 1863, quando o Conselho Geral de Instrucção Publica, adoptando quasi na totalidade as idéas do projecto de 1854, feria profundamente a Academia. São dignas de lêr-se as duas representações do conselho academico n'essas duas epocas. A primeira é mais que uma simples representação: é como bem indica o seu titulo uma *Memoria sobre a instrucção publica superior no Porto, e nas provincias do norte*. Estes dois documentos são muito valiosos a consultar, para quem tiver um dia de escrever a historia da Academia. E não foi só redigindo estas representações, como tambem pelos seus escriptos na imprensa periodica, que elle salvou a causa da Academia. Os collegas confessaram-se muito reconhecidos, e em homenagem o nomearam para os representar na conferencia escolar official, que se realisou perante o governo em 1869. Quando falleceu o director da Academia, Joaquim Torquato Alvares Ribeiro, pediram lhe que annuisse a que o conselho academico o propuzesse director, o que recusou, assim como já havia recusado egual offerecimento por parte do governo da Junta. Foi um dos fundadores da Associação Industrial Portuense, associação particular, destinada a ministrar aos artistas, industriaes e operarios, os elementos das sciencias. Na escola d'esta associação regia a cadeira de Physica Foi d'esta associação que se originou a Escola Industrial do Porto, organisada por elle, a qual foi creada pelo decreto de 30 de dezembro de 1852. Parada Leitão foi nomeado, pelo decreto de 4 de agosto de 1853, lente da 4.ª cadeira e director interino, porém só lhe foi communicado officialmente este despacho em 5 do seguinte mez de setembro. Por decreto de 1 de dezembro do mesmo anno de 1853, foi approvado e mandado observar o *Regulamento provisorio para a Escola Industrial do Porto*. No dia 27 de março de 1854 effeituou se a inauguração da Escola na aula de Physica da Academia Polytechnica, e logo sem interrupção celebrou o conselho escolar a sua primeira sessão. A Escola installou-se por fim em parte do edificio da referida Academia Polytechnica, e é hoje o *Instituto Industrial e Commercial do Porto*. Foi sob a direcção de Parada Leitão que se fizeram no paiz as primeiras experiencias publicas sobre a telegraphia electrica, achando-se as estações estabelecidas na casa da Associação Industrial Portuense, e a outra na casa da Associação Commercial. Como jornalista fundou o *Industrial Portuense*, primeiro jornal d'esta indole que existiu em Portugal, e que teve entre os seus collaboradores nomes muito respeitaveis. Foi um dos redactores permanentes do *Jornal da Associação Industrial Portuense*; collaborou no *Instituto*, de Coimbra, no *Pirata*, no *Correio das damas*, e em outros jornaes litterarios e scientificos, bem como em alguns jornaes politicos, e nomeadamente na *Estrella do Norte*, de que foi redactor effectivo algum tempo, durante o governo da Junta do Porto; do *Nacional*, de que foi redactor principal, depois de pacificada a revolução do Minho. Parada Leitão era condecorado com a medalha n.º 7 das Campanhas da Liberdade, e foi espontaneamente agraciado por D. Pedro V com a commenda da ordem de Christo. Por proposta do visconde d'Almeida Garrett, foi nomeado membro do Conservatorio Real de Lisboa, e era socio de diversas associações no paiz e no estrangeiro. Escreveu: *Necrologio de Diogo Kopke*, Porto, 1844; tem no fim as letras iniciaes do seu nome; *O amor paternal*, poesia publicada no *Instituto*, de Coimbra, vol. I, pag. 39; *Representação dirigida a sua Majestade Fidelissima pelos cidadãos portuenses, lida e unanimemente approvada em assembléa popular celebrada nos paços municipaes da praça de D. Pedro, em 8 de novembro de 1863*, Porto, 1863.

Parada e Silva Leitão *(Luiz Augusto)*. Professor de desenho no Instituto Industrial de Lisboa. N. em Lisboa em 1810, e fal. a 3 de novembro de 1858. Era irmão mais novo do professor José da Silva Parada e Silva Leitão, a quem se refere o artigo antecedente. Estudou na antiga Aula Regia de desenho de figura e architectura civil. Escreveu: *Jardim Portuense*; *ensaio de um jornal popular de cultura, acclimatação, nomenclatura, vulgarisação e commercio das plantas, tanto economicas e industriaes, como de recreio e ornato*, Porto, 1844. Tambem collaborou n'alguns jornaes politicos do Porto e de Coimbra.

Parada Thodêa. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Paredes, distr. e bisp. do Porto; 143 fog. e 465 hab. Tem esc. do sexo masc. e uma fabrica de manteiga. Dista 7 k. da séde do conc. O reitor do collegio da Graça, de Coimbra, apresentava o cura, que tinha 11$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 18, com a séde no Porto.

Parada de Tibães. Pov. o freg. de S. Paio, da prov. do Minho., conc., com , distr. e arceb. de Braga; 71 fog e 357 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 4 k da séde do conc. e está situada a 2 k da margem esquerda do rio Cávado. O prior de S. Martinho de Dume apresentava o vigario, que tinha réis 30$000 e o pé d'altar. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga

Parada Velha. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Pinheiro, conc de Vieira, districto de Braga.

Paradança. Pov. e freg de S. Jorge, da prov. de Traz os-Montes, conc de Mondim de Basto, com e distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 67 fog. e 331 hab. Tem esc. do sexo feminino e est. post. A pov. dista 4 k. da séde do conc e está situada a 1 k. da margem esquerda do rio Tamega, na estrada de Villa Pouca de Aguiar a Amaranto. O D. abbade benedictino, do mosteiro de S. João do Ermo de Arnoia, apresentava o cura, que tinha 10$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil, tem muita caça, e cria muito gado. Pertence á 6.ª divisão mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. Por decreto de 26 de setembro de 1895 foi agrupada esta pov. ao conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga, e ao mesmo annexada por decreto de 26 de junho de 1896, que supprimiu o de Mondim de Basto, mas voltou a este, por ter sido restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898.

Paradanta. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de S. Vicente da Beira, conc. e distr de Castello Branco.

Paradelhas. Pov. na freg de Santa Marinha, de Padornello, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Paradella. Pov. e freg. de N. S.ª do Loreto, da prov. do Douro, conc. de Sever do Vouga, com. de Agueda, distr. de Aveiro, bisp. de Vizeu; 91 fog. e 316 hab. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada entre a serra das Talhadas e o rio Vouga, na estrada de Sever do Vouga a S. João do Monte, a 1 k. da margem esquerda do rio Vouga. O abbade de Pecegueiro do Vouga apresentava o cura, que tinha 6$000 rs. de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil; cria gado e tem caça. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. Tendo sido annexada ao conc. de Albergaria-a-Velha por decreto de 21 de novembro de 1895, que supprimiu o de Sever do Vouga, voltou a este, por ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898 || Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 83 fog. e 346 hab. Tem est. post. e dista 9 k. da séde do conc. Está situada a 4 k. da estrada real de Barcellos a Villa do Condo, e a 6 do rio Cávado. O reitor de Chorente apresentava o vigario, que tinha 60$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil, cria gado e tem caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. de Traz os-Montes, conc e com. de Miranda do Douro, distr. e bisp. de Bragança; 81 fog. e 325 hab. Tem minas de estanho registadas pelo engenheiro inglez Alexandre Hill. O abbade de S. Genesio apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 10, com a séde em Mirandella. Esta freg. está annexa á de Iffanes, do mesmo conc. || Pov. o freg. de S. Sebastião, da prov. do Douro, conc. e com. de Pennacova, distr. e bisp de Coimbra; 143 fog. e 512 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada em terreno montanhoso, a 1 k. da margem direita do rio Alva, e a 2 da estrada real de Poiares a Celorico da Beira. O vigario de S. Pedro, de Farinha Pôdre, apresentava o cura, que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23 com a séde em Coimbra. Paradella pertencia ao conc. de Arganil, e foi annexada ao de Taboa por decreto de 7 de setembro de 1895, e depois ao de Penacova pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. || Povoação e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança; 104 fog. e 455 hab. Tem esc. do sexo masc. e dista 4 k. da séde do conc. Está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Sabor. O prior do Mogadouro apresentava o vigario, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. de Traz-os-Montes, concelho e comarca de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 83 fog. e 65 hab. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada a 8 k. da margem esquerda do rio Tamega. O reitor da Castanheira apresentava o cura, que tinha 60$000 réis de rendimento. A terra é pouco fertil. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. Esta freg. está annexada á de Mairos, do mesmo conc. || Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Traz-os Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 86 fog. e 389 hab. Tem est. post. e está reunida á freg. de Santo André, de Fiães do Rio. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, nas proximidades da margem esquerda do rio Cávado, na estrada de Montalegre a Ruivães. O reitor de Santa Maria de Viade apresentava o vigario, que tinha 60$000 réis de rendimento. Esta freg. compõe-se de duas povoações: Paradella, séde da parochia, e Ponteira, que foi a primeira séde. O seu solo, formando um pequeno valle, é abundante d'aguas, e produz centeio, batatas, muito milho, feijão e aboboras. Ponteira, por ficar mais elevada, é muito pouco fertil Paradella pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Pov. e freg. do Espirito Santo, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Tabuaço, distr. e bisp. de Vizeu; 98 fog. e 373 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, junto ao rio Tavora. O reitor de Sendim apresentava o cura, que tinha 40$000 réis de congrua e o pé d'altar. Foi pov. importante, cabeça de couto, o muito antiga. D. Affonso III deu lhe foral, em Pinhel, a 3 de outubro de 1256. A egreja matriz é muito antiga e sumptuosa. Nos limites

d'esta freg., e na margem esquerda do rio Tavora, 3 k. abaixo dos celebres *castellos dos Cabris*, existem as ruinas do antigo mosteiro de frades bernardos, denominado *S. Pedro de Tavora*, hoje chamado *S. Pedro Velho*. Segundo a tradição começou por uma mesquista de moiros, que foi purificada e benzida para o culto catholico. E' um logar pittoresco e solitario, na base d'um grande rochedo, e encostado a uma das suas faces perpendiculares, de grande altura. Consta que depois de benzida a mesquita, foi seu primeiro ermitão um monge chamado Gelazio, que depois veiu a ser 1.º abbade do convento de Tavora, que se fundára aqui, e que foi primeiro de monges benedictinos, passando depois a convento de bernardos. Em 10?5 o mosteiro foi mudado para o sitio actual, a villa de Tavora, e ficou-se chamando desde então mosteiro de *S. Pedro das Aguias*, o que foi confirmado pelo conde D. Henrique e sua mulher, em 1101. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Alhariz, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real. || S. Miguel, de Aves, concelho de Santo Thirso, districto do Porto. || S. Miguel, de Bairros, conc. de Castello de Paiva, districto de Aveiro. || S. Martinho, de Bougado, conc de Santo Thirso, distr. do Porto. || N. S.ª d'Assumpção, de Espinhel, conc. de Agueda, distr. Aveiro. || O Salvador, de Fervença, concelho de Celorico de Basto, distr. de Braga || S. João Baptista, do Longos Valles, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello || N. S.ª da Expectação, de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Loureda, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S Pedro, de Loureiro, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || N. S.ª d'Assumpção, de Mascarenhas, conc de Miraudella, distr. de Bragança. || S. Miguel de Mato, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santo Adrião, de Padim da Graça, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago, de Penso, conc. de Melgaço, distr. do Vianna do Castello. || S. Lourenço, de Pombal, concelho de Carrazeda de Anciães, distr. de Bragança. || S. Paio, de Segude, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Espectação, de Valladares, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Valle, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de Villa Chã, concelho da Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Villarinho, concelho de Santo Thirso, distr. do Porto. || Ribeiro na prov. do Minho, na freg. de Santa Izabel, do Monte, conc. de Terras de Bouro. No sitio de *Pontido* junta se ao rio de *N. S.ª da Abbadia*, que nasce na mesma freg. de Santa Izabel, do Monte, e descendo apertado entre alcantilados rochedos, e depois de atravessar a freg. de Bouro, vae desaguar no rio Cávado. E' atravessado por duas pontes de cantaria, de um só arco proxima uma da outra, que ficam ao SE da egreja de N. S.ª da Abbadia, e dão passagem para as capellas de S. Miguel e as dos Passos de Christo, para a *Ponte de S. Bento da Porta Aberta*, e para a *Ponte da Senhora* (da Abbadia). Em novembro de 18?8 uma grande cheia arruinou estas duas pontes, mas fôram reedificadas pouco tempo depois. || Ribeira que nasce na freg. de Maircos e entra no rio Tamega, a 5 k. a montante de Chaves, com cêrca de 15 k. de curso.

Paradella da Aldeia. Pov. na freg. de Santa Maria, do Louredo, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

Paradella de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Paradella de Enxerigo. Pov. na freguezia de Santa Marinha, de Valdozende, conc. de Terras do Bouro, distr. de Braga.

Paradella de Frades. Pov. na freg. de Santa Maria, de Bouro, conc. de Amares, districto de Braga.

Paradella de Guiães. Pov. e freg. de Santa Comba, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Sabrosa, com. e distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 140 fog. e 470 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post., permutando malas com Sabrosa. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Sabrosa ao Peso da Regoa. O vigario de Guiães apresentava o cura, que tinha ?0$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil; tem bom vinho de exportação. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13 com a séde em Villa Real.

Paradella do Monte. Pov. na freg. de Santa Maria, de Louredo, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

Paradella da Ribeira. Pov. na freg. de Santa Maria, de Louredo, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

Paradella Veiga. Pov. na freg. de S. Pedro de Agostem conc. de Chaves, districto de Villa Real.

Paradellas Pov. da freg. de S João Baptista, de Pelmá, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Paradellinha. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Santa Valha, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real || Villarinho de S. Romão, conc. de Sabrosa, do mesmo districto.

Paradinha. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Alta, conc. e comarca de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 98 fog. e 348 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. A pov. dista 2 k. da séde do conc. O reitor de Moimenta da Beira apresentava o cura, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Povoações nas freguezias: Santa Cruz, de Alvarenga, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || N. S.ª das Neves, de S. Salvador, conc. e distr. de Vizeu.

Paradinha de Besteiros. Pov. na freg. de Santo André, de Moraes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança. O orago d'esta pov. é S. Bartholomeu.

Paradinha Nova. Pov. e freg. do S. Miguel, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 88 fog. e 379 hab. Dista 19 k. da séde do conc. e está situada, proximo da margem direita do rio Sabor. O reitor da freg. de Izêda apresentava o cura, que tinha 7$500 réis e o pé d'altar. Está annexada civilmente á freg. de S. Thiago de Coelhoso. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 10, com a séde em Miraudella.

Paradinha do Outeiro (*Antonio José de Mi-*

randa, 1.º visconde de). Bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra, par do reino, governador civil de Bragança, etc. N. em Castellões, concelho de Macedo de Cavalleiros, a 21 de março de 1812, sendo filho de Manuel Gonçalves de Miranda, que foi deputado, ministro da guerra etc. (V. *Portugal*, vol. IV, pag. 1133), e de sua mulher, D. Joanna Maria Rosa Pereira de Sousa. Militou como voluntario liberal na guerra civil entre D. Pedro e D. Miguel, até á batalha d'Asseiceira, em maio de 1834, onde o seu esquadrão, 2.º do regimento de cavallaria n.º 6, aprisionou o regimento de infantaria n.º 16 e um batalhão de infantaria n.º 12, com tres bandeiras, pelo que foi condecorado com a medalha da Torre e Espada, bem como outras muitas praças do referido esquadrão. Terminada a guerra, deixou o serviço militar. Cursando então a Universidade de Coimbra, formou-se em Mathematica, tendo feito um curso distincto, em que obteve premio no 3.º anno. Foi par do reino por successão a seu pae, tomando posse na respectiva camara na sessão de 28 de junho de 1843. Quando se deu a revolução da *Maria da Fonte*, em 1846, organisando-se em Bragança uma junta governativa em favor do partido do conde de Thomar, foi presidente d'essa junta, e com os maiores sacrificios conservou o districto de Bragança em obediencia ao governo de Lisboa, prestando relevantes serviços á rainha D. Maria II, pelo que foi agraciado com o titulo de visconde, por decreto de 3 de maio de 1848. No anno de 1847 teve a nomeação de governador civil do districto de Bragança, e em 1851, vendo o seu partido, *cartista* ou *cabralista*, sem representação nas camaras nem na imprensa, e por assim dizer *morto*, abandonou a politica e não voltou á camara, e recolheu-se á sua casa de Castellões, onde tem residido no estado de solteiro e sem descendencia.

Paradinha do Outeiro. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. de Traz-os Montes, que está ha muitos annos reunida á freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Outeiro. Um dos beneficiados da sé de Bragança apresentava o cura, que tinha 8$000 réis e o pé d'altar.

Paradinha Velha. Pov. na freg. de S. Miguel, de Paradinha Nova, conc. e distr. de Bragança.

Paradortia. Pov. na freg. de S. Julião, de Badim, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Paraduça. Povoações nas freguezias: S. Simão, de Arões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Natividade, de Calde, conc. e distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Leomil, conc. de Moimenta da Beira, do mesmo districto.

Parafita. Pov na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Veade, conc de Montalegre, distr. de Villa Real.

Paraimo. Pov. na freg. de S. Vicente, de Sangalhos, concelho de Anadia, districto de Aveiro.

Paraizal. Pov. na freguezia de S. Pedro, de Castello Mendo, concelho de Almeida, distr. da Guarda.

Paraizo (*D. Albertina de Sousa*). Escriptora e poetisa contemporanea. N. no Porto em janeiro de 1864. Revelou desde muito nova grandes tendencias litterarias, afastando-se dos lavores femininos e procurando com afan o convivio das letras. Depois d'um aturado estudo de linguas, especialmente da lingua franceza, e coagida por necessidades de vida começou a leccionar portuguez, francez e desenho, tendo demonstrado bastante aptidão artistica em algumas tentativas de quadros a pastel e pinturas a oleo. Datam d'essa epoca as suas primeiras poesias publicadas em alguns jornaes do Porto e de Lisboa A esta phase primordial seguiu-se uma outra de maior actividade, quando da publicação do *Almanach das Senhoras*, repositorio curioso, onde se condensaram os originaes dos escriptores portuguezes em evidencia. Obrigada mais tarde a abandonar a sua direcção, deixou a collaboração dos jornaes para se dedicar exclusivamente á factura d'um livro de versos, *Rosas e Musgos*, que a imprensa muito apreciou.

Paraizo. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 172 fog. e 727 hab. Tem correio com serviço de posta rural, e a feira annual de Santa Eufemia, nos dias 14, 15 e 16 de setembro. Dista 5 k da séde do conc. e está situada n'um monte, a 4 k. da margem esquerda do rio Douro. O papa e a mitra apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 400$000 rs. de rendimento annual. A terra é fertil, porém muito accidentada, e da serra dos Navalhos, a maior da freguezia, goza-se um vasto e formoso panorama. Atravessa esta freg., de SE a NO, e na extensão de uns 4 k., uma poderosa zona de carvão fossil (antracite) que, principiando no ribeiro das Avelleiras, junto ao logar do Seixo, termina no ribeiro do Fôjo (ou de Fulgoso) continuando ahi pela freg. da Raiva até ao rio Arda, e seguindo, sem solução de continuidade, pela freg. de Pédorido, até terminar na margem esquerda do rio Douro, em terreno da quinta de Germunde, no fim d'esta freg. O carvão passa encaixilhado em schisto carbonifero, por terreno siluriano, tendo o *lastro* e *telhado* uma posição obliqua. Por uma larga extensão de territorio das immediações, ha minas de cobre, ferro, enxôfre, pyrites de ferro, varios sulphuretos, arsenico, etc. A cousa de 6 k. a E, ha uma mina de plombagina (graphites). O engenheiro de minas Carlos Ribeiro visitou estes terrenos no meado do seculo passado, e publicou um folheto sobre a formação das suas camadas e sobre mineralogia. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto. || Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 36 fog. e 180 hab. Está situada na margem esquerda do rio Ave, a 1 k. da estrada real de V. N. de Famalicão a Guimarães, e a 6 da séde do conc. O cabido da collegiada de N. S.ª da Oliveira, de Guimarães, apresentava o cura, que tinha réis 40$000 e o pé d'altar. Pertence a pov á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Airães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Bartholomeu, de Bensafrim, conc. de Lagos, distr. de Faro. || Santa Leocadia, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Martinho, de Cocujães, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Delães, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de

Braga. || Ilha da Madeira; N. S.ª da Conceição e conc. de Machico, distr. do Funchal. || S. Bartholomeu, de Pexão, conc. de Olhão, distr. de Faro. || S. Pedro, de Sébal Grande, conc. de Condeixa-a Nova, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. de Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Sitio muito visinho de Condeixa-a Nova, onde está installada uma officina de preparação pyrotechnica.

Paralbeira. Pov. na freg. de S. Thiago, de Amorim, conc. de Povoa de Varzim, districto do Porto.

Paralonga. Pov. na freguezia de S. Martinho dos Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Paralva. Pov. na freguezia de Santo André, de Cella, concelho de Alcobaça, districto de Leiria.

Parambos. Pov. e freg. de S. Bartholomeu, prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Carrazeda de Anciães, distr. e bisp. de Bragança; 175 fog. e 700 hab. Tem est. post. A pov. dista 5 k. da séde do conc e está situada a pequena distancia da margem esquerda do rio Tua. O reitor de S. Miguel, de Linhares, apresentava o vigario, que tinha 8$600 réis e o pé d'altar. A terra é fertil; tem caça e cria muito gado. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 10, com a séde em Mirandella.

Parameira. Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Fermedo, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Paramio. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 166 fog. e 821 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post A pov. dista 18 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem direita do rio Baceiro. A Casa de Bragança apresentava o reitor, que tinha réis 130$000 de rendimento. E' terra fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Paramó. Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Fermedo, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. Está situada n'um alto, d'onde se avista o feracissimo valle de Fermedo.

Paramos. Pov. e freg. de Santo Thirso, da prov. do Douro, conc. e com. da Feira, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 288 fog. e 1:469 hab. Tem uma fabrica de conservas, e apeadeiro no caminho de ferro, na linha de Porto a Aveiro, entre a est. de Esmoriz e o apeadeiro de Sisto. Está situada proximo de Esmoriz, a 10 k. da séde do conc. O real padroado apresentava o reitor, que tinha 120$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas, muito abundante de peixe do mar e da ria de Aveiro. Cria muito gado bovino, que exporta para Inglaterra. Pertence á 5.ª div. mil. e distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

Paranhão. Pov na freguezia de S Thiago, de Penso, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello

Paranho. Logar, povo, quinta, casal ou herdade que tinha os privilegios de *honra*, por n'elle se haver criado, aos peitos d'alguma mulher casada, o filho legitimo d'um rico homem, ou fidalgo honrado. Era este um dos grandes abusos que os fidalgos commettiam, e que se oppunham aos interesses do Estado. Se um lavrador queria libertar o seu casal ou herdade, não tinham mais do que pedir a um fidalgo, senhor da honra mais visinha, lhe désse um filho a criar á mulher, em casa d'esta, e por ser ama d'esta creança, o fidalgo amparava este casal e o *honrava* e a toda a povoação, que ficava tendo o privilegio de *amadigo*, isto é, isento de tributos e imposições. Estes paranhos ou amadigos fôram deitados em devassa, e por fim abolidos em 1290 por el-rei D. Diniz. V. *Amadigo*, no *Portugal*, vol. I, pag. 409.

Paranho. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Amorim, conc. de Povoa de Varzim, distr do Porto. || Espirito Santo, de Arca, concelho de Oliveira de Frades, distr de Vizeu. || S. Martinho de Bougado, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Miguel, de Caparrosa, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Terroso, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || S. Miguel, do Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Paranhos *(Sebastião Maria de Gouveia, 1.º barão de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real e proprietario. N. a 29 de outubro de 1837, sendo filho do conselheiro Sebastião Manuel de Gouveia, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, antigo magistrado, e de sua mulher, D. Maria Angelina da Cunha Bandeira de Neiva. O titulo de barão de Paranhos foi concedido pelo decreto de 21 de junho de 1869. O illustre titular casou a 26 de julho de 1867 com D. Maria Benedicta de Castro Mello Soares de Albergaria, filha do dr. Luiz de Mello Tocho Soares d'Albergaria e Castro, e de sua mulher D. Francisca Emilia da Cunha Pereira Bandeira de Neiva. Pelo alvará de 26 de setembro de 1700 fôra concedido aos antepassados d'esta familia o seguinte brazão d'armas: Escudo partido em pala: na primeira as armas dos Figueiredos: Em campo vermelho cinco folhas de figueira verdes em aspa, perfiladas de ouro; na segunda as dos Gouveias: escudo partido em pala: na primeira seis bezantes de prata; na segunda, em campo de prata seis arruelas de azul em duas palas.

Paranhos. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. do Ceia, distr. e bisp. da Guarda; 601 fog. e 2:451 habitantes. Tem escolas para ambos os sexos, est. post., fabrica de lanificios, medicos, pharmacia, diversos estabelecimentos, etc. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada a 6 k. da margem esquerda do rio Mondego, na estrada de Ceia a Nellas. Paranhos é uma das maiores freguezias da serra da Estrella A terra é fertil e o clima aspero mas saudavel. Cria muito gado, sobretudo cabras e ovelhas, e é muito abundante de caça grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. e freg. de S. Verissimo, da prov. do Douro, do 1.º bairro do Porto (Oriental); 3:001 fog. e 14:000 hab. E' uma das mais importantes e populosas freguezias dos suburbios d'aquella cidade; fica situada n'uma elevada posição, d'onde se desfructam bellos e extensos pontos de vista. O cabido da sé do Porto apresentava o reitor, que tinha 140$000 réis e o pé d'altar. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz, e cria muito gado bovino, que exporta para Inglaterra. No districto d'esta freg. ha muitas

quintas pittorescas e agradaveis, bellas casas de habitação. Pelo decreto de 13 de janeiro de 1898 ficou pertencendo a esta freg. o logar de Asperella e parte da rua do Ameal, desannexados da freg. de S. Mamede, de Infesta, conc. de Bouças. || Pov. e freg de S. Lourenço, da prov. do Minho, conc. e com. de Amares, distr. e arceb. de Braga; 47 fog. e 208 hab. Dista 5 k. da séde do conc. e está situada a 3 k. da margem esquerda do rio Homem, em terreno montanhoso, na vertente septentrional do monte de S. Pedro Fins. O reitor de S. João, de Couceiro, apresentava o vigario, quo tinha 30$000 réis e o pé d'altar. E' a freg. mais agreste de todo o concelho. Produz fructos, mas pouco vinho. Cria gado miudo, nos seus montes ha caça grossa e miuda, e é abundante de lenhas e mattos. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Paranhos de Baixo. Pov. na freguezia de S. Martinho, de Paranhos, conc. de Ceia, distr. da Guarda. Tem est. post. permutando malas com Ceia.

Paranhos de Cima. Povoações nas freguezias: S. Lourenço, de Paranhos, conc. de Amares, distr. de Braga || S. Martinho, de Paranhos, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Parapala. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Constance, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Parapato. Pov. da prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Paraty (*D. João Ignacio Francisco de Paula de Noronha, 2.º conde de*). Official-mór honorario da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, gran-cruz da de Izabel a Catholica, de Hespanha, par do reino, governador civil de Lisboa, alferes do extincto batalhão de Voluntarios do Commercio, proprietario, etc. N. a 31 de julho de 1820, fal. a 22 de abril de 1884. Era filho do 1.º conde de Paraty, D. Miguel Antonio de Noronha, e de sua mulher D Francisca Quintina de Menezes. Foi par do reino, por successão, de que tomou posse na respectiva camara a 7 de fevereiro de 1850. Era um homem de energia moral tão assignalada, que não havia contrariedade que o desviasse do fim a que se propunha, nem dissabores que o fizessem arrepender do fim humanitario, que foi constantemente o fim das suas ambições. No anno de 1857, quando a terrivel epidemia da febre amarella assolou Lisboa, o conde de Paraty organisou uma commissão de soccorros de que foi presidente; sem recear a morte, nem o contagio do terrivel mal, entrava no albergue do indigente, distribuindo soccorros e dinheiro, e na casa dos abastados, confortando os doentes, dando lhes coragem com as suas palavras animadoras, a supportarem os seus soffrimentos. Em 1859 foi nomeado governador civil de Lisboa, sendo presidente do ministerio o duque da Terceira. Além das honras já mencionadas, possuia tambem muitos titulos nobiliarios. Casou a 6 de março de 1842 com D. Francisca da Cruz Lacé Pedrosa, filha do conselheiro Antonio José Pedrosa, fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Christo, e de sua mulher, D. Joanna da Cruz Lacé. O titulo de conde foi renovado por decreto de 4 de fevereiro de 1824, ainda em vida de seu pae.

Paraty (*D. Miguel Aleixo Antonio do Carmo de Noronha, 3.º conde de*). Official mór da Casa Real, ministro plenipotenciario em Vienna d'Austria, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, par do reino, etc. N. a 17 de julho de 1850, sendo filho do 2.º conde do mesmo titulo (V. *o artigo antecedente*), e de sua mulher, D. Francisca da Cruz Lacé Pedrosa. Começou a sua carreira official em 1881, na qualidade de addido á legação de Portugal, no Rio de Janeiro; sendo promovido em 1885 ao grau de segundo secretario de legação, foi nomeado para servir na embaixada portugueza junto da Santa Sé. No anno seguinte, 1886, passou a 1.º secretario, na legação brazileira, voltando a Roma no anno seguinte. No periodo decorrido de 1887 a 1892, serviu algum tempo, com distincção em Berlim como secretario, até ser transferido para Madrid, como encarregado de negocios. A seu pedido passou á disponibilidade em 1893, e em 31 de janeiro de 1894 regressou ao serviço publico, indo occupar o logar de encarregado de negocios no Brazil, na occasião melindrosa em que se dera o incidente com o sr. conselheiro Augusto de Castilho, e ficando por esse motivo cortadas as relações diplomaticas entre Portugal e aquella Republica, regressou á patria, a 6 de junho do referido anno de 1894. Foi então collocado no gabinete do ministro dos negocios estrangeiros, servindo n'esta secretaria até ser escolhido para representante de Portugal em Vienna d'Austria, como enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, cargo que ainda exerce. O sr. conde de Paraty é par do reino, por successão, tendo tomado assento na respectiva camara na sessão de 8 de junho de 1885. Possue numerosas condecorações tanto nacionaes como estrangeiras. O titulo foi renovado, por decreto do 15 de abril de 1886. E' casado com a sr.ª D. Julia Braamcamp de Sousa Botelho, filha dos 2.ºs condes de Villa Real, D. Fernando de Sousa Botelho Mourão e Vasconcellos, e D. Julia Braamcamp d'Almeida Castello Branco.

Paraty (*D. Miguel Antonio de Noronha Abranches Castello Branco, 1.º conde de*) Gentil homem da camara de D. João VI, gran-cruz da ordem da Torre e Espada, commendador das de Nossa Senhora da Conceição e S. Bento de Aviz, par do reino, eleito em 30 de abril de 1826, coronel de cavallaria, conselheiro da Fazenda e deputado da Junta do Tabaco, etc. N. a 24 de outubro de 1784, fal. a 24 de julho do 1849. Era filho dos 6.ºs condes de Valladares, D. José Luiz de Menezes Castello Branco Abranches e D. Luiza Josepha Maria Rita Antonia Fausta de Noronha. O titulo de conde de Paraty foi concedido por decreto de 4 de dezembro de 1813. Casou em 13 de janeiro de 1818 com D. Francisca Quintina de Menezes, dama da rainha D. Maria I, o da ordem de Santa Izabel, 3.ª filha dos 1.ºs marquezes de Vallada, D Francisco de Menezes da Silveira e Castro e D Anna Thereza d'Almeida. O seu brazão d'armas é um escudo com as armas dos Valladares: Escudo esquartelado; no primeiro quartel em campo azul um leão de prata armado de vermelho; o segundo xadrezado de prata e vermelho de seis peças em faxa e outras tantas em pala, e assim os contrarios.

Paraty. Cidade do Brazil na prov. do Rio de Janeiro, situada na margem occidental da bahia

de Angra dos Reis. As terras onde ella se levanta pertenciam aos indios goyanuas, mas no principio do seculo XVII fundou-se ali uma povoação em torno da egreja de N. S.ª dos Remedios, povoação que em 1660 foi elevada á categoria de villa. No principio do seculo XVIII fundaram-se ali dois fortes, e quando se creou a provincia de S. Paulo e Rio de Janeiro, disputaram entre si quem havia de ficar com a villa, até que D. João V resolveu o pleito em favor do Rio de Janeiro.

Parçarias. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Freixianda, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Parceiro. Na nossa antiga legislação, dava-se este nome, tanto ao que dava, como ao que recebia, alguma herdade, de meias, a terço, quarto, etc. Morrendo algum d'estes parceiros, não tinha o sobrevivente, nem os herdeiros do defunto, obrigação de manter o contrato de *parceria*, excepto se a propriedade estivesse já lavrada e a vinha podada; porque então ainda valia o contrato, por aquelle anno. Quando, porém, o contrato era por 10 ou mais annos, valia mesmo depois da morte dos contratantes, pois já era julgado emphyteutico (*Codigo Affonsino*, liv. 4.º, tit. 96).

Parceiros. Pov. e freg. de N. S.ª do Rosario, da prov. da Extremadura, conc., comarca e distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 169 fog. e 723 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie, na estrada de Leiria a Pederneira. O povo apresentava o cura, que tinha 110 alqueires de trigo, e uma pipa de vinho. Esta freg. formava parte da de S. Pedro, de Leiria, até ao anno de 1713, pouco mais ou menos. Não se sabe quando se tornou independente, mas os papeis do seu archivo indicam que foi em 1718. Na pov. de Parceiros havia uma ermida dedicada a N. S.ª do Rosario; ignora-se quando se edificou, mas sabe-se que já existia em 1669, calculando-se que teria então 20 annos. A egreja matriz é bonita, alegre e bem proporcionada. A capella-mór é de abobada e toda lageada, e as suas paredes estão revestidas de bonitos azulejos. No corpo da egreja tambem as paredes tem azulejos, até 2 m de altura, formando um rodapé. Parece que a antiga ermida da Senhora do Rosario é a actual capella-mór, e que a egreja se construiu em 1719, por ter esta data gravada na verga da porta principal. Além do altar-mór ha mais dois lateraes. A distancia de uns 30 m. da casa da residencia do parocho, para o SO, está n'uma encruzilhada de caminhos, uma cruz de pedra branca, de 2 m. d'altura, sobre um pedestal de alvenaria. Não se sabe quando aqui foi collocada, mas parece ser quando se edificou a egreja. Junto a esta cruz se reza o primeito respouso por alma dos fallecidos que vão ser enterrados. Parceiros pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria. || Pov. na freg. de Santo Ildefonso, de Montargil, conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre.

Parceiros da Egreja. Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Torres Novas, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 280 fog. e 1:135 hab. Tem est. e esc. do sexo masc. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada proximo da estrada de Torres Novas a Santarem. O povo apresentava o cura, que tinha 60 alqueires de trigo, 9$000 réis em dinheiro e o pé d'altar. A terra é fertil, e tem muito bom vinho. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa. Nos ultimos annos foi esta freg. annexada á de N. S.ª da Graça, de Bugalhos, do mesmo concelho.

Parceiros de S. João. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Parceiros da Egreja, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Parchanas (*Herdade das*). Na freg. de S. Romão de Sádão, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Pardaes. Pov. da freg. de Santa Catharina, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Villa Viçosa, distr. e arceb. de Evora; 141 fog. e 569 hab. Tem escolas d'ambos os sexos. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades da margem direita da ribeira de Pardaes, a 12 k. da margem direita do rio Guadiana. A mitra apresentava o cura, que tinha 200 alqueires de trigo e o pé d'altar. E' terra fertil, principalmente em cereaes. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. Esta freg. está annexada civilmente á de Sant'Anna, de Bencatel, do mesmo conc. || Ribeira do distr. de Evora. N. na freg. de Pardaes, a SE de Villa Viçosa, corre a SE, passa a 3 k. de Alandroal, e entra no rio Guadiana com 20 k. de curso.

Pardainha. Pov. na freg. de S. Mamede, de Cauiçada, concelho de Vieira, districto de Braga.

Pardau. Moeda da India, do valor entre 220 e 1250 réis.

Pardeiros. Pov. na freg. de S. Salvador, de Covão do Lobo, conc. de Vagos, distr. de Aveiro.

Pardejo. Pov. da freg. de Santo André, de Guilhadezes, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Pardelhas. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 56 fog. e 227 hab. Dista 15 k. da séde do conc. e está situada na serra do Marão, nas proximidades da margem esquerda do rio Ollo. O abbade de Ermêllo apresentava o vigario, que tinha apenas o pé d'altar. A terra é pobre e pouco fertil. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. Pardelhas tendo sido, por decreto de 26 de setembro de 1895, agrupada ao conc. de Celorico de Basto, districto de Braga, e ao mesmo tempo annexada por decreto de 26 de junho de 1896, que supprimiu o de Mondim de Basto, voltou a este, que foi restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. || Pov. na freg. de Santa Maria, da Murtosa, conc. de Estarreja, districto de Aveiro. Publicou-se aqui, em agosto de 1905, o jornal *O Povo da Murtosa*. || Povoações nas freguezas: N. S.ª d'Assumpção, de Barrô, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Brito, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Eulalia e conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Thiago, de Figueiró, concelho de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || O Salvador, de Freixo de Baixo, conc. de Amarante, do mesmo distr. || S. Thiago, de Soppo, conc. de V. N. da

Cerveira, distr. de Vianna do Castello. ‖ Antiga freg. de N. S.ª do Pranto, do conc. de Chaves, distr. de Villa Real, que foi supprimida no meado do seculo XVIII, e está reunida á de S. Miguel, de Nogueira da Montanha, do mesmo concelho e districto.

Pardieira. Pov. na freg. de S. Julião, de Covellos, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Pardieirinhos. Pov. na freg. de S. Francisco da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Pardieiro. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Avellãs de Cima, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. ‖ S. Marcos, de Calhandriz, conc. de Villa Franca de Xira, districto de Lisboa. ‖ S. Martinho, de Gandara, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. ‖ S. Miguel, de Souto, conc. da Feira, do mesmo distr. ‖ O Salvador, de Souto, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. ‖ Santa Clara-a-Nova, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Pardieiros. Povoações nas freguezias: S. Romão, de Alferce, conc. de Monchique, distr. de Faro ‖ N. S.ª da Graça, de Almagreira, conc. de Pombal, distr. de Leiria. ‖ S. João Baptista, de Beijoz, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu. ‖ Santa Cecilia, de Bemfeita, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. ‖ S. Thiago de Carralcova, conc. de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello. ‖ Santa Marinha, de Ferral, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. ‖ S Pedro, de Freitas, conc. de Fafe, distr. de Braga. ‖ Santa Maria, de Jazente, conc. de Amarante, distr. do Porto. ‖ O Salvador, de Real, do mesmo concelho e distr. ‖ S. Pedro, de Serzedelle, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Pardieiros Cimeiros e Pardieiros Fundeiros. Duas povoações na freg. de S. Sebastião, de Espinhal, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Pardiella Ribeira do distr. de Evora. Nasce nas proximidades de Evora Monte, corre ao S e entra na ribeira Degebe com 30 k. de curso.

Pardiellas. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, districto de Santarem.

Pardilhó. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Estarreja, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 964 fog. e 3:915 hab Tem escolas d'ambos os sexos, pharmacia, correio com serviço de posta rural. Publica-se um jornal *Concelho de Estarreja*. Está situada a pov. a 2 k. do braço N da ria de Aveiro, e a 7 da séde do conc. O reitor de Avanca apresentava o cura, que tinha 10$000 réis de congrua e o pé d'altar. E' muito fertil, produzindo todos os generos agricolas em abundancia, em lenhas e madeiras; tem muito peixe do mar e da ria d'Aveiro, que lhe fica proximo ao O. N'esta freg. está a aldeia de *Fontella*, proximo á da *Regedoura*, na freg. de Vallega, onde se fabrica muita e a melhor telha e tijolo de Portugal. Em fevereiro de 1876 creou-se uma delegação do correio, a requerimento dos povos de Avanca e Pardilhó. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

Pardinheira. Pov. na freg. de S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Pardinheiro Pov. na freg. de S. Salvador, de Dornellas, conc. de Amares, distr. de Braga.

Pardo. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Alfeizerão, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. ‖ S. Simão, de Pé da Serra, conc. de Niza, distr. de Portalegre.

Pardos Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Alquerubim, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro. ‖ S. João Baptista, de S. João de Soure, do mesmo concelho e districto.

Parede. Pov. na freg. de S. Domingos de Rana, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa. Tem uma magnifica praia de banhos, e é hoje considerada como uma das mais importantes do conc. Tem est. post e telegr, medico, pharmacia, philarmonica *União Paredense*, est. do caminho de ferro, na linha de Cascaes, entre as de Carcavellos e S. João do Estoril, uma succursal do Asylo d'Ajuda, de Lisboa. Ainda não ha 30 annos era pouco conhecida a praia de Parede, vendo se apenas algumas barracas de pescadores, pequenas e pobres na pov. que fica ao N na estrada real. Desde então começaram se a edificar varios *chalets*, mais ou menos importantes, e hoje são numerosas as construcções, e vão ali passar muitas familias de Lisboa, e d'outros pontos, a epoca balnear. Parede era uma pov. vinhateira. Os rectangulos de terreno que se viam em grande quantidade, e de que hoje ainda alguns se vêem circumdados por muros de pedra solta, eram vinhas que produziam o bom vinho de Carcavellos, e que a phylloxera destruiu por completo. Justifica isto, tambem, a grande aridez, a ausencia quasi completa de arvores, que se notava ali, mas que hoje, graças aos cuidados dos modernos proprietarios vae desapparecendo, pois em torno de muitos chalets vêem-se magnificos macissos de verdura. A configuração especial da praia permitte que se tome banho a qualquer hora e com qualquer maré sem perigo de resaca, pois esta praia é uma das que mais confiança offerece entre todas as da linha de Cascaes. Reconhecendo-se a belleza da praia e as magnificas condições hygienicas do local, foi que se começaram a edificar os primeiros chalets, junto ás arribas. N'uns terrenos do lado do poente da praia, abriu se uma avenida, que recebeu o nome de *Avenida dos Principes*, e do lado do nascente ha o *bairro Bagé*, com differentes ruas feito n'um terreno que foi propriedade d'um official, que acompanhou D. João VI ao Brazil, onde recebeu o titulo de barão de Bagé. Era este um dos terrenos que produzia mais vinho. A praia tem uma bella avenida marginal. A camara municipal de Cascaes construiu uma escadaria para a praia e um chafariz; collocou tambem candieiros de gaz nas estradas. O que torna ainda mais importante aquella pittoresca povoação é o *Sanatorio de Sant'Anna*, estabelecimento de caridade, fundado por uma benemerita senhora, a quem a morte não permittiu vêr concluida a sua obra philantropica. Foi D. Amelia Chamiço, casada com o importante capitalista Frederico Biester, que, não tendo herdeiros forçados, resolveu mandar construir á sua custa um sanatorio para asylo de creanças fracas e enfeza-

das. Consultou se a este respeito o dr Sousa Martins, o qual se encarregou da escolha do terreno mais apropriado, na margem norte do rio Tejo. Essa escolha recaiu na Parede. Levantaram se grandes difficuldades, e surgiram obstaculos, porque muitas pessoas se assustavam com a idéa de estabelecer sanatorios para creanças doentes n'um local onde se reunia gente de perfeita saude para gozar a estação calmosa e tomar banhos. Duravam estas difficuldades quando falleceu o dr. Sousa Martins, e Frederico Biester convidou então o dr. Manuel Bento de Sousa para o substituir n'aquella santa empresa. Este distincto clinico e professor tambem pouco sobreviveu ao seu collega, e os esposos Biester, aterrados com a morte que parecia apostada em fulminar de preferencia os medicos que elles escolhiam para dirigir a obra, tiveram escrupulo em fazer terceiro convite. A morte veiu abeirar se tambem junto do leito de Frederico Biester e alguns mezes mais tarde, de sua esposa D. Amelia Biester, sem lhes dar tempo para deixarem determinado em testamento como se havia de realisar a generosa idéa. Foi então que a herdeira occasional d'essa grande fortuna, a sr.ª D. Claudina Biester Chamiço, viuva do antigo capitalista Francisco Chamiço, conhecedora como estava do intento dos seus sobrinhos, entendeu que lhe competia dar-lhe uma feição pratica. Com o auxilio do dr. Gregorio Fernandes, tambem já hoje fallecido, pôde levantar o edificio, que seus sobrinhos nem sequer haviam alcançado vêr o perfurar dos alicerces. O benemerito instituto inaugurou-se em 31 de julho de 1904. O Sanatorio da Parede está situado á beira-mar, e é o monumento mais grandioso que podia erigir-se á memoria dos seus generosos iniciadores; a construcção foi dirigida pelo architecto Rosendo Carvalheira, que dotou o edificio com todos os aperfeiçoamentos modernos indispensaveis a este genero de construcções; junto vê-se a pequena capella, onde se admiram baixos relevos de Costa Motta, n'um dos quaes se destaca a bella composição *Musica Sacra*. Os medalhões do frizo e archivolta das portas são prehenchidos com os 12 apostolos, em busto, e no coro ha vitraes magnificos. Aos lados da porta de entrada estão Sant'Anna e Santa Amelia, nomes da irmã e sobrinha da sr.ª D. Claudina Chamiço. Sant'Anna deu ainda o nome ao Sanatorio. || Pov. na freg. de Santo Estevão, de Urgezes, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Ponta situada na costa N da ilha do Fayal, Açôres.

Parede Nova. Pov. na freg. de S. Thiago, de Carralcova, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Paredes (*Pedro Sanches de*). Bacharel formado em Direito canonico pela Universidade de Coimbra, clerigo beneficiado na egreja de Santa Maria, de Obidos, notavel humanista, professor gratuito de latim e latinidade em Obidos, etc. N. em Penamacôr, e fal. em Palma de Cima, Lisboa, a 13 de abril de 1635. Era filho de Salvador Sanches de Paredes, e de sua mulher, e parenta, D. Izabel Sanches de Carvajal, ambos hespanhoes. Consta que foi muito distincto na arte da musica. Escreveu: *Arte de Grammatica para em breve saber latim, composta em linguagem e verso portuguez; com um breve vocabulario no cabo, e algumas phrazes latinas; dirigida a João Gonçalves de Athaide, conde de Athouguia*, Lisboa, 1610.

Sanatorio de Sant'Anna em Parede

Paredes. Villa da prov. do Douro, séde de conc. e de com., distr., bisp. e Relação do Porto. Está situada n'uma área da freg do Salvador de Castellões de Cepeda, na margem direita do rio Sousa e na estrada real do Porto a Penafiel, a 33 k. da capital do distr. Pertence á 3.ª div. mil., 6.ª brigada, grande circumscripção mil. N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. Foi cabeça do antigo conc de Aguiar de Sousa, attendendo a que para aqui se mudou, ou por outra, se annexou a maior parte em 1821, mas tornou a separar se em 1828. O julgado de Aguiar

de Sousa já tinha sido transferido para o Porto em 1650, e depois, em 1770, passou a ser do julgado de Penafiel, quando esta cidade foi elevada a séde de bispado. Este conc. não tinha juiz ordinario, nem camara; tinha um ouvidor, nomeado pela camara do Porto, com tres escrivães e um meirinho; um juiz dos orphãos com seu escrivão, tambem nomeado pela camara do Porto, o qual juiz conhecia, não só dos inventarios de menores e ausentes, e execuções de formaes de partilhas, mas tambem das acções respeitantes aos ditos inventarios. Em tudo o mais pertencia ás justiças do Porto, por estar dentro das 5 leguas do seu districto. Este conc. póde considerar-se, portanto, muito antigo, visto ser o antigo couto de Castellões de Cepeda, que para aqui se havia mudado a sua capital em 1770. O regedor, provedor e corregedor perpetuo do Porto, D. Francisco de Almada e Mendonça, mandou construir n'esta villa a casa da camara, que é um bom edificio, com uma bella cadeia, no anno de 1780. Em 1834, por simples concessão dos prefeitos, então nomeados, se formou o novo concelho de Paredes, á custa do conc. de Aguiar de Sousa, couto de Castellões e honra de Baltar; mas parte das freguezias do de Aguiar de Sousa foi formar o novo conc., que então se creou, de Louredo, que era honra, e ao qual ficaram pertencendo as freguezias de Beire, Gandalães e Louredo. Era tambem julgado, com juiz ordinario, camara, escrivão, etc. Este ultimo conc. e julgado durou poucos annos. O conc. de Aguiar de Sousa, que se uniu ao de Paredes, era vastissimo, porque principiava na ponte de Cepeda, sobre o rio Sousa, ao N e E, na margem do rio, freg. de Castellões, proximo a Penafiel, e terminava a O, na freg. de S. Martinho do Campo, hoje conc. de Vallongo. Contornava a honra de Baltar, e comprehendia o actual conc. e julgado de Paços de Ferreira e varias honras e coutos, ao todo 48 freguezias. A área do actual conc. de Paredes é vasta, e comprehendida entre os rios Ferreira e Sousa, contendo 24 freguezias, n'uma superficie de 10:220 hect., com 4:868 fog. e 20:809 hab., sendo 9:313 do sexo masc. e 11:466 do fem. As freguezias são: S. Romão, de Aguiar de Sousa, 987 hab.: 425 do sexo masc. e 562 do fem ; Santa Marinha, de Astromil, 190 hab.: 84 do sexo masc. e 105 de feminino; S. Miguel, de Baltar, 1:566 hab.: 701 do sexo masc. e 865 do fem.; S. Miguel, de Beire, 797 habitantes: 368 do sexo masc. e 429 do feminino; S. Cosme, de Besteiros, 474 hab.: 207 do sexo masc. e 267 do fem.; S. Thomé, de Bitarães, 710 hab.: 343 do sexo masc. e 367 do fem.; Castellões de Cepeda, 1:391 hab.: 625 do sexo masc. e 766 do fem.; S. Pedro, de Cette, 816 hab.: 366 do sexo masc. e 450 do fem.; S. Miguel, de Christello, 312 hab.: 144 do sexo masc. e 168 do fem.; Santa Maria, de Duas Egrejas, 487 hab.: 216 do sexo masculino e 271 do feminino; S. Miguel, de Gandra, 1:231 hab.: 566 do sexo masc. e 665 do fem.; S. Pedro, de Gondalães, 414 hab.: 184 do sexo masculino e 230 do fem.; S. Salvador, de Lordello, 1:856 hab : 827 do sexo masc. e 1:029 do fem.; S. Christovão, de Louredo, 571 hab.: 252 do sexo masc. e 319 do fem ; Santa Maria Magdalena, de Magdalena, 289 hab.: 136 do sexo masc. e 153 do fem.; S. Romão, de Moriz, 1:375 hab.: 593 do sexo masc. e 782 do fem.; S. Martinho, de Parada Thodêa, 465 hab.: 204 do sexo masc. e 261 do fem.; S. Miguel, de Rebordosa, 1:855 hab.: 844 do sexo masc. e 1:011 do fem.; N. S.ª do Bom Despacho, de Recarei, 1:171 hab : 522 do sexo masc. e 649 do fem.; S. Pedro, de Sobreira, 1:089 hab.: 534 do sexo masc. e 555 do fem ; Santa Eulalia, de Sobrosa, 926 hab.: 376 do sexo masc. e 550 do fem ; Santa Eulalia, de Vandoma, 614 hab.: 284 do sexo masc. e 330 do feminino; S. João Evangelista, de V. N. de Carros, 272 hab.: 130 do sexo masc. e 142 do fem.; Santa Eulalia, de Villela, 952 hab.: 412 do sexo masc. e 540 do fem. Paredes foi elevada á categoria de villa, o que foi confirmado pelo alvará de 31 de janeiro e carta regia de 7 de fevereiro de 1844; é cabeça de comarca desde 16 de junho de 1875. Tem uma est. municipal desde 1868. N'este anno tambem se construiu a escola que é um dos melhores edificios escolares modernos, do reino, sendo composto de tres casas unidas, mas distinctas e collocadas no alto d'um pavimento, todo cercado e fechado por um muro. Em 1809, na retirada do exercito francez, foi no logar de Cepeda que largaram o fogo á polvora e encravaram a artilharia, que não podiam conduzir. N'esta villa esteve, durante o cêrco do Porto, a commissão mixta creada para julgar os suspeitos de terem relações com os cercados, á qual presidia o marechal de campo visconde da Azenha, e que, quando falleceu, foi substituido pelo coronel Antonio das Povoas e Brito, irmão do tenente-general Alvaro Xavier da Fonseca Coutinho e Povoas. Por muitos annos houve em Paredes um professor regio de latim. Até 1834 teve sargento-mór, com duas companhias de ordenanças. O foral de Paredes é o mesmo que teve Aguiar de Sousa, dado por el-rei D. Manuel, em Lisboa, a 25 de novembro de 1513. Em Paredes ha feira nos dias 1 e 18 de cada mez; advogados, *Associação Artistica*, de soccorros mutuos; bombeiros voluntarios, hoteis, restaurantes, medicos, pharmacias, Misericordia, est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; notarios, est. do caminho de ferro, na linha do Douro, entre as de Penafiel e Cette; escola Conde de Ferreira para os dois sexos, Gymnasio José Luiz da Silva Ribeiro, offerecido á mesma escola, bibliotheca municipal (parte integrante da referida escola), escolas particulares, etc. Teem se aqui publicado os seguintes jornaes: *Abelha (A)*, 12 de outubro de 1894; *Echo de Paredes*, 1 de outubro de 1893; *Jornal de Paredes (O)*, 5 janeiro a setembro de 1904. Foi seguido pelo *Povo; Povo (O)*, 26 de setembro de 1904. E' continuação do *Jornal de Paredes*. O principal commercio do conc. é gados, cereaes, manteiga, vinhos e marcenaria || Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. do Porto; 73 fog. e 318 habitantes. A pov. dista 10 k. da séde do conc. O papa, a mitra e os monges benedictinos de Paço de Sousa apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 250$000 réis de rendimento. E' terra fertil. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Antiga villa que existiu a 6 k. ao N de Maiorca. Foi fundada por el-rei D. Diniz, que lhe deu foral, em Coimbra, a 17 de dezembro de 1282, e outro dado pelo mesmo soberano, em Coimbra, a 20 de setembro de 1286. Até ao an-

no de 1500 progrediu muito esta villa, mas n'esse anno, as areias do mar a fôram invadindo e arrazando, pelo que se despovoou, indo os seus habitantes fundar, ou reedificar a villa da Pederneira, ficando aqui por unica memoria a capella de N. S.ª da Victoria, a casa do ermitão e um moinho. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Adoufe, conc. e distr. de Villa Real. || Santa Eulalia e conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || Santo Estevão e conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || S. João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, districto do Porto. || S. Miguel, de Apulia, conc. de Espozende, distr. de Braga. || Ilha da Madeira; S. Braz, do Arco da Calheta, conc. da Calheta, distr. do Funchal. || S. Pedro, de Arcos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Aves, concelho de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Pedro, de Avioso, conc. da Maia, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Beiriz, conc. de Povoa de Varzim, do mesmo distr. || S. Miguel, de Boivães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || S. Martinho, de Carrazeda, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Paio, de Carvalheira, conc de Terras de Bouro, do mesmo distr. || N. S.ª do Reclamador, de Casaes, conc. de Thomar, distr. de Santarem || S. Christovão de Lafões, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu || S. João Baptista, de Codeços, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Pedro, de Croca, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || Santa Cruz do Douro, conc. de Baião, do mesmo distr. || Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Villa Verde, districto de Braga. || S. Pedro, de Esqueiros, do mesmo conc. e distr. || O Salvador, de Fervença, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || O Salvador, de Fonte Arcada, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Gatão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Bartholomeu, de S. Gens, conc. de Fafe, districto de Braga. || Santa Leocadia, de Geraz do Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Gondoriz, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || S. Simão, de Gouveia, concelho de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, de Gôve, conc. de Baião, do mesmo distr. || N. S.ª dos Milagres, de Guardão, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Egreja Nova, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria Maior, de Almacave e conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Lijó, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, de Loureiro, conc. de Peso da Regoa, districto de Villa Real. || S. Lourenço do Bairro, conc. da Anadia, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, do mesmo districto || S. João Evangelista, de Mindello, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Romão, de Nogueira, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Oliveira de Cunhedo, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Ossella, conc de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || N. S.ª das Neves, de Padroso, conc. de Arcos de Valle-de Vez, districto de Vianna do Castello. || S. Paulo, de Palheiros, conc. de Murça, distr. de Villa Real. || S. Gens, de Palla, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu. || S. Genesio, de Parada, conc. e distr. de Bragança. || S. Romão, de Paredes de Viadores, conc. de Marco de Canavezes, districto do Porto. || S. Martinho, de Pecegueiro, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Pedralva, conc. o distr. de Braga || O Salvador, de Pedragaes, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Pedro Fins, conc. da Maia, distr. do Porto || S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Rio Caldo, conc do Terras de Bouro, distr. de Braga. || S. Romão de Aregos, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Rossas, conc. de Vieira, distr. de Braga. || N S.ª da Purificação, de Samuel, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || Santo Adrião, de Cever, conc de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Thiago, de Soutello de Aguiar, concelho de Villa Pouca de Aguiar, do mesmo distr. || O Salvador, de Tagilde, conc. de Guimarães, distr. do Braga || Santo Antonio, de Tellões, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Leocadia, de Travancas, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santos Cosme e Damião, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Pedro, do Valle, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Varzea, concelho de Amarante, distr. do Porto. || S. Martinho, de Ventosa, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Santa Maria, de Verim, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || S. Jorge, de Vizella, concelho de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Thiago, de Carreira, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga || Serra na prov de Traz-os-Montes, na freg. de Adoufe, conc. e distr. de Villa Real.

Paredes de Arcã Pov. na freg de Santo Adrião, de Cever, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. Tem caixa postal.

Paredes do Bairro Villa extincta na freg. de S. Lourenço do Bairro, a que el-rei D. Manuel deu foral a 20 de dezembro de 1519.

Paredes da Beira. Villa e freg. de S. Bartholomeu, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 308 fog. e 1:049 hab.. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. permutando malas com S. João da Pesqueira; advogado, mercado no 1.º domingo de cada mez, diversos estabelecimentos. A 15 k. de distancia tem a est. do Ferradosa, na linha do caminho de ferro do Douro. A villa dista 17 k. da séde do conc., e está situada n'um alto, d'onde se avistam muitas povoações, as serras do Marão e da Estrella, a 2 k da margem direita da ribeira de Gradiz. Foi séde d'um conc., formado por esta freg. e pela de Rio d'Ades, que lhe fica a 4 k.. Era então da com. de Pinhel. A Universidade de Coimbra apresentava o reitor por concurso, o qual tinha 80$000 réis de rendimento e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, e na eminencia contigua tiveram os moiros, e talvez já os godos e os romanos, uma fortaleza importante. Esta parte da provincia da Beira Alta é muito penhascosa e accidentada, e a cada passo por ali se encontram ruinas de castellos e sitios muito defensaveis, mas poucos tão

bem talbados, como aquelle, para uma grande fortaleza, e parece que o emir ou rei de Lamego não tinha outra mais consideravel no seu districto. Foi-lhe tomada por astucia e surpreza n'uma manhã de S. João, escreveram alguns chronistas, em que se conta Fr. Bernardo de Brito, e como é voz constante entre os povos d'aquelles sitios. Quando em 1037, ou 1062, segundo alguns chronistas, D. Thedo, ou *Thedon*, e D. Rauzendo, ascendentes dos Tavoras e descendentes dos reis de Leão, batiam com denodo e vantagem os moiros no reino de Lamego, e já lhes haviam tomado muitas terras e castellos, não podendo arrostar com esta praça, com o bons guerreiros que eram, appellaram para a astucia, e sabendo que elles na manhã de S. João corriam todos em tropel a banhar-se, muito calculadamente se emboscaram, e quando os moiros de Paredes da Beira, despreoccupados e alegres, se banhavam no rio Tavora, cairam sobre elles e os trucidaram, e correndo logo á praça, que ficára quasi sem guarnição, a tomaram, sendo tal a matança no valle por onde desceram a banhar-se no Távora, e onde se empenhou mais rija a lucta, que, diz a tradição local, se contavam depois da batalha moiros mortos aos mil, e por isso se ficou chamando áquelle sitio *Valle-de-a-Mil*, nome que ainda conserva. Uma outra versão diz que sabendo D. Rauzendo e D. Thedon que os moiros costumavam ir banhar-se ao rio Távora na madrugada de 24 de junho, se vestiram como elles bem como os seus soldados, e se emboscaram durante a noite em sitio apropriado, nas proximidades da praça. Os moiros sairam ao romper da aurora, e os christãos, depois de esperarem que elles se afastassem, entraram na fortaleza, que tinha as portas abertas, e mataram quantos inimigos ali encontraram. D. Thedon ficou com parte das forças dentro da praça, e seu irmão D. Rauzendo foi com o resto a encontrar-se com os moiros na margem do Távora; mas estes, que estavam bem armados e prevenidos pelos que tinham podido fugir á primeira investida dos christãos, defenderam-se energicamente, e por certo teriam derrotado D. Rauzendo, se seu irmão não corresse a valer-lhe. D'esta victoria tomaram os dois irmãos o appellido de *Távora*, e por armas um golfinho sobre as ondas, armas que fôram usadas pelos seus descendentes até á extincção da familia em Lisboa, em 1759. E' evidente que estes sitios fôram em tempos antigos, julgados de muita importancia militar, visto encontrarem-se 7 castellos, a pouca distancia: 1.º *Castello Velho* ao O, proximo do rio Távora.—2.º *Castello da Chan de Morganho*, ao N, no sitio das *Carvas*.—3.º *Castello de Nossa Senhora*, a E, e o principal de todos. O seu antigo nome era *Castello da Fraga d'Alcaria*, sem contestação, arabe.—4.º *Castellinho*, ao S, proximo a *Valle-de a-Mil*.—5.º *Castello de Reborêdo*, ao E, no cume da serra do mesmo nome.—6.º *Castello do Outeiro Alto*, ao N.—7.º *Castello da Chan de Trovisco*, ao ENE. No sitio das *Moitas*, limites d'esta freg. ha vestigios d'uma antiquissima capella, que fôra dedicada a S. Sebastião, a qual fica a 1 k. da egreja matriz. Chegava até aqui a primitiva povoação que, segundo a lenda, se denominava *Cidade do Sol*. Consta que n'este sitio estavam os paços do concelho, cadeia, pelourinho, fôrca, e mais distinctivos autonomicos d'esses tempos. Diz-se que foi D. Fernando III, o *Magno*, de Castella e Leão, bisavô de D. Affonso Henriques, que elevou esta pov. á categoria de villa, em 1040, e que por haver já então por aqui muitas ruinas de edificios antigos, causadas pelas constantes guerras entre christãos e moiros, aquelle monarcha lhe dera o nome de Paredes, que ainda conserva. Foi este territorio resgatado do poder dos arabes, no principio do seculo XI, em 1037 por uns fidalgos que fundaram o seu solar na *Quinta da Torre das Pedras*, depois *Quinta d'Azevedo*, que D. Affonso VI lhes deu, em premio dos seus serviços. Este solar passa de 900 annos que foi edificado, o que consta de papeis que se conservavam na dita casa. O conde D. Henrique pae de D. Affonso Henriques, lhes deu foro de fidalgos, que el-rei D. Manuel confirmou aos seus descendentes, no principio do seculo XVI. O primogenito d'esta casa foi, ate 1808, senhor douatario de Paredes, Valle de Penella e Riodades. Não podia casar sem provisão do rei. Até 1820, ainda recebia os *direitos reaes* d'aquellas tres povoações, e gozou outros muitos privilegios, isenções e regalias, que então acabaram. D. Affonso Henriques deu foral sem data á villa de Paredes da Beira; D. Sancho I lhe deu outro a 6 de abril de 1198, que foi confirmado em Guimarães, por D. Affonso II, a 4 de junho de 1218. Ha ainda nota de outro, concedido por D. Affonso III, no mez de junho de 1257. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 15 de dezembro de 1512. Em Paredes da Beira ha boas casas, pertencentes a familias nobres, destacando-se as dos Azevedos, e o Santuario que lhes pertence, da invocação de N. S.ª d'Assumpção e dos Santos Martyres, um dos mais notaveis da provincia. Foi fundado pelo dr. José de Azevedo Vieira, cavalleiro professo da ordem de Christo, desembargador da Relação do Porto, fidalgo cavalleiro, etc.. N'este santuario fôram collocados os corpos inteiros dos santos Felix e Paulo e numerosas reliquias, todas diversas, que obteve do papa Bento XIV, por intervenção de D. Jorge da Costa, cardeal d'Alpedrinha, sendo a sua dedicação celebrada a 24 de setembro de 1746, com extraordinaria pompa e numeroso concurso de povo, obrigando o dito fundador ao culto d'este santuario os seus bens e morgado, e os direitos reaes de Paredes e seu termo, com previa autorisação de D. João V. A capella do Santuario é de granito, primorosamente trabalhada, e a cruz, que a decora, tem ornatos de elevado merecimento. E' a cruz de pedra mais bonita que ha em toda a provincia. No alto do throno vê-se um quadro a oleo, representando a Assumpção de Nossa Senhora; dizem ser pintura original, e ter muito valor, apezar das suas pequenas dimensões. Este santuario é isento da jurisdicção parochial e episcopal, por breve de Bento XIV, de 15 de agosto de 1747, e n'elle o unico ordinario é o romano pontifice e o seu nuncio em Portugal. Os capellães são livremente nomeados pelo padroeiro, e quanto ao serviço do culto, ficam isentos do bispo da diocese, e sujeitos só ao papa. São extraordinarias as indulgencias concedidas por diversos pontifices a este Santuario. O altar-mór é privilegiado *in perpetuum*, e n'elle póde conservar se exposto o Santissimo Sacramento á vontade do padroeiro e dos capellães. Tambem goza, como poucos, o titulo de *pontificio* e *real*, como provam as armas

abertas em granito, que se vêem na frente da capella, e n'ellas o brazão dos Azevedos, formando um todo com as armas reaes e pontificias. A egreja matriz é de grande antiguidade; a capella-mór está ricamente adornada com obra de talha, sendo o tecto apainelado e cheio de figuras de santos, pintadas a oleo, sobre madeira, obra, que dizem ser de bastante merecimento. Esta egreja era da apresentação dos condes de Marialva, e depois foi apresentação da Universidade, confórme dissémos, sendo a Universidade que mandou construir a capella mór actual, julga-se que no seculo XVII. O corpo da egreja é antiquissimo, e suppõe-se ter sido mesquita dos moiros. A villa pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego

Paredes de Cima (*Monte das*). Na freg. de S. Miguel, de Adaval, conc. de Redondo, distr. de Evora.

Paredes de Coura. Villa da prov. do Minho, séde de conc. e de com., Relação do Porto, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga. Tem uma só freg., cujo orago é Santa Maria. Pertence á 3.ª div. mil., 2.ª brigada, grande circumscripção mil. N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Está situada n'um alto, nas proximidades da margem esquerda do rio Coura, e é uma das terras mais pittorescas d'aquella provincia. Os viscondes de V. N. da Cerveira apresentavam o abbade, que tinha 350$000 réis de rendimento. A villa é antiquissima, e os escriptores antigos remontam a sua origem ao tempo dos godos. Foi sempre reconhecida como a séde do antigo couto ou concelho de Coura, e como tal lhe deu D. Affonso III foral em junho de 1257 e D. Manuel em 2 de junho de 1514. El-rei D. João I deu o senhorio de Coura a Fernão Annes de Lima, pae do 1.º visconde de V. N. da Cerveira, D. Leonel de Lima Paredes. Tem progredido muito nos ultimos tempos. N'um espaçoso campo realisa-se uma feira semanal, que se inaugurou a 24 d'agosto de 1884. Sobranceiros a este campo ficam a modesta egreja matriz e o cemiterio. Ao fundo do campo, pelo nascente e fazendo frente para a estrada, vê-se o moderno edificio dos paços do concelho, tribunal e mais repartições publicas. D'ali sóbe a estrada até á vasta capella do Espirito Santo, comprehendendo n'essa calçada toda a antiga parte de Paredes. Esta capella é muito mais espaçosa que a egreja matriz. Tem uma irmandade muito rica e numerosa, e é muito antiga, porque já em 1635, fazendo-se a reforma dos estatutos se dizia no seu preambulo: «A nobilissima irmandade do Espirito Santo, sita no templo da mesma invocação e na freguezia de Santa Maria de Paredes d'este conc. de Coura, de cuja fundação não ha noticia ordinaria... etc». O que é certo, porém, que em 1607 a irmandade era importante, pois que o papa Paulo III, em breve de 29 de março, a uniu á do Espirito Santo de Roma, cujas indulgencias lhe fôram concedidas. N'esta capella faz-se a grande funcção chamada das 40 horas, nos tres primeiros dias da quaresma. E' a festa religiosa mais solemne de todo o concelho, e prima sempre a irmandade na escolha dos nossos primeiros oradores. O hospital está installado n'um edificio de apparencia vistosa, mas, segundo dizem, não offerece boas accommodações para os doentes. E' subsidiado pela referida irmandade com 10 por cento da sua receita e com o saldo d'essa mesma receita, depois de deduzidas as despezas ordinarias. Do ponto em que está collocado, descobre-se um magnifico ponto de vista. A villa é toda construida em terreno que pertenceu á familia Pereira da Cunha; tem ruas amplas e bonitas, bellos edificios de construcção moderna, jardim publico, advogados, agencia dos bancos *Alliança* e *Commercial de Lisboa*; *asylo de N. S.ª da Conceição* para a infancia desvalida; escolas para ambos os sexos, est. telegr. post., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras, obrigações e vales; hospedarias, hoteis, medico, pharmacias, notarios, sociedades de recreio: *Atheneu Litterario Recreativo*; philarmonicas *Primeiro de Dezembro* e *União Artistica*; theatro, fundado em 1874, etc. O hospital da Misericordia está muito bem montado, e foi instituido graças aos esforços do fallecido conselheiro Miguel Dantas, cuja planta traçou o tambem fallecido estadista Joaquim Pedro d'Oliveira Martins, sendo o estabelecimento servido por irmãs de caridade. A importante e bem conhecida fabrica de manteiga e queijos de Paredes de Coura, foi fundada pelo referido conselheiro Miguel Dantas. A 15 k. de distancia tem a est. do caminho de ferro, em S. Pedro da Torre. São aqui os antigos solares das familias Pereira da Cunha e Telmo de Menezes Medina da Cunha e Azevedo. Em Paredes de Coura teem-se publicado os seguintes jornaes: *Clamor do Povo (O)*, 11 de agosto de 1898; *Jornal de Coura*, 1 de dezembro de 1895; *Libertador de Coura (O)*, 1897; *Voz de Coura (A)*, 6 de agosto de 1903. O conc. comprehende 21 freguezias, com 4:172 fog. e 13:020 hab., sendo 5:765 do sexo masc. e 7:255 do fem., n'uma superficie de 12:009 hect. As freguezias são: S. Paio, de Agua Longa, 481 hab.: 214 do sexo masculino e 267 do fem.; S. João Baptista, de Bico, 859 hab.: 411 do sexo masc. e 448 do fem.; S. Pedro, de Castanheira, 688 hab.: 306 do sexo masc. e 382 do fem.; S. Miguel, de Christello, 437 hab.: 218 do sexo masc. e 219 do fem.; Santa Maria, de Cossourado, 455 hab.: 208 do sexo masc. e 247 do fem.; S. Martinho, de Coura, 591 hab.: 216 do sexo masc. e 375 do fem.; Santa Maria, de Cunha, 630 hab.: 275 do sexo masc. e 355 do fem.; S. Mamede, de Ferreira, 1:009 hab.: 452 do sexo masc. e 557 do fem.; S. Pedro, de Formariz, 917 hab.: 411 do sexo masc. e 506 do fem.; S. Thiago Maior, de Infesta, 819 hab.: 350 do sexo masc. e 469 do fem.; Santa Maria, de Insalde, 634 hab.: 288 do sexo masc. e 346 do fem.; Santa Marinha, de Linhares, 306 hab.: 127 do sexo masc. e 179 do fem.; S. Paio, de Mozellos, 458 hab.: 196 do sexo masc. e 262 do fem.; Santa Maria, de Padornêllo, 694 hab.: 290 do sexo masc. e 404 do fem.; S. Pedro, de Parada, 482 hab.: 224 do sexo masc. e 258 do fem.; Santa Maria, de Paredes de Coura, 1:160 hab.: 501 do sexo masc e 659 do fem.; S. Miguel, de Porreiras, 182 hab.: 80 do sexo masc. e 102 do fem.; O Salvador, de Rezende, 388 hab.: 174 do sexo masc. e 214 do fem.; S. Thiago, de Romarigães, 495 hab.: 216 do sexo masc. e 279 do fem.; S. Pedro, de Rubiães, 1:011 hab.: 468 do sexo masc. e 543 do feminino; S. Pedro, de Vascões, 324 hab.: 140 do sexo masc. e 184 do feminino.

Paredes de Gravo. Pov. na freg. de Santa Maria, de Pinheiro, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Paredes do Pinhão. Pov. na freg. de S. Lourenço de Riba Pinhão, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real.

Paredes do Rio. Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, que foi unida á de N. S.ª da Assumpção, de Covellães, por decreto de 1855, conservando a mesma denominação. Está situada na margem direita do rio Cávado. O seu terreno apezar de estar exposto ao S., em razão da sua altura, é frio; apenas produz centeio, batatas, algum milho e fructas. Cria muito gado vaccum. O abbade de S. Thomé, de Parada do Outeiro do Gerez e o reitor de Santa Maria de Viade, apresentavam simultaneamente o vigario, que tinha 80$000 réis e o pé d'altar. Parte dos dizimos d'esta freguezia pertencia ao abbade do Outeiro, e parte á commenda de Fiães do Rio.

Paredes de Salto. Pov. na freg. de Santa Maria, de Salto, conc de Montalegre, distr. de Villa Real.

Paredes Seccas. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Amares, distr. e arceb. de Braga; 60 fogos e 196 hab. Tem caixa postal e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. Está situada em terreno accidentado, nas faldas meridionaes do monte de Santa Cruz, ramo da serra do Gerez, a 4 k. da séde do conc. Foi villa, e couto do mosteiro de Rendufe, compondo se este couto de toda a freg. de Paredes Sêccas, e dos logares do Pomarinho, Faquiães, Portella do Valle, Monte e Linharêlhos, que são da freg. de Villela. Tinha juiz no civel e orphãos, almotacel e provedor, feitos por eleição do povo, os quaes faziam correições e aforavam moutados, e á sua ordem se faziam moutarias, a que concorriam os povos dos concelhos de Amares, Santa Martha de Bouro, e os coutos de Bouro e Rendufe; mas perderam essa regalia, por ter o juiz José Martins ordenado uma montaria em dia de feira nova. Os escrivães eram de Santa Martha, onde pertencia o crime. Pelo centro d'esta freguezia passa a antiga estrada romana da Geira. A pov. produz todos os generos agricolas do paiz; cria gado e tem caça. A mitra apresentava o abbade, que tinha 250$000 réis de rendimento. || Povoações nas freguezias: S. Gens, de Calvos, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Thiago, de Lustosa, concelho de Louzada, districto do Porto.

Paredes Velhas. Pov. na freg. de S. Julião, de Cambra, conc. de Vouzella, districto de Vizeu.

Paredes de Viadores. Pov. e freg. de S. Romão, da prov. do Douro, conc. e com. de Marco de Canavezes, distr. e bisp. do Porto; 281 fog. e 1:158 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Dista 8 k. da séde do conc. e está situada a 4 k. da margem direita do rio Douro. Os conegos regrantes da ordem de Santo Agostinho, de Villa Boa do Bispo, apresentavam o abbade, que tinha 80$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil. Cria muito gado, tem caça e peixe vindo do rio Douro. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Paredinha. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Nogueira e S. Claudio, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Paredinhas. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Carvalho de Rei, conc. de Amarante; distr. do Porto. || S. Pedro, de Páus, conc. de Rezende, distr de Vizeu.

Parenta. Pov. na freg. de S. Martinho, de Freixieiro de Soutello, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Parente. A familia d'este appellido tem por armas: Escudo esquartelado; no primeiro quartel, em vermelho uma onça ou tigre de ouro malhado de azul; no segundo em um mar de prata uma canôa da sua côr e dentro d'esta apparecendo as cabeças de seis homens que vão remando; no terceiro, em campo azul uma fortaleza de prata sobre um monte de sua côr que sae de um rio de prata e azul; no quarto, em verde, uma penha de sua côr, picada de ouro com uma cava na falda e n'estas tres barras de ouro e o contra-chefe de todo o escudo de azul e prata; timbre, o tigre.

Parente (*Francisco Carlos*). Architecto. N. em Lisboa a 30 de outubro de 1872, sendo filho de Domingos Parente da Silva, tambem architecto (V. *o artigo adeante)* e de D. Carlota da Silva

Francisco Carlos Parente

Gil Parente. Estudou na Escola de Bellas Artes de Lisboa, e terminou o curso no anno de 1896. Desempenhou o seu tirocinio nas obras dependentes do Ministerio das Obras Publicas, para onde entrou, mediante concurso, como architecto, do Estado em 1902. Em exposição promovida pela Sociedade Nacional de Bellas Artes em 1891, foi premiado com medalha de 2.ª classe pelos seus trabalhos d'architectura, expostos.

Parente de Baixo e de Cima. Duas povoações na freguezia de Santo André, de Alvoco das Varzeas, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Parente da Silva (*Domingos*). Architecto. N. em Lisboa, a 4 de maio de 1836, fal. n'esta mesma cidade em 17 de novembro de 1901. Era casado com D. Carlota da Silva Gil Parente, de cujo matrimonio houve tres filhos: Dionisio Carlos Parente, Francisco Carlos Parente e Carlos Augusto Parente. Fez primeiro o curso de pintura historica na Real Academia de Bellas Artes de

Lisboa, obtendo na prova final a medalha de ouro. Durante o seu curso (1857) foi encarregado de pintar, entre outros trabalhos, os 4 Evangelistas que se encontram no cruzeiro, os grupos da cupola e outros na Egreja da Sé Patriarchal. Estudou depois architectura, fazendo serviço na Companhia Real dos Caminhos de Ferro do Norte e Leste, e depois de concluida a construcção d'estes caminhos de ferro, entrou para a camara municipal de Lisboa, sendo pouco depois nomeado architecto da referida camara, apóz o fallecimento do architecto Malachias Ferreira Leal, exercendo tambem cumulativamente o cargo de engenheiro durante a doença de P. J. Pezerat. Fez parte de varias commissões importantes, entre ellas a dos melhoramentos da cidade de Lisboa e da margem do Tejo. Entrou depois para o serviço do governo no Ministerio das Obras Publicas, onde varias vezes foi louvado por serviços prestados, uma grande parte nos Paços Reaes. Foi nomeado academico de merito como architecto pela Academia Real de Bellas Artes, em 1869. Era d'uma energia extraordinaria e um trabalhador incansavel, deixando immensos trabalhos tanto no paiz como no Brazil. E' autor do projecto do edificio da camara municipal de Lisboa, dirigindo a construcção até quasi á sua conclusão. Obteve primeira classificação no concurso aberto para acabamento do edificio dos Jeronymos. Entre outros projectos importantes concebeu os seguintes: um projecto para um hospital de alienados em Lisboa; para acabamento do Palacio de Ajuda; para o mercado de gados; um theatro academico em Coimbra; um novo edificio para installação da Casa Pia (em construcção) etc., etc.

Parentella. Pov. na freg. de Santa Maria, de Moreira, concelho de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Pares *(Camara dos)*. E' esta a denominação da camara alta do parlamento. O Pariato foi creado pelo artigo 14.° da Carta Constitucional de 29 de abril de 1826. A camara dos pares tem o tratamento de *dignos pares do reino*, e o seu presidente é nomeado pelo rei. A camara é composta de membros vitalicios e hereditarios nomeados pelo rei, sem numero fixo, segundo o artigo 39.° da referida Carta. Nenhum par do reino póde ser preso por autoridade alguma, excepto por ordem da camara (artigo 26.°), ou em flagrante delicto de pena maior. Se algum par fôr pronunciado, o juiz suspende o ulterior procedimento, dá conta á camara, e esta decide se sim ou não o processo continúa e o par deve ou não ser suspenso no exercicio das suas funcções (artigo 25.°) O principe real e os infantes teem assento na camara dos pares, logo que cheguem á edade de 25 annos (artigo 40.°) E' da exclusiva attribuição d'esta camara: conhecer dos delictos individuaes commettidos pelos membros da familia real, ministros, conselheiros de Estado, pares e dos delictos dos deputados durante a legislatura. Conhecer da responsabilidade dos secretarios e conselheiros de Estado; convocar côrtes na morte do rei para a eleição da regencia, nos casos que ella tenha logar, quando a regencia provisional o não faça. A constituição de 23 de setembro de 1822, no seu artigo 32.°, commettia o poder legislativo sómente aos deputados. Por decreto de 1 de dezembro de 1831 foi dado aos pares do reino o tratamento de Excellencia, e por decreto de 28 de setembro de 1835 fôram-lhes concedidas as honras de Grandesa do Reino. A carta de lei de 11 de abril de 1845 regulou a forma da successão d'esta dignidade e os requisitos para o direito hereditario. A Carta de 4 de abril de 1838 alterou a organisação da camara dos pares. As côrtes compunham-se de duas camaras: dos senadores e dos deputados. Os senadores eram electivos e temporarios, o seu numero era egual a metade do numero dos deputados. O principe real, logo que completasse 18 annos de edade, era senador de direito, mas só votava aos 25. Todas as vezes que se houvesse de proceder a eleições geraes para deputados, a camara dos senadores era renovada na metade dos seus membros. Se o numero total dos senadores fôsse impar, sairia a metade e mais um. Na primeira renovação do senado, a sorte é que decidiria os membros que tinham de sair e nas subsequentes, a antiguidade de cada um. Não podiam ser membros d'ambas as camaras. Eram inviolaveis pelas suas opiniões e votos em côrtes. Só podiam ser presos por ordem da camara, excepto nos casos de flagrante delicto. Se algum senador fôsse pronunciado, o juiz, suspendendo todo o ulterior procedimento, dava conta á camara, e esta decidia, se o processo continuava e se o senador devia ser ou não suspenso. Logo que a sua eleição constasse na secretaria de Estado, não podia acceitar, nem solicitar para si nem para seu parente, pensão, condecoração, excepto se lhe competisse por antiguidade ou escala na carreira da sua profissão. Podiam ser ministros, mas os seus logares ficavam vagos, e se fôssem reeleitos, na nova eleição, accumulariam ambas as funcções. Os senadores durante o tempo das sessões eram inhibidos do exercicio de qualquer emprego, excepto de ministro. No intervallo das sessões não iriam exercer os seus empregos, nem seriam empregados pelo governo. Só com autorisação da camara e, se o bem do Estado o exigisse, é que poderiam sair das côrtes para outro serviço. A nomeação dos senadores era por eleição directa. Sómente o podiam ser, os que tivessem 25 annos de edade e estivessem comprehendidos em algumas das categorias seguintes: proprietarios, tendo de renda annual 2:000$000 réis; commerciantes e fabricantes, cujos lucros annuaes fôssem de 4:000$000 réis; arcebispos, bispos com diocese no reino ou provincias ultramarinas, conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça; lentes de prima da Universidade de Coimbra, o lente mais antigo da Escola Polytechnica de Lisboa e o da Academia Polytechnica do Porto; marechaes do exercito, tenentes generaes e marechaes de campo; almirantes, vice-almirantes e chefes de esquadra; embaixadores e os enviados extraordinarios; ministros plenipotenciarios com cinco annos de exercicio na carreira diplomatica. Os elegiveis para senadores podiam ser eleitos por qualquer circulo eleitoral, posto que n'elle não residissem nem tivessem naturalidade. A Carta de 4 de abril de 1838 teve pouca duração. Pouco mais de tres annos depois, em 27 de janeiro do anno de 1842 foi restaurada a Carta de 1826. O Acto Addicional de 5 de julho de 1852 em nada alterou a constituição da camara dos pares, mas a lei de 3 de maio de 1878 declarou em vigor varios arti-

gos da lei de 11 de abril de 1845, o estabeleceu categorias para a nomeação de pares do reino, rejeitando a entrada na camara por direito hereditario, o prescrevendo outras providencias ácêrca das funcções de par. O artigo 4.º d'essa lei diz: Só pódem ser nomeados pares do reino os cidadãos portuguezes, que tendo nascido taes, nunca perderam nem interromperam por acto ou omissão propria a sua nacionalidade, e provarem que teem 30 annos de edade, que estão no pleno gozo dos seus direitos civis e politicos, e que se acham comprehendidos em alguma das seguintes categorias: conselheiro de Estado; ministro de Estado com 2 annos de effectivo serviço; presidente da camara dos deputados em 4 sessões legislativas ordinarias; deputado da nação em 8 sessões legislativas ordinarias; marechal do exercito ou almirante; general de divisão ou vice-almirante; general de brigada ou contra almirante com 5 annos de exercicio n'este posto; embaixador em missão ordinaria; ministro plenipotenciario com 5 annos de exercicio em missão ordinaria; governador geral de possessões ultramarinas com 5 annos de exercicio; conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, ou juiz relator do Tribunal Superior de Guerra e Marinha; conselheiro effectivo do Tribunal de Contas ou do Supremo Tribunal administrativo com 5 annos do exercicio; procurador geral da corôa e fazenda com 5 annos de exercicio; juiz de segunda instancia em alguma das relações do continente e ilhas adjacentes, com 5 annos de exercicio; ajudante do procurador geral da corôa e fazenda com 10 annos de exercicio; director geral em algum dos ministerios ou governador civil com 10 annos de exercicio, tendo algum curso de instrucção superior pela Universidade de Coimbra ou por alguma das escolas e institutos officiaes do paiz; lente de prima na Universidade de Coimbra; lente cathedratico ou substituto effectivo ou jubilado da mesma Universidade, professor, proprietario ou substituto, effectivo ou jubilado em qualquer escola ou instituto de instrucção superior com 10 annos de exercicio effectivo; proprietario ou capitalista com rendimento não inferior a 8:000$000 réis annuaes provado pelas respectivas matrizes de contribuição predial, ou por titulos de divida publica fundada, devidamente averbados com 3 annos de antecipação, pelo menos, sendo liquidos e livres de quaesquer onus ou encargos; industrial ou commerciante que em cada um dos 3 ultimos annos tenha pago ao estado 1:400$000 réis de contribuição industrial ou bancaria. Fóra d'estas categorias só póde ser nomeado par do reino aquelle que se houver tornado digno d'esta distincção por meritos ou serviços extraordinarios e relevantes. O artigo immediato, que se refere aos pares do reino por direito hereditario prescreve que: nenhum será admittido a tomar assento na respectiva camara por direito hereditario sem provar: 1.º Que é descendente legitimo por varonia de par fallecido na linha recta de successão e que todos que o precedem em grau são fallecidos, ou que, extincta a varonia, é filho varão legitimo mais velho de femea mais velha já fallecida.—2.º Que o par fallecido prestara juramento e tomara assento na camara ou que só por legitimo impedimento, qualificado como tal pela mesma camara, deixara de praticar estas formalidades e ainda de registar a sua carta no caso de ter sido nomeado e não ter entrado na camara por successão.—3.º Que tem 30 annos completos de edade e se acha no pleno gozo dos seus direitos civis e politicos, possuindo além d'isto moralidade e boa conducta comprovada pelo attestado de tres pares. — 4.º Que tem carta d'algum curso de instrucção superior pela Universidade de Coimbra ou por alguma das escolas e institutos officiaes do paiz. —5.º Que se acha comprehendido em alguma das categorias designadas no artigo 4.º—§ unico. A disposição do n.º 5.º d'este artigo é dispensada quando o par por direito hereditario provar que é membro da magistratura judicial, ajudante de procurador geral da corôa e fazenda no continente do reino, capitão do exercito do reino ou primeiro tenente da armada, lente na Universidade de Coimbra, professor em alguma das escolas superiores de instrucção publica, primeiro secretario de legação tendo 5 annos de exercicio nos respectivos cargos ou posto e prestando a prova de possuir o rendimento liquido de réis 2:000$000, proveniente de alguma das origens estabelecidas no n.º 19 do artigo 4.º ou de posto ou emprego inamovivel. A lei de 21 de julho de 1885 alterou a importancia do rendimento e a da contribuição industrial e bancaria, reduzindo-a de 8:000$000 a 4:000$000 réis, e a de 1:400$000 a 700$000 réis. A carta de lei de 24 d'esse mez e anno, que alterou varios artigos da Carta Constitucional, dispoz no seu artigo 6.º que a camara dos pares fôsse composta de 100 membros vitalicios nomeados pelo rei, de 50 electivos, do principe real e dos infantes que tivessem 25 annos ou mais, do patriarcha de Lisboa, arcebispos e bispos do reino A respeito dos pares que formavam a camara quando foi promulgada a lei de 1885, dispoz esta que continuassem a fazer parte da camara como pares vitalicios, e que emquanto o numero d'estes não estivesse reduzido a 100, sem contar com os principes e prelados, o rei só poderia nomear um por cada tres vacaturas que occorressem, devendo depois estar sempre preenchido aquelle numero. A parte electiva da camara dos pares ficou tendo seis annos de duração, mas póde ser dissolvida simultanea ou separadamente com a camara dos deputados. Só pódem ser eleitos pares individuos que estejam comprehendidos nas categorias estabelecidas pela lei de 3 de maio de 1878 para a nomeação dos pares vitalicios, e a eleição dos membros temporarios d'esta camara é indirecta. Os immediatos successores dos pares fallecidos e dos que faziam parte da camara em 24 de julho, 1885, terão ingresso na camara por direito hereditario com tanto que satisfaçam as condições prescriptas na lei de 3 de maio de 1878. Uma outra lei datada egualmente de 24 de julho de 1885, estabeleceu as seguintes disposições ácêrca da parte electiva: Dos 50 pares electivos 45 são eleitos pelos districtos administrativos, e 5 pelos estabelecimentos scientificos. Os pares dos districtos são eleitos por collegios eleitoraes reunidos nas capitaes dos districtos, os dos estabelecimentos scientificos por um collegio especial que se reune na sala da Academia Real das Sciencias. Em cada districto administrativo haverá um collegio eleitoral, elegendo o do Lisboa 4, o do Porto 3 e o de cada um dos outros districtos 2. Os collegios districtaes serão composto dos deputados eleitos nos

circulos comprehendidos na área dos respectivos distrietos, dos delegados das juntas geraes, dos delegados dos collegios municipaes. O collegio especial que elege os pares representantes dos estabelecimentos scientificos, é composto de delegados dos seguintes estabelecimentos: Universidade de Coimbra, Escola Polytechnica de Lisboa, Academia Polytechnica do Porto, Escola Medico-Cirurgica de Lisboa e Porto, Curso Superior de Letras, Escola do Exercito, Escola Naval, Instituto Geral de Agricultura, institutos industriaes de Lisboa e Porto, e Academia Real das Sciencias. Tendo fallecido a 22 de janeiro de 1887 o presidente da camara Fontes Pereira de Mello, foi por decreto d'esse mez determinado que o presidente e vice-presidente da camara dos pares passassem a ser nomeados por decreto no principio de cada legislatura ordinaria. A lei de 24 de julho de 1885 foi alterada pela de 3 abril de 1896, que é a vigente: esta lei acabou com os pares electivos e restaurou a doutrina da data de 1826, constituindo a camara dos pares: com os de nomeação regia, em numero de 90, vitalicios; com os pares por direito proprio, mencionados no artigo 40.º da Carta Constitucional e no § 2.º do artigo 6.º da lei de 24 de julho de 1885; e com os por direito hereditario. No numero dos 90 não se comprehendem os pares por direito hereditario. Não pódem ser nomeados cidadãos que tiverem menos de 40 annos de edade, ou os que fôrem absolutamente inelegiveis para deputados. Não se comprehendem, porém, n'esta disposição os chefes de missões diplomaticas; os commissarios regios nas provincias ultramarinas e os governadores das mesmas provincias; os empregados superiores da Casa Real. A nomeação de par é officialmente communicada á camara; e, por proposta d'alguns dos seus membros, póde ser impugnada, no prazo de 5 dias, desde a communicação, com exclusivo fundamento na infracção da disposição supra dita, sendo a impugnação resolvida pela camara no prazo de 10 dias, desde a apresentação da proposta. Na falta de impugnação ou resolução dentro d'estes prazos, o presidente admitte o nomeado a prestar juramento e a tomar assento na camara. Logo que o par é nomeado, dirige pessoalmente ou por escripto ao presidente a carta régia da sua nomeação. O presidente informa a camara na proxima sessão. A commissão de verificação de poderes examina a carta de nomeação e faz o seu relatorio; e, se não ha reclamação, o presidente ordena a admissão do novo par. No dia determinado e logo em seguida á leitura da acta, é apresentado para ser admittido. Então dois pares escolhidos pelo presidente introduzem o novo par na sala, sendo precedidos por dois continuos. O presidente ordena ao secretario da direita que leia a carta régia da nomeação. O novo par está de pé, e depois de lida a carta, toda a camara se levanta, e o novo par, pondo a mão direita nos Evangelhos, presta o seu juramento, na conformidade do regimento de 3 de janeiro de 1880. O vestuario dos dignos pares do reino acha se regulado no regimento acima citado, artigos 101, 102 e 103. Usarão de dois uniformes, grande e pequeno. O uniforme grande serve sómente nas sessões reaes das côrtes geraes (decreto de 8 de outubro de 1826): gibão comprido de velludo preto com as mangas golpeadas, botões brancos, forro de seda branca, e sobre os canhões a renda recortada; capa curta de velludo preto forrada de branco, ficando ao arbitrio de cada um usar de forro de seda lisa ou bordada, ou de arminhos, e a murça de par toda de arminhos; colleira de rendas, banda larga de setim branco com laço grande de roseta, franjadas as pontas de franja de cordão de seda; calção de seda preta com liga de roseta, meias brancas e sapatos pretos com roseta branca larga; espada antiga de cruz, chapeu de copar com a aba de deante levantada e plumas grandes brancas. O pequeno uniforme é de rigor nas deputações da camara; e fóra d'isto quando qualquer dos pares o julgar a proposito, e será pela fórma seguinte: casaca de panno azul ferrete com gola e canhão bordado de quinas e castellos reaes de ouro, botões de ouro com as quinas; collete branco, não havendo luto; calça azul agaloada de ouro, chapeu com presilha de ouro, laço nacional e plumas brancas, não havendo luto.

Pargal. Pov na freg. do Salvador, de Pedragães, concelho de Villa Verde, districto de Braga.

Pargo. Ponta situada no extremo O da ilha da Madeira.

Pariato. V. *Pares (Camara dos)*.

Páris *(Antonio Alberto da Rocha)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, do conselho de Sua Magestade, deputado, governador dos districtos de Vianna do Castello e de Braga, etc. N. em Vianna do Castello a 9 de dezembro de 1836, onde tambem fal. a 3 de novembro de 1903. Era filho de Felix Pereira da Rocha Páris, fidalgo da Casa Real e administrador do concelho de Vianna do Castello, e de sua mulher, D. Marianna Guilhermina Pacheco Pereira. Matriculou-se na faculdade de Direito na Universidade, tomou o grau de bacharel no anno de 1857. Foi nomeado auditor do conselho de Estado em 1859. Entrando na politica, filiou-se no partido progressista, que serviu sempre com a maior dedicação, e do qual foi chefe no districto de Vianna do Castello. Foi deputado pela primeira vez em 1865, sendo eleito pelo circulo de Melgaço, e nas legislaturas de 1868 e 1870, pelo circulo de Vianna do Castello. Foi governador civil n'este districto, nomeado em 1879, 1886 e 1897, em 1886 tambem foi escolhido para exercer o mesmo cargo em Braga. Teve a nomeação, em 1900 de commissario regio adjunto (sub-inspector) á Companhia dos Tabacos no norte do paiz. A carta de conselheiro foi-lhe concedida nos fins do anno de 1879, tendo sido já anteriormente agraciado com a commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição. Prestou relevantes serviços ás seguintes instituições de beneficencia: Asylo de Infancia Desvalida e Misericordia, de Vianna do Castello; Asylo das Meninas Orphãs e desamparadas, Ordem Terceira de S. Domingos, Hospicio dos Velhos e Entrevados de Nossa Senhora da Caridade, irmandade do Santissimo da egreja matriz, Associação Fraternal dos Artistas Viannenses, Montepio Camões, Asylo da Infancia Desvalida, de Ponte do Lima; Hospital da Misericordia, de Arcos de Valle-de-Vez; Hospital da Misericordia, de Caminha; Collegio dos Orphãos de S. Caetano, de Braga, e irmandade da abbadia

em Terras de Bouro. Em 1874 promoveu a creação da Companhia Fomentadora para a edificação do *Theatro Sá de Miranda*. Casou a 18 de abril de 1861, com D. Maria José d'Araujo de Azevedo Vasconcellos de Magalhães Coutinho Feio e Mello, filha de José de Araujo d'Azevedo Vasconcellos e Mello, fidalgo da Casa Real, e senhor de varios morgados, e de sua mulher, D. Maria Guilhermina Feio de Magalhães Coutinho. D'este matrimonio houve um filho, Alberto Feio da Rocha Páris, que foi o 2.° visconde da Torre. V. *este titulo*.

Parizes. Pov. na freg. de S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro

Parja. Pov. na freguezia de S. Thomé, de Friande, concelho de Felgueiras, distr. do Porto.

Parnaval ou Pernaval. Serra, da Beira Alta, ramo da Gralheira, 20 k a O de Lamego. Está grande parte do reino coberta de neve.

Parochia. Pov. na freguezia de S. Lourenço, de Golães, conc. de Fafe, districto de Braga.

Parodá. Rio do districto e arceb. de Gôa, na India. E' formado pelas ribeiras de Nuddem e de Rivoná, nasce nos Ghattes do Ambigante, nos confins de Astragar, passa por Bally, atravessa Chandrovaddy, e unindo-se ao rio de Sanguem vão ambos formar o rio de Rachol ou de Zuarim, que é um dos mais importantes da India portugueza. Passa junto de varias povoações, entre as quaes se contam Parodá e Quepem. || Freg. do conc. de Salsete, com. de Quepem, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada proximo da margem esquerda do rio Parodá, e foi cedida a Portugal em 1742 pelo rei de Sundam. Tem escolas.

Parola. Pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Paroleite. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Parouvello. Pov. na freguezia de S. Thiago de Litem, concelho de Pombal, districto de Leiria.

Paroxem. Pov. do commando militar de Satary, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Fica proximo de Bicholim

Parozellos. Pov. na freg. de Santa Izabel, de Teixeira, concelho de Arganil, distr. de Coimbra.

Parrá. Freg. de Sant'Anna, do conc. de Bardez, no arceb. de Gôa. Tem escolas. Constitue uma regedoria com as povoações de Verlá e Cancá.

Parracheira. Pov. na freg. de Santa Margarida, de Arrabal, concelho e districto de Leiria.

Parrada. Pov. na freg de S. Miguel, de Rio Torto, concelho de Abrantes, distr. de Santarem.

Parrainha. Pov. na freg. de S. Martinho, de Moreira de Rei, conc. de Fafe, districto de Braga.

Parral. Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Areias, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || O Salvador, de Cabreiro, conc. de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Consolação, de Cezimbra-Castello, conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa.

Parreira. Povoações nas freguezias: S. Paio, de Azões, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro. || N. S.ª da Gloria, de Gloria, concelho de Extremoz, distr. de Evora. || O Espirito Santo, de Valle de Cavallos, conc. de Chamusca, distr. de Santarem. || S. Matheus, conc. de Montemór-o Novo, distr. de Evora.

Parreiras. Povoações nas freguezias: S. Sebastião e conc. de Loulé, distr. de Faro. || N. S.ª das Virtudes, de Ventosa, conc d'Alemquer, distr. de Lisboa. || O Espirito Santo, de Valle de Cavallos, conc. de Chamusca, distr. de Santarem. || Sant'Anna da Serra, conc. de Ourique, distr. de Beja || Ribeira do distr. de Lisboa. N. na serra de Cintra, corre ao S, e entra no Oceano Atlantico, proximo de Cascaes, com 13 k. de curso.

Parreiras do Monte São. Pov. da freg. de S. Martinho do Bispo, conc. e distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural.

Parrinho. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João da Madeira, conc. de Oliveira d'Azemeis, distr. de Aveiro.

Parrô. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Cepellos, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Partagale. Pov. do conc. de Canácona, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada na margem esquerda do rio de Talponá.

Partazana. Alabarda com ferro comprido, usada pela infantaria até fins do seculo XVII.

Parteira. Pov. na freguezia do Salvador, de Lordello, concelho de Paredes, districto do Porto.

Partida. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de S. Vicente da Beira, conc. e distr. de Castello Branco.

Parxem. Pov. do conc. de Pernem, Novas Conquistas, no distr. e archipelago de Gôa, India.

Parzal. Pov. da praganã Nagar-Avely, na com. e distr. de Damão, arceb. de Gôa, India. Tem grandes e excellentes mattas.

Pás. Pov. na freg. de S. Thiago, de Carapeços, concelho de Barcellos, districto de Braga.

Pasa. Pov. do sobado de Lumbo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Paschoaes. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Gatão, conc. de Amarante, districto do Porto.

Paschoal. Pov. na freg. de N. S.ª dos Prazeres, de Abravezes, conc. e distr. de Vizeu. Tem correio com serviço de posta rural.

Paschorido. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Rio Covo, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Pasmal. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Areias, concelho de Marvão, distr. de Portalegre.

Pasmil. Pov. na freguezia de S. Thomé, de Friande, concelho de Felgueiras, distr. do Porto.

Passada. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Barrô, concelho de Rezende, districto de Vizeu.

Passadiço. Povoações nas freguezias: S. Thia-

go, de Cossourado, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santo André, de Frades, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr || Santa Marinha, de Portella, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo districto.

Passado. Pov. na freg. de S. Thiago, de Carreiras, conc. de Villa Verde, districto de Braga.

Passadouro. Povoações nas freguezias: S Martinho, de Aguada de Baixo, conc de Agueda, distr. de Aveiro. || Santo André, de Fermentellos, conc. de Oliveira do Bairro, do mesmo distr. || Ilha Terceira; S. Pedro, de Ribeirinha, conc e distr. de Angra do Heroismo. || S. Bartholomeu, de Troviscal, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Valle, conc. de Arcos de Valle-de Vez, districto de Vianna do Castello.

Passadouros. Pov. na freg. de S. Matheus, de Bunheiro, conc. de Estarreja, districto de Aveiro.

Passaes. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Vandoma, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Fiães, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Passa frio. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Cachopo, concelho de Tavira, districto de Faro.

Passagem. Direito que pagavam os que passavam por alguma terra á qual este tributo se concedia. Os excessivos abusos que se davam, fizeram com que similhante imposto fôsse abolido V. *Pena de sangue.*

Passagem. Certa pensão muito frequente nos prazos da provincia do Minho e na Terra da Feira, desde o seculo XIII até ao seculo XVI, que os emphiteutas pagavam, quando o rei passava de uma para a outra margem do rio Douro. Só se pagava uma vez cada anno, qualquer que fôsse o numero d'ellas que o rei passasse. *E de passagem, quando El Rei passar, áquem Douro, uma vez no anno, hum maravedi* (Prazo de Veirão, de 1484). N'um prazo de Lourido, no logar de Tarouca, freg. do Cerdal, conc. de Valença, feito em 1487, se diz: *Seis buzios e meio de pão meiado, uma bôa gallinha, e tres reis brancos, quando El-Rei passar o Douro—e cinco de colheita ou visitação, para o bispo de Cepta* (Ceuta) *em cada um anno (Documento do mosteiro de Ganfei.) Buzio* era uma medida de solidos, que já existia no seculo XI, correspondia á fanga Se o infante, e depois principe, herdeiro da corôa passava o Douro, só recebia metade da referida pensão. *E pagareis pasagem de El-Rei 10 réis, e do Principe, cinquo.* (Documento de Paço de Sousa, de 1529). *Cinquo soldos pasando El-Rei a augua do Doiro —e, passando o Infante, herdeiro, dois soldos e meio.* (Documento da Universidade, de 1474).

Passagem. Povoações nas freguezias: Santos Cosme de Gondomar, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Santa Christina, de Couto, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, districto de Aveiro. || S. Thiago, de Gagos, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Moreira de Geraz do Lima, concelho e distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Penha Longa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. João Baptista e conc. de Sinfães, do mesmo districto || N. S.ª dos Milagres, de Vieira, conc. e distr. de Leiria.

Passagem Santa ou Santa Passagem. Assim chamaram nos principios do seculo XIII, á expedição que se projectava para restaurar os logares santos da Palestina. Os que não queriam ir, davam esmola voluntaria, a que tambem se chamava *Santa Passagem.* (Documento das freiras benedictinas do Porto, de 1313).

Passal. Recinto, ou terra de horta junto das egrejas parochiaes, que servia para horta, pomar, e logradouro dos parochos, curas ou capellães. Estas cêrcas eram no seu principio mais pequenas, e se lhes dava o nome de *dextros.* Nos concilios se chamavam *Sacrarium Ecclesiae.* No concilio de Valhadolid, em 1144, se diz que estes *dextros* ou *passaes* se estendiam até 30 passos geometricos em redor das egrejas matrizes. Eram tão respeitados, que tinham privilegio de *couto do reino,* ou de *homisiados.* Este privilegio foi concedido aos passaes pelo concilio de Coyança, o que consta do *Livro Preto* de Coimbra, fl. 259 a 260 e fl. 285. Os passaes de 30 passos eram os das egrejas de segunda ordem, porque os das cathedraes eram maiores. No concilio de Oviedo, em 1115, assignaram se 70 passos em redor das egrejas, para serem considerados *asylos* ou *coutos do reino.* Note-se, porém, que ficava ao arbitrio do povo, ou do devoto que doava ás egrejas o terreno para os passaes, (e para as *cêrcas* dos mosteiros, que tambem se chamavam dextros e eram coutos) a maior ou menor extensão. Se excedia os 30 passos, que parece ter sido o minimo do dextro, gozava tudo os mesmos privilegios. Na larga doação que os fundadores do mosteiro de Arouca fizeram ao mesmo mosteiro, em 951, diz-se: *Concedimus nos famulos Dei, Ansur, et Ejeuva, ad ipsum Locum Sanctum, atque Sancto Altario jam supra nominato XII.*ᵐ *passales pro corpora sepeliendo, et 2XXII*º *passales pro tolerantia Fratrum.* Eram pois 12 passaes ou passos, para cemiterio e 72 (antigamente, na conta romana, 2 valia 50) *para os frades haverem pelas suas mãos vestidos e mantimentos.* Muzara e Zamora, tendo fundado o mosteiro de S. Pedro de Cette, o dotaram, em 882, dando-lhe, além dos dextros, *duodecim passales pro corpora tumulandum, et septuaginta, et duas ad tolerandum fratrum. adque indigentium.* (Documento original do Collegio da Graça, de Coimbra). Vinham a ser ao todo 84 passos em giro de egreja e mosteiro. A 24 de agosto de 1869 foi promulgada uma lei, que mandou desamortisar os passaes, e, embora o clero protestasse contra ella, por ser grandemente prejudicado nos seus interesses, a lei cumpriu-se.

Passal. Povoações nas freguezias: S. Paio e conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Ilha de S. Jorge; N. S.ª das Neves, de Norte Grande, conc. de Velas, distr. de Angra do Heroismo. || ilha da Madeira; N. S.ª d'Ajuda, de Serra d'Agua, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Passarão. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição da Rocha, de Cabeça Gorda, conc. e distr. de Beja.

Passarella. Povoações nas freguezias: Santa Eufemia, de Lagarinhos, conc. de Gouveia, distr. da Guarda. || O Salvador, de Touraes, conc. de Ceia, do mesmo districto.

Passaria. Povoações nas freguezias: S. Se-

bastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || S. Pedro e conc. da Certã, do mesmo districto.

Passarias. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Borba de Godim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Maria, de Sandim, conc. de V. N. de Gaia, do mesmo districto.

Passaros. Ilha situada na bahia de Lourenço Marques, prov. de Moçambique, Africa Oriental. || Ilhota do pequeno archipelago de Angoche, na prov. de Moçambique. Africa Oriental. || Ilheu da costa da Guiné, Africa Occidental. Está situada á entrada do rio de Sant'Anna, confluente do Casamansa. O nome proveiu-lhe da grande quantidade d'aves que n'elle apparecem. || Ilheu da Costa NO da ilha de S. Vicente, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situado na entrada do Porto Graude, é de fórma espiral e tem 83 m. d'altura. Pela sua posição na bocca da grande bahia, é considerado um excellente ponto para ser fortificado. Pharol. || Ilheu da ilha de S. Thiago, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Antigo estabelecimento para o fornecimento de carvão e agua aos navios. || Bahia da costa do distr. de Mossamedes, na prov. de Angola, Africa Occidental. E' espaçosa; termina ao N n'uma ponta grossa e escura, e ao S no remate N da angra de Santa Maria.

Passavantes. São tres os officiaes da armaria. *Reis d'armas*, *Arautos* e *Passavantes*, cargos que vieram de Inglaterra, por occasião do casamento d'el-rei D. João I com a rainha D. Filippa de Lencastre. (V. *Reis d'armas* e *Arautos*). A' ultima d'estas dignidades deu-se o nome de *passavantes*, por serem considerados como aprendizes no officio das armas. O passavante é uma especie de aspirante a arauto. E' obrigado a servir 7 annos o seu cargo, e findo este prazo, apenas houver vagatura, passa a arauto, assim como o arauto, terminando egual prazo, passa a rei d'armas. A origem d'este cargo é tambem muito antiga; julga se que teve principio durante o imperio de Carlos Magno. As principaes obrigações dos passavantes consistiam em estudar tudo quanto pertencia aos officios de arauto e rei d'armas, afim de se habilitarem a desempenhal-as, quando para elles fôssem no neados. Não era tão pequeno trabalho similhante estudo, como muitos poderão julgar. A heraldica, ou sciencia dos brazões; o conhecimento das familias nobres de Portugal e suas possessões; e a formação das suas arvores genealogicas, que estavam incumbidas aos reis d'armas, eram estudos complicadissimos e difficeis, e que demandavam seria applicação e arduas investigações. Tambem cumpria aos passavantes, em occasiões de guerra, seguir os exercitos ao lado dos outros officiaes da armaria, e acompanhar os arautos nas missões a que el-rei ou o general em chefe os enviava; em tempo de paz, a assistir ao soberano nas solemnidades a que eram chamados os officiaes da armaria; e a andar por varias terras e reinos, segundo el-rei lhes determinava, em observação dos usos e costumes dos differentes povos, para, no seu regresso á côrte, dar minuciosa informação de quanto vissem. Ha quem pretenda que d'este ultimo encargo é que lhes proveiu o nome de passavantes, isto é, audar de terra em terra, sempre com pouca demora, e a *passar ávante*. Mas a melhor opinião é a que deriva este nome de ser concedida a taes officiaes melhoria de posição, *passando ávante* d'um cargo inferior para outro mais superior. El-rei D. Manuel decidiu reformar e melhorar a instituição da armaria, e para esse fim encarregou Antonio Rodrigues, seu rei d'armas, de ir ás principaes côrtes da Europa estudar as obrigações e usos que observavam os officiaes da nobreza. Depois de se realisarem outras indagações, construiu no paço de Cintra um vasto salão, no tecto do qual maudou pintar, em torno das armas e dos escudos do principe e infantes seus filhos, 74 brazões de familias nobres, que fôram os que se puderam accommodar no tecto. Decretou então um novo regulamento, em que ficaram assim classificados os officiaes da armaria: 3 reis d'armas, 3 arautos e 3 passavantes; os reis d'armas denominados *Portugal*, *Algarve* e *India*; os arautos com os nomes das capitaes d'estes tres reinos: *Lisboa*, *Silves* e *Gôa*; e os passavantes chamados *Santarem*, *Lagos* e *Cochim*, que eram então as principaes villas ou mais importantes povoações dos mesmos reinos. Ficou, pois pertencendo a cada reino um rei d'armas, um arauto e um passavante. A cerimonia da investidura ou baptismo dos passavantes celebrava-se na mesma fórma, salvas pequenas differenças, usada com os arautos e reis d'armas. O principal d'estes ultimos introduzia o novo passavante na presença d'el-rei, que estava sentado no throno e cercado de officiaes-móres da sua casa. O passavante não trazia insignia alguma do cargo que ia receber. Ajoelhando aos pés d'el-rei, e pondo a mão direita sobre o livro dos evangelhos, que lhe era apresentado pelo mesmo rei d'armas conductor, prestava o seu juramento. A copa ou taça com agua, que o copeiro-mór entregava a el-rei para o baptismo, era de prata branca e sem tampa. Depois do soberano lhe ter deitado a agua pela cabeça, e imposto o nome da principal villa do reino de que ia ser passavante, o rei d'armas que o introduzira na sala, vestia-lhe a cota, porém atravessada, e punha-lhe no peito o brazão d'armas do respectivo reino, sem corôa, e no lado esquerdo, para differença dos arautos, que o trazem do lado direito. Feito isto, seguia-se o beija-mão, acabado o qual o copeiro-mór ia offerecer ao novo passavante a taça de prata que servira para o baptismo. A cerimonia da investidura, assim como o baptismo, deixaram de existir, tanto nos reis d'armas, como nos arautos e passavantes; uma simples carta régia os substituiu, e é hoje o seu unico diploma. As funcções dos passavantes estão limitadas a comparecer nas grandes solemnidades da côrte, tomando o logar que lhes pertence junto aos arautos e aos reis d'armas. Nos prestitos reaes vão á frente os passavautes, depois os arautos, e em seguida os reis d'armas.

Passeio. Pov. na freg. de Santo André, de Sanhoane, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

Passico. Pov. na freguezia de Santo Isidoro, de Sanche, conc. de Amarante, districto do Porto.

Passil. Povoações nas freguezias: S. João Baptista e conc. d'Alcochete, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, do mesmo districto.

Passinho. Pov. na freg. de S. Miguel, de Facha, conc. de Poute do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Passinhos. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Candoso, conc. de Guimarães, districto de Braga. || S. Romão, de Paredes de Viadores, concelho de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Miguel e conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. Julião, freg. annexa á de Villa Cahiz, conc. de Amarante, do mesmo districto.

Passo e Passô. V. *Paço e Paçô*.

Passões. Pov. na freguezia de Santa Maria, de Carquere, concelho de Rezende, distr. de Vizeu.

Passos *(Antonio Augusto Soares de)* V. *Soares de Passos (Antonio Augusto)*.

Passos *(D. Beatriz de Passos Manuel, 1.ª viscondessa de)*. Nasceu a 12 de setembro de 1840, sendo filha de Manuel da Silva Passos, o grande tribuno, que fal. em Santarem em 1862, e de sua mulher, D. Gervasia de Sousa Falcão. Casou em 1866 com o 1.º visconde de Ferreri, Adriano Augusto Brandão de Sousa Ferreri. O titulo de viscondessa de Passos, foi lhe concedido pelos grandes serviços prestados por seu pae, por decreto de 24 de abril de 1861.

Passos *(José Gerardo Ferreira)*. Marechal de campo, gran-cruz das ordens da Torre e Espada e de S. Bento d'Aviz, par do reino, ministro de Estado, ajudante de campo d'el rei D. Pedro V, governador Civil e commandante militar da ilha da Madeira, etc. N. em Elvas a 11 de novembro de 1801, fal. em Ajuda a 12 de abril de 1870. Assentou praça em 1818 no regimento de infantaria n.º 17, sendo despachado alferes para o n.º 5 da mesma arma em dezembro de 1820; fez parte da expedição mandada á Bahia em 1822, e voltando ao reino foi em 1823 frequentar o curso da Academia de Marinha. Os acontecimentos politicos de 1828 o obrigaram a interromper a frequencia do 3.º anno em que estava matriculado, e a emigrar para Galliza, passando d'ali a Inglaterra, onde chegou em fins de dezembro; dirigiu-se em seguida para as ilhas dos Açôres, e assistiu á acção da Villa da Praia, em 11 de agosto de 1829, á tomada das ilhas do Fayal e S. Miguel, e fazendo parte do exercito libertador veiu para Portugal, sendo um dos heroicos defensores da cidade do Porto. Promovido a capitão graduado de artilharia a 6 de agosto de 1832, ganhou d'ahi a pouco o habito da Torre e Espada pelos serviços prestados na acção de 29 de setembro, commandou o districto de artilharia formado por 8 baterias de posição, assistiu depois á defeza das linhas de Lisboa, sendo ferido no dia 5 de setembro de 1833, commandando uma bateria volante na divisão de operações que foi ao norte do reino sob o commando do duque da Terceira, entrou em varios recontros e combates, e por ultimo na batalha da Asseiceira, em maio de 1834, onde conquistou o grau de official da Torre e Espada. Sendo elevado a major effectivo em setembro de 1834, era commandante interino do 1.º regimento de artilharia e commandante militar de Santarem, quando rebentou a revolta dos marechaes, e não adherindo a esse movimento, tomou acertadas medidas para se oppôr aos revoltosos, pelo que foi elogiado pelo governo. Posteriormente, sendo já coronel do 2.º regimento seguiu a causa da revolta chamada de Torres Novas em 1844, de que resultou ser demittido. Depois da amnistia voltou ao serviço, e em 1846 foi collocado á frente do 1.º regimento da sua arma. No mez seguinte teve o encargo, provisoriamente, do governo da praça d'Elvas, e tendo exercido esta commissão até meados de setembro voltou a tomar conta do seu regimento. Logo em seguida ao golpe de estado de 6 de outubro, tiraram-lhe o commando, e ficando depois collocado na disponibilidade, só voltou ao serviço em 1851, sendo-lhe então dada a graduação de brigadeiro. Em junho de 1854 foi nomeado governador civil e commandante militar da ilha da Madeira, permanecendo n'esta situação até que em junho de 1856, a seu pedido, regressou ao continente, tendo sido n'esse intervallo nomeado ajudante de campo d'el-rei D. Pedro V, quando este principe assumiu o governo, em setembro do anno anterior de 1855. Elevado a brigadeiro effectivo em 1858 e a marechal de campo em julho de 1862, foi em setembro d'este ultimo anno encarregado da direcção de todos os negocios militares e do governo civil de Braga, quando em consequencia da revolta que então se deu, fôram suspensas as garantias n'aquelle districto. Em 1863 commandou por alguns mezes a 1.ª divisão militar, e em 14 de janeiro de 1864 foi chamado aos conselhos da corôa como ministro da guerra, elevado cargo em que se demorou até 5 de março de 1865. N'esta curta gerencia publicou algumas medidas importantes, e entre ellas uma organisação geral do exercito e um regulamento de administração militar Em 1866 fez parte da commissão encarregada do estabelecimento do campo de manobras, foi n'esse anno 2.º commandante, e em 1867 commandante em chefe das tropas reunidas em Tancos, e em dezembro de 1866 foi nomeado inspector do campo de instrucção e manobras. Mais tarde ainda commandou alguns mezes a divisão do Alemtejo. Tambem foi administrador da Casa de Bragança. Além das honras já apontadas o general Ferreira Passos recebeu muitas distincções do governo e das nações extrangeiras, e os arminhos de par do reino.

Passos *(José Rodrigo)*. Antigo professor de latinidade, e reitor do Lyceu Nacional do Porto. Fal. parece, que em 1860, no Porto, Escreveu: *Inscripção sepulchral, e varios disticos, feitos por occasião das exequias na cidade do Porto pelo senhor D. João VI, imperador e rei*, Porto, 1826; *Andria*, versão em verso; saiu no tomo II do *Pirata*, jornal litterario do Porto, 1859, em que foi antigo collaborador.

Passos *(José da Silva)*. Bacharel formado em Leis e em Canones pela Universidade de Coimbra, sub-secretario de estado dos negocios da fazenda, deputado em diversas legislaturas, sub-inspector do thesouro publico, vice-presidente da Junta do Porto, socio honorario da Academia de Bellas Artes, etc. N. na freg. de S. Martinho de Guifões, conc. de Bouças, districto do Porto, a 18 de novembro de 1800, fal. no Porto, a 12 de novembro de 1863 Era filho de Manuel da Silva Passos, lavrador, e de sua mulher, D. Antonia Maria da Silva Passos. Com seu irmão Manuel da Silva Passos foi para Coimbra, matriculando-se na Universidade em 1817, recebendo o grau de bacharel nas faculdades acima citadas. Estavam os dois irmãos em Coimbra quando rebentou

a revolução de 1820, que ambos acolheram com enthusiasmo. N'esta cidade fundaram então em 1823 um jornal intitulado *O Amigo do Povo*, que poucos numeros publicou, por causa da reacção d'esse mesmo anno de 1823. Partiram ambos os irmãos para o Porto, e sendo ali perseguidos pelo partido absolutista, viram-se obrigados a emigrar para Hespanha, com mais outros perseguidos, formando elles a que então se denominou opposição constitucional, ou a esquerda dos emigrados. De Hespanha passaram a Inglaterra, e d'ali para França. No exilio a vida dos dois irmãos, sempre tão unidos, completamente se confunde. Seguiram a mesma politica, em França colaboraram ambos em diversas publicações, combatendo não só os actos do governo de D. Miguel, como alguns excessos e doutrinas d'outra facção, ou a direita dos emigrados. Voltando a Portugal, e conseguindo entrar no Porto, que estava soffrendo um rigoroso cêrco, cingiu logo, e á pressa, a espada de official do batalhão nacional provisorio de Sauto Ovidio. Foi então que se accentuou a sua vida revolucionaria, mostrando toda a bravura e intrepidez. Levantou se o cêrco, e estabelecendo se o regimen constitucional, elegeu-se a primeira camara municipal do Porto, e para seu presidente foi eleito José da Silva Passos. N'essa qualidade resistiu energicamente á lei de indemnisações de 15 de agosto de 1833, que seu irmão depois combateu na camara. Um e outro defendiam assim generosamente a causa dos vencidos, e levantavam bem alto a bandeira da verdadeira liberdade. Corria o anno de 1834; a effervescencia dos partidos proclamava os seus eleitos para as côrtes que iam inaugurar, á luz dos novos principios, a representação nacional. José de Passos não podia deixar de ser dos primeiros entre os escolhidos, e a provincia do Douro o elegeu. Tomando assento na camara ao lado de seu irmão, falaram ambos pela mesma voz contra a regencia de D. Pedro, e protestaram com a mesma palavra generosa contra as indemnisações que humilhavam a causa vencida. Reeleito na legislatura seguinte, adheriu á revolução de setembro; profundamente conhecedor dos negocios de administração, deu um contingente valioso para a redacção do codigo administrativo de 31 de dezembro de 1836, de que foi o principal autor. Voltando á camara fazendo parte das côrtes constituintes, e nomeado membro da commissão da lei eleitoral, cooperou efficazmente para a constituição de 20 de março e para a lei das eleições directas de 9 de abril do anno de 1838. Decididamente empenhado em contribuir com toda a sua esclarecida actividade para o engrandecimento da causa publica, exerceu os cargos de sub secretario d'estado dos negocios da fazenda, quando seu irmão era ministro, e de sub-inspector do thesouro, sem que por esse ou outro cargo acceitasse retribuição, como jamais a acceitou em troca dos relevantes serviços que prestou, ao paiz. Depois de seu irmão ser saido do poder, foi José Passos muitas vezes convidado para fazer parte de novos ministerios que se organisaram, o que elle recusou sempre, apezar das instancias da propria rainha D. Maria II. Sublevadas em 1837 as provincias do norte pelos dois marechaes, Saldanha e Terceira, o governo nomeou José Passos e o visconde de Sá da Bandeira, para a difficil missão de irem restabelecer a ordem. José Passos encarregou-se da parte financeira da missão, com que o serviço publico muito lucrou. Depois da queda da constituição de 1838, e da restauração da Carta em 27 de janeiro de 1842, José Passos, que era verdadeiramente odiado pelos cartistas por causa da sua infatigavel actividade e dos serviços que prestára á revolução de setembro, foi espancado e arrastado pelas ruas. Suspensas as garantias em 1844, José Passos foi preso duas vezes, sem haver motivos para isso, porque não só não entrára em conspirações, mas até repprovava publicamente as revoltas, emquanto fôsse possivel recorrer aos meios constitucionaes. Quando rebentou a revolução de 6 de maio de 1846, José Passos tornou a ser eleito presidente da camara municipal do Porto, e exercia esse cargo, quando se deu em Lisboa o golpe de Estado, conhecido pe-

José da Silva Passos

la *Emboscada de 6 de outubro*, para a restauração da Carta Coustitucional. O administrador de Villa Franca communicou a noticia para o Porto; a cidade ficou inquieta, mas ainda duvidosa, e só no dia 9 do citado mez de outubro, foi que teve a absoluta certeza do que se passara. Então José Passos, com uma energia assombrosa, dirigiu-se ao segundo commandante da guarda municipal Montenegro, chamou-o aos interesses da causa liberal, fez com que a guarda se pronunciasse, mandou tocar os sinos a rebate, disse a todos quantos encontrava no caminho que se resistia ao golpe de Estado, e que se não consentia que o duque da Terceira exercesse as funcções de logar-tenente da rainha nas provincias do norte, e depois de ter obtido a adhesão do regimento d'artilharia n.º 3 e do de infantaria n.º 6, dirigiu-se ao palacio do governo civil onde estava o duque da Terceira, e pediu-lhe urbanamente que se

considerasse preso. O duque, sabendo que toda a guarnição do Porto estava pronunciada no sentido revolucionario, e que não tinha por conseguinte meio algum de resistencia, acceitou tranquillamente a sua situação, que não deixava de ser perigosa, porque o povo exaltado ameaçara tirar vingança no duque do procedimento do governo de Lisboa. José Passos collocou-se então ao lado do duque, declarando que respondia com a sua vida pela vida d'elle. O povo exigia que o duque fôsse preso para o castello da Foz, José Passos desejava que elle reembarcasse para Lisboa, mas não apparecia barco nem escaler, e o duque foi o primeiro a reconhecer que se não podia seguir outro caminho senão o que o povo exigia, o n'esse mesmo dia 9 de outubro se recolheu ao castello da Foz. No dia seguinte o governador civil interino, Antonio Xavier de Barros Côrte Real, propoz á camara a nomeação d'uma junta provisoria do governo, junta que ficou assim organisada: presidente, conde das Antas; vice-presidente, José da Silva Passos; vogaes: Antonio Dias de Oliveira Sebastião d'Almeida e Brito, Justino Ferreira Pinto Basto, conde de Rezende, barão de Lordello, Antonio Luiz de Seabra, Francisco de Paula Lobo d'Avila. Organisaram-se logo outras juntas filiaes em Guimarães, Barcellos, Vianna do Castello, Villa Real, Vizeu, Castello Branco, Guarda, Evora, Portalegre, Beja, Faro, Leiria, Santarem, Cascaes, Palmella, Aveiro, Coimbra, Oliveira de Azemeis, Funchal, S. Miguel e Terceira. Organisado o governo da junta, José Passos encarregou-se das pastas da fazenda e da dos negocios estrangeiros, mas era elle verdadeiramente a alma da junta, e a elle se devem quasi todos os prodigios que a junta operou Os portuenses faziam todos os sacrificios que se lhes pediam, quando José Passos lhes chamava *patriotas*, e lhes falava no bem da nação. Verdadeiro presidente da junta, porque o conde das Antas dirigia as operações militares, José da Silva Passos não hesitou deante das mais graves responsabilidades. Foi preciso levantar alguns emprestimos forçados, era sempre José Passos que ia aos bancos, ás companhias ou só ou acompanhado por Justino Pinto Basto exigir o que era indispensavel. Fôram pequenissimos os recursos levantados por esse meio, e comtudo a junta levantou e teve em armas um exercito numeroso, equipou uma pequena esquadra quasi sem ter recursos tributarios. Demais, muito infeliz militarmente, a junta precisava a cada instante estar reparando os seus desastres. O visconde de Sá da Bandeira, vencido em Valpaços, via passar ao inimigo dois dos seus melhores regimentos, e perdia um grande numero de prisioneiros. Depois caiu em Torres Vedras prisioneira uma divisão toda de 4:000 homens, commandada pelo conde de Bomfim. As provincias do Minho e Traz-os-Montes, d'onde a junta do Porto podia tirar mais recursos, estavam tambem no poder do inimigo. Pois apezar d'isso, José Passos soube sempre apresentar a Francisco de Paula Lobo d'Avila, ministro da guerra, os recursos necessarios para elle pôr em campo fôrças consideraveis. Como ministro dos negocios estrangeiros prestou tambem muitos serviços, protestando energicamente contra o procedimento do commandante do cruzeiro inglez que aprisionou em 31 de maio a esquadra, que saira do Porto deixando o conde das Antas com uma nova expedição; votou pela rejeição dos quatro artigos do Protocollo, na sessão de 5 de junho do mesmo anno. Este golpe foi mortal e decisivo. Desde o momento que a Hespanha e a Inglaterra se tinham resolvido a intervir, em cumprimento do tratado da quadrupla alliança, a causa estava immediatamente perdida. Apezar d'isso, José Passos infundia confiança em toda a gente, e ainda levava os *patriotas* do Porto a emprehender qualquer acção heroica. Quasi á vista do exercito hespanhol, commandado por Concha, repelliram as tropas da junta as avançadas de Saldanha, mas tudo isso era inutil, a junta estava condemnada a entrar em negociações, e o convenio de Gramido assignado da parte da junta pelo marquez de Loulé e Cesar de Vasconcellos a 29 de junho de 1847, e pela parte dos inglezes e hespanhoes pelo general D. Manuel de la Concha, W. Wylde e Buenage, poz termo a essa revolução, que durante 9 mezes dominou em todo o norte do paiz e assoberbou, apezar de successivos desastres militares, o poder e a guarnição do governo do reino. Pois fôra José Passos quem fizera a revolução, tudo se devia á sua energia e á sua actividade. Terminada a lucta, José Passos voluntariamente, como seu irmão, retirou-se entregando-se tranquillamente aos seus trabalhos e aos seus negocios, rodeado sempre da estima dos seus concidadãos e da maior popularidade. Em abril de 1851, quando o duque de Saldanha fez o seu pronunciamento, e desanimado por não encontrar no exercito a adhesão que esperava, já se refugiara na Galliza, José Passos pôz-se em movimento, escreveu-lhe para que viesse ao Porto, dispoz os espiritos para se lhe preparar uma recepção condigna, e para o acompanharem no movimento que emprehendia. Foi José Passos um dos que mais contribuiram para o exito da Regeneração. Eleito deputado pela primeira vez, conservou-se, como seu irmão, muito afastado das luctas parlamentares. A sua saude estava profundamente abalada, e por effeito de paralysia aggravou-se-lhe de anno para anno, apagando-lhe a razão. Falleceu obscuramente. Foi casado com D. Anna Margarida Soares da Silva Passos. A seu respeito póde vêr-se *Apontamentos para a biographia do cidadão José da Silva Passos*, por Alg. Sidney; *Breve noticia biographica*, por Francisco José de Oliveira Luz: a *Revista Contemporanea*, de 1855; os jornaes da epoca, e entre elles, o *Commercio do Porto*, *O Jornal do Commercio*, de 17 de novembro de 1863 e a *Gazeta de Portugal*, do mesmo dia. José da Silva Passos redigiu tambem o *Ecco Popular*, de que foi proprietario, em 1847. Publicou: *Carta dirigida aos honrados cidadãos da 3.ª companhia do batalhão nacional provisorio do bairro de Santo Ovidio*, Porto; tem a data de 23 de setembro de 1833, e a assignatura de *José da Silva Passos, capitão da 1.ª companhia do mesmo batalhão.*

Passos *(Manuel da Silva)*. Um dos vultos mais proeminentes das luctas liberaes; bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra; advogado, deputado em diversas legislaturas, par do reino, ministro de Estado, etc. N. na freguezia de S. Martinho, de Guifões, concelho de Bouças, districto do Porto, a 5 de janeiro de 1801, fal. em Santarem a 16 de janeiro de 1862. Era irmão mais novo de José da Silva Passos (V.

o artigo antecedente). Ambos os irmãos começaram desde muito novos a manifestar uma intelligencia notavel, e seus paes, lavradores pouco abastados, reconhecendo que o melhor legado que poderiam deixar-lhes, era a instrucção, empregaram todos os possiveis esforços para que recebessem uma boa educação litteraria. Depois de frequentarem os estudos menores, como então se dizia, os dois irmãos fôram para a Universidade de Coimbra, e matricularam se em 1817, destinando-se Manuel Passos á faculdade de Leis. Muitos portuguezes andavam influenciados pelas idéas republicanas que se haviam desenvolvido na França, e Portugal soffrendo tambem terriveis consequencias d'essas idéas, havia supportado tres invasões, e visto com desgosto o abandono da familia real, que se refugiara no Brazil, apenas se dera a primeira invasão. Manuel Passos, e José Passos, mais velho do que elle e companheiro inseparavel das suas fadigas e infortunios, preoccupados com o estudo, estimulados nos brios pela honrosa competencia das lides intellectuaes, cursavam as aulas, quando a revolução de 1820 os veiu surprehender, abrazando lhes o enthusiasmo, e despertando-os para a realidade d'umas idéas liberaes tão conhecidas nos seus sonhos de imaginação ardente e exaltada. Manuel Passos proseguia o curso com tanta distincção, que recebia um premio pecuniario de 40$000 rs., vindo a formar-se em 1822. Com o enthusiasmo pelas idéas liberaes, fundou em Coimbra em 1823, com seu irmão, o jornal *Amigo do Povo*, que pouco depois acabou por ter triumphado a reacção n'esse mesmo anno de 1823. Manuel Passos foi então para o Porto, e matriculou-se como advogado de numero da Relação e Casa do Porto, exercendo a advocacia, e entregando-se aos seus estudos litterarios predilectos, até que em 1828, tendo tomado parte na insurreição de 16 de maio tentada contra o governo de D. Miguel, depois do golpe de Estado que este déra em Lisboa restabelecendo a monarchia absoluta, viu-se obrigado a emigrar n'esse mesmo anno com seu irmão e outros para a Corunha, partindo d'ali para Plymouth, onde estava a 26 de setembro de 1828, porque é essa a data d'um soneto escripto por elle com o pseudonymo de Almeno Damoeta, e por elle dirigido á rainha D. Maria II. Algum tempo se demorou em Inglaterra, seguindo depois para a Belgica, e d'ahi para França. Foi aqui que se relacionou, parece que intimamente, com Saldanha, a quem dirigiu um soneto laudatorio com o referido pseudonymo, e em Paris publicou dois *Memoriaes* sobre o estado do paiz e sobre a necessidade de destruir o governo de D. Miguel e de restabelecer o throno da rainha D. Maria II, um opusculo intitulado *Breve razoamento a favor da liberdade lusitana* e um *Exame de algumas opiniões e doutrinas* de Filippe Ferreira de Araujo e Castro e de Silvestre Pinheiro Ferreira. Todos estes opusculos começaram a dar uma certa notoriedade ao seu nome; mas uma pendencia grave que se levantou entre o ministro da guerra liberal Candido José Xavier e o coronel Rodrigo Pizarro, deu origem a que os dois irmãos Passos emittissem a sua opinião sobre o assumpto n'um opusculo impresso em Paris em 1832, e intitulado *Parecer de dois advogados da casa do Porto*, etc. Tambem os dois irmãos, reunidos em Paris, e n'esse mesmo anno, publicaram em portuguez e francez uma resposta a umas accusações formuladas pelo *Times* contra o duque de Saldanha. Tudo isto foi dando aos dois irmãos reputação e prestigio. Segundo as melhores informações, Manuel da Silva Passos, regressou ao Porto, quando já estava restabelecido o regimen constitucional, e logo em 1834, nas primeiras côrtes de deputados que se constituiram, foi eleito por uma das divisões eleitoraes do norte. Parecia talhada para o seu talento parlamentar a questão do Regencia, que então surgia cravada de difficuldades e cercada de perigos. D. Pedro havia a assumido dictatorialmente, e Manuel Passos entendia que, segundo a Carta Constitucional, não a podia elle exercer. Logo nas primeiras palavras que pronunciou, se reconheceu que estava ali um orador admiravel com todo o fogo da palavra tribunicia, e ao mesmo tempo com toda a urbanidade da palavra academica; tratava com toda a consideração e respeito o homem que prestára tão relevantes serviços á causa da Liberdade, mas punha acima de todas as considerações o respeito da lei: *Um bom principio*, dizia elle, *vale mais do que um homem*, e foi essa a norma constante da sua austera vida politica. Manuel Passos, ou Passos Manuel, como então lhe começaram a chamar para o distinguirem de seu irmão José Passos, começou desde logo a inspirar vivas sympathias aos proprios inimigos, e ardente enthusiasmo aos correligionarios. N'uma outra questão levantou Manuel Passos a sua voz no mesmo dia em que se estreava um outro orador notavel, que tinha de ser muitas vezes seu adversario politico, mas sempre amigo pessoal, Rodrigo da Fonseca Magalhães. Nunca Manuel Passos subira tão alto como n'esse pleito da lei de indemnisações, que se pretendia arrancar aos bens dos vencidos o necessario para indemnisar as victimas do regimen anterior. Era mentir ás tradições generosas do partido liberal, era annullar para satisfazer vindictas e caprichos de momento, os grandes principios do novo regimen. Manuel Passos protestou energicamente contra esse facto, e foi verdadeiramente eloquente. N'essa primeira camara de 1834, fazendo sempre opposição ao ministerio conhecido pelo nome de *ministerio dos devoristas*, e aos que se lhe seguiram, e que trilharam um pouco a mesma senda, Manuel Passos grangeou uma grande reputação de orador; de todos os homens novos postos em evidencia pela eleição de 1834, era elle quem se mostrava mais conhecedor dos negocios, o parlamentar mais brilhante, o democrata mais ardente, sem perder as suas grandes qualidades de urbanidade e cortezia. Entretanto succediam-se os ministerios uns aos outros, e sem estabilidade nem firmeza, praticavam erros sobre erros. O primeiro ministerio da rainha, presidido pelo duque de Palmella, caira deante das accusações da opinião, e fôra substituido primeiro pelo ministerio de transição do conde de Linhares, e afinal pelo ministerio Saldanha, que caiu principalmente em consequencia do descontentamento produzido pela expedição de Hespanha. Succedeu-lhe o ministerio José Jorge Loureiro, que caiu em consequencia da attitude indecisa que adoptou na questão da nomeação d'el-rei D. Fernando para commandante em chefe do exercito. Foi o ministerio seguinte, presidido pelo duque da Ter-

ceira, que resolveu a questão nomeando D. Fernando para o logar de que se tratava. Este acto, porém, e outros do ministerio, levantaram grande agitação entre os membros do partido avançado, que tomou em todo o reino uma attitude decidida. Em Lisboa, o Club dos Camillos, assim chamado por celebrar as suas sessões no antigo convento dos Camillos, tocava as raias da demagogia exaltada. O ministerio que tinha pouca confiança nas camaras, dissolveu as, e isso ainda mais exarcebou o paiz. Comtudo, as eleições fôram favoraveis ao governo em toda a parte, excepto em dois districtos, o do Porto e o de Vizeu. As novas camaras tinham sido convocadas para 5 de agosto, o governo adiou-as para 11 de setembro. No dia 9 d'este mez desembarcaram em Lisboa os deputados vindos do Porto. Recebidos com o mais vivo enthusiasmo, a ovação que se lhes fez, tomou o caracter d'uma manifestação politica. N'esse mesmo dia a guarda nacional pegou em armas, capitaneada por Fernando Soares Caldeira, e proclamou a constituição de 1822 com as modificações que as côrtes lhe introduzissem. As tropas de linha, enviadas para soffocar este movimento, fraternisaram com a guarda nacional. Com este movimento estava feita a revolução popular de 9 de setembro de 1836, conhecida pelo nome de *revolução de setembro*. A rainha, obrigada a ceder a um movimento que não pudera reprimir, chamou em 10 de setembro aos seus conselhos os homens que representavam a opinião predominante. Esses homens, presididos pelo conde de Linhares, que tambem ficou com a pasta da guerra, fôram: Vieira de Castro, ministro da justiça; visconde de Sá da Bandeira, da fazenda e interino dos estrangeiros; Vasconcellos Correia, da marinha; e Passos Manuel, do reino. Este ministerio tinha forçosamente de assumir a dictadura. Assumiu-a tratando ao mesmo tempo de convocar immediatamente côrtes constituintes. Passos Manuel, como ministro do reino, começou logo a tratar da instrucção publica. Pelo decreto de 18 de novembro de 1836, creou em Lisboa um deposito geral de machinas, modelos, utensilios, desenhos, descripções, e livros relativos ás differentes artes e officios, com a denominação de *Conservatorio das Artes e Officios*, e com o fim principal de promover a instrucção pratica em todos os processos industriaes por meio da imitação. Por decreto de 5 de janeiro de 1837 foi creado no Porto um deposito geral com a designação de *Conservatorio Portuense de Artes e Officios*, com o mesmo fim, methodo de organisação, administração e regulamento que o de Lisboa. Foi tambem Passos Manuel quem fundou a Academia de Bellas Artes; foi elle quem referendou os tres decretos de 25 de outubro de 1836, todos relativos á Academia. O 1.º d'aquelles decretos teve por fim crear a Academia; o 2.º collocal-a n'uma parte do edificio do extincto convento de S. Francisco da cidade, onde ainda hoje existe, e creou uma *bibliotheca especial de bellas artes* no mesmo edificio; o 3.º nomeou para os diversos empregos da academia as pessoas constantes d'uma relação que acompanhava o mesmo decreto. A academia ficava sob a protecção immediata da rainha D. Maria II e d'el-rei D. Fernando. N'esse mesmo anno de 1836, tambem por iniciativa do distincto ministro do reino, se creou a Casa Pia, de Evora, por decreto de 27 de outubro. Por decreto de 12 de janeiro de 1837, referendado pelos ministros Passos Manuel e visconde de Sá da Bandeira, foi creada uma Casa Pia, com a denominação de *Asylo Rural Militar*, destinada exclusivamente para recolher, alimentar, e educar 80 alumnos, filhos de praças de pret do exercito. O asylo ficaria assente no edificio do extincto convento do Varatojo, applicando-se-lhe tambem a respectiva cêrca, e uma porção de terreno não muito distante do estabelecimento. Em 28 de setembro de 1836, Manuel da Silva Passos encarregou Almeida Garrett de elaborar e propor ao governo um *plano para a fundação e organisação do Theatro Nacional de Lisboa*, devendo ao mesmo tempo informar ácêrca das providencias necessarias para effeituar melhoramentos possiveis nos theatros existentes. Do plano elaborado por Almeida Garrett resultou o decreto de 15 de novembro creando a *Inspecção geral de theatros*, e simultaneamente estabelecendo um *Conservatorio Geral da Arte Dramatica*. Por decreto de 29 de dezembro de 1836 deu uma nova e radical organisação ás escolas de cirurgia de Lisboa e Porto, dando-lhes a denominação de *escolas medico-cirurgicas de Lisboa e Porto*. Tambem na fecundissima dictadura de Passos Manuel, se fundou em janeiro de 1837 a Academia Polytechnica do Porto em substituição da antiga Academia Real de Marinha; transformou os estudos da Universidade, formou um novo plano para as escolas de instrucção primaria, recommendou a creação de associações agricolas, fabris e industriaes nas terras mais importantes do reino. Este ministerio estava no poder havia apenas dois mezes quando rebentou o movimento da *Belemzada* (V. *Portugal*, vol. II, pag. 263 e seguintes). A rainha retirou-se para Belem, demittiu o ministerio, organisou outro gabinete, e fez proclamar nos arredores do Paço a restauração da Carta Constitucional. Conhecedor do que se passava, Passos Manuel tratou logo de vêr quaes eram os sentimentos da guarda nacional, e achou-a prompta a acompanhal-o. A tropa de linha, que estava em Lisboa, mantivera-se fiel tambem ao ministerio; Manuel Passos e os seus amigos não acceitaram as suas demissões. Em presença d'esta attitude, a rainha desanimou, voltou para Lisboa, e continuou a funccionar o regimen estabelecido. Não fôra essa a primeira tentativa de reacção contra o ministerio setembrista. Logo no dia 18 de setembro tinham protestado contra a revolução 27 membros da camara alta. No dia 5 de outubro constava ao novo governo que o batalhão de caçadores n.º 5 queria fazer a contra revolução, o batalhão foi mandado para o Algarve combater o Remechido, e como o chefe cartista Gomes parecia operar de accordo com o guerrilheiro portuguez, e podia por conseguinte a sua união acarretar serios perigos, apoz caçadores n.º 5 marchou para o sul do rio Tejo uma divisão commandada pelo barão de Bomfim. O movimento da *Belemzada* mallogrou se, além de muitas outras causas, pela intervenção dos marinheiros inglezes que desembarcaram, diziam elles, com o fim de proteger a rainha, o que irritou profundamente os proprios cartistas. Foi Manuel Passos quem primeiro protestou, e com toda a energia, contra a intervenção ingleza, mais ou menos disfarçada. Estava detido em Belem, onde a rainha

o mandára chamar. Esse simulacro de contra revolução durou pouco tempo. A 5 de novembro a rainha nomeava presidente do conselho de ministros o visconde de Sá da Bandeira, que chamou logo para seu lado Vieira de Castro e Passos Manuel. Até 1 de junho de 1837 se dilatou esta situação, em que Manuel Passos tinha a seu cargo, ora alternada, ora simultaneamente, as pastas do reino, da fazenda e da justiça. Além das grandes medidas já citadas, Passos Manuel resolveu, refundir, mais ainda, creou o nosso systema tributario. Deu ás alfandegas do reino a pauta de 10 de janeiro de 1837, da qual procedem todas as que depois d'ella tem sido decretadas, e libertou assim para uma vida nova o commercio, que estava ainda sujeito á pauta aduaneira de 14 de fevereiro de 1782. Em 31 de dezembro de 1836 promulgou um Codigo adminis-

Manuel da Silva Passos

trativo, em que tambem collaborou seu irmão José; n'esse trabalho havia excellentes disposições. Tratou tambem o notavel ministro de providenciar com relação ao modo de facilitar aos devedores á fazenda o pagamento dos seus debitos sem prejuizo do thesouro, e a respeito da exportação dos vinhos do Douro, da reducção de tenças e de pensões, da extincção do papel moeda. Alguns dos relatorios que precedem estes decretos são verdadeiras obras primas. As côrtes constituintes, convocadas no dia 12 de outubro de 1836, só vieram a reunir-se no dia 18 de janeiro de 1837. As reformas de Passos Manuel, reformas a que se deve accrescentar outra importantissima, a creação do registo hypothecario, tinham levantado muitos attritos. O ministerio contava agora um grande numero de inimigos, até nas fileiras dos avançados. Foi um d'elles José Estevão, que se estreou na tribuna, combatendo o ministerio de 5 de novembro. Todos consideravam perfeitamente transitorias e ephemeras as reformas de Passos Manuel, muitas das quaes ainda se teem conservado, attestando pelos seus immensos resultados a sensatez do legislador; Passos Manuel, porém, já estava cansado das intrigas miseraveis da politica, e aproveitou o primeiro ensejo que teve para sair do ministerio. A 5 d'abril e meçara a discutir-se a Constituição; em maio descutia-se a creação dos logares de secretarios de Estado, proposta por Passos Manuel, e rejeitada pela camara. Era o dia 10 de maio de 1837; n'esse mesmo dia Passos Manuel e os seus amigos pediram a demissão, e nunca mais esse estadista voltou a occupar as cadeiras do poder. Recolhendo-se á vida privada, acompanhou lealmente os seus amigos, sem despertar a colera dos inimigos. A Constituição acabou de se discutir e promulgou se, e Passos Manuel foi eleito senador. Na camara alta pronunciou alguns discursos muito notaveis, mas persistiu em se abster de entrar na parte verdadeiramente politica dos debates. Depois da contra-revolução do Porto, em 1842, que deu em resultado o restabelecimento da Carta Constitucional, e sendo extincta a camara dos senadores, Passos Manuel foi reeleito deputado, e assentou-se nos bancos da opposição. No entretanto, poucas vezes appareceu na camara, e poucas vezes tambem usou da palavra. Estava completamente entregue ás suas occupações agricolas; tornara-se lavrador no Riba-Tejo, e entregava-se com enthusiasmo aos cuidados da lavoura. O seu nome adquirira por isso mesmo um extraordinario prestigio. Esse homem que atravessára o poder sem se demorar, e que deixára, comtudo, um rasto brilhantissimo da sua passagem; que servira sempre desinteressadamente o seu paiz, que d'elle não recebera nem honras, nem empregos, nem beneficios, que se mostrára sempre liberal sincero, patriota ardente, que ligára o seu nome á dictadura mais brilhante da historia portugueza, a uma serie de fundações notaveis, e que nunca entrara nas luctas mesquinhas da politica, que nunca se mettera nas suas intrigas, que tivera o mais constante e o mais nobre desprendimento, a mais nobre altivez de animo, que falára alto aos reis nos seus paços, e quando elles tinham por si a força e a vontade de a empregar, que nunca lisongeara baixamente o povo, que fôra levantado ao poder por uma revolução que elle não provocára, e que o levantára nos escudos como ao mais digno, cuja palavra se levantára sempre a favor das causas sagradas da liberdade e da tolerancia, e que depois de tudo isso fôra entregar-se tranquillamente aos modestos trabalhos da agricultura, adquirira no paiz um prestigio verdadeiramente extraordinario. Em 1844, quando se mallogrou a revolta de Torres Novas, que foi morrer em Almeirim, Passos Manuel ergueu a voz para protestar contra a repressão violenta a que recorrera o partido vencedor e contra as vinganças a que se deixara arrastar. N'esse discurso ha phrazes immortaes, que deviam ainda hoje ser meditadas por todos que lidam na politica. Infelizmente, Passos Manuel voltou ao seu silencio habitual e á sua vida de lavrador. As eleições de 1845, tristemente celebres, irritaram profundamente o paiz, já fatigado do governo oppressor do conde de Thomar, e na primavera de 1846 reb ntou a

revolução do Minho, conhecida pela *Maria da Fonte*. A rainha sentiu que a situação era grave e demittiu o ministerio que assim sublevára a opinião. Já a esse tempo se organisavam por toda a parte juntas incumbidas de auxiliar o movimento do norte, Os desconteutes do districto de Santarem agruparam-se em torno do sympathico vulto de Passos Manuel. Não podia este, nem queria entrar no ministerio. Mousinho d'Albuquerque, ministro do reino, pediu-lhe para acceitar o cargo de governador civil de Santarem, cargo que podia exercer, quasi sem sair de casa. Passos Manuel acceitou. Ao mesmo tempo era proposto deputado pelo Porto, mas nem chegou a ser eleito, nem pôde ser por muito tempo governador civil, porque a 6 de outubro dava a rainha o golpe de Estado celebre d'essa data, a noticia transmittida para o Porto fazia com que rebentasse a revolução, cuja alma foi desde logo José Passos, o irmão energico de Passos Manuel. Parecia natural que a Passos Manuel pertencesse a direcção suprema, elle, porém, não desejava senão viver obscuro. Esteve sempre durante a revolução ao lado da Junta do Porto, combatendo, porém, como voluntario, sem ambições de poder nem de brilho. Auxiliou muito a Junta, e quando esta ficou definitivamente vencida, voltou á tranquillidade do seu viver domestico. Depois da convenção de Gramido, em 1847, não voltou, nem tentou voltar á camara. Dando se o movimento da Regeneração, em 1851, tornou a ser eleito deputado, sendo reeleito em outras legislaturas até 1858, mas poucas vezes tomou a palavra, e em muitas sessões não compareceu por falta de saude. Por carta régia de 17 de maio de 1861 foi eleito par do reino, mas não chegou a tomar assento na camara alta. No anno seguinte fallecia em Santarem, causando a sua morte a mais profunda consternação. Quando a noticia foi sabida em Lisboa, a camara dos deputados, que estava reunida, lançou na acta um voto de sentimento pela morte do grande liberal, e por proposta de Mendes Leal, determinou que na sala da bibliotheca da camara, fundada pelo eminente tribuno, se collocasse o seu busto. Annos depois, os seus patricios do concelho de Bouças lhe erigiram uma estatua na alameda de Leça. Manuel da Silva Passos havia casado a 28 de dezembro de 1838 com D. Gervasia de Sousa Falcão, filha de João de Sousa Falcão, e de sua mulher D. Maria Xavier Farinha Falcão. D'este consorcio houve duas filhas: D. Beatriz de Passos Manuel, que teve o titulo de viscondessa de Passos, em attenção aos serviços de seu pae; e D. Antonia de Passos Manuel, que casou com Pedro de Sousa Canavarro, neto do 1.º barão de Arcossô. Bibliographia: *Memorial sobre a necessidade e meios de destruir promptamente ó tyranno de Portugal, e restabelecer o throno de sua majestade a senhora D. Maria II e a Carta de 1826*, Paris, 1831; *Segundo memorial sobre o estado presente de Portugal, e como não ha razão, nem direito, nem força para tirar á senhora D. Maria II a sua corôa, e a nós a nossa liberdade*, Paris, 1831; *Breve razoamento a favor da liberdade lusitana, e da senhora D. Maria II, duqueza do Porto, e rainha constitucional dos portuguezes*, Paris, 1832; *Exame de algumas aptidões e doutrinas, que os senhores Filippe Ferreira de Araujo e Castro, e Silvestre Pinheiro Ferreira expendem em seu «Parecer, Notas e Analyse das observações do sr. José Ferreira Borges»*, Paris, 1832; *Parecer de dois advogados da Casa do Porto: 1.º sobre a carta particular que o sr. Candido José Xavier dirigiu ao sr. Rodrigo Pinto Pizarro*; 2.º *sobre a communicação que S. M. I. o sr. D. Pedro de Bragança fez ao general Conde de Saldanha*, etc., Paris, 1832; *Resposta aos artigos publicados no «Times» contra o ex.*^mo^ *sr. general Conde de Saldanha, e que suppomos serem obra d'um olheiro chamorro bem conhecido*, 1832; este mesmo opusculo saiu mais extensamente desenvolvido em francez, com o titulo: *Réponse aux accusations publiées derniérement dans le «Times» contre le général Comte de Saldanha; dediée á ses amis personnels et politiques par les citoyens portugais Joseph et Manuel da Silva Passos*, Paris, 1832; *Relatorio apresentado ás Côrtes extraordinarias e constituintes, pelo ministro secretario de Estado dos Negocios do Reino*, etc., Lisboa, 1837; *Discurso do sr. Passos (Manuel) pronunciado na sessão de 16 de julho de 1841, na Camara dos Senadores*, Porto, 1841; versa sobre o requerimento d'um estrangeiro, que pedia uma *pensão ao parlamento em remuneração de serviços feitos á causa constitucional; Discurso do sr Passos (Manuel) sobre as contribuições municipaes*, Porto, 1841; *Discurso do sr. Passos (Manuel) pronunciado na sessão de 13 de fevereiro de 1840*, Porto, 1840; teve por assumpto a questão do trafico da escravatura, na discussão da resposta ao discurso da Corôa; *Discurso do sr. deputado Passos (Manuel) na sessão de 18 de outubro de 1844*, Lisboa, 1845; sobre o uso e abuso dos poderes dictatoriaes de que o governo se revestira, por occasião da sublevação de Torres Novas em fevereiro do mesmo anno.

Passos V. *Paços*.

Passos Junior *(Manuel d'Oliveira)*. Poeta contemporaneo. N. na freg. de S. Christovão, de Mafamude, concelho de Villa Nova de Gaia, a 2 de fevereiro de 1867. Fundou e dirigiu a revista quinzenal *Mocidade e Lettras*, em 1881, e a revista semanal *Socrates* em 1884. N'este mesmo anno, de camaradagem com Manuel de Moura, fundou o *Bistori*, revista mensal que durou 4 annos, e em 1894, tambem com Manuel de Moura, publicou o *In Memoriam*, numero commemorativo do 5.º centenario do nascimento do infaute D. Henrique, editado pela typographia Pereira & Cunha, e collaborado pela familia real portugueza, pelo rei da Belgica, por quasi todos os bispos portuguezes e pelos mais notaveis escriptores nacionaes. Em 1898 assumiu a direcção litteraria da *Illustração Moderna*, de que era proprietario o director artistico o apreciado gravador Marques Abreu, e tres annos depois teve Manuel de Moura a auxilial-o na publicação da mesma revista. Oliveira Passos é um dos poetas novos que se mais se tem destacado. Tem escripto: *Timidos*, 1884; *Petalas*, 1887; *Mens divinior*, 1889; *Contra os inglezes*, 1890; *Padres jesuitas*, 1891; *Lux et Umbra*, 1892; *Myosotis*, 1893; *Lagrimas*, 1894; *Crepusculos*, 1895; *Na morte de João de Deus*, 1896; *Lyra de Camões*, 1897; *Voz sincera*, 1897; *Livro intimo*, 1901; *Biblia do coração*, 1905.

Pastaneira. Pov. na freg. de S. Pedro, de Gafanhoeira, conc. de Arraiollos, districto de Evora.

Pastel. Planta usada na tinturaria. No seculo XV desenvolveu-se muito esta cultura nos Açôres. Sabe-se que em 1490 Antonio Caçona, genovez, residente em Sevilha, trazia arrendado ao duque de Beja o trato do pastel na ilha Terceira. || Massa de farinha cozida no forno, que se estende á mão ou por meio de rolo, e dentro da qual se mette carne ou peixe em picado, ou doce ou fructa. V. *Pasteleiro*. || Desenho feito com lapis de côres.

Pastel. Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira; Santa Quiteria, de Boa Ventura, conc. de S. Vicente, distr. do Funchal || Ilha do Fayal; pov. na cidade, conc. e distr. da Horta. Tem est. postal.

Pasteleiro. Fabricante de pasteis. Este antigo officio tinha no regimen da Casa dos Vinte e Quatro regimento especial. Na collecção do senado de Lisboa, reformada em 1572 encontra-se o respectivo regimento. V. *Elementos para a historia do Municipio de Lisboa*, por Eduardo Freire de Oliveira, vol. VI, 1.ª Parte, pag. 538 e seguintes.

Pasteleiro. Pov. na freg. de S. Martinho, de Lordello do Ouro, Porto, 2.º bairro (Occidental).

Pastesins. Pov. na freg. de S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, districto de Aveiro

Pastor. Pov. na freg. de Santa Eufemia e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Pastoria. Pov. na freg. de S. Vicente, do Redondello, concelho de Chaves, districto de Villa Real.

Pata. Prazo do distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Occidental.

Patã. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição e conc. d'Albufeira, distr. de Faro. || S. Sebastião, de Boliqueime, conc de Loulé, do mesmo districto.

Pataca. Moeda de prata de Moçambique. Africa Oriental.

Pataca. Pequena bahia situada na costa do distr. de Mossamedes, prov. d'Angola, Africa Occidental. Está separada da praia do Bomfim por uma pequena ponta. || Ponta situada na costa SE da ilha de S. Nicolau, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Patacão Antiga moeda do tempo de D. João III. Foi este monarcha quem mandou cunhar uma moeda de prata, a que se deu este nome, e que valia 40 réis. D'um lado tinha uma corôa, e por baixo d'ella—Io. III *(*João III*)*—ao fundo XXXX —com a legenda—Rex Portugaliae Al.—Do outro lado, uma cruz de S. Jorge, cercada pela legenda—In hoc signo vinces. D. João III tambem mandou cunhar patacões de cobre, com o peso de 5 oitavas, e o valor de 10 réis. D'um lado tinham o escudo real, cercado pela legenda —*Ioannes Tertius Portugaliae et Algarbiorum;* e do outro, um X no centro, e em redor—*Rex quintvs decimvs*, V. *Dez reaes*. || Antiga moeda de prata, mandada cunhar em Gôa, em 1555, pelo vice-rei D. Pedro de Mascarenhas. Era a maior moeda de prata que existia então no estado da India.

Patacão. Pov. na freg. de S. Pedro, conc. e distr. de Faro.

Patacas *(Monte das)*. Na freg. de Santa Catharina, de Quintos, conc. e distr. de Beja.

Pataco. Moeda de bronze no valor de 40 réis, mandada cunhar por decreto de 29 de outubro de 1811. Os patacos eram pesados, desgraciosos e muito incommodos. Em 1846-1847, a Junta do Porto mandou tambem cunhar patacos na sua fabrica de moeda installada no extincto convento

Patacão

de Monchique, sendo esta especie de moeda considerada como illegal, ou moeda falsa, por decreto de 16 de maio de 1847. Acabada a guerra civil, os patacos da Junta fôram mandados recolher ao governo civil para serem legalisados por meio d'um carimbo, *G. C. P. (Governo Civil do Porto)*. Os patacos apresentados fôram 220:556, sendo inutilisados 1:137. Sem carimbo ficaram apenas 678, visto que o numero d'elles mandado cunhar pela Junta fôra de 221:244, isto é, réis 8:849$760, que pesavam perto de 7:200 kilos. Ha muitos annos que esta moeda foi abolida. V. *Miragaia*, a pag. 1128 do vol. IV; e *Quarenta réis*.

Patalas. Pov. e freg. de N. S.ª da Esperança, da prov. da Extremadura, conc. e com. d'Alcobaça, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa; 752 fog. e 3:051 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post., permutando malas com a R. A.-Lisboa Figueira. Está situada na estrada da Pederneira a Leiria, a 6 k. do Oceano Atlantico, e a 14 da séde do conc. A mitra apresentava o cura, que tinha diversos generos, 4$000 réis em dinheiro,

Pataco de D. Maria II

e o pé d'altar. A primeira invocação da padroeira d'esta freg., foi N. S.ª da Conceição, depois passou a N. S.ª da Annunciação, e por fim, á de N. S.ª da Esperança, que ainda conserva. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria.

Patairia. Pov. na freg. de S. Jeronymo, de Real conc. e distr. de Braga.

Patalim. E' appellido nobre em Portugal, de que ha noticia no seculo XIV. No anno de 1319, Lopo Rodrigues Patalim e sua mulher, Mayor Pires, instituiram um morgado na freg. de S. Pedro, da cidade de Evora. Este morgado passou depois por herança aos Carvalhos, cujo ramo se appellidou *Carvalho Patalim*. As suas armas são: Escudo esquartelado: no 1.º e 4.º quarteis, de ouro, 4 coticas azues, em faxa; no 2.º e 3.º, de purpura, um castello de ouro, elmo d'aço, aberto, e por timbre, o castello do escudo. Outros d'este appellido, usando das mesmas armas, trazem por timbre um braço direito, armado com uma espada. Ainda ha outros Patalins que trazem o escudo dividido em aspa: no 1.º e 4.º quarteis, de purpura; no 2.º e 3.º, de ouro, 4 coticas azues, em pala O mesmo elmo e timbre. A familia do appellido Patalim, que veiu de Aragão, tem por armas: Em campo d'ouro 5 coticas, de purpura, em pala. Elmo d'aço, aberto, e por timbre, um braço direito armado com uma espada; paquifes de ouro, forrados de azul.

Patameira de Baixo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Dois Portos, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Patameira de Cima. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa.

Patane. Freg. da cidade, conc. e prov. de Macau, Asia. E' um dos tres bairros chinezes da cidade.

Pataria. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Barrô, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Patas *(Casal das)* Na freg. de N. S.ª da Purificação, de Alcanede, conc. e distr. de Santarem. || Ribeira da ilha de Santo Antão, no Archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Os terrenos adjacentes e todo o valle são muito ferteis e cultivados.

Patelvary. Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freguezia de Santo André de Brancavará, do concelho de Diu, na India.

Pateira. Ilha Terceira; pov. na freg. de Santa Luzia, conc. e distr. de Angra do Heroismo. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Merelim, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Teixeiró, conc. de Baião, distr. do Porto.

Pateirão. Pov. na freg. de S Miguel, de Roriz, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Pateiro Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Ferragudo, conc. de Lagoa, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição e conc. de Silves, do mesmo districto.

Patellas Povoações nas freguezias: O Salvador, de Ginzo, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Idães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Patêllo Serra do districto de Santarem. V. *Ayre*.

Patellos Pov. na freg de S Julião, de Serafão, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Patena Lamina metalica, um tanto convexa, em fórma de pires em que se colloca a hostia, na missa. Serve tambem de tampa ao calix. Ha formosas patenas, preciosissimas, como a do calix de ouro esmaltado da sé de Evora, adeante reproduzida. Na exposição d'arte retrospectiva, em 1882, via-se uma linda patena de prata dourada, tendo no centro a imagem de um santo e na orla o letreiro AVE MARYA PRENA GRACYA DOMI. No reverso o brazão de armas da ordem de S. Domingos. Tinha de diametro 2 cent. e suppunha-se trabalho do seculo XVI Pertencia a el-rei D. Luiz. Outra patena notavel era a do celebrado calix de Alcobaça. V. *Calix*, a pag. 628 do vol. II.

Patena

Pateo. Pov. na freg. de Santo Adrião, de Cever, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

Pateo do Azinhal Pov. na freg. de S. Mathias, conc. e distr. de Evora.

Pateo do Collares Pov. na freg. de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa.

Pateo de comedias. V. *Theatro*

Pateo da Fabrica. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Pateo do Valladares Pov. na freg. de Santa Maria. dos Olivaes, 1.º bairro de Lisboa

Pateo de Valverde Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Tourega, concelho e distr. de Evora.

Patiem. Pov. do conc. e commissão militar de Sanguem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada a E da prov. chamada Portugal e Castro. || Pov. do conc. de Sanguem, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada proximo de Astragar.

Patim. Pov. da freg. de S. João Baptista, do conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Pato As armas da familia d'este appellido são: Em campo de prata nove lisonjas em tres palas veiradas e contraveiradas de azul e vermelho, sendo a côr superior azul e a inferior vermelha; timbre, um pato de prata armado de vermelho.

Pato *(Raymundo Antonio de Bulhão)*. V. *Bulhão Pato*.

Pato. Povoações nas freguezias: S. Christovão, de Lordello, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição, de Cabrella, conc de Montemór o Novo, distr de Evora

Pato Moniz (*Nuno Alvares Pereira*). Poeta e

escriptor. N. em Lisboa a 18 de setembro de 1781, fal. na ilha do Fogo, em Cabo Verde, a 21 de dezembro de 1826. Era filho de Manuel Moniz Pereira Pato Guerreiro Velho de Moraes Perdigão, fidalgo da Casa Real, capitão-mór de ordenanças das nove villas do Ribatejo, e juiz de fóra nas de Aldeia Gallega e Torres Novas. Pato Moniz cursou com o maior aproveitamento as aulas publicas do convento de S. Vicente de Fóra. Ali adquiriu o gosto pela poesia, que ainda mais se lhe desenvolveu quando travou relações intimas com o poeta popular Manuel Maria du Bocage, de quem se tornou ardente admirador. Comtudo, Pato Moniz obedeceu a seu pae, que o queria casar com uma rapariga da aldeia que lhe trazia bom dote, mas por pouco tempo se resignou a sujeitar-se a estes cuidados da vida material e ás obrigações domesticas, porque não tardou a separar-se da mulher, e como seu pae morrera, ficou senhor d'um vinculo que o podia sustentar decentemente, mas não era d'essa tempera Pato Moniz, e não descançou emquanto não alienou de qualquer fórma os bens d'esse vinculo, lançando-se alegremente na vida airada, acompanhando sempre Bocage aos botequins e aos outeiros, tornando se seu inseparavel companheiro, prompto sempre a applaudil-o enthusiasticamente, a prodigalisar-lhe as palmas e as ovações de que Bocage tanto carecia, partilhando emfim as suas affeições e as suas inimizades litterarias. Foi assim que se tornou inimigo implacavel do padre José Agostinho de Macedo. Pato Moniz foi um dos que se arrojaram com mais ardor á lucta, seguindo n'esse ponto as pisadas de Bocage. Um soneto escripto em 1803 contra a tragedia *Zaida*, de José Agostinho de Macedo, despertou desde logo a veia atribiliaria do ex-frade, que nunca mais perdeu de vista esse moço poeta que se atrevera a querer medir se com elle. Emquanto, porém, teve deante de si o grande vulto de Bocage, não distrahiu o implacavel padre a sua attenção para outro lado, porque tinha de se defender d'esse terrivel inimigo, mas quando elle morreu, e depois da especie de reconciliação, que se deu entre José Agostinho de Macedo, e Bocage, na hora final da existencia do grande poeta, em que se trocaram epistolas amaveis, escriptas em belissimos versos, o ex frade preparou-se para a lucta com os discipulos. Com Pato Moniz julgou decerto a empresa mais facil do que o foi afinal, e o discipulo de Bocage, exactamente para se mostrar destemido, vibrou-lhe em 1808 cinco sonetos que lhe doeram deveras. O irascivel padre jurou que tiraria desforra certa, e desde então nem Pato Moniz podia escrever uma poesia que não fôsse logo energicamente commentada por José Agostinho de Macedo, nem este firmar uma obra com o seu nome, que não tivesse certa a implacavel censura do seu autagonista. Pato Moniz, porém, depois de ter desbaratado o producto da alienação dos bens do vinculo que herdara, via-se obrigado a recorrer á penna para viver, então fraco recurso. Uma das grandes fontes de rendimento, era a composição de elogios dramaticos. Entre 1808 e 1813 affirma Pato Moniz que escreveu mais de 40 composições dramaticas d'este genero, e que todas se representaram. Em 1810, escreveu um *Elogio* para ser recitado no theatro da Rua dos Condes, na noite do beneficio do actor Victorino José Leite, que estava gravemente enfermo. O actor morreu, e Pato Moniz escreveu no anno seguinte, 1811, uns versos á sua memoria e aos seus amigos, especialmente a Manuel José da Silva Serva. Não contente ainda com esses elogios dramaticos, prodigalisou Pato Moniz versos encomiasticos de occasião, como uma *Congratulação á patria* em 1808, uma *Ode pindarica* a lord Wellington em 1813, *Apotheose á rainha D. Maria I* em 1816, em versos varios folhetos e collecções poeticas, feitos por occasião de diversas festividades; escreveu em 1813 uma ode e um soneto a lord Wellington, uns versos aos annos do principe regente D. João, e outros ao anniversario da saida de Junot (15 de setembro); em 1814 outros aos annos do principe regente, etc. José Agostinho de Macedo não o abandonava nunca com a sua esmagadora critica. A precipitação com que Pato Moniz escrevia versos, especialmente sobre assumptos banaes, deu logar a que elles se prestassem muito á critica, e o ex-frade não o poupava. O que sobretudo deu largo pasto á maledicencia do terrivel padre, foi a *Ode pindarica* a lord Wellington, que principiava assim:

> Delphico lavrador com rico arado

e que tinha estes versos infelizes:

> São provas do que eu digo,
> Roliça, Badajoz, Pombal, Rodrigo.

José Agostinho de Macedo nunca mais largou estes dois versos, e teve a paciencia de fechar sempre com elles todos os artigos que escreveu contra Pato Moniz no *Espectador Portuguez*. Além de muitos versos, escreveu umas epistolas e um poema elegiaco intitulado *A apparição*, tudo dedicado á memoria de D. Firmina Carlota da Silva Serva, pertencente a uma familia a que sempre Pato Moniz se mostrou muito affeiçoado, e inseriu no *Observatorio portuguez*, no *Correio da Peninsula*, e outros jornaes e collecções, odes, apologos, traducções de Horacio, de Wieland e de Vernes. Mas o principal titulo da gloria poetica de Pato Moniz, são as suas satyras contra o padre José Agostinho de Macedo. Em 1812 imprimiu em Londres anonyma a sua satyra intitulada *Elmiro*, dedicada ao reverendo ex-frade, vulgo o mestre Soliloquio ou o Camões da Bombarda. Esta satyra consta de 405 versos hendecasyllabos e de 42 notas em prosa, algumas d'ellas bastante longas. Foi como a percursora da celebre *Agostinheida*. Effectivamente, José Agostinho de Macedo, deveras magoado, vingou se largamente no poema dos *Burros*; Pato Moniz publicou então a *Agostinheida*, poema heroi comico em 9 cantos, que foi impresso em Londres, sem nome do autor, em 1817, e que feria cruelmente o ex-frade. A lucta entre os dois poetas foi verdadeiramente titanica, e manifestava se por todas as fórmas, e escolhia todas as armas. A hostilidade entre os dois era profunda, porque, na verdade, havia entre as idéas de um e d'outro a mais completa divergencia em tudo. Quando rebentou a celebre questão sebastica, o padre José Agostinho de Macedo atacou vivamente o sebastianismo n'um folheto intitulado *Os Sebastianistas*, folheto que foi vigorosamente atacado

no *Correio da Peninsula ou Novo Telegrapho*, que desde 1810 era redigido por Pato Moniz e João Bernardo da Rocha. Os dois jornalistas escreveram, além d'isso, uns folhetos, a que o ex-frade respondeu, tornando-se bem rija a contenda. Sairam ao mesmo tempo em defeza do ex-frade o professor de grego Antonio Maria de Couto e D. Benevuto Antonio Caetano Campos, e em defeza dos redactores do *Correio da Peninsula* Pero Jaco. Os folhetos ferviam de parte a parte, e José Agostinho de Macedo, não se contentando com o debate da imprensa, escreveu para a Rua dos Condes uma farça intitulada: *O Sebastianista desenganado á sua custa*, em que os dois adversarios figuravam, João Bernardo da Rocha com o nome de *Louro*, e Pato Moniz com o de *Nunes*. Os dois jornalistas fôram tambem para esse campo, e escreveram o *Anti-Sebastianista desmascarado*, farça que parece não se ter chegado a representar. Essa discussão sebastica, frivola na apparencia, porque decerto os contendores, sendo homens illustrados não acreditavam em 1810 na existencia de D. Sebastião, occultava uma questão muito seria, a do liberalismo e a do absolutismo. Os sebastianistas eram verdadeiramente os liberaes, que não podiam defender os seus principios o as suas idéas senão debaixo d'essa fórma profundamente mysteriosa, e José Agostinho do Macedo tanto o comprehendia, que os atacava com uma furia de que não seria decerto merecedora a inoffensiva seita dos sebastianistas. Bem se revelou isso mesmo annos depois, quando João Bernardo da Rocha e Pato Moniz se encontraram á frente do movimento liberal, tendo de novo por adversario o rancoroso padre. Emquanto não chegava esse momento de luctas mais graves, Pato Moniz e José Agostinho de Macedo continuavam a dilacerar-se litterariamente. O padre publicava o poema do *Gama*, saia logo Pato Moniz com o *Exame critico do novo poema epico intitulado o «Gama»*, etc. N'esta obra tambem collaborou João Bernardo da Rocha. O padre accudiu logo com o *Exame examinado*; sae o poema do *Oriente*, e Pato Moniz, d'esta vez sósinho, appareceu com o *Exame paralytico e parallelo do poema do Oriente*, etc. Para responder a esta vigorosa critica, não se contentou José Agostinho de Macedo com um folheto, quiz um jornal, e fundou o *Espectador Portuguez*, em que foi deafiando o *parallelo* aos bocadinhos, segundo elle dizia. Pato Moniz respondeu no *Observador Portuguez* com toda a violencia, e por tal fórma se azedaram os dois contendores, que o governo terminou a questão supprimindo em 1819 os dois jornaes. José Agostinho não se vingava de Pato Moniz sómente n'este jornal, no *Semanario de instrucção e recreio* analysava minuciosamente quantas poesias o seu adversario escrevia. Deve-se dizer, comtudo, que apezar de Pato Moniz occupar na escala litteraria um logar muito inferior ao de José Agostinho de Macedo, não ficou esmagado n'esta lucta insana, e fez ao ex-frade feridas que sangraram por muito tempo. Pato Moniz não póde deixar de se considerar um poeta de segunda ordem. Foi primeiramente um pallido imitador de Bocage, depois passou a imitar Filinto Elysio, e como elle tentou tambem traduzir alguns dos primeiros cantos da musa romantica, abalançando-se, como o seu novo mestre, a traducções de Wieland. No meio d'estes conflictos litterarios aproximava-se o grande movimento liberal de 1820, que Pato Moniz saudou com enthusiasmo, fundando logo o *Portuguez Constitucional*, que foi a primeira folha liberal que se publicou em Lisboa, porque tendo-se feito a revolução na capital no dia 15 de setembro, mesmo n'esse mez saiu o jornal de Pato Moniz. Teve depois uma interrupção de alguns mezes, o tornou a sair no principio de 1822 com o titulo: *O Portuguez Constitucional regenerado*. Achou-se, como sempre, frente a frente com o seu velho inimigo José Agostinho de Macedo, que o não poupou nas famosas cartas a Joaquim José Pedro Lopes, e que não foi por elle poupado. Nem um nem outro se contentaram com os jornaes, e em 1822 publicava Pato Moniz, *Sova no padre José Agostinho de Macedo em resposta á sua ultima carta ao redactor Lopes, pelo Censor Lusitano Senior*. José Agostinho de Macedo respondeu com o seu *Mais um quarto de palavra sobre o Padre*. A paixão politica, acirrando os antigos odios litterarios, fazia com que entre os dois adversarios se trocassem as mais acerbas injurias. Quando se fundou a Sociedade Patriotica Litteraria, Pato Moniz foi um dos seus mais ardentes membros, e teve o encargo da redacção do jornal da *Sociedade Patriotica Litteraria*, tendo, porém, muitos outros collaboradores. Em 1822, procedendo-se ás eleições das primeiras côrtes ordinarias que houve em Portugal, depois da fundação do systema, representativo, Pato Moniz foi eleito deputado por Setubal, ao mesmo tempo que José Agostinho de Macedo era eleito deputado substituto por Beja, mas este não chegou a tomar assento na camara, por não ter havido impedimento do proprietario. Se os dois antagonistas se tivessem encontrado na camara, que violentas discussões não haveria entre elles, tanto mais que Pato Moniz se revelou um ardente orador, combatendo com enthusiasmo e energia pelas idéas avançadas. Tornou-se notavel na discussão do projecto de lei que abolia a Intendencia da Policia, projecto que Pato Moniz defendeu, e que foi convertido em lei, e tambem no debate que se travou a respeito da questão do juramento de D. Carlota Joaquina, em que Pato Moniz se mostrou o mais adverso possivel á rainha. Não era preciso tanto para desiguar o nome de Pato Moniz aos odios e aos rancores da reacção. Era o redactor do *Portuguez Constitucional* e do *Jornal da Sociedade Patriotica-litteraria*, era amigo de João Bernardo da Rocha, e no periodico que este celebre jornalista liberal publicára em Londres até 1821, com o titulo de *Portuguez*, escrevera umas famosas *Cartas*; pertencia á Maçonaria, como secretario do Grande Oriente Lusitano, inimigo fidagal de José Agostinho de Macedo, que tinha de exercer preponderancia em qualquer situação reaccionaria, e ferira profundamente o padre que menos perdoava aos seus inimigos; juntava a tudo isto o crime de defender ardentemente na camara os principios liberaes, o de atacar a Intendencia da Policia, e de offender a vingativa rainha D. Carlota Joaquina. Todas estas circumstancias deram em resultado que Pato Moniz, logo depois do movimento da Villafrancada, em 1823, ser mandado sair para o sul do Tejo, sendo em seguida desterrado para a ilha do Fogo em Cabo Verde. Ali viveu tres ou quatro annos atormentado por desgostos e doen-

ça até que falleceu, contando apenas 45 annos de edade. *Bibliographia:* Obras em verso: *Congratulação á patria, ode*, Lisboa, 1808; *A quéda do Despotismo: drama para se representar no theatro da Rua dos Condes, dia dos faustissimos annos de S. A. R. o Principe regente nosso senhor*, Lisboa, 1809; tanto este folheto como alguns dos seguintes, sairam só com a indicação das iniciaes do seu nome: N. A. P. P. M; foi reimpresso no Rio de Janeiro, em 1810; *A gloria do Oceano: drama para se representar no theatro da Rua dos Condes em obsequio ao dia natalicio de S. M. B. el rei Jorge III*, Lisboa, 1809; *A estancia do Fado: drama para se representar no theatro da Rua dos Condes em applauso dos felizes desposorios da serenissima senhora princeza D. Maria Thereza, com o serenissimo senhor infante D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança*, Lisboa, 1810; *Elogio recitado no theatro nacional da Rua dos Condes no dia do beneficio de Victorino José Leite, então gravemente enfermo, a 29 de novembro de 1810*, Lisboa, 1810; *Versos, que á memoria e aos amigos de Victorino José Leite, com particularidade ao sr. Manuel José da Silva Serva, O. D. C.* etc., Lisboa, 1811; *Dos triumphos bretões se apraz Diana: drama*, etc., *em celebração do fausto natal de S. M. B.* (Jorge III), Lisboa, 1811; *O mez das flôres: drama, para se representar na Sociedade nacional do real theatro de S. Carlos, em applauso dos faustissimos annos da serenissima senhora D. Carlota Joaquina, princeza do Brazil*, Lisboa, 1812; *O throno; drama para se festejar no real theatro de nacional de S. Carlos o sempre faustissimo anniversario de S. A. R. o principe regente de Portugal*, Lisboa, 1812; *O nome: elogio dramatico, que depois da batalha de Arapiles, vindo a Lisboa o seu vencedor, Lord Marquez de Wellington e Torres Vedras*, etc., *em obsequio de tão fausta vinda, se representou no real theatro nacional de S. Carlos*, Lisboa, 1813; *Elogio para se recitar no real theatro de S. Carlos, em applauso do sempre felicissimo anniversario de S. A. R. O Principe regente d'estes reinos*, etc., Lisboa, 1813; *Ode pindarica ao ill.*^{mo} *e ex.*^{mo} *sr. marechal general Marquez de Wellington*, etc., Lisboa, 1813; *Elmiro*, satyra escripta em 1812, e se imprimiu em Londres n'esse anno ou no immediato, parece que sem o nome do autor; *Versos gratularios, que aos srs. subscriptores para a beneficencia a favor dos officiaes e companhia do navio Balsemão, incendiado em Pernambuco em 23 de janeiro de 1816*, etc., Lisboa, 1816; *Apotheose da augustissima rainha D. Maria I de Portugal*, Lisboa, 1816; *Agostinheida: poema heroi comico em nove cantos*, Londres, 1817; sem o nome do autor; segunda edição feita em Lisboa, em 1833; *Versos consagrados á saudosa memoria da senhora D. Firmina Carlota da Silva Serva, e offerecidos pela amizade a seu esposo o sr. Antonio José Gonçalves Serva, e a seu pae, o sr. Manuel José da Silva Serva*, Lisboa, 1817; *A Apparição: poema elegiaco em quatro cantos consagrados á memoria da sr.ª D. Firmina Carlota da Silva Serva*, Lisboa, 1818. No vol. VI do *Diccionario Bibliographico*, de Innocencio Francisco da Silva, vem uma nota de muitas poesias publicadas em differentes jornaes e em diversas collecções de versos. Accrescenta que o que fica descripto, e que existe impresso, constitue apenas uma exigua parte das numerosas composições metricas de Pato Moniz. A totalidade das suas obras manuscriptas e autographas, que por muito tempo se julgaram perdidas, ou extraviadas em Cabo Verde, foi encontrada casualmente em Lisboa, n'uma loja, e vendidas a peso, ficando de posse d'ella um irmão de Pato Moniz. Entre essas composições, escriptas em cadernos irregulares, cheios de emendas e entrelinhas, havia materia bastante, segundo Innocencio, para 6 ou 8 volumes de impressão de formato de 8.º grande, e de arrazoado tamanho. Só os tomos I e II, que comprehendiam poesias lyricas, estavam ordenados e dispostos para a impressão, que o autor pertendeu fazer em 1818, começando com elles uma edição completa das suas obras, que os successos subsequentes não permittiram realisar. A collecção abrangia ensaios em quasi todos os generos, inclusive o dramatico. Havia 4 tragedias originaes e varias traduzidas; algumas comedias, mais de 200 fabulas ou apologos, sonetos, epigrammas, epistolas, satyras, elegias, idyllios, etc. Das ineditas contam-se: *Thermacia, tragedia em 5 actos*; *Os captivos portuguezes em Argel*, drama em 3 actos, collaboração com João Bernardo da Rocha; *O Anti-Sebastianista desmascarado; drama em 3 actos.*— Escriptos em prosa: *Correio da Peninsula ou novo Telegrapho*, Lisboa, 180[illegible]-1810; jornal publicado nas segundas e quintas feiras; fórma ao todo 2 volumes; *Refutação analytica do folheto que escreveu o reverendo José Agostinho de Macedo, e intitulou «Os Sebastianistas»*, etc., Lisboa, 1810; *Justa impugnação do celebre syllogismo, que apoiou o livro «Os Sebastianistas»*, etc., Lisboa, 1810; *Exame critico do novo poema epico intitulado «O Gama», que ás cinzas e manes de Luiz de Camões, principe dos poetas, dedicam como em desaggravo, os antigos redactores do «Correio da Peninsula»*, etc., Lisboa, 1812; *Exame analytiço e parallelo do poema «Oriente» do reverendo José Agostinho de Macedo, a Lusiada de Camões*, Lisboa, 1815; *Sova no Padre José Agostinho de Macedo*, etc., Lisboa, 1822.

Pato Moniz (*Nuno Alvares Pereira*). Artista dramatico contemporaneo, muito apreciado. N. em 29 de junho de 1863. Estreou-se como artista no Funchal, em 1885, no drama o *Alfageme de Santarem*. No anno de 1887 esteve escripturado no theatro Baquet, do Porto, na empresa de Perry & C.ª Em 1888 representou em Lisboa no theatro da Avenida, passando depois para o do Principe Real. Mais d'uma vez tem ido ao Brazil, fazendo parte de diversas companhias. O seu reportorio é longo, tendo-se evidenciado mais em papeis dramaticos.

Patões. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Rabaçal, conc. de Penella, districto de Coimbra.

Patos Pov. na freg. de S. João Baptista, de Brito, conc. de Guimarães, distr. do Braga.

Patriarcha. Prelado de certas dioceses mais importantes. No seu brazão d'armas usa o patriarcha, quando é cardeal, debaixo do chapéo forrado de vermelho, e por detrás do escudo, uma cruz dobre, isto é, com dois braços horisontaes. Quando o patriarcha não é cardeal, a differença consiste no forro do chapéo que é verde, e as borlas são apenas dez em cada lado do escudo, começando por uma e acabando em quatro. D. João V concedeu ao Patriarcha de Lisboa, em brazão da sua alta dignidade, todas as honras e

prerogativas, que eram concedidas, e elle permittia aos cardeaes da Santa Igreja de Roma, nos seus reinos, por decreto mandado á Mesa do Desembargo do Paço em 17 de fevereiro de 1717. || *Patriarcha das Indias Orientaes.* Titulo honorifico que tem o arcebispo de Gôa; gosa do privilegio de presidir aos concilios provinciaes de todas estas Indias que se reuniam ordinariamente em Gôa.

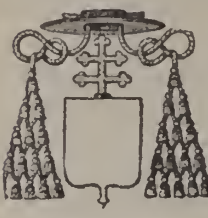

Brazão de Cardeal Patriarcha

Patriarchal. V. *Portugal.* vol. IV, em Lisboa, os artigos *Sé e Santa Basilica da Patriarchal.*

Patricio *(Fr.).* Eremita da ordem de Santo Agostinho, cujo appellido se ignora. N. em Braga no seculo XVI e fal. a 30 de junho de 162). Viveu em Roma onde tomou o habito, e esteve ao serviço do cardeal Montalto. Deixou publicadas differentes obras poeticas em latim.

Patricio *(Antonio José).* Pintor e gravador. N. em Lisboa a 28 de junho de 1827, onde tambem fal. em junho de 1858. Era filho d'um operario da fabrica de tabacos de Xabregas, e elle proprio trabalhou tambem algum tempo na mesma fabrica. Empregando o tempo que lhe restava d'essas obrigações em fazer recados ás freiras do convento do Salvador, e andando sempre com um bocado de lapis ou de carvão com que enchia de bonecos as paredes caiadas da portaria, chamou isso a attenção do capellão das freiras, Fr. José do Coração de Jesus, que travando conhecimento com o humilde rapazinho, lhe ensinou instrucção primaria, dando-lhe ao mesmo tempo algum dinheiro para compensar a perda do vencimento na fabrica pelas horas que empregava no estudo. Não se contentou com isso o bom do egresso, e obteve que Patricio se matriculasse na Academia de Bellas Artes no anno de 1841 a 1845. Tendo sido premiado no concurso do primeiro anno e tambem no do segundo e do quarto, foi admittido ás aulas de pintura historica, e em 1849 concluiu o curso, recebendo sempre de todos os professores os maiores elogios, mas tendo casado com uma filha do conhecido D. José Serrate, e vendo se carregado de familia, começou logo a dar lições para ganhar os meios indispensaveis para a subsistencia O trabalho excessivo deteriorou-lhe em breve a saude, vindo a morrer n'uma pobre casa da estrada da Charneca, contando apenas 31 annos de edade Os ultimos momentos do artista fôram amargurados por uma extrema falta de meios, e quando o professor Thomaz da Annunciação, para minorar essa desgraça, foi offerecer a el rei D. Fernando os dois quadros de Patricio: *Tempestade* e a *Despedida*, e voltava satisfeitissimo com as trinta libras que o rei artista lhe dera por aquel las telas, encontrou apenas o cadaver do seu amigo, que tinha expirado momentos antes. Os melhores quadros de Patricio são: *Rapazes jogando na roda das castanhas*, que foi muito apreciado na exposição universal de Paris pela excellencia do colorido; *A Interrupção da leitura*, que figurou na exposição triennal de Bellas Artes em 1856, e de que ha uma gravura a agua forte pelo autor no *Jornal das Bellas Artes* de 1857; *Paisagem tomada dentro da tapada d'Ajuda*, que esteve na mesma exposição, e foi tambem gravada pelo autor no mesmo jornal; *A Conversação junto á fonte* e os dois quadros já citados: a *Tempestade* e a *Despedida.* Além d'estes trabalhos, pintou os tectos das egrejas de S. João da Praça e das Mercês, e deixou grande numero de estudos e esbocetos.

Patricio *(P. Francisco José).* Illustre orador sagrado contemporaneo, reitor do Real Collegio dos Orphãos de Nossa Senhora da Graça, do Porto, deputado, jornalista, socio do Instituto de Coimbra, da Sociedade de Geographia de Lisboa, da Sociedade dos Archeologos e Architectos, de quasi todas as sociedades litterarias e instructivas do Porto, e de varias aggremiações estrangeiras, etc. N. no Porto a 10 de janeiro de 1850. Começou os seus estudos no Real Collegio dos Orphãos, e terminou o curso triennal no seminario do Porto em 1871. Ordenou se de presbytero em 1873. Começou a prégar em 1870, e foi nomeado prégador régio em 1874, e parocho encommendado de Paranhos em 1877. Como orador sagrado adquiriu bem cedo o rev. P. Patricio grande fama, e terá sido rara a diocese do paiz em que não tenha prégado. Entre os seus sermões destacam-se como os mais notaveis, o das exequias d'el rei D. Luiz, na sé de Lisboa, a 19 de novembro de 1889, e nas que se realisaram no Porto e Lamego; o das exequias das victimas do incendio do theatro Baquet, o elogio do sertanejo Silva Porto, o que recitou por occasião da entrada de Garrett no pantheon dos Jeronymos; o sermão que prégou em Lisboa na egreja de Santo Antonio, em 13 de junho de 1895, por occasião da commemoração do 7.º centenario antonino. Estas e outras orações acham se publicadas nos seus *Trabalhos Oratorios*, 3 volumes. Como jornalista, tem feito parte da redacção dos seguintes jornaes: *Commercio Portuguez*, *Jornal do Porto*, *Jornal da Manhã*, *Provincia* e *Commercio do Porto*. Em alguns d'estes jornaes publicou artigos de investigação historica e archeologica, alguns dos quaes sairam depois em folheto. Entrando na politica, filiou se no partido regenerador, sendo eleito deputado pela primeira vez em 1881, por um dos circulos do Porto, e reeleito por Vianna do Castello na legislatura de 1896, e outra vez no Porto, nas de 1901 e 1904. Tambem foi o orador nas exequias realisadas na capella da Lapa, do Porto em dezembro de 1907, por alma do estadista Hintze Ribeiro, de quem era muito amigo. Em 1894, tomou parte nas festas commemorativas do centenario do infante D. Henrique, exercendo o logar de secretario. O reverendo P. Patricio tem prestado valiosos serviços á Real Sociedade Humanitaria, á Misericordia do Porto e ás ordens terceiras. Em 1900 foi agraciado com a commenda da ordem de S. Thiago. A sua nomeação de reitor do Real Collegio dos Orphãos data de 1902, e na sua gerencia tem procedido a notaveis melhoramentos, tendo transformado quasi por completo aquelle caritativo instituto. Nos volumes de sermões publicados, contam-se os seguintes: *O Natal*, *A Circumcisão*, *Corpus Christi*, *A Conceição Immaculada*, *Nossa Senhora da Esperança*, *Nossa Senhora dos desamparados*, *Mater dolorosa*, *O Mandato*, *Sepulto domini*, *Paixão e Soledade*, *Resurreição*, *S. Sebastião*, *S.*

Bento, *Pro Regina*, *Restauração de Portugal*, *Libertas*, *Cittá Dolente*, *D. Pedro IV*, *Flebilistille!*, *A bandeira do Sertanejo*, *Penitencia*, *Nossa Senhora da Lapa*, *S. Pedro*, *Umbra Cupressi*, *Influencia do Christianismo na arte*, *Santa Cruz*, *Elogio Funebre do marquez de Sá da Bandeira*, *A Primeira Communhão*, *Decus Oratorum*, *Auro ra Consurgens*, *Ensis Gloriosus*, *Dolentem cum Folio*, *Per signum crucis*, *S. João*, *O Bom Jesus de Bouças*, *S. Marçal*, *In pulvere dormium*, *Loquar amaritudine*, *Dolens clamat in doloribus suis*, *Quando inveniemus parem?*, *Beatus qui intelligit super egenum et pauperem*. Em 1903 publicou uma collecção de contos sob o titulo de *Telas Romanticas*.

Patrimonio. Povoações nas freguezias: Santa Christina, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Thiago, de Rande, concelho de Felgueiras, do mesmo districto.

Patrozes. Pov. na freguezia de N. S.ª da Conceição e concelho d'Albufeira, districto de Faro.

Patrulha. Pov. no conc. de Loauda, provincia d'Angola, Africa Occidental.

Patudos (*Quinta dos*). Na freg. de Santo Eustaquio, de Alpiarça, conc. de Almeirim, distr. de Santarem.

Patuléa. Nome porque era designado o partido popular na revolução de 9 de setembro de 1836.

Paty. Pov. da praganã de Nagar-Avely, na com. e distr. de Damão, arceb. de Gôa, India. Tem boas mattas.

Pau. Ilha do pequeno archipelago de Angoche, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. || Pov. da freg. de N. S.ª do Monte, no concelho da ilha Brava, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Pau Bandeira. Pov. do sobado de Bembe, conc. de S Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Pau do Freixo. Pov. na freg de Santa Catharina, de Aguieiras, conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Pau Gordo. Pov. na freguezia de S Vicente, de Alcabideche, concelho de Cascaes, distr. de Lisboa.

Paul. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Covilhã, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 355 fog. e 1:485 hab. Tem escolas d'ambos os sexos; est. post., medico, pharmacias, notarios, philarmonica, etc. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Paúl, na estrada de Fundão a Arganil. O real padroado apresentava o prior, que tinha 260$000 réis de rendimento. A terra é fertil; tem muito gado, de toda a qualidade, muita caça grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Povoações nas freguezias: S. Vicente e conc. de Abrantes, distr. de Santarem || S. Matheus, de Botão, conc. e distr. de Coimbra || S. Gregorio, de Cabanas de Torres, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || S. Lucas, de Freiria, conc. de Torres Vedras, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição e conc. da Gollegã, distr. de Santarem. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Piedade, de Monte Redondo, concelho e distr. de Leiria || N. S.ª d'Assumpção, de Sernache dos Alhos, conc. e distr. de Coimbra. || S. Thiago e conc. de Torres Vedras, districto de Lisboa. || Santa Maria, de Almoster, conc. e distr. de Santarem. || S. João Baptista e conc. de Coruche, do mesmo distr. || Santo Ildefonso, de Montargil, conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre. || Rio do distr. da Guarda. N. na serra da Estrella, proximo da Covilhã, corre para SO, passa na freg. do Paul, e entra no rio Zezere com 20 k. de curso. || Nome d'um extincto conc. da ilha de Santo Antão, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Compunha se da freg. de Santo Antonio das Pombas ou do Paúl e da de S. João Baptista, e foi substituido pelo conc. de Santo Antão, formado das seguintes freguezias: S. Pedro Apostolo, Santo Antonio das Pombas, Santo Crucifixo, Nossa Senhora do Rosario, Nossa Senhora do Livramento e S. João Baptista. || Pov da freg. de Santo Antonio das Pombas, no conc. de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. E' uma das mais povoadas da freg. Produz generos agricolas. || Pov. da freg. de S. João Baptista, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental || Pov. da freg. de S. João Baptista, no conc. da ilha Brava, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Ribeira do conc. e ilha de Santo Antão, no referido archipelago e provincia.

Paúl de Baixo. Povoações nas freguezias: S. André e conc. de Mafra, districto de Lisboa. || S. João Baptista, de Palma, conc. de Alcacer do Sal, do mesmo distr. || Ilha de Santa Maria; S. Pedro, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada. || Santo Antonio das Pombas, no concelho de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde. Africa Occidental.

Paúl de Cima. Povoações nas freguezias: Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. João Baptista, de Palma, conc. d'Alcacer do Sal, do mesmo districto.

Paúl das Lavouras. Pov. na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Samora Correia, conc. de Benavente, distr. de Santarem.

Paúl do Mar. Ilha da Madeira; freg. de Santo Amaro, concelho da Calheta, distr. e bisp. do Funchal. Tem est. postal.

Paúl d'Otta. Freguezia de S. Bartholomeu, na prov da Extremadura, concelho de Alemquer, distr. de Lisboa. O enfermeiro-mór do hospital real de Lisboa apresentava o cura, que tinha diversos generos e 2$000 réis em dinheiro. Esta freg. foi supprimida por ser muito pequena, sendo reunida á de Otta

Paúl da Serra. Um dos planaltos que occupam larga superficie no cimo do grande massiço de montanhas que accidenta a ilha da Madeira. E' o mais notavel de todos, regulando por 1:000 m. a sua altitude média. Esta grande chã fica nas origens da ribeira da Janella, que vae desaguar na costa N, engrossada com parte das copiosas nascentes do Rabaçal. São estas as aguas que vão irrigar as freguezias dos concelhos da Calheta e Porto Moniz.

Paula (*Antonio José de*). Antigo actor dramatico, que viveu no seculo XVIII, e que foi muito afamado no seu tempo. Falleceu em 19 de maio de 1803. Era de côr parda, ou mais vulgarmente, mulato. Muitos o suppunham natural do Brazil, porém elle proprio declara no prologo d'uma das

suas versões dramaticas, *ser nascido em uma das ilhas portuguezas,* sem dizer qual, mas desconfiase, que fôsse Cabo Verde. Tambem diz no referido prologo, que tivera alguns rudimentos litterarios. Começou a sua carreira artistica uo theatro do Bairro Alto, ignoramos em que anuo; é certo, porém, que em 1768 desempenhava papeis *de centro,* representando no *Tartufo*, de Moliere. Mais tarde foi ao Brazil, com uma companhia por elle organisada, e alı deu alguns espectaculos de que obteve bom resultado. Regressando a Lisboa em 1794, tomou a empresa do theatro do Salitre, que poucos annos antes se havia construido, tendo-se inaugurado em 27 de novembro de 1782. Na companhia que então organisou, figuravam os melhores actores d'aquelle tempo, e inaugurou se a 2 de julho do citado anuo de 1794. Tambem representou no theatro de S. João, do Porto, em 1802. Antonio José de Paula traduziu e escreveu muitas peças, que fez representar, sendo empresario. Foi amigo intimo de Bocage, e o popular poeta escreveu um monologo de despedida aos portuenses, que elle recitou quando terminou os seus espectaculos no theatro de S. João. Afinal zangaram-se, e Antonio José de Paula foi implacavelmente satyrisado por Bocage. Das muitas peças que escreveu e traduziu sabemos das seguintes: *Drama intitulado a Gratidão, offerecido ao ill.*^{mo} *e ex.*^{mo} *sr. D. Thomaz José de Mello, governador e capitão general de Pernambuco, Parahiba, e mais capitanias annexas*, etc., Lisboa, 1790; *Comedia intitulada Frederico II Rei da Prussia, composta por D. Luciano Francisco Comella em o idioma hespanhol, e traduzida livremente para uso do theatro da nação portugueza, por A. J. P.*, Lisboa, 1794; *Segunda parte* (da mesma comedia), Lisboa, 1794; *Comedia intitulada a Humanidade, terceira parte de Frederico II Rei da Prussia,* etc., Lisboa, 1794; esta saiu sem trazer a indicação do nome do traductor; *O Cid, tragedia de Pedro Corneille, traduzida em versos portuguezes*; saiu anonyma, mas julga-se ser d'elle, assim como a traducção do *Mafoma*, de Voltaire, que outros querem, fôsse de José Anastasio da Cunha.

Paula (*Francisco José de*). Cirurgião na Real Camara, membro da Junta de Saude Militar e primeiro cirurgião do hospital militar da côrte, etc. Nasceu em Lisboa, ignoram se as datas do nascimento e fallecimento, mas sabe-se que vivia em 1820. Habilitou-se para o exercicio da sua profissão nas escolas de Edimburgo. Escreveu: *Observações praticas sobre a phtysica pulmonar, escriptas em inglez pelo doutor Samuel Foart Simons, traduzidas em latim pelo doutor Van-Zandiche, e em portuguez por Francisco José de Paula, accrescentadas de notas em portuguez pelo doutor Manuel Joaquim Henriques de Paiva*, Lisboa, 1789; *Elementos de physicologia de Guilherme Cullen, traduzidos em portuguez*, Lisboa, 1790; *Systema de cirurgia de Benjamim Bell, traduzido para portuguez*, etc., Lisboa, 1791; com estampas. N'esta traducção teve por collaborador o seu collega Manuel Alvares da Costa Barreto.

Paúla. Pov. na freg. de S. Gregorio Magno, de Cabanas de Torres, conc. de Alemquer.

Paula Teves (*Francisco de*). Vice-almirante. N. em 11 de novembro de 1839, em Angra do Heroismo, fal. em Lisboa a 5 de dezembro de 1906. Em 20 de janeiro de 1853, contando apenas 14 annos de edade, ainda incompletos, entrou na marinha de guerra, e a 17 de junho de 1858, aos 18 annos, alcançou a graduação de aspirante de marinha de 2.ª classe, sendo tres annos depois promovido á 1.ª classe. A 12 de março de 1863 teve a promoção de guarda-marinha, em 8 de novembro de 1865 a de 2.º tenente; em 6 de outubro de 1875 a de 1.º tenente; a 13 de maio de 1881 a capitão-tenente supranumerario, e a effectivo em 7 de janeiro de 1885; a capitão de fragata em 25 de julho de 1889, a capitão de mar e guerra em 21 de outubro de 1895, a contra-almirante em 30 de dezembro de 1901, a vice-almirante em 11 de novembro de 1906. Foi governador dos districtos de Angoche, Mossamedes e Lourenço Marques. Commandou os seguintes navios: canhoneiras *Douro* e *Liberdade*; corvetas *Rainha de Portugal, Mindello, Affonso d'Albuquerque,* esta ultima que em 1893 estava no Rio de Janeiro fazendo parte da esquadra que para ali foi, por occasião da revolta de Saldanha da Gama, em que o brioso official recolheu a bordo parte dos revoltosos, que sob a bandeira portugueza ali fôram refugiar se. Fez parte das campanhas de Moçambique em 1894 e 1895, tendo partido de Lisboa, como commandante da corveta *Affonso d'Albuquerque*, em 29 de outubro de 1894, em direcção a Lourenço Marques. Desempenhou muitas commissões de serviço, em que se contam as seguintes: vogal da commissão encarregada de examinar as minas do pharol da ilha de Gôa, e dar parecer ácêrca das causas do seu desabamento; commandante da divisão naval da Africa Occidental; ajudante do chefe do departamento maritimo do Centro; ajudante da 1.ª direcção do Arsenal da Marinha; vogal das commissões encarregadas: de propôr as alterações na ordenança geral da armada, e dar parecer ácêrca das instrucções para a armada relativas á espingarda de 8,^{mm} Kropatcheck; vogal da commissão encarregada de formular um projecto de reorganisação dos serviços a cargo do arsenal, chefe da 1.ª direcção do Arsenal de Marinha; chefe dos depositos de marinha; vogal da commissão central do Real Instituto de Soccorros a Naufragos; capitão do porto de Lisboa e chefe do departamento maritimo do Centro. Foi tambem presidente da commissão encarregada de proceder á revisão do regulamento geral do serviço de pilotagem das barras e portos do continente do reino e ilhas adjacentes, e ultramar. Chefe da missão em serviço naval á Inglaterra, presidente da commissão encarregada de dar parecer ácêrca d'uma proposta do governo dos Estados Unidos relativa á alteração nos meios empregados para evitar abalroamentos. Quando falleceu pertencia ao quadro auxiliar e desempenhava as funcções de vogal da junta consultiva do ultramar. Os seus relevantes serviços prestados nas citadas commissões, valeram-lhe as seguintes distincções: cavalleiro, official, commendador e grande official da ordem de S. Bento de Aviz; cavalleiro, official e commendador da de Christo; cavalleiro da de S. Thiago; possuia as medalhas de ouro de comportamento exemplar e de campanhas no ultramar; e as de serviços no ultramar e de serviço de soccorros a naufragos. Foi tambem louvado em varios diplomas. O vice-almirante Paula Teves era casado com a sr.ª D. Amelia Possollo Hogan Teves.

Paúlinho. Pov. na freguezia de S. Romão, de Arões, concelho de Fafe, districto de Braga.

Paùlinhos. Pov. na freg. de S. Miguel, de Cabreiras, conc. e distr. de Braga.

Paúlo. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Fregim, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S.Thiago, de Guilhofrei, concelho de Vieira, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Oleiros, concelho de Villa Verde, do mesmo distr. || O Salvador, de Padreiro, conc. de Arcos de Valle-de Vez, distr. de Vianna do Castello || S. Cypriano, do Senharei, do mesmo conc. e distr. || S. Mamede, de Villarinho, conc. de Villa Verde, distr. do Braga. || S. João Baptista e conc. do Cartaxo, distr. de Santarem. || Santo André, de Victorino de Piães, concelho de Ponte do Lima, distr. de de Vianna do Castello.

Paulo Cordeiro (*D. Adelaide de Sousa Pereira de Araujo Sequeira Pessoa, 1.ª baroneza de*). Nasceu em Belem a 24 de janeiro de 1853, sendo filha de José Antonio Pereira de Araujo e Sequeira, tenente coronel de artilharia, e de sua mulher, D. Maria José Cordeiro. Foi seu avô materno João Paulo Cordeiro, fidalgo cavalleiro da Casa Real, abastado capitalista e negociante, e sobrinha de João Paulo Cordeiro, opulento negociante de tabacos no Brazil e Portugal, que falleceu solteiro, e era irmão de sua mãe. (V. *Portugal*, vol. II, pag. 1133 e 1134). O titulo foi concedido por decreto de 2 junho, 1887. A baroneza de Paulo Cordeiro casou a 24 de fevereiro de 1881 com Olympio Pessoa, cirurgião pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. O seguinte brazão foi passado por alvará de 2 de dezembro de 1799 a um dos ascendentes da baroneza, José Antonio Pereira de Araujo e Sousa: Escudo esquartelado: no primeiro quartel as armas dos Pereiras: em campo vermelho uma cruz de prata florida e vasia no campo; no segundo as dos Camisões, em campo vermelho uma camisa de prata com orla azul carregada de oito estrellas de ouro; no terceiro as dos Sousas (de D. Affonso Diniz) as quinas de Portugal esquarteladas com quadernas de meias luas; e no quarto as dos Araujos, em campo de prata uma aspa azul, com cinco bezantes de ouro.

Paulo da Costa. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Ribeira de Niza, conc. e distr. de Portalegre.

Pau Secco. Ponta situada na costa NO da ilha de Maio, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Proveiu-lhe o nome d'um grande tronco secco que lhe servia de balisa. || Bahia situada na costa NO da ilha de Maio, no referido archipelago e prov. Dista 20 k. de Porto Inglez, e tem um bom fundo d'areia. E' muito favoravel por ser abrigada dos ventos do S e SE, mas pouco frequentada por não haver n'ella povoação nem commercio. Tambem é chamada *Porto Portuguez*.

Paùlos (*José Osorio Colmieiro de Moraes da Veiga Cabral Caldeirão, 1.º barão de*). Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo, major de cavallaria do regimento n.º 12; 6.º senhor do morgado de S. Vicente de Vinhaes, em que succedeu a seu pae; 11.º senhor do de Souto de Penedono; 10.º do de Ferreirim; 11.º do prazo de Paúlos, que herdou de seu tio materno Osorio da Veiga Cabral Caldeirão. N. a 20 do novembro de 1765; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Miguel Carlos Cardoso de Sousa de Moraes Colmieiro, fidalgo da Casa Real, senhor do morgado de S. Vicente, tenente de cavallaria de Chaves, e de sua mulher, D. Maria Joaquina Barbosa Cabral e Castro. O barão de Paúlos casou com D. Francisca Antonia de Figueiredo Sarmento, filha de Sebastião Jorge de Figueiredo Sarmento, senhor da casa de Villa Boa de Arufe, cavalleiro da ordem de Christo, capitão de infantaria, e de sua mulher, D. Marianna de Gouveia de Vasconcellos. D'este matrimonio houve um filho, Antonio Colmieiro de Moraes, que foi o 2.º barão de Paúlos, e general do exercito de D. Miguel. O titulo foi concedido em duas vidas por decreto de 13 de dezembro de 1823.

Paúlos Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Siufães, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Filhadella, conc. e distr. de Villa Real. || N. S.ª da Purificação, de Pontével, conc. do Cartaxo, distr. de Santarem.

Pàus. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Alta, conc. e com de Rezende, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 478 fog. e 1:898 habitantes. Tem esc. do sexo masc. e fabricas de louça grossa e panellas. Está situada na margem d'um affluente do rio Douro, a 10 k. da séde do conc. Um dos beneficiados de S. Martinho de Moiros apresentava o cura, que tinha 100$000 réis de rendimento. Suppõe se que esta pov. é antiquissima, mas não ha aqui monumentos notaveis d'essa antiguidade. Foi villa, ha muito tempo extincta. A egreja matriz é um templo regular e espaçoso; tem uma torre do granito, bastante alta e muito solida. O clima é muito saudavel, mas bastante frio e aspero. Passa aqui o rio Bestança, que rega e fertiliza esta freg. e outras, e vae desaguar no rio Douro, no sitio denominado Porto de Rei. O terreno é bom, apezar de ser bastante accidentado, e produz com abundancia milho, trigo, centeio, feijão, batatas e castanhas, tudo de boa qualidade; cria gado lanigero, e tem caça miuda; é abundante d'agua e de lenha. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Pov. da freg. de Santa Marinha, de Alquerubim, conc. do Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro. Foi villa, hoje extincta, a que el-rei D. Manuel deu foral, em Lisboa, a 2 de junho de 1516. A pov. é muito antiga, e por muitos annos foi cabeça de julgado. Tem correio com serviço de posta rural. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Cepellos conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Cypriano, de Pinheiros, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Pauzo. Pov. na freg. de S. Miguel, de Alvarães, concelho e districto de Vianna do Castello.

Pavez. V. *Armadura*.

Pavia. E' um appellido nobre, que procede de Roberto Pavia, na Italia, ducado de Milão, o qual, vindo a Portugal, povoou e deu o nome á villa de Pavia, que estava abandonada. Foi seu descendente Martim Affonso de Pavia, cujos successores trocaram Pavia pela aldeia de S. Manços, onde Vasco Martins Pavia fundou um morgado. As armas d'esta familia, são: Escudo escaquetado de prata e negro, de tres peças em faxa e cinco em pala. Elmo de prata, aberto, e por timbre meio leão, lampassado de púrpura e escaquetado de prata.

Pavia (*Antonio Maria de Sousa*). Major re-

formado. N. em 1846, fal. em 15 de janeiro de 1905. Assentou praça em 1860, sendo promovido a alferes em março de 1881, a tenente em 1886, e a capitão em 1891, reformando-se depois no posto de major. Grande parte da sua carreira foi feita no ultramar, sendo-lhe confiados diversos commandos. Um d'estes foi o de Infusse, onde praticou actos de bravura. Depois de restabelecer a ordem alterada pelos macuas, que andavam em guerra, arvorou ali a bandeira portugueza, commandando Infusse ainda por algum tempo. Na India tambem prestou bons serviços. Distinguiu se no governo de Sofala, merecendo os louvores do governador da provincia. Tambem esteve em Macau, evidenciando-se por occasião do incendio que se manifestou a 9 de maio de 1892, no paiol da polvora adjacente ao quartel de S. Francisco. Foi devido á sua coragem, que se evitou uma espantosa catastrophe, que ficaria celebre nos annaes d'aquella provincia. *O Boletim do Governo* inseriu louvores do governo geral á coragem do bravo official. O major Sousa Pavia era cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, o possuia a medalha de prata de comportamento exemplar.

Pavia. Villa e freg. da Conversão de S. Paulo, da prov. do Alemtejo, conc. de Móra, com. de Montemór-o-Novo, distr. e arceb. de Evora; 386 fog. e 1:690 hab. Tem esc. do sexo fem., estação post., medico, hoteis, lagar de azeite, fornos de cal, e uma feira no 5.º domingo de quaresma. A villa dista 17 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie, nas proximidades da margem esquerda da ribeira de Tera. A mitra apresentava o reitor, que tinha diversos generos e 12$000 rs. em dinheiro. El-rei D. Diniz deu lhe foral em 1287, elevando a pov. á categoria de villa; teve outro foral, dado por D. Manuel, em Lisboa, a 15 de fevereiro de 1516. Pavia foi séde d'um concelho. Tem Misericordia e hospital. Ao N, por um fragoso valle, e junto a um graude rochedo, por onde se sóbe para a villa, corre o rio Téra, que nasce na serra d'Ossa, e tem aqui uma bella ponte de cantaria. A terra é muito fertil em pão, azeite, legumes e fructas. Cria muito gado, e ha abundancia de mel e cêra. Tambem apparece muita caça. Eram donatarios d'esta villa os condes de Redondo, possuindo aqui um sumptuoso palacio. Pavia pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal.

Pavilhão. V. *Corôa Real.*

Pavô. Pov. na freg. de S. Thomé, de Covellos, conc. de Baião, distr. do Porto.

Pavoença. Pov. na freg. de Santa Maria da Viuha, de Areosa, conc. e distr. da Vianna do Castello.

Payalvo. Pov. e freg. de N. S.ª da Egreja Nova, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Thomar, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 551 fog. e 2:317 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., e est. do caminho de ferro, na linha do N, entre a de Chão do Maçãs e o apeadeiro da Lamarosa. Dista 8 k. da séde do conc. E' da prelazia de Thomar, hoje annexa ao patriarchado. E' terra muito fertil. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar.

Pay dos Meninos Deu-se este nome, por uma provisão régia de 1535, a um official mechanico, da cidade do Porto, cuja obrigação era cuidar dos enjeitados que apparecessem no seu districto, levando-os ao juiz dos orphãos. (Documento da Camara do Porto, de 1535). Havia tambem o *Pae dos velhacos*, com obrigação de prender os vadios. V. n'este vol., a pag. 363.

Paxi Cassanga. Pov. do sobado de Caboco, na 3.ª div. do conc. de Cambambe, districto de Loanda, provincia de Angola, Africa Occidental.

Paz. Familia procedente do infante D. Pedro, filho de D. Affonso XI, rei de Castella e Leão. Tem por armas: escudo partido em pala; na primeira, em campo azul, dez bezantes de ouro em tres palas, tendo quatro bezantes a pala do meio e tres cada uma dos lados; na segunda, em campo de ouro, um leão vermelho.

Paz (*Fr. Francisco da*). Religioso franciscano da Congregação da Terceira ordem, lente de Escriptura e professor de lingua hebraica, que aprendera com o maronita D. Paulo Hoder. N. em Aveiro a 25 de maio de 1731; ignora-se a data do fallecimento, mas vivia om 1798. Sendo chamado pelo bispo de Beja Cenaculo para a sua diocese, foi por ello empregado no magisterio do seminario. Escreveu: *Compendio dos principios da grammatica hebraica, no qual se explicam breve e claramente as regras fundamentaes d'esta lingua, etc., para uso das escolas da mesma Congregação*, Lisboa, 1773; foi reimpresso em Coimbra em 1826, com a indicação de *segunda edição correcta e accrescentada com muitas regras necessarias para a intelligencia da dita lingua*. Fr. Francisco da Paz compoz mais algumas obras em hebraico e em latim, as quaes se pódem vêr mencionadas no *Catalogo dos Escriptores da Ordem Terceira*, por Fr. Vicente Salgado, manuscripto que existe na livraria do extincto convento de Jesus.

Paz. Povoações nas freguezias: S. Braz, de Granja, conc. do Mourão, distr. de Evora. ‖ S. João Baptista, de Alpendurada, conc de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Paza. Pov. do sobado de Luansa, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. ‖ Pov. do sobado de Cuimba, no mesmo conc. e distr. Fica no caminho do Zombo. ‖ Pov. no sobado de Namcala, do mesmo conç. e districto.

Pazide. Pov. na freg de Santa Cruz do Douro, conc. de Baião, distr. do Porto.

Pbé Terras do distr. de Inbambane, Africa Oriental.

Pé de Arca. Pov. na freg. de Santa Maria, de Pigeiros, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Pé de Boi. Pov. na freg. de S. Barnabé, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Pé de Cão. Povoações nas freguezias: S. Martinho do Bispo, conc. o distr. de Coimbra. ‖ N. S.ª do O', do Olaia, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Pé de Carneiro (*Monte de*). Na freg. de Sant'Anna da Serra, conc. de Ourique, districto de Beja.

Pé de Coelho. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Bairros, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. ‖ S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Pé de Crorida. Ilha da Madeira; pov. na freg. e conc. de S. Vicente, distr. do Funchal.

Pé da Cruz. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, do mesmo distr. || O Salvador, conc. e distr. de Beja.

Pé da Egreja. Pov. na freg. de S. Miguel, de Coimbrão, conc. e distr. de Leiria.

Pé da Erra. Pov. na freg. de S. Matheus, de Erra, conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Pé d'Erva. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Pé do Esquio. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Espinhal, concelho de Penella, districto de Coimbra.

Pé do Frio. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro.

Pé de Ingote. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Pé de Janeiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Pé da Ladeira. Povoações nas freguezias: Ilha Graciosa; N. S.ª de Guadalupe, de Guadalupe, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo. || Ilha da Madeira; N. S.ª da Conceição e conc. de Machico, distr. do Funchal. || O Espirito Santo, de Tapeus, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || Santa Clara, de Santa Clara-a-Nova conc. de Almodovar, distr, de Beja.

Pé da Levada. Pov. na freg. de S. Pedro, de Samodães, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Pé da Lomba. Pov. da freg. de Santa Catharina, de Villa Facaia, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Pé do Monte. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Infias, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel, de Laundos, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Serreleis, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Tavora, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || Santa Maria, de Terroso, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || Pov. da freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Ponta situada na costa O da ilha do Pico, Açôres. Fica-lhe ao N o porto da villa de Magdalena, proximo da Horta, capital da ilha do Fayal.

Pé do Paço. Ilha da Madeira; Pov. na freg. e conc. de S. Vicente, distr. do Funchal.

Pé da Pedreira. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Alcanede, conc. e distr. de Santarem.

Pé do Pico. Ilha da Madeira, e distr. do Funchal; pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Camara de Lobos. || Pov. na freg. de S. Jorge, conc. de Santa Anna || Ilha do Porto Santo; pov. na freg. de N. S.ª da Piedade e conc. de Porto Santo, distr. do Funchal. || Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Rosaes, conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo.

Pé Redondo. Pov. na freg. de S. Martinho, de Carvalho do Rei, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Pé da Ribeira. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de S. Jorge e conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo.

Pé da Serra. Pov. e freg. de S. Simão, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Niza, distr. e bisp. de Portalegre; 269 fog. e 979 hab.. Tem esc. do sexo masc., uma fabrica de queijos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da margem esquerda da ribeira de Niza. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha differentes generos e 12$000 réis em dinheiro. A terra é fertil em generos agricolas, tem gado; pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Agrella, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Maria Magdalena e conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || N. S.ª da Conceição, de Amendoa, conc. de Mação, distr. de Santarem. || N. S.ª da Purificação, de Montelavar, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || N. S.ª da Conceição e conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || S. Sebastião, de Salir, conc de Loulé, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco. || N. S.ª da Gaiola, de Cortes, conc. e distr. de Leiria.

Pé do Serro. Povoações nas freguezias: Santa Barbara de Nexe, conc. e distr. de Faro. || N. S.ª da Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Pé da Veiga. Pov. na freg. de Julião, de Moreira do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Pé de Verde. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, no concelho de S. Vicente, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Peambo. Pequena bahia situada na costa do distr. de Mossamedes, prov. de Angola, Africa Occidental. Estende-se por entre duas pontas baixas e escuras, e é um mau ancoradouro por ser muito funda. Tem feitorias.

Peares. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Quelfes, conc. de Olhão, distr. de Faro.

Peça. Moeda de ouro, dos reinados de D. João V, D. Maria I, D. Pedro IV, do infante D. Miguel e D. Maria II.—*Reinado de D. João V*. Chamava-se peça á dobra de 4 escudos, cujo valor primitivo era de 6$400 réis, tendo ultimamente o valor estimativo de 50$000 réis; anverso: Ioannes ₒVₒ Dₒ Gₒ Porto Et ₒ Alg ₒ Rex ₒ Cabeça do rei á direita, com cabelleira e corôa de louro, por baixo o anno de 1722 e um *L*, indicação de ser cunhada na officina monetaria de Lisboa; reverso: In ₒ Hoc ₒ Signo ₒ Vinces ₒ Armas do reino com o escudo oval ornamentado.—Meia peça era a dobra de 2 escudos, valor primitivo de 3$200 réis; e estimativo, ultimamente, 30$000 réis; anverso: Ioannes ₒVₒ DₒGₒ Portₒ Etₒ Algₒ Rex ₒ Cabeça do rei á direita com cabelleira e corôa de louro, por baixo *L*, pela razão já citada, e no exergo o anno de 1722; reverso: In ₒ Hoc ₒ Signo ₒ Vinces ₒ Armas do reino com o escudo oval ornamentado.—Quarto de peça: um escudo, valor primitivo, 1$600 rs.; estimativo, ultimamente, 6$000 réis; anverso: Ioannes. ₒVₒ DₒGₒ Portₒ Et ₒ Alg ₒ Rex ₒ Cabeça do rei á direita com cabelleira e corôa de louro, por baixo um *L*, idem; no exergo 1722; reverso: In ₒ Hoc ₒ Signo ₒ Vinces ₒ Armas do reino com es-

cudo oval ornamentado.—Oitavo de peça, meio escudo, valor primitivo 800 réis, e estimativo, ultimamente, 2$500 réis; anverso egual aos outros, por baixo um *L*; idem; reverso egual aos outros. O retrato de D. João V nestas peças foi desenho de Vieira Lusitano, na orla o nome e titulos, e o reverso as armas do reino, e a legenda In Hoc Signo Vinces, os puncções fôram abertos por Antonio Mengin.—Peça, dobra de 4 escudos, no valor de 6$400 réis: anverso: Ioannes ₒVₒ DₒGₒ Portₒ Etₒ Algₒ Rexₒ Cabeça do rei, etc.; e por baixo um *B*, indicando ser cunhada na officina monetaria da Bahia, e o anno de 1715; reverso: Armas do reino enchendo o campo todo da moeda.—Meia peça, dobra de 2 escudos, valor primitivo 3$200 réis; anverso: em tudo egual aos outros, tendo um *M*, indicando ter sido cunhada na offina de Minas Geraes, e o anno de 1723; reverso: armas do reino, etc.—Quarto de peça, escudo, valendo 1$600 réis; anverso: egual aos outros, e o anno de 1724; reverso: as armas do reino, etc. —Oitavo de peça, dobra de meio escudo: anverso egual, tendo um *M*, indicando ser cunhada na officina de Minas Geraes, e o anno de 1731; reverso: as armas do reino, etc.—*Reinado de D. Maria I.* Chamava-se peça á dobra de 4 escudos de ouro, com o valor de 7$500 réis primitivo; estimativo ultimamente, 9$000 réis; anverso: Maria ₒ I ₒ Etₒ Petrus ₒ III ₒ DₒGₒ Portₒ Etº Algₒ Regesₒ; bustos laureados da rainha e de seu marido, D. Pedro III, á direita, por baixo, o anno de 1786 R. (Rio de Janeiro); reverso: as armas do reino ornamentadas.—Meia peça, dobra de 2 escudos, valor primitivo de 3$750 réis, estimativo, 4$500 réis. Anverso egual, tendo marcado o anno de 1786 R. (Rio de Janeiro), reverso egual á antecedente.—*D. Pedro IV.* Peça de ensaio monetario; anverso: Petrus. IVₒ DₒGₒ Portugaliae ₒ Etₒ Algarb ₒ Rexₒ; cabeça laureada do monarcha á direita; por baixo o anno de 1826; reverso: as armas do reino com escudo do feitio que tinham as moedas de prata, cercado por duas palmas de louro e carvalho.—Peça de 7$500 réis; anverso egual ao antecedente, tendo o anno de 1827; reverso: armas do reino com o escudo oval entre duas palmas de louro e carvalho.—Meia peça; valor 3$750; estimativo 4$500 réis; anverso egual ao precedente, com o anno de 1827; reverso egual.—*Infante D. Miguel.* Peça do valor de 7$500 réis; anverso Michael ₒIₒ DₒGₒ Portugaliae. Etₒ Algarb ₒ Rex ₒ Busto laureado de D. Miguel á direita, com a couraça e o manto; por baixo 1828; reverso: as armas do reino, tendo por ornamento duas palmas com as pontas voltadas para dentro. Cunhou-se outra peça do mesmo valor, tendo o anverso egual, e o anno de 1830; no reverso as armas do reino com as duas palmas voltadas para fóra.—Como ensaio monetario houve outra com o anverso egual, tendo a couraça e o manto n'um campo radiado, por baixo 1829.—Meia peça, valor primitivo 3$750 réis; ultimamente estimativo, rs. 4$500. Anverso egual; Busto laureado á direita com a couraça e o manto, por baixo 1828; reverso: as armas do reino entre duas palmas voltadas para dentro.—Meia peça de egual valor: anverso egual, tendo o anno de 1831; reverso: as palmas voltadas para fóra. Foi João José Dubois o encarregado de abrir um cunho para a moeda de ouro de 7$500 réis, permittindo-lhe o aviso de 17 de novembro de 1828, que tirasse provas da real effigie nos engenhos da Casa da Moeda, e a 15 de junho de 1829 fôram mandados archivar na mesma casa os referidos cunhos.—*D. Maria II.* Como ensaio de moeda, cunhou-se uma peça, tendo no anverso: Maria ₒ II º DₒGₒ Portugalₒ Etₒ Algarb ₒ Regina ₒ Cabeça da joven soberana á esquerda, por baixo 1833; reverso; as armas do reino com o manto real formando pavilhão, por baixo *Porto.*—Peça do valor primitivo de 7$500 réis; ultimamente estimativo réis 10$000; anverso: Maria ₒ II ₒ D ₒ G ₒ Portugal Et ₒ Algarb ₒ Regina ₒ Cabeça da rainha á esquerda, por baixo entre duas estrellas o anno de 1833; reverso: armas do reino entre um ramo de louro e outro de carvalho.—Outra peça do mesmo valor: anverso egual, tendo o busto da rainha diadema e penteado differente; anno de 1833; o reverso egual ao anterior.—Outra ainda do mesmo valor, com o anverso e reverso eguaes á peça antecedente, tendo o busto da rainha diadema e uma outra variedade de penteado; anno de 1835. O valor primitivo foi depois elevado a 8$000 réis, por decreto de 3 de março de 1847. ‖ *Peças de honra:* corôa, sceptro, espada, distinctivos que levam os grandes senhores nas pompas funebres e em outras cerimonias publicas.

Peça. Pov. na freg. de S. Thiago, de Ronfe, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Pecegães. Pov. na freg. de S. Pedro, de Roriz, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Pecegueiro. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. de Sever do Vouga, com. de Agueda, distr. de Aveiro, bisp. de Vizeu; 265 fog. e 1:153 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., hoteis, philarmonica, uma ponte sobre o rio Vouga, Companhia Industrial Portugueza, negociantes de cortiça, madeira e sal, feira no sitio da Ponte de Pecegueiro, no 4.º domingo de cada mez, de gados de differentes qualidades, generos agricolas, etc.. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada na estrada que vae de Sever do Vouga a Talhadas, nas proximidades da margem Vouga. A mitra apresentava o abbade, que tinha de rendimento 340$000 réis. A terra é fertil em todos os generos agricolas do paiz, cria muito gado, e nos seus montes apparece muita caça. A pov. é muito antiga, e já existia antes que o conde D. Henrique e sua mulher D. Thereza tomassem conta de Portugal. Nas *Inquirições reaes*, a que mandou proceder el-rei D. Diniz, em 1282, se lê que a aldeia de *Sever de Pecegueiro de Vouga*, tinha a ordem do Hospital um casal que pagava a terça do que matasse no rio e as *primariças (as primeiras lampreias que se pescavam) que á adar a elRey, e roussô, e comezio, e merda en bôca.* (Documento da Torre do Tombo). A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. Tendo sido annexada ao concelho de Albergaria-a-Velha por decreto de 21 de novembro de 1895 que supprimiu o de Sever de Vouga, voltou a este, quando foi restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. ‖ Pov. e freg. de S. Simão, da prov. do Douro, conc. da Pampilhosa, com. d'Arganil, distr. de Coimbra; 225 fog. e 1:041 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada junto d'uma ribeira do mesmo nome, affluente do rio Unhaes, na es-

trada de Macieira a Goes e Louzã. O prior da Pampilhosa apresentava o cura, que tinha réis 30$000 e o pé d'altar. A terra é fertil e cria bastante gado. Territorio bastante montanhoso com abundancia de caça. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 23 com a séde em Coimbra. || Ilha na prov. do Alemtejo, ficando na costa do Oceano entre as villas de Sines e V. N. de Milfontes, a 15 k. de cada uma. A Ilha do Pecegueiro tem o seu forte, mandado construir por D. Pedro II, pelos annos de 1690, para ivitar a invasão dos africanos. Foi seu constructor e 1.º governador o capitão João Rodrigues Mouro. Foi artilhado com 5 boccas de fogo, tendo uma guarnição de 30 soldados. Hoje está deserto e desartilhado. Ao E d'esta ilhota, a 1 k. de distancia, na terra firme, está a antiga capella de N. S.ª da Queimada, que é de grande devoção para os povos d'esta costa. Conta-se da seguinte fórma a origem do nome da sua padroeira: Pelos annos de 1660 entraram os moiros por esta ilhota com as suas lanchas, a roubar e captivar o que podiam, porque então não havia ainda fortificação alguma. Indo á ermida, o ermitão defendeu-se corajosamente, mas como não fôsse soccorrido. e só contra tantos, teve de succumbir na lucta, sendo morto, e a capella e a casa do ermitão saqueadas. Os moiros levaram a imagem da Senhora, e a fôram lançar n'uma balça de mattagal e silvado que havia perto, e lhe lançaram fogo. Arderam o matto e as silvas, ficando tudo reduzido a cinzas, mas depois dos moiros se afastarem, veiu gente das proximidades, que encontrou a capella roubada, o ermitão morto, e procurando a imagem, fôram achal-a entre as cinzas, inteira e illeza, o que tiveram por milagre, e fez redobrar a sua devoção para com a Senhora, á qual desde então deram o titulo de *Nossa Senhora da Queimada*. A invocação era na primitiva *Nossa Senhora d'Assumpção*. || Povoações nas freguezias: S. Christovão, de Cabeçudos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Sebastião, do Espinhal, conc. de Penella, distr. de Coimbra, || N. S.ª da Conceição, de Martim Longo, conc. de Alcoutim, distr. de Faro. || N. S.ª das Neves, de Pousaflôres, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || N. S.ª dos Remedios, de Reguengo do Fétal, conc. da Batalha, do mesmo distr. || Santa Maria, de Valle, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S Salvador, de Victorino das Donas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria Maior e conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || Ribeira do distr. de Coimbra. N. na serra de Fajão, corre a SSO, passa a E da freguezia de Pecegueiro, e entra no rio Unhas com 10 k. de curso.

Pecegueiro de Baixo e de Cima. Duas povoações na freguezia de S. Simão, de Pecegueiro, concelho da Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Pecegueiros. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Alvaro, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || S. Christovão, de Labruja, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Peceguido. Pov. na freg. de Santa Columbia, de Couto do Mosteiro, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu.

Pecelada. Pov. na freg. de Santa Maria, de Landim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Pecelar. Pov. na freg. de S. Paio, de Ruilhe, conc. e distr. de Braga.

Pecene. Pov. na freg. de Santa Maria, do Cossourado, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Pechão ou Pexão. Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. do Algarve, concelho e com. de Olhão, distr. de Faro, bisp. do Algarve: 405 fog. e 1:556 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada a 5 k. do mar. O bispo apresentava o cura, que tinha diversos generos. A egreja matriz está edificada n'um alto d'onde se vê o mar. O seu territorio é em grande parte occupado por montes incultos, mas nos sitios cultivados produz muitos cereaes, alfarrobas, algum vinho e grande abundancia de figos. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro.

Pecheda. Pov. na freg. de Santa Maria, de Gove, conc. de Baião, distr. do Porto.

Pecuaria. A arte da creação e tratamento de gado. Na exposição industrial portugueza com uma secção agricola, realisada na Avenida da Liberdade em junho de 1888, houve tambem uma exposição pecuuaria, a qual foi installada n'um terreno, no extremo norte da Avenida, onde se fizeram algumas construcções para abrigo dos animaes, algumas muito elegantes. Ao entrar no recinto, que foi todo gradeado, erguiam se dois torreões rusticos muito graciosos. Fôram abertos na rua principal dois lagos, um á entrada e o outro em frente do pavilhão real, que se construiu n'uma eminencia do terreno, que é bastante accidentado. N'aquelle pavilhão se realisou a cerimonia da inauguração da exposição, no dia 10 do citado mez de junho, presidida pela familia real, a que assistiram os ministros, corpo diplomatico, membros do parlamento e da camara municipal, altos funccionarios, imprensa, etc. Depois d'esta cerimonia a familia real dirigiu-se para a varanda do pavilhão para vêr desfilar o gado que passou em revista. Differentes especies de gado e dos melhores exemplares existentes na exposição, passaram pela frente do pavilhão real. Durou mais d'uma hora o desfilar, podendo notar-se os magnificos cavallos expostos pela Casa Real, do infante D. Augusto, das Caudelarias Nacionaes, de muitos lavradores, das provincias do Algarve, Minho, Alemtejo, Extrematura, etc., podendo emfim admirar-se a riqueza de gados que se criam no paiz, e que constituem um dos ramos mais importantes da agricultura. Esta exposição foi superior á que se havia realisado na Tapada d'Ajuda em 1884. A grande quantidade de gado, que concorreu de todos os pontos do paiz, permittiu o vêrem-se na exposição exemplares magnificos, como não appareceram na referida exposição de 1884. No dia 20 de junho já citado encerrou-se a exposição com a mesma solemnidade, assistindo tambem a familia real, presidindo el rei D. Luiz á distribuição dos premios aos expositores premiados. Estes premios fôram pecuniarios, elevando-se á quantia de rs. 3:754$000. Houve tambem muitas menções honrosas concedidas a estes e a outros expositores. O jury dividiu o concurso em 5 classes compostas dos equideos, bovideos, ovinos, caprinos e suineos. Em todas as classes houve premiados. Bibliographia: *Atlas pecuario de Portugal*, map-

pas, etc., *segundo o recenseamento a que se procedeu em conformidade do decreto de 22 de junho de 1870*, Lith. C. Maigne, Lisboa

Peculiar (*D. João*). Prelado no seculo XII. N. em Coimbra, e fal. em Braga, a 3 de dezembro de 1175. Era filho de Christovão João e de D. Maria Rabaldis, senhora da villa de Murtede. Estudou em Coimbra, e foi depois para a Universidade de Paris. Edificou um oratorio na villa de Lafões, onde se recolheu com alguns sacerdotes praticando exercicios religiosos. Foi depois mestre escola da cathedral de Coimbra, e sendo ali arcediago D. Tello, o acompanhou a Roma para impetrar de Innocencio II, que o instituto dos conegos regulares de Santo Agostinho fôsse restituido á sua primitiva observancia. Conseguindo a sua pretensão com muitos privilegios e indultos para o real convento de Santa Cruz de Coimbra, voltaram ambos de Roma em junho de 1135. D. João Peculiar foi depois eleito bispo do Porto em 1136, passando á cadeira archiepiscopal de Braga e primaz das Hespanhas, em 1139, indo outra vez a Roma para receber o pallio, que o mesmo pontifice lhe entregou, ordenando lhe que assistisse ao concilio Lateranense II, que n'aquelle tempo se celebrava. Regressando a Braga foi recebido com as maiores demonstrações de respeito e de jubilo. O arcebispo primaz de Braga D. João Peculiar foi quem coroou D. Affonso Henriques, 1.º rei de Portugal nas côrtes celebradas em Lamego; assistiu á conquista de Lisboa em 1147, acompanhando sempre o novo rei; foi quem benzeu a mesquita-mór dos moiros tornada templo christão e sagrou o 1.º bispo, D. Gilberto, varão inglez de notoria virtude, que foi preferido a todos os outros, por ser considerado o mais digno dos estrangeiros que ajudaram D. Affonso Henriques na conquista de Lisboa. O novo rei assistiu á sagração, e terminada a cerimonia D. Gilberto fez juramento de obediencia ao arcebispo D. João Peculiar como primaz das Hespanhas. O arcebispo foi sepultado na sé de Braga. Havia-se relacionado intimamente em Roma com o doutor da Egreja S. Bernardo, com quem entretinha affectuosa correspondencia. Por sua morte deixou manuscriptas muitas d'essas cartas em latim.

Pecuto. Pov. do conc. de Mossamedes, Africa Occidental.

Pedações. Pov. na freg. de Santa Maria, de Lamas, concelho de Agueda, distr. de Aveiro.

Pedaço. Povoações nas freguezias: S. Paio, de Besteiros, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. João Baptista, de S. João da Madeira, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Outeiro Maior, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Pedaço Mau. Pov. na freg. de S. Pedro, de Padôme, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Pedagogia. Sciencia que trata do ensino elementar e da educação das creanças. A pedagogia theorica tira os seus principios da observação cuidadosa da natureza humana, e em particular da natureza da creança durante a evolução das suas faculdades physicas e moraes. Em nossos dias tem o seu ensino regular nas universidades mais importantes e nos estabelecimentos que preparam mestres para a infancia e para a juventude, principalmente nas escolas normaes. A pedagogia pratica observa o crescimento physico da creança; determina os methodos apropriados ás diversas materias do ensino e as regras particulares da disciplina que fórma os caracteres. A pedagogia estende-se naturalmente aos tres objectos da educação: o corpo, o espirito e o dominio moral. A *educação physica*, tirando da anatomia e da physiologia as direcções pedagogicas que a interessam, inspira-se nas regras da hygiene e da necessidade do exercicio corporal. A *educação intellectual* é, em grande parte, a obra do ensino, e reduz-se a uma questão de methodo pelo qual o mestre se applica, desde os estudos elementares, a fazer d'este estudo um instrumento de cultura das faculdades. Com este fim, preoccupa-se mais das idéas do que das palavras; faz gradualmente appello á iniciativa dos discipulos, ao seu espirito de observação e sobretudo ás suas reflexões pessoaes, ao seu juizo, á sua razão. A instrucção póde egualmente aproveitar á *educação moral* pela escolha dos assumptos de estudo, aquelles sobretudo que dão logar ao exercicio da consciencia moral, aos commentarios proprios para favorecerem o desenvolvimento do carater, conduzindo para o bem o coração e a vontade espontaneamente ou pela consideração dos motivos de operar. A sciencia pedagogica marca, além d'isso, a influencia exercida sobre a moralidade pelo meio, o exemplo, o costume e o sentimento; indica a que meio e a que espirito convém recorrer á emulação e distribuir, segundo o caracter, a edade, etc., as recompensas e os castigos. Póde-se ligar á educação moral: a cultura esthetica, que inspira o bem pela contemplação e pelo gosto do bello; a instrucção civica que inicia no homem os seus deveres ao mesmo tempo que os seus direitos de cidadão e a formação do sentimento religioso, que o põe em presença da suprema sancção. Tem havido diversos methodos d'ensino primario, depois de 1824. Por decreto de 11 de setembro d'esse anno foi creada em Lisboa uma escola normal de ensino mutuo pelo methodo de Lencaster. Até nova determinação régia em contrario, ficava aquella escola independente da junta directoria geral dos estudos e da sua inspecção; e os seus alumnos, em egualdade de merecimento, seriam preferidos aos outros concorrentes. Este decreto foi promulgado no reinado de D. João VI, e mais tarde, em 1826, o governo da infanta regente D. Izabel Maria dava impulso á realisação d'aquelle pensamento. Por decreto de 27 de setembro de 1826 se determinou que no proximo mez de outubro se abrisse o primeiro curso da escola normal de ensino mutuo em Lisboa, e pela portaria de 31 de outubro foi ordenado que os mestres de primeiras letras de Lisboa frequentassem a escola de ensino mutuo de Lencaster, e outrosim mandou a portaria suspender o provimento das escolas de primeiras letras, que vagassem na côrte, para serem providas em mestres que as soubessem reger pelo sobredito methodo. O decreto de 7 de setembro de 1835, que estabeleceu o *Regulamento Geral da Instrucção Primaria*, foi elaborado sob o influencia da convicção que então reinava das excellencias e vantagens do methodo do ensino mutuo; e assim, no artigo 3.º, dispunha elle: «O methodo geralmente adoptado nas escolas estabelecidas pelo governo *será o de Lencaster ou ensino mutuo* com os melho-

ramentos de que fôr susceptivel.» O decreto de 15 de novembro de 1836, que continha o *Plano da instrucção primaria*, foi elaborado sob a influencia das idéas mais lisonjeiras a respeito do methodo do ensino mutuo. Em 19 de setembro de 1839 ordenava o governo ao Conselho Superior de Instrucção Publica, que instituisse logo em Coimbra a escola normal primaria *de ensino mutuo*. Ordenava tambem que o conselho coordenasse um directorio completo para regular os diversos ramos e methodo de ensino primario, nos termos da disposição do artigo 24.º do decreto de 15 de novembro de 1836. N'esse artigo, na verdade, ordenava-se á autoridade competente que formasse um directorio, no qual exarasse o regimento dos professores, bem como os desenvolvimentos, exemplares, modelos, instrucções e regulamentos especiaes, que são necessarios para o complemento pratico do ensino primario em cada um dos ramos e methodos. A experiencia, porém, veiu trazer o desengano; no anno de 1844 já o Conselho Superior achava serem mais conhecidos os inconvenientes d'esse methodo de ensino, de que resultou que o legislador do decreto de 20 de setembro d'esse anno, já não inculcou a preferencia de tal methodo, limitando-se a recommendar, n'este ponto, a escolha que estivesse em harmonia com as conveniencias da instrucção, e com as circumstancias diversas do ensino. Em 21 de dezembro de de 1847 dizia o conselho ao governo, que depois de se ter vulgarisado a viagem de M. Cousin á Hollanda para observar a instrucção, e de terem apparecido as reflexões dos grandes professores d'aquella nação, pouco favoraveis ao *Methodo de Ensino Mutuo*, já este não encontrava apologistas. No referido anno de 1847 já as escolas portuguezas, regidas por aquelle methodo, iam em decadencia, e se encaminhavam para a conversão em escolas do 2.º grau. O decreto de 20 de dezembro de 1850, que regulou a execução do de 20 de setembro de 1844, na parte relativa á administração litteraria, moral e disciplinar das escolas de instrucção primaria, designou o methodo de ensino simultaneo, como sendo aquelle que mais se presta ás exigencias e condições da generalidade das escolas do pais; permittiu, porém, que, á similhança do que se pratica nas aulas de ensino mutuo, os professores nomeassem para cada classe, d'entre os discipulos mais adeantados e idoneos, alguns que servissem de monitores ou decuriões, que pudessem auxilial-os, e encarregar-se de algumas funcções do ensino simultaneo, a que os professores não pudessem directamente satisfazer. (§ unico do artigo 38.º). No anno de 1852, desejando o governo que nas escolas publicas se fizesse um ensino do *methodo de leitura repentina*, adoptado em algumas das aulas particulares, afim de se poder apreciar o proveito dos seus resultados, comparado com o do methodo de ensino simultaneo, tomou pela portaria de 25 de outubro, as providencias que em substancial resumo vamos apontar: 1.º Na escola de ensino mutuo, existente na Casa Pia de Lisboa, seriam escolhidos 100 dos alumnos mais atrazados nos exercicios escolares, para a respeito d'elles ser adoptado o *systema de ensino primario pelo methodo de leitura repentina*; sendo confiado o ensino da classe ao director da escola normal de Lisboa.—2.º Aos exercicios de leitura repentina seriam admittidos até quatro orphãos da Casa Pia mais adeantados em edade, que reunissem as condições necessarias para, na qualidade de alumnos mestres, aprenderem o methodo novamente adoptado, e se habilitarem a exercel-o nas aulas destinadas ao ensino do sexo feminino.—3.º Ao indicado director da escola normal seriam fornecidos os utensilios e objectos por elle requisitados; postos á sua disposição outros quaesquer meios que a experiencia tornasse indispensaveis ou proveitosos para effeituar esta incumbencia; e destinadas as casas convenientes, contiguas á Casa Pia, para habitação do mesmo director, afim de poder acudir com facilidade e promptidão ao cumprimento das obrigações a seu cargo. Ao provedor da Casa Pia era recommendado que désse as suas ordens, para que as disposições d'esta portaria fôssem desde logo executadas. Pela carta de lei de 18 de agosto de 1853, foi o governo autorisado a crear um logar de commissario geral de instrucção primaria pelo methodo repentino. Este commissario teria a seu cargo a direcção do ensino repentino, em todas as escolas que no reino e ilhas adjacentes se estabelecessem debaixo d'aquelle systema. Para o logar de commissario geral de instrucção primaria nomeou o governo o dr. Antonio Feliciano de Castilho, mais tarde visconde de Castilho, que era o proprio introductor e reformador do methodo repentino. Pela portaria de 23 de setembro, na qual já se adopta a expressão de *methodo portuguez de leitura repentina*, deu o governo algumas providencias para a execução da mencionada carta de lei. Em conferencia de 28 de abril de 1854, da secção de instrucção primaria do Conselho Superior de Instrucção Publica, se dizia que não podia ainda assentar-se juizo seguro. Na circular de 24 de março d'esse anno, em additamento á de 30 de julho de 1853, mandou o conselho intimar todos os professores para que, no prazo de 10 dias a contar da intimação, declarassem por escripto, se nas escolas tinham praticado o methodo de leitura repentina. Em caso affirmativo, deviam especificar: 1.º desde quando começou o uso do methodo; 2.º se o empregavam em toda a escola, ou em classe separada; 3.º que progressos haviam n'elle feito os alumnos. Até ao referido dia 28 d'abril de 1854 haviam respondido 102 professores, dos quaes só 19 tentaram o methodo, e d'estes só um declarava ter obtido bom resultado; alguns suspendiam ainda o juizo; muitos tinham voltado ao antigo. Todos os outros confessavam que o não tinham podido ainda ensaiar, uns por não poderem até então adquirir perfeito conhecimento d'elle, outros por falta de casa e utensilios, outros por estorvo e repugnancia que encontravam nos paes ou cabeças de familia. Por isso o conselho continua ainclinar-se a crêr que as vantagens, que alguem tem apregoado, são porventura exageradas; espera, porém, esclarecer-se mais com o tempo, e quando tenha recolhido todas as declarações que exigira. Ainda nos fins de 1855 dizia o conselho superior: «Do *methodo repentino*, dito *portuguez*, não póde o conselho ainda formar juizo cabal e seguro. Com quanto a memoria dos factos o condemne, e os ensaios feitos em tres escolas do concelho de Coimbra lhe sejam desfavoraveis; quer o conselho ainda conceder ao tempo o que rasoavelmente se lhe não póde negar; tendo em

attenção o imperio do habito dos methodos antigos, a reluctancia do povo contra tudo o que é innovação; e mais que tudo, a animadversão que suscitaria a indiscripção de querer fundar a fortuna do methodo sobre a ruina total dos outros. Posteriores ao methodo do visconde de Castilho, notam-se alguns artigos relativos á methodologia: *Methodo legographico ou Cartilha Nacional*, por Latino Coelho e Caldas Aulete. Por este methodo «se ensina simultaneamente a ler, a escrever, e a orthographar, por um processo tão natural e facil, que em muito pouco tempo as creanças com grande aprazimento adquirem a pratica d'estas disciplinas.» Em 1869 coordenaram os mesmos a *Encyclopedia das escolas primarias*, em harmonia com o methodo da *Cartilha Nacional*. Em 1871 appareceu o *Novo methodo de ensino de leitura*, por Alfredo Julio de Brito, de Lisboa. Tambem no mesmo anno appareceu a 8.ª edição do *Novo methodo para aprender a ler*, por José Ramos da Paz, do Porto. Foi conhecido em Portugal o *Methodo Hudson*, publicado e adoptado no Rio de Janeiro em 1876. No anno de 1877 foi publicada a *Cartilha de leitura preliminar e elementar*, por José Antonio Simões Raposo. Era destinada aos alumnos da Casa Pia de Lisboa. Em 1877 foi publicada no Porto por Candido J. A. de Madureira, abbade de Arcozello, a *Cartilha maternal* ou *Arte de leitura*, por João de Deus. Este systema de ensino ainda hoje vigora em muitos collegios. Em 1870 publicou-se tambem o *Methodo de leitura elementar*, por Manuel Dias da Silva. Em 1876 publicou este mesmo escriptor uma *Cartilha para os meninos aprenderem a ler, podendo servir em qualquer dos systemas de leitura conhecidos. O primeiro livro da infancia ou o ABC para os meninos adultos*, por Brito Aranha, foi premiado na exposição de economia domestica de Paris em 1872 e na de Vienna d'Austria em 1873. Tambem temos conhecimento dos seguintes escriptos: *Resumo da historia da Pedagogia*, por F. A. do Amaral Cirne Junior, Porto, 1881; *Pedagogia moderna. Apontamentos de viagem sobre educação e ensino*, por Albino Coelho, Coimbra, 1882; *Elementos de Pedagogia para servirem de guia aos candidatos ao magisterio primario, coordenados*, por Graça Afreixo e Henrique Freire, Lisboa, 1882; 6.ª edição totalmente reformada e accommodada ao programma das escolas normaes, approvado por decreto de 28 de julho de 1881; *Michel Carbonneau. Curso theorico pratico de pedagogia*, traduzido em portuguez por José Nicolau Raposo Botelho, seguido das principaes disposições da nova lei de instrucção primaria; nova edição portugueza segundo a 11.ª edição franceza, Porto, 1883 ‖ *Conferencias pedagogicas*. Celebraram-se em Lisboa as seguintes, de que temos conhecimento: no anno de 1867, a respeito das quaes existe o seguinte elemento de informação: *Actas das sessões das conferencias pedagogicas feitas no Lyceu Nacional de Lisboa no anno lectivo de 1867-1868 sob a presidencia de Marianno Ghira, commissario dos estudos do districto e reitor do mesmo Lyceu*, 1868. No anno de 1874 tambem se realisaram conferencias nos mezes de setembro, outubro e novembro, em 1878, fôram as conferencias pelo sr. conselheiro Augusto José da Cunha, então commissario dos estudos e reitor do Lyceu Nacional de Lisboa.

Pedaminho. Pov. na freg. de S. Pedro, de Pedôme, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Pedane. Pov. na freguezia de Thiago, de Tronco, concelho de Chaves, distr. de Villa Real

Pederneira. Villa na prov. da Extremadura, séde de conc., com. d'Alcobaça, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa. Orago Santa Maria das Areias. Está situada junto do Oceano Atlantico, a 600 m. da Nazareth, onde está a séde do concelho. (V. *Nazareth*, n'este vol. pag. 25 e seguintes). O D. abbade geral de Alcobaça apresentava o vigario, que tinha 150$000 réis de rendimento. A fundação é muito antiga e durante tres seculos foi cabeça d'um concelho que se supprimiu por decreto de 24 de outubro de 1855, supprimindo tambem mais 4 do mesmo districto de Leiria, que fôram S. Martinho do Porto, Chão de Couce, Maçãs de D. Maria e Louriçal. O decreto de 22 de junho de 1898 restaurou o concelho da Pederneira. Durante estes annos de intervallo esteve annexo ao de Alcobaça. Segundo a tradição, os primeiros moradores fôram os habitantes de Paredes (V. *este nome*) que para aqui vieram estabelecer-se com todos os seus haveres, foraes e privilegios que guardavam no archivo da camara, e que devem existir, segundo consta, em Alcobaça. O abbade D. Fr. Estevão II lhe conferiu carta de foral em 1276 a 1283; seculos mais tarde, el-rei D. Manuel lhe deu tambem foral, em Lisboa, no dia primeiro d'outubro de 1514, e lhe mandou applicar o foral d'Alcobaça da mesma data, reconhecido e reformado por sentença de 6 de julho de 1556, em 12 capitulos, o que está registado no maço 1 dos Foraes novissimos n.º V da Torre do Tombo. D'entre os muitos privilegios concedidos pelos foraes, tambem competia á villa a arrecadação dos direitos do pescado que consistia em 1 peixe de cada 20 que colhiam, ou 1$000 réis por cada 20$000 réis do seu producto. Para este fim possuiam os frades uma propriedade murada, que consta de casas de habitação, denominada a *Cêrca*, que defronta com a Misericordia e o cemiterio municipal. A tabella do imposto do pescado, n'esta localidade, até á data em que começou a vigorar o decreto da regencia da ilha Terceira n.º 24 de 9 de novembro de 1830 (diploma que marcou uma epoca notavel na historia das pescarias em Portugal) era bastante onerosa para os pobres pescadores, porque, além dos citados direitos, lhes eram exigidos outros, como passamos a demonstrar: pelo Estado um peixe por cada 22, ou 1$000 réis por cada 22$000 réis; pela collegiada da villa da Pederneira um peixe por cada 15, que colhessem, ou 1$000 réis por cada 15$000 réis; pela Misericordia, em virtude d'um contrato feito entre os frades Bernardos e os vogaes d'esta corporação, a terça parte do peixe, ou do seu producto, que colhiam aos domingos e dias santos; e nos dias da semana 200 réis de cada 4$000 réis do producto do peixe, e d'ahi para cima a mesma quantia de 200; não chegando, porém, o producto a réis 4$000 nada pagavam. A villa primitivamente estendia-se muito para o sul, e a egreja de então dedicada a Santo André, ficava retirada do circuito das actuaes habitações, no local chamado modernamente Rocio, sendo demolida com o decorrer dos tempos e aproveitando-se uma casa antiga que adaptaram a egreja matriz. E' esta

um templo vasto, mas de modesta apparencia externa, emquanto que internamente prima pelo seu irreprehenssivel asseio e pela magnificencia dos seus altares, e pela da capella-mór, onde se destacam dois quadros historicos da vida de Santo Antonio, e pelos seus bem cuidados ornamentos de boa talha, alfaias, etc. As paredes da egreja são revestidas de azulejo até uma certa altura. De ambos os lados da capella-mór, na orla que rodeia duas cruzes de braços eguaes, lê-se nos azulejos o seguinte:

«Os devotos de Santo Antonio lagearam e mandaram azulejar esta capella. 1637».

E' tambem digno de menção o pulpito, erguido do lado do Evangelho, todo de boa madeira preta lavrada, e um crucifixo de marfim. O lavatorio da sacristia tem gravado:

ANO DE 1638.

Ao sul da villa fica o cemiterio municipal, e no seu limite, do lado do norte, está a capella da Misericordia, onde havia irmandade e um pequeno hospital. Sobre a verga da porta principal tem gravada a era de 1721, e dentro da capella, á direita, n'uma inscripção das obrigações da extincta irmandade, lê-se a era de 1716. Esta capella foi fundada antes de 1660, e ali se venera uma imagem do Senhor dos Passos, digna d'alto apreço pelo seu valor artistico, que muito honra o seu autor e a arte portugueza. A capella da Misericordia foi mandada annexar á Real Casa da Nazareth pela portaria de 17 de junho de 1877, com a obrigação de custear o seu antigo hospital, que, por não estar em boas condições, foi mais tarde estabelecido em excellente edificio junto do palacio real e ao lado do templo, com todos os requisitos aconselhados pela sciencia, para o seu regular funccionamento, isto é, com hygienicas enfermarias para os dois sexos, e provido de todos os pertences indispensaveis a estabelecimentos d'esta ordem. Ao E da villa, a uns 1:800 m. de distancia, ha o monte de S. Bartholomeu, de fórma conica, em cujo topo se vê a capella de S. Bartholomeu e S. Braz, servindo este monte de balisa aos navegantes e pescadores, que o avistam a mais de 30 k. Junto á villa está um chafariz de cantaria construido por el-rei D. Sebastião em 1577. Foi este mesmo soberano que deu principio á fortaleza de S. Miguel, concluida por Manuel Gomes Pereira, em 1600, que Filippe III fez, n'esse mesmo anno 1.º governador da fortaloza. O chafariz velho, que estava dentro da villa adornado com as armas de Portugal, é obra d'el-rei D. Manuel, e foi feito pelos annos de 1520. A 28 de julho de 1899 inaugurou-se um ascensor, que funcciona entre a Praia e o Sitio da Nazareth, o qual está aberto ao publíco durante a epoca balnear. Em abril de 1905 formou se um corpo de bombeiros municipaes. A villa tem habitações regulares, pertencentes, na sua maior parte, a lavradores, distinguindo-se em frente do seu principal largo o edificio da camara municipal, de solida construcção, com o seu campanario ao centro, tendo estabelecida uma escola na sua sala de audiencias. Consta que o nome da villa proveiu de se ter achado n'ella um marco antiquissimo, redondo, de 1m,10 de altura, feito de pederneira, que serviu de pelourinho. Mas como no portuguez antigo *pederneira* significava *recife* ou *cachopo* formado de seixo, e ha alguns d'esses recifes nas immediações da villa. Pinho Leal, no seu *Portugal antigo e moderno*, inclina-se a acceitar como mais verosimil esta origem. Em eras muito remotas a villa da Pederneira foi muito importante, chegando a construir-se no logar da Praia, hoje Nazareth, muitos navios d'alto bordo para as conquistas, fazendo parte da tripulação alguns marinheiros da Pederneira. Antes de haver o caminho de ferro americano da Marinha Grande para S. Martinho do Porto, vinham ao logar da Praia muitos barcos carregar madeiras para Lisboa e outros portos. Hoje, apezar de ser séde de freguezia, a villa está muito decadente. Pertence á 5.ª div. mil., 10.ª brigada, grande circumscripção mil. do Centro, e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria. Tem agencias bancarias; succursaes dos bancos *Alliança, Crédit Franco-Portugais, Economia Portugueza;* agentes das companhias de seguros: *Internacional, La Union y El Fenix Espanol, Portugal, Sociedade portugueza de seguros, Tagus* e *Ultramarina*; fabricas de agua-raz, de conservas, de cordas de linho, de gazozas e refrigerantes, de linhas de pesca, de telha e tijollo; hoteis, medicos, est. post. e telegr.; sociedades de recreio: *Artistica 1.º de Maio* e *Gremio Recreativo 1.º de dezembro*, typographias. O conc. compõe-se de 3 freguezias, com 941 fog. e 8:360 hab.: sendo 4:019 do sexo masc. e 4:341 do fem. As freguezias são: N. S.ª da Victoria, de Famalicão, 1:547 hab.: 730 do sexo masc. e 817 do fem.; Santa Maria das Areias, de Pederneira, 5:397 hab.: 2:599 do sexo masc. e 2:798 do fem.; S. Sebastião, de Vallado dos Frades, 1:416 hab.: 690 do sexo masc. e 726 do fem. O principal commercio do conc. é vinhos, cereaes e legumes. || Povoações nas freguezias: Santo Antonio, de Fatima, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || N. S.ª da Purificação, de Olival, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, do mesmo districto. || S. Pedro e conc. da Certã, districto de Castello Branco.

Pederneiras. Povoações nas freguezias: S. Sebastião, de Budens, conc. de Villa do Bispo, distr. de Faro. || S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Pedintal. Pov. na freg. de N. S.ª das Dôres de Isna, conc. de Oleiros, districto de Castello Branco.

Pedôme. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 122 fog. e 515 hab. Tem esc. do sexo masc. Dista 10 k. da séde do conc. e está situada a 1 k. da margem direita do rio Ave. O reitor do convento de Santo Eloy, conegos de S. João Evangelista, da cidade do Porto, apresentava o vigario, que tinha 100$000 réis de rendimento. A terra é muito fertil; tem gado, colmeias e caça. Pentence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Pedonde. Ribeira do distr. do Porto. V. *Moldes*.

Pedonho. Pov. na freg do S. Nicolau, de Lebução, concelho de Valpaços, districto de Villa Real.

Pedorido. Pov. na freg. de Santa Eulalia, da prov. do Douro, conc. e com. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro, bisp. do Porto: 196 fog. e 848 hab. Tem esc. do sexo masc., correio com serviço de posta rural, advogado, pharmacia, e minas de carvão. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda, e junto da confluencia do rio Douro com o Pedonde, a 18 k. da séde do conc. O D. abbade benedictino de Paço de Sousa apresentava o vigario, que tinha 150$000 réis de rendimento. A egreja matriz é pequena, antiga, d'architectura singela, e pobre d'ornatos. O terreno é fertil em generos agricolas, cria muito gado de toda a qualidade. A freguezia é abundante de peixe, tanto do mar, como dos rios Arda e Douro. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto.

Pedouro. Pov. na freg. de Santa Maria, de Beiral do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Pedourinhos. Pov. na freg. de S. Martinho, de Fornellos, concelho de Sinfães, districto de Vizeu.

Pedra. Povoações nas freguezias: S. Cosme, de Besteiros, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Fregim, conc. de Amarante, districto do Porto. || N. S. do Rosario, de Marinha Grande, conc. e distr. de Leiria. || Santa Christina, de Nogueira, conc. de Louzada, districto do Porto. || S. João Baptista, de Nogueira, concelho e distr. de Braga. || S. Martinho, de Recezinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Ilha da Madeira; N. S.ª d'Ajuda, de Serra d'Agua, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || S. Mamede, de Troviscoso, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Thomé, de Vade, conc. de Ponte da Barca, do mesmo districto. || S. Cosme, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Mamede, de Ventosa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Santo Estevão, de Villa Chã do Marão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Miguel, de Alcainça, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Almoster, conc. e distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição e conc. de Ancião, distr. de Leiria. || S. Pedro da Cadeira e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || S. João Baptista, de Palma, concelho de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Pedra (*Porto da ilha da*). Porto da ilha da Taipa, na enseada do Taipa, provincia de Macau.

Pedra d'Agua. Povoações nas freguezias: S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Sebastião, de Salir, do mesmo concelho e districto.

Pedra d'Aguçar. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Almansil, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Pedra das Agulhas. Ilhéo situado na costa O da ilha do Principe, Africa Occidental. Fica junto da Ponta mais occidental da ilha, que tambem tem o nome de *Pedra das Agulhas*. || Ponta situada na costa O da ilha do Principe, Africa Occidental. E' a mais saliente e mais occidental da ilha, e junto a esta abre-se a O a majestosa obra da Praia Grande ou Bahia das Agulhas. A ponta tem um morro chamado *Focinho de cão*. V. este nome, no *Portugal*, vol. III, pag. 499.

Pedra Alçada. Povoações nas freguezias: Santa Maria e conc. de Lagos, distr. de Faro. || S. Sebastião, da mesma cidade, conc. e districto.

Pedra Alta. Quinta na freg. de S. Vicente, de Alcafache, conc de Mangualde, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, no concelho da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Pedra do Altar. Pov. na freg. de S. Thiago, de Peral, conc. de Proença-a-Nova, districto de Castello Branco.

Pedra Alva. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Arcozello, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || N. S.ª d'Assumpção, de Cacella, conc. de Villa Real de Santo Antonio, distr. de Faro.

Pedra d'Alvidrar. Notavel rochedo na prov. da Extremadura, na serra de Cintra. Chegando-se ao logar de Almoçageme, principia a subir-se a montanha, cuja encosta está coberta de vinhas, que produzem os famosos vinhos denominados de *Collares*. Chega-se finalmente á *Pedra d'Alvidrar*, que é um enorme banco de pedra, de assombrosa altura, talhado quasi a prumo, e contra o qual se debatem as ondas revoltas do Oceano Atlantico. Proximo d'este rochedo está o abysmo chamado *Fojo*, no fundo do qual refervem as ondas com um medonho estampido. (V. *Almoçageme*). A *Pedra d'Alvidrar* é uma vertente occidental da montanha formada de rocha viva, cortada quasi perpendicularmente sobre o mar; e d'este elevadissimo ponto se goza um majestoso panorama. A' esquerda, e a pouca distancia, está o *Cabo da Roca*, e á direita as praias do *Cavallo*, *das Maçã*, da *Ericeira* e outras.

Pedra Amassada. Pov. na freg. de Santo Isidoro, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Pedra d'Amolar. Pov. na freg. de S. Lourenço dos Orgãos, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Pedra de Anta. Pov. na freg. do Salvador, de Villarinho das Cambas, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Pedra Arrancada. Pov. na freg. de S. Thiago e concelho de Castro Marim, distr. de Faro.

Pedra Badijó. Pequeno porto situado na costa E da ilha de S. Thiago, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Só dá accesso a pequenos barcos de cabotagem que vão ali carregar milho. Fica dentro da enseada das Malaguetas. || Pov. da freg. de S. Thiago, no conc. e distr. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Pedra Barro. Pov. da freg. de S. Miguel, no conc. de Santa Catharina, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Pedra Branca. Povoações nas freguezias: S. Romão, de Alferce, conc. de Monchique, distr. de Faro || N. S.ª da Conceição, de Odiaxere, conc. de Lagos, do mesmo distr. || S. João Baptista, do Seixo de Gatões, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || N. S.ª das Neves, de Pousaflôres, conc. de Ancião, distr. de Leiria. Tem caixa postal. || Pov. da freg. e conc. de Santa Catharina, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Pedra Caldeira. Povoações nas freguezias: S. Domingos, de Fontello, conc. de Armamar, distr. de Vizeu. || S. Miguel e conc. de Armamar, do mesmo districto.

Pedra de Calombas. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, na 8.ª div. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov d'Angola, Africa Occidental.

Pedra Cavada. Pov. na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Almenda, conc de V. N. de Fozcôa, distr. da Guarda.

Pedra Cavalleira. Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Silgueiros, conc. e districto de Vizeu.

Pedra Chã. Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Giella, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Sant'Anna da Serra, concelho de Ourique, districto de Beja.

Pedra da Costa. Pov. na freg. de S. Vicente, de Sousa, concelho de Felgueiras, distr. do Porto.

Pedra do Couto. Povoações nas freguezias: Santa Maria Maior e conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria Maior, de Mujães, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Pedra Cruz. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Rossas, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Marinha, de Annaes, conc. de Ponte do Lima, districto de Vianna do Castello.

Pedra das Dez. Pov. do concelho de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Pedra Empinada. Pov. na freg. de S. Thiago e concelho de Castro Marim, districto de Faro.

Pedra Encavallada *(Quinta da)*. Na freg. de N. S.ª da Expectação, de Nogueira do Cravo, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Pedra de Encoge. Nome por que é geralmente conhecido o presidio ou conc. de Encoge, Africa Occidental.

Pedra da Enxova. Ponta situada no extremo E da ilha de S. Nicolau, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. E' uma estreita lingua de terra, chata, mas que se reconhece a certa distancia por ter em cima uma rocha pyramidal em fórma de caracol.

Pedra d'Era. Pov. na freguezia de S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Pedra de Escorregar. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Guia, conc. de Alhufeira, distr. de Faro.

Pedra dos Feiticeiros. Nome dado a um grande rochedo esbranquiçado que se vê na margem esquerda do Cuanza, antes de chegar a Muxima, prov. d'Angola, Africa Occidental. Fica em frente da lagoa de N'Golome, está entre outros dois rochedos e é o mais alto dos tres. N'outros tempos foi uma especie de rocha Tarpeia, porque os quissamas precipitavam d'elle ao rio os condemnados por feitiçaria. D'isto lhe proveiu o nome.

Pedra do Feitiço. Grande rocha escarpada situada acima do Congo Ialla, no Zaire, prov. de Angola, Africa Occidental. E' defensavel por natureza, e d'ella, conforme disse Burton, poderia fazer-se um novo Gibraltar. Está occupada por um posto militar.

Pedra Firme. Pov. da freg. de N. S.ª d'Assumpção de Collares, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Pedra Furada. Pov. e freg. de Santa Leocadia, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 63 fog. e 263 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Dista 8 k. da séde do conc. O reitor do mosteiro de S. João Evangelista, de Villar de Frades, apresentava o cura, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil, cria gado, e tem caça diversa. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Ponta situada na costa E da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. || Roça na ilha do Principe, Africa Occidental.

Pedra da Galé. Pov. séde d'um posto fiscal dependente da secção de Portimão, no Algarve.

Pedra Grande. Logar situado a dois dias de viagem de Mossamedes, na estrada que parte de Mossamedes para o planalto, prov. d'Angola, Africa Occidental. Deu-lhe o nome uma grande rocha que existe ali, com tanques naturaes, que fôram mandados aproveitar pelo governo do districto para abastecerem d'agua as caravanas que por ali passam. Esse aproveitamento fez-se por meio de paredões que conduzem para os referidos tanques toda a agua das chuvas que cáe na rocha. Os tanques são quatro, e todos de grande capacidade. Quando sobre a Pedra Grande cáem chuvas torrenciaes, enchem se d'agua, que se conserva por bastante tempo, e d'ella se utilisam tanto os viajantes como o gado. Quando ella diminue e se seguem annos de estiagem, o governo só permitte que se tire a porção indispensavel para uso dos viajantes, prohibindo que seja dada ao gado. e para fazer observar esta disposição ha no logar um destacamento militar alojado em cubatas bem como uma casa do governo que serve de pousada aos viajantes, e um curral para o gado que elles conduzem. Esta agua, porém, proveniente de chuvas que ás vezes só cáem com intervallos de quatro a cinco annos, recebe, pela sua exposição ao ar, detrictos animaes e vegetaes que fermentam sob a acção d'um calor intensissimo, cobre-se de vegetações aquaticas, torna-se um centro gerador de myriades de micro organismos, e, ingerida em taes condições, produz a purpura hemorrhagica.

Pedra Joannes. Pov. do distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Pedra Lara. Pov. na freg. de S. Christovão, de Rio Mau, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Pedra da Legoa. Pov. na freg. de Santo André, de Varzea da Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Pedra do Leite. Povoações nas freguezias: Santa Maria de Fregim, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || O Salvador, de Villa Garcia, do mesmo conc. e districto.

Pedra do Leme. Ponta e enseada na costa NE da ilha do Sal, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Pedra da Linhaça. Pov. na freg. de S. Mamede, de Manhuncellos, conc. de Marco de Canavezes, distr do Porto.

Pedra Longa. Pov. na freg. de S. Miguel, das Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Pedra Lume. Ponta situada na costa NE da

ilha do Sal, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. E' formada de rocha de silex, o que certamente lhe deu o nome. || Pequena enseada situada na costa NE da ilha do Sal, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. E' uma furna que se abre junto da ponta do mesmo nome, de entrada difficil, mas o unico logar onde os navios pódem surgir no tempo das aguas, quando sopram os ventos de SO e SE, e ainda assim só com boas amarras de ferro, porque o fundo não é bom. Pedra Lume foi o primeiro porto onde, no começo do seculo passado, se embarcava o sal, para ali levado a custo de 5 k. de distancia, d'uma grande salina natural tambem chamada Pedra Lume Esta salina é uma bacia aberta pela natureza na concavidade d'um monte que se diz ser a cratera d'um vulcão extincto, bacia que se eleva 36 m. acima do nivel do mar e que tem aproximadamente 13 de profundidade, e onde se coalha em sal a agua das chuvas que n'ella cáe, temperada por um olho d'agua salgada que rebenta ao centro da caldeira. E' realmente interessante o modo como ali se fórma o sal, a grande distancia do mar; a caldeira é uma obra admiravel da natureza. A difficuldade que havia em extrahir o sal, em o elevar á parte superior das paredes da caldeira, e ainda em o conduzir aos portos de embarque, fizeram com que o fallecido conselheiro M. A. Martins, um dos homens que mais trabalharam para a prosperidade da ilha, começasse por perfurar o monte de lado a lado, abrindo assim um caminho subterraneo mais curto e mais plano para a conducção do sal aos portos da ilha. Mais tarde mandou construir um caminho de ferro que foi, decerto, o primeiro que houve em terras de Portugal. A salina da Pedra Lume ficou, porém, por assim dizer, abandonada, depois do estabelecimento das maretas ao SO da ilha, proximas do seu principal ancoradouro, e depois que se organisou o serviço das alfandegas em 1842 prohibiu-se mesmo formalmente o accesso de navios á enseada da Pedra Lume.

Pedra da Mão do Homem. No fim da freg. de Adoufe, concelho de Villa Real, prov. de Traz-os-Montes, ao N, acima da estrada de Villa Real a Chaves, e entre os logares de Estariz e de Bonagouro, ha um sitio chamado *Mão do Homem*, em razão de estar ali um grande rochedo, no qual estão gravadas quatro mãos de homem, abertas: uma até ao cotovello, outra um tanto mais curta, e as outras duas só até ao pulso. Junto a ellas se vê gravado na mesma pedra, aberto a picão, o leito de um carro, de 66,^{m} de comprido. Entendendo o povo que estas garatujas indicavam thesouro moirisco proximo, tem em differentes epocas revolvido o terreno adjacente, sem que até agora tenha apparecido cousa alguma. E' a este penedo que o povo dá o nome de *Pedra da Mão do Homem.*

Pedra Maria. Pov. na freg. de S. Miguel, de Varziella, concelho de Felgueiras, districto do Porto. || Roça na ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Pedra Martins. Pov. da freg. de S. João Baptista, na ilha Brava, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Pedra da Mina. Pov. na freg. de N. S.ª d'Alva e conc. de Aljezur, distr. de Faro.

Pedra Mollar. Pov. da freg. de N. S.ª do Monte, no conc. da ilha Brava, archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental.

Pedra Molle. Ilha da Madeira e districto do Funchal; povoações nas freguezias: N. S.ª da Piedade, de Canhas, conc. de Ponta do Sol. || Santo Antão, de Caniço, conc de Santa Cruz. || S. Salvador e conc. de Santa Cruz. || N. S.ª do Monte, conc. de Funchal. Tem caixa postal. || S. Bento, de Ribeira Brava, concelho de Ponta do Sol.

Pedra Nossa. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Braz, de Campanario, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

Pedra do Ouro. Povoações nas freguezias: Santo Estevão e conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa. || S. S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Pedra da Providencia. Logar situado na estrada de Mossamedes para o planalto, prov. de Angola, Africa Occidental. Encontra-se ali agua em cavidades de rochas e poças, quando chove; fóra d'estas condições anormaes, a monotonia do terreno prolonga-se n'uma desconsoladora aridez até ao valle do Moninho, em cujas fazendas se encontra agua em *cacimbas* que servem para a rega dos terrenos de cultura. A ingestão da agua da Pedra da Providencia produz, como a de Pedra Grande (V. *este nome*), a purpura hemorrhagica.

Pedra Quebrada. Pov. na freg. de S. Domingos, de Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Pedra Redonda. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Benedicta, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Pedra do Sal. Pov. do conc. de Mossamedes, Africa Occidental.

Pedra Salgada. Logar da prov. do Douro, conc. de V. N. de Gaia, com., distr. e bisp. do Porto. E' formado apenas por duas quintas, uma das quaes foi de Ayres Pinto de Sousa Mendonça, regedor das justiças do Porto, e a outra do general realista José Cardoso de Carvalho. Está situado n'um dos mais bellos pontos da margem esquerda do rio Douro, e é muito frequentado no verão por familias do Porto, que para ali vão passear sobretudo aos domingos e dias santificados.

Pedra Serrada. Pov. da freg. de S. Miguel, no conc. de Santa Catharina, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Pedra Travessa. Pedra no Tejo, perto de Villa Velha.

Pedra Vedra. Pov. na freg. de S. Christovão e conc. de Mondim de Basto, districto de Villa Real.

Pedra da Vista. Pov. na freg. de S. Pedro, de Molellos, conc. de Tondella, districto de Vizeu.

Pedraça. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Minho, conc. e com. e com. de Cabeceiras de Basto, distr. e arceb. de Braga; 236 fog. 953 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 3 k. da séde do conc. e está situada junto da estrada de Refoios a Cavez. O reitor do collegio de S. Jeronymo, de Coimbra, apresentava o reitor, que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas; produz bom vinho, cria muito gado de toda a qualidade, tem mel e cêra, abundancia de caça grossa e miuda. Pertence á 6.ª div. mil. e ao dis-

tr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. Em 1867, n'um monte d'esta freg. fôram encontradas 8 moedas romanas, de prata, sendo a maior parte do imperador Augusto, que governou desde o anno do mundo 3973 (31 antes de Christo) até ao anno 14 da era christã. Tinham d'um lado, um busto de homem, coroado de louro, e em volta a legenda—TI. Caes. Divi Avgvstvs. —e do outro lado, um homem sentado, e em volta a legenda--Pontif. Maxim. Em abril de 1869, appareceram na aldeia de Bradélla, d'esta freg., algumas medalhas romanas, sendo a mais antiga do tempo do referido imperador. Eram todas de prata, e com os cunhos perfeitamente conservados. Tambem appareceram: uma moeda de bronze do imperador Galliano, filho de Valeriano, do seculo III da era christã, e duas do imperador Constantino, que morreu no anno 337 de Jesus Christo.

Pedrada. Povoações nas freguezias: S. Jorge, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador, de Touvedo, conc. de Ponte da Barca, do mesmo do mesmo districto.

Pedrados. Pov. na freg. de S. Thomé, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, districto do Porto.

Pedraes. Pov. na freg. de Santa Christina, de Longos, conc. de Guimarães, districto de Braga.

Pedrafita. Pov. na freg. de S. Martinho, de Cavallões, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Pedraido. Pov. e freg. de S. Bento, da prov. do Minho, conc. e com. de Fafe, distr. e arceb. de Braga; 128 fog. e 354 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Dista 8 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Vizella. O abbade de Santa Senhorinha de Basto, apresentava o vigario, que tinha 60$000 réis e o pé d'altar. Foi villa e couto, pertencendo este ao mosteiro cisterciense, das freiras d'Alcobaça. A pov. pertence á 6.ª divisão mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Bico, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Pedrainho. Pov. na freg. de S. Jeronymo, de Real, conc. e distr. de Braga.

Pedraires. Povoações nas freguezias: Santa Columbia, de Couto do Mosteiro, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de S. Joaninho, do mesmo conc. e districto.

Pedral. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Candoso, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Cavez, conc. de Cabeceiras de Basto, do mesmo distr. || Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Tangil, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Pedralhos. Pov. na freg. de Santo André, de Cella, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Pedralva *(Francisco Coelho Amaral Reis, visconde de)*. Agronomo; secretario do Mercado central de productos agricolas. Foi agraciado com o titulo de visconde de Pedralva, em março de 1904.

Pedralva. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga, 169 fog. e 715 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 10 k. da séde do conc., e está situada na estrada de Braga a Povoa de Lanhoso. O abbade de S. Pedro d'Este apresentava o vigario, que tinha 70$000 réis e o pé d'altar. Foi couto, que D. Sancho II deu ao arcebispo de Braga, D. Silvestre Godinho, em 26 de novembro de 1238. Pedralva teve justiças proprias do couto, duas companhias de ordenanças com seus capitães e mais officiaes, e um capitão-mór. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias: S. Lourenço do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Conceição e conc. de Villa do Bispo, distr. de Faro.

Pedralvo. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa.

Pedrantil. Pov. na freg. de S. Pedro, de Croca, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Pedrão. Pov. na freg. de S. Martinho, de Mancellos, concelho de Amarante, distr. do Porto.

Pedrario. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sarraquinhos, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Pedras. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Almansil, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Cortegaça, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de Cova, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Landim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Paio, de Mozellos, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Paio, de Oleiros, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Pousada de Saramagos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Martinho, de Sande, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || Santo Adrião, de Cever, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Sebastião, de Vimeiro, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria. || S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra. || S. Lourenço de Mamporcão, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Santa Catharina, de Selmes, conc. da Vidigueira, distr. de Beja. || S. Vicente, de Louredo, conc. da Feira, districto de Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural. || Nome da 7.ª div. do conc. de Pungo-Andongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. Comprehende numerosas povoações. || Ponta situada na costa de Loango, Africa Occidental. E' rasa e arborisada, e provavelmente a ponta descoberta por Fernão Gomes, e a que elle deu o seu nome. || Ponta situada na margem direita do rio Casamansa, na Guiné, Africa Occidental. Tira o seu nome d'um recife que lhe fica a E, perto de terra.

Pedras Alçadas. Pov. na freg. de N. S.ª de Ovida, de Ranhados, concelho e districto de Vizeu.

Pedras Alvas. Pov. na freg. de Santo André, de Codeço, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Pedras Alveiras. Pov. na freg. de S. Miguel, de Creixomil, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Pedras de Angoche. V. *Angoche*.

Pedras Asperas. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, districto de Coimbra.

Pedras de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Martinho, de Arada, conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

Pedras Bastas. Pov. na freg. de S. Thiago, de Cernadello, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Pedras Brancas. Povoações nas freguezias: O Salvador e conc. de Aljustrel, distr. de Beja. || Ilha Graciosa; N. S.ª da Luz, de Luz-Sul, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo. || S. Thiago de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a Nova, distr. de Castello Branco. || N. S.ª da Graça dos Mosteiros, de Mosteiros, concelho de Arronches, districto de Portalegre.

Pedras de Cever. Pov. na freguezia de Santo Adrião, de Cever, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

Pedras Chãs Pov. na freg. de Santa Marinha, de Tropeço, conc. de Arouca, dist. de Aveiro.

Pedras Chocas. Sitio nas Fontainhas, no logar de Sousa Grande.

Pedras da Cumieira. Pov. na freguezia de S. Martinho e conc. de Pombal, districto de Leiria.

Pedras d'El-Rei. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Tavira, distr. de Faro. Tem est. do caminho de ferro do sul e sueste, no ramal de Portimão, entre as de Luz e de Varanda.

Pedras Frias Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Orbacem, conc. de Caminha, districto de Vianna do Castello.

Pedras da Galé. Ilhéos situados a cerca de 1 k. ao N da ponta da Cascalheira, na costa N da ilha da Principe, Africa Occidental. São duas pedras muito unidas, similhando o casco d'um barco.

Pedras Juntas. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Pedras Negras ou Pretas. Ilha do Porto Santo; pov. na freg. de N. S.ª da Piedade e conc. de Porto Santo, distr. do Funchal, Madeira.

Pedras do Pico. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Mosteiros, conc. e distr. de Ponta Delgada.

Pedras Pintas. Limite do logar da Veiga, da freg. de Cumieira.

Pedras Ruivas. Pov. na freg. do Salvador, de Moreira, conc. da Maia, distr. do Porto. Antigamente davam o nome de Rubras a esta aldeia, que se tornou celebre, porque em 8 de julho de 1832, depois de ter desembarcado n'esse dia D. Pedro IV com o exercito liberal, das 3 para as 4 horas da tarde, no sitio então chamado *Praia dos Ladrões*, em Arnosa de Pampellido, entre Parafita e Lavre, foi o imperador pernoitar n'esta aldeia, em casa do lavrador Manuel José d'Andrade. Foi senhora de Pedras Rubras D. Goutina, fundadora do mosteiro de cruzios, do logar de Gontão, na freg. de Moreira. D. Gontina viveu n'este logar de Pedras Rubras até fim do seculo IX, e fundou aqui a ermida de N. S.ª Mãe dos Homens, que se conserva ainda, apezar da sua grande antiguidade. Com o nome de Pedras Rubras ha aqui uma est. do caminho de ferro, na linha do Porto a Famalicão, entre a de Villar vo Pinheiro e o apeadeiro de Crestins || Povoações nas freguezias: Santa Leocadia, de Fradellos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Pedro, de Seixo do Ervedal, conc. de Oliveira do Hospital, districto de Coimbra.

Pedras Salgadas. Pov. na freg. de S. Martinho, de Bornes, do conc. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real. E' entre as freguezias de Bornes e de Rebordechão, na margem esquerda do pequeno rio Avellames, junto á antiga estrada de Villa Real a Chaves, que está situado o bem conhecido e importantissimo estabelecimento thermal das Pedras Salgadas. A altitude, de 580 m. no sitio em que elle se encontra, chega n'algumas das montanhas que fecham a leste o extenso valle, a attingir 1:151 m. acima do nivel do mar. O clima é temperado e muito saudavel, pouco humido e abrigado dos ventos geraes de oeste por uma cintura de montanhas cobertas de gigantescos castanheiros e d'outras frondosas arvores que purificam a atmosphera. Estas nascentes, abundantes e muito estimadas, brotam na vertente léste da collina que domina o fertil valle de Sabroso, a 400 m. da estrada da Regoa a Chaves. Emergem d'um solo granitico, constituindo 8 grupos de nascentes, dos quaes 7 tem as seguintes designações: *D. Fernando*, *Gruta Maria Pia*, *José Julio Rodrigues*, *Grande Alcalina*, *Penedo Novo*, *Penedo* e *Preciosa*. Reunidas por uma linha quebrada, vêr-se-ia ser esta grosseiramente parallela ao rio Avellames, augmentando comtudo gradualmente a distancia entre ellas e a margem do rio á medida que da nascente *D. Fernando*, distando apenas 10 m., se vae para a da *Preciosa*, que se afasta uns 60 m. A outra nascente, que não tem designação, é de pequena importancia comparada com as outras, e fica entre as do *Penedo* e *Preciosa*, por detraz do estabelecimento hydrotherapico. A nascente *D. Fernando* era antigamente conhecida pela *Nascente do Rio*, por estar proximo do rio Avellames, mas em 1884 quando el-rei D. Fernando esteve nas Pedras Salgadas, com sua mulher, a sr.ª condessa d'Edla e o infante D. Augusto, tomou a actual designação. As regias personagens, com toda a sua comitiva, estiveram hospedadas no Grande Hotel, occupando toda a ala esquerda do edificio, e que estava elegante e agradavelmente disposta, o qual fica distante da nascente uns 150 m. A agua brota dentro d'um formoso chalet, que se construiu em 1885. A da *Gruta Maria Pia* era conhecida antigamente por *Rebordechão*, por estar á beira do caminho que conduz a esta aldeia; a agua brota d'entra d'uma caprichosa gruta, artisticamente feita. Um simples jardineiro, desconhecido e modesto, concebeu o plano da obra, e sob a sua direcção foi executado. A' primeira vista parece que toda aquella penedia, que constitue a abobada, está prestes a desabar. Ao norte d'esta está a casa chamada das *Tres Nascentes*, com as fontes *José Julio Rodrigues*, *Grande Alcalina* e *Penedo Novo*; um pouco mais afastada a fonte tão afamada do *Penedo*. Todas as nascentes estão ornamentadas de plantas, e fechadas por portões de ferro. As aguas do *Penedo* e da *Gruta Maria Pia* teem a designação generica de *Aguas Mineraes*

de Villa Pouca de Aguiar, e fôram analysadas em 1871 pelo professor da Escola Polytechnica, já hoje fallecido, o dr. José Julio Rodrigues, e as nascentes *José Julio Rodrigues*, nome dado em homenagem áquelle distincto homem de sciencia, *Grande Alcalina*, *Penedo Novo* e *D. Fernando*, tiveram em 1886 a analyse feita por Joaquim dos Santos Silva, chefe dos trabalhos praticos do laboratorio chimico da Universidade de Coimbra. O uso das aguas das Pedras Salgadas parece datar do principio do seculo passado. A existencia de ruinas de habitações romanas ou pre-romanas, de antigas fortificações e de fragmentos de ceramicas nas alturas circumvisinhas, assim como a tradição de muitas curas milagrosas feitas n'estes logares e na freguezia de Bornes pelo arcebispo de Braga S. Geraldo, que passou ali algum tempo, em visita pastoral, pódem levar a crer que as aguas fôssem utilisadas em remotas epocas; não foi, porém, encontrado vestigio algum authentico de tal uso. Dizia-se que o medico de Chaves, dr. Paulino de Moraes Leite Mello, fizera applicação d'estas aguas para doente, e obtivera bom resultado, no primeiro quartel do seculo passado; no entretanto, ninguem tratava da sua exploração e analyse. As aguas estavam abandonadas, e alguem as applicava, era muito irregularmente, havendo no local apenas alguns pobres casebres para albergar as pessoas que iam ali tratar-se. Quem fez despertar a idéa da exploração, foi, segundo consta, a descoberta das aguas de Vidago. A camara municipal de Villa Pouca d'Aguiar, por parecer do seu medico, o dr. Henrique Ferreira Botelho, emprehendeu, em 1870, exploral-as, fazendo entrar para esse fim uma verba no orçamento, que no conselho do districto foi reprovada a proposta. A camara cedeu-as então, n'esse mesmo anno, mediante unicamente a quantia em que tinham importado as despezas, já feitas, e que eram poucas, a uma empresa, reservando a faculdade dos seus habitantes poderem fazer uso das aguas gratuitamente, excepto nos banhos. A empresa comprou então um terreno adjacente, por 60$000 rs., a Filippe José da Costa Pinto, do logar de Bornes, que apezar de estar inculto valia muito mais, fez as precisas obras, e construiu um estabelecimento balnear. Em 1874 fôram as aguas concedidas a uma companhia exploradora pela quantia de 300:000$000 réis; esta sociedade era anonyma e de responsabilidade limitada, denominando-se *Companhia das Aguas das Pedras Salgadas*, tendo a sua séde no Porto. As aguas haviam sido premiadas na exposição de Vienna d'Austria de 1873, e receberam posteriormente tambem premio nas exposições de Philadelphia em 1876, de Paris, 1878 e 1889; do Rio de Janeiro de 1879, de Londres, 1884, obtendo a medalha de ouro nas de Barcelona, Industrial de Lisboa e Agricola do Porto. A actual casa de banhos é um vasto edificio com 12 quartos espaçosos, largamente illuminados e faceis de ventilar, tendo cada um uma tina de ferro esmaltado provida de torneiras para agua quente e fria. Aos pobres, em horas previamente indicadas, são os banhos administrados em tinas de zinco. Salvo indicação especial do clinico director, os banhos compõem-se de partes eguaes de agua alcalina e dôce, sendo esta aquecida. Entre o corpo principal da casa de banhos e a sala das duches, encontra-se a sala de espera, communicando com ella o gabinete de consulta, em que o director clinico attende os doentes, tendo como dependencia o laboratorio de analyse chimica e clinica A sala de hydrotherapia, á qual dá accesso a de espera, acha se provida de aperfeiçoados apparelhos para todas as applicações balneotherapicas nas suas variadissimas fórmas modernamente aconselhadas. A agua empregada provém d'um grande deposito na parte alta do estabele-

Lago das Pedras Salgadas

cimento; d'ahi deriva para o deposito collocado na torre, o qual se encontra provido d'uma torneira de fluctuador, de modo a conservar constante o nivel da agua, o que permitte administrar as duches durante o tempo indicado pelo clinico sempre com a mesma pressão. A agua para as duches é aquecida a vapor. Para as duches especiaes, administradas com agua alcalina, fria ou quente, ha quartos independentes. O Gymnasio tem todos os instrumentos precisos nos estabelecimentos d'esta ordem: parallelas, barra fixa, escadas de corda, trapezios, etc., que permittem exercicios variados e faceis de graduar e applicar em harmonia com as forças dos doentes e os effeitos de esforço muscular, que se pretende obter. Na mesma sala encontra-se tudo quanto é necessario para o util exercicio da esgrima: floretes, espadões de madeira, etc. A pharmacia está no corpo central do edificio da casa de banhos. N'um edificio elegante, expressamente simo, onde se alojam commodamente mais de 120 hospedes. Tem um grande salão, salas de bilhar e de leitura. A sala de jantar compõe-se d'uma vastissima quadra, que constitue o corpo principal do hotel, onde se vêem 3 mesas muito compridas parallelas para 120 pessoas, e 2 pavilhões lateraes, um do lado do norte e outro do sul, communicando com a parte central por elevados e largos arcos. O *Hotel do Norte* é uma construcção moderna, singela nas ornamentações, mas onde fôram observadas as mais rigorosas prescripções hygienicas. Póde alojar 80 pessoas. E' considerado como uma succursal do *Grande Hotel*, onde os hospedes vão tomar as suas refeições. Além d'estes hoteis da Companhia, existem outros distantes do estabelecimento cêrca de 350 m., explorados por particulares. No edificio do *Hotel do Norte* está installado o Casino, ponto de reunião dos hospedes de todos os hoteis. Compõe-se d'um vasto e elegante salão proprio

Pedras Salgadas — Capella de Sabroso

construido, com todas as condições hygienicas, vê-se installada a vaccaria, a qual se compõe de um bem mobilado recinto para as pessoas que desejam tomar leite; do estabulo, vasta quadra em que se encontram permanentemente 10 vaccas; de um quarto em especial destinado á limpeza de copos e vasilhas para o leite; da cozinha, enfermaria isolada para qualquer vacca suspeita de doença; quarto do vaqueiro, curral do touro, palheiro, etc. A companhia proprietaria das aguas possue, para alojamento dos doentes, tres importantes hoteis, os quaes, edificados no meio do parque, se designam com os nomes de *Hotel do Avellames*, *Grande Hotel* e *Hotel do Norte*. O primeiro está installado n'um magnifico edificio, com todos os requisitos da hygiene e conforto indispensaveis. Tem excellentes quartos muito bem mobilados, e póde receber 72 hospedes. *O Grande Hotel*, ergue-se entre o de Avellames e o Hotel do Norte. E' um edificio vastis- para bailes, concertos e espectaculos; contiguas a este salão ha duas salas espaçosas para jogos de vasa, xadrez, etc. Tambem ali se encontram um gabinete de leitura, e quartos de toilette para senhoras e para homens. O parque é vastissimo; todo cortado de largas ruas, guarnecidas de arvores e arbustos indigenas e exoticos, constituindo um dos seus principaes encantos o lago, occulto entre a folhagem de frondosas arvores e arbustos, alimentado pela agua do rio Avellames. No lago fluctuam 5 botes, entre grandes e pequenos, que são aproveitados para agradaveis passeios. Ao meio do parque, na Avenida das Nascentes, está a estação telegrapho postal, n'um edificio construido expressamente para esse fim, e com residencia para o empregado respectivo. E' uma elegante construcção em fórma de chalet. Nas Pedras Salgadas ha muitas distracções; no chamado *campo dos jogos*, no parque, vê-se o *croquet* e o *lawn-tennis*, e outros jogos; passeios

apraziveis; a *Estrada de Boticas*, que partindo da estrada de Chaves e fazendo com ella um angulo recto atravessa em ponte o Avellames, defronte da Gruta Maria Pia, e depois, inflectindo para o norte, passa em frente á Gruta Maria Pia, Tres Nascentes, casa de banhos e outras edificações da Companhia, e, parallelamente á Avenida das Nascentes, leva até Freixeda, onde termina. São perto de 13 k. que permittem gozar a formosa paizagem do valle de Sabroso. A' beira da mesma estrada, do lado direito, fica o *Dente do Gigante*, assim desiguado pelo aspecto da penedia, que faz lembrar um enorme dente pousado com a corôa para baixo e as raizes para cima. Ao nordeste do *Dente de Gigante*, fica o logar muito pittoresco chamado *Paulo e Virginia*, na margem do rio Avellames, assombreado por numerosos amieiros e povoado de fetos de grande desenvolvimento. A *ponte romana* é tambem um aprazivel logar, com a sua queda d'agua e os moinhos. O sitio de S. Martinho de Bornes, as aldeias de *Lago Bom*, *Rebordechão*, *Villa Mean*, a *Fonte de Sabroso*, a *capella de Sabroso*, são sitios que merece a pena visitarem-se. A Fonte de Sabroso é uma nascente d'agua mineral pertencente á Empreza das Aguas de Vidago, situada a tres e meio kilometros das Pedras Salgadas, proximo da estrada de Chaves Resguarda a nascente um pavilhão. A capella de Sabroso é um monumento de bonito estylo architectonico, guarnecido de lavores e de estatuas de granito. A sua construcção data de seculo XVI, é propriedade particular e está muita arruinada, ameaçando derrocar-se, porque a abobada está nos fechos aberta de um ao outro extremo. As aguas das Pedras Salgadas são incolores, transparentes, inodoras, de sabor salobro e picante. Depõem no fim de algum tempo em contacto com o ar, um precipitado de carbonatos terrosos, desprendeudo-se ao mesmo tempo do liquido, grande numero de bolhas de acido carbonico; de reacção acida emquanto conteem este gaz, tornam-se depois alcalinas. Apezar da proximidade das nascentes apresentam differenças sensiveis na proporção relativa de seus agentes mineralisadores. Estas aguas são iudicadas, e produzem bons resultados, nas varias modalidades do arthritismo, taes como no rheumatismo, doenças cutaneas, coryzas chronicas, dyspepsias, hemorrhoides, gotta, asthma e na lithiase e certas affecções do figado, rins, utero e ovario. Tambem se applicam no tratamento da diabete saccharina, em certas anemias e chloroses, e principalmente nas dyspepsias. A indicação especial de cada uma das fontes é a do *Penedo* contra as areias uricas e uraticas, dermatoses, e doenças chronicas do apparelho digestivo; a da *Gruta Maria Pia* contra a anemia, chlorose, diabetes e escrofulismo; a de *D. Fernando* contra catarrho chronico do estomago, areias phosphaticas, gastralgias e dysmenorrheas; a *Grande Alcalina*, *José Julio Rodrigues* e *Penedo Novo* contra as dyspepsias e padecimentos do figado. Bibliographia especial: *Breve noticia ácêrca de uma nascente mineral em Traz os-Montes, perto de Rebordechão*, por José Julio Rodrigues, Lisboa, 1871; *Nota sobre as aguas mineraes de Villa Pouca de Aguiar*, por José Julio Rodrigues, no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, 1871, n.º 7; *Acta da sessão da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, de 2 de dezembro de 1871, na qual foi discutido o relatorio sobre estas aguas, elaborado pelo dr. Bernardino Antonio Gomes; no respectivo jornal; *Aguas das Pedras Salgadas; principios mineralisadores*, na *Revista de Pharmacia e Sciencias accessorias do Porto*, tomo XVI, 1872, pag. 62; *Aguas medicinaes de Rebordechão, analyse*, por José Julio Rodrigues, na referida *Revista* e tomo, 1872, pag. 95; *Breve estudo sobre as aguas bicarbonatadas sodicas das Pedras Salgadas*; dissertação inaugural apresentada á Escola Medico-Cirurgica de Lisboa por M. G. F. Botelho, Lisboa, 1879; *Relação succinta do serviço medico do Estabelecimento das Aguas das Pedras Salgadas, durante a estação de 1882*, por Henrique Maia, 18 8 ; *As aguas das Pedras Salgadas; relatorio apresentado á Companhia em 1885*, por Antonio Teixeira de Sousa, Porto, 1885; *O Estabelecimento hydrologico das Pedras Salgadas; estudo sobre a acção physiologica e therapeutica das suas aguas*, por Augusto A. dos Santos Junior, Porto, 1888; *Breves esclarecimentos sobre as aguas e estabelecimento da Companhia das aguas de Pedras Salgadas*, Porto, 1888; *Catalogo descriptivo da secção de minas da Exposição Nacional de Industrias Fabris de Lisboa em 1888*, por Severiano Monteiro e José Augusto Barata, Lisboa, 1889; *O Estabelecimento hydrologico das Pedras Salgadas; indicações especiaes*, por Augusto A. dos Santos Junior, Porto, 1889; *Aguas Minero-Medicinaes de Portugal*, por Alfredo Luiz Lopes, Lisboa, 1892; *As aguas das Pedras Salgadas; sua composição, acção physiologica e therapeutica*, por Antonio Teixeira de Sousa, Porto, 1885.

Pedras Talhadas. Serra do distr. de Vizeu. Está situada ao N da freg. de Talhadas, no concelho de Sever do Vouga, e a O de Reigoso, concelho de Oliveira de Frades, na direcção NNE a SSO. Tem 5 k. de comprimento, 2 de largura e 681 m. d'altura.

Pedras Tinhosas. Ilhéos situados a SO da ilha do Principe, Africa Occidental, a 20 k. da ponta da ilha. Os inglezes chamam lhe *Three Brothers* e Pimentel tambem lhe chama *Tres Irmãos*, sendo elles effectivamente tres em numero, mas um é tão pequeno e está tão unido ao mais setemptrional, que a distancia só dois se vêem, escalvados e cortados pelo meio.

Pedras Vicentes. Quinta na freguezia de S. Bartholomeu, do Beato Antonio, 1.º bairro de Lisboa.

Pedre. Povoação nas freguezias: S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Roge, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Pedreçal. Pov. na freg. de S. Thomé, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, districto do Porto.

Pedreda. Pov. na freg. de Santa Maria, de Gôve, conc. de Baião, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Pedregaes. Pov. e freg. do Salvador, da provincia do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 10? fog. e 349 hab. Está situada na margem direita do rio Neiva, a 8 k. da séde do conc. Os condes almirantes (os Castros de Roriz, depois condes de Rezende), apresentavam o abbade, que tinha 350$000 réis de rendimento. A terra é fertil; cria muito gado e tem graude abundancia de caça grossa e

miuda. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias: Santo André, de Parada, conc de Villa do Conde, distr. do Porto. || Santa Comba, de Regilde, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Rio de Moinhos, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr de Vianna do Castello.

Pedregal. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Airães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Ilha da Madeira e distr. do Funchal; S. Sebastião e conc de Camara de Lobos; S. Braz, de Campanario, do mesmo conc.; N S.ª da Natividade, de Faial, conc. de Sant'Anna; S. Pedro, de Ponta do Pargo, concelho da Calheta. || S. Thiago, de Carapeços, conc. de Barcellos, distr. de Braga || S. Cosme, de S. Cosme de Gondomar, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Pedro e concelho da Covilhã, distr. de Castello Branco. || Santa Maria, de Cunha, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello || Santa Maria, de Leça do Balio, conc. de Bouças, distr. do Porto. || S. Miguel e concelho de Louzada, do mesmo distr. || S. Miguel, de Sago, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, dist de Villa Real. || S. Julião, de Silva, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello || Santa Eulalia, de Sabrosa, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Faustino, de Fridão, conc. de Amarante, do mesmo distr. || Santa Martha, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. Thiago, de Mesquinhata, conc. de Baião, do mesmo distr. || Santa Mariuha, de Padornello, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Thomé, de Prozello, conc. de Amares, distr. de Braga. || Ilha Terceira; N. S.ª de Belem, de Terra Chã, conc. e distr. de Angra do Heroismo. || S. Salvador, de Victorino das Donas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. da freguezia de N. S.ª da Graça, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Ponta situada na costa NE da ilha de S. Miguel, Açôres.

Pedregal de Cima. Pov. na freg. de S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Pedregal de Dentro e de Fóra. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Piedade, da ilha e conc. do Porto Santo, distr. do Funchal, Madeira.

Pedrego. Pov. na freg. de S. Salvador, de Pereira, concelho de Barcellos, districto de Braga.

Pedregosa. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Barão de S. João, conc. de Lagos, distr. de Faro. || S. Clemente e conc. de Loulé, do mesmo distr. || O Salvador, de Alcaçovas, conc. de Vianna do Alemtejo, distr. de Evora || S. Bento de Matto, conc. e distr. de Evora. || N. S.ª da Assumpção, de Freixo, conc. de Redondo, do mesmo districto.

Pedregoso Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Atalaia, conc. de V. N. da Barquinha, distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição e conc. da Gollegã, do mesmo districto.

Pedregueira. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Gesteira, conc. de Soure, districto de Coimbra.

Pedregulhaes. Pov. na freg. de S. Martinho, de Sande, conc. de Guimarães, districto de Braga.

Pedregulho. Ilha Graciosa; pov. na freg. de N. S.ª da Luz, de Luz, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo.

Pedregulhos *(Monte dos)*. Na freg. de Santa Clara-a-Velha, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Pedreira *(José da Costa)*. Antigo negociante na ilha de S. Thomé, abastado proprietario, capitalista, etc. N. em Nevogilde, arcebispado de Braga, em 27 de setembro de 1839, fal em Lisboa a 16 de junho de 1903. Embarcou para Africa em 21 de dezembro de 1857, occupando-se em S. Thomé na agricultura e no commercio até ao anno de 1876. Em 1881 era o unico representante da importantissima casa Pedreira, que fôra fundada em S. Thomé em 1843 por seu irmão Manuel José da Costa Pedreira. Foi um dos fundadores dos Albergues Nocturnos, e um dos directores d'aquelle benefico estabelecimento instituido em 1881 (V. *Portugal*, vol. I, pag. 125 e seguintes). Exerceu os seguintes cargos: vereador da Camara Municipal de Lisboa, sendo encarregado do pelouro das obras da camara, presidida então por Fernando Palha, vogal do conselho de Beneficencia; pertenceu á junta dos repartidores da contribuição predial do 3.º bairro. Foi presidente da Liga Liberal, e par do reino por eleição. Quando falleceu, era director da Companhia Luso Africana de productos chimicos, companhia de que tambem fôra fundador.

Pedreira. Pov. e freg de Santa Mariuha, da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto; 187 fog. e 683 hab. Tem escola do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 4 k. da séde do conc. O papa, a mitra e o D. abbade benedictino de Santo Thirso, apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 250$000 réis de rendimento annual. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz, e cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res n.º 20 com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Aguas Santas, conc. de Povoa de Lanhoso, districto de Braga. || N. S.ª dos Prazeres, de Aljubarrota, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Ilha do Pico; Santo Antonio, conc. de S. Roque do Pico, distr. de Horta. || S. Martinho, de Arada, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Arcozello, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, districto de Braga. || S. Pedro, de Azurem, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Pedro, de Bairro, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Beiriz, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || S. Thiago, de Boivão, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Bostello, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Miguel, de Cabaços, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Carquere, conc. de Rezende, distr de Vizeu. || S. Miguel, de Carregueiros, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || S. Thiago, de Carreiras, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Cerdal, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Cervães, conc.

de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Thiago, de Codal, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || Santa Marinha, de Cortegaça, conc. de Ovar, do mesmo distr. || S. Cosme, de S. Cosme de Gondomar, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Salvador, de Covão do Lobo, conc. de Vagos, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Donim, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo Emilião, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || S. Mamede, de Este, conc. e distr. de Braga. || S. Salvador, de Estorãos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Facha, do mesmo conc. e distr. || S. Antonio, de Fatima, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição, de Febres, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || Santo André, de Fermentellos, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S Miguel, de Fiscal, conc. de Amares, distr. de Braga || S. Thiago, de Gagos, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || S. Salvador, de Ganfei, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Gondarem, conc. de V. N. da Cerveira, do mesmo distr. || S. Pedro, de Gondalães, conc. de Paredes, distr. do Porto || Santa Eulalia, de Gondoriz, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Maceda, conc. de Ovar, distr. de Aveiro || Santa Comba, de Moura Morta, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Romão, de Neiva, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Novogilde, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Thiago de Nogueira, concelho de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Santo Estevão, de Oldrões, conc. de Penafiel, distr. do Porto || S. Miguel, de Oriz, conc. de Villa Verde, distr de Braga. || S. Julião, de Paços, conc. e distr. de Braga || Santa Maria, de Paços, concelho de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Paio, de Perelhal, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago e conc de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || S. Miguel, de Rebordosa, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Thiago, de Rio Vide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || S. Martinho, de Sande, concelho de Guimarães, districto de Braga. || S. Thiago, de Silvalde, conc. da Feira, districto de Aveiro. Ha aqui um apeadeiro no caminho de ferro do Porto a Aveiro, servido por tramways, entre o de Sisto e a est de Espinho. || S. Martinho, de Silvares, conc. de Fafe, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição e conc. de Silves, distr. de Faro. || S. Thiago, de Sobreira Formosa, concelho de Proença a Nova, distr. de Castello Branco. || S. Miguel, de Thaide, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Ilha de S. Jorge; N. S.ª do Rosario, de Topo, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo. || Santa Eulalia, de Valladares, conc de Monsão, distr. de Vianna do Castello || N. S.ª da Expectação, de Valladares, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santo André, de Varzea da Ovelha, conc de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Pedro, de Villar de Ferreiros, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || S. Miguel, de Villarinho do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || N S.ª da Graça, de Abrigada, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Pov. do conc. de Nordéste, no distr. de Ponta Delgada, ilha de S. Miguel, Açôres; produz milho e trigo; cria gado, tem muita agua e lenha. Ermida de N. S.ª da Luz. || Monte na prov. do Minho, proximo a Pombeiro. Ha n'elle um dolmen celta. || Baluarte na praça de Mormugão, na India

Pedreira de Aguas Boas Pov. na freg. de S. Simão, de Oyan, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

Pedreira d'Além. Pov. na freg. de S. Thiago, de Rio de Vide, concelho de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Pedreira dos Molianos. Pov. na freg. de S. Thiago, de Evora de Alcobaça, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria.

Pedreira Molle. Pov. na freg. de N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Pedreiras. Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro. || Ilha Terceira; S. Miguel, de Lagens, concelho de Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo || Santissimo Nome de Jesus, de Odivellas, conc de Loures, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Palmeira, conc. e distr de Braga || S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || S. João Baptista, de Ribeira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Salreu, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Villa Mou, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Ilha Terceira; Santa Cruz e conc. de Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo. || Ilha Graciosa; N. S.ª de Guadalupe, de Guadalupe, conc. de Santa Cruz da Graciosa, do mesmo districto.

Pedreiras de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Consolação, Castello, e conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa.

Pedreiro. Operario que trabalha com pedra e cal. Antigamente chamava se *alvanel* ou *alvanéo*. Pedreiro era então o que hoje se chama *canteiro*. No seculo XIV, como se vê da *Chronica Carmelita*, de Fr. Sant'Anna, que fala dos operarios que trabalharam na construcção do convento do Carmo, em Lisboa, no reinado de D. João I, os officiaes alvanéos ganhavam treze reaes e os mestres trinta Do seculo XVI existe o regimento do officio de pedreiro na collecção municipal de Lisboa, reformada em 1572.

Pedreiro. Antiga bocca de fogo, de artilharia, similhante a um morteiro, que era destinado a lançar grandes projecteis de pedra.

Pedreiro. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Gatão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S Salvador do Monte, do mesmo conc. e districto.

Pedreiro livre. V. *Maçonaria*.

Pedrelles. Pov na freg. de S. Miguel, de Fornos de Maceira Dão, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Pedrêllo Pov. na freg. de S. Christovão, de Labruja, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Pedricosa. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Folhada, conc de Marco de Cana-

vezes, distr. do Porto. || S. Miguel, de Sôza, conc. de Vagos, distr. de Aveiro.

Pedrido. Pov. na freg. de S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Pedrinha. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Estella, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Villa Cova-a-Coelheira, conc. de V. N. de Paiva, distr. de Vizeu.

Pedrinhas. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Figueiró, conc. de Amarante, districto do Porto. || Santa Maria, de Pindello, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Pedro I. *O Justiceiro*. 8.º rei de Portugal. N. em Coimbra a 8 de abril de 1320, fal. a 18 de janeiro de 1367. Era filho de D. Affonso IV, e da rainha, sua mulher, D. Brites. Contava apenas

D. Pedro I

8 annos de edade, quando foi tratado o seu casamento com a princeza D. Branca, infanta de Castella, ao passo quo Affonso XI de Castella, desposava a infanta D. Maria, de Portugal. D. Branca era, porém, uma creança fraca e doente, e por isso o casamento foi annulado antes dos noivos chegarem á edade nubente, e em 1331 tratou-se d'um novo casamento, sendo escolhida para noiva de D. Pedro a princeza D. Constança, filha do D. João Manuel, que fôra regente de Castella no tempo da menoridade de Affonso XI, e quo era ainda um principe poderoso, e de sua mulher, D. Constança, filha de Jayme II, de Aragão. D. Constança estivera para casar com Affonso XI, porém este desfizera o casamento, e D. João Manuel tinha assim ensejo de se vingar dos desdens d'aquelle monarcha. Affonso XI, comtudo, disfarçou ainda assim a sua colera, consentiu que os dois principes so desposassem por procuração, e depois não deixou sair de Castella a infanta D. Constança. Estes desposorios celebraram-se em 5 de fevereiro de 1336, no convento de S. Francisco, de Evora, estando presente D. Pedro, e seus paes, D. Affonso IV e D. Brites, assistindo por parte de D. Constança, Fernão Garcia e Lopo Garcia. O dote da noiva ficou ajustado em 300:000 dobras, importancia notavel n'aquella epoca. A resolução do monarcha castelhano de reter D. Constança em Castella deu origem a uma guerra entre os dois paizes, e difficilmente esse matrimonio conseguiria consummar-se, se os moiros não ameaçassem por essa occasião a Hespanha com uma nova e terrivel invasão. Em 1340 assignou-se a paz entre os dois monarchas, e uma das primeiras condições foi que D. Constança viesse para Portugal a reunir-se a seu marido. D. Pedro tinha completado 20 annos do edade, e era de temperamento ardente. Apaixonou-se por D. Ignez de Castro, dama formosissima, que viera na companhia de D. Constança, e a sua paixão foi correspondida. D. Constança percebeu estes amores, que se tornaram um grande tormento da sua vida, tanto mais que D. Pedro, respeitando-a sempre muito, não causava o menor escandalo, não lhe dando, por conseguinte, nem por sombras, pretexto algum para se queixar. De tudo se lembrou a desditosa princeza para cohibir a paixão louca do seu marido, e até quiz que D. Ignez fôsse madrinha do seu primeiro filho, D. Luiz, porque levantava assim entre os dois amantes uma barreira invencivel, o parentesco religioso, que n'essa epoca tornava a ligação entre dois entes de sexo diverso ainda mais incestuosa, do que a ligação entre dois parentes pelos laços do sangue. Nada valeu contra essa paixão impetuosa que os arrastava a ambos, e a infeliz D. Constança falleceu em 1345, ralada do desgostos, e sendo sinceramente pranteada a sua morte por seu marido, que apezar da sua paixão por D. Ignez do Castro, sempre muito a respeitara e estimara. D. Constança tivera tres filhos: D. Maria, que nasceu em Evora em 1342, a qual casou em 1354 com o infante de Aragão D. Fernando; D. Luiz, que viveu sómente 8 dias, e D. Fernando que mais tarde succedeu a seu pae no throno. Estava, portanto, D. Pedro livre, e, como elle affirmou depois solemnemente, desposou então secretamente D. Ignez de Castro; este casamento, porém, é muito duvidoso, e os que affirmam não ter nunca existido, baseiam-se que não se podia conservar secreta a bulla do papa, bulla inevitavel e importantissima por causa do parentesco religioso dos dois nubentes; tambem so não comprehende que D. Pedro não publicasse o seu casamento quando viu ameaçada a vida de D. Ignez de Castro, porque soube do que se tramava, que não o dissésse no louco accesso de colera que so seguiu á morte da mulher que estremecia, que não o proclamasse, emfim, apenas subiu ao throno. E' certo, porém, que tinha de D. Ignez de Castro, dois filhos o uma filha, que eram seus favoritos os parentes da sua Ignez, que isto despertou o ciume dos fidalgos, que o austero D. Affonso IV se irritou com o escandalo d'aquelles amores, que finalmente foi resolvida a morte da pobre senhora. Houve quem prevenisse D. Pedro, mas o principe não julgou nunca que se atrevessem a tanto. Andava á caça quando D. Affonso

IV appareceu em Coimbra, e na caça estava quando se praticou o crime (V. *Portugal*, vol. II, pag. 925). A dôr immensa que teve D. Pedro, quando voltou ao palacio, não se descreve. Por algum tempo se julgou que endoideceria. Afinal a sua dôr desabafou em projectos de vingança. Levantou contra seu pae o estandarte da rebellião, e durante alguns mezes ardeu a guerra civil devastadora e terrivel em Portugal. Emfim D. Pedro reconciliou-se com seu pae, fez com elle um tratado pelo qual recebeu grandes recompensas, ao passo que declarou perdoar aos assassinos de D. Ignez de Castro. D. Affonso, porém, não acreditou n'essa promessa, e aconselhou aos assassinos que se puzessem a salvo, logo que seu filho subisse ao throno. Effectivamente dois annos depois morria D. Affonso IV, e os assassinos de D. Ignez de Castro refugiaram-se em Castella. Mas por esse tempo subiu tambem ao throno de Castella o filho de Affonso XI, chamado Pedro, e que tambem foi Pedro I, que teve o cognome de *Cruel*. Haviam-se refugiado em Portugal varios fidalgos castelhanos que o novo rei queria punir. D. Pedro I concedeu lhe logo a extradicção d'esses criminosos, mas ao mesmo tempo pedia lhe que lhe enviasse em troca os tres assassinos de D. Ignez de Castro. O contrato cumpriu-se, como é bem sabido, conseguindo escapar-se Diogo Lopes Pacheco, por ter sido prevenido a tempo (V. *Portugal*, *Lopes Pacheco*, vol. IV). Os outros dois, Alvaro Gonçalves e Pedro Coelho, fôram suppliciados com a maior crueldade, assistindo ao supplicio D. Pedro d'uma das janellas do paço. Foi então que tambem adquiriu o epitheto de *Cru* e de *Cruel*. O culto da memoria de D. Ignez de Castro tornou-se em D. Pedro uma verdadeira idolatria. Depois de castigar os seus assassinos, quiz rehabilitar o seu nome, e declarou e provou publicamente que a desposara, e que os filhos que d'ella tivera eram por conseguinte legitimos. Finalmente, depois de lhe mandar construir no convento d'Alcobaça, junto do seu, um sumptuoso tumulo (V. *Alcobaça*), que ainda hoje ali se admira, trasladou-a com uma pompa inaudita de Coimbra para Alcobaça A cerimonia do beija-mão da morta, essa é que se considera puramente tradicional, porque não ha documento algum que a prove. O desgosto profundo que D. Pedro sentiu pela morte de D. Ignez, parece que alterou profundamente o espirito e lhe introduziu uma certa veia de loucura. Levava tudo ao extremo; ora alegre e folião, quando desembarcava em Lisboa, vindo de Almada, seguia a dançar pelas ruas no meio dos mercadores da Rua Nova, ou mandava alta noite buscar os seus trombeteiros, e saia com elles a dançar pela cidade, ou nas festas pomposas que mandou celebrar quando armou cavalleiro o seu favorito João Affonso Tello, andava tambem dançando pelas ruas de Lisboa, ora atravessava o reino, de algoz ao lado, fazendo justiça, como elle dizia, quer dizer, pronunciando umas especies de sentenças de Salomão, que podiam ser justas algumas vezes, mas que eram quasi sempre arbitrarias e injustas. Estas anecdotas mostram que D. Pedro tinha o instincto da justiça, mas que era a paixão louca e cega que o dominava, e quando, por exemplo, ia ao Porto, e penetrando no paço episcopal, açoitava o bispo com as suas proprias mãos, quando pronunciava outras sentenças completamente desproporcionadas com o delicto que queria punir. Alexandre Herculano diz que D. Pedro I era um doido com intervallos lucidos de justiça e de economia. Assim, ao passo que nas côrtes de Elvas attendia a todas as queixas do povo e reprimia os excessos da nobreza, distribuia prodigamente pelos nobres os rendimentos da corôa, até que um dia se lembrou de fazer economias, e então passou a ser avarento, aferrolhando nas torres albarrãs dos castellos uma quantidade enorme de dobras e de moedas de ouro de toda a especie, que D. Fernando depois largamente esbanjou. Em 1361, D. Pedro reuniu côrtes em Elvas, e foi esse um dos seus intervallos lucidos. Tambem mostrou grande sensatez e habilidade conservando sempre o reino em paz, apezar das discordias que então dividiam Castella, dilacerada pela lucta entre D. Pedro I, o *Cruel*, e seu irmão bastardo Henrique de Trastamara. D. Pedro instou bem com seu tio para que lhe mandasse os soccorros que lhe promettera, mas nunca os obteve, e apenas lhe concedeu uma vez livre passagem por terras de Portugal. Por grande numero de provisões, expedidas no seu reinado, se depreliende que olhara com vivo interesse pelas commodidades, vantagens, consideração e privilegios dos estudantes, dos professores e dos empregados diversos da Universidade, tudo em harmonia com o regimen e estylos da edade media. Cortou o abuso de lerem os mestres fóra dos *Geraes* as lições maiores; nomeou procurador da Universidade na sua côrte a um vassalo da maior consideração; providenciou, em beneficio dos estudantes, sobre os mantimentos, habitação, e creados d'elles; mandou coutar o bairro dos estudantes da porta d'Almedina para dentro, e finalmente determinou que as casas d'estes fôssem livres e desembaraçadas. D. Pedro teve tres filhos de D. Ignez de Castro: D. Affonso, que morreu em creança; D. João, D. Diniz, e a infanta D. Beatriz, que casou com D. Sancho d'Albuquerque, filho natural de Affonso de Castella e de D. Leonor de Guzmão. De D. Thereza Affonso, dama nobre da Galliza, teve D. João, que depois foi rei de Portugal, 1.º de nome.

Pedro II. *O Pacifico*. 23.º rei de Portugal. N. em Lisboa a 26 de abril de 1648, onde tambem fal. a 1 de dezembro de 1706. Era filho de D. João IV, e da rainha D. Luiza de Gusmão. Este monarcha é uma das physionomias menos sympathicas da nossa regia galeria Mostrou-se desde creança refalso e mau Acompanhou sempre seu irmão D. Affonso em todas as tropelias, mas tinha artes para fazer com que suppuzessem que era arrastado por elle. Quando D. Affonso VI tomou conta do governo, e para isso foi ao paço de Alcantara, D. Pedro lá foi ter, assistiu ao conselho em que se decidiu o que se conviria fazer, e foi depois contar tudo á rainha regente sua mãe. Depois da acclamação de D. Affonso VI, o infante mostrou se um dos seus mais assiduos cortezãos, mas no palacio do Côrte Real, onde elle habitava, e que ficava pouco distante, no sitio do Corpo Santo, formou-se um pequeno fóco de opposição discreta, que o primeiro ministro conde de Castello Melhor conseguiu descobrir. Por isso fez com que el-rei instasse muito com seu irmão, sob varios pretextos, para que se recolhesse ao paço; mas o infante resistiu e o conde de Castello Melhor, vendo-se obrigado a ceder,

procurou ao menos introduzir no palacio do Côrte Real homens de confiança. D. Pedro, á medida que ia crescendo, ia mostrando tendencias reflexivas e manhosas. Sem deixar nunca de manifestar um respeito hypocripta pela rainha sua mãe, ia reclamando a sua emancipação, e, vendo que o mau procedimento d'el-rei lhe acarretava as antipathias, populares começou a afastar-se da sua companhia, a ter tambem um proceder menos licencioso, ou menos escandaloso, prevendo já uma evolução qualquer que lhe fôsse favoravel. Manifestando em tudo uma opposição systematica á politica do primeiro ministro de seu irmão, recusou pertinazmente acceitar o casamento que lhe propunham com Mademoiselle Bouillon, sobrinha do marechal de Turenne, talvez mesmo porque, nutrindo já esperanças ambiciosas, não quizesse contrahir casamento que não fôsse com pessoa de sangue real. N'este meio tempo casou

D. Pedro II

D. Affonso VI com D. Maria Francisca de Saboia, e pouco depois começou a haver entre a rainha e o infante uma secreta sympathia, que não tardou a transformar-se em amor incestuoso As peripecias d'esse trama tenebroso que roubou a D. Affonso VI o throno, a mulher a a liberdade, já largamente se descreveram nos artigos dedicados a D. Affonso VI (*Portugal*, vol. I, pag. 67 e 68),e da referida rainha (*Portugal*, vol. IV, pag. 837 e seguintes). Não precisamos, portanto, repetir como D. Pedro, apoiado pela rainha, começou a queixar-se de suppostas injurias que lhe fazia o conde de Castello Melhor, como depois de conseguir o exilio de Antonio de Sousa de Macedo, secretario das Mercês (V. *Sousa de Macedo)*, conseguiu o exilio do conde, que tanto lhe embaraçava os planos, como o ministro que se lhe seguiu, Henrique Henriques de Miranda, não pôde luctar por muito tempo com as difficul dades da situação, como D. Affonso VI chamou do exilio Antonio de Sousa de Macedo, como no dia 5 de outubro de 1667 D. Pedro appareceu armado no paço a exigir a demissão do secretario, como o povo o acompanhou em tumulto, como o rei se viu obrigado a humilhar se deante de seu irmão, como a rainha no dia 21 de novembro se recolheu ao convento da Esperança, declarando que estava donzella, pela impossibilidade em que seu marido estava de cumprir os deveres do matrimonio, como por uma manifestação da Casa dos Vinte e Quatro, D. Affonso se viu obrigado a renunciar nas mãos do infante D. Pedro o poder e o governo do reino. Reunidas as côrtes em 1668, D. Pedro assumiu a regencia do reino e pouco depois, declarado nullo o casamento de D. Affonso com D. Maria Francisca de Saboia, D. Pedro, sem ter ao menos o intervallo que a decencia mandava, obtidas em Roma as dispensas necessarias, casou com sua cunhada. O primeiro acto politico de D. Pedro foi um erro consummado; a paz com a Hespanha, pela qual a Hespanha apenas reconhecia a nossa independencia, sem ao menos nos restituir Ceuta, ao passo que o conde de Castello Melhor tivera sempre a idéa de obrigar a Hespanha a ceder-nos a Galliza, e não seria isso difficil depois d'uma longa campanha constantemente victoriosa, e estando nós demais a mais alliados com Luiz XIV de França. Devemos, porém, reconhecer que depois procedeu com bastante habilidade, ou antes os seus ministros, porque os teve intelligentes e notaveis, como o conde da Ericeira e mesmo o duque de Cadaval, não deixando que o partido francez ou o partido hespanhol arrastasse Portugal a uma guerra, que poderia impedir o desenvolvimento pacifico do paiz. D. Pedro, além d'isso, receava que uma guerra estrangeira trouxesse comsigo discordias civis, e effectivamente houve conspirações em Lisboa a favor do rei preso, tumultos graves de que resultou serem condemnados e executados bastantes fidalgos. A não ser na politica estrangeira, em que Portugal se manteve n'uma neutralidade proveitosa, mas sempre com dignidade, em tudo o mais foi nefasto o governo de D. Pedro II. No seu tempo promulgou se uma lei expulsando do reino os ultimos christãos novos, que podiam ainda aqui residir; deram-se serias discordias no Brazil, no Maranhão com a revolta Beckman, nas Alagôas com a formação do *quilombo* negro de Palmares; foi no seu tempo que se reuniram pela ultima vez as côrtes, e se dissolveram tumultuariamente sem votarem os impostos. Depois nunca mais fôram convocadas até 1820. O casamento de D. Pedro com D. Maria Francisca de Saboia foi quasi tão esteril como o casamento de D. Affonso VI. Apenas houve uma filha, D. Izabel, que quizeram casar com o duque de Saboia, casamento que não chegou a realisar-se. Essa princeza morreu prematuramente como fructo debil d'uma união amaldiçoada V. *D. Izabel*, (*Portugal*, vol. III, pag. 1097). Depois do fallecimento da rainha, tratou-se do novo consorcio d'el rei, que não podia conservar se viuvo, porque o reino ainda estava sem successão. Este segundo casamento foi um verdadeiro negocio diplomatico. Apresentaram se diversas noivas, e Luiz XIV, sobretudo, pretendia que elle casasse com uma princeza de França,mas D. Pedro II não se inclinava para esse lado, tan_

to mais que desejava fazer uma politica em Hespanha adversa á politica franceza; já tivera combinações secretas com o conde de Oropéz, embaixador hespanhol em Lisboa, para vêr se conseguia ficar com alguma boa parte no proximo esphacelamento da monarchia hespanhola. A noiva, que escolheu, foi uma filha do principe palatino do Rheno, Maria Sophia de Neuburgo, uma senhora allemã muito bondosa, de quem teve numerosa descendencia, e que lhe deu o unico dissabor das suas continuadas pendencias com a rainha de Inglaterra, sua cunhada, D. Catharina, por causa de questões de etiqueta. Quando Carlos III de Hespanha morreu, deixando o throno a Filippe d'Anjou, neto de Luiz XIV de França, D. Pedro II foi logo convidado pela Inglaterra, pela Hollanda e pela Austria, a tomar parte n'uma alliança contra essa disposição de testamento do soberano hespanhol. Não valia a pena realmente, depois de ter conservado por tão largos annos o paiz tranquillo e pacifico, depois de lhe ter dado um certo impulso industrial, com o systema proteccionista do conde da Ericeira, seu ministro, ir estragar todo o fructo d'essa longa paz com a intervenção n'uma lucta de que não podiam resultar para o paiz as minimas vantagens, era um erro capital, e o peor, porém, foi que a Inglaterra, ao passo que entrava n'uma alliança com Portugal, alliança de que só ella devia tirar proveito, impunha-nos ao mesmo tempo em 1703, por intermedio do seu embaixador lord Methwen, um tratado commercial que nos escravisava completamente, e que foi uma das causas da nossa ruina agricola, industrial e commercial. (V. *Portugal*, vol. IV, pag. 1085): Os alliados combinaram fazer todos os esforços para que subisse ao throno de Hespanha o archiduque Carlos d'Austria, que veiu a Lisboa, onde D. Pedro o recebeu com todas as honras devidas. Partiram depois ambos para a fronteira, e ali se juntaram tropas inglezas, hollandezas e portuguezas commandadas por lord Galloway, barão Fájel, e marquez das Minas. Depois de assistirem de longe a alguns cêrcos e escaramuças, regressaram a Lisboa, e o marquez das Minas, livre da presença incommoda dos soberanos, deu principio á campanha, em que, depois de ter atravessado a Hespanha e de ter feito recuar deante de si as tropas do duque de Berwick, se encontrou emfim ás portas de Madrid, e teve a gloria de receber das autoridades d'essa capital as chaves que lhe vieram trazer em salva de prata. Esta gloria illuminou os ultimos dias do reinado de D. Pedro II, que estava viuvo pela segunda vez, mas cercado de filhos. No dia 28 de junho de 1706 entravam as tropas portuguezas em Madrid, e no dia 1 de dezembro do mesmo anno morria em Lisboa D. Pedro II, como dissémos. (V. *Marquez das Minas*, vol. IV, pag. 1113 e seguintes). Do seu segundo casamento teve os seguintes filhos: O principe D. João, que viveu um mez; o principe D. João, que foi depois rei D. João V; os infantes D. Francisco, D. Antonio e D. Manuel; as infantas D. Thereza e D. Francisca. Tambem teve tres filhos bastardos que legitimou: D. Miguel, D. José, e D. Luiza, que casou com o 2.º duque de Cadaval, e enviuvando, passou a segundas nupcias com seu cunhado, o 3.º duque do mesmo titulo.

Pedro III. Rei de Portugal, pelo seu casamento com sua sobrinha, a rainha D. Maria I. N. em Lisboa a 5 de julho de 1717, e fal. no Paço d'Ajuda, em 5 de março de 1786. Era gran-cruz das ordens militares de Christo, S. Bento d'Aviz e de S. Thiago da Espada; cavalleiro da ordem do Tosão de Ouro, de Hespanha. Era o 5.º filho de D. João V, e da rainha sua mulher, D. Maria Anna d'Austria. Casou com sua sobrinha na capella do Paço d'Ajuda em 6 de julho de 1760, tomando o titulo de principe do Brazil, e quando D. Maria I foi acclamada, em 1777, pelo fallecimento de seu pae, tomou D. Pedro o titulo de rei, por já então ter filhos. Era um principe extremamente devoto, e perfeitamente insignificante. Seu pae o fez prior do Crato, e quando seu irmão, el-rei D. José, viu que a providencia decididamente lhe negava filhos, pois só lhe dera quatro filhas, para a successão do reino, resolveu casal-o com sua

D. Pedro III

filha mais velha, que então contava 26 annos. D. Pedro tinha já 43 annos, não passando d'um verdadeiro rustico, sem illustração, nem elegancia, nem asseio. A sua maior predilecção era pelas egrejas e pelos conventos, onde passava grande parte do tempo. No entretanto, a princeza sua mulher muito se lhe affeiçoou, e seria completamente dominada por elle, se a caracteristica principal do espirito de seu marido e tio não fôsse a indecisão. Emquanto o marquez de Pombal viveu, D. Pedro curvou-se humildemente deante d'elle. Depois da acclamação da rainha, tomou o titulo de rei, cenfórme dissémos, mas nunca lhe valeu nas grandes angustias do seu reinado, aconselhando lhe o caminho que deveria seguir; pelo contrario, ainda mais concorreu para a perturbação do reino porque as suas opiniões de devoto e de rancoroso, iam abertamente para a reacção contra todas medidas reformadoras do

marquez de Pombal. D. Pedro era possuidor da quinta e palacio de Queluz, propriedade que a adquirira por ter vencido a demanda que entre elle e o infante D. Antonio, filho de D. Pedro II, se havia armado, depois da morte de D. João da Bemposta, filho natural do infante D. Francisco, que a havia herdado de seu pae. D. Pedro resolveu fazer de Queluz o Versailles de Portugal, por isso tratou de augmentar a propriedade com a acquisição de outras que lhe ficavam juntas, encarregando do risco e execução do novo palacio, da planta e ornatos dos jardins e quinta, o architecto portuguez Matheus Vicente de Oliveira, e o architecto e esculptor francez João Baptista Robillou. Pouco antes do terremoto de 1755 começaram os trabalhos da nova construcção, e progrediram com mais ou menos actividade até ao fallecimento de D. Pedro. Durante o andamento das obras, comtudo, apenas se apromptaram accommodações indispensaveis, a familia real ali foi residir todos os annos, nos mezes de verão. Emquanto viveu D. Pedro, houve festas esplendidas no palacio de Queluz, sendo escolhidos os dias de S. João e de S. Pedro, e os dos anniversarios natalicios mais solemnes das pessoas reaes. As funcções constavam de sumptuosa festa religiosa celebrada de manhã na capella real, por musica vocal e instrumental executada pelos mais distinctos professores nacionaes e estrangeiros que viviam em Lisboa, além dos musicos da Patriarchal. De tarde realisavam-se corridas de touros ou cavalhadas, em que os cavalleiros ostentavam soberbos ginetes e custosas galas; n'estas diversões tomavam parte os mais distinctos fidalgos da côrte. Ao começo da noite illuminavam-se as fachadas do palacio, os jardins e o parque. Depois resoavam as orchestras em harmoniosos concertos nas espaçosas salas, revestidas de espelhos, que faziam multiplicar infinitamente as numerosas luzes dos candelabros, dos lustres e das placas, e em que a côrte se retratava em enorme auditorio resplendente de diamantes e sedas multicôres recamadas de ouro. Nos concertos tomavm parte D. Maria I, então ainda princeza do Brazil, e as infantas suas irmãs. Mais tarde servia se a ceia, e quando a noite estava já muito adeantada, queimava-se nos jardins um brilhante fogo d'artificio cujas mil phantasticas invenções se alternavam com os repuxos dos lagos, d'onde subiam as aguas com delgadas columnas de crystal, ou em graciosas espadanas que se cruzavam, ou n'outras variadissimas fórmas. Em Queluz tambem se construiu um theatro sob a direcção do architecto Ignacio de Oliveira Benevides, o qual se inaugurou em 17 de dezembro de 1778, para solemnisar o primeiro anniversario natalicio de D. Maria I, depois da sua subida ao throno. Representavam-se n'aquelle theatro operas lyricas, e foi um divertimento que veiu tornar ainda mais brilhantes as funcções de Queluz. Depois da morte de D. Pedro III, Queluz caiu em grande decadencia. No tecto d'uma das salas ainda se vê representado em pintura um grande concerto, ou *serenim*, como então lhe chamavam, em que figuram el-rei D. José e a rainha D. Marianna Victoria; o celebre mestre de musica David Peres, tocando cravo ao lado do soberano; a princeza D. Maria, mais tarde rainha, e as infantas suas irmãs, com papeis de solfa nas mãos, em acção de cantarem; o infante D. Pedro, depois rei, regendo o concerto, e muitas pessoas da côrte. Esta sala fôra construida expressamente para os concertos da côrte Esta descripção das grandiosas festas de Queluz no tempo de D. Pedro III, sendo ainda principe do Brazil, acha-se no *Archivo Pittoresco*, vol. VI, pag. 241. D. Pedro falleceu em 1786, e pouco tempo depois falleceu tambem o principe do Brazil D. José, em 11 de setembro de 1788. Fôram dois profundos desgostos que soffreu a rainha, e não pouco concorreram para a loucura, de que foi victima.

Pedro IV. 28.º rei de Portugal e 1.º imperador do Brazil; duque de Bragança, marquez de Villa Viçosa, conde de Barcellos, de Guimarães, de Ourem, de Faria e de Neiva, e de Arraiollos. N. no Paço de Queluz a 12 de outubro de 1798, onde tambem fal. a 24 de setembro de 1834 Era filho de D. João VI, e de sua mulher, a rainha D. Carlota Joaquina. O seu nome completo era D. Pedro d'Alcantara Francisco Antonio João Carlos Xavier de Paula Miguel Raphael Joaquim José Gonzaga Paschoal Cypriano Serafino de Bragança e Bourbon. Foi infante de Portugal e principe da Beira em 11 de junho de 1801, e principe do Brazil em 20 de março de 1816, data em que seu pae deixou de ser regente do reino, sendo acclamado rei, pelo fallecimento da rainha D. Maria I. D. Pedro foi grão-prior do Crato, e depois, em 9 de janeiro de 1817, principe do reino unido de Portugal, Brazil e Algarves. Tinha apenas nove annos de edade, quando o governo portuguez, prevendo imminentes perigos ameaçadores da familia real e da independencia do reino, resolveu mandal o para o Brazil com o titulo de condestavel, indo com elle por secretario e mentor fr. Antonio d'Arrabida, depois bispo de Anemuria. Com a data de 2 de outubro de 1807 foi redigida uma proclamação, em que o governo portuguez annunciava aos brazileiros a transcendente providencia. Evidentemente o condestavel seria seguido pela familia real no caso de invasão de Portugal que se temia. O tratado que a França e a Hespanha assignaram em Fontainebleau a 27 de de outubro e a immediata marcha do exercito francez commandado por Junot sobre Portugal, precipitaram os acontecimentos. A 29 de novembro a familia real portugueza emigrou para o Brazil, e com ella D. Pedro, que por isso deixou de ir no caracter do condestavel. Em março de 1808 a cidade do Rio de Janeiro tornou-se a capital da monarchia portugueza De 1808 a 1818, isto é, dos dez aos vinte annos de edade D. Pedro manifestou grandes qualidades que, por falta de esmerada direcção, se desenvolveram com os seus defeitos correspondentes: era dotado de notavel talento, de imaginação viva, e de genio ardente: recebeu apenas muito limitada e superficial instrucção, e não teve mentor que lhe mostrasse a vida pelo seu lado real e pratico, e que o aconselhasse a conter a impetuosidade do animo. Era franco e generoso, energico e corajoso, leal e dedicado aos que eram ou se diziam seus amigos, mas os annos de sua juventude fôram correndo envenenados pela educação e pelos lisonjeiros que fingiam admiral-o no proprio abrazamento das paixões, e que serviam a seus caprichos com o ardor que só a sabedoria devera merecer. Finalmente, teve por companheiro seu irmão, o principe D. Miguel,

que estava muito longe de igualal-o em dotes de intelligencia e de coração, e que o excedia muito em graves defeitos de caracter. Aos 18 annos de edade, pela elevação de seu pae ao throno em 1816, D. Pedro achou-se herdeiro presumptivo da corôa, mas de todo afastado dos negocios publicos não tinha educação alguma politica. Os paes e o desmazelo dos ministros deixaram o principe D. Pedro cegamente confiado á sua propria natureza, e foi elle que por gosto e entretimento cuidou ligeiramente da acanhada instrucção litteraria que teve, e cultivou a musica. Fóra disso, naturalmente inclinado ás armas, amava o exercito, ostentando desde muito cedo admirado garbo militar, e era habilissimo na arte hippica, cavalleiro muito dextro, e capaz de dirigir um carro puxado a quatro ou seis animaes com a fôrça, e com a galhardía dos laureados nos antigos jogos olympicos. A 13 de maio de 1818 casou com a archiduqueza d'Austria D. Maria Leopoldina Josepha Carolina, filha de Francisco I, imperador d'Austria, e de sua segunda mulher, D. Maria Thereza Carolina. Em 1820 a revolução constitucional, victoriosa no reino, veiu affligir D. João VI, por um lado offendido na quebra do seu poder de rei absoluto, e por outro vivamente contrariado pelas exigencias da volta da côrte para Lisboa. Em quasi todas as provincias do Brazil as tropas portuguezas de guarnição e o povo adheriram á revolução de Portugal; o rei procurou contemporisar, e fortemente empenhado em não deixar a capital do Rio de Janeiro, publicou o decreto de 18 de fevereiro de 1821, pelo qual mandava o principe D. Pedro para Lisboa, onde as côrtes constituintes deviam elaborar a constituição do reino, ao mesmo tempo que convocava para o Rio de Janeiro procuradores eleitos pelas camaras das cidades e villas do Brazil e das ilhas do Atlantico que tivessem juizes letrados, afim de consultarem o que dos artigos da futura constituição portugueza fôsse adoptavel no reino do Brazil, e propôrem as necessarias reformas. Vendo, comtudo, D. João VI que não podia deixar de se submetter, poz ainda umas certas restricções na acceitação, e no dia 24 de fevereiro demittiu até o ministro conde de Palmella, que representava as idéas progressistas. A agitação do Rio de Janeiro mostrou-lhe logo que tinha dado um passo errado, e não teve remedio senão jurar a Constituição que as côrtes fizessem, formar um gabinete mais conforme com a opinião popular, e foi D. Pedro que jurou em nome de seu pae a nova constituição, e ficou ao mesmo tempo designado para governar o Brazil como regente durante a ausencia de seu pae, que deliberara regressar á Europa com a sua familia. Começou então a vida politica de D. Pedro, que contava só 23 annos de edade. Em 20 de abril de 1821 reuniram-se os eleitores no Rio de Janeiro para a primeira eleição de deputados, e essa assembléa tomou um caracter por tal fórma sedicioso, que obrigou o rei a jurar a constituição hespanhola, e que ia seguindo por esse caminho de exigencias cada vez mais imperiosas e desordenadas, quando D. Pedro, tomando a iniciativa que seu pae não ousava tomar, pôz termo a essas scenas tumultuarias, dispersando a assembléa dos eleitores á baioneta, acto que lhe foi sempre lançado em rosto pelos liberaes, apezar de ter sido justificadissimo pelas circumstancias, por ser realmente impossivel consentir-se que uma assembléa sem mandato estivesse tomando deliberações tumultuarias, e para se dissolver essa assembléa não havia remedio senão empregar a fôrça. Em 22 de abril do mesmo anno de 1821, seu pae o nomeou regente do Brazil, dando-lhe um ministerio que organisara, e no dia 26 partia a familia real para a Europa. D. Pedro ficou collocado n'uma situação deveras melindrosa; o thesouro estava exhausto e os recursos escasseavam extraordinariamente. Montevideu elegera deputados que votaram a sua annexação á corôa portugueza; S. Paulo elegera uma junta governativa; formaram-se em toda a colonia dois partidos: o partido portuguez e o da independencia do Brazil. No dia 5 de junho revoltaram-se as tropas do Rio de Janeiro e impuzeram ao principe a demissão do conde dos Arcos seu mi-

D. Pedro IV

nistro, e a creação d'uma junta de nove membros só responsavel perante as côrtes, e sem o voto da qual se não poderia promulgar medida alguma. D. Pedro, que estava sendo sympathico ao Brazil pela economia que introduzira na administração publica, principiando essa economia pelas suas despezas pessoaes, mas que o partido da independencia do Brazil considerava como profundamente hostil, começou logo a ficar altamente melindrado com esta sedição das tropas portuguezas. As côrtes de Lisboa não contribuiam pouco para tornar mais precaria a ligação do Brazil com Portugal, como quando applaudiram a resolução da junta da Bahia que recusava obedecer ao principe D. Pedro, a pretexto de que a sua regencia era nulla, por não ter sido decretada pelas côrtes. Assim o mesmo congresso demittiu do governo de Pernambuco o general Luiz do Rego, accusado pelos pernambucanos de tenden-

cias reaccionarias, mas que era principalmente um obstaculo dos manejos do partido da independencia. O principe D. Pedro, vendo-se assim desprestigiado e sem autoridade, pediu a seu pae que lhe permitisse abandonar tão difficil encargo, e as côrtes portuguezas concordaram com isso, decretando que fôsse chamado o principe á Europa, afim de se ir instruir, viajando pelas côrtes estrangeiras. Este decreto das côrtes produziu grande agitação no Brazil, e excitou uma indignação geral contra os portuguezes; o principe declarou em cartas a seu pae, que estava prompto a obedecer ás ordens das côrtes, mas que essas ordens irritavam summamente os brazileiros, não só a que ordenava ao principe que regressasse á Europa, como a outra que determinava que as provincias fôssem governadas pelas suas juntas, sem ligação entre si, mas directamente com a metropole. A junta de S. Paulo representou energicamente ao principe, dizendo-lhe que o decreto relativo ás juntas era o primeiro passo para se reduzir de novo o Brazil ao estado de colonia, e o decreto relativo á partida do principe verdadeiramente odioso. Ao mesmo tempo sublevava-se a provincia de Minas Geraes, a camara do Rio de Janeiro representava ao principe no sentido da de S. Paulo, e esta representação, apoiada por todo o povo, decidiu o principe a ficar na America, desobedecendo ás côrtes por entender que a sua partida seria o signal d'um levantamento geral no Brazil. Mas se o povo brazileiro acolheu com enthusiasmo esta noticia, as tropas portuguezas, que estavam no Rio commandadas pelo general Jorge d'Avilez, pelo contrario, a acolheram com desconfiança, pegavam em armas, e tomavam uma attitude hostil. As tropas brazileiras tambem pegaram em armas, o povo armou-se, as cousas ia tomando um aspecto muito grave, e só com difficuldade conseguiu o principe que as tropas do general Jorge d'Avilez embarcassem para a Europa no dia 11 de fevereiro de 1822. Esta decisão era, por assim dizer, o signal da independencia do Brazil. No dia 5 de março appareceu no Rio do Janeiro uma esquadra commandada por Francisco Maximiano de Sousa, que ia encarregada pelo governo de Lisboa de trazer o principe para Portugal. O principe não consentiu o desembarque das tropas, que iam, senão com a condição de entrarem ao seu serviço. Os que não quizeram adherir tiveram de voltar para a Europa, levando a noticia do pronunciamento do principe D. Pedro, que se collocava em manifesta dissidencia com seu pae e com as côrtes. Dias depois partiu o principe para a provincia de Minas Geraes, que estava em perfeita anarchia, e foi recebido na capital com enthusiasmo delirante. O penhor que dera aos brazileiros, fizera desapparecer todas as hostilidades; todo o continente americano-portuguez o acclamou e applaudiu. O senado do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1822, convidou D. Pedro a tomar o titulo de *Regente Constitucional e defensor do Brazil*, e o principe já praticava actos de verdadeiro soberano independente, principiando a cultivar relações diplomaticas com os paizes estrangeiros, e como a Bahia, dominada pelo general Madeira, reconhecia ainda o governo de Lisboa, D. Pedro mandou contra elle tropas commandadas por Pedro Labattut. O membro principal do seu ministerio era o grande estadista e escriptor brazileiro José Bonifacio de Andrada e Silva, que principalmente dirigia as cousas da independencia. D. Pedro fôra ao Rio Grande do Sul e a S. Paulo harmonisar divergencias, applacar dissensões, e voltava para Santos no dia 7 de setembro de 1822 quando, parando nas margens do ribeiro Ipiranga para ler despachos que recebera de Lisboa e communicações dos seus ministros do Brazil, ao saber o modo insultante como estava sendo tratado pelas côrtes portuguezas, ao ter conhecimento das scenas de Lisboa, em que os deputados brazileiros haviam sido insultados pelo povo, inflammado n'um d'aquelles accessos de colera, que muitas vezes o arrastavam talvez mais longe do que queria ir, soltou o brado decisivo: *Independencia ou morte!* A sua comitiva respondeu-lhe com gritos de phrenetico enthusiasmo, e D. Pedro partindo n'uma carreira desordenada a caminho do Rio de Janeiro, fez a viagem n'um periodo extraordinariamente curto, deixando atraz de si exhaustos e rendidos de fadiga todos os que o acompanhavam, o chegava ao Rio de Janeiro a 15 de setembro. N'essa mesma noite appareceu no theatro levando no braço esquerdo a diviza brazileira com as referidas palavras bordadas com letras de ouro: *Independencia ou morte!* E' indescriptivel a ovação que lhe fizeram. No dia 12 de outubro do mesmo anno foi acclamado imperador e defensor perpetuo do Brazil, sendo coroado a 1 de dezembro. Procedeu se immediatamente á eleição d'uma assembléa constituinte brazileira, tendo saido das côrtes de Lisboa os deputados que tinham ali tomado assento, e alguns dos quaes ainda haviam assignado a constituição portugueza de 1822. A 3 de maio inaugurou os seus trabalhos a assembléa constituinte do Rio de Janeiro, o logo se manifestou entre ella e o imperador a mesma hostilidade que se dera em Lisboa entre D. João VI e as côrtes. D. Pedro, porém, era energico e não cedia como D. João VI ás suas exigencias demagogicas. Seria preciso uma revolução para o derrubar. Uma votação da assembléa deu causa ou pretexto para que o imperador demittisse o ministerio dos Andrades, conhecido pelo nome de *ministerio da independencia*. O espirito da assembléa constituinte era, como em Portugal, extraordinariamente demagogico, o imperador energico e rude, não estava resolvido a perder as garantias que reputava essenciaes para o exercicio do poder. Infelizmente para elle, os homens de que se rodeára e que partilhavam as suas idéas eram ou portuguezes ou amigos da antiga ordem de cousas. D'ahi resultou ser accusado de querer destruir a sua propria obra e de querer collocar de novo o paiz debaixo do jugo de Portugal. Uma medida, que o novo ministro da guerra propoz, e que era favoravel á officialidade portugueza que ficára ao serviço do imperio, irritou os animos, pronunciaram-se discursos de censura, um deputado queixou se de que fôra espancado por officiaes portuguezes; a irritação da assembléa recrudesceu, e afinal D. Pedro dissolveu-a violentamente, cercando o palacio das côrtes de tropas e deportando para a Europa os seis deputados que se tinham mostrado mais violentos, entre os quaes figurava o proprio José Bonifacio. A immensa popularidade de que por algum tempo gozára o imperador, dissipou-se n'um momento. Foi alcunha-

do de tyranno, de traidor á causa da sua patria; mas D. Pedro IV, que dissolvera as côrtes no dia 11 de novembro de 1823, logo no dia 13 promulgou um decreto pelo qual nomeava um conselho de Estado, encarregado de formular um projecto de constituição que devia ser submettido á sancção das camaras municipaes. O conselho de Estado trabalhou bem e depressa, e em dezembro de 1823 estava prompto o projecto de constituição, agora outhorgada pelo imperador, em vez de ser feita pela assembléa constituinte. Acceitou-a, comtudo, o Brazil com grande enthusiasmo; a constituição foi jurada a 25 de março de 1824, e algumas revoluções que tinham rebentado no imperio, entre outras uma que em Pernambuco proclamára a *federação do Equador*, fôram facilmente subjugadas pelas tropas imperiaes, mas o imperador não soube ser clemente, e deixou que as commissões militares julgassem e condemnassem os revoltosos, seudo alguns d'elles fusilados e enforcados. O povo, que acclamára com euthusiasmo o imperador por occasião da outhorga da Constituição, tornou a esfriar no seu enthusiasmo, e a hostilidade entre o imperador e os liberaes do imperio manifestou-se cada vez mais claramente. O imperador e o imperio conheciam ainda pouco o jogo do systema liberal, o imperador, embora intelligentissimo e sincero amigo da liberdade, era ao mesmo tempo pouco proprio para exercer as difficeis funcções de soberano constitucional. Tinha indole e genio de dictador. Começou por compôr o senado todo de conservadores conhecidos, de titulares, etc. Modificava e demittia a seu bel-prazer os ministerios, sem grande attenção pelas regras constitucionaes e pelas indicações parlamentares. Nunca incluia nos gabinetes assim organisados algum dos homens verdadeiramente populares do Brazil, de fórma que a camara electiva achava-se em conflicto constaute e pessoal com o imperador, e a hostilidade chegava a ponto que os deputados liberaes chegavam a considerar transfugas alguns dos seus collegas que acceitavam pastas das mãos do imperador. Ao mesmo tempo a guerra do Rio da Prata, que o imperador se viu forçado a emprehender, tornou-se muito impopular no Brazil; era comtudo inevitavel. Montevideu votára a sua annexação á monarchia portugueza, quando a monarchia se dividira, Montevideu ficára fazendo parte do Brazil e formando a provincia Cisplatina. Esta provincia revoltou-se por incitamento e com auxilio da republica Argentina, D. Pedro quiz restabelecer ali o dominio brazileiro. D'ahi proveiu uma guerra longa e ruinosa, que só terminou em 1828 de um modo que não contentou nem o Brazil nem a republica Argentina, mas que era afinal o unico razoavel. A provincia Cisplatina foi proclamada republica independente com o nome de republica do Uruguay. A esta causa de impopularidade veiu juntar-se tambem a que proveiu de ser reconhecida a separação e independencia do Brazil pela carta patente de D. João VI de 13 de maio de 1825, e depois pelo tratado de 25 de agosto, ratificado e confirmado pela carta de lei de 15 de novembro do mesmo anno publicado e mandado executar no Brazil por decreto do imperador D. Pedro I, a 10 d'abril de 1826. O tratado que fôra negociado por intermedio da Inglaterra, onerava o Brazil com o pagamento de uma divida de dois milhões de libras esterlinas, e tinha além d'isso outras condições que os brazileiros reputavam obnoxias ao seu paiz, e filhas da condescendencia de D. Pedro com seu pae. Em 1826 morreu D. João VI, e surgiu uma nova causa de complicações D. Pedro foi reconhecido como legitimo herdeiro do throno de Portugal, pela regencia do reino em 1826, e n'essa qualidade recebeu de Lisboa uma deputação que vinha trazer-lhe a corôa do reino a que elle arrancára a sua mais bella colonia. Proclamado rei de Portugal com o nome de D. Pedro IV, o novo soberano acariciou por alguns momentos a idéa de reunir na sua fronte as corôas imperial e real e de ser a um tempo imperador do Brazil e rei de Portugal. Consultou a esse respeito o conselho de Estado, mas a resposta foi completamente adversa aos seus desejos, e foi então que D. Pedro IV, depois de outhorgar a Portugal, como outhorgára ao Brazil, um Carta Constitucional, abdicou a corôa em sua filha D. Maria da Gloria, que tinha apenas sete annos, com a condição de que essa abdicação só se tornaria real quando a nova rainha chegasse á sua maioridade, e escolheu para regente do reino sua irmã a infanta D. Izabel Maria. A Carta Constitucional, monumento da fina intelligencia e dos nobres sentimentos do principe illustrado que a outhorgou sem esperar que lh'a arrancassem, poupando assim ao paiz que fôra chamado a governar os horrores e os perigos de uma revolução, que depois ambições de outros tornaram inevitavel, a Carta Constitucional foi pois outhorgada no dia 29 de abril de 1826. Este acontecimento veiu tornar ainda mais difficil a situação de D. Pedro no Brazil. A causa do sua filha merecia-lhe todas as predilecções como era natural, e o Brazil percebeu que, ainda que tivesse abdicado a corôa portugueza, os negocios de Portugal o haviam de preoccupar e de absorver tanto ou mais que os do Brazil. Entretanto D. Pedro combinava o casamento de sua filha com seu irmão D. Miguel, e dava a este a regencia do reino. D. Miguel, que estava n'essa occasião em Vienna d'Austria, accedeu a essa proposta, jurou a Carta e tratou de vir para Portugal. Entretanto D. Pedro enviava para a Europa sua filha D. Maria da Gloria, para acabar de ser educada em Vienna d'Austria, porque a mãe, a archiduqueza, imperatriz Leopoldina morrera no Rio de Janeiro a 11 de dezembro de 1826. Acompanhava-a á Europa o marquez de Barbacena, que levou a rainha para Londres, logo que soube do golpe de estado de D. Miguel, e da sua proclamação como rei absoluto em prejuizo dos direitos da sua noiva e sobrinha. D. Pedro, tendo conhecimento dos successos, approvou os actos do seu representante, mas logo depois mandou regressar sua filha ao Brazil. Os acontecimentos a justificar os presentimentos dos patriotas brazileiros. A diplomacia brazileira tratava na Europa especialmente da causa da rainha D. Maria II, e no Brazil os emigrados portuguezes, que ali appareciam, eram alvo da solicitude especial do imperador. Entretanto D. Pedro, depois de se conservar perto do tres annos viuvo, desposava a 16 de outubro de 1829 a princeza Amelia de Beauharnais que era recebida no Brazil com pompa excepcional. Mas os ares da politica estavam cada vez mais turvos. A segunda legislatura do imperio começou em 1830, e D. Pedro pôde

verificar que a opposição liberal vinha ainda mais reforçada. Recomeçou por conseguinte a lucta do imperador com a camara. A liberdade completa que D. Pedro se arrogava na escolha dos seus ministros, tornava impossivel um accordo entre o ministerio e a camara. Na camara propôz-se a accusação de dois ministros; essa proposta foi rejeitada por pequenissima maioria e o imperador, tomando abertamente a defeza dos seus secretarios de Estado, augmentou as indisposições do parlamento. Sentindo o terreno faltar-lhe debaixo dos pés, o imperador fez uma viagem a Minas-Geraes, esperando encontrar o mesmo acolhimento de 1822; o resultado foi um desengano. Já n'esse tempo o imperador pensava em abdicar; em Villa Rica, porém, escreveu a proclamação de 22 de fevereiro de 1831, que despertou os mais severos commentarios da parte da imprensa liberal. As suas relações amorosas com a marqueza de Santos, que era para elle perfeitamente uma Pompadour, relações que intervinham de um modo deploravel na administração do imperio, actuavam tambem desagradavelmente no espirito publico. Os emigrados portuguezes, que estavam no Rio de Janeiro e brazileiros partidarios do imperador tiveram a desastrosa idéa de festejar pomposamente a volta do imperador. Estas festas causaram graves conflictos. Os portuguezes espancaram alguns brazileiros. Houve grande indignação, D. Pedro viu-se obrigado a chamar ao poder os chefes liberaes, mas de má vontade, tanto mais quanto D. Pedro lhes attribuia a impopularidade que estava tendo, e a idéa da federação das provincias que estava fazendo caminho no Brazil. O povo não se mostrava ainda satisfeito com a transigencia do imperador. Ao sair d'uma egreja foi assaltado por gritos de *Viva D. Pedro II.* O imperador, com a sua coragem tradicional, voltou-se, e disse sorrindo com desdem : *Ainda é muito creança!* O povo acclamou-o. Suppondo talvez que tinha um renovo de popularidade, não hesitou em entrar francamente no caminho da reacção, demittindo a 5 de abril de 1831 o ministerio liberal, e chamando ao poder um ministerio em que figurava como elemento principal o marquez do Paranaguá, o reaccionario mais perfeitamente caracterisado do Brazil. Immediatamente grandes massas de povo começaram a affluir para os lados do paço de S Christovão, exigindo em altos gritos a demissão do ministerio. A tropa, enviada para conter os insurgentes, fraternisou com o povo; o major Miguel de Frias e Vasconcellos dirigiu se ao imperador a pedir-lhe que cedesse aos desejos da capital. D. Pedro negou-se absolutamente. «Antes abdicar! Antes morrer!» E saindo por um instante, voltou com uma folha de papel aberta, e entregando-a a Miguel de Frias disse-lhe «Aqui tem a minha abdicação! Estimo que sejam felizes!» Era o dia 7 de abril de 1823. E com esta simplicidade despediu-se dos seus filhos, dos seus ministros, entregou a tutoria de seus filhos que ficavam no Brazil (só a mais velha, rainha de Portugal, seguiu com elle para a Europa) a José Bonifacio de Audrada e Silva, e embarcou a bordo da nau ingleza *Warspite*, d'onde escreveu a suas ultimas cartas, sabendo com prazer que seu filho fôra acclamado, com o maior enthusiasmo e sem a mais leve discrepancia, imperador do Brazil, e transferindo-se depois com sua esposa e sua filha, e algumas outras pessoas mais intimas, para a fragata ingleza *Volage* e a fragata franceza *Seine*, seguiram todos para a Europa. A causa liberal portugueza estava n'essa epoca em imminente risco. A ilha Terceira continuava a manter hasteado o pendão liberal, e o conde de Villa Flôr, que ali governava, repellira no dia 11 de agosto de 1829 uma expedição realista que tentara desalojál-o, mas escasseavam recursos de dinheiro á causa, havia dissensões graves entre os emigrados, as potencias européas conservavam-se indifferentes. A presença de D. Pedro veiu mudar tudo. Desembarcando em França e deixando sua filha e sua esposa em Paris, vendo que todos os emigrados se agrupavam em torno d'elle promptos a derramar o seu sangue pela causa que todos defendiam, levantou algum dinheiro indispensavel, organisou uma pequena expedição que se juntou em Belle-Isle, uma ilha da costa bretã da França, e partiu para a ilha Terceira. Já n'essa occasião o conde de Villa Flôr, fazendo um supremo esforço, se assenhoreara das outras ilhas dos Açôres. D. Pedro, antes de sair de Belle-Isle, dirigiu um manifesto á Europa, e tomando o titulo de duque de Bragança assumiu a regencia em nome da rainha sua filha. Chegando aos Açôres com os emigrados e algumas tropas estrangeiras a 3 de março de 1832, organisou um ministerio composto de Mousinho da Silveira, marquez de Palmella e Agostinho José Freire, dando o commando do exercito ao conde de Villa Fôr, e o da esquadra ao almirante inglez Sartorius, e singrando para o continente, desembarcou com os seus 7:500 bravos no dia 8 de julho de 1832 nas praias do Mindello. No dia seguinte entrava no Porto, abandonado pelos miguelistas, que o acolheu com delirio, mas não tardou a reconhecer que se illudira contando com defecções no exercito miguelista, e com o levantamento em massa do paiz. Este, desfallecido e exhausto por uma oppressão de quatro annos, não tinha fôrça para se mover, o exercito miguelista estava compacto e enthusiasta, e recobrado da primeira surpreza, marchava para apertar o Porto e os que o defendiam n'um circulo de ferro e de fogo. Os reconhecimentos de Penafiel, de Ponte-Ferreira e de Souto Redoudo, os dois primeiros victoriosos mas sem consequencias a não serem de graves perdas para os vencedores e o ultimo desastroso, vieram provar a D. Pedro que não podia ultrapassar a linha de defeza do Porto. Encerrou-se, pois, dentro da cidade, fortificou-a a toda a pressa, e tomou parte heroicamente nas privações e nos perigos do cêrco, expondo-se sempre nos sitios mais arriscados, tendo estabelecido o seu quartel general no palacio das Carrancas, e tendo assumido o commando em chefe do exercito, que nos primeiros tempos do cêrco pertencera ao conde de Villa Flôr, por esse tempo agraciado com o titulo de duque da Terceira. Mas D. Pedro sabia que não bastava o seu valor pessoal para salvar a situação. Era necessario um general que dirigisse estrategicamente as operações Para evitar os ciumes e despeitos dos generaes portuguezes uns para com os outros, chamou de França um antigo official de Napoleão, o general Solignac, que revelou a mais completa incapacidade. Mas entretanto punha-se termo ao ostracismo politico a que estivera votado desde muito no campo liberal o general Salda-

nha, que veiu então tomar parte na defeza do Porto, e desde logo os seus conselhos fizeram mudar a face das cousas. Ao mesmo tempo a pequena esquadra liberal achava-se n'um grande perigo, porque os marinheiros, a quem se devia um grande numero de soldadas, recusavam-se a servir se lhes não pagassem. Valeu á causa liberal n'estes apuros o barão de Quintella, mais tarde conde do Farrobo, que offereceu o dinheiro preciso. Sartorius era substituido pelo almirante Napier; este aconselhava a brilhante e decisiva expedição ao Algarve. Napier, á frente da pequena esquadra liberal, derrotou completamente na batalha naval do Cabo de S. Vicente a esquadra miguelista; o duque da Terceira, desembarcando no Algarve, marchou rapidamente sobre a capital, derrotou na Cova da Piedade as tropas de Telles Jordão, e atravessando o Tejo, entrou em Lisboa no memoravel dia 24 de julho de 1833. Estas noticias, chegadas ao Porto, levantaram os espiritos dos heroicos defensores da cidade, que tinham continuado a repellir intrepidamente os ataques dos miguelistas. Commandava então os sitiadores o marechal francez Bourmont, que ganhara grande reputação na Europa com a rapida conquista de Argel, mas dentro do Porto estava o general Saldanha, e isso bastava para que o illustre militar francez tivesse deante de si quem lhe não receasse os impetos. Apenas D. Pedro teve noticia da tomada de Lisboa, partiu para a capital, onde foi recebido com o maior enthusiasmo. Tratou immediatamente com o duque da Terceira de organisar defeza, e o seu ministerio, que já estendia a sua acção por uma grande parte do reino, mostrou-se energico, decisivo e reformador. Bourmont, apenas soubera da tomada de Lisboa, deixara deante do Porto forças pouco numerosas, e marchára apressadamente sobre Lisboa, dispondo-se a cercal-a antes que ella tivesse tido tempo de se cobrir de fortificações. Mas as tropas liberaes estavam costumadas n'esse tempo a fazer verdadeiras maravilhas. As linhas de defeza organisaram-se com extraordinaria rapidez. A 22 de setembro, D. Maria II e sua madrasta, a imperatriz D. Amelia, entraram em Lisboa no meio d'um indescriptivel enthusiasmo. Dois dias depois D. Pedro, tendo ao seu lado sua esposa e a joven rainha, sua filha, passava revista ás tropas. A 18 de agosto, as ultimas tropas miguelistas, commandadas pelo conde de Almer, derrotadas em Vallongo, levantavam definitivamente o cêrco do Porto, e a 10 de outubro levantavam tambem o cêrco de Lisboa, depois d'uma série de terriveis investidas. Já a esse tempo o exercito miguelista era commandado pelo general escossez Macdonall, que retirou sobre Santarem, seguindo-o o exercito liberal commandado pelos dois marechaes Saldanha e Terceira. As tropas liberaes, já então fortes e numerosas, dividiram-se em differentes corpos, e Saldanha bateu os miguelistas em Torres Novas, em Pernes e ganhou sobre elles finalmente, a 18 de fevereiro de 1834, a victoria d'Almoster. Sá da Bandeira limpava a provincia do Algarve de guerrilhas miguelistas, Napier, á testa dos seus marinheiros, tomava Caminha, Valença e Ponte do Lima, o duque da Terceira, emfim, tomando o commando do exercito de operações com que o general Torres saira do Porto, atravessava victoriosamente a provincia de Traz-os-Montes, descia para a da Beira, occupava as terras principaes, e no dia 8 de maio entrava em Coimbra. Ao mesmo tempo Napier occupara a Figueira da Foz. D. Miguel commetteu um erro supremo por esta occasião, acolhendo o principe hespanhol D. Carlos, irmão de Fernando VII, que estava em revolta aberta contra elle, e que em Portugal levantou uma pequena força com que pretendeu levantar de novo a guerra civil em Hespanha. Então Fernando VII, que sempre se mostrára favoravel á causa miguelista, reconheceu D. Maria II, e fez entrar, com autorisação de D. Pedro IV, um exercito em Portugal com o unico fim de perseguir o principe D. Carlos, commandado pelo general Rodil, que dispersou com toda a facilidade os 500 homens que D. Carlos organisára, e combinou depois os seus esforços com os do duque da Terceira, e este ganhando a 16 de maio de 1834 a batalha d'Asseiceira, poz termo definitivo á guerra. D. Miguel tentou ainda prolongal-a, mas Saldanha e Terceira combinaram os seus movimentos, e obrigaram o exercito miguelista que ia sobre a fronteira, a capitular, assignando a convenção de Evora Monte, que foi um simples acto de submissão, tornada menos dolorosa pela amnistia que D. Pedro IV promulgou logo depois. D. Miguel aproveitou essa amnistia, a quem se consentiu que saisse do reino, fixando-se-lhe uma pensão annual de 60:000$000 réis. Esta noticia causou grande indignação em Lisboa, e alguns populares mais exaltados, esquecendo os altos serviços de D. Pedro, insultaram-n'o no theatro de S. Carlos pela sua clemencia, chegando ao arrojo de lhe atirarem lama e pedras á carrûagem. Este insulto magoou muito o duque de Bragança, que já estava muito doente com a enfermidade de que foi victima. Entretanto D. Miguel embarcava em Silves no dia 1 de julho de 1834 a bordo do vapor inglez *Stag*, que o transportou a Genova. Tratou-se immediatamente de se convocarem as côrtes, mas entretanto os ministros da fecundissima dictadura, que tinha por chefe D. Pedro, ainda promulgaram alguns decretos importantes, como foi o de 28 de maio de 1834, referendado por Joaquim Antonio de Aguiar, então ministro da justiça e negocios ecclesiasticos, que supprimia as ordens religiosas do sexo masculino e aunexava aos bens nacionaes os bens dos conventos. No dia 15 de agosto de 1834 abriram-se as côrtes reunidas no mosteiro de S. Bento. O seu primeiro acto foi confirmarem a regencia de D. Pedro. Não tardou muito que este, que se sentia cada vez peor, participasse ás camaras que não podia occupar-se de negocios politicos. Foi recebida esta noticia com o maior sentimento, e logo em seguida se approvou o parecer da commissão, que votara que se declarasse a maioridade da rainha. A maioridade foi decretada a 19 de setembro, e no dia seguinte a rainha prestou juramento, e assumiu a direcção do governo do reino. No mez seguinte fallecia D. Pedro, sendo a sua morte pranteada amargamente pelo povo. Foi no proprio palacio de Queluz que elle morreu, no mesmo quarto onde nascera, depois de se despedir de um soldado do seu batalhão de caçadores n.º 5, a quem abraçou, pedindo-lhe que transmittisse aos seus camaradas aquelle abraço sentido. Tanto no Brazil como em Portugal gozára da mais intensa popularidade; perdera-a em Portugal e per-

dera-a no Brazil. Fôra objecto das mais doidas provas de amor e das mais insultuosas manifestações. Recebera com a mais serena e desdenhosa indifferença as ovações e os insultos; só talvez o ferira profundamente o insulto que lhe tinham feito em S. Carlos. Depois da sua morte prestaram todos homenagem aos seus serviços, ao seu talento, á sua bravura, á sua dedicação e á sua coragem. O Brazil devera-lhe a independencia, devera-lhe Portugal a liberdade. Póde dizer-se que fôra forçado a abandonar a corôa do Brazil; bastara-lhe, porém, para a conservar um pouco de transigencia. Teve abnegação incontestavel, teve uma grande energia, uma grande comprehensão do meio em que vivia, mas foi arrebatado e violento, porque são esses sempre os defeitos em que descáe a exuberancia de energia. Depois de elle sair do Brazil, um partido forte, denominado partido restaurador, ou partido caramune, invocou o seu nome como estandarte de reacção contra o caminho que seguiam as cousas no Brazil; mas, apenas se recebeu a noticia da sua morte, o luto foi tão geral no Brazil como em Portugal. Muitos annos depois se lhe levantou um monumento na cidade do Rio de Janeiro, uma bella estatua equestre devida ao cinzel de um esculptor francez. No Porto tambem se lhe ergueu uma estatua equestre, na *Praça Nova*, hoje de *D. Pedro*, em frente do edificio da Camara Municipal. As obras começaram em 1862, pelo plano do esculptor francez M. Anatole Calmells, e concluiram em 1865. Em Lisboa, tambem se lhe erigiu um monumento em 1870, na praça de D. Pedro (V. *Portugal*, vol. IV, pag. 589 e seguintes). O cadaver do duque de Bragança foi encerrado no pantheon de S. Vicente de Fóra, mas o seu coração, que elle legou ao Porto, como á cidade que mais sacrificios fez á causa da rainha e á causa da Liberdade, guarda-se como preciosa reliquia n'um singelo mausolêo de granito no lado do Evangelho da capella-mór da egreja da Lapa. D. Pedro, além das honras já citadas, possuia as seguintes: grão-mestre das ordens de Christo, S. Bento de Aviz, S. Thiago da Espada, Torre e Espada; gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e das ordens brazileiras do Cruzeiro e da Rosa; cavalleiro da de Tosão de Ouro, de Hespanha; gran-cruz das de Carlos III e de Izabel a Catholica, tambem de Hespanha; gran-cruz das ordens francezas: Santo Espirito, S. Luiz e S. Miguel; da de Santo Estevão e de S. Miguel, da Baviera. A ordem da Rosa foi instituida por D. Pedro IV a 16 de novembro de 1825, primitivamente com o seu nome, depois denominada do *Cruzeiro do Sul*, e por fim com o titulo do ordem da *Rosa*. D. Pedro foi o autor do *Hymno da Carta Constitucional*, que tem tido diversas edições, e é o hymno da nação, que o fallecido rei D. Carlos e sua majestade el-rei senhor D. Manuel adoptaram para hymno real Compoz outros trechos musicaes, que parece, terem ficado ineditos. No *Diccionario Bibliographico*, vol. XVII, pag. 160 e seguintes, vem uma extensa relação de muitos escriptos biographicos a seu respeito, tanto em jornaes como em folhetos separados.

Pedro V. *O Esperançoso*. 30.º rei de Portugal. N. em Lisboa no real Paço das Necessidades a 16 de setembro de 1837, onde tambem fal. a 11 de novembro de 1861, sendo baptisado na capella do mesmo paço a 1 de outubro seguinte pelo cardeal patriarcha de Lisboa D. Fr. Patricio da Silva, capellão-mór da rainha D. Maria II. Era filho d'esta soberana, e de seu marido, el-rei D. Fernando. Chamava-se D. Pedro d'Alcantara Maria Fernando Miguel Raphael Gonzaga Xavier João Antonio Leopoldo Victor Francisco d'Assis Julio Amelio. Educado primorosamente, assim como seus irmãos, pelos melhores professores de Lisboa, e principalmente por sua mãe, que teve sempre a justissima reputação de excellente educadora, revelou desde muito novo as brilhantes qualidades qualidades que o ornavam, a sua notavel intelligencia, a sua tendencia para um perseverante estudo, e as mais nobres e mais elevadas qualidades de espirito e de coração. Foi jurado e reconhecido principe real e herdeiro da corôa pelas côrtes geraes a 26 de janeiro de 1838, tendo de edade pouco mais de 4 mezes. Contava 16 annos quando falleceu sua mãe, a 15 de novembro de 1853, a quem succedeu no throno. Marcando-se aos 18 annos a maioridade dos reis de Portugal, D. Pedro V era ainda menor, e n'esse mesmo dia foi convocado o conselho de Estado, que deliberou confiar a regencia do reino, durante a menoridade do joven monarcha, a seu pae, el-rei D. Fernando, visto não haver disposição alguma a tal respeito na Carta Constitucional, deliberação que foi depois confirmada pelas côrtes geraes, e de que prestou juramento na sessão de 19 de dezembro de 1853. D. Pedro V e seu irmão D. Luiz, que mais tarde lhe succedeu no throno, emprehenderam uma viagem de instrucção e recreio pela Europa. Em maio de 1854 saíram a barra de Lisboa a bordo do vapor *Mindello*, indo directamente a Londres, passando depois á Belgica, Hollanda, Prussia, Austria, França e Saxe-Coburgo-Gotha, voltando a Londres, d'onde regressaram a Lisboa. Em todas estas côrtes grangearam os regios viajantes as maiores provas de consideração e de sympathia. No anno seguinte, 1855, emprehenderam nova viajem, visitando outra vez algumas das terras já citadas, e tambem a Italia, Suissa, etc. No seu regresso, completando D. Pedro V, 18 annos a 16 de setembro, foi n'esse dia declarada a sua maioridade, e prestou juramento em sessão solemne das côrtes. Realisaram se grandes e enthusiasticas festas em Lisboa, para solemnisar o novo rei que ia assumir o pesado e espinhoso cargo da governação do reino. Grandes infortunios começaram desde logo a assignalar o seu reinado. Em 1856 desenvolveu se em Lisboa a *cholera morbus*, e em muitos outros pontos do paiz, fazendo consideraveis victimas, e no anno seguinte, 1857, outro flagello, que se tornou ainda mais devastador, a febre amarella, veiu assolar a capital. Fôram dois annos de tristissima memoria, que enlutaram milhares de familias, extinguindo-se muitas d'ellas completamente, deixando muitas creanças na orphandade. A cidade de Lisboa, principalmente em 1857, apresentava um aspecto tristissimo. Com especialidade na cidade baixa, viam se encerrados numerosos estabelecimentos; uns, por seus proprietarios terem fallecido, outros por terem saido de Lisboa fugindo ao terrivel contagio. O terror geral era indescriptivel; por ordem do governo fôram os jornaes prohibidos de darem longas noticias sobre os fallecimen-

tos, e o numero e nomes das victimas, que chegavam a occupar diariamente muitas columnas; os enterros passaram a fazer-se de noite, observando-se a maior simplicidade, não sendo permittidas as pompas funebres, apenas uma sege conduzindo o morto e o padre para o acompanhar. Não sendo sufficientes os hospitaes que existiam, para abrigarem o numero enorme de atacados, organisaram se alguns provisorios em certos pontos da cidade; numerosas procissões de penitencia percorriam as ruas, e nas egrejas todos os dias se entoavam preces. Os theatros e outros divertimentos publicos fecharam. A consternação era geral; as ruas viam-se desertas, o terror via-se estampado em todas as physionomias. Abandonaram a cidade, indo viver para os arredores e para outras terras distantes, altos funccionarios e outros empregados publicos, capitalistas, negociantes, o proprio patriarcha, e no meio d'esta pavorosa e angustiosa situação sobresaia a figura do joven monarcha que, ape-

D. Pedro V

zar dos conselhos de quantos o rodeavam, não quiz abandonar Lisboa, e qual outro apostolo do bem e da resignação, se dirigia aos hospitaes, sentando-se junto dos leitos dos enfermos, a quem dirigia palavras de conforto e de esperança. Quando os ajudantes que o acompanhavam n'estas piedosas visitas lhe pediam que não se expuzesse assim tão temerariamente ao terrivel contagio, respondia seccamente que se tinham medo o deixassem, que elle podia ali estar só. Este acto de abnegação e caridade causou a maior impressão em toda a gente e a admiração até dos estrangeiros. Um rapaz que apenas contava 20 annos de edade, dando um exemplo tão grandioso de amor pelos que soffriam, procurando suavisar-lhes o soffrimento, ao menos animando-os com a sua presença. D. Pedro V tornou-se muito popular; o povo adorava-o, e chamava-lhe o rei santo. A sorte protegia o, porque expondo-se com tanta affoiteza, com tanta coragem ao perigo do tenebroso contagio, não teve o menor signal de doença n'aquelles mezes de agosto, setembro, outubro e novembro de 1857, em que mais se pronunciaram os effeitos da epidemia. Pouco a pouco fôram rareando os casos, que até então eram numerosos todos os dias, e quando chegou o fim de dezembro estava a febre amarella completamente debellada, restando os choros e os lamentos das pessoas que tinham perdido parentes queridos, e creanças orphãs, que se viam sós entregues á mais profunda tristeza e saudade. Chegou depois o anno de 1858, que trouxe para Portugal dias mais socegados e mais felizes Para suavisar as angustias dos dois annos anteriores, tratou-se do casamento do joven monarcha, que se tornara o idolo do povo. Essa noticia foi recebida com o maior enthusiasmo sendo a esposa escolhida a princeza de Hohenzollern-Sigmaringen, D. Estephania Josephina Frederica Guilhermina Antonia, segunda filha do principe soberano do Hohenzollern-Sigmaringen, Carlos Antonio Joaquim, e de sua mulher D. Josephina Frederica. O casamento realisou-se por procuração em Dresde a 29 d'abril de 1858, e em pessoa, em Lisboa, a 18 de maio, na egreja de S. Domingos, um formoso dia de primavera, que parecia vir tambem saudar os regios noivos, reunindo-se ao enthusiasmo que se notava por toda a parte, á alegria e satisfação que reflectia em todos os semblantes. As acclamações e os vivas, que o povo soltava durante o transito do Terreiro do Paço, onde a joven rainha desembarcou, até á egreja de S. Domingos, chegaram ao delirio. A pessoa que escreve estas linhas, bem creança então, ainda se recorda com saudade d'esse dia e dos seguintes em que se realisaram illuminações esplendidas, parada, recita de gala no theatro de D. Maria II, jantares diplomaticos, etc. (V. *Portugal*, vol. III, pag. 211 e 212). A rainha D. Estephania grangeou logo tambem as maiores sympathias; o seu caracter, por um acaso que poucas vezes se encontra n'estas uniões monarchicas, estava em perfeita harmonia com o caracter de seu marido. Os regios esposos amaram-se extremosamente. Passaram em Cintra a lua de mel durante o verão d'esse anno de 1858, e muitas vezes se encontravam passeando sósinhos de braço dado pelos caminhos mais solitarios da serra, passeios que muitas vezes repetiam em Lisboa, e que inspiravam ao povo a mais profunda sympathia, porque davam um exemplo não muito frequente de amor no casamento e de amor no throno, e o exemplo das virtudes domesticas mais elevadas com a pureza do seu viver, com o affecto que os unia, o qual se manifestava a cada instante. Foi n'esse anno de 1858 que D. Pedro V teve a nobre idéa de fundar em Lisboa os altos estudos litterarios que não existiam em Portugal, e que depois da morte d'elle pouco desenvolvimento tiveram. Cedeu uma parte da sua lista civil para se comprarem inscripções, que constituissem a dotação de um novo estabelecimento de instrucção superior, o Curso Superior de Letras, onde se crearam as cadeiras de historia, de litteratura antiga, de litteratura moderna, de philosophia da historia e de philosophia transcendente, cadeiras que fôram regidas por Lopes de Mendonça, Rebello da Silva, Jayme Moniz, etc. Era essa a fundação querida de D. Pedro V, e muitas vezes o estudioso monarcha que amava as letras e a sciencia, ia ouvir as li-

ções dos professores, escutando de preferencia a palavra inspirada e eloquente do grande Rebello da Silva. Mas ainda não estavam completas as provações por que tinha de passar o infeliz rei, no seu tão curto reinado de 6 annos. Succederam um ao outro dois factos que profundamente o feriram, um como rei, e o outro como esposo dedicado e carinhoso. Como rei, foi a questão com o governo imperial de França, em 1859, que por causa do aprezamento da barca *Charles et Georges*, mandou uma esquadra ás aguas do Tejo tomar aquelle navio e affrontar a bandeira portugueza; como esposo, viu n'esse mesmo anno, a 17 de julho, succumbir, victima d'uma angina que em tão pouco tempo roubou a Portugal uma rainha bondosa e altamente sympathica, deixando D. Pedro inconsolavel com tão infausta perda. Ficou memoravel a sentida carta que o monarcha escreveu ao duque da Terceira, então presidente do conselho de ministros, carta repassada de tão profunda melancholia e escripta com eloquente singeleza «Eu e os meus povos temos sido companheiros de infortunio, diz-me a consciencia que os não abandonei.» Assim era effectivamente, e o povo tambem o não desamparou n'essa angustia suprema «Era um coração para a terra e um espirito para o céo» accrescentava D. Pedro V referindo-se á esposa que perdera. Essa carta é uma verdadeira obra prima e não fôram esses os unicos primores que D. Pedro V legou dispersos pelas folhas officiaes. D. Pedro V folgava de fazer as allocuções que tinha de proferir em cumprimento das suas funcções majestaticas. Esses discursos eram sempre cheios de idéas elevadas, e escriptos n'um estylo nervoso de uma grande concisão, que ás vezes descaia em obscuridade. O criticos accusavam esse estylo de sybillino, e diziam que el-rei, que sabia a fundo o allemão, se comprazia nos nevoeiros da philosophia germanica A verdade é que elle procurava apenas consubstanciar no mais pequeno numero de palavras possivel o maior numero possivel de idéas. Não se limitava só a discursos a actividade intellectual do rei. Na *Revista Contemporanea* escreveu com o pseudonymo de *Azonbolos* um estudo ácêrca da tomada de Gaeta pelas tropas piemontezas. Muitos fragmentos de estudos philosophicos e moraes ficaram misturados com os seus papeis depois da sua morte. A instrucção popular foi sempre a sua grande preoccupação. Fundou a Escola Real das Necessidades em 16 de setembro de 1856, n'um edificio proximo do paço, e no paço de Mafra havia installado uma escola, no anno anterior. Folgava em distribuir livros em premios ás creanças, encarregara o seu secretario Joaquim Pinheiro Chagas, pae do fallecido estadista e distincto escriptor Pinheiro Chagas, de traduzir e adaptar ás escolas portuguezas a *Clef de la science*, do dr. Brewer. Esta traducção ficou interrompida com a morte do traductor, succedida em 3 de dezembro de 1859. Era com elle que D. Pedro V muitas vezes desabafava as suas dôres mais intimas e cruciantes. Fôra o seu companheiro de vigilia nas horas que se seguiram á morte de D. Estephania, em que o triste rei, depois de alguns minutos de somno agitado, acordava em grandes accessos de choro, e se abraçava ao seu secretario, que, tendo tambem visto morrer a mulher que amava extremosamente, sabia comprehender e sabia consolar aquella dôr sincera e profunda. A morte pois d'esse amigo fiel e dedicado foi para o rei mais um golpe profundo e inesperado, porque Joaquim Pinheiro Chagas morreu na fôrça da vida contando apenas cincoenta annos de edade. Em 1860 o desastroso resultado da realisação de uma idéa sua muito querida, o estabelecimento de um deposito de recrutas em Mafra, causou lhe tambem impressão profunda e dolorosa. As más condições em que este deposito foi organisado produziram o desastre, mas D. Pedro V sentiu-o profundamente, não só porque podia attribuir-se-lhe em parte a responsabilidade da morte de tantos recrutas que fôram ali expirar n'aquelle matadouro, como por vêr desfeito em fumo um dos projectos, de que elle julgava que resultariam os fructos mais proficuos. Em outubro de 1861 uma viagem que el rei emprehendeu ao Alemtejo com os seus irmãos, D. Augusto e D. Fernando, teve os mais funestos resultados. Contrairam n'essa provincia umas febres paludosas, que em breve tomaram um caracter profundamente grave. O infante D. Fernando falleceu em 9 de novembro, e dois dias depois, a 11, fallecia tambem el-rei na florescente edade de 24 annos. Foi então que se conheceu quanto elle era profundamente estimado e querido. O povo apenas teve noticia da grave doença d'el-rei e de seus seus irmãos, agrupou-se afflictissimo em torno do palacio. Primeiro houve só a angustia e anciedade, depois começaram a brotar suspeitas de crime, e a morte do infante D. Fernando, o estado gravissimo em que se achava o infante D. Augusto e o estado perfeitamente desesperado d'el-rei, mais confirmaram ainda as idéas de envenenamento. A morte d'el-rei veiu redobrar a agitação da cidade. O enterro foi immensamente concorrido. Os dois irmãos d'el-rei, D. Luiz e D. João, que andavam, viajando, regressaram apressadamente á patria, e chegaram pouco depois da morte de D. Pedro V. Atacado por uma doença, com symptomas identicos aos de seus irmãos, D. João tambem falleceu, no seguinte mez de dezembro. Tudo isto deu origem aos tumultos do Natal, classificados por José Estevão na seguinte phrase celebre: «E' a anarchia da dôr protestando contra o despotismo da morte.» O sentimento era geral e profundo em todo o paiz. D. Pedro V foi duque de Saxe Coburgo Gotha, grão-mestre das ordens militares de Christo, S. Bento d'Aviz e S. Thiago da Espada; gran-cruz das da Torre e Espada e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; cavalleiro da ordem do Tosão de Ouro, de Hespanha, e da ordem Suprema da Santissima Annunciada, de Sardenha; cavalleiro de primeira classe, em brilhantes, da de Hohenzollern; gran-cruz das ordens do Cruzeiro do Sul, do Brazil; de Santo Estevão de Hungria, da Austria; da Aguia Negra, de Saxonia Real; do Leão Neerlandez, dos Paizes Baixos; do Falcão Branco, de Saxe-Weimar; da Legião de Honra, de França; de S. Fernando e Merito, de Duas Sicilias. D. Pedro V respeitava os homens politicos importantes do seu tempo, e era grande respeitador de Alexandre Herculano, a quem visitava frequentes vezes, entretendo com o notavel historiador discussões scientificas; passava largas horas, quando estava em Mafra, a consultar chronicas e outros livros antigos d'aquella valiosa bibliotheca. Dedicava-se á musica, tocando excellentemente piano; era

notavel na esgrima, bom atirador, e desenhava com gosto e facilidade, possuindo o dom especial de caracterizar uma pessoa ao primeiro repente com tres ou quatro traços, ficando do seu lapis muitas caricaturas notaveis pela graça e pela rapidez e firmeza do traço. A caça era um dos prazeres seus mais predilectos. Foi elle que aboliu por completo o *beija-mão*, etiqueta palaciana que era um dos restos legados pela soberania absoluta, e recusou-se a confirmar a pena de morte. Não queria vêr os cidadãos, entre os quaes era elle o primeiro, dobrarem o joelho na sua presença, porque essa venia só pertence á Divindade como só a ella pertence tirar a vida aos homens. Entendia que a cerimonia do beija-mão era um acto de servilismo indigno de todo o homem que se preza, como entendia que á justiça humana unicamente compete corrigir os delinquentes, pela reclusão e pelo trabalho, para os restituir á sociedade, purificados e prestadios. A'cêrca do saudoso monarcha publicaram-se muitos escriptos: *Reinado e ultimos momentos de D. Pedro V*, por José Maria de Andrade Ferreira, Lisboa, 1861; *Noticia da doença de que falleceu sua majestade el rei o senhor D. Pedro V*, por Bernardino Antonio Gomes, Lisboa, 1862; *Elogio historico de sua majestade el-rei o senhor D. Pedro V, protector da Academia Real da Sciencias, proferido na sessão publica de 26 de abril de 1863 pelo socio effectivo Luiz Augusto Rebello da Silva*, Lisboa, 1863; *Memorias para a historia d'el rei fidelissimo o senhor D. Pedro V e seus augustos irmãos*, etc, por Francisco Antonio Martins Bastos, Lisboa, 1863; *Tributo portuguez no transito do senhor D. Pedro V*, poemeto por A. F. de Castilho; saiu na *Revista Contemporanea*, tomo V, pag. 399 a 411, e em separado; *Palavras de D Pedro V*, Lisboa, 1859; fôram colligidas e publicadas com introducção e notas, por J. J. Ferreira Lobo; contém todos os discursos e allocuções do monarcha; *D. Pedro V*, por Henrique Freire; 5.ª edição, Lisboa, 1884; *Oração funebre nas exequias do rei de Portugal o senhor D. Pedro V celebradas pela irmandade do Santissimo Sacramento da freguezia de S. Nicolau em 30 de janeiro de 1862, pelo padre Antonio Maria d'Almeida*, Lisboa, 1862; *Oração funebre nas exequias, que a camara da villa de Penella mandou celebrar para suffragar a alma do senhor D. Pedro V*, Lisboa, 1862; *Oração funebre nas exequias solemnes pelo eterno descanço de Sua Majestade D. Pedro V, celebradas na egreja cathedral do Salvador de Beja, pelo padre Alexandre Ramos. parocho de Santa Maria da Feira, da mesma cidade*, Lisboa, 18 3. Ha outras orações recitadas nas solemnidades funebres realisadas no Porto, Aveiro, e outras cidades de Portugal e Brazil. No estrangeiro tambem appareceram algumas obras a respeito do saudoso monarcha. José Silvestre Ribeiro, na sua obra *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal*, volumes XII e XVI, fez varias referencias a el-rei D. Pedro V, sobretudo a respeito da fundação das escolas das Necessidades e de Mafra. Recentemente publicou-se o *Rei Santo*, chronica da vida de D. Pedro V, romance historico de Rocha Martins, edição da Casa Editora João Romano Torres & C.ª || *Medalha de D. Pedro V.* Instituida por el-rei D. Luiz I em 15 de abril de 1862, a fim de ser distribuida aos individuos que tomaram parte na expedição enviada a Angola em 1859, e mais vulgarmente conhecida por *medalha de Angola*. E' de fórma circular, tendo de um lado a effigie de D. Pedro V e do outro a legenda *Expedição de Angola, 1860*. E' pendente de uma fita *azul escura* orlada de *amarello*.

Pedro *(D.)* Principe, filho de D. Sancho I e da rainha D. Dulce, sua mulher. N. a 23 de março de 1187; foi conde de Urgel e rei das Baleares; fal. em Aragão a 2 de junho de 1258. Quando morreu seu pae em 1211, D. Pedro, que tinha então 24 annos, viu-se esbulhado do quinhão que lhe cabia na herança paterna por seu irmão D. Affonso II, e profundamente magoado com esse procedimento, saiu de Portugal e foi offerecer os seus serviços ao rei de Leão. Ali viveu por muito tempo, exercendo grande influencia e acompanhando D. Affonso IX a todas as expedições militares em que sempre se distinguiu como um dos mais valentes cavalleiros. Ao seu esforço se deveu em grande parte a conquista de Merida, parece que foi tambem a Marrocos e diz-se que de lá trouxe as reliquias dos famosos martyres de Marrocos. Casou com Aurembiax, condessa de Urgel, e passou para o Aragão, em cujo territorio estava encravado o condado de sua esposa. Morrendo esta sem lhe deixar filhos, deixou-lhe o condado, e ficou elle conde soberano, mas cedeu pouco depois esse territorio que possuia a Jayme I de Aragão em troca das ilhas de Maiorca e Minorca, de que foi proclamado rei, conservando se feudatario de Jayme. Tomando pouco depois a ilha de Iviça, ficou soberano das Baleares e ajudou constantemente o seu suzerano em todas as conquistas que emprehendeu. Em 1236 passou ao Oriente e voltando á Europa, trocou outra vez o seu reino microscopico pela posse de varias terras e castellos em Valencia. Quando os fidalgos e os bispos portuguezes quizeram depôr seu sobrinho D. Sancho II, lançaram os olhos para seu tio D. Pedro, mas este andava todo empenhado n'umas discordias do Aragão, que o traziam completamente absorvido. Nem lhe chegaram a falar; evidentemente os interesses e as preoccupações de D. Pedro concentravam-se todos no Oriente e não no Occidente da peninsula hispanica. Comtudo, ou melindrado por isto ou porque o seu animo cavalheiresco o levára a pugnar pelo opprimido contra o oppressor, quando o principe D. Affonso de Castella, depois Affonso X, levantou um exercito com que veiu em defeza de D. Sancho II, D. Pedro veiu pôr a sua aventurosa espada ao serviço d'essa causa justa, mas já era tarde, e Portugal estava já n'esse tempo todo nas mãos do conde de Bolonha. Voltou, pois, para o Aragão o antigo rei das Baleares e ali falleceu.

Pedro *(D.)* Infante, filho d'el rei D. Fernando e da rainha D. Leonor Telles. Morreu em creança.

Pedro *(D.)* Infante, filho d'el-rei D. João, e da rainha, sua mulher, D. Filippa de Lencastre. N. em Lisboa a 9 de dezembro de 1392, e fal. na batalha d'Alfarrobeira a 20 de maio de 1449. Foi duque de Coimbra, com que seu pae o distinguiu, em 1415, na tomada de Ceuta, assim como seu irmão D. Henrique, na mesma occasião foi feito duque de Vizeu. Os dois irmãos fôram os primeiros duques que existiram em Portugal. D. Pedro era senhor de Montemór-o-Velho, de Avei-

rô, Tentugal, Sernache, Pereira e Condeixa; regente do reino na menoridade de seu sobrinho el rei D. Affonso V. Educado admiravelmente, como todos os seus irmãos, sob a direcção de sua mãe, com o primor que era possivel n'essas remotas eras, D. Pedro tornou se distincto nas armas, nas letras e nas sciencias. Sentia-se ancioso por se distinguir nas lides guerreiras, por mostrar que herdára de seu pae os brios e a coragem. Pertencia áquella brilhante geração portugueza que se seguiu a Aljubarrota, e que cheia de paixão das aventuras ou percorreu a Europa procurando-as, ou arrojou o paiz ás aventuras mais importantes dos descobrimentos. D. Pedro, e seus dois irmãos D. Henrique e D. Duarte, instavam com seu pae para que emprehendesse alguma facção importante em que lhes pudesse legitimamente calçar as esporas de ouro da cavallaria. D. João I annuiu ás suas repetidas instancias, e foi resolvida a expedição de Ceuta. Distribuidos os papeis para se fazerem os preparativos, recebeu D. Pedro a incumbencia de fazer um recrutamento maritimo nas provincias da Extremadura, Alemtejo e Algarve. De todos os pontos do reino e dos estrangeiros onde chegara a noticia de taes aprestos, vieram lanças e homens d'armas, e dos portos maritimos galés e embarcações de todo o genero. Juntas as fôrças em Lagos a 3 de agosto de 1415, partiram d'ali no dia 7, realisando-se a tomada de Ceuta em 21 do citado mez. D. Pedro combateu valorosamente ao lado de seu pae, commandando um dos corpos do exercito que sustentaram o ataque feito pela vanguarda, que ia debaixo das ordens de seus irmãos D. Duarte e D. Henrique. Todos tres fôram armados cavalleiros por seu pae ás portas da cidade conquistada. Ambicioso de gloria e de fama, e desejoso de perpetuar o seu nome na immortalidade, D. Pedro determinou ir viajar, e em 1416 saiu de Portugal resolvido a correr o mundo, acompanhado por alguns fidalgos e creados, que formavam a sua comitiva. Percorreu uma boa parte da Europa, da Asia e da Africa; por toda a parte a sua distincção pessoal e o nome glorioso de seu pae lhe alcançaram um brilhante acolhimento. Visitou em Jerusalem os logares santos, esteve na côrte do grão-turco em Constantinopla, e na antiga Babylonia, onde foi recebido com respeito e magnificencia. A' volta visitou Roma, e o papa Martinho V lhe deu todas as demonstrações de benevolencia, concedendo-lhe muitas honras devidas á sua pessoa, e por instancias do infante, lhe passou o pontifice uma bulla, em 16 de julho de 1428, para serem os reis de Portugal ungidos na sua coroação, como os dos reinos de França e Inglaterra, e os infantes poderem reger o reino, como filhos primogenitos, e haver corôa de rei. Foi depois á Polonia, á côrte do imperador Segismundo da Allemanha, em cujos exercitos serviu, e de quem recebeu em doação a Marca Trevisana em recompensa da bravura com que pelejára nas guerras contra os turcos e contra os venezianos. Esteve na Dinamarca, seguindo depois a Inglaterra, que muito desejava vêr por ser patria de sua mãe, e ali, seu sobrinho, o rei Henrique IV, lhe prestou as maiores demonstrações de consideração e respeito, e lhe conferiu a ordem da Jarreteira. Esteve finalmente nas côrtes de Castella e de Aragão. Foi em Aragão que conheceu a princeza D. Izabel com quem depois casou, a qual era filha de D. Jayme II, conde de Urgel, e por conseguinte parenta e inimiga da princeza real de Portugal, D. Izabel filha do rei de Aragão, com quem o conde de Urgel, pretendente á corôa, andava em constante discordia. Finalmente em 1428 regressou ao reino, rodeado d'um certo nimbo maravilhoso pelas suas longas e aventurosas digressões em que empregara 12 annos. O povo contemplava-o com respeito, como a um homem que percorrera as sete partidas do mundo. D. Pedro lucrára muito com as suas viagens, pois adquirira grande copia de conhecimentos geographicos, que transmittiu a seu irmão D. Henrique. Trouxe-lhe do extrangeiro o livro das viagens de Marco Polo, e dizem que um mappa antigo e importantissimo, que de muito serviu ao nobre iniciador das nossas descobertas. A 13 de setembro de 1429 realisou o seu casamento, e com sua mulher foi residir para Coimbra, de que fôra nomeado duque, confórme dissémos. Estava n'esta cidade em 1433 quando falleceu D. João I, e partiu logo para Lisboa, assistindo ainda ao seu enterro. Com a subida ao throno de D. Duarte começaram os grandes dissabores para o sabio e virtuoso infante, não porque houvesse entre os dois irmãos a mais leve animosidade, pelo contrario ambos cultivavam as letras, e isso bastava para crear entre elles relações mais intimas; a inimizade, porém, de suas duas esposas bastava para esfriar essas relações, e além d'isso a rainha D. Leonor logo se malquistou com este seu cunhado, exactamente porque via que era elle quem exercia mais influencia no animo de seu marido, e ciosa d'essa influencia, não queria repartil a com pessoa alguma. D. Pedro residia a maior parte do tempo em Coimbra, mas veiu aos conselhos em que se decidiu a expedição de Tanger, e em que se resolveu o que se havia de fazer com relação á liberdade do infante D. Fernando, que ficara captivo dos moiros em Fez. Fôram d'ambas as vezes os seus conselhos de homem intelligente e ajuizado e leal. Opinou contra a expedição de Tanger por a julgar imprudentemente tentada, e opinou que se entregasse Ceuta aos moiros para resgate do infante D. Fernando. Como se sabe, não se fez nada do que elle aconselhou, e os resultados fôram os que elle previra. Quando em 1438 morreu D. Duarte em Thomar, quem primeiro ali appareceu foi o infante D. Pedro, que estava em Coimbra. Foi elle quem fez acclamar o novo rei, que tinha apenas seis annos de edade, e que proferiu na ceremonia um notavel discurso. Tratou se depois de se abrir o testamento de D. Duarte, e viu se com geral surpreza que era nomeada regente a rainha viuva, quando os tios do rei eram principes dignos pelos seus merecimentos e distinctas qualidades de tomar a direcção do governo do reino. O povo indignou se com isto, e principiou a murmurar. Todos estranharam realmente o caso. Poderia allegar se que D. Duarte, não sabendo qual dos seus tres irmãos deveria escolher, optara pela rainha D. Leonor para não offender nenhum dos outros; mas o mais velho dos tres irmãos era D. Pedro, e a esse cabia portanto e muito justamente a regencia. Comtudo foi elle o unico que se não queixou, nem mostrou resentir-se do procedimento de seu irmão. Todos os mais estranharam; o povo até dizia já que D.

Duarte não tinha direito para proceder como procedêra, e que era ás côrtes e não a elle que competia a escolha do regente. Alguns amigos leaes de D. Leonor lembraram-lhe a necessidade de condescender com os desejos claramente manifestados do paiz, outros porém, sabendo que muito mais facilmente governariam, sendo ella regente do que sendo regente o infante D. Pedro, aconselharam-lhe a que não abdicasse dos seus direitos, e até não hesitaram em calumniar D. Pedro, lembrando que elle tambem tinha filhos e que podia deixar-se cegar pela tentação de dar a seus filhos o throno, fazendo desapparecer a creança real que lhe estava confiada. D. Pedro fôra ao encontro d'esta calumnia profundamente odiosa, propondo que fôsse logo jurado herdeiro da corôa o infante D. Fernando, irmão d'el-rei, por ser este ultimo creança ainda e estar por conseguinte sujeito a todas as contingencias de uma edade critica. A rainha embaraçadissima, percebendo que effectivamente não deveria conservar a regencia, e ao mesmo tempo não querendo de modo algum cedol-a a D. Pedro de quem era figadal inimiga, aconselhou-se com seu cunhado D. Henrique. Este disse-lhe que reunisse côrtes para n'ellas se resolver o que devia fazer-se. Entretanto o procedimento desinteressado do infante D. Pedro captivara-a um pouco, e houve um momento em que esteve para estabelecer se entre elles uma conciliação. A rainha propoz ao infante D. Pedro casar sua filha D. Izabel com el-rei; penhorou se devéras com isso o infante, tanto mais que a rainha não hesitou em dar-lhe por escripto essa promessa. Mas o conde de Barcellos, D. Affonso, filho natural de D. João I, é que se mostrou extremamente irritado, apenas soube do que se passava, e como D. Pedro mostrava tendencias democraticas e parecia disposto a continuar a politica de seu pae, politica de alliança com o povo e de hostilidade á nobreza, chamou a attenção dos fidalgos para esse assumpto, e conseguiu formar um partido fortissimo que sustentasse nas côrtes que se reuniram em Torres Novas a causa da regencia de D. Leonor. A rainha animou-se extraordinariamente com esta noticia, mas quando as côrtes se abriram, quando viu que o partido do infante D. Pedro se compunha em massa de todos os procuradores do povo, de bastantes nobres e de bastantes ecclesiasticos, viu que era indispensavel transigir, e propoz a D. Pedro, por intermedio do infante D. Henrique, o seguinte accordo: A rainha ficaria com a educação do rei e a administração da fazenda, D. Pedro com a direcção de todos os outros negocios militares e civis, recebendo o titulo de *defensor do reino*. D. Pedro acceitou, mas os fidalgos do partido da rainha indignaram-se, e tanto insistiram com ella, e com tanta intimativa lhe persuadiram que devia reclamar o cumprimento integral do testamento de D. Duarte, que na primeira sessão das côrtes D. Leonor declarou isso mesmo, e levantou-se logo um immenso tumulto. Interveiu afinal o infante D. Henrique, e propoz um complicado accordo que todos acceitaram, e que a ninguem contentou. A regencia ficaria composta de tres membros: a rainha, o infante e o conde de Arrayollos, filho do conde de Barcellos. As côrtes nomeavam uma especie de commissão de permanencia, composta de um ecclesiastico, de um nobre e de um burguez, que governaria conjuntamente com a regencia e com o conselho do rei. As côrtes reunir-se-iam annualmente, ou com mais frequencia, se fôssem convocadas pela commissão permanente, como hoje diriamos. Era uma especie de Carta Constitucional, com alguns principios ainda mais liberaes do que os das nossas modernas instituições. Ninguem se contentou, porque ficavam todos com um pedaço do poder, quando desejavam tel-o por completo. Entretanto a concordia ficou, mas o povo descontente queixava-se a cada instante da rainha; esta, pretendendo que era seu cunhado quem promovia o descontentamento popular, insultava-o de todos os modos, já mandando-lhe pedir pelo conde do Barcellos a promessa de casamento d'el-rei com sua prima Izabel, promessa que D. Pedro lhe devolveu rasgada, já expulsando da côrte tres donzellas pertencentes a familias parciaes de D. Pedro, e uma d'ellas sobrinha de D. Alvaro Vaz de Almada. Ao mesmo tempo as mercês que inconsideradamente fazia, e em que desbaratava os rendimentos publicos, irritaram o povo, a ponto que em Lisboa dois emissarios da rainha, encarregados de cobrar um tributo imposto aos mercadores em beneficio do aio d'el-rei, Nuno Martins da Silveira, fôram maltratados pelos contribuintes. D. Pedro, desgostoso, queria largar a regencia, já que tinha tão pequena parte no governo. Dissuadiu-o seu irmão o infante D. João, que lhe aconselhou que pelo contrario a tomasse toda. D. Pedro declarou que esperaria a reunião das côrtes para tratar d'esto assumpto; mas ao mesmo tempo manifestava claramente o seu descontentamento a sua cunhada. Esta, com a cabeça perdida, não hesitou em avisar os fidalgos seus partidarios para que viessem ás côrtes armados. D. Pedro, sabendo o, mandou uma carta-circular ás camaras do reino para que enviassem tambem os seus procuradores armados. Em Lisboa essa carta foi affixada á porta da Sé, e verdadeiramente devorada pelo povo. Do Porto disseram-lhe em resposta que tomasse a regencia. Finalmente, Lisboa achava-se por tal fórma agitada que a rainha, que estava em Sacavem, teve medo e fugiu para Alemquer, emquanto D. Pedro entrava em Lisboa no meio de uma ovação. A cidade, prevendo que podia ter luctas sérias, escolheu um alferes que commandasse as suas tropas municipaes, e esse alferes foi Alvaro Vaz de Almada, intimo amigo do infante D. Pedro; depois os vereadores deliberaram proclamar a regencia de D. Pedro, que devia ser substituido por seus irmãos e sobrinhos, seguindo-se a ordem de progenitura e de legitimidade. Este accôrdo foi approvado por acclamação pelo povo de Lisboa; adheriram com enthusiasmo as outras terras do reino, principalmente o Porto, e o accôrdo foi communicado á rainha D. Leonor. Esta protestou contra a illegalidade d'essa resolução, e para lhe tirar toda a validade, preveniu os fidalgos da sua parcialidade do que se abstivessem de comparecer nas côrtes. Mas em Lisboa a exaltação subira de ponto: o arcebispo, que se mostrára parcial de D. Leonor, foi obrigado a fugir para Alhandra, onde o não quizeram receber, e d'onde fugiu para Castella. O infante D. João estava perfeitamente unido com D. Pedro, apezar dos esforços que a rainha fazia para os separar, dizendo a D. João que não hesitava em entregar-lhe a elle a

regencia: o mesmo acontecia com o infante D. Henrique; este mostrara-se primeiro um pouco hesitante e um pouco dubio com relação a D. Pedro, mas afinal, quando recebeu da rainha uma carta em que lhe dizia que seu irmão, que o receava, o tencionava assassinar, foi procural-o com a carta aberta nas mãos. Abraçaram-se commovidos e ao mesmo tempo alegres por vêrem que o seu amor fraternal estava á prova d'essas intrigas. Entretanto a rainha protestava debalde contra a resolução dos conselhos, e não queria de fórma alguma comparecer com el-rei nas côrtes, onde sabia que seria incontestavelmente approvada a proposta para se conferir a regencia ao infante D. Pedro; afinal D. Henrique decidiu-a. Effectivamente as côrtes, assim que se abriram, conferiram a regencia ao infante D. Pedro, e o doutor Mangaancha, em nome do joven rei, e por conseguinte em nome da rainha, declarou que acceitava a sua decisão. Que havia de fazer D. Leonor? Via os irmãos todos congregados, e o proprio conde de Barcellos, o bastardo de D. João I, vendo que não podia luctar com a torrente popular, parecia ter-se alistado entre os partidarios de D. Pedro, ao passo que secretamente fazia um accôrdo com alguns fidalgos para se garantirem mutuamente os seus interesses, no meio das perturbações que resultavam das luctas que por ahi iam. Os povos acolheram com enthusiasmo indescriptivel esta solução. D. Pedro estava sendo objecto de uma verdadeira idolatria. Livrando os povos do pesado tributo da aposentadoria com a edificação que mandou fazer primeiro em Lisboa e depois em outras terras principaes, de Estaus os Hostaus, quer dizer de palacios onde se hospedassem aquelles que até ahi tinham de ser aposentados

Infante D. Pedro

pelos habitantes da cidade, D. Pedro augmentou ainda o delirante enthusiasmo de que era objecto, a ponto de lhe quererem erigir uma estatua em vida, estatua que devia erguer-se na frontaria dos Estaus, palacio situado onde está hoje o theatro de D. Maria II, e que elle rejeitou com palavras em que transluzia o animo christão e o espirito philosophico do talentoso e virtuoso infante. Mas sua implacavel inimiga D. Leonor preparava-lhe n'essa mesma occasião um golpe crudelissimo, que o deveria ferir profundamente. Um dos procuradores ás côrtes pelo povo observou, antes de se encerrar a sessão, que não bastava tirar a regencia á rainha, que era necessario tirar-lhe tambem a educação do filho, porque nem podia instruil-o nos negocios da administração publica, nem dar-lhe a educação varonil necessaria a um principe. Sobretudo observava o digno procurador, e n'isso mostrava grande perspicacia, que a rainha educaria decerto o rei em sentimentos de hostilidade ao regente, e que d'ahi podiam resultar gravissimos inconvenientes, que além d'isso o reino não podia com a despeza de duas côrtes separadas, a do regente e a da rainha e do rei. Levada esta representação a D. Pedro, disse o infante que reconhecia a verdade de todas as observações, mas que por caso nenhum iria arrancar um filho dos braços de sua mãe, que faria comtudo todos os esforços para que a rainha vivesse no mesmo sitio em que elle vivesse, para que D. Affonso V se não conservasse estranho aos negocios do governo, e tambem para que diminuisse a despeza das duas côrtes. E' certo que D. Pedro sentia perfeitamente que o joven rei nas mãos de sua mãe seria mais tarde ou mais cedo um instrumento de revolta e desejaria bem occorrer a esse grave inconveniente, sem carregar com o odioso de arrancar o filho á rainha a quem já tirára a regencia. Soube a rainha do que se tramava, e houve quem lho aconselhasse um procedimento, que decerto não occorreria espontaneamente ao seu coração de mãe, mas que devia ter um effeito cruel e fulminante para D. Pedro. Aconselharam-lhe que abandonasse os dois filhos, o rei e o infante D. Fernando, porque D. Pedro ficaria embaraçadissimo, vendo-se com essas duas creanças sem mãe nos braços, e com grave responsabilidade que sempre d'ahi lhe adviria. No cego instincto de seu odio, D. Leonor a nada mais attendeu, e abandonou as creanças, partindo de noite, mas d'ahi a pouco o amor maternal recuperou no seu espirito sua natural supremacia, e voltando atraz, acordou os filhos e abraçou-se a elles a chorar. Se o joven rei, que tinha então oito annos, pouco mais ou menos, se debulhasse tambem em lagrimas, D. Leonor não resistiria, mas D. Affonso V, espantado e absorto, recebia sem lagrimas os beijos de sua mãe, e parecia estar gravando profundamente no seu coração infantil a impressão de tão dolorosa scena. Gravada ficou effectivamente, e de tal fórma que o odio que votou aos que lhe tinham arrancado sua mãe nunca mais saiu da sua alma, e que pouco foi necessario para o dispôrem contra seu tio. N'essa tragica scena nocturna estava em germen outra scena não menos tragica, a do Alfarrobeira, e essas lagrimas de mãe, embora injustas e rancorosas, haviam de ser pagas depois com o mais puro sangue de Portugal. D. Pedro, effectivamente, ficou

aterrado com esta noticia, e procurou transigir com a rainha, que partira para Cintra, mas esta exigia a regencia e n'esse ponto é que o infante não estava resolvido a ceder-lhe. D. Leonor, vendo que lhe não surtira effeito o seu estratagema, procurou accender a guerra civil em Portugal com auxilio de seus irmãos os infantes de Aragão, omnipotentes n'esse tempo em Castella, mas D. Pedro então desenvolveu uma actividade e energia extraordinarias. A rainha foi para Almeirim, e d'ali principiou a cartear-se com seus irmãos, D. Pedro interceptou lhe as communicações; fugiu para o Crato, onde o prior Nuno Goes levantava a sua bandeira. D. Pedro marchou sobre o Crato e a rainha fugiu para Castella. Quiz entrar em Portugal por Traz-os-Montes, onde dominava o conde de Barcellos, D. Pedro marchou sobre o conde de Barcellos e o obrigou a submetter se. Os infantes de Aragão ameaçaram por todas as fórmas Portugal com uma guerra, D. Pedro preparou-se para resistir. Afinal a rainha, que no estrangeiro vendera as suas joias para alcançar os meios necessarios para a execução dos seus projectos, quando subiu ao poder D. Alvaro de Luna, inimigo capital de seus irmãos, perdeu todas as esperanças e d'ahi a pouco morreu envenenada, ao que se affirma, por ordem do condestavel de Castella. Pôde então governar socegadamente o reino o infante D. Pedro, que favoreceu as navegações promovidas por seu irmão, o infante D. Henrique, enviou tropas a Castella em soccorro do condestavel D Alvaro de Luna, contra os infantes de Aragão, e compilou as leis do reino nas celebres *Ordenações* que se chamaram *Affonsinas* do nome do rei, cuja autoridade o regente D. Pedro representava. Chegava em 1446 a maioridade de D. Affonso V, porque se considerava maior o rei, assim que chegava aos quatorze annos, e quiz D. Pedro entregar-lhe o governo, mas D. Affonso recusou-o, e casou n'esse mesmo anno com sua prima D. Izabel. Era uma dupla victoria conseguida pelo infante; e seu irmão bastardo, D. Affonso conde de Barcellos, que elle fizera duque de Bragança, não lh'a pôde perdoar. Tratou immediatamente de incutir no animo do moço rei a vaidade de governar, e ajudado por cortezãos malevolos, conseguiu que D. Affonso exigisse de seu tio que lhe entregasse o governo. D. Pedro podia luctar, podia resistir, podia usar do prestigio que ainda exercia no animo do rei; mas não era essa a sua indole. Era melhor talvez, diz Pinheiro Chagas, na sua *Historia de Portugal*, que acceitasse a lucta e não abandonasse assim o campo da peleja aos seus adversarios. Mas é este o motivo porque os maus triumpham sempre. Emquanto elles, rojando na lama, procuram como a vibora, morder o calcanhar dos homens de alto espirito e de nobre coração, estes, em vez de os procurarem para os esmagar, retiram-se, sem lhes ouvirem o silvo agudo e com os olhos perdidos na immensidade azul d'onde Deus lhes sorri. Demais já vimos por differentes exemplos que no caracter de D. Pedro havia esta melancholia resignada que o levava a cruzar os braços e a contemplar com um sorriso amargo e triste as miserias e as torpezas do mundo que se agitava em torno d'elle. E' esse signal que até á morte o caracterisa, e que dá uma tão attrahente sympathia ao seu nobre vulto. Quando rejeita, sorrindo docemente, as honras da estatua, quando interpreta a seu modo, falando com seu irmão D. Henrique, a allegoria das armas de Coimbra, ha sempre na sua attitude não sabemos que meiga misantropia, se nos é permittido o termo, que nos captiva, e que imprime um cunho original no seu delicado semblante. Em vez de resistir, o infante abandonou a regencia e abandonou a côrte partindo para Coimbra. Mas isso não bastava aos inimigos do duque. A juvenil rainha D. Izabel era muito amada por seu marido, e estimava profundamente seu pae. Receosos sempre da influencia de D. Izabel no animo de D. Affonso V, receosos que D. Pedro pudesse voltar a dominar de novo seu genro, o duque de Bragança, o conde de Ourem e outros, que nutriam contra D. Pedro velhos rancores, não descançaram emquanto o não perderam de todo. Não houve acto nenhum de D. Pedro que elles não desfigurassem, e não transformassem em manifesto acto de descortezia e de desconsideração por el rei. Todos os seus apaniguados fôram demittidos dos logares que exerciam; seu filho foi privado do cargo de condestavel, exigiu se-lhe que entregasse as armas que tinha em Coimbra. A essa exigencia resistiu D. Pedro energicamente, e quando o duque de Bragança quiz passar pelo ducado de Coimbra para vir a Lisboa á frente d'um numeroso exercito, D. Pedro furioso perdeu a cabeça, e oppoz-se pela fôrça á sua passagem, destroçando-lhe o exercito que se dispersou vergonhosamente. O rei ficou irritado sobremaneira, e facilmente lhe arrancavam todas as decisões de que precisavam, em primeiro logar porque tinha apenas 17 annos, em segundo logar porque, sendo casado com a filha do infante D. Pedro, não queria que se suppuzesse, que era dominado por sua mulher, e com esta vaidade irritavel dos adolescentes, que receiam sempre que os não tomem a serio como homens, era um mero instrumento nas mãos do duque de Bragança e do conde de Ourem, para que se não pensasse que era um mero instrumento nas mãos de sua mulher. No conselho resolveu-se que fôsse punido com a morte o infante; havia agora contra D. Pedro uma indisposição geral. Esse povo de Lisboa que lhe quizera levantar estatuas, matava os seus partidarios; o infante D. Henrique, por um egoismo indesculpavel, abandonava o, e a rainha sua filha, curando a todo o custo defendel-o, não fazia senão aggravar a sua sorte. D. Pedro deliberava entretanto vir á côrte apresentar a sua defeza, mas, como seria loucura vir desarmado, trouxe comsigo um exercito de 6:000 homens. Antes de sair de Coimbra, sabendo quasi com certeza que vinha procurar a morte, praticou uma cerimonia commovente com o seu intimo amigo e irmão de armas. D. Alvaro Vaz de Almada. Commungaram juntos e juraram sobre a hostia que não sobreviveriam um ao outro. Partiram depois d'isso. El-rei irritado, saira ao seu encontro com um exercito de 30:000 homens. D Pedro parou na Batalha, onde o esperava o seu tumulo, e onde mandou rezar missas por alma de seu pae, de sua mãe e de seus irmãos. Seguiu para deante e encontrando-se com as avançadas do exercito do rei, travou com ellas uma escaramuça em que a vantagem ficou aos soldados do infante D. Pedro, e em que este praticou uns actos de barbaridade que não estavam no seu caracter. Effectivamen-

te um accesso de colera louca o invadiu, um d'esses accessos como só teve uma ou duas vezes na vida, como os teve tambem D. João I, que os herdára de seu pae. Alguns prisioneiros foram degolados e enforcados, porque o infante, cego de colera, vendo entre os prisioneiros um homem que tudo lhe devia, bateu lhe. Foi o bastante, o exemplo fatal estava dado, e quando o infante tornou a si já não pôde conter os seus. Foi no dia 20 de maio de 1449 que os dois exercitos finalmente se encontraram nas margens do Alfarrobeira junto de Alverca. O combate não se travou regularmente, houve uma pequena troca de tiros de vista, mas D. Pedro, que deveras procurava a morte, apenas sentiu rumor de batalha foi logo metter-se entre os seus, e caiu sem vida, atravessado por um virote que mão certeira disparára. Cumprindo a promessa solemne que fizera em Coimbra, D. Alvaro Vaz de Almada, apenas soube da morte do infante, arrojou-se, combatendo, ao grosso do exercito inimigo, e ali morreu traspassado por mil golpes. (V. *Portugal*, vol. I, pag. 199, em *Alfarrobeira*). O corpo do infante D. Pedro esteve por tres dias abandonado, até que afinal o transportaram n'uma escada para a egreja de Alverca, onde o sepultaram sem pompa. D'ali foi mudado para o castello de Abrantes, e depois para Lisboa, primeiro para o convento da Trindade, e depois para o de Santo Eloi até que por fim, por intercessão da rainha e instancias do papa e de alguns principes da Europa, foi trasladado em 1455 para o convento da Batalha, c proprio jazigo, que seu pae lhe havia construido. No tumulo tem por divisa de uma parte a da ordem da Jarreteira, com a letra d'ella, e da outra umas balanças e uns ramos de azinheira com suas bolotas com a letra franceza *Désir*. O seu epitaphio é o seguinte: *Aqui jaz o infante D. Pedro, filho d'ElRey D. João I, irmão d'Elrei D. Duarte, tio, e sogro d'ElRey D. Afonso V, pae da Rainha D. Izabel, e d'ElRey D. João de Chipre, e de D. Pedro, que foy eleito Rey de Aragão, o qual Infante foy morto pelos Portuguezes na batalha de Alfarroubeira, e seu corpo jouve alguns annos sotterrado na Egreja de Alverca, e dahi foy trasladado a esta Real Capella, onde jaz.* A morte de D. Pedro fez profunda sensação no estrangeiro, onde todos o estimavam e respeitavam. Era realmente uma das physionomias mais notaveis e mais sympathicas da Edade Media. Como poeta, foi muito apreciado na peninsula, teve em Castella relações com Juan de Mena, e com elle se correspondeu em bellos versos castelhanos. Em prosa escreveu um livro de philosophia moral intitulado *Da virtuosa bemfeitoria*, que dedicou a seu irmão D. Duarte. O seu motto era *Désir*, em que se resume incontestavelmente o caracter d'este modelo de principes; foi a sua vida, coroada por tão desditosa morte, uma constante aspiração para o bem, um constante desejo de se instruir, de se melhorar, de attingir emfim ao ideal de todas as creaturas humanas. Das obras escriptas em verso pelo infante D. Pedro, existem impressas as suas: *Coplas hechas... a y mil versos con sus glosas contenientes del menosprecio y contempto de las cosas fermosas del mundo, demonstrando la su vana beldad;* d'esta edição existe um exemplar na Bibliotheca Nacional de Lisboa; é feita pelo hespanhol Antonio D'urrea, com commentarios, e dedicado a D. Affonso de Aragão, administrador perpetuo do arcebispado em Saragoça, no formato de folio e caracter gothico, sem logar nem anno de impressão; na bibliotheca nacional de Paris existia um precioso exemplar das trovas do infante D. Pedro, impresso em letras gothicas, sem algarismos, mas com reclamos. Este exemplar pertencera á bibliotheca da abbadia de Saint Germain des Prés, e estava encadernado com outros opusculos. São attribuidas ao infante D. Pedro umas redondilhas em louvor de Lisboa, os quaes transcreveu Balbi no *Essai Statistique*, tomo II, pag. VIII. Parte d'ellas saiu tambem na *Defensam da Monarchia Lusitana*, por fr. Bernardino da Silva, tomo II, pag. 173. A *Carta de singular conselho, que enviou a el-rei D. Duarte seu irmão, depois que foi levantado rei;* anda nas *Memorias* de José Soares da Silva, tomo I, pag. 374 a 379; na *Historia Genealogica da Casa Real*, tomo V, veem publicadas duas *Cartas ao Duque de Bragança. Cartas dirigidas á cidade de Coimbra;* existem no archivo da camara municipal da mesma cidade, a saber: *Setenta* autographos no maço intitulado *Cartas originaes dos infantes*, a que João Pedro Ribeiro, nas *Observações Diplomaticas*, pag. 9, dá o nome de *Papeis antigos*. Este maço foi visto, concertado e coordenado pelo dr. J. C. Ayres de Campos em 1857, *Tres outras cartas* acham-se no *Livro de provisões e capitulos de côrtes*, a fol. 7 e 14. Sobre o grande vulto historico do infante D. Pedro, escreveu o distincto escriptor e dramaturgo Marcellino de Mesquita um drama intitulado *O Regente*, que se representou nos theatros de D. Maria II e D. Amelia. Para a sua biographia póde vêr-se: *Historia de Portugal*, de Pinheiro Chagas; *Chronica de D. Affonso V*, de Ruy de Pina; *Os filhos de D. João I*, por Oliveira Martins, etc.

Pedro (*D.*) Filho do infante D. Pedro, duque de Coimbra, e de sua mulher, D. Izabel, filha do conde de Urgel. Seu pae o nomeou condestavel do reino, quando falleceu seu tio, o infante D. João, que exercia esse elevado cargo. Quando o duque de Coimbra mandou ao condestavel hespanhol D. Alvaro de Luna algumas tropas para o ajudarem a subjugar os infantes de Aragão, foi o condestavel D. Pedro que as commandou. Em Castella grangeou grande sympathia, e como era tão illustrado e amigo da poesia como seu pae, foi a elle que o celebre poeta castelhano marquez de Santillana dirigiu a famosa carta, que é o mais antigo monumento conhecido da historia litteraria em Hespanha, porque n'essa carta lhe explica o progresso e o desenvolvimento da poesia nas Hespanhas, lhe dá conta minuciosa dos escriptores anteriores ao seculo XV. Quando o duque de Coimbra se viu forçado a deixar a regencia do reino, D. Affonso V arrancou a D. Pedro o cargo de condestavel para o dar a seu irmão o infante D. Fernando. Travando-se a lucta aberta entre o rei e o ex regente, o condestavel resistiu ás tropas enviadas contra elle, e depois passou por Castella. Ahi o fôram procurar os catalães para lhe offerecerem a corôa de Aragão. Effectivamente el-rei D. João II era muito odiado principalmente depois do seu procedimento com o principe seu filho, que sacrificou perfeitamente ao odio da madrasta. Os catalães que adoravam o principe, ao vêrem n'o mor-

to, sublevaram-se, depuzeram D. João II, e foram offerecer a corôa ao condestavel D. Pedro, que era por sua mãe neto dos condes de Urgel. D. Pedro foi, mas nada pôde fazer, porque falleceu, segundo consta, envenenado em Barcelona a 25 de junho de 1466.

Pedro *(D.)* Infante, filho d'el-rei D. João V e da rainha D. Maria Anna d'Austria. N. em Lisboa a 19 de outubro de 1742, onde tambem fal. a 29 de outubro de 1744.

Pedro *(Alvaro de)*. Pintor, que segundo diz Taborda, no seu livro *Regras da arte de pintura*, era o mais antigo dos pintores portuguezes, de que havia noticia. Florescia pelos annos de 1450, o que corresponde ao reinado de D. Affonso V. Vazari, na vida do padre Taddeo Bartolo, diz que a maneira de pintar de Pedro, parecia-se com a de Taddeo, que comtudo os seus tons eram mais claros e as suas figuras menos caracteristicas. Alvaro de Pedro executou diversos quadros em Volterra, em Piza e em outras cidades da Italia.

Pedro *(João)*. Autor d'uma *Arte de musica para viola franceza com regras de acompanhamento*, publicada em Braga em 1839, com as iniciaes J. P. S. L.

Pedro *(Mestre)*. Pintor, que parece ter sido tambem cosmographo do infante D. Henrique. Trabalhou nas obras do convento da Batalha.

Pedro. Pov. na freg. de S. Paio, de Anciães, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Pedro Affonso. Architecto do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, em 1436, no reinado de D. Duarte.

Pedro Affonso *(D.)* Filho illegitimo do conde D. Henrique. N. em 1106, e fal. em Alcobaça em 1169. Mostrou se um dos mais valentes cavalleiros portuguezes, e combateu com a maior intrepidez ao lado do seu irmão illegitimo D. Affonso Henriques. Mandou-o este a França como embaixador, e D. Pedro Affonso ali contrahiu relações de amizade com S. Bernardo, que por tal fórma o fascinou, que o principe, voltando a Portugal, foi para o convento d'Alcobaça em 1165, o, apezar de se não ordenar de missa, tomou o habito e viveu monasticamente. Tres annos antes, tendo-se fundado a ordem militar de Aviz, fôra pelo legado *á latere* nomeado primeiro mestre d'essa ordem no anno de 1162. A ordem era então de Evora, e não de Aviz, porque em Evora tinha a sua séde, mas quando D. Pedro entrou em Alcobaça elegeram os freires Gonçalo Viegas. D. Pedro Affonso foi sepultado na capella-mór da egreja do referido convento d'Alcobaça.

Pedro Affonso *(D.)* Filho illegitimo de D. Affonso III, e de quem não ha outra noticia senão a que dá o padre D. Luiz Caetano de Lima, que se limita a inseril o na lista dos filhos illegitimos d'este monarcha.

Pedro Affonso *(D.)* Filho illegitimo d'el-rei D. Diniz, que se não deve confundir com outro D. Pedro, tambem filho illegitimo de D. Diniz, que foi o famigerado conde de Barcellos (V. *este titulo)* Este não se tornou notavel Casou com uma senhora chamada D. Maria Mendes.

Pedro Aillaud *(João)*. Natural de Coimbra, filho do livreiro francez Jean Pierre Aillaud, que veiu estabelecer-se n'esta cidade na segunda parte do seculo XVIII. Fundou em Paris no anno de 1806 a livraria portugueza ainda hoje existente com o exclusivo especial de livros impressos em lingua portugueza. Editou varias obras de grande valor, hoje rarissimas e muito apreciadas pelos bibliophilos, entre as quaes citaremos: a edição dos *Lusiadas*, segundo a edição do Morgado de Matheus, um volume em 32.º, 1821; a *Chronica do descobrimento da Guiné*, por Azurara, segundo o manuscripto conservado na Bibliotheca Nacional de Paris; o *Leal Conselheiro*, d'el-rei D. Duarte, e o *Cancioneiro d'El-Rei D. Diniz*, segundo os manuscriptos existentes na mesma bibliotheca; foi o editor dos primeiros *Diccionarios franc-port. e port-franc.*, de Roqueto e Fonseca, do *Diccionario port.-inglez e inglez-port. de Vieyra*, de muitos livros destinados á instrucção primaria e secundaria de Portugal e Brazil. Falleceu em 1852, ficando sua viuva á testa da livraria. João Pedro Aillaud teve uma irmã, D. Maria Cecilia Aillaud, que nasceu em Coimbra em 1780 onde tambem falleceu em 1857. Casou com M. Mathias Fialho de Mendonça. Cultivou as letras e deixou publicada na *Chronica Litteraria de Coimbra* a versão da *Harmonia*, de Lamartine, intitulada: *Une larme de consolation.*

Pedro Aillaud *(Viuva de João)*. Nasceu em Paris no anno de 1799 e era filha do livreiro Caille, editor de Voltaire; casou em 1817 com João Pedro Aillaud, livreiro portuguez, e em 1852 ficou dirigindo a livraria fundada por seu marido; de 1852 a 1862 passou a firma d'esta casa a ser Viuva J. P. Aillaud Monlon & C.ª; de 1862 a 1882 foi essa firma Viuva J. P. Aillaud Guillard & C.ª; Madame Aillaud falleceu em 1882 deixando a direcção da livraria a seu neto Julio Monteiro Aillaud. De 1852 a 1882, sob a direcção de Madame Aillaud, a livraria conservou a sua especialidade de impressões em lingua portugueza, tornando-se notavel a publicação do grande diccionario franc-port. de Castro Freire, considerado como o melhor d'aquellas linguas; tambem editou a traducção dos *Lusiadas*, por F. de Azevedo e varias obras didacticas. Teve duas filhas, uma das quaes casou em Coimbra com o dr. Abilio Affonso da Silva Monteiro, lente da Universidade; d'esse casamento nasceram 6 filhas e tres filhos, sendo estes: Alberto Monteiro, tenente coronel de artilharia, Luciano Monteiro, advogado e homem de Estado e Julio Monteiro, actual director da livraria fundada por seu avô J. P. Aillaud.

Pedro Dias. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Martim Longo, conc. d'Alcoutim, distr. de Faro.

Pedro Ferreiro. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Souto de Aguiar da Beira, concelho de Aguiar da Beira, distr. da Guarda.

Pedro da Maia *(Casal de)*. Na freg. de Santa Clara, de Alcaravella, conc. de Sardoal, distr. de Santarem.

Pedro IV e de Dona Maria II *(Medalha de D)*. V. *Liberdade (Medalha das campanhas da)*. No vol. IV, a pag. 181.

Pedro Miguel. Pov. e freg. de N. S.ª d'Ajuda, da ilha do Fayal, concelho, com. e distr. de Horta, bisp. de Angra do Heroismo, relação dos Açôres; 375 fog. e 1:491 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Está situada á beiramar, em terreno elevado, a NE da pov da Praia do Almoxarife. E' fertil em generos agricolas, e tem creação de gado. Pertence ao commando mi-

litar dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo.

Pedro Teixeira. Pov. na freg. de N. S.ª d'Ajuda, 4.º bairro de Lisboa.

Pedro Vaz. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Ega, conc. de Condeixa-a-Nova, districto de Coimbra.

Pedro Zuica. Pov. do sobado de Cazemba, na 11.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Pedrões. Pov. na freg. de S. Paio, de Oleiros, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Pedroga. Pov. na freg. de S. Thiago, de Carapeços, concelho de Barcellos, distr. de Braga.

Pedrogal. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Louzada, distr. do Porto.

Pedrogão. Quinta de Pedrogão, ou Villa Holtreman, no Pedrogão, propriedade situada proximo de Alhandra, defronte da Quinta de Subserra, entre a estrada que de Alhandra vae para Arruda dos Vinhos, e a estrada de A. dos Loucos, na freguezia de S. João dos Montes, no concelho de Villa Franca de Xira; produz excellente uva para embarque, e excellente vinho. Pertenceu ao dr. Antonio Maria Ribeiro da Costa Holtreman, e actualmente pertence a seu filho visconde de Alvalade, dr. Alfredo Augusto das Neves Holtreman.

Pedrogão. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Alemtejo, conc. da Vidigueira, com. de Cuba, distr. e bisp. de Beja; 453 fog. e 1:813 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., lagar de azeite, *Sociedade dos Operarios Agricolas Pedroguenses*, theatro, e *Sociedade Recreativa Pedroguense*. A pov. dista 16 k. da séde do conc. e está situada a 1 k. da margem esquerda da ribeira de Odearce, a 7 da margem direita do Guadiana. A mitra apresentava o cura, que tinha 150 alqueires de trigo, e o pé d'altar. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Baixa, conc. de Penamacôr, com. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 280 fog. e 1:051 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., productores de cortiça. Está situada a 2 k. da margem direita da ribeira de Taliscas, na estrada de Idanha-a-Nova a Penamacor, e a 11 da séde do conc. O prior da freg. de S. Bento, de Penamacor, apresentava o cura, que tinha 8$500 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil, tem caça, e cria muito gado miudo. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Pov. da freg. de Santa Maria, d'Alqueidão da Serra, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Torres Novas, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 618 fog. e 2:611 hab. Está situada junto d'uma ribeira affluente do rio Almeudra. Tem agencia da companhia de seguros *La Union y El Fenix Espanol*, fabricantes de azeite, fabrica de papel, pharmacia, philarmonica, esc. do sexo masc. e est post. permutando malas com Torres Novas. Pertence á 1.ª divisão mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa. A freg. de *Alqueidão da Serra* deixou de ser assim conhecida, desde que transferiu a sua séde para a importante pov. de S. João Baptista, de Pedrogão, por decreto de 19 de julho de 1876. || Povoações nas freguezias: Santo Estevão e conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || S. Christovão, de Cabanas, conc. de Carregal do Sal, districto de Vizeu. || S. Miguel, de Coimbrão, conc. e distr. de Leiria. || Santo Estevão, de Moldes, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Graça, de Vinha da Rainha, concelho de Soure, distr. de Coimbra.

Ilha do Fayal—Vista geral de Pedro Miguel

Pedrogão Grande. Villa da prov. da Extremadura, séde de conc. e de com., distr. de Leiria, bisp. de Coimbra, relação de Lisboa. Tem uma só freg., N. S.ª d'Assumpção. Está situada no cume d'uma alta serra do seu nome, correndo-lhe ao sopé os rios Zezere, antigamente Moron, e Pera, sobre um leito angustiado por penedos e crivado de rochedos. Fica a 21 k. de Figueiró dos Vinhos, e a 6 da capital do districto. O vigario do cabido da sé de Coimbra apresentava o vigario, que tinha 30$000 réis e o pé d'altar. Segundo o P. Carvalho da Costa, na sua *Corographia Portugueza*, uns patricios romanos, da familia Petronia, foram os fundadores d'esta villa, á qual deram o nome de *Petronia*. Parece ter fundamento esta opinião por ser uma aguia o brazão d'armas da villa, quando os romanos tinham uma aguia por insignia, que esculpiam em todos o seus monumentos, e pintavam ou borda-

vam em todas as suas bandeiras. O brazão representa uma aguia olhando para o Sol, tendo por baixo o rio Zezere. O nome de *Petronia*, com o decorrer do tempo, veiu a corromper-se em *Pedrogão*. O que não offerece duvida é ser a villa uma povoação antiquissima, e que já existia no tempo dos arabes, sendo então importantissima, que se arruinou e despovoou durante as continuas guerras que soffreu, travadas entre christãos e os infieis, ficando deserta até 1176, em que D. Affonso Henriques a mandou reconstruir e povoar, dando-a em seguida a seu filho natural D. Pedro Affonso, que lhe deu foral em fevereiro de 1206, segundo Franklin, ou em 1180, como diz o P. Carvalho da Costa na «Chorographia» já citada. D. Affonso II confirmou este foral, em Coimbra, em novembro de 1217. O P. Carvalho diz que D. Affonso III tambem o confirmou em 1250. El-rei D. Manuel deu lhe foral novo, em Lisboa, a 8 de agosto de 1513. A villa era muito visitada pelos nossos primeiros monarchas, quando a côrte residia em Coimbra; vinham aqui a grandes caçadas e gozar os ares excellentes d'este sitio, com muitos fidalgos mais intimos da côrte e homens aguerridos para os campos de batalha, aqui residentes. O seu donatario era o conde de Redondo, e depois foi o marquez de Castello Melhor, os quaes, antes do regimen constitucional, aqui e n'outros concelhos exerciam os poderes jurisdiccionaes, estando a villa sujeita á corregedoria de Thomar, a que pertencia ainda em 1832, fazendo parte dos 35 concelhos de que se compunha a comarca. Até 1835 teve juiz de fóra, que o era tambem de Figueiró dos Vinhos, e capitão mór, sendo os funccionarios do concelho: dois juizes ordinarios, quatro escrivães e tabelliães do judicial e notas, um escrivão da camara, um escrivão das sizas, um juiz, um escrivão dos orphãos e outros empregados. Pedrogão foi cabeça de concelho, e elevada á categoria de comarca por decreto de 15 de setembro de 187?, a qual foi suprimida assim como o concelho por decreto de 7 de setembro de 1895, mas o decreto de 13 de janeiro de 1898 restaurou a comarca e o concelho, com todas as freguezias que o constituiam. A villa possue bons edificios, taes como a casa da camara, a estação telegrapho-postal, a casa de reclusão para vadios, duas egrejas: a matriz e a Misericordia, um hospital e 7 capellas: Do *Calvario*, *S. Sebastião*, *Senhora da Conceição*, *S. João*, *Santo Amaro*, *S. Dionisio* e *Senhora dos Milagres*. A casa da camara é um bom edificio, construido em 1860, por iniciativa de Antonio Venancio David, natural d'esta villa, que foi deputado, e que subscreveu para a sua construcção com 680$000 réis. Está em bom estado de conservação, e tem capacidade para o tribunal judicial, conservatoria, sala de sessões da camara e secretaria, administração, repartição de fazenda, de afilamentos, cadeias, escola e habitação do carcereiro. A anterior casa da camara fôra destruida por um incendio. Defronte d'este edificio encontra-se o grande largo da Deveza, que é um dos logares mais importantes pelas lindas construcções que o circumdam. A egreja matriz é um templo majestoso, cujas abobadas se firmam em 10 columnas de granito; tem duas sacristias e 5 altares. A entrada é pela arcada que sustenta a torre que lhe fica na frente. A sua fundação é anterior a 1466, como se vê do livro do registo de provisões da camara, n.º 16 a fl. 15, de 9 de janeiro do 1802, onde se transcreve uma certidão que se refere á capella de S. José, que pertencia a um morgado, e se transmittiu para varios herdeiros, até que, por falta de successão d'um dos possuidores, passou a fazer parte das capellas da coroa, pertencendo hoje á fabrica da egreja com as outras capellas n'ella existentes, e n'esse documento se descrevem algumas regalias que a mesma egreja tinha n'aquelle anno do 1466. Jazem ali muitos homens illustres, segundo se vê das inscripções e brazões, gravados sobre as suas campas. A torre foi construida em 1553 pelo seu empreiteiro Balthazar de Magalhães, como se mostra pelo livro das actas da camara de 15?0-1558, tendo dentro o relogio parochial e cinco sinos. Estes sinos foram fundidos e concertada a mesma torre e orgãos por uma provisão de D. João V, de 16 de março de 173?, autorisando para esse fim o lançamento de 300$000 réis de contribuição. Como esta importancia era diminuta para a obra, juntaram se 7 morgados que n'essa epoca aqui existiam e com alguns capitalistas e proprietarios resolveram nova fundição de sinos grandes que denominaram *sino bento* e *sino balão*, accrescentado a cada um 29 arrobas de metal, e tendo assistido á operação da fundição, lançaram no metal em estado liquido algumas moedas de ouro. A egreja da Misericordia foi fundada em 1470. Regula-se pelo compromisso da Misericordia de Lisboa, na parte applicavel, confórme o alvará de 18 de outubro de 1806. Tem um capital superior a 5:000$000 réis e bastantes fóros. Recebeu um legado de Miguel Leitão de Andrade na importancia de 60$000 réis annuaes, como se vê do seu testamento com a data de 18 de setembro de 1627. Nos ultimos annos do seculo xix foi contemplada no testamento de Firmino Lourenço da Silva com um importante legado em apolices. Estão annexos á Misericordia o hospital e a albergaria de S. Pedro. No sitio mais elevado, chamado o *Penedo*, está a torre municipal com o relogio que marca a hora official. Foi arrematada a sua construcção em 3 de novembro de 1872 por Bernardino Antonio Jacinto. A anterior torre, existente no mesmo sitio, havia-se desmoronado no começo do anno de 1871. Os arredores da villa são muito pittorescos pelos frondosos arvoredos e alcantiladas penedias, que se estendem pela encosta da serra; pelos deliciosos valles que os dois rios Zezere e Pera banham e fertilizam, e pela grande quantidade de fontes com abundancia de boa agua. A 2 k. de distancia, ao sul da villa, está o convento de N. S.ª da Luz, da ordem de S. Domingos, situado na parte mais escabrosa da serra, no meio d'uma ladeira que desce para o rio Zezere acompanhada de penedia e de arvoredo silvestre, «tão ingreme e dependurada, diz Fr. Luiz de Sousa, na *Historia de S. Domingos*, parte 2.ª, L. 6.º, cap. 5.º, pag. 391, que de qualquer parte, que se olhe para baixo, faz tremôr nos joelhos, e medo na vista; e cresce o pavor com a corrente de dois rios, que no fundo se ajuntam, que são o Zezere, muito poderoso de aguas, e o Pera que aqui, como é mais pequeno em tudo, entra, e perde o nome n'elle, e deixam feito um angulo de pedra viva por baixo do Mosteiro: de sorte que fica como cercado de ambos, tendo da mão direita o Pera e da esquerda o Zezere. E

como cada um traz grande impeto, e se vem furiosamente quebrando por entre penhas, e lageas, levantam um medonho ruido, que se faz ouvir de muito longe; quem de fóra considera a postura do mosteiro, os penedos, e mattos que o cercam, a profundeza, e escuridade com que nas raizes dos montes se apertam os rios, o estrondo continuo que de ambos resultam, fazendo consonancia triste, o grosso, e grave do mais caudaloso, com o agudo, ou menos grave, do pequeno: quem olha para as serras, de que vem cercados, umas ao longe, que sobem a se esconder nas nuvens, outras ao perto mais baixas... representa tudo junto aquelle vasto horror que os Santos antigos nos deixaram em seus escriptos debuxado, dos desertos de Scythia de Thebaida » O convento foi fundado em 1476 por D. Brites Leitôa, natural d'esta villa, e a instancias d'um frade dominicano, seu parente, pelo que os Leitões, de Pedrogão Grande, ficaram sendo padroeiros do convento. N'aquelle sitio existia já uma capella antiquissima da mesma invocação de N. S.ª da Luz, a qual ficou sendo a egreja do convento, até que em 1560, no tempo do vigario Fr. Simão de Santa Maria, se construiu a egreja actual. Para esta obra concorreu Raphael Leitão de Andrade, da familia da fundadora, dando-lhe boas propriedades; a rainha D. Catharina, viuva de D. João III, a rogo de Fr. Luiz de Granada, deu uma esmola de 3:000 cruzados; outros devotos tambem concorreram com avultadas esmolas. O convento foi então ampliado, e passou a ser priorado, sendo o seu primeiro prior Fr. Antonio de Caria. Fr. Luiz de Granada viveu n'este convento, e foi ahi que escreveu todas as suas obras, escolhendo para os seus trabalhos um sitio no fim da cêrca, ao pé d'um grande penedo, sobranceiro aos dois rios. A este sitio se ficou depois chamando *Penedo do Granada*. Depois da extincção das ordens religiosas, em 1834, o convento foi destruido, e hoje só existem as antigas paredes, pois que abateram todas as construcções de madeira. A O da villa, e proximo a ella, está um monte de fórma pyramidal, cercado d'uma muralha d'alvenaria, do lado do E, e tendo por fortissima defeza, do O, altos rochedos a prumo, sobre o Zezere, de accesso impossivel. Parece serem os restos d'alguma fortaleza importante de tempos muito remotos. O monte é formado de alcantiladas penedias, porém como é bastante humido, por entre os fraguêdos nascem e prosperam arvores frondosas, giestas gigantescas, loureiros, azereiros, murta, alecrim, rosmaninho, hervas medicinaes, e grande variedade de flôres silvestres, o que torna este cabeço sobremodo formoso e pittoresco. No topo do outeiro está a capella de N. S.ª dos Milagres, que segundo a tradição é muito mais antiga que a de N. S.ª da Luz, sendo a imagem padroeira, tanto d'uma como d'outra, de boa esculptura. D'este sitio se desfructa um majestoso panorama e a medonha profundidade do rio Zezere; a outra margem é formada tambem por um monte alpestre, quasi tão alto como o da Senhora dos Milagres. Ao outeiro, onde está a capella, concorrem os povos das aldeias proximas, juntando se familias em alegres passeios, pic-nics, que se organisam á sombra das frondosas arvores, especialmente nos dias da festa, que se realisa em setembro. Tambem d'aqui se vê a ponte do Cabril, que lhe fica ao pé, e com um só arco, abrange todo o rio, tendo de cada lado um arco mais pequeno, por onde só em tempo de cheias correm as aguas. Suppõe-se que esta ponte fôsse construida antes da fundação da monarchia, no tempo dos romanos. Em Pedrogão Grande ha professores para ensino de grammatica latina desde a provisão de D. Maria I, de 7 de fevereiro de 1789. Esta aula existiu até 1863. Estes povos, que tiveram tradição de guerreiros, reuniram-se com os seus capitães e alcaides, e devidamente armados, como se determinou em sessão da camara de 23 de dezembro de 1808, bateram um bando de francezes que vinha pelas veredas do Cabril, dos lados de Pedrogão Pequeno, onde haviam queimado algumas casas, depois de saqueadas. O sitio escolhido para o ataque foi o monte da S.ª dos Milagres, onde os francezes se viram obrigados a fazer uma retirada desastrosa. Pedrogão Grande pertence á 5.ª div. mil., 10.ª brigada, grande circumscripção mil. do Centro, e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N.-Thomar; advogado, notario, medico, pharmacias, agencias bancarias e de seguros, hospedarias, fabrica de sabão, *Sociedade Recreativa União Pedroguense, Philarmonica Pedroguense;* mina de ouro; feira no largo do Conselheiro José Luciano de Castro, de 23 a 25 de julho, e na primeira segunda feira de cada mez; mercado aos domingos. Publicou se aqui, em 1892, o *Campeão do Vouga*. Em 1863 fundou-se uma banda de musica, que era composta das pessoas mais gradas da terra A villa possuiu uma fabrica de optimo ferro, extrahido d'uma mina que ficava proximo da villa. O territorio d'este concelho é abundantissimo em todos os generos agricolas do nosso clima, e n'elle se cria grande abundancia de gado de toda a qualidade. Os dois rios Zezere e Pera fornecem tambem algum peixe. O concelho compõe-se de 5 freguezias, com 3:503 fogos e 13:623 hab., sendo 6:229 do sexo masc. e 7:394 do fem., n'uma superficie de 23:506 hect. As freguezias são: S. Domingos, de Castanheira de Pera, 5:310 hab,: 2:363 do sexo masc. e 2:947 do fem; N. S.ª da Nazareth, de Coentral, 672 hab.: 289 do sexo masc. e 383 do fem.; N. S.ª da Graça, de Graça, 1:779 hab.: 847 do sexo masc. e 932 do fem; N. S.ª d'Assumpção, de Pedrogão Grande, 4:304 hab.: 2:055 do sexo masc. e 2:249 do fem; Santa Catharina, de Villa Facaia, 1:558 hab.: 675 do sexo masc. e 883 do fem. O principal commercio do concelho é azeite.

Pedrogão Pequeno. Villa e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 390 fog. e 1:790 hab. Tem Misericordia, estação postal., escolas d'ambos os sexos, medico, pharmacia; romaria a N. S.ª da Confiança, nos dias 7 e 8 de setembro. A villa dista 11 k. da séde do conc. e está situada n'uma posição muito pittoresca, sobranceira ao rio Zezere, nas proximidades da margem do mesmo rio, quasi em frente de Pedrogão Grande. E' povoação muito antiga; chamava-se antigamente *Pedrogão do Crato* ou *Pedrogão do Priorado*, por ser uma das 12 villas do grão-priorado do Crato, ho-

je annexo á Patriarchal. Não consta que tivesse foral velho, mas D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 20 de outubro de 1513. O grão-prior do Crato apresentava o vigario, que tinha 120 alqueires de trigo, 60 almudes de vinho, uma carga de uva preta, dois cantaros de azeite e 6$000 réis em dinheiro. Dizem ter sido fundada pelo consul romano Aulo Curcio, 150 annos antes de Christo. Foi tomada pelos arabes a 4 de agosto de 718, e D. Affonso II a conquistou aos moiros em 13 de março de 1216. Além da egreja matriz, de S. João Baptista, tem mais quatro: N. S.ª da Confiança, N. S.ª dos Afflictos, Santo Antonio e S. Sebastião. Havia tambem a de S. Fagundo, que está hoje quasi demolida. Entre esta villa e a de Pedrogão Grande, está sobre o rio Zezere a ponte de Cabril, toda de cantaria e de tres arcos. Tambem ha outra ponte, a do Valle da Ursa, nas proximidades de Sernache do Bomjardim. O governo mandou construir em 1860 uma estrada, da villa a esta ponte, pois d'antes era impossivel fazer-se o trajecto, a não ser a pé, ou a cavallo, mas com muita difficuldade. A villa foi séde d'um antigo concelho, que se supprimiu em 1834; tinha então camara municipal, n'um bom edificio, juiz ordinario, e os respectivos escrivães. Tem Misericordia, ainda regularmente rica, apezar de em tempo, por má administração, lhe ser sequestrada uma verba importante, ficando reduzida a pouco mais da quarta parte dos seus primitivos fundos. O hospital, que é mantido pela Misericordia, está edificado em sitio sobranceiro á villa. A uns 300 m. de distancia da villa, e n'uma das mais altas montanhas da margem esquerda do rio Zezere, está a egreja de N. S.ª da Confiança, onde annualmente se celebra, no mez de setembro, uma das melhores festividades do districto. A egreja é cercada de frondoso arvoredo silvestre, que torna o sitio fresco e delicioso no verão. D'este ponto se descobrem muitas villas e povoações. A egreja é bonita e tem tres altares, tendo no altar-mór a imagem de Christo Crucificado. O fundador da egreja foi um vigario d'esta villa chamado João da Costa, mas ignora-se em que tempo fôsse edificada, só se sabe que é muito antiga. Ha ali uma cruz de reliquias, entre as quaes avulta uma do Santo Lenho, que se expõe á adoração dos devotos no dia da Santa Cruz. A egreja matriz é um templo muito vasto, com duas naves e de estylo manuelino; tem 5 altares, sendo o altar-mór de subido valor artistico, todo entalhado e de grande trabalho. Os outros altares são dedicados ao Espirito Santo, N. S.ª do Patrocinio, N. S.ª das Almas e Coração de Jesus. Ao lado esquerdo da egreja está a capella do Santissimo, construida ha pouco mais de dez annos, e de grande elegancia. Pedrogão Pequeno é uma das villas do districto de Castello Branco que mais tem progredido ha 30 annos; n'estes melhoramentos notam se a magnifica casa da escola, o cemiterio novo, a capella de Santa Magdalena, a estrada de N. S.ª da Confiança, e outras obras. O terreno é fertil em generos agricolas. A villa pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 15, com a séde em Thomar.

Pedrogo. Povoações nas freguezias: S. Pedro da Cova, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Pedro e conc. de Penedono, distr. de Vizeu.

Pedrogolläes. Pov. na freg. de S. Martinho, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Pedrogos. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Oriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Sobreposta, conc. e distr. de Braga.

Pedrogueira. Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Matta Moirisca, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. João Baptista, de Pedrogão Pequeno, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Pedronhe. Pov. na freg. de Santa Catharina da Serra, conc. e distr. de Leiria.

Pedrome. Pov. na freguezia de S. Thiago de Bésteiros, concelho de Tondella, distr. de Vizeu.

Pedronho do Freixo. Pov. na freg. do Salvador, de Serrazes, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Pedrosa. Familia da Galliza, que passou a Portugal no tempo de D. Affonso V. As suas armas são: Em campo de ouro cinco pedras azuladas e de sua côr, em santor, sobre a do meio uma aguia negra estendida armada de prata; timbre a aguia sobre uma pedra como no escudo.

Pedrosa *(P. João)*. Jesuita, que missionou em Salsete, na India e foi reitor no collegio de Rachol. N. em Coimbrão, conc. de Leiria, em 1616, fal. em Gôa a 10 de março de 1672. Escreveu: *Soliloquios divinos, compostos pelo P. Bernardino de Villegas, da Companhia de Jesus, traduzidos em lingua bramene;* no collegio novo de S. Paulo em Gôa, 1640.

Pedrosa *(Luiz Rodrigues)*. Medico que floresceu no seculo XVII. N. em Lisboa em 1599; fal. em 1673. Foi lente na Universidade de Salamanca. Escreveu muitas obras em latim, mas só imprimiu a seguinte: *Selectarum philosophiae et medicinae difficultatum quae in philosophis vel omittintur vel negligentar examinantur.*

Pedrosa *(Manuel Alvares)*. Genealogista. N. em Carenque, perto de Bellas, e fal. a 16 d'agosto de 1707. Acompanhou como secretario o conde de Soure, quando foi embaixador a França. Deixou manuscriptos varios livros de *Familia* e *Genealogias*.

Pedrosa. Povoações nas freguezias: S. Thomé, de Correlhã, conc de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Folgosa, conc. de Maia, distr. do Porto. || Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Pedrosas. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia e conc. de Paços Ferreira, distr. do Porto. || N. S.ª da Graça, de Villa da Egreja, conc. de Sattam, distr. de Vizeu. || S. Pedro da Cadeira e concelho de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Pedrosinha. Pov. na freguezia de N. S.ª da Graça, de Villa da Egreja, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Pedroso. Appellido nobre, cuja familia é d'este reino, e que teve o seu solar na aldeia d'este nome, da prov. de Traz-os-Montes. Ha memoria d'esta familia desde o tempo de D. João I, na pessoa de Ruy Gonçalves de Pedroso. As suas armas são: Em campo de ouro sete lobos de púrpura entre duas faxas da mesma côr, tres em cima, tres entre as duas faxas, e um no contra-chefe, todos andantes; elmo aberto, d'aço; timbre um dos lobos das armas, com uma faxa de ouro na

espadua. Outros Pedrosos trazem por armas: Em campo de prata 5 crescentes azues, em aspa, sendo o do meio maior, e sobre elle um passaro de prata. Ainda outros usam: Em campo de prata 5 coticas de púrpura, e entre quatro lobos negros. Todos o mesmo elmo e escudo; mas n'estes ultimos o timbre é um lobo negro.

Pedroso (*Antonio Duarte*). Vice-almirante. N. em 19 de junho de 1834, fal. a 3 de outubro de 1904. Era filho de Francisco Pedroso. Assentou praça como aspirante de marinha em 20 de setembro de 1847, sendo promovido á 2.ª classe em 27 de julho de 1850; á 1.ª classe em 20 de maio de 1851; a guarda-marinha em 6 de outubro de 1853; a 2.º tenente em 18 de setembro de 1856; a tenente em 17 de julho de 1866; a capitão-tenente em 1 de dezembro de 1875; a capitão de fragata em 12 de julho de 1881; a capitão de mar e guerra em 19 de abril de 1888; a contra-almirante em 17 de fevereiro de 1895, e a vice-almirante em 7 de fevereiro de 1901. Em 25 de julho de 1904 passou ao quadro auxiliar por ter attingido o limite de edade. Exerceu as seguintes commissões em terra: promotor e presidente dos conselhos de guerra, chefe de repartição fiscal de fazenda de marinha, presidente da commissão de administração de marinha, director dos serviços fabris e inspector do Arsenal de Marinha, chefe do departamento maritimo do centro, vogal do Conselho Superior de Justiça Militar, major-general da armada, membro do Conselho Superior de Marinha, vogal da commissão encarregada de propôr as alterações na ordenança geral da armada, e da commissão encarregada de emittir e dar parecer sobre o relatorio da commissão ingleza que examinou as alterações no regulamento para prevenir os abalroamentos no mar, indicados na conferencia internacional maritima de Washington, vogal da commissão encarregada de dar parecer sobre a utilidade pratica de regulamentar as vozes do commando das fainas de bordo, como indicava o projecto elaborado pelo capitão-tenente Antonio de Oliveira Andréa, vogal da commissão encarregada de formular umas instrucções para o Arsenal da Marinha, vogal da commissão para estudar e indicar as installações necessarias a fazer no local escolhido para construcções e reparações d'uma esquadra. Foi tambem presidente da commissão encarregada de examinar e dar parecer sobre a corveta *Rainha de Portugal*, as canhoneiras *Tejo*, *Cuanza* e *Douro*, e do transporte *Pero d'Alemquer*. As suas commissões no mar fôram: A viagem a Inglaterra e a Barcelona no couraçado *Vasco da Gama*, viagem a Philadelphia no transporte *India*, á ilha de S. Miguel no transporte *Africa* e a Macau conduzindo tropas. Serviu como official de guarnição nos seguintes navios de guerra: fragata *D. Fernando*, corvetas *Duque da Terceira*, *Porto* e *D. João I*; nau *Vasco da Gama*; vapores *Conde do Tojal* e *Infante D. Luiz*; brigue *Villa Flôr*, vapor *Mindello*, corveta *Sagres* e transporte *India*, e commandou os vasos de guerra: canhoneira *Rio Minho*, escunas *Barão de Lazarim* e *Venus*; vapor *Lynce*, hiates *Conde de Penha Firme* e *Cesar*; transportes *India* e *Africa*, couraçado *Vasco da Gama* e divisão de reserva. Foi louvado pelo cuidado e dedicação na commissão de conduzir na fragata *D. Fernando* á ilha da Madeira a imperatriz D. Amelia e a princeza sua filha em agosto de 1852, esmerando-se em lhe tornar a viagem o menos penosa possivel, procurando com solicitude e por todos os meios ao seu alcance desempenhar o serviço de navegação pelo modo que menos pudésse incommodar as augustas senhoras; pela maneira como desempenhou os seus deveres militares, distinguindo-se no combate contra os piratas que infestavam os mares proximos a Macau, aprezando, na flotilha do commando do 1.º tenente Scarnichia, dez embarcações, destruindo seis e queimando duas povoações, onde os referidos piratas se acoitavam; pelos serviços prestados á corveta franceza *Prinvogt* por occasião do encalhe em Simon's Bay, pelo bom serviço que prestou, conduzindo a seu bordo de Inglaterra para Lisboa o fallecido rei D. Carlos, sendo ainda principe real; pelo asseio, proficiencia e disciplina a bordo do couraçado *Vasco da Gama*, na viagem com el-rei D. Luiz a portos estrangeiros pela promptidão com que enviou os soccorros para acudir a um incendio que se manifestou em Cacilhas no dia 4 de outubro de 1890. Foi louvado tambem em portaria, pelas ordens dadas para aprestar seis navios de marinha de guerra nacional, sendo cumpridas em devido tempo, apezar dos imprevistos, marcando este facto uma extraordinaria demonstração de zelo e actividade. Fôram importantes as campanhas a que se refere a portaria acima citada. Tanto no ataque e aprezamento das fôrças navaes do pirata Apack no rio Yung-Kiang, como no combate em 1855 n'uma flotilha de 15 lanchas e um vapor contra os piratas que infestavam os mares proximos de Macau, Duarte Pedroso patenteou o seu valor e a sua elevada competencia technica. Duarte Pedroso possuia a carta de conselho; foi ajudante de campo honorario d'el-rei D. Luiz e do fallecido rei D. Carlos; era cavalleiro, official, commendador, grande official e gran-cruz da ordem de S. Bento d'Aviz, cavalleiro e official da da Torre e Espada. Tambem possuia as medalhas de ouro e de prata de serviços no ultramar, a de ouro de comportamento exemplar, e as de prata de valor militar, bons serviços, e comportamento exemplar.

Pedroso (*Fernando Antonio d'Almeida*). V. *Almeida Pedroso*.

Pedroso (*Fr. Francisco*). Membro da Congregação do Oratorio, e natural de Lisboa. Fal. a 8 de janeiro de 1719. Foi confessor de D. João V e qualificador do Santo Officio. Deixou publicada: *Exhortação dogmatica contra a perfidia judaica feita aos réos penitenciados no auto publico da fé que se celebrou na praça do Rocio de Lisboa em 9 de julho de 1713*. Manuscripta ficou a seguinte obra: *De incarnatione divi verbi*.

Pedroso (*José Antonio de Arantes*) V. *Arantes Pedroso*, no *Portugal*, vol. I, pag. 641 e 642.

Pedroso (*Manuel de Moraes*). Compositor de musica estabelecido no Porto no meado do seculo XVIII. N. em Miranda, e em 1750 ainda vivia. Publicou o seguinte o livro: *Compendio musico, ou Arte abreviada, em que se contem as regras mais necessarias da cantoria, acompanhamento e contraponto*, Porto, 1751. Em 1769 imprimiu-se 2.ª edição tambem no Porto.

Pedroso (*Sebastião José*). Chefe de repartição do Tribunal do Thesouro Publico, e escriptor. N. em 1810; ignora-se a data do fallecimen-

to. Collaborou em diversos jornaes litterarios assignando-se com as iniciaes *S. J. P.* Escreveu: *Itinerario de Lisboa a Vianna do Minho, e aos concelhos do districto em commissão do Thesouro, e de Vianna do Minho a Lisboa, e outros apontamentos*, Lisboa, 1844; *Breves memorias, ou noticia ácêrca do descobrimento dos extravios de direitos da Alfandega das Sete Casas, escripta por um curioso*, Lisboa, 1851; *Resposta que o chefe de repartição graduado do ministerio da fazenda Sebastião José Pedroso, dá ao folheto publicado pelo conselheiro Antonio de Sousa Pinto Magalhães*, director da Alfandega das Sete Casas, na parte em que se refere ao visitador que em 1819 foi mandado pelo governo áquella casa fiscal, Lisboa, 1851; *Exposição ácêrca do conflicto entre o chefe da 2.ª repartição da direcção geral de contabilidade do ministerio da fazenda Sebastião José Pedroso e o conselheiro director geral da mesma direcção Luiz de Sousa Fonseca Junior*, Lisboa, 1874.

Pedroso *(Zofimo Consiglieri)*. Professor e director do Curso Superior de Letras, presidente da Sociedade de Geographia de Lisboa, socio effectivo da Academia Real das Sciencias, escriptor, etc. N. em Lisboa a 10 de março de 1851, sendo filho do medico Zofimo Pedroso da Silva, que foi um dos mais valiosos membros do partido progressista, e parente do engenheiro José Vi-

Zofimo Consiglieri Pedroso

ctorino Damasio. O appellido Consiglieri procede de sua mãe, senhora de origem italiana. Tendo feito os seus estudos preparatorios, seguiu o Curso Superior de Letras, principiando a collaborar nos jornaes de Lisboa em 1871, revelando desde logo as brilhantes qualidades que tão distincto logar lhe deviam dar na litteratura nacional. Da parte da mythographia e superstições populares publicou o resultado das suas investigações acompanhado de eruditas analyses criticas, no jornal scientifico *O Positivismo* e nas revistas especiaes que se publicavam em França e Inglaterra. Alguns d'esses artigos são escriptos em francez e em inglez, linguas que o douto professor muito de perto conhece. Filiado no partido republicano, ao qual durante muitos annos prestou o valioso concurso da sua actividade e do seu talento, traduziu e prefaciou a *Historia da Revolução Franceza*, de Ernesto Hamel, publicada em Lisboa pelo conhecido propagandista Carrilho Videira, e escreveu e dirigiu a publicação d'uma série de folhetos populares que constitue a *Bibliotheca de propaganda democratica* que teve grande exito, espalhando-se facilmente por todo o paiz. Alguns dos folhetos, que compõem essa *Bibliotheca*, distinguem-se pelo brilho e elegancia do estylo, como sejam, por exemplo, os que se referem á historia do movimento liberal no nosso paiz, á reacção religiosa, ao grande tribuno José Estevão, etc. Concorrendo a uma cadeira do Curso Superior de Letras, foi n'ella provido em seguida a um concurso brilhantissimo. A these que apresentou ao jury, denominada *A constituição da familia primitiva*, é um trabalho de grande valor. Espirito muito liberal e enthusiasta pelo derramamento das idéas republicanas, tomou parte activa nos trabalhos de propaganda do seu partido, sendo um dos fundadores do *Club de propaganda democratica do norte.* Nos comicios e reuniões politicas que mais activamente se realisaram em seguida á celebração do centenario de Camões, revelou-se um orador de grandes qualidades, pela facilidade com que expendia as suas idéas e pelo brilho litterario que imprimia aos seus discursos. A popularidade que então adquiriu, alliada aos seus grandes merecimentos, levou-o ao parlamento, sendo eleito deputado por Lisboa. O orador que tanto se destacara nos comicios, brilhantemente se affirmou nas pugnas parlamentares, proferindo muitos discursos notaveis que a camara ouviu com prazer e respeito. Na casa da *Associação dos Jornalistas de Lisboa* realisou, ha annos, uma série de conferencias sobre *As grandes epocas da historia*. Com este titulo publicou em volume as que especialmente se referem ao *Mundo oriental*. Publicou tambem, para o ensino secundario, um *Compendio de historia universal*, editado no Porto. O illustre escriptor conhece tambem os idiomas do norte, falando com abundancia e gosto o russo, lingua que poucas pessoas conhecem entre nós. Sobre a litteratura russa realizou tambem o erudito professor uma série de conferencias, a que a imprensa se referiu com o maior elogio. Além das obras citadas, publicou mais as seguintes: *Compendio de historia universal; Manual de historia universal; Estudos de mythographia portugueza; Contribuições para uma mythologia popular portugueza; Tradições populares portuguezas; Contribuições para um cancioneiro e romanceiro popular portuguez; Portuguese Folk-Tales*, contos populares portuguezes; *De quelques formes du mariage populaire en Portugal; Paginas dos vinte annos*, politica e litteratura; *Ensaios criticos; Croyances et superstitions du peuple portugais; Contes populaires portugais; Contos de fadas; Compendio de historia do commercio e da navegação*, etc.

Pedroso. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. de V. N. de Gaia, com., districto e bisp. do Porto; 1:438 fog. e 6:063 hab. Tem es-

colas d'ambos os sexos, medico, pharmacias, feira ás quartas-feiras, no largo dos Carvalhos. Está situada na margem esquerda do rio Douro, a 9 k. da séde do concelho. O real padroado apresentava o reitor, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. E' uma das mais antigas freguezias de Portugal; foi villa e couto do mosteiro, com camara e justiças proprias. Foi D. Affonso Henriques que o coutou em 1128, por 700 livras que o mosteiro lhe deu. O mosteiro, duplex, benedictino, de Pedroso, era um dos mais ricos de Portugal, e foi fundado nos fins do seculo IX por Ero, e sua mulher Adosinda. Foi abbade commendatario do convento fr. Pedro Julião, que depois foi o papa João XXI. Em 1567, tendo fallecido o ultimo commendatario de Pedroso e havendo muitos pretendentes á successão da commenda, o cardeal D. Henrique, então regente do reino, aproveitou o ensejo para supprimir o convento, ficando a sua egreja servindo de matriz da freguezia, como sempre o fôra, o mosteiro para residencia do parocho, a cêrca para passaes, e todas as rendas e fóros para o collegio dos jesuitas de Coimbra. Quando em 1759 foi expulsa a Companhia de Jesus, as mesmas rendas passaram para a corôa. A egreja é de architectura gothica. Pedroso pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto Publicou-se ali o *Jornal dos Carvalhos*, 3 de agosto de 1889. || Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Amorim, conc. de Povoa de Varzim, districto do Porto. || S. Bartholomeu, de Rego, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Thiago, de Roufe, conc. de Guimarães, do mesmo districto. || Pov. da freg. de Santa Catharina, no conc. do mesmo nome, archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental.

Pedrosos Pov. na freguezia de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, concelho de Pombal, distr. de Leiria.

Pedrouços. Estação balnear situada na freg. de Belem e 4.º bairro de Lisboa. No tempo dos banhos costuma ser muito concorrida. E' n'esta povoação que está a torre de S. Vicente de Belem, notavel monumento construido no seculo XVI. Tambem existem aqui as quintas dos marquezes da Ribeira Grande e do duque do Cadaval. Foi em terras pertencentes a estes fidalgos que se organisou um elegante hypodromo, onde se realisaram corridas de cavallos. Pedrouços tem estação do caminho de ferro na linha de Cascaes, entre a de Algés e o apeadeiro do Bom Successo. || Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Aguas Santas, concelho da Maia, distr. do Porto.

Pedrulha. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Casal Comba, conc. da Mealhada, distr. de Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural. || Pov. na freg. de Santa Cruz, conc. e distr. de Coimbra.

Pedrulheira Povoações nas freguezias: S. Lourenço, de Carvide, conc. e distr. de Leiria. || N. S.ª do Rosario, de Marinha Grande, do mesmo conc. e districto.

Pedrulhos Pov. na freguezia de S. Lourenço, de Montaria, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Pedrunhos Ribeira que nasce ao S de Gradil, junto da pov. de Jurenello e Serreira, e passando em Freixoeira recebe a ribeira de Nova com 6 k. e na freg. de Turcifal e de Caparosa com 4 k. e reune ao Sizandro com perto de 15 k. V. *Gradil*.

Pêga. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc., com, distr. e bisp. da Guarda; 20› fog. e 827 hab. Tem correio com serviço de posta rural, e dista 15 k. da séde do conc. Está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Côa, na estrada da Guarda ao Sabugal. O prior da freg. de Faia apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil; cria muito gado, e tem abundancia de gado. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Povoações nas freguezias: S. Loureuço, de Alhos Vedros, conc. da Moita, distr. de Lisboa. || S. João Baptista e conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Rio do distr. da Guarda, que nasce ao S do Lamegal, no monte Jarmello, corre ao N, passa a O de Pinhel, e entra na ribeira das Cabras depois de 25 k. de curso.

Pégada. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Adoufe, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria da Castello e concelho de Tavira, distr. de Faro.

Pégada de Baixo e Pégada de Cima. Duas povoações na freg. de S. Pedro, de Azurem, concelho de Guimarães, distr. de Braga.

Pégada Pov. na freg. de S. Martinho, de Seidões, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Pegadas. Appellido nobre, e a familia, que primeiro o usou, era da cidade de Elvas, onde instituiu morgado Fernando Estevão Martins Pegado, vassalo d'el-rei D. Affonso IV. Este appellido foi procedido d'uma alcunha, e estendeu-se por muitas povoações do reino e conquistas. Tem por armas: Em campo de ouro, quatro coticas de púrpura em banda; timbre, tres settas de prata com hastes de ouro, empennadas de púrpura, e atadas em roquete, com fita da mesma côr.

Pegado (*Affonso Ribeiro*). Poeta de certa notoriedade no seu tempo. Viveu em Madrid, em principios do seculo XVI, esteve e poetou em Lisboa, mas os seus trabalhos poeticos, geralmente desconhecidos, não fôram reunidos em volume. A bibliographia portugueza quasi desconhecia o poeta. Deu-se o sr. dr. Sousa Viterbo ao louvavel trabalho de colligir e annotar as poesias de Pegado, que se lhe depararam dispersas em obras de outros escriptores, e estampando as em 1906 n'um opusculo, acompanhou-as de annotações criticas e dos apontamentos que pôde colhêr sobre a personalidade do poeta.

Pegado (*Luiz Porphyrio da Motta*). General de divisão, lente da Escola Polytechnica, do Real Collegio Militar, do Lyceu Nacional de Lisboa e do Instituto Industrial e Commercial, onde tambem foi director; socio da Academia Real das Sciencias; etc. N. em Lisboa a 9 de agosto de 1831, onde tambem fal. a 5 de maio de 1903. Era filho de Sebastião Antonio Pegado, capitão-tenente da armada real, e de sua mulher, D. Joaquina Thereza de Andrade e Silva Pegado. Foi alumno do Real Collegio Militar, cujo curso terminou em 29 de agosto de 1819, e a 30 d'esse mez e anno assentou praça no regimento de infantaria n.º 10, sendo promovido a alferes em 29 de abril de 1851; a tenente em 29 de novembro de 1864; a capitão em 27 de novembro de 1872; a major em 27 de agosto de 1884; a tenente-coro-

nel em 11 de janeiro de 1885, a coronel em 15 de junho de 1888, a general de brigada em 19 de maio de 1894, e a general de divisão em 11 de agosto de 1898, sendo collocado no quadro auxiliar em 11 de novembro d'esse anno. Tinha os cursos de engenharia e do estado-maior. Pela portaria de 27 de novembro de 1854 foi nomeado, precedendo concurso por provas publicas, lente de mathematica no Real Collegio Militar, e pela portaria de 29 de dezembro de 1856 despachado, tambem precedendo concurso, lente substituto das cadeiras de mathematica da Escola Polytechnica, sendo por decreto de 15 de dezembro de 1859 confirmado n'este ultimo logar. Por

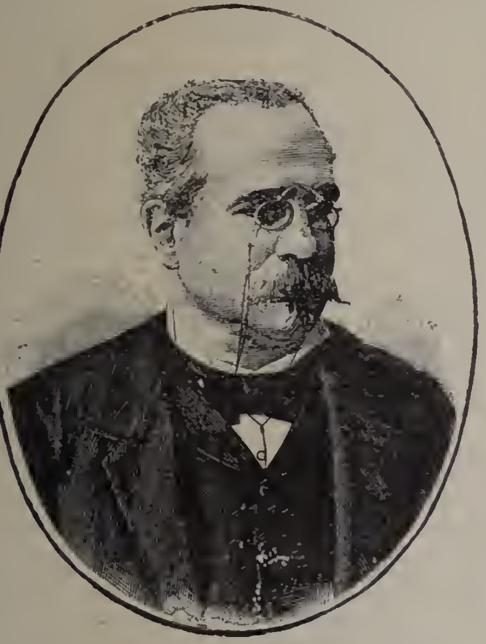

Luiz Porfirio da Motta Pegado

carta de lei de 7 de junho do mesmo anno fôra creada a cadeira de geometria descriptiva na dita escola, que elle inaugurou, sendo depois nomeado proprietario da mesma cadeira por decreto de 12 de abril de 1860. Por portaria de 25 de novembro de 1862, teve a nomeação de professor provisorio do Lyceu Nacional de Lisboa, onde serviu até ao fim do anno electivo de 1885-1886. Por decreto de 23 de fevereiro de 18 8 foi nomeado director do Instituto Industrial e Commercial, logar de que tomou posse em 27 do mesmo mez. Tambem leccionou a cadeira de geometria descriptiva na Universidade de Coimbra e na Academia Polytechnica do Porto. Na Academia Real das Sciencias exerceu por diversas vezes os cargos de vice-presidente e de thesoureiro. Era tambem socio correspondente do Instituto de Coimbra, e de muitas outras associações scientificas do paiz. N'uma commissão administrativa presidida pelo fallecido marquez de Fronteira, desempenhou as funcções de vereador de Lisboa, exercendo egualmente o cargo de membro do Conselho Superior de Instrucção Publica. A sua obra destinada ao ensino, tem tido repetidas edições de grande numero de exemplares, approvadas superiormente, e vulgarisadas em todos os lyceus e nas principaes escolas do reino. Escreveu: *Equação ao quadrado das differenças;* vem nos *Annaes das Sciencias e letras publicados debaixo dos auspicios da Academia Real das Sciencias*, tomo II, segundo anno, março de 1858; *Alguns apontamentos sobre o modo de calcular a mortalidade nos hospitaes e nos asylos;* no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, tomo XXXIII, 1869, n.º 11; *Tratado elementar de arithmetica;* approvado pelo governo para uso dos lyceus nacionaes, Lisboa, 1872; 2.ª edição, 1875; 3.ª, em 1881, e 4.ª em 1886; *O logar geometrico dos pontos que distam egualmente de duas rectas dadas é um paraboloide hyperbolico isosceles;* no *Jornal de sciencias mathematicas, physicas e naturaes, publicado sob os auspicios da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo I, n.º 3; agosto de 1867; *Deducção da formula que dá o volume limitado pelo intradorso de uma abobada de aresta, por o plano das impostas e por os planos verticaes, que contéem os quatro arcos da testa da mesma abobada.—Deducção da formula que dá o volume limitado pelo intradorso de uma abobada de barrete, por o plano das impostas e por os quatro planos verticaes correspondentes aos pés direitos da abobada;* no mesmo jornal, tomo II, n.º 6, maio de 1869; *Secções conicas do canoide circumspto a uma conica;* no mesmo jornal, tomo V, n.º 18, junho de 1875; *Determinação dos eixos da sombra ou projecção obliqua de um circulo;* no mesmo jornal, tomo VI, n.º 24, setembro de 1878; *Theoria geral das combinações com repetições;* no mesmo jornal, tomo VIII, n.º 29, dezembro de 1880; *Sobre um problema de analyse indeterminada;* no *Jornal de sciencias mathematicas e astronomicas*, publicado pelo dr. Francisco Gomes Teixeira, Coimbra, vol. I, 1877; *Estudo sobre o deslocamento de um solido invariavel no espaço; memoria offerecida á Academia Real das Sciencias de Lisboa;* nas *Memorias* da mesma Academia, *classe de sciencias mathematicas, physicas e naturaes;* 9.ª serie, tomo VI, parte 1.ª, volume XLVI da collecção, 1881; *Relatorio do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa em 1888-1889*, Lisboa, 1890.

Pegado *(Vicente)*. Secretario de Vasco da Gama, e 10.º capitão-mór e feitor de Sofala, para que foi nomeado em 5 de abril de 1530. Governou durante 5 annos, mas o seu governo nada teve de notavel.

Pegado. Pov. da 4.ª div. do conc. de Cazengo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Pegados. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Egreja Nova do Sobral, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Pegarinhos Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Alijó, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 259 fog. e 1:090 hab. Tem esc. do sexo fem., pharmacia, est. post., e feira. Dista 10 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Tinhella. A collegiada de N. S.ª da Oliveira, de Guimarães, apresentava o cura, que tinha 60$000 rs. e o pé d'altar. A terra é fertil em generos agricolas. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Pêgas. E' appellido nobre e de origem portugueza. Esta familia tem a mesma ascendencia que a do appellido de Beja (*V. este nome)*, porque ambos procedem de João Domingues de Beja, escrivão da puridade d'el-rei D. Diniz. Foi chefe d'esta familia Gaspar Lopes Lança Pêgas e Beja, administrador dos morgados das duas casas. El-rei D. Sebastião deu, em 1569, as armas seguintes a esta familia: Em campo de prata, tres pêgas da sua côr (pretas com malhas brancas na cauda) em roquete, e entre ellas uma cabeça de lobo, de púrpura, cortada em sangue; timbre, uma das pêgas, voando.

Pegas. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Aborim, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Lamoso, conc. de Paços de Ferreira, districto do Porto. || Santa Eulalia, da mesma villa, conc. e distr. || S. Salvador, de Portella Suzã, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Pegeiros. Pov. na freg. de S. Thiago, de Modellos, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Peges. Pov. na freg. de S. Pedro, de Castello de Penalva, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu.

Pego. Pov. e freg. de Santa Luzia, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Abrantes, distr. de Santarem, bisp. de Portalegre; 516 fog. e 2:213 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 4 kilom. da séde do concelho e está situada na estrada que vae de Abrantes a Portalegre, a 1 k. da margem esquerda do rio Tejo. Os vigarios das freguezias de S. João e de S. Vicente, de Abrantes, apresentavam alternativamente o cura, que tinha 24$000 réis de rendimento. A terra é fertil em cereaes, e pertence á 4.ª div. mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || O Salvador, de Freixo de Baixo, conc. de Amarante, districto do Porto. || S. Thiago, de Mouquim, conc. de V. N. de Famalicão, districto de Braga. || S. Paio, de Oleiros, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santo André, de Tellões, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Torquato, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Achete, conc. e distr. de Santarem.

Pégo Centeio. Pov. na fr. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Pégo da Curva. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Chouto, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Pégo Escuro. Pov. na freg. de S. Bartholemeu de Messines, concelho de Silves, distr. de Faro.

Pégo da Figueira. Pov. na freg. de N. S.ª do Pé da Cruz, de Santa Cruz, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Pégo Gontinho. Pov. na freg. de S. Luiz, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Pégo de Linho. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro.

Pégo Longo. Pov. na freg. de N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Pégo Negro. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Natividade, do Barreiro, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Campanhã, 1.º bairro do Porto. Pertencia á freg. de Rio Tinto, concelho de Gondomar, d'onde foi desannexada por decreto de 13 de janeiro de 1898.

Pégo dos Negros. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Odeleite, conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Pégo de Peixes. Pov. na freg. de S. Vicente, de Vacariça, conc. da Mealhada, distr. de Aveiro. Tem caixa postal.

Pégo de S. Domingos. Lagôa da prov. do Algarve, que fica a 6 k. da foz do Guadiana, ao E d'ella; a egual distancia do rio *Chança*, e a 3 k. da *Côrte do Pinto*. Tomou o nome de *S. Domingos*, porque está na raiz d'um monte onde ha uma capella dedicada a este santo, que fica a uns 300 m. a E do pégo. Tem uns 30 m. de comprido, por 7 de largura e 2 de profundidade. E' formado por grande numero de mananciaes, que descem das ribanceiras circumferentes. Ha por estes sitios abundancia de pyrites de ferro granuladas. No monte onde está a capella, viam-se ainda ha 40 annos, indicios de lavra de minas do tempo dos romanos ou dos moiros. A agua do pégo é frigidissima e tão clara que deixa perfeitamente vêr o fundo d'elle. A analyse mostra que esta agua é ferrea; tem se applicado com bom resultado em banhos para a cura de molestias cutaneas.

Pégo de Vigario. Lagôa na prov. do Algarve, ao pé das serras de *S. Barnabé* e do *Malhão*, ramos da *serra do Algarve*, nos limites da freg. de Alte, comarca e conc. de Loulé. E' uma vasta lagôa, onde vem precipitar-se a ribeira d'Alte, caindo n'um despenhadeiro que tem uns 44 m. d'altura, e o mesmo de profundidade. Foi a ribeira encaminhada para este sitio em 1690 por Duarte de Mello Rabadaneira Côrte-Real, administrador do morgado dos Monizes Telles d'Aragão; mudou o curso da ribeira, para regar o seu pomar da Mina e para outros usos, para o que lhe foi preciso furar um rochedo de 11 m. d'altura e 40 de comprimento, construindo um bom tunnel de cantaria, com passeios d'ambos os lados, com altura sufficiente, e oculos de espaço a espaço, para luz e ventilação do tunnel. Do lado da montanha tem uma grossa muralha, para sustentar o peso das terras, obra de grande custo, mas de muita utilidade, pois, além de regar o tal pomar e outras propriedades, faz mover os moinhos que estão proximos da pov. de Alte.

Pegões. Pov. na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Canha, conc. de Aldeia Gallega do Ribatejo, onde ha uma est. do caminho de ferro, na linha de sul e sueste, entre as de Poceirão e Bombel.

Pégos. Povoações nas freguezias: S. Silvestre e concelho de Louzã, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição e conc. de Rio Maior, districto de Santarem. || S. João Baptista e conc. de Coruche, do mesmo districto.

Pégos Verdes. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira, conc de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

Pegudas. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Arega, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Peguite. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Gulães, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Pegureiro. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Pelas. Pov. na freg. de S. Thiago, de Carvalhosa, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Peirezes. Pov. na freg. de S. Vicente, de Chã, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Peita. Até ao seculo XIV significava pagamento de qualquer multa ou tributo. Depois applicou-se ao que se dá para corromper qualquer magistrado, escrivão, ou empregado publico. As *Ordenações* do reino, Liv. 5.º, tit. 71, § 2, diziam: «Peita promettida, acceitada, e não recebida, basta para fazer perder o officio, e pagar o tresdobro para a corôa. E o julgador que a receber perde, para a dita corôa, todos os seus bens, e o officio que d'el-rei tiver. E passando a peita de cruzado, ou sua valia, além das sobreditas penas, é condemnado a perpetuo degredo para o Brazil. E sendo a peita de valia de dois marcos de prata, tem pena de morte»

Peital. Pov. na freguezia de S. João, de Loureiro, concelho de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Peitilla. Pov. na freguezia de Santa Eulalia, de Lanhezes, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Peitimão. Pov. na freguezia de S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Peito de Carvalho *(Joaquim)*. Fidalgo da Casa Real; bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, governador civil de Leiria e de Lisboa, director geral das alfandegas, director geral das contribuições directas, deputado, par do reino, etc. N. em Lamego a 22 de dezembro de 1836, fal. em Lisboa a 13 de novembro de 1902. Dedicando-se á carreira das letras, fez rapidamente os seus estudos preparatorios, e matriculando se em Direito na Universidade de Coimbra, conseguiu formar-se com menos de 20 annos de edade, facto extraordinario que muito raramente tem succedido. Pouco tempo depois de concluida a formatura, recebeu a nomeação de delegado do ministerio publico da comarca de Castello Branco. Abandonando mais tarde a magistratura, foi nomeado secretario geral do governo civil de Villa Real. No desempenho d'este logar começou a dar expansão á sua vasta intelligencia e largo folego administrativo, pois que, servindo quasi sempre interinamente o logar de governador civil, logo se fez bem sentir a sua influencia proficiente e salutar. De Villa Real passou a servir em egual cargo no districto de Leiria, e seguidamente no de Vianna do Castello. Desalentado por um momento com os attrictos que se lhe depararam, abandonou a vida publica, retirando-se para a sua casa de Lamego, onde se conservou alguns annos, como que a retemperar as fôrças e a avigorar ainda mais a sua energia para novas luctas. Em 1871 já era outra vez secretario geral, estando no districto de Evora, onde brilhantemente se houve no desempenho de complicadas commissões. Em 1872 foi nomeado governador civil de Leiria, e em 1879 chefe da 1.ª repartição da direcção geral dos negocios do Ultramar, no ministerio da marinha, onde se conservou até 1884, d'onde passou a director geral das contribuições directas. Do modo como se houve em tão difficil cargo resam os elogios unanimes de quasi toda a imprensa jornalistica da epoca, e as portarias de louvor que continuamente recebia. Em 21 de junho d'esse mesmo anno de 1884 foi eleito deputado, com poderes especiaes de revisão pelo circulo plurinominal de Leiria. Foi dos tres candidatos do circulo o mais votado. Ainda n'esse anno, por imposição do partido regenerador em que militava, foi nomeado governador civil de Lisboa, n'umas circumstancias excepcionaes que lhe tornaram mais difficil tão espinhoso cargo. Em 1886 teve a nomeação de administrador geral das alfandegas do reino, um dos logares mais importantes e mais rendosos do paiz, sendo para notar, que essa nomeação lhe foi offerecida por adversarios politicos No desempenho d'este elevado cargo fôram grandes os serviços que prestou á nação, especialmente ao commercio. A lei que vigorava no tempo da sua nomeação considerava como de commissão o logar de administrador geral das alfandegas, excepto quando esso cargo fôsse provido n'algum director geral do ministerio da fazenda. Peito de Carvalho, que então desempenhava as funcções de director geral das contribuições directas, estava comprehendido na excepção, devendo, portanto, considerar-se como vitalicio no seu novo logar. Mas não o considerou assim Oliveira Martins, que, sendo ministro da fazenda, entendeu, por questões politicas, dever demittil-o bruscamente, por um decreto que se lavrou e assignou em dois ou tres dias. Recorreu o funccionario demittido para o Supremo Tribunal Administrativo, onde alcançou sentença favoravel por decreto de 29 de agosto de 1892. Comtudo, nunca mais reassumiu as funcções d'aquelle cargo, porque não houve nenhum ministro que homologasse a sentença, ficando por isso na situação de director geral addido. O conselheiro Peito de Carvalho era gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição e official da da Torre e Espada; gran-cruz da ordem de Izabel a Catholica de Hespanha, e official da Rosa do Brazil. Foi par do reino electivo em duas legislaturas. Pertencia á Maçonaria, sendo grão mestre do Gremio Oriente Portuguez.

Peitoril. Obra de fortificação militar, plataforma, parapeito, meia lua, ou qualquer corpo avançado fóra das cortinas de muralhas, para defeza dos sitiados. Nas côrtes da Guarda, em 1465, pediram os moradores de Vizeu ao rei D. Affonso V, que, ao menos lhe mandasse fazer um peitoril, dentro da cêrca, para amparo da cidade, que já duas ou tres vezes tinha sido queimada pelos corredores de Castella. (Documento da camara de Vizeu).

Peitugueiro. Pov. na freguezia de S. Vicente, de Boim, concelho de Louzada, distr. do Porto.

Peixeira. Sitio da freguezia de N. S.ª da Conceição, de Castanheira, conc. e distr. da Guarda, onde está installada uma officina pyrotechnica.

Peixeiro. Pov. na freguezia do Espirito Santo, de Furadouro, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra.

Peixeninha. Pov. na freg. de S. Pedro, de Gozende, concelho de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Peixóta. Pescada, peixe. A duas pescadas chamavam *uma cobrada de peixótas*. Em 1362 emprazou o convento de Tarouca o couto da *Capata*, com o foro de quatro, e uma cobrada de *peixótas*.

Peixoto. E' um dos appellidos mais distinctos e antigos. Foi primeiramente usado por Gomes Viegas Peixoto, que o tomou ou lhe foi dado por ter feito com um peixe um estratagema, tão habil que fez levantar o cêrco que D. Affonso II lhe tinha posto ao castello de Celorico da Beira, se bem que dizem outros escriptores que o appellido fôra tomado da quinta de *Pardelhas*, por serem estas as terras que, por D. Affonso III, lhe fôram doadas para seu solar em premio de serviços que prestou. Póde ser que assim seja, pois que *pardelha* é nome de dois peixes da familia dos *cyprinideos*, isto é, d'agua doce, mas é mais acceitavel que o appellido Peixoto seja derivado directamente da palavra *peixe*, do que indirectamente do nome *pardelha*. A familia dos Peixotos é nobilissima, pois que o supradito Gomes Viegas Peixoto foi filho de D. Egas Henriques de Portocarrero e bisneto de D. Fernando Affonso de Toledo, que era filho natural d'el-rei D. Affonso Henriques. Os Peixotos teem occupado altos cargos, desempenhado grandes missões, produzido sempre muitas pessoas de reconhecido merecimento, e administrado grandes bens, taes como os de Pardelhas, honra de Guimarães e Canellas, terras de Travassos e da Maia, reguengo de Penafiel de Sousa, morgados dos Almeidas de Guimarães, dos Macedos e Carvalhos de Alemquer, da Taypa e Lagcosa, casaes de Melres, parte das quintas de Valdoleiros, Couto, Lamas e Rêde, casa da Calçada e de Lindoso, e padroados de muitas egrejas, etc. São suas armas um escudo xadrezado de ouro e azul, de seis peças em faxa e sete em pala; elmo d'aço aberto, e por timbre um corvo marinho de sua côr, com um peixe de prata no bico.

Peixoto *(Antonio de Meira)*. Arcipreste da Real Collegiada de Nossa Senhora da Oliveira, de Guimarães. N. em Guimarães a 5 de julho de 1607, onde tambem fal. a 17 de maio de 1676. Era filho de Braz de Meira Peixoto, e de sua mulher Cecilia da Rocha Vieira. Dedicou-se muito ao estudo da Genealogia, e deixou em manuscripto 2 tomos de *Familias* e Arvore de toda a ascendencia e descendencia dos Peixotos.

Peixoto *(Ignacio)*. Artista dramatico contemporaneo. N. no Porto a 20 de fevereiro de 1869. Representou pela primeira vez n'aquella cidade, no antigo theatro dos Recreios, hoje theatro de D. Affonso, em 16 de julho de 1887, n'uma revista de semestre, intitulada *Por dentro e por fóra* Passou depois para o theatro Chalet, em 1888, debutando n'uma parodia á *Gran-Via*, que tinha o titulo de *Avenida da Ponte*. Seguiu a carreira artistica fazendo parte d'uma modesta companhia que percorreu as provincias, voltando em 1890 para o mesmo theatro Chalet, onde representou, entre outras peças, a revista *Pastilhas do Diabo*, *Nitouche*, *Drama no alto mar*, *Cerco do Porto*, e os *Ladrões de Lisboa*, com o actor Antonio Pedro, que tinha ido ali dar alguns espectaculos. Desde o começo da sua carreira, Ignacio Peixoto manifestou sempre as mais apreciaveis aptidões artisticas, que pelo seu estudo e boa vontade, se iam desenvolvendo, alcançando sempre o applauso das platéas. Em 1891, tendo saido do theatro do Principe Real o actor José Ricardo, sendo empresario o maestro Alves Rente, Ignacio Peixoto foi contratado para o substituir, estreando-se na magica *O Gato preto*, e entrando depois nos *Filhos do capitão Grant*, *Giralda*, etc. Com a morte de Alves Rente entrou de novo para o theatro de D. Affonso, na epoca de 1891-1892, onde representou as magicas *Corôa de fogo* e *Lampada maravilhosa*; e nas operetas: *Licôr de ouro*, *Collegio de meninas*, etc. Ainda em 1892 foi escripturado pelo actor Diniz, que formara companhia para o theatro da Avenida, de Lisboa, de que se tornara empresario o actor Diniz, que fôra seu companheiro no Porto. Ignacio Peixoto não era ainda conhecido na capital, mas vinha já precedido da fama de bom artista, e o publico do theatro d'Avenida recebeu-o com as maiores sympathias. Alcançou então grande successo na revista *Pastilhas do Diabo*, no *Sultão do Chá Preto*, *Bruxa das ruinas*, *Cofre dos encantos*, *Georgeanas*, etc. No mesmo theatro esteve tambem escripturado na epoca de 1893-1894, na empresa da actriz Cinira Polonio, onde agradou muito na magica *Lenda do rei de Granada*, na revista *Tourada*, na opereta *A mulher do pastelleiro*, etc. Em seguida teve escriptura no Gymnasio, debutando a 10 de setembro de 1894, com grande successo, na comedia em acto, *Padre, Filho, Espirito Santo*, n'uma substituição do actor Eloy, creando em seguida um importante papel na *Roça de Valentim*. Conservou-se n'este theatro bastantes annos, tomando parte em quasi todo o reportorio, ganhando as sympathias do publico, que não lhe regateava applausos. Foi depois para o theatro de D. Maria II como escripturado, entrando mais tarde como societario, em 1905, sendo classificado na segunda classe. N'aquelle theatro, ao lado de Brazão, Ferreira da Silva, Augusto Mello, e outros artistas de reconhecido valor, Ignacio Peixoto tem-se affirmado distinctamente como artista de grandes recursos. Lembramo-nos de o ter visto na *Trovisqueira*, *Os Inseparaveis*, *Escola antiga*, *Rei Lear*, etc.

Peixoto *(Ignacio José)*. Escriptor e desembargador. N. em Braga a 24 de julho de 1732, fal. a 1 de setembro de 1808. Seguiu a carreira judicial, subindo a logares eminentes na magistratura, porque foi procurador da mitra, desembargador ecclesiastico da curia metropolitana, o desembargador honorario na Casa e Relação do Porto. Entre as muitas obras que escreveu, referentes principalmente a assumptos juridicos e ecclesiascos, ha duas que teem um interesse historico muito notavel, pelo menos segundo o que d'ellas dizem pessoas de tanta autoridade, como o fallecido Fernando Castiço e Pereira Caldas. Essas obras são as *Memorias dos arcebispos da Santa Egreja Bracarense* e as *Memorias de Braga*. D'estas ultimas dizia Fernando Castiço que constituiam um verdadeiro *Diario* da vida de Braga no seculo XVIII, com interessantissimas narativas. Uma d'ellas publicou-a Fernando Castiço no jornal *Constituinte*. Outra obra tambem importante, porque se refere a um dos assumptos mais curiosos da nossa historia religiosa, é a *Reforma do calendario e dos breviarios bracarenses*. Esse manuscripto, diz-se estar na Bibliotheca do Porto. Tambem é digna de menção a obra *Fastos da egreja lusitana*, e um *Drama angelico pastoril* que os alumnos do collegio dos Orphãos de S. Caetano representaram nos tres dias de Natal do anno de 1794. Entre papeis varios que Peixoto deixou, encontraram-se poesias, bailes, entremezes, etc., o dois dramas para se representa-

rem um na noite de S. João e outro na noite dos Reis.

Peixoto *(Ignacio José Alvarenga)*. Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra. N. no Rio de Janeiro em 1744, fal em 1793. Seguiu os primeiros estudos no collegio dos jesuitas da sua patria, vindo depois matricular se em Coimbra, onde se formou antes do anno de 1769. A' proteccão do marquez de Pombal deveu o ter occupado em Cintra o primeiro logar que desempenhou na magistratura. Foi mais tarde despachado ouvidor na comarca de Rio dos Mortos, na provincia de Minas Geraes, para onde partiu em 1776. Tanto ali como no Rio de Janeiro, Alvarenga Peixoto foi querido e estimado entre os litteratos seus contemporaneos, e pertenceu á celebre *Arcadia Ultramarina*, em que figurou com o nome de *Eureste Phenicio*. Em 1778 casou em S. João d'El-Rei com uma rica herdeira, e abandonou a magistratura, para se entregar exclusivamente á administração das suas magnificas propriedades e ao cultivo das letras, paixão que nunca o deixára. Por essa epoca foi nomeado coronel de cavallaria das milicias do Rio Verde. Uma satyra em verso intitulada *Cartas Chilenas*, escriptas contra D. Luiz da Cunha Menezes, governador de Minas Geraes, satyra que foi attribuida a Alvarenga Peixoto, e a parte enthusiastica que o poeta effectivamente tomou n'uma conspiração patriotica, deram em resultado elle ser preso em 1789, sendo condemnado á morte em 18 de abril de 1792, e confiscados todos os bens e a sua familia declarada infame. Achando-se já no cadafalso, foi-lhe lida então a sentença que lhe commutava a pena de morte, condemnando-o a degredo perpetuo para o presidio de Ambaca, onde veiu a fallecer pouco tempo depois da sua chegada, coberto de cãs, com se fôsse já um velho, tendo apenas 49 annos de edade, victima dos maus tratos que sobre elle exercia o governador do presidio. Na *Revista trimensal* do Instituto encontram se duas biographias de Alvarenga Peixoto: uma no tomo XII escripta pelo dr. João Manuel Pereira da Silva, e a outra no tomo XIII, por Varnhagen. Aquella acha-se reproduzida e ampliada nos *Varões illustres do Brasil*, tomo II, pag. 81 a 97. Além das *Cartas Chilenas* que lhe attribuiram, as quaes vieram a publicar-se na *Minerva braziliense* (ou *Bibliotheca brazilica*, etc.), Rio de Janeiro, 1845, deixou Alvarenga, tanto em Portugal como depois no Brazil, numerosas demonstrações de esmerado cultivo que a litteratura lhe mereceu. Ao marquez de Lavradio, seu protector, dedicou elle uma traducção da *Merope* de Mafei, e um drama original em verso intitulado *Eneas no Lacio*, drama que foi muito festejado, mas que se perdeu. A D. Rodrigo José de Menezes, mais tarde conde de Cavalleiros, que muito se lhe affeiçoara, tambem o poeta dedicou algumas das suas odes. E' d'elle tambem um poema intitulado *Resposta de Nize a Fileno*, e publicado apenas com o nome de Eurest, pelo qual era conhecido na *Arcadia Ultramarina*. As suas odes, sonetos e canções eroticas, que andam dispersos por varios florilegios e collecções, mostram n'elle, senão um poeta apaixonado, pelo menos um rigoroso cultor da fórma a par d'um estylo vigoroso e d'uma imaginação arrojada. A ode que compoz e offereceu á rainha D. Maria I é uma demonstração cabal d'esta asserção. No anno de 1865, publicou-se em Paris um volume com o titulo seguinte: *Obras poeticas, colligidas, annotadas, precedidas de juizos criticos e de uma noticia sobre o autor e suas obras, com documentos historicos, por J. Norberto de Sousa S.*. Pereira da Silva, Varnhagen e Fernando Wolf são unanimes em reconhecerem o grande merecimento d'este infeliz poeta, cujo nome tanto portuguezes como brazileiros incluem entre os vultos queridos da sua historia litteraria,

Peixoto *(João Albino)*. Pintor e escriptor, natural da ilha de S. Miguel. Exercia a arte de pintura, e nas horas que os seus trabalhos o deixavam livre, dedicava-se ao cultivo das letras. Escreveu: *Lamentações da lyra sobre os tumulos, na immatura morte do ill.mo sr. Agostinho de Medeiros Albuquerque*, Ponta Delgada, 1847; *Memoria sobre a trasladação da imagem do Senhor dos Passos, do hospital para o collegio*, Ponta Delgada, 1847; *Hymno offerecido á Sociedade Philarmonica da villa da Ribeira Grande*, Ponta Delgada, 1850; *A Saudade, monumento ás cinzas do senhor Caetano José Velho de Medeiros Cabral, Poemetto*, Ponta Delgada, 1852; *Canto funebre em memoria da saudosa rainha de Portugal, a senhora D. Maria II*, Ponta Delgada, 1853; *Meditações religiosas sobre a morte de S. R. M. a senhora D. Maria II*, Ponta Delgada, 1854; *Tributo de gratidão ás cinzas do reverendo P. M. João José do Amaral*, Ponta Delgada, 1853; *Passagem de um poema heroico em dez cantos*, Ribeira Grande, 1856.

Peixoto *(João Correia)*. Freire professo da ordem de Christo, doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, e protonotario apostolico. Era natural de Alpalhão. Escreveu: *Oração funebre das exequias reaes da Majestade d'ElRei D. João IV, celebradas na collegiada d'Ourem*, Coimbra, 1657.

Peixoto *(João do Valle)*. Arcediago de Oliveira na egreja primacial de Braga, e celebre jurisconsulto, que viveu no seculo XVI. Era natural de Guimarães. Estudou direito cesareo na Universidade da Sapiencia em Roma, e foi o primeiro portuguez que n'essa academia recebeu as insignias doutoraes na faculdade de jurisprudencia civil. Deixou manuscriptas duas obras em latim.

Peixoto *(José Antonio Borges)*. Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra. Era natural da Cumieira, sendo filho de Feliciano José Borges. Doutorou se a 31 de julho de 1805.

Peixoto *(José Maria Borges da Costa)*. Empregado publico, e escriptor. N. no Porto em 1823 e fal. em Lisboa, a 12 de março de 1862. Era filho de Nicolau Antonio Peixoto, natural de Villa Real. Escreveu: *Grammatica hespanhola para uso dos portuguezes. Segunda edição correcta e muito augmentada, contendo no fim um vocabulario portuguez-hespanhol das palavras mais usuaes e necessarias*, Lisboa, 1858; *Guia da conversação hespanhola para uso dos portuguezes, etc, colligida dos melhores autores; obra util para aprender o hespanhol e para os viajantes, a que se juntou no fim uma collecção de locuções hespanholas, por outro autor*, Lisboa, 1860; *Encyclopedia agricola, ou diccionario de agricultura e horticultura, por José Maria Borges da Costa Peixoto, com a collaboração dos srs. Sebastião d'Arriaga e Eduardo Grande*, Porto, 1861.

Peixoto *(Fr. Pedro)*. Jesuita. N. em Lisboa, onde tambem fal., na casa professa de S. Roque, a 8 de outubro de 1686. Era filho de Lourenço Peixoto, fidalgo capitão do Rio Grande e almirante das naus da India, e de sua mulher D. Maria de Siqueira de Vasconcellos. Entrou na Companhia de Jesus no noviciado de Coimbra, a 18 de março de 1619, onde dictou as sciencias severas. Applicou se com dedicação ao estudo da Genealogia, tornando se muito considerado pelos maiores genealogistas do seu tempo. Deixou alguns manuscriptos em latim e em portuguez, nos quaes se contam: *Descripção da provincia de Entre Douro e Minho, e dos seus varões insignes, com as suas origens, gerações e progressos; Tratado da familia dos Peixotos, e o que obraram os d'este appellido.*

Peixoto. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Nogueiró, conc. e districto de Braga. ‖ S. Cypriano, de Refontoura, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Peixoto de Azevedo *(P. Torquato)*. Presbytero secular do habito de S. Pedro. N. em Guimarães a 2 de maio de 1622, fal. a 15 de junho de 1705. Era filho de João Rebello Leite e de Izabel Peixoto de Azevedo. Applicou-se muito ao estudo da historia sagrada e profana e á Genealogia, em que muito se distinguiu. Escreveu 55 volumes, que ficaram manuscriptos. Em 1845 é que se imprimiu no Porto a seguinte obra: *Memorias resuscitadas da antiga villa de Guimarães.*

Peixoto da Silva *(Jeronymo)*. Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, conego magistral no bispado do Algarve e depois no do Porto, celebre prégador do seu tempo, etc. N. em Lisboa nos primeiros annos do seculo XVII, e fal. no Porto a 20 de abril de 1666. Era filho de Balthazar Peixoto da Silva e de D. Francisca Deça. Foi eleito bispo da sé do Algarve a 14 de dezembro de 1649, passando ao Porto, na mesma dignidade, tomando posse a 22 de maio de 1655, onde se conservou até fallecer. O conego Jeronymo Peixoto da Silva pertence á pleiade d'aquelles brilhantes prégadores do seculo XVII, que tanto honraram o pulpito portuguez, e que se agrupam em torno da figura gigantesca do P. Antonio Vieira. Deixou publicados: *Sermão na festa que se fez na collocação da Senhora da Graça em o muro da cidade de Lisboa, saindo a procissão da egreja do Soccorro*, Lisboa, 1657; Coimbra, 1664; *Sermão da quarta feira de Cinza, prégado na Misericordia da cidade do Porto*, Lisboa, 1658; Coimbra, 1664; *Sermão da Degolação de S. João Baptista, prégado no mosteiro das religiosas de S. Bento, do Porto*, Coimbra, 1661; Lisboa, 1672; *Sermão de S. João Evangelista, prégado na Congregação dos Loios de Coimbra, no ultimo dia do triduo do mesmo Santo*, Coimbra, 1663; *Sermão da segunda quarta feira da Quaresma*, Coimbra, 1664; *Sermão dos passos de Christo, prégado no convento de Santa Clara, do Porto*, Coimbra, 1663 e 1715; Lisboa, 1671; *Sermão da sexta feira de Lazaro, prégado na Misericordia do Porto*, Coimbra, 1672; *Sermão do Santissimo Sacramento, prégado ás freiras de S. Bento, do Porto*, Coimbra, 1672; *Sermão das lagrimas da Magdalena, prégado na Misericordia do Porto*, sem logar nem anno de impressão, mas parece que foi publicado em Coimbra; *Sermão da Conceição de Nossa Senhora na capella real*, Coimbra, 1674. E'-lhe attribuida a seguinte obra, que saiu anonyma: *Lagrimas de Onimo na morte de seu querido Thezar*, Lisboa, 1646.

Peixoto do Valle *(José)*. Professor de latinidade. N. em 1754, fal. em 1834. Era considerado um dos mais insignes latinistas do seu tempo. Deixou muitos trabalhos impressos. Na *Collecção de peças litterarias que se recitaram na sessão extraordinaria de 13 de maio pela Administração do cofre do montepio dos professores em obsequio aos annos de S. A. R. o Principe Regente*, Lisboa, 1816, tem a seguinte oração latina, de pag. 14 a 30: *In anniversariis Joannes principis regentis Portugaliae, Braziliae et Algarbiorum*; *Ode aos faustissimos annos do sr. D. João, principe e regente*, a pag. 32.

Peixotos Barretos. E' tambem appellido nobre d'este reino. O dr. Matheus Peixoto Barreto, sobrinho de Pedro Peixoto Cacho, accrescentou ás armas dos Peixotos, por empresa, dois peixes, nadando, em frente um do outro, sobre um côrvo, que abraça os escaques principaes. Os peixes vão direitos a uma palmeira, que tem o distico de S. Paulo: *sed unus accepit bravicem.*

Peixotos Cachos. Appellido nobre d'este reino. Diogo Lopes Peixoto passou a viver em Elvas, como administrador das fortificações d'aquella praça. Teve uma filha, por nome, D. Antonia Peixoto, que casou com Diogo Gomes Cacho, de cujo casamento os seus descendentes vieram a unir os dois appellidos, sendo o primeiro que refere a *Collecção dos titulos de Genealogia* (tomo V, da Bibliotheca Publica, fl. 111). Lopo Gomes Borralho Cacho Peixoto, ascendente de Pedro Ayres Peixoto Cacho, que nomeia fr. Manuel de Santo Antonio, ultimo reformador do cartorio da nobreza. As suas armas são: Em campo verde, um braço armado de prata, movente do lado esquerdo, tendo na mão um punhal com a ponta para baixo, ferro de prata e guarnição de ouro.

Pejão. Pov. na freg. de S. Pedro, de Paraizo, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Pelagia *(Santa)*. Nascida em Bragança, segundo diz João Baptista de Castro, no *Mappa de Portugal*, onde foi martyrisada por professar a lei de Christo.

Pelagio *(Fr. Alvaro Paes, ou)*. V. *Paes (Fr. Alvaro)*.

Pélago. Nome antigo de qualquer ribeiro, rio, córgo, regato, lagôa, açude, lago, pôço, tanque, ou qualquer ajuntamento ou rego de agua. Desde o seculo XI se tomou pélago n'este sentido, em todos os nossoos documentos, até aos fins do seculo XV, em que se principiou a dizer *pégo* com a mesma significação. No foral de *Moz* de 1162, se marcam os limites d'aquelle concelho e do *Moncôrvo — Per lo porto da Figueira... et inde au pelago do Cucu, et inde en na serra do Cubu, aquas vertentes contra Siladi.* Com a mesma significação se vê no foral de Santa Cruz de Villariça, para onde se havia mudado a villa de *Mem Côrvo*, em 1225, pois nos limites se diz-- *Per ad Lagona de Molas, et per Pelajo de Cucho.* Porém em 1171, tornando a villa de Moncôrvo para o seu primeiro logar, e sendo extincta a de Santa Cruz, altercaram os dois concelhos, Moz e Moncôrvo, sobre a divisão dos limites, e levado o feito a D. Affonso V, elle decidiu, por sentença, que os taes limites corriam--*Por sango de*

Móos e dalli pelo Pego do Cuco, e dalli pela serra de Gouvêa. Com a mesma significação se encontra no foral de Aguiar da Beira e outros muitos; pelo que se vê que *pélago* se corrompeu em *pégo*, por contracção ou abreviatura.

Pelame. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Guilhofrey, conc. de Vieira, distr. de Braga, ‖ O Salvador, cidade, conc. e distr. de Braga.

Pelames. Povoações nas freguezias: Santo Adrião e conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. ‖ N. S.ª da Conceição e conc de Villa Viçosa, distr. de Evora. ‖ Ribeira que nasce a 1 k. ao N de Celavisa, rodeia Arganil, e reune á ribeira de Folques com cêrca de 6 k. ‖ Casal na freg. de N. S.ª do Rosario, de Cepões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Pelames e Bairros de Lá. Dois logares reunidos na freg. do Salvador, de Joanne, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Pelangane. Territorio da prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Pelariga. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Pombal, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 326 fog. e 1:444 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post.; dista 6 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades da estrada real de Coimbra a Leiria. Esta freg. foi creada a 10 de março de 1847, a instancias de João Pedro de Migueis Carvalho e Brito, barão da *Venda da Cruz*, aldeia d'esta freguezia. Ao parocho foi arbitrada a congrua de 180$000 réis, e o pé d'altar. A freg. compoz-se dos casaes e logares, que até então tinham pertencido ás freguezias de S. Martinho, de Pombal; N. S.ª da Graça, d'Almarueira, e N. S.ª da Conceição, da villa da Redinha. A terra é fertil, e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar.

Peleias. Pov. na freg. de Santo André, de Tuizello, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

Peletleiro. Pov. na freg. de S. Miguel, de Christellos, conc. de Paredes, districto do Porto.

Pelho. Povoações nas freguezias: S. Julião, de Calendario, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. ‖ N. S.ª do Pranto, de Arazêde, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Pelicana *(Violante Gomes, a).* Amante do infante D. Luiz, filho de el-rei D. Manuel. Esta senhora, que era mais conhecida pelo appellido de *Pelicana,* foi a mãe do celebre prior do Crato D. Antonio (V. *Portugal,* vol. I, pag. 603 e seguintes). Dotada de grande formosura e destacando-se pela sua illustração, captivou de tal maneira o infante D. Luiz que, pouco depois de se conhecerem, viviam como se fôssem casados. Quando o prior do Crato apresentou o seu direito á corôa de Portugal, depois da fatal batalha d'Alcacer-Kibir, espalhou se que o infante D. Luiz havia casado secretamente com Violante Gomes, e portanto, D. Antonio era filho legitimo. Um chronista severo, Diogo Paiva de Andrada, sobrinho, escreveu que a mãe de D. Antonio affirmava que estava occultamente casada com o infante, sendo a maior prova com que queria persuadir a publica estimação que o infante d'ella fazia, e o modo com que andou na côrte e a tratavam grandes senhores. Para muitos escriptores está ainda indeciso se o infante casou ou não com a mãe de D. Antonio. Segundo parece, Violante Gomes, que era dama de grandes qualidades, não se deixou possuir facilmente, e o infante, para simplificar as cousas, teria simulado um casamento que ella julgou valido. Esta hypothese é a mais acceitavel. Violante Gomes era filha de Pero Gomes, que vivia em Evora em 1554. Alguns chronistas dizem que era judia; outros, porém, affirmam que era christã velha. Tendo-se recolhido ao convento de Vairão, d'ali passou para Almoster, onde morreu, sobrevivendo 14 annos ao infante.

Pelloas. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Olalhas, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Pellacil ou Pellacir. Termo antigo, que designava vindima de vinho e colheita do azeite. E' derivado de arabe-*Al-acir* (a colheita). Os nossos antigos diziam—*pêla acir* (pelo tempo das colheitas do vinho e azeite) e assim de duas palavras fizeram uma -*pellacir. Foi dar sobre elles, no tempo do seu alcacir (Chronica de D. Affonso Henriques*, por Duarte Galvão). *Muitos se hiam para as herdades e quintas, onde tinham suas casas, em que estavam no tempo do seu allacir. Chronica do Conde D. Pedro*, Livro 1.º, cap. 13.º

Pelle *(João Baptista).* Pintor e marinheiro italiano, que veiu residir para Lisboa no seculo XVII. N. em Araze, Genova. Morava em Lisboa, ao Corpo Santo, n'umas casas que tinham frente para a Ribeira Nova. Foi accusado de tentar contra a vida do marquez de Pombal, por meio d'uma especie de machina infernal, que devia adaptar á carruagem do marquez no dia da inauguração da estatua equestre. O denunciante foi um medico brazileiro, Luiz José de Figueiredo, que veiu para o reino degredado por crimes commettidos no Brazil, e que por meio d'esta denuncia pretendia attrrahir as boas graças do marquez. João Pelle foi processado e sentenceado em segredo, e sem se lhe admittir qualidade alguma de defeza, a 9 de outubro de 1775, e supplicíado em 11. Na noite que precedeu este dia, 2 regimentos de infantaria e 2 de cavallaria, os corregedores do crime da Côrte e Casa, todos os ministros criminaes dos bairros, e os carrascos, tudo marchou para a praia da Junqueira, sem saber bem para quê. Soube-se isto na cidade, e muita gente correu para ali tambem. Todos sabiam que era para uma execução capital, mas admiravam-se de não haver cadafalso. Pelas 8 horas da manhã saiu do pateo dos bichos um carro, sobre o qual vinha o pobre italiano algemado a um cepo, acompanhado de 2 algozes e de 3 frades franciscanos. O carro era seguido por 4 cavallos, dos que conduziam carne para os açougues, levados á redea pelos mesmos que com elles costumavam trabalhar, tudo entre alas de cavallaria e de infantaria. Chegados ao ponto destinado para o supplicio, os algozes desceram, ajudando a descer o réo, tiraram o cepo do carro, e n'elle cortaram as mãos do infeliz, e depois o amarraram pelas extremidades dos 4 membros ás caudas dos 4 cavallos, montados pelos taes creados, que os esporearam e chicotearam; mas como eram muito fracos, caiam, até um caiu sobre o réo, desconjuntando-lhe o corpo no meio dos mais atrozes tormentos sem o matarem. Este horroroso martyrio durou 15 minutos, sem que o desgraçado morresse, apezar da grande quantidade de san-

gue que lhe saia dos pulsos; até que um dos algozes, por ordem d'um dos juizes, vendo que os cavallos o não esquartejavam, lhe metteu um lenço na bocca, e o esganou com as proprias mãos. Retirados os bois e cavallos, veiu lenha, que reduziu corpo, carro e cepo a cinzas, que fôram deitadas ao mar. Assim acabou, á fôrça dos mais horriveis tormentos, um desgraçado, de quem apenas havia suspeitas, pois não houve prova alguma que justificasse a accusação. Toda a gente o considerava innocente, mas ninguem se atrevia a proferir palavra nem contra o barbaro supplicio, nem sequer mostrando ter piedade. O marquez de Pombal, segundo se affirma, bem sabia que João Baptista Pelle estava innocente, mas ordenara aquelle horrivel espectaculo para aterrar os que por ventura pensassem em tentar contra a sua vida.

Pelle. Quinta em Odivellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Pelugue. Territorio da prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Pelmá. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Alvaiazere, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 364 fog. e 1:562 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. postal. Dista 8 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Arneiro (Nabão). O real padroado apresentava o prior, que tinha 100$000 réis de rendimento. Segundo a tradição, foi senhor d'esta povoação um homem de genio muito aspero, ao qual, por esse motivo, puzeram a alcunha de *Pelle-má*, vindo a chamar-se á povoação *aldeia do Pelle má*, e assim ficou o nome, sendo um pouco modificado com o tempo. A povoação é muito antiga, e parece ter sido já habitada pelos romanos, mas d'elles não restam vestigios; só em 1751, andando a abrir-se os alicerces e d'uma casa das aldeias da serra de Alvaiazere, pertencente a esta freg., se encontraram oitenta e tantas moedas de ouro, prata e cobre, romanas, do tempo dos imperadores Vitellio, Vespasiano, Tito, Nerva e Trajano. Além das moedas, tambem se encontraram varios adereços d'ouro, dos que as damas romanas usavam. Pelmá é fertil em generos agricolas. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. Por decreto de 7 de setembro de 1895, que extinguiu o conc. de Alvaiazere, passou a pov. para o de V. N. d'Ourem, voltando, porém, para Alvaiazere, depois de ter sido restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898.

Pelo. Pov. do sobado de Vinda, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Quando N. Taudo, no mesmo conc., distr. e prov || Pov. do sobado de Quingala, no mesmo conc., distr. e provincia.

Peloaulde. Pov na freg. de Santa Eulalia, de Arnozella, concelho de Fafe, districto de Braga.

Pelota *(Casal da)*. Na freg. de S. Bento, de Louriçal do Campo, conc. e districto de Castello Branco.

Pelotas *(Patricio José Correia da Camara, visconde de)*. Militar, que nasceu a bordo d'um navio e foi baptisado em Lisboa, fallecendo no Brazil em 1827, com mais de 90 annos de edade. Na occasião do terremoto de 1755 era um simples soldado de infantaria da côrte. Pela confiança que merecia aos seus superiores foi escolhido para ficar de sentinella ao Thesouro Publico, missão que desempenhou zelosamente. Passando ao exercito da India como official subalterno, foi ajudante d'ordens do general governador, e esteve em Gôa, Damão e Diu, entrando nas campanhas que se realisaram ali. Serviu tambem em Moçambique e em Loanda, e indo para o Brazil, serviu no regimento de dragões de Rio Pardo, que estava em campanha com os hespanhoes nas fronteiras meridionaes do Brazil, onde brilhantemente affirmou a sua bravura e valentia, como o demonstrou na tomada do forte de Santa Tecla. Em 1801, quando rebentou a guerra entre Portugal e a Hespanha, apezar de já contar perto de 70 annos, repelliu o brigadeiro Quintaus e o marquez de Sobremonte. Feita a paz continuou a desenvolver as suas grandes aptidões de administrador na qualidade de sargento-mór do Rio Pardo, construindo quarteis, hospitaes, egrejas, predios, etc. Tomou ainda parte nas campanhas de 1812 e 1816, e quando o Brazil proclamou a sua independencia, optou pela patria brazileira, sendo agraciado pelo imperador em outubro de 1825 com o titulo de barão de Pelotas, sendo elevado a visconde no anno seguinte.

Pelote ou **Pellote**. Capa forrada de pelles. A que não tinha este forro não era *pelote*, era *capa*.

Pelourinho. Distinctivo da jurisdicção d'um concelho e da sua autonomia municipal. Os pelourinhos, segundo consta, tiveram a seguinte origem: Em Roma, na praça do Forum, havia uma casa de que era proprietario um tal *Moenius*. Para que elle e os seus pudessem ouvir os julgamentos dados pelos *triumviros (magistrados)*, vêr as sumptuosas festas publicas e os castigos que se davam ali, mandou construir junto da sua casa uma grossa columna de pedra, de uns 2 m. de altura, e sobre ella uma especie de mirante ou pavilhão, onde se sentavam. Denominou-se *columna moenia*. Com o andar dos tempos, os romanos construiram estas columnas no *forum* de qualquer cidade do imperio. O seu uso passou depois ás Gallias, porém ali tiveram mais larga applicação. Muitas eram construidas nas encruzilhadas dos caminhos, mas não indicavam sómente a jurisdicção d'um municipio, eram tambem o emblema do poder feudal. Os senhores donatarios, os bispos e os cabidos, tinham o direito de levantar pelourinhos nas terras dos seus senhorios, e alguns mosteiros gozavam do mesmo direito. Em regra, os pelourinhos eram levantados em frente das residencias dos que nós chamamos *senhores de baraço e cutello*. No seculo XIII havia muitos pelourinhos em Paris, e entre elles o do bispo, erguido proximo da cathedral, o do cabido da mesma sé, junto á porta de Landry Saint, o dos Templarios, o do priorado de S. Martinho dos Campos, o da abbadia de S. Germano dos Prados, etc. O pelourinho da camara estava na praça do mercado. Era uma torre octogona, de pedra, com oito arcos, cobertos d'um telhado de fórma conica. Foi incendiado pelo povo em 1515, morrendo queimado o carrasco Lourenço Bazard, que n'elle estava fazendo os preparativos para uma execução. Foi reedificado em 1542, e arrazado pelos republicanos em 1789. Não se sabe

quando os pelourinhos se construiram na Lusitania. Julga-se que fôsse no tempo de Sertorio, entre 84 e 74 annos antes de Christo, pois que aquelle chefe fez adoptar n'este reino todas as leis, usos, costumes e religião dos romanos. Os pelourinhos continuaram durante o dominio dos godos, e os arabes destruiram muitos d'elles, mas conservaram ainda bastantes, que bem mostram serem auteriores ao estabelecimento da monarchia em Portugal. Muitos escriptores teem falado sobre pelourinhos, e principalmente o conde Raczynski, no seu livro *Les arts en Portugal*, pag. 330, 411, e 423 a 427, e todos são concordes em que *pelourinho* e *picóta* são synonimos. A este respeito, Pinho Leal, no vol. VI, do *Portugal antigo e moderno*, a pag. 551, observa:«que tenho percorrido a maior parte de Portugal, e visto muitas dezenas de pelourinhos, acho-lhe alguma differença. Vejamos. Uma grande parte dos pelourinhos portuguezes que tenho visto, não teem, e nunca tiveram, ganchos de ferro ou argolas, no tôpo, para a estrangulação dos criminosos, e então nunca fôram *picótas;* mas simplesmente emblema do municipio. Notei que, em algumas povoações onde havia d'estes, tambem havia fôrca, e onde o pelourinho tinha aquelles instrumentos de supplicio, não a havia. Não verifiquei se isto era ou deixava de ser regra geral; o que sei, e é verdade, é que, em tempos remotissimos davam aos pelourinhos tambem o nome de picótas, e em Vianna do Castello e outras terras ainda ha *rua da Picóta*, *praça da Picóta*, etc. Talvez que se désse o nome de *picóta* aos pelourinhos que tivessem os quatro ganchos, e de *pelourinho* ao que os não tivesse. Aiuda mais; em muitas povoações que tinham fôrca, ha tradição de n'ella ter sido executado algum criminoso; não assim nos pelourinhos, pois á excepção do de Lisboa, em que foi executado um cadete, por crime de fratricidio, de nenhum outro me consta, que tivesse servido de patibulo.» Os pelourinhos eram todos construidos na praça publica e em frente dos paços do concelho; uns tinham quatro varões de ferro, terminando em fórma de gancho, outros tinham na extremidade uma argola movel. As fôrcas eram sempre fóra da povoação. O dr. Santos Valente diz que *picóta* é uma *especie de pelourinho, pau aguçado onde se expunham as cabeças dos justiçados.* Viterbo diz que *picóta é pelourinho com cadeias e argolas, onde os criminosos eram expostos á vergonha e em signal de jurisdicção*, o que se vê confirmado em diversos foraes. Tambem a forca era um signal de jurisdicção e do direito de vida e de morte sobre os vassalos. Uma provisão de D. João II, de 1490, manda que a villa de Valle de Prados, em Traz-os Montes, tenha *forca*, *picóta* e *tronco*; sem por isso *viliar e deshonrar* a então villa de Bragança. Agostinho Rebello da Costa, na sua *Descripção topographica e historica da cidade do Porto*, diz a pag. 183: «N'estas causas crimes, os réos são condemnados, á proporção dos seus delictos, chegando muitos, pela sua atrocidade, a padecer a pena ultima. Para a sua execução *ha uma forca, pelourinho e algozes.*» Se o pelourinho servisse de patibulo, não era preciso dizer *forca e pelourinho;* nem é provavel que para um instrumento de supplicio se construissem obeliscos luxuosos, como se tem visto bastantes, sendo sem contestação o de Lisboa o mais bello de todos. Ainda existem muitos que, se não fôram construidos pelos godos, são de architectura gothica, e muito adornados de curiosas esculpturas. O *Codigo Affonsino*, Liv. 1.º, tit. 28, manda que as *paateiras* (padeiras) *candieiros* (que faziam rolos de cêra, ou segundo J. Pedro Ribeiro, fabricantes de vellas de sêbo), *carniceiros*, *regateiras*, etc., *que pela 3.ª vez roubassem ao pêso, fôssem postos na picóta.* Não havia uniformidade alguma na construcção dos pelourinhos. Cada camara mandava fazer os seus como queria, e segundo a habilidade do pedreiro, ou a quantia que para isso era applicada. Muitos pelourinhos, em logar dos ganchos de ferro, tinham no topo uma pequena casa em fórma de guarita; feita de grades de ferro, e muito parecida com uma gaiola, onde os delinquentes eram expostos á vergonha e irrisão publica. Os de Castello Mendo, Mogadouro, Penas Royas e Sabugal eram de gaiola. Nos pelourinhos que não a tinham, eram os criminosos amarrados a elle, e se os juizes eram crueis, mandavam-os suspender por baixo dos braços ás argolas, ficando alguns palmos acima do sólo. A camara e o cabido da sé de Vizeu estabeleceram, em 1304, uns *accordãos* ou *posturas*, impondo graves castigos aos que roubassem nos pêsos e medidas. Eis algumas d'ellas: «Que os carniceiros dem o arratel do porco, e do carneiro, por quatro dinheiros; e o arratel da milhor vaca por dous dinheiros, e da peior, por tres mealhas; e o arratel da porca e da ovelha, por tres dinheiros; e o quarto do milhor cabrito, por sex dinheiro--e que todo o carniceiro, que tever falso pezo, que peyte seseuta soldos e *ponhão no na picõta.* E que aquel que *inchar freama* (encher de vento os animaes) ou outras carnes, ou poser sevo no rril do cabrito, que peyte cinquo soldos; e, se vender porca em vez de porco, ou ovelha em vez de carneiro, que peyte seseenta soldos, e *azoutem-no* pela vila... E toda a paadeira que fezer pam, que nom seja de pezo tal, qual os Almotacees mandaram, peyte cinquo soldos, e *ponhão-no na picóta.*» Documento de Vizeu. Em 28 de abril de 1414 deliberou a camara do Porto: «Que emquanto o alqueire de trigo valesse a IX rèis, dessem as padeiras o pam de 4 onças, a 15 soldos; pois vinham a ganhar 12 réis em teiga, pagos todos os gastos. E que o de centeio o dessem a 10 soldos: pena de que, pela primeira vez, pagarião 50 libras--pela segunda 100--e pela terceira, *serem empicotados.*» Documento camara do Porto. No foral de Setubal ha apenas similhantes. Depois de 1834, alguns vandalos, julgando vêr nos pelourinhos um symbolo de oppressão e despotismo, fôram se a elles e os demoliram. A maior parte, porém, escapou á devastação, e conservam-se ainda, recordando aos povos a antiga autonomia local. Segundo o visconde de Juromenha, a etymologia da palavra pelourinho acha se em documentos antiquissimos. Os vocabulos *pilorca*, *piloriium*, *spilorium*, *poloriticum* e *polorinium*, encontram se nos codices dos seculos XII e XIII, tanto na França como na Inglaterra. Sauval diz que, em uma escriptura de 1295, se mencionava um *poço*, na praça de Paris, onde se faziam as execuções. Davam a este pôço o nome de *puteus dictus Lory*, d'onde se conclue que o pelourinho tomou o nome do tal pôço, que pertenceu a um parisiense chamado *Lory*. Outros derivam a palavra de *pila*, ou *piloritium*, etymologia que parece mais

verosimil; outros dizem que a palavra *pelourinho* não se deriva do latim nem do fraucez, mas que é portugueza, e diminuitivo de *pelouro*, bala, fundando-se que a maior parte dos pelourinhos são rematados por uma bala de pedra, exactamente da fórma de um pelouro, e que d'esta circumstancia lhe provém o nome. No *Boletim da Real Associação dos Archeologos* e no *Occidente* encontram-se descriptos e reproduzidos muitos pelourinhos.

Pelourinho. Pov. na freguezia de Santa Clara, de Torrão, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Pelourinhos. Pov. na freguezia de S. Martinho, de Foruellos, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu

Pelouro. Bala de metal com que se carregavam muitas das antigas armas de fogo. || Tambem se designava assim a bala de pedra dos canhões pedreiros. V. *Odivellos.* || Cada um dos ramos de administração d'uma cidade commettidos aos vereadores da camara municipal. Deriva de a eleição ser feita por espheras, ou pelouros.

Pemba. Bahia situada na costa do antigo districto de Cabo Delgado, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' a mais formosa de quantas possue a costa dos territorios da Companhia do Nyassa, e porventura uma das mais bellas de toda a Africa, presumindo-se que virá a ser um dos emporios do commercio da Africa central. Está na latitude aproximada de 12.° e 56' S, é accessivel aos navios da maior tonelagem, e tem capacidade para receber as maiores esquadras. Mas nem por isto só se recommenda: a sua posição geographica é tambem excepcionalmente notavel. Está a 80 k. da região do Medo, por onde passam as caravanas, e cuja producção mineira deverá, quando convenientemente explorada, produzir avultados lucros. Ampla e segura, de entrada franca a toda a hora e com qualquer tempo, a bahia de Pemba mede cêrca de 15 k. de N a S, e uns 10 do E a O. E' rodeada de espaçosas varzeas cultivadas de cereaes e outros generos agricolas, e de grandes bosques de frondoso arvoredo. Em meados do seculo passado abriu-se uma subscripção no paiz, que produziu 1:800$000 réis, para o estabelecimento d'uma colonia n'esta bahia, e por decreto de 7 de fevereiro de 1857 foi autorisado o governador de Moçambique a estabelecer essa colonia. Appareceram muitos colonos do norte do reino e da capital, mas nem todos puderam ser contratados. A 21 de janeiro de 1858 largou do Tejo a escuna de guerra *Angra* com 60 colonos, agricultores e artistas, que se estabeleceram regularmente. Os regulos Said-Ali de Mussange, ao N da bahia e Mugabo ao S, não hostilisaram esse estabelecimento, antes assignaram termo de vassalagem. O sitio escolhido para assentar a povoação foi o logar chamado Muguete, a 3 k. do litoral da bahia. Construiram-se varios edificios, escolheu-se o ponto do desembarque, organisou-se um pequeno destacamento, abriu-se uma estrada da povoação para a praia, e no dia 8 de dezembro de 1858 celebrou-se a installação da colonia. Mas as difficuldades com que luctou logo desde principio, fôram grandes, e acabaram por anniquila la. A retirada da escuna, a falta d'um medico que se notou nos primeiros tempos, um incendio e factos de varia ordem não deixavam progredir a colonia, comquanto ella parecesse dispôr dos melhores elementos para prosperar. Posteriormente, a Companhia do Nyassa, constituida definitivamente em 1893, depois de ter vencido varios obstaculos para entrar na posse dos terrenos da sua concessão, pôde, em fins de 1897, considerar-se installada e proceder a estudos mineiros e a alguns reconhecimentos geographicos, tendo por objectivo a construcção d'um caminho de ferro desde Pemba ao lago Nyassa. Fundou na bahia a cidade de Porto Amelia, e fez a occupação de diversos pontos ao longo da sua fronteira occidental. «Pemba, diz o sr. João de Azevedo Coutinho na sua interessante brochura *Do Nyassa a Pemba*, é o porto natural que melhores condições reune; e, quando ligado ao Nyassa por um caminho de ferro, que atravessando o Medo e o alto Lomue, tocando nas Terras de Tola, córte a região dos ajanas, seguindo junto aos maganjas do Amaramba, passe por Mjango e vá encontrar o lago em frente de Kotakota, será por certo um emporio commercial que attrahirá a maior parte do negocio das regiões indicadas de Zauzibar e de Moçambique, chegando, como é provavel e natural, a attrahir tambem parte do commercio da propria bahia do Congo, que em 1893, por intermedio das caravanas arabes, deriva para Zanzibar. Nem este porto nem Moçambique poderão luctar vantajosamente contra o futuro commercial de Pemba. Ambos esses emporios, situados em ilhas, obrigando as mercadorias á passagem do continente para os seus mercados e importando o que ali se consome por seu intermedio, complicam os negocios e reduzem os lucros. Pemba, na propria costa, na entrada do canal de Moçambique, em frente e a um dia das Comoros, receberá directamente a borracha, a cêra, a copal, a urzella, o marfim e as pelles, permutadas pelo algodão enviado dos seus armazens, e, porventura, cultivado nos seus ferteis campos e manufacturado em fabricas locaes. Pemba verá accorrer ás suas aguas os grandes barcos que venham abastecer-se do carvão do Medo e do Itule, attestar as porões das riquissimas madeiras de suas florestas, e carregar o ferro, o cobre e os metaes preciosos das suas minas.» || Ilha da costa de Zanzibar, Africa Occidental. Pertencia a Portugal quando os seus dominios se estendiam na costa E desde a cabo da Boa Esperança até ao cabo Guardafui, e muitas vezes foi preciso submetter, pela fôrça das armas os seus habitantes á obediencia. Vizinha da antiga Mombaça, é fertil mas pouco saudavel.

Pembe. Pov. do sobado de Chaluvahula, na div. e conc. do Humbe, distr. da Huilla, prov. de Angola, Africa Occidental.

nou a ser modificada depois do anno de 1833; mas a planta primitiva em nada foi alterada. A festa do orago realisa-se no dia de Nossa Senhora dos Prazeres, na segunda feira seguinte ao domingo da Paschoela.

Pena. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com. e distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 194 fog. e 809 hab. Tem escolas do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. Está situada na margem direita do rio Sordo, a 14 k. da séde do conc. Os religiosos do mosteiro de S. Jeronymo, de Belem, apresentavam o vigario, que tinha 20$000 réis de congrua e o pé

d'altar. A pov. é muito antiga, e foi villa. Teve por donatarios os senhores de Tentugal, ascendentes dos duques de Cadaval, que lhe deram foral, em Tentugal, a 27 de setembro de 1331. El-rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 16 de maio de 1517. Em Pena ha minas de ferro, que não teem sido exploradas. A terra é saudavel; produz centeio, cevada, pouco trigo, batatas, muitas castanhas e hortaliças. E' abundante de lenha, cria muito gado. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Abbade de Vermoim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || N. S.ª da Graça, de Aguda, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Alhadas, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || S. Thiago, de Anta, conc. de V. N. de Famalicão, districto de Braga. || Santa Eulalia, de Avelleda, concelho de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Balança, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Brito, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Miguel, de Caldas de Vizella, do mesmo conc. e distr. || S. Pedro, de Castanheira, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Christovão, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Eufemia, de Cancellaria, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || Santa Maria Magdalena, de Chaviães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Facundo, de Covas do Rio, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Santa Marinha de Crestuma, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Pedro, de Esqueiros, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Miguel, de Fiscal, conc. de Amares, do mesmo distr. || N. S.ª da Purificação, de Freigil, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Gallegos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santos Cosme e Damião, de Garfe, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra. || S. Jorge, concelho de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Penacova, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || O Salvador, de Lagôa, conc. de V. N. de Famalicão, districto de Braga. || S. Romão, de Milhazes, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || Santa Maria, de Nogueira, conc. de Maia, distr. do Porto. || Santa Maria, de Ovelha do Marão, conc. de Amarante, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Pangue, concelho de Barcellos, distr. de Braga. || S. Julião, de Portunhos, conc. de Cantanhede, districto de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Miguel, de Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Christovão, de Refojes de Riba d'Ave, conc. de Santo Thirso, districto do Porto. || S. João Baptista, de Ribeira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador, de Salvador do Monte, concelho de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, de Serzedello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Sernande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Julião, de Silva, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª da Esperança, de Touguinha, concelho de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Thomé, de Travassos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Valle, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Varzea do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. Tem caixa postal. || S. João Baptista, de Villa Cova de Perrinho, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Villarinho das Cambas, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santo Estevão, de Villela, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Negreiros, conc. de Barcellos, districto de Braga.

Pena. Uma das freguezias de Lisboa, cujo orago é Nossa Senhora da Pena. Foi instituida em 1570, pelo cardeal infante D. Henrique, na egreja do antigo convento de Sant'Anna, das religiosas terceiras de S. Francisco, e por este motivo se chamava tambem *freguezia de Sant'Anna.* Muitos annos mais tarde começaram a dar-se desintelligencias entre os mordomos das confrarias e as freiras, e foi resolvido entre as confrarias e o povo desligar a freguezia do convento, erigindo uma egreja independente, para onde se transferiu o Santissimo Sacramento em pomposa e solemne procissão no dia 25 de março de 1705. O novo templo era muito vasto e elegante, construido de boa cantaria, tendo os altares adornados de bellos trabalhos de talha. O terremoto de 1755 causou-lhe alguns estragos, em que logo se pensou de reparar. A parochia passou então para o recolhimento de Nossa Senhora da Encarnação e Carmo, a Rilhafoles, e ali se conservou até 1759, quando se concluiram as obras de reparação da egreja parochial. O Santissimo Sacramento e as respectivas imagens regressaram á sua antiga casa em solemne procissão, no meio das demonstrações do maior regosijo e enthusiasmo. O templo está situado na calçada de Santa Anna, proximo do Asylo da Mendicidade, antigo convento de Santo Antonio dos Capuchos, no Campo de Sant'Anna, hoje dos *Martyres da Patria.* A frente é voltada para o sul; a fachada é elegante, rematando com uma cruz, tendo ao lado uma torre com harmoniosos sinos. A porta de entrada é simples mas de bom gosto, sobre a qual se vêem tres grandes janellas que deitam para o côro. Na primitiva existia um adro espaçoso que se demoliu ha já bastantes annos. O interior da egreja é vistoso, vendo-se as paredes adornadas de diversos paineis sobre assumptos religiosos; no tecto admira-se uma pintura valiosa, em perspectiva, trabalho de Pedro Alexandrino de Carvalho; é um grande quadro allegorico dedicado á Senhora da Pena. Tem dois pulpitos de pedra de fórma elegante, com ornato de grande valor artistico. A capella-mór é toda guarnecida de talha dourada, trabalho delicado, vendo-se sobre o altar a imagem da padroeira; aos lados da capella mór, no arco cruzeiro, fazendo frente para a egreja estão dois altares, e na egreja vê-se a capella do Santissimo e mais cinco altares lateraes, sendo todos tambem adornados de valiosos trabalhos de talha. O 1.º altar, á entrada, do lado direito, é consagrado a S. Sebastião, e ali se adora a imagem d'este santo no acto de expirar, derreado no tronco da arvore; esta esculptura é muito antiga, e de grande merecimento. Dizem que o artista que a executou, cujo nome não pudemos saber, está sepultado debaixo do altar. Em todos os altares se vêem diversas imagens de madeira, de mais ou menos valor. Os retabulos tambem são de madeira. Da imagem de S. Sebastião ha algumas copias, mas dizem que

não são tão perfeitas. Existem duas estampas, uma feita em Hespanha por Manuel Salvador Carmona e outra por João Silverio Carpineti, gravadas por desenho de Francisco Vieira Lusitano, trabalho muito perfeito, segundo os entendidos, especialmente a de Carmona. Na sacristia e no corredor que a antecede, vêem-se egualmente muitos quadros religiosos. No principio d'este corredor, vindo da egreja, está o cartorio parochial, tendo por cima da porta a data de 1893, o que indica ser construcção muito moderna. No côro, que é espaçoso, está o orgão, de excellentes vozes. A egreja tornou a ser modificada depois do anno de 1833, mas a planta primitiva em nada foi alterada. A festa do orago realisa-se no dia de Nossa Senhora dos Prazeres, na segunda feira seguinte ao domingo da Paschoela.

Pena (*Peixoto da*). Tocador de viola, e o mais perito instrumentista que viveu no seculo XVI. Era natural da provincia de Traz-os-Montes, e foi menestrel na côrte de Carlos V, em Castella.

Pena d'Amigo. Pov. na freg. de S. Salvador, de Mouçós, conc. e distr. de Villa Real.

Pena de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Pena Branca. Pov. na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Miranda do Douro, districto de Bragança.

Pena Brava. Pov. na freg. de S. Thomé, de Abbação, conc. de Guimarães, districto de Braga.

Pena de Castelhana. Pov. na freg. de S. Paulo, de Maçãs de Dona Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Pena Civel. Pov. na freg. de Santo André, de Guilhadezes, concelho de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Pena Falcão (*Casal de*). Na freguezia de S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Pena Firme. Pov. na freg. de N. S.ª das Virtudes, de Ventosa, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Pena Formosa. Pov. na freg. de S. Pedro, de Cerva, conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real.

Pena Gatilha. Pov. na freg. de Santa Leocadia, de Geraz do Lima, conc. e distr de Vianna do Castello.

Pena Grande. Povoações nas freguezias: S. Thomé, de Estorãos, conc. de Fafe, districto de Braga. || S. Pedro, de Torradas, conc. do Felgueiras, distr. do Porto.

Pena Lobo. Pov. e freg. de S. Nicolau, da prov. da Beira Beira Baixa, conc. e com. de Sabugal, distr. e bisp. da Guarda; 119 fog. e 521 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 10 k. da séde do conc. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Pena Longa. Pov. na freg. do Salvador, do Canedo, conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real.

Pena de morte. Foi abolida em Portugal V. *Forca*.

Pena Redonda. Pov. na freg. de Santa Maria, de Outeiro, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Pena de sangue. Em quasi todos os foraes se encontra esta pena. Era a condemnação, multa ou coima, que se impunha aos que espancavam, feriam, ou assassinavam alguem, ainda que não corresse sangue da ferida ou contusão. Este castigo tambem se applicava aos que proferiam palavras deshonestas, injuriosas ou calumniosas, contra qualquer pessoa, e *com as quaes lhe faziam vir o sangue ás faces*. No foral que el-rei D. Manuel deu á villa de Mogadouro, em 1512, se diz que a esta pena se deu primeiro o nome de *vozes e coimas*, e depois de *indizias*, e de *indicias*. Então já se dizia *pena de sangue* ou *pena d'arma*. Em 1451 fôram dispensados de pagar *indicias*, os escudeiros de Bragança, que tivessem armas e cavallo e morassem dentro da villa ou nos seus arrabaldes, *salvo se fizerem as taes indizias scitosamente, e naquelles casos, nos quaes a Igreja lhes nom valeria*. No foral de Bragança de 1514 se dá ás *indicias* o nome de *maçaduras* e *sangue*, e declara-se que se não devem levar d'ali por deante n'aquella terra. No foral novo de Freixo de Espada á Cinta, datado de 1512, diz-se: «A pena de sangue que constava do foral antigo (o de *D. Affonso Henriques*) se prohibe n'este; excepto nos seguintes casos: o que ferir, ou matar o seu vizinho, correndo atraz d'elle e matando-o em sua casa, pagará quinhentos réis, e outro tanto o que ferir mulher sua ou alheia. E quem matar homem ou Clerigo de Ordens sacras pagará novecentos réis. E o juiz, que os julgar, levará a setima parte. E por todalas outras penas de sangue, contheudas no dito Foral, se não pagará mais que duzentos réis, de qualquer maneira que sangue tirar. E não se tirando sangue, não pagará nada. As armas serão para o Juiz, só no caso que se tomem no arruido, e de outra sorte não.» Já por uma sentença de 1507, havia declarado el rei D. Manuel que D. Mecia de Mello não tinha direito algum para levar a pena de sangue, e outros direitos, em Freixo de Espada á Cinta, e seu termo; porquanto a mercê que o rei D. Affonso V, o elle mesmo, D. Manuel, fizeram a seu marido, Vasco Fernandes de Sampaio, era tão sómente por sua vida, e se não estendia á viuva. Parece que ella não obedeceu a esta primeira sentença, porque foi preciso outra, do mesmo soberano, de 1513, contra a mesma viuva, que, não tendo foral, para cobrar os *tributos excessivos*, os exigia *por sua propria autoridade*. D. Mecia exigia de todo o passageiro que atravessasse a villa de Freixo, ou o seu termo, 48 réis, dois alqueires de cevada do cada morador, e a *pena de sangue*. Os passageiros que se negassem ao pagamento, eram privados das suas fazendas, por *desencaminhadas*. O rei determinava na ultima sentença, que «a Ré não leve *Passagem*, nem *Portagem*, senão dos que passarem de Portugal para Castella, ou de Castella para Portugal, com algumas mercancias. Que não leve a *Pena de sangue*, pois não tem titulo. E que os dois alqueires de cevada se vendam, e ponha o dinheiro em deposito, até que pela factura de Novos Foraes, se veja que se as taes medidas lhe pertencem ou não.»

Pena Seca. Pov. na freg. de S. Lourenço, de S. Bartholomeu dos Gallegos, conc. da Lourinhã, distr. do Lisboa.

Pena Sol. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Fermentões, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Pena Ventosa. Pov. na freg. de S. Bartbolomeu, de Campello, conc. de Baião, distr. do Porto.

Pena Verde. Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Aguiar da Beira, distr. e bisp. da Guarda; 292 fog. e 1:167 hab. Tem est. post. e feira na 2.ª segunda feira de cada mez. Dista 11 k. da séde do conc. e está situada a 4 k. da margem esquerda do rio Dão, na estrada de Aguiar da Beira a Celorico. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Penabelce *(Bairro de)*. Na freg. de Santo André, de Jou, conc. de Murça, distr. de Villa Real.

Penacova. Villa da prov. do Douro, séde de conc. e de com., distr. e bisp. de Coimbra, Relação do Porto. Tem uma só freguezia, N. S.ª da Assumpção. Está situada sobre uma montanha, na margem direita do rio Mondego, a 22 k. da capital do distr. O mosteiro de Santa Clara, de Coimbra, apresentava o prior, que tinha 470$000 réis de rendimento. E' uma das mais antigas povoações de Portugal, e talvez da peninsula hispanica, mas nada se conbece da sua historia anterior ao anno de 1086. Consta que em tempos muito remotos teve um castello, cujos vestigios ainda se divisavam ha perto de 40 annos n'um escarpado monte, ao S da villa. Este monte é quasi talhado a prumo sobre o Mondego, mas apezar d'isso está coberto de oliveiras. Uma das noticias mais remotas de Penacova, segundo consta, data das contendas que os seus habitantes tiveram com os monges de Lorvão, em 1105, as quaes harmonisou o conde D. Henrique. Estando a povoação muito abandonada e deserta pelas continuas guerras com os moiros, el rei D. Sancho I a mandou povoar, e lhe deu foral em 1192, que D. Affonso II depois confirmou, em Coimbra, a 6 de novembro de 1219. D. Manuel lhe deu foral novo, em Lisboa, a 31 de dezembro de 1513. Fôram seus donatarios os condes de Odemira, e depois os senhores de Tentugal, duques de Cadaval. As justiças de Penacova eram dependentes do ouvidor de Tentugal, ficando mais tarde sujeitas ao corregedor de Coimbra. A serra do Bussaco atravessa o conc. de E a O, e da mesma fórma a serra de Coimbra. O Mondego corta-as ambas, e recebe do seu termo as ribeiras *da Villa*, *de Gondolim* e *de Lorvão*, que todas nascem n'este concelho, e a de Poiares, que o atravessa. A egreja matriz é um templo espaçoso e muito decente, onde se vêem alguns trabalhos de architectura; o retabulo da capella-mór é de muito boa talha. A egreja tem mais oito altares lateraes. No ambito, n'outro tempo occupado pelo castello, existe a antiga capella de N. S.ª da Guia. E' um templo pequeno e pobre, com um só altar. E' tradição que esta capella foi a primitiva egreja parochial da villa, mas como era pequena e em sitio incommodo, se construiu a actual egreja no seculo XVI. No 3.º domingo de julho realisa-se aqui uma grandiosa festividade. O edificio da camara municipal é muito vasto, tem magnificas installações, tendo além das repartições respectivas da camara, o tribunal judicial, administração do concelho, repartição de fazenda, bibliotheca, recebedoria e cadeias. A população occupa-se na sua maior parte em trabalhos agricolas O brazão de Penacova é um castello de prata em campo verde, assente sobre tres pincaros d'uma serra, da qual lança agua por duas grutas do Mondego; o castello tem tres torres; sobre cada uma d'ellas tres mais pequenas, e sobre cada uma das torrinbas lateraes um côrvo e por cima de cada uma das torrinhas da torre central a era de 1605. A' direita do castello está uma estrella d'ouro sobre um crescente de prata e á esquerda um crescente de prata sobre uma estrella de ouro Penacova pertence á 5.ª div. mil., 9.ª brigada, grande circumscripção mil. Central, e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N.-Coimbra; advogados, agencia do Banco de Portugal; da companhia de seguros *Fidelidade*; de vapores: *allemã*, *franceza* e *ingleza*; fabricas de cal parda, de mós para moer milho, e de palitos; *Philarmonica Penacovense*. Tem-se publicado os seguintes jornaes: *Folha de Penacova (A)*, 19 de janeiro de 1902; *Jornal de Penacova (O)*, 1 de setembro de 1901; em publicação (dezembro de 1909). O conc. até 1855 compunha-se de 5 freguezias: Carvalho, Figueira de Lorvão, Lorvão, Penacova e Sazes. Hoje comprehende 11 freguezias, com 4:359 fogos e 16:734 habitantes, sendo 7:315 do sexo masculino e 9:419 do feminino, n'uma superficie de 14:691 hectares. As freguezias são: Nossa Senbora da Conceição, de Carvalho, 1:435 bab.: 622 do sexo masculino e 813 do fem.; S. João Baptista, de Figueira de Lorvão, 1:847 hab : 841 do sexo masc. e 1:006 do fem.; S. Matheus, de Friumes, 1:129 hab.: 488 do sexo masc. e 641 do fem.; N. S.ª da Expectação, de Lorvão, 3:609 hab : 1:704 do sexo masc. e 1:905 do fem ; Santa Marinha, de Oliveira de Cunhedo, 1:008 hab.: 391 do sexo masc. e 617 do fem.; S. Sebastião, de Paradella, 512 bab.: 214 do sexo masc. e 298 do fem ; N. S.ª d'Assumpção, de Penacova, 3:262 hab.: 1:429 do sexo masc. e 1:833 do fem.; S. Paio, de S. Paio de Farinha Pôdre, 360 hab.: 143 do sexo masc. e 217 do fem.; S. Pedro, de S. Pedro d'Alva, 2:177 hab.: 867 do sexo masc. e 1:310 do fem.; Santo André, de Sazes de Lorvão, 888 hab.: 414 do sexo masc. e 474 do fem.; S. Thiago Maior, de Travanca, 507 hab.: 202 do sexo masc. e 305 do fem. A principal industria do conc. é a navegação do rio Mondego, á qual se entrega grande parte dos seus naturaes, conduzindo do centro da provincia para a Figueira da Foz, ou d'esta para aquelle, sal, milho, vinho, azeite, lenhas e outros generos. E' o seu principal commercio palitos, cal parda de 1.ª qualidade, madeiras e lenha. || Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto, 126 fog. e 503 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 3 k. da séde do conc., está situada na margem esquerda do rio Vizella. O D. abbade do mosteiro de S. Bento, do Pombeiro, apresentava o vigario, que tinha 60$000 réis de congrua, e o pé d'altar. A terra é fertil; cria muito gado bovino. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, do Valle, conc de Arcos de Valle-de-Vez, districto de Vianna do Castello. || S. Paio, de Azões, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Penados Pov. na freg. de N. S.ª das Virtudes, de Ventosa, conc. de Alemquer, districto de Lisboa.

Penafiel (*Antonio José da Serra Gomes*, 2.º *conde e 1.º marquez de*). Official-mór da Casa Real honorario, par do reino, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario na côrte de Berlim; gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição, de Villa Viçosa; commendador da de Christo; gran-cruz das seguintes ordens estrangeiras: d'Alberto o Valoroso, de Saxonia; de Medjidic, de Turquia; de Ernesto, de Saxe Coburgo Gotha; commendador da Aguia Vermelha, da Prussia; dos Principes, de Hohenzollern; official da Legião de Honra, de França; da Rosa, do Brazil; official de Instrucção Publica, de França, etc. N. no Maranhão a 30 de agosto de 1819, fal. em Berlim a 30 de dezembro de 1891. Era

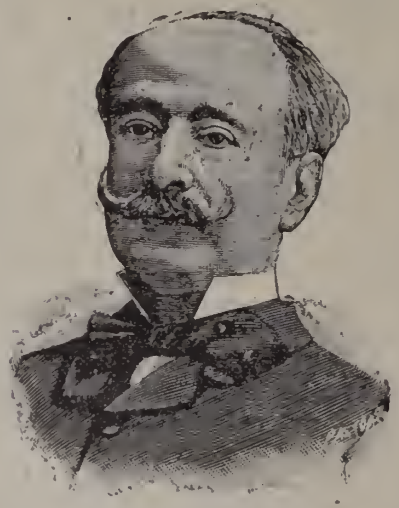

1.º marquez de Penafiel

filho de Antonio José Gomes, portuguez, e de D. Carlota Joaquina da Serra Freire, senhora brazileira. Veiu para Lisboa addido á legação do Brazil n'esta cidade. A 6 de fevereiro de 1861 casou com D. Maria d'Assumpção da Matta de Sousa Coutinho, 2.ª condessa de Penafiel como filha unica e herdeira de seu pae, o 1.º conde d'este titulo, que falleceu a 5 de novembro de 1859. Esta senhora nasceu em Paris a 3 de março de 1827, e o titulo foi-lhe confirmado por decreto de 18 de julho de 1860. Foi dama de honor da rainha senhora D. Maria Pia, dama da ordem de S. João de Jerusalem, e 9.ª senhora do officio de correio mór do reino. Serra Gomes naturalisou-se portuguez em 14 de fevereiro de 1861, e por decreto passado n'essa data foi feito conde de Penafiel, pelo seu casamento. Por decreto de 5 de fevereiro de 1869 teve o titulo do marquez de juro e herdade, assim como sua mulher, sendo pouco depois eleito par do reino. Possuidores d'uma fortuna avultadissima, os marquezes de Penafiel souberam sustentar a grandeza da sua fidalguia, transformando completamente o antigo palacio do Correio-Mór, solar do 1.º conde, n'uma habitação principesca, onde a arte e o bom gosto tiveram o seu culto. A frente do palacio, que primitivamente era voltada ao sul, para a rua das Pedras Negras, tendo a retaguarda para o largo onde existiu a egreja parochial de S. Mamede, que o terremoto de 1755 destruiu, foi em 1865 voltada para o norte, ficando a entrada principal para o antigo largo de S. Mamede, onde se vê hoje a meia laranja, denominada *Largo do Correio Mór*. O 1.º conde de Penafiel foi quem edificou este palacio, os marquezes, indo depois fixar a sua residencia em Paris em 1874, venderam em leilão toda a riquissima mobilia, em dezembro de 1875. N'aquelle palacio se realisaram esplendidas festas, bailes successivos e sumptuosos, para que eram convidadas as pessoas reaes, que a alguns assistiram. Em 1880, Fontes Pereira de Mello convidou o marquez de Penafiel para ministro de Portugal na côrte de Berlim, então legação de segunda classe, logar que acceitou, e foi occupar, desempenhando-se d'elle com a mais reconhecida competencia d'um verdadeiro e respeitavel diplomata. Uma das mais importantes commissões, que desempenhou no alto cargo que exercia, foi por occasião da conferencia de Berlim, em 1885, em que tomou parte nos trabalhos da conferencia com o conselheiro Antonio de Serpa Pimentel e Luciano Cordeiro, delegados do governo portuguez. Foi elle que assignou, por parte de Portugal, a convenção dos limites portuguezes no Congo, tratada por intervenção da França com a Associação Internacional Africana. E' hoje 3.º conde e 2.º marquez de Penafiel o sr. Manuel Antonio Maria da Serra Freire Belford Gomes da Matta de Sousa Coutinho, que nasceu a 9 de fevereiro de 1862, official-mór da Casa Real, commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de Malta, bacharel em Letras e licenceado pela Universidade de Paris, secretario da legação de Berlim.

Penafiel (*João de*). Celebre calligrapho e illuminador do seculo XVIII, conhecido por haver escripto e illumiuado o *Tombo dos bens, rendas, direitos e documentos do convento de Thomar*.

Penafiel (*Manuel José da Maternidade da Matta de Sousa Coutinho, 1.º conde de*). Ministro plenipotenciario honorario, par do reino, 8.º correio-mór do reino, gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, commendador da de Christo, cavalleiro da de S. João de Jerusalem, condecorado com a cruz n.º 5 da Guerra Peninsular; gran-cruz da de S Gregorio Magno, de Roma; coronel de cavallaria, estribeiro-mór da princeza real archiduqueza d'Austria, D. Maria Leopoldina, 1.ª mulher de D. Pedro IV, a qual acompanhou, em 1817, de Leorne ao Rio de Janeiro, etc. N. a 5 de maio de 1782, fal. a 5 de novembro de 1859. Era filho de José Antonio da Matta de Sousa Coutinho, 7.º correio-mór, official-mór da Casa Real, commendador da ordem de Christo, e de sua mulher, D. Joaquina da Camara. Succedeu a seu pae na casa e no officio do Correio-Mór, que andava na sua familia, desde largos annos. (V. *Correios, Portugal*, vol. II, pag. 1157). Seguindo a carreira das armas, entrou na Guerra Peninsular, assistindo a diversos combates. Em 1826 foi eleito par do reino. Casou em 21 de maio de 1824 com D. Maria José de Castello Branco, filha dos 1.ºˢ marquezes de Bellas, D. José Luiz de Vasconcellos e Sousa, e D. Maria Rita de Castello Branco Correia e

Cunha. O titulo de conde de Penafiel foi concedido por decreto de 17 de dezembro de 1798. O seu brazão é um escudo com as armas dos Mattas: Em campo de ouro tres mattas verdes floridas, postas em roquete.

Penafiel. Cidade da prov. do Douro, séde de conc. e de com , distr., bisp. e Relação do Porto. Tem duas freguezias: S. Martinho e S. Thiago. Está situada no alto d'um monte pouco elevado, a 2 k. da margem esquerda do rio Sousa, a 10 da margem direita do Tamega, e a 28 da capital do districto. Fazia parte da antiga prov. de Entre Douro e Minho, e pela divisão do reino decretada em 1834, ficou pertencendo á prov. do Douro. Antes de D. Fernando I, era do termo da cidade do Porto, e na vida d'este monarcha passou a ser termo da villa de Barcellos, voltando mais tarde a pertencer ao termo do Porto. O dr. Antonio d'Almeida cita uma provisão de 23 de setembro de 1394 declarando o julgado ou concelho de Penafiel termo da cidade do Porto, e só desde então assim o considera. Com o actual nome de Penafiel é povoação moderna, mas com o seu antigo nome de Arrifana de Sousa é antiquissima. (V. *Arrifana de Sousa*, *Portugal*, vol. I, pag. 752). S. Martinho, bispo, é antiga freguezia, cujo reitor era apresentado alternativamente, com o rendimento de 300$000 réis, pela mitra e pelos mosteiros benedictinos do Bostêllo (a 5 k. da cidade) e o de Paço de Sousa. Depois foi commenda da ordem de Christo. O reitor d'esta freguezia apresentava o cura da de S. Thiago, de Sub-Arrifana de Sousa, que ficava annexa, o qual tinha 20$000 rs. de congrua e o pé d'altar. O Padre Carvalho da Costa, na sua *Chorographia Portugueza*, diz que sobre a etymologia do nome Arrifana ha varias opiniões, sendo uma d'ellas a que a Arrifana dos nossos ancestraes era chamada *Arrahana* no tempo do dominio dos arabes na Lusitania, os quaes, tendo se estabelecido nos logares de Avelleda, Casal Garcia e Chêllo, lançaram os fundamentos de Arrifana de Sousa. A origem mais provavel do nome de Penafiel, que depois tomou Arrifana de Sousa, é a seguinte: Segundo os antiquarios, houve aqui dois castellos, um ao norte e outro ao sul do rio Sousa. O do N, por ficar mais perto do rio, chamava-se *castello de Aguiar de Sousa*, e deu o nome a todo o concelho; o do S, que ficava mais distante do rio e estava edificado n'um alto monte formado de penhascos, chamava-se *castello da Pena*, e como nunca se rendera aos moiros, apezar dos furiosos e repetidos ataques que soffreu, deram-lhe o nome de *castello de Pena Fiel*, que se estendeu a todo o territorio situado ao S do rio Sousa, e que veiu a ser dividido em duas ouvidorias, uma no logar do Carvalho das Sete Pedras, e outra no de Arrifana, ambas sujeitas ás justiças do Porto, tal como o era a de Aguiar. Consta que já no tempo dos godos havia n'este territorio tres egrejas que, mediante certo tributo, fôram conservadas durante o dominio arabe. Uma d'ellas era em Louredo, dedicada a S. Bartholomeu; outra em Arrifana, da invocação do Espirito Santo, e outra em Moasceres, da qual era orago S. Martinho, bispo. A de Louredo é a que existe, e foi construida com tal solidez que promette conservar-se ainda por muito tempo. Da egreja da Arrifana existe sómente a capella-mór, que é um venerando monumento da remota antiguidade. E' de architectura gothica, abobadada, com relevos e frisos dourados, guarnecida de ameias, e em fórma de castello, como a sé velha de Coimbra, tendo mais a fórma d'uma fortaleza que a de um templo. A de Moasceres passou a ter a invocação de Santa Luzia; só existe a capella-mór; onde era o corpo da egreja está hoje uma galilé, ou alpendre, firmado sobre columnas, e um pulpito de cantaria. Todas estas egrejas eram curadas por um só parocho (abbade), que residia em Moascres, e tinha grandes propriedades e rendas; porém, quando no fim do seculo XV e por todo o seculo XVI, appareceram os commendatarios, fizeram d'esta immensa parochia uma commenda, dando ao parocho o titulo de reitor. O primeiro commendatario aforou os passaes, recebia os dizimos e fóros, e dava ao parocho uma pequena pensão. Tomadas estas terras aos arabes no meado do seculo IX por D. Fayão Soares, ficou elle sendo governador dos dois castellos e de todo o territorio comprehendido nas tres freguezias citadas, fazendo em Arrifana o seu solar. Licenciou a maior parte dos seus homens d'armas que se fôram estabelecer nas duas margens da estrada do Porto a Traz-os-Montes, formando uma especie de rua a que se deu o nome de *Lagêdo*, e d'ahi para cima até junto da egreja do Espirito Santo o de *Cimo de Villa*. Tambem nas duas margens da estrada que vae de Penafiel a Entre-os Rios, se fôram construindo casas e formando os logares de *Valle do Tojeiro*, *Pussos* e *Vinha do Monte*. Esta estrada entroncava com a que vinha do Porto no *Monte do Povo*. Quando em 1260 D. Affonso III mandou estabelecer feiras e mercados nos sitios em que mais conviessem, os moradores da Arrifana instituiram logo uma feira de tres dias, junto á egreja do Espirito Santo, no proprio dia do Pentecostes, d'esse anno, e nos dois dias seguintes. Passados poucos annos se creou outra feira, junto á egreja de S. Bartholomeu, de Louredo, a 24 de agosto. Depois creou-se um mercado no dia 10 de cada mez, e mais tarde outro a 24. O estabelecimento d'estas feiras e mercados fez desenvolver muito a industria, o commercio, a agricultura e a população de Arrifana. Em 6 de fevereiro de 1386, estando D. João I no arraial ou acampamento de sobre Chaves, recompensou os bons serviços que prestára o seu vassalo João Rodrigues Pereira, dando-lhe a honra de Baltar e Paço, e logo a 8 do mesmo mez e anno lhe deu o julgado de Penafiel, tudo de juro e herdade, com a jurisdicção civel, crime, mero e mixto imperio, reservando apenas a correição e alçada. (Documento da camara do Porto). Pelo ramo dos Pereiras passaram os Peixotos, da casa da Calçada, que eram adais-móres, a ser senhores donatarios de Arrifana de Sousa. Estabelecida em Roma pelo pontifice Paulo III a confraria do Santissimo Sacramento em 1539, foi Arrifana a primeira terra, que depois de Roma, fundou em todo o orbe catholico uma confraria d'aquella invocação, cujos estatutos fôram confirmados por

Brazão da cidade de Penafiel

um breve apostolico do mesmo papa, a 13 de julho de 1540, só oito mezes depois de approvados os de Roma, que foi a 30 de novembro de 1539. Esta confraria foi estabelecida na egreja do Espirito Santo, que era então a maior da povoação. Quando em Inglaterra principiou o scisma, proclamado por Henrique VIII, estava estabelecido n'aquelle reino João Correia, natural de Arrifana, que fugiu para a sua patria, trazendo comsigo uma imagem de Jesus Crucificado, que está hoje na egreja da Misericordia; e outra de N. S.ª da Piedade, que foi collocada n'uma capella de S. Sebastião, existente então fóra do logar, mudando-se a invocação para *N. S.ª da Piedade.* Mais tarde fundou-se outra capella do mesmo titulo, que se ficou chamando *capella de N. S.ª da Piedade de Baixo*, e a outra *N. S.ª da Piedade de Cima.* O mesmo João Correia mandou, á sua custa, reparar e adornar a egreja do Espirito Santo, dando-lhe ricos paramentos e dotando-a de boas rendas para a sua fabrica. Mandou vir de Flandres uma bella imagem de N. S.ª do Rosario, que já em 1537 estava no seu novo altar. Tendo-se desenvolvido muito a população da parochia, e sendo pequena a egreja de Moasceres, e estando na extremidade da freguezia, em sitio quasi deserto, decidiu o povo mudar a residencia do parocho para o logar da Arrifana, e construir aqui uma nova matriz, com os materiaes da antiga egreja do Espirito Santo, aproveitando para os sinos uma antiga torre que existia ali, e pertencera á casa dos Sousas, estando então abandonada. Oppoz-se Gonçalo Correia, filho de João Correia, com o fundamento de que seu pae reedificara aquella egreja, e que tinha ali a sua sepultura. A contenda terminou por um accôrdo feito entre as duas partes, legalisado por escriptura publica, feita nas notas do tabellião Ruy de Couros, da cidade do Porto, em 7 de junho de 1559. Por esta escriptura se obrigaram a deixar a capella-mór da egreja do Espirito Santo, com o arco cruzeiro aberto para a egreja nova, e assim se fez. Tambem se oppuzeram a esta mudança os povos de Moasceres, Aperrella e Avelleda, mas por fim vieram todos a um accôrdo, e fez-se a nova matriz n'um logar chamado do Fraguêdo, a qual é um sumptuoso templo de architectura gothica e de tres naves. Em 1569, estando a egreja já no caso de se celebrarem n'ella os officios divinos e administrarem os sacramentos, veiu para aqui em solemne procissão, a 6 de novembro a imagem de S. Martinho, da antiga egreja, e é a que se conserva ainda no altar-mór. O commendador comprou a D. Manuel de Noronha uma morada de casas, que possuia perto da egreja nova, para servir de residencia ao reitor. Em 1570 concluiu-se o frontispicio, e fizeram-se as capellas do Santissimo e de N. S.ª do Rosario, mas nem estas, nem a capella-mór ficaram, como são agora. Só em 1691 é que se compraram umas casas que ficavam encostadas á egreja, para se demolirem, e em seu logar se accrescentaram as obras. A capella-mór foi feita em 1694, e a do Santissimo em 1769. A ordem Terceira de S. Francisco foi instituida n'esta egreja no altar, que é hoje de S. João, pouco depois de terminarem as obras; mas em 1682 mudou-se para a egreja dos frades capuchos. Tendo até então a sua secretaria e fabrica n'umas casas que tinha comprado a Anna Rodrigues, viuva de Nicolau de Sousa em 1677; depois da mudança, vendeu esta casa em 1685. A confraria do Senhor dos Passos, que ha n'esta egreja, comprou em 1856 umas casas, que ficavam contiguas ás da fabrica do Santissimo, e ambas as confrarias fizeram um bello edificio, que se concluiu em 1863, importando em mais de dois contos de réis. Pinho Leal, no seu *Portugal antigo e moderno*, vol. VI, pag. 565, diz que Arrifana de Sousa não tem foral antigo nem moderno, mas José Augusto Vieira, no *Minho Pittoresco*, vol. II contesta esta opinião, dizendo: «Não obstante a Arrifana ser desde o tempo de D. João I cabeça do julgado de Penafiel, o seu primeiro foral só por D. Manuel lhe foi dado em 1 de junho de 1519, mas parece que sem lhe dar a categoria de villa, a que sómente se elevou por decreto de 7 de outubro de 1741, assignado por D. João V, *attendendo ao requerimento dos moradores e a ser logar populoso e de muita nobreza*, etc.» Pinho Leal traz a data de

Camara Municipal de Penafiel

25 de fevereiro, e no livro *Hontem e hoje*, de Coriolano de Freitas Beça, a pag. 103, nota *A*, diz *carta de lei* de 14 de março de 1741. Ficou então Arrifana de Sousa considerada cabeça do concelho, sendo o seu primeiro juiz de fóra o bacharel Francisco Teixeira da Motta, tendo dois juizes ouvidores, casa do concelho para audiencias, cadeia e pelourinho, symbolo da jurisdicção, um contador, tres tabelliães do publico, judicial e notas, e um escrivão das sizas. Na qualidade de villa teve os primeiros vereadores, que eram tres, e um procurador e seu respectivo escrivão com dois almotacés nomeados pela camara, e escrivão privativo, tudo acompanhado do competente cortejo dos juizes de vintena, meirinhos, porteiros, quadrilheiros e mais officiaes precisos para a execução da justiça e manutenção da ordem, mas continuando a fazer parte da camara do Porto, e vindo aqui os corregedores em correição. D. José I, por carta de lei de 17 de março de 1770, a elevou a cidade liberalisando-lhe os privilegios e liberdades, de que as outras cidades gozavam, concorrendo com ellas em todos os actos publicos, e gozando os seus cidadãos de todas as distincções e preeminencias privativas das demais cidades sem differença alguma, e lhe concedeu por termo todo o concelho de Penafiel, d'onde lhe veiu o nome, e lhe nomeou corregedor e provedor da comarca, e creou as cadeiras de grammatica latina e grega, de rhetorica e philosophia racional. No reinado de D. José foi tambem Penafiel separada do Porto ecclesiasticamente, para se erigir em bispado, por uma bulla de Clemente XIV, datada de 10 de junho do mesmo anno, sendo o primeiro bispo eleito D. Fr. Ignacio de S. Caetano, da ordem dos carmelitas descalços, e confessor de D. Maria I, sendo ainda princeza do Brazil, motivo por que nunca foi a Penafiel, apezar de lhe ter sido preparado o respectivo paço. Fallecendo D. José em fevereiro de 1777, D. Maria I, subindo ao throno, instigada pelos seus ministros e conselheiros, não só depoz de todos os seus empregos o marquez de Pombal, mas annullou grande parte das leis e decretos do seu governo. Em 1778 obteve do bispo D. Fr. Ignacio de S. Caetano a renuncia do bispado, e do papa Pio VI que fôsse abolida a diocese de Penafiel, pela bulla de 11 de dezembro d'aquelle anno, tornando a ser incorporada na do Porto. O bispado de Penafiel occupava uma enorme area, pois chegava até Campanhã, pertencendo-lhe a quinta do Prado, hoje convertida no cemiterio do Prado do Repouso. D. Fr. Ignacio de S. Caetano foi depois eleito arcebispo de Thessalonica *in partibus*. Emquanto o bispado existiu, serviu de cathedral a egreja da Misericordia. No anno de 1814 foi esta cidade escolhida para quartel de caçadores n.º 6, e já antes era capital da capitania-mór, que tinha á testa um capitão-mór, commandante do terço das ordenanças de Penafiel, e mais tinha um regimento de milicias, denominado antes terço de auxiliares commandado por um mestre de campo, e por decreto de 7 agosto de 1796 elevado a regimento commandado por um coronel. O brazão d'armas de Penafiel é um enigma heraldico. Segundo uns, o primitivo brazão foi-lhe dado por D. Fayão Soares, e consistia n'um escudo coroado e dentro uma aguia negra, tambem coroada, entre duas espadas núas, com as pontas para cima. Segundo Rodrigo Mendes da Silva, e outros, as armas consistem n'um escudo com uma cruz da ordem de Christo entre as duas espadas, e tem por timbre uma aguia coroada. Ha uma terceira variante, que é a seguida pelo municipio penafidelense: as armas differem das antecedentes por não terem a aguia, persistindo o habito de Christo em campo branco, e vendo-se o escudo orlado pela parte superior com uma fita em que se lê: *Civitas fidelis*, tendo d'um lado uma palma e do outro um ramo d'oliveira. Julga se que sendo Arrifana elevada a villa se lhe désse brazão com as espadas do escudo do antigo concelho e a cruz allusiva á sua qualidade de terra da ordem de Christo. Mais tarde, sendo elevada a cidade, a camara municipal adoptasse o actual brazão, juntando-lhe a fita e a legenda. Penafiel teve dois conventos, um de frades capuchos fundado em 1666, onde está hoje o hospital da Misericordia, e outro de recolhidas, que está no bairro da Piedade, e pertence á camara; na sua cêrca se construiu o quartel militar. Proximo vê-se a camara municipal, em cujo edificio está o tribunal judicial, e todas as repartições administrativas. A 2 k. ao N da cidade existiu o convento de S. Miguel de Bostêllo, que foi de monges benedictinos. Passando a ponte que está sobre o rio Sousa, para a veiga da Avellêda, atraz d'uma capellinha dedicada a S.

Penafiel—Paiol militar

Roque, vê-se um tumulo, com a inscripção quasi apagada pelo tempo. No *Agiologio Lusitano* diz o P. Jorge Cardoso que é a sepultura de Fr. Manuel da Resurreição, conventual do mosteiro da Conceição, de Mattosinhos, que era natural de Arrifana de Sousa, e que vendo os seus patricios dizimados pela peste, lhes veiu acudir com soccorros para os corpos e para as almas, e fal. victima da sua dedicação em 25 de fevereiro de 1579. Ao E e a pouca distancia da cidade, em terreno montanhoso, existe um penedo com uns riscos que parecem caracteres desconhecidos. Chama-se-lhe o *Penedo das Merendas*. Parece ser a ara dos sacrificios de religião ignorada, pois que as aras celticas teem outra configuração. Tambem perto de Penafiel, onde principiavam os marcos do seu foral, mas já em territorio da freguezia de Oldrões, existiu no local ainda hoje chamado *Carvalho das Sete Pedras* um monumento druidico. Era um dolmen celtico. O nome actual indica que a *mesa* assentava sobre seis pedras perpendiculares. Ha seculos que d'este dolmen só resta a memoria e o nome. Ha na cidade as seguintes egrejas e capellas: *Egreja da ordem Terceira do Carmo*, fundada no principio do seculo XIX sobre as ruinas d'uma antiga capella de Santo Antonio, e que por isso se ficou chamando ao sitio *Santo Antonio Velho.*=*Capella de N. S.ª da Piedade*, que foi a antiga capella de S. Sebastião, em que já se falou; foi reedificada e ampliada em 1659, instituindo-se então uma irmandade, denominada *Escravos da cadeia de N. S.ª da Piedade*, cuja instituição foi confirmada pelo papa Alexandre VII, em 1660. Em volta da capella havia um olival. A camara municipal o tomou de aforamento em 1790, por 4$000 réis annuaes, e n'elle fez a actual *Praça d'Alegria.* =*Egreja de N. S.ª da Conceição*, foi um recolhimento d'este titulo, edificado por 5 beatas, que compraram um chão a Gonçalo Ferreira da Costa, e para n'elle se recolherem. D. Thomaz d'Almeida, então bispo do Porto, lhes approvou o instituto, impondolhes o habito de N. S.ª da Conceição. Por morte da ultima religiosa, o governo deu á camara municipal o edificio, por lei do 23 de novembro de 1871, para augmento do Campo da Feira e a construcção d'um quartel militar.=*A capella do Calvario*, e casas da fabrica, da ordem Terceira de S. Francisco, está no monte do *Facho*. Havia aqui uma capella muito antiga de Jesus Crucificado. A ordem Terceira, que em 1682 se tinha mudado para a egreja dos frades capuchos, passado mais d'um seculo quiz construir uma egreja propria. Principiou as obras em 1804, e em 1810 se celebrou ali a primeira missa; mas só a capella-mór estava forrada, e o corpo da egreja apenas coberto de telhado. Em 1834 a 1835 se fez a torre dos sinos, e se construiu uma bella casa da fabrica, secretaria, e residencia do capellão e sacristão. = *Capella do senhor dos Passos*. Tem imagens de primorosa esculptura, e quasi todas feitas por artistas de Penafiel. A confraria tem na rua do *Sacramento* uma boa casa da fabrica, secretaria e arrecadação, onde se guardam os riquissimos ornamentos que lhe pertencem.=*Capella da Senhora d'Ajuda*; era uma ermidinha muito antiga, com alguns rendimentos, em fóros e dinheiro, com o que, e com esmolas foi restaurada e ampliada, sendo hoje um bello templo, todo do abobada, com altar-mór e dois altares lateraes. Ficando a capella-mór acanhada, comprou-se em 1875 um terreno contiguo, para a ampliarem. Tem uma bella sacristia e boa casa da fabrica, e torre com muito bons sinos. Possue muitos e bons paramentos, antigos e modernos, e bellas imagens. Fóra da cidade ha ainda varias capellas. Nos arredores de Penafiel ha quintas magnificas, como a do *Calvario*, *Quinta do Bispo*, *Quinta e casa das Lages*, *da Senhora da Guia*, *da Avelleda*, etc. Pertence á 6.ª div. mil., 11.ª brigada, grande circumscripção mil., N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante; tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr., com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas; est. do caminho de ferro, na linha do Douro, que foi inaugurada a 29 de julho de 1875, com o maior regosijo e grandes festas, e que fica hoje entre os apeadeiros de S. Thiago e Meinedo, agencias bancarias: do *Banco Alliança; Banco Commercial do Porto e Lisboa; Banco Lusitano e Mercantil de Vianna; Banco do Minho; Banco de Portugal*, *Crédit Franco-Portugais;* agencia de seguro: *Sociedade Portugueza;* associações: *Artistica de Soccorros Mutuos Penafidelense*, *Commercial e Industrial*, *Funebre Penafidelense;* collegios: *De N. S.ª do Carmo, De N. S.ª da Conceição, Do Sagrado Coração de Maria*; hospicios, hoteis, fabricas de sola, de manteiga, de papel de palha de milho para cigarros, de piugas de lã; medicos, pharmacias, advogados, notarios, restaurantes, *Theatro Penafidelense*, *Gremio Recreativo Penafidelense;* typographias; asylo da infancia desvalida, asylo de entrevados; feiras: de gado cavallar e bovino, 10 a 12 de abril e 10 a 20 de novembro; de gado bovino e cereaes, muito importante, a 24 de agosto; ha tambem feiras nos dias 10, 20 e 30 de cada mez; guarnição militar: 1.º grupo do regimento de artilharia n.º 4, e 3.º batalhão de regimento de infantaria n.º 20. Teem-se publicado os seguintes jornaes: *Arte (A)*, fevereiro de 1885; *Commercio de Penafiel (O)*, 22 d'abril de 1876 a 16 de agosto de 1893; *Commercio (O)*, 19 de agosto de 1893, em publicação, dezembro de 1909; succedeu ao *Commercio de Penafiel*, sendo continuado pelo *Futuro (O)*, 29 de janeiro de 1888; foi successor do jornal *A Sciencia; Jornal de Penafiel*, 1 de novembro de 1886, em publicação, dezembro de 1909; *Judiciario (O)*, 1 de janeiro de 1896; *Penafidelense (O)*, 1 de janeiro de 1878, em publicação, dezembro de 1909; *Recreio (O)*, 12 de abril de 1883; *Sciencia (A)*, 24 de abril a dezembro de 1887; foi continuado pelo *Futuro; Seculo XIX (O)*, 2 de março de 1864 a 30 de agosto de 1865; o primeiro jornal de Penafiel; mais tarde passou a sel-o no Porto, até 1883; *União (A)*, 18 de junho de 1885; *Vencedor (O)*, 21 do fevereiro do 1887; *Vespa*, 27 de fevereiro a 17 de março do 1889. O conc. de Penafiel comprehende 36 freguezias, com 7:655 fog. e 31:868 hab., sendo 14:534 do sexo masc. e 17:334 do fem., n'uma superficie de 25:550 hect. As freguezias são: S. Pedro, de Abragão, 1:383 hab.: 649 do sexo masc. e 734 do fem.; S. Miguel, do Boelhe e Passinhos, 821 hab.: 358 do sexo masc. e 463 do fem.; S. Miguel, de Bostêllo, 1:116 hab.: 516 do sexo masculino e 600 do feminino; O Salvador, de Cabeça Santa, 795 hab : 339 do sexo masc. e 456 do fem.;

S. Mamede, de Canellas, 891 hab.: 400 do sexo masc. e 491 do fem.; S. Thiago, de Capella, 582 hab.: 248 do sexo masc. e 334 do fem.; O Salvador, de Castellões de Recesinhos, 567 hab.: 268 do sexo masc. e 299 do fem.; S. Pedro, de Croca, 584 hab.: 262 do sexo masc. e 322 do fem.; Santo Adrião, de Duas Egrejas, 1:017 hab.: 468 do sexo masc. e 549 do fem.; Santa Maria, de Eja e Entre Rios, 898 hab.: 428 do sexo masc. e 470 do fem.; Santa Marinha, de Figueira, 263 hab.: 118 do sexo masc. e 145 do fem.; S. Thiago, de Fonte Arcada, 907 hab.: 392 do sexo masc. e 515 do fem.; S. Salvador, de Gallegos e Boa Vista, 947 hab.: 435 do sexo masc. e 512 do fem.; S. João, de Guilhufe, 920 hab.: 442 do sexo masc. e 478 do fem.; S. Vicente e Santa Maria, de Irivo e Coreixas, 728 hab.: 325 do sexo masc. e 403 do fem.; S. Martinho, de Lagares, 1:077 hab.: 469 do sexo masc. e 608 do fem.; S. João Baptista, de Luzim, 734 hab.: 352 do sexo masc. e 382 do fem.; Santo André, de Mareces, 661 hab.: 324 do sexo masc. e 337 do fem.; S. Martinho, de Milhundos, 580 hab.: 275 do sexo masc. e 305 do fem., O Salvador, de Novellas, 523 hab.: 239 do sexo masc. e 284 do fem.; Santo Estevão, de Oldrões, 517 hab.: 253 do sexo masc. e 294 do fem.; S. Salvador, de Paço de Sousa, 1:628 hab.: 728 do sexo masc. e 900 do fem.; S. Miguel, de Paredes, 313 hab.: 145 do sexo masc. e 168 do fem.; S. Martinho, de Penafiel, 5:085 hab.: 2:434 do sexo masc. e 2:651 do fem.; Santa Maria, de Perozello, 584 hab.: 257 do sexo masc. e 329 do fem.; S. Vicente, de Pinheiro, 801 hab.: 349 do sexo masculino e 452 do fem.; S. Paio, de Portella, 759 hab.: 320 do sexo masc. e 439 do fem.; S. Miguel, de Rans, 480 hab.: 221 do sexo masc. e 259 do fem.; S. Mamede, de Recesinhos, 742 hab.: 328 do sexo masc. e 414 do fem.; S. Martinho, de Recesinhos, 981 hab.: 442 do sexo masc. e 539 do fem.; S. Martinho, de Rio de Moinhos, 1:324 habitantes: 605 do sexo masc. e 719 do fem.; Santa Martha, 372 hab.: 166 do sexo masc. e 206 do fem.; S. Paulo, de Sebolido, 784 hab.: 337 do sexo masc. e 447 do fem.; S. Miguel, de Urrô, 302 hab.. 133 do sexo masc. e 169 do fem.; S. Thiago, de Valpedre, 645 hab.: 266 do sexo masc. e 379 do fem.; S. Romão, de Villa Cova de Vez de Aviz, 525 hab.: 243 do sexo masc. e 282 do fem. O principal commercio do conc. é milho, vinho, cereaes, gado e lacticinios. N'este conc. ha as thermas denominadas *Entre-os Rios*, na freg. do mesmo nome, e as de S. Vicente, na freg. de S. Vicente, ambas com hoteis de primeira ordem. Os logares mais importantes são: Entre os Rios, Rio Mau, Ribaçaes, Paço de Sousa e Rio de Moinhos. Acêrca de Penafiel, póde vêr-se o *Minho Pittoresco*, vol. II, pag. 511 e seguintes; *Penafiel-Hontem e hoje*, por Coriolano de Freitas Beça.

Penafiel *(Misericordia e hospital de)*. A instituição da Santa Casa da Misericordia data de 1509, tendo principio na capella de *Nossa Senhora do Hospital*, situada em frente da egreja matriz. Foi a segunda do reino, tendo sido a primeira fundada em Lisboa em 1198 (V. *Portugal*, vol. IV, pag. 1144 e seguintes). A sua acção benefica e consoladora começou pela manutenção d'um pequeno hospital e um albergue que servia de recolhimento aos miseros viandantes que transitavam pela antiga villa da Arrifana. Ali se conservou até 1621, anno em que o abbade de Ermêllo, o licenciado Amaro Moreira de Meyrelles, mandou construir á sua custa uma nova egreja, com casas annexas para secretaria, botica e mais officinas, no rocio das Chans, para onde se mudou a Misericordia, continuando a existir a antiga egreja, uma enfermaria e a casa para os serventes, conservando-se ali a imagem do *Nosso Senhor do Hospital*, que João Correia trouxera de Inglaterra (V. *o artigo antecedente*) e a de *Nossa Senhora das Dôres*, que fôra da antiga matriz. O abbade Amaro Moreira, além do magnifico edificio, e da dotação de duas mil medidas annuaes, contemplou a egreja com paramentos riquissimos e alfaias, e lhe deixou ainda varios legados. Impôz á Misericordia a obrigação de ter sempre na capella-mór, do lado do Evangelho, uma cadeira de espaldar, para n'ella se sentar o que fôsse senhor da quinta do Marnel, na freg. de Bitarães, todas as vezes que quizes-

Egreja da Misericordia de Penafiel

se assistir ás festividades que se celebrassem n'este templo. A cadeira primitiva, por estar arruinada, foi substituida em 1861, por outra nova, pelo então proprietario da quinta, o conde de Azenha, Ignacio Correia Leite d'Almada. Esta egreja da Misericordia é a que existe actualmente; tem uma só nave, é de architectura graciosa, d'aspecto grave e majestoso. A capella-mór é de abobada de pedra, lavrada com o maior primor, sendo o altar de talha dourada, feita ou reformada em 1822. O orgão pertenceu ao convento de Bostêllo, assim como fôram de Paço de Sousa muitos dos ricos paramentos que a Misericordia possue. São dignas de menção algumas esculpturas e as pinturas que adornam o templo, e que parece poder attribuir-se ao pincel de Antonio Penedo. Esta egreja serviu de cathedral emquanto durou o bispado de Penafiel. A irmandade da Misericordia não teve estatutos proprios até 1697, governando-se até então pelos da Misericordia de Lisboa, no que lhe era commum. Com a installação da irmandade na sua nova egreja, ampliaram se as dependencias hospitalares adstrictas á extincta capella, conservando se ali esses serviços durante duzentos e tantos annos. Em 1835 a Misericordia obteve o antigo convento dos Capuchos, que fôra fundado em 1666, e creou n'elle o seu hospital, melhorando, em harmonia com as necessidades da epoca, os seus serviços, visto assim lhe permittirem os seus recursos successivamente engrossados pelos avultados donativos dos seus numerosos bemfeitores. Os serviços hospitalares da Misericordia ali se conservaram até 1893, anno em que fôram lançadas por terra as dependencias do extincto convento dos Capuchos. No dia 7 de janeiro de 1876 havia se inaugurado uma enfermaria de entrevados, para a creação da qual muito ajudara a irmandade o graudo bemfeitor Antonio José Leal, em commemoração do anniversario da morte de sua mãe, D. Gertrudes Alzina Leal, subscrevendo com 120$000 réis annuaes, duas decentissimas camas completas, e um fato para um pobre. N'esse dia celebrou-se na egreja do hospital uma missa por alma da finada, a que assistiu a irmandade da Misericordia e muito povo. Finda a missa, pronunciaram discursos commovedores Simão Rodrigues Ferreira e Bernardino José de Mello e Sousa. Em seguida fôram conduzidas á enfermaria os dois primeiros entrevados pelos braços do provedor da Santa Casa e do irmão bemfeitor. Houve solemne *Te-Deum*, cantado pela capella de musica de Villa Boa, e sermão pelo P. Magalhães, capellão da Santa Casa. Seguiu-se a distribuição do jantar aos doentes e aos entrevados, acto a que assistiram todas as pessoas, que se reuniram nos actos religiosos. O hospital estava decentemente armado e ornado de flôres, tocando no atrio uma banda de musica. Comtudo, este hospital era de acanhadas dimensões, para o numero successivamente augmentado dos enfermos que a elle concorriam, o que difficultava o livre exercicio da caridade á Misericordia, á qual cabia o encargo de receber e agasalhar, não só os doentes da cidade e respectivo concelho, como os pobres do concelho de Marco de Canavezes, obrigação imposta por um legado importantissimo do dr. Joaquim de Vasconcellos Carneiro de Magalhães, d'aquelle concelho, legado aproximadamente, de 40:000$000 réis. Urgia, portanto, proceder quanto antes á construcção d'uma nova casa hospitalar, vasta, confortavel, e que satisfizesse a todos os requisitos adoptados modernamente em construcções analogas, e impostos pelos mais rigorosos principios da hygiene. Deliberando então a Misericordia demolir o antigo hospital, determinou-se mandar levantar o projecto da nova construcção e orçamental-o com a maxima brevidade. As obras fôram dadas de empreitada geral, e no dia 30 de junho de 1890 começou-se a profundar os alicerces e a proceder á remoção de materiaes, sendo a 20 de outubro do mesmo anno lançada a primeira pedra nos alicerces da fachada do norte. Os trabalhos de construcção seguiram regularmente, sob a fiscalisação directa do conselheiro Araujo e Silva, sendo a obra de cantaria executada debaixo da direcção de Domingos Gonçalves Castanheira, artista de Vianna do Castello, por conta do empreiteiro José Joaquim da Cunha, de Barcellos, a quem o primitivo empreiteiro arrematante, Manuel Vieira Gonçalves, de Penafiel trespassara a empreitada geral. A inauguração realisou-se a 24 de junho de 1894. A fachada principal do edificio é d'architectura elegante e graciosa No remate do frontão divisa-se a estatua da *Caridade*, de proporções convencionaes, cinzelada em granito por um desenho do engenheiro Araujo e Silva, e executada na officina de Manuel José Ferreira, do Porto. Asseuta n'um pedestal de cantaria, que se eleva pela parte posterior do remate, distinguindo-se dos pontos mais culminantes da cidade. Encravadas no tympano do frontão, vêem-se as armas da Misericordia entretecidas de florões e ornatos abertos em granito. Na fachada lateral do norte, no rez-do-chão, quasi na extremidade da extensa ala, vê-se um tanque com uma bica de agua destinada á rega do quintal. No topo do frontão transversal sobresae a estatua da Fé, appoiada n'um pedestal de cantaria lavrada, vendo-se nos extremos, em cima de dois pilares, duas espheras de pedra. A fachada lateral do sul, que faz parte do projecto geral, é a reproducção exacta da ala do norte, não fôra construida ainda á data da inauguração. Em frente do corpo principal do edificio estende-se um vasto jardim, convenientemente arruado, com graciosos macissos de relva entremeados de plantas e flôres, tendo deante da porta principal um bonito lago de fórma circular em cujo centro se ergue uma estatueta de granito por onde sóbe o repuxo. O recito ajardinado abrange a frontaria do hospital, a da egreja dos Capuchos e a do Asylo das Raparigas Pobres. E' separado da via publica, que lhe fica deante, n'uma pequena eminencia, por um extenso gradeamento de ferro. Pela porta principal entra-se no amplo vestibulo, que serve de sala de espera para os doentes que vem diariamente á consulta do hospital, tendo em frente uma larga escada guarnecida de balaustres, que conduz a um espaçoso patamar, d'onde parte um lanço para a direita e outro para a esquerda. Esta escada dá accesso ao andar nobre. Dentro do vestibulo, ao fundo, destacam-se duas portas largas que estabelecem communicação com o corredor posterior, por sob os dois lanços d'aquella escada. Aos lados ficam quatro portas, menos largas do que as outras. As duas mais afastadas dão serventia para o corredor, que em

toda a extensão, e transversalmente, passa nas dependencias do edificio, e as duas mais proximas fecham as primeiras salas. Pela da direita entra-se n'uma sala rectangular, com duas janellas rasgadas para o jardim, a qual serve de consultorio e gabinete do medico de serviço. Saindo pelo fundo, encontra se um corredor que rompe todo o comprimento, e dá ingresso a todas as dependencias internas d'este andar. A enfermaria de 2.ª classe para doentes particular, é uma sala quadrada, a qual, como todas as suas congéneres póde comportar dez camas e os respectivos lavatorios, mesinhas de cabeceira e cadeiras. Tem tres janellas para a frente, que olham para o recinto exterior ajardinado, e duas para o adro da egreja dos Capuchos. Posterior a esta enfermaria fica a cozinha, uma sala exactamente egual á da frente, com a differença de que tem só duas janellas, que olham para o adro da alludida egreja. A casa de banhos é contigua á cozinha. Voltando ao vestibulo, entra-se pela primeira porta da esquerda, n'uma sala, onde está mente, a intervallos eguaes, a qual nos leva ao andar nobre, ou segundo andar, como se designava na planta. A luz vem de duas rasgadissimas janellas e d'uma porta, collocada ao meio d'ellas, dando saida para um patamar descoberto da parte posterior. A escadaria divide se em dois lanços, um para a direita e outro para a esquerda. No cimo d'estes encontra-se a sala nobre, ou sala das sessões, que occupa o corpo central do edificio, servido por duas portas, que, ligando com o corredor que lhes passa deante, olham para cada um dos lanços da escada. O corredor, alargando ahi, guardado por uma balaustrada artisticamente disposta, fórma um como gracioso parapeito ou varanda. Seguindo á direita, o corredor conduz a uma enfermaria de 1.ª classe para particulares: uma sala rectangular como a que lhe fica na parte inferior, com duas janellas para o recinto ajardinado. Proxima, mas isolada, está uma sala quadrada, dormitorio das irmãs hospitaleiras, as quaes desempenham o serviço hospitalar. Tem tres janellas sobre o jardim, e qua-

Hospital da Santa Casa da Misericordia de Penafiel

estabelecida a rouparia geral. Adeante ha uma sala quadrada, de grande capacidade, como todas as outras, com janellas para o norte; é uma enfermaria de 2.ª classe para particulares. Pela porta do fundo, entra-se n'um corredor, e na frente vê-se a sala de operações cirurgicas, tanto para as pequenas operações diarias, como para as mais graves e importantes. Segue-se depois, occupando toda a vasta superficie da ala norte, a extensa e larguissima enfermaria geral para homens, precedida d'uma sala-gabinete para os enfermeiros. E' confortavel e batida de muita luz fornecida por oito janellas que olham para o norte, e por tres mais largas ao fundo, d'onde se descobre um lindo ponto de vista. Esta enfermaria tem ao lado direito uma desafogada galeria para passeio de convalescentes, na qual existem, diametralmente oppostas, seis grandes janellas. Das do exterior desfructa-se o pateo do edificio, e as do interior dão para a enfermaria. D'esta se passa a uma ante-camara. Subindo-se a escada nobre, commoda, inundada de luz, guarnecida de balaustres que sóbem gradualtro para o adro dos Capuchos, seguindo a mesma disposição das do andar inferior. Immediatamente posterior ao dormitorio fica o refeitorio. Mais para a retaguarda vê-se o tubo da chaminé, que rompe telhado fóra, e installado junto da parede o elevador para transporte de refeições para aquellas e para os doentes, e pessoas cujo serviço se estende da cozinha, que fica em baixo, ao pavimento do rez do chão. N'uma ante-camara, que recebe luz d'uma janella em galeria que fica áquem das escadas do vestibulo, é o guarda-roupa das irmãs hospitaleiras. Para a direita e frente do edificio depara-se com uma sala rectangular, enfermaria de 1.ª classe para senhoras, com duas janellas para o jardim; seguidamente outra sala quadrada, com tres janellas para o jardim e quatro para o quintal da Santa Casa, enfermaria de 2.ª classe para senhoras. Seguindo o grande corredor, chega-se a uma varanda d'onde se goza um bonito panorama. Retrocedendo, entra-se n'uma enfermaria de 2.ª classe para senhoras, separada convenientemente da enfermaria geral das mulheres, que se lhe segue e é extensissima; re-

cebe ar e luz por 16 janellas, 8 de cada lado, e 3 no fundo, altas e larguissimas. Das da galeria para convalescentes, que fica á direita, 6 deitam para o pateo descoberto, e outras 6 abrem sobre a enfermaria. Abandonando esta galeria passa-se a uma ante-camara que tem uma janella envidraçada, áquem do lanço direito da escada nobre. Chega-se á grande porta que dá ingresso para o pateo descoberto, da parte posterior. D'ahi segue uma escadaria de construcção elegante, resguardada por varandins de ferro em todo o trajecto. Começa por dois patamares superiores, tendo dois lanços obliquos que convergem n'uma sensivel inclinação para o interior, formando em baixo um patamar quadrado que distribue alguns degraus para dentro e fóra do pateo. Em frente, seguindo para o interior do rez-do-chão, está um portal que fecha um armazem de grandes dimensões, com duas portas: 1.ª á direita e a 2.ª á esquerda, abertas sob o pavimento de cada um dos lanços da escadaria. No rez-do-chão está o armazem de utensilios e objectos deteriorados, havendo ainda um outro armazem contiguo, servido de luz pelo lado do sul, por quatro janellas gradeadas de ferro exteriormente, abertas para o adro da egreja. Dividido a meio, este armazem é occupado, para a frente, pela dispensa, que communica com a cozinha por uma escada de poucos degraus, e para a parte posterior fica o refeitorio dos enfermeiros dos doentes e invalidos no rez-do-chão. Termina ali o serviço do elevador, e proximo d'este se estende uma banca de pedra, com agua de torneira, para lavagem de louça. A galeria dos invalidos, homens e mulheres, é ladrilhada a mosaico nacional de differentes côres. Ao lado direito, limite da ala norte, frente, ficam duas enfermarias ou aposentos dos invalidos, alongando-se uma e outra convenientemente separadas, favorecidas por portas mais largas e mais elevadas, arqueadas na parte superior, que deitam para o quintal. Tem leves varandas de ferro, conchegadas ás humbreiras. Ha ainda a casa das autopsias; saindo vae-se á galeria dos contagiosos, ventilada, com muita sombra, e atravessando-a entra se na enfermaria de doentes atacados de molestias contagiosas. E' ampla, e tem oito janellas que deitam para o quintal. Sob a casa de desinfecção de roupas fica a casa mortuaria, ou deposito de cadaveres. E' uma construcção com a apparencia d'uma pequena casa de campo, ao rez-do-chão, isolada, para além, e a alguns metros de distancia d'um pateo descoberto. Vê se então um corredor em rapido declive, completamente fechado, com duas janellas, o qual dá passagem da galeria do 1.º andar a um mirante. O pateo é separado do terreno que foi dos claustros do convento dos Capuchos por um pequeno muro. Ha ali um chafariz antigo, que é tudo quanto resta do historico e extincto convento. O hospital acha-se provido da necessaria mobilia em todas as suas enfermarias, salas e dependencias; é notavel o seu fornecimento de rouparia geral, onde ha altas estantes e armarios envidraçados repletos de lençoes, cobertores de lã, cobertas de chita e de algodão, etc. A sala das sessões tem as paredes lateraes e a do fundo adornadas de retratos dos bemfeitores da Santa Casa, entre os quaes se contam o de Araujo e Silva, autor e doador do projecto e planta do hospital, e o do arrojado iniciador da sua construcção, o provedor Laurentino da Rocha Nunes, que foi solemnemente descerrado na sessão inaugural, pelo governador civil do districto, sr. conselheiro Campos Henriques, que a ella presidia, isto como homenagem e preito de gratidão da mesa administrativa da Misericordia. O retrato apresenta uma lamina de prata lavrada, em fórma de escudo, em que se lê a seguinte inscripção:

«Ao benemerito provedor d'esta Santa Casa=Laurentino da Rocha Nunes=offerecem os seus collegas da mesa: José Maria Pinto, Joaquim Augusto da Silveira Camello, Rodrigo da Costa Babo, Luiz Antonio Almeida, Antonio Fortunato da Silva, Antonio José de Freitas Guimarães, Albano da Costa Babo, João de Mattos e Almeida, Manuel Teixeira Mendes de Abreu, José Soares de Carvalho =24 de junho de 1894.»

No tecto da sala das sessões, estucado a altos relevos, sobresaem as armas da Santa Casa, encimadas por uma corôa real, dentro d'um oval, cintada de rendilhados em bico, envolvendo-os a legenda *Santa Casa da Misericordia de Penafiel.*

Penafirme da Matta. Pov. na freg. de Nossa S.ª da Encarnação, de Olhalvo, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Penafirme da Ventosa. Pov. na freg. de N. S.ª das Virtudes, de Ventosa, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Penafria. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Fonte Longa, conc. de Carrazêda de Anciães, distr. de Bragança.

Penagacha. Pov. na freg. de N. S.ª do Amparo, de Ferreiros de Avões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Penagude. Pov. na freg. do Salvador, de Infesta, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Penaguião *(Francisco de Sá e Menezes, 2.º conde de)*. Camareiro mór de Filippe IV de Hespanha e III de Portugal, e alcaide-mór do Porto. N. em 1598 e fal. em 1647. Era filho do 1.º conde, João Rodrigues de Sá e Menezes, de quem herdou o titulo. Casou com D. Joanna de Castro, filha de João Gonçalves de Athaide, 4.º conde de Athouguia.

Penaguião *(João Rodrigues de Sá e Menezes, 1.º conde de)*. Sobrinho e herdeiro do conde de Mattosinhos, D. Francisco de Sá e Menezes, a quem Filippe II de Hespanha e I de Portugal agraciou com o titulo de conde de Penaguião, por carta de 10 de fevereiro de 1583.

Penaguião *(João Rodrigues de Sá e Menezes, 3.º conde de)*. Senhor de Sever, Mattosinhos, Paiva, Baltar, alcaide-mór do Porto, commendador de S. Pedro de Faro e S. Thiago do Cacem, na ordem de S. Thiago; commendador e alcaide-mór de S. Thiago de Proença na ordem de Christo; camareiro-mór de D. João IV e de D. Affonso VI, conselheiro de Estado e Guerra, embaixador extraordinario a Inglaterra, etc. N. em Lisboa a 4 de novembro de 1619, fal. a 31 de dezembro de 1658. Era filho do 2.º conde de Penaguião, Francisco de Sá e Menezes, e de sua mulher, D. Joanna de Castro. Desde muito creança mostrou grande vocação para o estudo das sciencias, em que muito se distinguiu. Falava tambem com fa-

cilidade e profundo conhecimento as linguas das principaes nações da Europa. Foi decidido protector de todos os que se distinguiam pela sciencia, pela virtude ou pelo patriotismo. Aos 21 annos de edade fez a acclamação de D. João IV, sendo um dos quarenta fidalgos que se arrojaram á gloriosa empresa da restauração da patria, que teve tanto de feliz e patriotica como de temeraria. D. João IV o fez seu camareiro-mór, exercendo depois o mesmo cargo junto de D. Affonso VI. Tendo apenas 23 annos, tanta prudencia e capacidade mostrava, em todos os seus actos, que o monarcha o nomeou conselheiro do seu Conselho de Guerra, e pouco depois conselheiro de Estado, sendo o seu voto sempre considerado de grande peso pela sua prudencia, rectidão e imparcialidade. Em 1652 foi nomeado embaixador extraordinario a Inglaterra, para solicitar a alliança de Cromwell. Fez esta viagem, e a sua estada em Londres, com a maior pompa, luzimento e grandeza d'um rico fidalgo portuguez, não por orgulho, mas por honrar a patria. Comtudo, apezar do seu grande talento, teve de acceitar a lei que o Protector lhe dictou no que dizia respeito ás immunidades dos protestantes residentes em Portugal, o que muito contrariou o nosso governo, e a Inquisição que dominava todos os poderes. Ao insuccesso d'esta missão em que fôra investido, teve de accrescentar o enorme desgosto soffrido com a morte de seu irmão Pantaleão de Sá e Menezes. Condemnado á pena ultima por Cromwell, a despeito de todos os esforços que empregou, não pôde impedir que a terrivel sentença se executasse. Regressando a Portugal, apezar dos seus elevados cargos, não deixou de cuidar na guerra. Sete vezes passou á provincia do Alemtejo, e em varias occasiões a bordo de navios de guerra, portando-se em todas as conjunturas com singular denodo e extremado valor. Na expugnação do forte de S. Gabriel, e no sitio de Badajoz, em 1657, tomou logar na vanguarda, dando pela sua bravura, animo e coragem aos companheiros. Os assaltos a Badajoz fôram infructiferos, porque estando a formidavel praça já reduzida a grandes apuros e prestes a entregar-se, veiu em seu soccorro o duque de S. Germano, Este foi ainda derrotado e posto em fuga pelos portuguezes, commandados pelos generaes Albuquerque, Vasconcellos e João Rodrigues de Sá. O cêrco durava havia quatro mezes, quando o 1.º ministro de Filippe IV, D. Luiz Mendes de Haro, veiu com um grande exercito em soccorro da praça. As tropas portuguezas, além de muito inferiores em numero, estavam sendo dizimadas pela peste, pelo que tiveram de retirar sobre Elvas, que a 22 de outubro de 1658 foi sitiada pelos castelhanos. O conde de Penaguião, atacado da peste e afflicto por se não tomar Badajoz, retirou-se doente ao convento de S. Francisco, situado fóra das muralhas de Elvas, porém muito proximo, e estando o inimigo em volta da cidade e senhor do convento, falleceu, contando apenas 39 annos de edade. E' forçoso confessar que D. Luiz Mendes de Haro se portou como verdadeiro fidalgo, que era, restituindo logo no dia seguinte o cadaver do conde, com a pompa e honras militares que lhe eram devidas como general, sendo recebido na praça com sinceras lagrimas de pezar pela perda irreparavel de tão benemerito portuguez. Foi sepultado em Elvas, mas poucos mezes depois se transferiu para o convento de S. Francisco, do Porto, onde aquelles nobres fidalgos tinham o seu jazigo. O conde de Penaguião casou com D. Luiza Maria de Faro, sua prima, filha de D. Luiz de Athaide, 5.º conde de Athouguia, e de D. Filippa de Vilhena, camareira da rainha D. Luiza Francisca de Gusmão. Dos filhos que nasceram d'este matrimonio, conta-se D. Francisco de Sá e Menezes, que foi o 4.º conde de Penaguião e 1.º marquez de Fontes. (V. *este titulo*). Escreveu e publicou com o nome do seu particular amigo Vicente de Gusman Soares: *Ultimas acções d'el rei D. João IV, nosso senhor*, Lisboa, 1657; *Elogio funeral do Principe D. Theodosio, relação das exequias e lutos com que sentiu sua morte o ex.mo sr. João Rodrigues de Sá, conde de Penaguião, camareiro-mór de Sua Majestade, dos conselhos de Estado e Guerra*, etc. *Escripta por um criado que assiste a sua excellencia*, Londres, 1653. D'esta obra extrahiu o P. Manuel Luiz, da Companhia de Jesus, noticias para a vida, que escreveu, do principe D. Theodosio, como elle confessa no prologo. Escreveu mais: *Duas cartas escriptas, a primeira a El-rei D. João IV, e a segunda ao Principe D. Theodosio em 28 de julho de 1650;* sairam impressas na obra *Domus Sadica*, de Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo, e por elle mesmo traduzidas em latim, desde pag. 123 até 125. Deixou alguns manuscriptos, que veem mencionados por Barbosa Machado no 2.º volume da *Bibliotheca Lusitana*, a pag. 743.

Penajoia. Pov. e freg. do Salvador, na prov. da Beira Alta, conc., com. e bisp. de Vizeu, distr. de Lamego; 706 hab. e 2:997 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post., permutando malas com a R. A. D. Está situada na margem esquerda do rio Douro, em logar muito aprazivel, a 6 k. da séde do conc. As religiosas de Santa Clara, do convento das Portas do Sol, do Porto, apresentavam o vigario, que tinha 170$000 rs. de rendimento. A pov. é muito antiga, foi villa e couto, com justiças proprias. El-rei D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, a 15 de julho de 1514. Foi senhor donatario d'esta villa e da de Gestaçô Tristão da Cunha, do conselho dos reis D. Manuel e D. João III, nomeado embaixador a Roma, general da Liga Catholica, nomeado pelo papa Leão X, contra os turcos, e o 1.º capitão portuguez, que tomou cidade a moiros no Oriente. Viterbo, no seu *Elucidario*, cita varios documentos do seculo XII, em que se menciona esta freg. com o nome de *Pena Judéa*. Um d'elles é uma carta de doação feita em 1133 por D. Affonso Henriques a Mendo Viegas, ao qual dá *Samodães* (então *Camudanes*), junto a Lamego, *com todos os seus logares e termos, assim como partia com Pena Judéa* (Penajoia), Avões, Paço, etc. Penajoia é a uma das parochias de mais vasta área, mais populosas, ferteis e ricas da Beira Alta. Produz em abundancia toda a qualidade de cereaes e boas fructas, especialmente laranjas, figos, maçãs, peros, pecegos, damascos, e uma enorme porção de cerejas, pelo que lhe chamam *Terra das cerejas*. Tambem produz muito vinho. O territorio é abundante d'agua, tanto potavel, como para irrigação. A egreja matriz é sumptuosa. Tem o altar-mór e mais seis lateraes, com imagens muito apreciadas. Bella sacristia, boa casa da fabrica, um vasto côro e um orgão magnifico, com dota-

ção permanente para o organista. Possue bons paramentos e alfaias, e armação completa para a egreja. Penajoia comprehende as seguiutes aldeias: Coderueiro, Crujães, Corvaceira, Moilães, Molêdo, Paço, Pinheiró, Pousada, Ribeiro, S. Paio, S Gião, Sobre-Egreja, Torre, Valle Claro, Valle-Verde e Villa Chan. Pertente á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Penalva *(D. Estevão de Menezes, 5.º conde de Tarouca e 1.º marquez de).* Commendador de S. Salvador de Villa Cova de Lixa; senhor de Penalva, Lazarim, etc. N. a 19 de maio de 1695, ignora-se a data do fallecimento. Era filho da 4.ª condessa de Tarouca, D. Joanna Rosa de Menezes, e de seu marido, João Gomes da Silva, irmão do 2.º marquez de Alegrete. Succedeu na casa e em todas as commeudas de sua mãe. Foi deputado da Junta dos Tres Estados, presidente do Conselho Ultramarino, onde entrou a 30 d'agosto de 1749. D. João V o agraciou com o titu- de marquez de Penalva, por carta de 7 de fevereiro de 17 0, com a condição do filho primoge nito se intitular conde de Tarouca em vida de seu pae, tudo de juro e herdade na fórma da lei mental. Casou em 1725 com D. Margarida de Loreua, filha do 3.º marquez d'Alegrete, Manuel Telles da Silva, e de sua mulher, D. Eugenia de Lorena. D'este matrimonio houve uma filha, que foi a 2.ª marqueza de Penalva, D. Eugenia Marianna Josepha de Menezes da Silva. O brazão é o dos marquezes de Alegrete: Um escudo esquartelado: no primeiro quartel as armas dos Silvas: em campo de prata um leão de púrpura; no segundo as dos Telles: o campo sómente de ouro; e assim os contrarios.

Penalva *(Fernando Telles da Silva Caminha e Menezes, 3.º marquez de).* Gentil-homem da camara da rainha D. Maria I e de D. João VI; conselheiro de guerra, commendador da ordem de Christo, deputado da Junta dos Tres Estados; censor regio da Mesa do Desembargo do Paço, etc. N. em Lisboa a 9 de junho de 1754, onde tambem fal. a 10 de dezembro de 1818. Era filho do 4.º marquez de Alegrete e 5.º conde de Villar Maior, Fernão Telles da Silva. Seguiu a vida militar, e chegou ao posto de tenente-general. Foi goveruador das capitanias generaes das provincias de S. Paulo e Rio Grande no Brazil. O marquez de Penalva era considerado por todos como homem de muita erudição e litteratura, dominado, porém, com excesso dos preconceitos da nobreza. Escreveu: *Oração panegyrica aos annos da Rainha Fidelissima nossa senhora, em nome da Academia Real da Historia Portugueza, em 31 de março de 1776*, sem logar nem anno de impressão; *Dissertação a favor da Monarchia, onde se prova pela razão, autoridade e experiencia ser este o melhor e mais justo de todos os governos*, etc., Lisboa, 1799; reimpressa em em 1818; *Carta de um vassalo nobre ao seu rei;* esta carta, attribuida geralmente ao marquez, correu por alguns annos manuscripta e anonyma, apparecendo por fim no *Investigador Portuguez*, n.º XXXVI de junho de 1814, pag. 685 e seguintes, seguida n'esse mesmo numero e no immediato de duas respostas, tambem anonymas, em que se impugnavam os fundamentos e regras da referida carta; *Novena do Archanjo S. Gabriel*, Lisboa, 1801; *Novena do Apostolo S. Pedro*, Lisboa, 1805. Sairam ambas sem o nome do autor. Ha tambem d'elle, entre outros escriptos ineditos, um *Elogio historico do primeiro marquez de Ponte de Lima.* Pertence lhe egualmente a informação ou censura feita para se conceder pelo Desembargo do Paço a licença para a impressão do n.º 24 do *Espectador portuguez*, do P. José Agostinho de Macedo. Esse documento, notavel pela violencia com que são atacados os *pedreiros-livres*, saiu trauscripto e largamente documeutado no tomo VIII do *Portuguez*, de Fr. Bernardo da Rocha.

Penalva *(D. Fernando Telles da Silva Caminha e Menezes, 9.º conde de Tarouca e 4.º marquez de).* Senhor de Alegrete, par do reino em 1826, etc. N. a 26 de novembro de 1813, fal. a 8 de setembro de 1893. Era filho de Luiz Telles da Silva Caminha e Menezes, 5.º marquez de Alegrete, e 8.º conde de Tarouca, e de sua segunda mulher, D. Margarida d'Almeida, filha dos 3.ºˢ marquezes do Lavradio. Seguiu a vida militar, sentando praça em cavallaria. Foi alferes d'esta arma, em 16 de outubro de 1833, e tenente de estado maior do exercito em 12 de março de 1834. Perteucia ao partido miguelista, acompanhando sempre o infante D. Miguel e o exercito realista até á convenção de Evora Monte. Em 1852, por occasião do nascimento de D. Maria das Neves, filha de D. Miguel, foi a Allemanha visitar o principe proscripto e dar-lhe os parabens. Succedeu no titulo de marquez a seu avô, a 10 de dezembro de 1818, no de conde e nos senhorios e morgados das casas de Penalva e Alegrete, a seu pae, a 21 de janeiro de 1828. Casou a 15 de setembro de 1834 com D. Eugenia de Aguilar de Almeida Monroy da Gama Mello Azambuja e Menezes, filha herdeira de D. Antonio d'Aguilar Monroy da Gama e Menezes, fidalgo da Casa Real, senhor dos morgados da Terrosa e Revelhos; commendador da ordem de Christo, e de sua mulher, D. Henriqueta d'Almeida de Sousa e Sá Mello de Lencastre, senhora de varios morgados. Escreveu: *Elogio da vida da Marqueza de Alegrete, sua mãe*, etc., Lisboa, 1845. Publicou artigos em varios jornaes politicos e litterarios.

Penalva *(Manuel Telles da Silva, 5.º conde de Villar Maior e 2.º marquez de).* Fidalgo da Casa Real; academico da Academia Real de Historia Portugueza; fundador e secretario da Academia dos Occultos, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. n'esta cidade a 23 de fevereiro de 1727, fal. a 25 de fevereiro de 1789. Era filho do 4.º marquez d'Alegrete e 5.º conde de Villar Maior, Fernão Telles da Silva. Casou pela segunda vez com D. Eugenia Marianna Josepha de Menezes da Silva, 2.ª marqueza de Penalva, e VI condessa de Tarouca, como filha e herdeira do 6.º marquez, D Estevão de Menezes. Pelo seu casamento ficou sendo 2.º marquez de Penalva. Escreveu: *Elogio funebre do P. D. José Barbosa, clerigo regular*, etc., Lisboa, 1751.

Penalva *(D. Maria de Portugal, condessa de).* Dama da rainha D. Luiza de Gusmão, e depois da princeza D. Catharina, que foi rainha de Inglaterra. Era filha de D. Gomes de Mello, alcaide mór de Lamego, commendador de differentes commendas e celebre genealogista, e de sua mulher, D. Marinha de Portugal. Acompanhou D. Catharina quando ella partiu para Inglaterra, sendo n'essa occasião agraciada com o titulo de

condessa de Penalva. Fal. na Inglaterra em 1681, no estado de solteira.

Penalva. Pov. na freg. do Salvador, de Figueiredo, conc. e distr. de Braga.

Penalva d'Alva *(José Rodrigues Penalva, 1.º visconde de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real por alvará de 3 de fevereiro de 1880. N. na Covilhã a 8 de fevereiro de 1811, fal. em Lisboa a 6 de agosto de 1851. Era filho de João Rodrigues de Penalva, e de sua mulher, D. Maria Joaquina Espinho. Casou em 4 de setembro de 1875 com D. Eugenia Henriqueta Alves Valdez, filha dos 2.ºs condes de Bomfim, José Beuto Travassos Valdez, e D. Eugenia Maria Alves. O titulo foi concedido por decreto de 8 de fevereiro de 1877. A sr.ª viscondessa viuva foi depois elevada ao titulo de condessa, por decreto de 14 de outubro de 1886. E' hoje conde de Penalva d'Alva seu filho José Rodrigues Valdez Penalva, que nasceu a 23 de setembro de 1877. Além d'este filho, houve mais a D. Eugenia Maria Valdez Penalva, que está casada com o sr. conde de Penha Garcia, e a Alvaro Henriques Valdez Penalva, official de marinha. O seu brazão é o dos condes de Bomfim: Escudo esquartelado: no primeiro quartel as armas dos Araujos: em campo de prata uma aspa azul, carregada de cinco bezantes de ouro; no segundo as armas dos Travassos: em campo vermelho cinco flôres de trevo de ouro em aspa; no terceiro quartel as armas dos Godinhos: escudo partido em pala: a primeira xadrezada de ouro e vermelho, de duas peças em faxa, e cinco em pala; a segunda tambem xadrezada do mesmo numero de peças em faxa e em pala, de ouro e azul; no quarto as armas de Valdez: em campo vermelho um elephante da sua côr, armado de prata, e sobre este um castello de madeira de sua côr, ligado com cintas de prata.

Penalva d'Alva. Villa e freg. de S. Thomé, da prov. do Douro, conc. e com. de Oliveira do Hospital, distr. e bisp. de Coimbra; 366 fog. e 1:558 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A villa dista 15 k. da séde do conc. e está situada n'um valle profundo; na margem direita do rio Alva, que lhe dá o nome. E' pov. muito antiga, mas não se sabe a data da sua fundação nem quem foi o fundador. O real padroado apresentava o vigario, que tinha 80$000 réis e o pé d'altar. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 10 de fevereiro de 1514. Penalva d'Alva foi cabeça d'um concelho por mais de 300 annos, o qual se supprimiu por decreto de 31 de dezembro de 1853. Os arrabaldes são ferteis em todos os fructos do paiz. Cria muito gado, e nos seus montes ha muita caça grossa e miuda. Foi antigo solar dos Velasques. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra.

Penalva de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto.

Penalva do Castello. Denominação official d'um conc. da prov. da Beira Alta, com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu, Relação do Porto. A sua séde é ua aldeia de Castendo, que fica na freg. de S. Genesio, de Insua. Está situada n'uma elevação na margem direita do rio Dão, e na esquerda do seu affluente Coja, a pequena distancia de cada um. Estes territorios que fórmam o concelho, fôram desde tempo remotissimo povoados por tribus pre-historicas, o que se próva, não só pelo nome de *Antas*, dado a uma das suas freguezias, onde existiram muitos dolmens, como porque ainda existem por aqui outros monumentos pre-celtas. O mais notavel d'elles é um dolmen, junto do logar das Antas, que Mendonça e Pina diz ser muito maior do que o de Guilhafonso, junto da cidade da Guarda. O P. José Gaspar Simões diz, que em 1753, indo do logar de Sobral Pichôrro para Vizeu, perto d'Antas de Penalva, viu á direita da estrada, a pouca distancia d'ella, um altar levantado, com sua mesa em cima, com a mesma fórma do de *Pêra de Môço* e quinta do Carvalhal, indo da Guarda para Pinhel. D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 14 d'abril de 1516. Pertence á 2.ª div. mil., 3.ª brigada, grande circumscripção mil. do Centro, e ao distr de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; advogados, agencia bancaria e de seguro, fabricas de azeite de oliveira, de distillação de aguardente; hoteis, Misericordia, medico, pharmacias, notario, feira ás quartas e sextas feiras de cada mez, em Castendo, a 23 de janeiro em Esmolfe, chamada de Santo Ildefonso. O conc. compõe se de 12 freguezias, com 3:309 fog. e 13:732 hab., sendo 6:463 do sexo masc. e 7:269 do fem., n'uma superficie de 112:264 hec. As freguezias são: S. Vicente, de Antas, 1:358 hab.: 635 do sexo masc. e 723 do fem.; S. Pedro, de Castello de Penalva, 2:170 hab.: 1:008 do sexo masc. e 1:162 do fem; N. S.ª da Conceição, de Esmolfe, 814 hab.: 384 do sexo masc. e 430 do fem.; Santos Cosme e Damião, de Germil, 820 hab.: 394 do sexo masc. e 426 do fem.; S. Genesio, de Insua, 2:263 hab.: 1:061 do sexo masc. e 1:202 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Luzinde, 633 hab.: 294 do sexo masc. e 339 do fem.; S. Domingos, de Mareco, 345 habitantes: 172 do sexo masc. e 173 do fem.; S. Martinho, de Pindo, 2:331 hab.; 1:122 do sexo masc. e 1:209 do fem.; S. Paulo, de Real, 599 hab.: 278 do sexo masc. e 321 do fem.; N. S.ª da Graça, de Sezures, 1:179 hab.: 537 do sexo masc. e 642 do fem.; S. Salvador, de Trancozellos, 619 hab.: 304 do sexo masculino e 315 do fem.; N. S.ª da Expectação, de Villa Cova do Covello, 601 hab.: 274 do sexo masc. e 327 do fem. O principal commercio do conc. é aguardente, azeite, cereaes, gado, legumes, ovos, queijos e vinho.

Penalvo *(P. José Manuel).* Presbytero secular, tendo no seu tempo fama de bom poeta. N. em Lisboa a 4 de julho de 1697; ignora-se a data do fallecimento. Foi socio das academias que então floresciam, etc. Compoz grande numero de sonetos, romances, lôas, etc., bem como algumas comedias e outras obras em verso. O que se imprimiu, parece, que foi unicamente o seguinte, com o nome de Jayme Marcellino Pontes. *Da fé o throno Affonso exalta na conquista de Lisboa, comedia*, Lisboa, 1750.

Penamacôr *(Antonio Maria de Saldanha Albuquerque e Castro Riba Fria, 3.º conde de).* Moço fidalgo e copeiro-mór da Casa Real; par do reino por successão a seu pae; 14.º senhor do morgado de Penha Verde, em Cintra. N. a 19 de março de 1844, sendo filho do 2.º conde, Antonio

de Saldanha Albuquerque Castro Riba Fria, e de sua mulher, D. Maria Leonor de Mello Silva Cesar de Menezes. Foi-lhe renovado o titulo por decreto de 6 de junho de 1861. Casou em Lisboa, a 26 de fevereiro de 1862, com D. Francisca Calmão Nogueira Valle da Gama, senhora brazileira, filha de Nicolau Antonio Nogueira Valle da Gama, gentil-homem e mordomo-mór do imperador do Brazil D. Pedro II, condecorado com diversas ordens brazileiras e portuguezas, e de sua mulher, D. Maria Francisca de Aragão Calmão da Silva Cabral, dama honoraria da imperatriz do Brazil, e irmã do general barão de Itapagipe. O titulo foi renovado por decreto de 6 de junho de 1864. O brazão d'armas é um escudo com as dos Riba-Frias, concedido por D. João III, por alvará de 16 de setembro de 1541, a Gaspar Gonçalves Riba-Fria, um dos seus ascendentes, que foi porteiro da camara d'el rei D. Manuel; além do brazão d'armas, D. João III tambem o fez cavalleiro da ordem de Christo e alcaide mór de Cintra, dando lhe o solar de Riba-Fria. O brazão é o seguinte: Em campo verde uma torre de prata lavrada de negro, aberta de azulejos de ouro e azul, sobre um contra-chefe de ondas de azul e prata, entre duas estrellas de ouro, de 8 pontas, acantonadas. Elmo de prata, aberto; e por timbre um leopardo azul, armado de ouro, com uma das estrellas do escudo na espadua.

Penamacôr (*Antonio de Saldanha Albuquerque e Castro Riba-Fria, 2.º conde de*). Alcaide-mór de Cintra, par do reino eleito em 3 de maio de 1842; senhor dos morgados de Penha Verde, em Cintra, de Riba-Fria e outros; commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição, cavalleiro da de S. João de Jerusalem, commendador da de Carlos III, de Hespanha, governador civil, etc. N. a 3 de fevereiro de 1815, fal. a 15 de maio de 1864. Era filho de João Maria Raphael de Saldanha Albuquerque Castro e Riba-Fria, alcaide-mór de Cintra, etc., e de sua mulher, D. Maria Thereza Braamcamp. Casou em 9 de janeiro de 1837 com D. Maria Leonor Silva Cesar de Menezes, filha do 9.º conde de S. Lourenço, Antonio José de Mello Silva Cesar e Menezes, e de sua primeira mulher, D. Thereza Maria do Resgate Correia de Sá. O titulo foi renovado por decreto de 17 de dezembro de 1844, por ser descendente, por varonia, do 1.º conde de Penamacôr, D. Lopo d'Albuquerque, agraciado por D. Affonso V. (*V. o artigo seguinte*).

Penamacôr (*D. Lopo d'Albuquerque, 1.º conde de*). Fidalgo da côrte de D. Affonso V, muito considerado por este soberano. Foi camareiro-mór, e quando o monarcha pensou em intervir nos negocios da Hespanha e tratou de saber quaes os elementos com que n'esse paiz podia contar, encarregou D. Lopo d'Albuquerque d'essa missão. Satisfeito com as informações que lhe trouxe o seu camareiro, D. Affonso o agraciou com o titulo de conde de Penamacôr, por carta de agosto de 1476, e n'essa qualidade commandava a vanguarda real, quando o nosso exercito passou a fronteira. No reinado seguinte, o conde de Penamacôr seguiu o partido da nobreza contra D. João II, e entrou na conspiração do duque de Vizeu. Conseguindo escapar-se, quando os outros conjurados fôram presos, andou por toda a Europa creando inimigos ao monarcha, e levando de côrte em côrte o seu odio inextinguivel. Transpondo os limites até certo ponto desculpaveis, D. Lopo d'Albuquerque chegou a conspirar contra a patria, e na Inglaterra aconselhou mercadores britannicos a prepararem navios com que fôssem a Guiné, o que não chegou a effeituar-se em consequencia das energicas reclamações dirigidas á Inglaterra por D. João II.

Penamacôr. Villa da prov. da Beira Baixa, séde de conc., com. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco, bispado da Guarda, Relação de Lisboa. Tem uma só freg., cujo orago é N. S.ª da Conceição, anteriormente denominada de S. Thiago. Está situada n'uma elevação, em redor do seu nobre e vetusto castello, edificado sobre um alto e penhascoso monte, d'onde se desfructa um bello panorama, a 1 k. da margem esquerda da ribeira de Ceife, a 3 da margem direita da ribeira das Taliscas, e a 50 da capital do districto. No meado do seculo XVIII tinha 3 freguezias: *S. Pedro*, apostolo, tendo como annexa a actual freguezia de Pedrogam, que é das mais importantes do concelho, cujo prior era apresentado pela mitra, com 150$000 réis; *Santa Maria do Castello*, ou *Nossa Senhora da Penha*, sendo o prior apresentado pelo papa, o qual tinha 80$000 réis; e *S. Thiago*, apostolo, com o vigario apresentado pela mitra, tendo 50$000 rs. Hoje, confórme dissémos, tem só uma freg. E' uma das povoações mais antigas de Portugal, pois se attribue a sua fundação aos turdulos, quatro ou cinco seculos antes da era christã. Foi povoação muito importante no tempo dos romanos, dos godos e dos arabes, mas soffreu muito com as successivas guerras da Edade Media. D. Sancho I, achando a povoação abandonada, a deu aos Templarios, que a povoaram em 1180. O seu castello antiquissimo que, segundo uns, foi construido pelos romanos, segundo outros, pelos arabes, achava-se muito damnificado pelo tempo e pelas guerras, e o grão mestre da ordem, D. Gualdim Paes, o reedificou e ampliou muito os seus muros, construindo tambem a torre de menagem, no referido anno de 1180, dando-lhe foral, ao qual chamavam *Livro das portagens*, e está na Torre do Tombo, livro 46 de tombos. A actual torre de menagem é do tempo de D. Manuel, como convence o escudo e espheras armillares esculpidas na face norte da torre, que tambem tem uma grande inscripção no lado do nascente na setima fiada a contar de cima. Reza a tradição que uma tempestade arruinou o castello, indo parar ás Taliscas diversos materiaes, restaudo apenas a torre de menagem bastante prejudicada pelos raios do lado da janella d'entrada. A torre de menagem tem 20 metros de altura, podendo subir-se á parte superior da abobada, d'onde se desfructa um maravilhoso e vasto horizonte, sendo a parte norte constituida por uma região montanhosa, assim como a do nascente, descobrindo se varias terras d'Hespanha, e a parte sul por uma immensa, campina, descobrindo se Castello-Branco e varias terras do Alemtejo. A torre assenta sobre uma penedia elevadissima. Alguns escriptores pretendem que as fortificações d'esta praça fôram feitas em vida de D. Gualdim Paes, mas por ordem de D. Sancho I. Este monarcha, segundo consta, tambem procedeu a algumas obras de defeza em 1189, e lhe deu foral, em Coimbra, em 1199, com o titulo de villa, concedendo-lhe grandes privilegios, honras e

isenções, o qual ratificou e ampliou por outro, datado da mesma cidade, em março de 1209. D. Affonso II, seu filho, o confirmou, tambem em Coimbra, no mez de novembro de 1217. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Santarem, a 1 de junho de 1510, ratificando e confirmando em tudo os antigos. A fortaleza era tão ampla que a freguezia de Santa Maria, por isso chamada do Castello, estava dentro dos seus muros. Como a população foi augmentando rapidamente em torno do castello, D. Diniz, pelos annos de 1300, cercou a nova povoação d'uma outra linha de muralhas, com as suas torres e barbacans, que com o decorrer do tempo cairam em completa ruina. O ultimo monarcha que reconstruiu as fortificações foi D. Manuel, sendo as primitivas anteriores á monarchia. Ainda é da memoria dos velhos conhecerem cinco portas, ficando tres no castello e que limitavam as freguezias de S.ta Maria e bem acabada e onde está assente o relogio official da villa, e os dois edificios ligados por um lanço de muralha ainda intacta, e que era a antiga barbacan. Esta torre deve ser o monumento mais antigo de Penamacôr e parece ser obra dos romanos, porque encimando a porta de entrada ha um emblema pouco nitido, que parece ser uma aguia, mas a porta é em ogiva. Ignora-se o destino primitivo d'esta torre, que ficava ligada ás muralhas, formando saliencia. Alguns escriptores dizem que n'esta villa de Penamacôr nasceu o rei godo Wamba, que governou a Peninsula desde 672 até 68?, e adoptando Ervigo, o fez acclamar soberano, mettendo se Wamba n'um convento, onde professou. E', porém, mais geralmente admittido que o rei Wamba nasceu em Idanha-a-Velha. Penamacôr foi mais de 600 annos uma forte praça de guerra, e ainda antes de 1834 era assim considerada, tendo sempre de

Vista geral de Penamacôr

de S. Pedro; outra ao fundo da rua dos Carros e outra chamada de S.to Antonio e que foi demolida quando em 1867 se construiram os novos Paços do Concelho, comprando a Camara ao governo a pedra por 60$000 réis. Esta porta era uma verdadeira obra d'arte. Não media menos de doze metros d'altura e formava um quadrado que não tinha menos de dez metros por lado, ficando a porta exterior para o poente e outra para o sul, que dava ingresso para a praça. Era toda de cantaria ás fiadas da mesma largura com as arestas a cinzel e almofadadas. D'estas cinco portas apenas existe uma, sobre que assentam os antigos Paços do Concelho, do tempo tambem de D. Manuel. Em frente d'esta porta e para o lado de fóra ficava a antiga praça da villa com o Pelourinho, que ainda existe, tendo sido applicada a praça a cemiterio, hoje abandonado. Esta praça era limitada por um lado pelos antigos Paços do Concelho e no outro extremo por uma torre guarnição um corpo de caçadores, artilheiros e veteranos. As suas fortificações são muito irregulares por causa dos accidentes do terreno, e a que se conserva em melhor estado é a que se mandou construir ou reparar, durante a guerra da Restauração, em 1650, pouco mais ou menos. São cinco baluartes e tres meios baluartes. Foi praça do batalhão de caçadores n.º 4, depois regimento de caçadores da Beira Alta, até 1819. Havendo, porém, sérias desintelligencias entre os officiaes do batalhão e os frades capuchos, o ministro da guerra mandou aquelle para a praça de Castro Marim, vindo em seu logar para esta praça o batalhão de caçadores n.º 8, depois regimento de caçadores da Beira Baixa. O motivo da desintelligencia entre os frades de S.to Antonio e caçadores foi o facto d'estes apedrejarem uma cruz, que havia ao cimo da escadaria, que dava entrada para o convento e que ficou em pedaços, sahindo então os frades de cruz alçada, re-

sultando conflicto, que originou a sahida do batalhão para Castro Marim. O batalhão era commandado n'esse tempo por official inglez, um tal Williams. O brazão da villa é o seguinte: Em campo de púrpura, dois crescentes de prata, tendo o superior as pontas para cima, e o inferior as pontas para baixo. Do lado direito uma espada (outros dizem um alfange) com os copos de ouro, e a ponta virada para cima; e do esquerdo uma chave de ouro, com o annel para baixo. O brazão que está esculpido sobre a porta dos antigos Paços do Concelho só tem um crescente e não dois e tem alfange e não espada; assim se acha reproduzido em diversos edificios mais modernos. Penamacôr tinha voto em côrtes com assento no banco 11.º Quando os arabes invadiram a Lusitania, em 715, parece que não tornou a haver bispos em Idanha-a-Velha, pelo menos que tivessem ali residencia, e apezar de se assignarem bispos egitanenses, habitaram em Penamacôr, servindo de cathedral a egreja de S. Thiago. Ha mesmo quem supponha que os bispos de Idanha-a-Velha residiram sempre em Penamacôr, porque n'aquella villa não havia egreja que pudesse servir de cathedral, e além d'isso Penamacôr estava mais a coberto das invasões dos moiros. Na Beira Baixa é tradição constante quo a egreja de S. Thiago foi sé. A villa tem alguns largos, sendo os mais importantes o do *Sumagral*, Avenida Guilhermino de Barros, S.to Antonio da Egreja ou Dr. Ribeiro Sanches e Praça. Os seus habitantes são muito hospitaleiros e trabalhadores, vivendo a maior parte da agricultura, porque o concelho é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz, cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus montes ha bastantes colmeias, e caça grossa e miuda. A pouca distancia da villa havia a antiquissima capella de S. Domingos, hoje desapparecida. Segundo a lenda, um homem da villa, muito devoto d'aquelle santo, estava captivo dos moiros, e fazia todas diligencias para fugir, o que percebido pelo seu senhor, este o mandou algemar com fortes grilhões, e de noite, mesmo acorrentado, o fazia metter n'uma caixa fechada com fortes cadeados, e fazia sobre ella a cama em que dormia, para assim guardar melhor o seu captivo. Passados alguns dias, uma manhã appareceram o moiro, a caixa e o christão, á porta da capella do S. Domingos. Pasmado o moiro de tamanha maravilha, fez-se christão, e juntamente com o seu captivo dedicaram ambos o resto da vida ao serviço da ermida. Na egreja matriz de S. Thiago conserva se a pedra tumular do captivo, só a tampa e a tapar um portado junto do altar de S.ª Luzia, tendo a seguinte inscripção:

S.ª DE HVM
CATIVO
CRISTAM
QVE TRO
VXE O SNO
SAK DOMIM
COS A ESTA
CASA EM V
MA NO TE
DE berbEM
NO ANNO
DE 1267
REYNAVA
DM AF. III

Na capella de S. Domingos existia um quadro antiquissimo recordando o milagre da conversão do moiro. Suppõe-se que foi mandado fazer pela rainha Santa Izabel, quando visitou a ermida em 1288, demorando se alguns dias em Penamacôr, residindo no castello, onde n'esse tempo era toda a povoação, nas casas dos alcaides-móres. A capella de S. Domingos ficava um pouco abaixo da actual capella de S.to Christo ou Calvario e desappareceu ha mais 60 annos. Dizem que tambem lá havia outra pedra tumular dizendo Mouro, mas que foi aproveitada para uma obra particular. A 3 k. a O da villa, n'uma formosa planicie está a bonita capella de *Nossa Senhora do Incenso.* E' um templo situado n'um valle alegre povoado de vinhas, searas e pomares. Tem uma só nave, e as suas paredes estão todas revestidas de muitos milagres, em reconhecimento das pessoas que devotamente os receberam. A imagem da padroeira é de pedra, de boa esculptura, e o seu nome primitivo era *N. S.ª do Prado.* Esta imagem é da maior devoção, até pelos povos de muitas legoas de distancia. Em todo o anno concorrem á egreja grandes romarias; o senado da camara de Penamacôr, em cumprimento d'um voto antigo, vae todos os annos em procissão a N. S.ª do Incenso na primeira oitava da Paschoa da Resurreição, acompanhado do prior e clerigos da freguezia, havendo então missa cantada sermão, e grande romaria. Este templo deve ser do seculo XVIII não só porque os retabulos dos milagres não vão alem d'esse tempo, mas ainda porque o templo é precisamente egual ao da Senhora da Povoa, que é d'esse seculo, como consta d'uma inscripção que está na frontaria e diz-se que a queriam fazer das mesmas dimensões, mas ficou maior a da Senhora do Incenso, porque applicaram as medidas tiradas exteriormente ao interior da nova capella. E' provavel, que antes d'esta capella existisse outra antiga no mesmo sitio ou no Prado, que fica proximo, pois que o culto da imagem parece ser anterior ao seculo XVIII. Em janeiro de 1876 fôram concedidas a D. Catharina Augusta Taborda Pignatelli as trez minas de chumbo, chamadas do *Meio*, do *Morão* e *Pinheiro* d'este concelho. Estas minas pertencem hoje ao sr. dr. Adelino Pinheiro Ferreira Galhardo e são tão ricas em chumbo que as analyses teem accusado uma percentagem de 80 % tendo tambem uma percentagem de prata, zinco e cobre, mas não estão actualmente em exploração. A 7 k. da villa ha a aldeia das Aguas, a 200 m. da qual brotam duas nascentes d'agua mineral sulphurica, uma d'ellas d'uma pequena fonte, a outra emerge d'um poço d'um metro d'altura. Estas aguas são applicaveis ao tratamento do rheumatismo, dermatoses e doenças do estomago. E' propriedade da camara municipal o estabelecimento balnear, que costuma ser muito concorrido em agosto e setembro. A villa tem Misericordia e hospital, que em 1885 fundou o benemerito Francisco de Paula Pinto Tavares, e que foi recentemente construido de novo em sitio muito proximo. O hospital funccionou até 1906 no antigo convento de S.to Antonio, onde se fizeram ligeiras modificações, que consistiram principalmente em substituir as antigas cellas por enfermarias nas peiores condições hygienicas e actualmente muito arruinadas. Foi em 1905 que a commissão administractiva do hospital, presidida pe-

lo sr. dr. Adelino Pinheiro Ferreira Galhardo fez construir o novo hospital que consta de duas enfermarias, casas de banho e de retretes pelo systema de autoclismo e fossas mouras, gabinete de consultas e casas d'operações e quartos para pensionistas com todas as condições que a sciencia actualmente exige em estabelecimentos similares sendo o mobiliario adquirido por subscripção e do melhor que ha, possuindo um arsenal cirurgico raro de encontrar em hospitaes de provincia e uma estufa de desinfecção. Possue tambem o hospital um pavilhão para molestias infecciosas. Tem de rendimento annual cerca de cinco contos de réis e um capital de trinta contos de réis posto a juros. Foi fundado este estabelecimento com cerca de quatro contos de réis trazidos da Ermida da Senhora da Povoa, que por lei ainda hoje subvenciona annualmente o hospital com o saldo das suas receitas, que regula termo medio por réis 800$000 e proveniente da grande romaria que todos os annos se faz no domingo do Espirito Santo e nos dois dias seguintes, a que concorrem pessoas de muitas leguas de distancia, inclusivé hespanhoes. Foi director technico do novo hospital o dr. Antonino Vaz de Macedo, que então era o medico municipal de Penamacôr e muito abalisado. Extra-muros existe o convento dos frades capuchos fundado em 1571. Foi n'este anno de 1571 que Gaspar d'Elvas de Campos se dirigiu a Portalegre e obteve do Capitulo da Ordem de S. Francisco, provincia da Soledade, os religiosos para o novo convento, concorrendo para a fundação além do dito Gaspar, D. Simão de Menezes, da casa de Belmonte, Estevam Tavares e sua segunda mulher D. Maria de Mendonça do Sabugal, Saraivas da Guarda e Oliveiras, Mouras do Sardoal e Fonsecas de Castello Branco, que pagavam uma pensão ao novo convento. O convento apresenta o typo das casas dos franciscanos, sem ser dos mais modestos e tem de notavel a egreja, cujo tecto é todo apainelado e com rica obra de talha, sendo ainda mais rica a talha do pulpito e do altar-mór. E' digna de figurar entre os monumentos nacionaes, mas se mão caridosa lhe não acudir cahirá em ruinas dentro em pouco. Nenhuma villa da Beira Baixa, e muito poucas em Portugal, tem tão gloriosas tradições e uma historia tão nobre e interessante como Penamacôr. A sua remotissima antiguidade, as suas numerosas familias da antiga nobreza, e grande numero de homens celebres, que tiveram aqui o seu berço tornaram esta villa digna da maior consideração e de menção especial. Nas familias nobres contam-se os Pinas, Cunhas, Tabordas, Palhas, Pignatelli, e outros, excedendo a todas a casa vinculada, solar dos Pinas Machados, extramuros. D. João III fez conde de Penamacôr, em 1529, a D. Luiz da Silveira, mas este titulo não se verificou. Filippe IV, de Hespanha, e III de Portugal, deu o mesmo titulo a D. João da Silveira, neto d'aquelle D. Luiz, porém D. João IV annulou este titulo, por ser conferido depois do dia 1.º de dezembro de 1640. D. Affonso V fez conde de Penamacôr a D. Lopo d'Albuquerque, e D. Maria II renovou este titulo em 1844, na pessoa de Antonio de Saldanha d'Albuquerque e Castro Riba-Fria Pereira (V. *os respectivos artigos*). Nos homens distinctos naturaes de Penamacôr, contam-se: o dr. Antonio Nunes Ribeiro Sanches, que foi doutor em medicina pela Universidade de Salamanca, medico em Moscow, na Russia, physico-mór do exercito, medico da imperatriz, e seu conselheiro de Estado e cuja biographia foi traduzida por Filinto Elyseo. Nasceu em 7 de março de 1693, falleceu em Paris em 14 de outubro de 1783. Sebastião Antunes d'Azevedo, celebre antiquario, autor de algumas obras archeologicas, entre ellas a *Geographia do*

Penamacôr — Antigos Paços do Concelho e pelourinho

Alemtejo; Domingos Antunes Portugal, grande jurisconsulto, autor do *Direito Civil Portuguez*, e *Portugal de donationibus regis*. Dr. Salvador Taborda, filho do antecedente, nasceu em 1637. Foi lente do Codigo, procurador em côrtes por Penamacôr em 1658, enviado á côrte de França em agosto de 1677 até 1691, Londres, Turim e Madrid, onde se tornou notabilissimo diplomata. Escreveu umas notaveis memorias e o *Guia dos Embaixadores*, e tambem foi poeta. Morreu em França, estando já nomeado embaixador a Roma. As mercês regias de D. Affonso VI e de D. Pedro II constam da Torre do Tombo, Liv. 39 fl. 46. Liv. 34, fl. 164. Liv. 20, fl. 84 e Liv. 19, fl. 321 e 323. Fôram tambem naturaes d'esta villa Diogo Lopes, Gaspar Rodrigues de Paiva, Fr. Affonso dos Prazeres e os irmãos Fr. Francisco e Fr. João Barbarica, aquelle notavel orador sagrado, e este escriptor theologico, e traduziu do latim o livro intitulado *Espelho Monastico e Catholico*, escripto por seu irmão. Sobre o dr. Domingos Antunes de Portugal póde consultar se o livro *D. Izabel de Aragão*, pelo dr. Antonio de Vasconcellos, vol. I, fl. 478 e vol. II a fl. 233 e 239. Está Penamacôr a 29 k. da estação da Fatella-Penamacôr e é servida por uma estrada districtal; communica com Castello Branco pela estrada real n.º 54 e tem estradas municipaes para as seguintes freguezias: Aldeia do Bispo e Aldeia de João Pires, outra para as Aranhas e Salvador, um ramal para as Aguas, e o Pedrogam é servido pela estrada real n.º 54. Possue esta villa um pittoresco jardim publico d'onde se goza um bello horizonte e que é muito concorrido, sobretudo nas noites de verão. Muitos teem sido os corpos militares, que teem estado em Penamacôr, e entre elles pódem citar se os seguintes: De 1740 a a 1781 um regimento de infantaria; de 1814 a 1819, caçadores 4, deportado para Castro Marim. Em seguida veiu o 1.º batalhão de caçadores 8, commandado por Luiz Manuel de Lemos. Este batalhão permaneceu em Penamacôr até á morte de D. João VI, sendo substituido por caçadores 3, que esteve até 1828, em que foi reunir-se ao exercito miguelista. Em 8 de maio de 1850 veiu o batalhão de caçadores 8 (2.º de nome) que sahiu 11 mezes depois, e já em 17 d'abril de 1851, devido a um pequeno movimento e talvez que tambem á insubordinação contra o major Esteves e de que resultaram as varadas em 14 de junho de 1850, castigo barbaro e que motivou mais tarde, em 1856, a abolição de tão selvagem castigo. As varadas tiveram logar n'um campo, então aberto e contiguo á Quinta das Eirinhas e á da Santa e que hoje pertence á casa do conde de Proença-a-Velha. Em novembro de 1884 foi aqui collocado o regimento de infantaria n.º 24, que deu entrada no dia 15 d'este mez. Em 1886 foi para Almeida o 2.º batalhão e o 1.º foi transferido para Pinhel em 19 de dezembro de 1888, sendo substituido pelo 2.º batalhão de infantaria n.º 21, que deu aqui entrada nos dias 20 e 21 de dezembro de 1888. Os novos Paços do Concelho começados em 1867 são vastos e os melhores do districto. Tem esta villa um excellente quartel, que está ainda por concluir a parte nova, tendo sido a parte antiga hospicio de S. João de Deus e depois uma fabrica. Está em construcção um magnifico Theatro Club, contiguo ao jardim publico. Tem Penamacôr importantes vestigios da civilisação romana, encontrando-se a cada passo tijolos e telhas romanas, e até vestigios da edade de pedra, tendo-se encontrado em diversos pontos machados e outros intrumentos, e até vestigios de povoações romanas importantes e entre ellas Serobeca, que se diz ter sido a cidade de Beca, onde ainda ha ruinas d'onde vieram em 1831 as columnas de pedra que sustentam o côro da capella da Senhora do Incenso, e que fica a 1:500 a 2:000 m. ao poente d'esta capella. Outras muitas povoações fôram destruidas pelas invasões hespanholas e serracenas e entre ellas contam-se Salva-Leão, Arrochela e Naves d'El-Rei, e em todos estes logares existem ainda vestigios. O archivo da camara municipal é pobrissimo, devido a um incendio, que o devastou em 1690 e ao facto de 1721 a camara, em virtude da carta regia de 14 de janeiro do mesmo anno, mandar para a Academia Real da Historia Portugueza os documentos que possuia. O antigo foral de Penamacôr attesta bem a importancia historica d'esta villa pelos excepcionaes direitos concedidos aos seus habitantes, e entre elles citaremos, apenas, que todo o homem que fôsse servo bastava que ali residisse um anno para ficar livre assim como a sua descendencia, e do mesmo foral consta que fôram seus primeiros repovoadores Menendus petri-pretor, Martinus cresconiz, Archidiacunus e Menratum, portarius. Proximo da villa e do norte ha a chamada serra da Forca, que é uma matta de pinheiros e castanheiros, e que constitue o mais bello passeio de Penamacôr. Foi plantada pela camara, cuja propriedade lhe pertence. Foi plantada em 1835 e foi sempre seu protector o antigo secretario da camara o fallecido José Pereira de Macedo. D'esta matta teem sahido muitas madeiras para os paços do concelho e actualmente para o novo Theatro-Club. Teve sempre Penamacôr juizes de fóra com predicamento de primeiro banco, como diziam os editaes. Parece que os juizes de fóra despachados para Penamacôr e Lamego tinham a garantia de findos tres annos de serviço passarem a logar immediato. O fundador do hospital foi aqui juiz de fóra, assim como Manuel Soares Caldeira, autor das celebres cartas ao pintor André Salgado e que Pinho Leal transcreveu no *Portugal antigo e moderno*. Acham-se inscriptos na matriz predial 5:089 predios rusticos e urbanos na villa com o rendimento collectavel de rs. 19:828$105, que bem poderá computar-se no quadruplo, ou sejam 79:313$620 réis, o que corresponde a um capital de 1:586:272$400 réis, só na villa, que tem 915 predios urbanos. Em 19 de abril de 1907 foi encontrado em Aldeia do Bispo, no sitio da Lameira Larga a 1 k. d'esta povoação, que dista 5 de Penamacôr, um thesouro funerario da epoca luso-romana e que consta d'uma patera de prata em fórma de *discus* concavo, medindo 0,m137 de diametro e que representa a scena mithologica da expedição de Perseu contra a Medusa em alto relevo, com incrustações d'ouro e feita segundo se suppõe por artista grego d'um periodo avançado da arte grega. Outro disco de prata com 0,m122 de diametro e liso, e varios outros objectos de prata, de vidro e de ceramica, descriptos e photographados no *Archeologo Portuguez*, vol. 14, janeiro a agosto de 1909 n.os 1 a 8. Estes objectos pertencem á collecção do sr. dr. Francisco Augusto da Costa Falcão,

residente em Lisboa, que os adquiriu ao sr. dr. Adelino Pinheiro F. Galhardo, de Penamacôr. Este thesouro é d'uma importancia capital para a historia de Penamacôr, não se encontrando no paiz objecto da civilisação romana que rivalise em perfeição com a *patera* acima descripta e que melhor affirme o progresso da arte grega, etc. Penamacôr pertence á 2.ª divisão militar, 4.ª brigada, grande circumscripção militar Central, e ao districto de recrutamento e reserva n.º 21, com a séde em Castello Branco, e é séde do 3.º batalhão de infantaria n.º 21. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; advogado, agentes das companhias de seguros *Bonança*, *La Mutuelle*, *Union Maritime*, *Tagus*, *Probidade;* lagares de azeite; productores de cortiça, medicos, pharmacias, hotel, minas em exploração: *Mina do Pinheiro*, (galena argentifera); da *Matta da Rainha* (de volfrão); fabrica de moagens, notario, *Club de Penamacôr*, *Sociedade Recreativa Penamacorense*. Tem-se publicado os seguintes jornaes: *Penamacorense (O)*, 18 de junho a 3 de setembro de 1858; *Resumo (O)*, 15 de novembro de 1888, ainda se publicava em 1899. Ha feiras em 28 de agosto, 21 de setembro e 30 de novembro; mercado na primeira quarta feira de cada mez; romarias: nos suburbios da freg. do Valle do Lobo, realisa-se uma festa annual de 3 dias a Nossa Senhora da Povoa; Nossa Senhora do Incenso; Nossa Senhora do Bom Successo, nos campos de Bazagueda, proximo á raia de Hespanha, a 15 k. de Penamacôr, a qual é muito concorrida pelos hespanhoes. As freguezias são 12, com 3:528 fog. e 12:956 hab., sendo 6:403 do sexo masc. e 6:553 do fem., n'uma superficie do 53:016 hect. As freguezias são: S. Marcos, de Aguas, 792 hab.: 365 do sexo masc. e 427 do feminino; S. Bartholomeu, de Aldeia do Bispo, 1:042 hab.: 478 do sexo masc. e 564 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Aldeia de João Pires, 810 hab.: 390 do sexo masc. e 420 do fem.; N. S.ª da Penha, de Aranhas, 1:047 hab.: 516 do sexo masc. e 531 do fem.; N. S.ª da Silva, de Bemposta, 479 hab.: 246 do sexo masc. e 233 do fem.; N. S.ª das Neves, de Bemquerença, 1:172 hab.; 601 do sexo masc. e 571 do fem.; S. Salvador, de Meimão, 706 hab.: 369 do sexo masc. e 337 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Meimôa, 801 hab.: 392 do sexo masc. e 409 do fem.; S. Pedro, de Pedrogão, 1:051 hab.: 492 do sexo masc. e 559 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Penamacôr, 3:489 habitantes: 1:811 do sexo masc. e 1:678 do fem.; N. S.ª da Oliveira, de Salvador, 959 hab.: 422 do sexo masc. e 537 do fem.; S. Thiago, de Valle de Lo-

Torre de menagem do Castello de Penamacôr

bo, 608 hab.: 321 do sexo masc. e 287 do fem. O principal commercio de todo o concelho é vinho, azeite, cereaes e cortiça.

Penamaior. Pov. e freg do Salvador, da provincia, do Douro, conc. e com. de Paços de Ferreira, distr. e bisp. do Porto: 277 fog. e 1:108 habitantes. Tem est. post., fabrica de manteiga, casas de pasto, feira nos dias 5 e 21 de cada mez, denominada *feira do Có*, ou nos dias immediatos, sendo aquelles santificados; romaria da Senhora do Pilar a 15 de agosto. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da estrada de Santo Thirso a Paços de Ferreira. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 18, com a séde no Porto.

Penão de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Mamede, de Alemtem, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Penas. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. | Santa Maria, de Caires, conc. de Amares, do mesmo distr. || S. Thiago, de Carreiras, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || O Salvador, de Delães, conc. de V. N. do Famalicão, do mesmo distr. || S. Salvador, de Estorãos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Fragoso, conc. de Barcellos, districto de Braga. || S. Thiago, de Lustosa, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Nicolau, de Mazarefes, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Negreiros, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Vicente, de Oleiros, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || Santa Maria, do Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Consolação, de Cezimbra, Castello, conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa. || N. S.ª d'Assumpção, de Tentugal, conc. do Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Penas Alvas. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Aguas Bellas, conc. de Ferreira do Zezero, distr. de Santarem.

Penas Royas. Villa e freg. de S. João Baptista, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança; 160 fog. e 530 hab. Tem esc. do sexo masc. A villa dista 8 k. da séde do conc. e está situada junto d'um affluente da ribeira de Angueira, a 8 k. do rio Sabor e a 15 do rio Douro. O prior do Mogadouro apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, e por muitos annos foi cabeça d'um concelho do mesmo nome, que D. Sancho I creou. D. Affonso III deu-lhe foral, em Santarem, a 27 de dezembro de 1272; o mesmo monarcha lhe deu outro foral, tambem de Santarem, a 18 de novembro do 1273, confirmando e ampliando os privilegios do primeiro. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 4 de maio de 1512. Tem as ruinas d'um castello muito antigo, cuja fundação uns attribuem aos moiros, e outros aos Templarios, que eram senhores de Penas Royas. Pela extincção d'esta ordem em 1311, passou para a Corôa, e em 1319, el rei D. Diniz deu a commenda de Penas Royas, e tudo quanto era dos Templarios, á ordem de Christo, então creada. O terreno de Penas Royas, comprehendia seis freguezias, formando todas uma rendosa commenda da ordem de Christo, da qual eram commendadores os marquezes de Tavora, que a possuiram até 1759, anno em que perderam, com a vida no patibulo em Belem, todos os seus bens, dignidades, titulos e privilegios. A commenda passou então á Corôa, onde se conservou até 1834, em que foi supprimida para sempre, assim como todas as outras commendas. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. Annexa a esta villa desde o principio do seculo XIX, formando uma só freg., está a de St.ª Maria Magdalena, de Penas Royas, cujo cura era apresentado pelo padroado real, tendo 8$000 réis de congrua e pé d'altar.

Penascaes. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 69 fog. e 283 hab. Fica distante 8 k. da séde do conc. A terra é fertil, cria muito gado, e tem caça grossa e miuda. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Pençal Pov. na freg. de S. Martinho, de Paço Vedro de Magalhães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Pencello. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 63 fog. e 295 hab. Dista 2 k da séde do conc. e está situada na estrada de Guimarães á Povoa de Lanhoso O real padroado apresentava o abbade, que tinha 250$000 réis de rendimento. A terra é fertil, e cria muito gado bovino. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 20, com a séde em Amarante.

Pendão. Bandeira, estandarte. || Bandeira grande armada em cruz ou verga, que se leva á frente d'algumas procissões religiosas.

Pendão. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr de Lisboa. || S. Mamede, de Santa Cruz da Trapa, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Pendão e caldeira. Eram as insignias e distinctivos dos ricos-homens desde o tempo dos godos até ao seculo XV. V. *Portugal*, vol. II, pag. 616, vocabulo *Caldeira*.

Pendele. Rio da Africa Oriental, affluente do Zambeze.

Pendico. Territorio da prov. do Moçambique, Africa Oriental.

Pendilhe. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Alta, conc. de V. N. de Paiva, com. de Castro Daire, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 242 fog. e 910 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Dista 7 k. da séde do conc. e está situada a 3 k. da margem direita do rio Paiva. A mitra apresentava o abbade, que tinha rs. 300$000 de rendimento A pov. é muito antiga, e já era freg. em 1592. Foi villa. E' terra fertil, cria muito gado e tem caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Tendo sido annexada ao conc. de Castro Daire por decreto de 7 de setembro do 1895, que supprimiu o conc. de Fragoas, voltou a este, restaurado com a denominação e séde de V. N. de Paiva, por decreto de 13 de janeiro do 1898.

Pendôa. Pov. na freg. de S. Christovão, de Espadanedo, concelho de Sinfães, distr. de Vizeu.

Pendral Pov do commando mil. de Satary, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada junto da margem esquerda do rio do Panchiró.

Pendurada. Povoações nas freguezias: Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição, de Carvalho, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Penduradouro. Pov. na freg. de S. Jorge, de Gouvães da Serra, conc. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real.

Pene. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Peneda. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Balugães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago, de Filhadella, conc. e distr. de Villa Real. || O Salvador, de Gavieira, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de S. Martinho de Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello || S. Martinho, de Villa Frescainha, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Serra do distr. de Vianna do Castello, a O da serra da Govieira e a NO do Suajo. Tem 1:379 m. d'altitude.

Peneda de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Pedro, de Covello do Gerez, concelho de Montalegre, distr. de Villa Real.

Penedaes. Pov na freg. de S. Luiz, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Penedello. Pov. na freguezia de S. Vicente, de Pinheiro, conc. de Penafiel, districto do Porto.

Penedia (*Casal da*). Na freg. de S. Sebastião, de Ferro, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Penedinho. Pov. na freguezia de S. João Baptista, de Brito, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Penediscos. Pov. na freg. de S. João Evangelista, de Athães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Penedo (*Affonso Annes*). Um dos populares que mais se salientaram na revolução que elevou ao throno de Portugal o Mestre de Aviz, D. João I. Era tanoeiro, e na nova junta, que por ordem do Mestre se reunia na casa da camara, procurou convencer os nobres que deviam adherir á causa que defendia. Um dos primeiros actos de D. João I foi restabelecer a Casa dos Vinte e Quatro, e Affonso Annes Penedo teve a nomeação de juiz do povo, que era o mais graduado de todos os vogaes d'aquella casa, e seu presidente.

Penedo (*Antonio Antunes Sobrinho, visconde de*). Negociante na praça do Brazil. N. em Caniçadas, perto de Braga, em 1811, e fal. em Braga a 16 de maio de 1888. Residiu muitos annos no Pará entregue á vida commercial, obtendo ali uma importante casa. Alcançando avultada fortuna, regressou a Portugal, indo viver para Braga, onde se tornou muito considerado, e ali falleceu. Foi agraciado com o titulo de visconde de Penedo por decreto de 10 de junho de 1888.

Penedo. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Alvito, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, do mesmo distr. || O Salvador, de Balazar, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Vicente, de Boim, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Pedro, Maximinos, conc. e distr. de Braga. || S. Nicolau e conc. de Cabeceiras de Basto, do mesmo distr. || S. Thomé, de Caldellas, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Julião, de Calendario, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Martinho, de Candoso, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || O Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Martinho, de Cocujães, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || N. S.ª d'Assumpção, de Collares, conc. de Cintra, districto de Lisboa. || Santa Eulalia, de Constance, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. João Evangelista, de Covas, conc. de Louzada, do mesmo distr. || S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Ferreira, conc. de Paredes de Coura, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Fornos, conc. de Marco de Canavezes, districto do Porto. || S. Pedro, de Fragoso, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Frende, conc. de Baião, distr. do Porto || Santo André, de Friande, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Miguel, de Frossos, conc. e distr. de Braga. || S. Martinho e N. S.ª dos Remedios, de Gondiães e Samão, freguezias annexas, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Miguel, de Lageosa, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || N. S.ª d'Ajuda, 4.º bairro de Lisboa. || S. Miguel, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Santa Lucrecia, de Louro, conc. de V. N. de Famalicão, distr de Braga || S. Silvestre e conc. de Louzã, distr de Coimbra. || Santo Adrião, de Macieira de Rates, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Marinha do Zezere, concelho de Baião, distr. do Porto. || S. Paio, de Merelim, conc. e distr. de Braga. || O Salvador, de Minhotães, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Lourenço, de Navarra, conc. e distr. de Braga. || N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N de Ourem, distr. de Santarem. || S. Sebastião, de Paços, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga || O Salvador, de Parada de Gatim, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu || S. Lourenço, de Pias, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Luiz, de Pias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Santa Christina, de Pousa, conc. de Barcellos, districto de Braga. || S. Miguel, de Rebordosa, conc de Paredes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Rendufinho, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Pedro, de Riba d'Ave, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || Ilha da Madeira e dist. do Funchal: N. S.ª da Encarnação, de Ribeira da Janella, conc. de Porto Moniz, N. S.ª d'Ajuda, de Serra d'Agua, conc. de Ponta do Sol. || S. João Baptista, de Runa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || N. S.ª d'Assumpção, de Semide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Serzêdo, concelho de Guimarães, districto de Braga. || O Salvador, de Souto da Carpalhosa, concelho e districto de Leiria. || Santo André, de Tellões, concelho de Amarante, districto do Porto. || Santa Maria Magdalena e concelho de Santo Thirso, do mesmo districto. || S. Pedro, de Valle, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Varziella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Martinho, de Ventosa, conc. de Vieira, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição e concelho de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

|| S. João Baptista, de Villar do Monte, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. da freg. de Santo Antonio das Pombas, no conc. de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Penedo d'Alfarella. Penedo de fórma espherica, de 3,m30 d'altura, sobre uma lage nativa, que se vê proximo ao NE de Alfarella, villa da prov. de Traz-os-Montes. Tem buracos abertos a picão, indicando ter sido a sua circumferencia coberta com um telheiro, em tempos remotos. E' tradição que antigamente faziam aqui audiencia os juizes da terra, e que tambem servia de casa da camara. Esta pedra tem todos os indicios de ser uma anta celtica, mas o povo diz que foi uma ara romana. Affirma-se que n'estes sitios ha muitas antiguidades e inscripções dos romanos, o que dá fundamento a esta crença; mas, parece mais provavel que elles aproveitassem o monumento historico, converteudo-o em *fano* ou *ara* idolatra. O povo d'Albarella tem este penedo em tão grande estima, que, pretendendo quebral-o em 1595 um tal João Lourenço, o juiz André Pinto d'Araujo lh'o impediu, sob pena de 8:000 cruzados de multa.

Penedo da Areia. Pov. na freg. de S. Miguel, de Fontellas, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real.

Penedo d'Arrifana. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Penedo de Baixo e de Cima. Duas povoações nas freguezias: Santa Maria, de Airão, concelho de Guimarães, distr. de Braga. || S. Verissimo, de Nevogilde, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Penedo do Barco. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

Penedo da Bixa. Pov. na freg. de Santa Maria, de Veatodos, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Penedo Branco. Pov. na freg. de Sant'Anna da Serra, concelho de Ourique, districto de Beja.

Penedo Cintrão. Pov. na freg. de N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Penedo de Goes. Monte alcantilado, ou penhasco, muito alto, na prov. do Douro, ao sul da villa de Goes, de fórma pyramidal, e que se vê a grande distancia, ficando-lhe a SO o monte de *Santo Antonio da Neve*, onde existem as *neveiras*, poços onde se guarda a neve natural, para consumo no verão.

Penedo Gordo. Povoações nas freguezias: S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro. || S. Thiago, conc. e distr. de Beja.

Penedo de Lexim *(Casal do)*. Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, concelho de Mafra, distr. de Lisboa.

Penedo Martinho. Pov. na freg. de S. Mamede, de Recesinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Penedo da Meditação. D'este formoso sitio, um dos passeios mais pittorescos dos arredores de Coimbra, diz Augusto Mendes Simões de Castro, no seu *Guia historico do viajante de Coimbra e seus arredores*: «Ha nas proximidades de Cellas, e para a direcção de Cosêlhas, um sitio em extremo pittoresco e bastante celebrado pelos poetas: é o *Penedo da Meditação*. Como o da *Saudade*, acha-se o Penedo da Meditação desprovido dos adornos da arte, mas, em bellezas naturaes, é tambem, como aquelle, assás mimoso e abundante. A paizagem variada e encantadora, que se dilata em frente do Penedo da Meditação, é que faz apreciavel este sitio e lhe dá justa celebridade. Comprehendido por dilatado horisonte, divisam d'ali os olhos o mais deleitoso quadro. Avistam se, em bellissimo conjuncto, serras agigantadas, collinas, e outeiros cobertos de frondosos bosques, ora de pinheiros, com a sua rama verde-escura, ora de bastos olivedos; casas alvejantes, sobresaindo aqui e ali por entre a ramagem, varzeas mimosas, prados de luxuriosa vegetação; e aos pés do observador, no fundo de escarpada encosta, um ameno valle, dividido por um pequeno ribeiro, que realça immenso os encantos da paizagem. Este tão delicioso logar é muito frequentado pelos academicos, que se comprazem em ir contemplar aquelle famoso panorama e em passar ali algumas horas de socegado scismar.»

Penedo da Mó. Pov. na freg do Salvador, de Padreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Penedo Mocho. Pov. na freg. de S. Pedro, de Bairros e Sanfins, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Penedo do Murtal. Pov. na freg. de S. Domingos de Rana, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa.

Penedo dos Ovos. Nos arredores de Cintra, proximo á Penha Longa, ha um logar denominado Linhol, ou mais vulgarmente Linhó (V. *este nome*), que poucos attractivos offerece, porque fica collocado no fundo d'um valle, que fórmam os montes da Pena e de Santa Eufemia. Em Linhol, portanto, não se admiram os lindos panoramas que se descobrem em muitos pontos elevados da historica villa de Cintra; comtudo o terreno é continuamente regado pelas copiosas e crystalinas aguas que se precipitam da serra, o que o torna muito saudavel, e um logar dos mais aprazíveis. A' beira da estrada, sobre uma planicie, eleva-se um grupo de penedos, e superior a elles, vê-se um penedo enorme, posto a pino, em cujo vertice foi collocada uma cruz de pedra, pelos frades jeronymos do convento da Penha Longa. A cruz já hoje não existe, apenas se vêem uns resquicios, que servem de memoria. E' este o *Penedo dos Ovos*, que se tornou muito popular, o a respeito do qual se conta a seguinte lenda, que transcrevemos do volume III do *Archivo Pittoresco*, publicado em 1860: «Era voz constante, n'aquelles sitios, que debaixo da enorme pedra existia um thesouro encantado, o qual só se descobriria a quem pudesse conseguir derribar a pedra, atirando-lhe com tantos ovos quantos bastassem para conseguir tal façanha. Ninguem a tentava; mas um dia certa velha do logar quiz emprehender essa tarefa, e munindo-se de quantos ovos pôde juntar por muitos dias, começou a atiral-os sobre o formidavel penedo. Tendo, porém, exhaurido todas as munições sem poder quebrar o encanto, e faltando-lhe os meios de adquirir ainda mais projecteis, abandonou a empresa, e ficaram todavia na pedra, e ainda hoje lá se vêem, os signaes do tiroteio que fez a ve-

lha, nas malhas amarellas que cobrem um dos lados do penedo, malhas que os velhos e creanças do sitio affirmam serem as gemmas dos ovos, que ficaram ali! Um musgo amarello, que cobre a parte meridional do rochedo, aviventa esta crença dos honrados linholenses. Este rochedo serviu por muito tempo de signal ou marco aos navegantes que demandavam a barra de Lisboa. Com os melhoramentos da navegação, e a collocação de pharoes na costa, não serve hoje o Penedo dos Ovos senão para colonia de corvos, e admiração dos raros viajantes que vão ali.

Penedo Painço. Pov. na freg. de Santa Senhorinha, de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Penedo Pardo. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição da Rocha, de Cabeça Gorda, conc. e distr. de Beja.

Penedo Pinto. Pov. na freg. de Santa Maria, de Telhado, conc. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga.

Penedo das Pombas. Pov. na freguezia de S. Bartholomeu, de S. Gens, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Penedo Que Fala. Pov. na freguezia de S. Miguel, de Varziella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Penedo Quebrado. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Barqueiros, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real.

Penedo Rachado. Pov. da freg. de S. João Baptista, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Penedo da Rola. Logar da freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Castro Verde, distr. de Beja.

Penedo da Saudade. Nome dado a um dos sitios mais formosos e poeticos dos arredores de Coimbra, e do qual se goza um soberbo e dilatadissimo panorama. Para a direita vê-se o rio Mondego, por entre bellas insuas e verdejantes quintas. Ao pé laranjaes e olivedos, casas, hortas, pomares e campos. Em frente, e para a esquerda, vae sempre o terreno rico de variada vegetação, até chegar a montes e serras coroadas de arvores silvestres. Diz-se que o nome de Penedo da Saudade lhe foi dado por D. Pedro I, que para ali ia chorar as suas maguas, depois da morte de D. Ignez de Castro.

Penedo da Sé. Povoação na freg. de N. S.ª da Conceição, de Marmeleiro, conc. e distr. da Guarda.

Penedo de Talaide. Pov. na freg. de S. Domingos de Rana, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa.

Penedo Velho. Pov. na freg. de S. Estevão, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Penedo da Vista. Pov. na freguezia de S. Thiago, de S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Penedones. Pov. na freg. de S. Vicente, de Chã, concelho de Montalegre, districto de Villa Real.

Penedono. Villa da prov. da Beira Alta, séde de conc., com. de Mêda, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego, Relação do Porto. Está situada n'um alto, no começo da serra do Sirigo, a 4 k. do rio Torto, e a 57 da capital do distr. Até ao principio do seculo XIX teve duas freguezias: S. Pedro e S. Thiago, sendo ambas do padroado real, tendo o abbade da primeira 270$000 réis de rendimento, e o da segunda 160$000 réis. Depois reuniram-se ambas as freguezias, formando só uma, com o orago de S. Pedro, que é a que existe. A sua fundação é muito antiga, sendo o seu primitivo nome *Pena de Dono*, que assim está escripto em todos os documentos antigos. Antes da nossa monarchia já existia, pois que em 960, eram os castellos de *Pena de Dono*, *Trancoso*, *Moreira*, *Vacinata*, *Langrobia*, *Aliobria*, *Semorzelli*, *Nauman*, e outros, propriedade de D. Flamula, como consta do seu testamento, feito n'esse anno (*Livro I, de D. Mumadona, de Guimarães*, fl. 7). D. Sancho I deu-lhe foral, em 1195, o qual foi confirmado por seu filho D. Affonso II, em Trancoso, no mez de outubro de 1217; D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 27 de novembro de 1512. O julgado de Penedono foi supprimido, por decreto de dezembro de 1873, ficando existindo sómente o concelho. Tem um castello majestoso, que foi muito forte n'outro tempo, e que está ainda bem conservado, no cimo do qual se collocou o relogio da villa. Foi seu alcaide-mór Pedro Alvares Cabral de Lacerda, descendente de D. Fernando Affonso Correia, senhor de Farelães e de Valladares. O territorio d'este concelho é abundante de cereaes, produz muito bom vinho, fructas e legumes; cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus montes apparece muita caça. Esta villa honra-se muito com o ter sido o berço de Alvaro Gonçalves Coutinho, o Magriço, um dos doze cavalleiros portuguezes que fôram a Inglaterra no tempo de D. João I, para vingar a honra das damas inglezas. Alexandre Herculano, que visitou esta villa em 1867, pôde verificar que o castello fôra a morada dos antecessores d'aquelle valente campeão. Penedono pertence á 2.ª div. mil., 3.ª brigada, grande circumscripção Central, e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., advogado, medico, pharmacia, hospedaria, feira a 29 de junho, a 15 e 16 de setembro, e nas primeiras quartas feiras de todos os mezes; romaria a 15 e 16 de setembro a Santa Eufemia, que é uma bella e pittoresca ermida, ao lado poente da villa, que é da administração da junta de parochia. O conc. comprehende 9 freguezias, com 1:893 fog. e 6:840 hab., sendo 3:270 do sexo masc. e 3:570 do fem., n'uma superficie de 16:352 hect. As freguezias são: S. Miguel, de Antas, 705 hab.: 336 do sexo masc. e 369 do fem.; Santa Cruz, de Beselga, 747 hab.: 346 do sexo masc. e 401 do fem.; S. Sebastião, de Castainço, 449 hab.: 222 do sexo masc. e 227 do fem.; S. Sebastião, de Granja, 473 hab.: 224 do sexo masc. e 249 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Ourosinho, 529 hab.: 249 do sexo masc. e 280 do fem.; S. Pedro, de Penedono, 1:175 hab.: 608 do sexo masc. e 567 do fem.; N. S.ª do Pranto, de Penella da Beira, 1:036 hab.: 459 do sexo masc. e 577 do fem.; Santa Margarida, de Povoa de Penella, 820 hab.: 402 do sexo masc. e 418 do fem.; S. Pedro, de Souto, 906 habitantes: 424 do sexo masc. e 482 do fem. O principal commercio é vinho, cereaes e batatas. Os logares mais importantes são Ferronha e A do Bispo. Este conc. foi supprimido por decreto de 7 de setembro de 1895, sendo annexadas as suas freguezias, parte ao de Mêda e parte ao de S.

João da Pesqueira. O decreto de 13 de janeiro de 1898 restaurou-o com todas as freguezias que anteriormente o constituiam.

Penedos. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Almagreira, conc. de Pombal, districto de Leiria. || S. Thiago, de Anha, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Thomé, de Bitarães, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santo Antonio, de Covões, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || S. Martinho, de Gallegos, conc. de Povoa de Lanhoso, districto de Braga. || S. Faustino, de Gueifães, conc. de Maia, distr. do Porto. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Purificação, de Pontével, conc. do Cartaxo, distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Miguel do Pinheiro, conc. de Mertola, distr. de Beja.

Penedos Altos. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Querença, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Santa Maria, de Turiz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Penedos de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Mamede, de Arcozello, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Penedos Bellos. Pov. na freg. de N S.ª da Consolação, de Alvados, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Penedos de S. Pedro. Ilhéos situados na costa N da ilha do S. Miguel, Açôres, junto da ponta de S. Pedro.

Penegache. Pov. na freg. de Santo Isidoro, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Penegate. Pov. na freg. de S. Miguel, de Christello, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Peneirada. Povoações nas freguezias: S. Paio, de Guimarei, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || O Salvador, de Bravães, concelho de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Cambezes, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Peneireiro. Pov. na freg. de S. Pedro, de Tamengos, concelho d'Anadia, districto de Aveiro.

Peneireiros. Pov. na freg. de Santa Maria, Veade, concelho de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Penella. Appellido nobre, tomado da villa d'este nome, séde de conc. do districto de Coimbra. Não se sabe quem foi o primeiro que o usou. Em 1700 vivia em Tavira Antonio Rodrigues Penella. As suas armas eram: Em campo de púrpura, seis pinhas de ouro, em duas palas

Penella *(D. Affonso de Vasconcellos, 1.º conde de)*. El rei D. Affonso V, em carta de 24 de outubro de 1471, concedeu a D. Affonso de Vasconcellos o titulo de conde de Penella com todas as honras, preeminencias, privilegios, liberdades e franquezas que por direito e herança são e devem ser outorgadas aos condes que, de sangue real, como elle era, descendem. Assim se diz na citada carta, dando lhe el-rei o tratamento de *bem amado sobrinho* e rememorando *os grandes e muitos serviços que nós e nossos reynos d'elle e dos que elle descende temos recebido e continuadamente recebemos* Nasceu o 1.º conde de Penella no anno de 1411; era trineto por varonia d'el-rei D. Pedro I e da rainha D Ignez de Castro e, por linha materna, era neto dos 1.ºs condes de Villa Real e 2.ºs condes de Vianna, D. Pedro de Menezes e D. Brites Coutinho, e trineto dos 1.ºs condes de Ourem e 4.ºs condes de Barcellos, D. João Affonso Tello de Menezes e D. Guiomar de Villalobos. Foi senhor de Penella, Mafra, Enxara dos Cavalleiros, Aregos e Soalhães e da mais herança da sua avó paterna, D. Maria de Vasconcellos, cujo appellido preferiu. Sendo ainda muito joven foi para Africa servir como fronteiro do 3.º conde de Vianna, D. Duarte de Menezes, governador de Alcacer. Com o governador e com el-rei tomou parte em muitas e notaveis incursões pelas terras dos moiros, que são celebradas pelo chronista Azurara. Em 1463 acompanhou el-rei contra Tanger, indo n'um galeão seu, armado e equipado á sua custa, que se perdeu por effeito d'uma tempestade, tendo-se elle salvo a custo em um batel. Sendo já conde de Penella foi um dos quatro capitães—os outros eram D. Affonso, 1.º conde de Faro (filho dos 2.ºs duques de Bragança), D. Henrique de Menezes, 1.º conde de Loulé e D. João de Castro, 2.º conde de Monsanto--que commandaram as alas do exercito com que el rei D. Affonso V entrou em Castella em 1475 para assegurar pelas armas os dire tos ao throno da infeliz princeza, que na historia tem o cognome de Excellente Senhora. Foi o conde de Penella do conselho d'el-rei D. Affonso V, adeantado da Extremadura, regedor das justiças e um dos procuradores nas côrtes que reuniram em Lisboa no anno de 1476 para jurarem o infante D. Affonso, neto d'el rei, successor do reino. Casou com D. Izabel da Silva, filha do 1.º conde de Abrantes, D. Lopo d'Almeida, e da condessa D. Brites da Silva, dama da rainha D. Leonor e camareira-mór da rainha D. Izabel, que tiveram mais seis filhos, todos notaveis, e entre elles o grande D. Francisco d'Almeida, 1.º vice-rei da India, pae da progenitora dos duques de Cadaval. Falleceu em 1 de novembro de 1480, e jaz com sua mulher, a condessa D. Izabel da Silva, em mausoléo existente na egreja do convento de Santo Agostinho, de Santarem, fundado este convento e dotado pelos seus trisavós os 1.ºs condes de Ourem e 4.ºs condes de Barcellos, D. João Affonso Tello de Menezes e D. Guiomar de Villalobos (bisneta d'el-rei D. Sancho IV de Castella), que tambem teem o seu mausoléo na mesma egreja. Os 1.ºs condes de Penella tiveram 4 filhos e 4 filhas: aquelles fôram D. João, 2.º conde de Penella *(V. o artigo seguinte)*, D. Fernando, arcebispo de Lisboa; D. Simão, que morreu menino; D. Jorge, conego da Sé de Lisboa. D. Fernando de Vasconcellos e Menezes seguiu a carreira ecclesiastica. O seu muito talento e mais merecimentos, additados á estirpe real de que provinha, recommendaram-no justificadamente para os mais elevados cargos. El-rei D. Manuel fêl o nomear successivamente deão da sua capella, prior-mór de S. Vicente de Fóra, bispo de Lamego e capellão-mór da sua Casa. Tambem el-rei D. João III teve a maior consideração pelas suas qualidades não deixando de o consultar, de lhe ouvir o voto, em todos os assumptos que merecessem ponderação. Eleito inquisidor geral foi confirmado n'esta elevada dignidade pelo summo pontifice Paulo III a 23 de maio de 1 36 e, tendo vagado o arcebispado de Lisboa com a morte do cardeal infante D. Affon-

so, foi preferido para tão eminente cargo, sendo confirmado pelo mesmo summo pontifice, a 26 de setembro do 1540. O seu successor no arcebispado de Lisboa, que lhe succedeu por sua morte, foi outro principe, o cardeal infante D. Henrique. Entre o arcebispo e o cardeal, que lhe veiu a succeder, suscitaram-se graves desintelligencias. Quando bispo de Lamego dotou a cathedral com preciosos ornamentos e fez edificar um sumptuoso palacio para residencia dos seus successores, e nos ultimos annos em que governou o arcebispado do Lisboa fez edificar egreja e casas proprias á habitação dos seus successores no logar de Santo Antonio do Tojal, vizinho de Lisboa. Entre outros honrosos encargos, que lhe fôram commettidos, teve o de conduzir, e fêl-o com grande pompa, a princeza D. Maria, que ia desposar se a Castella com um filho dos imperadores Carlos V e D. Izabel. Falleceu a 7 de janeiro do 1564 e está enterrado na capella mór da sé cathedral de Lisboa com este epitaphio.

Aqui jaz enterrado D. Fernando filho de D. Affonso primeiro Conde de Penella, Arcebispo de Lisboa, Capellão mór d'El Rey D. Manuel, e de seu filho D. João o III, e d'El-Rey D. Sebastião nosso Senhor; viveo 77 annos e meyo, faleceo a 7 de janeiro de M.D.LXIIII.

Foi autor de varias obras que veem citadas no tomo I da *Bibliotheca Lusitana*: *Nobiliario das Familias de Portugal*, fol. ms.; *Estatutos da Sé de Lamego; Voto politico muito douto e extenso a El-rei D. João o III sobre a perda do cabo de Gué; Carta escripta ao mefmo Principe sobre a prohibição das mulas; Carta efcripta ao Summo Pontifice ácerca das decimas que havião pagar os Ecclesiasticos de Portugal para a guerra contra o Turco; Relação da jornada que fez, quando conduzio a Princeza D Maria a Castella; Respofta aos Capitulos, que por ordem d'El-Rey D João o III deu o cardial D. Henrique aos Prelados do Reyno; Capitulos de fuspeição contra o cardial D. Henrique, apresentados á Santidade de Paulo IV onde faz uma publica confissão dos seus defeitos.*

Penella *(D. João de Vasconcellos e Menezes, 2.º conde de).* Succedeu a seu pae, o 1.º conde de Penella D. Affonso de Vasconcellos, na posse da sua importante casa e recebeu novas doações regias, pelo que foi senhor de Penella, Mafra, Enxara dos Cavalleiros, Soalhães, Ilha do Fogo e outras terras. Por carta de 16 de abril de 1481, firmada por el rei D. Affonso V, foi feito 2.º conde de Penella, e o senhorio d'esta villa foi-lhe confirmado em successivas cartas pelos reis a quem serviu, D. João II, D. Manuel e D. João III, sendo a primeira de 22 de fevereiro de 1482, na qual el-rei lhe dá o tratamento de *sobrinho*. Foi védor da Fazenda e do conselho d'el-rei D. João III. Já em edade avançada caiu no real desagrado; a este facto se attribue não ter el-rei impedido e ter dado preferencia ao 1.º conde de Vimioso na contenda que teve com o 2.º conde de Penella sobre precedencias entre um e outro. Foi o conde de Penella o testamenteiro nomeado por seu tio o grande D. Francisco de Almeida, 1.º vice-rei da India, morto na Aguada de Saldanha luctando com os cafres. O conde de Penella no cumprimento do testamento de seu tio teve difficuldades, que cessaram depois de accôrdo feito com sua prima irmã, filha e herdeira do testador, D. Leonor d'Almeida, casada com D. Rodrigo de Mello, 1.º conde de Tentugal e 1.º marquez de Ferreira, que fôram os progenitores dos duques de Cadaval, e essa composição sobre a herança do vice-rei foi confirmada por el-rei e consta da chancellaria do D. Manuel, liv. 24.º fl. 25 v. Casou duas vezes, a 1.ª com D. Maria de Athaide, filha de D. João de Sousa, capitão de ginetes do infante D. Fernando, e a 2.ª com D. Joanna Henriques, filha de D. Carlos Henriques, commendador de Proença na ordem de Christo. D'este matrimonio não houve filhos, mas do primeiro nasceram 4 filhos e 4 filhas: das 4 filhas apenas duas casaram, uma, D. Lourença, com D. Nuno Manuel, guarda-mór e almotacé-mór d'el-rei D. Manuel, o outra, D. Guiomar, dama da rainha D. Leonor, viuva d'el-rei D. Manuel, com D. Jorge de Portugal, 1.º conde de Gelves (em Hespanha), neto paterno dos 2.ºs duques de Bragança e materno dos 1.ºs condes de Olivença, e nem uma nem outra tiveram descendencia; dos filhos só o 1.º e o 3.º, D. Affonso e D. Antonio, deixaram descendencia, illegitima a do primeiro e um unico filho legitimo, D. João Luiz, nascido do segundo, que veiu a fallecer sem geração. Após o fallecimento do 2.º conde de Penella, que viveu 75 annos, não se renovou o titulo na sua descendencia e o senhorio de Penella foi doado á casa de Aveiro onde se conservou até á extincção d'esta casa, por sentença, em 1759. Por morte do filho primogenito do 2.º conde de Penella, D. Affonso, que deixou um filho illegitimo, D. João, vagaram os bens da Corôa, passando sómente o senhorio de Mafra para o filho terceiro, D. Antonio, e por morte do unico filho legitimo d'este, D. João Luiz, sobreveiu um prolongado litigio sobre o direito de posse á casa do Mafra, figurando entre os oppoentes os descendentes legitimos dos 1.ºs condes de Penella. Muitos annos demorou sem resolução a causa judicial, tendo sido sentenciada por fim em favor da quarta neta por linha illegitima do 2.º conde de Penella, D. Joanna de Vasconcellos, então casada em 2.ªs nupcias com o 8.º visconde de Villa Nova da Cerveira, D. Diogo de Lima. Os 8.ºs viscondes de Villa Nova da Cerveira, que fôram os progenitores dos marquezes de Ponte do Lima, entraram assim na posse da casa de Mafra, unico dos muitos senhorios que haviam pertencido á antiga e opulenta casa dos condes de Penella que lhes foi transmittido por herança, mas sómente depois de um violento litigio.

Penella *(D. José Maria de Portugal de Vasconcellos da Costa Mexia de Mattos, 3.º conde de).* O fallecido rei D. Carlos I, por decreto de 5 de dezembro de 1907, renovou o titulo de conde de Penella em D. José Maria de Portugal de Vasconcellos da Costa Mexia de Mattos, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, bacharel em Mathematica pela Universidade de Coimbra, e 2.º capitão de artilharia, constando da respectiva carta, de 19 datada do mesmo mez e anno, ser a mercê em testemunho da *Real benevolencia e consideração pela sua pessôa e nobre ascendencia, renovando n'elle uma das mais gradas distincções de seus maiores.* Descende o 3.º conde de Penella por linha legitima de D. Joanna da Silva, filha de D. Affonso de Vasconcellos, 1.º conde de Penella e da condessa D. Izabel da Silva, filha dos

1.ºˢ condes d'Abrantes. D. Joanna da Silva casou com Alvaro Pires de Tavora, que foi 12.º senhor da casa de Tavora, senhor de Mogadouro, S. João da Pesqueira e de outras muitas terras, alcaide-mór de Miranda e do conselho d'el-rei D. João III; d'este casamento proveiu geração, e foi sua bisneta D. Anna de Athaide, filha unica do 1.º matrimonio do 2.º conde de Castanheira, D. Antonio de Athaide, com D. Maria de Vilhena (Vidigueira), filha dos 2.ºˢ condes da Vidigueira, e neta paterna do grande D. Vasco da Gama. Do casamento de D. Anna de Athaide, que foi dama de honor da rainha D. Catharina, com D. Henrique de Portugal, filho do 1.º matrimonio do distincto poeta D. Manuel de Portugal, neto paterno dos 1.ºˢ condes de Vimioso e trineto dos sereuissimos senhores 2.ºˢ duques de Bragança, D. Fernando I e D. Joanna, é que descende em linha recta o actual e 3.º conde de Penella. E' diplomado, como dissémos, com o grau de bacharel em Mathematica pela Universidade de Coimbra, tendo obtido a qualificação de distincto no 2.º e no 4.º anno da respectiva faculdade, bem como na cadeira de geometria descriptiva que pertencia ao 3.º anno. Matriculado na Escola do Exercito, com destino á arma de artilharia, ultimou o curso findos dois annos de frequencia d'esta escola, sendo promovido a 2.º tenente por decreto de 26 de novembro de 1891, a 1.º tenente por decreto de 14 de dezembro de 1893 e a capitão por decreto de 29 de dezembro de 1906. Com o titulo de *Viaturas da Infantaria* deu á publicidade um extenso trabalho que saiu no jornal militar *Revista do Exercito e da Armada*. Nasceu em 22 de maio de 1868; foi o unico filho varão de D. João José de Portugal da Costa Mexia de Mattos, moço-fidalgo com exercicio na Casa Real, e de sua mulher D. Marianna Ritta Gonçalves Franco de Mattos, que tiveram mais uma unica filha, D. Joanna de Portugal, actual viscondessa do Rio Xévora.

Penella *(Fr. Manoel da Senhora das Dôres)*. Religioso da provincia da Arrabida, no convento de S. Pedro d'Alcantara em Lisboa; ex-leitor de Theologia, e examinador das Tres Ordens Militares. Escreveu: *Thesouro das sete dôres da Mãe de Deus, ou allivio de penas do purgatorio em uma via sacra das dôres*, etc., Lisboa, 1816; *Novena do glorioso S. Pedro d'Alcantara*, Lisboa, 1829; *Hora em quinta feira de Ascensão*, etc, Lisboa, 1831; *Novena da gloriosa Ascensão*, etc., Lisboa, 1831.

Penella. Villa da prov. do Douro, séde de concelho e de com , distr. e bisp. de Coimbra, Relação do Porto. Está situada sobre uma collina, em volta do seu vetusto castello, a 1 k. da margem esquerda do rio d'Eça. Tem duas freguezias: Santa Eufemia e S. Miguel. O real padroado apresentava o prior de S. Miguel, que tinha 700$000 réis de rendimento; e a Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o prior de Santa Eufemia, que tinha 40$000 réis, e o pé d'altar. A povoação é muito antiga, pelo menos tão antiga como a monarchia, já como villa e cabeça de concelho. Suppõe-se que as suas primeiras fortificações datam do tempo dos romanos, pois é tradição, e lê se em alguns livros, que os arabes as destruiram no principio do seculo VIII, o que o conde D. Sisnando as reedificou em 1080. Se este conde não foi o reedificador, com certeza foi o edificador, e os arabes as tornaram a destruir em 1129, quando o rei arabe, Eujune, veiu pôr cêrco a Coimbra, com um grande exercito. Fernando Magno, ao retirar-se para Leão, deixou o governo de Coimbra e o seu vasto territorio ao conde D. Sisnando, com poder absoluto, e este doou terras e egrejas aos que o ajudaram nas guerras contra os moiros, como fôram as villas de Tentugal, Arouce, Penella, Cantanhede, e outros. D. Affonso Henriques deu foral a Penella, sem data, mas calcula-se que fôsse em 1131; em julho de 1137 deu-lhe outro foral. A pov. esteve em ruinas durante 58 annos, até que D. Sancho I a reconstruiu e ampliou, em 1187, dando-lhe outro foral, em Coimbra, a 6 de abril de 1198. Seu filho, D. Affonso II, confirmou estes foraes, em Trancoso, no mez d'outubro de 1217. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 15 de dezembro de 1512. El-rei D. Diniz, em 1300, tambem procedeu a importantes obras no castello. Na parte mais elevada vê-se a velha torre de menagem, que hoje se chama *Forte*, e domina uma extensa e surprehendente paizagem. Estão dentro da fortaleza a egreja matriz de S. Miguel, a casa da confraria do Santissimo Sacramento, a residencia do parocho, diversos quintaes, e o cemiterio. Esta egreja foi edificada pelo infante D. Pedro, filho de D. João I, em 1420, em cumprimento d'um voto, por occasião d'uma grande doença, que teve em Aveiro. Desde os primeiros tempos da monarchia que a villa de Penella tem voto em côrtes com assento no banco 16.º As suas armas são: Em campo azul tres torres de prata, duas collocadas na parte superior do escudo, e uma em baixo. Houve na villa um mosteiro de frades capuchos, da provincia de Santo Antonio, que ultimamente era propriedade do conde de Fornos d'Algôdres. Os marquezes de Gouveia tinham o senhorio de Penella, que depois herdou o duque de Aveiro, que o conservou até 1759, anno em que, pela conspiração com os Tavoras, perdeu todos os bens. Os marquezes de Gouveia haviam edificado aqui um palacio, que depois se tornou propriedade da camara municipal. O territorio d'este concelho produz com abundancia pão, vinho, azeite, hortaliça, fructas, e gado de toda a qualidade. Nos seus montes apparece muita caça. N'este concelho nasce o rio *E'ça* ou *Daeça*, e a ribeira do *Espinhal*, que se unem, no *Campo do Pastor*, no sitio de *Entr'aguas*, banhando em seu curso, o conc. de Miranda do Corvo, e indo unir-se ao *Arouce*, ou *Ceira*, entre a aldeia d'este nome e as *Vendas de Ceira*. Proximo á Portella de Penella, ha um logar, a que chamam *Cova de Moiros*, e as ruinas d'um pequeno castello, edificado sobre um enorme rochedo, provavelmente pelo mesmo conde D. Sisnando, quando edificou esta villa. Em 1860 appareceu, no mesmo logar da Portella, grande porção de moedas de cobre, dos arabes, distinguindo-se ainda d'um lado um guerreiro armado de lança, e do outro a palavra *Marrócos*. Nas pro-

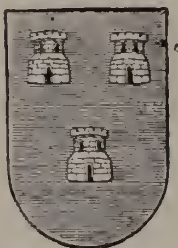

Brazão d'armas da villa de Penella

ximidades da villa, assim como em todo o conc., ha muitas e boas quintas: a *Quinta do Pinheiro*, *da Bouça*, *da Bouça de Cima*, *das Pontes*, *da Vouzella*, *do Engenho*, *de S. Francisco* (onde foi o antigo mosteiro de frades capuchos), *de Valle d'Arinto*, *dos Freixos*, *da Chaquêda*, *de Valle Louro*, etc. Penella foi condado feito por D. Affonso V, na pessoa de D. Affonso de Vasconcellos, bisneto de D. João, filho de D. Ignez de Castro e do principe D. Pedro. Este titulo só existiu durante a vida de D. Affonso, e de seu filho D. João de Vasconcellos e Menezes, que falleceu sem descendencia. Penella pertence á 5.ª divisão mil., 10.ª brigada, grande circumscripção mil. Central, e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; advogados, notario, agencias bancarias, da *Casa José Henriques Tota* e *Silva Beirão Pinto & C.ª*, de Lisboa; das companhias de seguros *Nacional*, *Popular*, *Portugal* e *Reformadora;* hospedaria, medicos, pharmacias, Misericordia, theatro, philarmonica, feira a 29 de setembro, e de gado a 9 de cada mez, romaria á Senhora da Nazareth, na freg. de S. Miguel, de 13 a 15 de agosto. O conc. comprehende 6 freguezias, com 2:852 fog. e 10:354 hab.: 4:669 do sexo masc. e 5:685 do fem., n'uma superficie de 11:370 hect. As freguezias são: S. Sebastião, de Cumicira, 1:800 hab.: 826 do sexo masc. e 974 do fem.; S. Sebastião, de Espinhal, 1:932 hab.: 812 do sexo masc. e 1:120 do fem.; Santa Eufemia, de Penella, 2:465 hab : 1:133 do sexo masc. e 1:332 do fem.; S. Miguel, de Penella, 2:529 hab.: 1:178 do sexo masc. e 1:351 do fem.; N. S.ª da Purificação, de Pudentes, 952 hab.: 402 do sexo masc. e 550 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Rabaçal, 676 hab.: 318 do sexo masc. e 358 do fem. O principal commercio do conc. é cereaes, caça, azeite e queijos. Os logares mais importantes são: Alfafar, Grocinas, Pastor e Vianae. || Designação d'um concelho, que existiu na prov. do Minho, na extincta comarca de Pico de Regalados. Sendo supprimido o concelho, passou a formar parte do de Pico de Regalados, e sendo este conc. e comarca tambem supprimidos, passou a ser cabeça do novo conc. e com. a pov. de Villa Verde, no arcebispado e distr. de Braga. (V. *Villa Verde*). El rei D. Manuel deu foral a Penella, em Lisboa, a 6 de outubro de 1514. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Adaufe, conc. e distr. de Braga. || Santo Estevão, de Cantellães, conc. de Vieira, do mesmo distr. || Santa

Castello de Penella

Marinha, de Chorense, conc. de Terras de Bouro, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Sampriz, conc. de Ponte da Barca, distr. ria, de Panoias, conc. e distr. de Braga. || O Salvador, de Parada de Gatim, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || Santa Maria, de Vermoim, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo districto.

Penella—Convento de Santo Antonio

de Vianna do Castello. || O Salvador, de Portella das Cabras, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. Tem est. postal.

Penella da Beira. Villa e freg. de N. S.ª do Pranto, da prov. da Beira Alta, conc. de Penedono, com. de Mêda, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 319 fog. e 1:030 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Dista 6 k. da séde do conc. e está situada a 7 k. da margem esquerda do rio Torto. E' pov. muito antiga, e parece que já existia como parochia no anno 960, como se prova pelo testamento feito n'esse anno, por D. Flamula, sobrinha da condessa Mumadona, de Guimarães, no qual deixa sua alma por herdeira da sua muita fazenda, que toda mandou repartir em obras pias (Documento de Guimarães, de 960). El rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, no 1.º de junho de 1514. A terra foi senhorio dos marquezes de Marialva. E' muito fertil. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Penella de D. João de Castro. Couto, que existiu na prov. do Minho, na antiga comarca de Barcellos, ao qual el-rei D. Manuel deu foral, em Lisboa, a 20 de junho de 1514.

Penellas. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Britello, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Miguel, de Cabaços, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, districto de Vizeu. || Santa Comba, de Ermida, conc. e distr. de Villa Real. || S. Thiago, de Filhadella, do mesmo conc. e distr. || St.ª Maria, de Gallegos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho, de Gallegos, do mesmo conc. e distr. || Santa Maria Magdalena, de Jolda, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Nogueira e S. Claudio, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador, de Paderne, conc. de Melgaço, do mesmo distr. || Santa Maria, de Panoias, conc. e distr. de Braga. || O Salvador, de Parada de Gatim, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || Santa Maria, de Vermoim, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo districto.

Penellas de Jugueiros. Pov. na freg. de S. Paio, de Portella, conc. de Penafiel, districto do Porto.

Penelleiros. Pov. da freg. de Santa Maria, de Gondar, conc. de Amarante, distr. de Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Penêllos. Pov. na freg. do Salvador, de Fervença, conc. Celorico de Basto, distr. de Braga.

Pengamente. Pov. do sobado de Sorgula, no conc. do Cougo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Penha. E' appellido nobre; veiu de Hespanha, mas ignora se quem o trouxe para Portugal. Registou as suas armas, confirmadas por D. João III, a 27 de maio de 1527, as quaes são: Em campo verde, aguia negra, bicada e armada de ouro, sentada sobre uma penha, com uma bezante de ouro no peito, carregado d'uma cruz de Calatrava; elmo d'aço guarnecido de ouro, e por timbre a aguia do escudo. De Cáceres, Hespanha, veiu para Portugal D. Alvaro da Penha, que casando n'este reino, teve successão: usava as mesmas armas.

Penha *(João)*. V. *Fortuna (João d'Oliveira Penha)*, no vol. III a pag. 556 e 1089.

Penha. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Freigil, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Santo André, de Parada, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Lourenço, conc. e distr. de Portalegre.

Penha d'Agula. Pov. e freg. de N. S.ª das Candeias, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Figueira de Castello Rodrigo, distr. e bisp. da Guarda; 120 fog. e 381 hab. Tem esc. do sexo fem e est. post. Dista 9 k. da séde do conc. e está situada a 5 k. da margem direita do rio Côa, na aba da serra da Marofa. O papa e o bispo apresentavam alternativamente o reitor, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. A pov. pertence

á 2.ª mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Povoações nas freguezias: Espirito Santo, conc. de Mertola, distr. de Beja. || Ilha da Madeira, N. S.ª da Natividade, de Fayal, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal. || Pov., séde d'um posto fiscal dependente da secção de Alcantara.

Penha e Costa (*José Maria da*) Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, e advogado. N. em Lisboa a 6 de maio de 1846, sendo filho de José Rebello da Costa, que foi chefe da 4.ª repartição da contadoria do hospital de S. José, e depois escrivão das capellas na comarca de Lisboa, e de D. Maria Amalia da Penha Coutinho. Formou-se em Coimbra em 1867. Foi delegado do procurador regio, por nomeação provisoria na 5.ª e 6.ª varas de Lisboa, em 1868, e na 2.ª vara da mesma comarca, no impedimento do proprietario, em 1869 e 1870. Hoje exerce a advocacia em Lisboa. Sendo estudante, collaborou n'um jornal litterario, intitulado *O Recreio*, e escreveu o seguinte opusculo: *Os principios de Mathematica de José Anastasio da Cunha*. Tem collaborado na *Gazeta da Associação dos advogados*, e publicado em separado os seguintes trabalhos forenses: *Petição de aggravo para o supremo tribunal de justiça, em que é aggravante Bernardino Fernandes de Oliveira, e aggravada a firma Santos & Cardoso; Libello de Cesar Augusto de Macedo e mulher contra as irmãs da caridade portuguezas; Allegação final na causa de D. Maria Izabel Ferreira Duarte contra João Carlos de Valladas Mascarenhas e outros; Petição e minuta no recurso á corôa, em que é recorrente a veneravel ordem Terceira do Monte do Carmo, e recorrido o ex.*^mo^ *arcebispo de Mytilene; Minuta do recurso de revista, em que é recorrente Victorino Cardoso Valente e recorrido o conde de Sabugal; Petição de aggravo, em que é aggravante, para a relação de Lisboa, D. Candida da Conceição das Neves Parente, e aggravado o curador dos orphãos na segunda vara, e outros.*

Penha Feia. Nome d'uma antiga freguezia, da Beira Baixa, no bispado da Guarda, que foi supprimida. O orago era N. S.ª d'Assumpção, e a mitra apresentava o prior, que tinha 130$000 rs. de rendimento. E' distante 6 k. da Guarda.

Penha Firme (*Jorge Roze Sartorius, 1.º visconde da Piedade, 1.º visconde de Mindello, e 1.º conde de*). Valente marinheiro inglez, que serviu Portugal nas luctas constitucionaes. N. em Bombaim, a 9 de agosto de 1790, fal. em Londres a 17 de abril de 1885. Era filho de João Conrado Sartorius, e de sua mulher, D. Arabella Rose. Entrou na armada ingleza, e sendo capitão, distinguiu se na batalha de Trafalgar, e depois de ter obtido varias commendas, era em 1828 capitão da fragata *Pyramo*, então surta no Tejo, ficando por chefe das forças navaes, cargo de observação em que o deixou o almirante Beauclerck, quando se retirou. N'essa epoca recebeu Sartorius a seu bordo varias familias que fôram ali refugiar se. Achava-se em Inglaterra em 1831, e era capitão de mar e guerra, quando se resolveu que D. Pedro fôsse tomar conta do governo nos Açôres, já então reduzidos á sua obediencia. Não havia marinha, porque a esquadra estava, de vontade ou sem ella, com o governo de D. Miguel; foi necessario fretar navios, e Sartorius offereceu se, não só para tratar d'esse fretamento, mas para commandar a expedição. Depois de varias contrariedades, tendo sido até uma das fragatas algum tempo embargada, partiram para Belle-Isle, onde os navios, que eram mercantes, armaram em guerra, e organisada a expedição, largou para os Açôres, sendo Sartorius elevado a vice-almirante, e levando hasteado o signal do commando. Era pequena a esquadrilha, e não lhe faltava receio de se encontrar com a, relativamente, forte esquadra miguelista. Chegada felizmente aos Açôres, houve depois a idéa de mandar Sartorius á ilha da Madeira, mas as fôrças, com que partiu, eram tão diminutas, foi tão mal pensado esse projecto, que a ilha se não rendeu, e apenas se occupou Porto Santo. Organisou-se então a grande expedição de 40 vélas de transporte que veiu conduzir o pequeno exercito liberal ás praias de Portugal; Sartorius commandou habilmente esse comboio, que guiou e protegeu com a sua pequena esquadra, podendo em poucos dias effeituar o desembarque nas praias do Mindello. A 9 de julho de 1832 apoderava-se do Porto o exercito libertador, a 10 entrava a esquadrilha as aguas do Douro, recebendo fogo do lado de Villa Nova de Gaia; por conselho de Sartorius, no dia 11 a brigada ligeira do commando de João Schwalbach desalojava o inimigo da Serra do Pilar, e tomava esse ponto, que nunca mais os constitucionaes largaram, apezar de repetidos ataques, e que foi uma salvação para o Porto. Depois do combate de Ponte Ferreira e outros, e de terem deixado occupar Villa Nova de Gaia pelos miguelistas, e perderem os seus importantes depositos de vinhos, logo a 18 partiu a esquadra para o sul, e Sartorius deu fundo em Cascaes. Em vista d'uma representação do governador d'essa praça ao almirante Pasker, que estava ali, Sartorius passou ao sul do Tejo, e a 23 teve a satisfação de vêr que o almirante, levantando ferro, e passando junto d'elle, o cumprimentou e salvou com a bandeira constitucional. Bloqueou o Tejo e aprisionou a charrua *S. João Magnanimo* e a escuna *Eugenia*. A 3 de agosto saiu a esquadra miguelista, e as duas vogaram prolongadas de 5 a 10. N'esse dia á tarde com uma manobra habil, atacou-a por sotavento, e a esquadra miguelista, depois d'um pequeno combate, fugiu a todo o panno, de modo que no dia seguinte pela manhã apenas se avistava vogando para Lisboa. Tornou a sair a esquadra a 22, a 10 de setembro appareceu a miguelista, a 14 acharam se á vista; separou-se por varias causas a fragata *D. Maria*, que só se lhe juntou a 30. A 2 de outubro lançaram ferro, esta nas ilhas de Bayona, e a miguelista em Vigo, d'onde saiu a 10; seguiu a Sartorius, travou se combate a 15 sem decisão, seguindo a liberal para o Porto e a miguelista para Lisboa. Sartorius não foi bem recebido pelo imperador; foi-lhe retirado o commando, mas pouco depois restituido, até que passado tempo Carlos Napier foi encarregado do commando superior. Sartorius consagrou sempre a mais viva affeição a Portugal, onde viveu annos. Por decreto de dezembro de 1836 foi agraciado com o titulo de visconde da Piedade; por decreto de 8 de julho de 1845, com o de visconde do Mindello, e por decreto de 19 de agosto de 1853, com o de conde de Penha Firme. Em 1856 por occasião da guerra com a Russia,

foi confiado a Sartorius o commando da esquadra que devia operar no Baltico, mas as suas operações reduziram-se a pouco, porque o principal objectivo era Cronstadt, que estava de tal modo fortificada, que era impossivel tomal a. Apenas occupou algumas ilhas. Em 1840 reformou-se na marinha portugueza com o posto de vice-almirante. O conde de Penha Firme era gran-cruz da ordem de Aviz, commendador da da Torre e Espada, e da do Banho, na Inglaterra. Casou em 1 de janeiro de 1839 com D. Sophia Lamb, filha de João Lamb e de D. Sophia Sarak Atkina.

Penha Forte. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Lamegal, conc. de Pinhel, distr. da Guarda.

Penha de França. Antigo santuario na provincia do Douro, junto á villa d'Ilhavo. O bispo de Miranda, D. Manuel de Moura, que falleceu aqui no fim do seculo XVII, fundou n'uma sua quinta, chamada da *Ermida*, um templo que dedicou a Nossa Senhora, denominado *Penha de França*. Estabeleceu se depois ali, no seculo XIX, uma vasta e rica propriedade, a grande fabrica de porcelana, da *Vista Alegre*. V. *Ilhavo*. || Logar e 3 k. da villa de Grandola, onde está uma capella de *N. S.ª da Penha de França*, que dá o nome ao sitio, edificada no logar onde os romanos haviam construido um castello ou atalaia. Consta que um individuo de Grandola, que estava na India, mandára de lá a imagem, e parece que tambem dinheiro para se lhe fazer a ermida. || Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª do Monte, concelho e distr. do Funchal. || Pov. da ilha de Santo Antão, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Freguezia do conc. de Bardez, no distr. de Gôa, na India. Está situada na margem do rio Mandovi.

Penha Garcia *(José Capello Franco Frazão, conde de)*. Importante lavrador, antigo deputado, ministro de Estado honorario. Militando no partido progressista foi ministro da Fazenda, pela primeira vez, em 27 de dezembro de 1905. O sr. conde de Penha Garcia tem feito varias conferencias na Real Associação de Agricultura Portugueza, sobre questões economico-agricolas de maior interesse. No Congresso de Laticinios, Olivicultura e Industria dos Azeites, realisado na Real Tapada d'Ajuda, em maio de 1905, tomou parte importante pela apresentação de suas theses, principalmente a do credito agricola, que mereceu a approvação unanime da assembléa. O sr. conde de Penha Garcia tem feito estudos muito especiaes sobre a agricultura nacional. E' casado com a sr.ª D. Eugenia Maria Valdez Penalva, filha dos condes de Penalva d'Alva, José Rodrigues Penalva e D. Eugenia Henriqueta Alves Valdez. Publicou: *A partilha d'Africa (Conferencia realisada na Sociedade de Geographia de Lisboa em 2 de março de 1896)*, Lisboa, 1901.

Penha Garcia. Villa e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 264 fog. e 1:095 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 21 k. da séde do conc. e está situada na aba d'uma serra, na margem direita do rio Pousul, onde ha uma ponte. O tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o prior, que tinha 150$000 réis de rendimento annual. A pov. é muito antiga, foi couto do reino, ou de homiziados, que D. Maria I extinguiu, como todos os outros, por carta de lei de 1790. D. Affonso III deu a pov. aos cavalleiros da ordem de S. Thiago, em 1220, com a condição de fundarem o castello e muralhas de circumvalação; como os cavalleiros não cumpriram esta condição, el-rei D. Diniz lh'a tirou para a dar aos cavalleiros do Templo, em 1303, passando pela suppressão d'esta ordem para a de Christo em 1319. No anno de 1300 o referido monarcha, tendo sido já a pov cercada de muralhas, mandou construir um forte castello. O mestre da ordem de S. Thiago lhe havia dando foral, em Proença-a-Velha, a 31 de outubro de 1256, e el-rei D. Manuel lhe deu foral, em Santarem, no 1.º de junho de 1510. Penha Garcia foi povoação de grande importancia, por ser séde de concelho, estar fortificada, e por ser a pouca distancia da Extremadura hespanhola. Hoje perdeu muito da sua importancia, e é uma povoação decadente. O seu territorio é fertil em cereaes, legumes e fructas, cria bastante gado, e tem abundancia de caça grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. A serra chamada de Penha Garcia, fica entre o rio Ergêa na raia de Hespanha, e o logar de Penha Garcia, na direcção NO a SE. Tem 20 k. de comprimento, 2:500 m. de largura, e 814 d'altura. N'um sitio deserto, na margem esquerda do rio Ergêa, brota uma nascente d'agua mineral conhecida pelos nomes de *Penha Garcia*, *Monfortinho*, e *Fonte Santa*. A sua agua está canalisada até á falda da serra para um tanque abrigado n'uma casa abobadada, hoje em ruinas, cuja construcção, segundo a tradição, se deve ao infante D. Francisco, irmão de D. João V. Foi muito concorrida no seculo XVIII por doentes portuguezes, e tambem hespanhoes, para os quaes era facil o transporte, visto o local ser proximo da raia de Hespanha. Hoje está abandonada, apezar de em 1875 haver uma companhia ingleza que requereu a sua exploração.

Penha Longa *(Sebastião Pinto Leite, 1.º visconde da Gandarinha e 1.º conde de)*. V. *Gandarinha*, *Portugal*, vol. III, pag. 682. Recebeu o titulo de conde da Penha Longa por decreto de 4 de março de 1886.

Penha Longa. Na serra de Cintra existiu o convento assim denominado, de frades da ordem de S. Jeronymo, o qual, depois da extincção das ordens religiosas, se tornou n'uma importantissima propriedade, que pertenceu ao marechal duque de Saldanha, em seguida ao abastado capitalista, já fallecido ha annos, visconde de Bessone, depois ao conde da Penha Longa, e parece que pertence hoje aos descendentes d'este titular. Como dissémos, é na serra de Cintra que estão situados o valle e a ribeira, que se denominam *Penha Longa*, palavras, segundo parece, transformadas com o andar dos seculos, do primitivo nome de Pera Longa; e a darmos crédito a uma chronica manuscripta, feita por um frade jeronymo, aquelle local tambem se chamou em epocas mais remotas a *Pedra da Verdade*. O nome de *Pera Longa* parece ter tido origem na fórma similhante a uma pera ou a um ovo, que tem o *Penedo dos ovos*, que lhe fica proximo, e que se avista a grande distancia. *(V. Penedo dos Ovos)*. Tanto o valle como a ribeira, ambos risonhos pela abundancia e frescura das arvores, pelos ar-

voredos e pelas verduras que matizam a terra, são dignos da mais respeitosa attenção, pela riqueza de recordações historicas, as mais curiosas e memoraveis. Foi ali que se edificou o antigo conventinho, o primeiro cenóbio que tiveram os monges de S. Jeronymo no reino de Portugal. Fr. Vasco Martins, ou Vasco Monteiro, como lhe chamam alguns historiadores, e mais dois religiosos, seus companheiros, fôram os fundadores, em 1355; o pequeno mosteiro ficou collocado entre as brenhas e os mattos, no fundo do valle. Sem duvida, era o que mais convinha ao rigor da vida ascética, porque assim estariam aquelles humildes servos de Deus livres do bulicio do mundo profano, totalmente occultos das vistas indiscretas. Ha tambem uma outra versão, que diz ter havido ali uma gruta, que servia de guarida a um monge de eminentes virtudes; e como se lhe fôssem aggregando mais alguns monges, o virtuoso cenobita resolveu edificar o conventinho, ficando elle sempre vivendo na gruta, até que falleceu. E' possivel que aquelle santo monge fôsse fr. Vasco Martins, a que nos referimos. Muitos annos depois, D João I intentou fundar um convento mais amplo, e a pedra fundamental foi lançada por aquelle monarcha, no anno de 1400. Em memoria da batalha de Aljubarrota foi dada ao novo convento da Penha Longa a invocação de N. S.ª da Victoria, que tambem havia sido applicada para o grandioso convento da Batalha. Esta invocação foi mais tarde, em 1569, substituida pela de N. S.ª da Saude, quando uma horrorosa peste assolou Lisboa. O povo de todos os arredores concorria então ao convento em devotas romarias, a pedir soccorro á Virgem; e terminando o terrivel flagello, tornou se tão vulgar a invocação de N. S.ª da Saude, que ficou posteriormente sempre assim conhecida a respeitavel imagem, extinguindo-se completamente com o tempo a antiga invocação de N. S.ª da Victoria. Dizem alguns chronistas que aquella imagem pertencera ao valente capitão de Malaca, Ruy de Athaide, que tanto se distinguiu nas conquistas d'Africa, e que Vasco da Gama a trouxera comsigo durante a sua viagem do descobrimento do caminho da India. Ruy d'Athaide a cedera depois, aos frades jeronymos do convento de Penha Longa. Os frades obtiveram então do papa uma bulla, ordenando que, em uma área de cinco leguas, sómente aquella veneranda imagem pudesse ser festejada, em memoria do milagre que a Santa Virgem fizera aos habitantes, preservando os da terrivel peste de 1569. Os reis D. Manuel, D. João III, D. Sebastião, o cardeal D. Henrique assim como seu irmão, o infante D. Luiz, fizeram obras importantissimas, que, tanto o convento como a egreja, tiveram por assim dizer uma nova fundação. A egreja actual foi, portanto, feita no seculo XVI, dando-lhe começo el-rei D. Manuel, e terminando as obras D. João III. O interior do templo indica perfeitamente aquella epoca de prosperidade pela sua abobada de laçaria de pedra e sua architectura manuelina. No exterior admira-se o estylo classico, que se introduziu em Portugal no reinado de João III. Os quatro monarchas e o infante D. Luiz, de que acima falámos, tanto apreciavam o valle e o mosteiro da Penha Longa que sempre os preferiam para as suas orações em profundo retiro, ou para diversões, descançando á sombra das frondosas florestas, aspirando o ar embalsamado pelas odoriferas flôres do valle, banhadas pelas fontes crystalinas. D. Manuel mandou construir junto ao convento uns paços reaes, a que deu o nome de *hospedarias*. Depois da morte do cardeal-rei, e que os hespanhoes tomaram posse de Portugal, nunca mais o paço da Penha Longa foi residencia real. O cardeal D. Henrique, antes de ser acclamado rei, habitou muitas vezes no convento, onde tinha uma vasta cella, adornada com as armas reaes, e que era conhecida pela *cella prioral*. A Penha Longa tinha diversos jardins que se tornavam uns retiros sympathicos e deliciosos: O *Jardim do Nuncio*, que ligava a quinta com outra, chamada de *S. Gonçalo*. Existia ali uma capella, onde o nuncio apostolico celebrava o sacrificio da missa, quando visitava o convento. O *Jardim de Caphião*, onde se admirava a *A Cadeira da Saudade*, que era uma pequena capella em fórma de cadeira. Foi ali que D. Manuel passou os dias de nojo, quando falleceu sua segunda mulher, a rainha D. Maria. O Caphião era uma especie de mirante, forrado de azulejos brancos e verdes, construido em fórma de rotunda, e de tal maneira engenhoso que os frades nunca podiam ser vistos pelas costas. Aquelle local era o destinado para os religiosos tomarem o café depois do jantar. O *Jardim das Damas* tornou-se notavel por ser preferido pela princeza D. Beatriz, filha d'el-rei D. Manuel, que ali se ia encerrar lamentando os seus infelizes amores. Um sumptuoso pateo todo arborisado dava ingresso ao convento. Era n'este pateo tambem a entrada principal da egreja. Seguiam se depois o pateo das cozinhas, e o da portaria, que era fechado por dois portões de ferro, e onde se admiravam magnificos azulejos representando diversos passos da Biblia: *A Justiça de Salomão*, *David degolando Goliath*, *Josué fazendo parar o sol*, *A creação do mundo*, *O Paraizo*, *A Serpente tentando Eva*, muitos santos soffrendo o martyrio, etc. Para se entrar na portaria, passava-se pelo *Pasmatorio*, assim chamado por ser o local onde os frades passavam as horas de recreio, depois do almoço. O *Pasmatorio* estava rodeado de bancos de pedra, e tinha as paredes revestidas de ricos azulejos, que representavam os costumes da epoca. Não tinha portas; a entrada era formada por duas grandes arcarias unidas ao centro por uma columna, estylo puramente manuelino. Do *Pasmatorio* passava se para a portaria, claustro, refeitorio, egreja e cozinhas. No *Refeitorio*, que era tambem todo forrado de azulejos representando elegantes cestos com fructas e flôres, estava collocado o pulpito tradicional, onde um frade resava, emquanto os outros comiam. Segundo as chronicas, havia ali egualmente um grande quadro pintado a oleo, figurando a *Multiplicação dos pães no deserto*. A téla d'este quadro rasgou-se, sem se saber como, no dia em que constou em Cintra D. Sebastião ter desapparecido em Africa, na desgraçada batalha d'Alcacer-Kibir. Os frades tinham agouro com aquella coincidencia notavel, e mandaram então fazer um quadro egual, mas em azulejo, e em que se via D. Sebastião, ainda muito creança, offerecendo um cesto com flôres a Nossa Senhora. No interior da egreja vêem-se sobre peanhas as estatuas dos quatro santos Evangelistas e dos doze Apostolos, todas de perfeita esculptura em marmore; as capellas, que são em-

co, são todas dignas de admiração; uma d'ellas é consagrada a S. José, e tem um retábulo com uma pintura feita em madeira, representando a *Adoração dos reis*; outra capella, a da *Senhora da Piedade*, parece que pertenceu ainda ao primitivo conventinho fundado por fr. Vasco Martins, e que em tantas reconstrucções, que a egreja tem soffrido, sempre se conservou para memoria. Na egreja existem varias sepulturas, e atraz do altar mór vê-se o jazigo dos frades. Sobre o cruzeiro ha uma cúpola, encimada por uma estatua do archanjo S. Miguel. A posição em que o convento está collocado tem occasionado por vezes fortes inundações; uma das maiores foi em 1627. Esta catastrophe está commemorada por uma lapide existente debaixo do alpendre da entrada principal, e em que se lê a seguinte inscripção:

«Na era de 1627 em o 1.º de dezembro ao meio dia houve uma cheia, que alagou todo este convento até á altura d'esta pedra.»

Sendo extinctas as ordens religiosas, em 1834, os frades jeronymos tiveram de abandonar o convento. A egreja ficou profanada, e o prior de S. Pedro de Penaferrim levou então para a sua egreja a milagrosa imagem da Senhora da Saude. Como dissémos, foi depois vendida aquella propriedade ao marechal Saldanha, que a tratou com tão pouco cuidado e interesse, que, por assim dizer, estava completamente abandonada, quando o visconde de Bessone a comprou. Aquelle distincto titular consumiu então valiosos capitaes na reedificação da egreja e de toda a importante propriedade da Penha Longa, tornando-a um verdadeiro encanto, e onde se observava o mais fino gosto e grandeza. Conservou e restaurou quanto possivel todas as bellezas e magnificencias celebres, archeologicas, e tão respeitaveis pelas recordações historicas. Penha Longa era o assombro de todos que a visitavam, e o visconde de Bessone tinha orgulho em que o publico visse a sua propriedade, a que dedicava a mais sincera e verdadeira affeição. Apenas se concluiu a reedificação da egreja, foi a imagem da Senhora da Saude para ali conduzida em solemne e triumphal procissão, entre o maior enthusiasmo dos povos dos arredores; o visconde estabeleceu tambem missa, a que concorriam sempre muitos devotos. Quatro romarias costumavam ir annualmente a Penha Longa festejar a imagem da Santa Virgem; entre estas romarias contava-se a dos mercadores da rua Augusta; ultimamente, porém, sómente compareciam os festeiros d'um logar proximo, chamado *Murtal*, e esses mesmos deixaram essa devoção, segundo parece, quando falleceu o visconde de Bessone. O conde da Gandarinha, depois conde de Penha Longa, transformou Penha Longa n'uma granja onde se manipulava manteiga, que em nada nos recordava o que era aquella propriedade nos seculos XV e XVI. Muitos dos historicos azulejos fôram substituidos por estuques modernos; no Caphião, na celebre Cadeira da Saudade, fôram tambem barbaramente occultadas pela cal as inspiradas e mimosas poesias dos nossos primeiros poetas, com que estavam enriquecidas as paredes. ‖ Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Marco de Canavezes, distr. e bisp. do Porto; 359 fog. e 1:362 hab. Tem escola do sexo masc., pharmacia, e est. post. Está situada na margem direita do rio Douro a 15 k. da séde do conc. O mosteiro benedictino de Paço de Sousa apresentava o abbade, que tinha rs. 1:100$000 de rendimento. Houve aqui a casa e torre, onde viveu o primeiro senhor do concelho de Bem Viver, chamado D. Pedro de Castro. A terra é fertil em todos os generos agricolas do paiz, e tem bom vinho verde. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Penhas Altas. Pov. na freg. do Salvador, de Lordello, concelho de Paredes, districto do Porto.

Penhas Juntas Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Vinhaes, distr. e bisp. de Bragança; 158 fog. e 677 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Dista 7 k. da séde do concelho e está situada a 5 k. da margem esquerda do rio Tuella. A Casa de Bragança apresentava o abbade, que tinha réis 300$000 de rendimento. Esta pov. é muito antiga, pois já existia como parochia em 1288, porque no foral que el-rei D. Diniz deu a 5 de julho d'esse anno, á villa de Ervedosa, se trata já da freguezia de Penhas Juntas, como confinante d'aquella villa. Proximo a esta povoação ha um monte formado por muitos rochedos, o que dá o nome á povoação, onde, segundo a tradição, existiu um castello, em tempos remotissimos. A terra é fertil e saudavel. Cria bastante gado de toda a qualidade, e é abundante de caça, grossa e miuda. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Penices. Pov. na freg. de S. Felix, de Gondifellos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Peniçol. Pov. na freg. de S. Luiz, de Pias, conc. de Ferreira do Zezere, districto de Santarem.

Peniche (*D. Caetano Gaspar d'Almada Noronha Portugal Camões d'Albuquerque Moniz e Sousa, 3.º conde de*). Foi o 8.º marquez d'Angeja. V. *este titulo*.

Peniche (*D. Caetano José de Noronha e Albuquerque, 3.º conde de Villa Verde, e 1.º conde de*). Conselheiro de Estado, ministro assistente do despacho do principe regente, depois D. João VI, e encarregado da secretaria de Estado dos negocios do reino; par do reino; veador da imperatriz rainha D. Carlota Joaquina, conselheiro da Fazenda; chanceller das Casas das Senhoras Rainhas, de Bragança e do Infantado; provedor das capellas do rei D. Affonso IV e da rainha D. Brites, sua mulher; inspector do Terreiro Publico; capitão general da provincia do Algarve, e um dos governadores do reino em 1819, na substituição do conselheiro de Estado dr. Ricardo Raymundo Nogueira, etc. N. a 29 de agosto de 1753, fal. a 16 de setembro de 1829. Era filho do 4.º conde de Villa Verde e 3.º marquez de Angeja, D. Pedro José de Noronha Camões d'Albuquerque Moniz e Sousa, e de sua mulher D. Francisca d'Assis Rita de Noronha. A eleição de par do reino foi por carta regia de 30 de d'abril de 1826, mas não chegou a tomar posse. Foi agraciado com o titulo de conde de Peniche, em duas vidas, por decreto de 6 de dezembro de 1806, em

memoria e remuneração dos serviços de seu irmão D. Diogo José de Noronha, 8.º conde de Villa Verde, que fal. em Mafra sem deixar successão. O 1.º conde de Peniche era gran-cruz das ordens de Christo e da de N.ª S.ª da Conceição de Villa Viçosa; commendador de S. Salvador d'Anciães, de Santa Eulalia, commenda dividida da de S. Bartholomeu do Arrabal na ordem de Christo, e pelo seu casamento, das commendas de Borba e Gondim na mesma ordem, em duas vidas. Casou com D. Maria José Julianna Lourenço d'Almeida, dama da ordem de Santa Izabel, que fal. a 10 de março de 1824, filha unica e herdeira de D. Manuel Caetano d'Almeida, moço fidalgo com exercicio no Paço, por successão a seus maiores, e de sua mulher, D. Thereza de Jesus de Lencastre, filha dos 3.ºs condes de S. Miguel.

Peniche (*D. Manuel d'Almeida Noronha, 2.º conde de*). Major de cavallaria, ajudante de campo do marechal Beresford, no tempo da Guerra Peninsular; commendador de Santo Eusebio d'Aguiar e de S. Salvador d'Anciães na ordem de Christo; condecorado com a medalha de duas campanhas da Guerra Peninsular. Ignora-se a data do nascimento, fal. a 10 de março de 1824. Era filho do 1.º conde de Peniche (V. o *artigo antecedente*), e de sua mulher, D. Maria José Julianna Lourenço d'Almeida. O titulo foi lhe concedido ainda em vida de seu pae, por decreto de 13 de outubro de 1814, em verificação da segunda vida concedida no mesmo titulo por decreto de 26 de novembro de 1806. Casou duas vezes: a primeira, a 11 de abril de 1813, com D. Thereza Delfina de Sampaio, que fal. a 1 d'outubro de 1814, filha do 1.º marquez e 2.º conde de Sampaio, Manuel Antonio de Sampaio Mello e Castro Moniz e Torres de Lusignano, e de sua mulher, D. Maria Ignez de Mendonça. A segunda vez, em 22 de fevereiro de 1816, com D. Izabel Telles da Silva, filha dos 3.ºs marquezes de Penalva.

Peniche. Villa da prov. da Extremadura, séde de conc., com. das Caldas da Rainha, districto de Leiria, patriarc. e Relação de Lisboa. Tem tres freguezias: N. S.ª d'Ajuda, N. S.ª da Conceição, que d'antes era de S. Sebastião, e S. Pedro. O geral dos conegos seculares de S. João Evangelista, loios, apresentava, como prior do convento de S. Leonardo de Athouguia da Baleia, o cura nas tres freguezias, tendo o de N. S.ª d'Ajuda e o de S. Pedro o rendimento de 100$000 réis cada um, e o de N. S.ª da Conceição, 70$000 réis. Estas tres freguezias, no meado do seculo XIX, eram parochiadas só por um parocho; hoje, porèm, a de N. S.ª d'Ajuda tem prior independente, havendo um só para as outras duas freguezias. A villa está situada sobre uma peninsula fortificada, na costa do Oceano Atlantico, com um porto chamado de *Cabanas*, para embarcações de pequeno lote. A ponta mais occidental da peninsula é o Cabo Carvoeiro, onde existe uma estação semaphorica. O isthmo que une Peniche á terra firme, com um perimetro de 7 k de extensão e a área correspondente, é formado de areia, que as aguas do mar cobrem quasi totalmente nas *aguas vivas*, e de todo nas grandes marés, ficando por algumas horas a praça transformada em verdadeira ilha. O isthmo tem 2 k. de comprimento, de E a O, e uns 400 m. de largura, de N a S; a peninsula, uns 8 k. de circumferencia, e á excepção da parte de E, por onde intesta com o isthmo (que são apenas 400 m.), em toda a extensão que banha o Oceano, é a sua costa formada de rochedos, em quasi toda a parte cortados a prumo, tendo apenas umas pequenas quebradas, a que chamam *portos*, ou *carreiros*. Principiando pela enseada do N, em Peniche de Cima, mencionaremos os pontos que fórmam esta ourella de rochedos (calcarcos e feldspathicos) que circumda a praça e a povoação. Encontra-se primeiro o baluarte de *S Vicente*, a *Fozeta*, o baluarte da *Cambôa* e o forte da *Luz*, ao norte; o pontal da *Papôa* ao ONO.-- segue-se, ao O, *Porto da Areia do Norte*, *Ponta do Trovão*, *Serro do Cão*, e o pontal do *Cabo Carvoeiro*, em frente das *Berlengas* (que ficam 11 k. a O), *Estrellas*, e *Farilhões*, que ficam a O das *Berlengas*. Ao SO e S ficam o *Carreiro do Cabo*, *Carreiro da Freirinha*, *Carreiro de Janne* ou *Joanne* ou ainda de *Joanna*, *Porto da Areia do Sul*, *Carreiro dos Cortiçaes*, e o *Carreiro Fedorento*, que é proximo á cidadella. Em seguida, mas já ao SE (porque andamos em volta da peninsula, que tem uma fórma mais ou menos eliptica) fica o forte de Cabanas, junto á cidadella, e o porto do mesmo nome. E' incontestavel que Peniche e as Berlengas fôram habitadas desde os tempos prehistoricos. Pomponio Mella, geographo e historiador de Granada, diz que na Lusitania havia uma ilha, chamada *Carteia* ou *Erythia*, que foi habitada por *Gerião*, e que a esta *Carteia* se mudou a nome para *Berlenga* (V. *Portugal*, vol. II, pag 310 e 311). O mesmo Pomponio Mella e outros escriptores antigos sustentam que o nosso continente se prolongava até ás ilhas da Madeira e Porto Santo. Outros pretendem que a famosa *Ilha Atlantida* era primeiro uma peninsula, com a largura que medeia entre o Cabo da Roca e Peniche, ou mesmo até Obidos, chegando até á Madeira. Que um cataclismo, em eras remotissimas, separou esta peninsula do continente, e mais tarde, outro cataclismo, ou um medonho phenomeno plutonico, subverteu toda esta immensa ilha, deixando apenas as Berlengas, Porto Santo e Madeira, por serem formadas de rochedos mais solidos, que puderam resistir ás convulsões do sólo. Deixando os tempos pre-historicos, tratemos de Peniche desde que ha memorias escriptas. E' preciso, porém, notar, que no *Carreiro da Furninha*, á beira-mar, assim chamado, em razão de ter uma caverna ou gruta, teem apparecido, mesmo dentro da furna, instrumentos de pedra, da edade primitiva (edade de pedra) que provam terem estes sitios sido habitados por povos pre-celtas. D'esta gruta ha uma interessante memoria, apresentada por Nery Delgado ao congresso de 1880, onde se estudam as epocas paleolithica e neolithica, e onde se indica o viver dos habitantes pre-historicos de Peniche. Os nossos antiquarios dão a esta villa a origem seguinte: 63 annos antes de Christo, viéra ás Hespanhas Julio Cesar Augusto, como questor de Tuberon, e commetteu as maiores atrocidades contra os lusitanos no interior do paiz, emquanto as suas tropas invadiam o litoral. Varias familias lusitanas, fugindo d'aquelle homem terrivel, se acolheram a este sitio, por ser escabroso e de facil defeza e resistencia, porque então, segundo estes escriptores, Peniche era uma verdadeira ilha, não existindo a lingua de areia que a une hoje ao continente. Os lusita-

nos fundaram aqui uma povoação, e aproveitaram as defezas naturaes da ilha, obstruindo com grandes penedos os pontos accessiveis da costa. Tinha a povoação 20 annos de existencia, quando Julio Cesar tornou á Lusitania, não sendo, porém, já o feroz inimigo d'este povo semi-barbaro, mas valente e brioso. O tigre transformara-se em cordeiro, procurando captar a amizade dos lusitanos, e fazer-lhes esquecer as passadas crueldades quo contra elles havia exercido Deu-lhes fóros e privilegios, entre elles, o direito de cidadãos romanos, e foi assim que a povoação de Peniche, não só se conservou, mas ainda augmentou e prosperou. Suppõe-se que o seu primitivo nome é o que ainda conserva, sem a minima alteração. O primeiro assento da povoação foi onde antigamente se chamava *Peniche a-Velha*, e hoje *Peniche de Cima*. Onde agora é a villa principal, ainda no seculo XVII se chamava a *Ribeira*. Em toda a peninsula não ha uma unica fonte; mas chamam fontes aos poços. *A Fonte Boa*, na freg. da Luz, tem boa agua; a dos outros poços e a das cisternas tem mau sabor, mas não é prejudicial á saude. Na villa ha 50 cisternas particulares, com capacidade para 4:000 pipas d'agua. A cisterna *Grande*, da cidadella, leva 7:630 pipas, e a *Pequena* 440. Desde o 1.º seculo da era christã até ao 10.º não se encoutra referencia nenhuma á povoação de Peniche. Decerto, muitas vezes invadida por terra e por mar, pelos moiros africanos, e christãos, alternativamente; tomada, perdida, e retomada frequentes vezes, durante as guerras dos alanos e godos, e depois dos arabes; ficou a povoação tão destruida que no anno 990 estava, se não completamente deserta, apenas habitada por pobres pescadores, vivendo em humildes choupanas, encostadas aos muros arruinados dos velhos e desmantelados edificios. Foi por este tempo que os habitantes da visinha villa de Athouguia, attrahidos pela commodidade do sitio, para as suas pescarias, ali fôram construido varias cabanas para seu abrigo e para armazens de peixe, e com o tempo, estas cabanas se fôram pouco a pouco transformando em casas de pedra e cal, e a antiga povoação renasceu das suas cinzas (V. *Athouguia da Baleia)*. D. Affonso Henriques, dando aos cruzados que o ajudaram a conquistar Lisboa, muitas terras na Extremadura e Alemtejo, doou aos irmãos D. Roberto Lacorne e D. Guilherme Lacorne os territorios de Athouguia da Baleia a Peniche. A estes dois cavalleiros deve esta villa grande parte do seu desenvolvimento e povoação. O emprego quasi exclusivo dos habitantes de Peniche, até ao fim do seculo XV, era a pesca, que lhes deixava grandes proventos, pela grande abundancia e variedade de peixe, quo affluia ás suas costas, mas desde que D. Vasco da Gama descobriu o caminho da India por mar, e que Pedro Alvares Cabral descobriu o Brazil, os habitantes de Peniche, assim como os do Algarve e d'outros muitos pontos da nossa costa, desprezaram o seu antigo emprego de pescadores, adoptando o de navegantes, e armando navios do alto mar fôram procurar fortuna ás Indias Orientaes, Asia, e Indias Occidentaes, America. A sorte foi favoravel para esses navegantes, pois em grande parte regressaram á patria carregados de ouro e de ricas mercadorias, de sorte que no fim do seculo XVI a humilde povoação de Peniche estava já transformada n'uma formosa povoação com mais de 1:000 fog. e perto de 5:000 almas. Foi durante estas longas viagens, em 22 de abril de 1575, que o mar arrojou á praia d'esta villa um peixe morto, de fórma nunca vista. Tinha 26,m60 de comprido, 2,m50 d'alto, e 9 m. de circumferencia no centro; a pelle preta pelo dorso e branca pelo ventre, tendo n'elle a bocca. Os olhos tinham 0,m66 de circumferencia; 16 dentes em cada mandibula, cada um com 0,m33 em redondo. Nunca se chegou a verificar a que classe pertencia este verdadeiro monstro marinho. Em 22 de maio de 1589 veiu desembarcar n'este porto e no de Ericeira um exercito inglez, na força de 12:000 homens, commandados por João Norris, a favor de D. Antonio, prior do Crato, com o fim de sustentar os seus direitos á corôa de Portugal. O povo resistiu aos invasores, e apezar de haver então aqui só um forte, mandado construir por D. João III em 1557, era elle tão formidavel, pela sua posição, que os inglezes não o puderam tomar, e retiraram-se com bastantes perdas. Em Peniche tambem se deram dois dolorosos naufragios no anno de 1786. O primeiro foi o galeão castelhano *S. Pedro d'Alcantara*, que viudo do Peru para Cadiz com um carregamento de valor excedente a 72 milhões de cruzados, em moeda, barras e baixellas, de ouro e prata, além de outros objectos, e com 470 pessoas de tripulação, guarnição e passageiros, deu contra o môrro calcáreo da *Papôa*, pelas 11 horas da noite de 2 de fevereiro, perdendo-se o navio, morrendo 300 pessoas afogadas, e salvando-se da carga, apenas 1:149$410 réis, em pesos fortes, de ouro; 5:433$250 réis, em pesos de prata, 71 *texos* de ouro, e 57 barras de prata, varias mercadorias, mastros, vélas, e outras miudezas. A artilharia perdeu-se toda. Os que escaparam, mandaram erigir na egreja de S. Pedro, da villa, uma capella dedicada a N. S.ª das Dôres, tendo a imagem de Jesus Christo crucificado, e a de S. Pedro d'Alcantara, de bella esculptura. Estabeleceram culto perpetuo e missas pelas almas dos que morreram n'este naufragio; deram de gratificação ao governador da praça 1:200$000 rs.; ao tenente-rei 1:000$000 réis, e ao ajudante da praça, 250$000 réis. Aos outros empregados, civis e militares, tambem gratificaram, em premio do muito que fizeram para salvar gente e riquezas Dentro da praça erigiu-se um monumento. O outro naufragio deu-se a 28 d'abril. Vindo a balandra hespanhola *El Venecio* a Peniche para levar para Cadiz os objectos salvados do galeão *S. Pedro d'Alcantara*, que estavam depositados na fortaleza, e estando fundeada ao sul da cidadella, sobreveiu um furioso temporal. O 2.º commandante, mandou dizer para o commandante, que estava em terra, que era urgente abicar. O commandante com verdadeiro rompanto hespanhol, respondeu que *embarcação d'el rei de Hespanha não abicava*. A balandra despedaçou-se contra as rochas, e de 99 pessoas que tinha a bordo, só escaparam 7. O 2.º commandante foi do numero das victimas, morrendo no seu posto.

Brazão d'armas da villa de Peniche

Tambem se erigiu um monumento commemorativo, sendo ambos elles duas cruzes, similhantes ás da ordem de S. Thiago, teudo no pedestal inscripções com as datas dos naufragios, e a relação das pessoas principaes que n'elles falleceram. O morro da *Papôa*, que citámos, é um cachopo em fórma de pyramide triangular, que lhe fica ao N ; ha outros môrros menores que eriçam a parte ONO da peninsula, e tornam perigosissima a navegação d'estas paragens. Em 22 de fevereiro de 1828, houve uma grande cerração, e uma fragata ingleza que ia reunir-se á esquadra do Mediterraneo, naufragou, despedaçando se de encontro aos altos e perpendiculares rochedos do Cabo Carvoeiro. Muitos outros naufragios ali se teem dado e em varios pontos se encontram signaes que os commemoram. Peniche nunca teve foral, velho ou novo; regeu se sempre pelo de Athouguia, e como o supprimido conc. d'esta villa está reunido ao de Peniche, ambos teem o mesmo foral. Filippe III, de Hespanha, que então dominava Portugal, deu a categoria de villa a Peniche, em 20 de agosto de 1609, e por carta regia de 25 de agosto de 1611, mandou adoptar em Peniche o foral de Athouguia. D. Pedro II, em 1671, mandou fazer alguns melhoramentos, de pouca importancia, no porto de Cabanas, junto da cidadella. Os primeiros, e unicos, alcaides-móres de Peniche, fôram os senhores e depois condes de Athouguia, que eram tambem donatarios de Peniche; a camara da villa tinha antigamente obrigação de dar todos os annos um jantar que importava em 200$000 réis, e mais, ao seu donatario, que além d'isso, tinha o dizimo do pescado, dos fructos, e das cargas dos navios que saiam do seu porto. O mais celebre donatario de Peniche foi D. Luiz d'Athaide, conde de Athouguia e senhor e alcaide-mór de Peniche, duas vezes vice-rei da India. Foi elle que fundou na villa, perto da costa, entre a *Ponta do Trovão* e o *Serro do Cão*, o mosteiro, ou hospicio, do *Bom Jesus*, no distr. da freg. d'Ajuda, de religiosos franciscanos, onde quiz ser sepultado. Pela suppressão das ordens religiosas em 1834, profanou-se a egreja, ficando servindo de arrecadação do refugo dos utensilios militares da praça. O tumulo de D. Luiz d'Athaide, que era sumptuoso e estava na capella-mór do lado do Evangelho, tambem foi profanado, e não se sabe o caminho que levou. Houve, porém, alguem que caridosamente lhe mandou recolher os ossos n'um caixão de taboas de pinheiro, que se guardou na egreja de N. S.ª d'Ajuda. A primeira fortaleza d'esta peninsula, de que ha noticia, foi a actual cidadella, bastante forte, principiada por ordem de D. João III, no começo do anno de 1557, e a cortina do lado do NE, que olha para o Baleal, mas a morte do monarcha, em 11 de junho d'esse anno, interrompeu as obras, que só se concluiram no reinado de D. Sebastião, em 1570. Foi D. Luiz de Athaide quem requereu estas obras, e quem depois as dirigiu. Os Filippes, a quem nunca importou a ventura ou a desgraça dos portuguezes, pouco se lhes dava que os estrangeiros invadissem as costas de Portugal e nos saqueassem as povoações, mas como traziam guerra com a França, Catalunha, Inglaterra, Hollanda e Paizes Baixos, e as suas depredações os prejudicavam, mais ou menos directamente, Filippe III mandou dar principio a algumas fortificações na costa do norte, desde o baluarte da Cambôa até aos rochedos da Papôa. Estas obras só vieram a concluir-se em 1645, já no reinado de D. João IV. Este soberano fez de Peniche uma praça de guerra de primeira ordem, construindo varias fortificações. Estas obras fôram dirigidas pelo alcaide mór de Peniche, o conde d'Athouguia D. Jeronymo de Athaide. A pouca artilharia que tinham então as fortificações, era toda de ferro. As mais antigas peças de bronze, que se vêem na cidadella, fôram fundidas no tempo de D. João IV, o que consta das legendas gravadas nas mesmas peças. Tambem aqui ha bastantes do tempo de D. Affonso VI e de D Pedro II, porém a maior parte da artilharia de bronze foi construida por ordem do marquez de Pombal, no reinado d'el-rei D. José. Junot, imaginando que Portugal já era dominio de França, mandou fazer al

Vista geral de Peniche

guns reparos ás fortificações em 180?. O marechal Beresford tambem mandou fazer algumas obras na cidadella, e restaurou outras em 1809 e 1810. O infante D. Miguel procedeu egualmente a ligeiras obras de defeza, em volta da costa, desde o forte da Luz até a Papôa, ao NE, e desde este ultimo ponto até ao Cabo Carvoeiro, ao N e NO. Os francezes, apossando-se da praça de Peniche no fim do anno de 1807, mandaram picar as armas portuguezas que estavam sobre a porta principal do castello. Depois da Restauração mandaram-se, sobre o escudo, embutir os sete castellos, e os cinco escudetes, postiços; mas, parte d'elles, ficando mal seguros, cairam. Esta porta está no baluarte da entrada da cidadella, ao qual, pela sua fórma, se dá o nome de *Redondo*. Por baixo das armas reaes estão duas inscripções latinas, uma no lado esquerdo e outra no direito. As muralhas de circumvalação, que são as que olham para o isthmo, teem 4 portas, contando da cidadella para o norte, são: *Portão das Cabanas*, *Porta Nova* (aberta na muralha em 1875), *Portão da Ponte*, e *Portão de Peniche de Cima;* ha dois postigos, o das *Escadinhas* e o da *Rua da Palha* O palacio do governador, que existia na Cidadella, ardeu em 1836, e nunca mais se construiu. D. João V visitou as fortificações em 1717, por occasião de ir a Mafra lançar a primeira pedra da grandiosa basilica. D. João VI, sendo ainda regente, passou 8 dias em Peniche no anno de 1806, residindo no palacio do governador da praça D. Pedro V, tambem ali esteve em 30 de agosto de 1860, visitando a cidadella e todas as suas dependencias. A industria vinicola é muito antiga em Peniche, pois em uma provisão de Filippe III, de 20 de dezembro de 1609, diz-se: «E o dito logar (Peniche) tem 900 a 1:000 vizinhos, e entre elles, quatro companhias com seus capitães, de boa gente, com uma fortaleza e bom porto de mar, onde ha sempre navios, assim da terra, como de fóra; e rende o dito logar, de siza e imposição, alfaudega e *sizão*, oito mil cruzados. O alvará regio de 6 de agosto de 1665, de D. Affonso VI, diz: «No tempo em que se fez a lotação do encabeçamento das sizas que Peniche devia pagar, *estavam seus moradores muito opulentos e frequentados de negocio.*» D'onde se vê que ha mais de dois seculos se distinguia Peniche pela sua riqueza e vastidão, e importancia do seu commercio. Até 1831 teve Peniche juiz ordinario, juiz da alfaudega e juiz dos orphãos, todos de nomeação regia. Tinha 4 companhias de ordenanças, cada uma com seu capitão e mais officiaes, e todos com seu capitão-mór Desde 1814 até 1834 foi quartel do regimento n.º 13, por isso denominado de *Peniche*. Tinha guarnição de artilharia para serviço das peças, e uma companhia de veteranos A egreja matriz de N S.ª d'Ajuda, em Peniche de Cima, é a mais antiga e a unica parochia que antigamente havia. Não é muito grande, mas é um templo claro, alegre e bonito. Parece que a primitiva parochial foi a egreja de S. Vicente, ao pé do baluarte d'este nome, e da actual egreja da Ajuda. Foi a primeira egreja christã de Peniche, e consta ter sido mesquita moirisca, depois de ser templo dos godos, e que D. Affonso Henriques a mandou purificar em 1150. Estando muito arruinada, mudou se o Santissimo para a da Ajuda, que até então era capella, em 1550. Todas as egrejas de Peniche, menos a de S. Pedro, teem as paredes interiores revestidas de bonitos azulejos, com desenhos muito correctos. A egreja de S. Pedro foi a primeira freguezia que houve na Ribeira. E' a mais vasta e sumptuosa da villa. As magnificas cadeiras do cruzeiro eram do convento do Bom Jesus, de religiosos franciscanos. A egreja de N. S.ª da Conceição tambem é um bom templo. A da Misericordia é notavel pela magnificencia do seu tecto, onde se admiram 55 quadros a oleo, pintados em panno, e representando os principaes successos do Novo Testamento. Conhece-se que são obra de tres pintores differentes, sendo muitos da pintora Josepha d'Ayala, mais conhecida por Josepha d'Obidos. Outros são d'um pintor, cujo nome se ignora, mas que são tambem de grande merecimento, apezar de serem de escola diversa. Tanto a egreja como o hospital, annexo, são obra do meado do seculo XVI, porém o templo foi restaurado em 1796, pois tem esta data sobre a verga da porta principal. Além da Misericordia, ha duas sociedades de soccorro mutuo; a organisação da primeira foi em 1505, e tem o titulo de *Montepio Corpo Santo*, tendo como protector S. Pedro Gonçalves Corpo Santo, titulo da antiga confraria, e S. Vicente Ferrer. Os antigos marinheiros chamavam Corpo Santo áquelles signaes luminosos que em noites de trovoadas apparecem nos topos dos mastros, é a descarga lenta e continua da electricidade contraria, que tende a neutralisar a das nuvens, debaixo da influencia das quaes a embarcação se encontra n'aquella occasião. Esta manifestação de descarga electrica tambem se vê, em casos identicos, nos cataventos, nas agulhas das torres, e até, diz-se, em campanha, nas pontas das baionetas. Julgavam elles que era o Corpo Santo que vinha annunciar-lhes a bonança. Por esta razão e como homenagem ao seu protector deram o nome de *Corpo Santo* á sua mais util aggremiação, a de beneficencia. Mas, supersticiosos sempre, não esperam que o meteoro electrico venha annunciar-lhes o fim da tormenta; levam todos os mestres, companheiros e quantos se aventuram ao mar, na lucta pela vida, uma vellinha de cera pintada de verde, benta durante a festa que fazem ao seu padroeiro, que accendem na occasião de tempestade, para que a Providencia os livre do raio. O prestimoso Montepio do Corpo Santo é administrado pelos maritimos e destinado a soccorrer os seus orphãos e viuvas. Esta corporação rege-se por um compromisso feito em 31 de março de 1505, que foi ampliado a 3 de agosto de 1587, e confirmado por Filippe II de Castella, em 20 de setembro do mesmo anno; por D. João V em 15 de maio de 1712, por D. José, em 5 de maio de 1755, pelo principe regente D. João em 11 de fevereiro de 1802. Gozava de muitos privilegios, que a Carta Constitucional aboliu em 1826. Os estatutos do montepio fôram approvados por decreto de 21 de fevereiro de 1866, e por alvará regio de 15 de março do mesmo anno. Ha diversas capellas em Peniche, como a de N. S.ª dos Remedios, edificada sobre os rochedos feldespathicos da costa, a 2:000 m. a NO da cidadella, e 1 k. ao N do pharol do Cabo Carvoeiro. E' de boa architectura, e está construida em fórma de cruz, com a capella-mór, sacristia e mais officinas. Não ha memoria da data da fundação, nem do nome do

fundador. E' Senhora da maior devoção, não só do povo de Peniche, como de todas as freguezias proximas. Ainda se faz uma romaria em 15 de agosto e a 30 de novembro, onde concorrem muitos cirios de diversas partes, sendo o dia de maior concorrencia o terceiro domingo de outubro quando festejam os tres cirios. A camara municipal de Peniche, com a approvação da junta geral do districto de Leiria, estabeleceu n'aquelle local, em 1874, uma feira annual no terceiro domingo de outubro. Ha mais as capellas de *S. Vicente Martyr*, muito antiga e em ruinas; de *Santa Barbara*, orago da guarnição da praça, está dentro da cidadella; a de *N. S.ª da Victoria*, a de *N. S.ª do Abalo*, já não existe; do *Calvario*, a de *Sant'Anna*, que fica a ONO do paiol; a de *Santa Cruz*, do *Espirito Santo*, de *S. Marcos*, de *Santo Antonio*. O regimento de infantaria de Peniche (depois n.° 13), quasi todo composto de gente d'este concelho e dos limitrophes, tomou Santo Antonio por seu padroeiro, e mandou á sua custa erigir-lhe proximo e ao ENE da cidadella uma formosa ermida, com seu altar de riquissima talha dourada, e tendo sobre a fachada do templo as armas reaes portuguezas. A cidadella tem quatro frentes, regularmente balaustradas, uma das quaes, que olha para o *Campo da Torre*, tem um revelim, que dá entrada para a cidadella. Esta frente e as duas que estão viradas ao O, teem fosso, e ramaes de *estrada coberta*, com as competentes *praças d'armas*, salientes e reentrantes A restante *linha magistral* da cidadella é commum á da praça, e irregular, porque segue as ondulações das alcantiladas rochas que constituem a sapata, ou base das muralhas. Na cidadella ha dois *cavalleiros*, um de fórma circular, por isso chamado *Redondo*, e outro baluartado. O isthmo, unico ponto por onde a praça póde ser atacada pelo lado da terra, está perfeitamente defendido, pelo systema antigo, porque as faces e flancos dos meios-baluartes, e as cortinas que os ligam, fórmam uma linha angular, muito reentrante, que por assim dizer, abraça todo o isthmo: e a direcção dos seus fogos está tão habilmente combinada, e tão convergente para o logar que tem a bater, que não apresenta um só ponto indefezo; estando tambem as obras de fortificação tão reciprocamente flanqueadas, que não ha um unico angulo sem defeza. Dentro da cidadella se encontram os aquartelamentos, residencia do governador, casas mattas, destinadas hoje a arrecadações, que apezar de estarem alguns metros abaixo do nivel do mar, são muito pouco humidas e muito claras. As casas-mattas serviram de prisão para prisioneiros politicos, desde 1826 a 1834. Ha tambem na cidadella a antiga capella de Santa Barbara, abobadada, que serve hoje de arrecadação e é destinada a paiol em caso de bombardeamento, e outras dependencias precisas a uma praça de guerra, e resultantes da sua construcção. Exteriormente á cidadella e dentro da povoação ha tambem outros quarteis e dependencias militares, como armazens e o paiol geral da praça. Da cidadella gozam-se lindos pontos de vista. Para o O vê se uma imponente vastidão do Oceano, debatendo-se constantemente contra os rochedos perpendiculares que lhe constituem a solida base. Mais longe, a 14 m. de distancia, vê se o ilhéo e posto semaphorico das Berlengas, e os cachopos seus vizinhos, da *Velha, Estrellas* e *Farilhões*. Ao N, o *Baleal* e um grande espaço da costa até Obidos; ao E e SE diversos montes e aldeias da antiga villa d'Athouguia, e finalmente, ao S o forte e a aldeia da Consolação, com a sua alva e vasta capella. A praia de Peniche é uma das melhores que existem no paiz. D'uma planicie vastissima, o mar quebra nas rochas as grandes vagas, que deslisam suavemente na areia branca e fina. E' frequentada por muitas familias de Torres Vedras e Caldas da Rainha Em Peniche ha grandes vinhas que produzem excellente vinho branco, superior, pela sua força alcoolica e pelo seu aroma, aos da Bairrada. Peniche pertence á 1.ª div. mil, 1.ª brigada, grande circumscripção mil. Sul, e ao distr de recrut. e res. n.° 1, com a séde em Lisboa. O seu brazão d'armas representa uma caravéla com S Pedro e S. Paulo, um na prôa e o outro na ré, sobre mar azul com ondas de prata. Em Peniche ha escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; agencias do *Banco Commercial do Porto Banco Economia Portugueza, Crédit Franco Portugais, Banco de Portugal*, e das companhias de seguros *Bonança, Commercio e Industria, Fenix, Probidade* e *Tagus;* associações de soccorros mutuos: *Montepio de N. S.ª dos Remedios, de soccorro a naufragos; asylo de N. S.ª da Victoria*, barcos de pesca, casas de pasto, fabrica de conservas, medico, pharmacias, notario, vice consul de Uruguay, da Turquia, da França, de Hespanha; Escola de desenho industrial D. Maria Pia, com officina de rendas e córte de roupa branca; estalagens, hotel, sociedades de recreio: *Associação Commercial, artistica e litteraria, Club Recreativo Penichense, Philarmonica Recreio Penichense, Theatro Gil Vicente;* feira em Athouguia a 6 de novembro, mercado nos primeiros domingos de cada mez. Tem-se publicado os jornaes: *O Instructor*, 9 de janeiro de 1901; *A Propaganda Catholica*, 1897. O conc. comprehende 5 freguezias, com 1:933 fog. e 8:244 habitantes: 4:275 do sexo masc. e 3:969 do fem., n'uma superficie de 8:687 hect. As freguezias são as seguintes: S. Leonardo, de Athouguia da Baleia, 4:419 hab : 2:354 do sexo masc. e 2:065 do fem.; N. S.ª d'Ajuda, de Peniche, 1:152 hab.: 578 do sexo masc. e 574 do fem ; N. S.ª da Conceição, de Peniche, 827 hab.: 406 do sexo masc. e 421 do feminino; S. Pedro, de Peniche, 799 hab : 380 do sexo masc. e 419 do fem.; S. Sebastião, de Serra d'El-Rei, 1:047 hab . 557 do sexo masc. e 490 do fem. O principal commercio do conc. é peixe, vinhos e rendas. Bibliographia: *A Industria de Peniche*, por Pedro Cervantes de Carvalho Figueira, Lisboa, 18 5.

Peniche (*Rendas de*). V. *Renda*.

Penida (*Monte da*). Na freguezia de S. Vicente, de Areias, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Penidello. Pov. na freguezia de S. Vicente, de Pinheiro, concelho de Penafiel, distr. do Porto.

Penido. Povoações nas freguezias: S. Verissimo, de Lagares, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. ‖ O Salvador, de Souto, conc. de Guimarães, distr. de Braga ‖ S. Pedro, de Torrados, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Peniguardos. Pov. na freguezia de N. S.ª da

Piedade e conc. de V. N. de Ourem, districto de Santarem.

Penilhos (*Monte de*). Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João dos Caldeireiros, concelho de Mertola, distr. de Beja.

Penim. Pov. na freg de Santa Maria, de Canha, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello

Peninha. Assim se denominava vulgarmente o convento de frades jeronymos construido por el-rei D. Manuel em Cintra, no local, onde hoje vêmos o sumptuoso Palacio da Pena (*V. Cintra, Portugal*, vol. II, pag 1:012 e seguintes). Ainda hoje é popularmente conhecido pela denominação de *Peninha*.

Peninha. Pov na freguezia de N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Peninhas. Pov. na freguezia do Salvador, de Tagilde, concelho de Guimarães, distr. de Braga.

Peninho. Pov. na freguezia do Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Peninsula. Região mais ou menos extensa cercada d'agua por todos os lados, excepto por um que liga a outra porção de terreno mais vasta. || *Peninsula iberica*, *Peninsula hispanica*, ou simplesmente *Peninsula*, Hespanha e Portugal.

Peninsula (*Guerra da*). V. *Guerra Peninsular, Portugal*, vol. III, pag. 862.

Penissa. Pov. na freg. de S. Martinho, de Arco de Baúlhe, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Penisses. Pov. na freg. de S. Felix e Santa Marinha, Gondifellos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Penitencia (*Fr. Antonio da*). Musico, que viveu no seculo XVII. N. em Lisboa em 1605, fal. em Evora em 1648. Professou na ordem de S. Francisco em 1622. Foi vigario do côro e cantor do convento da Arrabida, de Evora. Deixou differentes obras musicaes.

Penitenciaria. Edificio destinado á prisão e correcção de crimiuosos segundo o systema penitenciario, o qual tem em vista principalmente a separação, ou absoluta, cellular, ou apenas de noite com o trabalho de dia em commum. V. *Lisboa (Penitenciaria de)*. Assim como na abolição da pena de morte, tem Portugal um logar honroso entre as nações que adoptaram o systema penitenciario, pois que datam do seculo XVII os primeiros estudos sobre o assumpto, devido ao 1.º marquez de Montebello. *V. este nome.*

Peniz (*José Ignacio da Rocha*). Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra. N. em Moura em 1750. Era filho de Viccute Ignacio Peniz. Doutorou-se em 24 de junho de 1778. Regeu na Universidade durante 12 annos como oppositor varias cadeiras de Direito, até ser nomeado lente proprietario da cadeira de Historia ecclesiastica. Passou depois para uma nova cadeira que se estabeleceu de Pratica Judicial, e exerceu o magisterio por mais de 22 annos. Em 1810, por occasião da invasão do general Massena, foi preso e accusado de adherir ao partido francez, em razão de ter acceitado o cargo de corregedor de Coimbra, que serviu no pouco tempo em que os francezes estiveram senhores d'aquella cidade. Conduzido para a cadeia da Relação do Porto, morreu pouco depois na prisão. Seu irmão, Vicente Ignacio da Rocha Peniz, pediu para que o seu procedimento fôsse julgado, apezar do infeliz já não existir, e os tribunaes, examinando o caso, declararam n'o effectivamente sem culpa, mandando rehabilitar a sua memoria Por cuidados do seu irmão, se publicou em Lisboa em 1813 o seguite opusculo: *Parte essencial do processo, com a sentença que restabelece a memoria posthuma do benemerito portuguez, o doutor José Ignacio da Rocha Peniz, etc, proferida em 7 de novembro de 1812.* Escreveu mais: *Oração inaugural: Da influencia do foro sobre a felicidade publica; recitada a 12 de outubro de 1807*, Coimbra, 1808; *Elementos da pratica formularia, ou breves ensaios sobre a praxe de foro portuguez; escriptos no anno lectivo de 1807 para 1808; publicados por seu irmão Vicente Ignacio da Rocha Peniz*, tomo I, Lisboa, 1876; *Breve historia critica, na qual se mostra como e quando os Reis de Portugal adquiriram as prerogativas de nomearem os Bispos dos seus reinos*, saiu no *Jornal de Coimbra*, n.º XIII, Lisboa, 1813.

Pennado Godinho (*Fr. Antonio da Conceição*). Religioso da ordem dos carmelitas reformados de Santo Agostinho, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, e oppositor ás cadeiras da mesma faculdade. Era natural de Souzel, e chamava se no seculo Antonio Felicissimo de Oliveira Pennado Godinho, sendo filho de Manuel Martins Godiuho. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Doutorou-se a 24 de julho de 1796. Escreveu: *Orações sagradas, compostas e prégadas por Fr. Antonio da Conceição*, etc., Lisboa, 1803; *Oração natalicia do clarissimo e immortal sr. D. Jorge III, rei de Inglaterra*, etc., Lisboa, 1811; *Oração funebre da augusta rainha de Portugal e Algarves D. Maria I, prégada nas exequias feitas pelo senado da villa de Evora-Monte em 15 de setembro de 1816*, Lisboa, 1819. Estas duas ultimas orações sairam com o nome de Antonio Felicissimo de Oliveira Pennado Godinho.

Penne Cacata. Pov. do sobado e concelho de Cabinda, na delegação Chiavala, districto do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado do Congo, na delegação do Chiavala, conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Penoiia. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Rediuha, concelho de Pombal, distr. de Leiria.

Pedouças. Pov. na freguezia de S. Pedro Fins, de Torno, concelho de Louzada, distr. do Porto.

Penouces. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Ferreira, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição e conc. de Povoa de Varzim, do mesmo districto.

Penouços. Povoações nas freguezias: S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga. || O Salvador, de Recesinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || O Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santo Adrião, de Oleiros, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Sande, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || O Salvador, de Valladares, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || N. S.ª do Loreto, de Paradella, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Penoveira. Pov. na freguezia de S. Martinho,

de Gandra, conc. de Espozende, distr. de Braga.

Penozella. Pov. na freguezia de S. Bartholomeu e concelho de Arouca, districto de Aveiro.

Penozem. Povoação na freguezia de S. Salvador e concelho de Rezende, districto de Vizeu.

Pensalvos. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 138 fog. e 572 hab. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 6 k. da séde do conc. A mitra apresentava o reitor, que tinha rs. 60$000 e o pé d'altar. A terra é fertil em cereaes e cria muito gado de toda a qualidade. Tem muita caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Pensamentos. Antigo nome de arrecadas, com filigrana de ouro. Fôram muito usadas em Portugal, ainda até ao principio do seculo XIX.

Penso. Pov. e freg. de Santo Estevão, da provincia do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 67 fog. e 283 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. A mitra apresentava o vigario, que tinha 60$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil, tem muito gado e caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. do Minho, conc., com., districto e arceb. de Braga; 67 fog. e 284 hab. A pov. dista 6 k. da séde do conc. Tem escolas d'ambos os sexos. O papa e a mitra apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 250$000 réis de rendimento. A terra é fertil; cria muito gado e tem caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. N'esta pov. ha uma antiga escola primaria para ambos os sexos, fundada pelo commendador Ferreira Veiga. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello, arceb de Braga; 278 fog e 1.072 hab. Tem esc. do sexo masc., pharmacia, e est. post. Dista 7 k. da séde do conc. O prior dos conegos regrantes de Santo Agostinho, de Paderne, apresentava o vigario, que tinha 130$000 réis de rendimento. O mosteiro vendeu este direito aos Caldas, de Badim, que, desde então até 1834, ficaram com o padroado d'esta egreja, passando os seus vigarios a denominarem-se reitores. A terra é fertil, tem gado, caça, e muito peixe do rio Minho, que lhe passa proximo. Pertence a pov. á 5.ª divisão mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Beira Alta, conc. de Sernancelhe, com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 121 fog. e 566 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Airães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Bartholomeu e conc. d'Arouca, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Avidas, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria, de Guadizella, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Santalba, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. || O Salvador, de Serrazes, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Paio, de Vizella, conc. de Guimarães, districto de Braga. || S. Bartholomeu, de Cabeça de Egreja, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

Pensos. Pov. na freg. de Santa Clara, de Torrão, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Pente de Campo. Pov. na freg. de S. Pedro de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Pente da Mansa. Pov. na freguezia de S. Jorge, de Sêlho, conc. de Guimarães, distr. de Braga

Penteada. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santo Antonio, conc. e distr. do Funchal

Penteadeiros. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Martim Longo, conc. de Alcoutim, distr. de Faro.

Penteado. Pov. na freguezia de S. Pedro, de Palmella, concelho de Setubal, districto de Lisboa.

Pentieira *(Quinta da)*. Na freg. de S. Lourenço, de Carnide, 3.º bairro de Lisboa.

Pentieiros. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 32 fog. e 128 hab. Tem escola do sexo fem. A mitra apresentava o abbade, que tinha 100$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. A pov. está situada na margem do rio Vizella, a 6 k. da séde do conc.; pelo decreto de 19 de agosto de 1890 foi annexada ecclesiastica e administrativamente á freg de Taboadella. || Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Estorãos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, do Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Penude. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Alta, conc., com. e bisp. de Lamego, distr. de Vizeu; 463 fog. e 1:986 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Está situada na estrada de Lamego a Arouca, a 7 k. da séde do conc. Os marquezes de Marialva apresentavam o abbade, que tinha 800$000 réis de rendimento annual. Penude é uma das freguezias mais ricas e das mais populosas da comarca. E' muito fertil, e produz muito bom vinho; cria gado de toda a qualidade, e nos seus montes apparece bastante caça. O rio Balsemão lhe dá algum peixe miudo, e o Douro bastante, e muito bom. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Penudos. Pov. na freg. de N. S.ª das Virtudes, de Ventosa, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. Tem caixa postal.

Penuzinhos. Pov. na freg. de N. S.ª das Virtudes, de Ventosa, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Pepe. Pov. na freguezia de Santo André, de Campeã, conc. e distr. de Villa Real.

Pepim. Pov. e freg. de N. S.ª da Annunciação, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Castro Daire, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 118 fog. e 459 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada a 1 k. da margem esquerda do rio Paiva, e a 2 da séde do conc. Os condes d'Alva apresentavam o abbade, que tinha 200$000 réis de rendimento. A terra é fertil; cria gado de toda a qualidade, e tem grande abundancia de caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Povoações

nas freguezias: O Salvador, de Lufrei, conc. de Amarante, distr. do Porto. ‖ S. Julião, de Taboaços, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Pepino *(Botequim do)*. Nome d'um café de má nota que existiu no Porto, na rua de Cima do Muro, freg. de S. Nicolau, um pouco ao poente do postigo dos Banhos, e que se tornou celebre e conhecido, ao tempo, como nenhum outro do paiz. Fazia se musica lá dentro, dançava-se e berrava-se furiosamente, até altas horas da noite, jogava-se a pancadaria, e por fim dormia se, estirado no pavimento, quando a acção do alcool fazia perder a razão aos bebedores. Era concorrido por marujos, sobretudo estrangeiros, meretrizes e outra gente de baixa condição, e tinha-se como certo que n'elle eram embriagados e depois assassinados e atirados ao Douro os marinheiros russos, inglezes, allemães e outros, endinheirados, que o frequentassem. A policia exercicia sobre o estabelecimento uma rigorosa vigilancia, mas isso não impedia que os boatos aterradores corressem de quando em quando a proposito do que se passava em tal espelunca, embora nunca se chegasse a apurar nada de positivo. O proprietario do estabelecimento, que se chamava Antonio Pereira Porto, por alcunha o *Pepino*, enriqueceu n'elle, e tanto mais que tinha a admiravel faculdade de *adivinhar* o dia e a hora em que a policia iria assaltar-lhe a baiúca. Morreu pelos annos de 1860, mas a viuva conservou o negocio até 1871, anno em que a casa, como outras, foi demolida para se abrir a rua Nova da Alfandega. Arnaldo Gama, no seu romance *O genio do mal*, consagrou algumas palavras a este botequim portuense.

Pequeiros. Pov. na freguezia de S. Miguel, de Celavisa, conc. de Arganil, districto de Coimbra.

Pequelle Pov. do sobado de N'Golla Quissucia, na 2.ª div. do conc. de Ambaca, districto de Loanda, prov d'Angola, Africa Occidental. ‖ Pov. da freg. de N. S.ª da Victoria, na 7.ª div. do concelho de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Pequena *(Casal da)*. Na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Benedicta, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Pequenina. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Aboim da Nobrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Pequita. Pov. na freg. de Santa Christina, de Longos, concelho de Guimarães, distr. de Braga.

Pequito *(Rodrigo Affonso)*. Antigo professor do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa, par do reino electivo, deputado, ministro de Estado honorario, um dos fundadores da Sociedade de Geographia e seu vice presidente, vogal do conselho superior de commercio e industria, etc. N. em Lisboa a 27 de junho de 1849, sendo filho de José Affonso Pequito, commerciante d'esta cidade, e de D. Thereza Maria de Jesus Pequito. Seus avós paternos eram uns modestos lavradores de Vianna do Castello, e os maternos de Aveiro. Tendo perdido seu pae em 1856, e sua mãe em 1857, guiou-lhe os primeiros passos e foi seu tutor um amigo da familia, o já hoje fallecido capitão do exercito Constantino Alves Pereira. Depois dos estudos preparatorios no lyceu da capital, fez o curso commercial da antiga escola do commercio, e em seguida o curso industrial do Instituto de Lisboa. Ao mesmo tempo que frequentava este segundo curso, já era empregado n'um escriptorio commercial, e durante alguns annos exerceu a profissão de guarda livros. Quando em 1870 se extinguiu a antiga escola do commercio e o respectivo curso passou a ser professado no Instituto Industrial, concorreu á cadeira de contabilidade e operações commerciaes. Sendo mandado suspender o concurso aberto, propoz se o sr. Rodrigo Affonso Pequito a leccionar gratuitamente a referida cadeira, sujeitando-se a todas as provas que lhe fôssem exigidas até novamente se abrir concurso. Realisado este por provas publicas foi o primeiro classificado e nomeado lente d'aquella cadeira por decreto de 20 de dezembro de 1870, contando apenas 21 annos de edade. E' hoje um dos mais antigos lentes do Instituto, ao qual se tem devotado, pugnando sempre pelo seu desenvolvimento e collaborando directa e indirectamente nas varias reorganisações que teem elevado tanto aquelle estabelecimento de ensino, como teve occasião de o affirmar o sr. conselheiro Dias Costa, ao escrever a monographia sobre o *Instituto Industrial e Commercial de Lisboa*, enviada á exposição de Paris de 1900. Tem sido um propagandista tenaz do alargamento e progresso do ensino commercial, devendo se-lhe especialmente a creação e organisação do importante curso superior do commercio, cujo projecto de lei relatou na camara dos deputados em 1883. Posteriormente tem contribuido para o successivo aperfeiçoamento d'este curso, que é hoje um dos mais complexos, com verdadeira orientação pratica, e egual aos das mais afamadas escolas superiores de commercio da Europa e da America, como em tempo o confirmou a sabia Allemanha. O sr. conselheiro Pequito foi um dos mais activos fundadores da Sociedade de Geographia, na qual occupou o logar de secretario, juntamente com Luciano Cordeiro, nos seus primeiros annos da vida social, e a seguir foi director vogal durante 9 annos mais. Ha muito tempo que é presidente da secção de economia politica. Concorreu, com o seu muito trabalho e como dedicado companheiro de Luciano Cordeiro, para a consolidação dos elevados creditos que, pouco depois de fundada, obteve nos centros scientificos estrangeiros esta nossa importante instituição, cujos archivos attestam eloquentemente as grandes canceiras e esforços empregados pelos dois fundadores. Representou aquella sociedade e o governo portuguez nos congressos internacionaes de geographia, de Paris em 1878, e de Bruxellas em 1879. Contribuiu com a sua muita dedicação e persistente actividade para o brilhante exito que teve, na exposição de Antuerpia em 1885, a exposição colonial portugueza, organisada pela Sociedade de Geographia. Teve então, por decreto de 17 de março de 1887, a commenda da ordem de N. S.ª da Conceição Fez parte e foi um dos nove membros da commissão da imprensa que em 1880 organisou a celebração do Centenario de Camões, promovida principalmente pela mesma sociedade. O sr. conselheiro Rodrigo Pequito tem exercido os mais importantes cargos de eleição popular. Por duas vezes foi vereador da camara municipal de Lisboa, sendo eleito a primeira vez em 1877, para substituir uma camara dissolvida, e a segun-

da, em 1878. Para procurador á Junta Geral do districto teve tambem duas eleições, uma em 1883 por Lisboa, e outra em 1885 por Mafra. Entrando na politica, filiado no partido regenerador, foi pela primeira vez deputado, sendo eleito por Lisboa, em 1882, e depois, pelo mesmo circulo, em 1884. Em 1890 foi eleito par do reino pelo districto de Portalegre, e em 1894 pelo districto de Lisboa. Tendo deixado de haver pares electivos, foi novamente eleito deputado por Lisboa em 1900 e depois em 1901. No anno de 1904

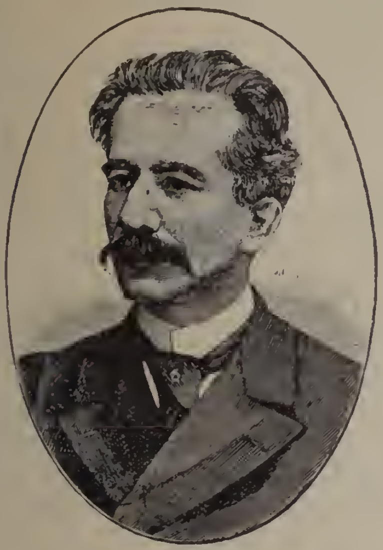

Rodrigo Affonso Pequito

tomou parte no ministerio presidido por Hintze Ribeiro, encarregando-se da pasta da fazenda, recebendo então a carta de conselheiro, que é inherente a tão elevado cargo. Em outubro d'esse mesmo anno foi demittido o ministerio, entrando para o poder um gabinete progresista presidido pelo sr. conselheiro José Luciano de Castro. São muitas as commissões de serviço publico de que tem sido encarregado o sr. conselheiro Rodrigo Pequito, entre as quaes se contam as seguintes: Vogal da commissão do inquerito industrial de 1881, sendo lhe incumbido o inquerito directo aos districtos de Bragança, Guarda, Villa Real o Vizeu; presidente da commissão inspectora das escolas normaes primarias de Lisboa, nos annos de 1884 e 1885, devendo se lhe n'esta qualidade a creação das bibliothecas d'essas escolas, o enriquecimento do material escolar de physica, chimica e sciencias naturaes para demonstrações nos cursos, a organisação do ensino da gymnastica e dos lavores femininos, e muitas outras remodelações nos serviços das duas escolas; membro do conselho fiscal do Banco de Portugal, vogal do conselho superior do commercio e industria, e membro da commissão superior de instrucção industrial e commercial. O sr. conselheiro Rodrigo Pequito é official da ordem do S. Thiago, do merito scientifico, mercê que lhe foi conferida quando regressou de Paris em 1878; commendador da de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa, pelos seus trabalhos de organisar a exposição colonial do Antuerpia em 1885; recebeu as palmas da Instrucção Publica, com que foi agraciado pelo governo francez, que o considerou como um dos mais activos membros do referido congresso de 1878. E' socio correspondente de varias academias e sociedades scientificas estrangeiras. Juntamente com Luciano Cordeiro foi director da *Revista de Portugal e Brazil*, publicação quinzenal, scientifica e litteraria, que se publicou em Lisboa em 1873 e 1874. Além da sua collaboração em muitas folhas periodicas, correm impressas as seguintes publicações, nas quaes se não incluem todos os pareceres que se imprimiram e de que foi relator, por encargo de diversas secções da Sociedade de Geographia: *Curso de contabilidade commercial*, Lisboa, 1875; *A sociedade de Geographia de Lisboa, e o marquez de Sá da Bandeira*, Lisboa, 1877; *L'enseignement commercial en Portugal*, Lisboa, 1878; *Investigações geographicas dos portuguezes* (traducção), Lisboa, 1879; *Bases de um plano de estudos commerciaes*, Lisboa, 1879; *Inquerito industrial de 1881, relatorio dos districtos de Bragança, Guarda, Villa Real e Vizeu*, (na publicação official do Inquerito, tomo IV), Lisboa, 1881; *Parecer sobre o projecto de melhoramentos do porto de Lisboa*, Lisboa, 1884; *As escolas normaes primarias*, Lisboa, 1886; *Homenagem a Luciano Cordeiro*, Lisboa, 1886; *O projecto do regimen bancario ultramarino*, Lisboa, 1881. Como ministro da fazenda publicou: *Relatorio, propostas de lei e documentos apresentados á Camara dos Senhores Deputados da Nação portugueza, na sessão de 5 de outubro de 1904*, Lisboa, 1904.

Pequito. Pov. na freguezia de S. Lourenço, de Golães, concelho de Fafe, districto de Braga.

Pera. Pov. e freg. do Espirito Santo, da provincia do Algarve, conc. e com. de Silves, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 493 fog. e 1:986 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., permutando malas com Faro; medico, pharmacia, e lagar de azeite. A pov. dista 12 k. da séde do concelho e está situada n'um alto, na margem esquerda da ribeira d'Alcantarilha, a 2 k. do mar. O bispo apresentava o cura, que tinha 390 alqueires de trigo e 50 de cevada. Esta freg. foi desmembrada da de Alcantarilha, em 1683, pelo bispo D. José de Menezes. Passados annos annexou-se áquella, mas tornou-se outra vez independente. Pelo terremoto de 1755 caiu a egreja matriz, que foi logo reedificada. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. || Povoações nas freguezias: N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. d'Almada, distr. de Lisboa. || S. Domingos, de Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria, || Rio do distr. de Leiria, que nasce nas proximidades de Pedrogão Grande, passa a SO d'esta villa, o entra no rio Zezere com 20 k. de curso. Tambem é chamada Ribeira da Pera.

Pera Bôa ou **Perabôa**. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, concelho e com. da Covilhã, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 275 fog. e 1:072 hab. Está situada na estrada da Covilhã a Penamacôr, a 5 k. da margem esquerda do rio Zezere, e a 16 k. da séde do conc. Tem esc. do sexo fem. e est. post. A mitra apresentava o prior, que tinha rs.

400$000 de rendimento. A terra é muito fertil em cereaes, cria muito gado de todas as qualidades, e nos seus montes ha abundancia de caça grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Pera de Baixo. V. *Armação*, *Portugal*, vol. I, pag. 709.

Pera Figueira. Pov. na freguezia de S. Miguel, de Carreira, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Pera Jorge ou Perajorge. Pov. na freg. de S. Paio, de Requeixo, conc. e districto de Aveiro.

Pera Longa ou **Peralonga**. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Junqueiros, concelho de Felgueiras, distr do Porto. ‖ S. Pedro, de Penude, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. ‖ S. Martinho, de S. Martinho de Moiros, conc. de Rezende, do mesmo districto.

Pera Manca (*Herdade da*). Na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Tourega, conc. e distr. de Evora.

Pera do Moço. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda; 308 fog. e 1:255 hab. Tem est. post., e dista 8 k. da séde do concelho. Está situada n'uma campina, a 5 k. da antiga villa de Jarmello. O cabido da sé da Guarda apresentava o prior, que tinha 200$000 réis de rendimento. A terra é muito antiga e muito fertil. Tem muito gado e caça grossa e miuda. Entre esta pov. e a quinta do Carvalhal, á direita da estrada que vae da Guarda, para Pinhel, está um sitio chamado *Campo das Antas*, pelos muitos monumentos pre-celtas que n'elle houve. Ainda no fim do seculo XVIII se via ali um grande dolmen, que o povo destruiu em busca de thesouro encantado. A pov. pertence á 2.ª div. mil e ao distr. de recrut. e rès. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Pera Velha. Pov. o freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 159 fog. e 587 hab. Tem esc. do sexo fem. e estação post. Está situada n'uma campina, a 10 k. da serra da Lapa e a 8 da séde do conc. O real padroado apresentava o abbade, que tinha réis 500$000 de rendimento. A terra é muito fertil, e cria muito gado de toda a qualidade. Tem bom vinho e muita caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Esta freg. com a de Pêva, constituiu um antigo conc. que existiu até 1834, o qual se chamava concelho de *Pera* o *Peva*, ficando ambas então pertencendo ao conc de Moimenta da Beira. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 15 de dezembro de 1512.

Peraduça. Pov na freg. de S. Thiago, de Leomil, conc. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu.

Peraes. Pov. na freg. do Santo Antonio, de Alfrivida. conc. de Villa Velha de Rodam, distr. de Castello Branco.

Perafita (*João Antonio de Moraes, 1.º barão de*). Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, commendador da ordem de Christo, etc N. a 1 de abril de 1771; ignora se a data do fallecimento. Era filho de Daniel Antonio de Moraes Ferro Cabral Montezinho, e de sua mulher D. Leonor Jacinta de Moraes. Casou em 15 de março de 1806 com D. Mathilde Delfina de Moraes e Castro, filha d'Almeida de Moraes e do D. Brites Maria de Castro. O titulo foi concedido por decreto de 10 de outubro de 1836. O brazão foi concedido por alvará de 28 do março de 1800, a Manuel Mendes de Moraes e Castro, irmão da baroneza do Perafita: Escudo partido em pala: na primeira as armas dos Moraes, dividido em pala: na primeira, em campo de ouro: uma amoreira verde, e na segunda uma torre de prata lavrada de negro. Na segunda pala as dos Castros, em campo vermelho seis arruellas brancas em duas palas.

Perafita. Pov. e freg. de S. Mamede, da provincia do Douro, conc. de Bouças, com., distr. e bisp. do Porto; 411 fog. e 1:710 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e pharmacia. Está situada a 2 k. do mar, na estrada de Mattosinhos a Villa do Conde, e dista 5 k da séde do conc. O prior dos conegos regrantes de Santo Agostinho, de Moreira da Maia, apresentava o abbade, que tinha 100$000 réis e o pé d'altar. E' uma freg. rica e muito fertil em todos os generos agricolas. Faz grande commercio com a cidade do Porto Cria muito gado bovino, que exporta para Inglaterra. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6. com a séde no Porto. ‖ Povoações nas freguezias: Santo Adrião, de Duas Egrejas, conc. de Penafiel, distr. do Porto. ‖ S. Miguel, de Lazarim, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. ‖ Santa Marinha, de Villa Verde, conc. de Alijó, distr. de Villa Real.

Perafita de Cortes. Pov. na freg. de Mazedo, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Peragallo (*P. Prospero Luiz*). Sacerdote italiano, que passou grande parte da sua vida em Lisboa. N. em Genova a 23 de abril de 1823, sendo filho de Caetano Peragallo e de Maria Stozace. Cursou no seminario diocesano as aulas do litteratura italiana e latina, e de philosophia. Ordenou-se de presbytero no anno de 1846. Até á suppressão dos conventos pertenceu á ordem dominicana, e n'ella foi lente de litteratura e de philosophia. Saíu, porém, da ordem por causa d'uma pertinaz doença do peito. Collaborou activamente em diversos periodicos, entre elles *La gioventú*, revista scientifica que se publicava em Florença; *L'educatrice italiana*, da mesma cidade; *L'amico* e *La donna e la famiglia*, de Genova, assignando os artigos, ora com as iniciaes P. P., ora com o nome por extenso. Em Genova fundou o jornal *La Scuola e la famiglia*. Prospero Peragallo pertenceu ao corpo docente da escola normal de sexo feminino e d'uma das escolas technicas. Por convite do arcebispo de Genova veiu a Lisboa em 1855 para tomar a direcção da egreja italiana do Loreto, com plena o previa approvação dos administradores d'aquella egreja. Em Lisboa, a pedido do seu particular amigo Joaquim José Marques, escreveu para a *Arte Musical*, em 1874 e 1875, alguns artigos em portuguez sob a fórma de *Correspondencia de Genova*. Em 1892 coordenou, juntamente com os srs. José Ramos-Coelho e Xavier da Cunha, o volume intitulado *Alguns documentos do Archivo nacional da Torre do Tombo*, premiado na exposição colombina de Madrid. Foi socio fundador da Sociedade de Geographia de

Lisboa; socio correspondente da Academia Real das Sciencias, da Real Sociedade Camoneana, e d'outras sociedades scientificas e litterarias. Dedicou-se com amor profundo ao estudo da litteratura portugueza, e procurando divulgar os mais mimosos trechos dos nossos poetas, traduziu em italiano versos de Camões e de Garrett. Muito illustrado, serviçal e de caracter bondoso, o P. Peragallo relacionou-se com as principaes familias e com muitos dos nossos mais illustres escriptores e artistas, ganhando as geraes sympathias, assim como da colonia italiana. Collaborou no livro *In memoriam*, em homenagem ao dr. Sousa Martins. Dos archivos da Torre do Tombo investigou e publicou muitos documentos relativos a Italia e a Portugal. Depois da sua residencia de mais de 30 annos em Lisboa foi chamado a Genova em 1895, e deixou de parochiar a egreja do Loreto. Em Genova, com saudades de Portugal, não tem deixado de cultivar os estudos da sua predilecção e de manter correspondencia com muitos dos seus amigos e admiradores de Portugal. Os seus longos e aturados estudos ácêrca de Christovão Colombo teem muita importancia. Quando completou 83 annos de edade, um grupo de distinctos cavalheiros de Lisboa dirigiu lhe uma mensagem, que é uma linda obra d'arte. No conjuncto geral obedece a tarja á influencia do estylo manuelino. O texto foi dirigido pelo sr. dr. Xavier da Cunha, e a parte artistica executada pelo official de marinha sr. João Braz d'Oliveira, professor da Escola Naval. E' numerosa a lista das suas publicações, das quaes mencionaremos as seguintes: *Orazione panegirica*, etc. (argumento religioso), Savona, 1852; *Della libertá civile e religiosa nelle loro relazione colla chiesa catholica,* Firenze, 1853; *La missione, il monachismo e la donna catholica,* Firenze, 1859; *Il matrimonio catholico,* Genova, 1859; *La chiesa e la libertá suizzera*, Genova, 1859: *Della libertá di coscienza*, Genova, 1859; *Geografia generale dell'Europa e speciale dell' Italia*, Firenze, 1862; *Annali dell'invenzioni e scoperte geografiche,* Genova, 1862; *Lezioni popolari di geografia astronomica e fisica*, *Parte prima*, Genova, 1865; *Parte seconda*, Genova, 1870; *Cristoforo Colombo in Portugallo, studi critico*, Genova, 1882; *L'autenticitá delle historie di Fernando Colombo e le critiche del signor Enrico Harrisse, con ampli frammenti del testo spagnuolo di D. Fernando*, Genova, 1884; *Riconferma dell'autenticitá delle historie di D. Fernando;* risposta alle osservazioni dell' Uff, prof. dottor Pietro Arata; Genova, 1885; *Sonetos escolhidos de Luiz de Camões*, traduzidos em sonetos italianos com variantes, etc., Lisboa, 1885; *O soneto de Luiz de Camões*: «*Alma minha gentil*, etc», traduzido em verso italiano, etc., Lisboa; *Origine, patria e gioventù di Cristoforo Colombo, studi critici e documentati*, Lisboa, 1886; *Cristoforo Colombo e la sua famiglia; revista generale degli errori del sig. E. Harrisse*, studi storico-critici; Lisboa, 1888; *Poesias de Luiz de Camões e outras vertidas a italiano*, Lisboa, 1890, 1.ª serie, em 1892, a 2.ª; eram edições commemorativas do 12.º anniversario do centenario de Camões; *Opusculo bibliographico dell'opera di D. José Maria Asensio-Cristóbal Colón sus viages*, etc., publicado na *Rassegna nazionale* di Firense, março, 1892; *Disquizione Colombini; N.º 1.º La Nuova Scuola spagnuola anticolombina*, Lisboa, 1893; *Idem, N.ºs 2 e 3: Epoca dell'arrivo di Colombo in Portogallo, La sfera di Dante de Rinaldi e il sig. Harrisse*, Lisboa 1893; *Idem, N.º 4: La favola di Alonso Sanches precursore e maestro di Cristoforo Colombo, Parte prima*, Lisboa, 1896; *Idem, N.º 5: I pallastrelli di Piacenza in Portogallo e la moglie di Cristoforo Colombo*, Lisboa, 1898; *Carta de El-Rei D. Manuel ao rei catholico*, narrando lhe as viagens portuguezas á India desde 1500 até 1505; reimpressa sobre o prototypo romano de 1505, vertida em linguagem e annotada, Lisboa, 1892; saiu no tomo VI, parte II, nova serie, das *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, classe das sciencias moraes e politicas e bellas letras; *Leone Pancaldo; Sussidi documentari per una sua monografia,* Roma, 1894; no vol. XI, V, da *Ressegna di documenti e studi publicati dalla R. commissione colombina; Gratulatio canum*, poemeto do dr. Thomaz de Carvalho, traduzido em alexandrinos italianos, Lisboa, 1893; *Flôres de poesia portugueza*. traduzidas em italiano, Lisboa, 1893; *Sussidi documentari per una monografia su Leone Pancaldo*, Roma, 1894; *Canzonne della culla di Giuchino de Araujo, tradotta*, etc., 1895; tiraram-se d'este livro 5 exemplares em papel de linho, que pertencem aos srs. conde de Valenças, Antonio Augusto de Carvalho Monteiro, Annibal Fernandes Thomaz, Joaquim de Araujo, e Prospero Peragallo; *Documenti Abissinici tradotti in portoghesi e annotati, no Boletino della Società Geografica italiana*; fac. VII, Roma, 1897; *Intorno alla supposta identitá di Giovanni Verrazzano col corsaro francese Giovanni Florin*; no *Boletim* indicado, vol. VII, Roma, 1897; *I Pallastrelli di Piacenza in Portogallo e la moglie di Cristoforo Colombo*, Genova, 1898; *Mazzolini di poesi portoghesi e sevigliani*, Genova, 1899; contem traducções de trechos de Camões, Garrett, Anthero do Quental, Antonio Feliciano de Castilho, João de Deus, Theophilo Braga, Soares de Passos, José de Sousa Monteiro, J. de Araujo, etc.: *O Gigante Adamastor*, episodio dos *Lusiadas* de Luiz de Camões, com a traducção em versos italianos de Prospero Peragallo e com prefacio do dr. Xavier da Cunha, Lisboa, 1893, para commemorar o 4.º centenario da descoberta do caminho maritimo para a India, e do 318.º anniversario da morte de Camões. Ainda depois de ausente em Genova, o sr. Prospero Peragallo continuou dedicando attenção a assumptos portuguezes, produzindo um estudo comparativo sobre a Biblia dos Jeronymos e identificando-a com a que foi mandada illuminar por Clemente Sernigi. Intitula-se o interessante estudo *La Bibbia dos Jeronymos e la Bibbia di Clemente Sernigi*, Genova, 1901. *Cenni interno alla cotonia italiana in Portogallo nei Secoli* XIV, XV e XVI; Turino, 1904; contém um resumo biographico do grande numero de italianos que viveram em Portugal, e que exerceram aqui a sua actividade, contribuindo para o desenvolvimento da civilisação.

Peral. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. da Beira Baixa, conc. Proença-a-Nova, com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 123 fog. e 551 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Dista 13 k. da séde do conc. e está situada em terreno montanhoso, a 3 k. da margem direita da ribeira de Oereza. Pertence ao

grão-priorado do Crato, hoje annexo ao patriarchado. O grão-prior apresentava o cura, que tinha diversos generos e 2$000 réis em dinheiro. A terra é fertil em cereaes. Pentence á 8.ª div, mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. || Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Extremadura, conc. de Cadaval, com. de Torres Vedras, distr. e patriarc. de Lisboa; 213 fog e 971 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e fabricas de aguardente. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada na margem d'uma ribeira affluente do rio Real, a 2 k. da estrada de Lisboa ás Caldas da Rainha. O prior e beneficiados da collegiada de S. Thiago, da villa d'Obidos, apresentavam o cura, que tinha diversos generos. A terra é fertil em cereaes. o fructas, e produz bom vinho. Cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 1.ª div. mil e ao distr. do recrut. e res. n.º 5, com a sédo em Lisboa. Tendo sido annexada esta pov. ao conc. de Azambuja por decreto de 26 de setembro de 1895, que aboliu o de Cadaval, voltou a este, que foi restaurado por decreto de 13 de janeiro do 1898. || Povoações nas freguezias: S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro || N. S.ª da Graça, de Bogalhos, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || S. Martinho, de Estoy, conc. e distr. de Faro. || Ribeira que nasce a O do Cercal, banha Peral, Vermelha, e vae reunir-se á ribeira de Arelho, proximo do Bombarral, com cerca de 15 k. de curso.

Peral de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Pedro, de Gafanhoeira, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Peral Covo. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Peral do Meio. Pov. na freg. de S. Pedro, de Gafanhoeira, conc. de Arraiollos. distr. de Evora.

Peral Rico. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Abella, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Peralgoso. Pov. na freg. de Santa Christina, de Pousa, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Peralta. Familia oriunda de Navarra, onde alguns dos seus membros tiveram o cargo de condestavel. As suas armas são: Em campo vermelho um grifo de ouro, orla vermelha com oito aspas tambem de ouro.

Peralva. Povoações nas freguezias: Santo Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição, de Paialvo, conc. de Thomar, distr. de Santarem. Tem est. postal.

Peras Ruivas. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Peravanas Cimeiras. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Carvoeiro, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Peravanas Fundeiras. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Carvoeiro, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Perbol. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Percota. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sendim, conc. de Taboaço, distr. de Vizeu.

Perdello. Pov. na freg. de S. Miguel, de Paçô, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Perdigão *(Alvaro).* Alcaide-mór de Benavente por mercê de el-rei D. João I; batalhou em Aljubarrota na Ala dos Namorados, recebendo do mesmo monarcha o escudo de armas que usou e passou a seus descendentes: Em campo de ouro cinco perdigões, de sua côr em aspa, armados de vermelho; timbre um dos perdigões. Jaz em Benavente no jazigo, que mandou construir na egreja matriz, hoje arrazada pelo terremoto de 23 de abril de 1909, no qual se viam as suas armas lavradas em relevo.

Perdigão *(Arthur de Sousa Tavares).* Major de artilharia e chefe do serviço de fiscalisação e estatistica da Companhia Real dos Caminhos do Ferro Portuguezes. N. a 2 de maio de 1857 e fal. a 29 de outubro de 1904. Assentou praça em 28 de outubro de 1878, sendo promovido a alferes a 7 de janeiro de 1881, a tenente em 17 de janeiro de 1883, a capitão a 16 de fevereiro de 1887, e a major poucos mezes antes de fallecer. Era socio da Sociedade de Geographia de Lisboa, secretario da secção de sciencias militares. Pertencia ao partido progressista, que o elegeu deputado em uma legislatura, e foi relator na respectiva camara de varios projectos de lei. Era condecorado com o grau de cavalleiro da ordem de Aviz, e possuia a medalha de comportamento exemplar.

Perdigão *(João Francisco Bettencourt).* Foi o 10.º senhor da casa de Benavente e succedeu a seu avô João Ferreira Bettencourt; foi tambem senhor do morgado e administração da capella do nome de Jesus na egreja matriz da villa de Benavente, hoje arrazada, e onde esta familia tinha sepultura, com suas armas desde o anno de 1421; casou com D. Thereza Luiza Bandeira, sua prima, filha de Lino d'Azevedo do Avellar e de Elvira da Costa Bandeira.

Perdigão *(P. José).* Jesuita. N. em Alcacer do Sal a 21 de janeiro de 1705. Entrou para a Companhia de Jesus aos 15 annos, em 1720, no collegio de Evora. Chamava-se no seculo José Perdigão de Freitas, segundo diz Innocencio da Silva, no vol. V do *Diccionario Bibliographico*, pag. 95, mas na *Historia do reinado de D. José*, por Simão da Luz Soriano, diz-se que se chamou José Alexandre de Sousa, e tinha por alcunha o *Perdigão*. Com verdade ou sem ella, foi preso em 1758, como implicado na conspiração do duque d'Aveiro e dos Tavoras contra el-rei D. José I, e encerrado no forte da Junqueira, onde vivia ainda em 1774, mas parece que falleceu antes de 1777, anno em que, por morte de D. José, se abriram as prisões e fôram os presos postos em liberdade. Escreveu: *Memorias genealogicas das familias de Alcacer e Setubal, assim como de mais algumas que com ellas contrahiram alliança;* escriptas em 1750. Ficaram ineditas.

Perdigão *(Leonel).* Foi filho de Theotonio Perdigão e 4.º neto de Alvaro Perdigão; succedeu na casa dos seus maiores e usou o brazão d'armas dos Perdigões por mandado de el-rei Filippe II, de Portugal. Teve o foro de cavalleiro fidalgo, e casou em Benavente com D. Brites Varella, sua prima, filha de Fernão Varella Perdigão e de sua mulher D. Luiza da Costa Lobo.

Perdigão *(Theotonio).* Foi filho de Leonel Perdigão e de D. Luiza da Costa Lobo, e o 7.º senhor da casa instituida por Alvaro Perdigão; casou em Alcochete com D. Leonor Correia Sotomayor, filha de Diogo Vaz Fuzeiro de Brito, fi-

dalgo da Casa Real, natural de Evora, e de sua mulher D. Maria de Sotomayor, de quem teve entre outros filhos a Pascoal Perdigão Sotomayor que casou com D. Catharina Veca, de quem teve a Benta de Sotomayor Perdigão, que casou com Luiz de Villas Lobos e Vasconcellos, de quem teve a João de Brito e Vasconcellos, successor da casa, e a D. Gabriela de Vasconcellos Sotomayor, que casou com Jorge de Brito de Carvalho, filho de João de Brito de Carvalho, successor do seu morgado e tambem do morgado dos Pegados, por sua mãe D. Ignez Pereira de Vasconcellos, filha de Estevão Pegado, que foi alcaide-mór de Elvas.

Perdigão *(D. Vasco).* Bispo de Evora, que falleceu a 27 de fevereiro de 1463. Foi o fundador do convento de *Nossa Senhora do Espinheiro*, em Evora, cujas obras começaram em 1452, e só se concluiram em 1558, sendo depois reconstruido em 1566. Na capella dos Reis, na egreja do referido convento, foi sepultado o venerando bispo n'um vão da parede, na frente da porta que dá serventia para o claustro. No referido local ainda hoje se vê o seguinte epitaphio :

SEPVLTVRA, EM Q. JAZ, O MVI RD.º SENHOR D. VASCO PERDIGÃO, BISPO Q. FOI DE EVORA, O QUAL, ENT
RE OVTRAS NOTAVEIS OBRAS Q. EM LOUVOR
DE DEOS FEZ, EDIFICOU DOIS CONVENTOS, E
DOTOU ESTE A HONRA N. SNR.ª E DO PADRE S.
JERONIMO, E DEIXANDO DE SI SEMPITERNA ME
MORIA SE FINOU EM 27 DE FEVEREIRO DE 1463
REINANDO O SENHOR REY D. AFONSO O V.º

Por cima está, sobrepujado pela mitra, o escudo d'armas, hoje tapado por pedra e cal. N'elle ainda se viam em 1610 os moveis, que eram cinco perdigões.

Perdigão. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Fratel, conc. de Villa Velha de Rodam, distr. de Castello Branco. || Santa Maria, de Martim, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Lourenço, dos Francos, conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa. || S. Miguel, de Villarinho do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

Perdigueira. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Asseiceira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Perdizes. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Valdozende, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga.

Perêdo. Pov. e freg. de Santa Catharina, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 153 freg. e 569 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Está situada a 3 k da margem direita do rio Azibo, a 7 da margem direita do rio Sabor, e a 20 da séde do conc. O abbade de Chacim apresentava o vigario, que tinha 6$000 reis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil em cereaes, gado e caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e n.º 10, com a séde em Mirandella. | Pov. na freg. de S. Miguel, de Beire, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Perêdo da Bemposta Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. de Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança; 157 fog. e 619 hab. Tem esc. do sexo masc. Está situada nas proximidades do rio Douro, a 15 k. da séde do conc. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Perêdo dos Castelhanos Pov. e freg. de S. Julião da prov de Traz-os Montes, conc. e com. da Torre de Moncorvo, e bisp de Bragança; 121 fog. e 432 hab. Tem esc. do sexo feminino, e correio com serviço de posta rural. Está situada nas proximidades da margem direita do rio Douro, em terreno accidentado, a 8 k. da séde do conc. A camara archiepiscopal de Braga apresentava o abbade, que tinha 150$000 réis e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, mas parece que esteve deserta e abandonada durante muitos seculos. Consta que só tornou a ser povoada em 1530, sendo os seus primeiros moradores 8 castelhanos, que vieram de Castella, da villa Freixêda, povoar este logar, e por isso se ficou chamando *Perêdo dos castelhanos.* Diz-se que os habitantes do logar de Urrôs, que n'esse tempo era villa e julgado, deram estas terras a Gomes Borges de Castro, para aqui estabelecer um solar de morgadio, e que a este fidalgo é que os 8 castelhanos aforaram, por 16$000 réis annuaes, e por tres vidas, as terras de Perêdo, que repartiram entre si, em 8 partes, ficando cada casal com a sua. Foi tão grande n'um dos primeiros annos a colheita do trigo, centeio e cevada, unicos fructos que então ali havia, que os habitantes do logar não se atreveram a pagar ao morgado só os 16$000 reis, e fizeram nova escriptura, ficando desde então a pagar-lhe cada anno, de fôro fauteosim perpetuo, 1500 alqueires de pão, isto é: 1:000 alqueires de trigo, 500 de cevada, e 40 gallinhas. Os officiaes da justiça eram postos pela camara de Moncorvo; os pastos e baldios eram vendidos em praça publica, todos os annos, sendo duas partes do producto d'esta venda, ou arrendamento, para as despezas do concelho, e o terço restante para a corôa. Assim ficou resolvido por sentença da Relação do Porto, na questão intentada contra Simão Borges de Castro, que pretendeu augmentar os fôros impostos nos 8 casaes, já então muito sub divididos. No local onde, em 1565, se construiu a egreja matriz, acharam-se em todo o adro muitas esculpturas, com cabeceiras de pedra, e os ossos e caveiras carcomidos pelo tempo, o que provava evidentemente a muita antiguidade da pov. A egreja é de architectura singela, bastante comprida mas de pouca largura. Tem 3 altares, incluindo o da capella-mór, todos de talha dourada. N'uma elevação sobranceira ao logar, vê-se a capella da *Senhora da Gloria*, d'onde se desfructam lindos pontos de vista, descobrindo se as serras da Estrella e do Marão, outras menores, muitos montes e valles, e algumas povoações. No centro da povoação está a capella do *Senhor da Santa Cruz*, que em 1873 foi restaurada. Tem bons quadros allusivos á paixão de Christo. O territorio d'esta povoação é muito accidentado e falto d'agua. A pov pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com séde em Mirandella.

Peregrino *(Fr. Antonio).* Religioso da ordem de S. Francisco Era natural de Lisboa, e fal. a 15 de agosto de 1656 Chamava-se no seculo Manuel da Costa. Aos 17 annos de edade entrou na Companhia de Jesus, mas depois abandonou-a, passando para a ordem franciscana da provincia d'Arrabida, e falleceu no convento de Santarem. Escreveu a seguinte obra, que não chegou a pu-

blicar-se: *Vida e historia de todos os homens antigos em armas e letras e virtudes, filhos de Lisboa.*

Pereira. Esta familia procede do conde D. Forjaz Bermuez, neto do conde D. Meudo, irmão de Desiderio, ultimo rei dos Lombardos de Italia, e de sua mulher, D. Joanna de Romaes, filha do conde D. Ramon, que era filho de D. Fruella, primeiro rei de Leão. O seu descendente Gonçalo Rodrigues Forjaz, por desgostos que teve com o seu rei, se passou a Portugal em tempo de D. Sancho I, do qual foi bem recebido, e o seu neto, o conde D. Gonçalo Pereira, foi um dos grandes senhores que houve em Portugal, e tão rico e tão poderoso, que estando um dia em Pereira, deu 70 cavallos a fidalgos seus amigos e parentes. Foi seu bisneto o condestavel D. Nuno Alvares Pereira, e outros descendentes do conde deram principio á casa da Feira e á dos senhores de Riba de Vizella. Foi seu solar a quinta de Pereira, d'onde tomaram o appellido, junto ao rio Ave. Tem por armas: Em campo vermelho uma cruz de prata florida e vasia do campo; timbre, uma cruz vermelha florida, e vazia, entre dois côtos de azas de anjos. O primeiro que usou d'esta cruz por armas foi D. Rodrigo Forjaz, o moço, por estar na batalha das Navas de Tolosa no anno de 1212, em cujo dia appareceu no céo uma cruz vermelha, similhante á de Calatrava, aberta no meio e floreteada, a qual muitos cavalleiros, que se encontravam ali, a tomaram por armas.

Pereira *(Affonso Dias)*. Coronel reformado do regimento de cavallaria auxiliar de Villa Rica, etc. Era natural de Revoreda. Passou a Minas Geraes, onde exerceu o posto de capitão, por carta patente de 5 de maio de 1760, da companhia de ordenanças a pé, da freg. de S. José da Barra, termo da cidade de Marianna. Foi cavalleiro da ordem de Christo, por alvará de 27 de agosto de 1760. Professou em Villa Rica a 15 de janeiro de 1761. Serviu com muita honra, como consta de certidão authentica e legal de 16 de janeiro de 1801, desde 1772 até 1800, de thesoureiro geral dos rendimentos da corôa, na capitania de Minas Geraes. Foi promovido, por carta patente de 11 de abril de 1780, ao posto de coronel do primeiro regimento de cavallaria auxiliar do Villa Rica, no qual posto serviu com *actividade, honra* e *zelo*; são as proprias expressões com que o honrou o capitão general Luiz da Cunha e Menezes, que servia em 1788; foi finalmente reformado no mesmo posto por decreto de 20 de novembro de 1800, com todas as honras, privilegios, isenções e liberdades.

Pereira *(Alberto Feliciano Marques)*. Major da guarnição do Estado da India, e professor do Lyceu Nacional e Escola Normal de Nova de Gôa. Veiu ao reino em 1902, sendo chamado pelo governo, e serviu então em commissão na 1.ª repartição da direcção geral do Ultramar, encarregado especialmente dos serviços da instrucção publica colonial, tendo sido sempre muito apreciado pelos seus superiores. Durante este tempo decretaram se varios diplomas relativos ao ensino nas colonias, entre os quaes, principalmente, o ensino profissional em Cabo Verde, S. Thomé e Angola, pelo decreto de 18 de janeiro de 1905, a regulamentação do ensino primario e dos corpos inspectores em Angola, por decretos de 9 de maio de 1905; o novo regimen do ensino primario portuguez, maratha guzeratte e ensino normal primario na India, por decreto de 23 de maio de 1907; a reorganisação da instrucção secundaria na India em Macau, por decreto de 23 de agosto de 1906, e muitos outros diplomas, para os quaes muito teriam contribuido o seu trabalho assiduo e a sua especial competencia. Antes de ir para a India, para onde foi em 1893, serviu em Angola por alguns annos como ajudante de campo do governador geral da provincia, o sr. conselheiro Guilherme Capello, e, além d'aquelle os cargos de director da imprensa do Governo em Loanda, consul de Portugal no Estado independente do Congo, etc. Foi tambem por alguns annos correspondente do *Diario de Noticias*, emquanto esteve em Gôa. Em 11 de dezembro de 1907 partiu com sua familia para a India, a bordo do paquete *Gullistan*, e ali se teem conservado no exercicio dos referidos cargos.

Pereira *(P. Alexandre Antonio)*. Arcediago da sé de Macau, cavalleiro da ordem de Christo. N. em Macau, onde tambem fal. em 1837. Foi nomeado arcediago em 1822. O bispo D. Fr. Francisco de Nossa Senhora da Luz Chacim suspendeu-o por motivos pouco conhecidos, o P. Alexandre Pereira recorreu d'essa decisão, escrevendo como base de recurso o seguinte folheto aggressivo: *O verdadeiro retrato do Bispo de Macau, ou recurso apresentado á Real Junta da Corôa*, etc., Paris (aliás Macau), 1825.

Pereira *(Alfredo)*. Director geral dos correios e telegraphos, deputado, etc. N. em Macau em 1850. Contando apenas 6 annos de edade veiu com sua familia para Lisboa, onde fez os seus estudos preparatorios e o curso do Instituto de Astronomia e Veterinaria, em que muito se distinguiu, sendo premiado n'algumas cadeiras, e obtendo por fim a carta de agronomo-silvicultor. Em 28 de setembro de 1875 foi nomeado, precedente concurso, praticante dos correios de Lisboa, sendo promovido a official de segunda classe em 6 de fevereiro de 1878, depois de ter elaborado um projecto para um edificio dos correios, que foi altamente apreciado, mas que não chegou a ter execução. Em 1879, o ministro das obras publicas, Saraiva de Carvalho, o nomeou para fazer parte d'uma commissão encarregada de estudar a reorganisação dos serviços dos correios e telegr., que tinham então vida independente. Dos estudos d'essa commissão resultou a grande reforma telegrapho-postal de 1880, a unica de vistas largas e resultados praticos verdadeiramente apreciaveis, que foi promulgada, e que novas organisações posteriores esphacelaram completamente. Sendo encarregado de dirigir os trabalhos de estatistica, começou a publicar annualmente, acompanhadas de quadros graphicos, interessantes estatisticas, as primeiras que sobre o assumpto appareceram em Portugal. No anno de 1881 foi nomeado professor do curso pratico de correios e telegraphos, regendo com louvor a respectiva cadeira, até que o curso ficou extincto. Nomeado membro do Congresso Postal, reunido em Lisboa em 1884, apresentou uma proposta relativa a vales internacionaes ao portador que mereceu ser considerada pelo Congresso, e uma outra relativa á estatistica postal, que não só foi approvada, mas ficou constituindo lei internacional. Os congressos que se seguiram, de Vienna e de Washington, não lhe fizeram alteração

alguma. Este trabalho, apreciado nas suas respectivas commissões de que era presidente o delegado da Russia e vice-presidente o da França, valeu ao sr. conselheiro Alfredo Pereira a commenda da ordem de Sant'Anna, da Russia, e a cruz de cavalleiro da Legião de Honra, de França. Pela organisação dos correios e telegraphos decretada pelo então ministro das obras publicas, Emygdio de Navarro, em 1886, foi promovido a inspector geral dos correios, e encarregado de formular o regulamento da nova organisação, no que se houve com reconhecida proficiencia. Em 1891 foi-lhe concedida a carta de conselheiro, sendo ministro Frederico Arouca, em attenção ao seu brilhaute desempenho do cargo

Alfredo Pereira

de inspector geral, e aiuda ao modo como, sempre que substituiu o director geral dos correios e telegraphos, se houve no exercicio d'essas funcções Em 1892, o ministro das obras publicas, então Pedro Victor da Costa Sequeira, tendo reformado novamente os serviços dos correios e telegraphos, o encarregou de formular os regulamentos d'esta nova organisação. Durante a longa enfermidade do director geral Guilhermino de Barros, exerceu o sr. conselheiro Alfredo Pereira interinamente esse logar, e por morte d'aquelle funccionario, foi nomeado director effectivo a 19 de abril de 1901. Por occasião da festa da celebração dos 25 annos da união postal universal, em 1902, foi a Berne representar o seu paiz. No Congresso telegraphico realisado em Londres, em 1904, salientou-se tão distinctamente, pelos seus vastos conhecimentos sobre o assumpto, que recebeu de todos os membros d'aquella assembléa as mais eloquentes demonstrações de sympathia e de estima. No congresso reunido em Lisboa, em 1908, foi o presidente. O sr. conselheiro Alfredo Pereira é antigo deputado, representando o circulo de Penafiel. Tem sido um funccionario da maior competencia, e a elle se devem as mais importantes reformas que teem aperfeiçoado os serviços telegrapho-postaes de Portugal. Além das condecorações já citadas, o sr. conselheiro Alfredo Pereira possue tambem as das seguintes ordens: o Leão e Sol da Prussia, O Sol nascente do Japão, a Corôa da Romania, a Corôa de carvalho do Luxemburgo, e Francisco José, d'Austria. Tambem foi agraciado com a medalha de prata de assiduidade e bons serviços, creada pelo estadista Elvino de Brito, por decreto de 28 de setembro de 1900. Em principios de 1906 foi elevado de cavalleiro a commendador da Legião de Honra, de França, e por decreto de 20 de março do mesmo anno teve a commenda da ordem de S. Thiago.

Pereira (*D Alvaro Gonçalves*). Prior da ordem de S. João do Hospital, que falleceu em 1375, pouco mais ou menos. Era filho do arcebispo de Braga D. Gonçalo Pereira, e de D. Thereza Pires. Entrou na ordem de S João do Hospital, saiu do reino, onde com a morte de D. Affonso III tinham findado as guerras contra os infieis, o foi apresentar-se em Rhodes, então capital da sua ordem, para combater contra os turcos nas galès dos hospitalarios. Ahi deu mostras de tanto valor e ardimento que o Grão Mestre o nomeou prior dos hospitalarios em Portugal. Provido d'essa dignidade, voltou ao reino, chegando ainda a tempo de servir D. Affonso IV na expedição terminada pela victoria do Salado. Foi elle quem arvorara o santo lenho Entregando-se depois aos negocios da ordem, tratou os com muito zelo, edificou o forte castello de Amieira, os paços de Bomjardim, ao pé de Santarem, e o castello de Flôr da Rosa junto ao Crato, que era em Portugal a cabeça da ordem. Foi até á morte de D. Affonso IV valido de el rei, que, na sua presença. aconselhou aos assassinos de D. Ignez de Castro que saissem do reino. Isso não o impediu de ter o valimento de D. Pedro I, e depois de D. Fernando I, o que prova que, além de valente soldado, era tambem habil cortezão, confirmando essa opinião o conselho que deu a D. Fernando em Santarem de se abster do combate, opinião mais conforme com a indole do aconselhado do que com o conselheiro. Os cavalleiros da ordem do Hospital faziam voto de castidade, o que não impediu, comtudo, que D. Alvaro Gonçalves Pereira tivesse de differentes mulheres, entre homens e mulheres, trinta e dois filhos. Um d'estes foi D. Pedro Alvares, que lhe succedeu no priorado, e que passaudo depois a Castella, foi mestre da ordem de Calatrava.

Pereira (*André Ferreira*). Foi o 3.º governador de Angola, succedendo a Luiz Serrão, e por morte d'este, em 1591, manteve-se apenas na defensiva, fazendo, comtudo, algumas entradas nas terras dos sovas pretos, afim de manter o prestigio do nome portuguez, até que entregou o governo em 1593 a D. Francisco d'Almeida, que foi de Portugal com poderosos reforços.

Pereira (*D. Fr. Angelo*). Religioso carmelita. Doutor em Theologia N. em Barcellos, e fal. na villa de Pereira em 20 de junho de 1614. Professou na ordem do Carmo, foi reitor do collegio de Coimbra, definidor e custodio da provincia, prior do convento de Lisboa. Sendo nomeado coadjutor do bispo de Coimbra D. Affonso de Castello Branco, foi confirmado pelo papa Clemente VIII em maio de 1600 com o titulo de Martyria, exercendo esta dignidade durante 14 annos, até que falleceu.

Pereira *(Anna Eliza)*. Uma das nossas primeiras actrizes contemporaneas, mas que ha alguns annos se encontra afastada do theatro. N. nos Cadafaes a 27 de julho de 1845, sendo filha de paes muito humildes. Anna Pereira era ainda creancinha, quando seu pae, o chefe da familia, cegou, ficando impossibilitado para o trabalho, o que veiu ainda augmentar a pobreza d'aquella desditosa gente. A creancinha, muito amiga do pae, depois d'aquelle infortunio, acompanhava-o sempre, em grande tristeza, perdendo para sempre a alegria infantil e descuidada que até então tanto a distinguiam. A fatal cegueira levou aquelles desgraçados á miseria; pouco a pouco todos os bens fôram vendidos, até que um dia a familia emmalou o pouco que já possuia, e veiu para Lisboa, procurar aqui o pão que na aldeia lhe faltava. A familia compunha-se de 4 pessoas: pae, Agostinho Lourenço Pereira, mãe, Maria Izabel Pereira, e duas filhas: Anna e Maria

Anna Eliza Pereira

Clementina. O ensaiador do Gymnasio Romão Antonio Martins, que tambem fazia parte da empresa d'aquelle theatro e fôra condiscipulo e amigo do pobre cego, condoendo-se da sua sorte, arranjou-lhe no theatro um modesto logar, e todas as vezes que as peças demandavam creanças, Anna Pereira e Maria Clementina iam ganhar com o seu trabalho uns tantos réis para auxiliar os pobres paes. Foi assim que pela primeira vez as duas irmãs appareceram no palco. Um dia faltou-lhes o pae, que foi continuar na sepultura a dormir nas trevas, que já ha tanto tempo o cercavam. Margarida mostrava nos seus pequenos trabalhos grande aptidão para a scena, e aconselharam a pobre viuva, a quem faltavam todos os recursos, que deixasse suas filhas seguir a carreira do theatro. Anna Pereira debutou então no drama de Braz Martins *Peccados do seculo XIX;* foi um debute muito auspicioso pela fórma enthusiastica com que o publico recebeu a nova actriz. Seguiram se, tambem com o maior successo, *A Escada das mulheres*, *Lição aos noivos*, *Effeitos da photographia*, etc. Ao mesmo tempo, sua irmã Margarida Clementina Pereira, que tinha então 7 annos, representava na *Visinha Margarida*, *Probidade*, etc. Emilia das Neves, em 7 de outubro de 1862, levou as duas irmãs para o Porto escripturadas na sua companhia dramatica. Foi n'aquella cidade, que pela primeira vez Anna Pereira cantou no theatro um *couplet* na comedia em 3 actos *O que tem de ser...* Do Porto vieram as duas irmãs a Coimbra, onde entraram em algumas recitas no theatro de D. Luiz, até que em setembro de 1865 fôram ambas escripturadas pela empresa Ruas e Cesar de Lima, para o theatro do Principe Real, de Lisboa, que inaugurou os seus espectaculos no dia 28 do referido mez, em que completava dois annos de edade o principe real, mais tarde D. Carlos I, circumstancia que deu o nome ao novo theatro. Foi então que o talento da nova actriz Margarida se manifestou brilhantemente. Era formosa, de presença distincta, com todos os dotes que a tornariam uma das nossas primeiras ingenuas dramaticas, se a sua passagem pelo theatro não fôsse tão curta. Margarida deixou o palco para casar com o industrial e capitalista Julio Cesar da Silva, e mais tarde, morreu de parto, a 8 de abril de 1867. Do Principe Real, onde tambem se evidenciou em differentes peças pela sua muita graça e desembaraço, principalmente no papel de aprendiz de caldeireiro na opereta em 1 acto, *A herança do tambor-mór*, passou Anna Pereira para o Gymnasio, palco que pela primeira vez pisára, e ali representou então alguns papeis dramaticos nas peças: o *Castello da Rocha Negra*, em 16 de outubro de 1866, *Honra dos Nobres* e *Trevas e Luz*, tornando se sobretudo notavel na comedia, sobresaindo pela graça no entreacto *Discordias de Concordia*, que representou com Silva Pereira. Em 1868 escripturou-se no theatro da Trindade; começou então a epoca mais brilhante da sua vida artistica. O seu debute foi a 23 de maio d'esse anno na comedia *Tentações do Demonio*. O genero, porém, que mais a reclamava, e que sempre lhe deu grande gloria, foi a opereta. Logo o primeiro papel d'este genero ao lado dos primeiros, a *Carlota* do *Barba Azul*, peça que pela primeira vez se representou a 13 de junho de 1868. O publico começou então a adoral-a, e todas as noites, logo á sua entrada no primeiro acto, era recebida com enthusiasticos applausos. Seguiram se as operetas *Flôr de chá*, *Fausto Petiz*, *O viver de Paris*, *O Sol de Navarra*, *A Princeza de Trebizonda*, *O Rouxinol das salas*, *A Rosa de Sete Folhas*, *Boccacio*, *O Sargento Frederico*, *As tres rocas de crystal*, *Gata Borralheira*, *Ilha de Tulipatam*, e muitas outras. Em 1874, por divergencias com o empresario Francisco Palha, saiu da Trindade, e durante seis annos andou representando drama, comedia, vaudeville e opereta nos theatros de D. Maria II e no Principe Real. Por fim, a distincta actriz convenceu se que o seu logar era na Trindade, Francisco Palha tambem se convenceu que não podia prescindir do seu valioso auxilio, e Anna Pereira voltou para aquelle palco, reapparecendo a 9 de setembro de 1880 no *Rouxinol das salas*. Continuando nas suas antigas glorias em novas peças e na repetição de outras antigas, conservou-se alguns annos na Trindade, até que se representou a peça de gran-

de espectaculo *A sexta parte do mundo*, que teve um desastre completo, caindo estrondosamente, e Anna Pereira, muito impressionada, querendo evitar represental-a outra vez, tentou matar se, tomando uma grande porção de arsenico, o que a inutilisou para a scena por mais d'um anno. A 13 de fevereiro de 1890 reappareceu no 1.º acto do *Rouxinol das salas*; representou depois a opera comica em 3 actos *D. Cesar* e a opereta em 1 acto *Academicos e futricas*. Em 1892 tomou conta do theatro uma sociedade artistica, que a contratou, e Anna Pereira entrou nas operetas *Côrte do rei Pimpão*, *Leitora da infanta*, *D. Artagnan*, *Brazileiro Pancracio* e *Tres dias na Berlinda*. Por discordancia em novas escripturas, saiu da Trindade, em 1894, contratando se no theatro da Rua dos Condes n'uma companhia dramatica. Poucos papeis ali fez, mas desempenhou com bastante successo a *Marechala* e o *Capitão Carlota*. Mais tarde voltou para o theatro de D. Maria II; em 1893 esteve no de D. Amelia na empresa Rosas e Brazão. Depois de algum tempo afastada do palco, tornou a apparecer no theatro de D. Maria II, entrando na comedia *Mantilha de renda*. Hoje está retirada do palco. Do seu enorme repertorio, em differentes theatros, mencionaremos as seguintes peças, além das já citadas: *Gaiato de Lisboa*, *O Meia Azul*, *Miguel o torneiro*, *A Gran-Duqueza de Gerolstein*, *Durante o combate*, *Pepe Hillo*, *Só morre quem Deus quer*, *Robinson*, *Amor e mysterio*, *Meninos Grandes*, *O tributo das cem donzellas*, *Liquidação social*, *Minhas duas mulheres*, *Uma viagem de recreio*, *Entre minha mulher e o negro*, *Paulo e Virginia*, *A Estrella do rei Uf*, *O ultimo figurino*, *Valentim o diabrete*, *Noite em claro*, *Piperlin*, *Os dragões de Villar*, *Burgueza*, *Noite e dia*, *Mulher do papá*, *D. Juanita*, *A Ave azul*, *Mocidade de Figaro*, *Garra do Leão*, *Estudante pobre*, *Heloisa e Abeilard*, *Papão*, *Rei de Ouros*, *Amor molhado*, *João José*, *O Favorito da côrte*, etc.

Pereira *(Antonio)*. Irmão do 4.º e do 5.º condes da Feira, D. Diogo Forjaz Pereira e D. João Forjaz Pereira. Seguindo a vida ecclesiastica, foi inquisidor da Inquisição de Lisboa. Abandonou depois o sacerdocio, e pretendeu casar com uma sobrinha, o que não chegou a conseguir. Foi desembargador do Paço, do conselho de Portugal em Madrid, e presidente do Desembargo do Paço.

Pereira *(Antonio)*. Pintor do seculo XVII, contemporaneo de Domingos Vieira. Ainda vivia em 1628. Foi pintor das egrejas pertencentes ás ordens militares no tempo de Filippe III de Portugal.

Pereira *(Antonio)*. Gravador do seculo XVII. Na obra *Tyrocinium Theologiae*, impressa em Lisboa, em 1668, vê-se uma estampa com a sua assignatura.

Pereira *(Antonio)*. Freire conventual da ordem de S. Thiago. N. em Pereira, villa situada entre Ovar e Aveiro, e fal. em Coimbra a 10 de maio de 1671. Era filho de Antonio Dias Rebello e de Suzana Valente. Recebeu o habito no convento de Palmella a 4 de novembro de 1629. Foi prior da egreja de S. Thiago, d'Almada, reitor do collegio das ordens militares em Coimbra, e governador do respectivo bispado, em nome do seu prelado D. Manuel de Noronha. Foi muito versado nos privilegios da ordem, e acerrimo defensor das suas jurisdicções. Escreveu: *Compendio e declaração da Regra e Estatutos da ordem militar de S. Thiago da Espada*, Lisboa, 1659.

Pereira *(Antonio)*. Pintor que viveu no seculo XVIII. A 19 de fevereiro de 1755 el-rei D. José o nomeou pintor da Casa Real com o ordenado de 6$000 réis, e 1 alqueire de trigo pago pelo almoxarifado de Santarem, conforme a ordenança de 8 de agosto de 1754.

Pereira *(Fr. Antonio)*. Religioso dominicano da ordem dos prégadores, vigario geral da sua ordem, etc. N. em Aveiro em 1640 e fal. em Evora no fim do seculo XVII ou no principio do XVIII. Era filho de Gaspar dos Reis e de Antonia Pereira de Carvalho. Professou no convento de Azeitão em 6 de janeiro de 1567, partiu para a India Oriental, como missionario. Foi mestre de Theologia na sua ordem, em que se jubilou. Exerceu os cargos de vigario geral da sua ordem, deputado das ordens militares em Gôa, e da inquisição da mesma cidade, de que tomou posse a 16 de setembro de 1682. Regressando a Portugal, foi tambem deputado da Inquisição de Evora, de que tomou posse a 2 de dezembro de 1693. Escreveu: *Sermão do auto da fé, contra a idolatria do Oriente, prégado na cidade de Goa a 27 de março de 1672*, Lisboa, 1685; *Sermão do desaggravo pelo successo de Odivellas, prégado na mesma egreja a 11 de maio de 1690*, Lisboa, 1691.

Pereira *(P. Antonio)*. Religioso da Congregação de S. Filippe Nery. N. em Lisboa, e fal. na casa da Congregação, em Extremoz, a 30 de outubro de 1698. Era filho de Manuel Alvares e de Maria Francisca. Entrou na Congregação de S. Filippe Nery, de Lisboa, a 13 de junho de 1686, e como leigo ali permaneceu durante muitos annos até que falleceu. Foi muito perito em sciencias, principalmente nas mathematicas. Escreveu: *Tratado de Arithmetica e Algebra, em o qual com muita clareza se explica tudo o que pertence a esta arte, e se descrevem as regras principaes da Geometria*, etc. Publicou-se muito depois da sua morte, em Lisboa, 1713.

Pereira *(P. Antonio)*. Jesuita. N. no Maranhão em 1641, fal. no Pará a 28 de setembro de 1702. Entrando ainda muito novo para a Companhia de Jesus, logo se distinguiu pelo seu muito talento e pela severa applicação ao estudo, tornando-se em poucos annos um abalisado theologo e apreciado prégador. Dedicou-se depois ás missões; e para isso estudou a lingua dos indios, que chegou a falar muito correctamente, melhor que todos os missionarios até então conhecidos. Escreveu tratados ou estudos sobre as linguas dos gentios, e um *Vocabulario da lingua brasilica*. Esse grande missionario teve a corôa do martyrio, pois morreu victima d'uma flexada d'arco de gentio, estando em missão no Pará.

Pereira *(P. Antonio)*. Religioso da Congregação do Oratorio, de S. Filippe Nery. N. em Mação a 14 de fevereiro de 1725; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Antonio Pereira e de Maria de Figueiredo. Aos 11 annos de edade entrou no collegio ducal de Villa Viçosa, onde aprendeu Musica, Grammatica, Rhetorica e Poesia. Recebeu o habito em Lisboa a 24 de setembro de 1744. Abrindo a Congregação uma classe de letras humanas, em Lisboa, no anno de 1752, o P. Antonio Pereira foi eleito para seu

mestre. Escreveu: *Novo Methodo da Grammatica Latina para uso das escolas da Congregação do Oratorio na Real Casa das Necessidades*, Lisboa, 1752; *Novo Methodo da Grammatica Latina, Parte 2.ª*, Lisboa, 1753; *Defensa do Novo Methodo da Grammatica Latina contra o Anti prologo critico, dividido em duas Partes*, Lisboa, 1754; saiu com o nome de Francisco Sanches; *Collectio verborum familiarum cum Lusitanorum, tum Latinorum in usum Scholarum Congregationis, Oratorii*, Ulyssipone, 1755; 2.ª edição, 1757: *Apparato critico para a correição do diccionario intitulado «Prosodia in vocabularium bilingue digesta»*, Lisboa, 1755; saiu com o nome de André Lucio Rezende; *Terraemotu et incendio olysiponense*, etc, Ulyssipone, 1756. Deixou algumas obras manuscriptas em latim e em portuguez, e obras musicaes que se perderam todas no incendio que se seguiu ao terremoto de 1755.

Pereira *(P. Antonio)* Da Congregação do Oratorio. N. em Ponte do Lima a 25 de janeiro de 1768, fal. em Braga a 3 de setembro de 1858. Era filho de Bernardo José Pereira, abastado proprietario, e de sua mulher Maria de Araujo. Revelando grande intelligencia, seus paes o destinavam para seguir os cursos da Universidade de Coimbra, mas Antonio Pereira por tal fórma se deixou seduzir pela fama da Congregação do Oratorio que tomou o habito em 1783, contra a vontade de seu pae. Seguiu o curso a que eram obrigados todos os noviços, com o maior aproveitamento e rapidez, tanto que em 1792 foi eleito para mestre com applauso geral da Congregação. Leu Philosophia até 1820, anno em que foi eleito deputado pela provincia do Minho ás côrtes constituintes, sendo um dos 136 deputados que assignaram a 23 de setembro de 1822 a Constituição, mas votou sempre com o partido retrogrado, e por isso o acclamaram e applaudiram os seus confrades quando regressou ao convento, onde continuou a ser professor de Philosophia. juntando a isso o cargo de examinador synodal, e de preposito nos annos de 1823, 1824 e 1825, Quando em 1834 fôram extinctas as ordens religiosas, o P. Antonio Pereira saiu da Congregação, mas foi recebido em casa d'uma familia amiga, onde viveu vida claustral como se estivesse no Oratorio, até que a morte do arcebispo de Braga, D. Frei Miguel da Madre de Deus, e em seguida a do capitular Cunha Reis déram origem a grandes discordias e a grande anarchia na egreja de Braga. Chegou a haver ao mesmo tempo tres capitulares intrusos que se fulminavam com excommunhões uns aos outros, com grande escandalo dos fieis. O cabido archiepiscopal perdera a faculdade de eleger canonicamente, e o bispo de Coimbra, que era, depois da morte do bispo de Aveiro, o suffraganeo mais antigo do episcopado, assumiu o direito de eleger vigario capitular para a sé de Braga, e mandou o padre-mestre Antonio Pereira a 26 de outubro de 1830. Entretanto o papa nomeava pela sua parte outro vigario capitular, o P. Antonio Pereira recusava ceder, escrevia a esse proposito uma memoria, que, segundo parece, não chegou a imprimir-se, mas que se diz ser muito notavel, o governo pronunciou-se contra elle, até que o papa, em audiencia de 27 de abril de 1839, confirmou a nomeação feita pelo bispo de Coimbra. Tomou então o caso proporções mais graves, recusando o governo dar cumprimento ás ordens do pontifice, e escrevendo a esse respeito o cardeal Saraiva um folheto intitulado: *Discurso em que se mostram os motivos que Sua Majestade teve para não conceder o real «Exequatur», á chamada bulla de confirmação do padre Antonio Pereira no cargo de vigario capitular da egreja bracarense.* Este folheto saiu anonymo, mas foi-lhe geralmente attribuido. O P. Antonio Pereira chegou a ser perseguido, tendo de homiziar se, e ainda em 1842 estava em correspondencia official com o ministro Antonio de Azevedo Mello e Carvalho, a respeito d'esse celebre debate, sendo notavel, ao que se affirma, uma carta que a esse respeito dirigiu ao ministro. Veiu finalmente pôr termo a esta prolongada discordia a nomeação do arcebispo D. Pedro Paulo de Figueiredo, que recebeu depois o chapéo cardinalicio. O P. Antonio Pereira tornou ao socego do seu retiro e á leitura dos seus livros. Foi sepultado na egreja da Congregação do Oratorio, em Braga. Escreveu varias obras theologicas, das quaes se publicou sómente a seguinte, já depois de morto, sendo editor o P. José Silverio da Silva: *Reflexões theologicas, ou refutação das notas heterodoxas, que se encontram na traducção da Biblia do padre Antonio Pereira de Figueiredo, edição nova de Lisboa, anno de 1794 e seguintes, Obra posthuma do P. Antonio Pereira, da Congregação do Oratorio de Braga; approvadas pelo ex.mo e rev.mo sr. Arcebispo primaz*, Braga, 1859.

Pereira *(P. Antonio).* Jesuita. N. em Utordá de Majordá, conc. de Salsete, distr. de Gôa, a 8 de dezembro de 1817, fal. a 23 de fevereiro de 1876, em Mazagão, na India. Sendo filho de paes muito illustres, estudou no seminario de Rachol as sciencias proprias do estado ecclesiastico a que se destinava, e veiu para a Europa em 2 de fevereiro de 1841; depois de curta demora em Lisboa, seguiu para Roma, e ali, desprezando outros partidos mais vantajososos a que podia aspirar, resolveu entrar na Companhia de Jesus, e foi ordenado sacerdote na basilica Lateranense em 21 de dezembro de 1844, havendo concluido o curso dos seus estudos no collegio romano (Universidade Gregoriana). Logo no anno seguinte, 1845, por escolha e proposta de geral da ordem, foi pelo papa Gregorio XVI nomeado para as missões da India, conferindo-lhe por essa occasião o mesmo papa algumas singulares distincções O novo missionario aportou a Poudichéry em 8 de setembro de 1845, e tratando logo de se instruir na lingua tamul, deu começo ás missões. Em 1846 dirigiu-se a Gôa, e celebrou missa no sepulchro de S. Francisco Xavier no proprio dia da sua festa, 3 de dezembro. Percorreu depois successivamente as missões de Maduré, e outras, nas tres presidencias da India ingleza, prégando e cathequisando, até estabelecer em Bombaim em 1853 o seminario de Bandorá, do qual foi por muitos annos superior, e ali mesmo foi elevado ao grau supremo da ordem, mediante a profissão solemne do quarto voto. Na missão que fez na egreja de Mazagão, em 1865, causou tamanha impressão no auditorio numeroso que o escutava, que varias pessoas principaes de Bombaim resolveram dar-lhe uma publica demonstração de reconhecido agradecimento. Mandaram fabricar em França, para lhe ser offerecido, um calix de grande valor, em cujo pé se gravou,

com traducção nas linguas ingleza, portugueza e franceza, a seguinte inscripção:

R. P. ANTONIO PEREIRA S. J.
PATRI ET AMICO
HOC
VENERATIONIS OBSERVANTIAE GRATITUDINISQUE
TESTIMONIUM
X.[ti] FIDELIS ECCLESIAE B. V. M. ROSRIUAS
IN CIVITATE BOMBAIENSI
CAETERIQUE AMICI
VI ID. DECEMBRIS MDCCCLXV.

Quando o dr. Steen foi transferido do vicariato apostolico de Bombaim para a sé archiepiscopal do vicariato de Calcutá, o pontifice Pio IX determinou prover o P. Antonio Pereira n'aquelle importante cargo, porém elle escusou se a acceitar, fundamentando a sua recusa em razões tão poderosas que ficou sem effeito a nomeação. Escreveu algumas obras religiosas asceticas, liturgicas e dogmaticas, em latim e portuguez, as quaes se publicaram em Bombaim e em Gôa, nos annos de 1857, 1860, 1861, 1863, 1864, 1865 e 1866. Eis os titulos de alguns d'esses escriptos, conforme os cita Torres e Dias, no seu *Oriente Illustrado*, vol. I, a pag. 142: *Il devoto dei sete dolori* (vol. de 114 pag.) Escripto em italiano e publicado em Roma quando lá se achava. Corre uma sua traducção portugueza feita por seu irmão Antonio Bernardo Pereira; *Christão instruido; Catechism of Christiane Doctrine*, (compendios em inglez, portuguez e maharata); *O Estudante de Jesus Crucificado* (vol. 126 pag.), tendo uma traducção ingleza precedida do seu esboço biographico, publicada pela Empresa Catholica Typographica de Mrs. Burns and Oates de Londres. A traducção teve muitas edições; *Neo-Sacerdos ad rite munus sacerdotale obeundum* (vol. de 61 pag.), teve segunda edição posthuma; *O anno lithurgico das festas, historica, dogmatica e asceticamente exposto* (5 vols.), collecção de sermões, praticas instructivas, homilias e panegyricos; *Sacerdote sanctificado*, (1 vol); *O amante da boa morte* (1 vol); *Pius Sacerdos in sacrosancto missae sacrificio* (1 vol.), com approvação romana; *Retiro annual* (1 vol); *Guia do Christão*, que traz orações e devoções diversas; foi publicado depois da sua morte pela *Examiner Press*, de Bombaim. Attribue-se-lhe um volume intitulado *Thesouro celeste*. Quando falleceu foi sepultado na egreja de N. S.ª do Rosario em Mazagão ao pé do altar do S.[mo] Coração de Jesus e mais tarde transferidos os seus restos mortaes no Oratorio privado de familia, onde se lê:

SACELLUM HOC
QUOD
DOMUS PEREIRA
VIRGINI DOLORIBUS SAUCIAE
DEDICAVERAT
GREGORIUS XVI PONT. MAX.
UT IBI QUOTIDIE AGATUR SACRUM
FACTA FACULTATE PRIVILEGIIS QUE ALIIS
ADAUXIT
CUJUS BENEFICII MEMOR
PATRONO BENEVOLENTE PONTIFICI OPTIMO
NOMINATUM SEMPITERNUM
DOMUS PEREIRA
HOC POSUIT AUCTORE
P. A. PEREIRA S. J.
QUEM ROMAE DEGENTEM JAMQUE INDOS REFENTEM
IDEM PONT FEX O. M.
SUAVITISSIMIS VERBIS SPIRITUALIBUS DONIS
CUMULAVIT
ANNO RES. MDCCMLII.

Pereira (*Antonio de Basto*). Jurisconsulto que viveu no seculo XVIII. Foi secretario de D. João V e do seu conselho e do da fazenda, secretario da rainha D. Maria Anna d'Austria, juiz da Inconfidencia, chanceller da relação e por muitos annos regedor das justiças.

Pereira (*Antonio Brandão*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em Braga a 17 de novembro de 1842, onde tambem falleceu em agosto de 1896. Era filho do dr. Antonio Brandão Pereira, e de sua mulher D. Anna Albina Pinto Ribeira. Concluiu a sua formatura em 1864, tendo sido classificado com distincção nos ultimos annos do curso. No anno seguinte á sua formatura, foi nomeado auditor dos conselhos de guerra em Valença, exercendo o logar de administrador do concelho de Braga. Casou em 1866 com D. Laura Briteiros de Lima, senhora do Porto. De 1870 a 1880 entregou se ás lides jornalisticas, escrevendo em diversos jornaes, fazendo propaganda da natural alliança entre os principios catholicos e as idéas liberaes. São notaveis as polemicas que sustentou a este respeito, por espaço d'um anno, no jornal *A Palavra*, por occasião da celebre questão entre o bispo-conde de Coimbra e a faculdade de Theologia. Em 1880, sendo instado para acceitar o cargo gratuito de vedor das obras do Real Santuario do Bom Jesus do Monte, em que empregou toda a sua actividade durante cinco annos, transformou aquelle local que offerecia então bem poucas commodidades, n'uma aprazivel estancia de verão, com lindos pontos de vista devidamente aproveitados, jardins, lagos, grutas, etc. Em 1886, data em que fôram reformados os estatutos do Collegio dos Orphãos de S. Caetano, de novo lhe foi pedido para tomar conta da provedoria d'aquella casa de caridade, no que elle assentou. No exercicio d'este cargo em que se conservou durante 11 annos, cedendo sempre a favor do collegio a gratificação annual que lhe haviam arbitrado pela administração, fez largas reformas, taes como: a mudança do collegio do centro da cidade para um amplo edificio no logar da Madre de Deus, edificio que soffreu grande transformação, e no centro do qual foi construida uma capella em estylo manuelino, sob a direcção do seu provedor; estabeleceu em novas bases a educação das creanças ali recolhidas, e creando no collegio officinas de alfaiate, sapateiro e serralheiro, escola de agricultura, e artes de pedreiro e carpinteiro. Tendo-se filiado no partido regenerador, foi muito instado, em 1896, por carta particular do sr. conselheiro João Franco, sendo presidente do conselho de ministros, o fallecido estadista Hintze Ribeiro, para que acceitasse a candidatura de deputado pelo districto de Braga, o que elle recusou, por já se sentir bastante doente, vindo a fallecer no anno seguinte.

Pereira (*Antonio Caetano*). Professor de Rhetorica e Poesia e da lingua arabica no Lyceu Nacional de Lisboa, socio correspondente da

Academia Real das Sciencias, etc. N. em Belem a 24 de agosto de 1799, fal. a 12 de fevereiro de 1857. Escreveu: *Breves advertencias sobre os tratamentos e titulos entre os Arabes;* insertas nas *Actas da Academia Real das Sciencias de Lisboa,* tomo I, 1819, pag. 335 a 337; *Resumo historico sobre o estabelecimento da cadeira de lingua arabe em Portugal*, no mesmo tomo, pag. 318 a 360; *Juizo critico sobre o extracto da Historia da Dynastia dos Beni-Hafas, traduzida por Mr. Alphonse Rousseau;* no referido tomo, pag. 410 a 418, e continuado no tomo II, pag. 5 a 13; *Exame historico em que se refuta a opinião do sr. Herculano sobre a batalha de Ourique*, etc. (V. *Eu e o Clero*); *A confirmação do Exame historico sobre a batalha de Ourique*, etc. (V. *Eu e o Clero*); *Analyse oratoria do sermão prégado pelo doutor Francisco Antonio Rodrigues de Azevedo na Egreja de S. Domingos em 19 de agosto de 1855*, Lisboa, 1855; *Elementos de Grammatica portugueza, com um breve tratado de Analyze poetica*, Lisboa, 1847; saiu com as iniciaes A. C. P.; *Confirmação da censura feita á inscripção latina, introduzida no alicerce do monumento a Camões, e refutações de todas as objecções que tem sido feitas contra a censura*, Lisboa, 1863.

Pereira *(Antonio Feliciano Marques)*. Escriptor. N. em Lisboa a 1 de junho de 1839, fal. em 1875. Era filho do capitão de fragata Feliciano Antonio Marques Pereira *(V. este nome)*. Habilitado com os estudos preparatorios, matriculou-se em 1856 na faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, mas por motivos particulares não concluiu o curso, apezar de ter sido approvado nos primeiros annos. Voltando para Lisboa, dedicou-se ao jornalismo, e em principios de 1858 entrou para o *Rei e Ordem*, jornal de José Bernardo da Silva Cabral, mais tarde conde de Cabral, na qualidade de folhetinista effectivo e redactor da parte noticiosa. N'esse jornal publicou em folhetins os seguintes romances: *Ciume de poeta; Ciume d'uma mulher do grande mundo; Romance d'uma peccadora*, que foi transcripto no semanario *Archivo Familiar; Uma reconciliação*, tambem publicado na *Illustração luso-brazileira; Amor e reflexão*, cuja primeira parte fôra já impressa na referida *Illustração*; *Amor e Lettras*, que ficou incompleto. No mesmo jornal publicou a traducção de quasi todas as *Confidencias de Mademoiselle Mars, por mad. Roger de Beauvoir*, algumas biographias de Mirecourt, etc. Sendo redactor *Rei e Ordem* collaborava ao mesmo tempo nos jornaes litterarios: *Archivo pittoresco, Revista dos Espectaculos, Revista de Lisboa, Archivo familiar, Illustração Luso Brazileira*, etc. Em 1859 deixou o jornal, e partiu para Macau, onde casou e ficou residindo, exercendo desde maio de 1860 o emprego de superintendente da emigração chineza, e o de procurador dos negocios sinicos. Em 1862 foi nomeado secretario da missão diplomatica portugueza ás côrtes de Pekim, Sião e Japão, e os seus relatorios, assim como os estudos historicos que escreveu ácêrca do Oriente, são muito apreciaveis. O governador de Macau elogiou-o n'uma portaria, que se publicou em setembro do mesmo anno no *Boletim do Governo* d'aquella colonia, e pouco depois foi agraciado com o grau de cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição. Marques Pereira teve tambem o encargo de escrever um estudo completo sobre Macau, mas não pôde cumpril-o, porque a morte o surprehendeu, quando apenas contava 36 annos de edade. Foi redactor de 20 de março de 1860 até abril de 1862, do *Boletim do Diario do Governo de Macau*. Escreveu: *Uma mulher do seculo, romance contemporaneo, precedido d'um juizo critico por Francisco Maria Bordalo*, Lisboa, 1858; ácêrca d'este livro escreveu Andrade Ferreira na *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, n.º 1 do primeiro anno, e Julio Cesar Machado, na *Revolução de Setembro* de 25 de setembro de 1858. Traduziu do francez duas comedias em 1 acto, que se representaram no theatro de D. Maria II, mas não se imprimiram: *Uma noite nas Caldas* e *O namorado da patrôa*. Em Macau publicou em 1862: *Esboços e perfis, collecção de romances e estudos sociaes; Relatorio da emigração chineza em Macau, dirigido a sua ex.ª o governador geral Isidoro Francisco Guimarães*, etc., Macau, 1861; *Ta ssi-yang kuo, semanario macaense de interesses publicos locaes, litterario e noticioso*. Dando a razão do titulo, diz o autor que estas quatro palavras chinezas significam: *Grande reino do mar de Oeste*, nome pelo qual o de Portugal foi sempre, e é ainda conhecido na China. Fundou e redigiu este jornal desde 8 de outubro de 1863 até abril de 1866, que terminou a publicação saindo 131 numeros no formato de folio, e de quatro paginas cada um. Escreveu: *Relatorio das attribuições da procuratura dos negocios sinicos da cidade de Macau, dirigido a s. ex.ª o Governador de Macau e Timor pela Commmissão nomeada em portarias de 22 de novembro de 1866 e 6 de fevereiro de 1867*, Macau, 1867.

Pereira *(Antonio Fernandes)*. Era irmão de Fr. Francisco dos Prazeres Maranhão, de quem publicou umas poucas de obras. Fr. Francisco dos Prazeres chamava-se no seculo Francisco dos Prazeres Fernandes Pereira.

Pereira *(Antonio Guedes)*. Diplomata do seculo XVIII. Em 1716 saiu de Portugal em viagem pela Europa, e visitou as côrtes de Roma, Paris, Londres, Haya, Madrid e outras. Quando regressou á patria foi nomeado enviado extraordinario em Madrid, onde permaneceu até 1727. No anno de 1736, quando se crearam as tres secretarios de Estado, foi encarregado da secretaria dos negocios de marinha e conquistas. Antonio Guedes Pereira foi um dos celebres diplomatas do tempo de D. João V, que brilhantemente representaram Portugal nas côrtes estrangeiras.

Pereira *(Antonio Joaquim Gonçalves)*. Pintor e esculptor. N. em Lisboa a 23 de julho de 1839, onde tambem fal. a 2 de outubro de 1878. Revelando desde os primeiros annos uma decidida vocação para as artes, matriculou-se na Academia de Bellas Artes, frequentando as aulas de desenho e pintura com distincção, e merecendo pelo seu quadro, *Vista da Tapada*, a medalha de prata, que o jury academico lhe deu no concurso triennal em que o artista o apresentára. Dotado d'um talento flexivel, Gonçalves Pereira cultivou varios generos, mas dedicou-se mais especialmente á pintura de animaes. *A rola e o gato*, quadro denominado *Inimigo á vista*, e *Romeu e Julieta*, em aguarella, e de que tambem deixou um esboceto a oleo, os retratos d'alguns dos melhores cavallos de Carlos Relvas, como o *Rolito* e o *Chasseur d'Afrique*, o do *British*

Lyon, corredor pertencente a Ribeiro da Cunha, alguns desenhos publicados em jornaes illustrados como a *Passagem do vau* e *Romeu e Julieta*, que publicado na mesma occasião, mereceu a honra de ser reproduzido por alguns jornaes, estrangeiros, em que se conta *Illustracion espanola y americana*, de 8 de dezembro de 1878. Fôram estas as obras principaes que nos legou o distincto e malogrado artista, que uma tysica pertinaz nos roubou aos 39 annos de existencia. Gonçalves Pereira tambem cultivou com exito a esculptura, porque, dotado de espirito observador, surprehendia com a maior sagacidade e imitava no barro com extrema felicidade os modelos que escolhia. Tinha alguns retratos em medalhão admiravelmente modelados e do notavel similhança, em que se contavam os de Sarah Arnaud, Alice Durand, e Silva Barbosa. A Sociedade Promotora das Bellas Artes, que já não existe ha bastantes annos, lhe concedeu a medalha de cobre por um bello quadro que elle enviara a uma das suas exposições.

Pereira (*Antonio José*). Professor de desenho no Lyceu Nacional de Vizeu, terra em que nasceu no anno de 1820, sendo filho de Antonio José Pereira Soares Guimarães, e de sua segunda mulher, Maria Barbara. Foi muito apreciado artista na esculptura, e principalmente em pintura, a que se dedicou sem auxilio de mestre. Conhecia a escola de Grão Vasco como poucos. São quadros seus, além de outros, o da Ceia no altar do Santissimo na Sé, que dizem ter sido o primeiro que fez; os dos altares collateraes da egreja da Misericordia, representando um N. S.ª das Dôres e outro a Visitação, e os de varios bemfeitores d'esta casa. O conde Raczynski, no seu *Diccionario* e nas *Cartas*, quando esteve em Vizeu, em 1814, conheceu Antonio José Pereira, admirando-se do seu raro talento e de pintar com tanta distincção, lamentando que nunca tivesse mestres, nem saisse de Vizeu. O diplomata prussiano convidou-o generosamente para ir á custa d'elle, conde, estudar desenho e pintura nas grandes escolas da Italia, de Paris ou da Allemanha, fineza que Antonio José Pereira não acceitou, por haver casado recentemente, e não poder levar comsigo, a esposa n'aquella viagem de instrucção, e não ter coragem para se separar d'ella. O casamento havia-se realisado a 31 de agosto de 1839, sendo sua mulher, Rosa Carolina, filha de Joaquim Lopes e de Antonia Maria. D'este consorcio teve, entre outros filhos: Antonio José Pereira, padre e beneficiado na sé de Vizeu, e José Augusto Pereira, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, que é hoje advogado em Vizeu; e Luiz Pereira. Toda esta familia parecia predestinada para a arte. São obra de sua mulher e filhas um rico e bem trabalhado reposteiro da egreja da Misericordia, outro da das Terceiras de S. Francisco e outro da egreja do Seminario, que prima pela elegancia e simplicidade da ornamentação. Tambem trabalhavam em ouro, prata, marfim, etc. Os tres filhos tambem se dedicaram á pintura e ao desenho, para que tinham decidida vocação, especialisando se Luiz Pereira, fallecido ha bastantes annos, que, a julgar pelos primorosos especimens que deixou, viria a ser um distincto artista.

Pereira (*Antonio José*). Conego da sé de Gôa, vigario geral do arcebispado da mesma cidade, em 24 de janeiro de 1860, por successão a Caetano João Peres.

Pereira (*Antonio Maria*). Livreiro-editor. N. em Lisboa a 20 de maio do 1824, fal. em Cintra a 10 de junho de 1880. Era illustradissimo o desempenhou um papel importante na nossa moderna historia litteraria. Ligou o seu nome á publicação de muitas obras valiosas, e mostrou-se sempre intelligente apreciador dos trabalhos litterarios, favorecendo até a apparição de muitas obras de jovens escriptores que d'outra fórma não encontrariam facilmente quem lh'as publicasse. Antonio Maria Pereira tinha 25 annos de edade, quando fundou em 1849 o seu pequeno estabelecimento na rua Augusta, fundação cujas peripecias engraçadas conta Julio Cesar Machado nos seus *Apontamentos d'um folhetinista*. Antonio Maria Pereira contava muitos amigos, e todos o auxiliaram como puderam, n'esse estabelecimento, que principiou a ser bafejado pela fortuna. Emprehendeu um grande numero de edições de obras litterarias, auxiliou muitissimo o *Diccionario bibliographico* com investigações bibliographicas, como o proprio Francisco Innocencio da Silva o confessa, prestou como correspondente bons serviços ao *Gabinete portuguez de leitura no Rio de Janeiro*, que o fez seu socio honorario, publicou desde 1866 uma *Revista bibliographica*, jornal de annuncios litterarios, que é uma preciosa consulta para bibliophilos e bibliographos, e emprehendera nos ultimos annos da sua vida a publicação d'uma *Bibliotheca de livros uteis*, em que inseria muitas obras de valor, como a *Sciencia do bom homem Ricardo*, a *Hygiene da alma*, a *Historia da civilisação na Europa*, traduzida pelo marquez de Sousa Holstein, etc. Antonio Maria Pereira era tambem socio correspondente do Gabinete portuguez de leitura do Rio de Janeiro, e dos do Maranhão, Bahia e Pernambuco, e bem assim de varios estabelecimentos de livraria, tanto nas possessões portuguezas do ultramar e ilhas dos Açores, como em França Inglaterra, etc.

Pereira (*Antonio Maria*). Livreiro-editor, filho do antecedente. N. em Lisboa em 1857, fal. em Bemfica a 27 de julho de 1898. Tendo herdado de seu pae uma das mais consideradas e antigas livrarias de Lisboa, tratou não só de a conservar, mas de a augmentar e desenvolver. Adquirindo uma loja que lhe ficava contigua, ampliou consideravelmente o estabelecimento, tanto em largura, como em fundo, o qual se ficou denominando *Parceria Antonio Maria Pereira*, nome que ainda conserva. A nova firma deu então grande impulso ás artes graphicas, com as numerosas edições, que sairam, na maior parte do obras importantes. Das publicações periodicas que intentou, destacam-se a *Revista Illustrada*, que durou tres annos, e o *Branco e Negro*, que durou dois. Estes semanarios, não sómente causaram graves prejuizos pecuniarios, como o fatigaram extraordinariamente. Antonio Maria Pereira, pelo muito trabalho que lhe deram para quo a publicação fôsse esmerada tanto na redacção, como na impressão. Publicou o *Minho Pittoresco*, de José Augusto Vieira, dois curiosos e volumosos livros de grande formato e muito illustrados. Parece que projectou fazer eguaes publicações das outras provincias, mas não pôde conseguir, por ter fallecido aquelle elegante e

consciencioso escriptor. A Parceria Antonio Maria Pereira tem editado obras dos nossos primeiros escriptores, como Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, Teixeira de Queiroz, Silva Pinto, Eça de Queiroz, Garrett, Herculano, etc. A Parceria Antonio Maria Pereira é muito conhecida, não só em todo o Portugal, como nas ilhas, Brazil, e em outros paizes extrangeiros, onde tem numerosos correspondentes. Creou publicações populares, entre as quaes se contam *Collecção Economica*, a 100 réis o volume, *Collecção Pereira*, a 50 réis o volume; são traducções de romances francezes modernos, etc. Uma longa e pertinaz doença, que o assaltou, o impossibilitou por algum tempo, até que o victimou aos 41 annos de edade. A morte d'este laborioso propagandista de bons livros, tanto portuguezes e extrangeiros, do protector de muitos noveis escriptores que elle auxiliava com o seu bom conselho, e fazendo conhecidas as suas obras, causou a maior sensação, porque Antonio Maria Pereira, assim como seu pae, eram justamente considerados pelo seu caracter, intelligencia e actividade. A Parceria Antonio Maria Pereira pertence boje a pessoas de sua familia, e diligencia continuar gozando os bons creditos, que sempre tem gozado, desde que a casa foi fundada pelo seu primitivo proprietario em 1849.

Pereira *(Antonio Martins)*. Sobrinho e secretario do bispo de Cabo Verde D. Fr. João de Faro. Escreveu: *Relação da infeliz e deploravel viagem que fez o Ex.mo e Rev.mo bispo D. Fr. João de Faro, para a sua Sé da cidade da Ribeira Grande, ilha de Sant'Iago de Cabo Verde. Dada á luz pelo P. Fr. José de Borba*, etc. Lisboa, 1741.

Pereira *(Antonio Mexia Fouto Galvão)*. Escriptor. N. em Campo Maior no anno de 1753, e fal. em Evora no primeiro de janeiro de 1836 com 83 annos de edade. Escreveu as seguintes obras: *Evora no seu abatimento gloriosamente exaltada ou narração historica do combate, saque e crueldades praticadas pelos francezes em 29, 30 e 31 de julho de 1808 na cidade de Evora*, Evora, 1808. Dizem ser obra muito interessante para a historia d'essa epoca.

Pereira *(Antonio Pinto)*. Secretario de D. Antonio, prior do Crato. N. no Mogadouro, mas ignora-se a data do nascimento, calcula-se que fal. pouco antes de 1587. Escreveu: *Historia da India, no tempo em que a governou o Vice-Rei D. Luiz de Athaide, dirigida a el rei D. Sebastião*, Coimbra, 1616. Foi publicada posthuma, por diligencia de Fr. Miguel da Cruz, religioso da ordem de Christo. O segundo livro dos dois em que esta historia é dividida, tinha-se começado a imprimir (diz o editor no seu prologo) mais de 30 annos antes, porém não continuára, permanecendo n'esse estado, até que elle tomou sobre si este negocio, fazendo imprimir o primeiro livro, e concluir o resto que faltava ainda do segundo, procurando para esse fim typo egual ao antigo.

Pereira *(Antonio da Silva)*. Commendador da ordem de Christo. N. em Lisboa, onde tambem falleceu a 14 de maio de 1704. Era filho de Antonio da Silva e de Maria da Costa Figueira. No tempo em que Christovão d'Almada era governador e capitão general da praça de Mazagão, o mandou por embaixador ao reino de Marrocos. Foi muito applicado ao estudo da historia, e particularmente da Genealogia. Deixou manuscriptos 11 volumes de *Familias illustres de Portugal*, e 1 volume de *Arvores de costado antigas*. Tambem deixou manuscripta: *Lembrança da carta que mandei ao senhor Ruy Fernandes d'Almeida, em resposta de outra que o dito senhor me ordenava lhe désse conta de tudo o que se tinha passado desde que d'aqui partimos*, etc.

Pereira *(A. Collares)*. Antigo jornalista, e depois importante industrial, gerente d'uma das primeiras fabricas de Lisboa. N. a 6 de dezembro de 1860. Desde creança foi o theatro a sua paixão, e ainda hoje nos momentos que os seus trabalhos o deixam livre, estuda de preferencia tudo quanto se relaciona com a arte dramatica, para o que tem uma bibliotheca importantissima. Em 1885 fundou com Joaquim Miranda *A Revista theatral*, uma das melhores publicações que sobre a especialidade se tem realisado modernamente. Escreveu folhetins de critica theatral nos jornaes *Portugal*, *Economista* e *Tempo*. Em 1887 foi a Italia, e obteve autorisação para visitar e frequentar os diversos conservatorios. Travou ali relações com o notavel critico da *Perseveranza*, Filippo Filippi, com Paolo Ferrari, que o autorisou a traduzir as suas obras, offerecendo-lh'as com uma dedicatoria muito honrosa; com Luigi Illica, etc. Depois de tres annos de lucta com admiravel e desinteressada dedicação pelo theatro, afastou-se do jornalismo para se entregar exclusivamente á vida industrial.

Pereira *(P. Bartholomeu)*. Jesuita. N. em Monsão em 1598, fal. em Coimbra a 18 de novembro de 1650. Era filho de João Pereira Mesquita, cavalleiro professo da ordem de Christo, e de Helena Gomes. Entrou na Companhia de Jesus aos 15 annos de edade, no collegio de Coimbra, a 20 de março de 1613, onde leu Rhetorica e depois Escriptura, pelo espaço de 8 annos. Foi reitor do collegio de S. Paulo, de Braga, passou d'aqui ao de Coimbra, onde falleceu. Era poeta muito apreciado, e prégador muito considerado no seu tempo. Compoz um poema em latim, que foi impresso com o titulo de *Paciecidas*, em que trata do martyrio de seu tio, o P. Francisco Pacheco, que morreu em Nangazaqui no anno de 1626. Escreveu tambem em latim uma *Oração encomiástica*, publicada no principio do certame que a Universidade de Coimbra celebrou, quando foi canonisada a rainha Santa Izabel.

Pereira *(P. Bento)*. Jesuita, doutor em Theologia pela Universidade de Evora, qualificador do Santo Officio, reitor do collegio dos irlandezes em Lisboa, etc. N. em Borba em 1605, fal. em Evora a 4 de fevereiro de 1681. Era filho de Francisco Pereira e de Catharina Rodrigues. Entrou na Companhia de Jesus aos 15 annos de edade, em Lisboa, a 27 de junho de 1620; passou depois ao collegio de Evora, onde aprendeu letras humanas e philosophia; no de Coimbra dictou com universal applauso, não sómente estas sciencias, como Theologia por espaço de 20 annos, tomando o grau de doutor na Universidade de Evora a 24 de fevereiro de 1647. Sendo qualificador do Santo Officio passou a Roma, para ser revisor dos livros dos autores da Companhia de Jesus, e regressando a Lisboa foi reitor do collegio dos irlandezes. Era muito erudito na Jurisprudencia civil e canonica. No fim da vida

perdeu completamente a memoria, vindo a fallecer no collegio de Evora em perfeito estado de imbecilidade. Escreveu: *Prosodia in vocabularium trilingue Latinum, Lusitanum et Castellanum digesta*, Eborae, 1634; esta obra teve 10 edições successivas, todas gradualmente ampliadas, correctas, alteradas, e addicionadas; *Thesouro da lingua portugueza*, Lisboa, 1646; *Florilegio dos modos de falar, e adagios da lingua portugueza; dividido em duas partes; na primeira das quaes se põem pela ordem do alphabeto as phrases portuguezas e na segunda se põem os principaes adagios portuguezes, com seu latim proverbial correspondente; para se juntar á Prosodia e Thesouro Portuguez, como seu appendix ou complemento*, Lisboa, 1655; *Regras geraes, breves e comprehensivas da melhor ortographia, com que se podem evitar erros no escrever da lingua latina e portugueza, para se juntar á Prosodia*, Lisboa, 1666; 2.ª edição, Coimbra, 1733. Deixou tambem manuscriptos em latim e portuguez.

Pereira *(Bernardo)*. Bacharel em Medicina e doutor em Direito Civil pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Miranda a 11 de dezembro de 1681, parece que vivia ainda em 17›9. Era filho do medico naval Manuel Lopes Pereira *(V. Portugal*, vol. IV, pag 508) e de Antonia d'Oliveira. Dedicando se á mesma carreira de seu pae, estudou na referida Universidade, recebendo o grau de bacharel em Medicina a 20 de maio de 1709, e cursando depois a faculdade de Direito, tambem recebeu o mesmo grau a 27 de junho de 1739. Exerceu medicina no Sardoal. Escreveu: *Pratica de Barbeiros Phlebotomanos, ou Sangradores reformada*, Coimbra, 1719; saiu com o nome de Leonardo de Pristo da Barreira; 2.ª edição, Lisboa, 1740; *Discurso apologetico em defeza dos prodigios da natureza, vistos pela experiencia, e qualificados por força de um successo, para conhecimento de muitos effeitos e occultos qualidades*, Coimbra, 1719; *Anacephaleosis medico theologica juridica e politica, sobre a cura das doenças dos feitiços e o seu conhecimento*, Coimbra, 17 4; 2.ª edição em 1740 Deixou tambem alguns manuscriptos sobre medicina.

Pereira *(Braz)*. Pintor. N. em 1507 e parece que vivia ainda em 1 60. Era filho de Fernando Brandão. Foi pintor do infante D. Fernando, filho d'el-rei D. Manuel, e conviveu intimamente com Francisco de Hollanda

Pereira *(Cesario Augusto de Azevedo)*. Doutor e lente jubilado na faculdade de Medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Thomar a 5 de outubro de 1806, fal em Coimbra a 16 de maio de 18›7. Era filho de Antonio Joaquim Pereira Vianna. Depois de ter completado os estudos preparatorios, matriculou-se na Universidade, vendo se obrigado a interromper os estudos durante a guerra civil, e pelas suas idéas liberaes teve de emigrar para a Galliza, passando d'ali a Inglaterra e a França. Terminada a campanha, proseguiu os estudos, vindo a doutorar se em 31 de julho de 183›. Em Coimbra exerceu os cargos de provedor da Misericordia, procurador á junta geral do districto e presidente da camara municipal em dois biennios, prestando n'essa qualidade importantes serviços ao concelho. Sendo lente da Universidade exerceu juntamente o logar de director dos hospitaes que lhe são annexos, e de director do hospital de cholericos, quando em 1856 grassou em Coimbra a epidemia da cholera-morbus. Foi deputado em varias legislaturas, sendo tres vezes eleito por Coimbra, e uma por Cantanhede, sendo eleito presidente da respectiva camara nas sessões de 1›65 e 1867. Escreveu: *Relatorio clinico e economico do hospital dos cholericos em Agosto, Setembro, Outubro e Novembro*, Coimbra, 18›7.

Pereira *(Christovão de Brito)*. Official do nosso exercito, que indirectamente contribuiu para a victoria de Montes Claros, pelo modo brilhante como defendeu Villa Viçosa, praça cujo governo exercia em 665. Brito Pereira tinha debaixo das suas ordens 1:500 soldados de infantaria de primeira e segunda linha, e 11 peças d'artilharia. Aproveitou admiravelmente todos os recursos para prolongar a defeza, que não era facil, contra um exercito inimigo como o do marquez de Caracena. Seis dias se sustentou Villa Viçosa contra os ataques dos hespanhoes, até que o exercito do marquez de Marialva, que estava em Extremoz, veiu em seu auxilio O marquez de Caracena levantou o cêreo, e foi ao encontro do exercito portuguez. O encontro deu-se em Montes Claros, onde os hespanhoes fôram completamente derrotados. Brito Pereira, que teve conhecimento da victoria, fez uma sortida tão feliz que destroçou por completo as tropas que tinham ficado de observação, e que eram commandadas por Nicolau de Langres.

Pereira *(Davide Marques)*. Official do exercito do ultramar. Era brigadeiro e já edoso em 1758, quando se suicidou em Moçambique o governador João Manuel de Mello, e talvez por ser a patente mais graduada, que então existia em Moçambique, foi encarregado interinamente do governo, do qual tomou posse a 5 de abril do referido anno de 1758 Achava-se este brigadeiro em processo pela sua desobediencia ás ordens do capitão general Francisco de Mello e Costa; pois assim mesmo processado tomou conta do governo, não deixando de se queixar contra aquelle governador, mas fôram taes os abusos de autoridade que praticou em Rios de Sena, que o vicerei da India, conde da Ega, que aportou a Moçambique de passagem para Gôa, entendeu que devia exoneral-o e prendel o, apezar de Moçambique não estar já dependente do governo da India. O conde da Ega nomeou para o substituir, a seu irmão Pedro de Saldanha e Albuquerque, que chegou a Moçambique a 3 de agosto de 1758. Davide Marques Pereira não chegou, portanto, a governar um anno, e fal. na prisão.

Pereira *(D. Diogo)*. Commendador mór da ordem de S. Thiago, governador da casa do infante D. João, etc. N. em Alcacer do Sal, onde tambem fal. sendo sepultado na sua capella na egreja do Senhor dos Martyres, jazida dos cavalleiros de S. Thiago, em um nobre mausoléo com as armas. Descendem d'elle os Figueiredos de Alcacer, pela linha de sua filha D. Izabel Pereira, que casou com Gonçalo Nunes Barreto, alcaide-mór de Faro, de quem nasceu D. Izabel Barreto, mulher de Gonçalo Figueiredo, filho de Ayres Gonçalves de Figueiredo.

Pereira *(Diogo Fernandes)*. Navegador, natural de Setubal. Descobriu a ilha de Socotorá, no Oceano Indico, occupada em 1507 por Affonso de Albuquerque. Foi por mestre de uma das naus enviadas á India, em 1504, para sustentar e de-

fender o dominio portuguez e soccorrer os soldados do rei de Cochim. Foi mandado cruzar no Mar Roxo. O chronista João de Barros, na sua *Asia*, chamou-lhe *homem muito usado no mar*.

Pereira *(P. Diogo de Mello)* Prior da egreja matriz de Tentugal, e mestre do 2.º marquez de Ferreira, D. Francisco de Mello, e de seu irmão D. Rodrigo de Mello. Era filho de Gaspar Leitão Coelho, e de sua mulher D. Cecilia Pinto de Mello Fal. depois do anno de 1606. Foi muito versado na lingua latina, rhetorica, humanidades, theologia moral e escolastica, e especialmente na Genealogia. Escreveu: *Casa Real e alguns de seus ramos*, obra de que se publicaram sómente as primeiras 80 paginas, e que, segundo diz Manuel Severim de Faria, nas *Noticias de Portugal*, discurso V., «por justos respeitos e defeitos que tinha na composição, foi mandada tirar da imprensa» Comprehende as genealogias das Casas Real e de Bragança, marquezes de Ferreira, condes de Vimioso, duques de Aveiro, etc. Na Bibliotheca Nacional ha um exemplar da parte publicada. Innocencio da Silva, no vol. IX do *Diccionario Bibliographico*, diz que viu na Bibliotheca Nacional o fragmento indicado da obra n.º 187, o qual tem um rosto impresso posteriormente á indicação do livro, e n'elle se lê: *Casa real de Portugal e alguns de seus ramos. Escripta por Diogo de Mello Pereira*, etc., *cuja impressão se suspendeu por ordem d'El-Rei de Castella, que governava este reino*. Consta o fragmento de 80 paginas, como acima se disse.

Pereira *(Diogo Rodrigues)*. Medico do hospital de Todos os Santos. Foi nomeado interinamente em 1606 no impedimento de Miguel Cabreira, e depois em 1607 medico definitivo, com a obrigação de dar metade do ordenado a Miguel Cabreira, que estava incuravelmente doente. Fal. a 15 de dezembro de 1629.

Pereira *(P. Domingos Joaquim)*. Presbytero secular, thesoureiro da collegiada de Barcellos, e depois abbade de Santa Lucrecia de Louro, etc. Era natural de Barcellos. Escreveu: *Memoria historica da villa de Barcellos, Barcellinhos e Villa-nova de Famalicão;* Vianna, 1867.

Pereira *(Duarte Coelho)*. Fidalgo que el-rei D. João III muito considerava. Foi um dos primeiros donatarios das capitanias hereditarias do Brazil, e de todos o mais habil e benemerito, devendo se lhe a colonia organisada mais sabiamente que apresentou logo sociedade com certo caracter de civilisação. Andando pela costa d'Africa, arribou em setembro de 1530 á ilha de Itamaracá, e bateu os francezes que se haviam apoderado d'uma feitoria portugueza, que existia ali, e logo depois subindo pelo rio Iguarassú, poz em derrota os indios *Potiguares* alliados dos francezes, e tomou lhes a aldeia, onde annos depois fundou a primeira povoação da sua capitania. A 10 de abril de 1534 recebeu a carta de doação da capitania de Pernambuco, e a 24 de outubro do mesmo anno o foral dado a ella, estendendo-se o seu dominio desde o rio de S. Francisco até o rio de Iguarassú. Duarte Coelho Pereira veiu com sua mulher, seu cunhado Jeronymo d'Albuquerque, e diversas familias de colonos que reuniu para a sua capitania, onde chegou no fim de 1534, ou logo no principio de 1535, indo residir na aldeia de Iguarassú emquanto fundava a cidade de Olinda. O dia 9 de março de 1535 lembra a data em que elle fez registrar na *camara da nascente cidade* a carta de doação da sua capitania. Duarte Coelho Pereira creou um livro do tombo das terras, no qual se registraram todas as sesmarias que foi concedendo, e outro da inscripção e alistamento dos colonos estabelecidos na capitania; de modo que deu a esta um principio de estatistica utilissimo á administração que elle plantou e desenvolveu systematicamente e com a melhor ordem. Logo em 1535 soffreu horrivel guerra dos *cahetés*, tribu selvagem numerosa e feroz; soube porém vencel-os, e conseguiu estreitar a alliança com os indios *tabayres* ou *tabayares*, inimigos d'aquelles, e cujo chefe Tabyra era para selvagem habilissimo guerreador e até estrategista. Não menos perigosos inimigos a domar fôram os degredados ou vagabundos e réos de policia incorrigiveis e mulheres de ruins costumes, de quem o governo de Lisboa livrou Portugal, mandando povoar as capitanias do Brazil, cabendo boa parte de similhante gente a Pernambuco. Duarte Coelho Pereira, n'uma carta que escreveu a D. João III, pedia-lhe pelo amor de Deus que lhe não mandasse povoadores de tal qualidade, e referindo-se á ruim e desastrada remessa de gente corrompida para o Brazil, dizia, energico mas leal ao rei, que nas capitanias do sul havia mais ladrões e assassinos do que colonos. Entretanto os degredados e os pervertidos tiveram de corrigir-se e de trabalhar em Pernambuco, e os que teimaram no seu antigo viver ou fugiram ou soffreram rigorosos castigos. Em 1539 um novo laço veiu unir ainda mais ao Brazil Duarte Coelho Pereira, pelo nascimento de seu segundo filho Jorge de Albuquerque Coelho, em Olinda, e que tão grande nomeada tinha de ganhar. (V. *Portugal*, vol. II, pag. 1061) A capitania de Pernambuco floresceu tanto que em 1549, estabelecendo-se no Brazil o governo geral, que veiu despojar os donatarios de todos os seus principaes privilegios, excepto o da hereditariedade, Duarte Coelho Pereira foi exceptuado, e continuou no gozo e exercicio de todos os poderes que lhe garantira sua carta de doação. Duarte Coelho Pereira falleceu em Olinda a 7 de agosto de 1544, deixando o governo da capitania nas mãos debeis de sua viuva, D. Brites de Albuquerque, pela ausencia do herdeiro, segundo donatario, seu filho Duarte de Albuquerque Coelho, que então estava estudando em Portugal. (V. *Portugal*, vol. II, pag. 1060). Duarte Coelho Pereira serviu á colonisação e á civilisação de Pernambuco immensamente mais do que todos os outros donatarios. Adoptou o Brazil, dedicando se exclusivamente á sua capitania, deixando n'ella plantada a sua nobre e gloriosa familia, e conservando-se portuguez pela obediencia e a lealdade ao soberano, mas identificando se com o Brazil e sendo todo inteiramente brazileiro pelo mais legitimo interesse, o do cuidado e do florescimento da sua capitania.

Pereira *(Duarte Pacheco)*. V. *Pacheco Pereira*.

Pereira *(Feliciano Antonio Marques)*. Capitão de fragata, intendente da marinha de Gôa, commendador da ordem de Aviz, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição, etc. N. em Lisboa em 1803, fal. a 13 de junho de 1864. Assentou praça no corpo da Armada Nacional, como aspirante, em fevereiro de 1821, e sendo despa-

chado guarda marinha em 1823, foi subindo diversos postos até capitão de fragata, sendo a este ultimo promovido no anno de 18 9. Entre as muitas commissões que desempenhou, citaremos as seguintes: de intendente de marinha de Gôa, commandante da corveta *D. João I*, e por ultimo da nau *Vasco da Gama*, que estava exercendo quando falleceu Escreveu: *Memoria sobre a navegação a vapor*, Lisboa, 1844; esta *Memoria* parece que anda incluida nos *Annaes Maritimos e Coloniaes*, bem como varios outros artigos do mesmo autor; *Rudimentos de Economia politica para uso das escolas, offerecidos aos habitantes de Gôa*, Nova Gôa, 1853. No *Inquerito ácêrca das Repartições de Marinha*, etc., 1855, tomo I, de pag. 416 a 424, e 492 a 499, veem os seus depoimentos feitos perante a commissão respectiva. Escreveu mais: *A Confederação iberica; bases para um projecto de tratado de alliança e liberdade de commercio entre Portugal e Hespanha*, Lisboa, 1859; *Viagem da corveta D. João I á capital do Japão no anno de 1860*, Lisboa, 1863; com uma carta chorographica do imperio do Japão. Este livro, mandado imprimir a expensas do ministerio da marinha, consta de duas partes: 1.ª *Viagem e noticia geral do Japão*; 2.ª *Antigas relações dos portuguezes com o Japão;* extractos e fragmentos de varias obras portuguezas e estrangeiras, antigas e modernas. E por appendice o relatorio que ao ministro da marinha apresentou o autor na qualidade de commandante da corveta, chegada a Lisboa a 22 de setembro de 1862.

Pereira (*Francisco*) ou *Francisco Pereira Pestana*. Governador de Gôa. Foi um d'aquelles heroicos, mas poucos escrupulosos portuguezes do seculo xvi, que tantas façanhas e tantas exacções praticaram. Fizera as suas primeiras armas na Africa, e fazendo parte da guarnição de Arzilla, distinguiu-se da mesma fórma que um seu camarada Diogo Viegas, famoso pela sua fôrça herculea, nas sortidas temerarias que fazia contra os moiros. Passando á India serviu com muito valor debaixo das ordens de Affonso d'Albuquerque, e na tomada de Benastarim, proximo de Gôa, largando todos os seus companheiros, foi bater uma palmada nos muros da fortaleza, exclamando: «Sempre quero vêr se as regateiras de Lisboa não dizem que chegou aqui Francisco Pereira» Affonso d'Albuquerque apreciava muito o valor, mas apreciava ainda mais a disciplina, e por isso reprehendeu Francisco Pereira pelo seu desmando. Pereira redarguiu-lhe que o reprehendia a elle, mas que não reprehendia Duarte de Lemos, porque esse mostrava-lhe os dentes. A censura era ridicula, dirigida ao governador, cuja indomavel energia era de todos conhecida Por isso Affonso d'Albuquerque limitou-se a responder, entre as gargalhadas dos ouvintes: «Mostrará, mostrará, que bem compridos os tem elle.» Nomeado governador de Gôa, continuou a mostrar grande valor, mas praticou tambem grandes exacções, por isso D. Vasco da Gama, que não era menos energico do que Affonso de Albuquerque, o demittiu, e o obrigou a indemnisar aquelles que prejudicára. Parece que depois d'isso Francisco Pereira se retirou para o reino.

Pereira *(D. Fr. Francisco)*. Eremita da ordem de Santo Agostinho, provincial na sua ordem, bispo de Miranda e de Lamego, etc. N. em Villa Franca de Lampazes, bispado de Miranda em 1567, fal. a 7 de janeiro de 1621. Era filho natural de Nuno Alvares Pereira Pimentel, descendente da familia dos Pimenteis, da casa dos condes de Benavente em Castella. Em 27 de setembro de 1585 entrou na ordem dos eremitas de Santo Agostinho no convento da Graça, de Lisboa, e indo em 1602 a Roma, para assistir ao capitulo geral que então se celebrou, foi eleito assistente do geral pelas provincias ultramarinas, sendo o primeiro portuguez que exerceu esse cargo. Voltando ao reino em 1609, subiu ao logar de provincial, e em 1618 foi eleito bispo de Miranda. Nas côrtes de 1619 pronunciou em nome do estado ecclesiastico as orações do estylo. Morreu na occasião em que fôra eleito bispo de Lamego. Escreveu: *Oração no auto do juramento que el-rei D. Filippe nosso senhor fez aos tres estados do reino, e do que elles fizeram a Sua Majestade... em Lisboa a 14 de julho de 1619; Oração do auto de juramento de Filippe III nas côrtes celebradas em Lisboa a 18 de julho de 1619*. Parece que estas orações se não publicaram separadas, e que sairam no *Auto do juramento que El-rei D. Filippe, segundo d'este nome, fez aos tres Estados d'este Reyno, e do que elles fizeram a Sua Majestade, do reconhecimento e acceitação do Principe D. Filippe, seu filho primogenito*, etc., Lisboa, 1619. Sairam tambem na *Viage de la Catolica Real Majestad d'el-rei D. Filippe III al reyno de Portugal*, Madrid, 1622, a pag. 63 e 65.

Pereira *(Francisco Antonio Alvares)*. General de divisão reformado, conselheiro de Sua Majestade, director e lente do Instituto de Agronomia e Veterinaria, lente da Escola do Exercito, etc. N. em 13 de dezembro de 1827, fal. em 6 d'agosto de 1901. Assentou praça em engenharia a 25 de fevereiro de 1857, foi despachado alferes a 26 de fevereiro de 1858, a tenente em 25 de fevereiro de 1860, a capitão em 16 de dezembro de 1872, a major em 8 de julho de 1880, a tenente-coronel em 20 de dezembro de 1883, a coronel em 12 de dezembro de 1888, a general de brigada em 3 de janeiro de 1895, reformando-se em general de divisão em 1 de janeiro de 1898. Foi durante muitos annos lente da Escola do Exercito, gozando sempre do maior prestigio entre os seus collegas e discipulos. Era grancruz, grande-official e commendador da ordem de S. Bento de Aviz, commendador da de S. Thiago, e possuia a medalha de prata de comportamento exemplar. Fazia parte do Conselho Superior de Agricultura, seguindo ali com o maior empenho todas as questões da especialidade. Ainda pouco antes de fallecer, assistira ás reuniões em que se tratou da importação de cereaes e de trigo, votando contra a importação. Escreveu: *Discursos recitados nas sessões solemnes de abertura das aulas do instituto de agronomia e veterinaria em 22 de novembro de 1893 e 18 de novembro de 1897*, Lisboa, 1902.

Pereira *(Francisco da Costa)*. Poeta, natural de Lisboa, e que viveu no seculo xvi. Compoz um *Poema* que descrevia os preparativos militares que se fizeram em Lisboa no anno de 1585, contra a armada ingleza, mas essa obra não chegou a ser impressa.

Pereira *(Francisco de Queiroz)*. Escriptor. N. no conc. de Ermello, na comarca de Guimarães em 1719. Era filho de Francisco de Queiroz e de Maria da Cunha Pereira Mais nada se conhece

da sua vida. Escreveu: *Compendio arithmetico, obra muito util para principiantes aprenderem com facilidade todas as especies de contas, e saberem usar d'ellas*, etc. *A este resumo se ajunta o Guia de contadores de Monte Real Piamonte, accrescentadas as taboas, e explicados novos modos de usar d'ellas, e outras mais cousas*, etc., Coimbra, 1749; nova edição, Lisboa, 1816.

Pereira *(Francisco Raymundo Moraes)* Cavalleiro da ordem de Christo; doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, desembargador, da Relação de Gôa e da Casa da Supplicação Era natural de Lisboa, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Em 28 de março de 1750 partiu para a India com o vice-rei marquez de Tavora. Escreveu: *Relação da viagem, que do porto de Lisboa fizeram á India os Ill.mos e Ex.mos Senhores Marquezes de Tavora*, etc. Lisboa, 1752; *Annal Indico Lusitano dos successos mais memoraveis e das acções particulares do primeiro anno do felicissimo governo do Ill.mo Ex.mo Sr. Francisco d'Assis de Tavora, marquez de Tavora, conde de S. João, do conselho de Estado de S. M. F., vice-rei e capitão general da India*, etc , Lisboa, 1753.

Pereira *(Francisco Xavier)*. Missionario, nascido em Verdá, na India. Educado no Collegio das Missões Ultramarinas, em Lisboa, foi para Angola em 1880, sendo nomeado parocho da Barra de Bengo, em 1881, e depois sub-chantre da sé de Loanda. Parochiou tambem as freguezias de Golongo Alto, Muxima e Novo Redondo, prestando em todas estas commissões de serviço relevantes serviços ao Estado e á Egreja.

Pereira *(Francisco Xavier da Silva)*. Pae do 1.º conde das Antas, do mesmo nome (V. *Portugal*, vol. I, pag 596). Era cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, coronel de infantaria no regimento de Valença, e governador da praça de Campo Maior. N. a 12 de setembro de 1762, fal. a 10 de fevereiro de 1824. Era casado com D. Antonia José d'Abreu.

Pereira *(Frederico Guilherme da Silva)*. Irmão do primeiro conde das Antas, e ministro de Estado. N. em Monsão a 28 de abril de 1806, fal. em Lisboa a 18 de janeiro de 1871. Formou se em Direito na Universidade de Coimbra, e, seguindo a carreira da magistratura sem interrupção nem desvio, conservando-se sempre o mais alheio possivel ás agitações violentas da politica, chegou a juiz e depois a presidente da Relação de Lisboa. Quando o primeiro ministerio regenerador precisou de se recompor, pela saida de Antonio Luiz de Seabra, depois visconde de Seabra, desejou para dirigir os negocios da justiça simplesmente um magistrado integro, que fôsse geralmente respeitado, e que tivesse prestigio na sua classe, e por isso lançou as vistas para Frederico Guilherme da Silva Pereira, que foi convidado a entrar no ministerio presidido pelo marechal duque de Saldanha e tomou posse da pasta da justiça no dia 3 de setembro de 1853 Quando, em novembro de 1855, o seu collega da fazenda e obras publicas, Fontes Pereira de Mello, teve de ir a Londres tratar de negocios financeiros, ficou incumbido interinamente da pasta da fazenda, e geriu-a desde 3 de novembro de 1855 até 3 de janeiro de 1856. A 6 de junho de 1856 saiu do poder com os seus collegas, e nunca mais tornou a ser ministro. Fôra deputado em varias legislaturas, mas nos ultimos annos da sua vida conservou-se completamente afastado da vida publica.

Pereira *(Fr. Fructuoso)*. Monge benedictino, natural da villa da Fevrava, e descendente da illustre casa dos condes d'este titulo. Fal. no mosteiro de S. Martinho do Couto a 20 de janeiro de 1660. Professou no convento da sua ordem, da cidade do Porto em 1620. Escreveu: *Arte de grammatica portugueza, e benedictina; primeira parte*, Lisboa, 1626; segunda edição, 1643; terceira 1652.

Pereira *(Gabriel Soares)*. Escriptor, cujo nome só se conhece pelo seguinte escripto: *Suspensões de Irifle; Gloria de Fileno; Epithalamio no felicissimo casamento dos srs. D. João Xavier Telles da Costa e Silveira, conde de Unhão, e D. Maria da Gama, marqueza de Niza*, Lisboa, 1741.

Pereira *(Gabriel Victor do Monte)*. Inspector das bibliothecas e archivos nacionaes, socio correspondente da Academia Real das Sciencias, etc. N. em Evora a 7 de março de 1847, sendo filho de Antonio Pereira da Silva, professor no lyceu de Evora, e de D. Luiza Victoria do Monte Pereira, de antiga e muito respeitavel familia de honrados lavradores, da mesma cidade. Educado esmeradamente por seu pae, passou Gabriel Pereira a maior parte da infancia e da juventude em Setubal, onde seu pae dirigia um lyceu organisado pela camara municipal. Concluidos os preparatorios, matriculou-se na Escola Naval, e seguiu o curso de marinha, que abandonou quasi no fim, deixando para sempre a vida do mar, satisfazendo assim os desejos de sua mãe, que elle extremecia, a qual, além de lamentar a ausencia do seu filho, receava muito as viagens. Estudou tambem na Escola Polytechnica, d'onde egualmente saiu por circumstancias particulares, sem concluir o curso. Seu pae, que ficara contrariado com a resolução do filho, que elle desejava que seguisse a vida de marinha, conformou-se, e tratou de lhe procurar uma posição, em que elle pudesse desenvolver as suas aptidões e os seus conhecimentos adquiridos nos cursos que estudára. O sr. Gabriel Pereira começou a exercer o magisterio no lyceu, de que seu pae era o director, e afastado dos estudos academicos dedicou-se apaixonadamente ao cultivo da historia e da archeologia nos seus variados ramos. Algum tempo depois o lyceu foi extincto, e Gabriel Pereira e sua familia voltaram para Evora, sua patria, que muito se prestava ás observações e pesquizas do joven archeologo, pois que a cidade e seus arredores são abundantes de recordações historicas, e monumentos pre-historicos. Os archivos e as bibliothecas o attrahiam, os museus o seduziam. Empregando-se na secretaria da Misericordia de Evora, teve ensejo de profundar os seus estudos, organisando e salvando da ruina o cartorio importantissimo d'aquella casa benemerita, e averiguar os bens quasi perdidos, conseguindo duplicar os seus rendimentos. Ali se conservou durante 14 annos como amanuense e archivista. Gabriel Pereira começou a publicar trabalhos que muito illustraram o seu nome, e o fizeram ser considerado entre os eruditos dos diversos paizes. Estes trabalhos constavam d'uma série de opusculos, em que se consignava grande parte do fructo das suas observações e estu-

dos. Primeiro appareceram as traducções dos graudes escriptores da Grecia e Roma, que trataram da geographia da peninsula iberica, sobresaindo Strabão e Plinio. Sob a designação de *Estudos eborenses* descreveu os varios monumentos de Evora e tratou de muitos pontos da sua historia. A Uuiversidade de Coimbra, conhecedora do elevado merecimento do distincto archeologo, encarregou o em 1880 da elaboração do indice provisorio dos documentos do seu cartorio; a estes trabalbos seguiu-se outro de maior alcance, a publicação em folio dos *Documentos de Evora*, manancial abundante de elementos bistoricos da maior importaucia para a historia dos costumes, das artes, do viver, do sentir dos nossos antepassados, feito com superior criterio. No entretanto escrevia outros livros de leitura amena, como os *Contos para operarios* e os *Contos de Andersen.* Em 1887, Antonio Ennes, então bibliothecario-mór da Bibliotheca Nacional de Lis-

Gabriel Victor do Monte Pereira

boa, que bem conhecia o elevado valor d'esses trabalhos, convidou o sr. Gabriel Pereira a entrar u'aquelle estabelecimeuto como empregado extraordinario, passando em 1888 a conservador, exercendo a commissão de director, em que se conservou até 1902, em que, pela morte de Lino d'Assumpção, occorrida em 1 de novembro d'esse anno, foi nomeado inspector das bibliothecas e archivos. O sr. Gabriel Pereira pertence á Real Associação dos Architectos e Archeologos portuguezes, á Sociedade de Geographia, á Sociedade Litteraria Almeida Garrett, etc. Um dos seus biographos, depois dos mais conscienciosos encomios ás aptidões extraordinarias de bibliophilo, e ao seu boudoso caracter e amabilidade com que sempre attende a todos que o consultam sobre quaesquer duvidas ou sobre quaesquer obras, diz: «E' um catalogo vivo, um prodigio de memoria, um bibliophilo doido, enthusiasta, idolatra pela sua scieucia. Conhece por egual as publicações mais raras e antigas e as mais espalhadas e modernas. Sabe, precisamente, onde fica cada volume das dezenas de milhares que existem no amplo repositorio, e não é só saber que elles existem pela capa: tem uma noção muito nitida e muito completa da maior parte. Vive como o capitalista no meio do seu thesouro, mas sem avareza; pelo contrario, espalhando ás mãos cheias as suas preciosidades, desejando que todos as admirem e que a todos aproveitem. Tem duas grandes paixões: a Bibliotheca de Evora, que estima como a mais querida e formosa das amantes e com uma firmeza que honra a coustancia da sua alma; e a archeologia, de que é um dos mais iusignes e profundos cultores » Bibliographia: *Dolmens ou antas dos arredores de Evora*, Evora, 1875; *Notas d'archeologia (Montes fortificados da Colla e Castro Verde, Dolmen furado da Candieira, Ruinas da Citania de Briteiros)*, Evora, 1880; *Elogio historico do Conde Gozzadini*, Lisboa, 1888; *O museu archeologico do Carmo*, Lisboa, 1900; *Monumentos nacionaes: 1.º Antigos documentos, Rol dos monumentos*, Lisboa, 1900; *Monumentos nacionaes: 2.º Questionarios, Legislação*, etc., Lisboa, 1902; *Documentos historicos da cidade de Evora*, Evora, 1.ª parte, 1885; 2.ª parte, 1887; 3.ª parte, 1891; *Estudos eborenses, Historia, Arte, Archeologia*, 36 folhetos, Evora, 1886 a 1896: 1.º *Mosteiro do Espinheiro;* 2.º *Evora romana, O templo;* 3.º *Casa pia;* 4.º *Loyos;* 5.º *Bibliotheca publica;* 6.º *Conventos do Paraizo, Santa Clara e S. Bento;* 7.º *Bellas artes;* 8.º e 9.º *Vesperas da Restauração,* 10.º *Brazão d'Evora;* 11.º *A egreja de Santo Antão;* 12.º *O archivo municipal;* 13.º *A Restauração em Evoro;* 14.º, 15.º e 16.º, *O archivo da Misericordia;* 17.º *Evora e o Ultramar,* 1.ª parte; 18.º, 19.º, 20.º e 21.º *Assédios de Evora em 1662;* 22.º *Os festejos de 1729;* 23.º *Evora nos Lusiadas;* 24.º *Procissões eborenses;* 25.º *Exposição de arte ornamental;* 26.º *Antiguidades romanas;* 27.º *Roteiro de um eborense;* 28.º *Universidade de Evora;* 29.º *Caçadas,* 1.ª parte; 30.º *Evora e o Ultramar,* 2.ª parte; 31.º *Ibn Abdun;* 32.º *Os moiros;* 33.º *As caçadas,* 2.ª parte; 34.º *Os estudantes;* 35.º *Versos eborenses do seculo XVIII;* 36.º *A' volta do Cenaculo, As questões do pão; A collecção de desenhos e pinturas na Bibliotheca de Evora em 1884*, Lisboa, 1903; *Museu Nacional de Bellas Artes. Aspecto geral,* 2.ª edição, Lisboa, 1904; *Os esmaltes da Casa Palmella*, Lisboa, 1904; *A collecção de pinturas do sr. Duque de Palmella*, Lisboa, 1905; *Importancia da Cartographia portugueza*, Lisboa, 1904; *Exposição de cartographia na Sociedade de Geographia de Lisboa em novembro de 1903; Collecção Palmella*, Lisboa, 1903; *Cartas geographicas e topographicas, gravadas ou manuscriptas, avulsas, na Bibliotheca Publica de Evora*, Lisboa, 1896; *Catalogo provisorio dos pergaminhos do Cartorio da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1880; *Catalogo dos pergaminhos do Cartorio da Fazenda da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1881.— Bibliotheca Nacional de Lisboa: *Noticia dos inventarios, catalogos*, etc., Lisboa, 1898; *Noticia dos retratos em têla*, Lisboa, 1900; *Noticias dos retratos gravados*, Lisboa, 1901; *O archivo de marinha*, Lisboa, 1901; *O archivo ultramarino*, Lisboa, 1902; *Noticia das Collecções* (2.ª edição), Lisboa, 1903; *Catalogo dos desenhos e aguarellas do album Cifka*, Lisboa, 1903; *Collecção dos livros de coro dos conventos extinctos*, Lisboa, 1904; *A collecção dos codices com illuminuras da Bibliotheca Nacional de Lisboa*, Lisboa, 1904; *Bibliothecas e Archivos Nacionaes*, Lisboa, 1903; *O lindo sitio de Carnide*, Lisboa, 1898, *Noticias de Carnide*, Lisboa, 1898; *Lisboa e arredores. Inquirições de D. Affonso 3.º*, Lisboa, 1902; *De Bemfica á quinta do Correio Mór*, Lisboa, 1905; *S. Domingos de Bemfica*, Lisboa, 1905; *A villa da Ericeira*, Lis-

boa, 1905; *Contos singelos*, Lisboa, 1876; *Narrativas para operarios*, Lisboa, 1879; *Madrugadas, contos*, Evora, 1888. A casa editora de A. M. Teixeira e commandita, reuniu n'um volume os seguintes escriptos: *S. Domingos de Bemfica*, *O lindo sitio de Carnide*, *Noticias de Carnide*, *A villa da Ericeira*, *De Bemfica á quinta do Correio Mór*, *Torres Vedras*, que publicou em 1910, com o titulo de *Pelos suburbios e visinhanças de Lisboa*.— Versões e publicações: *Livro 3.º da Geographia de Strabão*, 1.ª parte, Evora, 1878; *Idem*, 2.ª parte, Coimbra, 1880; *Quinto Sertorio, vida de Plutarcho; com um estudo sobre a romanisação da Peninsula iberica*, Evora, 1879; *Fragmentos de L. Floro, Sallustio, Ptolomeu, Eutropio e Aurelio Victor, relativos á peninsula iberica*, Coimbra, 1880; *Plinio e Mella*, Evora, 1880; *Inscripções lapidares da India portugueza, transcriptas por J. H. da Cunha Rivara*, Lisboa, 1894; *Roteiros portuguezes da viagem de Lisboa á India* Lisboa, 1898; *En ora buena que dio Evora ciudad á la Ser.ma Princesa del Brazil, por Pedro Vaz Rego* (segundo a edição de 1729), Lisboa, 1903; *Festas reaes em Evora no casamento de D. Maria Sophia de Neuburgo com D. Pedro 2.º*, Lisboa, 1903; *As ilhas do Atlantico (relação de Valentim Fernandes Allemão*, Lisboa, 1900; *Relatorio de Diogo Gomes (versão portugueza, segundo o texto latino de Valentim Fernandes Allemão)*, Lisboa, 1901; *Contos de Andersen*, traducção, Lisboa, 1876; *Invasões dos normandos na peninsula iberica, traducção do allemão*, Evora, 1876. O sr. Gabriel Pereira é collaborador assiduo do *Boletim da Associação dos Architectos e Archeologos portuguezes*. Na 17.ª serie do «Boletim da Sociedade de Geographia» publicou: *Antonio da Silveira, capitão de Arzilla*, noticia prévia, a pag. 311; *Diogo Gomes, as relações do descobrimento da Guiné e das ilhas dos Açôres, Madeira e Cabo Verde*, versão do latim, a pag. 267; *As ilhas de Dive, descripção anonyma do seculo XVI*, pag. 345; *De Lisboa a Cochim em 1505*, pag. 355.

Pereira *(Gaspar)*. Escrivão do governo da India no seculo XVI, ou secretario geral, como hoje se diz, no tempo de D. Francisco d'Almeida e de Affonso d'Albuquerque. Intrigou constantemente contra aquelles dois grandes homens grangeando assim uma triste immortalidade.

Pereira *(P. Gaspar Ribeiro)*. Arcediago e thesoureiro-mór do arcebispado da Bahia, etc. N. na primeira metade do seculo XVII no Rio de Janeiro, e fal. na Bahia a 8 de janeiro de 1754. Foi educado no collegio da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro, tomou ordens e recebeu a graduação de mestre em artes. A 16 de junho de 1686 foi nomeado conego da sé do Rio de Janeiro e assistente do bispo D. José de Barros e Alarcão. Com este prelado veiu a Lisboa, com o cargo de procurador do cabido, e quando voltou ao Rio de Janeiro foi nomeado em 1701 visitador das egrejas do Reconcavo. Estava a séde vacante, e esta nomeação foi feita pelo cabido, que o encarregou ainda de voltar ao reino para tratar de importantes assumptos. Em 1703 voltou ao Rio de Janeiro e seguiu para Minas Geraes como delegado do bispo D. Francisco de S. Jeronymo, que o encarregou de ir delimitar as fronteiras do bispado do Rio de Janeiro e do arcebispado da Bahia. A 13 de abril de 1715 foi nomeado arcediago, e em 1816 thesoureiro-mór. Deixou por sua morte 6:000 cruzados á fabrica da sua egreja, e um grande numero de doações. Fôra durante a vida um sacerdote exemplar e extraordinariamente caritativo. Todos os seus rendimentos eram empregados em dadivas e esmolas.

Pereira *(D. Gaudencio José)*. Bacharel formado pela Universidade de Coimbra, arcebispo-bispo de Portalegre, par do reino, etc. N. em 1830, fal. em Portalegre, a 2 de novembro de 1908. Era conego e professor do seminario de Vizeu no tempo do bispo D. Antonio Alves Martins, e foi vigario geral e governador do bispado Na vaga de D. João Rebello Cardoso de Menezes, então arcebispo de Mytilene, que fôra coadjutor e futuro successor do bispo de Lamego, foi D. Gaudencio José Pereira chamado pelo cardeal-patriarcha D. José Netto, que o elegeu vigario geral effectivo e presidente da Relação, por provisão de 27 de janeiro de 1887. D. Gaudencio foi o terceiro arcebispo no tempo do referido cardeal-patriarcha; em 1 de maio de 1887 realisou-se a cerimonia da sagração na sé cathedral de Lisboa, presidindo o cardeal patriarcha D. José Netto, sendo assistentes os bispos de Vizeu e de Damão, D. José Dias Correia de Carvalho e D. Antonio Pedro da Costa. Na ausencia do patriarcha, D. Gaudencio José Pereira ficou governando varias vezes o patriarchado.

Pereira *(Gonçalo)*. Um dos poucos capitães das Moluccas que não deixaram de si triste memoria, mas como não foi tyranno, foi victima; succedeu a D. Jorge de Menezes em 1530 e como ia encarregado de prohibir nos portuguezes o commercio do cravo que os enriquecia a todos, levantou contra si grandes irritações, e os seus subalternos, revoltando-se, quizeram acclamar de novo D. Jorge de Menezes; mas Gonçalo Pereira, que era energico, poz D. Jorge de Menezes a ferros e remetteu-o para Cochim, os portugue- continuaram a conspirar, e ainda que a conspiração foi descoberta a tempo de não ser surprehendido Gonçalo Pereira a dormir, como os conspiradores esperavam, comtudo não escapou de ser assassinado.

Pereira *(D. Gonçalo)*. Primeiro ascendente conhecido do condestavel D. Nuno Alvares Pereira. Foi um fidalgo contemporaneo d'el-rei D. Diniz, que se tornou notavel pela sua grandeza e lauta hospitalidade. Teve muitos filhos, e entre elles o avô de D. Nuno Alvares Pereira, o celebre arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira. *V. o artigo seguinte.*

Pereira *(D. Gonçalo)* Notavel prelado, que nasceu nos fins do seculo XIII, e fal. a 6 de março de 1558. Foi creado no paço d'el-rei D. Diniz este ascendente do condestavel D. Nuno Alvares Pereira Estudou em Salamanca, e regressando a Portugal foi deão da sé do Porto. Empregado em varias negociações com a curia romana, entrou em Avinhão, ahi foi feito bispo de Evora, o que se não confirmou, sendo depois eleito bispo em Lisboa pelo papa João XXII, em 21 de agosto de 1 22. Em 1324 celebrou synodo. Fez muitas obras importantes na sé d'esta cidade. Em 1326 passou a arcebispo primaz de Braga, em cuja sé archiepiscopal tambem procedeu a grandes obras, mostrando-se egualmente defensor estrenuo dos direitos e immunidades ecclesiasticas, mas sem ter com os reis as graves

contendas que tiveram os seus antecessores. Em 1336 mostrou D. Gonçalo Pereira que era um verdadeiro prelado militante, porque na guerra ingloria que n'esse anno se travou entre Portugal e Castella, tendo entrado em Portugal D. Fernando Ruy de Castro, e tendo feito aqui muitas devastações, quando se retirava para Galliza encontrou no seu caminho o arcebispo de Braga á frente d'um corpo de tropas que o desbaratou completamente, ficando muitos castelhanos mortos no campo da batalha. Tres annos depois foi o arcebispo D. Gonçalo Pereira encarregado de assignar a paz entre os dois reinos de Portugal e Castella, mas quando chegou a Alcalá, onde estavam os plenipotenciarios castelhanos, ouviu-lhes propostas tão desarrazoadas, que voltou immediatamente a Portugal; rompendo as negociações. A noticia da invasão marroquina, e a necessidade que teve então Affonso XI da alliança portugueza, fizeram com que logo em seguida o rei de Castella se mostrasse mais tratavel e se apressasse a assignar a paz com D. Affonso IV seu sogro, mas d'essa vez já D. Gonçalo Pereira não quiz ser o negociador. O arcebispo era então grande valido d'el-rei D. Affonso IV, e ao mesmo tempo bemquisto de todos, estando até nas boas graças do herdeiro da corôa. Esta situação especial fez com que tivesse conhecimento do que se tramava contra D. Ignez de Castro, e com que pudesse avisar, como avisou, secretamente, D. Pedro. O principe não acreditou, como não acreditava nos avisos de sua mãe; julgou a sua amante inviolavel. D. Gonçalo Pereira, comtudo, até já lhe aconselhara que casasse com ella, para assim tornar sagrada a sua pessoa, mas D. Pedro continuava a deixar-se adormentar com vãs illusões, até que despertou, e despertou furioso, com a noticia da sinistra tragedia de Coimbra. Quando D. Pedro pegou em armas contra seu pae para vingar a morte de D. Ignez, o arcebispo de Braga, que acabava de mostrar quanto era adverso ao crime de D. Affonso IV, procedeu com o maior juizo prudencial, contrariando a revolta do principe, como contrariara o acto despotico do rei. Chegou a ponto a sua lealdade de resistir ao principe com as armas na mão. Quando D. Pedro cercou o Porto, D. Gonçalo Pereira metteu-se dentro da cidade, e defendeu-a energicamente. D. Pedro, sabendo que tinha deante de si o prelado a quem devia tantas provas de affecto, affrouxou no ataque, e ao mesmo tempo, caíndo em si e vendo o mal que estava fazendo ao reino, prestou-se a propostas de conciliação. Fôram o proprio arcebispo e a rainha mãe D. Beatriz os intermediarios que conseguiram celebrar um convenio que poz termo a essa guerra odiosa entre pae e filho. D. Affonso IV sobreviveu pouco tempo ao tratado, e ao rei tambem pouco sobreviveu o arcebispo. Cumprindo muito mal os votos ecclesiasticos tivera D. Gonçalo Pereira d'uma senhora fidalga chamada D. Thereza Pires um filho, que foi o celebre prior do Hospital, pae do condestavel D. Nuno Alvares Pereira. N'esse tempo, e ainda no seculo XVI, apezar do grande fanatismo que então imperava confessavam-se sem hesitação estas paternidades, e os filhos dos bispos e dos arcebispos subiam ás mais altas posições, apezar da sua bastardia. Era assim tambem que se confessavam sem hesitação os filhos adulterinos dos reis ainda até ao seculo XVII. D. Gonçalo Pereira teve ainda muitos outros filhos.

Pereira *(Henrique Martins)*. Official do nosso exercito, que tomou parte como praça de pret em toda a Guerra Peninsular, sendo promovido a sargento durante a campanha, assistindo n'esse posto á tomada da praça de Badajoz. Terminada a Guerra Peninsular seguiu os estudos militares, foi despachado official engenheiro, e serviu no reino e no ultramar, chegando ao posto de coronel, sendo reformado em brigadeiro no mez de junho de 1851. Fal. a 22 de maio de 1859. Era cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz. Escreveu: *Analyse e provas, que convencem até de falsa a exposição publicada em agosto de 1840, de que foi signatario o sr. José Antonio de Miranda Vieira*, Lisboa, 1841; *Um passo para a quadratura do circulo*, Lisboa, 1849; com uma estampa; *A quadratura do circulo*, Lisboa, 1853, com uma estampa.

Pereira *(Jacob Rodrigues)*. V. *Rodrigues Pereira (Jacob)*.

Pereira *(Jayme)*. Pintor, que segundo consta, deixou differentes trabalhos sobre purgatorios, incendios, infernos, e outros assumptos similhantes. N. em 1570 pouco mais ou menos, e fal. aproximadamente em 1640.

Pereira *(D. Fr. Jeronymo)*. Religioso da ordem de S. Domingos. N. em Lisboa, e fal. em 1578. Professou a 25 de julho de 1535, e foi nomeado adjutor do cardeal D. Henrique no arcebispado de Evora, com o titulo de bispo de Salé, cidade da Mauritania Tingintana, nas praias do mar Atlantico, confirmado pelo papa Gregorio XIII, a 15 de dezembro de 1577; não chegou a um anno o exercicio d'esta elevada dignidade, porque falleceu no anno seguinte na expedição d'Africa. Deixou alguns tratados religiosos manuscriptos, que se perderam por sua morte.

Pereira *(Jeronymo da Silva)*. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. Viveu no seculo XVIII, e parece que foi elle quem dirigiu e preparou a edição das *Ordenações do reino*, vulgarmente chamadas *Vicentina*, por ser impressa no mosteiro de S. Vicente de Fóra em 1747, etc. Tambem se lhe attribue o additamento das *Leis extravagantes*, que se juntaram a essa edição, e bem assim o *Repertorio* respectivo, em 2 volumes *in folio*.

Pereira *(João)*. Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra. Era filho de Fernão Lourenço Pegado e de Ignez Pereira. N. em Elvas, e fal. em 1581. O cardeal D. Henrique, sendo arcebispo de Evora, o elegeu vigario geral e provisor, cargos que exerceu no tempo que governou a mesma diocese o arcebispo D. João de Mello, obtendo n'aquella cathedral o arcediago de Oriola, de que tomou posse a 31 de dezembro de 1565, passando depois para o arcediago de sexta a 10 de agosto de 1566. Foi deputado da Inquisição de Evora, provido a 25 de janeiro de 1563. Regressando a Elvas instituiu um vinculo, que ficou pertencendo á antiga familia dos Pegados. Deixou manuscripta uma obra em latim.

Pereira *(João)*. Medico do hospital de S. José, que fal. em 1888. Foi nomeado medico extraordinamente em 30 de julho de 1855, director do hospital da Cholera morbus na Junqueira em 1857, do hospital da febre amarella no Desterro em 1857; despediu-se em 1866. Foi guarda-mór

de saude em Belem. Abandonou a profissão medica, desempenhando depois o logar de official de secretario no ministerio do reino.

Pereira *(P. João)*. Jesuita. N. em Ponta Delgada, e fal. em 23 de abril de 1715. Era filho de Antonio Pereira da Silva e de Apolonia da Silveira. Entrou na Companhia de Jesus, no noviciado de Coimbra, a 23 de dezembro de 1666. Foi reitor dos collegios de Braga, Elvas, Santarem e Coimbra, secretario da provincia de Portugal e seu visitador geral, e provincial da provincia do Brazil. Pouco antes de fallecer havia sido nomeado preposito da casa professa de S. Roque. Deixou publicadas *Exhortações domesticas feitas aos collegios e casas da Companhia de Jesus de Portugal e Brazil.*

Pereira *(P. João Antonio)*. Presbytero secular, prior da egreja de S. Nicolau de Santarem, e ahi professor regio de Grammatica e lingua latina N. em Santarem, e fal depois do anno de 1860. Frequentou os estudos no seminario patriarchal de Santarem nos annos de 1812 e 1813. Era orador sagrado muito distincto. Alexandre Herculano estimava o e apreciava-o muito, e a elle se refere com muito louvor nas suas *Cartas da Extremadura* publicadas no *Panorama*. Escreveu: *Oração funebre nas exequias do em.mo e rev.mo sr. cardeal patriarcha D. Patricio da Silva, celebradas na parochial egreja do Salvador de Santarem*, Lisboa, 1840; *Oração funebre nas exequias de Sua Majestade Imperial o sr. D Pedro duque de Bragança, celebradas na cathedral de Leiria*, Lisboa, 1835; saiu com o nome de João Pereira da Silva; fez-se a 2.ª edição com o nome do autor, Lisboa, 1835; *Cartas sobre a immaculada Religião, dedicadas ao ill.mo e ex.mo sr. desembargador João Farto Franco*, etc.; sairam a 1.ª e a 2.ª no tomo II, pag. 365 a 372 dos *Archivos da Religião Christã*, jornal religioso impresso em Coimbra, 1823. Não consta que se publicassem mais cartas.

Pereira *(João Baptista Vaz)*. Auditor da alfandega de Lisboa, chanceller da Relação da India, conselheiro de Estado, etc. N. em Chaves, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Em 1751 foi nomeado auditor geral da gente de guerra na sua terra natal; em 1759 foi promovido a auditor da alfandega de Lisboa, e em 1763 foi nomeado chanceller da Relação da India. Em 1765 tomou conta do governo da India juntamente com o arcebispo D. Antonio Brum e o vedor da fazenda João José de Mello. Governaram até 1768, em que este ultimo foi nomeado governador, e João Baptista Vaz Pereira, partindo para Portugal, recebeu o alto cargo de conselheiro de Estado. Foi casado com D. Maria Petronilla, açafata da rainha.

Pereira *(João Feliciano Marques)*. Primeiro official da 1.ª repartição da direcção geral do Ultramar, no ministerio da marinha. N. em Macau a 17 de maio de 1863, fal. a 7 de junho de 1909. Era filho de Antonio Marques Pereira, procurador dos negocios sinicos em Macau e consul de Portugal em Sião e Bombaim. Veiu muito novo para Lisboa, estudou os preparatorios no antigo Collegio Luso-Brazileiro, depois do que frequentou e concluiu o Curso Superior de Letras, com distincção. concorrendo ao logar de segundo official do ministerio do Ultramar, em que foi provido por decreto de 17 de maio de 1888, algum tempo depois de haver exercido funcções burocraticas, como empregado extraordinario, no ministerio dos negocios estrangeiros Foi promovido a segundo official da direcção geral do Ultramar, em 31 de maio de 1897, serviu como secretario particular do fallecido conselheiro Barros Gomes, n'esse mesmo anno, quando este estadista teve a seu cargo a pasta da marinha. Tambem fez parte da commissão incumbida de estudar o regimen de monopolios e impostos de Macau, nomeação pela portaria de 17 de outubro de 1904. Quando se creou a Escola Colonial, foi nomeado professor substituto de duas cadeiras d'aquelle estabelecimento, tendo sido nomeado, em 1907, professor effectivo da cadeira de legislação e administração ultramarina, que regia com muita proficiencia. Fazia parte da commissão asiatica da Sociedade de Geographia. Quando falleceu era deputado pelo circulo de Macau, pertencendo ao grupo parlamentar do sr. conselheiro Ferreira do Amaral, e possuia o grau de official da ordem de S. Thiago. Pertencia ao partido pogressista, a que sempre foi muito dedicado. Tinha particular predilecção pelas letras e pelo estudo de assumptos coloniaes em que mostrou vasta erudição, documentado pelos seus interessantissimos artigos na revista *Ta-ssi Yang-Kuo*, de que era director, na *Revista Colonial e Maritima*, e ainda como collaborador effectivo da secção ultramarina do *Jornal do Commercio*; além de artigos que escreveu na *Lucta* a proposito do tratado entre Portugal e a China, e nos livros que em tempos fôram publicados na *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, taes como: *Acustica*, *Vidros e Crystaes*, etc. Na *Epoca*, de que tambem foi redactor effectivo e por alguns mezes director, escreveu numerosos artigos politicos.

Pereira *(João Felix)*. Medico cirurgião pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa, professor de Historia, Chronologia e Geographia, no Lyceu Nacional da mesma cidade, da Escola Academica, etc. N. em Lisboa em 1822, onde tambem falleceu ha bastantes annos. Era filho de Antonio Pereira, commerciante, e de D. Anna Ritta Pereira. Começou os estudos primarios em 1828, que teve de interromper por causa de successos politicos; continuando depois em 1834 os cursos regulares que seguiu com algumas faltas de 1841 a 1846 do lyceu; de medicina pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa; de engenharia civil, nas escolas Polytechnica e do Exercito; de agronomia, no Instituto geral de Agricultura; e de tachygraphia, tendo nos seus diplomas mencionados premios e louvores em diversas cadeiras. Foi em 1849 nomeado professor de Geographia e Historia no Lyceu Nacional de Lisboa, exercendo o magisterio até 1874; porém, no espaço de 25 annos, regeu as cadeiras de introducção e de mathematica no Lyceu; e a de geographia commercial na Aula do Commercio, que estava separada d'aquelle estabelecimento. Apresentou-se candidato nos concursos das cadeiras: de historia philosophica, no Curso Superior de Letras; de economia agricola e de culturas especiaes, no Instituto Geral de Agricultura; de direito maritimo internacional, na Escola Naval; e de introducção á historia natural, no Lyceu de Lisboa Não teve nunca condecorações honorificas. Tambem foi professor de inglez, de historia, chorographia e

geographia na Escola Academica. De 1838 a 1841 esteve empregado no commercio, profissão que interrompeu para continuar os estudos citados. Collaborou, entre outras publicações periodicas: *Jornal da Sociedade das sciencias medicas, Emulação medico cirurgica, Gazeta medica, Archivo rural, Revista agricola, Jornal Official de Agricultura, Revista popular, Revista universal, Atheneu, Assembléa litteraria, Jornal de pharmacia, Semana*, etc. Exerceu a clinica mais de anno e meio. Das suas numerosas obras, que adeante mencionaremos, mereceram algumas, em artigos criticos, a qualificação de uteis, e recommendação para serem adoptadas nas escolas, como os *Principios de physica*, a *Introducção á historia natural*, a *Historia de Portugal*, o *Compendio de chorographia de Portugal*, etc. D'esta ultima obra, que se publicou pela primeira vez em 1850, fizeram-se 37 edições até 1877; *o Compendio de geographia*, cuja 1.ª edição appareceu em 1852 e a 10.ª em 1883; *o Compendio de chronologia*, 1.ª edição em 1851, e a 6.ª em 1878; *o Compendio da historia sagrada*, 1.ª edição em 18 2, e a 5.ª em 1867; *o Compendio da historia de Portugal*, 1.ª edição em 1849, e a 3.ª em 1860, etc. Além d'estas obras, compostas especialmente para as escolas, e que tiveram voga no ensino primario e secundario, o que se prova com as successivas edições, João Felix Pereira redigiu outras, que ou fôram insertas nos jornaes e revistas de que era collaborador, ou fôram impressas em separado. Bibliographia: *As expedições de Dario e Xerxes contra a Grecia*, traduzidas do grego, Lisboa, 1844, em que se incluem as traducções litteral e paraphrasitica; *Historia de Portugal desde o principio da monarchia até á morte de D. João VI, em 1826*, Lisboa, *tomo I*, 1846; *tomo II*, 1847; *tomo III*, 1848; *Cholera-morbus*; é o artigo *Cholera* da *Cyclopedia britannica*, traduzido do inglez, Lisboa, 1848; *Chirurgossicroscopicatromachia*, Lisboa, 1849; este opusculo é de controversias entre os medicos de Lisboa e os de Coimbra, a proposito dos graus academicos, e contra o dr Macedo Pinto, lente de medicina na Universidade, que escrevera ácêrca da deficiencia dos estudos na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa; *Anesthesia cirurgica*, these defendida no dia 16 de outubro de 1851, na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa; appareceu primeiramente, em parte, no *Jornal de Pharmacia e sciencias accessorias*, e no *Jornal de medicina e sciencias accessorias*, ambos de Lisboa; *Febre amarella*, Lisboa, 1851; traduzido do inglez, da *Cyclopedia britannica; Terceiro relatorio annual sobre a efficacia therapeutica das cadeias galvano electricas de Godlber na sua applicação contra as molestias rheumaticas, gotosas e nervosas, de todas as especies; traduzido do allemão; O visionario, romance de Schiller, traduzido do allemão*, Lisboa, 1852; *Abrégè de l'histoire du Portugal*, Lisbonue, 1853; *Analyse de pensamento*, Lisboa, 1853; *Fabulas de G. E. Lessing, traduzidas do allemão*, Lisboa, 1853; *Chorographia do Brazil*, Lisboa, 1854; *Abridgement of the history of Portugal*, Lisboa, 1854; *Cyropedia ou historia de Cyro, escripta em grego por Xenophonte, e traduzida do original*, Lisboa, 1854; *Vida dos capitães illustres, por Cornelio Nepote*, Lisboa, 1856; é antecedida pela biographia de Cornelio Nepote; *Primeiro livro da historia dos gregos e dos persas, por Herodoto, traduzido do grego*, Lisboa, 1859; *Apreciação philosophica dos descobrimentos dos portuguezes e das razões que os determinaram; seus effeitos sobre a civilisação na Europa e no Oriente*, Lisboa, 1860; é a these do concurso para a 5.ª cadeira do Curso Superior de Letras, sustentada em 9 de fevereiro do indicado anno: *Os mysterios de Eleusis*, nota aos *Fastos de Ovidio*, traducção de Antonio Feliciano de Castilho, tomo II, pag. 658; *Natureza e extensão do progresso, considerado como lei da humanidade; applicação especial d'esta lei ás bellas artes*, Lisboa, 1863; é a these do concurso para a 5.ª cadeira do Curso Superior de Letras, sustentada em 10 de fevereiro do dito anno; *Historia da edade media*, Lisboa, tomo I, 1865; tomo II, 1866; *Direito de visita; em que casos e por que modo póde ser exercido? Poderá exercer se sobre navios comboiados? Em que casos e circumstancias pódem ser visitados os navios suspeitos de se empregarem no trafico da escravatura? Direito convencional sobre a visita e captura d'estes navios*, Lisboa, 1864; é a primeira lição para o concurso da cadeira de direito maritimo internacional da Escola Naval, recitada no dia 20 de setembro do indicado anno; *Colonias fundadas pelos inglezes, francezes e demais nações do norte da Europa; rivalidades coloniaes e guerras maritimas a que deram origem, no seculo XVIII, tanto estas rivalidades, como as pretensões insolitas de supremacia maritima e senhorio dos mares*, Lisboa, 1864; é a segunda lição para o concurso acima mencionado, que o autor recitou em 27 de setembro do dito anno, Lisboa, 1865; *Curso de phisica, com suas principaes applicações á meteorologia, ás artes e á medicina*, Lisboa, 1866; 5 tomos; *Almanach do lavrador para o anno de 1866*, 1.º anno; fôram depois successivamente publicados os de 1867, 1868, 1869, 1870 e 1871; em todos collaborou João Ignacio Ferreira Lapa, lente do Instituto Geral de Agricultura; em 1871 fôram reunidos os principaes artigos dos 6 almanachs anteriores em um só volume, a que os dois escriptores deram o titulo de: *Miscellanea rural*, Lisboa, 1871; *Historia geral do commercio e da navegação para uso dos alumnos da 2.ª cadeira da Escola do Commercio*, Lisboa, 1866 1867, 2 tomos; *Historia de Roma*, Lisboa, 1867; *Compendio de geographia commercial e industrial*, Lisboa, 1868; *Almanach da saude para o anno de 1869*, Lisboa, 1868; *Compendio de historia universal para uso dos lyceus*, Lisboa, 1869, 3 tomos; *Traducção de todas as fabulas de Phedro do original latino para portuguez*, etc., Lisboa, 1871; *Resumo da historia romana, de Eutropio*, traducção do original latino, etc., Lisboa, 1872; *Estudo sobre a medição das odes de Horacio*, Lisboa, 1873; *As obras e os dias*, traducção do original do grego em verso endecassylabo, Lisboa, 1876; *Peculio do orador portuguez, ou collecção de phrazes portuguezas accommodadas a todos os generos de discursos oratorios, precedida das regras praticas d'estes discursos*, Lisboa, 1873; *Compendio de percussão e auscultação, pelo dr. Paulo Niemeyer, traduzido do allemão*, Lisboa, 1874; *As georgicas de Virgilio, traduzidas do original em verso endecassylabo, com annotações exclusivamente agronomicas e zootechnicas*, Lisboa, 1875, *Hygiene social, por Eduardo Reich, traduzida do allemão*, Lisboa, 1875; *Urna ou cova: qual é mais util á humanidade?, por J. B. Ullersberger, traduzido do allemão*, Lisboa, 1875; *O ge-*

neral Antonio Pedro de Azevedo, ou conselhos aos paes de familia; primeira parte, Lisboa, 1876; a segunda parte parece que se não publicou; esta obra trata d'um assumpto da vida particular de caracter muito intimo, do autor, e com a qual tem tambem relação as seguintes obras: *Discurso que no conselho de guerra, onde foi julgado o general Antonio Pedro de Azevedo, devia ser proferido por João Felix Pereira*, Lisboa, 1875; teve 5 edições este opusculo; *A companhia do olho vivo, drama original em quatro actos e prologo,* Lisboa, 1876;—*Jerusalem libertada, de Torquato Tasso, traducção do original italiano em verso endecassylabo*, Lisboa, 1877; *A Henriquiada, de Voltaire, traduzida do original em verso endecassylabo*, Lisboa, 1878; *A Eneida, de Publio Virgilio Maro, traducção do original em verso endecassylabo*, Lisboa, 1879; *Carta sobre a orthographia portugueza, dirigida ao sr dr. José Barbosa Leão, cirurgião de brigada*, Lisboa, 1879; *Os Lusiadas do seculo XIX: poema dedicado ao terceiro centenario de Camões*, Lisboa, 1880; *A primeira viagem de Vasco da Gama á India*; *em verso heroico*, Lisboa, 1880; *Vocabulario usual das linguas portugueza e ingleza, precedido de um resumo de grammatica ingleza, e seguido de um glossario dos termos commerciaes*, Lisboa, 1880; *Elementos de economia politica, por William Ellis, traducção do inglez*, Lisboa, 1881; *Tratado de materia medica e therapeutica pelo dr. Nothnagel, traducção do allemão*, Lisboa, 1879; este livro foi adoptado na Escola Medico Cirurgica de Lisboa, *Hygiene moral, por Eduardo Reich, traducção do allemão*, Lisboa, 1879; *Hygiene dietetica, por Eduardo Reich, traducção do allemão*, Lisboa, 1880; *Compendio de economia politica*, Lisboa, 1882; *Flora do concelho dos Olivaes, ou enumeração das plantas que espontaneamente vegetam n'este concelho e das que são mais cultivadas em seus campos, hortas, pomares, jardins*, etc., Lisboa 1882; *Diccionario allemão-portuguez*, Lisboa, 1858; parece que se publicou só até á letra H.; *Historia de França, extrahida dos estudos historicos de Chateaubriand*, traducção, 1859; fôram publicadas as duas primeiras folhas; *Compendio de principios geraes de economia politica;* parte d'esta obra saiu na *Gazeta ecclesiastica*, 1877; *A Jerusalem libertada do seculo XIX;* é a *Jerusalem libertada* de Torquato Tasso, modificada em harmonia com o gosto actual; *A Illydia de Homero, traducção do original grego em verso endecassylabo; Vocabulario anglo-russo*; *As fabulas de Kriloff, traducção do original russo*; *Compendio de principios geraes de economia e de legislação industriaes, pelo methodo dialogal; Compendio de principios geraes de administração publica; Compendio de principios geraes de instrucção publica, pelo methodo dialogal; Grammatica geral, traduzida do russo; Oração inaugural do curso de geographia e historia, professado no Lyceu nacional de Lisboa, anno lectivo de 1849 1850, primeiro da regencia d'essa cadeira pelo autor; Epitome da historia de Portugal, escripto em allemão; Compendio de economia politica, por J Garnier, traduzido do francez; A odysseia de Homero traducção do original grego, em prosa; A Araucania de D. Alonso de Ercilla, traducção do original hespanhol em verso endecassylabo, estancia por estancia; Os synonimos da lingua portugueza; Diccionario portuguez allemão; Vocabulario usual em doze linguas, portugueza, latina, grega, hespanhola, italiana, franceza, ingleza, allemã, hollandeza, dinamarqueza, sueca e russa; Apontamentos para um compendio de arte poetica; O Cosmos, de Alexandre de Humboldt, traduzido do allemão; Curso de mechanica theorica e applicada, traducção do original francez; Apontamentos para um compendio de mythologia; Manual de agricultura portugueza*; *Selecta portugueza, constante da traducção de trechos dos melhores escriptores allemães; Descripção de algumas familias botanicas, ampelideos, auraciaceas, atripliceas hetalineas, borragineas, cacteas, compostas, coniferas, cruciferas, cucurbitaceas, cupuliferas, fetos, gramineas, jasmineas, labiadas, leguminosas, liliaceas, portulaceas, rosaceas, salicineas, solaneas, umbelliferas; Algumas palavras ácêrca dos tres historiadores gregos, Heródoto, Xenofonte e Ctesias, com relação ao que elles dizem de Cyro, fundador do imperio da Persia; Historia romana de Tito Livio;* os primeiros 2 livros e os primeiros 21 capitulos do 3.º livro, traduzidos do original; *Traducção e analyse da oração de Cicero, por Archia, poeta; Alguns dialogos de Luciano Samosatense, traducção do original grego*; são os seguintes: *Apollo e Vulcano, Vulcano e Jupiter, Jupiter, Esculapio e Hercules, Jupiter e o Sol, Apollo e Mercurio, o cyclope e Neptuno, Menelau e Proteo, Neptuno e os golphinhos, o Xanto e o mar, Diogenes e Pollux, Menippo, Amphilocho e Trophonio, Mercurio e Charonte; Terpsião e Plutão, Xenophonte e Callidémide; As duas primeiras odes olympicas de Pindaro, traducção do original grego*; *Apologia de Socrates, deduzida principalmente do que disse o philosopho perante os juizes que o condemnaram á morte, por Xenophonte, traducção do original grego; Traducção portugueza e transcripção em caracteres romanos do original hebraico do primeiro livro do Pentateuco (*o da Genesis*).*

Pereira *(João José)*. Autor do seguinte livro, em cujo rosto o autor se declara bacharel, sem comtudo dizer em que faculdade: *Historia da vida, conquistas e religião de Mafoma, e do governo civil e militar do imperio ottomano*, Lisboa, 1791; houve outra edição em 1808.

Pereira *(João José)*. Cirurgião e lente de pathologia cirurgica, no hospital de S. José. N. em Leiria a 19 de abril de 1793, e falleceu a 13 de abril de 1848 victima d'uma apoplexia, consequencia de antigos padecimentos cerebraes. Era ajudante das enfermarias desde 1810, quando em 1817 passou a ser porteiro das aulas. Em 1822 foi nomeado cirurgião interino; em 1824 substituto da cadeira de obstetricia, em 1825 cirurgião ordinario, e em 1825 lente proprietario da cadeira de hygiene. Foi habil operador, e o primeiro que em Portugal fez a laqueação da sub clavea á saida dos escalenos (10 de fevereiro de 1826) e a lithotricia.

Pereira *(João Maria)*. General de brigada, governador de Timor. N. no Porto a 7 de outubro de 1846. Assentou praça em cavallaria a 1 de agosto de 1863, e concluido o curso da respectiva arma foi promovido a alferes graduado de cavallaria n.º 4, em 15 de janeiro de 1868, e a alferes effectivo para o n.º 5 da mesma arma, em 31 de agosto de 1869; a tenente em 15 de abril de 1874. Por decreto de 9 de agosto de 1876 foi elevado a capitão para ir desempenhar uma commissão no ultramar. Chegou a Moçambique em

24 de março de 1877, e em julho partiu no vapor *Kafis* para o Ibo, afim de proceder ahi a estudos topographicos; fez tambem os estudos da estrada do Mossuril á Cabacaia, no continente, junto a Moçambique. Em 21 de fevereiro de 1878 partiu de novo para o Ibo, afim de dirigir os trabalhos das obras publicas no districto de Cabo Delgado, d'onde recolheu em 7 de maio de 1880, regressando então a Portugal, apresentando se no ministerio da guerra em 10 de julho. Ficou fazendo serviço no ministerio, sendo nomeado ajudante de campo do respectivo ministro, então o general Sanches de Castro, por portaria de 28 de março de 1881. Fez párte da commissão encarregada de formular um regulamento de tactica para a arma de cavallaria. A 30 de agosto de 1882 foi promovido a capitão, e em 10 de maio de 1883 foi nomeado governador do districto de Timor, sendo por esse facto promovido a major, e partindo para o seu destino em 4 de junho seguinte. A promoção de major ficou effectiva em 14 de maio de 1890, depois do seu regresso a Lisboa. Foi promovido a tenente-coronel em 20 de maio de 1894, a coronel em 5 de março de 1896, e a general de brigada em outubro de 1908, tendo feito exame em 23 de outubro de 1903. Foi commandante dos regimentos n.º 1 e 9, segundo commandante dos batalhões n.º 1 e 4 da guarda fiscal, sub-chefe das 2.ª e 5.ª repartições no ministerio da guerra, commandante da 3.ª brigada de cavallaria, em Castello Branco. O sr. general João Maria Pereira está ao serviço do estado-maior; é commendador e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, cavalleiro da de Christo, e possue a medalha de prata de comportamento exemplar. E' tambem commendador da ordem de S. Mauricio e S. Lazaro de Italia, e possue a cruz de 3.ª classe, do Merito Militar, de Hespanha.

Pereira (*Joaquim*). Actor da velha escola, fallecido no Porto ha muitos annos. No tempo do cêrco do Porto representou no theatro de S. João, fazendo parte da companhia dirigida pelo *Grillo Coxo*, artista de grande nomeada n'essa epoca. Tambem foi militar, servindo ás ordens do general Povoas, e d'ahi lhe veiu a alcunha de *quarteleiro*, por que era conhecido no theatro. Representou no theatro *Camões*, fazendo os papeis de tyranno. Parece que teve, como actor, a sua epoca no desempenho dos papeis do genero a que se dedicara.

Pereira (*Joaquim Pereira da Costa, 1.º visconde de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real e proprietario. N. a 7 de novembro de 1849, fal. a 28 de julho de 1876. Era filho de Joaquim Pereira da Costa, fidalgo cavalleiro da Casa Real e commendador da ordem de Christo, e de sua mulher, D. Emilia Augusta Pereira da Costa. O titulo foi concedido por decreto de 6 de novembro de 1857. O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo esquartelado; no primeiro quartel, de purpura, uma cruz de prata vazia floreada e quatro lizes de ouro acantonados, e assim o alterno; no segundo quartel de purpura, seis castellos de prata em duas palas de tres em tres, e chefe de ouro carregado com um liz de purpura, e assim o contrario; timbre, uma cruz de ouro floreada e vazia entre duas azas d'aguia negra. Este brazão foi concedido por alvará de mercê nova de 24 de fevereiro de 1875.

Pereira (*Joaquim da Silva*). Beneficiado na egreja da collegiada de S. Thiago, de Coimbra. Escreveu: *Coimbra gloriosa pelas suas nobilissimas e antiquissimas memorias, e Bibliotheca geral das parochias, collegios, conventos, capellas e mais edificios nobres que existem na referida cidade*, etc., manuscripto em 3 volumes de 4.º, tendo no fim do ultimo a data de 30 de junho de 1789. O autographo existe na Bibliotheca Nacional de Lisboa. *Resumo ou index dos alvarás, cartas, decretos, foraes, leis, privilegios, provisões e regimentos que alguns monarchas d'este reino de Portugal passaram para bom regimen dos seus vassalos*, etc., Coimbra, 1786; *Historia da egreja collegiada de S. Thiago da cidade de Coimbra, em a qual se dá noticia da antiguidade da mesma egreja e dos edificios mais notaveis*, etc.; manuscripto que o sr. Ayres de Campos, no *Catalogo dos objectos existentes no museu de archeologia do Instituto de Coimbra*, diz a pag. 49, que existia em 1855 no Archivo Nacional, d'onde passou depois para Bibliotheca Publica de Lisboa.

Pereira (*Jorge Gomes*). Medico que viveu no seculo XVI. Deixou publicadas differentes obras de medicina que colligiu em volumes intitulados *Antoniana Margarita*, porque os paes do autor se chamavam Antonio e Margarida.

Pereira (*Jorge da Silva*). Official do exercito, residente em S. Salvador do Congo. N. em 1858. Assentou praça como voluntario a 2 de novembro de 1874, foi promovido a alferes sem prejuiso de antiguidade por decreto de 31 de janeiro de 1877, por haver sido nomeado conductor auxiliar das obras publicas da provincia de Angola. Portanto, fez parte da expedição organisada pelo engenheiro sr. general de divisão Manuel Raphael Gorjão, que então tinha o posto de major. Nos fins do anno de 1878 foi encarregado de dirigir o serviço da repartição de contabilidade da direcção das obras publicas, cargo que exerceu tanto a contento do seu director, que lhe passou um elogioso attestado, que deve existir na 1.ª repartição da direcção geral do ultramar. Chegando a Lisboa, depois de concluido o tempo da sua commissão em 5 de fevereiro de 1881, foi mandado fazer serviço na 1.ª repartição da administração militar. Pouco tempo depois foi requisitado para servir na 6.ª repartição da direcção geral do ministerio da guerra, onde desempenhou o logar de archivista. Estava n'esta situação quando se tratou de organisar o districto do Congo, para governador do qual tinha o governo escolhido o já hoje fallecido, então capitão de fragata, Neves Ferreira. Este official, muito pratico em todos os assumptos coloniaes, quiz que o districto que lhe fôra confiado, fôsse organisado com o esmero, e ao mesmo tempo que ia a França fazer a acquisição de todo o material necessario para as edificações do Congo, teve todo o cuidado nas propostas do pessoal subalterno, que foi escrupulosamente escolhido. Jorge da Silva Pereira foi um dos residentes nomeados, em 1888.

Pereira (*José*). Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, aposentado. N. em 1825, fal. em Lisboa a 21 de março de 1910. Formou-se na Universidade de Coimbra aos 21 annos de edade, em 1846, e logo no anno seguinte, 1847, foi nomeado delegado do procurador regio para a comarca de Alcacer do Sal, d'onde depois teve transferencia para a ilha da Madeira. Exerceu pela primeira vez o cargo de juiz na comarca

de Almodovar, d'onde passou á de Mafra, conservando-se ali quatro annos. Depois foi transferido para a Covilhã, onde esteve dois annos, passando mais tarde para o 3.º districto criminal de Lisboa. Em 1868 foi nomeado juiz do Tribunal do Commercio do Porto, em que serviu um triennio, sendo reconduzido no mesmo cargo a pedido da Associação Commercial d'aquella cidade, pedido dirigido a el rei D. Luiz, por occasião da sua visita ao Porto em 1871. O conselheiro José Pereira passsou depois a juiz da Relação dos Açôres, onde exerceu o cargo de presidente, sendo então agraciado com a carta de conselheiro por el-rei D. Luiz. Em 1880 foi nomeado juiz da Relação de Lisboa, e por decreto de 26 de junho de 1890 foi nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, em que se salientou pelos notaveis accordãos que proferiu, e servindo ali 20 annos, occupando durante tres annos o logar de presidente d'aquelle alto tribunal, por impossibilidade physica do presidente conselheiro Antonio Emilio de Sá Brandão. Pelo fallecimento d'este magistrado passou á effectividade do cargo, mas pelo seu mau estado de saude, foi logo aposentado. O conselheiro José Pereira fez parte da commissão presidida pelo sr. conselheiro Veiga Beirão para a reforma do Codigo Commercial, sendo tambem par electivo por duas vezes, e relator na mesma camara do processo instaurado por virtude do conflicto entre o ministro da marinha, n'essa epoca, o conde de Macedo, e o conselheiro Ferreira d'Almeida.

Pereira *(José Bento)*. Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, do conselho de Sua Majestade, presidente da Relação Commercial de Lisboa, etc. N. em Castello Branco em 1784, e fal. em 1 de setembro de 1864. Escreveu: *Ode saphica ao anniversario do fausto dia 15 de setembro de 1820*, Lisboa, 1821; *Discurso pronunciado na audiencia do Juizo do 1.º districto, na causa que move a José Pereira Palha de Faria Guião, sobre indemnisações*, Lisboa, 1835; *Ode ao feliz anniversario do dia 26 de janeiro de 1821, offerecida no mesmo dia ao ex.mo sr. Francisco de Paula de Azevedo*, etc., Coimbra, 1822.

Pereira *(José Caetano)*. Medico militar, pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa, medico da Real Camara, official da ordem da Torre e Espada, etc. N. em Divar, das ilhas de Gôa, em 1821, fal. a 24 de janeiro de 1877. Era filho de Caetano Maria Pereira. Ficando orphão de pae e mãe, quando tinha 6 annos de edade, foi recolhido por seu padrinho, Antonio Josimo Cordeiro, official de marinha de Gôa, com o qual veiu para a Europa. Em 1835 voltou para Gôa, vindo novamente para Portugal em 1840, na companhia do P. Constantino Floriano de Faria, lente de Theologia na Universidade de Coimbra, tambem natural da India. Applicou se ao estudo de pharmacia, mas depois seguiu o curso de medicina, no qual em 1851, defendeu a sua these em 24 de maio, tendo approvação com louvor em todos os annos, menos n'um. Logo que acabou os estudos offereceu-se ao governo para servir na India, mas sendo outro provido no logar que elle pretendia, e abrindo se concurso para uma vaga que se dera no quadro dos facultativos militares, apresentou-se n'esse concurso, e ficando bem classificado, obteve logo despacho em 9 de julho de 1851 para cirurgião ajudante do batalhão de caçadores n.º 5, d'onde passou depois ao regimento de infantaria n.º 16. Continuou na classe dos facultativos militares, chegando a cirurgião-mór. Tinha já excellentes creditos, quando sendo chamado para tratar do infante D. Augusto em 1861, n'aquelle anno calamitoso em que succumbiram seus irmãos D. Pedro V, D. João e D. Fernando, e conseguindo salval-o, a sua reputação augmentou extraordinariamente, e recebeu a nomeação de medico honorario do paço, além de outras distincções. Pelos muitos serviços prestados durante as epidemias da cholera-morbus e febre amarella, que grassaram em Lisboa em 1856 e 1857, e principalmente na segunda, José Caetano Pereira, o *Canarim*, como tambem era conhecido o distincto medico pela sua côr indiana, era incansavel em acudir aos enfermos nos hospitaes e fóra d'elles, a toda a hora do dia e da noite, com a maior dedicação, de que foi testemunha ocular el-rei D. Pedro V, que tambem successivas vezes visitava os hospitaes, e que ao terminar a terrivel crise o agraciou com o habito da ordem da Torre e Espada. Infelizmente, no meio d'uma vida que todos consideravam felicissima, e que muitos talvez invejavam, veiu a desgraça feril-o e patentear ao mundo os desgostos que elle soffria no lar domestico. Sua mulher, D. Joanna Pereira, foi indicada como ré do crime de assassinio, e a justiça chegou a prender o desditoso medico, julgando-o cumplice. Esse processo foi muito debatido, conhecido pelo processo *Joanna Pereira*, que no julgamento foi condemnada. V. *Mello Cabral (Philomeno da Camara)*, vol. IV, a pag. 995. A innocencia de seu marido foi provada evidentissimamente, mas os desgostos, que todos esses tristes successos lhe causaram, muito concorreram para lhe abreviar a existencia. José Caetano Pereira publicou em 1851 a sua these, com o titulo: *Não ha identidade entre o virus de blennorrhagia e o cancro.* Collaborou em algumas revistas de medicina, e gozava dos melhores creditos entre os seus collegas, que continuamente o chamavam para conferencias.

Pereira *(José Clemente)*. Bacharel formado em Canones, e em Leis pela Universidade de Coimbra. N. no logar de Adem, villa de Castello Mendo, comarca de Trancoso, a 17 de fevereiro de 1787, falleceu no Brazil em 12 de março de 1854. Era filho de José Gonçalves e de D. Maria Pereira. Tendo frequentado os cursos de Direito e de Canones, tomou o grau de bacharel n'estas duas faculdados, e serviu depois como capitão do corpo academico organisado em Coimbra no anno de 1809 para combater os francezes, dirigindo uma das famosas guerrilhas, que tão fataes fôram para o inimigo. Militou no exercito anglo-luso, que sob o commando de lord Wellington invadiu a Hespanha. Em 1815 embarcou para o Brazil, chegando ao Rio de Janeiro a 12 de outubro, e ahi exerceu a advocacia até ao anno de 1819, em que el-rei D. João VI o nomeou juiz de fóra da villa da Praia Grande, mais tarde cidade de Nictheroy, que então se creára. Essa villa deveu lhe o plano, medição e alinhamento de suas praças e ruas e verdadeiros serviços de fundador. Na villa de Maricá, convocou a 26 de fevereiro de 1821 a camara e o povo, e fez proceder ao acto de juramento á Constituição que as côrtes de-

viam promulgar, e no mesmo anno foi nomeado juiz de fóra da cidade do Rio de Janeiro, entrando em exercicio a 30 de maio. A 5 de junho seguinte a divisão auxiliadora, tropa lusitana, de guarnição á cidade pronunciou-se indisciplinada, conseguindo que o principe regente D. Pedro jurasse immediatamente as bases da Constituição emanadas das côrtes portuguezas, e que despedisse do ministerio o conde dos Arcos; mas com as armas em punho a tropa amotinada resolveu que se nomeasse uma junta de nove deputados para assistir aos despachos do principe no empenho de sujeitar D. Pedro á influencia do general Avilez seu commandante; contra a execução d'essa violenta medida levantou-se o corajoso e firme José Clemente como presidente do senado da camara, e conseguiu annullal a. Em dezembro de 1821 elle propoz á camara que se representasse ao principe regente D. Pedro, pedindo-lhe que ficasse no Brazil, o que era propôr o rompimento da revolução da Independencia. No dia 9 de janeiro de 1822 José Clemente, na sua qualidade de juiz de fóra, presidente do senado da camara, saiu á frente d'este com a maior solemnidade e foi ao paço da cidade, seguido de muitos populares, apresentar a representação do povo do Rio de Janeiro ao principe D. Pedro, propondo-lhe a desobediencia ao decreto das côrtes em pedido para que ficasse no Brazil. Apresentando essa representação leu José Clemente Pereira o memoravel e energico discurso, que é padrão de gloria. Foi José Clemente Pereira que d'uma das janellas do paço repetiu ao povo em alta voz a resposta do principe: «Como é para bem de todos e felicidade geral da nação, estou prompto; diga ao povo que fico.» Em 1822 o senado da camara por seu caracter representativo foi e devia ser a bocca official da revolução que falasse ao principe e convocasse o povo do Rio de Janeiro; a 13 de maio foi elle offerecer ao principe D. Pedro o titulo de *defensor perpetuo do Brazil*; a 23 do mesmo mez pediu a convocação d'uma constituinte brazileira; a 21 de setembro, depois de erguido o brado do Ypiranga, convocou os cidadãos para a solemne proclamação de D. Pedro I imperador do Brazil no dia 12 de outubro, e n'este dia lavrou o auto d'essa proclamação. O nome do José Clemente Pereira presidente e orgão do senado da camara está escripto em todos esses documentos da historia da independencia do Brazil. Logo após o triumpho rebentou a discordia entre os benemeritos da independencia O ministerio Andrada perseguiu como demagogos e anarchistas José Clemente, Ledo, Januario, Nobrega, e outros que em resultado de rapida devassa fôram deportados. A intriga e os manejos dos inimigos dos patriotas da independencia que em novembro de 1823 haviam de conseguir tambem a deportação dos Andradas, fizeram deportar aquelles benemeritos em 1822. A 17 de fevereiro do 1824 José Clemente Pereira, já restituido á patria que adoptara, recebeu a dignitaria da ordem do Cruzeiro. Tornou-se então um profundo politico, sendo deputado em diversas legislaturas, intendente geral da policia, ministro, provedor da Santa Casa da Misericordia do Rio de Janeiro, e desempenhando outros elevados e honrosos cargos.

Pereira (*José Joaquim da Silva*). Marechal de campo reformado, commendador da ordem de S. Bento de Aviz, condecorado com a cruz de 5 campanhas da Guerra Peninsular, deputado no congresso Constituinte de 1837, e em seis legislaturas. N. a 22 de agosto de 1795, fal. em Cascaes a 14 de setembro de 1865. Era filho do Francisco Xavier da Silva Pereira, coronel de infantaria e governador militar da praça de Campo Maior, e de sua mulher, D. Antonia Josepha d'Abreu. Era irmão do 1.º conde das Antas. Casou com D. Maria Eduarda Huet de Bacellar, filha de Duarte Claudio Huet de Bacellar Souto Maior, fidalgo cavalleiro da Casa Real, senhor do morgado e casa do Paraizo na cidade do Porto, e de sua segunda mulher D. Custodia Luiza de Bacellar.

Pereira (*José Manuel Ribeiro*). Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, secretario da junta de administração dos fundos da Companhia de Grão-Pará e Maranhão, etc. Viveu no seculo XVIII, e parece que falleceu em 1797, porque o seu nome já não figura no *Almanach de Lisboa* de 1798. Escreveu: *Aventuras de Telemaco*, etc.; traduzidas do francez, Lisboa, 1780; 2 tomos; reimpressas em 1784; *Aventuras finaes de Telemaco*, etc., Lisboa, 1785; *Noites seletas de Young, traduzidas em portuguez*, etc., Lisboa, 1781; nova edição, 1787; *Escola do mundo*, etc, *traduzida do francez*, Lisboa, 1781; *Compendio das orações funebres de Mr. Flechier, vertidas em portuguez*, Lisboa, 1761; *Elementos do commercio, traduzidos livremente do francez, pelo mesmo traductor do Telemaco e das Orações funebres*, Lisboa, 1767, 2 tomos.

Pereira (*José Monteiro*) Mestre de capella no Porto, autor d'um compendio de musica, do qual se publicaram duas edições, tendo a segunda este titulo: *Principios de musica, que facilitam a tocar; para uso dos meninos que se educam no seminario de Nossa Senhora da Lapa da cidade do Porto*, etc., Porto, 1820. Na Bibliotheca Nacional existem algumas composições autographas d'este mestre de capella; uma d'ellas é Lamentação para sexta feira santa, a solo de soprano com acompanhamento de orgão, escripta no estylo, floreado de Rossini, com recitativo e grandes cadencias. Tem a data de 1519; outra tem a data de 1824.

Pereira (*José Nazario*). Conego e deão da sé patriarchal de Gôa, e presidente do respectivo cabido. N. 1821, fal. em dezembro de 1901. Pertencia a uma das familias mais principaes da provincia. Era um douto professor, e muito versado nas leis da egreja Iniciou o magisterio pela regencia das cadeiras de Rhetorica e de Historia no seminario de Rachol, para que fôra escolhido, ainda sacerdote novo, pelo arcebispo de Gôa D. José Maria da Silva Torres que, em 1848, governava aquella diocese. Por 11 annos regeu aquellas duas cadeiras, sendo depois transferido para professor de Theologia dogmatica e moral, e de Direito canonico, e n'essa situação especialmente mantido pelo arcebispo D. João Chrysostomo d'Amorim Pessoa, quando este prelado reorganisou e levantou notavelmente em 1863 os estudos n'aquelle seminario. Com os serviços de professor, exercia tambem cumulativamente outras commissões. Sendo já advogado no fôro ecclesiastico antes de ser nomeado para a regencia da cadeira de historia e de rhetorica, fôra escolhido depois para os logares de director espiri-

tual do seminario, desembargador da Relação Ecclesiastica, defensor dos matrimonios, e depois juiz dos processos de casamentos. Passando em 1868 para o cabido da sé primacial, foi em seguida nomeado examinador synodal; e desde 1876 entrára a exercer funcções administrativas superiores no governo da diocese, na qualidade de vigario geral e provisor, nomeado pelo arcebispo D. Ayres d'Ornellas. Por varias vezes foi tambem governador do mesmo arcebispado, e egualmente do cabido, bem assim por muito tempo, na ausencia do arcebispo Ornellas, companheiro constante do então deão da sé, P. Martinho Fernandes, no governo provisorio do patriarchado como membro da junta governativa que aquelle prelado constituira, e da qual o deão Fernandes, como presidente do cabido patriarchal e primeira dignidade depois do prelado na hierarchia ecclesiastica, e o P. José Nazario Pereira, como dignidade immediata no cabido, e como vigario geral e provisor, eram vogaes preponderantes, influencia que lhes dava tambem a sua competencia como clerigos illustrados, sérios e egualmente respeitados n'aquella nossa archidiocese primacial do Oriente. Quando falleceu já não era vigario geral, mas exercia a presidencia do cabido como deão da sé patriarchal, a que fôra elevado em 1893, tendo sido antes d'isto chantre do mesmo cabido, e era juiz apostolico da Secção Pontificia do Recurso, por nomeação do nuncio apostolico de Lisboa, de 6 de julho de 1883. Fez parte do Concilio Provincial de Gôa reunido pelo patriarcha das Indias, D. Antonio Sebastião Valente, entrando n'esse concilio como procurador do cabido de Gôa, e servindo ahi de juiz synodal do mesmo concilio. O P. José Nazario Pereira foi notavel e respeitado como administrador e como disciplinador, de que deu exuberantes provas na direcção espiritual do seminario de Rachol e no governo e administração da diocese. Era um theologo e moralista distincto, e a sua opinião foi sempre ouvida por todos os prelados do seu tempo nos assumptos mais graves da disciplina ecclesiastica e da administração da diocese. Foi tambem um prégador muito apreciado. Escreveu um compendio de direito ecclesiastico portuguez, de que o encarregara o arcebispo Amorim Pessoa, para servir de texto na cadeira de Direito canonico.

Pereira *(José Paulo)*. Do conselho de Sua Majestade, director das contribuições directas do Tribunal do Thesouro Publico, empregado tambem no ministerio da Marinha, e deputado no anno de 1856. N. em 1810, e fal a 22 de março de 1859 Escreveu: *Manual do Contribuinte, contendo disposições do regulamento geral para a a repartição das contribuições directas*, Lisboa, 1846; este trabalho ficou inutilisado pela abolição da lei a que se referia.

Pereira *(José Pinto)*. Fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo; doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. N. em Guimarães a 31 de março de 1659, e fal. a 17 de fevereiro de 1733 Foi enviado de Portugal a Roma, onde esteve 29 annos. Deixou publicadas varias obras em latim e em italiano, sendo muitas d'ellas em assumptos de Genealogia.

Pereira *(José Rodrigues)*. Presbytero secular; bacharel em Canones pela Universidade de Coimbra, protonotario apostolico e prior de varias egrejas. N. em Lisboa no anno de 1687; ignora-se a data do fallecimento. D'elle correm impressos alguns sermões.

Pereira *(José Saturnino da Costa)* Escriptor. N. na Colonia do Sacramento, quando esta povoação pertencia a Portugal, a 22 de novembro de 1773, fal. no Rio de Janeiro a 9 de janeiro de 1852. Era filho de Felix da Costa Furtado e de D. Anna Josepha Pereira. Veiu estudar na Universidade de Coimbra a faculdade de Mathematica, em que tomou o grau de bacharel. Assentou praça no corpo de engenheiros. Em 1814, achando-se no Rio de Janeiro, foi nomeado lente d'uma das cadeiras da Academia de Sciencias physico-mathematicas e naturaes, fundada por carta de lei de 4 de dezembro d'esse anno, e encarregado ao mesmo tempo de escrever diversos compendios. A academia tomou depois o nome de Academia Militar. Irmão do celebre jornalista Hypolito José da Costa, que em Londres redigia n'essa epoca o *Correio Braziliense*, José Saturnino era no Rio de Janeiro o seu correspondente secreto, mas parece que não tão secreto que o governo muitas vezes o não incumbisse de mandar para o *Correio Braziliense*, noticias que á sua politica convinham. Depois da proclamação da independencia do Brazil, José Saturnino foi nomeado senador pela provincia de Matto Grosso. Exerceu depois cargos importantes, foi ministro da guerra, etc. Escreveu bastantes obras sobre diversos assumptos, que se publicaram no Rio de Janeiro, ficando outras manuscriptas.

Pereira *(José de Sousa)* Jurisconsulto do seculo XVII. Doutor e lente da faculdade de Direito na Universidade de Coimbra. Fal. a 23 de dezembro de 1689. Largando a beca acompanhou a Roma como secretario de embaixada o bispo de Lamego, e depois voltando ao reino foi conselheiro da fazenda de capa e espada

Pereira *(Justa Rodrigues)*. Filha de João Pereira, creado do infante D. Fernando, e por este escolhida para ama de seu filho D. Manuel, que foi depois duque de Beja e rei de Portugal. Era natural de Beja. D'ella teve o bispo da Guarda D. João Manuel um filho que foi o tronco da familia dos Manueis. Fundou em 1489, á sua custa o mosteiro de Jesus, em Setubal, e recolhendo-se a essa casa religiosa, ali falleceu. O architecto constructor do mosteiro dos Jeronymos, em Belem, foi quem deu o risco para o edificio.

Pereira *(D. Leoniz)*. Capitão de Malaca. Era filho illegitimo do 3.º conde da Feira, D. Manuel Pereira. Passou a servir na India no tempo da regencia da rainha D. Catharina, e recebeu a capitania de Malaca, que estava governando em 1567 quando veiu sobre a cidade o sultão do Achem com uma poderosa armada e um poderoso exercito. Foi o cêrco mais terrivel que Malaca teve que sustentar. Conta se que foi no dia de S. Sebastião que appareceu o exercito do sultão do Achem. D. Leoniz Pereira estava jogando as canas com outros fidalgos; nem quiz que se interrompesse o jogo. Quando elle terminou, tratou de dar as suas ordens. Tinha apenas 200 soldados, e esses lhe bastaram para a defeza que foi brilhante e que mereceu que o cantasse n'um dos seus sonetos o nosso immortal Camões. Regressou D. Leoniz ao reino, cingido com os louros da victoria, e sete annos depois foi nomeado de novo governador de Malaca, sendo go-

vernador da India Antonio Moniz Barreto; não quiz, porém, D. Leoniz Pereira expôr-se de novo ás contingencias de outro cêrco em condições tão más como as de 1567, em que só se salvara por um verdadeiro milagre, e pediu a Antonio Moniz Barreto que lhe désse navios e reforços para a guarnição. Antonio Moniz Barreto, que tendo sido nomeado anteriormente governador de Malaca, fizera exactamente o mesmo pedido ao governador da India D. Antonio de Noronha, e se irritára immenso por lh'os não dar, tambem os recusou, e D. Leoniz Pereira partiu para o reino, indo queixar-se aos ministros sem nada conseguir, porque os ministros eram todos da parcialidade de Antonio Moniz Barreto.

Pereira *(D. Fr. Lopo de Siqueira)*. Presbytero secular, prior-mór da ordem de S. Bento de Aviz, bispo de Portalegre e da Guarda, etc. N. em Elvas, de familia nobilissima, sendo filho de Ascenso de Siqueira e de D. Izabel Pereira de Vasconcellos; fal. na Guarda a 4 de agosto de 1636. Fundou, juntamente com D. Jorge de Mello, prior-mór da ordem de Thiago, o collegio das ordens militares da Universidade de Coimbra, cuja primeira pedra foi lançada a 25 de julho de 1615. Foi eleito bispo de Portalegre por Filippe II, de Portugal, succedendo a D. Rodrigo da Cunha, sendo confirmada a eleição pelo pontifice Paulo v, em 22 de abril de 1619. Como em virtude de ordens superiores, tivesse que se demorar algum tempo em Lisboa, no definitorio da sua ordem com procuração sua, tomou posse da cadeira episcopal o dr. Domingos Dias de Moledo, conego e provisor do bispado, a 10 d'agosto do mesmo anno de 1619; effectuando depois a sua entrada solemne no bispado em 31 de janeiro de 1620. Governou a diocese de Portalegre durante 11 annos, sendo transferido para a da Guarda em 1632. Na *Monarchia Lusitana*, diz Fr. Antonio Brandão que este prelado compuzera um *Tratado das causas insignes da ordem militar de Aviz*, mas esta obra não chegou a ser impressa. Dos escriptos de D. Lopo fôram publicados um *Parecer sobre devem gozar os cavalleiros das ordens militares o privilegio do foro ainda que não tenham tença nem mantença*, que occupa da pag. 89 a 90 na *Allegação de Direito em favor das ordens militares*, escripto por D. Carlos de Noronha, e a *Vida de D. Julião d'Alva, primeiro bispo de Portalegre*, que saiu nas *Constituições* d'esse bispado.

Pereira *(Lourenço de Amorim)*. Celebre defensor de Monsão no glorioso cêrco sustentado por esta praça em 1658. Era Lourenço de Amorim Pereira tenente mestre de campo general, e tinha debaixo das suas ordens 600 homens de infantaria de 1.ª e 2.ª linha. Foi no dia 7 de outubro que principiou o cêrco; minas e assaltos tudo foi empregado pelos hespanhoes para tomarem a praça, e sempre infructiferamente. Nos primeiros tempos ainda se puderam introduzir soccorros na praça, mas os inimigos tomaram uns fortins que protegiam a entrada por onde os soccorros iam, o Monsão ficou incommunicavel. Cinco baterias bombardeavam a praça dia e noite, e ella sempre resistindo. No dia 1 de fevereiro deram os hespanhoes um ultimo assalto á praça e ainda fôram repellidos, graças a verdadeiros prodigios de valor, porque a guarnição estava extraordinariamente desfalcada e faltavam as munições de guerra e as munições de boca; as traves e o azeite a ferver substituiam as balas, as proprias mulheres preenchiam as lacunas das fileiras! A villa estava comtudo nas mãos do inimigo, e a resistencia continuava no castello, onde a fome era tal que os soldados já se precipitavam sobre os cadaveres dos seus camaradas para os assarem e comerem, havia brechas por toda a parte, as muralhas eram um verdadeiro montão de ruinas. ainda assim, logo que os hespanhoes faziam minas, os portuguezes faziam contra-minas. Afinal a 7 de fevereiro o marquez de Vianna, commandante do exercito sitiador, propoz a Lourenço de Amorim Pereira a mais honrosa das capitulações. Lourenço de Amorim depois de reflectir, acceitou. Os soldados, que desfilaram diante do inimigo eram 236, que o marquez de Vianna apresentou aos seus soldados como modelos que elles deviam imitar e seguir. Quando Lourenço de Amorim se apresentou ao governador das armas do Minho, o visconde de Villa Nova da Cerveira, recebeu tambem os applausos que merecia. A defeza de Monsão rivalisa com a de Elvas n'esse mesmo anno de 1659, e é uma das mais gloriosas da nossa historia.

Pereira *(Luciano Lopes)*. Doutor em Medicina pela Universidade de Paris N. em Thomar no principio do seculo XIX e fal. em Paris em edade muito avançada. Escreveu: *Politica industrial: obra offerecida aos eleitores para servir de programma politico nas proximas eleições*, Lisboa, 1838.

Pereira *(Luiz da Costa)*. Bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra, professor no Lyceu do Funchal, e do Conservatorio de Lisboa, etc. N. no Funchal a 19 d'agosto de 1819, fal. em Lisboa a 18 de janeiro de 1893. Matriculando-se da Universidade, formou-se em 23 de julho de 1844, obtendo o *accessit* no 5.º anno do curso. No seu tempo de estudante já mostrava grande vocação para o theatro, e representou no theatro *Academico* diversas peças entre as quaes o *Otello*. Voltando para o Funchal, onde casou, foi nomeado lente da cadeira de Mathematica do lyceu d'aquella cidade, sendo por essa occasião condecorado com o habito da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. No Funchal continuou dedicando-se de preferencia á arte dramatica, que elle amava sobretudo, estudando com dedicação quanto até então se havia publicado sobre tal assumpto, e representando varias vezes. Em 1853 foi convidado pelo governo para ser ensaiador do theatro de D. Maria II, o que acceitou, logar em que prestou relevantes serviços á arte dramatica. Traduziu varias peças, entre ellas a *Calumnia* de Scribe, e representou o papel de Bernardim Ribeiro no drama de Garrett, *Um Auto de Gil Vicente*, por occasião da acclamação d'el-rei D. Pedro V, em setembro de 1855, sendo então agraciado com o habito da ordem de Christo. O dr. Luiz da Costa conservou se muitos annos no theatro de D. Maria II como ensaiador, e depois como commissario regio. Foi repetidor na Escola Polytechnica, membro de exames, reitor e professor no lyceu de Braga. Foi tambem professor da arte de representar no Conservatorio Real de Lisboa. Por algum tempo ensaiou no Gymnasio, e voltou ao theatro de D. Maria II, na empresa de Biester, Brazão & C.ª, exercendo o

logar de ensaiador, representando no drama *Camões*, de Cypriano Jardim, por occasião das festas commemorativas do centenario em 1880. N'esta epoca já a doença o tinha abatido consideravelmente, e foi para Vianna do Castello, onde residia sua filha, a sr.ª D. Anna da Costa Pereira, professora d'aquella cidade, mas que vivia em más circumstancias na companhia de seus filhos. Falto de recursos, luctou com muitas difficuldades; alguns rapazes seus amigos instaram com elle para os ensaiar em diversas peças, a que elle condescendeu. Promoveram-lhe um beneficio, em que o dr. Luiz da Costa Pereira tambem representou, desempenhando o papel de Bulnoy na comedia em 3 actos, *O conde Jacques*, de Gondinet. Desejou voltar a Lisboa, afim de vêr se poderia melhorar de sorte, e alguns amigos lhe promoveram um beneficio no theatro de D. Maria II. Desde então a sua vida foi uma dolorosa agonia, que só terminou quando falleceu. Collaborou em differentes jornaes litterarios. Escreveu: *Mysterios d'alma, recordações de viagem*, etc. *Leituras sobre astronomia*, sairam diversos capitulos na *Revista Contemporanea*, tomos III e IV; *Reflexos; poesia e prosa varia* (original e traduzido) por *Luiz da Costa*, Lisboa, 1883. Este livro foi publicado depois que a imprensa lisbonense, em geral, declarou que eram difficeis e dolorosas as circumstancias de um homem de tão elevado merito e de bons serviços á arte e ás letras, como o autor; e por isso este poz a seguinte dedicatoria: «A' imprensa da capital e ao seu advogado junto d'ella o sr. Francisco Ferreira Serra, em penhor de gratidão O. Luiz da Costa». O prefacio era de Camillo Castello Branco, que escreveu, referindo se aos triumphos alcançados na scena pelo dr. Luiz da Costa Pereira: «Este é aquelle Luiz da Costa que foi na minha mocidade o symbolo, o mestre da scena; n'este cerebro pulsaram todos os talentos creadores das implacaveis paixões da tragedia; do peito d'este homem explosiram os brados que levantaram as platéas em delirios de triumpho» Escreveu mais: *Rudimentos da arte dramatica*, Lisboa, 1890.

Pereira *(Luiz Gonzaga)*. Gravador da Casa da Moeda, e escriptor. N. em Lisboa a 21 de junho de 1796, onde tambem fal. a 8 de setembro de 1868. Era filho de Joaquim Manuel de Fregamoz Pereira. e de sua mulher D. Maria Barbara de Bulhões. Foi alumno premiado da antiga aula de desenho e architectura; empregado na provedoria da Casa da Moeda, e depois cursou a aula de gravura e desenho de cunhos. Despachado gravador do mesmo estabelecimento, exerceu ali esta profissão mais de 50 annos. São d'elle, entre outras tambem de apreciavel trabalho, as medalhas de Camões, Minerva e D. Pedro IV. Em setembro de 1857 foi atacado d'uma paralysia, e esta dolorosa enfermidade foi-se aggravando até que falleceu. Entregava-se tambem a varios trabalhos historicos e estatisticos, colligindo apontamentos e formando grandes quadros, que elle mostrava ás pessoas que o visitavam no seu gabinete da Casa da Moeda, sendo honrado com as visitas da rainha D. Maria II, d'el-rei D. Fernando e d'el-rei D. Pedro V. Entre essas obras, encontram se as seguintes que ficaram manuscriptas: *Catalogo das senhoras rainhas de Portugal*, 2 tomos; *Armaria de brazão*, 1 vol.; *Descripção dos monumentos sacros de Lisboa, ou collecção de todos os conventos, mosteiros e parochias no recinto da cidade de Lisboa em 1833*, em que se mostram os desenhos de seus alçados, e se descreve a belleza que os mesmos continham relativa ás artes de pintura, esculptura, architectura e gravura, recopilado em 1840, 1 volume. Este manuscripto existe na Bibliotheca Nacional do Lisboa.

Pereira *(Luiz José Lopes Carneiro)*. Conego da real collegiada de Cedofeita, no Porto. Escreveu: *Eneida de Virgilio*, traduzida em verso portuguez, Lisboa, 1801, 2 tomos; saiu um excerpto do canto IV na *Miscellanea litteraria*, n.º 1, de janeiro de 1861, e outro excerpto no *Panorama*, de 1866, de pag. 349 a 351; *Godofredo*, poema heroico de Torquato Tasso, traducção do original italiano em verso heroico, 2 tomos; *Lamentos do triste Lucilio amante da sua Francelia e outras mais obras avulsas*, 14 de março de 1793. E' um grosso volume contendo sonetos, odes, eclogas, idyllios, etc.

Pereira *(Manuel)*. Esculptor. N. em 1600 e passou a Hespanha, onde fal. em 1667. Fez ali muitas estatuas, sendo as melhores as de *S. Bruno* e de *S. João de Deus*.

Pereira *(D. Fr. Manuel)*. Religioso da ordem de S. Domingos, provincial na sua ordem, 1.º bispo do Rio de Janeiro, deputado da Junta dos Tres Estados e do conselho geral do Santo Officio, secretario de Estado de D. Pedro II, sendo ainda principe regente, etc. N. em Lisboa em janeiro de 1625, fal. no seu convento de Lisboa em 6 de janeiro de 1688. Era filho de Raphael Palladio e de Margarida Meira. Aos 15 annos de edade vestiu o habito dominicano, e professou no convento de S. Domingos de Bemfica a 22 de janeiro de 1646. Foi eleito provincial em 1667. Esteve em Roma, sendo companheiro do mestre geral da ordem Fr. João Thomaz Rocabetti. Em 1676 foi eleito bispo do Rio de Janeiro, sendo elle o primeiro bispo que teve aquella diocese, cuja eleição a confirmou o papa Innocencio XI a 10 de novembro do referido anno de 1676. Em 1680 foi nomeado secretario de Estado do principe regente D. Pedro, depois D. Pedro II; e como este cargo era incompativel com o bispado, D. Fr. Manuel Pereira resignou a mitra. Posteriormente exerceu os cargos de deputado da Junta dos Tres Estados e do conselho geral do Santo Officio, de que tomou posse a 10 de maio de 1682. Sendo particular devoto S. Gonçalo d'Amarante, da ordem de S. Domingos, e nascido em Portugal, alcançou do papa Clemente X no tempo em que permaneceu em Roma, que o seu culto se estendesse por todo o nosso paiz. Regressando á patria erigiu-lhe no cruzeiro de S. Domingos uma capella sumptuosa, revestida de bellos marmores, vendo-se ao centro a estatua do santo portuguez, e de outros santos; adornou a capella com valiosos parameutos e varias peças de prata, onde todos os annos se celebrava a sua festa. Na parede do lado direito ao entrar na capella, mandou gravar n'uma grande pedra uma inscripção em latim em honra de S. Gonçalo. Escreveu: *Sermão prégado no auto da Fé que se celebrou na cidade de Lisboa em 8 de agosto de 1683*, Lisboa, 1683; *Resumo da vida e milagres de S. Gonçalo d'Amarante*, escripto em italiano, Roma, 1672.

Pereira (*P. Manuel*). Presbytero secular e theologo, que viveu no seculo XVII. Era natural de Lisboa. D'elle corre impresso um *Sermão de Santo Antonio*, prégado na egreja de S. Paulo em 13 de junho de 1668, Lisboa, 1669.

Pereira (*P. Manuel*). Presbytero secular, natural de Lisboa, e que vivia no principio do seculo XVIII. Deixou publicado: *Obsequio do admiravel e prodigioso Santo Antonio*, Lisboa, 1716; *Quatro maximas da Philosophia christã*, traduzidas do castelhano, Evora, 1719

Pereira (*P. Manuel*). Jesuita. N. em Arruda dos Vinhos em 1620, fal. a 14 de dezembro de 1683. Era filho de Francisco de Castro e de Genoveva Pereira. Entrou para a Companhia de Jesus aos 14 annos de edade, no noviciado de Lisboa a 27 de março de 1634. Ensinou letras humanas e philosophia no collegio de Santo Antão, e theologia especculativa e moral, e até chegar á cadeira de prima, na Universidade de Evora, na qual foi cancellario. Exerceu o cargo de reitor nos collegios de Braga e de Evora. Assistiu em Roma ao capitulo em que foi eleito o P. Carlos Noaylle, d'onde trouxe muitas indulgencias para a irmandade da Senhora da Boa Morte, que elle instituiu no collegio de Evora. Depois da sua morte publicaram-se seis tratados em latim sobre *Restituições*, que elle deixara manuscriptos.

Pereira (*Manuel Antonio*). Reitor do seminario de Portalegre e vigario geral d'aquelle bispado, e depois sub-chantre da cathedral. N. em Portalegre em 1 de março de 1814, fal. a 7 de julho de 1896. Era filho de João Baptista Pereira e de D. Maria Alegria. Na propria cathedral recebeu, desde a primeira infancia, toda a educação musical, tendo por mestre o P. Benigno, cuja sciencia é ainda hoje lembrada em Portalegre. Aos 14 annos era já cantor effectivo, depois de ter sido moço do coro, e mais tarde chegou a ser mestre da capella. Entretanto seguia tambem os estudos ecclesiasticos, e tendo recebido as tres ordens canonicas, celebrou a primeira missa em abril de 1845, e obteve o logar de capellão na cathedral. Successivamente occupou os seguintes cargos: professor de canto ecclesiastico no seminario de Portalegre, chanceller e secretario da camara ecclesiastica; promotor do juizo ecclesiastico, e reitor do seminario. No exercicio das suas funcções de capellão da sé, foi presidente do côro e subiu á dignidade de sub-chantre. Em 1879 recebeu a nomeação de vigario geral da diocese, alto cargo que já anteriormente se lhe havia offerecido, e que elle rejeitára. O P. Manuel Antonio Pereira era muito estimado pelas suas virtudes. O dr. José Frederico Laranjo, que foi seu discipulo no seminario, publicou á sua memoria um artigo necrologico muito elogioso e sentimental no *Districto de Portalegre*, de 15 de julho de 1896, 8 dias depois da sua morte. Escreveu: *Principios elementares da Musica, e Canto Ecclesiastico, escriptos por um presbytero portuguez no anno de 1871*, Lisboa, 1872; *Arte de Musica e Cantochão para uso do seminario de Portalegre*. Deixou manuscriptas algumas composições de musica religiosa, como responsorios de finados, hymnos, jaculatorias, etc.

Pereira (*Manuel Antonio Alvares*). Bacharel em Canones e Leis, advogado, vigario geral de Chaves, etc. N. em Santa Marinha de Ferral, a 17 de junho de 1793, fal. em Braga a 1 de dezembro de 1866. Estudou os preparatorios em Braga e Coimbra, tomou o grau de bacharel nas duas faculdades citadas em 1821, acabando a formatura em 1822, de que obteve as competentes cartas, com boas informações, n'esse mesmo anno, e habilitado para os logares de letras e magistratura. Foi advogado em Braga de 1823 a 1826, indo n'este ultimo anno para Lisboa, onde se habilitou para advogar na côrte e Casa da Supplicação. Foi por algum tempo vigario geral de Chaves, e desde 18 de abril de 1834 era vigario geral do arcebispado de Portalegre, logar em que permaneceu até fallecer. Em 1827 foi abbade de Amares, em 21 de novembro de 1849 de Vieira, e em 26 de setembro de 1855 de Priscos. Foi governador do arcebispado na ausencia de D. Pedro Paulo, desde 19 de agosto de 1845 até abril de 1846; examinador synodal desde 1843 até á data do fallecimento; professor de Direito canonico, por muitos annos, no seminario diocesano. O seu corpo foi depositado na egreja de Santa Cruz, de Braga.

Pereira (*Manuel Cerveira*). Oitavo governador de Angola, e conquistador de Benguella; succedeu em 1602 a João Rodrigues Coutinho, tendo logo de continuar a guerra em que este andava empenhado contra o sova Cafuxe. Terminou-a, felizmente, construiu novo presidio nas margens do Cuanza, e, voltando a Loanda, que aformoseou consideravelmente, governou até 1607, em que lhe succedeu D. Manuel Pereira Forjaz que o mandou carregado de ferros para a metropole, dando assim ouvidos a ruins calumniadores que não tinham visto com boa sombra a nascente prosperidade da nova colonia. Pois tão differentes fôram os quatro annos da administração do novo governador que teve quasi perdido o presidio de Cambambe, salvo pelo esforço do alferes-mór Roque de S. Miguel. Em 1615 voltou Manuel da Cerveira Pereira, que se justificára em Madrid e que fôra encarregado da conquista de Benguella. Partiu para essa região em 1617, entregando o governo de Angola a Antonio Gonçalves Pitta. Ganhando cinco pelejas successivas, tomando posse da bahia de Santo Antonio, onde fundou a cidade de S. Filippe de Benguella, teria n'um momento completado a conquista, se victima de intrigas de padres não visse os seus subalternos revoltarem-se contra elle e mandarem-n'o para Loanda preso e manietado. Governava então em Angola o successor de Pitta, Luiz Mendes de Vasconcellos, que, preoccupado com a revolta do rei do Congo, e de Golla Bandy, não attendeu muito ás queixas de Cerveira Pereira. Foi necessario que viessem ordens expressas de Madrid para em 1620 elle completar a conquista de Benguella, morrendo victorioso. Construira além de S. Filippe de Benguella o presidio de Cambambe, e conquistára Benguella apenas com 150 homens.

Pereira (*Manuel José da Silva*). Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra e lente substituto na sua faculdade. N. na Cumieira, districto de Villa Real, em 1836, fal. no Rio de Janeiro em março de 1870. Era filho de Domingos José da Silva. Recebeu o grau de doutor a 13 de julho de 1862. Regia a cadeira de histologia, como lente substituto ordinario. Sendo commissionado pelo governo para estudar a organi-

sação dos hospitaes no Brazil e a influencia do clima na fôrça medicamentosa dos remedios, partiu para o Rio de Janeiro nos fins de dezembro de 1868, e chegou áquella cidade a 3 de janeiro de 1869. Adquiriu logo extensa clinica, mas infelizmente não tardou a atacal o a febre amarella, que o prostrou para sempre. Um anno depois *O Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, de 11 e 14 de março de 1870, publicou uma noticia biographica. A seu respeito póde vêr-se a *Memoria historica da faculdade de Medicina*, pelo dr. Mirabeau, pag. 310 e 311. Escreveu: *Da angina membranosa, suas causas e natureza; dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas*, Coimbra, 1862.

Pereira *(Manuel Lopes)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto. N. em Alijó no anno de 1867, fal. em Angola em 17 de abril de 1903. Era filho de Thiago Lopes e de D. Antonia Lopes Pereira. Depois de concluir o curso, foi em 1899 para Angola como medico. Em 15 de março de 1900 foi promovido a facultativo de segunda classe, e em 25 de janeiro de 1902 a facultativo de primeira classe. Na provincia de Angola exerceu os cargos de delegado de saude em Mossamedes e Dondo, e n'este ultimo concelho foi chefe desde maio a julho de 1902. As febres, que o assaltaram no Dondo, o obrigaram a sair d'ali e a ir para Mossamedes. Restabelecido, voltou para o Dondo, onde novamente o paludismo se apoderou do seu organismo. Apezar de doente, acompanhou a columna de operações que de novembro de 1902 a março de 1903 percorreu a Quissama e parte do Libollo. Isto mais concorreu para que as febres tomassem n'elle um caracter grave, obrigando-o a recolher-se ao hospital Maria Pia, em Loanda, onde uma febre biliosa o victimou.

Pereira *(Manuel dos Reis)*. Bacharel em Canones pela Universidade de Coimbra, juiz de fóra, etc. N. em Arrifana de Sousa a 6 de janeiro de 1706; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Francisco Pereira e de Catharina Thereza Pereira. Formou-se em 1729. Escreveu: *Canção na desejada melhoria da augusta majestade de el rei D. João V*, etc., Lisboa, 1742; *Estatutos e leis da religião de Malta*, traducção do italiano em latim. Deixou inédita a seguinte obra: *Discursus dogmatico-moralis. De Daemone unpellente manum creatura ad involuntariam pellutionem.*

Pereira *(Manuel da Silva)*. Mestre em Artes pela Universidade de Evora. N. no Porto, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Foi examinador dos professores de philosophia na Universidade de Evora, d'onde passou á de Coimbra a estudar medicina, em que foi muito perito. Esteve depois em Roma, exercendo a clinica com muita fama. Publicou em Roma duas obras em latim, em 1706 e 1709.

Pereira *(P. Marcos Soares)*. Presbytero e mestre da capella ducal de Villa Viçosa, e depois da de Lisboa. N. em Caminha, e fal. em Lisboa a 7 de janeiro da 1665. Era filho de João Soares Pereira e de Domingas Lourenço Rebello, irmão do celebre João Lourenço Rebello, companheiro nos estudos musicaes d'el rei D. João IV. Estudou musica na capella de Villa Viçosa, ficando ali empregado como cantor, chegando a ser mestre da capella. Quando o duque de Bragança subiu ao throno, com o nome de D. João IV, chamou-o a Lisboa, e entregou-lhe a direcção da sua capella real. Escreveu e deixou manuscriptas grande numero de missas, psalmos, motetes e responsorios. Dizem que é inferior em merecimento a seu irmão. Na collecção de obras poeticas de D. Francisco Manuel de Mello, intitulada *Avena Tersicore*, veem tres *tonos*, cuja musica o poeta diz ter sido composta por Soares Pereira.

Pereira *(Maria Carolina)*. Filha do professor João Felix Pereira. Entrou para o theatro a fim de procurar meios de subsistencia, quando teve de sair de casa de seus paes por questões de familia. Estreou-se no theatro de D. Maria II, estreia que se tornou escandalosa, por seu pae se oppôr terminantemente a que ella seguisse a carreira dramatica, e foi elle principalmente quem promoveu o escandalo. Saindo do theatro de D. Maria II, esteve no dos antigos Recreios e depois no Gymnasio, e no Baquet, no Porto, na companhia dirigida pela actriz Emilia Adelaide. Fallecendo seu pae, e recebendo a herança que lhe pertencia, por ser filha unica, abandonou o palco, e casou com o conhecido professor de equitação João Gagliardi.

Pereira *(Maria Joanna)*. Artista dramatica, fallecida em avançada edade, no Porto, em 1904. Era viuva do actor José Pereira. Foi uma das actrizes mais distinctas do seu tempo, representando com muita acceitação nos principaes theatros de Lisboa, e esteve muitos annos no Porto, fazendo parte das companhias que trabalharam nos theatros de S. João e de Camões. Os jornaes do tempo referem se a esta actriz com grandes elogios, dizendo alguem, que, depois de Emilia das Neves, era a actriz que as platéas mais apreciavam e applaudiam. Sendo já bastante edosa, ainda representou nos theatros Baquet e Principe Real, do Porto. Maria Joanna Pereira era então uma encantadora e amavel vélhinha, que todos os collegas estimavam e respeitavam.

Pereira *(Martinho)*. Freire da ordem militar de Christo, que professou no convento de Thomar a 3 de novembro de 1658, doutor jubilado em Theologia e lente de vespera na Universidade de Coimbra, D. prior da sua ordem no convento de Thomar, e vice-reitor da Universidade. N. em Obidos em novembro de 1637 e fal. em Coimbra a 14 de janeiro de 1729. Deixou impressos alguns sermões, e 2 volumes de *Commentarios* em latim ao primeiro livro das *Sentenças*.

Pereira *(Fr. Martinho)*. Religioso da ordem da Trindade; doutor em Canones pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa; fal. no convento da Trindade da sua terra natal, em 8 de agosto de 1650. Era filho de Jorge Fernandes e de Branca Gomes. Professou em 1595. Foi grande theologo, sendo tambem muito perito nas duas jurisprudencias. Não quiz nunca acceitar cargo algum para se entregar inteiramente á lição dos livros. Deixou manuscripto *Consultas Canonicas*.

Pereira *(P. Martinho)*. Presbytero secular da Congregação do Oratorio de Braga. Escreveu: *Via-sacra ou modo pratico de visitar as capellas e egreja principal do insigne Santuario do Sr. Bom Jesus do Monte, sito no Monte-espinho, suburbios da cidade de Braga*; reimpresso em Braga, 1841; saiu sem o seu nome, porém consta ser elle o autor, pelo que se lê a pag. 22 do livro *Descripção do prodigioso Santuario*, etc., por Manuel

Antonio Vieira de Araujo. Escreveu mais: *Atalho da perfeição situado nas frequentes visitas ao Santissimo Sacramento*, Lisboa, 1791.

Pereira (*D. Matheus de Abreu*). Bispo de S. Paulo, no Brazil. N. na ilha da Madeira a 8 de agosto de 1766, fal. em S. Paulo a 5 de maio de 1824. Foi o 4.º bispo d'essa diocese, sendo apresentado em 1794, o tomando posse solemnemente em 1797. Foi presidente do governo interino d'aquella capitania, depois membro provisorio da provincia, etc. Jaz sepultado na sé cathedral de S. Paulo. Na Bibliotheca nacional do Rio de Janeiro, consta que existe d'este prelado o seguinto manuscripto: *Informação do estado dos negocios da capitania de S. Paulo, dada a 24 de abril de 1819... a governador João Carlos Augusto de Caphausen.*

Pereira (*Miguel Angelo*). Maestro portuense, mais conhecido simplesmente pelo nome e sobrenome de Miguel Angelo. N. em Barcellinhos a 27 de janeiro de 1843, fal. no Porto a 1 de fevereiro de 1901. Era filho de Bento de Araujo Pereira e de sua mulher Ludovina Rosa de Jesus. Seu pae estava estabelecido no Porto, e trouxe a creança ainda recemnascida para esta cidade, onde a fez baptisar na freguezia de Cedofeita. Começou a aprender musica com o pae, desde a primeira infancia, e aos 8 annos já era moço do côro na egreja da Lapa. Este emprego deu-lhe direito a frequentar gratuitamente as aulas do lyceu annexo áquella egreja, e ali recebeu muita instrucção litteraria. Seu pae tinha tomado parte nas discordias politicas que agitaram o paiz n'aquella epoca, vendo se por esse motivo obrigado a emigrar para o Brazil, pelo que ficou a familia no Porto em circumstancias muito precarias. Concorreu para tornal-as menos penosas o pequeno Miguel Angelo, com os proventos do seu emprego e algumas gratificações que obtinha ajudando ás missas. Bento d'Araujo veiu á Europa algum tempo depois, e voltou para o Rio de Janeiro levando comsigo a familia, e ali se estabeleceu. Cuidou em completar a educação artistica de seu filho, que frequentou o conservatorio do Rio de Janeiro, onde foi discipulo do notavel professor brazileiro Francisco Manuel da Silva. Quando Thalberg esteve de passagem no Brazil, tambem lhe deu proveitosos conselhos. Miguel Angelo depressa se tornou pianista distincto e muito applaudido em alguns concertos que realisou n'aquella cidade. Contava aproximadamente 20 annos de edade quando veiu ao Porto, e seu do immensamente festejado, resolveu fixar ali residencia. Dedicou-se então ao ensino, e tentou a carreira de compositor. A sua primeira obra importante foi um *Te-Deum* a 4 vozes e grande orchestra, executado por occasião de se inaugurar no Porto a estatua de D. Pedro V. Em 1865, inaugurando-se a exposição universal portuense, Miguel Angelo escreveu uma grande marcha intitulada *Progredior*, que foi executada pela orchestra, banda e orgão. Essa epoca marcou o inicio d'um notavel desenvolvimento musical no Porto, sendo então muito frequentes os concertos e festas musicaes promovidas ou em que tomavam parte artistas muito notaveis, como Arthur Napoleão, Sá Noronha, os irmãos Ribas e outros. Miguel Angelo adquiriu n'este meio reputação de pianista e de compositor. O celebre organista francez Carlos Widor, ainda então pouco conhecido, viera ao Porto para inaugurar e dar alguns concertos no grande orgão do palacio da exposição; prestou-se a ensinar o manejo d'esse instrumento a quem quizesse aprendel-o, e Miguel Angelo aproveitou o ensejo, para se tornar tambem um organista perfeito. No mesmo anno de 1865 tinha preparada a sua opera em 4 actos, *Eurico*, esperando que fôsse cantada no theatro de S. João, do Porto. O poeta Guilherme Braga escreveu então no jornal *Porto Elegante* um artigo biographico muito lisonjeiro para Miguel Angelo, comtudo, só 4 annos depois é que pôde conseguir apresentar em publico a sua opera, que se cantou no theatro de S. Carlos, de Lisboa, a 23 de fevereiro de 1870. O libreto de *Eurico* foi extrahido do bem conhecido romance *Eurico o*

Miguel Angelo Pereira

presbytero, de Alexandre Herculano, por Pedro de Lima. A opera que vinha precedida de grande fama, muito exagerada segundo a opinião dos entendidos, foi recebida friamente, obtendo apenas alguns applausos uma pequena canção moirisca. Miguel Angelo, sempre corajoso e confiando muito no seu merecimento, attribuiu o mau exito do seu trabalho a tudo, menos á falta de valor artistico, e procurou obter no Porto a desforra da frieza dos lisbonenses. Conseguiu que a opera fôsse cantada no theatro de S. João, em janeiro de 1874, tendo modificado a partitura e reduzindo-a a 3 actos. Os portuenses fizeram-lhe uma ovação, offereceram-lhe uma batuta de prata, Guilherme Braga dedicou-lhe uma poesia, o sr. Joaquim Vasconcellos publicou em folheto uma *Analyse critica*, etc. Mas passado o enthusiasmo provocado pelos reclamos, não tardou a reconhecer-se o verdadeiro valor da opera e do seu autor; ella, uma tentativa sem seguimento; elle, um artista intelligente e bem dotado, mas impossibilitado de se aperfeiçoar por excesso de amor proprio. O *Eurico* cantou se tambem no Rio de Janeiro de 1878, mas com exito medíocre. No emtanto, pela epoca em que o *Eurico* se cantou no Porto, Miguel Angelo achava se no

pleno gozo d'uma bella reputação e cheio de grandes aspirações. Em parte por sua influencia fundou se a *Sociedade de Quartetto do Porto*, que depois foi absorvida pelo *Orpheon Portuense*. Inaugurou se no dia primeiro de maio de 1874, e deram-se ali concertos de musica de camara, em que se executaram muitas obras dos melhores mestres. Miguel Angelo escreveu para esses concertos um quintetto para piano e intrumentos de corda, inspirado no poema *A Ondina do lago*, do poeta portuense Ernesto de Almeida. Miguel Angelo, porém, não se ligou bem com os seus collegas, e em junho do 1883 rompeu violentamente com elles; desabafou as suas iras na imprensa, e em 1884 começou a publicar o jornal chamado *Eurico*, em que os aggredia com as mais baixas chocarrices. Nada bom lhe resultou d'esses desabafos, antes perdeu muito na opinião das pessoas sensatas. N'essa mesma epoca estabeleceu um armazem de musica, que pouco tempo conservou. A reputação de bom mestre de piano deu lhe recursos folgados durante certo tempo, que foi para Miguel Angelo o seu periodo aureo. Mas infelizmente esse periodo passou por varias causas; os discipulos desappareceram pouco a pouco, os concertos que realisava, tornavam-se menos concorridos, as excursões que de tempos a tempos fazia ao Brazil deixaram de ser productivas. A decadencia foi constante depois do anno de 1885, e veiu a produzir resultados tristissimos. Perturbou-se-lhe a razão. Da ultima viagem ao Brazil em 1898 regressou completamente anniquilado, sem meios e com a cabeça perdida. O resto da vida foi uma cruel expiação. Os amigos e antigos discipulos, condoidos d'aquella enorme desgraça, promoveram subscripções, projectaram um espectaculo em seu beneficio, que não chegou a realisar-se. O pobre musico, que a lucta contra a adversidade enlouquecera, havia sido recolhido n'uma casa de saude, onde falleceu. Além do *Eurico*, dizia elle ter concluido duas operas, que ficaram ineditas, intituladas *Avalanche* e *Zaida*; d'esta ultima cantaram-se dois trechos n'um concerto dado pelo autor em 1893. Escreveu tambem: *Quintetto em ré maior* para piano e instrumentos de corda, já acima citado; 3 quartettos para instrumentos de corda: *Scherzo*, *Alla Gallega* e *Mi lá ré-sol dó; Luiz de Camões*, cantata composta e executada nas festas commemorativas do centenario em 1880; *Adamastor*, symphonia; *Marcha episcopal* para banda, dedicada ao bispo do Porto; *Phantasia heroica*, para banda, escripta para o concurso de bandas militares que se realisou em Braga em 1894; *Te Deum* a vozes e orchestra, escripto para a inauguração da estatua de D. Pedro V, já citado; *Stabat Mater* a vozes e orchestra; *Libera me*, idem; *O Salutaris Hostia*, para 3 sopranos e harpa. Estas obras não se imprimiram; as seguintes estão publicadas: para canto e piano: *Ave Maria*, *Canção de abril*, *Serenata*, letra de João de Deus; *Marcha do Odio*, poesia de Guerra Junqueiro, escripta por occasião da desavença de Portugal com a Inglaterra, em 1891. Para piano só, *Berceuse*, *Grenadine*, *Esboços*, *Tres mazurkas*; *Secia* polka de concerto; *Presumpçosa*, idem; além de muitas outras composições de menos importancia, parte das quaes publicou com o pseudonymo de *Pam*. Com o jornal *Eurico* tambem sairam alguns trechos da opera do mesmo titulo; o autor emprehendeu publicar a opera completa, mas não o conseguiu. Miguel Angelo Pereira, quando esteve no Brazil, compoz e arranjou muita musica para diversas peças theatraes, que se representaram.

Pereira *(Miguel Dantas Gonçalves)*. Negociante, capitalista e proprietario, deputado, par do reino, etc. N. em Paredes de Coura a 20 de agosto de 1836, fal. em Lisboa a 7 de junho de 1905. Pertencia a uma modesta familia de lavradores. Em principios do anno do 1843 entrou n'um collegio do Porto, onde esteve até 1846, saindo então para se empregar no commercio. Em 1850 embarcou para o Rio de Janeiro, no intuito de seguir a vida commercial. Durante tres annos trabalhou bastante, passou muitas privações e amarguras, mas depois a sorte ajudou-o, e conseguiu empregar-se n'uma importante casa de commercio, em muito boas condições, e ao completar 18 annos de edade já estava estabelecido e muito acreditado. Tendo alcançado avultada fortuna, regressou á patria em 1870, e fixou residencia no Porto. Começou então a applicar a sua fortuna em emprezas arrojadas de manifesta utilidade publica, sendo a principal a construcção do caminho de ferro do Porto á Povoa de Varzim, de que foi um dos principaes accionistas e obrigacionistas; companhia que não requereu nunca do Estado auxilios nem garantias de juro. Em 1872 filiou-se no partido regenerador, de que foi um dos mais prestimosos partidarios, sendo eleito deputado pela primeira vez em 1877, pelo circulo de Caminha e Paredes de Coura; tornou a ser eleito em outras legislaturas successivas pelo mesmo circulo, menos em 1879, em que perdeu a eleição. Foi depois par do reino electivo. Em 1890 montou em Coura uma fabrica de lacticinios, a primeira que existiu no paiz, e cujos productos se tornaram muito acreditados em Lisboa, Porto e em toda a parte rivalisando com o melhor que do estrangeiro era importado por altos preços. Os grandes melhoramentos, que teve Paredes de Coura, são devidos á sua grande actividade, boa vontade e influencia. Dotou-a com um edificio grandioso, onde estão installadas a camara municipal, as repartições publicas e o tribunal; um bom edificio hospitalar, etc. Miguel Dantas Gonçalves Pereira era commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, e em 1892 recebeu a carta de conselheiro. Foi por muitas uezes presidente da camara municipal da sua localidade.

Pereira (*Miguel da Silva*). Jurisconsulto, que viveu no seculo XVII. Era natural de Lisboa Formou-se em Jurisprudencia cesarea, como então se dizia, na Universidade de Coimbra, recebeu o grau de licenceado, e foi nomeado a 4 de outubro de 1670 desembargador da Casa da Supplicação, em 3 de outubro de 1673 corregedor do civel da côrte, em 27 de novembro de 1677 desembargador dos Aggravos, chegando emfim em 21 de fevereiro de 1693 a chancellor da Casa da Supplicação. Em 1674 foi a Madrid como secretario da embaixada do marquez de Gouveia, escreveu a relação da viagem o do successo das questões diplomaticas que em Madrid se trataram, relação que ficou manuscripta. Deixou tambem manuscriptos uns commentarios de Tacito, porque elle era um insigne latinista.

Pereira *(Miguel Soares)*. Doutor em Canones

pela Universidade de Coimbra. N. no Porto. Era filho de Bernardo Pereira e de Suzana Carneiro. Entrou no collegio de S. Pedro como collegial em 22 de junho de 160‹; foi lente de Theologia na Universidade, deputado da inquisição de Coimbra, de que tomou posse a 19 de dezembro de 1614 conego doutoral da sé do Porto provido a 21 de agosto de 1620 e chantre da sé de Braga. Nomeado agente dos negocios de Portugal em Roma, quando andavamos solicitando do papa, que reconhecesse a nossa independencia, recebeu depois a mitra de Miranda em recompensa de serviços prestados. Não imprimiu cousa alguma, dictou porém numerosas apostillas, que correspondem ao que tem hoje entre os estudantes o nome classico de *sebenta*.

Pereira (*Nunes Vaz*). Segundo capitão-mór de Sofala; mandou-o D. Francisco de Almeida substituir Pedro d'Anhaya, que morrera. Governou desde o fim de 1506 até setembro de 1507.

Pereira (*Nuno Marques*). Natural da villa de Cayru, distante 14 legoas da cidade da Bahia, onde nasceu em 1652. Era muito instruido na historia sagrada e profana. Escreveu: *Compendio narrativo do Peregrino da America, em que se tratam varios discursos espirituaes e moraes, com muitas advertencias e documentos contra os abusos, que se acham introduzidos pela malicia diabolica no estado do Brazil*, Lisboa, 1728. Ha outras edições com as datas de 1752, 1760 e 1765.

Pereira (*Nuno Velho*). Capitão-mór de Sofala e de Moçambique, para que foi nomeado em 1577, mas de que só tomou posse em 1583. Officiou logo ao governo de Lisboa, indicando o numero de homens que reputava necessarios para a conquista das minas. Em 1586 cedeu o governo a D. Jorge de Menezes, e partiu para a India, onde exerceu por algum tempo o cargo de commandante da esquadra do Malabar.

Pereira (*P. Paulo*). Jesuita. N. em Angra do Heroismo em 1655 e fal. em 1713. Entrou na Companhia de Jesus em 1672, e foi reitor do collegio da ilha de S. Miguel. Deixou impresso um volume de *Sermões varios*.

Pereira (*Pedro Antonio*). Actor muito considerado que representou no antigo theatro do Bairro Alto. Era mais conhecido por *Pedro Antonio*, e tambem por *Pedrinho*, como amigavelmente o tratavam os seus contemporaneos. Trabalhava no genero tragico. Em 1768 representou o papel de *Tartufo*, na peça d'este titulo, de Moliére. Foi depois chamado ao Rio de Janeiro, onde organisou o theatro portuguez, fazendo actores dos amadores dramaticos, que representavam ali particularmente. Fal. no Rio de Janeiro. Pedro Antonio Pereira tambem era poeta, mas de pouco valor. Escreveu: *Zaira, tragedia de Voltaire*, traduzida em portuguez, Lisboa, 1783; *Homens e desdens de amor, comedia traduzida do hespanhol de D. Agostinho Moreto*, Lisboa, 1785; *O outeiro, ou os poetas fingidos, entremez*, Lisboa, 1783; *O Caçador, entremez*, Lisboa, 1785; *A doutora Brites Martha, novo entremez*, Lisboa, 1783; *O outeiro, ou os poetas afinados, novo entremez*, Lisboa, 1783; outra edição em 1793.

Pereira (*Pedro Henriques da Costa*). Prior da freguezia do Sacramento, de Lisboa. N. n'esta cidade a 15 de julho de 1837, onde tambem fal. a 5 de julho de 1897. Era filho de Joaquim da Costa Pereira, pagador das obras militares, e de D. Maria Genoveva Bello Pereira. Em 1851 completou os estudos de latinidade e tomou ordens menores; em 1852 fez exame de theologia moral em S. Vicente de Fóra, sendo approvado *nemine discrepante*, e em 1854 tomou ordens de sub-diacono. Nomeado por carta regia de 20 de março, foi em 25 de junho de 1855 apresentado prior da freguezia de S. Christovão, prestando bons serviços, especialmente por occasião da febre amarella, em 1857, de que foi victima seu pae. No mesmo anno de 1855 recebeu a nomeação de gentil homem familiar e capellão domestico do cardeal patriarcha D. Manuel. Em 1856 entrou como professor e sub-director do Instituto de humanidades, regendo ali as aulas de grammatica latina e de instrucção primaria segundo grau. Tomou ordens de diacono a 26 de setembro de 1859, e com dispensa da edade tomou as de presbytero, sendo nomeado secretario das receitas do seminario patriarchal. Recebeu, com effeito, as ordens de presbytero em março de 1860, e em seguida obteve licença para celebrar missa na egreja de S. Nicolau, e em 1861 tambem obteve licença para prégar, precedendo um exame. Em 1862 foi nomeado para a distribuição da bulla da santa cruzada no patriarchado; capellão cantor da patriarchal e segundo mestre de cerimonias da mesma sé. Da distribuição da bulla pediu exoneração, que alcançou em outubro de 1863. Em 1870 foi apresentado na parochia do Sacramento, de que tomou posse a 28 de abril do mesmo anno, com toda a solemnidade. Entrando no exercicio das suas novas funcções parochiaes, deixou os logares de capellão cantor e de mestre de cerimonias da sé patriarchal. Em outubro de 1879 foi com o patriarcha D. Ignacio, como procurador e secretario particular, em visita pastoral, percorrendo Gollegã, Tancos, Paio de Pelle, Cardiga, Barquinha e Santarem, regressando a Lisboa no mez seguinte. Por effeito de grave doença, de que soffria desde muitos annos, foi aposentado em 1895. O prior Costa Pereira prestou muitos e bons serviços á freguezia do Sacramento, deixou aos pobres parte dos seus rendimentos, porque de muitos actos sacerdotaes não recebia os direitos que lhe pertenciam. Prégou muitos sermões, mas nenhum d'elles se publicou. Consta estar impresso unicament: *Novena do martyr S. Sebastião*; esta festa foi por elle instituida na egreja de S. Christovão, passando depois para a do Sacramento, sendo sempre feita com grande pompa; *Esboço biographico e descripção liturgica da administração do sagrado viatico e extrema uncção e do funeral do ex.^mo e rev.^mo sr. cardeal patriarcha D. Manuel Bento Rodrigues*, etc., Lisboa, 1869.

Pereira (*Pedro Maria Dantas*). V. *Dantas Pereira (Pedro Maria)*. Vol. III, a pag. 18 e 1087.

Pereira (*Pedro de Sousa*). Theologo, natural de Lamego, de cujo nascimento e morte se ignoram as datas. Para sustentar a apparição de Christo a D. Affonso Henriques contra D. João Caramuel, que negára essa apparição no livro *Philippus prudens demonstratus*, escreveu uma obra que foi impressa em 1649 e que tem por titulo *Maior triumpho da monarchia lusitana em que se prova a visão do Campo d'Ourique, que teve e jurou o pio rei D. Affonso Henriques com os tres Estados em côrtes*. O padre Antonio Vieira, que

foi revedor d'esta obra por parte do Desembargo do Paço, deu a respeito d'ella o seguinte parecer: «Por mandado de V. M. vi as proposições que Pedro de Sousa Pereira apresentou a V. M. e confórme a mesma ordem o ouvi ácêrca d'ellas. O autor me pareceu pessoa muito christã e zelosa do serviço de Deus o de V. M. e mui versado nas letras divinas e em outras sciencias, se bem com estylo e modo de discorrer particular. E este mesmo juizo é o que fiz do seu livro no qual prova as proposições que propõe com muita escriptura, erudição e engenho, posto que a algumas lhe não póde dar a certeza que ellas não tem. Comtudo me parece obra, que pelo assumpto, variedade e piedade com que se trata, será de gosto e proveito aos que a lêrem e que ac crescentará nos portuguezes o zelo e estimação do reino: e assim se póde imprimir.»

Pereira *(Porphyrio José)*. Escriptor. N. em Elvas a 29 de agosto de 1837, sendo filho de Pedro José Pereira e de D. Agueda Maria Alvarrão Pereira. Completou um curso de estudos secundarios e frequentou a Escola Polytechnica de Lisboa, recebendo em 1856 um premio no primeiro anno de Mathematica. Escreveu: *Mundos novos (*traducção d'uma viagem ao Oceano Pacifico, por M. Paulin Niboyet*)*. Elvas, 1860; *Quadros d'alma, ou a mulher atravez dos seculos*, Lisboa, 1862; *A freira enterrada em vida, ou o convento de S. Placido, romance historico e original hespanhol, de Garcia Sanchez del Pinar, traduzido livremente*, Lisboa, 1862, 3 volumes; parece que publicou outras obras originaes e traduzidas, em que se conta a seguinte: *Luctas e lutos nacionaes, ou historia resumida dos movimentos historico-politicos de Portugal n'estes ultimos 80 annos*, em 2 tomos, dedicada a el-rei D. Luiz I.

Pereira *(Raul Maria)*. Pintor, nascido nas cercanias de Bragança. Matriculou se na Academia de Bellas Artes do Porto, cujo curso terminou em 1899 ou 1900. Dotado d'uma prodigiosa força de vontade, mas falto de recursos, empregou-se como retocador na *Photographia União* do Porto, onde continuou a pintar nas horas vagas. Foi n'esse atelier que o encontrou o sr. visconde de S. João da Pesqueira, que affeiçoando-se ao moço artista lhe arbitrou uma pensão para ir a Roma aperfeiçoar se. Raul Maria Pereira partiu para aquella cidade, emprehendendo depois uma viagem de estudo por Veneza, Budapesth, Vienna, Trieste, Napoles, Athenas e Constantinopla, onde fez muitos e interessantes *croquis*. Em Constantinopla a policia do sultão prendeu-o, por ser encontrado a desenhar e a pintar no meio da rua. O rapazinho que largara a sua aldeia, encolhido e quasi boçal, é hoje um artista distincto, e se continuar a estudar será um dos melhores da sua geração.

Pereira (*D. Rodrigo*). V. *Madre de Deus* (*D. Rodrigo da*)

Pereira *(Rodrigo Boaventura Martins)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa e lente da anatomia na mesma escola. N. em Lisboa a 13 de março de 1842, onde tambem fal. a 19 de julho de 1897. Terminou o curso em julho de 1867, em que defendeu a these seguinte, que n'esse mesmo anno se publicou: *Algumas palavras sobre a especie morbida precedidas de algumas considerações sobre a especie em geral.* Foi nomeado cirurgião para o Banco do hospital de S. José, em 7 de maio de 1873, deixando de fazer serviço em 28 de junho de 1877, por ter cegado, e foi demittido a seu pedido em 15 de junho de 1880. Era lente de anatomia na Escola Medica, onde fôra estudante, tendo de deixar a regencia da sua cadeira, pela infelicidade da cegueira que o assaltara. Apezar d'essa infelicidade, continuou os seus estudos recolhido em casa e rodeado de alguns amigos e collegas dedicados, e no meio d'elles dictou varios artigos e uma memoria ácêrca da administração do hospital de S. José. A doença que lhe atacara os olhos, tambem depois lhe invadiu o cerebro, até que veiu a fallecer no fim de 20 annos de martyrio. Do artigo publicado no *Occidente*, de 10 de setembro de 1897, firmado pelo dr. Gregorio R. Fernandes, já hoje fallecido, que era seu intimo amigo e collega no referido hospital, transcrevemos os seguintes periodos: «Dotado de qualidades physicas excepcionaes que o tornaram sympathico a todos que o conheciam, lhano e affavel, extraordinariamente sagaz e talentoso, Rodrigo de Boaventura deixou em todas as aulas que frequentou a mais alta fama do seu valor. Mestres e condiscipulos proclamavam com enthusiasmo os seus altos dotes de intelligencia. Um anno mais moderno no curso medico que o seu dilecto amigo Sousa Martins, com a mesma orientação scientifica d'este, não era offuscado nas variadas manifestações intellectuaes por tão saudoso homem de sciencia e de coração, cuja perda a sua classe hoje pranteia e a nação inteira antevê a enorme falta. Se a palavra de Rodrigo era menos eloquente e impetuosa; se as suas faculdades de trabalho se não podiam confrontar com as de Sousa Martins e portanto o numero de seus conhecimentos scientificos era mais limitado, se á sua analyse faltaram muitos dos elementos de que aquelle dispunha, egualava-o comtudo na réplica prompta, rapida e incisiva, sobrelevava-lhe na maneira de generalisar um assumpto e excedia o muito na aptidão cirurgica. Ficou lendaria esta desde o banco das aulas, e o brilho da reputação do profissional não foi empanado pela pericia e ousadia do estudante. Pela sua franqueza e sinceridade captivava os que d'elle se aproximavam. Desprezava os hypocritas e os dissimulados, e nos actos mais solemnes da sua vida nunca deixou de expender pela palavra e mostrar por acções toda a independencia das suas opiniões. Com Sousa Martins foi introductor na Escola Medica dos estudos positivos. Darwin inspirara-lhe a sua these inaugural, Vogt e Haeckel eram seus guias nas questões mais transcendentes da cadeira que professava. A *tabes dorsalis* que desde o seu ingresso no professorado o torturava, com as mais acervas dôres, em pouco tempo lhe invadiu a retina, produzindo-lhe a cegueira. O golpe era profundo, mas Rodrigo, vontade de bronze, luctou contra esta terrivel desgraça. Auxiliaram n'o amigos dedicados. Todas as noites em casa do Rodrigo, no denominado club da rua dos Douradores, lhe eram lidos os livros mais notaveis da sciencia e discutidas as novidades scientificas do dia. Sousa Martins, João Ramada, Ribeiro Alves e o padre Baptista de Sousa já fallecidos e João Campos, José Antonio Serrano, Bettencourt Raposo, dr. Laranjo, que comigo pranteiam a sua morte, cumpriram religiosamente esta tarefa. Durante o dia leitores assalariados faziam lhe

largas e prolongadas leituras. Rodrigo pensava em coutinuar a reger, mas, como a unica cadcira da secção cirurgica que não tiuha demoustração era a de Pathologia externa, e essa estava preenchida pelo professor Arantes, teve que resignar esta aspiração. Não podendo continuar no professorado nem por isso ficou inerte. Publicou uma memoria sobre a promoção hospitalar em que mostrava os absurdos da lei que n'este ponto regia o hospital de S. José; uma serie de cartas, mais tarde reunidas em volume, dirigidas ao ex.^{mo} visconde de Chaucclleiros, sobre a região vinicola da Merccana, e por ultimo uma memoria sobre rotação e movimento curvilineo, cuja doutrina, não sendo compartilhada pelos conhecedores do assumpto, nem por isso revela menos o talento de quem a escreveu. A doença que lhe atrophiara a retina fizera, attingindo-lhe o cerebro, desprezar todas as dedicações com que se pretendera suavisar-lhe a sua desgraça e, afastando-se dos que mais o amaram condemnou-se á mais dolorosa de todas as existencias.» Rodrigo Boaventura Martins Pereira, além de artigos nos jornaes de medicina, e da sua these inaugural já citada, escreveu o publicou o seguinte: *A inflammação*, Lisboa, 1875; *La rotation et le mouvement curviline*, Lisboa, 1885.

Pereira *(Rosa)*. Actriz dramatica. N. em Valença a 31 de outubro de 1869, fal. no Rio de Janeiro, victima da amarella, a 4 de maio de 1891. Veiu para Lisboa aos 15 annos de edade, e aos 17 estreou-se no theatro da Alegria, n'essa epoca dirigido pelo fallecido escriptor popular Francisco Jacobetty, n'uma parodia ao *Processo do cancan*, em que muito agradou. Entrou depois nas comedias *Cabeço de Bola ao pé do quartel*, *Theatro por dentro*, *30 botões* e *Tio padre*, fazendo sempre progressos e obtendo applausos. Quando a empresa terminou, foi n'uma digressão ás provincias, até que no fim de 1889 se contratou no theatro do Chalet do Porto, onde representou com muito successo na revista *Partilhas do diabo*, na magica *Os sete castellos do diabo*, e ua comedia *O Rosalino*. Em 1890 veiu para Lisboa contratada por Sousa Bastos, então emprezario do theatro da Avenida, e tomou parte na *reprise* da revista *Tim tim por tim tim*, obtendo grande exito. Ainda representou no Porto e na Povoa de Varzim, embarcando depois para o Rio de Janeiro, na companhia dirigida por Guilherme da Silveira, estreando-se a 12 de fevereiro de 1891, com enorme successo. Poucas peças pôde representar, porque a febre amarella a victimou poucos mezes depois. Comtudo, ainda entrou na revista *Viagem ao Parnaso*, nas magicas *Gato preto* e *Gallinha dos ovos de ouro*, no «vaudeville» *As Andorinhas*, na comedia *A menina Rosa* e na cançoneta *Caluda José*. Falleceu tendo apenas 21 annos, quando a sua vocação para a scena lhe augurava um brilhante futuro.

Pereira *(Ruy)*. Fidalgo do seculo XIV, muito dedicado ao mestre de Aviz D. João. Acompanhava-o quando elle desembaraçou o reino do conde Andeiro por meio de uma punhalada, e estava prompto a cobril-o com o seu corpo de qualquer aggressão que contra elle tentassem os apaniguados da rainha D. Leonor Telles. Quando rebentou a guerra contra Castella, e que as tropas castelhanas vieram cercar Lisboa, Ruy Pereira foi encarregado pelo mestre de Aviz de ir ao Porto preparar uma esquadra com que pudesse vir em soccorro de Lisboa. Conseguiu effectivamente reunir uma boa esquadra de 17 naus e 17 galés, cujo commando offereceu ao conde D. Gonçalo, irmão de D. Leonor Telles, que acceitou o commando e o titulo de almirante, sendo Ruy Pereira o capitão da frota, quer dizer Ruy Pereira commandava as naus e D. Gonçalo as galés. Em Belem, então chamado Rastello, estava fundeada a esquadra castelhana, muito superior em numero. Apezar d'isso os portuguezes entraram, depois de terem avisado D. João mestre de Aviz da tentativa que iam fazer. Esperavam todos em Lisboa com anciedade o resultado da tentativa, que se effeituou na manhã do dia 18 de junho de 1384. Vinham na frente naus em numero de cinco. A maior, a capitania, chamava-se *Milheira*, e levava a seu bordo Ruy Pereira com 60 homens d'armas e 40 bésteiros, atraz vinham as 17 galés, que eram principalmente navios de transporte, comboiadas pela retaguarda composta das outras 12 naus. O vento era-lhes favoravel á entrada, porque soprava da barra, e por isso tambem a esquadra castelhana deixou passar incolumes as naus de Ruy Pereira, deixou passar as galés para depois, não tendo que vogar contra o vento, ir lhes no alcance e empolgal-as. Assim fez. Apenas as galés deixaram pela pôpa a esquadra castelhana, esta, navegando tambem de vento em pôpa, soltou as vélas e correu sobre ellas como um bando de milhafres sobre um bando de pombas. As galés estavam perdidas, se não fôsse a heroica resolução de Ruy Pereira. Já a salvamento em Almada, sem se importar com a desproporção do numero, e pensando só que a salvação da cidade depeudia da salvação das galés, virou de bordo e veiu audaciosamente lançar-se no meio das 40 naus castelhanas com as suas 5 apenas. O primeiro embate suspendeu forçosamente a investida, e as galés tiveram tempo de se pôr a salvo. Ao mesmo tempo as 12 náus, que vinham na retaguarda, vieram ajudar Ruy Pereira, e diminuir um pouco a formidavel desproporção da peleja. Ruy Pereira pagou com a vida a sua heroica audacia; 3 naus portuguezas cairam nas mãos dos castelhanos, mas as galés estavam salvas, e Lisboa abastecida, derrota mil vezes mais gloriosa e mais util do que uma victoria. Assim morreu heroicamente no dia 18 de junho de 1384 um dos primeiros martyres da indepeudencia da patria, o intrepido Ruy Pereira.

Pereira *(Ruy)*. Fidalgo do seculo XV, senhor da Feira, e celebre pelas contendas que teve com os burguezes do Porto, cujos fóros pretendeu violar, indo residir para dentro da cidade sem o seu consentimento, o que deu logar a uma formidavel sedição. Deu este caso assumpto para o celebre romance de Arnaldo da Gama a *Ultima dona de S. Nicolau*. Commandava a vanguarda na batalha de Toro, onde se portou com grande bravura.

Pereira *(P. Ruy)*. Jesuita. N. em Villa Real, e viveu no seculo XVI. D'elle restam algumas *Cartas*, e uma d'ellas vertida em italiano foi publicada em Veneza em 1560.

Pereira *(Sebastião da Costa)*. Cavalleiro da ordem de S. João, gentil homem do duque de Albuquerque, natural da cidade do Porto e que viveu no principio do seculo XVII. Compoz grande

numero de poesias portuguezas e hespanholas das quaes consta se publicaram uma *Canção heroica* ao duque de Albuquerque, um *Soneto* á morte da rainha de Castella D. Margarida d'Austria, e um *Epithalamio* nos desposorios dos principes de Paterno.

Pereira *(D. Sebastião José)*. Bispo de Damão. N. em Proença a-Nova em 1857. Educado no Collegio das Missões de Sernache do Bomjardim, partiu para Loanda em 1880, onde se conservou até ser nomeado para auxiliar o então missionario Barroso, hoje bispo do Porto. Na missão do Congo, tão amiravelmente administrada por este venerando sacerdote, ao qual a Egreja e o Estado devem os mais relevantes serviços, foi o padre Pereira um cooperador dedicadissimo, auxiliando com notavel zelo apostolico o benemerito missionario. Em agosto de 1883 emprehendeu uma viagem de exploração ao rio Lundo, sobre o qual escreveu um relatorio em que forneceu preciosos dados para o conhecimento da geographia e ethnographia da Africa. Regressando á Europa para tratar da sua saude fortemente abalada, foi em 1887 nomeado professor de sciencias ecclesiasticas no Collegio das Missões, sendo depois, em 1897, apresentado na prelazia de Moçambique, cargo que acceitou depois de vivamente instado. Sagrado na egreja d'aquelle estabelecimento de educação, partiu para Moçambique em 1898, onde se conservou dois annos, sendo então em 1900 eleito bispo de Damão, cargo em que ainda se conserva. Entre outros melhoramentos introduzidos na sua nova diocese, reformou o seminario alargando as materias do curso theologico, creando as cadeiras de Hermeneutica e Eloquencia, elevando de cinco a seis as classes de inglez e tornando obrigatorio o estudo do *maratha*, que é a lingua vernacula mais geralmente falada na área sujeita á sua jurisdicção episcopal. Visitou as differentes christandades confiadas ao seu zelo apostolico e publicou varias cartas pastoraes dirigidas ao clero e fieis da sua diocese.

Pereira *(Sertorio do Monte)*. Lente da cadeira de silvicultura do Instituto d'Agronomia e Veterinaria, presidente da commissão directora do Mercado Central de Productos Agricolas, deputado, etc. N. em Setubal a 5 de dezembro de 1858, sendo filho de Antonio Pereira da Silva e de D. Luiza Victoria do Monte Pereira; irmão do sr. Gabriel Pereira, inspector das Bibliothecas e Archivos Nacionaes. Estudou os preparatorios em Evora, e frequentou o curso de agronomia e engenharia agricola no Instituto Agricola de Lisboa. Tomou parte no Congresso Viticola Nacional, que se inaugurou em 4 de fevereiro de de 1895, e é a elle que se deve a idéa d'este Congresso. Na Associação dos Estudos Livres, na Associação Central de Agricultura Portugueza e na Sociedade de Geographia, tem feito notaveis conferencias. Fazendo parte do conselho superior de Agricultura, tem deixado o seu nome vinculado a trabalhos importantes. O abastado lavrador norte-americano David Lubim, desde 1895 que andava fazendo uma activa propaganda da sua idéa de estabelecer uma verdadeira federação agricola entre todos os paizes, pondo a primeira de todas as industrias ao abrigo dos numerosos monopolios que a definham. Esta idéa obteve a mais decidida approvação do rei de Italia, Victor Manuel, que empregou toda a sua influencia na protecção da agricultura. O plano de Lubim foi profundamente alterado pelo monarcha, que lançou as bases para a organisação do Instituto Internacional de Agricultura, que elle definitivamente fundou em 1905, dotando o com a importancia annual de 360:000$000 réis do seu bolsinho particular, e convidando os chefes do Estado de todas as nações a collaborarem n'essa vasta obra de progresso agricola e economico. Todas as nações adheriram a este grandioso emprehendimento, por considerarem a agricultura como a principal fonte da sua riqueza. Portugal tambem adheriu, sendo esta idéa acolhida com enthusiasmo por el-rei D. Carlos. No primeiro congresso do Instituto Internacional de Agricultura, reunido em Roma, em 28 de maio de 190', assistiram duas representações de todos os paizes, uma diplomatica e outra de caracter technico. O delegado diplomatico de Portugal foi o ministro portuguez junto da côrte de Roma, o conselheiro Mathias de Carvalho e Vasconcellos; e os technicos: o sr. dr. Oliveira Feijão, lente da Escola Medica e presidente da Real Associação de Agricultura Portugueza e abastado lavrador, e o sr. Sertorio do Monte Pereira, membro da mesma associação, e lente da cadeira de silvicultura do Instituto d'Agronomia e Veterinaria. O sr. Sertorio Monte Pereira tem collaborado muito em diversas publicações agricolas. Na obra *Notas sobre Portugal*, por occasião da exposição do Rio de Janeiro em 1908, obra dirigida pelo sr. Antonio Arroio, em que se encontram monographias importantes, veem publicadas no 1.º volume as seguintes do distincto professor: *A producção agricola* e *A producção vinicola*.

Pereira *(Simão Cardoso)*. Formado em Direito Civil pela Universidade de Coimbra, advogado de causas forenses em Lisboa, socio da Academia dos Singulares, etc. N. em Lisboa, onde tambem fal. a 11 de janeiro de 1690. Era filho de Manuel Cardoso e de Antonia Pereira. Escreveu: *Allegação de Direito em favor do ex.mo sr. D. Agostinho de Lencastre sobre a successão da casa de Aveiro*, Lisboa, 168?. Nos dois volumes da *Academia dos Singulares* andam algumas composições suas, tanto em verso como em prosa.

Pereira *(P. Thomaz)*. Jesuita. N. em S. Martinho do Valle, no concelho de Barcellos em 1645, fal. em Pekim em 1692. Era filho de Domingos da Costa e de Francisca Antonia. Entrou na Companhia de Jesus a 25 de setembro de 1663, e em 1680 partiu, como missionario para a China, da India onde primeiro estivera. Na China adquiriu um grande prestigio principalmente pelos seus conhecimentos musicaes. Attribue-se-lhe a construcção do orgão que existe no collegio dos jesuitas de Pekim e a composição de tratado de musica composto em lingua sinica, obra que o imperador mandou traduzir em tartaro. Gerber e Forkel, celebres escriptores allemães que se occuparam de musicographia, affirmam que Thomaz Pereira escreveu um grande numero de hymnos sagrados em lingua chineza. Foi Thomaz Pereira quem assignou o tratado pelo qual foi permittida no imperio a celebração do rito catholico.

Pereira *(Vasco)*. Pintor, que viveu no seculo XVI. Passou a Hespanha e estabeleceu se em Se-

vilha, onde adquiriu grande reputação e manifestou muita actividade. Uma das suas obras primas é uma *Degolação de S. João Baptista.*

Pereira *(Vicente Antonio Gonçalves)* Capitão de infantaria. N. em Lisboa a 7 de fevereiro de 1836, fal. na mesma cidade em 2 de fevereiro de 1886. Depois dos estudos primarios quiz seguir a vida militar, e assentou praça muito novo, seguindo os postos na fileira até ao de capitão. Era ajudante da guarda municipal, mas nas horas em que o serviço o deixava livre dedicava-se a estudos litterarios e scientificos, especialmente aos que se referiam a assumptos militares. Collaborou na *Revista militar*, onde em 1880 publicou um estudo sobre o exercito inglez, sueco e allemão, trabalho que foi muito apreciado. Escreveu em outros jornaes e em diversas publicações. Era socio effectivo da Sociedade de Geographia de Lisboa e membro da commissão de codificação militar. Possuia a cruz da ordem de Aviz e a medalha de prata de comportamento exemplar. Escreveu: *Contos militares*, Lisboa, 1871; contém os seguintes: 1.° *As filhas do veterano;* 2.° *Anninhas;* 3.° *Um beijo... ao regimento;* 4.° *Um soldado;* 5.° *Um desertor no tempo de Beresford;* 6.° *Um camarada de official;* 7.° *Um recruta;* 8.° *Um aspirante a official;* 9.° *Guerra entre as tribus do deserto;* este ultimo conto é traducção livre do francez; em 1884 fez-se a 2.ª edição, precedida d'uma carta posthuma de Santos Nazareth, revista e accrescentada. Este livro foi muito bem recebido pela classe militar, á qual o autor o dedicára. Escreveu mais: *O jogo da guerra; manobras sobre cartas topographicas;* versão do francez por um official do exercito, Lisboa, 1877; 2.ª edição cuidadosamente revista pelo major reformado Francisco Adolpho Celestino Soares, offerecido ao exercito portuguez, Lisboa, 1885; *O exercito inglez,* no *Diario da manhã*, de 22 de dezembro de 1879; *O exercito allemão*, idem, de 21 de outubro de 1880.

Pereira. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga, 79 fog. e 376 hab. Tem est. post. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada a 3 k. do rio Cávado. O real padroado apresentava o cura, que tinha 60$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é muito fertil em generos agricolas, cria muito gado de toda a qualidade, e tem caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 3, com a séde em Vianna do Castello. N'esta freg. e a uns 1:500 m. ao S. da villa de Barcellos está o edificio que foi o mosteiro do Bom Jesus, da Franqueira, dos frades, primitivamente da provincia da Piedade, e que depois, pela divisão que se fez na ordem, ficou pertencendo á provincia da Soledade. Está situado n'uma eminencia, e foi o seu fundador o duque de Bragança D. Gomes, que, pela sua piedade, quiz que nas suas terras se fundassem os primeiros conventos d'esta familia religiosa. Junto da cêrca do mosteiro, levanta-se o monte onde estão as ruinas do nobilissimo castello de Faria, e onde se admiram ainda a robustez das suas muralhas outr'ora inexpugnaveis, e as suas amplas praças d'armas, dos seculos que passaram. Não foi só o correr de muitos annos que destruiu este monumento das glorias portuguezas, foi tambem o referido duque que o mandou demolir, para com os seus materiaes construir o mosteiro da Franqueira. Junto a este monte ha outro muito mais alto, chamado *Serra da Franqueira*, e pretende-se que este nome lhe venha por terem os francezes ali construido um castello em eras remotas. E' um dos mais bellos pontos de vista da provincia do Minho, pela vastidão, variedade e belleza do panorama que d'aqui se descobre, vendo se a O uma ampla extensão do Oceano. No cume d'este monte vê-se o antigo e majestoso templo de N. S.ª da Franqueira, santuario muito celebre em toda a antiga provincia de Entre-Douro e Minho. Ignora se a data da sua fundação, mas alguns escriptores a attribuem a Egas Moniz; o que é certo é já ser um santuario de muita fama no reinado de D. João I, pois que em 1415, quando foi á conquista de Ceuta com seus filhos legitimos e seu filho natural, D. Affonso 1.° duque de Barcellos, este, entre outras pedras, que mandou arrancar do palacio do rei moiro Collu Ben-Cayla, foi uma mesa que mandou pôr, por memoria, na egreja de N. S.ª da Franqueira, como consta d'um livro que existe no archivo da mesma egreja. O bispo D. Diogo Pinheiro, eleito em 1514, restaurou este templo, por isso o seu brazão d'armas ainda existe no corpo da egreja. A mesa é de jaspe muito fino, de 1m,76 de comprido, por 0m,04 de espessura. Está no altar da Senhora, e não se póde medir a largura, porque sobre ella assenta o retabulo da capella da padroeira. No templo ha duas imagens d'esta Senhora; a antiga, no altar lateral, do lado do Evangelho, e é de bella esculptura em madeira; a nova está no altar-mór. A egreja é vasta e de boa architectura; é de cantaria, e a capella mór de abobada. || Villa e freg. de Santo Estevão, da prov. do Douro, conc. e com. de Montemór-o Velho, distr. e bisp. de Coimbra; 440 fog. e 1:665 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, medico, pharmacia, est. post. permutando malas com a R. A. N. Dista a villa 8 k. da séde do conc e está situada n'uma planicie nas proximidades da margem esquerda do rio Mondego. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 7, com á séde em Leiria. O real padroado apresentava o prior, que tinha réis 300$000 de rendimento annual. Foi dos duques de Aveiro até 1759. E' pov. muito antiga, e entre ella e Coimbra passava a estrada moirisca. Pereira, na sua origem parece que não passava d'uma povoação de agricultores, tão solicitos e cuidadosos, que receberam muitos privilegios dos reis anteriores a D. Diniz e a D. Manuel, e successivamente d'outros monarchas, do que offerecem provas antigos pergaminhos, dos quaes ainda existem alguns, que escaparam ao vandalismo dos francezes commandados por Massena, em outubro de 1810. Os arredores da villa de Pereira são ornados de variados arvoredos, frondosos olivaes, pinhaes, pomares, hortas e quintaes ajardinados. Os terrenos são ferteis em cereaes e legumes, hortaliças, fructas; tem abundancia de gado bovino, cavallar, vaccum, lanigero, cabrum e suino. A egreja é muito antiga, mas ignora-se a data da construcção; conjectura se, porém, que fôsse feita á custa do povo. A capella-mór foi reedificada em 1595 pelo dr. Francisco Rodrigues Froes, capellão d'el rei, como consta d'um letreiro em pedra collocado na parede da mesma capella do lado do Evangelho. A capella do Santissimo, tambem feita a expensas do povo, se-

gundo dizem, é uma obra maravilhosa, primorosamente detalhada, tudo em pedra de cantaria, causando assombro como um simples arco de pedra sustenta o enorme peso d'aquella obra grandiosa. No centro estão o altar e o sacrario, o throno para a exposição do Santissimo, tudo de madeira trabalhada com singular e magistral architectura. Esta capella é um monumento de que muito se ufanam os habitantes de Pereira. Na egreja ha ainda os altares de Jesus, hoje de Santa Maria, o das Almas e a capella dos Couceiros. Na extremidade poente da villa existe a capella do Bom Successo; a de S. Thiago, que fica no monte fronteiro á freg. de Figueiró do Campo, ao sul de Pereira, a qual foi edificada pelos habitantes d'esta villa. Ha ainda a capella de S. Francisco, situada na rua da Torre, a de Santo Antonio, construida em 1601, de construcção simples, com uma uma sineta, e a imagem de Santo Antonio em altar, ou tribuna de pedra; a de N. S.ª do Pranto, é majestosa. Onde é hoje a Misericordia, diz a tradição existia n'aquelle local uma ermidinha, com a imagem de N. S.ª da Piedade; tinha uma confraria governada por juiz, escrivão e seis mordomos, procurador, thesoureiro para recolher as esmolas, quatro pedidores, um albergueiro para receber e tratar os passageiros, e ter cuidado nos miseraveis da freguezia, que eram visitados e soccorridos por todos as familias; havia uma casa para sessões da mesa do governo, onde é hoje o celleiro, á qual chamavam torre do despacho, e ao pé outra casa para receber os passageiros, denominada albergaria; um capellão que dizia missa todos os dias. Esta irmandade tinha habito branco com murças roxas, tinham um esquife para conduzir os mortos á sepultura. A fundação d'esta capella é antiquissima. A sineta que se conserva ainda na torre, tem o metal gasto, na volta de cima um letreiro com caracteres desconhecidos; no bojo outro letreiro com caracteres que mal se conhecem, tem um relevo no centro, representando a imagem de N. S.ª da Piedade, signal de que foi fundida para a capellinha; no lado opposto outro relevo, representando *Ecce Homo*. Apenas se publicou a resolução da rainha D. Leonor, viuva de D. João II, no anno de 1498, que instituiu as corporações das misericordias, em todo o reino, logo o juiz e varios membros da confraria pediram á rainha lhe concedesse o privilegio de Misericordia, cuja mercê obtiveram, como consta da provisão e compromisso que então lhe foi concedido. Mudou portanto, o nome de confraria em Misericordia, de juiz em provedor, de cruz em bandeira. Seculos depois a capellinha foi transformada em egreja mais apropriada, o que então se realisou, graças a 8 cavalheiros generosos, habitantes de Pereira, e construiu se o majestoso templo que ainda existe, de primorosa architectura. A villa de Pereira tem foral dado por el rei D Diniz, e sua mulher, a rainha Santa Izabel, em Coimbra a 12 de novembro de 1282, e foi então que subiu á categoria de villa. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, no primeiro de dezembro de 1513. Ha tambem uma sentença de D. João III, publicada a 18 de janeiro de 1538. || Povoações nas freguezias: Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa || S. Paio e conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Argoncilhe, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Avidagos, conc. de Mirandella, districto de Bragança. || S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Martha, de Bouro, conc. de Amares, do mesmo distr. || S. Pedro, de Britello, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || Santo André, de Campeã, conc. e distr. de Villa Real. || S. Martinho, do Caramos, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Thomé, de Correlhã, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Cortegaça, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Natividade, de Extremo, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Ferreira d'Aves, conc. de Sattam, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Thiago, de Fontão, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Fontoura, conc. de Valença, do mesmo districto. || S. Pedro de Freitas, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Martinho, de Freixieiro de Soutello, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. José, de Godim, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || N. S.ª da Graça, de Graça, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || Santa Margarida da Coutada, conc. de Constancia, distr. de Santarem. || S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || O Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || S. Julião, de Mouronho, conc. de Taboa, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Romão, de Nogueira, conc. da Ponte da Barca, distr. do Vianna do Castello. || O Salvador, de Penajoia, conc de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Penude, do mesmo conc. e distr. || S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Pinheiro, conc. de Castro Daire, do mesmo distr. || N. S.ª das Neves, de Pousaflores, conc. de Anciães, distr. de Leiria. || S. Paio, de Pouzada. conc. e distr. de Braga || Santa Comba, de Regilde, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Thiago, de Riba d'Ul, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Salto, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Seixas, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. Cypriano, de Senharei, conc. de Arcos do Valle-de-Vez, do mesmo distr. || Ilha da Madeira; N. S.ª d'Ajuda, de Serra d'Agua, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || S. Miguel, de Silvares, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Villar, conc. de Villa do Conde, districto do Porto. || S. Paio, de Villar Chão, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Villar de Mouros, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. Thomé, de Covellos, conc. de Baião, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição, de Olalhas, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || S. João Baptista, de Mouto Real, conc. e distr. de Leiria. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Jarmello, conc. e distr. da Guarda. || Quinta na freg. de S. Bartholomeu e concelho de Villa Flôr, distr. de Bragança. || N. S.ª da Conceição da Rocha, de Cabeça Gorda, conc. e distr. de Beja || Riboira do distr. de Bragança. N. na serra do Deibão, corre a SO, e vae entrar no

rio Sabor, um pouco abaixo da foz do Onor, depois de 12 k. de curso. || Pov. do conc. de Coimbra, e apeadeiro na linha de Coimbra á Figueira, entre o apeadeiro do Amcal e a est. de Formoselha, servida por *tramways*.

Pereira Agrella *(João Agostinho)*. Escriptor. N. no Funchal em maio de 1777. Como filho primogenito da familia d'este appellido foi o herdeiro da casa vinculada de seus paes, e o ultimo escrivão proprietario da camara do Funchal, propriedade esta que D. João IV, por alvará de 25 de fevereiro de 1645, fez mercê a um dos seus ascendentes, em remuneração de serviços valiosos. Era homem muito lido e grande investigador de antiguidades; escreveu uma collecção de memorias genealogicas que existem ineditas em 5 grossos volumes em poder dos seus herdeiros, que trata de todas as familias nobres que se passaram á ilha da Madeira e suas gerações com bastantes curiosidades relativas a algumas d'ellas. No ultimo quartel da sua vida soffreu grandes desgostos e graves prejuizos pela sua dedicação á causa liberal.

Pereira d'Azambuja *(Thomaz Alexandre)*. Capitão de mar e guerra. N. em Lisboa no meado do seculo XVIII, e fal. na mesma cidade a 15 de maio de 1828, sendo filho de José Joaquim Pereira de Azambuja, cavalleiro da ordem de Christo, e de sua mulher, D. Luiza Ignacia Caetana. Era de nobre e distincta linhagem, e em 10 de fevereiro de 1774 el-rei D. José lhe mandou dar sua carta de brazão d'armas, das duas familias Pereiras e Azambujas, que elle representava. Essas armas são: Escudo partido em pala; na primeira as armas dos Pereiras: em campo vermelho uma cruz de prata florida e vazia do campo; na segunda, as dos Azambujas: em campo de ouro quatro bandas vermelhas; elmo de prata aberto guarnecido de ouro; paquife dos metaes e côr das armas; timbre o dos Pereiras, que é uma cruz vermelha florida entre duas azas de ouro, e por differença uma brica de ouro com uma banda azul. Pereira d'Azambuja foi nomeado guarda-marinha, estando em Gôa, por portaria do governador e capitão general da India D. José Pedro da Camara, de 6 de junho de 1775. Foi promovido a segundo tenente de mar da Real Armada por carta patente de 30 de outubro de 1794, e a primeiro tenente em 10 de setembro de 1795. No posto de segundo tenente serviu a bordo da fragata *S. João e Principe*, do commando do capitão de mar e guerra Diogo José de Paiva e Silva, desde 10 de outubro de 1794 até 20 de agosto de 1795. Esta fragata foi, durante esse periodo, estacionar no estreito de Gibraltar, indo tambem comboiar o hiate que conduzia petrechos e munições para o exercito que estava no Roussillou. Foi promovido a capitão-tenente em 24 de outubro de 1811, por carta patente assignada pelo principe regente D. João, estando a côrte no Rio de Janeiro. Em 1797 foi-lhe dado o habito da ordem de Aviz. Como capitão tenente fez parte da guarnição da fragata *Amazona*, do commando de Luiz da Motta Fêo, chefe da primeira divisão da Armada Real e commandante da primeira divisão da brigada real de marinha. N'este serviço recebeu uma certidão de louvor. Tinha o posto de capitão de mar e guerra quando falleceu, e foi sepultado na egreja de S. Pedro d'Alcantara. Era casado com D. Leonor Justina de Azambuja. D'este consorcio, além d'uma filha, houve um filho, que morreu aos 21 annos, sendo sargento de cavallaria, na acção de Alcacer do Sal, de 8 de fevereiro de 1847, ficando no campo do combate crivado de balas.

Pereira de Azevedo *(Francisco)*. Cirurgião-Medico pela Escola Medico-Cirugica do Porto, sub-delegado de saude no concelho de V. N. de Gaia, e depois cirurgião ajudante do exercito. N. no Porto em 1833. Escreveu: *Historia da prostituição e policia sanitaria no Porto, seguida de um ensaio estatistico nos dois ultimos annos, tabellas comparativas*, etc., Porto, 1864; *Inspecção sanitaria. Estatisticas e mappas do desenvolvimento da prostituição, syphilis*, etc., *novo anno de 1865, 1866, 1867 e 1868;* consta cada um d'elles d'uma folha de papel de maior formato; *Representação ao governo civil do Porto, em 15 de março de 1866, para se rectificarem algumas asserções do Relatorio do Conselho de Saude Publica, relativas a policia sanitaria da prostituição n'aquella cidade*, fol. de 8 paginas; *Por causa de um retrato, comedia original em 1 acto*, Porto, 1868.

Pereira de Azevedo *(João Alberto)*. Lente primario, decano e director de medicina na Universidade de Coimbra, socio effectivo do Instituto da mesma cidade, na classe das sciencias moraes e sociaes, deputado, etc. N. em Alvaiazere a 30 de março de 1782, onde tambem fal. a 10 de agosto de 1858. Era filho de João Alberto de Azevedo Camello. Tendo estudado no seminario de Sernache do Bomjardim as disciplinas que habilitavam para a entrada na Universidade, aqui se matriculou em outubro de 1797, no primeiro anno do curso de Mathematica e philosophia, preparatorios para o curso de medicina. Fôra seu proposito graduar se n'esta faculdade, mas seus paes não podiam, sem graves prejuizos, com tamanhas despezas, e requereram auxilio do intendente geral da policia Diogo de Pina Manique. Eram dependentes da Casa Pia de Coimbra o collegio de S. João de Deus e o de Sciencias Naturaes, e n'este foi recebido Pereira de Azevedo, e ali residiu durante seis annos. Concluiu a formatura em 30 de julho de 1805, matriculando-se no anno de repetição em outubro seguinte. Sobreveiu a guerra dos francezes, e o academico correu ás armas, abandonando os livros. Prestou então bons serviços no laboratorio chimico, trabalhando no fabrico da polvora e munições, sendo encarregado da inspecção das officinas de espingardeiros. Em 1809 foi despachado medico dos hospitaes militares, servindo nos de Coimbra e de Lisboa, até 9 de setembro de 1813. Pelos seus elevados merecimentos, foi dispensado do acto de conclusões magnas, e em 30 de julho de 1810 recebeu gratuitamente o capello. Nomeado lente da Universidade, regeu as mais importantes cadeiras da faculdade, e foi d'ella decano e director. Foi eleito deputado nas côrtes constituintes de 1837. Escreveu: *A Universidade em 1843*, Coimbra, 1844. Preparava se para imprimir varios trabalhos medicos, entre os quaes se contavam as observações que na clinica obtivera sobre o tratamento das pneumonias pelo methodo de Razri, quando falleceu.

Pereira Berredo *(Antonio)*. Governador das ilhas de S. Thomé e Principe. Era parente de Bernardo Pereira Berredo, que tanto se distinguiu nas nossas guerras da Europa, Africa e

America (*V. Portugal*, vol. II, pag. 318). Sendo governador das ilhas de S. Thomé e Principe, prendeu e mandou para Lisboa o seu antecessor Antonio Pereira de Lacerda, que foi sentenciado e condemnado a serem-lhe sequestrados os bens para indemnisação do ouvidor por elle gravemente prejudicado. O ouvidor protestou contra as violencias de que tinha sido victima, e quando em 1693 foi nomeado para succeder no governo a Antonio Pereira de Lacerda, inteirado dos factos occorridos, prendeu o e enviou o para Lisboa. Berredo fez bom governo.

Pereira Bilhano (*D José Antonio*). Arcebispo de Evora. N. em Ilhavo a 22 de março de 1801, fal. na mesma villa a 18 de setembro de 1890. Era filho de João Antonio Bilhano e de Rosa Maria de Jesus, modestos habitantes d'esta villa. A sua vocação desde creança era para a vida ecclesiastica, e dirigiu os primeiros estudos com essa intenção, porém a morte de seu pae veiu interromper a brilhante carreira que encetara, porque, para a seguir, faltavam lhe recursos. Foi n'esta situação que o bispo de Aveiro D. Manuel Pacheco de Rezende, sabendo do desamparo em que o joven estudante se encontrava, o chamou a si e lhe dispensou toda a protecção como se fôra seu verdadeiro pae, até ao ponto de o formar em Canones na Universidade de Coimbra em 1823. Apenas concluiu a formatura, foi nomeado professor das cadeiras de Historia sagrada e ecclesiastica, e de Direito canonico, dirigindo depois a de Theologia moral. O bispo de Aveiro o nomeou promotor do juizo ecclesiastico, e depois juiz dos casamentos, vigario geral do bispado e provisor. A morte do bispo D. Manuel foi um profundo golpe que soffreu, pois que importava a perda d'um protector poderoso e desvelado, e o desgosto o levou a exonerar-se de todos os cargos, recolhendo-se á sua terra natal, dedicando-se ao ensino particular, leccionando historia, latinidade, logica, rhetorica, geographia, francez e inglez Gratuitamente tambem D. José Pereira Bilhano ensinava muitos rapazes pobres. Assim viveu durante 14 annos. Quando em 1842 se levantaram difficuldades diplomaticas entre o governo portuguez e a Curia Romana, pondo em perigo as boas relações que até então existiam, foi D. José Pereira Bilhano investido por Gregorio XVI nas altas funcções da jurisdicção ordinaria do bispado de Aveiro, com a faculdade de delegal-a em ecclesiasticos da sua escolha. O modo como se houve no desempenho d'esta importante missão valeu-lhe os maiores louvores do papa, o que lhe foi directamente communicado em documentos muito honrosos, admirando a prudencia com que D. José Pereira Bilhano soube cumprir os seus deveres sem se malquistar com os poderes seculares de Portugal. Em 1849 foi feito prior da freguezia de Oliveirinha, e em 1851 ganhou, por concurso, a da villa d'Ilhavo. Em 1853 foi eleito deputado pelo circulo de Aveiro, tomando assento na respectiva camara a 2 de julho do mesmo anno No parlamento advogou calorosamente os interesses do bispado de Aveiro ao mesmo tempo que se mostrou sempre grande patriota. Em 1860, não podendo resistir ás repetidas instancias de seus amigos, acceitou o governo do bispado de Aveiro, como vigario geral, onde se conservou durante 8 annos, até 17 de março de 1868, em que foi exonerado. Durante esses 8 annos desempenhou as funcções do seu cargo com a maior dedicação, reformando e augmentando alguns estudos ecclesiasticos sob a sua direcção, beneficiando a sé com obras necessarias, e procedendo a muitas outras medidas da maior utilidade. Em 1869 foi eleito arcebispo de Evora, sendo a eleição confirmada pelo pontifice Pio IX em 6 de março de 1871. No primeiro de maio d'esse anno tomou posse, por procuração de D. José Bilhano, o deão da sé de Evora, José Abilio de Oliveira. No dia 4 de junho seguinte foi sagrado em Lisboa, fazendo a sua entrada solemne na cathedral de Evora no dia 8. N'esta elevada dignidade o novo arcebispo soube alcançar as maiores sympathias com a sua bem cuidada e zelosa administração, com os seus rasgos de caridade evangelica. Sentindo-se cançado e doente retirou-se, alguns annos antes de fallecer, á sua casa de Ilhavo, deixando entregues os negocios da diocese ao dr. Augusto Eduardo Nunes.

Brazão de D. José Antonio Pereira Bilhano, arcebispo de Evora

Pereira Brandão (*Caetano Xavier*) Magistrado. N. em Estarreja em 1786, fal. em Lisboa a 12 de fevereiro de 1860. Seguindo a carreira judicial, era juiz da Relação de Lisboa, quando falleceu. Foi deputado em varias legislaturas, etc. Parece que publicou sómente o seguinte opusculo: *Reflexões sobre a discussão de Côrtes que produziu a lei que restabeleceu a Companhia das vinhas do Alto Douro*, Lisboa, 1838.

Pereira de Brito (*Fernando*). Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo, etc. N. em Villa Viçosa em 1640, e fal. entre os annos de 1702 e 1722. Escreveu: *Historia do nascimento, vida e martyrio do veneravel P. João de Brito, da Companhia de Jesus, proto-martyr da missão de Maduré*, etc., Coimbra, 1722, publicação posthuma, por diligencia de seu sobrinho D. Fernando de Lacueva e Mendoça; saiu no seculo XIX, Lisboa, 1852, já depois de beatificado o P. João de Brito, contendo varios e notaveis additamentos, e ornada com o retrato do bemaventurado martyr, com uma carta topographica da missão de Maduré, etc.; *Arte directiva para educação de filhos ingenuos, que em vinte e dois dictamos catholicos, politicos e moraes, instrue os paes de familias. Exposta em uma carta escripta a seu filho Christovão Pereira de Brito*, Lisboa, sem logar nem data de impressão.

Pereira Cabral (*P. Luiz Gonzaga do Valle Coelho*). Procurador geral das missões da Associação *Fé e Patria*. Nasceu na Foz do Douro, Porto, a 1 d'outubro de 1866. Fôram seus paes: Constantino Antonio do Valle Pereira Cabral e D. Maria Emilia da Conceição Ribeiro Coelho, senhora de acrisoladas virtudes e d'uma extrema piedade. O culto afervorado da religião é tradi-

cional na sua familia, aparentada com as mais illustres familias do Porto. Desde muito novo inclinado para a vida religiosa, fez distinctamente os seus estudos no Collegio de Campolide, continuando-os depois no Collegio de S. Francisco, de Setubal, e em S. Thiago de Uclés (Hespanha). Formou-se por ultimo em theologia no Collegio de Vals (Puy), recebendo as ordens maiores em junho de 1897, ordenando-o Mgr. Charles Lavigne, bispo de Trincomaly (Ceylão). De 1891 a 1894 regeu no Collegio de S. Fiel as cadeiras de philosophia, litteratura, historia e geographia; e de 1900 a 1903, em Campolide, as de latim, portuguez, francez, historia e geographia, religião

P. Luiz Gonzaga do Valle Coelho Pereira Cabral

e composição litteraria. Foi reitor do Collegio de Campolide de agosto de 1903 a março de 1908, em que foi escolhido para o elevado e espinhoso cargo que desempenha, sendo o periodo da sua gerencia um dos mais prosperos que o Collegio tem atravessado, e deixando a sua passagem ali assignalada por muitas e importantes reformas. Dedicando entranhado amor ao *seu* Collegio, quiz que esse affecto ficasse perpetuado em valiosos melhoramentos materiaes. Foi durante a sua reitoria que se concluiram as modelares enfermarias que ali se vêem, o refeitorio novo dos alumnos e a vasta e elegante sala da bibliotheca. O desenho do suggestivo medalhão, obra do pintor Antonio Francisco Baeta, que se admira no tecto d'uma sala, representando a Prosa e a Poesia portuguezas, Vieira e Camões, offerecendo os seus trabalhos á Virgem, foi por elle delineado. O singelo mas formoso monumento levantado á Immaculada Conceição, padroeira do Collegio, no largo fronteiro ao edificio, é ainda de sua iniciativa, e foi feito a expensas de sua familia. Homem de trato affabilissimo, finamente educado, espirito culto, espirituoso cavaqueador, o padre Luiz Cabral é o verdadeiro *charmeur*. Todos os que se lhe approximam soffrem o encantamento da sua pessoa, e os mesmos adversarios (politicos, é claro, porque outros não tem) fazem justiça ao seu saber e illustração, e ás suas virtudes como sacerdote e como homem. D'elle disse o incorrigivel bohemio coimbrão dr. Alberto Costa *(Pad'Zé)*, no seu *Livro do Dr. Assis*, depois de pôr em relevo a figura do padre Cabral, que foi seu professor em S. Fiel: «E' o unico jesuita estimavel e apreciavel que tenho encontrado». O proprio attingido por estas palavras, no seu esclarecido espirito e na sua requintada modestia, terá sido o primeiro a revoltar-se contra o exaggero exclusivista, julgando se satisfeito e honrado por simplesmente tomar o logar, que de justiça e de direito lhe compete, entre a pleiade de homens illustres e celebres que, em todas as epocas, teem saído das casas da Companhia de Jesus. A transcripção serve, porém, para provar e documentar o que atraz fica dito: póde não se ser amigo do padre Luiz Cabral ou deixar de concordar com as suas idéas; o que se não póde é deixar de reconhecer os seus elevados dotes de espirito. De espirito e de coração, porque poucos terão, como elle, mais exacta noção da caridade christã, poucos a exercerão com maior nobreza e recato; raros terão melhor comprehendido o devotar d'uma existencia inteira ao serviço de Deus e da Egreja. Elle é o padre, na verdadeira accepção do termo; e quem diz padre diz pastor, amigo e guia. Como tal o consideram todos os que fôram seus alumnos, todos aquelles que sob a sua reitoria passaram por Campolide, *o seu querido collegio*, d'onde, mesmo depois de eleito procurador geral das missões, não quiz saír. E' actualmente um dos mais brilhantes ornamentos da tribuna sagrada. Ficaram memoraveis as suas conferencias no templo dos Martyres, os sermões da Quaresma na Sé, independente de numerosas missões realizadas no norte do paiz, etc. O padre Luiz Cabral tem como orador uma inapreciavel qualidade: é um repentista eximio. Escriptor primoroso e poeta inspirado, são devidas á sua penna privilegiada as seguintes obras: (em prosa) *Une grande figure de Pretre Vieira-Biographie, caractere, eloquence; Theses ex universa philosophia; Vieira Prégador —Estudo philosophico da eloquencia sagrada, vida e obras do Padre Vieira; Lições de experiencia (pedagogia), folheto; A Egreja Catholica, discurso academico; Jornalismo catholico, carta a Nemo; Litteratura portugueza em França; Les fêtes du Centenaire de St. Antoine*; varios artigos no *Annuario de Campolide* e *Nosso Collegio*; etc. Composições em verso: *Leão XIII Captivo e Rei; Leão XIII e a philosophia; A peregrinação ao Sameiro; A Redacção de A Cruz; O Anjo da Caridade; Hontem, hoje e amanhã; Jesus embalado pelos anjos*, etc. Escreveu tambem, em 1908, o libreto para a oratoria *Virgo Mater*, partitura do professor e conhecido compositor de musica sacra Pedro Fernando Costa Pereira, para solemnisar o 50.º anniversario da fundação do Collegio de Campolide, e offerecida e enviada a Sua Santidade.

Pereira Cardote *(Joaquim)*. Organista da Patriarchal e compositor. N. em Lisboa em 1753, onde tambem fal. em 1812. Era filho de Bernardo Pereira Cardote e de Catharina Maria. Entrou para o Seminario Patriarchal, como alumno, a 5 de agosto de 1760, contando 7 annos de edade. Foi inscripto na irmandade de Santa Cecilia em

5 de setembro de 1770. Em 1788 foi nomeado organista da Patriarchal. No archivo da sé de Lisboa existem alguma das suas composições sacras, e na bibliotheca da Ajuda ha uma novena de Santa Margarida de Cortona. Tambem escreveu umas *Variações para piano forte*. O *Ensaio estatistico*, de Balbi, menciona o nome de Cardote, entre os de outros artistas discipulos do Seminario Patriarchal, que se tinham distinguido como pianistas.

Pereira do Carmo *(Bento)*. Nasceu em Alemquer em 29 de março de 1776, segundo se julga, sendo filho de Feliciano Pereira, moleiro, e de Maria da Conceição; neto de João Pereira e de Anastacia da Encarnação, tudo gente humilde mas de optimo caracter. Feliciano Pereira só ambicionava vêr o filho doutor, e para alcançar o seu louvavel *desideratum* empregou todos os meios ao seu alcance, á custa dos maiores sacrificios. Tendo-se formado em leis no bimestre de 1800, poz banca de advogado na sua terra natal. Pouco

Bento Pereira do Carmo

tempo se demorou em Alemquer, pois o vêmos nomeado em 15 de junho de 1806 juiz de fóra da villa de Ançã, onde casou com uma senhora abastada, mas já entrada em annos. Esta senhora consagrou muito affecto a seu esposo, chegando para lhe salvar a vida durante um tumulto popular a atirar com mãos cheias de dinheiro ao povo enfurecido. Professando idéas liberaes avançadas, o seu talento e nome honrado que tinha tanto em evidencia o collocaram que, no pronunciamento de 15 de setembro de 1820, foi elle indicado com mais cinco patriotas pelo Juiz do Povo, de Lisboa, para fazer parte do Governo Interino nomeado em consequencia d'esse movimento popular, e, mais tarde eleito deputado ás Côrtes pela provincia da Extremadura, logar que occupou até que a reacção prevaleceu. Partidario enthusiasta de D. Pedro, Bento Pereira do Carmo soffreu todas as perseguições que aos liberaes se moveram n'aquella epoca recebendo ordem da Intendencia Geral da Policia para se retirar da capital para o termo de Alemquer, como sendo pessoa *notoriamente suspeita e perigosa á segurança do Estado*. Algum tempo depois foi capturado e encerrado na Torre de S Julião da Barra, movendo-se-lhe processo como filiado na Maçonaria. Foi durante a sua permanencia na Torre que o seu amigo e companheiro no carcere D. Felix Garrido lhe tirou o retrato a aguarella, em 2 de maio de 1830, unico documento que d'elle existe. Derrotado o infante D. Miguel, e sendo de todo estabelecido o governo Constitucional, foi nomeado primeiro Presidente de Relação em 30 de julho de 1833. Em 23 de abril de 1834 foi nomeado ministro do reino, e exonerado do cargo em 24 de setembro do mesmo anno. Tendo perdido sua esposa, contrahiu segundas nupcias, com uma senhora de quem teve diversos filhos. Retirando-se á vida privada, morreu na propriedade que possuia em Alemquer, a que elle deu o nome de quinta de *Sans souci* (sem cuidados). Deixou varios manuscriptos com respeito a antiguidades da sua terra natal, e redigiu o testamento de D. Pedro IV, que como peça litteraria é digno de louvor.

Pereira Carrilho *(Antonio Maria)*. Director geral da Contabilidade Publica, secretario geral do Ministerio da Fazenda, do conselho de Sua Majestade, deputado, presidente do conselho de administração da Companhia Real dos Caminhos de Ferro, e antigo jornalista, etc. N. em Lisboa a 10 de setembro de 1835, fal. em Paris em 16 de novembro de 1903. Era filho de Luiz Pereira Carrilho, capitão do estado maior do exercito realista na convenção de Evora Monte. Dedicando-se á vida commercial, foi caixeiro despachante da Alfandega, sendo em 1859 empregado na importante casa Biester & C.ª. Em 1860 foi admittido, precedendo concurso, no Ministerio da Fazenda como amanuense de segunda classe, e taes provas deu da sua intelligencia e actividade no exercicio das suas funcções officiaes, que alcançou por distincção todos os graus da hierarchia burocratica, até o de primeiro official chefe de repartição, sendo indicado, pela superioridade de seus conhecimentos de assumptos financeiros, para o alto cargo de director geral da Contabilidade Publica, em que foi depois investido, e que exerceu brilhantemente com inteira confiança de diversos ministros, que o encarregaram de commissões difficeis e da maxima importancia. Fôram muitos os serviços prestados aos diversos governos de todos os partidos, com especialidade na parte relativa ao orçamento geral do Estado. São notaveis as negociações para o convenio, de longa e espinhosa solução, e que terminaram por um grande triumpho para o conselheiro Pereira Carrilho. Por causa d'essas negociações, e não obstante a sua edade já avançada e a doença que o martyrisava, elle andou na força do inverno de 1901-1902, percorrendo as principaes capitaes da Europa, como Paris, Londres e Berlim, discutindo as bases do convenio com os crédores estrangeiros, convenio que se discutiu nas camaras em 1902. O governo portuguez agraciou-o em seguida com a gran-cruz da ordem de Christo, e o pariato, sendo eleito em 1902; o governo francez distinguiu-o com a Legião de Honra. Com os meritos que possuia e com a actividade que o dis-

tinguia, apezar de chegar a alto grau do funccionalismo, não quiz, quando lhe offereceram, acceitar a pasta de Ministro da Fazenda. Dedicando-se desde muito novo á litteratura e ao jornalismo, collaborou nos jornaes *A Opinião*, *Progressista*, *Gazeta do Povo*, em cuja fundação teve parte importante com Lobo d'Avila, João Ricardo Cordeiro, Ernesto Biester, Ribeiro da Motta, João Chrysostomo Melicio e outros importantes vultos do jornalismo n'essa epoca. Em 1880 fundou o *Economista*, no qual escreveu assiduamente, apenas com as interrupções forçadas pelo desempenho de importantes commissões de

Antonio Maria Pereira Carrilho

serviço publico, dentro e fóra do paiz, e que dirigiu sempre, tendo como auxiliar, entre outros escriptores de reconhecida competencia como publicistas, o seu amigo Tito Augusto de Carvalho. Presava e respeitava a imprensa, e reconhecia a como uma grande força para melhorar a administração publica, quando bem dirigida. Em 1880 abraçou com prazer a idéa da creação d'uma associação de jornalistas, porque via n'esta associação um meio de levantar o nivel moral do jornalismo; e quando em 1896 se organisou a nova associação, foi dos primeiros a subscrever, com palavras de animação para os promotores, o projecto dos estatutos que n'esse mesmo anno recebeu a approvação official. Em 1861 e durante muitos annos foi correspondente effectivo do *Diario Mercantil* do Porto, escrevendo tambem, além das correspondencias, alguns artigos sobre materias financeiras e economicas. Foi deputado em legislaturas successivas, cabendo-lhe tambem a reeleição na camara para relator do orçamento, que defendeu energicamente. Indo a Paris sujeitar-se a uma melindrosa operação, ali falleceu, sendo o seu cadaver trasladado para Lisboa, onde se realisou o funeral a 30 de novembro de 1903. A' beira da sepultura discursaram os srs. conselheiro Teixeira de Sousa, Victorino Vaz, Kergall, dr. Antonio Centeno, dr. Cunha Belem e Brito Aranha. Nos jornaes *Opinião* e *Progressista* publicou as traducções d'alguns romances francezes, que depois saíram em volume. Bibliographia: *Manon Lescaut*, do P. Prevost; *A vida aos vinte annos*, e *Diana de Lys*, de Alexandre Dumas, filho; *Memorias de Garibaldi*, de Camillo Leynadier; *Indice alphabetico e extracto de todos os documentos officiaes de execução permanente, estatisticos, commerciaes e industriaes, publicados no Diario de Lisboa no anno de 1866; coordenado por*, etc. 1.° anno, Lisboa, 1867; *Portugal em 1872, vida constitucional de um povo da raça latina*, estudo publicado em janeiro de 1873 no *Mémorial diplomatique*, de Paris; traducção que saíu sem o seu nome. Relatorios diversos ácêrca dos negocios da Fazenda, orçamentos do Estado, administração da Companhia Real dos Caminhos de Ferro, etc.

Pereira Carrilho *(Luiz)*. Empregado n'uma repartição do Ministerio da Guerra. Tinha a graduação do posto de capitão em 1828, e servia em Lisboa. Fal. n'esta cidade a 2› de fevereiro de 1868. Com as iniciaes do seu nome, publicou a seguinte obra: *Lista militar por antiguidade dos officiaes de primeira linha do exercito, que se consideravam presentes no acto da convenção de Evora-Monte, em 26 de maio de 1834, com declaração das alterações occorridas desde 1828*, Lisboa, 1856.

Pereira de Carvalho *(Domingos)*. Pintor, natural da cidade do Porto, e que esteve em Roma a aperfeiçoar se na sua arte, em companhia de Antonio Manuel da Fonseca. Foi o restaurador do celebre quadro gothico pertencente á Misericordia do Porto, e que representa a instituição da irmandade por el-rei D. Manuel.

Pereira de Carvalho *(João)*. Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa a 2 de janeiro de 1666, fal. a 4 de setembro de 1738. Foi nomeado desembargador da Relação ecclesiastica de Evora, e provido n'uma bacharelaria da mesma diocese. Transferido para a Relação ecclesiastica de Lisboa, e nomeado provisor e vigario geral, foi-lhe tambem dado o priorado da freguezia de Santo Estevão, de que tomou posse em 1716, conservando-se ali até á data do fallecimento.

Pereira de Carvalho *(José)*. Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, advogado na Covilhã, juiz de fóra de Penamacôr, etc. Nasceu na Covilhã a 24 de fevereiro de 1781 e falleceu a 17 de fevereiro de 1856. Era filho do bacharel Simão de Carvalho. Concluiu a sua formatura em 1803, e recolhendo-se á sua terra natal dedicou-se á advocacia, alcançando em pouco tempo uma grande reputação. Em 1822 foi nomeado juiz de fóra em Penamacôr, mas pouco tempo ali se conservou, porque a queda da Constituição em 1823 lhe tirou o logar, passando depois o resto da vida sempre afastado dos cargos publicos, e unicamente entregue á advocacia e ao estudo. Escreveu: *Reflexões sobre a obrigação que os operarios teem de residir nas fabricas em que se matricularam; Enterramentos nas egrejas e cemiterios; Epoca da vida mais propria para os casamentos;* saíram estes 3 artigos no *Jornal de Coimbra*, n.° LI, parte 1.ª, a pag. 182 e seguintes; *Narrativa da catastrophe acontecida na villa da Covilhã em 17 de maio de 1817*; no mesmo jornal, n.° LII, parte 2.ª, de pag. 214 a 219; *Primeiras linhas sobre o processo orphanologico*, Rio de Janeiro, 1815; 2.ª edição, Lisboa,

1816; 3.ª *muito mais corrigida e melhorada que as duas primeiras*, Lisboa, 1833; houve ainda mais edições, sendo a 6.ª *corrigida, melhorada e augmentada com a legislação orphanologica do Brazil, por José Maria Frederico de Sousa Pinto*, Rio de Janeiro, 1851; houve aiuda outra edição n'esta eidade, em 1879; *Formulario de todos os autos, termos e despachos de um inventario, processado perante o juiz de paz, na conformidade do decreto n.º 25*, Lisboa, 1835; *Formulario de todos os processos da competencia dos juizes eleitos da freguezia*, Lisboa, 1837.

Pereira de Castro *(Alvaro)*. Poeta de pouco valor, que viveu no seculo XVIII. Escreveu e publicou um panegyrico em verso, em 1713, ao nascimento do principe D. Pedro, filho de D. João V, que foi depois D. Pedro III, por ter casado com sua sobrinha, a rainha D. Maria I.

Pereira de Castro *(Antonio Urbano)*. Poucos dados biographicos se conhecem d'este funccionario publico e escriptor, que por decreto de 28 de fevereiro de 1855 foi nomeado escrivão da Relação de Loanda, cargo que exercia ainda em 1867. Consta que em Lisboa publicou varios *pamphletos* politicos, romances traduzidos do francez, e outros escriptos, sem declaração do seu nome. Escreveu tambem: *Historia de Hespanha por Charles Romey, traduzida em portuguez*, Lisboa, 1853; esta publicação ficou interrompida pela saida do autor para Angola. Em Loanda publicou: *A Civilisação da Africa Portugueza; semanario dedicado exclusivamente a tratar dos interesses administrativos, economicos, mercantis, agricolas, e industriaes da Africa Portugueza, particularmente de Angola e S. Thomé.*

Pereira e Castro *(Francisco Caldas)*. Jurisconsulto, que viveu no seculo XVI. N. em Monsão em 1543, fal. em Braga a 7 de setembro de 1597. Era filho de Antonio Caldas Pereira e de Beatriz de Cadaval. Durante tres annos estudou no collegio de S. Jeronymo de Compostella as letras humanas e Direito cesareo, recebendo o grau de bacharel. Vindo depois para a Universidade de Coimbra, ali fez a sua formatura em 1578. Foi advogado em Lisboa, e em Braga. Filippe II, de Hespanha, reinando então em Portugal, o nomeou lente da Universidade de Coimbra, recebendo primeiro o grau de doutor em 1 de junho de 1597, mas n'esse mesmo anno falleceu. Casou em Braga a 3 de outubro de 1570 com Anna da Rocha de Araujo, filha do dr. Antonio Francisco d'Alcaçova, procurador da Corôa, e de Catharina da Rocha. Francisco Caldas Pereira e Castro foi pae do notavel jurisconsulto Gabriel Pereira de Castro (*V. este nome*). Deixou impressas algumas obras juridicas, e outras manuscriptas, cujos titulos se pódem lêr na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. IV, pag. 129 e 130.

Pereira de Castro (*Gabriel*). Doutor em Direito Canonico e lente na Universidade de Coimbra, cavalleiro da ordem de Christo, desembargador da Relação do Porto, e da Casa da Supplicação, corregedor do crime da Côrte e Casa, procurador geral das ordens militares, chanceller-mór do reino, etc. N. em Braga a 7 de fevereiro de 1571, fal. em Lisboa a 18 de outubro de 1632. Era filho do dr. Francisco Caldas Pereira, jurisconsulto de primeira ordem, e de Anna da Rocha de Araujo. Ainda muito creança já manifestava grande intelligencia; aprendeu com facilidade as humanidades, seguindo com distincção o curso de Direito Canonico, em que se doutorou. Em 1600 obteve por concurso uma beca no collegio de S Paulo, e regeu como professor substituto varias cadeiras da Universidade. Em 1606 foi despachado desembargador da Relação do Porto, em 1615 desembargador da Casa da Supplicação, em 1617 desembargador dos Aggravos, em 1623 corregedor do crime da Côrte, procurador geral das ordens militares, e finalmente chanceller-mór do reino. Devemos confessar que Gabriel Pereira de Castro deveu esta venturosa carreira tanto ao seu talento e ao seu muito saber como á sua fidelidade aos hespanhoes, fidelidade comprovada pelo facto de o ter o condeduque de Olivares encarregado em 1630 de ir ao Porto abrir devassa sobre um tumulto popular que n'aquella cidade houvera, e em que o ministro Francisco de Casena fôra apedrejado. Gabriel Pereira de Castro foi, mas diga-se tambem em sua honra que se não prestou a ser instrumento da má vontade de Olivares, e a castigar innocentes, porque, não encontrando motivo para processo não praticou violencias e retirou-se para Lisboa sem fazer victimas. Sejamos justos porém: quem esperava n'esse tempo que Portugal resurgisse? Os homens sobretudo, que, como Gabriel Pereira de Castro, tinham aberto os olhos para o mundo pouco antes do dominio hespanhol, conservavam sim no fundo da alma o amor da patria vivissimo, mas politicamente não aspiravam senão a fazer carreira, servindo os dominadores do seu paiz, e se Gabriel Pereira de Castro serviu fielmente, como integro magistrado, o governo a que prestára juramento, não deve ser censurado por isso. Gabriel Pereira de Castro casou no Porto com uma senhora de 18 annos, chamada D. Joanna de Sousa, de quem teve alguns filhos, um dos quaes foi Fernando de Castro, intrepido moço que tendo apenas 18 annos, e servindo em Tanger, se portou com tal valor, que mereceu ser elogiado muito especialmente pelo soberano. Ha um facto que não é muito honroso para a sua memoria, e ainda peor se é certa a causa a que se attribue, por tradição contemporanea, e que nunca teve desmentido. Foi elle relator, e lavrou como tal a sentença do tribunal da Relação de Lisboa, que em 1631 condemnou iniquamente a morte afirontosa e afflictiva Simão Pires Solis, pretendido autor do roubo e desacato commettidos na noite de 15 de janeiro de 1630 na egreja parochial de Santa Engracia de Lisboa, crime de que, mais tarde se provou plenamente, elle estava innocente. Essa sentença anda impressa no *Tratado historico e juridico do desacato de Odivellas*, por Manuel Alvares Pegas, pag. 34 a 38, da edição de 1710 Gabriel Pereira de Castro, além de ser jurisconsulto de primeira ordem, foi poeta muito notavel. Escreveu: *De Manu Regia Tractatus in quo omnium Legum Regiarum quibus Regi Portugaliae in causis ecclesiasticis cogniti est ex jure...*, Olyssipone, tomo I, 1622; tomo II, 1625; Ludguni, 1673; 2 tomos; Olyssipone, 1742, 2 tomos, com addições; posto que escripto em latim, este tratado comprehende muitos documentos transcriptos em portuguez. Esta obra foi prohibida em Roma, por decreto da Congregação do Index de 26 de outubro de 1640, e como tal se encontra incluida no *Index Librorum prohibitorum SS. D. N. Pii Sexti jussu editus* Romae, 1787,

pag. 201. A sua obra *Monomachia sobre as concordias que fizeram os Reis com os Prelados de Portugal, nas duvidas da jurisdicção ecclesiastica e temporal,* foi publicada em Lisboa em 1738, edição posthuma por diligencia de José Francisco Mendes Moreira. A sua impressão, segundo consta, foi mandada fazer por ordem ou insinuação do governo, durante as controversias que se agitaram entre el-rei D. João V e a Curia Romana. Aconteceu, porém que, restabelecidas a concordia e boas relações entre ambos, mandou el-rei immediatamente recolher a obra, para que não continuasse o fermento do desprazer. A *Ulysséa, ou Lisboa edificada, poema heroico,* publicou se já depois da morte do autor, Lisboa, 1636. Consta de 10 cantos em oitava rima. O poema é precedido de varias poesias escriptas por diversos em honra do autor, e de um *Discurso poetico* por Manuel de Galhegos, em prosa; os argumentos em verso, postos nos começos dos cantos, são de D. Bernarda Ferreira de Lacerda. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa, segundo declara Innocencio da Silva, no *Diccionario bibliographico,* vol. III, pag. 108, existe um exemplar d'esta primeira edição, e o proprio manuscripto autographo, que para ali passou no fim do seculo XVIII com a livraria dos frades theatinos, tendo pertencido n'outro tempo a D. José Barbosa. Annos depois, em 1642 ou 1643, Luiz Pereira de Castro, irmão do poeta, fez segunda edição do poema, com uma dedicatoria sua ao principe D. Theodosio. Além do frontispicio gravado a buril, tem mais outra estampa allegorica no principio. Não indica logar, nem anno de impressão, nem o nome do impressor; è, porém, tradição que fôra estampada na Hollanda. N'ella se omittiu, tanto o discurso ou prologo de Manuel de Galhegos, como uma canção d'este em louvor de Gabriel Pereira, que tambem andava na edição anterior. Fizeram-se n'ella consideraveis alterações no texto, já omittindo até estancias inteiras, já accrescentando ou substituindo outras, tudo com o fim de applicar ao principe D. Theodosio a dedicatoria e mais passagens em que o autor se referia a Filippe IV de Hespanha, n'aquelle tempo reinante em Portugal. A 3.ª edição é de Lisboa, 1745, e n'ella se restituiram todos os logares alterados, ficando em tudo conforme á 1.ª edição. A 4.ª é tambem de Lisboa, 1827; conservou-se o discurso poetico de Manuel de Galhegos, porém supprimiram se todos os versos em louvor do poeta, que só se encontram nas edições de 1636 e 1745. Ha ainda 5.ª edição, Lisboa, tambem de 1827, a qual contém sómente o texto puro do poema. Acêrca d'este trabalho diz um dos biographos de Gabriel Pereira de Castro: «A sua *Ulysséa,* poema epico que tem por assumpto a edificação de Lisboa, é collocada por muitos logo abaixo dos *Lusiadas,* na lista dos nossos poemas epicos, se é que alguns, nos seculos XVII e XVIII, em que a originalidade era considerada um defeito, e em que a copia servil dos bons modelos, era o primeiro de todos os merecimentos, o não collocaram acima. Effectivamente a *Ulysséa* é um poema vasado perfeitamente em moldes classicos, escripto com grande correcção, com magnificos versos, e episodios interessantes. Não tem os raptos grandiosos, a phantasia brilhante, as grandes qualidades dos *Lusiadas* de Camões, mas tem a correcção incontestavel, e sem duvida póde collocar-se a par dos nossos melhores poemas.» Escreveu mais: *Obras poeticas em diversas linguas*; não se imprimiram, e os manuscriptos, que formavam 2 volumes, conservavam-se na livraria escolhida do arcebispo D. Rodrigo da Cunha. Na *Gigantomachia,* de Manuel de Galhegos, vem em louvor d'esta obra um soneto de Gabriel Pereira de Castro em portuguez. Nas *Obras* de Francisco de Figueirôa, impressas em Coimbra, 1625, vem um soneto em hespanhol. No livro *Augustissimo Hispaniaram Principi recens nato Philippo Dominico,* etc., impresso em Coimbra em 1606, vem uma canção portugueza anonyma, mas que se affirma ser de Gabriel Pereira de Castro. No livro *Anagramma de la Vida Humana,* de Henrique Visorio, Lisboa, 1590, vem tambem um epigramma, uma elegia, etc.

Pereira de Castro *(Luiz).* Licenceado em Direito Canonico, conego doutoral nas sés de Braga e de Coimbra, desembargador do Paço e embaixador de D. João IV em varias côrtes da Europa, etc. Era irmão do antecedente. N. em Braga em 1512, fal. a 20 de dezembro de 1649. Frequentou a Universidade, e formou-se em Canones; em 1623 foi desembargador da Casa da Supplicação, em 1624 desembargador dos Aggravos, em 1626 deputado da Inquisição de Lisboa, em 1629 do tribunal da Cruzada, em 1636 conego doutoral em Braga, e em 1637 em Coimbra. Quando rebentou a revolução de 1 de dezembro de 1640, Luiz Pereira de Castro adheriu a ella, e foi logo nomeado chanceller da Casa da Supplicação em 22 d'esse mez e anno, deputado da Mesa da Consciencia e Ordens em 1642, e desembargador do Paço em 1643. Era grande a sua fama, e correspondia devéras ao seu merecimento. Precisava se então mais do que nunca de homens habeis nas embaixadas, e Luiz Pereira de Castro foi escolhido para nosso ministro em Paris, em 1643, vindo depois elle com o dr. Francisco de Andrade Leitão em 1646 representar nos no congresso de Westphalia, onde um e outro nos prestaram relevantes serviços. Terminada essa missão, recolheu a Portugal, e logo D. João IV o nomeou para as duas embaixadas mais importantes que então havia, que eram a de Roma e a de Hollanda Tratava-se effectivamente de obter do papa que reconhecesse a nossa independencia, porque a sua hostilidade era deveras dolorosa para um paiz tão profundamente catholico como Portugal, e na Hollanda tratava-se de arrancar aos Estados-Geraes as provincias brazileiras que tinham ainda em seu poder. Nem uma nem outra cousa se podia conseguir facilmente. O papa, debaixo da pressão da Hespanha, não podia, ainda que quizesse, reconhecer-nos; e não eram os argumentos de um embaixador que o poderiam demover. Só conseguiria esse fim, como effectivamente conseguiu, a influencia de uma nação poderosa que pudesse contrabalançar a influencia da Hespanha, e essa nação foi a França. Em quanto aos Estados da Hollanda, tambem o raciocinio melhor para os levar a restituir-nos Pernambuco, era, como depois se reconheceu, a espada de João Fernandes Vieira. Por isso Luiz Pereira de Castro nada conseguiu, sem que o mallogro dos seus esforços em nada attenuasse a sua reputação. Recolhendo ao reino, falleceu pouco depois. Foi como seu irmão um notavel jurisconsulto e poeta, mas poucas obras imprimiu, pa-

recendo cuidar mais das glorias de seu irmão que das suas proprias. Escreveu: *Regimento que se ha de observar no tribunal da Bulla da Santa Cruzada, e dos mais ministros e officiaes subordinados a ella*, etc., Lisboa, 1742, publicação posthuma. A pag. 38 das *Memorias funebres da sr.ª D. Maria de Athaide*, vem uma poesia sua. Deixou tambem manuscripto outro livro de jurisprudencia, intitulado *De Lege Mentali; Itinerario das suas viagens; Saudades de Lizardo*, versos hespanhoes, e um *Memorial a el-rei D João IV* Deve-se-lhe a publicação do poema *Ulyséa*, de seu irmão. V. o *artigo antecedente*.

Pereira de Castro (*Luiz Osorio da Cunha*) Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, poeta, escriptor, deputado, etc. N. em Penamacôr a 10 de julho de 1859, fal. em Lisboa em 7 de janeiro de 1900. Era filho do visconde de Proença-a-Velha, João Filippe Osorio de Menezes Pitta, e de sua mulher, D. Maria de Mello Furtado Caldeira Geraldes de Bourbon. Luiz Osorio veiu para Lisboa ainda muito novo para cursar os primeiros estudos, indo depois para a Universidade de Coimbra, matriculando-se na faculdade de Direito, em que se formou. Era socio do Instituto de Coimbra, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Foi deputado pela primeira vez em 1884, sendo eleito por Santarem; ainda foi eleito em outras legislaturas pelo mesmo circulo e pelo do Fundão. Era um mimoso poeta. Deixou os seguintes escriptos: *Neblinas, 1880 1884*, publicado em Lisboa em 1886; este volume de poesias era dedicado a seu pae; *Poemas portuguezes*, Lisboa, 1890; *Um grito!* poema publicado por occasião do *ultimatum* inglez de 11 de janeiro de 1890, escripto para ser recitado pelos estudantes de Coimbra; *Alma lyrica*, Lisboa, 1891; *Espirito gentil; Canções ao vento*, etc. Por occasião do centenario do marquez de Pombal, em 1882, publicou *A Tromba*, poemeto dedicado á sua memoria.

Pereira de Chaby (*Carlos Augusto*). General de brigada reformado. N. em 25 de outubro de 1823, fal. em 1897. Era filho do coronel Manuel Bernardo de Chaby e de sua mulher, D. Margarida Pereira; irmão dos generaes de divisão Claudio e Manuel Bernardo Pereira de Chaby. Este appellido é de origem suissa. O avô paterno Francisco Bernardo de Chaby era natural da cidade de Berna, e veiu para Portugal no posto de capitão ás ordens do conde de Lippe. Affeiçoando-se ao nosso paiz naturalizou se cidadão portuguez. Nos archivos militares e, especialmente na Torre do Tombo, existem documentos comprovativos dos serviços quo prestou á Portugal, e fôram estes tão importantes que o governo lhe arbitrou uma tença, concedendo-lhe a propriedade d'uma habitação e terras de cultivo. Morreu em Lagos, onde fixou a sua residencia depois de reformado. A familia Chaby deu um grande contigente ao martyrologio patriotico. O coronel Manuel Bernardo de Chaby, depois de seis annos de atroz perseguição, foi barbaramente assassinado em 1834; seu filho primogenito, o guarda-marinha Antonio Bernardo Pereira de Chaby, foi enforcado no Caes do Sodré em 6 de março de 1829; outro seu filho, o tenente do infantaria João Bernardo Pereira de Chaby, morreu dos ferimentos que recebeu no combate do Alto do Viso em 1843. Carlos Pereira de Chaby assentou praça em infantaria a 20 de agosto de 1840, sendo promovido a alferes a 22 de dezembro de 1846, a tenente em 29 de abril de 1851, a capitão em 15 de setembro de 1866, a major em 4 de outubro de 1876, a tenente-coronel em 15 de dezembro de 1880, e a coronel em 27 de junho de 1883, reformando se depois em general de brigada em 24 de abril de 1893. Pertencia ao estado maior. Esteve por muitos annos em commissão na direcção dos pezos e medidas. Era commendador e cavalleiro da ordem de Aviz, e possuia as medalhas de prata e de ouro de comportamento exemplar.

Pereira de Chaby (*Claudio Bernardo*). General de divisão reformado. N. em Lisboa a 11 de janeiro de 1818, onde tambem fal. a 7 de julho de 1905. Era filho do coronel do estado maior Manuel Bernardo Pereira de Chaby, e de sua mulher D. Margarida Pereira de Chaby. Foi antigo alumno da Academia Real de Marinha, e das Escolas Polytechnica e do Exercito. Assentou praça em infantaria a 27 de julho de 1833, sendo promovido a alferes a 28 de julho de 1837, a tenente em 15 de fevereiro de 1845, a capitão a 29 de abril de 1851, a major em 8 de outubro de 1867, a tenente-coronel em 23 de agosto de 1871, a coronel em 22 de julho de 1874, a general de brigada em 30 de maio de 1883, e a general de divisão a 19 de fevereiro de 1890, reformando-se n'este posto a 17 de janeiro de 1895. Fez as duas ultimas campanhas até á Convenção de Evora-Monte. Bateu-se na Patuléa, e tendo terminado a guerra civil, entrou n'uma nova phase de actividade, ligando o seu nome a trabalhos litterarios muito valiosos. Desempenhou muitas e variadas commissões de serviço publico, especialmente em dependencias do Ministerio da Guerra. Nas successivas reorganisações por que tem passado este ministerio desde 1859, e sob as ordens dos diversos ministros encarregados d'aquella repartição, teve varias collocações, já como subchefe, e depois chefe da repartição do gabinete; já pela extincção d'esta como chefe da terceira, incumbida dos assumptos relativos a estabelecimentos de instrucção militar, deposito geral de guerra, etc, sendo exonerado por um decreto muito honroso datado de 4 de setembro de 1869, afim de continuar na util e já então muito adeantada direcção dos trabalhos que deviam servir de subsidios á historia militar do paiz desde os ultimos annos do seculo XVIII, e de colligir e extractar os documentos que do archivo geral do Ministerio da Guerra deviam passar para a Torre do Tombo. Estes trabalhos sairam com o titulo de *Synopse dos decretos remettidos ao extincto conselho de guerra, desde 1640 até 1656*, e dos *Excerptos historicos*, que comprehendem um longo periodo da Guerra Peninsular, e que eram traduzidos em varias linguas. Além d'estas commissões de serviço permanente, fôram-lhe confiadas eventualmente muitas outras, em diversos tempos, que sempre desempenhou com o maior zelo e competencia. Entre ellas merece especial menção a que lhe foi commettida pelo então ministro da guerra Belchior José Garcez, pela portaria de 3 de dezembro de 1860, que só veiu a realisar se mais tarde durante a gerencia do visconde, depois marquez de Sá da Bandeira. Essa commissão tinha por fim procurar e recolher nos archivos militares de Hespanha, e pesquizar por

quaesquer outros meios de indagação, n'aquelle paiz, todos os documentos e noticias relativos a factos e successos da Guerra Peninsular, como trabalhos auxiliares para a pessoa então encarregada por contrato solemne de escrever a historia d'aquella guerra e com especial referencia á parte que n'ella tivera o exercito portuguez. Annexou-se mais tarde a esta outra incumbencia official: a de estudar e descrever os estabelecimentos militares de Hespanha destinados á instrucção pratica das tropas de todas as armas, e de solicitar egualmente todos os esclarecimentos que parecessem adequados para o estudo e conhecimento dos systemas ali seguidos ácêrca da organisação e administração militar, tactica, disciplina, etc. Claudio de Chaby esmerou-se em bem cumprir estes encargos nos seis mezes que só pôde demorar-se em Hespanha, não poupando diligencias, despezas e fadigas para dar conta de si. O modo digno como se comportou, e a consideração e attenções que obteve em Madrid, e n'outros pontos onde teve de dirigir-se, serviram de assumpto por vezes á imprensa hespanhola, e pódem vêr se, entre outros, no jornal *Correspondencia de España*, 17 d'agosto, 1861, edição da noite; de 29 do mesmo mez, 1.ª edição; de 14 de novembro e do primeiro de dezembro do referido anno; na *Iberia, diario liberal*, de 30 de agosto e 2 de dezembro; nas *Novedades*, de 3 de dezembro; no *Norte de Castilla, diario de Valladolid*, de 4 de outubro, tudo de 1861, etc. Os resultados colhidos n'estes trabalhos constam em parte dos officios por elle dirigidos ao ministro da guerra, os quaes se imprimiram de pag. XIII a XVIII da introducção á primeira parte da obra *Excerptos historicos*, etc., e bem assim do relatorio apresentado ao referido ministro, que occupa as pag. 223 a 330 da mesma obra. Percorreu tambem grande parte da Italia, estudando de preferencia os assumptos militares e recolhendo notas e subsidios valiosissimos que lhe serviram para enriquecer algumas das suas obras. Quando terminou a guerra franco prussiana emprehendeu, á sua custa, uma viagem de observação e estudo, visitando os departamentos da França ainda occupados pelos allemães, e percorrendo tambem algumas cidades da Allemanha. Por essa occasião esteve na Belgica, na Hollanda, etc. Claudio de Chaby era socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa; membro da Associação promotora das Bellas Artes e pertencia a outras corporações scientificas e litterarias nacionaes e estrangeiras. Possuia as seguintes condecorações honorificas: gran-cruz, commendador e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz; commendador da de Christo, por decreto de 2 de julho de 1860; cavalleiro da da Torre e Espada, e da de S. Thiago; as medalhas de cobre, algarismo 2, das Campanhas da Liberdade, com a faculdade de usar, legalmente autorisado, de outra de ouro com a legenda commemorativa, que em 16 de maio de 1863 lhe foi offerecida pelos antigos voluntarios do regimento da rainha D. Maria II na cidade do Porto, quando em commissão official ahi se dirigiu para entregar á camara municipal a respectiva bandeira que pertencera ao dito regimento durante as campanhas da lucta dynastico-liberal. Possuia tambem as medalhas de ouro de bons serviços e de comportamento exemplar. Era gran-cruz da ordem pontificia de Pio IX, commendador da Corôa de Italia e da de Izabel a Catholica, de Hespanha, official da Rosa, do Brazil, e de Leopoldo, da Belgica; cavalleiro da de Carlos III, de Hespanha; e da Corôa de Wandes de Mecklemburgo-Schwerin. Bibliographia: *Uma tarde em Magadalum, lenda christã, traducção do hespanhol*, Lisboa, 1854; *Maguas e flôres, poesias por Claudio de Chaby e João Antonio de Sousa Junior*, Lisboa, 1855; *Do Porto a Lisboa; fragmento d'uma viagem de Hespanha a Portugal*, Lisboa, 1856; é versão do hespanhol, acompanhada de annotações do traductor; *Só Deus! Poemeto ao quadro original da mesma denominação do sr. Francisco Augusto Metrass*, Lisboa, 1856; *Almanach militar, ou livro dos quarteis para 1858*, Lisboa, 1857; *Para 1859, 2.º anno*, Lisboa, 185 ; esta publicação emprehendida em serviço da classe militar, encerra grande numero de artigos curiosos, adequados e em relação com o assumpto, e é adornado de vinhetas e gravuras analogas; não sabemos se a publicação continuou nos annos seguintes; *Excerptos historicos e collecção de documentos relativos á guerra denominada da Peninsula, e ás anteriores de 1801, e do Roussillon e Catalunha, resultado da commissão de investigações historicas commettida ao capitão de primeira classe Claudio de Chaby, etc., publicação ordenada pelo governo, sendo ministro e secretario de estado dos negocios da guerra, o ill.mo e ex.mo sr. Visconde de Sá da Bandeira*, Lisboa, 1863; é uma edição nitida, adornada de vinhetas e retratos de gravura em madeira, intercalados no texto, e mais cinco mappas e plantas lithographadas; a 1.ª parte comprehende a guerra do Roussillon e da Catalunha, 1793 a 1795; a 2.ª refere-se á invasão hespanhola em 1801; a 3.ª aos acontecimentos da Guerra Peninsular de 1807 a 1814, e a 4.ª contém os documentos comprovativos indicados na 3.ª, e algumas outras noticias; esta obra mereceu os maiores elogios de toda a imprensa portugueza e hespanhola; *Discurso pronunciado na cidade do Porto, por occasião da entrega da bandeira dos voluntarios da Rainha á Camara municipal da dita cidade, em 16 de maio de 1863;* saiu impresso em varios jornaes diarios d'aquella epoca; *Triste consuelo*, poesia em lingua hespanhola offerecida á viscondessa da Luz por occasião da morte de seu filho Fernando, e algumas linhas em prosa portugueza ao mesmo assumpto, dedicadas ao visconde do mesmo titulo, as quaes se imprimiram em 1860; *Apontamentos biographicos de Sua Majestade Imperial o sr. D. Pedro IV, duque de Bragança*, Lisboa, 1864; com duas estampas photographicas, das quaes uma é o retrato de D. Pedro, e a outra representa os retratos de varios generaes e officiaes superiores, que se distinguiram nas Campanhas da Liberdade, e indica uniformes usados de 1832 a 1834 pelo imperador, e pelo exercito por elle commandado; foi um trabalho concluido á pressa e gratuito, diz o seu autor, encommendado pelo ministro das obras publicas, para servir de guia aos artistas estrangeiros, que entravam no concurso para o monumento que se tratava de erigir a D. Pedro IV; *Apontamentos para a historia da Legião portugueza ao serviço de Napoleão I, mandada sair de Portugal em 1808; narrativa do tenente Theotonio Banha; edição ordenada pelo ministro e secretario de estado dos negocios da guerra, o ill.mo e ex.mo*

sr. *Visconde de Sá da Bandeira, e commettida ao capitão Claudio de Chaby*, Lisboa, 1863; com um retrato de Gomes Freire de Andrade, e uma estampa colorida, que representa os uniformes da cavallaria e infantaria dos legionarios; ácêrca d'esta obra veja se um extenso artigo de João Carlos d'Almeida Carvalho, publicado na *Revolução de Setembro* de 19 de novembro de 1865; entre outros, o *Jornal de Lisboa* e o *Jornal do Porto*, alludiram tambem com phrases gratulatorias a esta publicação, bem como a *Iberia*, de Madrid; ácêrca do assumpto da obra póde vêr se para conferencia e illustração o *Manuscripto achado entre os papeis do conde de Subserra, Manuel Ignacio Martins Pamplona*, que tambem fez parte da legião portugueza, publicado em folhetins no *Jornal do Commercio* de 5 de agosto de 1 68; *Synopse dos decretos remettidos ao extincto Conselho de Guerra, desde o estabelecimento d'este tribunal em 11 de dezembro de 1640, até á sua extincção decretada em o 1.º de julho de 1834, archivados no archivo geral do Ministerio da Guerra, e mandados recolher no real Archivo da Torre do Tombo em 22 de junho de 1865; trabalho officialmente elaborado sob a direcção do major de infantaria Claudio de Chaby*, etc., Lisboa, 1869; contém os fac-similes das assignaturas e rubricas d'el rei D. João IV, e de outras personagens notaveis da epoca a que se refere este volume 1640 a 1656; contém tambem algumas plantas de fortificações, etc. Pertence-lhe egualmente o *Relatorio do Ministerio da Guerra* apresentado ás côrtes em 1864; grande parte do *Boletim* do mesmo ministerio, cuja publicação foi ordenada por decreto de 12 de setembro de 1859, e terminou no segundo semestre de 1860; um minucioso relatorio sobre as grandes manobras do exercito italiano a que officialmente assistiu no outono de 1880; outro importante relatorio ácêrca da inspecção do cordão sanitario na fronteira da 4.ª divisão militar por elle commandada em 1890; planos, consultas, etc., além de artigos em jornaes e traducções impressas no livro *Armonias y Cantares* de D. Ventura Rodriguez Aguilera, Madrid, 1865. Tambem traduziu e imitou alguns dramas e comedias, que se representaram nos theatros de Lisboa.

Pereira Coelho *(P. José Antonio)*. Desembargador na Relação ecclesiastica do arcebispado de Braga. Escreveu: *Elogio funebre na morte do sr D. José, principe do Brazil, prégado na sé de Braga*, Lisboa, 1789.

Pereira Côrte Real *(José Luciano de Castro)*. Estadista e jurisconsulto, chefe do partido progressista. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; advogado e jornalista. Antigo deputado da Nação, ministro de Estado honorario; do conselho de S. M.; par do reino; antigo presidente do Conselho de Ministros; conselheiro de Estado; ex director geral dos Proprios Nacionaes; vogal effectivo aposentado do Supremo Tribunal Administrativo; Governador da Companhia Geral de Credito Predial Portuguez, reeleito varias vezes. Nasceu a 14 de dezembro de 1834, em Oliveirinha, districto de Aveiro, sendo filho de Francisco Joaquim de Castro Pereira Côrte-Real, da illustre casa de Fijó, da villa da Feira, e de D. Maria Augusta de Menezes Silva e Castro, da antiga casa da Oliveirinha. *(V. Fijó* e *Oliveirinha)*. Tendo se formado em Direito, dedicou-se em seguida á advocacia e ao jornalismo. Durante alguns annos collaborou no *Observador* e no *Conimbricense*, de Coimbra; no *Campeão do Vouga*, de Aveiro; *Nacional*, *Commercio do Porto* e *Jornal do Porto*, do Porto; *Gazeta do Povo*, *Paiz* e *Progresso*, de Lisboa, concorrendo para a fundação de alguns dos periodicos indicados. Com o dr. Alves da Fonseca fundou a importante revista de jurisprudencia intitulada o *Direito*. Como ministro e como deputado, desde 1854, apresentou ás côrtes differentes propostas e projectos de lei, conforme consta do respectivo *Diario das sessões* da camara, acompanhados de relatorios importantes. Pertenceu a grande numero de commissões extra parlamentares. E' socio da Academia de Jurisprudencia, de Madrid, e socio honorario da Associação dos Advogados, de Lisboa. O seu primeiro livro inti-

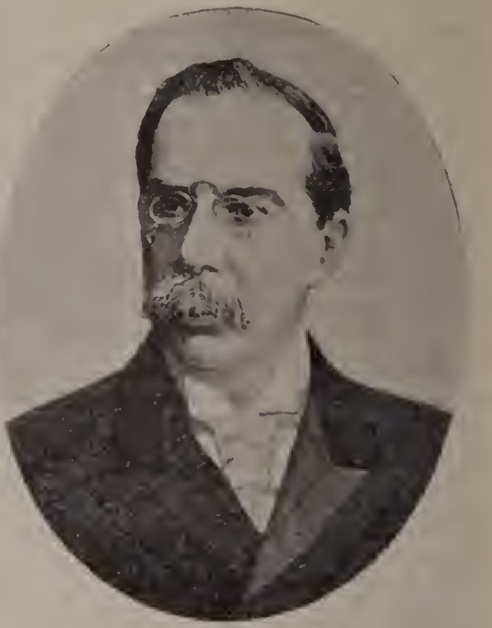

Conselheiro José Luciano de Castro

tula-se *Questão das subsistencias* e foi impresso na Typographia Universal, de Lisboa, em 1856. A esse tempo já o futubro estadista era deputado da Nação e collaborava activamente em varios jornaes politicos. Logo na advertencia, depois da lauda em que consagra o seu trabalho a Antonio Rodrigues Sampaio, o autor mostra já a firmeza de principios, a fé patriotica e a nobreza de caracter que, por mais de meio seculo, tem manifestado em todos os actos da sua carreira publica, ainda os mais discutidos. N'uma entrevista politica, mencionada no final d'este artigo, encontram se alguns traços auto-biographicos, muito interessantes, do sr. conselheiro José Luciano de Castro. São os seguintes: «Entrei na politica militante em 1854. Fui, pela primeira vez, deputado aos dezenove annos, notando que a Constituição exigia como edade legal, para pertencer ao Parlamento, a dos vinte e um. Mas, n'a-

quello tempo, não havia registo civil, que só foi estabelecido mais tarde, em 1862, e nos registos parochiaes eu figurava como tendo nascido em 1833, e não em 1835, verdadeira data da minha vinda ao mundo. Meu pae, pertencente a uma antiga familia, gozava de um certo numero de privilegios, não sendo o menor o direito a uma capellania, que lhe permittia ter um capellão em sua casa. O capellão facultou-me meio de entrar no Lyceu e, depois, na Universidade—e aos dezenove annos eu era advogado e legislador. Deputado desde 1851 e par do reino vitalicio, não me recordo bem desde que data, encontro-me, actualmente, aos setenta e dois annos de edade, tendo sido cinco vezes ministro e tres presidente do conselho, sem a menor ambição, com o unico desejo de que me deixem descançar e de que o Rei não me confira o pesado encargo da sua confiança para constituir governo. Fui, pela primeira vez, ministro da justiça em 1869, e, depois, ministro do reino em 1879, e presidente do conselho de ministros em 1886, em 1897 e em 1904. Sou o unico politico sobrevivente dos que governaram, dos que estiveram á frente de governos no reinado de D. Luiz. D'aquelles homens eminentes, em cujo exemplo aprendi, nenhum resta. Todos elles passaram, deixando o rasto luminoso dos seus periodos de grandeza e de poder: Fontes Pereira de Mello e Serpa Pimentel, no partido regenerador; o duque de Loulé e Anselmo Braamcamp, no partido progressista. Todos estes quatro fôram chefes, fôram caudilhos e os seus actos estão impressos na minha memoria com respeito e admiração. Por morte de Braamcamp, succedi-lhe na chefatura do partido progressista. Dava-se isso em 1885 e em 1886 era eu chefe de governo, presidente de um ministerio de homens illustres e notaveis, dos mais preclaros politicos que existiam no paiz. Marianno de Carvalho, no ministerio da Fazenda; Emygdio Navarro, no ministerio das Obras Publicas; Barros Gomes, no ministerio dos Negocios Estrangeiros, auxiliaram-me na minha obra e, comquanto houvesse depois modificações no gabinete, foi essa uma épοca de gloria e de prosperidade para a monarchia. Estive no governo quatro annos e meio, até que o *ultimatum* de Inglaterra atirou com tudo a terra. Não é este o momento de falar d'isso. A historia fará justiça ao nosso patriotismo, e, na realidade, já a está fazendo.» A nomeação de par do reino do sr. conselheiro José Luciano de Castro foi em 1887, tomando assento na respectiva camara a 29 de abril d'esse anno. A presidencia do conselho de ministros, em 1904, foi por decreto de 20 de outubro, e a seguir por decreto de 27 de dezembro de 1905. Tem publicado: *Questão das subsistencias*, Lisboa, 1856; *Collecção da legislação reguladora da liberdade de imprensa*, Porto, 1859; *Discurso pronunciado na sessão de 30 de janeiro de 1863, na camara dos Senhores Deputados por occasião da discussão da resposta ao discurso da Corôa*, Lisboa, 1863; *Providencias mais importantes publicadas pelo Ministerio da Justiça em 1869-1870*, 1870; *Reforma da Carta—Proposta de Lei apresentada á Camara dos Senhores Deputados em sessão de 24 de janeiro de 1872*, Lisboa, 1872; *Discursos proferidos na Camara dos Senhores Deputados nas sessões de 16 e 18 de março de 1872*, Vianna do Castello, 1872 (refere-se a actos da administração superior do districto de Vianna do Castello); *Partido progressista, exposição justificativa e programma*, Lisboa, 1877; *Propostas de lei apresentadas á Camara dos Deputados nas sessões legislativas de 1880-1881, como ministro do reino*, Lisboa, 1881; *Reforma eleitoral: Relatorio e projecto de lei apresentado na Camara dos Deputados em 31 de janeiro de 1882*, Lisboa, 1882; *Reforma eleitoral: Relatorio e projecto de lei apresentado na Camara dos Deputados em 6 de abril de 1883*, (é o anterior com algumas alterações e additamentos importantes); *Legislação eleitoral annotada*, Lisboa, 1884. Para a sua biographia pódem vêr-se: A obra de Marques Gomes, *Districto de Aveiro*, a pag. 177; o *Commercio do Porto*, de 27 de março de 1885, no artigo da serie *Estatistica e biographias parlamentares portuguezas*, onde se encontra a menção dos projectos e propostas de lei, que já como deputado, já como ministro de Estado effectivo, apresentou ás côrtes (1854-1883). A historia parlamentar tem nesse artigo uma rezenha interessante. *Almanach illustrado do Diario da Tarde*, Porto 1903, artigo de José Victorino Ribeiro. Entrevista do jornalista hespanhol Luiz Morote, no *Heraldo de Madrid*, reproduzida no *Correio da Noite*, de Lisboa, de 27 de julho de 1907. Constitue uma auto biographia politica do chefe progressista, então em lucta contra a dictadura franquista d'essa epoca.

Pereira da Costa (*Constantino*). Escriptor que falleceu depois de 1859. Era um miguelista muito ferrenho. Escreveu: *Elogio dedicado aos bons realistas portuguezes*, Lisboa, 1828; saiu com as iniciaes C. P. C. de S. M.; *Demonstração politica sobre os extinctos direitos do Imperador do Brazil á corôa de Portugal*, Lisboa, 1829. Traduziu em 1838; o *Manifesto dos realistas portuguezes*, escripto em francez por João da Cunha Neves de Carvalho Portugal, accrescentado com muitas notas, tendo no fim uma *Relação de alguns assassinatos politicos perpetrados em Portugal pelos liberaes depois da Convenção de Evora Monte*.

Pereira da Costa (*Francisco*). Um dos nossos mais notaveis violinistas. N. no Porto em 30 de janeiro de 1847, fal. no Rio de Janeiro a 24 de junho de 1890. Era filho de Thomaz Pereira, tambem musico, exercendo ao mesmo tempo o mister de tecelão. Desde muito novo começou Francisco Pereira da Costa a revelar grande vocação para a musica, tendo tido por mestre Agostinho Bandoni; aos 7 annos começou a aprender a tocar violino, fazendo progressos taes que o afamado violinista Nicolau Ribas se interessou por elle encarregando-se com o maior desvello de lhe dirigir a educação artistica. Pouco tempo depois Nicolau Ribas apresentou o pequeno discipulo n'um concerto que se realisou na Sociedade Philarmonica Portuense em 22 de janeiro de 1857. Pereira da Costa não tinha ainda os 10 annos completos, e a fórma como elle se houve executando com extraordinario desembaraço uma das phantasias, embora pouco difficeis, de Singelée, causou o maior assombro. Alguns mezes mais tarde apresentou-se em publico, em 2 de maio, no theatro de S. João, tocando uma phantasia sobre o *Rigoletto*, com acompanhamento de orchestra, composta expressamente por Nicolau Ribas para o seu discipulo. Em 6 de novembro do mesmo anno deu outro concerto em beneficio

das familias que tanto haviam soffrido com a febre amarella, que n'esse anno de 1857 assaltou Lisboa. Este concerto, muito concorrido principalmente pela primeira sociedade portuense, despertou o maior enthusiasmo. Enviado o producto d'este concerto para Lisboa ao Centro promotor das Classes Laboriosas, para que esta associação lhe désse o devido destino, tão gratamente foi recebido que o retrato do infantil violinista foi mandado pintar a oleo e collocado n'uma das salas da mesma associação Em 7 d'abril de 1858 saiu pela primeira vez do Porto para vir a Lisboa, publicando por essa occasição o jornal *Porto e Carta* uma poesia em seu louvor. Deu um concerto no theatro de D. Maria II em 27 de maio, e dias depois D. Pedro V o chamou ao paço, e tendo o ouvido o elogiou muito, deu-lhe sabios conselhos, e presenteou-o com um alfinete de brilhantes. Pereira da Costa tomou parte n'um concerto da Academia dos Professores de Musica, em 30 de junho. N'esse concerto tomaram parte os irmãos Croner e outros nossos mais notaveis artistas. A familia real tambem assistiu. Incitado pelos applausos que unanimemente eram prodigalisados ao pequeno violinista, cujo talento tão rapidamente se desenvolvia, o pae resolveu fazer todos os sacrificios para o mandar estudar em Paris. Pereira da Costa deu então um concerto de despedida no theatro de S. João em 6 de novembro de 1858. Os portuenses fizeram-lhe uma imponente ovação, e alguns poetas lhe dedicaram poesias, que se publicaram nos jornaes. Elle proprio escreveu uma poesia a despedir se do publico, a qual foi publicada no jornal *Porto e Carta* de 13 de novembro. Veiu a Lisboa, ainda tocou em publico uma vez no Casino Lisbonense, e em 30 de novembro partiu para Paris, onde chegou em 8 de dezembro Estudou ali primeiramente com o professor Jules Garcin, em que se habilitou a concorrer aos exam s de admissão no Conservatorio, e sendo admittido entrou para a classe do professor Alard. Aprendeu tambem piano o harmonia. No meado do anno de 1863 regressou a Portugal. Esteve em Lisboa, tocando no theatro de S. Carlos em duas recitas, uma em 28 de novembro e outra em 5 de dezembro. Tocou tambem no paço d'Ajuda na presença d'el-rei D. Luiz, que n'essa occasião o nomeou musico da real camara. A imprensa de Lisboa teceu-lhe os maiores elogios. Voltou ao Porto, fazendo-se ouvir na Philarmonica Portuense em 16 de janeiro, no theatro de S. João em 28 de fevereiro e em 15 de março de 1864. Em seguida fez uma digressão pelas provincias do norte, e vindo outra vez a Lisboa, deu um concerto no theatro de D. Maria II em 25 de junho. Procurando explorar mais vasto campo, embarcou para o Brazil n'esse mesmo anno. Chegando ao Rio de Janeiro estreou-se no theatro lyrico em 30 de agosto, tendo a fortuna de logo conquistar as geraes sympathias. A imprensa brazileira deu noticia da estreia, dirigindo lhe phrazes elogiosas. Percorreu então muitas das cidades do Brazil, sendo sempre por toda a parte muito bem recebido e applaudido. Em principios de junho de 1865 estava em Pernambuco, d'onde regressou ao Porto, chegando a esta cidade em 23 de julho, trazendo alguns contos de réis. O pae determinou que fôsse novamente aperfeiçoar-se em Paris aproveitando os recursos obtidos, e a esse proposito deu um concerto de despedida no Porto em 8 de setembro e outro em Lisboa. Mas no Brazil, onde a sua carreira teve um periodo tão brilhante, ahi o destino lhe deparou um obstaculo que se tornou para elle invencivel, obrigando-o a não proseguir nas suas glorias artisticas. Uma filha do poeta da Bahia Francisco Moniz Barreto apaixonou-se pelo distincto artista, e teve artes de se apoderar do seu fraco espirito dominando-o para sempre. Pereira da Costa tinha um caracter bondoso, extremamente docil, sem vontade propria, deixando-se por isso facilmente dominar. Chegando a Paris, encontrou ali, por acaso ou por anterior combinação, a apaixonada brazileira, que o fez pôr de parte os estudos e esgotar todos os recursos obtidos. No fim de um anno o proprio pae ali o foi buscar, empregando em vão todos os esforços para o separar d'aquella que nunca mais abandonou, e com quem mais tarde veiu a casar. Desde então, subjugado pelo dominio d'essa mulher, não fez mais progressos sensiveis. Esteve em Lisboa nos mezes de abril e maio de 1868, deu aqui um concerto em seu beneficio e tocou em varios outros. Era sempre bem recebido, mas a situação financeira conservava-se deploravel, tendo chegado ao ultimo apuro devido ao mau governo domestico. Em junho voltou ao Porto e contratou-se para tomar parte n'uma serie de concertos dados ao ar livre no jardim do Palacio de Crystal, os quaes se realisaram até ao principio de agosto; renovou o contrato para outra série, realisada durante o mez de setembro no theatro de Gil Vicente. Em maio de 1869 estava outra vez em Lisboa, no mesmo estado financeiro deploravel. Por esse tempo adoeceu Tito Mazoni, primeiro violino a solo da orchestra de S. Carlos, e Pereira da Costa foi admittido n'aquelle logar, resolvendo estabelecer-se aqui definitivamente, mas o dominio da mulher nunca o deixou proceder sensatamente. Faltava a cada momento ás suas obrigações, umas vezes chegava tarde, outras não apparecia, sendo preciso ir buscal-o a casa a disputal-o á creatura que o retinha por qualquer simples capricho. A situação tornou-se insustentavel em Lisboa, e partiu para o Brazil no anno de 1871. Por fim estabeleceu se no Rio de Janeiro, onde viveu sempre em lucta com a má sorte, apezar de ser muito estimado e considerado. Uma lesão cardiaca se lho declarou, e a que succumbiu, depois de soffrer muito tempo. Os jornaes do Rio de Janeiro deram todos a noticia da sua morte, lastimando tão notavel perda para a arte.

Pereira da Costa *(Francisco Antonio)*. Bacharel formado em Philosophia e Medicina pela Universidade de Coimbra, lente de Historia Natural na Escola Polytechnica, director do Museu de Historia Natural na referida escola, etc. N. em Lisboa a 11 de outubro de 1809, fal. em 1889. Era filho de Antonio Pereira da Costa, pharmaceutico. Revelando uma intelligencia pouco vulgar, e sendo muito estudioso, mostrou ardentes desejos de cursar escolas superiores, a quo seu pae annuiu. Matriculou se então aos 16 annos, em 1825, na Universidade Coimbra, nas faculdades de Philosophia e Medicina. Por infelicidade, logo no principio de 1826 falleceu D. João VI, e deu-se a regencia da infanta D. Izabel Maria, a que se seguiram as luctas politicas e sangrentas, entre os partidarios de D. Pedro IV e do infante

D. Miguel, luctas que forçosamente tinham de influir em todo o paiz. Pereira da Costa, professando idéas liberaes, seguiu a maioria dos seus condiscipulos e contemporaneos, entre os quaes figurava o grande tribuno José Estevão Coelho de Magalhães, alistou se no batalhão academico, e em 1828, como consequencia necessaria, foi riscado da Universidade, assim como uma grande parte dos academicos. O pae, que tambem era muito conhecido como liberal exaltado, viu-se obrigado a emigrar para o estrangeiro, deixando a familia em tristes condições. Pereira da Costa, vendo interrompido o curso, em que se tinha manifestado dedicado e distincto estudante, e sem esperanças de o poder continuar, voltou para Lisboa para junto de sua mãe, e de um seu irmão mais novo, ainda creança encarando a adversidade com a maior resignação, mas primeiro que tudo era urgente sustentar sua familia, e já que a Universidade lhe fechara as portas, tinha de dedicar-se ao trabalho, pois os recursos escasseavam. Entrou resolutamente a administrar a pequena pharmacia que seu pae abandonara A adversidade, porém, não deixava de o perseguir. Defronte estava aquartelado um batalhão de soldados realistas, e estes começaram a dirigir-lhe insultos, alcunhando-o de *malhado*, e outros epithetos injuriosos, que elle ouvia resignado; mas os soldados, não se contentando com os insultos principiaram a atirar pedras ao estabelecimento, quebrando os vidros, frascos e outros objectos, o que obrigou o pobre rapaz a fechar a pharmacia. A' generosidade d'um amigo dedicado deveu alcançar uns parcos meios para prover ás necessidades urgentes da familia. Conservou-se n'esta situação triste e afflictiva até 1833, em que triumphou o regimen constitucional. Pereira da Costa mudou de circumstancias, e depois de servir nas linhas, conseguiu poder voltar á Universidade, e continuar os estudos interrompidos. Faltavam-lhe, porém, recursos. Seu pae havia morrido no Porto. Teve então a sorte de alcançar do novo governo uma mezada de 14$400 réis para completar os estudos. D'este subsidio repartia parte com a familia, e voltou para Coimbra a estudar. Obteve, depois de distincta frequencia e de bons exames, o grau de bacharel nas faculdades de Philosophia e Medicina. Havia-se creado então em Lisboa, pelo decreto de 11 de janeiro de 1837, a Escola Polytechnica, e Pereira da Costa oppoz-se á cadeira de Mineralogia e geologia, que se tratava de provêr, e depois d'um concurso brilhante foi proposto ao governo pelo conselho escolar. Por questões politicas, porém, só veiu a ser despachado a 30 de abril de 1840. Os seus primeiros esforços encaminharam se a augmentar quanto possivel a diminuta collecção de mineraes que tinham pertencido á Casa da Moeda, e a redigir um compendio adequado ao programma da cadeira, e compativel com o tempo destinado ao ensino em cada anno lectivo. Luctou para isso com bastantes difficuldades. Sendo poucos os recursos, limitou-se a escrever umas excellentes folhas lithographadas, que depois em outra edição augmentou e aperfeiçoou em harmonia com os progressos incessantes da sciencia. Sendo socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, esta o nomeou lente da sua cadeira de introducção á Historia Natural. Em 1857 foi creada uma commissão encarregada de estudar a geologia do paiz, e de coordenar a nossa carta geologica; e Pereira da Costa teve a nomeação de director. Foi elle quem emprehendeu os primeiros estudos de Paleonthologia da nossa terra. Depois de reunir grande copia de materiaes, publicou dois importantes fasciculos com relação aos gasteropodes dos terrenos terciarios, um a respeito do homem em epocas remotas no valle do Tejo, e ainda outro ácêrca dos dolmens portuguezes, obras que lhe alcançaram grande fama entre os sabios estrangeiros. Acontecimentos posteriores demoraram a commissão. Pereira da Costa continuou, porém, a ser encarregado da exploração paleontologica do Museu Nacional, que o duque de Loulé, pouco tempo antes, por carta de lei de 6 de março de 1858, havia mudado da Academia Real das Sciencias para a Escola Polytechnica. Ao mesmo tempo tambem se dedicava ao augmento das collecções mineralogicas da secção do Museu, de que foi director. A industria mineira tambem lhe deveu muitos serviços. Em 1853, quando foi creado o ministerio das obras publicas, foi nomeado membro do conselho de minas, Como lente decano da Escola Polytechnica exerceu por alguns annos a sua direcção. Pereira da Costa foi agraciado com a carta de conselheiro por decreto de 26 de novembro de 1868; era doutor honorario da faculdade de Philosophia da Universidade de Breslau, e commendador da ordem de Christo, rejeitando a commenda da de S. Thiago, que tambem lhe foi offerecida. Bibliographia: *Lições de Mineralogia*, um vol. in folio, lithographado na Lithographia da Escola Polytechnica, sem data; *Traducção do opusculo de Daniel Sharp sobre a geologia dos suburbios do Porto;* saiu no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica* tomo II da 2.ª serie a pag. 143; *Da existencia do homem em epocas remotas no valle do Tejo; primeiro opusculo; noticia sobre os esqueletos humanos descobertos no cabeço d'Arruda; com a versão em francez por M. Dalhunty*, Lisboa, 1865; com 7 estampas; *Molluscos fosseis; Gasteropodes dos depositos terciarios de Portugal; com a versão franceza por M. Dalhunty*, Lisboa, 1866; com 15 estampas; *Molluscos fosseis; Gasteropodes dos depositos terciarios de Portugal*, 2.º *caderno;* saiu em 1867; *Monumentos pre-historicos; Noções sobre o estado pre historico da terra e do homem, seguido da descripção de alguns dolmens ou antas de Portugal; com a traducção franceza de M. Dalhunty*, Lisboa, 1868; com 3 estampas lithographadas.

Pereira da Costa (*João Evangelista*). Organista, pianista e compositor. N. em Lisboa em 1804 e fal. em Calais em 1832. Era filho de Bartholomeu da Costa e de Catharina Maria Pereira da Costa. Um tio, o P. João Pereira, que era um bom musico e muito affeiçoado ao sobrinho, lhe ensinou na primeira infancia os principios da arte, e notando-lhe extraordinaria vocação para a musica o trouxe para Lisboa, e o matriculou no Seminario Patriarchal a 9 de janeiro de 1815, contando então João Evangelista apenas de 10 annos de edade. Durante dois annos que esteve ali estudando, tornou-se notavel o seu desenvolvimento e applicação, mas em 1817 saiu voluntariamente do seminario, sem ter seguro destino, no anno de 1820 já exercia as funcções de organista, e entrou para a irmandade de Santa Cecilia em 29 de março d'esse anno. Pela

mesma epoca começou a evidenciar se pelas diversas composições de musica religiosa, modinhas, trechos para piano, e farças que se representaram no theatro da Rua dos Condes, onde foi mestre ensaiador. Depois entrou para o theade S. Carlos como pianista acompanhador, ganhando desde logo a estima do professor italiano Carlo Coccia, de quem recebeu conselhos que lhe fôram muito uteis. Em 23 de fevereiro de 1824 realisou um beneficio n'aquelle theatro, em que apresentou ao publico a sua primeira composição importante, um elogio dramatico intitulado *O Merito exaltado*, que no programma se dizia dedicado á nação portugueza. João Evangelista costumava todos os annos fazer um beneficio, umas vezes na Rua dos Condes e outras em S. Carlos, apresentando sempre n'essas noites uma composição sua. Tres mezes depois apresentou no theatro de S. Carlos uma outra composição de egual genero, que se cantou em 13 de maio de 1824, anniversario natalicio d'el-rei D. João VI, a qual tinha por nome *Jove Benefico*, executando tambem a orchestra uma grande symphonia, composição do notavel artista. Estas composições agradaram muito, e o seu autor foi considerado um musico de grandes esperanças. Aconselharam-lhe uma viagem a Italia ou a França, idéa muito agradavel ao seu caracter irrequieto; sobretudo ir a França era a sua aspiração, porque João Evangelista apaixonara-se pelas idéas liberaes tão desenvolvidas n'aquella epoca. Empregou, portanto, todos os esforços para obter meios de realisar essa viagem, e parece que o elogio dramatico em honra de D. João VI fôra escripto no intuito de alcançar o auxilio do monarcha, o que effectivamente conseguiu. Em 1825 partiu para França; escreveu n'esta occasião um hymno a tres vozes com acompanhamento de piano, que dedicou a D. João VI, o qual ficou inedito. O seu desejo de ir a França tinha ainda outra causa, porque João Evangelista havia casado por esse tempo com uma senhora franceza, Celeste Adelaide Filippe, pertencente a uma das principaes familias de Dunkerque, filha do considerado negociante Jean Jacques Antoine Filippe, que esteve de passagem em Lisboa. Achava-se em Paris, quando falleceu D. João VI, em março de 1826, acontecimento que lhe inspirou uma composição, que mandou imprimir, com o seguinte titulo: *A' morte do senhor D. João VI rei de Portugal, imperador do Brazil; marcha funebre para piano forte composta e dedicada á Nação Portugueza*, Paris, etc. Pouco tempo depois regressou a Lisboa, vindo occupar o logar de segundo mestre no theatro de S. Carlos, sendo o primeiro o grande maestro Mercadante. O theatro tinha fechado em demonstração de luto pelo morte do monarcha e reabriu em 12 de junho, epoca de grande effervescencia politica e enthusiasmo por parte dos constitucionaes em consequencia de D. Pedro IV ter outhorgado a Carta Constitucional. No dia 31 de julho, em que se realisou o juramento da Constituição houve recita de gala, para a qual João Evangelista compoz uma cantata intitulada *La Reggia di Astrea*, cujo final era um hymno com a letra em portuguez, que causou o maior enthusiasmo, dando pretexto a ruidosas manifestações politicas; cada cantor cantava a sua estrophe terminando sempre pela palavra Constituição, a que toda a platéa respondia dando vivas e applaudindo estrepitosamente. O hymno de João Evangelista, pela enorme fama que adquiriu, tornar se-ia o canto official dos liberaes, se pouco depois D. Pedro IV não tivesse enviado do Brazil o seu hymno da Carta, que pela primeira vez se cantou em S. Carlos, a 6 de janeiro de 1827, com instrumentação do proprio João Evangelista. No dia 22 de janeiro, anniversario da imperatriz D. Maria Leopoldina, apresentou o nosso maestro outra cantata, com o titulo *O Tributo á Virtude*. Escreveu ainda outro hymno, *Os direitos individuaes*. N'esse tempo, porém, havia elle preparado um trabalho de maior vulto, a sua opera *Egilda di Provença*. Não se sabe ao certo, quando ella se cantou pela primeira vez, mas parece que foi em 1827, porque o *Constitucional* de 29 de janeiro de 1828 publicou um extenso artigo analysando a opera e a sua execução, fazendo uma critica aspera e severa. A abertura da opera, reduzida para piano, imprimiu-se, e executou-se muitas vezes nos concertos das academias e em festas de egreja. Na critica do *Constitucional* accusava-se o maestro Mercandante por ter supprimido o solo de clarinete, que devia ser tocado por Canongia, o que deu logar a que o maestro italiano respondesse com uma carta do proprio Canongia, que declarava ter sido o solo supprimido por occasião da sua doença, e que voltando a exercer o seu logar, continuara a suppressão por se julgar que esse solo não fazia falta, e até porque geralmente se reconhecera ser muito extenso e de pouco effeito. João Evangelista escreveu mais duas arias para S. Carlos, uma intercalada na opera *Temistocle* de Pacini, e outra, com letra em portuguez, que a cantora Pietralia executou na noite do seu beneficio, em 14 de janeiro de 1828. Em março d'este anno emprehendeu a publicação d'um jornal de musica, que principiaria a sair no principio de abril. Mas n'esse tempo os successos politicos tinham tomado um aspecto sinistro com a proclamação do governo absoluto e perseguição aos liberaes. Para um compositor de hymnos á Constituição, era um caso perigoso, apezar de João Evangelista dispôr de altas protecções. Conservou se ainda algum tempo em Lisboa, retrahido n'uma prudente obscuridade, mas tendo fechado o theatro de S. Carlos no fim do anno de 1828, resolveu-se no anno seguinte a tomar o caminho da emigração, e retirar se para França. Dizem que antes de partir, praticou um acto de verdadeira loucura. João Evangelista era organista da capella real; um dia em que D. Miguel assistia á missa e elle estava ao orgão, no momento da elevação da hostia em que todos estavam prostrados e ninguem, por conseguinte, podia mover-se, começou a floreiar o hymno da Carta. Acto continuo desappareceu escapando-se com a maior presteza e fortuna de não ser recompensado pela sua inspiração musical. Pouco tempo antes, quando alguns liberaes ainda estavam illudidos sobre as intenções de D. Miguel, João Evangelista teve tambem uma extravagante idéa, só propria de um cerebro muito incandescido. Escreveu um *Te-Deum* a 8 vozes e orgão, tomando por thema o ultimo versiculo do hymno da Carta. No *Diccionario biographico dos musicos portuguezes*, de Ernesto Vieira, d'onde extrahimos estes apontamentos, lê-se o seguinte a este respeito, a pag. 357, do 1.º volume: «Possuo

a partitura d'essa composição singular. E' trabalho excessivamente extenso, tão grande como um grande acto de opera; e com uma opera se parece não só na extensão como na estructura, pois que tem arias, recitativos e coros, exactamente como em qualquer composição theatral d'aquella epoca. O thema final é trabalhado com extremado esmero e extraordinaria phantasia; as imitações entrelaçam-se n'elle com excessiva complicação, em que as modulações são procuradas com ancia e nenhuma naturalidade. Reconhece-se n'este trabalho um furor de produzir obra que cause espanto, levado esse furor quasi ao desequilibrio mental. Está portanto longe de ser uma obra de arte bem ponderada, embora demonstre ser feita por um bom harmonista. O seu autor nunca chegou a ouvil-a executada em publico, mas parece ter começado a ensaial-a, segundo consta da tradição. Em 1873 appareceu com ella José Maria Christiano, que a mandou instrumentar por Monteiro d'Almeida e Freitas Gazul, fazendo-a executar na egreja de S. Domingos em 24 de julho d'esse anno. Depois desappareceu de novo até vir parar ás minhas mãos.» Quando em 1831 os liberaes que estavam no Brazil vieram incorporar-se ao exercito expedicionario de D. Pedro IV, João Evangelista escreveu mais um hymno, cuja poesia foi de José Victorino Barreto Feio, hymno que se imprimiu em Paris com o titulo: *Hymno dos Emigrados portuguezes na sua volta do Rio de Janeiro para a Europa—Palavras de J. V. Barreto Feio, musica de J. Evangelista P. da Costa.* Parece que este hymno foi a sua ultima producção, porque falleceu no anno seguinte. Além das composições apontadas, ficaram manuscriptas as seguintes: *As nuvens disseram basta!*; *Variações para piano forte*, tendo no fim a data de fevereiro de 1828; *Laudate Dominum*, psalmo a 4 vozes e orchestra; *Miserere*, a 3 vozes e pequena orchestra; *Doze modinhas e arias com letra em portuguez*, entre ellas uma intitulada *Os sonhos*, poesia de Antonio Feliciano de Castilho. Tambem existem umas *Matinas de Nossa Senhora do Carmo*, e *Matinas do Natal*, ambas a 3 vozes e orgão. A viuva, uma filha e um filho de João Evangelista, regressando a Portugal, depois da morte d'este, e estabelecendo se em Lisboa, vieram a ter um tragico fim; fôram as victimas do celebre crime commettido em 1841 por Mattos Lobo, primo do compositor. V. *Portugal*, vol. IV, pag. 934.

Pereira da Costa *(José Frederico).* General de divisão reformado, ajudante de campo honorario de el-rei D. Manuel II, presidente do Supremo Conselho de Justiça Militar. N. em 17 de outubro de 1819, fal. em 10 de fevereiro de 1910. Era filho do 1.º visconde de Ovar, Antonio da Costa e Silva, e de sua mulher, D. Thereza da Conceição de Oliveira Costa. Assentou praça no 1.º regimento d'artilharia em 8 de julho de 1835; foi alumno da Academia de Marinha e Commercio do Porto, onde obteve os premios dos 1.º e 2.º annos de Mathematica. Sendo anspessada em aspirante a official do 3.º regimento de artilharia, foi promovido a 2.º tenente para o mesmo regimento em 28 de julho de 1837, concluindo o curso da arma em 29 de julho de 1839. Por decreto de 26 de novembro de 1840 foi promovido a 1.º tenente para o 1.º regimento de artilharia. Foi ajudante de campo de seu pae, successivamente nos cargos de commandante geral de artilharia; commandante da 1.ª direcção do exercito em operações; commandante interino da 1.ª divisão militar, ministro da guerra e na segunda vez commandante geral da artilharia, auxiliando efficazmente seu pae, no desempenho do seu cargo de ajudante sempre com uma rara energia e decisão nas difficeis commissões que desempenhou. Em 19 d'abril de 1847 foi promovido a capitão para o estado maior de artilharia, e foi graduado em major em 23 de dezembro do mesmo anno. Em 14 de agosto de 1849 foi agraciado com o grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada, e em 1850, obteve o mesmo grau na ordem de Aviz. Foi promovido a major effectivo para artilharia n.º 3, em 29 de abril de 1851, sendo louvado pelos bons serviços em 21 de julho de 1864. Em 7 de novembro de 1865 foi nomeado inspector do material de artilharia para a 9.ª divisão; em 31 de dezembro de 1866 foi promovido a tenente-coronel para artilharia n.º 2; e n'esse mesmo anno teve a mercê da medalha militar de prata de comportamento exemplar, e em 1867, da medalha de prata de bons serviços. Em 2 de janeiro de 1869 foi encarregado de superintender no ajustamento das contas da extincta Companhia d'artilharia da guarnição da ilha da Madeira; em 27 do mesmo mez foi nomeado commandante do material de artilharia da subdivisão militar do Funchal; em 16 de julho de 1869 foi nomeado vogal dos exames dos alumnos do curso de artilharia. De 10 a 19 de maio de 1870 exerceu o cargo de chefe do estado maior da 1.ª divisão militar e, devido ao seu bom criterio e ás acertadas providencias que tomou, se deve não ter assumido excepcional gravidade a revolta planeada e levada a effeito pelo marechal duque de Saldanha. Em 4 de junho de 1870 foi nomeado commandante interino do polygono de Vendas Novas, e em 1 de agosto do mesmo anno vogal da commissão encarregada de proceder ás experiencias com as armas dos diversos systemas; n'este anno foi condecorado com a commenda da ordem de Aviz; em 23 de agosto do mesmo anno foi nomeado chefe da 1.ª repartição da direcção geral de artilharia; em 30 de dezembro de 1871 vogal da commissão de aperfeiçoamento da arma; em 18 de dezembro de 1872 foi promovido a coronel. Foi eleito deputado pelo circulo 33, na legislatura que começou em 2 de janeiro de 1875, e pelo circulo 46, nas legislaturas que começaram em 2 de janeiro de 1879, e em 2 de janeiro de 1880, e par do reino electivo. Por decreto de 9 de maio de 1883 foi promovido a general de brigada; em 30 de janeiro de 1884 nomeado commandante da Escola do Exercito, e dirigiu este estabelecimento até 1893, introduzindo ali importantissimos melhoramentos, tanto no que respeita ao ensino como nas installações, sendo da sua iniciativa o actual refeitorio. Em 1888 foi nomeado vogal da commissão superior da guerra; em 5 de outubro de 1889, nomeado presidente do jury dos exames para o posto de general; em 15 de março do mesmo anno fôra agraciado com a gran cruz da ordem de Aviz; a 5 de fevereiro de 1890 foi promovido a general de divisão, e em 1893, nomeado director da secretaria da guerra e ajudante de campo honorario d'el-rei D. Carlos I. Reformou-se no posto de general de divisão em 24 de outubro de 1895, e n'esse anno foi exone-

rado da secretaria da guerra. sendo então investido no cargo de presidente do Supremo Conselho de Justiça Militar, que exercia ainda quando falleceu.

Pereira da Costa *(Luiz)*. Doutor em Medicina, e lente cathedratico da Universidade de Coimbra. Nasceu em Monte Redondo a 20 de maio de 1847, sendo filho de Luiz Pereira da Costa. Matriculando se na faculdade de Mathematica fez a sua formatura em 1876; seguiu depois o curso de Medicina, que completou em 1881, tornando-se tão distincto que recebeu o primeiro premio em todos os annos. Doutorou-se em 16 de julho de 1882. No anno seguinte foi despachado preparador de anatomia pathologica, e em 1884 lente substituto de medicina. E' hoje lente cathedratico da sexta cadeira da mesma faculdade, e clinico da junta consultiva dos hospitaes da Universidade. Escreveu: *Considerações sobre um caso de eclampsia;* sairam na *Coimbra medica* do anno de 1881, n.ºs 10, 17, 18 e 19; *Nozologia da febre puerperal*; foi a sua dissertação para a acto de licenceado na faculdade de Medicina; saiu tambem na *Coimbra medica*, do anno de 1882, n.ºs 10, 11 e 12; *Banhos do mar, elementos de hydrotherapia maritima*, Coimbra, 1882, foi a sua dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas na Universidade; *Theses de medicina theorica e pratica*, Coimbra, 1882; *Acção physiologica dos elementos de hydrotherapia maritima*, Coimbra, 1884; foi a sua dissertação de concurso a um logar de lente substituto na faculdade de Medicina; *Banhos do mar; elementos de hydrotherapia maritima*, Coimbra, 1886.

Pereira da Costa *(Manuel)*. Professor de grammatica latina em Lisboa. e escriptor. N. em Moncorvo a 3 d'abril de 1697, fal. depois do anno de 1768. Era filho de Manuel Pereira da Costa e de Anna de Gouveia. Estudou humanidades e lingua latina no Collegio de Santo Antão, da Companhia de Jesus. Foi muito perito na poesia latina e portugueza, e no estudo da historia sagrada e profana. Conhecia profundamente as linguas latina, franceza e italiana. Escreveu: *Historia romana por perguntas e respostas, desde a fundação de Roma até o presente, traduzida do francez*, Parte 1.ª, Lisboa, 1743; teve 2.ª edição em 1746; a 2.ª parte não consta que fôsse publicada; *Calliope Sacra, em doze sonetos á real fundação do convento de Mafra*, Lisboa, 1753; *Applauso harmonioso com que se celebram algumas acções dos progenitores da ex.ma Casa de Abrantes*, Lisboa, 1750; *Achilles em Sciro, opera de Pedro Metastasio, traduzida em verso portuguez*, Lisboa, 1755; sem o nome do traductor; *Elevações a Deus, traduzidas do francez, de Bossuet; Genethliacon, sive Carmen natalitum, quo Beriae Principis natalis dies á Lusitania celebratur*, Olyssipone, 1761; *Resposta á carta que o dr. Francisco da Silva Mascarenhas escreveu ao autor d'esta, pedindo-lhe dissesse o conceito que fazia dos Exercicios da lingua latina portugueza, que deu á luz o P. Antonio Pereira*, Lisboa, 1768. Tem tambem um *Romance* em louvor do autor da *Bibliotheca Lusitana*, Diogo de Barbosa Machado, no 1.º tomo d'esta obra; uma *Carta* ao conde de Vimioso e dois *Sonetos*, que andam na *Vida do infante D. Luiz*, do mesmo conde; alguns *Versos* á morte da infanta D. Francisca, insertos na celebração que se intitula *Sentimentos metricos;* uma *Censura* e um *Soneto* nas *Observações sobre a orthographia latina* do P. Antonio Pereira de Figueiredo, etc.

Pereira Coutinho *(Fr. Antonio Forjaz)*. Eremita da ordem de Santo Agostinho, prior da ordem de Aviz, succedendo n'este priorado a seu irmão o eremita augustiano Fr. Joaquim Forjaz Pereira Coutinho. Pouco tempo, porém, gozou d'esta dignidade, porque fal. a 5 de dezembro de 1799.

Pereira Coutinho *(Bernardo)*. Desembargador, presidente da alçada que foi julgar em 1817 os revolucionarios de Pernambuco. Praticou ali incriveis atrocidades.

Pereira Coutinho *(Francisco)*. Moço fidalgo, por alvará de 26 de março de 1498; capitão de Gôa, capitão da capitania de Pernambuco, etc. Era filho de Affonso Pereira, caçador-mór de D. Affonso V, do seu conselho e alcaide-mór de Santarem. e de sua segunda mulher, D. Catharina Coutinho, filha dos segundos condes de Marialva. Serviu no reino, na Africa, na India e na America. Foi capitão de Gôa a 27 de janeiro de 1521, do conselho de João III em 1534, e teve, em galardão dos seus serviços, a 5 d'abril d'este mesmo anno, a capitania da Bahía de Todos os Santos, no Brazil, de juro e herdade, sendo um dos donatarios, entre os quaes foi dividido o Brazil por D. João III. Era já velho quando foi tomar posse do territorio que lhe fôra distribuido. Violento por indole, e desprezador da selvagem bravura dos Tupinambas, como quem estava costumado a medir-se com mais terriveis inimigos, quiz levar tudo a ferro e a fogo, e não conseguiu senão vêr o seu estabelecimento de Villa-Velha destruido pelos indigenas. Succumbiu a uma revolta dos indigenas em 1549. Era casado com D. Margarida Pereira de Lacerda, filha de Reimão Pereira de Lacerda e de D. Izabel Pereira.

Pereira Coutinho *(D. Francisco de Lemos de Faria)*. Freire conventual da ordem de S. Bento de Aviz, bispo de Coimbra, conde de Arganil, senhor de Coja, do conselho d'el-rei D. João VI, reitor da Universidade de Coimbra, etc. N. na casa de Marapicu, freguezia de Santo Antonio de Jacotinga, termo da cidade do Rio de Janeiro, a 5 de abril de 1735, fal. em Coimbra a 16 de abril de 1822. Era filho de Manuel Pereira Ramos de Lemos e Faria Depois de estudar os preparatorios nas escolas dos jesuitas no Rio de Janeiro veiu para Portugal, onde frequentou o curso de Direito Canonico da Universidade de Coimbra, sob a direcção de seu irmão mais velho João Pereira Ramos d'Azeredo Coutinho, professor na mesma Universidade. Recebeu o grau de doutor em 24 de outubro de 1754. Em 1761 foi nomeado reitor do collegio das Ordens militares, e em concurso obteve uma cadeira de opposição, e depois de lente na Universidade. Em 1767 foi despachado juiz geral das ordens militares, e em 1768 desembargador dos aggravos da Casa da Supplicação. No anno de 1768 tambem foi provido n'um logar extraordinario do tribunal do Santo Officio e deputado da Mesa Censoria. Em 8 de maio de 1770 foi nomeado reitor da Universidade, tomando posse no dia 29 do mesmo mez. Foi depois chamado pelo governo para fazer parte da junta creada sob o nome de Providencia Litteraria, encarre-

gada da reforma da Universidade sob a inspecção do cardeal da Cunha e do marquez de Pombal. Por carta regia de 11 de setembro de 1772, foi nomeado reformador da Universidade, para servir este cargo juntamente com o de reitor. A carta regia foi apresentada ao claustro pelo proprio marquez de Pombal a 22 do mez de outubro seguinte, com a ordem de se cumprir e registar escripta pela sua propria letra e firmada com a assignatura de *Marquez visitador*, sendo o mesmo marquez quem lhe conferiu a posse no dia seguinte. Desempenhava estes cargos quando se deu a memoravel reforma dos estudos academicos, e dirigiu os novos estabelecimentos litterarios até ao mez de outubro de 1779, em que foi substituido nos ditos cargos pelo Principal Mendonça, depois patriarcha de Lisboa. Por essa occasião teve a mercê da carta de conselheiro. Em setembro de 1773 foi nomeado vigario capitular e bispo coadjutor e futuro successor do bispo de Coimbra, e confirmado com o titulo de bispo de Zenopoli por bulla de 13 de abril de 1774, entrando na effectiva successão em 1779, pela morte de seu antecessor o bispo-conde D. Miguel da Annunciação, deixando então a reitoria da Universidade. A 13 de maio de 1799 foi pela segunda vez nomeado reformador reitor da Universidade, de que tomou posse logo do dia 16, cargo que occupou até 27 de agosto de 1821, em que foi exonerado a seu pedido. Este segundo periodo da reitoria do venerando bispo comprehendeu os tempos calamitosos da invasão franceza, em que se suspenderam os trabalhos escolares, e durante os quaes o reitor esteve ausente em França, porque D. Francisco de Lemos foi um dos membros escolhidos pelo general Junot, em 1808, para fazer parte da deputação encarregada de ir a Bayona cumprimentar Napoleão, e pedir-lhe um rei da sua dynastia para Portugal, regressando ao reino com os seus companheiros em 1814. Foi eleito deputado ás côrtes geraes e constituintes em 1821 pelo Rio de Janeiro, mas não chegou a tomar posse, e falleceu no anno seguinte. Fizeram-se-lhe em Coimbra sumptuosas exequias, recitando n'essa occasião *orações funebres* os doutores Fr. Fortunato de S. Boaventura e o P. Antonio José da Rocha. Para a biographia d'este illustre prelado póde vêr-se a noticia que escreveu Varnhagen, publicada no tomo II, pag. 377, da *Revista trimensal do Instituto*, e o *Supplemento do Diario do Governo*, n.º 30, de 1822. O dr. Rodrigues de Gusmão publicou, a pag. 276 do tomo VII da *Revista Litteraria do Porto*, a *Resposta* que o bispo D. Francisco de Lemos deu ao secretario da Regencia, João Antonio Salter de Mendonça, que é uma especie de apologia do procedimento da supradita deputação mandada a França, de que elle fizera parte. D. Francisco de Lemos escreveu muitas pastoraes, mas parece que se perderam bastantes, por se terem procurado inutilmente no cartorio da Camara Ecclesiastica do bispado, e nos de algumas egrejas parochiaes, encontrando-se apenas na collecção pertencente á freguezia de S. Pedro noticia de duas, publicadas pelo bispo, e impressas quando ainda era vigario capitular no impedimento do bispo D. Miguel da Annunciação. Em 1762 publicou em Coimbra a *Oração gratulatoria recitada na Academia Liturgica a 4 de novembro de 1760*.

Pereira Coutinho *(João Pinheiro)*. Medico que viveu no seculo XVIII. E' conhecido unicamente o seu nome pelo seguinte folheto, que publicou em 1731: *Allegação medico-legal sobre a defensa de João Pinheiro Pereira Coutinho, accusado por curar sem ser formado na Universidade de Coimbra, nem para isso ter licença do physico-mór do reino e casa.*

Pereira Coutinho *(Fr. Joaquim Forjaz)*. Eremita da ordem de Santo Agostinho. N. no logar de Corel, junto das Caldas da Rainha, a 13 de abril de 1742, fal. em Lisboa a 30 de outubro de 1798. Professou no convento da Graça, de Lisboa, a 15 de abril de 1758. Foi mestre de Theologia na sua ordem, prégador de D. João III, chronista da provincia, deputado da Junta da Bulla da Cruzada, prior mór da ordem de Aviz, socio da Real Academia de Historia Portugueza, da Arcadia de Roma, e da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Para a sua biographia póde vêr se *Estudos biographicos*, de Canaes, pag. 253, e Villela da Silva nas *Observações criticas a Balbi*, etc. Escreveu: *Oração gratulatoria pronunciada na cathedral de Castello Branco, no dia 6 de junho de 1775, por occasião dos felicissimos annos de Sua Majestade, e da estatua equestre que se levantou na capital do reino*, Lisboa, 1775; *Panegyrico da gloriosa acclamação da rainha nossa senhora D. Maria I*, Lisboa, 1778; *Elogio funebre, na trasladação do incorrupto cadaver da augustissima rainha, a Sr.ª D Marianna de Austria, para o real hospicio de S. João Nepomuceno*, Lisboa, 1780; *Oração que recitou na presença de S. Majestade o Sr. D. Pedro III, pela occasião dos seus felicissimos annos*, Lisbôa, 1780; *Oração aos felicissimos annos da rainha nossa senhora D. Maria I, em nome da Academia Real da Historia Portugueza*, Lisboa, 1781; *Oração Academica aos faustissimos annos da rainha a Sr.ª D. Maria I, em nome da Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1782; *Elogio funebre do fidelissimo rei D. Pedro III, pronunciado na capella real da Bemposta em 5 de julho, de 1786*, Lisboa, 1786; *Oração gratulatoria pelo faustissimo nascimento da serenissima princeza da Beira D. Maria Thereza, pronunciada na capella real*, Lisboa, 1793; *Pastoral a todos os subditos da sua jurisdicção, datada de 23 de abril de 1795, por occasião de ser nomeado Prior-mór*, Lisboa, 1795; *Memoria sobre algumas decadas ineditas de Diogo de Couto;* saiu no tomo I, pag. 339 a 344, das *Memorias de litteratura* da Academia Real das Sciencias; *Oração Academica que no dia da sua recepção na Academia Real da Historia Portugueza pronunciou*, etc., Lisboa, 1768; *Panegyrico ao feliz anniversario da gloriosa acclamação da rainha nossa senhora, D. Maria I*, Lisboa, 1778; *Oração gratulatoria pelo restabelecimento da saude do serenissimo principe do Brazil, na festa que celebraram os gentis-homens da sua real camara*, Lisboa, 1789; *Ao sr. Gonçalo Xavier de Alcaçova, secretario da Academia Real da Historia Portugueza, Ode*, sem logar nem anno de impressão.

Pereira Coutinho *(D. Manuel)*. Governador de Angola de 1630 a 1635. Succedeu a Fernão de Sousa. e foi 17.º governador. O capitão Antonio Bento sustentou, no seu tempo, guerras sempre felizes contra os sovas do interior. Em 1631 subjugou o sova Ambuiladua, mas a façanha mais notavel do seu governo foi o aprezamento de

duas naus hollandezas, que andavam molestando o nosso commercio em Benguella em 1633. Armaram-se então, em Loauda, 5 navios de guerra; apresentaram combate ás naus hollandezas, e depois de reuhido combate, no dia 15 de novembro de 1633, renderam-n'as e aprisionaram-n'as. Em 1635 foi D. Manuel Pereira Coutinho substituido por Francisco de Vasconcellos da Cunha.

Pereira Coutinho *(P. Manuel da Cruz)*. Presbytero secular, e prior da egreja parochial de S. Christovão, de Coimbra, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. na freguezia de Almagreira, concelho de Soure, em 1804, fal. em Coimbra em 25 de janeiro de 1880. Dizem ser filho do conego Manuel Pereira Coutinho, e que só depois da morte de seu pae é que usou dos appellidos d'elle. Escreveu: *O Antiquario Conimbricense*, jornal de que saíram apenas 9 numeros; *Tratado sobre as quotas de fructos agrarios, denominados rações; em que se prova por documentos que os proprietarios particulares os contratavam na transmissão emphyteutica e censitiva dos seus terrenos adquiridos por titulo oneroso*, Coimbra, 1856; *Elvenda, ou a conquista de Coimbra, por Fernando Magno: romance historico, moral, elaborado sobre factos do seculo XI*, Coimbra, 1858; *Os direitos dominicaes, fóros e rações, julgados na Relação do Porto*, Coimbra, 1859; *Questão entre a Ordem Terceira da cidade de Coimbra, e o Hospital de S. José e Misericordia de Lisboa, sobre encargos pios não cumpridos*, Coimbra, 1861; *Da exportação da prata*, artigo publicado na *Revista juridica* de 1857; *Juizo critico ácêrca do Diccionario Bibliographico Portuguez*, etc., no *Conimbricense* de 18 de janeiro de 1859; escreveu varios outros artigos n'este jornal, e em outros jornaes litterarios de Coimbra. Escreveu mais: *Breves reflexões sobre o casamento civil*, Coimbra, 1866; *Os bens da egreja e o ex.mo deputado... doutor theologo*, Coimbra, 1868; *Estenderetes do dr. Motta Veiga na questão dos bens da egreja com Manuel da C. Pereira Coutinho*, Coimbra, 1869; *Epigraphia conimbricense ou collecção de inscripções lapidares;* é o titulo d'um prospecto em 4.º, distribuido em 1869 com o nome do autor, tendo lithographadas as primeiras linhas dos tres epitaphios dos tumulos de S. Theotonio, de D. Fernando Fernandes Cogominho, no templo de Santa Cruz, e de Pedro Lourenço, nas ruinas do mosteiro de S. Jorge, de Coimbra; parte d'esta collecção, composta de 23 inscripções lapidares copiadas em papel com tinta de impressão, e algumas em duplicado, pertence hoje ao Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra por offerta do herdeiro do autor, Gonçalo Christovão de Meirelles, feita em 22 de junho de 1880; de todas se publicou a leitura e descripção no *Catalogo dos objectos existentes*, no referido museu, supplemento 1.º, de pag. 25 a 36; *Breve analyse aos primeiros 5 §§ do jornal «O Seculo», publicação de philosophia popular e de conhecimentos para todos, e á memoria «O homem primitivo e a sua imagem»*, Porto, 1878; *Memoria historica*, com o titulo de *Apontamentos para a historia dos hospitaes da Universidade de Coimbra, extrahidos dos documentos que actualmente se encontram no archivo dos mesmos hospitaes;* occupa a secção segunda, de pag. 157 a 242, da *Noticia historica dos hospitaes da Universidade de Coimbra*, pelo dr. A. A. da Costa Simões, impressa em 1882; *Antiguidades juridicas; exportação do ouro e prata;* na *Revista juridica*, de 1856-1858, n.os 50, 57 e 59; *Mosteiro de S. Jorge, junto a Coimbra, Ponte de Coimbra*, no *Instituto*, vol. I; *Breves reflexões historicas sobre a navegação do Mondego e cultura dos campos de Coimbra*, no mesmo *Instituto*, vol. II e III; *Discurso inedito de Paschoal José de Mello Freire sobre os votos de Sant' Iago. Memoria sobre o «Diccionario bibliographico» de Innocencio Francisco da Silva*, com a data de 20 de abril de 1854; *Estudos sobre a historia do direito patrio — Desthronação de D. Affonso VI, rei de Portugal — As emparedadas de além da ponte de Coimbra — Uma chronica inedita do mosteiro de Grijó*, no vol. XII do *Instituto; O semanario portuense de viagens*, etc., no *Instituto*, vol. XIII; *Privilegios*, no *Commercio de Coimbra*, de 1863, n.os 248, 250, 251, 253 e 254. No *Conimbricense* de 9, 13, 16, 23, 27 e 30 de maio e de 3 de junho de 1871, escreveu, em defeza da collocação de um altar da egreja do collegio de S. Bento de Coimbra, no templo da Sé Velha, uma serie de pequenos artigos sob o titulo de *Vandalismo na Sé Velha*, pretendendo com elles responder aos que em sentido opposto publicou o *Tribuno popular*, de 24, 27 e 31 de maio do mesmo anno.

Pereira Coutinho *(D. Martinho da França)*. Nasceu a 17 de setembro de 1821, na quinta dos Soydos, freguezia das Abitureiras, concelho de Santarem; fal. em Lisboa a 10 de dezembro de 1884. Era filho do marquez dos Soydos, Antonio Xavier Pereira Coutinho Pacheco Pato, e de D. Maria da Madre de Deus Pereira de Lacerda. Começou os estudos preparatorios no convento de S. Vicente de Fóra, mas pela extincção das ordens religiosas em 1834, passou a estudar em escolas particulares, matriculando-se depois na Escola Polytechnica; esteve ainda dois annos na Escola do Exercito para seguir a vida militar, cursando a arma de artilharia, mas, por circumstancias particulares e domesticas, abandonou a carreira das armas. Foi depois nomeado desenhador para o Archivo Municipal, por effeito de concurso; addido ao corpo de engenheiros com a graduação de alferes em 1853; promovido á segunda classe, com a graduação de tenente, em 1861, e á primeira classe, com a graduação de capitão, em 1871, etc. Escreveu: *Memoria ácêrca de um novo instrumento para determinar distancias e pontos inaccessiveis*, Lisboa, 1873. O commando geral de artilharia, em officio de 16 de junho de 1868, não só applaudira o autor por ter brindado a secretaria do mesmo commando com um *Compasso pyramidal de reducção*, encarecendo a sua utilidade, e applicação de D. Martinho, mas mencionava outro trabalho, egualmente util e meritorio, um *Tratado de desenho theorico e pratico*.

Pereira Coutinho *(D. Miguel)* Fidalgo da Casa Real, deputado, par do reino, conselheiro de Sua Majestade, chefe da repartição de contabilidade no Ministerio da Justiça, etc. N. em Caneças em 1834, fal. em Lisboa a 20 de novembro de 1906. Era filho do marquez de Soydos e grande de Hespanha de 1.ª classe, D. Antonio Xavier Pacheco Pereira Coutinho, e de D. Maria da Madre de Deus Pereira de Lacerda; neto do 1.º marquez de Soydos, D. Jeronymo Pereira

Coutinho, que foi quem negociou o casamento do principe D. João, mais tarde D. João VI, com a princeza hespanhola D. Carlota Joaquina, pelo que n'essa occasião foi agraciado com o titulo de grande de Hespanha de 1.ª classe. Havia 50 annos que era funccionario publico dos mais distinctos, sendo sempre muito estimado pelos collegas e pelos ministros com quem serviu. Na sua mocidade filiou se no partido historico, que acompanhou na sua fusão com o reformista, d'onde se formou o partido progressista, sendo sempre um dedicado correligionario, e até fallecer exerceu o cargo de secretario da commissão executiva. Em 1869 foi pela primeira vez eleito deputado, sendo eleito pelo circulo de Aviz, e desde logo começou a salientar se como valiosa figura parlamentar. Foi reeleito em successivas legislaturas pelos circulos de Abrantes, Villa Franca de Xira, o ultimamente por Lisboa. Foi par do reino electivo por Angra do Heroismo. Desempenhou varias e importantes commissões de serviço publico, que lhe valeram o ser agraciado em 1888 com a carta de conselheiro, sendo por esse tempo elevado a chefe da repartição de contabilidade do Ministerio da Justiça e nomeado contador da Bulla da Cruzada, logares que exercia ainda na data do fallecimento. Era supplente á presidencia da camara dos deputados, e ainda no anno em que falleceu, 1906, exerceu, como decano, a presidencia da junta preparatoria. Era tambem membro da commissão de agricultura da referida camara, como importante viticultor e agricultor, possuindo em Villa Franca de Xira uma magnifica propriedade denominada *Bom retiro*. Havia casado com D. Maria José de Azevedo Coutinho, sua prima.

Pereira da Cruz (*Francisco*). Escriptor, cujo nome se conhece por ter escripto a seguinte obra: *Topographia da esclarecida e nobre freguezia do Salvador de Arvore, ou antiguidades da milagrosa imagem de Nossa Senhora das Neves da villa de Azurara*, Lisboa, 1759.

Pereira da Cunha (*Antonio*). Fidalgo da Casa Real, fôro havido por seus paes e avós; socio do Instituto de Coimbra, presidente da Sociedade Artistica de Vianna do Castello, deputado, membro do Conservatorio Real de Lisboa, e de outras corporações litterarias, poeta, escriptor, jornalista, etc. N. em Vianna do Castello a 9 de abril de 1819, fal. em Lisboa a 18 de abril de 1890. Era filho de Sebastião Pereira da Cunha e Castro, fidalgo da Casa Real, coronel de milicias, posto em que se distinguiu na Guerra da Peninsula, senhor da Torre solar de Cunha, na freguezia do mesmo titulo, etc., e de sua mulher D. Anna de Agorreta Pereira de Miranda. Estudou os preparatorios em Vianna do Castello e quando aos 15 annos de edade, em 1834, estava decidido a matricular-se na Universidade de Coimbra, a queda do partido legitimista, a que toda a sua familia era profundamente d dicada, o impediu de realisar o seu intento. Entregou-se então fervorosamente ao estudo dos nossos classicos e á litteratura dramatica. Cedo começou a revelar o seu talento poetico; tinha 13 annos quando compoz as suas primeiras poesias em verso latino, dedicando-se desde logo a collaborar nos principaes jornaes litterarios de Lisboa e Coimbra. Foi o seu amigo João de Lemos quem naturalmente o levou a escrever no *Trovador*, jornal de poesias que se publicava em Coimbra, vindo depois para Lisboa, onde occupou um dos primeiros logares entre os poetas da escola romantica. Quando Almeida Garrett procurou dar impulso ao theatro portuguez e animou muitos poetas e escriptores a seguirem a carreira dramatica, Antonio Pereira da Cunha foi um dos que mais enthusiasticamente o acompanharam. Em 1843 fez representar um drama, *Duas filhas*, que foi premiado pelo Conservatorio, e depois a *Brazia Parda*, em 1845. Alistando-se na politica militante entrou para a redacção do jornal *A Nação*, tendo por collegas Manuel Maria da Silva Bruschy, Gomes d'Abreu e João de Lemos. N'aquelle jornal evidenciou bem quanto valiam os seus dotes como jornalista e polemista. Veiu depois a guerra conhecida pela *Maria da Fonte*, em que o partido legitimista tentou um ultimo esforço, alliando se com os revolucionarios patuleias, alliança que se tornou funesta para os dois partidos, Antonio Pereira da Cunha entrou vivamente na lucta, mas que levou a essa deploravel campanha os seus sentimentos de moderação, sabe-se por versos de Mendes Leal, que então exercia pelo governo da rainha D. Maria II o logar de governador civil de Vianna do Castello. Mas os versos que entre os dois poetas se trocaram n'essa grave occasião, mostram bem como Pereira da Cunha, acima das luctas das facções, sabia conservar os seus sentimentos de portuguez e os seus affectos pessoaes. Teve sempre n'elle o governo constitucional um adversario lealissimo, embora constante. Pereira da Cunha era acima de tudo portuguez, e nos transes angustiosos em que pudesse vêr-se a sua patria, encontral-o-hia nas fileiras dos seus mais dedicados filhos. D. Miguel, vendo que estava accesa em Portugal uma lucta vivissima, chegou a convencer-se de que poderia reconquistar a corôa, e em 1847 tratou de organisar até um governo provisorio que em seu nome regesse o reino. Antonio Pereira da Cunha, que tinha então apenas 28 annos, foi nomeado, em 12 de abril d'esse anno, secretario juntamente com João de Lemos. Terminada a lucta sem se realisarem as esperanças de D. Miguel, voltou Antonio Pereira da Cunha ás suas queridas occupações litterarias, e ainda em 1848 fez representar no theatro de D. Maria II talvez o seu melhor drama, a *Herança do Barbadão*. Entretanto os jornaes politicos e litterarios, taes como a *Nação*, a *Revista Universal*, a *Illustração*, a *Revista Popular*, etc., publicavam poesias de Pereira da Cunha. Houve até um torneio litterario em que elle desempenhou um papel brilhante. Varios poetas resolveram consagrar uma poesia a cada uma das sete palavras de Christo, ou antes das sete phrazes que elle proferiu no Calvario. D'essas poesias só duas ficaram, porque são deveras excellentes. *Consummatum est* de João de Lemos, e *Hodie mecum eris in Paradiso* de Antonio Pereira da Cunha. Quando o partido legitimista resolveu ter representação no parlamento, Pereira da Cunha foi eleito deputado em 1856, por Vianna do Castello, vindo á respectiva camara na companhia dos seus correligionarios Pinto Coelho e Estevão Palha. Levantando-se por essa occasião a questão do juramento, e, não lhes tendo sido permittido dar explicações, tiveram que sair do parlamento, embora todos os seus collegas manifestassem vivo pezar com a

retirada d'esses homens que, honrando sem duvida a representação nacional, symbolisavam ao mesmo tempo as idéas e as crenças d'uma minoria respeitavel. Sobreveiu depois um accordo, originado de bem entendida tolerancia politica, e os mesmos deputados, depois de darem explicações do seu proceder n'um officio dirigido á camara, fôram admittidos a jurar e tomaram assento em côrtes. Pereira da Cunha foi eleito deputado mais uma vez, em 1861. E entrando em varias discussões, foi sempre ouvido com a maxima attenção a sua palavra fluente e persuasiva Deu se na sua vida um facto, que define cabalmente quanto fôram profundas e inabalaveis as suas crenças politicas. Era ministro de Hespanha em Lisboa, em 1881, Fernandez de los Rios, que tinha resolvido dar uma festa, na noite de 31 de março, em homenagem ao poeta visconde de Castilho. Ia lêr-se no palacio da legação hespanhola a traducção em verso do *Fausto*, de Goethe. Pereira da Cunha, sem ser visita do ministro, foi um dos convidados. Terminada a leitura do *Fausto*, entre os applausos de todos os assistentes que se deleitaram em ouvil-a, o addido Calvo Assencio leu uma ode do seu patricio Garcia Guttierres, feita em honra do rei Amadeu, na qual era encarecida a perfeita homogeneidade dos reinos de Italia e de Hespanha. Pereira da Cunha saiu da sala apenas lhe foi possivel, e no dia immediato leu nas folhas periodicas que a festa fôra politica, e que Fernandez de los Rios, antes d'ella acabar, mandara para Madrid ao autor da ode o telegramma seguinte: «Cem poetas e escriptores portuguezes, que honraram esta noite a minha casa para a leitura de um magnifico trabalho do eminente poeta Castilho, acabam de ouvir a sua ode e autorisam-me a transmittir-lhe um applauso unanime.» Este caso causou grandissima surpreza no animo de Pereira da Cunha, que logo fez uma declaração para ser divulgada pela imprensa. Não querendo, porém, de modo nenhum faltar á mais elementar cortezia, e ao respeito que devia ao ministro e a si proprio, mandou-lhe uma copia d'ella, pedindo licença para ser publicada nos jornaes. Fernandez de los Rios foi logo em pessoa a casa de Pereira da Cunha, a quem, dando muitas desculpas, louvou o seu nobre procedimento, e ainda depois de voltar para Madrid, continuou mantendo sempre com elle estreitas relações de amizade. Antonio Pereira da Cunha era ha muitos annos o chefe reconhecido do partido legitimista, e o muito que este partido lamentou a sua morte póde reconhecer-se na carta que D. Miguel de Bragança, o actual representante das pretenções dynasticas de seu pae, escreveu á viuva do eminente poeta. Era casado com a sr.ª D. Maria Machado Castello Branco. Bibliographia: *Contos da minha terra*, 1.º *Masilgado*, Lisboa, 1843; 2.º *Os quatro irmãos*, Lisboa, 1846; *As duas filhas*, drama representado no theatro da Rua dos Condes a 17 de abril de 1843; Porto, 1844; outra edição, Rio de Janeiro de 1846; *Brazia Parda, drama representado no mesmo theatro;* não chegou a publicar se; *A Herança do Barbadão, drama original portuguez em tres actos, representado no theatro de D. Maria II*, Lisboa, 1848; *Não! Resposta nacional ás pretenções ibericas*, tomo I, Lisboa, 1856; outra edição no Porto, 1857; o tomo II não consta que se publicasse; *A Moura de Santa Luzia, tradição da minha terra, romance em tres partes*; saiu na *Revista Universal*, tomo III, 1844, a pag. 541; *Peccado em noite benta, chronica bracarense, 1507*, em verso; saiu na mesma *Revista*, tomo IV, 1844, a pag. 295. Na mesma *Revista* ha varias poesias nos tomos III, pag. 148; tomo IV, pag. 293 e 431; V, pag. 152 e 249; VII, pag. 118, 201, etc. Escreveu mais: *Brios heroicos de portuguezas, tomo I*, Lisboa, 1861; não consta que saissem mais tomos; *Pedro; poesia offerecida a Sua Santidade o papa Pio IX;* saiu primeiro no jornal a *Fé catholica*, de 20 de junho 1864, tirando-se exemplares em separado. No jornal *A Nação*, entre muitos artigos de prosa e verso, mencionaremos o seguinte: *O Cancioneiro de João de Lemos*, juizo e analyse critica, saiu a 22 de junho, 1 e 6 de julho de 1867; *Passeios na Povoa*, Porto, 1850. Manuscriptos consta que ha os seguintes trabalhos: *O governo nas mãos d'um villão,* romance em prosa; *O conde Alarcos, O castello de Gondar, D. Sapo, e o Poço de D. Sancha*, romances em verso de tradição popular; *Martim Moniz, A filha por um cavallo*, romances historicos em verso; *Vasconcellos, Leites, Pintos* e *Botados*, romances heraldicos em verso, tirados d'estes appellidos; *D. Leonor de Mendonça*, em 3 actos e em verso, apresentado no concurso para a abertura do theatro de D. Maria II; *Victor Hugo em Guimarães*, comedia em 1 acto, em prosa; *A companhia monstro*, comedia em 3 actos, em prosa; *Um poeta no tempo d'el-rei D. João V*, comedia em 5 actos, em prosa.

Pereira da Cunha *(Sebastião)*. Fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores, escriptor e poeta. N. a 9 de fevereiro de 1850 no solar da familia, o castello de Portozello, a uns 12 k. de Vianna do Castello, onde tambem fal. a 20 de setembro de 1896. Era filho de Antonio Pereira da Cunha *(V. o artigo antecedente)*. Casou em 19 de outubro de 1869 com sua prima D. Maria Amalia d'Almada Cyrne Peixoto, que falleceu a 3 de março de 1881, filha dos 3.os condes d'Almada, D. Lourenço José Maria d'Almada d'Abreu Pereira Cyrne Peixoto e D. Maria Rita Machado de Castello Branco. Escreveu: *Saio de malha*, drama historico original em 3 actos, 1893; *A Cidade Vermelha*, poema hispano-arabe, 1894. Para compôr este poema, como o revelou a um amigo em carta, o autor fizera uma excursão de estudo a terras de Hespanha, demorando-se em Granada, onde se desenrola a acção. No *Occidente* de 1898, publicou a sr. visconde de Sanches de Frias um longo artigo, intitulado *Memorias litterarias*, nos n.os 699, 700, 702, 703, 704 e 705, em que apreciava os trabalhos do mimoso poeta, que falleceu, quando havia ainda muito a esperar do seu brilhante talento. Pereira da Cunha deixou outras obras, que parece não se terem publicado.

Pereira Ferraz Junior *(Antonio)*. Escriptor. N. no Porto a 30 de maio de 1840, sendo filho do dr. Antonio Pereira Ferraz, juiz da Relação de Lisboa, e de D. Balbina Romana de Magalhães Fonseca. Collaborou na *Revolução de Setembro*, *Panorama*, *Diario de Noticias*, etc., publicando varios artigos e folhetins. Escreveu: *João de Sousa Pinto de Magalhães, apontamentos historicos*, Lisboa, 1866; *Recordações do Minho, festas populares;* artigo inserto no *Archivo Pittoresco*, vol. IX, pag. 313.

Pereira Figueiredo *(P. Antonio).* Religioso da Congregação do Oratorio, deputado da Real Mesa Censoria, insigne latinista, eminente theologo, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, na classe de litteratura, etc. N. em Mação a 14 de fevereiro de 172', fal. em Lisboa, no convento das Necessidades, a 14 de agosto de 1797. Era filho de Antonio Pereira, cardador, e de Maria de Figueiredo. Nos primeiros annos da infancia ajudou o pae nos trabalhos do seu officio. Uma sua tia, que era creada n'um conveuto de freiras em Abrantes, o chamou para junto de si, e o ensinou a lêr. Um homem, chamado Soares, o tomou depois como creado, e reconhecendo-lhe grandes inclinações litterarias, o metteu no collegio ducal de Villa Viçosa em 1 de abril de 1736, tendo então o futuro latinista apenas 11 annos de edade. N'aquelle collegio seguiu com os padres jesuitas o curso de latim, latinidade e musica, passando um anno depois para o real mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, onde teve de entrar como organista, visto não ter dote para dar, attendendo á muita pobreza da sua familia. Em 16 de setembro de 1 44 saiu do mosteiro de Santa Cruz, entrou na Casa do Espirito Santo da Congregação do Oratorio de S. Filippe Nery, de Lisboa, matriculando-se ali no curso de philosophia em 1746, e pouco depois no de theologia, dedicando-se mais especialmente ao latim e latinidade. Em 1751 publicou a sua primeira obra: *Exercicios da lingua latina e portugueza ácêrca de diversas cousas.* Em 1752, quando tinha 27 annos, deu publicidade ao seu *Novo methodo da grammatica latina*, que fez uma revolução no ensino, supplantando a grammatica até então usada do P. Manuel Alvares, a qual tinha por titulo *Arte latina.* Esse methodo foi adoptado para uso das escolas do reino em 1759, e durou até 1831, em que começou o ensino de latim pela grammatica de José Vicente Gomes de Moura. Em 1757, o P. Pereira de Figueiredo foi atacado d'uma grave doença, e os medicos recommendaram-lhe mudança de ares, e por tal motivo saiu para Vizeu. D'esta cidade, por desintelligencias que teve com o bispo D. Julio Francisco de Oliveira, partiu para o Porto, voltando a Lisboa depois, restabelecido de saude, indo para a Real Casa de Necessidades das Congregação do Oratorio. Exerceu então o cargo de professor de latim, rhetorica e theologia, empregando os momentos, que lhe ficavam livres, na composição de muitas e variadas obras, até que em 1761, estando rotas as relações entre a côrte de Portugal e a Curia Romana, o P. Antonio Pereira de Figueiredo se decidiu a emprehender a defeza da nossa causa contra as razões da côrte de Roma. A 15 de novembro de 1765 defendeu umas theses, que ficaram celebres, sobre o supremo poder dos reis sobre as pessoas e bens ecclesiasticos, e no anno seguinte, 1766, publicou a sua *Tentativa theologica em que se pretende mostrar que impedido o recurso á sé apostolica se devolve aos bispos a faculdade de pensar nos impedimentos publicos do matrimonio e de prover espiritualmente em todos os mais casos reservados ao papa*, etc. Esta obra, d'uma extraordinaria erudição, foi traduzida nas principaes linguas da Europa, e por ella obteve o seu autor a designação de *Febronio Portuguez.* El-rei D. José, ou antes o seu primeiro ministro, reconhecendo que tinha no P. Antonio Pereira de Figueiredo um grande cooperador para as reformas que intentava, recompensou-lhe os seus relevantes serviços, nomeando-o deputado da Mesa Censoria, quando esta se creou em 1768, e pedindo lhe no anno seguinte, 1769, que despisse o habito de congregado oratoriano para servir o logar de official maior de linguas na secretaria dos Negocios Estrangeiros e da Guerra. Com o exercicio das funcções d'este novo cargo accumulou a composição de varios trabalhos litterarios. Em 1771, porém, o P. Antonio Pereira de Figueiredo adoeceu novamente, e sendo aconselhado que fôsse respirar os ares patrios, partiu para Mação. Apezar d'isso, o marquez de Pombal escreveu-lhe em 15 de agosto de 1772 pedindo lhe que traduzisse em latim os novos estatutos da Universidade de Coimbra, sendo-lhe para esse fim mandado como amanuense auxiliar Joaquim José da Costa, e posto á sua disposição o correio de Abrantes. O P. Antonio de Figueiredo começou com effeito a traducção em 25 de agosto do citado anno de 1772, e no proximo dia 25 de dezembro regressou a Lisboa completamente restabelecido. Ainda em 1772 foi nomeado um dos tres deputados da junta para a arrecadação da collecta do subsidio litterario estabelecido n'esse anno por lei de 10 de novembro em favor da instrucção publica. Deixou esse logar por extincção da respectiva junta e reforma da Mesa Censoria, em virtude da lei de 20 de junho de 1787. Entrando em 1779 para a Academia Real das Sciencias, quando ella se instituiu, prestou bons serviços á nascente associação, escrevendo algumas dissertações magnificas sobre varios pontos da nossa historia antiga, bem como alguns trabalhos sobre a lingua portugueza. Depois de ter escriptas muitas obras, todas valiosas, e de exercer varios e importantes cargos, o P. Antonio Pereira de Figueiredo possuiu-se d'uma grande melancholia e tristeza, desejou recolher-se ao claustro, e a reiteradas instancias suas entrou como hospede na Congregação de S. Filippe Nery, na Casa das Necessidades, em 1785. Em carta escripta a um amigo em abril de 1796, queixava-se de soffrer d'uma hypocondria quasi perpetua. Em agosto seguinte era tomado d'uma paralysia geral, pelo que teve de ir a banhos ás Caldas da Rainha. Diz-se que, a esforços do nuncio apostolico Bartholomeu Pacca, fizera a retractação formal das doutrinas regalistas que defendeu contra Roma. Seu sobrinho Antonio Pereira de Figueiredo, porém, oppoz a esse boato um solemne desmentido publicado no jornal *A Instrucção Publica.* Depois de ter entrado de novo para a Casa das Necessidades, em 12 d'agosto de 1797, e recebido o sacramento da extrema uncção, fal. d'ali a dois dias. O retrato do P. Antonio Pereira de Figueiredo foi mandado tirar pelo seu intimo amigo Francisco José dos Santos Marrocos, e offerecido depois a D. Pedro V. O venerando theologo era de costumes simples; muito esmoler e dedicado pela familia, para a qual mandou construir uma casa em Mação, na rua do Espirito Santo, e que em 1902 pertencia a um segundo sobrinho chamado Antonio Sambada, que então contava mais de 80 annos de edade. Não obstante os rendosos cargos que desempenhou e a numerosa livraria de que foi autor, morreu pobre. *Bibliographia*: Grammatica latina e latinidade: *Exercicios da Lingua Latina e Por-*

tugueza ácêrca de diversas cousas; para uso das escolas da Congregação do Oratorio, na casa de Nossa Senhora das Necessidades, ordenado pela mesma Congregação; Lisboa, 1751; 2.ª edição, *mais accrescentada e correcta* (feita depois que a primeira fôra introduzida em todas as escolas do paiz por decreto de el-rei D. José), Lisboa, 1765. Fôram depois reimpressos algumas vezes, e parece ter sido a ultima em 1821; *Novo methodo de Grammatica latina, para uso das escolas*, etc., Lisboa, 1752; *Parte segunda Syntaxe*, Lisboa, 1753, com um prologo em que refuta o papel intitulado *Mercurio grammatical; Segunda edição* em um só volume, Lisboa, 1754; *Terceira edição*, idem, Lisboa, 1756; no prologo da *Syntaxe* cortou-se o que dizia respeito ao *Mercurio grammatical*; foi esta a primeira publicada com o nome do autor; 4.ª edição, 1760; 5.ª, 1765; 6.ª, 1777; 7.ª, 1779; n'esta e nas seguintes se cortou o extenso prologo que precedia a primeira parte; edições, 8.ª, 9.ª e 10.ª, nos annos de 1783, 1788 e 179?; continuou ainda a reimprimir-se, sendo a ultima que se conhece, a 12.ª, publicada em 1814; *Defensa do Novo Methodo de Grammatica Latina contra o «Anti-prologo critico», dividida em duas partes*, Lisboa, 1754; saiu com o nome de Francisco Sanches; *Apparato Critico para a correcção do Diccionario intitulado «Prosodia in vocabularium bilingue digesta», offerecido aos que seriamente quizerem cuidar da sua emenda e reimpressão*, Lisboa, 1755; saiu com o nome de André Lucio de Rezende; *Collecção de palavras familiares, assim portuguezas como latinas, para uso das escolas da Congregação do Oratorio, illustrada com notas*, Lisboa, 1755; *Segunda edição mais correcta e augmentada*, Lisboa, 1757; *Terceira edição, mais correcta que as primeiras, para uso das escolas de Portugal e suas conquistas*, etc., Lisboa, 1759; ha mais edições, e parece que a ultima foi publicada em 1821; *Novo Methodo de Grammatica Latina, reduzido a compendio*, Lisboa, 1758; *segunda edição para uso das escolas d'este reino e suas conquistas, por decreto de Sua Majestade*, Lisboa, 1759; seguiram-se muitas edições e parece que a ultima saiu no Porto em 1854; consta que tambem se fizeram 3 edições em Nova Gôa, em 1855 e 1865, ignorando-se a data da outra; *Breve Diccionario de Latinidade pura e impura, com a significacão portugueza de ambas*, Lisboa, 1760; *Dialogo sobre os Autores da Lingua Latina, com o juizo critico das suas obras, edades, estylos e impressões; para uso das escolas da Congregação do Oratorio*, Lisboa, 1760; *Figuras da Syntaxe e Latim explicadas illustradas segundo os principios de Linacro, Sanches, Vossio e Perizonio*, Lisboa, 1761; 2.ª edição, 1781; 3.ª, 1789; entre as reimpressões que depois se fizeram, distingue se a de Coimbra, 1813; saíram duas edições no Rio de Janeiro em 1855 e 18 2, ampliadas com algumas regras, e correctas com varios retoques por Lourenço Maximiano Pecegueiro; *Observações sobre a Lingua e Orthographia Latina, tiradas dos marmores, bronzes, e medalhas dos antigos Cesares, principalmente desde Augusto até os Antoninos*, Lisboa, 1765.—Rhetorica, Eloquencia e Linguagem Nacional: *Carta de um amigo a outro, na qual se defendem os «Equivocos» contra o indiscrepto juizo que d'elles faz o moderno Critico, autor da obra «Verdadeiro Methodo de estudar»; de caminho se impugnam outros assertos do mesmo autor, pertencentes á mesma materia*, sem logar nem anno de impressão, mas calcula-se que fôsse impressa em França pelo caracter da letra; sem o nome do autor, mas elle a reconheceu por sua na obra *De Verbo Dei*, pag. 68, que se imprimiu em Paris, 1751; *Elementos da invenção e locução rhetorica, ou principios da eloquencia: illustrados com breves notas*, Lisboa, 1759; *Elogio do Padre Francisco Manuel, preposito da Congregação do Oratorio de Lisboa*, Lisboa, 1764; *Breve discurso sobre a reedificação de Lisboa, e sobre a dedicação da Estatua Regia, dirigido ao Marquez de Pombal no dia dos seus annos 13 de Maio de 1776*, Lisboa, 177?; tem no fim as iniciaes A. P. F.; é escripto em portuguez e latim; *Parallelo de Augusto Cesar, e de D. José o Magnanimo, Rei de Portugal*, Lisboa, 1775; *O dia das tres inaugurações; breve discurso sobre a regia funcção do dia 6 de junho de 1775, dirigido ao Ex.*^{mo} *Conde de Oeiras*, Lisboa, 1775; *Preces e votos da Nação Portugueza ao Anjo da Guarda do Marquez de Pombal*, Lisboa, 1775; não traz o nome do autor; *A Virtude coroada na felicissima acclamação da Rainha Nossa Senhora no sempre memoravel dia 13 de maio de 1777*, Lisboa, 1777; *Elogio funebre do senhor D. Thomaz de Lima, XV visconde de Villa Nova da Cerveira*, Lisboa, 1781; *Breve demonstração de como em portuguez se deve escrever e pronunciar o nome de Jesus, quando immediatamente se lhe segue o nome de Christo*, Lisboa, 1784; *O Reinado do Amor; dissertação philosophica e encomiastica, a que deu occasião o novo cunho de ouro em que vêmos esculpidos os rostos e nomes dos dois augustos consortes D. Maria I e D. Pedro III, composto em 1788*, Lisboa, 1789; foi reimpresso no 2.º tomo das *Sessões Litterarias da Academia dos Obsequiosos do logar de Sacavem*, Lisboa, 1790; *Oração aos felicissimos annos da Augusta Rainha D. Maria Francisca, Nossa Senhora, em 17 de dezembro do presente anno*; vem no mesmo tomo II das *Sessões*, citadas, a pag. 35; *A El-Rei Nosso Senhor, lançando por suas reaes mãos a primeira pedra ao majestoso templo do Coração de Jesus; Oração encomiastica e sagrada*; vem no tomo III das *Sessões* citadas, Lisboa, 1791; *Dissertação previa sobre o merecimente de João de Barros, e sobre os neoterismos e idiotismos da lingua portugueza*; publicou se sómente no *Jornal de Coimbra*, vol. IV, 1813, de pag. 8 a 19; *Espirito da Lingua e Eloquencia portugueza, extrahido das Decadas do insigne escriptor João de Barros, e reduzido a um Diccionario critico das suas palavras e phrazes mais especiaes, confirmadas, ou illustradas*, etc.; saiu no tomo III das *Memorias de Litteratura*, da Academia Real das Sciencias, de pag. 111 a 226; *João de Barros, exemplar da mais solida eloquencia portugueza; dissertação academica, escripta e recitada no anno de 1781*; no tomo IV das referidas *Memorias*, de pag. 1 a 25.—Historia: *Commentario latino e portuguez sobre o terremoto e incendio de Lisboa, de que foi testemunha occular*, Lisboa, 1756; com o texto latino em frente; consta que foi reimpresso em Londres com o texto portuguez e traducção ingleza, 1756; *Rerum Lusitanarum Ephemerides ab Olisiponensi terræmotu ad Jesuitarum expulsionem*, Lisboa, 1761, é a mesma que saiu em portuguez com o titulo: *Diario dos Successos de Lisboa, desde o terremoto até á expulsão dos jesuitas, traduzido por Mathias Pe-*

reira de Azevedo Pinto, Lisboa, 1766; *Principios da Mythologia, illustrados com breves notas*, Lisboa, 1761; *Principios de Historia Ecclesiastica, escriptos em fórma de dialogo; tomo I, contém os principios de Chronologia; tomo II, os da Geographia*, Lisboa, 1765; *Compendio da vida e acções do veneravel João Gerson, Cancellario da Universidade de Paris*, etc., *formado dos seus mesmos escriptos, das actas do Concilio de Constança e de outros documentos originaes*, Lisboa, 1769; *Compendio dos escriptos e doutrina de João Gerson*, etc., Lisboa, 1769; *Origem do titulo e da dignidade dos Condes*, Lisboa, 1780; *Compendio das epocas e successos mais illustres da Historia geral*, Lisboa, 1782; *Segunda edição revista e retocada pelo autor*, Lisboa, 1800; 3.ª edição, ídem; *Origem da insigne ordem militar do Tosão de ouro, e como o seu grão-mestrado recaiu nos reis de Hespanha*, Lisboa, 1785; *Elogios dos Reis de Portugal, em latim e portuguez, illustrados de notas historicas e criticas*, Lisboa, 1785; chegam até ao reinado de D. Maria I; *Novos testemunhos da milagrosa apparição de Christo a El-Rei D. Affonso Henriques antes da batalha do Campo de Ourique; e exemplos parallelos que nos induzem á pia crença de tão portentoso caso*, Lisboa, 1786; fez se uma 2.ª edição posthuma, accrescentada com o auto do juramento attribuido a el-rei D. Affonso Henriques, e com varias annotações, tendo o titulo seguinte: *Dissertação historica e critica, em que se prova a milagrosa apparição de Christo Nosso Senhor a el-rei D. Affonso Henriques, antes da famosa batalha do Campo de Ourique; agora novamente accrescentada*, etc., Lisboa, 1809; com uma estampa representando a apparição; *Portuguezes nos Concilios geraes, isto é, Relação dos embaixadores, prelados e doutores portuguezes que tem assistido aos Concilios geraes do Occidente desde os primeiros Lateranenses, até o novissimo Tridentino*, Lisboa, 1787; *Novos retoques aos Portuguezes nos Concilios geraes, por seu mesmo autor*, Lisboa, 1788; *Dissertações sobre a Historia antiga de Portugal*, lidas em varias sessões da Academia Real das Sciencias, e por ella mandadas publicar passados muitos annos, no tomo IX das suas *Memorias*, Lisboa, 1825, são em numero de 19.— Theologia e Materias Ecclesiasticas: *Tentativa theologica*, etc., já citada; Lisboa, 1766; segunda edição no mesmo anno; *3.ª revista e emendada*, 1769, *Resposta apologetica ao P. Gabriel Galindo, theologo de Madrid, ou á censura que este fez á Tentativa Theologica*, Lisboa, 1768; saiu em 2.ª edição, juntamente com a 3.ª da *Tentativa*, impressa em 1769; *Appendix e Illustração da Tentativa Theologica sobre o poder dos Bispos em tempo de roctura*, etc., Lisboa, 1768; *Demonstração Theologica, Canonica e Historica do direito dos Metropolitanos de Portugal para confirmar e mandar sagrar os bispos suffraganeos nomeados por Sua Majestade*, Lisboa, 1769; reimpressa em Veneza, 1771; *Breve do Santissimo Padre Clemente XIV, pelo qual a Sociedade chamada de Jesus se extingue e supprime em todo o orbe*, Lisboa, 1773; contém o texto latino com a traducção portugueza; *Catecismo dos dois sacramentos Penitencia e Communhão, composto de duas instrucções em fórma de dialogo, que mandou publicar o Summo Pontifice Benedicto XIII, traduzido do italiano*, Lisboa, 1778; com uma prefacção do traductor; *Biblia sagrada, traduzida em portuguez segundo a Vulgata latina, illustrada com prefacções, notas e lições variantes; 2.ª edição revista e retocada pelo autor*, Lisboa, 1791 a 1803; 17 volumes; esta parte comprehende o *Velho Testamento; Testamento Novo*, etc., 2.ª edição, Lisboa, 1803 a 1805; 6 volumes; fez-se 3.ª edição, a que se juntou o texto latino, tendo sido ainda retocada a versão e notas pelo autor; saiu successivamente, Lisboa, 1794 e annos seguintes, 7 tomos; tambem se reuniu a esta edição a *Prefacção geral a toda a sagrada Biblia, dividida em quatro partes*, impressa no principio do tomo I, e d'ella se tiraram tambem exemplares em separado. Ha muitas edições feitas á custa das sociedades protestantes da Inglaterra, que são em tudo conformes com a portugueza, faltando-lhes, porém, as prefacções, notas, etc ; *Carta do Clero de Liége, escripta nos principios do seculo XII em fórma de manifesto, por occasião de outra que escrevera o Summo Pontifice Paschoal II, declarando excommungados os Conegos de Liége, traduzido em portuguez com algumas notas*, Lisboa, 1769; *Segunda edição*, 1793; *Artigo do Jornal de Florença, traduzido do italiano em portuguez, em defensa das doutrinas de Antonio Pereira, censuradas modernamente por um calumnioso livro impresso em Fulgino*, Lisboa, 1785; *Analyse da profissão de fé do Santo Padre Pio IV*, Lisboa, 1791. Esta obra foi condemnada em Roma pela Congregação do Index, por decreto de 20 de janeiro de 1795, como já o haviam sido anteriormente outras obras de Pereira, e nomeadamente as suas *Theses de Suprema Regum*, por outro decreto de 16 de junho de 1766. Todas as obras do P. Antonio Pereira de Figueiredo, publicadas antes de 3 de janeiro de 1769, em que por ordem regia deixou o habito de S. Filippe Nery, para ir exercer o cargo de official de linguas na secretaria de estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, fôram impressas sob o nome de *Antonio Pereira*, porque os estatutos da Congregação não permittiam aos seus membros que usassem de mais de dois nomes. D'aquella data em deante accrescentou o appellido materno de *Figueiredo*, com que subscreveu todos os escriptos que desde então imprimiu. As suas obras ineditas, em que se inclue a *Lusitania Sacra*, e outras egualmente importantes, fôram compradas pela Academia Real das Sciencias, em cuja livraria se conservam autographas. O P. Antonio Pereira de Figueiredo, na sua curta carreira de organista, escreveu muita musica religiosa, costume que não perdeu de todo e em que continuou a empregar alguns momentos de distracção, quando já eminente, em letras. A lista completa d'essas composições encontra se n'um folheto intitulado *Catalogo das obras impressas e manuscriptas de Antonio Pereira de Figueiredo da Congregação do Oratorio*, Lisboa, 1800. Menciona 26 composições, na maior parte motetes e alguns psalmos. Nove d'essas obras diz o autor do *Catalogo* terem sido escriptas para a egreja da Congregação oratoriana de Vizeu, onde se conservam.

Pereira de Figueiredo *(Antonio)*. Official n'uma das secretarias do Ministerio do Reino. N. em Mação a 3 de junho de 1779, fal. no hospital de Rilhafolles em 19 de dezembro de 1858. Era filho de Ignacio Pereira de Figueiredo, e de sua mulher Maria Caetana de Jesus; irmão do notavel theologo oratoriano do mesmo nome *(V. o ar-*

tigo antecedente). Em 1833, por motivos politicos, foi demittido do serviço, mas segundo conta Francisco Antonio Martins Bastos, na *Instrucção Publica*, de 1859, a pag. 30, parece que não chegou a ser demittido em 1833, mas que elle proprio «por demasiado capricho em não descer da sua categoria, por mais que fôsse chamado ao seu emprego, nunca appareceu na repartição para o continuar a servir, sujeitando-se antes ao estado de mendigo até ser subsidiado; mas nem assim melhorou de fortuna, nem com as boas quantias que recebeu de Joaquim Pedro da Costa, seu grande bemfeitor, e um dos directores do Banco de Lisboa» Exhausto de fôrças, cego e alienado, veiu a fallecer aos 79 annos. Escreveu: *Breve discurso sobre a origem da dignidade dos Pares, para servir d'illustração á proposição do Ex.mo Arcediago d'Elvas*, etc., Lisboa, 1827. E'-lhe attribuido o seguinte opusculo, que saiu com as iniciaes A. P. F.: *O dia 24 de agosto do fausto anno de 1820 inaugurado, e o brilhante 15 de Setembro applaudido; Breve discurso sobre a felicidade que d'estes memoraveis dias se originou á patria*, etc. Sem o seu nome imprimiu: *Sebastianistas combatidos, o egregio Encoberto apparecido, o caso raro e maravilhoso acontecido*; *Portugal regenerado; dialogo portuguez; Interlocutores: Aurelio, Clandio e Leonardo*, Lisboa, 1823.

Pereira Folga *(José Maria)*. Missionario, natural de Sobreira Formosa. Ordenado de presbytero, partiu em 1884 para Loanda, sendo louvado por serviços prestados, pelo governador geral o sr. conselheiro Ferreira do Amaral. Encarregado em 1885 de fundar a missão de Santo Antonio do Zaire, tão zelosamente se houve que tambem foi louvado. Entre outros serviços prestados ao seu paiz, catechisou de tal fórma os povos do Zaire, que os levou a acceitarem com agrado a influencia portugueza. Em 1886 effeituou por terra a travessia de Santo Antonio do Zaire ao Ambriz, visitando todos os reis e povos da costa. Em attenção aos seus importantes trabalhos, dedicação e zelo, foi nomeado conego honorario da sé de Loanda e cavalleiro da ordem de Christo.

Pereira Forjaz de Sampaio *(José)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, desembargador da Relação do Porto. N. em Coimbra, onde tambem fal. em 1858 com mais de 80 annos de edade. Escreveu: *Exposição dos principios sobre a constituição civil do clero, pelos bispos deputados á assembléa nacional, vertida em linguagem e acompanhada d'uma curta noticia dos principaes successos que lhe são relativos*, Coimbra, 1836.

Pereira de Freitas *(Antonio Ignacio)*. Cirurgião-medico, pela Escola Medico-Cirurgica do Porto. N. nas Caldas de Vizella em 1 de fevereiro de 1842, sendo filho de José de Freitas e Oliveira e do D. Cecilia Rosa da Silva Pereira. Tendo concluido os estudos primarios em 1854, proseguiu os secundarios no lyceu de Braga, vindo a terminal-os no Porto Frequentou depois na Academia Polytechnica os estudos de Botanica, Zoologia, Physica e Mathematica, sendo approvado em todos os exames, e obtendo em alguns distincções honrosas Matriculando-se na Escola Medica em 1862, seguiu o respectivo curso, que terminou em 1866. Escreveu: *Das aguas mineraes em geral, e da sua applicação em particular no tratamento das molestias cirurgicas; these apresentada á Escola Medico Cirurgica do Porto, para ser defendida pelo alumno*, etc., Porto, 1866.

Pereira da Graça *(Manuel)*. Doutor em Medicina o bacharel em Philosophia pela Universidade de Coimbra N. em Macinhata do Vouga em 1770, fal. na ilha da Madeira em 1830. Era filho de José Pereira da Graça, carpinteiro. Seu tio, Francisco Pereira da Graça, rico negociante de Coimbra, tomou o sob a sua protecção, e o fez estudar medicina n'aquella cidade, e o novo estudante tanto se distinguiu, que foi premiado em todos os annos Tomou o grau de bacharel em Philosophia, e doutorou-se em Medicina em 1798. Quando defendeu theses para tomar capello, o fez com a admiração e louvor de toda a academia, menos dos dois lentes *Navarros* que, por odio ao estudante, lhe lançaram duas favas pretas, no exame privado. O tio do academico apresentou esta injustiça ao principe regente, depois D. João VI, e este mandou ordem á Universidade para admittirem o illustre academico ao doutoramento, dando lhe o capello gratuitamente. O principe tambem o condecorou com o habito de cavalleiro da ordem de Christo. Exercou alguns annos a clinica em Coimbra, indo depois para Macinhata exercer a sua arte, adquirindo fama de grande medico. Em 1803 começou a escrever sobre medicina, combatendo energicamente os erros de pathologia do seu tempo, mais prejudiciaes e mais arraigados nas escolas publicas. Dedicando se ao estudo de cada uma das molestias, a que prestou maior attenção foi á *Diabetis*, como doença das menos estudadas até então. A este respeito escreveu e publicou em Lisboa, em 1806, o seguinte *Tratado da diabetis, a que se juntam observações do beneficio das aguas enxofradas naturaes n'esta doença; e dois processos faceis, um para obter estas aguas artificialmente, e outro para fabricar as ferreas, com a vantagem de se poder graduar a sua energia, de sorte que se proporcionem ás diversas circumstancias dos enfermos*. Escreveu tambem em 1803 *Supplementum in Brunonis theoriam*. A'cêrca do doutoramento do dr. Manuel Pereira da Graça, publicou o *Conimbricense* de 13 de janeiro de 1866 anecdotas curiosas. Por desgostos com a sua familia, saiu do continente e foi estabelecer-se na ilha da Madeira, e ali casou com uma senhora da mesma ilha.

Pereira Junior *(José)*. Typographo e jornalista. N. em Coimbra em 1821, onde tambem fal. a 26 de outubro de 1884. Aprendeu a arte typographica na imprensa da Universidade, tornando se depois um dos seus mais habeis typographos, conhecendo bem a arte de impressor. Em 1854 foi nomeado director das officinas de composição, logar que, parece, ter conservado até fallecer. Fundou o monte-pio da mesma imprensa, e auxiliou com enthusiasmo a fundação da sociedade de instrucção dos operarios, de que foi primeiro presidente o conhecido jornalista Joaquim Martins de Carvalho, e de que elle tambem exerceu com dedicação essas funcções. Além de documentos interessantes para as associações a que pertencia, collaborou no *Liberal do Mondego*, de Coimbra; no *Braz Tizana* e *Diario Mercantil*, do Porto; *Campeão das provincias*, de Aveiro, e *Correspondencia de Portugal*, de Lisboa. No *Conimbricense* de 28 do outubro de 1884, vem um extenso artigo a seu respeito.

Pereira Junior *(José Maria)*. Pintor generico, decorador e scenographo, cultivando com distincção, ha mais de meio seculo, o ornato e as flôres, em que é eximio, e a pintura ceramica, especialmente os azulejos. Conhecendo e praticando todos os generos e processos, antigos ou modernos, da pintura decorativa, interior ou exterior, dos edificios, taes como: o fresco, as temperas diversas, a oleo, a aguarella, etc., bem se póde considerar pelo menos o nosso derradeiro pintor frescante e o mais operoso dos pintores decoradores que ficaram do seculo XIX. Nasceu a 21 de fevereiro de 1841 na então villa de Setubal. Fôram seus paes José Maria Pereira, constructor civil, da mesma villa, onde nasceu a 21 de setembro de 1804 e fallecido em Lisboa a 13 de janeiro de 1888, e de sua mulher D. Rosalina de Jesus, natural de Cascaes, baptisada na egreja da Boa Hora, na Ajuda, e casada na freguezia de Cedofeita, no Porto, filha do major Antonio Luiz da Costa, que fez parte da Legião Portugueza á Russia e que falleceu em Setubal, com 96 annos de edade, sendo governador do castello de S. Filippe, e de sua mulher, D. Francisca Rosa das Chagas. José Maria Pereira Junior casou duas vezes, tendo de ambos os casamentos mais de trinta filhos. Muito cedo se dedicou á arte de pintura; aos doze annos já se encontrava trabalhando em companhia de outros pintores de Lisboa, que, ao reconhecerem a sua vocação, aconselharam o pae do joven artista a que o matriculasse no Instituto Industrial, então recentemente creado, afim de ahi seguir um curso regular. Matriculado em 1854 passou mais tarde á Academia das Bellas Artes, da qual frequentou durante tres annos as aulas nocturnas. Por occasião das festas do casamento de el-rei D. Luiz I trabalhou na restauração das salas do paço de Ajuda, onde esteve por mais de tres annos, indo depois para o Real Theatro de S. Carlos, como discipulo dos habeis scenographos Rambois e Cinatti, que não tardaram em tomar o novel pintor para seu ajudante, que no inverno trabalhava no salão de scenographia do theatro, e no verão em importantes decorações de edificios particulares dirigidas por aquelles illustres artistas. Pereira Junior aproveitou muitissimo com o convivio d'esses grandes mestres, e de outros artistas estrangeiros chamados n'esse tempo a Portugal por Cinatti e Rambois. Entre outros vieram: Angelo Sebastiani, notavel ornamentista; Pioltri, velho pintor, especialista de aves, peixes, fructos e hortaliças; e Joany, habilissimo imitador de marmores, cunhado de Cinatti, e como este natural de Siena, que introduziu em Portugal os admiraveis estuques polidos a ferros quentes. Pereira Junior teve então occasião de praticar os diversos processos technicos, de adquirir as mais variadas aptidões e de beber os conhecimentos especiaes da sua arte, trazidos de França e de Italia por aquelles distinctos artistas. Em 1878 fez a sua primeira viagem de estudo ao estrangeiro, percorrendo a Hespanha, França, Belgica e Inglaterra. Entre os palacios particulares de Lisboa, que por esta epoca se decoraram, e onde Pereira Junior trabalhou ao lado de tão bons mestres, podem mencionar se: Do duque de Palmella, ao Calhariz, e os do mesmo duque em Azeitão e no Paço do Lumiar; de D. Luiz Carneiro, irmão do conde de Cavalleiros, á Annunciada; de Joaquim Pereira da Costa, depois do visconde de Coruche, de Bessone e de Iglezias, todos tres sitos ao Largo da Bibliotheca; de Antonio Lopes Ferreira dos Anjos, a S. Mamede, hoje do conde de Fontalva; do marquez de Vianna, ao Rato, mais tarde do marquez da Praia e Monforte, restaurando por ordem d'este ultimo as salas onde trabalhara trinta annos antes; de Flaminio Anjos, na praça dos Restauradores, onde Cinatti como que o emancipou na arte, dando-lhe salas para elle exclusivamente decorar, com projectos tambem exclusivamente seus, e praticando da mesma fórma com os pintores Pedro Bordes, francez, e Procopio Ribeiro, portuguez, n'uma especie de certamen artistico, em que Pereira Junior ficou vencedor, como ainda o attestam os trabalhos executados em 1868 existentes n'aquelle palacio. Passados trinta e tres annos ali voltou a decorar a sala das damas, no 1.º andar, e a restaurar os outros tectos fendidos pelas fundações do monumento aos Restauradores. A escada fez se então toda de novo e n'ella collaboraram Salgado e Columbano. Em seguida áquelle triumpho artistico, Cinatti, que durante mais de 18 annos acompanhara com o sincero enthusiasmo da sua grande alma d'artista, os progressos sempre crescentes do discipulo querido, indicou o ao visconde de S. Lazaro, de Braga, para ir ali decorar o seu sumptuoso palacio. Por este tempo a pintura decorativa não estava vulgarizada no norte do paiz; ao contrario nas residencias opulentas abundavam os estuques. Porém, as decorações do palacio de S. Lazaro despertaram nos proprietarios mais illustrados e nos capitalistas de bom gosto d'aquella região o desejo de ornamentar e enriquecer as salas das suas casas com pinturas artisticas. Pereira Junior, que fôra a Braga por uns tres mezes apenas, teve que voltar a esta cidade por mais d'uma vez, convidado, entre outros, pelos proprietarios seguintes: José Maria Rodrigues de Carvalho, notavel politico, que foi presidente da camara dos pares, e em cujo palacio se admira a escada decorada no estylo arabe; dr. Rasqueja, illustre advogado; dr. João Evangelista de Sousa Torres e Almeida, que no seu palacio dos Castellos, junto ao santuario do Bom Jesus, tem os mais soberbos trabalhos a fresco; dr. João Carlos Pereira Lobato de Azevedo, governador civil de Braga; dr. Francisco de Campos, no palacio da praça de Sant'Anna, pinturas a oleo. Das egrejas da mesma cidade pódem mencionar se a de S. Vicente e a de Santa Cruz, com grandes tectos de cantaria pintados a tempera. Decorridos mais de trinta annos depois d'esta efflorescencia artistica ainda o nome de Pereira Junior corria na tradição bracarense. Quando ha annos o professor e architecto suisso Korrodi construiu ali, defronte da egreja do Carmo, o palacete Affonso, o proprietario quiz que as decorações de todas as salas, estucadas em diversos estylos, e a capella fôssem executadas, em pintura a oleo, por este artista, no que teve o applauso do illustre architecto. Egualmente procedeu o antigo commerciante Bernardo Martins de Sequeira com a decoração da casa na avenida do seu nome, chamando a Pereira Junior para pintar a entrada, a oleo, em rigoroso estylo Pompeia, a sala Luiz XV, e a casa de jantar em tapeçaria com assumptos de aves, fructos e flôres, genero predi-

lecto do artista. José Antonio Gonçalves, de Caldellas, ali possue, decorados por Pereira Junior, uma sala em estylo Renascença e os quadros da casa de jantar. No sul do paiz os trabalhos d'este artista datam de ha cincoenta annos. Assim, em Beja, são de 1860 as decorações do Club, da egreja da Casa Pia, do palacio Gomes Palma, e do de visconde da Côrte, em S. Brissos. Na Vidigueira o palacio do dr. Justino, com salas pintadas a fresco; na Cuba o do Visconde da Esperança; em Sines as decorações do palacio da firma Biester, Falcão & C.ª feitas em 1865 segundo projectos de Cinatti. No Algarve encontram-se alguns trabalhos mais modernos: Em Loulé os frescos da casa Marçal Pacheco; em Estoy os azulejos dos jardins e as télas dos tectos do palacio do visconde de Estoy. Passando a outros pontos do paiz, decorou em Maiorca o palacio do estadista Lopes Branco; em Coimbra o palacio da rua dos Coutinhos, do dr. Costa Lobo, onde ha salas e gabinetes com pinturas a oleo. No paço do bispo-conde

José Maria Pereira Junior

as paredes da sala de jantar, imitando damasco de seda, passando depois a decorar o santuario da Carregosa por convite do mesmo prelado. No Luso decorou os chalets Barbosa Collen e Vaz Simões. Em Ois do Bairro, em 1895, pintou a capella do palacio Calheiros, que tem no exterior um magnifico fresco. No Porto ha trabalhos de Pereira Junior na casa La Roque, na rua de Villar; na de Thomé Joaquim Dias, em Campanhã; e no palacio da Bolsa, onde, segundo desenhos de Manini, pintou a ornamentação da grande sanca do vestibulo. São notaveis os quatro trophéos dos angulos, obra da sua concepção e que á imprensa portuense mereceu varios elogios. Em Santarem decorou o theatro *Rosa Damasceno*, pintando no tecto os retratos dos actores contemporaneos (1886) mais notaveis; a casa do negociante Alexandre da Silva Telhada; a casa e capella do dr. Oliveira Feijão, na quinta da Mafarra; as salas do palacio da quinta da Alorna, da condessa da Junqueira, em Almeirim. No Mont'Estoril decorou o chalet de Carlos Anjos, hoje Sommer, o de Alberto Monteiro, e o denominado vulgarmente da *Telha Verde*. Em Lisboa, além do que já ficou indicado e do que ao deante se menciona, é raro o palacio que nas suas decorações não tenha qualquer pintura d'este artista, a que seria impossivel referirmo-nos miudamente. Sob reedificações posteriores teem já desapparecido alguns dos seus trabalhos. Na casa de João Paulo Cordeiro, ao Chiado, que foi demolida, a escada era pintada a claro-escuro sobre imitação de marmore de Siena. Para se abrir a Avenida da Liberdade foi arrazada na rua do Salitre a casa Sampaio, que era bem decorada. O palacete Alves de Sá, a S. Caetano, foi tambem demolido. N'alguns palacios tem tido o artista ensejo de novamente tocar obras suas antigas. No paço das Necessidades restaurou as paredes da sala de jantar, trabalho difficilimo, em que se viam pinturas dos seus mestres, ao lado dos quaes trabalhara ha meio seculo. No paço d'Ajuda pintou a sala da bibliotheca, trabalho que foi adjudicado precedendo concurso, em que apresentou o bello projecto executado. A obra immensa d'um artista vale bem a longa bibliographia d'um polygrapho, e não se extranhe que archivemos n'este artigo a enumeração, succinta, de tantos e tão valiosos trabalhos do nosso maior pintor-decorador do seculo XIX. No palacio dos condes de Penha Longa e Olivaes, ao Pau de Bandeira, vêem-se na sala de jantar uns grandes e formosos medalhões de aves, flôres e fructos. Na casa que foi do par do reino Francisco Simões Margioch, a S. Caetano, ha uma sala Luiz XV muito distincta, e a pintura da escada, a claro escuro, é primorosa. Na rua do Salitre, no predio que foi de Alves Machado, hoje Cerqueira, a escada é decorada com aves e flôres, e a sala, no estylo XVI, tem as paredes imitando seda amarella de uma grande illusão. Quando o medico homoeopatha Antonio Monteiro Rebello da Silva comprou o antigo palacio do conde da Silvã, a S. Sebastião da Pedreira, convidou a Pereira Junior para decorar as salas. Ali fez trabalhos importantissimos, sendo notaveis as salas Luiz XIII e a de estylo indiano. Por morte d'aquelle medico comprou este palacio o negociante Antonio Ignacio de Carvalho, que, desejando conservar as pinturas, e, sabendo que ainda era vivo o artista que havia trinta annos as fizera, entregou a Pereira Junior os restauros dos seus proprios trabalhos, decorando-se por esta occasião o vestibulo. No palacio da Luz, de Jacinto José de Oliveira, tambem pintou ricas decorações emmoldurando quadros d'outros artistas; a escada é a claro-escuro, e uma das salas em rigoroso estylo etrusco. Na primeira casa que foi de José Ribeiro da Cunha, pae, na praça do Principe Real, e hoje de Luiz Sommer, ha uns medalhões de fructos e figuras na sala de jantar, e o tecto do quarto de dormir graciosamente pintado a fresco com motivos decorativos de rendas e flôres. Na mesma praça, na casa de José da Costa Pedreira, a sala de jantar está decorada com paizagens e animaes, e a de visitas com grupos de flores. Da Avenida da Liberdade são numerosos os predios que teem pinturas de Pereira Junior, distinguindo se: de Antunes Bastos, vestibulo, escada a claro-escuro, etc. (1877 e 1887); de

José Felix da Costa, uma sala Luiz XV e casa de jantar, sendo esta de collaboração com Antonio Felix da Costa, que pintou as figuras; da baroneza de Samora Correia, uma sala de visitas Luiz XV; de João Ferreira Lopes a escada a claro-escuro e a galeria com flôres; de José Rodrigues da Silva, o vestibulo e a escada; de Cypriano Calleya a escada em estylo etrusco e uma sala Luiz XV. Na rua Barata Salgueiro, na casa de Antonio Francisco Ribeiro Ferreira, a escada é um dos melhores trabalhos no seu genero; na rua Mousinho da Silveira teem decorações os dois palacetes mandados construir pelo conselheiro Moraes Carvalho; e na rua D. Pedro V no palacete que foi de D. Andrelina Gomes dos Santos estão decoradas a escada, em estylo Renascença, e diversas salas. O palacete do barão d'Almeida Santos, a S. Pedro d'Alcantara, tem umas antigas decorações. No palacio no Largo das Duas Egrejas, que foi de José Nunes Teixeira, o vestibulo e a escada são a claro-escuro. Passando das casas particulares aos edificios publicos destaca-se, em primeiro logar, a obra culminante de toda a vida artistica de Pereira Junior, não só pela importancia e perfeição do trabalho executado, que será sempre digno de admiração, como tambem pelo esforço patriotico que, para a sua adjudicação, dispendeu o artista. Referimo nos á decoração da cupola da Camara Municipal de Lisboa, em 1878. Por este tempo preponderava nas decorações dos edificios do Estado o pintor francez Pedro Bordes. Os pintores portuguezes sentiam se opprimidos com esta preferencia, e não havia meio de serem chamados ao serviço official. Depois de pintar a sala da Camara dos Pares, obteve Bordes a decoração do novo edificio da Camara Municipal, e ahi, fortemente protegido pelo engenheiro-chefe da repartição technica, começou por decorar todos os gabinetes do segundo pavimento e algumas salas do rez-do-chão. Pereira Junior, regressando então do norte á capital, sentiu-se bastante melindrado no seu justo orgulho de artista por vêr que as decorações d'aquelle edificio, eminentemente nacional, estavam monopolisadas por um artista estrangeiro, embora de merito, com verdadeiro desprezo dos artistas portuguezes. Convidou alguns dos seus collegas, entre elles José Procopio Ribeiro, considerado decorador e scenographo, e Antonio Januario Correia, paizagista e decorador, para em grupo requererem á camara que se abrisse concurso para as decorações do edificio. Receosos, porém, estes não acceitaram, e Pereira Junior viu-se só, mas nem por isso desanimou. O que foi essa lucta ingente, travada pelo artista, está bem claro nas actas das sessões da camara, publicadas no *Archivo Municipal de Lisboa* de 1878 e 1879, a pag. 563 e 322. D'esses documentos, e dos jornaes da epoca, se vêem bem as mil peripecias do concurso, em que Pereira Junior demonstrou o seu talento com dois formosos projectos differentes, sendo um o preferido. As condições materiaes da execução da obra sacrificaram o artista, que apesar de tudo augmentou ainda o seu trabalho, enriquecendo o, de forma a receber um voto de louvor do jury que o approvou. O patriotismo do artista perdura naquella obra monumental Em seguida a camara encarregou-o de outras decorações, nas quaes collaboraram, sob a sua direcção, Januario Correia e Procopio Ribeiro, ficando este ultimo até terminarem os trabalhos. Além dos paços reaes, já mencionados, e do Alfeite, onde decorou o tecto da sala de jantar, trabalhou depois Pereira Junior em outros edificios do Estado. No concurso para a decoração do Supremo Tribunal de Justiça apresentou dois projectos, pelos quaes recebeu um avultado premio pecuniario. Para o vestibulo do Museu d'Arte Ornamental tambem fez um projecto, que foi egualmente premiado; e ainda para a sala da Junta do Credito Publico elaborou, por encommenda, um projecto magnifico, mas que não foi executado. No Tribunal da Relação fez as importantes decorações da sala, tecto e paredes, que são um trabalho original. Na camara dos Deputados pintou em 1909 o gabinete da presidencia e a sala do buffete. Em edificios religiosos de Lisboa, afóra a collaboração que teve em antigos restauros das egrejas de S. Roque e dos Martyres, pintou a de N. S.ª da Ajuda e Santos Ficis de Deus, a capella do Santissimo de Santa Izabel, o retabulo de S. Jorge de Arroios e o brazão do tecto da egreja da Graça. Egualmente decorou as egrejas: dos Santos Reis, do Campo Grande, e capellas; de N. S.ª do Amparo de Bemfica (1881-1882); capella do SS.^mo^ de N. S.ª da Graça de Benavente; de S. Pedro, em Caneças; de S. Saturnino, em Fanhões; a capella do SS.^mo^ de S Pedro, de Palmella (1858); etc. Em 1880, por occasião das festas do tri-centenario de Camões, foi Pereira Junior a alma artistica da celebração, como se vê das actas da respectiva commissão, publicadas no tomo XV do *Diccionario Bibliographico*, suscitando elle a idéa de que as corporações populares apparecessem no grande cortejo civico com as suas respectivas bandeiras e insignias, offerecendo-se, num discurso caloroso e patriotico, para pintar gratuitamente nesses estandartes o emblema das associações, o que foi acolhido com applausos pela assembléa, sendo consignados na acta votos de agradecimento. Um d'estes estandartes acha se reproduzido em lithographia, bem como os carros allegoricos, a pag. 92 do referido *Diccionario*. Tambem lembrou, e propoz, a congregação dos esforços dos artistas mais em evidencia, pelos quaes se distribuiram os carros allegoricos, sendo-lhe destinado o do Commercio e Industria, e collaborando nos restantes. Desanimados alguns dos representantes das associações, que, por falta de meios, não podiam concorrer ao cortejo com estandartes proprios, como Pereira Junior alvitrara enthusiasticamente na sessão magna da Commissão, offereceu-se, ainda mais uma vez, patrioticamente, para os pintar de graça, offerecimento que foi acceito por varias aggremiações, que, reconhecidas, o fizeram depois seu socio de merito. Como autor d'aquelle carro triumphal recebeu o artista grandes ovações em todos os logares em que passava o cortejo e demonstrações especiaes da classe commercial e industrial. Nas illustrações da epoca acha se reproduzido esse carro, havendo tambem d'elle photographias avulsas. Em 1882, na celebração do centenario do Marquez de Pombal, foi tambem escolhido pela Commissão Academica que lhe confiou a construcção do seu carro, que constituiu um verdadeiro triumpho para o artista, pois que o carro da Sciencia foi o mais notavel. Acha-se tambem

reproduzido nas illustrações da epoca e em photographias e phototypias avulsas. Ha cêrca de vinte annos procurou Pereira Junior resuscitar a caracteristica pintura portugueza dos azulejos, seguindo a antiga factura, tanto technica como artistica. Podem indicar se, depois das primeiras tentativas, os dois quadros da egreja da Madre de Deus, que representam a chegada e a partida das reliquias de Santa Auta e que constituem uma perfeita imitação do azulejo antigo. São trabalhos importantes: os azulejos da capella e do pateo de honra da quinta da Cardiga, de Luiz Sommer; os da sala de jantar na quinta de Fontebella, no Cartaxo, de Antonio Francisco Ribeiro Ferreira; os do Collegio Militar, na Luz; os da ria da quinta de Queluz, que estão datados; os do pateo do palacio da Rosa, em Lisboa, do Marquez de Castello Melhor; os da capella e jardins do visconde de Estoy,no Algarve; etc. Dos trabalhos scenographicos foi muito apreciado um salão para a peça *Noites na India*, representada no Principe Real, tendo decorado o tecto d'este theatro, e collaborado em pinturas scenographicas de Rambois e Cinatti para o theatro de S. Carlos e de D. Maria II. Pereira Junior tem pintado muitos quadros soltos de natureza morta, peixes, aves e principalmente de flôres. Nos quadros muraes distingue se a flora ornamental, que conhece profundamente. Dos quadrinhos de flôres apresentadas em exposições fôram muito apreciados os intitulados *Flôres de jardim* e *Flôres de quintal*, vendidos por intermedio da antiga Sociedade Promotora de Bellas Artes. Possuem bellos quadros de peixes e aves e de flores: Antonio Theophilo d'Araujo Rato, José da Cunha Porto, Francisco da Conceição Silva, e outros já fallecidos, como Ricardo Loureiro, João Alberto Lopes, etc. Este artista tambem se dedicou ao genero das taboletas illustradas, verdadeiros quadros, tão notaveis que se encontram algumas d'ellas reproduzidas no *Occidente* e no *Antonio Maria*, como as da fabrica de conservas de Costa Lino & C.ª e da fabrica de bolachas da Pampulha. Em decorações de estabelecimentos tambem se affirma o seu talento: Na confeitaria Ferrari ha bellos quadros de fructos, aves, doces e flôres; numa padaria, da rua D. Pedro V, paineis d'animaes, genero de tapeçaria; no deposito de machinas *Singer*, a cuja decoração se referiram as revistas illustradas *O Occidente* e *Brazil Portugal*, de 1908. Um dos trabalhos modernos, que mais garante a especialidade de Pereira Junior como pintor de flôres decorativas, e a sua extraordinaria destreza n'esse difficil genero artistico, é o vestibulo do hospital de S. José, em que o artista conseguiu descobrir, por debaixo de repetidas demãos de cal, a pintura antiga da allegoria e os festões de flôres, restaurando tudo, ou antes, pintando completamente de novo, aquella profusão immensa de milhares de flôres, a trasbordar de taças e vasos, em grinaldas e festões. A pintura fez se em grande parte de noite, pela urgencia de ter tudo promplo, em menos de trinta dias, por occasião do congresso internacional de Medicina em 1906. Pereira Junior foi presidente da Sociedade dos Artistas Lisbonenses e pertence, como socio honorario e de merito, a varias corporações civis e religiosas, que o admittiram no seu gremio pelos relevantes serviços artisticos, especialmente prestados por occasião do tri centenario de Camões. E' antigo socio effectivo da Sociedade de Geographia de Lisboa e de varias associações de soccorro mutuo, a que em tempos aureos do movimento associativo lisbonense deu o valioso concurso da sua actividade intelligente. Pertence á Irmandade do SS.^mo da freg. de Santa Justa, á da Penha de França, e á de N.ª S.ª da Ajuda e Fieis de Deus, bem como a muitas outras de fóra de Lisboa. Por decreto de 18 de julho de 1889 (*Diario do Governo*, de 23 do mesmo mez) foi agraciado com o grau de cavalleiro da ordem militar de N. Sr. Jesus Christo. Na exposição agricola da Tapada da Ajuda, em 1884, foi premiado com menção honrosa pelos trabalhos de ornamentação, e numa das exposições da Sociedade de Bellas Artes teve egualmente menção honrosa pelos azulejos expostos. Na Exposição Universal de Paris, em 1889, foi premiado com medalha d'ouro pelos trabalhos decorativos, especialmente de flôres, que ali pintou para a secção portugueza.

Pereira Jusan. Villa da prov. do Douro, na freg. de Santa Maria, de Vallega, conc. e com. de Ovar, distr. de Aveiro, bisp. do Porto. E' pov. muito antiga, provavelmente do tempo dos godos, mas o unico monumento, que attesta a sua grande antiguidade, é uma fonte chamada *Mina dos Moiros*. Até 1850 ou 1852 foi séde d'um antigo concelho, que então se suppriminu, passando a formar o concelho de Ovar. El rei D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, a 2 de junho de 1514, e n'elle se dá o nome de *Pereira Jusã*. Os senhores donatarios da Feira, que tambem o eram d'esta villa, da freg. de Vallega, e da de S. Vicente Pereira, que fica contigua a esta, crearam este concelho, não se sabe quando, mas sabe-se que foi antes da creação dos de Estarreja, Ovar, Oliveira de Azemeis e Angeja. No foral d'esta villa consta que Ovar era porto de mar no principio do seculo XVI, não só para barcos, mas para vasos de maior lotação, porque, quando trata das portagens, diz: «Não se levarão os direitos das ancoragens dos navios, segundo foi determinado por nós, em Ovar; e pagarão das cousas que carregarem ou trouxerem, segundo se manda pagar de portagem, por este foral.» No *Portugal antigo e moderno*, vol. VI, pag. 685, diz Pinho Leal: «Em todos os diccionarios geographicos de Portugal (e até no *Portugal Sacro e Profano*, e no *Mappa das congruas*, que é official), vem confundidas *Pereira Jusan* com *S. Vicente de Pereira*, como se fôsse uma e unica freguezia. Eu mesmo, apezar de ter a minha casa a 15 k. ao NE d'esta villa, estava no mesmo erro; e n'elle continuaria, se não fôsse a obsequiosa advertencia do sr. João Valente da Costa, residente em Vallega, ao qual devo tudo quanto se lê com respeito a Pereira Jusan. Já vêmos que *S. Vicente de Pereira* é uma parochia, cuja egreja matriz dista da de Vallega 4 k., e que *Pereira Jusan* é uma villa da freg. de Vallega, distando apenas uns 500 m. da sua egreja parochial. Antigamente havia duas freguezias contiguas, ambas com o nome de *Pereira*, e para as distinguir uma da outra, se dava á actual freguezia de S. Vicente de Pereira o nome de *Pereira Susãa* (Pereira de Cima) e á outra o de *Pereira Jusãa* (Pereira de Baixo). Esta freg., que apenas constava da villa e do seu pequeno termo, foi no seculo XVI sup-

primida, unindo se á de Vallega. Eis o que tem causado os erros dos geographos.» O antigo conc. de Pereira Jusã era primeiramente formado por uma parte da freg. de Vallega (o que tinha sido freg. de Pereira Jusan) metade da freg. de Ovar, e metade da de S. Vicente de Pereira (a outra metade era do conc. de Oliveira de Azemeis) Depois quando se creou o conc. de Ovar, ficou-lhe pertencendo toda a freg. de Ovar, e ao conc. de Pereira Jusan as duas freguezias de Vallega e S. Vicente de Pereira, na sua totalidade. Hoje estas freguezias são conhecidas unicamente pelos seus nomes de Vallêga e S. Vicente de Pereira, tendo-se eliminado a denominação de *Jusãa*. Em ambas as povoações ha escolas para os dois os sexos.

Pereira Leite *(Augusto)*. Juiz da Relação de Lisboa, fal. em julho de 1901. Foi durante annos juiz d'uma das varas civeis de Lisboa, tendo sido delegado em Almada. Pertencia ao partido regenerador, que sempre serviu com dedicação; foi deputado em varias legislaturas, e vice-presidente da camara dos deputados. Era casado com a sr.ª D. Laura d'Albuquerque Moreira.

Pereira Leite Netto *(José)*. Distincto arabista, que fal. no Porto em 1832, na edade de 44 annos Escreveu um *Guia de conversação portugueza arabe, acompanhada de pronuncia de arabe figurada em caracteres latinos e de notas relativas á grammatica*, que foi publicada posthuma, por ordem do governo, em seguida ao parecer emittido pela Academia Real das Sciencias. Esse trabalho, verdadeiramente notavel, foi publicado em 1902 precedido d'uma advertencia preambular escripta pelo sr. conde de Samodães. Escreveu tambem umas *Noções elementares de musica*, publicadas no Porto em 1882. Além de arabista foi Pereira Netto um numismata de grande merito, como o demonstra o catalogo das moedas arabes existentes no Museu Municipal do Porto, descriptas, classificadas e ordenadas chronologicamente. Esse catalogo foi publicado em Lisboa, em 1882. Este erudito professor foi nomeado conservador da Bibliotheca Municipal Portuense, não chegando a tomar posse do seu cargo. Por sua morte legou áquella bibliotheca: as grammaticas, vocabularios e outras obras didacticas sobre a lingua arabe; commentarios e criticas litterarias sobre obras arabicas; obras impressas em arabe; historiadores arabes originaes, e livros de historia e geographia da Arabia por autores modernos; obras de linguistica geral; obras em hebraico ou ácêrca da lingua hebraica, etc. Entre essas obras conta se a *Biblia hebraica*, em 2 volumes com gravuras, que pertenceu a fr. Alexandre de S. Thomaz Pereira *(1783)*. Das obras impressas em arabe, que constam de 8 volumes, diz o sr. conde de Samodães que o mais valioso é o *Ktsale ehnahed indjiden lorbana umacralsena Jesuah Ehmessiah*, impresso em Londres, porque contém o Novo Testamento completo. As obras do afamado arabista acham se relacionadas no supplemento geral ao catalogo da Bibliotheca Publica do Porto (1.ª parte, fasciculo 1.º, addições desde 1877 a 1883 inclusivé).

Pereira de Lima *(José Maria)* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; professor de logica e historia, deputado, advogado em Lisboa, em Coimbra, e no Porto; por vezes director de varias emprezas industriaes e mercantis, etc. N. em Coimbra a 17 de fevereiro de 1853, sendo filho de Domingos Maria Pereira. Tem collaborado em differentes publicações litterarias e politicas, e redigido programmas e relatorios para as emprezas, a que se encontra associado. Escreveu: *Noções elementares de chorographia portugueza, coordenadas segundo o programma dos exames de instrucção primaria*, Coimbra, 1875. *Iberos e bascos; Hannibal e Napoleão; Phenicios e carthaginezes*, Lisboa, 1901.

Pereira Machado *(Guilherme Augusto Machado Pereira, 1.º visconde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real; moço honorario da real camara, commendador das ordens de Christo e da Rosa do Brazil; vereador da camara municipal do Porto, presidente da Companhia de Utilidade Publica, presidente da Associação Commercial de Beneficencia, director da Associação Commercial do Porto; membro e presidente de varias outras, etc., capitalista e proprietario na dita cidade e no Rio de Janeiro. N. no Porto a 8 de abril de 1822, onde tambem fal. a 14 de abril de 1868. Era filho de João Pereira da Cruz Lima, cavalleiro da ordem de Christo, e de sua mulher D. Rosa Gertrudes Bernardes Machado. Casou a 30 de março de 1853 com D. Candida Guilhermina dos Santos Vieira Rodrigues Fartura, filha de Antonio José Rodrigues Vieira Fartura, fidalgo cavalleiro da Casa Real e commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição, e de sua mulher D. Margarida Eugenia dos Santos Nogueira. O titulo foi concedido por decreto de 18 de setembro de 1861. O seu brazão d'armas foi concedido por alvará de 14 de janeiro de 1854: Escudo partido em pala; na primeira as armas dos Pereiras, em campo vermelho uma cruz de prata florida e vazia do campo; na segunda, as armas dos Machados, em campo vermelho cinco machados de prata com os cabos de ouro, postos em santor. E' hoje visconde de Pereira Machado, seu filho, Guilherme Augusto de Pereira Machado, fidalgo cavalleiro da Casa Real, que nasceu no Porto a 16 de outubro de 1865.

Pereira de Magalhães *(Felix)*. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, conselheiro e ministro de Estado, par do reino, commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, etc. N. em Chaves a 14 de janeiro de 1794, fal. em Lisboa a 25 de janeiro de 1878. Sendo destinado por seus paes á carreira ecclesiastica, recebeu ordens menores, quando contava 13 annos de edade. Pouco depois rebentava em Portugal a revolução contra o dominio francez; formando-se por toda a parte corpos de tropas para expulsarem as do general Junot e conseguirem a restauração do reino, organisou se em Chaves um batalhão ecclesiastico, onde se alistou Felix Pereira de Magalhães, passando d'elle para o regimento de milicias de Chaves, do qual foi despachado alferes. Transferido para o batalhão de caçadores Traz-os Montes, assistiu ao cêrco de Samora em Hespanha e tomou parte na defeza da Beira Baixa, quando esta provincia foi atacada pelo inimigo, mas logo que terminou a guerra da Peninsula, deixou o serviço militar, e matriculando-se na faculdade de Leis na Universidade de Coimbra, completou o curso com as mais lisonjeiras informações. Abraçando com o ardor pro-

prio da mocidade os principios politicos proclamados em 1820, traduziu e publicou o extracto d'uma memoria sobre a origem dos jurados, annotando-a para illustração do texto e para mostrar que nos primeiros tempos da monarchia era por jurados que se decidiam os pleitos judiciaes. Achando se no Porto em 1822 a praticar no escriptorio d'um dos advogados mais conhecidos d'aquella cidade, foi convidado para membro da sociedade *Patriotica Portuense*, composta das auctoridades, funccionarios publicos e muitas pessoas illustres nas letras, agricultura, commercio e artes. Eleito primeiro secretario da sociedade e escolhido para o dia 13 de maio, anniversario d'el-rei D. João VI, fazer o panegyrico d'este monarcha, pronunciou uma oração que foi enthusiasticamente applaudida, e depois escreveu uma proclamação, que a mesma sociedade dirigiu aos transmontanos contra o movimento absolutista iniciado pelo conde de Amarante Abrindo banca de advogado, grangeou dentro em pouco immensa clientela, e sendo muito considerado e respeitado no Porto, quando ali rebentou, a 16 de maio de 1828, a revolução liberal, offereceu a junta o logar de chefe do commissariado a Felix Pereira de Magalhães, que o acceitou, mas que, sendo extremamente affecto ás idéas constitucionaes, emigrou para a Galliza com a divisão que se viu obrigada a sair da patria. Do Ferrol passou a Bordéos, e juntando-se depois á expedição de Belle-Isle, foi na corveta *Juno* desembarcar na ilha Terceira, onde logo se alistou no batalhão academico Chamado para as ordens do ministro da guerra, foi encarregado de elaborar differentes projectos, entre os quaes se contam o de regulamento para o commissariado do exercito e o da reforma do juizo orphanologico, o qual, com algumas alterações, foi convertido no decreto de 18 de maio de 1832. Recusando ainda nos Açôres os logares que lhe offereceram de sub-prefeito da ilha do Fayal, de juiz de direito de Ponta Delgada, de chefe do commissariado e de ajudante do auditor geral, porque a sua idéa era conservar-se extranho aos negocios publicos e voltar, logo que se restabelecesse o governo de D. Maria II, ao exercicio da advocacia no Porto, voltou a esta cidade com o exercito libertador. Nomeado, depois, membro da commissão encarregada de administrar a Companhia Geral da Agricultura das vinhas do Alto Douro, fez tambem parte da commissão incumbida de redigir os projectos dos codigos criminal e commercial, cujos trabalhos fôram interrompidos, porque a maior parte dos seus membros fôram empregados em serviços mais activos e urgentes; foi ouvido sobre o projecto de extincção de foraes, ao qual fez importantes alterações, que fôram adoptadas, sendo assim modificado o projecto de Mousinho da Silveira, convertido no decreto de 13 de agosto de 1832, e a este respeito escreveu na *Chronica Constitucional*, do Porto, varios artigos. Posteriormente, julgando o governo de D. Pedro necessario concentrar no prefeito dos Açôres a autoridade militar e civil, investindo-o de poderes extraordinarios e descricionarios para organizar todas as repartições publicas segundo os principios da nova legislação, foi Felix Pereira de Magalhães escolhido para ir exercer o logar de secretario junto d'aquelle prefeito; e quando, posteriormente, o archipelago foi dividido em tres prefeituras, regressou a Lisboa, onde já havia entrado D. Pedro, e foi secretario da commissão creada para propôr as medidas necessarias para o desenvolvimento do decreto n.º 23, de 16 de maio de 183?, que tinha estabelecido e fixado as bases da nova organisação administrativa. Nomeado depois official da secretaria dos estrangeiros e transferido em fevereiro de 1835 para identico logar no ministerio do reino, obteve em março de 1837, a seu pedido, a exoneração, com a idéa de se retirar completamente da vida publica; mas sendo logo no anno immediato eleito senador substituto, pelo circulo de Aveiro, e chamado a tomar assento na camara, tomou parte importante nas discussões, especialmente na que houve sobre os projectos de creação do Tribunal de Contas e da organisação da administração superior da fazenda, e apresentou varios projectos de lei, dos quaes citarcmos os seguintes: sobre a organisação do tribunal da justiça dos senadores e sobre a responsabilidade dos ministros; regulando a graduação, transferencia e promoção dos juizes de primeira instancia; sobre a classificação de comarcas judiciaes; sobre contratos por escriptos particulares. N'este mesmo periodo, nomeou o governo Felix Pereira de Magalhães membro da commissão encarregada de propôr as emendas que julgasse necessarias no codigo administrativo de 1837, e resultando d'esses trabalhos a carta de lei de 29 de outubro de 1840, para se proceder á nova redacção d'aquelle codigo, comprehendendo n'elle todas as leis e regulamentos posteriores, foi Felix Pereira de Magalhães escolhido para presidir a commissão que, no fim d'um anno de assiduos e constantes estudos, apresentou o projecto que veiu a ser o codigo administrativo publicado em 1842. Por decreto de 30 de março de 1841, foi nomeado membro da commissão encarregada de organisar a fazenda publica e cujos trabalhos correm impressos, e ainda n'esse mesmo anno foi feito membro da commissão administrativa da Santa Casa da Misericordia e Hospital de S José de Lisboa, e logo no começo do anno seguinte recebeu a nomeação de vogal do conselho geral de beneficencia. Fôram muito valiosos e importantes os serviços que Felix Pereira de Magalhães prestou áquelles estabelecimentos pios, e especialmente ao hospital de S. José, até março de 1846; o hospital estava empenhadissimo e desprovido de roupas, e tão falto de recursos e de credito, que ao terceiro dia da administração de que Magalhães fazia parte, não havia arroz para alimentar os doentes, nem meios de o comprar, e só elle, com o seu credito particular, o mandou fornecer; e que em 1846 ficou aquelle estabelecimento fornecido de tudo com abundancia, tendo sido melhorados e reedificados o proprio edificio do hospital e muitos dos predios que lhe pertenciam, existindo ainda em caixa mais de 24 contos de reis. Restaurada a Carta Constitucional em 1842, foi eleito deputado pela provincia de Traz-os-Montes, e não só tomou parte nas discussões mais importantes e nomeadamente na que produziu a lei de 21 de abril de 1842, protegendo o commercio e agricultura das vinhas do Alto Douro, mas tambem trabalhou muito nas commissões, e foi eleito presidente da camara, cargo que não acceitou pelo seu mau estado de

saude. Sendo um dos defensores mais zelosos do partido cartista, fôram n'essa epoca aproveitados os seus conhecimentos em muitas e variadas commissões, e assim foi membro da que estevo encarregada do plano da organisação e regimento do Terreiro Publico, o qual foi adoptado pelo decreto de 28 de agosto de 1844, da que foi incumbida de redigir as condições com que n'esse anno se arrematou o Contrato do Tabaco, da quo foi encarregada de propôr a reforma das repartições de fazenda e que viu parte dos seus trabalhos convertidos no decreto de 12 de setembro de 1845, e da que teve por missão desenvolver as bases fixadas para a organisação do conselho de Estado na lei de 3 de maio de 1845, e cujos trabalhos fôram adoptados no regulamento de 16 de julho do mesmo anno. Fundadas em 1845 as caixas economicas pela Companhia Confiança Nacional, foi Felix Pereira de Magalhães um dos vice-presidentes, e presidindo n'essa qualidade a reunião dos directores honorarios, que eram das pessoas mais notaveis da capital, pronunciou um discurso quo se póde ler no *Diario* n.º 119 d'aquelle anno, e no qual falou com grande proficiencia das vantagens que se podiam colher de similhantes instituições. Transformado o Banco de Lisboa e a companhia Confiança Nacional, por decreto de 19 de novembro de 1846, no Banco de Portugal, foi eleito membro e depois presidente da direcção, e estava exercendo esse cargo, quando em maio de 1849 foi nomeado membro da commissão encarregada de propôr o systema que mais conviria adoptar para o progresso dos trabalhos de construcção e melhoramentos das estradas do reino, os quaes estavam entregues á companhia das obras publicas de Portugal. Tendo sido elevado ao pariato, por carta regia de 26 de setembro de 1845, foi, no ultimo ministerio que se formou sob a presidencia do conde de Thomar em 18 de junho de 1849, incumbido da pasta da justiça, e no desempenho d'essas funcções publicou, além de muitas outras providencias de menor importancia, o decreto de 6 de março de 1850, que estabeleceu os tribunaes de commercio de primeira instancia, em todo o continente e ilhas adjacentes, o decreto de 8 de agosto encarregando o conselheiro Antonio Luiz de Seabra, depois visconde de Seabra, de redigir o projecto do codigo civil portuguez, e nomeando uma commissão para revêr esse trabalho, a portaria de 25 de setembro marcando as habilitações scientificas para os ordinandos serem admittidos ás ordens de sub-diácono e diácono, a portaria de 17 de outubro approvando os estatutos provisorios do seminario de Evora, os decretos para se proverem por concurso os logares de delegados do procurador regio, escrivães e tabelliães, o que melhorou o systema de concurso estabelecido para o provimento das egrejas, etc. Durante o tempo que esteve no ministerio, ainda teve a seu cargo a pasta do reino, de 7 de agosto a 23 de setembro de 1850, por doença do conde de Thomar, e de 26 de maio até 1 de abril de 1851, no gabinete que então se formou presidido pelo duque da Terceira, saindo definitivamente dos conselhos quando o duque de Saldanha, depois de triumphar o movimento da Regeneração, de 1 de maio d'esse anno, foi nomeado presidente de ministros. D'ahi por diante, o conselheiro Felix Pereira de Magalhães pouco figurou na politica, passando os seus ultimos annos n'um estado de demencia, que em seguida á sua morte deu origem a um ruidoso processo em que entravam as pessoas mais intimas do fallecido ministro, e por algum tempo entreteve as attenções de Lisboa. Além das commissões que ficam indicadas, foi encarregado em 1834 de fazer um relatorio sobre as negociações diplomaticas entaboladas pelo governo com os governos das grandes potencias, ácêrca dos direitos da rainha D. Maria II, e aproveitando-se d'essa situação, colheu a este respeito, dos documentos que pôde examinar, curiosas e interessantes noticias, que não só lhe permittiram desempenhar a missão que fôra confiada, mas tambem formar depois um folheto que fez certo barulho. Esse folheto tinha 148 paginas, e intitulava so *Apontamentos para a historia diplomatica de Portugal, desde 1826 em que falleceu o imperador e rei D. João VI até 1834*. E' de bastante valor politico, porque se funda em documentos existentes no ministerio dos estrangeiros, no gabinete particular de D. Pedro, e em outras repartições officiaes. O conselheiro Felix Pereira de Magalhães, não sabemos porque motivo, tinha a alcunha *Felix das Velhas*, que o tornava um tanto ridiculo, e pela qual se tornou bastante conhecido.

Pereira Malheiro *(Manuel)*. Cirurgião da Real Casa dos Expostos e do hospital de S. José de Lisboa, onde fôi licenciado, cirurgião, algebrista e lente. Fal. em 5 de junho de 1831. Foi nomeado cirurgião em 1791, e lente de cirurgia em 29 de novembro de 1792, sendo aposentado em 1807 com o ordenado por inteiro, por ter cegado. Escreveu: *Memorias medico-cirurgicas, que contéem varios factos pertencentes á medicina e cirurgia*, Lisboa, 1791; *Resposta á Carta de despedida que fez a Medicina, quando se ausentou de Portugal, queixando se das affrontas e calumnias que recebeu dos portuguezes*, etc., Lisboa, 1781; saiu anonyma.

Pereira Marinho *(Joaquim)*. Marechal de campo reformado, bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra, do conselho de Sua Majestade, commendador da ordem de Christo, cavalleiro de S. Bento de Aviz, etc. N. no Porto em 1782, e fal. em Lisboa a 3 de janeiro de 1854. Formou-se em 1806. Assentando praça em artilharia, passou a servir no exercito da India, e era official do regimento de artilharia quando em 1817 o conde de Rio Pardo, vice-rei da India, determinando castigar Saunto Bounsuló, mandou contra a praça de Renin uma expedição commandada pelo marechal de campo Manoel Godinho de Mira. Joaquim Pereira Marinho fez parte d'essa expedição, e prestou relevantes serviços, porque foi a artilharia que prestou os principaes serviços n'esse assedio, arruinando a praça que Manuel Godinho de Mira não tomou, e era Joaquim Pereira Marinho que commandava as baterias do sitio. Mandado depois para Pondá pelo conde de Rio Pardo, voltou a Gôa, apenas teve conhecimento dos graves acontecimentos que se tinham passado em Lisboa em 1820, e foi elle um dos promotores da revolução de 17 de setembro de 1821, pela qual foi deposto o conde de Rio Pardo, proclamada a adhesão á nova ordem de cousas, e nomeada uma junta governativa em que entrava o seu general Manuel

Godinho de Mira. Uma quasi contra-revolução levada a effeito no dia 3 de dezembro d'esse mesmo anno, depôz a junta governativa, e nomeou outra menos democratica, em que entrava o arcebispo. Esta junta mandou sair do territorio portuguez quasi todos os membros da junta antecedente, e a Joaquim Pereira Marinho mandou-o deportado para Alorna, e logo em seguida preso para o forte de Neurá. Estes acontecimentos fôram contados por elle mesmo n'uma *Memoria ou relação das principaes causas que produziram em Gôa as revoluções que aconteceram para se estabelecer n'aquella provincia o projecto do regimen politico indicado pelas bases da Constituição de 1822*. Esta memoria foi publicada posthuma por José de Torres no tomo III da *Illustração Luso Brazileira*, a pag. 78, 86, 90, 103, 107, 119 e 122. Quando tomou posse do governo a 18 de novembro de 1823, depois de ter chegado a noticia da queda da Constituição, o vice-rei D. Manuel da Camara, Joaquim Pereira Marinho foi solto, e, tornando a Gôa, pediu licença para se retirar o que lhe foi concedido. Passou então ao Brazil, e do Brazil regressou a Portugal, onde continuou a servir um pouco obscuramente no exercito, até que em 1835 foi nomeado governador de Cabo Verde, e procedeu com acerto e energia, mas levantando muitas resistencias e accusações. Exonerado em 1836 e substituido por Domingos Correia Arouca, veiu para Lisboa, mas logo em 1837, havendo-se revoltado duas ilhas contra Correia Arouca, deu se de novo o governo a Joaquim Pereira Marinho, mas então as intrigas e luctas redobraram, o coronel Martins formulou graves accusações contra Joaquim Pereira Marinho. Domingos Correia Arouca escreveu um folheto com o titulo de *Exposição que faz ao governo e á nação o ex-governador militar de Cabo Verde*, etc., em que tambem a administração de Pereira Marinho era tratada com desfavor. Joaquim Pereira Marinho fez então uma serie de publicações que se prolongaram pelos annos de 1838, 1839, 1840 e 1842. Fôram as seguintes: *Primeira parte do Relatorio de alguns acontecimentos notaveis de Cabo Verde, e resposta a differentes accusações feitas contra o brigadeiro Joaquim Pereira Marinho*, Lisboa, 1838; saiu em *segunda edição, corrigida e augmentada de notas e muitos documentos em Moçambique, e offerecido ao Senado legislativo da nação portugueza*, Bombaim, 1840; *Memoria official em resposta ás accusações dirigidas a Sua Majestade contra o governador geral da provincia de Cabo Verde, o brigadeiro Joaquim Pereira Marinho*, Lisboa, 1839; *Demonstração documental das principaes mentiras do coronel Manuel Antonio Martins e do roubo de oitenta e sete saccos de urzella que elle fez em Cabo Verde*, etc. Bombaim, 1840. Em resposta a estas publicações escreveu e publicou Domingos Correia Arouca o seguinte folheto: *Desmentido ás accusações feitas pelo ex-governador de Cabo Verde de Moçambique, o sr. Joaquim Pereira Marinho contra Domingos Correia Arouca com um parallello entre os actos do accusador e as suas arguições*, Lisboa, 1812. Sejam quaes fôrem as censuras que se possam dirigir contra Joaquim Pereira Marinho, que era na verdade homem inquieto e turbulento, é certo que elle prestou serviços á provincia. No tempo do seu primeiro governo construiu-se uma estrada em Santo Antão, no tempo do seu segundo governo principiou-se a povoar a ilha do Sal, e adquiriu-se para a corôa portugueza o ilhéo do Rei junto de Bissau. Lançaram-lhe muito em rosto um fuzilamento de escravos na ilha de S Thiago, mas ninguem ignora que nem sempre se pódem applicar na pratica certas idéas humanitarias, quando se responde pela salvação de uma provincia ultramarina, e quando um governador se vê rodeado de revoltosos ameaçadores, e vê em grave perigo a ordem e a propriedade. A 20 de abril de 1830 foi, comtudo, Joaquim Pereira Marinho transferido para Moçambique, onde chegou a 25 de março de 1840. Applicou todas as suas faculdades ao desenvolvimento do commercio e da agricultura, procurou fundar em Moçambique uma casa de moeda, e perseguiu tenazmente o abominavel commercio da escravatura, mas isso deu lhe em resultado desgostos similhantes aos que tivera em Cabo Verde. Levantaram-se contra elle todos os interesses feridos, e como elle se tornava muito odiado pelas suas arbitrariedades e despotismos, não lhes foi difficil obter que fôsse exonerado e mettido em conselho de guerra, indo para Gôa em 1841 a bordo do *Caçador africano*, Ahi tornou elle á imprensa a defender os seus actos, e publicou successivamente: *Treze mezes de administração geral da provincia de Moçambique dirigida pelo brigadeiro Joaquim Pereira Marinho para ser presente como defeza ao conselho de guerra a que deve responder o mesmo brigadeiro*, Lisboa, 1847. Absolvido pelo conselho de guerra a que respondeu, Joaquim Pereira Marinho foi nomeado governador da praça de Peniche, logar que duas vezes exerceu Em 1812 publicou: *Memoria de combinações sobre as ordens de Sua Majestade a senhora D. Maria II, passadas pelo ministerio da marinha e ultramar, por differentes ministros da mesma repartição, ao brigadeiro Joaquim Pereira Marinho, como governador geral de Moçambique*, etc. Em 1849, ainda publicou: *Projecto para a organisação militar da nação portugueza, ou principios da defeza dos direitos politicos dos cidadãos portuguezes e independencia nacional.*

Pereira Marinho (*Joaquim Pereira Marinho, barão, visconde e conde de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 14 de janeiro de 1870, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição. N. em 1816, fal. na Bahia a 26 de abril de 1887. Era filho de Antonio Teixeira Marinho, negociante, e de sua mulher D. Anna Joaquina de Queiroz. Casou com D. Francisca da Piedade Oliveira. O titulo de barão foi concedido por decreto de 8 de julho de 1869; o de visconde por decreto de 26 de março de 1874, e o de conde por decreto de 7 de março de 1881. O brazão d'armas consta: Em campo verde, cinco flôres de liz de prata, timbre, uma sereia com cabellos de ouro. Este brazão foi concedido pelo alvará de 4 de dezembro de 1881.

Pereira Marramaque (*Antonio*). Fidalgo do seculo XVI, senhor hereditario dos logares da Taipa, Lamegal e Cabeceiras de Basto, na provincia de Entre Douro e Minho, e que viveu intimamente com alguns dos homens mais notaveis em letras do seu tempo e especialmente com Sá de Miranda Na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, se encontra um extenso catalogo de obras que elle compoz, e que segundo parece fi-

caram todas ineditas, sobresaindo entre todas: *Tratado sobre o evangelho de S. João*, *Reforma do estado ecclesiastico*, *Dos erros do reino de Portugal*, *Tardes de Entre Douro e Minho*, *Dialogo entre o gallo e outro animal sobre aquelle verso do Psalmo: Lex Domini immaculata*, *Tratado em que mostra que nem mulheres nem pessoas ecclesiasticas devem governar senhorios e a causa por que*, etc. Diz Barbosa Machado que este fidalgo escreveu em algumas materias de diversas pro fissões, das quaes como muitas transcendessem os limites da prudencia e outras a esphera dos seus estudos, caiu em erros manifestos, por cuja causa algumas são prohibidas no iudex expurgatorio de Portugal e Castella. Antonio Pereira Marramaque é em Portugal o representante da Reforma. O espirito de Luthero, que penetrou aqui um pouco, influiu muito no pensamento de Antonio Pereira Marramaque, homem de indole reflexiva e melancholica, mais propria de um homem do norte do que de um meridional.

Pereira Marramaque (*Gonçalo*). Fidalgo pertencente a essa celebre familia que deu á historia do pensamento portuguez um vulto da tempera de Antonio Pereira Marramaque. Serviu no Oriente no tempo de D. Antão de Noronha e D. Luiz de Athaíde. Mandou-o o primeiro em auxilio de Cananor sitiada, e estreou-se bem porque a sua chegada foi o signal do destroço do inimigo. Enviado depois ás ilhas Molucas por D. Luiz de Athaíde, achou-se ali em tristissimas condições. Os naturaes das ilhas, irritados com a morte de Acyro, sultão de Ternate, que Diogo Lopes de Mesquita assassinára, revoltaram-se por todos os lados contra os portuguezes e a custo os pôde conter Gonçalo Pereira, que era comtudo um dos mais bravos capitães da India n'esse tempo. Vendo, porém, tantos odios concitados contra os portuguezes, e a difficuldade de se manterem os nossos n'essas ilhas, caiu Gonçalo Pereira n'uma profunda melancholia, d'onde resultou a loucura e finalmente a morte Na vida militar d'este intrepido e valoroso guerreiro, deu se o seguinte facto, que foi de grande heroismo: Em 1553 commandava um dos galeões da esquadra de D. Diogo de Noronha, que saíra de Ormuz ao encontro da esquadra turca de Murad-bey. Uma calmaria immobilisou os navios portuguezes em circumstancias taes que o galeão commandado por Gonçalo Pereira Marramaque achou se completamente rodeado de inimigos. Eram 15 galés que se moviam a remos e que o atacavam por todos os lados. Debalde D. Diogo de Noronha o procurava soccorrer, tentando leval-o a reboque dos seus escaleres. A superioridade do fogo das galés impedia os escaleres de se approximarem. Mas Gonçalo Pereira Marramaque era da grande raça dos nossos heroes indianos; com a tolda coberta de mortos e de feridos, com o casco do navio crivado de balas repelliu constantemente as galés. Durou um dia inteiro esse combate heroico. Afinal, levantou se um sopro de brisa, que os galeões da esquadra de Diogo de Noronha aproveitaram immediatamente para irem em soccorro do galeão de Gonçalo Pereira Marramaque. Logo a esquadra turca fugiu, e D. Diogo de Noronha, abraçando Gonçalo Pereira, disse-lhe simplesmente que o louvava, porque nunca esperára d'elle outra coisa.

Pereira de Mattos (*Antonio Alves*). Official da armada. N. no Porto a 10 de setembro de 1874. Assentou praça na armada em 1888, e tendo concluido o curso da Escola Naval, seguiu para a Africa Occidental, onde desempenhou o cargo de immediato da canhoneira *Massabi* e de encarregado da pilotagem da corveta *Bartholomeu Dias* n'um cruzeiro de instrucção de aspirantes. Regressando ao reino, em 1893, foi depois para Angola, onde affirmou a sua grande competencia largamente evidenciada nos seus trabalhos *Os chronometros do «Douro»*, *Krupp*, *Canet e Armstrong*, artigos de polemica sustentada com o seu camarada Gago Coutinho, e especialmente no seu originalissimo ensaio de tactica naval, intitulado *O Cruzador*. Terminada a sua segunda estação, e regressando a Lisboa em 1895, publicou a sua primeira grande obra *A marinha mercante*, livro de grande valor que foi justamente apreciado, e que lhe mereceu dos competentes os mais rasgados elogios. Em 1898 serviu na divisão naval do Indico como immediato do navio-chefe *Affonso d'Albuquerque*, demorando-se até 1899, anno em que assumiu o commando da *Baptista de Andrade*. Tendo saido, em setembro de 1899, de Lourenço Marques para o reino, rebentou a caldeira do navio matando toda a gente que estava na casa da machina. A embarcação, porém, devido a uma habil manobra do seu commandante, salvou-se á véla, com dois pannos esfarrapados. Este acto de grande coragem não é, porém, o unico que illustra o nome do distincto official da nossa armada real, pois em outras situações por egual arriscadas, affirmou elle as grandes qualidades que tão notavelmente o teem evidenciado. Essas qualidades brilhantes se affirmaram quando, concertado o navio, um violento temporal o obrigou a entrar na Beira. D'essa arriscada viagem dá elle conta no seu interessante livro *Nas aguas de Moçambique, 1899-1900* De regresso d'esta perigosa viagem, publicou em 1900 1901 o livro *A marinha de commercio*, obra de grande merecimento, que foi egualmente recebida com os maiores louvores pelos versados em tão vasto assumpto. Espirito altamente emprehendedor, lançou os fundamentos da Liga Naval, em 23 de maio de 1900, fazendo, com a sua indomavel tenacidade, prosperar esta instituição, que tão relevantes serviços tem prestado ao paiz. N'esse mesmo anno realisou na Associação Commercial do Porto uma conferencia sobre a expansão do commercio maritimo e da marinha mercante. Successivamente expôz os planos no Club Militar Naval, Associação Central da Agricultura Portugueza, Associação Industrial do Porto, etc. Depois do Congresso Maritimo Nacional de Lisboa, em 1904, em que novamente evidenciou toda a sua actividade, partiu para Moçambique a bordo da *Bengo*, que commandava, seguindo para a campanha de Angoche, onde assumiu o commando das tropas de desembarque de marinha. Esteve no combate de Sabaja, atacou o gentio que destruiu as feitorias da Companhia Portugueza do Zaire, e regressando a Moçambique, partiu logo depois para Lourenço Marques, onde notavelmente se distinguiu quando se tratou da descentralisação administrativa das colonias. Voltando novamente a Lisboa, trabalhou efficazmente para a realisação do Congresso maritimo e da exposição oceanographica, para a installação da

Caixa de pensões a maritimos invalidos, etc. Por occasião do Congresso publicou um trabalho, muito interessante, denominado *Union maritime Internationale—De l'etat actuel de la question*. Pereira de Mattos tambem publicou o trabalho que apresentou ao jury respectivo, para a sua promoção a tenente. Esse trabalho denomina-se *A determinação do ponto no mar pelas curvas de posição e rectas d'altura*. O distincto official da arma da já foi deputado, sendo eleito pelo Porto.

Pereira de Mattos *(João Franco)*. Medico pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa, cujo curso terminou em 1896; deputado; jornalista, etc. N. em Faro no mez de junho de 1870. Entrando na politica filiado no partido regenerador, foi governador civil substituto do Algarve em 1900; deputado, eleito pelo circulo de Faro, em janeiro de 1901. Quando se deu a scisão no partido regenerador em 17 de maio d'esse anno, seguiu o sr. conselheiro João Franco, tornando-se um dos mais dedicados membros do partido regenerador-liberal. Foi director da Associação Academica, presidente da Caixa de Soccorros a Estudantes Pobres; fez parte da commissão, que foi ao Porto por occasião do centenario do infante D. Henrique, e da commissão encarregada de receber os expedicionarios que tinham ido combater o Gungunhana. Foi fundador e redactor do *Sul*, orgão do partido regenerador-liberal do Algarve.

Pereira de Mattos *(Salvador)*. Mestre em Artes pela Universidade de Evora e bacharel em Theologia. N. em Ferreira do Alemtejo, sendo filho de Lourenço Pereira Menacho e de Francisca de Mattos Castilho. Sendo collegial do Collegio da Madre de Deus, em Evora, se graduou na Universidade como mestre em Artes, e bacharel em Theologia. Defendeu na mesma Universidade conclusões de toda a Theologia moral, que lhe adquiriram grande fama ao seu nome. Recebeu o habito da ordem militar de S. Thiago, no convento de Palmella. Deixou publicados dois sermões, um da canonisação de S. João da Cruz, prégado no convento de Santa Thereza de Setubal a 17 de outubro de 1727, Lisboa, 1737; e o outro, na festa de S Thiago, prégado no convento de Palmella a 25 de julho de 1727, Lisboa, 1747.

Pereira de Mello *(Antonio Maria de Fontes)*. Fidalgo da Casa Real, do conselho de Sua Majestade e do conselho de Estado, chefe do partido regenerador, ministro e secretario de Estado em diversas epocas, deputado, etc. N. em Lisboa a 8 de setembro de 1819, onde tambem fal. a 22 de janeiro de 1887. Era filho do conselheiro João Fontes Pereira de Mello, ministro de Estado honorario, e de D. Jacinta Venancia Rosa da Cunha Mattos Aos 13 annos de edade assentou praça na armada e foi estudar na Academia dos Guardas-Marinhas. Dois mezes depois recebia o seu baptismo de fogo, porque, apezar da sua tenra edade, ia combater nas linhas de Lisboa. D. Miguel concentrava contra a capital todos os seus meios de ataque, e Lisboa não esta va ainda sufficientemente preparada para a defeza. O energico almirante Napier contribuiu para a resistencia com todos os recursos da sua marinha. Até mandou os jovens cadetes navaes, e Fontes ouviu pela primeira vez zunir as balas no combate de 10 de outubro, em que Bourmont foi repellido pelos constitucionaes. Cumprido esse dever para com a patria, Fontes voltou para a Academia dos Guardas-Marinhas e frequentou o 1.º anno em que foi premiado, o 2.º em que tambem obteve prémio, foi em ferias fazer uma viagem de instrucção aos Açôres a bordo do brigue *Fayal* commandado por Cecilia Kol. No 3.º anno, em que não havia prémios, foi approvado com distincção, mas recebeu no seu curso um prémio verdadeiramente excepcional. Esse premio fôra instituido em 1805 para recompensar o merito relevantissimo. Em trinta annos só tres alumnos o tinham obtido. O primeiro fôra o pae de Fontes, do segundo não sabemos o nome, o terceiro foi Pereira de Mello. Tendo acabado assim o seu curso brilhante, desejou estudar mais e matriculou-se voluntariamente na Academia de Fortificação. As reformas do ensino de 1836 transformaram a Academia de Fortificação em Escola do Exercito, e Fontes viu-se conduzido assim a estudar o curso de engenharia em que foi distinctissimo, tendo passado para essa arma, onde foi promovido a tenente em 1839. N'esse mesmo anno foi seu pae nomeado governador de Cabo Verde, Fontes acompanhou-o como seu ajudante, e desenvolveu na provincia a actividade febril que sempre o caracterisou, visitou todas as ilhas de Cabo Verde, o districto da Guiné, levantou plantas, e incitou seu pae a que desenvolvesse o mais que pudesse as obras publicas da provincia. Para esse fim e para muitos outros relativos ao desenvolvimento economico de Cabo Verde escreveu um grande numero de relatorios. Nas obras publicas que se principiaram a emprehender collaborou como engenheiro, sendo uma das obras em que trabalhou o hospital da Misericordia da Praia. Em 1842 terminava João Fontes o seu governo e voltava seu filho ao reino, mas acompanhado por sua mulher, porque o moço official de vinte e um annos apaixonara-se por uma galante senhora cabo-verdeana, D. Maria Josepha de Sousa, filha do negociante Sousa Machado, e despozára-a. Pouco tempo depois de chegarem a Lisboa, quando Fontes estava casado havia pouco mais de um anno, enviuvou, e, pouco depois de perder sua mulher, perdeu tambem uma filhinha, que era o unico fructo d'esse matrimonio. Fontes teve com esses golpes um desgosto tão profundo que abandonou o estudo da astronomia a que se fôra entregar por simples gosto, e esteve quasi um anno sem sair de casa. O que o arrancou do abatimento em que caira foi a guerra. As luctas civis que dilaceravam Portugal, mesmo depois de triumphar a liberdade, tinham chegado ao seu periodo critico. Rebentára a formidavel insurreição de 1846, e o duque de Saldanha era encarregado de ir ao encontro das tropas revolucionarias. Figurava no seu estado maior o joven tenente de engenheiros, que o duque estimava muito porque era amigo particular e politico do pae. Mas logo percebeu que o rapaz não precisava de recommendação do nome de seu pae para conquistar a sua benevolencia. Era um dos seus melhores officiaes, e tanto o duque assim o reconheceu que o encarregou, antes da acção de Torres Vedras, de fazer um reconhecimento a galope do campo de batalha. Estas missões não se confiam senão a officiaes em cuja aptidão profissional se tem plena confiança. Do seu trabalho póde depender a sorte da batalha, e um general em chefe que tem de zelar a sua

reputação e de juntar na mão todos os trunfos, não se vae arriscar por mera complacencia ou por empenho, a trabalhar sobre uma planta errada. Ora Fontes desempenhou se da sua missão com bravura e com extremo acerto O marechal tanto o reconhecia, que não só lhe pôz ao peito elle proprio a cruz da Torre e Espada, mas tempos depois dizia officialmente que a victoria de Torres Vedras se devia em parte ao joven official, porque o excellente reconhecimento que fizera servira de muito ao general para a escolha e estudo das posições. Pouco depois entrava seu pae no ministerio, ministerio que pouco durou, e que foi logo substituido pelo marechal Saldanha; mas entretanto presidira ás eleições, e o joven tenente foi eleito deputado por Cabo Verde, onde tinha não só as sympathias que pessoalmente inspirára, mas a grande influencia politica da familia de seu sogro. Não foi, comtudo, com facilidade que Fontes entrou na camara. A eleição correra excellentemente e sem a minima irregularidade. A candidatura de Fontes era sympathica ao governo, e comtudo, sendo apresentado o seu diploma pelo deputado Sá Vargas no dia 22 de março de 1848, no dia 31 a commissão apresentava o seu parecer rejeitando-o e annullando a eleição. Era relator D. José de Lacerda. Explica se isto por um motivo muito simples. Quem dominava a situação, quem dava leis em grande parte á maioria, era o conde de Thomar. O ministerio era um simples ministerio de transição. Na commissão de verificação de poderes dominava principalmente o puro elemento cabralino. Como o parecer concluia pela rejeição do deputado, dava o regimento da camara a este o direito de se ir defender á barra. Foi, e fez uma estreia brilhantissima. Antonio José de Avila, depois duque de Avila, apoiou a sua causa, e como o deputado eleito mostrára triumphantemente que a commissão apreciára mal os documentos que lhe tinham sido apresentados, Antonio José d'Avila propôz que o parecer voltasse á commissão. A camara accedeu. Era já uma meia victoria. Mas a commissão era teimosa, e poucos dias depois apresentava um parecer exactamente identico. Recomeçou a discussão, tornou Fontes a usar da palavra, que lhe dera logo enorme prestigio. Trata-se da votação, e a camara rejeita o parecer por 48 votos contra 27. Em vista d'essa votação, o presidente convidou a commissão a redigir um parecer conforme com a deliberação da assembléa. A commissão respondeu a isso demittindo se. Travou-se novo combate, e alguns membros da commissão retiraram as suas demissões Tres persistiram em as manter, e fôram substituidos por Antonio José d'Avila, José Lourenço da Luz e Augusto Xavier da Silva. Assim reconstituida, a commissão deu logo parecer favoravel, que foi approvado em seguida. Fontes Pereira de Mello estava deputado. Logo Fontes mostrou o seu talento e as suas raras faculdades de trabalho. Na camara e nas commissões defendeu estrenuamente o governo, mas este é que se não pôde sustentar por muito tempo. Pouco depois caia o ministerio Saldanha, e voltou ao poder o conde de Thomar. Ia então começar o brilhante periodo opposicionista de Fontes. Em 1850 apresentou o ministerio a lei conhecida pelo nome de *lei das rolhas*, que restringia a liberdade de imprensa, contra a qual se sublevou, póde dizer-se, o paiz inteiro. Foi o grande orador Fontes Pereira de Mello o interprete mais eloquente d'esses sentimentos, e o brilhante discurso que pronunciou na camara, ácêrca d'esse assumpto, affirmou-o definitivamente, não só como um dos primeiros oradores da nossa tribuna politica e parlamentar, mas tambem como um dos homens destinados pela sociedade e elevação dos seus pensamentos a gerirem os negocios publicos. Em 1851 rebentava a insurreição contra o conde de Thomar, iniciada pelo duque de Saldanha e que logo encontrou ecco em todo o paiz. Foi o movimento que depois tomou o nome de regeneração, e que triumphou com uma rapidez verdadeiramente assombrosa. O duque de Saldanha entrou em Lisboa no meio dos applausos e das acclamações de todos, e tomava o poder das mãos do ministerio de transição que se organisára lo-

Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello

go em seguida á queda do conde de Thomar. No ministerio que o duque formou entravam varios representantes do partido progressista nos seus differentes matizes, mas nenhum d'elles verdadeiramente accentuado. Ferreira Pestana, Jervis de Athouguia, Joaquim Filippe de Soure e o marquez de Loulé Não era esse ainda o ministerio que o paiz desejava Nem satisfazia as aspirações dos radicaes, que não viam n'elle os seus chefes mais exaltados, nem apresentava homens que pudessem satisfazer o grande desejo de reformas que o paiz desejava. Os homens que o paiz reclamava, e que iam imprimir á Regeneração o seu verdadeiro caracter, fôram os dois que vieram substituir no ministerio do duque de Saldanha os que pouco se demoraram, que fôram o marquez de Loulé, Joaquim Filippe de Soure e Ferreira Pestana. Esses dois homens eram Ro-

drigo da Fonseca Magalhães e Fontes Pereira de Mello. Rodrigo da Fonseca trazia o grande principio da tolerancia. Havia tanto tempo que os partidos se debatiam no campo de batalha em luctas sanguinolentas, que estavam todos cançados e exhaustos, e anciosos por um regimen de paz, de socego, que permitisse aos empregados publicos viverem tranquillamente sem se occuparem com a politica, certos de que não perderiam o pão de suas familias, tratando simplesmente do cumprimento das suas obrigações. A tolerancia era o grande segredo da manutenção do governo. O systema seguido até ahi dividia o paiz em dois exercitos que se arremessavam constantemente um contra o outro para se desalojarem das alturas do poder. O partido triumphante era o que tinha os officiaes em activo serviço, os empregados publicos de posse dos seus logares; o partido vencido tinha os officiaes na terceira secção, os funccionarios desempregados, uns e outros por conseguinte famintos e anciosos por se assenhorearem dos postos d'onde tinham sido expulsos. Nem havia governo duradouro com esse systema, nem paz publica, nem o paiz podia ser capazmente servido. Rodrigo da Fonseca pôz termo a isso e deu logo ao paiz a tranquillidade, ao ministerio a segurança. Fontes Pereira de Mello, partilhando completamente essas idéas, tinha ao mesmo tempo o pensamento de fazer reunir a ordem na administração, de fazer entrar o paiz no caminho dos grandes melhoramentos que lá por fóra revolviam e transformavam os outros estados. Personalisava n'essa organisação ministerial o futuro com todas as suas ridentes promessas. Fontes Pereira de Mello não entrou desde logo para a pasta onde devia deixar o seu nome assignalado. Fez o seu tirocinio na pasta da marinha que fôra gerida por seu pae. Esteve n'ella muito pouco tempo, mas foi o bastante para introduzir no serviço a seu cargo reformas de grande alcance. A mais importante foi a extincção do batalhão naval, que empalhava a manobra e introduzia nos navios um elemento inutil, a maior parte das vezes e por conseguinte prejudicial, e a creação do corpo de marinheiros. No ultramar, além de tomar com rapidez algumas medidas financeiras acertadas, creava o Conselho Ultramarino que tão altos serviços prestou á nossa organisação colonial. Mas entretanto o ministro da fazenda luctava com enormes embaraços. Se a tolerancia de Rodrigo da Fonseca livrava de grandes embaraços o ministerio, permanecia ainda o embaraço gravissimo resultante do atrazo de pagamentos, que lançara o funccionalismo a um tempo nas mãos dos agiotas e na miseria. Era necessario sair d'essa situação, e nem Franzini, nem Silva Ferrão, que lhe succedera, encontravam o modo de o fazer. Silva Ferrão desistira como desistira o seu antecessor. Foi então que o duque de Saldanha se lembrou de confiar essa pasta importante ao joven collega. O successo foi completo. Fontes Pereira de Mello era d'uma energia de vontade incontrastavel. Deliberou estabelecer d'ahi por deante sem uma só falta o pagamento em dia aos funccionarios. O dinheiro escasseava completamente, e o credito só o alcançava Fontes pelo seu prestigio pessoal, pela confiança que inspirava, pelo magnetismo da sua energia. Entrava pela manhã cedo para o ministerio da Fazenda, ahi almoçava e jantava com uma frugalidade rara, e não levantava mão do trabalho. Os empregados ao receberem ordem para annunciarem para certos dias os pagamentos a differentes classes, tremiam de susto, porque bem sabiam que estavam os cofres vasios. Elle ria se dos seus terrores, e o dinheiro apparecia sempre. Costumados já a esses allivios momentaneos, a essas promessas constantemente desmentidas, a esses pagamentos mensaes que não tinham continuação, os funccionarios recebiam o que se lhes dava, imaginando sempre que no prazo immediato encontrariam fechada a porta da pagadoria. Nunca mais isso succedeu. Fontes surgira como um verdadeiro redemptor. Salvando milhares de familias da miseria, accrescentara ao mesmo tempo os rendimentos do Estado. Pagos em dia, os empregados trabalhavam com mais zelo. Os rendimentos das alfandegas subiram extraordinariamente de um dia para o outro. A primeira condição de regularidade financeira era exactamente a regularidade do pagamento dos empregados, como a primeira condição do enriquecimento do Thesouro Nacional tinha de ser o desenvolvimento da riqueza publica. Foi isso que Fontes admiravelmente comprehendeu. Não era só o ministro energico e reformador, que no seu gabinete delineava e executava as medidas salvadoras, era tambem o orador brilhante e intrepido, que sabia defendel-as no parlamento, e que não recuava deante das tempestades que ellas tinham forçosamente de levantar entre os interesses feridos. Esse restabelecimento da pontualidade no pagamento dos empregados não se pôde fazer sem se quebrarem bastantes obstaculos. O decreto de 3 de dezembro de 1851 mandava capitalisar, não só os juros das inscripções que estivessem largamente atrazados, mas tambem os vencimentos dos empregados que estivessem pouco mais ou menos n'essas circumstancias. Só assim se podia assegurar o pagamento pontual para o futuro. Em pouco tempo Portugal soffria uma verdadeira transformação devida á iniciativa arrojada do joven ministro. Em pouco tempo refundia-se completamente a organisação financeira do paiz, remodelava-se a circumscripção do municipio de Lisboa; aboliu se o velho *termo*, substituindo-se pelos concelhos sub-urbanos de Belem e dos Olivaes, reformou se a alfandega das Sete Casas, fez-se entrar na receita geral do Estado a receita proveniente da venda dos bens nacionaes que até então constituia rendimento do Estado, supprimiram-se uma infinidade de impostos anachronicos que todos se consubstanciaram na contribuição predial, e Fontes projectou até acabar com o contrato do tabaco, levando á camara o projecto de lei que substituiu ao regimen do monopolio o da liberdade dos tabacos e do sabão. Não foi por deante essa lei que 12 annos depois o conde de Valbom apresentava e fazia passar. Ao mesmo tempo creava Fontes Pereira de Mello o ministerio das Obras Publicas que elle mesmo ia gerir, dava á construcção das estradas um impulso extraordinario e inaudito, gastando só n'um anno em estradas 413 contos de réis, somma enormissima para um tempo em que a receita geral do Estado não subia a mais de 10:000 contos, e introduzia emfim os caminhos de ferro em Portugal contratando com uma companhia a construcção das linhas ferreas de Norte e Léste, creava

o estudo da industria e da agricultura em Portugal, fundando o Instituto Industrial, o Instituto Agricola e as quintas regionaes, creava o conselho de obras publicas. A tudo attendia a sua actividade exuberante e que difficuldades tinha de superar, que preconceitos a vencer, que rotina a destruir! Que opposição encontrou aqui como em toda a parte a idéa fecundissima dos caminhos de ferro! Como elle teve de luctar na camara, onde os mais moderados diziam que bastava um caminho de ferro ao paiz, ao que elle respondia que muito lhe custava a contentar-se com dois. E as estradas que brotavam por toda parte, modificando completamente as condições economicas do paiz! que transformação incalculavel, que tornou esse periodo tão brilhante, tão jubiloso e tão florido de esperanças que não fôram illudidas, mas cuja realisação foi estragada por tantos males imprevistos! Emquanto Fontes assim se occupava da reorganisação do paiz, discutia-se e approvava se nas camaras constituintes o Acto Addicional á Carta, que introduzia na constituição algumas modificações importantes, das quaes a mais importante era sem duvida a da transformação das eleições indirectas em eleições directas. Tinha-se chegado a 1853, e o ministerio, já com dois annos de existencia, tendo feito tantas reformas importantes, não podia deixar de se considerar n'uma situação critica, porque a opposição que emmudecera no principio, começava de novo a procurar ensejo de o ferir, com tantas mais probabilidades de exito quanto o conde de Thomar, que, durante os primeiros tempos como quasi desapparecera da scena politica, voltava já á camara dos pares e preparava-se para fazer opposição. O ministerio, porém, contava no seu seio tantos oradores que podia entrar em campanha sem receio. Quando Fontes entrára para a marinha, entrára tambem para a justiça e negocios ecclesiasticos o bispo do Algarve Fonseca Moniz, mas este nem chegára a tomar posse, de fórma que Rodrigo da Fonseca tomára á sua conta a pasta da justiça conjunctamente com a do reino que já estava gerindo, quando a saida de Silva Ferrão, que se não entendia com a pasta da fazenda, chamou a este ultimo ministerio Fontes Pereira de Mello. Conservar juntamente o ministerio da marinha era impossivel. Aproveitou-se o ensejo para se fazer uma nova recomposição. Entraram no governo Antonio Luiz de Seabra e Almeida Garrett. O primeiro tomou a pasta da justiça, Almeida Garrett a dos estrangeiros e Jervis, que occupava esta ultima, passou para a da marinha. Assim tinha o ministerio tres oradores de primeira ordem, cada um no seu genero: Garrett, Rodrigo da Fonseca e Fontes, um orador excellente *debater* como dizem os inglezes, Seabra, e dois que sabiam manter se no seu logar, embora estivessem longe de ter altos predicados oratorios, Saldanha e Jervis. Infelizmente uma dissidencia entre Garrett e os seus collegas, dissidencia em que Garrett não tinha a minima razão, fez com que o grande poeta saisse do ministerio; Seabra, que entrára com elle, com elle quiz sair, e aqui fica de repente o governo reduzido a quatro ministros e em que occasião! Quando o conde de Thomar, um verdadeiro athleta, reapparecia na tribuna, quando Garrett se ia juntar ás phalanges opposicionistas, e sobretudo quando vinha um acontecimento desastroso aggravar as difficuldades da situação. No dia 15 de novembro de 1853 morria inesperadamente D. Maria II; seu filho primogenito, D. Pedro, apenas contava 16 annos. Impunha-se por conseguinte uma menoridade debaixo da regencia de el rei D. Fernando. Ora as menoridades são periodos sempre escabrosos, e o governo achou-se realmente em situação difficil. O duque de mais a mais não quizera fazer uma nova recomposição, de fórma que o duque tinha a presidencia e a guerra, Rodrigo o reino e a justiça, Jervis a marinha e os estrangeiros, Fontes a fazenda e as obras publicas. Este tambem desenvolveu n'essa famosa sessão de 1854 uma actividade assombrosa. O duque de Saldanha adoeceu, Jervis não era para grandes luctas, de fórma que os dois ministros parlamentares eram Fontes e Rodrigo, que mal sabiam como haviam de acudir a cada instante ás interpellações que se cruzavam. Na camara dos pares sobretudo foi Fontes admiravel. Tinha na sua frente o conde de Thomar e o conde da Taipa, o mais impertinente de todos os guerrilhas, pois não cessou uma vez só de os bater completamente. Os factos auxiliavam muito a eloquencia de Fontes. A opposição passava o seu tempo a declarar que o pagamento em dia era puramente phantasmagorico, e que essa phantasmagoria ia acabar, mas passavam os mezes, passavam os annos, e a exacta pontualidade nos seus pagamentos continuava a ser a divisa do Estado. Mas Fontes podia não se limitar só a falar nos serviços que a sua administração prestára aos empregados, podia lembrar que tinha gasto 400 contos em obras publicas, mas que construira 460 kilometros de estradas, e tinha 120 em construcção, fizera 17 pontes, assegurára por meio de subsidio a navegação a vapor no Tejo e no Sado e entre Lisboa e os Açôres, que finalmente não só contratára a construcção do caminho de ferro internacional, mas tambem introduzira em Portugal a telegraphia electrica, fazendo um contrato com a casa Breguet para o estabelecimento da rede telegraphica. Obras que só depois se executaram, fôram tambem por elle decretadas ou iniciadas n'este periodo—taes como o estabelecimento das aguas de Lisboa, o caminho de ferro entre Lisboa e Cintra, as docas do porto de Lisboa. Em tudo se encontra em Portugal o vestigio da acção e da iniciativa de Fontes. Tratava-se, porém, de coroar a obra restabelecendo o credito do paiz, arrastado no estrangeiro, em consequencia de se não terem pago os dividendos dos differentes emprestimos. Por um artigo do regulamento do Stock-Exchange nega-se a cotação n'esse estabelecimento aos titulos de qualquer Estado que não pague os dividendos dos anteriores emprestimos. Havia muito que Portugal os não pagava, e portanto os seus fundos não tinham cotação no grande mercado financeiro de Londres. Ora como podia Portugal perseverar no caminho que estava seguindo se tivesse que desistir de recorrer a capitaes estrangeiros, se não pudesse levantar emprestimos em Londres? Como havia de fazer os seus caminhos de ferro, continuar no caminho dos melhoramentos se pudesse lançar mão unica e exclusivamente de capitaes portuguezes? Era evidentemente impossivel. Mas quem conseguiria abrir essas portas implacaveis? Havia um homem só capaz d'essa em-

presa—Fontes Pereira de Mello. Foi elle que d'isso pessoalmente se encarregou. Em 1855 partiu para Londres. Estava-se em novembro. Fontes encontrou enormes difficuldades, a ponto que desanimou, e partiu para Paris completamente desalentado; mas inspirava tantas sympathias em toda a parte, era tão bem recebido na alta sociedade politica! Napoleão III queria conhecel-o e convidou-o para jantar nas Tulherias; recebia o com muito singular affecto a rainha Victoria, e d'ahi resultou que a pouco e pouco os financeiros desfranziram o rosto e tornaram-se mais trataveis. O Stock-Exchange abriu-nos as suas portas e os fundos portuguezes tiveram cotação, e tudo se desfez para se levantar um emprestimo importante cuja somma não seria inferior a 13:500 contos, Fontes voltava triumphante a Portugal, mas ia encontrar as difficuldades que deviam resultar naturalmente do melhoramento da nossa situação financeira. Era evidente que uma das primeiras condições do accordo de Londres era o levantamento de novos impostos. Sem isso não se julgariam sufficientemente garantidos os que iam abrir-nos as portas do Stock Exchange e garantir por conseguinte aos portadores de titulos dos antigos emprestimos e aos subscriptores dos novos emprestimos que os seus juros lhes seriam pagos integralmente. Fontes teve por conseguinte de appellar para novos recursos. Levantou-os melhorando ao mesmo tempo a cobrança e a administração do tributo que augmentava, mas o contribuinte, que acha optimos os melhoramentos, quando lhe apresentam a conta reage sempre. Não foi difficil á opposição agitar o paiz, e promover a famosa representação dos cincoenta mil peticionarios. O governo manteve-se comtudo impavido deante d'essa tempestade, porque tinha a consciencia de que cumpria o seu dever, e fazia o que era inevitavel que se fizesse. Apezar dos cincoenta mil peticionarios, fez approvar na camara dos deputados a lei dos tributos. Na camara dos pares tinha, porém, que luctar com maiores difficuldades, e para as vencer precisava de uma fornada. D. Pedro V não lh'a quiz conceder. O governo pediu immediatamente a sua demissão, mas tinha tanto a consciencia da sua fôrça, que no proprio dia da sua queda fôram os ex ministros alegremente para o theatro e certos de que ali o rodeariam tambem essas sympathias. O seu triumpho, porém, ainda foi mais completo. Succedia-lhes o marquez de Loulé, que organisou gabinete no dia 6 de junho de 18:6; mas o novo chefe do gabinete, quando se apresentou á camara, declarou que o seu programma era o dos seus illustres predecessores. Não se podia prestar a um gabinete mais completa homenagem. Tal foi o primeiro ministerio de Fontes Pereira de Mello, aquelle em que se manifestaram de um modo mais glorioso as suas raras qualidades de estadista Nunca passou pelos conselhos da corôa que não deixasse brilhantemente assignalada a sua passagem, mas n'este gabinete de 1851 o seu papel foi realmente o de um d'estes gloriosos reformadores, cuja poderosa iniciativa transforma completamente as condições economicas d'uma sociedade e de um povo. No seguinte ministerio de 1869 ia Fontes revelar-se o homem politico. A morte de Rodrigo da Fonseca ia fazer do joven ministro o verdadeiro chefe do partido regenerador. Na campanha da opposição, que durou dois annos e meio representou Fontes na camara a ilha Terceira, e a sua palavra tornou-se notavel tanto nas questões financeiras em que foi o primeiro, como na questão de *Charles et Georges*, em que pôde brilhar mesmo ao lado de José Estevão. Esta ultima discussão foi o primeiro golpe no governo historico, que pediu a demissão, sendo chamado a organisar gabinete a 16 de março de 1859 o duque da Terceira. Fontes entrou então na pasta do reino, e justamente porque era elle que representava essencialmente a politica do novo gabinete. Entrava para a pasta da fazenda Casal Ribeiro, para a das obras publicas Antonio de Serpa, e para a justiça Martens Ferrão. Eram os tres homens novos que iam começar a sua brilhantissima carreira. Na pasta do reino ia Fontes deixar profundamente assignalada a sua passagem. Basta citar-se a nova lei eleitoral, a mais liberal e mais razoavel que até então tinha havido; a transferencia do conselho superior de instrucção publica de Coimbra para Lisboa, a reforma do ministerio, a passagem da Escola Polytechnica para a jurisdicção do ministerio do reino, a abolição dos passaportes, a lei que concedeu pensões aos que se tinham distinguido na verdadeira campanha contra a febre amarella, a que mandou proceder á reconstrucção do convento dos Jeronymos. Sentiu-se sempre em todos os ministerios em que Fontes entrou, a sua larga iniciativa, o seu espirito resoluto. Pois bem pouco tempo esteve no ministerio do reino. Bastaram, comtudo os 16 mezes que o geriu, desde 16 de março de 1859 até 4 de julho de 1860, para que fizesse mais do que muitos outros haviam feito em largos annos. A politica liberal deve-lhe a lei eleitoral de 1859, a instrucção publica a organisação mais justa do ensino superior, a beneficencia a fundação do hospital Estephania, e a policia a abolição dos passaportes que a sobrecarregavam de trabalho inutil, e lhe tirava o tempo mais preciso para seriamente velar pela segurança publica. Mas o duque da Terceira morrera, e deixara por conseguinte o gabinete sem presidencia. As reconstrucções, quando são tão radicaes, enfraquecem sempre um ministerio, e o gabinete resolveu pedir a demissão. Succedeu-lhe de novo o ministerio historico, que atravessou um periodo calamitoso, em que teve de se reconstruir a cada instante, mas que deu a Fontes Pereira de Mello mais uma occasião de mostrar a elevação do seu espirito e do seu caracter. Um anno depois de subir ao poder, succedia ao marquez de Loulé o infortunio de assistir á serie de desgraças que enlutaram a familia real. Morria o infante D. Fernando, logo depois el-rei D. Pedro V, pouco depois o infante D. João, e o infante D. Augusto chegou a estar, por assim dizer, moribundo. O povo, suspeitando crimes, envenenamentos, tumultuava em torno do paço, e accusava os ministros. Nada mais facil do que aproveitar essa excitação dos animos para jogar ao ministerio um golpe mortal. Não o fez Fontes, apezar de estar dirigindo a opposição. Pelo contrario, deu fôrça ao ministerio que no principio do anno de 1862 fez uma larga reconstrucção, em que entraram como elementos novos Lobo d'Avila, depois conde de Valbom, e Mendes Leal. Deu certa fôrça ao ministerio a questão das irmãs de carida-

de francezas. N'essa questão, foi incontestavelmente Fontes Pereira de Mello arrastado pelos magnates do seu partido. Na discussão Fontes collocou a questão n'um terreno solido e justo, mostrando que o ministerio que queria expulsar as irmãs de caridade era o mesmo que as admittira e chamára. Seguiram, porém, um caminho menos racional, posto que defendessem um principio sagrado, o da liberdade de consciencia, que queriam, comtudo, applicar erradamente alguns outros dos principaes membros do partido regenerador. Foi um erro, que além de outros inconvenientes, teve o de pôr ao lado do ministerio, e de inscrever por conseguinte no partido progressista-historico, o grande orador José Estevão. Em 1864 começou o desmoronamento do ministerio. A saida de Lobo d'Avila, que assignala a com algumas medidas rasgadas, como a da suppressão do monopolio do tabaco, a sua passagem pelo ministerio da Fazenda, abalou profundamente o governo. Seguiu-se-lhe a remodelação que levou ao poder por pouco tempo Ayres de Gouveia, Mathias de Carvalho, etc. Procurou porém o partido historico, aiuda depois de perder a presidencia do marquez de Loulé, organisar governo, mas o partido progressista que assim estrebuchava, era uma fracção miuima do partido, agrupado em torno de Lobo d'Avila. Para o derrubarem, comtudo, eutenderam os dois grandes partidos que deviam fundir-se. Assim se fez, e em 1865 os dois partidos reuuidos conseguiram derrubar o ministerio presidido pelo conde d'Avila. No ministerio fusionista que se lhe seguiu, predominava, comtudo, o partido regenerador. Tinha a presidencia Joaquim Antonio de Aguiar e entrava no ministerio do Reino Martens Ferrão, no da Fazenda Fontes Pereira de Mello. As outras pastas pertenceram a diversos ministros, até que a morte successiva dos dois ministros da Guerra, conde de Torres Novas e Pinto da França, fez com que Fontes fôsse chamado interinamente ao ministerio da Guerra. O gabinete que geriu o paiz definitivamente durante dois annos, foi assim composto: presidencia Joaquim Antonio de Aguiar, reino Martens Ferrão, fazenda e interino da guerra Fontes, extrangeiros Casal Ribeiro, obras publicas João de Andrade Corvo, justiça Barjona de Freitas, que representava o partido historico n'essa organisação ministerial. Havia já muito que Fontes Pereira de Mello, que ia subindo postos no corpo de engenharia, apezar de andar afastado do serviço militar por outras exigencias do serviço publico, estava chamando a attênção e as sympathias do exercito. O discurso que pronunciára na camara como deputado da opposição, em 1860, sobre a questão militar, fôra muito apreciado. A sua nomeação para o cargo de ministro da Guerra foi portanto saudada com verdadeiro enthusiasmo, justificado immediatamente por muitas medidas, que o tornaram o ministro da Guerra mais notavel do periodo constitucional. A 9 de maio de 1866 tomava conta d'aquella pasta, a 9 de junho ordenava a formação do campo de manobras em Tancos, em outubro já ali fazia os exercicios necessarios uma divisão commandada pelo visconde de Leiria. Com admiravel actividade introduziu logo no nosso exercito as importantes modificações introduzidas lá fóra no armamento. Comprava as espingardas Enfield e Westley Richard, que eram as melhores do seu tempo, e que o ficaram sendo por largo periodo, comprava cartuchos, introduzia importantes melhoramentos no Arsenal do Exercito, ali mandava construir um grande numero de peças de artilharia, multiplicava as instrucções para o transporte das tropas e para a orgauisação do serviço sanitario em campanha. Em setembro d'esse anno apresentava o seu primeiro e admiravel relatorio do Ministerio da Guerra. Em 1867 creava o Montepio Militar, e promulgava o regulamento geral para o serviço dos corpos do exercito. Em setembro d'esse anno manobrava de novo no campo de Tancos uma divisão commandada pelo general José Gerardo Ferreira Passos. E entretanto entregava-se tambem com interesse ao serviço do Ministerio da Fazenda. As vastas despezas, que fôra preciso fazer para se transformar a situação economica, não podiam evitar que se pedissem sacrificios ao paiz. Fontes Pereira de Mello fez promulgar a lei do imposto do consumo, que a opposição combateu energicamente conseguindo agitar facilmente o paiz, como já o havia feito em 1856 e 1860. Foi isso que occasionou o movimento chamado da *Janeirinha*, de que resultou a queda do miuisterio, sendo substituido por outro, organisado pelo conde d'Avila, e a lei do imposto de consumo foi revogada. Fontes Pereira de Mello combateu fortemente este ministerio e depois o do bispo de Vizeu, que pouco tempo duraram. Anno e meio depois subiu ao poder o ministerio progressista historico, presidido pelo marquez de Loulé, e em que entrava Lobo d'Avila, como prova de que se haviam reconciliado as duas fracções do partido historico, conhecidas pelos nomes de *unha branca e unha preta*. Comtudo, Fontes Pereira de Mello entendeu que a fusão pactuada em 1865 continuava a existir, e assegurou em nome do partido regenerador, a sua adhesão completa. Fontes Pereira de Mello que em 7 de maio de 1866 fôra nomeado conselheiro de Estado, foi eleito par do reino a 18 de janeiro de 1870. Vindo a revolta de 19 de maio d'este anno promovida pelo marechal duque de Saldanha, o ministerio Loulé caiu, sendo substituido pelo dos *cem dias*, organisado e presidido pelo marechal, ministerio que um golpe de estado derrubou. Seguiu-se outro, que pouco depois foi substituido pelo do conde d'Avila, que já então havia sido elevado a marquez, ministerio com elementos reformistas, que perdeu no principio de 1871 com a saida do bispo de Vizeu. A 13 de setembro d'este anno subiu novamente ao poder o partido regenerador, sendo o primeiro a que presidiu Fontes Pereira de Mello, que se encarregou das pastas da Fazenda e da Guerra, deixando a da Fazenda em 1872, em que foi substituido por Antonio de Serpa Pimentel. Este ministerio desempenhou admiravelmente a alta missão de reconstituir o paiz, que a *Janeirinha* e os ministerios ephemeros que d'ella sairam, desorganisára completamente. O credito e a riqueza publica elevaram-se rapidamente, e o paiz com plena confiança no futuro, tão audaciosamente se lançou no caminho das emprezas audaciosas, que do exaggero que teve esse movimento resultou a crise bancaria de 1876, que podia ter tido serias consequencias se não estivesse no poder o ministerio presidido por Fontes Pereira de Mello, que a tudo occorreu e tudo remediou

Entretanto na pasta de que mais especialmente se encarregára, a pasta da Guerra, continuava Fontes a mostrar a sua poderosa iniciativa. O exercito, que em 1867 d'elle recebera o seu excellente armamento de infantaria, recebeu em 1873 optima artilharia, sentindo um verdadeiro enthusiasmo quando na revista de 24 de julho de 1874 desfilaram por deante de el rei as brilhantes peças Krupp, compradas por Fontes Pereira de Mello. Recebia ao mesmo tempo um poderoso impulso a fortificação de Lisboa, obra querida do marquez de Sá da Bandeira. O relatorio de 1874, relativo ao ministerio da Guerra e assignado por Fontes, é um monumento digno de figurar ao lado do outro de 1867, a que já nos referimos. Devemos tambem notar o acerto com que procedeu Fontes Pereira de Mello na difficil situação que creára ao nosso paiz a revolução republicana de Hespanha, sabendo sempre manter-se n'uma correcta neutralidade, sem favorecer um só dos partidos que se digladiavam no paiz vizinho, e cujos campeadores tanta vez procuravam, nas suas luctas civis, asylo na nossa fronteira. A 3 de março de 1877, o ministerio encontrando uma certa frieza na maioria fatigada, e uma certa difficuldade nos debates parlamentares resultante de um incommodo pertinaz do seu presidente e de uma doença de Antonio de Serpa, pediu a sua demissão, sendo chamado a organisar gabinete o marquez de Avila. A situação não mudara sensivelmente porque o marquez de Avila, com os seus amigos apoiava o gabinete Fontes, e só d'elle se afastára n'alguns pontos ligeiros. Mas a entrada, no ministerio, de Barros e Cunha, membro do partido progressista, e que se mostrou radicalmente adverso á gerencia regeneradora, fez com que na sessão legislativa de 1878 a maioria que continuava a ser regeneradora, infligisse um cheque ao governo. O soberano conformou-se com o voto da camara, e a 25 de janeiro de 1878 Fontes Pereira de Mello foi de novo chamado a organisar governo. Conservando a presidencia e a pasta da Guerra, chamou Fontes ao ministerio do Reino Antonio Rodrigues Sampaio, ao da Justiça Couto Monteiro, ao da Fazenda Antonio de Serpa Pimentel, ao da Marinha Thomaz Ribeiro, ao dos Estrangeiros Andrade Corvo, e ao das Obras Publicas Lourenço de Carvalho. No verão de 1877, Fontes Pereira de Mello fizera pela Europa uma viagem de recreio, e em toda a parte fôra acolhido com as mais levantadas honras que se podiam conceder a um ministro, e a um ministro de um paiz pequeno como Portugal. Estando elle a assistir á sessão da camara dos deputados em Madrid, recebeu d'essa camara uma manifestação extraordinariamente honrosa. Em França e na Allemanha teve dos chefes d'esses estados as mais solemnes provas de consideração e de estima. Como os jornaes hespanhoes dissessem que elle audava viajando emquanto não voltava ao poder, que lhe viria em breve parar ás mãos, *mientras vuelve*, o ministerio que formou recebeu da opposição em Portugal a alcunha do ministerio do *mientras vuelve*. Era effectivamente uma restauração, com todos os inconvenientes que sempre seguem as restaurações, e Fontes Pereira de Mello bem o sentira, tanto que foi com difficuldade que os seus amigos o arrastaram para esse caminho. Os progressistas, que em 1876 se tinham fundido n'um partido, juntando-se os historicos e os reformistas pelo pacto celebrado na Granja, e que esperavam assim subir ao poder, logo depois da queda do marquez de Avila, irritaram se com a solução que a corôa déra á crise ministerial, e abriram a celebre campanha da aggressão directa ao monarcha, iniciada pelo *Diario Popular* com o famoso artigo das *creanças loiras*, e pelo *Progresso* com um artigo não menos violento. As eleições de 1878, se bem que tivessem dado ao ministerio uma forte maioria, tinham levado tambem ao parlamento bastantes deputados da opposição, a campanha parlamentar estava sendo rude e fatigadora. Fontes foi o primeiro a entender que não devia teimar em se conservar no governo, onde se sentia fraco, e em maio de 1879 pediu a demissão do gabinete, que lhe foi concedida, sendo chamado Anselmo Braamcamp a organisar gabinete. Geriu Anselmo Braamcamp, com a presidencia, o ministerio dos Negocios Estrangeiros, teve a pasta do Reino o sr. José Luciano de Castro, a da Fazenda Barros Gomes, a da Guerra João Chrysostomo de Abreu e Sousa, a da Marinha marquez de Sabugosa, a das Obras Publicas Augusto Saraiva de Carvalho. Pouco tempo durou este ministerio, posto que Fontes Pereira de Mello na camara dos pares não fizesse senão uma opposição moderada. Assim atravessou este ministerio sem grandes embaraços o anno de 1880, até que no principio de 1881 os embaraços se accumularam, e a questão de Lourenço Marques provocou agitação e um debate parlamentar, que deu origem a uma moção de desconfiança na camara dos pares. O ministerio caiu, e a 25 de março de 1881 organisou-se um gabinete, em que Fontes Pereira de Mello não quiz entrar, posto que o constituisse o partido regenerador. Achava que estivera pouco tempo fóra do poder. O gabinete, posto que effectivamente organisado por Fontes, teve como presidente o ministro do Reino Antonio Rodrigues Sampaio. Pouco tempo depois morria o duque d'Avila e de Bolama, presidente da camara dos pares, e essa presidencia, como era natural, foi dada a Fontes Pereira de Mello. Digamos de passagem que Fontes, que tinha as mais altas distincções honorificas, tivera duas honrarias bem raramente concedidas em Portugal a quem não fôsse principe de sangue, a ordem da Annunciada da Italia e a do Tosão de Ouro da Hespanha. Como era natural, pouco tempo se conservou fóra do gabinete. No dia 11 de novembro do mesmo anno de 1881 era Fontes encarregado de organisar novo governo. Tomava a presidencia, a pasta da Guerra interinamente, e a da Fazenda em substituição de Sanches de Castro e Lobo Vaz que saiam; para a pasta do Reino chamava Thomaz Ribeiro, para a da Justiça passava Julio de Vilhena que deixava a pasta da marinha Mello a Gouveia, para a dos Negocios Estrangeiros que fôra exercida nos ultimos mezes interinamente por Hintze Ribeiro, entrava Antonio de Serpa Pimentel, e ficava Hintze Ribeiro com a pasta das Obras Publicas. Na gerencia da Fazenda mostrava mais uma vez Fontes Pereira de Mello o seu caracter pratico e resoluto, abandonando vãs theorias de imposto, e recorrendo simplesmente ao imposto que mais rapidos e valiosos recursos podia produzir, o addicional de 6 °|₀, que effectivamente accrescentou logo 1:000 contos ás receitas do Estado. Em 1883 houve no-

va modificação ministerial. Thomaz Ribeiro foi substituido por Barjona de Freitas, Julio de Vilhena por Lopo Vaz de Sampaio e Mello, Barbosa du Bocage, que já substituira no principio de 1883 Mello Gouveia na Marinha, ia agora substituir Antonio de Serpa Pimentel no ministerio dos Negocios Estrangeiros, e Pinheiro Chagas tomava conta da pasta da Marinha, Hintze Ribeiro substituiu na pasta da Fazenda Fontes Pereira de Mello, que ficava só com a presidencia e a Guerra, e Antonio Augusto de Aguiar entrava para o ministerio das Obras Publicas. Este novo ministerio tinha uma missão principal: modificar a constituição do Estado por um novo Acto Addicional á Carta, que effectivamente se promulgou em 1885, que transformou a camara dos pares de hereditaria em vitalicia. No anno de 1884 mostrava Fontes, como ministro da Guerra, mais uma vez a sua rasgada iniciativa. A reforma da organisação do exercito data d'esse tempo. Por ella se crearam seis novos regimentos de infantaria, dois de cavallaria, um de artilharia, se transformaram os batalhões de caçadores em regimentos, se déram dois majores a cada regimento, commandando cada um d'elles um batalhão, se lançaram as bases da organisação da 1.ª e da 2.ª reserva. Antes de sair do ministerio, deu tambem Fontes Pereira de Mello um largo impulso á organisação dos torpedos, comprando novos torpedeiros, que só depois da sua saida do governo chegaram a Portugal. Em fevereiro de 1885 sairam do governo Antonio Augusto de Aguiar e Lopo Vaz de Sampaio e Mello. Não fôram, porém, substituidos; tomou Fontes conta da pasta das Obras Publicas, e Barjona de Freitas juntou á pasta do Reino a da Justiça. Ainda a Fontes Pereira de Mello, como ministro das Obras Publicas, coube a gloria de fazer votar a lei das obras do porto de Lisboa, cuja iniciativa coubera a Antonio Augusto de Aguiar. Em novembro de 1885 preenchiam se as duas vagas que havia no ministerio, entrando Thomaz Ribeiro para a pasta das Obras Publicas e Manuel d'Assumpção para a da Justiça; mas a situação regeneradora contava já cinco annos de governo, e aproximava-se por conseguinte o seu termo. Tendo Fontes pedido a demissão do gabinete a que presidia, foi o sr. conselheiro José Luciano de Castro encarregado de organisar o ministerio. Recolhendo-se então á vida particular, fez de novo uma viagem ao estrangeiro. No principio do anno de 1887 preparava-se para encetar uma campanha de opposição contra o gabinete, e estava dirigindo activamente os trabalhos eleitoraes, quando falleceu d'uma rapida doença. A sua morte causou a maior sensação, tanto a amigos como a adversarios, e a sua falta foi geralmente sentida, porque se perdera um dos maiores estadistas de Portugal. O seu funeral foi uma homenagem, verdadeiramente, imponentissima e solemne. Fontes Pereira de Mello falleceu no posto de general de divisão; foi governador da Companhia do Credito Predial Portuguez e presidente do Supremo Tribunal Administrativo; foi tambem presidente da commissão central do Primeiro de Dezembro de 1640, que promoveu a inauguração do monumento aos Restauradores, a qual se realisou em 28 de abril de 1886, com toda a solemnidade, assistindo el-rei D. Luiz e o principe D. Carlos, mais tarde D. Carlos I. Fontes Pereira de Mello era condecorado com as seguintes ordens: Tosão de Ouro e da Annunciada, já citadas; gran-cruz da Torre e Espada e de S. Bento de Aviz; Legião de Honra de França, de Leopoldo da Belgica, S. Mauricio e S. Lazaro de Italia, Cruzeiro do Brazil, Merito Militar e Izabel a Catholica de Hespanha, Leão da Hollanda, da Corôa de Sião, do Sol Nascente do Japão, Leão da Persia; outras diversas commendas e o collar de Carlos III, de Hespanha. Dos innumeros discursos pronunciados por elle nas camaras legislativas, quer na qualidade de deputado, quer na de ministro da Corôa, parece que fôram publicados em separado sómente os seguintes: *Discursos do sr. ministro da Fazenda Fontes Pereira de Mello, pronunciados nas sessões de 6, 7 e 9 de dezembro de 1865 a respeito da novação do contrato do caminho de ferro do sul e sueste*, Lisboa, 1865; *Discurso ácêrca dos impostos de consumo, pronunciado na camara electiva na sessão de 13 de março de 1867*, Lisboa, 1867. Foi durante alguns annos collaborador na *Revista militar*, e por vezes teve parte na redacção da *Revolução de Setembro* e de outros jornaes politicos.

Pereira de Mello (*D. Antonio da Trindade de Vasconcellos*). Arcebispo de Gôa, bispo de Beja e de Lamego, etc.. N. a 28 de agosto de 1812, fal. em Lixa, freguezia de Figueiró, a 19 de novembro de 1895. Professou em 7 de abril de 1831, não sabemos em que ordem, cursando a faculdade de Theologia, em que se formou, depois de serem extinctas as ordens religiosas. Foi secretario do patriarcha D. Guilherme, regendo simultaneamente diversas cadeiras de Theologia no paço de S Vicente de Fóra, e depois desembargador da Relação e Curia patriarchal, conego da sé de Lisboa e juiz supplente da secção de recursos pontificios Em 1851 acompanhou a Roma o patriarcha, sendo por essa occasião agraciado pelo papa Pio IX com o titulo e honra de seu camarista secreto. N'esse mesmo anno foi apresentado arcebispo de Gôa, e confirmado bispo de Beja em 1861, sendo transferido dois annos depois, 1863, para o bispado de Lamego. A' sua iniciativa se deve a reorganisação do seminario d'aquella diocese, o que se prova quanta attenção lhe mereceram sempre os assumptos que se relacionassem com o progresso do ensino ecclesiastico. Era o decano do episcopado nacional, e como tal respeitado e considerado por todos. Em 1869 assistiu em Roma ao concilio do Vaticano.

Pereira de Mello (*João Fontes*). Governador de Cabo Verde, ministro da marinha, vogal do Conselho Ultramarino, chefe de divisão da armada, socio da Academia Real das Sciencias, etc. N. em Elvas a 25 de janeiro de 1780, fal. em Lisboa a 28 de outubro de 1856. Era filho de Joaquim José Pereira de Mello e de Maria Eugenia de Oliveira Fontes. Seguindo a carreira naval, assentou praça na companhia dos guarda-marinhas em 1800, e completando o curso em 1803, foi o primeiro guarda-marinha que recebeu o premio extraordinario que mais de 30 annos depois seu filho tambem recebeu. Terminado o curso com tal brilho, desejavam os lentes que elle ficasse no corpo docente da Escola, e effectivamente ali ficou como lente substituto e professor de esgrima até 1808. Apenas se restabeleceu em Portugal o dominio do seu legitimo soberano, Fontes foi nomeado para embarcar na fragata *Car-*

lota, o ir cruzar no estreito de Gibraltar. No principio do anno de 1811 passou para o bergantim *Gaivota*, e teve occasião de mostrar a sua pericia e a sua bravura, porque na bahia de Cadiz, que estava n'essa occasião cercada pelos francezes salvou o bergantim, precisando para isso de passar duas vezes por baixo das baterias francezas, de Trocadero e de Mataguda. Pouco depois passou para a esquadrilha do Algarve, e ali prestou bastantes serviços, tanto que em 1813 foi nomeado para commandar essa esquadrilha que tinha por principal intuito defender a costa portugueza contra a peste. Em 1816 vamos encontral o como capitão-tenente na esquadra do Rio da Prata, commandando o bergatim *Lebre*, e fazendo com elle as campanhas de Montevideu e Rio da Prata. Em março de 1818 regressou á Europa, e em novembro d'esse mesmo anno recebeu o commando do bergantim *Tejo*, com o qual fez durante uns poucos de annos um cruzeiro quasi incessante do guarda costas Já tinha direito em 1821 a um certo descanço, porque havia 18 annos, póde dizer-se, que andava constantemente no mar. N'esse anno do 1821 foi nomeado commandante da corveta *Calypso*, e encarregado do registo do Porto. Em 1825 foi nomeado commandante da companhia dos guardas marinhas, e durante 13 annos exerceu esse logar. Serviu-lhe nos 5 annos em que D. Miguel dominou em Portugal, para lhe evitar o ter que se manifestar por qualquer dos dois partidos, limitando se ao cumprimento exacto dos seus modestos deveres. Era elle commandante da escola quando ali entrou como alumno e ali completou o seu curso o grande estadista, de quem foi pae Em 1838 era nomeado inspector do arsenal e intendente da marinha. Em 1839 era despachado governador de Cabo Verde, e para lá partiu levando seu filho Antonio como seu ajudante. Voltando ao reino em 1842 foi nomeado administrador geral das mattas do reino. Exerceu por bastante tempo esse cargo, e em 2 de agosto de 1847 foi chamado a entrar no ministerio organisado pelo duque de Saldanha, depois de subjugada a revolução da Maria da Fonte. N'elle entraram, como ministro do Reino Antonio de Azevedo Mello e Carvalho, Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão como ministro da Justiça, Marino Miguel Franzini como ministro da Fazenda, ministro da Guerra o barão de Almofalla, ministro dos Negocios Estrangeiros o barão da Luz. João Fontes ia gerir a pasta da Marinha. Durou apenas quatro mezes este ministerio, que foi cognominado o ministerio *primavera*, porque teve a ingenuidade de se não metter em eleições e de deixar o povo escolher livremente quem lhe parecesse melhor. No anno immediato saía seu filho eleito deputado por Cabo Verde, provincia que elle, apezar de estar proximo dos 70 annos, ia outra vez governar D'esta vez não o acompanhou seu filho que estava já na camara fundando a sua grande reputação. Quando voltou tres annos depois, tendo concluido o seu tempo de governo, encontrou seu filho gerindo a pasta da Marinha e do Ultramar, que elle proprio gerira quatro annos antes. Se elle teve uma grande satisfação, vendo o brilhante papel que seu filho estava representando, não a teve decerto menor seu filho, quando, ao organisar o Conselho Ultramarino, pôde e com toda a justiça nomear para membro d'essa alta corporação seu proprio pae, que a isso tinha direito por todas as razões, não sendo por certo uma das menores o ter exercido duas vezes o logar de governador d'uma das nossas provincias ultramarinas. João de Fontes Pereira de Mello era socio da Academia Real das Sciencias desde 1834, devendo essa honra ao facto de ter escripto: *Tratado do apparelho*, livro de nautica muito apreciado. Tinha casado com D. Jacinta Venancia Rosa da Cunha Mattos, parenta do celebre general brazileiro Raymundo da Cunha e Mattos. Foi, como acima fica dito, pae do grande estadista Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Pereira de Mello (*João Augusto Fontes*). Capitão de fragata, secretario e ajudante d'ordens do inspector do Arsenal de Marinha, etc. Assentou praça em 14 de novembro de 1872. Tem commandado o vapor *D. João I*, a lancha canhoneira *Laje*, o vapor *Lidador*, a lancha-canhoneira *Zaire*, a *Sado*, etc. Foi o autor da estação submarina *Fontes*, sendo o machinista naval de primeira classe Francisco Antonio Sequeira, e constructor do modelo d'esta estação, que tão bons resultados deu nas experiencias realisadas no fim do anno de 1893. Em 1877 apresentou o seu primeiro trabalho, ao qual deu o nome de *nova machina de vapor*. Depois de repetidas experiencias com excellentes resultados, sendo algumas realisadas na Escola Polytechnica, em 1880 e 1881, modificou este seu apparelho, dando-lhe então o nome de *novo gerador de vapor d'agua*. Para estas experiencias, o ministro da marinha, o visconde de S. Januario, mais tarde elevado ao titulo de conde, mandou pôr á sua disposição uma caldeira de vapor, e ordenou que no respectivo arsenal se lhe prestasse todo o auxilio. Vendo o tenente Fontes que a boa vontade do ministro de nada servia ao que elle desejava, em presença dos embaraços e obstaculos de toda a especie que lhe levantavam, deu por concluidas as experiencias com o seu *gerador de vapor d'agua*, registando o projecto em 1885 juntamente com outros tambem sobre electricidade, ainda que de menor importancia, mas que representavam, comtudo, muito estudo. Não abandonou, porém, outros trabalhos de não menos valia, em que andava empenhado, occupando o primeiro logar o torpedo dirigivel Como este fôsse principalmente destinado á defeza do porto de Lisboa, as excepcionaes condições hydrographicas da barra, obrigavam a associar o torpedo a uma estação d'onde fôsse lançado e dirigido no meio do mar, bem longe da costa. Em 1888 dava por terminadas a suas diligencias com respeito á realisação de uma *estação torpedeira*, destinada ao serviço de protecção de torpedos fixos e ao lançamento do seu *torpedo dirigivel*, cujo projecto a este tempo já estava tambem concluido Era a estação submarina. Os planos o modelo fôram apresentados em fevereiro de 1890 no ministerio da marinha, sendo então ministro o sr conselheiro João Marcellino Arroyo, mas, parecendo que não era occasião opportuna, não fôram acceites, e sendo novamente apresentados em agosto do mesmo anno, fôram submettidos a um estudo O barco era de fórma cylindrica, medindo 20 m. de comprimento por 3,5 de diametro; com 2 helices, sendo o motor a electricidade. O seu armamento deveria compôr-se de quatro torpedos dirigiveis *Nordenfelt* e dois torpedos *Witehead* nos seis tubos da

parte superior do torpedeiro o seis de reforço armazenados dentro do barco. Cada submarino deve conduzir 12 a 14 torpedos. Tem um apparelho destinado a fazer mergulhar rapidamente o barco, sendo munido d'um apparelho optico que lhe permitte vêr tudo quanto se passa a certa distancia fóra d'agua, recebendo constantemente ar novo. Este projecto da *estação submarina* ficou archivado depois de repetidas, completas e satisfatorias experiencias feitas com pequenos modelos. O sr. capitão de fragata Fontes Pereira de Mello tem sido encarregado de muitas e importantes commissões, que sempre tem desempenhado com o maior zelo e competencia. O conselheiro Neves Ferreira, sendo ministro da marinha, o encarregou de organisar o districto do Congo. Tratava-se de entrar a barra do rio M'brigo no Ambrizette, cousa que até então só fôra conseguido por mesquinhos catraios. «Vá e se puder entrar, entre,» disse lhe o ministro. Fontes, então capitão tenente, não commentou a ordem, nem divagou sobre os espinhos da tentativa. Foi. Sereno, com a consciencia do seu saber alcançado por experiencias, com a prudencia de quem não fia só do acaso o exito das empresas que excedem os limites das forças do homem, andou uns tantos dias com a sua lancha canhoneira á espreita do momento opportuno para entrar na barra perigosissima de M'brige. Entrou, e depois d'elle nunca mais ninguem repetiu a proesa. A commissão que exerceu em Macau, sendo commandante da *Zaire*, e ao mesmo tempo commandante da estação, merece especial referencia. As desordens e morticinios de que fôra annos antes theatro o norte da China, não se repercutiram, felizmente, n'aquella nossa colonia, mas era preciso estar de espingarda ao hombro e olhar prescrutador para o espaço, na espectativa de qualquer reflexo da lucta dos boxers; uma vez, as forças de marinheiros, de sentinella ás Portas do Cerco, fôram mesmo atacadas de subito por inimigos invisiveis, mas o commandante da *Zaire* prevenira-se e prevenira tudo para um ataque provavel; com o seu heroismo caracteristico, preferindo a acção a phraseologias inuteis, sabendo que Macau só podia contar com as forças da *Zaire*, bem firme no seu posto, Fontes Pereira de Mello, que dorme sempre no seu navio, quaesquer que sejam as commissões que exerça fóra da metropole, providenciara tudo para que a defeza fôsse immediata, multipla e a mais proficua possivel, ficando aquella colonia ao abrigo d'um golpe de mão. O governador, o sr. conselheiro Horta e Costa, não podia contar com melhor auxiliar para essa obra de defeza,o nunca o valoroso official de marinha hesitou em conceder, sob a sua responsabilidade, todos os auxilios que as circumstancias de momento aconselhavam. *A Ordem da Armada* de 31 de março de 1901 publicou o officio que o governo de Macau, interprete dos sentimentos da população d'essa cidade, endereçou ao então capitão-tenente Fontes, quando soube que este official fôra exonerado do commando da *Zaire*. O relatorio que Fontes Pereira de Mello apresentou á majoria da armada, e no qual circumstanciava todos os episodios d'aquella sua commissão, por tal fórma traduzia a competencia e o acerto das suas medidas, que a majoria não hesitou em propôl-o para o officialato da ordem da Torre e Espada, que lhe foi concedido.

Pereira de Mello *(João Carlos de Assis)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real; bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em 1825, fal. em 5 de março de 1904. Era filho do capitão João Agostinho da Cunha Freire de Audrade d'Assis Pereira de Mello, que foi um bravo official do nosso exercito, condecorado com a medalha de duas campanhas da guerra Peninsular, e com outras de merito e valor militar. Entrou na guerra civil entre D. Pedro e D. Miguel, assistindo á Convenção de Evora-Monte. Tinha 21 annos de edade, quando concluiu a sua formatura, começando desde logo a sua missão de trabalhador incançavel pelas prosperidades do seu concelho, do seu districto, do seu paiz. Por differentes vezes foi secretario da camara dos deputados, onde a sua palavra era sempre attenciosamente escutada. Quando na camara se levantou uma forte campanha contra os arrozaes, foi elle que energicamente protestou, conseguindo fazer revogar o decreto que os extinguia. Recusou sempre titulos honorificos, como o de conselheiro, visconde, etc., que lhe fôram offerecidos. Foi deputado durante 10 annos consecutivos, desde 1864 até 1874. Foi presidente do centro nacional de Estarreja, e presidente da camara municipal d'aquella villa, durante 18 annos. Exerceu differentes vezes os cargos de administrador do concelho e de juiz substituto. Serviu 8 annos como vogal do conselho do districto. Foi membro de varias commissões de beneficencia, entre as quaes a de angariar donativos para os doentes da capital, atacados da epidemia da febre amarella, em 1857. Por tal fórma se houve n'esta piedosa missão, e tão manifesto foi o seu desinteresse, que el-rei D. Pedro V o nomeou fidalgo cavalleiro da Casa Real, com exercicio no paço.

Pereira de Mello *(Joaquim José)*. Bacharel em Direito canonico, pela Universidade de Coimbra, etc. N. a 22 d'agosto de 1790 em Belem. Ainda muito novo perdeu o pae, e foi para a companhia d'um tio, abbade em Villa do Conde, que começou a educal-o. De lá foi para o Porto, oude estudou os preparatorios e em seguida matriculou-se na Universidade de Coimbra, onde tomou o grau de bacharel em Direito canonico em fins de 1808. Em 1 de janeiro de 1809 fechou a Universidade e Pereira de Mello alistou-se no corpo academico, d'onde passou para o exercito, assentando praça no regimento 19 d'infantaria com a séde em Cascaes. N'esse regimento foi promovido a alferes, passando ao regimento n.º 22, em julho de 1811. Fez toda a campanha peninsular, entrando nas acções do Bussaco, Fuentes de Onor e 1.º cerco de Badajoz. Feita a paz geral, e sendo já tenente na promoção geral do exercito, pediu a demissão, e dedicou-se ao estudo da jurisprudencia, sendo nomeado advogado da extincta Casa da Supplicação, começando a exercer a advocacia em julho de 1816. Professou sempre os principios liberaes desde 1820 em que foi deputado nos primeiros collegios eleitoraes. Desde então envolveu se mais ou menos na politica liberal e evidenciou-se pela sua dedicação ao throno de D. Maria II, tanto ou tão pouco, defendendo como advogado muitas victimas da perseguição politica (principalmente militares) que em 25 de setembro de 1830, estando então em Almada, onde fôra procurar allivios para o grave estado de sua primeira mulher, Gertrudes França,

que se achava tuberculosa, foi preso sem processo ás 9 horas da noite com todos os amigos que o acompanhavam, os quaes eram o dr. Aquino da Silva, medico assistente, João Pedro da Silva, irmão do primeiro, Altavilla, Francisco Ferrugento e Manuel Venancio Deslandes. Estava tambem o inglez João Sinch, que pela sua qualidade de cidadão da Inglaterra se salvou da violencia. A casa foi cercada e as pesquizas de tal fórma fôram levadas a effeito, que, não se respeitando o estado da doente, a autoridade fez despejar os colchões da propria cama em que ella se achava prostrada. A infeliz succumbiu seis dias depois d'estes factos. Pereira de Mello e os seus amigos fôram n'essa noite recolhidos á cadeia da villa, e em 28, tres dias depois, removidos, em uma falua em que os fizeram embarcar, para a Torre de S. Julião da Barra. Esteve preso na referida praça até principios de junho de 18 3; então, e em consequencia da invasão da cholera morbus ter alastrado pelo paiz e ter atacado a população da Torre, molestia a já tinham succumbido varios presos e d'entre elles o seu intimo amigo Deslandes, foi removido com uns 50 dos seus infelizes companheiros para a cidadella de Cascaes. D'esse grupo fazia parte o celebre jurisconsulto Borges Carneiro, que mais tarde sentindo-se doente e antes de ser removido para o hospital, onde falleceu em 4 de julho do referido anno, pediu a Pereira de Mello para lhe fazer o testamento, documento que effectivamente foi escripto por Pereira de Mello debaixo do alpendre que ainda hoje existe na bateria d'aquella cidadella, onde se acha actualmente installada a estação telegrapho semaforica. Passados dias, e ainda em julho de 1833, foi de novo removido com os companheiros para a Torre de S. Julião, onde continuou a conservar se, até que a entrada do duque da Terceira em Lisboa fez com que a guarnição abandonasse a praça, deixando os presos encarcerados. Fôram estes que arrombaram as prisões e ficaram de guarnição, até que forças militares dos liberaes a fôram guarnecer devidamente. Parece que Pereira de Mello saiu da Torre no proprio dia 24 de julho de 1833. Restituido á liberdade, foi Joaquim José Pereira de Mello nomeado delegado do procurador regio, junto ao juizo de direito da 1.ª instancia, do districto da Mouraria em Lisboa, por decreto de 9 de novembro de 1833 do imperador D. Pedro. Duque de Bragança, regente em nome da rainha D. Maria II, sua filha, e sendo esse decreto referendado por José da Silva Carvalho, seu sempre dedicado amigo. Exerceu esse logar até 14 de março de 1835, dia em que foi exonerado a seu pedido, estando esse decreto publicado no *Diario do Governo* n.º 86 de 10 d'abril do dito anno, redigido em termos muito honrosos para o exonerado. Em 24 de novembro do dito anno de 1835, e por decreto referendado por Joaquim Antonio d'Aguiar, foi Pereira de Mello nomeado vogal da commissão creada para exame e revisão dos papeis e escriptos que se publicassem pela imprensa, logar que desempenhou até á publicação da lei sobre abusos da liberdade d'imprensa. Tambem por decreto de 21 de maio de 1834, referendado pelo seu companheiro de prisão Bento Pereira do Carmo, foi nomeado conselheiro da prefeitura da Provincia da Estremadura, cargo que exerceu até á extincção das prefeituras em 1835. Publicada então a nova lei administrativa, começou a exercer o logar de conselheiro do districto de Lisboa, e d'este conselho de districto, com raros intervallos, sempre fez parte até 1854. Em 1 de agosto de 1835 foi eleito deputado pelo collegio eleitoral da cidade de Evora. A camara, porém, não chegou a reunir em consequencia da revolução em setembro d'esse anno. Procedendo se depois, em 1839, á eleição geral de deputados, foi eleito pelo districto de Lisboa e continuou a sel o em todas as legislaturas e pelo mesmo circulo, até 1851, em que entrou o governo, chamado da *Regeneração*. Por decreto de 8 de janeiro de 1841 foi nomeado curador geral dos orphãos do bairro do Rocio e do Bairro Alto, logar que desempenhou distinctamente até 20 de março de 1865. Por ultimo e até ao seu fallecimento foi membro da administração do *Hospital de S. José*. Durante este longo periodo de annos advogou sempre em todos os tribunaes de Lisboa, sendo advogado privativo do Banco de Portugal desde a sua fundação, e foi nomeado vogal de varias commissões de serviço publico, taes como: Commissão creada por decreto de 28 do novembro do 1840 para o desenvolvimento do systema judicial e codificação da Novissima Reforma Judiciaria; commissão creada por decreto de 12 de setembro de 1843 para apresentação d'um projecto de tabella dos emolumentos dos salarios judiciaes. Por decreto de 19 d'agosto de 1848 foi nomeado vogal e secretario da commissão para confeccionar as propostas de lei necessarias para completar a organisação do poder judicial; finalmente, por decreto de 2 de julho de 1851, referendado pelo duque de Saldanha, foi nomeado membro da commissão, encarregada da formação d'um projecto do Codigo Penal Militar. Em todos os decretos que dissolveram estas commissões, fôram os seus membros louvados pela intelligencia, acerto e promptidão com que desempenharam taes incumbencias. Falleceu em julho de 1870, tendo completado quasi oitenta annos de vida. Durante elles foi estudante até aos 19; fez 5 annos de serviço militar em campanha: 16 foi exclusivamente advogado: tres annos esteve preso como constitucional; durante os ultimos 37 annos da sua vida, fazendo sempre profissão de advogado, foi 26 annos magistrado judicial, 27 annos fez serviço administrativo, e foi deputado ás camaras legislativas durante 12 annos.

Pereira de Mello *(José Leite de Vasconcellos Cardoso)* Medico, philologo, conservador da Bibliotheca Nacional de Lisboa, professor da cadeira de numismatica, do curso de bibliothecario-archivista, etc. N. na povoação de Ucanha, do concelho de Tarouca, a 7 de julho de 18:8, sendo filho de José Leite Pereira de Mello Cardoso e Vasconcellos, e de sua mulher, D. Maria Henriqueta Leite de Vasconcellos Pereira de Mello, ambos descendentes d'uma nobre casa de Rezende. Começou a frequentar os estudos preparatorios no Porto em janeiro de 1876, e matriculando-se depois na Escola Medico-Cirurgica da mesma cidade, completou o curso em 24 de julho de 1886, defendendo uma these intitulada *Evolução da linguagem*, e foi approvado plenamente, com louvor. Em 20 de dezembro do referido anno de 1886 recebeu o premio chamado *Macedo Pinto* «por o considerarmos como o mais distincto dos

estudantes que findou o curso da Escola em 1886», segundo diz no diploma o director e o conselho da Escola. Em 1887 fundou a *Revista Lusitana*, que já conta 11 volumes, collaborada por muitos especialistas do paiz e do estrangeiro. Esta revista é um archivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal, e tem concorrido para o progresso d'estas sciencias no nosso paiz. N'esse mesmo anno de 1887 esteve alguns mezes no concelho do Cadaval, onde exerceu clinica como delegado de saude e medico municipal. Em 27 de dezembro ainda de 1887 foi nomeado conservador da Bibliotheca Nacional de Lisboa, e deixou o exercicio da medicina, para se consagrar exclusivamente aos estudos ethnologicos e philologicos, já iniciados no seu tempo de estudante. Em 13 de outubro de 1888 foi nomeado professor da cadeira de numismatica, do curso de bibliothecario-archivista. A lição inaugural, feita em 10 de novembro seguinte, corre impressa com o titulo de *Numismatica nacional*, Lisboa, 1888. Serviu por duas vezes, durante alguns annos, de professor auxiliar e interino do Lyceu Central de Lisboa. Em 1891 regeu gratuitamente um curso de lingua portugueza na Academia dos Estudos Livres. A primeira lição corre impressa com o titulo do *Curso de lingua portugueza archaica*, Porto, 1893, extracto da *Revista Lusitana*, vol. III. Em 1893 propôz ao sr. conselheiro Bernardino Machado, então ministro das obras publicas, a fundação do Museu Ethnologico Portuguez, que effectivamente foi fundado, e do qual foi nomeado director para o constituir e organisar, o que immediatamente começou a fazer, publicando ao mesmo tempo um programma d'elle na *Revista Lusitana*, vol. III, pag. 193 a 217. O Museu Ethnologico (Belem, mosteiro dos Jeronymos) o primeiro do seu genero em Portugal, não é mero amontoado de curiosidades, apenas para entretenimento ou distracção do publico, é tambem para instruir, e é a isto que o museu sobretudo aspira. O intuito de quem o imaginou, constituiu e coordenou, foi estabelecer, por assim dizer, um curso de ethnologia pratica, onde, pela inspecção de milhares de objectos, dispostos methodicamente, por epocas e por provincias, o visitante se habilitasse para formar idéa do caracter e da successão das civilisações que, desde os mais remotos tempos a que é possivel ascender, até aos primeiros seculos da Edade média, se implantaram no solo portuguez: monumentos da epoca de pedra, da do bronze, da do ferro, ou lusitana propriamente dita, da lusitano-romana, da lusitano germanica e da lusitano-arabica. A esta grande secção, que se chama *archeologia*, aggregam-se no museu mais algumas: de *ethnographia moderna*, que reflecte o actual viver provinciano de Portugal (arte e religião populares, industrias caseiras e locaes, trajos, agricultura e caça); de *anthropologia antiga e moderna* (craneos e ossadas), de *cousas varias*, taes como historia da encadernação e da impressão, historia da arte da escripta, manuscriptos medievaes e posteriores, heraldica, numismatica, medalhistica, sigillographia e epigraphia portugueza; de *ethnographia colonial* e de *archeologia estrangeira* (Grecia, Italia, Hespanha, França, Suissa, Belgica, etc.), para estudo e comparação. Como orgão do museu iniciou em 1895 a publicação do *Archeologo Portuguez*, com gravuras, que já conta 13 volumes, collaborado por muitos especialistas nacionaes e estrangeiros. Esta publicação, onde estão colligidos numerosos materiaes para o conhecimento da nossa archeologia, tem contribuido para augmentar o gosto dos estudos archeologicos entre nós, e pôr Portugal, n'este ramo, em relação com outros paizes. Em 1901 concluiu na Universidade de Paris um curso de letras, defendendo uma these intitulada: *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, Paris, 1901, e recebeu o titulo de doutor *avec la mention très honorable*, como se diz no respectivo diploma. O sr. dr. Leite de Vasconcellos rege, desde 1903, um curso gratuito de philologia na Bibliotheca Nacional de Lisboa. A primeira lição foi publicada na *Revista Lusitana*, vol. VIII, de pag 159 a 170. Algumas das outras teem sido publicadas em jornaes de Lisboa. E' socio effectivo, correspondente ou honorario de varias aggremiações scientificas nacionaes e estrangeiras. Bibliographia: *Poema da alma*, Porto, 1879: *Paradisus voluptatis, poemeto*, Porto, 1879; *Cancioneiro portuguez: Collecção de poesias ineditas dos principaes poetas portuguezes*, 1879-1880; Porto, 1880; collaborou n'esta collecção Ernesto Pires; *Carmen saeculare* (tri-centenario de Camões), Porto, 1880; *A consciencia dos seculos, poema*, (idem), Porto, 1880; *Echos do romantismo, 1878-1880, versos*, Povoa de Varzim, 1880, só para brindes; *A dôr de Camões*, Porto, 1880; idem; *A cava de Viriato, poema*, Barcellos, 1880; idem; *Hymno academico do Porto*, Porto, 1881; idem; *Rimas portuguezas (Commemoração camoneana)*, Porto, 1881; *A Citania, poemeto com notas*, sem logar de impressão nem data, mas foi impresso em 1881; *A intelligencia e instincto*, idem, idem; *A Victor Hugo, versos*, Porto, 1881; *A' Galliza; no segundo centenario de Calderon*, Porto, 1881; *Estudo ethnographico a proposito da ornamentação dos jugos e cangas dos bois nas provincias portuguezas do Douro e Minho*, Porto, 1881; occuparam-se d'esta obra: *Folha nova*, do Porto; *Revue celtique*, de Paris, V, pag. 410; *Archivio per le tradizione popolari*, I, pag. 153; *A estatua de Camões*, Porto, 1881; *Fragmentos de mythologia popular portugueza*, Porto, 1881; *O pantheon; revista de sciencias e letras*, Porto, 1881; tambem redigiu esta folha o sr. Mont'Alverne de Sequeira; *As maias: costumes populares portuguezes*, Barcellos, 1881; extrahido do *Tirocinio*, jornal de Barcellos; *Ditados tipicos de Portugal*, Barcellos, de 1882; *Uma excursão ao Suajo*, Barcellos, 1882; *O dialecto mirandez*, Porto, 1882; esta obra obteve premio no concurso philologico da sociedade das linguas romanicas de França em 1883, e foi favoravelmente apreciada pelo dr. Hugo Schuchardt *in Literaturblat fur Germ. und Roman Philologie*, 1883, pag. 108 a 112; por E. Teza, *in Recensioni*, etc., 182 e 183; e por G. Fitré *in Arch. per le Trad. prop.*, etc.; *in Boletin de la institucion libre de ensenanza*, de Madrid, VII, pag, 108 e 109; *in Revue des langues romanes*, XXIV, pag. 17 a 19; *Tradições populares de Portugal*, Porto, 1882; entre as publicações que apreciaram esta obra, citaremos: *Jornal do Commercio*, n.º 8706, artigo do sr. Francisco Adolpho Coelho; *Folkore Betico-Extremeno*, I, pag. 140; *Revue des langues romanes*, XXIV, pag. 215, por A. Boucherie, *Arch. per le Trad. prop.*, I, pag. 611 a 615; *Gli ultimi lavori del Folklore neo-latino*, Parigi, 1884, pag. 2 a 8, pe-

lo dr. Stanislau Prato, etc.; *Romances populares portuguezes*, Barcellos, 1881; *Amuletos populares portuguezes*, sem logar de impressão nem data, mas é de 1882; *Annuario para o estudo das tradições populares*, com a collaboração dos folkloristas portuguezes, Porto, 1882; *Poesias populares portuguezas*, sem data nem logar de impressão; *Litteratura popular portugueza (Contos populares)*, idem, idem; *Criticas bibliographicas*, Barcellos, 1883; *Contribuições para o estudo da linguagem infantil*, Barcellos, 1883; *Dialecto brazileiro*, Porto, 1883; extrahido da *Revista dos estudos livres; Sub-dialecto alemtejano, estudo glotologico*, Elvas, 1883; *Linguagem popular portugueza;* saiu primeiro em folhetins no jornal *Penafidelense;* depois começou a ser publicada em volume separado, reproduzida da *Sentinella da Fronteira*, de Elvas, juntamente com outro estudo correlativo, por Sueiro de Brito; *Dialectos beirões*, I, *Linguagem de Monte-Novo*, Porto, 1884; II, *Linguagem de Castello Rodrigo;* III, *Uma particularidade phonetica*; IV, *Linguagem da Matta*, Porto, 1884; *Diccionario de chorographia de Portugal, contendo as indicações de todas as cidades, villas e freguezias, com a respectiva divisão administrativa, judicial e ecclesiastica, da parte continental e insular do reino*, etc., Porto, 1884; *A morte de Nathercia, fragmento poetico camoneano*, Porto, 1884; *Portugal pre-historico*, Lisboa, 1885; é o n.º 106 da *Bibliotheca do povo e das escolas; Balladas do occidente*, Porto, 1885; *Nuvens*, Porto, 1898; *Contribuições para o estudo da dialectologia portugueza*, 24 opusculos; *Canção de «Santa Fides» de Agen*, Paris, 1902; texto provençal do seculo XII, descoberto por elle em Layden; *Estudos de Philologia Mirandeza*, Lisboa, 1900 1901, 2 volumes; *O Livro de Esopo*, Lisboa, 1906, texto medieval portuguez, descoberto por elle em Vienna d'Austria; edição critica; *Textos archaicos*, Lisboa, 1907-1908, 2.ª edição com annotações e glossario; *Poesia amorosa do povo portuguez*, Lisboa, 1890; *Ensaios ethnographicos*, Expozende e Lisboa, 1891-1906, 3 volumes; *Religiões da Lusitania*, Lisboa, 1897-1905, 2 volumes, e o 3.º e ultimo prompto a publicar se; *Canções do berço*, Lisboa, 1907; *Coup d'oeil sur la numismatique en Portugal*, Lisboa, 1898; *Les monnaies de la Lusitanie Portugaise*, Paris, 1900, Lisboa, 2.ª edição, 1901. O sr. dr. Leite de Vasconcellos tem tambem escripto varios artigos litterarios e scientificos, e poesias, para grande numero de jornaes litterarios, scientificos e politicos, nacionaes e estrangeiros, por exemplo: artigos ácêrca de *linguistica e tradições populares* na *Revista scientifica do Porto* e na *Revista dos estudos livres*, de Lisboa; ácêrca de *costumes populares*, na *Era nova* e na *Encyclopedia republicana*, de Lisboa; ácêrca de *Ethnographia*, na *Romania* e *Mélusine*, de Paris; no *El Folklore Andaluz*, de Sevilha; e no *El Folklore Betico Extremeno*, de Fregenal (castelhano); no *Giornal de Filologia Ramanza*, de Roma; no *Archivio per le tradizione popolari*, de Palermo, etc.

Pereira de Mello *(D. Nuno Alvares)*. Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, reitor e reformador do mesmo estabelecimento scientifico, conego da sé de Evora, deão de Portalegre, deputado do Santo Officio, inquisidor em Coimbra, deputado da Junta dos Tres Estados, bispo de Lamego, etc. N. em julho de 1668, fal. em Lamego a 3 de março de 1733. Era filho natural do 1.º duque de Cadaval. Acompanhou seu pae em 1682 na embaixada a Turim, e sendo depois destinado para a vida ecclesiastica, exerceu os cargos já citados. Em 13 de setembro de 1703 foi nomeado reitor da Universidade, tomando posse a 7 de novembro seguinte. Exercendo este cargo, chegou a Coimbra no dia 8 de de agosto de 1704 el-rei D. Pedro II, que se hospedou no paço das Escolas. Pouco depois, nos ultimos dias do citado mez, tambem aqui esteve D. Carlos archiduque d'Austria, pretendente ao throno de Hespanha com o nome de Carlos III, e mais tarde imperador sob a denominação de Carlos VI. Sendo já reitor, D. Nuno Alvares Pereira de Mello foi reconduzido n'este cargo com as honras e preeminencias de reformador a 20 de janeiro de 1707. Em 1 de agosto de 1710 despediu-se da Universidade por ter sido confirmado bispo de Lamego.

Pereira de Mello *(Pedro Leite)*. Um dos membros da conspiração, que deu em resultado a revolução de 1820. Foi um dos membros da junta que devia governar o reino até voltar do Brazil D. João VI, e convocar no entretanto as côrtes que tinham de promulgar a constituição da monarchia.

Pereira Mendes *(José)*. Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, doutor pela faculdade de Paris, lente da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, socio da Academia Real das Sciencias e da Sociedade das Sciencias Medicas, etc. Era natural de Thomar, onde tambem fal. em 31 de março de 1890. Foi nomeado medico do hospital de S. José em 5 de novembro de 1848, abandonou o logar, e foi demittido em 1858. Escreveu: *Discurso inaugural pronunciado na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, em sessão publica de abertura do anno de 1850 a 1851*, Lisboa, 1850; *Discurso recitado na sessão solemne e anniversaria da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, na qualidade de seu presidente*, Lisboa, 1851; *Discurso recitado na Sociedade das Sciencias Medicas, como seu presidente, na sessão solemne e anniversaria de 17 de julho de 1852;* anda impresso em separado, e no *Jornal* da sociedade, tomo XI; *Parecer, adoptado pela Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, ácêrca do tratamento da Cholera morbus asiatica, para se discutir na mesma;* sem logar de impressão, nem data, mas é de 1848; *Exame phrenologico do justiçado Francisco de Mattos Lobo;* vem no *Diario do Governo*, de 30 de abril de 1842; *Do valor hygienico das aguas potaveis de Lisboa;* saiu no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas*, tomo VIII; *Elogio funebre do socio e primeiro secretario da mesma sociedade Joaquim José d'Almeida;* no tomo XI do referido *Jornal*. José Pereira Mendes escreveu tambem valiosos artigos nos jornaes medicos de Lisboa, sobre a *apoplexia sorosa, tisica de infancia, cholera*, etc.; *Relatorios do hospital de S. José*, 1852 e 1854. Publicou-se tambem em 1848 um livro sobre *vaccinação*, e a these que defendeu na faculdade de Paris com o titulo: *Du typhus d'Europe et de son traitement par les affusions d'eau froide*, Paris, 1831.

Pereira de Menezes *(José)*. Capitão-mór da armada que em 1668 estacionava em Damão, incumbida de comboiar os navios que levassem mantimentos para Gôa, e chamada *armada da*

collecta por causa do tributo que esses mantimentos pagavam. Tendo sido atacada pelos arabes a praça de Diu, o governador requisitou o auxilio da armada. José Pereira de Menezes foi, mas chegando defronte de Diu, e achando uma parte da ilha já em poder dos moiros, entendeu que era perigoso entrar, e, chamando a conselho os capitães da armada, deliberou-se, apezar dos signaes e avisos que se faziam de Diu para se indicar que estava desembaraçada a entrada, que havia grande perigo, e a armada afastou-se. Resultou d'ahi saquearem os arabes a cidade, e retirarem-se tranquillamente com os despojos e prisioneiros. Accusado de cobardia, José Pereira de Menezes foi no anno seguinte julgado em Gôa, e condemnado a ser conduzido pelas ruas d'essa cidade com baraço e pregão, de roca á cinta, e depois degredado por dez annos para Mombaça, com perda de todos os bens e mercês e com prohibição do voltar ao serviço. Em consequencia das suas appellações, Pereira de Menezes viu levantado o sequestro dos seus bens, e escapou á pena de baraço e pregão por invocar a sua qualidade de cavalleiro da ordem de Christo, que o punha ao abrigo de penas infamantes. Este homem, que expiava uma falta que não era da sua exclusiva responsabilidade, pois, quando reconheceu o perigo, chamou os capitães, que fôram de parecer que a armada não devia entrar, foi pouco depois preso e encarcerado nos carceres da Inquisição, accusado de varios crimes, que não havia commettido. Conseguiu tambem provar a sua innocencia, sendo condemnados a degredo os denunciantes e os miseraveis que se prestaram a jurar falso contra elle.

Pereira de Mesquita *(Manuel de Castro)*. Commendador da ordem do Christo, official da Legião de Honra de França, ministro e secretario de Estado, etc. N. em Freixo de Numão a 14 de outubro de 1778, fal. no Porto em 16 de agosto de 1863. Segundo a *Noticia dos ministros e secretarios de estado do regimen constitucional*, de José Augusto da Silva, o nome completo d'este escriptor é: *Manuel de Castro Pereira de Mesquita Pimentel Cardoso e Sousa*. Tendo frequentado a Universidade de Coimbra e a Academia de Marinha, levantou em 1796 uma companhia do cavallos á sua custa, e foi despachado capitão para o regimento de dragões do Chaves. Sendo já major em 1808, foi mandado para França na legião lusitana organisada por Junot, o tendo acompanhado por ordem de Napoleão o quartel general de Massena voltou, depois da retirada d'este, para Hespanha, e permaneceu, embora contrariado, ao serviço do imperador. Quando este saiu de Paris em maio de 1812, para a expedição da Russia, nomeou Mesquita commandante do 3.º regimento, com o qual a 20 de novembro d'esse anno se achava perto de Tobotchimo na occasião em que Bonaparte ahi chegou vindo de Moscow. Quando a 27 do dito mez o regimento passou o Berezina contava ainda 770 praças, mas sendo envolvido na miseria e no desastre da retirada do exercito francez já não pôde reunir 10 homens no bivaque do seu chefe no dia 31 seguinte, porque na maior parto haviam morrido de fome e de frio. D'esse corpo alguns desertaram em Wilna, unica terra onde encontraram habitantes, outros fôram prisioneiros de Kowno, o a França não chegaram a voltar 30 entre officiaes e soldados. Pereira de Mesquita tinha feito desde o principio da campanha todas as diligencias de passar com o regimento para os russos como communicou ao general Witgnestein, tanto por um padre jesuita como por dois officiaes de sua confiança em Polotsch pouco depois da sua chegada áquella cidade; não pôde realisar o seu intento, mas durante a retirada dos francezes conseguiu escapar-se e foi buscar a protecção das tropas e do governo moscovita para voltar á patria. Em Londres publicou em 1811 um folheto com o titulo de *Historia da legião portugueza em França*, em que se encontra uma narração exacta e fiel do modo por que esse corpo soube illustrar o nome portuguez, embora combatendo ás ordens d'aquelle que arbitraria e despoticamente invadira o nosso paiz, e resolvera nos seus dias de gloria que a Casa do Bragança havia cessado de reinar. Voltando a Portugal foi Pereira do Mesquita encarregado de negocios em Madrid desde novembro de 1821 até outubro do anno seguinte, ministro dos negocios estrangeiros de 1 de junho a 9 de novembro de 1837, deputado ás côrtes constituintes e senador em 1839 e 1840. Além da *Historia*, que já citámos, publicou tambem no *Investigador portuguez*, n.º LIII, 1815, de pag. 1 a 10; n.º LVII, 1816, de pag 125 a 138; e n.º LVIII, de pag. 245 a 255, uns *Extractos da historia da embaixada da Polonia em 1812 pelo abbade de Pradt;* em 1836 um opusculo com o titulo de *Os acontecimentos dos dias 25 e 26 de abril na cidade do Porto;* um *Discurso* pronunciado na camara dos senadores em 1839, e collaborou com João Carlos Feo Castello Branco na *Resenha das familias titulares* impressa em 1838.

Pereira de Miranda *(Antonio Augusto)*. Ministro do Estado honorario, gran-cruz da ordem de Christo, governador do Banco de Portugal, provedor da Santa Casa da Misericordia de Lisboa, deputado, par do reino, etc. E' natural de Coimbra. Cursou os estudos em Lisboa, dedicando-se depois á carreira commercial, adquirindo desde logo as geraes sympathias e considerações, sendo sempre de grande influencia. Entrando na politica, foi um dedicado amigo politico do bispo de Vizeu, no partido reformista, e depois no progressista, do seu antigo chefe Anselmo José Braamcamp, e mais tarde do sr. conselheiro José Luciano de Castro, prestando-lhes sempre o seu auxilio, especialmente em assumptos financeiros. Exerceu o cargo do governador do Banco de Portugal, sendo a sua gerencia muito apreciada, e valendo-lhe o ser agraciado com a gran-cruz da ordem de Christo. Pelo fallecimento do dr. Thomaz de Carvalho e do seu adjunto Jorge Camelier, em 1897, foi nomeado provedor da Santa Casa da Misericordia, cargo que ainda hoje exerce. Tambem foi presidente do conselho de administração dos Caminhos de Ferro do Estado. Tem sido deputado em diversas legislaturas, e par do reino, eleito em 8 de janeiro de 1880, tomando posse na respectiva camara a 5 de junho do mesmo anno. Em ambas as casas parlamentares a sua voz foi escutada com attenção e apreço. Por diversas vezes foi convidado para acceitar uma pasta de ministro, mas sempre se recusou, porque esse elevado cargo considerava o um grande sacrificio. Em outubro de 1904, é que, a muitas instancias do sr. conselheiro José Lu-

ciano de Castro, se resolveu a entrar no ministerio, encarregando-se da pasta do reino. A sua situação, porém, era em extremo melindrosa, visto o verdadeiro titular da pasta ser o presidente do conselho, impossibilitado de sair de casa pela doença. Increpado no parlamento e, sem duvida, incommodado pela subalternidade em que se encontrava visto não poder proceder segundo o seu criterio mas em conformidade das instrucções recebidas do seu chefe, abandonou os con-

Antonio Augusto Pereira de Miranda

selhos da Corôa em maio de 1905, sendo substituido pelo sr. conselheiro Eduardo José Coelho.

Pereira de Miranda *(Francisco Eugenio).* Residente de Cabinda. N. a 30 de maio de 1848, sendo filho de Silvestre José de Miranda e de D. Maria do Nascimento Miranda. Assentou praça em caçadores n.º 2 em 17 d'agosto de 1865, tendo concluido o curso no Real Collegio Militar; foi promovido a alferes graduado para o batalhão de caçadores n.º 5 em 19 de janeiro de 1870, alferes effectivo para caçadores n.º 11 em 29 de março do mesmo anno, tenente para caçadores n.º 6 em 18 de agosto de 1875, capitão sem prejuizo, para ir desempenhar uma commissão no ultramar, por decreto de 3 de dezembro de 1879; foi nomeado para ir á India acompanhando o batalhão expedicionario que para ali foi, bem como para acompanhar a Lisboa o que lá estava: fez parte d'uma commissão que foi a Angola em serviço d'obras publicas, e permaneceu n'aquella provincia 1 annos; exerceu durante 7 annos uma commissão de serviço na secretaria da guerra; foi considerado pertencendo ao estado maior de infantaria, por effeito do decreto de 30 de outubro de 1884. Foi nomeado para exercer o logar de residente de Cabinda no districto do Congo, que então se creara, por decreto de 10 de junho de 1887. Pereira de Miranda foi elogiado pelo ministerio da marinha pela maneira como desempenhou a commissão de acompanhar á India o batalhão expedicionario, mostrando n'este serviço muito zelo e dignidade, e mantendo sempre a fôrça que commandava debaixo de toda a disciplina militar.

Pereira de Miranda *(Jacinto).* Poeta que viveu no seculo XVIII, de que apenas se conhece o seguinte escripto: *Ecloga em que um pastor explica os sentimentos da morte da sua pastora*, Lisboa, 1786.

Pereira de Moraes *(Frederico Augusto).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, curador geral dos orphãos em Lisboa, delegado do procurador regio de Cintra, juiz de direito em Taboa, etc. N. em Lisboa a 29 de maio de 1821, fal. em Taboa em novembro de 1869. Era filho de Aurelio José de Moraes, que começou a ganhar certa celebridade politica, por ser o primeiro official que na tarde de 15 de setembro de 1820, sendo então tenente do regimento de infantaria n.º 16, se apresentou com a companhia do seu commando interino na praça do Rocio, e ali proclamou a mudança do governo e das instituições, victoriando a revolução poucos dias antes effeituada no Porto a 24 de agosto d'esse anno. Frederico Pereira de Moraes, matriculando-se na Universidade de Coimbra tomou o grau de bacharel em Direito, depois d'um curso distincto. Em seguida foi nomeado delegado na comarca de Cintra, onde se conservou alguns annos. Foi mais tarde nomeado curador dos orphãos perante os juizes de direito da primeira e segunda varas de Lisboa, sendo depois transferido, a seu pedido, para o mesmo logar de curador dos orphãos para o Porto, e em 1860 foi nomeado juiz de direito na comarca de Taboa. O seu mau estado de saude e a quasi total cegueira, a que se viu reduzido, o obrigaram a pedir a sua aposentação, e falleceu pouco depois de lhe ter sido concedida. Casara, quando esteve em Cintra, com uma filha do coronel Varnhagen, irmã do visconde de Porto Seguro, e consagrou a sua penna á defeza da familia de sua mulher, publicando em 18 8, o seguinte livro em homenagem á memoria do sogro: *Subsidios para a historia do Ypanema, comprehendendo: 1.º a Memoria historica do Senador Vergueiro, impressa pagina por pagina pela edição de 1822; 2.º o Appendice que foi publicado com a mesma Memoria; 3.º Um additamento a esta segunda edição d'ella, contendo mappas e documentos ineditos*, etc.; com duas estampas gravadas. Consta ter sido da sua penna a carta anonyma publicada no *Jornal do Commercio* em resposta a outra, que Alexandre Herculano publicara no n.º 1399 do mesmo jornal, com a exposição dos motivos que o levaram a declinar a eleição que o concelho de Cintra e annexos fizeram d'elle para deputado ás côrtes em 18 8. Collaborou n'um jornal politico, litterario e noticioso, intitulado o *Salcio*, que se publicou em Lisboa em 1856 e 1857. Escreveu mais: *Diatribe contra a timonice do «Jornal de Timor» maranhense, ácêrca da «Historia Geral do Brazil» do sr. Varnhagen*, Lisboa, 1859. Tem no fim a assignatura *Erasmo*, que é o anagramma de Moraes.

Pereira do Nascimento *(José).* Medico da armada real e explorador naturalista da provincia de Angola, logar que exerce com verdadeira proficiencia desde a morte do sabio africanista José Anchieta. Muito conhecedor dos povos africanos, especialmente da região do planalto de

Mossamedes, o paiz dos cuamatas, cuanhamas, evalas, etc., e outros ainda que vivem entre o Cunene e o Cubango, publicou em 1891 um interessante livro *Da Huilla ás terras do Humbe*, em que largamente se refere áquelles povos. Na qualidade de medico militar tem acompanhado differentes expedições. Publicou tambem, em 1892, a primeira parte d'um valioso estudo denominado *O districto de Mossamedes*, e em 1906 um *Estudo mineralogico da provincia de Angola*, continuação do que publicara antes, em 1901, com o titulo *Exploração geographica e mineralogica no districto de Mossamedes.*

Pereira Nunes *(Alfredo Victor).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; official da secretaria do ministerio das Obras Publicas, etc. N. em Villa Nova, freguezia de S. Thiago de Magueja, concelho de Lamego, a 16 de fevereiro de 1821, sendo filho de José Alves Pereira Barroco e de D. Maria Joaquina Nunes. Escreveu: *Noções elementares de Rhetorica*, Coimbra, 1845; a publicação d'este livro data do tempo em que o autor era ainda estudante do segundo anno de Direito; *Guia do povo, para escolher uma medicina, por Augusto Guyar; segunda edição vertida em portuguez por A. V. P. N.*, Lisboa, 1862; é acompanhada de varias notas illustrativas e criticas do traductor, e constitue uma apologia da homeopathia e da sua proficuidade. Tambem se lhe attribue a celebre *Apologia da causa italiana* escripta em 1861 P. Passaglia, que appareceu traduzida no jornal *O Portuguez*, e precedida no n.º 2592 de um artigo do traductor. Tem esse n.º a data de 21 de dezembro do referido anno.

Pereira Pestana *(Francisco).* Fidalgo da Casa Real. No tempo em que governava o reino de Napoles el-rei D. Fradique, combateu com valentia, e voltando a Portugal passou por ordem de el-rei D. Manuel a Africa, onde pelo espaço de 7 annos alcançou immortal gloria ao seu nome. D'Africa navegou para a Asia com o posto de capitão, e depois de susteutar a fortaleza de Quiloa na obediencia ao seu soberano, assistiu á celebre conquista de Gôa em 1510, em que deu provas de valor e bravura. Navegou segunda vez para Gôa, no tempo do governador da India D. Duarte de Menezes, provido d'uma capitania, de que o privou em 1524 o vice rei D. Vasco da Gama, por effeito de intrigas que lhe moveram os seus inimigos; e apezar de no anno de 1525, governando D. Henrique de Menezes, soccorrer com o posto de capitão d'um galeão a fortaleza de Calicut, as intrigas prevaleceram a tal ponto, que ao chegar a Lisboa, esteve preso dois annos no castello, até que, sendo justificada a sua innocencia, foi restituido á liberdade. Acompanhou o infante D. Luiz na expedição a Tunis, alcançando sempre fama de valoroso guerreiro e prudente capitão. Foi camareiro do infante D. Affonso, filho d'el rei D. Manuel. Deixou alguns manuscriptos ácêrca d'Africa e do governo da India.

Pereira Pimenta *(Eduardo).* Cirurgião medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto. N. n'esta cidade em 18 de outubro de 1835, onde tambem fal. em 19 de abril de 189-. Tendo concluido o curso medico, foi nomeado em 18 de janeiro de 1870 demonstrador da secção cirurgica da mesma escola, substituto em 7 de julho de 1870 e lente proprietario da 10.ª cadeira em 6 de fevereiro de 1873. Pouco escreveu, mas o seu nome merece especial recordação pelos grandes serviços que prestou ao ensino cirurgico.

Pereira Pimenta *(Sebastião).* Cavalleiro professo da ordem de Christo, secretario do padroado real, abbade de Lindoso. Era filho do dr. João Pereira Pimentel, provedor das Capellas, e de D. Marianna Josepha de Menezes. Fal. a 3 de julho de 1720. Foi poeta muito apreciado no seu tempo. Escreveu: *Romance em applauso do theatro genealogico da casa de Sousa composto por Manuel de Sousa Moreira;* saiu entre outras poesias no principio d'esta obra, Paris, 1694. Deixou em manuscripto: *Invectiva jocosa aos Lenitivos da dôr*, que compoz Fr. Francisco da Natividade, da ordem carmelitana.

Pereira Pimentel *(João de Rezende).* Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo. Era natural de Lisboa, e viveu no seculo XVII, sendo filho de João de Rezende e de D Filippa Godinho de Oliveira. Como parcial do dominio de Castella, saiu de Portugal, quando D. João IV foi acclamado em 1640; passou a Genova, e d'ali a Roma, onde tratou d'algumas negociações por conta de Hespanha com a Curia Romana, e posteriormente foi capitão de couraças no estado de Milão, a 6 de novembro de 1647. Escreveu: *Memorial al Rey Nuestro Señor*, Madrid, 1651.

Pereira Pinheiro *(Bernardino).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em Coimbra a 20 de fevereiro de 1837, fal. em Lisboa a 3 de março de 1896. Era filho do capitão e proprietario de navios José Joaquim Pinheiro. Destinando-se á carreira commercial, cursou em Lisboa a Aula do Commercio, indo depois para o Brazil, conservando-se alguns annos no Rio de Janeiro. Durante esse tempo affirmou ali a sua vocação litteraria, sendo um dos fundadores do Gremio Litterario Portuguez, redigindo o jornal *A Semana*, durante a sua primeira série, e collaborando no *Jornal do Commercio*, um dos jornaes mais considerados e de maior publicidade no Rio de Janeiro. Voltando a Portugal, matriculou-se na Universidade, concluindo com distincção o curso de Direito, e tomando o grau de bacharel em 1862. Entrou na carreira de funccionario publico como conservador do registo de hypothecas do districto de Coimbra, logar que adquiriu por concurso. Em Lisboa exerceu a advocacia com muita distincção, e em 1870 foi ao concurso para secretario do Supremo Tribunal de Justiça, sendo nomeado mais tarde director geral do mesmo Tribunal, logar que exerceu até fallecer. Bernardino Pinheiro foi intimo amigo do estadista Saraiva de Carvalho. Espirito liberal e democrata, militou no partido republicano moderado, e foi deputado em varias legislaturas. No *Jornal do Commercio*, de Lisboa, publicou varios artigos doutrinaes, sendo um sobre *Emigração*; outro sobre o *Registro civil;* outro intitulado *Boatos de iberismo*, etc., os quaes mereceram serem transcriptos em outros jornaes. Nas *Estreias litterarias*, de Coimbra, publicou um pequeno romance historico, *El rei perdôa.* No *Instituto*, vol. XI, 1862 a 1863, publicou a pag. 25, 57, 89, 113, continuando ainda no tomo XII, *Ensaio sobre a organisação da sociedade universal.* Na *Revis-*

ta contemporanea de Portugal e Brazil, tomo IV, pag. 121 a 136, o romance *A Filha do Povo*, 1486. Na mesma *Revista*, tomo IV, pag. 489 a 500, o romance *D. Guiomar Coutinho*. Em separado publicou: *Arzilla, romance historico do seculo XV*, Coimbra, 1862; *Sombras e Luz, romance do reinado de D. Manuel*, Lisboa, 1863; *Os amores de um visionario*, e um estudo sobre o reinado de D. Diuiz, que faz parte da *Historia de Portugal*, que foi editada pela *Empresa Litteraria de Lisboa*.

Pereira Rego *(Antonio)*. Cavalleiro professo da ordem de Christo, celebre picador. N. em Ponte do Lima em 1629, fal. em 1692, sendo filho de Fernando Pereira Rego e de Magdalena Salgado. Distinguiu-se muito como militar na guerra con tra a Hespanha. Foi cavalleiro eximio, e grande caçador. Escreveu: *Instrucção de cavallaria de brida com um copioso tratado de alveitaria*, Coimbra, 1679; teve outras edições, tambem em Coimbra, nos annos de 1693, 1712, 1733 e 1767. E' uma obra considerada classica na especialidade de que trata.

Pereira Ribeiro *(P. Manuel Marques)*. Conego da sé de S. Nicolau de Cabo Verde, vogal das missões ultramarinas, etc. N. no logar de Paços da Serra, concelho de Gouveia, a 7 de fevereiro de 1808, fal. em Coimbra em 1906 com perto de 99 annos, que completava em 7 de fevereiro de 1907. Era tambem conhecido pelo *P. Manuel Alegria*, por ter residido muitos annos na rua da Alegria; tambem lhe chamavam o *Padre Eterno*, pela sua avançada edade, por estar prestes a completar um seculo. Era o decano do clero portuguez, e certamente um dos seus membros mais conhecidos em todo o paiz. Veiu aos 9 annos de edade para Coimbra, dando entrada no Seminario Episcopal, onde concluiu o curso de theologia e tomou ordens. Foi coadjutor da freguezia de S. Thiago, de Coimbra, e capellão dos hospitaes da Universidade. Em 6 de setembro de 1871, foi nomeado conego da sé de S. Nicolau de Cabo Verde, e em 12 de janeiro de 1874 vogal das missões ultramarinas, sendo nomeado em 1875 capellão do cemiterio da Conchada, de Coimbra. Foi o primeiro padre que se ordenou no partido constitucional, e o ultimo dos sobreviventes dos 225 individuos que assignaram nos paços do concelho de Coimbra, no dia 9 de maio de 1834 o auto de fidelidade á rainha D. Maria II, no dia seguinte da entrada do exercito libertador n'esta cidade.

Pereira da Rocha *(Lourenço)*. Cirurgião, escrivão da camara de Lamego, e alferes-mór d'essa cidade. N. no Porto em 1693, falleceu depois de 1763. Foi cirurgião ordinario e do partido d'el rei. Escreveu: *Observação cirurgica, caso não só raro, mas unico de uma hernia ossea, casualmente descoberta, animosamente extrahida, e felizmente curada*, Lisboa, 1735; com uma gravura em madeira.

Pereira da Rocha *(Seraphim)*. Só se conhece este nome pelo seguinte folheto: *Problema resolvido; se os corpos regulares devem totalmente supprimir-se ou conservarem-se alguns para memoria; obra que poderá talvez servir de complemento ao folheto intitulado «Memorias»*, etc., Lisboa, 1821.

Pereira Rodrigues *(José Maria)*. Empregado superior da alfandega de Lisboa, deputado, jornalista, escriptor, etc. N. em Lisboa em 1837, onde tambem fal. a 7 de maio de 1885. Era filho de José Joaquim de Sousa Rodrigues, chefe de repartição no governo civil de Lisboa, e irmão do bacharel formado em Direito e jornalista. João Felix Rodrigues. Foi alumno do Curso Superior de Letras. Sendo aspirante da alfandega municipal em 1857, teve transferencia para a alfandega de Lisboa em 1862, e ahi passado ás classes superiores, sendo depois vogal supplente do conselho geral das alfandegas, etc. As suas commissões de serviço publico, habilitações, etc, constam d'um impresso que publicou com o requerimento, em que pedia a collocação n'um logar de primeiro verificador das alfandegas maritimas de primeira classe de Lisboa ou Porto, sem indicação de logar nem data, mas é de Lisboa, 1875. Na legislatura de 1874 teve assento na camara dos deputados, eleito pela ilha de S. Thomé. Foi por alguns annos director da *Revista dos theatros*, e collaborador de varios jornaes. Foi fundador e redactor da *Chronica dos theatros*, juntamente com Eduardo Coelho e Eusebio Simões. Publicou em jornaes e em volumes as biographias de artistas notaveis, entre as quaes se contam as de José Carlos dos Santos, Auber, Mongini, Rossi Cacia, Fricci, Ristori, Stagno, Nery-Baraldi, Volpini e Beneventano. Pereira Rodrigues era cavalleiro da ordem de S. Thiago, e cavalleiro e commendador da de Carlos III, de Hespanha. Escreveu: *O Prestidigitador*, drama em 5 actos, vertido em portuguez de collaboração com Eduardo Coelho, e representado no theatro de D. Maria II, Lisboa, 1862; *Ensaios litterarios*, Lisboa, 1863; *Estudos litterarios*, originaes e traducções, Lisboa, 1869; *Uma troca de maridos*, comedia em 1 acto representada pela primeira vez no theatro de D. Maria II em 31 de janeiro de 1869, Lisboa, 1869; *Boa desforra*, comedia em 1 acto, representada no theatro da Trindade em 1870, Lisboa, 1870; *Uma visita a Madrid*, Lisboa, 1871; *Escorços biographicos e criticos*, Lisboa, 1871; fez-se 2.ª edição, augmentada, em 1873; *Discurso proferido na camara dos deputados em sessão de 5 de março de 1875 em defeza de Gregorio José Ribeiro, governador de S. Thomé, das accusações que lhe fizera Barros e Cunha* (V. o respectivo *Diario das sessões); Replica ao advogado Antonio Maria de Carvalho*, Lisboa, 1875.

Pereira Rubião *(Francisco Ignacio)*. Cavalleiro da ordem de Christo, bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Villa Real, e fal. no Porto a 25 de março de 1846 Recebeu o grau de bacharel em 1814. Escreveu: *Taboas aerometricas e thermometricas necessarias tanto ao distillador, como ao consumidor de liquidos espirituosos*, Paris, 1835; *Ensaio sobre o fabrico das aguas-ardentes para bebida*, Porto, 1842; *Colméa Nuttiana, importada de França*, Paris, 1835; *O Alto Douro*, 1.ª, 2.ª e 3.ª publicação, Porto, 1842; 4.ª, 1843. Deu logar a estas publicações a questão suscitada por aquelle tempo, ácêrca da conveniencia ou inconveniencia, utilidade ou inutilidade, do tratado de commercio com a Inglaterra, pelo que dizia respeito aos vinhos do Douro. O autor deplora se nos seus escriptos contra a utilidade do tratado. Escreveu mais: *O Vinhateiro: obra em que se trata da cultura, da fabricação, conservação e distillação do vinho*, Porto, 1844.

Pereira de Sá *(P. Simão)*. Jesuita. N. no Rio de Janeiro a 22 de junho de 1701. Era filho de Simão Pereira de Sá e de Anna Bocan. Educou-se no collegio da Companhia de Jesus d'aquella cidade, aprendendo latinidade e musica, e recebeu o grau de mestre em Artes. Passando depois á Universidade de Coimbra, seguiu o curso da faculdade de Canones, em que se formou a 23 de julho de 1720. Escreveu: *Historia topographica e bellica da nova colonia do Sacramento do Rio de Janeiro, Noticias chronologicas do bispado do Rio de Janeiro; Propugnaculo da advocacia; Sabedoria perfeita e tarde conversada; Conceitos joco-serios em problemas e cartas*; *Orações academicas; Obras metricas*. Parece que nenhuma d'estas obras se chegou a imprimir.

Pereira Sampaio *(Antonio do Nascimento)*. Vice-almirante reformado. N. em 1833, fal. em 21 de janeiro de 1899. Foi governador de Cabo Verde, da provincia de Angola e do Estado da India. Quando se fundou a Sociedade de Geographia, foi um dos primeiros a associar-se. Foi presidente effectivo e honorario d'esta instituição, que tantos serviços tem prestado ao paiz, ajudante de campo honorario d'el-rei D. Carlos e d'el rei D. Manuel. Dedicava se muito ao estudo de questões coloniaes. Das suas viagens escreveu e publicou interessantes narrativas, em folhetins do *Diario de Noticias*, assim como outros artigos de assumptos maritimos e coloniaes.

Pereira Sampaio *(Diogo)*. Fidalgo cavalleiro por alvará de 24 de maio de 1602, e capitão-mór das villas de Tentugal e Povoa, por provisão de 20 de outubro ee 1622. Era filho de Ruy Pereira de Sampaio e de sua mulher D. Mecia Nunes de Vasconcellos. Fal. a 30 de setembro de 1624. Casou em Coimbra com D. Angela Serrão Prestrello, filha de Fernão Nunes da Costa, thesoureiro-mór da Casa de Ceuta e da Mina, e escrivão da Fazenda em 1534, fidalgo da casa do cardeal infante D. Henrique, e de sua mulher D. Violante Serrão Prestrello.

Pereira de Sampaio *(Duarte)*. Era filho primogenito de Ruy Pereira de Sampaio, e de sua mulher D. Mecia Nunes de Vasconcellos. Serviu largos annos na India, e por alvará de 20 de fevereiro de 1581 foi feito capitão de Maluco e fortaleza de Tidore. Era moço fidalgo por alvará de 7 de março de 1557, e foi-lhe aforado o *mandouim* de Taná, por carta de 21 de março de 1601. Casou na India com D. Izabel, filha de Antonio da Silva, capitão de Diu.

Pereira Sampaio *(José)*. Vice-almirante. N. em 1840 e fal. em 10 de dezembro de 1904. Alistou se na armada em 4 de abril de 1853, era aspirante de marinha de segunda classe a 28 de julho de 1857, sendo promovido á primeira classe a 8 de outubro de 1858, a guarda-marinha em 7 de maio de 1860; a 2.º tenente em 18 de maio de 1862; a 1.º tenente em 26 de março de 1873, a capitão-tenente om 5 de junho de 1889, a capitão de fragata em 7 de junho de 1891 e a capitão de mar e guerra em 5 de abril de 1894, reformando se no posto de vice-almirante em 1900. Commandou as canhoneiras *Rio Minho* e *Tavira*, na esquadrilha fiscal da costa, as escunas *S. Thomé* e *Napier*. Foi ajudante do corpo de marinheiros e commandante da 3.ª divisão do mesmo corpo; ajudante do chefe do departamento maritimo do sul, segundo commandante do corpo de marinheiros, inspector fiscal na entrega das responsabilidades no inventario do 1.º deposito do Arsenal, e nos termos do artigo 6.º da portaria de 15 de fevereiro de 1890, commandante da 1.ª divisão do corpo de marinheiros; presidente da commissão nomeada para formular um projecto de alteração de uniformes para as praças do corpo de marinheiros e escola de torpedeiros, e presidente da commissão do serviço da reserva da armada. Foi encarregado do commando do deposito da estação naval de Angola, capitão do porto de Loanda e chefe do estado maior da divisão naval da Africa Occidental; vogal do commando fiscal da administração da armada, presidente da commissão encarregada de formular o regulamento de saude naval, commandante da estação naval do *Atlantico Sul* e da corveta *Bartholomeu Dias*. O vice-almirante José Pereira Sampaio era condecorado com a ordem de S. Bento de Aviz e com as medalhas de prata do bons serviços e de serviços do ultramar.

Pereira de Sampaio *(Ruy)*. Fidalgo e cavalleiro da Casa Real, por carta de D. João III, de 1 de agosto de 1548. Era filho de Diogo Pereira de Sampaio, *homem cavalleiro e fidalgo de sua casa*, privilegio concedido por D. João II, por carta de 30 de maio de 1487, e confirmado depois por D. Manuel em carta de 18 de outubro de 1502, e por D. João III, por outra carta de 28 de setembro de 1528; e de sua mulher D. Catharina Annes Negroa ou Zuzarte. Ruy Pereira Sampaio foi capitão das villas de Tentugal e Povoa, por carta regia do D. Sebastião de 24 de abril de 1572. Em 1598, sendo rei de Portugal Filippe II de Hespanha, concorreu para a obra do convento do Carmo de Tentugal. Casou em Lisboa com D. Mecia Nunes de Vasconcellos, filha de Nuno do Quental, guarda-mór da Torre do Tombo, fidalgo da Casa Real, procurador em côrtes e coronel d'um terço de infantaria o de toda a cavallaria da comarca de Leiria; e de sua mulher, D. Izabel Espinola.

Pereira de Sant'Anna *(Fr. José)*. Religioso da ordem dos carmelitas da antiga observancia, doutor em theologia pela Universidade de Coimbra, provincial da sua ordem, confessor da rainha D. Maria I, quaudo princeza, e das infantas suas irmãs. N. no Rio do Janeiro a 4 de fevereiro de 1696, fal. em Salvaterra a 31 de janeiro de 1759. Chamava se no seculo José Pereira de Sá Bacon, sendo filho de Simão Pereira de Sá, nascido em Portugal, e d'uma senhora de origem franceza. Revelou nos primeiros estudos não só grande talento, mas tambem grande propensão para a poesia e para a musica, para a poesia, improvisando com toda a facilidade versos em portuguez e em latim; para a musica, não só compondo musicas sacras muito applaudidas, como tambem modinhas profanas que obtiveram grande exito, e por muito tempo se cantaram no Brazil. Professou aos 19 annos na ordem carmelitana, e pouco depois, alcançando-lhe seu pae licença do provincial, partiu para Coimbra, onde se doutorou em Theologia a 17 de maio de 1725. Voltando depois ao Brazil ensinou philosophia e theologia moral, sendo o primeiro que fez conhecidas no Brazil as doutrinas de Bacon. Assim que se jubilou, regressou a Portugal, e foi nomeado lente substituto de philosophia na Universidade de Coimbra. Em 1740 escolheram-

n'o os seus confrades para chronista da ordem, e n'essa qualidade, escreveu: *Chronica dos carmelitas, da antiga e regular observancia n'estes reinos de Portugal, Algarve e seus dominios*, Lisboa, tomo I, 1745. tomo II, 1751. D'esta obra, muitissimo minuciosa, não se pôde publicar mais volume nenhum, porque no incendio que se seguiu ao terremoto de 1755 arderam os manuscriptos do 3.º e 4.º volumes, assim como os documentos que os abbades dos differentes conventos tinham enviado, e de muitos dos quaes não ficára copia. A' *Chronica* segue-se uma *Dissertação apologetica, historica, liturgica, dogmatica e politica para intelligencia e observancia das principaes leis municipaes da provincia carmelitana portugueza*, impressa em 1751. Celebrando se um capitulo da ordem em Lisboa no anno de 1744, foi Fr. José Pereira de Sant'Anna nomeado seu presidente, depois de ter recebido os privilegios de provincial. Escolheram-n'o no paço para confessor das filhas d'el-rei D. José, e no exercicio d'este cargo, falleceu. Escreveu mais: *Os dois Atlantes da Ethiopia, Santo Elesbão imperador XLVII da Abyssinia, advogado dos perigos do mar, e Santa Ifigenia, princeza da Nubia, advogada dos incendios nos edificios*, Lisboa, tomo I, 1735. tomou II 1738; *Vida da insigne mestra do espirito, a virtuosa madre Maria Perpetua da Luz, religiosa carmelita do Convento de Beja*, Lisboa, 1742.

Pereira dos Santos *(José Gonçalves)*. Tenente-coronel de engenharia, ministro de Estado honorario, do conselho de Sua Majestade, lente da Escola do Exercito e do Instituto Industrial de Lisboa, etc.. N. na Figueira da Foz a 2? de dezembro de 1855. Assentou praça em 5 de janeiro de 1874, sendo promovido a alferes em 8 de janeiro de 1879, a tenente em 3 de fevereiro de 1881, a capitão em 31 de outubro de 1884, a major em 5 de dezembro de 1901, a tenente coronel em 5 de dezembro de 1903. Filiando-se no partido regenerador, foi pela primeira vez deputado em 1881, tornando-se logo notavel como parlamentar, na discussão ácêrca do caminho de ferro de Lisboa á Figueira da Foz e Alfarellos, merecendo ser convidado para a commissão das obras publicas e para relator do projecto do porto de Leixões. Por tal fórma desempenhou esta missão que a Associação Commercial do Porto e outras corporações importantes d'aquella cidade lhe prestaram homenagem. Na mesma legislatura foi relator de varios projectos importantes, contando se entre elles o do caminho de ferro da Beira Baixa. Mais tarde foi encarregado por Fontes Pereira de Mello para ser relator do projecto do porto de Lisboa, que defendeu distinctamente. Fontes Pereira de Mello tambem o encarregou das clausulas do concurso de projectos para a execução do porto de Lisboa. Em 1883 foi relactor da proposta de lei que autorisou o governo a envolver as questões da administração da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portuguezes, e do segundo contrato entre o governo e o empreiteiro Hersent para a conclusão das obras do porto de Lisboa. Demittido o ministerio regenerador em 1886, os seus amigos fizeram com que fôsse eleito deputado pela maioria no circulo plurinominal de Leiria, que elle representou até 1895. De 1885 a 1886 havia deixado de pertencer á camara por effeito da lei eleitoral que estabelecia incompatibilidades, e foi sempre eleito pela opposição, pelo circulo da Figueira da Foz. Em 1896 tambem se salientou pela fórma com que tratou da interpretação do contrato das obras do porto de Lisboa, sabendo alliar á accusação logica e vigorosa a fina cortezia, o que lhe valeu geraes applausos até mesmo dos adversarios politicos, tratando a questão exclusivamente pelo lado administrativo e technico. N'este periodo egualmente se notabilisou na discussão do projecto que transferiu das juntas geraes para a administração do Estado a conservação e policia das estradas districtaes. Na sessão legislativa de 1899 tratou com superior criterio da reforma do exercito proposta pelo sr. conselheiro Sebastião Telles, sendo o seu discurso considerado um dos primeiros d'esta sessão, e ainda o projecto relativo á administração dos Caminhos de Ferro do Estado. Na sessão legislativa de 1900, em que representava o circulo de Soure, distinguiu se pela fórma como tratou todas as questões importantes relativas ao ministerio das obras publicas, taes como a viação ordinaria, cabo submarino para a Africa do Sul, orçamento do referido ministerio, reforma dos serviços dos correios e telegraphos e levadas da Madeira. Foi nomeado lente do Instituto Industrial em 188?, precedendo concurso, regendo ultimamente a cadeira de machinas. Quando na Escola do Exercito se effeituou um concurso para diversas cadeiras foi o sr. conselheiro Pereira dos Santos o candidato escolhido pelo jury para lente adjunto das cadeiras de resistencia de materiaes e machinas. Sendo este concurso annullado, entrou definitivamente na Escola do Exercito em 1892, por proposta do conselho superior das Obras Publicas. Em 1900, organisando ministerio o fallecido estadista Hintze Ribeiro, foi convidado para se encarregar da pasta das Obras Publicas. O sr. conselheiro Pereira dos Santos é um engenheiro distincto, e são muitos os trabalhos a que tem ligado o seu nome. Foi o *leader* do seu partido na sessão legislativa de 1905 1907. Em junho de 1910 foi novamente ministro d'aquella pasta, na situação Teixeira de Sousa. E' official, cavalleiro e commendador por serviços distinctos, da ordem de S. Bento de Aviz; official da de S. Thiago; possue a medalha de prata de comportamento exemplar, e a cruz de segunda classe de Merito Militar de Hespanha.

Pereira Sarmento *(Faustino Herculano)*. Bacharel em Theologia pela Universidade de Coimbra. N. n'esta cidade a 30 de março de 1842. Frequentou na Universidade o curso de Theologia, obtendo distincções no 1.º e 4.º annos, recebendo o grau de bacharel a 6 de junho de 1863, fazendo acto de formatura em 25 de maio de 1864. Como escriptor, recebeu em 5 de janeiro de 1866 o diploma de socio da Associação dos Artistas de Coimbra, onde tem exercido diversos cargos, sendo em 1870 eleito presidente. Escreveu e publicou: *O Povo; jornal bimensal dedicado ás classes operarias*, Coimbra, 1866; saiu o primeiro numero em 1 de julho, e parece que terminou com o n.º 6, datado de 31 de outubro. Collaborou tambem em jornaes diversos, taes como o *Tira-teimas*, *Paiz*, *Tribuno Popular*, *A Folha*, etc. Em 1868 compôz uma comedia-drama em 3 actos para o theatro de D. Luiz, com o titulo *Não ha céo sem lagrimas*, que não se chegou a representar.

Pereira de Selão. Pov. na freg. de S. Gonça-

lo, de Villas Boas, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Pereira de Senna *(Fortunato Raphael)*. Doutor em Philosophia pela Universidade de Coimbra, lente de prima jubilado na mesma faculdade. N. em Coimbra a 10 de setembro de 17?3, onde tambem fal. a 9 de fevereiro de 1887, com 93 annos e 4 mezes de edade. Era filho de Joaquim Pereira. Na sua mocidade andou empregado no commissariado inglez, junto ao quartel general de lord Wellington, em Hespanha, tornando-se, por isso, n'essa epoca, muito versado na lingua ingleza. Matriculou-se no 1.º anno da faculdade de Philosophia em 1813, formando-se em 1818, e doutorando-se a 6 de outubro de 1822. Cursou egualmente a faculdade de Medicina, matriculando-se no 1.º anno em 1816; formou se em 1821, mas não se doutorou n'essa faculdade. Em 1827 era demonstrador de historia natural da Universidade, sendo um dos muitos habitantes de Coimbra que assignaram no dia 5 de março d'esse anno uma attestação muito honrosa dos serviços prestados pelo batalhão de voluntarios academicos á causa da Liberdade

Pereira Serzedello Junior *(Antonio José)* Vogal do Conselho Geral das Alfandegas e do Conselho Geral do Commercio, Agricultura e Manufacturas no ministerio das Obras Publicas; director de varias empresas industriaes, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa e de varias associações litterarias portuguezas do Brazil; membro da Associação Commercial de Lisboa, etc. N. n'esta cidade a 2? de janeiro de 1826, onde tambem fal. em 23 d'abril de 1883. Era filho de Antonio José Pereira Serzedello, negociante, e de D. Anna Margarida Pereira Serzedello. Afastado dos estudos superiores a que o chamava o seu talento notavel, pelas necessidades de auxiliar seu pae na gerencia da casa commercial que elle dirigia em chefe, dedicou-se ao estudo aturado de gabinete, na tenacidade do trabalho intellectual da falta d'um curso superior. Apenas teve tempo de seguir os estudos do commercio, então muito deficientes, sendo logo chamado para trabalhar na administração da casa commercial Serzedello & C.ª, e ali se conservou até ao fim da vida, fazendo-a prosperar com a sua sabia gerencia e illustrada direcção. Estudando a fundo a sciencia economica, como indispensavel complemento á sua educação de negociante, Serzedello Junior viu n'essa sciencia nova mais do que a sciencia do commercio, a sciencia fundamental de toda a sociologia. E sob esse ponto de vista, dedicou-se de coração ao estudo d'essa sciencia, e foi esse estudo intelligente e persistente que lhe deu o seu grande nome como orador, a sua reputação de escriptor financeiro, os seus creditos de publicista e o seu titulo de academico. Vinculando o seu nome aos annaes dos mais aureos tempos do *Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, creou ahi um nome laureado com as suas conferencias sobre assumptos economicos, e dedicou-se especialmente á resolução do eterno problema da divisão da riqueza e do trabalho. Serzedello Junior foi fundador da Associação dos Empregados do Commercio e Industria, membro da Associação Commercial de Lisboa, do Montepio Commercial, da Associação Primeiro de Dezembro, da Associação Protectora do Asylo de D. Pedro V, director da Companhia de Fiação de Tecidos Lisbonense e do Banco de Portugal, membro do conselho fiscal da Companhia das Aguas, etc. Foi collaborador financeiro do *Jornal do Commercio*, *Diario de Noticias*, *Archivo Commercial*, *Federação*, *Revolução de Setembro*, cuja redacção principal assumiu durante a ausencia temporaria de Antonio Rodrigues Sampaio, de quem era intimo amigo. Além de todos esses trabalhos jornalisticos, deixou um livro de alto valor, que publicou em 1857, *Os Bancos e os principios que regem a emissão e circulação de notas*. As doutrinas apresentadas n'esta obra tendem á liberdade dos estabelecimentos de credito. Ella lhe serviu de titulo para a sua admissão na Academia Real das Sciencias. Sem nunca fazer da politica a sua profissão principal, Serzedello Junior estava filiado no partido regenerador, que sempre serviu com toda a lealdade. Foi uma vez candidato a deputado por um dos circulos de Lisboa, mas perdeu a eleição. Varias vezes foi vereador da camara municipal, membro do conselho do districto, vogal do conselho de Commercio e Industria, e quando falleceu era presidente da junta geral do districto. Escreveu tambem: *Relatorio ácêrca da reforma das casas fiscaes, e do serviço das alfandegas*, Lisboa, 1863. Foi mandado publicar pela Associação Commercial de Lisboa.

Pereira da Silva *(Antonio)*. Doutor em Theologia, conego magistral de Evora, deputado da inquisição d'essa cidade, deputado da Junta dos Tres Estados, e bispo de Elvas em 1701. Em seguida exerceu o cargo de secretario de Estado, e por ultimo foi bispo da Algarve. Fal. a 17 de abril de 1715. Prelado, estadista e genealogista. N. em Bertiandos, pertencendo á casa dos senhores condes de Bertiandos. Passando a Coimbra doutorou-se em Theologia em 1669, recebeu logo em seguida uma cadeira de conego magistral da sé de Evora, e em 1684 foi nomeado deputado da inquisição d'essa cidade, sendo depois da Junta dos Tres Estados. Nomeado em 1701 bispo d'Elvas, foi pouco depois chamado a Lisboa por D. Pedro II, que o fez seu secretario de Estado. Nomeado em 1704 bispo do Algarve, retirou-se para a sua diocesse, e ali passou o resto da vida. Como genealogista escreveu umas *Arvores genealogicas das familias de Entre Douro e Minho*, que ficaram ineditas, mas que D. Antonio Caetano de Sousa aproveitou largamente para a sua obra.

Pereira da Silva *(Bernardo)*. Doutor em Direito Civil pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa, onde tambem fal. a 28 de março de 1723. Foi collegial do Collegio de S. Paulo desde 1698. Em 1707 entrou no corpo docente na Universidade regendo varias cadeiras da faculdade de Direito, até que foi despachado desembargador da Relação do Porto, e depois da Casa da Supplicação de Lisboa, tomando posse d'este cargo em 1711, e emfim desembargador dos Aggravos em 1715. Do seu merito como jurisconsulto ficaram apenas umas apostillas da materia das cadeiras que regeu. Era tambem poeta portuguez e latino, e alguns versos seus em ambas as linguas ficaram impressos, sendo seu o epitaphio do tumulo do famoso Pegas.

Pereira da Silva *(Fr. Francisco)*. Religioso da ordem Terceira de S. Francisco. N. em Vianna. Escreveu: *O caminho dos terceiros seraphi-*

cos para a celestial patria, 1731; ficou manuscripta; *Chronica da Terceira ordem do reino de Portugal e suas conquistas*.

Pereira da Silva *(Francisco Maria)*. Vice-almirante reformado; engenheiro hydrographo, etc. N. em Lisboa em 1813, fal. na Figueira da Foz em 1 de dezembro de 1891. Assentou praça de guarda-marinha no Porto a 11 de janeiro de 1833, tendo já o curso completo da antiga Academia de Marinha, onde obteve os primeiros premios pecuniarios, e o curso da Aula de Commercio, concluidos em 1831. A 17 de junho de 18,3 foi nomeado para servir nas canhoneiras de Quebrantões, no rio Douro, saindo e entrando repetidas vezes a barra do Porto, debaixo de intenso fogo da artilharia e mosquetaria do inimigo, e batendo este em terra, do forte de Nossa Senhora da Luz e da quinta da China, serviços que lhe mereceram louvor nas Ordens do dia da armada do Porto, n.º 38 e 41 do anno de 1833. Antes de passar ás canhoneiras de Quebrantões, estava embarcado na corveta *Portuense*, destacando d'esta em Ponta Delgada a 2 de maio de 1833 para tomar o commando do hiate *Sousa e Bastos*, e conduzil-o á barra do Porto, commissão que desempenhou a salvo do inimigo, depois de ter cumprido todas as instrucções confidenciaes do commandante d'aquella corveta. Em setembro do mesmo anno, estando a bordo da fragata *Duque de Bragança*, foi destacado d'este navio para commandar a canhoneira n.º 4 de serviço no Tejo, tomando posição em frente da bocca da Ponte da Erva, afim de evitar toda a communicação que os rebeldes tinham por essa zona, vendo-se obrigado a sustentar fogo durante muitos dias successivos. Ainda em fevereiro de 1834 tomou o commando do hiate *Pensamento Feliz*, armado com artilharia da fragata *Duque de Bragança*, indo fundear-se no rio Sado, em frente do Pinheiro, para não deixar passar o inimigo para baixo, o observar lhe os movimentos. Quando terminaram as luctas civis, Pereira da Silva foi mandado servir nos trabalhos geodesicos do reino, onde continuou por largos annos, desempenhando importantes commissões e prestando valiosos serviços, como official, chefe e director geral d'aquelle estabelecimento scientifico. Dirigiu por alguns annos as obras da barra e porto da Figueira da Foz, sendo depois chefe da secção hydrographica na commissão encarregada dos trabalhos geodesicos do reino. Foi inspector dos pharoes do reino, membro de muitas commissões technicas e importantes, e por fim teve o cargo do vogal da commissão permanente de pharoes e balizas no ministerio das Obras Publicas. Entre muitos louvores que mereceu, contam se os seguintes: pelos serviços feitos nas canhoneiras do rio Douro, debaixo de fogo, Ordens do dia da armada do Porto, n.º 38 e 41 de 1833; pelos progressos feitos nos trabalhos geodesicos sob a direcção do marechal de campo Pedro Folque em 1839; pela conclusão dos trabalhos florestaes e planta do grande pinhal de Leiria, Ordem da armada de 31 de julho de 184 ; pelo zelo e exacção com que foi desempenhado um curso de observações de marés no porto de Lisboa, Ordem da armada de 31 de julho de 1844; pela execução da planta e projecto de limpeza da caldeira de Val-de-Zebro, 1845; pelos progressos feitos nos trabalhos hydrographicos da barra do porto de Lisboa, 1848; pelo relatorio geral d'estes trabalhos, 1850; pelo acabamento e publicação do plano hydrographico da barra e porto de Lisboa, portaria de 12 de abril de 1858; pelos trabalhos executados para melhoramento da barra e porto da Figueira da Foz, officio de 16 de março de 1859 da junta geral do districto de Coimbra, officio de 11 de maio da camara municipal da Figueira da Foz; pela abertura da barra e direcção das obras para melhoramentos da barra e porto da Figueira da Foz, portaria de 28 de outubro de 1859; pelo desempenho da commissão e como presidente no ajuste das contas dos pharoes do reino, portaria de 2) de maio de 1869; pelo resultado dos trabalhos da commissão encarregada do artilhamento da praça de S. Julião da Barra, Torre de S. Lourenço da Barra, e outros pontos, portaria de 25 de abril de 1870; como membro da commissão de pharoes e balizas, portaria de 27 de junho de 1882; como membro da commissão que apresentou o plano geral das obras do melhoramento do porto de Lisboa, portaria de 25 d'abril de 1884. Condecorações e mercês com que foi agraciado: Cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa, pela maneira como desempenhou a commissão de levantar a carta topographica do Pinhal Nacional de Leiria, e mais serviços prestados em engenharia civil e hydraulica, decreto de 8 de fevereiro de 1843; cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, pelos seus serviços militares, decreto de 28 de fevereiro de 1853; commendador da ordem de Christo, pelos bons serviços prestados na commissão dos trabalhos geodesicos e topographicos do reino e na qualidade de director das obras da barra da Figueira da Foz, decreto de 21 de setembro de 1859; titulo de conselheiro pelos bons serviços que tem prestado ao paiz em toda a sua carreira militar, decreto de 17 de março de 1866; medalha de ouro da classe de comportamento exemplar, decreto de 24 de maio de 1887. O vice almirante Pereira da Silva era socio honorario do Instituto Polytechnico Brazileiro; membro titular do *Institut d'Afrique*; socio effectivo da Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes: da Associação Maritima e Colonial o da Sociedade de Geographia de Lisboa; socio honorario da Associação dos Artistas de Coimbra, etc. Foi promovido a vice-almirante em 25 de junho de 1889, e reformou-se a 27 de fevereiro de 1890. Escreveu: *Memoria sobre o pinhal nacional de Leiria, suas madeiras e productos rezinosos; offerecida á Associação Maritima e Colonial pelos socios autores da mesma, o srs. Francisco Maria Pereira da Silva e Caetano Maria Batalha*, Lisboa, 1843; com uma carta topographica; saiu tambem nos *Annaes* da mesma Associação; em 1859, fez se segunda edição. Em collaboração com o seu camarada e collega Caetano Maria Batalha, escreveu outra *Memoria sobre observações de marés*, publicada nos *Annaes maritimos e coloniaes*, tomo V, pag. 225 a 346. Escreveu mais: *Resposta ás arguições que alguns habitantes da Figueira fizeram, ácêrca da direcção das obras publicas para melhoramento da barra e porto da dita villa*, Lisboa, 1862; *Breves considerações ácêrca da Analyse e refutação que acaba de publicar o tenente Adolpho Ferreira de Loureiro, á Resposta em que o capitão de fragata Francisco Maria Pereira da Silva se justifica das arguições que lhe fizeram alguns*

habitantes da Figueira, etc., Coimbra, 1863; *Relatorio das obras para melhoramento da barra e porto da Figueira desde o seu principio em maio de 1857, até o fim do anno economico de 1859-1860*; *Segunda edição adaptada ás cinco estampas agora publicadas, as quaes abrangem as plantas e desenhos gue acompanharam em maior escala este Relatorio*, etc., Lisboa, 1865; contém tambem documentos e mappas demonstrativos, e é acompanhado d'um atlas de seis estampas em grande formato. A data da primeira edição ignoramos; *Pharoes, marcas maritimas, estações semaphoricas e postos meteorologicos em Portugal*, Lisboa, 1872; *O serviço hydrographico em Portugal, indicações para a sua reforma*, Lisboa, 1880; *Entrada do porto de Lisboa*, Lisboa, 1882; *Trabalhos hydrographicos no ministerio da marinha e ultramar*, Lisboa, 1886; *Projecto de melhoramento do porto de Lisboa*, Lisboa, 1884.

Pereira da Silva (*Gaspar*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, juiz do Tribunal do Commercio, deputado, ministro de Estado, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. na Covilhã a 3 de março de 1801, fal. em Lisboa a 13 de novembro de 1870. Tendo estudado o curso de Direito na Universidade de Coimbra, seguiu a carreira da magistratura, foi presidente dos tribunaes do commercio de Lisboa e do Porto, juiz do tribunal superior do commercio, e pela extincção d'este passou a juiz da Relação de Lisboa. Foi ministro da justiça desde 21 de fevereiro de 1862 até 5 de março de 1865, fazendo parte do gabinete presidido pelo duque de Loulé. Tendo sido nomeado socio effectivo da Academia Real das Sciencias, passou a socio emerito em 1869. Escreveu: *Fontes proximas do Codigo Commercial Portuguez, ou referencia aos codigos das nações civilisadas, e ás obras dos melhores jurisconsultos, onde se encontram disposições ou doutrinas identicas, ou similhantes, á legislação do mesmo Codigo*, etc., Lisboa, 1843.

Pereira da Silva (*João*). Cavalleiro da ordem de Christo, escrivão do Tribunal da Nunciatura Apostolica, membro da Academia dos Singulares, etc. Era natural de Lisboa e fal. a 10 de outubro de 1708. Escreveu: *Epinicio lusitano á memoravel victoria de Montes Claros*, Lisboa, 1665; *Canção panegyrica ao nascimento do principe nosso senhor, em 30 de agosto de 1688*, Lisboa, 1688; *Lysia saudosa no intempestivo ocaso da serenissima senhora D. Izabel Luiza Josepha*, Lisboa, 1690.

Pereira da Silva (*D. Fr. João Evangelista*). Religioso da ordem Terceira de S. Francisco, bispo do Pará, muito respeitado pela sua erudição. N. em Gouveia a 23 de agosto de 1708, fal. no Pará a 14 de maio de 1782. Foi nomeado bispo do Pará em 23 de agosto de 1770, em substituição do bispo D. Fr. João de S. José de Queiroz. Succedeu-lhe no bispado D. Fr. Caetano Brandão. Escreveu muitas obras que não chegaram a imprimir-se, cujos manuscriptos estavam no poder do arcebispo de Evora D. Fr. Manuel do Cenaculo Villas Boas, e que Fr. Vicente Salgado cita no *Catalogo*, tambem manuscripto, dos escriptores da sua ordem.

Pereira da Silva (*José*). Um dos valentes militares que tanto se distinguiram nas luctas da Liberdade. N. no Porto a 17 de outubro de 1810; ignoramos a data do fallecimento. Era filho de Miguel Antonio de Azevedo Pereira, abastado negociante, e de sua mulher, D. Maria da Silva Azevedo Pereira. Destinado desde a infancia para a vida monastica, não lhe soffria o animo a sujeição do habito, preferindo logo desde a infancia o som bellico dos cornetins de cavallaria e o rufar dos tambores. Por isso quando já estava completo um luxuoso enxoval e as largas despezas que exigia o estado de noviço, apresentado no mosteiro da Costa junto a Guimarães, da ordem de S Jeronymo, recusou-se pertinazmente, declarando que não podia ceder a tal violencia, e regressou logo ao Porto. Contava então 15 annos. Pouco tempo depois embarcou como praticante de piloto para o Rio de Janeiro, d'onde voltou passados alguns mezes, resolvido a proseguir a carreira do mar. No Porto, porém, já se respirava uma atmosphera revolucionaria, e no dia 16 de maio de 1828 proclamou-se o grito da revolução liberal; José de Azevedo, que não contava ainda 18 annos de edade, foi dos primeiros que pegaram em armas, alistando se na companhia academica. Seguiu-se logo a emigração. Emquanto os chefes embarcavam no vapor *Belfast* para Inglaterra, afim de escaparem á perseguição dos miguelistas, José d'Azevedo seguia a sorte dos seus companheiros de trabalhos e dos seus irmãos d'armas, commandados pelo general Pizarro, e por Sá da Bandeira. Acampado em Lobios, na fronteira da Galliza, onde soffreu as torturas que os hespanhoes infligiam aos emigrados portuguezes, descalço, com fome, e quasi esmolando pelo caminho, chegou á Corunha, onde embarcou a bordo da galera austriaca *Aurora*, que transportou os emigrados a Plymouth. Por se ter mallogrado a primeira expedição commandada pelo marquez de Saldanha para soccorrer os valentes da Terceira, tratou a regencia de organisar clandestinamente em Plymouth uma nova expedição, para a qual fôram escolhidos os mais bravos e energicos e que mais desprezassem a vida. José d'Azevedo foi, como sempre, dos primeiros. A expedição depois de mil perigos, tendo rompido o bloqueio da esquadra ingleza, conseguiu pôr pé na ilha Terceira, cujos defensores estavam a pique de total ruina. Na Terceira, os voluntarios da rainha D. Maria II começaram por descercar e varrer a cidade de Angra das guerrilhas que a infestavam. Guarnecida a ilha, e quando as fôrças liberaes se iam organisando, surgiu no Porto da Villa da Praia uma poderosa esquadra do governo de Lisboa, trazendo a bordo um numeroso e bem adestrado corpo de desembarque. Travou-se sobre aquellas ribas alcantiladas, batidas pelo mar, a celebre batalha de 11 de agosto de 1829, onde José d'Azevedo combateu ao lado e em competencia com os mais valentes, conseguindo os liberaes não só evitar o desembarque, mas operar grande carnificina nas tropas expedicionarias. Conquistado o archipelago dos Açôres, alistados e organisados novos corpos, tanto entre os emigrados portuguezes como nos paizes extranhos, fez se de véla a expedição dos 7:500 que desembarcaram nas praias do Mindello e se fortificaram no Porto, que se tornou o baluarte inexpugnavel da liberdade. Nenhum reconhecimento se fez, nenhum combate se travou, nenhuma batalha se feriu, em que José de Azevedo não tomasse a sua parte de gloria e de pe-

rigos. Afinal, no reconhecimento da Cruz da Regateira em 17 de novembro de 1832, caiu gravemente ferido. Na batalha de Ponte Ferreira nos dias 22 e 23 de julho d'esse anno, foi condecorado com a Torre e Espada. Pelos seus serviços na guerra foi despachado em setembro de 1833 alferes do 1.º batalhão nacional de Villa Nova de Gaia, em que desenvolveu energica iniciativa para a terminuação da campanha. Encerrada a lucta e implantado o systema constitucional, José de Azevedo depôz a espingarda de voluntario e a espada de official, que no entretanto ainda retomou durante as luctas civis que ensanguentaram os primeiros annos do novo regimen. Foi assim que em 1846 obteve a promoção de tenente-coronel do batalhão de empregados publicos organisado no Porto, e n'esse mesmo anno foi despachado tenente do regimento dos officiaes da marinha. José de Azevedo foi depois encarregado de varias commissões e exerceu alguns empregos, sendo por vezes louvados os seus serviços. Em 1851 era chefe de serviço da alfandega de Lisboa.

Pereira da Silva (*Luiz Antonio*). Cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição, bacharel formado em Mathematica e em Philosophia, e formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, tendo carta de cirurgião em 1836. N. na Povoa de Varzim a 3 de maio de 1808, fal. a 10 de fevereiro de 1862. Foi provedor, cargo a que depois se chamou administrador do concelho, da Povoa de Varzim, em 1834; medico do hospital da Trindade do Porto, secretario da Sociedade Agricola, da mesma cidade, lente da 2.ª cadeira de physiologia na Escola Medico-Cirurgica do Porto, commissario dos estudos dos districtos, reitor do Lyceu da mesma cidade, vogal do conselho do districto, e procurador á junta geral, pelos concelhos da Povoa de Varzim e Villa do Conde. Fundou o jornal *Jardim portuense. Ensaio de um jornal popular, de cultura, acclimatação, nomenclatura, vulgarisação, e commercio das plantas tanto economicas e industriaes, como de recreio e ornato*, Porto, 1842-1844.

Pereira da Silva (*Manuel*). Doutor e lente da cadeira de Instituta na Universidade de Coimbra, desembargador da Relação do Porto, socio da Academia Liturgica de Coimbra, etc. Ainda vivia em 1761. Escreveu: *Dissertação sobre o ponto: Se no tempo dos romanos usava a nova Lusitania do seu direito, ou das leis dos romanos?*, Anda no tomo II da *Collecção da Academia Liturgica*.

Pereira da Silva (*Manuel Joaquim*). Cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição, lente da cadeira de Commercio na Academia Polytechnica do Porto, nomeado por decreto de 19 de outubro de 1836. N. em 1801. Fal. no Porto a 8 de janeiro de 1863. Estando emigrado no Rio de Janeiro, publicou ahi, em 1832, uma nova edição do *Diccionario d'algibeira, philosophico, politico*, etc. No Porto publicou em 1848 *Uns apontamentos para a biographia do cidadão José da Silva Passos*.

Pereira da Silva (*P. Martinho Antonio*). Presbytero secular, examinador pro-synodal do arcebispado de Braga; professor de Theologia moral no seminario bracharense, etc. N. em Braga a 8 de outubro de 1812, fal. em Villa do Conde a 9 d'abril de 1875. Tomou ordens de presbytero em dezembro de 1843; foi nomeado professor de Theologia no anno de 1859. A este padre deve Braga a idéa da construcção da estatua de N. S.ª do Sameiro, que do alto d'esse monte como que abençoaça a cidade, e que um raio destruiu ha bastantes annos, sendo depois reconstruida. Ia prégar na egreja do convento do Vairão, quando o surprehendeu uma doença que nem o deixou voltar a Braga, e ficando em Villa do Conde, ali falleceu. Escreveu: *Resumo da vida de Santo Affonso Maria de Ligorio, fundador da congregação do Santissimo Redemptor*, etc., *traduzido do francez, e seguido da novena do mesmo santo, traduzida do italiano*, Porto, 1850; é sua só a traducção da *Vida;* emquanto á *Novena*, é reimpressão d'outra mais antiga, já impressa em Lisboa; *Manual do romeiro, ou visita ao real santuario do Bom Jesus do Monte, nos suburbios da cidade de Braga, por um devoto*, Porto, 1852; *segunda edição*, Porto, 1855; *Programma para a solemne dedicação ou consagração do magnifico templo do real santuario do Bom Jesus do Monte, nos suburbios de Braga, approvado pelo ex.mo e rev.mo sr. Arcebispo primaz*, Lisboa, 1857; *Dedicação ou consagração solemne do magnifico templo do real santuario do Bom Jesus do Monte*, etc., *celebrada em 10 de agosto de 1857 pelo ex.mo e rev.mo sr. Arcebispo primaz*, Braga, 1857; saiu com as iniciaes M. A. P. da Silva; *Flôres a Maria, ou o mez de Maio consagrado á Santissima Virgem mãe de Deus*, etc., Braga, 1859. Depois da sua morte o dr. Luiz Maria da Silva Ramos colligiu no Porto em 1878 os sermões do P. Martinho, em 3 volumes, com o titulo: *Sermões selectos do fallecido padre Martinho Antonio Pereira da Silva*, coordenados e enriquecidos com uma noticia biographica, e illustrados com o retrato do autor, etc.

Pereira da Silva (*Silverio Augusto*). Fidalgo de nascimento; general de divisão reformado. Nasceu em Leiria a 3 de janeiro de 1827, falleceu em Lisboa em 5 de abril de 1910. Era filho de Joaquim Augusto Pereira da Silva da Fonseca, da casa de Alcobaça, e de D. Maria Luiza Mascarenhas de Athaide. Pertencia á arma de engenharia, e reformou-se a 4 de janeiro de 1 97. Entrou para o serviço de obras publicas em dezembro de 1853, servindo no districto de Leiria até dezembro de 1855. Desde essa data até outubro de 1857 no de Coimbra, sendo pela portaria de 5 d'este mez nomeado director do districto da Guarda, d'onde foi transferido para Aveiro em 16 de dezembro do mesmo anno. Em 1858 foi lhe tambem incumbida a direcção das obras da barra de Aveiro. Durante o tempo em que esteve encarregado d'estas duas direcções, foi em commissão duas vezes ao districto de Vizeu, uma ao da Guarda e outra ao de Vianna, tendo elaborado alguns projectos para o primeiro. Em 1864 teve incumbencia da fiscalisação e construcção do caminho de ferro americano das minas do Braçal ao rio de Vouga. Passou a exercer as funcções de chefe da 4.ª divisão de obras publicas em 1869; a 25 de agosto de 1870 director de Aveiro, e 4 de junho de 1873 promovido a major. Nomeado vogal da commissão encarregada do estudo de differentes projectos para melhoramentos da barra do Douro e construcção do porto artificial em 1879 1880, juntamente com outros engenheiros e de inspeccionar os districtos de Castello Branco, Guarda e Vizeu, e em

agosto de 1886 da inspecção regional dos Açôres e Madeira, sendo exonerado em setembro de 1887, e nomeado vogal addido da junta consultiva de obras publicas e minas; em 1889 fez parte da commissão do exame do 1.º lanço do caminho de ferro americano da Golegã por Torres Novas e Alcanena e se estava nas condições de ser aberto á circulação; em 1890, para classificar os engenheiros de 4.ª classe; 20 de junho do mesmo anno, em commissão para o logar de governador civil de Aveiro, exonerado a seu pedido a 30 de outubro d'esse anno; em 1891, encarregado da direcção das obras publicas de Lisboa, e n'esse mesmo anno vogal da commissão encarregada de rever a organisação dos serviços technicos de 1886 e de que examinou as linhas ferreas urbanas de Lisboa; em 1891, nomeado presidente da commissão encarregada de examinar o projecto e contrato das obras e melhoramentos do porto de Lisboa e de propôr as alterações do mesmo projecto e contrato, e n'esse mesmo anno a seu pedido exonerado da direcção de Lisboa, sendo louvado, voltando para o seu logar de vogal da junta consultiva. Em 14 do março de 1892 foi mandado inspeccionar as obras do porto de abrigo do Funchal e a praia de Espinho. No mesmo anno procedeu á vistoria das margens do rio Mondego e campos adjacentes, para a commissão de syndicancia á Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portuguezes; classificado inspector de 1.ª classe, em 1 de dezembro de 1892, collocado como vogal effectivo do conselho superior, e em 3 de dezembro do mesmo anno, nomeado inspector de edificios publicos e trabalhos diversos; em 9 de maio de 1893, para inspeccionar os armazens da alfandega de Lisboa. N'esse mesmo anno foi nomeado presidente da commissão encarregada de propôr providencias para a organisação dos serviços de pharoes e edificios publicos, em 21 de junho de 1893 transferido do cargo de inspector de edificios para o de obras hydraulicas; em 30 de julho de 1893 promovido a general de brigada; em 5 de agosto de 1893 de fazer parte da commissão encarregada de proceder ao estudo das alterações a fazer na empreitada do porto de Lisboa Foi louvado pelos serviços que prestou n'esta commissão; em 19 de maio de 1894 nomeado para proceder a uma inspecção no porto de Vianna do Castello, e em dezembro do mesmo anno a ir inspeccionar o porto artificial de Ponta Delgada. Em 30 de abril de 1895 encarregado de examinar os documentos existentes no ministerio relativos a reclamações da Companhia das Aguas. Em 1897 foi promovido a general de divisão, e em 8 de junho de 1898 dispensado do serviço temporariamente, para desempenhar uma commissão de alto interesse publico do ministerio da marinha. O conselheiro Silverio Pereira da Silva esteve dirigindo as obras do porto de Lourenço Marques desde 1896 a setembro de 1899. Quando ali esteve fez varias alterações ao primitivo projecto de grande alcance e utilidade, trabalho que distinctamente justificou em um extenso relatorio, que por essa occasião apresentou ao ministerio da marinha e se encontra publicado. Foi louvado pelos seus relevantes serviços n'esta commissão. Em novembro de 1899 apresentou-se no ministerio das obras publicas, por ter sido dada por finda a commissão que desempenhou no ministerio da marinha, sendo em fevereiro de 1900 classificado inspector geral, e n'esse mesmo anno nomeado vogal do conselho technico de obras publicas, e em 1901 presidente do mesmo conselho e vogal do conselho de tarifas. Ainda por decreto da mesma data, exonerado do cargo de vogal do conselho superior de obras publicas, sendo louvado, e nomeado em seguida vice-presidente do referido conselho, logar que occupava ainda quando falleceu. Por despacho de 19 de dezembro de 1900 foi nomeado para o alto cargo de director geral de obras publicas e minas. Além de todos estes serviços citados, teve uma infinidade de projectos sobre estradas, caminhos de ferro, obras hydraulicas e pontes, muitas das quaes dirigiu. Em 1846 entrou em campanha, portando se com bravura, sendo ferido. Foi elle o primeiro que empregou entre nós o «beton» nos arcos de pontes, fazendo sobre isso um estudo que lhe fôra pedido pelo ministro de então. Esta ponte foi na estrada de Ovar á villa da Feira. Em 1876 apresentou um projecto de ponte de ferro e madeira na exposição de Philadelphia, o qual foi premiado com medalha de prata. O conselheiro Silverio Pereira da Silva era extraordinariamente modesto; recusou sempre veneras, possuindo unicamente a gran-cruz de Aviz, sendo grande official, commendador e cavalleiro da mesma ordem, distinctivos de bons serviços militares que não podia recusar. Possuia tambem uma medalha de prata por salvar tres pescadores em Aveiro n'um dia de temporal. Por essa occasião foi-lhe offerecida uma medalha de ouro, e aos companheiros que o acompanhavam, uma de prata. Devolveu-a, dizendo que tinha arriscado a vida da mesma fórma que aquelles, e portanto não devia haver excepções.

Pereira e Sousa *(Francisco Angelo d'Almeida)*. Contador da Imprensa Nacional de Lisboa. N. n'esta cidade a 2 de fevereiro de 1827, onde tambem fal. em 8 de agosto de 1898. Muito novo, depois dos estudos preparatorios para o ensino superior, entrou como amanuense da contadoria da Imprensa Nacional, seguindo, sem favor, mas sómente pelos seus merecimentos e serviços, a carreira a que se dedicara, até obter o logar de contador. Desde verdes annos se dedicou á litteratura, publicando a traducção de alguns romances e outros livros, que adeante vão mencionados. Em 1846 figurou á frente d'uma publicação litteraria, *A Aurora*, especie de revista mensal, que teve curta duração; em 1848, fundou, de sociedade com o gravador J. M. Baptista Coelho, a *Revista Popular*, de que depois foi redactor em chefe e proprietario Fradesso da Silveira. Nos tomos I a IV d'este semanario, que teve bastante voga naquelle tempo, sairam muitos trabalhos seus, todos anonymos, sobre historia natural, antiguidades e chorographia, 4 romances: *Leonor* e *Criminosa ou infeliz* (originaes) *Jarilla* e *Peccadora* (traduzidos) e um proverbio original, *Não ha mal que se não cure*. Em 1852 foi encarregado pelo editor do *Panorama* de presidir á continuação d'este semanario, trabalho que desempenhou por espaço de quatro annos, publicando muitos artigos, todos anonymos, originaes e traducções. Dirigiu algum tempo o *Archivo Pittoresco*, onde se encontram alguns escriptos seus firmados com a inicial *P.*, e a *Federação*, para que escreveu uma introducção e outros artigos, etc.

Associado com o dr. Filippe Folque e Fradesso da Siveira, publicou o *Almanach Popular* para os annos de 1848 a 1852, Lisboa, 1848 a 1851, 4 volumes, pertencendo-lhe n'esta collecção os artigos publicados anonymos sobre estatistica e historia nacional. Desde 1870 começou a ser correspondente do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro. Foi condecorado pelo rei de Italia, em 26 de outubro de 1864, com o grau de cavalleiro da ordem de S. Mauricio e S. Lazaro, graça que a portaria do ministerio do reino de 12 de outubro de 1865 lhe permittiu acceitar, e por decreto de 4 de abril de 1891 recebeu a mercê do grau de official da ordem de S. Thiago. Fez parte do jury da exposição internacional do Porto em 1865, como vogal. Sob a sua exclusiva direcção fôram preparados e colligidos os trabalhos com que a Imprensa Nacional concorreu ás exposições universal de Londres, em 1862; internacional do Porto, em 1865; e universal de Paris, em 1867. Francisco Angelo Pereira e Sousa foi um devotado apostolo da Associação, merecendo-lhe especial cuidado A Caixa de Soccorros da Imprensa Nacional e a Associação Typographica Lisbonense. Bibliographia: *O Aventureiro ou a Barba Azul, romance de Eugenio Sue, vertido em linguagem portugueza*, Lisboa, 1844, 3 volumes; *O que quer o povo; situação presente*, Lisboa, 1846; *As Duas Dianas, romance historico de Alexandre Dumas, traduzido em vulgar*, Lisboa, 1847 a 1848, 9 volumes; *O Judeu errante, romance de Eugenio Sue, nova traducção*, Lisboa, 1850 a 1851, 5 volumes com estampas; *A Peccadora, romance de Paulo Féval*, Lisboa, 1852; *Breve noticia historica da Imprensa Nacional de Lisboa*, vem junto ao Relatorio apresentado ao ministerio do reino em 28 de abril de 1855 pelo administrador geral Firmo Augusto Pereira Marecos, Lisboa, 1856; *Universal exhibition of 1862: The National Printing Office and its products; Historical and statistical eclaircissements, by an employe in that establishment*, etc., exposição universal de 1862: A Imprensa Nacional e os seus productos; esclarecimentos historicos e estatisticos, por um empregado d'este estabelecimento, Lisboa, 1862; D'este opusculo, impresso com o maior esmero, tiraram-se alguns exemplares em papel velino, com as paginas guarnecidas de vinhetas. Foi distribuido em Londres, e em brindes ás redacções de diversos jornaes, etc.; *Esclarecimentos ácêrca da Imprensa Nacional de Lisboa, e dos productos que apresenta na exposição internacional portugueza de 1865*, Lisboa, 1865. Tambem se não pôz á venda, sendo distribuido como o aconselhavam o titulo, e os intuitos com que fôra redigido; *Notice abrégée de l'Imprimerie Nationale de Lisbonne*, etc.; breve noticia da Imprensa Nacional de Lisboa, seguida da relação dos objectos que apresentou na exposição Universal de Paris em 1867, por um empregado d'aquelle estabelecimento, Lisboa, 1867; este opusculo estampado nas duas linguas com perfeição que parece inexcedivel, não foi tambem posto á venda. A maior parte dos exemplares fôram enviados para Paris, acompanhando os productos remettidos á exposição, e os restantes distribuidos em Lisboa em brindes ás redacções da imprensa periodica, ou a pessoas que a administração superior d'aquelle estabelecimento julgou dever considerar. Do mesmo se fez nova e muito accrescentada edição em 1869, pelas razões expendidas na advertencia preliminar, e sendo da mesma sorte o texto portuguez acompanhado da versão franceza; *Imprensa Nacional de Lisboa; brevissimas informações e catalogo dos productos expostos*, Lisboa, 1868. Este pequeno trabalho foi elaborado em obsequio dos typographos e curiosos, que desejassem visitar a exposição dos productos da Imprensa Nacional, realisada por iniciativa da Associação Typographica Lisbonense, na sala das suas sessões. Pelos serviços que prestara, já no exercicio de diversos cargos, já como simples socio, por occasião da referida exposição, foi Pereira e Sousa, em sessão da assembléa geral de 11 de março de 1869, votado unanimemente socio benemerito da mencionada associação, o que lhe communicou em officio de 13 de março do mesmo anno; *Relatorio e contas do Conselho administrativo da caixa de soccorros da Imprensa Nacional no decimo terceiro anno da sua existencia, apresentado á Assembléa Geral na sessão de 30 de janeiro de 1859*, Lisboa, 18 9; idem nos annos de 1860 a 1869.

Pereira e Sousa *(Francisco Joaquim)*. Conservador da Bibliotheca Nacional e advogado de provisão. Nasceu em Lisboa em dezembro de 1782, onde tambem falleceu a 15 de julho de 1851. Era filho do jurisconsulto Joaquim José Caetano Pereira de Sousa, e de sua mulher D. Josepha Joaquina de Lima. Querem uns que fôsse bacharel formado em Leis, ao passo que outros lhe negam essa graduação. O cargo de conservador da Bibliotheca exerceu-o desde 1834 até á data do fallecimento. Escreveu: *Tratado sobre a Aposentadoria; a que se juntam as leis respectivas*, Lisboa, 1818. Coordenou e mandou imprimir o *Appendice ás primeiras linhas de Direito Civil* de seu pae, publicado em 1828, 4 tomos; e egualmente o *Esboço do Diccionario juridico*, do mesmo, publicado em 1829. Ajuntou com incansavel curiosidade uma das mais completas collecções da Legislação portugueza, que até então se vira reunida em mão de algum individuo particular.

Pereira de Sousa *(Ignacio)*. Fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo, procurador geral da Corôa, desembargador dos Aggravos, nomeado em 1668, procurador da Casa do Infantado, deputado do tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens. N. em Lisboa, onde tambem fal. em 1676. Escreveu a seguinte obra: *Tractatus de revisionibus*, Lisboa, 1672.

Pereira e Sousa *(Joaquim José Caetano)*. Cavalleiro professo da ordem de Christo, bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, advogado na Casa da Supplicação, etc. N. em Lisboa a 3 de fevereiro de 1756, onde tambem fal. a 17 de outubro de 1819. Era filho de José Caetano Pereira, e de D. Luiza Bernarda Joaquina de Sousa. Aos 9 annos de edade começou os estudos nas aulas menores, d'onde passou a cursar os secundarios. Depois de ter aprendido grammatica latina com o professor Manuel Estevens Telles, e rhetorica com o professor Pedro José da Fonseca, foi matricular se na Universidade de Coimbra, em outubro de 1769, tendo então 13 annos Em 1779 aprendeu Logica com o professor Fr. José Mayne, na aula do convento de Jesus, e em 1771 aprendeu a lingua grega com o professor P. Custodio José de Oliveira. Quando chegou aos 16 annos compoz uma ecloga pastoril com o titulo de *Filinto e Anarda*; em outu-

bro de 1772 começou de novo o curso juridico, segundo os novos estatutos da Universidade, e tomou o grau de bacharel em 24 de maio de 1776, presidindo ao acto o dr. Alexandre de Abreu Correia. Fez a sua formatura em 17 de junho de 1777, tendo sido em todos os exames approvado *nemine discrepante.* Em 14 de julho de 1778 leu no Desembargo do Paço, obtendo então a melhor classificação, isto é, *muito bom por todos.* Em 1780 entrou na carreira da advocacia. Em 29 de novembro d'este anno casou com sua prima D. Josepha Joaquina de Lima, filha de Antonio Caetano de Sousa e de D. Maria dos Anjos. Havia já dois annos que advogava, quando o cardeal regedor mandou lavrar a favor de Sousa Pereira uma portaria para advogar na Casa da Supplicação. Em 1783, entrando no concurso aberto por ordem do chanceller Bartholomeu José Nunes Cardoso Marques Geraldes, que servia de regedor, recebeu d'elle uma nova portaria para advogar emquanto durasse o mesmo concurso. Pereira de Sousa cultivava tambem os estudos de philologia e bellas letras, dedicando-se egualmente á poesia. Foi um amigo particular de Francisco Manuel do Nascimento, *Filinto Elysio,* e com elle entreteve correspondencia, ainda depois do poeta ter emigrado para França. Reuniu uma copiosa livraria, abundante de obras de Direito, e de autores classicos portuguezes. Escreveu: *Primeiras linhas sobre o processo criminal,* Lisboa, 1785; este pequeno opusculo trazia no frontispicio d'esta primeira edição as iniciaes J. J. C. P. e S., saiu consideravelmente augmentada em segunda edição, com o nome do autor, Lisboa, 1800; *terceira edição mais augmentada que as anteriores,* Lisboa, 1806; segue-se o *Repertorio dos logares das leis extravagantes, alvarás,* etc.; appareceu depois nova *terceira edição,* Lisboa, 1820, com um indice alphabetico; a *quarta edição* é quasi egual á terceira, e tem a data de 1827; em 1831 fizeram nova quarta edição. Todas as edições posthumas fôram dirigidas e preparadas pelo filho do autor, Francisco Joaquim Pereira e Sousa *(V. este nome)*; *Classes dos crimes,* Lisboa, 1803; *segunda edição emendada e accrescentada,* Lisboa, 1816; terceira edição com o titulo seguinte: *Classes dos crimes por ordem systematica, com as penas correspondentes, segundo a legislação actual,* etc., Lisboa, 1830. A respeito d'esta obra, é muito interessante a explicação que se depara n'um manuscripto attribuido ao illustre jurisconsulto, a qual transcrevemos do vol. XII do *Diccionario Bibliographico:* «Esta obra tendo sido apresentada em manuscripto ao desembargador do Paço José Joaquim Vieira Godinho, e já depois das licenças do Santo Officio e da censura do censor regio José Antonio de Miranda, que a approvou, aquelle desembargador a levou para sua casa por mero despotismo, e demorando-a lá muito tempo, convocou depois por uma carta ao autor, afim de conferenciar com elle sobre a mesma obra, e nas conferencias, que se realisaram, queria obrigar me a que eu na minha obra seguisse o methodo de distribuição das classes dos crimes que elle puzesse no seu conceito, ou que então o convencesse da melhoria do meu metho do (cousa incrivel!), mas conseguindo por fim de muitas diligencias, que demittisse de si o manuscripto, e que elle, enfadado, m'o remettesse a minha casa; recorri a Sua Alteza, pelo patrocinio do secretario de estado dos negocios da fazenda e presidente do real erario, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que em nome do mesmo augusto senhor expediu aviso ao desembargador Domingos Monteiro de Albuquerque e Amaral, para informar sobre o merecimento da obra, e informando este ministro com elogio e até com a lembrança de que Sua Alteza devia despachar-me para um logar de letras, idéa que o mesmo secretario de estado me propoz, e que eu não acceitei porque me não convinha. Baixou depois outro aviso, concedendo licença para se imprimir a obra, e assim que foi impressa, o mesmo secretario de estado me propôz que eu devia ir offerecer um exemplar ao principe, e agradecer lhe a faculdade da licença, o que fiz, ajustando elle comigo de ir eu para aquelle fim a Queluz, em occasião que elle fôsse a conferencia e despacho, e teve a bondade de me avisar por uma carta, que conservo Sua Alteza Real me admittiu a uma audiencia particular, me acolheu benignamente, e me fez muitas perguntas soltas, ao que respondi succintamente, e entre ellas, se eu nunca havia pretendido empregar-me na magistratura? Fez me a honra de acceitar os exemplares que lhe offereci, e depois me retirei sem lhe pedir mercê alguma, porque na verdade, não sabia o que havia de pedir-lhe. Isto passou-se como se vê, no anno de 1803; mas em 13 de maio do anno seguinte (1804), dia do anniversario do principe regente, fui agraciado com o habito de Christo, sendo depois armado cavalleiro na real egreja da collegiada de Nossa Senhora da Conceição dos freires da ordem militar de Christo, por meu cunhado João da Silva Moreira Paizinho, servindo de adjuntos meu tio José Thomaz de Aquino e Sousa, e o dr. José Pereira da Cruz, aos 2 de agosto de 1804, professando no mesmo dia na egreja do convento de Nossa Senhora da Luz, suburbios Lisboa.» Por ter seu tio, Francisco Caetano Pereira, renunciado n'elle o officio de escrivão do crime do bairro d'Alfama, com a obrigação de dar a pensão mensal de 9$600 réis a sua tia D. Joaquina Amalia, e obtendo depois a mercê d'esse officio, Pereira e Sousa encartou-se, pondo ahi em exercicio um serventuario. Em 1819, D. João VI deu-lhe os cinco officios de escrivão do geral e notas da camara e juros da villa de Arruda, em que encartou e em seguida os arrendou. Esta mercê era em compensação do officio de guarda de numero dos armazens da porta da alfandega, que lhe pertencia por ter sido do seu avô materno Manuel Ribeiro, mas o havia alcançado Domingos Teixeira Lima, com subrepção, pois occultara que do proprietario do officio ficára um neto, que fôra contemplado por aviso regio de novembro de 1795. Para que pudesse desenvolver melhor as suas obras, em que *louvavelmente se empregara* (textual), por aviso de 4 de agosto de 181 , se determinou ao visconde de Balsemão, guarda mór da Torre do Tombo, que mandasse patentear a Pereira e Sousa, sem reserva, tudo quanto elle julgasse conveniente para a continuação dos seus trabalhos. N'um predio que possuia, installou um museu, que comprára no espolio do abbade Garnier, copioso em conchas e mineraes. Escreveu: *Primeiras linhas sobre o processo civil,* Lisboa, tomo 1, 1810; tomos II, III e IV, 1813-1814; *Segunda edição, correcta e augmentada,* Lisboa, 1819-1820; *Terceira,* Lisboa, 1825; *Quarta,* Lisboa,

1834; *Quinta*, 1849-1850; *Nova edição* (parece que deve ser a sexta), Lisboa, 1863; outra *Nova edição* (setima), Coimbra, 1872-1873; *Appendice ás primeiras linhas*, etc. (a começar no anno de 1362, reinado de D. Diniz, e a findar no de 1753, reinado de D. José), foi impresso em Lisboa, tomo I e II, 1824; tomo III, 1828; tomo IV, 1829; *Esboço de um Diccionario juridico, theorico e pratico, remissivo ás leis compiladas e extravagantes*, Lisboa, 1825 1827, 3 tomos; *Ecloga pastoril de Filinto, Anarda e Polidoro*, Lisboa, 1772; *Aventuras de Telemaco, traduzidas em verso portuguez, a que se ajuntam algumas notas mythologicas e allegoricas para intelligencia do poema, dedicadas ao ser.*^{mo} *Principe do Brazil*, Lisboa, 1788, 2 tomos; *Grammaire française et portugaise, contenant une methode facile pour apprendre le portugais*, Lisbonne, 1807; publicada anonyma no tempo em que os francezes estavam senhores de Portugal, a cuja dominação parece que Pereira e Sousa se mostrava algum tanto affeiçoado; *Allegação de defeza a favor do réo Domingos dos Santos Moraes Sarmento, accusado do crime de fabricar apolices de papel moeda falsas;* foi publicada muito posteriormente na *Gazeta dos Tribunaes*; *Noções sobre a orthographia portugueza*, Lisboa, 1807; *Ode á restauração de Portugal*, Lisboa, 1808; *A experiencia da amizade, conto moral de Marmontel, traduzido por J. J. C. P. e S., obra posthuma*, Lisboa, 18 5; *Diccionario de epithetos e phrases poeticas, extrahidos dos nossos melhores poetas*, manuscripto.

Pereira Susã V. *Pereira Jusan.*

Pereira Tavares (*José Daniel da Silva*). Moço fidalgo da Casa Real, cirurgião-medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. N. no Fundão em 1846, fal em Lisboa a 2 de outubro de 1906. Era filho de José Daniel da Silva Pereira, e de sua mulher D. Maria José Tavares. Concluiu o curso de Medicina, em 18 8, defendendo these a 22 de julho Dedicou-se depois ao systema da homeopathia, mas havia muitos annos que deixara a clinica. A sua these publicou-a em 1868, a qual tem por titulo: *Estudo sobre as differentes manifestações da carbunculose* Em 1891, estando no poder o ministerio presidido pelo conselheiro José Dias Ferreira, foi-lhe concedida a carta de conselheiro. Era abastado proprietario e possuia a commenda da ordem hespanhola de Izabel a Catholica.

Pereira de Vasconcellos (*P. Manuel de Macedo*). Padre da Congregação do Oratorio de S Filippe Nery. N. na Colonia do Sacramento, no Brazil, a 5 de maio de 1726, fal. a 14 de novembro de 1790. Era filho de Manuel Ferreira de Sande e de D. Maria Jacinta de Macedo e Vasconcellos. Deixando a patria, veiu para Portugal, e ordenando-se de presbytero, vestiu o habito da Congregação de S. Filippe Nery, de Lisboa, a 2 de fevereiro de 1747. Consta que na mesma congregação fez os seus estudos, e que no hospicio de Nossa Senhora das Necessidades regeu a cadeira de humanidades por algum tempo. Em 1760 deixou a Congregação, passando ao estado de presbytero secular, na occasião em que fôram perseguidos alguns padres oratorianos, por incorrerem no desagrado do marquez de Pombal. Não consta que depois usufruisse algum beneficio ecclesiastico, e parece que tirava o necessario para manter-se do exercicio da predica, em que se tornou notavel, sendo os seus sermões sempre escutados com o maior agrado. Pertenceu á Arcadia Ulyssiponense com o nome de *Lemano*, nos ultimos annos da existencia d'esta associação. Escreveu: *Elogio do P. Francisco Pedroso, da Congregação do Oratorio de S. Filippe Nery, confessor do rei fidelissimo D. João V*, Lisboa, 1752; *Elogio de João Frederico, presbytero da Congregação do Oratorio de S. Filippe Nery*, Lisboa, 1755; *Collocando se a estatua equestre do augustissimo rei D. José, o Magnanimo, no dia felicissimo dos seus annos, ode;* sem designação do logar nem do anno, mas é de 1775; *Elogio funebre, que nas exequias consagradas pelos irmãos da Irmandade do Santissimo Sacramento da freguezia da Pena á memoria de Fernando Martins Freire de Andrade e Castro, recitou no dia 24 de julho de 1771*, Lisboa, 1771; *Panegyrico, que ao muito alto, muito poderoso rei fidelissimo o sr. D Pedro III consagra no dia dos seus annos*, etc., Lisboa, 1777. Estes ultimos discursos andam tambem incluidos na collecção que depois saiu com o titulo: *Orações sacras, dedicadas ao muito excellente principe o ex*^{mo} *sr. D. Francisco de Lemos de Faria, bispo-conde de Arganil*, Lisboa, tomo, I, 1785; tomo II, 1787; tomo III, 1788; *Sermão verdadeiro no desaggravo do Sacramento; prégado na presença de Suas Majestades e Altezas, na real capella de Nossa Senhora d'Ajuda em 1779*, etc., Lisboa, 1791; foi publicado posthumo; *Ode á cantora italiana Zamperini;* no vol. VI do *Ramalhete*, 1843, a pag. 315, onde vem egualmente toda a contenda poetica que deu causa a esta composição; *Satyra em resposta ao dr. Domingos Monteiro*, no *Ramalhete*, vol. VI, pag 324; *Epistola ao doutor Antonio Diniz da Cruz e Silva;* impressa no tomo IV das *Poesias* de Diniz, com uma resposta d'este a pag. 57 e seguintes; tambem saiu no *Ramalhete*, já citado, pag. 346; *Oração gratulatoria pela continuação da vida do ill.*^{mo} *e ex.*^{mo} *sr. conde de Oeiras*, Lisboa, 1769.

Pereira da Veiga. Pov. na freg. de S. Pedro de Agostem, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Pereira Xavier (*Antonio*) Mestre em Artes e professor de Grammatica em Lisboa. Escreveu: *Arte de Grammatica Latina, composta e offerecida ao ill.*^{mo} *e ex.*^{mo} *sr. José de Seabra da Silva*, etc., Lisboa, 1773; outras edições em 1778 e 1784; *Nova explicação da Sintaxe Latina de concordancia e regencia*, Lisboa, 1788

Pereira Zagallo (*Antonio*). Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Ovar a 6 de janeiro de 1789, fal. em Lamego a 2? de janeiro de 1863. Era filho de João Pereira Zagallo. Matriculando se na Universidade, tomou o grau de bacharel a 30 de junho de 1817, doutorando se a 30 de junho de 1818. No anno de 1819 foi estabelecer-se em Lamego, onde era muito apreciado como medico e estimado. Durante o tempo de estudante dedicou-se á poesia, publicando muitas das suas producções no *Jornal de Coimbra*; em Lamego, continuou os seus trabalhos poeticos Escreveu: *Ode a D. Fr. Joaquim de Santa Clara, em applauso da sua eleição para arcebispo de Evora;* no tomo VII, do *Jornal de Coimbra*, parte II, pag. 28; *Ode aos annos do Principe Regente em 13 de Maio de 1814*, no mesmo tomo, pag. 291; *Ode á Paz*, idem, pag. 291; *Soneto por occasião da queda de Bonaparte*, idem,

297; *Odes* (duas) *por occasião da entrada em Coimbra do Bispo-Conde Reformador Reitor, regressado de França*, no tomo V, pag. 367 a 371; *Ode ao sr. Antonio José Cabral de Mello, provedor de Aveiro*, no tomo IX; *Elogio na benção das bandeiras do Batalhão de caçadores n.º 11*, no tomo VIII, pag. 28 ; *As Catacumbas de Roma, episodio traduzido da «Imaginação» de Delille*, no mesmo tomo; *A Vaccina, poema didactico*; no n.º I, parte I, de pag. 97 a 115; este poema vem anonymo; *Conspiração dos Pazzis, tragedia traduzida do italiano de Alfieri*, em verso, Porto, 1838; *Tiberio, tragedia em 5 actos de Chénier, traduzida*, Porto, 1848.

Pereirada. Pov. na freg. de S. Mamede, de Guizande, concelho da Feira, distr. de Aveiro.

Pereiral. Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Parada do Monte, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Fonte Arcada, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Pereiras. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Rezende, concelho de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. Tem correio com serviço de posta rural. || S. João Baptista, de Almansil, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Santa Eulalia de Barrosas, conc. da Louzada, distr. do Porto. || N. S.ª das Neves, de Bella, concelho de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Bodiosa, conc. e distr. de Vizeu. || S. Gens, de Boelhe, conc. de Penafiel, districto do Porto. || S. Pedro, de Maximinos, conc. e distr. do Braga. || S. Pedro, de Cahide de Rei, conc. da Louzada, distr. do Porto. || S. Christovão, de Caranguejeira, conc. e distr. de Leiria. || O Salvador, de Ceivães, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Esporões, conc. e distr. de Braga. || O Salvador, de Gallegos, concelho de Penafiel, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Longos Valles, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello || S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. || O Salvador, de Monte Cordova, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Paio, de Moreira de Conegos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª da Visitação, de Odeleite, conc. de Castro Marim, distr. de Faro. || N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Pinheiro, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Refoios de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Martinho, de Soajo, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, districto de Vianna do Castello. || Santo Adrião e conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santo Estevão, de Villar das Almas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Pereirinha. Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves, de Bella, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Cabreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || S. Julião, de Mourouho, conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Pereirinhas. Pov. na freg. de S.ª da Graça, de Moncarapacho, conc. de Olhão, distr. de Faro.

Pereirinho. Pov. na freg. de Santa Maria, de Gulpilhares, concelho de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Pereiro. Pov. e freg. do Espirito Santo da prov. do Algarve, conc. de Alcoutim, com. de Villa Real de Santo Antonio, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 259 fog. e 917 hab. Tem esc. do sexo fem., est. post. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada a 3 k. da margem esquerda da ribeira Foupana, na estrada de Almodovar a Alcoutim. O primitivo orago d'esta freg. era o Espirito Santo, passou depois a ser S. Marcos, voltando mais tarde ao seu primitivo nome. A mitra apresentava o cura, que tinha 200 alqueires de trigo e 70 de cevada. A egreja matriz é pequena e pobre. A pov. foi couto para pessoas fallidas ou individadas, ás quaes bastava irem assignar termo na camara de Alcoutim, (a cujo acto chamava o povo *sentar praça de burlão)*, para não poderem mais ser citados nem demandados por dividas anteriores á sua domiciliação n'esta freguezia, não lhes valia o privilegio para as que as contrahissem depois. Tambem tinha esta freguezia o privilegio de não darem recrutas, mas eram obrigados todos os homens validos a defenderem os pontos militares do Guadiana, fronteiros á freguezia, em tempo de guerra com os castelhauos. O territorio é fertil em cereaes, cria muito gado, fazem-se aqui muito bons queijos. A 25 de abril realisa-se a romaria de S. Marcos, e a feira, a que concorrem muitos hespanhoes e alemtejanos. A pov. pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro || Pov. e freg. do Menino Jesus da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Pinhel, distr. e bispado da Guarda; 138 fog. e 556 hab. Tem esc. do sexo fem. est. post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Pinhel a Castello Mendo, a 2 k. da margem direita da ribeira das Cabras O reitor da freguezia de S. Pedro, de Pinhel, apresentava o cura, que tinha 7$000 rs. e o pé d'altar. Esta freg. está ha muitos annos annexa á de Gamellas, que tinha por orago S. Sebastião. Era tambem da apresentação do reitor de S. Pedro, de Pinhel, e o parocho tinha 10$000 réis de congrua e o pé d'altar. Por esta annexação se dava vulgarmente á povoação o nome de *Pereiro e Gamellas*, mas hoje é só conhecida por *Pereiro*. O territorio é bastante penhascoso, só produz em abundancia trigo e centeio, do mais pouco produz. Tem muita caça miuda, e cria muito gado, principalmente carneiros e ovelhas. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Tabuaço, distr. e bisp de Vizeu; 78 fog. e 331 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada a 1 k. da margem direita do rio Tavora. Foi villa, e teve foral dado por el-rei D. Manuel, em Evora, a 15 de novembro de 1519. E' fertil em generos agricolas, caça e gado. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao districto de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Fazendo parte do conc. de S. João da Pesqueira, foi annexada á de Tabuaço, a que já havia pertencido, por decreto de 7 de setembro de 1895. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Abbedim, conc de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Aborim, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição, de Aréga, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || N. S.ª da

Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem || S. Gens e conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || S. Mamede, de Argeriz, conc. de Vaipaços, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Avellãs de Cima, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || S. Paio, de Azões, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Miguel, de Beire, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Maria Magdalena, de Bemposta, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || S. Thiago, de Caldellas, conc. de Amares, distr. de Braga. || Santo André, de Campeã, conc. e distr. de Villa Real. || S. João Baptista, de Carvoeiro, conc. de Mação, distr. de Santarem. || S. Cosme, de S. Cosme de Gondomar, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Santa Maria, de Labrujó, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Sebastião e conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Miguel, de Messegães, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S, Miguel, de Milheirós de Poiares, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Graça, de Moncarapacho, concelho de Olhão, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, do mesmo distr. || S. Lourenço, de Montaria, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Oliveira, conc. e distr. de Braga. || O Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Miguel de Palhacana, conc. de Alemquer, distr. do Lisboa. || Santa Maria, de Pindello, conc. de Oliveira de Azemeis, distr de Aveiro. || S. Bartholomeu, de Povoa de Agrações, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Riba de Moiro, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || S. Miguel, de Sapardos, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco. || Santa Martha, de Serzedello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª do Soccorro, de Serpins, concelho de Louzã, distr. de Coimbra. || S. Martinho, S. Soalhães, conc. de Marco de Canavezes, districto do Porto. || S. Miguel, de Souto, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Touraes, conc. de Ceia, distr. da Guarda. || Santa Maria, de Ul, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Valladares, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Varzea dos Cavalleiros, conc. da Certã, districto de Castello Branco. || Santo André, de Victorino dos Piães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Villa Franca, conc. e districto de Vianna do Castello. || N. S.ª da Expectação, de Villar, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa. || S. Miguel, de Villar de Murteda, conc. e distr. de Vianna do Castello || S. Marcos, de Calhandriz, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || S. Thiago, de Evora de Alcobaça, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Serra do districto da Guarda. Está situada ao S da villa de Guilheiro, em direcção NNE a SSO; tem 10 k. de comprimento, 3 de largura e 971 m. d'altura.

Pereiro d'Além. Pov. na freg. de Santo André de Poiares, conc. de Poiares, districto de Coimbra.

Pereiro Alto e Pereirinho. Pov. na freg. de S. Bartholomeu de Messines, conc de Silves, distr. de Faro.

Pereiro de Baixo e de Cima Povoações nas freguezias: Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || N. S.ª das Neves, de Pousaflôres, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || S. João Baptista, de Raiva, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Pereiro Cimeiro e Pereiro Fundeiro. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição e conc. de Mação, distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, districto de Castello Branco.

Pereirô. Povoações nas freguezias: S. Thomé, de Bitarães, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Cabril, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || S. Paio, de Carvalhal, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || O Salvador, de Ramalde, 2.º bairro do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Pereirões. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Tocha, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Pereiros. Pov. e freg. de Santo Amaro, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Carrazêda de Anciães, distr. e bisp. de Bragança; 190 fog. e 775 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est post. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da margem esquerda do rio Tua. Foi commenda da ordem de Malta, gozando dos grandes privilegios dos caseiros de Malta. O commendador d'esta ordem, da villa de Poiares, apresentava o vigario, que tinha 80$000 rs. e o pé d'altar. A terra é muito fertil; cria muito gado, e tem muita caça grossa e miuda. Pertence á 6.ª divisão mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. do Salvador, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 82 fog. e 289 hab. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada a 1 k. da margem esquerda do rio Torto. Os quatro abbades da villa de S. João da Pesqueira apresentavam simultaneamente o cura, que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. A terra é muito fertil, cria gado, tem caça, e peixe do rio Douro, que lhe fica proximo. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Carviçaes, conc. da Torre de Moncorvo, distr. de Bragança. || Santo Estevão, de Castello Viegas, conc. e distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição, de Cercal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Santa Marinha, de Cortegaça, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Gemieira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Guardizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria de Egreja Nova, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago, de Infesta, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Lourenço do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Marcos da Serra, conc. de Silves, distr. de Faro. || Santa Maria Magdalena, de Rebordainhos, conc. e distr. de Bragança. || N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco. || N. S.ª d'Assumpção, de S. Vicente da Beira, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª do Rosario, de Rosario, conc. de Alandroal, districto de Evora.

Perejal. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de N. S.ª da Saude, de Arrifes, conc. e distr. de Ponta Delgada.

Perelhão *(Casal do).* Na freg. de S. Vicente e conc. do Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Perencia. Nome que deram a *Valença do Douro* n'um aforamento feito pelo mosteiro de S. Pedro das Aguias em 1269, povoando-a de novo, e repartindo-a em 24 casaes ou courellas. Uma horrivel epidemia que se declarou n'aquella villa, e que lhe victimou a maior parte dos seus habitantes, lhe grangeou aquelle nome fatal e de mau agouro. *Perencia*, no antigo portuguez, significava *mortandade.*

Peres. Familia oriunda de Hespanha, cujas armas são: Em campo vermelho uma cruz de ouro entre quatro flôres de liz do mesmo metal, com um chefe de agua tocado de prata; orla de ouro carregada de oito aspas de vermelho; timbre uma aspa de ouro e sobre ella uma flôr de liz de vermelho.

Peres *(Abril).* Fidalgo do tempo de D. Sancho II, senhor de Lumiares e possuidor de grande influencia. Por causa de rivalidades de valimento foi um dos mais encarniçados inimigos que se levantaram contra elle juntamente com o seu parente D. Rodrigo Sanches. No primeiro combate, em que entraram contra as tropas do rei, fôram vencidos e mortos.

Peres *(Antonio).* Medico que viveu no seculo XVI e exerceu a sua profissão em Hespanha, onde foi cirurgião-mór do rei. Deixou publicada uma obra com o titulo de *Summa y examen de cirurgia*, que se imprimiu pela primeira vez em 1575, e da qual se fizeram depois varias edições.

Peres (*P. Caetano João*). Presbytero e conego da sé primacial de Gôa, sendo tambem vigario geral e governador do arcebispado, nomeado em 26 de maio de 1859 por D. Antonio Trindade, arcebispo de Gôa. Tomou posse em 19 de julho. N. em Margão a 12 de fevereiro de 1806, e fal. a 24 de janeiro de 1860. Foi cavalleiro da ordem de Christo, e um zeloso propugnador dos direitos do padroado portuguez na India. Depois de tomar as ordens sacras, manifestando uma certa vocação litteraria, foi empregado em 1837 como redactor do *Boletim do Governo*, logar que exerceu ainda em 1838. Collaborou em Bombaim n'um jornal portuguez chamado *Abelha*. Ha artigos seus no *Investigador* e no *Observador* de Gôa, mas o que o tornou verdadeiramente distincto foi a campanha que emprehendeu a favor do padroado portuguez no Oriente no *Jornal da Santa Egreja Lusitana do Oriente*, jornal que redigiu desde 1844 até 1849. Escreveu: *Almanach de Gôa para o anno bissexto de 1840, com varias noticias historicas, civis, politicas, e outras noções uteis a todo o genero de pessoas*, Bombaim, 1839; contém tambem varios mappas e tabellas, etc. Para a biographia d'este prelado veja-se *Oriente illustrado*, de Torres e Dias, vol. I pag. 123, Bastorá, 1899.

Peres *(David).* Celebre mestre compositor italiano, que passou a ultima parte da sua vida em Portugal, onde foi mestre da capella real. N. em Napoles em 1711, fal. em Lisboa em 1779. Era filho de paes hespanhoes. Estudou violino com Antonio Gallo, um dos melhores violinos italianos na sua epoca, e contraponto com Francisco Mancini, mestre no conservatorio do Loreto. David Peres foi um dos bons discipulos da celebre escola napolitana, que produziu Pergolése, Jomelli, Duni, Piccini, e tantos outros compositores celebres, e onde tambem aprenderam alguns dos nossos musicos. Saindo do conservatorio, David Peres não foi, segundo o uso, percorrer a Italia; partiu para a Sicilia, e ali exerceu as funcções de mestre da capella da cathedral de Palermo. Os seus primeiros cantos fôram offerecidos aos sicilianos, e as suas primeiras operas; *Eroismo di Scipione*, *Astartea, Medéa* e *Isola incantata*, cantaram se em Palermo, capital da Sicilia. Em 1749 voltou a Napoles, depois de 10 annos de ausencia, e não tardou a apresentar a opera *La Clemenza di Tito*, que teve um exito enthusiastico. Os seus patricios reconheceram no seu estylo o dos grandes mestres da escola patria, o que lhe proporcionou a maior fama. Chamaram n'o de Roma, e ali, no grande theatro, fez cantar as operas *Semiramide e Fanace*, obtendo em ambas um triumpho enthusiastico. Visitou outras cidades de Italia, compondo successivamente as operas *Didone abandonata*, *Zenobia* e *Alessandro nelle Indie*. Em 1752, estando em Milão, foi convidado para vir a Portugal, por el-rei D. José que tinha um verdadeiro enthusiasmo pela musica. O monarcha o contratou para mestre de seus filhos e compositor da côrte. Antecipadamente, David Peres havia mandado para Lisboa uma sua partitura, que existe autographa na Bibliotheca Real da Ajuda e tem a data de 1751; é uma cantata a duas vozes e orchestra. Logo no carnaval de 1752 fez cantar no theatro da côrte a opera *Demofoonte* executada por cantores italianos, que foi a sua estreia em Portugal, e seguidamente *Adriano in Siria* e *Il Siroe;* esta ultima cantou-se no outono do mesmo anno. Em 1753 executou-se no citado theatro o *Artaserse* e *L'Eroe cinese*, e no theatro regio de Salvaterra cantou-se *Didone abandonata*. Andava então a construir-se o grandioso theatro no Paço da Ribeira, e emquanto se não concluiu, realisou se a ultima representação no antigo theatro, armado na Casa da India, cantando-se a opera *Ipermestra*, de David Peres, para festejar os annos da rainha D. Marianna Victoria, mulher de D. José, em 31 de março de 1754. No mesmo dia, no anno seguinte, 1755, houve a inauguração do novo theatro destinado ás representações das operas, sumptuoso edificio que sete mezes depois o terremoto de 1 de novembro destruiu completamente. Essa inauguração realisou-se com extraordinaria magnificencia, cantando-se a opera de David Peres, já citada, *Alessandro nelle Indie.* Cyrillo Machado, nas suas *Memorias*, para dar uma idéa da grandeza do theatro e do luxo da representação, diz que tomou parte no espectaculo um corpo de 400 homens de cavallaria figurando uma phalange de macedonios. David Peres residia no sitio da Ajuda, onde o terremoto foi menos sensivel, e por isso nada soffreu, nem fugiu horrorisado como outros seus compatriotas. Em 1756 fez cantar no theatro de Salvaterra a sua opera *Siroe*, em 1757 o *Solimano*, em 1759 *Enea in Italia;* seguidamente deram se n'este theatro e nos de Queluz e Ajuda as seguintes obras theatraes: *La vera felicità*, 1761; *Demetrio*, 1765; *L'Isola desabitata*, 1767; *Solimano*, 1768; *Creusa in Delfo*, 1774; *Il ritorno di Ulisse*, no mesmo anno. Quando se inaugurou a estatua de D. José, no Terreiro do Paço, em 1775, realisa-

ram se sumptuosas festas cuja parte musical foi dirigida por David Peres; essa parte consistiu n'uma serenata, que se cantou na chamada Casa do Sello, na alfandega, em 7 de junho. No theatro da Rua dos Condes tambem se cantaram algumas operas do apreciado maestro italiano, que elle mesmo ensaiava e dirigia gratuitamente, segundo consta d'uma collecção de manuscriptos relativos a este theatro, que existem na Bibliotheca Nacional. Por esse tempo haviam começado a brilhar n'aquelle theatro a depois celebre cantora Luiza Todi, com suas irmãs Cecilia e Izabel, as quaes receberam o ensinamento do maestro David Peres, que se interessou principalmente por Luiza, fazendo d'ella a primorosa cantora admirada na Europa. Na sua qualidade de mestre da capella real, escreveu grande quantidade de musica religiosa. Na Bibliotheca d'Ajuda existem as partituras autographas de duas missas a oito vozes reaes (harmonia a oito partes reaes), que são bellissimos specimens de sciencia musical e de estylo religioso d'aquella epoca. Uma d'ellas tem a indicação: *Per la Reale Capella della Bemposta*, 1776 Além d'estas missas, ha na mesma bibliotheca um motete a cinco vozes, com a mesma indicação e a data de 1772. No archivo da Sé Patriarchal ha muitas obras sacras de David Peres, entre as quaes se encontra a partitura autographa d'um *Te-Deum* a oito vozes, orgão, clarins, trompas, violoncello e contrabaixo, escripto expressamente para a acclamação da rainha D. Maria I. Nas suas muitas composições encontram-se responsorios para quarta, quinta e sexta feira santas, miserere, lamentações, matinas da Epiphania, e os officios de defuntos que em 1774 se imprimiram em Londres com este titulo: *Mathutini de Morti*, composto per commando di Sua Magesta Fidelissima Don Guiseppe 1.º dal Sigr. David Perez Maestro di Capella dell istessa M. F. Maestro di Camera delle loro Alteze Reali La Principessa del Brazile, ed Infante di Portogallo, Londra. Esta obra foi impressa com o producto d'uma subscripção promovida entre diversas pessoas importantes, cujos nomes veem inscriptos nas tres primeiras paginas; entre esses nomes figuram muitos inglezes. Toda a musica religiosa de David Peres foi vulgarissima em Portugal durante muitos annos. A sua influencia no Seminario Patriarchal tambem foi grande; senão desempenhou ali com actividade as funcções de professor, dirigiu pelo menos o ensino e escreveu para esse fim uma collecção de solfejos e outra de baixos cifrados, para o estudo pratico da harmonia, denominados *Solfejos de acompanhamento*. Escreveu tambem uma collecção de 27 solfejos a duas vozes, 12 dos quaes fazem parte da collecção intitulada *Solfejos de Italia*, impressa em Paris. Fétis affirma que David Peres cegou na velhice, e que falleceu em 1778, mas esta data não é verdadeira, pois existe um documento impresso, que dá a sua morte em 1779, conforme escrevemos. O documento é a oração funebre pronunciada nas exequias de David Peres, que foi impressa em 1779, e tem o titulo seguinte: «Nelle funebre pompe del Signor Arci maestro in Musica David Peres Maestro di Camera di S. R. M Fidelissima felicemente regnante orazione. Tributo d'ossequio di Fra Salvadore Maria da Vercelli Predicatore, e Missionario Apostolico Cappuccino d'ella Provincia del Piemonte. Lisboa. N'ella Stamperia Reale. Anno MDCCLXXIX.» No anno de 1777, comtudo, ainda David Peres conservava a vista, pois que dirigiu o *Te Deum* que compoz e executou na acclamação de D. Maria I, que se realisou em 13 de maio d'aquelle anno, confórme dissémos. David Peres exerceu uma grande influencia nos nossos compositores que floresceram nos fins do seculo XVIII e principios do XIX. Em todos elles, incluindo o proprio Marcos Portugal, se encontram vestigios d'esta influencia. Era tambem muito venerado na corporação dos musicos; a sua assignatura está firmada, com a data de 28 de setembro de 1756, no livro de entradas da irmandade de Santa Cecilia, renovado n'esse anno, em consequencia de se ter perdido o primitivo por occasião do terremoto. As partituras das suas operas, que se cantaram em Lisboa, guardam se todas ainda na Bibliotheca d'Ajuda, e mais as duas seguintes composições de sala: «*La pace fra la virtu e la Belleza;* componimento dramatico cantado nella Real Camera, nel felicissimo giorno natalizio di S. M. F. D. Maria I, etc., il di 17 Decembre 1777.» Existem duas partituras eguaes, uma autographa e outra copiada «*L'Amor prigionero;* cantata a due voci di suprano, 1751».

Peres *(Gonçalo)*. Commendador de Mertola, quer dizer, chefe da ordem de S. Thiago da Espada. Seguiu o partido de D. Affonso III, e foi um dos primeiros fidalgos que vieram juntar-se-lhe, quando elle chegou a Lisboa para conquistar o reino, mas não o fez sem primeiro alcançar promessa de que lhe seriam reconhecidos como valiosos os donativos que d'el-rei D. Sancho II fizera á ordem.

Peres *(Helena)*. Uma das mais famosas heroinas portuguezas, no celebre cêrco de Monsão em 1658. V. *Monsão*.

Peres *(Manuel Pereira)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa a 3 de setembro de 1652, fal. em Gôa em 1698. Era filho de João Peres Barreto e de Francisca Pereira de Lima. Foi juiz de fóra de Palmella e de Alvito, corregedor de Castello Branco, e chanceller da Relação de Gôa. Embarcando para o Oriente em 25 de março de 1692 com o vice-rei da India conde de Villa Verde, chegou a Gôa a 26 de maio de 1693. Compoz um poema em 5 cantos descrevendo a viagem, obra que não chegou a imprimir-se, guardando se o manuscripto original na livraria do marquez de Louriçal no meado do seculo XVIII. Em Gôa tambem desempenhou o logar de secretario de Estado e de juiz do fisco.

Peres *(Pedro Nolasco Ferreira)*. Poeta natural de Lisboa, e que vivia pelo meado do seculo XVIII Tendo estudado a faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, passou á Bahia, onde se dedicou á advocacia. Deixou publicado um livro de versos intitulado *Parnaso americano*.

Peres. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Roussas, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Quinta na freg. de S. Thiago, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Peres d'Abreu *(João Antonio)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, antigo empregado na direcção da Companhia Real dos Caminhos de Ferro. Foi collaborador da *Correspondencia de Portugal*, fundada pelo antigo jornalista Filippe de Carvalho. Escreveu:

Guia pratico da telegraphia, approvado para o serviço da exploração dos caminhos de ferro portuguezes, Coimbra, 1864; *Roteiro do viajante no continente e nos caminhos de ferro de Portugal em 1865*, Lisboa, 1865; com 1 mappa.

Peres Alves. Povoações nas freguezia: N. S.ª do O', de Revelles, conc. de Montemór o-Velho, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição, de Verride, do mesmo conc. e districto.

Peres de Azevedo *(Diogo)*. Esteve na India, em 1510, com o governador Affonso d'Albuquerque. acompanhou este no mesmo anno á conquista de Gôa, depois foi nomeado pelo mesmo governador capitão da armada que foi á conquista de Malaca. Em 1525, no tempo de D. Henrique de Menezes, estando em Calicut, tomeu parte em differentes combates contra o Samorim.

Peres Correia *(Paio)*. As chronicas apocryphas attribuem ao grão mestre da ordem de S. Thiago da Espada um papel legendario, e façanhas que elle não praticou, sumindo ao mesmo tempo na sombra o seu companheiro de armas, e seu emulo em proezas militares, Affonso Peres Farinha. A lenda tem sempre estas predilecções injustas e inexplicaveis. Assim D. Paio Peres Correia passa por ter sido verdadeiramente o conquistador do Algarve. Nada é menos verdadeiro, posto que muito se deva ao seu valor e á sua pericia. Depois das expedições de D. Sancho II, Paio Peres Correia, chefe da ordem, com os seus spatharios, e Affonso Peres Fariuha com os seus hospitalarios ficaram, um de um lado, outro de outro, na fronteira meridional do Alemtejo, fazendo aos moiros uma pequena guerra quotidiana, que muito os fatigava. Depois Paio Peres Correia partiu para Castella, onde foi nomeado commendador de Uclés, acompanhou D. Feruando III nas suas guerras contra os musulmanos, e nomeado grão-mestre da ordem em toda a Hespanha, não pensou mais no Algarve, que D. Affonso III acabou de conquistar, sem que Paio Peres Correia, como póde imaginar-se, o auxiliasse n'essa tentativa, porque o grão-mestre de uma ordem importante em toda a Hespauha christã, não podia consagrar o seu tempo a uma pequena expedição. Esta é que é a verdade, tal como resulta das conscienciosas e perspicazes investigações do grande historiador Alexandre Herculano. O vulto de Paio Peres Correia não fica diminuido, pelo contrario, nem Portugal se póde gloriar menos d'esse seu filho, que, se não foi o conquistador do Algarve, teve em compensação a gloria mais alta de ser julgado digno, pelas suas façanhas, de governar essa briosa milicia christã, que em toda a Hespanha fazia aos moiros uma guerra sem tréguas. Paio Peres Correia era natural de Evora, sendo filho de Pero Pires Correia e de D. Dordea Pires de Aguilar. Fal. em 10 de fevereiro de 1275, já muito velho, e jaz sepultado na egreja de Santa Maria de Tudis, que mandára construir.

Peres Fontanes *(Joaquim Antonio)*. Organeiro estabelecido em Lisboa durante os fins do seculo XVIII e principios do XIX. Construiu 3 dos 6 bellos orgãos de Mafra, ao mesmo tempo que Machado Cerveira construiu os outros 3. São de Fontaues o da parte da Epistola na capella-mór e um de cada cruzeiro. O do cruzeiro direito tem esta inscripção : «Joaquim Antonio Peres Fontanes o fez em 13 de junho de 1807». Tem bellas vozes, mas não é de muito grande fabrica, como tambem o não são todos os outros companheiros. O do cruzeiro esquerdo é consideravelmente maior, foi apeado para se restaurar no tempo dos frades, mas sobrevindo n'esse tempo a extincção das ordens religiosas, ficou desarmado em deploravel abandono. A inscripção que n'elle se vê, tem a data de 1806. Tambem são de Fontanes os orgãos da Sé, Magdalena e Loreto, similhantes na fabrica aos de Mafra, mas um pouco maiores. Os orgãos de Fontanes são muito similhantes aos de Machado Cerveira, mas este levou-lhes grande vantagem nos frontispicios, muitos dos quaes são verdadeiramente primorosos. Fontanes parece que falleceu pouco antes de 1820. Teve um filho, Antonio Joaquim Fontanes que tambem foi organeiro, occupando-se principalmeute em restaurar os orgãos construidos pelo pae. Existem alguns que elle fabricou, sendo um d'elles o da egreja matriz de Oeiras, que tem esta inscripção : «Antonio Joaquim Fontanes o fez em Lisboa, no anno de 1829.»

Peres de Macedo *(João)*. Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, no anno de 1736. Nasceu em Setubal a 8 de março de 1709 ; ignora-se a data do fallecimeuto. Era filho de Estevão de Frias da Frota, cavalleiro da ordem de Christo, e de Iria Gonçalves de Carvalhal. Foi juiz de fóra de S. Thiago do Cacem e de Sines. Era muito dado á poesia, como mostrou nas suas muitas composições, entre as quaes se notavam um poema a Santo Antouio, chamado *Antonianam Sacra* que tinha 1·200 oitavas, outro á Soledade da Virgem, intitulado *Melpomene sacra ;* outro da *Vida e acções de D. João IV*, não se imprimindo nenhuma d'estas composições.

Peres da Maia *(João)*. Valente e esforçado cavalleiro do tempo de D. Affonso II, que se distinguiu na pequena guerra que este teve com seu irmão bastardo D. Martim Sanches, que passara para Leão e estava fronteiro de Galliza. Os castelhanos invadiram Portugal, mas fôram batidos n'uma escaramuça junto do convento da Varzea proximo de Barcellos. Só á sua conta João Peres da Maia derrubou sete.

Peres de Milão *(José Joaquim da Silva)*. Antigo alumno da Aula do Commercio, que escreveu : *Guia de negociantes e de guarda-livros, ou novo tratado sobre os livros de contas em partidas dobradas*, etc. *composto na lingua franceza por mr. de la Porte, traduzido em vulgar, e offerecido ao ill.mo e ex.mo Sr. D. Thomaz de Lima, grão-cruz da ordem de Christo, ministro e secretario d'estado da repartição de fazenda*, etc ; Lisboa, 1794 ; *Ode feita e offerecida ao ill.mo e ex.mo Sr. D. Thomaz de Lima, marquez de Ponte de Lima*, etc. Lisboa, 1799.

Peres da Silva *(Bernardo)*. Goveruador da India. N. em Neurá, nas ilhas de Gôa, a 15 de outubro de 1775, fal. em Lisboa a 14 de novembro de 1844. Era filho do advogado Thomaz de Villa Nova e de D. Maria Anna Velloso. Tendo perdido seus paes, sendo ainda muito creança e quando ia principiar os estudos, seu tio, o P. Caetauo Peres, então prior da egreja de Colluá em Salsete, o levou para a sua companhia, tratando affectuosa e vigilantemente da educação do pobre orphão seu sobrinho. Depois de estudar as primeiras letras, passou a cursar estudos secundarios no seminario de Rachol, n'esse tempo di-

rigido pelos padres italianos de Rilhafolles, que tinham substituido os jesuitas. Bernardo Peres da Silva distinguiu-se muito pela sua applicação nos estudos, especialmente no latim e na philosophia. Concluidos os preparatorios, foi frequentar a Escola Medica, debaixo da direcção do physico-mór da India Antonio José de Miranda. Bernardo Peres da Silva já residia então nas ilhas de Gôa, porque tendo fallecido seu tio, deixara Salsete. Obtendo o grau de licenceado, começou a exercer clinica, e estava servindo no hospital militar quando, tendo vagado na Escola Medica uma cadeira de lente substituto, se apresentou ao concurso, e conseguiu ser nomeado. Casara em 1797, tendo apenas 22 annos de edade, com D. Ignacia da Conceição e Menezes, menina de 13 annos. D'este casamento prematuro resultou, tornar-se pae, ainda muito novo, tendo muitos filhos, dos quaes o mais velho, Thomaz José Peres, já era tenente de artilharia quando seu pae, na força da vida e eleito procurador do povo no municipio de Gôa, teve de sustentar uma lucta pertinaz contra a aristocracia goana, que imaginava que eram patrimonio seus os fundos municipais. Bernardo Peres da Silva alcançara grande fama de medico muito distincto, e por isso, e com a indole insoffrida que tinha, não pôde acolher de bom grado umas ordens do vice-rei conde de Rio Pardo, que lhe mandava que tratasse os doentes no hospital por um certo systema. Bernardo Peres da Silva recusou-se formalmente a admittir imposições n'esse sentido, e provou, com a autoridade de medicos inglezes de Bombaim, que as prescripções do vice-rei eram absurdas, e assim grangeou o applauso popular e o odio do vice-rei. N'esta occasião chegou á India a noticia da proclamação da Constituição de 1820, e o enthusiasmo do povo indiano não conheceu limites. Quizeram os goanos seguir o exemplo do Porto e de Lisboa, e como o conde Rio Parbo persistisse em resistir a esse movimento e em esperar as ordens do Rio de Janeiro, robentou em Gôa a insurreição, tendo á frente Bernardo Peres da Silva, que depois de depôr e prender o vice-rei, não quiz acceitar parte no governo. Tambem em 1822, quando chegaram as ordens da metropole para se proceder á eleição de deputados, Bernardo Peres da Silva foi eleito deputado juntamente com o dr. Lima Leitão e Constancio Roque da Costa. Fizera se essa eleição a 14 de janeiro de 1822, e logo em seguida partiram os deputados para a Europa, mas tiveram a mais tormentosa e extraordinaria viagem. Em Moçambique a junta de fazenda não lhes quiz fazer os adeantamentos que a junta de fazenda da India mandára que na Africa lhes fôssem pagos. Em segundo logar, chegados ao Rio de Janeiro, onde arribaram, ali fôram detidos e presos, porque no Brazil queriam por força que as outras colonias portuguezas adherissem ao movimento de independencia que na America se propagava, e não consentiam por conseguinte que os deputados indianos seguissem no caminho de Lisboa, reconhecendo a como metropole de todas as possessões portuguezas. Afinal puderam seguir viagem, mas foi tão demorada, que chegaram a Lisboa exactamente na occasião do movimento da Villafrancada, quando D. João VI dera, ou antes, quando em nome de D. João VI se dera o golpe de Estado de 1823, dissolvendo as côrtes e voltando a estabelecer em Portugal o regimen monarchico absoluto. Bernardo Peres da Silva resignou-se, e como o governo que succedera á reacção da Villafrancada saíra afinal de contas menos ferranhamente reaccionario de que decerto se desejariam os promotores d'esse movimento, Bernardo Peres da Silva obteve ser nomeado intendente geral da agricultura na India. Para ali partiu, havendo especial recommendação do governo para que fôsse bem vigiado, por serem conhecidas as suas tendencias liberaes. Tão bem o vigiaram que nem lhe quizeram dar posse, e o tal cargo nunca o chegou a exercer, luctando por isso com serias difficuldades, porque tinha uma familia numerosa e os seus recursos eram insignificantes, principalmente na occasião em que a sua ida á Europa lhe déra decerto um profundo golpe na sua clinica. Nenhuma d'estas circumstancias, porém, conseguiu abalar a sua energia, e continuou a fazer ao governo a opposição que podia, até que em 1827 chegou de novo a Gôa a noticia do estar proclamado na metropole um governo liberal, e ordem para se proceder á eleição de deputados. Pela nova lei os estados da India elegiam um só deputado, e n'essa occasião o candidato pelo circulo da India era o proprio governador, o que ainda então era permittido. Pois apezar d'isso, o eleito foi Bernardo Peres da Silva, que de novo voltou á Europa, e que de novo por uma singular fatalidade, ao chegar a Lisboa em 1828, encontrou as côrtes dissolvidas e D. Miguel a governar despoticamente. Se da outra vez protestou, d'esta é que nem teve tempo de protestar. Apenas desembarcou e soube do que se passava, tratou logo de se esconder, porque não podia apresentar-se com o seu titulo de deputado liberal da India portugueza. Homisiou-se, portanto, n'umas aguas furtadas, e assim escapou á prisão e ás visitas domiciliarias. Depois emigrou para Inglaterra, foi para Plymouth, e sabendo ali, que na reunião dos tres Estados, convocada por D. Miguel, apparecera um fr. Joaquim de Carvalho á dizer-se representante de Gôa, acudiu logo a protestar n'um manifesto, dizendo que o unico representante de Gôa era elle, que o tal fr. Joaquim de Carvalho, que estava havia tempos em Lisboa a cuidar de demandas e de outras questões particulares, nem era representante de Gôa, nem o podia ser, porque n'essa occasião nem por sombras podia haver noticia na India da convocação dos Tres Estados. Este protesto foi mandado publicar e espalhar nos differentes paizes pelo governo constitucional. De Plymouth passou ao Rio de Janeiro, onde, para viver ensinou primeiras letras, dividindo o pouquissimo que ganhava com a sua pobre familia, que ficara em Gôa, não só luctando com privações, mas afflictissima por não saber o que lhe acontecera. No Rio de Janeiro imprimiu em 1832 um curioso livro: *Dialogo entre um doutor em philosophia e um portuguez na India sobre a constituição politica de Portugal.* Este opusculo era dedicado á mocidade indiana, e inspira o mais puro e ardente amor da liberdade. N'esta occasião já seu filho Thomaz José Peres andava combatendo nas fileiras liberaes e desembarcára no Mindello, tomando parte no resto da campanha. Bernardo Peres da Silva, apenas soube que os liberaes estavam em Lisboa, apressou-se a voltar a Portugal, e a 8 de abril de 1834 dirigiu uma representação ao

imperador duque de Bragança, pedindo-lhe que redimisse os povos indianos que continuavam oppressos debaixo do jugo do despotismo. A resposta de D. Pedro, que apreciava muito a lealdade e a energia de Bernardo Peres da Silva, foi nomeal-o prefeito dos Estados da India, segundo a organisação então adoptada, com o ordenado annual de 20:000 xerafins, por decreto datado do Ramalhão de 7 de maio de 1834. Bernardo Peres da Silva partiu para a India, onde foi acolhido com enthusiasmo pelos seus amigos e em geral pelo povo que muito o estimava. Tomou posse do governo a 14 de janeiro de 1835, e começou logo a applicar a nova legislação liberal. N'isso foi imprudente, porque bastava a extincção das ordens religiosas para lhe suscitar difficuldades graves, e era uma loucura accumular com estas outras creadas por reformas quasi sempre justas, mas tambem sempre violentas. Reprimiu asperamente a oligarchia que dominava a India, cortou abusos, mudou empregados, e, se ao mesmo tempo alliviava do pagamento da sexta parte das suas vendas as corporações agricolas, se attendia ao exercito, e devia por conseguinte crear partidarios, é certo que mais poderosos se mostraram os inimigos, aquelles que eram feridos pelas novas medidas, os que padeciam quebra nos seus interesses com as reformas salutares mas asperas do novo prefeito. E' certo que logo a 1 de fevereiro de 1835 rebentou uma revolução violenta, Bernardo Peres da Silva foi deposto e enviado debaixo de prisão para bordo da corveta *Infante Regente*, e proclamado ao mesmo tempo o governo de D. Manuel de Portugal e Castro. N'esta conjunctura mostrou Bernardo Peres da Silva a mesma serenidade de animo, que manifestara em muitas occasiões não menos angustiosas da sua vida. O seu governo durára apenas 15 dias, e n'esse curto espaço quizera revolver de alto abaixo a sociedade indiana. Era imprudente, e devia dar por força os resultados que deu. Em Portugal, onde o governo viera para o caminho das reformas dos campos da revolução victoriosa,podia fazer tudo quanto quizesse, porque os vencidos estavam préviamente subjugados e prostrados, mas tentar introduzir assim de repente, e com violencia, tantas reformas tão radicaes n'uma sociedade onde os interesses lesados tinham profundas raizes, e não tinham ainda consumido na lucta as suas forças, era loucura. Essas precipitações e violencias fôram sempre o defeito do caracter de Bernardo Peres da Silva. Outro erro commetteu, tambem grave, que podia trazer até sérias consequencias. D. Manuel de Portugal e Castro, moderado e pacifico, limitara se a mandal-o sair do territorio da India Portugueza. O prefeito deposto foi para Bombaim, e ali solicitou a intervenção ingleza para restabelecer em Gôa a autoridade legal. Era um acto irreflectido. Bernardo Peres da Silva bem devia saber quanto custára á India Portugueza vêr-se livre dos inglezes, quando elles intervieram, sem ninguem lh'o pedir, para nos protegerem contra uma sonhada expedição franceza; ir introduzil-os agora nos nossos dominios, era praticar um acto que só a paixão póde desculpar. O presidente de Bombaim declarou, porém, que não intervinha nas discussões intestinas da India Portugueza, e Bernardo Peres da Silva, vendo que nada conseguia, foi com os seus parciaes para Damão, onde declarou que estabelecia a séde do governo da India Portugueza. Tendo chegado á India com a nomeação de governador, legitimamente conferida pelo governo, o barão de Sabroso, Bernardo Peres da Silva reconheceu a sua autoridade, e veiu de Damão para Gôa, onde a 9 de fevereiro de 1839 foi eleito deputado, sendo reeleito logo em abril do mesmo anno, e eleito ainda de novo em 9 de outubro de 1842. Estas duas ultimas eleições fôram feitas na sua ausencia, por que tendo partido para Lisboa logo que recebeu pela primeira vez o seu diploma, nunca mais voltou á India. Era pela terceira vez eleito deputado, e era a primeira vez que tomava assento na camara. O seu papel foi importante no parlamento, porque zelou deveras e com energia os interesses das colonias; procurou reformar o exercito da India, reduzindo-o a proporções acceitaveis, pediu que se estabelecesse o jury na India, e que os orçamentos coloniaes fôssem discutidos, finalmente defendeu os seus actos como prefeito da India, e, pediu que tanto o seu governo como o dos seus adversarios fôssem sujeitos a uma minuciosa e severa syndicancia. Esse episodio da sua vida politica referiu elle n'um folheto que distribuiu pelos seus collegas, em 1840, e que se intitulava *Aos representantes da nação portugueza*. Bernardo Peres da Silva succumbiu a uma aneurisma, e foi sepultado no cemiterio dos Prazeres n'um sumptuoso mausoléo, que lhe mandou erigir seu filho Thomaz José Peres, que pouco lhe sobreviveu, porque fal. na ilha da Madeira em 23 de janeiro de 1846, contando 45 annos de edade, vindo para Lisboa o cadaver encerrar-se junto do de seu pae. Bernardo Peres da Silva foi de genio arrebatado e violento, praticou muitas imprudencias, mas prestou relevantes serviços ao seu paiz, e foi homem de tanta probidade e de tão alto desinteresse, que tendo estado um pouco revolucionariamente senhor de Damão, onde os cofres do governo continham muito dinheiro, morreu tão pobre que na sua ultima doença teve de vender o relogio e a mobilia para occorrer ás despezas inevitaveis, e não se lhe encontrára dinheiro com que se pagasse o funeral.

Perestrello. Familia que procede de Filippe Perestrello, natural de Placencia, na Lombardia, que veiu para Lisboa com a princeza hespanhola D. Leonor, que casou com el-rei D. Duarte, em 1428, sendo ainda principe, e a quem seu pae, D. João I, mandou passar carta de brazão, no anno de 1437, com as seguintes armas: Escudo partido em pala; na primeira, em campo de ouro um leão de purpura; na segunda, em campo de prata, uma banda real carregada de tres estrellas de ouro de oito pontas entre seis rosas da sua côr; timbre, o leão do escudo com umas das estrellas na espadua.

Perestrello (*Bartholomeu*). Fidalgo de origem genoveza, que pertencia á casa do infante D. Henrique, e a quem este concedeu o senhorio da ilha de Porto-Santo, logo que João Gonçalves Zarco lhe trouxe a noticia de a ter descoberto ou encontrado. Bartholomeu Perestrello partiu na viagem immediata com Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira. Um amigo dera-lhe uma coelha cheia, chegando á ilha Perestrello soltou a. Em menos de um anno os coelhos propagaram se por tal fórma que não houve sementeiras que lhe resistissem, a ponto que Bartholomeu Perestrello

resolveu abandonar a ilha, mas os seus amigos instaram com elle para que não desamparasse assim tão vantajoso patrimonio, e Perestrello voltou. Ainda lá encontrou a praga dos coelhos, mas emfim sempre conseguiu superal-os, e fundou um estabelecimento que prosperou, mas não tanto como os das duas capitanias proximas, as da ilha da Madeira Os descendentes de Bartholomeu Perestrello fôram quasi todos residir para a ilha vizinha.

Perestrello *(Filippa Moniz)*. Mulher do genovez Christovão Colombo, grande navegador, o descobridor da America. Era filha d'um Bartholomeu Perestrello, douatario da ilha de Porto Santo, e nasceu na ilha da Madeira. Indo Christovão Colombo fixar a sua residencia no Funchal, onde existe ainda hoje uma rua com o seu nome, ahi se agradou de Filippa Moniz Perestrello, e com ella casou. A esse casamento deveu Colombo grande parte da gloria immortal que adquiriu, porque as informações da familia Perestrello e a sua residencia na ilha de Porto Santo pertencente a seu sogro, onde lidou com marinheiros portuguezes, e onde pôde estudar face a face com o Oceano os mysterios do desconhecido, não contribuiram pouco para a concepção do seu plano gigantesco. Filippa Perestrello teve um filho d'este matrimonio, em 1474, na ilha do Porto Santo, que se ficou chamando Diogo.

Perestrello *(Manuel de Mesquita)*. Escriptor do seculo XVI, de cujo nascimento e morte se ignoram as datas. Era filho de Pedro Sobrinho de Mesquita. Em 1505 foi com seu pae para a India, na armada que conduzia o vice-rei D. Francisco d'Almeida. Depois de ter militado aguerridamente pelo largo espaço de 38 annos, regressando a Portugal em 1 de fevereiro de 1554, naufragou, vindo a bordo da nau *S. Bento*. Parece que vivia ainda em Moçambique em 1576. Escreveu: *Naufragio da nau São Bento, sendo capitão Fernão Alvares Cabral, que se perdeu a 22 de abril de 1554 na costa da terra do Natal, junto do rio do Infante, Coimbra, 1564;* foi reimpresso no tomo I da Historia Tragico-Maritima; *Roteiro dos portos, derrotas, alturas, cabos, conhecenças, resguardos e sondas que ha por toda a costa, desde o cabo da Boa Esperança até o das Correntes, dedicado a el rei D. Sebastião em 1575.* Este *Roteiro*, cujo original parece existir na Bibliotheca Publica de Evora, saiu impresso na *Arte de navegar*, não só nas edições que andam em nome de Manuel Pimentel, mas na primeira, feita em 1681, que é do pae d'este, Luiz Serrão Pimentel.

Perestrello *(Pedro da Costa)*. Escrivão d'elrei, poeta contemporaneo de Luiz de Camões e do dr. Antonio Ferreira, etc. Parece que nos primeiros annos seguiu a vida militar e serviu em Hespanha, pois, segundo consta, assistiu com o posto de capitão á celebre batalha de Lepanto no anno de 1571. Esta batalha foi ganha n'aquelle golfo sobre uma poderosa armada ottomana, com que o sultão do turco ameaçava a christandade, e com especialidade a Italia, por D. João d'Austria, filho do imperador Carlos V, e irmão de Filippe II, rei de Hespanha. Voltando depois a Portugal, alcançou o logar de secretario d'elrei. Escreveu: *Descobrimento de Vasco da Gama*; poema em oitava rima; consta de 16 cantos. Não publicou esta obra, por ter saido Camões com os *Lusiadas*, cujo argumento era o mesmo que elle emprehendera. Escreveu *Batalha de Ausonia*; poema de D. João d'Austria; consta de 6 cantos em oitava rima. No ultimo canto traz pintada a fórma do estandarte real que os christãos ganharam ao grão turco.

Perestrello da Camara *(Paulo)*. Escriptor, que viveu no seculo XIX. N. no Funchal em 1810, morreu no Rio de Janeiro a 4 de fevereiro de 1854. Retirou se para o Brazil em 1841, e ali estabeleceu residencia durante alguns annos, até que em 1853 emprehendeu uma viagem a Portugal, por conveniencias de interesse particular. Voltando alguns mezes depois ao Rio de Janeiro, falleceu. Escreveu: *Descripção geral de Lisboa em 1839, ou Ensaio historico de tudo quanto esta capital contem de mais notavel, e sua historia politica e litteraria até o tempo presente*, Lisboa, 1839; *Breve noticia da ilha da Madeira, ou memoria sobre a sua geographia, historia, geologia, topographia, agricultura, commercio*, etc , Lisboa, 1841; *Novo tratado de Arithmetica commercial, ou desenvolvimento simplificado de todas as regras de arithmetica relativas ao commercio, acompanhadas de um grande numero de exemplos e exercicios*, etc., Rio de Janeiro, 1846; *Collecção de proverbios, adagios, rifões, anexins, sentenças moraes e idiotismos da lingua portugueza*, Rio de Janeiro, 1848; *Diccionario geographico, historico, politico e litterario do reino de Portugal e seus dominios*, etc., Rio de Janeiro, 2 tomos, 1850; *Novo guia do viajante em Lisboa e seus arredores, Cintra, Collares e Mafra, ornado com algumas vistas dos principaes monumentos de Lisboa*, Lisboa, 1853.

Perfia. Pov. na freg. do Salvador, de Grijó, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Pergoim. Pov. na freguezia de S. Thiago, de Chamoim, conc. de Terras do Bouro, distr. de Braga.

Pergoinho. Pov. na freg. de Santa Columbia, de Couto do Mosteiro, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu.

Pergulho Cimeiro e **Pergulho do Meio.** Duas povoações na freguezia de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença a-Nova, distr. de Vizeu.

Perguntouro. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Barrozas, conc. de Louzada, districto do Porto.

Perilhal. Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 145 fog. e 590 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada na estrada real de Barcellos a Espozende, a 1 k. do rio Cávado. O parocho era apresentado pelo cabido da sé de Braga, e tinha de rendimento 112$000 réis. A terra é muito fertil, cria gado e tem caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Perini di Lucca *(Cesar)*. Escriptor. N. em Genova no anno de 1807, e por motivos politicos emigrou para Portugal, em 1837 com 30 annos de edade. Fixando residencia em Lisboa, obteve passado algum tempo a regencia da cadeira de declamação no Conservatorio Real de Lisboa. Foi ensaiador nos theatros do Gymnasio e do Salitre. A 21 de outubro de 1848 voltou para Italia, onde falleceu pouco depois. Escreveu: *A vespera d'um desafio na regencia de D. João I*,

drama em 5 actos, premiado pelo Conservatorio Real de Lisboa, Lisboa, 1818; *O Marquez de Pombal, ou vinte e um annos da sua administração, drama historico em 4 actos e 8 quadros*, Lisboa, 1842; *O Cigano, drama em 4 actos*, Lisboa, 1842; *O Conde de Andeiro, drama historico portuguez, premiado pelo Jury dramatico do Porto*, Lisboa, 1840; *Os fabricantes de moeda falsa*, melodrama com que se inaugurou o theatro do Gymnasio em 16 de maio de 1846.

Perlada. Povoações nas freguezias: Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Perlades. Pov. na freguezia do Salvador, de Navaes, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto.

Perleirinhos. Pov. na freg. de Santa Christina, de Longos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Perlinha. Pov. na freguezia de S. Thiago, de Amorim, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto.

Perlinhas. Povoações nas freguezias: Santa Christina, de Longos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Christovão, de Rio Tinto, conc de Gondomar, distr. do Porto.

Perlonga. Pov. na freg. de S. Pedro de Jugueiros, concelho de Felgueiras, distr. do Porto.

Permontello Pov. na freg. de S. Martinho, de Friastellas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Perna Chã. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Esperança, conc. de Arronches, distr. de Portalegre.

Perna de Gallego Cimeira. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Ermida, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Perna de Gallego Fundeira. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Ermida, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Perna da Negra. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Perna Secca. Povoações nas freguezias. N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, do mesmo distr. || S. Marcos da Serra, do mesmo conc. e districto.

Pernada. Pov. na freg. de S. Pedro, de Marateca, concelho de Setubal, districto de Lisboa.

Pernada de Marco. Ribeiro do distr. de Lisboa. N. na aba da serra dos Algares, ao N de Grandola, corre em direcção ONO, recebendo diversos regatos, e entra no esteiro da Comporta, bahia de Setubal, com 25 k. de curso.

Pernadas. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Pernambuco (*Duarte de Albuquerque Coelho, conde de*). Capitão de Pernambuco. Era natural de Lisboa, onde nasceu a 22 de novembro de 1591, fal. em Castella em 1658. Era filho de Jorge de Albuquerque Coelho, donatario da capitania de Pernambuco. (V. *Portugal*, vol. II, pag. 1064). Teve a capitania de Pernambuco, como seu pae e avô, e quando a tomaram os hollandezes, foi occupar esse governo para o restaurar, mas não o conseguiu. Por occasião da restauração de Portugal em 1640 retirou-se para Castella, onde falleceu. Era casado com D. Joanna de Castro, filha de D. Diogo de Castro, 2.º conde de Basto, e de sua mulher, D. Maria de Tavora. O titulo de conde foi concedido por carta de D. Filippe III em 1632.

Pernambuco. Uma das mais importantes provincias do Brazil. A sua costa foi explorada, logo depois do descobrimento do Brazil por Pedro Alvares Cabral, por Christovão Jacques, em 1504, que trouxe para Portugal duas caravélas carregadas de madeiras preciosas; em seguida por Tristão da Cunha, por João Dias Solis, por Fernão de Magalhães, por Jorge Lopes Bixorda. Em 1519 voltou Christovão Jacques, e fundou uma feitoria na ilha de Itamaracá, para o negocio do pau brazil. Attrahidos pelo lucro, já andavam por aquellas paragens armadores francezes de Marselha, que tambem fundaram uma feitoria em Iguarassú. Quando se dividiu o Brazil em capitanias, coube o territorio de Pernambuco a Duarte Coelho Pereira, que em 1531 expulsou os francezes, e fundou uma villa em Olinda, e em 1534 para ali se transportou com sua mulher, e ali ficaram seus filhos e descendentes, fazendo prosperar a capitania até que, depois da queda de Portugal sob o poder da Hespanha, começaram a apparecer hollandezes na costa do Brazil. (V. *Pereira, Duarte Coelho*, n'este vol. pag. 586). A 7 de fevereiro de 1630 appareceu deante de Pernambuco uma esquadra hollandeza, commandada pelo almirante Loucq, que lançou em terra um exercito commandado pelo coronel Waerdenburch. O governador portuguez, Mathias d'Albuquerque, depois d'uma resistencia heroica, teve de abandonar o Recife, capital da capitania, e de se retirar para os arraiaes chamados do *Bom Jesus*. Dois ou tres annos ali se susteutou o intrepido official portuguez, mas os hollandezes dominavam os mares, a esquadra almirante *Oquendo* era por elles batida, como o foi depois o conde da Torre, os officiaes hollandezes iam estendendo a area do seu dominio conquistando as capitanias vizinhas, e Mathias d'Albuquerque teve emfim de abandonar os arraiaes do *Bom Jesus*. Pernambuco era definitivamente hollandez, e um principe da casa de Orange, o famigerado principe Mauricio, recebia o governo d'essa nova e importantissima colonia batava. O principe Mauricio era um dos homens mais illustrados do seculo XVII. Prestou a Pernambuco os mais relevantes serviços. Trouxe da Europa naturalistas como Pario de Leyde, Macgraff e Barlreus para estudarem a flora e a fauna do paiz, architectos como Pieter Photer e pintores da escola flamenga para levantarem e decorarem os edificios que mandasse erigir, administrou sabiamente, fez grandes melhoramentos na cidade do Recife, e na ilha de Antonio Vaz, que poz em communicação com o Recife por meio de uma ponte sobre o Capiberibe, levantou um palacio para si a que deu o nome de Wryburgo, e chamou Mauricia á cidade que logo se encheu de novos prédios. Assim porém que elle partiu para a Europa, arrancado do governo de Pernambuco por intrigas ruins, começaram os pernambucanos a sentir o peso do jugo, que Mauricio de Nassau lhes soubera dourar com os prestigios da sua administração liberal, sensata e reformadora. Logo porém que par-

tiu, João Fernandes Vieira deliberou tramar a revolução que estava já no animo de todos. A situação era difficil porque Portugal acabára de fazer a revolução de 1 de dezembro e de proclamar a sua independencia. Na nossa lucta contra a Hespanha era a Hollanda a nossa alliada natural, e tornava-se difficil combatermos ao seu lado na Europa e contra ella na America; mas os energicos patriotas pernambucanos declararam que lhes não importava que os renegassem. Organisaram se n'um pequeno exercito, receberam secretamente reforços da Bahia que continuava nas mãos dos portuguezes, e puderam assim ganhar a primeira batalha, a das Taboeas. Em Portugal não sabia D. João IV o que havia de fazer, não queria desamparar os pernambucanos, que tão heroicamente procuravam unir-se de novo á mãe-patria, não queria desgostar os hollandezes, cuja alliança nos era tão util na Europa. Resolveu continuar a seguir o mesmo systema de dissimulação. Enviou secretamente aos pernambucanos um experimentado general, Francisco Barreto de Menezes, e continuou a allegar que nada emprehenderia contra o dominio hollandez no Brazil. Nas duas batalhas dos Gararapes derrotou completamente Francisco Barreto os hollandezes, foi-lhes arrancando successivamente as praças todas, até que os encerrou no Recife, cidade que o general Sigismundo Van-Schoppe entregou por capitulação no dia 26 de janeiro de 1654. Vinte e quatro annos estivera Pernambuco em poder dos hollandezes. D. João IV então resgatou dos herdeiros do donatario esta capitania, e transformou-a n'um dos governos da Corôa. Em 1817, governando a cidade Caetano Pinto de Miranda Montenegro, rebentou em Pernambuco uma revolução, e a republica foi proclamada, a qual poucos mezes durou, sendo suffocada em sangue pelo conde dos Arcos, governador da Bahia, dando motivo a que fôssem enforcados os principaes caudilhos do motim. Quatro annos depois chegou ao Brazil a noticia da revolução de 1820, que foi acolhida em Pernambuco com vivissimo enthusiasmo. Organisou-se logo uma junta governativa, cuja direcção Luiz do Rego tomou, até que em 1822, vendo o caminho que as cousas seguiam, embarcou para a Europa, e a junta do governo ficou á frente da provincia, adherindo, depois de algumas contendas, aos acontecimentos do Rio de Janeiro, e proclamando tambem o imperio e a independencia do Brazil.

Pernambuco e Parahiba *(Companhia de)*. Em 1759 varios commerciantes das praças de Lisboa, do Porto e de Pernambuco propuzeram-se estabelecer uma companhia geral para as capitanias de Pernambuco e Parahiba. O projecto da constituição d'esta companhia era assignado pelos seguintes individuos: José Rodrigues Bandeira, José Rodrigues Esteves, Polycarpo José Machado, Manuel Dantas do Amorim, Manuel Antonio Pereira, José da Costa Ribeiro, Ignacio Pedro Quintella, Anselmo José da Cruz, João Xavier Telles, José da Silva Leque e João Henriques Martins. Os estatutos da companhia foram approvados por alvará de 13 de agosto do dito anno. Tanto no alvará como nos estatutos se seguiram os moldes que haviam sido adoptados quanto á companhia do Grão-Pará e Maranhão. *(V. este nome)*. A companhia geral de Pernambuco e Parahiba constituia um corpo politico, composto de uma junta e duas direcções. A junta tinha a séde em Lisboa, e era composta de um provedor e dez deputados, um secretario e tres conselheiros. As duas direcções tinham uma séde no Porto, e a outra em Pernambuco. Eram constituidas com um intendente e seis deputados cada uma. O governo e a disposição geral pertenciam á junta, que expediam as ordens ás duas direcções. O provedor e deputados da junta, os intendentes e deputados das direcções deviam ser commerciantes, subditos portuguezes naturaes ou naturalizados, com 10:000 cruzados, pelo menos, de interesse na companhia. Os conselheiros não tinham que possuir determinado capital. O provedor, intendentes e deputados eram de nomeação régia, por tres annos; passado este periodo eram eleitos pela pluralidade de votos dos que possuissem 500 cruzados ou mais de acções. As eleições dos intendentes e deputados eram feitas pelos interessados das respectivas circumscripções, mas tinham de ser approvadas pela junta da companhia. Os eleitos serviam por dois annos. A companhia, além dos navios que navegassem nas frotas, podia mandar ás capitanias e fazer voltar d'ellas os navios soltos que fôssem necessarios, em beneficio de seu commercio e navegação e da extracção e introducção dos generos e provimento das ditas capitanias. O fundo da companhia era de 3.400:000 cruzados, repartidos em 3:400 acções de 400$000 réis cada uma. Manteve-se o principio, consignado já nos estatutos da companhia Grão-Pará e Maranhão, de poderem os accionistas de menos de 5:000 cruzados grupparem se para ter um voto, e bem assim o de se poderem reunir differentes pessoas para terem em commum uma acção. Permittiu-se o pagamento das acções não só em dinheiro mas em generos pelo seu preço corrente. A Companhia de Pernambuco e Parahiba adquiriu largo desenvolvimento em poucos annos. Fez construir grande numero de navios, e occupou se em larga escala da exploração agricola e commercial dos territorios da capitania de Pernambuco. Parece que seguiu processos um pouco differentes da companhia do Grão-Pará e Maranhão, não só para haver os capitaes com que se fundou, mas no auxilio que prestou aos que se applicavam ao commercio e a agricultura. Em geral, porém, durante o periodo da sua existencia, acompanhou quasi com igual sorte a outra companhia, como ella criação do Marquez de Pombal, e destinada tambem a pouco sobreviver á queda do grande estadista. Teve porém em 1761 de recorrer ao Governo, que lhe fez um emprestimo de réis 223:200$000. Contra ella não se haviam concitado odios tão violentos, e por isso só depois de findo o prazo da sua existencia legal, por decreto de 8 de maio de 1780. se resolveu a sua extincção Martinho de Mello e Castro que procurara oppor se á extincção da companhia do Grão-Pará e Maranhão, embora tivesse de annuir á extincção da companhia de Pernambuco e Parahiba, procurou aproveitar os elementos que ella lhe pôde favorecer para a execução dos seus planos de alargamento do commercio e da influencia colonial. Foi por isso que se oppôz á venda dos navios da extincta companhia, e tentou continuar com elles uma navegação regular, especialmente para a India. Até 1797 encontramos notas de varias viagens realizadas pelas naus

Nossa Senhora da Conceição e *Santo Antonio*, *Nossa Senhora de Belem*, fragata *Princeza do Brasil*, nau *Santo Antonio*, *Polifemo* e outras, tendo a administração concernente a estas viagens sido encarregada a Mauricio José Crammer Wanzeller. Era a junta de liquidação que fornecia os fundos para o fornecimento do custeamento e carregação d'estas naus. Não agradaram as resoluções de Martinho de Mello e Castro aos accionistas: e parece que effectivameete das viagens feitas e sobretudo da pouco feliz administração do mencionado Mauricio José Crammer Wanzeller não resultaram senão perdas para os interessados. Em 1821 representaram os accionistas da companhia de Pernambuco e Parahiba contra os seus administradores, pedindo que fossem substituidos pelos administradores da companhia do Grão-Pará e Maranhão. Em sessão da Camara dos Deputados de 9 de junho de 1821 pediu-se ao governo a consulta a este respeito da Junta do Commercio. O Ministro do Reino enviou á Camara a consulta. Na sessão de 25 de setembro de 1821, foi apresentado o parecer da commissão do commercio e entrou em discussão. O deputado Zeferino dos Santos disse que a companhia de Pernambuco devia ter acabado com a morte do Marquez de Pombal. Eram passados vinte annos e não se fizera repartição nenhuma. Até á passagem de El Rei para o Brasil, disse elle, que a companhia lucrara 84 contos de réis, e depois que elle estava no Rio tinha despendido 176 contos de réis, total 210 contos de réis. Mas ella tinha despendido mais o que recebera em Lisboa, depois da passagem de Sua Majestade, de sorte, que realmente, ia além de 500:000 cruzados, o que ella havia gasto, para colher 32 contos de réis. Era necessario, portanto, mudar de administração, emquanto se congregava a assembléa dos accionistas para resolver. O deputado Martins Bastos disse que era preciso distinguir os administradores de Lisboa dos de Pernambuco. Os de Lisboa não tinham ordenado nenhum, os de Pernambuco tinham graudes ordenados e tinham feito as suas negociações com diversos fins. As providencias a tomar a respeito dos de Pernambuco deviam ser diversas. Levantou-se depois questão sobre o numero e valor dos accionistas que requeriam e adiou se a discussão. Afinal o parecer, que concorda em passar a administração para a da companhia do Grão-Pará, foi approvado na sessão de 2 de outubro. Fez-se decreto das Côrtes n'este sentido que tem a data de 9 de outubro de 1821. Por esse decreto se determinou que os administradores dos fundos da extincta companhia de Pernambuco e Parahiba ficavam dispensados d'essa administração, que que passaria para os administradores da companhia do Grão-Pará e Maranhão. Estes deviam nomear duas administrações, uma em Pernambuco, outra na Parahiba, compostas cada uma de tres accionistas, que receberiam 4 por cento em Pernambuco e 6 por cento na Parahiba de todas as quantias que cobrassem. Revogava a carta régia de 30 de junho de 1808 e declarava relaxado o embargo a que se procedera, devendo por isso entregar-se a quantia depositada na thesouraria geral de Pernambuco e Parahiba pertencente á companhia. A nomeação de administradores considerava-se provisoria, devendo tratar-se de reunir uma assembléa da maior parte dos accionistas. Os acontecimentos que se deram no primeiro quartel do seculo XIX, tanto em Portugal como no Brasil, não favoreceram a liquidação, antes a embaraçaram, concorrendo para que os negocios da junta continuassem por muito tempo bastante desordenados e confusos, com prejuizo dos verdadeiros interessados. Em 1823 foi mandado proceder pelo governo do Brazil ao confisco geral dos fundos e propriedades das duas companhias n'aquelle imperio. Calculavam-se então os valores que lhes pertenciam em mais de 2:600 contos de réis. A junta mandou ali o seu deputado José Antonio Soares Leal, conseguindo se que se reintegrasse a administração e que a liquidação proseguisse. Tambem em Portugal os haveres das companhias não foram melhor tratados pelos poderes publicos. Já no fim do seculo XVIII a companhia do Grão-Pará tinha sido privada de varios edificios na Boa Vista, mas a esta expoliação seguiram se outras Em 1821, foi ella desapossada de todos os edificios que lhe pertenciam. Este caso deu logar a representação da junta ao Parlamento, a variados pareceres e á discussão em mais de uma sessão. Na sessão de 28 de junho de 1822 da Camara dos Deputados foi approvado o parecer da commissão de justiça civil datado de 10 dezembro de 1821 que concluia que era de justiça fazer-se sustar a resolução do Governo. Da junta da liquidação das duas companhias, que ainda hoje existe, daremos algumas informações ácêrca do estado da liquidação no meado do seculo XIX. Pelo balanço das companhias referido a 31 de dezembro de 1848, vê-se que o activo da companhia do Grão-Pará e Maranhão subia á quantia de 1.466:803$470 réis, e o passivo a 174:223$697 réis, sendo portanto o saldo a favor dos accionistas de réis 1.291:579$773; e que o activo da companhia de Pernambuco e Parahiba subia á quantia de 1.594:811$491 réis, e o passivo á de 316:506$975 réis, sendo o saldo de 1.278:301$519 réis. As dividas por cobrar pertencentes á primeira companhia eram, no Brazil, 472:286$382 réis, e em Portugal 928:250$663 réis, além de diversos valores, no total de 65:266$425 réis, entrando n'esta importancia a quantia de 4:267$486 réis em dinheiro. As dividas pertencentes á segunda companhia importavam no Brazil, em 1.024:115$461 réis, em Angola 128:913$990 réis, em Portugal 132:347$300 réis, além de diversas verbas no total de 9:434$743 réis, entrando n'esta importancia 4:063$743 réis em dinheiro. Como vimos, as dividas do passivo das companhias sommavam 490:730$672 réis. Eram quantias devidas pelos rateios não recebidas pelos accionistas, na importancia de 365:020$878 réis, e dividas a particulares, na importancia de 124:709$794 réis A junta adoptou em differentes epocas varios alvitres para facilitar o pagamento aos devedores, como permittir o encontro de acções das companhias concedendo o pagamento em prestações, fazendo descontos e abatimentos. Ao principio a concessão de recebimento de acções em pagamento de dividas só se effectuava aos devedores do Brazil, depois alargou-se a todos. Nos primeiros tempos, quando a liquidação foi mais activa, a concessão a que alludimos, determinando a procura de acções, fez elevar o seu preço, que era apenas de 10 a 40 por cento. Até 31 de dezembro de 1850 tinha-se conseguido amortizar por aquel-

les processos acções no valor de 443:655$881 réis, sendo 15:267$940 réis de acções da companhia do Grão Pará e Maranhão e 428:387$941 réis de acções da companhia de Pernambuco e Parahiba. || Bibliographia: *Companhias de colonisação* por Tito de Carvalho.

Pernelhas. Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Parceiros, concelho e districto de Leiria.

Pernóm *(Atmarama Vassadeva Trabhu Desprabhu, visconde de)*. Proprietario da imprensa *Xry Atmarama*, em Pondá, na India, d'onde teem sahido alguns trabalhos litterarios importantes.

Pernóm *(Dessai de Pernóm, Vassudeva Rogunata Parobo, barão de)* Moço fidalgo com exercicio em 15 de fevereiro de 1884. O titulo foi creado por decreto de 14 de junho de 1878, no qual se declara o seguinte: «Em consideração dos valiosos donativos com que na provincia de Bardez, Estados da India, auxiliou as obras publicas, e especialmente pela abertura de um canal na dita provincia.»

Pernóm. Um dos 6 concelhos em que estão divididas as Novas Conquistas no districto e arcebispado de Gôa, India. Tem a sua séde na cassabé de Pernóm e comprehende 211 regedorias. Foi creado, como os 5 restantes, por decreto de 14 de dezembro de 1880 e installado em fevereiro de 1881, perdendo então a sua antiga designação de *provincia* Segundo o *Annuario estatistico dos dominios ultramarinos portuguezes* respeitante a 1899 e 1900, compõe-se de duas freguezias e 27 aldeias, tem 6:999 fogos e 41:138 habitantes, n'uma superficie de 242,5 k. q. E' um dos concelhos mais montanhosos do districto, offerecendo-se as suas encostas e os seus valles sob um aspecto agradavel não só pelo pittoresco da paizagem, como tambem pela fertilidade do terreno, que se vê coberto de pastagens, de bosques de palmares e arecaes. E' limitado ao N pelo rio Tiracol ou de Arondem, que o separa de Tiracol e das terras de Saunto-Varim do territorio inglez, a E por estas mesmas terras, ao S pelo rio de Chaporá ou Colvale, que o separa de Bardez e de Bicholim, e a O pelo oceano Indico. Os rios mais notaveis são os que servem de limites N e S ao concelho e vão desaguar no Oceano. Na cifra da população os indigenas figuram em numero de 38:013, sendo a restante européa. A religião mais largamente professada é a industani ca, e depois a catholica. A quarta parte dos habitantes não tem occupação. Os outros são agricultores, trabalhadores, actores, aguadeiros, alfaiates, botiqueiros, caldeireiros, cantores, carpinteiros, cavouqueiros, cocheiros, cozinheiros, creados de servir, fabricantes de sal, farazes, lavadeiras, lavradores, manilheiros, marinheiros, musicos, negociantes, oleiros, ourives, pastores, pedreiros, peixeiros, pescadores, proprietarios, serradores, tecelões, torneiros, etc Os trabalhos agricolas occupam cerca de 9:000 individuos. No concelho ha minas de ferro e quatro escolas de instrucção primaria diminutamente frequentadas, e assim é que o numero dos analphabetos ascende a perto de 30:000 individuos. Afóra isto, aqui como mais ou menos em todo o territorio das Novas Conquistas, o prejuizo das castas e a influencia do clima ardente impedem que a agricultura tenha o possivel desenvolvimento. Publicou se em Pernóm no anno de 1893, o jornal *Gazeta de Pernóm*. Uma parte de Pernóm foi conquistada em 1783 ao regulo Bounsoló, e a outra foi cedida a Portugal em 1788, mediante a promessa de que seriam conservados os usos, costumes e garantias de que gozava a população antes da conquista. Assim, o Estado só possue inteiramente este territorio desde 1788, mas já muitos annos antes era senhor de duas varzeas na margem do rio de Chaporá: a de *Macasana* e *Osorim*. || Freguezia e séde do concelho do mesmo nome, nas Novas Conquistas, distr. e arceb. de Gôa, India. Camara agraria, julgado municipal. Escola. Permuta vales do correio com a metropole.

Pernes *(Carlos Augusto Bon de Sousa, 2.º barão e 1.º visconde de)*. General de brigada reformado, ajudante de el-rei D. Carlos, ajudante honorario do infante D. Augusto; addido militar ás legações de Portugal em Paris, Bruxellas e na Haya; commendador da ordem de Aviz, cavalleiro das da Torre e Espada e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; condecorado com as medalhas de bons serviços e de comportamento exemplar; commendador da ordem da Legião de Honra de França, e da de Leopoldo da Belgica, cavalleiro de 2.ª classe da Aguia Vermelha, da Prussia, etc. N. em Lisboa a 10 de julho de 1830, onde tambem fal a 19 de dezembro de 1895. Era filho do 1.º barão de Pernes, Pedro Paulo Pereira de Sousa, e de sua mulher. D. Helena Agueda Bon. Assentou praça em 29 de julho de 1846 aos 16 annos de edade, sendo promovido a alferes em dezembro do mesmo anno, a tenente em 1851, a capitão em 1853, a major em 1878, a tenente-coronel em 1883, a coronel em 1887, a general de brigada em 189?, posto em que se reformou. Exerceu varias commissões de serviço importantes, já acima citadas. Casou duas vezes: a primeira, a 10 de junho de 1861 com D. Marianna de Sequeira Freire, filha de José Antonio de Sequeira Freire, cavalleiro da ordem de S. João de Jerusalem, e de sua mulher D. Amalia Manuel de Noronha; enviuvando de 18?7, casou segunda vez com D. Adelaide Sophia Lobo d'Almeida Mello e Castro, filha dos condes das Galveias, D. Antonio Francisco Lobo d'Almeida Mello e Castro e D. Anna Maxima d'Oliveira de Almeida Calheiros de Menezes. O titulo do visconde foi concedido por decreto do 25 de maio de 1870. Em julho de 1907 foi agraciado com o titulo de visconde de Pernes seu filho, D. Antonio de Sousa Lobo d'Almeida Mello e Castro.

Pernes *(Pedro Paulo Ferreira de Sousa, 1.º barão de)*. Tenente general graduado, par do reino, vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar; commendador da ordens da Torre e Espada; cavalleiro das ordem de Aviz, Christo, e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; condecorado com a cruz de ouro de 5 campanhas da Guerra Peninsular, e com a medalha hespanhola pela batalha de Vitoria, etc. N. a 29 de junho de 1788, falleceu a 15 de novembro de 1862. Era filho de Carlos Antonio Ferreira Monte, sargento-mór de cavallaria, cavalleiro professo da ordem de Christo, mestre da Real Picaria e superintendente nas Caudelarias no termo de Lisboa; e de sua mulher D. Maria Rosa de Sousa Vieira. Seguindo a carreira das armas assentou praça em abril do 1804, e tomou parte na Guerra Peninsular como tenente e capitão, pelo que foi condecorado com a medalha n.º 5 d'essa campa-

nha, e com a medalha hespanhola de Vitoria. Sendo promovido a major em 1820, seguiu depois as bandeiras do exercito liberal, assistiu aos combates das linhas do Porto, e sendo elevado a tenente-coronel em abril, e a coronel em junho de 1833, continuou a defender a causa liberal até ao fim da guerra civil, distinguindo-se muito na batalha da villa de Pernes, em janeiro de 1834. Terminada a campanha serviu na repartição do quartel mestre general, foi por vezes chefe de serviço do ministerio da guerra, e subindo ao generalato chegou ao posto de tenente-general. Em novembro de 1847 foi nomeado vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar, e ainda estava exercendo essa commissão, quando falleceu. Casou a 25 de janeiro de 1827 com D. Helena Agueda Bon, filha de Antonio Pedro Bon, e de sua mulher, D. Maria Elisa Pinto de Massuellos. O titulo de barão foi concedido por decreto de 12 de julho de 1843. O seu brazão d'armas foi concessão feita a seu pae, a 13 de fevereiro de 1789, em que provou a sua ascendencia. Estas armas são as dos Ferreiras: Em campo vermelho quatro faxas de ouro.

Pernes. Villa e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. da Extremadura, conc., com. e distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 299 fog. e 1:184 hab. Está situada no declive d'um monte arborisado, em sitio fresco e muito abundante d'aguas na estrada de Torres Novas a Santarem, a 20 k. da séde do conc. A mitra apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis de congrua, e o pé d'altar. Tinha coadjutor, 2 beneficiados e thesoureiro. E' pov. muito antiga, que já existia no dominio dos moiros. Esteve aqui D. Affonso Henriques com as suas tropas, vindo de Coimbra em 6 de maio de 1147, quando ia tomar Santarem, descobrindo só n'esta pov. aos chefes a empresa que meditava. Acamparam na *matta de Pernes.* El rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 2 de dezembro de 1514. Pernes foi cabeça d'um antigo concelho, que se supprimiu por decreto de 24 de outubro de 1855; pertencia então á comarca de Torres Novas. E' atravessada por dois rios: o de *Pernes*, de pouca agua, e que muitas vezes secca durante a estiagem. Tambem lhe dão o nome de *Porto de Centeio;* e o de *Alviella*, que traz muito e bom peixe, e entra no rio Tejo a 24 k. ao S da villa, junto á *Ponte do Alviella.* A terra é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz, e cria muito gado. Tem Misericordia e hospital. Desde o anno de 1900 que esta villa tem progredido extraordinariamente. Tem escolas para ambos os sexos, installadas em bons edificios, tendo a do sexo masculino um lindo museu para o ensino pratico das sciencias naturaes, etc.; est. telegrapho-postal com serviço de encommendas, bom hotel; duas importantes fabricas: uma de pás d'aço, verrumas e foucinhas, fundada em 1756 por um italiano chamado Antonio Schiappa Pietra, a quem o marquez de Pombal dispensou muita protecção, não só subsidiando-o durante muito tempo, como fazendo-lhe doação da quinta de S. Silvestre, confiscada aos jesuitas, onde primitivamente installou a fabrica, que hoje está muito prospera, empregando dezenas de operarios. A outra fabrica é de massas alimenticias, de recente fundação; tem tambem moagem, posta em movimento, bem como todas as machinas da fabrica, por um motor da fôrça de 30 cavallos. Ha ainda outra fabrica de moagem a vapor, muito importante, que só trabalha uns tres mezes do anno, isto é, quando os moleiros da ribeira de Pernes não teem agua no Alviella. A industria de torneiro tambem está muito desenvolvida em Pernes, sendo numerosos os seus productos que exportam. Existem aqui muitos lagares de azeite, alguns muito bem montados, com prensas hydraulicas, e outras dos mais aperfeiçoados systemas. Pernes tem medico, pharmacias, hospedarias, notario, philarmonica e tuna, sociedades de recreio, muitos estabelecimentos diversos, importantes armazens de cereaes, etc. E' tambem séde d'um syndicato agricola de recente creação. Ha

Cascata natural do Alviella em Pernes

mercados ás sextas-feiras, em que se costumam fazer boas transacções, principalmente em cereaes, e aos domingos praça de trabalhadores. Ha pouco mais de 30 annos o general Carlos Ribeiro procedeu a explorações, encontrando n'umas profundas lapas, que existem nas fronteiras de Pernes e n'outras, algumas ossadas humanas, machados em pedra e outros vestigios do homem primitivo, sendo tudo remettido para a commissão de Serviços Geologicos. Em differentes epocas tem tambem sido encontradas moedas celticas e romanas, e ainda outros vestigios da estada aqui d'estes povos, taes como tegulos (telhas de rebordo), pondos, etc. No ponto mais elevado da villa vê se a egreja matriz, templo antiquissimo e vasto, fundado no tempo dos nossos primeiros reis. Tem altar-mór e 6 capellas lateraes, sendo o altar-mór de rica talha dourada, mandado fazer pelo capitão-mór de Pernes, Marçal da Silva Botelho. Ao lado esquerdo da egreja está a capella de *N. S.ª do Rosario*, grande, bonita e de aboba la de pedra. E' tambem muito antiga. A frente que olha para a porta travessa da egreja, é de boa architectura, e assente em 4 columnas de finissima pedra, primorosamente lavradas. Esta imagem é de grande devoção da gente de Pernes e seu termo. A pouca distancia d'esta villa, mas já no districto da freguezia de S. Vicente do Paul, sobre um monte sobranceiro a um formoso valle, regado pelo Alviella, está a bonita capella de *N. S.ª dos Remedios*, mandada construir por um religioso da ordem da Trindade, do convento de Santarem, em 1600. Em frente da villa, sobre um monte povoado de frondoso arvoredo, e ao pé do qual se espraia por entre veigas de verdura, o pittoresco Alviella, vê-se a ermida de *N. S.ª do Livramento*, construida em 1550, por um habitante de Pernes que militou na India, d'onde consta que trouxe a imagem da padroeira. Fóra da porta principal da ermida ha um alpendre, ou galilé, de abobada, suspenso em 6 columnas de pedra. Pernes pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a sé de em Lisboa. Em 30 de janeiro de 1834 travou se n'esta villa uma renhida batalha entre as fôrças constitucionaes e miguelistas. Constavam estas de 5:000 homens de todas as armas, commandadas pelo brigadeiro Canavarro e pelo general francez Bressaget. Antes de amanhecer estava Saldanha com as suas tropas deante de Pernes, e ás 8 horas da manhã, vendo que o inimigo o não atacava, avançou sobre elle pela estrada de Santarem, cortando-lhe as communicações com os seus piquetes avançados. O brigadeiro Canavarro, que tinha preparado e ordenado o ataque para as 10 horas, viu-se constrangido a romper o fogo logo que Saldanha fez este movimento. Carregou então rapidamente sobre a infantaria miguelista o regimento constitucional de cavallaria n.º 10, commandado pelo tenente-coronel Simão da Costa Pessoa, mais tarde conde de Vinhaes. Os atacados formaram dois quadrados para sua defeza, que fôram rodeados pela cavallaria de Saldanha, ao mesmo tempo que uma companhia de caçadores, collocada n'uma elevação, fazia um fogo mortifero sobre elles. Como em um dos quadrados se produzisse uma certa confusão por causa das baixas que o fogo constitucional produzia, Saldanha mandou ordem aos seus atiradores para que suspendessem as cargas de fuzilaria, e ordenou á cavallaria que carregasse novamente sobre o inimigo. O tenente-coronel Simão da Costa Pessoa correu então n'uma impetuosa carga sobre um dos quadrados, com o regimente de cavallaria n.º 10 e um destacamento de cavallaria n.º 11, rompendo-o e fazendo grande mortandade. Ao mesmo tempo, o regimento de lanceiros precipitava-se sobre o segundo quadrado e conseguia resultados eguaes. Interveiu então a cavallaria miguelista, mais numerosa do que a constitucional, e o choque foi medonho mas curto porque, vendo que as fôrças de Saldanha procuravam cortar-lhe a retirada, o commandante miguelista tratou de se salvar com as suas tropas. Estava ganha a batalha pela gente de Saldanha. Devido á presença de espirito do general Bressaget, conseguiram as tropas de D. Miguel retirar ainda n'uma certa ordem para Santarem, sob o fogo dos constitucionaes. Porém, a brigada commandada por aquelle official deixou no campo, morta ou prisioneira, mais de metade da gente de que se compunha. O regimento de infantaria n.º 17, que formava o quadrado atacado por cavallaria n.º 10, morreu quasi todo. Os outros corpos miguelistas tiveram tambem perdas importantes. Do lado de Saldanha morreram apenas 2 soldados e 8 cavallos, e ficaram feridos 4 officiaes e 13 soldados, e em poder das suas tropas, enthusiasmadas com esta victoria, ficaram uma bandeira do regimento n.º 1; duas do regimento n.º 17; 709 prisioneiros, entre os quaes se contavam 21 officiaes todos de tropa de linha; e um grande numero de armas. O brigadeiro Canavarro, que entrou em Santarem envergonhado pela derrota que tinha soffrido e que em parte resultou da sua incapacidade militar, foi pelos miguelistas accusado de traidor. Reconhecendo, porém, o general Povoas que elle era simplesmente incompetente para exercer qualquer commando em um exercito de operações, limitou-se a darlhe a demissão. Saldanha foi por este novo triumpho galardoado com a commenda da ordem de Christo, que D. Pedro lhe enviou com uma carta regia extremamente laudatoria. || Ribeira do districto de Santarem. N. nas proximidades de Alcanede, corre a ESE, passa em Pernes, e entra no rio Alviella com 10 k. de curso.

Pernicoria. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Pernigem Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Perniz. Pov. na freg. de S. Martinho, de Mondim, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Pernouzella. Pov. na freguezia de S. Bartholomeu e concelho de Arouca, districto de Aveiro.

Pero Affonso. Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Olalhas, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Pero de Amigos. Pov. na freg. de S. Braz de Alportel, conc. e distr. de Faro.

Pero Cabeço. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Estreito, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Pero Calças Pov. na freg. de Santo Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Pero Calvo Pov. na freguezia de S. Pedro, de Beberriqueira, conc. de Thomar, districto de Santarem.

Pero Chumaço *(Monte do)*. Na freg. de Santo Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Pero Crespo. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Freixo, conc. de Redondo, distr. de Evora.

Pero Cuco. Pov. na freguezia de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Graudola, districto de Lisboa.

Pero Dias. Pov. na freguezia de N. S.ª da Conceição, de Martim Longo, conc. de Alcoutim, distr. de Faro.

Pero d'Elvas. Pov. na freguezia de S. Sebastião, de Selir, conc de Loulé, districto de Faro.

Pero Filho. Pov. na freguezia de N. S.ª da Conceição, de Varzea, conc. e districto de Santarem.

Pero Gaita. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Azinheira dos Barros, conc de Grandola, distr. de Lisboa.

Pero Garção *(Monte de)*. Na freg. de Sant'Anna da Serra, conc. de Ourique, distr. de Beja.

Pero Garcia. Pov. na freguezia de N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Pero Gil. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Tavira, distr. de Faro.

Pero Gonçalves. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Amendoa, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Pero Ledo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Fratel, conc. de Villa Velha de Rodam, districto de Castello Branco.

Pero Leite. Pov. na freg. de S. João Baptista. de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Pero Longo. Pov. na freguezia de S. Martinho de Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Pero Moniz. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Extremadura, conc. do Cadaval, com. de Torres Vedras, distr. e patriarc. de Lisboa; 152 fog. e 631 hab. Tem esc. do sexo fem., est. post. e fabrica de aguardente. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada na margem do rio Real. O povo apresentava o cura, que tinha réis 100$000 de rendimento. A terra é fertil, tem bom vinho, cria gado e tem caça. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 5, com a séde em Lisboa. Tendo sido annexada ao concelho de Obidos por decreto de 26 de setembro de 1895, que extinguiu o conc. do Cadaval, voltou a este, restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898.

Pero Negro. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Sapataria, conc. de Sobral de Monte-Agraço, distr. de Lisboa. Tem est. do caminho de ferro na linha de Torres Vedras á Figueira da Foz, entre as da Malveira e Dois Portos.

Pero Neto. Pov. na freguezia de N. S.ª do Rosario, de Marinha Grande, conc. e districto de Leiria.

Pero Pescoço. Pov. na freg. de Santa Leocadia, de Geraz do Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Pero Pinheiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Montelavar, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Pero Ponto. Pov. na freguezia de Santo Antonio, de Ameixial, conc. de Loulé, districto de Faro.

Pero Sancho. Pov. na freg. de S. Braz de Alportel, conc. e distr. de Faro.

Pero Soares Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda; 72 fog. e 313 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Dista da séde do conc. 5 k. e está situada na margem direita do rio Mondego, na estrada que vae da Guarda a Linhares. O real padroado apresentava o prior, que tinha 150$000 réis de rendimento. A terra é muito fertil, cria muito gado de todas as qualidades, e nos seus montes ha muita caça grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Perodiz. Pov. na freg. de S. Cypriano, conc. e distr. de Vizeu.

Peroguarda. Pov. e freg. de Santa Margarida, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Ferreira do Alemtejo, distr e bispado de Beja. Tem esc. do sexo fem. e est. post.; 159 fog. e 597 hab. A pov. dista 7 k. da séde do conc. A mitra apresentava o cura, que tinha 180 alqueires de trigo. A terra é muito fertil em cereaes, e cria muito gado de toda a qualidade. Nos seus montes apparece muita caça. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos.

Peroficos. Pov. na freg de N. S.ª das Neves, de Seixo do Côa, conc. de Sabugal, districto da Guarda.

Perolivas. Pov. na freg. de N. S.ª da Caridade, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora.

Peros *(Casal dos)*. Na freg. de N. S.ª da Conceição e conc de Ancião, distr. de Leiria.

Perosinho. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Douro, conc. de V. N. de Gaia, com., distr. e bisp. do Porto; 414 fog. e 1:767 hab. Tem esc. do sexo masc. Dista 10 k. da séde do conc. e está situada em terreno bastante accidentado. O prior do mosteiro de conegos regrantes de Santo Agostinho, cruzios, do real mosteiro de Grijó, que é limitrophe, apresentava o cura, que tinha réis 60$000 de congrua e o pé d'altar. Até 1834 foi isento do couto de Grijó. Ha aqui um alto cabeço, que antigamente se chamava *Monte Pedroso*, onde em tempos remotos existiu uma grande atalaia ou castello, que esteve de pé e soffrivelmente conservado até que os monges benedictinos fôram expulsos do mosteiro de Lorvão, em 1200. Então alguns dos religiosos mandaram demolir grande parte d'este castello ou atalaia, para com os seus materiaes reedificarem o convento de Pedroso, que lhe ficava a pouca distancia, ao NE. D'este castello fazem menção muitas doações do mosteiro de Grijó, tratando das confrontações das propriedades adjacentes, dizendo em umas *subtus Castro Pedroto*, e em outros *subtus Castrum Petrosum*. Entre frondosos arvoredos silvestres, e na falda d'este monte, se vê a capella de N. S.ª d'Assumpção, vulgarmente denominada do *Castello* ou do *Crasto*. E' templo muito antigo, e não ha memoria de quando se construiu, nem quem foi o fundador. Fica a uns 400 m. a E da egreja matriz. E' grande e tem capella mór. A imagem da padroeira é de pedra, e de 1,m10 d'alto. Perosinho pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto. ‖

Pov. na freg. do Salvador, de Cabeça Santa, concelho de Penafiel, distr. do Porto.

Peroviseu e Valles. Pov. e freg. de N. S.ª da Consolação, da prov. da Beira Baixa, conc. e comarca do Fundão, distr. de Castello Branco, bispado da Guarda; 405 fog. e 1:531 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 12 k. da séde do conc. e está situada a 5 k. da margem esquerda do rio Zezere, e a 2 da margem direita da ribeira Mamôa. Os herdeiros do morgado de Peroviseu, Diogo Dias Machado e Cunha, apresentavam o cura, que tinha 100$000 réis de rendimento. E' terra bastante fertil, cria muito gado e tem muita caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Perozello. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. do Porto; 144 fog. e 586 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Está situada na margem direita do rio Tamega, a 10 k. da séde do conc. O morgado da Torre de Coreixas apresentava o reitor, que tinha 18$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é muito fertil, e cria gado de toda a qualidade. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Perra. Povoações nas freguezias: Santo André, de Varzea da Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Perrace. Pov. na freg. de S. Romão, de Mouriz, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Perraço. Pov. na freguezia de S. Bartholomeu, de Rego, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Perradas. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Perrães. Pov. na freguezia de S. Simão, de Oyan, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

Perral. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Christello, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Sago, conc. de Monsão, do mesmo districto.

Pêrre. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc., com. e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 281 fog. e 1:830 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, medico, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada a 1 k. da margem direita do rio Lima. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Romão, de Corgo, concelho de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Perregil. Ribeira da ilha de Porto Santo, Madeira. Tem a sua origem no pico do Facho, e lança-se na costa N, no porto das Salemas.

Perrello. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Alvito, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Bento, de Varzea, do mesmo conc. e districto.

Perrellos. Pov. na freg. do Salvador, de Delães, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Perrenca. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Fajã de Baixo, conc. e distr. de Ponta Delgada.

Perrinho. Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Carregosa, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Mamede, de Ribeirão, conc. de V. N. de Famalicão, districto de Braga.

Perry. A familia d'este appellido é oriunda de Inglaterra e tão nobilissima e distincta que entrou, por casamento, na illustre e esclarecida casa dos Lords Hollands, da qual hoje descende em linha recta. O nome de Conde de Holland appareceu pela primeira vez em 1064. Holland é titulo de nobreza da familia Fox, da qual descendeu o 1.º Lord Holland Henrique Fox, que foi elevado a esta alta dignidade em 1762, e d'elle descendem pessoas distinctissimas nas lettras, nas sciencias, nas armas e na politica. O appellido veiu para Portugal na pessoa de Josiah Perry, que se estabeleceu na ilha da Madeira em 1650 e justificou ali a sua nobreza perante o vice-consul da nação britannica no anno de 1791, epoca em que vieram de Londres para a mesma ilha mais dois membros da referida familia, chamados Nathaniel Holland e João Perry. O documento d'essa justificação foi escripto em 6 de setembro de 1695, apresentado em 1791, registado em 1827 a fl.ª 31 v.º, e diz que o dito *Josiah (José) Perry era legitimo descendente de sangue inglez, sem connexão alguma com judeus ou mouros, filho de João e Joanna Perry, natural da freguezia de Santo Sepulchro em Old Bailey pequeno de Londres, e que seu pae era cidadão privilegiado de Londres, cujas armas são de Drapus, e que sua mãe era de linhagem legitima da antiga casa dos Hollands, cujas armas são um leão levantado com um loureiro juntamente*, etc. Em Portugal são representantes d'esta antiga e nobilissima familia os senhores. João Agostinho Perry Holland da Camara Lomelino, proprietario na cidade do Funchal, e Pedro Francisco d'Ornellas Perry da Camara, antigo governador da Africa Oriental, jornalista, autor da *Descripção dos Territorios do districto de Cabo Delgado*, relativos á Companhia do Nyassa, commandante do regimento de infantaria n.º 26, que falleceu repentinamente na ilha de S. Miguel em 27 de março de 1906.

Persegueda. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Villarinho dos Freires, conc. de Peso da Regoa, districto de Villa Real.

Persellada. Antiga povoação da freg. de Covas, no conc. de Taboa, bisp. de Coimbra. Tem 175 fog., é atravessada por uma estrada em construcção, e deve ter uma escola para o sexo masculino. O terreno é regularmente productivo, e os seus habitantes sobrios e dados ao trabalho. Foi villa, como attesta o seu velho e bem conservado pelourinho, a que os moradores consagram quasi um culto. A maior parte da villa era caseira da Misericordia de Coimbra. Tem carta de privilegios passada em 12 de dezembro de 1788 por ordem e em nome da rainha D. Maria I. D'entre os privilegios destacaremos o seguinte: «São mais privilegiados e libertados para não irem á guerra por mar nem por terra, salvo com o corpo da minha Universidade, ou quando eu fôr em pessoa». Os privilegios, constantes da Carta, abrangiam tambem as mulheres, os filhos e os creados. O conservador da Universidade era juiz privativo para fazer respeitar ás justiças os privilegios constantes da carta referida. Era natural de Persellada o dr. Miguel Borges, distincto advogado

da sua epoca, o qual casou na casa do Barril, e foi pae do bacharel Francisco Freire de Faria, que falleceu conego da Sé Patriarchal de Lisboa. Tambem foi advogado nos auditorios da villa o dr. Julio Gomes, depois ministro d'Estado.

Pertellado. Pov. na freg. de Santa Maria e concelho de Sever do Vouga, districto de Aveiro.

Pertença. Povoações nas freguezias: S. Martinho, d'Aguas Santas, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Martinho, de Arco de Baúlhe, conc. de Cabeceiras de Basto, do mesmo distr. || S. Miguel, de Refojos de Basto, do mesmo conc. e distr. || S. Martinho, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Pertôa. Pov. na freg. de Sant'Anna, de Vimieiro, conc. e distr. de Braga.

Perucha. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Freixianda, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. Tem caixa postal.

Perulhal. Pov. na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Perulheira. Pov. na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Pery *(Gerardo Augusto).* General fallecido em Lisboa a 15 de outubro de 1893. Funccionario, quer ao serviço do ministerio da guerra, quer ao do das obras publicas, desde 1857 até 1893, é a elle que se devem importantes publicações estatisticas e o levantamento da carta agricola. Entre estas publicações citaremos: *Geographia e estatistica de Portugal e colonias; Estatistica Agricola do districto de Beja; Statistique du Portugal et ses Colonies*, e os documentos do *Inquerito Agricola da 8.ª região agronomica*, em 1888. A Exposição Industrial e Agricola, em Lisboa, a nossa exposição de vinhos em Berlim e a exposição portugueza em Paris no anno de 1889, tiveram no general Gerardo Pery o seu mais brilhante collaborador, contribuindo na de Berlim poderosamente para o bom exito que a nação portugueza ali obteve.

Pery de Linde. Appellidos, hoje reunidos em Portugal, de duas antigas e nobres familias flamengas, de que no seculo XVI vieram representantes para a peninsula iberica. Miguel Pery, nascido em Anvers em 1588, veiu para Hespanha e estabeleceu residencia em San Lucar de Barrameda, onde os do conselho da cidade o reconheceram por *fidalgo notorio de sangue, como haviam sido seus paes e avós em Flandres*, concedendo-lhe por isso os privilegios e isenções de que costumavam gozar as pessoas de tal qualidade. Era filho de Simão Pery e neto de Hugo Pery, naturaes tambem de Anvers, vivendo este ultimo, o mais antigo de que falam os papeis da familia, em 1500, na referida cidade, *á lei da nobreza.* Francisco Pery, irmão de Miguel, nasceu egualmente em Anvers, em 4 de setembro de 1593, e passou a Portugal, onde segundo documentos «exercitou o commercio com grossos cabedaes e foi capitão da Companhia dos Flamengos, no tempo de D. João IV, pois d'esse cargo tomou posse em 9 de agosto de 1647.» As armas dos Perys são: Escudo cortado em faxa. No quartel superior, em campo de prata, uma arvore verde, frondosa, com muitos pômos de ouro. No inferior, em campo vermelho, dois ladrilhos quadrados, de prata, e, mais a baixo, a meio d'elles, um tri-folio de ouro. Elmo de prata, guarnecido de ouro, e sobre elle, por timbre, uma arvore como a do escudo Paquife matizado de prata e vermelho. Luiz Van den Linden (Linde), que já em 1500 residia em Lisboa, era tio de Filippe Van den Linden, *cavalleiro da Espora Dourada* e senhor de Marneffo, em Flandres; e pae de João Filippe Van den Linden, criado barão de Avoghenorst, sendo suas armas: Escudo cortado. Na parte superior, em campo de prata, tres mochos pretos. Na inferior, campo todo vermelho. Por supportes dois tigres de sua côr, cada um com sua lança e estandarte em cima, no da direita as armas do escudo e no da esquerda, em campo de ouro, uma faxa azul e tres mochos vermelhos, dois na parte superior e o restante na inferior. D. Maria Hustaerdt *(Hustarte)*, filha de Catharina Van den Linden e neta materna de Luiz Van den Linden, nascida em Lisboa em 12 de julho de 1609, casou em 29 de janeiro de 1630, com o já citado Francisco Pery, levando por dote 88 mil cruzados. Por esse casamento se iniciou em Portugal a juncção dos appellidos Pery e Linde, que se teem conservado desde então n'uma só familia, da qual, continuando as suas distinctas tradições, teem saido muitas notabilidades, frades, freiras, conegos, arcediagos, fidalgos-cavalleiros, familiares do Santo Officio, desembargadores, officiaes generaes de terra e mar, funccionarios superiores de diversas repartições publicas, escriptores, jornalistas, etc. Os avultadissimos bens dos Perys de Linde fôram vinculados em 1749, havendo numerosas e nobilissimas allianças, por casamento, com essa familia, como por exemplo, com as de Matilart (ou Mailart), Speecx, Huys, Severin, Uddyck, Spleghen, Lafontaine, Sera y Valdés, Sandoval, Goldsmith, Aguirre e Arria, Rickmers (Henriques), Correia de La Cerda, Guerreiro de Amorim, Fraga, Luna, Sousa Coutinho, etc., etc. Catharina Van den Linden, acima citada, tambem natural de Lisboa, casou, em 1603, na freguezia de S. Julião, com o opulento Carlos Hustaerdt, natural de Anvers, e d'elle houve, além de D. Maria Hustarte, mais tres filhos. Falleceu, já viuva, em 1662, e foi sepultada, como o marido, no jazigo que lhes pertencia na capella de Santo André, dos Flamengos, no convento de S. Domingos, jazigo que era o primeiro do lado do Evangelho.

Pery de Linde *(Joaquim Luiz de Sousa Fraga).* Professor de tachygraphia e jornalista contemporaneo. Nasceu em Lisboa a 8 de abril de 1865, sendo baptisado na freg. da Pena. Filho de Diogo Maria da Fraga Pery de Linde, chefe aposentado da secção tachygraphica da camara dos dignos pares do reino, e de D. Helena Rita Mancia de Sousa, fallecida em 12 de dezembro de 1900. Começou a sua carreira official sendo nomeado praticante tachygrapho na camara dos Pares em 4 de julho de 1881, aspirante em 20 de fevereiro de 1884, terceiro official em 30 de junho de 1898, segundo official em 27 de dezembro de 1902. Em 31 de agosto de 1905, por deliberação da mesa da mesma camara, saiu do quadro da repartição de tachygraphia, a que até então pertencera, e foi nomeado 1.º official-redactor, sendo encarregado do serviço especial das actas e tendo tambem desempenhado as funcções de re-

dactor dos *Summarios* e *Diarios das Sessões*. Tendo elaborado um novo trabalho sobre tachygraphia, o qual foi depois publicado na *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, requereu ás mesas das duas camaras legislativas que os professores das aulas de tachygraphia aunexas ás mesmas camaras examinassem as *provas* d'esse trabalho, e déssem ácêrca do seu valor technico o respectivo parecer; e, tendo a mesa da camara dos pares tomado conhecimento das informações officiaes, resolveu em 29 de novembro de 1906, propôr ao governo que o autor fôsse agraciado por distincção com o grau de cavalleiro da ordem de S. Thiago, como effectivamente foi, por decreto de 6 de dezembro do mesmo anno. Foi tambem agraciado pelo governo francez, em 19 de julho do mesmo anno, cavalleiro da Legião d'Honra. Egualmente foi pelo governo hespanhol, em 1 de outubro de 1907, agraciado com o grau de cavalleiro da ordem de Affouso XII, do merito scientifico e litterario. Por despachos de 13 de agosto de 1903 e de 25 de maio de 1905 foi encarregado de, em commissão extraordinaria e gratuita de serviço publico, estudar no estrangeiro a applicação da tachygraphia aos usos commerciaes, apresentando o respectivo relatorio em setembro d'este ultimo anno. Foi um dos fundadores, em 1893, da Associação dos Atiradores Civis Portuguezes, de que foi director desde 1891 até 1898. Constituindo-se a União dos Atiradores Civis Portuguezes ficou pertencendo ao conselho gerente, e como secretario geral desde 1906, sendo nomeado socio honorario em 1909. Tem tomado parte e sido premiado com diversas medalhas, diplomas e objectos d'arte, em varios concursos de tiro. Alcançou a medalha de prata no concurso internacional, por occasião do centenario da India. Pertence a varias outras associações, e entre ellas: Sociedade de Geographia de Lisboa, da qual foi delegado ao congresso de Ensino Technico reunido em Paris a 6 de agosto de 1900; ao Instituto de Coimbra, Liga Naval Portugueza; Associação dos Jornalistas de Lisboa; Associação dos Atiradores Civis de Loanda, do que tem o diploma de honra, como tambem lhe foi concedido pela Sociedade Union Ecuatoriana, de Valparaizo, e pela Federacion Taquigrafica Española. E' fundador da Sociedade Portugueza de Bibliophilos *Roma Machado*. Tem feito parte da direcção do Monte Pio Official e da Cooperativa Predial Portugueza, sendo fundador d'esta ultima aggremiação. Datam de 1883 os seus primeiros trabalhos litterarios, tendo começado a escrever n'esse anno no *Archivo Academico*, jornal dos alumnos do lyceu de Lisboa, e collaborando desde então em varias publicações: *Pandemonio*, quinzenario de 1885; *Moda Illustrada* (secção litteraria), *Globo; Noticias da Noite; Semanario de Lisboa; Imparcial*, etc. Redigiu a secção parlamentar da *Gazeta de Portugal; Correio da Noite; Dia; Jornal da Noite*; *Novidades; Debates*; *Jornal do Commercio;* etc. Entrou para a redacção da *Folha do Povo*, em 1885; passou á do *Diario de Noticias*, á qual pertence desde outubro de 1895; e fez parte da redacção da *Vanguarda*. Dirigiu o quinzenario lisbonense *O Philatelista*, de 1894-1896. Como tachygrapho publicou os seguintes trabalhos: *Noções praticas de tachygraphia, especialmente dedicadas a jornalistas e estudantes de Portugal e Brazil*, Lisboa, 1892, duas edições; *Caderno auxiliar das Noções Praticas de Tachygraphia*, por..., tachygrapho da camara dos Pares e professor de tachygraphia no Instituto Nobre de Carvalho, Escola Academica e Instituto Academico, Lisboa, 1893; *Tachygraphia* (volumes 225 e 226 da *Bibliotheca do Povo e das Escolas)*, Lisboa, 1906; *Empalação de um tachymanco insolente e vaidoso, em desaggravo dos tachygraphos portuguezes*, Lisboa, 1906.

Pés de Pontes. Pov. na freguezia de S. Julião, de Cambra, concelho de Vouzella, distr. de Vizeu.

Pés do Serro. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Moncarapacho, conc. de Olhão, distr de Faro.

Pesante. Moeda, de que se encontra menção nas escripturas mais antigas d'este reino. Parece que era de prata e do tamanho dos nossos antigos tostões de prata, e que nos ficou do tempo dos moiros, mas não ha certeza do seu feitio, peso, valor, nem do metal de que era feita.

Pesca. A situação geographica da peninsula e a grande riqueza da sua fauna maritima fizeram com que desde a mais remota antiguidade tivessem fama as suas pescarias. Um dos artigos de trafico lucrativo dos phenicios era o peixe salgado levado por elles da Iberia. Mais tarde, sob o dominio carthaginez e principalmente no tempo dos romanos, desenvolveu-se muito o exercicio da pesca maritima, e ha noticias certas de estabelecimentos fixos n'essa epocha. Designadamente a parte da peninsula que depois foi Portugal, apresenta condições muito favoraveis para a pesca. Portugal inteiro, póde dizer-se, é uma praia de mar; n'ella e ao longo dos rios que constituem os seus systemas hydrographicos, se estabeleceram os primeiros e mais importantes povoados; e assim uma parte relativamente grande da gente portugueza se applicou desde bem cedo a explorar as aguas maritimas e fluviaes. As duas notaveis *rias*, de Aveiro e do Faro, eram dois riquissimos mananciaes de facil aproveitamento. Desde os primeiros tempos se encontram nomes de povoações que demonstram a applicação á pesca maritima, e até á de especies depois extinctas (Baleal, Athouguia da Baleia, etc.). Os foraes estão cheios de preceitos relativos a pescarias e sua tributação. D. Diniz fundou, ao norte da sua dilecta villa da Pederneira, a povoação de Paredes, exclusivamente destinada á pesca. No anno de 1353, no reinado de D. Pedro I os pescadores de Lisboa e Porto fizeram um tratado com Duarte III, de Inglaterra, para poderem pescar pelo decurso de 50 annos sobre as costas d'aquelle reino. Nas côrtes d'Evora, em 1481, reclamaram os povos contra certas pescarias. Com os descobrimentos maritimos realisados no seculo XV iniciam-se as pescas longinquas. O infaute D. Henrique favoreceu a formação, em Lagos, d'uma companhia para a pesca nas costas de Africa recentemente descobertas. No mesmo dia memoravel (7 de junho de 1494) em que era assignado em Tordesillas o espantoso Tratado, pelo qual Portugal e Castella partilhavam o mundo, outro tratado se assignava entre as duas potencias reservando para Portugal o exclusivo da pesca desde o Cabo Boajador até ao Rio do Ouro. Acha-se publicado no livro *Alguns documentos da Torre do Tombo*, (Lisboa, 1892). A seguir aos descobrimentos dos Côrte-Reaes na America

do Norte, estabeleceu-se a navegação para o Banco da Terra Nova, á pesca do bacalhau; Aveiro foi no seculo XVI o grande emporio d'essa pescaria longinqua. D. João III e D. Sebastião deram regimento particular ás frotas que annualmente partiam para a Terra Nova. Mais recentemente o marquez de Pombal fundou no extremo léste do Algarve a Villa Real de Santo Antonio para ser um importante porto de pesca. Nos nossos dias pescadores algarvios foram, em seus pequenos cahiques, estabelecer-se no Porto Alexandre, no sul de Angola. Açoreanos e cabo-verdeanos constituem ainda hoje uma parte importante das tripulações dos baleeiros americanos. A agricultura e a pesca foram e são as duas industrias naturaes dos portuguezes. Das suas qualidades de pescadores pacientes e audazes resultaram as suas excepcionaes aptidões para os descobrimentos maritimos e para todas as outras applicações aos diversos usos do mar. Conforme a região onde se exercem, classificam-se as pescas em: *lacustres*, *fluviaes* e *maritimas;* e estas em *costeiras*, *do alto* e *longinquas*. Em relação a pescas está adoptada a expressão *planalto continental*, para significar a faxa ao longo das costas, mais ou menos em declive, até á profundidade de 100 braças, na qual apparecem e podem ser capturadas as principaes especies comestiveis. Esta faxa é muito *mais estreita* em Portugal e nas restantes costas occidentaes da Peninsula do que nas costas dos outros paizes da Europa banhados pelo Atlantico. D'este facto resulta uma excepcional variedade de condições bathymetricas junto das nossas costas, verificando-se a existencia, em espaço mais limitado, de especies mais numerosas e com abundancia maior de individuos; e assim a industria da pesca fornecia productos em quantidade sufficiente para a alimentação nacional, que foi sempre ichthyophagica em alto grau, e ainda para a exportação. Nos ultimos 50 annos o augmento da população, a melhoria das suas condições economicas, as facilidades de circulação no interior e principalmente o rapido augmento da exportação, tudo concorreu para tornar mais intensa a applicação ás pescas maritimas. Empregaram-se novos apparelhos, cada vez mais aperfeiçoados, para poderem colher maior quantidade de peixe com o trabalho de menor numero de individuos; o producto annual das pescas foi augmentando. Começou-se então a prever que esse augmento deveria ter um limite, se a abundancia das especies o tivesse, como, aliás, nem todos admittiam. Um derradeiro invento levou ao maximo a intensidade das pescas: as redes de arrastar rebocadas por vapores. Entretanto o planalto portuguez era sómente explorado por pescadores portuguezes, com excepção de uma parte da costa do Algarve, onde havia, e ha, a concorrencia de pescadores hespanhoes, origem de controversias grandes entre as duas nações. Mas, desde 1904, começaram a apparecer na nossa costa vapores de arrasto estrangeiros, os quaes, esgotados ou quasi os seus planaltos, vinham procurar trabalho no nosso; e esses vapores, de exploração muito economica, lucravam trazendo aos nossos portos o peixe por elles colhido. Os resultados foram: augmento de alimentação de peixe pelo barateamento, relativo, do custo de algumas especies; diminuição dos lucros dos pescadores nacionaes; despovoamento, relativo, do planalto para as especies que os vapores principalmente colhem. Por isso os vapores estrangeiros começaram já a estender os seus lanços para o planalto da costa de Marrocos; os portuguezes procuram transformar-se de modo a poderem ir tambem áquella costa; e d'este modo a pesca com vapores, que era *do alto*, tende a transformar se em *longinqua* Mas a industria da pesca é tão natural aos portuguezes, que, a despeito d'estes incidentes, ella tem sempre enthusiastas. Todos os annos são requeridas novas concessões de locaes, principalmente para armações de sardinha e depositos de lagostas, e por toda a costa se observa o desenvolvimento na applicação de iniciativas e de capitaes. Em dois grandes grupos se pódem dividir as especies ichthyologicas maritimas: as *sedentarias* e as *emigrantes;* estas ultimas pódem ainda ser sub-divididas em *viajantes* e *emigrantes propriamente ditas;* d'umas e d'outras contam os naturalistas cêrca de 270, constituindo a riqueza da nossa fauna maritima. Nem todas são comestiveis, ou de uso vulgar e agradavel. Algumas são raras, outras de avultada frequencia. Em geral a biographia dos peixes contém ainda hoje muitos pontos de interrogação; d'aqui resulta que a technica das pescas e a sua administração pelo Estado teem de soffrer frequentes variações, conforme os novos conhecimentos que vão sendo adquiridos. Sob o ponto de vista de fino sabor, os melhores peixes das aguas maritimas portuguezas são: *pregado*, *rodovalho*, *imperador*, *pargo*, *salmonete*, *linguado*, *cherne*, *corvina* e *atum*. Em relação á abundancia convém mencionar: *sardinha*, *carapau*, *pescada*, *faneca*. Nos crustaceos ha a indicar: *lagosta*, *lavagante* e *camarão*. Dos molluscos cephalopodes citaremos: *polvo*, *lula* e *choco*; e dos bivalves: *ostra*, *mexilhão*, *ameijoa* e *berbigão*. Digamos algumas palavras sobre algumas das principaes especies: *Sardinha.*—Muito abundante em toda a costa. Apresenta por vezes irregularidades, ainda hoje inexplicaveis, na sua frequencia. Ha alguns annos desappareceu quasi de repente das costas de França, ao mesmo tempo que recrudesceu em abundancia nas de Portugal; foi essa uma das causas do desenvolvimento das nossas fabricas de conservas. A sua maior frequencia é, normalmente, a seguinte: no norte, de outubro a janeiro; no centro, de dezembro a abril; no sul, de setembro a dezembro. *Pescada.*—E' o peixe graúdo de uso mais vulgar; emprega-se nos hospitaes, como dieta, depois do linguado e da faneca. A pescada adulta colhe-se nas grandes profundidades, de mais de 100 metros. Da applicação de certas artes de arrasto resulta a pesca da *marmota*, que é a pescada ainda não adulta, e d'ahi a diminuição das adultas, que chegaram a ser consideradas peixe rico. Mas o arrasto a vapor veiu tornar mais frequente a pescada, que é hoje assaz abundante no mercado de Lisboa, não tanto já pela colhida na nossa costa, como pela que os vapores trazem de mais longe. *Carapau*, *chicharro (carapau grande).*—Especies muito abundantes, muito usadas pela classe popular, pelo seu baixo preço; por vezes escasseiam e encarecem. *Atum.*—Peixe de grandes dimensões, chegando a 1 metro e mais de comprimento, muito apreciado, principalmente de conserva. Apparece quasi exclusivamente na costa do Algarve, em duas epo-

cas consecutivas, mas passando em direcções opostas: de abril a junho transita de oeste para léste (*atum de direito*), de julho a agosto, de léste para oeste (*atum de revez*). A explicação d'esta mudança não está ainda cabalmente conhecida. A frequencia do atum é muito variavel de anno para anno. A sua pesca só póde ser exercida pela grande industria. *Lagosta* e *lavagante*.—Assaz abundantes, sobretudo a primeira, nas costas do norte e do centro. O seu uso era pouco vulgar em Portugal. Ha cêrca de 20 annos começaram a ser procuradas por estrangeiros, principalmente por francezes, que as compravam aos nossos pescadores, levando as em pequenos navios, de construcção adequada para as poderem conservar vivas em agua do mar. Desde então a pesca da lagosta e lavagante desenvolveu-se muito; construiram se nas rochas da costa depositos apropriados, onde a agua do mar entra, e nos quaes se conservam os animaes vivos até serem exportados. A pesca tornou-se intensiva. Dos Açôres tambem se exportam para França milhares de lagostas. Em 1910, até meado de outubro, sairam d'ali 32:730 lagostas. *Ostra commum* ou *ostra portugueza*.—Vulgar, quasi sempre de pequenas dimensões e de gosto mediocre. O capitão de um navio que de Portugal levava um carregamento de ostras para França, tendo-se demorado na viagem, imaginou as mortas e lançou-as ao mar n'um ponto da costa d'aquelle paiz; como nem todas estivessem mortas, formaram-se bancos, d'onde hoje são extrahidas as ostras chamadas portuguezas, que se vendem no mercado de Paris Tem-se tentado, com pouco exito, repovoar os nossos bancos com a *ostra franceza*, mais saborosa, e que em tempos existiu espontanea no Algarve. *Mexilhão; ameijoa; berbigão*. Molluscos bivalves muito apreciados O mexilhão abunda muito na ria de Aveiro; a ameijoa na ria de Faro; e são ambos objecto de commercio lucrativo. O berbigão, mais vulgar em quasi toda a costa, é principalmente empregado pela classe piscatoria. *Bacalhau*.—Este especie é a de maior consumo em Portugal, sobretudo nas classes media e popular. O grande desenvolvimento das pescarias dos portuguezes no banco da Terra Nova diminuiu muito a partir do seculo XVI. Actualmente vão alguns navios, que trazem o peixe para seccar nos seus portos de armamento—Figueira, Lisboa (Azinheira) e Ponta Delgada e tambem em Aveiro. Mas a proporção do bacalhau chamado nacional é minima, comparada com a do chamado bacalhau estrangeiro, que é necessario importar para satisfazer ás necessidades do consumo. *Cetaceos (baleia, cachalote)*.—Afóra a pesca realisada por nacionaes fazendo parte das tripulações de navios estrangeiros, hoje só nos Açôres se fazem armamentos para a baleia, e ainda assim, apenas para apanhar as que passam á vista das ilhas, e que se procuram arpoar com incrivel audacia e não pequeno risco. Das especies abyssaes, em geral não comestiveis, devem-se mencionar os variados *esqualos* e outros peixes, alguns raros; o seu conhecimento foi muito augmentado pelas explorações oceanographicas iniciadas nos nossos mares em 1870 pelo *Porcupine* e *Norna*, continuadas por navios, entre os quaes se devem mencionar o *Travailleur* e o *Talisman* e mais tarde o *Princesse Alice* do principe de Monaco, e finalmente ampliadas pelas campanhas do yacht *Amelia* d'el-rei D. Carlos, cujos estudos e collecções foram devidamente apreciados pelos naturalistas nacionaes e estrangeiros. A industria da pesca maritima carece especialmente de *apparelhos* para a captura das especies, de *barcos* para a applicação d'esses apparelhos e transporte de pescaria, e ainda subsidiariamente de *estações* ou *portos de pesca*, devidamente preparados com armazens, caes, abrigos e outros auxiliares para a boa utilisação da industria. Dos *barcos de pesca* ha em Portugal grande variedade, mantendo-se ainda typos de data muito antiga e de construcção assaz primitiva; talvez alguns d'esses typos conservem ainda vestigios dos barcos phenicios. Muitos d'elles são assaz originaes, alguns especiaes das nossas costas, alguns outros tendendo a desapparecer. Citaremos os *saveiros*, *ilhavos* e *meias-luas*, de popa e proa recurvadas, as *lanchas póveiras* com o nome, quasi sempre religioso, sobresaindo das côres vivas do costado, os *cahiques do Algarve*, de fórmas elegantes e que lembram as antigas caravélas. As *rascas da Ericeira* e as *muletas do Barreiro*, typo este que tanto enthusiasmou o notavel archeologo naval francez, o almirante Paris, deixaram de empregar se. Todas as embarcações de remo ou de véla usadas nas nossas pescas, são, com rarissimas excepções, construidas em Portugal. São muito numerosos e de variadissima nomenclatura os instrumentos empregados em pesca. Podem classificar-se em: *fisgas*, *arpões*, e congeneres, *apparelhos* de *linha* com um ou mais *anzoes*, *redes*, *dragas (arrastos)* As redes podem ser ou de *emmalhar*, quando o peixe nadando atravez das suas malhas fica entalado n'ellas, ou simplesmente de reunir o peixe em um bolso ou *sacco*.—Os apparelhos para a pesca da sardinha estão hoje officialmente classificados em: *fixos* e *moveis*; os primeiros abrangem as *armações (valencianas, redondas)*, e os segundos sub dividem se em apparelhos de *emmalhar* e de *cercar (por terra, para bordo)*. Os apparelhos para a pesca do atum, no Algarve são todos fixos (*armações*, antigamente *almadravas*). Uma armação de sardinha, e mais ainda uma armação de atum, consta d'um conjuncto assaz complicado de redes, amarras e boias, com nomenclatura especial, e cujo emprego demanda muito saber experimental. Os *vapores de pesca* empregam-se ainda tão sómente no *arrasto* pelo fundo; os apparelhos por elles usados são todos de invento estrangeiro, com o nome generico de *trawls*; apezar de muito aperfeiçoados, os seus effeitos não podem deixar de ser considerados destruidores.—Entre a grande variedade de apparelhos, alguns ha que são antagonicos entre si; assim os *cercos* e *galeões* são antagonicos com as *armações*, *sardinheiras* e *artes de chavéga;* e os *arrastos* com os *apparelhos de linhas* e *redes fundeadas;* onde trabalha um d'estes apparelhos, não podem trabalhar os outros, porque mutuamente se prejudicam. Certamente uns apparelhos são mais aperfeiçoados que outros, ou, talvez melhor, uns colhem mais peixe que outros; mas nem todos os pescadores podem dispôr dos melhores apparelhos; d'ahi a necessidade de intervir o Estado, regulando o exercicio dos diversos apparelhos. Nem todas as especies são egualmente frequentes na nossa costa durante o anno inteiro; como succede em relação ao atum e á sardinha; por isso tambem a applica-

ção dos apparelhos varia com as epocas durante o anno. São numerosissimos os nossos *portos*, ou melhor, *estações de pesca*, visto que na verdade não temos um porto de pesca com todo o desenvolvimento necessario, como ha em alguns outros paizes, não muitos, principalmente no Norte; mas tambem é certo que as condições dos nossos mares são em geral mais favoraveis que as dos mares do Norte da Europa. Falando-se dos *pescadores*, deve-se distinguir entre o *trabalhador* propriamente dito, em geral proletario, e o *industrial*, dispondo de capitaes mais ou menos avultados. No norte o trabalho da pesca é geralmente individual; no sul, e principalmente no que respeita ás armações, é collectivo; os pescadores do norte são, pois, mais independentes, mas tambem mais sujeitos a crises, por vezes bem tristes. Por toda a parte havia, porém, o espirito associativo, mas especialmente sob a fórma religiosa *(irmandades, compromissos)*; apparecem agora tendencias para associações modernas, principalmente no sul. Ethnicamente as povoações piscatorias, sobretudo no norte e no centro, fórmam nucleos, por vezes muito caracteristicos *(póveiros, canjoanneiros* (da Foz do Douro), *ilhavos*. Os *varinos* (oriundos de Ovar e Murtosa, mas vivendo em grande numero em Lisboa) são os pescadores por excellencia; as suas mulheres dão ás ruas da capital a nota alegre dos pregões da venda do peixe, e da elegancia, por vezes escultural, das suas figuras, que tanto impressionam os estrangeiros.- Os pescadores são, em geral, morigerados; por isso a criminalidade é diminuta entre elles; casam cedo, e são muito prolificos. A sua instrucção deixa bastante a desejar; em diversos centros de pesca o numero de mulheres sabendo lêr e escrever é muito superior ao dos homens; por isso muitas vezes são ellas as gerentes das pequenas sociedades; ha mesmo muitas mulheres negociantes de peixe.— Os homens são bons marinheiros; Ilhavo é ainda hoje a patria de grande numero de officiaes da marinha mercante.—Os duros trabalhos do mar, os soffrimentos do proletariado, as tradições, o espirito religioso, os cuidados da familia, são os principaes elementos da vida mental dos pescadores, que se manifestam nos seus descantes e diversões. Os pescadores emigram pouco; alguns teem ido para Africa (Mossamedes); das crises por que a Povoa de Varzim tem passado, resultou um começo de emigração para o Brazil (Pará, Maranhão). Quanto á industria da pesca, propriamente dita, nos trabalhos estatisticos elaborados pela Commissão Central de Pescarias consideram-se tão sómente as pescarias sobre a jurisdicção administrativa do Ministerio da Marinha, isto é, as que se realisam no *mar* e nas *aguas salobras* (aguas dos rios, rias e esteiros até onde aquella jurisdicção se exerce). Considerando, pois, o seu conjunto sob a denominação geral das *pescas maritimas*, diremos que a industria d'estas se póde dividir em: *pequena*, quando é exercida por um individuo ou só ou apenas com pessoas de familia, empregando apparelhos seus proprios; *media*, quando é exercida por uma *companha*, da qual em geral o *mestre* é o proprietario do barco e por vezes tambem das rêdes; e *grande*, a qual se applica principalmente á pesca da sardinha e do atum por armações, bem como á do bacalhau, e é em muitos casos exercida por *sociedades commerciaes*. O custo do apparelho completo, incluindo as embarcações, d'uma armação valenciana para a sardinha oscilla entre 7 e 14 contos; o de uma armação de atum entre 14 e 20 contos. Em 1906 lançaram se 133 armações de sardinha e 17 de atum. A industria distribue-se regionalmente por *estações* ou *portos de pesca*, já definidos. D'estes pódem contar se cerca de 110 só no continente, alguns de importancia minima. A determinação do valor d'um porto de pesca póde fazer-se sommando o valor do material empregado com o da pescaria colhida. Fazendo esse trabalho para o anno de 1905, encontramos o seguinte, em relação aos nossos portos de pesca maritima de importancia superior a 120 contos. Setubal *, 1.107; Aveiro *, 815, Villa Real de Santo Antonio *, 693; Lisboa, 578; Cezimbra, 566; Nazareth, 395; Lagos, 352; Olhão *, 337; Leixões, 332; Villa Nova de Portimão, 301; Faro *, 379; Povoa de Varzim, 271; Figueira * (com Buarcos), 258; Porto *, 226; Peniche, 218; Funchal, 15·; Cascaes, 153; Tavira *, 151; Ponta Delgada, 127. Estas indicações são extrahidas da *Estatistica das Pescas Maritimas* no anno de 1905; mas o valor da pescaria é augmentado de 25 °/₀ sobre o que a *Estatistica* fornece, sendo este augmento arbitrado pela experiencia para corrigir as deficiencias provenientes de diversas causas, e entre ellas o valor da alimentação dos proprios pescadores.—Os portos marcados com * são aquelles em que, além da pesca maritima, ha a das aguas salobras. Na valorisação do porto de Aveiro inclue-se a das diversas estações de pesca desde Furadouro até Mira, tanto da beira mar como da ria.—Lisboa, como porto de pesca, abrange as diversas estações das duas margens do Tejo, desde Pedrouços até Trafaria, e ainda a de Caparica; esta é de todas a mais importante, quanto ao numero de individuos empregados na pesca, seguindo-se-lhe Seixal, Barreiro e Traria.=Aos valores da pescaria, para Lisboa e Porto, ha que accrescentar respectivamente os de 210 e 122 (sem augmento de 25 °/₀) de peixe trazido pelos vapores de arrasto estrangeiros; mas estes valores, pela sua origem, não pódem entrar na determinação da *importancia* d'aquelles dois portos de pesca.—N'este mappa apparece Cezimbra, a *piscosa* dos *Luziadas*, em quinto logar, ao passo que em annos anteriores occupava o primeiro; é manifestamente um anno excepcionalmente mau para Cezimbra que sempre foi considerada o primeiro porto de pesca de Portugal.— Leixões valorisa-se em parte pelo peixe que ali é levado pelos pescadores da Povoa de Varzim; d'ahi o logar inferior occupado no mappa por este ultimo porto de pesca, que até ha poucos annos era o primeiro da costa do norte; entretanto é certo que diversas causas concorrem para a diminuição da importancia da Povoa, como porto de pesca.—Da mesma fórma Villa Real de Santo Antonio valorisa se em parte com a pescaria de outros portos do Algarve, principalmente Lagos Faro e Tavira, que ali é levada por mar para as fabricas.—Na valorisação dos portos, que tambem armam para o bacalhau e para a baleia, não se incluem os elementos relativos a estas pescas, que a *Estatistica* considera á parte. O peixe *fresco* que se destina ao consumo immediato, não carece de qualquer trabalho de preparação; quando muito algumas especies são *salpicadas*, isto

é, recebem externamente levo porção de sal; e emprega se tambem o gelo, principalmente na pesca exercida pelos vapores. Mas logo que o consumo tem de demorar se, o peixe carece de ser preparado. Este trabalho póde ter em vista sómente conservar o peixe até ser cozinhado, ou então preparal o desde logo para o consumo ulterior. Em Portugal empregam-se principalmente os seguintes processos: *secca, salga*, *salmoura*, *escabeche* e *conserva* propriamente dita. A secca gem emprega se no Algarve para preparar a *moma* (tiras de atum, prensadas e seccas ao ar livre) e as *ovas de atum*; e em alguns pontos de pesca para a arraia e o cação; tudo isto de pequena importancia industrial. O bacalhau é salgado e secco ao ar livre. O escabeche emprega-se para o mexilhão (Aveiro) e algumas especies de peixes ricos. A salga e a samoura applicam-se principalmente á sardinha e atum. N'outros tempos empregou-se muito a pescada salgada. Mas a preparação industrialmente mais valiosa é a que realisa pela conserva, e que se applica tambem principalmente á sardinha e ao atum, e, em quantidade muitissimo menor a outros peixes e á lagosta A industria da conserva do atum em latas foi introduzida em Villa Real de Santo Antonio por um italiano, com o fim de exportar o peixe preparado para o seu paiz; por isso os letreiros das latas eram escritos na sua lingua. Mais tarde vieram industriaes francezes preparar a sardinha que introduziram no seu paiz, em latas com lettreiros em francez. A seu exemplo começaram os industriaes portuguezes a preparar as conservas de peixe; hoje esta industria está muitissimo desenvolvida no nosso paiz, e as conservas portuguezas de peixe conquistaram já logar preeminente no consumo mundial. Os principaes centros de fabricas de conservas de peixe são: Mattosinhos, Espinho, Lisboa, Setubal (o mais importante) Faro e Villa Real de Santo Antonio. A sardinha e o bacalhau são alimentos vulgares, principalmente nas provincias do norte e do centro do paiz; por isso se aproveitam todos os meios para fazer circular o peixe fresco; a viação accelerada veiu facilitar muitissimo essa circulação; mas ainda se empregam os transportes em solipedes e até o transporte á cabeça a grandes distancias; frequentemente em aldeias sertanejas, e muito afastadas da costa, se ouve apregoar peixe fresco; e villas e cidades do interior teem o seu mercado em determinados dias da semana. Alguns productos do mar e das aguas salobras são colhidos com destino immediato a adubos das terras: são principalmente os *caranguejos* e as *plantas marinhas* Os caranguejos são apanhados sobretudo no norte, desde Caminha até á Figueira, e conhecidos pelos nomes de *pilado* e *mexoalho;* a pesca exerce-se exclusivamente por meio de redes de arrastar para terra; o producto d'esta pesca em 1905, augmentado de 25 °|o sobre o da *Estatistica*, avalia-se em 143 contos. As plantas marinhas propriamente ditas (a que os pescadores chamam *argaço*, *sargaço*, etc.) são colhidas em toda a costa, mas especialmente no norte. Os habitantes das costas em geral apanham as que são arrojadas pelo mar; mas entre Espozende e a Povoa vão buscal-as a alguma distancia em jangadas muito caracteristicas, tripuladas por um só individuo, por vezes uma mulher. Na ria d'Aveiro as plantas criam-se em *praias*, porções de terreno ou sempre alagadas ou que descobrem na maré baixa; a colheita do *moliço* (nome generico com que essas plantas são designadas) dá logar a uma industria assaz desenvolvida e de effeitos destruidores para a fauna que habita as mesmas aguas. Tem-se feito tentativas para o desenvolvimento da piscicultura, principalmente nas aguas salobras; por emquanto pouco ha de aproveitavel. Os chamados *viveiros* de peixe na ria d'Aveiro são quasi todos meros depositos, alguns fazendo parte das salinas. Na ria de Faro teem tido um certo desenvolvimento os *depositos de ameijoas*. Pensa-se na organisação de uma estação experimental, organisada conforme os preceitos dos modernos conhecimentos. Em todas as colonias portuguezas mais ou menos se exerce a pesca maritima. Os mares que rodeiam as ilhas de Cabo Verde são piscosos, e tambem ali existe o *coral*, cuja apanha é exercida principalmente por italianos. No districto de Mossamedes, da provincia d'Angola, e principalmente em Porto Alexandre, está muito desenvolvida a pesca, exercida por algarvios; a maior parte do peixe colhido é preparado pela seccagem, e tem consumo certo no resto da provincia e ainda na de S. Thomé para alimentação dos serviçaes das roças. Em Lourenço Marques iniciou-se ha poucos annos a pesca de arrasto por vapores. No archipelago do Bazaruto, proximo da costa de Sofala, e nas ilhas de Cabo Delgado e costa fronteira ha bancos naturaes de *ostras perliferas*, para cuja exploração scientifica se teem organisado companhias. ‖ Bibliographia: *Memoria sobre as diversas salgas de sardinha, com o methodo de aproveitar as enxovas e sobre à salga dos peixes grossos*, Lisboa, 1804; *Memoria sobre as pescarias reaes do reino do Algarve*, Lisboa, 1813, e outras do mesmo autor, Constantino Botelho de Lacerda Lobo, publicadas nas *Memorias Economicas* da Academia Real das Sciencias; *Memoria sobre a pesca do bacalháo*, por Jacob Frederico Torlades Pereira d'Azambuja, Lisboa, 1835; *A Industria de Peniche*, por Pedro Cervantes de Carvalho Figueira, Lisboa, 1815; *Relatorio sobre a pesca no rio Minho*; por Regalla, 1888; *Organisação dos serviços das pescas*, por Magalhães e Regalla, 1888; *Relatorio da capitania do Porto ácerca da industria da pesca*, Silva Costa, 1889; *A ria de Aveiro e as suas industrias*, Regalla, 1889; *Policia das aguas*, Correia, 1891; *Relatorio sobre a pesca maritima nas aguas de Peniche, Berlengas e Farilhões*, Baldaque, 1889; *Relatorio*, por Alfredo Ghira, 1889; *Catalogo do museu da escola Pedro Nunes*, por F. F. Benevides, 1889; *Relatorio*, por Lima Andrade e Sousa Forjaz e Loureiro, 1890; *Estado actual das pescas em Portugal*, por A. Baldaque da Silva, 1892; *As pescas maritimas em Portugal*, artigo de que reproduzimos acima alguns capitulos, por Vicente d'Almeida d'Eça, no *Boletim da Sociedade de Geographia, de Lisboa*, n.º 12 de dezembro de 1908, e publicado em parte, primitivamente, no livro *Notas sobre Portugal*, para a exposição do Rio de Janeiro em 1908.

Pescanseco Cimeiro. Pov na freg. de N. S.ª do Pranto e conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra

Pescanseco Fundeiro. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto e conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Pescanseco do Meio. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto e conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural.

Pescudeiro. Pov. na freg. de Santa Magdalena, de Bemposta, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Pesinho. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Covas do Douro, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real. || Santa Maria Magdaleua, de Peso, concelho da Covilhã, distr. de Castello Branco. Por decreto de 7 de setembro de 1895 ficou pertencendo esta pov. á freg. de S João Baptista, de Alcaria, conc. de Fundão, do mesmo districto.

Peso. V. *Pesos e medidas*.

Peso. Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Covilhã, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 301 fog. e 1:253 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. Dista 15 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Fundão a Alvoco da Serra, uas proximidades da margem direita do rio Zezere. O prior da freg de Santa Maria Magdalena, da Covilhã, apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é muito fertil em generos agricolas, e tem grande abundancia de caça grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Baixa, conc. de Villa de Rei, com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 130 fog. e 471 hab. Tem esc. do sexo masc., est post. e fabricas de cêra em vellas, grumo e amarella. Dista 9 k. da séde do conc. e está situada n'um logar alto e aprazivel a 2 k. da margem esquerda do rio Isna. O vigario de villa de Rei apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é muito fertil, sobretudo em cereaes; cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus montes e mattas ha muita caça. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. || Pov. e freg. de N S.ª do Peso, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Coruche, distr. de Santarem, arceb. de Evora; 564 fog. e 2:422 habitantes. Esta freg está annexada civilmente á de Santo Antonio, de Couço, do mesmo conc. e districto. Está situada a 1 k. d'um affluente da ribeira de Vide, na estrada de Coruche a Montemór, e a 35 da séde do conc. A mitra apresentava o cura, que tinha 120 alqueires de trigo e 120 de cevada. A egreja matriz é muito antiga, assim como a imagem da padroeira, e nem d'uma nem d'outra ha memoria da sua origem. A pov. pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 2, com a séde em Lisboa || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Agrella, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Paio, de Anciães, conc. de Amarante, do mesmo distr. || Santo Estevão, de Cantelães, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Santa Catharina, concelho de Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, districto de Vizeu. || S. Faustino, de Fridão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Bartholomeu, de Macedo do Peso, conc. de Mogadouro, distr. de Bragança. || N. S.ª da Conceição e conc de Monchique, districto de Faro. || S. Verissimo, de Nevogilde, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Rio Caldo, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Purificação, de Villa-Maior, conc. de S. Pedro do Sul, distr de Vizeu. || N. S.ª da Conceição, de Alcaria Ruiva, conc. de Mertola, distr. de Beja. || S. Pedro, de Pedrogão, conc. da Vidigueira, do mesmo distr. || S. Salvador, de Paderne, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello; tem estação postal.

Peso do Meio. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Villa Cova de Perrinho, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Peso Redondo. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Peso da Regoa (*Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda, visconde de*). Do conselho de Sua Majestade, senhor do morgado de Celeirós e da Casa da Calçada em Villa Real; commendador das ordens de Christo e da Torre e Espada; condecorado com a cruz das campanhas da Guerra Peninsular; tenente general. N. a 21 de julho de 1763; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Antonio Teixeira de Magalhães e Lacerda, fidalgo da Casa Real, senhor da Casa da Calçada em Villa Real, etc., e de sua mulher D. Anna Thereza Pereira Pinto de Azevedo Souto Maior. Succedeu na casa de seus paes a seu irmão mais velho, Luiz, que foi capitão de cavalaria, e fal. sem successão. Foi feito marechal de campo a 12 de outubro de 1815, tenente-general em 28 de dezembro de 1826, tendo sido anteriormente agraciado com o titulo de visconde de Peso da Regoa, com duas vidas, por decreto de 4 de julho de 1823. Pertencendo ao exercito miguelista, perdeu a batalha de 29 de setembro de 1832, em frente das linhas do Porto, tornando-se por isso antipathico ao seu partido, que nunca mais teve confiança em similhante general. Foi exonerado do commando do exercito das operações em frente das referidas linhas. Vindo substituir no governo das armas da côrte e provincia da Extremadura o visconde de Veiros, que fôra exonerado, em razão da sua avançada edade, em 26 de outubro de 1832, abandonou desordenadamente Lisboa, com todos os seus arsenaes, paioes, fortalezas, munições de guerra, e uma divisão de mais de 12 mil homens, ao general conde de Villa Flôr, mais tarde duque da Terceira, fugindo na madrugada do dia 24 de julho de 1833. O terror panico, fingido ou verdadeiro, que se apoderou do general realista, em vista de boatos atterradores, e o abandono da capital do reino, onde sabia que a sua causa tinha tantos partidarios e tantos recursos, tornou-se um mysterio que nunca se desvendou. O certo é, que se entregou aos constitucionaes ainda antes da Convenção de Evora-Monte. O visconde do Peso da Regoa casou em 3 de julho de 1795 com D. Maria Antonia de Sousa da Silva Alcoforado e Lencastre, filha e herdeira dos 1.ºˢ barões de Villa Pouca, Rodrigo de Sousa da Silva Alcoforado e D. Maria José de Carvalho e Napoles.

Peso da Regoa. Villa da prov. de Traz-os-Montes, séde de conc. e de com., distr. de Villa Real, Relação do Porto, bisp. de Lamego. Tem uma só freg., cujo orago é S. Faustino. Está situada na margem direita do rio Douro, prolongando-se por uma collina, e é formada por duas

partes: a moderna Regoa e o antigo Peso, ligados entre si por uma rua em declive. O antigo nome d'esta freg. era *S. Faustino da Regoa*. O arcediago da Regoa apresentava o cura, que tinha 200$000 réis de rendimento. A pov. é muito antiga, e segundo alguns escriptores, já existia no tempo dos romanos, e ha quem pretenda que a egreja de S. Faustino, matriz, foi mandada construir pelo imperador Constantino Magno, pelos annos 310 da era christã. Esta egreja foi primitivamente fundada no logar hoje occupado pela ermida de N. S.ª do Cruzeiro. A egreja que estava muito arruinada, por antiga, ficou destruida completamente por uma cheia, em 1734. A egreja, que serve hoje de matriz, começou a edificar-se em 1750, terminando as obras em 1760, e para ficar ao abrigo das cheias frequentes na estação invernosa, foi edificada no Peso. E' espaçosa, de bonito gosto, mas sem magnificencia, tendo a capella mór bella talha dourada. E' muito admirado por nacionaes e estrangeiros o retabulo do altar-mór, representando a Ceia de Christo, trabalho de Pedro Alexandrino. O conde D. Henrique e sua mulher D. Thereza, tomando posse de Portugal em 1093, por doação feita por Affonso VI, rei de Leão, deram a D. Hugo, seu companheiro, o cargo de bispo da cathedral do Porto, fazendo-lhe ao mesmo tempo mercê das terras da Regoa, e de metade do rendimento da barca de passagem, que então existia ali. Este rendimento não podia ser grande, não só porque, ao tempo, era rarissima a população dos sitios, mas tambem porque os habitantes da Regoa estavam isentos do pagamento da passagem, apenas com obrigação de contribuirem cada um, annualmente, com um cantaro de beberagem para os obreiros que concertassem a barca. Esta isenção durou até 1780. Diz-se que D. Affonso Henriques déra foral á Regoa em 1135, mas é provavel que fôsse o seu donatario, o bispo do Porto, como era costume n'esses tempos. A Regoa nunca teve foral proprio, regia-se pelo de Penaguião, que comprehendia esta povoação, e foi dado por elrei D. Manuel, em Evora, a 15 de dezembro de 1519. Os bispos do Porto tinham jurisdicção espiritual e temporal na Regoa, mas a segunda acabou em 1789, por uma carta régia de D. Maria I, e por accordo entre o seu governo e o bispo, sendo então supprimido o couto, dando-se-lhe a denominação de capitania-mór, que conservou até 1834. Em 1835 foi feita cabeça de julgado e da comarca. Com o desenvolvimento e prosperidade que no seculo passado tiveram estas povoações, o Peso foi estendendo os seus edificios pela encosta meridional da serra, e a Regoa, crescendo para o alto, de fórma que pódem hoje considerar-se uma só povoação. A historia certa da Regoa começa no principio do seculo XVIII, entre os annos de 1700 e 1710, em cuja epoca um pescador construiu aqui uma choupana, e por isso foi alcunhado de o *Cabana*. Perto de meio seculo se conservou a povoação estacionaria, ou talvez composta de mais algumas cabanas de outros pescadores. E' ao marquez de Pombal que a Regoa deve todo o seu engrandecimento e prosperidade, pela instituição, em 1757, da *Companhia geral da agricultura das vinhas do Alto Douro*, que em poucos annos foi uma das principaes do seu genero, em toda a Europa. Pelos annos de 1770 fundou esta companhia vastos armazens para os seus vinhos, á beira do Douro, e o sitio se foi pouco a pouco povoando, de casas de empregados, tabernas, estalagens, etc. No fim do seculo XVIII, e na feira dos vinhos que se fazia aqui em fevereiro de cada anno, montava já o valor das vendas de vinho, aguardente e geropiga, de 6 a 8 milhões de cruzados. Assim cresceu e prosperou a nova povoação (V. *Portugal* I, pag. 341). Regoa tem um bom caes, feito pela companhia, e as casas são regulares e de boa apparencia; tem mercado diario, onde se vendem legumes, pão, fructas, e outros generos, uma feira no dia 14 e ultima segunda feira de cada mez, e feira franca de 14 a 16 de agosto. Na Regoa ha um bom hospital, intitulado *D. Luiz I*, estabelecido na velha casa solarenga dos viscondes do Real Agrado, legitimistas ferrenhos. A Real Associação Humanitaria de Bombeiros Voluntarios do Peso da Regoa, tem perto de 30 annos de existencia, e acha-se installada n'um edificio elegante, com salas para jogos licitos, bilhar, bibliotheca, etc. A Regoa tem dois bonitos jardins e uma alameda pittoresca, com uma gruta e um lago. Nos meados do mez de agosto realisam-se ali grandiosos festejos á Senhora do Soccorro, festividade muito antiga, e bem conhecida em todo o paiz. A Regoa principiou a ser illuminada com azeite de purgueira, em fevereiro de 1876. Em dezembro d'esse anno, tendo a companhia transmontana liquidado, uma companhia suissa requereu ao governo licença para ensaiar na linha americana uma locomotiva a vapor, apropriada e fabricada para subir fortes rampas e pequenas curvas, descer, adeantar, retrogradar, e parar, com toda a facilidade. A experiencia deu soffrivel resultado, mas nunca mais se falou em similhante cousa até 25 de julho de 1877. N'este dia a companhia transmontana fez nova experiencia com outra locomotiva a vapor, que andou 5 k. em 28 minutos sem o minimo accidente desagradavel. A experiencia fez se entre a Regoa e a pov. de S. Gonçalo de Lobrigos. Ao saír da estação da villa ha uma subida, com curvas de pequeno raio, e rampas bastante fortes. A locomotiva subiu e desceu as rampas e passou as curvas sem difficuldade, parando, avançando e retrogradando á vontade dos machinistas. Peso da Regoa pertence á 6.ª div. mil., 12.ª brigada, grande circumscripção mil. N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. Tem est. telegr.-post. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobranças de titulos, letras e vales; escolas d'ambos os sexos; est. do caminho de ferro, na linha do Porto, entre a de Moledo e o apeadeiro de Bagauste; advogados, medicos, pharmacias, agencias bancarias, succursal do *Banco de Villa Real*, do *London and Brazilian Bank*, *Minho e Portugal*, etc; agencias de seguros, associações: *Caixa Economica e de Credito Agricola do Douro*; de soccorros mutuos *Fraternal*, *Asylo Pedro Verdial*, negociantes de baga de sabugo, de cereaes, de fazendas, ferragens, madeiras, sal, vinhos e aguardentes; vice-consules de Hespanha e da França; hoteis, notarios, etc. Junto da ponte que ha sobre o rio Douro, e para a defeza da sua passagem, houve, entre outros, os seguintes combates: contra os francezes em 13 de janeiro de 1811; entre as tropas de Sá da Bandeira e as do barão do Casal em 3 e 4 de setembro de 1846, e contra os setembristas desde

16 de fevereiro de 1847 até 9 de março do mesmo anno. O conc. de Peso da Regoa comprehende 10 freguezias, com 4:398 fog. e 18:569 hab., sen do 8:840 do sexo masc. e 9:729 do fem., n'uma superficie de 16:103 hect. As freguezias são: Santa Comba, de Covellinhas, 449 hab.: 215 do sexo masc. e 234 do fem.; S. Miguel, de Fontellas, 1:666 hab.: 812 do sexo masc. e 854 do fem.; S. Vicente, de Galafura, 721 hab.: 333 do sexo masc 388 do fem ; S. José, de Godim, 2:367 hab : 1:107 do sexo masc. e 1:260 do fem.; S. Pedro, do Loureiro, 1:889 hab.: 906 do sexo masc. e 983 do fem.; Santa Comba, de Moura Morta, 789 hab.: 389 do sexo masc. e 400 do fem ; S. Faustino, de Peso da Regoa.: 4.017 hab.: 1:920 do sexo masc. e 2:097 do fem.; S. Miguel, de Poiares, 468 hab.: 1:160 do sexo masc. e 1:708 do fem.; Santa Maria, de Sediellos, 3:244 hab.: 1:537 do sexo masc. e 1:707 do fem ; N. S.ª das Neves, de Villarinho dos Freires, 959 hab.: 461 do sexo masc. e 498 do fem O principal commercio do concelho é vinho e baga. Tem-se publicado em Peso da Regoa os jornaes: *Arte (A)*, 25 de outubro de 1887. Em 1889 ainda se publicava; *Correio do Norte*, 12 de outubro de 1884; *Correio da Regoa*, 4 de março de 1885. Em 1889 estava ainda a publicar se; *Democracia do Norte (A)*, maio de 1881; *Douro (O)*, 15 de agosto de 1863. Foi o primeiro jornal aqui publicado; *Douro (O)*, 1 de janeiro a agosto de 1885; *Douro (O)* 1900. Em publicação, dezembro de 1909; *Folha (A)*, 12 de janeiro de 1873; *Folha (A)*, 27 de junho de 1891. Pouco tempo durou; *Gargalhada (A)*, 16 de outubro de 1887; *Gazeta do Douro*, 1878; *Gazeta da Regoa*. Publicou dois numeros primeiros, um com data de 15 de outubro de 1892, e outro com a de 23 de novembro do mesmo anno; são ambos impressos no Porto e na mesma typographia; *Grito do Douro (O)*, 18 de março de 1883; *Independente Regoense (O)*, 1 de maio de 1882; em dezembro de 1909, estava em publicação; *Intransigente*, 1 de abril de 1886; *Jornal do Douro*, 24 de março de 1886; *Jornal da Regoa*, 17 de junho de 1880; em 1889 ainda se publicava: *Paiz Vinhateiro (O)*, 5 de dezembro de 1884; *Regoa em Camisa (A)*, julho de 1883; *Voz do Douro (A)*, janeiro de 1882 a 1885; publicou um numero programma

Pesos. Pov. na freg. de Santo Adrião, de Sul, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Pesos Cimeiros e Pesos Fundeiros. Duas povoações na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Pesos e medidas. V. *Alqueire*; *Padrão* (n'este vol. a pag. 355); etc. Os pesos e medidas tiveram no correr dos seculos varias alternativas nas Hespanhas, devido aos povos que as dominaram e aos abusos introduzidos. Os romanos trouxeram a sua *libra* de 12 *onças*, e para os metaes em especial o peso de 8 *onças*, a que os allemães chamavam *march* e nós *marco*. Parece que até D. Affonso, o *sabio*, continuaram os pesos romanos, adoptando este monarcha o *marco* de Colonia, por ser o mais exacto. A sua divisão era: Marco, ou 8 onças, 4,608 grãos; onça, 576 grãos; oitava 72 grãos; tomin ou obolo 12 grãos; quilate ou siliqua, 4 grãos. Os wisigodos serviram-se do systema romano, com pequena alteração, e os arabes introduziram os seus pesos de *quintaes*, *arrobas*, *arrateis*, e as divisões em *onças*, etc. Esta diversidade necessariamente devia ser confusa para as transacções d'aquellas epocas, e tornar hoje muito difficil apreciar os seus contratos. Nos documentos portuguezes mais antigos, até ao seculo XV, encontram se frequentemente mencionadas as *libras* Em França começou a mudança da *libra* romana de 12 *onças* para o *marco* de 8, no reinado de Filippe I, entre os annos 1076-1093. D. Affonso III, nas actas das côrtes de Coimbra, que este soberano fez reunir no anno de 1261, diz: *ad XI marchas cupri admisceatur una marcha puri argenti per marcham de colonia de VIII unciis*. Este documento é bastante para provar que já a esse tempo se usava em Portugal do *marco* de Colonia, e que havia outras variedades de pesos. D. Pedro I tentou uniformisar os pesos em todo o reino, segundo se deprehende da representação que lhe fizeram os povos nas côrtes de Evora no anno de 1361. D. João I, no artigo 6.º das côrtes de Coimbra de 1391, attendendo á queixa dos povos, ordenou que se pesasse por *arroba* e que estas fôssem de ferro, para impedir os abusos praticados com os pesos de pedra. D. Affonso V, no liv. I, tit. 5.º, § 32.º das suas Ordenações não se esqueceu do importante assumpto das medidas e pesos, estabelecendo os meios de fiscalisação, quando visitasse as terras do reino. Principiou pela provincia da Beira, e nas côrtes de Lisboa do anno de 1455 já os procuradores d'estes povos se queixaram contra o procedimento do almotacé mór. O mesmo rei ordenou em 1460 que os povos do Minho aferissem os seus pesos e medidas pelos padrões de Guimarães, onde os destinados para os cereaes eram de pedra e se conservavam na egreja de S. Miguel da mesma villa D. João II, na provisão de 14 de outubro de 1488, mandou que todos os pesos se egualassem d'ahi por deante pelo *marco* de Colonia, cessando o uso do outro *marco* por onde se pesava o ouro e a prata, cujo nome infelizmente se acha rasgado no original. O *marco* de Colonia, assim conhecido por ser o usado n'esta cidade, era preferido pelo considerarem o mais exacto, e, segundo os calculos ultimamente feitos, tinha 233,769 grammas. D. Manuel tentou uniformisar os pesos e medidas do reino, encarregando uma commissão para tratar d'esta reforma, como consta de uma carta á camara da cidade do Porto, datada de 10 de março de 149[illegible]. N'esta reforma julga-se que fôram adoptados os pesos hespanhoes, exceptuando a *arroba*, que é ali de 25 *arrateis*. A razão d'esta preferencia, que não ficou especificada, talvez fôsse devida á approximação e trato das duas nações. Conferido em 1766 o *arratel* portuguez com o hespanhol, achou-se a differença de 12 decigrammas. Esta differença é insignificantissima, attendendo a haverem decorrido seculos. Assim deixou de se usar o *marco* de Colonia que, segundo declara Damião de Goes, era: *de quatro mil, e seiscentos, e oito grãos no marquo.* Duarte Barbosa no seu *Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente*, escripto em 1516, termina: «O arratel de peso velho tem 14 onças; o arratel de peso novo tem 16 onças; 8 quintaes velhos fazem 7 quintaes novos, e cada quintal novo tem 128 arrateis de 16 onças; cada quintal velho são $^3/_4$ e $^1/_2$ de quintal novo, e he de 128 arrateis de 14 onças cada um; todas as especiarias e drogarias, e tudo o mais que vem da India, vende-se em Portugal a peso velho, tudo o mais vende-se a peso novo.» Este peso velho não pó-

de ser o *marco* de Colonia, que comprehendia 8 *onças*, metade do *arratel* de 16, e que só se generalisou depois de 1488 até ao reinado de D. Manuel. Estes pesos velhos usaram-se na Casa da India até á sua extincção. (V. *Mendo Trigoso, Mem. econ. da acad. real das scienc. de Lisboa*, pag. 368, nota). Quanto ás medidas na maioria dos contratos escriptos nos seculos XI e XII encontram-se os *modius* como preço estipulado ou mesmo em avaliação de outro qualquer genero ajustado; assim na venda de parte de um predio na villa de Adães, feita no anno de 1024, se diz: *et accepimus de uos precium* III *boues de dece* x *modios*. O *modio* não equivalia ao *moio* de hoje, aliás teriamos o *boi* reputado em 600 *alqueires*, quantia enorme e desproporcionada, tanto n'aquella epoca como na actualidade. O *medimnus* era uma medida de capacidade para os seccos, usada pelos gregos, e comprehendia 6 *modius*. O *modio*, medida romana, dividia se em 6 *sextarios*, e correspondia á terça parte da *amphora*. Continha 9,6805 litros. Esta medida, adoptada durante o dominio romano, continuou no tempo dos wisigodos e arabes, chegando, com as variantes impostas pelas provincias, villas ou senhorios, aos primeiros seculos da monarchia portugueza. As successivas invasões por que passou a Hespanha alteraram esta medida, de maneira que as mudanças feitas sem uniformidade e sem lei que impedisse os senhorios das terras de as talharem a seu modo, para mais vantajosamente receberem as rendas, tornavam difficil encontrar duas povoações, por mais proximas que fôssem, que tivessem medidas eguaes. Com o tempo o *modio*, medida de capacidade, tornou-se medida numerica, apparecendo na infancia da monarchia portugueza contendo 12, 14 e 16 *alqueires*, variando estes, não só no tamanho como nas maneiras de medir: de *razo*, de *cogulo*, de *braço curvado*, com *verteduras*, etc. No foral do Coimbra de 1111 encontram-se: *Pedites de ratione quam solebant da re de cibaria dent medietatem per quartario de* XVI^m^ *alqueires sine brachio posito et tabula*. . No foral de Louredo, dado pelo mosteiro de Lorvão em 1154, vem:... *in Eiradega unum sextarium, una taleiga de tritico, e unam de milio*. Diz Viterbo no *Elucidario*, tomo, II, pag. 323, que havia *teigas* de 4 *alqueires*, de 3, 2 e ordinariamente de 1 só *alqueire*. No anno de 1203 legaram ao mosteiro de Salzedas 140 pães, declarando que de cada *taliga* se fariam 5 pães: ...*et fiant tali mensura, id est, ut faciant* v *panes ex una taliga*. Infere o dito autor que a *taliga* seria de $^3/_4$ da medida usada, correspondendo a 1 *alqueire* d'aquella epoca. Outra pitança, deixada em 1227 ao mesmo mosteiro, de 2 *moios de vinho*, 20 *peixotas e* XXVII^m^ *taligas de farina in pane cocto*. Opina o autor do *Elucidario* que para o vinho e peixe se proporcionar com o pão devemos considerar a *taliga* 1 *alqueire*. Em 1163 vendeu Gonçalo Garcia uma marinha *pro praetio, quod a vobis accepi* XIIII *modios, vel solidos*. N'este contrato acha-se bem especificado ser o valor do *modio* 1 *soldo*. No foral de Lisboa de 1179 . .*de cada huum jugo de boys dem huum moyo de milho ou de triigo qual laurarem. E se d'huum e doutro laurarem d'huum e doutro dem per o alqueyre de direito da villa, e seia o quarteyro de* XIIII° *alqueyres, e seia midido sem braço curuado*. Os 14 *alqueyres* parecem indicar o *modio*. No foral de Ferreira d'Aves, 1114-1128: ...*qui laborauerit, cum uno boue des* IIIes *S* (3 sesteiros) *et cum duos* III *quartarios terciados per ipsa medida de Linares et plus boues miserit non dones plus*. Chamava-se pão *terciado* ou *terçado* quando comprehendia em partes eguaes o trigo, o milho e o centeio. D. Manuel, reformando este foral, declara que: *a medida de Linhares era a mesma de Folgosinho, pela qual* 1 *moio são* 16 *alqueires d'esta medida ora corrente; e por tanto os* 3 *quarteiros são* 12 *alqueires... e os* 3 *sesteiros* 6 *alqueires*. No foral de Chaves, dado por D. Sancho I, pagava-se 1 *sexteiro* de pão de centeio, o qual D. Manuel em 1515 achou ser egual a 1 *alqueire* de medida então corrente. No que achamos notavel desproporção com a reducção anteriormente citada. Por uma carta de aforamento de 1227 pagavam os de Serzedello ao mosteiro das Aguias 6 *quarteiros* de pão terçado. D. Manuel, no foral de Valença, declara que: *por estes* 6 *quarteiros se pagasse* 24 *teigas da medida antiga, a qual fazia* 1 *alqueire d'esta medida então corrente, menos* $^1/_4$ *cada teiga*. Diz Viterbo: «e por conseguinte o *quarteiro* de hoje são 3 *alqueires*, que multiplicados por 6 fazem 18 da medida presente; contando pela antiga de 4 *alqueires*, e sommando os 6 *quarteiros* 24 *teigas* ou *alqueires*, equivalentes a 1 $^1/_2$ *modio*; pois o *modio* era de 16 *alqueires*. Em 1246, D Pelagio, bispo de Lamego, deixou em legados de 2 a 20 *modios*, 95 *modios*, e reputando-se estes, mesmo a 14 *alqueires*, perfazem 1:330 *alqueires* ou 22 *moios* e 10 *alqueires* actuaes. Esta deixa em cereaes para aquelle tempo já é consideravel com relação á agricultura. No *Livro das doações* de D. Affonso III acha-se citado no anno de 1251: . .*unum modium de pane quartatto per de quartis*. . *et unum solidum pro quitatione de calupniis*... Havendo de se fazer n'este caso a medição de cada *quarteiro* por uma *teiga*, não é acreditavel que esta tivesse a capacidade de 16 *alqueires*. No *Livro baio* ferrado disse: ...*Dus modios de tritico in* XIII, *et unum quarteirum de cibata in modium*. N'este documento parece reputar-se o *modio* em 18 *alqueires*. No foral de Villa Nova de Gaia, dado por D. Affonso III em 1255: ...*et si homo de terra deuassa fuerit demandatus pro calumpnia mando quod ualeat sibi fideiussor in quinque modiis aut in uno morabitino pro ad directum de judice de Gaya*. O valor do *modio* é aqui reputado na quinta parte de 1 *morabitino* ou 2 *soldos*. N'um documento de D. Diniz, pertencente ao anno de 1323, n'um escambo com o abbade e convento de Refoios de Basto, se dão a este mosteiro 52 *maravideadas*, contando o *moio* de pão, pela medida de Panoyas, a *maravedi* o *moio*; e 2 *quarteiros* pela medida da Quaira (que era a *a medida velha* e de Guimarães) a *maravedi*, o que leva a crer que estes 2 *quarteiros* de Quaira faziam o *moio* de Panoyas. Reputando o *modio* por 14 *alqueires*, termo medio, o *maravedi* em 10 *soldos*, e este em 12 *dinheiros*, temos o *alqueire* de pão em pouco mais de 8 *dinheiros*. Mas este não tinha padrão uniforme. Pelo decreto, com fôrça de lei, de 13 de dezembro de 1852, foi autorisado o governo a fazer executar, por partes, em todo o reino, e ilhas adjacentes o novo systema metrico decimal. Em 1859 organisaram-se as tabellas das antigas medidas de cada concelho comparadas com a do systema metrico decimal. Para o de Lisboa a tabella publicada pela Inspecção Geral dos Pesos

e Medidas do Reino era a seguinte que transcrevemos:

QUADRO DAS MEDIDAS DO SYSTEMA METRICO DECIMAL COMPARADAS COM AS ANTIGAS MEDIDAS DE LISBOA

Medidas de comprimento

MEDIDAS ANTIGAS

Vara	1,1 metros
Covado	0,66 »

MEDIDA NOVA

Metro	4,545 Palmos
Metro	1,512 Covados

Medidas de capacidade para secco

MEDIDAS ANTIGAS

Moio	tem 15	Fangas	828,000 litros
Fanga	» 4	Alqueires	55,200 »
Alqueire	» 4	Quartas	13,800 »
Quarta	» 2	Oitavas	3,450 »
Oitava	» 2	Maquias	1,725 »
Maquia	» 2	Selamins	0,8625 »
Selamim	» 2	Meios selam.	0,43125 »
Meio sel.	» 2	quartos de sel.	0,215625 »

MEDIDAS NOVAS

Hectolitro	7,246 Alqueires
Meio Hectolitro	3,623 »
Duplo Decalitro	1,449 »
Decalitro	2,899 Quartas
Meio Decalitro	1,449 »
Duplo Litro	1,159 Oitava
Litro	1,159 Maquia
Meio Litro	1,159 Selamim
Duplo Decilitro	1,855 Quarto de Selamim
Decilitro	1,855 Oitavo de »
Meio Decilitro	1,855 Um dezeseis avos de selamim

Medidas de capacidade para liquidos

MEDIDAS ANTIGAS

Tonel	tem 2	Pipas	840,000 litros
Pipa	» 25	Almudes	420,000 »
Almude	» 2	Potes	16,800 »
Pote	» 6	Canadas	8,400 »
Canada	» 4	Quartilhos	1,400 »
Quartilho	» 2	Meios quart.	0,350 »
Meio quartilho	» 2	Quartos de quart.	0,175 »
Quarto de quart.	» 2	Quartos de quart.	0,0875 »
Oitavos de quart.	»		0,04375 »

MEDIDAS NOVAS

Duplo Decalitro	1,190 Almudes
Decalitro	7,143 Canadas
Meio Decalitro	3,571 »
Duplo Litro	1,249 »
Litro	2,857 Quartilhos
Meio Litro	1,429 »
Duplo Decilitro	1,143 Meio Quartilho
Decilitro	1,143 Quarto de Quartilho
Meio Decilitro	1,143 Oitavo de »
Duplo Centilitro	1,828 Um trinta e dois avos de quartilho
Centilitro	1,828 Um sessenta e quatro avos de quart.

Pesos antigos

Tonelada	tem 13	quintaes e meio	793,152 kilog.
Quintal.h.	» 4	arrobas	58,752 »
Arroba	» 32	arrateis	14,688 »
Arratel	» 4	quartas	0,459 »
Quarta	» 4	onças	0,11475 »
Onça	» 8	oitavas	0,0286875
Oitava	» 3	Escropulos	0,0035859375
Escropulo	» 24	Grãos	0,0011953125
Grão			0,0000498046875

PESOS NOVOS

50 Kilogrammas	3,404 Arrobas
20 »	1,362 »
10 »	21,786 »
5 »	10,893 »
2 »	4,357 »
1 »	2,179 »
1/2 »	1,089 »
2 Hectogrammas	1,743 Quarta
1 »	3,486 Onças
1/2 »	1,742 »
20 Grammas	5,577 Oitavas
10 »	2,789 »
5 »	1,394 »
2 »	1,673 Escropulo
1 »	20,078 Grãos

|| *Bibliographia*: Teixeira de Aragão, na sua *Memoria das moedas*, etc., vol. I, pag. 41 e seguintes; *Memoria sobre os pesos de que se faz uso no nosso commercio*, por Lacerda Lobo; *Memoria sobre uma balança de ensaio*, do mesmo autor; *Memoria sobre os pesos e medidas e sobre a introducção do systema metrico decimal*, por Sebastião Francisco de Mendo Trigoso; *Memoria sobre os pesos e medidas de Portugal; sua origem, antiguidade, denominação e mudanças que tem soffrido até nossos dias, bem como sobre a reforma que devem ter*, etc., etc., por Antonio Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira Girão, Lisboa, 1833; *Memoria sobre a reforma dos Pesos e medidas em Portugal, segundo o systemo metrico decimal*, por João Baptista da Silva Lopes, Lisboa, 1849; *Memoria sobre pesos e medidas*, por Albemireau (Luiz Antonio de Abreu e Lima, visconde da Carreira), 1858.

Pesqueira. V. *São João da Pesqueira*.

Pesqueira. Povoações nas freguezias: N. S.ª do Reclamador, de Casaes, conc. de Thomar, distr de Santarem, || Santa Maria, de Eja, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Praia situada na costa E da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. Vae desaguar n'ella um regato do mesmo nome, que corre na freg. de Angolares.

Pesqueira Velha. Pov. na freg de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa Velha de Rodam, distr. de Castello Branco.

Pesqueiras. Pov. na freg. de Santo André, de Moimenta, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga.

Pesqueiro (*Caminho do*). Ilha Terceira; na

freg. de S. Bartholomeu, de Regatos, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Pesqueiro Alto. Cabo situado na costa S da Ilha do Corvo, Açôres.

Pessancos. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, do Cereal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Pessange. Pov. da Africa Occidental, ao N E de Caconda.

Pessanha ou **Peçanha**. Familia de Genova, e uma das vinte e oito nobres d'essa republica. Procedem de Micer Carlos Peçanha, que foi commendador de S. Thiago do Cacem, filho de Micer Manuel Peçanha, o primeiro almirante de Portugal, depois que n'elle se renovou esta dignidade, porque desde o tempo do rei D. Affonso Henriques esteve muitos annos extincta. Tem por armas: Em campo de prata uma banda sanguinha dentada, e n'ella tres flôres de liz de prata; timbre, uma azagaia vermelha, e sobre as tres flôres de liz das armas em pala. || Bibliographia: *Noticia historica dos almirantes Pessanhas*, por D. José Pessanha.

Pessanha *(Carlos d'Almeida)*. Capitão de cavallaria, governador da Guiné, deputado etc. N. em 19 de janeiro de 1862, e fal. em Diu em setembro de 1907. Assentou praça em 25 de outubro de 1876, sendo promovido a alferes em 10 de janeiro de 1883, a tenente em 9 de março de 1894, a capitão em 8 de agosto de 1901. Exerceu varias e importantes commissões de serviço, entre as quaes a de governador da Guiné. Pertencia ao partido progressista, que o elegeu deputado em duas legislaturas. Era condecorado com o grau de cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, e com a medalha de prata de comportamento exemplar. Era tambem cavalleiro da ordem de Izabel a Catholica, de Hespanha.

Pessanha *(D. José)*. V. *Silva Pessanha (D. Jose Maria)*.

Pessanha *(José Pereira Mascarenhas)*. Official de cavallaria; era capitão de cavallaria em 1821, e estava no Brazil, onde n'esse anno publicou um folheto, em que atacava o procedimento de D. Manuel de Portugal e Castro, governador de Minas Geraes, e outro em que refutava uma defeza d'este facto pelo seu ajudante.

Pessanha *(Lançarote)*. Era filho de Manuel Pezagno, o almirante genovez que foi contratado por el rei D. Diniz para organisar a marinha portugueza. Lançarote Pessanha, nome aportuguezado de Pezagno, herdou de seu pae o cargo d'almirante, e no exercicio d'essas funcções saiu de Lisboa commandando 10 galés em 1363, para ir em soccorro de D. Pedro de Castella contra D. Pedro de Aragão. Mas o rei de Portugal D. Pedro I, não querendo cumprir o tratado de alliança muito ao pé da letra, deu ordem ao seu almirante para só se demorar tres mezes de fórma que estava ainda a guerra no seu principio, quando Lançarote Pessanha se retirou em cumprimento das ordens de seu amo. No principio do reinado de D. Fernando I saiu elle de novo com uma esquadra que subiu o Guadalquivir, e que foi bloquear Sevilha. Pouco fez, mas incommodou ainda assim bastante os sevilhanos. As doenças tinham lhe prostrado uma grande parte das equipagens quando a esquadra castelhana se decidiu a atacar a portugueza. A situação era critica, e Lançarote Pessanha não podia pensar senão em evitar o combate. Lembrou-se então d'um estratagema audacioso. Aprezára dois navios carregados de azeite, accendeu-os como dois brulotes, arrojou-os sobre a esquadra inimiga, depois pela larga brecha que elles abriram, passou com a sua esquadra perfeitamente incolume. Foi esta a unica façanha na sua carreira naval. Quando em 1372 D. Henrique de Castella entrou em Lisboa, Lançarote Pessanha, que estava em Santarem, veiu para dentro dos muros da capital, mas parece que estava sendo contagiosa a fraqueza d'el rei D. Fernando, porque Lançarote Pessanha, depois de ter dado esse primeiro passo, mostrou a mais desastrosa irresolução, e deixou á sua vista os castelhanos tomar as naus portuguezas. D. Fernando mostrou-se muito irritado com este acto de fraqueza, e aproveitou o ensejo para lhe arrancar o cargo de almirante, que deu a um irmão de D. Leonor Telles. Não merecia muitas contemplações este almirante que, sendo tão rico que possuia quasi um bairro inteiro de Lisboa, o bairro da Pedreira, que por isso se chamou o bairro do Almirante, e que abrangia a porção de casas comprehendida entre a actual calçada da Gloria, Chiado e Roc o, e podendo reagir cont^a a affronta que lhe faziam, a acceitou humildemente, e depois da morte de D. Fernando, se bandeou com D. Leonor Telles, e a acompanhou a Alemquer quando ella partiu de Lisboa, applaudindo a sua resolução de chamar em seu auxilio o rei de Castella, mostrando se emfim profundamente hostil á causa nacional portugueza. Tambem teve um cruel castigo. Em 1384 Lançarote Pessanha saiu de Alemquer para ir a Odemira fazer com que esta villa seguisse o partido do rei de Castella. Soube d'isso Gonçalo Nunes, alcaide de Beja, saiu ao caminho, prendeu-o e levou-o para a sua cidade. Os bejenses andavam por tal fórma excitados, que apenas souberam que elle estava em Beja, correram indignados a arrancal-o das mãos do seu captor, que debalde tentou protegel-o, e assassinaram-o barbaramente.

Pessanha *(D. Sebastião de Andrade)*. Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, arcebispo de Gôa, etc. N. em Evora, e fal. em Lisboa a 11 de março de 1737. Era filho de Diogo Pessanha Falcão e de D. Luiza d'Andrade. Foi promotor e deputado do Santo Officio de Evora; eleito arcebispo de Gôa, effeituando a sagração em março de 1716. Partiu para a India, chegando a Gôa a 17 de setembro do mesmo anno, e estando eleito na primeira via de successão ao marquez de Sabugosa, tomou posse do governo a 2 de janeiro de 1717, e entregou o ao conde da Ericeira no dia 16 de outubro do mesmo anno. Voltando a tomar conta do arcebispado, renunciou-o por doença, e a 25 de janeiro do 1721 partiu para a Europa com o conde da Ericeira, fez uma desastrosa viagem, e só em junho de 1723 chegou a Lisboa, onde viveu até fallecer. Foi sepultado na casa do capitulo do convento de S. Pedro d'Alcantara.

Pesseguido. Pov na freg. de Santa Columbia, de Couto do Mosteiro, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu.

Pessellar Povoações nas freguezias: O Salvador, de Arentim, conc. e distr. de Braga. || S. Paio, do Ruilhe, do mesmo conc. e districto.

Pessene Pov. do distr. do Lourenço Marques, na prov. de Moçambique, Africa Oriental, a 39

k. da capital do distr. Tem estação de caminho de ferro na linha de Loureuço Marques a Pretoria.

Pessoa. Appellido nobre, que veiu da Allemanha para Portugal, mas não se sabe quem o trouxe. As suas armas são: Em campo azul, seis crescentes de ouro, em duas palas, orla de negro, filetada de ouro e carregada de sete estrellas de prata, de cinco pontas, ficando tres em chefe; elmo d'aço, aberto; por timbre, um cometa, de prata, de cinco pontas, ficando com a cauda sobre o elmo. Outros do mesmo appellido trazem por armas: Em campo azul, seis crescentes de ouro em duas palas, orla azul, carregada de oito estrellas, de prata, de seis pontas. O mesmo elmo e timbre.

Pessoa *(Elias da Cunha)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra. N. em Thomar a 4 de julho de 1801, fal. em Lisboa a 1 de dezembro de 1860. Seguindo a carreira judicial chegou a ser juiz da Relação de Lisboa. Foi deputado em varias legislaturas, e quando o marquez de Loulé organisou ministerio depois da queda do primeiro ministerio regenerador, confiou-lhe a 6 de junho de 1856 a pasta da justiça, que dirigiu até 14 de março de 1857. Retirou se depois á vida particular, até que falleceu.

Pessoa *(João de Abreu)*. Mestre de capella da sé de Vizeu. Escreveu: *Arte de Cantochão para o uso do seminario da cidade de Vizeu, e para o mais clero do mesmo bispado*, Lisboa, 18 0.

Pessoa *(D. João Chrysostomo de Amorim)* V. *Amorim Pessoa.*

Pessoa *(P. João Pedro)*. Pertenceu á Congregação do Oratorio de S. Filippe Nery, sendo depois padre secular. Era natural de Lisboa e fal. a 28 de dezembro de 1798. Deixou manuscripta a traducção da maior parte do *Paraizo perdido*, de Milton, para versos portuguezes.

Pessoa *(D. Fr. José do Sacramento)*. Autor d'umas *Noções de Oratorio extrahidas dos melhores mestres de eloquencia para instrucção dos que se dedicam ao ministerio do pulpito*, Lisboa, 1805.

Pessoa *(José Martins da Cunha)*. Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Alcanena no principio da segunda metade do seculo XVIII, e fal. a 20 de agosto de 1820, Era filho de Antonio Martins da Cunha. Formou-se em 1778. Tendo vindo para Lisboa exerceu clinica por muitos annos, adquirindo grande fama, e foi nomeado medico da Real Camara, sendo eleito depois, a 7 de julho de 1806, socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, passando a socio veterano a 8 d'abril de 1817. Desempenhou tambem algumas commissões de serviço publico. Escreveu: *Analyse das Aguas thermaes das Caldas da Rainha*, Coimbra, 1778; *Memoria sobre as minas de ferro da Figueira*; saiu no tomo II das *Memorias Economicas*, da Academia Real das Sciencias. *Memoria sobre o nitro, e utilidades que d'elle se pódem tirar*; no tomo IV das referidas *Memorias*. Sustentou uma polemica accesa no *Investigador portuguez* ácêrca das *Cartas ao autor da Historia da invasão dos francezes* de Stockler.

Pessoa. Pov. na freg do Salvador, de Freamunde, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Pessoa de Azevedo *(Affonso)*. Militar que esteve na India em 1510 com o governador Affonso d'Albuquerque: acompanhou-o a Gôa na tomada de Gôa, o que se realisou no dia 1 de março d'esse anno, e em abril foi mandado n'um batel á ilha de Divar para passar á terra firme os portuguezes que iam combater com o capitão do Hidalcão.

Pessolta Pov. na freg. de N. Sª da Conceição, de Casal de Cinza, conc. e distr. da Guarda.

Pessotes. Pov. na freg. de S. Mamede, de Deo Christi, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Pessurlem. Pov. do conc. de Sanquelim, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India.

Pestana. Familia de que ha noticia em Portugal desde os primeiros tempos da monarchia. Dizem-se descendentes de Geraldo Sem Pavor. As suas armas são; Em campo de prata tres faxas vermelhas e por timbre um leão de prata armado de vermelho.

Pestana *(Alvaro de Brito)*. Um dos poetas mais antigos portuguezes. Era filho de Affonso Rodrigues Alardo e de Mecia de Brito Pestana, que foi ama de D. Affonso V. Distinguiu-se muito na batalha d'Alfarrobeira, onde morreu o regente infante D. Pedro. Era muito dedicado ás letras, e no *Cancioneiro* de Garcia de Rezende se encontram composições suas, a pag. 10 v., 21 a 32, 49 v.

Pestana *(Cypriano de Pina)*. Licenceado em Medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Penella, a 5 de fevereiro de 1665. Estudou philosophia na Universidade de Evora, e recebendo ahi o grau de mestre de artes passou á Universidade de Coimbra onde foi licenceado em medicina. Cultivou a poesia e d'elle fôram impressas algumas composições d'esse genero escriptas em latim, e umas *Eclogas e epigrammas* em portuguez á morte de duque de Cadaval D. Nuno.

Pestana *(Daniel Ferreira)*. General reformado. N no Funchal a 27 de março de 1823, fal. em Nova Gôa em dezembro de 1905. Era filho de Manuel Ferreira Pestana e de D. Vicencia Rosa de Jesus Guedes Pestana. Assentou praça como voluntario no regimento de infantaria n.º 11, a 4 de novembro de 1842, sendo promovido a alferes em 13 de março de 1844, a tenente em 11 de setembro de 1850, a capitão em 25 de novembro de 1861, a major em 3 de outubro de 1865, a tenente-coronel em 30 de 1873, a coronel em 17 de janeiro de 1877, a general de brigada, tendo feito o competente tirocinio em Mafra, a 31 de maio de 1889, reformando se no posto de general de divisão a 12 de maio de 1892. Foi pela primeira vez á India em 1845, como ajudante de campo do governador geral da India, José Ferreira Pestana, e ali exerceu numerosas commissões, entre as quaes a de chefe da repartição militar, a de governador do districto de Damão, nomeado por decreto regio, e inspector das tropas da India e da provincia de Moçambique. No reino tambem exerceu muitas e honrosas commissões, em que se conta a de ajudante de campo do marechal duque de Saldanha. Era gran-cruz e cavalleiro da ordem de Aviz, commendador da de Christo, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; possuia a medalha de prata de comportamento exemplar Casou com D. Verediana Constança Leite de Sousa, viuva de D. José Mario de Castro, e mãe do sr. conde de Nova Gôa; tendo enviuvado em 1859, passou a segundas nupcias com a condessa de Torres Novas D. Maria Luiza

Helena Godiz da Silveira Lorena, filha dos condes de Sarzedas, D. Bernardo Heitor da Silveira Lorena e D. Luiza Pereira Garcez. Escreveu: *Principios de grammatica geral applicados á lingua portugueza publicados e offerecidos á mocidade de Gôa*, Nova Gôa, 1849; saiu com as iniciaes: D. F. P.

Pestana *(José do Couto)* Cavalleiro da ordem de Christo, contador da contadoria geral da Guerra e reino, academico da Academia Real de Historia e da dos Anonymos, etc. N. em Lisboa em 1672, e fal. a 7 de agosto de 1735. Escreveu: *Quiteria Santa, poema sacro*, Lisboa, 1715; *Epithalamio real nos felicissimos desposorios dos augustissimos reis D. João V e D. Maria Anna d'Austria*, Lisboa, 1709; *Oitavas epithalamicas em que se pede ás nymphas do Tejo celebrem os desposorios do ex.mo sr. D. José Miguel João de Portugal com a ex.ma sr.a D. Luiza de Lorena*, Lisboa, 1729 *Nos Progressos Academicos dos Anonymos* de Lisboa veem algumas obras suas, e na *Colleção dos Documentos e Memorias da Academia de Historia* as contas dos seus estudos, nos tomos III, VI, X, XI e XII.

Pestana *(José Ferreira)*. Estadista, general de brigada reformado, conselheiro de Estado, ministro de Estado, doutor em Mathematica e lente na Universidade de Coimbra, deputado, par do reino, governador geral da India, etc. N. no Funchal a 26 de março de 1795, fal. em Lisboa a 12 de junho de 1885. Era filho do capitão-mór de Ribeira Brava Manuel Ferreira Pestana, e de sua mulher, D. Anna Thereza Soares Pestana. Mostrando desde muito novo grande intelligencia, e tendo já feito na sua terra natal os primeiros estudos, e de ter assentado praça de cadete no batalhão d'artilharia do Funchal, veiu para o continente, e matriculou se na Universidade de Coimbra, em 1815, no primeiro anno das faculdades de mathematica e de philosophia. Estudante distinctissimo, fez um brilhante curso, recebendo sempre premios em todas as cadeiras, sendo doutorado gratuitamente em 9 de julho de 1820, assim ordenado por carta régia de 8 de março do mesmo anno. Em 1 de março de 1821 recebeu a nomeação de professor da cadeira de arithmetica, geometria e trigonometria, estabelecida no Funchal. Em 22 de novembro de 1821 casou na sé d'aquella cidade com D. Mathilde Eufemia Lecor, filha do brigadeiro Jorge Frederico Lecor. Partindo depois para Coimbra com sua mulher, foi exercer o logar de ajudante do observatorio astronomico da Universidade, para o qual havia sido proposto pelo reitor, conservando se n'aquelle cargo até 1828. A 22 de maio d'este anno rebentou uma revolução liberal em Coimbra, em que Ferreira Pestana tomou parte muito activa, no posto de tenente da 6.a companhia do batalhão academico, que se organisara em Coimbra. Assistiu á defeza do sitio do Castello e á do aquartelamento dos voluntarios academicos. Por este motivo foi o dr. Ferreira Pestana accusado pelo partido absoluto como um dos mais terriveis criminosos, e recebendo ordem de prisão foi conduzido para a Relação do Porto, onde soffreu muitos insultos e privações. Niguem ignora como n'aquella epoca eram tratados os presos politicos; só o titulo de *malhado* equivalia quasi a uma sentença de morte. Portanto o dr. Ferreira Pestana, assim como todos os seus companheiros de prisão, receavam a cada momento um desenlace fatal, esperando que os juizes os julgassem e sentenciassem pelo grande crime de ser liberal. D. Mathilde Pestana, a esposa inconsolavel do pobre encarcerado, tinha os mesmos receios, e com toda a energia e coragem proprias d'uma heroina, dirigiu-se a Lisboa, ao paço, á infanta D. Maria d'Assumpção, a irmã mais dilecta do infante D. Miguel, a quem elle mais attendia e respeitava, pedindo-lhe protecção e clemencia. Procurou as autoridades; voltando ao Porto apresentou-se aos juizes, e empregou todos os meios honrosos e humildes, para interceder pela liberdade de seu marido, ou ao menos para o livrar

José Ferreira Pestana

da morte. Apezar de receber alguns insultos da parte de pessoas menos convenientes, D. Mathilde Pestana não desanimou, e foi talvez devido aos seus esforços e ás suas lagrimas que o dr. Ferreira Pestana conseguiu escapar á pena de morte, obtendo a sentença, lavrada em 9 d'abril de 1829, de sómente assistir na Praça Nova, como espectador, ao horroroso espectaculo de vêr subir ao patibulo os amigos e companheiros de captiveiro, partindo em seguida para Angola como degredado. O dr. Vicente Esteves, no seu artigo biographico publicado nas *Colonias Portuguezas*, diz o seguinte: «Cumpriu a parte da sentença, vestido com a alva de condemnado, tendo a corda lançada ao pescoço e dando tres voltas á roda da forca. Não podendo encarar o martyrio que estavam soffrendo os seus infelizes companheiros, conservava-se com as palpebras cerradas, e n'essa occasião um monstro com figura humana que estava proximo d'elle, deu-lhe uma bofetada, obrigando-o a abrir os olhos e a olhar para o cadafalso.» Depois de assistir ao supplicio dos infelizes condemnados politicos, esteve ainda o dr. Pestana por algum tempo retido na Relação do Porto, até que veiu para Lisboa n'um hiate carregado com sal, onde soffreu muito mau tratamen-

to e pessima alimentação. Chegando á barra, já muito falto de forças, morto de fome e de sêde, foi mettido n'uma prisão em Porto Franco, á Junqueira; d'ahi seguiu no dia immediato, a pé, para a Torre de S. Julião, onde chegou a 2 de novembro de 1829, e embarcou dias depois para Loanda na charrua *Maria Cardoso*, acompanhado da sua dedicada esposa. Esteve em Africa um anno, no fim do qual, de accôrdo com outros degredados politicos, conseguiu fugir para o Brazil e mais os companheiros, para o que contratou occultamente por 3:000$000 de réis as passagens com o capitão da galera *Maria Izabel*. O embarque realisou-se cautelosamente de noite, estando o navio ao largo. Chegando ao Rio de Janeiro a 7 de janeiro de 1831, era forçoso pagar ao capitão; o dinheiro, porém, não chegava, e os fugitivos viram-se em serios embaraços. A colonia portugueza, estabelecida no Brazil, porém, protegeu-os, dando-lhes os meios precisos para cumprirem o ajuste que tinham feito com o capitão da galera. No Rio de Janeiro encontrou o dr. Ferreira Pestana muita protecção de amigos e parentes, tambem emigrados politicos; mas não lhe soffrendo o seu caracter independente utilisar-se por muito tempo dos serviços que lhe prestavam, resolveu procurar no trabalho os meios de acudir ás urgencias necessidades da vida. Estabeleceu então um collegio, onde se tornou tão conhecido e considerado pelo talento e capacidade, que dentro em pouco pôde attrahir enorme affluencia de alumnos. Ali permaneceu até ao momento em que o partido constitucional se restabeleceu em Portugal. Tão depressa teve esta agradavel noticia partiu para Lisboa, onde chegou em 1834. Começou então nova vida para o dr. Ferreira Pestana. A Universidade de Coimbra logo o propoz para lente de Mathematica, logar de que recebeu a nomeação em 14 de julho de 1834. Foi deputado em successivas legislaturas, assumindo muitas vezes a presidencia da camara, e nomeado governador civil de Leiria, Villa Real e Coimbra, demittindo-se d'este ultimo districto em 1836 por causa da revolução de setembro. Em 1841 teve a promoção de 1.º tenente d'artilharia; em 9 de fevereiro de 1844 a de capitão, sem prejuizo dos officiaes mais antigos, por causa da sua nomeação de governador geral da India. Em 9 de junho de 1841 tomou conta da pasta da marinha, no ministerio presidido por Joaquim Antonio de Aguiar, pedindo a sua exoneração em 7 de fevereiro de 1842 por não concordar com o movimento revolucionario do Porto de 27 de janeiro d'esse anno. A 20 de janeiro de 1844 foi nomeado governador geral da India, e partindo logo para Gôa, tomou posse do governo a 22 de maio. O seu governo foi dos mais proveitosos para aquelles estados, pela magnifica administração que fez, e pela sua nunca desmentida rectidão e justiça. Regressando a Lisboa no principio de 1851, sendo o marechal Saldanha presidente do conselho de ministros, o dr. Ferreira Pestana encarregou-se da pasta do reino, que dirigiu desde a data do decreto, 22 de maio, até 7 de julho, pedindo a demissão juntamente com outros collegas, por divergencias politicas. Em 30 de setembro de 1851 foi nomeado major graduado, passando a effectivo em 15 de julho de 1863; em 9 de fevereiro de 1865 subiu ao posto de tenente-coronel, passando a coronel em 7 de dezembro, tambem sem prejuizo dos officiaes mais antigos por estar em commissão na India. Organisando-se o conselho ultramarino em 23 de setembro de 1851, foi nomeado vogal, e assumiu a vice-presidencia desde 21 de outubro seguinte, ficando sempre pertencendo ao conselho, mesmo quando este se modificou em junta consultiva do ultramar. Por decreto de 13 de novembro de 1857, recebeu a nomeação de provedor dos recolhimentos de Lisboa, logar de maxima confiança e de grande responsabilidade. Este cargo foi exercido com a mais incansavel actividade e intelligencia, fazendo o dr. Ferreira Pestana diversos e utilissimos melhoramentos, estabelecendo enfermarias, procurando professoras competentemente habilitadas, etc. Em 18 d'agosto de 1864 foi novamente nomeado governador geral da India, substituindo o general conde de Torres Novas, sendo por este motivo exonerado do cargo de provedor em 12 de novembro d'aquelle mesmo anno, e partiu para a India em 24 de dezembro seguinte. Os indianos, sabendo quem era o novo governador, exultaram de alegria pelas gratas recordacões que do seu primeiro governo Ferreira Pestana deixára. Sem violencia, mas com prudencia e persuasão conseguiu supprimir entre a população gentilica alguns costumes barbaros filhos das suas crenças religiosas. Melhorou quanto possivel a instrucção nas escolas, incluindo as superiores que lhe mereceram toda a solicitude, e para não descurar os beneficios materiaes dos seus governados, deu o maior impulso ao decadente commercio de Gôa, coadjuvando por todos os meios ao seu alcance a *Companhia Commercial de Nova Gôa*. Os resultados d'esta empresa por elle protegida, fôram os mais satisfatorios para o commercio, e quando o dr. Ferreira Pestana se retirou para a Europa, a referida companhia distinguiu-o com uma medalha de ouro. Foi no governo do conselheiro Ferreira Pestana que se deu o assassinio do governador Ferreira do Amaral, pae do actual sr. conselheiro Ferreira do Amaral, e ás rapidas e energicas providencias que sob a sua responsabilidade deu, se deve o não ter tomado maiores proporções e mais funestas consequencias aquella revolta da população chineza. Preparou logo uma expedição militar que fez embarcar com abundantes munições de guerra, a bordo d'um vapor que mandou fretar a Bombaim, e quando a população européa de Macau, atterrada pela attitude hostil da população chineza, calculava ainda longe o soccorro que reclamava do governo, chegou o auxilio enviado pelo governador Pestana que encheu de confiança a população e restabeleceu a ordem. Regressando á Europa em 1870, por ter acabado o seu segundo governo na India, partiu para a ilha da Madeira, onde se demorou por algum tempo, voltando depois a Lisboa bastante doente. Em 1875 recebeu a reforma no posto de general de brigada. Em 14 de maio de 1883 teve o gravissimo desgosto de perder sua mulher, que tão desvelada companheira havia sido na calamitosa epoca do seu infortunio. Pouco tempo depois fallecia tambem na avançada edade de 90 annos. O dr. José Ferreira Pestana foi eleito par do reino em 1862; agraciado com a carta de conselheiro de estado em 17 d'agosto de 1841; com a commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa em 6 de março de 1844; com o grau de ca-

valleiro da ordem de S. Bento de Aviz em 16 de outubro de 1845, e com a grau-cruz da mesma ordem em 27 de janeiro de 1866, na qual já era commendador. A Republica franceza havia-o agraciado em 30 de janeiro de 1852 com o grau de grande official da Legião de honra Em 7 de março de 1870, na sua volta da India, fôra-lhe concedido o titulo de visconde de Nova Gôa, que elle não quiz acceitar.

Pestana Pov. na freg. de S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Pestana da Silva *(Manuel Duarte Guimarães)*. Engenheiro civil. N. no Porto a 1 de setembro de 1849. Tem o curso de engenharia da Academia Polytechnica do Porto. Membro muito considerado na classe commercial, pertenceu aos corpos gerentes da Associação Commercial Portuense, Liga dos Lavradores do Douro, etc. E' director da Real Associação vinicola do norte de Portugal, e tanto em reuniões, em comicios, como na imprensa, tem defendido calorosamente os interesses dos lavradores do Douro, apresentando alvitres para melhorar as condições d'aquella provincia arruinada pelo phylloxera e outras enfermidades da videira Em 1901 acompanhou o principe D. Miguel Maximiliano, filho de D. Miguel II, na visita que incognitamente fez ao Porto, assistindo ao jantar que o neto do rei proscripto offereceu a alguns amigos no Grande Hotel, onde se hospedou. Muito intelligente e trabalhador, e falando com grande facilidade e brilho, tem-se salientado nas discussões travadas em assembléas geraes de bancos e companhias e na defeza dos interesses da agricultura nacional. Em 1906 foi eleito deputado pelo circulo de Vianna do Castello, apresentado pelo partido nacionalista, a que pertence.

Pestanas. Pov. na freg de S. Pelagio, de Sébal Grande, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra.

Peste. V *Epidemia*.

Peste. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Petada, Povoações nas freguezias: S. Pedro de Teixeira, conc. de Baião, distr. do Porto. || N. S.ª da Graça, de Moncarapacho, conc. de Olhão, distr. de Faro.

Pé-Terra. Pequena moeda de ouro, do tempo d'el-rei D. Fernando I, que valia 6 libras, que, sendo de 36 réis, vinha a ser 210 réis. V. *Dobra*.

Petimão. Povoações nas freguezias: S Pedro, de Alvite, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, do mesmo districto.

Petintal. Carpinteiro da ribeira, calafate, constructor naval. No foral que D. Froila Ermigues deu aos moradores de Villa Franca de Xira, no seculo XIII diz: *Huum petintal, e dous spitaleiros, e dous ploeiros, mando que hajam fôro de cavalleiro*. Depois *petintal* era mais propriamente official de marinha, segundo se collige de varios documentos dos seculos XV e XVI.

Petisqueira. Aldeia, na prov. de Tras-os-Montes, conc. e distr. de Bragança, cujo orago é S Lourenço. O reitor da freg. de Rabal, apresentava o cura, que tinha 8$000 réis e o pé d'altar. Esta freg. foi supprimida no fim do seculo XVIII, e unida á de Rabal, d'onde tinha sido desmembrada. || Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Deilão, conc. e distr. de Bragança. || S. Pedro, de Ferreiros de Tendaes, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Peto. Pov. na freg. de Santa Leocadia, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Petu. Rio de Bissau, Africa Occidental.

Péva. Pov. e freg de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 216 fog. e 886 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Dista da séde do conc. 14 k. e está situada na estrada de Moimenta a Fragoas a 1 k. da margem direita do rio Paiva. O abbade de S. Miguel, de Pera, apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego || Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. da Beira Baixa, conc. e com d'Almeida, distr. e bispo da Guarda; 107 fog. e 417 hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da margem direita da ribeira das Cabras. O vigario de S. Vicente, de Castello Mendo, apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. Esta freguezia pertencia ao antigo conc. de Castello Mendo, que foi supprimido, e incorporado no de Sabugal. Em dezembro de 1870 passou para o conc. de Almeida. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Traucoso.

Pevaleca Pov. do conc. de S. Salvador do Congo, na Cataracta do Quisulo, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Pevello. Pov. na freguezia de Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Pevidal. Povoações nas freguezias: S. Cosme, de S. Cosme de Gondomar, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Pedro de France, conc. e distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Meinedo, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Pevidem. Pov. na freg. de S. Jorge, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga. Tem est. postal.

Pexeligaes. Pov. na freg. de N. S.ª de Belem, de Rio de Moiro, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Pexins Pov. na freg. do Salvador do Mundo, de Almoster, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Pezagno *(Manuel)*. Pae de Lançarote Pessanha. Era genovez, e foi contratado por el-rei D. Diniz para commandar os navios que se empregavam em expedições commerciaes quando não eram precisos ao serviço do rei. O monarcha deu lhe importantes bens de raiz, entre os quaes um bairro inteiro de Lisboa, que até muito tarde foi conhecido pelo nome de *bairro do almirante*. Além d'isso recebia a quinta parte de todas as prezas que fizesse em tempo de guerra. A primeira expedição guerreira que realisou, em 1339, resultou pouco afortunada. Fazendo-se ao mar com uma esquadra, abordou á costa da Andaluzia, e quando regressava, encontrou se nas alturas do cabo de S. Vicente com a esquadra castelhana commandada pelo almirante Tenorio. Travando-se combate, Pezagno foi vencido e levado como prisioneiro para Sevilha. Esta affronta magoou profundamente o genovez que, mais tarde, affirmou o seu resentimento quando se tratou de

auxiliar a esquadra castelhana contra os arabes por occasião da alliança de que resultou a batalha do Salado. Aproveitando a permissão que tinha de empregar as galés d'el rei em expedições commerciaes, parece que Pezagno e uns capitães que o acompanhavam, descobriram, no tempo de D. Affonso IV, a Madeira e os Açôres, como parece indubitavelmente provado, diz um chronista, por documentos e argumentos que tornam quasi incontestavel que estes differentes archipelagos fôram descobertos por genovezes ao serviço de Portugal. Succedeu-lhe no cargo e nos bens seu filho Lançarote Pessanha V. *este nome.*

Pezerat *(Pedro José).* Engenheiro francez, que veiu para Portugal em 1840, pouco mais ou menos. N. nos principios do seculo XIX e fal. em Lisboa em 1864. Foi engenheiro da camara municipal de Lisboa, e professor de desenho na Escola Polytechnica. Escreveu: *Memoria addicional á proposta feita por Francisco Martin sobre o abastecimento de aguas da cidade de Lisboa;* tem a data de 24 de julho de 1847; e no fim, Lisboa, 1847; *Dados e estudos para um projecto de abastecimento de aguas, e sua distribuição em Lisboa, mandados confeccionar e publicar pela camara municipal da mesma cidade*, Lisboa, 185?; acompanhados de 5 mappas e tres estampas lythographadas, sendo uma d'estas a *Planta da distribuição das aguas em Lisboa.*

Pezo. V. *Peso.*

Pharol. Torre ou qualquer outra construcção elevada, ao pé do mar, em cuja parte superior ha um facho em fóco luminoso para ser avistado de longe pelos navegantes e lhes indicar a paragem, a entrada do porto, ou os escolhos, rochedos, etc., da costa. || *Pharol de eclipses*, pharol para illuminação de costas e baixios, disposto de modo que os differentes sectores do horizonte são alumiados e ficam em trevas, alternada e successivamente. Lampeão da popa do navio, ou o que se colloca na gavea do mastaréo da Gata para indicar o logar em que navega ou está fundeado. O uso dos fogos permanentes accesos no cimo das torres para guiar os navegantes nas passagens difficeis ou na entrada dos portos, parece contemporaneo das primeiras emprezas da grande navegação maritima. Os navegadores da *Odysséa* guiaram-se por fogos accesos nos promontorios. Desde o seculo IX existe um pharol no cabo. Sigeu. Outros appareceram posteriormente na Grecia, no Pireu e nas principaes bahias. Pelos annos 270 antes da vinda de Christo, mandou Ptolomeu Philadelpho construir o famosissimo *Pharol de Alexandria*, que foi classificado como uma das sete maravilhas do mundo. Por muito tempo fôram os pharoes illuminados por fogos de lenha ou de carvão, por archotes de resina inflammados ou por lampadas grosseiras. A invenção das lampadas de dupla corrente d'ar por Argaut, foi um grande progresso. Em 1829 Fresnel imaginou o systema dos reflectores parabolicos e das lampadas de degraus, e em 1865 fôram feitos em França, com os pharoes de La Héve, os primeiros ensaios de illuminação dos pharoes pela electricidade. Todos os pharoes se compõem d'um apparelho productor de luz chamado *optica do fogo*, que é, para os fogos importantes, encerrado n'uma caixa de vidro, a *lanterna*, collocada na parte superior d'uma construcção de pedra, ferro, ou d'um mastro de ferro para os fogos fluctuantes ou para os barcos pharoes. Em Portugal temos hoje os seguintes: *Pharol da Insua* em Caminha; *Pharoes* em Vianna do Castello; em Espozende; *Pharoes* da Povoa de Varzim; *Pharol de Leixões*, no Porto; de *Nossa Senhora da Luz*, na foz do Douro; de Felgueiras, de Aveiro, d'Ancora, do *Cabo Mondego*, em Buarcos; da Figueira da Foz, da Nazareth, de S. Martinho do Porto; da Berlenga Grande, em frente do Cabo Carvoeiro; *Pharol do Cabo Carvoeiro*, em Peniche; Pharol de Peniche e *Ingueiro*; da Ericeira, *Cabo da Roca*, em Collares; da *Guia*, *de Santa Martha* e *Oitavos*, Cascaes (V. *este nome)*; de Caelhias, do Cabo Razo, de S. Julião da Barra, do *Mirante*, em Caxias; de *Porto Covo*, em Oeiras; de Belem, da Torre do Bugio, do Cabo do Espichel, do Outão, do *Forte de Cavallo*, de Cezimbra, do *Cabo de Sines*, em Sines; de *Montedor*, no Minho (V. *este nome*); de Milfontes, do *Cabo de S. Vicente*, em Sagres; da *Ponta do Altar*, d'Albufeira, de *Santa Maria*, da Ilha da Culatra, do Ancão, do *Cabo de Santa Maria*, em Olhão; da Fuzeta, de Cacella, de *Medo Alto*, em Villa Real de Santo Antonio; da Barra de Portimão. Na ilha de Santa Maria: *Pharol de Malmerendo;* Ilha S. Miguel: *Pharol da Ponta do Arnel*, em Nordeste; *Porto Artificial, da Ponta da Ferraria.* Ilha Terceira: *Pharol do Monte Brazil.* Ilha de S. Jorge: *Pharol das Velas.* Ilha do Fayal: *Pharol dos Capellinhos.* Ilha Graciosa: *Pharol do Fortim.* Ilha das Flôres: *Pharol do Porto Velho de Santa Cruz.* Ilha do Pico: *Pharol da Magdalena.* Ilha da Madeira: *Pharol do Ilhéo*, no Funchal; da *Ponta de S. Lourenço*, em Santa Cruz; *Pharol do Ilhéo de Cima*, na ilha do Porto Santo. A primeira noticia relativa á illuminação da costa de Portugal é de 1515, parecendo ter sido D. Fernando Coutinho, bispo do Algarve, quem mandou estabelecer o primeiro pharol, n'uma torre que fez construir no convento de S. Vicente, no cabo do mesmo nome, «compadecido da muita necessidade que d'elle tinham os navegantes e poderem com aquella luz, ter aviso em tempo de tempestade e se fazerem ao largo, desviando-se do perigo.» Começou-se a fazer a torre em 1515, sendo occupado o convento em 1516 pelos monges, os quaes mais tarde se refugiaram na torre, que era uma especie de terraço sobre quatro pedras de alvenaria, quando os hereges lutheranos se quizeram apoderar do Sacramento e das reliquias de S. Vicente. Esse pharol foi arrasado por Francisco Drake em 1587, e restaurado por um dos Filippes em 1606. O segundo pharol foi o da Guia, estabelecido em 1537 pela irmandade de Nossa Senhora, e tinha quatro ou cinco luzes, que alcançavam 10 leguas, e se accendia durante as noites de 8 mezes, no que a irmandade gastava uma pipa de azeite. O terceiro pharol foi o que a irmandade de Nossa Senhora da Luz estabeleceu proximo do Porto, em 1680. O do Cabo Espichel, que se não sabe quando foi estabelecido, foi tambem obra da irmandade de Nossa Senhora do Cabo. Em 1 de fevereiro de 1758, publicou o marquez de Pombal um alvará mandando estabelecer pharoes na Guia (pois já não existia o primitivo), nas Berlengas, em S. Julião da Barra em Vianna e no Porto. O pharol do cabo da Roca foi construido em 1772, bem como o da Arrabida, depois mudado para a torre do Outão; os do Bugio e de S. Julião, em 1775; e os dos cabos Es-

pichel e Carvoeiro em 1790. Em 1841 fez-se o da Berlenga Grande, que foi chamado do duque de Bragança; em 1847 o pharolim da torre de Belem; em 1851, o pharol do Cabo de Santa Maria Em 1854 mandou-se estudar o local para o pharol do Cabo Mondego; e em 1855 deferiu-se a pretenção da irmandade de Nossa Senhora da Assumpção, da Povoa do Varzim, para um pharolim n'aquelle porto. Quanto ás colonias, o allumiamento das ilhas de Cabo Verde é mais systematisado e talves mais completo, o das ilhas dos Açôres, póde considerar-se sufficiente, o das ilhas de S. Thomé e Principe, da Guiné, da India Portugueza, de Macau, e de Timor—devendo lembrar que fôram os portuguezes que accenderam o primeiro pharol construido nos mares da China, o de Nossa Senhora da Guia de Macau (1865), —e é notavel o systema geral de pharolagem em todo o extenso litoral de Angola e de Moçambi-

Cascaes—Pharol da Guia

que,—de Mossamedes a Cabinda, de Lourenço Marques a Cabo Delgado. Sobre a costa de Moçambique publicou-se em 1904 um notavel roteiro devido aos estudos do sr. Leotte Rego, que é, no assumpto, o mais completo possivel. Não é possivel reproduzir n'este artigo a descripção de alguns dos principaes pharoes das colonias portuguezas e expôr o systema combinado de allumiamento dos seus principaes portos, como por exemplo o de Lourenço Marques com os pharoes da Ponta Vermelha. Catembe, Inhaca e Cockburn, este ultimo construido sobre pilares de ferro, com fundações systema Mitchell, de luz fixa, branca, visivel a 10 milhas em todo o horisonte, estando a luz 13,m0 acima do maximo preamar. Além do livro, já citado, do sr Leotte Rego, existem ácêrca do archipelago de Cabo Verde os trabalhos de outro official de marinha sr. Senna Barcellos, sobre os territorios de Manica e Sofala a monographia publicada pela Companhia de Moçambique para o Congresso Colonial de Lisboa, a memoria do sr. Ernesto de Vasconcellos adeante referida ácêrca dos pharoes nas colonias portuguezas (Exposição de Paris), outra memoria do Congresso Colonial de Lisboa, a collecção de albuns e photographias do ministerio da marinha e colonias, etc., afóra relatorios especiaes, que existem nos archivos do ministerio, quer na marinha quer no ultramar. Nas publicações officiaes e estrangeiras é frequente encontrarem noticias sobre as condições dos portos portuguezes, comprehendendo os das colonias. Por todos estes documentos se põe em evidencia a parte activa que a administração colonial tem tido na obra do allumiamento das costas das nossas possessões d'além-mar. Desde 1864 até 1906 é facil reconhecer que tendo-se começado pela India (1864), estabelecido o primeiro pharol dos mares da China (1865), se assegurou a illuminação da costa occidental do continente africano (1880-1903), da costa oriental (1873-1905), de Cabo Verde (1881-1902), S. Thomé e Principe (1884-1902), da Guiné (1903), de Timor (1896-1904). Começou-se ha pouco a tratar do allumiamento da bahia do Lobito, testa do novo caminho de ferro da penetração da costa occidental, onde deve estar montado um pharol. Como nota fica escripto que o primeiro porto portuguez onde foi experimentado o systema de boias illuminadas Pintch foi de Lourenço Marques (1887) que houve difficuldade em manter por causa das condições do mar. Em 1904 existia na restinga da Ponta-Vermelha uma boia luminosa, (iniciativa do capitão-tenente da marinha sr. Calvo da Silva). || *Bibliographia: Les phares des colonies portugaises*, por Ernesto de Vasconcellos, Lisboa, 1900; *Chronica das colonias* (LXXXVII) *no Diario de Noticias.* por Augusto Ribeiro, Lisboa, 27-VIII-1906; *Regulamento dos pharoes, no Diario do Governo*, n.º 278, de novembro de 1895; *Memoria sobre a illuminação das costas maritimas*, por Castanheira das Neves, 1906. Decreto de 13 de agosto de 1902 sobre pharoes nas colonias.

Pharoleiro. O que está de guarda ou trata d'um pharol.

Pharolim. Um pequeno pharol.

Phenicios. Não se sabe exactamente o anno em que estes antigos povos invadiram pela primeira vez a Lusitania. Suppõe se com algum fundamento, que foi pelos annos 954 antes da vinda de Christo, 201 antes da fundação de Roma. Já então o Atlantico, ou o Mediterraneo, ou uma convulsão plutonica, havia anniquilado as famosas *Columnas de Hercules*, communicando aquelles dois mares, pela formação do *Estreito* de Gibraltar. Os sidonios e os tyrios (phenicios) eram n'esses tempos remotissimos, os mais peritos navegadores do mundo ; mas, ainda assim, faltos de instrumentos mathematicos ; não existindo ainda as *cartas hydrographicas*, e consistindo essencialmente nos remos a força da locomoção dos seus navios, faziam as suas viagens á vista de terra. No intuito de explorarem as diversas regiões da Europa, atravessaram o mar Jonico e o Mediterraneo, abordando ás costas da Betica (Andaluzia) onde se pretende que fundaram a cidade de Carthagena, e lançaram os alicerces da cidade de Cadiz, que foi o seu principal emporio commercial. Costeando na direcção do N, percorreram as costas da Lusitania, desde o Guadiana até ao Mi-

nho. Maravilhados pelas immensas riquezas d'este paiz, levaram á sua patria as primicias do ouro e prata da Lusitania, e tão esplendida relação fizeram do nosso paiz, que despertou a cobiça de muitos dos seus patricios, que em breve armaram navios para nos explorarem. Diz-se que os *ferros* dos arados lusitanos, e todos os seus instrumentos agricolas, eram então construidos de ouro ou de prata. Os descobridores, como eram em numero diminuto, vieram como mercadores e amigos, porém, com as subsequentes invasões, operadas em maior fôrça numerica, fôram pouco a pouco tomando o papel de conquistadores. Os lusitanos, ligados com os outros povos do littoral da Peninsula, lhe fizeram guerra; mas, já por tratados, já por victorias, os phenicios se fôram arraigando nas Hespanhas, a ponto de, 332 annos depois do seu primeiro desembarque, isto é, no anno 6 2 antes da vinda de Christo, se acharam em estado de mandar uma poderosa esquadra em auxilio da cidade de Tyro, que então o legendario Nabucodonosor, rei de Babylonia (Assyria) cercava com grande exercito. O assedio durou 26 annos, mas no anno 596 antes de Christo, teve de render se a cidade, o Nabucodonosor, orgulhoso pela victoria, tentou conquistar aos phenicios os seus dominios nas Hespanhas. Os lusitanos, porém, auxiliaram os phenicios, e o rei da Babylonia teve de retirar para o Oriente. Outros phenicios haviam fundado na peninsula do golfo de Tunis, Africa, a famosa cidade de Carthago, que fizeram capital d'uma vasta republica. Os lusitanos, cançados de extorsões dos phenicios no seu litoral, se ligaram com os celtas e com os turdetanos, e fazendo a guerra aos phenicios, os obrigaram a concentrar-se em Cadiz, no anno 592 antes de Christo. D'aqui pediram auxilio aos carthaginezes, que, segundo a pratica de todas as *nações protectoras*, depois de vencerem os bravos, mas indisciplinados lusitanos, subjugaram os *protegidos*, e lhes tomaram as suas povoações. Estabelecidos os carthaginezes nas costas da Betica e da Lusitania, trataram de fundar varias colonias, que pouco a pouco transformaram em cidades commerciaes, 551 annos antes de Christo. O governo de Carthago pretendeu apossar-se de toda a peninsula hispanica, para o que enviou uma esquadra ás nossas aguas, commandada por Mezerbal, bravo e experimentado capitão da republica; mas os lusitanos e os seus alliados o derrotaram. Vendo que nada conseguiam pela guerra, mudaram de tactica, e com blandicias, e sob grandes promessas de cordealidade, fôram paulatinamente conquistando a amizade dos peninsulares, e radicando o seu poder nas Hespanhas. Em 504, antes de Christo, era Sapho governador da Lusitania e um dos melhores generaes de Carthago, e deixando este governo a seus dois primos, *Hanon* e *Hymilcon*, marchou em soccorro de Carthago, ameaçada pelos romanos. Chegando Sapho a Carthago descreveu ao senado as prodigiosas riquezas da peninsula iberica, e a republica mandou logo para cá o general Giscon com grandes fôrças para a total conquista do paiz, e se o não dominaram completamente, conseguiram extorquir lhe grandes riquezas. Em 471, antes de Christo, Annibal, irmão de Sapho, veiu como governador para a Lusitania, e soube pela sua moderação e pelo seu bom governo adquirir a amizade do povo, mas, dando-se uma guerra encarniçada entre os turdetanos andaluzes e lusitanos, contra as extorsões dos delegados de Annibal, foi este em seu soccorro, porém os peninsulares derrotaram os carthaginezes, e Annibal foi morto no campo da batalha. Os carthaginezes desenganados de dominarem a Lusitania pela guerra e pelo terror, renovaram as brilhantes promessas que tantas vezes haviam feito e quebrado ou illudido, e os lusitanos ainda d'esta vez cairam no laço; de modo que oito annos depois da morte do Annibal, estavam alliados com os invasores, e fôram em seu auxilio á Sicilia, contra os athenienses, agrigentinos e syracusanos. Assim continuaram os carthaginezes governando a Lusitania, tendo por vezes guerra com os gregos e com os romanos, que por fim, no anno 200 antes de Christo, se apossaram das Hespanhas, cessando então o dominio dos phenicios ou carthaginezes.

Pharmaceutico. O que exerce a arte de pharmacia; boticario. No regimen absoluto estavam sujeitos os boticarios ao physico-mór do reino, que por seus delegados visitava as boticas, mas com tão elevadas propinas que o alvará de 30 de janeiro de 1811 reduziu a de cada visita a réis 6$400 réis. Os boticarios tinham cartas de exame, que se registavam nas camaras dos concelhos. Boticarios não podiam ser cirurgiões (Alvará de 15 de novembro de 1623), porém as *Ordenações* permittiam que pudessem fazer mézinhas sem medico, ou cirurgião, se seguissem livros. *(Ord.* Liv. 5, tit. 83 § *fin*).

Pharmacia. Arte que ensina a conhecer e a conservar as drogas e a preparar os remedios ou medicamentos. || Estabelecimento onde se preparam ou vendem os medicamentos; botica. || Por lei de 19 de julho de 1902 foi creada a Escola de Pharmacia, comprehendendo o seu curso as disciplinas seguintes: *1.ª cadeira*: Historia natural das drogas, posologia; *2.ª cadeira*: Pharmacia chimica, analyses microscopicas e chimicas applicadas á medicina e á pharmacia; *3.ª cadeira*: Pharmacotechnia e esterilizações; *4.ª cadeira:* Analyses toxicologicas, chimica legal, alterações e falsificações de medicamentos e alimentos.

Pharmacopéa. Livro que ensina a preparar os medicamentos. Pelo alvará de 7 de janeiro de 1794 fôram obrigados todos os boticarios a ter a *Pharmacopéa Geral*, adeante referida, sendo-lhes prohibido aviar as receitas por outra. A lei de 3 de setembro de 1627 mandou fazer de tres em tres annos o Regimento, devendo os medicos pôr nas receitas os preços dos remedios. O alvará de 3 de março de 1795 obrigou os boticarios a terem um exemplar do Regimento. A lei de 13 de março do 1656 prohibiu que se aviassem receitas de medicos, ou cirurgiões, que não fôssem escriptas em portuguez, naturalmente por estar o reino já livre do dominio castelhano. || Bibliographia: *A Pharmacopéa Geral para o reino e dominios de Portugal, publicada por ordem da rainha fidelissima D. Maria, tomo I; Elementos de Pharmacia*, Lisboa, 1794; *Tomo II, Medicamentos simplices, preparados e compostos*, Lisboa, 1794. Deve-se este trabalho ao medico Francisco Tavares. *Codigo Pharmaceutico Lusitano, ou tratado de Pharmaconomia, no qual se explicam as regras e preceitos com que se escolhem, conservam e preparam os medicamentos, e se apresentam as virtudes, usos, e dóses das formulas pharmaceuticas*, por Agostinho Albano da Silveira Pinto, Porto. 1842;

Pharmacographia do Codigo Pharmaceutico Lusitano, pelo mesmo autor, 1836; *Pharmacopéa portugueza*, de 1876, feita e publicada por uma commissão especial nomeada pelo governo e de que fizeram parte os medicos Bernardino A. Gomes (presidente), J. T. de Sousa Martins (relator), Cunha Vianna e May Figueira; os lentes de chimica Agostinho Vicente Lourenço e Antonio Augusto de Aguiar; os professores de pharmacia José Tedeschi e Claudino J. V. Leitão; os pharmaceuticos de Lisboa Izidoro da Costa Azevedo e Joaquim Urbano da Veiga; e o lente de veterinaria Pedro José da Silva. São de Luiz Vicente Fortuna, e publicados no Porto, entre 1851 e 1860, os seguintes manuscriptos: *Juizo critico sobre o regimento dos preços dos medicamentos com reflexões em que se prova a sua inutilidade e consequencia; Parecer ácêrca da reforma pharmaceutica, offerecido aos seus collegas e amigos; Reforma pharmaceutica ou a pharmacia emancipada, offerecido á Sociedade Pharmaceutica Lusitana.*

Physico. Titulo que antigamente se dava aos medicos e cirurgiões. Fôram *physicos* notaveis: Mestre Burgalez, o primeiro medico nomeado para o hospital de Todos os Santos, em Lisboa, quando D. João II o fundou em 15 de maio de 1492; dr. Antonio de Souto; Mestre Gil; Gaspar Ribeiro; Rodrigo Rebello; Mestre Jorge, que succedeu a Burgalez; Jeronymo Bonacho, e muitos outros, todos do seculo XVI. Pelas *Ordenações*, liv. I, tit. 58, § 33 os physicos ou medicos que curavam sem ter carta, ou provisão, eram emprazados para se apresentar na côrte ante o physico-mór, para se livrar da culpa. Eram obrigados a mostrar as suas cartas ao corregedor da comarca (Liv. I, tit. 53 § 32). As cartas de examinação eram registadas nas camaras. V. (*Indice e Summarios* da camara municipal de Coimbra. ‖ Bibliographia: Além dos estudos especiaes dos drs. Maximiano de Lemos e de Sousa Viterbo, pódem indicar-se: *Nobiliarchia medica, noticia dos medicos e cirurgiões da real camara, dos physicos-móres e cirurgiões-móres do reino, armada, exercito e ultramarinos*, etc., por Francisco Antonio Martins Bastos, Lisboa, 1858; *Memorias biographicas dos medicos e cirurgiões portuguezes que, no presente seculo, se teem feito conhecidos por seus escriptos*, pelo dr. Francisco Antonio Rodrigues de Gusmão, Lisboa, 1858; *Contribuições para a historia das sciencias medicas em Portugal; O hospital de Todos os Santos, hoje denominado de S. José*, por Alfredo Luiz Lopes Lisboa, 1890.

Phosphoros. A origem do desenvolvimento do calor e do lume pretendem alguns escriptores, physicos distinctos, que: «foi por uma acção mecanica que o fogo se produziu artificialmente á superficie da terra; foi friccionando dois fragmentos de madeira um contra o outro que Prometheu conseguiu inflammal-os. E' com effeito, com o nome de *pramantha* que em diversas linguas do Oriente se designa o instrumento de que servem os selvagens para accender o lume. Segundo alguns criticos, o nome de pramantha, ou prometheu, seria quelle pelo qual se designava o homem encarregado de accender o fogo. Seja como fôr, o pramantha dos selvagens tem recebido não poucas modificações». (F. Fonseca Benevides=*O Fogo*). O antigo meio de fazer lume, por meio da isca e da pederneira percutido pelo fusil de aço, é devido a que, quando se colloca a isca sobre a pederneira e batemos sobre esta com o fusil, o choque arranca particulas do aço desenvolvendo-se tanto calor que estas particulas se inflammam ardendo no ar e as faiscas cahindo sobre a isca communicam-lhe o fogo. Este é o meio de obter lume que precedeu os actuaes palitos phosphoricos ou simplesmente *phosphoros*. Os antigos phosphoros eram simples pedacinhos de pau em que uma das extremidades era coberta por meio d'immersão em enxofre: não produziam por si proprios o fogo, porque só se podiam inflammar pondo-os em contacto com um corpo já em ignição. Os modernos phosphoros, ou *phosphoros chimicos* datam do começo do seculo passado. Teem-se fabricado de varias especies. Os primeiros conhecidos appareceram em 1809. Eram como os precedentes, pausinhos enxofrados n'uma certa extensão e depois do enxoframento embebia-se a extremidade em uma mistura de chlorato de potassa, licopodio, enxofre e agua com gomma. Inflammavam se estes *phopohoros oxigenados*, titulo por que eram tambem conhecidos, mergulhando-os em acido sulfurico concentrado. Fôram substituidos em 1832 pelos phosphoros de fricção, cuja massa se compunha de chlorato de potassa, sulfureto, d'antimonio e agua gommosa, e incendiavam-se quando se friccionava a extremidade preparada sobre um papel de lixa. Alguns mezes depois aperfeiçoou-se estes ultimos ajuntando phosphoro á massa o que produziu os verdeiros *phosphoros* chamados tambem *phosphoros chimicos allemães*, porque foi na Allemanha e especialmente em Vienna e Darmstadt que primeiro se fabricaram. Estes phosphoros espalharam se em breve por toda a parte, e comtudo bem depressa se reconheceu que a presença do phosphoro, corpo emiuentemente venenoso, os tornava perigosos. E não só isto, a extrema facilidade com que se inflammavam dava lugar a muitos accidentes. Foi para obstar a estes dois inconvenientes os *phosphoros de segurança* e os *phosphoros androgynos* nos quaes o phosphoro vermelho, que não é venenoso, substituiu o phosphoro ordinario ou phosphoro branco. Nos *phosphoros de segurança* o pausinho tem a massa de chlorato e o phosphoro está depositado n'um funccionador isolado. Os phosphoros androgynos teem uma das extremidades impregnada com phosphoro e a outra em pasta de chlorato, de maneira que basta para os inflammar: quebral-os em dois pedaços e applicar as duas partes uma contra a outra. Varios fabricantes tem obtido o mesmo resultado imaginando massas especiaes em que não entra especie alguma de phosphoro. Taes são: os phosphoros *Canouil*, cuja massa é uma mistura de chromato e de chlorato de potassa, peroxido de chumbo, sulfureto d'antimonio, pedra pomes ou vidro moido, gomma e agua. Em logar dos pausinhos de madeira, fazem-se algumas vezes o corpo do phosphoro com algodão coberto de cera derretida, dando assim os chamados *phosphoros de cera*. Estes phosphoros, os melhores eram de Italia, e foi tão grande a importação d'estes phosphoros que a industria nacional se viu seriamente embaraçada. Outro tanto aconteceu, mais tarde, com os chamados *phosphoros amorphos*, que eram importados em larguissima escala da America e Allemanha. A industria dos phosphoros, em Portugal, é relativamente mo-

derna, cêrca de 1830. Um prejuizo, que não sabemos a que fôsse devido, fez com que os phosphoros de enxofre, vulgo: *phosphoro de pau*, fôssem tidos como uma invenção de ladrões, e isto, porque os ratoneiros fôram os primeiros a servir-se do novo invento. Eram de pau, e cada caixa continha uns 25 ou 30 palitos, a que se deu o nome de *lumes promptos*. Cada caixa era acompanhada de um frasquinho, contendo um liquido, no qual se mergulhavam e accendiam os palitos. Pouco tempo depois, em vez do frasco, as caixas traziam um bocado de lixa de papel, que servia para n'ella se friccionarem os phosphoros. Uns e outros custavam 150 réis. O invento agradou geralmente, mas o seu alto preco não permittia a principio que toda a gente se aproveitasse d'elle. Com o tempo, fôram pouco a pouco barateando e assim se vendiam. Os primeiros phosphoros eram entregues ao commercio em caixas de papel de palha de milho, eram de facil inflamação, tanto que, mais tarde, apparecem, em Lisboa, uns outros de cera. Eram fabricados por um italiano chamado José Osti. Os *phosphoros de pau* a que o vulgo chamava *phosphoros de espera gallego* e, isto pelo muito tempo que levavam a crear chamma, eram em caixas de papel ordinario que continham cerca de sessenta phosphoros e custavam tres caixas dez réis. Os de cera eram obra mais fina, tinham uma caixa de papelão com uma gavetinha que comportava uns quarenta phosphoros e custava dez réis uma caixa. Na tampa via-se uma phenix renascendo das cinzas. Depois, a industria particular foi se apropriando da fabricação dos *phosphoros de pau* e varias emprezas dos de cera. No Porto havia fabricas que os faziam de qualidade superior. O inquerito de 1860 dá-nos trez fabricas em Aveiro e quatro em Coimbra. O de 1881 indica-nos fabricas nos concelhos de Evora e Santarem. Em 1860 appareceram os *phosphoros amorphos* ou *phosphoros de segurança* de proveniencia allemã e americana. Tinham estes phosphoros a vantagem de se inflammar rapidamente, só quando friccionados na propria caixa e n'um dado lado, em que havia uma parte apropriada chimicamente. Em breve invadiram o paiz e as primeiras caixas vendidas a dez réis cada, passaram depois a cinco réis. Havia pacotes de doze caixas. A industria nacional tentou imitar estes phosphoros, mas só depois de muitas tentativas, conseguiu a fabrica 24 de Julho, no Aterro, Lisboa, fabrical-os tão bons como os importados. Foi tal a producção que os chamados *phosphoros americanos* se chegaram a vender cada duzia de caixas por vinte e cinco réis. Cerca de 1895, o governo deu o monopolio dos phosphoros, de fórma que estes tem encarecido e são de má qualidade. A caixa voltou aos dez réis. Os de cera, então não se fala, cada caixa custava dez réis,tendo só trinta e oito phosphoros e ruins. Havia mais um imposto sobre os phosphoros, que era cobrado por meio de um sello affixado na gaveta e tampa da caixa. Os chamados phosphoros de pau tem-se continuado a fabrisar e d'uma maneira acceitavel, imitam mesmo os de segurança o devemos distinguir os da Fabrica Lisbonense de Phosphoros, sita na Praça da Figueira, Lisboa

Pia. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Carapeços, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de Cercal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || S. Domingos, de Lagarteira, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || S. Miguel, de Varziella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Bartholomeu, de Valle de Prazeres, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco.

Pia e Agriões. Pov. da freg. do Santo Crucifixo, no concelho de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Pia Carneira. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Alvados, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Pia Furada. Pov. na freg. de S. Thiago da Guarda, conc. d'Anciâo, distr. de Leiria.

Pia do Lobo. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Alvados, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Pia d'Urso. Pov. na freg. de N.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Piadella. Pov. na freguezia de S. Salvador, de Lama, concelho de Barcellos, distr. de Braga.

Piães. V. *São Thiago de Piães.*

Piães. Pov. na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Piagem. Pov. na freg. de S Miguel e conc. de Louzada, distr. do Porto.

Piairo. Pov. na freguezia de S. Thomé, de Caldellas, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Pião. Povoações nas freguezias: Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra. || S. Domingos, de Lagarteira, conc. de Anciâo, distr. de Leiria.

Pião de Cima. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Cumieira, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Piar. Antiga ponte sobre o rio Douro, de que hoje ha apenas vestigios, na freguezia de Barrô, conc. de Rezende, e na margem fronteira abaixo e proximo da Rede. Julga-se que esta ponte foi construida no reinado de D. Affonso Henriques, por influencia da rainha D. Mafalda.

Piares Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Penha Longa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Sebastião, de Quelfes, conc. de Olhão, distr. de Faro.

Piares de Cima. Pov. na freg. de S. João Evangelista, de Guilhufe, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Piarez. Rio da ilha de Porto Santo, no archipelago da Madeira. N. no Pico da Juliana, e vae desaguar na costa Norte.

Pias. Villa e freg. de S. Luiz, bisp. de Tolosa, da prov. da Extremadura, conc. de Ferreira do Zezere, com. de Thomar, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 203 fog e 800 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e uma fabrica de meias. A villa dista 4 k. da séde do conc. e está situada n'um logar muito pittoresco, cercada de altos montes. Do alto da serra de Santa Catharina, onde está a capella d'esta santa, se descobre o rio Tejo e os campos de Santarem. N'esta serra ha minas de ferro, e n'ella nascem os rios Lonzan e Barqueiro, que vão desaguar no Nabão. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha 180 alqueires de trigo,

120 de cevada, uma pipa de vinho, azeite, e 20$000 réis em dinheiro. Diz-se que o seu nome provém de duas grandes pias, abertas na rocha viva, que estão no chafariz á entrada da villa. D. Affonso Henriques a conquistou aos moiros em 1146, e a deu aos cavalleiros templarios, que logo a povoaram e lhe deram foral. Passando por aqui D. João III, em 1533, foi recebido pelos habitantes com apparatosas festas. O rei, agradecido a esta recepção, lhe deu foral, elevando a pov. á categoria de villa, por alvará, passado em Evora, a 25 de fevereiro de 1534, separando a e tornando a independente da jurisdicção de Thomar. Pias foi séde de conc., com camara, juiz ordinario, com recurso para a Casa da Supplicação, e mais empregados respectivos. No archivo municipal havia uma provisão, segundo a qual não podiam servir empregos publicos do concelho senão pessoas de primeira nobreza. Até 1834 teve tres companhias de ordenanças, com os competentes officiaes e capitão-mór. A terra é muito abundante em todos os generos agricolas do nosso clima. A egreja matriz é muito antiga e foi reedificada pelo povo da freg., principiando as obras em 1550, e terminando em 1583. O templo é de tres naves; tem muitas capellas lateraes. Na tribuna da capella-mór está a imagem de N. S.ª da Conceição. A capella de N. S.ª da Paz é de boa architectura, ampla e fechada de abobada. Foi construida em 1633 pelo licenceado Manuel Godinho, que vinculou todos os bens, sob a protecção d'esta Senhora, á qual dedicou uma missa quotidiana. Os administradores do morgado occorriam ás despezas do culto e conservação da capella, fazendo á sua padroeira uma pomposa festividade. A capella de N. S.ª dos Martyres foi edificada pelo capitão Antonio Ferreira, natural d'esta villa, em 1650. E' tambem um vinculo, e o seu instituidor, o referido capitão, nomeou para seu primeiro administrador o tenente João Ferreira Soares, ao qual impôz a obrigação de certa quantidade de missas semanaes. O seu fundador mandou pintar n'um grande quadro, na capella, a batalha dada por D. Affonso Henriques, quando tomou Lisboa aos moiros, em 21 de outubro de 1147. Ha tambem outra imagem de N. S.ª da Conceição, que no seculo XVIII estava no oratorio da casa do sargento-mór Salvador Soares Cotrim, e só estava no altar da egreja em 8 de dezembro, quando ali se lhe realisava uma grande festa. Esta imagem foi doada em testamento ao referido Cotrim, por seu tio, o dr. José Soares de Araujo, e está vinculada á capella que instituiu em 1693. A villa pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Mousão, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 329 fog. e 1:318 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. das estradas de Valença aos Arcos de Valle-de-Vez e de Monsão. Era commenda da ordem de Christo. E' fertil em generos agricolas, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. do Douro, conc. e com. de Lonzada, distr. e bisp. do Porto; 85 fog. e 356 hab. Dista 9 k. da séde do conc. e está situada junto do rio Sousa. O D. abbade benedictino, de Santo Thirso de Riba d'Ave, com reserva, apresentava o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimento. A terra é muito fertil em cereaes, fructas, legumes e vinho; cria muito gado bovino, que exporta. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: O Salvador, de Castellões de Cepeda, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. João Evangelista, de Guilbufe, conc. de Penafiel, do mesmo districto || N. S.ª da Annunciação e conc. de Mertola, distr. de Beja. || S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Real, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Pedro, de Riba de Mouro, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Sendim, concelho de Felgueiras, distr. do Porto. || S. João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Vairão, conc. de Villa do Conde, districto do Porto. || Ribeira do distr. de Santarem. Passa junto da villa do mesmo nome.

Pias e Orada. Pov. e freg. de Santa Luzia, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Serpa, distr. e bisp. de Beja; 939 fog. e 3:?06 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., medico, pharmacia; Sociedade da Mina da Orada, herdade, de *Carvalhal*, da *Egreja*, de *João Teixeira*, est. do caminho de ferro, só com a denominação de *Pias*, na linha do Sul e Sueste, entre as de Serpa e de Moura. A freg. de Orada está annexada civilmente a esta freg. de Pias, e para os effeitos ecclesiasticos á de Moura. A pov. dista 14 k. da séde do conc. e está situada a 4 k. da margem direita da ribeira Ecboé, a 12 k. da margem esquerda do Guadiana. A mitra apresentava o cura, que tinha 150 alqueires de trigo e 60 de cevada. A terra é fertil em cereaes, e cria muito gado de toda a qualidade. E' abundante em caça grossa e miuda. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos.

Piau. Rio da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Serviu de limite aos antigos districtos de Sofala e Inhambane. Vae desaguar no mar das Indias, no canal de Moçambique.

Pica. Povoações nas freguezias: N. S.ª do O', de Aguas Santas, conc. da Maia, distr. do Porto. || S. Martinho, de Cocujães, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. Tem caixa post. || O Salvador, de Delães, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Salvador, de Estorãos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Pedorido, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Quinchães, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Salvador, de Torre, concelho e distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador, de Victorino das Donas, conc. de Ponte do Lima, do mesmo districto.

Pica de Baixo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Pica Frio. Pov. na freg. de Santa Eulalia e concelho de Paços de Ferreira, districto do Porto.

Pica de Riba. Pov. na freg. de S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão distr. de Vianna do Castello.

Pica Sinos. Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Marinha Grande, conc. e distr. de Leiria.

Picada. Povoações nas freguezias: S. Felix, de Marinha, conc de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Simão, de Mamarrosa, distr. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

Picadeiros *(Quinta dos).* Na freguezia de S. Vicente e conc. de Vimioso, distr. de Bragança.

Picado *(Quinta do).* Na freg. de S. Pedro, de Aradas, concelho e districto de Aveiro.

Picadouro. Povoações nas freguezias: S. José de S. Lazaro, conc. e distr. de Braga. || O Salvador, de Pombeiro, conc. de Arganil, districto de Coimbra.

Picalhos. Pov. na freguezia de S. Pedro, de Sanfins, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Picanilho. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Juncal, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Picanceira. Povoações nas freguezias: Santo Isidoro, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. Tem estação postal. || S. Pedro, de Gafanhoeira, conc. de Arraiollos, distr. de Evora

Picanço. Familia, de que ha noticia desde os primeiros tempos da monarchia. As suas armas são: Em campo de prata uma azinheira de sua côr; timbre, a azinheira tendo sobre ella um passaro picanço de sua côr.

Picanço *(José Correia).* V. *Goyana, (José Correia Picanço, barão de), Portugal*, vol. III pag. 757.

Picanço. Pov. na freguezia de S. Pedro, de Monte Vil, concelho de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Picanços. Povoações nas freguezias: Santo Estevão, de Pussos, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || S. Saturnino, de Vallongo, conc. de Fronteira, distr. de Portalegre.

Picanha. Pov. na freg. de Santo André, de S. Victorino dos Piães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Picanheiros de Cá ou de Baixo. Pov. na freguezia de Santo Aleixo, conc. de Monforte, distr. de Portalegre.

Picanheiros de Lá ou de Cima. Pov. na freg. de Santo Aleixo, conc. de Monforte, distr. de Portalegre.

Picanhol. Pov. na freguezia do Salvador e concelho de Ribeira de Pena, districto de Villa Real.

Picão. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Castro Daire, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 121 fog. e 503 hab. Tem est. post. e dista 4 k. da séde do conc. O reitor de S. João Baptista, do Pinheiro, apresentava o cura, que tinha 30$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil em cereaes; cria muito gado de toda a qualidade, e é abundante de caça grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Povoações nas freguezias: S. Silvestre, de Gradil, conc. de Mafra, distr de Lisboa. || S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc. de Sinfães, districto de Vizeu. || Santa Eulalia, de Pedorido, concelho de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Ilha Terceira; S. Miguel, de Lagens, conc. de Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo. || Pequena enseada situada na costa E da ilha de S. Thomé, Africa Occidental

Picão do Arda. Monte na prov. do Douro, freg. de Fermedo, a 24 k. ao NO de Arouca, 9 ao S do Douro, 32 ao SE do Porto, e 300 ao N de Lisboa. Apenas produz tojos e urzes, e é, na maior parte, formado de schisto. Este monte está preso pelo SO á serra de Borralhoso. A parte que olha para o NO tem, desde o seu cume até á base, mais de 240 m. de altura, caindo quasi perpendicularmente sobre o rio Arda.

Picão e Lombo. Dois logares reunidos na freguezia de Santo André, de Guilhadezes, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Picaranha. Pov na freg. de S. Miguel, de Barrio, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Picarouva. Pov. na freguezia de S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Piçarra de Cima e Piçarra do Meio. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Castro Verde, distr. de Beja.

Piçarral. Pov. na freguezia do Espirito Santo, de Azinhal, conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Picarras. Povoações nas freguezias: Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Nazareth, de Landeira, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Piçarreira. Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Campo, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago, de Carapeços, do mesmo concelho e distr. || S. Pedro, de Melides, concelho de Grandola, distr. de Lisboa.

Picarrel *(Herdade do).* Na freg. de S. Bento do Zambujal, conc. de Redondo, distr. de Evora.

Picatel. Pov. na freg. de S. Faustino, de Fridão, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Picha. Pov. na freg de N S.ª d'Assumpção e conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria,

Pichel. Rio da costa da Guiné de Cabo Verde, Africa Occidental. Entra no Oceano Atlantico por muitas boccas, das quaes só duas a Sand-Bard e a Mud-Bar (barra de areia e barra de lodo), dão entrada a navios. E' extremamente insalubre toda a região d'este rio, principalmente a do seu delta, pelos vapores exhalados d'um grande numero de ilhas pantanosas e terrenos alagadiços que retalha.

Picheleiro. Operario que faz picheis, vazilhas de tirar vinho das pipas, vasos para beber vinho; fabricante ou vendedor de obras de estanho. Este officio tinha regimento especial na collecção de 1572 existente na camara municipal de Lisboa, sendo o regimento anterior de 8 de março de 1566. N'esta cidade o officio de picheleiro pertencia á bandeira de N. S.ª da Oliveira. Sobre o seu arruamento póde vêr-se o vol. XII, a pag. 327 dos *Elementos para a historia do Municipio de Lisboa*, por Freire de Oliveira.

Picheleiro. Pov. na freguezia de S. Matheus, de Barosa, conc. e distr. de Leiria.

Pico. Uma das 9 ilhas do archipelago dos Açôres, situada no Oceano Atlantico, orientada no rumo ESE a ONO. Faz parte do grupo dos Açôres centraes, e tem 90 k. de comprimento na direcção ONO, 20 de largura média e 196 k. q. de superficie, sendo de 102 k. o desenvolvimento das suas costas. Está a SO da ilha de S. Jorge,

e separada d'ella por um canal de 15 k. de largura; a ONO fica-lhe a ilha do Fayal, da qual está tambem separada por um canal de 5 k. de largura; dista 55 k. da ilha Graciosa, 60 da Terceira, 150 de S. Miguel, 195 das Flôres, 200 do Corvo e 235 de Santa Maria. A costa N, desde a Ponta da Ilha, denominação da ponta situada mais a E, até á ponta dos Baixios, corre na direcção geral ONO, tendo algumas pequenas enseadas. Da ponta dos Baixios segue a costa para SO até á ponta do Pé do Monte, ao N da qual fica o pequeno porto da Magdalena, fronteiro á cidade da Horta, na ilha do Fayal. Da ponta do Pé do Monte volta á costa para SSE até á porta Espertal e depois a SE até á ponta Catharina, inclinando-se para ESE, até á ponta de S. João. D'esta até á ponta da Ilha segue a costa o rumo de E, projectando antes a ponta do Arrife, a NO da qual fica o porto das Lagens, capital da ilha. A ilha do Pico é a mais montanhosa de todo o archipelago dos Açôres e notavel pelo elevado pico que lhe deu o nome. Na apparencia, pelo menos, é o centro do grande foco vulcanico dos Açôres, e, todavia, não tem havido ali tantos tremores de terra como na Terceira e em S. Miguel. As erupções mais antigas n'ella occorridas e de que ha noticia, deram-se a 21 de setembro de 1572, de fevereiro de 1718 e 15 de janeiro de 1719. Quando da primeira, a torrente de lava precipitou se sobre as freguezias de S. Roque e da Prainha, e entrou pelo mar dentro, formando um verdadeiro banco. Em 1718 a lava formou novo banco, e com a erupção de 1719 formou so um outro banco entre S. João e S. Matheus. Na sua maior parte, o solo é pedregoso e apto sobretudo para a cultura da vinha. Antes do apparecimento do *oidium* na ilha, a sua principal riqueza consistia nos seus afamados vinhos, dos quaes chegou a produzir 70:000 hectolitros Em 1873 essa producção estava reduzida a 1:315, e ainda assim só tinha a ultrapassal-a em todo o archipelago a das ilhas Graciosa e S. Jorge. Hoje, os principaes artigos de commercio da ilha são: fructa, gado, vinho, aguardente, azeite de espermaceti, cereaes, queijo, manteiga, lenha, chapéos e as tranças de palha. A Horta é o mercado onde se consome a maior parte d'estes generos, fazendo-se as transacções pelo porto da villa da Magdalena. Na falda E do monte ha excellentes aguas mineraes. A ilha tem tres villas e numerosas povoações, sendo aquellas: Magdalena, na costa O, fronteira ao porto da Horta e principal centro das communicações do lado O do Pico com aquella cidade; Lagens, capital, na costa S, a mais importante pela sua posição e riqueza, e S. Roque, na costa N, com uma grande bahia, principal centro de communicação d'aquella parte da ilha com a fronteira de S. Jorge. A ilha está dividida em 3 concelhos, pertencentes ao districto da Horta, que são: Lagens do Pico, com 5 freguezias: S. Sebastião, de Calheta de Nesquim; Santissima Trindade, de Lagens do Pico; N. S.ª da Piedade, Ponta; Santa Barbara, do Ribeiras; e S. João—Magdalena, com 6 freguezias: N. S.ª da Boa Nova, de Bandeiras; N. S.ª das Candeias, de Candelaria; N. S.ª das Dôres, de Creação Velha; Santa Maria Magdalena, de Magdalena; S. Caetano e S. Matheus.—S. Roque do Pico com 5 freguezias: N. S.ª d'Ajuda, de Prainha; Santa Luzia; Santo Amaro; Santo Antonio; e S. Roque do Pico. Todas estas freguezias são dependentes do bispado de Angra de Heroismo. Tem escolas para ambos os sexos, e delegação alfandegaria em S. Roque do Pico A ilha do Pico foi descoberta logo depois da do Fayal e doada juntamente com ella ao flamengo Huester. Não tem historia que não seja a do Fayal, cujos destinos seguiu. O que tem é uma lenda sua, a qual diz, que tendo ido viver para o Fayal um ermitão, elle via todos os dias do lado do Pico uma mulher vestida de branco que lhe acenava, e que o bom do homem, persuadido de que aquella mulher era Nossa Senhora, construira um barco, fôra ter com ella, e nunca mais voltara. Na ilha do Pico tem-se publicado os seguintes jornaes: *Boletim Judicial*, 16 de novembro de 1879 a 5 de maio de 1885; foi continuado pelo *Velense; Ecco Picoense*, 20 de outubro de 1878 a 28 de março de 1880; continuador do *Picoense; Futuro (O)*, 1894; *Independente (O)*, 28 de fevereiro de 1886; em 1889 ainda se publicou; *Lagense (O)*, 1891; *Magdalense (O)*, 1894; *Norte (O)*, 1896; *Noticia (A)*, 1896; *Observador*

Ilha do Pico

(O), 1890; *Picôto (O)*, 1 de janeiro de 1882 a 15 de junho de 1883; *Pico (O)*,17 de maio de 1885; *Pico (O)*, 1 de janeiro de 1894; *Picoense (O)*, 20 de dezembro de 1874 a 27 de maio de 1877; d'elle veiu o *Ecco Picoense*. O primeiro jornal aqui publicado: *Picoense (O)*, 1891; *Popular (O)*,1892; *Voz (A)*, 5 de janeiro de 1899. || Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira e distr. do Funchal: Sant'Anna, concelho de Sant'Anna; N. S.ª da Luz, de Gaula, conc. de Santa Cruz; S. Jorge, conc. de Sant'Anna; N. S.ª do Monte, de Monte, conc. do Funchal; Bom Jesus, de Ponta Delgada, conc. de S. Vicente. || S. Martinho, de Armil, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Martinho, de Christoval, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Bartholomeu, de S. Gens, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Pedro, de Goães, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || Ilha de S. Miguel, conc. e distr. de Ponta Delgada: N. S.ª das Candeias, de Candelaria; N. S.ª da Conceição, de Mosteiros. || S. Miguel, de Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. de Louzã, districto de Coimbra. || Pequeno canal que separa a ilha de Bussis, da de Bissau, na costa da Guiné, Africa Occidental. Começa no Oceano Atlantico junto da ponta de Bissau, leva ao rio de Jatta, e por este ao de Farim ou de S. Domingos. || Pov. da ilha e conc. de Porto Santo, no archipelago da Madeira.

Pico dos Alhos. Ilha Graciosa; pov. na freg. de S. Matheus, da Praia da Graciosa, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo.

Pico Alto. Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro. || Ilha da Madeira: N. S.ª da Conceição e conc. de Porto Moniz, distr. do Funchal. || Monte da ilha de Santa Maria, Açôres. E' o pico mais elevado de toda a ilha.

Pico da Amendoeira Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Luz e conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Pico de Anna Ferreira. Monte da ilha de Porto Santo, archipelago da Madeira. Eleva se ao SO da ilha, a 277 m. acima do nivel do mar.

Pico da Antonia Monte da ilha de S. Thiago, Cabo Verde, Africa Occidental. E' de fórma conica, com maior escarpa ao S do que ao N. Fica quasi no centro da ilha do meio da cordilheira de basalto que a atravessa, a 1:485 m. acima do nivel do mar. || Pov. na freg. de S. Lourenço dos Orgãos, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Pico de Antonio Fernandes. Ilha da Madeira; pov. na freg. e conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

Pico da Azeveda. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª do Livramento, de Achadas da Cruz, concelho de Porto Moniz, distr do Funchal.

Pico da Banda d'Além Ilha da Madeira; pov. da freg. de S. Bento, de Ribeira Brava, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Pico dos Barcellos. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santo Antonio, conc. e distr. do Funchal.

Pico Branco. Monte na ilha do Porto Santo, archipelago da Madeira. Fica proximo da costa NE, a 423 m. acima do nivel do mar.

Pico Caffanhote. Monte da ilha de S. Miguel, Açôres. Fica no massiço E da cordilheira de montes vulcanicos d'aquella ilha, com a elevação de 715 metros.

Pico do Calhau da Malhada. Monte da ilha do Porto Santo, no archipelago da Madeira. Fica quasi no extremo SO da ilha, e ergue-se a 181 m. acima do nivel do mar.

Pico das Calles. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Luz e conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Pico das Canas. Ilha de S. Miguel; pov. na freguezia de S. Roque, de Rosto de Cão, conc. e distr. de Ponta Delgada.

Pico do Cardo. Ilha da Madeira; pov. na freguezia de Santo Antonio, concelho e districto do Funchal.

Pico do Carvão. Monte da ilha de S. Miguel, Açôres. Fica nas cumieiras da Bretanha, massiço O da grande cordilheira da ilha, ao S do Pico da Cruz, e tem 802 m. d'altitude.

Pico e Casinhas Pov. da ilha do Porto Santo, no archipelago da Madeira.

Pico do Castello. Monte da ilha do Porto Santo, no archipelago da Madeira. Fica ao centro da ilha, é escarpado, oblongo, eleva-se 441 m. acima do nivel do mar, tem uma especie de platafórma no cume, onde ainda existem as ruinas d'uma fortificação que naturalmente deu o nome a este monte, e é mesmo tradição que os habitantes se refugiavam e defendiam ali em occasião de perigo, por ser pouco defendida a ilha, que varias vezes foi atacada e saqueada pelos piratas. Este pico é, em altitude, o quarto da ilha, e nos seus contrafortes teem origem as ribeiras de Farrobo, João Lopes, Ribeirinha e Zamboal

Pico da Cevada. Na freg. de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Pico da Cruz. Monte da ilha de S. Miguel, Açôres. Fica nas cercanias da Bretanha ou massiço O da grande cordilheira que accidenta a ilha em todo o seu comprimento, na altitude de 847 m. na circumferencia da grande cratera de vulcão extincto chamado lagôa das Sete Cidades. || Pico da ilha de Santo Antão, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situado a E e tem 1:900 m. d'altitude.

Pico do Facho da Malhada. Monte da ilha do Porto Santo, no archipelago da Madeira. Está situado a SO da ilha, e eleva-se 264 m. acima do nivel do mar.

Pico das Favas. Ilha Terceira; pov. na freg. de Santa Cruz e conc. da Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo.

Pico do Ferreiro. Ilha da Madeira; pov. na freg. da Santissima Trindade, de Tabúa, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal,

Pico do Fogo. Montanha crateriforme situada no centro da ilha do Fogo, no archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental, uns 3:200 m. acima do nivel do mar. Foi um formidavel vulcão, cujas erupções principaes occorreram em 1757, 1761, 1769, 1785 e 1816, não tornando desde então a produzir-se nenhuma outra. A mais terrivel das erupções citadas foi a de 1785. Principiou a 24 de janeiro e durou 27 dias, correndo a torrente da lava durante 5 dias pelo oceano dentro, destruindo fazendas, casas, gado, enchendo o valle d'uma ribeira e abrindo-se por essa occasião quatro novas crateras ao sopé do Pico, que fôram

as mais terriveis nos seus effeitos. João da Silva Feijó, que assistiu a este phenomeno, escreveu sobre elle uma *Memoria* e apresentou-a á Academia Real das Sciencias em 1797. Os arredores do vulcão, que parece estar hoje completamente extincto, vêem-se cobertos de lava; em varias partes, e principalmente na cratera, encontra-se muito enxofre crystallisado. O Pico é inferior em altura ao Etna, mas superior ao Hecla e ao Vesuvio.

Pico do Funcho. Ilha da madeira; pov. na freguezia de S. Martinho, conc. e districto do Funchal.

Pico do Furão. Ilha da Madeira; pov. na freguezia de N. S.ª do Livramento, do Curral das Freiras, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

Pico de Gandaia. Monte da ilha de Porto Santo, no archipelago da Madeira. Eleva-se 491 m. acima do nivel do mar, é o segundo da ilha em altitude, e fica a NE, junto do pico do Facho.

Pico do Gaspar. Monte na ilha de S. Miguel, Açôres. Fica no massiço E da cordilheira que accidenta a ilha, a E das Furnas.

Pico do Guindaste. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, do Faial, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

Pico da Juliana. Monte da ilha do Porto Santo, no archipelago da Madeira. Eleva-se a 454 m. acima do nivel do mar, ao NE da ilha.

Pico do Leão. Pov. na freg. de S. João Baptista, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Pico do Lombo do Gallego. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Faial, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

Pico do Mafre. Ilha de S. Miguel; pov. na freguezia de N. S.ª da Conceição, de Mosteiros, conc. e distr. de Ponta Delgada.

Pico do Martinho. Montanha da ilha de S. Nicolau, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Depois do Monte Gordo, é uma das montanhas mais elevadas da ilha.

Pico do Meiro. Ilha da Madeira; pov. na freguezia de N. S.ª da Luz e conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Pico do Moinho. Ilha da Madeira; pov. na freguezia de N. S.ª da Conceição e conc. de Porto Moniz, distr. do Funchal.

Pico Negro. Ponta situada na costa NO da ilha Graciosa, Açôres. || Pov. do conc. e com. da ilha Graciosa, distr. e bisp. de Angra do Heroismo, Açôres. Está situada na costa NO da ilha, junto da ponta que lhe deu o nome; tem cereaes, vinho e pescaria. || Ponta situada na costa da ilha do Principe, Africa Occidental. || Monte situado no extremo S da mesma ilha.

Pico do Papagaio. Monte da ilha do Principe, Africa Occidental. E' notavel por se assimilhar ao bico da ave de que tomou o nome

Pico do Passo. Monte da ilha de S. Miguel, Açôres. Fica no massiço E da cordilheira que accidenta a ilha em todo o seu comprimento, proximo do Pico de Vasa, e tem 800 m. d'altitude.

Pico da Pedra. Pov. e freg. de N. S.ª dos Prazeres, da ilha de S. Miguel, conc. e com. da Ribeira Grande, distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo; 559 fog. e 2:344 hab. Tem est. telegr.-post. e escolas d'ambos os sexos. Pertence ao commando mil. dos Açôres e ao distr. de recrut. e res. n.º 26, com a séde em Ponta Delgada. Dista 10 k da séde do conc., e é fertil em generos agricolas.

Pico do Penedo. Ilha de Santa Maria; pov. na freg. de Santa Barbara, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada.

Pico do Principe. Monte da ilha do Principe, Africa Occidental. Tem 828 m. d'altitude, e é o mais elevado da ilha.

Pico Redondo. Ilha Terceira; pov. na freg. de S. Bento, conc. e districto de Angra do Heroismo.

Pico de Regalados. Villa da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga. Pertence á 3.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. Tem duas freguezias : S. Christovão, com 124 fog e 397 hab.; S. Paio, com 196 fog. e 839 hab. Tem esc. do sexo masc. e est post. A villa dista 6 k. da séde do conc. Está situada n'uma baixa. E' pov. muito antiga. As duas freguezias, S. Christovão, de Pico, e S. Paio, formaram a villa do Pico ou Pica de Regalados. Em 1757 tinham por orago S. Vicente, constituindo ambas as freguezias uma só. A mitra apresentava o abbade, que tinha 130$000 réis e o pé d'altar. D. Affonso Henriques a fez couto, e deu-a ao arcebispo de Braga, D. Paio Mendes, em 1132. El-rei D. Manuel lhe concedeu foral, em Lisboa, a 13 de novembro de 1513. N'este foral se lhe dá o nome de *Regalados*, e comprehende as seguintes terras: Gême, Gondariz, Lanhas, Paço, Prado, S. Paio de Moz, Santa Ovaia, S. Christovão, S. Vicente, Cibões ou Sibões, e Villarinho. Pico de Regalados era um dos mais antigos concelhos e das mais antigas comarcas do reino, que se supprimiram por decreto de 24 de outubro de 1855, ou para melhor dizer, fôram transferidas para Villa Verde as sédes do concelho e da comarca.

Pico de Regalados (*Senhores de*). O primeiro chefe d'esta illustre familia em Portugal foi Gonçalo Rodrigues de Avreu, ou de Evreux, um dos principaes cabos de guerra que, desejoso de ter parte na gloria, que a fama apregoava, dos illustres feitos de D. Affonso VI e do grand Cid, acompanhou para Hespanha em 1089, e depois para Portugal, em 1093, o conde D. Henrique, a quem serviu, chegando a alcançar o tempo de D. Affonso Henriques, de quem foi rico homem e mordomo-mór, um dos seus mais afamados guerreiros e poderosos senhores, dispondo de 16:000 vassalos. Fundou para seu solar a *Torre e honra,* a que deu o seu appellido, já aportuguezado, de *Abreu*, na freg. de Merufe, termo da villa de Monsão na provincia do Minho. Era originario da cidade de Evreux, na Normandia, França, e d'ahi o ser denominado o *Cavalleiro de Evreux*, que depois, por corrupção, ficou em *Avreu*, e assim se chamou, bem como alguns dos seus descendentes. Pela presteza com que voava nos mais arriscados commettimentos da guerra, lhe chamavam o *Aguia*, e d'ahi as azas que tomou para os seus escudos. Succedeu-lhe seu filho Gomes de Avreu, muito distincto e honrado fidalgo, da maior auctoridade na côrte de Portugal e afamado guerreiro. Foi segundo senhor da *Torre* e *Honra* de Avreu. Succedeu-lhe seu filho Ruy Gomes de Avreu, fidalgo muito principal e bom cavalleiro,

entrando em muitas lides. Foi terceiro senhor da *Torre e Honra* de Avreu. Teve dois filhos: Lourenço Rodrigues d'Avreu, ou sómente Lourenço d'Avreu, grande cavalleiro e capitão, fundador do *Castello* e *Torre de Lapella* e 4.° senhor da *Torre* e *Honra* de Avreu, e Gonçalo Rodrigues de Avreu que pelo seu casamento com D. Mecia Rodrigues, constituiu a casa dos Abreus Castellos Brancos, varonia dos condes de Fornos d'Algôdres. Lourenço Rodrigues d'Avreu teve por successor seu filho, Gonçalo Rodrigues d'Avreu, que foi o 5.° senhor da *Torre* e *Honra de Abreu.* A este succedeu Gomes Lourenço de Abreu 6.° senhor da *Torre* e *Honra de Abreu* e grande fidalgo no tempo de D. Affonso III e D. Diniz. A este succedeu seu filho Lourenço Gomes d'Abreu, 7.° senhor da *Torre* e *Honra d'Abreu*, um dos mais autorisados fidalgos de el-rei D. Affonso IV e seu embaixador e procurador da corôa em Castella. Succedeu-lhe seu filho Vasco Gomes d'Abreu, 1.° senhor de Valladares e 8.° da *Torre* e *Honra d'Abreu,* e alcaide-mór de Lapella, de Melgaço e Castro Laboreiro, que sustentou por Castella em 1 8?, por ser segundo primo da rainha D. Leonor Telles, mãe da infanta D. Beatriz, casada com D. João I de Castella, pelo que o nosso D. João I lhe tirou o senhorio de Valladares e outros. Assistiu ao juramento solemne que el-rei D. Pedro I, na presença do seu mordomo-mór o conde de Barcellos e mais distinctos fidalgos da côrte, fez de haver recebido por sua legitima mulher a rainha D. Ignez de Castro. Succedeu-lhe seu filho Diogo Gomes d'Abreu, 9.° senhor da *Torre* e *Honra de Abreu*, o qual, pelo seu casamento com D Leonor Viegas, segunda administradora dos morgados de Coucieiro e Curutello, e filha de D. Nuno Viegas, o *Moço*, senhor do Regalados, entrou na posse d'estes vinculos e senhorio. Succedeu-lhe seu filho Pedro Gomes de Abreu, 1.° senhor de Regalados e Valladares, alcaide-mór de Lapella, e 10.° senhor da *Torre* e *Honra de Abreu*, e 3.° administrador dos morgados de Coucieiro e Curutello Vivia em Coucieiro, sendo casado com D. Aldonça de Sousa, filha de D. Lopo Dias de Sousa. Succedeu-lhe seu filho Lopo Gomes d'Abreu, 2.° senhor de Regalados e 11.° da *Torre* e *Honra de Abreu*, e 4.° administrador dos morgados de Coucieiro e Curutello. Casou com D. Ignez de Sotto-Maior e Lima. Succedeu-lhe seu filho Pedro Gomes d'Abreu e Lima, 3.° senhor de Regalados, 1?.° senhor da *Torre* e *Honra d'Abreu*, e 5.° administrador dos morgados de Coucieiro e Curutello. Em vida d'este, foi alienada a quinta de Curutello, para pagamento de gastos e indemnisações em que foi condemnado, por virtude de luctas e questões com visinhos. Succedeu-lhe seu filho Leonel d'Abreu e Lima, 4.° senhor de Regalados e 6.° administrador do morgado de Coucieiro e 13.° senhor do *Couto*, *Torre* e *Honra de Abreu*, couto esse que trocou com o marquez de Villa Real por 100$000 réis de juro annual. Succedeu lhe seu filho Francisco d'Abreu e Lima, 5.° senhor de Regalados e 7.° admistrador do morgado de Coucieiro. Succedeu-lhe seu filho Leonel de Abreu e Lima, 6.° senhor de Regalados e 8.° administrador do morgado de Coucieiro. Succedeu-lhe seu filho primogenito Pedro Gomes d'Abreu, 7.° senhor de Regalados e 9.° admnistrador do morgado de Coucieiro. Perdeu, porém, todos os bens e senhorios por se passar a Castella, em 1640, onde Filippe III o fez *conde de Regalados.* Revertendo estes senhorios á corôa, D. João IV os deu a Gastão Coutinho, governador da provincia do Minho, capitão-general de Tanger e commendador de Caldellas. Os irmãos de Pedro Gomes d'Abreu, que permaneceram fieis á patria, reivindicaram os bens patrimoniaes, succedendo no morgado de Coucieiro o irmão segundo, Leonel d'Abreu de Lima, a quem succedeu sua filha D. Joanna d'Abreu de Lima, que pelo seu casamento se alliou á casa dos condes de S. Martinho, na qual andou sempre o morgado de Coucieiro e que é possuidora da casa do Paço de Coucieiro, a uns 6 k. da villa da Pica ou Pico de Regalados. Um terceiro irmão, chamado Antonio d'Abreu de Lima,ou seus descendentes, reinvidicaram a casa solar que os Abreus tinham na referida villa, onde faziam a sua principal residencia. D'este Antonio d'Abreu de Lima procede D. Francisca d'Abreu de Lima, que succedeu na dita casa solar da villa de Pica ou Pico de Regalados, a quem succedeu seu filho Salvador Fernandes d'Abreu de Lima Pinheiro; a este seu filho Pedro ou Pero d'Abreu de Lima Pinheiro; a este Francisco d'Abreu de Lima Pinheiro; a este Alexandre d'Abreu de Lima Pinheiro; a este o dr. Joaquim Abreu de Pinheiro da Silva; a este o desembargador João José d'Abreu e Silva, que foi o restaurador da dita casa solar de Regalados; a este D. Izabel Maria d'Abreu da Silva Rezende; a esta D. Quiteria Emilia Gomes d'Abreu da Silva Rezende de Castro e Couto; a esta João Gomes d'Abreu do Couto; e a este D. Maria Izabel Gomes d'Abreu do Couto de Campos Aguiar, hoje senhora da mesma casa, e sobrinha de D. Francisca Emilia de Abreu do Couto de Novaes, casada que foi com Manuel Ignacio do Valle Amorim Barbosa Novaes, da casa de S. Bento, Balugães, e Barcellos. No archivo da *Casa Solar* da villa de Pico de Regalados existe um antigo e volumoso codice, repleto de preciosos documentos originaes, que attestam a preclara nobreza da familia d'esta illustre casa solar, dos legitimos senhores de *Abreus de Regalados*, alliados aos *Silvas*, procedentes de Gaspar da Silva, que foi casado com D Izabel Ferraz, do *Padrão* de *Bellomonte* e que era irmã de Belchior da Silva, conego da sé de Braga, e de Balthazar da Silva, abbade de S. Vicente de Regalados e todos filhos de Balthazar da Silva e de D. Constança Ferraz, esta da cidade de Braga e elle procedente da não menos nobre *Casa da Silva*, da freguezia de Santa Maria da Silva, termo de Barcellos. Além d'esses documentos ha o instrumento d'uma *justificação*, requerida em 1631 por Salvador Fernandes de Abreu, da villa de Pico de Regalados, para justificar : «Que era filho legitimo de Pedro Fernandes e de sua mulher D. Francisca de Abreu, o qual seu pae fôra juiz, vereador e almotacé, por eleição, no dito concelho ; que serviu o dito seu pae, como já os haviam servido seus avós e parentes, os cargos nobres e da governança do mesmo concelho, e tratando-se todos á lei da nobreza ; e, outrosim, que pela parte da dita sua mãe D. Francisca de Abreu, era fidalgo da geração dos *Abreus*, que n'este reino fôram sempre tidos e conhecidos, desde tempo immemoriaes, por fidalgos, sem haverem, de uma nem de outra parte, raça suspeita, nem rumores em contrario, mas antes de se-

rem notoriamente nobres e fidalgos.» Outro documento é o de uma segunda *justificação*, requerida posteriormente em 170¹ pelo P. Manuel de Abreu, filho de Pedro, ou Pero, de Abreu e de sua primeira mulher D. Angela da Motta, e na qual os mesmos factos fôram havidos por justificados. Um outro documento importante é tambem o traslado d'uma escriptura lavrada em 26 de dezembro de 1659 em a nota de João Villela da Silva, tabellião que foi da villa do Pico de Regalados, em que o dito Pedro, ou Pero, de Abreu e sua segunda mulher D. Maria de Azevedo, e seus irmãos e cunhados Antonio de Azevedo e mulher, Manuel da Silva e mulher D. Francisca de Azevedo, filhos e genros de Francisco Gayo e de sua mulher D. Justa Leitão de Azevedo, da *Casa de S. João de Rei*, prestaram caução á herança e legitima de seu cunhado Manuel de Azevedo, e na dita escriptura se declarou que o referido Pedro, ou Pero, de Abreu e sua segunda mulher D. Maria do Azevedo eram *moradores* no *Paço de Coucieiro*. Pedro Gomes de Abreu, 1.º senhor de Regalados e 10.º senhor do *Couto*, *Torre* e *Honra de Abreu*, deu á villa de Regalados o nome de *Pica* em lembrança do seu *Couto* e *Aldea*, tambem denominada a *Pica*, de que era senhor em Morufe. Os Abreus, nos reinados de D. Pedro I e de D. Fernando I, chegaram a possuir 11 alcaidarias-móres, que fôram as de Melgaço, Lapella, Valladares, Monsão, Elvas, Castello de Vide, Alter do Chão, Monforte, Miranda, Campo Maior e Sempre Noiva, e exerceram sempre os mais altos cargos em Portugal, dando á patria grandes benemeritos e inclitos e prestimosos varões, como fôram, além de outros: D. Alvaro de Abreu, regedor das justiças, bispo de Evora e capitão-mór d'el-rei D. Duarte; D. João Gomes de Abreu, bispo de Vizeu; D. João Pimenta de Abreu, bispo de Angra; Gonçalo Annes de Abreu, cavalleiro esforçado e companheiro de armas do grande condestavel D. Nuno Alvares Pereira e capitão da expedição para Ceuta; Luiz de Abreu de Mello, veador da casa d'el-rei D. João IV; Lopo Rodrigues de Abreu, fidalgo da casa do infante D. Fernando, duque de Beja, pae d'el rei D. Manuel; Antonio de Abreu, mestre de D. Alexandre, da Casa de Bragança, e outro Antonio de Abreu, que na expugnação de Malaca, recebendo um tiro, que lhe fracturou os queixos, e sendo mandado retirar do campo de batalha por Affonso d'Albuquerque, respondeu varonilmente: «Que se lhe faltavam para pelejar as forças e para mandar a lingua, conservava ainda a vida, para não perder o logar que occupava, e em que honradamente servia a sua patria e o seu rei.» A *Casa Solar* da villa de Pico de Regalados, que era a *residencia habitual* dos Abreus, com o andar dos tempos, achava-se reduzida a um quasi completo estado de ruina, quando ahi pelos annos de 1790, o desembargador João José d'Abreu e Silva deu começo á sua restauração, mas falleceu antes de concluir a sua obra, cujo plano era grandioso. Ficou, pois, a dita casa sómente com *duas fachadas*, quando, do plano d'ella, era o ser constituida por *tres fachadas* em fórma de *trapesio*, devendo ser collocado, como de facto o foi, n'um dos cunhaes do centro, o brazão dos *Abreus* e *Silvas*, cujo uso requerera, então, para esse fim, o alludido desembargador, e no cunhal immediato, até como complemento architectonico da obra, o brazão dos antigos *Gomes de Abreu*, que chegou a ser esculpido, mas não foi collocado no seu logar, em consequencia de, pelo motivo exposto, se interromper a mesma obra, que assim se conservava.

Pico do Rocha. Ilha Terceira; pov. na freg. do Espirito Santo, de Villa Nova, conc. da Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo.

Pico Ruivo. O mais elevado de todos os picos que accidentam a ilha da Madeira. Ergue-se a cêrca de 2:020 m. acima do nivel do mar e está coberto de vegetação até ao cimo.

Pico e Salões. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Graça, do Estreito de Camara de Lobos, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

Pico de Santa Maria. Pico da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. Tem 1:450 m. d'altitude e fórma, com mais dois, o principal massiço ou remate de toda a ilha.

Pico do Sapateiro. Pico da ilha de S. Miguel, Açôres. Em 1563 expelliu torrentes de lava que durante alguns dias correram para o mar pelo logar da Ribeira Secca.

Pico de São Martinho. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Martinho, conc. e distr. do Funchal.

Pico de São João. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Pedro, conc. e distr. do Funchal.

Pico de S. Thomé. Monte da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. Tem 2:140 m. de altitude, é o mais elevado da ilha, e, por assim dizer, o fecho ou o centro do systema orographico d'ella. No vertice, termina n'um pequeno triangulo de 7 m. de lado, e, por baixo d'elle, na escarpa NE, fica uma superficie plana horizontal, cortada por dois corgos chamados *Varanda do Pico*. Do Pico de S. Thomé segue para NE um esporão que se prolonga até proximo do morro Carregado.

Pico do Tanoeiro. Ilha da Madeira; pov. na freg. e conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

Pico das Toninhas. Pico da ilha da Madeira, no conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal. Está coberto de castanheiros e de loureiros.

Pico do Tosquiado. Ilha de S. Miguel; na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Fajã de Cima, conc e distr. de Ponta Delgada.

Pico da Urze. Ilha Terceira; na freg. de S. Pedro, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Pico de Vara. Pico da ilha de S. Miguel. Açôres. Fica no massiço E da cordilheira vulcanica que accidenta a ilha em todo o seu comprimento, é o seu ponto culminante, ergue se a 1:700 m. acima do nivel do mar e é visivel a 138 kilometros.

Pico Vermelho. Pov. do conc. e com. de Santa Cruz, na ilha Graciosa, distr. e bisp. de Angra do Heroismo, Açôres. Produz cereaes e vinho. ‖ Pov. da freg. de S. Salvador, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Pico do Vigario. Monte da ilha de S. Miguel, Açôres. Está situado proximo da costa SO da ilha, e tem 435 m. d'altura.

Piço. Pov. da jurisdicção do reino de Montael, na ilha de Timor, na Oceania.

Picôas (*Antonio Esteves da Costa, 1.º visconde das*). N. em Cabeceiras de Basto em 1765, e fal. em Lisboa a 28 de fevereiro de 1837. Veiu para Lisboa ainda muito novo praticar no commercio, e chegou a alcançar uma grande fortuna. Foi di-

rector do Banco de Portugal, e commendador da ordem de Christo. Teve o titulo de barão pelo governo do infante D. Miguel. O titulo de viscon de foi concedido pelo decreto de 1 de outubro de 1835.

Picões Povoações nas freguezias: N. S.ª da Ribeira. Bouçoães, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real. || Santo Amaro, de Ferradosa, conc. de Alfandega da Fé, distr. de Bragança. || S. Salvador, de Gandra, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Jorge, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || N. S.ª da Graça, de Casa Branca, conc. de Souzel, distr. de Portalegre.

Piconha. Castello muito antigo, na prov. de Traz-os-Montes, e conc. de Montalegre. Na raia da Galliza, a 9 k ao N. da villa de Montalegre, ao N. da serra, ou cordilheira, que une o Gerez ao Larouco, á direita da estrada que vae d'aquel la villa, a Tourem, entre as povoações gallegas de Villar e Rendim, sobre um môrro, que fica no meio do córrego, junto do qual corre a estrada, existem as ruinas d'este castello, hoje cobertas de silvas, hera e matto. Consta que o castello da Piconha foi obra de D. Affonso III, que lhe deu foral, segundo uma carta régia, de confirmação de privilegios, mandada passar por el-rei D. Diniz, em 5 de maio de 1287. Segundo o foral e esta carta de confirmação, tinham os povos d'ali grandes privilegios, mas eram obrigados a defender o castello contra os inimigos. Na doação que D. João I fez a seu filho natural, D. Affonso, quando este casou com D. Brites Pereira, filha unica e herdeira do condestavel D. Nuno Alvares Pereira, lhe deu tambem este castello, com outras muitas terras, por carta régia de 4 de junho de 1398. O castello passou depois a commendatarios, que eram seus alcaides-móres. Os moradores de Tourem pagavam aos alcaides da Piconha oitenta e tantos alqueires de pão. Os de Rendim, couto mixto, da Galliza e Portugal, em dinheiro 10$000 réis. Por alvará régio de 5 de setembro de 1514, eram estes povos isentos de pagar para a ponte de Mirandella. El-rei D. Manuel deu foral a Piconha, em Lisboa, a 18 de janeiro de 1515, com os antigos privilegios. Este castello foi arrazado em 1388 pelos castelhanos, e pouco depois reconstruido por D. João I. Em 1650 os castelhanos o tornaram a arrazar, e desde então deixou de existir, de modo que o titulo de alcaide-mór se tornou puramente honorifico, ou *beneficio simples*, pois que só servia para desfructar as respectivas rendas, e mais nada. Sabe se que fôram alcaides do castello da Piconha: Antonio d'Araujo, em 1338; Gaspar de Carvalho, alferes, e juiz ordinario da villa de Tourem, em 1564; Alexandre de Gusmão, diplomata e ministro de estado de D. João V, *em recompensa dos serviços de seu sôgro*, desde 1714 até 1745; Alexandre de Sousa Pereira Coutinho, da casa de Villar Perdizes, por carta régia de D. Maria I, de 20 de agosto de 1779; João Antonio de Sousa Pereira Coutinho, filho do antecedente, por carta régia do principe regente, depois el-rei D. João VI, de 1800. Morreu em maio de 1825, e foi o ultimo alcaide-mór d'este castello.

Picoitos. Pov. na freg. de Sant'Anna de Cambas, conc. de Mertola, distr. de Beja.

Picos. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro. || O Salvador, de Pedralva, conc. e distr. de Braga. || Ilha da Madeira; N. S.ª dos Prazeres, conc. da Calheta, distr. do Funchal. || Montanha da ilha de S. Thiago, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Picos Acima. Pov. da freg de S. Salvador, no conc. da Praia, ilha de S. Thiago, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Picos de Casa. Pov. da freguezia. de S. Salvador, no conc. da Praia, ilha de S. Thiago, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Picota. Pelourinho com argolas ou ganchos, e cadeia, onde os criminosas eram suppliciados, ou expostos á vergonha publica. V. *Pelourinho*.

Picota. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Ega, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra. || S. Martinho, de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Sebastião e conc. de Loulé, distr. de Faro. || Santa Maria, de Oliveira, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Roussas, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, distr. de Faro. || S. Salvador, de Thuias, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Serra do distr. de Faro. E' uma ramificação da serra de Monchique, e tem 755 m. d'altitude. Fica nas proximidades e a E S E da villa de Monchique, e tem no cimo uma chã de 5 k. de comprimento por 2 de largura.

Picotas. Pov. na freg. de S. Martinho, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Picóte. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Miranda do Douro, distr. e bisp. de Bragança; 141 fog. e 579 hab. Tem esc. do sexo masc. e est post. A pov. dista 12 k. da séde do conc e está situada a 2 k. da margem direita do rio Douro. O abbade de Sendim apresentava o cura, que tinha 6$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil em cereaes, cria muito gado de toda a qualidade e tem muita caça grossa e miuda. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 10, com a séde em Mirandella.

Picoteira Fundeira. Pov. na freg. de S. Pedro, de Esteval, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Picoteira do Monte. Pov. na freg. de S. Pedro, de Esteval, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Picoteira de São Pedro. Pov. na freg. de S. Pedro, de Esteval, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Picoteiro. Pov. da freg. de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Picotim. Pov. na freg. de Santa Maria, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Picoto. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Aborim, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, de Arcos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Bartholomeu e conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Miguel de Barreiros, conc. da Maia, distr. do Porto. Tem caixa postal. || S Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria. || Santa Eufemia, de Calheiros,

conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thomé, de Canellas, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Cesar, conc. de Oliveira de Azemeis, do mesmo distr. || Santo Antonio, de Covões, conc. de Cautanhede, distr. de Coimbra. || Santa Marinha de Crestuma, conc. de V. N de Gaia, distr. do Porto. || S. Martinho, de Cocujães, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Este, conc. e distr. de Braga. || S. Martinho, de Fornello, c nc. de Villa do Conde, distr. do Porto || S. Thiago, de Gavião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Thiago, de Gemieira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Jugueiros, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Maria, de Lovelhe, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Silvestre e conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || Santo Adrião, de Macieira de Rates, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria Magdalena, de Magdalena, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Paio, de Merelim, conc. e distr. de Braga || S. Thiago de Modelos, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Santo Antonio, de Oliveirinha, conc. e distr. de Aveiro. || O Salvador, de Portella das Cabras, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santo André, de Reudufe, conc. de Amares do mesmo distr. || S. Martinho, de Salreu, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Clemente, de Saude, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção, de Sernache dos Alhos, conc e distr. de Coimbra. || S. Pedro e conc. de Certã, distr. de Castello Branco. || O Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e distr. do Leiria. || N. S.ª da Purificação, de Ventosa, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || S. Romão, de Vermoim, conc. da Maia, distr. do Porto. || Sant'Anna, de Vimieiro, conc. e distr de Braga.

Picoto d'Além Pov. na freg. de Santa Marinha, de Trevões, conc. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu.

Picoto de Ferreiros. Pov. na freg. de S. Salvador, de Christello, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Picoto da Gache. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Lamares, conc. e distr. de Villa Real

Picoto de Gondim. Pov. na freg. de S. Pedro de Jugueiros, conc. de Felgueiras, distr. do Porto

Picotos. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Chavão, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Cruz do Douro, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Faustino, de Fridão, conc. de Amarante, do mesmo distr. || S. Salvador, de Ganfei, conc. de Valença distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Infesta, conc. de Bouças, distr. do Porto || N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal. distr. de Leiria.

Picouço. Pov. na freg de S. Vicente, de Tavora, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Pidre. Povoações nas freguezias: S. Julião, de Agna Longa, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Lucrecia, de Louro, conc. de V. N de Famalicão, distr. de Braga. || S. Martinho, de Mancellos, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Silvestre, de Requião, conc. de V. N. de Famalicão, distr de Braga.

Piedade *(Fr. Antonio da)*. Religioso da ordem da Trindade. N. em Lisboa em 1607, onde tambem fal. a 5 de julho de 1690 Recebeu o habito no convento da sua ordem em Castella, e incorporou-se na provincia de Portugal: Escreveu: *In genesim expanatilo*, etc., que não chegou a imprimir-se.

Piedade *(Fr. Antonio da)*. Religioso da ordem dos carmelitas calçados. N. na Bahia em 1660, fal. no convento da Cachoeira em 14 de janeiro de 1724. Era filho de Antonio da Costa e de Anna da Fonseca. Estudou as primeiras letras e philosophia na sua terra natal, e recebeu o grau de mestre em Artes. Deixando o seculo para entrar na ordem do Carmo, em 1679. foi leute de philosophia e theologia na vigararia do Maranhão, em que se jubilou a 27 de junho de 1694. Foi duas vezes prior do convento do Pará, vigario provincial do Maranhão e ahi commissario da bulla da Cruzada; governador, provisor e visitador geral do bispado do Pará em 1693. Depois de passar algum tempo em Portugal, voltou á America, e foi prior do convento da Bahia e definidor perpetuo: Escreveu: *Sermão das exequias da Serenissima Rainha Nossa Senhora, D. Maria Sophia Izabel, prégado na villa de Santo Amaro das Grutas do Rio de Sergipe*, Lisboa, 1703; *Sermão de Santa Thereza, prégado no convento das Religiosas Carmelitas Descalças da Bahia*, etc., Lisboa, 1703.

Piedade *(Fr. Antonio da)*. Religioso franciscano da provincia d'Arrabida. N. em Santarem a 25 de outubro de 1675, fal. no hospicio do hospital de Lisboa a 20 de dezembro de 1731. Era filho de Antonio Nogueira de Araujo, e de Joanna Maria Cardosa. Professou no convento de Alferrara, perto de Setubal, a 13 de maio de 1696, e foi leute de theologia, qualificador do Santo Officio, visitador da provincia de Santo Antonio, e chronista da sua provincia. Escreveu: *Espelho de penitentes e Chronica da provincia de Santa Maria da Arrabida da regular e mais estreita observancia da ordem do Seraphico Patriarcha S. Francisco no Instituto Capucho*, Lisboa; 1728. Esta chronica foi depois continuada em segundo volume por Fr. José de Jesus Maria. V. *Portugal*, vol. III, pag 1032.

Piedade *(Fr. Antonio da)*. Religioso da ordem de S. Francisco. Era filho do 4.º conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes, e de D. Joanna de Lancastro. Estudando na Universidade de Coimbra foi porcionista do collegio de S. Pedro, recebendo a beca em 28 de março de 1707. Applicou se ao estudo de Direito Pontificio, em que se tornou muito perito, e recebeu as insignias Doutoraes. Sendo mestre escola da collegiada de S. Thomé na capella real, resolveu abandonar o mundo, e entrou no seminario do Varatojo em 19 de julho de 1716, mudando o nome de D. Fernando Antonio de Menezes que tinha de familia, no de Fr. Antonio da Piedade. Passando depois para a provincia de Portugal, foi visitador em 1730, e examinador synodal do Patriarchado. Fal no convento de S Francisco de Granada em 1 de janeiro de 1744. Deixou impressos alguns sermões

Piedade *(Fr. Antonio da)*. Religioso da ordem dos eremitas calçados de Santo Agostinho. N. na Povoa de S Martinho, e fal. no convento da Graça, de Lisboa, a 7 de janeiro de 1772. Era filho de Antonio Ferreira e de Anna Nunes. Profes-

sou no referido convento da Graça em 28 de setembro de 1710. Foi sacristão-mór do convento da Penha de França. Depois de ser professor no seu convento de sciencias maiores, jubilou-se em theologia. Deixou a seguinte obra : *Meio Dia Augustiniano*, etc., Lisboa, 5 grossos volumes : o 1.º em 1761, o 2.º em 1763, e 3.º 1766, 4 e 5 em 1767. Deixou tambem em manuscripto : *Divino Tabernaculo*, etc.

Piedade *(Belchior da)*. Conego da Congregação do Evangelista, lente de theologia e prégador muito apreciado no seu tempo, e bom poeta latino. N. em Braga, e fal. em Villar de Frades a 13 de novembro de 1664. Era filho de Belchior Filippe e de Maria Gonçalves. Recebeu a murça de conego secular a 13 de dezembro de 1614, onde dictou as sciencias escolasticas. Foi visitador do collegio de Coimbra. Escreveu : *Sermão de Santo Thomaz de Aquino, prégado na sé de Braga*, Coimbra, 165 ; *Estatutos dos Padres Congregados de Oliveira, junto da cidade do Porto.* Ficou inedito.

Piedade *(Fr. Caetano da)*. Religioso franciscano da provincia de Portugal e commissario geral da Terra Santa. Escreveu : *Relação fidelissima dos execrandos estragos, e sacrilegos roubos que os gregos scismaticos fizeram no santissimo sepulchro de N. S. Jesus Christo em Jerusalem, e da perseguição que padeceram os religiosos de S. Francisco*, etc., Lisboa, 1758 ; *Relação fidelissima das continuas vexações e grandes tyrannias, roubos, e tormentos que padecem os religiosos de S. Francisco em Jerusalem*, etc., *Successos acontecidos desde a ultima relação de 1758 até o presente anno*, Lisboa, 1763.

Piedade (*D. Diogo da*). Conego regrante de Santo Agostinho Era francez, chamado no seculo Jacques Lazaro Amaury. N. entre os annos de 1750 e 1760 ; veiu para Portugal refugiar-se por occasião da revolucão franceza, e fixou a sua residencia em Coimbra, onde foi nomeado professor de francez no collegio das Artes. Fal. na quinta das Sete Fontes nos suburbios de Coimbra a 6 de junho de 1837, e foi sepultado na egreja de S. João de Almedina. Escreveu : *Arte franceza para uso dos portuguezes*, Coimbra, 1826 ; *Dialogo sobre a Historia de Portugal em portuguez e francez, para uso de todos aquelles que querem aprender uma das duas linguas por meio da outra*, Coimbra, 1807 ; saiu anonyma, mas em 1830 fez se outra edição.

Piedade *(José da)*. Religioso agostiniano descalço, doutor em Philosophia pela Universidade de Coimbra. Era natural de Santarem, sendo filho de Manuel José dos Santos. Chamava se no seculo José de Sá Ferreira Santos do Valle. Doutorou-se em 25 de julho de 1806. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento.

Piedade. Ilha do Pico; freguezia de N. S.ª da Piedade, do conc. e com. de Lagens do Pico, distr. da Horta, bisp. de Angra do Heroismo ; 544 fog. e 2:138. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post Pertence ao commando mil. dos Açôres e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo : || Povoações nas freguezias : S. Thiago e conc de Almada, distr. de Lisboa. Tem caixa post. || Ilha de S. Miguel ; N. S.ª da Saude, de Arrifes, conc. e distr. de Ponta Delgada. || N. S.ª d'Assumpção, de Espichel, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || Ilha da Madeira e distr. do Funchal : N. S.ª do Rosario, de Jardim do Mar, conc. da Calheta ; N. S.ª da Piedade, de Canha, conc. de Ponta do Sol. || S. Thiago, de Sequiade, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Tavora, conc. de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello || N. S.ª da Conceição, de Azinhaga, conc. e distr. de Santarem. || Santo Estevão, de Pussos, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria, || Serra do distr. de Vizeu. Está situada nas proximidades da freg. de Aricera, no conc. de Armamar, e corre em direcção NO a SE. Tem 633 m. d'altitude. || Ilha do conc. e com. das Ilhas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está ao N da ilha de Gôa, cercada pelos braços do rio Mandovi chamados rio de Naroá e rio de Gôa, separando-o aquelle da ilha do Chorão, que lhe fica a ONO ; e este da ilha de Gôa, que fica ao S, tendo tambem a NE e a E parte da antiga prov. de Bicholim e a ilha de Santo Estevão. Tem 4 povoações : Piedade, S. Mathias, Naroá e Navelim. Mede 6 k. de NE a SO, e cêrca de 3 na sua maior largura. Tambem é chamada *ilha de Divar*. || Pov. e freg. de N S.ª da Piedade do conc. e com. das Ilhas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada na ilha de Divar ou da Piedade, quasi ao centro, e proximo do rio de Naroá. Tem escolas.

Piedade e Navaes. Dois logares reunidos na freg. de S. Sebastião e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Piedade e Vasconcellos *(P. Ignacio da)*. Conego secular da Congregação de S. João Evangelista. N. em Santarem, sendo baptisado a 28 de março de 1676 ; fal. no convento de S. Bento a 24 de abril de 1747. Era filho de André Duarte de Vasconcellos, mestre de campo do reino de Angola, cavalleiro da ordem de S. Thiago, e de D. Antonia de Andrade Gouveia Miranda. Depois de estudar no collegio de Evora, vestiu em 1695 o habito de conego secular de S. João Evangelista. Dedicou se muito ao estudo da architectura, pintura e esculptura. Modelou em barro numerosas estatuas, e sabia tambem fundir em metaes. Escreveu : *Artefactos Symetriacos e Geometricos, advertidos e descobertos pela industriosa perfeição das artes escultaria, architectonica, e da pintura, repartidos em quatro livros*, Lisboa, 1733; com 22 estampas, das quaes pertencem 8 ao livro primeiro, e as restantes 14 ao quarto ; *Historia de Santarem edificada que dá noticia da sua fundação e das cousas mais notaveis n'ella succedidas*, etc., Lisboa, 1740, 2 volumes. Deixou manuscripta, mas prompta para a impressão, 1 volume em que se refere a vida de Nossa Senhora, com muitas noticias e reflexões sagradas moraes, historicas e panegyricas.

Piedosas. Pov. na freg. da Exaltação da Santa Cruz e concelho da Batalha, districto de Leiria.

Piella. Pov. na freg. do Salvador, de Magrellos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Piellas. Pov. na freg. de S. Pedro, de Couto, conc de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Pieres. Povoações nas freguezias: Santo André, de Marecos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. João, de Guilhufe, do mesmo conc. e districto.

Pigaços. Pov. na freg. de S. Pedro Fins, de

Torno, concelho de Louzada, districto do Porto.

Pigamira. Pov. na freg. de S. Paio, de Moreira dos Conegos, conc. de Guimarães, districto de Braga.

Pigarra. Pov. na freg. de Santa Maria da Porta e conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Pigaun. Pov. do conc. de Sanguem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Tem minas de ferro.

Pigeiro. Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. do Alemtejo, conc., distr. e arceb. de Evora, com. de Reguengos de Monsaraz; 62 fog. e 240 hab. Dista 26 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da estrada de Evora a Reguengos, e a 5 k. da margem esquerda da ribeira Degebe. A mitra apresentava o cura, que tinha 330 alqueires de trigo e 60 de cevada. A terra é fertil em cereaes. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. Esta freg. estava annexa á de S. Manços, anteriormente ao decreto de 12 de julho de 1895; pelo *Diario do Governo*, n.º 7, de 1899, figura como annexa á de Reguengos de Monsaraz, cujo conc. e com. a inclue, pelo decreto de 17 de outubro do mesmo anno; em virtude d'outro decreto de 13 de janeiro de 1898 foi desannexada do conc. de Reguengos de Monsaraz, para que havia sido transferida por decreto de 12 de julho de 189', ficando incluida no conc. de Evora. || Povoações nas freguezias: O Salvador, de Pedregaes, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Souto, concelho de Guimarães do mesmo districto.

Pigeiros. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. da Feira, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 94 fog. e 497 hab. Tem esc. do sexo fem. A pov. dista 6 k. da séde do conc. A casa de Paço de Pereiras, de Quintan, apresentava o abbade, que tinha 300$000 de rendimento. A egreja matriz foi incendiada ha muitos annos, ardendo tudo quanto ali se encontrava, sendo logo reconstruida á custa da freguezia O terreno é bastante accidentado, mas tem muitas planicies ferteis, por ser abundante d'aguas, tanto de minas, como de alguns pequenos ribeiros que o atravessam. E' muito povoada de arvoredos silvestres, principalmente pinheiros, dos quaes transporta para o Porto madeiras, lenha e alguma resina. Cria muito gado bovino, que exporta para Inglaterra. Até 1834 teve uma companhia de ordenanças com seu capitão, officiaes e bandeira. Pigeiros pertence á 5.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. || Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Carreira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago, de Modelos, conc de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || O Salvador, de Touquinhó, concelho de Villa do Conde, distr. do Porto.

Pigiguity. Pov. do commando mil. de Bissau, na prov. da Guiné, Africa Occidental. Está situada nos arrabaldes da villa de Bissau.

Pignatelli. E' appellido nobre, de origem italiana, mas não se sabe quem o trouxe para Portugal. Trazem por armas: Em campo de ouro, tres amphoras negras, em roquete, com uma só asa, e os bocaes de purpura. Elmo d'aço, aberto, e por timbre uma das amphoras, ou pucaros, das armas.

Pijão. Pov. na freg. de S. Pedro, de Paraizo, concelho de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Pijosa. Pov. na freg. de Santa Marinha, do Alheira, concelho de Barcellos, distr. de Braga.

Pila Pov. da freg. de S. Thiago, de Sequiade, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Pilado. Pov. na freguezia de N. S.ª do Rosario, de Marinha Grande, conc. e distr. de Leiria.

Pilão Cão. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, na ilha do Maio, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pov. da freg. de S Miguel, no conc. de Santa Catharina, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Pilar *(D. Fr. Bartholomeu do).* Primeiro bispo do Grão Pará. N. na villa de Vélas, na ilha de S. Jorge, sendo baptisado a 21 de setembro de 1667; fal. no Pará a 9 de abril de 1733. Era filho de João d'Avila Bettencourt e de Maria da Silva. Mostrando grande vocação para a vida religiosa, entrou no convento do Carmo, da ilha do Fayal a 31 de outubro de 1686, contando 19 annos de edade, e professou em 1 de novembro de 1687. Foi depois admittido, em 21 de outubro de 1691, no collegio dos carmelitas de Coimbra, e tornou-se tão notavel nos seus estudos, que o grande theologo Bartholomeu do Quintal, o fundador da Congregação do Oratorio n'este reino, o chamou para mestre dos congregados de Pernambuco, onde ensinou philosophia durante 8 annos, e theologia, durante 4, voltando para Lisboa no fim d'este longo prazo. Entrou no convento do Carmo d'esta cidade, sendo condecorado entre os seus, em recompensa dos seus serviços como professor, com as honras de doutor em Theologia, cujo grau recebeu a 16 de março de 1702, que lhe foi conferido pelo nuncio apostolico, o cardeal Miguel Conti, que mais tarde subiu ao solio pontificio com o nome de Innocencio XIII. Por provisão de 4 de dezembro de 1701 foi nomeado qualificador do Santo Officio, e commissario em Pernambuco; tambem exerceu o cargo de examinador synodal. Quando em 9 de novembro de 1717, el rei D. João V obteve da Curia Romana a creação do bispado do Grão Pará, que se desmembrou do do Maranhão, proveu n'esta elevada dignidade o illustre carmelita, que veiu a ser o primeiro bispo da nova diocese. A eleição foi confirmada pelo papa Clemente XI, realisando-se a sagração em 22 de dezembro de 1720, pelo cardeal e primeiro patriarcha de Lisboa D. Thomaz d'Almeida. Em quanto tardou em se erigir o novo bispado, que foi por bulla de 4 de março de 1719, e a sua partida para o Pará, residiu sempre no convento da sua ordem, como religioso humilde, prompto e assiduo em todos os actos da communidade, dando a todos o mais profundo exemplo d'uma vida regular, digna de todo o respeito e veneração A 5 de junho de 1721 embarcou para o Brazil, a tomar posse da sua diocese, em que muito se distinguiu pelo seu zelo em cuidar da instrucção do clero e da conversão dos indigenas. Visitou Nazareth e Cameti com o maior proveito para a christandade d'aquelles sitios, onde entre o clero lavrava a mais profunda desmoralisação. Tendo havido na capital do Pará uma epidemia, D. Fr. Bartholomeu de Pilar não abandonou nunca o seu posto, antes, pelo contra-

rio, dava a todos o exemplo da maior caridade para com os enfermos, e de coragem e dedicação para encarar o terrivel flagello, affrontando a morte a cada instante em soccorro dos seus diocesanos. Tanta fadiga lhe occasionou ser tambem atacado, e sendo accommettido no dia 7 de abril de 1733 d'um accidente mais violento, falleceu dois dias depois. Foi sepultado no presbytero da sua cathedral do lado do Evangelho. A sua morte foi olhada como uma calamidade publica, e profundamente lastimada, porque o veneravel bispo não tinha inimigos, e grangeara nos seus diocesanos as maiores sympathias e respeitos. A ordem carmelitana celebrou solemnes exequias no seu convento de Lisboa a 10 de fevereiro de 1734, a que assistiram todas as ordens religiosas, recitando o seu elogio o commissario da ordem. Terceira de S. Francisco Fr. João de S. Thiago. Escreveu: *Exequias do ill.mo D. Francisco de Lima, 3.º bispo de Pernambuco celebradas na sua cathedral de Olinda em 2 de junho de 1704*, Lisboa, 1707; *Sermão da Beatificação do B P. João Francisco Regis, prégado no collegio da Companhia da villa do Recife na Capitania de Pernambuco em 24 de maio de 1717*, Lisboa, 1718; *Sermão na festa que se celebrou na matriz da villa de Arrecife de Pernambuco em acção de graças pela creação da nova e real metropole patriarchal*, Lisboa, 1720.

Pilar *(Fr. João do)*. Religioso dominicano da ordem dos prégadores. N. em Lisboa em 1710, e fal. nas Indias depois do anno de 1764. Era filho de Manuel Pereira Lagoa, e de Maria do Rosario. Em 1724 passou ao Oriente, e em Gôa prégou alguns sermões. Foi capellão do vice-rei conde da Ega, deputado do Santo Officio, e vigario geral da sua congregação, e inquisidor creado no anno de 1757, da inquisição de Gôa. Dos seus muitos sermões, imprimiram-se, segundo consta, os dois seguintes: *Oração funebre nas exequias do em.mo e rev.mo sr. Nuno da Cunha de Athaide, cardeal, e inquisidor geral d'estes reinos e senhorios, celebradas em Gôa, em 20 de dezembro de 1751*, Lisboa, 1753; *Sermão de acção de graças pela milagrosa defeza da vida de S. M. F. D José I, celebrada pela cidade de Gôa, na cathedral d'ella, aos 25 de janeiro de 1760*, Lisboa, 1764

Pilar. Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira e distr. do Funchal; Santo Antonio, conc. do Funchal; S. Martinho, do mesmo conc. || S. Miguel, de Fiscal, conc. de Amares, distr. de Braga. || Ilha do Fayal; N. S.ª da Conceição, conc. e distr. de Horta.

Pilar *(Serra do)*. Serra da prov. do Douro, do concelho de V. N. de Gaia. Fica em frente da cidade do Porto, na margem esquerda do rio Douro. Tornou-se celebre a Serra do Pilar, ficando historico o seu nome nos annaes da cidade invicta, como seu principal ponto de defeza, e como posição militar importantissima, forte por sua natureza. Ficou para sempre memoravel nos fastos portuguezes, depois do tão celebrado cêrco do Porto. As tropas realistas commandadas pelo general visconde de Santa Martha, fugiram da cidade do Porto, apenas tiveram noticia do desembarque das tropas liberaes nas praias do Mindello no dia 9 de julho de 1832. Contra todas as indicações da guerra, abandonaram o terrivel ponto da Serra do Pillar, sem a posse da qual, era impossivel a conservação dos liberaes na cidade; estes, porém, mais previdentes, conhecendo a importancia militar d'este ponto, se apossaram d'elle immediatamente, fortificando-o á pressa, mas o melhor que puderam, e até 7 de setembro não cessaram as obras de fortificação. No dia seguinte, dois mezes depois de terem abandonado a Serra, é que os realistas se lembraram de retomar Villa Nova de Gaia, e o general Gaspar Teixeira, visconde do Peso da Regoa, á frente das suas tropas tentou apoderar-se d'aquella temivel posição, e bem assim de Villa Nova de Gaia, e depois d'um sanguinolento combate, é que conseguiu apoderar-se d'esta ultima. Do Porto partiu um reforço para auxiliar os bravos defensores da Serra do Pilar, commandado por Bernardo de Sá Nogueira, o qual carregando sobre o inimigo até ao alto da Bandeira, logar um pouco distante para além da serra, ali foi ferido com uma bala de mosquetaria no braço direito, de tal modo que lh'o fracturou completamente, e apezar das dôres horriveis, que devêra sentir, continuou como até ali, com geral admiração de todos que o cercavam, a conduzir a tropa ao seu destino; e da serra sustentando com a mão esquerda o braço de que nunca mais se havia de servir, a tornou a reconduzir para o Porto, onde soffreu a amputação. O bravo general foi mais tarde marquez de Sá da Bandeira. No mesmo dia, tomada a villa, os realistas atacaram com o maior arrojo as baterias do Pilar, mas fôram repellidos. Já dentro da cêrca do mosteiro foi gravemente ferido o coronel do regimento de Toudella, Rodrigo de Sousa Tudella. Os ataques proseguiram nos dias 9 e 10, com o mesmo encarniçamento de parte a parte, sempre com desastroso resultado para os realistas. A 13 de outubro do mesmo anno os miguelistas iniciaram contra a fortaleza da Serra do Pilar o mais terrivel dos seus ataques. Fizeram um horrivel bombardeamento ás baterias, em que se dispararam mais de 3:000 tiros de canhão, e lançaram-se intrepidamente por seis vezes ao assalto, que lhes deu, apezar de tudo, resultados funestos. Na noite de 14, reconhecendo por fim que eram inuteis os seus esforços, bateram em retirada, deixando no campo do combate 800 homens, entre os quaes se contavam alguns valentes officiaes. N'este combate ficou mortalmente ferido o brigadeiro realista Francisco de Magalhães Peixoto, que falleceu no dia 16 no hospital de sangue estabelecido no mosteiro de Grijó. De quantas batalhas se pelejaram em torno do convento da Serra do Pilar, foi esta a mais memoravel e encarniçada, e de tantos nomes que se cobriram de gloria na defeza d'este importante ponto, se contam os de Almeida Garrett, José Estevão Coelho de Magalhães, Simão José da Luz Soriano, Bravo, e Torres, tornando-se este ultimo de tal fórma distincto que mais tarde foi agraciado com o titulo de visconde da Serra do Pilar. Durante a revolução da Maria da Fonte, o partido popular fortificou solidamente a Serra do Pilar, e com mais amplidão do que na guerra antecedente. Além das baterias, fossos e contraescarpas serem construidos de robustas paredes de alvenaria, estava a fortaleza minada em tres pontos. Terminada a lucta foi desartilhada e destruida toda a linha de fortificações da cidade do Porto, e egual sorte coube á Serra do Pilar. Comtudo, apezar de desartilhada e com os muros em ruinas, é ainda considerada como praça de guer-

ra de primeira ordem, e está ali aquartelado um destacamento de artilharia. Tambem na Serra do Pilar está situado o observatorio D. Amelia, dependente da Academia Polytechnica do Porto A origem do antigo mosteiro da Serra do Pilar, de conegos de Santo Agostinho, freiras cruzias, é a seguinte: Em 912 dois clerigos descendentes d'uma familia nobre, estabeleceram uma especie de communidade regular n'uma pequena egreja que fundaram a duas legoas distantes do Porto, no logar que veiu a ser o mosteiro dos conegos regrantes do nome de S. Salvador de Grijó. Mais tarde foi prior-mór do mosteiro o P. D. Bento Abrantes, que era conego de St.ª Cruz, de Coimbra. Vendo o novo prelado que a casa de Grijó estava velha e arruinada, e que era situada em logar baixo, humido e pouco sadio, determinou mudal-a para melhor local, e mais proximo do Porto. Communicou este pensamento a D. João III, dizendo que escolhera o monte de S. Nicolau, fronteiro áquella cidade, e que para cêrca queria comprar o montado de Quebrantões, que fica no extremo leste do monte. El-rei approvou o intento, e mandou o seu architecto vêr o sitio e fazer a planta do edificio, dando cartas de recommendação para o bispo do Porto, D. Fr. Balthazar Limpo, para os do governo da cidade, e morgado de Quebrantões; todos estes acquiesceram com a melhor vontade, e o bispo isentou o novo mosteiro da jurisdicção do Ordinario, por alvará seu, passado em 12 de dezembro de 1537, no qual o monte é denominado *Monte de S. Nicolau que se chama da Meigoeira*. Comprou o prior D. Bento, á custa das rendas da casa de Grijó, chão para a nova fundação, e a seu pedido lançou o bispo a primeira pedra do templo em 28 de março de 1538, dia de Santo Agostinho. S. Salvador foi o primeiro orago da nova casa; porém, como alguns conegos velhos preferissem a antiga morada, alcançaram do pontifice Pio V um breve de separação expedido em 156 , ficando em Grijó sob a primeira invocação, e intitulando-se de Santo Agostinho a egreja da Serra. Em 159< o prior D. Accursio de Santo Agostinho mandou construir a egreja moderna, de corpo circular, na fórma da de Santa Maria, a Rotunda, em Roma, cercada interiormente de capellas; o mesmo prior edificou a formosa claustrada de egual architectura e fórma, toda de abobada, sobre columnatas, tendo no centro uma copiosa fonte. Hoje está tudo reduzido a ruinas. Em 1678 foi collocada no altar-mór da egreja uma imagem de N. S.ª do Pilar, e como esta imagem fôsse muito venerada pelos muitos milagres que fazia, concorrendo todos os annos muita gente de varios pontos á sua romaria, que se faz a 15 de agosto, e comquanto o templo fôsse dedicado a Santo Agostinho. foi esta invocação substituida pela da milagrosa Senhora, pelo que se ficou chamando o convento, e a Serra do Pilar, abandonando-se assim os nomes primitivos de Monte de Meigoeira, de S. Nicolau e de Quebrantões. Visto do lado do rio Douro, o edificio da serra tem uma linda perspectiva. As officinas do convento ficam do sul, em logar mais elevado que o dormitorio, que fica da parte do norte com as janellas das cellas para o Douro. A cidade, vista d'uma d'estas janellas, offerece um golpe de vista majestoso e variado. A cêrca, de grande ambito, e que era do variada cultura, tambem é abundante de aguas, as quaes veem de meia legoa, ao sul, por um aqueducto sobre arcos de pedra, construido na fundação da casa. Na baixa da serra se estende para o lado do mar, ou para Oeste, Villa Nova de Gaia, muito importante pelos numerosos e vastos armazens de vinhos do Douro, e pelo estaleiro de navios mercantes.

Pilarte. Antiga moeda de prata, de 13 réis e 2 ceitis, primitivamente, valendo depois só 7 ceitis.

Pilcôto. Pov. do sobado de Montano, na div. e conc. do Humbe, distr. de Huilla, prov. de Angola, Africa Occidental.

Pilerne. Freg. de S. João Baptista do conc. de Bardez, na com., distr. e archipelago de Gôa, India. Está situada proximo da estrada de Vesem, em frente de Pangim e de Mapuçá, na margem direita e quasi nas origens do rio de Sinquerim. Tem escola. Constitue uma regedoria do mesmo concelho, comprehendendo tambem a povoação de Marrá.

Piligão. Pov. do conc. de Sanquelim, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada em frente da ilha de Santo Estevão, quasi á margem d'um dos braços do rio Mandovi. Constitue uma regedoria do referido concelho, comprehendendo tambem a pov. de Naroá.

Pilliem. Pov. da circumscripção de Darbandorá, conc. de Sanguém, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada proximo da margem direita do rio de Candiapar.

Pimeiral. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Felgueiras, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Pimeiró Pov. na freg. de S. Pedro, de Ferreiros de Tendaes, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Pimenta. Familia, cujas armas são: Escudo esquartelado; o primeiro quartel faxado e contra faxado de prata e vermelho de cinco peças; no segundo em campo azul tres vieiras de ouro em roquete, e assim os contrarios; timbro, um homem nascente vestido de azul com um bastão de ouro na mão.

Pimenta *(Alvaro)*. Escriptor que viveu pelos meados do seculo XVII. Compoz varias poesias latinas, sendo uma d'estas impressa, relativa á acclamação de D. João IV.

Pimenta *(P. Antonio)*. Presbytero secular, a quem alguns dão o nome de Antonio Lessa. N. em Torres Novas em 1620, onde tambem fal. em 18 de novembro de 1700. Era filho de Diogo Pimenta do Avellar, e de Maria de Lessa. Aos 15 annos de edade entrou para a Companhia de Jesus, em 31 de outubro de 1635, mas depois abandonou-a. e frequentou na Universidade de Coimbra os cursos de Theologia e Direito Canonico, recebendo em ambos o grau de doutor Dedicou-se tambem ao estudo das mathematicas, para, que tinha decidida vocação, e foi mestre d'esta sciencia na referida Universidade, protonotario apostolico, assessor do nuncio, vigario na freguezia de S. Paulo de Lisboa, e por ultimo prior na freguezia de S. Pedro, de Torres Novas Possuia uma numerosa livraria, que se compunha, na maior parte, de livros de mathematica e Theologia moral. Escreveu: *Sciographia da nova Prostimasia celeste, e do portentoso Cometa que appareceu no anno de 1664*, Lisboa, 1665; *Noticias astrologicas e universal influencia das estrellas em*

particular prognostico d'este reino, do anno de 1660 completo, no qual se dá fundamento a todo o entendimento sabio para discursar politico, e eleger os meios da conservação da saude, fructos da terra, tratos do mar, etc., Lisboa, 1659; *Tratado das ephemerides de Euclides, em o qual refuta certas opiniões de Manuel Gomes Galhano, divulgadas no seu «Prognostico do anno de 1662»; Brachilogia do Sol, Lua, Estrellas*, etc., Coimbra, 1670; *Colloquio jocoso entre um estudante e um pastor, em que se declaram os nomes e effeitos dos Planetas e signos celestes, com o prognostico do anno de 1686*, Lisboa, 1685; *Nova e até então desconhecida quadratura do circulo.*

Pimenta *(Antonio Duarte).* Cavalleiro da ordem de Aviz, condecorado com a cruz de todas as campanhas da Guerra Peninsular, e com a Estrella de ouro da guerra de Montevideu, tenente-coronel reformado, etc. N. no Porto em 1783, fal. em Lisboa, a 13 de janeiro de 1848. Seguindo a carreira das armas, tomou parte em toda a guerra da Peninsula, sendo tenente de infantaria n.º 18; passou depois á America, fez toda a campanha de Montevideu, e achando-se no Rio de Janeiro nos principios do anno de 1821, foi um dos que mais trabalhou para a revolução de 26 de fevereiro d'esse anno a favor da constituição proclamada em Portugal a 24 de agosto de 1820. Regressando á patria foi condemnado a desterro por ser um dos cabeças da revolução do Brazil, e sendo como tal exceptuado da amnistia promulgada em junho de 1821, só voltou do exilio em 1827. Durante o governo de D. Miguel esteve preso na Torre de S. Julião da Barra, e afinal foi reformado em 1841 no posto de tenente-coronel. Escreveu: *Collecção das Cartas do Soldado Portuguez*, Lisboa, 1838; fôram primeiramente impressas em varios numeros do *Correio de Lisboa*, jornal politico; contém algumas noticias curiosas e interessantes para a historia do nosso exercito no periodo decorrido de 1808 a 1814; sairam sem o nome do autor; *Emilia ou merito exaltado, poema*, saiu tambem anonymo; *Golpe de vista sobre alguns movimentos e acções do regimento de infantaria n.º 18 na guerra da Peninsula, pelo autor das «Cartas do Soldado portuguez», e do «Cadetinho de Almada»*, no fim tem Lisboa, 1844; *Differentes periodos da vida do major Pimenta, extrahidos de um manuscripto que appareceu no Rio de Janeiro em 1838*, Bruxellas, (aliás Lisboa), 1842.

Pimenta *(Francisco Luiz de Gouveia).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado, etc. N. em Torres Novas no anno de 1790, fal. em Lisboa a 31 de julho de 1845. Estudou no seminario de Santarem e passando em 1805 a frequentar a faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, teve de interromper o curso em consequencia da invasão franceza em 1809. Alistando se então como voluntario serviu depois como empregado n'uma das repartições civis do exercito e voltando á Universidade em 1813 concluiu d'ahi a dois annos a sua formatura. Sendo nomeado juiz de fóra do Sabugal, mas não lhe convindo essa collocação por ter de se afastar da casa paterna, resolveu não seguir a carreira da magistratura e abriu escriptorio de advogado na sua terra natal, onde se conservou até que, perdendo o pae, veiu estabelecer banca em Lisboa. Em 1828 partiu para Paris e regressando a Portugal em 1834 foi nomeado secretario geral da côrte e no desempenho das funcções d'este cargo, segundo diz um seu biographo, valeu a muitos e a ninguem fez mal. Pedindo a demissão d'esse logar em 1836, secundou a revolta dos marechaes, teve por isso de se expatriar e tornando para Lisboa em 1838 continuou a dedicar-se aos seus trabalhos forenses, sendo um dos mais activos e prestantes membros da Associação dos advogados, fundando a *Gazeta dos Tribunaes* de que foi por algum tempo redactor principal e creando, em 1842, um outro jornal a *Revista dos Tribunaes*, de que ainda sairam alguns numeros.

Pimenta *(Fr. Joaquim de S. José).* Religioso da ordem Terceira de S. Francisco, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa, sendo baptisado a 3 d'abril de 1707; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Domingos Fernandes Crespo e de D. Brigida Maria da Encarnação Pimenta. Aprendeu no collegio de S.to Antão, da Companhia de Jesus, as letras humanas. Frequentou depois os cursos de Philosophia e de Theologia no real convento de S. Domingos, de Lisboa, passando mais tarde á Universidade para estudar Direito Pontificio, mas impedido por uma grave doença, que o atacou logo no primeiro anno, recolheu-se a Lisboa, e entrou na ordem Terceira de S. Francisco, a 18 de julho do 1724, no convento de N. S.ª de Jesus. Applicou-se pela segunda vez ao estudo da Philosophia no collegio de Santa Catharina, em Santarem, e da Theologia no collegio de S. Pedro, da referida Universidade. onde depois ensinou estas faculdades, sendo admittido no numero dos doutores theologos, a 22 de maio de 1735. Deixou publicada um *Oração funebre*, pronunciada nas exequias do grão-mestre da ordem de Malta, D. Fr. Antonio Manuel de Vilhena.

Pimenta *(Fr. José).* Religioso da Congregação do Oratorio. Era natural de Lisboa, e falleceu a 19 de novembro de 1758, sendo filho de Jorge Pimenta e de Catharina Rodrigues. Professou em 14 de fevereiro de 1682 na Congregação do Oratorio de S. Filippe Nery. Publicou com o nome de P. José de Carvalho, uma obra intitulada: *Diversas considerações sobre os principaes motivos da pena e dôr que Maria Santissima Senhora Nossa teve ao pé da cruz.*

Pimenta *(José Maria da Silva).* Official do exercito, natural de Castello de Vide; ignoram-se as datas do nascimento e do fallecimento. Era alferes do regimento n.º 2, quando foi preso a 16 de outubro de 1828 por pertencer ao partido liberal, sendo a 18 de março de 1830 transferido para a Torre de S. Julião da Barra. Mettido em processo foi condemnado a degredo por tres annos para Cabo Verde. Em 1839 estava em Lisboa, e publicava um romance em verso, intitulado *A Nova Olinda*, que escrevera quando estava preso, como elle proprio affirma, chamando á sua obra *Exigua producção nascida em ferros*, na dedicatoria que dirige ao conde do Farrobo, agradecendo-lhe a protecção que obtivera para publicar a obra, etc.

Pimenta *(José dos Santos Duarte).* Magistrado aposentado. N. Pera em 1836, fal. em Lisboa a 25 de junho de 1910. Foi juiz nas comarcas de Lagos, Loulé, Guimarães, no 4.º districto criminal e da 5.ª vara civil de Lisboa, e presidente da Relação dos Açôres. Em 30 de janeiro de

1901 foi nomeado juiz da 2.ª instancia. Possuia a carta de conselheiro, e quando falleceu encontrava-se no quadro da magistratura sem exercicio. Dizem que era muito dedicado á musica, sendo um distincto violinista.

Pimenta *(P. Manuel)*. Jesuita. N. em Santarem em 1542; fal. no collegio de Evora em 1 de outubro de 1603. Era filho de Antonio Dias. Entrou no noviciado de Evora a 30 de abril de 1558, contando 16 annos de edade. Tornou-se tão distincto nas letras humanas que as ensinou durante 6 annos. Na poesia latina adquiriu tambem grande fama. Foi prégador muito apreciado, por mais de 16 annos. Escreveu muitas poesias latinas, que não quiz nunca publicar, mas d'essas poesias publicou-se em 1622, muito depois da sua morte, um volume.

Pimenta *(P. Nicolau)*. Jesuita. N. em Santarem a 6 de dezembro de 1546, fal. em Gôa a 7 de março de 1614. Era filho de Antonio Pimenta, desembargador da Casa da Supplicação e vereador do Senado de Lisboa, e de Maria de Figueiredo. Entrou na Companhia de Jesus aos 16 annos de edade, em 2 de maio de 1562, e dictou Rhetorica, Philosophia e Theologia na Universidade de Evora, em cuja faculdade se doutorou a 7 de julho de 1585. Seguiu depois em 1592 para o Oriente, por ter sido nomeado visitador das provincias das Indias Orientaes. Uma das cartas que escreveu, em cumprimento do seu dever, ao geral da sua ordem, e que relata a victoria de André Furtado de Mendonça sobre o pirata Cunhale, foi impressa em Lisboa em 1662, e como muitas outras cartas annuas, foi traduzida em differentes linguas, inclusivamente na lingua allemã.

Pimenta Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Cadafaes, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. ‖ S. Miguel, de Cardosas, conc. de Arruda dos Vinhos, do mesmo districto.

Pimenta do Avellar *(Bernardo)*. Fidalgo da Casa Real; capitão de Thomar, guarda-roupa de D. João V, estribeiro mór dos infantes D. Miguel e D. José, filhos bastardos de D. Pedro II, e escrivão dos filhamentos da Casa Real. N. em Abrantes a 20 de agosto de 1670, onde tambem fal. a 30 de novembro de 1742. Era filho de Gonçalo Pimenta do Avellar, sargento-mór de Abrantes, e de sua mulher D. Maria Correia da Silva. Chamava-se Bernardo Correia da Silva, porém mudou os appellidos para os de *Pimenta do Avellar*, para succeder a seu irmão no morgado do Rio Torto, o qual tinha expressa clausula de que o herdeiro usasse d'estes appellidos. Bernardo Pimenta do Avellar foi procurador de Abrantes nas côrtes celebradas em Lisboa no anno de 1698, em que foi jurado principe herdeiro, o mais tarde, el-rei D. João V. Era muito versado nas linguas latina, italiana e castelhana. Na edade de 21 annos percorreu grande parte da Europa, em viagem de instrucção. Applicou se muito ao estudo da historia do paiz e da genealogia, em que deixou muitos trabalhos manuscriptos, assim como 20 volumes de *Familias nobres d'este reino*. D'estes trabalhos genealogicos, dizem, se aproveitou muito D. Antonio Caetano de Sousa para a sua *Historia Genealogica*, considerando-os obra de muito merecimento.

Pimenta Cardote *(D. Ignacia)*. Pintora que viveu no seculo XVIII. No bello mosteiro benedictino de Tibães existia um quadro da *Sacra Familia*, com a indicação de ter sido feito em 1717, que o conde A. Raczynski muito elogia.

Pimenta de Castro *(Joaquim Pereira)*. General de brigada, ajudante de campo honorario de el-rei D. Manuel, vogal da secção do exercito do Supremo Conselho de defeza nacional, grande official e commendador da ordem de Aviz, bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra, director das obras publicas do districto de Portalegre, etc. N. em Pias, distr. de Vianna do Castello, a 5 de novembro de 1846, sendo filho de Joaquim Pereira Pimenta de Castro. Assentou praça na arma de engenharia a 19 de outubro de 1867, sendo promovido a alferes em 25 de janeiro de 1871, a tenente em 4 de fevereiro de 1873, a capitão em 2 de setembro de 1874, a major em 20 de dezembro de 1883, a tenente-coronel em 16 de fevereiro de 1887, a coronel em 30 de junho de 1892, a general de brigada em 25 de maio de 1900. Tem publicado: *Os projectos Saraiva e Hintze para contractar a conclusão e exploração do Caminho de Ferro do Sul, Sueste e Algarve*, 1883; *A mais racional e pratica solução do problema eleitoral*, 1884; *A promoção na engenharia em face da lei e da equidade*, 1888; *A lei da conversão do consolidado externo portuguez de 3 por cento, e a conveniencia de a revogar*, 1888; *A mais racional e mais pratica solução do problema eleitoral*, com um projecto de lei applicavel a todas as nações, 1890; *A perequação e as condições d'accesso*, 1902; *Solution rationelle et pratique du problème électoral, et project de loi respectif*, 1904; *A rational and practical solution of the electoral problem, and a propozed bill in relation thereto*, 1904; *Solução de problema importante*, 1905; *O thesouro e o contracto dos tabacos*, 1905; *O nó gordio dos tabacos*, 1906; *Remedio aos males patrios*, 1908; *Credito Predial, crise e solução*, Famalicão, 1910.

Pimenta da Gama *(Estevão de Queiroz Machado e Vasconcellos)* Fidalgo da Casa Real, tenente-coronel do exercito, governador das praças de Melgaço e de Monsão, commandante d'uma das brigadas d'ordenanças da provincia do Minho, proprietario, etc. N. em 22 de agosto de 1773, e fal. em 1833. Foi casado com D. Joaquina Verea Aguiar y Mosquera, que fal. em 1850, filha de D. Vicente Verea Aguiar y Varella, senhor da casa da Torre de S. Thiago de Andrade, em Galliza, e de D. Angela Mosquera Torre Samora, da casa de Villarinho. D'este consorcio, entre outros filhos, houve Joaquim de Queiroz Machado e Vasconcellos, que foi o barão do Hospital. V. *Portugal*, vol. III, pag. 934.

Pimenteira Pov na freg. de N. S.ª da Piedade e conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. E' sitio muito pittoresco.

Pimenteiras Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Assentiz, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Pimenteis Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, das Lapas, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Pimentel A familia d'este nobre appellido tinha por solar a Torre de Nomaes, na Galliza, d'onde alguns membros passaram á conquista de Portugal no tempo dos primeiros reis. Procedem de Martim Fernandes de Nomaes, de quem fala o conde D. Pedro, no *Nobiliario*, titulo 35. No seu *Archivo heraldico*, diz o visconde Sanches de

Baena que este appellido foi uma alcunha posta por D. Affonso III a Vasco Martins de Novaes, que era moço fidalgo e meirinho mór d'aquelle monarcha, por ser muito esperto, desembaraçado e de genio alegre. Tem por armas: Em campo verde, cinco vieiras de prata (conchas), em aspa, realçadas de negro; Timbre, meio touro de púrpura, com uma das vieiras do escudo na testa. Alguns lhe accrescentam orla de ouro, carregada de oito cruzes de púrpura. Fôram d'este appellido, e usaram d'estas armas os antigos condes de Benavente, mas as augmentaram da maneira seguinte: Escudo esquartelado: no 1.° e 4.° quarteis, de ouro, tres coticas de púrpura, em faxa; nos 2.° e 3.°, de verde, 5 vieiras de prata, realçadas de negro, em aspa. Outros do mesmo appellido trazem por armas: Escudo esquartelado; no 1.° e 4.° quarteis, de ouro, tres coticas, de púrpura, em faxa; nos 2.° e 3.°, de verde, tres vieiras de prata, em roquete, realçadas de negro, orla de prata, carregada de cruzetas de púrpura. Os condes de Benavente procedem de D. Rodrigo Affonso Pimentel, que casou em Hespanha com a filha do almirante D. Affonso Henriques, filho do mestre de S. Thiago, D. Fradique, e o rei Filippe II, de Castella, lhe deu o titulo de conde de Benavente (V. *Portugal*, vol. II, pag. 294 e 295). As suas armas são: Escudo dividido em pala: na 1.ª, do verde, cinco vieiras de prata, em aspa, e na 2.ª, de prata, faxa de tres coticas de púrpura.

Pimentel (*Adolpho da Cunha*). Bacharel formado em Direito, pela Universidade de Coimbra, jornalista, etc. N em Provezende a 19 de janeiro de 1881, sendo filho do soldado do cêrco do Porto e antigo deputado, Henrique da Cunha da Gama Leite Pereira de Vasconcellos. Aos 17 annos encetou a carreira jornalistica, collaborando no *Bracarense* e no *Diario Mercantil*. Em 1871 matriculou-se no 1.° anno da faculdade de direito, tomando o grau de bacharel a 3 de junho de 1875, e fazendo acto de formatura a 22 de maio de 1876. Durante a sua residencia em Coimbra dirigiu por vezes a *Academia Dramatica* e a *SociedadePhilantropico Academica*, associação sympathica e civilisadora a que prestou bons serviços. Collaborou no *Progresso Commercial*, jornal regenerador publicado no Porto sob a direcção do jornalista Germano Vieira de Meirelles. Foi tambem redactor principal da *Regeneração*, orgão do partido regenerador no districto de Braga. Em 1877 foi eleito procurador á junta geral do districto pelos concelhos de Braga, Villa Verde e Amares, e sustentou n'aquella assembléa acalorada discussão, a favor da existencia do corpo de policia civil, que os procuradores dos outros concelhos, dirigidos pelo deputado por Fafe, visconde de Moreira de Rei, queriam dissolver. Em 1878 foi novamente eleito procurador pelo concelho de Barcellos, sendo depois votado para secretario da commissão executiva da junta. Em novembro do mesmo anno foi eleito deputado por Barcellos. Na camara fez parte da segunda commissão de verificação de poderes, e mais tarde das de administração publica e de recrutamento. Ultimamente foi governador civil do Porto, sendo agraciado então com a carta de conselheiro, e com a commenda e gran cruz da ordem de Christo por decreto de 20 de janeiro de 1909. Exercia o cargo de visitador da Caixa Geral de Depositos e Instituições de Previdencia, cargo de que foi exonerado, por ter sido extincto aquelle logar por decreto do governo provisorio da Republica, de 7 de novembro de 1910.

Pimentel (*Alberto*). Medico secretario da Escola normal do sexo masculino. N. em Lisboa a 21 de novembro de 1875. E' filho do escriptor Alberto Pimentel (V. *o artigo seguinte*). Fez o curso dos lyceus, fazendo tambem exames de grego e de allemão, quando esta ultima lingua não era exigida por lei. N'um só anno, na Escola Polytechnica, fez exame de physica, chimica mineral e chimica organica. Matriculou-se na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa no anno lectivo de 1892-1893. Na cadeira de physiologia, Sousa Martins deu-lhe um louvor. Collaborou alguns mezes no *Popular*, assignando-se com o pseudonymo *Um ignoto*. Com este mesmo pseudonymo foi ali publicado o romance *Historia d'um ideal*, que depois saiu em volume, e foi muito apreciado pela imprensa.

Pimentel (*Alberto Augusto d'Almeida*). Chefe da 2.ª repartição da secretaria da extincta camara dos pares, deputado, vogal do Conselho d'Arte Dramatica, escriptor e jornalista contemporaneo, socio correspondente da Academia das Sciencias de Lisboa. N no Porto a 14 d'abril de 1849, sendo filho de Fortunato Augusto Pimentel, distincto medico do Porto. Destinado á carreira medica, cursou a maior parte das aulas do lyceu nacional do Porto, affirmando desde estudante as suas grandes disposições para as letras, e para a poesia a que mais particularmente se dedicava. Começou a compôr versos, publicando alguns em jornal. Encetou a carreira jornalistica, escrevendo no *Jornal do Porto*, esquecendo completamente a carreira de medicina a que seu pae o destinara. No *Jornal do Porto* publicou o seu primeiro romance *Testamento de sangue*, que depois saiu em volume. No fim do anno de 1872 foi convidado a dirigir a parte litteraria do *Primeiro de Janeiro*. Dos folhetins que n'este jornal publicou, destacaremos o que tem por titulo *Y*, que de tal fórma agradou, que depois de fazer esgotar a edição do jornal, foi reproduzido no *Commercio do Porto*, saindo em seguida em volume. Por um despacho do ministerio da justiça, de 11 de setembro de 1873, foi chamado a Lisboa, e continuou na capital a sua vida de trabalho e actividade, entrando na redacção do *Diario Illustrado*, na collecção da *Bibliotheca Universal*, onde publicou 2 romances: *O Annel mysterioso* e *A' porta do Paraizo*. Fez parte da redacção dos jornaes *Economista*, *Jornal da Noite*, *Diario Popular*, *Novidades*, etc. Foi administrador do concelho de Portalegre, e, estando filiado no partido regenerador, foi deputado em algumas legislaturas, eleito pelos circulos de Povoa de Varzim e de Sinfães. Em 1897 teve a nomeação de commissario regio junto ao theatro de D. Maria II, sendo exonerado d'este cargo a seu pedido, no anno de 1906. Alberto Pimentel é um trabalhador infatigavel; além das suas funcções de funccionario publico, tem sido sempre redactor, ás vezes em mais d'um jornal ao mesmo tempo, produzindo successivamente volumes, todos de grande valor litterario. Era muito dedicado a Camillo Castello Branco, de quem foi um dos melhores discipulos, e d'aquelle notavel escriptor, aprendeu tres grandes requisitos d'um homem de

letras: a erudição, a linguagem e a actividade. Da sua enorme bibliographia, citaremos o seguinte: *Echos da livraria Progresso; O livro das flôres; Memoria sobre a historia e administração do municipio de Setubal*, 1879; *Photographias de Lisboa, Christo não volta, Rainha sem reino, Flôr de Myosotis, As amantes de D. João V, Idyllio dos reis. O romance do romancista, Os amores de Camillo, A triste canção do sul*, 1904; *As alegres canções do norte*, 1905; *Seara em flôr*, 1905; *A princeza de Boivão, O capote do tio Braz, O livro das lagrimas, O romance da rainha Mercedes, Homens e datos, Esboços e episodios, Mysterios da minha rua, Um conflicto na côrte, Aventuras d'um pretendente pretendido, Atravez do passado, Cantares* (versos), *A caridade anonyma, O Degredado, Entre o café e o cognac; Guia do viajante nos caminhos de ferro do norte de Portugal, Idyllios á beira d'agua, Mata-a ou ella te matará, Musa das revoluções, O Natal da residencia, Nervosos,*

Alberto Augusto d'Almeida Pimentel

lymphaticos e sanguineos; *Noites de Cintra, O Porto por fóra e por dentro, O Riso, O vinho, Viagem á roda do codigo administrativo, Vinte annos de vida litteraria, O Porto ha 30 annos, Historia do culto de Nossa Senhora em Portugal, Virtude de Rosina* (traducção), *As netas do padre Eterno*, etc. Publicou tambem um *Diccionario de origens, invenções, descobertas*, e a these de concurso: *Influencia da historia universal philosophica na esphera dos acontecimentos humanos*. Para o theatro escreveu: *Que joven Telemaco*, scena comica, desempenhada pelo actor Valle; *O Nariz, Psiu!, Vestidos curtos, A Gréve*, monologos impressos no Porto; *Rindo*, monologo recitado pesa actriz Julia Anjos; *Lirios*, poesia recitada pela actriz Emilia Adelaide, a 17 de julho de 1873, no theatro de S. João, do Porto; *Mr. Alphonse*, de Dumas filho, traducção feita em 3 noites, a pedido do actor José Carlos dos Santos, e representada no theatro de D. Maria II; *Dispase*, comedia em 1 acto, imitada do hespanhol, e representada no Gymnasio; *Depois do salsifré*, scena comica escripta para o actor Lamas; *Os Calixtos*, monologo escripto expressamente para ser recitado pelo amador Luiz Gama, sendo-o depois tambem pelo actor Simões; *High-life-mania*, comedia em 1 acto, representada no Gymnasio a 7 de março de 1877; *Grandes e pequenos*, monologo recitado pelo actor Valle. No theatro teem sido recitadas algumas poesias do livro *Idyllios dos reis*, como por exemplo *A Jarreteira* por Chaby Pinheiro, *D. João V em Odivellas* por Augusto de Mello, etc. Alberto Pimentel tambem colligiu n'um volume as obras do poeta Chiado.

Pimentel (*P. Antonio*). Da ordem dos clerigos menores. N. em Lisboa, e fal. em Hespanha em 1656. Foi primeiro advogado, mas enviuvando, entrou na religião, e foi para Italia, mas regressando á Peninsula, fal. em Hespanha. Escreveu: *Cartilha para saber ler em Christo, compendio do livro da vida eterna*, Lisboa, 1638, 2.ª edição, mais accrescentada, Lisboa, 1658; 3.ª, 1684; em Coimbra houve outra edição em 1674; *Manual da Alma; arte para bem morrer, e espelho da vida perfeita*, Lisboa, 1614.

Pimentel (*Antonio José Claudino de Oliveira*). General do nosso exercito. N. em Moncorvo em 1776, fal. no Porto a 13 de agosto de 1831. Era filho de João Carlos de Oliveira Pimentel e de D. Violante Engracia da Silva Torres. Sentindo grande vocação para a carreira militar, sentou praça aos 16 annos no regimento de cavallaria de Alcantara, sendo reconhecido como cadete em 1793. Ou porque suppuzesse que mais facilmente entraria em campanha passando para a marinha, ou por qualquer outro motivo, passou para o exercito de mar Claudino Pimentel, e o encontramos n'esse mesmo anno de 1793, fazendo parte como praça da brigada real da marinha, quer dizer como artilheiro da expedição Roussillon, e embarcado n'um dos navios. Tendo desembarcado na Catalunha as tropas que a frota portugueza conduzia, foi uma parte d'esta, commandada por José Sanches de Brito, servir como auxiliar na esquadra ingleza que bloqueou durante os annos de 1794 e de 1795 as costas occidentaes de França. N'este ultimo anno voltou essa esquadra em que Claudino Pimentel servia, para a foz do Tejo. De 1795 a 1802 continuou Claudino Pimentel a servir na marinha, e fez varias estações no Brazil, onde se relacionou com pessoas da melhor sociedade, que apreciaram muito o joven e instruido militar. Uma das pessoas com quem mais intimo conhecimento travou foi com o velho desembargador Antonio Diniz da Cruz e Silva, o autor do *Hyssope*. Essas relações com Antonio Diniz, e outras que teve em Portugal com Bocage, mostram que o joven militar se entregava ao cultivo das boas letras, sem esquecer os deveres da sua profissão. Era em 1802 official da brigada real, quando teve um conflicto com o commandante d'este corpo, Rodrigo Pinto Guedes, conflicto que o levou de novo a pedir a sua passagem para o exercito de terra, obtendo-lh'a o marquez de Alorna que o protegia. Foi collocado no 24 de infantaria como segundo tenente aggregado, passou em 1803 a primeiro tenente tambem aggregado, e em 1805 foi promovido a tenente effectivo. Em 1807 matriculára se na Academia Real de Marinha, e estava frequentando as aulas com licença, quando sobreveio a invasão franceza. Foi elle um

dos officiaes que não quizeram servir com os invasores, deu a sua demissão e retirou-se para casa de seus paes em Traz-os-Montes. Estava em Moncorvo quando rebentou no Norte a revolução contra os francezes, no dia 17 de junho de 1808 insurgiu se Moncorvo proclamando uma junta provisoria de que foi presidente o desembargador Thomaz Ignacio de Moraes Sarmento. Claudino Pimentel adheriu promptamento á revolução, a cujo serviço poz a sua sciencia e experiencia militar. Debaixo da sua direcção se levantaram nas alturas da Barca do Pocinho umas fortificações passageiras. O general Sepulveda, que tomára a direcção da insurreição, sabendo que tinha em Traz-os-Montes esse excellente official chamou-o immediatamente a Bragança, onde tinha quartel o 24 de infantaria, regimento em que Claudino Pimentel reassumiu o seu posto de tenente, sendo promovido a capitão no dia 23 de setembro. Com esse regimento fez a campanha de 1808, em que tomaram parte os inglezes de Wellesley. O regimento 24 ficou fazendo parte do exercito anglo-portuguez da divisão commandada pelo general Silveira, e assim tomou parte Claudino Pimentel tanto na retomada de Chaves como na brilhante defeza da ponte de Amarante. Homem decidido e valente, Claudino Pimentel foi-se tornando cada vez mais distincto. Logo depois da batalha de Talavera, atravessou quasi só o terreno occupado pelo inimigo para restabelecer communicações entre a divisão de Silveira e o general em chefe. Nomeado ajudante de ordens do commandante das armas de Traz-os-Montes, tomou parte na brilhante escaramuça de Puebla de Sanabria, foi levar a Wellington uma aguia tomada a um batalhão suisso que n'esta povoação capitulou, e por tudo isso foi promovido a major por distincção em 18 de agosto de 1810 Durante o resto d'este anno, em 1811, em 1812, e em principio de 1813, serviu Claudino Pimentel como ajudante de campo do tenente general Silveira, já então agraciado com o titulo de conde de Amarante. Depois da notavel batalha de Vitoria, não pôde seguir o resto da campanha peninsular e a campanha de França, porque foi nomeado major de infantaria 5, que estava aquartelado em Elvas, encarregado de disciplinar esse corpo, e considerado portanto como official mais habil entre os da sua patente para desempenhar tão ardua missão. Acabára a guerra da Peninsula, mas varias tropas portuguezas iam tomar parte n'uma nova campanha, a campanha de Montevideu, em que Claudino Pimentel tambem teve de entrar porque foi despachado tenente coronel para caçadores 3, um dos corpos escolhidos para fazerem parte da divisão expedicionaria. Chegando ao Rio de Janeiro, teve um serio desgosto. O marechal Beresford, por motivos que se ignoram, tirou lhe o commando do seu batalhão, como tirou o do 4 de caçadores a João Chrysostomo Callado, que foi depois general no imperio do Brazil. Esses dois corpos eram transformados em regimentos, e perdiam os tenentes coroneis o commando. Protestou Claudino Pimentel com energia e de fórma tal que, apezar do predominio de Beresford, D. João VI satisfez o seu pedido, mandando que elle partisse para Montevideu, sendo ahi encarregado de algum commando especial. Effectivamente, assim que o exercito entrou em campanha, recebeu Claudino Pimentel o commando de toda a infantaria da vanguarda. Distinguiu-se brilhantemente em todos os combates, principalmente no de India Muerta, e quando o coronel Saldanha foi nomeado brigadeiro graduado, tomou o tenente-coronel Claudino Pimentel o commando do 1 de infantaria, e estava exercendo esse commando quando foi em 1820 promovido a coronel. Chegando a Montevideu a noticia da revolução portugueza de 1820, manifestou-se logo na divisão um grande enthusiasmo, e Claudino Pimentel foi quem promoveu um pronunciamento a favor do novo regimen, formando se uma junta governativa de que foi nomeado presidente o general Lecór e vice presidente Claudino Pimentel. Pouco depois a noticia da agitação do Rio de Janeiro fez com que partisse para a capital do Brazil a divisão de Montevideu. Era já

Antonio José Claudino de Oliveira Pimente

Claudino tão considerado como Saldanha, porque, tendo sido este nomeado governador da provincia do Rio Grande do Sul, foi Claudino nomeado governador de Matto Grosso. Não chegou porém a tomar posse. Accentuava-se o movimento separatista, D. Pedro acceitava a independencia do Brazil e instava com os officiaes portuguezes para que o acompanhassem. Não o quiz fazer Claudino Pimentel, e por isso partiu para a Europa, achando se em 1822 em Moncorvo em casa da sua familia. Já em Montevideu fôra Claudino Pimentel encarregado do commando da 1.ª brigada, e desempenhára as funcções de ajudante general. Estava em Lisboa já com o posto de brigadeiro, quando rebentou em Traz-os-Montes a revolta absolutista do conde de Amarante. O brigadeiro Pimentel apressou-se a levar elle proprio ás côrtes a manifestação da firmeza do exercito na defeza da causa constitucional. Chamado depois a Traz-os-Montes para tomar parte nas operações militares, foi encarregado pelo general em chefe Luiz do Rego do commando de uma brigada, á

frente da qual prestou relevantes serviços na acção de 23 de março e no resto da campanha que terminou com a fuga dos rebeldes para Hespanha. Já o governo portuguez nomeara Claudino Pimentel governador da provincia brazileira do Grão-Pará, emquanto esperava impedir o movito separatista, mas essa tentativa era já inutil. Claudino Pimentel foi nomeado governador interino da provincia de Traz-os-Montes e tratou de proceder á sua pacificação. Estava no desempenho d'esta commissão, quando se realisou o movimento da *Villafrancada*, e caiu o governo liberal. O governo absolutista, que se lhe seguiu, demittiu-o immediatamente do seu governo, chamou-o a Lisboa, e deportou-o para o ilha do Fayal. N'esta ilha ainda as autoridades realistas aggravaram a sua pena deportando o para a Graciosa. Elle e outros generaes fôram ainda demittidos do real serviço. Comtudo, o governo de D. João VI não tardou a mostrar-se mais tolerante com os liberaes, e Claudino Pimentel pôde regressar ao reino, indo para Moncorvo, onde viveu até que, depois da morte de D. João VI, foi instituido o regimen liberal por seu filho D. Pedro IV. Então Claudino Pimentel foi reintegrado no seu posto de brigadeiro, e nomeado logo pela regente, a infanta D. Izabel Maria, governador das armas da capital. Mas não tardou a revolta absolutista, e Claudino Pimentel foi chamado a debellal-a. Recebeu o commando d'uma divisão volante composta apenas de 2:000 homens, comprehendendo os batalhões de caçadores 3 e 7 e os regimentos de infantaria 10 e 16, cavallaria 11, e meia brigada de cavallaria 4, divisão que tinha de manobrar na Beira Alta. Esta campanha de 1827 firmou deveras a reputação militar de que o general Claudino gozava, não só pelo modo brilhante como manobrára tanto na Beira Alta como em Traz-os-Montes, ora só, ora combinado com o general Azeredo, depois conde de Samodães, não só pela sua brilhante defeza da ponte de Amarante, mas tambem pela victoria de Coruche, em que elle era simples general divisionario, sendo o commandante em chefe o conde de Villa Flôr, cujos louros, porém, todos attribuiram ao general Claudino, sendo elle o que planeara a batalha, sendo elle o que mais concorreu para a victoria. A rebellião absolutista estava subjugada, e Claudino Pimentel, que fôra eleito deputado ás côrtes pela provincia de Traz-os-Montes, veiu tomar assento na camara, onde falou varias vezes sempre com acerto e desembaraço, tanto que, tendo estado gravemente doente o conde de Samodães, ministro da guerra, foi Claudino Pimentel indigitado pela opinião publica para lhe succeder Estava-se em 1828, e o infante D. Miguel, nomeado regente por seu irmão, entrava em Lisboa com o firme proposito de destruir o regimen constitucional. Claudino Pimentel era governador das armas da capital. Logo que viu dissolvidas as côrtes, e triumphante o golpe do Estado, pediu seis mezes de licença, e foi para Moncorvo. O absolutismo triumphava em toda a parte, e em toda a parte se manifestava com o seu caracter violento. Em Moncorvo imperava a facção miguelista. Claudino encontrou na villa o batalhão de caçadores 12, commandado pelo major Francisco Xavier da Silva Pereira, depois conde das Antas. Este official estava já em relações com os outros militares liberaes que premeditavam insurgir-se contra o novo governo Tendo recebido ordem de marchar com o seu batalhão para Ponte de Lima, partiu, mas instando com o general Claudino para que o acompanhasse. Não quiz este fazêl-o, e assim praticou uma terrivel imprudencia. D'ahi a pouco rebentava a noticia do pronunciamento liberal, mas via-se logo que estava restricto e que não se alargaria pelo paiz. Os miguelistas, primeiro assustados, cobraram animo e tornaram-se ainda mais violentos. Claudino era o alvo de todas as suas suspeitas, e começou a estar em verdadeiro perigo, tanto mais que a sua reputação militar fazia com que todos receassem que elle fôsse unir-se aos liberaes. Bem o desejara o infeliz brigadeiro. Foi um recado a Almeida, a avisar as tropas constitucionaes, que ali se suppunha estivessem, de que o brigadeiro Claudino estava em perigo. Não se recebeu resposta. A situação tornava-se gravissima para Claudino. Chegou por essa occasião um bilhete da junta do Porto, em que lhe diziam: *Venha! Carecemos da sua presença!* Claudino partiu ás escondidas com seu irmão e desceu o rio Douro n'um barco. Já tinha chegado a uma legoa da Regua e julgavam-se salvos, quando fôram intimados por uns milicianos a aproximarem-se da margem esquerda. Fôram, esperando ainda que nada succedesse. Mas esta fatalidade fez com que entre os milicianos estivesse um sapateiro de Moncorvo que conheceu Claudino, e que o denunciou. Ufanos com tão gloriosa presa, os milicianos apoderaram-se de Claudino Pimentel e de seu irmão Luiz Carlos, e os levaram a Lamego. Entraram n'esta cidade no meio dos insultos da gentalha e das ameaças de morte. As autoridades communicaram lhes emfim que o general Claudino não podia ser deixado livre, por ser nocivo ao governo de D. Miguel, que elle pudesse ir unir se aos rebeldes liberaes. Assim passou Claudino para Regoa, da Regoa para Villa Real, de Villa Real voltou á Regoa, de Regoa de novo a Lamego, depois seguiu para Vizeu, de Vizeu para Mangualde, de Mangualde para a Covilhã atravessando a serra da Estrella, da Covilhã para Abrantes, torturado, insultado, passando noites tormentosas nas cadeias, algemado pelo proprio irmão de Telles Jordão, vilipendiado pelos padres tanto como pela relé mais selvagem, mas em toda a parte mostrando uma intrepidez, uma energia um desembaraço que é uma verdadeira maravilha, como em Villa Real quando lhe gritaram aos ouvidos *Morra o Claudino*, elle voltando-se dizia: *O Claudino sou eu! Se ha ahi algum atrevido que me queira matar, atire me.* Em Abrantes metteram-se n'uma falua que os trouxe a Lisboa, sendo acompanhado pelo tenente coronel Soares, que não só os tratou com immensa caridade, mas que evidentemente quiz dar lhes fuga, porque ao chegar a Lisboa, metteu-os n'uma sege, dizendo-lhes que fôssem para o castello de S. Jorge, e advertindo-os até de que o boleeiro não conhecia nem os seus nomes nem as suas circumstancias, e que elle e um sargento os seguiriam a distancia, e lá iriam ter ao castello. Logo perderam de vista os seus seguidores e ficaram completamente livres, Claudino percebeu que nada era mais facil do que dizer ao boleeiro que os levasse a sitio muito differente, onde se pudessem homiziar. Mas Claudino não quiz, dizendo que isso

seria comprometter o tenente-coronel que tanta confiança lhes mostrára. Além da lealdade que isto manifesta, o general Claudino nunca poderia talvez imaginar que a sua prisão fôsse sanccionada por autoridades superiores. Nada absolutamente fizera contra o novo regimen; não tomára parte na insurreição constitucional, não havia provas nem indicios sequer de que tencionasse dirigir-se ao Porto, porque o haviam de conservar preso? No Natal de 1828 fôram transferidos os dois irmãos com outros presos que estavam no castello de S. Jorge, para a Torre de S. Julião da Barra, e ahi soffreram todos os tormentos que são bem conhecidos. Em dezembro de 1829 fôram ambos transferidos para o Porto, mas, como tudo se fazia com tormentos e perseguições, a transferencia fez-se n'um hiato, que por mais d'um mez esteve em perigo, que não levou mantimentos sufficientes, de fórma que os passageiros por mais d'uma vez passaram fome. Além d'isso tiveram de arribar a Vianna e de Vianna para o Porto fôram os presos conduzidos a pé. Claudino ia gravemente doente, debilitadissimo, e não houve meio de passar para deante de Espozende, teve o commandante da escolta, que era extremamente barbaro, de alugar uns carros detestaveis, em que os presos que se achavam em peor situação de saude fôram, soffrendo cada vez mais insupportaveis torturas. Em Villa do Conde appareceu o sobrinho de Claudino Pimentel, Julio Maximo d'Oliveira Pimentel, mais tarde visconde de Villa Maior, e que trazia uma liteira para seu tio. Assim pôde Claudino chegar ao Porto com mais algumas commodidades. Dando entrada nos carceres da Relação, instaurou-se-lhe logo o processo summario e inquisitorial que se usava então, processo que não tinha o minimo fundamento sério, sendo ainda assim condemnado por sentença de 15 de dezembro de 1830 a degredo e prisão effectiva no presidio das Pedras Negras, e a 400$000 réis de custas, e tambem seu irmão foi condemnado a tres annos de prisão no castello de Peniche, e 200$000 réis de custas. Não chegou o general Claudino a partir para o desterro, porque sendo atacado por um violento ataque de gota, falleceu pouco depois. Foi enterrado sem honras militares na egreja dos Grillos, depois egreja do Seminario Episcopal.

Pimentel (*Antonio José de Mesquita*). Presbytero secular, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, desembargador da Relação Ecclesiastica de Braga, abbade da freguezia de S. Gens, de Salamonde, etc. N. em S. Bade, da prov. de Traz-os-Montes, e fal. a 21 de setembro de 18-1. Tomou posse da abbadia de Salamonde em junho de 1781. Passados alguns annos renunciou este beneficio em seu sobrinho Antonio Joaquim de Mesquita Pimentel, mas continuou a curar na mesma freguezia até fallecer. Escreveu: *Cartilha ou Compendio da Doutrina Christã; contém a doutrina, orações*, etc. Esta cartilha foi por muito tempo geralmente acceita para o ensino da instrucção primaria, e fizeram se repetidas edições em Portugal, no Brazil e em Paris. Escreveu mais: *Soccorro de moribundos, dividido em duas partes*, Porto, 1793.

Pimentel (*Antonio Lucio Tavares*). Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra. Nasceu em Leiria a 15 de agosto de 1848, sendo filho, neto e bisneto dos fallecidos medicos d'esta cidade, conhecidos pelo appellido de Tavares. Antigo sub delegado de saude no concelho de Leiria, e facultativo dos partidos camarario e hospitalar e das sociedades de soccorros mutuos do operariado leiriense, exerceu em 1905 a clinica dos expostos da Santa Casa da Misericordia de Lisboa, de cujo estabelecimento pio era funccionario havia muitos annos, tendo-se já então aposentado no partido camarario e exonerado dos outros cargos, por se sentir com falta de saude. Hoje exerce clinica em Leiria. Tendo entrado na politica, filiara-se no partido progressista, de que era chefe em Leiria o barão de Salgueiro. Exerceu tambem o cargo de governador civil substituto d'este districto.

Pimentel (*Antonio de Serpa*). V. *Serpa Pimentel (Antonio)*.

Pimentel (*D. Carlos Maria de Figueiredo*). V. *Annunciação (D. Carlos)*. *Portugal*, vol. I, pag. 583.

Pimentel (*Diogo Pereira Forjaz Sampaio*). V. *Sampaio Pimentel*.

Pimentel (*Domingos Correia*). Capitão de infantaria durante a guerra da Restauração de 1640. Era natural de Provezende, e irmão de Jeronymo e Francisco Pimentel (V. *adeante*). Assistiu ao cêrco do castello de Lapella, que estava ainda no poder dos castelhanos; entrou nos combates de Monte Labrujo e da Veiga da Matança. Em 1663 acompanhou o conde do Prado na sua expedição á Galliza, onde assistiu ao ataque da villa de Forrinho e ao combate nos arrabaldes de Bayona. Ficou ferido gravemente n'um combate da praça de Almeida, e depois assistiu ao cêrco de Valença, á batalha de Montes Claros e outras.

Pimentel (*Emilia Adelaide*). Actriz dramatica muito distincta. N. em Portalegre em 1 de novembro de 1836, fal. em Lisboa em 11 de setembro de 1905. Aos 11 annos de edade foi para Castello Branco com sua mãe e irmãos, visto o pae os ter abandonado. Aos 15 annos, em 1851, veiu para Lisboa e entrou como costureira n'um estabelecimento de modista. Sendo então aconselhada para seguir a vida do theatro, matriculando-se no Conservatorio, na aula dramatica, dirigida por Duarte Sá, e completando rapidamente a sua educação litteraria com o fervor de quem deseja progredir, depressa alcançou a approvação para se apresentar ao publico como actriz, estreando-se no theatro de D. Maria II, em 1857, na comedia em 1 acto, *A chavena quebrada*. A debutante foi recebida com o maior agrado, e continuando a estudar com dedicação, os seus progressos na arte dramatica iam se accentuando de dia para dia distinguindo-se muito no drama em 3 actos, de Francisco Serra, *O Amor e o dever*, que pela primeira vez subiu á scena na recita de gala de 29 de abril de 1859. Emilia Adelaide era muito sympathica e muito elegante, requisitos de grande utilidade para o palco, dispondo além d'isso d'um robusto talento artistico. A peça em que verdadeiramente conquistou os fóros de artista consagrada foi o drama em 3 actos, de Ernesto Biester, a *Caridade na sombra*. Desde então contou os triumphos por cada personagem que creava. Os principaes escriptores da epoca disputavam-n'a para interprete das suas producções. Foi longo o seu reportorio, em que mencionaremos

as seguintes peças: *Os homens ricos*, *Fortuna e trabalho*, *A Abnegação*, *Os diabos pretos*, *Os fidalgos de Bois-Doré*, *A vida d'um rapaz pobre*, *Nobres e plebeus*, *A Penitencia*, *A Judia*, *Helena*, *D. Fr. Caetano Brandão*, *Angelo*, *tirano de Padua*, *Antony*, *A Redempção*, *Mademoiselle de Belle Isle*, *Idiota*, *Aventureira*, *Maria Antonieta*, *Tartufo*, *Fernanda*, *A Mulher que deita cartas*, *O Jogo*, *Os homens do mar*, etc. Em 1865 deixou o theatro normal, d'onde tambem saira Francisco Palha, retirando se do cargo de commissario regio que exerceu durante alguns annos, e partiu para Paris em digressão de estudo, na companhia do fallecido escriptor Ernesto Biester, que se tornara seu protector muito dedicado, e no seu regresso a Lisboa representou no antigo theatro da Rua dos Condes, fazendo parte da companhia organisada por Francisco Palha, que se tornara empresario do novo theatro da Trindade, que então se construia, cuja companhia

Emilia Adelaide Pimentel

deu ali varios espectaculos. Entrou então nas peças: *O Supplicio d'uma mulher*, *Familia Benoiton*, *Mulheres á solta*, *O demonio do jogo*, *A Berlinda*, etc. Completando-se as obras do theatro da Trindade, realisou-se a inauguração em 30 de outubro de 1867, com o drama em 5 actos, de Ernesto Biester, *A mãe dos pobres*, e a comedia em 1 acto, *O Xerez da viscondessa*, representando Emilia Adelaide nas duas peças. Um anno depois, 1868, a empresa da Trindade começou a explorar a opereta, e Emilia Adelaide, com alguns outros artistas, voltou para o theatro de D. Maria II, onde creou o papel de *Morgadinha de Valflôr*, drama de Pinheiro Chagas, que se representou pela primeira vez na festa artistica da apreciada actriz, a 3 de abril de 1869. Esta peça foi uma das suas maiores glorias. No theatro de D. Maria II se consevou Emilia Adelaide até á reforma feita pelo ministerio presidido por Anselmo Braamcamp, de accordo com Antonio Ennes, reforma de que resultou ficar o theatro adjudicado á empresa Biester, Brazão & C.ª Foi então que Emilia Adelaide resolveu partir para o Brazil, e na companhia de Ernesto Biester embarcou em 9 de março de 1871, em direcção do Rio de Janeiro, contratada pelo empresario, actor e escriptor Furtado Coelho. O publico fluminense recebeu a com o maior emthusiasmo, applaudindo-a phreneticamente. Voltando a Lisboa em 1872, entrou n'alguns espectaculos no antigo theatro dos Recreios, representando o drama em 4 actos, de Emilio Zola, *Thereza Racquin*. Organisou por sua conta uma companhia dramatica com que percorreu as provincias, ilhas (1876-1877) e por fim o Brazil. A companhia agradou bastaute, mas Emilia Adelaide não conseguiu alcançar a fortuna que ambicionava, tornando-se empresaria. Passados tempos a companhia desorganisou-se, e Emilia Adelaide voltou para Lisboa. Representou então nos theatros do Principe Real, Recreios e Gymnasio; d'esta vez, porém, foi infeliz, porque tanto o publico como a imprensa se tornaram adversos, apezar d'ella representar com José Carlos dos Santos, n'uma companhia de que faziam parte Amelia Vieira e outros artistas distinctos. Achavam-n'a já muito decadente nos seus trabalhos artisticos. Sendo acommettida no Porto d'uma bronchite que lhe velou a voz, Emilia Adelaide decidiu embarcar novamente para o Brazil, e teve a fortuna de melhorar durante a viagem, começando de novo no Rio de Janeiro a sua carreira artistica. Ali se conservou 16 annos, quasi sempre como empresaria, sendo considerada uma das primeiras actrizes do Brazil. Por fim resolveu abandonar a scena. Havia requerido a sua reforma como actriz de primeira classe, a qual lhe fôra concedida pela Caixa das pensões aos artistas dramaticos, pelos serviços prestados no theatro de D Maria II. Fundou um importante estabelecimento de modas, continuando a viver no Rio de Janeiro, até que em 1901 ou 1902 veiu residir para Lisboa. Apresentou se depois uma unica vez na Trindade, representando a pedido n'um beneficio do Gremio Popular, recitando a poesia, *A Judia*, de Thomaz Ribeiro. Pinho Leal no vol. VII do *Portugal antigo e moderno*, a pag. 236, conta o seguinte ácêrca de Emilia Adelaide, referindo-se a Portalegre, sua terra natal: «Esta distincta actriz não esquece nunca a sua patria. Soube ella que n'esta cidade se projectavam obras para ampliar o adro da ermida de Sant'Anna, uma das mais bellas de Portalegre. Presidia a uma commissão, para este fim eleita, o sr. conde de Avilez que para conseguir os meios necessarios obtivera a concessão de fazer um bazar, que foi esplendido. Concorreram com valiosas prendas, não só as damas e cavalheiros de Portalegre, mas tambem varias senhoras de Lisboa e do Porto; incluindo se em o numero dos offerentes, a sr.ª D. Maria Pia, o sr. D. Fernando, e a sr.ª condessa d'Edla, que concorreram com objectos de grande valia. A sr.ª Emilia Adelaide, não só mandou varias prendas de muito bom gosto e valor, mas se offereceu a dar algumas recitas, cujo producto fôsse applicado áquellas obras. Na carta que a este respeito escreveu ao sr. conde de Avilez, se lia: «Sinto um prazer intimo, inefavel, em associar o meu nome, a um melhoramento da minha terra.» Logo que a noticia da vinda de Emilia Adelaide se espalhou em Portalegre, as pes-

soas mais notaveis da cidade, inscreveram o seu nome, para todas as recitas que para tal fim tivessem de dar-se. O estrepito dos foguetes que serpenteavam nos ares pelas 7 horas da manhã do dia 4 de agosto de 1875 annunciava aos portalegrenses que entrava na cidade a sua querida patricia. Foi esperada, fóra dos muros, pelo sr. conde de Avilez e outros distinctos cavalheiros da cidade. O theatro esteve completamente cheio, pelas principaes senhoras e cavalheiros da cidade e immediações, nas recitas que deu tão insigne actriz, e a receita deu um resultado superior a todas as esperanças.» Emilia Adelaide, quando esteve no Brazil, recebeu os diplomas de socia benemerita e honoraria da *Sociedade Portugueza de Beneficencia*, da *Caixa de Soccorros de D. Pedro V*, da *Sociedade Amor á Monarchia*, do *Retiro Litterario Portuguez* e da *Congregação das filhas de Maria*, de que era protectora e socia a imperatriz do Brazil.

Pimentel *(Fortunato Augusto)*. Medico muito apreciado no Porto. N. no Porto em 1807, onde tambem fal. em 1889. Os seus primeiros annos fôram accidentados de episodios difficeis, dos que embaraçam o caminho, ainda aos mais fortes e affoitos. Nascia e crescia n'um tempo em que a propria nação não tinha a certeza do seu destino, e por isso menos se podia assegurar o dos seus filhos. Sua familia era rica, e na maior parte constituida por senhoras ao tempo da segunda invasão franceza. Como era natural, assustadas com a aproximação do exercito de Soult, refugiaram-se n'um arrabalde do Porto, deixando muitos babús cheios de prata e ouro, escondidos n'uma casa esconsa do sotão. O acaso levou ali uma bala, o incendio ateou-se, e o facto é que as preciosidades desappareceram. Orphão de poucos annos, Fortunato luctou pela vida. Em 1825, contando 17 annos de edade, começou a frequentar a Escola Medica Em 1832, com o seu curso concluido havia dois annos, attrahido pelo convite do governo de D. Miguel, foi servir como clinico no hospital do saugue da Formiga. O infante affeiçoou-se-lhe, e querendo-o distinguir, deu-lhe o habito de Christo, diploma e venera, e decretou-lhe a nomeação de professor da Escola Medica e a de medico da Casa Real. Todos estes somnos de grandeza lhe cairam desfeitos pela Convenção de Evora Monte, em 1834; no entretanto Fortunato Pimentel ficou sendo o medico querido das principaes familias miguelistas do Porto. Submetteu-se honestamente ao novo regimen, não combateu os que servira, nem serviu os que combatera. Exercia os seus direitos politicos, sem fazer propaganda partidaria, e votando sempre no partido conservador, a Regeneração. Assim se fazia estimar por todos, e sem perder a sympathia das familias realistas, tinha a amizade de todos os partidos. Enviuvando, e passando a segundas nupcias, augmentando-lhe os encargos de familia, precisou de alargar a área do seu trabalho. Solicitou, e obteve o logar de facultativo interno do hospital real de Santo Antonio (Misericordia), logar que serviu com muito zelo mais de 30 annos. No fim d'este tempo, a Mesa, querendo allivial-o no seu trabalho, em razão da edade, passou-o para o externo, por ser serviço menos duro, e tres mezes antes do seu fallecimento, fôra aposentado com o ordenado por inteiro. Era tambem facultativo dos asylos e enfermaria de presos, estabelecimentos dependentes da Santa Casa Tambem a Mesa lhe conservara estes ordenados por concessão graciosa. E tão reconhecidos fôram os bons serviços prestados, que a mesma Mesa, que os sabia avaliar e premiar, lançou na acta um voto de sentimento pela morte do benemerito medico, e assistiu aos funeraes. Fortunato Pimentel prestou tambem relevantes serviços ao Porto, durante as epidemias da Cholera-morbus e da Febre amarella, que invadiram aquella cidade. Nos relatorios officiaes que se publicaram apparece com louvor o nome do medico Fortunato Pimentel, como um dos clinicos que mais se distinguiram pela sua dedicação. O governo, n'esta occasião o agraciou com a commenda de Christo. O distincto e benemerito medico Fortunato Augusto Pimentel foi pae do escriptor e jornalista Alberto Pimentel. V. *este nome.*

Pimentel *(Francisco)*. Official do nosso exercito. N. em Lisboa no anno de 1652, fal. a 6 d'outubro de 1706. Era filho de Luiz Serrão Pimentel. Tendo estudado no collegio de Santo Antão, da Companhia de Jesus, e frequentado depois as aulas da Universidade de Coimbra, recebeu em 1677 o grau de bacharel em Direito, e logo em seguida a nomeação de capitão ajudante do engenheiro-mór seu pae, a quem depois substituiu no logar de lente de fortificação Em 1684, tendo D. Pedro II resolvido mandar alguns officiaes para estudar a organisação e disciplina dos exercitos estrangeiros, escolheu para essa commissão Francisco Pimentel e D. Antonio Salgado, que com o posto de capitão e acompanhados de quatro ajudantes partiram para a Polonia, d'onde no anno seguinte passaram á Hungria. Francisco Pimentel assistiu á tomada da praça de Newhausel, e depois marchou com o exercito para Buda, examinando cuidadosamente tudo quanto dizia respeito á milicia e operações da guerra, e voltando á patria foi em 1690 mandado a Mazagão para pôr essa praça africana em melhor estado de defeza. Declarada a guerra entre Portugal e Hespanha, serviu na Beira em 1704 com o posto de quartel-mestre general, e distinguiu se muito no combate de Monsanto, em que ficou gravemente ferido. Ainda mal convalescido saiu de Penamacôr governando o trem de artilharia do nosso exercito, que marchara para Almeida, e sendo em 1705 nomeado mestre de campo general, assignalou-se na recuperação da praça de Salvatierra e tambem no sitio de Badajoz. Por ordem do marquez das Minas ficou com 300 infantes na cidade de Cuenca, e, adoecendo gravemente, ali falleceu. Parece que Francisco Pimentel escreveu algumas obras de geometria e fortificação, que não chegaram a imprimir-se.

Pimentel *(Francisco da Cunha)* Distinguiu-se pela sua bravura e patriotismo na guerra da Restauração de 1640. Em 1657 reuniu a nobreza da provincia e com ella esteve em Mirandella, fazendo grandes despezas á sua custa. Foi defender a praça de Chaves, e n'ella se conservou até ao fim da guerra. Era natural de Provezende, pertencente á nobre casa da Calçada, assim como os seus irmãos Domingos e Jeronymo.

Pimentel (*Jeronymo da Cunha*). Fidalgo cavalleiro do habito de Christo, familiar do Santo Officio, juiz de fóra de Castello Rodrigo, desembargador da Relação da Bahia, e depois da do Porto; ouvidor do crime, etc. N. em Provezende

em 1650, fal. no Porto, sem descendencia, em 1715. Pertencia á nobre casa da Calçada, assim como os seus dois irmãos, Domingos e Francisco. Foi por ordem do governo a Angola syndicar do procedimento do governador Luiz Lobo da Silva, e a elle se deve o bom resultado da guerra com a rainha Ginga, a prisão do Joga Cacandá, em Benguella, a edificação dos presidios de Ambaca, Muxima e outros. Fundou uma casa que, em bens de raiz, foi das maiores da provincia, e a vinculou a seu irmão Luiz da Cunha Pimentel. Edificou o palacete da Calçada, e por seu testamento obrigou o herdeiro a construir junto do mesmo edificio uma capella, dedicada a S. Jeronymo, á qual o vinculo ficaria unido, com a obrigação de um officio annual por alma do instituidor. Jeronymo da Cunha Pimentel era casado com D. Manuela de Azevedo.

Pimentel *(Jeronymo da Cunha)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado, par do reino, director da Penitenciaria, etc. N. em Villa Real a 14 de maio de 1842, fal. em Braga a 3 de julho de 1898. Depois dos estudos preparatorios, matriculou se na Universidade, tomando o grau de bacharel em Direito, depois d'um curso distincto. Entrando na politica filiado no partido regenerador, foi eleito deputado pela primeira vez em 1868, pelo circulo de Sabrosa, depois d'uma renhida lucta eleitoral, que se repetiu no parlamento, que o obrigou a ir á barra defendel-a, o que fez brilhantemente, como consta dos registos parlamentares. Foi reeleito em 1874 por Barcellos; em 1878 por Braga, e em 1889 outra vez por Barcellos, contra o governo progressista, ganhando a eleição por uma enorme maioria. Duas vezes rejeitou o cargo de governador civil, que lhe foi offerecido, de Braga em 1871, e de Lisboa em 1890. Só a muitas instancias dos influentes de Braga e de amigos pessoaes, é que acceitou em 1881 ser governador civil de Braga; foi tão acertada a sua administração, e tornou-se tão considerado e estimado, que o governo o manteve n'aquelle cargo até 1884, anno em que foi nomeado director da Penitenciaria Central de Lisboa. Com a maior actividade organisou todos os serviços, afim de se poder abrir no anno seguinte, como effectivamente abriu, dando ali entrada os primeiros reclusos a 2 de setembro do referido anno (V. *Penitenciaria*, artigo *Lisboa*, vol. IV do *Portugal*, pag. 373 e seguintes). Nomeado governador civil de Braga em 1890, ali se conservou até que o ministerio regenerador se exonerou, recusando se então a continuar o seu cargo, apezar das instancias que os habitantes de Braga empregaram para o convencer. Foi eleito par do reino por Braga em 1885, sendo esta a primeira eleição que se deu na camara alta; em 1894 foi novamente nomeado governador civil de Braga, que acceitou com repugnancia, servindo até á subida ao poder do ministerio Dias Ferreira. Em 1890 e 1892 tornou a ser eleito par do reino, mas por Vianna do Castello, sendo em 1895 feito par vitalicio. O valor dos seus serviços como funccionario publico ficou bem affirmado nas numerosas portarias de louvor, que obteve, quer como chefe do districto, quer como director da Penitenciaria. Jeronymo da Cunha Pimentel fundou em Braga o Asylo da Mendicidade. Como jornalista, collaborou em diversos jornaes desde estudante, como o *Commercio de Coimbra*, *Jornal da Manhã*, do Porto, *O Douro*, folha regeneradora da Regoa, publicada em 1854; em Braga: *O Districto*, *O Bracarense*, *A Regeneração*, *O Amigo do Povo*, *O Regenerador*, e outros. Em Braga exerceu diversos cargos administrativos: Presidente da camara municipal, procurador á Junta Geral do districto, vogal de varias commissões, etc. Nunca acceitou titulos nem condecorações; apenas conservou o seu titulo de fidalgo cavalleiro da Casa Real, honra que desde seculos anda na sua familia, uma das mais illustres de Entre Douro e Minho. Além dos differentes relatorios da Penitenciaria, publicou: *A Beneficencia no districto de Braga; Relatorio sobre o collegio dos orphãos de S. Caetano*, de Braga; *A aposentação dos parochos; O Bill de indemnidade na camara dos pares em 1890*; relatorio e discursos ali pronunciados; *Alguns trabalhos parlamentares na sessão de 1893 da camara dos pares*, etc.

Pimentel *(Fr. João Boto)*. Religioso da ordem de S. João Baptista, commendador de Taboa, d'Aboim, de Santarem, e de N. S.ª da Portella, de Vez, e de S. João de Valladares. Fal. a 8 de fevereiro de 1613. Das genealogias consta que Ruy Boto, o chanceller de D. João II e o celebre reformador dos foraes do reinado seguinte, de D. Manuel, casou com D. Mecia Machado, filha de Pedro Machado, carregueiro e desembargador de D. Affonso V e de sua mulher, D. Branca Coelho. D'este consorcio houve 9 filhos, o quarto foi Pero Boto Machado, que succedeu na casa de seu pae, e casou com uma senhora, cujo nome se ignora, e de quem teve muitos filhos. Entre elles conta se D. Brites Boto, que casou com Luiz de Meirelles Pimentel, filho de Diogo Fernandes de Meirelles Pimentel, porteiro da camara d'el-rei D. Manuel, e de D. Filippa de Avellar. D'este consorcio houve, entre outros filhos, João Boto Pimentel, que já em 1589 era commendador da ordem de Malta. Na egreja de S. Sebastião, de Espiçandeira, proximo da villa de Alemquer, acha-se sepultada esta familia. V. *Espiçandeira*, *Portugal*, vol. III, pag. 188 e 189.

Pimentel *(João Moniz)*. Notario apostolico. Era natural de Evora. Acompanhou em 1585 de Lisboa a Roma os embaixadores dos reis de Bungo e Arima, de cuja jornada escreveu um *Itinerario*, o qual pertenceu á livraria de Manuel Severim de Faria, passando depois para a do conde de Vimieiro, onde se guardava no meado do seculo XVIII, segundo diz Barbosa Machado, no 2.º volume da *Bibliotheca Lusitana*.

Pimentel *(Luiz Augusto)*. Major de infantaria reformado. N. a 23 de dezembro de 1854, fal. a 25 d'abril de 1907. Assentou praça a 15 de setembro de 1871, sendo promovido a alferes a 25 de janeiro de 1888, a tenente a 28 de agosto de 1894, a capitão em 22 de março de 1901, reformando-se no posto de major em 30 de novembro de 1904. Tomou parte na expedição a Moçambique, em 1894, e na expedição aos namarraes em 1896. Era official da ordem da Torre e Espada, cavalleiro da de Aviz, e possuia as medalhas de prata de valor militar e de comportamento exemplar, para commemorar a expedição de Moçambique de 1894-1895; e a medalha de ouro para commemorar a expedição aos namarraes, 1896.

Pimentel *(Luiz Francisco)*. Fidalgo da Casa Real, cosmographo-mór do reino, academico da

Academia Real da Historia Portugueza, etc. N. em Lisboa a 5 de julho de 1692, fal. em Evora a 2 de setembro de 1764. Era filho de Manuel Pimentel, fidalgo da Casa Real e cosmographo-mór do reino, e de D. Clara Maria de Miranda. Tinha 27 annos de edade, quando foi provido no logar de cosmographo-mór. Dedicou-se muito ao estudo da genealogia e da historia. Foi eleito academico da Academia Real da Historia, em 1724, para escrever as Memorias historicas do bispado do Lamego. Escreveu: *Contas dos seus estudos*, que andam publicados na *Collecção dos Documentos e Memorias da Academia Real.*

Pimentel *(Luiz Serrão).* Tenente-general de artilharia, cosmographo e engenheiro-mór do reino. N. em Lisboa, sendo baptisado na freguezia de Santa Justa a 4 de fevereiro de 1613; fal. na mesma cidade a 13 de dezembro de 1679. Era filho de Jorge Serrão Pimentel. Estudou humanidades no collegio da Companhia de Jesus, mas resolvendo seguir a vida militar embarcou em 1631 para a India, com seu tio Fernão Serrão, na nau *Rosario.* Arribando este navio ao reino, quando chegou á altura de Pernambuco, Luiz Pimentel resolveu não sair mais da patria, e entregando-se ao estudo das mathematicas, começou em 1641 a exercer o cargo de cosmographo-mór do reino por impedimento do proprietario, Antonio Mariz Carneiro. Foi por seu conselho que D. João IV instituiu na Ribeira das Naus uma *Aula de fortificação e architectura militar*, que depois se transferiu para o Terreiro do Paço, chamando-se *Academia Militar*, sendo Luiz Serrão Pimentel o seu primeiro lente. N'essa escola receberam instrucção militar muitos engenheiros, que depois vieram a servir o reino e as conquistas com assignalado prestimo e grande proveito da nação. Posteriormente foi Luiz Serrão Pimentel nomeado engenheiro-mór do reino e tenente-general de artilharia, e na guerra da Restauração prestou importantes serviços, dirigindo os trabalhos no cêrco de Badajoz em 1658 e os da recuperação de Evora, e assistindo á batalha do Ameixial, e a outras acções. Morreu desastradamente, caindo d'um cavallo perto da egreja da Magdalena. Era casado com D. Izabel Godines, filha herdeira de Manuel Godines, de quem teve tres filhos: Jorge, Manuel e Francisco Pimentel. Escreveu: *Roteiro do mar Mediterraneo, tirado do Espelho ou Tocha do Mar; no qual se contém as derrotas, portos, baixos e correntes até avante de Napoles, e pelas ilhas d'este mar até Sicilia; pelas costas de Barberia até Tunes*, Lisboa, 1675. Esta obra foi a unica que se publicou em vida do autor, as outras sairam posthumas: *Methodo Lusitanico de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares, fortes de campanha, e outras obras pertencentes á architectura militar; distribuido em duas partes, operativa e qualificativa*, Lisboa, 1680; é acompanhada esta obra de 36 estampas desdobraveis e d'uma portada, ou antefrontispicio allegorico. No seu *Ensino sobre a historia das mathematicas,* diz Stockler, que póde ser considerada como uma das mais exactas que se imprimiram até áquelle tempo No *Methodo Lusitanico* se comprehendem como tratados especiaes, uma *Trigonometria pratica rectilinea* e um *Compendio de problemas de Geometria pratica e especulativa; Arte pratica de navegar, e regimento de pilotos, repartido em duas partes: a primeira propositiva, em que se propõem alguns principios para melhor intelligencia das regras da navegação: a segunda expositiva em que se ensinam as regras para a pratica. Juntamente os roteiros das navegações das conquistas de Portugal e Castella*, Lisboa, 1681; contém duas estampas desdobraveis. O autor deixou esta obra quasi composta, mas foi publicada posthuma, com additamentos e emendada por seu filho Manuel de Pimentel, que lhe succedeu no cargo de cosmographo-mór.

Pimentel *(Manuel de).* Cosmographo-mór do reino, graduado em ambos os Direitos pela Universidade de Coimbra, socio da Academia dos Singulares, etc. N. em Lisboa a 10 de março de 1650, fal. a 19 de abril de 1719. Era filho segundo de Luiz Serrão Pimentel. Estudou no collegio de Santo Antão, e ainda muito moço compoz uma *Vida de S. Francisco Xavier* em 860 versos heroicos. Passando á Universidade de Coimbra graduou-se em ambos os direitos, e regressando a Lisboa foi destinado á carreira da jurisprudencia por seu pae, que reservava a successão dos cargos que occupava para o primogenito, não querendo, porém, este succeder depois a seu pae no logar de cosmographo-mór do reino, foi n'elle provido Manuel de Pimentel logo em seguida á morte de Luiz Serrão. Foi um dos geographos escolhidos para tratar das questões dos limites da Colonia do Sacramento, regeu por algum tempo a cadeira de fortificação da qual era lente seu irmão Francisco Pimentel, e em 1718 foi nomeado mestre do principe do Brazil D. José, mais tarde el rei D. José I. Foi socio de varias academias que se fundaram no seu tempo, como a dos Singulares, a dos Generosos, a Portugueza e outras. Em 1699 publicou a *Arte pratica de navegar, e roteiro das viagens e costas maritimas do Brazil, Guiné, Angola, India e ilhas Orientaes e Occidentaes; agora novamente emendada, e accrescentado o roteiro da costa de Hespanha e mar Mediterraneo.* Esta obra é, com alguns additamentos e correcções, a reimpressão das duas obras do pae do autor, mencionadas no artigo que lhe diz respeito. Manuel de Pimentel publicou em 1712 nova edição, ainda de novo augmentada e emendada, com o titulo: *Arte de navegar em que se ensinam as regras praticas, e o modo de cartear pela carta plana e reduzida: o modo de graduar a balestilha por via dos numeros, e muitos problemas uteis á navegação:* e *Roteiro das viagens e cartas maritimas da Guiné, Brazil e Indias Occidentaes e Orientaes: agora novamente emendadas, e accrescentadas muitas derrotas novas.* Esta edição é acompanhada de estampas, como outras que tambem se fizeram em Lisboa nos annos de 1746 e 1762. Esta *Arte* grangeou muita autoridade, e por muitos annos foi havida por texto em Portugal, merecendo egualmente os elogios dos hydrographos estrangeiros Ainda em 1830, parece que se tratava de fazer uma nova edição. Hoje, porém, tanto a *Arte* como o *Roteiro* são de pouca utilidade por incompletos, antiquados e arriscadores. Manuel de Pimentel tambem se dedicou á poesia, e na Academia dos Singulares de Lisboa andam algumas composições poeticas por elle ali recitadas. Casou em 1689 com sua prima D. Clara Maria de Miranda, filha de Filippe Serrão Pimentel e de D. Brites Ayres Pimentel.

Pimentel *(Marcellino da Silva).* Presbytero secular. Era natural de Coruche. Foi mestre de

latim, e deixou publicada a seguinte obra: *Relação do notavel successo e lastimoso estrago, que houve no real convento de S. Francisco da Cidade, em quinta feira 30 de novembro de 1741*, Lisboa, 1741; saiu com as iniciaes P. M. da S. P.

Pimentel *(Soror Maria de Mesquita)*. Religiosa da ordem de Cistér no mosteiro de S. Bento de Castris, situado extra-muros da cidade de Evora. N. em Extremoz em 1581, e fal. com 80 annos de edade em 1 de novembro em 1661. Escreveu: *Memorial da infancia de Christo, e triumpho do divino amor; em dez cantos em oitava rima*, Lisboa, 1638. A 2.ª e 3.ª partes d'esta obra ficaram manuscriptas, contendo a 2.ª parte a vida e milagres de Christo, e a 3.ª a sua paixão.

Pimentel *(Pedro)*. Organista que vivia no seculo XVI, e fal. em 1599, deixando impressa uma collecção de composições para orgão, intitulada: *Livro de Cifra de varias obras para se tangerem no orgão*.

Pimentel *(Sebastião Pereira)*. Secretario do padroado real e abbade de Lindoso. Era natural de Lisboa e fal. a 30 de junho de 1720. D'elle existe impresso um *Romance em applauso do theatro genealogico da casa de Sousa*, o qual anda no principio d'essa obra.

Pimentel *(Fr. Timotheo Ciabra)*. Religioso da ordem dos carmelitas. N. em Lisboa, onde tambem fal. a 17 de fevereiro de 1651, na edade aproximada de 60 annos. Era filho de Pedro Ciabra e de Maria de Serpa. Entrou para a Companhia de Jesus em 2 de junho de 1607, mas depois passou para a ordem dos carmelitas, professando a 21 de fevereiro de 1613. Foi professor de Grammatica Latina no collegio de Evora, e da Sagrada Escriptura, por muitos annos, no convento de Lisboa. Viajou nas cidades da Hespanha, Italia e Allemanha, e parece que tambem pela America e Africa. Em 1641 acompanhou D. Francisco de Mello, embaixador de Castella, á dieta de Ratisbona, e sendo preso por suspeito de querer dar a liberdade ao infante D. Duarte, que estava encarcerado no castello de Milão, conseguiu escapar-se e voltar para Lisboa. Escreveu: *Sermão em a festa de Nossa Senhora de l'Antigua*, Lisboa, 1646; *Panegyrico funeral em a morte do serenissimo sr. D. Duarte, infante de Portugal prégado nas honras que se lhe celebraram no convento do Carmo*, Lisboa, 1650; *Exhortação militar, ou Achilles aos soldados portuguezes pela defensa do seu rei e patria, em o presente apresto de guerra*, Lisboa, 1650; saiu só com o nome de *Padre Timotheo*. Compoz varias obras em latim e em hespanhol, cujos titulos se pódem vêr na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. III, pag. 761.

Pimentel. Pov. na freg. de S. Martinho, de Santo Varão, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Pimentel Maia *(José Rodrigues)*. Poeta muito apreciado. N. em Lisboa, segundo se julga, entre os annos de 1784 e 1790 Era filho do professor de grammatica latina Manuel Rodrigues da Maia. Perdeu seu pae, tendo 16 annos, e n'essa edade já estava sufficientemente habilitado para lhe succeder, como succedeu, no logar de professor. Amigo e discipulo enthusiasta de Bocage, muito cedo começou a fazer versos, em que se sentia claramente o reflexo do grande poeta popular. Contava talvez de 16 para 18 annos quando imprimiu a primeira parte das suas poesias. Em 1808, levado por um rasgo de enthusiasmo patriotico, e querendo tambem concorrer para que fôssem expulsos do territorio patrio os francezes commandados por Junot, abandonou a aula regia, e foi assentar praça de voluntario em infantaria n.º 4, e sendo promovido depois a 1.º sargento, fez com esse posto toda a guerra da Peninsula, regressando á patria em 1814, com o posto de sargento ajudante. Em 1816 foi promovido a alferes, e partia para Montevideu com a divisão que para ali foi enviada, fallecendo pouco tempo depois sem contar ainda 30 annos, devendo a morte, ao que parece, ao excesso a que se entregara desde o principio da campanha ao uso das bebidas alcoolicas. Escreveu: *Obras poeticas de J. R. P. Maia, offerecidas a um seu amigo*, Lisboa, 1805; *segundo folheto*, 1806; *terceiro folheto*, 1807 Esta collecção comprehende ao todo 49 sonetos, 6 odes, 3 epistolas, 5 elogios e varios apologos, epigrammas, cançonetas, quadras glosadas, etc; e tambem alguns fragmentos traduzidos das *Metamorphoses* de Ovidio, da *Eneida* e *Georgicas*, de Virgilio, etc. Publicou mais: *Elegia á lamentavel morte do ill.mo e ex.mo sr. D. Diogo de Noronha, conde de Villa Verde, e ministro assistente ao despacho*, etc., Lisboa, 1807.

Pimentel e Mello *(Fernando Augusto de Andrade)*. Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Penacova a 14 de setembro de 1836; ignora-se a data da sua morte, mas parece ter succedido ha bastantes annos. Era filho de Fernando Antonio de Andrade Pimentel e Mello, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, e de sua mulher, D. Joaquina Emilia Augusta de Mello. Doutorou-se a 13 de julho de 1862, e foi nomeado lente substituto extraordinario da sua faculdade em 1865, e logo depois substituto ordinario, de que tomou posse a 11 de dezembro do mesmo anno. Não tardou a ser lente cathedratico, tomando posse a 23 de junho de 1870. Foi por vezes eleito procurador á Junta Geral do Districto de Coimbra, pelos concelhos de Penacova e Poiares, e deputado em diversas legislaturas, sendo eleito pela primeira vez em 1865. Escreveu: *Da albuminuria nas mulheres gravidas, sua causa proxima e relações com a chlorose e hydropesia; dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas*, Coimbra, 1862. Além de varios discursos pronunciados na camara dos deputados, que se pódem vêr nos respectivos *Diarios*, imprimiu em separado os seguintes: *Discursos pronunciados na Camara dos Senhores Deputados em defeza da eleição do circulo n.º 37 (Penacova), feita em março de 1870, pelo deputado eleito pelo mesmo circulo Fernando de Mello.*

Pimentel Pinto *(Luiz Augusto)*. General de divisão; conselheiro d'el-rei e de Estado; par do reino, deputado, ajudante de campo honorario d'el-rei, ministro de estado honorario, commandante da Escola do Exercito, vogal da secção do exercito do Supremo Conselho de defeza nacional, vogal da Junta do Credito Publico em 1896 e 1902. etc. N. em Chaves a 6 de março de 1843. Cursou os preparatorios no Collegio Militar, assentando depois praça a 15 de agosto de 1859 na 4.ª companhia do regimento de cavallaria n.º 2, lanceiros, matriculando-se em seguida na Escola do Exercito, continuando o curso d'essa arma.

Foi promovido a alferes em 27 de junho de 1860, a tenente em 10 de outubro de 1866, a capitão em 4 de março de 1874, a major em 31 de outubro de 1884, a tenente-coronel em 4 de janeiro de 1888, a coronel em 13 de agosto de 1890, a general de brigada em 23 de dezembro de 1898, e a general de divisão em 15 de junho de 1906. Exerceu varias commissões importantes de serviço, como os cargos de ajudante de campo, pro-

Luiz Augusto Pimentel Pinto

motor de justiça nas 4.ª e 1.ª divisões militares, director da administração militar, etc. Entrando na politica filiado no partido regenerador, foi deputado pela primeira vez em 1890, eleito pelo circulo de Angra do Heroismo, affirmando se desde logo um distincto orador parlamentar, discutindo todos os assumptos que interessavam ao exercito e á defeza nacional. Em varias legislaturas tornou a ser eleito. Em 1893 foi convidado pelo fallecido chefe do partido regenerador Hintze Ribeiro para fazer parte do ministerio por elle presidido, organisado em fevereiro d'esse anno, e ficou dirigindo a pasta da guerra; este ministerio prolongou-se até abril de 1896. N'esta sua gerencia promulgou medidas d'alto valor, entre as quaes se notam as relativas ao recrutamento, promoções e remonta; as reformas da ordem militar de S. Bento de Aviz, da instrucção militar, do regulamento disciplinar, do codigo de justiça militar e dos serviços de saude; as expedições ao ultramar, a creação d'uma grande cooperativa militar com a séde em Lisboa, os trabalhos de defeza e serviços de engenharia, etc. Em 1895 organisou a expedição a Africa, a qual sob o commando do general Galhardo, então no posto de coronel, tanto se distinguiu na campanha contra os vatuas e landins, alcançando glorioso renome para Portugal. Foi eleito par do reino no anno seguinte, tomando posse na respectiva camara na sessão de 9 de maio de 1896. No gabinete organisado em abril de 1900, da presidencia do citado estadista Hintze Ribeiro, tornou a ser ministro da guerra, e depois no que se organisou em fevereiro de 1903. Apresentou então outras medidas de extraordinario alcance para o exercito, avultando entre ellas as que dizem respeito ao armamento da infantaria e da artilharia de campanha; as obras de fortificação do porto de Lisboa e o seu artilhamento; a reforma do arsenal do exercito, tornando-o apto para fabricar todo o municiamento das differentes armas e mesmo para o fabrico de peças de campanha; o estabelecimento do campo de tiro em Alcochete; o estabelecimento do deposito e officinas de fardamento, etc. Foi o sr. general Pimentel Pinto quem realisou em outubro de 1901 as manobras militares de outono, as quaes se effeituaram brilhantemente nos terrenos comprehendidos entre a encosta sul da serra de Cintra, o Tejo e as ribeiras de Lage e da Seda; em setembro de 1904, realisaram-se outras manobras militares, a que assistiram as pessoas reaes, sendo escolhida a pittoresca região do Bussaco. Foi ministro novamente, sobraçando sempre a pasta da guerra, no gabinete presidido por Hintze Ribeiro, organisado em abril de 1906. O sr. general Pimentel Pinto é gran-cruz da ordem de S. Bento de Aviz por serviços distinctos, grande official, tambem por serviços distinctos, e cavalleiro da mesma ordem; cavalleiro da de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa; grau-cruz da Aguia Vermelha, da Allemanha, de S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia, do Merito Militar de Hespanha, e de Sant'Anna, da Russia.

Pimentel de Sousa *(Manuel)*. Cosmographo-mór do reino e mestre de Geographia do principe D. José, mais tarde D. José I, e do infante D. Antonio. Foi muito erudito. Fal. em 18 de abril de 1719, deixando alguns livros sobre Cosmographia e Navegação, que se imprimiram em Lisboa.

Pimpinella. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Banho, concelho de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Pimpolho *(Herdade do)*. Na freg. de N. S.ª da Apresentação, de Lavre, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Pina. Appellido de familia oriunda de Aragão, cujas armas são: Em campo vermelho uma torre de prata lavrada de preto, firmada em uma rocha verde; timbre, a mesma torre. Ha uns Pinas, que teem o seu solar na Villa de Pina, do reino de Aragão, d'onde vieram a Portugal, sendo cabeça d'elles João Alvares de Pina, collaço de D. João I. Estes teem por armas: Em campo vermelho uma banda de ouro e sobre ella um leão azul armado de preto, e aos lados dois pinheiros verdes, floridos de ouro e as raizes de prata; timbre, uma cabeça de leão de ouro, saindo-lhe pela boca um dos pinheiros.

Pina *(Antonio de)*. Guarda-mór do porto de Cascaes, que viveu nos principios do seculo XVII. Escreveu um *Regimento da carreira e barra de S. Gião*, em fórma de dialogo, para instrucção dos pilotos, que costumavam dirigir as naus da India na sua entrada no porto de Lisboa. Esta obra ficou inedita, e o seu original guardava-se na livraria de Manuel Severim de Faria.

Pina *(Antonio)*. Poeta e compositor; conhecem-se d'elle uns *Villancicos*, 1.ª e 2.ª parte em 8.º.

Pina *(Antonio Coelho de)*. Bacharel formado em Direito Canonico pela Universidade de Coimbra. N. em Merlães a 31 de maio de 1631, fal. a 27 de setembro de 1701. Era filho de João de Carvalho e de Maria Coelho. Foi advogado no Porto, muito instruido em letras humanas, mythologia, historia e genealogia. Escreveu: *Commentarios á Ordenação do Reino*, 9 tomos manuscriptos, 1 volume de *Nobiliarchia*, etc.

Pina *(Augusto)*. Scenographo contemporaneo. N. em Alcobaça em 27 de janeiro de 1872. Cursou algumas cadeiras da Academia de Bellas Artes de Lisboa, e depois, em Paris a Academia Julien. Regressando a Lisboa dedicou-se á scenographia, praticando algum tempo com o scenographo italiano Manini. O seu primeiro trabalho, que apresentou, appareceu no theatro da Trindade em 1894, em collaboração com Samarani, no quadro da imprensa na revista *Sal e Pimenta*. Depois com a direcção de Manini e tambem em collaboração com Samarani, pintou uma scena para o drama *O Pantano*, no theatro de D. Maria II. N'este theatro esteve em seguida contratado pela empresa Rosas & Brazão, pintando scenas para as peças: *Henrique III*, *Judeu polaco*, *Immaculavel*, *O Regente*, *Mademoiselle de la Seiglière* e *Familia Americana*. Tem pintado mais para os seguintes theatros: Trindade, pano de boca e retoques de scenas para a *Gata Borralheira*; Rua dos Condes, algumas scenas para as revistas *Reino da bolha* e *Formigas e Formigueiros*; Avenida, *Loteria infernal* e revista *Poeta em pancas*; Principe Real, do Porto, *Bibi & C.ª*; Carlos Alberto, tambem do Porto, a *Galderia*; D. Amelia, de Lisboa, o *Cyrano de Bergerac*. Pintou tambem scenas para os theatros de Coimbra, Setubal, etc. Por morte de Raphael Bordallo Pinheiro, em 1905, foi encarregado de dirigir os trabalhos de ornamentação, carros allegoricos, etc., no club dos Fenianos do Porto. Tem tambem illustrado differentes livros e publicações periodicas.

Pina *(Caetano Augusto de)*. Empregado na repartição de contabilidade do ministerio da fazenda. N. em 1823, parece que em Lisboa, e fal. a 25 de abril de 1847, contando apenas 24 annos. Era filho de José Justino de Pina. Mostrava boa disposição para a arte poetica, e deixou algumas composições, que seu pae publicou em 1848, em volume, com o titulo: *Tentativas poeticas de Caetano Augusto de Pina*, etc.; constam de varios assumptos, seguidos de alguns sonetos, decimas, traducções, etc.

Pina *(Fernando)*. Cavalleiro da casa de el-rei D. Manuel, guarda-mór da Torre do Tombo, e chronista-mór do reino. Era filho do chronista Ruy de Pina *(V. este nome)*, e de Catharina Vaz de Gouveia. N. na Guarda, mas ignoram-se as datas do nascimento e do fallecimento. Acompanhou como secretario a Ruy de Sousa, em 1482, por nomeação de D. João II, quando Ruy de Sousa foi como embaixador a Inglaterra. A 20 de março de 1523 teve a nomeação, dada por D. João III, dos logares acima citados de chronista e guarda mór. No archivo da Torre do Tombo, segundo diz Damião de Goes, guardava-se um trabalho que Fernando de Pina escrevera, quando el-rei D. Manuel o encarregou de reformar os foraes, e consta mais que tambem escrevera umas *Memorias dos reis de Portugal*, que se não chegaram a imprimir. Foi tambem administrador dos mosteiros de Tibães e de Vimieiro.

Pina *(P. Francisco)*. Jesuita. N. em Aviz, e viveu no seculo XVI. Era filho de Antonio de Pina e de Francisca Vaz. Professou no collegio de Coimbra a 22 de julho de 1555. Embarcou para a India a 9 de março de 1561, e andou missionando na costa de Coromandel, e foi reitor do collegio de S. Thomé em 1575. D'elle existe uma carta vertida em italiano, que foi publicada, com outras, em Veneza no anno de 1565.

Pina *(P. Francisco)*. Jesuita. N. na Guarda, e viveu no seculo XVII. Entrou na companhia de Jesus a 28 de janeiro de 1605. Partindo para o Oriente, empregou-se nas missões da Cochinchina, e tendo aprendido a lingua annamita, compoz, juntamente com o P. Alexandre Rhodes, um *Diccionario annamistico latino*, que se imprimiu em Roma em 1651.

Pina *(Francisco Ignacio de Calça e)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em Evora em 1838, onde tambem fal. em 25 de julho de 1906. Era filho de Joaquim Maximo de Calça e Pina e de D. Marianna Emilia Calça da Fonseca. Exerceu differentes cargos publicos e politicos na referida cidade. Sendo dotado d'uma fortuna colossal e d'um caracter compassivo, distribuia abundantes esmolas, e protegia muitas familias recolhidas, sem d'isso fazer ostentação, pelo contrario, procurando sempre que os seus valiosos beneficios ficassem desconhecidos. Dedicando se á musica, para que tinha grande vocação, tocava com muita correcção cornetim, seu instrumento favorito. A sua morte causou a maior consternação, porque era muito considerado e respeitado.

Pina *(Gregorio)*. Conego da sé de Evora. N. em 1597, e fal. em Evora a 4 de julho de 1660. Era filho de João Moreira e de Magdalena de Paiva. Entrou na Companhia de Jesus em 10 de setembro de 1613, sendo mestre de Rhetorica no collegio de Coimbra. Abandonou depois a Companhia de Jesus, e obteve um canonicato na sé de Evora, de que tomou posse a 6 de setembro de 1658. Pertencia á Academia dos Generosos, instituida em Lisboa. Deixou impressas bastantes poesias latinas, ao nascimento do infante D. Pedro, depois D. Pedro II, ao papa Alexandre VII, á morte do P. Francisco de Mendonça Leão, etc.

Pina *(Fr. Isidoro de)*. Religioso da ordem da Trindade. N. em Lisboa, mas ignora-se a data do nascimento. Era filho de Fernão Lopes de Pina e de Izabel Mendes. Professou no convento de Lisboa a 7 de junho de 1590. Foi muito versado em Theologia e oratoria ecclesiastica. Recebeu o grau de doutor na Universidade de Coimbra; teve fama de grande prégador. Em 1601 era reitor do collegio de Coimbra, e em 1614 ministro do convento de Lisboa. Fal. em Coimbra a 5 de agosto de 1620. Deixou manuscriptos 1 volume de *Sermões varios*, e outro intitulado *Questões theologicas*.

Pina *(José Maria de)*. General de divisão reformado. N. em Elvas a 29 de dezembro de 1808, fal. em Coimbra a 24 de setembro de 1881. Era filho de José Justino de Pina, secretario da inspecção de artilharia, e de D. Marianna Rosa Bar-

reiros de Pina. Assentou praça voluntariamente no regimento de artilharia n.º 1, em 6 do novembro de 1825, e frequentando o primeiro anno da Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho, em 1826 e 1827, foi mandado recolher ao corpo, pela necessidade que havia de gente para o serviço em consequencia das occorrencias politicas promovidas pelo marquez de Chaves. Achando-se no terceiro anno da mesma Academia, ultimo d'este curso, deram-lhe baixa de serviço em 5 de novembro de 1829, por não convir ao serviço do infante D. Miguel, por manifestar idéas constitucionaes. Ainda assim, com bastante difficuldade, conseguiu fazer exame das materias d'aquelle anno lectivo, ficando habilitado com o curso de artilharia, em julho de 1830. No principio de 1832, tendo D. Pedro IV, então na ilha Terceira, exigido que o capitão de infantaria Francisco Xavier Antonio Ferreira, um dos agentes em Lisboa do governo da rainha D. Maria II, lhe désse esclarecimentos sobre o material de artilharia que guarnecia as fortalezas maritimas de Portugal, etc., dirigiu-se aquelle agente ao secretario geral da artilharia, pae de José Maria de Pina, encarregando-o de satisfazer aquella exigencia. Tendo fornecido os necessarios esclarecimentos a seu filho, fez este, com risco da sua vida, mappas circumstanciados de todas as fortificações, desde a foz do Guadiana até á foz do Minho, numero de bocas de fogo de cada uma, seus calibres, projecteis, munições de guerra, quaes aquellas fortificações que tinham fornos para balas vermelhas e quantas cada uma, suas guarnições, brigadas de artilharia montada, que havia no exercito absolutista, quantas bocas de fogo tinha cada uma, seus calibres, guarnições e nomes dos commandantes, e bem assim a força dos corpos de artilharia. Estes esclarecimentos de tanta vantagem para o imperador D. Pedro, por lhe dar a conhecer onde melhor podia dirigir o desembarque do exercito liberal, o que effeituou a 8 de julho do mesmo anno de 1832, nas praias do Mindello, valeram para a familia Pina a perseguição dos miguelistas, e a 16 de junho do referido anno teve a casa cercada de policia armada, e o seu chefe, José Justino de Pina, foi preso para o castello de S. Jorge, onde esteve até 21 de julho de 1833, não sendo tambem preso seu filho, como se desejava, por ter conseguido esconder-se, conservando-se assim até poder embarcar n'um paquete inglez, afim de ir reunir se ao exercito constitucional no Porto, o que realisou a 8 de dezembro de 1832, sendo, porém, despachado segundo tenente apenas em 25 de fevereiro de 1833. José Maria de Pina era tão considerado na sua arma que foi sempre escolhido para commissões difficeis e espinhosas. Nos dias 9 e 10 de abril de 1833, quando se occupou e sustentou a posição do Monte Covêllo, achava-se commandando o Reducto das Medalhas, cuja bateria foi a a que teve parte mais activa e importante no fogo que se fez durante aquelles dois dias; por este motivo foi louvado no Boletim Official do dia 11. Em junho de 1833 foi o unico subalterno de artilharia que fez parte da expedição ao Algarve, e commandando a artilharia de montanha até Garvão, e depois a montada que veiu de Faro ali reunir-se-lhe, assistiu á batalha da Cova da Piedade e Cacilhas, entrando em Lisboa no dia 24 de julho, na divisão commandada pelo duque da Terceira. Dois dias depois voltou para Cacilhas com duas peças d'artilharia e o batalhão de caçadores n.º 2, afim de fazer frente á força do general Mollelos. No dia 18 fevereiro de 1834 assistiu á batalha da ponte de St.ª Maria de Almoster, commandando uma bocca de fogo de campanha, com tal bravura, que lhe valeu o grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada. No dia 4 de novembro de 1836, querendo a bateria a cavallo do 2.º regimento de artilharia, a que pertencia o tenente Pina, fugir para Lisboa, foi elle mandado tomar o seu commando, e mais tarde tomou o commando do regimento, por se terem retirado para suas casas, ou fugido para Lisboa, todos os officiaes do corpo, que eram mais antigos. No dia 28 de agosto de 1837 assistiu, sob o commando dos marechaes duque da Terceira e marquez de Saldanha, á acção do Chão da Feira, onde esteve na linha de atiradores, e onde ganhou o 2.º grau da ordem da Torre e Espada. Depois da convenção de Chaves, de 1837, acompanhou o general barão do Setubal para Hespanha, e alí se conservou até maio de 1838, quando se dissolveram os depositos de emigrados. Em 1844, sendo capitão do 3.º regimento de artilharia, foi escolhido para marchar com uma força afim de pôr cêrco á praça d'Almeida, e conseguiu desmontar a unica peça que existia n'esta praça, concorrendo assim efficazmente para a capitulação, que se effeituou pouco depois. Em outubro de 1846, quando se organisou o commando em chefe do exercito, foi nomeado adjunto á repartição do ajudante general, e marchando em 5 de novembro para operações, com as forças commandadas pelo duque de Saldanha, assistiu á acção de Torres Vedras no dia 22 de dezembro. Durante os successos politicos de 1851, exerceu as funcções de chefe do exercito, e com tanta distincção que lhe mereceu ser agraciado com a commenda da ordem de S. Bento de Aviz. Em agosto de 1854 passou a commandar o novo regimento de artilharia n.º 4, que organisou, instruiu e disciplinou, até que pela nova organisação, no 1.º de janeiro de 1869, passou aquelle regimento a ter o n.º 3, extinguindo-se o d'este numero, o que prova o conceito em que era tido o regimento n.º 4. Achando-se depois chefe d'uma repartição na direcção geral d'artilharia, desgostoso por se vêr prejudicado no seu accesso a general, em consequencia das reducções do quadro do generalato, e da lei que determinou o generalato por armas, reformou-se no 1.º de setembro de 1871 em general de brigada, conseguindo mais tarde a melhoria de reforma em general de divisão. Foi então estabelecer residencia em Coimbra, onde veiu a fallecer.

Pina *(Manuel)*. Poeta, que viveu no meado do seculo XVI, e era natural de Lisboa. Escreveu grande numero de poesias, mas das suas composições apenas se publicou um volume com o titulo de *Juguetes de la niñes y travessuras del genio.*

Pina *(Manuel)*. Poeta e musico, que floresceu no meado do seculo XVII. Era natural de Lisboa, Publicou em 1656, na lingua castelhana uma collecção de poesias com o titulo: *Chanças del ingenio, y dislates de la Musa*, etc. Affirma Barbosa Machado, no 13.º volume da *Bibliotheca Lusitana*, que Manuel Pina cantava com muita suavidade, e tocava varios instrumentos, com especialidade harpa. Manuel Pina pertenceu á capella

real, e esteve algum tempo ao serviço da rainha da Suecia, na qualidade de musico da sua camara.

Pina *(D. Manuel Corrêa de Bastos)*. Bispo de Coimbra. V. *Arganil (Conde de)*.

Pina *(Mariano)*. Escriptor. N. em Alcobaça em 29 de janeiro de 1860, fal. em S. João do Estoril a 30 de março de 1899. Destinado á carreira medica, quando seu pae falleceu, as necessidades da vida e as suas tendencias litterarias, o impelliram para o jornalismo, onde occupou um logar distincto. A sua estreia foi, em 1878, no *Diario do Commercio*, contando 18 annos de edade. Depois entrou para a redacção do *Diario da Manhã*, de que foi fundador Pinheiro Chagas, collaborando tambem no *Diario Popular*, e *Nacional*, sendo director d'este ultimo. Em 1893 entrou para a redacção do *Correio Nacional*, folha politica e catholica, fundada e patrocinada por marquez de Pombal, Ferreira Lobo, P. Luiz José Dias, conselheiro Barros Gomes, e outros. Em junho ou julho d'esse anno passou outra vez para o *Diario Popular*, na qualidade de redactor-gerente. Tambem fez parte da redacção do *Jornal do Commercio*, e do *Espectro*, de que sairam poucos numeros, folha politica, especie de gazeta de combate, pamphletaria, em folhetos. Por morte de Guilherme de Azevedo, espirituoso escriptor, que era em Paris o correspondente da *Gazeta de Noticias* do Rio de Janeiro, foi em 1882 occupar aquelle logar, indo então residir em Paris, onde se conservou alguns annos. Foi o secretario do Comité da exposição portugueza n'aquella cidade que se realisou em 1889. Em Paris fundou *A Illustração Portugueza*, revista moldada pela *Illustration* franceza, que durou 8 annos, de 1884 a 1891, formando 8 grandes volumes, e da qual foi gerente em Lisboa o antigo editor David Corazzi, e depois a Companhia Nacional Editora, que lhe succedeu. O jornal era escripto em portuguez, sendo collaborado por escriptores distinctos. Publicou ainda em Lisboa alguns folhetos politicos, mas parece que sem o seu nome, especialisando-se o seguinte, que assignou: *Portugal perante a Europa*, carta ao presidente do conselho; Paris, sem data, mas saiu em janeiro de 1890. Traduziu para o theatro as peças: *Arlesiana*, de Daudet, e *Filho natural*, de Alexandre Dumas, que fôram ambas representadas no theatro de D. Maria II. Fez um arreglo do *Rantzau*, notavel peça de Erekmann-Chatrian. Quando o actor francez Coquelin veiu a Portugal, Mariano Pina acompanhou-o na qualidade de secretario.

Pina *(Ruy de)*. Chronista-mór do reino, guarda mór da Torre do Tombo, historiador, etc. N. na cidade da Guarda, e apezar de haver muitas duvidas ácêrca da epoca do seu nascimento, é, comtudo, opinião de alguns chronistas, que foi no anno de 1440. Floresceu nos reinados de D. João II, D. Manuel e D. João III, sendo sempre muito estimado por estes tres monarchas. Falleceu no reinado de D. João III, e segundo diz Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, entre os annos de 1519 e 1523. O primeiro cargo importante, que exerceu, foi o de secretario da embaixada mandada por D. João II a Castella em 1482, sendo embaixador o barão de Alvito. Dois annos depois, em 1484, partiu com o mesmo cargo na embaixada enviada a Roma. Parece que no seu regresso a Portugal, o encarregou el-rei de escrever a chronica do seu reinado, apezar de estar exercendo o cargo de chronista-mór do reino Vasco Fernandes de Lucena, o que se deprehende d'uma provisão de João II, em que lhe manda dar uma tença de 9$600 reis, *esguardando ao trabalho e á occupação grande que Ruy de Pina escripvão da nossa camara tem com o carrego que lhe demos de escrepver e assentar os feitos famosos asy nossos como de nossos reynos que em nossos dias são passados e ao diante se fizerem.* Em outra provisão lhe concede tambem 6$000 réis de mantimento Em 1493 foi enviado a Castella como embaixador. Tomou parte em todos os negocios de Estado, mesmo os mais difficeis; assistiu em Evora, no dia 21 de junho de 1483, á execução do duque de Bragança, e em 25 de outubro de 1495, tambem estava em Alvôr, junto ao leito de D. João II, quando este monarcha falleceu. Subindo ao throno el-rei D. Manuel, Ruy de Pina, que alcançara as maiores sympathias na côrte, não só conservou todas as honras concedidas por D. João II, como tambem recebeu novas mercês, sendo uma d'ellas a nomeação em 149' de chronista-mór do reino, e guarda-mór da Torre do Tombo e da livraria real. Em 1504, tendo concluido os seus importantes trabalhos historicos, el-rei D. Manuel lhe concedeu uma nova tença de 30$000 reis pelas chronicas de D. Affonso V e de D. João II, accrescentando a esta somma 5 moios de trigo em Ceuta, e um casal que pertencia a el-rei, situado no termo da Guarda. Gozando sempre da boa amizade e protecção real, Ruy de Pina viveu ainda bastante, chegando a alcançar alguns annos do reinado de D. João III, que lhe encommendou a chronica d'el-rei D. Manuel, seu pae, que deixou já muito adeantada até á tomada de Azamor, e de que Damião de Goes confessa ter-se servido para a composição da sua chronica. Por muitos annos se conservaram manuscriptas as chronicas de Ruy de Pina, e afinal, por diligencias d'algumas pessoas, fôram impressas na ordem seguinte: *Chronica d'el-rei D. Affonso IV do nome, e setimo dos reis de Portugal; assim como a deixou escripta Ruy de Pina, guarda-mór da Torre do Tombo* etc; *Tirada á luz por industria de Paulo Craesbeeck, e na sua officina impressa e á sua custa*, Lisboa, 1653; vem aqui incluido um prologo que Pedro de Mariz havia feito a esta *Chronica*, quando tratava de a imprimir no seu tempo, o que não chegou a realisar; *Chronica do muito alto e muito esclarecido principe D. Sancho I, segundo rei de Portugal; fielmente copiada do original que se conserva no Archivo Real da Torre do Tombo; offerecida á majestade sempre augusta d'el-rei D. João V, por Miguel Lopes Ferreira*, Lisboa, 1727; *Chronica do muito alto e muito esclarecido principe D. Affonso II, terceiro rei de Portugal, fielmente copiada*, etc, pelo mesmo, Lisboa, 1727; *Chronica do muito alto e muito esclarecido principe D. Sancho II, quarto rei de Portugal*, etc, Lisboa, 1728; *Chronica*, etc., *D. Affonso III, quinto rei de Portugal*, etc, Lisboa, 1728; *Chronica*, etc., *D. Diniz, sexto rei de Portugal*, etc., Lisboa, 1729. Diz Innocencio da Silva, no vol. VII do *Diccionario bibliographico*, que estas chronicas costumam andar incorporadas n'um só volume, juntamente com a de D. Affonso Henriques, escripta por Duarte Galvão; que se imprimiu tambem pela primeira vez, n'aquella epo-

ca. As mais chronicas conservaram-se ineditas, até que se fundou a *Academia Real das Sciencias* Resolvendo esta distincta corporação publical-as, encarregou da direcção d'este importantissimo trabalho o abbade Correia da Serra. Fôram então publicadas as seguintes : *Chronica do senhor D. Duarte*, no tomo I da *Collecção de Livros ineditos da Historia portugueza*, 1790; *Chronica do Senhor rei D. Affonso V*, no mesmo vol. 1790; *Chronica d'el-rei D. João II*; saiu no tomo II da dita *Collecção*, 1792. Ruy de Pina ainda escreveu : *Compendio e summario das grandezas e cousas notaveis que ha entre Douro e Minho, accrescentadas por José Martins*, Lisboa, 1608. Diz Innocencio, que parece ter sido o verdadeiro autor d'este escripto o Mestre Antonio, *fisiquo e silorgiam* d'el rei D. João II, e que o attribuiram a Ruy de Pina, por andar este opusculo annexo a algumas das antigas copias de *Chronicas* d'este chronista. O editor da *Bibliotheca de classicos portuguezes*, Mello de Azevedo, publicou uma nova edição da *Chronica d'el-rei D. Duarte*, Lisboa, 1901, que é o vol. 28.º da collecção; *Chronica d'el-rei D. Affonso V*, Lisboa, 1901 ; 3 tomos, constituindo os volumes 29.º, 30.º, 31.º, da collecção. João de Barros diz que o chronista Ruy de Pina foi uma potencia litteraria no seu tempo; e segundo esse distincto historiador da India, Affonso d'Albuquerque teve a fraqueza e a vaidade de presentear Ruy de Pina com diversas joias de subido valor, para que elle se não esquecesse, nas chronicas historicas, de falar a seu respeito. Ainda que alguns escriptores, e entre elles Alexandre Herculano, queiram negar a Ruy de Pina talento superior e o considerem muito abaixo d'outros chronistas, é comtudo um dos historiadores de Portugal que se nos apresenta muito apreciavel e distincto.

Pina. Ilhéo da costa do distr. de Mossamedes, na prov. de Angola, Africa Occidental. Está situado a cêrca de 4 k. ao SSO do cabo de Santa Maria, e ergue-se 15 m. acima do nivel do mar. Tem a fórma de dois cones rectos verticaes, sobrepostos e unidos pelos vertices. Na riba opposta, e mesmo defronte do ilhéo, vae desaguar o rio do Padrão ou de S. João.

Pina Cabral *(Fr. Manuel de)*. Religioso da ordem Terceira de S. Francisco, prégador geral da sua ordem, notavel latinista, etc. N. na villa de Matança, no bispado de Vizeu, em 1746; ignora-se a data do fallecimento, mas vivia ainda em 1807, porque existe uma carta sua dirigida para Cenaculo, em Evora, que tem a data de 29 de agosto d'esse anno. Professou a 8 de dezembro de 1776. Foi mestre de casos, leitor de moral, e reitor do collegio de Evora. Em maio de 1801 foi eleito provincial da sua ordem. Dedicou-se de preferencia aos estudos da latinidade, e foi officialmente incumbido de acabar o *Diccionario Latino-Portuguez* que tinha ficado incompleto de outras mãos, faltando-lhe ainda as seis letras finaes. Este *Diccionario* era o proprio composto originariamente pelos jesuitas, destinado a substituir a *Prosodia* do P. Bento Pereira, e cuja impressão aquelles padres levavam já adeantada quando em 1759 a Companhia de Jesus foi expulsa de Portugal. Entregue então no estado em que se achava aos franciscanos da ordem Terceira para o completarem e imprimirem, parece que se deram algumas difficuldades, até ser o encargo commettido ao P. Pina Cabral, que d'elle se desempenhou com toda a proficiencia, publicando-o com o titulo seguinte: *Magnum Lexicon, Latinum et Lusitanum*, etc., Olyssipone, 1780, fol.; saiu novamente em 2.ª edição, com o titulo : *Magnum Lexicon Latinum et Lusitanum... Editio altera, priori longe auctior et emendatior, opera et studio R. P. M. Fr. Emmanuelis Pinii Cabralii*, Olyssipone, 1802; saiu 3. edição, com a data de 1819; e em 4.ª dizendo: *in hac vero quarta editione redactum, correctum a Fr. Josepho Antonio Ramalio*, Olyssipone, 1833. Em 1857, tornou a publicar-se, com o titulo : *Magnum Lexicon Latinum et Lusitanum. . Opera et studio Fr. Emmanuelis Pinii Cabralii, et J A. Ramalii ; Editio novissima plurimis vocabulis et sententiis ex Forcellino, Noel, Fonseca Ferreira, Freund et aliis de promptis locupletata*, Olyssipone, 1857. Além d'estas edições publicou-se uma em Paris, em cujo prologo ou advertencia preliminar datada de 30 de novembro de 1833, se affirma conter ella mais cinco mil vocabulos latinos, que faltavam nas edições de Lisboa até então existentes. Fôram taes vocabulos notados com um asterisco; parece que esta mesma edição foi successivamente reproduzida com frontispicios mudados, em que se lêem as indicações de 1852, 1855, 1858 e 1860. Entre todas estas referidas edições goza de preferencia a de Lisboa, 1857, por ser elaborada não só sobre a 4.ª da mesma cidade, mas tendo-se egualmente á vista a de Paris, de sorte que comprehende todos os termos incluidos n'estas, e além d'elles, muitos outros de novo accrescentados. O P. Pina Cabral escreveu mais: *Observações sobre as virtudes da boa latinidade, ou methodo abbreviado para aprender a falar, e fazer composições em latim, fundado nas observações dos mais famosos criticos e philologos*, Lisboa, 1782; teve outra edição em 1829; *Logares selectos de Tito Lucrecio Caro, traduzidos em portuguez*, Lisboa, 1785. A versão é em prosa, e saiu sem o nome do autor. Além d'estas, deixou ainda outras obras manuscriptas, todas pertencentes aos estudos da lingua latina.

Pina da Cunha *(Manuel)*. Presbytero, bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra e conego na sé da Guarda. N. entre os annos de 1760 e 1764. Ignora-se a data do fallecimento. O conego Manuel Pina da Cunha parece que era homem de opiniões liberaes, e que teve grandes desavenças por esse motivo, com o bispo e com o cabido. Em 1822 veiu para Lisboa, mostrando-se constitucional exaltado, mas em 1823, quando veiu a reacção, receou ser perseguido, e para poder voltar á Guarda sem perigo, escreveu o seguinte opusculo: *Epistola philosophica e christã a um desconhecido, ou a religião de Jesus Christo demonstrada pela razão*, Lisboa, 1824. E' uma refutação em quadras octosyllabas da celebre *Voz da Razão*, attribuida ao dr. José Anastasio da Cunha, sem fundamento, na opinião de Innocencio Francisco da Silva, como declara no vol. VI, a pag. 85 do *Diccionario Bibliographico*. Esta refutação é annotada profusamente com observações em prosa. A'cêrca da sua inimizade com o cabido e com o prelado da Guarda, escreveu: *Carta escripta por um ecclesiastico ao ex.mo sr. D. José Antonio Pinto de Mendonça Arraes, bispo da Guarda, pouco antes da sua morte*. Lisboa, 1822; é 2.ª edição; não se conhece a data da 1.ª N'esta carta se declara elle,

por incidente, autor d'uma *Vida de D. Martinho Paes, primeiro bispo da cidade da Guarda*, a qual servia de principio á *Historia* do mesmo bispado, que se propunha escrever.

Pina Freire da Fonseca *(José de)*. General do nosso exercito. N. em Proença-a-Nova no anno de 1795. Alistando-se em cavallaria n.º 8 nos fins de 1812, fez como cadete e como alferes as campanhas dos dois annos immediatos e sendo elevado a tenente em 1815 e a capitão graduado em 1820, foi-lhe dada a effectividade d'este posto em recompensa da valentia que mostrou no combate de 25 de junho de 1823 contra uma guerrilha hespanhola em Penha Garcia, sendo ao mesmo tempo elogiado na ordem do dia pelo modo como então se comportou. Em 1826 e 1827 tomou parte na lucta contra os defensores do absolutismo, e emigrando em 1828 pela Galliza para Inglaterra, foi dos primeiros liberaes a passar á ilha Terceira, onde desembarcou em março de 1829, e onde depois commandou o deposito de cavallaria. Veiu com o exercito libertador para o Porto, e fez toda a campanha como ajudante de campo de D. Pedro, ganhando a medalha da Torre e Espada pelos serviços que prestou na acção de 25 de julho de 1833. Terminando a campanha no posto de tenente-coronel, serviu depois em cavallaria n.º 4, commandou uma columna movel que se organisou por causa da facção Gomez em fins de 1836, foi chefe de estado-maior da 6.ª e 1.ª divisões, commandou o regimento n.º 4, e sendo promovido a brigadeiro graduado em 1857, conservou-se á testa do regimento n.º 5 até ser brigadeiro effectivo em 1854. No anno seguinte foi um dos generaes escolhidos por D. Pedro V para seu ajudante de campo, e depois exerceu varias commissões, entre as quaes citaremos a de chefe da 2.ª direcção do ministerio da guerra. Morreu, sendo general de divisão em Figueiró dos Vinhos, para onde fôra tratar-se dos seus padecimentos, a 3 de novembro de 1868.

Pina Manique *(Diogo Ignacio de)*. Moço fidalgo, primeiro senhor de Manique do Intendente; 4.º senhor do morgado de S. Joaquim, na villa de Coina; alcaide mór de Portalegre, commendador da ordem de Christo, chanceller-mór do reino, desembargador do Paço; intendente geral da policia da côrte e reino; administrador geral da Alfandega Grande de Lisboa; feitor-mór das mais alfandegas do reino; administrador da Casa Pia do castello de S. Jorge; bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, juiz do crime do bairro do Castello, etc N. a 3 de outubro de 1733, fal. a 30 de junho de 1805. Depois da sua formatura, foi nomeado juiz do crime do bairro do Castello, logar que occupava em 1762, e mostrou grande zelo e actividade, quando se tratou do recrutamento para a guerra que n'esse anno se declarou contra a Hespanha. No anno seguinte, 1763, tambem deu provas de grande energia e habilidade para satisfazer as reclamações do principe de Lippe para o fornecimento de lenha da guarnição de Lisboa. Sendo ao mesmo tempo implacavel e zeloso na perseguição dos contrabandistas, conquistou assim as boas graças do marquez de Pombal que o nomeou superintendente geral dos contrabandos e descaminhos, e contador da fazenda. O marquez de Pombal confiava tanto no seu zelo que em 1777, quando se tratou de assaltar a Trafaria para apanhar os refractarios que se tinham ali escondido, encarregou Pina Manique d'essa commissão, lembrado talvez do zelo de que elle dera provas por occasião do recrutamento de 1762. Manique justificou perfeitamente a confiança do marquez de Pombal, porque cumpriu á risca as suas ordens, e com uma crueldade digna do homem que d'essa missão o incumbira, deitou fogo ás casas d'esses pobres pescadores de fórma que não pudesse escapar nem um só dos refractarios, que vinha prender, senão resignando-se a morrer queimado. Esta prova de confiança do marquez do Pombal, e o modo como Pina Manique executou essas ordens, não o deviam recommendar muito á benevolencia de D. Maria I, mas Pina Manique teve a habilidade de conservar as boas graças do novo governo, e, por morte do intendente de policia Manuel Gonçalves de Miranda, foi Diogo Ignacio de Pina Manique, já desembargador dos aggravos da Casa da Supplicação, nomeado para esse logar por decreto de 18 de janeiro de 1780, conservando se-lhe todos os logares que até então exercia, e que eram os de desembargador dos aggravos da Casa da Supplicação, contador da fazenda, superintendente geral dos contrabandos e descaminhos e fiscal da junta da administração da companhia de Parahyba e Pernambuco, e dando se-lhe por ajudante, como elle requerera, seu irmão Antonio Joaquim de Pina Manique, desembargador da Relação e Casa do Porto. Esta accumulação extraordinaria de empregos fez com que o governo entendesse que lhe não devia dar os 8:000 cruzados, 3:200$000 réis, que eram até então o ordenado dos intendentes da policia, e arbitrou lhe apenas o vencimento de 4:000 cruzados, o que o não impedia de juntar em ordenados sommas verdadeiramente fabulosas. Mas Pina Manique era um homem da escola do marquez de Pombal, e seguiu as gloriosas tradições do grande mestre. Encontrou Lisboa n'um estado deploravel. Faltando o pulso de ferro do marquez de Pombal, a ladroagem levantou a cabeça, e tornou intransitaveis as ruas de Lisboa. A disciplina militar, tão fortemente estabelecida pelo principe de Lippe, dissolveu se, de fórma que os soldados, que de mais a mais já não eram pagos em dia, constituiam-se em bandos de salteadores, e atacavam os habitantes. Manique officiou logo ao commandante em chefe do exercito, pedindo providencias. Não as obteve. Então propoz e obteve a creação de um corpo de policia, a pé e a cavallo, que, bem organisado e bem composto, prestou á segurança publica os mais relevantes serviços. Pediu tambem ao ministro do reino, marquez de Angeja, 20:000$000 réis para crear a illuminação da cidade. O ministro não lh'os quiz dar. Então Manique tomou a iniciativa, obrigou cada funileiro da cidade a fazer seis candieiros para a illuminação, impoz a cada um dos moradores das ruas illuminadas uma capitação de 100 réis, e conseguiu emfim apresentar na noite de 17 de novembro de 1780 Lisboa illuminada com 770 candieiros. *(V. Portugal*, vol. III, pag. 952). Póde se acreditar que Manique em 1782 teve de acabar com a illuminação, porque o governo persistiu em lhe não dar os recursos indispensaveis, que eram apenas os 20:000$000 réis? Mas o intendente não parava no caminho dos melhoramentos. Tratou de estradas, mandou fazer a que vae de Queluz á Ajuda, e mandou arborisal-a.

Mandou plantar, em muitas outras, estacas de oliveira. Mandou fazer quasi completamente de novo a estrada de Santarem a Alverca e a ponte que fica proximo d'esta villa. Mandou arborisar a estrada de Palhavã á Porcalhota. Saiu mesmo um pouco das suas attribuições no seu ardor pelos melhoramentos, dirigiu para o Alemtejo tanto quanto podia os colonos que já então se encaminhavam de preferencia para o Brazil. Mandou vir dos Açôres 450 familias, comprehendendo 2:033 pessoas de ambos os sexos, que estabeleceu em Setubal, Ourique, Beja, Evora e Portalegre, dando-lhes instrumentos de agricultura, e distribuindo-lhes terras. Uma das creações mais notaveis de Pina Manique foi a da Casa Pia de Lisboa. Logo em 1780, apenas tomou conta da intendencia, estabeleceu Manique no castello de S. Jorge um collegio, onde recolhia e educava á

Diogo Ignacio de Pina Manique

custa da intendencia as creanças que andavam vadiando. Em 1782 obteve autorisação para crear a Casa Pia, e foi essa a sua obra predilecta. Constava este estabelecimento do collegio de S. Lucas em Lisboa, e d'outro em Coimbra, filial do de Lisboa, chamado vulgarmente o *Collegio da brôa*. Em 1804 tinha o de Lisboa 150 estudantes e o de Coimbra 84. Havia tambem o recolhimento da rainha Santa Izabel, onde em 1804 sustentava e educava 220 orphãs desamparadas; o collegio de Santa Margarida de Cortona, casa de correcção de mulheres, onde chegaram a estar 280, outro para a correcção e doutrinamento de rapazes libertinos. Tinha tambem uma casa de correcção para mendigos de um e de outro sexo, um laboratorio chimico, onde se fabricavam gratuitamente remedios para os pobres. Mais ainda, estabeleceu Manique em Roma um collegio para estudo de bellas artes, collegio onde estudaram Domingos Antonio de Sequeira e Vieira Portuense; em Edimburgo e em Londres collegios para o estudo de cirurgia. Ainda mais: sustentava n'um collegio em Coimbra, destinado ao estudo das sciencias naturaes, 18 religiosos de S. João de Deus, distribuia quinhentas e tantas rações a homens impossibilitados de trabalhar, depois de terem servido no exercito, nas artes ou nas manufacturas; creava e educava no collegio de Santo Antonio 190 orphãos. Emfim a Casa Pia de Pina Manique, bem differente da que hoje existe, era um conjuncto de collegios, de casas de educação e de beneficencia verdadeiramente maravilhoso, e que elle dirigia e administrava com tanto cuidado e acerto, que das suas escolas sairam muitos homens eminentes e uteis ao paiz. Quando Pina Manique deixou de ser intendente de policia, a Casa Pia começou a declinar sensivelmente, até que foi extincta no tempo dos francezes, reorganisando-se depois em outras bases muito mais insignificantes. Em todos os ramos da sua administração foi Pina Manique iniciador audacioso e desembaraçado. Foi elle tambem que estabeleceu em Portugal o systema da inspecção sanitaria das meretrizes, por ordem de 27 de abril de 1781. Poz cobro á relaxação a que tinham chegado as rodas dos expostos. Cuidou com tal zelo da administração das alfandegas de Lisboa, que tambem lhe estava confiada, que de 1770 a 1800 renderam mais 64.049:254$073 réis do que nos 20 annos anteriores. Até em cousas de expediente foi iniciador, porque foi elle que estabeleceu nas suas repartições, por ordem de 15 de junho de 1780, o systema de registo da sua correspondencia official. Estas são as grandes qualidades de Pina Manique, vamos agora vêl-o debaixo do aspecto que lhe deu uma triste celebridade. Se Pina Manique era um revolucionario como seu grande mestre marquez de Pombal, era o tambem como elle, sem o suspeitar, e ninguem havia que fôsse mais ferrenho inimigo da revolução e da liberdade. Apenas rebentou a revolução franceza, Pina Manique mostrou-se implacavel perseguidor dos que em Portugal lhe pretendiam implantar as idéas e seguir os principios, e, como era habil, perspicaz e zeloso, a sua perseguição foi efficaz e sem tréguas. Destruia as lojas maçonicas que principiavam a estabelecer-se, expulsava os francezes que pareciam sympathisar com as maximas liberaes do novo governo do seu paiz, impedia cuidadosamente a entrada de livros perigosos, prendia, deportava, punia de todos os modos os portuguezes mais illustrados que pareciam acolher com boa sombra os bons principios, e, se não ensanguentou as praças de Lisboa com as execuções que depois as mancharam no tempo de D. Miguel, foi porque tambem o que elle tinha a punir eram apenas aspirações vagas e sympathias estereis; comtudo quantos homens illustres, como Filinto Elysio e Felix de Avellar Brotero, não obrigou a sair de Portugal! E comtudo era um homem illustradissimo, um dos precursores da Revolução Franceza, um d'esses grandes reformadores do seculo XVIII, que se achavam mais ou menos imbuidos das idéas da philosophia do seu tempo; mas, como todos os outros da mesma tempera, não comprehendeu a revolução, avaliou a só pelos seus desvairamentos, e não viu que a liberdade era o complemento necessario d'essas reformas do marquez de Pombal, que elle applaudira e continuara, que não se expulsavam os jesuitas para se continuar com o systema da escravisação do pensamento, que não se introdu-

ziam nas escolas os methodos novos para depois se pôrem peias á sciencias, e, implacavel contra os innovadores como o marquez de Pombal o se ria tambem, tornou o seu nome lendario nos fastos das perseguições politicas, como o tornara celebre anteriormente nos fastos das grandes reformas justas e humanitarias. Tinha, porém, Pina Manique de ser victima exactamente das exigencias d'essa França revolucionaria, cujos partidarios elle perseguia implacavelmente. Emquanto elle prendia e deportava em Lisboa os escriptores, os homens illustrados, todos os que se podiam considerar como partidarios d'essas idéas, por mais remotas que fôssem essas suspeitas, Portugal via-se obrigado a supportar as exigencias do governo da republica franceza, e a humilhar-se deante das exigencias do seu energico dictador, o primeiro consul Napoleão Bonaparte. Depois da desastrosa campanha de 1801 veiu para Portugal como embaixador francez o celebre general Lannes, depois marechal do Imperio, soldado de fortuna, incapaz de exercer cortezmente as suas funcções diplomaticas. Foi verdadeiramente insolito o seu procedimento em Portugal, tratava com um desprezo inacreditavel o proprio principe regente, e obrigou todos a curvarem-se deante das suas exigencias. Fazia em Portugal um contrabando impudentissimo á sombra dos seus privilegios de embaixador, e, como Pina Manique, na sua qualidade de diretor geral das alfandegas, procurou cohibir esses abusos, pediu em altos gritos a demissão de Pina Manique. Uma das perseguições habituaes de Pina Manique, a ordem que deu para ser posto fóra do paiz o illustrissimo francez Antonio Matheom de Curnieu, que residia aqui havia muito tempo e que Lannes protegia, serviu de pretexto a Lannes para exigir energicamente a sua demissão de intendente de policia. Resistiu quanto pôde o principe regente, mas Lannes, furioso, declarou que, não se fazendo a sua vontade, saia de Portugal, e saiu. Não approvou Bonaparte o procedimento insolito do general, que assim violava todas as praxes das relações diplomaticas, mas exigiu que, em troca da desapprovação que elle infligia a Lannes, se demittisse do logar de director da alfandega Pina Manique, por elle, dizia, se mostrar hostil ao commercio francez. Como a côrte de Lisboa se não apressou a cumprir as suas ordens, Bonaparte mandou que o general Lannes partisse de novo para Lisboa, o que era um verdadeiro insulto á côrte portugueza. Pois assim que o principe regente teve conhecimento d'esse facto, immediatamente demittiu Pina Manique, sempre com todas as attenções, conservando-lhe o ordenado que vencia, e dizendo no decreto, datado de 14 março de 1803, que a demissão era dada a pedido e instancia do demittido. Pina Manique apenas sobreviveu dois annos a esta humilhação. Casara a 8 de dezembro de 1773 com D. Ignacia Margarida Umbelina de Brito Nogueira e Mattos, filha unica, natural e legitimada, em 11 de dezembro de 1769, do P. Nicolau de Mattos Nogueira de Andrade, fidalgo cavalleiro da Casa Real; do conselho d'el-rei D. José, monsenhor da Egreja Patriarchal, governador do arcebispado de Evora, que morreu preso de Estado, no reinado do referido monarcha, e de D. Anna Joaquina de Santa Thereza de Sampaio.

Pina e de Mello *(Francisco de)*. Moço fidalgo da Casa Real, poeta, escriptor, academico da Academia Real da Historia Portugueza, da dos Occultos, etc. N. em Montemór-o-Velho a 7 de agosto de 1695, onde tambem falleceu a 22 de outubro de 1773. Era filho de João de Mello de Pina e de D. Maria Francisca Xavier de Sá e Miranda, pessoas de distinctissima nobreza. Frequentou na Universidade de Coimbra as aulas de Philosophia, estudando Philosophia Peripatetica, mas sem chegar a formar-se, creando depois uma certa aversão a essa sciencia, porque declarou mais tarde que a unica parte da Philosophia que merecia a attenção dos homens era a Philosophia Moral. Por morte de seu pae tornou a cursar a Universidade, frequentando as cadeiras de Canones, mas tambem se não formou n'esta faculdade, o que o não impediu, comtudo, de ser um dos homens mais eruditos do seu tempo. Apezar de ser moço fidalgo, viveu quasi sempre em Montemór-o-Velho, entregue ao estudo e á composição de poesias a que se votara desde a adolescencia. Educado na escola hespanhola, as suas primeiras poesias são extremamente gongoricas, notando se esse defeito no volume de *Rimas* que publicou em 1727, no *Epithalamio* do conde de Vimioso, em 1729, no *Epicedio* do duque de Cadaval D. Jayme, em 1739, no *Epithalamio* do duque de Aveiro, em 1740, folheto que Francisco de Pina fez desapparecer quanto pôde da circulação, logo que se tornou crime o ser amigo d'este infeliz fidalgo. Francisco de Pina fez uma viagem a França, e regressou a Portugal completamente modificado no seu gosto poetico. A leitura dos poetas francezes crearam n'elle o desejo de os imitar até certo ponto, pretendendo inaugurar entre nós um gosto novo, ou para melhor dizer, uma especie de systema mixto, que por então ganhou poucos proselytos, e foi em breve supplantado com a erecção da Arcadia. *A Bucolica* publicada em 1745, e que mereceu uma viva aggressão de Antonio Diniz da Cruz e Silva, já se resente, comtudo, das novas influencias que actuavam o espirito de Francisco de Pina. O mesmo se póde dizer da *Parenesis* ao terremoto de Lisboa, publicada em 1756, da *Egloga* ao nascimento do principe, em 1762, e finalmente do poema intitulado *Triumpho da religião.* Este poema foi impresso em 1756, e dedicado ao papa Benedicto XIV, a quem decerto enviou o manuscripto, porque o honroso breve em que o papa lhe agradece a dedicatoria, é datado de 11 de setembro de 1753. O poema levantou vivissima polemica, em que tomou parte o autor com duas cartas dirigidas a José Xavier de Valladares e Sousa, impressas, uma em 1757 e outra em 1758. Um dos principaes aggressores do poema era José Jacintho Nunes de Mello com o pseudonymo de José Jacintho de la Ave, e um dos principaes D. Joaquim Bernardes de Sant'Anna, com o pseudonymo de D. Joaquim Velho do Canto. O poema e criticas e defezas estão hoje completamente esquecidos. Uma das novidades que indignavam os criticos, era a metrificação em parelhas á franceza, que vinha perturbar na sua majestosa omnipotencia o verso solto. Não foi essa a unica polemica em que Francisco de Pina e de Mello andou envolvido. Levantou-se no seu tempo a grande contenda entre os padres jesuitas e os padres oratorianos ácêrca de methodos de ensino, e

Francisco de Pina lançou-se na lucta com ardor. Manteve primeiro uma grande imparcialidade escrevendo a *Balança intellectual*, as *Conferencias expurgatorias*, a *Carta a Luiz Antonio Verney*, e defendendo se de não escrever contra os jesuitas, em resposta aos que, tomando-o como partidario dos novos methodos, o incitavam a aggredir os que os combatiam. Era sobretudo amigo dos jesuitas, e por isso quando appareceu uma *Carta exhortatoria*, escripta por Diogo Barbosa Machado, mas debaixo do véo do mais rigoroso anonymo, contra a Companhia de Jesus, Francisco de Pina e de Mello saiu immediatamente a combatel o com a maior energia, escrevendo a *Resposta compulsoria á «Carta exhortatoria» para que se retracte o seu autor das calumnias que proferiu contra os rev.mos Padres da Companhia de Jesus da provincia de Portugal*, e a *Carta apologetica em defeza de alguns pontos da Resposta compulsoria*, escriptas em 1755 e 1756. Todos estes opusculos procurou elle o mais possivel retirar da circulação, como fizera aos versos em louvor do duque de Aveiro, quando o duque e os jesuitas incorreram no terrivel odio do marquez de Pombal. Essas precauções, comtudo, não o impediram de ser suspeito e de estar preso por algum tempo na cadeia da Portagem em Coimbra. Talvez lhe valesse, para que essa prisão não tivesse maiores consequencias, o epithalamio que escreveu por occasião do casamento de Henrique José Adão de Carvalho e Mello com D. Maria Antonia de Menezes, epithalamio que intitulou *Palacio do destino*. Bibliographia: Obras em verso: *Rimas*; *Primeira e Segunda partes; offerecidas ao ex.mo sr. D. Gabriel de Alencastre Ponce de Leon, duque de Aveiro e de Banhos*, etc., Coimbra, 1727; *Terceira parte*, idem, 1727; *A Bucolica, repartida em dez eglogas de estylo rustico, a que se póde chamar: Ethica pastoril; Quarta parte das Rimas*, Coimbra 1755; *Epithalamio hendecasyllabo nas felicissimas nupcias do ex.mo sr. D. José Miguel João de Portugal, conde de Vimioso*, etc., Lisboa, 1729; *Egloga, e retrato pathetico na morte do ex.mo sr. D. Nuno Alvares Pereira de Mello, primeiro duque do Cadaval*, etc., sairam nas *Ultimas acções do mesmo duque*, de pag. 347 a 363; *Admirações sentidas pela irremediavel perda da serenissima senhora infanta D. Francisca*, Lisboa, 1736; *Espelho nupcial: Epithalamio no felicissimo casamento do ill.mo e ex.mo sr. D. Jayme de Mello, duque do Cadaval, com a senhora princeza Henriqueta Julia Gabriella de Lorena*, Lisboa, 1739; *Apologometrico na jornada que fez de Tentugal para a côrte o ill.mo e ex.mo sr. D. Jayme de Mello com sua esposa*, Lisboa, 1739; *Gruta das Parcas; Epithalamio nos felicissimos desposorios do ill.mo e ex.mo sr. D. José Mascarenhas, Conde mordomo-mór, com a ill.ma e ex.ma sr.a D. Leonor Thomazia de Lorena, filha dos ex.mos srs. Condes de Alvôr*, Lisboa, 1740; *Ao terremoto do 1.º de novembro de 1755, Parenesis*, Lisboa, 1756; Coimbra, 1755; *Egloga, ou genethliaco pastoril ao nascimento do novo principe*, Coimbra, 1762; *Triumpho da Religião; poema epico-polemico, que á santidade do papa Benedicto XIV dedica*, etc., Coimbra, 1756; *A Conquista de Gôa por Affonso de Albuquerque, com a qual de fundou o Imperio Lusitano na Asia; poema epico, que á majestade do magnanimo, augusto e poderoso monarcha D. Joseph I, rei de Portugal e dos Algarves, pela mão do ill.mo e ex.mo sr. Duque Regedor dedica*, etc., Coimbra, 1759; *Arte poetica*, Lisboa, 1765; *Palacio do Sol, ou panegyrico gratulatorio ao muito alto, e poderoso rei da Gran-Bretanha, e a toda a nação britannica, pelo magnifico soccorro que deram a Lisboa na calamidade do terremoto*, Lisboa, 1755; *Palacio do Destino, ou Epithalamio nas felicissimas nupcias do ill.mo e ex.mo sr. Henrique José Maria Adão de Carvalho e Mello, e da ill.ma e ex.ma sr.a Maria Antonia de Menezes*, Lisboa, 1765; *Traducção do Oedipo de Sophocles*, Lisboa, 1765.— Obras em prosa: *Oração funebre, recitada quando se quebrou o primeiro escudo na villa de Montemór-o-Velho, pela morte do augustissimo monarcha D. João V*, Lisboa, 1750; *Oração panegyrica na plausivel acclamação d'el rei D. José I, nosso senhor*, sem logar nem anno de impressão; *Oração na declaração dos tres filhos illegitimos do augusto rei D. João V*, Lisboa, 1752; *Carta escripta de Montemór-o-Velho, a 22 de janeiro de 1755 em que se justifica de não escrever contra a sagrada Companhia de Jesus*, sem logar nem anno de impressão; *Carta escripta ao sr. N. S. P. D. V.* (sobre a verdadeira felicidade, datada de Montemór a. 20 de janeiro de 1755), sem logar nem anno de impressão; *David e Absalão* (traducção paraphrastica e commentario moral dos capitulos XIII e seguintes do 2.º livro *dos Reis*), sem logar nem anno de impressão; *Cartas philologicas que escrevia*, etc., Lisboa, 1755; *Balança intellectual em que se pezava o merecimento do «Verdadeiro methodo de estudar», que ao ill.mo e ex.mo sr. Marquez de Abrantes offerece*, etc., Lisboa, 1752; *Carta ao sr. L. A. V.* (Luiz Antonio Verney) datada de julho de 1754, com as iniciaes F. de P. e M.; sem logar nem anno de impressão; *Conferencias expurgatorias, que teve com o doutor Apollonio Philomuso o autor, da «Balança intellectual», que pódem servir de resposta ao que disse do mesmo autor, e da mesma «Balança» um certo regular do nosso reino, disfarçado com o nome de Theophilo Cardoso da Silveira*, etc., Coimbra, 1759, *Resposta compulsoria*, etc., já acima citada, Coimbra, 1755; *Carta apologetica*, etc.; *Carta ao sr. J. X. de V.* (José Xavier de Valladares e Sousa); *ou resposta aos reparos que lhe fizeram ácêrca do poema «Triumpho da Religião»*; datada de 31 de agosto de 1756, Coimbra, 1757; *Segunda resposta aos reparos que lhe fizeram*, etc., Coimbra, 1758; *Juizo sobre o terremoto*, Coimbra, 1756; *Theatro da Eloquencia, ou arte de Rhetorica, fundada nos preceitos dos melhores oradores gregos e latinos*, Lisboa, 1766; *Representação dirigida ao juiz da Inconfidencia Pedro Gonçalves Cordeiro, achando se preso na cadeia de Coimbra*; foi publicado no *Jornal de Coimbra*, tomo VI, n.º 28, 2.ª parte, a pag. 244; *Memorial a el rei D. José I, ácêrca dos excessos e usurpações dos religiosos monachaes, e principalmente dos de Santa Cruz de Coimbra;* foi publicado no *Instituto*, vol. XII, pag. 20 e seguintes por Ayres de Campos; *Discurso sobre o estado em que hoje se acham as religiões no reino de Portugal, e do proveito ou prejuizo que a sua economia interior e exterior póde causar á Republica; a El-Rei nosso senhor;* é um manuscripto em folio de papel de Hollanda, e comprehende 46 paginas acompanhado d'uma carta autographa do autor, dirigida ao ministro Sebastião José de Carvalho e

Mello, depois marquez de Pombal, e datada de Montemór o-Velho a 6 de março de 1758.

Pina e Mendonça *(Leoniz)*. Cavalleiro da ordem de Christo, socio da Sociedade Real de Londres, mathematico muito apreciado no seu tempo, etc. N. na Guarda, e fal. na sua quinta do Pombo, junto á mesma cidade. Não se sabem as datas do nascimento e fallecimento, mas sabe-se que vivia na segunda metade do seculo XVII. Pertencia a uma das mais illustres e mais opulentas familias da Guarda, mas acasos da fortuna fizeram com que passasse os ultimos annos na indigencia. Foi procurador da Guarda nas côrtes de 1645 e 1669, e cultivando diversos ramos de mathematica, escreveu um *Tratado cosmographico*, varios opusculos sobre a theoria da musica, tres centurias de *Theoremas e Problemas geometricos* e um *Tratado da quantidade commensuravel pratica*, mas todas essas obras se perderam, e unicamente se imprimiu em 1670 a que tem por titulo *Amuleto da alma, composto dos antidotos e epithemas, que os santos doutores e outros fieis e devotos varões receitaram ao contagio dos vicios.*

Pina e Proença *(Martinho de Mendonça de)* Fidalgo da Casa Real, deputado do Conselho Ultramarino, guarda-mór da Torre do Tombo, bibliothecario de D. João V, academico da Academia Real de Historia, etc. Nasceu na cidade da Guarda, e fal. a 12 de março de 1743. Era um distincto e acreditado philologo, segundo testemunho de escriptores do seu tempo, e adquiriu copiosa instrucção nas viagens que fez pelas prinpaes cidades da Europa. Escreveu: *Apontamentos para a educação de um menino nobre, que para seu uso particular fazia*, etc., Lisboa, 1734; outra edição no Porto, 1761; parece que n'esta cidade ainda saiu outra edição em 1768. D'esta obra se fez a analyse e conceito na *Gazeta Litteraria* de Francisco Bernardo de Lima, no quaderno de setembro de 1761. Na *Collecção dos Documentos e Memorias da Academia* veem algumas *Contas d'estudos*, e outros trabalhos Em 1727 publicou em Madrid um *Discurso philologico critico contra Feijó*. Diz-se que Pina e Proença deixára em manuscripto importantes trabalhos sobre o cadastro geral do Brazil, os quaes existiam na bibliotheca do convento de S. Francisco de Lisboa, por compra que aos seus herdeiros fizeram os religiosos.

Pina Vidal *(Adriano Augusto de)*. General de divisão, do conselho d'el-rei D. Manuel, director do observatorio meteorologico do Infante D. Luiz, director e lente de Physica da Escola Polytechnica, antigo lente da Escola do Exercito, socio effectivo e secretario geral da Academia das Sciencias, etc. N. em Elvas a 3 de setembro de 1841, sendo filho do major d'artilharia Lourenço da Costa Vidal, e de sua mulher D. Theodora Justina de Pina Vidal. Entrou para o Collegio Militar com o minimo da edade legal da admissão, em outubro de 1851, e saiu com o curso geral dos seis annos, em agosto em 1857. Foi tal a distincção com que se houve na frequencia dos estudos, que no ultimo anno do curso, tendo fallecido o professor de arithmetica e explicador de mathematica, foi convidado a substituil-o, e este serviço, meramente gratuito mas extremamente honroso, desempenhou-o ao mesmo tempo que cursava as suas aulas. Em 1856, tendo concluido apenas o 5.º anno do curso do Collegio Militar, mathematica, aproveitou uma disposição especial legislativa, que lhe permittia fazer exame do 1.º anno de mathematica na Escola Polytechnica e correspondente cadeira de desenho, e tendo se apresentado n'esse exame, foi approvado com valor de premio, obtendo a 1.ª classificação. Esta demonstração das suas brilhantes faculdades e do seu amor pelo trabalho, valeu-lhe o adeantamento d'um anno no curso. Assentou praça em 11 de agosto de 1857 no batalhão de caçadores n.º 5, sendo graduado em 1.º sargento e declarado aspirante a official. No anno lectivo de 1857 a 1858 frequentou a Escola do Exercito para concluir o curso da arma de infantaria N'esse anno obteve um premio pecuniario, e foi despachado alferes graduado, ficando em caçadores n.º 5. Em outubro de 1858 matriculou-se no 2.º anno da Escola Polytechnica, visto ter obtido, conforme dissémos, a approvação no 1.º com a dispensa de o frequentar. Em 1860 concluiu o 3.º anno, tendo obtido em todo o curso tres primeiros premios pecuniarios e um louvor. Foi classificado em primeiro logar e destinado para a arma de engenharia, mas requereu para seguir a de artilharia. Nos dois annos lectivos seguintes, 1860 a 1861 e 1861 a 1862, frequentou a Escola do Exercito, e concluiu o curso de artilharia, tendo obtido n'estes dois annos seis primeiros premios pecuniarios, e sendo sempre classificado em primeiro logar. Durante a frequencia do primeiro d'estes annos apresentou se no concurso para um dos tres logares então creados de repetidores de mathematica na Escola Polytechnica, e o conselho escolar escolheu o, dando-lhe o primeiro logar na classificação. Teve, porém, de renunciar o seu cargo por incompatibilidade de horas com as da frequencia da Escola do Exercito. Durante o 2.º anno do curso d'artilharia n'esta escola, foi ao concurso para o logar de lente substituto da cadeira de Physica experimental e mathematica na Escola Polytechnica, sendo approvado e nomeado para esse logar por decreto de 3 de julho de 1862. Concluiu o curso em 29 d'esse mez, sendo promovido a alferes n'essa mesma data. A 29 de julho de 1864 foi promovido a tenente, em 21 de fevereiro de 1867 a capitão, em 20 de outubro de 1880 a major em 31 de outubro de 1881 a tenente-coronel, em 5 de fevereiro de 1890 a coronel, em 2 de novembro de 1899 a general de brigada, e em 21 de outubro de 1903 a general de divisão, A 16 de agosto de 1862 foi nomeado, precedendo concurso, para o logar de lente commissionado no ensino da Escola do Exercito. Em 1869 a Academia das Sciencias lhe mandou imprimir o seu *Curso de Meteorologia*, e o elegeu seu socio correspondente. Em 1870 publicou umas *Noções elementares de physica*, approvadas pelo governo para uso das escolas do ensino primario, 2.º grau. Durante alguns annos exerceu, por nomeação do ministerio do reino, o logar de professor de Mathematica no Lyceu de Lisboa, emquanto foi necessario desdobrar uma cadeira por ser excessivamente frequentada. Valeu lhe isto a publicação de dois compendios, que rapidamente fôram adoptados em todo o paiz: *Elementos de Geometria*, de collaboração com o professor e n'essa epoca capitão de engenheiros Carlos Augusto Moraes d'Almeida, compendio de que se fizeram algumas edições, e os *Principios de Geographia mathematica*, de

que tambem se fizeram mais edições; *Trigonometria rectilinea*, que foi lithographada. Para servir de introducção ao seu curso de physica na Escola Polytechnica, curso lithographado, publicou em 1874 uns *Principios de Physica*, adoptados ao curso dos lyceus, de que se fizeram varias edições. Em 1874 a Academia das Sciencias mandou imprimir o seu *Tratado elementar d'optica*, que fazia parte do *Curso de Physica na Escola Polytechnica*, e Pina Vidal começou por sua conta a imprimir este curso, que ficou completo, constando, além do *Tratado d'optica* e do *Curso de Meteorologia*, das seguintes partes: Tomo I, *Introducção: gravidade, acustica*, 1874; Tomo II, fasciculo 1.º: *Calor...*, 1878; Tomo III, fasciculo 2.º: *Electricidade*, 1879 Tem publicado varios artigos scientificos em alguns jornaes, e particularmente no jornal de sciencias mathematicas, physicas e naturaes da Academia das Sciencias. Durante a sua regencia na Escola do Exercito ordenou os seguintes cursos, que correm lithographados: *Curso de telegraphia*, *Curso de architetura civil*, *Curso de pontes*, *Curso de navegação interior*, *Curso de trabalhos maritimos*, *Curso de Pharoes*. O sr. general Pina Vidal é socio de muitas sociedades e institutos scientificos. Em 1871 foi agraciado com o habito da ordem de S Thiago, baseando-se o decreto em que lhe foi conferida esta honra no *seu assignalado merecimento e relevantes serviços prestados ás sciencias no magisterio publico*. Em 1872 recebeu a medalha militar de comportamento exemplar. Em 1873, o governo de Hespanha o agraciou com a commenda da ordem de Carlos III. Em 1877 recebeu o grau de cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz. Posteriormente teve as seguintes mercês: gran-cruz e commenda da ordem de Aviz; grande official da mesma ordem por serviços distinctos; commenda da de S. Thiago, e da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; gran cruz da de Izabel a Catholica, de Hespanha, e a medalha de prata de bons serviços. No anno de 1875 foi nomeado lente proprietario da cadeira de Physica da Escola Polytechnica, por fallecimento do professor Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, tomando n'essa qualidade a direcção do Gabinete de Physica annexo a essa cadeira. Instituiu o ensino pratico da Physica n'um laboratorio expressamente construido para esse fim, innovação que estava urgentemente sendo reclamada. Mais tarde, em consequencia do impedimento do lente da Escola do Exercito Barreto da Rocha, foi convidado pelo conselho de instrucção da mesma escola a reger a cadeira de chimica applicada aos materiaes de construcção á photographia e á pyrotechnia, accumulando este serviço com a regencia da sua cadeira especial no mesmo estabelecimento. No Congresso Internacional Maritimo reunido em Lisboa a 22 de maio de 1904, foi um dos tres delegados nomeados pelo governo, sendo os outros dois os srs. conselheiros Julio de Vilhena e Ferreira do Amaral. Por despacho de 30 de novembro de 1907 foi nomeado vogal do Conselho de Instrucção Publica.

Pina Vidal *(Victor Jorge de)*. Tenente-coronel de artilharia. N. a 16 de janeiro de 1837, fal. a 22 de outubro de 1889. Aos 9 annos de edade, em 1846, entrou para o Collegio Militar, d'onde saiu em agosto de 1851 com o curso concluido. A 5 de setembro do mesmo anno assentou praça no batalhão de caçadores n.º 2. Por decreto de 6 de novembro foi promovido a alferes ajudante d'ordens do governador geral da provincia de Cabo Verde, tendo passado ao exercito de Portugal em 7 de janeiro de 1852. De volta de Cabo Verde em 1855, estudou nas escolas Polytechnica e do Exercito, o curso d'artilharia, em que foi, como o fôra no Collegio Militar, alumno distincto. Por decreto de 3 de maio de 1865 foi promovido a tenente para o regimento de infantaria n.º 17, tendo passado ao regimento de artilharia n.º 4, no posto de primeiro tenente, em 22 do mesmo mez e anno. Em janeiro de 1867 foi collocado na commissão permanente do Arsenal do Exercito e passado ao estado maior d'artilharia. Foi promovido a capitão por decreto de 26 de dezembro de 1868. Em janeiro de 1869 foi collocado no regimento d'artilharia n.º 1, e em fevereiro do mesmo anno passou ao estado maior da arma, sendo nomeado adjunto ao commando geral, e depois sub chefe da 2.ª repartição da direcção geral de artilharia. Em 1883 alcançava o posto de major, e era nomeado commandante das baterias do castello de S. Jorge, passando no anno seguinte ao regimento d'artilharia n.º 4, que então foi organisado. Promovido a tenente coronel em julho de 1887, foi nomeado director do deposito geral do material de guerra, cargo que exerceu com a maior intelligencia e muito zelo pelo serviço, até poucos dias antes de fallecer. Victor Jorge de Pina Vidal era condecorado com a medalha e a commenda da ordem de Aviz, e com a medalha de prata de comportamento exemplar.

Pinaça. Pequena embarcação, de remo e véla, muito ligeira. Parece que o nome lhe procede por serem feitas de pinho, esta especie de embarcações. Em 1326, D. Affonso IV mandou expedir um alvará regio, ao almoxarife de Aveiro, para que os *baixeis pinaças, que ali carregavão, não pagassem dizimo, mas só treze soldos e oito dinheiros.* (Documento da camara do Porto). Em 1469, ainda outro documento da mesma camara, fala em *pinaças*, como barcos pequenos.

Pinalvão. Pov. na freguezia de S. Romão, de Fonte Coberta, concelho de Barcellos, distr. de Braga.

Pincães. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Cabril, concelho de Montalegre, districto de Villa Real.

Pincas. Pov. na freguezia de Santo Emilião, conc. de Povoa de Lanhoso, districto de Braga

Pincho. Pov. na freg. de S. Pedro, de Alhadas, conc. do Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Pincue. Monte do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Fica proximo da margem esquerda do rio Zambeze, a SE do monte Churi-Churi.

Pinda. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do conc. do Santo Antonio do Zaire, na divisão de Noqui, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. || Porto da costa do distr. de Mossamedes, na prov. de Angola, Africa Occidental. Está situado ao S do Cabo Negro, e é formado e fechado por uma peninsula ou lingua de areia muito baixa, que só

de perto se descobre, e que destacando-se da costa vae a principio para o N, e arredondando-se depois para o NNE, NE e E, termina n'uma ponta. Abre-se para o N, e tem cerca de 2 a 4 k. de largura. E' difficilmente visto da banda do mar, por se confundir o areal da peninsula com a praia da costa E, e tem bom ancoradoiro em 29 ou 32 m., pouco para o S da ponta em que termina a peninsula. Póde-se ancorar, porém, mais para dentro, o que só é aconselhado em casos excepcionaes. Recebe apenas as aguas do rio Coroca ou Bembarougue, e é muito abundante em peixe que o gentio pesca e consome, fazendo tambem d'elle um dos principaes ramos do seu commercio. Este porto é tambem conhecido por *Manga das Areias* o por *Porto Alexandre.* || Colonia do distr. de Mossamedes, na prov. d'Angola, Africa Occidental, a 65 k. ao S da villa de Mossamedes. Foi fundada em 1854, começando-se pela construcção n'um sitio denominado a *Barreira Branca*, que termina pela banda de NE a bahia ou porto de Pinda, d'uma fortaleza em volta da qual se edificaram depois varias feitorias. A colonia entregou-se principalmente á pescaria, á cultura da canna saccharina e do algodão no valle e nas margens do Coroca, e á creação de gado. Para este ponto concorreram durante muito tempo pescadores algarvios que iam ali á pesca, e ali se estabeleciam. || Pequeno cabo em que termina a peninsula d'areia que fórma o porto de Pinda, na costa de Mossamedes, Africa Occidental. Tambem é chamado *Sandy Point.*

Pindana. Pov. do distr. de Quelimane, Africa Oriental.

Pinde. Sobado do conc. de Novo Redondo, na divisão de Sumbe, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Pindella. Casa solar, situada na provincia do Minho, na freg. do S. Thiago da Cruz, concelho de Villa Nova de Famalicão. Este morgado foi instituido em 12 de maio de 1526 por Luiz de Carvalho e Prado, escudeiro fidalgo de D. João III, e por sua mulher, D. Beatriz d'Almeida. Luiz de Carvalho era filho legitimo de João do Prado, escudeiro fidalgo de D. Affonso V, commendador da ordem de Christo, senhor da torre da Juncosa, de Lourêdo, de Montalvão, Rivella, Xisto, Real, Rêde e Pindella. Foi um grande capitão, que morreu valorosamente na tomada de Arzilla, em Africa. Foi casado com D. Izabel Pinheiro, filha de Diogo Affonso de Carvalho, corregedor das provincias do Douro e Traz-os Montes, no reinado de D. João I, e desembargador do paço, de D. Affonso V, e de sua mulher, D. Branca Pinheiro, filha de Martim Gomes Lobo, alcaide-mór de Barcellos, e de D. Mayor Esteves Pinheiro. Pelos *Prados*, é esta familia descendente de D. Fruella II, rei de Leão. Pelos *Carvalhos*, de Affonso Lourenço de Carvalho, da rica e nobilissima familia dos Carvalhos, de Guimarães, e bravo fiel partidario de D. João I, um dos fidalgos quo mais concorreram para que esta villa, hoje cidade, tomasse o partido d'aquelle monarcha. Pelos *Lobos*, procede dos senhores de Alvito e Oriolla, hoje marquezes de Alvito *(os condes-barões)*. Pelos *Pinheiros*, procede da nobre familia d'este appellido, que tem o seu solar em Barcellos. Os instituidores do vinculo de Pindella, Luiz de Carvalho e Prado, e sua mulher, não tiveram filhos, pelo que passou o morgado a seu sobrinho, Simão Pinheiro Lobo do Prado, escudeiro fidalgo da casa de D. João III, e 5.º neto de Tristão Gomes Pinheiro, tronco da familia e fundador do solar dos Pinheiros de Barcellos. Simão Pinheiro casou com D. Leonor d'Almeida Benevides e Mendanha, filha de Gregorio de Benevides e Mendanha, neta de Gregorio de Benevides, alcaide mór de Covilhãs, que passou a esto reino no tempo de D. Affonso V. D'este consorcio houve D. Anna Pinheiro Lobo, que lhe succedeu no morgado de Pindella, por não terem os seus irmãos deixado descendencia. Esta senhora casou com Manuel Figueira, filho de Fernão Figueira, desembargador da Relação

Casa solar de Pindella

de Braga, e de D. Leonor Thomé, sobrinha de D. João da Guarda, conde palatino, e do conselho d'el-rei D. João III, deão da sé de Braga, fundador da primeira capella do Bom Jesus do Monte no arrabalde de Braga; Manuel Figueira era neto de D. Lopo de la Higuera, fidalgo castelhano, que veiu para este reino em 1475, e ao qual D. Affonso V fez commendador da ordem de Christo. Os filhos de Simão Pinheiro, que morreram sem filhos, fôram: Simão Pinheiro, que militou na India, onde falleceu, sendo governador d'uma fortaleza; Gaspar Pinheiro, que tambem serviu na India, e ali falleceu. Vivia na companhia de seu tio Martim Affonso de Sousa, vice rei da India, e n'aquelle estado exerceu alguns cargos e obteve as maiores honrarias. Este Martim Affonso de Sousa foi o descobridor do Rio de Janeiro; Christovão Pinheiro e Estevão Pinheiro, acompanharam el-rei D. Sebastião na infeliz jornada d'Africa, levando em sua companhia grande numero de soldados seus, parentes e muitos creados de farda; assistiram ambos com distincção á batalha d'Alcacer-Kibir em 4 de agosto de 1578, onde falleceram. Tambem fôram d'esta familia varios ecclesiasticos, muito distinctos pelo seu saber e virtudes, contando-se entre elles: Miguel Pinheiro Figueira, conego da sé primaz de Braga, e seu vigario capitular; D. Diogo Figueira, deão da mesma sé, e Xisto Figueira, commendador da villa de Mubia, que escreveu a *Arte de rezar, conforme o rito bracarense*. Pela successão no vinculo, de João Machado da Guerra Fagundes, filho de Antonio Machado da Guerra Maia, moço fidalgo da Casa Real, capitão de infantaria, que se distinguiu na defeza do castello de Melgaço, em 1643 contra os hespanhoes, vencedor com varios encontros contra os mesmos nas guerras da acclamação de D. João IV, senhor dos morgados dos Guerras em Guimarães, e de D. Anna Fagundes de Mendanha Figueira, filha de Balthazar Pinheiro Lobo, cavalleiro da ordem de Christo, fidalgo da Casa Real e 4.º senhor do morgado de Pindella, veiu a entrar n'esta casa a varonia dos Machados, que se tem sempre conservado nos representantes d'esta nobre familia, que são hoje os viscondes de Pindella, sendo o actual sr. visconde o 16.º neto de D. Mendo Moniz, rico homem de Gondareir, que pelo seu valor se tornou celebre na tomada de Santarem, a 8 de maio de 1147, onde ganhou as suas armas. E a ser este D. Mendo Moniz filho de D. Moninho Ozôres, conde de Cabreira, como opinam muitos dos mais distinctos linhagistas, é o sr. visconde de Pindella o 30.º neto de Leovigildo, wisigodo e 1.º rei d'esta raça, na Lusitania, pae do rei Flavio Ricaredo. Ha, portanto, razão para acreditar que os Machados de Pindella são, em Portugal, os representantes principaes d'esta illustre familia. Entre a morte violenta de José Pinheiro Lobo, 5.º morgado de Pindella, e a successão de João Machado da Guerra Fagundes, ao qual foi por muito tempo imputado o tragico fim de seu tio (desde 1676 até 1702), teve esta familia enormes e dispendiosas demandas com Manuel de Vasconcellos e Sousa, filho mais novo do conde de Castello Melhor, que se apresentou como pretendente á casa de Pindella, em nome de sua mulher, D. Constança Figueira, senhora da casa de Liubares, em Regalados. Estas diuturnas questões déram-se entre Manuel de Vasconcellos e Verissimo Pinheiro, filho bastardo de Balthazar Pinheiro Machado, irmão de José Machado, que por morte de seu pae, 6.º senhor do morgado de Pindella, e na impossibilidade de seu tio succeder (por continuar compromettido no assassinio de José Pinheiro Lobo), reclamava o direito de successor do vinculo. Em 1679, estando Verissimo Pinheiro em Pindella, foi-lhe cercada a casa por um bando de gente armada, tendo á sua frente Manuel de Vasconcellos, que conseguiu, depois d'uma violenta refrega, apoderar-se da casa, e n'ella se installar como senhor. Correram 23 annos de contendas, insultos e desordens, até que uma sentença da Casa da Supplicação fez entregar o morgado a Verissimo Pinheiro, que morreu em Braga no mesmo anno em que tomou posse da casa, em 27 de maio de 1702. No dia seguinte, João Machado, já livre e absolvido, tomou posse dos morgados de Pindella.

Pindella (*João Machado Pinheiro Correia de Mello, 1.º visconde de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, conselheiro, commendador da ordem de N. Senhora da Conceição de Villa Viçosa, gran-cruz da de Izabel a Catholica, de Hespanha, condecorado com a medalha humanitaria, etc., antigo deputado em differentes legislaturas, governador civil de Braga e de Vianna do Castello, 12.º senhor do morgado de Pindella, 6.º senhor do morgado de Guerras em Guimarães; das casas de Refalção, em Cabeceiras de Basto, e por ultimo senhor do padroado de Arnoso, etc.; socio correspondente do Instituto de Coimbra, socio honorario do Gremio Litterario Portuguez, do Rio de Janeiro, e de outras instituições scientificas e litterarias. N. em Guimarães a 8 de janeiro de 1821, e fal. ha bastantes annos. Era filho de Vicente Machado Pereira de Mello, senhor dos citados morgados, e de sua mulher, D. Carlota Carolina Correia Leite de Almeida. Dedicou-se á litteratura, que depois abandonou pela politica, collaborando em diversos jornaes, como a *Gazeta de Portugal*, de Teixeira de Vasconcellos, de quem era muito amigo, etc. Escreveu e publicou um *Relatorio*, sendo governador civil de Braga; um livro intitulado *Passeios na Povôa*, de collaboração com D. João de Azevedo e Antonio Pereira da Cunha; um drama em 4 actos, com o titulo de *Vingança*, que foi publicado no Porto, em 1854, etc. Na *Miscellanea Poetica* inseriu tambem varias poesias. O 1.º visconde de Pindella casou em Guimarães, a 17 de janeiro de 1839, com D. Maria do Carmo Cardoso de Menezes Barreto do Amaral, filha unica e herdeira de Fortunato Cardoso do Amaral de Menezes Barreto, senhor do morgado do Paço de Nespereira, e de sua mulher, D. Maria Rita de Macedo. Enviuvando em dezembro de 1851, passou a segundas nupcias, tambem em Guimarães, a 19 de janeiro de 1853, com D. Eulalia Estelita de Freitas Rangel de Quadros, filha de Antonio Moreira Lopes Machado, opulento negociante, e de sua mulher D. Emilia de Freitas de Mello e Castro Rangel de Quadros. De ambos os matrimonios houve descendencia, contando-se entre os do segundo o actual sr. visconde de Pindella e o sr. conde de Arnoso. O titulo foi concedido por decreto de 31 de janeiro de 1854.

Pindella (*Vicente Pinheiro Lobo Machado de Mello e Almada, 2.º visconde de*). Fidalgo da Casa Real; bacharel formado em Direito pela Univer-

sidade de Coimbra, governador da provincia de S. Thomé e Principe, ministro plenipotenciario em Berlim, etc. N. em Guimarães a 23 de abril de 1852, sendo filho do 1.º viscoude do Pindella, João Machado Pinheiro Correia de Mello, e de sua segunda mulher, D. Eulalia Estelita de Freitas Rangel de Quadros. Em novembro de 1879 foi nomeado governador de S Thomé e Principe, causando essa nomeação uma certa extranheza, por ir contra a pratica de serem os logares de governador das nossas provincias ultramarinas exercidos por officiaes do exercito ou da marinha, e tambem pela pouca edade do nomeado, pois contava então 27 annos, facto aggravado pela falta anterior de serviços publicos que de qualquer modo justificassem a nomeação. Tomou posse do seu governo a 3 de janeiro de 1880, mas pouco tempo ali se conservou; comtudo, n'esse curto periodo enviou ao ministerio da marinha um desenvolvido relatorio sobre o estado e necessidades da provincia, o qual está publicado n'um dos volumes dos relatorios dos governadores do Ultramar, impresso em 1881. Pertencendo ao partido regenerador, foi deputado nas legislaturas de 1885 e 1886, eleito pelo circulo plurinominal de Braga e Villa Nova de Famalicão; foi enviado extraordiuario e ministro plenipotenciario na Hollanda, onde representou Portugal com a maior distincção. Mais tarde, em 1894, foi o distincto diplomata nomeado ministro plenipotenciario em Berlim, cargo que sempre illustrou, e onde tem advogado com o maior interesse todas as negociações mais transcendentes que se tem suscitado entre Portugal e Allemanha. Em 1899 foi eleito par do reino, tomando posse na respectiva camara, na sessão de 17 de março d'esse anno. O sr. visconde de Pindella é gran-cruz da ordem de Christo, commendador da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, cavalleiro de 3.ª classe do Merito Naval, de Hespanha; commendador da Estrella Polar, da Suecia; gran cruz da Aguia Vermelha, da Prussia, distincção que recebeu em 1905. O sr. viscoude de Pindella é irmão mais velho do sr. conde d'Arnoso. Casou a 23 de maio de 1889 com D. Maria Amelia de Sousa Botelho Mourão e Vasconcellos, filha dos 2.ºˢ condes de Villa Real, D. Fernando de Sousa Botelho Mourão e Vasconcellos e de sua segunda mulher, D Julia Braamcamp d'Almeida Castello Branco. E' distincto orador e publicista. Publicou em 1884 *As Ilhas de S Thomé e Principe, notas d'uma administração colonial.* Publicou mais dois discursos que proferiu na camara dos deputados, em volumes separados, tratando um da politica colonial e o outro da administração colonial. O titulo de visconde foi lhe concedido, como renovação no de seu pae, por decreto de 20 de maio de 1886. O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo partido em pala: na primeira as armas dos Figueiras, em campo de ouro cinco folhas de figueira, accrescentadas com uma bordadura composta d'uma corrente de prata, fechada por duas estrellas de ouro; na segunda as armas dos Pinheiros, de Tristão Pinheiro, em campo vermelho um leão de ouro rompante, combatendo um pinheiro do sua côr, com pinhas douradas, e raizes de prata; timbre, uma cruz de cruzado, por descenderem dos senhores do Castello de Nareyo, em Galliza, que militaram nas cruzadas e estiveram na conquista de Malta.

Pindêllo. Pov. e freg. de N. S.ª dos Milagres, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. Pedro do Sul, distr. e bisp. de Vizeu; 200 fog. e 793 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post.; romaria á Senhora dos Milagres no ultimo domingo de agosto. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. O arcediago da sé de Lamego, denominado *arcediago de Pindêllo*, apresentava o cura, ou vigario, que tinha 10$000 réis de congrua e o pé d'altar. O arcediago recebia os dizimos da freg., e apresentava o ermitão, ou capellão de N. S.ª dos Milagres. Esta pov. é muito antiga, pois já existia em 1290, porque nas *Inquirições* mandadas fazer n'esse anno pelo rei D. Diniz, se vê que parte da pov. de *Pindêllo d'Alafões* era de foraineutãos da ordem do Hospital. Foi do termo da villa d'Alva e do extincto conc. de Lafões. A terra é muito abundante d'aguas, e por isso muito fertil; cria muito gado de toda a qualidade. No alto d'um pequeno monte d'esta freg., povoado de carvalhos frondosos e seculares, está a grande capella de N. S.ª dos Milagres. Não se sabe com certeza a origem da imagem da padroeira d'esta capella. Dizem uns que ella estava occulta no tronco d'um dos carvalhos d'este monte; outros, que fôra para aqui trazida por um peregrino desconhecido. A capella é de boa architectura, e de bom granito lavrado. Tem tres altares, incluindo o altar-mór, um alpendre, ou galilé, tambem de boa architectura, feito em 1655, á custa do vigario Antonio de Paiva. Perto da capella ha uma fonte com muito boa agua. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 210 fog. e 827 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 4 k. da séde do conc. A abbadessa do mosteiro de freiras franciscanas de Monchique, na cidade do Porto, apresentava o cura, que tinha 65$000 réis e o pé d'altar. O terreno d'esta freg. é bastante montanhoso, mas os seus valles são muito ferteis, porque os regam varios ribeiros e arroios. Cria muito gado de toda a qualidade. E' abundante de caça miuda. A egreja matriz é muito antiga e pequena. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. || Povoações nas freguezias: O Salvador, de Arvore, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. Tem correio com serviço de posta rural. || N. S.ª da Natividade, de Silgueiros, conc. e distr. de Vizeu.

Pindo. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. da Beira Alta, conc. de Penalva do Castello, com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu; 542 fog. e 2:331 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post A pov. está situada a 4 k. da margem direita do rio Dão e a 7 de Castendo, que é a séde do conc. O real padroado apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. A pov. é muito antiga. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. || Serra da prov. de Traz-os-Montes, no conc. de Montalegre. E' um ramo da serra de Leiranco Encadeia se com a cordilheira de Calvão e Castellãos, no conc. de Chaves. Por ella corre a antiga estrada de Montalegre para Chaves, e serve de divisão entre estes dois concelhos.

Pinella. Pov. e freg. de S. Nicolau, da prov.

de Traz os-Montes, conc., com , distr. e bisp. de Bragança; 107 fog. e 491 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Dista 15 k. da séde do conc. e está situada a 8 k. da margem direita do rio Sabor. O abbade da freg. de Serapicos apresentava o cura, que tinha réis 8$000 e o pé d'altar. A terra é pouco fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Miraudella.

Pinello. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Vimioso, distr. e bisp. de Bragança; 144 fog. e 615 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Dista 7 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Vimioso a Bragança, nas proximidades da margem esquerda do rio Mação. O cabido de Bragança apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, e já era villa no tempo de D. Affonso Henriques, que em 1185, ultimo anno do seu reinado, a deu ao mosteiro de Castro d'Avellans, assim como a villa de Santulhão, em troca das terras que hoje constituem os arrabaldes de Bragança. El-rei D. Diniz lhe deu foral, em Leça do Bailio, a 4 de julho de 1288. A terra é pouco fertil. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 10 com a séde em Mirandella.

Pineto. Antiquissima cidade da Lusitania, situada proximo da actual freg. de Valle de Telhas, no conc. de Mirandella, prov. de Traz-os-Montes. Esta situação prova-se pelo *Itinerario* de Antonino Pio, que, falando da via militar romana de Braga a Astorga, diz que de *Aguas Flavias* (Chaves) a *Pineto* são cinco legoas, que é a distancia exacta de Chaves a Valle de Telhas. E' certo que esta estrada ia de Chaves a Valle de Telhas, e d'ahi a Vinhaes, segundo se conclue d'um marco milliario que existe, ou existiu, em Valle de Telhas. D'esta cidade tambem fala Ptolomeu, na 2.ª *Taboa da Europa*, capitulo 6.º, na descripção da chancellaria de Braga, e a colloca em 7º e 50' de longitude, e 43º e 30' de latitude. Hoje restam apenas poucos vestigios, e pouco visiveis, d'esta extincta cidade; mas ha 200 annos, segundo consta, ainda se viam restos de bons edificios, columnas, estatuas mutiladas, cippos e outros objectos. A via militar romana cortava, perto d'esta cidade, o rio *Rabaçal*, por uma ponte, junto da qual existiu um marco milliario, com uma inscripção, que, traduzida, diz o seguinte: «O Imperador Cesar Caio Julio Vero Maximino, pio, feliz, augusto; germanico maximo, dacico maximo, sarmatico maximo, pontifice maximo. Cinco vezes investido no poder tribunicio; sete vezes imperador; pae da patria; consul e proconsul—e Caio Julio Vero Maximino, nobilissimo cesar; germanico maximo, dacico maximo, sarmatico maximo, principe da mocidade—filho do nobilissimo imperador, Cesar Caio Julio Vero Maximino, pio, feliz, augusto; mandaram reformar as estradas e pontes, arruinadas com o tempo, sendo superintendente d'estas obras Quinto Décio, legado do imperador pro-pretor (ou perfeito do pretorio.»

Pingage Rio do distr. da Zambezia, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. N. na serra Chomaro e lança-se no rio Muto ou canal do Quaqua.

Pingali. Prazo da prov. de Moçambique, distr. de Quelimane, Africa Oriental.

Pingare. Pov. da Africa Oriental, distr. de Quelimane.

Pingarelhos. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Almagreira. conc. de Pombal, districto de Leiria.

Pinguella. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Cambezes, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago, de Custoias, conc. de Bouças, distr. do Porto. || S. Paio, de Ruilhe, conc. e distr. de Braga.

Pingulha. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, na div. de Quissanga, distr. do Congo, provincia d'Angola, Africa Occidental.

Pinha *(Rodrigo Augusto Teixeira de)*. Vice-almirante reformado. N. a 15 de março de 1831, fal. em Lisboa a 5 de março de 1909. Assentou praça no corpo de marinheiros da armada a 20 de maio de 1845; passou a aspirante de 2.ª classe em 4 de setembro de 1849; a aspirante de 1.ª classe em 16 de outubro de 1850; a guarda-marinha em 3 de julho de 1852; a 2.º tenente em 25 de novembro de 1853; a 1.º tenente em 27 de dezembro de 1863; a capitão tenente em 27 de fevereiro de 1873; a capitão de fragata em 8 de maio de 1878; a capitão de mar e guerra em 26 de março de 1885; a contra-almirante em 27 de fevereiro de 1890, e a vice-almirante em 14 de fevereiro de 1895. Passou ao quadro auxiliar por attingir o limite da edade, em 28 de março de 1900, e reformou-se em 29 de março de 1906. Teve os seguintes commandos: vapor *Lynce*, biate *Conde de Penha Firme*, esquadrilha fiscal do Algarve e do Norte, corvetas *Bartholomeu Dias*, *Rainha de Portugal*, *Duque da Terceira*, *Estephania*, *Affonso d'Albuquerque*, *Duque de Palmella* e *Sagres* (escolas de alumnos marinheiros); couraçado *Vasco da Gama*, fragata *D. Fernando* (escola pratica de artilharia naval), canhoneiras *Mandovy*, *Sado e Liberal*: transportes *Africa* e *India*, e a divisão naval do Atlantico Sul; commandou tambem a Escola Naval da companhia dos guarda-marinhas e o corpo de marinheiros. Exerceu as seguintes commissões: chefe de estado-maior da divisão naval do Atlantico Sul; ás ordens do vice-almirante conde de Penha Firme, em Inglaterra, a coadjuvar a fortificação da corveta *Estephania*; encarregado em 1862 de estudar, em Inglaterra e em França, as novas invenções e todos os melhoramentos introduzidos na artilharia naval, armamento e equipamento dos navios de guerra em 1863, praticou, em Toulon, na esquadra franceza de evoluções, foi approvado e mandado adoptar o exercicio que formulou para as bocas de fogo d'alma lisa; encarregado de formular o manual do marinheiro artilheiro; adjunto nas commissões de inspecção ao corpo de marinheiros e navios surtos no Tejo; vogal da commissão encarregada de dar parecer sobre uns planos e modelos de navios couraçados; presidente das commissões encarregadas de redigir o projecto do regulamento para a escola de alumnos marinheiros, e de formular um projecto de regulamento disciplinar para a armada; vogal da junta consultiva de marinha e do conselho de instrucção naval. Em 1894, sendo então contra-almirante, foi encarregado de representar el-rei D. Carlos nos funeraes de Sadi Carnot e de Felix Faure, presidentes da Republica Franceza. O vice-almirante Teixeira Pinha foi vogal e vice-presidente do conselho do almirantado, major-ge-

neral da marinha e vice-presidente do Conselho Superior de Marinha. Entre as numerosas condecorações com que foi agraciado, mencionaremos as seguintes: cavalleiro, grande official, commendador e gran-cruz da ordem de Aviz por serviços distinctos; cavalleiro e commendador das ordens de S. Thiago e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; medalha de prata da expedição de Angola de 1860 (D. Pedro V), medalhas de prata e de ouro de comportamento exemplar; gran-cruz das ordens da Rosa do Brazil, de S. Estanislau da Noruega, da Corôa de Italia, de Hohenzollern; commendador o grande official da Legião de Honra de França. Em 1882 fôram-lhe concedidas as honras de ajudante de campo d'el-rei D. Luiz; em outubro de 1885, acompanhou o principe D. Carlos ao centro da Europa n'uma viagem de estudo; em 1896 foi agraciado com a carta de conselho; em 1901, concedidas as honras de ajudante de campo d'el-rei D. Carlos, e em 1908, eguaes honras, de el-rei D. Manuel II. Recebeu os seguintes louvores: pelo zelo e intelligencia com que se desempenhou das commissões de que fôra encarregado pelo ministerio da fazenda, como commandante do vapor *Lynce*; pelo zelo e acerto com que desempenhou a importante commissão de serviço na inspecção ao corpo de marinheiros; pelo zelo e intelligencia com que durante o ensino escolar e por occasião dos exercicios de tiro ao alvo, executados em 1871, desempenhou o seu serviço como instructor; pelo zelo e esforço com que acudiu, no dia 4 de novembro de 1872, a um incendio de uns predios na rua 24 de julho; pelo muito zelo e muita aptidão com que se desempenhou do importante serviço a seu cargo no commando da Escola Pratica de Artilharia Naval; pelo modo com que se desempenhou no serviço, na qualidade de commandante da Escola de Alumnos de Marinheiros; pela proficiencia que demonstrou nos trabalhos elaborados pelo Conselho Superior de Marinha, de que era membro.

Pinha. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, do Teixeiró, conc. de Baião, do mesmo distr. || O Salvador, de Villa Garcia, concelho de Amarante, do mesmo districto.

Pinha Cheu. Pov. da freg. de N. S.ª da Graça, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Pinhadouro de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Leocadia e conc. de Baião, distr. do Porto.

Pinhaes do Sargaçal. Pov. na freg. do Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e distr. de Leiria.

Pinhal. Matta de pinheiros. São importantes os pinhaes do Estado, de Leiria e mattas annexas, da Azambuja, Virtudes, o Escaroupim, dos Medos, de Ourem, de Cabeção, matta de Camarido, e de Alcacer.

Pinhal. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição e conc de Albufeira, distr. de Faro. || S. Miguel, de Barreiros, conc. de Maia, distr. do Porto. || S. Thiago, de Espargo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Francisco da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || S. João, do Loureiro, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Marinha, de Moreira de Geraz de Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro e conc. d'Obidos, distr. de Leiria. || Santa Maria, de Pinheiro Grande, conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || S.ª da Conceição, de Sabacheira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Pinhal de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Consolação, de Castello, conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa.

Pinhal do Breyner. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Arrentella, conc. do Seixal, distr. de Lisboa.

Pinhal do Douro. Pov. e freg. do Espirito Santo, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Carrazêda de Anciães, distr. e bisp. de Bragança; 112 fog. e 700 hab. Tem est. post. Dista 11 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem esquerda do rio Douro, e annexada para effeitos civis á freg. de Villarinho da Castanheira. Foi desmembrada da freg. do Pinhal do Norte. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. Esta pov. é pouco fertil em cereaes e fructas, mas abundante de pastos e caça. Cria bastante gado de toda a qualidade, algum mel e cêra.

Pinhal do Forno. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Alhos Vedros, conc. da Moita, districto de Lisboa.

Pinhal de Leiria. V. *Portugal*, vol. IV, pag. 123 e 124.

Pinhal do Monte. Pov. na freg. de S. Jorge, de Sarilhos Grandes, conc. de Aldeia Gallega, distr. de Lisboa.

Pinhal do Norte. Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Carrazêda de Anciães, distr. e bisp. de Bragança; 170 fog. e 835 hab. Tem escola do sexo masc. e est. post. Dista 4 k. da séde do conc. O reitor de Marzagão apresentava o vigario, que tinha 60$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. é abundante de caça e de pastos, mas pouco productiva em cereaes e fructas. Cria gado, de toda a qualidade. Tem algum mel e cêra. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Pinhal Novo. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Espargo, conc. da Feira, districto de Aveiro. || S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. Ha aqui uma est. do caminho de ferro, da linha do Sul e Sueste, que fica entre a da Moita e a do ramal de Palmella-Setubal, e serve do entroncamento. Junto d'esta aldeia se estabeleceu uma colonia que se tornou florescente; principiou por casas para residencia de empregados e operarios do caminho de ferro, sendo quasi todos do districto d'Aveiro. Depois, attrahidos pelas vantagens offerecidas pelo abastado lavrador sr. José Maria dos Santos, vieram mais colonos, a quem este senhor adeantava instrumentos de lavoura, gados, sementes, estrumes, e até comestiveis, formando assim de cada proletario um lavrador proprietario, e d'esta maneira se formou a povoação. Como a egreja matriz ficava longe, resolveram os povos d'estes sitios construir uma grande capella dedicada a Nossa Senhora, a qual foi inaugurada, abrindo se ao culto, no dia 2 de fevereiro de 1874. E' um templo elegante. Para a sua construcção concorreu tambem o sr. José Maria dos Santos com uma esmola avultada.

Pinhal da Segunda. Pov. na freg. de Santa

Suzana, de Carapiuheira, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Pinhal da Serra. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Alcochete, districto de Lisboa.

Pinhal Tanheiro. Pov. na freg. de Sauto André, de Cella, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Pinhal do Urso. Depois dos pinhaes de Leiria e do Vallado, é esta matta a mais extensa das que fórmam o dominio florestal do Estado. Mede mais de 1000 hectares. Está situado no littoral, uns 20 k. ao sul do rio Mondego, e dista do Oceano perto de 4 k., que é a largura das dunas que lhe ficam ao poente, as quaes são impellidas pelos ventos mareiros, e correm sobre o pinhal enterrando muitas arvores. Esta matta, antes de ser incorporada na Administração geral das Mattas, pertenceu á Universidade de Coimbra, e parece que já foi maior. O pinhal das Correntes, muito cortado e invadido pelas areias, que está hoje completamente separado do do Urso por um largo areamento, é provavel que n'outro tempo estivesse unido com este e ambos formassem uma só floresta. O arvoredo, que se encontra aqui, é quasi exclusivamente constituido pelo pinheiro maritimo ou bravo, que é o que mais prospéra nas areias fundas e nos logares, onde a proximidade do mar torna a atmosphera mais humida. Segundo os melhores preceitos da silvicultura, o pinhal do Urso está dividido em talhões por meio de *aceiros*, que são ruas muito largas limpas de mattos e arvoredos, e *arrifes* que são *aceiros* muito estreitos. Do lado do nascente e junto da borda do pinhal, ha de distancia em distancia uma casa de construcção singela e elegante, que é habitada pelos guardas florestaes.

Pinhal Verde. Pov. na freg. do Salvador, de Barreira, conc. e distr. de Leiria.

Pinhanços. Pov. e freg de Santa Luzia, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Ceia, distr. e bisp. da Guarda; 227 fog. e 871 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., fabrica de polvora, fabrica de chocalhos e campainhas, medico, pharmacia, viveiros de videiras americanas, feira annual, a 13 de dezembro, romaria a N. S.ª da Lomba, tambem a 13 de dezembro, etc. A pov. dista 7 k. da séde do conc., e está situada na estrada de Celorico a Oliveira do Hospital, n'uma pequena collina que corre parallela e ao N da serra da Estrella por espaço d'uns 10 k. Pertence á 2.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. O reitor de Ceia apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. O territorio d'esta freg. occupa uma vasta área, e é fertil em toda a qualidade de productos agricolas no nosso paiz, e a *Varzea de Jagunda* produz grande quantidade de cereaes, especialmente milho grosso. Cria-se muito gado, e nos seus montes ha abundancia de caça, grossa e miuda. Esta freg. é muito antiga, e já era povoada no tempo dos arabes, o que se prova por um *almocabar* moirisco, de que ainda existem algumas sepulturas. A primitiva egreja parochial estava no logar de Gache, a 2 k. a E de Pinhanços, e é a unica aldeia que, com Pinhanços, constitue a freg. Ainda hoje, ao terreno d'um olival que está proximo de Gache, se dá o nome de *Adro de Santa Luzia*, por ser o da antiga matriz. A transferencia da matriz para a actual, devia realisar-se pelos fins do seculo XVI, porque em um altar da egreja se lêem os tres primeiros algarismos da data da sua fundação, *159*..., não existindo a ultima letra. A egreja tem altar-mór onde está a imagem da padroeira, que é de pedra, e mais 4 altares lateraes. Apezar de ser muito antiga, pois já veiu da egreja velha de Gache, a imagem é de boa esculptura. O 1.º altar lateral da esquerda, que tambem veiu da egreja velha, é de talha dourada, e tem uma imagem de N. S.ª do Rosario, de pedra e de estatura natural. Em frente fica o altar de S. Lourenço, de talha dourada, construido no seculo XVIII. A imagem do Santo é muito antiga. Era o padroeiro d'uma capella antiquissima, ha muitos annos destruida, que ficava n'um dos sitios mais pittorescos da freg., ao pé de Gache, onde existe ainda a fonte de S. Lourenço e o terreiro do mesmo nome. Os outros dois altares tambem são de talha dourada, sendo um construido no seculo XVIII, e egual ao de S. Lourenço, consagrado a N. S.ª do Amparo, e o outro ás almas do Purgatorio. Proximo da pov., a 2 k. ao N, está a capella de N. S.ª da Lomba, entre grandes e antigos carvalhos, e sobre uma pequena elevação, ou lomba, que lhe dá o nome. Segundo a lenda, esta imagem appareceu pelos annos de 1400, sobre uma pedra n'este mesmo sitio, a uma pastorinha, e ali logo os devotos construiram uma capella, ficando a servir de peanha á imagem a mesma pedra, onde ella fôra vista a primeira vez, e que serviu de altar para uma missa que se celebrou no dia immediato ao apparecimento. O *Santuario Marianno* é que conta assim a lenda. Outros escriptores dizem que a imagem appareceu debaixo d'um enorme penedo, a distancia de 300 m. da actual capella, e sobre este penedo é que se celebrou a primeira missa A imagem esteve na egreja matriz emquanto se construiu a capella, e quando ella se concluiu, foi a imagem levada para ali em solemne procissão, havendo n'esse dia um bodo para quem o quiz receber, e para o qual se mataram 8 bois, dando-se tambem grande porção de pão. Este bôdo continuou no dia da festa, e não sabemos se ainda se dá, distribuindo-se caldo e carne pelos habitantes das 5 povoações que dão o bôdo e por todos os pobres que concorrem ali em grande numero. A capella é vasta, tem altar-mór, com tribuna, e dois altares lateraes. A imagem é de pedra; está sentada, e n'esta posição tem 0,ᵐ77 de alto. No regaço vê-se Jesus Christo morto. Como a imagem era de esculptura muito antiga, e muito pesada para ir em andôr nas procissões, se fez uma nova imagem, de madeira, em 1688, que collocaram no altar-mór, no logar da antiga, indo esta para um canto do altar. Por aquelle tempo foi á capella o prior da freg. de Santa Comba, de Ceia, e vendo a antiga imagem assim desprezada, pediu para a levar para a sua egreja, mas apenas a collocou em um altar, desencadeou-se uma horrorosa trovoada, caindo muitos raios, o que aterrou todo o povo. Acreditando o prior que este facto era devido á mudança da imagem, mandou dizer aos habitantes de Pinhanços que a fôssem buscar, o que elles logo fizeram, conduzindo-a em solemne procissão, collocando-a então no seu primitivo logar, passando a imagem nova para um dos cantos do altar. A Senhora da Lomba é de grande devoção, e ainda hoje se faz uma romaria, a

que concorre muita gente das povoações visinhas.

Pinhão. Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu, de Casal dos Loivos, conc. de Alijó, distr. de Villa Real. Tem est. post. com serviço de encommendas. || Santa Maria, de Gôve, concelho de Baião, distr. do Porto. || S. Paio, de Mozellos, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Soalhães, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Ulme, conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || N. S.ª dos Anjos, de Gouvães do Douro, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real. Ha aqui uma estação do caminho de ferro, na linha do Douro, entre a de Cottas e o apeadeiro de Chancelleiros. Esta pov. está situada na margem do rio Douro, e é muito importante pelo seu grande movimento commercial. || Santa Maria, de Pindello, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. Tem caixa post. || S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Ribeira do distr. de Villa Real, que nasce na serra da Falperra, corre ao S, passa a E de Sabrosa e de Provezende, e entra no rio Douro com 30 k. de curso. As suas margens são muito pittorescas, e produzem vinho de boa qualidade.

Pinhão Celle. Pov. na freg. de S. Thiago, de Torre do Pinhão, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real.

Pinhão de Cima. Pov. da freg. de N. S.ª do Rosario, do conc. de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Pinheira. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Ribeira Branca, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || S. Martinho, de Milhundos, concelho de Penafiel, districto do Porto.

Pinheiral. Povoações nas freguezias: S. Romão, de Corgo, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Thiago, de Cruz, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || Sé e conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Santa Marinha, de Nespereira, conc de Sinfães, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição, de Odiaxere, conc. de Lagos, distr. de Faro. || S. Vicente, de Pinheiro, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Thiago, de Priscos, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Ul, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Urró, conc. de Arouca, do mesmo districto.

Pinheiria. Pov. na freg. de Santa Catharina da Serra, conc. e distr. de Leiria.

Pinheirinho. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Adaufe, conc. e distr. de Braga. || S. Jorge, de Selho, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Pedro, de Lourosa, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Pinheiro de Azere, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Polvoreira, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo Ildefonso, de Montargil, conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre.

Pinheirinho do Barrôco. Pov. na freg. de S. Martinho e concelho de Pombal, distr. de Leiria.

Pinheirinho dos Malhos. Pov. na freg. de S. Martinho e concelho de Pombal, distr. de Leiria.

Pinheirinho dos Redondos. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Pinheirinhos. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Martinho, de Espinnca, concelho de Arouca, districto de Aveiro.

Pinheirinhos da Azoia. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Castello e conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa.

Pinheiro. Appellido nobre em Portugal, vindo de Hespanha, onde foi tomado d'uma quinta chamada *do Pinheiro*, por haver ali um pinheiro de extraordinaria grandeza. Veiu para Portugal na pessoa de Tristão Gomes Pinheiro, fidalgo gallego, ao qual o duque D. Affonso encarregou da construcção dos muros de Barcellos, e n'esta villa estabeleceu o seu solar, onde os seus descendentes fôram alcaides-móres. São estes os *Pinheiros Cogominhos*, que teem por armas: Em campo de púrpura um pinheiro verde, perfilado de ouro, com pinhas do mesmo metal e raizes de prata; junto d'elle um leão de ouro, trepante; timbre, o leão do escudo com um ramo de pinheiro nas garras. Os Pinheiros, de Guimarães, accrescentaram o escudo da seguinte fórma: as armas antecedentes, com a legenda: *Herculea Quodam ducta Fuera Manu*. Esta legenda vê-se no brazão d'armas, gravado na sepultura do bispo D. Diogo Pinheiro, no convento de Thomar, onde foi prelado (V. *adeante*). Ha outra familia de appellido *Pinheiro*, cujos progenitores vieram de Aragão, que teem por armas: Em campo de prata, tres pinheiros verdes, em aspa; elmo d'aço, aberto, e por timbre um dos pinheiros das armas. Os Pinheiros de Andrade trazem por armas: Em campo de prata cinco pinheiros verdes, em aspa, chefe, carregado d'uma banda de púrpura, perfilada de ouro, saindo da boca de dois tragantes de ouro, lampassados de púrpura. Elmo d'aço, aberto; timbre, uma cabeça de serpe, de ouro, lampassada de púrpura, com um ramo de pinheiro verde, na boca.

Pinheiro *(Antonio)*. Mestre da capella ducal de Villa Viçosa, exercendo depois as mesmas funcções na sé de Evora. N. em Montemór-o-Novo, e fal. em Evora a 19 de junho de 1617. Foi discipulo de Francisco Guerrero, musico hespanhol muito afamado, que floresceu nos seculos XVI e XVII. Parece que Antonio Pinheiro tambem leccionou, saindo da sua escola bons discipulos. Deixou, além d'outras composições musicaes, uma obra muito volumosa, a qual continha o cantico da *Magnificat*, a diversas vozes, que se conservava na *Bibliotheca Real de Musica*. O catalogo da livraria de D. João IV menciona d'elle apenas um motete a 5 vozes.

Pinheiro *(Antonio)*. Actor contemporaneo muito apreciado. N. em Tavira a 21 de dezembro de 1867. Chegou a cursar o 2.º anno da Escola Polytechnica, matriculando-se tambem em 1885 nas aulas de declamação e arte de representar no Conservatorio, então regidas por João Rosa e Gervasio Lobato. Sendo muito apaixonado pelo theatro, e reconhecendo-lhe Gervasio Lobato grande vocação, o aconselhou a seguir a arte dramatica, o que elle fez, escripturando-se no Gymnasio, debutando a 28 de outubro de 1886 no drama *Nobres e plebeus*. No mesmo theatro entrou nas peças: *Coupé 117*, *Bigamo*, *Nono não desejarás*, *Os fidalgos da Casa Mourisca*, *Não me embaçam*, *Diabo atraz da porta*, *Como nós por*

nossa casa, etc. Passou depois para o theatro de D. Maria II, estreando-se a 23 de novembro de 1887. Ali representou differentes papeis com bastante agrado, nas peças: *Duque de Vizeu*, *Velhacos*, *Fedora*, *Guerra em tempo de paz*, *Socrates e sua mulher*, *Luiz XI*, *Hamlet*, etc. N'uma companhia organisada pelo actor Valle, foi n'esse mesmo anno ao Brazil, onde agradou, recebendo grandes applausos. Na epoca de 1888-1889 esteve no theatro de D. Maria II, fazendo então grandes progressos, evidenciando-se nas peças: *Rogerio Laroque*, *Estatua*, *Leonor Telles*, *Bibliothecario*, *Grande industrial*, *D. Affonso VI*, *Morta*, *Penedos do Inferno*, *Alcacer Kibir*, e muitas outras. Voltou depois ao Brazil na companhia dirigida por Lucinda Simões e Furtado Coelho, e nas peças em que entrou, distinguiu-se muito no *Demi-Monde*, *Adriana Lecouvreur*, *Martyr*, *Obstaculo* e *Condecorado*. Terminando a empresa inesperadamente, foi convidado pela actriz Ismenia a fazer parte da sua companhia, e com ella representou nas operetas: *Fausto o Petiz*, *Rei damnado* e *Mimi Bilontra*. Como lhe não agradasse o genero, formou uma companhia sua para representar no estado de S. Paulo, percorrendo quasi todas as cidades d'esse estado. Regressando a Portugal em 1893, organisou uma companhia, indo ao Algarve dar uma série de recitas. Em 1894 fez parte da companhia do theatro D. Affonso, do Porto, empresa Coelho Ferreira, representando com muito agrado no *Surcoff*, *Regimento*, *Brazileiro Pancracio*, *Corda bamba*, etc. Voltando a Lisboa em 1895, entrou na revista *Zás trás*, que se representou na Rua dos Condes. Em seguida escripturou-se no theatro do Principe Real, sobresaindo nas peças: *Segredo do padre*, *Tomada da Bastilha*, *Capital*, *Ignez de Castro*, *Carvoeira*, *Vivandeira do 16 de linha*, *Miguel Strogoff* e *Brazileiro*. Com a companhia d'este theatro seguiu depois ao Rio de Janeiro, indo tambem como director de scena. Ali representou nos dramas: *Duas orphãs*, *Um drama no fundo do mar*, *João José*, *A Dama das camelias*, *Tosca*, *Consciencia*, *A Morgadinha de Valflôr*, etc. Organisou depois uma nova companhia com que percorreu o estado de S. Paulo, e regressou a Lisboa em 1897, entrando novamente para o theatro de D. Maria II, onde representou no drama *O Regente*, substituindo o actor Ferreira da Silva, que saira do theatro. Nos ultimos annos tem-se conservado no theatro de D. Amelia, e com esta companhia foi em abril de 1910 ao Brazil. Ali exerce tambem os cargos de ensaiador e director de scena. Antonio Pinheiro escreveu: *Theatro Portuguez, arte e artistas*, Lisboa, 1909.

Antonio Pinheiro

Pinheiro *(D. Antonio)*. Bispo de Miranda e de Leiria, etc. N. em Porto de Moz, e fal. em Lisboa a 9 de dezembro de 1582, segundo o que parece mais provavel. Era filho de Pedro Braz do Couto, e de Leonor Alvaro Pinheiro. Logo em creança revelou grande talento, e el-rei D. João III o mandou estudar em Paris as sciencias humanas e divinas no collegio de Santa Barbara, onde teve por mestre o reitor do mesmo collegio, o apreciado theologo Diogo de Gouveia. Tornou-se muito distincto na lingua latina, e nas sciencias citadas, assim como em eloquencia, arrebatando quantos o ouviam, que o consideravam como oraculo. De discipulo passou a mestre no referido collegio, explicando Rhetorica. A fama do seu elevado merito fez com que D. João III o mandasse recolher a Portugal; não se sabe ao certo a data da sua volta, mas já aqui estava com certeza em 1541, porque n'este anno dedicou elle ao referido monarcha, em 25 de outubro, a traducção do *Panegyrico de Plinio a Trajano*. D. João III o nomeou mestre dos moços fidalgos que frequentavam o Paço, determinando depois que o fôsse unicamente do principe D. João, seu filho, que foi o pae d'el-rei D. Sebastião. Quando o principe foi jurado herdeiro da corôa, nas côrtes reunidas em Almeirim a 30 de março de 1544, D. Antonio Pinheiro recitou a *Oração* que anda nas suas obras, e em que muito se distinguiu. Tambem o nomeou seu prégador, capellão e conselheiro, o que lhe deu muita honra, passando por sua mão todos os negocios de importancia que D. João III tratava em Roma. Succedeu no cargo de chronista mór do reino a Fernão de Pina, por carta de 16 de julho de 1550, e o soberano lhe recommendou que escrevesse a vida d'el-rei D. Manuel, seu pae, a que elle não pôde satisfazer. Havia prégado na trasladação dos ossos d'el-rei D. Manuel e mais pessoas reaes, no mosteiro de Belem, a 21 de outubro de 1551, e D. João III, ainda em vida, ordenou que fôsse elle quem prégasse nas exequias que por sua alma se deviam celebrar no referido mosteiro, o que veiu a realisar-se em 14 de junho de 1557. Dois dias depois, a 16, fez a pratica na acclamação d'el-rei D. Sebastião. Em nome do povo de Lisboa, no anno de 1561, fez a fala á rainha D. Catharina, para que não quizesse deixar a regencia do reino; e nas côrtes de Lisboa, a 12 de dezembro de 1562, orou em nome do estado ecclesiastico, e leu a declaração da mesma rainha, em que entregava a regencia ao cardeal D. Henrique. Vagando o bispado de Miranda pela mudança que D. Sebastião fez de D. Julião d'Alva para seu capellão-mór em 1564, o mesmo soberano o elegeu bispo d'aquella diocese, para onde logo partiu, segundo se affirma nos *Retratos e elogios dos varões e donas*, onde se diz que Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, escreveu erradamente a da-

ta da posse, em 1570, pois que no anno de 1566 lhe dirigiu carta de convocação o arcebispo de Braga, D. Fr. Bartholomeu dos Martyres como seu suffraganeo, para assistir ao concilio d'aquella cidade a 3 de junho, e como tal faz d'elle menção Damião de Goes, na parte IV da *Chronica d'el rei D. Manuel*, que imprimiu e assignou em 1567, no fim do capitulo 37 dizendo: *Antonio Pinheiro que agora é bispo de Miranda.* D. Antonio Pinheiro foi tambem guarda mór do Archivo Real, visitador e reformador da Universidade de Coimbra, em 1565, cujo documento de nomeação foi lido em claustro a 16 de janeiro d'esse anno, sendo reitor Ayres da Silva. A 9 de fevereiro disse na capella da Universidade a missa do Espirito Santo, depois da qual todos os lentes fizeram, pela primeira vez, em observação dos decretos tridentinos e da ordem regia, a profissão de fé catholica. Pouco tempo se demorou no exercicio d'este cargo. Em 1573, o infante cardeal D. Henrique lhe dirigiu uma carta, para que em virtude da bulla de motu proprio de Pio V, fôssem por elle examinados os religiosos, e approvados para confessores. Esta carta, dizem, que existe no Archivo Real, e é datada de Salvaterra a 4 d'abril. A 8 de dezembro do mesmo anno disse a oração no capitulo geral da ordem de Christo, que D. Sebastião fez celebrar em Santarem na egreja de Santa Maria de Marvilla; em 1574, por occasião de se benzer o estandarte que D. Antonio, prior do Crato, levou quando partiu para Tanger, fez a prégação no mosteiro de Belem em 15 de julho; em 12 de setembro acompanhou D. Sebastião na primeira jornada a Africa, a ahi mostrou grande liberdade, prégando em Tanger na sua presença contra aquella empresa, o que lhe causou grande desgosto, pois foi mandado a renunciar o bispado, para que se elegeu logo Fr. Marcos de Lisboa, que depois foi bispo do Porto, e que tambem estava em Tanger, o que todavia não teve effeito, como refere D. Rodrigo da Cunha, *Parte II dos Bispos do Porto, cap. 39.* Transferido D. Fr. Gaspar do Casal para a egreja de Coimbra no anno de 1579, passou D. Antonio Pinheiro para a mitra de Leiria, que por elle vagára, por nomeação do cardeal D. Henrique, de quem era muito especial valido, sendo um dos juizes que assignaram a annulação da sentença, que D. Antonio, prior do Crato, obteve da sua legitimidade. Deu em Almeirim principio ás côrtes, que o mesmo cardeal-rei chamara de Lisboa, por uma Oração que recitou a 11 de janeiro de 1580, e teve grande parte na irresolução que então pareceu seguir-se para abonar as pretenções de Castella, o que elle manifestou pelos recados, que da parte d'el rei levava aos povos. Tambem orou nas côrtes que Filippe II de Hespanha e I de Portugal, fez convocar em Thomar, como no juramento do rei a 16 de abril 1581, nas côrtes a 20, e no juramento do principe D. Diogo a 23 do mesmo mez e anno de 1581. D. Antonio Pinheiro foi muito apreciado orador latino, assim como na eloquencia portugueza, sendo sempre chamado pelos nossos monarchas para orador das maiores funcções sagradas e politicas, concorrendo a ouvil-o muitas pessoas de todas as classes. Manuel de Faria e Sousa chamou-lhe o *Cicero portuguez.* Escreveu: *Summario da prégação funebre, que o Dr. Antonio Pinheiro prégador d'El-rei nosso senhor, fez por seu mandado no dia da trasladação dos ossos dos muito altos e muito poderosos principes, El-rei D. Manuel seu pae, e a Rainha D. Maria sua mãe, de louvada memoria,* Lisboa, 1551; *Oração que fez para o juramento do muito alto, e muito excellente principe D. João, pae d'El-rei D. Sebastião nosso senhor, para o qual juramento chamou a côrtes o muito alto e muito poderoso rei D. João III, que Deus tem, em Almeirim,* etc, Lisboa, 1563; *Oração que fez na sala dos Paços da Ribeira nas primeiras côrtes que fez o muito alto e muito poderoso Rei D. Sebastião I nosso senhor, governando seus reinos a muito alta e muito poderosa Rainha D. Catharina, sua avó,* Lisboa, 1563; *Resposta do procurador de Lisboa leterado, que foi o doutor Lopo Vaz, a qual por mandado d'El-Rei D. João III lhe fez o doutor Antonio Pinheiro para elle a dizer,* Lisboa, 1663. D'estas obras, que se conservavam manuscriptas, fez o professor Bento José de Sousa Farinha uma collecção, que publicou com o titulo seguinte: *Collecção das obras portuguezas do sabio bispo de Miranda e de Leiria D. Antonio Pinheiro, Prégador d'el rei D. João III,* Lisboa, tomo I, 1784; tomo II, 1785.

Pinheiro *(Bernardo Francisco).* Um dos liberaes que fôram enforcados no dia 7 de maio de 1829 no Porto. Era natural do concelho da Feira, no logar das Ayras, freguezia de S. Jorge, e ca itão de ordenanças.

Pinheiro *(Carlos José).* Doutor em Medicina e cirurgia, e lente de Anatomia e operações na Universidade de Coimbra, socio da Academia das Sciencias de Lisboa, etc. N. em Villa Rica, capitania de Minas Geraes, no Brazil, fal. em Coimbra a 21 de março de 1844. Era filho de Luiz Pinheiro Lobo. Veiu muito novo para Portugal, e matriculou-se na Universidade, e depois d'um curso dos mais distinctos, recebeu o grau de doutor em Medicina e cirurgia a 28 de julho de 1816. Dedicando-se ao magisterio, obteve em 26 de agosto de 1825 a propriedade da cadeira de Anatomia, operações cirurgicas e arte obstretica, graças aos bons serviços que prestára como demonstrador d'aquella disciplina. Em 1830 alcançou a collocação de quarto lente, favorecido pela circumstancia de se inclinar para o partido realista. Em 1823, estivera o dr. Carlos José Pinheiro quasi a ser victima da *junta expurgatoria,* a qual propoz a sua exclusão da Universidade, pela franqueza e menos reserva com que se expressava a respeito de materias religiosas. Dedicando-se com interesse ás especialidades da sua cadeira, tratou da formação d'um gabinete de anatomia normal e pathologica. Doze annos gastou em preparar por suas mãos um grande numero de peças, logrando deixar no theatro anatomico umas trezentas, bem dispostas e classificadas, cujo catalogo publicou em 1828. No anno anterior havia offerecido á Academia das Sciencias uma memoria sobre uma prenhez-extra-uterina de mais de 20 annos, e sendo admittido no gremio d'essa corporação scientifica, enviou-lhe depois mais duas memorias sobre assumptos medico-cirurgicos. Em 20 de fevereiro de 1833 foi por ordem da Universidade estudar a epidemia da Cholera-morbus, que grassava em Aveiro, e a esse respeito publicou um *Relatorio.* Outros muitos serviços prestou o dr. Carlos José Pinheiro á humanidade enferma n'essa calamitosa epoca, em varios pontos do paiz, sendo mandado por

ordens superiores, e por esses serviços benemeritos e humanitarios, o governo miguelista o honrou com a carta de conselheiro e a commenda da ordem de Christo. Depois de se restabelecer o regimen constitucional, o dr. Carlos José Pinheiro, por pertencer ao partido miguelista, foi demittido do corpo docente da Universidade, juntamente com outros lentes, por carta regia de 15 de julho de 1834. Desde então, viveu em condições muito precarias até fallecer. Um dos seus biographos, o dr. Mirabeau, disse a seu respeito estas sentidas palavras: «Se florescesse em tempos menos agitados e continuasse a servir na cadeira que tão distinctamente regia, continuaria por maiores o mais assignalados trabalhos os creditos de grande anatomico e bom professor.» Escreveu: *Inventario das peças e preparados conteudos no theatro anatomico e museu pathologico da Universidade*, Coimbra, 1829; *Relatorio da epidemia de Aveiro*, Lisboa, 1833; não traz no frontispicio o seu nome, mas vem assignado no fim. Este *Relatorio* foi muito censurado, assim como o seu autor, pelo dr. Lima Leitão, no opusculo *Fragmento da historia da Epidemia que sob o nome de cholera-morbus chegou a Portugal em 1833*. Na *Gazeta Medica do Porto*, tomo I, publicou: *Topographia medica dó logar da Cava, junto á Figueira da Foz*, trabalho que o dr. Rodrigues de Gusmão inculca como paradygma aos que houverem de emprehender eguaes trabalhos. No tomo II da referida *Gazeta Medica* publicou: *Ensaio sobre um novo methodo de ligar a arteria no aneurisma*.

Pinheiro (*Diniz*). Artista dramatico muito apreciado. N. no Porto em 23 de setembro de 1855, onde tambem fal. em 12 d'abril de 1894. Era typographo, mas sentindo grande vocação para a arte dramatica, resolveu seguir a vida d'actor, e aos 18 annos de edade, estreou se no theatro da Trindade, do Porto, entrando no drama *Um martyr da Victoria*. Esteve depois nos theatros Baquet e Principe Real, fazendo boa carreira, representando nas operetas: *Perichole*, *Bilha quebrada, Chapéo de tres bicos, Mascotte*, *Os sinos de Corneville*, etc. Veiu depois para Lisboa, escripturado para o Gymnasio, onde se conservou alguns annos, entrando em grande parte do reportorio, sendo sempre applaudido. Passou mais tarde á Trindade, debutando a 20 de dezembro de 1881 na opereta a *Ave azul*, sendo muito bem recebido pelo publico. Permaneceu n'este theatro até 1892, entrando nas operetas: *Mocidade de Figaro*, *Princeza das Canarias*, *Moleiro d'Alcalá*, *Cavalleiros andantes*, *Gato preto*, *Moira de Silves*, *Sorte Grande, Collegio de meninas*, *Tio Celestino*, etc. Saindo então da Trindade no referido anno de 1892, tentou diversas empresas, sendo uma d'ellas no theatro da Avenida, sendo sempre infeliz, soffrendo muitos desgostos e prejuizos. Diniz era bastante intelligente e activo, mas dotado d'um genio arrebatado; as contrariedades que o não deixavam, muito influiram no seu animo, e nos ultimos tempos da sua vida andava n'uma continua excitação nervosa, que lhe attrahia bastantes conflictos, até que por fim se suicidou, disparando um tiro de revolver no peito, n'uma rua do Porto, na madrugada de 12 d'abril de 1894, contando apenas 39 annos de edade. As causas que o obrigaram a tão desesperada resolução ficaram envoltas no mais profundo mysterio

Pinheiro (*D. Diogo*). Doutor em Leis, commendatario de S. Simão, de Carvoeiro, da Junqueira e de Castro de Avellão, conselheiro de Estado, desembargador do Paço, D. Prior de Guimarães, etc. Em 1483 foi advogado do duque de Bragança D. Fernando. Apezar de saber que o seu papel era n'aquella lugubre tragedia o de um comparsa, apezar da sua qualidade de advogado, porque nada podia fazer para salvar o duque, antecipadamente condemnado no espirito d'el-rei, o dr. Diogo Pinheiro escreveu um manifesto em que pretendia mostrar a innocencia do duque de Bragança, e protestou energicamente contra as monstruosidades do processo. Esse proceder não lhe alcançou as boas graças de D João II, valeu-lhe, porém, a de seu successor, el-rei D. Manuel, que o nomeou bispo do Funchal em 1514, sendo elle o primeiro bispo d'aquella diocese. Foi sepultado no convento de Thomar, por ser vigario da ordem de Christo.

Pinheiro (*Fr. Estevão*). Religioso carmelita que na batalha d'Alcantara em 1580, trocando o crucifixo pela espada, animava os portuguezes, e conseguiu arrastal os, já depois de repellidos, a voltarem a fazer frente aos hespanhoes. Tambem foi um dos que Filippe II exceptuou da amnistia quo concedeu, mas parece que pôde escapar se do cadafalso com que o ameaçava.

Pinheiro (*P. Francisco*). Jesuita. N. em Gouveia, e falleceu a 27 de julho de 1661. Entrou na Companhia de Jesus em 1611. Foi doutor em Theologia pela Universidade de Evora, reitor dos collegios de Evora e de Coimbra. Deixou publicadas duas obras em latim, uma sobre *Censo e emphyteuse*, e outra sobre *Testamentos*.

Pinheiro (*D. Gonçalo*). Bispo de Çafim, de Tanger e de Vizeu. N. em Setubal em 1499, onde tambem falleceu em novembro de 1567. Era filho de João Pires e de Leonor Rodrigues Pinheiro. Estudou na Universidade, então em Lisboa, e depois na de Salamanca. Alcançando fama de grande letrado, foi admittido, ainda antes de receber o grau de doutor, por collegial no collegio de S. Bartholomeu. Voltando a Portugal obteve alguns beneficios, em que o apresentou o duque de Bragança D. Jayme, e oppondo se a uma conezia de Evora, pôde obtel-a, tomando posse a 18 de junho de 1533, a qual renunciou depois em seu sobrinho Diogo Mendes de Vasconcellos com approvação do arcebispo do cabido. D. João III o nomeou seu desembargador e bispo de Çafim. Sendo eleito mais tarde bispo de Tanger, recebeu em Medina del Campo uma carta do referido soberano, em 1543, nomeando-o embaixador á côrte de França, onde foi muito bem recebido pelo rei Francisco I. Regressando ao reino, D. João III o nomeou desembargador do Paço por carta de 14 de novembro de 1548. Passou depois ao bispado de Vizeu, tomando posse em 1553. D. Gonçalo Pinheiro exerceu ainda outras commissões de grande importancia. Foi muito perito nas linguas grega e hebraica, assim como na astronomia e geometria. As *Constituições do bispado de Vizeu*, impressas em 1556, andam em nome d'este bispo.

Pinheiro (*Fr. João*). Religioso professo da ordem militar de Christo, e compositor de musica que floresceu no seculo XVII. Era natural de Thomar, e professou no convento da sua ordem d'aquella cidade, onde sempre viveu no exercicio

da arte musical. O catalogo da livraria de D. João IV menciona d'este compositor dois villancicos do Natal, a 3, 5 e 6 vozes; dois motetes a 6 vozes, e uma missa a 12 vozes sobre o thema do hymno *Ave Regina Cœlorum*.

Pinheiro *(Fr. João)*. Religioso da ordem de S. Domingos. N. em Setubal em 1521, fal. em Roma a 2 de março de 1562. Era filho de Jorge de Cabedo, fidalgo da casa dos infantes D. Pedro e D. Fernando, filhos do D. João I, e de Thereza Pinheiro, irmã do bispo de Vizeu D. Gonçalo Pinheiro. Foi para Bordéos em 1538, acompanhado pelo seu preceptor, o P. Alvaro Bernardo, e ali completou o curso de humanidades, na Academia, regida pelo dr. André de Gouveia, portuguez natural de Beja. Cursou depois jurisprudencia em Tolosa, e ahi tomou o habito da ordem dominicana, continuando a seguir os estudos superiores, os quaes concluiu com muita distincção, tomando o grau de doutor em Theologia, pela Universidade de Paris. D. João III o chamou para reger a cadeira de vespera na Universidade de Coimbra, onde acabava de estabelecer todas as faculdades. Tomou posse da cadeira a 23 de março de 1558. Tambem exerceu o cargo de vice reitor. Chamaram-lhe o *Pae da lingua latina*, pela perfeição com que a escrevia e falava. Desejoso de viver retirado, deixou Coimbra, e recolheu-se ao mosteiro da sua ordem de Villa Nogueira de Azeitão, onde se dava alternativamente ás praticas religiosas e ao exercicio das letras e sciencias. Estando D. Gonçalo Pinheiro, bispo de Vizeu e seu tio, cançado pela edade e prostrado pelas doenças, el-rei D. Sebastião nomeou Fr. João Pinheiro para tomar parte nas sessões do Concilio de Trento. De Villa Nogueira partiu a pé, chegando a Roma muito doente, e ali falleceu. A obra mais notavel de Fr. João Pinheiro, tem o titulo de *Comment. in S. Script.*, que não chegou a publicar-se e se perdeu. Consta, porém, que era um livro do elevado merecimento.

Pinheiro *(João Carlos Morão)*. Escrivão do civel em Lisboa e dos aggravos da Casa da Supplicação. N. em Lisboa em 8 de dezembro de 1750, onde tambem falleceu a 16 de novembro de 1833. Seu pae tinha egual nome, e era um jurisconsulto muito considerado, e por mais de 50 annos foi advogado do numero da Casa da Supplicação, tendo o partido das casas de Barbacena, Fronteira, Louriçal, Minas, Unhão e outras. Sua mãe chamava-se D. Clara Rosa de Leão. Foi educado em Bordéos, onde esteve com seu pae, o qual, tendo enviuvado, contrahiu segundas nupcias, em 1766 com D. Leonor Violante Rosa do Valle, prima de sua primeira mulher. Bibliographia: *Amidia, ou os triumphos da virtude; conto moral vertido do francez*, Lisboa, 1820; *Collecção de charadas para entreter e exercitar o engenho, pela maior parte allusivas á fabula, á historia e á geographia*, Lisboa, 1833; sem o nome do autor; *O triumpho da virtude ou as aventuras da religiosa D. Olympia, escriptas a uma sua amiga; dedicadas á ex.ma sr.a D. Anna Felicia Coutinho Pereira de Sousa Horta Tavares Amado e Cerveira*, Lisboa, 1799; *A concordia nacional, nascida da nova constituição*, Lisboa, 1821; *Ode aos triumphos da patria e á organisação social, do que nascerá a felicidade a Portugal*, Lisboa, 1821.

Pinheiro *(João Torres)*. Pharmaceutico em Thomar, antigo presidente da camara municipal, etc. N. em Envendos, freguezia do concelho de Mação, a 24 de março de 1858. Frequentou com o maior aproveitamento o Instituto Abrantino. Aos 16 annos de edade, em novembro de 1874, foi para Thomar, para casa de seu tio, o pharmaceutico Francisco Alves Christovão Pinheiro, em cuja pharmacia começou desde logo a praticar, acompanhando por esse modo a theoria do curso respectivo que assiduamente proseguiu com reconhecida vantagem para o exame complementar. Em 13 de março de 1884 fez exame final do seu curso em Coimbra, recebendo a mais lisonjeira classificação. Dada a prova da sua habilitação continuou á frente do estabelecimento onde fizera a aprendizagem que lhe devia conferir um diploma de pharmaceutico. Tres annos depois, a 9 de dezembro de 1887, fallecia seu tio, legando-lhe a casa sob a clausula do cumprimento d'algumas disposições testementarias, ás quaes deu a mais immediata execução. Depois do periodo anterior a esse facto que determinou outra orientação na sua vida, o sr. João Torres Pinheiro desejou fortalecer a sua illustração pelo conhecimento directo dos elementos de riqueza moral e material dos outros povos. Antes, porém, de dar principio á execução do seu plano, emprehendeu uma viagem pelo paiz, em que visitou as cousas mais notaveis, habilitando-se por este modo a fazer confronto indispensavel entre as bellezas naturaes e dos productos da nossa civilisação com os de outras nacionalidades Partiu então para o estrangeiro, percorrendo as principaes cidades de Hespanha, França, Belgica, Allemanha e Inglaterra. Em 1889 foi eleito pela primeira vez vereador da camara municipal de Thomar, logar de que tomou posse a 2 de janeiro do 1890, e pela fórma distincta, com que se houve, não tardou a ser eleito presidente, cargo em que foi successivas vezes reeleito, até 1903, inclusivé. Nas suas viagens, o sr. João Torres Pinheiro alcançara grandes conhecimentos, e sabendo que a cidade de Thomar precisava de urgentes melhoramentos materiaes, formára o seu juizo sobre as obras a emprehender para dotar a cidade e o concelho de beneficios de ha muito tempo reclamados. O periodo da sua primeira gerencia ficou assignalado pelo inicio e desenvolvimento de obras importantes. Durante as suas gerencias seguintes esses melhoramentos fôram progredindo, e no fim de alguns annos a cidade e o concelho de Thomar estavam verdadeiramente transformados. O edificio da camara foi muito melhorado, procedeu-se ao calcetamento e canalisação de varias ruas, a praça de D. Manuel passou a ser um dos mais bellos logares da cidade; o jardim publico tambem recebeu aformoseamento, sendo ali construido um bom coreto de cantaria e ferro; tratou se de impedir a destruição de plantas, arbustos e flôres, e de conservar o aceio dos jardins. Tratou se tambem da plantação d'arvores em arruamentos, onde era praticavel sem prejuizo do desafogo dos edificios, e em todos os largos e logradouros publicos, o que muito contribue para a hygiene. Um dos maiores melhoramentos, que o presidente da camara, o sr. João Torres Pinheiro, alcançou, foi a canalisação das aguas de Marmelães para abastecimento da população da cidade, e a illumina-

ção electrica, sendo a concessão explorada por uma empreza particular. Nas freguezias do concelho tambem se sentiu a influencia do prestimoso presidente, com a realisação de alguns melhoramentos, taes como, construcção de estradas, caminhos e pontes, sobresaindo a ponte sobre o rio Nabão junto á fabrica do Prado, obra d'arte valiosa. Tambem prestou serviços á instrucção primaria, sendo creadas algumas escolas no concelho, e construidos alguns edificios escolares. Tem sido sempre de maior desinteresse, recusando-se a acceitar mercês e honrarias com que os governos pretenderam recompensar-lhe os grandes serviços prestados. Em 1893, sendo agraciado, por decreto de 21 de setembro, com a commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição, sendo ministro do reino o sr. conselheiro João Franco, rejeitou essa graça. O sr. João Torres Pinheiro contribue, como socio, para quasi todas as aggremiações de Thomar; é socio da Sociedade de Geographia, da Sociedade Pharmaceutica Lusitana e do Centro Pharmaceutico Portuguez da cidade do Porto.

Pinheiro *(Fr. Jorge)*. Religioso da ordem de S. Domingos. N. em Agueda, e fal. em Coimbra, não se conhecem, porém, as datas do nascimento e fallecimento, mas sabe-se que vivia ainda em 1635. Era filho de Pedro Jorge e de Maria Pinheiro. Professou no convento de Lisboa a 15 de fevereiro de 1589. Foi doutor em Theologia, e lente da cadeira de prima da Sagrada Escriptura, em que se jubilou a 7 de fevereiro de 1647; prior do convento da Batalha, provincial eleito em 1634, e deputado da inquisição de Coimbra, de que tomou posse a 2 de abril de 1635. Deixou impressos alguns sermões.

Pinheiro *(José)*. Jurisconsulto, desembargador da Casa da Supplicação e dos Aggravos a 27 de novembro de 1676; procurador da Corôa a 7 de dezembro de 1678; conselheiro da Fazenda e juiz das justificações do reino. N. em Lisboa e fal. a 8 de junho de 1694. Sendo procurador da cidade de Lisboa nas côrtes de 1674, recitou as seguintes praticas: *Pratica no primeiro acto em que foi jurada a serenissima infanta D. Izabel Luiza Josepha*, Lisboa, 1674; *Pratica no segundo acto de proposição ás Côrtes*, Lisboa, 1674. Estão ambas reunidas ás do bispo de Lamego D. Luiz de Sousa, a que servem de respostas, formando um só folheto com o titulo: *Praticas que se fizeram nos dois actos de Côrtes que o Principe nosso senhor mandou convocar, e se celebraram na cidade de Lisboa a 20 e 22 de janeiro de 1674*, Lisboa, 1674.

Pinheiro *(José do Nascimento)*. Capitão de infantaria. N. no Porto em 28 d'agosto de 18 9, assentou praça em 28 de maio de 1879, sendo despachado alferes em 9 de janeiro de 1881, promovido a tenente em 23 de janeiro de 1890, e a capitão em 24 de março de 1898. Tomou parte na campanha d'Africa em 1898, como ajudante de campo do coronel Galhardo, distinguindo-se muito no combate de Coelella; entrou na acção de Manjacaze. Mais tarde esteve na India, exercendo as funcções de sub-chefe do estado maior, tendo desempenhado tambem o logar de administrador e presidente da camara de Sanquelim, revelando-se tão intelligente funccionario que, ao partir para Lourenço Marques na qualidade de ajudante do coronel Joaquim José Machado, o povo fez-lhe uma calorosa manifestação de sympathia. Encarregado d'uma syndicancia á alfandega de Lourenço Marques, de tal modo se conduziu que foi louvado por uma portaria do ministerio da marinha. Em 1902 fez parte da missão de Barotze, e em 1904 foi nomeado governador do districto do Congo, na provincia de Angola, onde ainda se conserva. O sr. capitão Nascimento Pinheiro é official da ordem d'Aviz, e official por serviços distinctos da mesma ordem; official da Torre e Espada, e possue as medalhas de comportamento exemplar e para commemorar a expedição a Moçambique em 1894 e 1895.

Pinheiro *(P. Luiz)*. Jesuita. N. em Aveiro em 1560, fal. em Lisboa, na Casa Professa de S. Roque em 1620. Era filho de Antonio Pinheiro e de Jeronyma Mariz. Entrou na Companhia de Jesus, no collegio de Coimbra, a 21 de novembro de 1576. Foi durante seis annos reitor do collegio da ilha de S. Miguel, e visitador d'outros collegios das ilhas. Escreveu em hespanhol o seguinte: *Relacion del successo que tuvo nuestra santa sé en los reynos del Japon desde el ano de seiscentos y doze hasta el de seiscentos y quinze, imperando Cabosama*, Madrid, 1617. Foi traduzida esta obra na lingua franceza, e impressa em Paris, em 1618.

Pinheiro *(P. Manuel)*. Jesuita. N. em Ponta Delgada, fal. em 1618. Entrou na companhia de Jesus, no noviciado de Lisboa, a 8 de novembro de 1573, e partindo para o Oriente em 1591, empregou-se nas missões no imperio do Mogol. Deixou algumas cartas, que fôram traduzidas em italiano e em francez, que se publicaram em Roma e em Paris.

Pinheiro *(Manuel Alves de Sousa Mendes)*. General de cavallaria, jornalista e escriptor. N. em Santarem a 7 de junho de 1829, fal. em Lisboa a 13 de dezembro de 1892. Na vida official deixou de usar os appellidos *Mendes Pinheiro*. Foi por algum tempo ajudante de campo do general commandante da 6.ª divisão militar e professor das linguas franceza e ingleza. Era commendador da ordem de Aviz. Collaborou no *Campeão do Vouga*, *Campeão das provincias*, *Jornal do Commercio*, *Viriato*, *Revista militar*, *Viziense*, *Jornal do exercito*, *Encyclopedia popular*, etc. Escreveu: *Uma scena da vida*, drama em 3 actos; e as seguintes traducções: *Historia d'um morto contada por elle mesmo*, de Alexandre Dumas, Lisboa, 1867; *As duas mães*, de Jacob, Lisboa, 1857; *Um palacio sem nome: um mysterio de Paris*, de P. Chevalier, Lisboa, 1857; *O conde de Chatay*, de Jacob, Lisboa, 1857; *A Flauta de Sinart*, drama, representado por uma sociedade de amadores dramaticos, em 1862; *O espelho do diabo*, comedia em 1 acto extrahida d'um conto francez, do mesmo titulo; *O duque de Ormond*, comedia.

Pinheiro *(Manuel da Cunha)*. Licenceado em Canones pela Universidade de Coimbra, chantre da sé de Leiria, promotor, deputado e inquisidor da inquisição de Lisboa, deputado do conselho geral do Santo officio e do conselho d'el-rei a 5 de julho de 1720. N. em Lisboa, onde tambem fal. em março de 1734. Era filho de Antonio da Cunha Pinheiro, fidalgo da Casa Real, deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, e de D. Luiza Maria da Silva e Athaide. Deixou manuscriptos alguns volumes de *Familias de Portugal*.

Pinheiro *(D. Miguel Ximenes Gomes Rodrigues Sandoval de Castro e Viegas, 1.º visconde de)*. General de divisão reformado, do conselho d'el-rei, commendador das ordens de Christo, da Torre e Espada, e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; cavalleiro da de Aviz; condecorado com a cruz de ouro das campanhas do Rio da Prata; gran-cruz da ordem de Izabel a Catholica, commendador da de Carlos III, cavalleiro de 1.ª classe da de S. Fernando, todas de Hespanha. N. em Montevideu a 25 de fevereiro de 1806, fal. em Lisboa a 22 de maio de 1884. Era filho de D. Manuel Ximenes Gomes Sandoval de Castro e Vargas, commendador das ordens de Christo e de Izabel a Catholica, e de sua primeira mulher D. Margarida Rodrigues Calheiros. Tendo-se alistando n'um dos batalhões civicos de Montevideu, foi em 23 de março de 1823 despachado alferes ajudante, e depois promovido a tenente, e havendo tomado parte com esse corpo nas operações militares em que andava empenhada a nossa divisão de voluntarios d'el-rei, quando esta fôrça retirou para Portugal, veiu tambem para aqui o joven D. Miguel, que chegou a Lisboa em 1824. Desconhecem-se as circumstancias particulares da sua vida no periodo que desde então correu até aos fins do anno de 1832, em que emigrando para o Porto, entrou como voluntario nas fileiras do exercito libertador. Servindo ás ordens do general Zagallo, assistiu ao ataque da Foz em 24 de janeiro e passando a 22 de fevereiro a servir ás ordens do general Saldanha, tomou parte brilhante no resto da campanha, merecendo logo em 25 de outubro ser nomeado tenente do estado maior do exercito, em attenção aos seus bons serviços e á maneira distincta porque se portára em todos os combates travados nas linhas do Porto e depois na defeza da capital. Acompanhando sempre o seu general quando este foi em seguimento do exercito miguelista, assignalou-se novamente na tomada de Pernes, Luna e Torres Novas, sendo-lhe em vista da recommendação de Saldanha mandada contar a sua antiguidade no exercito portuguez desde 1823, e dando novas provas de valor e coragem na batalha d'Almoster, foi agraciado com a commenda da Torre e Espada, tendo já anteriormente merecido o grau de cavalleiro da mesma ordem. Terminada a guerra foi D. Miguel Ximenes promovido a capitão para o estado maior em 24 de julho de 1834, e continuando sempre ao lado do marechal, entrou na revolta de 1837, e foi por isso, segundo as disposições da convenção de Chaves, separado do quadro do exercito. Jurando depois a nova constituição, foi collocado em maio de 1838 na 3.ª secção, e em 1840, quando Saldanha foi a Hespanha tratar da questão do Douro, levou comsigo o seu antigo ajudante que regressou a Lisboa em junho de 1841. Reintegrado no serviço activo, serviu sempre ás ordens do marechal até 1851, assistindo á batalha de Torres Vedras, e sendo então agraciado com a commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição. Quando o marechal Saldanha, em abril de 1851, se resolveu definitivamente a fazer uma revolução para derrubar o ministerio do conde de Thomar, foi D. Miguel Ximenes um dos seus mais dedicados companheiros e um dos officiaes que mais trabalharam para fazer vingar esse movimento, e por isso, quando a guarnição do Porto se pronunciou e se formou o exercito regenerador, foi Ximenes escolhido para exercer o importante cargo de ajudante general d'essa fôrça. Tendo triumphado a revolução o marechal veiu para Lisboa; seguiu-se a sua nomeação de presidente do conselho de ministros, a de ministro da guerra e de commandante em chefe do exercito; tratando de organisar a secretaria d'esse commando, nomeou D. Miguel subchefe do estado maior, concedendo-lhe ao mesmo tempo a graduação de brigadeiro, e o titulo de visconde de Pinheiro, em duas vidas, por decreto de 21 de maio de 1851. Em agosto seguinte foi nomeado governador geral d'Angola, mas continuando ainda a desempenhar as funcções de sub chefe do estado-maior general só em julho de 1853 é que partiu para o ultramar, onde foi curta a sua demora. A noticia de ter sido aberta n'aquella provincia ultramarina uma subscripção para o general governador, sem que elle a isso se oppuzesse, e favorecendo-a até pelo contrario, segundo, então se disse, causou em Portugal uma grande sensação; este triste facto foi levado ás camaras, discutido largamente na imprensa, e o governo julgou conveniente mandar recolher o general, que a titulo de doença voltou para Lisboa em agosto de 1854, passando de novo a occupar o seu antigo logar no commando em chefe do exercito, até que esta repartição superior foi extincta. Posteriormente serviu algum tempo de chefe de estado-maior no commando do corpo a que pertencia, e em 1865 foi promovido a general de brigada e depois nomeado vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar. Quando em dezembro de 1869 alguns officiaes fizeram uma manifestação a favor do marechal Saldanha e contra o ministro que então tinha a pasta da guerra, o visconde de Pinheiro tomou parte n'isso e mais tarde acompanhou Saldanha no movimento de 19 de maio de 1870; não teve nenhuma outra commissão, e continuou sempre no Supremo Tribunal até ser reformado no posto de general de divisão em 1874. O visconde de Pinheiro casou a 15 de dezembro de 1833, com D. Maria José de Azevedo e Silva, filha de José Luiz da Silva, cavalleiro da ordem de Christo, e de sua mulher, D. Maria Carlota de Azevedo.

Pinheiro *(D. Rodrigo)*. Bispo de Angra e do Porto; doutor em Direito civil e canonico, etc. N. em Barcellos em 1482 e fal. a 10 d'agosto de 1572, com 90 annos de edade. Era filho de Diogo Pinheiro, D. Prior da collegiada de Guimarães. Sendo ordenado de presbytero, possuiu a abbadia de Santa Marinha de Ferreira, em que foi provido em 1528, passando depois para a egreja de Tongodinho, pela renuncia que n'elle fez D. Miguel da Silva, que fôra eleito bispo de Vizeu. Obtendo a abbadia de S. Martinho de Soago, que era do padroado real, foi eleito deputado do conselho geral do Santo Officio, de que tomou posse a 6 de junho de 1539. Foi desembargador de D. João III, e depois bispo de Angra, em cuja dignidade foi confirmado pelo pontifice Paulo III a 1 de outubro de 1548. Não partiu para a sua diocese, porque o monarcha julgou ser muito conveniente ao seu serviço a presença de tão grande vassalo, e por isso o nomeou governador da Casa do Civel de Lisboa. Sendo transferido do Porto para o arcebispado de Braga, o bispo D. Fr. Balthazar Limpo, succedeu lhe na diocese do Porto D. Rodrigo Pinheiro em 1552, contando já 70 annos

de edade. Foi elle que fez a quinta de Santa Cruz, distante legoa e meia do Porto, com o palacio e ermidas. Quando era bispo do Porto, foi que os jesuitas se estabeleceram n'aquella cidade. Deixou varias cartas escriptas em latim.

Pinheiro. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 70 fog. e 332 hab. Dista 10 k. da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimento. A terra é fertil, tem bom vinho verde, cria muito gado, e nos seus montes apparece muita caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Vieira distr. e arceb. de Braga; 139 fog. e 565 hab. Tem esc. do sexo fem.; dista 4 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da margem direita do rio Ave. A mitra apresentava o abbade, que tinha 400$000 réis de rendimento. A terra é muito fertil; cria muito gado bovino, que exporta. Tem bastante caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. da Beira Baixa, conc. d'Aguiar da Beira, com. de Trancoso, distr. e bisp. da Guarda; 130 fog. e 521 hab. Tem caixa postal e dista 6 k. da séde do conc. Está situada nas proximidades da margem direita do rio Vouga. O vigario d'Aguiar da Beira apresentava o cura, que tinha 7$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto; 101 fog. e 362 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada na estrada de Margaride a Freixeiro, a 4 k. da séde do conc. Esta freg. está annexa á de Friande, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. do Douro, conc e com de Penafiel, distr. e bisp. do Porto; 190 fog. e 801 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Está situada a 5 k. da margem direita do rio Tamega, na estrada de Penafiel a Santa Clara de Torrão, e a 12 da séde do conc. A esta freg. chama se vulgarmente *Pinheiro da Vandoma*. A casa dos herdeiros de Gonçalo Thomaz Peixoto da Silva Almeida Macedo e Carvalho, o fidalgo da *Calçada*, da villa de Alemquer, apresentava o abbade, que tinha 1:200$000 de rendimento. Dá-se a esta freguezia o nome de *Pinheiro*, porque a egreja matriz primitiva foi construida ao cimo do logar assim chamado, em razão d'um grande e antiquissimo pinheiro, que existia ali. A pov. e parochia são muito antigas, porque sendo a primitiva egreja matriz, muito pequena, já bastante damnificada pelo tempo, e em logar pouco central, se construiu a que hoje existe, no logar de Eiró em 1326, que é em melhor sitio. Em 1725 foi reedificada, ficando então um bom templo. O terreno é muito fertil em milho, vinho verde, centeio e algum azeite, legumes, fructas e hortaliças. Cria muito gado bovino. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Castro Daire, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 400 fog. e 1562 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est post. Está situada na margem direita do rio Paiva, a 5 k. da séde do conc. O real padroado apresentava o reitor, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, foi villa, a que el-rei D. Manuel deu foral, em Lisboa, a 13 de julho de 1514. O terreno é montanhoso, mas tem valles ferteis em cereaes. E' abundante de gado e de caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Pov e freg. de Santa Maria, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Oliveira de Frades, distr. e bisp. de Vizeu; 290 fog. e 1:291 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 6 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da margem direita do rio Vouga. O real padroado apresentava o abbade, que tinha 250$000 réis de rendimento. A freg. é muito antiga, fertil em milho, mas produz pouco dos outros cereaes. No local onde está a actual egreja, existiu em tempos remotos uma ermida dedicada a Nossa Senhora, e porque junto d'ella havia um monstruoso pinheiro, se denominou *Santa Maria do Pinheiro*, titulo que passou á freguezia. Este pinheiro antiquissimo caiu por occasião d'um grande temporal, em 1700. A egreja matriz está fóra do logar, em sitio deserto, não havendo ali senão as casas da residencia do parocho, proximo da egreja. A imagem da padroeira é de pedra, muito antiga; julga-se ser a da primitiva ermida. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Abbade de Neiva, conc de Barcellos, distr. de Braga. || Ilha da Madeira e distr. do Funchal: N. S.ª do Livramento, de Achadas da Cruz, conc. de Porto Moniz; Sant'Anna, conc. do mesmo nome; S. Braz, do Arco da Calheta, conc. da Calheta; S. Braz, de Campanario, conc. de Camara de Lobos; N. S.ª da Natividade, de Faial, conc. de Santa Anna; N. S.ª do Monte, conc. do Funchal; N. S.ª d'Ajuda, de Serra d'Agua, conc. de Ponta do Sol. || Santa Maria, de Adaufe, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Airães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Marinha de Alheira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho, de Alvaredo, conc de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Lourenço, de Alvellos, concelho de Barcellos, distr. de Braga || Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição e conc. de Ancião, distr. de Leiria. || S. Bartholomeu e conc. de Arouca, districto de Aveiro. || Santa Maria, de Arrifana, concelho de Poiares, distr. de Coimbra. || S. João Evangelista, de Athães, conc. de Villa Verde, districto de Braga. || S. Pedro, de Athaide, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Bairro, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || N. S.ª da Assumpção, de Barrô, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Beberriqueira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || S. Miguel, de Beire, conc. de Paredes, districto do Porto. || N. S.ª da Encarnação, de Benedicta, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || S. Victor, conc. e distr. de Braga. || Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Campanhã, bairro oriental do Porto. || S. Bartholomeu, de Campello, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Mamede, de Canellas, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Pedro, de Cette, concelho de Paredes, do

mesmo distr. || S. Pedro, de Cesar, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. de Aneião, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Couto, concelho de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santo Adrião, de Duas Egrejas, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Comba, de Eiras, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santo Emilião, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Martinho, de Espinho, conc. e distr. de Braga. || S. Pedro, de Esqueiros, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || Santa Maria, de Fregim, concelho de Amarante, distr. do Porto. || S. Pedro, de Freitas, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Salvador, de Gandra, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Santos Cosme e Damião, do Garfe, conc. de Povoa de Lanhoso, distr de Braga. || Santo Estevão de Geraz do Minho, do mesmo conc. e distr. || S. João Baptista, de S. João de Loure, conc. de Albergaria-a-Velha, districto de Aveiro. || S. Braz, de S. João de Tarouca, conc. de Tarouca, distr. de Vizeu. || Santa Cruz, de Juvim, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Sebastião da Pedreira, 3.º bairro de Lisboa. || S. Thiago, de Lordello, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Pedro, de Loureiro, conc. de Peso da Regoa, districto de Villa Real. || S. Lourenço do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Thiago, de Lustosa, conc de Louzada, do mesmo distr. || N. S.ª da Luz, de Luz, conc. de Tavira, distr. de Faro. || Santo André e conc. do Mafra, distr. de Lisboa. || S. Miguel, de Marmeleira, conc. de Mortagoa, distr. do Vizeu. || S. Sebastião, de Meãs do Campo, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || S. João Evangelista, de Mindello, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || O Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra || N. S.ª da Piedade, de Monte Redondo, conc. e districto de Leiria. || Santa Maria, de Moure, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Sebastião, de Moiriscas, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Santa Eulalia, de Nespereira, concelho de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || S. Clemente, de Paços de Gaiolo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Salvador, de Paderne, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Papizios, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Parada e Barbuda, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Vicente, de Penso, conc. e distr de Braga. || S. Miguel, de Perre, conc. e distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª das Neves, de Pousaflôres, conc de Aneião, distr. de Leiria. || S. Thiago e conc. do Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || N S.ª da Conceição e Povoa de Varzim, distr. do Porto. || N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || Santa Marinha, de Real, conc. do Castello de Paiva. distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Rego da Murta, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, distr de Vizeu. || S. Thiago, de Rio Meão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Rossas, conc. de Vioira, distr. de Braga. || S. Miguel, de Sago, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Clemente, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo André, de Sanhoane, concelho de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Santar, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santo Isidoro, de Santos Evos, conc. e distr. de Vizeu. || S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || S. Mamede de Serzedo, conc. de V. N. de Gaia, districto do Porto || S. Miguel, de Silvares, conc. de Louzada, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição e conc, de Silves, distr. de Faro. || S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra || S. Cypriano, de Taboadello, conc. de Guimarães, distr. de Braga || Santa Maria Maior, de Tarouquella, concelho do Sinfães, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Telhado, conc. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga. || S. Thiago da Guarda, conc de Aneião, distr. de Leiria. || S. Mamede, de Travanca, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Valbom, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Thiago, de Valladares, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santo André, de Varzea da Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Bartholomeu, de Veiros, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural. || Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Romão, do Villa Cova de Vez de Aviz, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. Miguel de Villa Franca, conc. e distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Piedade e conc. de Villa Nova de Ourem, distr. de Santarem. || S. Julião, de Villar Secco de Lomba, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. Tem caixa post. || Sant'Anna, de Vimieiro, conc. e distr. de Braga. || N. S.ª da Salvação e conc. do Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || O Salvador, de Barreira, conc. e distr. de Leiria. || N. S.ª das Mercês, de Carvalhal Bemfeito, conc. de Caldas da Rainha, do mesmo distr. || N. S.ª do Reclamador, de Casaes, conc de Thomar, distr. de Santarem. || S. Thiago, de Evora d'Alcobaça, concelho d'Alcobaça, distr. de Leiria. || N. S.ª da Assumpção, de Freixianda, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || S. Thialo, de Villela, conc. de Amares, distr. de Braga. || Santa Maria, de Ferreiros, do mesmo conc. e districto.

Pinheiro d'Aguiar. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Pinheiro, conc. de Aguiar da Beira, distr. da Guarda.

Pinheiro d'Além Pov. na freg. de S. Verissimo, de Valbom, conc. de Gondomar, districto do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Pinheiro d'Aquém. Pov. na freg. de S. Verissimo, de Valbom, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Pinheiro de Azere. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Santa Comba Dão, distr. e bisp. de Vizeu; 256 fog. e 895 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, correio com serviço de posta rural, e uma fabrica de telha. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades do rio Mondego. Foi por alguns seculos cabeça do concelho do seu nome, com camara, juiz ordinario, etc. Teve foral dado por el-rei D. Manuel, em Lisboa, a 10 de

fevereiro de 1514. E' n'esta freg. a capella de *N. S.ª da Ribeira*, ou do *Pranto*, hoje da *Piedade*, que foi o mais celebre santuario d'estas terras. Está situada entre montes, mas em logar aprazivel, correndo-lhe a pouca distancia o rio Mondego. O templo é de boa architectura e vasto, tendo ao N uma frondosa alameda, e proximo, casas para abrigo dos romeiros. Esta capella, consta, ser muitissimo antiga, sendo o seu primitivo nome *Santa Maria Maior*. Parece ter sido a egreja d'uma freguezia, supprimida ha já muitos seculos. Segundo a lenda, a imagem foi achada entre uns rochedos da serra, por caçadores que passaram ali casualmente, e que elles e o povo construiram logo uma capella. Com as frequentes reparações e reedificações, apenas a capella-mór mostra vestigios de grande antiguidade, pois é a antiga capella. O corpo da egreja que se lhe reuniu, foi construido em 1660, e é vasto e elegante. Tem altar-mór e dois lateraes, todos de talha dourada. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. Era do conc. de S. João d'Areias, que se supprimiu por decreto de 7 de setembro de 1895, sendo então annexada ao conc. de Santa Comba Dão.

Pinheiro de Baixo. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Creixomil, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Julião e conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || S. Martinho de Rio Mau, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Braz, de Varzea, concelho de Elvas, districto de Portalegre.

Pinheiro de Barregãs. Pov. na freg. de S. Martinho de Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Pinheiro da Bemposta. Freguezia do concelho e comarca de Oliveira de Azemeis, districto de Aveiro, bispado do Porto. Dista 6 k. da séde do concelho a que está ligada por duas importantes vias de communicação: a estrada real n.º 10, que vae do Porto a Coimbra, atravessando-a de norte ao sul; e o caminho de ferro do Valle do Vouga, que segue a mesma direcção, com uma estação no Pinheiro e um apeadeiro em Figueiredo, por onde se serve esta povoação e a antiga villa da Bemposta. Tem uma escola do sexo masculino, com casa propria, no logar de Areosa, com professor e ajudante; e uma escola do sexo feminino, com professora e ajudante. E' séde de juizado de paz, tem medico do partido, pharmacia, estação postal, com duas distribuições diarias na Bemposta e Pinheiro. Pela transferencia para Oliveira de Azemeis, em 1904, do notario Manuel da Conceição Rocha e Silva, ficou supprimido o tabellionato que continuou aqui a manter-se, depois da extincção do concelho e julgado da Bemposta. Foi juiz de fóra n'esta villa no fim do seculo XVIII e principio do XIX, o dr. Patricio Luiz Ferreira Tavares da Silva que, quando juiz de fóra em Elvas, se distinguiu por occasião da Guerra Peninsular. Além da egreja matriz, cujo orago é S. Paio, construida no principio do seculo XVIII, ha 4 capellas publicas e 2 particulares, sendo estas a de *S. José*, na quinta de Fontechãs, junto á Casa, mandada construir pelo capitão Antonio Cardoso da Cunha, em 1680, e a de *S. Gonçalo*, na Bemposta, fundada em 1774 pelo capitão-mór Francisco da Silva Soares. A egreja era do padroado real e a villa dos condes de Villa Verde, marquezes de Angeja. Na Bemposta existem ainda os paços do concelho, com a sua escadaria tão caracteristicamente portugueza, hoje propriedade da Casa de S. Gonçalo, de que é actual senhor José Barbosa de Quadros, assim como existe o pelourinho, onde se vê na parte superior, em relevo, duas espheras armilares, uma cruz e um escudo de armas, monumento que attesta ás gerações futuras a jurisdicção e autonomia municipaes. O concelho da Bemposta, que se compunha, em 1514, quando el-rei D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, a 13 de julho, das povoações da Bemposta, Figueirêdo, Fontechãs, Pinheiro, Branca, Salreu, Canellas, Fermelã, Contumil, Santiaes, Deveza e Sequins, era formado, em 1855, quando foi extincto, das seguintes freguezias: Pinheiro da Bemposta, Palmaz, Branca, Ribeira de Fragoas, Loureiro, Ul, Macinhata da Seixa e Travanca. Esta freguezia e concelho, ponto forçado entre Porto e Coimbra, soffreram, como muitas outras terras do paiz os horrores e devastações dos exercitos de Napoleão. Albergaria-a-Nova, d'este então concelho, foi theatro de um combate no dia 10 de maio de 1809, em que o exercito alliado ficou victorioso. Proximo do Pinheiro, no sitio chamado Olho Marinho, os francezes bivacaram, partindo d'ahi á pilhagem pelos logares circumvisinhos. Na passagem por esta villa assassinaram, violaram e destruiram; a vingança, porém, não se fez esperar, pois que, sendo attrahidos á quinta de Fontechãs, ahi pagaram, com a vida, as suas proezas. Mas nem só aqui os habitantes d'esta freguezia pagaram doloroso tributo á desgraça, visto que, no dia 29 de março de 1809, morreu, juntamente com outros seus conterraneos, na cidade do Porto, o capitão de ordenanças d'esta villa Manuel de Almeida Soares, d'aqui natural. Ha n'esta freguezia casas-solares illustres, e a sua historia menciona homens notaveis. Todas estas casas, excepto a do Barral, são ainda hoje propriedade da familia de seus fundadores. São as seguintes: = *Casa do Barral*. Descendem dos Fonsecas d'esta casa os marquezes de Orlhana, de Hespanha, e outras familias nobres de Portugal. Contam-se entre os seus homens distinctos, Fernão Tavares da Fonseca, fidalgo por alvará de 1570, armado cavalleiro em Africa, onde serviu o seu paiz; João Rodrigues da Fonseca, fidalgo de cota de armas por carta passada em 1574; Miguel da Fonseca, capitão-mór da Bemposta; Matheus da Fonseca, que serviu em Tanger, fidalgo de cota de armas por carta de 1627 = *Casa da Bemposta*: Provém a familia d'esta casa de Fernão Affonso de Albuquerque, mestre da ordem de S. Thiago, embaixador a Inglaterra no tempo de D. João I. Os seus homens illustres são, entre outros: P. Pedro de Araujo Aranha, formado em duas faculdades, conego chantre de S. Pedro da sé de Coimbra; Manuel de Araujo de Albuquerque, guarda reposte da Casa Real em 1681, 1685; 1686, cavalleiro professo do habito de Christo, cavalleiro fidalgo em 1686, com varias tenças, familiar do Santo Officio; Marcellino Raymundo de Tavares da Silva de Araujo e Albuquerque, familiar do Santo Officio, mamposteiro da Ordem da Santissima Trindade e Redempção dos Captivos, cavalleiro da ordem de Christo, fidalgo de cota de armas, por carta de 1779. No seculo XIX, fôram senhores d'esta casa, por casamentos

com descendentes, herdeiras d'ella: José Joaquim Mendes Ribeiro Martins Pereira, da familia da quinta da Gandra, em Silva-Escura, presidente da camara do concelho da Bemposta, juiz, pela Ordenação, monteiro mór de Angeja; Bernardino Alvares de Araujo e Albuquerque, descendente, por outra linha, dos Albuquerques, da Casa da Bemposta, dos Tavares da Silva, da quinta dos Sequeiros, senhor da casa das Prezas, em Silva-Escura, alferes de milicias, presidente da camara de Sever do Vouga, procurador á junta geral do districto; Sebastião Maria de Quadros Côrte Real, descendente dos Quadros, da quinta de S. Pedro, em Arouca, dos Pintos, de Ferreiros de Tendaes, dos Coutinhos, do couto de Leomil, dos Tavares, de Mira, dos Tavoras, do Mogadouro, senhor da casa do Almeu, violinista distincto, organisação privilegiada de artista, espirito honesto, intelligente e culto, muito apreciado e celebrado no districto de Aveiro e na cidade do Porto, onde conheceu os artistas do seu tempo, fallecido com 38 annos, em 1891, quando tanto havia a esperar do seu talento de virtuose eximio.=*Casa de Fontechãs*: Procede da casa solar de Cardoso, de S. Martinho de Mouros. Evidenciaram-se na familia de Fontechãs, principalmente: Diogo de Andrade Cardoso, fidalgo da Casa Real e senhor da casa de Fontechãs; Diogo de Andrade Cardoso, que teve uma provisão regia; Antonio Cardoso da Cunha, morgado de Fontechãs, morgado da Boa Vista, familiar do Santo Officio e capitão de ordenanças da villa da Bemposta; dr. José Cardoso da Cunha, distincto advogado e genealogista. Por morte de Onofre de Almeida Teixeira e Cunha, ultimo morgado, n'esta familia, de Fontechãs, possuiram esta casa o dr. Caetano José Tavares de Quadros Côrte Real, formado e classificado, em Canones, pela Universidade de Coimbra, cavalleiro fidalgo da Casa Real, e seu sobrinho o capitão Caetano José Tavares de Quadros Côrte Real, ambos parentes dos Cardosos da Cunha.=*Casa do Pinheiro:* Na familia d'esta casa, que descende dos Sás, de Condeixa, distinguem-se: Ruy de Sá Pereira, commendador de S. Mamede; D. Simão de Sá Pereira, bispo de Lamego e Porto, natural de Coimbra; Jeronymo Pereira de Sá, presidente do desembargo do Paço; Matheus Pereira de Sá, inquisidor da Inquisição de Coimbra; João Pereira de Mello Leitão, capitão-mór da villa da Bemposta; Manuel José de Sá Pereira de Mello Leitão, capitão-mór da Bemposta, fidalgo de cota de armas, por carta de 1776; dr. João de Mello Pereira de Sá, sargento mór e capitão-mór da Bemposta. No seculo XIX foi senhor d'esta casa, em virtude do seu casamento, o dr. João Evangelista Alvares de Araujo, sargento mór, capitão-mór, administrador, presidente da camara do concelho da Bemposta=*Casa de S. Gonçalo:* E' o solar dos Henriques da villa da Bemposta, onde nasceu Belchior Vaz Pacheco Henriques, cavalleiro do habito de Christo, capitão de infantaria, sargento-mór de batalha, posto em que morreu, por ser um dos primeiros que subiram os muros de Badajoz, em 1658. Foi senhor d'esta casa, na segunda metade do seculo XVIII, o dr. Francisco da Silva Soares, parente dos ditos Henriques, que foi familiar do Santo Officio, monteiro-mór de Estarreja e capitão-mór da Bemposta. Seu filho Francisco Joaquim Soares e Silva Brandão, presidente da camara municipal da Bemposta, juiz, pela Ordenação, coronel de milicias da Feira, por carta patente de 1808, notabilisou-se, por occasião das invasões francezas, pondo, n'um bello gesto patriotico, á disposição da patria em perigo, a sua intelligencia, actividade e riqueza. Fallecendo sem filhos, em 1852, legou a Casa de S. Gonçalo a seu parente Francisco Joaquim Barbosa de Quadros, descendente dos Barbosas, da casa de Carreira, em Ossella, dos Quadros da quinta de S. Pedro, em Arouca, vice-presidente e presidente da camara municipal de Ovar, administrador d'este concelho, procurador á junta geral do districto. Seu filho, o dr. Augusto Barbosa de Quadros, delegado do procurador regio e juiz de direito, foi tambem senhor da Casa de S. Gonçalo. Homens notaveis d'esta freguezia, além dos já referidos: D. Fr. Sebastião de Ascenção, natural da Senhora da Ribeira, frade da Ordem de S. Domingos, bispo de Cabo Verde em 1610. Fr. Joaquim de Santo Antonio, natural da villa da Bemposta, formado em duas faculdades, procurador geral da ordem de S. Bento. P. Francisco de Almeida, da villa da Bemposta, conego secular de S. João Evangelista. Dr. P. Domingos Pacheco Soares, da villa da Bemposta, prior d'esta freguezia. Dr. P. Manuel José Pacheco Soares, prior d'esta freguezia, natural da villa da Bemposta. Dr. P. Antonio Vaz Pacheco, da villa da Bemposta, prior do Fundão. Dr. P. João Baptista Alvares de Araujo, do logar do Calvario, provisor do bispado de Aveiro. Dr. José Maria da Silva Pinto, da villa da Bemposta, juiz de fóra em Vianna, auditor em Lisboa, juiz do crime em Aveiro e Idanha, juiz de direito em Oliveira de Azemeis. José Antonio de Almeida Soares, da villa da Bemposta, alferes, capitão de ordenanças, ultimo capitão-mór d'esta villa. Dr. Daniel da Silva Ribeiro, do logar do Pinheiro, chanceller e consul no Brazil, commendador da ordem de Christo e da ordem da Rosa, que tinha a carta de conselho. Dr. Abel da Silva Ribeiro, do logar do Pinheiro, medico do partido em varias terras, commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. Dr. João Evangelista de Araujo e Mello, do logar do Calvario, juiz ordinario do julgado da Bemposta, vereador da camara municipal do concelho de Oliveira de Azemeis, procurador á junta geral do districto de Aveiro.

Pinheiro do Bolim. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Villa Facaia, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Pinheiro do Bordallo. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Pinheiro de Borges. Pov. na freg. de S. Martinho de Moiros, conc. de Rezende, dist. de Vizeu

Pinheiro da Camara *(José)*. Governador das ilhas de Cabo Verde, que em 1711 entregou covardemente, sem a menor resistencia aos francezes, que a saquearam, a cidade da Ribeira Grande. Mais tarde foi governador de S. Thomé e Principe, desde 1722 até 1727.

Pinheiro da Camara *(Manuel Antonio)*. Governador de Cabo Verde em 1792, sendo transferido para S. Thomé em 1697, ondo foi rendido em 1702. No seu tempo fez-se grande commercio com o Gabão.

Pinheiro Chagas *(Alvaro da Silva)*. Primeiro official da secretaria do Instituto Industrial e Commercial, jornalista humoristico muito distincto. N. em Lisboa a 19 de maio de 1872, sendo um dos filhos do grande escriptor e publicista do mesmo appellido Foi redactor do *Correio da Manhã*, jornal dirigido por seu pae. reapparecendo na imprensa diaria como director do *Jornal da Noite* Foi depois director do *Diario Illustrado*, onde creou uma secção humoristica, assignada

Alvaro da Silva Pinheiro Chagas

com o pseudonymo de *Amselmo*, a qual tem o titulo de *Notas d'um lisboeta*, secção que se tornou muito apreciada. Estas notas colligiu depois em dois volumes,dos quaes o primeiro teve logo duas edições no espaço d'um anno. Consta que brevemente publicará o terceiro volume.Alvaro Pinheiro Chagas fundou ha bastantes annos uma empresa editora romantica, intulada *As tres bibliothecas*, que publicou alguns romances. Agora dirige o *Correio da Manhã*, que se fundou em 1909, onde tem continuado a sua secção humoristica.

Pinheiro Chagas *(Frederico da Silva)*. 2.° tenente de marinha. N. em Lisboa a 7 de junho de 1882, sendo um dos filhos mais novos do grande escriptor Manuel Pinheiro Chagas. Assentou praça a 4 de outubro de 1900, como aspirante de segunda classe; promovido a guarda-marinha a 29 de setembro de 1905, e a 2.° tenente em 4 de outubro de 1907. Tendo concluido a estação de Cabo Verde, como guarda marinha, pediu e obteve o ser nomeado para fazer parte da expedição encarregada de pacificar os gentios da Guiné. Fez toda essa campanha, tendo cinco elogios em combate, feitos em ordem de serviço, e por isso lhe foi dado o officialato e o collar da ordem da Torre e Espada, além da medalha D. Amelia, concedida a todos os militares que tomaram parte em campanhas africanas. Publicou um livro, intitulado *Guiné*, que é muito valioso. No *Diario Illustrado* e no *Correio da Manhã* publicou muitos artigos sobre assumptos de marinha, assumtos a que se dedicava com enorme enthusiasmo, porque, na verdade, era um apaixonado pela vida de marinha. Muitos d'esses artigos não eram assignados, mas quando os assignava, usava do pseudonymo de *Nihil*. Além d'isso collaborou em todas as secções do jornal: *Eccos* politicos, *Notas d'um lisboeta*, que assignava com o pseudonymo *Fred*, sendo uma d'estas notas deliciosa, que intitulou *O Rapa republicano;* impressões de theatro e de baile; e descripções de festas em thermas e praias, em que tinha sempre humorismo; entrevistas sobre varios assumptos, etc. Era um jornalista completo. Além das condecorações citadas, possuia tambem a de Merito Naval, de Hespanha, cujas insignias lhe fôram offerecidas pela officialidade do couraçado hespanhol *Nautilus*, condecoração que o proprio commandante, o immediato e os restantes officiaes pediram directamente ao governo hespanhol que lhe fôsse concedida. Frederico Pinheiro Chagas fez parte da guarnição do *Adamastor*, d'onde saira pouco tempo antes da revolução do principio de outubro de 1910, para, addido á Majoria general da armada, frequentar o curso da Escola Colonial, que desejava fazer. O desditoso official, não podendo resistir ao enormissimo desgosto de vêr uma grande parte da officialidade de marinha adherir ao movimento revolucionario que implantou a Republica em 5 d'outubro de 1910, recorreu

Frederico da Silva Pinheiro Chagas

ao suicidio, preferindo a morte á sua adhesão a outro regimen, que não fôsse a monarchia que acabára de succumbir, e estando em Valle de Zebro, suicidou-se com um tiro de revolver. A sua morte causou o mais profundo desgosto a seus irmãos e outras pessoas de familia, que muito o estremeciam; aos seus amigos e camaradas, porque Frederico Pinheiro Chagas era muito estimado e contava grande numero de amigos. A sua memoria será immorredoura, e sempre gloriosa

pelo nobre e patriotico designio que o arrebatou ao suicidio em plena mocidade, pois contava apenas 28 annos.

Pinheiro Chagas *(João)*. Jornalista e escriptor. N. no Rio de Janeiro a 1 do setembro de 1863, sendo descendente d'uma familia de liberaes, que no periodo das luctas civis teve de emigrar. Veiu para Portugal, e foi educado em Lisboa, indo depois para o Porto, onde, dedicando-se ao jornalismo, entrou em 1883 para a redacção do *Primeiro de Janeiro*. N'aquelle jornal começou logo a manifestar d'um modo notavel as suas brilhantes qualidades litterarias, imprimindo na secção de *noticiario* uma feição toda moderna, e fazendo da reportagem até ahi a cargo de localistas banaes, uma secção cheia de interesse, de pittoresco e de brilho. Depois de permanecer alguns annos n'aquella redacção, veiu para Lisboa com a idéa de montar um jornal republicano, e collaborou então no *Tempo*, *Correio da Noite*, e

João Pinheiro Chagas

no *Dia*. O jornal que intentava fundar foi a *Republica portugueza*, onde muito se distinguiu na polemica politica vigorosa contra as instituições, pela vehemencia da argumentação, e pela fórma artistica que dava aos seus artigos, ainda os mais violentos. Em 1890, em seguida ao *Ultimatum* de Inglaterra de 11 de janeiro, que promoveu em todo o paiz uma profunda agitação, escreveu com a sua reconhecida energia uma serie de artigos sobre o assumpto. A sua attitude de jornalista, envolveu-o naturalmente em alguns processos, de que lhe resultou ser preso na Relação, e por um d'esses processos foi condemnado, em 26 de janeiro de 1891, a 10 dias de prisão, sentença que estava ainda cumprindo quando no dia 31 d'esse mez rebentou a revolta no Porto. Como a sua attitude na *Republica Portugueza* fôsse de ataque violento, e n'alguns artigos appellasse para a intervenção do exercito como o meio mais rapido de vingar o insulto que a nação recebera de Inglaterra, expiados os 10 dias da sentença, continuou ainda preso na Relação, como cumplice da revolta e um dos seus principaes promotores, sendo como tal julgado nos conselhos de guerra que funccionaram em Leixões, e condemnado a 4 annos de prisão cellular, ou na alternativa, a 6 do degredo. Em 20 de setembro de 1891 embarcou a bordo do transporte *India*, que estava fundeado em Leixões, sendo conduzido pela policia á estação das Devezas, partindo á noite no comboio para Lisboa. Veiu desembarcar na estação dos Olivaes, partindo d'ali n'um trem com o commissario de policia, então o sr. Pedroso de Lima, entre guardas. Chegando ao Caes dos Soldados passou o preso para um escaler a vapor do arsenal, guarnecido por marinheiros armados e commandado por um official de marinha. O escaler atracou pouco depois ao vapor *S. Thomé*, a cujo commandante o preso foi confiado, para que elle o entregasse ás autoridades de Mossamedes. O vapor largou ferro no dia 22 de setembro de 1891. Em Africa tentou pôr em pratica um plano de evasão, já antecipadamente estudado, mas falhou essa tentativa, conseguindo, porém, mais tarde, em 1 de novembro, realisar esse audacioso projecto, fugindo para Paris, onde chegou, apóz de varias peripecias, que elle narra no seu curioso livro *Trabalhos forçados*, a 15 de janeiro de 1892. Levado pelo seu espirito irrequieto e audacioso, que ainda nos momentos mais graves, se manteve sempre na mais perfeita serenidade, aventurou-se, em fevereiro seguinte, a entrar em Portugal clandestinamente, estando uns dias no Porto sem a policia nada saber. Em setembro do mesmo anno tentou novamente vir ao Porto, mas d'essa vez teve a infelicidade de ser descoberto e preso n'uma casa da rua de Santo Ildefonso, onde um amigo intimo o recebera. Sendo novamente conduzido para Africa a cumprir o degredo, foi encarcerado na fortaleza de S. Miguel, e ali permaneceu até 1893, regressando então a Portugal, em virtude da amnistia decretada para os então criminosos politicos da classe civil. Continuou a viver no Porto, onde sempre foi muito estimado. Os trabalhos soffridos nem o alquebraram nem o desalentaram, e chegando a Portugal, publicou em 1893 e 1894 os *Pamphletos* que fôram logo querellados, e em 1897 e 1898, o jornal *A Marselheza*, que egualmente foi querellada e muitas vezes aprehendida. Tendo de responder por varios processos do querella emigrou para Madrid, explicando os motivos que o levaram a proceder d'esse modo, redigindo d'aquella capital o *Paiz*, cuja direcção assumiu em 1898, quando o redactor principal Alves Correia foi obrigado a sair por causa da enfermidade que, pouco depois, o levou á sepultura. Quando estava cumprindo sentença em Africa, foi proposto deputado por accumulação, reunindo em todo o paiz uma grande votação. João Chagas foi um dos fundadores da Associação dos Jornalistas e Homens de letras do Porto, e tem escripto e publicado as seguintes obras: *Diario d'um condemnado politico*; *Na brécha*; *De bond; Crime da Sociedade;* d'esta obra só uma parte lhe pertence, pois teve de interromper o seu trabalho durante o tempo em que permaneceu em Madrid, de 1898 e 1899; *Trabalhos forçados; Historia da Revolta do Porto*, tendo por collaborador Manuel Maria Coelho. Traduziu a *Martyr* de D'Ennery, primeiramente publicada em folhetins no *Primeiro de Janeiro*, e

a prosa da opereta *Os Bandidos*, de Offenbach, que se representou no theatro do Principe Real do Porto. Na revolta projectada de 28 de janeiro de 1908, que ficou mallograda, tambem o sr. João Chagas esteve envolvido, o que lhe valeu ser preso e encarcerado no quartel dos Paulistas, d'onde saiu depois do assassinio do rei D. Carlos e do principe real D. Luiz Filippe, em 1 de fevereiro, e da queda do ministerio João Franco. Mais tarde, pela amnistia concedida aos prisioneiros politicos, ficou completamente livre, proseguindo na sua vida de jornalista e de escriptor, sendo um dos membros mais importantes do partido republicano.

Pinheiro das Chagas *(Joaquim)*. Secretario particular de el rei D. Pedro V e major do exercito. N. em Lamego a 5 de fevereiro de 1809, fal. em Lisboa a 3 de dezembro de 1859. Era filho de Manuel Pinheiro, medico, e de sua mulher, D. Maria Thereza. Aos 16 annos de edade, depois de concluidos os preparatorios, foi para Coimbra na intenção de se formar em Medicina, o que não pôde conseguir por se ter em 1828 alistado no batalhão academico que se formara para defender a causa liberal, e que tão brilhantes e desinteressados serviços prestou durante a guerra civil a que poz termo a Convenção de Evora Monte. Como soldado do batalhão tomou Pinheiro Chagas parte em todos os combates em que este corpo se distinguiu, e de que rezam com merecido louvor as chronicas contemporaneas. Depois do conhecido e lamentavel caso do *Belfast*, que ia contribuindo para anniquillar de vez as aspirações e as esperanças dos defensores da causa liberal, Pinheiro das Chagas entrou em Hespanha com os restos do exercito constitucional, seguindo mais tarde para Inglaterra, couto da foragida liberdade, como lhe chamou Almeida Garrett, mas que por vezes desmentiu com os emigrados portuguezes a fama do seu hospitaleiro agazalho, encerrando-os no barracão de Plymouth, uma das mais dolorosas recordações do exilio d'aquelle heroico punhado de bravos que arriscou a vida e fazenda em nome da redempção moral da patria opprimida e vilipendiada. Os tormentos que passaram ali, o desprezo e deshumanidade, com que o governo inglez os tratou, inspiraram a Pinheiro das Chagas uns artigos que elle intitulou *Noites do Barracão*, e tiveram então immensa voga, como ecco que eram do sentir geral de todos os seus companheiros do infortunio. O verdadeiro titulo d'este curioso, e hoje rarissimo, livro é *As noites do barracão passadas pelos emigrados portuguezes em Inglaterra; em verso alexandrino*, Paris, 1834. Pinheiro das Chagas fez parte da expedição dos Açôres commandada pelo conde de Villa Flôr, mais tarde duque da Terceira, contribuindo para a defeza da ilha Terceira, e tambem com os seus camaradas do batalhão academico, para submetter ao dominio do governo constitucional as demais ilhas do archipelago. Entretanto, se a causa da emigração não ganhava terreno, conquistava lentamente para si os espiritos timidos e animava o duque de Bragança á aventurosa expedição para Portugal, confiado na dedicação dos seus partidarios e no apoio moral que os seus esforços iam encontrando na imprensa e nos parlamentos estrangeiros. Pinheiro das Chagas foi um dos bravos da expedição do exercito libertador que veiu desembarcar nas praias do Mindello em julho de 1832, e tomou parte muito activa na defeza do Porto. Organisada depois a expedição para o Algarve, de que tomou o commando o general duque da Terceira, foi Pinheiro das Chagas nomeado para fazer parte do destacamento do batalhão academico que exclusivamente constituia a artilharia do corpo expedicionario, podendo por este simples facto ajuizar-se ainda hoje de que prestante auxilio não foi á consolidação do governo constitucional na nossa terra a desinteressada corporação da mocidade academica. No combate da Cova da Piedade, um dos ultimos feridos n'aquella sangrenta lucta de irmãos, ficou Pinheiro das Chagas estendido no campo como morto em resultado de uma violenta contusão na cabeça, tributo que raros dos seus camaradas deixaram de pagar á fixidade das suas crenças e ao amor pela sua terra natal. Quasi ao terminar a guerra civil já em Lisboa, e depois de haver sido dissolvido o corpo academico, permittindo se aos estudantes optarem pela continuação dos seus respectivos cursos ou pela entrada no exercito com o posto de alferes, a que todos tinham mais que justificado direito, Pinheiro das Chagas optou pelo serviço militar, a que se habituara nas rudes provações do exilio, sendo colloeado em infantaria n.º 18, fazendo o resto da campanha da Liberdade até á memoravel batalha da Asseiceira, em que tomou parte. Joaquim Pinheiro das Chagas foi um homem de inexcedivel modestia, e de completo desapêgo das ostentações e vaidades sociaes. Uma unica preoccupação o dominava o cultivo da intelligencia, já então promettedora de seu filho unico, o futuro estadista e distincto escriptor Manuel Pinheiro Chagas. Foi n'este proposito que acceitou, por convite do general Augusto Palmeirim, então director do Collegio Militar, o logar de official do mesmo collegio, isto no intuito de vigiar e dirigir a educação de seu filho, que n'elle era alumno, e se dispunha a seguir a carreira das armas. Foi por este tempo, e quando exercia interinamente o logar de director do Collegio Militar, que el-rei D. Pedro V teve occasião de o conhecer, de avaliar o alcance da sua intelligencia e a solidez dos seus conhecimentos, affeiçoando-se-lhe desde logo com a bonhomia caracteristica de todos os actos da vida do joven monarcha, chamando o mezes depois para o logar de seu secretario particular. Cumpre denunciar como hereditaria em D. Pedro V esta honrosa affeição pelo seu secretario, antes confidente das maguas e dissabores de que a realeza não anda isempta. (V. *D. Pedro V*, n'este vol., pag. 504). El-rei D. Fernando já distinguia Pinheiro das Chagas com a sua amizade muito antes de 1857, anno em que este fôra chamado para desempenhar as melindrosas funcções de secretario d'um rei moço e estudioso, e dedicado, como elle dizia, ao seu *officio de reinar*. Apezar da fortuna por vezes lhe haver sorrido, Pinheiro das Chagas teimou sempre em viver na obscuridade, negando-se quer ás seductoras exterioridades da côrte, quer ao arruido fascinador da publicidade. Dotado de grande intelligencia, já na emigração era conhecido como poeta de largos horisontes, como o prova uma *Ode* a Catão, que se recitou em Plymouth n'uma recita do *Catão*, de Almeida Garrett, e que teve um exito enorme. Esta *Ode*, além do seu merito litterario, exprimia os sentimentos dos

emigrados que viam a sua energia e o seu vigor paralysados por falta de chefe, e por discordias dos que deviam dirigir o movimento liberal. Fiel aos principios da sua mocidade, poucos artigos firmou com o seu nome, e esses mesmos só quando julgou que d'elles lhe poderia advir responsabilidade perante a classe a que pertencia, e taes são os que escreveu e assignou na *Revista Militar*, então nascente, e que a boa camaradagem lhe não permittia negar o auxilio da sua collaboração. Como poeta, pertenceu á escola intermedia entre a classica que chegava ao seu termo, e a romantica que principiava a despontar acaudilhada em Inglaterra por lord Byron, em França por Victor Hugo e Lamartine, em Hespanha pelo duque de Ribas, em Portugal por Almeida Garrett. Deixou bellas traducções de Parny, Turquety, Lamartine, Thomaz Gray, Goldsmith, lord Byron e de Victor Hugo. Tambem traduziu e ampliou por ordem d'el-rei D. Pedro V a *Chave da Sciencia*, do dr. Brewer, para ser adaptada ás escolas portuguezas. Esta traducção ficou interrompida pela inesperada morte de Pinheiro das Chagas, contando apenas 50 annos, e parecendo gozar de boa saude. Deixou ineditas umas *Memorias*, manifestando o desejo de que só fôssem publicadas 20 annos depois do sua morte. O seu funeral realisou-se no dia 5 de dezembro de 1859, sendo os seus restos mortaes depositados no jazigo do conde da Ponte no cemiterio dos Prazeres; um anno depois fôram trasladados para jazigo proprio, onde se gravou a seguinte inscripção:

AQUI JAZ
JOAQUIM PINHEIRO DAS CHAGAS.
NASCEU NA CIDADE DE LAMEGO
A 5 DE FEVEREIRO DE 1809.
FALLECEU NA DE LISBOA
A 3 DE DEZEMBRO DE 1859.
ILLUSTRADO ESPIRITO, E MODESTO,
SOUBE SER BOM CIDADÃO,
BOM AMIGO E SOLDADO HONRADO.
PERTENCEU AO CORPO ACADEMICO.
FEZ TODAS AS CAMPANHAS PELA LIBERDADE
DESDE 1828 ATÉ 1834
SENDO UM DOS DEFENSORES DA ILHA TERCEIRA,
E DA CIDAEE DO PORTO.
ERA MAJOR DO EXERCITO,
E SECRETARIO PARTICULAR DE
EL REI O SENHOR D. PEDRO V,
POR CUJA ORDEM
SE LEVANTOU ESTE MONUMENTO.
1860

Pinheiro Chagas *(Manuel)*. Lente do Curso Superior de Letras, ministro da marinha, deputado, par do reino, socio effectivo e secretario geral da Academia Real das Sciencias de Lisboa, presidente da Junta do Credito Publico, jornalista e escriptor distincto, etc. N. em Lisboa a 13 de novembro de 1842, onde tambem fal. em 8 de abril de 1895. Era filho do major de infantaria e secretario particular d'el-rei D. Pedro V, Joaquim Pinheiro das Chagas (V. o *artigo antecedente)*, e de sua mulher, D. Gertrudes Ramos, que falleceu deixando seu filho apenas com dois mezes de edade. Fez o curso de preparatorios no Collegio Militar, passando depois á Escola do Exercito, frequentando ao mesmo tempo a Escola Polytechnica. Assentou praça no regimento de infantaria n.º 16, a 12 de agosto de 1857, sendo promovido a alferes em 4 de julho de 1859, a tenente em 8 de agosto de 1883, e a capitão em 25 de julho de 1888, posto que tinha quando falleceu. Passou á inactividade temporaria sem vencimento, a seu pedido, em 19 de junho de 1866, tendo então o posto de alferes. N'essa situação se conservou até 14 de março de 1883, em que voltou ao serviço, ficando em commissão no ministerio do reino, como lento do Curso Superior de Letras. Se não tivesse estado na inactividade temporaria, devia ter sido promovido a tenente em 27 de novembro de 1867, a capitão em 15 de abril de 1874, a major em 31 de outubro de 1884, a tenente-coronel em 29 de fevereiro de 1888, e a coronel em 31 de março de 1892, posto que deveria ter na data do fallecimento. Em 1863 interrompeu o seu curso, epoca em que casou com D. Maria da Piedade Maternidade da Silva, que falleceu em 3 de dezembro de 1891, quatro annos antes de seu marido. Foi a sua esposa que elle dedicou os seus primeiros trabalhos poeticos, o poemeto *Anjo do lar.* Começou então a dedicar-se á litteratura, escrevendo romances em folhetins na *Gazeta de Portugal*, jornal de que era proprietario e director Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos, folhetins que muito agradaram, passando em seguida a folhetinista effectivo da mesma *Gazeta*, onde as suas *Revistas da semana* tiveram grande exito. Em dezembro de 1864, por causa d'um desaccordo com Teixeira de Vasconcellos, motivado por um folhetim muito notavel, publicado a 16 de outubro d'esse anno, em que Pinheiro Chagas atacava energicamente a politica de Napoleão III, deixou de fazer parte da redacção do jornal, e a pedido de Luiz de Almeida e Albuquerque, proprietario e redactor do *Jornal do Commercio*, passou a ser folhetinista d'essa folha. Muitos dos seus folhetins tiveram grande voga dentro e fóra do paiz. Em 1865 publicou o *Poema da mocidade*, cuja carta-prefacio do visconde de Castilho provocou a questão litteraria, que ficou conhecida na historia da litteratura portugueza pelo nome do *Bom senso e bom gosto.* Nos annos immediatos escreveu alguns romances de bastante valor, como as *Tristezas á beira-mar*, *Flôr secca*, *Côrte de D. João V*, *Virgem Guaraciaba*, que logo o collocaram ao lado dos nossos primeiros romancistas, do mesmo modo que a sua estreia no theatro, com o drama em 5 actos, *A Morgadinha de Valflôr*, o elevou á altura dos escriptores dramaticos mais apreciados e mais distinctos. O drama representou-se pela primeira vez em beneficio da actriz Emilia Adelaide, a 3 de abril de 1869, obtendo um exito colossal, conservando-se em scena durante epocas consecutivas, representando-se ainda hoje em diversos theatros sempre com o maior agrado e enthusiastico applauso publico. Tem tido muitas edições, tanto em Lisboa, como no Porto e Brazil. *A Morgadinha de Valflôr* foi traduzida em hespanhol por Calvo Ascensio, antigo secretario da legação de Hespanha em Lisboa, e em italiano por Angelo Frondoni. Foi representada em Lisboa pelas companhias de Elvira Pasquali, de Celestina Paladini e de Barac, ora sob o titulo de *Madamizella di Valflôr* ora sob o de *Castellana di Valflôr*; tambem algumas companhias o representaram em Trieste. Ha versões em fran-

cez, sendo uma de Octon Saunier, outra de Renato Baptista e outra de Henri Faure. Parece que existe ainda uma traducção em allemão e outra em sueco. Dedicando-se á politica, filiado no partido regenerador, foi pela primeira vez deputado em 1871, eleito pelo circulo da Covilhã, e desde então entrou em todas as legislaturas até 1892, menos seis mezes em que a sua eleição soffreu uma forte opposição do partido progressista. Nas camaras tornou-se notavel parlamentar, pronunciando discursos brilhantes. Estes e muitos outros, academicos, politicos e litterarios, lhe grangearam a fama de um dos primeiros oradores do seu tempo. Em 24 de outubro de 1883 foi chamado aos conselhos da Corôa, n'uma recomposição no ultimo ministerio presidido por Fontes Pereira de Mello, encarregando-se da pasta da marinha, que dirigiu até 20 de fevereiro de 1886, deixando assignalada a sua passagem n'aquelle ministerio com documentos irrefutaveis do seu alto valor como estadista. Foi de 1883 a 1885 que se contratou a ligação telegraphica de todas as nossas colonias da Africa Occidental com a metropole; contratou-se o caminho de ferro de Loanda a Ambaca e o caminho de ferro de Lourenço Marques para o Transwaal; realisaram-se os abastecimentos d'agua em Loanda e na cidade do Mindello em Cabo Verde; renovaram-se as tentativas de colonisação no interior de Mossamedes, e as colonias madeirenses de Sá da Bandeira, e S. Pedro do Chibia floresceram; organisou-se o novo districto do Congo, e estabeleceu se a navegação regular do Zaire; renovaram-se as explorações: Capello e Ivens, em 1884, fizeram a travessia d'Occidente a Oriente; Serpa Pinto e Augusto Cardoso exploraram a região entre Cabo Delgado e o Nyassa; Henrique de Carvalho fez a exploração até ao territorio de Muata-Yanvo; mandou circular como moeda legal nas provincias de Cabo Verde e Guiné a que tinha curso na metropole; tratou da organisação do serviço de saude naval; da reorganisação da Escola Naval; da approvação do regulamento para a arrecadação dos bens dos individuos fallecidos nas provincias ultramarinas com herdeiros presumptivos ausentes d'ellas. Do lado oriental, reoccupou se Manica, estabeleceu-se a residencia em Gaza; graças aos esforços de Augusto Castilho e Palma Velho, secundado pela valentia dos nossos soldados, tomou se a bahia de Tunguè. Quiz-se ainda conseguir o protectorado no Dahomé, e ter-se-ia realisado, se o ministro successor de Pinheiro Chagas e o governo respectivo, não houvessem pensado d'outro modo. Por carta regia de 29 de dezembro de 1892 foi nomeado par do reino vitalicio, e por decreto de 14 de agosto de 1893 nomeado presidente da Junta do Credito Publico. Em 1892 esteve em Madrid representando Portugal nas festas do centenario do Christovão Colombo. Quando em 1880 se reuniu em Lisboa o congresso litterario internacional, Pinheiro Chagas causou enorme sensação em todos os estrangeiros illustres que faziam parte d'esse congresso com a sua palavra eloquente e vibrante. Por occasião do casamento do principe real, mais tarde el rei D. Carlos I, vieram a Lisboa muitos dos mais illustres jornalistas da França e da Hespanha, tendo a palavra fluente e enthusiasta do grande orador o mesmo brilhante successo, n'um banquete offerecido a esses illustres jornalistas. Em Madrid, no anno de 1883, quando os reis de Portugal fôram pagar ao rei D. Affonso XII a visita que fizera a Lisboa, Pinheiro Chagas tambem se evidenciou como orador, falando em todos os banquetes que se realisaram, notabilisando se n'aquelle extraordinario duello de palavra, no banquete offerecido no theatro da Zarzuella, em que Pinheiro Chagas e Moret, o primeiro orador de Hespanha, que muitos hespanhoes collocavam acima de Castelar, disputaram primasias de eloquencia, duello em que não houve vencidos, em que só houve vencedores, porque ambos os oradores se elevaram a taes alturas, que impossivel era destacar superioridades. Em 1889, nos poucos dias que se conservou em Paris, onde fôra visitar a exposição universal, conseguiu com a sua palavra inspirada, o que em Paris é difficilimo aos mais illustres conseguir durante longos annos, ser falado, pôr-se em evidencia, attrahir todas as attenções, e n'um banquete em que se viam muitos dos homens mais notaveis da sciencia e das letras da França, Pinheiro Cha-

Manuel Pinheiro Chagas

gas, n'um brinde que fez, enthusiasmou todos que o ouviam, conquistou uma ovação excepcional, que feita em Paris a um estrangeiro, é quasi que uma apotheose. Pinheiro Chagas escreveu, já como redactor, já como collaborador, entre outros, nos seguintes jornaes: *O Monitor portuguez*, jornal fundado por Cesar de Noronha; *Gazeta de Portugal* e *Jornal do Commercio*, já citados; *Archivo Pittoresco*, *Revista da semana*, *Annuario do Archivo Pittoresco*, em que collaborou tres annos com Rebello da Silva e Brito Aranha; *Revista do seculo*, em 1865; *Revista contemporanea*, *Brazil*, jornal dirigido por Antonio de Castilho; *Panorama*, *Diario de Noticias*, *Diario Popular*, *Diario Illustrado*, *Illustração Portugueza*, *Revista illustrada*, *Educação popular* (bibliotheca de instrucção); *Correio da Europa*, *Occidente*, *Atlantico*, *Chronica moderna*, *Gazeta do Povo*, *Contemporaneo*, *Reporter*, de que foi o primeiro director; *Tarde*, *Paiz*, do Rio de Janeiro; *Diario do Rio de Janeiro*, *Revue du monde latin*, de Paris, onde escrevia em francez o *Courrier du Portugal*; *Corrieri di Napoli*, de Napoles, para onde man-

dava as correspondencias em francez, sendo depois traduzidas em italiano na redacção do referido jornal. Escreveu tambem na *Revolução de Setembro*, de que era director Antonio Rodrigues Sampaio, e quando em setembro de 1871 este estadista fez parte do ministerio, foi Pinheiro Chagas encarregado interinamente de o substituir na direcção do jornal. Nos meados do anno de 1875, o par do reino Manuel Vaz Preto Giraldes fundou o jornal *A Discussão*, e convidou Pinheiro Chagas para director politico e principal redactor, tendo por collegas, entre outros, Gervasio Lobato, Delfim d'Almeida e Meyrelles de Tavora. O jornal tornou-se em pouco tempo muito conhecido o apreciado pela feição nova que Pinheiro Chagas lhe deu. No fim de seis mezes mudou de titulo, tomando o de *Diario da Manhã*, com que appareceu no dia 1 de janeiro de 1876, installando-se em typographia propria Da redacção fizeram parte muitos jornalistas, que alcançaram grande nomeada, e entre elles Guilherme de Azevedo e Urbano de Castro, o qual substituiu depois na direcção do jornal Pinheiro Chagas, quando este foi nomeado ministro da marinha. Poucos mezes passados, dando-se um conflicto entre a redacção do *Diario da Manhã* e a sua gerencia, Urbano do Castro deixou a direcção, acompanhando-o todos os redactores de então, que eram Gervasio Lobato, Eduardo Schwalbach, Moura Cabral, João Costa, Jayme Victor, Augusto de Mello e Xavier de Mello, a maioria dos quaes fundou depois uma sociedade, de que fez parte Pinheiro Chagas, e que em 1 de dezembro de 1884 publicou o *Correio da Manhã*, que chegou a ter grande exito. Pinheiro Chagas era incontestavelmento um dos nossos primeiros homens politicos, mas a sua conversação versava sobre litteratura, arte, e principalmente sobre theatro, que foi sempro a sua grande paixão. Os seus triumphos oratorios, politicos, jornalisticos e litterarios, trocava-o todos por um successo theatral. A sua obra litteraria é enorme, attestando a prodigiosa diversidade de aptidões d'aquelle espirito privilegiado, e a rara actividade d'aquelle fecundo engenho. Em artigo separado trataremos da sua bibliographia. Pinheiro Chagas era socio effectivo da Academia Real das Sciencias, conformo dissémos, e secretario da segunda secção--Litteratura--, sendo reeleito annualmente, e desde as eleições de 1891, secretario geral, pelo fallecimento de Latino Coelho. A Academia o incumbiu de continuar as Memorias diplomaticas de Mendes Leal. Era socio de outras corporações litterarias, politicas e de beneficencia, nacionaes e estrangeiras; lente de litteratura classica do Curso Superior de Letras, presidente da Associação dos Homens de Letras e Jornalistas de Lisboa, membro do Curso Superior de Instrucção Publica, presidente da commissão encarregada da reforma dos theatros, nomeada pelo ministerio Dias Ferreira; presidente da grande commissão do centenario da India; vice-presidente do congresso de beneficencia; membro do Conselho fiscal da Companhia do Credito Predial, presidente da Junta do Credito Publico; fôra agraciado com a gran-cruz da ordem do S. Thiago, na vaga deixada pela morte do conselheiro João de Andrade Corvo; com as gran-cruzes de Carlos III de Hespanha e de Leopoldo da Belgica, e com a mercê de grande official da Legião de Honra de França. Como escriptor dramatico soffreu um grande desgosto na primeira representação do *Drama do Povo*, realisada em 1875 no theatro de D. Maria II. Uma parte do publico recebeu mal o drama, em que outros quizeram vêr uma obra politica contra a realeza, absurdo que é escusado rebater, dada a orientação do toda a vida do autor, que foi sempre o mais enthusiasta e brilhante defensor da monarchia e dos seus representantes. A essas invejas e ataques se refere o escriptor no seu prefacio ao drama, quando elle se imprimiu. Muito tempo se conservou então afastado do theatro, para onde apenas traduzia peças, até que em 1894 escreveu a *Lição cruel*, comedia em 3 actos, que se representou no theatro do Gymnasio. Poucos annos antes de fallecer, Pinheiro Chagas foi victima d'um exaltado, ou d'um doido, que o aggrediu proximo do palacio das Côrtes, quando se dirigia para a camara, por causa d'um artigo cheio de graça e de ironia, que escrevera a proposito das tendencias revolucionarias de Luiza Michel, a *virgem vermelha* dos socialistas. O caso causou enorme sensação. Pinheiro Chagas recebeu uma violenta paneada na cabeça, e esteve muito tempo doente, e em perigo de vida; quando se restabeleceu, foi alvo de grandes manifestações dos amigos, adversarios, o paiz inteiro. Pinheiro Chagas era incansavel no trabalho; mesmo nas espinhosas preoccupações da politica, escrevia para numerosos jornaes, compunha e traduzia romances, peças theatraes, dramaticas e jocosas, causando assombro como o tempo lhe chegava para tanto excesso de applicação litteraria. A sua morte causou a mais profunda consternação, e o seu funeral foi uma imponente manifestação de quanto era estimado e considerado pelo seu bom caracter, excepcional talento, muitissimo valor como estadista, parlamentar, orador fluente, jornalista e escriptor. O funeral realisou-se no dia 9 de abril de 1895. O caixão foi transportado de casa para o coche mortuario pelos filhos e parentes, e no cemiterio até ao tumulo por alguns amigos intimos e collegas do seu jornal. O coche ia completamente coberto de corôas e de ramos de flôres, da familia e de amigos mais intimos, de corporações, a que Pinheiro Chagas pertencera, incluindo uma grande corôa mandada pelo governo, com a seguinte dedicatoria: *O Governo a Manuel Pinheiro Chagas*. No acompanhamento, que seguiu a pé até ao cemiterio dos Prazeres, via-se incorporado tudo quanto ha de mais distincto da nossa sociedade, desde a familia real, que toda se fez representar, como todo o ministerio, a Academia Real das Sciencias, as camaras dos pares e dos deputados, camara municipal, Junta do Credito Publico, companhia do Gaz, centro regenerador, representantes da imprensa, muitas corporações, etc. A' entrada do cemiterio, aguardando o prestito, prestando as devidas honras, viam-se os regimentos de infantaria n.º 7 e 16, uma bateria de artilharia, o corpo de marinheiros em grande fôrça e um esquadrão de cavallaria. Discursaram: Carlos Lobo d'Avila, então ministro dos estrangeiros, em nome do ministerio; o dr. Silva Amado, pela Academia Real das Sciencias, Custodio Borja, Jayme Victor, visconde de S. Boaventura, João Arroyo, e o estudante militar Jayme Ribeiro, em nome da Academia. Todos os jornaes publicaram sentidos ne-

crologios, deplorando a morte de Pinheiro Chagas, como uma grande perda nacional. *O Correio da Manhã*, em 8 de maio seguinte, dedicou-lhe um numero especial de 16 paginas e illustrado com alguns retratos seus, trazendo saudosos artigos pondo em relevo o seu elevado merecimento, e esboços biographicos do seu antigo director e redactor. Eis o summario: *Trechos de discursos*, Antonio Candido; *A nossa homenagem*, a redacção; *A sua mocidade*, Zacharias d'Aça; *O Militar*, Ferreira do Amaral; *O folhetinista*, Brito Aranha; *O Poeta*, Eduardo Vidal; *O Academico*, Consiglieri Pedroso; *O autor dramatico*, Gervasio Lobato; *Nos camarins*, Augusto de Mello; *O Romancista*, Anna Ribeiro de Sá; *O Historiador*, Fernandes Costa; *O Jornalista*, Christovão Ayres; *No Brazil*, visconde de S. Boaventura; *O Politico*, Antonio de Serpa Pimentel; *Na Revolução de Setembro*, Cunha Belem; *Na «Discussão» e «Diario da Manhã»*, Augusto Xavier de Mello; *No campo da honra*, Magalhães Lima; *Em Madrid*, Eduardo Schwalbach; *O orador*, Gomes da Silva; *O Ministro da marinha*, Tito de Carvalho; *Nos conselhos da Corôa*, Hintze Ribeiro; *O Patriota*, Rodrigues da Costa; *O Conservador*, Carlos Lobo d'Avila; *O Despretencioso*, Lara Everard; *O Traductor*, José de Mello; *A sua acção no ultramar*, Custodio Borja; *O estylista*, Pinto de Carvalho; *No Correio da Manhã*, Jayme Victor; *Em Paris*, Moura Cabral; *Na Presidencia da Junta do Credito Publico*, Cesar do Inso, *A sua ultima obra*, Raul Brandão; *Em Casa*, João Costa; *Menos um*, Ramalho Ortigão; *A sua biographia* No dia 8 de maio de 1904, realisou-se em homenagem á memoria de Pinheiro Chagas, uma sessão solemne na grande sala da bibliotheca da Academia Real das Sciencias, a que assistiram as pessoas reaes, o corpo diplomatico, ministerio, representantes da imprensa, de corporações scientificas e litterarias, a familia de Pinheiro Chagas, e muitos convidados. Pronunciou o Elogio historico, o academico Henrique Lopes de Mendonça.

Pinheiro Chagas *(Manuel)*. *Bibliographia*: Poesia, romance, critica, historia e outras obras em separado: originaes: *Esboço biographico de Henrique Luiz Feijó da Costa*, Lisboa, 1864, com o retrato do biographado. Não foi posta á venda esta obra, porque a mãe de Henrique Feijó da Costa, a mandou imprimir á sua custa para brindar as pessoas de suas relações, as quaes quiz obsequiar com esta affectuosa demonstração de amor maternal; *Poema da mocidade*, seguido do poemeto *O Anjo do lar*, Lisboa, 1865, com o retrato do autor; comprehende de pag. 181 em deante, sob o titulo de *Critica litteraria*, uma carta de Antonio Feliciano de Castilho, mais tarde visconde de Castilho, ao editor da obra Antonio Maria Pereira, carta que serviu de pretexto para o rompimento de hostilidades pelos que fôram denominados da *escola de Coimbra*, dando logar a uma serie de publicações mais ou menos volumosas, que tomaram o titulo de *Bom senso e bom gosto*. O canto I do *Poema da mocidade*, saira antes na *Revista contemporanea*, tomo V, pag. 76 a 90; *Bom senso e bom gosto*, folhetim a proposito da carta que Anthero do Quental dirigiu a Antonio Feliciano de Castilho, Lisboa, 1865; saira antes no *Jornal do Commercio*, de 22 de novembro do mesmo anno; *Contos e descripções*, Lisboa, 1866, contém: *Viagem ao Porto*, *Uma pagina da vida de Elesbão da Mota*, *Amor fatal* e *A semana santa em Lisboa; Chronicas brazileiras: A Virgem Guaraciaba*, romance origiual, Lisboa, 1866; *A flôr sêcca*, romance, Lisboa, 1866; saira primeiro em folhetins do *Jornal do Commercio; A conspiração de Pernambuco*, 2.° volume das *Chronicas brazileiras*, Lisboa, 1866; *A côrte de D. João V*, romance historico, Lisboa, 1867; os primeiros 4 capitulos tinham saido no *Archivo Pittoresco*, sob o titulo de *Amor de pagem*; *Scenas e phantazias portuguezas*; Lisboa, 1867; *Da origem e caracter do movimento litterario da renascença, principalmente na Italia;* memoria para o concurso á terceira cadeira do Curso Superior de Letras, Lisboa, 1867; *Historia de Portugal desde os tempos mais remotos até á actualidade, escripta segundo o plano de Ferdinand Denis, por uma sociedade de homens de letras*, Lisboa, 1867, anno em que principiou a publicar-se, 8 volumes; fez-se nova edição em 12 volumes, em maior formato, com gravuras intercaladas no texto, muito ampliada e melhorada pelo autor, o qual no prologo d'esta segunda edição, explica que, tendo sido a obra publicada em fasciculos, e tendo obtido grande acceitação, o plano de Ferdinand Diniz foi logo abandonado, não havendo entre a obra do escriptor francez e a obra portugueza nem a mais leve relação; já depois da morte de Pinheiro Chagas, a *Empresa Historia de Portugal* emprehendeu uma nova edição em grande formato, com muitas gravuras, a qual foi depois continuada até actualidade pelo sr. Barbosa Collen; *Ensaios criticos*, Porto, 1866; *Novos ensaios criticos*, Porto, 1867; contém, além de um estudo relativo á iniciativa litteraria dos portuguezes na republica hispanica, apreciações ácêrca de: Arnaldo Gama, L. A. Rebello da Silva. Camillo Castello Branco, Miguel D'Antas, A. F. de Castilho *(a proposito de)*, Eduardo Vidal, Julio Cesar Machado, Mery, Emilio Castelar, João de Deus, Diogo do Couto, José de Alencar, Julio Diniz, Thomaz Ribeiro, Antonio da Silva Gaio e J. D. Ramalho Ortigão; algumas opiniões emittidas n'esta obra sobre a nacionalidade e estado actual da litteratura brazileira, fôram contestadas em um folhetim da *Reforma*, jornal do Rio de Janeiro, de 7 de novembro de 1869; *Biographia de J. E. de Carvalho Montenegro;* é um dos numeros da collecção de biographias Os *Contemporaneos*, publicada em 1867 por Pedro Correia; *Portuguezes illustres*, Lisboa, 1869; contém 113 biographias de portuguezes antigos e modernos, escolhidos entre os que mais se distinguiram em sciencias, armas e letras; teve varias edições; *Novellas historicas*, Porto, 1869; contém: *o wali de Santarem*, *O escudeiro de Nuno Alvares*, *A passagem do Bojador*, *O berço de maldição*, *Uma aventura de capa e espada*, e *A Noiva do cadafalso;* alguns d'estes pequenos romances haviam saido antes no *Archivo Pittoresco; Desenvolvimento da litteratura portugueza*, these para o concurso da terceira cadeira do Curso Superior de Letras, em 1871; *Ministros, pares e reis*, folhetins; Porto, 1870; *O segredo da viscondessa*, romance, Lisboa, 1872; *A Mascara vermelha*, romance historico, Lisboa, 1873; *Nova edição*, 1890; é o n.° 5 da *Collecção Antonio Maria Pereira*; *O juramento da duqueza*, romance historico, continuação do antecedente,

Lisboa, 1873; *Nova edição*, 1890; é o n.º 7 da mesma collecção; O 1.º editor fez mais edições d'estes dois romances; *A Liberdade*, poesia, Lisboa, 1874; *O terremoto de Lisboa*, Lisboa, 1874; *As duas flôres de sangue*, romance, Lisboa, 1875; *A varanda de Julieta*, romance, Lisboa, 1876; *A primeira missa no Brazil;* considerações sobre a reproducção chromo-oleographia do quadro de Victor Meyrelles, exposição do assumpto e rapida biographia do autor, Lisboa, 1878; *A Mantilha de Beatriz*, Lisboa, 1878; *A propriedade litteraria, carta ao imperador do Brazil*, Lisboa, 1878; *Fóra da terra,* Lisboa, 1878; com um extenso prologo de Julio Cesar Machado; *Brazileiros illustres*, Porto, 1879; 2.ª edição, 1891; *Historia alegre de Portugal*, Lisboa, 1880; teve mais edições, sendo publicada a terceira em 1891; *Resumo da Historia de Portugal*, 1.ª edição, 1880; 2.ª 1890 e 3.ª 1892; *Origens do theatro latino*, 1882; *Relatorio da secção de litteratura da academia real das sciencias de Lisboa ácêrca das obras que concorreram á adjudicação do premio D. Luiz I em 1887; Elogio historico de Alexandre Herculano*, Lisboa, 1890; *A descoberta da India contada por um marinheiro*, seguida do *Baluarte de Diu*, Lisboa, 1890; tinha saido nos Brindes do *Diario de Noticias*, de 1889; *A lenda da meia noite*, Lisboa, 1890; é o n.º 8 da *Collecção Antonio Maria Pereira*; a 1.ª edição saiu no Porto, em 1874; *Guerrilheiros da morte*, romance original, Lisboa, 1872; tem varias edições; *Madrid, scenas de viagem*, Lisboa, 1872; *Vermelhos, brancos e azues*, Lisboa, 1873; é uma collecção de folhetins que o autor publicára em varios jornaes; *Astucias de namorada--Um melodrama em Santo Thirso*, romances, 1873; *A guerra peninsular*, 1.º volume da *Educação popular*, 1874; *As Cruzadas*, 2.º vol. Idem, 1874; *Os dramas do mar*, 3.º vol. Idem, 1874; *O ultimo rei cavalleiro*, 4.º vol., Idem, 1874; *Vulcões e tremores de terra*, 5.º vol., Idem. 1874; *Vida de Jesus*, 6.º vol., Idem, 1874; *A guerra do Paraguay*, 7.º vol., Idem, 1874; *Aljubarrota*, 8.º vol., Idem, 1874; *Os dramas celebres do amor*, 10.º vol., Idem, 1874; *O marquez de Pombal*, 11.º vol., 1874; *A Guerra da Restauração*, 13.º vol., Idem, 1874; *Historia dos povos antigos do oriente*; é o 1.º tomo d'uma *Historia universal*, que devia proseguir na serie da *Educação popular*, mas que não passou d'essa parte; *Historia da guerra entre a França e a Prussia*, Lisboa, 1871; 2.ª edição, sem data; *Historia da communa de Paris*, edição illustrada com retratos, Lisboa, 1871; esta obra foi completada pelo editor da antecedente, com o *Processo dos membros da communa de Paris*, edição illustrada com retratos; *A conquista do Perú*, 14.º vol., da *Educação Popular*, 1874; *Descobrimento dos portuguezes em Africa*, conferencia celebrada na Academia das sciencias; *Vida do general Osorio*, Lisboa, 1889; foi mandada imprimir pelo filho do biographado, conde de Proença a-Velha, para distribuir entre os seus amigos e parentes; *Marqueza das Indias*, romance que foi escripto para um editor do Pará, e imprimiu-se e consumiu-se ali, não tendo vindo exemplar algum para Portugal; *A joia do vice-rei*, romance historico, 1890; é o n.º 9 da collecção já citada; teve a 1.ª edição no *Brinde do Diario de Noticias*, do anno de 1888; *Agonias obscuras*, no 1.º *Brinde*, de 1866; *As colonias portuguezas no seculo XIX*, historia da nossa vida colonial n'este seculo, Lisboa, 1891; constitue o tomo VIII da obra *Os portuguezes na Africa, Asia, America e Oceania*, com que o editor Antonio Maria Pereira a completou; *Camillo Castello Branco*, prefacio da edição de luxo do *Amor de perdição*, publicada em 1891; *Diccionario popular*; foi o director e o principal collaborador d'esta obra, moldada pela de Larousse; 16 volumes, incluindo 2 de supplemento; *As negociações com a Inglaterra*, Lisboa, 1890; *Tristezas á beira-mar*, romance original; é o n.º 1 da *Collecção Antonio Maria Pereira*, já citada; a 1.ª edição foi publicada em folhetins no *Commercio do Porto*, em 1865, e tambem em volume; d'este romance extrahiu um escriptor brazileiro em drama com este mesmo titulo, e corre impresso; foi traduzido em francez por uma senhora portugueza, que residia em Paris, D. Maria Telles da Gama, condessa da Torre Novailles; e em hespanhol, por F. L. de la Rivadeueyra, e impresso em Paris, sob o titulo de *Tristezas á orillas del mar*, antecedido d'um prologo do traductor, que elogia as qualidades litterarias do autor; *Naufragio de Vicente Sodré, conto;* no *Brinde do Diario de Noticias*, para 1892, e *Collecção Pereira*, de que é o n.º 27, *Africa e Brazil; Migalhas de historia portugueza*. Lisboa, 1893; é o n.º 22 da referida *Collecção*; *Uma Canção romantica;* no brinde do *Diario de Noticias;* de 1881; *A Africa Portugueza*, idem, 1890; *Os descobrimentos portuguezes e os de Colombo*; *tentativa de coordenação historica*, Lisboa, 1892; *Relatorio* da Academia das Sciencias, lido na sessão solemne (dezembro de 1893), etc. São de Pinheiro Chagas: o extenso prologo da traducção de *D. Quichote de la Mancha*, traducção começada pelo sr. visconde de Castilho (Julio), continuada pelo sr. visconde de Azevedo, e concluida por Pinheiro Chagas; é um estudo completo da obra de Cervantes; o prologo da edição dos *Lusiadas*, feita por Duarte dos Santos e Aristides Abranches, com gravuras de Soares dos Reis; d'este prologo existe uma versão em francez por Henri Faure, e por este escriptor mandada imprimir n'um folheto, em Moulins, França; uma parte do ultimo tomo da *Historia de Portugal*, publicada pelo editor Mattos, e escripta por diversos, foi de Pinheiro Chagas; tendo sido, porém, chamado ao ministerio, ficou incumbido de concluir esse trabalho Delphim d'Almeida. Nos *Diarios das Camaras* encontram se varios discursos seus, sendo um muito notavel, proferido em 1877, quando fôram apreciadas e discutidas as accusações que os exploradores inglezes Cameron e Young fizeram de escravatura nas possessões portuguezas, envolvendo as proprias autoridades. D'este discurso ha uma traducção ingleza, impressa em Inglaterra. São egualmente de Pinheiro Chagas os relatorios do congresso de beneficencia, que apresentou ás assembléas como vice-presidente da mesma instituição, de que o rei era presidente.--*Traducções: A San Felice*, de Alexandre Dumas, 1864, 3 vol.; *Um drama da regencia*, de Paulo Feval, 1864, 2 vol.; *Nadége*, de Luiz Enault, 1864, 1 vol.; *O conde de Camors*, de Octavio Feuillet, 2 vol.; *A familia de Penarvan*, de Julio Sandeau, 1868, 2 vol.; *O album do regimento*, de E. About, 1869, 1 vol.; *O sello vermelho*, do conde A. de Vigny, 1869, 1 vol,. *Flôr de liz*, de Octavio Feuillet, 1870, 5 vol.. *As venturas da riqueza*, de H. Conscience, 1870, 2 vol.; *O pára raios*,

de Ch. de Bernard, 1869, 1 vol.; *O testamento do conde*, de Frederico Soulié, 1871, 5 vol.; *O major Napoleão*, romance, 1872, 1 vol; *A vingança do sargento*, romance de La Landelle, 1873, 3 vol, 2.ª edição, 1890; *O filho de Marat*, de Alexandre Dumas, 1872 e 1873, 4 vol.; *Regina, episodio das «Confidencias»*, de Lamartiue, 1873, 1 vol.; *Historia dos ultimos acontecimentos de Hespanha*, 1874, 1 vol.; *As grandes verdades religiosas*, da baroneza de Mackau. 1874, 1 vol.; *Os tribunaes secretos*, de Paulo Féval, 1874, 5 vol.; *Memorias de Paulo de Kock*, 1874, 1 vol., nova edição, 1890; é o vol. VII da *Collecção Afra; O casamento de frei Serapião; scenas do beaterio*, de H. de la Madeleine, 1874, 1 vol.; *Physiologia das escolas*, de madame C. Bray, 1875, 1 vol.; *Infancias celebres*, de madame L. Colet., 1876, 1 vol.; *Casamentos fidalgos*, de Octavio Feuillet, 1876, 1 vol; n'este vol. andam juntas as traducções de duas peças do mesmo autor; *Partida das damas* e *Cabello branco*; *Os amores de Filippe*, de Octavio Feuillet, Porto, 1878; *O capitão Paulo*, de Alexandre Dumas, 1878, 1 vol.; *Collecção Pedro Correia; Marquez de la Seiglieri*, de Julio Sandeau, na mesma collecção; *A Dama das camelias*, de Alexandre Dumas, filho; na *Collecção David Corazzi*; *A descoberta da terra*, de Julio Verne; na *Collecção das Viagens extraordinarias; As descobertas de Juca*, de Emilio Desbeaux, Paris, 1887, 1 vol; *Marrocos e Constantinopla*, descripções de viagens, de De Amicis, 1888, 2 vol.; *O abbade Constantino*, de L. Halévy, Paris, 1888, 1 vol., *O dr. Rameau*, de Jorge Ohnet, 1889, 1 vol.; *A ruina da Inglaterra*, de C. Débans, 1890; *A fada de Anteil*, de Ponson de Terrail, 5 vol.; *John Bull e a sua ilha*, de Max O'Reill, 1890, 1 vol.; é o n.º 6 da *Collecção Pereira; D'aqui a cem annos*, de E. Bellami, 1891, 1 vol.; *Honra de artista*, de Octavio Feuillet, 1891; é o n.º 11 da *Collecção Pereira; Historia de Roma*, de Victor Duruy. Pinheiro Chagas escreveu os artigos descriptivos em francez e portuguez das 24 oleographias publicadas de 1883 a 1885 por Pedro Correia, sob o titulo de *Portugal Pittoresco*. Tambem são d'elle alguns dos artigos que acompanham as estampas lithographadas do *Album de Costumes portuguezes*. Foi o revisor da *Historia de França*, de Henri Martin, traduzida por Pedro dos Reis.—*Theatro*: Peças originaes: *A Morgadinha de Valflôr*, drama em 5 actos, de que já se falou; *A Judia*, drama em 5 actos, representado no theatro de D. Maria II, Porto, 1869; *A' volta do theatro*, comedia em 1 acto, representada na Trindade em 1869; *Deputado Venha nós*, scena comica desempenhada por Taborda; *Magdalena*, drama em 4 actos, *Helena*, comedia em 5 actos, ambas representadas no theatro de D. Maria II; andam impressas n'um livro, encontrando-se tambem em separado, Porto, 1875; *Quem desdenha*, comedia n'um 1 acto, 1875; *O drama do povo*, de que já se falou; *A Roca d'Hercules*, comedia em 1 acto, 1878; *Durante o combate, pretexto n'um acto para a «Marselheza» final, com uma introducção em resposta ao prologo do «Gladiador» do sr. Latino Coelho;* esta peça foi representada na Trindade em janeiro de 1871, e a colonia franceza de Lisboa offereceu então a Pinheiro Chagas uma corôa com fitas tricolores, tendo n'uma d'ellas a dedicatoria em latim, n'outra em francez e n'outra em portuguez; deixou de se representar por prohibição do governo, e com razão, pois receou desordens, por n'essa occasião estarem fundeados no Tejo um navio de guerra francez e outro allemão; *Lição cruel*, em 3 actos, o seu ultimo trabalho theatral; foi representado no Gymnasio. --Traducções ou imitações: *Os fidalgos de Bois Doré*, drama em 5 actos; *Rabagas*, comedia em 5 actos; *Ernani*, drama em 5 actos, em verso; *João Thommeray*, comedia em 5 actos; *O fructo prohibido*, idem, em 4 actos; *O filho de Coralia*, drama em 4 actos; *Conspiração na aldeia*, em 5 actos; *As manhas de André Mattoso; A Botija*, comedia em 4 actos; *O abbade Constantino*, drama em 5 actos; *Divorciemo-nos*, comedia em 3 actos; *Bébé*, idem, em 3 actos; *Parentes e Trastes velhos*, idem, em 3 actos; *Infeliz Carolina!*, idem, em 3 actos; *Dora*, drama em 5 actos; *Os burguezes de Pontarcy*, comedia em 3 actos; *O Grande Casimiro*, opera comica em 3 actos, de collaboração com Gervasio Lobato; *Gentil Dunois*, opereta em 1 acto; *A Gravata branca*, comedia n'um acto, em verso, 1872; *A oração da tarde*, drama em 3 actos, em verso, 1874; *Janto com minha mãe*, comedia em 1 acto, 1874; *A Campainhas*, idem, em 1 acto, 1876; *O caso de consciencia*, idem, em 1 acto, 1876.

Pinheiro Chagas *(Monumento a)*. Não obstante n'este diccionario encontrar-se a descripção dos monumentos nos logares onde elles estão erigidos, como não falámos d'este no artigo *Lisboa*, a que pertence, dedicar-lhe-hemos artigo especial. Nos principios do anno de 1904, a *Mala da Europa*, por iniciativa do seu director, José de Mello, abriu uma subscripção publica em Portugal e no Brazil, para com o seu producto se erigir um monumento á memoria do grande estadista e notavel escriptor Manuel Pinheiro Chagas. Toda a imprensa dos dois paizes, amigos e admiradores do distincto homem de letras acceitaram essa idéa com euthusiasmo, como paga d'uma divida de homenagem á memoria de quem tanto honrou a patria e a litteratura portugueza. O plano e a execução do monumento ficou a cargo do apreciado e bem conhecido esculptor Costa Motta, e o logar escolhido a Avenida da Liberdade. A inauguração realisou-se pelas 9 horas da manhã de 13 de novembro de 1908, como commemoração da data do seu nascimento. A ceremonia revestiu o aspecto da maior simplicidade, podendo mesmo dizer-se que foi uma festa intima. No local viam se reunidos em torno do monumento os filhos e outras pessoas da familia do eminente escriptor, muitas senhoras convidadas, grande numero de amigos e admiradores do saudoso homem de letras, o conde Figueiró, representante d'el-rei D. Manuel II e da rainha D. Amelia, Ernesto de Vasconcellos, representando o presidente do conselho, a imprensa que se fez largamente representar, notando-se a presença de quasi todos os directores dos jornaes de Lisboa, que pessoalmente quizeram prestar esta tão justa e sympathica homenagem. José de Mello, como presidente da commissão que se havia constituido, passou para a mão do conde do Figueiró a corda que segurava uma grande bandeira nacional que occultava e monumento. Aquelle fidalgo convidou por seu turno a sr.ª D. Valentina Pinheiro Chagas, uma das filhas de Pinheiro Chagas, a descerrar o monumento, o que aquella senhora fez, visivelmente commovida, entre uma

demorada salva de palmas. Seguiram se os discursos, falando em primeiro logar José de Mello, e depois Antonio Pinheiro, actor do theatro de D. Amelia, Claro da Rica, em nome da camara municipal, etc. Toda a familia de Pinheiro Chagas recebeu os cumprimentos d'aquella numerosa assistencia. O monumento consta d'um plano, onde assenta a figura da *Morgadinha de Valflôr*, cuja estatua foi fundida em 2 de março do mesmo anno de 1908, junto a uma columna, sobre a qual se vê o busto de Pinheiro Chagas. A' noite houve recita de gala no theatro de D. Maria II. A enchente era completa, vendo-se na platéa e camarotes tudo quanto ha de mais distincto nas letras, nas artes e nas sciencias; a familia real fez-se representar pelo conde do Cartaxo, occupando o regio camarote, e em outros camarotes viam se a familia de Pinheiro Chagas, representantes do ministerio, da camara municipal, do Conselho da arte dramatica, do Conservatorio, etc. O sexteto executou o hymno da Carta, que a moldagem da estatua, ornado de flôres, sobre um plintho forrado a velludo vermelho. A seguir, o professor do Curso Superior de Letras Consiglieri Pedroso pronunciou um discurso fazendo o elogio do grande escriptor; recitaram varias poesias alguns actores e actrizes, dirigindo se depois todos ao corredor do vestibulo do theatro, onde entre os bustos de Antonio Ennes e de Emilia das Neves fôra collocada uma placa de marmore branco commemorativa, que ia tambem descerrar-se. Na placa lia-se:

Manuel Pinheiro Chagas--A Morgadinha de Valflôr; Magdalena, Helena, Drama do Povo, Roca d'Hercules, etc.
13-XI-908.

Empresa
Menezes & Ferreira.

Houve discursos, falando Abel Botelho em nome da Associação da Imprensa; o conselheiro Se-

Monumento a Manuel Pinheiro Chagas

toda a assistencia ouviu respeitosamente de pé. No palco, ao levantar do panno, estavam todos os actores e actrizes do theatro de D. Maria II, e artistas representando todos os outros theatros de Lisboa, no mais rigoroso trajo de gala, vendo-se ao fundo da scena o busto de Pinheiro Chagas, que servira ao esculptor Costa Motta para bastião Telles, em nome do governo; falando por fim o dr. Garcia, gerente da empresa do theatro. Em seguida representaram se tres actos da *Morgadinha de Valflôr*, como complemento de tão elevada homenagem. No dia seguinte, realisou-se na camara municipal a cerimonia da entrega do monumento ao municipio. Presidiu Claro da

da Rica, tendo á direita o secretario da camara Pedroso de Lima e convidados, e á esquerda a commissão da *Mala da Europa* e Frederico Pinheiro Chagas, por parte da familia. Depois d'um breve discurso proferido por José de Mello, como presidente da commissão, a que respondeu Claro da Rica, foi lido por Pedroso de Lima o seguinte auto, que depois de assignado foi depositado no respectivo archivo: «Aos quatorze dias do mez de novembro de 1908, nos paços do concelho e sala das sessões da camara municipal de Lisboa, achando-se presentes o ex.^{mo} sr. Augusto Cesar Claro da Rica, representando a mesma, para o que havia sido nomeado em sessão de 12 do mesmo mez, e a commissão que promoveu a subscripção publica aberta em Portugal e no Brazil, por iniciativa da *Mala da Europa*, para erigir um monumento ao illustre escriptor Manuel Pinheiro Chagas, e bem assim a familia d'este eminente escriptor e publicista e mais pessoas que assignam este auto, declarou o sr. José de Mello, na qualidade de presidente da referida commissão, que estando concluido e inaugurado o citado monumento, acto que teve logar, hontem, 13 do corrente, pelas 9 horas da manhã, d'elle fazia entrega á cidade de Lisboa. Pelo sr. Claro da Rica foi dito, por parte da camara, que acceitava e agradecia o referido monumento que representava uma homenagem justissima a um vulto proeminente da intellectualidade portugueza. E eu Francisco Pedroso de Lima o fiz escrever e assignei: Pela Camara Municipal, Claro da Rica; José de Mello, Ribeiro de Carvalho, tenente Moraes Rosa, pela *Mala da Europa*; Frederico Pinheiro Chagas, Consiglieri Pedroso, José Joaquim Ferreira Lobo, Brito Aranha, Pina Callado, Julio Roziers, Baptista Junior, Antonio Rodrigues Pinto, Carlos Cicilia de Lemos, João Costa, Antonio Affonso Gomes, Vicente d'Almeida Eça, pela Sociedade de Geographia; Henrique Gorjão; e pela imprensa presente, João Costa, *Noticias de Lisboa*, Eduardo Braga, *Novidades*, Luiz de Athayde, *Correio da Noite*, Gabriel Quesada, *Portugal*, *Liberdade* e *Jornal do Commercio*, Ulrico de Magalhães, *Vanguarda*, Walter Machado, *Republica*.»

Pinheiro Chagas *(Mario da Silva)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa a 16 de julho de 1870. E' filho do distincto escriptor Manuel Pinheiro Chagas. Formou-se na Universidade a 8 de julho de 1891, e é hoje um conhecido advogado em Lisboa. Escreveu o *Elogio historico* do dr. Carlos Zepherino Pinto Coelho, para a sessão solemne na Associação dos Advogados.

Pinheiro Chagas *(Raul da Silva)*. Capitão de infantaria. Era o filho mais velho do grande escriptor Manuel Pinheiro Chagas. N. em Lisboa a 20 de agosto de 1864. Findos os estudos preparatorios, assentou praça em 31 de outubro de 1883, sendo nomeado alferes em 7 de novembro de 1888, promovido a tenente em 11 de setembro de 1895, e a capitão em 24 de maio de 1902, servindo no regimento de infantaria n.º 2. E' cavalleiro da Ordem de Aviz, e tambem da ordem de Carlos III, de Hespanha; possue a medalha de prata de comportamento exemplar. E' socio da sociedade scientifica e litteraria de Alais, professor de francez do Real Collegio Militar. Tem collaborado em varios jornaes, e dedicando-se ás letras, tem escripto: *Une bataille littéraire en Portugal; La querelle du Bom senso e bom gosto*, Paris, 1901; dedicado a Henri Faure, e traz o retrato do pae do autor; *Georges Sand devant la critique littéraire en Portugal; Une manifestation francophile à Lisbonne pendant la guerre de 1870-1871*. Tem publicado em francez algumas obras de seu pae, das quaes sabemos a comedia e 1 acto *Roca de Hercules*, etc.

Pinheiro de Cima. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Creixomil, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ S. Julião e conc. de Mangualde, distr. de Vizeu ‖ S. Martinho, de Rio Máo, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Pinheiro de Coja. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. de Táboa, distr. e bisp. de Coimbra; 145 fog. e 551 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada a 1 k. da estrada de Poiares a Celorico. O reitor de Coja apresentava o cura, que tinha 28$000 réis e o pé d'altar. E' pov. muito antiga; foi villa e séde d'um concelho do seu nome. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 12 de setembro de 1514. A terra é fertil em generos agricolas. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 23, com a séde em Coimbra.

Pinheiro do Cravo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Pinheiro da Cruz. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Alcochete, districto de Lisboa.

Pinheiro Ferreira *(Silvestre)*. Commendador da ordem de Christo, ministro e secretario de Estado honorario, deputado, socio honorario da Academia Real das Sciencias, membro do Instituto de França, do Instituto Historico e Geographico do Brazil, e d'outras corporações scientificas e litterarias, nacionaes e estrangeiras, etc. N. em Lisboa a 31 de dezembro de 1769 fal. no Lumiar a 1 de julho de 1846. Pertencendo a uma familia da classe media, que na Covilhã se dedicava á profissão industrial e fabril, entrou na Congregação do Oratorio, aos 14 annos de edade, a 15 de outubro de 1784, destinado a seguir a carreira ecclesiastica. Ali frequentou e concluiu com grande aproveitamento o curso de humanidades, manifestando desde logo provas de elevada intelligencia e de muita applicação ao estudo. Compoz uma memoria para o concurso da Academia de inscripções e bellas letras de Paris, ácêrca da origem, progresso, decadencia e effeitos da pantomima entre os antigos, trabalho em que denunciou claramente o seu espirito curioso e indagador. Compoz tambem uma dissertação a respeito das forças vivas, analysando e refutando as theorias do P. Theodoro d'Almeida, da mesma congregação, e autor das *Recreações philosophicas*, do *Feliz independente*, e de outras muitas obras em diversos assumptos. Esta dissertação valeu-lhe o singular apreço em que começou a tel-o o principal Castro, reitor da Universidade de Coimbra, e o desagrado de alguns padres da Congregação que veneravam o P. Theodoro d'Almeida como um grande sabio, e não podiam admittir que um adolescente se atrevesse a fazer observações e reparos criticos sobre certos pontos, em confutação das doutrinas de seu confra-

de, que elles consideravam um verdadeiro luminar das sciencias do seu tempo. A especie de perseguição, de que foi victima, o obrigou a abandonar a Congregação, em 1791, e a renunciar de todo ao estado clerical, em que não passara de minorista. Dedicou se então ao magisterio, dando lições publicas, como professor particular, de philosophia, em Lisboa, no anno de 1792. Pouco tempo depois alcançou, por concurso, a substituição da cadeira de philosophia racional e moral do Collegio das Artes da Universidade de Coimbra, e no desempenho d'essas obrigações se houve como era de esperar do seu elevado talento, buscando supprir as faltas e incorrecções do velho Genuense com as idéas dos melhores escriptores e francezes e inglezes. D'ahi lhe provieram odios e inimizade de invejosos que o alcunharam de jacobino e conspirador, e embora elle tivesse recusado filiar-se nas sociedades secretas que então se iam estabelecendo, quando em julho de 1797 estava em Lisboa, foi avisado de que na sua casa em Coimbra se déra rigorosa busca aos papeis que lá tinha, e que muitos dos seus amigos haviam sido presos. Transferindo se então para Setubal, ali viveu tres semanas, no fim das quaes, receoso de que a policia levasse mais longe o seu procedimento injustificavel, se passou clandestinamente para bordo d'um navio hollandez, que estava prompto a levantar ferro. Foi no dia 31 de julho de 1797, que deixou Portugal com a idéa de passar a França. Tendo, porém, o navio aportado a Dower e prohibido o governo inglez aos passageiros sairem para Calais, teve Silvestre Pinheiro Ferreira de ir para Londres, onde encontrou diversos compatriotas seus, e entre elles José Correia da Serra, os quaes o coadjuvaram efficazmente, fornecendo-lhe os meios necessarios para passar á Hollanda; d'onde não tardou a seguir a Paris, chegando a esta cidade nos fins de setembro do referido anno de 1797. D'ali escreveu logo ao nosso governo narrando lhe os successos que o tinham forçado a deixar a patria, e pedindo ser julgado legalmente para sujeitar-se ao castigo em que segundo as leis pudesse ter incorrido. Antonio de Araujo, nosso representante na Hollanda, mas que n'essa epoca estava em Paris, enviou essa exposição acompanhando-a com a efficacia do seu valimento para o ministerio portuguez, e José de Seabra respondeu encarregando Pinheiro Ferreira das funcções de secretario de embaixada, e declarando que nenhuma accusação especial existia contra elle, e que as pessoas que tinham sido presas, por identicos motivos, estavam já ha muito em liberdade. Acompanhando depois Antonio d'Araujo, como secretario da legação, para a Hollanda, ahi trabalharam ambos com o morgado Matheus durante o verão de 1798 em uma obra, cujo fim era desaffrontar a nação portugueza dos ultrajes que a tinham offendido alguns escriptores nos varios livros publicados por esse tempo, mas afinal esse escripto não chegou a imprimir-se por delicadeza cortezã de Antonio de Araujo. Com aquelles cavalheiros fez Silvestre Pinheiro Ferreira, desde outubro de 1798 até dezembro do anno seguinte, a viagem do norte da Allemanha, aprendendo então a lingua allemã e procurando adquirir grande copia de conhecimentos botanicos. Tendo depois vindo a Lisboa com Antonio de Araujo, e havendo por essa epoca a mudança occorrida na nossa politica interna, que deu em resultado a perda do valimento do duque de Lafões e a elevação de pessoas pouco affeiçoadas ao nosso ministro na côrte de Haya, não pôde alcançar que o governo consentisse em que Silvestre Pinheiro Ferreira o acompanhasse para a Hollanda quando o mandaram regressar a esse paiz. Ficou em Lisboa exercendo o cargo de official da secretaria d'Estado dos negocios estrangeiros, que lhe tinha sido conferido quando chegara ao reino com Antonio d'Araujo, e permaneceu n'esse logar até 1802, em que foi nomeado encarregado de negocios em Berlim. Durante sete annos, que residiu n'essa capital, consagrou todos os momentos, que lhe ficavam livres, ao estudo da mineralogia com Karsten e Wemer, applicando-se tambem á chimica, e frequentando a sociedade dos investigadores da natureza, que contava no seu gremio os mais insignes caracteres litterarios de Berlim. O imperador Napoleão, como que adivinhando o talento e a vista perspicaz de Silvestre Pinheiro Ferreira, receou que o illustre diplomata lhe descobrisse os seus ambiciosos planos a respeito da peninsula, e que d'elles désse conhecimento ao governo portuguez, por isso exigiu terminantemente ao nosso ministerio que o riscasse do quadro da diplomacia. Antonio d'Araujo então, para aproveitar os serviços de Pinheiro Ferreira, encarregou o de organisar uma companhia de espingardeiros allemães para o estabelecimento d'uma fabrica de espingardas em Portugal, mas como esses homens só puderam chegar a Lisboa nas vesperas da partida da familia real para o Brazil, tornou se, pelo apuro e gravidade das circumstancias, muito difficil o embolso das quantias que elle dispendera para a conclusão d'esse negocio. Não podendo soffrer o desembolso d'esse dinheiro, embarcou para o Rio de Janeiro a requerer o pagamento, mas apenas pôde receber uma pequena parte. Em 1811 foi nomeado deputado da Junta do Commercio, tendo, porém, d'ahi a pouco sido concluida uma convenção com a republica de Buenos Ayres pouco honrosa para o Brazil, lembrou-se o governo do Rio de Janeiro de mandar Silvestre Pinheiro Ferreira, sem caracter ostensivo diplomatico, e evitando reconhecer a existencia legal da republica, tratar de obter uma convenção mais vantajosa. Silvestre Pinheiro Ferreira, não querendo offender o seu collega Rademaker, que concluira a desairosa convenção, seguindo as instrucções que do governo recebera, e não comprehendendo como, a não ser com a espada na mão, se pudessem assignar tratados sem caracter diplomatico, recusou a commissão de que o queriam encarregar. O governo então demittiu-o de todos os cargos publicos que exercia, e degredou o para a ilha da Madeira, mas por fim estas barbaras determinações ficaram sem effeito, e quando já estava a bordo do navio que devia conduzil o ao exilio, revogou-se a ordem, e Pinheiro Ferreira conservou-se na côrte, sendo restituido aos seus antigos empregos. Em 1820 foi nomeado ministro para os Estados Unidos, mas a revolução de fevereiro de 1821 no Rio de Janeiro, em que se proclamou a adopção do systema monarchico-constitucional, em conformidade com a resolução pouco antes effeituada, impediu a sua partida, e continuou na côrte, havendo então recebido o cargo de director

da imprensa regia e a nomeação de membro da commissão anglo-lusitana para decidir as questões do trafico da escravatura. Com a revolução de 1820 começa o mais bello traço da vida de Silvestre Pinheiro, que já em 1814 aconselhara o rei a que concedesse espontaneamente o que depois seria forçado a acceitar. Feita a revolução foi chamado para as pastas dos estrangeiros e da guerra, e quando se deu a prisão de Targini e outros, esforçou-se quanto pôde para suavisar-lhes os soffrimentos e restituil-os á liberdade. Debalde pediu a D. João VI que lhe concedesse a demissão da pasta da guerra, mas o soberano não attendeu a essas supplicas, e Silvestre Pinheiro Ferreira empregou então os maiores esforços para conciliar o seu desejo de acertar com a estranheza dos assumptos militares. Ouvido nos negocios mais importantes, que então se debatiam, nunca recuou deante de quaesquer considerações de interesse, receio ou adulação. Aconselhou D. João VI que na passagem para a Europa desembarcasse na Bahia, e d'ali regulasse os negocios do Brazil, e que depois parando na ilha Terceira mandasse por um dos seus ministros significar ao congresso de Lisboa as suas intenções ácêrca do acto absoluto, que o nosso insigne publicista julgava indispensavel na organisação da monarchia portugueza. E' bem sabido que nenhum d'esses alvitres foi adoptado, mas quando a familia real estava já dentro da barra do Tejo, consultado de novo pelo monarcha ácêrca do que lhe cumpria fazer, ainda de novo exprimiu a sua antiga opinião sobre o que convinha á boa organisação da monarchia representativa e á dignidade real e pessoal do soberano. As côrtes não admittiram, porém, que os ministros lá fôssem declarar a vontade do rei. e concordou-se por isso que o monarcha leria um discurso feito por Silvestre Pinheiro Ferreira. Apezar d'essa resolução do conselho de ministros, D. João IV não leu o discurso, e resolveu mandar o ministro dos estrangeiros para o lêr ás côrtes. Quem conhece o espirito que animava as côrtes constituintes, não se admira por certo ao saber que apenas Silvestre Pinheiro chegou a um periodo em que declarava ser tanto um acto de despotismo o rei legislar sem o concurso dos representantes do povo, como estes fazerem leis sem o consentimento do monarcha, o congresso rompeu em grandes vociferações contra o que entendia ser manifestamente contrario aos principios liberaes. Silvestre Pinheiro Ferreira deixou então o seu logar de ministro e indicou para lhe succeder o conde de Barbacena, não podendo, porém, este conciliar a opinião do congresso, foi novamente chamado aos conselhos da corôa Silvestre Pinheiro Ferreira, não lhe admittindo n'essa occasião o soberano nenhuma razão para se eximir, e asseguraudo-lhe alguns membros do congresso que a maioria se prestava de boa vontade a alterar as bases da Constituição. Levado por essa consideração acceitou novamente a pasta dos negocios estrangeiros, e durante os vinte mezes que a conservou zelou com afinco a dignidade da corôa portugueza, combatendo as exigencias e reclamações dos diplomatas estrangeiros, agentes pela maior parte de governos que, detestando a revolução, aproveitavam todas as circumstancias para complicar os negocios e incommodar os ministros. Ainda depois da entrada do exercito francez em Hespanha, empregou o nosso ministro os ultimos esforços para com os gabinetes da Europa em favor da causa constitucional, mas a fôrça dos acontecimentos obrigou-o a offerecer a demissão de secretario de Estado, de que lhe fôram conservadas as honras, sendo-lhe depois concedida uma pensão de um conto de réis, devida principalmente aos esforços do duque de Palmella. Em 1825 quiz o rei confiar-lhe a pasta dos estrangeiros, mas elle recusou, e sendo pouco depois, a titulo de examinar as relações commerciaes de Portugal com a Gran-Bretanha e Paizes Baixos, mandado para Inglaterra esperar as ordens de el-rei, saiu da patria mas não acceitou a commissão. Achava-se em Paris em 1826, quando foi eleito deputado; mas receoso talvez das mudanças politicas, que em pouco tempo se verificaram, não se resolveu a tomar parte nos trabalhos legislativos, preferindo occupar-se n'aquella capital das suas obras litterarias, a que de todo se votara. Outro tanto praticou depois de restaurado o governo constitucional, por occasião de nova eleição que d'elle fizeram em 1837 e 1838, e só em 1842, quando pela terceira vez foi eleito deputado, é que resolveu regressar á patria e tomar asseuto na camara, onde a 3 de abril de 1843 apresentou uma série de projectos filhos dos seus longos e aturados trabalhos e estudos nas sciencias politicas e administrativas, e continham um systema completo de organisação, em harmonia com os principios da Carta Constitucional, que elle concebera. Este trabalho, apezar de ser recebido com as attenções e respeito devidas a tão importante nome, não chegou a discutir se. Convidado pouco depois por uma nascente sociedade de mancebos estudiosos e amantes das letras, que o escolheram para presidente e mestre, aggregou-se-lhes tanto do coração, que no seu gabinete e na propria associação trabalhava com elles, e para elles, dias e noites consecutivas, animando-os, prodigalisando-lhes conselhos, e repartindo generosamente aos que se honravam de serem seus discipulos os copiosos fructos da instrucção e do saber, recolhidos em tantos annos de estudo e sasonados por tão longa experiencia Esta sociedade chegou a ter estatutos approvados com a denominação de *Academia das Sciencias e Letras*, não pôde sobreviver-lhe, e com a sua morte acabou completamente. Infatigavel nas tarefas intellectuaes, e prompto sempre em prestar valiosa coadjuvação a quantos lhe requeriam auxilio em nome das letras, escreveu ainda por este tempo numerosos artigos sobre diversos assumptos, publicados em quasi todos os jornaes litterarios e politicos d'aquelle tempo. Silvestre Pinheiro Ferreira casou na Allemanha com uma senhora da familia de Leidholt; tendo enviuvado, passou a segundas nupcias com sua sobrinha, D. Joanna Felicia Pinheiro Ferreira. Poucos mezes antes da sua morte, se publicaram na *Illustração, jornal universal*, vol. II, n.º 1 de 4 de abril de 1846, uns *Apontamentos para a sua biographia*, escriptos, e com elle proprio conferidos, por Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos, então redactor e proprietario d'aquella folha; e no n.º 3 de 18 do referido mez uma *Breve noticia dos seus escriptos*; achando-se egualmente commemorado o seu fallecimento no n.º 4, de 4 de julho do citado anno. Na *Revista Contemporanea*, de 1857, pa-

gina 33 a 38, tambem se fala a seu respeito. Em 1846 publicou se no Rio de Janeiro um opusculo com o titulo: *A' memoria de Silvestre Pinheiro Ferreira*, por João Vicente Martins; na *Revista Popular*, tomo IV, pag. 6 e seguintes, vem um artigo biographico, assim como no *Dictionnaire génèral de Histoire et de Biographie*, por Dezobry & Bachelet, tomo II, pag. 2131; no tomo supplementar (o XI) da *Revista trimensal* do Instituto do Brazil, vem o seu *Elogio historico*, recitado no mesmo Instituto pelo conselheiro José Antonio Lisboa, a pag. 195 e seguintes.

Pinheiro Ferreira (*Silvestre*). *Bibliographia: Prelecções philosophicas sobre a theoria do discurso e da linguagem, a esthética, a diceósyna e a cosmologia*, Rio de Janeiro, 1813; esta primeira parte comprehende 22 prelecções; da parte segunda, que devia conter a continuação da obra, apenas se publicaram as prelecções 23.ª e seguintes até á 30.ª inclusivé; á parte primeira e fragmento da segunda se deve juntar, como supplemento, a seguinte, impressa pelo mesmo tempo, mas com rosto e paginação especial: *Categorias de Aristoteles, traduzidas do grego, e ordenadas conforme a um novo plano, para uso das Prelecções philosophicas do autor*, Rio de Janeiro, 1814; *Synopse do Codigo do Processo Civil, conforme as leis e estylos actuaes do foro portuguez*, Paris, 1825; a adverteucia preliminar é datada de Lisboa a 31 de dezembro de 1823; *Prospecto e indice alphabetico dos termos da Constituição do imperio do Brazil, e da Carta Constitucional portugueza*, Paris, 1830; *Constituição politica do imperio do Brazil, e Carta Constitucional do reino de Portugal, em duas columnas, para servirem de texto ao «Manual do Cidadão»*, Paris, 1830; *Projectos de Ordenações para o reino de Portugal;* tomo, I, Paris, 1831; (Carta Constitucional, e projecto de leis organicas); entre as paginas 88 e 89 acha-se um *Mappa demonstrativo das graduações e da ordem de promoção dos differentes empregos e dignidades civis, militares e ecclesiasticas;* e a pag. 470 outro similhante *Mappa das estações do publico serviço na capital, nas provincios, nas comarcas, nos cantões, nos districtos, nas municipalidades e nos bairros*: tomo II, Paris, 1831 (Exposição da Carta Constitucional e do projecto de leis organicas); tomo III, Paris, 1832 (Projecto de reforma das leis fundamentaes e constitutivas da monarchia); entre as paginas 34 e 35 ha dois mappas, respectivamente similhantes e conformes aos do tomo I; *Observações sobre a Carta Constitucional do reino de Portugal, e a Constituição do imperio do Brazil*, Paris, 1831; *Parecer sobre os meios de se restaurar o governo representativo em Portugal por dois conselheiros da corôa constitucional*, Paris, 1831; na elaboração d'este parecer teve parte o conselheiro Filippe Ferreira d'Araujo e Castro. Tendo José Ferreira Borges feito imprimir em Londres umas *Observações sobre o parecer*, os autores d'este publicaram então segunda edição, com o titulo: *Parecer sobre os meios*, etc., *seguido de notas ás observações que se publicaram em Londres, e de uma analyse das mesmas observações, segundo os principios de jurisprudencia applicavel ás reflexões sobre a necessidade absoluta de leis preparatorias e organicas para a introducção e seguimento da Carta Constitucional*, Paris, 1832; *Projecto de um systema de providencias para a convocação das Côrtes geraes, e restabelecimento da Carta Constitucional; Appendice ao Parecer de dois conselheiros da corôa constitucional sobre os meios de se restaurar o governo representativo em Portugal*, Paris, 1832; contém 5 projectos de decretos: 1.º de amnistia, 2.º de liberdade de imprensa, 3.º de divisão territorial, 4.º de classificação dos habitantes do reino, 5.º do processo de eleições; *Indicações de utilidade publica, offerecidas ás Assembléas legislativas do Brazil e de Portugal*, Paris, 1834; contém 4 indicações: 1.ª das colonias estrangeiras, 2.ª das colonias agricolas, 3.ª da necessidade de se formarem companhias para a abertura e construcção de estradas e canaes, 4.ª sobre os meios de obter dentro do mais curto prazo um codigo civil e criminal; além d'estas ha uma 5.ª impressa em separado, e sem folha de rosto, que se intitula: *Da regencia do reino*, *Manual do cidadão em um governo representativo, ou principios de Direito constitucional, administrativo e das gentes*, 2 tomos, Paris, 1834; 1.º Direito constitucional; 2.º Direito administrativo e das gentes; *Projecto do Codigo geral de leis fundamentaes e constitutivas de uma Monarchia representativa*, Paris. 1834; é o 3.º vol. do antecedente *Manual do cidadão*; *Declaração dos direitos e deveres do homem e do cidadão*, Paris, 1836; *Noções elementares de Ontologia*, Paris, 1836; *Projecto de um Banco de soccorro e seguro mutuo*, Paris, 1836; *Breves observações sobre a Constituição politica da monarchia portugueza decretada pelas Côrtes constituintes reunidas em 1821*, Paris, 1837; *Noções elementares de Philosophia geral, e applicada ás sciencias moraes e politicas* (Ontologia, Psychologia, Ideologia), Paris, 1839; tem um appendice contendo mappas systematicos e observações; fórma com as *Noções elementares de Ontologia*, já citadas, a primeira parte do curso philosophico, que na antiga phrase das aulas se comprehendia sob os nomes de Logica e Metaphysica; *Projecto do Codigo politico para a nação portugueza*, Paris, 1839; *Projecto de Associação para o melhoramento das classes industriosas*, Paris, 1840; *Memoria sobre a administração da justiça criminal, segundo os principios do Direito constitucional* (Extrahida do *Cours de Droit public*), Lisboa, 1841; saira primeiro na *Revista Litteraria*, do Porto, n.º 38, com um erro, que deu causa a fazer-se esta nova edição em separado, como ahi mesmo se declara n'uma nota a pag. 35; *Mappas systematicos das terminações dos nomes e verbos da lingua franceza*, Paris, 1842; *Projecto d'uma encyclopedia*, Lisboa, 1843; foi reproduzido na *Revista Universal Lisbonense*, do mesmo anno; *Relatorio e projecto de leis organicas para a execução da Carta constitucional, apresentado em Côrtes na sessão de 4 de abril de 1843; Breves observações sobre a legislação que regula o direito de importação dos livros portuguezes*, Lisboa, sem data; *Questões de direito publico e administrativo, philosophia e litteratura*, Lisboa, 1.ª e 2.ª partes, 1844; 3.ª, 1845; esta collecção instructiva e curiosa é formada da reunião de todos os artigos que tinham sido primeiro insertos em diversos numeros do jornal *A Restauração*, fazendo-se d'elles tiragem especial e separada; *Breves observações sobre o tratado concluido em 1826, entre Suas Majestades o Imperador do Brazil e o Rei de França*, Lisboa, 1845; *Da oração do christão, impressa em Roma com licença da Sagrada Con-*

gregação encarregada do exame e censura dos livros, e a traducção italiana em frente, Lisboa, 1845; *Aos proprietarios dos predios rusticos e urbanos*; carta datada de 25 de junho de 1816 sobre o Banco da Silésia, e publicada pela redacção da *Revolução de Setembro* em julho de 1846, já depois da morte do autor; *Notas ao «Ensaio sobre os principios de Mechanica, obra posthuma de José Anastasio da Cunha, dada á luz por D. D. A. de S. C.* (D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho) *possuidor do manuscripto autographo*, Amsterdam, 1808; a este opusculo anda reunido o seguinte: *Principios de Mechanica por Silvestre Pinheiro Ferreira*, Lisboa, 1808; com uma estampa; estes dois opusculos fôram reproduzidos no *Instituto*, de Coimbra, tomo V; *Questão grammatical sobre as syllabas*, inserto no *Patriota, jornal litterario*, etc., Rio de Janeiro, 1813, tomo I, n.º 1; *Considerações sobre a grammatica philosophica;* idem, tomo I, n.º 4; *Memoria sobre um novo principio do calorico*, idem, tomo II, n.º 1.º; *Observações sobre os direitos da propriedade litteraria e artistica;* no *Diario do Governo*, de 23 de setembro de 1842; *Observações philologico-grammaticaes e ortographicas;* no *Panorama*, vol. VI, 1842, n.º 53; no vol. VII, 1843, n.º 57 e 59; e no vol. VIII, 1844, n.º 128; *Reflexões sobre o methodo de escrever a historia das sciencias, e particularmente a da philosophia;* no *Pantologo*, 1844, n.º 1, pag, 31; *Reflexões sobre os differentes methodos de confeccionar os catalogos das bibliothecas*; idem, n.º 3, pag. 20; continuado no n.º 4, pag. 29; *Dos limites da autoridade dos classicos em materia de linguagem;* idem, n.º 5; pag. 71; *Dos systemas absolutos em economia politica;* idem, n.º 14, pag 107; continuado no n.º 18, a pag. 1 9; *Do systema penitenciario;* na *Revista Academica*, de Coimbra, n.º 18, pag. 276; continuado nos n.º 19, pag. 289, e 21, pag. 342; *Das sciencias em geral, e da sua classificação em particular*, na *Aurora, revista mensal*, 1845, n.º 1, pag. 33; *Dos Bancos ruraes*, idem n.º 2, pag. 9, *Reflexões sobre varias praticas e instituições economicas de previdencia*; idem, n.º 3, pag. 60; *Projecto de associação de seguro mutuo dos empregados publicos*; saiu posthuma na *Revista Popular*, tomo IV; *Sobre as origens e affinidades das linguas*; na *Revista dos Açôres*, tomo I, 1851, a pag. 13; *Observations sur quelques passages du «Manuel Diplomatique» de Mr. le baron Charles de Martens*, 1825; *Essai sur la Psychologie, comprenant la théorie du raisonnement et du langage, l'Ontologie, d'Esthétique et la Dicéosyne*, 1826; sem o nome do autor, tendo no rosto as iniciaes S. P. F. enlaçadas dentro d'uma pequena tarja; a mesma edição, com diverso rosto, Paris, 1828; *Précis d'un Cours de Droit public interne et externe*, Paris, 1830; *Qu'est ce la pairie?*, Paris, 1831; *Notes au «Précis de Droit des gens» du conseiller dr. Martens*, Paris, 1831; *Mémoires sur les moyens de mettre un terme à la guerre civile en Portugal (extrait du «Siécle»)*, Paris, 1833; *Supplement au «Guide Diplomatique» de mr. le baron Charles de Martens*, Paris, 1833; *Observations sur la Charte constitucionelle de la France*, Paris, 1833; *Principes du Droit public constitucionnel, administratif et des gens, ou Manuel du citoyen dans um gouvernement répréséntatif*, Paris, 1834, 3 tomos; traducção do *Manual do Cidadão*, etc., já citado: *Projet du Code génèrate d'une monarchie répréséntative*, Paris, 1834; é o 3.º tomo, que serve de complemento ao *Manuel du citoyen; Essai sur les rudiments de la Grammaire allemande*, Paris, 1836; *Notes au «Traité du Droit des gens», de Vattel*, Paris, 1838; *Observations sur la Belgique*, Paris, 1838; *Observations sur la Constitucion du royaume de Saxe*, Paris, 1838; *Cours de Droit public interne et externe; avec les observations sur la Charte de la France, de la Belgique et du royaume de Saxe*, Paris, 1838, 3 tomos; *Preliminary discourse to a course of Political Economy*, Paris, 1839; *Principles of Political Economy by afr. Mac Culloch abridged for the use of Schools accompanied with notes and precedet, by a preliminary discourse by Mr. Pinheiro Ferreira*, Paris, 1839; *Précis d'un Cours d'Economie politique, suivi d'une Bibliographie choisie de la Economie politique par Mr. de Hoffmannos*, Paris, 1840; *Précis d'un Cours de Philosophie élémentaire, Ontologie, Psychologie, Idéologie*, 1841; *Tableaux systématiques des terminaisons et des pénultiémes des noms et des verbes de la langue allemande*, 1842; *Idem, de la langue française à l'usage des allemands*, 1842; *Précis d'un Cours de Droit public, administratif et des gens, suivi d'un Projet de Code politique pour la nation, portugaise*, Lisbonne, 1845, 2 tomos; *De la Théogonie; extrait de «L'Encyclopédie moderne»*, de Courtin; e na mesma Encyclopedia vem outros artigos seus, como: *Non invention, Traités, Négotition, Voyelles*, etc. Do artigo citado fez se tiragem em separado com o titulo: *Article extrait du vingt-deuxiéme volume de l'Encyclopédie moderne: Théogonie*, e tambem do seguinte: *Du Principe de la non intervention en génèral et particulièrement dans la situation, actuelle de la Peninsule Ibérique*, Paris, 1835; *Carta de Silvestre Pinheiro ao Imperador D. Pedro II*, datada de Paris, a 28 de janeiro de 1841, propondo a divisão do Brazil em 5 monarchias confederadas, e sendo o mesmo imperador o chefe da confederação. Deixou muitos trabalhos ineditos, escriptos em diversas linguas, segundo consta do *Novo Catalogo das Obras do publicista portuguez Silvestre Pinheiro Ferreira*, publicado em 1849, precedido d'uma breve advertencia e prospecto; vem anonymo, mas sabe se de certeza ter sido coordenado e escripto por Filippe Ferreira de Araujo e Castro, amigo intimo de Silvestre Pinheiro Ferreira.

Pinheiro e Garrado. Dois logares reunidos na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Silves, distr. de Faro.

Pinheiro Grande. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. da Extremadura, conc. da Chamusca, com. da Gollegã, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 766 fog. e 2:067 hab. Tem esc. do sexo fem., est. postal, medico e pharmacia. Está situada a 1 k. da margem esquerda do rio Tejo, e a 5 da séde do conc. A pov é muito antiga, e foi até 1311 commenda da ordem dos templarios, e desde 1319 até 1834 da ordem de Christo. A egreja matriz foi fundada pelos templarios, em 1230, constituindo aqui uma parochia independente, quando a povoação apenas tinha 10 fog. Em 1281 D. Poncio e sua mulher, D. Maior Martins, deram á sua ordem do Templo a sua *Aldeia Nova*, no termo da Covilhã, sob a condição de que esta egreja de Pinheiro fôsse sempre curada por um sacerdote da ordem do Templo. No reinado de D. Sebastião era commendador do Pinheiro D. Francisco Pereira, embaixador do

mesmo rei a Castella. Era casado com D. Bernarda Coutinho, dama da princeza D. Joanna, mãe do monarcha. Pouco depois do anno de 1640, D. João IV deu esta commenda a D. Fernando de La Coeva, fidalgo castelhano, que era governador da Torre de S. Julião da Barra, e ficou em Portugal, tomando o partido de D. João IV. E' d'este D. Fernando que procedem os *La Cuevas* portuguezes. Eram os senhores da commenda quem apresentavam o vigario, que tinha alguns generos, 4$500 réis em dinheiro e o pé d'altar. Houve aqui um convento de frades capuchos, de Santo Antonio, o qual foi fundado, ou reedificado, por el-rei D. Manuel. Tinha um hospicio para os cavalleiros da ordem do Templo, e para os freires sacerdotes, que lhes administravam os sacramentos, e ao povo. A terra é fertil em cereaes, e cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 2. com a séde em Lisboa.

Pinheiro e Granja. Pov. na freg. de S. Mamede, de Canellas, conc. de Penafiel, districto do Porto.

Pinheiro Grosso. Logar da freg. do Salvador, de Vairão, conc. de Villa do Conde, districto do Porto. Acha-se aqui installada uma officina para preparações pyrotechnicas.

Pinheiro do Infantado Pov. na freg. de S. João Baptista, de Palma, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Pinheiro de Loures. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Pinheiro do Marco Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. d'Alcochete, districto de Lisboa.

Pinheiro de Mello *(José)*. Presidente da assembléa geral da Associação Commercial dos Lojistas de Lisboa N. na freg. de S. Lourenço do Bairro, concelho d'Aveiro, a 19 de maio de 1842, sendo filho de José Rodrigues de Mello e Silva, e de Maria Thereza de Abrunhosa. Veiu para Lisboa aos 10 annos, e seguiu desde logo a carreira commercial em casa de seu tio, José Pinheiro d'Abrunhosa. Não teve por isso opportunidade de seguir estudos regulares, e nos intervallos da sua vida laboriosa dedicou-se á leitura das obras de autores de maior nomeada, mostrando predilecção pelos que tratavam de assumptos historicos e sociaes, em sentido liberal. D'ahi naseeu o desejo de collaborar em varias folhas politicas e litterarias, e entre ellas no *Defensor do trabalho*, onde teve collaboração mais effectiva; na *Chronica encyclopedica*, *Galeria familiar*, *Portugal litterario* e *Archivo familiar* Nos seus escriptos ha referencias accentuadas ao principio associativo, mostrando depositar n'elles viva crença e profunda esperança para as classes laboriosas. Como consequencia, tem pertencido a varias associações populares, como o Gremio Popular, o Asylo de S. João, Associação de soccorros na inhabilidade, etc., e da Associação Commercial dos Lojistas de Lisboa, fundada em 1870, e de que foi um dos fundadores, exercendo desde 1881 o cargo de presidente da assembléa geral. Esta associação tem por fim pugnar pelos interesses do commercio de miudo, e são importantissimos os serviços prestados aos seus aggremiados, para que muito tem concorrido a dedicação e desinteresse do sr. Pinheiro de Mello, um dos seus mais valiosos auxiliares. Escreveu: *Quadro historico da restauração e independencia de Portugal em 1640*; *resumo*, Lisboa, 1851; *A revolução de Hespanha*; *O papa e a maçonaria; Resposta á allocução de Pio IX proferida no consistorio de 26 de setembro de 1865*

Pinheiro e Mirante. Pov. na freg. de S. Lourenço do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Pinheiro Morão *(Simão)*. Medico muito notavel no seu tempo. N. na Covilhã em 1620, fal. em Pernambuco em 1686. Era filho do advogado Henrique Morão Pinheiro, e de sua mulher, Marqueza Mendes de Lucena. Cursou os estudos nas universidades de Coimbra e de Salamanca, sendo-lhe n'esta ultima conferido o grau de doutor em Medicina. Obtendo pouco depois o partido da villa de Almada, passado algum tempo o resignou, e embarcando para o Brazil, foi estabelecer residencia em Pernambuco, onde exerceu clinica por muitos annos, até fallecer. Foi casado com Mecia Ribeiro de Azevedo, natural de Lisboa, de quem teve Henrique Morão Pinheiro, que foi medico da camara d'el-rei D. João V e cirurgião-mór do reino. Em Pernambuco escreveu Simão Pinheiro Morão a seguinte obra que se publicou em Lisboa em 1683: *Tratado unico das bexigas e sarampo*, *offerecido a D. João de Sousa*, etc.; saiu em nome de Romão Mosia Reinhido, anagrama do seu proprio. D'este *Tratado* fez-se uma reimpressão no seculo passado, inserta na *Gazeta Medica*, de Lisboa, começada no n.º 15, do 1.º de agosto de 1859, continuada nos seguintes, e concluida no n.º 23. Ahi appareceu precedida d'uma breve noticia do autor, a que allude a *Advertencia*, inserta no n.º 24 de dezembro do mesmo anno.

Pinheiro Novo. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Vinhaes, distr. e bisp. de Bragança, 114 fog. e 513 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Dista 19 k da séde do conc., e está situada na raia da Galliza e nas proximidades da margem esquerda do rio Rabaçal. O abbade de Quiraz apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil em cereaes, cria muito gado de toda a qualidade, e tem abundancia de caça grossa e miuda. Pertence á 6.ª div. mil. o ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Pinheiro Queimado. Pov na freg. do Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e distr. de Leiria.

Pinheiro da Serra. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Turquel, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria || N. S.ª da Conceição e concelho de Oleiros, distr de Castello Branco.

Pinheiro de Tavares. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João da Fresta, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Pinheiro Velho. Pov. na freg de Santa Marinha, de Pinheiro Novo, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

Pinheiro das Voltas. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santo Antonio, conc. e distr do Funchal.

Pinheiros. Pov. e freg de S. Cypriano, da prov. do Minho, conc. e com. de Monsão, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 114 fog. e 426 hab. Tem est. post., dista 5 k. da séde do

conc, e está situada na margem esquerda do rio Minho. A mitra apresentava o abbade, que tinha 180$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil em todos os generos agricolas, cria muito gado de toda a qualidade, e o rio Minho, que lhe fica proximo, lhe fornece muito peixe. E' n'esta freg. o sumptuoso palacio da *Brejoeira* (V. *Portugal*, vol. II, pag. 498). Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Viauna do Castello. || Pov. e freg. de Santa Eufemia, da provincia da Beira Alta, conc. e com. de Taboaço, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 108 fog. e 369 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 5 k. da séde do conc., é muito fertil em generos agricolas; pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Aboim, concelho de Amarante, distr. do Porto. || Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria. || S. Silvestre, de Chãos, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S. Salvador, de Dornellas, conc. de Amares, distr. de Braga. || S João Baptista, de Estreito, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || S. Thiago, de Marrazes, conc. e distr. de Leiria || S. Martinho, de Medello, conc de Fafe, distr. de Braga. || S. Clemente, de Silvares, do mesmo conc. e districto.

Pinhel (*Ayres*). Jurisconsulto que viveu no seculo XVI. N. em Coimbra e fal em Salamanca, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Estudou na Universidade de Salamanca, onde recebeu o grau de bacharel, e depois na de Coimbra, tomando o grau de doutor em Direito Cesario, exercendo tambem o magisterio desde 1544 até 1548. Advogou depois em Lisboa; porém, conhecendo el rei D. João III, que na Universidade se tornava muito sensivel a falta d'este professor, o mandou, com o titulo de desembargador da Casa da Supplicação, lêr a cadeira de vespera, da qual tomou posse a 24 de fevereiro de 1550. Mais tarde, quando soube que vagara a cadeira de prima na Universidade de Salamanca, passou no anno de 1559 a oppôr-se a ella, onde teve por competidor o grande jurisconsulto, tambem portuguez, Manuel da Costa, e apezar d'este lhe ter levado a palma, considerando judiciosamente os cathedraticos os elevados merecimentos de Ayres Pinhel, lhe consignaram o mesmo ordenado que recebia Manuel da Costa, até que, fallecendo este, foi logo nomeado para o substituir. Fal. estando na regencia da sua cadeira, deixando impressas algumas obras em latim, sobre varios pontos de jurisprudencia.

Pinhel (*Bento*). Jurisconsulto, sobrinho do antecedente. N. em Lisboa, sendo filho de Duarte Pinhel. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Depois de estudar a lingua latina, passou á Universidade de Coimbra a estudar direito civil. Recebendo o grau de bacharel, oppôz-se por varias vezes ás cadeiras da sua faculdade, com geral approvação de todos os cathedraticos. Passou depois á Italia, e foi lente, na Universidade de Piza, de Direito Cesareo, e mais tarde, na de Praga, em que regeu a cadeira de prima. Deixou publicado um volume de interpretações e resolução de varios pontos de Direito. Essa obra era escripta em latim, e dedicada ao grão-duque de Florença Cosme II; foi impressa em Veneza no anno de 1613, e em Lyão, em 1670 e 1680.

Pinhel. Cidade da prov. da Beira Baixa, séde de conc. e de com., Relação do Porto, distr. e bisp. da Guarda. Tem uma só freg., cujo orago é N. S.ª do Castello. Em 1757 pertencia ao bispado de Vizeu, e tinha 5 freguezias; 1.ª *N. S.ª do Rosario*, abbadia da apresentação alternativa do papa e do cabido da sé de Vizeu; 2.ª *O Salvador*, priorado, do padroado real; 3.ª *S. Martinho bispo*, reitoria da apresentação da mitra de Vizeu; 4.ª *Santo André* reitoria da mesma mitra; 5.ª *S. Pedro*, idem; 6.ª *Santissima Trindade*, curato, da apresentação do commendador de Malta. Consta que a primeira egreja matriz, que existiu em Pinhel, foi n'uma antiquissima ermida, dedicada a Santa Barbara, e assim se conservou muitos annos, até que para ella foi trazida, no reinado d'el-rei D. Diniz, a imagem de N. S.ª do Castello, que estava n'uma egreja de Monforte, pov. n'esse tempo abandonada e deserta. Por a egreja estar dentro do castello de Monforte, é que a imagem tinha aquella denominação. Esta egreja havia sido a matriz de Monforte, que os moiros, castelhanos e aragonezes tinham destruido. Depois de vir a imagem para Pinhel, se lhe mudou o nome para o de N. S.ª do Rosario, mas o povo continuou sempre a chamar-lhe N. S.ª do Castello, a qual é hoje a padroeira da unica freguezia d'esta cidade, que hoje existe, conforme dissémos. Pinhel está situada na costa d'um monte, a 1 k. da margem esquerda da ribeira das Cabras, e a 2 da margem direita da ribeira da Péga. A pov. é muito antiga, e segundo a maior parte dos escriptores, em que se conta o P. Carvalho, foi fundada pelos turdulos, 500 annos antes da vinda de Christo, mas, ainda que a data da fundação não seja tão remota, não padece duvida de que Pinhel é uma das mais antigas povoações da Lusitania. Achando-se em lastimoso estado nos principios da nossa monarchia, com o peso dos seculos e das guerras, D. Affonso Henriques, em 1179, a levantou das ruinas em que jazia, restaurando-a e povoando-a, dando-lhe foral, o mesmo de Evora, e grandes privilegios, que posteriormente D. Sancho I, querendo premiar os grandes serviços prestados pelos habitantes de Pinhel nas guerras contra os moiros, lhe deu novo foral em 1209, ou em 1189, como diz Viterbo, ampliando e confirmando o que anteriormente fôra dado por seu pae, concedendo-lhe mais o privilegio, dos habitantes não serem obrigados a trabalhar em quaesquer obras de fortificação, não pagarem colheita ao rei, e serem isentos do tributo de portagem em todo o reino. Este foral foi confirmado por D. Affonso II, em outubro de 1217; e mais tarde, reformado por el-rei D. Diniz, na Guarda, a 10 de setembro de 1282 O rei D. Fernando I, n'uma carta de privilegios, de 7 de julho de 1410 (1372 da era christã), que deu a Pinhel, accrescenta o seguinte aos outros privilegios dos seus foraes: «Que cavalleiros, nem donos, nem fidalgos, nem ordens nem outras pessoas poderosas, pudessem comprar, ganhar ou adquirir algumas herdades, ou possessões, n'esta villa e seu termo. O mesmo privilegio lhe conferiu D. João I, estando em Almeida, por carta régia de 6 de junho de 1386, mandando aos tabelliães que não façam cartas de taes vendas, sob pena de nullidade, e perda do officio Por um alvará de 5 de março de 1409 (1371) concedeu el-Rei D. Fernando aos habi-

tantes de Pinhel e seu termo, o privilegio de poderem comprar pão em qualquer ponto do reino, e de leval-o para Pinhel, a despeito de outros quaesquer privilegios d'outras terras em contrario. Por outro alvará, de 1410 (1372) o referido soberano ordenou que não fôssem obrigados a ter cavallos e armas os moradores de Pinhel e seu termo, quando não possuissem bens no valor de 500 libras da moeda antiga, e que para isso fôssem de novo *acontiados pelos acontiadores que para elle eram postos no dito logo.* Estes alvarás estão registrados n'um dos antigos livros de registro, existentes no archivo da camara de Pinhel, assim como os seguintes: Alvará de D. João I, com a data de 7 de fevereiro de 1429, pelo qual, em atteução aos relevantes serviços que esta villa havia prestado na guerra com Castella, permittiu que houvesse aqui todos os annos, pelo S. Miguel até maio, uma feira franca que durasse um mez, 15 dias antes e 15 dias depois do dito dia de S. Miguel, de maio — *com todos os privilegios e franquias da feira de Trancoso.* Do referido monarcha se encontra outro alvará, datado de Almeida a 6 de junho de 1434 (1396 da era christã), pelo qual mandou que a aldeia e logar de Luzellos, que fôra do termo de Pinhel, e que el rei D. Fernando, seu irmão, unira a Castello Rodrigo, voltasse para Pinhel —*Por ser esta ultima villa mais honrada e defeza*, e por lhe haver prestado, e estar prestando grandes serviços na lucta com Castella—emquanto que a praça de Castello Rodrigo *estava pelos inimigos.* No mesmo livro citado se encontram dois alvarás do mesmo rei, um datado de Santarem a 12 de junho de 1438 (1400 da era christã), e outro de Arrifana de Sousa, a 19 d'agosto do mesmo anno, pelos quaes houve por bem isentar a villa de Pinhel da contribuição extraordinaria votada em côrtes—*por estar na fronteira e haver soffrido muito com a guerra,*—e outro alvará de 7 de setembro de 1450 (1412 da era christã), confirmou o privilegio de que a villa já gozava—*de não serem os seus habitantes obrigados a guardar presos, de noite nem de dia*—e em outro alvará, de 5 de setembro de 1443 (1405) reconheceu a esta villa o antigo privilegio de —*não poderem morar n'ella fidalgos.* El-Rei D. Manuel deu foral novo a Pinhel, em Santarem, no 1.º de junho de 1510. Pinhel era uma praça importante, cercada de muralhas de cantaria, com 6 portas: *da Villa, de S. Thiago, de S. João, de Marrocos, do Alvacar, e de Marialva.* Outros escriptores dão nomes diversos a algumas d'estas portas, denominando-as: *da Villa, de Marialva, do Alvacar, de Castello Rodrigo,* ou *dos Muchachos, de S. João* e *da Rua de Baixo.* Cada porta estava defendida por uma torre, tendo um relogio a da porta principal, que era a da Villa, que parece já hoje não existir. Tinha 5 torres e forte castello de cantaria, com duas torres muito altas, de granito, tudo reedificado, ou construido de novo por El-Rei D. Diniz em 1312, que tambem reedificou a villa n'esse anno. Do castello se descobrem montes e penhascos formidaveis, na margem direita do rio Douro, na provincia de Traz-os-Montes, e mesmo na margem esquerda do dito rio, em grande extensão da provincia da Beira Alta, e nas proximidades do Côa, etc. Havia uma grande cisterna com agua nativa, que dizem estar hoje quasi completamente obstruida. Por occasião das grandes guerras com Hespanha, em seguida á memoravel revolução de 1640, tambem para aqui foi mandada alguma artilharia, assim como para outras praças antigas, e da artilharia d'esses tempos, parece que existem ainda duas peças corpulentas, de bastante valor archeologico, estando uma no passeio publico da villa, e outra nas trincheiras, junto ao campo de mercado, para onde a muito custo a levou o povo, para salvar com ella nos dias de festa. Pinhel era da corôa, e entre os muitos privilegios já citados, devemos accrescentar, que não podia ser dada a donatarios particulares; os habitantes fôram por vezes isentos de contribuições extraordinarias; podiam apascentar os seus rebanhos livremente em todos os montados do paiz, emquanto que o seu termo era defezo a gados extranhos; podiam apropriar-se e utilisar-se das vinhas e terras incultas; não podiam ser obrigados a guardar nem acompanhar presos, de dia nem de noite, etc. Rodrigo Mendes da Silva, na *Poblacion general de España,* pag. 186, diz que Pinhel n'aquella data (1646) era cabeça de corregedoria, comprehendendo, segundo alguns escriptores, 35 villas e 12 concelhos; e segundo outros, 30 villas e 9 concelhos. Duarte Nunes do Leão, na sua *Descripção de Portugal,* diz que a correição de Pinhel comprehendia as villas de Almeida, Castello Rodrigo, Cinco Villas, Cedovim, Nemão, Muxagata, Castello Bom, Meda, Ranhados, Souto, Sernancelhe, Langroiva, Marialva, Castello Meudo, Penella, Povoa, Vallongo, Avelloso, Penedono, Reigadas, Torre dos Frades, Almendra, V. N. de Fozcôa, Villar Maior, Trovões, S. João da Pesqueira, Alfaiates, Paredes, Fonte-Arcada, e Sendim; e os concelhos de Val da Coelha, Horta, Hervedosa, Castanheira, Valeuça, Soutello, Tavora, Paradella e o logar do Lamegal. Em 1876, a comarca de Pinhel ficou reduzida ao seu concelho, por serem elevadas á categoria de comarcas Almeida e Figueira de Castello Rodrigo. El-Rei D. José obteve do papa Clemente XIV a creação do bispado de Pinhel, em 1770, sendo a villa elevada a cidade episcopal; este bispado, suffraganeo da egreja primacial de Braga, foi formado com egrejas dos de Vizeu e de Lamego, e por isso, á falta de constituições proprias, vigoravam as d'aquelles dois bispados nas diversas parochias que d'elles se desmembraram. Este bispado teve só 4 bispos e foi supprimido a 14 de setembro de 1882, ao mesmo tempo que os de Aveiro, Leiria e Elvas. Os bispos foram: 1.º D. Christovam d'Almeida Soares, que por mais de 40 annos havia sido lente de Canones na Universidade de Coimbra; governou a diocese durante 7 annos, e veiu a fallecer em 1788; 2.º D. José de Mendonça Pinto Arraes, que fôra monsenhor na sé patriarchal de Lisboa, a quem D. Maria I nomeou bispo de Pinhel, e depois o transferiu para a sé da Guarda, em 1798, pelo fallecimento do bispo D. Jeronymo Rogado. Foi este bispo quem construiu o paço episcopal, edificio vasto e elegante, que é ainda hoje o primeiro edificio da cidade, e dispunha-se a cons-

Brazão d'armas da cidade de Pinhel

truir a egreja da sé junto do paço, quando se deu a sua transferencia para a Guarda. O 3.º bispo foi D. Bernardo Beltrão, freire da ordem de Christo; o 4.º e ultimo, D. Leonardo Bessa, religioso do convento do Varatojo, que falleceu no Porto. Pinhel, mesmo quando era villa, foi cabeça de comarca, como já se disse, tendo corregedor e 4 officiaes; dois escrivães, um meirinho, um inquiridor, distribuidor e contador; o corregedor era obrigado a residir na villa, e saindo da comarca, passava a vara para o juiz de fóra, pois tinha tambem esta villa juiz de fóra com 4 tabelliães do publico, judicial e notas, um escrivão sem notas; outro das execuções, outro das sisas, inquiridor, distribuidor, contador, meirinho do geral e alcaide, escolhido e provido pela camara, sendo a nomeação feita pelo alcaide-mór. E era o dito juiz de fóra quem fazia o lançamento das sisas, na villa e seu termo, e nas do Lamegal, Castello Mendo, Alfaiates, Villar Maior e Castello Bom, com um dos 5 escrivães do geral, alternadamente, por não haver escrivão especial para os ditos lançamentos. Tinha juiz dos orphãos, com dois escrivães e dois repartidores, servindo tambem n'este juizo o escrivão das execuções em geral, e era a camara formada annualmente por tres vereadores e um procurador ou escrivão, por carta da mesa do Desembargo do Paço. A camara apresentava o juiz dos orphãos e seu escrivão, e os escrivães da propria camara e da almotaceria, e el-rei simplesmente confirmava. Nomeava tambem a camara os almotarés, repartidores do juizo dos orphãos, e porteiros, e para todos os logares do termo — juizes da vara e seus escrivães, procuradores, juizes pequenos e quadrilheiros. E eram obrigados os officiaes da camara a assistirem com as suas insignias e estandarte real ás procissões do Corpo de Deus, e de Santa Izabel — Domingo do Anjo, e da Resurreição — á publicação da bulla, e á procissão que por voto antiquissimo se fazia no Domingo dos Prazeres, á qual eram obrigados a assistir tambem os juizes da vara dos logares do termo, até uma légua de distancia, com as suas insignias, e uma pessoa de cada casa da villa e dos ditos logares. E todos eram egualmente obrigados a assistir á procissão de N. S.ª d'Ajuda, que saia da egreja de Santa Maria do Castello, e ia até á capella de N. S.ª d'Ajuda, onde se celebrava uma missa em acção de graças, recolhendo em seguida a procissão á egreja de Santa Maria do Castello, mandando os officiaes da camara tomar nota das pessoas que faltavam, e castigando as como lhes parecia justo. Os juizes dos diversos officios eram tambem obrigados a assistirem com as suas respectivas bandeiras, ás procissões do Corpo de Deus, de Santa Izabel, Domingo do Anjo e Domingo dos Prazeres, sob *pena de serem condemnados*; e o juiz da vara do povo de Valle de Madeira, era obrigado a postar se com bandeira levantada, junto á cruz que está um pouco acima da fonte do Coche, em um alto, até passarem os officiaes da camara para a dita romagem, e depois se incorporarem n'ella tambem, sob pena de ser condemnado. E o juiz de fóra e cada um dos vereadores, procurador e escrivão da camara, percebiam de propina, por assistirem ás quatro procissões, 1$400 réis, e pelas duas da publicação da bulla e da Resurreição, cada um 2$000 réis, e o juiz de fóra tinha mais 400 réis para uma vara — isto por procissões e costumes antiquissimos. Era tambem a camara obrigada a assistir, com as suas insignias, á procissão do Patrocinio de N. S.ª e á de S. Francisco de Borja. Todas estas e outras procissões que em tempo aqui se faziam, ficaram depois reduzidas a uma unica, a do Senhor dos Passos. Nos principios do segundo quartel do seculo XV, os habitantes de Castello Rodrigo, allegando que os gados eram a sua principal riqueza, e os seus montados, muito estreitos, obtiveram d'El-Rei D. Affonso V o privilegio de poderem livremente pastorear os seus rebanhos nos montes de todo o paiz, mas apresentando o alvará régio á camara de Pinhel para o registrar, ella o não acceitou, nem consentiu no seu termo os gados de Castello Rodrigo; e correndo pleito sobre o caso, provou a camara de Pinhel com os seus foraes e outros documentos, que já D. Sancho I e D. Affonso II, seu filho, havia seculos, lhes tinham dado o privilegio de poderem os habitantes de Pinhel e seu termo apascentar os seus rebanhos em todo o paiz livremente, sem pagarem coima nem montado — não podendo pelo contrario entrar no termo de Pinhel, gado algum extranho — privilegio em cuja posse estavam havia mais de 200 annos. El-Rei, estando em Evora, por alvará de 26 de fevereiro de 1470, reconheceu os antigos privilegios de Pinhel e confirmou os de Castello Rodrigo, concedendo-lhes de novo o direito de levarem os seus gados aos montes de todo o paiz, *exceptuando os do termo de Pinhel*. Para a agricultura e prosperidade d'esta cidade, foi decerto a provisão, de D. João II, que se encontra registrada n'um dos livros já citados, tendo ainda Pinhel a categoria de villa: «D. João, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, e senhor de Ceuta, a vós juizes, vereadores, procuradores, e homens bons da nossa villa de Pinhel, sabe de que vimos a confirmação que nos enviastes, em que era contheudo entre outras cousas, que em essa villa e arrabaldes e termo d'ella havia muitos pardieiros e cortinhas, que ha grandes tempos e annos que não foram e não são aproveitados, e isto por serem de ordens e de outras pessoas que as não queriam nem querem aproveitar, e que entre as visinhas do sesmo d'essa villa havia e ha algumas terras que já em outro tempo foram vinhas as quaes havia 20, 30, 40 annos e mais, que não foram aproveitadas, pela qual causa eram os montes e mattos em ellas tão grandes, que se encolhiam em elles os porcos e ursos e outras alimarias, a muitos dos quaes ás vezes punham fogo em tal guisa que as outras vinhas em redor recebiam muito grande perda... pela qual causa nos embiavedes pedir por mercê, que vos dessemos licença que podessedes dar os ditos pardieiros e cortinhaes e terras de sesmaria a algumas pessoas que as aproveitassem, o qual visto por nós, por prol communal e bem da terra, havemos por bem, e damos-vos a licença pedida, com tanto que seus donos sejam primeiramente requeridos que os aproveitem, desde o dia que o requerimento lhes fôr feito até um anno, e não os adubando nem os aproveitando até o dito anno, então aquelle que esse concelho poser por sesmeiro, as possa dar, com accordo dos homens bons d'essa villa, a quaesquer pessoas, como dito é, que as adubem e aproveitem, e não o fazendo

lhes sejam tiradas e dadas a outros que as adubem e aproveitem, e sendo assim mandamos que as hajam livremente e sem contenda, para elles e seus herdeiros. Dada em Lisboa a 3 d'outubro de 1475». Foi esta provisão confirmada depois por el-rei D. Manuel, estando em Setubal, a 21 de maio de 1496, e outros reis posteriormente a confirmaram tambem. Foi este um dos mais importantes privilegios de que a villa gozou. Por alvará de 29 de novembro de 15?, D. João III, estando em Almeirim, confirmou outro de 8 de abril de 1505, pelo qual D. Manuel, deferindo a petição d'este concelho, mandou que ninguem pudesse introduzir n'elle vinho extranho, sob pena de perder o genero e de pagar 1$000 réis por cada vez. Por alvará de 6 de junho de 1564 o infante e cardeal D. Henrique, sendo regente do reino, attendendo a que a velha villa de Pinhel era doentia e pobre, e n'ella não havia *sergiam, mediquo nem botiquairo*, mandou que das rendas do concelho se tirasse até á quantia de *quinze mil réis para um fiziquo, um sergiam, e um botiquairo*, com a condição de residirem na villa e de n'ella exercerem os seus officios. Com a data mando que nenhum ministro, desembargador, corregedor ou juiz de fóra, sob pena de se lhe dar em culpa na residencia, *possa servir se das cadeiras da casa da camara ou de qualquer outra cousa d'ella*; outro alvará de 13 de setembro do mesmo anno, ordenando que nenhum juiz de fóra que servir em Pinhel -- *possa dar casa de jogo em publico nem particular*, sob pena de ser demittido. Pinhel tinha voto em côrtes com assento no 9.º banco. As suas armas, segundo o livro respectivo existente na Torre do Tombo, é um pinheiro verde em campo de prata, mas na casa da camara vê-se o seguinte brazão: um escudo, tendo d'um lado as armas reaes, e do outro um pinheiro verde, com um falcão em cima, intitulando: *Pinhel, Falcão guarda-mór de Portugal.* Dizem que o falcão é uma memoria de um que se tomou a el-rei D. João I, de Castella, na batalha d'Aljubarrôta. A Misericordia foi fundada pelo dr. João Videira, natural de Pinhel. Houve um convento de freiras franciscanas, de Santa Clara, fundado em 1?00 por Luiz de Figueiredo Falcão. O edificio tinha a fórma de um esquadro, e no vertice do angulo um torreão de 3 andares,

Vista geral de Pinhel

de 14 de maio de 1569, tambem se encontra registrado um alvará d'el-rei D. Sebastião, mandando que das searas do concelho de Pinhel se dessem por anno 200 alqueires de centeio aos 4 trombetas que a camara mandava ensinar, para tocarem nas festas de S. Thiago, e nas outras em que as pessoas da governança costumavam correr cannas, etc. -- isto em deferimento d'uma petição da villa de Pinhel, e depois de sua majestade mandar ouvir sobre o caso, o provedor de Lamego, o qual informou favoravelmente, dizendo que na localidade, e ao tempo, os 200 alqueires de centeio não valiam mais de *oito mil réis* na razão de 40 réis o alqueire, o que equivalia a 2$000 réis por anno, a cada um dos trombeteiros, com a condição de que tocariam em todas as festas solemnes, que se fizessem na villa. De D. Pedro II tambem se encontram os seguintes alvarás: de 4 d'abril de 1669 confirmando outro em que D. Manuel, estando em Almeirim, a 12 de fevereiro de 1514, concedeu muitos privilegios á villa d'Alfaiates do termo de Pinhel, e entre elles o de -- *couto de homisiados, intramuros*; outro de 13 de outubro de 1674, ordenando que servia de mirante, e hoje serve de cadeia. Por ordem do governo foi este convento despejado em 1836, por se acharem exhaustos os seus rendimentos, e ter apenas 3 freiras, das quaes fôram duas para o convento de Trancoso, e uma para Coimbra. A parte que corria do mirante até á egreja, com a frente para a praça, foi demolida, e do chão que occupava e da cêrca, se fez o actual passeio publico; a outra parte que seguia do mirante ao longo da rua, foi restaurada, e ali se installaram diversas repartições publicas: o tribunal, a conservatoria, a administração do concelho, a repartição de fazenda e o theatro; a egreja foi arvorada em parochial, accrescentando se em comprimento, e construindo-se ao lado d'ella uma torre em 1862. O terreno da cidade, é fertil em todos os generos agricolas do paiz, cria muito gado de toda a qualidade, é abundantissimo de caça grossa e miuda. Nos arredores, ha boas quintas, bem cultivadas, com lindos campos e formosos vinhedos e olivaes. Nas quintas do *Valle de S. Thiago* e das *Capellas*, brotam duas nascentes d'agua mineral fria; tambem ha no concelho as thermas

chamadas da *Chinchella* e *Ribeira de Pinhel;* de aguas ferreas da *Torre* e *Prados;* e medicinaes, denominadas do *Bispo*. No concelho ha varias minas registradas: uma em 1873, na freg. de Cidadelhe, pelo P. Antonio Justiniano d'Aguilar; é de cobre; outra na mesma freg, registrada tambem em 1873, por Francisco de Salles Pires; é de substancia resinosa combustivel; outra de estanho e outros metaes, registrada ainda em 1873, por Dionysio Xavier Pereira da Silva, na freg. do Azêvo; outra de estanho, na freg. de Gouveias, registrada em 1873 por Francisco de Salles Pires; outra no limite da cidade, registrada em 1874 por João Taborda de Magalhães; de plombagina (graphite) e carvão de pedra. Em 1875 fôram registradas por Antonio Lourenço Pires, duas minas de prata, ouro e outros metaes; e outras de chumbo, em diversos pontos do concelho. Ha em Pinhel 3 pontes sobre a ribeira das Cabras; a 1.ª no caminho d'Almeida; a 2.ª no caminho para a Figueira, servindo actualmente as freguezias de Cinco Villas e Reigada; a 3.ª na estrada real que conduz á Figueira, Escalhão e Barca d'Alva. Tem 2 pontes na ribeira da Péga, grande capella de N. S.ª da Torre, cuja imagem é de muita devoção na cidade e nos arredores. Tem altar-mór e 2 lateraes; ainda hoje se faz uma devota romaria a 15 d'agosto, que é muito concorrida. Pinhel tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr, com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; feira nos dias 1.º de maio e 1.º de novembro; mercado nos dias 1.ºs de cada mez e nos 3.ºs domingos; advogados, agencias bancarias e de seguros, associações: *Commercial agricola* e *Bombeiros voluntarios*; hoteis, medicos, pharmacias, notario, fabrica de sabão, *Club Pinhelense*, theatro de *S. Luiz;* importantes estabelecimentos industriaes, etc., guarnição militar: 3.º batalhão do regimento de infantaria n.º 12; pertence á 2.ª div. mil., 4.ª brigada, grande circumscripção mil. central e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. Tem-se publicado os seguintes jornaes: *Bijou*, 1889; *Commercio de Pinhel*, 6 de outubro de 1897; *Correio de Pinhel (o)*, 1889; *Jornal da Beira*, 2 de agosto de 1891; *Jornal de Pinhel*, 15 de maio de 1904; *Pinhelense (o)*, 10 de julho de 1892; *13 de Janeiro*

Pinhel—Praça do General Castro

sendo a 1.ª na estrada districtal para a Guarda; a 2.ª no caminho de Falla. Os francezes, em 1810, cortaram uma das pontes, quando ali entraram em 16 de novembro, a qual foi reformada em 1817, como consta d'uma lapide que então ali foi collocada. Existem as seguintes fontes publicas, d'agua potavel: *Fonte Nova*, *Fonte de Marrocos*, *Chafariz da Moreira*, *Chafariz do Passareiro*, *Chafariz das Monas*, *Chafariz do Pesqueiro*, *Fonte do Coche*, *Fonte do Passeio*, feita em 1865; *Fonte do Bispo* no arrabalde, com um grande vaso de cantaria, coberto de abobada, e um chafariz. E' a que tem melhor obra d'arte. A praça d'esta cidade, que ainda conserva hoje no centro um pelourinho, fechava-se por occasião das grandes festas, para n'ella se correrem touros e canuas. O pelourinho é de granito, mede 8 a 9 m. de alto, e pelo estylo e lavor parece obra do tempo d'el-rei D. Diniz. Acha-se já muito deteriorado pelo tempo. No cimo da praça está o edificio dos paços do concelho, que já serviram tambem de tribunal ou casa de audiencias. Tem uma boa sala, com tecto de madeira e ornatos de talha dourada. A 1 k. de Pinhel vê-se a *(o)*, 13 de janeiro de 1891. O conc. compõe-se de 27 freguezias, com 4:924 fog. e 18:832 hab., pelo Censo de 1900, sendo 9060 do sexo masc. e 9:772 do fem, n'uma superficie de 43:916 hect. As freguezias são as seguintes: N. S.ª d'Assumpção, de Alverca, 1:245 hab.: 575 do sexo masc. e 670 do fem.; N. S.ª da Conceição e S. Sebastião, de Atalaia e Carvalhal, 643 hab.: 330 do sexo masc. e 313 do fem.; N. S.ª da Purificação, de Azêvo, 1:142 hab.: 533 do sexo masc. e 609 do fem; S. Miguel, de Bogalhal, 238 hab.: 113 do sexo masc. e 125 do fem.; Santo Antonio, de Bouça Cova, 456 hab.: 230 do sexo masc. e 226 do fem; Santa Maria Magdalena, de Cerejo, 543 hab.: 251 do sexo masc. e 292 do fem; Santo Amaro, de Cidadelhe, 319 hab.: 176 do sexo masc. e 143 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Ervas Tenras, 243 hab: 119 do sexo masc., e 124 do fem.; Espirito Santo, de Ervedosa, 516 hab: 246 do sexo masc. e 270 do fem.; S. Martinho, de Freixedas, 1:595 hab.: 758 do sexo masc. e 837 do fem.; S. Pedro, de Gouveias, 925 hab.: 464 do sexo masc. e 461 do fem; N. S.ª d'Assumpção, de Lamegal, 882 hab.: 427 do sexo masc. e 455 do fem.; N. S.ª da Con-

solação, de Lameiras, 644 hab.: 308 do sexo masc. e 336 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Manigoto, 384 hab: 189 do sexo masc e 195 do fem; S Simão, de Palla, 799 hab.: 390 do sexo masc. e 409 do fem.; O Menino Jesus, de Pereiro, 556 hab.: 272 do sexo masc. e 284 do fem.; Santa Maria do Castello, de Pinhel, 2:936 hab.: 1:380 do sexo masc. e 1556 do fem.; Sauto Antonio, de Pinzio, 1:022 hab: 499 do sexo masc. e 523 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Pomares, 519 hab.: 241 do sexo masc. e 278 do fem.; S. João Baptista, de Povoa d'El-Rei, 299 hab: 155 do sexo masc. e 144 do fem.; Santo Antão, de Safurdão, 335 hab.: 166 do sexo masc. e 169 do fem; Santa Eufemia, 512 hab.: 231 do sexo masc e 281 do fem; N. S.ª da Graça, de Sorval, 338 hab.: 199 do sexo masc. e 339 do fem.; S. Lourenço, de Sourepires, 606 hab.: 389 do sexo masc e 417 do fem; N. S.ªª d'Assumpção, de Valle-Bom, 407 hab.: 203 do sexo masc e 204 do fem; S. Sebastião, de Valle da Madeira, 290 hab.: 142 do sexo masc. e 108 do fem; N. S.ª d'Assumpção, de Vascoveiro, 268 hab.: 174 do sexo masc. e 194 do fem. O principal commercio do conc. é vinho, azeite, cereaes, lã, aguardente, cortiça, meias de lã, e batatas. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Outeiro, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Santo André, de Padronello, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, de Sobradello da Gôma, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Pinhete. Povoações nas freguezias: S. Lourenço do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Miguel, de Rebordosa, conc. de Paredes, do mesmo districto.

Pinho. Appellido nobre. O conde D. Pedro, no tit. 44 do *Nobiliario*, faz menção d'este appellido em João Lourenço de Pinho, e que ha familia do mesmo appellido na Terra da Feira. As armas são: Em campo de prata 5 pinheiros verdes em aspa, com pinhas de ouro. Elmo de aço aberto, e por timbre um dos pinheiros.

Pinho *(Antonio)*. Moço do coro e cantor da sé de Evora. Era natural de Abrantes. Posto que dotado de bastante talento musical, as suas disposições naturaes eram mais para a poesia do que para a musica. Compoz um poema, que ficou inedito, intitulado: *Vida e martyrio do infante santo D. Fernando, filho d'el-rei D. João I.*

Pinho *(Manuel)*. Poeta popular, professor de musica e menestrel da capella real. Escreveu uns *villancicos* e *romances*, que se imprimiram em Lisboa; 1.ª parte em 1615, 2.ª parte, em 1618.

Pinho. Pov. e freg. de Santa Martha, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Boticas, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 193 fog. e 784 hab. Tem correio, e está situada a 5 k. da séde do conc., em terreno accidentado, na margem esquerda do rio Térva, que corre ao N da freguezia; e na direita do rio Tamega, que corre ao S, e divide o conc de Boticas do de Villa Pouca d'Aguiar. O reitor de S Pedro, de Sapiães, apresentava o vigario, que tinha 100$000 réis de rendimento. O terreno d'esta freg. é um dos mais ferteis do concelho. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. Pedro do Sul, distr. e bisp. de Vizeu; 202 fog. e 865 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 5 k da séde do conc. e está situada n'um monte, a 1 k. da margem direita do rio Vouga. A mitra apresentava o abbade, que tinha 240$000 réis. A terra é fertil, cria muito gado, e tem abundancia de caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e res. n.º 14 com a séde em Santa Comba Dão.

Pinho da Costa *(Antonio)*. Militar na India, que viveu muitos annos em Cochim. Era cavalleiro da ordem de Christo. Nada mais se sabe a seu respeito, senão que escreveu a seguinte obra: *A verdadeira nobreza*, Lisboa, 1650; outra edição, 1655. E' dividida em 3 livros, tratando o 1.º das cousas pertencentes á religião christã; o 2.º das tres virtudes cardeaes, Prudencia, Justiça e Fortaleza; e o 3.º da Temperança, e outras virtudes que d'ella procedem.

Pinho Leal *(Augusto Soares de Azevedo Barbosa de)*. Escriptor. N. em Belem a 21 de novembro de 1816, fal. em Lordello do Ouro, nos arrabaldes do Porto, a 2 de janeiro de 1884. Era filho de José Mathias Barbosa Leal, quartel-mestre do batalhão de caçadores n.º 3, e de sua mulher, D. Rita de Cassia Soares de Azevedo. Bem cêdo começou Pinho Leal o seu fadario, pois tendo nascido em Belem, como fica dito, em 21 de novembro de 1816, foi baptisado na freguezia de S. Thiago, de Penamacôr no dia 30 do mesmo mez, tendo percorrido no berço mais de 40 legoas, devido á vida agitada de seu pae durante o tempo da guerra Peninsular. Ainda muito creança o seguiu por differentes terras, e aos 10 annos de edade já tinha percorrido mais de 2:400 legoas, indo com seus paes na expedição da Bahia em 1822, andando ainda por outras terras. Regressou depois a Lisboa, e não tardou que seu pae marchasse para Villa Viçosa, Abrantes e Extremoz. Em novembro de 1826 achava-se com sua familia em Castro Marim, marchando depois para Tavira e Albufeira; embarcaram para Ayamonte, vindo a Portugal, estiveram em Mourão; mais tarde entrando de novo em Hespanha, fôram a Sarça, onde José Barbosa Leal deixou sua mulher, e seu filho mais velho José, que falleceu ainda muito novo, d'onde partiram para Penamacôr, seguiu Augusto Pinho Leal seu pae para Sabugal, indo d'ali a Malhada Sarda, Almeida, Pinhel e Coriscada, onde o regimento de infantaria n.º 6 se reuniu ao batalhão de José Barbosa Leal, voltando a Pinhel, marchando depois para Celorico de Nespereira, e d'ali para a povoação do Curral, onde chegaram no dia 29 de novembro do referido anno de 1826. Aqui ficou o pequeno Augusto, por ser muito aspero e frio, e ele não poder acompanhar a força. Diz um dos seus biographos: «O pobre Augusto, contando apenas 10 annos, ia gelado em uma carga de bagagem, mettido entre dois bahús, como elle proprio nos coutou; e sendo já decrepito, ainda se recordava de vêr Nespereira, a villa de Gouveia, alcandorada na pendente norte da serra da Estrella, e conservava outras muitas reminiscencias das terras que percorreu, mettido entre os bahús.» Pinho Leal havia assentado praça em Castro Marim, aos 10 annos de edade, em caçadores n.º 4; quando seu pae ali foi, conforme dissémos; esteve emigrado em Amedo em 1828, regressando ainda n'esse anno a Lisboa. Estudou um anno no Collegio dos

Nobres. Obteve passagem para a guarda real da policia do Porto, e licença para estudar mathematica na Academia de Marinha e Commercio d'aquella cidade. Em 1833 pertencia ao regimento de caçadores da Beira Baixa. Assistiu com seu pae á batalha d'Asseiceira, em 16 de maio de 1834, ultima batalha dada entre realistas e constitucionaes, em que foi ferido com uma bala que lhe atravessou a perna esquerda, e ficou prisioneiro do general duque da Terceira. Veiu para o castello de S. Jorge, sendo solto, com todos os seus camaradas, em junho seguinte pela Convenção de Evora Monte. José Barbosa Leal foi então com sua mulher e filho para a sua pequena casa de Santa Maria do Valle, concelho da Feira, vendo-se de repente muito pobres, quando a fortuna lhes sorria, pois José Barbosa Leal já era tenente quartel-mestre, e seu filho Augusto, alferes, não tendo ainda completado 18 annos. Por fatalidade José Barbosa Leal, apezar de ter sido sempre generoso com os inimigos politicos, nas represalias que se seguiram á Convenção d'Evora Monte, foi barbaramente assassinado no dia 17 de junho de 1834, deixando a viuva e o filho expostos a duras contigencias. O pobre moço, sem saber ao que tornar-se para ganhar a vida, fez se mestre-escola. No fim d'um anno, sentindo se enfastiado d'aquella profissão, fez se pintor. Como desenhasse razoavelmente, alcançou na sua aldeia bastante fama, e conseguiu ganhar o sufficiente para ali comprar umas casinhas e uma quintarola. Começou tambem a tomar gosto pela leitura. Em 1840, andando a pintar o tecto da egreja de Santa Eulalia, de Arouca, encontrou entre uns alfarrabios do abbade o *Dialogo de varia historia*, de Pedro Mariz, e despertou-lhe a idéa de fazer um diccionario geographico de Portugal, e desde então sonhava e scismava n'essa obra, e por algum tempo não pensou na politica, mas em 1846 voltou a ella, sympathisando com a causa popular. Conservando-se partidario do regimen absolutista de D. Miguel, quando n'esse anno rebentou a guerra da Maria da Fonte, vendo que os patuléas acceitavam a ajuda dos miguelistas, resolveu tornar ao serviço militar, onde entrou com o posto de capitão. Dando-se umas desavenças com os setembristas, armou á sua custa perto de 100 homens e com elles se apresentou ao general Mac-Donell, que estava na quinta de Linhares em Castello de Paiva, marchando d'ali para as provincias do norte. Caindo mais tarde prisioneiro dos cabralistas, em Traz-os-Montes, conseguiu que na Regoa, ao passar o Douro, que mesmo no meio do rio, os barqueiros desarmassem a escolta e o salvassem. Quando terminou a guerra, foi viver para Fermedo, por ter sido nomeado sub-delegado do procurador regio d'aquelle julgado; passou depois de capitão a curador dos orphãos. Em 1860 acceitou a administração da casa do Covo, em Oliveira de Azemeis, onde se conservou até 1865, e como essa casa tinha propriedades em todo o paiz, e elle, como seu administrador, tinha de ir a todas as provincias receber rendas e fóros, pôde assim avolumar o enorme peculio de noticias que lhe serviram para pôr em pratica o seu plano, já de ha muito emprehendido e meditado, do diccionario *Portugal Antigo e Moderno*, obra importantissima e de muito valor, que a empreza Editora Mattos Moreira publicou. Pinho Leal veiu para Lisboa consagrar se de coração á sua obra, tornando-se um trabalhador infatigavel, um investigador consciencioso e minucioso, como poucos, consumindo grande parte da vida a dotar o seu paiz com uma obra muito util e instructiva, sob todos os pontos de vista. Infelizmente não pôde concluir este arduo trabalho, que chegou a escrever até parte do 10.º volume, tendo os 9 anteriores já impressos, e começado a publicação em 1873 A morte veiu impedir o ardente desejo que o animava, de vêr a sua obra concluida. Um seu amigo intimo, o abbade de Miragaia, Pedro Augusto Ferreira, encarregou-se de acabar a obra, publicando os 4 ultimos volumes, augmentando-lhe ainda muitas investigações a que procedeu, e que mais realçou esta obra importanitssima que consta de 12 volumes, sendo o ultimo publicado em 1890. Era casado com D. Maria Rosa d'Almeida e Castro, de quem era viuvo havia bastantes annos. Como se sentisse bastante doente, saiu de Lisboa e foi para o Porto, a procurar allivios aos soffrimentos, e ali falleceu.

Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal

Pinhô Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Outeiro, conc. de Cabeceiras de Basto, do mesmo distr. || S. Torquato, concelho de Guimarães, do mesmo districto.

Pinhoa Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Moita dos Ferreiros, conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa.

Pinhões *(Casal dos).* Na freguezia de S. Martinho da Cortiça, concelho de Arganil, distr. de Coimbra.

Pinhos. Povoações nas freguezias: Santa Christina, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Romão, de Arões, do mesmo conc. e districto.

Pinhosão. Pov. na freguezia de S. João Baptista, de Pinho, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Pinhote. Pov. na freguezia de S. Miguel, de Marinhas, concelho de Expozende, distr. de Braga.

Pinhovelo ou Pinho Velho. Pov. na freg. de S. Nicolau, de Amendoeira, conc. de Macedo de Cavalleiros, distr. de Bragança. Foi antigamente

villa, ostentando ainda no meio da povoação o seu pelourinho. Teve foral, a que tambem se referem os autores, e nas Inquirições da Beira e Alem Douro d'el-rei D. Diniz, tiradas em 1290 já mencionam esta freguezia, á qual dão o nome de Pionero ou Pioneiro, com o orago de Santa Maria ou seja Nossa Senhora da Assumpção, que ainda conserva Era do padroado dos arcebispos de Braga e tinha como suffraganeas as povoações de Carrapatas e da Amendoeira, freguezias que hoje estão independentes, tendo Pinhovelo perdido a sua autonomia ecclesiastica. O illustrado reitor de Baçal, sr Francisco M. Alves encontrou aqui abundantes vestigios da civilisação romana, a que se referiu um artigo da *Gazeta de Bragança*, de 12 de abril de 1908. V. *Travanca*.

Pinoso. Ribeira da ilha de Maio, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. E' um dos principaes cursos d'agua d'aquella ilha. || Monte da ilha de Maio, no mesmo archipelago e provincia.

Pinouca. Pov. na freguezia de N. S.ª da Natividade, de Silgueiros, concelho e districto de Vizeu.

Pinta (*Marianna*). Indigena do Maranhão, que se tornou celebre por ter soccorrido o grande orador P. Antonio Vieira, durante o tempo que pelos portuguezes esteve preso no Pará durante o governo de D. Pedro de Mello, em 1661. Desejavam os soldados matal-o á fome, o que chegando ao conhecimento da nobre india, occultamente e com risco da propria vida, lhe trazia ovos cozidos e outras eguarias, com que foi alimentando o prisioneiro. Os padres da Companhia de Jesus, na sua volta da patria, pagaram a dedicação de Marianna Pinta, educando-lhe um filho, que chegou a ser cura da cidade do Pará. Ignora-se a data do seu fallecimento, apenas a historia diz que o seu corpo foi sepultado na egreja do collegio da Companhia de Jesus, no Pará.

Pinta. Antiga medida de 3 quartilhos, para liquidos, ou da quarta parte d'um alqueire, para solidos.

Pinta. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Barca, conc. da Maia, distr. do Porto. || S. Miguel, de Barreiros, do mesmo conc. e distr || S. Romão, de Vermoím, do mesmo conc. e distr. || Santo Estevão, de Villela, conc. de Paredes, do mesmo districto.

Pintado. Pov. na freg. de N. S.ª do Reclamador, de Casaes, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Casal na freg. de Santo Ildefonso, de Montargil, conc. de Ponte do Sôr, distr. de Portalegre.

Pintainhos. Povoações nas freguezias: S. Thiago e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição, de Paio de Pelle, conc. de V. N. da Barquinha, do mesmo districto.

Pintalhos. Pov. na freguezis de N. S.ª da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, distr de Aveiro

Pintas Pov. na freg. de Santa Maria, de Leça do Bailio, conc. de Bouças, distr. do Porto.

Pintem Pov. na freguezia de Santa Maria, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Pinteus. Pov. na freg. de Santo Autão, de Toal, conc. de Loures, distr. de Lisboa. Tem caixa post. || Ribeira no distr. de Lisboa, que nasce na freg. de Fanhões, corre ao S, passa no logar de Pinteus, e entra no rio de Sacavem com 7 k. de curso.

Pintim. Pov. na freguezia de Santa Maria de Vallega, concelho de Ovar, districto de Aveiro.

Pinto. Appellido nobre, cuja familia procede de D. João Garcia de Sousa Pinto, neto do conde D. Mendo, e que foi o primeiro a usar d'este appellido. Mas Fr. Manuel de Santo Antonio, ultimo reformador do cartorio da nobreza, diz, que procede de Paio Soares Pinto, que viveu no tempo do conde D. Henrique na quinta do Paço, hoje Paço de Brandão, junto á villa da Feira. D. Paio Soares Pinto falleceu antes de 1126, anno em que sua mulher, D. Mayor Mendes, vendeu a referida quinta do Paço ao mosteiro de Grijó. Ou esta venda não teve effeito, ou se annullou, ou algum descendente de D. Mayor Mendes a reivindicou, porque a familia do mesmo appellido continuou a possuir a quinta As suas armas são: Em campo de prata cinco crescentes de púrpura, em aspa; elmo de prata, aberto, e por timbre um leopardo de prata armado de púrpura, com um crescente do escudo na espadua. Antonio Soares d'Albergaria (fl. 164 v.), diz, que o primeiro que se encontra d'este appellido, é Garcia Soares Pinto, nas *Inquirições d'el-rei D. Diniz*, em cujo tempo tinha o titulo de seu vassallo. Os descendentes do conde D. Mendo de Sousa Pinto deixaram as armas dos Sousas, e tomaram as seguintes: Em campo de prata cinco quadernas de crescentes de púrpura, em aspa, e por timbre um leão de prata lampassado de vermelho. As quadernas de crescentes são as ganhadas por um ascendente d'esta familia, na batalha de Mertola, e o leão, por descenderem do rei D. Ramiro, de Leão.

Pinto (*Agostinho Albano da Silveira*). V. *Silveira Pinto*.

Pinto (*Alfredo de Moraes*). Amanuense da administração do 3.º bairro, e escriptor. N. em Lisboa a 25 de setembro de 1851. E' mais conhecido pelo pseudonymo de *Pan Tarantula*, com que firma grande parte dos seus escriptos. Collaborou no jornal humoristico o *Pimpão*, de que depois se tornou proprietario e principal redactor. Foi este semanario, principalmente, o que lhe deu populariedade, e que sob a sua direcção prosperou muito, sendo transformado por completo, tornando-se um semanario interessante pela graça e pelas suas illustrações. Das empresas jornalisticas, é hoje, na verdade, uma das mais rendosas. Moraes Pinto tem escripto para o theatro diversas cançonetas e monologos, de que citaremos: *Lili*, *A Pulga*, *Meios de transporte*, *A Lagartixa*, *Do outro lado*, *O Riso*, *Um golpe d'ar*, *O Cigarro*, *Os vencidos da vida*, *O Monoculo*, *A rir! a rir!*, *Mulher-homem*, etc. Escreveu uma engraçada comedia, *No dia do casamento*, e collaborou n'uma revista do anno de 1884, intitulada *O Juizo do anno*, juntamente com Sousa Bastos e o fallecido Antonio de Menezes, o *Argus*.

Pinto (*Angela*). Actriz contemporanea muito apreciada. N. em Lisboa a 15 de novembro de 1869. Começou por representar, segundo se diz, n'um theatro barraca em Setubal. Depois de entrar n'alguns espectaculos no theatro da Rua dos Condes, contratou-se para o Porto, onde fez uma

brilhante carreira no theatro do Principe Real. Em setembro de 1892 fez parte d'uma companhia de opera comica, do empresario Taveira, representando no theatro da Rua dos Condes com o mais feliz exito o papel de Manuela na peça *O Solar dos Barrigas*. Tão notavelmente o representou e cantou, que logo foi tida por uma das primeiras cantoras de opera comica. A peça conservou-se por muito tempo em scena, obtendo sempre grandes successos. Os actores Rosas fôram vêr o *Solar dos Barrigas*, e o talento artistico da actriz tanto se lhes revelou, em todas as aptidões, que a escripturaram para o theatro de D. Maria II, quando terminasse o seu contrato. Angela Pinto tarde foi para aquelle theatro, porque a alegria das cançonetas a deslumbrava, e continuou no Porto, para onde partiu em outubro do mesmo anno, sempre em gloriosa carreira artistica. De peça em peça ia desenvolvendo as mais extraordinarias aptidões para os papeis de qualquer genero de que a encarregavam. Na vespera da sua partida para o Porto, recebeu do publico da Rua dos Condes a ovação mais enthusiastica e delirante de que ha memoria em theatros. Percorreu os theatros das provincias, vindo uma ou outra vez a Lisboa, fazendo mais permanencia no Porto, representando sempre com agrado operetas e revistas de anno, tornando-se o idolo de todas as platéas. Em 1898 veiu definitivamente para a capital, e na epoca de verão apresentou-se no theatro da Avenida, representando, causando enthusiasmo, cinco papeis na revista *Ali á preta*. Em 1900, foi escripturada para o theatro de D. Amelia, hoje theatro da Republica, especialmente para representar a *Lagartixa*, peça a que deu o maior relevo pelo desempenho do papel de protogonista. No anno seguinte, representou no mesmo theatro *A Zázá*, em que obteve o maior exito. Entrou finalmente no theatro de D. Maria II, estreando-se no drama *A Aventureira*, em que se provou tambem a sua grande aptidão para artista dramatica. Ali representou mais tarde a *Dolores*, com exito egual, *João José*, *Amor de Perdição*, etc. Angela Pinto é, sem a menor duvida, uma artista distincta, salientando-se sempre nos seus papeis, conservando-se nos ultimos annos no theatro D. Amelia, entrando em quasi todo o reportorio. Além das peças já citadas, mencionaremos *O Ladrão*, *A Santa Inquisição*, *Samsão*, *O Leque*, *Theodoro & C.ª*, etc. Em abril de 1910 partiu com a companhia do theatro de D. Amelia n'uma *tournée* ao Brazil, onde foi colher novos louros. A companhia regressou a Lisboa em outubro, inaugurando os seus espectaculos no dia 29 d'esse mez. Em 1906 o pae de Angela Pinto, o sr. João de Almeida Pinto, fez uma interessante selecta das apreciações e homenagens, que sua filha, a laureada artista, tem obtido da imprensa periodica e dos criticos theatraes. Intitula-se: *Angela Pinto, esboços, homenagens e apreciações criticas.*—Lisboa, Livraria Tavares Cardoso, 1906, 1 vol. de 186 pag. E' copioso este florilégio, e tem paginas de incontestavel valor litterario e critico. Basta registar-se que na parte do livro, constituido por muitos *juizos pessoaes*, a collaboração é firmada por nomes festejados e prestigiosos, como D. João da Camara, Marcelino Mesquita, Julio Dantas, João Chagas, Gomes Leal, Fialho de Almeida, Abel Botelho, Coelho de Carvalho, Augusto de Lacerda, Eduardo Noronha, Lopes de Mendonça, etc. Nada menos de 40 retratos de Angela Pinto illustram o volume, representando as varias attitudes e caracterizações da actriz em dramas, comédias, magicas, tragedias, revistas, operêtas, etc., e constituindo um *album* curioso, em que uma só personalidade se desdobra em quarenta figuras, muito conhecidas e queridas do publico dos theatros.

Angela Pinto

Pinto *(Antonio)*. Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, desembargador dos Aggravos, que viveu no seculo XVI. Acompanhando a Roma, como secretario, o embaixador Lourenço Pires de Tavora, foi por este mandado em 1561 ao Preste João com cartas do pontifice Pio IV e d'el-rei D. Sebastião, pedindo a esse imperador que enviasse embaixadores ao concilio de Trento. Mais tarde foi secretario de D. Fernando de Menezes, embaixador na curia romana, recitando em 1566 a oração obediencial em nome de D. Sebastião na presença do pontifice Pio V, que pouco antes fôra elevado ao solio pontificio. Essa oração imprimiu-se em Roma. Na livraria do marquez d'Abrantes existiam ainda no seculo XVIII muitas *Cartas originaes, sendo residente em Roma desde o anno de 1562 até 1572 para Lourenço Pires de Tavora.*

Pinto *(Antonio)*. Esculptor em madeira, que fal. entre os annos de 1818 e 1820, tendo mais de 60 annos de edade. Foi contemporaneo de João Chrysostomo Policarpo da Silva.

Pinto *(Antonio Duarte da Cruz)*. Amador de musica, que se tornou muito distincto e apreciado. N. em Belem a 20 de setembro de 1845, fal. em Lisboa a 19 de janeiro de 1901. Era filho d'um picador da Casa Real, e, quando seu pae falleceu, succedeu-lhe no exercicio d'esse emprego. Desde muito novo que se dedicou á musica, começando por estudar piano, passando depois ao violoncello e mais tarde ao oboé. Aos 11 annos já fazia parte, como violoncellista, da orchestra de amadores intitulada *Recreação Philarmonica*. Do *Diccionario biographico de musicos portuguezes*, vol. II., pag. 467, transcrevemos o seguinte: «Sequioso de gloria, mas não lhe permittindo a sua volubilidade attingir, em qualquer dos instrumentos que estudava, um grau de desenvolvimento assás notavel e não se contentando com

o papel de simples executante de orchestra, dedicou-se a outra especialidade que lhe pareceu exigir menos longo e perseverante estudo: a de chefe. Conseguiu induzir os amadores a que o acceitassem para seu director, e teve a habilidade de ensaiar e dirigir a opera *Os Puritanos*, que se representou na Assembléa Familiar em 1870. Desde então adquiriu Antonio Duarte fóros de chefe dos amadores de musica. Dotado de grande atrevimento, habil em vencer difficuldades, desprezando motejos, censuras e maledicencias, promovia festas religiosas, concertos de caridade recitas de beneficencia, tudo com o fim unico de se mostrar e fazer brilhar a sua batuta. As suas pretenções iam mesmo até tentar abrir carreira profissional n'esta especialidade, para o que empregou bastantes diligencias. Mas tanto não conseguiu. Tivera uma aprendizagem muito superficial, e ninguem o tomava a serio.» Em que Antonio Duarte se tornou muito apreciavel foi como ensaiador de córos. Reuniu um grupo bastante numeroso de individuos que póde encontrar dotados d'alguma voz e sufficiente intuição musical, e no fim d'um longo e paciente trabalho conseguiu apresental-os, cantando diversos trechos orpheonicos, perfeitamente ensaiados, causando surpreza ao publico. Em 1877 fez uma viagem á Italia, onde voltou em 1881 como representante de Portugal na Exposição Musical que n'esse anno se realisou em Milão. Tomou parte no congresso de musicos italianos que na mesma cidade se reuniu, e mais d'uma vez usou da palavra. Na ultima sessão pronunciou um pequeno discurso, lisonjeiro para a arte italiana, sendo muito applaudido pelos congressistas. Tambem se dedicou ao jornalismo, fazendo a chronica do theatro de S. Carlos no *Progresso*, e quando este jornal terminou, entrou para o *Seculo* como collaborador effectivo, encarregando se de tudo quanto se referisse a musica. Foi durante alguns annos vereador da camara municipal do concelho de Belem, graças á influencia do seu parente, Pedro Franco, depois conde de Restello, e quando este concelho se incorporou no de Lisboa em 1892, veiu fazer parte do municipio lisbonense, como permanente e dedicado auxiliar do referido titular, que era então o presidente. Foi depois reeleito em 1894 e nos annos seguintes, dirigindo o pelouro da policia e bibliothecas, e por fim o dos asylos. Nos ultimos tempos, e já bastante doente, dedicou-se com paixão pelo estudo de violoncello, o tomou parte em algumas sessões de musica de camara. Pelo mesmo tempo acompanhou o conde de Restello n'uma viagem a Paris e Londres, e n'esta ultima cidade ajustou por alto preço um magnifico violoncello de *Roggerius*, que não chegou a possuir por a morte o surprehender. Antonio Duarte era muito habil e intelligente; e prestou muitos serviços á arte e foi bom amigo dos artistas. Escreveu uma *Noticia critico-biographica* sobre Gluck e a sua opera *Orpheu*, que foi impressa pelo emprezario do theatro de S. Carlos, Freitas Brito, para ser distribuida gratuitamente por occasião de se cantar esta opera em S. Carlos, em 1893. Era socio da Associação da Imprensa Portugueza. Antonio Duarte foi tambem amador dramatico, pertencendo á antiga Sociedade Taborda, organisando n'aquelle elegante theatro varios espectaculos d'amadores, que fôram muito apreciados, e que elle dirigiu. Sob a sua direcção representaram-se no theatro Taborda *Os Sinos de Corneville*, a *Perichole*, *Mascote*, etc. Foi director d'um grupo d'amadores, que representou com geral agrado a opera *Promessi Sposi*, e fundou o Grupo Dramatico-Musical, que executou varios concertos em S. Carlos e no salão da Trindade. No anno de 1900 representou a Associação da Imprensa no congresso de Roma, e annos antes representara Portugal no congresso de musica de Berlim, mostrando então muitos conhecimentos da arte que tanto adorava. Era cavalleiro fidalgo da Casa Real, e commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, official da de S. Thiago, e commendador da de Carlos III, de Hespanha.

Pinto *(Antonio Florencio de Sousa)*. General de divisão. N. em Abrantes a 27 de fevereiro de 1818, fal. em Lisboa a 18 de fevereiro de 1890. Seu pae tinha egual nome, era um antigo official de artilharia que serviu nos exercitos ultramarinos, e principalmente na India, e fez com inquebrantavel valor as campanhas da Peninsula e da Liberdade; sua mãe chamava-se D. Maria Manuel Benedicta da Silva Pereira Pinto, que falleceu tendo seu filho apenas 6 annos de edade. E como as desgraças não férem isoladas, pouco depois a guerra arrancava egualmente do lar domestico o viuvo inconsolavel, para o lançar nos perigos e trabalhos das campanhas da Liberdade, deixando os filhos no mais completo isolamento e abandono. Em lucta com a adversidade logo nos mais verdes annos, a sua propria estrella o conduziu, comtudo, a porto de salvamento, pois que aos 14 annos de edade entrou na Academia Real de Marinha, obtendo logo no primeiro anno do curso o terceiro premio pecuniario. Logo em seguida á entrada do duque da Terceira em Lisboa, a 24 de julho de 1833, alistou-se, tendo apenas 15 annos, no exercito libertador. Tomou parte na defeza das linhas do Lisboa, seguiu com o exercito até Santarem, e d'ahi a Evora-Monte, onde se firmou a convenção que poz termo á campanha. Restabelecida a paz solicitou e obteve licença para continuar os estudos, e tendo concluido aos 19 annos o curso d'artilharia, foi despachado alferes, seguindo o de engenharia que tambem concluiu com distincção, obtendo varios premios. Collocado em artilharia, arma em que seu pae servira, tomou parte com a sua bateria sendo ainda subalterno, no cêrco d'Almeida em 1844, merecendo ser agraciado com o grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada, pelo seu brilhante procedimento; logo depois na batalha de Torres Vedras, em dezembro de 1846, combatendo sempre pela causa da rainha D. Maria II, o que lhe valeu a mercê do grau de official da mesma ordem, dando se assim a circumstancia de ter direito ás honras de official superior quando ainda occupava um modesto logar na hierarchia militar. Só em 19 de abril do anno de 1847 foi promovido a capitão, sendo-lhe confiado o commando d'uma bateria a cavallo, que em 1851 fez parte das forças commandadas por el-rei D. Fernando, operando contra o marechal Saldanha, que se havia sublevado Quando D. Fernando estava em Coimbra á frente de duas brigadas de infantaria, uma de cavallaria, e a bateria a cavallo do commando do capitão Sousa Pinto, revolucionou-se a população da cidade em

favor do marechal, instigada pelos estudantes, adherindo ao movimento o regimento de lanceiros e duas companhias de infantaria n.º 16. Elrei D. Fernando convocou a conselho os chefes das tropas que commandava, e todos lhe declararam a sua adhesão, mas no dia immediato a 1.ª brigada manifestou-se tambem a favor do marechal. Foi então que o capitão Sousa Pinto, depois de repellir a offerta do posto immediato e outras vantagens que lhe haviam sido feitas pelos revoltosos, collocando-se á frente da sua bateria, atravessou com ella por entre as tropas sublevadas, passou a ponte do Mondego, e foi tomar posição no campo de Santa Clara, contendo não sómente os revoltosos, mas abrindo caminho ao rei e ás tropas que se lhe haviam conservado fieis, que marcharam para Lisboa. Terminando finalmente no anno de 1851 as dissensões politicas com o movimento da Regeneração, Portugal entrou n'um periodo de paz. Começou então uma nova phase da vida de Sousa Pinto, em que não são menos importantes os seus serviços como official intelligente e illustrado. Em 1856 foi encarregado de dirigir as experiencias do transporte e do tiro da nova artilharia, e desempenhou-se com tanta proficiencia d'esta commissão que foi louvado em ordem do exercito pelo proprio marechal Saldanha contra quem elle se havia pronunciado cinco annos antes. Em 1858 foi nomeado ajudante de campo do inspector do Arsenal do Exercito, o general Joaquim Guilherme da Costa, passando depois a chefe da secretaria da inspecção do mesmo arsenal. Em 1863 foi promovido a major do regimento de artilharia n.º 1, e em seguida chefe do Estado maior da mesma arma. Em 1869 subiu ao posto de tenente-coronel e chefe do gabinete do ministro da guerra, cargo que exerceu com os seguintes ministros: general Maldonado, Lobo d'Avila, mais tarde conde de Valbom, duque de Saldanha, marquez de Sá da Bandeira, general Rego e Fontes Pereira de Mello. A variedade de opiniões d'estes ministros, e a conservação de Sousa Pinto em cargo de tanta importancia, provam cabalmente a grande confiança que a todos merecia a sua provada lealdade. Uma das mais frisantes demonstrações d'esta confiança, é que tendo succedido a revolta de 19 de maio de 1870, sendo ministro da guerra Lobo d'Avila, o ministro que lhe succedeu, duque de Saldanha, conservou Sousa Pinto no seu logar de chefe do gabinete do ministro. Em 1873 o seu estado de saude o obrigou a retirar-se d'aquelle cargo, sendo então nomeado chefe da repartição dos estudos militares, onde serviu até 1876. N'este anno foi nomeado successivamente general de brigada e director geral de artilharia. Por esta occasião, el rei D. Fernando o nomeou seu ajudante de campo. No exercicio d'este cargo se conservou até á morte de D. Fernando, recebendo sempre d'elle muitas demonstrações da mais intensa amizade, e do mais vivo apreço. Em 6 de março de 1877 foi chamado para fazer parte do ministerio, encarregando se da pasta da guerra, cargo que recusou obstinadamente, e que sómente acceitou depois de lhe serem acceitas as duas condições: de o exercer interinamente, e de ser substituido o mais breve possivel. Em 27 de dezembro de 1877 foi elevado a par do reino. Em 29 de janeiro de 1878 foi exonerado do cargo de ministro de Estado e nomeado secretario de Estado honorario. Em 8 de junho de 1878, tendo D. Fernando resolvido fazer uma digressão pela Europa, escolheu para o acompanhar a Hespanha, França, Suissa e Italia. Depois da morte de D. Fernando, foi nomeado ajudante de campo d'el-rei D. Luiz I. Em 10 de setembro de 1885 teve a promoção de general de divisão. Sousa Pinto foi um escriptor muito erudito, occupando-se sempre de assumptos militares. Durante 37 annos foi redactor da *Revista militar*, onde escreveu muitos e valiosos artigos. São numerosos os louvores que officialmente recebeu em memoria dos seus serviços. Em 15 de março de 1853 foi louvado pelos seus sentimentos humanitarios; em 21 de maio de 1814 pela maneira como commandou a artilharia no cêrco d'Almeida; em 21 de outubro de 1856 pelas sabias disposições e bom emprego da força debaixo das suas ordens; em ordem do exercito n.º 13 de 1857 pela maneira distincta por que se desempenhou da commissão de experiencia de transporte e tiro; em 25 de maio de 1858 pela boa disciplina das forças debaixo das suas ordens; em 27 de agosto de 1861 pela maneira como exerceu as funcções de chefe da repartição do exercito; em 4 d'agosto de 1863, pela maneira como desempenhou o cargo de ajudante de campo; por portaria de 13 de fevereiro de 1868 foi louvado especialmente pela actividade e intelligencia bem provadas que mostrou na commissão consultiva sobre a acquisição de bocas de fogo; em 13 de janeiro de 1869 pelo zelo que empregou nos trabalhos da commissão encarregada da organisação das reservas; em 4 de março de 1869 pelo zelo e intelligencia que desenvolveu nos trabalhos da commissão encarregada de escolher o melhor systema de armamento para o exercito; em 20 de abril de 1870 pela pericia e promptidão empregadas no serviço do armamento das praças maritimas, de que foi encarregado, etc. Sousa Pinto possuia as seguintes distincções: carta de conselheiro, gran-cruz da ordem de Aviz, o officialato da da Torre e Espada; gran-cruz das ordens estrangeiras: Carlos III, de Hespanha, e de Ernesto Pio de Saxe. Era condecorado com a medalha das campanhas da Liberdade, com as de ouro de valor militar e bons serviços, de comportamento exemplar, e outras. Era presidente da Associação Central Primeiro de Dezembro de 1640, e da Sociedade Portugueza da Cruz Vermelha.

Pinto (*Antonio Joaquim de Gouveia*). Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra; fal. no sitio da Mealhada, junto a Loures, a 10 de outubro de 1833. Serviu successivamente varios logares na magistratura, como o de corregedor da comarca de Portalegre, juiz do Tombo dos almoxarifados da Bemposta e Reguengo d'Algés, etc. Foi posteriormente desembargador na Casa da Supplicação e socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Escreveu: *Opusculo gratulatorio ao Ill.*^{mo} *e Ex.*^{mo} *Sr. Marechal Beresford*, Lisboa, 1812; tem uma estampa; *Tratado regugular e pratico de Testamentos e Successões, ou Compendio methodico das principaes regras e principios que se pódem deduzir das leis testamentarias, tanto patrias como subsidiarias, illustradas e accl aradas com as competentes notas*, Lisboa, 1813; d'esta obra se fizeram successivamente 4 edições, com emendas e augmentos, sendo a 4.ª de Lisboa, 1844; no Rio de Janeiro sairam as 5.ª e 6.ª edi-

ções, em 1850 e 1851, ambas com as notas de muito correctas e augmentadas, etc ; *Manual de Appellações e Aggravos ou deducção systematica dos principios mais solidos e necessarios, relativos á sua materia*, Lisboa, 1813; sendo tambem reimpressa na Bahia em 1816, e depois no Rio de Janeiro, em 1846; *Resumo Chronologico de varios artigos de Legislação patria, que para Supplemento dos Indices chronologicos offerece aos estudiosos da Jurisprudencia Portugueza*, etc., Lisboa, 1818; *Memoria sobre o verdadeiro direito e pratica das licitações nos inventarios*, Lisboa, 1819; *Memoria em que se mostra a origem e estabelecimento do Papel moeda em o nosso r ino, e se apontam os meios de verificar a sua amortisação, e remir os emprestimos feitos ao Estado*, Lisboa, 1820; *Caracteres da Monarchia; n'esta obra se mostra que esta fórma de Governo excede a todas as outras*, Lisboa, 1824; *Demonstração dos direitos que competem ao sr. D Miguel sobre a successão da Corôa de Portugal*, Lisboa, 1828; *Exame critico e historico sobre os direitos estabelecidos pela Legislação antiga e moderna, tanto patria como subsidiaria, e das nações mais visinhas e cultas, relativamente aos Expostos ou Enjeitados, para servir de base a um regulamento geral administrativo a favor dos mesmos*, Lisboa, 1828; é desenvolvida ampliação de outro trabalho, que o autor publicara anteriormente, com o titulo seguinte: *Compilação das providencias, que a bem da creação e educação dos expostos ou enjeitados se tem publicado, e se acham espalhados em differentes artigos de legislação patria*, Lisboa, 1821; com 3 mappas; *Memoria estatistico historico militar, em que se dá noticia da força militar terrestre, que nos primeiros tempos da monarchia portugueza se chamava Hoste, e que depois se veiu a chamar Exercito*, etc., Lisboa, 1832; chega sómente até pag. 64, tendo sido mandada suspender a continuação da impressão por ordem da Academia; *Memoria historica, ou Catalogo chronologico dos escrivães da Puridade, e Secretarios de Rei, ou Estados, que consta terem servido nos differentes e legitimos reinados da Monarchia Portugueza*, etc , Lisboa, 1833; chega até pag. 73, em que ficou interrompida a impressão tambem por ordem da Academia. A causa da suppressão d'estas duas *Memorias* foi, que publicando-se os volumes onde ellas tinham cabimento já depois da mudança politica de 1833, reconheceu-se a impossibilidade absoluta de ali se conservarem; quanto á segunda, pelo modo indecoroso com que o autor se explicava a respeito das duas epocas constitucionaes de 1820 a 1823 e de 1826 a 1828; e emquanto á primeira, pelos elogios e louvores que d'ella dispensava a D. Miguel na qualidade de rei legitimo de Portugal; *Periodico para os bons realistas; jornal historico politico e noticioso*, Lisboa, 1828; *Duas sentenças proferidas no tempo da guerra da acclamação: 1.ª contra o aleivoso Domingos Leite, que quiz matar atraiçoadamente o sr. rei D. João IV; 2.ª contra o traidor D. Fernando Telles de Faro, que desamparara a embaixada de Hollanda, e fugiu para Castella; agora impressas pela segunda vez*, etc., Lisboa, 1833.

Pinto *(Augusto Marques)*. Distincto violinista e compositor. N. no Porto a 16 de outubro de 1838, fal. a 19 de março de 1888, sendo filho de Manuel Marques Pinto e de sua mulher D. Maria Augusta Marques Pinto. Seu pae era um pintor muito considerado n'aquella cidade, foi presidente da Associação dos Pintores Portuenses, e fal. a 4 de janeiro de 1858. Seus irmãos seguiram a mesma profissão, mas revelando o pequeno Augusto particular gosto pela musica, o pae não lhe contrariou a vocação, antes a auxiliou, confiando-o aos cuidados do violinista professor João Antonio Ribas. Marques Pinto com tanta dedicação se consagrou ao estudo, que aos 15 annos, em 16 de setembro de 1854, fez a sua estreia como concertista de violino n'um sarau realisado nas salas da Associação Industrial. O jornal *Braz Tisana*, dando a noticia d'este sarau, diz: «Varios curiosos tocaram piano, e o joven Marques tocou rebeca d'uma maneira tal que causou geral admiração.» Pouco depois entrou para primeiro violino da orchestra do theatro de S. João, fazendo-se ouvir frequentemente a solo em concertos que ali realisavam, grangeando d'este modo grande reputação, ficando considerado um dos primeiros artistas portuenses. Consagrou-se tambem ao ensino, tornou-se notavel pela dedicação e bom methodo. Um dos seus primeiros discipulos, e decerto o melhor, Bernardo Moreira de Sá, apresentou elle, creança ainda, n'um concerto que deu a 5 de junho de 1862. N'este mesmo anno tomou parte n'um concerto dado por Antonio Soler no theatro de S. João, em que foi enthusiasticamente applaudido. Na epoca em que a Polonia se havia revoltado, tentando recuperar a sua antiga independencia, os estudantes de Coimbra fôram ao Porto em abril de 1863, para darem tres espectaculos em beneficio dos polacos. Para essas recitas escreveu Marques Pinto a musica d'um hymno dedicado aos academicos, poesia de Guilherme Braga, sendo cantado pelo tenor D. Pietro, que era polaco. O conjuncto d'estas circumstancias deu occasião a delirantes ovações em que a mocidade academica, alliada ao publico, expandia largamente o seu generoso sentimento. No fim do mesmo anno de 1863 esteve no Porto o pianista hespanhol Oscar de la Cinna, e com elle executou Marques Pinto a celebre sonata de Beethoven dedicada a Kreutzer, n'um concerto no theatro de S. João a 29 de dezembro. Foi a primeira vez que a celebre composição beethoviana se ouviu no Porto, em publico. Em 4 de julho de 1864 apresentou pela segunda vez, n'um concerto que deu no theatro Baquet, onde então era chefe d'orchestra, o seu discipulo Moreira de Sá, que tocou uma composição do professor, intitulada *Sena Maritima*. Tanto o mestre como o discipulo fôram alvo d'uma extraordinaria ovação. Seguindo a sua carreira triumphal, Marques Pinto tomou parte em numerosos concertos, uns organisados por elle e outros promovidos por collegas seus e pelas sociedades artisticas que então existiam no Porto. O seu caracter bondoso e condescendente o faziam satisfazer todos os pedidos, de que não lhe resultava outro proveito, senão o do applauso publico. Em principio de maio de 1865 adoeceu gravemente, e todos o suppuzeram perdido, e então os musicos do Porto, n'um grande empenho de solidariedade, organisaram um brilhante concerto em sua homenagem. A orchestra, dirigida por Dubini, compunha-se de 80 executantes, tomando parte n'aquelle grandioso sarau os principaes artistas portuenses. Por occasião da divergencia entre a

Associação Musica 24 de Junho e a empresa do theatro de S. Carlos, Marques Pinto escripturou-se como primeiro violino da orchestra d'este theatro na epoca de 1878-1879. Foi elle um dos fundadores e o mais persistente collaborador na Sociedade de quartetos Portueuse, organisada em 1874. Essa sociedade deu numerosas sessões durante alguns annos, exercendo benefica influencia na educação musical d'uma parte do publico e dos artistas. D'ella nasceu o *Orpheon Portuense*, fundado em 1881, tão superiormente dirigido por Moreira de Sá. Nas sessões de musica de camara que o *Orpheon* realisou com frequencia, tomou parte ainda muitas vezes Marques Pinto, na qualidade de violeta. O distincto professor tambem pertenceu á orchestra do theatro do Principe Real do Porto, com Antonio José dos Santos, Nicolau Ribas, Castilho, Canedo, Gonzaga e outros, na empresa Alves Rente. Escreveu a letra e a musica d'uma opereta n'um acto, *Um milagre á beira mar*, que se representou no theatro Baquet em 1 de outubro de 1866; letra e musica da opera comica em 3 actos *North Bull o explorador* representada no theatro do Principe Real em 1887, onde era chefe da orchestra. Fal. victima d'um amollecimento cerebral, sepultando-se no mesmo dia em que ardeu o theatro Baquet. Marques Pinto escreveu ainda diversas composições para violino e piano, entre as quaes se contam tres phantasias sobre canções populares portuguezas, uma sobre a opera *Aida*, etc. De todas a mais notavel é um *Concerto*, dedicado a el-rei D. Luiz I, cujo autographo dizem existir na Bibliotheca Real d'Ajuda. Publicou tambem um pequeno methodo para violino, com este titulo: *Methodo de violino; resumo coordenado para tornar ameno e proveitoso o estudo d'este instrumento.* Imprimiu tambem um *Hymno a Camões*, para ser cantado na commemoração do tricentenario do grande poeta, em 1880, sendo a letra de Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro.

Pinto *(Fr. Balthazar).* Monge da ordem de S. Bento. N. em Castro Daire a 13 de maio de 1621; fal. no convento de Tibães a 3 d'agosto de 1696. Professou em 1641 no convento do Pinheiro. Foi provincial no Brazil em 16 8, e regressando a Portugal, foi por duas vezes abbade do mosteiro de Lisboa. Foi doutor em theologia, qualificador do Santo Officio e examinador das tres ordens militares. Escreveu algumas obras que não chegaram a imprimir-se, notando se entre ellas a seguinte: *Descripção do Brazil desde o rio da Prata até ao Pará demarcando todos os baixos da costa, assignando o fundo de todas as barras, declarando a altura do polo e apontando os surgidouros.*

Pinto *(Balthazar Correia).* Freire da ordem militar de S. Thiago. Era natural de Castello Branco, e viveu no seculo XVII. Deixou publicado um *Sermão do Calvario.*

Pinto *(Bento Teixeira).* Diz Joaquim Manuel de Macedo, escriptor brazileiro, que pela ordem chronologica foi Bento Teixeira Pinto o primeiro poeta e litterato que nasceu no Brazil, da sua vida, porém, muito pouco se conhece. Sabe se que nasceu em Pernambuco, provavelmente pouco antes de 1550, e ignora-se quando falleceu. No dia 16 de maio de 1565 largou de Pernambuco a nau *Santo Antonio*, na qual ia elle e Jorge d'Albuquerque Coelho de passagem para Lisboa, e não devia ter muito menos de 20 annos, em 1565, quem escreveu a narração d'esta tormentosa viagem. Bento Teixeira Pinto compoz e imprimiu um poema em oitava rima, que intitulou *Prosopopéa*, dedicando-o a Jorge d'Albuquerque Coelho. Publicou tambem em 1601 a *Relação do naufragio que fez Jorge Coelho vindo de Pernambuco em a nau de Santo Antonio em o anno de 1565.* No tomo II da *Historia tragico-maritima* acha-se reimpressa aquella *Relação.* A obra inedita *Dialogo das grandezas do Brazil* é por alguns attribuida a Bento Teixeira; outros, porém, duvidam que seja d'elle, e de um e d'outro lado as autoridades são de grande peso. A *Prosopopéa* foi reimpressa em 1872 pelo bibliothecario da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, o dr. Bemjamim Franklim Galvão, que fez reproduzir com a maior fidelidade um exemplar de 1601, que descobriu na mesma bibliotheca. O maior valor d'este poema é historico e bibliographico.

Pinto *(Caetano Antonio Claudio Julio Raymundo da Gama).* Medico ophthalmologista. N. em Gôa a 30 de abril de 1853. Seguiu os estudos preparatorios, pela maior parte, no lyceu e na escola de mathematica de Nova Gôa, obtendo as melhores qualificações. Em março de 1872 veiu para Portugal completar o curso preparatorio dos lyceus do Porto e de Coimbra. No anno lectivo de 1872-1873 matriculou-se na Academia Polytechnica do Porto, onde fez os exames de physica e de chimica, obtendo premios. Em 1873 matriculou se na Escola Medica de Lisboa, frequentando, sem interrupção, os cinco annos do curso, e defendeu these em 10 de junho de 1878. Alcançou distincções em todos os exames, e premio nas cadeiras de anatomia, physiologia, pathologia interna, clinica medica, medicina legal e hygiene. Obteve egualmente distincções nas cadeiras de botanica e zoologia, que frequentou juntamente com os dois primeiros annos da Escola Medica. Em agosto de 1878 foi para Paris, e ali se dedicou especialmente aos estudos ophthalmologicos, sob a direcção de Wecker. Em 1879 dirigiu-se a Vienna d'Austria, onde proseguiu os seus estudos e experiencias ao lado de dois dos mais eminentes especialistas europeus, Arlt e Jaeger. Ainda no mesmo anno emprehendeu uma visita scientifica ás universidades de Munich, Leipzig, Halle e Berlim, onde procurou apresentar-se aos mais celebres professores e estabelecer relações com elles, para reconhecer os progressos da sciencia com os seus mais desvelados cultores. A esse tempo já o sr. dr. Gama Pinto estava familiarisado com as linguas franceza e allemã, que conhece tão profundamente como a lingua patria. Em 1880 encontrava-se em Heidelberg nos laboratorios de Kuchne e Arnold, notabilidades bem conhecidas no mundo scientifico, e aperfeiçoava-se no estudo da histologia normal e pathologica e em medicina experimental do olho. N'esse anno foi nomeado pelo governo portuguez para o quadro de saude da India e professor da Escola Medica de Nova Gôa; e pelo governo allemão, que recebera boa informação do seu merito, assistente de clinica oculistica da universidade de Heidelberg, sob a direcção do sabio Otto Becker. Nas regiões da sciencia, na Allemanha, poucos professores estrangeiros tem gozado de tão subidas distincções. Em 1881 encarregaram-

n'o de dirigir os cursos praticos de ophthalmonopia e de cirurgia occular. Em 1882 teve o encargo de fazer as lições publicas, theoricas e praticas, n'uma das salas da mencionada universidade, perante um auditorio selecto e numeroso, onde se viam medicos distinctos de todas as nações. Pouco antes recebera o diploma de membro da sociedade internacional de ophthalmologia. Tambem é membro da Sociedade de Historia Natural e de Medicina de Heidelberg. O sr. dr. Gama Pinto ficou sendo considerado como dos principaes ophthalmologistas da Europa e da America do Norte. Foi o iniciador do Instituto Ophthalmologico, em 1892, creação de reconhecida utilidade, onde estabeleceu um curso theorico e pratico de pathologia e clinica ophthalmologica, não podendo manter-se,por falta de frequencia de alumnos. Ainda ali se realisaram em 1892 numerosas operações de grande cirurgia. O consultorio do notavel ophthalmologista tem sido sempre muito concorrido, pois que a maioria das pessoas que infelizmente soffrem dos olhos vão recorrer ao

Dr. Gama Pinto

seu valioso auxilio, sendo consideraveis as curas conseguidas. O sr. dr. Gama Pinto é socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Dos seus muitos trabalhos scientificos, escriptos em differentes linguas, mencionaremos os seguintes: *Tosse convulsa*; dissertação inaugural apresentada e defendida na Escola Medico Cirurgica de Lisboa, em junho de 1878, Coimbra, 1878; *Oxyemia do sangue venoso;* estudo clinico inserto no *Correio Medico*, Lisboa, n.ºs 10 e 11, de 1879; *Breve estudo sobre a hemeralogia essencial;* no mesmo *Correio Medico;* n.ºs 18, 20 e 22, de 1879, e n.º 1, de 1880; *Noticia sobre a litteratura ophthalmologica de Portugal dos annos de 1878 e 1879*, inserta em allemão no *Centralblatt fuer praktische Augenheilkunde*, Berlim, 18 9. pag. 364; *Valor diagnostico do rubor da retina e do nervo optico;* saiu no *Archivo Ophthalmotherapico*, de Lisboa, n.ºs 3, 4 e 5, 1880; *Tratamento da conjunctivite diphtherica*, estudo clinico e estatistico inserto no *Periodico de Ophthalmologia pratica*, n.º 5, 1881; *Investigação anatomica sobre a ophthalmia sympathica*; trabalho apresentado pelo professor Becker ao congresso dos medicos alienistas reunido em Baden-Baden, em 1881, e inserto em allemão no *Archiv fuer Psychiatrie*, Band XII, Heft I; *Anatomische Untersuchung eines nach Critchett's Methode Wegen Hornhantstaplyloms Operirten Auges*; esta memoria appareceu nos *A. v. Graef's Archiv fuer ophthalmologie*, Band XXVII, Berlim, 1882; *Contribuição ao estudo de anatomia normal e pathologica do crystallino* (communicação previa); com a collaboração do professor Becker e do dr. H. Schaefer, e publicada no *Centralblatt*, etc., 1882; pag. 129; e em francez na *Revue générale d'Ophtalmologie*, n.º 5, do mesmo anno; *Contribuição ao estudo dos ferimentos do crystallino;* no *Archivo Ophthalmotherapico*, de Lisboa, n.º 1, de 1883; *Zur Anatomie der gesunden und Kranken Linse*; com a collaboração do professor Becker e do dr. H Schaefer, em allemão; Wiesbaden, 1883; com 14 estampas lithographadas, contendo 66 figuras; *A Société française d'Ophthalmologie*, reconhecendo o grandissimo valor d'esta obra para os progressos da anatomia normal e pathologica do crystalino, decidiu por unanimidade mandal-a traduzir em francez e publicar á sua custa; *Beschreibung eines mit Iris-un d'Averhaut-colobom behafteten Auges;* memoria inserta no *Archiv fuer Augenheilkund*, Rand XIII, 1883, e traduzida em inglez no *Archives of ophthalmology*, New-York, n.º 2, 1884; *Des hémorrhagies consécutives à l'extraction de la cataracte;* estudo clinico inserto na *Revue générale d'Ophthalmologie*, Paris, pag. 97, 1884; *Uber das Workommen von Karyskinese in der entzundeten Brusthant des menschen*; estudo anatomico inserto no *Centralblatt*, etc., Berlim, n.º 4, 1886, *Technica microscopica dos microbios, em particular dos gonococcos e particularidades pathogenicas d'estes ultimos;* na *Medicina contemporanea*, de 1881.

Pinto *(Caetano José)*. Professor e secretario do Lyceu Maria Pia. N. em Lisboa a 11 de maio de 1859, sendo filho do fallecido pharmaceutico do mesmo nome, e de D. Maria José da Conceição Pinto. Tendo iniciado, depois de concluidos os seus estudos, a carreira burocratica como funccionario da camara municipal de Lisboa no pelouro da instrucção, subiu os differentes graus da escala até chefe de repartição, logar que exerceu de 1886 até 1892; n'esta data, e em virtude de transferencia dos serviços da instrucção primaria para o Estado, passou a prestar os serviços da sua categoria no extincto commissariado da instrucção primaria, do districto de Lisboa, 1892 a 1902, e depois na inspecção da 1.ª circumscripção escolar onde é hoje chefe da secretaria. Dedicando-se ao magisterio secundario, foi em 1885 nomeado professor da lingua franceza na escola Maria Pia, recentemente transformada no lyceu feminino Maria Pia, onde se conserva como professor do segundo grupo (portuguez e francez) e secretario; professou as mesmas disciplinas no lyceu central de Lisboa nos annos de 1888 a 1897. Em 1889 publicou um volume de 200 paginas, *A instrucção primaria em Paris*, relatorio da visita á exposição universal e ás escolas da grande capital, o qual lhe fôra incumbido pela camara, e em 1900 uma monographia em francez, *L'ecole primaire*, com destino á exposição de Paris, por incumbencia da secção portugueza, e pela qual lhe foi concedido um diploma

de honra pelo jury internacional. Tem dispersos pela imprensa periodica muitos artigos politicos, litterarios e pedagogicos. Foi redactor da *Democracia*, jornal de Elias Garcia, durante annos, do *Seculo* nos seus primeiros numeros, do *Mandarim*, dirigido por Barros Lobo, do *Contemporaneo*, jornal de critica theatral, do *Froebel*, semanario pedagogico, e por fim director da *Revista pedagogica* de Lisboa. Por serviços distinctos foi agraciado com o grau de official da ordem de S. Thiago por proposta da direcção geral de instrucção publica; o governo francez concedeu lhe a distincção de *officier de l'instrution publique*. E' presidente da secção de ensino geographico da Sociedade de Geographia de Lisboa.

Pinto (*Carlos Augusto*). Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. E' natural do concelho de Mogadouro. Estudou preparatorios no Porto, onde frequentou um anno a Academia Polytechnica, passando depois para Coimbra a matricular-se no primeiro anno da faculdade de Theologia; sentindo, porém, vocação para a magistratura, preferiu o curso de Direito, formando-se n'esta faculdade em 1874. Em seguida á formatura foi nomeado administrador do concelho da Torre de Moncorvo, que desde o movimento da *Janeirinha*, em janeiro de 1868, se achava n'um estado anarchico, e por tal fórma se houve ali, que conseguiu restabelecer, não só o prestigio da autoridade, mas solver a enorme divida camararia, medida administrativa que ninguem suppunha realisavel. E que a administração do dr. Carlos Augusto Pinto foi intelligente e habil, feita em condições difficilimas, o affirma o proprio facto de haver solicitado a sua demissão em outubro de 1875, sendo-lhe só concedida em abril do anno seguinte. Até fim de julho de 1877 exerceu a advocacia na comarca de Moncorvo, sendo despachado pouco depois delegado do procurador regio, logar que começou a exercer em agosto do mesmo anno. Em 1886 foi despachado juiz para o tribunal administrativo de Beja, e ali se conservou 4 annos, regendo nos dois ultimos as cadeiras de geographia e historia no lyceu d'aquella cidade. Transferido para a comarca de Cuba, como juiz de direito, serviu depois o mesmo logar nas comarcas de Moura, Arganil, Valpassos, Sabugal, Mangualde, indo em 1905 para a comarca da Feira, onde ainda se conservava em 1908, sendo hoje juiz da 3.ª vara civel do Porto. O sr. dr. Carlos Augusto Pinto, já nos seus tempos de estudante se dedicava á litteratura e ao jornalismo, collaborando n'alguns jornaes do Porto e de Lisboa. Sendo delegado em Moncorvo escreveu na *Patria*, orgão do partido constituinte; em Beja publicou artigos doutrinarios e de polemica, entre elles uma serie sobre organisação judiciaria, e outra sobre irrigação no Alemtejo. A sua collaboração mais assidua foi, porém, no jornal juridico intitulado *Boletim dos Tribunaes*, em cujos 7 volumes se encontram artigos muito importantes, assignados com as iniciaes C. P. Tambem escreveu alguns artigos na *Gazeta dos advogados de Lisboa*, destacando-se entre elles um de critica judiciosa ao livro do sr. F. Deusdado, sob o titulo *Criminalidade e Educação*. Magistrado muito consciencioso, illustrado, e da mais elevada competencia, algumas das suas sentenças mereceram as honras da publicação em jornaes juridicos, e a fama da sua competencia mereceu-lhe o ser convidado para redactor principal do *Echo Judicial*, folha de jurisprudencia, que se publicou durante algum tempo em Lisboa. Acompanhando na politica o sr. conselheiro João Franco, foi o chefe do partido regenerador-liberal em Mogadouro, e delegado especial do centro politico de Freixo de Espada á Cinta, perante o Centro Regenerador Liberal de Lisboa. Nos seus tempos de estudante em Coimbra, foi durante 5 annos director do *Club*, *Theatro Academico*, e da *Philantropica*.

Pinto (*Clemente Joaquim dos Santos*). Medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto, lente da mesma escola, reitor do Lyceu Central de Lisboa, deputado, etc. N. em Chaves em 1871, fal. em Lisboa a 5 de fevereiro de 1907. Era filho de Clemente Joaquim dos Santos Pinto, e de sua mulher, D. Antonia Augusta dos Santos Pinto. Foi muito novo para o Porto, onde estudou preparatorios, matriculando-se na Escola Medico-Cirurgica, defendendo these aos 24 annos de edade, em 1895, depois d'um curso dos mais distinctos. Essa escola, onde Clemente Pinto revelara, como discipulo, notaveis qualidades de talento, que successivos louros fôram confirmando, concedeu-lhe pouco depois, aos 27 annos, a cathedra de professor, que elle conquistou em concurso brilhante para a 5.ª cadeira do 4.º anno (operações), que regeu com superior competencia, exercendo commulativamente o logar de secretario da mesma escola até 1902, em que veiu exercer a reitoria do Lyceu Central de Lisboa (Carmo). Cultivou a cirurgia com a maior distincção, revelando logo no principio da sua carreira uma rara profundeza no saber, que mais parecia d'um mestre encanecido no labor scientifico, do que d'um rapaz que ha pouco deixára os bancos da escola. Coube-lhe a gloria de ter sido o primeiro que, no Porto, experimentou e pôz em evidencia o sôro antidiphterico. Foi um dos mais activos propugnadores da Assistencia Nacional contra a Tuberculose, onde exerceu o cargo de primeiro secretario (secção do Porto), promovendo e fazendo conferencias de propaganda contra a marcha d'aquella doença. Em abril de 1901 tomou parte no congresso dos nucleos da Liga contra a tuberculose, realisado na Sociedade de Geographia, apresentando umas instrucções praticas e a indicação das obrigações dos enfermeiros no tratamento da tuberculose. Por occasião das festas henriquinas celebradas no Porto, a respectiva camara municipal realisou uma sessão solemne, sob a presidencia da rainha senhora D. Amelia, ácêrca da tuberculose N'essa sessão, o dr. Clemente Pinto pronunciou uma notavel oração scientifica, cheia de emoção, que foi um dos seus trabalhos mais memoraveis. Pertencendo ao partido regenerador, fez parte da camara dos deputados pela primeira vez em 1900, sendo eleito pelo Porto, que o elegeu ainda em outras legislaturas. Evidenciou-se logo na camara como parlamentar distincto, estudando a fundo todos os assumptos, versando especialmente, e com singular proficiencia, as questões de hygiene e de fazenda, tendo discutido e relatado algumas propostas ácêrca de assumptos de saude e de hygiene, apresentadas ás côrtes pelo chefe do seu partido, o conselheiro Hintze Ribeiro. Em 1902 começou a exercer em commissão o logar de reitor do Lyceu Central, conquistando desde logo a es-

tima e o respeito de todos os professores e alumnos. Falleceu victima da tuberculose, doença que elle tanto combatera. Era casado com a sr.ª D. Amelia Cardoso Pinto, filha do director do Banco de Portugal, o sr. José Pereira Cardoso, e de D. Maria Carlota Cordeiro Cardoso.

Pinto *(Feliciano José Alvares da Costa).* Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. Foi advogado de causas forenses em Lisboa durante algum tempo, e entrando depois na magistratura, chegou a ser desembargador da Casa da Supplicação, logar que exercia em 1820. Fal. entre este anno e o de 1826. Publicou em 1794 uns *Fragmentos de direito canonico, publico, particular, civil e regio.*

Pinto *(Fernando Claudio da Cunha).* Fidalgo da Casa Real; thesoureiro geral do estado da India, onde foi tambem advogado muito considerado, e exerceu differentes cargos importantes. N. em Nova Gôa a 2 de junho de 1845, onde tambem fal. a 12 de dezembro de 1903 Era o representante d'uma das mais illustres casas d'aquelles estados. Aos 22 annos, e por concurso, foi nomeado ajudante da conservatoria do registo predial de Damão, exercendo em seguida e successivamente os cargos de juiz do julgado de Sanquelim, e de juiz de direito, substituto, da comarca das Ilhas. Por largos annos foi vogal da junta geral do concelho de provincia, vogal do Tribunal de Contas, do Conselho de Instrucção Publica, cargos que desempenhou sempre com a maior competencia, que lhe grangeou a posição invejavel que chegou a occupar no fôro indiano. Como thesoureiro geral e vice-consul de França, demonstrou ainda as suas aptidões; foi, porém, como advogado, que mais se salientou, nas muitas e importantes causas que defendeu. Relacionado com quasi tudo quanto ha de mais distincto na magistratura, que n'elle via um homem de apreciaveis qualidades, foi considerado como o primeiro advogado indiano. Era casado com D. Albina Gonçalves da Cunha, tambem representante d'uma illustre familia indiana. Fernando da Cunha Pinto era um homem illustrado, intelligente, muito activo e bondoso. Fôra agraciado com a carta de conselho. Fal. aos 58 annos de edade, e a sua morte foi muito sentida.

Pinto *(Fernão Mendes).* Celebre viajante e escriptor. N. em Montemór-o-Velho em 1509, fal. em Almada em 1580, ou segundo o P. Francisco de Sousa, no *Anno Historico*, em 8 de julho de 1583. Era filho de gente humilde e pobre, mas um seu tio, residente em Lisboa, o chamou á capital, quando apenas contava 12 annos de edade, segundo elle proprio declara, e chegou a esta cidade por occasião da morte d'el-rei D. Manuel. Seu tio collocou-o a servir em casa d'uma senhora fidalga. Ali esteve anno e meio. tendo por conseguinte 14 annos incompletos, quando por motivos mysteriosos, teve de fugir para salvar a vida, como elle diz, e d'um modo tão desatinado, que só parou á beira do rio Tejo, e vendo uma caravella d'Alfama que ia partir para Setubal, carregada de cavallos e fato para um fidalgo que andava na côrte de D. João III, que então ali estava, metteu-se n'ella e partiu. Qual fôsse o motivo da fuga, nunca se pôde saber nem sequer conjecturar, porque motivos de amor, que n'esse caso são os que logo lembram, são completamente incompativeis com a tenra edade de Fernão Mendes Pinto. Em todo o caso, cedo lhe começaram as aventuras, porque logo ao sair da barra, a caravella em que embarcara, caiu nas mãos d'um corsario francez, que resolveu ir vender marinheiros e passageiros a Larache, mas tendo feita outra presa muito mais rica, deliberou seguir logo para França, e por isso deitou em terra, quasi nús e exhaustos de recursos, os prisioneiros que fizera, e entre elles o pobre Fernão Mendes Pinto, que depois de ter sido caritativamente tratado em S. Thiago do Cacem pela mulher do alcaide-mór, entrou ao serviço do mestre da ordem de S. Thiago, D. Jorge, filho bastardo de D. João II, serviço em que esteve anno e meio, depois de ter estado 4 annos ao serviço d'outro fidalgo chamado Francisco de Faria. Mas como era ambicioso e achava mesquinha a remuneração que recebia, resolveu partir para a India, o que realisou no dia 11 de março de 1537. Observa um seu biographo: «Começou aqui a haver uma certa impossibilidade de conciliar as datas. Se em 1521 veiu para Lisboa, se esteve anno e meio em casa da tal senhora illustre, 4 annos em casa de Francisco de Faria, anno e meio em casa do mestre de S. Thiago, somma tudo isto 7 annos, e deveria então ter partido para a India em 1528. E' claro, portanto, que os 9 annos que faltam, os haveria passado Fernão Mendes em casa de seu tio, indo para a companhia da tal senhora illustre muito depois dos 12 annos, ficando d'esta fórma facilmente explicavel a questão da fuga.» Chegando a Diu, foi ao estreito de Bal-el-Mandeb, percorreu a Abyssinia e a Arabia, sempre commerciando, e quando regressou á India foi aprisionado por uns turcos, e andou feito escravo, vendido e revendido, até que o resgataram alguns mercadores christãos, que o levaram para Ormuz, d'ali para Chaul, e de Chaul para Malaca com Pedro de Faria, que o encarregou d'algumas missões diplomaticas, que desempenhou airosamente. Continuaram, porém, as suas aventuras. N'uma d'essas embaixadas foi preso, sendo salvo por um mercador moiro que o resgatou, levando-o para Malaca, onde foi recebido com grande affecto, porque suppunham já que elle se perdera. Seria um nunca acabar o narrar todos os naufragios, captiveiros, vendas e resgates de Fernão Mendes Pinto, mas quem se lembrar dos perigos dos mares que elle com mais assiduidade frequentou, e da imperfeição da navegação d'esses tempos, não deve admirar-se d'esta serie successiva de naufragios, nem das aventuras que elle conta no seu livro *Peregrinações.* N'uma d'essas aventuras caiu de novo nas mãos dos piratas, foi roubado por elles, sendo tambem roubado n'essa occasião um feitor de Antonio de Faria que levava quantias de importancia. Antonio de Faria, que ficou por assim dizer, arruinado com as perdas dos bens que confiara ao seu feitor, jurou que faria pagar caro aos piratas o roubo que lhe tinham feito, e tomando 55 homens comsigo, entre os quaes ia Fernão Mendes Pinto, emprehendeu essa famosa campanha de pirataria nos mares da China e do Japão, campanha em que fez prodigios de bravura, que rendeu cidades, atacando-as apenas com um punhado de homens, e em que ao mesmo tempo praticou actos inauditos de crueldade, como foi o de queimar dentro do hospital em que estavam todos os feridos da tripulação d'um navio, e actos

de pirataria que revoltaram o Oriente em peso, como foi o de ter roubado os tumulos dos imperadores da China, que estavam n'uma ilha chamada de Catempluy, profanando para isso as campas imperiaes. Depois d'esta façanha naufragou de novo Fernão Mendes Pinto, caiu prisioneiro dos chinezes, e foi por elles transportado até Pekim, que pôde ainda vêr e descrever, como viu e descreveu uma grande parte da China. Fernão Mendes Pinto e os seus companheiros estavam trabalhando como escravos, quando sobreveiu uma invasão dos tartaros, que fazendo fugir os seus senhores, os libertou a elles. Um dos portuguezes, chamado Jorge Mendes, serviu de muito o seu conselho ao chefe d'uma das divisões do exercito invasor, e ajudou-o a tomar uma praça. D'ahi resultou grande reconhecimento dos tartaros pelos portuguezes que fôram postos em liberdade, podendo partir pora a Cochinchina com um embaixador tartaro. No caminho, por novas aventuras e incidentes extranhos, foi ter ao Japão, d'onde regressou finalmente á India, depois de ter estado em quasi todos, ou em todos os paizes do extremo Oriente. Foi no anno 1542 que Fernão Mendes Pinto, Diogo Zeimoto e Christovão Borralho aportaram ao Japão; n'esse mesmo anno aportaram a esse imperio, indo por outro lado e sem saberem uns dos outros, Antonio da Motta, Francisco Zeimoto e Antonio Peixoto. Foi Fernão Mendes Pinto quem primeiro trouxe informações d'esse paiz, e foi elle incontestavelmente o primeiro europeu que aportou ali, pelo menos, depois de Marco Polo. Ao voltar do Japão encontrou em Malaca o padre jesuita S. Francisco Xavier, e tomou-lhe tão viva affeição, e tanto o admirou, que lhe fez entrega de dois japonezes que trazia comsigo, que S. Francisco Xavier converteu ao catholicismo, e fôram depois os seus grandes auxiliares no apostolado japonez, e finalmente acompanhou-o ao Japão, emprestou-lhe dinheiro para a construcção da primeira egreja e do primeiro collegio da Companhia que existiu n'aquelle archipelago. Tornando emfim a Gôa, partiu a visitar as ilhas do Sonda e depois o reino de Sião, e, segundo elle mesmo conta, estava hesitando sem saber se tornaria ao Japão, mas afinal decidiu-se a partir para Gôa e esperar ensejo de voltar ao reino, alegrando-se muito com a idéa de poder entrar em Montemór-o-Velho com um rolo de 10:000 ducados nas algibeiras. Visitava, porém, muitas vezes o collegio da Companhia de Jesus, onde ia saber noticias do seu amigo Francisco Xavier e buscar as respostas das cartas que lhe escrevia Não conhecia ali ninguem, e saia logo, mas os jesuitas souberam quem era, e possuia fortuna, e foi o bastante para que tratassem de o attrahir. A *Monita secreta*, da Companhia de Jesus, dá perfeitamente o segredo, a chave do caso de Fernão Mendes. O que os artigos d'esses estatutos secretissimos recommendam, foi o que os jesuitas seguiram. Belchior Nunes era quem governava o collegio de Gôa depois da partida de Francisco Xavier. Apenas Fernão Mendes Pinto ali appareceu, todos o rodeavam, lisonjeavam e acarinhavam, tornando-lhe tão agradavel a estada no collegio, que elle já de lá não saia. N'isto chegou a noticia da morte de Francisco Xavier, e a noticia de que um navio portuguez trazia para Gôa o seu caixão. O P. Belchior Nunes foi ao seu encontro n'uma fusta, e Fernão Mendes Pinto acompanhou-o, como intimo amigo do fallecido. A manifestação imponente que se fez em Gôa quando ali desembarcou o corpo do venerado padre, a affluencia de gente, o respeito de todos, as cerimonias religiosas, tudo isso produziu profunda impressão em Fernão Mendes Pinto. Para acabar de o render, Belchior Nunes o levou comsigo para uma capella de N. S.ª da Graça, na ilha de Chorão, a pouca distancia de Gôa, e ali estiveram dois dias sósinhos na mais suave conversação. N'essa capella renovaram o P. Belchior Nunes e outros jesuitas os seus votos, como era uso fazer na Companhia de Jesus de 6 em 6 mezes. No meio da cerimonia, Fernão Mendes Pinto, já profundamente abalado pelo que vira e ouvira, prorompeu n'uma convulsão de choro, bradando que dava todos os seus bens á Companhia, e queria vestir a roupeta da ordem Os padres aproveitaram o ensejo, e logo lhe fizeram pronunciar os seus primeiros votos. Entretanto, os jesuitas haviam deliberado partir para o Japão, para continuarem a obra de S. Francisco Xavier Fernão Mendes Pinto, sabendo-o, declarou que os acompanharia, e o vice-rei D. Affonso de Noronha encarregou-o de ser seu embaixador junto do rei de Bungo, um dos *daimios* do Japão. Resolveu-se, portanto, que o novo adepto não vestisse o habito, emquanto não désse conta da sua missão. Mendes Pinto dividiu os seus bens, que eram avultados, reservando alguns para os seus parentes pobres, dando o resto á Companhia, e emancipando todos os seus escravos, menos tres, que o não quizeram por fórma alguma abandonar. Partiu emfim com os jesuitas para Malaca, onde chegou a 18 d'abril de 1554, seguindo depois com elles para o Japão, passando ali o anno de 1555. Foi então, que Mendes Pinto, ou assaltado por um ataque violento de nostalgia ou aterrado com a idéa de se sepultar debaixo da roupeta de jesuita, ou porque o seu espirito perspicaz tivesse observado na Companhia tendencias que lhe desagradassem, declarou que não queria tomar votos, mas com tanta vehemencia que a Companhia não teve remedio senão consentir, com grande magoa e desespero do P. Belchior Nunes, na sua saida. Desde então a Companhia declarou-lhe guerra de morte. Os jesuitas em primeiro logar levantaram contra elle de tal fórma a opinião publica, que o forçaram a sair de Gôa muito mais depressa do que elle esperava, e a partir para o reino; em segundo logar fizeram com que, apezar dos altos serviços que prestára, das recommendações que levava do governador da India, a quem trouxera cartas e presentes dos *daimios* do Japão, apezar das certidões de serviços que lhe não faltavam, e de ter gasto uma boa parte das muitas riquezas que adquirira, no serviço da Companhia, fizeram com que lhe fôsse negada toda a remuneração, e por muito feliz teve de se dar em não alcançar ainda algum pesado castigo. Foi a 22 de setembro de 1558, que Fernão Mendes Pinto entrou em Lisboa, depois de 21 annos de ausencia, sendo já regente do reino a rainha D. Catharina, viuva de D. João III. Foi a ella que entregou as cartas que trazia. A rainha o remetteu para o official encarregado de tratar d'esses negocios, que as reteve mais de 4 annos sem nunca dar solução alguma. Fernão Mendes Pinto, vendo que nada obtinha, retirou-se para

Almada, onde casou e teve filhos, e ali falleceu, sendo sepultado na egreja parochial d'aquella villa. Foi em Almada que, nos seus ultimos annos de vida, compoz as suas celebres *Peregrinações*, que nem destinava á impressão, porque elle mesmo declara que as escrevia para servir aos seus filhos de cartilha de *A B C*. O livro das *Peregrinações* deixou o o autor manuscripto, por sua morte, e affirmam o provedor e irmãos da Casa Pia dos Penitentes de Lisboa que lhes foi legado pelo autor, mas no alvará do privilegio de 6 de novembro de 1513, se affirma que esse provedor e irmãos tinham declarado que o livro lhes fôra dado por umas filhas de Fernão Mendes Pinto. E' isso o mais provavel, por elle affirmar categoricamente no principio das *Peregrinações*, que deixa esse livro por herança a seus filhos. A obra andou por muitas mãos antes de se imprimir. Esteve sobretudo nas mãos dos jesuitas; teve-o Lucena, o biographo de S. Francisco Xavier, e não é provavel que deixassem de o mutilar ao sabor das suas conveniencias, aquelles que tanto o haviam perseguido por toda a parte. Na verdade, as *Peregrinações* nada dizem ácêrca da entrada de Fernão Mendes Pinto, e da sua saida da Companhia de Jesus, nem da sua partida para Gôa, factos bem conhecidos por documentos e livros da epoca. A respeito dos ultimos annos da sua vida é extremamente escasso em noticias, o que justifica ter passado por ali mão mutiladora, e se a obra não desappareceu de todo, deve-se evidentemente ao facto de já ser muito conhecida, de pertencer a uma confraria importante, por que se não receassem o escandalo, sem duvida a teriam eliminado os jesuitas, assim como eliminaram o nome de Fernão Mendes Pinto de toda a parte d'onde puderam, fazendo essa suppressão do modo mais vergonhoso e impudente. Pesa o maior silencio sobre elle em todos os escriptos ulteriores dos jesuitas. O homem que emprestou a S. Francisco Xavier o dinheiro para fundar no Japão a primeira egreja e o primeiro collegio da Companhia de Jesus, não mereceu uma palavra de commemoração nos historiadores dos progressos da Companhia do Japão. A Carta escripta de Malaca por Mendes Pinto aos irmãos da Companhia em Portugal por ordem do P. Belchior Nunes, em que lhes dava conta minuciosa da sua entrada na ordem, e que fôra logo no anno seguinte impressa nas *Cartas do Japão*, foi retirada nas edições subsequentes, acontecendo o mesmo com a *Informação das cousas da China*, tambem attribuida a Fernão Mendes Pinto. Essas cartas estão traduzidas em hespanhol, e do hespanhol as verteu para portuguez, em que tinham sido originariamente escriptas, José Feliciano de Castilho. Em 1614 saiu a 1.ª edição das *Peregrinações*, apezar de já estar prompta com as respectivas licenças, em 1603, para se imprimir, dirigida por Francisco de Andrade, que fez o summario dos capitulos. Foi logo traduzida em hespanhol por Francisco Herrera de Maldonado, traducção que se imprimiu em 1620, reimprimindo-se depois a mesma versão em 1627, 1645 e 1664. Em 1628 foi traduzida em francez por Bernardo Figuier, a qual se reimprimiu em 1645 e 1663; em allemão traduziu-se em 1652, e em 1671 fez-se uma nova traducção, havendo ainda terceira ou reimpressão d'alguma das duas outras em 1671. Em 1663 foi traduzida a obra em inglez, fazendo-se nova edição em 1692. Já estava traduzida a obra em todas as citadas linguas, sendo todas as traducções mais ou menos reimpressas, quando em Lisboa se fez a 2.ª edição em 1678; a 3.ª foi em 1711, a 4.ª em 172·, a 5.ª em 1762, e finalmente a 6.ª em 1829, inserindo-a depois em excerptos José Feliciano de Castilho, na *Livraria Classica*. O titulo completo da obra é o seguinte: *Peregrinaçam de Fernam Mendez Pinto. Em que dá conta de muytas e muyto estranhas cousas que vio & ouvio no reyno da China, no da Tartaria, no do Sornau, que vulgarmente se chama Sião, no de Calaminhan, no de Pegú, no de Martavão, & em outros muitos reynos & Senhorios das partes Orientaes, de que nestas nossas do Occidente ha muyto pouca ou nenhuma noticia. E tambem dá conta de muytos casos particulares que acontecerão assi a elle como a outras muytas pessoas. E no fim della trata brevemente de algumas cousas, da morte do santo Padre mestre Francisco Xavier, unica luz & resplandor d'aquellas partes do Oriente, e Reytor nellas, universal da Companhia de Jesus*, etc. São numerosos os escriptores, que mais ou menos resumidamente, e com diversos graus de credito, teem falado d'este celebre viajante e do seu popular livro. De muitos fez catalogo José Feliciano de Castilho, de pag. 6 a 19 da parte 2.ª do tomo XVI da *Livraria Classica Portugueza*, no instructivo estudo que publicou com o titulo de *Noticia da vida e obra de Fernão Mendes Pinto*. Novas investigações se encontram numa *Memoria* da Academia Real das Sciencias de Lisboa, por Christovão Ayres, em 1904-1905, e no livro *Subsidios para a bibliographia portugueza, relativa ao estudo da lingua japoneza, e para a biographia de Fernão Mendes Pinto*, por Jordão A. de Freitas, Lisboa, 1905.

Pinto *(Francisco Antonio)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. na villa de Alva, do concelho de Castro Daire, a 6 de janeiro de 1851. Matriculou se na Universidade em Theologia, mas abandonou este curso para seguir o de Direito, formando-se n'esta faculdade no anno de 1875 Depois da formatura foi exercer a advocacia para a terra da sua naturalidade, onde se demorou até 1877. Sendo nomeado delegado curador geral dos serviçaes e colonos de Ambaca, na provincia d'Angola, para ali partiu em 1879. Fez varias viagens ao Zaire e costa do norte até Magumba, em exploração, por sua iniciativa particular, e em 1883 foi encarregado pelo governo de Angola, de fazer um inquerito do commercio das casas extrangeiras estabelecidas em toda a costa do Zaire, e interior, commissão que desempenhou com o maior zelo e intelligencia, e d'ella fez um relatorio, que apresentou ao governo. A'cêrca do resultado das suas viagens e da commissão official que desempenhou, fez umas conferencias sobre o Zaire, no Salão da Trindade nos dias 22 e 26 de fevereiro e 1, 5 e 11 de março de 1888, conferencias muito notaveis, a que assistiu o ministro da marinha, então o fallecido estadista Manuel Pinheiro Chagas, grande parte das classes do funccionalismo, do exercito, do commercio e dos jornalistas.

Pinto *(Francisco Antonio do Nascimento)*. Compositor de musica sacra, e organista em Lisboa, que fal. em 1861. Deixou differentes composições.

Pinto *(Francisco Antonio Norberto dos Santos)* V. *Santos Pinto.*

Pinto *(Francisco Manuel de Frius).* D'este escriptor apenas consta que era em 1793 alumno do collegio de S. Lucas da Casa Pia de Lisboa, e que escreveu uma *Ecloga piscatoria ao feliz nascimento da augusta princeza da Beira*; Lisboa, 179.

Pinto (*Francisco de Paula da Rocha)* Notavel musico amador. N. no Porto nos meados do seculo XVII e fal. depois no anno de 1823. Por mera curiosidade tocava piano, tornando-se um pianista de grande fama, sem nunca ter aprendido, e improvisava composições musicaes, que o seu amigo intimo João José Fernandes de Carvalho, mestre de piano, escrevia logo O periodo que decorreu de 1818 a 1823 foi o grande periodo de celebridade de Rocha Pinto. Balbi faz lhe os maiores elogios no seu *Essai Statistique*, chamando-lhe um phenomeno musical, e accrescenta: «Sem ter nunca estudado musica e só guiado pelo seu genio e pelos excellentes mestres que teve occasião de ouvir, chegou a executar com tanta expressão como exactidão trechos da maior difficuldade, compostos por outros mestres. Nunca pessoa alguma soube melhor do que elle, fazer como se diz, *cantar o piano ;* o que é rarissimo, até entre os artistas mais distinctos. Nós ficámos surprehendidos de vêr trechos da sua composição impressos em Londres, que outros musicos tinham notado e em que soube reunir a mais brilhante imaginação e o gosto mais primoroso á observação de todas as regras ; entre outras, as suas *Sonatas* teem muito merecimento.» Notam-se, principalmente, das suas musicas, cinco valsas, uma sonatina e um thema para variações de Fernandes de Carvalho.

Pinto *(Georgina).* Actriz muito apreciada. N. em 1869 ; fal. no Rio de Janeiro a 12 d'abril de 1903. Revelando grandes aptidões para o theatro, representou em differentes sociedades de amadores dramaticos, estreando-se depois no theatro de D. Affonso, no Porto, na companhia de Taveira, Santinhos e José Ricardo, onde tambem Angela Pinto começou a sua carreira artistica, e se tornou muito sua amiga. Havia sido contratada para os córos, mas apresentando logo nos primeiros ensaios uma harmoniosa e agradavel voz, sendo muito elegante e sympatica, reconheceram ser ella um bom elemento para a scena, e logo a passaram á categoria de discipula, dando lhe um pequeno papel na peça *O Reino das mulheres*, que ella desempenhou muito a contento. Entrou então em pequenos papeis de revistas e d'operetas, sempre com o maior agrado, desenvolvendo-se de dia para dia Esteve depois alguns annos afastada do publico em companhias populares, vindo para Lisboa, onde apezar do seu bello talento, não conseguiu fazer-se notar. Regressando ao Porto com a companhia Taveira, fôram-lhe distribuidos papeis de *soubrette* e caracteristicos, mas como não eram esses os generos de sua feição, appareceu de repente no drama *Fanfan*, de Lopes Teixeira, revelando-se então uma actriz dramatica de faculdades verdadeiramente notaveis. Pondo de parte a comedia e a opereta, percorreu as ilhas dos Açôres, n'uma companhia dramatica, e no seu regresso, escripturou-se no theatro de D. Amelia, de Lisboa, entrando na *Estrangeira, Fromont & C.ª* e *O Amor louco.* Tendo tido algumas divergencias com os seus collegas, passou ao theatro de D. Maria II, onde entrou como societaria de 2.ª classe, estreando-se na peça *Sinhá*, de Marcellino de Mesquita, desempenhando em seguida o difficil papel da *Segunda mulher de Tanqueray*, que a Duse representára em Lisboa e Lucinda Simões no Rio de Janeiro. Mais tarde entrou no prologo do *Suave Milagre*. do sr. conde d'Arnoso, valendo-lhe os elogios da critica. N'uma companhia organisada pelo actor Fernando Maia, foi ao Pará, onde foi muito applaudida, e quando regressou a Lisboa, constituiu com o actor Carlos Santos e outros elementos dispersos uma companhia que representou na Rua dos Condes, o *Fr. Luiz de Sousa*, *Mancha que Limpa, Sapho, Tosca* e *Fedora.* No principio do anno de 1903 partiu para o Rio de Janeiro n'uma companhia organisada por Eduardo Victorino, e estreou-se na *Fedora*. representando depois na *Lição cruel*, e estava para desempenhar o papel de Maud de Rovore na peça *Semi-Virgens*, de Marcel Prévost, quando a febre amarella a victimou.

Pinto *(Gonçalo de Magalhães Teixeira).* Escriptor e magistrado. Em 1806, era juiz de fóra de Angra, quando foi nomeado na mesma cidade provedor da fazenda de defuntos e ausentes, passando em 1811 a occupar o cargo de ouvidor geral do crime na relação de Gôa, e tambem n'esta cidade exerceu o cargo de juiz da alfandega. A 17 de setembro de 1821, quando na India se acclamou a constituição de 1820, Gonçalo de Magalhãos Teixeira Pinto foi nomeado membro do governo provisorio, de que fazia parte Manuel José Gomes Loureiro, Manuel Godinho de Mira, Joaquim Manuel Correia da Silva e Gama, e Manuel Duarte Leitão. Este governo foi derrubado a 3 de dezembro d'esse mesmo anno por uma nova revolução, e Gonçalo de Magalhães Teixeira Pinto voltou a occupar o seu logar de desembargador, mas como lhe attribuiram e aos outros as novas desordens que rebentaram, foi Teixeira Pinto mandado sair do territorio da India, partindo então para o Rio de Janeiro de 1822. Chegando ali foi nomeado desembargador da Casa da Supplicação. Acceitando a independencia do Brazil, permaneceu no Rio de Janeiro, fal. a 7 de outubro de 1825. Publicaram se posthumas em Nova Gôa as seguintes obras suas: *Memorias sobre as possessões portuguezas da Asia* e *Memorias e reflexões politicas.*

Pinto *(Fr. Heitor)*. Um dos mais notaveis escriptores classicos portuguezes. N. na Covilhã no principio do segundo quartel do seculo XVI, sendo filho de João Homem Pessoa e de D. Anna de Mello. Professou no convento de S. Jeronymo, de Belem, a 8 de abril de 1543, sendo conhecido entre os seus confrades pelo nome de *Heitor da Covilhã*. Estudou no convento da Costa, depois na Universidade de Coimbra, e finalmente na de Siguenza. Voltando d'essa universidade castelhana á patria, escreveu e imprimiu em Coimbra os famosos dialogos da *Imagem da vida christã*, que passam por ser uma das nossas obras classicas de mais pura linguagem e de mais levantado estylo. Imprimiram-se esses dialogos em 1563 em Coimbra, e fôram logo reimpressos na mesma cidade em 1565, em Braga em 1567, em Lisboa em 1580, 1591 e 1592, e em Evora em 1603. No anno de 1572 publicou Heitor Pinto a

segunda parte dos seus dialogos em Lisboa, logo se reimprimiu em 1575, 1591, 1592 e em 1593. Ha ainda outras edições duvidosas, e outras que José Feliciano de Castilho affirma que existiam na Bibliotheca, uma de Evora de 1567, outras de Medina del Campo de 1578 e 1579. Finalmente, em 1681 Miguel Manescal imprimiu a *Imagem da vida christã*, n'um volume só. Em 1843 appareceu na livraria Rolland uma nova edição em 2 volumes. A obra foi traduzida muitas vezes em francez, hespanhol e italiano. Estas successivas edições mostram bem o alto valor da obra, ácêrca da qual escreveu Francisco Gomes o seguinte: «Quem quer vêr uma verdadeira imagem da eloquencia do divino Platão e do eloquentissimo Cicero leia os dialogos d'este autor. Além da mais pura e santa moral christã, que constitue o fructo especial dos ditos dialogos, n'elles admirará quem os ler em grau superior todas as graças do estylo, o mais puro e correcto.» Agostinho de Mendonça Falcão escreve tambem o seguinte a respeito de Heitor Pinto: «A suavidade e amenidade da sua linguagem enleva a alma, e faz que se lhe affeiçõe o leitor d'ella maravilhado, que sempre descobre novos primores em sua leitura, e ninguem ha a quem não maravilhem essas comparações saborosas e espante a superabundante copia de erudição sagrada e profana.» Não fôra precisa esta obra para dar a fr. Heitor Pinto uma grande reputação; já lh'a tinham conquistado as suas obras theologicas em latim, e o conhecimento profundo das linguas orientaes que todos sabiam que elle possuia. Por isso em 1565 foi nomeado reitor do collegio de Coimbra, e em 1571 eleito provincial da sua ordem. A universidade de Coimbra desejava muito contal-o no seu corpo docente, o como o seu conhecimento profundo das linguas orientaes o habilitava muito para os estudos exegeticos da Biblia, fez com que na faculdade de theologia se creasse uma cadeira especial de Escriptura, que fr. Heitor Pinto foi chamado a reger. Não gozou muito tempo a Universidade o seu ensino. Contra o exemplo que lhe davam alguns dos mais importantes prelados da egreja portugueza, taes como D. Jeronymo Osorio, D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, D. Antonio Pinheiro e D Amador Arraes, que todos fôram infieis á causa da patria e defenderam e sustentaram a causa de Filippe II, fr. Heitor Pinto mostrou-se verdadeiramente patriota e partidario ardente de D. Antonio, prior do Crato, e por isso chamou sobre si a cólera do poderoso rei de Hespanha e de Portugal. Não foi comprehendido na primeira lista de proscripções quando fr. Agostinho da Trindade foi expulso do ensino, e Pero de Alpoem expulso e degolado, mas Filippe II, quando partiu para Hespanha em 1583, depois de ter residido tres annos em Portugal, levou o comsigo á cautella, não querendo que continuasse em Portugal homem de tanto talento, e que, sendo partidario acerrimo da causa nacional, não podia deixar de fazer propaganda muito funesta á causa do dominio castelhano. A proposito d'isso, dizia fr. Heitor Pinto, que D. Filippe o podia metter em Castella, mas que não podia metter Castella dentro d'elle. D. Filippe tambem não queria convertel-o, queria simplesmente impedil-o de lhe fazer mal. Mandou-o, portanto, recolher ao convento dos Jeronymos de Sisla, ao pé de Toledo, onde morreu logo no anno seguinte de 1584, não sem suspeitas de envenenamento, por ordem do monarcha castelhano. São unanimes n'esta narrativa os differentes escriptores portuguezes que se occuparam de Heitor Pinto, chegando o autor do *Anno Historico* a marcar positivamente o dia 19 de agosto do mesmo anno. Só diverge o conego Villela, que nas suas *Observações criticas* ao *Ensaio estatistico* de Balbi, affiança que fr. Heitor Pinto foi preso com outros frades jeronymos, na vespera do Natal de 1587, mas não dá ao mesmo tempo a razão da sua affirmativa. O que é certo é que fr. Heitor Pinto fal. em terra estrangeira, por amor da sua patria, victima da tyrannia castelhana e do seu affecto persistente á causa nacional.

Pinto *(Jayme Arthur da Costa)*. Provedor da Casa Pia de Lisboa e do Asylo d'Ajuda, presidente das camaras municipaes d'Almada e Cascaes, deputado, etc. N. em Lisboa em 1846, onde tambem fal. a 10 de janeiro de 1903. Arrojado e emprehendedor, tendo meios de fortuna que o tornavam independente, entregou se á politica, e foi deputado em differentes legislaturas, sendo eleito por Almada, Barreiro, Seixal, Cezimbra e Mafra, Setubal e Lisboa. Nas camaras manteve sempre uma certa independencia, prevalecendo sobretudo o seu espirito patriotico, e seus sentimentos humanitarios. Tomando grande parte em quasi todas as questões, prestando os maiores serviços no districto de Lisboa e muito especialmente no circulo porque fôra eleito. No concelho d'Almada são notaveis os melhoramentos que realisou. A elle se deve a extincção do grande pantano da Trafaria, os trabalhos de fixação das duuas e as obras que se fizeram transformando o local n'uma vasta praça. N'um incendio, que ha uns 30 annos se manifestou n'uma fabrica de cortiça na Margueira, Costa Pinto foi um dos primeiros a comparecer, prestando serviços valiosos; n'esta occasião o ministro do reino, então o conselheiro Thomaz Ribeiro, quiz agracial-o com a medalha de prata, que elle recusou. Em 1886 um terrivel incendio arrazou completamente o sitio de Caparica, nada respeitando, queimando um a um os pobres casebres, reduzindo tudo a perfeitas ruinas. Costa Pinto era então deputado por Almada, e tratou logo de arranjar soccorros para tanta miseria. Ajudado por alguns cavalheiros, titulares, artistas, engenheiros, burocratas e jornalistas, formou-se uma commissão, de que el-rei D Luiz I acceitou a presidencia, e foi essa commissão, tendo á frente o monarcha, que promoveu subscripções, angariou esmolas, pediu donativos, e que por fim mandou edificar no areal immenso de Caparica meia duzia de quarteirões de casas onde vivem mais de 100 familias, formando um bairro operario. Mas a caridade entre nós, apezar de toda a boa vontade, é fraca, tem poucos recursos, e a obra que se propunha fazer, era das que reclamavam maior receita. Pedro Correia então, por intermedio do seu jornal *O Correio da Europa*, que todos os quinze dias ia levar aos portuguezes do Brazil a resenha dos acontecimentos mais importantes de Portugal, foi acordar-lhes a compaixão, implorando uma esmola para os infelizes pescadores, victimas d'aquelle fatal desastre, e sempre generosos enviaram para a patria o fructo das suas subscripções. E foi esse dinheiro, junto ao que dentro do paiz se apurou, que serviu pa-

ra custear a despeza d'essas edificações. Costa Pinto foi por muitos annos secretario da Junta Geral do Districto de Lisboa. Foi um dos directores da Exposição Agricola Official, que se realisou em 1884 na Tapada d'Ajuda, um dos que mais contribuiram para o seu exito brilhante. Foi o editor d'uma publicação agricola, redigida pelo conselheiro João de Andrade Corvo, e fundou em Lisboa a Empresa Industrial e Commercial Agricola para a venda de machinas agricolas. Foi tambem um dos membros da commissão executiva da secção agricola da Exposição Industrial Portugueza, realisada na Avenida da Liberdade no anno de 1888, exercendo o cargo de segundo secretario. Foi o director da grande commissão que promoveu uma batalha de flôres em beneficio da instituição das Cozinhas Economicas, a qual se realisou no domingo 30 d'abril de 1899. Festa brilhantissima, extraordinariamente concorrida, em que se apresentaram ricas

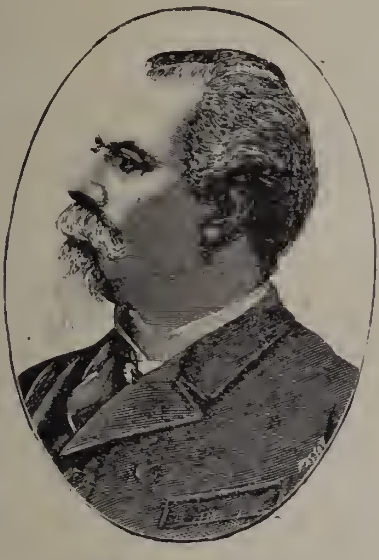

Jayme Arthur da Costa Pinto

e vistosas carruagens. Costa Pinto foi nomeado provedor do Asylo d'Ajuda em março de 1896. Os grandes serviços e melhoramentos que a elle se devem, são bem conhecidos. Devido á sua administração se cortaram os abusos existentes, se reduziram as despezas para extinguir o enorme deficit que ameaçava anniquilar o asylo. Desde então aquella casa de beneficencia começou a prosperar progressivamente. Pelo legado d'uma devota se construiu annexo ao asylo uma capella consagrada a *Nossa Senhora do Paraizo*, obra feita segundo o projecto do bem conhecido architecto sr. Rozendo Carvalheira. A inauguração e benção da capella realisou-se no dia 18 de janeiro de 1903. Em seguida á cerimonia procedeu-se na grande sala das sessões do asylo uma sessão solemne e a distribuição de premios ás alumnas, tomando a presidencia o cardeal patriarcha, tendo á direita o presidente da commissão administrativa do municipio, o sr. marquez d'Avila, e á esquerda o governador civil, o sr. dr. Pereira e Cunha. Como provedor da Casa Pia de Lisboa, logar para que foi nomeado em setembro de 1902, são bem conhecidos todos os melhoramentos que ali realisou. Em Cascaes, exercendo a presidencia da camara municipal, póde dizer-se que foi um completo reformador d'aquella villa; rasgou lhe ruas, abriu-lhe avenidas, construiu lhes mercados, abasteceu-a de agua, cobriu lhe vallas, fez-lhe largos, cercou-a de estradas, encheu-a de arvores, semeou-a de jardins, tornando a villa aprazivel. Fundou ali a Escola D. Luiz I, em homenagem d'aquelle monarcha, que sempre muito o estimou. Sendo muito dedicado á familia real, foi encarregado de dirigir parte das festas publicas que se realisaram por occasião das visitas dos chefes das nações estrangeiras a Lisboa. Costa Pinto foi vice-presidente de secção de excursões scientificas da Sociedade de Geographia de Lisboa, secretario da Real Associação Promotora da Agricultura Portugueza, socio fundador e membro dos corpos gerentes da Associação Protectora das Creanças, etc. Possuia varias distincções honorificas, como a de moço fidalgo da Casa Real, e algumas condecorações estrangeiras. Casara com D. Elvira de Portugal da Silveira, filha natural de D. João de Portugal da Silveira, juiz de direito de primeira classe. Tendo enviuvado, e sem ter descendencia, passou a segundas nupcias, em 1880, com a sr.ª D. Maria José Correia de Lacerda da Costa Pinto, filha de Frederico Augusto de Almeida Portugal Correia de Lacerda, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, general reformado, etc., e de sua mulher, D. Emilia Olympia Pereira dos Santos, filha do 1.º barão de Fornellos, José Joaquim Pereira dos Santos.

Pinto *(João Paulo da Vide)*. Exerceu por alguns annos o magisterio em Lisboa, como professor particular de grammatica e de lingua latina. N. em Alpedriuha a 17 de julho de 1800; ignora-se a data do fallecimento. Foi director d'um collegio de educação. Deixou ineditas uma *Vida de D. Pedro IV* e *Historia de Portugal, desde 1826 até 1834*, em latim.

Pinto *(José Correia de Mello e Brito de Alvim)*. Fidalgo da Casa Real; senhor dos morgados dos Alpoins de Coimbra, de Sinde na Beira, e da Carreira em Vianna. N. em Coimbra, sendo filho de Lourenço Correia de Brito Silveira, e de D. Thereza Clara de Mello. Não se conhecem as datas do nascimento e fallecimento. Foi socio da Academia Lithurgica de Coimbra, e socio correspondente da Academia Real das Sciencias, de Lisboa, sendo mandado riscar pela mesma academia na sessão de 9 de maio de 1798. Não se sabe o que deu motivo a esta deliberação. Escreveu: *Elogio do sr. Joaquim José Leitão de Sousa moço fidalgo da casa real, academico da Academia Litturgica Pontificia*, Coimbra, 1761; *Dissertação: se o primeiro bispo de Evora foi D. Mancio?... Joanneida, ou a liberdade de Portugal, defendida pelo senhor rei D. João I; poema epico*, Coimbra, 1782.

Pinto *(José Joaquim)*. Contador thesoureiro do Supremo Tribunal de Justiça. N. em Lisboa a 4 de novembro de 1835. Influido pelo theatro, fez-se pela primeira vez empresario, em 1869, associando-se com o actor José Carlos dos Santos, o grande mestre da arte dramatica, na empresa do theatro do Principe Real. N'esse tempo subiram

á scena, entre outras, as muito importantes peças: *Os solteirões*, *O abysmo*, *A ponte dos suspiros*, *A Harpa de Deus*, *A Flôr de chá*, *Os herdeiros do millionario; Antony*, etc. Associado com José Carlos tomou a empresa do theatro de D. Maria II, em concurso, até junho de 1876, sendo as principaes peças então representadas: *O Juiz*, *Tartufo*, *Sabichonas*, *Drama do povo*, *Caridade*, *As duas orphãs*, *Patria*, *Maria Antonietta*, *Mademoiselle de Belle-Isle*, *Magdalena*, *Paralytico*, *Condessa do Freixial*, *Condemnado*, *Louco d'Evora*, *Marquez de Villemer*, *Gladiador de Ravenna* e *Fernanda*. D'aquelle theatro veiu para o Gymnasio, associado ainda com José Carlos dos Santos, e ali uma das peças mais notaveis, que então se representaram, foi o *Saltimbanco*. Esta mesma empresa passou á Rua dos Condes, porém, mais tarde, desligando-se do grande actor, ficou só com a empresa da Rua dos Condes, levando á scena as peças de grande espectaculo: *Vivandeira do 16 de linha*, *Bandeira do regimento*, *Medico negro*. *O Corsario negro* e *O Espelho da verdade*. Em setembro de 1881 tomou José Pinto a empresa do Gymnasio, em que sempre conservou uma escolhida companhia de drama e de comedia, apresentando peças de valor, muito do agrado do publico, que não se fartava de o felicitar como empresario distincto e muito conhecedor da arte. Ali se exhibiram as peças seguintes: *O Sargento-mór de Villar*, *Amigo dos diabos*, *Voz do sangue*, *Commissario de policia*, *Em boa hora o diga*, *Noivas de Enéas*, *Dinheiro do anão*, *Familia Point Biquet*, *Filho da Carolina*, *Anastacia & C.ª*, etc. Em 1904 deixou a empresa, retirando-se completamente do theatro, tornando-se muito sensivel a sua falta, tanto para os artistas como para o publico, porque José Joaquim Pinto era um empresario muito estimado e respeitado.

Pinto *(José Lourenço)*. Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, e em Medicina e Philosophia pela de Salamanca, etc. N. na freg. de S. Bartholomeu de Barqueiros, do concelho de Mesão Frio, a 13 de julho de 1753, fal. no Porto a 19 de dezembro de 1815. Era filho de Manuel Rodrigues Coelho e de D. Marianna Luiza Coelho. Exerceu clinica no Porto. Traduziu em verso a tragedia *Semiramis*, de Voltaire, que se publicou em 1793 no Porto, sendo reimpressa em Lisboa, sem designação de anno. Esta reimpressão é menos correcta que a edição do Porto, faltando-lhe até versos inteiros, que existem n'aquella, e que tambem se encontram no original francez. Publicada sem o nome do traductor, foi esta traducção attribuida por muita gente ao desembargador José Pedro de Azevedo Sousa da Camara. Parece que deixou manuscrito um *Tratado elementar dos principios de cirurgia*, incluindo considerações sobre alguns pontos de medicina.

Pinto *(José Maria)*. Cirurgião ministrante, approvado pela faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. N. no logar da Torre de Bera, da freguezia de Almelaguez, concelho de Coimbra, no anno de 1820, fal. em Coimbra a 10 de dezembro de 1876. Teve o partido de cirurgia da camara municipal do concelho de Verride, desde 1851 até 1864, e o da roda dos expostos de Coimbra até maio de 1869, de que foi demittido por effeito da portaria do ministerio do reino de 10 do referido mez e anno. Escreveu: *Os cirurgiões ministrantes approvados pela faculdade de medicina da Universidade de Coimbra e a portaria do ministerio dos negocios do reino de 10 de maio de 1869*, Coimbra, 1869; *Os licenceados menores pela Universidade de Coimbra e as portarias de 25 de junho e 14 de agosto de 1869*, Coimbra, 1870.

Pinto *(Julio Lourenço)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, administrador de differentes concelhos, escriptor, etc. N. no Porto a 24 de maio de 1842, onde tambem fal. a 6 de maio de 1907. Era filho do conselheiro José Lourenço Pinto e de sua mulher, D. Anna Julia Pinto. Tomou o grau de bacharel a 25 de junho de 1864. Entrando na vida publica, foi administrador do concelho de Povoa de Varzim por despacho de 13 de janeiro de 1865, sendo transferido para o de V. N. de Gaia em 8 d'agosto do mesmo anno; voltando ao da Povoa de Varzim em 11 de setembro seguinte, para o de Louzada em 26 de dezembro do mesmo anno, e para o de Santo Thirso em 14 de julho de 1866, sendo exonerado a seu pedido a 18 de dezembro de 1867. Foi novamente administrador do concelho de V. N. de Gaia por diploma de 20 de janeiro de 1868, mas em março seguinte, por circumstancias politicas, requereu a sua exoneração, que lhe foi concedida. Exerceu o cargo de secretario geral do governo civil de Villa Real por diploma de 17 d'abril de 1868; transferido, a seu pedido, por decreto de 1 de outubro do mesmo anno, para egual cargo no districto de Santarem; e para Coimbra por despacho de 6 de junho de 1870, de que foi exonerado pouco depois, por se mostrar contrario ao movimento politico de 19 de maio, promovido pelo marechal duque de Saldanha. Nomeado secretario geral para o districto de Bragança em 13 de dezembro do mesmo anno, não acceitou, sendo seguidamente exonerado. Governador civil do districto de Santarem, por decreto de 14 de junho de 1879, foi exonerado a seu pedido nos fins de março de 1881. Procurador á junta geral do districto do Porto, pelo concelho do Porto, em outubro de 1878, reeleito em 1883, porém d'esta segunda vez recusou o encargo. Em 1884 foi nomeado presidente da Associação dos Jornalistas e homens de letras do Porto. Julio Lourenço Pinto era conselheiro, mercê que recebera por decreto de 5 de fevereiro de 1880, e em 1870, por motivos politicos, não acceitou a commenda da ordem de Christo, com que fôra agraciado. Em 1885 teve o cargo de governador civil de Coimbra. Fez a sua estreia litteraria em um dos intevallos de interrupção na carreira administrativa, antes de ser nomeado governador civil do districto de Santarem, collaborando no *Commercio do Porto* durante dois annos, com uma serie de folhetins, sob o titulo de *Revistas semanaes*, em artigos editoriaes e commerciaes, e em outros assumptos nas diversas secções do mesmo jornal. Annos antes publicára uma série de artigos ácêrca do projecto de reforma administrativa apresentada ao parlamento pelo conselheiro Martens Ferrão. Collaborou tambem em outros jornaes politicos e litterarios. Em 1906 exercia o cargo de presidente da direcção do Banco Commercial do Porto. Escreveu: *Margarida; scenas da vida contemporanea*, Porto, 1879; *Vida atribulada*, Porto, 1880; *O Senhor deputado*, Porto, 188 ; *Esboços do natural*, *Contos*, Porto,

1882; *O homem indispensavel*, Porto, 1881; *Esthetica naturalistas; estudos criticos sobre a arte*, Porto, 1885; este vol. contém, na maxima parte, artigos publicados na *Revista dos estudos livres*, refundidos e augmentados.

Pinto *(Luiz)* Actor contemporaneo muito apreciado. N. em Lisboa a 30 d'abril de 1872, sendo filho de Antonio Pinto de Paiva da Silva e de Maria José da Conceição Pinto. Sendo muito influido pela arte dramatica, dedicou-se á vida artistica, debutando em 13 de outubro de 1891 no theatro da Rua dos Condes na peça *Marido e amante*. D'ali passou ao theatro de D. Maria II, depois theatro Nacional Almeida Garrett, estreando-se no drama em 5 actos, de Alexandre Dumas, *Henrique III e a sua côrte*. Foi depois para o theatro de D. Amelia, hoje theatro da Republica, com a companhia de Rosas e Brazão, voltando mais tarde para o de D. Maria II, como societario de primeira classe. Representou tambem na Trindade com a companhia do theatro de D. Maria II, que deu ali alguns espectaculos na epoca de verão. No theatro de D. Maria II, hoje Nacional, tem continuado a sua brilhante carreira artistica. Foi ao Brazil 7 vezes como escripturado ou como emprezario, sendo a ultima como societario do theatro de D Maria II. Tem se evidenciado muito nas seguintes peças do seu já vastissimo reportorio: *Kean*, (papel do protogonista); *Marido e amante*, (o barão de Souval); *Zázá*, (Bernardo Dufresne, que fôra já representado pelo actor Augusto Rosa); *Dolores* (Lazaro); *Amôr de perdição*, (Simão Botelho); *Dôr suprema*, (Antonio); *Morgadinha de Valflôr*, (Luiz Fernandes); *João José*, (o protogonista); *Beijos por lagrimas*, (D. Manuel I); *Peraltas e secias*, (Guilherme de Menezes); *A Martyr*, (conde de Morêt); *Solteirões*, (De Nanciá); *Morgado de Fafe em Lisboa*, (José Soares); *O Filho natural*, (o protogonista); *Abbade Constantino*, (João Reynaud); *Sonho d'um principe*, (o protogonista); *Maria Antonietta*, (general Lafayete); *Triplepatte*, (visconde d'Houdan); *Severa*, (Marialva); *Manelick*, (protogonista); *Luiz XI*, (duque de Nemours, que fôra representado pelo já citado actor Augusto Rosa), etc.

Pinto *(Luiz Alves)*. Musico brazileiro, que viveu no seculo XVIII. N. na freguezia da Boa Vista, da cidade do Recife, no anno de 1719, pouco mais ou menos, onde tambem fal. em 1789. Era filho de Bazilio Alves Pinto e de D. Eusebia Maria d'Oliveira. Seus paes eram pobres e de côr parda, comtudo, cuidaram em dar lhe uma educação esmerada, e ao par dos estudos de latim, philosophia e outros, dedicou-se tambem aos da musica, em cuja arte, com o auxilio de amigos, veiu aperfeiçoar-se a Portugal. Em Lisboa exerceu algum tempo a profissão de musico, sendo-o egualmente da capella real. Regressando á terra da sua naturalidade com algumas economias, ali abriu uma aula de primeiras letras e outra de musica, em que era ajudado por suas filhas. Serviu na milicia, chegando ao posto de sargento-mór de infantaria auxiliar dos pardos do Recife. Compoz varias peças de musica para a capella de S. Pedro, da mesma cidade, de que era mestre. Fundou uma escola musical em Pernambuco. Escreveu: *Diccionario pueril para uso dos meninos, ou dos que principiam o A B C, e a soletrar dicções*, Lisboa, 1784; *Arte de solfejar Methodo mui breve, e facil, para se saber solfejar em menos d'um mez, e saber-se cantar em menos de seis; segundo os gregos e primeiros latinos*. O manuscripto d'esta obra, considerada de pouco valor, dizem que existe na Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Pinto *(Mathias José d'Azevedo)*. Moço da camara do infante D. Manuel, irmão d'el rei D. João V. Traduziu do latim um *Breve tratamento dos sete sacramentos*, que imprimiu em 1765, e um *Diario dos successos de Lisboa, desde o terremoto até ao exterminio dos jesuitas*, que imprimiu em 1766.

Pinto *(Pedro Duarte)*. Amanuense da contabilidade da Caixa Geral dos Depositos. N. em Belem a 5 d'abril de 1871, fal. em Lisboa a 14 de novembro de 1908. Era filho de Valentim Duarte da Cruz Pinto. Ainda muito novo começou a sua vida litteraria, e em muitos jornaes de Lisboa e provincias, revistas e almanachs dos *Theatros*, do *Occidente*, do *Theatro do Gymnasio*, etc, se encontram producções suas, na maior parte sobre assumptos theatraes. No *Occidente* collaborou assiduamente e pouco antes de fallecer, ainda escre-

Pedro Duarte Pinto

veu um artigo sobre a opera portugueza cantada na Trindade, que foi publicado na citada revista *Occidente*. Foi um dos fundadores do quinzenario litterario, musical e de theatros, *O Encanto*, que teve tres annos de existencia, sendo substituida por outra folha do mesmo genero, *Gil Braz*, de que Pedro Pinto foi tambem redactor. Dirigiu o *Almanach do Encanto*, publicado em 1897 e 1898, em que tratou muito de gente de theatro. Era um bom critico theatral e muito imparcial; escreveu muitas biographias artisticas. Eram trabalhos seus algumas ephemerides theatraes, publicadas nos jornaes *O Encanto* e *Palcos e Letras*. Foi vereador da camara municipal de Lisboa, quando era presidente seu fallecido tio, o conde de Restello; foi um dos socios installadores da Sociedade Almeida Garrett, secretario da junta da conciliação da Associação da Imprensa Portugueza, socio fundador da Sociedade de Propaganda de Portugal; pertencendo tambem aos corpos gerentes da Associação dos Jornalistas e Escriptores Portuguezes. Escreveu muitos monologos e cançonetas, dos quaes reuniu grande parte n'um volume, que intitulou *Bosquejos drama-*

ticos, publicado em 1910. Na Trindade, Gymnasio, e em outros theatros, se representaram peças suas, umas originaes e outras traduzidas, sendo todas engraçadissimas. D'estas estão publicadas as seguintes: *Dois annuncios*, *A vermelhinha*, *Trapalhadas do Baptista*, *N'um armario*, *O Perú recheado*, *Um Assassino*, *Amor, vinho e touros*, *A Jujú*, tudo comedias em 1 acto; *A egoa do morgado*, original em 3 actos, que se representou na Trindade, parece que não está publicada. Tambem traduziu o drama em 5 actos e 7 quadros *Jack o extirpador*, juntamente com Arthur de Andrade Figueiredo, o qual se publicou, assim como a traducção da comedia em 3 actos, *Verduras d'um maduro*. Juntamente com Eduardo Coelho escreveu a *Preta do mexilhão*, em 3 actos e 7 quadros, parodia da opera *Aida*, a qual se representou com o maior exito na Trindade, sendo a musica escripta por J. Neuparth e Nicolino Milano. Foi publicada em 1910.

Pinto *(Pedro de S. João)*. No *Diccionario bibliographico*, vol. VI, pag. 413, diz Innocencio da Silva: «Conego secular da Congregação de S. João Evangelista, formado em Theologia. Não apparece da sua pessoa memoria ou noticia em parte alguma: porém o seu nome consta do rosto da obra seguinte, que se diz por elle escripta, e da qual eu possuo um exemplar: *Vida espiritual do homem, conferida com as seis edades da vida temporal*, Lisboa, por Lourenço Craesbeeck, 1633; 4.º de XVI-253 folhas numeradas pela frente, e mais 53 innumeradas no fim, contendo os indices das materias, logares da Escriptura allegados, etc. Divide-se a obra em *considerações*, as quaes se referem ás duas edades—Infancia e Puericia—; os tomos que deveriam comprehender as quatro edades restantes, nunca se publicaram, nem mesmo se sabe, se o autor chegaria a escrevel-os. Tenho visto d'este volume pouquissimos exemplares. Barbosa dá este livro na *Bibliotheca*, em nome de Pedro de S. João Garcez; e o pseudo *Catalogo da Academia* accusa o simplesmente sob o nome de *Pedro de S. João*. Em ambas as partes vem pois alterado o verdadeiro nome do autor, que conforme o rosto impresso é tal como o deixo mencionado.»

Pinto *(Rosa Adelaide Marchy da Silva)*. Actriz, natural de Lisboa, e que falleceu com mais de 70 annos de edade, no Rio de Janeiro, a 27 de março de 1885. Era filha do muito falado Nicola do botequim do Rocio, tão celebrado pelo poeta Bocage. Entrou para o antigo Salitre, e esteve no theatro de D. Maria II, nos primeiros annos de theatro, estreando-se na comedia *Um par de luvas*. Casou com o actor Feliciano da Silva Pinto, e com elle foi para o theatro de D. Fernando, debutando na comedia *Trabalhos em vão*. Foi depois para o Brazil na companhia organisada por Francisco Fernandes. Ficou viuva no Pará, e seguiu para o Rio de Janeiro, onde se conservou até fallecer.

Pinto. Pov. na freg. de S. Sebastião, de V. N. de Souto d'El Rei, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. ‖ Casaes na freg. de S. Bento, de Aldeia Nova, conc. de Serpa, distr. de Beja ‖ Casal na freg. de Santa Eufemia e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Pinto d'Almeida *(José)*. Conhece-se este nome apenas por se ter publicado no Porto, em 1828, uma especie de jornal, de que só appareceram tres numeros, com o titulo de *Triumpho da religião, do throno, e morte dos pedreiros livres*.

Pinto Alpoim *(José Fernandes)*. Cavalleiro professo da ordem de Christo, sargento-mór do batalhão d'artilharia, lente na Academia do Rio de Janeiro. Chegando depois ao posto de brigadeiro, sabe-se que vivia ainda em 1765. Escreveu: *Exame de bombeiros, que comprehende dez tratados*: 1.º *da geometria*; 2.º *de uma nova trigonometria*; 3.º *da longimetria*; 4.º *de altimetria*; 5.º *dos morteiros*; 6.º *dos pedreiros*; 7.º *dos obuz*; 8.º *dos petardos*; 9.º *das baterias dos morteiros*; 10.º *da pyrobolia, ou fogos artificiaes da guerra*; *com varios appendices*, etc., Madrid, 1748. Parece que o verdadeiro logar da impressão foi no Rio de Janeiro. Parte d'esta obra havia sido publicada quatro annos antes, com o titulo: *Exame de artilheiros, que comprehende arithmetica, geometria e artilharia*; *com quatro appendices*, etc., Lisboa, 1744.

Pinto Azevedo *(Bernardo)*. Religioso da ordem sagrada e militar da Senhora das Mercês. Era natural de Vouzella, e viveu no seculo XV. Escreveu: *Repertorio dos annos de 1748 até 1756*, e *Vida da infanta Santa Mafalda*, 1735.

Pinto d'Azevedo *(José Alves)*. Official do nosso exercito. Nasceu em Villa Real a 23 de outubro de 1809, falleceu em Chaves a 2 de fevereiro de 1877. Assentou praça no batalhão n.º 10, em 10 de março do 1828; bem depressa entrou no serviço activo, porque dando-se no Porto a revolução de 16 de maio d'esse anno, tomou parte nos combates da Cruz de Morouços e Ponte do Vouga, emigrando depois com a divisão constitucional para Galliza, e d'ali para Inglaterra. Passando a França e aos Paizes Baixos, foi mais tarde reunir-se aos bravos, que nas ilhas dos Açôres defendiam a causa liberal, e quando se organisou a força expedicionaria a Portugal, Alves de Azevedo, que então pertencia a caçadores n.º 12, entrou n'ella, vindo desembarcar nas praias do Mindello. Tomou parte muito activa na defeza do Porto, ficando gravemente ferido na acção de 28 de novembro de 1832 e na batalha d'Asseiceira, ganhando assim os postos de alferes e tenente. Terminada a guerra civil, marchou para Hespanha com a divisão auxiliar, e entrou nos combates de Belmaseda, Arlaban e Arminou, sendo lhe conferido o habito de S. Fernando, pela fórma como se houve na ultima d'estas acções. Regressando á patria em 1837, foi logo mandado para o Algarve contra o Remexido, e n'esse trabalhoso e incommodo serviço se conservou até 1842. Promovido n'esse anno ao posto de capitão, foi depois seguindo os diversos postos até ao de general de brigada, que lhe foi dado em novembro de 1873. Sem indicar as diversas commissões que exerceu durante este periodo, apontaremos unicamente a de commandante do batalhão de caçadores n.º 3, que desempenhou por muitos annos, a de governador civil de Bragança para que foi nomeado em janeiro de 1868, e a de commandante da sub-divisão militar de Chaves, que ainda exercia quando falleceu.

Pinto Basto *(Eduardo Ferreira)*. Socio da importante casa commercial, E. Pinto Basto & C.ª N. em Londres a 6 de março de 1838, sendo filho de Theodoro Ferreira Pinto Basto. Veiu para Lisboa em 1852, aos 14 annos de edade, e completando aqui a sua educação, entrou na vi-

da commercial em 1856, no escriptorio do seu tio João Ferreira Pinto Basto. Esta familia era oriunda de Cabeceiras de Basto, e veiu nos principios do seculo XVIII estabelecer se na cidade do Porto, onde a sua acção commercial se accentuou profundamente, e d'um modo proveitoso e util. Do Porto veiu estabelecer-se José Ferreira Pinto Basto, avô do sr. Eduardo Ferreira Pinto Basto, e aqui assentou residencia antes de 1820. Seu irmão João Ferreira Pinto Basto, no começo do seculo XIX foi viver para Londres, onde estabeleceu uma agencia da Companhia das Vinhas do Alto Douro, chamando para o auxiliar seu sobrinho Theodoro Ferreira Pinto Basto, já acima citado. A esta importissima casa commercial pertenceu em varias epocas o contrato do tabaco em 1822 e 1823, de 1827 a 1829, e depois em 1833; a ella se deve uma importante corrente de negocios com a India, commercio que na maior parte era feito em navios proprios, e á sua iniciativa pertence a fundação da Fabrica de Porcelana e vidros da Vista Alegre, em Ilhavo, no anno de 1824. O sr. Eduardo Ferreira Pinto Basto conservou-se no escriptorio de seus tios Ferreiras Pintos & Irmãos, até 1860, anno em que se estabeleceu por conta propria, para um anno depois, em 1861, se associar com seu irmão o sr. Theodoro Ferreira Pinto Basto, formando a actual casa da firma já mencionada, que é uma das primeiras casas commerciaes da nossa praça, respeitada em toda a Europa, e acreditada em todo o mundo commercial. O sr. Eduardo Ferreira Pinto Basto foi durante alguns annos presidente da Associação Commercial de Lisboa, a que tem prestado muitos serviços. Foi vice-presidente da camara municipal de Lisboa, e assumiu por vezes a presidencia, sendo sempre muito valiosos os serviços prestados ao municipio; é membro do conselho superior das alfandegas ha muitos annos. Quando se creou a camara de commercio e industria de Lisboa, foi a direcção superior d'esta nova instituição commettida ao sr. Eduardo Ferreira Pinto Basto.

Pinto Basto *(Justino Ferreira)*. Negociante muito importante, deputado, etc. N. em Lisboa a 2 de dezembro de 1819, fal. na sua quinta de Celte, no concelho de Paredes, a 16 de abril de 1869. Era filho de José Ferreira Pinto Basto. Entrou ainda muito novo na politica; e quando no ministerio Costa Cabral se formou no Porto uma commissão eleitoral para combater a influencia do governo, Pinto Basto foi membro d'essa commissão, da qual faziam parte tambem Almeida e Brito, Barros Lima, Damasio, Parada e Alves Martins. Organisando-se no Porto, depois do golpe de estado de 6 de outubro de 1846, a junta do governo presidida pelo conde das Antas, foi Pinto Basto encarregado dos negocios estrangeiros, e n'este posto se conservou até ao fim da guerra civil. Foi um dos primeiros socios da Associação Industrial do Porto, um dos fundadores, e depois vice presidente da companhia Utilidade Publica, e em 1865 foi eleito presidente da Associação Commercial do Porto. Negociante muito illustrado e emprehendedor, o seu nome apparece sempre nas listas dos mais notaveis expositores nos concursos de productos de industria e agricultura portugueza. Em 1868 foi eleito deputado pelo circulo de Amarante, e em 1869 pelo de Villa Nova de Gaia, mas d'esta vez não chegou a tomar assento na camara, porque falleceu repentinamente, tendo pouco mais de 49 annos de edade.

Pinto Bastos *(Antonio Gonçalves)* Prestidigitador e empresario theatral. N. no Porto a 23 de junho de 1843. Veiu aos 13 annos para Lisboa e empregou-se, como marçano n'uma loja de fazendas brancas na rua Augusta. Ali se conservou durante oito annos, aproveitando as horas de que podia dispôr, a estudar prestidigitação, que era o seu divertimento predilecto. D'aquella casa passou a outra, onde gozava de mais liberdade, o que lhe proporcionou dedicar-se mais facilmente aos seus estudos favoritos. Por aquella epoca veiu a Lisboa o celebre prestidigitador Hermann, e Pinto Bastos correu a admirar os seus trabalhos, procurando descortinar os segredos de tanta agilidade e sciencia, e completamente enthusiasmado abandonou o emprego, encerrando-se em casa noite e dia, a estudar incessantemente, até que a 27 de setembro de 1863 se animou a apparecer em publico, estreando-se como prestidigitador no antigo Circo de Price. Despertando a geral curiosidade, o circo encheu-se completamente, e Pinto Bastos foi muito applaudido, o que o animou a proseguir os seus trabalhos. A 6 de outubro do mesmo anno apresentou nova sessão, cedida em beneficio do cofre da Associação Protectora da Indigencia. N'essa noite, a numerosa assistencia recebeu o com as maiores provas de sympathia e de enthusiasmo. A terceira sessão tambem foi de beneficencia, em favor do Asylo da Mendicidade, e uma terceira noite de gloria para o joven e festejado prestidigitador. A ovação foi completa. Acompanhado então pelo já hoje fallecido escriptor dramatico Costa Braga, que tomou o logar de seu secretario, percorreu as provincias, fazendo bons interesses, alcançando sempre calorosos applausos. Chegando a Lisboa dedicou se ao theatro, como empresario, e alugou as Variedades, theatro que já hoje não existe, e que então estava fechado. Constituida a companhia com os melhores elementos que pôde colligir, reabriu o theatro com a nova empresa, inaugurando os seus espectaculos em 4 de fevereiro de 1866, com a magica de grande espectaculo em 3 actos, 1 prologo e 21 quadros, de Joaquim Augusto de Oliveira, intitulada *Os amores do diabo*. A empresa foi prosperando, e durante tres annos Pinto Bastos pôz em scena com todo o esplendor, além de outras, 12 peças de grande espectaculo, em que se conta a *Pera de Satanaz*, de Eduardo Garrido, que teve enorme successo, dando successivas enchentes. Deixando aquelle theatro, tomou juntamente com o mestre da arte dramatica José Carlos dos Santos, a empresa do theatro do Principe Real, onde esperava, como realmente conseguiu, implantar as mais arrojadas idéas do progresso e brilhantismo dramatico. Esta empresa inaugurou os espectaculos a 26 de outubro de 1867 com o drama em 5 actos *João o Carteiro*, sendo José Carlos dos Santos o protogonista. Para o elenco da companhia tornavam se indispensaveis os artistas Emilia Letroublon e Antonio Pedro que tinham sido contratados para a Trindade, porém esse obstaculo destruiu-o logo resolutamente Pinto Bastos, pagando ao empresario da Trindade, Francisco Palha, dois contos de réis pela rescisão das duas escripturas. Em 29 de fevereiro de

1868, a empresa Pinto Bastos e Santos fizeram subir á scena a opera burlesca em 3 actos, de Offenbach, *A Gran duqueza de Gerolstein*, genero de musica completamente desconhecido em Lisboa, genero caracteristico e alegre. Offenbach era um compositor allemão, que se estabelecera em Paris, cujas musicas, offerecendo grande novidade, andavam então em grande voga. A peça obteve um dos maiores successos que tem havido em theatros portuguezes, e abriu caminho para se explorar o genero, que fôra iniciado em Lisboa com tão bom exito. Com esta peça deu Pinto Bastos tambem espectaculos extraordinarios e concorridissimos no antigo Circo de Price e no Palacio de Crystal do Porto. Em novembro de 1868 foi Pinto Bastos agraciado com o habito da ordem de Christo. A 22 d'esse mez apresentou a referida empresa Binto Bastos e Santos a companhia do celebre tragico italiano Ernesto Rossi, que representou o *Kean*, obtendo um exito colossal. Ernesto Rossi e os bons artistas da companhia, exibindo um importante e selecto reportorio, causaram furor em Lisboa, tornando-se moda ir ao theatro do Principe Real, vendo se em todos os espectaculos enchentes completas. No fim do anno de 1868 Pinto Bastos desligou-se do seu consocio José Carlos dos Santos e foi explorar o theatro da Rua dos Condes. A inauguração realisou se em 6 de fevereiro de 1869 com a opereta em 2 actos, *O Fagulha*, com musica de Sá Noronha, e a opereta de costumes populares, de Luiz de Araujo, *Dois dias no Campo Grande.* A companhia tinha bons elementos para as platéas populares. D'ali passou Pinto de Bastos para o Circo de Price, indo depois novamente para o Porto. Em 1870, com o producto d'uma tourada promovida a seu favor por uma commissão de que faziam parte todos os empresarios de Lisboa, partiu Pinto Bastos para a provincia a trabalhar como prestidigitador, levando comsigo o actor comico Vicente Franco. Ao regressar a Lisboa foi convidado para dirigir uma sociedade empresaria do theatro do Principe Real, da qual, além d'elle, faziam parte o antigo empresario Ruas, Domingos Parente e Costa Braga. A inauguração realisou so a 28 de outubro de 1871 com o drama maritimo de Baptista Machado, *O Mil Trovões.* Ali se representaram revistas, operetas, dramas populares, etc. Mais tarde voltou ainda á provincia, acompanhado do actor Salazar e da actriz Carlota Velloso, e ao regressar a Lisboa, tomou de novo o theatro das Variedades, abrindo com o drama militar *Os filhos da Republica.* Pouco depois foi o theatro mandado fechar por ameaçar ruina, o Pinto Bastos partiu outra vez para a provincia, indo acompanhado do actor Julio Vieira. Do regresso a Lisboa foi novamente dirigir o theatro do Principe Real, pondo em scena magicas, operetas, revistas, comedias e dramas. Foi n'essa occasião que recebeu da empresa da Trindade um conto de réis para lhe ceder a actriz Herminia, que ha pouco chegára do Brazil, e elle contratara Em janeiro de 1875 apresentou a companhia da actriz italiana Celestina Paladini, que obteve grande successo na primeira epoca. Por essa occasião tambem Pinto Bastos fez contratos especiaes com Emilia das Neves, Rosa (pae), Augusto Rosa, Pinto de Campos, Anna Pereira, a companhia de zarzuela de D. Juan Molina, a companhia italiana de Dominici, da companhia franceza, em que vinham as actrizes Marie Denis e Preciosi, e a companhia dramatica italiana da actriz Jacinta Pezanna. Pinto Bastos ainda fez varias excursões ás provincias e ás ilhas, mas ha muitos annos que abandonou completamente as empresas theatraes.

Pinto Brandão *(Thomaz)*. Poeta comico, que realisou completamente o typo do poeta parasita, vivendo um pouco do publico, e muito das migalhas das mesas dos grandes, cantando em manuscripto o consorcio d'este ou d'aquelle fidalgo, que lhe pagava com um bom jantar e com meia duzia de cruzados novos o epithalamio festivo, e escrevendo em papel de embrulhar assucar a noticia dos factos que chamavam a attenção publica, e que tinham sempre em Thomaz Pinto Brandão o seu jornalista favorito. Na verdade o chistoso poeta poderia considerar-se o jornal noticioso e o jornal humoristico do seu tempo, porque tão depressa se dava em Lisboa um acontecimento qualquer que excitava a curiosidade publica, principalmente crime ou escandalo, lá estava elle a commentar o caso com a sua veia jocosa, e a fazer versos que os cegos vendiam depois pelas ruas de Lisboa. Thomaz Pinto Brandão nasceu no Porto, e foi baptisado a 12 de março de 1664; fal. a 31 de outubro de 1743 Durante muito tempo se limitou a prodigalisar as inspirações da sua musa, ora por casa dos principes e fidalgos, ora mesmo d'uma roda de amigos e lisoujeiros que applaudiam com enthusiasmo qualquer das suas composições, composições que elle não imprimira. Effectivamente, a mais antiga das suas composições impressas é de 1729. Foi n'este anno que se realisou o casamento do principe do Brazil D. José com D. Marianna Victoria, filha do rei de Hespanha D. Filippe V; e Thomaz Pinto Brandão fartou-se de escrever lôas, e como houvera grandes festas, e elle as cantára em versos desenfastiados, essas *silvas*, como se lhes chamava n'esse tempo, publicadas avulso, chamaram numerosos leitores, e alcançaram grande popularidade. Essas poesias são as seguintes: *Boas vindas dadas e cantadas, ou tocadas*; *Relação nova do fogo do castello*; *Vida e morte de um coelho, morto pela serenissima princeza dos Brazis*; e ainda outras publicadas por fr. José da Natividade no *Fasto do Hymeneu.* Por elles se vê, que Thomaz Pinto Brandão já gozava então de grande popularidade. Em 1730 cantava no mesmo tom a inauguração da basilica de Mafra. Os titulos das composições eram: *Descripção de Mafra* e *Funcção real na sagração do convento de Mafra.* No anno de 1729 tambem publicou a poesia *Aos acertados casamentos do ex.mo sr. conde de Vimioso... com a ex.ma sr.a D. Luiza de Souza; Pratica de tres cabeças em tres discursos*, sendo as cabeças que falavam, as de tres ladrões justiçados; *Primeira parte da procissão dos captivos no anno de 1729*; *Descripção da ponte de Belem; Jornada real vista por cartas jogadas.* Em 1731 saiu o folheto intitulado *A quatro sevandijas, vexame*, e por esses tempos, outros com os nomes: *Obra nova, silva a uma representação bellica que se fez no Terreiro do Paço; Retrato em papel e em summa, da real procissão de Corpus.* Em 1730 ainda publicou: *Festas e mais festas, escriptas e dadas em um romance*; *Aos declarados Encobertos*, satyra dirigida aos sebastianistas. Finalmente, em 1732 saiu

á luz a collecção das suas obras intitulada o *Pinto renascido, empennado e desempennado. Primeiro vôo.* E' dedicada ao conde de Monsanto, D. Luiz José Leonardo de Castro Noronha Athaide e Sousa; com uma estampa, em que es vê gravado o escudo d'armas da casa de Monsanto. Annos mais tarde, em 1753, já depois da morte do autor, fez-se segunda edição, accrescentada com a vida e o retrato do poeta. Na *Miscellanea curiosa e proveitosa*, em 7 volumes, publicada de 1779 a 1785, encontra-se no vol. III o seguinte: *Vida e morte de Thomaz Pinto Brandão, escripta por elle mesmo semi vivo; offerecida ao serenissimo sr. infante D. Antonio.* Na Bibliotheca publica de Evora existia uma collecção grande de folhetos d'este poeta.

Pinto Cardoso *(Joaquim de Sousa).* Era este o nome d'um dos officiaes do exercito que, depois de ter combatido com bravura e valentia em defeza da patria, morreu ingloria e desgraçadamente ás mãos dos soldados que commandava, e que foi uma das ultimas victimas das tristes dissidencias politicas que por tantos annos perturbaram a vida interna do paiz. N. em Lamego em 1791, sendo filho de José Ignacio Pinto de Azevedo. Alistando se no exercito como cadete em abril de 1810, tomou parte activa na Guerra da Peninsula, assistindo á maior parte das batalhas que se travaram desde o Bussaco até Nive, sendo gravemente ferido n'esta ultima em Salamanca. Terminada a lucta embarcou em 1815 para Montevideu, e na America se conservou até 1823, em que regressou á patria. Nas campanhas da Liberdade tambem entrou o bravo official não só na primeira epoca de 1826 a 1828, quando se tratou de reprimir os primeiros manejos absolutistas, mas tambem depois quando a guerra foi mais violenta, tendo a promoção a major em 1834, depois da convenção de Evora Monte. Despachado coronel em maio de 1847, estava commandando o regimento de infantaria n.º 2, aquartelado no Porto, quando na noite de 24 de abril de 1851 a guarnição d'esta cidade se pronunciou a favor do marechal Saldanha. O coronel Pinto Cardoso pretendeu obstar á revolta, mas os soldados esquecendo então o respeito que deviam ao seu chefe, dispararam contra elle alguns tiros, e na manhã seguinte o valente official expirava, victima d'esse movimento que depois foi reconhecido pelo nome de *Regeneração.*

Pinto Carneiro *(João).* General de brigada reformado. N. no Rio de Janeiro em 1818, e fal. em Lisboa em 1892. Uma vocação decidida o chamava para a vida militar, embora os parentes do Brazil, que occupavam os primeiros logares depois da independencia d'aquelles estados, pretendessem que se formasse em Direito em Coimbra, e voltasse á patria, visto que pelos tratados poderia escolher qualquer das duas patrias até completar 22 annos de edade. Os acontecimentos politicos de Portugal determinaram o contrario, e aos 9 annos veiu para Portugal, e matriculando-se no Collegio Militar, quando seu pae, poucos dias depois era preso pela chamada revolução do brigadeiro Moreira, condemnado a assistir ao supplicio dos seus companheiros de infortunio e a degredo perpetuo, resgatando a pena de morte por 14 contos de réis. Decorridos seis annos, o duque de Bragança D. Pedro IV, entrava em Lisboa, não porque a lucta estivesse acabada entre a liberdade e o despotismo, mas porque o duque da Terceira hasteara já na capital o pendão da rainha D. Maria II. A' voz do imperador toda a mocidade correu ás armas, e o joven collegial entrou nas fileiras como alferes, tendo apenas 15 annos, e foi servir ás ordens do valente almirante Carlos Napier, depois conde de Cabo de S. Vicente, a quem acompanhou nos cruzeiros, nos desembarques e operações em terra, que tiveram como resultado a defeza das linhas de Lisboa e de Setubal, a empresa de Caminha, o cêrco e tomada de Valença, onde serviu de parlamentario, a occupação de Vianna e d'outras terras do Minho, e depois o desembarque em Buarcos e Figueira da Foz, a tomada de Ourem, etc. Terminada a guerra civil pela convenção de Evora Monte, foi matricular-se no segundo anno de Mathematica na Academia de Marinha, porém logo os acontecimentos de 1836, cuja causa acceitara com ardor, o fizeram abandonar as aulas para se empenhar nas operações que tiveram por fim a capitulação de Chaves. Em 1837 era promovido a tenente e ajudante do novo batalhão naval organisado por elle e pelo coronel Luiz de Moura, um dos mais esclarecidos officiaes do exercito, e no anno seguinte, 1838, acompanhou o coronel, que fôra promovido a general, no commando da 10.ª divisão dos Açôres. Regressando ao reino passou a servir no regimento n.º 10 de infantaria. Os acontecimentos politicos de 1842, a restauração da Carta Constitucional e a elevação do conde de Thomar, originaram a saida do serviço de centenares de officiaes, e não encontrando então onde empregassem a sua actividade, resolveram matricular-se na Escola Polytechnica, onde este se fez notar pela sua applicação. Nos seus estudos, porém, veiu surprehendel o a revolução de 1846, chamada da *Maria da Fonte*, e feitos os exames n'esse anno, foi collocado em caçadores n.º 8, mas em outubro seguinte era preso e mettido na fragata *Rainha* como adverso á rebellião na noite do dia 6. Apezar de todos os rigores de bordo, conseguiu evadir-se, e foi reunir-se aos seus camaradas. Apresentado ao conde das Antas, ficou servindo ás suas ordens, passando depois a major de brigada do visconde de Fornos, e successivamente ás do visconde de Sá da Bandeira, governador militar do Porto. Já promovido a capitão pela Junta do Porto, tomou parte na expedição do Algarve, e serviu de ajudante general logo que se reuniram as forças do mesmo visconde de Sá da Bandeira com as que o conde de Mello commandava no Alemtejo. Ainda que o governo de Lisboa tinha um general n'esta provincia, e forças ás suas ordens, nem por isso a juncção deixou de fazer-se. A commissão por Beja a Alcacer do Sal e Setubal foi seguida como o fizera o duque da Terceira em 1833, mas a parte mais arriscada foi confiada a Pinto Carneiro, que cobria a retaguarda, e a um dia de marcha, apenas com um batalhão de voluntarios, o de Monchique, que teria 200 praças. No dia primeiro de maio de 1847 deu se a acção do Alto do Viso, apezar da opposição do general e das ameaças dos inglezes da esquadra. O plano foi de Pinto Carneiro, e foi a elle entregue a direcção da columna da direita que conseguiu tomar a importante posição do Viso, desfazer a sua fortificação, encravar e desmontar a artilharia e aprisionar o general commandante da bri-

gada e grande numero de soldados. Não correram tão favoravelmente as cousas na columna da esquerda, se bem que a cavallaria inimiga retirou, e a infantaria viu varrer os seus acampamentos por descargas successivas; porém desguarnecendo se o flanco esquerdo com a retirada do batalhão, que devia ali conservar-se, limitou-se a operação a concentrar as forças entre o forte Velho e o de S. Filippe. A convenção de Gramido veiu pôr fim á guerra civil. Pinto Carneiro foi deportado para fóra de Lisboa, não podendo residir a menos de dez legoas de distancia. Dedicou se então á agricultura, em que procurou introduzir alguns melhoramentos. Comtudo era pouco para preoccupar aquelle espirito activo, e como não tinha livros além dos que possuia um bacharel da localidade, foi lendo o direito romano e o direito patrio, e alguns compendios da Universidade e os praxistas de que o seu mentor se servia, mas parecia-lhe mais claro e comprehensivel, menos sujeito a interpretações o direito criminal. Isto o habilitou depois a tomar parte em trabalhos d'este genero e na elaboração do Codigo de Justiça. A revolução de 1851 foi encontral-o n'aquella situação, e não pensando em voltar ao serviço, antes tencionando quebrar os laços que o prendiam ao paiz e voltar áquelle em que nascera, tanto mais que, preterido como se achava, não queria servir sob as ordens de outros officiaes mais modernos, resistiu até 1856 a qualquer collocação, até que, quando arregimentados todos os officiaes da disponibilidade, teve de voltar a servir no posto de capitão, a que só fôra promovido em 1851. Ainda por um anno esteve com licença e collocado primeiro no batalhão de caçadores 5 e depois no 6, até que passou ao 2.º em 1857, e depois novamente no 5.º, mas já então accumulava o serviço regimental com o de varias commissões Foi promovido a major para o seu antigo regimento n.º 10, a 4 de janeiro de 1864, encontrando se novamente com o coronel J. M. de Magalhães, que o fôra tambem do 5.º de caçadores, e que quatro annos depois era general e ministro da guerra, nomeando o seu major para chefe do seu gabinete. Foi promovido a tenente-coronel em 1869 e a coronel em 1873. Raro é o trabalho emprehendido no ministerio da guerra a que o coronel Pinto Carneiro não tivesse ligado o seu nome, ou collaborado n'elle; membro de quasi todas as commissões, ainda d'aquellas que não eram das applicações habituaes da sua arma, contribuiu activamente para melhorar as condições do exercito e aperfeiçoar as suas instituições. Estão n'esse caso o Codigo Civil apresentado ás côrtes em 1864, e depois o processo com a composição dos novos tribunaes militares e a fixação das regras de competencia, que tudo formou o Codigo de Justiça militar, posto em vigor em 1875; o regulamento e formularios para a sua execução; o serviço dos quarteis, e que substituiu a regulamentação de 2 de novembro; a tactica de infantaria, projectos de differentes reorganisações do exercito, do seu armamento, leis do recrutamento, da creação da reserva, e muitos outros onde, nos relatorios se vê grande copia de conhecimentos que abrangem todos os ramos da sciencia militar. O regulamento para as occupações, a tactica applicada, deram origem a uma carta de felicitação que lhe dirigiu Lustosa Paranaguá, ministro da guerra do Brazil. Além d'essas commissões, foi chefe do gabinete de tres ministros e chefe da repartição da justiça no ministerio da guerra; chefe de estado maior da divisão de infantaria nos campos de manobra de 1865 e 1867, e de toda a tropa empregada no acampamento de 18 7. No anno seguinte assistiu ás manobras do outono no exercito francez, e regressou para tomar logo a presidencia do conselho de guerra da divisão, d'onde voltou a occupar-se na elaboração de varios projectos e relatorios que o governo desejava submetter á approvação do parlamento. Por differentes vezes o governo lhe conferiu distincções honorificas, que não acceitou, como a commenda da ordem de Christo, que lhe foi concedida pela elaboração do Codigo Penal, e duas vezes a da ordem de Nossa Senhora da Conceição, aceitando apenas o grau de cavalleiro de Aviz, que é privativo dos militares Havia sido condecorado com o 1.º e 2.º grau da ordem da Torre e Espada pela Junta do Porto, por distincção no campo de batalha, e tambem agraciado pelo governo francez com o officialato da Legião de Honra, mas nunca solicitou licença para a usar. Depois de se ter reformado em general de brigada, começou a soffrer da cabeça, chegando á demencia, sendo preciso internal-o no hospital de Rilhafolles, onde falleceu depois de ali estar encerrado quatro annos.

Pinto de Carvalho (*José Guedes*). Fidalgo da Casa Real, cavalleiro e commendador da ordem de S. João de Jerusalem, etc. N. no antigo concelho de Caria, na Beira, e fal. em edade muito avançada um pouco antes de 1850. Escreveu: *Memoria da historia politica e militar da soberana ordem de S. João de Jerusalem, desde a sua fundação até o anno de 1821, tirada dos melhores autores*, Lisboa, 1821; *Segunda memoria da historia politica e militar*, etc., *e do seu grande santo S João Baptista*, Lisboa, 1822; *Remedio heroico para evitar a prevaricação dos desembargadores, offerecido á nação portugueza*, Lisboa, 1822; *Tratado da educação da mocidade*, Lisboa, 1823; *Reflexões sobre a educação e moral*. Lisboa, 1832; *Reflexões sobre a extincção do mal venereo, aproveitamento dos filhos incognitos por seus paes, e egualdade dos legitimados aos legitimos*, Lisboa, 1835.

Pinto Coelho (*Carlos Zepherino*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado em Lisboa, deputado, etc. N. em Beja a 26 de agosto de 1819, fal. em Lisboa a 24 de fevereiro de 1893. Era filho do dr. Francisco Pinto Coelho, advogado, e que serviu os cargos de auditor, juiz de fóra, corregedor e desembargador. Aos 19 annos de edade, tendo concluido os estudos superiores com os frades do convento do Carmo, em frente de cujas ruinas e em propriedade sua viveu a maior parte dos annos, matriculou-se em 1838 na Universidade, onde cursou Direito, obtendo o primeiro premio nos annos de 1839 a 1842, e o segundo em 1843, anno em que se formou. Tendo concluido o curso começou a praticar no escriptorio de seu pae, e em 8 de janeiro de 1846 inscrevia-se como advogado nos auditorios de Lisboa. Como advogado, o dr. Pinto Coelho defendeu perante a camara dos pares o conselheiro Silva Ferrão, juiz do Supremo Tribunal de Justiça; perante o conselho de guerra o alferes Couceiro, alumno da Escola

do Exercito; perante o Supremo Tribunal de Justiça, e perante outros tribunaes uma infinidade de causas, d'entre as quaes, mencionaremos as seguintes, em que muito se falou: Defeza do *Periodico dos Pobres*, em 1854: defeza d'um cocheiro que chicoteara um cão, por cujo dono foi esbofeteado, e a quem esfaqueou; Processo de André Turnes, roubo e homicidio, e foi acompanhado pelos então noveis advogados visconde de Ouguella e Vicente Monteiro; accusação por parte do Banco de Portugal contra o conde de Penamacôr, defendido por Barjona de Freitas; processo do marchante conhecido pela alcunha de conde de Lippe, em que o réo accusado de envenenamento era defendido por José Estevão; Defeza d'uma senhora accusada de adulterio, e de tentativa contra a vida do marido, e que foi absolvida; processo da fallencia Bessone, perante o Tribunal do Commercio, como advogado do Banco de Portugal; Defeza da *Nação*, por mais d'uma vez, havendo impresso em folheto o seu discurso, com respeito á querella do n.° 1:156 d'aquelle jornal; foi tambem encarregado de advogar os direitos da sr.ª condessa da Penha Longa, no litigio que correu sobre a importante fortuna legada pelo conde do mesmo titulo. O dr. Pinto Coelho percorreu toda a escala da magistratura, desde juiz de fóra e corregedor, em Beja, até desembargador. Logo depois do seu regresso da Universidade, entrou na vida politica, e quando o partido legitimista, a que pertencia, resolveu em 1857 propôr candidatos seus ás eleições dos deputados, foi Pinto Coelho um dos escolhidos para apresentar a candidatura ficando eleito por Guimarães. Voltando depois á camara em outras legislaturas até 1866, eleito por Povoa de Lanhoso e por Braga, teve occasião de revelar o seu talento e dotes parlamentares, terçando armas com os mais vigorosos oradores do partido liberal, taes como Casal Ribeiro, Mendes Leal, José Estevão, Rebello da Silva, tendo por companheiros os seus correligionarios Pereira da Cunha, Beirão, Guerra, Telles Caldeira, Estevão Palha, José de Magalhães, e outros, que se ufanavam de apoiar a palavra vehemente, d'uma energia extraordinaria, argumentação intangivel, de quem os proprios adversarios diziam, como a *Revolução de Setembro*, dirigida pelo grande jornalista Rodrigues Sampaio, que escreveu: «Notamos sempre nas palavras do illustre orador o accento d'uma convicção profunda, que não podemos deixar de respeitar, e no nervo da logica, na fôrça da argumentação vêmos a robustez d'uma intelligencia que não nos cansaremos de admirar.» O dr. Pinto Coelho foi por vezes ao exilio prestar homenagem á familia real proscripta, e esteve com D. Miguel em Londres por occasião da exposição de 1862, com a commissão legitimista, que o acompanhou áquelle acto Por algumas vezes fez tambem parte dos corpos dirigentes do seu partido, e em janeiro de 1891 foi nomeado presidente da direcção. Como não quizesse tomar deliberações que não fôssem decisivas, não tomou nenhuma que não fôsse demoradamente estudada e discutida. E assim é que, tendo feito um longo relatorio que enviou ao actual principe D. Miguel, recebeu inteira approvação de seus actos e das medidas propostas. A doença, e por fim a morte, vieram tolher o passo aos trabalhos apenas começados. Ainda assim, os de 18 e 19 de setembro de 1892, e depois a lucta eleitoral, fôram trabalhos que se concluiram com approvação do principe proscripto. A reorganisação do partido em commissões regionaes, e a da imprensa legitimista eram os trabalhos a que se entregava com maior sollicitude, quando falleceu, dando se a coincidencia de estar convocada reunião de alguns partidarios para o dia do seu funeral. Em 18.5 creou se a Companhia das Aguas, um melhoramento importantissimo. Os trabalhos de pesquizas e de estudos começaram desde logo, mas infelizmente ou por falta de tacto de quem a dirigia, ou por quaesquer outras causas, os negocios não caminhavam bem. Vendo isto, o dr. Carlos Zepherino Pinto Coelho, que já fazia parte da empresa, e fôra um dos seus principaes iniciadores, promoveu, depois de grande lucta, uma reunião dos seus pequenos accionistas, sendo este um dos maiores golpes que recebeu a companhia. O governo rescindiu o primitivo contrato,

Carlos Zepherino Pinto Coelho

celebrando-se então outro em 27 de abril de 1867, que foi approvado por carta de lei de 2 de julho seguinte, sendo considerada definitivamente constituida a nova companhia por decreto de 2 de abril de 1868. Pinto Coelho foi eleito presidente da direcção, como era de toda a justiça, cargo que continuou exercendo por successivas reeleições. Apenas reorganisada a nova companhia, começaram activamente os trabalhos. Mais tarde, conhecendo-se ser insufficiente a agua aproveitada para o abastecimento de Lisboa, tratou-se do encanamento da agua do canal do Alviella, e depois d'um arduo trabalho conseguiu-se conduzir para a cidade esse grande manancial. A Companhia alcançou a maior prosperidade sob tão acertada direcção, e ainda hoje é uma das mais importantes de Lisboa. O dr Pinto Coelho era vice-presidente da Associação dos Advogados, sendo presidente o dr. Manuel Maria da Silva Beirão, tambem legitimista, então o decano dos advogados de Lisboa. Representou

essa associação no congresso juridico que se realisou em Madrid em 1892, e ali recebeu as maiores demonstrações de estima, sendo nomeado seu presidente honorario. Esta assembléa era presidida pela maior autoridade das Hespanhas, depois do rei. Tem ali asseuto tudo quanto ha de mais notavel nas Americas portugueza e hespanhola. Foi a *Real Academia de Jurisprudencia*, que organisou o congresso, onde tanto brilhou o dr. Carlos Zepherino Pinto Coelho. Sendo vice-presidente da Associação dos Advogados coube-lhe presidir ao congresso juridico que a sociedade promoveu em Lisboa no anno de 1889. O sr. dr. Veiga Beirão, no seu livro de *Commemorações*, pag. 126, ácêrca d'este congresso conta o seguinte episodio: «Foi no dia da inauguração do congresso e na livraria da Academia Real das Sciencias. A' cerimonia presidiu el-rei D. Luiz que n'ella recitou o seu ultimo discurso em publico. Pinto Coelho tinha como presidente do congresso de assistir á sessão solemne e de n'ella discursar. Fêl-o, e pela fórma levantada que se esperava. Terminada a cerimonia El-Rei, com aquella gentileza, a que não sabia faltar, dirigiu se a Pinto Coelho para o cumprimentar pelo seu discurso. E este,—mau grado as suas idéas politicas—curvou se respeitosamente perante o Principe, chefe do Estado, e durante alguns minutos viu-se o espectaculo extranho mas levantado do rei constitucional conversar, amavelmente, com um dos mais intransigentes dos seus adversarios. E quem assistia a esta scena, tão simples, mas tão significativa, não sabia qual admirar mais se a delicada gentileza do monarcha liberal se a respeitosa cortezania do ferrenho absolutista.» Além do advogado distinctissimo, admirava se no dr. Pinto Coelho o politico fiel á sua crença, intransigente e honesto. Muitas mercês e honrarias recusou, para que se não dissésse que elle, um dos sectarios da causa legitimista, transigia com o partido constitucional, e quando lhe offereciam qualquer mercê, instando-se para que a acceitasse, respondia invariavelmente: *sou legitimista*. O dr. Pinto Coelho, como homem publico, era d'uma actividade extraordinaria. Dirigindo um partido numeroso e de severas tradições historicas, presidia ás assembléas do Banco de Portugal, da Companhia do Credito Predial, e trabalhava como vogal nos conselhos Penitenciario e de Agricultura, dirigia a Companhia das Aguas de Lisboa, e ainda dedicava algumas horas para presidir á direcção do Club Tauromachico Portuguez. Escreveu: *Elogio historico do Advogado José Madeira Abranches; escripto e recitado na conferencia solemne da Associação dos Advogados de Lisboa, em 8 de outubro de 1845*, Lisboa, 1845; *Discurso pronunciado em defeza do jornal «A Nação»*; vem no folheto: *Sessão do Tribunal de Contas do 1.º districto de Lisboa, no dia 27 de Abril de 1852—Accusacão feita pelo Ministerio Publico contra o n.º 1156 do jornal «A Nação»*, Lisboa, 1852; *Discurso proferido na discussão do projecto de lei da reforma do ensino, na Camara dos Deputados nas sessões de 14, 16 e 17 de maio de 1862*, Coimbra, 1863. Na *Gazeta dos Tribunaes*, encontram-se muitos artigos seus, versando sobre pontos de doutrina e questões juridicas; e na *Nação* varios artigos sobre diversos assumptos. A seu respeito deve vêr-se o opusculo: *Sessões do julgamento da querella do Duque de Saldanha contra o editor do «Periodico dos Pobres do Porto»*, Porto, 1855, onde se encontram os seus discursos como advogado da defeza.

Pinto Correia *(P. Gaspar)*. Jesuita. N. no logar do Garajal, do bispado de Lamego em 1596, fal. em Barcellos a 25 de março de 1664. Professou no seu instituto em 1611, aos 15 annos de edade. Aos 20, tendo exercido o magisterio nos collegios de Braga e de Coimbra, e tomado o grau de licenceado em Theologia, abandonou a Companhia de Jesus, e foi nomeado conego penitenciario da collegiada de Barcellos, e commissario do Santo Officio. Foi um distincto humanista, e grande cultor da lingua latina E' tambem conhecido pelo nome de Gaspar Pinto de Sousa, e assim o nomeia Manuel de Galhegos, no seu *Templo de Memoria*, liv. 4.º, est. 199. Deixou algumas obras em latim, publicadas em Lisboa, 1631, 1655, 1610, reimprimindo se algumas.

Pinto Ferreira *(Carlos Augusto)*. Engenheiro machinista de 1.ª classe, reformado com a graduação de capitão-tenente da armada, gerente e socio da fabrica *Vulcano*, professor da cadeira de machinas na Escola Industrial Marquez de Pombal, presidente da Associação dos Engenheiros Machinistas portuguezes, etc. N. em Lisboa no anno de 1829, onde tambem fal. a 1 de fevereiro de 1902. Começou a sua vida como aprendiz de carpinteiro de obra branca no collegio dos aprendizes do Arsenal do Exercito, onde foi admittido em 1841. Depois de alguns annos de aprendizagem, ali permaneceu como simples operario até fevereiro de 1854, em que passou á classe de apparelhador da officina de machinas. Os seus estudos iniciados n'aquelle estabelecimento do Estado, completou-os elle frequentando as aulas do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa, onde foi laureado. Na qualidade de socio fundador do Centro promotor dos melhoramentos das classes laboriosas e de outras associações industriaes, foi eleito, em 1855, como delegado pela carpintaria, com autorisação do governo, para visitar a exposição universal de Paris. No relatorio, publicado em 1856 pelos representantes dos artistas de Lisboa, destaca-se claramente o alto espirito observador de que era dotado Pinto Ferreira. Em 1859 foi nomeado pelo governo para, juntamente com o general João Manuel Cordeiro, ir ao estrangeiro fazer escolha de armas para o exercito. Em 1862 coube-lhe novamente a honra de ser nomeado, e d'esta vez pelo ministro das obras publicas, para visitar a exposição universal de Londres, e n'ella estudar os aperfeiçoamentos de que careciam as industrias do paiz. N'esta epoca já era reconhecida a sua capacidade como engenheiro mechanico, pelos seus trabalhos executados no Arsenal do Exercito, e pelo livro que então publicára com o titulo de *Guia de mechanica pratica*. Na fundição de canhões e na fabrica d'armas do commando geral da artilharia, ainda em 1902 se encontravam algumas machinas projectadas por Pinto Ferreira, e executadas sob a sua direcção. Citaremos entre ellas, como das mais importantes, a machina para fabrico de capsulas para as armas do systema Eitfeld. A sua grande actividade e amor pelo trabalho, os seus vastos conhecimentos de industrias metallurgicas e, sobretudo desgostoso pela limitada esphera d'acção que desempenhara no Arsenal do Exercito, fizeram com que se abalan-

çasse a dirigir as officinas metallurgicas do Arsenal da Marinha, onde poderia melhor do que ninguem desenvolver e elevar acima do nivel em que então jazia o primeiro estabelecimento fabril do paiz. Foi esta a sua maior ambição, que viu realisada em 1863, por concurso documental, tendo sido nomeado engenheiro machinista de 1.ª classe extraordinario, sendo lhe conferida a effectividade d'esse logar em 1866, em attenção aos relevantes serviços prestados no Arsenal, e ás habilitações scientificas comprovadas no desempenho dos deveres a seu cargo. Bem depressa Pinto Ferreira pôz em evidencia o seu valor, projectando, construindo e montando machinas a vapor, dirigindo com a sua elevada competencia todos os trabalhos officiaes, ministrando aos operarios os segredos da arte mechanica, que elle tão bem conhecia. Sob a sua direcção fôram montadas as machinas da canhoneira *Cuanza*, as da padaria no Asylo da Mendicidade, e as machinas e caldeiras da officina de cocha da Cordoaria Nacional, fazendo tambem a installação dos apparelhos da secção photographica da direcção geral dos trabalhos geodesicos. Construiu e montou as machinas e caldeiras dos rebocadores *Valle Zebro* e *Cordoaria* do Arsenal da Marinha, e dirigiu tambem importantes reparações nos navios da nossa marinha militar, etc. Na exposição realisada no Porto em 1865, representou o Arsenal da Marinha, sendo depois enviado pelo governo á exposição universal de Paris em 1867. Tambem foi director technico dos trabalhos dos pharoes do reino, emquanto este serviço esteve a cargo do ministerio da marinha. Pinto Ferreira era grande cavalleiro da ordem da Torre e Espada, e possuia a medalha de ouro da Associação das Classes Laboriosas de Portugal. O decreto, que o agraciou, dizia que tão alta distincção do governo era o penhor dos muitos e valiosos serviços prestados durante a epidemia da febre amarella em 1857. Foi reformado por decreto de 12 de fevereiro de 1880, com a graduação de capitão-tenente da armada, por ter sido julgado incapaz do serviço activo, pela junta naval, e por contar mais de 35 annos de serviço. Não podendo, porém, conservar-se ocioso, dedicou se inteiramente aos interesses da fabrica *Vulcano*, de que era socio gerente, onde esteve até fallecer, ensinando e protegendo aquelles que se entregavam com interesse ao trabalho. Quando falleceu dirigia o curso de machinas na Escola Marquez de Pombal. A Associação de Soccorros mutuos dos pedreiros e carpinteiros, de que elle foi o primeiro presidente inaugurou na sua sala, em 22 de junho de 1902, com toda a solemnidade, o retrato do seu prestimoso e fallecido presidente. Escreveu os seguintes livros, cujas edições se esgotaram: *Guia de mechanica pratica, precedida de noções elementares de arithmetica, algebra e geometria para facilitar a resolução dos diversos problemas de mechanica*, etc., Lisboa, 1862; 2.ª edição, 1868; com 6 estampas; *Manual elementar e pratico sobre machinas de vapor applicadas á navegação*, Lisboa, 1864; com 5 estampas ou tabellas, e outras tantas estampas lithographadas; *Engenheiro de algibeira, ou compendio de fórmulas e dados praticos, para uso dos engenheiros mechanicos, civis e militares*, 1869; *Breve dissertação sobre pharoes a proposito d'uma visita á Exposição universal de Paris em 1867*, Lisboa, 1868, com uma estampa; *Noções elementares de Technologia*.

Pinto da Fonseca (*D. Manuel*). Ultimo grão-mestre portuguez da ordem de Malta, pertencente a uma nobre familia. N. em Lamego a 24 de maio de 1681; foi em Portugal juiz ordinario e conservador da religião de Malta no districto do Porto, partindo para Malta durante o mestrado do seu compatriota D. Antonio Manuel de Vilhena; foi vice-chanceller da ordem, e balio das graças, e finalmente foi eleito a 18 de janeiro de 1741 grão-mestre em substituição de Raymundo Despuig Montenegro. Soube pela firmeza do seu procedimento fazer se estimar pelos soberanos da Europa que auxiliára. No tempo do seu mestrado descobriu-se, a 25 de junho de 1742, uma vasta conspiração, urdida por prisioneiros turcos entre os quaes se achava Osman pachá, governador de Rhodes, e deviam desfazer se dos cavalleiros pelo ferro e pelo veneno, e assenhorear-se de Malta com auxilio da frota turca, com a qual mantinham uma correspondencia secreta. Em 1760 uns escravos christãos, que formavam a equipagem de uma nau ricamente carregada, em que Mahomet-pachá ia a Stambio para cobrança dos impostos, tornaram-se senhores da nau, levaram-n'a a Malta, e repartiram os despojos com os cavalleiros. O sultão preparava-se para tirar d'elles uma vingança estrondosa, quando Luiz XV, rei de França, mandou resgatar esse navio á sua custa, e fêl-o restituir ao grão-senhor a 10 de dezembro de 1761. Pinto da Fonseca, seguindo o impulso do grande marquez de Pombal, e mostrando assim grande deferencia pela sua patria, supprimiu em 1769 a ordem dos Jesuitas em todos os dominios da ordem, concedendo lhes todavia rendas vitalicias a titulo de indemnisação, e em 1772 fez com que o rei da Polonia, Estanislau Augusto, lhe restituisse fundações consideraveis de que a ordem fôra frustrada. Fal. a 24 de janeiro de 1773.

Pinto da França (*Luiz Paulino Oliveira*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, em virtude do seu posto militar; commendador d'Africa na ordem de Christo e cavalleiro professo na mesma ordem; cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa e da antiga ordem da Torre e Espada; condecorado com a medalha de ouro da Guerra Peninsular, deputado nas côrtes de 1821; 1.º administrador do vinculo da Fonte Nova, instituido por seu pae por escriptura de 10 de março de 1804, approvado e confirmado por provisão do Desembargo do Paço, de 10 de setembro de 1806, no qual vinculo se determinava que os administradores haviam de servir o Estado nas armas, ou cursar as letras; marechal de campo, etc. N. na Bahia a 30 de junho de 1771, e fal. a 8 de janeiro de 1824. Era filho de Bento José de Oliveira, cavalleiro professo na ordem de Christo, familiar do Santo Officio, capitão de ordenanças e coudel-mór, abastado proprietario, e negociante de grosso trato da praça commercial do Porto, etc.; casado em primeiras nupcias com D. Anna Maria Joanna, e depois, com D. Maria Francisca de Jesus Oliveira Ferreira d'Eça, senhora brazileira, sendo d'este segundo matrimonio que nasceu Luiz Paulino Pinto da França. Alistando-se como cadete no regimento de cavallaria n.º 1, era tenente quando esse corpo foi, como os outros, mandado dissolver pelo ge-

neral francez Junot. Esta ordem foi executada em Coimbra, onde então estava o regimento, e o brioso official não podendo dissimular a dôr que lhe causava tão violenta medida, conduzindo seu filho Bento da França, que era cadete e veiu a ser depois o 1.º conde de Fonte Nova (V. *este titulo*, *Portugal*, vol. III, pag. 518), á egreja de Santa Cruz e ali quebrou a espada na frente do tumulo de D. Affonso Henriques. Tomando parte muito activa na revolução do Porto contra o dominio estrangeiro, voltou ao seu antigo regimento, passando depois a servir com o posto de capitão ás ordens do commandante da leal legião lusitana. Promovido a major em 1809 pelo bem que desempenhara essa commissão, ascendeu depois a tenente coronel, e servindo em diversos corpos distinguiu-se em alguns combates e acções, e principalmente na de Valverde, onde mostrou inexcedivel bravura e intrepidez. Embarcando para o Brazil, commandou como coronel o 1.º regimento de cavallaria do Rio de Janeiro, e tendo sido elevado ao generalato, foi em 1821 escolhido pela sua provincia para a representar no congresso constituinte. Logo em seguida á queda da constituição em 1823, foi por D. João VI mandado á Bahia para, de accordo com o chefe da divisão João Felix Pereira Campos, commandante da esquadra portugueza n'aquelles mares, e com o brigadeiro Madeira, commandante das forças de terra, ajustar uma suspensão d'armas com os brazileiros, emquanto outros commissarios iam ao Rio de Janeiro tratar directamente com D. Pedro. Chegando á Bahia a 18 d'agosto encontrou a cidade em poder dos brazileiros, porque as nossas forças já haviam retirado no dia 2 de julho, e portanto seguiu para a capital do Brazil onde, segundo as instrucções que recebera, se devia unir aos outros commissarios. A 7 de outubro chegou ao Rio de Janeiro, e o governo recusou-se a entrar em negociações com elle, assim como se recusou ao conde de Rio Maior e aos outros enviados de Portugal, que só chegaram no dia 17. Em vista da decisão do governo brazileiro, o conde de Rio Maior retirou-se para Lisboa acompanhado de todos os seus collegas, menos o marechal Luiz Paulino que, por doença, se deixou ficar no Rio de Janeiro. Em dezembro é que embarcou a bordo do brigue *Gloria*, com destino a Lisboa, mas não chegou a vêr novamente Portugal, porque fal. em viagem. Pinto da França casou a 4 de maio de 1793 com D. Maria Barbara Garcez Pinto de Madureira, filha de José Cardoso Garcez Pinto de Madureira, capitão-mór das ordenanças de Penafiel, e de sua mulher, D. Maria Liboria da Silva Carneiro. Gozou a fama de poeta, e diz-se que deixou muitos versos inéditos, mas composições impressas, só constam os seguintes sonetos: um que começa: «A teus pés, fundador da Monarchia», composto em 1808 sobre o tumulo de D. Affonso Henriques, em Santa Cruz, de Coimbra, o qual se imprimiu pela primeira vez no *Jornal de Coimbra*, n.º XXII, de outubro de 1813; dois *sonetos*; o 1.º glozando o mote «Do Jano as portas por desgraça abertas», e o 2.º glozando egualmente outro mote «Entre os horrores da malvada guerra», ambos publicados no referido jornal, n.º XLI, parte 2.ª, 1815; *Soneto*, que começa: «Eis já dos mausoléos silencio horrendo» escripto a bordo do navio que o transportava para Lisboa, e segundo se affirma, duas horas antes de expirar; parece que está publicado no *Parnaso Brazileiro*, quaderno, 3.º, pag. 6; anda tambem na *Miscellanea poetica, ou collecção de poesias diversas de autores escolhidos*, Rio de Janeiro, 1853, a pag. 176.

Pinto da França *(Manuel da Gama)*. Capitão-tenente, director da Cordoaria Nacional, etc. N. a 21 de março de 186?, fal. a 26 de abril de 1902. Alistou se na armada em 30 de julho de 1879 com passagem do exercito, onde era aspirante a official. Em 12 de novembro de 1881 foi promovido a aspirante de 1.ª classe; a guarda-marinha em 11 de outubro de 188?, a 2.º tenente em 29 de dezembro de 1886; a 1.º tenente em 8 de janeiro de 1891 e a capitão-tenente em 28 de março de 1901. Serviu na guarnição da corveta *Duque da Terceira* e do cruzador *D. Carlos*, quando este navio foi ao Brazil, regressando d'esta viagem bastante doente. Foi immediato do cruzador *D. Amelia* e do couraçado *Vasco da Gama*; commandou a canhoneira *Vilhena* e o vapor *Lidador*; foi encarregado dos commandos das canhoneiras *Açôr* e *Tavira*; instructor da escola pratica de artilharia naval e da escola de alumnos marinheiros do Lisboa; vogal da commissão encarregada de elaborar um projecto de regulamento para a execução da lei de soccorros a naufragos; commandante da 1.ª brigada do corpo de marinheiros, vogal da commissão encarregada de elaborar um projecto para serviço interno de bordo, e vogal dos conselhos de guerra e marinha. Pouco tempo antes do fallecimento havia sido nomeado director da Cordoaria Nacional. O capitão-tenente Manuel Pinto da França era cavalleiro e official da ordem de Aviz, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição, e possuia a medalha de prata de comportamento exemplar.

Pinto da França *(Salvador d'Oliveira)*. Bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra, tenente coronel do corpo do Estado-maior; ministro da guerra, commendador da ordem de Christo, cavalleiro das de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa e da Torre e Espada, deputado em diversas legislaturas, etc. N. na Bahia a 9 de janeiro de 1822, fal. em Lisboa a 20 d'abril de 186?. Era filho dos 1.ºs condes de Fonte Nova, Bento da França Pinto d'Oliveira e D. Maria José Tovar da Costa. Tendo estudado no collegio militar, completou em 1840 o curso, e alistando-se no exercito, foi em novembro d'esse anno despachado alferes. Passando a frequentar a Universidade, alcançou o grau de bacharel em Mathematica, e estudando depois na Escola do Exercito o curso do estado maior, foi em 1845 promovido a tenente. Serviu no quartel general da terceira divisão militar, e depois ás ordens de seu pae, commandante da primeira divisão, até março de 1850. Quando em 1851 o marechal Saldanha se resolveu a combater pelas armas o ministerio do conde de Thomar, foi o tenente Salvador Pinto da França um dos officiaes que o acompanharam, e foi elle talvez o que mais concorreu para o bom exito da revolução. Como é sabido, o marechal vendo que não appareciam em campo algumas forças com que contava, tomou o caminho da fronteira resolvido a sair de Portugal. Foi então que o tenente Salvador Pinto da França, indo ao Porto, censu-

rou a fraqueza d'animo dos que não haviam cumprido a sua promessa, animou outros indecisos, e introduzindo-se disfarçado no quartel de Santo Ovidio fez ali rebentar o grito da revolução, á qual em breve adheriram todos os corpos da guarnição, e pouco depois quasi todo o exercito e a maioria da nação. O marechal premiou esses serviços, despachando o tenente Salvador Pinto da França capitão do corpo de estado maior, e promovendo-o a major. Eleito deputado em 1852, continuou servindo no commando em chefe do exercito, até que pela extincção d'esta repartição, em 1859, passou a exercer as funcções de chefe do gabinete do ministro da guerra. A primeira legislatura, de que fez parte, durou de 1852 a 1856, tornando a ser eleito na de 1860 a 1861. Foi nomeado chefe do estado maior da quarta divisão em 1864, e em 1865 chefe do gabinete do conde de Torres Novas, ministro da guerra, e por morte d'este general, succedida a 11 de novembro de 1865, foi encarregado da pasta da guerra em 22 do referido mez e anno, mas adoecendo pouco tempo depois, deixou o exercicio effectivo d'esse cargo em 16 de fevereiro de 1866, falleceudo passados dois mezes. Salvador Pinto da França casou a 23 de janeiro de 1858 com D. Maria Bernardina da Gama Lobo Salema de Saldanha e Sousa, filha de D. Manuel da Gama Lobo de Saldanha e Sousa, fidalgo cavalleiro da Casa Real, e de sua mulher D. Maria Izabel da Camara Mendonça Côrte Real.

Pinto Guedes *(Rodrigo)*. Vice-almirante no Brazil. N. no logar de Gradiz, do bispado de Vizeu, em julho de 1762. Seu pae tinha egual nome, e sua mãe chamava-se D. Maria da Silveira Pereira. Destinado por seus paes para a carreira ecclesiastica, entrou, segundo se julga, na ordem dos conegos seculares de S. João Evangelista, vulgo Loios, da qual saiu no fim d'algum tempo, allegando falta de vocação, e assentou praça n'um dos corpos do exercito, passando depois para a marinha. Chegou a ser em Portugal chefe de esquadra, major general da armada, e conselheiro do Almirantado. D. João VI, que muito o distinguia, o promoveu a vice-almirante do Brazil. Abraçando o partido da independencia em 1822, continuou no serviço do imperio brazileiro, teve o posto de almirante e o titulo de barão do Rio da Prata Ignora-se a data do fallecimento. Escreveu: *Regimento de signaes, para ter uso a bordo dos navios de guerra commandados pelo marquez de Niza*, Lisboa, 1798, 3 tomos, com 29 estampas.

Pinto de Magalhães *(Francisco Xavier)*. Escriptor, que viveu no seculo XVIII. N. na Povoa, termo da Guarda, no dia primeiro de março de 1700; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Manuel Leitão de Magalhães e de Maria dos Santos de Albuquerque. Estudou na Universidade de Coimbra a faculdade de Direito Canonico. Acompanhou a Roma o nosso embaixador Pedro da Motta e Silva, onde se demorou alguns annos, dedicando-se ao estudo das linguas franceza, italiana, grega e hebraica. Em 1730, estando já de volta em Lisboa, foi nomeado membro da Academia dos Arcades, com o nome de *Erotilo*, e em 1732 publicou uma traducção portugueza da obra italiana de João de la Casa, intitulada: *O Galateo, ou o cortezão*

Pinto de Magalhães *(João de Sousa)*. Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra. N. no Porto a 8 de janeiro de 1780, fal. em Lisboa a 1 de maio de 1865. Era filho do dr. João de Sant'Anna Neves de Sousa, advogado, e de sua mulher, D. Maria Benedicta de Magalhães Pinto. Na sua terra natal passou os primeiros annos, recebendo esmerada educação sob a direcção dos paes, e no estudo dos preparatorios ou das humanidades, como então se dizia, grangeou o applauso dos mestres e o respeito dos condiscipulos, estando habilitado para entrar no curso de leis a que se destinava, antes da edade que a lei fixava para a matricula na Universidade. N'este estabelecimento de ensino superior se distinguiu Pinto de Magalhães entre os seus companheiros nas aulas, e sendo considerado geralmente o primeiro estudante de sciencias positivas no seu tempo e premiado sempre Comtudo, apezar d'um curso tão distincto só veiu a formar-se, aos 26 annos de edade, em 1816, por causa das agitações politicas que n'esse meio tempo trouxeram revolto o paiz, obrigando por mais d'uma vez a fecharem-se as aulas da Universidade. Apezar da sua assidua applicação aos estudos que cursava, ainda lhe sobrava tempo para se familiarisar com os bons modelos da antiguidade classica da Grecia e de Roma, para se occupar de sciencias naturaes, especialmente de botanica, em que foi muito versado, e para augmentar a sua instrucção em todos os ramos dos conhecimentos humanos, assentando d'este modo as bases da profunda e solida erudição que mais tarde possuiu, e que era reconhecida pelos homens mais eminentes do paiz. Saindo da Universidade, Pinto de Magalhães veiu para Lisboa, onde, a 3 de setembro de 1817 fez leitura no Desembargo do Paço, como então era indispensavel para seguir a magistratura, e a 4 de dezembro de 1818 recebeu a nomeação de juiz do crime do bairro de Mocambo, de Lisboa, logar de primeira ordem, que lhe abria assim brilhantemente as portas da magistratura. Logo que rebentou a revolução de 1820, foi eleito deputado ás côrtes pela provincia do Minho. Um dos seus primeiros actos no congresso foi pedir que se mandassem traduzir as obras de Bentham, do famoso philosopho que offerecera as suas obras ás côrtes portuguezas. As côrtes consignaram na sua acta o seu agradecimento ao grande pensador, e votaram a proposta de Pinto de Magalhães para que essas obras fôssem traduzidas e impressas por conta do Estado. Em seguida propoz o regulamento da Regencia, tendo em vista a divisão dos poderes; depois sustentou com grande energia, por occasião de se discutir a lei da liberdade de imprensa, a introducção do jury; defendeu a necessidade da independencia do poder judicial, traçou com grande clareza os limites dos poderes temporal e espiritual, propôz que os deputados não pudessem acceitar cargos publicos, nem mesmo requerel-os para outrem, principio que se inseriu na Constituição de 1800, e em quasi todas as questões que se trataram na camara, tomou parte importante, mostrando-se sempre decidido liberal e revelando ao mesmo tempo muita prudencia, qualidade que não era vulgar entre os membros do congresso. Nas duas grandes questões debatidas n'essa assembléa, se devia haver uma só camara ou duas, e a do *Veto*, pronunciou-se Pinto de Magalhães, emquanto á pri-

meira por uma só camara, e emquanto á segunda, vendo quo lhe seria impossivel fazer mudar a opinião da maioria, approvou o *veto* suspensivo, esperando que, acalmado um pouco o ardor das paixões irritadas por esse debate, acharia ensejo de annullar os effeitos d'essa resolução, quando se tratasse do artigo que concedia ao rei o brevo espaço de 10 dias para sanccionar uma lei que tivesse sido approvada por dois terços dos deputados, depois do *veto*. Pediu Pinto de Magalhães que esse artigo do projecto fôsse modificado, monstrando a necessidade de se estabelecer o prazo de um anno pelo menos, entre a votação e a sancção regia, insistiu uma e outra vez, respondendo aos adversarios e reforçando sempre com argumentos novos o seu parecer, e tendo o artigo passado, tal qual estava no projecto, mandou no dia seguinte para a mesa a declaração do seu voto, ao qual adheriram outros deputados, que, como elle, não comprehendiam que o futuro da liberdade estivesse dependente d'aquella restricção do poder real. Reeleito tambem pela provincia do Minho para as côrtes ordinarias que se reuniram no 1.º de dezembro do 1822, tomou parte muito activa na discussão do projecto de lei de responsabilidade dos ministros e de mais funccionarios publicos, do qual fôra encarregado em 14 de dezembro de 1821. O projecto foi approvado com pequenas alterações, sendo a unica importante a introducção do jury, e por essa occasião pronunciou Pinto de Magalhães um discurso notavel, em que declarou ser opinião sua que as liberdades civis dependiam mais da liberdade das eleições, da tribuna e da imprensa, da independencia do poder judicial e da instituição dos jurados, do que, como alguns cuidavam, da maior ou menor extensão da prerogativa da Corôa, ou da divisão do poder legislativo, com tanto que se mantivessem certos limites Explicando depois o motivo porque não havia introduzido no seu projecto a instituição dos jurados, disse que o não fizera, porque não fôra encarregado de elaborar um codigo para o qual sómente a constituição impunha a necessidade do jury, que julgava estar expressamente designado na constituição que o supremo tribunal de justiça era quem devia julgar as causas de responsabilidade; mas que reconhecendo elle o jury, como um dos principaes baluartes das liberdades publicas, estimaria muito que o convencessem de que, sem transgredir a lei fundamental, se podiam admittir os jurados no projecto que se estava discutindo. O encerramento da sessão das côrtes ordinarias a 31 de março de 1823, e os acontecimentos que posteriormente se deram, interromperam a discussão do projecto, e impediram que elle fôsse convertido em lei. Reunidas extraordinariamente as côrtes a 15 de maio, foi Pinto de Magalhães eleito presidente, e como tal, coubelhe a triste honra de dirigir as ultimas sessões parlamentares n'este primeiro periodo do governo constitucional do paiz. Seguiu se a partida do infante D. Miguel para Villa Franca em 27 de maio, onde se lhe fôram juntar muitos officiaes e generaes do exercito e forças militares, indo afinal o proprio soberano D. João VI no dia 3 de maio tambem reunir se ao filho, que se puzera em campo para derrubar a Constituição e restaurar o governo absoluto A 2 de junho ainda se reuniram uns 60 deputados, e depois de falarem alguns, entre os quaes predominou a idéa de se interromperem as sessões e de ceder e protestar, lavrou-se um protesto energico sobre o que se estava passando no paiz. O protesto era inutil, o congresso nunca mais se reuniu, e o absolutismo foi restabelecido. D. João VI, na sua proclamação, datada de Villa Franca a 3 de junho, tinha promettido dar ao povo portuguez uma constituição, e nomeando depois, a 18 d'esse mez, uma junta para elaborar o projecto da lei fundamental, foi Pinto de Magalhães um dos membros escolhidos para essa commissão, cuja presidencia tomou o duque de Palmella. Comtudo, esta idéa do monarcha não foi acceita pela facção absolutista que dominava mais que o rei. Por isso, pouco depois de se reunir a junta, levantou se um dos membros, e propoz que se aconselhasse o soberano a que não outhorgasse constituição alguma. O primeiro que se levantou, para combater vigorosamente essa proposta, foi Pinto de Magalhães; ficou, porém, vencido, porque a maioria approvou a proposta, assignando como vencidos João de Sousa Pinto de Magalhães, Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, Ricardo Raymundo Nogueira, José Maria Dantas Pereira e José Joaquim Rodrigues de Bastos. Dissolvida de facto a junta, ficou Pinto de Magalhães exercendo os cargos de official da secretaria do reino e de deputado da junta de fazenda, para os quaes fôra nomeado em agosto de 1824 e em dezembro de 1825. Manteve-se então sempre alheio á politica, tanto no resto do reinado de D. João VI como durante a regencia da infanta D. Izabel Maria, tanto assim que pôde durante o governo de D. Miguel exercer tranquillamente em Lisboa a profissão de advogado, apezar de ter sido o ultimo presidente das côrtes de 1820, e de não poderem, portanto, conservarem d'elle boa reputação os partidarios de D. Miguel. Comtudo, não escapou á demissão de todos os seus empregos publicos, limitando-se sómente a isto as perseguições absolutistas. Logo que a divisão constitucional entrou em Lisboa a 24 de julho de 1833, o duque da Terceira o mandou chamar, e o encarregou de redigir a proclamação que aquelle general n'esse dia publicou, dirigida ao povo, documento importante, um modelo de benevolencia e de generosidade para os vencidos. Esta proclamação vem transcripta no *Diccionario universal portuguez*, editado por Henrique Zepherino de Albuquerque, vol. VI, pag. 1119. Foi tambem Pinto de Magalhães quem escreveu na *Chronica Constitucional*, de Lisboa, os primeiros artigos que se distinguem, não só pela fórma, mas pela moderação dos sentimentos politicos que os anima, e sendo reintegrado, por um dos primeiros decretos do novo governo, no cargo de que fôra demittido em 1828, passou, depois, a exercer o logar de inspector dos correios e postas do reino. Quando, a 27 de maio de 1835, caiu o primeiro ministerio organisado depois da morte do D. Pedro IV, sob a presidencia do duque de Palmella, foi Saldanha encarregado do formar o novo gabinete, e para elle entrou Pinto de Magalhães como ministro do reino, tendo por collegas: na justiça Manuel Antonio de Carvalho, depois barão de Chancelleiros; na fazenda Francisco Antonio de Campos, depois barão de Villa Nova de Fozcôa; na guerra o marquez de Saldanha, na marinha o marquez de Loulé, e nos es-

traugeiros o duque de Palmella. A 15 de julho passou Pinto de Magalhães para a pasta da justiça, indo substituil-o na do reino Rodrigo da Fonseca Magalhães, onde se conservou até 18 de novembro do mesmo anno, em que caiu todo o ministerio, sendo substituido por outro presidido pelo general José Jorge Loureiro. Durante o pouco tempo que esteve gerindo a pasta do ministerio do reino ainda mandou proceder aos estudos da estrada de Lisboa ao Porto; como ministro da justiça, o seu serviço mais importante foi, sem duvida, o despacho geral dos juizes de direito e mais empregados judiciaes, feito a 7 de agosto de 1835. Saindo do ministerio voltou a conservar-se de parte, e só em 1839 é que entrou na camara dos deputados, sendo eleito substituto por Lisboa; no anno seguinte, 1840, foi deputado substituto por Braga e effectivo por Lisboa, sendo, por grande maioria, escolhido, na sessão de 5 de junho, para presidente da camara. Em 15 de julho de 1841 resignou o logar de presidente para tomar parte mais activa nos debates. Sendo membro da commissão ecclesiastica e diplomatica, e presidente da commissão de instrucção, sustentou vigorosamente o projecto relativo ás congruas dos parochos, manifestando o desejo de que a organisação das finanças e adopção de outras medidas para isso indispensaveis, permittissem em breve fazer-se uma lei de dotação do culto e do clero; combateu com grande energia a proposta apresentada pelo deputado J. A. de Campos, para que a decima lançada aos ordenados dos empregados publicos fôsse imposta tambem na dotação da familia real, levando pela sua palavra a camara a resolver que não havia logar a votar sobre essa proposta, e na sessão de 27 de setembro de 1841, deu ainda uma prova manifesta do seu genio moderado e tolerante, pronunciando se com todo o vigor contra a exclusão que o decreto de 6 de agosto de 1833 impunha aos individuos que tinham seguido o partido de D. Miguel. Depois d'esta legislatura, não voltou ao parlamento nem ao ministerio, conservando-se afastado da politica, entregando-se quasi exclusivamente ao estudo, sendo os seus trabalhos mais prediletos os historicos, philologicos e litterarios. Comtudo, muitas vezes os nossos homens de estado mais notaveis, e particularmente o duque de Palmella, o consultavam em negocios difficeis, e aproveitavam os seus dotes eminentes em algumas commissões de serviço publico. Tendo sido já anteriormente nomeado, em abril de 1839, para substituir Trigoso na commissão creada no anno anterior com o fim de propôr os meios mais adequados para conseguir o restabelecimento da boa intelligencia entre a nossa côrte e a de Roma, e para consultar ácêrca de todos os melhoramentos que se devessem fazer na administração da egreja lusitana, foi posteriormente escolhido, em março de 1842, para membro da commissão incumbida de auxiliar o duque de Palmella nas suas negociações com o nuncio Capacini; nomeado em setembro de 1847 vogal da commissão que devia tratar dos melhoramentos da egreja lusitana e do seu clero; em abril de 1848, membro da commissão encarregada de estudar os meios de se realisar a emancipação dos escravos; em 7 de outubro de 1849 membro da commissão de reforma da repartição dos estrangeiros; em maio de 1858 incumbido de tratar com o nuncio apostolico a melhor maneira de pôr em execução a Concordata assignada no anno antecedente e de regular os outros negocios relativos ao padroado portuguez no Oriente, e a 17 de janeiro de 1861 foi nomeado membro da commissão encarregada de tratar com o nuncio da reducção dos conventos de freiras e da conversão dos bens d'essas casas religiosas em inscripções. Além dos cargos importantes, já citados, serviu ainda o de conselheiro de estado extraordinario, nomeado em agosto de 1845, o de conselheiro do Tribunal de Contas, nomeação de 1853, e o de conselheiro de Estado effectivo em 1858. Por decreto de 10 de maio de 1861 foi elevado ao pariato, mercê que não acceitou, dando a el rei D. Pedro V as razões da sua recusa. Dos trabalhos litterarios de João de Sousa Pinto de Magalhães sómente se imprimiram dois: um na *Revista Universal Lisbonense* de 1841, com as iniciaes P. M., é a *Necrologia do professor de musica Canongia;* o outro é a nota nos *Fastos* de Ovidio, intitulada *Vejove,* e que se encontra a pag. 279 do tomo II, da versão portugueza d'aquella obra emprehendida por Antonio Feliciano de Castilho. Dos seus trabalhos ineditos citam se particularmente as annotações que fez a um exemplar do *Diccionario da lingua portugueza* de Moraes, uma *Memoria ácêrca das origens da lingua portugueza* e uma *Grammatica philosophica da lingua portugueza.* Pinto de Magalhães era gran cruz da ordem de Christo, e da ordem pontificia de S. Gregorio Magno. Casara em 4 de abril de 1826 com D. Maria do Carmo de Andrade Pinto. Escreveu e publicou em 1868 a sua biographia Antonio Pereira Ferraz Junior, com o titulo de *João de Sousa Pinto Magalhães — Apontamentos historicos.*

Pinto de Mascarenhas *(Abilio).* Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa e lente de obstetricia na mesma escola. N. em Lisboa a 16 de dezembro de 1851. Frequentou com distincção o curso de medicina, e defendeu these em 1874, a qual publicou, tendo por titulo: *Algumas palavras sobre a tuberculose,* sendo approvado com louvores. Foi nomeado cirurgião interinamente do hospital de S. José em 1875, e definitivamente por decreto de 2 de março de 1878; extraordinario em 28 de março de 1883, e director de enfermaria em 24 de março de 1886. Exercendo depois esse logar na enfermaria de S. Fernando, no hospital do Desterro, e nas de S. João Baptista e de Santa Joanna no hospital de S. José. Quando falleceu era director da de Santa Barbara no mesmo hospital. Concorreu quatro annos a um dos logares vagos de lente da secção cirurgica da Escola Medica, apresentando uma dissertação de concurso baseada na *Pathogenia do tetano* que publicou em 1877, sendo approvado e nomeado demonstrador por decreto de 12 de março de 1878. Em 9 de outubro de 1879 foi nomeado lente substituto, e em 16 de setembro de 1886 lente proprietario. Emquanto foi professor substituto, regeu por differentes vezes as cadeiras de anatomia, pathologia externa, obstetricia e clinica cirurgica. Por fim foi nomeado cathedratico da cadeira de obstetricia. O dr. Abilio de Mascarenhas tambem fez parte de varias commissões escolares. Era socio da Academia Real das Sciencias e da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa. Deixou escriptos valiosos sobre obste-

tricia na *Revista de Medicina e Cirurgia*, e na *Medicina Contemporanea*.

Pinto de Massuellos *(Francisco de Sousa)*. Escrivão do juizo da Companhia do Grão Pará e Maranhão; recebedor e thesoureiro da chancellaria do Tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens, e por fim official maior graduado da Secretaria da Junta do Commercio. Fal. a 25 de julho de 1821. Era irmão de José Nicolau de Massuellos Pinto (V. *Portugal*, vol. IV, pag 912). O seu amor pela litteratura nacional o fez emprehender por sua conta as reimpressões de duas obras tornadas muito raras, a saber: *O Affonso Africano*, poema de Vasco Mousinho de Quevedo, que saiu em Lisboa, 1786; e os *Epodes de Diogo de Teive, traduzidos em portuguez*, etc., saídos no mesmo anno; ambas as obras são precedidas de pequenos prologos ou advertencias do editor.

Pinto Martins *(Antonio Domingos)*. Professor de esgrima e de gymnastica na Escola do Exercito. Foi discipulo do afamado professor d'armas francez Henry Petit, professor d'el-rei D. Luiz I e de seu irmão o infante D. Augusto. Antonio Martins começou as suas lições em 1880, e em pouco tempo se evidenciou distinctamente. N'esse mesmo anno teve tres assaltos notaveis, sendo dois no Real Gymnasio Club Portuguez: o primeiro com o professor allemão Semidt, o segundo com John Haart, professor de esgrima de Vienna d'Austria, e que se dizia o primeiro professor do mundo. D'um e d'outro assalto saíu vencedor, com grande vantagem, recebendo n'essa occasião calorosos applausos de todos os assistentes. No anno de 1897 tambem terçou armas com o afamado mestre d'armas italiano Prota, ficando vencedor, tanto no jogo de florete, como de sabre. Antonio Martins concorreu muito para o desenvolvimento do Real Gymnasio Club, assim como tambem é a elle que se deve a predilecção pela gymnastica, que até então era quasi desconhecida entre nós, sendo até olhada com certo horror, por ser de grande perigo. Tem tomado parte em muitos beneficios de caridade, para que sempre está prompto. Lembram-nos do que se realisou em 1881 no antigo Circo de Price em beneficio das Créches, festa dedicada á rainha D. Maria Pia. N'esse anno de 1881 é que principiou a ser professor d'armas no Real Gymnasio Club, e tomou parte em todas as festas de gymnastica que então se realisaram. Em 1884, tendo retirado para Paris o professor da Casa Real Henry Petit, foi nomeado para o substituir n'aquelle elevado cargo. Em 1886 foi pela primeira vez a Paris aperfeiçoar-se no jogo das armas, frequentando as salas do *Cain*, onde teve o prazer de encontrar o seu antigo mestre Henry Petit, que era um asiduo frequentador d'essa sala e decano dos mestres d'armas francezes; a de *Rue*, a de *Menignac*, etc., fazendo em todas ellas notaveis assaltos com os respectivos mestres. Emquanto se demorou em Paris, ia todos os dias *plastroner* com *Cain*, o qual á sua retirada lhe offereceu o retrato com dedicatoria muito amavel. Em 1890 voltou de novo a Paris, e em 1891 dirigia a sala d'armas do Gremio Litterario, de Lisboa, então muito concorrida pelos nossos mais distinctos amadores. Foi o iniciador da instrucção de gymnastica e esgrima na Escola Pratica de Infantaria, em Mafra, e não podendo continuar, deixou ali o seu ajudante, sr. Pedro d'Oliveira, que depois foi nomeado professor, logar em que ainda se conserva, por não poder accumular o desempenho d'essa commissão com o das successivas para que foi nomeado, como mestre d'armas na Escola do Exercito, precedendo concurso, mestre d'armas da Escola Naval, e por fim professor de gymnastica esthetica e esgrima no Conservatorio de Lisboa. Em 1893 voltou a Paris de proposito para frequentar a Escola de Joinville-le-Pont, de que era então director o commandante Déroné, indo ali estudar a organisação d'este estabelecimento militar de esgrima. Escreveu um *Manual de esgrima*, que publicou em 1895, para uso do exercito, o qual foi approvado e mandado adoptar nos differentes estabelecimentos militares pelo ministro da guerra depois de ouvido o parecer favoravel d'uma commissão de officiaes, nomeada por portaria de 13 de outubro de 1893, a qual considerava o *Manual de esgrima* do professor Antonio Domingos Pinto Martins superior a varios trabalhos estrangeiros e nacionaes que lhe fôram presentes. Antonio Martins tem adextrado os seguintes instructores de esgrima no exercito: Pedro d'Oliveira, Escola Pratica de Infantaria; Custodio M. Galvão, Escola Pratica de Cavallaria; capitão Henrique Couceiro, ex-instructor da Escola Pratica d'Artilharia, e o seu substituto capitão Tristão da Camara Pestana; capitão Sá Cardoso, ex-instructor de esgrima no regimento d'artilharia n.º 1; capitão D. Miguel d'Alarcão, que foi ajudante do Antonio Martins na Escola do Exercito e instructor dos corpos da guarnição. O seu ex-discipulo Sousa Magalhães abriu ha annos uma sala d'armas, para a instrucção de esgrima, segundo o methodo de Antonio Martins. O distincto professor tem contado entre os seus numerosos discipulos de esgrima as pessoas mais notaveis do paiz, a começar pelo fallecido rei D. Carlos, que era muito perito no jogo das armas, e tambem fallecido principe real D. Luiz Filippe, o ex-rei D. Manuel II, o principe D. Affonso, etc. Antonio Martins é grande official da ordem de S. Thiago, e cavalleiro da de Christo, distincções que obteve pelo nome que grangeou representando nobremente o paiz nas salas d'armas estrangeiras medindo se com professores estrangeiros. Não é só como professor de esgrima e de gymnastica que Antonio Martins se tem distinguido, tambem pertence ao *sport* nautico. A primeira regata, em que entrou, foi em 1881, em Cascaes; regata internacional em que appareceu uma tripulação de remadores inglezes, que foi batida pela *Vega*, guiga de seis remos, pertencente ao rei D. Luiz I. Antonio Martins era o *voga* da tripulação d'essa guiga, sendo então premiado com uma medalha de ouro, que lhe foi collocada no peito pela rainha D. Maria Pia. De Antonio Martins ha dois factos que muito o honram: um foi o ter elle salvo, debaixo d'um forte temporal, cinco dos seis tripulantes d'uma canôa que uma forte rajada de vento virára no Tejo, morrendo apenas o sexto tripulante. O outro foi o salvamento d'um actor muito conhecido e de mais duas creanças, junto á torre de Belem, quando prestes a afogarem se. Como amador tauromachico distinguiu-se egualmente, e ha muita gente que se lembra ainda das touradas aristocraticas, em que Antonio Martins entrou como valente forcado. A ultima corrida, em que tomou parte, foi a que se

realisou em 1886, por occasião dos festejos pelo casamento do principe real, depois D. Carlos I. Na rua do Alecrim teve em tempos uma sala d'armas em tudo egual ás melhores do estrangeiro, a que deu o titulo de Escola Nacional de Esgrima. Tambem se tem dedicado á musica com verdadeira paixão, e possue uma boa voz de tenor. E' socio correspondente da Academia de Armas de Paris.

Pinto da Motta (*Francisco Carlos*). Capitão de artilharia. N. em 10 d'outubro de 1864, assentou praça em 30 de julho de 1881, sendo promovido a alferes em 9 de janeiro de 18-9, a tenente em 24 de janeiro de 1891, e a capitão em 15 de fevereiro de 1906. Foi um dos tres officiaes de artilharia, que se bateram no combate de Magul, o combate mais renhido e sangrento de toda a campanha contra o Gungunhana; era então tenente, sendo os outros dois officiaes, o capitão Paiva Couceiro, por causa de quem se feriu a lucta, e o capitão Sanches de Miranda. O capitão Pinto da Motta era cavalleiro das ordens da Torre e Espada e de S. Bento d'Aviz; e possuia as medalhas de prata de comportamento exemplar, e para commemorar a expedição de Moçambique, 189.-1895.

Pinto d'Oliveira (*Bento da França*). Coronel de cavallaria, governador de Timor, etc. N. no Porto a 30 de dezembro de 1833, fal. em Aveiro a 21 de outubro de 1889. Era filho do 1.° conde de Fonte Nova, que tinha egual nome, e da condessa sua mulher D. Maria José Tovar da Costa; irmão do 2.° conde do mesmo titulo Luiz Paulino d'Oliveira Pinto da França. Destinando-se á carreira das armas, matriculou-se no Real Collegio Militar, cujo curso terminou em 1851, e n'esse mesmo anno assentou praça em cavallaria n.° 2, lanceiros da Rainha. Em 1853 foi promovido a alferes para ir servir na provincia de Moçambique, por assim o desejar. Passando depois ao exercito da metropole, partiu para a India em 1855, por ter sido nomeado por decreto de 24 de julho, para servir ás ordens do governador d'aquelles estados, o tenente general conde de Torres Novas. Quatro annos mais tarde, em 1859, teve transferencia para a provincia de Cabo Verde, servindo ali ás ordens do governador visconde de S. Januario, e depois ás do seu substituto Sebastião Lopes Calheiros e Menezes, a quem acompanhou para Angola, quando elle para ali foi transferido. Regressou ao reino nos fins do anno de 1862, e em 30 de novembro de 1861 foi promovido a tenente, sendo collocado no regimento de cavallaria n.° 1. Em 1865 teve o cargo de ajudante de campo do ministro da guerra, seu irmão Salvador d'Oliveira Pinto da França, que falleceu pouco depois, em abril de 1866. Em 1868 voltou a desempenhar egual cargo junto do ministro da guerra José Maria de Magalhães, deixando esse cargo em julho do mesmo anno, voltando a fazer serviço em cavallaria n.° 4. Por decreto de 18 de novembro de 1869 foi nomeado adjunto á direcção da secretaria da guerra. Em 1872, por decreto de 12 de setembro, foi promovido a capitão para cavallaria n.° 7, e por esse tempo desempenhou o logar de ajudante de campo do ministro da guerra Florencio de Sousa Pinto. Tambem foi ajudante de campo do Fontes Pereira do Mello, quando este estadista dirigiu a pasta da guerra, commissão de que foi exonerado, passando para vogal da commissão do codigo de legislação militar. Em 1882, apezar de se sentir bastante arruinado de saude, pela sua longa permanencia no ultramar, não hesitou em acceitar o cargo de governador de Timor, para que foi nomeado por decreto de 21 de dezembro de 1881, sendo n'essa occasião elevado ao posto de major, sem prejuizo dos officiaes mais antigos. Porém a sua saude não lhe permittiu demorar so ali muito tempo, vendo-se obrigado a regressar á Europa um anno depois, chegando a Lisboa em maio de 1883. Foi depois despachado no posto confirmado de major para cavallaria n.° 1, passando em novembro d'esse mesmo anno para chefe da repartição do gabinete do ministro da guerra. Por decreto de 31 de outubro de 1884 foi promovido a tenente-coronel para o estado maior da arma, e em 1886, com a demissão do ministerio regenerador, pediu a exoneração de chefe da repartição do gabinete que desempenhava. Passou depois a fazer serviço nos regimentos de cavallaria n.° 1, n.° 8 e n.° 4, até que por decreto de 4 de julho de 1886 foi promovido a coronel e commandante de cavallaria n.° 10 aquartelada em Aveiro. Pinto de Oliveira casou com D. Maria Bernardina da Gama Lobo Salema, filha de Manuel da Gama Lobo Saloma de Saldanha e Sousa, que já era viuva de seu irmão Salvador d'Oliveira Pinto da França.

Pinto d'Oliveira Salema (*Bento da França*). Major de cavallaria; lente da Escola do Exercito, etc. N. em Lisboa a 22 de fevereiro de 1859, onde tambem fal. a 14 de novembro de 1906. Era filho de Salvador d'Oliveira Pinto da França (V. *este nome*) e de sua mulher, D. Maria Bernardina da Gama Lobo Salema. Assentou praça a 29 de julho de 1875, sendo promovido a alferes em 29 de dezembro de 1877, a tenente em 14 de janeiro de 1885, a capitão em 30 de setembro de 1893, e a major em 10 de agosto de 1903, servindo no Estado maior. Foi nomeado lente adjunto da Escola do Exercito em 23 de agosto de 1-94, e depois da morte do major Fernando Maia passou a ser lente effectivo em 1904, regendo a 5.ª cadeira: Curso geral de tactica; Campanhas coloniaes; Principios de estrategia; Tactica do serviços de cavallaria. Sendo ainda tenente serviu ás ordens do infante D. Augusto, então general da 2.ª brigada de cavallaria, e por morte do infante passou com esse cargo honorario para a casa militar d'el rei D. Carlos. Foi secretario interino, e depois effectivo, do governo de Timor, onde prestou bons serviços, exercendo o cargo de vogal d'uma commissão encarregada de organisar o batalhão dos *Leaes moradores de Timor;* de presidente de outra commissão para estudar a introducção do monopolio do opio em Timor; secretario e pagador do districto das obras publicas de Macau; vogal d'uma commissão organisadora dos serviços do correio de Macau, etc. No continente tambem exerceu varias commissões importantes, fazendo parte da commissão encarregada pelo ministro da guerra, então o sr. general Pimentel Pinto, de organisar a Bibliotheca e archivos do seu ministerio, e uma revista militar official. Essa commissão era presidida pelo sr. general Sebastião de Sousa Telles. Na ordem do exercito n.° 10, de 1889, foi o major Bento da França Pinto d'Oliveira Salema louvado por motivo d'uma brilhante conferencia que fez sobre

a importancia das pequenas unidades de cavallaria. Era cavalleiro e official por serviços distinctos da ordem de S. Bento d'Aviz, e cavalleiro da de S. Thiago; possuia a medalha de prata de comportamento exemplar. Havia casado a 7 de janeiro de 1882 com D. Maria Magdalena Podestá, filha de João Baptista Podestá, e de sua mulher D. Maria Amalia Cambournac. Escreveu artigos sobre assumptos militares na *Revista militar, Exercito portuguez, Revista das Sciencias militares*, e em outros jornaes do paiz. No *Correio da Manhã* tambem publicou varias cartas sobre os costumes de Macau e de Timor. Escreveu ainda: *Legião portugueza ao serviço do imperio francez; estudo historico, baseado nos manuscriptos de José Garcez Pinto de Madureira*, Lisboa, 1889; este livro contém a narração circumstanciada e interessante d'essa brilhante legião portugueza que acompanhou Napoleão nas suas ultimas campanhas, e que foi victima quasi na totalidade da desastrosa campanha da Russia; *Subsidios para a historia de Macau*, e um dos folhetos sobre o mesmo assumpto da «Bibliotheca do Povo e das Escolas».

Pinto Ramires *(P. André)*. Jesuita. N. em Lisboa em 1596, fal. a 23 de maio de 1654. Era muito perito na oratoria, na poetica, e em philosophia, em que recebeu o grau de mestre em Artes. Estudando Theologia na Universidade de Salamanca, entrou na Companhia de Jesus aos 22 annos, em 1618. Dictou humanidades no collegio de Villa Garcia por muitos annos. Em Salamanca explicou Escriptura Sagrada. Retirando-se depois ao collegio de Monforte, ali falleceu. Deixou publicadas algumas obras em latim.

Pinto Ribeiro *(João)*. V. *Ribeiro (João Pinto)*.

Pinto da Silva *(Joaquim Xavier)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, e n'essa cidade nasceu a 16 de fevereiro de 1818; fal. em Lisboa em 1887. Era filho de Justiniano Xavier Pinto da Silva, e de D. Joanna Amalia Delfina Xavier, sendo mais conhecido por *Joaquim Xavier*. Em novembro de 1837 foi nomeado amanuense temporario do governo civil de Coimbra, e a 1 de março de 1839 amanuense do quadro, tendo-se n'essa nomeação já attendido ao seu merito como amanuense temporario. Por alvará de 5 de abril de 1844 foi promovido a segundo official da mesma secretaria, lendo-se n'esse alvará «em attenção ao seu distincto merito, antiguidade de serviço e mais circumstancias.» Serviu este logar até fevereiro, inclusivé de 1846, em que pediu a sua exoneração, vindo para Lisboa, onde alguns mezes praticou a advocacia no escriptorio do afamado advogado João de Deus Antunes Pinto, e inscreveu se perante o Supremo Tribunal de Justiça para a exercer nos tribunaes da capital. Por alvará de 14 de janeiro de 1847, do marechal duque de Saldanha, logar tenente da rainha D. Maria II, foi nomeado ajudante do secretario do mesmo logar tenente, sendo encarregado do serviço que estava a cargo do secretario civil, o conselheiro Antonio Barreto Ferraz de Vasconcellos, depois visconde da Granja, que então havia pedido para ser d'elle exonerado. Esta nomeação do logar tenente foi approvada pela portaria do ministerio do reino de 29 de janeiro de 1847, concedendo ao nomeado a graduação de official da secretaria de estado e os correspondentes vencimentos, etc. Por decreto de 15 de fevereiro de 1847 foi nomeado delegado do procurador régio da comarca da Feira, no districto da Relação do Porto, de que tomou posse, sendo exonerado em setembro do mesmo anno para ser encarregado de outra commissão de serviço publico, a de secretario geral do governo civil de Ponta Delgada, por decreto de 8 de setembro de 1847. Foi transferido para egual cargo no districto de Faro por decreto de 19 de agosto de 1848, para o de Leiria por decreto de 15 de novembro no mesmo anno, e para o de Aveiro por decreto de 13 de julho de 1849. Exercendo ainda o cargo de secretario geral em Aveiro, foi nomeado governador civil d'aquelle districto por decreto de 25 de junho de 1851, sendo transferido em eguaes funcções para o de Portalegre por decreto de 21 de janeiro de 1852, e para o de Castello Branco por decreto de 30 de setembro de 1852, sendo exonerado a seu pedido em 1 de setembro de 1856. Por decreto de 3 de maio de 1853 fôra agraciado com a carta de conselheiro. Voltando ao poder o partido regenerador, em que estava filiado, foi nomeado governador civil do districto de Bragança por decreto de 20 de junho de 1859, de que foi exonerado a seu pedido, por decreto de 12 de março de 1860, quando ao poder voltou o partido historico. N'esse decreto lia-se: «ter servido com zelo e intelligencia» e por ter recebido por decreto de 12 de janeiro do mesmo anno, em resultado de concurso, a nomeação para o logar de primeiro official da direcção geral de instrucção publica no ministerio do reino, em que tomou posse em 23 de abril de 1860, lendo-se no respectivo decreto: «em attenção ás boas qualificações que obteve do respectivo jury, e aos seus serviços na carreira administrativa»; sendo então encarregado de dirigir a segunda secção da segunda repartição da referida direcção. Por portaria de 11 de fevereiro de 1863 foi nomeado chefe da terceira repartição da direcção geral de instrucção publica, por ter sido elevada á categoria de repartição para todos os effeitos legaes, pela carta de lei de 4 do mesmo mez, a segunda secção da segunda repartição da dita direcção, tendo esta nomeação como fundamento o modo porque desempenhara as funcções de chefe d'aquella secção, e por differentes vezes, e cumulativamente, as de chefe de repartição. Transferido por decreto de 12 de março ainda do anno de 1863, de chefe da terceira repartição da direcção de instrucção publica para chefe da segunda repartição da direcção geral de administração politica. Por decreto de 12 agosto do mesmo anno foi nomeado para fazer as vezes de director geral da administração politica do ministerio do reino, nos impedimentos do effectivo. N'esta qualidade coube-lhe a honra de lavrar em setembro e outubro de 1863 os autos do nascimento e baptismo do principe real, mais tarde D. Carlos I, e foi seguidamente agraciado com a commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e com a da ordem italiana de S. Mauricio e S. Lazaro. Na primeira sessão legislativa de 1865 foi eleito deputado pelo circulo das Lagens, ilha do Pico, districto de Horta, e n'essa sessão exerceu as funcções de primeiro secretario. Na segunda sessão legislativa de 1868, foi novamente eleito pelo referido circulo. Por alvará de 4 de setembro

de 1859 foi nomeado secretario do gabinete do ministro do reino, então o duque de Loulé, que tambem era o presidente do conselho. Por decreto com força de lei de 15 de outubro do mesmo anno, que approvou o regulamento da secretaria do reino, foi creada uma repartição de gabinete, sendo nomeado Joaquim Xavier para chefe d'essa repartição, por portaria de 18 de outubro do mesmo anno. Extincta a repartição do gabinete pela reforma decretada em 22 de junho de 1870, foi nomeado, por decreto d'esta mesma data, chefe da repartição de beneficencia no ministerio de instrucção publica. Extincto este ministerio e mandada vigorar a antiga reforma da secretaria do reino, voltou a occupar o logar de chefe da repartição do gabinete. Por portaria de 17 de janeiro de 1871 foi transferido d'esse logar para o de chefe da primeira repartição da direcção geral de administração politica e civil. Por alvará de 30 de dezembro de 1878, foi nomeado official do gabinete do ministro do reino, então o conselheiro Antonio Rodrigues Sampaio. Escreveu: *Indice ou repertorio alphabetico e remissivo da legislação portugueza, especialmente sobre administração publica, desde 1830 até 1845*, Lisboa, 1846; *Memoria* (junta em 1859 ao requerimento para o concurso do logar de primeiro official da direcção geral de instrucção publica), sem mais designação.

Pintor. Individuo que exerce a arte da pintura. No antigo regimen dos officios tinham os pintores regimento especial, achando-se exarado na compilação feita em 1572 por Duarte Nunes do Lião para os officios de Lisboa. N'essa epoca era portanto considerado um officio mechanico, mas como succedia a outras profissões liberaes tinham os pintores certas prerogativas, não estando embandeirados com outros officios nem sujeitos á Casa dos 24, mas sim directamenne ao senado da camara. O regimento dos pintores constitue o capitulo XXXIII da collecção lisbonense reformada em 1572. Salvo a orthographia, é o seguinte: «No mez de janeiro de cada um anno os officiaes do officio dos pintores, assim de oleo como de tempera, se ajuntarão em uma casa que elles para isso ordenarem, e os juizes que então acabam com seu escrivão darão juramento dos Santos Evangelhos a todos os que presentes fôrem, que bem e verdadeiramente sem odio nem affeição dê cada um sua voz a dois officiaes, a um pintor d'oleo e outro de tempera, que sejam idoneos e pertencentes, para esse anno servirem de juizes e examinadores do dito officio, e sendo assim dado juramento aos ditos officiaes, os ditos juizes com o escrivão se apartarão para um cabo da dita casa, onde terão posta uma meza e ali perguntarão a cada um dos ditos officiaes per si, sob cargo do dito juramento que receberam, a quaes dão sua voz para aquelle anno vindouro servirem de juizes e examinadores do dito officio, e o que cada um dissér em segredo o escrivão o escreverá e acabado assim de perguntar os ditos officiaes, elles juizes alimparão a pauta, com o dito escrivão, e em outro papel porão por letra aquelles dois officiaes que mais votos tiverem para aquelle anno servirem de juizes e examinadores do dito officio. 1.º) E pela mesma maneira e no dito dia que elegerem os ditos juizes e examinadores elegerão outro official do dito officio por escrivão para servir naquelle anno com os juizes. E depois de os ditos juizes e escrivão assim sorem eleitos irão á camara para lhes ser dado juramento dos Santos Evangelhos, que bem e verdadeiramente sirvam seus cargos, e para os assentarem no livro da camara, como é costume. E aquelles juizes examinadores e escrivão, que com esta solemnidade não fôrem eleitos, não usarão dos ditos cargos, sob pena de qualquer que o contrario fizer pagar mil réis, a metade para as obras da cidade e a outra para quem o accusar. 2.º) E o official qué sair por examinado um anno não servirá o mesmo cargo d'ali a tres annos, contados do dia em que acabar seu anno, e pela mesma o que sair por escrivão. 3.º) E nenhuma pessoa, assim natural como estrangeiro, que do dito officio dos pintores, assim de oleo como do tempera, quizer usar e pôr tenda, o poderá fazer sem primeiro ser examinado pelos examinadores que para isso são eleitos. O qual exame se fará em casa do examinador que fôr do officio, de que se faz o exame, a que elles serão presentes para que vejam se o tal official faz obra conveniente, por que mereça ser approvado. 4.º) E o que se houver de examinar de pintura d'oleo, trará uma taboa de quatro ou cinco palmos em quadra, e em casa do juiz pintará a imagem que elle dissér em modo que na dita taboa haja maçanaria, paizagem, e algumas minudencias para que em tudo se veja sua sufficiencia. E o que assim fôr examinado pela sobredita maneira ficará examinado de todas as outras cousas á pintura necessarias e ao ornamento d'ella. 5.º) E o que de tempera ou fresco quizer usar fará em parede a fresco, e em panno ou taboa, a tempera, figura ou lavor romano ou grotesco, querendo usar de tudo, e fazendo o sobredito ficará examinado de todas as cousas á dita pintura de tempera ou fresco inferiores. 6.º) E o que de dourado ou estofado sómente quizer usar, por mais não poder alcançar, fará uma peça de ouro brunido e mate, em a qual haverá algum plano, ou taboa, per si de dois palmos, em que faça além do dito dourado dois palmos de rapado, e fará mais um pau de branco brunido, e encarnará um rosto de vulto de uma Virgem, de encarnação polida. 7.º) E ao que assim fôr examinado, na maneira sobredita, e fôr havido por habil e pertencente para pôr tenda, lhe passarão sua carta de examinação assignada pelos examinadores e feita pelo escrivão do seu cargo. A qual levarão á camara para lá ser vista e confirmada e se registrar no livro em que taes cartas se registram. 8.º) Da qual examinação o official, que assim se examinar quizer, pagará trezentos réis e sendo estrangeiro seiscentos réis, de que serão duas partes para as despezas do dito officio e a terça parte para os examinadores. 9.º) E qualquel pintor que d'aqui em deante tenda puzer, sem primeiro ser examinado da maneira sobredita, será preso e da cadeia onde estará quinze dias pagará dois mil réis, a metade para as obras da cidade, e a outra para quem o accusar. E sendo os juizes os accusadores será para as despezas do officio, e a mesma pena haverá qualquer official que se provar que fez algumas obras ou peças de que não fôr examinado, ou não sendo examinado tomar obra do dito officio para fazer fóra da tenda do official examinado. 10.º) Quando algum official do dito officio se puzer a examinar, senão souber fazer o que se contém em seu exame, os ditos examinadores o

não examinarão e lhe mandarão que vá aprender, e do dia em que se puzer a tal examinação a seis mezes o não tornarão a examinar, e passados os ditos seis mezes, então se poderá pôr outra vez a examinação, e sendo apto lhe passarão sua carta, e não o sendo o tornarão outra vez a mandar aprender outros seis mezes, e assim o farão tantas vezes quantas acharem que não sabe fazer como (deve) o conteúdo do seu exame. 11.º) E os examinadores que assim não fizerem e antes do dito tempo o tornarem a examinar pagarão dois mil réis, a metade para as obras da cidade e a outra para quem os accusar. 12) E sendo o caso que os ditos examinadores favoravelmente ou por peita ou por qualquer respeito, ou malicia, derem por sufficientes aquelles que o não fôrem, e lhes derem logar que ponham tenda, da cadeia onde estarão trinta dias, pagará cada um quatro mil réis, a metade para as obras da cidade e a outra pàra quem os accusar. 13) E os examinadores do dito officio não examinarão seus filhos, parentes, cunhados, ou creados. E quando qual quer dos sobreditos se quizer examinar fará petição á camara para lhe ser dado um dos juizes do anno passado, qual á cidade bem parecer, para o examinar em logar do examinador suspeito. E qualquer dos examinadores que o contrario fizer pagará dois mil réis, a metade para as obras da cidade e a outra para quem o accusar, e a tal examinação não será valida. 14.º) E serão avisados os ditos examinadores que nenhum per si só examine official algum senão sendo ambos juntos, sob a mesma pena. 15.º) E os juizes do dito officio terão cargo, de trinta em trinta dias, visitar as tendas dos officiaes e fazer correição com o escrivão, e assim todas as mais vezes que necessario lhes parecer. E as obras que acharem que não são feitas como devem, tomarão e levarão á camara para se fazer nisso o que fôr de justiça e se dar o castigo ao official conforme á culpa que lhe fôr achada. E esta diligencia farão sem odio nem affeição nem outro algum modo ou especie de malicia. E os juizes que nas ditas obras engano e falsidade acharem e a dissimularem por qualquer via que seja, e não fizerem diligencia para se fazer a dita execução contra os culpados, pagarão dez cruzados, a metade para as obras da cidade e a outra para quem os accusar. 16.º) E mandam aos officiaes do dito officio que quando quer que os ditos juizes chegarem a suas tendas para lh'as visitarem lhes obedeçam e mostrem as obras de seu officio que quizerem para vêrem, se ha algumas mal feitas e como não devem para se fazer n'ellas execução, sob pena de qualquer que desobediente fôr a cidade lhe dar por isso o castigo que lhe bem parecer. E da desobediencia que o tal official commetter contra os ditos juizes ou qualquer d'elles, o dito escrivão fará auto e o levará á camara para n'ella vêr e mandar o que fôr de justiça.» Tem este regimento que reproduzimos do original, mais quatro artigos que todos encerram disposições de fiscalização, communs aos diversos officios. Bibliographia: *Noticia de alguns pintores portuguezes e de outros que, sendo estrangeiros, exerceram a sua arte em Portugal*, por Sousa Viterbo, Lisboa, 1903.

Pintor Pov. na freg. de S. Christovão, de Nogueira do Cravo, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Pintos. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Rebordosa, conc. de Paredes, distr. do Porto. ‖ S. Mamede de Sádão, conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Pintura. Arte de representar a natureza por meio de tintas ou côres. *Pintura a oleo*, quando as tintas são dissolvidas com oleo. *Pintura a tempera*, quando as tintas são desfeitas em gomma, colla, leite, clara d'ovo, gelatina, ou outra qualquer substancia similar. *Pintura a fresco* quando as tintas são desfeitas com agual de cal e applicadas ao estuque fresco. *Pintura de illuminação* (V. *Illuminura*). Tambem, por extensão, se chama pintura a differentes generos de desenho colorido, ou não, taes como *a pastel*, á penna, a sépia, aguarella, etc. *Bibliographia*: *Regras da arte da pintura*, etc, por José da Cunha Taborda, Lisboa, 1815, *Collecção de memorias relativas ás vidas dos pintores*, etc., etc., por Cyrillo Volckmar Machado, Lisboa, 1823; *Les arts en Portugal*, pelo conde de Raczynski, Paris, 1846; *Dictionnaire historico-artistique du Portugal*, pelo mesmo conde, Paris, 1847; *A antiga escola portugueza de pintura*, estudo publicado em inglez, em 1866, na revista *The fine arts Quarterly Review*, pag. 375-400, e traduzido pelo marquez de Sousa Holstein, Lisboa, 1868. Sobre este estudo e a traducção recaiu o trabalho critico *A pintura no seculo XV e XVI*, por Joaquim de Vasconcellos, Porto, 1881; *Die portugiesische Malerei des sechszehnten Jahrhunderts* (*A pintura portugueza do seculo XVI*), por C. Justi, estudo impresso no vol. IX do *Jahrbuch d. Koenigl preussischen Kunstsammlungen*, Berlim, 1888. Os resultados d'este estudo acham-se condensados no artigo *A pintura portugueza no seculo XV e XVI,--Grão-Vasco*, por Joaquim de Vasconcellos, inserto no vol. XI do *Portugal antigo e moderno*, de Pinho Leal, no voc. *Vizeu*. *De la peinture des manuscripts illustrés en Portugal*, por Ferdinand Denis, Paris, 1879, que constitue a introducção ao Missal de Estevão Gonçalves (V. *este nome*) e foi traduzida por Mendes Leal; *Dialogo da pintura*, um dos manuscriptos de Francisco de Hollanda, publicados por Joaquim de Vasconcellos, Porto, 1896, edição esta em que se encontram varios esclarecimentos bibliographicos ácerca da pintura; *A pintura portugueza no seculo XVIII*, por José de Figueiredo; *Arte portugueza primitiva.--O pintor Nuno Gonçalves*, por José de Figueiredo, Lisboa, 1910.

Pinzio. Pov. e freg. de Santo Antonio, da provincia da Beira Baixa, conc., com. e distr. e bisp. da Guarda; 258 fog. e 1:022 hab. Tem escola do sexo fem., correio com serviço de posta rural e uma feira a 30 de novembro. A pov. dista 19 k. da séde do conc. e está situada no cruzamento das estradas de Pinhel ao Sabugal e da Guarda a Almeida. O prior da freg. de S. Pedro, de Jermêllo, apresentava o cura que tinha 3$400 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é pouco fertil em cereaes e fructas, mas cria bastante gado, e nos seus montes ha muita caça grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 12, com a séde em Trancoso. Esta freg. pertencia ao conc. da Guarda, vindo para o de Pinhel por decreto de 12 de julho de 1895.

Pio (*Manuel Bernardo*). Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Evora, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Doutorou-se em 13 de novembro de 1803.

Pióca. Pov. na freg, de Santa Christina, de Meadella, conc. e districto de Vianna do Castello.

Piódam Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. do Douro, conc. e com. de Arganil, distr. e bisp. de Coimbra; 173 fog. e 787 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 20 k da séde do conc. e está situada no pico mais elevado do monte do Açôr, a 9 k. da margem esquerda do rio Alva. O cabido da sé de Coimbra apresentava o cura, que tinha 14$000 réis e o pé d'altar. A terra é montanhosa, mas os seus valles abundantes d'agua, e produzem bastantes cereaes e algum vinho. Tem abundancia de madeira e lenha, e muita caça. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra O nome d'esta freg. tambem se encontra em diversos diplomas officiaes com a orthographia de *Piódão*.

Piódão. Ribeira no distr. da Guarda. Nasce no monte Açôr, na serra da Estrella, corre a N E, e vae entrar no Alvoio, abaixo de Vide, com 20 k. de curso.

Pioledo. Pov na freg. do Salvador, de Bilhó, concelho de Mondim de Basto, distr. de Villa Real.

Piolhinho. Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu.

Piolhosa. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Trute, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Piornaes. Ilha da Madeira e distr. do Funchal: povoações nas freguezias de S. Gonçalo e de S. Martinho, conc. do Funchal.

Pipa. V. *Pesos e medidas*

Pipa Povoações nas freguezias: Sant'Anna, de Carnota, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Conceição, de Olalhas, conc. de Thomar, districto de Santarem. || S. Bartholomeu, de Villa Cã, conc de Pombal, distr. de Leiria. || S. José, de Lamarosa, conc. de Coruche, distr. de Santarem. || S. João Baptista, de Coruche, do mesmo conc. e districto.

Pipas. Bahia situada na costa do districto de Mossamedes, na prov. de Angola, Africa Occidental. E' extensa mas muito aberta, e tem bom ancoradouro em 19 ou 24 m. Termina da banda do S em ponta esbranquiçada e cortada a pique, direita ao mar, na qual se levanta um rochedo chamado *O Gigante*, que de longe parece um navio de panos largos A bahia tomou o nome que tem, porque em 1812 a estação naval portugueza queimou uma grande quantidade de pipas ali armazenadas, que se destinavam a um navio cruzeiro.

Pipe. Pov. na freg. do Salvador, de Figueiredo, conc. e distr. de Braga.

Pipello. Pov. na freguezia de N. S.ª do O', de Paião, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Pipo. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa || S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto || S. João Degolado, de Terrugem, concelho de Cintra, distr. de Lisboa.

Pique. Antiga arma de guerra, uma das armas de haste a mais simples e a mais comprida O seu couto, que mediu, segundo as epocas, desde 3 até 8 metros, era de faia ou de freixo, e sensivelmente estreitado desde o meio até ás extremidades. O ferro, em fórma de folha de loureiro ou de adaga triangular ou quadrangular, não excedia a 25 centimetros. Adaptava-se ao couto por meio de um alvado e de duas longas laminas de ferro aparafusadas n'elle, e destinadas a impedir que as espadas cortassem a haste. A extremidade inferior tambem estava armada d'uma púa de ferro.

Piqueiral. Pov. na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Piquete. Pequena porção de tropa, formando guarda avançada ou prompta á primeira voz.

Piquete. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Giesteira, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Piquinho. Duas povoações na ilha da Madeira, e distr. do Funchal, uma na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Machico, outra na do N. S.ª da Luz e conc. de Ponta do Sol.

Piratas. Rio da costa de Cabinda, Africa Occidental. Vae desembocar na bahia de Fume, cêrca de 2 k. ao N da ponta Banana, extremo da margem direita do rio Zaire. Tem 3m,6 de fundo na sua foz, mas só os navios que demandarem menos de 1 m. d'agua poderão entrar n'elle e subil-o alguns kilometros, pela difficuldade que ha em vencer a boca, onde se estendem dois baixios, um a O e outro a E, separados por um canal.

Pires. As armas da familia d'este appellido são: Em campo de prata seis barras negras.

Pires (*Affonso*) Mestre dos canteiros das obras publicas de Santarem, no tempo de D. Affonso V e de D. João II. Fal. em 1504.

Pires (*D. Fr. Affonso*). Religioso da ordem da Trindade, bispo de Evora, etc. Tambem é nomeado por alguns escriptores pelo appellido de *Pedro*. Era natural de Evora e floresceu no seculo XIV. Nasceu de paes muito illustres, do segundo tronco da casa de Tavora, cuja varonia era das primeiras e das mais distinctas do reino. Tomou o habito no convento de Santarem, o primeiro que a ordem da Trindade teve em Portugal; não consta ao certo quando, mas conjectura-se que fôsse pelos annos de 1296, em que reinava ainda el-rei D. Diniz. Veiu para o convento de Lisboa para seguir os estudos da Universidade, que estava então installada n'esta cidade, e ahi se graduou em Theologia, e foi por algum tempo cathedratico. Em 1323 foi eleito provincial, pelo fallecimento de Fr. Martinho Eannes, sendo o primeiro n'este cargo que a ordem da Trindade teve em Portugal, quando ficou desmembrada da sujeição da França, a quem reconhecia tendo por cabeça a casa de Cervo Frigido, como as suas chronicas referem. El-rei D. Affonso IV era lhe muito affeiçoado, e tanto que, vagando a mitra de Evora pela morte do bispo D. Durando II, o monarcha o escolheu para o exercicio d'aquella elevada dignidade, em que se conservou por muitos annos. Fal. a 8 de fevereiro de 1339, deixando saudosa memoria por ser um prelado de exemplares virtudes. Compoz a seguinte obra em latim: *De Admirabili Ordinis Santissimae Trinitatis Institutione*, cujo manuscripto parece ter-se perdido.

Pires (*Alexandre José*). Pianista e compositor de musica. Era natural do Porto, onde vivia na

primeira metade do seculo xix. Balbi, no seu *Essai Statistique*, cita-o entre os melhores autores de modinhas, e como excellente compositor, que escreveu em quasi todos os generos e quasi sempre com exito. O sr. Joaquim de Vasconcellos, no seu livro *Os musicos portuguezes*, diz conhecer de Alexandre Pires uma cavatina de Crescentini arranjada para piano, a *Tempestade*, trecho descriptivo para piano, tres modinhas: *Tem amor e tem juizo*, *Se me vires ser ingrato*, *Finalmente as leis do fado;* 6 sonatas para duas guitarras, e 2 tercetos: *Escuta, bella deidade* e *Vou amado ao som da lyra*, e mais 3 modas: *Nas faces divinas*, *Em a linda boca*, e *Uma disputa ao outro*; e finalmente, uma valsa para piano.

Pires *(Alvaro)*. Pintor de el-rei D. Manuel I e de D. João II, tendo por companheiros Gaspar Cão e Gregorio Lopes.

Pires (*P. Ambrosio)*. Jesuita, que em maio de 1553 foi para o Brazil com o P. Luiz da Graã, e chegou á Bahia a 13 de junho do mesmo anno, d'onde foi mandado pelo P. Manuel da Nobrega, missionario da America, para as missões. D'elle resta uma *Carta ao P. Geral escripta da Bahia em 15 de junho de 1555*, a qual foi traduzida em italiano, e publicada em Veneza no anno de 1559.

Pires (*P. Antonio*). Jesuita. Era natural de Castello Branco, fal em 1572. Entrou na Companhia de Jesus em 6 de março de 1548, e sendo ainda noviço passou ao Brazil em 1550 com o celebre P. Manuel da Nobrega. Empregou-se com ardor nos trabalhos das missões de Pernambuco e da Bahia. Escreveu duas cartas aos Padres do Collegio de Coimbra, que tratam das duas missões em Pernambuco, escriptas n'esta capitania, a primeira em 11 de agosto de 1551, e a segunda no mesmo anno. Escreveu tambem: *Carta de Pernambuco em 5 de junho de 1552 aos Padres de Portugal*; *Carta ao Padre Provincial em 19 de julho de 1552*; *Outra carta ao mesmo provincial, Bahia, 11 de setembro de 1558; Carta aos irmãos da Companhia em 22 de outubro de 1560*.

Pires *(Antonio Thomaz)*. Secretario da camara municipal de Elvas. Escriptor muito apreciado. Publicou: *Contos populares portuguezes, recolhidos da tradição oral e coordenados*, etc., Elvas, 1902; *Estudos e notas elvenses:* 1.° *O S. João d'Elvas;* 2.° *A entrega da praça d'Elvas a Filippe II de Castella em 1580;* 3.° *A egreja do Senhor Jesus da Piedade*, 4.° *O casamento de Luiz José de Vasconcellos e Azevedo;* 5.° *Amuletos alemtejanos;* 6.° *A noite de Natal, o Anno Bom e os Santos Reis;* 7.° *Vasco de Lobeira*; 8.° *Garcia da Orta*, etc.

Pires *(Diogo)*. Alcunhado *O Moço*. Executou o tumulo de D. Fr. João Coelho. commendador de Leça, fallecido em 1515, onde se vê a sua estatua em relevo e o brazão das armas de Coelho, com uma inscripção na frente em que se lê *Diogo Piz o moço a fez*. Tambem se lhe attribue o baptisterio e o tumulo que se vê na egreja de Leça do Bailio, assim como o crucifixo e a inscripção do anno de 1514.

Pires *(Ernesto Silvino Dias Gomes de Castro)* Escriptor o poeta. N no Porto a 31 de julho de 1857, onde tambem fal a 2 de dezembro de 1884 Era descendente d'uma familia nobre da casa de Fundo de Villa, na provincia de Traz os-Montes Ali passou os primeiros annos da sua mocidade. Faltando-lhe o pae em 1871, contando apenas 14 annos, ficou entregue aos cuidados de sua mãe, D. Maria Ernestina Gomes Pires, que o mandou estudar no collegio da Boa Vista, onde aprendeu francez e principios de mathematica. Espirito um pouco irrequieto, não podia supportar a disciplina collegial. Durante a sua permanencia no collegio tomou intimidade com alguns rapazes amigos da litteratura, e pouco depois já se encontrava á frente de duas publicações: uma de critica, *Carapuças*, e outra litteraria, o *Sonhador*, em 1876 e 1877. Fez depois uma viagem ao Brazil, e ao regressar tomou grande interesse pela causa democratica, e a despeito dos seus pergaminhos, declarou se manifestamente republicano, escrevendo poesias e artigos violentos. *A Voz do Povo*, jornal publicado em 1878, foi verdadeiramente o seu primeiro grito a favor da causa que se propunha defender. Ernesto Pires, nome porque era mais conhecido e como sempre se assignava, redigiu de 1879 a 1880 o *Cancioneiro portuguez*, juntamente com o sr. dr. Leite de Vasconcellos. Saudades da primeira mocidade fizeram d'elle um poeta lyrico: *Beatriz*, *Helena* e *Leonor*, tres symbolos vagos d'uma mesma idéa, pairavam constantemente deante d'elle, e sobre saindo em muitas das suas composições. Na collecção citada, o *Cancioneiro portuguez*, publicou a poesia *O Pranto de Camões*, que depois foi traduzida em francez por B. Orfœuvre, e em catalão por Conrat Roure. Em 1881 publicou *O Evangelho da Revolução*, que teve 2.ª edição em 1883. E' uma poesia declamatoria, em que transpiram os sentimentos liberaes do poeta. Em 1882 appareceu o *Poeta moribundo*, traducção de Lamartine. Em 1883 publicou em Lisboa o *Legado d'um rei* e as *Canções da Canalha*, que lhe mereceram uma carta muito affectuosa de Victor Hugo. Na occasião em que quasi todo o paiz se levantou applaudindo Quillinan, publicou Ernesto Pires a *Resposta ao insulto Brihgt*, o que aquelle denodado major agradeceu n'uma carta particular. O seu folheto *Abaixo o jesuita*, era muito animado de espirito revolucionario. A sua principal obra é, sem duvida, a que tem por titulo *Scintillações e sombras*, publicada no Porto em 1883. Ernesto Pires ora se mostrava um crente fervoroso, ora um livre pensador, como se nota em muitas das suas composições. Em 1881 imprimiu no Porto a poesia *A voz da Consciencia*: contém poesias camoneanas. Em 1882 a *Alma de Camões*, folheto. A ultima homenagem ao grande poeta foi o opusculo *Camões e o Amor*. Ernesto Pires collaborou em muitas revistas e jornaes, como a *Encyclopedia Republicana*, *O Pantheon*, *A Galeria Republicana*, *A Aurora do Cávado*, *O Tirocinio*, *O Independente regoense*, etc. Redigiu por algum tempo a *Justiça Portugueza* e a *Discussão*, folhas republicanas, e teve a direcção da revista litteraria *A Semana*. Falleceu com 27 annos de edade, victima d'uma lesão pulmonar.

Pires *(Francisco)*. Engenheiro que construiu na India, por ordem de D João de Castro, a fortaleza de Diu, sendo a primeira pedra lançada em 1546. Executou tambem a planta d'uma fortaleza em Moçambique que não chegou a levantar-se. Gaspar Correia, nas *Lendas da India*, chamava lhe o grande mestre d'obras.

Pires *(P. Francisco)*. Jesuita, natural de Celorico da Beira, e que partindo para o Brazil em

1550, foi reitor do collegio da Bahia, e n'essa cidade fal. a 12 de janeiro do 1586. Deixou algumas cartas, que fôram traduzidas em italiano, e publicadas em Veneza.

Pires *(Fr. Francisco Arsenio da Purissima Conceição)*. Religioso franciscano da provincia dos Algarves. N. em Tavira no anno de 1789, fal. em Lisboa a 3 de fevereiro de 1864. Mostrou-se muito liberal quando rebentou a revolução de 1820, e foi até maçon, e pertencia ainda no principio do anno de 1823 á loja *Fraternidade* existente em Faro, e que tinha por veneravel o proprio bispo do Algarve D. Joaquim de Sant'Anna Carvalho. Fr. Francisco Arsenio tinha o grau de mestre, e era *Catão* o seu nome de guerra, mas apenas rebentou om 1823 a revolução absolutista, conhecida pelo nome de *Villafrancada*, fr Francisco Arsenio mudou logo de opinião, e no dia 6 de julho de 1823 prégou um sermão de acção de graças na sé de Faro, sermão em que escolheu principalmente para alvo da sua critica os maçons, de quem era ainda confrade alguns mezes antes.

Pires *(Gonçalo)*. V. *Bandeira (Gonçalo Pires)*.

Pires *(João de Deus)*. Alferes de infantaria. N. em 16 de fevereiro de 1859; assentou praça a 3 de novembro de 1880, e foi promovido a alferes em 28 de novembro de 1889. Fez toda a campanha de Satary, 1895 e 1896, entrando nos combates de Cudnun, Ambigauto, e nos reconhecimentos de Surla, Amoná, etc. E' condecorado com a medalha militar de comportamento exemplar.

Pires *(P. Lourenço)*. Jesuita, natural de Gôa. Professou em 1557, foi coadjutor espiritual em Baçaim e superior da residencia do Damão. Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, dá noticia de duas cartas escriptas por este padre.

Pires *(P. Manuel)*. Jesuita. Sendo mandado ao Maranhão, emprehendeu juntamente com o P. Francisco Gonçalves, em 1659, a conversão de varios povos selvagens ao Christianismo, os quaes habitavam nas margens do rio Negro, missão que durou 15 mezes, soffrendo durante este periodo innumeros trabalhos e privações.

Pires *(Manuel Justino)*. Professor de instrucção primaria na cidade de Elvas, terra onde nasceu a 12 de outubro de 1813; ignora-se a data do fallecimento. Destinando-se ao estado ecclesiastico, estudou humanidades, e theologia dogmatica e moral, recebendo ordens menores. Desistindo, porém, d'aquella carreira, estabeleceu-se como professor particular, ensinando as primeiras letras com aproveitamento dos seus discipulos, exercicio que principiou em 1834, e em que se conservava ainda em 1862. Escreveu: *Compendio da Grammatica portugueza, exposta em verso para se decorar com mais facilidade*, etc. Lisboa, 1856; *A Morte, poema christão philosophico*, Coimbra, 1856; *Collecção de poesias*, Lisboa, 1857; *Collecção de cem charadas, offerecidas ao ill.mo sr. Miguel Celestino da Silveira Carrilho*, Lisboa, 1858; *Principios de moral, coordenados para uso dos seus discipulos*, Badajoz, 1858. Além d'estes opusculos, compoz mais: *Rudimentos de leitura portugueza; Formulario arithmetico; Epitome orthographico*; *Entretenimento devoto*; *Judith, a heroina de Bethulia; Chorographia em verso*, etc.

Pires *(Manuel Marques)*. Doutor em Direito. N. na freg. de S. Thiago de Beduido, do distr. de Aveiro, sendo filho de Manuel Marques Pires. Doutorou-se a 14 de dezembro de 1845. Fal. ainda no seculo XIX. Escreveu e publicou: *Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas, na qual se trata de examinar a verdadeira intelligencia que se deve dar ao artigo 453.º n.º 1 da Novissima Reforma Judiciaria*, Coimbra, 1845.

Pires *(Marcos)*. Em 1477 era mestre d'obras publicas em Coimbra. Em 1518 era architecto, e restaurou as 12 capellas do claustro do convento de Santa Cruz de Coimbra. Fal em 1527.

Pires *(D. Maria)*. Amante d'el-rei D. Diniz, de quem teve D. João Affonso, que foi legitimado a 13 d'abril de 1217, e mordomo mór da rainha Santa Izabel. D. Affonso IV, seu irmão, o mandou degolar a 4 de agosto de 1325.

Pires *(D. Maria)*. O decreto seguinte dá noticia d'esta heroina: «Desejando dar a D. Maria Pires, rainha de Cová, na ilha de Timor, um testemunho publico da minha munificencia, e em attenção ás eminentes qualidades que a distinguem, e aos actos heroicos e verdadeiramente varonis que praticou para restituir á obediencia e dominio da corôa de Portugal o dito reino, que contra este se havia rebellado: Hei por bem fazer mercê á sobredita D. Maria Pires, annuindo á proposta do ministro e secretario de Estado dos negocios da marinha e do ultramar, do grande officialato da antiga e muito nobre ordem da Torre e Espada, do valor lealdade e merito O ministro e secretario de Estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço da Ajuda, em 21 de julho de 1870.--Rei.--*José Dias Ferreira.*»

Pires *(D. Martinho)*. Bispo do Porto e arcebispo de Braga. Viveu nos fins do seculo XII o principios do seculo XIII. Em 1185 foi eleito bispo do Porto, sendo cinco annos depois transferido para o arcebispado de Braga, que vagara pela morte do arcebispo D. Godinho. Pretendendo o arcebispo de S. Thiago de Compostella que as egrejas de Lisboa, Evora, Vizeu, Lamego e Coimbra, não fôssem suffraganeas de Braga com o pretexto de haverem no tempo antigo pertencido a Merida cujas preeminencias tinham passado para Compostella, Martinho Pires oppôz-se fortemente a esta pretenção, e dirigindo-se a Roma, onde tambem foi o prelado hespanhol, foi a questão debatida na presença de Innocencio III, que afinal resolveu que a Braga fôssem suffraganeas as egrejas de Vizeu e Coimbra, e a Compostella Guarda e Lamego. Regressando a Braga, fal. em 1209. D. Martinho Pires escreveu umas *Constituições do arcebispado de Braga*, que não chegaram até nós, mas pelas quaes se regeu por muitos annos a diocese, segundo affirma D. Rodrigo da Cunha. Na lucta que se travou no seu tempo entre D. Sancho I e os bispos de Coimbra e do Porto, D. Martinho Pires conservou-se escrupulosamente neutral

Pires *(Fr. Pedro José)*. Religioso da ordem Terceira de S. Francisco. Era natural de Lisboa, onde nasceu em 1758, fal. no convento de Almodovar a 12 de setembro de 1786, na edade de 28 annos Foi educado em Londres d'onde regressou na edade de 12 annos. Professou pouco depois na ordem Terceira de S. Francisco, e distinguiu-se como prégador. No dia da inauguração da es-

tatua de D. José I, no Terreiro do Paço, pronunciou um discurso em inglez, que foi depois publicado, com a traducção portugueza ao lado, o qual anda, com outras peças analogas, no livro da *Academia celebrada pelos religiosos da ordem Terceira de S. Francisco do convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa, no dia da solemne inauguração da estatua equestre d'el rei D José I*, etc , Lisboa, 1775.

Pires (*Sebastião*). Feitor da alfandega da ilha do Faial no anno de 1556. Era natural do Porto, e escreveu os seguintes opusculos: *Representação de gloriosos feitos, tirada do sagrado texto*, Coimbra, 1557; *A nau do filho de Deus, com uma egloga intitulada «Silveria»*, Coimbra, 1557.

Pires (*Thomé*). Celebre naturalista; o primeiro portuguez que estudou as drogas da India. N. em Leiria na segunda metade do seculo XV. Exercia a profissão de pharmaceutico, assim como seu pae, que foi boticario do principe D. Affonso, filho de D. João II, e depois do proprio D. João II. Em 1511, segundo todas as probabilidades, foi nomeado feitor das drogarias da India, com 30$000 rs. e 20 quintaes de drogas por anno, 3 homens para o servirem e auxiliarem, e ordem a Affonso d'Albuquerque, então governador da India, para lhe dar a primeira feitoria que vagasse. Thomé Pires esteve como feitor das drogarias em Cananor, e depois passou a Cochim por mandado de Affonso d'Albuquerque. Por uma queixa que Thomé Pires faz repetidas vezes, se vê quanto Affonso de Albuquerque era severo cumpridor da lei. Thomé Pires levára comsigo uma pharmacia, que valeria quatro a cinco mil réis, quantia importante para aquelle tempo; mandou-a para Gôa por um navio d'el-rei, o que era expressamente prohibido por lei de 6 de março de 1505, que impunha ao delinquente a pena de perder o soldo. Como Thomé Pires allegava que tinha licença d'el rei, mandou Affonso d'Albuquerque que se lhe não pagasse o soldo, emquanto não apresentasse a referida licença. Protestou Thomé Pires, declarando que preferia que o governador o obrigasse a pagar 10$000 réis, que era o dobro do valor da botica, mas Affonso d'Albuquerque manteve rigorosamente a sentença. O que mais justifica ser Affonso d'Albuquerque rigoroso cumpridor da lei, porque Thomé Pires não deixava de estar nas suas boas graças, e como não vagára nenhuma feitoria ainda, Albuquerque o nomeou escrivão e contador da feitoria de Malaca em 1512. Thomé Pires queixava se do pouco ordenado que tinha, e queria mais, mas ao mesmo tempo escrevia para Lisboa a seu irmão, dizendo-lhe que estava rico. Em 1516 ainda estava em Cochim, d'onde escreveu na data de 2 de janeiro, uma curiosa carta a el-rei D. Manuel, descrevendo-lhe varias plantas medicinaes da India, muito antes de Garcia da Orta haver feito os seus profundos estudos sobre a flora oriental. Esta carta imprimiu-se pela primeira vez no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, tomo II, anno de 1838, de pag. 36 a 46. Foi offerecida á Sociedade pelo então bispo-conde D. Francisco de S. Luiz, que a copiára do proprio original existente na Torre do Tombo, no tempo em que o citado bispo fôra guarda-mór d'aquelle archivo. Tudo isto consta da carta que acompanhára a offerta, e que veiu transcripta no referido jornal a pag. 55 e 56, na qual tambem se encontram algumas noticias biographicas relativas a Thomé Pires. Quando chegou a Cochim, em 1515, Lopo Soares d'Albergaria, indo substituir Affonso d'Albuquerque no governo da India, estava ali Thomé Pires, e o novo governador o mandou pouco tempo depois como embaixador á China, pelo facto d'elle ter estado muito tempo em Malaca, e de na sua qualidade de contador da feitoria, ter lidado com os mercadores do extremo Oriente, e naturalmente devia conhecer alguns trechos das suas linguas. Sendo grande amador de viagens, partiu alegremente para a China na armada de Fernão Peres de Andrade, que aportou a Cantão, e depois de bastante demora recebeu a autorisação necessaria para seguir viagem, e ir entregar ao imperador da China as cartas e os presentes mandados por el rei D. Manuel. O imperador estava em Nankim, tratando de assumptos graves, e ordenou a Thomé Pires que o fôsse esperar a Pekim. Thomé Pires obedeceu, e effectivamente esperou algum tempo em Pekim a viuda do imperador, mas andava na côrte chineza um embaixador do sultão de Malaca, que Affonso d'Albuquerque expulsara d'aquella cidade e que, ao passo que se queixava amargamente dos portuguezes, aconselhava ao mesmo tempo ao imperador, de quem seu amo era vassalo, que se acautelasse com esses homens do Occidente, que, assim que puzessem pé no seu imperio, logo de todo elle se assenhoreariam. Thomé Pires, effectivamente, solicitava a concessão do estabelecimento d'uma feitoria em Cantão, além d'isso, o governador de Cantão escrevera contando as violencias que praticára nos mares da China uma nova armada portugueza, commandada por Simão de Andrade, irmão de Fernão Peres; veiu tambem a descobrir-se que as cartas de el-rei D. Manuel, não eram como o interprete as traduzira, cartas de submissão, o imperador da China, que já não era o mesmo que reinava, quando Thomé Pires chegára, ordenou que este fôsse mandado preso para Cantão, que se escrevesse ao governador portuguez de Malaca, ordenando lhe que saisse d'essa cidade, que pertencia a um vassalo do celeste imperio, que, se os portuguezes obedecessem á intimação, despedissem o embaixador, sem lhe fazer mal, que caso contrario o punissem severamente. Malaca não se entregou ao antigo sultão, o que deu causa a que João de Barros imaginasse que Thomé Pires morresse por 1522, depois de desenganado o filho do Céo de que os portuguezes lhe não obedeciam; conta, porém, Gaspar Correia que o imperador, depois de o ter tid muito tempo preso, o mandou soltar, tratou com elle e até se lhe affeiçoou tanto, que o não deixou sair dos seus estados, e que Thomé Pires, no tempo do governador D. Duarte de Menezes, enviára ao governador um livro em que se tratava de muitas cousas curiosas da China Esta versão é indirectamente confirmada por Fernão Mendes Pinto, que assevera ter encontrado na China uma mulher christã, chamada Ignez Leiria, que lhe disse ser filha de Thomé Pires, que, depois de solto, casára com uma mulher chineza, e vivera em grande abastança Na sessão solemne da Sociedade Pharmaceutica Lusitana, realisada em 31 de dezembro de 1888, o president : José Ribeiro Magalhães Drack leu o discurso commemorativo do :3.º anniversario da fundação da sociedade e uma boa parte da sua

erudita oração foi dedicada a Thomé Pires, de pag. 17 a 21, para provar: Primeiro: «Que ainda Garcia da Orta era estudante em Salamanca, já Thomé Pires havia mandado para o reino noticias acertadas e importantes das drogas e plantas medicinaes do Oriente, sendo a *Carta*, a que já nos referimos, cincoenta annos anterior aos *Colloquios* de Garcia.» Segundo: «portanto, Thomé Pires foi o primeiro homem de sciencia e o primeiro naturalista que foi á India; o primeiro europeu e o primeiro portuguez em missão á China.» A carta, a que se referiu o autor do discurso, é a que já mencionámos, que se publicou em 1838, no tomo II do *Jornal da Sociedade Pharmaceutica*.

Pires *(P. Vasco)*. Jesuita. N. em Elvas em 1545, fal. em Lisboa a 21 de setembro de 1590. Entrou na Companhia de Jesus em 1560, aos 15 annos de edade. Foi mestre de noviços, e mestre das linguas grega e hebraica. Escreveu: *Lição espiritual do nascimento de Christo nosso senhor, para a noite do Natal*, Roma, 1675. Saiu segunda vez impressa, no *Compendio da paixão de Christo, tirado das Meditações de Fr. Luiz de Granada*, Lisboa, 1576.

Pires. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Balugães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. ‖ Santo Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Pires Alves. Pov. na freg. de S. Sebastião dos Carros, concelho de Mertola, distr. de Beja.

Pires de Carvalho *(Lourenço)*. Doutor em Canones, desembargador da Casa da Supplicação, deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, etc. N. em Lisboa a 2 de janeiro de 1612, onde tambem fal. a 16 de dezembro de 1700. Era filho de Lourenço Pires de Carvalho, provedor das obras da Casa Real, e de D. Magdalena de Vilhena. Foi porcionista do real collegio de S. Paulo, chantre da sé do Porto, desembargador dos aggravos e juiz da corôa, da Relação da mesma cidade. Depois foi feito desembargador dos aggravos em Lisboa, deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, e da Junta dos Tres Estados; arcediago de Santarem, commissario geral da Bulla da Cruzada, por breve de 20 de novembro de 1694, e provedor das obras da Casa Real. Recusou a mitra de Lamego, para que foi nomeado por D. Pedro II em 1692. Era respeitado, como um caracter virtuoso e piedoso, e era muito erudito. Em Lisboa, proximo do sitio da Penha de França, edificou uma sumptuosa ermida, com a invocação de N. S.ª do Monte Agudo, com o Sacramento, para se poder administrar com brevidade aos enfermos d'aquelle sitio. Foi sepultado n'esta sua ermida, em sepultura raza, com a seguinte inscripção: *Sepultura de Lourenço Pires de Carvalho, indigno capellão de Nossa Senhora*. Escreveu: *Razões offerecidas pelo ill.mo sr. Arcebispo de Evora sobre o não haver de applicar as penas pecuniarias, e as commutações dos degredos para a Bulla da Santa Cruzada; resposta a ellas por parte da Cruzada;* sem logar nem anno de impressão, mas consta ser de Lisboa, 1695; *Epitome das indulgencias e privilegios da Bulla da Santa Cruzada*, Lisboa, 1696; outra edição, mais augmentada, Lisboa, 1697. Escreveu em latim outra obra sobre o mesmo assumpto, e ainda mais obras, escriptas na mesma lingua, cujos titulo veem publicados na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. III, pag. 33; *O Epitome das indulgencias* foi depois condemnado em Roma, e appareceu incluido no *Index* publicado em 1835.

Pires Cinza *(P. Diogo)*. Genealogista do seculo XVII. Era presbytero secular, natural d'Alpedrinha. Escreveu: *Vida, martyrio e ultima trasladação do martyr S. Vicente*; *dirigido a D. Lopo de Azevedo e Mendoça, Almirante de Portugal*, Lisboa, 1620; *Prosapia dos reis de Portugal*, Lisboa, 1622. Deixou manuscriptas: *Antiguidades da provincia da Beira*, *Memorias genealogicas da familia dos Costas de Alpedrinha*, e a *Vida do cardeal D. Jorge da Costa*.

Pires da Costa *(P. Francisco)*. Presbytero da Congregação de S. Camillo de Lellis, etc. Escreveu: *Novo Ministro dos enfermos, ou methodo pratico de administrar os sacramentos*, etc., Lisboa, 1815; saiu com as iniciaes P. F. P. C.; *Opusculo canonico, moral e apologetico em defeza da doutrina do S. P. Bento XIV, sobre a repetição do sagrado viatico aos enfermos*, Lisboa, 1817.

Pires Costa *(José Filippe)*. Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra. Era natural d'esta cidade, sendo filho de Bento Filippe. Doutorou-se em 27 de julho de 1806.

Pires Grandaes *(Antonio José)*. Capitalista, natural de Baçal, concelho de Bragança; filho legitimo de Manuel Affonso Grandaes, natural de Valle de Lamas, da mesma freguezia, que falleceu em Baçal a 1 de agosto de 1797, e de Maria José Pires, natural de Baçal. Nasceu no ultimo quartel do seculo XVIII e morreu em Lisboa, no predio n.º 14 da rua dos Navegantes, freguezia da Lapa, pelas 3 horas da manhã do dia 18 de julho de 1860. Os titulos de benemerito por que se impõe á estima publica, constam do seu testamento, feito por mão propria a 7 de fevereiro de 1856, e approvado no dia seguinte pelo tabellião José Espiridião de Barros, e registado na Administração do Bairro de Alcantara, a folhas 82, verso, do Livro 3.º dos registos dos testamentos da freguezia da Lapa. Eis as ditas verbas: «Deixo a cada uma das religiosas do mosteiro do Santissimo Sacramento, da Ordem de S. Domingos, em Alcantara, d'esta cidade, a esmola de 9$000 reis; Deixo a cada uma das religiosas do convento de Santo Alberto, ás Janellas Verdes, d'esta cidade, a esmola de 9$000 reis por uma só vez; Deixo a cada uma das religiosas do Real Convento do Santo Crucifixo, na Calçada da Estrella, tambem d'esta cidade, a esmola de 9$000 reis por uma só vez; Deixo a quantia de 200$000 reis para ser distribuida pelas familias mais necessitadas e residentes n'esta freguezia de Nossa Senhora da Lapa, por uma só vez; Deixo ao Asylo da Mendicidade, d'esta cidade, para ajuda do sustento dos pobres do mesmo Asylo, a quantia de 100$000 reis, por uma só vez.» No *Diario do Governo* de 12 de novembro de 1851 lá o vêmos entre os subscriptores para occorrer aos infelizes habitantes de Cabo Verde, e egualmente no dia 4 de agosto do anno seguinte para o Asylo da Mendicidade. Desde 1845 até á epoca da sua morte, Antonio José Pires Grandaes figura d'um modo evidente na finança portugueza, prestando n'uma devoção civica digna de louvor, o concurso do seu credito nas difficuldades pecuniarias do estado n'esse periodo do geral retrahimento e crises omnimodas,

concorrendo d'este modo para restabelecer a confiança publica. Em 1846 apparece entre os capitalistas habilitados na conformidade do artigo 3.º da Carta de Lei de 8 de junho de 1848, para votarem e serem votados na eleição a que se vae proceder de dois membros effectivos e dois substitutos para a Junta do Credito Publico. Julgavam-se habilitados, no sentido d'essa Carta de Lei, os que recebiam montante superior a 500$000 reis, provenientes de juros de titulos da divida fundada averbados ha mais de um anno em seus nomes, como se vê pelo *Diario do Governo* de 30 de maio de 1848, que entre a relação dos ditos aponta Pires Grandaes Em 1851 entrou para a direcção do Banco de Portugal na qualidade de substituto eleito nas sessões de 21 e 31 de janeiro e 8 de fevereiro, e novamente no anno seguinte, cargo em que se conservou muitos annos. Nada mais explicito do que o seguinte trecho para se avaliar o civismo dos que, como Pires Grandaes, n'essa epoca de desconfiança, valiam aos apuros do governo, empregando seus capitaes em titulos da divida publica: «Repentinamente, diz Barbosa Colen, na continuação da *Historia de Portugal popular illustrada*, de Pinheiro Chagas, vol. XI, pag. 171, desapparecera da circulação toda a moeda metal; o credito até para os estabelecimentos mais solidos era recusado; as fabricas suspenderam os trabalhos; as companhias acabaram as suas transacções. O governo não sabia como vencer todas estas difficuldades. Na secretaria do ministerio da fazenda realizavam-se, pois, continuas conferencias do ministro com os directores e com os principaes accionistas do Banco e da Companhia Confiança, com os grandes proprietarios e com os mais abastados capitalistas. Como fazer desapparecer promptamente a crise? como conseguir baixar o agio das notas do Banco? O expediente para vencer esta ultima difficuldade afigurou-se... ser a creação do que se chamou a Caixa da Prata. Depois resolveu-se fazer a juncção do Banco de Lisboa com a Companhia Confiança, creando-se o Banco de Portugal (1846),—expediente de que resultou.. juntar-se a fome com a vontade de comer. O governo, de tudo isso, o que alcançara de tangivel—fôra um emprestimo... de 300 contos. Era uma gotta d'agua no oceano das despezas! Assim o que houve tambem desde logo a fazer, foi suspender o pagamento dos juros do semestre da divida publica. O ministerio publicou a promessa de pagar...no anno proximo. Com isto e com o decreto que mandava receber as notas nos pagamentos pelo seu valor nominal, imagine-se como se accrescentariam as difficuldades da existencia e cresceria o descontentamento geral» O *Jornal do Commercio* de 21 de julho de 1860, a *Revolução de Setembro* e a *Politica Liberal* de 23 do mesmo mez e anno, noticiando o passamento de Antonio José Pires Grandaes, e ainda a mesma *Revolução de Setembro* de 19 de julho, o davam como natural de Bragança, ou por equivoco ou porque só quizeram indicar o concelho a que a sua terra natal pertence, pois o proprio Pires Grandaes declarou no seu testamento, á vista de uma copia do qual o rev. padre Francisco Manuel Alves, reitor do Baçal, escreveu este artigo, era natural e nascido em Baçal, concelho de Bragança.

Pires de Lima (*Manuel Augusto de Sousa*). Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, e lente da sua faculdade, conego da sé do Funchal e da sé de Evora, deputado, etc. N. em Coimbra a 11 de março de 1836, fal. em Lisboa a 11 de fevereiro de 1884. Era filho d'um dos mais acreditados pharmaceuticos d'aquella cidade, Antonio de Sousa Pires de Lima, e de sua mulher D. Zilia Fortunata Tavares da Silva. Matriculou-se na Universidade em 1852, fazendo o curso de Theologia com distincção e recebendo premios nos 4.º e 5.º annos. Doutorou se em 18 de julho de 1858, tendo já tomado ordens. Em 1862 foi despachado lente cathedratico da mesma Universidade, e exerceu o magisterio superior até 1866, pedindo a exoneraçãod'essas funcções por ter sido nomeado conego da sé do Funchal. Alguns annos antes e depois do seu doutoramento, leccionou sciencias ecclesiasticas no seminario de Coimbra, e philosophia no collegio de S. Bento Da sé do Funchal foi transferido para a de Evora. Em 1867 teve a nomeação de vogal da commissão encarregada de redigir o projecto da nova circumscripção parochial, sendo em seguida nomeado vigario geral da diocese de Aveiro, dignidade que exerceu até 1870 e de 1871 até 1878. Entregando se com interesse á politica, filiou-se no partido progressista historico, e foi eleito deputado pela primeira vez, pelo circulo da Figueira da Foz, em 1871, sendo reeleito nas legislaturas de 1874 e 1878. Adheriu em 1876 á fusão dos partidos historico e reformista, d'onde se formou o partido progressista. Em 1880 foi nomeado par do reino. Distinguiu-se sempre nas duas camaras como parlamentar, apezar da sua saude, extremamente delicada, o impedir de tomar parte activa nas luctas da tribuna. Um dos seus discursos a respeito das missões ultramarinas publicou-se em folheto. Pires de Lima foi administrador do Asylo Maria Pia, de Lisboa, e commissario geral da Bulla da Cruzada. Collaborou em diversos jornaes politicos. Tendo ido a Vichy para tratar dos seus padecimentos, que principalmente lhe affectavam o cerebro, ao regressar a Lisboa em 1883, aggravou se a enfermidade, o que os medicos attribuiram ao abuso das aguas alcalinas. Dando alguns indicios de alienação mental, suicidou se no cemiterio dos Prazeres com dois tiros de revolver, no dia acima indicado. Todos os jornaes publicaram n'esse dia e nos seguintes extensos artigos commemorativos a seu respeito, lastimando a desastrosa morte d'um homem de tão elevado merecimento. Escreveu: *Theses ex universa theologia selectas, quas... pro Caurea doctorali obtinenda in Conimbricensi Academia propugnandas offest*, Conimbricae, 1858; *Inauguralis dissertatio quam pro repetitioni actu anno MDCCCLVIII propugnabat*, Conimbricae, 1858. O argumento d'esta dissertação é: *S. Marc*; cap. X, V V 32-34. *Christiana Religio Divina: Discurso pronunciado na camara dos senhores deputados na sessão de 13 de novembro de 1874; Resposta no recurso á corôa interposto pelo reverendo parocho de Cacia*, Coimbra, 1877; 12 paginas são occupadas com 11 documentos; *O Asylo Maria Pia*, serie de artigos publicados no *Commercio de Portugal* em 1882; *Cartas de Vichy*, notas de viagem; publicadas no mesmo jornal. N'essa mesma occasião enviava outras cartas, com pseudonymo, para o *Diario de Noticias*, pela particular amizade que dedicava ao seu director, Eduardo Coelho.

Pires Mourão *(Fernando)*. Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, lente jubilado, conego doutoral na sé de Vizeu e na de Coimbra, etc. Era natural de Lordello, freguezia da provincia de Traz os-Montes, sendo filho de Pedro Mourão e de Maria Figueira. Fal. em Lisboa a 15 de outubro de 1753. Foi para o Porto, na edade de 6 annos, sendo educado em casa de seu tio paterno Antonio Mourão, conego da sé cathedral do Porto. Matriculou se em 1700 em Canones na Universidade, e depois de se formar n'esta faculdade, formou-se tambem em leis, tomando capello em Canones, por provisão de D. João V, de 21 de outubro de 1712. Foi collegial do Real Collegio de S. Paulo, de Coimbra, do que tomou posse em 24 do referido mez e anno. Assistiu n'este collegio por espaço de 20 annos, sendo reitor nos annos de 1720, 1726 e 1727, e vice reitor em outros annos. Foi deputado da relação do fisco real da inquisição de Coimbra, por provisão do cardeal Cunha, inquisidor geral, de 7 de março de 1723. Chegando a lente de prima, foi jubilado e reconhecido desembargador titular da Relação do Porto, com exercicio no tempo das suas ferias academicas. Foi desembargador da Casa da Supplicação, deputado do Santo Officio das inquisições de Lisboa e de Coimbra. Teve carta de conselheiro em 11 de março de 1745, tomando posse na chancellaria-mór do reino. Em 11 de agosto do mesmo anno foi feito desembargador do paço; titular com exercicio em ferias, por decreto de 30 de janeiro de 1746, tomando posse a 2 de agosto. Fundou, na casa em que nascera, uma capella dedicada a S. Fernando, santo do seu nome, e a santa Francisca, viuva, romana, por ser o nome de sua irmã, que tambem concorreu para esta fundação. Deixou publicado um *Manifesto a favor dos professores da faculdade de leis sobre o direito que lhes compete para serem providos nos canonicatos doutoraes das sés do reino.*

Pirescoxe. Pov. na freg. de Santa Iria, de Povoa de Santa Iria de Azoia, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Pirinhos. Pov. na freg. de S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Pirla. Pov. do conc. de Quepem, Novas Conquistas, no distr. e archipelago de Gôa, India, Pertence á regedoria do torofo de Maina.

Pirna. Pov. do conc. de Bardez, no distr. e archipelago de Gôa, India. Pertence á regedoria de Revorá.

Pisa Barro de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Pisca. Povoações nas freguazias: S. Miguel, de Creixomil, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção (sé) e conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Piscãocello Cimeiro—Piscãocello Fundeiro—Piscãocello do Meio. Tres povoações na freg. de N. S.ª do Pranto e conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Piscicultura. V. *Pesca.*

Pisco. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Alvito, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Destriz, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Moreira, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Perre, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Rio do distr. da Guarda. Nasce a NE de Marialva, corre na direcção N, passa a E de Longroiva e a O de V. N. de Fozcôa, e entra no rio Douro com 40 k de curso. || Serra na prov. da Beira Baixa, na parte O de Trancoso. Mede cêrca de 15 k. por 7,5 e eleva-se 998 m. acima do nivel do mar segundo alguns, e 986 segundo a cota geodesica. Estende-se na direcção geral NNE—SSO.

Piscovo. Pov. na freg. de Santa Maria de Reguenga, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Pisqueiras. Pov. na freg. de Santo André, de Moimenta, conc. de Terras do Bouro, distr. de Braga.

Pisqueiredo. Pov. na freg de S. Christovão e conc. de Mondim de Basto, distr. de Vizeu.

Pissarraz. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Castro Verde, distr. de Beja.

Pissota. Termo antigo de pescada *(peixe)*. Dá-se-lhe este nome nas *Inquirições reaes*, de D. Affonso III, em 1258, e em outros muitos documentos dos seculos XII, até ao XIV. V. *Peixoto.*

Pissurlem. Pov. do conc. de Sanquelim, Novas Conquistas, no distr. de archipelago de Gôa, India

Pistes. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Marmeleiro, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Pita. V. *Pitta.*

Pitães. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Caldellas, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Paio, de Sequeiros, do mesmo conc. e districto.

Pitamarúa de Baixo e Pitamarúa de Cima. Duas herdades na freg de N. S.ª da Apresentação, de Lavre, conc. de Montemór o Novo, distr de Evora.

Pitança. Povoações nos freguezias: S Christovão, de Nogueira do Cravo, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Miguel, de Villarinho. conc. de Santo Thirso, do mesmo districto.

Pitancinhos. Pov. na freg. de Santa Maria, de Palmeira, conc. e distr. de Braga.

Pitaramba. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Pitarra *(Francisco Xavier dos Serafins)*. Religioso franciscano da provincia do Algarve, que viveu no seculo XVIII. Era natural de Lisboa, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de Agostinho da Costa e de Maria de Sousa. Sendo ainda muito novo professou no convento de Santa Maria, de Xabregas, a 5 d'agosto de 1725. Era muito versado na historia sagrada e profana, dedicando-se tambem muito á poesia latina. Deixou impressos e manuscriptos muitos opusculos em prosa e em verso, cujos titulos se pódem lêr na *Bibliotheca Lusitana,* de Barbosa Machado, vol. II, pag. 299, e vol. IV, pag. 146.

Pitarrela. Pov. na freg. de S. Miguel, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr de Villa Real.

Pitello. Pov. na freg. de S Martinho, de Armil, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Pitimão. Pov. na freg. de S. Pedro, de Alvite, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Pitins. Pov. da freg. de S. Paio, de Sequeiros, conc. de Amares, distr. de Braga.

Pitões das Junias. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov de Traz-os-Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 115 fog. e 55) hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada na raia da Galliza, proximo d'um affluente do rio Cávado. O D. abbade cisterciense de Santa Maria de Osseira, no bispado de Orense, Galliza, apresentava o abbade que tinha 400:000 reis de rendimento. Os monges do mosteiro gallego d'Osseira mandavam triennalmente um ou dois, e ás vezes tres, religiosos d'aquelle mosteiro reger e parochiar esta freguezia, recebendo do arcebispo de Braga a autoridade e jurisdicção necessarias para o exercicio parochial Supprimidas as ordens religiosas em Hespanha, não houve mais parocho algum gallego. O ultimo foi Fr. Benito Gonçalves, que curou esta freg. como encommendado nomeado pelo arcebispo de Braga, até 1850, anno em que falleceu. Posta então a egreja a concurso pelo governo portuguez, não foi provida em nenhum dos oppositores approvados, por embaraços que promoveu o governo hespanhol. O arcebispo de Braga deu por ordem do governo portuguez a encommendação a José André Rodrigues de Carvalho, por ser o oppositor classificado em primeiro logar, e este a regeu até 5 de novembro de 1857, data em que foi despachado parocho da freguezia de Mousúl, no concelho de Povoa de Lanhoso. Succedeu-lhe o prior encommendado João Dias, que ainda ali se conservava em 18 6. A 2 k. ao SE da pov. existia o antiquissimo mosteiro cisterciense de Santa Maria das Junias, cuja egreja gothica foi depois matriz da freg., a qual ficou mais tarde abandonada, servindo de egreja parochial uma capella ordinaria de Pitões, dedicada a S. Rozendo. A fundação do mosteiro, querem uns, que fôsse no tempo do conde D. Henrique, e outros dizem que foi construcção de seu filho, D. Affonso Henriques, em 1147. Parece que foi originariamente dos templarios, depois de benedictinos, que abraçaram por fim a reforma da ordem de S Bernardo. O terreno da pov. é arenoso e exposto aos ventos por todos os lados, pelo que é muito frio e pouco fertil. Apenas produz centeio e batatas, cria, porém, nos seus extensos pastos communs, muito gado grosso e miudo. A uns 1:800 m. a NE de Pitões, e 20 k. ao O de Montalegre, está uma collina de uns 150 m. de comprimento, formada por uma especie de granito muito friavel, e produzindo apenas matto rasteiro e herva brava. E' semeada de rochedos graniticos, em volta dos quaes e em outros logares d'esta collina, se tem extrahido grandes pedaços de magnete, que tem sido levados para diversas terras do reino, onde são muito apreciados. Apparece tambem, menos rico, ligado a outras substancias, como talco, quartzo e outros corpos inorganicos. A pov. pertence á 6.ª div. mil., e ao distr de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Pitta. O progenitor d'esta familia foi um fidalgo gallego, chamado João Pitta Ortigueira, natural de Santa Martha da Ortigueira, na Galliza, que veiu para Portugal, e estabeleceu o seu solar em Caminha. D'elle procedem quasi todos os Pittas de Portugal. A primeira residencia de João Pitta foi em Ponte do Lima, mas por commetter ali um crime, fugiu para Caminha por ser couto de homiziados. Fez grandes serviços a D. Affonso V nas guerras d'Africa, pelo que, em 1576, estando aquelle rei em Toro, o fez fidalgo, o que D. Manuel confirmou em 1497. Dizem outros que João Pitta e seu irmão Gonçalo Pitta assassinaram na Galliza dois fidalgos, um da familia Pardo e outro da dos Fajardos, e que fugiram logo para o couto de Caminha e não para Ponte do Lima. As armas dos Pittas são: Escudo esquartelado: no 1.º e 4.º quarteis, de azul, uma torre de ouro, e no 2.º e 3.º, de púrpura, banda de ouro, saindo da bocca de duas serpes, tragantes, de verde, pincadas de ouro, lampassadas de púrpura. Timbre a torre das armas. Outros da mesma familia, descendentes de Sebastião Gonçalves Pitta, cavalleiro africano e commendador da ordem de Christo, trazem por armas: Em campo de púrpura uma onça da sua côr, rompante, cortada de sangue e lampassada de ouro, orla do mesmo metal carregada de oito crescentes azues, em pala, com as pontas para a direita. Timbre, a onça das armas, com um dos crescentes da orla nas garras, em acção de o querer despedaçar. Estas armas fôram dadas, por el rei D. Sebastião, em 1572, ao referido Sebastião Gonçalves Pitta, em recompensa dos seus grandes serviços.

Pitta (*Cesar Augusto Mourão*). Cirurgião medico pela Escola de Lisboa, doutor em Medicina e Cirurgia por uma das faculdades de França, major reformado do corpo dos medicos militares, agente consular de França na ilha da Madeira, etc. N. a 23 de março de 1837, fal. no Funchal a 22 de maio de 1907. Foi para a ilha da Madeira tendo apenas alguns mezes de edade, e adoptou o como filho o medico, dr. Antonio da Luz da Pitta, que lhe facultou os meios de receber uma esmerada e completa educação. Formou-se em Medicina na faculdade de Montpellier em 1856, tendo em seguida, em viagem de estudo, percorrido varios paizes da Europa, demorando-se principalmente em Paris. Como medico militar assentou praça em 1865, na qualidade de cirurgião-ajudante, cargo que exerceu no regimento de infantaria n.º 16, sendo promovido a cirurgião-mór em 1879, e a cirurgião de brigada em 1895, reformando se n'este posto a 21 de setembro de 1895. Exerceu na ilha da Madeira importantes commissões de serviço publico, tendo sido professor interino da Escola Medica, presidente da commissão administrativa do Asylo de Mendicidade, procurador á Junta Geral do Districto, e por muitos annos medico director do Hospicio da Princeza D. Maria Amelia. Era condecorado com o grau de official e de cavalleiro da ordem de Aviz; cavalleiro das ordens de Christo e de S. Thiago e da Legião de Honra de França; commendador de Izabel a Catholica, e official de S. Bento. Além de muitos artigos dispersos pelos jornaes e por varias revistas scientificas, escreveu os seguintes opusculos. *Do emprego do tartaro emetico no tratamento da pneumonia*; these inaugural, Lisboa, 1861; *Du climat de Madére et son influence thérapeutique dans le traitement des maladies chroniques*, etc, Monpellier, 1859; *O conflicto entre o governador civil e a delegação do conselho de saude publica no districto do Funchal*, Madeira, 1865; *Madére-Station Medicale Fixe*.

Pitta (*Manuel Moreira*) Fidalgo da Casa

Real, nascido em Tanger no tempo em que esta cidade pertencia ao dominio portuguez. Compoz, ou publicou a obra seguinte, escripta em castelhano: *Poema africano: Successos de D. Fernando Mascarenhas, del consejo de Su Magestad, general de Septa, en el discurso de seis años que lo fue de Tanger*, Cadiz, 1633.

Pitta *(Manuel Nicolau Bettencourt)*. Lente jubilado e director da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. N. em Angra do Heroismo a 5 de junho de 1826, fal. em Lisboa a 26 de novembro de 1907. Era filho do dr. Nicolau Caetano de Bettencourt Pitta (V. *o artigo seguinte*). Formou-se em Medicina pela Universidade de Coimbra em 185?. Foi nomeado medico extraordinario do hospital de S José em 30 de julho de 1855, e effectivo em 4 de junho de 1858. Por decreto de 1 de março de 1859 foi nomeado, precedendo concurso, demonstrador da secção medica da citada escola, e promovido a lente substituto da mesma secção por decreto de 22 de março de 1860. Exerceu interinamente as funcções de secretario desde 9 de maio de 1860 até 2 de julho de 1863, sendo n'esta data assignado o decreto da promoção a lente proprietario da secção medica, e confiada a regencia da nova cadeira de medicina legal e hygiene publica, creada pela carta de lei de 26 de maio de 1863. Por deliberação do conselho de 1 de agosto de 1876, de accordo com o professor Cunha Vianna, transitou da cadeira de medicina legal e hygiene para a de pathologia interna, a qual regeu até se jubilar, por decreto de 3 de setembro de 1898. Foi nomeado director da Escola Medica por decreto de 25 de fevereiro de 1897, depois de fallecer o professor Arantes Pedroso. Em 1878 estava no hospital Estephania fazendo serviço clinico. Foi medico e director das enfermarias de S. José e de S. Sebastião no hospital de S. José; medico do recolhimento de S. Pedro d'Alcantara e da Santa Casa da Misericordia, de Lisboa; inspector delegado do districto occidental durante a epidemia da Cholera-morbus em 1856, exerceu o mesmo cargo, no districto oriental, durante a febre amarella em 1857. Era um dos socios mais antigos da Sociedade das Sciencias Medicas, na qual foi votado em sessão de 4 de fevereiro de 1854. Possuia a medalha da febre amarella, instituida pela camara municipal, era cavalleiro da ordem da Torre e Espada e commendador da de Nossa Senhora da Conceição.

Pitta *(Nicolau Caetano de Bettencourt)* Cavalleiro professo da ordem de Christo, doutor em Medicina graduado pela Universidade de Edimburgo, etc. N. na ilha da Madeira, entre os annos de 1785 e 1790; fal. em Angra do Heroismo a 20 de maio de 1857. Dedicando-se á carreira das letras, dirigiu-se á capital da Escocia, em cuja Universidade recebeu o grau de doutor em Medicina a 24 de junho de 1812. E tão brilhantes fôram os actos academicos, que precederam o doutoramento, que mereceu a distincção de ser eleito presidente n'esse anno da Real Sociedade Physica. Os creditos que o dr. Pitta grangeara em Edimburgo nos certames litterarios, ainda mais se accentuaram n'um livro notavel, que escreveu em inglez, e publicou em 1812, sobre a Madeira, no qual descrevia esta importante ilha, sob os pontos de vista physico, industrial, medico e administrativo. O livro tem por titulo *Account of Madeira, by dr. N. C. B. Pitta*, London, 1812. Esta obra é tida como unica no seu genero, que até então se escrevera por autor portuguez. O *Investigador portuguez*, n.º XXVII, setembro de 1813, a pag. 40, dedicou phrazes muito elogiosas á referida obra. Voltando ao reino em 1814, el-rei D. João VI, então principe regente, lhe concedeu por carta de 8 de março d'aquelle anno, todos os privilegios, foros e honras de que gozavam sómente os medicos formados na Universidade de Coimbra. Em 1823 passou á Terceira, e n'essa ilha exerceu até 1834 o partido de medicina do hospital militar, e até aos ultimos dias de sua vida o partido do hospital civil e da camara municipal. A infanta regente D. Izabel Maria, como remuneração dos seus muitos serviços prestados como medico militar, concedeu-lhe a patente da graduação de major, por carta regia de 19 de julho de 1827.

Pitta. Prazo da prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Pitta Bezerra (*João*). Official do exercito nascido em Vianna do Castello a 10 de dezembro de 1792 e assassinado pelo povo, no Porto, a 20 de março de 1835. Descendia d'uma nobre familia de Darque que tinha brazão d'armas e honrosos titulos heraldicos, sendo seus paes João Pitta Bezerra d'Alpoim e D. Francisca de Miranda. Aproveitando a sua distincta posição social seguiu a carreira militar, foi capitão de infantaria n.º 12 e extrenuo defensor do governo absoluto. Na epoca das grandes luctas occorridas desde 1828 até 1832, assignalou se, principalmente no Porto, pela perseguição a todos os que conspiravam contra D. Miguel. O entretenimento d'este homem, que dispunha de autoridade e valentia, era distribuir insultos e bordoada a quem não pertencia ao seu crédo politico. E, assim, qualquer mulher que usasse lenço azul e branco era esbofeteada; quem trouxesse sem apertar o ultimo botão inferior do collete, ou désse qualquer signal de menos respeitador dos *inauferiveis direitos* do principe D. Miguel, era tambem barbaramente espancado. Depois que a Alçada começou a encher as prisões, o capitão Pitta Bezerra comprazia-se em fazer o commando da guarda á cadeia, e então mexia o rancho, estorvava a correspondencia e opprimia a seu bel-prazer os presos politicos. Estava isto no seu feitio, e cuidava que assim servia melhor a sua causa. (Assim o pinta em um jornal de 1865, um homem que se indignava contra a crueldade da morte de que Pitta Bezerra foi victima). Ao vêr terminada a campanha em que o seu partido ficou vencido, fugiu para Melgaço, onde, depois de andar a monte, se recolheu a casa. Ahi foi preso em agosto de 1834, e levado algemado para Vianna do Castello, no meio d'uma força de 20 soldados, sob o commando do segundo tenente Caetano José da Costa. A 16 d'esse mez veiu de Vianna para o castello da Foz do Douro, tendo supportado não só uma forte trovoada no caminho, como depois as injurias e os insultos da plebe. O seu processo correu tumultuario, no cartorio do escrivão João José Correira da Costa, e, não tendo sido comprehendido na amnistia de 17 de maio de 1834 foi condemnado por sentença, em janeiro de 1835, e na cadeia ficaria se não houvesse quem armasse uma nova cilada ao feroz miguelista; tendo havido denuncia de que elle escrevera uma carta para Melga-

ço em que revelava uma conspiração, foi de novo processado, e veiu á audiencia a casa do respectivo juiz, ao largo da Fabrica, d'onde saiu pelas 4 horas da tarde. Vindo do tribunal no meio da escolta, ao sair da viella do Correio a multidão cresceu em taes impetos que o arrancou do meio das filas dos soldados, e caiu sobre elle com tão certeiros e violentos golpes, que o matou. Depois foi o cadaver arrastado pela rua dos Clerigos até á praça de D. Pedro; em seguida, cuspido, enlodoado, deixando, por onde o conduziam entre chufas e improperios, um rasto de sangue, foi levado pela rua das Flôres até ao largo de S. Domingos; ali houve quem gritasse: «Deitem-o ao rio!» e a multidão seguiu de tropel até á praça da Ribeira, onde pôz termo á tragedia, lançando os despojos da victima á corrente do Douro. Assim acabou, justiçado pela vindicta popular impiedosa, este homem que, dementado pela sua paixão politica, tambem fôra sempre sem piedade para com os seus adversarios.

Pixaleiro. Pov. na freg. de S. Matheus, de Barosa, conc. e distr. de Leiria.

Pixoeira de Cima. Pov. na freg de N. S.ª da Conceição, de Cercal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Pizão Moinho de fiação, para bater os fios retorcidos da lã. Chamava-se antigamente *batan*.

Pizão. Povoações nas freguezias: S. Julião, de Agua Longa, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || N. S.ª da Expectação, de Barcouço, conc. de Mealhada, distr. de Aveiro. || Santissimo Sacramento, de Burgo, conc. de Arouca, do mesmo distr. || S. Pedro e conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || S. Thiago, de Carvalhaes, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Coja, conc. d'Arganil, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Esmeriz, conc. de V. N. de Famalicão, distr de Braga. || S. Sebastião, de Espinhal, concelho de Penella, distr. de Coimbra || S. João Batista, de Espite, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem. || O Salvador, de Fervença, conc de Celorico de Basto, distr. de Braga || S. Miguel, de Licêa, conc. de Montemór-o Velho, distr. de Coimbra. || S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || O Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || N. S.ª do Loreto, de Paradella, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Thiago, de Rio de Vide, conc. de Miranda do Corvo, distr de Coimbra. || S. Pedro, de Santar, conc. de Nellas, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco. || S. Pedro e conc. da Certã, do mesmo distr. || Santa Maria, de Sobre Tamega, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Thiago, de Souzellas, conc. e distr. de Coimbra. || S. Thiago, de Urra, conc. e distr. de Portalegre. || S. Pedro, de Varzea dos Cavalleiros, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || N. S.ª das Neves, de Dornellas, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra. || Santo André, de Ervedal, conc. de Oliveira do Hospital, do mesmo districto. || Pequena pov. que dá o nome a um apeadeiro na linha do caminho de ferro do Minho, entre os de Louzado e Burrimau.

Pizão de Baixo. Pov. na freg. S. Vicente, de Alcabideche, concelho de Cascaes, distr. de Lisboa.

Pizão de Cá. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Alcorrego, concelho de Aviz, distr. de Portalegre.

Pizão do Carvoeiro Pov. na freg. de S. Simão, de Pecegueiro, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Pizão Cimeiro. Povoações nas freguezias: Santa Clara, de Alcaravella, conc. de Sardoal, distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Pizão do Freixo. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e concelho de Grandola, distr. de Lisboa.

Pizão Fundeiro. Povoações nas freguezias: Santa Clara, de Alcaravella, conc. do Sardoal, distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Pizão Novo. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Aramenha, conc de Marvão, distr. de Portalegre. || S. Martinho e conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Pizarro. Familia muito antiga de Hespanha, que passou a Portugal e ao Brazil. Tem por armas: Em campo de prata duas pisarras de sua côr, entre as quaes nasce um pinheiro verde com pinhas de ouro, entre dois ursos de sua côr, que subidos um por cada lado sobre as pisarras, estão colhendo o fructo dos pinheiros.

Pizarro *(Sebastião Maria de Nobrega Pinto)*. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em 1824 na provincia de Traz-os Montes; fal. em Villa Real, mas ignora-se a data da sua morte. Tomou o grau de bacharel em 1815; foi deputado nas legislaturas de 1865, e em 1887-1889 exerceu varios cargos publicos. Redigiu o *Progresso do Norte*, jornal fundado em 1870.

Pizarro e Araujo *(José de Souza Azevedo)*. V. *Portugal*, vol I, pag. 656.

Pizo. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Pizoaria. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Cambas, conc. de Olciros, distr. de Castello Branco. || S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Pizões. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Purificação, de Ceissa, conc. de V. d'Ourem, distr. de Santarem. || Santos Cosme e Damião, de S. Cosmado, conc. de Armamar, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Gouveias, conc. de Pinhel, distr. da Guarda || Santo Antonio, de Marmelleiro, concelho da Certã, distr. de Castello Branco. || N. S.ª da Esperança, de Pataias, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria. || Santa Catharina, de Quintos, conc. e distr. de Beja. || S. Theotonio, conc. de Odemira, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição, de Armas, concelho, de Sernancelhe, distr. de Vizeu.

Pizões de Babou. Pov. na freguezia de S. Pedro, de Coruche, conc. de Aguiar da Beira, distr. da Guarda.

Pizões do Baeta. Pov. da freg. de S. Domingos, da Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Pizões das Sarnadas. Pov. na freg de S. Domingos, da Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Pizões da Thereza. Pov. na freguezia de S. Domingos, da Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Plicaria. Pov. na freguezia do Salvador, de

Figueiras, concelho de Louzada, distr. do Porto.

Pilchos. Pov. na freg. de N. S.ª do Prauto, de Arazede, concelho de Montemór o-Velho, distr. de Coimbra.

Plome. Pov. na freg. de S. Miguel, de Celavisa, conc. d'Arganil, distr. de Coimbra

Plumbarios. Povos que habitavam a antiga Medobriga, no Hermiuio Menor, serra do Marvão, Alemtejo. Eram assim chamados pelos romanos, por trabalharem em minas de chumbo.

Pó. Appellido nobre que veiu da Allemanha, parece que tomado de rio Pó. Passou a Portugal na pessoa de Affonso Pó, no tempo de el-rei D. Fernando I, o qual foi alcaide-mór de Obidos e vassalo do rei. Junto a esta villa ha um logar denominado *Pó*, de que se viam ainda em 1875, ruinas de grandes edificios, e onde seu filho João Annes do Pó, tambem alcaide mór de Obidos, fundou o seu solar, vinculado, e capella, pelos annos de 1419. Um bisneto d'este, chamado André da Silveira Pó, tirou brazão de suas armas, concedidas por D. João III em 1532, as quaes são: Em campo de prata, leão de púrpura, agachado, como que está descançando, com a cauda entre as pernas. Orla de púrpura, carregada de oito aspas de prata. Timbre, o leão das armas, na mesma postura, com uma das aspas da orla, na espadua.

Pó. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Roliça, conc. d'Obidos, distr. de Leiria.

Pó de Ouro Pov. na freg. de Santa Maria, de Beiral do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Pobrador d'El-Rei. Magistrado ou procurador do rei, que inspeccionava os reparos dos logares fortes, e as populações. Eram mais na provincia de Traz-os-Montes, que no principio da monarchia estava mais deserta e despovoada que as outras provincias, e precisava mais urgentemente do ministerio d'estes empregados. Eram sempre escolhidos para pobradores do rei, pessoas de muita seriedade.

Pobraes. Pov. na freg. de Santa Catharina, concelho de Pedrogão Grande, districto de Leiria.

Pobral. Pov. na freg. de N. S.ª do O' do Porto, de Reguengo da Carvoaria, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Poça. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Carreira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santo André, de Christellos, conc. de Louzada, districto do Porto. || S. Mamede, de Deo Christe, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Romão, de Fonte Coberta, conc. de Barcellos, districto de Braga. || S. João Baptista, de Guidões, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Jorge, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Marrancos, concelho de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Navarra, conc. e distr. de Braga || S. Vicente, de Penso, do mesmo conc. e distr. || S. Romão de Aregos, conc. de Rezende, distr. de Vizeu || Santa Maria, de Telhado, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. Tem caixa postal. || Santa Eulalia, de Tenões, conc. e distr. de Braga. || S. Miguel, de Trezouras, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Mamede, de Villa Chã, conc. de Villa do Conde do mesmo districto.

Poça (*Banhos da*). V. *Estoril*.

Poça d'Agua. Pov. na freg. de S. Pedro, de Melides, concelho de Grandola, distr. de Lisboa.

Poça da Barca. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Poça do Porto. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Golães, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Poça do Sapo. Pov. na freg. de S. Martinho, das Moitas, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Poça do Souto. Pov. na freg. de Santo Isidoro, do Sanche, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Poça da Teiga. Pov. na freg. de S. Paio, de Pico de Regalados, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Poça da Villa. Pov. na freg. de S. Miguel, de Villela, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Poçagra. Pov. da freg. de S. João Baptista, do conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Poçanco. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Poçarro. Pov. da freg. de S. João Baptista, de S. João da Fontoura, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Poças (*José Joaquim*). Doutor e lente de Theologia na Universidade de Coimbra, conego doutoral na sé de Evora. N. em Cuba, no Alemtejo, antes de 178?, ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Francisco Dias Poças, e doutorou se a 21 de dezembro de 1811. Escreveu: *Elementos de doutrina christã para utilidade dos meninos de Moimenta da Beira e S. Martinho de Mouros, dos quaes foi parocho, dedicado ao ill.mo e ex.mo sr. dr. Joaquim José de Miranda Coutinho, bispo de Castello Branco*, Lisboa, 1827.

Poças. Povoações nas freguezias: S. Martinho, d'Argoncilhe, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de Covas do Douro, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real. || N. S.ª d'Assumpção, de Enxara do Bispo, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Santo André, de Escariz, concelho de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Silvestre e conc. de Louzã, distr. de Coimbra || O Salvador, de Medrões, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Thiago, de Oliveira, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Palmeira, concelho de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santo Thirso, de Paramos, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Souto, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santo André, de Villa Boa de Quires, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Ilha da Madeira; bairro das Poças, pov. na freg. de S. José, de Arco de S. Jorge, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

Poças Falcão (*Luiz Fisher Berquó*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, juiz do Supremo Tribunal de Justiça, par do reino, deputado, etc. N. em Ponta Delgada, onde fez os seus primeiros estudos, e vindo depois para o continente, matriculou-se na Universidade de Coimbra, recebendo o grau de Bacharel em Direito no anno de 1875. Em seguida foi no-

meado para a magistratura do ultramar, servindo como delegado e juiz em Cabo Verde e em Loanda, e depois juiz da Relação da India, prestando valiosos serviços, quando presidente do mesmo tribunal, quer n'esta qualidade, quer como membro, e por vezes presidente, do conselho governativo, quer como presidente da commissão mixta composta de altos funccionarios inglezes e portuguezes, ao findar o regimen do tratado com o governo da India britannica, para fixar e determinar as indemnisações aos proprietarios de salinas no territorio portuguez, commissão de que fazia parte o então coronel de engenharia Augusto Supico, n'essa epoca inspector do caminho de ferro e porto de Mormugão. São as mais honrosas as condições em que o sr. conselheiro Poças Falcão foi chamado a desempenhar as altas funcções de presidente da Relação da India. Desintelligencias locaes, pessoaes e politicas, tinham tornado insustentavel no paiz a permanencia d'alguns altos magistrados. Era preciso levantar o prestigio, a seriedade e a respeitabilidade da magistratura d'aquelle estado. Houve então, por assim dizer, uma regeneração na judicatura superior decretada pelo ministro da marinha, n'essa epoca, Antonio Ennes. O sr. conselheiro Poças Falcão estava em Loanda como juiz da Relação, e foi o indicado pela repartição d ultramar para desempenhar esta melindrosa missão. No seu novo logar, em pouco tempo conquistou as geraes sympathias, mesmo d'aquelles que no primeiro momento lhe pareciam hostis, por despeitados com a sua escolha, e o bom nome da magistratura judicial, o seu prestigio e o poder da sua autoridade restabeleciam-se novamente. Completando na India o praso legal, foi collocado na Relação de Ponta Delgada, sendo depois transferido para a de Liboa, segunda instancia, passando depois a juiz do Supremo Tribunal de Justiça, onde ainda se tem conservado. Filiado no partido progressista foi eleito deputado pelo circulo de Ponta Delgada na legislatura de 1886, que terminou em 1889, e nas de 1899 até 1905. Na legislatura de 1899 foi eleito presidente da respectiva camara. Recebeu o diploma de conselheiro, sendo mais tarde nomeado par do reino.

Poças de Gonde. Pov. na freg. de Santa Maria, de Vallega, conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

Poças Leitão (*Joaquim Faustino*). Engenheiro director da 3.ª direcção dos serviços fluviaes e maritimos. N. em Villa de Frades, e pertence a uma illustre familia do Alemtejo. Dedicou-se sempre muito ao estudo das letras e á cultura das artes. Adquirindo o diploma de engenheiro depois d'um curso distincto, foi nomeado chefe d'uma das secções de repartição no ministerio das obras publicas, onde se tornou muito considerado pelos seus serviços, e conquistou as geraes sympathias. Em 1876 entrou para o caminho de ferro do Douro, passando depois a chefe de secção no Algarve. Foi o sr. Poças Leitão quem fez os estudos definitivos do caminho de erro da Beira Baixa e ramal de Vizeu, trabalhos que lhe valeram muitos louvores. Ainda como director das emprezas constructoras d'essas duas linhas, realisou a construcção d'ellas, passando depois a servir no ministerio respectivo. Exerceu as funcções de director das obras publicas do districto de Beja, d'onde passou para as repartições da Companhia Real. Durante dois annos esteve no serviço d'esta companhia velando cuidadosamente pelos serviços dependentes da secção a seu cargo, e aperfeiçoando os com os recursos da sua illustração. Da Companhia Real passou á dos caminhos de ferro através de Africa, na qualidade de director, e na qual iniciou melhoramentos importantes. Em julho de 1895 partiu para Loanda na intenção de se demorar ali tres mezes, e comtudo só regressou á metropole um anno depois, porque foi encontrar em Loanda tanto que estudar e que melhorar, quer no interesse da companhia, quer no interesse publico, que resolveu não sair d'ali sem haver ultimado os estudos e os melhoramentos, que o seu zelo e conhecimentos lhe suggeriam precisos. E fôram tantos, que n'esse serviço valioso se passou um anno completo, com muito aproveitamento para a empresa de que fazia parte. Emquanto esteve em Africa foi-lhe confiada uma importante commissão. Havia partido de Lisboa em 1895, uma expedição civil e militar com destino a estabelecer no interior d'Africa uma colonia que realisasse a occupação de Lunda, commettimento que se apresentava cheio de perigos e de embaraços, mas que os iniciadores apontavam como de facil execução. Os perigos, embaraços e difficuldades surgiram desde logo, tornando impossivel, ao menos de momento, o que em planos e projectos fôra exposto como rapidamente exequivel. Diversas circumstancias, que fôram todas como menos regulares, tornaram imperiosamente preciso uma sindicancia, e por isso mesmo que o negocio era grave, tornava-se urgente entregal-o a pessoa de provadissima circumspecção, cuja rectidão e imparcialidade fôsse absolutamente insuspeita. Para presidir a essa commissão de sindicancia foi escolhido o sr. engenheiro Poças Leitão. Esta sindicancia deu o resultado desejado.

Poças do Monte. Povoações nas freguezias: S. Faustino, de Fridão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Poceirão. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Coimbrão, conc. e distr. de Leiria. || S. Lourenço, de Carvide, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª da Oliveira, de Canha, conc. de Aldeia Gallega, distr. de Lisboa. Ha aqui uma estação do caminho de ferro do sul e sueste, entre os apeadeiros de Valdéra e de Fonte, e a maior vinha do mundo, pertencente ao abastado lavrador, o sr. José Maria dos Santos.

Pocico. Pov. na freg de Santo Isidoro, de Sanche, concelho de Amarante, districto do Porto.

Pocijal. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, concelho de Pombal, distr. de Leiria.

Pocilgaes Pov. na freg. de Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Pocilgal. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Sobral, conc de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Pocilgão. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Asseiceira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Pocilgas. Ilha de Santa Maria; pov. na freg.

de Santa Barbara, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada.

Pocinha. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Longes Valles, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello || S. Pedro, de Ossella, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Pocinhas. Pov. na freg. de S. Miguel, de Silvares, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Pocinho. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Cacella, conc. de Villa Real de Santo Antonio, distr. de Faro. || N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. d'Almada, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Consolação, de Cezimbra (Castello), conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Torre, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Miguel, de Adaval, conc. de Redondo, distr. de Evora. || S. Miguel, de Machede, conc. e distr. de Evora. || Santa Catharina, de Selmes, conc. da Vidigueira, distr. de Beja. || N. S.ª do Pranto e conc. de V. N. de Fozeôa, distr. da Guarda. Tem caixa post. Ha aqui uma est. do caminho de ferro do Douro, entre as de Freixo e de Côa.

Pocinhos Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Lustosa, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Meiomães, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Torrados, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Pedro, de Sébal Grande, conc. de Condeixa a-Nova, distr. de Coimbra. || N. S.ª d'Assumpção, de V. N. de Tazem, concelho de Gouveia, distr. da Guarda.

Poço. Appellido nobre em Portugal. E por se ligarem pessoas d'esta familia, por parentesco, com os Barbudas, o cardeal infante D. Henrique, sendo regente do reino na menoridade d'el rei D. Sebastião, deu em 1565 a Pedro Lopes do Poço Barbuda, o brazão d'armas dos Barbudas, que é o seguinte: Em campo de ouro nove lisonjas verdes, veiradas de prata e vermelho, tendo por timbre um urso branco nascente entre duas pennas de pavão de verde e de ouro.

Poço. Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu, de Barqueiros, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Capareiros, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Carreira, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Pedro, de Condeixa a-Velha, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra. || Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Pedro, de Sanfins, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Miguel, de Fontellas, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Santo André, de Molares, concelho de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Pindello, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Maria, do Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || N. S.ª da Graça, de Sagres, conc. de Villa do Bispo, distr. de Faro. || S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, do mesmo distr. || S. Martinho, de Soalhães, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Pedro da Torre, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Venade, conc. de Caminha, do mesmo distr. || Santo Adrião e conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Miguel, de V. N. de Monsarros, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Villarinho do Bairro, do mesmo conc. e distr. || S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. || N. S.ª d'Assumpção, de Montoito, conc. de Redondo, distr. de Evora. || O Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja.

Poço da Amendoeira. Pov. na freg, de Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, distr. de Faro.

Poço da Amoreira. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Poço da Areia. Pov. na freguezia de N. S.ª da Graça, de Moncarapacho, conc. de Olhão, distr. de Faro.

Poço Barreto. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Silves, distr. de Faro. Tem est. do caminho de ferro, no ramal de Portimão, entre as de Lameira e de Valla.

Poço do Bispo. Povoações nas freguezias: N. Senhora do Monte Sião, de Amora, concelho do Seixal, districto de Lisboa. || Santa Maria, de Olivaes, 1.º bairro de Lisboa. Subindo da rua direita que vae para Marvilla, ha ao lado esquerdo um poço, que tem de altura 28 palmos, com o bocal de 7 palmos em quadro, e cujas faces fazem frente ao N, S, L e O. Em 2 de janeiro de 1846 tinha 9 palmos d'agua, mas de muito má qualidade.

Poço do Borratem. Situado proximo do mercado da Praça da Figueira. V. *Portugal*, vol. IV, *artigo Lisboa*, pag. 377 e 378.

Poço Burral. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Martinho, conc. e distr. do Funchal.

Poço de Cabaços Pov. na freg. de S. Salvador, de Feitosa, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Poço dos Cães. Pov na freguezia de S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Poço Caldo. Situado na freg. de S. Jorge, de Arroios, 2.º bairro de Lisboa.

Poço das Cannas. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Guia, conc. de Albufeira, distr. de Faro.

Poço do Canto. Pov. e freg de N. S.ª do Pranto, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Mêda, distr. da Guarda, bisp. de Lamego; 307 fog. e 1:198 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e uma fabrica d'aguardente. Dista 4 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Mêda a S. João da Pesqueira. O reitor de Ranhados apresentava o cura, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. A terra é muito fertil, cria muito gado, e tem caça. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Poço do Chão. Pov. e quinta na freg. de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa. V. *Bemfica*, *Portugal*, vol. II, pag 284.

Poço de Cima. Pov. na freguezia de S. João, de Ponte, conc. de Guimarães, districto de Braga.

Poço de Cortes Pov. na freg. de Santa Maria, de Olivaes, 1.º bairro de Lisboa.

Poço Deão. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Silves, distr. de Faro.

Poço da Figueira. Pov. na freguezia de N. S.ª da Pidade, de Algoz, conc. de Silves, distr. de Faro.

Poço das Figueiras. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Moncarapacho, conc de Olhão, distr. de Faro.

Poço do Fojo. Pov. na freguezia de N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro

Poço Frio. Pov. na freguezia de S. Mamede, de Quiaios, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Poço Fundo. Pov. na freguezia de N. S.ª da Conceição e concelho de Silves, districto de Faro.

Poço Fuzeiro. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

Poço do Gil. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc de Machico, distr. do Funchal.

Poço de Gil Varzino. Pov. na freguezia de S. Sebastião e concelho de Loulé, distr. de Faro.

Poço do Giraldo. Pov. na freguezia de S. Sebastião e concelho de Loulé, districto de Faro.

Poço Grande. Ilha de Santa Maria; pov. na freg. de Santa Barbara, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada.

Poço do Gueno. Pov. na freguezia de S. Bartholomeu de Messines, concelho de Silves, distr. de Faro.

Poço Longo. Pov. na freguezia de S. Sebastião, de Quelfes, concelho de Olhão, distr. de Faro.

Poço Mendinho Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Torre de Valle de Todos, conc. de Ancião, distr. de Leiria

Poço do Mira. Pov. na freguezia de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.° bairro de Lisboa.

Poço do Monte. Pov. na freguezia de S. João Baptista, de Macieira, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Poço de Moura Pov. na freguezia de S. Sebastião e concelho de Setubal, districto de Lisboa.

Poço Mourão *(Casal do)*. Na freg. de Santa Cecilia, de Abrunhosa Velha, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Poço do Mouro. Pov. na freguezia de Santa Barbara de Mexe, conc. e distr. de Faro.

Poço dos Mouros Logar situado na freg. de S. Jorge, de Arroios, 2.° bairro de Lisboa. V. *Portugal*, vol. IV, artigo *Lisboa*, pag. 377.

Poço dos Negros. Pov. na freguezia de N S.ª da Orada, de Orada, conc. de Borba, distr. de Evora.

Poço Novo. Povoações nas freguezias: S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Luiz, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Poço Partido. Pov. na freguezia de N. S.ª da Luz e conc. de Lagôa, distr. de Faro.

Poço dos Passaros. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cacella, conc. de Villa Real de Santo Antonio, distr. de Faro.

Poço da Pena. Pov. na freguezia de S. Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Poço do Peso. Pov. na freguezia de S. Sebastião e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Poço Quente. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga

Poço Redondo. Povoações nas freguezias: S. Matheus, de Junceira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição, de Olalhas, do mesmo conc. e districto.

Poço da Relva. Pov. da freguezia de S. Thiago, de Evora d'Alcobaça, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria.

Poço Romão. Sitio muito pittoresco, que fica no fundo d'um abysmo, a cêrca de 300 m. junto da cataracta do Penedo e do rio Corgo, proximo de Villa Real.

Poço do Salto. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de S. Jorge, e conc. de Vellas, distr. de Angra do Heroismo.

Poço Secco. Pov. na freguezia de N S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão.

Poço da Serra. Pov. na freguezia de Santo André e concelho de Mafra, districto de Lisboa.

Poço Serrano. Pov. na freguezia de Santo Ildefonso e concelho de Almodovar, distr. de Beja.

Poço da Tumba. Ilha do Pico; pov. na freg. de Santo Antonio, conc. de S. Roque do Pico, distr. de Horta.

Poço e Valle Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Jorge, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

Poço do Valle. Pov. na freguezia de Santo Estevão, concelho de Tavira, districto de Faro.

Poço de Valle de Vacca. Pov. na freguezia de Santa Maria do Castello, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Poço Velho. Ilha Graciosa; pov. na freg. de Santa Cruz e conc. de Santa Cruz da Graciosa; distr. de Angra do Heroismo. || Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de S. Roque, de Rosto de Cão, conc. e distr. de Ponta Delgada. || Pov. na freg de S. Bartholomeu, de Nave de Haver, conc. de Almeida, distr. da Guarda.

Poço de Vides. Pov. na freg. de S. Martinho, de Aguas Santas, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga

Pocollo. Pov. independente do conc. do Humbe, no distr. de Huilla, pov. de Angola, Africa Occidental.

Poços Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Arada, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || Santo Estevão, de Barros, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santissimo Sacramento, de Burgo, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Cabanellas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Lucas, de Freiria, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || S. Martinho da Cortiça, conc. de Argauil, distr. de Coimbra. || Santa Maria, de Sá, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello || S. Miguel, de Urrô, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Poços dos Ferreiros. Pov. na freg. de S. Braz de Alportel, concelho e districto de Faro.

Podame. Pov. e freg. de S. Cosme, da prov. do Minho, conc. e com. de Monsão, districto de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 99 fog. e 394 hab. Tem est. post. e fica distante 9 k. da séde do conc. Está situada na margem direita do rio Mouro. A mitra apresentava o abbade, que tinha 300$000 réis. A terra é muito fertil em cereaes e fructas, e cria muito gado. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 3, com a séde em Vianna do Castello.

Podamo. Pov. da freg. de Santo André de Brancavará, conc. de Diu, na India.

Podence. Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 88 fog. e 577 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada na estrada real de Bragança a Mirandella, a 8 k da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 700$000 rs. de rendimento annual. A terra é fertil em todos os generos agricolas, cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus montes apparece muita caça grossa e miuda. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Podengos. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr de Coimbra.

Podentes *(Jeronymo Dias de Azevedo Vasques d'Almeida e Vasconcellos, 1.º visconde e 1.º conde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, conselheiro, deputado, par do reino, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, condecorado com a medalha n.º 9 das campanhas da Liberdade, governador civil de varios districtos, proprietario abastado em Coimbra, etc. N. em Podentes a 7 de dezembro de 1805, fal. a 19 de agosto de 18?5. Era filho de João Pedro Dias de Azevedo Vasques d'Almeida, e de sua mulher D. Theodora Joaquina Henriques de Azevedo. Matriculou-se na faculdade de Medicina na Universidade, e seguia aquelle curso, quando em 1826 se formou o batalhão de voluntarios academicos, por se terem revoltado na provincia da Beira os partidarios do infante D. Miguel. Jeronymo de Azevedo abandonou então os estudos, foi alistar-se no batalhão, e com elle partiu para a Beira a combater os revoltosos, voltando em seguida para a Universidade. No anno de 1828 mandou a Junta do Porto organisar novamente o batalhão de voluntarios academicos, perdoando os actos aos que se alistassem dentro de certo praso. Esta condição repugnou a Jeronymo de Azevedo e a outros estudantes, que deliberaram não se alistarem, como de tão boa vontade o haviam feito em 1826, quando o batalhão se havia organisado pela expontanea iniciativa dos proprios estudantes. Comtudo, Jeronymo Dias de Azevedo foi um dos estudantes que mais concorreram para a revolução liberal de Coimbra a 22 de maio de 1828, havendo-lhe sido conferida a missão de convidar os coroneis de milicias Antonio Dias de Azevedo e José Bernardo Salazar para adherirem á revolução com os seus regimentos. Depois de concluida a sua formatura, foi incorporar se ainda em 1828 no batalhão de caçadores n.º 12, commandado por Francisco Xavier da Silva Pereira, depois conde das Antas, que partia para Miranda do Corvo, e na ponte do Espinhal bateu a guerrilha miguelista do P. Crespo, de Castello Branco. Da ponte do Espinhal veiu a Villa Secca, Sernache e outros logares, assistindo por fim á acção da Cruz dos Morouços, cujo resultado deixou o campo aberto ás mais ferozes perseguições absolutistas. De combinação com os seus dois irmãos Innocencio Elysio Dias de Azevedo e Antonio Bernardo da Costa Cabral, ao tempo juiz de fóra em Penella, organisou uma guerrilha liberal com que muito incommodou as tropas do governo. A 29 de junho de 1829 foi preso proximo de Leiria, e remettido para o Porto, ficando encerrado na cadeia da Relação d'esta cidade. A accusação fôra feita pela alçada do Porto, como agente dos rebeldes, informando os dos movimentos das tropas realistas, de ter acompanhado o batalhão de caçadores n.º 12 a Penella e a Podentes, de haver com seus irmãos formado uma guerrilha, que muito incommodara as tropas fieis, attribuindo-lhe por ultimo a morte praticada por Manuel de Moura de Freitas. A alçada o condemnou á morte, e os seus irmãos a degredo. A pena de morte, porém, foi commutada em degredo perpetuo, confisco dos bens, e a dar tres voltas á roda da fôrca. Em outubro de 1830 veiu para Lisboa a bordo do hiate *Anjo da Paz*, sendo encerrado na Torre de S. Julião da Barra. Acompanhava-o seu irmão Innocencio, que seguiu para o degredo de Rios de Sena em 29 de março de 1831, ficando Jeronymo Dias de Azevedo preso na Torre por falta de navio que o levasse para Benguella, terra destinada ao seu degredo, e com isto muito aproveitaram os seus companheiros de prisão, que encontraram n'elle um medico caridoso, que os tratava das enfermidades produzidas, na maior parte, pelas pessimas condições em que estavam os carceres. Chegando até a tratar do proprio governador Telles Jordão, d'um seu sobrinho e de um seu filho, de que curou de gravissimas doenças, prestando tambem eguaes serviços á officialidade e guarnição da fortaleza. Quando, em attenção aos seus dedicados serviços medicos, lhe offereceram homenagem na praça e até perdão do governo, rejeitou uma e outra cousa, continuando sempre a prestar os soccorros medicos com a maior abnegação e desinteresse, sem nunca receber gratificação alguma pela sua clinica, apezar de o não deixar descançar a Cholera-Morbus, que em 18 de maio de 1833 começou a invadir a fortaleza de S. Julião da Barra e suas cercanias. No meio d'aquelle assolador flagello, tambem foi atacado em 2 de junho, estando em Oeiras na casa de Telles Jordão, que sempre o desejava ter ao seu lado. Jeronymo Dias de Azevedo alcançou finalmente a liberdade no memoravel dia 24 de julho de 1833, indo os seus correligionarios ali buscal-o em triumpho, trazendo-o para Lisboa, porém, quasi moribundo, conservando-se ainda algum tempo doente. Em 18 de abril de 1834 foi nomeado guarda-mór e provedor de saude do porto de Belem, mencionando-se no decreto os seus serviços á Causa Liberal, fazendo justiça ao seu caracter honesto e convicções liberaes. Sendo eleito deputado em diversas legislaturas, desde 1839, pertencia á maioria em 1844, apoiando o ministerio presidido por Costa Cabral, mais tarde conde e marquez de Thomar. Como se dedicava muito aos estudos financeiros, publicou uma serie de folhetos que deram margem a uma viva polemica entre os jornaes defensores da situação, por se saber desde logo, apezar de sairem anonymos, quem era o autor, o qual, tendo o seu logar na maioria, se lembrava com desassombro de atacar os projectos de fazenda do ministro, o barão, depois conde do Tojal, João Gualberto de Oliveira. Estes folhetos fôram os seguintes: *Breves considerações sobre o estado da fazenda publica em junho de 1844, por um deputado; Reflexões sobre o decreto de 30 de junho proximo passado, em que*

se determinou a arrematação do contrato do tabaco, por um deputado da maioria em julho de 1844. O *Diario do Governo*, que tinha n'essa epoca redacção polemista, confiada ao conselheiro Carlos Bento da Silva, o *Correio* e a *Restauração*, aggrediram as considerações de Jeronymo Dias de Azevedo, o qual lhes respondeu com os seguintes opusculos: *Redarguição aos ataques da imprensa ministerial contra as doutrinas dos folhetos publicados em 18 de junho e 6 de julho do corrente anno, por um deputado da maioria, autor dos mesmos folhetos; A arrematação do contrato do tabaco, mediante o emprestimo de quatro mil contos, e a' fazenda publica, por um deputado da maioria, Lisboa, 10 de setembro de 1844.* Na revolução de 1846 fez parte da junta provisoria da Beira Alta, e assignou em Vizeu a representação da junta, dirigida á rainha D. Maria II em 26 de maio d'esse anno. Em 1851 foi nomeado governador civil de Vizeu, e em 1852 do Porto, a instancias do seu particular amigo Rodrigo da Fonseca Magalhães. Por decreto de 8 de outubro de 1851 recebeu o titulo de visconde de Podentes, em duas vidas, sendo elevado a conde por decreto de 24 de novembro de 1868. Foi agraciado com a carta de conselheiro, e com a nomeação de par do reino, por decreto de 18 de fevereiro de 1852 Sob a sua direcção se publicou em Vizeu em abril de 1855, o *Viriato*, jornal politico, commercial e noticioso. O conde de Podentes casou a 17 de junho de 1837 com D. Maria Liberata da Costa Mendes de Azevedo, filha de Francisco Antonio da Silva Mendes, rico proprietario e antigo contratador dos tabacos, e de D. Maria Amalia da Costa Mendes. Quando falleceu, havia já muito tempo, que estava afastado da politica.

Podentes. Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. do Douro, conc. e com. de Penella, distr. e bisp. de Coimbra; 281 fog. e 952 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. Os duques de Lafões, como senhores e condes de Tentugal, apresentavam o prior que tinha 350$000 réis de rendimento. A pov. é muito antiga, e foi por muitos annos cabeça do julgado do seu nome. A terra é bastante fertil em todos os generos agricolas do paiz, e nos seus montes ha muita caça. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar,

Podome. Pov. na freg. de S. Paio e conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Podoxem. Pov do commando militar de Satary, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Pertence á circumscripção militar de Onda, na mesma provincia de Satary.

Pôdre Pov. na freg. de Santa Maria, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Podrenda. Pov. na freg. de Santa Maria, de Azias, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Põe. Rio affluente do Calae, do territorio do Huambo ou Hambo, Africa Occidental. Tem 5 m. de largura por 1 de fundo, e é lodoso. Fala d'elle o explorador Serpa Pinto na descripção da sua viagem através d'Africa.

Poeira *(Campanha da)*. V. *Villafrancada*.

Poeira. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Poeiro. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Arega, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || S. João Baptista, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || N. S.ª da Expectação, de Lageosa, conc. de Oliveira do Hospital, districto de Coimbra.

Poelo. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, na div. do Mussuco, distr. do Congo, Africa Occidental.

Poial. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de S. Thiago, de Ribeira Secca, conc. de Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Poiares. Antigo conc., que desde 1905 se denomina *Villa Nova de Poiares*. V. *este nome*.

Poiares. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz-os Montes, conc. de Freixo de Espada á Cinta, com. de Moncorvo, distr. e bisp. de Bragança; 225 fog. e 892 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Dista 6 k. da séde do conc. e está situada a 3 k. da margem direita do rio Douro. Os beneficiados de Freixo de Espada á Cinta apresentavam o vigario, que tinha réis 20$000 de congrua e o pé d'altar. A pov. é muito antiga. E' n'esta freg. a capella de N. S.ª d'Alva, no monte onde estão as ruinas do castello da antiga villa d'Alva, que ha mais de 7 seculos ficou reduzida a uma simples aldeia. Esta freg. é muito abundante d'aguas, e fertil em cereaes e azeite. Consta sómente d'esta pov. e o seu clima é quente, mas saudavel. A sua principal industria é o fabrico de pão, de trigo e de centeio, que se transporta para muitas leguas de distancia. Tem de notavel a ponte e calçada du *Alpragares*, sendo a ponte d'um só arco, mas grande, e a calçada muito ingreme. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. de V. N. de Poiares, com. de Penacova, distr. e bisp. de Coimbra; 233 fog. e 948 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Está situada na estrada de Poiares a Celorico, e a 4 k. da séde do conc. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 167 fog. e 678 hab. Dista 14 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Neiva. O mestre escola da sé de Braga (conego) apresentava o vigario, que tinha 60$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil, cria muito gado e tem caça Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg de S. Miguel, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 616 fog. e 2:468 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e pharmacias. Está situada a 8 k. da séde do conc. e a 3 da margem direita do rio Douro e margem esquerda do Corgo, em terreno bastante accidentado, na estrada de Peso da Regoa a Sabrosa. E' uma das mais bellas e pittorescas freguezias da provincia, e nos ultimos tempos tem prosperado muito. A pov. é muito antiga. A creação da freg. foi obra dos cavalleiros do Templo, que tiveram aqui um mosteiro em frente da egreja matriz, do qual ainda em 1876 existia uma torre. No tempo dos templarios tinha a freg. apenas 17 fogos, e como eram senhores d'um vasto territorio por estes sitios, trataram de o aforar aos seus familiares e creados,

obrigando-se para com os foreiros, a edificar a egreja e constituir a freguezia, desmembrando esta terra da freg. de Andrães, a 7 k. de distancia, e da de Abáças, a 5 k. Os templarios tinham aqui grandes rendas, tanto em Poiares e Canellas, como em Villarinho dos Freires, Amêdo, Sámões, Freixial, etc. E quando estas passaram á ordem de Malta, foi dividido em cinco commendas, cada uma das quaes rendia annualmente 2:000$000 rs. Com estes 17 fogos deram principio á freg., que com o tempo se foi povoando e ampliando, que a ella pertenceram as futuras freguezias de Villarinho dos Freires, com a povoação da Granja, Presiguêda, Escavêdas e Alvações do Tanha; Alvações do Córgo, com o logar da Azinheira; e Galafura com a pov. de Covellinhas, á beira do rio Douro. Estas tres freguezias e os logares que lhes são annexos pertenciam á de Poiares, e quando se tornaram parochias, ficaram dependentes da de Poiares. Até 1826 iam os sacristães das tres freguezias, com as respectivas cruzes, assistir á festa do padroeiro, no dia 29 de setembro, sendo obrigados a trazerem o rol dos confessados, e a pagarem 20 réis por cada chefe de familia. Supprimida a ordem dos templarios, em 1311, el rei D. Diniz, em 1319, doou todos os bens da ordem á de Christo, que então havia instituido. Poiares, que era commenda, passou, provavelmente por troca, para a ordem de Malta, ou hospitaleiros, e que primitivamente se chamou de *Rhodes*. Esta ordem dava pousada aos peregrinos que passavam pelas suas commendas, e para esse fim mandaram construir o edificio, com o nome de *Casa da Torre*, ao cimo da freg. O commendador de Poiares tinha a seu cargo as despezas do culto da egreja e a apresentação e pagamento da congrua de parocho, ao qual dava 10$000 réis em dinheiro, 30 alqueires de trigo, duas pipas de vinho, e toda a lenha que lhe fôsse precisa para queimar. O ultimo commendador, fr. José da Silva e Athaide, mandou reedificar a capella-mór, e deu novos paramentos e alfaias de muito valor, para a egreja. Unidos ao seu mosteiro, tinham os templarios vastas officinas e armazens. Depois de 1834, o governo vendeu em praça publica todas as propriedades da commenda, figurando entre ellas uma grande matta de carvalhos, que existia na frente da egreja, que se transformou em vinhas, excellentes campos e em bellas hortas. A freg. de Poiares é composta de 5 aldeias; Poiares, Canellas, Villa Secca, Estrada e Ceara, sendo as duas primeiras as mais importantes, além de muitas e boas quintas. A egreja matriz é um templo vasto e bem situado, mas de singela architectura. Vêem-se ali duas grandes e formosas imagens, feitas no Porto em 1873: a do Senhor dos Passos e a de N. S.ª da Soledade. A torre tem um bom relogio. Esta egreja foi restaurada em 1905, sendo solemnemente inaugurada em setembro d'esse anno, assistindo á cerimonia os bispos de Lamego, Vizeu, Guarda e Cabo Verde. Na egreja ha uma antiquissima cruz de pau santo, de muito valor archeologico; tem mais de um metro d'altura, e é toda coberta de laminas de prata, de esquisito lavor, com varias figuras, um crucifixo, tambem de prata, e uns celebres cordões do mesmo metal. Teve uma peanha, tambem muito esquisita, em fórma de cabaço, e de prata, pela qual um dos commendadores deu em troca uma cruz do mesmo metal, que os francezes roubaram em 1807 ou em 1808. Poiares foi por muitos annos do julgado de Panoias, depois passou a ser do julgado de Canellas de Poiares, e desde 1855 que pertence ao conc. e com. de Peso da Regoa. E' fertil em generos agricolas e em vinho fino. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Arrifana de Poiares, conc. de V. N. de Poiares, distr. de Coimbra. || N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. de Louzã, do mesmo districto.

Pollão. Ilha do archipelago de Bijagoz, na costa da Guiné, Africa Occidental. E' a mais meridional de todo o archipelago, e tambem uma das mais pequenas, pois que não chega a medir 1 k quadrado. E' muito arborisada, e quasi inaccessivel por causa dos rochedos que a cercam.

Pollão Cabral. Pov. da freg. de S. Lourenço dos Orgãos, no conc. da Praia, archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental.

Pollão de Leão. Vasto territorio do conc de Cacheu, na praia da Guiné, Africa Occidental. Está situado a 60 k. da villa de Cacheu, nas margens d'um esteiro do rio S. Domingos, e houve n'elle uma importante fazenda agricola.

Poinguenim. Pov. do conc. de Quepem, Novas Conquistas, India.

Poinguinim. Pov. e regedoria do conc. de Canácona, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada a O e a 3 k. da costa, na zona de terreno entre os rios Talpona e de Galgigaba.

Poio. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || N. S.ª do Amparo, de Mira, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria || S. Sebastião, de Serro Ventoso, do mesmo conc. e distr. || S. Miguel e conc. de Fornos d'Algôdres, distr. da Guarda || Serra do distr. de Vizeu, na freg. de Avões, conc. de Lamego. || Leziria que communica com um braço do mesmo nome no rio Tejo.

Poios. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Redinha, concelho de Pombal, distr. de Leiria.

Poja. Pov. na freguezia de S. Martinho, de Escariz, concelho de Villa Verde, distr. de Braga.

Pojeira. Pov. na freguezia de Santa Maria, de V. N. de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Poldamata *(Casal da)*. Na freguezia de S. Bento e concelho de Mêda, distr. da Guarda.

Polorães. Pov. na freguezia de S. Martinho, de Avidos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Poldras. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Longos Valles, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello || Santa Christina, de Pousa, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Paio, de Segude, conc. de Monsão, districto de Vianna do Castello. || Santa Christina, de Tendaes, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Conceição e conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || N. S.ª d'Assumpção e concelho de Vouzella, distr. de Vizeu. || Espirito Santo, de Villa Secca, conc. de Armamar, do mesmo districto.

Poldreiro. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João da Fontoura, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Pole. Pov. na freguezia de S. Thiago, de Roufe, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Polem. Pov. do concelho de Canácona, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Estrada para Nova Gôa.

Policia. V. vol. III, a pag. 850.

Polide. Pov. na freg. de S. Pedro, de Sanfins, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Polima. Pov. na freg. de S. Domingos de Rana, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa. Tem correio com serviço de posta rural.

Politeiro. Pov. na freg. do Salvador, de Rossas, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Polla *(Cesar)*. Artista dramatico muito apreciado. N. no Algarve a 13 d'abril de 1831, fal. em Lisboa a 19 de junho de 1891. Pertencia a uma familia muito distincta e estimada. Depois de fazer os seus estudos, exerceu alguns cargos politicos importantes, como o de administrador de concelho, secretario do governo civil de Faro, etc. Tendo uma grande paixão pelo theatro, cultivava a arte dramatica, como amador muito distincto. N'uma occasião em que fôram muito renhidas e disputadas as eleições para deputados, trabalhou com o maior interesse e dedicação a favor do candidato governamental, conseguindo vencer; quando o governo indagou o premio que Cesar Polla pretendia, teve em resposta, que desejava unicamente ser classificado como actor no theatro de D Maria II. A sua ambição foi immediatamente satisfeita. Escripturou-se em 186?, no referido theatro, então administrado pelo governo, debutando no drama em 5 actos, de Ernesto Biester, *Os Diffamadores*. Apezar do papel não ser muito importante, foi logo muito bem recebido pelo publico, que não lhe regateou applausos. Conservou se no theatro de D. Maria II até 1872, e apezar de ter ao lado artistas distinctissimos e dos mais notaveis, conseguiu evidenciar-se, provando assim o seu grande valor artistico. Um dos seus primeiros papeis foi o de Bevallan, na *Vida d'um rapaz pobre*, em que alcançou um completo triumpho; animado por este successo, continuou a trabalhar, conquistando em poucos annos logar entre os primeiros actores pelo desempenho magistral do papel do advogado Pomerol no drama *Fernanda*, que foi uma das suas mais gloriosas corôas. Na sua carreira artistica encontrou sempre unanimes e enthusiasticos applausos, como no papel de Mirabeau no drama *Maria Antonietta*, no Angely do *Marion Delorme*, Didier nos *Nobres e plebeus*, *Pena de Talião*, *O Juiz*, etc. De 1872 a 1877 esteve escripturado no Gymnasio, indo depois para o Porto, onde trabalhou uma epoca no theatro do Principe Real, voltando para o Gymnasio em 1884, como actor de segunda classe. Nas epocas que esteve n'este theatro, ora como escripturado, ora como associado da empresa, distinguiu se muito nas seguintes peças: *Afilhado de Pompignac*, *Filho de G boyer*, *Lazaristas*, *Mosqueteiros do rei*, *Funica*, *Calumnia*, *Familia Mongrol*, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, etc Reformado como actor de segunda classe, Polla começou a representar menos. Do Gymnasio passou ao Principe Real, e ahi ainda appareceu n'algumas peças alcançando ruidosos applausos, como na *Maria Antonietta*, desempenhando o papel de Luiz XVI, que tinha sido feito primitivamente por José Carlos dos Santos. Não tardou, porém, que a doença de que soffria, uma bronchite, se aggravasse, deteriorando-lhe a voz, e impedindo-o de reprentar grandes papeis, e até mesmo pequenos papeis, muitas noites successivas. Polla foi duas vezes ao Brazil com a empresa Alvaro, Brandão e Gil, e ali representou com o maior successo na Bahia, Rio de Janeiro, Santos, S. Paulo, Campinas, Pernambuco, etc. Um anno lembrou-se de fazer uma digressão ao Algarve, e organisando uma pequena companhia, para ali partiu. Foi verdadeiramente um passeio triumphal, pela recepção brilhante e enthusiastica que os seus patricios lhe prepararam. Polla era casado com a actriz Maria das Dôres. A sua morte foi muito sentida no theatro, foi uma sensivel perda para a arte dramatica.

Polo. Pov. na freg. de Santa Christina, de Padroeiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Polvarinho. Pov. na freguezia de S. Pedro, de Salgueiro, concelho e distr. de Castello Branco.

Polvora. V. *Barcarena* e *Chellas*.

Polvoreira. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, concelho e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 173 fog. e 749 hab. Está situada perto da juncção da estrada de Paços de Ferreira a Guimarães com a de Louzada tambem a Guimarães, a 4 k. da séde do conc. As religiosas franciscanas do convento de Santa Clara, de Villa do Conde, apresentavam o abbade, que tinha 450$000 reis de rendimento annual. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Polvorosas. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Commenda, conc. de Gavião, distr. de Portalegre. Tem caixa postal.

Pomadas. Pov. na freguezia de Santa Maria, de Caires, conc. conc. de Amares, distr. de Braga.

Pomar. Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, districto de Faro. || Ilha da Madeira e distr. do Funchal: Santa Quiteria, de Boa Ventura, conc. de S. Vicente; S. Jorge, conc. de Sant'Anna; N. S.ª d'Ajuda, de Serra d'Agua, conc. de Ponta do Sol. || N. S.ª d'Assumpção, de Cacella, conc. de Villa Real de Santo Antonio, distr. de Faro. || S. Braz e conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || Santo André, de Gião, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Mazedo, conc. de Monsão, districto de Vianna do Castello. || S. Thiago, do Penso, conc. de Melgaço, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco. || N S.ª da Espectação, de Souzella, conc. da Louzada, distr. do Porto. || O Salvador, de Tagilde, conc. de Guimarães, distr. de Braga || S. Mamede, de Villarinho, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição, de Cabrella, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || S. Mamede de Sádão, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || S. Salvador, de Monsanto, conc. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco. || Santa Maria e conc. de Odemira, distr. de Beja. || S Pedro, de Vaqueiros, conc. de Alcoutim, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição, de Carvalho, conc. de Peuacova, distr. de Coimbra.

Pomar do Baptista. Ilha da Madeira; pov. na freg. do Salvador e conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal.

Pomar de Borboledo. Ilha da Madeira; pov. na freguezia de N. S.ª da Piedade, de Canha, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Pomar da Broa. Pov. na freguezia de S. Braz, de Varzea, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Pomar do Cataxo. Pov. na freg. de N. S.ª dos Martyres e conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Pomar das Casas Novas. Pov. na freg. de S. Brissos, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Pomar dos Castellos. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Giesteira, conc. e districto de Evora.

Pomar da Cera. Pov. na freguezia de S. Julião e conc de Setubal, distr. de Lisboa.

Pomar da Chave. Pov. na freguezia de N. S.ª na Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Pomar Côvo. Pov. na freguezia de S. Verissimo, de Lagares, conc. de Felgueiras, districto do Porto.

Pomar do Espinheiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Graça de Divor, conc. e distr. de Evora.

Pomar do Estanque de Cima. Pov. na freg. de N. S.ª da Boa Fé, concelho e distr. de Evora.

Pomar do Ferraz. Pov. na freg. de S Matheus, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Pomar da Gilblaceira. Pov. na freg. de S. Matheus, conc. de Montemór-o-Novo, districto de Evora.

Pomar Grande. Pov. na freguezia de Santa Maria, de Anjos, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Pomar da Guarda. Pov. na freguezia de S. Brissos, conc. de Montemór o Novo, districto de Evora.

Pomar de D. João. Ilha da Madeira; pov. na freguezia de N. S.ª da Luz e conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Pomar de Ledo. Pov. na freg. de S. Mamede, de Gondiães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Pomar Longo. Pov. na freguezia de S. Mamede, de Este, conc. e distr. de Braga.

Pomar Maior. Pov. na freg. de S. Miguel, de Villela, conc. de Povoa de Lanhoso, districto de Braga.

Pomar do Meio. Povoações nas freguezias: S. Gens, conc. de Montemór-o Novo, distr. de Evora. || S. Sebastião, de Giesteira, conc. e distr. de Evora.

Pomar do Miradouro. Ilha da Madeira, pov. na freguezia de Santo Antonio, conc. e distr. do Funchal

Pomar Novo. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Fajã de Baixo, conc. e distr. de Ponta Delgada.

Pomar e Pedra. Dois logares reunidos na freguezia de S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Pomar de Pégoras. Pov. na freguezia de Santa Sophia, conc. de Montemór o-Novo, distr. de Evora.

Pomar de Peniche. Pov. na freguezia de N. S.ª da Boa Fé, conc. e distr. de Evora.

Pomar de Pizão. Pov. na freg. de N. S.ª da Boa Fé, conc. e distr. de Evora.

Pomar da Rainha. Pov. na freg. de Santa Maria, de Salto, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Pomar da Rocha. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Bento, de Ribeira Brava, concelho do Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Pomar da Serra. Pov. na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Pomar do Solheiro. Pov. na freg. de S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Pomar d'Ufe. Pov. na freg. de S. João, de Ponte, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Pomar Velho. Povoações nas freguezias: Santo Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja. || Ilha da Madeira; S. Braz, de Arco da Calheta, conc. da Calheta, distr. do Funchal. || S. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Pomaraço. Pov. na freg. de Santa Lucrecia, de Aguiar, conc. de Barcellos, distr de Braga.

Pomarão *(James Mason, 1.º barão do).* Foi o 1.º visconde de Mason de S. Domingos. V. este titulo, *Portugal.* vol. IV, pag. 908.

Pomarão. Pov. na freg. de Sant'Anna de Cambas, conc. de Mertola, distr. de Beja, situada entre e junto á confluencia do rio Chança com o Guadiana, e servindo de porto á importante mina de S. Domingos, que com ella está ligada pelo caminho de ferro proprio. Tem est. telegrapho-postal com serviço de encommendas.

Pomarelhe. Pov. na freg. de S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Pomarelho. Povoações nas freguezias : Santa Eulalia, de Barrosas, conc. de Louzada, distr. do Porto || S. Miguel, de Cabaços, conc. do Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Fonte Arcada, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Maria, de Meinedo, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Martinho de Valbom, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Pomarelhos. Povoações nas freguezias : S. Salvador, de Salvador do Monte, conc. de Amarante, distr. do Porto. || O Salvador, de Torgueda, conc. e distr. de Villa Real. Tem correio com serviço de posta rural.

Pomares *(D. Luiz Maria de Carvalho Daun e Lorena, marquez de).* Moço fidalgo da Casa Real com exercicio no paço, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; gran-cruz da de Leopoldo da Belgica, governador civil de Lisboa, vogal extraordinario do Supremo Tribunal Administrativo, deputado, par do reino vitalicio, presidente da camara municipal de Lisboa, etc. N. n'esta cidade a 9 de maio de 1828, onde tambem fal. a 2 de dezembro de 1894. Era filho dos terceiros condes da Redinha, Nuno Gaspar de Carvalho Daun e Lorena e D. Maria Victoria de Sampaio Mello e Castro. Exerceu elevados cargos, como o de vereador da camara municipal nos biennios de 1866 a 1867, e de 1868 a 1869, sendo eleito presidente da mesma camara; por tres vezes foi governador civil de Lisboa, pelos decretos de 7 de setembro de 1870, de 23 de outubro de 1879, e de 9 de dezembro de 1886, tendo sido exonerado a seu pedido, pelos decretos de 6 de fevereiro de 1871, 12 de outubro de 1880 e de 13 de dezembro de 1888. Por decreto

de 23 de outubro de 1879 fez parte da commissão municipal, sendo nomeado presidente. Foi vogal extraordinario do Supremo Tribunal Administrativo, por nomeação de 3 de fevereiro de 1888. Desde 1868 que exercia o cargo de provedor do Asylo de Nossa Senhora da Conceição para raparigas abandonadas, a que prestou muitos e valiosos serviços. Pertencendo ao partido progressista, foi pela primeira vez deputado em 1869, eleito pelo primeiro bairro de Lisboa, que o elegeu ainda em outras legislaturas. Em 1880 foi nomeado par do reino. Por occasião do casamento do principe real, mais tarde rei D. Carlos I, em 1886, foi presidente da grande commissão dos festejos que se organisou; foi tambem presidente da grande commissão nacional, e da assembléa geral da Companhia dos tabacos, da assembléa geral da Empresa Tauromachica, vice-presidente da Sociedade da Cruz Vermelha, e presidente da grande Commissão Central 1.º de Dezembro. O marquez de Pomares casou em 30 de janeiro de 1860 com sua sobrinha D. Maria Manuela de Brito e Castro de Figueiredo e Mello da Costa, filha de sua irmã D. Maria Ignez da Luz de Carvalho Daun e Lorena, e de Antonio de Brito e Castro de Figueiredo e Mello da Costa, doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Christo. Foi agraciado com o titulo de marquez de Pomares por decreto de 26 de maio de 1886. O seu brazão é um escudo com as armas dos Carvalhos: Em campo azul uma estrella de ouro entre uma quaderna de crescentes de prata; timbre, um cysne de prata com uma estrella de ouro no peito, armado de ouro.

Pomares. Pov. e freg. de Santa Luzia, da prov. do Douro, conc. e com de Arganil, distr. e bisp de Coimbra; 560 fog. e 2:302 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 14 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, a 4 k. da margem esquerda do rio Alva. O cabido da sé de Coimbra apresentava o cura, que tinha 8$000 reis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil em todos os generos agricolas do paiz, cria muito gado e tem muita caça. Pertence á 5.ª div mil. e ao distr. de recrut, res. n.º 23 com a séde em Coimbra. || Pov. e freg. de S Bento, da prov. do Alemtejo, conc., com., distr. e arceb. de Evora; 22 fog. e 98 hab. Está situada entre regatos, a 6 k. da ribeira de Oriolla, e a 19 da séde do conc. O arcebispo apresentava o cura, que tinha 120 alqueires de trigo e 30 de cevada. A terra é muito fertil em cereaes e sobretudo em fructas. tem grande abundancia de caça grossa e miuda: Tambem cria gado de boa qualidade. A pov. é muito antiga, e muito celebre pelo famoso templo de Venus, fundado por Sertorio, no anno 80 antes da vinda de Christo. Estava edificado no monte, que tambem se chamou de S. Gens. Não restam vestigios d'este templo, porque os duques de Bragança o mandaram demolir, para com os seus materiaes edificarem mosteiros em Villa Viçosa. Não é menos celebre pelas victorias alcançadas por estes sitios pelo grande Viriato contra os romanos. A pov. pertence á 4.ª div. mil. e ao dist. de recrut. o res. n.º 11, com a séde em Setubal. || Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Pinhel, distr. e bisp. da Guarda; 138 fog. e 519. hab. Tem esc. do sexo fem e correio com o serviço de posta rural. A pov. dista 17 k. da séde do conc e está situada em tres regatos, que fórmam mais abaixo as ribeiras de Cabras, Massueime e Pega. O prior d'Arganil apresentava o cura, que tinha 12$000 reis de congrua e o pé d'altar. A terra é pouco fertil, mas cria bastante gado miudo e algum bovino. Tem muita caça grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. res. n.º 12, com a séde em Trancoso. Esta freg. era do conc da Guarda, e passou para o de Pinhel por decreto de 12 de julho de 1895. || Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Aguas Santas, conc. da Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Maria Magdalena e conc de Alvaiazere, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Espinho, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu. || S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Santa Maria, de Martim, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Salvador, de Paderne, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Serrazes, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Serra do distr. de Evora. E' uma ramificação da serra de Espinheira, em direcção de E a N. Tem dois altos picos, um na extremidade E. de 256 m., e outro a O, chamado Outeiro das Oriollas, de 360 m. A serra tem 15 k. de comprimento e 5 de largura.

Pomarinho (*Estevão da Costa Pimenta de Sousa Menezes, 1.º barão de*). Major reformado; cavalleiro das seguintes ordens: Torre e Espada, Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e S. Bento de Aviz; condecorado com as medalhas das campanhas da Liberdade, algarismo n.º 9, com as de ouro de valor militar, bons serviços e comportamento exemplar. N. em Braga a 12 d'agosto de 1812; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de José da Costa Pimenta, e de sua mulher D. Thomazia Rosa de Sousa e Menezes. Assentou praça em 8 de dezembro de 1826, e emigrou com a divisão constitucional para Galliza, e d'ali para a ilha Terceira a 30 de junho de 1828. Fez parte dos 7:500 bravos, que a 8 de junho de 1832 vieram desembarcar nas praias do Mindello; cedeu todos os vencimentos a favor do Estado desde que assentou praça até 1 de julho de 1832. Fez toda a campanha, seguindo os postos até ao de capitão, e reformou-se em major por decreto de 21 de julho de 1863, e pela ordem do exercito n.º 28, de 5 de junho de 1869, foi nomeado commandante dos fortes de Buarcos e da Figueira da Foz. Casou duas vezes: a primeira, em janeiro de 1853, em Lisboa, com D. Maria Rosa da Encarnação Costa e Silva, que fal. a 1 de janeiro de 1876, filha de Antonio Jorge da Costa e Silva, e de sua mulher, D. Rosa Maria Coelho Costa e Silva; a segunda vez casou em Sacavem, a 11 de agosto de 1883, com D. Maria Henriqueta Branco de Menezes. Foi agraciado com o titulo de barão de Pomarinho, por decreto de 25 de maio de 1870.

Pomarinho. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Boa Fé, conc. e distr. de Evora. || S. Pedro, de Calvello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Cambezes, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Jorge, conc. de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Natividade, de Safira, conc. de Montemór o-Novo, distr. de Evora.

Pomba. Pov. na freg. de S. Romão, de Alferce, conc. do Monchique, distr. de Faro.

Pomba Côrte Real (*Fr. João da Annunciação*). Religioso da Ordem Terceira de S. Francisco. N. em Lisboa a 30 de setembro de 1693, e fal. a 21 de dezembro de 1773. Foi quem mandou imprimir a *Critica da Critica e defensa da defensa*, a favor do poema de Francisco de Pina de Mello, intitulado *O Triumpho da religião*, e ahi mesmo vem uma *Carta* sua gratulatoria e apologetica ao autor do poema.

Pombaes Povoações nas freguezias: S. Julião, de Calendario, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Thiago, de Castellões, do mesmo conc. e distr. || S. Miguel, de Creixomil, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || Santissimo nome de Jesus, de Odivellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Ilha da Madeira; N. S.ª da Conceição e conc. de Porto Moniz, distr. do Funchal. || S. Thiago, conc e distr. de Beja. || Ribeira do distr. do Lisboa. N. nas proximidades de A da Beja, na freg. de Bellas, corre a S E e depois a N E, passa proximo de Pombaes, a E de Odivellas, e na freg. da Povoa de Santo Adrião, onde tem ponte, e entra no rio de Sacavem com 10 k. de curso.

Pombal (*Antonio de Carvalho e Mello Daun e Albuquerque e Lorena, 5.º conde de Santhiago de Beduido, 6.º marquez de*). Gentil-homem da Real camara, par do reino, tomando assento na respectiva camara na sessão de 10 de fevereiro de 1888, gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição do Villa Viçosa, cavalleiro da Corôa d'Italia, e da de Carlos III de Hespanha, addido de legação, doutor em sciencias politicas e administrativas pela Universidade Catholica de Lovaina N. em Lisboa a 27 de dezembro de 1850, sendo filho do 5.º marquez do mesmo titulo, Manuel José de Carvalho Mello Daun Albuquerque e Lorena, e de sua primeira mulher, D. Margarida Manuel de Noronha. Por morte de seu irmão primogenito, o 1.º conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Mello Daun e Lorena, que fal. em 10 de março de 1874, sem ter descendencia, herdou o titulo de marquez de juro e herdade, por decreto de 21 de outubro de 1886. O 7.º conde de Oeiras havia casado a 2 de maio do anno de 1870, com D. Francisca Emilia Pereira da Silva de Sousa e Menezes, filha dos 2.ºs condes de Bertiandos. Esta senhora passou a segundas nupcias em 27 de maio de 1876, com D. Pedro de Lencastre, filho dos 2.ºs condes das Alcaçovas. O sr. marquez de Pombal casou em 1873 com D. Maria do Carmo Fernandes, dama honoraria da rainha D. Amelia, filha de Joaquim José Fernandes, negociante da praça de Lisboa, director do Banco de Portugal, capitalista e proprietario, e de sua mulher D. Maria do Carmo Romeiro Fonseca Fernandes.

Pombal (*Henrique José de Carvalho e Mello, 2.º conde de Oeiras* e *2.º marquez de*). Gentil-homem da rainha D. Maria I. N. em Lisboa em 1748 e fal. no Rio de Janeiro a 26 de maio de 1812. Era filho de Sebastião José de Carvalho e Mello, 1.º conde de Oeiras e 1.º marquez de Pombal, e de sua segunda mulher, D. Leonor Ernestina Eva Wolfanga Josepha Foi herdeiro dos vinculos instituidos por seus avós, e augmentados por seu pae. O titulo de marquez de Pombal de juro e herdade foi-lhe concedido por decreto de 26 de junho de 1786. Transcrevemos do vol. II da *Rezenha das familias titulares e grandes de Portugal*, a pag. 292, este honroso decreto: «com dispensa de taes vidas fóra da lei mental, gozando, por graça especial, do titulo de conde de Oeiras os immediatos successores, e com assentamento de 322$858 reis cada anno: da Alcaidaria-mór da cidade de Lamego, com tudo o que lhe pertence, tambem de juro e herdade, com as mesmas taes dispensas fóra da lei mental; do senhorio da villa de Oeiras com a jurisdicção de apurar as eleições da Camara, e de confirmar as pessoas que fôrem eleitas, com a regalia de se chamarem por elle, e de irem as appellações que saem dos juizes ordinarios da dita villa, para o ouvidor d'ella, que o referido donatario nomear, querendo; de poder dar as propriedades dos officios da Camara, Tabellião Escrivão dos Orphãos, chamando tambem por elle; servindo todos pelas cartas que lhe mandar passar, reservando sómente a correição e maior alçada: do Reguengo de Oeiras, por successão na fórma da mercê e da doação feita a seu pae e Marquez de Pombal, com o relêgo da mesma sorte que tem o outro Reguengo chamado da A-par de Oeiras, com todos os direitos e pertenças, assim como pertencia á real fazenda; com os quartos e direitos de Oeiras, com a clausula de ficarem obrigados ao seu Morgado por successão, na fórma das vocações d'elle; ficando para sempre com a natureza de bens patrimoniaes para todos os herdeiros e successores da sua casa em Morgado, com a faculdade de poder nomear Almoxarife que seja Juiz dos Direitos Reaes, Escrivão de seu cargo, e feitor do pescado, para cobrarem executivamente os direitos e rendas: como tambem os direitos do Reguengo sobrogado com a casa de Cascaes: comprehende-se em tudo a dizima do pescado e direitos de Paço d'Arcos, para os ter e seus succesores na conformidade do Foral; e tudo com a dita dispensa de tres vidas fóra da lei mental; com a declaração, porém, que, emquanto aos direitos do pescado se verificará esta mercê na fórma que Eu ainda fôr Servida resolver: do Senhorio da villa de Pombal com a nomeação das justiças e officiaes instituidos n'ella e os de tabelliães, á excepção da correição e alçada: de poder nomear Ouvidor letrado para a dita villa sendo approvado pela Mesa do Desembargo do Paço, com a faculdade de poder conhecer das appellações e aggravos dos Juizes Ordinarios; e tendo o mesmo Ministro o predicamento de Juiz, de Fóra de cabeça de comarca, tudo de juro e herdade: e bem assim, mais da jurisdicção de apurar a eleição da camara da mesma villa, e de confirmar os que fôrem eleitos, e de se chamarem, por elle; e de poder dar os officios da Camara, Tabelliães e Escrivães dos Orphãos, que tambem, se chamarão por elle, e servirão pelas cartas, que lhes passar, tudo de juro e herdade, para sempre, na fórma da lei mental com dispensa de tres vidas fóra d'ella: egualmente lhe faz mercê das Commendas de Santa Marinha da Matta de Lobos, no bispado de Lamego da de S. Miguel de Tres Minas, ao arcebispado de Braga, ambas na ordem de Christo; em cumprimento da primeira das vidas n'ellas concedidas ao sobredito marquez seu pae, por alvará de 24 de outubro de 1766, ficando com esta mercê extincta a dita vida. Lisboa 26 de julho de 1786, com a rubrica da Rainha.»

A' vista d'este decreto, a rainha D. Maria I reconheceu afinal os serviços do grande estadista, galardoando tão bizarramente o filho. O 2.º marquez de Pombal ainda exerceu alguns logares honorificos, além do de gentil-homem da real camara. Casou em 1764 com D. Maria Antonia de Menezes, filha de D. José de Menezes, da casa dos condes de Caparica. Não tendo successão, passou o titulo a seu irmão José Francisco Xavier de Carvalho e Daun, que foi o 3.º conde de Oeiras, 3.º marquez de Pombal, e 1.º conde da Redinha.

Pombal (*José Francisco Xavier de Carvalho Mello e Daun, 3.º conde de Oeiras e 3.º marquez de*). Foi o 1.º conde da Redinha. V. *este titulo*

Pombal (*Manuel José de Carvalho Mello Daun Albuquerque e Lorena, 6.º conde de Oeiras e 5.º marquez de*). Gentil-homem da camara d'el-rei D. Fernando II; par do reino, gran-cruz das ordens de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa e de Christo; balio da de S. João de Jerusalem; gran-cruz da de Ernesto Pio de Saxe de Coburgo; da de Carlos III, de Hespanha, etc. N. em Lisboa a 3 de março de 1821, onde tambem fal a 4 de outubro de 1886. Era filho de Sebastião José Carvalho Mello e Daun, 4.º marquez de Pombal, 4.º conde de Oeiras e 2.º conde da Redinha, e de sua mulher D. Leonor Ernestina de Saldanha Oliveira e Daun. Succedeu no titulo de conde de Oeiras a seu irmão mais velho, o 5.º conde, João de Carvalho Albuquerque Daun e Lorena, que fal. solteiro, nos vinculos, casa de seus paes e no titulo de marquez de Pombal, por decreto de 23 de fevereiro de 1834. Casou a 2 de julho de 1846 com D. Margarida Manuel de Noronha, que fal. a 16 de dezembro de 1859, dama de honor da rainha D. Estephania, filha dos 10.os condes d'Atalaia; passou a segundas nupcias a 29 de novembro de 1866 com D. Maria Rita de Castello Branco, dama de honor da rainha D. Maria Pia, filha natural de D. João Castello Branco, que foi veador da princeza D. Maria Benedicta, brigadeiro reformado, e filho dos 1.os marquezes de Bellas. A senhora marqueza viuva casou segunda vez, a 15 de dezembro de 1888, com o visconde d'Asseca, fallecido em 5 de maio de 1910.

Pombal (*Sebastião José de Carvalho e Mello, 1.º conde de Oeiras e 1.º marquez de*). Celebre ministro d'el-rei D. José I, o mais notavel estadista do seu tempo, não só de Portugal, como de toda a Europa. N. em Lisboa a 13 de maio de 1699, sendo baptisado a 6 de junho do mesmo anno na freguezia das Mercês, então installada na capella da mesma invocação existente na rua Formosa, a qual pertencia a sua familia; fal. em Pombal a 8 de maio de 1782. Era filho do capitão de cavallaria e fidalgo da Casa Real, Manuel de Carvalho e Athaide (*V. Portugal*, vol. I, pag. 846), e de sua mulher D. Thereza Luiza de Mendonça e Mello, filha de João d'Almeida e Mello, senhor dos morgados dos Olivaes e de Souto d'El-Rei. Frequentou na Universidade de Coimbra o primeiro anno juridico, mas dotado d'um genio versatil e d'um insaciavel desejo de dominar e de não ser dominado, abandonou os estudos, resolvendo-se a seguir a carreira das armas, por julgar ser essa a sua vocação, e foi assentar praça de cadete. Vendo, porém, que no serviço militar a obediencia era mais exigida que em Coimbra, pediu a demissão, e entregou-se á vida ociosa, dedicando se comtudo ao estudo da historia, da politica e da legislação.

Brazão do Marquez de Pombal

Alguns biographos dizem que estas informações não se baseiam em factos irrecusaveis, mas o que não offerece duvida é que Sebastião de Carvalho, na sua mocidade, figurou no grupo dos *capotes brancos*, um d'aquelles bandos de fidalgos aventureiros que perturbavam com as suas orgias a tranquillidade da capital. Energico, decidido, brioso, de figura sympathica, era bem visto pelas damas, e por elle se apaixonou uma sobrinha do conde dos Arcos, D. Thereza de Noronha e Bourbon, dama da rainha D. Maria Anna d'Austria, filha de D. Bernardo de Noronha, e de sua mulher, D. Maria Antonia d'Almada. Esta senhora nasceu em 1689, casou a 17 de julho de 1714 com seu primo Antonio de Mendonça Furtado, de quem enviuvou em fevereiro de 1718, e casou em segundas nupcias, a 16 de janeiro de 1723, aos 34 annos, com Sebastião de Carvalho. Os novos esposos fôram viver para uma quinta que o futuro conde de Oeiras e marquez de Pombal possuia em Soure, e ali continuou com interesse os seus estudos de historia, de politica e de legislação. Um seu tio, o arcipreste Paulo de Carvalho, o apresentou ao cardeal Motta, ministro e valido d'el rei D. João V, e pela influencia d'este prelado, foi nomeado em 1733 socio da Academia Real de Historia Portugueza, que fôra fundada em 1720, tendo pouco depois a incumbencia de escrever a historia d'alguns dos monarchas portuguezes, que nunca satisfez. Em 1739 foi enviado a Londres como ministro plenipotenciario, e ali prestou relevantes serviços, mostrando grande energia e não vulgar intelligencia, arrancando sobretudo ao ministerio do duque de New-Castle muitas das isenções para os negociantes portuguezes em Londres, que tinham em Lisboa os negociantes inglezes, e o reconhecimento do direito que tinham as autoridades portuguezas de punir os excessos praticados pelos capitães de navios inglezes em terras e costas de Portugal. Sebastião de Carvalho soffreu em Inglaterra o grande desgosto da morte de sua mulher, que falleceu em 27 de março d'esse anno, legando-lhe todos os bens da sua grande casa. Durante o tempo que esteve em Londres, apezar das instituições inglezas lhe não terem causado grande influencia, e que não pensou em implantar em Portugal, no entretanto, n'aquelle grande centro civilisador entregou-se ao estudo de todas as graves questões administrativas. El-rei D. João V ordenou-lhe, que reunisse em Inglaterra uma collecção de biblias hebraicas, e de tudo quanto pertencesse a seus ritos, leis, costumes e policia, em qualquer das linguas vivas. Aquella preciosa collecção chegou a Lisboa no anno de 1743, e foi para a bibliotheca do palacio real. O modo habil como Sebastião de Carvalho dirigiu em Londres as negociações de que fôra encarregado, chamou para elle a attenção do governo portuguez, e, quando rebentou entre as côrtes de Vienna d'Austria e de Roma uma discordia relativa aos

direitos de *nomina* da curia, tendo sido o governo portuguez eleito para medianeiro, foi Sebastião José de Carvalho nomeado para dirigir as negociações da côrte de Vienna, para onde se dirigiu em 1745. Foi bastante feliz n'esta nova occupação, e conseguiu sanar a discordia e lançar as bases do tratado entre as duas corôas, assim como depois conseguiu apaziguar novas dissenções entre o imperador Francisco I e o papa Benedicto XIV, por este não querer confirmar na pessoa do arcebispo eleitor de Moguncia uma multidão de beneficios, que o imperador lhe concedia. Em Vienna enamorou-se d'uma senhora da côrte, D. Leonor Ernestina Eva Wo fanga Josepha, condessa de Daun, filha de Henrique Ricardo Lourenço, Feld Marechal general, conde de Daun do Sacro Romano Imperio, e de sua mulher, D. Violante Josepha, condessa de Bromond, em Bayersberg. O conde de Daun foi adversario muitas vezes victorioso de Frederico o *Grande* da Prussia. Estas nobres familias tiveram duvidas em consentir no casamento, mas mandando-lhe dizer a archi-duqueza rainha de Portugal, D. Maria Anna d'Austria, que Sebastião José de Carvalho era de nobre ascendencia, accederam ao casamento, o qual se realisou em 18 de dezembro de 1745. Pouco tempo se demorou em Vienna, porque se não dava bem com o clima, e como o celebre medico Van Swieten, que o tratava, lhe aconselhasse, que voltasse á patria, Sebastião de Carvalho pediu e obteve a sua demissão, e nos ultimos annos do reinado de D. João V regressou a Lisboa. Em 31 de julho de 1750 morreu o monarcha, e subindo ao throno seu filho D. José, a rainha viuva, que se tornara muito amiga da mulher de Sebastião de Carvalho, que fôra nomeada sua dama de honor, instou com o novo soberano para que nomeasse o antigo embaixador secretario de Estado dos negocios da guerra e estrangeiros. Assim se fez logo no dia 3 de agosto, sendo ao mesmo tempo nomeado secretario de Estado da marinha e ultramar Diogo de Mendonça Côrte-Real, filho do antigo e celebre ministro de D. João V. Com Pedro da Motta, secretario de Estado, que el-rei D. José encontrou em exercicio, ficou o ministerio completo. Havia apenas bem poucos dias que estava no poder, quando rebentou o terrivel incendio do hospital de Todos os Santos, a 10 de agosto de 1750, que serviu logo para manifestar a energia e desembaraço de Sebastião de Carvalho. Não tardou muito que o antigo diplomata adquirisse no conselho do rei uma grande influencia, que se quiz attribuir a differentes causas, mas cujo motivo principal estava, segundo as melhores opiniões, na intelligencia superior e na vontade energica do futuro marquez de Pombal, que facilmente subjugou os seus collegas e adquiriu no ministerio a iniciativa e a preponderancia. Os homens como elle, pódem pelas circumstancias ser afastados do poder, mas apenas entram n'elle, assenhoreiam-se da direcção suprema pelo direito da sua energia, da sua actividade e do seu talento. Além d'isso, nenhum dos outros ministros era capaz de luctar com elle. Diogo de Mendonça era homem timido, Pedro da Motta estava velho e cançado, Sebastião de Carvalho possuia em alto grau a iniciativa e a audacia. Entrava no ministerio com projectos maduramente concebidos e com tenção firme de os executar, quebrando todos os obstaculos. Era um reformador na mais larga accepção da palavra. Tinha decidido levantar o seu paiz á altura da civilisação européa, não recuando para isso deante de embaraços de especie alguma. Richelieu era o seu ideal; como elle, desejava consolidar o regio poder com o fim de introduzir alterações profundas no regimen do Estado. Tinha em muitas cousas as idéas erroneas do seu tempo, e tambem preconceitos pessoaes, mas possuia idéas administrativas de grande alcance. Conhecia os abusos do regimen existente, conhecia os vicios da governação, percebeu que um povo, sob pena de se anniquilar, não podia persistir n'uma senda opprobriosa, e, não lhe sendo extranho nenhum dos progressos da sua epoca, vinha decidido a realisal-os á viva fôrça, até sendo preciso, desfazendo as resistencias, passando por cima das opposições, rodeando se de terror, e usando largamente do direito repressivo. Carvalho tinha a consciencia, o fanatismo da sua missão reparadora. Fôsse qual fôsse o motivo, é certo que não tardou a exercer no gabinete de que fazia parte, uma influencia exclusiva. A primeira medida que tomou, revelou logo a sua indole energica, mas tambem mostrou que o seu genio não poderia comtudo rasgar horisontes novos em economia politica e eximir se ás preoccupações erroneas do seu tempo. Considesiderando como uma grande desgraça para Portugal a dependencia em que estava da Inglaterra, e o tributo que lhe pagava todos os annos em sommas enormes em troca dos artefactos que de lá recebia, entendeu que o modo mais simples de acabar com essa dependencia, era prohibir debaixo de penas severas a exportação de metaes preciosos, querendo assim restabelecer arbitrariamente a balança de commercio, exigindo que os inglezes levassem de Portugal mercadorias correspondentes no preço áquellas que nos enviavam. O grande ministro partilhava as idéas erradas do seu tempo, e suppunha, como quasi todos os estadistas do seculo XVIII, que a riqueza de uma nação consistia essencialmente no instrumento circulante que apenas a representa. Desde o momento que a producção agricola e industrial do paiz não era sufficiente para o seu consumo, a moeda havia de sair forçosamente, fôssem quaes fôssem os meios que Sebastião de Carvalho empregasse para a reter em Portugal. Os metaes preciosos são mercadorias como outras quaesquer, sujeitas ás leis economicas da offerta e da procura. Ainda que Sebastião de Carvalho conseguisse captival-os em Portugal, não fazia mais do que depreciał-os, fazendo subir de novo a preços enormissimos os objectos mais necessarios á vida. Succederia isso em Portugal, se o contrabando não viesse restabelecer o equilibrio que Sebastião de Carvalho destruia. Afinal teve de revogar a medida, substituindo a prohibição por um imposto de 3 % que finalmente foi tambem abolido. Mas emquanto a medida esteve em vigor, serviu para revelar a inquebrantavel energia do grande ministro. A Inglaterra mandou de proposito a Lisboa um embaixador, lord Tyrawley, que protestou contra essa providencia. Sebastião de Carvalho manteve-a; uns officiaes da marinha de guerra ingleza que levavam para bordo ouro amoedado, fôram presos. E entretanto continuava o ministro a pôr em pratica o seu vasto plano de reformas, que tinha em alguns

pontos graves defeitos, mas que tinha a vantagem de ser perfeitamente systematico. A 17 de janeiro de 1751 reduzia os direitos sobre o tabaco e simplificava a sua cobrança; a 27 d'esse mez fazia o mesmo ao assucar. Depois proclamava e tornava effectiva a emancipação dos indios do Brazil, medida verdadeiramente generosa e grande; fundava depois a companhia privilegiada do commercio do Grão-Pará e Maranhão, que levantava resistencias e protestos que elle quebrava com a energia selvagem, propria do seu caracter. A Mesa do Bem Commum peticionou contra o decreto que fundava a companhia, os seus membros fôram logo punidos com penas severissimas. Outra medida egualmente pouco acertada foi a concessão do commercio da India e da China a Feliciano Velho Oldemberg; mas ao mesmo tempo mantinha a ordem em Lisboa, que no reinado antecedente fôra theatro das mais escandalosas brigas, e fortalecia com sensatos regulamentos a disciplina do exercito. Tratava de fazer a luz n'esta cahotica administração portugueza, quando um cataclysmo terrivel, o terremoto de 1 de novembro de 1755, veiu converter Lisboa n'um montão de ruinas e dar ensejo a Sebastião de Carvalho para mostrar o seu genio organisador e a sua assombrosa energia. Em presença do terrivel desastre, encontrou-se completamente á altura das circumstancias. Proveu logo á sustentação dos muitos infelizes que tinham ficado reduzidos á miseria pelo terremoto, ao estabelecimento da ordem, não lhe esqueceu emfim uma só das indispensaveis providencias. Logo no dia seguinte ao da terrivel catastrophe, tratou da reedificação de Lisboa com um plano muito mais vasto e muito mais regular do que o da antiga cidade. A planta da nova construcção foi traçado pelo architecto Eugenio dos Santos. O ministro mandou demarcar o terreno a cada proprietario, obrigando estes a levantarem as suas casas dentro de certo prazo, sob pena de o perderem. Tiveram tambem de se sujeitar ao plano do architecto, de que resultou a regularidade da cidade baixa. Nas suas ruas agrupou os differentes mercadores, tomando ellas os nomes das profissões diversas que ali se enfileiravam. Proseguiu com uma rapidez maravilhosa a reconstrucção da cidade, o que muito espantou o embaixador da França, que não acreditava em similhante milagre, e que dissera para a sua côrte, que não poderia Carvalho completar a obra que emprehendera. Uma das medidas mais proveitosas que o grande ministro adoptou, foi a creação d'um imposto de 4 °/o sobre todas as mercadorias que entravam na capital, que era um verdadeiro imposto de consumo, e que rendeu sommas enormissimas, tanto que foi com o seu producto que se construiram o arsenal de marinha e os edificios das secretarias na praça do Commercio; foi ainda com o dinheiro adquirido por este meio, que se demoliram os restos dos edificios arruinados, e se effeituou a abertura de varias ruas segundo o plano adoptado; além d'isso, ainda sobejou dinheiro para se construir o arsenal do exercito, para se levantar o forte de Lippe em Elvas, que custou uns poucos de milhões, e para se repararem e fortificarem muitas outras praças do reino. O terremoto de 1 de novembro de 1755 foi a verdadeira origem do grande poder de Sebastião de Carvalho. A sua energia produzira uma impressão profundissima em el-rei D. José, que desde então começou a dispensar-lhe uma cega confiança, que a rapida popularidade que adquiriu, ainda mais confirmava, não bastando a contrabalançarem-n'a os odios e as invejas da nobreza, que se não occultavam nem disfarçavam. Ainda nos primeiros mezes que se seguiram ao grande cataclysmo, continuou em Lisboa a rapina em elevado grau, mas Sebastião de Carvalho mandou levantar fôrcas bem altas, onde expoz mais de 200 cadaveres, o que parece ter produzido o mais salutar effeito. El-rei começou d'ahi por deante a seguir em tudo os dictames do seu ministro. Para lhe obedecer, deu o exemplo de andar vestido de briche nacional; em 1756 fez passar Sebastião de Carvalho para a secretaria do reino, vaga pela morte de Pedro da Motta, e nomeou para ministro da guerra e dos estrangeiros D. Luiz da Cunha Manuel, que era completamente creação sua. Descontente não se sabe porque motivo com Diogo de Mendonça Côrte-Real, Sebastião de Carvalho mandou-o prender, e deu-lhe por successor Thomé Joaquim da Costa Côrte-Real, que tambem pouco tempo depois foi desterrado para Leiria. Ao mesmo tempo fundava Sebastião de Carvalho a Aula de commercio, a companhia para a pesca da baleia nas costas do Brazil, e a companhia para a pesca do atum nas costas do Algarve. Com plenissimo acerto andaria, observa um dos seus biographos, se se limitasse á fundação de companhias privilegiadas que viessem fundar uma industria nova, mas procedia erradamente quando fundava a companhia privilegiada do commercio de Pernambuco e Parahyba, e a das vinhas do Alto Douro, que vinham explorar industrias que não precisavam do privilegio para medrar. A companhia de Pernambuco e Parahyba não encontrou grandes resistencias porque seguia pelo caminho do Grão-Pará e do Maranhão, mas a companhia do Alto Douro, que vinha ferir mortalmente o livre commercio do Porto, levantou grandes resistencias. A 23 de fevereiro de 1757 houve no Porto contra a companhia um motim de alguma gravidade, mas que Sebastião de Carvalho determinou logo considerar como uma rebellião formal contra a pessoa do rei e os seus fautores como réos do crime de lesa majestade. Bem sabia elle que a revolta não tivera a importancia que lhe quiz dar, mas convinha-lhe consideral-a assim, em primeiro logar para ensinar aos portuenses que não se desattendiam impunemente as suas ordens, em segundo logar para que todos ficassem bem scientes de que se considerava tão inviolavel como a pessoa do rei, de que as suas ordens deviam ser tão respeitadas como se as pronunciasse a propria bocca do monarcha, e de que ninguem poderia allegar que se não queixava do rei, mas sim do ministro, porque elle estava acobertado com o régio manto de D. José, e dizendo sempre *el-rei meu amo* significava bem que entendia governar como delegado do poder absoluto e sagrado do soberano. Nomeou logo uma alçada, de que fazia parte o tristemente celebre desembargador José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Mello, e que condemnou á pena de morte 21 homens e 9 mulheres, e a varias penas menos duras 155 homens e 33 mulheres. A pena de morte executou-se no dia 14 de outubro em 13 homens e 4 mulheres, porque os outros consegui-

ram evadir-se. Este facto é de todas as crueldades do marquez de Pombal a que maior nodoa lança na sua memoria, porque nunca foi tão desproporcionada a pena ao delicto. Quebrando assim, pela repressão dos tumultos do Porto, as resistencias municipaes dirigidas contra a sua energica administração, não pensava Sebastião de Carvalho senão em reprimir egualmente o orgulho da nobreza, como depois todo se empregou em despedaçar esse formidavel poder organisado debaixo do nome de Companhia de Jesus. Os fidalgos, impacientes com o seu despotismo, rompendo a lucta que elle estava ancioso por travar, deram-lhe ensejo de os punir, e essa conspiração, cujo mallogro foi a perda da nobreza, tambem lhe deu depois ensejo para romper as hostilidades contra os jesuitas. A nobreza, que possuia ainda muitos privilegios, mostrava-se profundamente hostil a Sebastião de Carvalho, que não poupava occasião de os restringir. D. José de Mascarenhas, que herdara a casa e o titulo dos duques de Aveiro, pretendera que passassem para elle as commendas administradas pelos antigos duques. O rei não lh'o consentira, por instigação de Sebastião de Carvalho, e d'ahi nascera o odio figadal votado ao rei pelo duque de Aveiro. Apezar de todo o mysterio que envolve os factos relativos a este processo, parece incontestavel que o duque de Aveiro teve a idéa de assassinar el rei, que para isso falou ao seu guarda-roupa Manuel Alvares Ferreira, e que este combinára o crime com seu irmão e com o seu parente José Polycarpo de Azevedo O que é incontestavel, porém, é que na noite de 13 de setembro de 1758, quando el-rei recolhia n'uma carruagem á Ajuda, de uma excursão nocturna e provavelmente amorosa, recebeu uns tiros entre a Quinta do Meio e a de Cima, e que só se salvou de morte infallivel por uma série de acasos, que fizeram com que errasse fogo um dos bacamartes e com que o cocheiro e o rei se lembrassem de voltar para traz em vez de seguir para o paço. El-rei teve, comtudo, umas poucas de feridas, mas todas sem gravidade. Sebastião de Carvalho, prevenido immediatamente, adivinhou de relance que tinha ali o ensejo favoravel para descarregar um grande golpe na nobreza e talvez tambem nos jesuitas. Concebeu logo o seu plano com um sangue frio extraordinario, deu ordem rigorosa para que se guardasse ácêrca da ferida do rei o maior segredo, espalhando se simplesmente que el-rei déra uma quéda, e depois de fazer todas as investigações necessarias com o maior segredo, prendeu tres mezes depois, no dia 13 de dezembro, todos os indicados no crime, sem lhe escapar senão José Polycarpo de Azevedo, e esse unicamente por não ter tido o marquez conhecimento prévio da sua cumplicidade. Os indiciados não fôram só o duque de Aveiro e os seus creados, fôram tambem todos os membros da familia Tavora, contra a qual se não podia allegar o ser a principal entre as familias nobres descontentes, e a supposição de que o marquez Luiz Bernardo, cuja mulher fôra notoriamente favorita d'el-rei D José, estaria por isso gravemente resentido contra o soberano. O principal crime, porém, ou antes o crime unico dos Tavoras, era o serem inimigos declarados de Sebastião de Carvalho e ser a sua casa o centro da hostilidade contra o grande ministro. Em todo o caso lá se encontraram no processo indicios que fôram reputados sufficientes, e além do duque de Aveiro, dos Alornas, Tavoras e Athouguias, fôram tambem presas umas poucas de senhoras, a duqueza de Aveiro, as duas marquezas de Tavora, a condessa de Athouguia, a marqueza d'Alorna e sua filha. Ao mesmo tempo creou-se uma junta ou tribunal de inconfidencia, presidido pelos tres ministros d'estado que deviam julgar os accusados. Foi esta a primeira e enormissima iniquidade do processo, nomear um tribunal especial, e logo um tribunal assim presidido pel s secretarios d'estado, que, ainda que não fôssem directamente interessados, sempre eram os representantes d'el-rei, e por conseguinte juizes representantes da parte. Esta junta de inconfidencia vinha apenas tingir vagamente com uma fórmula vã de justiça, a revoltante arbitrariedade

Marquez de Pombal

da sentença que se proferia. Correu este lugubre processo envolto no maior segredo, e o publico só conhecia a sequencia d'elle pelas repetidas prisões, que vinham de quando em quando sobresaltar a população. Os fortes das margens do Tejo povoava-os Carvalho com os fidalgos mais conspicuos do reino, sem que nunca se soubesse quaes as provas que tinha contra elles e que d viam ser completamente nullas, pois até contra alguns dos que fôram executados não podia haver senão muito leves e muito vagas presumpções. A respeito dos marquezes de Tavora, por exemplo, é certo que não houve no processo senão o depoimento do duque de Aveiro, arrancado por incriveis torturas, ao passo que os creados do duque nem nos tormentos confessaram que os Tavoras estivessem implicados na conjuração, ao passo que confessaram a sua culpa e a de seu amo. Tambem contra os jesuitas, é forçoso que se

diga, não se póde formular a mais leve suspeita justificada. Pois sem advogados, sem julgamento contradictorio, baseando-se nas presumpções mais vagas e nos argumentos mais contestaveis, promulgou a Junta da Inconfidencia uma sentença em que condemnou á pena ultima, com incriveis requintes de barbaridade, o duque de Aveiro, os marquezes de Tavora, a marqueza D. Leonor, José Maria de Tavora, o conde de Athouguia, Braz José Romeiro, João Miguel, Manuel Alvares Ferreira e Antonio Alvares Ferreira. Foi no dia 13 de janeiro de 1759 que se executou a horrorosa sentença. N'esta conspiração tão cruelmente punida, procurára o marquez de Pombal vêr por todos os modos se implicava os jesuitas, mas, não conseguindo encontrar provas sufficientes, contentára-se com as probabilidades. Desde o principio do seu governo travara com elles uma lucta implacavel. Os jesuitas eram a sua grande preoccupação, e razão tinha para isso, porque eram um obstaculo invencivel a todos os seus projectos de reforma e de regeneração social. Dominavam em toda a parte, reinavam nas consciencias pelo confessionario, nos espiritos pela educação, e a educação do povo dirigida por elles era a mais funesta que podia ser, era a immobilidade perpetua, a condemnação á eterna futilidade e á eterna insignificancia. Em todos os paizes se sentia esta funesta influencia jesuitica, mas em Portugal era mais terrivel ainda por causa das colonias, dominadas completamente pelos jesuitas, principalmente as americanas. Logo no principio do seu governo, Sebastião de Carvalho tivera que luctar com elles. Um tratado entre a Hespanha e Portugal cedia ao nosso paiz o Paraguay que estava completamente dominado pelos jesuitas, e que resistiu ao nosso dominio. Foi necessario emprehender contra os paraguayos uma campanha em regra dirigida pelo governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, como para os lados do Amazonas foi necessario que Francisco Xavier de Mendonça, irmão de Sebastião de Carvalho, tomasse medidas energicas para conseguir que se pudesse cumprir o tratado entre as duas nações da peninsula com relação aos limites norte-brazileiros. Irritado sobremaneira com esta resistencia, o grande ministro mandou aos governadores geraes das colonias que procedessem a um inquerito ácêrca dos costumes e dos actos dos jesuitas. O resultado foi deploravel para aquelles padres. Além de todos os defeitos inherentes ao espirito da regra, havia tambem já a decadencia profunda, e os vicios introduzidos na ordem pela relaxação dos costumes. Ora Sebastião de Carvalho não estava unicamente irritado contra os jesuitas pela resistencia que elles faziam ás tropas no Paraguay, estava-o principalmente porque não admittia nos seus sonhos de reformador social a existencia d'essa companhia, que pretendia embaraçar o livre desenvolvimento do espirito humano. A influencia dos jesuitas na educação já estava levantando serias resistencias; os oratorianos apresentavam se como seus emulos, e Luiz Antonio Verney, escrevendo o *Verdadeiro methodo de estudar*, lançava a luva aos jesuitas, e era apoiado vivamente n'esse principio de resistencia pelo grande ministro portuguez. Em todos os actos hostis ao governo quizera elle vêr sempre a mão dos jesuitas: na resistencia da Mesa do Bem Commum á fundação da companhia do grão-Pará e Maranhão, no motim do Porto, e até no terremoto de Lisboa achára meio de se queixar d'elles. Era uma hostilidade surda e implacavel a que o grande ministro lhes votára. Forte com os relatorios dos governadores que mostravam a profunda corrupção da Companhia, Sebastião de Carvalho obteve em Roma que um visitador fôsse encarregado de proceder a um inquerito e de reformar os abusos. Benedicto XIV nomeou para visitador o cardeal patriarcha de Lisboa. Sebastião de Carvalho aproveitou logo o ensejo para conseguir que fôssem suspensos do exercicio da confissão e da prégação em todas as dioceses portuguezas, e ao mesmo tempo expulsou do Paço os confessores jesuitas que ali havia. A ordem ameaçada assim por tão poderoso inimigo, reagiu energicamente, e dirigiu se ao novo papa Clemente XIII protestando contra o procedimento do cardeal visitador. Mas Sebastião de Carvalho, proseguindo implacavel no seu plano, e baseando se unicamente nos motivos de queixa contra o rei que podiam ter os jesuitas por causa da expulsão dos confessores; e na reconciliação que pouco antes do negocio dos tiros se realisára entre os jesuitas e o duque de Aveiro que estavam em relações bastante frias, prendeu uns poucos de jesuitas, teve os collegios e casas da ordem cercadas de tropas e sequestrou lhes os bens. Ao mesmo tempo pediu ao papa licença para mandar processar os jesuitas accusados de cumplices do attentado contra o rei. Depois de muitas difficuldades concedeu o papa a licença pedida, mas rogou ao mesmo tempo ao rei de Portugal que não expulsasse os jesuitas dos seus dominios, pedido que não impediu que elles fôssem expulsos de Portugal por decreto de 3 de setembro de 1759, mandando se logo para Italia pelo brigue *S. Nicolau* uma carregação de jesuitas. D'ahi resultaram pendencias com a côrte de Roma, o nuncio mostrou-se frio e até insolente, e Sebastião de Carvalho não teve a mais leve hesitação em o mandar sair de Portugal, ao mesmo tempo que saia de Roma o nosso habil ministro, primo de Sebastião de Carvalho por affinidade, chamado Francisco de Almada. A causa unica d'este procedimento do conde de Oeiras, titulo com que fôra agraciado por decreto de 15 de julho de 1759, era a guerra de morte que elle declarara aos jesuitas, e não se imagine, como alguns historiadores modernos querem fazer suppôr, que o unico motivo que o impellia era uma paixão mesquinha e o odio que tinha aos jesuitas. Não, o conde de Oeiras obedecia ás mais altas considerações que lhe dictava a sua intelligencia superior. Na convicção profunda que tinha de que fôra a influencia jesuitica, e um espirito de fanatismo e a subserviencia dos governos ás vontades de Roma que tinham levado Portugal a um estado de grande decadencia, entendeu que não havia reformas possiveis emquanto o beaterio predominasse no paiz, emquanto considerações devotas viessem constantemente metter-se em todas as questões politicas. Esta convicção germinando no seu espirito, adquiriu todos os caracteres de uma paixão violenta. Não recuou deante das medidas mais rigorosas, deante das iniquidades até para conseguir o seu fim; mas só d'esse modo pôde sacudir o torpôr que tolhia o desenvolvimento do paiz, porque todas as suas refor-

mas seriam inuteis, se não conseguisse fazer sair o paiz do letargo em que o sepultava o fanatismo religioso. A'cêrca da saida do nuncio, cardeal Acciaioli, que foi acompanhado até á fronteira de Hespanha por 30 dragões, deve lêr-se a *Historia do reinado de D. José*, por Simão José da Luz Soriano, vol. I, pag. 441 a 445. A este grande ministro se deve a manutenção austera das prerogativas do poder temporal contra as invasões da curia, a elle se deve tambem a extincção d'esse poder formidavel, que pesava sobre as gerações, que comprimia os espiritos, que entorpecia em Portugal todo o pensamento civilisador. O que se torna notavel é que os incyclopedistas, em vez de applaudirem as medidas d'esse grande estadista, as censuravam e combatiam. E' porque o conde de Oeiras tinha grande desdem pelos escriptores. A fórma mesmo como elle promulgava as suas medidas immortaes, era antiga, e tinha como que um cheiro reaccionario. Assim, effectivamente, a condemnação do P. Malagrida pela Inquisição e o seu supplicio n'um auto da fé, são realmente uns actos pouco dignos de um homem como era o ministro d'el-rei D. José. Não queria elle, porém, dar fôrça á Inquisição nem restaurar os autos da fé. Esse foi o unico que se realisou no seu tempo, e o regulamento que impoz a esse tribunal terrivel, annullava-o completamente. Pouco tempo depois da morte do P. Malagrida, um acto de iniciativa n'uma questão de censura de livros, que o inquisidor-mór entendeu dever tomar, fiando se na sua qualidade de irmão bastardo d'el-rei, reudeu-lhe o ser preso e desterrado juntamente com seu irmão, outro *menino de Palhavã*, para as mattas do Bussaco. Este acto de audacia subjugou para sempre a nobreza, e a creação da intendencia de policia ainda mais contribuiu para a domar. Entretanto continuava o conde de Oeiras a instar pela extincção da ordem dos jesuitas. A França, a Hespanha e Napoles, tinham seguido o exemplo de Portugal, expulsando tambem os jesuitas. O mesmo fez a côrte de Parma; com essa, porém, entendeu Clemente XIII que podia atrever-se, e reagiu contra a sua medida, mas todas as outras côrtes tomaram o seu partido, e Clemente XIII morreu aterrado pela attitude que estava tomando para a elle a Europa catholica. Subindo ao solio pontificio Clemente XIV, voltaram Portugal e as côrtes bourbonicas a insistir com o papa para a extincção da Companhia de Jesus, e em 1773 conseguiram finalmente, depois de grandes esforços em que tivera sempre a maior parte o ministro portuguez, arrancar ao papa a desejada medida. Portugal deve ao marquez de Pombal, titulo a que Sebastião de Carvalho foi elevado por decreto de 16 de setembro de 1769, immensos serviços, mas os maiores fôram incontestavelmente a expulsão dos jesuitas e a reforma da nossa legislação civil, porque essas medidas significaram a renovação moral d'este povo, que se ia deixando adormecer n'um letargo de que talvez nunca despertaria. O notavel estadista adquiriu, por este facto, grande influencia em toda a Europa. A sua politica estrangeira foi sempre um modelo de firmeza e de habilidade. Ainda assim, deve dizer-se, que os despachos insolentes que se lêem em alguns livros de historia, e que se dizem dirigidos pelo marquez de Pombal a lord Chatam, são completamente apocryphos. O que ha de verdadeiro n'este incidente é que em 1764, tendo o almirante Boscawen queimado quatro naus francezas nas aguas de Lagos, o marquez de Pombal, sendo ainda conde de Oeiras, exigiu e alcançou de Inglaterra uma satisfação condigna. E' muito louvavel a energia com que o marquez de Pombal sustentou a neutralidade do paiz na guerra dos Sete Annos, neutralidade de que a Hespanha e a França o queriam obrigar a sair Foi necessaria uma guerra, e não hesitou. O exercito estava ainda completamente desorganisado, e o marquez chamou de Allemanha o conde de Lippe, um dos bons officiaes de Frederico da Prussia, e o principe de Mecklemburgo Strélitz, e encarregou-os de organisar solidamente as tropas portuguezas. E na verdade, a disciplina rigorosa, introduzida pelo conde de Lippe, fez com que a campanha de 1762, mal iniciada, acabasse d'um modo feliz para nós. Os 10 annos que decorreram entre a paz de Fontainebleau em 1763 e a reforma da Universidade em 1772, fôram talvez os mais fecundos da administração do marquez de Pombal. Desembaraçado da opposição dos jesuitas, tendo quebrado todas as resistencias, inclusivamente as da Santa Sé, sabendo que em todo o paiz ninguem ousaria rebellar-se contra as suas vontades, começou a applicar largamente as suas luminosas theorias em materia de administração e a governar o paiz com a energia e o genio de que déra tantas provas. As reformas, de que tomou a iniciativa n'este periodo de 10 annos, renovaram inteiramente a face de Portugal, e o arrojaram por um caminho de progresso, onde não tardou a pôr se a par das nações mais adeantadas. A primeira cousa, de que se occupou, foi da reorganisação do exercito. O conde de Lippe tratou de regulamentar a disciplina; estabeleceram-se campos de manobras, e tomaram-se emfim muitas outras providencias. A construcção de navios fortaleceu a nossa marinha; o commercio e a agricultura tambem fôram favorecidos pelo marquez de Pombal, ainda que, na protecção que lhes deu, se encontra o vestigio das suas erradas idéas economicas. A intimação feita aos negociantes inglezes para terem caixeiros portuguezes, a regulamentação da lavoura pela ordem que mandava arrancar em muitos pontos as vinhas, que deviam ser substituidas por trigaes, mostram que o grande reformador tinha tão pouca confiança na liberdade em materia economica como em materia politica. A industria nacional mereceu-lhe os maiores cuidados, como prova a protecção efficaz que dispensou á fabrica das sedas, situada no Rato, em Lisboa, ás fabricas de lanificios da Covilhã, Fundão e Portalegre, e á fabrica de vidros da Marinha Grande. O systema do terror é que sempre continuava a ser seguido por elle. Emquanto abolia a distincção entre christãos novos e christãos velhos, entre canarins e europeus na India; emquanto supprimia a escravatura no continente de Portugal, supprimia para a imprensa a censura ecclesiastica, substituindo-a, é certo, não pela liberdade, mas pela jurisdicção da Mesa Censoria, o que já era um progresso, porque tendia a secularisar o ensino, mandava enforcar o capitão Graveron, accusado de peculato, mas sem haver contra elle provas evidentes, e encarcerava no forte da Junqueira o bispo de Coimbra,

D. Fr. Miguel da Annunciação, que era, sem duvida, um dos chefes do partido reaccionario, mas que emfim era um velho prelado, que não se devia tratar com tanto rigor. O crime d'elle estava em proteger uma seita chamada dos jacobeus ou sigillistas, fanaticos perigosos, e sobretudo em resistir á instituição da Mesa Censoria, prohibindo no seu bispado livros que este tribunal consentia que corressem. Uma das grandes glorias do marquez de Pombal foi o immenso impulso que deu á instrucção popular. A lei de 6 de novembro de 1772 organisava a instrucção primaria do modo mais completo para o tempo. Estabelecia o principio de concurso, animava o ensino particular, dotava as escolas com o rendimento de um novo tributo denominado *subsidio litterario*. Favorecia a instrucção secundaria creando escolas, que eram o germen dos nossos lyceus actuaes, e convidando as ordens religiosas a que abrissem aulas nos seus conventos; favorecia a instrucção superior creando o Collegio dos Nobres, e tratando de reformar a Universidade de Coimbra. Para intentar essa reforma, creou-se uma junta intitulada da *Providencia Litteraria*. A alma d'esse tribunal era o bispo de Coimbra D. Francisco de Lemos, que foi nomeado reitor da Universidade, por decreto de 11 de setembro de 1772. Os estatutos redigidos por esta junta, introduziram a revolução na Universidade, substituindo aos velhos methodos legados pelos jesuitas os processos mais audaciosos da sciencia nova. Além das reformas dos estudos, a nomeação de sabios lentes, alguns d'elles estrangeiros de nomeada, concorreram muito para o brilhantismo d'essa reforma. Creou estabelecimentos auxiliares, de que anteriormente nem sequer fôra reconhecida a necessidade, como um observatorio astronomico, um museu de historia natural, um gabinete de physica, um laboratorio chimico, um theatro anatomico, um dispensatorio pharmaceutico, e um jardim botanico. El-rei D. José, por carta regia de 2? de agosto de 1772, constituiu o marquez de Pombal seu *plenipotenciario e logar tenente na restauração da Universidade*. No dia 22 de setembro entrou na cidade de Coimbra, no dia 23 publicou o despacho de quatro collegiaes para o Collegio dos Militares; na manhã de 25 recebeu os novos collegiaes dos collegios de S. Paulo e de S. Pedro. Na tarde d'esse dia foi lida com toda a solemnidade e apparato, na sala grande da Universidade, a seguinte carta regia: «Honrado Marquez, meu Logar Tenente, muito prezado Amigo. Faço saber a essa Universidade, como protector que sou d'ella, ser servido reformal-a, e por isso em Meu nome fareis tudo, concedendo-vos todos os privilegios, quo são concedidos aos Vice-Reis, e ainda aquelles que eu reservo para Mim. A mesma Universidade o tenha assim entendido, e vos respeite todas as honras, que vos são devidas, pois sois do Meu Real agrado e protecção. Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, em 13 de Agosto de 1772.— *Rei*.» No dia 29 do referido mez de setembro fôram publicados, com a maior solemnidade os novos estatutos, e no dia 30 prestaram os novos lentes o competente juramento, na presença do marquez de Pombal, no paço. A cerimonia da abertura da Universidade realisou se a 23 de outubro com immenso esplendor Foi decerto este o dia mais jubiloso da existencia do notavel estadista. Rodeado de homenagens por um povo de cortezãos, que viam n'elle não o representante do rei, mas o proprio soberano de Portugal, tinha além d'isso a consciencia a dizer-lhe que acabava de prestar ao seu paiz e á civilisação o mais elevado e o mais importante de todos os serviços. A fundação da Imprensa Nacional de Lisboa completou a obra do marquez de Pombal com relação ao nosso desenvolvimento intellectual. Esta reforma da instrucção publica, a mais importante que tivemos, valeu ao nosso grande ministro a admiração e o respeito da Europa. Mr. Montigny, encarregado de negocios de França em Lisboa, não occultava a sua veneração pelo homem, que fizera com que houvesse n'este pequeno reino tão mergulhado até então nas trevas, 8?7 escolas de instrucção primaria e secundaria. O duque de Aiguillon, ministro que succedera no gabinete de Luiz XV ao duque de Choiseul, dizia: «A opinião, que formamos dos talentos e das luzes do marquez de Pombal, dá nos a mais vantajosa idéa das mudanças e das addicções que esse ministro deve fazer nos estatutos da universidade.» Quando se observa esta importantissima reforma, feita pelo marquez de Pombal, quando se vê que o grande ministro soube arrancar o paiz das trevas da ignorancia em que estava immerso, e trazel-o á luz immensa, que de toda a parte se irradiava pela Europa, quando se nota que todas as suas reformas tiveram por fim, e conseguiram introduzir em Portugal todos os elementos civilisadores tem de se confessar que o marquez de Pombal foi n'este extremo da Europa a incarnação viva e efficaz da grande revolução do seculo XVIII, e que o seu energico despotismo foi uma d'essas dictaduras tyrannicas mas fecundas, que em toda a parte precederam e prepararam a aurora da liberdade. Foi por este tempo que se concluiu a estatua d'el-rei D. José, que o grande ministro destinava para ser o complemento e o remate da sua grande obra da reconstrucção de Lisboa. A estatua do rei D. José, em cujo pedestal figurava o medalhão do marquez de Pombal, construida pelo grande esculptor portuguez Joaquim Machado de Castro, fundida em bronze pelo tenente coronel de artilharia Bartholomeu da Costa, inaugurou-se com extraordinaria pompa, na Praça do Commercio no dia 6 de junho de 1775. Nesta obra, vol. IV, no artigo *Lisboa*, a pag. 330 e seguintes, está uma circumstanciada descripção d'esta majestosa solemnidade. Comtudo, emquanto o marquez de Pombal tomava providencias tão sabias e tão justas, continuava a seguir o systema de repressão implacavel. Os seus collegas no ministerio continuavam a ser as suas victimas; José de Seabra, que fôra o seu braço direito na lucta com os jesuitas, foi de subito desterrado para Angola por motivo mysterioso. Tempo depois, outro supplicio atroz veiu assombrar Lisboa. Em 11 de outubro de 1775 foi esquartejado na Junqueira o genovez João Baptista Pelle, accusado de tentativa de assassinio contra o marquez de Pombal. A Hespanha rompera de subito as hostilidades contra nós, por causa dos limites da America, e não nos quiz dar satisfações. A França preparou-se a auxilial-a em virtude do Pacto de Familia, e a Inglaterra abandonou-nos. Apezar d'isso, o marquez de Pombal, entendendo que estava empenhada n'esta questão a dignidade da corôa

portugueza, não hesitou em se preparar para a guerra; não cuidava decerto que poderia affrontar a França e a Hespanha com os nossos limitados recursos, mas entendia tambem que, logo que o dever falava, a questão da possibilidade desapparecia. Seria esmagado, mas a sua defeza contra aggressões injustas era já um protesto contra a violencia. Quando se preparava para esta lucta, commetteu o marquez de Pombal um acto de atrocidade, que não é dos que menos mancham a sua memoria. Tinham se refugiado na Trafaria alguns refractarios, como se diria hoje. Sendo difficil apanhal os n'aquella aldeia pobrissima, o marquez de Pombal ordenou que se lançasse fogo a essa povoação de pescadores. Essa ordem, executada barbaramente em seu nome no dia 23 de janeiro de 1777 devia encher de pavor os ultimos dias da existencia de D. José, que falleceu no dia 24 do mez seguinte de fevereiro. Com elle expirava o poder do marquez de Pombal. (V. *Portugal*, n'este vol. pag. 738, no artigo de *Pina Manique*). A herdeira do throno, beata e dominada pelos nobres, era figadal inimiga do grande ministro. Assim que el-rei fechou os olhos, logo o marquez percebeu que estava demittido. Sendo mordomo mór, foi avisado para que se não occupasse do enterro de el-rei. Déram-se largas aos seus inimigos, deixaram-se correr contra elle as maiores calumnias. Soltaram-se todos os presos politicos que estavam por sua ordem encarcerados, e o espectaculo miserando d'essas victimas da energia implacavel do marquez de Pombal devia exacerbar contra elle a colera do povo, sempre mudavel. Em seguida foi demittido, conservando-se-lhe seccamente o ordenado de ministro, e concedendo-se-lhe o rendimento de uma commenda. Dava se-lhe ordem para se recolher á sua casa de Pombal, e consentiu-se que o povo o insultasse em casa e pela estrada, arrancava-se o seu medalhão do pedestal da estatua de D. José e substituia-se pelo navio com as vélas cheias, que é o brazão de Lisboa, o que fazia com que elle dissésse no seu retiro: *Agora é que Portugal vae á véla.* O que houve de mais impudente n'esta reacção, foi o procedimento de algumas pessoas, que, para lisonjearem o marquez de Pombal, tinham feito com elle contratos em que eram lesados e que depois, quando o viram caido, o demandaram para alcançarem indemnisações! Um tal Galhardo Mendanha chegou a escrever a esse respeito um folheto que por tal modo indignou o marquez de Pombal, que este pegou na penna e respondeu com azedume e vehemencia n'um folheto que a rainha D. Maria I prohibiu que corresse. As accusações de concussão, de abusos de poder ferviam, todos os amigos e parentes do marquez eram perseguidos, e afinal a rainha D. Maria I, cedendo á pressão dos inimigos do marquez e ao natural impulso da sua propria inimizade, ordenou que o ministro de seu pae fôsse processado. Para isso enviou a Pombal dois desembargadores que sujeitaram o marquez a um longo e penoso interrogatorio, até que o grande homem, prostrado pela doença, pela fadiga e pelas amarguras, pediu perdão á rainha das faltas que podia ter commettido. Ao fim de 14 mezes, a 16 de agosto de 1781, expediu a rainha um decreto no qual declarava que havia por bem perdoar ao marquez de Pombal as culpas em que incorrêra, em attenção aos seus annos e enfermidades. Era uma ultima mentira! Não o puniram, porque teriam de punir tambem a memoria do rei D. José. Esse decreto fulminou o. Estava um pouco melhor dos seus padecimentos, graças a um tratamento que adoptára. Peorou outra vez de um momento para o outro. O seu orgulho sentia-se profundamente ferido, a consciencia do seu talento e dos immensos serviços que prestára ao seu paiz, fez com que gastasse as suas ultimas forças escrevendo uma *Petição de recurso feita á serenissima rainha D. Maria I*, em que mais uma vez tentou justificar os seus actos. A opinião publica, ou o que então se podia designar por esse nome, era lhe adversa, ou pelo menos indifferente. A petição caiu portanto no meio d'esta indifferença ou d'esta aversão, e não produziu o minimo effeito. Dez mezes sobreviveu ainda o marquez de Pombal ao funesto decreto, dez mezes de longos e incomportaveis padecimentos. Falleceu emfim o grande estadista na sua casa de Pombal na edade de 83 annos. Na noite de 11 de maio de 1782 foi o cadaver conduzido n'um coche puxado por tres parelhas para a egreja do convento de Santo Antonio da villa do Pombal. Esperava-o á porta o bispo de Coimbra, D. Francisco de Lemos, fiel á caida grandeza, que celebrou com toda a pompa as exequias solemnes, sendo prégada a oração funebre pelo monge benedictino fr. Joaquim de Santa Clara, notavel orador sagrado, que se inspirou na grandeza do assumpto, e legou á posteridade um magnifico discurso que attesta não só o seu talento mas a grandeza do seu espirito. O Marquez de Pombal, quando falleceu, assignava-se: Sebastião José do Carvalho e Mello, conde de Oeiras e da Redinha; marquez de Pombal; do conselho d'el-rei; alcaide-mór de Lamego; senhor donatario das villas de Oeiras, Pombal o Carvalho, e do logar de Cercosa e dos reguengos e direitos reaes de Oeiras e de A par d'Oeiras; direitos do pescado do Porto, de Peniche e de Athouguia da Baleia; das rendas do pescado e direitos da dizima, portagem, jugadas, oitavos de pão e quinaes de vinho da villa e porto de Cascaes; e das tornas da siza do pescado e saveis de Lisboa; padroeiro *in solidum* da parochia de Nossa Senhora das Mercês, da cidade de Lisboa, e das de Santa Maria da villa de Carvalho e sua annexa, Santa Maria de Cercosa, no bispado de Coimbra, e do convento de Nossa Senhora da Boa Viagem; commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, etc. O seu brazão era o dos Carvalhos. Em campo azul uma estrella de ouro, entre uma quaderna de crescentes de prata. Este brazão tambem usam os condes da Redinha e os marquezes de Pomares. N'um rapido esboço resumiremos a noticia das grandes reformas emprehendidas pelo notavel ministro d'el-rei D. José I: Protegeu efficazmente a industria, levantando a decaida fabrica de sedas que D. João V fundára, subvencionando e desenvolvendo as industrias da chapelaria e relojoaria, fez sair quasi do nada a fabrica de vidros da Marinha Grande, e a de papel da Louzã, tomou a iniciativa do fabrico da porcelana, protegeu a industria das lãs, e fundou a magnifica fabrica real da Covilhã. Teve a honra de hospedar no seu palacio e quinta de Oeiras el-rei D. José no verão dos annos de 1775 e 1776. N'essa quinta realisou

uma grande feira onde concorreram, por sua ordem, os productos de todos os generos da industria fabril portugueza, vindo os donos das fabricas armar barracas em Oeiras, expondo ali á venda os diversos productos da sua industria Esta feira teve um exito completo; foi uma verdadeira exposição de tudo quanto se fabricava então em Portugal, e assim teve Oeiras a honra de ali realisar a primeira exposição industrial que houve no paiz, e talvez a primeira que se effeituou em toda a Europa. (V. *Portugal*, n'este vol. artigo *Oeiras*, pag. 182 e seguintes). Favoreceu muitissimo a agricultura, mas de um modo demasiadamente despotico, mandando por exemplo arrancar as vinhas do Ribatejo para ter producção cerealifera. Para desenvolver o commercio creou a Aula do Commercio e fundou diversas companhias Na administração civil e economica do paiz operou maravilhas, dando o primeiro passo para a liberdade da terra. supprimindo os morgados insignificantes, regulando-lhes a successão e não consentindo que se instituissem senão morgados opulentissimos, declarou livres todos os escravos que nascessem ou puzessem pé no continente de Portugal, emancipou os indios do Brazil, acabou na India com a distincção entre gentios e christãos, no reino com a distincção entre christãos novos e christãos velhos Com o clero procedeu energicamente, expulsando os jesuitas, impedindo as profissões demasiado numerosas de frades e de freiras; deu á Inquisição um regimento que a annulava completamente; na instrucção publica reformou completamente a Universidade pondo-a a par dos estabelecimentos scientificos d'esse tempo no estrangeiro; creou o Collegio dos Nobres, fundou a instrucção primaria portugueza solidamente, desenvolveu a instrucção secundaria, aproveitando para isso largamente as ordens religiosas, refundiu completamente a legislação, acabando com os arrestos absurdos, com os recursos aos commentadores, etc. ordenou que o direito canonico apenas regulasse em materias espirituaes. Creou o Erario introduzindo ordem e methodo na administração da fazenda, creou no Conselho de Fazenda um tribunal de contencioso financeiro, administrou com tanta economia que não precisou recorrer a emprestimos, reorganisou admiravelmente o exercito com auxilio do conde de Lippe, fortificou Elvas de um modo assombroso, deu impulso á marinha e soube apreciar e chamar ao ministerio Martinho de Mello e Castro que á marinha portugueza prestou depois tão relevantes serviços, e occupou-se com zelo das colonias, accrescentou o nosso dominio oriental com as Novas Conquistas, o nosso dominio africano com as ilhas de Bissau, etc.. De todos os chefes de governo que no seculo XVIII iniciaram em todos os paizes da Europa as reformas que a opinião publica reclamava, foi sem duvida o marquez de Pombal o mais audacioso. O illustre ministro teve grande predilecção pela cidade de Aveiro, por causa d'um protesto representação em que a camara com a assistencia dos nobres e povo, lavrou contra os autores da conspiração do duque d'Aveiro, D. José de Mascarenhas, pedindo para que este fidalgo deixasse de ser donatario d'Aveiro. Esta demonstração dos aveirenses foi recebida com enthusiasmo pelo marquez de Pombal, que se deu pressa em agradecer á camara, assegurando lhe que os desejos do povo, cujo representante era, seriam satisfeitos, e que Aveiro, ficando pertença da corôa, havia de ser beneficiada tanto quanto pudesse sêl o. A palavra do grande estadista foi cumprida. Aveiro entrou n'uma nova phase do progresso. Melhorou-se consideravelmente a barra, criaram-se escolas e procurou-se ensaiar novos systemas de cultura, como foi a do arroz e da batata. O marquez tambem pensou em estabelecer aqui uma fabrica de tecidos de algodão, para o que mandou proceder a experiencias em 1770. Ainda emprehendeu outros melhoramentos de não menor alcance para os interesses da terra, que por decreto de 11 de abril de 1759 elevou á categoria de cidade, e por decreto de 4 de setembro de 1760, foi de novo elevada a comarca, que desde de D. João III deixara de ser, para formar um almoxarifado, cujas justiças eram providas pelo donatario. Em 28 de setembro de 1773 pediu o marquez de Pombal o baculo de diocese para Aveiro. que lhe foi concedido por breve apostolico de 12 de abril de 1775, sendo o 1.º bispo D. Antonio Freire Gameiro de Sousa. (V. *Aveiro*). Devemos mencionar um acto de justiça nacional, relativo ao notavel estadista. Por decreto de 10 de outubro de 1833 foi determinado que *a imagem em bronze do marquez de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Mello, que havia sido arrancada do pedestal da estatua equestre de el-rei D. José, fôsse reposta no mesmo logar*. Dizia-se no preambulo do decreto: «Que o marquez de Pombal fôra o portuguez que mais honrou a sua nação no seculo passado. Que fôra elle distincto pelos seus conhecimentos variados, firme pelo seu caracter; instruido pelas suas meditações e viagens; e sobretudo dotado de um amor da patria, de um zelo do bem publico, e de um interesse pelo decoro e independencia nacional, que sempre o levara nobremente a promover o bem do seu paiz, e a naturalisar n'elle as vantagens da industria, da civilisação, do commercio e das artes. Que a inconstancia dos tempos e o capricho dos homens pretenderam denegrir na patria o conceito que nunca fôra d'ella foi disputado a tão illustre genio, e fizeram, com ingratidão incrivel, desapparecer a sua imagem do centro d'aquella mesma cidade, que elle tinha feito renascer das cinzas, para ser uma das mais bellas capitaes do mundo. Influenciado por esta convicção, quiz o duque de Bragança tributar a devida justiça ao grande homem, e apagar os vestigios de uma ingratidão, de que a geração presente rejeitava a responsabilidade e desapprovava o erro.» Este decreto era rubricado pelo ministro do reino Candido José Xavier. Os restos mortaes do marquez de Pombal fôram trasladados para Lisboa, onde chegaram a 1 de junho de 1856, em honroso prestito. Celebraram se solemnes exequias, sendo o cadaver depositado na capella das Mercês, pertencente aos marquezes de Pombal. N'um mausoléo de marmore figurando um modesto caixão collocado sobre dois desengraçados elephantes, que se vê na capella-mór e no lado direito do altar, se encerra o que resta do grande e notavel estadista. Em maio de 1882 celebraram-se pomposas festas em commemoração do centenario da morte do marquez, tanto em Lisboa, como no Porto e na Universidade de Coimbra, que em 1872, 10 annos antes, havia celebrado tambem o centenario da reforma da mesma Universidade. Sobre

o grande ministro d'el-rei D. José tem-se escripto muito, tanto em Portugal, como no estrangeiro. A relação dos principaes trabalhos encontram se no *Diccionario bibliographico*, vol VII, pag. 213 a 216; e no *supplemento*, volume XIX, pelo sr. Brito Aranha, de pag. 17 a 184, onde tambem se encontram muitas gravuras dos carros que figuraram no cortejo civico, por occasião das festas do centenario, gravuras das ruinas causadas pelo terremoto de 1 de novembro de 1755, e diversos documentos. Além d'essas obras, ainda citaremos : *Le marquis de Pombal*, na *Revue des deux mondes*, 1 º de setembro de 1870; *Historia da Instrucção publica em Portugal*, por D. Antonio da Costa ; *Ensaio sobre a historia do governo e da legislação de Portugal*, de Coelho da Rocha; *Perfil do marquez de Pombal*. de Camillo Castel lo Branco; *O marquez de Pombal*, do conde de Sa modães; *O marquez de Pombal*, por Theophilo Braga; *Lisboa antiga*, de Julio de Castilho; *Historia de Portugal*, de Schaeffer, Pinheiro Chagas e Oliveira Martins; *O marquez de Pombal*, romance historico, de Antonio de Campos Junior; *O marquez de Pombal, exame e historia critica da sua administração*, de D. Miguel de Sotto-Mayor; *Encyclopedia do Porto*, *Diccionario Popular*, dirigido por Pinheiro Chagas, de que transcreve mos alguns periodos. etc.

Pombal (*Sebastião José de Carvalho Mello e Daun, 4.º conde de Oeiras e 4.º marquez de*). Foi o 2.º conde da Redinha. V. *este titulo*.

Pombal. Villa da provincia da Extremadura, séde de conc. e de com., distr. de Leiria, bisp. de Coimbra, Relação de Lisboa Tem uma só freguezia, cujo orago é S. Martinho. Está situada na margem do rio Arunca, n'uma vasta planicie, na falda occidental do monte onde está o castello, e de outro, que lhe fica a E, chamado Outeiro das Maias. A sua fundação é antiquissima, mas ignora se quando e por quem foi edificada, e até o logar da sua primitiva situação. Affirmam alguns escriptores, que primitivamente estava assente na encosta d'um monte, 500 m. ao N da villa, onde ainda ha bastantes annos se viam vestigios de construcções muito remotas, á entrada da villa, vindo de Coimbra, no local da *Ladeira dos Governos*. Outros pretendem que foi no monte de S. Christovão, ao E, em frente do castello. E' certo, que no primeiro sitio houve uma povoação, mas não se sabe, se seria a primitiva Pombal, o que parece mais provavel, e que a actual povoação se fôsse construindo pouco a pouco em volta do castello, como aconteceu a uma grande parte das nossas povoações, que se fôram formando em torno das fortificações ou dos mosteiros. O que não padece duvida é que em 1126, a primeira vez que os templarios passaram por este sitio, já existia a 1 k. a E da villa, uma pov. no sitio chamado hoje *Chões*, que alguns pretendem ser a primitiva Pombal. Talvez que esta antiga pov. fôsse de christãos (mosárabes) que, attrahidos pelos privilegios dados á nova, e por estarem ao abrigo do castello, preferissem vir aqui estabelecer-se. Consta que era uma parochia, e que a egreja, da invocação de S. Pedro, ali se conservou muitos seculos, até que o decorrer do tempo a foi desmantelando, sendo as suas ruinas demolidas ha talvez 50 annos. D. Affonso Henriques deu o senhorio d'este territorio aos cavalleiros do Templo pelos annos de 1160, e desde então, segundo parece, é que se foi povoando a villa, e já em junho de 1174, D. Gualdim Paes, o mestre da ordem, estando no seu mosteiro de Thomar, deu foral *aos da terra e castello de Pombal* com varios privilegios O castello foi edificado pelos annos de 1181, no sitio mais apropriado, no cume do cabeço, sendo com esta obrigação que D. Affonso Henriques cedêra o senhorio. Esta nova fortaleza só veiu, porém, a construir-se 20 annos depois, ficando entre as de de Santa Eulalia de Montemór-o Velho, e a de Thomar; servia de guarida aos christãos feridos nas correrias que os barbaros faziam pelos campos da Extremadura. Foi tambem n'este castello que se refugiou o alcaide-mór, conde de Castello Melhor, primeiro ministro e valido de D. Affonso VI, para escapar ás perseguições de D. Pedro II. Em 1181 ainda Gualdim Paes deu a Pombal uma carta de privilegios, e estabeleceu varios regulamentos. A villa constituia uma das boas commendas da ordem do Templo, até 1311, e pela extincção d'esta ordem, sendo instituida a de Christo, em 1319, a instancias de el-rei D. Diniz, para a substituir em Portugal, ficando herdeira de todos os seus avultados bens, passaram as referidas commendas para a nova ordem, onde se conservaram até 1834. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha 100$000 reis de rendimento e o pé d'altar. Os parochos d'esta villa e os das freguezias de Villa Cã e de S.Thiago, que formavam o antigo termo de Pombal, eram todos freires da Ordem de Christo. Fôram commendadores e alcaides-móres de Pombal os condes, mais tarde marquezes, de Castello Melhor. El-rei D. Manuel, segundo parece, reconstruiu o castello, porque sobre a porta principal se vêem as armas d'este monarcha encimadas pela cruz da ordem de Christo. O mesmo soberano deu foral novo á villa, em Lisboa, a 1 de junho de 1512. As armas de Pombal são: Em campo de púrpura uma torre de prata, com ameias, e sobre ellas duas pombas, tambem de prata, uma de cada lado da torre, e entre ellas a imagem de S. Miguel, e a legenda *Ave-Maria*. Junto da villa corre, de sul ao norte, o rio Arunca, muito caudaloso no inverno, e chegando quasi a seccar no verão. O principe regente, depois D. João VI, mandou construir uma ponte sobre este rio, para dar passagem de Pombal para a estrada real, de Lisboa a Coimbra, Porto e provincias do norte. A obra foi feita sob a direcção do coronel de engenheiros Joaquim de Oliveira. E' de tres arcos, elegante, com um vão de 120 m. pouco mais ou menos. Do meio da ponte, do lado do poente, ergue-se uma *memoria*, com a seguinte inscripção :

ESTA PONTE FOI PRINCIPIADA
NO ANNO DE 1793,
EM QUE NASCEU A SERENISSIMA
SENHORA PRINCEZA, D. MARIA THEREZA,
E ACABOU-SE N'ESTE ANNO DE 1795,
EM QUE NASCEU O SERENISSIMO
SENHOR PRINCIPE DA BEIRA,
D. ANTONIO.

Em seguida á ponte está um formoso lanço de estrada, orlado, por ambas as margens, de colossaes e frondosas arvores, formando uma abobada de verdura, até á fonte do *Emporão*, a cuja agua o povo attribue a virtude de não deixar sair da

villa as pessoas que d'ella bebem. A egreja matriz, do S. Martinho, está situada quasi ao centro da villa, e é de simples e modesta architectura, não se podendo fixar a epoca da sua construcção, por não haver noticia alguma a esse respeito; comtudo, parece muito antiga, e que tem sido muitas vezes restaurada e reedificada. A torre dos sinos é mais moderna, e talvez do anno de 1677, a julgar pela data que se vê gravada na porta principal. Consta que importou em 5:000 cruzados (2:000$000 reis.) Tambem consta que a egreja foi reedificada pelos annos de 1520 pelos cavalleiros da ordem de Christo, cuja cruz se vê gravada no arco cruzeiro e no pulpito. A parte da egreja que revela mais antiguidade, é a capella, de abobada, de N. S.ª da Piedade, vulgarmente chamada *capellinha de D. Anna*, que em 1866 pertencia ao visconde de Almeidinha. N'esta capella ha uma lapide com a seguinte inscripção: «Capella e sepultura que mandou fazer o valoroso capitão, Jorge Botelho, Cavalleiro Fidalgo, natural d'esta villa, no anno de 1551. Tem obrigação de duas missas cada semana; a quinta das Ferrarias, na ribeira de Litem tomou em sua 3.ª Foi arruinada no anno de 1811, e reformada por seu undecimo administrador, Jorge Coelho de Vasconcellos Botelho de Sousa, Capitão-Mór d'esta villa, no anno de 1815.» Na campa, que está no pavimento, lê-se: «Aqui jaz Jorge Botelho, primeiro instituidor da capella.» Por baixo d'esta inscripção está um escudo d'armas, quasi apagado pelo tempo e pelo attrito dos pés. E' simillhante a outro esculpido no tecto da capella, que é o dos Botelhos, e dos Foyos. Observa Pinho Leal, no vol. VII, do *Portugal antigo e moderno*: «Jorge Botelho mandou fazer a sepultura, mas não a capella: é provavel que apenas a reedificasse. A capella é evidentissimamente construcção no seculo XIII ou XIV. A má redacção é a causa do engano. Deve talvez entender-se—*Capella que reedificou e sepultura que mandou fazer*, etc.» Junto da capella está a pia baptismal, trazida para aqui da egreja de Santa Maria do Castello, em 1812. Apezar de Pombal ter tido sempre uma só freguezia, teve antigamente tres egrejas matrizes: *Santa Maria do Castello*, onde os parochianos eram baptisados, *S. Martinho*, onde casavam; *S. Pedro*, onde se enterravam. Cada uma d'estas egrejas tinha dois beneficiados, e as tres um vigario, todos freires da ordem de Christo, e apresentados pelo rei, como grão mestre da ordem, pelo tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens. Arruinada pelo tempo a egreja de S. Pedro, como já se disse, ficaram reduzidas a duas as matrizes, até que, sendo profanada pelos francezes a egreja do Castello em 1811, passou á unica matriz de S. Martinho. Além da capella já citada, a egreja actual tem 4 altares, sendo dois d'elles de preciosa talha. Foi n'esta egreja, segundo a tradição, que em 1323 el rei D. Diniz se congraçou com seu filho, depois D. Affonso IV, a instancias da rainha Santa Izabel, n'uma das vezes que este principe turbulento declarou guerra a seu pae. O principe firmou as pazes com solemne juramento, que não tardou em quebrar. Consta que por esta occasião, e, em signal de regosijo, se deu ás tropas do rei e do principe, um lauto banquete, no campo, onde hoje está a estação do caminho de ferro, o qual, em commemoração d'este facto se ficou chamando desde então *Varzea das Bôdas*. Esta estação fica na linha do Norte, entre as de Vermoil e Soure. No livro citado, *Portugal antigo e moderno* vol. VII, pag. 129, lê-se: «D. Fernando Correia de Lacerda, bispo do Porto, que escreveu a vida da rainha Santa Izabel, em 1680, diz que rompidas as pazes que o infante havia ajustado com seu pae, no campo de *Alvalade* (V. *Portugal*, vol II, pag. 682, artigo *Campo Pequeno*), o infante partiu para Coimbra, e após elle e em sua perseguição el-rei D. Diniz. Que se déra sanguinolento combate, junto á ponte d'aquella cidade, ficando vencedor o infante e os seus. Que a rainha e a infanta (D. Constança, depois rainha de Castella, por casar com D. Fernando IV) presenciaram ou ouviram o fragor da batalha, dos paços reaes (hoje edificio da Universidade); e tanto fizeram com os dois contendores, ajudados pelos prelados, mestres das ordens militares, e ricos homens do reino, que andavam do convento de Santa Cruz, onde estava o infante, para o de S. Francisco, onde estava o rei, que conseguiram que este fôsse com os seus, para Leiria, e o infante, com os d'elle, para o Pombal, sem levarem comsigo gente de guerra, e só com os officiaes da casa. Santa Izabel veiu para esta villa com seu filho, para o persuadir, o que conseguiu, fazendo o infante juramento publico na actual matriz, e pedindo a sua mãe que o fizesse egual, para que as pazes fôssem mais seguras. Se é verdade o que diz D. Fernando Correia de Lacerda, o banquete não foi dado ás tropas, mas sim aos officiaes da casa dos dois principes, o que em nada prejudica a tradição.» A egreja de Nossa Senhora do Carmo foi construida em 1760, com o fim de estabelecer um recolhimento para orphãs. Nada tem de notavel, assim como a da Misericordia, edificada em 1745 para asylo de indigentes. A egreja de Santa Maria do Castello, de que em 1867 restava apenas uma parede desmantelada, foi reedificada e ampliada em 1560 pelos apreciados esculptores João Ruão e Jacome Bruxe, ou Bruges. Era de architectura arabe e de fórma circular. A' direita havia uma capella de magnifica architectura, saindo do portico dois bustos, que a tradição diz serem de um dos architectos e de sua mulher. Estava encimada pelo brazão d'armas dos Sousas Ribeiros, brazão que tambem se via sobre uma das janellas do castello. Ao lado da capella mór da egreja estavam as letras *P. C. Q. R.* que, segundo alguns, querem dizer *Petri Commendatoris Quaestu Reedificata, 1560*. Suppõe-se que esta reedificação foi feita por Pedro de Sousa Ribeiro, que o P. Antonio Carvalho da Costa diz ter sido commendador e alcaide-mór d'esta villa. N'esta egreja existiam varias campas com inscripções. Nas faldas do monte fronteiro ao castello, a que vulgarmente se chama *Outeiro das Maias*, existe uma antiquissima torre, de architectura arabe, coroada de ameias. Era a do antigo relogio da villa. Descendo d'aqui para a parte Oeste, e passando junto da egreja de S. Martinho, entra se na praça, onde entre os edificios que a cercam, mencionaremos a casa que fica na freu-

Brazão d'armas da villa de Pombal

te da egreja, que apezar de ter sido reedificada em 1846, ainda conserva na parede uma lapide em que se lê· «N'esta casa e em outra immediata, pernoitou D. Pedro II, rei de Portugal, a 5 de agosto e em 31 de outubro, e Carlos III, rei de Hespanha, a 25 de agosto e em 8 de novembro do anno de 1704, sendo juiz de fóra d'esta villa o Dr. Celestino da Cunha Feio Coutinho.» Ao norte da praça vê-se um celleiro, e ao sul a cadeia, ambos decorados com os armas dos Carvalhos, e mandados construir pelo marquez de Pombal. A cadeia é um edificio de solida construcção. Ao fundo, e formando angulo obtuso com a egreja, está uma modesta casa, onde o notavel ministro d'el-rei D. José passou os ultimos annos

Pombal—Monumento ao Marquez de Pombal

da sua vida, e falleceu em 8 de maio de 1782. Descendo pela rua das Cannas, encontra-se um largo, no centro do qual se eleva o pelourinho, que é uma columna de pedra, elegante na fórma, mas sem nada de artistico ou de notavel. Parece ser tambem obra do marquez de Pombal. O convento de Santo Antonio foi fundado em cumprimento d'um voto, pelo conde de Castello Melhor, ministro de D. Affonso VI. A causa da construcção conta-se da fórma seguinte : O infante D. Pedro, irmão de D. Affonso VI, combinado com a rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboia, e com varios prelados e grandes da côrte, depozeram o rei em 22 de novembro de 1667, tomando logo o infante posse da regencia do reino, sendo a 27 de janeiro seguinte jurado principe herdeiro, pelos tres estados. A rainha promoveu a nullidade do seu casamento, e logo a 2 de abril de 1668 casou com seu cunhado, o infante regente. No anno seguinte, 1669, D. Affonso VI foi mandado para o castello de S. João Baptista, de Angra, na ilha Terceira, d'onde mais tarde veiu para Cintra, e ahi falleceu. Os validos e partidarios do rei depôsto fôram perseguidos pelo infante e seus partidarios. O conde de Castello Melhor, sendo avisado a tempo, fugiu a uma morte mais que provavel, andando alguns annos homiziado pelos bosques e aldeias dos arredores de Pombal, e pelo estrangeiro. O regente expediu emissarios e espiões por toda a parte, e vindo a saber-se do esconderijo do conde, foi de Lisboa tropa para o prender, mas tendo a elle avistado, escondeu-se entre os bastos e altos cardos que havia no logar onde se edificou depois o mosteiro, e onde então existia a ermida de Nossa Senhora de Jerusalem, ou do Cardal, uma torre e uma casa nobre, que fôra residencia de D. Maria Fogaça, e assim escapou aos perseguidores. Mas emquanto a gente de Lisboa dava busca minuciosa áquelles sitios, o conde, atterrado, fez voto a Deus, de erigir n'esse cardal um mosteiro, se escapasse de ser agarrado. Quando depois da morte d'el-rei D. Affonso se fôram aplacando as animosidades politicas, e o conde pôde apparecer em publico, logo tratou de dar cumprimento ao voto que fizera, principiando a construcção do mosteiro, que destinou para os conegos seculares de S. João

Evangelista, loios, mas estes não acceitaram a offerta, por a cêrca ser muito pequena. No ultimo sabbado de julho de 1709 estavam concluidos o mosteiro e a egreja, e com a maior pompa para ali se trasladou a imagem da Senhora de Jerusalem, n'uma sumptuosa procissão, levando a bandeira, como juiz das festas, o dr. Pedro Henriques de Carvalho, cavalleiro da ordem de Christo, e então juiz de fóra de Coimbra Tomaram parte diversos fidalgos e o conde fundador, que já então tivera a infelicidade de cegar. Assistiu tambem o bispo conde de Coimbra, D. Antonio de Vasconcellos, e prégou o padre mestre, fr. Vicente das Chagas, religioso franciscano. A architectura exterior do edificio do convento nada tem de notavel, senão a grande profusão de janellas e cimalhas. Sobre a porta principal tem uma inscripção latina, o interior da egreja, construido em fórma de cruz, é de majestosa apparencia, supposto os capiteis compositos destôem das columnas salomonicas, as ordens se achem confundidas, e de todo se veja que á edificação presidiu o gosto jesuitico. A' direita do corpo da egreja ha uma capella que era dos irmãos terceiros, reedificada em 1856, e onde está hoje a Senhora do Cardal, ou de Jerusalem. Foi n'esta capella, junto ao altar do lado do Evangelho, que desde 1782 até 1810 esteve depositado o cadaver do marquez de Pombal. A invasão franceza poupou aquelle venerando tumulo, sobre o qual o general Massena escreveu estas palavras: *Respectez ce tombeau.* Tão conhecido e respeitado era o nome do illustre finado. Não o poupou, porém, a ambição e rapina, porque os frades, regressando ao convento, encontraram o tumulo arrombado, e dispersos os ossos. Fêl-os recolher n'um modesto caixão de pinho, coberto de veludilho, o guardião fr. Joaquim da Lapa, a instancias do então inquisidor de Coimbra, contraparente do defunto marquez, depositando-os depois no corpo da egreja ao lado direito. Ali se conservou, até que em 1856 foi transportado para Lisboa. (V. o *artigo antecedente*) Defronte do conveuto de Santo Antonio existiu até 18)5 a primitiva ermida da Senhora do Cardal, que então foi demolida pelas obras publicas. Sobre a verga da porta estava collocada uma lapide, com a data de 173', dizendo, quo havia mais de 600 annos fôra ali collocada a milagrosa imagem. A 47 m. da porta do convento está o forno, reconstruido em 1721, e que, segundo a tradição está situado no logar onde existiu a torre e a casa de D. Maria Fogaça, em que já se falou Ainda hoje se fazem grandes festas á Senhora do Cardal, em que se commemora o facto do milagroso bolo. A'cêrca da origem d'esta festa, pudémos colher alguns esclarecimentos na *Chorographia* do P. Antonio Carvalho da Costa. A pequena ermida de Nossa Senhora de Jerusalem estava situada n'um sitio, chamado Cardal pela quantidade de cardos que ali havia, o que deu causa a que o vulgo se habitnasse a denominar a imagem da Virgem, pela Senhora do Cardal. Junto á ermida existia um edificio velho, que indicava ter sido majestoso e pertencido a pessoas nobres. Segundo a tradição, vivera ali uma nobre dama, D. Maria Fogaça, que sempre se conservou solteira, e fôra aquella devota senhora quem mandára construir a ermida, para ter junto de sua casa um altar, onde pudesse ouvir missa todos os dias. A imagem foi collocada n'aquella ermida, e o povo da localidade e dos arredores, consagravam-lhe grande devoção. Em fim de maio, não sabemos de que anno, porque a tradição o não diz, appareceu uma terrivel praga de gafanhotos e lagartas, em Pombal, formando especies de nuvens tão densas, que impediam a vista. Causou enormes estragos nas searas, e destruiu por tal fórma as arvores, que durante muito tempo não deram fructo. Em todas as casas havia o cuidado de se taparem todas as vasilhas para livrarem d'aquella terrivel praga a agua e os mantimentos O povo andava horrorisado, e um certo dia, a convite da camara, reuniu-se na egreja de S. Pedro, e juntamente com o parocho, se decidiu fazer procissões de penitencia. Assim se realisou, saindo a procissão da egreja de S. Pedro, e recolhendo-se á ermida do Cardal. Depois rezou-se a missa, e ao terminar, o parocho prometteu publicamente á Senhora, em nome da camara, que se lhe faria uma solemne festividade no dia em que desapparecesse a terrivel praga, e logo no dia seguinte, que era o ultimo domingo de junho, apenas amanheceu, os gafanhotos tinham desapparecido, e as searas e as arvores começavam a florescer. O contentamento foi geral. O povo corria em multidão á ermida, dando graças pelo milagre, e a imagem da Senhora do Cardal foi conduzida em solemne procissão de triumpho, por toda a villa. No anno seguinte, D. Maria Fogaça, proprietaria da ermida, quiz festejar só á sua custa aquelle notavel acontecimento, realisando uma sumptuosa festividade, a que concorreram muitas pessoas de Santarem, de Thomar, e de muitas villas mais proximas. Por ordem da devota festeira fôram dados ao parocho, por offerta, dois bolos de farinha de trigo, que ella propria mandara cozer em um forno qualquer; sendo, porém, aquelles dois bolos de grandes dimensões, aconteceu ficarem um pouco tortos; então um creado da casa da proprietaria atreveu-se a entrar no forno para concertar os bolos, e saiu da mesma fórma como entrára, sem lhe ter acontecido o mais leve damno. Todos se admiraram da audacia do creado, e do milagre de nada ter soffrido. A festa continuou a fazer-se nos mais annos, cozendo se sempre os dois bolos, a que se chamou fogaça, continuando tambem a entrar no forno um homem, que se prestava a isso por devoção, saindo sempre sem o menor incidente Mais tarde os dois bolos fôram reunidos n'um só, e construiu-se um forno no proprio sitio do Cardal, para ali se cozer todos os annos o notavel bolo, que tinha 2) alqueires de farinha de trigo, sendo feito de pão asmo. D. Maria Fogaça, pouco tempo antes de morrer, resignou em favor da camara os seus direitos de dominio e administração da ermida. A camara nomeava então todos os annos 4 mordomos para tratarem das festas, pertencendo a cada um d'elles uma das semanas que precediam o ultimo domingo de julho, para que se transferira a festa annual, e a estas ceremonias se chamava as *Alvoradas*. Na sexta feira antecedente, vinha de sua casa o mordomo buscar a bandeira; no sabbado, acompanhado de numerosa comitiva, e precedido d'um guia, montando um cavallo ricamente enfeitado, e trazendo a espada em punho, abria o cortejo, que entrava na villa pelo lado da ponte, dava voltas em roda da ermida, da egreja, e da capella de S. Sebastião, que fica ao

sul da villa, percorria todas as ruas, e ia depois assistir ás vesperas, cantadas pelo parocho da ermida do Cardal, regressando a casa pela mesma fórma acompanhado; no domingo voltava o mordomo á ermida, onde se cantava missa solemne e se prégava um sermão; a bandeira era depois conduzida a uma das principaes casas, d'onde da janella se lançava aos pobres açafates com moedas de 5 réis e confeitos. Em epocas remotas, parece, que se distribuiam pelas ruas quartos de carneiro e cambos de peixe. O nome de *alvoradas*, segundo consta, provém do costume muito antigo, de nos sabbados os mordomos encarregarem diversas pessoas, que recebiam meio tostão em dinheiro, um pão e tres quartilhos de vinho, de cantarem logo de madrugada celebres cantigas, junto á ermida, continuando mais tarde pelas ruas da villa. O bolo era levado em procissão sobre um andor, conduzido por 6 homens, na tarde de sexta feira, até ao forno; e depois de se ter queimado tres carradas de lenha, entrava um homem no mesmo forno, d'onde saia sem nada hoje no forno, vae de chapéo armado, e leva mettido na bocca um cravo, que tira das mãos da imagem, para provar que, sendo o cravo uma flôr tão delicada, sae do forno sem a mais leve queimadura. O povo alimenta a crença, que deitar lenha no forno na occasião da entrada do homem, livra de sezões e mortes repentinas, e por isso ha sempre grandes desavenças, por todos quererem proceder áquella cerimonia. Pombal, desde os fins do seculo XVIII tem tido diversas epocas de prosperidade e de decadencia. A estrada de Lisboa ao Porto, que a rainha D. Maria I mandou abrir por Leiria e Pombal a Coimbra, em vez de seguir a antiga direcção de Santarem a Thomar, deu á villa muita importancia e desenvolvimento, tanto pela concorrencia de passageiros, que então era grande, como pela animação que veiu dar á cultura dos ferteis terrenos que cercam a povoação. Este estado, porém, não durou muito tempo. A passagem dos exercitos francezes nos principios do seculo XIX, e todos os outros tristes resultados d'esta guerra, produ-

Pombal—Castello

soffrer. A bocca do forno era depois tapada, ficando o pão a cozer até domingo de manhã, tornando-se tão sêcco e tão duro que era preciso o auxilio de serra para se partir A fogaça era então conduzida para a Misericordia, e repartida pelos habitantes da villa e pelas pessoas dos arredores que concorriam á festa. Os reis portuguezes consideraram sempre muito as festas de Pombal, e concederam lhes grandes privilegios, entre os quaes havia o seguinte, que durante muitos seculos foi observado: um criminoso que justificasse ir assistir a ellas, 15 dias antes ou depois, do ultimo domingo de julho, não podia ser preso, exceptuando-se unicamente os criminosos de lesa-majestade. Por esta occasião tambem se realisavam outros divertimentos, como *encamizadas*, *lanças* e *cannas* Quando se demoliu a capella do Cardal, foi transferida a imagem da Senhora para a egreja do convento de Santo Antonio, e é n'essa egreja que se realisam hoje as festas, por conta da camara, que assumiu esse encargo, e onde tambem se executa ainda uma especie de parodia ás antigas *alvoradas*. O homem, que entra ziram a decadencia d'esta villa. Em março de 1811 travou se junto de Pombal um combate, e como os francezes ficaram vencedores, saquearam e incendiaram a villa, praticando as maiores atrocidades que tão tragicamente assignalaram por toda a parte a sua passagem. A cholera-morbus, que em 1833 se alastrou por todo o paiz, tambem se fez sentir muito em Pombal, fazendo numerosas victimas, chegando algumas ruas a ficarem completamente sem moradores. Por fim, as carreiras maritimas de Lisboa ao Porto, e vice-versa, por barcos a vapor, acabou com o serviço da estrada, já então convertida em atoleiros e barrancos, e a villa de Pombal ficou isolada e esquecida. Com a construcção do caminho de ferro do norte, em 1855, é que a villa começou a restaurar-se, porque se pôz em communicação rapida e facilima com os principaes centros commerciaes, agricolas e industriaes do paiz, desde então tem progredido consideravelmente, tanto no commercio, como na agricultura, construcção de importantes propriedades, etc. Tem estrada para Ancião, construida em 1875, outra para o Louri-

çal e á freguezia da Foz, e outra para V. N. d'Ourem. Nos arredores, que são pittorescos, vêem-se diversas quintas, sendo algumas importantes. Tinha voto nas côrtes com assento no 17.º banco. Pombal tem escolas d'ambos os sexos, estação telegr.-post., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales Tem mercado semanal aos domingos; quinzenal, de gados, nos dias 9 e 15; annual no ultimo domingo de julho; romaria de Santo Antonio a 13 de junho, á Senhora do Cardal, no ultimo domingo de julho. Em Pombal ha advogados, notario, medicos, pharmacias, agentes da *Comp. Credito Predial Portuguez*; de seguros: *Bonança*, *Fidelidade*, *Commercial*, *Internacional*, *Portugal*, *Previdente*, *Probidade*, *Reformadora*, *Sociedade Portugueza* e *Tagus;* deposito d'aguas mineraes, fabricas de azeite, de moagens de arroz; estalagens, hoteis, estabelecimentos diversos, sociedades de recreio: *Associação Pombalense*, *Associação dos empregados do Commercio Pombalense*, *Gremio Pombalense;* philarmonica *Artistica Pombalense*, *Sport Club Pombalense*, solicitadores, typographias, etc. Pertence á 5.ª div. mil., 10.ª brigada, grande circumscripção mil. Central e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. Em Pombal tem-se publicado os seguintes jornaes: *Cão de Fila (O)*, setembro de 1865 a 1866; foi o primeiro jornal aqui publicado o impresso; *Cardal (O)*, 10 de outubro de 1895; *Correio de Pombal*, 1 de abril a 14 de outubro de 1886, vindo substituir o *Pombalense; Defeza (A)*, 25 de dezembro de 1892, em publicação, 1910; *Pombalense (O)*, 4 de aneiro de 1881 a 4 de março de 1886; seguimento do *Progresso Pombalense* com o n.º 182; e foi seguido pelo *Correio de Pombal; Progresso Pombalense (O)*, 1 de janeiro de 1877 a 29 de dezembro de 1880; foi continuado pelo *Pombalense* com o n.º 182 (1 de janeiro de 1881); *Imparcial (O)*, publicava-se em 1910. No conc. de Pombal ha varias minas de ouro, cobre, carvão, e outros metaes e metalloides. Só desde junho até outubro de 1874, se manifestaram na camara, 16 minas. Em janeiro de 1875, fôram manifestadas mais 6 minas de carvão de pedra, de boa qualidade, e em fevereiro outra de carvão de pedra e ouro. Em março mais 2 de carvão de pedra; em julho de 1876 manifestaram-se 7 minas de carvão de pedra. O conc. compõe-se de 11 freguezias, com 8:053 fog. e 34:516 hab. pelo censo de 1900, sendo 16:823 do sexo masc. e 17:693 do fem., n'uma superficie de 64:612 hect. As freguezias são: N. S.ª das Neves, de Abiul, 3:272 hab.: 1:572 do sexo masc. e 1:700 do fem.; N. S.ª da Graça, de Almagreira, 1:867 hab.: 927 do sexo masc. e 940 do feminino; S. Thiago, de Louriçal, 6:025 hab.: 2:936 do sexo masc e 3:089 do fem.; S. Mamede, de Matta Mourisca, 2:762 hab.: 1:356 do sexo masc. e 1:406 do fem.; S. João Baptista, de Pelariga, 1:444 hab.: 747 do sexo masc. e 697 do fem.; S. Martinho, de Pombal, 5:833 hab.: 2:7 5 do sexo masc. e 3:068 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Redinha, 2:704 hab.: 1:302 do sexo masculino e 1:402 do fem.; S. Simão de Litem, 3:182 hab.: 1:554 do sexo masc. e 1:628 do fem.; S. Thiago de Litem, 2:585 hab.: 1:249 do sexo masculino e 1:336 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Vermoil, 2:861 hab.: 1:449 do sexo masc. e 1:412 do fem.; S. Bartholomeu, de Villa Cã, 1:981 hab.: 966 do sexo masc. e 1:015 do fem. O principal commercio do conc. é azeite, coreaes, madeiras de pinho, ovos e vinho, gado bovino, suino, azinino, lanigero e caprino. Em 8 de maio de 1905 a villa de Pombal resolveu erigir por subscripção publica, um monumento á memoria do grande ministro d'el-rei D. José I. Formada uma commissão, deu se começo aos trabalhos, e no dia 1.º de novembro do mesmo anno se lançou solemnemente a primeira pedra, e em 8 de maio de 1907 inaugurou-se o monumento com toda a solemnidade, com a assistencia do governador civil de Leiria, autoridades civis, funccionalismo, escolas, commercio, e enorme concorrencia de pessoas de todas as categorias das localidades proximas O monumento foi levantado no largo do Cardal, o principal da villa, onde estão as repartições publicas. E' construido de marmore rosado, colhido nas proximidades de Pombal, sendo a parte esculptural trabalho do esculptor portuense A. Fernandes de Sá. O projecto architectonico, bem como a construcção, deve-se ao architecto Ernesto Korrodi, director da Escola Industrial Affonso Domingues, de Leiria. A fundição do busto e d'um medalhão, que ornamenta o pedestal do monumento, foi feita no Arsenal do Exercito, tendo o governo dado o bronze e a mão d'obra.

Pombal. Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Carrazeda de Anciães, distr. e bisp. de Bragança; 213 fog. e 824 hab. Tem est. post. e pharmacia. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Tua. O reitor de Marzagão apresentava o vigario, que tinha 9$000 réis de congrua e o pé d'altar. No fundo d'um extenso monte, descendo para o referido rio, brotam duas nascentes d'aguas mineraes n'um local denominado *S Lourenço*, por estar o tanque, que as recebe, construido n'uma casa, que n'outro tempo foi capella dedicada a este santo. Este modestissimo balneario foi mandado fazer em 1730 pelo P. Antonio de Seixas. Uma das nascentes é muito abundante, e ambas são conhecidas pelos nomes de *Pombal*, *S. Lourenço* e *Caldas de Anciães*. As aguas são limpidas com cheiro e sabor sulfureo. Não fôram analysadas chimicamente, mas são bastante usadas no tratamento do rheumatismo e das doenças de pelle. A terra é muito fertil, cria gado e tem caça. Pertence á 6.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg de Santa Marinha, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. d'Alfandega da Fé, distr. e bisp. de Bragança; 52 fog. e 170 hab. Dista 6 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da ribeira de Vaccariça. O reitor d'Alfandega da Fé apresentava o cura, que tinha 8$600 réis de congrua e o pé de altar. A terra é fertil em todos os generos agricolas do paiz, cria gado de toda a qualidade, e tem muita caça. Fica proximo a aldeia de Valle de Cordas, que foi parochia, mas arruinando-se a egreja, e não se tendo reedificado, foi annexada a esta Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Abragão, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Martinho, de Arco de Baúlhe, conc de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga || S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, do mesmo districto || S. Pedro, do Barreiros, conc. de Amares,

do mesmo distr. || Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Cambezes, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. d'Almada, distr. de Lisboa. || Santa Maria da Deveza e conc. de Castello de Vide, distr. de Portalegre. || O Salvador, de Figueiras, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Miguel, de Foz de Arouce, conc. de Louzã, districto de Coimbra || Santa Maria, de Gavea, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Idães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Miguel, de Lavradas, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Lobrigos, conc de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Lourosa, conc. d'Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Santo André, de Marecos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Maria, de Médas, conc. de Gondomar, do mesmo distr. || N. S.ª do Conceição e conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || S. Vicente, de Paços, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Martinho, de Penacova, concelho de Felgueiras, distr. do Porto. || N. S.ª da Assumpção, de Rochoso, conc. e distr. da Guarda. || O Salvador, de Rossas, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. Pedro, de Sanfins, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || Santa Maria e conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || S. Torquato e conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Turiz, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || Santa Maria dos Anjos e conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Cosme, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Venade, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santo André, de Villa Boa de Quires, do mesmo conc. e districto. || N. S.ª d'Assumpção, de Querença, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Pombal e Fazenda Grande. Ilha da Madeira; duas povoações reunidas na freg. de S. Braz, de Arco da Calheta, conc. de Calheta, distr. do Funchal.

Pombal e Outeiro. Duas povoações reunidas na freg. de Santa Marinha, de Paradella, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Pombalinho *(Antonio de Araujo Vasques da Cunha Porto-Carrero, barão de)* Condecorado com a cruz de ouro da Guerra Peninsular, na qual serviu principiando em capitão de cavallaria na leal Legião Lusitana, e acabando em major do regimento n.º 3, posto de que se demittiu. N. no Porto a 20 abril de 1783, ignora se a data da sua morte. Era filho de D. Anna Luiza da Cunha Osorio de Porto-Carrero, e de seu segundo marido, Francisco Luiz de Brito Araujo e Castro. Em 1833 prestou importantes serviços á causa da rainha D. Maria II, sendo governador militar e coronel do batalhão movel dos voluntarios de Santarem. Casou em 1812 com D. Rita Marianna Giralda Freire, filha de Manuel Marques das Neves, tenente-coronel de milicias da cidade de Tavira, e de sua mulher D. Thereza de Jesus Freire. A baroneza de Pombalinho, quando casou, já era viuva desde 1808, de Manuel Nunes Gaspar, fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo da ordem de Christo, capitão-mór e sargento mór das ordenanças de Santarem. Foi o pae do 1.º barão d'Almeirim (V. *este titulo*). O titulo de barão de Pombalinho foi concedido por decreto de 8 de maio de 1837. O seu brazão consta d'um escudo esquartelado, tendo no primeiro quartel as armas dos Porto-Carreros: Escudo xadrezado de ouro e azul, de quatro peças em faxa e quatro em pala; no segundo as armas dos Rochas: Em campo de prata uma aspa vermelha, carregada de cinco vieiras de ouro.

Pombalinho. Pov. e freg. de Santa Cruz, da prov. da Extremadura, conc., com. e distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 223 fog. e 321 habitantes. Tem esc. de sexo masc., pharmacias, medico, e est. post., com serviço de encommendas. A pov. dista 18 k. da séde do conc. e está situada na estrada da Gollegã a Santarem. O povo apresentava o cura, que tinha 100$000 réis e o pé d'altar. Chamava-se antigamente *Pombal*, e depois, para se distinguir dos outros Pombaes, se lhe deu o nome de *Pombalinho*. Ha n'esta freguezia importantes propriedades, que pertenceram ao barão de Pombalinho, Antonio Araujo Vasques da Cunha Porto-Carrero. A terra é fertil em cereaes e mais generos agricolas, e cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa. || Pov. e freg. de N. S.ª da Annunciação, da prov. do Douro, conc. e com. de Soure, distr. e bisp. de Coimbra; 432 fog. e 1:611 hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. Está situada em terreno elevado, a 10 k. da estrada real de Coimbra a Leiria, e a 18 da séde do conc. O abbade cisterciense, do mosteiro de Ceissa, apresentava o prior, que tinha 130$000 réis e o pé d'altar. Os condes d'Almada eram os seus donatarios. Pombalinho foi cabeça de conc., tendo camara e juiz ordinario. O seu pelourinho era uma figueira. Consta que, na Torre do Tombo, existe o processo para o seu foral, na reforma mandada fazer por el rei D. Manuel, mas que não se chegou a expedir. A terra é fertil em todos os generos agricolas do paiz. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. Pertencendo já ao conc. de Soure, foi annexada ao de Ancião, no distr. de Leiria, por decreto de 7 de setembro de 1895, voltando de novo para o de Soure, por decreto de 13 de janeiro de 1898. || Povoações nas freguezias: S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem. || N. S.ª da Purificação. de Ceissa, conc. de V. N. de Ourem, do mesmo districto.

Pombares. Pov. e freg. de S. Fructuoso, da prov. de Traz-os Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 47 fog. e 228 hab. Tem est. post. A pov. dista 22 k. da séde do conc., e está situada a 3 k. da estrada de Bragança a Mirandella. O reitor de Izêda apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é pobre e pouco fertil. Pertence á 6.ª div. mil. e ao recrut. e res n.º 10 com a séde em Mirandella.

Pombaria. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena e conc. de Alvaiazere, districto de Leiria.

Pombarinho. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Cossourado, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || O Salvador, de Villarinho das Cambas, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo districto.

Pombas. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Crasto, conc. de Ponte da Barca, distr de Vianna do Castello. || N. S.ª da Conceição, de Chouto, conc. de Chamusca, distr. de Santarem. || S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Pombas *(Ás)*. Pov. da freg. de Santo Antonio das Pombas, conc. da Ilha de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Pombas de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Miguel, de Machede, conc. e distr. de Evora.

Pombeira. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Roussas, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Cosme, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Villar do Monte, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello.

Pombeira d'Além e Pombeira d'Aquém ou de Cá. Duas povoações na freg. de S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, districto de Santarem.

Pombeiras. Pov. na freg. de S. Martinho da Cortiça, concelho de Argauil, districto de Coimbra.

Pombeirinha. Pov na freg. de S. Mamede, de Cepães, concelho de Fafe, districto de Braga.

Pombeiro *(D. Antonio de Castello Branco Correia e Cunha de Vasconcellos e Sousa, 9.º conde de)* Foi o 3.º marquez de Bellas. V *este titulo*.

Pombeiro *(D. Antonio de Castello Branco e Cunha, 2.º conde de)*. Alcaide mór de Villa Franca de Xira, capitão da guarda real dos archeiros de D. Pedro II; 13.º senhor de Pombeiro, 8.º senhor de Bellas, 10.º do morgado de Castello Branco, etc. Falleceu a 1 de setembro de 1696, e foi sepultado na egreja do convento dos capuchos, de Castello Branco, junto a Sacavem. Era filho do 1.º conde de Pombeiro e visconde de Castello Branco, D. Pedro de Castello Branco, e de sua segunda mulher, a condessa D. Luiza Ponce de Leão. Succedeu na casa e no titulo de seu pae, em 1675, e casou com D. Leonor Maria de Faro, que fal. a 14 de novembro de 1732, sendo então dama da rainha D. Maria Anna d'Austria; filha de Luiz de Mello da Silva, 2.º conde de S. Lourenço, e da condessa D. Filippa de Faro O brazão de Pombeiro é o seguinte: Escudo, tendo em campo azul um leão de ouro rompante, armado de vermelho; timbre, o leão das armas.

Pombeiro *(Antonio Joaquim de Castello Branco Correia e Cunha, 5.º conde de)*. Alcaide-mór de Villa Franca de Xira, 16.º senhor de Pombeiro, 13.º senhor do morgado de Castello Branco, junto a Sacavem, 11.º senhor de Bellas, capitão da guarda real dos archeiros, gentil-homem da Casa Real, commendador de varias commendas, na ordem de Christo, etc. N. a 27 de maio de 1743, fal a 8 de março de 1781. Era filho do 4.º conde de Pombeiro, D. Luiz de Castello Branco, e de sua mulher, D. Pelagia de Almada. Casou com D. Anna Victoria Xavier Telles, dama do paço, filha dos 5.ºˢ condes de Unhão.

Pombeiro *(D. Antonio Maria de Castello Branco Correia da Cunha Vasconcellos e Sousa, 7.º conde de)*. Foi o 2.º marquez de Bellas. V. *este titulo*.

Pombeiro *(D José de Castello Branco Correia e Cunha Vasconcellos e Sousa, 8.º conde de)*. Official-mór da Casa Real e official de cavallaria; 19.º senhor de Pombeiro, 14.º senhor de Bellas, 15.º morgado de Castello Branco, etc. N. a 25 de julho de 1815, fal. a 17 de outubro de 1867. Era filho do 7.º conde de Pombeiro e 2.º marquez de Bellas, (V. *este titulo)*, e de sua mulher, D. Constança Manuel. Succedeu a seu pae em 1834 na casa e no titulo de conde de Pombeiro, que lhe competia desde o nascimento, mercê que ficou pertencendo ao filho primogenito dos marquezes de Bellas, depois de ter sido creado este titulo. Foi sempre um fiel membro do partido legitimista, e por isso quando falleceu seu pae, estando já em vigor o systema constitucional, não quiz receber o titulo de marquez da mão dos liberaes, pelo que se assignava sempre conde de Pombeiro e senhor de Bellas. Casou, em 26 d'agosto de 1835, com D. Maria Francisca Luiza de Sousa Coutinho, sua prima, filha dos 2.ºˢ marquezes de Borba.

Pombeiro *(José Luiz de Vasconcellos e Sousa, 6.º conde de)*. Foi o 1.º marquez de Bellas. V. *este titulo*.

Pombeiro *(D. Luiz de Castello Branco Correia e Cunha, 4.º conde de)*. Capitão da guarda real dos archeiros, successor de toda a casa e titulo que herdou de seu irmão mais velho, o 3.º conde, que falleceu sem successão; foi o 15.º senhor de Pombeiro, 10.º senhor de Bellas e 12.º de Castello Branco. N. a 16 de setembro de 1683, fal. a 23 de novembro de 1749. Era conego da egreja patriarchal, quando falleceu seu irmão, deixando aquella dignidade para succeder na casa Era filho do 2.º conde de Pombeiro, D. Antonio de Castello Branco e Cunha, e de sua mulher D. Leonor Maria de Faro. Casou a 14 d'abril de 1740 com D. Pelagia de Almada, dama do paço, que depois de viuva foi dama da rainha D. Marianna Victoria, mulher d'el-rei D. José, em 1750; filha de Francisco d'Almada, da Casa da India, senhor de Carvalhaes e Ilhavo, e de sua mulher, D. Guiomar de Vasconcellos

Pombeiro *(D. Pedro de Castello Branco da Cunha, 1.º visconde de Castello Branco e 1.º conde de)*. Capitão da guarda real d'el-rei D. João IV, do principe D. Theodosio, e por fim, d'el-rei D. Affonso VI; 12.º senhor de Pombeiro, 7.º senhor de Bellas e de Sanguinhêda, 9.º administrador do morgado de Castello Branco, junto a Sacavem, commendador de Santa Maria, de Ameudoa, na ordem de Christo, etc. Falleceu a 30 de julho de 1675. Era filho de D. Antonio de Castello Branco da Cunha, 11.º senhor de Pombeiro, e de sua mulher, D. Maria da Silva D Antonio esteve em 1625 na restauração da Bahia, e n'esse mesmo anno falleceu, ao regressar do Brazil. D. Pedro de Castello Branco herdou a casa de seus paes, herdando de sua mãe o senhorio de Bellas, de que era a 6.ª senhoria. Foi nomeado capitão d'uma companhia de cavallos, por carta de 15 de julho de 1643, cargo que continuou a exercer junto do principe D Theosio, e depois de seu irmão e successor D. Affonso VI. Por carta de 25 de setembro de 1649 foi agraciado por D. João IV com o titulo de visconde de Castello Branco, em duas vidas. A rainha D. Luiza de Gusmão, regente do reino na menoridade de D. Affonso VI, o elevou a conde

de Pombeiro, por carta de 6 de abril de 1652, ultimo anno da sua regencia. D. Pedro do Castello Branco casou com D Cecilia de Menezes, filha de Vasco Fernandes Cesar, alcaide-mór d'Alemquer, e de sua mulher D. Anna de Menezes. Fallecendo esta senhora sem geração, D. Pedro de Castello Branco passou a segundas nupcias a 23 de abril de 1650, com D. Luiza Ponce de Leão, dama da rainha D. Luiza de Gusmão, e mais tarde camarista da infanta D. Catharina, filha de D João IV, que foi rainha de Inglaterra, pelo seu casamento com o rei Carlos II. Era filho de D Alonso de Herrera e Cordova, e de D. Luiza Paes de la Cadena Ponce de Leão, fidalgos hespanhoes; nascera em 27 de abril de 1625, e morreu em 1707.

Pombeiro *(D Pedro de Castello Branco da Cunha Correia e Menezes, 3.° conde de).* Alcaide mór de Villa Franca de Xira e de Villa de Rei; 14.° senhor de Pombeiro, 9.° sr. de Bellas, 11.° sr. do morgado de Castello Branco, conselheiro de D. João V e capitão da guarda real d'archeiros, commendador de Santa Maria, de Amendoa e Outavo, na ordem de Christo; padroeiro do mosteiro da Conceição dos arrabidos, das egrejas de S. Salvador, de Pombeiro e de S. Martinho do logar da Cortiça, termo da dita villa. N. em 1679, fal. a 2 d'abril de 1733. Era filho do 2.° conde de Pombeiro, D. Antonio de Castello Branco e Cunha, e de sua mulher, a condessa D. Leonor Maria de Faro. Casou a 25 de outubro de 1700, com D. Luiza de Mendonça, dama da rainha D. Maria Sophia, 2.ª mulher de D. Pedro II, a qual fal. sem geração, a 11 d'abril de 1707, filha de Lourenço de Sousa e Silva, 1.° conde de S. Thiago e aposentador-mór, e de sua mulher, D. Luiza Maria de Mendonça. Casou segunda vez a 4 de julho de 1708 com D. Maria Rosa de Portugal, filha do guarda mór Fernão de Sousa Coutinho, conde de Redondo, e da condessa D. Luiza de Portugal, que depois de 1713, foi nomeada commendadeira de Santos, na ordem de S. Thiago. Não tendo descendencia de nenhum dos matrimonios, herdou a sua casa e o titulo, seu irmão D. Luiz de Castello Branco, que foi o 4.° conde de Pombeiro

Pombeiro. Villa e freg. do Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. d'Arganil, distr. e bisp. de Coimbra; 504 fog. e 2:069 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Pertence á 5.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.° 23, com a séde em Coimbra. Está situada no extremo declive da serra do Salgueiral, n'um monte que lhe dá uma situação pittoresca e um aspecto risonho. A pov. é antiquissima, mas as versões diversas, sobre o pouco que se sabe da historia da sua fundação, confundem-se e misturam se com as de Pombeiro de Riba-Vizella, que fica na prov. do Minho, proximo de Guimarães. No seu livro *Pombeiro da Beira*, o sr. visconde de Sanches de Frias faz curiosas observações ácêrca do que teem escripto diversos chronistas sobre a fundação de Pombeiro, em que manifestamente se prova a impossibilidade de se encontrar noticias que illucidem sobre a verdadeira fundação e o seu verdadeiro fundador. O valle de *Adafroia*, que principia na vertente do Salgueiral, torneia Pombeiro até ao logarejo da Azênha, que assenta ao fundo da encosta; toma d'ahi em deante o nome de valle do *Bispo,* e termina no rio Alva, onde desagúa a ribeira, que sempre o acompanha. A parte do valle comprehendida entre o Salgueiral e o olival do *conde*, pegado a Pombeiro, ainda hoje se chama *Difroia*, visivel corrupção de *Adafroia*. O que não ha duvida, no entretanto, é que Pombeiro, em tempos remotissimos, foi uma villa, cabeça d'um concelho do seu nome, com comarca, justiças proprias, privilegios e isenções, como se prova, por varios documentos, onde entram as cartas de doação e o foral, que el-rei D. Manuel lhe deu em Lisboa, a 10 de setembro de 1513. Estes documentos tambem se encontram na obra já citada, *Pombeiro da Beira.* A prosperidade de Pombeiro, porém, caiu na grande decadencia em que actualmente se encontra No entretanto, se são escassas e hypotheticas as noticias ácêrca da sua extrema antiguidade, não o são relativamente quanto ao periodo da sua existencia feudal e á linha successiva dos seus donatarios. Do livro já citado, *Pombeiro da Beira*, extrahimos o seguinte: «Na última metade do século XIII, como descendente dos primeiros donatários e padroeiros de Arganil, Pombeiro e seus termos, residia n'aquella villa D. Marinha Affonso com seu marido Fernão Rodrigues Redondo. Construiram êstes os paços de Arganil e a capela de S. Pedro, destinando esta última pâra seu jazigo; e, por não têr filhos, fizeram testamento de mão comum, em que se recommendava a edificação de uma nova capela e casas pâra clérigos, no paço, com certas e determinadas obrigações. Falecido o marido, abriu-se o testamento, como era natural, mâs D. Marinha Affonso entregou a administração de toda a sua grande casa aos testamenteiros Fernão Lopes e Francisco Nunes, e foi residir pâra Santarem, onde vivia seu cunhado Rodrigo Annes Redondo, no anno de 1295. Não tencionando voltar a Arganil, conseguiu mais tarde que el-rei D. Affonso IV lhe desse certas rendas e o padroado da egreja de S. Nicolau, de Santarem, onde fêz nôvo jazigo, em trôco dos direitos, terras e padroado de Arganil, Pombeiro e seus termos, em cuja negociação figuraram os dois citados testamenteiros. Em 1351, o mesmo rei, tendo separado, ao que parece, a jurisdição de Pombeiro da de Arganil, dividindo-a em dois senhorios, agregou o de Arganil ao dote da sua neta, a infanta D. Maria, que casara com D. Fernando de Aragão, e ficou com o de Pombeiro. A êste tempo, florescia Martim Lourenço da Cunha, senhor dos *lugares e torres do bairro e de villarinho dapar desse lugar*, no districto de Aveiro. Êsse fidalgo, quarto neto em linha recta da poderosa familia dos Cunhas, começada ahi por 1:095, época do conde D. Henrique, era, por seu casamento, aparentado com a casa real, e julgava-se com direito de exercêr jurisdição em Pombeiro e em outras terras, segundo a carta de escambo, que se passou, pondo embaraços e pêas á administração régia. Semelhante procedimento deu motivo a demanda perante os ouvidôres dos feitos reaes, entre o procuradôr de el-rei, Gil Lourenço, e Martim Lourenço da Cunha, procedendo se a muitas inquirições e diligencias, pelas quaes se chegou a concluir que as razões pesavam mais a favôr do primeiro e rêgio litigante, *avendo hy prova mais avomdosa.* Apezar d'isto, el-rei, considerando os estremados *serviços* de Martim da Cunha e o caso de sêr casado com D. Maria, filha de Gonçalo Annes de Bryteiros,

que ha comigo, diz o documento, *devido e linhagem*, isto é, parentêsco de familia, embora o senhorio de Pombeiro fôsse superior aos Lugares e torres do Bairro e Villarinho dapar, acima ditos, fêz escambo com o dito seu vassalo, recebendo êste dominio do Cunha, e dando-lhe o de Pombeiro *com toda a jordiçam civell e crimi·all pela guisa que ora haa*, por carta de 3 de fevereiro de 1393, era de Cesar, ou de 1355 dos annos de Christo.» Foi, portanto, Martim Lourenço da Cunha o primeiro senhor donatario de Pombeiro, sendo o segundo, seu filho, João Lourenço da Cunha, que em 1368 casou com D. Leonor Telles de Menezes, que depois o repudiou, para casar com el-rei D. Fernando I. O senhorio de Pombeiro continuou n'esta familia, até que o 12.º donatario, D. Pedro de Castello Branco da Cunha, foi agraciado com o titulo de conde de Pombeiro (V. os *artigos anteriores*). Em vista da decadencia em que a pov. se vê hoje, conforme dissémos, custa a acreditar que chegasse a ser concelho, com camara, justiças proprias e privilegios especiaes, de que existem provas desde o penultimo periodo da edade média até á dominação filippina. Para maior prova da importancia de Pombeiro, vê-se que el-rei D. Manuel, no foral que lhe deu, dá aos seus povos, entre outras, a regalia de não servirem gratuitamente o senhor da terra, com suas pessoas e cousas, tendo este de pagar de prompto qualquer objecto, de que precisasse servir-se. D. João III, em virtude da requisição que lhe foi feita por parte dos *juizes, officiaes e homes booms e povo da villa de pombeyro*, representados por seu procurador Jorge Vaz, morador em Villarinho, termo da dita villa, nomeado em 31 de dezembro de 152̃ na reunião havida na casa do concelho, concedeu à terra o arrendamento perpétuo e fixo das suas sisas pela quantia de 42$6 0, isentando a de pagamento de gallinhas, impôsto aos rendeiros dos annos anteriores. Mais tarde, sendo de uso e lei que os habitantes de terras senhoriaes não pudessem sair á rua sem as suas lanças, o mesmo soberano, em 11 de setembro de 1537, para aliviar os habitantes da villa e termo de Pombeiro, de similhante incommodo, fez-lhes mercê de não serem *obrigados nem costrangidos a trazer lanças*, quando saissem *ffóra* de suas casas. Os senhores da terra nomeavam as justiças e autoridades, e apresentavam os parochos, como padroeiros das egrejas, e como era de uso nos mais importantes dominios. Este privilegio está consignado no tombo da egreja no documento do tabellião Diogo de Sequeira Ainda no meado do seculo XVIII se praticava esta prerogativa. Pombeiro, situado a éste de Coimbra, a uns 35 k. por estrada moderna, entre as villas de Poiares, Arganil e Goes, das quaes dista legoa e meia, fórma o centro da sua freguezia; está cercado, á vista, de povoações, que mais se lhe avisinham, e que parecem ter constituido uma só povoação, em outras eras, occupa uma bonita posição no pequeno monte, que é o extremo declive da serra do Salgueiral, confórme já dissémos. O seu pequeno horisonte é fechado do nascente e do sul pela cordilheira, que com outras montanhas constitue uma ramificação da serra da Estrella, uma cadeia ondelada e nodosa, que só finda na Louzã; e fórma, em semicirculo, um pittoresco declive arborisado com pinheiros, castanhaes e olivedos, terminando em bacia amena, cortada por duas ribeiras, que fazem juncção e lhe fertilisam o solo. No meado do seculo XVIII ainda existiam bem conservados tres edificios religiosos: a egreja do Salvador, e as capellas de S. Sebastião e de Santo Antonio, hoje profanadas. O templo primitivo era pequeno e tinha alpendre, mas foi ampliado e substituido pelo actual, que parece ter sido começado e concluido no principio do seculo XVII, por D. Maria de Bryteiros da Cunha, filha do 7.º senhor de Pombeiro, Martim Lourenço da Cunha. A primeira missa foi celebrada na capella-mór, pelo Natal de 1622. E' uma edificação de fórma quadrilonga e de singela apparencia. Ligada á frontaria do lado esquerdo, vê se a torre ponteaguda, com duas janellas volteadas, com dois sinos, que são de boa tempera, porém modernos; sendo encimados pela legenda *in hoc signo vinces*, com o nome do autor, José Amaro Dias de Campos, e as datas, o mais pequeno de 1826, e o maior de 18?7. A egreja é de tres naves columnadas com 5 arcos por banda, pouco elevadas, partindo os primeiros arcos dos lados da porta principal, apoiando-se os ultimos na parede, onde se fórma o cruzeiro, e todos ao centro em 4 columnas doricas. Arcos e columnas são feitos de cantaria avermelhada oriunda da montanha de Sabouga, nada tem de distincto a não ser o pulpito em fórma de calix com a base cortada, despido de ornatos, feito da mesma pedra, e encostado á penultima columna da esquerda, na nave central, que é a mais larga. A pia do baptismo, elevada por alguns degraus, á esquerda da entrada, no começo da primeira nave, apresenta na fórma do calix o caracter do pulpito. A concavidade é ampla e aberta n'uma pedra inteiriça de Ançã. Arrumada ás ultimas columnas e elevada por um degrau, corre uma balaustrada de madeira, que separa dos tres restantes, dispostos em cruz latina, os dois primeiros altares, unicos encostados ás paredes lateraes e de architectura mais simples, inteiramente diversa da dos outros, o que parece indicar que são os do tempo primitivo. O da esquerda, o altar das *Almas*, é formado por duas columnas compositas, que sustentam um pequeno frontão, ladeado de anjos. Venera se ali o *Anjo Custodio*, imagem de boa esculptura de madeira. N'este altar estão tambem a imagem de S. Sebastião que pertenceu á antiga capella d'este nome, e a de S. Braz. O altar do lado direito é mais acanhado e menos elegante, tendo n'uma maquineta envidraçada a imagem de maior valor das da egreja, *N. S.ª do Rosario*, em tamanho approximado do natural. Transposta a balaustrada, estão os dois altares do arco cruzeiro, eguaes na architectura de boa talha dourada, similhante, posto que um tanto inferior, á do majestoso altar-mór. O da direita, o altar do *Santissimo*, é todo guarnecido de columnas torcidas, fechadas em arco, e com ornatos similhantes aos do altar-mór, tendo como retabulo um bom painel representando a *Ceia* de Christo. O altar da esquerda, de *N. S.ª da Conceição*, tem por fundo outro quadro, que se não póde vêr, por estar encoberto com uma tosca maquineta moderna, onde se vê a imagem de *N. S.ª dos Afflictos*, de tamanho natural O altar-mór é a obra mais notavel do edificio. Fórmam-n'o, por banda, 4 grossas e altas columnas torcidas ou salomónicas, enfileiradas em sentido diagonal, sobre socos quadrangulares, tendo os ca-

piteis compósitos, que sustentam um entablamento saliente, ornado no frizo de diversos enfeites em relevo. Os riquissimos fustes salomónicos, dourados e esmaltados com as côres naturaes, são um notavel labirinto de ornamentação relevada, representando anjos, aves do Paraizo e parras com fructos, de grande valor artistico. O sacrario, de fórma rectangular, alargando se no fundo, e estreitando-se na frente em ligeira diagonal, é guarnecido com 4 elegantes columnasinhas salomónicas, eguaes em tudo ás do altar-mór. No altar-mór vê-se a imagem do Salvador do Mundo, sobrepôsto ao sacrario; parece ser a da primitiva egreja. No lado direito da capella-mór está o tumulo de Matheus da Cunha, que é o mais valioso padrão historico de Pombeiro. Esta obra, coeva da edificação da egreja, attribue-se á filha d'esse fidalgo, D. Maria de Bryteiros da Cunha, fundadora da egreja. O tumulo está encravado na parede, a meio d'um arco de cantaria. Ali figuram duplos escudos com as armas sobrepostas a uma regua ou moldura de pedra. Em baixo, entre as extremidades do arco e sobre a tampa do sarcófago repousa a estatua jacente do historico fidalgo, cuja cabeça descança em duas almofadas de pedra de Ançã, de que é feita a figura, em tamanho natural, muito correcta e bem proporcionada, vestida de armadura com a sua cota de malha e longa espada ao lado. Na frente do mausoléo vê-se o anjo da fama, de azas abertas, em meio relevo, segurando nas mãos um pergaminho desenrolado, onde se lê o seguinte, em caracteres gothicos:

AQUI JAS O MUITO ESFORÇADO
E ESTIMADO SENOR MATEUS DA CU
NHA SÕR Q. FOI DESTA VILA E TERA
DE PÕBEIRO O QUAL NOSO SÑÕR
TENHA NA SUA SÃTA GLORIA. AMEN.

Aos lados do anjo, onde ha tambem modelação góthica, vêem-se dois escudos eguaes aos primeiros. A base do tumulo assenta sobre dois leões e tres cabeças do mesmo animal, uma ao centro e duas lateraes. As varias alfaias existentes n'esta egreja figuraram na Exposição de Arte Ornamental, realisada em Lisboa no anno de 1882; são ao todo 7, que constam do respectivo catalogo; *Naveta*, de prata; *Corôa* e *Pixide*, ou hostiario, tambem de prata; *Custodia* de prata dourada; *Cruz* processional, de prata, com a imagem dourada; *Calix gothico*, com sua patena simples e colher de prata dourada; *Thuribulo gothico*, de prata.

Pombeiro de Riba de Vizella *(Paulo de Mello Pereira Sampaio Freitas do Amaral, barão de)*. Moço fidalgo com exercicio, commendador da ordem de Christo, senhor da quinta e casa solar do Paço de Pombeiro, na freguezia de Santa Maria, de Pombeiro, concelho de Felgueiras; 19.º senhor do morgado da Casa Nova em Basto; 17.º senhor do morgado de Sezim, na freguezia de Nespereira, do concelho de Guimarães; 12.º senhor do morgado de S. Braz, nos claustros da collegiada de Guimarães, bacharel formado em Philosophia pela Universidade de Coimbra, antigo presidente da camara municipal de Guimarães, procurador por Guimarães á Junta Geral do Districto. N. a 17 de novembro de 1837, sendo filho de João de Mello Pereira de Sampaio, e de sua mulher, D. Anna Margarida de Freitas do Amaral e Mello *(V. Sampaio)*. Casou a 20 de janeiro de 1862 com D. Henriqueta Freire de Andrade, filha de Henrique Freire de Andrade Coutinho Bandeira, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher, D. Maria Felizarda Pereira Lago Porto-Carreiro. Foi agraciado com o titulo de barão de Pombeiro da Riba de Vizella, em duas vidas, por decreto de 11 de abril de 1851. O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo esquartelado; No primeiro quartel as armas dos Mellos: Em campo vermelho seis bezantes de prata entre uma cruz, sobre a bordadura de ouro; no segundo quartel as dos Sampaios: Escudo esquartelado; no primeiro quartel, de ouro, uma aguia de púrpura estendida, armada de preto; no segundo enxequetado de ouro e azul, de miudas peças, e uma bordadura vermelha, cheia de *SS*, de prata, e assim os contrarios; No terceiro quartel as dos Freitas: Em campo vermelho cinco estrellas de ouro em santor. No quarto, as dos Amaraes: Em campo de ouro seis luas minguantes azues com as pontas para baixo, postas em duas palas.

Pombeiro de Riba de Vizella. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto; 239 fog. e 858 hab. Tem esc. do sexo masc., pharmacia, romaria a S. Braz, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 6 k da séde do conc. e está situada n'um valle estreito que abre, ao norte, sobre o rio Vizella, d'onde lhe vem o nome. O valle é marginado, ao nascente, pela estrada real, que de norte ao sul, vae de Guimarães para Felgueiras. Pombeiro foi couto e villa. O D. abbade do mosteiro de S. Bento de Pombeiro apresentava o vigario, que era um monge da mesma ordem, o qual tinha 150$000 réis e o pé d'altar. E' uma freguezia fertil, rica e importante, com algumas familias antigas e muito nobres. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. E' tambem conhecida por *Pombeiro de Riba*, ou simplesmente *Pombeiro*. Junto ás margens do rio Vizella, e a 6 k. a ENE de Guimarães, está o grande mosteiro que foi de monges benedictinos, denominado *convento de Pombeeiro*, cujo D. abbade tinha o privilegio de esmoler-mór do rei, quando este passava para o norte do rio Douro. E', na verdade, um dos mais antigos mosteiros de Portugal, e foi um dos mais ricos e poderosos. Sobre a data da sua fundação divergem os escriptores. Uns pretendem que foi fundado pelos annos de 900 da era de Christo, reinando de D. Affonso III, o *Magno*; outros sustentam que a sua primeira fundação foi na era de 804 de Cesar, 776 de Christo, outros ainda observam que já tinha alguns annos de existencia em 766, da era christã, porque d'esse anno existiu, ou existe, um prazo de *Valle Melhorado*, declarando que certas propriedades d'elle, *confrontam com terras do mosteiro de Pombeiro*. O que parece certo é existir em 853, porque n'esse anno o papa Leão V expediu um breve apostolico, sobre uma demanda que os monges traziam com o padroeiro do convento. A sua primitiva fundação foi no logar de Sobrado, e por isso se lhe chamou no principio *mosteiro do Sobrado*, ficando junto ao monte de *Santa Cruz*, cujo nome se derivava d'uma ermida com esta invocação que existia no cume do monte; mas, ou pelo sitio não agradar aos monges, ou por qualquer ou-

tro motivo, foi mudado, a requerimento dos religiosos, por D. Fernando I, o *Magno*, de Castella e Leão, para o *Monte Columbino*, em 1041, local onde sempre se conservou, ficando desde então conhecido pelo nome de *Pombeiro*. D. Fernando deu o padroado do mosteiro a seu sobrinho D. Gomes de Cella-Nova (Galliza), que foi o progenitor da nobilissima familia dos Sousas, de Portugal, e por isso andou por muitos annos o padroado n'esta familia. Mais tarde, depois da morte de D. Jorge da Costa, conselheiro e confessor d'el rei D. Affonso V, e abbade de Pombeiro, passou a ter o mosteiro por commendatarios os Mellos Sampaios, sendo o ultimo d'estes commendatarios, em 1528, D. Antonio de Mello Sampaio, filho bastardo de outro D. abbade commendatario de Pombeiro, D. João de Mello Sampaio, bisneto de Vasco Pires, fidalgo gallego, filho do conde de Trastamara, que veiu para Portugal no tempo de D. Fernando I, fixou residencia em Sampaio, do concelho de Villa Flôr, que D. João I lhe honrou, tomando por este motivo os descendentes de Vasco Pires o appellido de Sampaio. O convento de Pombeiro, caindo no poder de commendatarios, foi decaindo progressivamente, porque elles trataram de lhe tirar o maior lucro possivel, não tratando dos reparos precisos, nem da sorte dos monges. D. Antonio de Mello Sampaio morreu em 1560, e a rainha D. Catharina, viuva de D. João III, pediu a posse do convento para o reformar, mas fez d'elle doação a D. Antonio, prior do Crato; porém, o pontifice Pio IV, que já o havia promettido em 1557 a S. Carlos Borromeu, não concordou com a pretenção da rainha, e houve por isso uma demanda, que termiuou pela renuncia de S. Carlos Borromeu em D. Antonio, no anno de 1564, ficando o prior do Crato commendatario de Pombeiro, com a obrigação de dar ao santo a pensão auuual de 3:000 cruzados. D. Antonio emigrou, e os reis castelhanos, assenhoreando-se de Portugal, entregaram a administração do mosteiro a prelados, que até 1590 se chamaram priores, e depois abbades. O convento de Pombeiro foi riquissimo, tendo já no principio da monarchia, no dizer de Fr. Raphael de Jesus, na *Monarchia Lusitana*, um rendimento como o Estado, que foi calculado em quantia superior a 14:000$000 réis. O mosteiro teve muitas doações, porque a sua padroeira era muito venerada, e attraia a Pombeiro uma constante romagem do devotos. E era muito frequente os ricos homens, cavalleiros e generaes irem implorar o auxilio da Virgem, antes de irem para as guerras e lá voltarem depois da victoria, a depôr os seus trophéos gloriosos. A rainha D. Thereza, pouco depois da morte do conde D. Henrique, seu marido, em 1112, fez ampla doação ao convento de Pombeiro, *de quanto possuia dentro dos coutos de Avisella* (Visella) immediato ao solar dos Sousas, e ao mosteiro. Do antigo convento não ha vestigios, e só existe a egreja, de architectura gothica, e de grande sumptuosidade; era muito vasta, e o claustro tinha uma formosa galeria no primeiro andar. Esta notavel galeria tinha tres naves, onde estavam abertas, por sua ordem todas as armas da antiga nobreza de Portugal. O D. abbade do mosteiro servia de ouvidor; o juiz, o procurador e o porteiro do couto eram eleitos pelo povo, e confirmados pelo D. abbade. Era couto no civel, e no crime pertencia a Felgueiras. O edificio do segundo convento é de fórma quadrangular, com tres compridos e largos dormitorios, um ao S, outro a E, e outro a O, fechando o quadro ao N, a egreja. No centro do mosteiro ha um espaçoso claustro, guarnecido de altas e grossas columnas da ordem corinthia, sobre cujos capiteis se levanta uma vistosa galeria, que accrescenta a majestade do edificio. Nos dois angulos da fachada da egreja estão duas elevadas e majestosas torres, de boa cantaria. Sobre as duas quartelas da cornija exterior da fachada, dá luz ao templo um espelho de 20 m. de circumferencia, e tem, como remato, um leão rompante, sustentando duas medalhas em meio relevo, que consta serem as efigies de D. Fernando Magno e de sua mulher, ali mandadas collocar por D. Egas Gomes de Sousa, bisneto, por sua mãe, d'aquelle monarcha. Em frente da porta principal houve uma galilé, de tres altissimas naves, de abobada, formada em esquadria, e era n'esta galilé que estavam os escudos das armas de todas as familias nobres de Portugal, esculpidas na pedra, e com todo o rigor da heraldica; de sorte que, duvidando-se da origem d'algum fidalgo, a galilé de Pombeiro era a Torre do Tombo da antiga nobreza lusitana. Sobre a porta principal estavam gravadas as armas dos Sousas, e havia ali sepultura de alguns membros d'esta familia. N'uma lapide da parede da mesma galilé existiu a seguinte inscripção:

ERA MILESIMA TRECENTESIMA NONA
FACTA FUIT GALILÉ — MANDANTE
DOMINO RODERICO, ABBATE.

(Na era de 1309, foi construida esta galilé, por ordem do abbade D. Rodrigo); 1309 corresponde ao anuo de 1271 da era christã. O tempo principiou a desmantelar esta galilé, e alguns abbades do mosteiro completaram a obra de destruição, mandando pouco a pouco demolir este veneran do documento para com os seus despojos construirem paredes de casas, e muros da cêrca. A sacristia da egreja, quo é vasta e alegre, está adornada de boas pinturas, e teve alfaias e paramentos riquissimos, dados pela casa de Sousa, o que consta de muitas doações, feitas em varias épocas por esta nobilissima familia. Conforme se disse, o convento de Pombeiro decaiu notavelmente com a administração dos commendatarios. Depois que estes se apossaram das suas rendas, acabaram com um bom collegio de disciplinas ecclesiasticas, que ali existia muito florescente. Quando os abbades, em 1590, fôram entregues do convento, depois do ultimo commendatario, D. Antonio, prior do Crato, começaram a trabalhar na reforma necessaria das condições da ordem e do edificio, conseguindo com os seus esforços, augmentar consideravelmente o mosteiro, procedendo em 1752 a importantes obras, com as quaes reformaram profundamente o convento. O edificio, em 1834, foi julgado bens nacionaes, e vendidos a duas pessoas naturaes de Pombeiro, e existe hoje em poder dos seus herdeiros. A egreja é a matriz da freguezia, como já era antes da suppressão das ordens religiosas. Do conveuto só restam hoje duas pequenas partes, uma das quaes é a residencia do parocho da freguezia, e a outra a morada dos donos da quinta do mosteiro. A egreja fica encos-

tada ao lado norte do claustro, de que se vê ainda uma parte. As obras, que os abbades lhe fizeram, fôram tão grandes, quo attingiram quasi uma reedificação. Desappareceu, pois, o estylo da sua architectura primitiva, que devia ser romana, atteudendo não só á epoca da fundação do mosteiro, como tambem a uma pequena capella do Sacramento, que a reforma conservou intacta. A frontaria é simples, mas elegante. Ostenta no centro, sobre a entrada, uma enorme e bella rosacea, e ligando as duas altas torres quadrangulares, fórma uma abobada de arco abatido, ao fundo da qual fica a porta principal da egreja. Esta porta é composta por seis arcos seguidos, concentricos, ornamentados e que pousam sobre por uma elegante arcaria que se julga ser do primitivo templo, e á qual os frades mandaram cortar a ornamentação dos capiteis de pedra e substituil-a por outra de madeira, no estylo corinthio. Junto do cruzeiro ha um pequeno zimborio, com janellas em toda a volta, que abrem sobre a nave central. A ornamentação com madeira entalhada é soberba e profusa. A capella-mór, com a sua tribuna, é majestosa; os altares, pulpitos e côro são bonitos e elegantes. Perto da sacristia está a capella de N. S.ª da Piedade, mandada fazer por Gonçalves Peixoto, que foi abbade de Tellões e Villacova, e instituidor do morgado de Pouzada em S. Pedro d'Azurem. Foi sepultado n'esta capella, e deixou em testamento, feito

Egreja do mosteiro de Pombeiro de Riba de Vizella

capiteis corinthios. De cada lado do patamar que aquella abobada cobre, vêem-se dois tumulos, tendo cada um, na tampa, a estatua em decubito dorsal d'um cavalleiro. Um d'estes tumulos tem um escudo brazonado com cinco flôres de liz; o outro patenteia tambem um escudo com cinco palas. Junto e do lado de fóra do limiar da porta principal, ha uma sepultura, tendo, gravada na tampa uma espada, o contorno d'um escudo brazonado, com os distinctivos apagados, e uma inscripção cujos caracteres estão de tal modo gastos, que apenas, e mal, se póde ler a palavra *comitis* e a era de 1260, que corresponde ao anno de 1222, talvez ali fôsse sepultado algum conde dos primitivos Sousas, padroeiros do mosteiro. O interior da egreja está dividido em tres naves a 19 de fevereiro de 1151, o legado de 60 libras para os frades de Pombeiro rezarem por sua alma, na capella, duas missas diarias, e terem lá uma lampada sempre accesa. A meio do templo encontra-se a sepultura de Manuel Faria e Sousa, natural de Pombeiro e escriptor do seculo XVII. No monte da ermida de Santa Cruz, já citado, existiu em eras remotas um castello, construido pelos romanos, que passou depois ao poder dos christãos, e foi d'elle alcaide-mór, ou governador, D. Gomes Nunes de Sousa, 3.º filho de D. Egas Gomes de Sousa, senhor de todo este territorio. D. Gomes Nunes de Sousa tinha tambem muita devoção pela Santa Virgem de Pombeiro, e lhe fez amplas doações.

Pomboje. Pov. da 2.ª div., Quiongua, do conc.

de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Pombinha. Pov. na freg. de S Christovão, de Labruja, conc. de Ponte do Lima, distr. do Vianna do Castello.

Pombinhas. Pov. na freg. de S. Thomé, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Pombo. Pov. na freguezia de Santa Margarida, de Aldeia Velha, conc. de Aviz, districto de Portalegre.

Pombos. Povoações nas freguezias: S. Nicolau e conc. da Feira, distr. de Aveiro. ‖ N. S.ª da Graça, de Montalvão, conc. de Niza, distr. de Portalegre. ‖ Bahia situada na costa do distr. de Benguella, prov. de Angola, Africa Occidental. O seu extremo N é formado pela ponta da Cabeça da Baleia, e o extremo S por uma ponta de pedras. O mar quebra sempre com grande força na bahia; mas como esta tem um bom ancoradouro, é muito frequentada por lanchas que vão carregar urzella e gomma.

Pomburpá. Freg. de Santa Mãe de Deus, do conc. de Bardez, no distr. o arceb. de Gôa, India. Está situada proximo na margem direita do rio Mapuçá, e a sua egreja parochial foi fundada em 1669. Tem escolas.

Pomeda. Pov. na freg. de Santa Maria, de Abbedim, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Pompilhal. Ilha das Flôres; pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Santa Cruz das Flôres, distr. da Horta.

Ponchem. Pov. do commando militar de Satary, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India.

Ponches. Pov. na freguezia de S. Pedro, de Queimadella, concelho de Fafe, distr. de Braga.

Pondá. Um dos 6 concelhos em que fôram divididas as Novas Conquistas, no distr. o arceb. de Gôa, India, por decreto do 14 de dezembro de 1880. Anteriormente, era uma prov. da 5.ª div. das Novas Conquistas, pertencente á com. das Ilhas. Comprehende 3 freguezias e 28 aldeias, com 8:516 fog. e 50:306 hab., n'uma superficie de 250 k. q., segundo o *Annuario estatistico dos dominios ultramarinos portuguezes* de 1899 e 1900. Está como que envolvido n'uma moldura de rios, entre os quaes citaremos o Mandovy, o Candiapur e o Sanguem, e é muito cortado por numerosos, embora pequenos, affluentes dos mesmos. Os rios que o limitam são, no seu curso superior, os mais poderosos da India portugueza. O territorio é montanhoso, sobretudo ao S, onde, proximo da aldeia de Borim, se levanta a montanha de Sidnate, uma das mais notaveis das Novas Conquistas. E' o concelho mais populoso da região e o 5.º em extensão territorial, excedendo o sob este ponto de vista o de Canácona, Quepem, Sanguem, Salute, e o commando mil. de Satary As aldeias que o compõem são: Adolná, Bandorá, Betqui, Bitodem, Borim, Borná, Candeapôr, Candola, Coddar, Conoscem ou Couxim, Cuncaliem, Cutri ou Curtim, Cundaim, Marcaim, Nerancal, Orgão, Panchavaddy, Priol, Querim, Queulá, Sirodá, Talanlim, Tiurem, Vaddy, Vaguromem, Velinga, Verem e Valvi; em Priol e Bandorá ha pagodes notaveis. O solo é muito favoravel á agricultura, mas os preconceitos de castas e a indolencia dos naturaes, aggravada por um clima abrazador, não tem deixado que ella tome o possivel desenvolvimento. O territorio que fórma o conc. de Pondá foi doado a Portugal em principios do seculo XVIII Tomado depois pelos indios, foi reconquistado pelo marquez de Louriçal em 1742. Perdido outra vez, foi de novo rehavido por Saldanha d'Albuquerque, conde do Ega. Definitivamente cedido a Portugal em 1791, só em 1795 se fixou ali o nosso dominio pelas armas. Pondá constitue um concelho, com séde na cassabé de Pondá, o comprehende dezaseto regedorias. Tem est. postal permutando vales do correio com o continente.

Ponderados. Ponta situada ao NE da ilha de Santa Maria, no archipelago dos Açôres.

Pondras. Pov e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 69 fog. e 353 hab. Tem est. post. Dista 19 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem esquerda do rio Rabagão, na estrada real de Chaves a Braga. A mitra apresentava o abbade, que tinha 200$000 réis de rendimento. A terra é fertil, principalmente em milho, centeio, feijão e batatas. Cria bastante gado, e ha alguma caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. ‖ Pov. na freg. de S. Pedro, de Queimadella, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Pone Antiga moeda da India portugueza. Corria em Bengala.

Ponellem. Uma das 13 ilhas que fórmam o conc. das Ilhas, no distr. e arceb. do Gôa, India E' de pouca importancia. Fica ao N da ilha do Chorão, e tem cêrca de 1 k. de comprimento por outro tanto de largura. Foi adquirida para a corôa portugueza em 1705 pelo vice-rei D. Caetano do Mello, que a tomou e fortificou.

Pongoé. Prazo de distr. de Sofala, prov. de Moçambique, Africa Occidental.

Pongola. Pov. da prov. de Moçambiquo, Africa Occidental

Pongue Prazo do distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Occidental.

Ponocém. Aldeia da circumscripção militar de Onda, provincia de Satary, distr. de Gôa, na India.

Ponossuli. Aldeia da circumscripção militar de Queclaudém, na provincia de Satary, distr. de Gôa, na India.

Ponsão. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Semide, conc. do Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Ponsos. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Costa, conc. de Guimarães, districto de Braga.

Ponsul. Rio no distr. de Castello Branco, provincia da Beira Baixa. E' formado por dois ribeiros quo nascem a NO e SE de Pena Garcia, corre a OSO, passa nas proximidades de Monsanto, de Idanha a-Velha, ao S de Idanha-a-Nova o a SE da cidade de Castello Branco, entrando no Tejo com 30 k. de curso.

Ponsuli. Pov. do commando mil. de Satary, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Fica nos contrafortes dos Ghattes. V. *Ponossuli*.

Ponta. Ilha do Porto Santo; pov. na freg. de N. S.ª da Piedade e conc. do Porto Santo, distr.

do Funchal. || Pov. do conc. das Lagens das Flôres, no distr. de Horta, com. das ilha da Flôres, bisp. de Angra do Heroismo, na ilha das Flôres, Açôres. Produz cereaes, legumes, e cria gado. || Ilha do archipelago de Bijagoz, na costa da Guiné, Africa Occidental, e no Oceano Atlantico, ao S da ponta Bimar da ilha de Bissau, tendo as ilhas de Bolama a E, a das Gallinhas ao S e as de Carache e Caravella a O. Está muito povoada e tem grande quantidade de palmeiras, de cujo fructo os naturaes extráem um oleo vermelho, e abunda tambem em arvores fructiferas e em arroz, feijão e milho. A aldeia de Juba, junto d'um pequeno rio e cabo do mesmo nome, é muito populosa e fertil. A principal importação consiste em panos azues, amarellos e vermelhos, aguardente, roupa ordinaria, coutas miudas, ferro e armas.

Ponta da Achada. Pov. da freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ponta Agua. Ponta situada na costa E da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. Limita pelo NE a angra de S. João dos Angolares.

Ponta Agulha. Ponta situada na costa E da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. Tambem é chamada *Cruz dos Ventos*.

Ponta Alta. Ponta situada na costa O da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. O mar faz n'ella grande arrebentação.

Ponta de Arnel. Pov. do concelho de Nordéste, no distr. de Ponta Delgada, Açôres. Semaphoro.

Ponta de Boyalvo. Ponta situada na costa N da ilha da Boa Vista, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ponta Cabrita. Ponta da ilha da Taipa, na prov. de Macau, Asia.

Ponta do Cinturão. Séde d'um posto fiscal dependente da secção de Villa Real de Santo Antonio.

Ponta do Crasto. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Ribeira, coue de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Ponta Delgada *(D. Leonor da Camara, marqueza de)*. Aia e mestra da rainha D. Maria II. N. a 30 de maio de 1781, ignora-se a data do fallecimento. Era filha do 6.º conde da Ribeira Grande, D. Luiz Antonio José Maria da Camara, e de sua segunda mulher D. Maria Rita d'Almeida. Era dama da raiuha D. Carlota Joaquina, quando, pelos fins do anno de 1828, o marquez de Palmella, tratando de escolher uma senhora da primeira nobreza de Portugal, a quem encarregasse da educação da futura rainha, D. Maria II, julgou que ninguem seria mais propria para tão elevado cargo como D. Leonor da Camara. Feito o convite, e sendo este bem acolhido apezar das difficuldades que se oppunham á saida de D. Leonor do reino, cuidou logo a illustre senhora de dispôr tudo para illudir a vigilancia das autoridades miguelistas, e partindo de Lisboa ás escondidas a 8 de fevereiro de 1829, entrou no serviço effectivo da joven rainha em 10 de março, acompanhaudo-a ao Rio de Janeiro, França, Inglaterra, e por fim a Lisboa até 24 de novembro de 1833, em que foi despedida do paço por D. Pedro IV. Essa exoneração deu origem a grandes commentarios, e ao passo que uns apontavam como perigosos os principios religiosos e politicos que D. Leonor da Camara inspirava á sua régia educanda, attribuiam outros a demissão como filha da indisposição que causara ao duque de Bragança a idéa de que D. Leonor, na viagem do Rio de Janeiro para a Europa, em 1831, quiz fazer desembarcar a rainha nos Açôres em vez de a conduzir a França. Este facto reunido com os infundados rumores que por esse tempo corriam entre a opposição de pretender D. Pedro retomar a corôa de Portugal, deu causa a illações que adquiriram grande voga, considerando-se D. Leonor da Camara como victima da sua extrema fidelidade á joven rainha. Quiz D. Pedro adoçar a exoneração, concedendo a D. Leonor da Camara a pensão annual de réis 1:000$000, que a illustre dama não quiz acceitar. Posteriormente, por decreto de 25 de janeiro de 1835, D. Maria II agraciou-a com o titulo de marqueza de Ponta Delgada, em duas vidas, pelos serviços que lhe prestára, reunidos ás muito singulares provas que sempre havia manifestado de leal e desinteressada dedicação. A segunda vida, de juro e herdade, devia ser verificada em seu sobrinho, o 8.º conde da Ribeira Grande, D. Francisco de Salles Maria José Antonio de Paula Vicente Gonçalves Soares da Camara, que foi o 1.º marquez da Ribeira Grande, titulo para que foi mudado o de Ponta Delgada.

Ponta Delgada *(Districto de)*. E' um dos tres districtos administrativos em que está dividido o archipelago dos Açôres. Comprehende as ilhas de S. Miguel e de Santa Maria. Tem 7 concelhos, com as suas respectivas freguezias, sendo 6 na ilha de S. Miguel: Lagôa, Nordéste, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande e Villa Franca do Campo; na ilha de Santa Maria, o conc. de Villa do Porto. Segundo o *Censo* da população de 1900, tem o districto 29:409 fogos e 127:566 hab., sendo 59:208 do sexo masc. e 68:358 do fem. Comprehende este districto na circumscripção judiciaria, 5 comarcas, pertencentes á Relação dos Açôres: Santa Maria, na ilha de Santa Maria; Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande e Villa Franca do Campo. Tem 47 freguezias todas dependentes do bispado de Angra do Heroismo, que na circumscripção administrativa se reduzem a 45, porque duas d'ellas, a de Agua de Altas e de Ribeira das Tainhas estão, na parte administrativa, annexadas ás de S. Pedro e de S. Miguel, em Villa Franca do Campo. Ha tambem em todo o districto 6 priorados, que são na ilha de S. Miguel. Fórma uma capitania do porto. Este districto é quasi exclusivamente agricola. Produz muita laranja, milho, trigo, legumes, batatas e inhame, e onde a aspereza das serras e picos vulcanicos não permitte a cultura de cereaes e leguminosas, estão os declives cobertos de vinha e de vegetação diversa. A producção e a exportação da lanranja foi, principalmente depois que decaiu a cultura da viuha, o seu mais importante ramo de commercio. A producção d'aquelle saboroso fructo, afamado nos mercados inglezes, attingiu o seu maximo em 1876, começando depois a decair, não só por causa da docuça que atacou os pomares, como tambem pela concorrencia que principiou a encontrar uos referidos mercados. Como consequencia natural da exportação da laranja, adquiriu grande importancia no districto a industria do fabrico de caixas de madeira, que occupa muitos braços. Sendo o

districto muito agricola, é tambem importante a producção dos cereaes; mas esta, por vezes, não chega para o consumo da população. A producção de legumes é tambem importantissima, assim como a da batata, figurando n'essa producção, bem como n'outras, taes como a da laranja e do milho, a ilha de S. Miguel sempre em primeiro logar não só em relação á ilha de Santa Maria, que d'ella fica muito distanciada, mas tambem a todas as outras do archipelago. N'este districto, como em todos os dos Açôres, é grande o movimento da emigração para a America, á qual só poderiam oppôr eutrave o maior deseuvolvimento da agricultura e da industria, e os melhoramentos materiaes. No districto ha um lyceu nacioual e numerosas escolas primarias para os dois sexos. As povoações mais importantes são Ponta Delgada, capital não só do districto, como de todo o archipelago; Ribeira Grande; Villa Franca do Campo e Povoação, todas na ilha do S. Miguel. O concelho de Ponta Delgada tem 18 freguezias, com 11:733 fog. e 52:199 hab., sendo 24:262 do sexo masc. e 27:917 do fem. As freguezias são: N. S.ª da Saude, de Arrifes, 5:634 hab.: 2:632 do sexo masc. e 3:002 do fem.; N. S.ª d'Ajuda, de Bretanha, 3:133 hab: 1:466 do sexo masculino e 1:667 do fem.; N. S.ª das Candeias, de Candelária, 1:305 hab.: 587 do sexo masc. e 718 do fem; N. S.ª da Apresentação, de Capellas, 2:977 hab.: 1:418 do sexo masc. e 1:559 do fem.; N. S.ª dos Anjos, de Fajã de Baixo, 901 hab.: 415 do sexo masc. e 486 do fem.; N. S.ª da Oliveira, de Fajã de Cima, 2:424 hab.: 1:123 do sexo masc. e 1:301 do fem; N. S.ª da Luz, de Fenaes da Luz, 1:564 hab.: 742 do sexo masc. e 822 do fem.; Sauta Luzia, de Fêteiras, 2:109 hab.: 954 do sexo masc. e 1:155 do fem.; S. Sebastião, de Ginetes, 2:373 hab.: 1:125 do sexo masc. e 1:248 do fem; N. S.ª do Livramento, de Livramento, 1:541 hab.: 756 do sexo masc. e 785 do fem.; S. Roque, de Livramento, 2:389 hab: 1:161 do sexo masc. e 1:228 do fem.; estas duas ultimas freguezias tinham a designação de Roste do Cão; N. S.ª da Conceição, de Mosteiros, 1:625 hab.: 798 do sexo masc. e 827 do fem; S. José de Ponta Delgada, 7:636 hab.: 3:510 do sexo masc. e 4:126 do fem.; S. Pedro, de Ponta Delgada, 4:913 hab.: 2:163 do sexo masc. e 2:750 do fem.; S. Sebastião, de Ponta Delgada, 5:126 hab.: 2.388 do sexo masc. e 2:738 do fem; N. S.ª das Neves, de Relva, 2:673 hab.: 1:254 do sexo masc. e 1:419 do fem.; Sauto Antonio, 2:424 hab.: 1:151 do sexo masc. e 1:273 do fem.; S Vicente Ferreira, 1:452 hab.: 639 do sexo masc. e 813 do feminino.

Ponta Delgada. Cidade e capital da ilha de S. Miguel, no archipelago dos Açôres; séde de conc. e de com., distr. e Relação dos Açôres, bispado de Angra do Heroismo. Tem tres freguezias: S. Pedro (capella real), S. José e S. Sebastião (matriz). Está situada ao longo da costa, em terreno plano e aprazivel, nas margens d'uma enseada formada por dois cabos chamados *Ponta da Galé* e *Ponta Delgada*, que deu o nome á cidade. A este segundo cabo lhe chamam tambem *Ponta de Santa Clara*, por causa d'uma ermida d'esta invocação, que se edificou ali ha muitos annos. A perspectiva da cidade, vista do lado do mar, é surprehendente. A casaria resplandecente de alvura e coroada pelas torres de varias egrejas, estende-se n'uma longa linha á borda do Oceano; e pelo lado do terra cercam-n'a verdejantes collinas, ligeiramente ondeadas, e cobertas em grande parte de pomares. O seu porto, muito desabrigado dos ventos do quadrante do sul, é defendido pela fortaleza de S. Braz, construida em 1552, e pelos fortes do S. Pedro e de Rosto do Cão. A ilha começou a povoar-se, por ordem e diligencias do infante D. Henrique, em 1445. N'essa epoca, Ponta Delgada não passava d'um simples logar, sujeito á jurisdicção de Villa Franca do Campo, que era a capital da ilha, porém, pelas vantagens da sua posição, começou a desenvolver-se e a ampliar-se, principalmente depois do anno de 1480 e os seus habitautes, em vista d'esta prosperidade, revoltaram se contra a tutela, que lhes impunham, daudo origem a successivos conflictos com os habitantes da capital. Para acabar com esses confletos, el-rei D. Manuel resolveu attender as supplicas que lhe dirigiam os habitantes de Ponta Delgada, quo pretendiam a sua independencia, e no anno de 1499 erigiu a povoação em villa. Houve na ilha de S. Miguel um grande terromoto em 1522, que sepultou a

Ponta Delgada—Uma vista da cidade

maior parte de Villa Franca do Campo debaixo dos montes do Rabaçal e Louriçal, sendo até transferida a alfaudega para Ponta Delgada, que tambem soffreu grande ruina. N'essa catastrophe morreram porto de 5:000 pessoas. Ponta Delgada restaurou se depressa, graças aos esforços dos seus moradores, e novamente começou a prosperar, não obstaute as representações da camara municipal de Villa Franca do Campo, que durante algum tempo reclamaram contra esta alteração, vendo que aquella villa ia caindo em grande decadencia. El rei D. João III, por carta regia de 2 de abril do 1546, a elevou á categoria de cidade e de capital da ilha. Os vulcões de *João Ramos* e do *Paio*, que rebentaram em 1552, e o do *Pico do Sapateiro*, que rebentou om 1563, vomitando por muitas vezes torrentes de lavas abrazadoras, produziram abalos do terra, que prejudicaram, mais ou menos, todas as povoações da ilha. Em julho de 1582 surgiu nas aguas de S. Miguel uma armada de 60 navios, com 8:000 soldados, quasi todos francezes, trazendo a seu bordo o pretendente á corôa de Portugal D. Antonio, prior do Crato, que demandava a ilha Terceira. A 16 do referido mez desembarcaram 3:000 homens no porto dos Calhaus, com o prior do Crato á frente, e em breve se assenhorearam, além de outras povoações, de Ponta Delgada, excepto da fortaleza da cidade, que não quiz render-se, conservando se por Filippe II de Castella. D. Antonio dispunha-se a dar assalto; avistando-se, porém, no dia 21 uma esquadra hespanhola que vinha a pannos largos em busca da do pretendente, todos recolheram aos navios. No dia 24 travou-se o combate naval, que foi muito renhido. Mortos o almirante portuguez, conde de Vimioso, e o general francez Filippe Estrosse, commandante das tropas de desembarque, decidiu-se a victoria pelos castelhanos, e os restos da armada contraria, com o prior do Crato, puderam ganhar o mar, e acolherem-se na ilha Terceira, onde em vão os foi perseguir o almirante hespanhol, Por occasião d'aquelle desembarque commetteram os francezes toda a sorte de roubos e estragos nos campos, nas pequenas povoações, e na propriedade, que puzeram a saque. Filippe II, como em indemnisação d'estas perdas, ou para compensar o que elle chamava fidelidade, concedeu a Ponta Delgada no anno seguinte os mesmos foros e privilegios de que no continente gozava a cidade do Porto Mas apezar de taes favores, assim que chegou ali a feliz noticia da acclamação de D. João IV no dia 1.º do dezembro de 1640, Ponta Delgada e toda a ilha de S. Miguel, sacudiram cheias de enthusiasmo o jugo castelhano. Em 1720 e 1755 sobrevieram dois grandes terremotos que lançaram por terra muitos edificios. Em 1810 houve ao sul do *Pico dos Ginetes* uma pequena erupção, e em junho do anno seguinte rebentou no mar junto á porta da Ferraria uma horrivel explosão submarina, de quo resultou formar-se um ilhéo de 300 pés d'altura, com uma circumferencia aproximadamente de um quarto de legoa, e rematado por uma enorme cratera. Em outubro d'esse anno de 1811 desappareceu repentinamente essa pequena ilha, sem deixar mais vestigio que o susto e terror, que infundiu nos habitantes de S. Miguel, e os estragos, que causou particularmente nos navios que so encontravam nos seus portos. Em 1839 padeceu a cidade de Ponta Delgada um flagello de outro genero, mas não menos horroroso e devastador. O mar, agitando-se e crescendo de improviso, arremessou-se contra a cidade com tal furia, que derrubou o paredão que abrigava o porto do areal de S. Francisco, e a praça da feira do gado; fez consideraveis estragos no castello de S. Braz e n'outras fortificações, na altandega e caes contiguo, arruinando tambem muitas casas e armazens particulares. No entretanto, Ponta Delgada, apezar de tantas e amiudadas calamidades, tem-se engrandecido e prosperado, e é a mais

O porto de Ponta Delgada

populosa e a mais rica cidade do archipelago dos Açôres, pelo seu commercio e industria. Tem bellos edificios publicos e particulares; um porto artificial com capacidade para vapores e navios de grande tonelagem, amarrações fixas e boias, balisas, depositos d'agua potavel para abastecimento dos navios e de carvão. Ponta Delgada pertence ao commando mil. dos Açôres, de que é séde, assim como do distr. de recrut. e res. n.º 26. A sua guarnição mil. é a bateria d'artilharia n.º 2, e o regimento de infantaria n.º 26, companhia n.º 2 da guarda fiscal, e destacamento da 10.ª companhia de reformados. E' séde do tribunal da Relação dos Açôres, creado por decreto de 16 de maio de 1832 Tem uma doca magnifica, dentro da qual os navios acham ancoradouro. O desembarque na cidade effectua-se no caes da alfandega, sendo o transporte de passageiros e bagagens de bordo para terra, e vice-versa, feito em pequenos barcos. No porto ha ainda dois caes para serviço de mercadorias, o do Corpo Santo e o da Calheta. A entrada na praça do Municipio, indo ao lado do mar, é formada por tres arcos contiguos, tendo na frente a egreja matriz, consagrada a S. Sebastião, a qual é um templo vasto, que sem ser majestoso, não é, comtudo, uma egreja vulgar, antes se recommenda pelos bellos ornatos das suas portas manuelinas, e pela sua torre quadrangular, erguida á direita e terminando em eirado, como se nota em quasi todas as egrejas da ilha de S. Miguel. N'essa torre existe um relogio, que é considerado um verdadeiro padrão pela importancia dos seus machinismos. Foi legado pelo negociante Nunes da Silva, que entre as disposições humanitarias que o tornaram benemerito de Ponta Delgada, destinou 10 contos de réis para a egreja matriz ser dotada com o referido relogio. Na praça já citada, ao lado do poente, está o edificio da camara municipal, tendo á frente uma dupla escadaria, e ao lado direito a torre municipal, quadrangular e com o seu eirado. Ao centro da praça vê se uma fonte de pedra. Está tambem aqui situada a agencia do Banco de Portugal, e o hotel Açoriano, um dos melhores da cidade. Do lado do mar, começando, na praça, estende-se para o poente a Avenida Anthero do Quental, que é um delicioso passeio, principalmente nas tardes de verão. A egreja do Collegio, antigo convento dos jesuitas, é tambem um edificio notavel. A fachada do convento é larga e elevada, distinguindo-se pela grande quantidade de ornatos em relevo, de basalto, sinuosos, caracteristicos, collocados aos lados das portas e janellas, destacando-se nitidamente pela sua côr negra sobre e fundo branco da fachada Dentro da egreja, a capella mór tem importante obra de talha, em carvalho, que fórma o throno e cobre as paredes lateraes da capella O hospital está installado n'um vasto edificio do Passeio Publico, vulgarmente conhecido pelo Campo de S. Francisco. E' um estabelecimento bem montado, tendo 5 medicos para o ser-

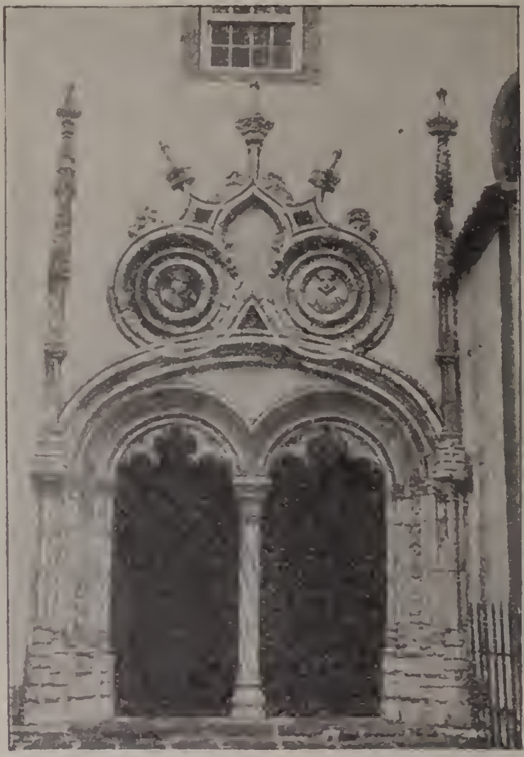

Egreja matriz de Ponta Delgada

viço dos enfermos. Pertence á Misericordia, dispondo de valiosos recursos, que alguns benemeritos lhe teem legado. Possue gabinetes: hydrotherapico, de radioscopia e de bacteriologia medica, pavilhão de operações de alta cirurgia, etc. No Campo de S. Francisco, está tambem a egreja de S. Francisco, e ao norte o convento da Esperança, onde se venera uma imagem do *Ecce Homo*, de muita devoção dos michaelenses. A imagem é riquissima, sendo o seu patrimonio valioso administrado por uma confraria de que, em regra, fazem parte as principaes individualidades da terra. O Campo de S. Francisco é o principal largo, ou praça da cidade, está arborisado e tem numerosos bancos; serve de ponto de reunião, e todos os domingos e quintas feiras ali toca a banda de infantaria n.º 26 O Theatro Michaelense é um vasto edificio de boa apparencia, situado na bliotheca. O Museu é rico em exemplares da fauna local, e está a cargo do conservador sr. Manuel Antonio de Vasconcellos, uma das glorias artisticas de S. Miguel. A bibliotheca, cujo nucleo é formado pelos livros dos extinctos conventos da ilha, tem muitas publicações modernas, figurando entre ellas a celebre livraria de Anthero do Quental, que por sua morte lh'a legou. O brazão de Ponta Delgada compõe-se d'um portico sustentado por quatro columnas, tendo no centro as armas reaes. Sobre as duas da parte interior avultam duas espheras armilares, e sobre as columnas exteriores duas tochas ardentes. Na volta do arco está no logar superior a cruz da ordem de Christo, tendo d'um lado o sol, significando a justiça, e do outro a lua, symbolisando Nossa Senhora da Conceição. Como remate do portico está uma corôa real, e por cima tres set-

Ponta Delgada—Largo João Franco

parte occidental da cidade, no local da antiga parochia de S. José. Foi construido por algumas pessoas influentes que constituiram uma sociedade por acções na importancia de 40 contos de réis. Tem bella sala com 52 camarotes, galeria, platéas e fauteuils; café e salões de passeio. Inaugurou-se em 2 de junho de 1864 com um concerto, sendo enorme a concorrencia, que enchia completamente o theatro. No anno seguinte, a 25 de março, estreou-se uma companhia dramatica, que deu uma serie de recitas. Aquelle theatro tem sido explorado por diversas companhias dramaticas e liricas, portuguezas e italianas, hespanholas, etc. O Club Michaelense é tambem um vasto edificio, situado no bairro central da cidade, sendo os seus elegantes salões sempre muito frequentados pelas pessoas da primeira sociedade michaelense. No edifidio do Lyceu estão installados o Museu de Historia Natural e uma bitas com uma palma atravessada. A cruz de Christo e as espheras são as divisas d'el-rei D. Manuel, que lhe deu a categoria de villa; as settas e a palma o emblema do martyrio de S. Sebastião, padroeiro da cidade. Em Ponta Delgada existiram 7 conventos, sendo 3 de frades e 4 de freiras. Os dos frades eram: o *Collegio dos Jesuitas*, em que já se falou, edificado em 1590, e cuja egreja se concluiu em 1666; o *Convento dos eremitas de Santo Agostinho*, que teve a primeira fundação em 1606, e a segunda com mudança de local, em 1680; e o *convento dos franciscanos*, tambem já citado, fundado primeiramente em 1525, e mudado em 1709 para o Campo de S. Francisco. Os 4 de freiras eram: *Nossa Senhora da Esperança,* construido por D. Filippa Coutinho, mulher de Rui Gonçalves da Camara, em 1541; o de *Santo André*, fundado em 1567; o de *S. João ante Portam Latinam*, edificado em 1602, e o de

Nossa Senhora da Conceição acabado em 1671. Na cidade de Ponta Delgada ha lindos jardins, dos quaes mencionaremos os principaes: O dos herdeiros do dr. José do Canto, riquissimo pela immensa variedade de plantas de diversas zonas, exemplares rarissimos, cêrca de 3:000 especies, que reune nos seus talhões recortados espaçosas ruas, a que servem de bordadura camelias, hortenses e azalias n'uma profusão surprehendente. N'este jardim observam-se bellos exemplares de palmeiras gigantes, fetos arboreos de mais de 8 metros d'altur a, carvalhos possantes, muitas plantas raras e degrande estimação. Tudo ali se desenvolve com um vigor desconhecido no clima continental. Egualmente encerra estufas de plantas exoticas. O jardim da viuva de Antonio Borges é admiravel pela graciosa phantasia com que foi delineado, offerecendo os mais bellos effeitos de paizagem. Vêem-se ali formosas avenidas de palmeiras de raras e variadas especies, notaveis fetos arbóreos, numerosas arvores exoticas, fontes rusticas, grutas, lagunas, estufas de begonias, e outras plantas ornamentaes. O palacio do conde Jacome Correia é um bello edificio, d'onde se domina toda a cidade, os campos e o mar. Destaca-se entre os massiços d'um vasto jardim, entre as arvores mais exoticas. E' elegante, espaçoso, no estylo das modernas construcções da Europa, com estatuas em nichos nos pannos das paredes ou nos angulos dos contornos, tendo no centro, como remate, um grupo Tem um rico peristilo de mosaico marmoreo, communicando com a escada principal, que é elegantissima. Ao fundo tem duas immensas galerias em semi circulo, deitando sobre terraços, tanto ao rez do chão, como no pavimento superior, as quaes são fechadas por grandes vidraças em arcaria. Esta dupla galeria communica com todos os quartos d'aquello lado, e além da sua utilidade, dá ao edificio uma feição alegre e desusada. Nos seus magnificos aposentos sobresáem os salões de baile. Do lado occidental do palacio ha uma cascata, rodeada de um roseiral. O jardim foi delineado nos moldes dos jardins inglezes. Ali se vêem enormes tapetes de relva e macissos de flôres, frondosas magnolias, palmeiras vergeis, etc. Na frente do palacio ostentam-se dois notaveis exemplares de palmeiras *jubea spectabilis*, cujos troncos cylindricos, muito regulares e eguaes, de 10 metros d'altura, parecem verdadeiras columnas toscanas. Em continuação do jardim vê-se a immensa quinta, um rico pomar de larangeiras, cujas ruas espaçosas e ajardinadas dão passagem ás carruagens das pessoas que visitam o palacio. Foi n'esta vivenda opulentissima, que se hospedaram as pessoas reaes em 1901, quando visitaram as ilhas dos Açôres. Ponta Delgada é illuminada a gaz e a luz electrica; tem escolas d'ambos os sexos, est. telegr.-post., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de recibos, letras e vales; advogados, notarios, sollicitadores, agencias bancarias, de seguros e de vapores; fiscalisação dos alcooes; exportação do ananazes, associações de beneficencia: *Anatomica Michaelense*, *De Beneficencia* e *Recreio de Classe dos Empregados do*

Ponta Delgada—Hospital

Commercio e Industria do Districto Oriental dos Açôres, de *Soccorros mutuos*, *Caixa Economica* da mesma; asylos da *Infancia desvalida* e da *Mendicidade*; fabricas de bolacha, de cal, de cêra, de cerveja, de distillação, de instrumentos de corda, de licores, de manteiga e de queijo, de moagens, de sabão, de serralherias, de tabacos; medicos, pharmacias, bibliotheca publica, hoteis, caixas economicas, casas de pasto, collegios, corpo consular: *d'Allemanha*, *Bolivia*, *Estados Unidos da America*, *Gran Bretanha*, *Monaco*, *Panamá*, *Perú*, *Venezuela*, *Austria Hungria*, *Belgica*, *Republica Argentina*, *Brazil*, *Chile*, *Mexico*, *Grecia*, *Hespanha*, *Noruega*, *Paizes Baixos*, *Dinamarca*, *Republica Dominicana*, *Russia*, *Suecia*, *Turquia*, *Uruguay*, *França* e *Italia;* Misericordia, Museu municipal. Observatorio meteorologico, posto maritimo de desinfecção, seguros de vida: *Garantia do Amazonas*, *Mutual Life*, *A Nacional*, *Portugal Previdente*; Sociedade Pro-

Ponta Delgada—Palacio Jacome Correia

pagadora de Noticias Michaelense, Atheneu Commercial, Gremio Michaelense, Associação dos Bombeiros Voluntarios; exportação de cereaes, escola de habilitação para o magisterio primario, e escola annexa; escola de desenho Gonçalo Velho Cabral, numerosos estabelecimentos de commercio e industria, etc. Os arrabaldes da cidade são de singular belleza e amenidade; por toda a parte se encontra uma pomposa e variada vegetação, entremeando-se arvores e plantas da Europa com muitas da America. Bonitas quintas de recreio, uma infinidade de pomares de laranja, bosques d'arvores silvestres, etc. A pouca distancia do termo da cidade, está o *Pico das Canarinhas*, chamado tambem *Pico das Ferrarias*. Dizem que ha ali minas de enxofre, de ferro, de salitre, e de marcasitas, ou pyrites angulosas. Um pouco afastado da cidade fica o Valle das Furnas, sitio de grande nomeada pelas curiosidades naturaes que encerra, e de muita concorrencia por causa das suas aguas thermaes (V. *Portugal*, vol. III, *Furnas*, pag. 640). No conc. da Povoação do distr. de Ponta Delgada, ha tambem as apreciadas aguas medicinaes das *Lombadas* (V. *Portugal*, vol. IV, pag. 476). O principal commercio do concelho é alcool, ananazes, assucar, cereaes, chá, laranja e gado. A cultura do chá na ilha de S. Miguel foi um importante serviço prestado à agricultura. Na cidade de Ponta Delgada está estabelecida a Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense. Esta sociedade, no seu louvavel empenho de desenvolver a industria local, procurando a exploração de qualquer producto que fizesse florescer nos Açôres, pensou em janeiro de 1843 na cultura e fabricação do chá, que tem sido uma das riquezas do imperio chinez. Na ilha de S. Miguel julga-se ter sido introduzida esta planta em 1833, anno em que foi trazida do jardim botanico do Rio de Janeiro. E' de presumir, porém, que já antes se cultivava na ilha; pelo menos, nos Açôres, a sua cultura data de 1801, em que o governador das ilhas mandou ao governo algumas plantas d'aquelle arbusto, que vegetava admiravelmente na ilha Terceira. Iniciada a idéa de explorar o chá na ilha de S. Miguel, e vencidos os embaraços pelo lado de meios pecuniarios, fôram contratados em Macau, a 13 de novembro de 1877, em nome do presidente da referida sociedade agricola, o fallecido conde da Praia da Victoria, dois chinas para irem á ilha ensaiar e ensinar a fabricação e cultura do chá. O enthusiasmo foi tal, que os michaelenses promoveram entre si uma subscripção para auxiliar as despezas a cargo da prestante e emprehendedora collectividade. Os chinas chegaram a Lisboa no transporte portuguez *Africa*, seguindo d'aqui para a ilha de S. Miguel no paquete *Luso*, chegando a Ponta Delgada a 5 de março de 1878. A sociedade já tinha montado convenientemente uma fabrica para a

exploração do chá, começando os ensaios logo a 15.do referido mez de março. A apanha da folha para as primeiras experiencias fez-se em arbustos existentes na villa da Ribeira Grande, e nos logares do Pico da Pedra, Porto Formoso, Capellas e outros. O producto de toda a fabricação considerada como ensaio, foi de 8 k. de chá verde e 10 de chá preto. A sociedade agricola encar-

Ponta Delgada—Edificio thermal das Furnas

regou um seu empregado de estudar o fabrico do chá, e nomeou uma commissão para dirigir estes trabalhos. A sociedade agricola e o seu empregado fizeram executar varios processos descriptos por autores, taes como: Fr. Leandro do Sacramento, quo publicou em 1824 uma memoria no Rio de Janeiro, impressa na ilha em 1879, e os escriptores inglezes: Samuel Ball e Money. A conselho dos chinas, a sociedade mandou vir em '878 plantas para aromatizar o chá verde; vieram do Macau a *Jasminum grandiflorum* ou *Vambac*, e *malva vaccionides*. Não chegaram, porém, a ser utilisadas na fabricação. Na primavera de 1879, em que continuaram os ensaios, fabricou-se cêrca de 70 k. de chá, na sua maioria preto. A variedade era: preto, verde, ponta branca e o chamado do povo. Sobre as primeiras experiencias publicou um relatorio a commissão encarregada de as dirigir, e nomeada pela Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense, em 5 de fevereiro de 1879. As experiencias a quo depois se procedeu, deram sempre os melhores resultados, e hoje o fabrico do chá é uma das industrias mais importantes da ilha de S. Miguel.

Ponta Delgada *(Jornaes publicados em). Academico (O)*, 12 março a 30 maio, 1885; *Academicos (Os)*, 5 março, 1901; *Açôres (Os)*, 21 fevereiro, 1904; *Açoriano Oriental (O)*, 18 abril, 1835. Em publicação, dezembro, 1910; *Actualidade*, 5 janeiro, 1896; *Actualidade (A)*, 3 outubro, 1897; *Agricultor Açoriano*, janeiro 1894 a dezembro, 1895; *Agricultor Michaelense (O)*, 20 outubro, 1843, a março, 1852; *Alarme (O)*, 5 setembro, 1907; *Album do Binoculo*, 6 junho, 1883; *Alcyon (O)*, 1 março, 1867 a fins de maio, 1868. E' sequencia da *Esmeralda Atlantica* e do *Commercio dos Açôres; Amigo do Povo (O)*, 17 setembro, 1871 a 26 novembro, 1872; *Apepinador (O)*, 3 agosto, 1896; *Arauto (O)*, 1 janeiro, 1905; *Archivo dos Açôres (O)*, maio, 1878 a dezembro, 1894. Em 1904 reappareceu, tendo até dezembro, 1909 sómente dois n.ºs publicados; *Archivo Açoriano (O)*, 1 outubro, 1856 a 15 dezembre, 1858; *Archivo Medico*, janeiro, 1901; *Artista (O)*, 26 fevereiro, 1877 a 16 maio, 1880; *Aurora dos Açôres (A)*, 5 julho, 1854 a 27 janeiro, 1867; *Aurora d'Além-Tumulo (A)*, 13 fevereiro a 14 março, 1879; *Autonomia dos Açôres*, 5 março, 1893; *Automico (O)*, 1898; *Azurrague (O)*, 21 janeiro a 28 de fevereiro, 1885; *Baratissimo (O)*, abril, 1849; em 1854 ainda se publicava; *Bem Publico (O)*, 1 janeiro, 1871 a 7 novembro, 1872; *Bibliotheca Instructiva*, 6 janeiro, 1868 a 23 março, 1868; *Binoculo (O)*, 1 maio, 1882 a 13 junho, 1884; *Birimbau (O)*, 1 janeiro, 1891; poucos n.ºs se publicaram; *Boletim d'Annuncios* da *Esmeralda Atlantica*, abril, 1864 a18 junho, 1885; foi substituido pela *Gazetilha Semanal; Boletim Contemporaneo*, 21 fevereiro, 1885 a 3 junho, 1886; *Boletim Mensal do Porto Artificial de Ponta Delgada*, agosto 1866 até 1867, sendo transferido no Boletim que se segue; *Boletim Official da Junta Administrativa das Obras do*

Ponta Delgada—As furnas

Porto Artificial de Ponta Delgada, dezembro, 1867 até 1873; *Boletim da Sociedade Promotora d'Agricultura Michaelense*, janeiro, de 1881 a 1883; *Boletim da Sociedade Propagadora de Noticias Michaelense*, 24 de dezembro, de 1905; *Bom Conselheiro (O)*, 1894; *Campeão Popular (O)*, junho, 1889; *Campeão Liberal (O)*, 10 janeiro, 1864 a 4 agosto, 1867; *Caridade (A)*, 24 agos-

to, 1883 a 22 novembro, 1884; *Campeão Popular*, junho, 1889; *Caridade (A)*, 24 agosto, 1883; *Cartista dos Açôres (O)*, 27 fevereiro, 1845 a 14 novembro, 1850; *Catholico (O)*, 9 outubro, 1905; *Chronica Semanario dos Açôres*, titulo com que se publicaram em Ponta Delgada os n.ºˢ 39, 40 e 41 correspondentes a 4, 9 e 29 de maio de 1832, e seu supplemento (sem data) da *Chronica Semanario da Terceira*, que assim tem prioridade na imprensa periodica michaelense; *Chronica dos Açôres (A)*, 20 março a 7 agosto, 1867; *Civilisação (A)*, 13 novembro, 1875 a 30 setembro, 1882; *Civilisador (O)*, 5 março, 1887 a 1888; *Clamôr Artistico (O)*, 5 novembro, 1867 a 28 fevereiro, 1869; foi substituido pela *Democracia*; *Clamôr Popular (O)*, 1894; *Commercio dos Açôres*, 26 maio, 1866 a 15 janeiro, 1867; seguiu-se-lhe *O Pavilhão Nacional*; *Commercio Michaelense (O)*, 8 janeiro, 1895; *Constitucional Michaelense (O)*, 24 setembro a dezembro, 1835; foi substituido pelo *Patriota*; *Convicção (A)*, 20 agosto, 1864 a 4 fevereiro, 1865; *Correio de Lisboa*, 1 janeiro, 1875 a 15 junho, 1881; *Correio Michaelense (O)*, 12 setembro, 1846 a 16 setembro, 1881; *Correio Michaelense*, 16 junho, 1889; em publicação, 1910; *Correspondencia dos Açôres*, 2 março, a 28 maio, 1867; *Cosmopolita (O)*, 3 maio, 1874 a 4 julho, 1875; *Cosmorama (O)*, 30 novembro, 1862 a 1868; não deu n.º algum nos annos de 1866 e 1867; *Cri-Cri*, 23 fevereiro, 1888; *Cultivador (O)*, 1873; *Cultivador (O)*, 15 janeiro, 1873 a junho, 1876; *Cultivador de Ananazes*, abril, 1903; *Debate (O)*, 1906; *Defeza (A)*, 6 dezembro, 1884 a 3 janeiro, 1885; *Defensor da Patria*, 7 outubro, 1856 a 6 março 1890; *Defensor do Trabalho*, 29 setembro, 1869 a 5 julho, 1872; *Defeza (A)*, 6 dezembro, 1884 a 3 janeiro, 1885; *Defeza (A)*, 17 maio, 1906; *Descentralisação (A)*, 4 novembro, 1898; *Democracia*, 7 março, 1869 a 8 agosto, 1870; este jornal é a sequencia do *Clamôr Artistico*; *Democrito (O)*, 20 junho a 5 julho, 1874; *Descentralisação*, 1898; *Diario dos Açôres*, 5 fevereiro, 1870 a 11 junho, 18 1; em que se chrismou com o titulo *Novo Diario dos Açôres; Diario de Annuncios*, 2 janeiro, 1885 a 2 outubro, 1886; *Diario de Noticias*, 1 julho, 1869 a 9 janeiro, 1870; *Diario de Niticias Illustrado*, 1 março, a 15 abril, 1880; *Direito Popular (O)*, 15 março, 1867 a 2 maio, 1868; *Direito Social (O)*, 2 janeiro 1880 a 30 julho, 1881; *Districto (O)*, 5 julho, 1906; *Domingo (O)*, 5 junho, 1904; *Ecco Civilisador*, 19 junho, 1870 a 15 janeiro, 1871; *Ecco Liberal (O)*, 26 setembro, 1868 a 10 junho, 1869, *Ecco da Liberdade*, 16 julho, 1877 a 2 janeiro, 1878; *Ecco Michaelense*, julho, 1870 a 1 novembro, 1884; *Ecco Social (O)*, 31 maio, 1864 a 9 janeiro, 1869; *Epoca (A)*, 10 setembro, 1881 a 26 agosto, 1885; *Esmeralda Atlantica*, abril, 1864; *Esperança (A)*, 5 janeiro, a 1 março, 1874; *Espirro (O)*, 1 novembro a 20 dezembro, 1882; *Estimulo (O)*, 4 agosto, 1907; *Estrella Oriental (A)*, 28 maio, 1856 a março, 1866; *Estrella Oriental (A)*, 26 setembro, 1869; continuara em 1894; *Euterpe*, novembro, 1874; não passou do primeiro numero; *Extorismos*, 1894; *Faisca (A)*, 7 janeiro, a 31 agosto, 1881; *Figaro (O)*, 6 outubro, 1889; *Flôres Litterarias*, abril, 1854 a 4 julho, 1855; *Folha (A)*, 5 outubro, 1902; em publicação, dezembro, 1910; *Forum*, 9 março, 1867 a 9 setembro, 1869; seguiu-se-lhe o *Pyrilampo; Futuro (O)*, 11 fevereiro a 1 setembro, 1881; *Futuro (O)*, 14 outubro, 1889; *Galeria do Pist!*, saiu um unico n.º em fins de 1886; *Gazeta Açoriana*, 10 janeiro a 30 abril, 1883; *Gazeta Michaelense*, 5 janeiro, 1902; *Gazeta de Noticias*, janeiro, 1889; *Gazeta do Povo*, 23 julho, 1867 a 26 dezembro, 1870; *Gazeta do Povo*, 21 janeiro, a 20 fevereiro, 1882; *Gazeta da Relação*, 21 abril, 1868; em publicação, dezembro, 1910; *Gazeta Telegrapho Postal*, 25 outubro, 1894; *Gazetilha Semanal*, 18 junho, a 16 julho, 1861; era annexa á *Esmeralda Atlantica*; *Gratuito (O)*, 1852; *Gremio Recreativo*, 8 janeiro, 1865; publicou se um só numero; *Heraldo*, 16 agosto, 1903; *Heraldo (O)*, 7 maio, 1899; *Ideia Popular (A)*, 12 fevereiro, a 13 maio, 1879; *Ilha (A)*, 25 março, 1852 a 23 março, 1868; *Ilha (A)*, 1897; *Informador (O)*, 5 agosto, 1888; em 1894 ainda se publicava; *Interesse Publico*, 6 outubro, 1904; *Jornal d'Annuncios*, 3 julho, 1876 a 14 janeiro, 1877; os n.ºˢ 1 e 2 teem a data errada, pois n'elles está impresso *1873; Jornal Gratuito*, fevereiro, 1849; *Jornal de Noticias*, teve dois numeros primeiros, um de 15 junho, 1871, e outro 15 outubro 1872; publicou-se até 13 outubro, 1875; *Justiça (A)*, 5 a 29 novembro, 1883; *Lethes (O)*, dezembro, 1904; *Liberal (O)*, 5 julho, 1907; *Liberdade (A)*, 29 março, a 21 setembro, 1873; *Lide (A)*, 1891; em 1898 ainda se publicava; *Localista (O)*, 6 setembro, 1900; *Lusbel*, 2 fevereiro a 17 maio, 1868; *Melrinho (O)*, 3 fevereiro, 1853 a 14 maio, 1879; *Mensageiro Seraphico*, janeiro, a fevereiro, 1885; *Meteóro (O)*, 3 maio, a 12 novembro, 1858; *Michaelense (O)*, 29 setembro, 1868 a 15 janeiro, 1869; *Michaelense (O)*, 2 maio a 8 novembro, 1874; *Michaelense (O)*, 1 janeiro, 1905; *Micros*, 10 novembro, 1890; *Miscellanea Michaelense (A)*, 27 agosto, 1836 a 29 setembro, 1837; *Missão (A)*, 1 março, a 1 agosto, 1867; *Mocidade (A)*, 1910; *Monitor (O)*, 6 fevereiro, 1839 a 27 março, 1844; *Monitor (O)*, 15 agosto, 1867 a 25 janeiro, 1868; *Noticiador (O)*, 19 junho a 25 outubro, 1851; *Noticiador (O)*, 30 janeiro, 1853 a 22 março, 1854; *Noticiarista*, 3 março, 1880 a 17 julho, 1881; *Noticioso e Romantico*, 1 junho a 16 setembro, 1876; *Nova (A)*, 18 maio, 1902; *Novo Diario dos Açôres (O)*, 25 junho, 1885; *Novo Diario do Circo de Verão*, 27 fevereiro, 1898; *Novo Micros (O)*, 9 novembro, 1896; *Novos (Os)*, 7 março, 1905; *Oculo (O)*, 31 novembro a 8 dezembro, 1882; *Oculo (O)*, 6 maio, 1905; *Opinião Publica (A)*, 17 março, 1866 a janeiro, 1867; *Opinião Publica (A)*, 4 novembro, 1882 a 31 dezembro, 1883, *Pae Paulino (O)*, 10 maio, 1888; em 1892 ainda se publicava; *Paizagens e Costumes dos Açôres*, fevereiro a abril, 1884; *Palavra (A)*, 5 dezembro, 1900; *Partido Popular (O)*, 2 agosto, 1875 a 19 abril, 1879; *Patriota (O)*, 30 dezembro, 1835 a 27 abril, 1836; *Patriota (O)*, 16 novembro, 1877 a 4 janeiro, 1878; *Pavilhão Nacional (O)*, 12 março a 1 junho, 1868; é sequencia do *Commercio dos Açôres*; *Persuasão (A)*, 1 janeiro, 1862; em publicação, dezembro, 1910; *Petiz (O)*, 7 junho, 1894; poucos numeros se publicaram; *Philologo (O)*, 1 janeiro a 15 de junho de 1844; *Pigmeu (O)*, julho de 1893; *Pigmeu (O)*, janeiro a setembro de 1894; *Pimpão (O)*, 1 de outubro de 1889 a 13 abril, 1890; *Pist!*, 18 novembro, 1886 a 27 setembro, 1887; *Plebe (A)*, 4 março, 1907; *Povo Açoriano (O)*, 31 março, 1886; em 1889 ainda se publicava; *Pimpão (O)*, 1 outubro, 1889; *Preto no Bran-*

co (O), 2 janeiro, 1896; *Progresso*, 11 julho, 1867 a 3 outubro, 1869; *Pyrilampo (O)*, 9 janeiro, 1868 a 27 fevereiro, 1869; sequencia do *Forum*; *Quinzena (A)*, 1890; *Rabeca do Diabo*; 20 outubro, 1889; *Raio (O)*, 10 setembro, 1883 a 7 outubro, 1884; *Recreio das Salas (O)*, novembro, 1858; *Regeneração (A)*, 5 novembro, 1900; *Reporter*, 7 dezembro, 1890; em publicação, dezembro, 1910; *Revista Michaelense*, 1 janeiro, 1851 a 18 março, 1852; *Republica (A)*, 11 junho, 1873 a 6 agosto, 1874; *Republica Federal (A)*, 17 abril, 1880 a 28 agosto, 1888; *Revista dos Açôres*, 1 janeiro, 1851; *Revista Açoriana (A)*, 2 janeiro, 1853 a 13 dezembro, 1856; *Revista Michaelense*, 1 janeiro, 1851 a 18 março, 1852; *Revista Pedagogica*, 1 abril, 1906; em dezembro, 1908, ainda se publicava; *Santelmo (O)*, 15 janeiro, 1859 a 31 outubro, 1860; *São Miguel*, 3 junho, 1905; em publicação, dezembro, 1910; *Semana (A)*, 19 agosto, 1869 a 26 janeiro, 1870; *Semana (A)*, 21 julho, 1889; *Semanario Burlesco*, 20 março a 21 maio, 1874; mudou o nome para o de *Democrito*; *Sinapismo (O)*, 6 janeiro, 1886 a 1887; *Sociedade Amisade*, 1880; *Sul (O)*, 1897; *Tela (A)*, março, 1894; *Templo (O)*, 15 setembro, 1856 a 31 agosto, 1858; *Tempo (O)*, 24 novembro, 1876 a 24 junho, 1877; *Tio Braz (O)*, 1 agosto, 1885 a 27 março, 1886; *Tio Braz Junior (O)*, 7 abril, 1888 a 2 junho, 1889; *Trabalho (O)*, 23 maio, 1903; *Tribuna (A)*, 7 abril, 1902; *Tribuna Christã*, 15 maio, 1873 a 31 agosto, 1874; *Typographo (O)*, 11 novembro, 1866 a 30 junho, 1867; *União (A)*, 19 fevereiro, 1857 a 6 junho, 1861; *Universo (O)*, 7 maio, 1905; *Vanguarda*, fevereiro, 1889; *Vara da Justiça (A)*, 6 junho, 1891; *Vardasca (A)*, 9 junho, 1882 a 3 junho, 1883; *Ventosa (A)*, 2 agosto a 30 outubro, 1880; foi continuado pela *Ventosa Sarjada*; *Ventosa Sarjada (A)*, 6 novembro, 1880; sequencia da *Ventosa*; *Verdade (A)*, 7 fevereiro a 24 agosto, 1849; *Vida Nova*, 1910; *Visitante (O)*, 4 maio, a 31 agosto, 1886; *Vontade do Povo (A)*, 1 abril, a 30 agosto, 1882; *Voz da Liberdade*, 7 fevereiro, 1867 a 4 outubro, 1868; *Voz da Liberdade (A)*, 1 abril, a 20 maio, 1869; *Voz do Povo (A)*, 29 junho, 1879 a 1 julho, 1881; *Voz do Progresso (A)*, 1 dezembro, 1877 a 1 março, 1879; *Voz da Verdade (A)*, 28 agosto, 1867 a 1 setembro, 1875; *Zé Braz*, 29 novembro, 1891; *Zé Carreca (O)*, 8 dezembro, 1889 —Numeros unicos: *Alhandra*, março, 1885; *Camões*, 10 junho, 1880; *Festa das Creanças (A)*, 18 outubro, 1891; *Ivens e Capello*, 6 dezembro, 1885; *Michaelenses a Victor Hugo*, 25 julho, 1885; *S. Miguel (Ilha) ao Porto*, 29 abril, 1888.

Ponta Delgada Pov. e freg. de S. Pedro, da ilha das Flôres, conc. e com. de Santa Cruz das Flôres, distr. de Horta, bisp. de Angra do Heroismo, 215 fog. e 882 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. postr. Dista 25 k da séde do conc. E' uma grande pov. virada a NE, em terreno elevado, á beira mar. Produz cereaes, e cria gado. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. ‖ Pov. e freg. do Bom Jesus, da ilha da Madeira, conc. e com. de S. Vicente, distr. e bisp. do Funchal; 321 fog e 1:297 hab. Tem est. post , medico, e uma fabrica de distillação d'aguardente de canna d'assucar; romaria no primeiro domingo de setembro á egreja do Bom Jesus, que costuma ser muito concorrida E' um pequeno porto muito desabrigado. Produz fructas, legumes e vinho. Pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.º 27, com a séde no Funchal.

Ponta de D. João. Ponta da ilha Macarira ou de D. João, na prov. de Macau, Asia.

Ponta da Fajã. Ilha das Flôres; pov. na freguezia de S. José, de Fajã Grande, conc. de Lagens das Flôres, distr. de Horta.

Ponta da Ferraria. Pov. do conc. e distr. de Ponta Delgada, Açôres. Semaphoro.

Ponta Garça. Pov e freg. do N. S.ª da Piedade, da ilha de S. Miguel, conc. e com. de Villa Franca de Campo, distr. de Ponta Delgada, bispado de Angra do Heroismo, Açôres; 725 fog. e 3:031 hab. Tem est. post. e escolas d'ambos os sexos. Está situada á beira-mar, em terreno plano, a 10 k. ao NE da séde do conc. Tem por dependencia a pov. de Ribeira Quente. Foi relativamente prospera, quando cultivava o papel e fabricava assucar. Hoje cultiva trigo, milho e vinho, cria gado, e uma parte da população entrega-se á pesca. A pov. pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 26, com a séde em Ponta Delgada.

Ponta da Ilha. Ilha do Pico; pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Piedade, conc. do Lageus do Pico, distr. de Horta.

Ponta de Leste. Pov. da freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ponta de Lomba. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ponta Maria Ponta d'uma das ilhas da Taipa, na prov. de Macau, Asia.

Ponta da Mina. Ponta situada na costa E da ilha do Principe, Africa Occidental. Fica dentro da bahia de Santo Antonio, a cêrca de 2 k ao ONO da ponta da Praia Salgada, que é o limite S d'aquella bahia, e está edificada n'ella uma fortaleza formada por duas baterias, a do Principe e a Real, mandada construir em 1695 por D. Pedro II, e que não estava ainda concluida quando os francezes a destruiram em 1706. Reedificada depois pela Companhia de Cacheu e Cabo Verde, é uma das que defendem a cidade de Santo Antonio, capital da ilha do Principe.

Ponta Moreira. Pov. da freg, de N. S.ª da Luz, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ponta do Mouro. Pov. na freg. do Salvador, de Barbeita, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Ponta do Padrão. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Ponta do Pargo. Ilha da Madeira; pov. e freguezia de S. Pedro, conc. da Calheta, com. do Ponta do Sol, distr. e bisp. do Funchal; 540 fog. 2:344 hab. Tem escola e est. post e semaphoro. Até 1871 foi do conc. de Porto Moniz Pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.º 27, com a sédo no Funchal.

Ponta da Piedade. Freg. de N. S.ª da Piedade, do conc. o com. de Lagens do Pico, distr. de Horta, bisp. de Angra do Heroismo, Açôres; 511 fog. e 2:138 hab. Tem escolas d'ambos os sexos o est. post. E' uma das mais populosas povoações da ilha; está bem situada na ponta SSE, em planicie lavada de bons ares, a 35 k. das La-

gens do Pico, capital da ilha A população entregava-se n'outros tempos á apicultura, e fazia do mel o seu principal ramo de commercio de exportação; hoje cultiva os cereaes, cria gado, e entrega se tambem á pesca.

Ponta Preta *(Pico da)*. Monte situado na costa S da ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Ponta Raza *(Arrabalde da)*. Ilha do Pico; pov. na freg. de S. João, conc de Lagens do Pico, distr. de Horta.

Ponta da Ribeira Pov. da freg do Santissimo Nome de Jesus, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ponta Romão. Pov. na freg. de S. João Baptista, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ponta Rota. Ponta da ilha Macarira ou D. João, na prov. de Macau, Asia.

Ponta Ruiva. Ilha das Flôres; pov. na freg. de N. S.ª do Pilar, de Cedros, conc. de Santa Cruz das Flôres, distr. de Horta. Está situada na costa E da referida ilha.

Ponta de S. Francisco. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da Praia, archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ponta de S. Lourenço. Ilha da Madeira; pov na freg. de S. Sebastião, de Caniçal, conc. de Machico, distr. e bisp. do Funchal. Tem semaphoro.

Ponta da Serra. Ilha de S Jorge; pov. na freg. do S. Lazaro, de Norte Pequeno, conc. de Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Ponta do Sol Villa da ilha da Madeira, séde de conc. e de com., distr. e bisp. do Funchal, Relação de Lisboa. Tem uma só freg., N. S.ª da Luz. Está situada na costa S da ilha, a 15 k. da villa da Calheta. E' fundação muito antiga. Tem um bom caes de desembarque pelos lados L e O, e um pequeno porto desabrigado dos ventos do quadrante SO. A pov. é muito industrial, fabrica muito boa manteiga de leite de vacca, e obras de verga muito apreciadas no continente. Tem uma fonte publica de agua potavel magnifica; escolas d'ambos os sexos, est. telegr.-post. com serviço de valores declarados, encommendas pos taes, cobrança de titulos, letras e vales; advogados, casa de pasto, conservatoria, fabricas de distillação de aguardente, de manteiga, de massas e de queijos; medicos, pharmacias, notarios, subdelegado de saude, *Philarmonica Pontasolense do Principe d'Oldemburgo;* estabelecimentos commerciaes e industriaes, etc. A villa pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.º 27, com a séde no Funchal. O nome de Ponta do Sol foi-lhe dado, porque a rocha de longe figurava nos seus viciros um sol. Quando Gonçalo Zarco, descobridor da ilha da Madeira, ali chegou, resolveu fundar n'esse sitio a segunda villa da ilha. O conc. de Ponta do Sol comprehende 6 freguezias, com 4:213 fog. e 18:973 hab., sendo 9:195 do sexo masc. e 9:778 do fem.: As freguezias são: N. S.ª da Piedade, de Canhas, 3:710 hab.: 1:805 do sexo masc. e 1:905 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Magdalena do Mar, 1:032 hab.: 521 do sexo masc. e 511 do feminino; N. S.ª da Luz, de Ponta do Sol, 5:619 hab.: 2:733 do sexo masc. e 2:916 do fem.; S Bento, de Ribeira Brava, 4:791 hab.: 2:302 do sexo masc. e 2:489 do fem.; N. S.ª d'Ajuda, de Serra d'Agua, 1:631 hab.: 788 do sexo masc. e 843 do fem.; Santissima Trindade, de Tabúa, 2:160 hab.: 1:046 do sexo masc. e 1:114 do fem. O principal commercio do conc. é manteiga, vinho de peros, bordados, gados, aguardente de canna doce e trigo. || Ponta da ilha de Santo Antão, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Fica no extremo N da ilha, é o seu principal ponto de desembarque e o mais frequentado de embarcações, por ser o que fica mais perto e de mais facil communicação com a Ribeira Grande, a villa mais importante da ilha. Este porto é uma pequena, mas segura obra sómente aberta aos ventos de NO, mas d'um desembarque mau, difficil e até perigoso sem pratico, principalmente quando o mar rebenta com força n'uma restinga chamada Cavallo Branco, que se estende 220 m. pelo mar dentro. Tambem é chamado *Porta do Sol.* || Pov. da freg de N. S.ª do Rosario, no conc. e ilha de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Fica junto do Porto do Sol, e está ligada a Riboira Grande, de que dista 4 ou 5 k. do desembarque, por uma boa estrada.

Ponta Vermelha. Villa do distr. de Lourenço Marques, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está hoje comprehendida na cidade de Lourenço Marques. Pharol collocado a 48 m. acima do nivel do mar, illumiuando com luz branca um sector que cobre 224º do horisonte, e comprehende um sector vermelho de 4,º4, cujo eixo se marca por 83º S-O-S E. E' visivel a 17 milhas e está collocado n'uma torre de alvenaria com 18 m. d'altura. Balisa d'alvenaria, quadrangular, com 14,m5 d'altura, a 415 m. do pharol. Baixo com uma boia cylindrica, vermelha, encimada por um pharolim de luz verde, fundada com 3,5 braças e collocada na orla do mesmo baixo.

Pontal. Povoações nas freguezias: S. Pedro, conc. e distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || Ilha Graciosa; N. S.ª de Guadalupe, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo.

Pontalão (*Monte do*). Na freg. de Sant'Anna da Serra, concelho de Ourique, districto de Beja

Pontão. Pov. na freg. de Santa Maria, de Oliveira, concelho de Mesão Frio, districto de Villa Real.

Pontarrinhos. Pov. na freg. de S. Miguel, de Silvares, concelho de Louzada, districto do Porto.

Pontas Negras. Ilha do Pico; pov. na freg. de Santa Barbara, de Ribeiras, conc. de Lagens do Pico, distr. de Horta.

Ponte *(Antonio José de Mello e Torres, 3.º conde da)*. Senhor das villas de Sande e da Ponte, commendador das commendas de S. Salvador de Fornellos e de S. Thiago de Grilho, no arcebispado de Braga, de S. Pedro Fins, no bispado do Porto, de S. Miguel dos Fornos, e de S. Martinho de Freixedas no de Vizeu; de Nossa Senhora dos Açougues, de Evora, na ordem de Christo; alcaide-mór do Terena, e védor da casa da princeza do Brazil, D. Marianna Victoria, mulher do principe, mais tarde rei D. José I. N. a 13 de junho de 1686, fal. a 9 de fevereiro de 17?4. Era filho dos 2.ºs condes da Ponte, Garcia de Mello e Torres e D. Maria Caetana de Mene-

zes Casou em 1703 com D. Anna Maria Coutinho, dama do Paço, filha dos 2.os marquezes de Cascaes, que fal. sem successão a 28 de julho de 1743. Passou a segundas nupcias a 28 de fevereiro de 1745, com D. Anna Joaquina de Lencastre, filha de João Saldanha. D'este matrimonio tambem não houve successão. O brazão dos condes da Ponte é o seguinte: Escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Saldanhas: Em campo vermelho uma torre de prata, com portas e frestas de azul, lavrada de preto, coberta de azul, e uma cruz de ouro em cima; no segundo quartel as dos Gamas: Escudo xadrezado de ouro e vermelho, de tres peças em faxa e cinco em pala, oito de ouro e sete vermelhas acoticadas com duas faxas de prata; tendo ao centro um escudete com as armas reaes; no terceiro quartel as dos Mellos: Em campo vermelho seis bezantes de prata entre uma doble cruz, e uma bordadura de ouro; no quarto quartel as dos Torres: Em campo vermelho cinco torres de ouro em aspa; timbre, a torre dos Saldanhas. Não pudemos obter informações ácêrca do 4.° condo da Ponte.

Ponte (*Domingos da*). Era um bravo minhoto, que tinha a alcunha de *O Gallego*, que pelo seu valor e feitos militares, chegou a ser um dos homens principaes do seu tempo. N. na freg. dos Pinheiros, no concelho de Mousão Em creança fugiu de casa dos paes, e andando de terra em terra foi ter á Allemanha, onde serviu n'um regimento de couraceiros, cavallaria, de que era coronel o infante D. Duarte, irmão d'el-rei D. João IV, e chegou ao posto de alferes, por se distinguir em alguns combates. Sendo acclamado D. João IV, em 1640, regressou á patria fazendo com a maior bravura toda a guerra da Restauração, chegando ao posto de general de cavallaria, na provincia de Traz-os-Montes. Em recompensa foi feito fidalgo da Casa Real e commendador da ordem de Christo.

Ponte (*Garcia de Mello e Torres, 2.° conde da*). Alcaide-mór de Terena, commendador de Santa Maria de Montemór-o-Novo e de S. Pedro Fins de Bragança na ordem de Christo, etc. Fal. a 5 de janeiro de 1703. Era filho do 1.° conde da Ponte e 1.° marquez de Sande, Francisco Mello e Torres, e de sua mulher e sobrinha D. Leonor Manrique. Herdou toda a casa de seu pae, e el-rei D. Affonso VI, por carta de 10 de outubro de 1665, lhe fez mercê do condado da Ponte, de juro, dispensado duas vezes na Lei Mental. Casou em 2 de fevereiro de 1671 com D. Maria Caetana de Menezes, filha dos 1.os marquezes de Niza, D. Vasco Luiz da Gama e D. Ignez de Noronha.

Ponte (*Francisco de Mello e Torres, 1.° conde da*). Foi tambem o 1.° marquez de Sande. V. *este titulo.*

Ponte (*D. João Baptista da*). Bacharel formado em Direito Pontificio pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa a 9 de setembro de 1677, fal. a 2 de outubro de 1741. Era filho de Antonio Ponte e de Barbara Carnelles. Foi juiz da villa de Freixo de Espada á Cinta. Na Academia dos Anonymos, instituida em 1698, foi censor e secretario. Ordenado de presbytero em 1715, sendo protonotario apostolico e juiz do tribunal da Legacia, o nomeou o bispo de Lamego D. Nuno Alvares Pereira de Mello abbade da egreja de S. Pedro, de Esther, promotor, desembargador e visitador do seu bispado. Em 1731 deixou a abbadia, e entrou para o instituto dos clerigos reformados theatinos, no convento dos Caetanos, de Lisboa, professando solemnemente a 26 de março de 1732, com dispensa pontificia do noviciado de 6 mezes, quando contava já 55 annos de edade. Deixou impressas algumas composições poeticas, e em manuscripto 1 um volume de sermões varios.

Ponte (*João de Saldanha da Gama Mello Torres Guedes de Brito, 6.° conde da*). Senhor de Assequins, commendador da ordem de Christo, governador e capitão general da Bahia, major de cavallaria, etc. N. a 1 de dezembro de 1773, fal. a 24 de maio de 1809. Era filho de Manuel Saldanha da Gama. Succedeu no titulo e senhorios, etc. a sua prima, a 5.ª condessa da Ponte, e a seu pae, no engenho de assucar de Accupe, e mais bens, na capitania da Bahia. Foi nomeado governador da provincia da Bahia a 14 de dezembro de 1805, em substituição de Francisco da Cunha Menezes. Estava exercendo esse governo, quando a 19 de janeiro de 1808 appareceu deante da cidade a esquadra anglo-portugueza que conduzia o principe regente D. João e a familia real. O conde da Ponte foi recebel-os com grande surpreza, e foi depois um dos que instaram para que a familia real fizesse de novo da Bahia a capital do Brazil, que seria tambem então a capital da monarchia portugueza, mas o principe D. João seguiu para o Rio de Janeiro, e o conde da Ponte ficou exercendo o governo da provincia, que conservava ainda quando falleceu. Casou a 10 de maio de 1796 com D. Maria Constança de Saldanha Oliveira e Daun, filha dos 1.os condes de Rio Maior.

Ponte (*João de Saldanha da Gama Mello Torres Guedes de Brito, 8.° conde da*). Gentil homem e védor da Casa Real; par do reino, grancruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e das ordens estrangeiras da Aguia Vermelha da Prussia; de S. Mauricio e S. Lazaro e da Corôa de Italia; de Leopoldo da Belgica; de Carlos III de Hespauha; de Alberto o Valoroso da Saxonia; da Corôa de Ferro da Austria; da Rosa do Brazil; commendador da de S. Fernando de Hespanha. N. no Rio de Janeiro a 25 de agosto de 1816, fal. em Lisboa a 27 de junho de 1874. Era filho dos 7.os condes da Ponte. Succedeu a seu pae na casa, e no pariato em 1852. Foi nomeado em 1853 governador civil de Lisboa, e em 1858 ou 1859 védor da Casa Real. Entrou com grandes idéas de reforma, idéas que se lhe attribuiram, mas que a pratica não justificou. As profundas antipathias que inspirava pelo seu modo secco e reservado, pelas suas maneiras excessivamente inglezas, designaram-n'o á colera do povo, quando as mortes successivas de D. Pedro V e dos infantes seus irmãos, D. Fernando e D. João, originaram suspeitas de envenenamento, que deram logar aos tumultos do Natal de 1861, em que o conde da Ponte foi maltratado á porta do paço. Casou a 8 de janeiro de 1840 com D. Maria Thereza de Sousa Botelho Mourão e Vasconcellos, filha dos 1.os condes de Villa Real.

Ponte (*José Antonio de Sousa Saldanha de Menezes e Castro, 5.° conde da*). Gentil homem da camara de D. Maria I, mordomo-mór de el-rei D. Pedro III, brigadeiro chefe do regimento de

Peniche, que fal. a 25 de maio de 1785. Casou a 18 de junho de 1758, com D. Leonor de Saldanha Mascarenhas Mello e Torres.

Ponte *(José Freire da)*. Medico, que floresceu nos fins do seculo XVIII e principio do XIX. Traduziu em prosa do inglez as *Meditações do dr. James Hervey sobre as sepulturas, e sobre varios objectos*, Lisboa, 1805, sendo esta edição já a terceira. N'este volume publicou a traducção, tambem em prosa, da celebre elegia de Thomaz Gray, *O Cemiterio da aldeia*.

Pontes *(Manuel Maria José Ferrão Castello Branco, 9.° conde da)*. 1.° tenente da armada, ajudante instructor da Escola Naval. N. em 31 de julho de 1874; assentou praça como aspirante de 2.ª classe, a 7 de novembro de 1890, sendo promovido a aspirante de 1.ª classe a 3 de novembro de 1894, a guarda-marinha em 17 de outubro de 1895, a 2.° tenente a 6 de maio de 1897, e a 1.° tenente em 21 de novembro de 1906. E' cavalleiro das ordens de Aviz e da Torre e Espada, e possue a medalha de ouro de serviços distinctos, e as de prata de bons serviços no ultramar e de comportamento exemplar. Recebeu o titulo de conde, por carta de 26 de maio de 1898.

Ponte *(Manuel de Saldanha da Gama Mello Torres Guedes de Brito, 7.° conde da)*. Gentil homem da camara de D. João VI, senhor de Assequins, par do reino, commendador da ordem de Christo, ministro da guerra, coronel de cavallaria, etc. N. a 1 de março de 1797, fal. a 30 de maio de 1852. Era filho dos 6.os condes da Ponte. Encontrou por assim dizer no berço o posto de coronel de cavallaria. Em 1820 foi nomeado governador e capitão general do Pará, cargo que não chegou a exercer, porque os acontecimentos da metropole n'esse anno puzeram aquella provincia brazileira em effervescencia, e entregaram os seus destinos a uma junta revolucionaria. Em 1826 foi nomeado par do reino, e a 2 de julho de 1827 foi chamado pela infanta D. Izabel Maria ao ministerio, encarregando-o da pasta da guerra, cargo que exerceu pouco tempo, porque se demittiu a 7 de setembro d'esse anno. Conservou-se depois afastado da politica, até que fal. Casou a 9 de outubro de 1815 com D. Joaquina de Castello Branco, filha dos 1.os marquezes de Bellas. Publicou: *Collecção das manobras mais faceis e necessarias a um corpo de cavallaria.*

Ponte *(P. Sebastião do Valle)*. Deão da sé da Bahia, desembargador da relação ecclesiastica, provisor e vigario geral do arcebispado, etc. Fal. em 10 de abril de 1736. Escreveu: *Sermão de acção de graças que na Sé Cathedral da Bahia se celebrou pelos felicissimos casamentos dos serenissimos senhores principes de Portugal e Castella*, etc., Lisboa, 1729. Anda junto ao livro de José Ferreira de Mattos, *Diario historico*.

Ponte. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 353 fog. e 1:6?8 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Ave, a 1 k. da estrada real de Guimarães a Braga, e a 6 da séde do conc. O cabido da collegiada de N. S.ª da Oliveira, de Guimarães, apresentava o vigario, que tinha 150$000 réis. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 20, com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: Santa Lucrecia, de Aguiar, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Ilha da Madeira; Sant'Anna e conc. do mesmo nome, distr. do Funchal. || S. Mamede, de Arcozello, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || O Salvador, de Arentim, conc. e distr. de Braga. || S. Miguel, de Aves, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Silvestre, de Bezelga, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Bouro, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Brito, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Vicente da Ponte, de Caldellas, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Salvador, de Campo, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Thiago, de Cardiellos, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Carquere, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Lourenço, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Coucieiro, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Coura, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Lourenço, de Durrães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Vicente, de Irivo, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Bartholomeu, de Esperança, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Salvador, de Estorãos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Carlos Borromeu, de Fataunços, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || Santa Marinha, de Figueiras, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Pedro, de Formariz, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, do mesmo distr. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Miguel, de Foz de Arouce, conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Fragoso, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho, de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || O Salvador, de Freamunde, do mesmo concelho e distr. || S. Miguel, de Frossos, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago, de Gavião, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Thiago, de Goães, conc. de Amares, do mesmo districto. || S. Miguel, de Gondufe, concelho de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Gôve, conc. de Baião, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || O Salvador, de Joanne, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Julião, de Lage, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Martinho, de Lago, conc. de Amares, do mesmo distr. || S. Bartholomeu, de Santa Leocadia, conc. de Tabuaço, distr. de Vizeu. || Santa Marinha, de Lodares, concelho de Louzada, districto do Porto. || Santa Marinha, de Louzada, concelho de Villa Nova de Famalicão, districto de Braga. || S. Martinho dos Moiros, concelho de Rezende, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Maurelles, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santo André, de Moimenta, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || O Salvador, de Mouçós, conc. e distr. de Villa Real. || S. Thomé, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Paio de Melgaço, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinba, de Pedraça, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Palmaz, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || N. S.ª d'Assumpção, de Paul, conc. da Covilhã, districto de

Castello Branco. || S. Martinho, de Pecegueiro, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Pedro e conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Pedro da Torre, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || S. Cypriano, de Pinheiros, conc. de Monsão, distr de Vianna do Castello. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Cosme, de Podame, do mesmo conc. e distr. || S. Thiago, de Priscos, conc. e distr. de Braga. || S. Martinho, de Quinchães, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Lourenço, de Reigoso, conc de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu || O Salvador, de Rezende, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Riba de Ancora, conc. de Caminha, do mesmo distr. || S. Pedro, de Riba d'Ave, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria, de Ribeiros, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Rio Caldo, conc. de Terras de Bouro, do mesmo distr. Tem caixa post. || S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Ilha da Madeira; N. S.ª d'Ajuda, de Serra d'Agua, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || N. S.ª da Graça, de Sezures, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Silvares, conc. de Louzada, districto do Porto. || O Salvador, de Tangil, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Verissimo, de Tamel, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Tavora, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. Tem est postal. || Santa Maria e conc. de Tondella, distr. de Vizeu || S. Thomé, de Travassos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Valle, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Villar de Moiros, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello || Pov. do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. da ilha do Porto Santo, no archipelago da Madeira. || Pov. da freg. de S. José, de Fajã Grande, conc. das Lagens das Flôres, distr. da Horta, Açôres. Tem est. postal.

Ponte do Abbade. Povoações nas freguezias: S. Sebastião, de Sequeiros, conc. de Aguiar da Beira, distr. da Guarda. Tem est. postal. || S. João Baptista e conc. de Sernancelhe, distr. de Vizeu.

Ponte da Aldeia. Pov. na freg de S. Paio, de Moreira dos Conegos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Ponte do Alviella *(Quinta da)*. Na freg. de S. Vicente do Paul, concelho e districto de Santarem.

Ponte d'Anhel. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Alheira, conc. de Barcellos, distr de Braga || S. Mamede, de Sandiães, conc de Ponte do Lima, distr de Vianna do Castello

Ponte Arcadas *(Quintas das)*. Na freg. da Sé, conc e distr. de Bragança.

Ponte d'Arda Pov na freguezia de S. Pedro, de Paraizo, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Ponte do Areal Pov. na freg de S. Silvestre e conc. da Louzã, distr. de Coimbra.

Ponte da Arrecadação Pov. na freguezia de Santa Maria Magdalena e conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Ponte de Assamaça. Pov. na freguezia de S. Martinho e concelho de Pombal, distr. de Leiria.

Ponte d'Ave. Pov. na freguezia de Santa Maria, de Bagunte, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Ponte do Bairro. Pov. na freg. de Santo Isidoro de Riba Tamega, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Ponte de Baixo. Pov. na freg. de S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga

Ponte de Banduje Pov. na freg. de Santo Adrião, de Cever, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

Ponte da Barca *(Augusto Ornellas de Vasconcellos, 3.º visconde de)*. Lavrador e agricultor em Silves. E' filho do 2.º visconde do mesmo titulo, Fernando Luiz de Vasconcellos, e de sua mulher, D. Maria Eduarda de Ornellas Napoles Ferreira Pimentel. Foi agraciado com o titulo de visconde de Ponte da Barca, por decreto de 4 de junho de 1907. E' casado com a sr.ª D. Maria Francisca dos Santos.

Ponte da Barca. *(Fernando Luiz Pereira de Vasconcellos, 2.º visconde da)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. N. a 6 de agosto de 1843, sendo filho do 1.º barão e 1.º visconde de Ponte da Barca, Jeronymo Pereira de Vasconcellos, e de sua mulher, D. Maria Leonor Pereira de Vasconcellos Pires Monteiro Bandeira. O titulo foi-lhe concedido, em verificação da segunda vida do diploma de seu pae, por decreto de 14 de março de 1875. Casou com D. Maria Eduarda Ornellas Napoles Ferreira Pimentel.

Ponte da Barca *(Jeronymo Pereira de Vasconcellos, 1.º barão e 1.º visconde da)*. Ministro de estado, do conselho d'el-rei, marechal de campo reformado, commendador das ordens de Aviz e da Torre e Espada; gran-cruz da de Izabel a Catholica, de Hespanha, condecorado com a cruz de ouro da guerra de Montevideu, e com a das quatro campanhas da guerra Peninsular, deputado, etc. N. em Villa Rica, na provincia de Minas Geraes do Brazil, a 31 de julho de 1788, fal em Verride a 21 de janeiro de 1875. Era filho de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos, distincto jurisconsulto, que fal. no Brazil a 28 de fevereiro de 1815, e de sua mulher D. Maria do Carmo de Sousa Barradas Vindo muito novo para Portugal estudar, matriculou-se no curso de Mathematica na Universidade de Coimbra, e era estudante quando se deu a invasão dos francezes; abandonando então os estudos decidiu se a seguir a carreira das armas, e fez parte da divisão que se organisou no Porto em 1808, como tenente da leal legião lusitatana, servindo ás ordens do general Beresford, em perseguição contra os francezes até 1812, sendo n'esse anno promovido a capitão para caçadores n.º 12 Assistiu ás batalhas do Bussaco, Salamanca e Fuentes de Honor, assim como no sitio de Almeida, merecendo ser louvado na ordem do dia 25 de agosto do mesmo anno de 1812 pelo modo como se portára na segunda d'essas acções. Terminada a campanha Peninsular, entrou com o posto de major no 1.º batalhão de caçadores da divisão de voluntarios de el-rei, e embarcando para Montevideu, ali per-

maneceu até 1824, tendo sido n'esse periodo elevado a tenente-coronel, e transferido em março de 1821 para o batalhão dos libertos. No Brazil continuou a dar provas de valor, distinguindo-se em varios recontros e acções da India Morta e Cassopallios, que lhe alcançaram repetidos louvores nas ordens da divisão, e sendo por ultimo nomeado cavalleiro da ordem da Torre e Espada e condecorado com a cruz de ouro da guerra de Montevideu, por decreto de 25 de julho de 1824. Voltando ao reino n'esse anno de 1824 foi promovido a coronel, e collocado á frente do regimento de infantaria n.º 16, que em breve disciplinou por um modo exemplar, e com o qual entrou nas primeiras campanhas da Liberdade de 1826 a 1827, distinguindo-se muito na tomada da villa de Ponte da Barca, a 6 de fevereiro de 1827, indo á frente de 5 companhias do seu regimento, em que desalojou a artilharia que dominava a ponte, e fazendo 400 prisioneiros, pelo que foi condecorado com as commendas das ordens de Christo e da Torre e Espada. Quando se deu a mudança politica no anno seguinte, foi lhe tirado o commando do corpo, e sendo affiançado por seu tio conselheiro Barradas, obteve licença para se retirar á quinta que este possuia em Verride, mas não o deixaram muito tempo n'essa situação, porque em outubro de 1828 foi preso, e sendo conduzido a Lisboa, seguiu para a torre de S. Julião da Barra, d'onde foi transferido para Elvas e d'ali para Extremoz. Saindo d'esta praça com 69 companheiros de prisão, novamente mandados para Elvas, os presos atacaram, no sitio da Ourada, a escolta que os acompanhava, e depois de renhida lucta, apoderaram-se das armas dos soldados, e dirigiram-se sob o commando do coronel Vasconcellos para Hespanha. Umas forças miguelistas, que estavam em Juromenha, pretenderam ainda oppôr-se, mas os bravos defensores da causa liberal, forçando a passagem, atravessaram a maior parte a nado o rio Guadiana, conseguindo d'este modo passar a fronteira, indo em seguida apresentar-se em Marvão. Terminada a guerra civil, o coronel Vasconcellos exerceu algumas commissões, e seguindo em 1837 o partido dos marechaes, foi separado do quadro do exercito, segundo o disposto na Convenção de Chaves, até que em 1841 foi reintegrado no seu antigo posto. O circulo de Figueira da Foz o elegeu deputado em 1840, e mais tarde, na legislatura de 1852. Pouco depois de 1851 foi nomeado chefe de estado maior da 8.ª divisão militar, e não lhe permittindo o seu mau estado de saude marchar para esse destino, pediu e obteve a reforma em brigadeiro, a qual depois lhe foi melhorada no posto de marechal de campo, por decreto de 20 de maio de 1845. Apezar de ter assim deixado o serviço activo, foi em janeiro de 1847 nomeado commandante da 2.ª div. militar, em 3 de maio d'esse anno entrou no ministerio, sendo encarregado da pasta da fazenda, que conservou até 22 de agosto, e mais tarde por occasião do movimento da regeneração, voltou a commandar a divisão militar de Vizeu desde principios de maio até meado de junho de 1851. Tambem exerceu o cargo de governador civil de Coimbra, de 1847 até 1849. Foi agraciado com o titulo de barão de Ponte da Barca, por decreto de 16 de dezembro de 1845, sendo este titulo elevado ao de visconde, em duas vidas, por decreto de 12 de outubro de 1847. Casou em Lisboa a 14 de março de 1840, com D. Maria Leonor Pereira de Vasconcellos Pires Monteiro Bandeira, filha de Domingos Pires Monteiro Bandeira, cavalleiro professo da ordem de Christo, fidalgo cavalleiro, e de seu mulher D. Maria Josepha Pinto.

Ponte da Barca. Villa da prov. do Minho, séde de concelho e de com., districto de Vianna do Castello, arceb. de Braga. Tem uma só freg., orago S. João Baptista. Está situada sobre a margem esquerda do rio Lima, na parte superior da confluencia d'este com o Vade. O rio Lima começa a ser navegavel d'aqui até á sua foz, e é atravessado em frente da villa por uma bella e antiga ponte de cantaria, que deu o nome moderno á povoação, que no principio da monarchia se chamava *Terra da Nóbrega*. A ponte foi construida no sitio onde havia antigamente a barca da passagem. E' de solida construcção, e constitue um bom passeio para os habitantes da villa, gozando d'ali, para todos os lados, uma pittoresca paizagem. Julga-se ser obra do tempo de D. João III; mas tem tido diversos reparos, nos sitios onde as cheias do Lima a tem deteriorado. A ponte tem 180 m. d'extensão, sendo alargada e reparada em 1896 com 10 arcos grandes e alguns arcos pequenos intercalados sobre os peões, que dá communicação para a margem direita do Lima. Junto á villa passa o rio Vade, que é atravessado por duas pontes d'um só arco, sendo uma d'ellas construida em 1874, segundo se lê n'uma inscripção gravada n'uma lapide dentro do arco. A pov. é muito antiga. A rainha D. Thereza, governadora de Portugal na menoridade de seu filho D. Affonso Henriques, lhe deu foral em 4 de março de 1125, que D. Affonso II confirmou, em Guimarães, em agosto de 1217. O foral novo, dado por D. Manuel, foi á villa da *Torre da Nóbrega*. No meado do seculo XIV não havia aqui habitação alguma, embora desde tempos muito anteriores transitassem por este sitio muitos viandantes pela commodidade que lhes offerecia primeiro uma barca de passagem, e depois uma ponte, qualquer d'ellas de muita antiguidade. Pelos annos de 1350 estabeleceu-se aqui uma familia, edificando uma pobre casa de venda. A concorrencia de passageiros fez com que em breve prosperasse a vendasinha, e essa prosperidade attrahiu ao sitio mais alguns moradores, de sorte que no fim d'esse seculo já se viam varias casas que formavam uma aldeia. Entre as familias que a esse tempo occupavam aquellas casas, contava-se a de Maria Lopes da Costa e seu marido Gonçalo Affonso de Aboim, ambos de illustre linhagem. A esta senhora é que pertence propriamente o galardão de fundadora da villa de Ponte da Barca, pois que foi quem a povoou, e d'ella descenderam os senhores da villa. Maria Lopes da Costa viveu 110 annos, foi casada duas vezes, e teve d'estes dois matrimonios 120 filhos, netos e bisnetos, 80 dos quaes residiram aqui em convivencia diaria com a sua fecundissima progenitora. Foi em casa d'uma sua filha, Izabel Gonçalves da Costa, que el-rei D. Manuel se hospedou, quando em 1497 foi a Castella casar com a princeza D. Izabel, herdeira d'aquelle reino, e viuva do principe D. Affonso, filho de D. João II. Por essa occasião fez muitas mercês aos filhos dos seus hospedeiros. O primeiro senhor do

castello da Nóbrega foi Affonso Rodrigues de Magalhães, senhor da casa e torre de Magalhães, Villa-Chan e Lar; casado com D. Thereza (ou Maria) Freire, filha de Nuno Freire, fidalgo gallego, mestre da ordem de Christo, que vivia no tempo d'el-rei D. Fernando. Foi seu filho Gil Affonso de Magalhães, que herdou os senhorios e terras de seu pae; do couto de Fonte Arcada, que lhe deu D. João I, e do concelho do Souto de Rebordões, que comprou. Foi casado com D. Ignez Vasques, dama da rainha D. Filippa, mulher d'aquella monarcha, e filha de Alvaro Gil de Urro, fidalgo inglez. Foi seu filho e herdeiro João de Magalhães, o 1.º senhor da Barca, cuja povoação se edificou em terra sua, senhorio que lhe deu D. Affonso V em 1471, estando em Ceuta, quando conquistou Arzilla e Tanger. Foi seu descendente D. Fradique Antonio de Magalhães e Menezes, senhor da villa de Ponte da Barca, do castello de Nóbrega, torre de Magalhães, concelho de Souto de Rebordões, couto de Fonte Arcada, casas de Fonce e Freiriz. Os senhores donatarios de Ponta da Barca apresentavam o abbade, que tinha 700$000 réis de rendimento annual. Até 1834 serviam de capitão-mór, e na sua ausencia eram substituidos pela camara. A terra é muito fertil e aprazivel, cria muito gado, e é abundante de caça e de peixe. No alto d'um monte, chamado da *Nóbrega*, tem um castello desmantelado, onde em tempos antigos esteve a casa da camara e a cadeia. A villa teve, até 1834, juiz de fóra, camara com 3 vereadores, e os mais empregados judiciaes e administrativos competentes, juiz dos orphãos, com seu escrivão, todos nomeados pelo rei, e escrivães e 1 alcaide nomeados pelo senhor da villa. Por muitos annos, até meado do seculo XVII, esta villa não era freguezia, pertencendo á de Paço Vedro de Magalhães, que fica a pouca distancia, e faz hoje parte do concelho. Ponte da Barca foi elevada a condado em 1815, pelo principe regente, depois D. João VI, em favor de Antonio de Araujo e Azevedo, com o titulo de *conde da Barca* (V. *Portugal*, vol. II, pag 112 e seguintes). As suas armas são: Em campo de prata as armas de Portugal sobre uma barca de ouro, e por timbre um coronel dueal. Até 1834 teve a villa um bom regimento de milicias, 5 companhias de ordenanças com seus capitães e subalternos, commandados pelo senhor da terra. A egreja matriz é um templo vasto e elegante, tendo 6 capellas lateraes, 4 particulares e 2 publicas, todas de valiosa obra de talha dourada. E' uma das melhores egrejas do arcebispado de Braga. Tem um crucifixo de prata de muito valor, que foi offerta d'el rei D Manuel em 150?. O globo ou peanha em que termina a haste é d'uma época bastante posterior. Sobre a fachada da egreja, ostentam-se duas torres, uma das quaes está incompleta O edificio foi edificado no seculo XVII por D. Rodrigo Taveira, commendatario de Bravães e deão da sé de Braga. A Misericordia é das mais antigas do paiz, pois foi construida em 1502; o hospital é moderno, de bella apparencia, e com as mais rigorosas condições hygienicas. Os paços do concelho, cadeia e casa da camara, são um bom edificio, que assenta sobre uma arcaria de cantaria. Ponta da Barca pertence á 3.ª div. mil., 5.ª brigada, grande circumscripção mil. N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Tem escolas d'ambos os sexos, est. telegr.-post., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras, obrigações e vales; advogados, agentes dos bancos de *Portugal*, do *Minho* e *Alliança*; hospedarias, medicos, pharmacias, notario, solicitadores, feiras quinzenaes, ás quartas feiras, e a de S. Bartholomeu de 24 a 26 de agosto, muitos edificios de construcção moderna, etc. Tem-se publicado na villa os seguintes jornaes: *Commercio da Barca*, 1894; *Correio da Barca (O)*, 31 de janeiro de 1899; *Jornal da Barca*, 25 de outubro de 1891; *Jornal da Barca (O)*, 5 de abril de 1897; *Povo da Barca (O)*, 6 de fevereiro de 1899; em publicação, dezembro de 1910. Junto á villa de Ponte da Barca durante a guerra civil travou se um renhido combate a 5 de fevereiro de 1827. O concelho comprehende 25 freguezias com 3:357 fog e 12:736 hab., sendo 5:705 do sexo masc. e 7:031 do fem., n'uma superficie de 18:779 hect. As freguezias são: Santa Maria, de Azias, 636 hab.: 270 do sexo masc. e 366 do fem.; S. Miguel, de Boviães, 461 hab.: 222 do sexo masc. e 239 do fem.; S. Silvestre, de Bravães, 611 hab.: 271 do sexo masc. e 340 do fem.; S. Martinho, de Britêlo, 644 hab.: 284 do sexo masc. e 360 do fem.; S. Martinho, de Crasto, 593 hab.: 277 do sexo masc. e 316 do fem.; S. Mamede, de Cude de Villa Verde, 347 hab.: 144 do sexo masc. e 203 do fem.; S. Miguel, de Entre Ambos os Rios, 800 hab.: 362 do sexo masc. e 438 do fem.; S. Silvestre, de Ermida, 109 hab.: 47 do sexo masc. e 62 do fem.; S. Vicente, de Germil, 128 hab.: 64 do sexo masc. e 64 do fem.; S. João Evangelista, de Grovellas, 267 hab.: 124 do sexo masc. e 143 do fem.; S. Miguel, de Lavradas, 987 hab.: 487 do sexo masc. e 500 do fem.; S. Mamede, de Lindoso, 836 hab.; 406 do sexo masc. e 430 do fem; S. Romão, de Nogueira, 404 hab.: 186 do sexo masc. e 218 do fem; Santo Adrião, de Oleiros, 476 hab.: 222 do sexo masc. e 254 do fem.; S. Martinho, de Paço Vedro de Magalhães, 267 hab.: 157 do sexo masc. e 200 do fem.; S. João Baptista, de Ponte da Barca, 1:116 hab.: 464 do sexo masc. e 652 do fem; Santa Eulalia, de Ruivos, 335 hab.: 151 do sexo masc. e 184 do fem.; S. Thiago, de Sampriz, 537 hab: 250 do sexo masc. e 287 do fem; S. Lourenço, de Touvedo, 370 hab: 153 do sexo masc. e 217 do fem.; O Salvador, de Touvedo, 251 hab.: 109 do sexo masc. e 142 do fem; S. Pedro, de Vade, 270 hab.: 115 do sexo masc. e 155 do fem.; S. Thomé, de Vade, 459 hab.: 204 do sexo masc. e 255 do fem.; S. João Baptista, de Villa Chã, 620 hab.: 261 do sexo masc. e 359 do fem; S. Thiago, de Villa Chã, 273 hab.: 115 do sexo masc. e 158 do fem.; N. S.ª da Conceição, de V. N. de Muhia, 849 hab.: 360 do sexo masc. e 489 do fem. O principal commercio do conc. é cereaes e vinho.

Ponte do Barreiro. Pov. na freg. de Santa Maria, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, distr de Vianna do Castello.

Ponte de Barreiros. Pov na freguezia de Santa Maria, de Leça do Bailio, conc. de Bouças, distr do Porto

Ponte do Barroso. Pov. na freg. de S. Pedro, de Sebal Grande, conc. de Condeixa-a Nova, distr. de Coimbra.

Ponte do Bico. Está situada sobre os rios Homem e Cávado, na pov. do Bico, conc. de Pare-

des de Coura, distr. de Vianna do Castello. Foi principiada em 1863 e concluida em 1867. Não se encontrando a necessaria solidez no solo das margens, nem no leito do rio, depois da juncção do Homem, teve de se fazer a ponte a uns 200 m. acima da confluente, pelo que, em vez de uma, foi preciso fazer duas pontes; e n'este genero, é, sem contestação, a obra mais solida, extensa e majestosa de Portugal. A primeira ponte atravessa o Cávado. E' bastante alta e tem 7 majestosos arcos; segue-se-lhe a segunda ponte, que atravessa o Homem, e da mesma ordem architectonica. No pequeno intervallo das duas pontes ha um atêrro bastante alto, gradeado dos lados, com as rampas arborisadas, o que lhe dá um bello aspecto. E' uma obra de grande utilidade. Estes dois rios, que na estiagem se pódem facilmente vadear em qualquer ponto, tornam-se caudalosos e furiosissimos no inverno, pelas aguas que descem do Gerez; e então acontecia frequentes vezes a *barca do Bico* não poder atravessar qualquer dos rios, e, quando vencia a corrente, esta passagem não deixava de ser muito perigosa.

Ponte do Boto. Pov. na freguezia de S. Pedro e concelho de Castro Daire, districto de Vizeu.

Ponte de Bouças. Pov. na freguezia de S. Lourenço, de Golães, concelho de Fafe, distr. de Braga.

Ponte de Braz Curado. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Aguda, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Ponte do Burgo. Pov. na freg. do Santissimo Sacramento, de Burgo, conc de Arouca, distr. de Aveiro.

Ponte do Cabrum. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Freigil, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Ponte de Cacem. Pov. na freguezia de S. Thiago e conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Ponte e Calvario. Duas povoações reunidas na freg. de S. Miguel, de Baltar, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Ponte do Campo. Povoações nas freguezias: S. Sebastião, de Alfarellos, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || S. Jorge, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Ponte dos Caniços. Pov. na freg. de S. Thiago, de Rebordões, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Ponte do Carrapatello. Pov. na freg de S. João Baptista, de Gestaçô, conc. de Baião, distr. do Porto.

Ponte Carreira. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Oleiros, conc de Villa Verde, distr. de Braga.

Ponte do Carro. Pov. na freguezia de S. Martinho, de Guifães, conc. de Bouças, districto do Porto.

Ponte da Carvalha. Pov. na freguezia de S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Ponte de Carvalhal. Pov. na freguezia de S. João Baptista, de Pencelo, conc. de Guimarães, distr. de Braga

Ponte dos Carvalhos. Pov. na freguezia de S. José de S. Lazaro, concelho e districto de Braga.

Ponte de Casaes. Pov. na freguezia de Santa Maria, de Meinedo, conc. da Louzada, distr. do Porto.

Ponte do Casal. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Rossas, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. Thiago, de Gemieira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Ponte Cavallar. Povoações nas freguezias: Santa Comba, de Moura Morta, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real || S. Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, do mesmo districto.

Ponte do Cavalleiro. Pov. na freguezia de N. S.ª da Gaiola, conc. e distr. de Leiria.

Ponte dos Cavallos. Pov. na freg de S. Jorge, de Sarilhos Grandes, conc. de Aldeia Gallega, distr. de Lisboa.

Ponte do Celleiro Pov. na freguezia de Santa Maria, de Almoster, concelho e distr. de Santarem.

Ponte de Ceras. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Alviobeira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || N. S.ª da Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, do mesmo districto.

Ponte de Cervas. Pov. na freguezia de S. João Baptista, de Gondar, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Ponte de Cerves ou Serves. Pov. na freg. de S. Pedro, de Pedome, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Ponte de Cima. Pov. na freguezia de S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Ponte do Couto. Pov. na freguezia de S Martinho, de Moure, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Ponte Escura Pov. na freguezia de S. Martinho, de Lordello do Ouro, bairro occidental do Porto.

Ponte do Espinhal. Pov. na freguezia de Santa Eufemia e conc. de Penella, districto de Coimbra.

Ponte d'Este. Pov. na freg. do Salvador, de Touguinhó, conc. de Villa do Conde, districto do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Ponte do Estopeiro. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Angeja, conc. de Albergaria a-Velha, distr. de Aveiro

Ponte de Fajão. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Fajão, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Ponte do Feixe. Pov. na freg. do Salvador, de Infesta, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Ponte Ferreira (*José de Azevedo Pereira da Silva, visconde de*). Fidalgo da Casa Real, do conselho d'el-rei, commendador das ordens militares de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, cavalleiro e official da da Torre e Espada, condecorado com a medalha das campanhas da Liberdade algarismo n.º 7; tenente-coronel, vice-presidente da Real Associação Humanitaria do Porto, socio honorario da Associação Liberal Portuense, chefe de serviço da alfandega de Lisboa aposentado, etc. N. no Porto a 17 de outubro de 1808; fal em Lisboa a 19 de junho de 1892. Era filho de Miguel Antonio de Azevedo Pereira, abastado negociante, e de D. Maria da Silva d'Azevedo Pereira. Destinado por seus paes á vida monastica entrou no con-

vento da Costa, de Guimarães, e estava prestes a vestir o habito de noviço, quando resolveu abandonar o claustro para que não se sentia com vocação, e voltando ao Porto, em 1825, embarcou como praticante a bordo d'um navio, e seguiu viagem para o Rio de Janeiro, contando apenas 17 annos de edade. Poucos mezes depois regressou ao Porto, encontrou a cidade agitada pelas idéas revolucionarias que preparavam a queda do absolutismo. Adherindo a essas idéas, e quando em 16 de maio de 1828 se proclamou o grito da revolução liberal, foi dos primeiros que pegaram em armas, alistando se no batalhão academico, batendo se com admiravel bravura. Acampado em Lobios, na fronteira da Galliza, onde soffreu as torturas que os hespanhoes inflingiam aos emigrados portuguezes, seguiu a pé, cheio de fóme e esmolando pelo caminho, quasi descalço, chegando á Corunha em miseravel estado, e ali conseguiu embarcar na galera austriaca *Aurora*, que transportou os emigrados para Plimouth. Como se malograsse a primeira expedição commandada pelo marquez de Saldanha para soccorrer os valentes da ilha Terceira, tratou a regencia de organisar clandestinamente nova expedição, para a qual fôram escolhidos os mais bravos e os mais energicos batalhadores, e Pereira da Silva foi, como sempre, dos primeiros. A expedição, depois de arrostar muitos perigos, tendo rompido o bloqueio da esquadra ingleza, conseguiu desembarcar na ilha Terceira, cujos defensores estavam ameaçados de total ruina Na Terceira, os voluntarios da rainha D. Maria II começaram por livrarem a cidade de Angra das guerrilhas que a infestavam. Guarnecida a ilha, e quando as forças liberaes so iam organisando, surgiu no porto de Villa da Praia uma poderosa esquadra do governo de Lisboa, trazendo a bordo um numeroso corpo de desembarque. Travou se então a celebre batalha do dia 11 de agosto de 1829, onde Pereira da Silva combateu ao lado e em competencia com os mais valentes, conseguindo os liberaes não só evitar o desembarque, mas operar grande carnificina nas tropas expedicionarias. Conquistado o archipelago dos Açôres, alistados e organisados novos corpos, fez-se á véla a expedição dos 7:500 bravos que desembarcaram nas praias do Mindello em 8 de julho de 1832, e se fortificaram no Porto, que se tornou o baluarte inexpugnavel da Liberdade. Nenhum reconhecimento se fez, nem houve combate e batalha em quo Pereira da Silva não tomasse a sua parte de gloria e de perigos. Afinal no reconhecimento da Cruz da Regateira em 17 de novembro de 1832 caiu gravemente ferido. Na batalha de Ponte Ferreira, nos dias 22 e 23 de julho, foi em que elle mais se distinguiu pelo seu valor militar, e tendo D. Pedro IV resolvido agraciar com o grau de cavalleiro da Torre e Espada o voluntario que mais se houvesse distinguido n'aquella acção, o commandante do regimento, Mendonça Arraes, consultou os capitães de companhias, para que estas reunissem e procedessem á votação nominal do camarada que devia receber aquella distincção, e todos fôram unanimes em votar em Pereira da Silva, que n'essa occasião so encontrava de cama por causa d'um resfriamento que apanhara no rio Ferreira, onde andara mettido n'agua até ao peito em perseguição do inimigo com outros seus camaradas, tendo sido elle o primeiro que se aventurara a essa empresa. Em 1833 foi nomeado alferes do 1.º batalhão nacional de Villa Nova de Gaia, e ali empregou toda a diligencia para que terminasse a sangrenta campanha civil. Terminada a lucta, Pereira da Silva depoz as armas, mas voltou a cingir a espada nas luctas que se seguiram, sendo promovido a tenente-coronel em 1846 para o batalhão de empregados publicos que se organisou no Porto, e depois despachado tenente do regimento de officiaes da Rainha Restabelecida a paz, foi nomeado guarda mór da alfandega do Porto, em que prestou muitos serviços Em 29 de março de 1852 deu-se na barra do Porto o horroroso naufragio do vapor *Porto*, e n'essa occasião o valente liberal mais uma vez provou a sua coragem e sentimentos humanitarios, que lhe valeu ser elevado pela rainha D. Maria II ao grau de official da Torre e Espada. Passou depois para o serviço da alfandega de Lisboa. Em 15 de novembro de 1876, desencadeando-se um forte cyclone, que tantas victimas causou no rio Tejo, e tantos estragos accumulou na cidade, Pereira da Silva não hesitou um momento em affrontar o perigo temeroso. O Tejo estava enfurecido, as ondas açoutavam violentamente o caes da alfandega. Os navios garravam no ancoradouro, a força do vento fazia em pedaços os mastaréos e zunia nas enxarcias que vergavam. Viu se então o que póde a energia moral d'um homem. Viu-se um velho sereno embarcar n'um pequeno vapor mil vezes em risco de se partir nas muralhas do caes. Por fim, depois d'alguns momentos angustiosos o vapor fez se ao largo, em demanda dos empregados da fiscalisação do rio que se julgavam perdidos. N'aquelle momento solemne reappareceu o velho soldado por uma transfiguração sublime. No anno de 1885 foi aposentado do seu logar na alfandega de Lisboa, e pouco depois, recebeu a mercê do titulo de visconde de Ponte Ferreira, em duas vidas, em attenção aos serviços prestados á causa da Liberdade como voluntario, e como funccionario publico. Seu filho unico, o sr. José Emilio de Azevedo Pereira da Silva Carvalho, é hoje o 2.º visconde de Ponte Ferreira.

Ponte Ferreira *(Batalha de)*. Na pov. de Ponte Ferreira, situada na freg. de S. Martinho, do Campo, conc de Vallongo, distr. do Porto, deu-se no dia 23 de julho de 1832 uma importante batalha entre liberaes e miguelistas O desembarque das forças liberaes nas praias do Mindello, em 9 d'esse mez, produziu no primeiro momento grande susto e extraordinaria confusão nas tropas de D Miguel, que estavam guarnecendo as provincias do norte, mas dentro em poucos dias o temor causado por esse inesperado successo, foi-se desvanecendo pouco a pouco, e os generaes absolutistas cobrando animo, e vendo quanto eram diminutas as forças de D. Pedro, apenas os 7:500 bravos, trataram de as apertar dentro dos muros do Porto. O tenente-general visconde de Santa Martha, apenas se viu reforçado pela columna do general Povoas, que a marchas forçadas se lhe reuniu, atravessou o rio Douro para a margem direita na madrugada de 18 de julho, e tomando posição em Ponte Ferreira com a divisão do seu commando, destacou vedetas até legoa e meia do Porto ao mesmo tempo que o visconde de Montalegre se estabelecia na Ven-

da da Serra sobre a estrada que d'essa cidade vae a Braga, e que o visconde de S. João da Pesqueira devia tomar a seu cargo a estrada de Guimarães. Assim começavam a lançar-se os primeiros traços do cêrco do Porto, e D. Pedro, para reconhecer o inimigo, mandou sair da cidade, na madrugada de 22 de julho, uma columna constituida pelos batalhões de caçadores n.º 5, corpo de voluntarios da rainha, batalhão inglez e pelo regimento de infantaria n.º 18, com 40 guias a cavallo e 40 bocas de fogo. Commandava esta columna o coronel de infantaria n.º 18, Henrique da Silva Fonseca, que era acompanhado pelo quartel-mestre general Balthazar de Almeida Pimentel e por ajudantes do conde de Villa Flôr, depois duque da Terceira, e do imperador D. Pedro. Além do Rio Tinto fôram avistadas, pelas 8 horas da manhã, as vedetas do inimigo, n'uma encosta proximo de Vallongo, as quaes se retiraram. Vencida essa encosta, e já na descida para Vallongo, foi avistada na rua principal d'esta villa a cavallaria miguelista, que se mantinha immovel. O commandante da columna ficou irresoluto com esta surpresa. O major de cavallaria constitucional, Joaquim Paulo Arrobas, commandante do corpo de guias, deu ordem para carregar sobre o inimigo uns poucos cavalleiros que o acompanhavam, e tanto bastou para a cavallaria miguelista retirar, disparando apenas alguns soldados as clavinas. O quartel-mestre general Balthazar d'Almeida Pimentel caminhou em perseguição da retaguarda dos fugitivos, que n'este encontro perderam o commandante e alguns soldados, sendo aquelle official constitucional seguido por outros que o acompanhavam, e encontrando-se todos a breve trecho entre os atiradores miguelistas que occupavam varias posições nas collinas que se estendem desde o rio de Ponte Ferreira até Baltar. A situação achava-se deveras difficil. O batalhão de caçadores n.º 5 correu em auxilio da força compromettida, e portou se com a maior bravura, perdendo n'esta acção a vida o tenente d'esse batalhão Narciso de Sá Nogueira, official que se havia distinguido no combate de Pico Celleiro, na ilha Terceira Mas o batalhão de caçadores n.º 5 estava tambem seriamente compromettido, e acudiu-lhe o batalhão de voluntarios da rainha Porém, o tenente-general visconde de Santa Martha, mettendo em fogo as tropas que tinha de reserva, obrigou os constitucionaes a baterem em retirada para Rio Tinto, onde se fortificaram. Esta desastrosa escaramuça deu origem ao importante combate de Ponte Ferreira. Fazer recolher ao Porto a columna, sob o peso d'uma derrota, seria gravissimo pelo pessimo effeito que produziria. Era um desaire que podia precipitar a completa ruina da aventura constitucional. Era urgente alcançar uma victoria, da qual se esperavam ainda grandes resultados moraes, e principalmente a deserção de muitas forças de D. Miguel para os arraiaes da Carta. Resolveu-se por isso no Porto ir ao encontro das tropas do visconde de Santa Martha, com toda a força disponivel, e travar uma batalha em fórma. Resolvido que se tentasse uma acção contra as tropas do tenente-general, partiu o conde de Villa Flôr para Rio Tinto, com toda a infantaria disponivel, tendo para este fim sido recolhidas mesmo as forças que estavam na margem esquerda do Douro. Foi depois reunir-se ás suas tropas, em Rio Tinto, o proprio D. Pedro com o resto das forças, ficando no Porto apenas o respectivo governador militar D. Thomaz Mascarenhas, com os voluntarios recentemente alistados n'aquella cidade, e a companhia de artilheiros academicos. Na madrugada de 23 de julho fôram dadas as ordens para a batalha. As forças constitucionaes formaram tres columnas de ataque: a da direita commandada por Antonio Pedro de Brito, depois barão de Cacella, que devia avançar pela estrada de S. Cosme; a do centro confiada ao coronel Henrique da Silva da Fonseca, depois visconde d'Alcobaça, teve ordem para marchar pela de Vallongo; a da esquerda, sob o commando do tenente-coronel Hodges, devia seguir pelo caminho da Formiga, buscando quanto possivel envolver as tropas miguelistas, que tinham estabelecido a sua linha de batalha n'uma collina adeante da povoação da Granja, tendo na sua frente o rio Sousa, com a direita protegida por uma ingreme montanha e a esquerda apoiada nas eminencias que vão ter á margem do Douro. A's 11 horas da manhã chegaram as columnas constitucionaes ao campo onde se travou a batalha. Faziam parte d'ellas os batalhões de caçadores n.os 2, 3, 5 e 12; os regimentos de infantaria n.os 3, 10 e 18, o corpo de voluntario da rainha; a companhia de voluntarios academicos; o batalhão de artilharia; o batalhão de officiaes em serviço de atiradores; o batalhão francez commandado pelo official russo (da Tartaria) o major Chichiri, que ficou morto n'aquella batalha; e o batalhão inglez commandado pelo coronel Hodges. As tropas miguelistas compunham-se dos regimentos de infantaria n.os 11, 12, 19 e parte do 2‹; 150 a 200 cavallos; 5 peças de artilharia; varios batalhões de voluntarios, alguns regimentos de milicias, grande numero de guerrilhas, tendo por commandantes officiaes de ordenanças, magistrados, clerigos e frades, alguns dos quaes se apresentavam com crucifixos, espadas e esping rdas. Rompeu o fogo a divisão ligeira do tenente-coronel Schwalbach, que formava a testa da columna do centro, travando-se em seguida um rude combate, que durou até ás 8 horas da tarde, cessando o fogo só ao escurecer, verificando se então que de lado a lado havia grandes perdas, sem que a victoria pertencesse a nenhum dos contendores. As perdas soffridas em ambos os campos fôram grandes. Os miguelistas, segundo elles declararam na folha official, tiveram 287 baixas, entre mortos e feridos, e os constitucionaes um numero aproximado. No entretanto, nenhum dos contendores ficára triumphante, porque o general Povoas, que n'esse dia podia ter assegurado a completa derrota das forças liberaes se corresse em auxilio do visconde de Santa Martha, a quem odiava, o deixou ao abandono, devendo-se sómente a este facto o não terem ficado prisioneiras as tropas de D. Pedro. Odiando este general, não quiz concorrer para uma victoria, cujos louros principalmente pertenceriam a Santa Martha. D. Pedro, vendo-se na impossibilidade de continuar vantajosamente a lucta no dia immediato, deu ordens para a retirada sobre o Porto, que começaram a executar-se. Porém o general visconde de Santa Martha, egualmente desanimado, dava a mesma ordem ás suas tropas, e começou a executal-a primeiro, o

que sendo percebido no acampamento constitucional pelo tenente Manuel Thomaz dos Santos, fez com que D. Pedro revogasse a ordem que havia dado, e ficasse senhor do campo e com as apparencias d'uma victoria, emquanto as tropas miguelistas fugiam desordenadamente d'um inimigo que estava tão abatido como ellas, e que as não perseguia. A noticia da fuga das forças do general Santa Martha em Ponte Ferreira, foi recebida no Porto com as maiores demonstrações de alegria e repiques de sinos, que, sendo ouvidos pelo general Povoas, fizeram com que elle, suppondo que realmente D. Pedro havia alcançado uma grande victoria, retirasse com a sua divisão para Oliveira de Azemeis. Mas essa alegria pouco tempo durou. Havia duas ou tres horas que as manifestações de regosijo se produziam no Porto, quando começou a correr, ás 11 da noite de 23, que o exercito constitucional fôra surprehendido no campo pela divisão de Santa Martha, e que sendo lhe cortada a retirada, havia sido completamente batido, vendo-se D. Pedro obrigado a fugir a todo o galope. Estes boatos falsos causaram um verdadeiro panico, e o governador militar D. Thomaz Mascarenhas, acreditando os como verdadeiros, e perdendo o sangue frio, deu ordem para as tropas do Porto se recolherem ao castello da Foz, e tomou outras medidas que mais concorreram ainda para aterrorisar os portuenses. No dia seguinte, sabendo-se a verdade, começaram a apparecer os que tinham fugido, e D. Pedro, quando entrou com o exercito, deu absolvição geral a todos, menos a D. Thomaz Mascarenhas, a quem insinuou que pedisse a demissão, que logo lhe foi concedida. V. *Mascarenhas* (*D Thomaz de Assis*).

Ponte Fôra. Pov. na freg. de Santa Maria, de Pinheiro, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Ponte de Fornellos. Pov. na freg. de S. Salvador e concelho de Rezende, districto de Vizeu.

Ponte da Fraga. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real.

Ponte do Freixe. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. de Anciâo, distr. de Leiria.

Ponte de Frende. Pov. na freguezia de S. Julião, de Friellas, conc. de Loures, districto de Lisboa.

Ponte de Friellas. V. *Friellas*.

Ponte Fundeira. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Ponte do Guadiana. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Quintos, concelho e distr. de Beja.

Ponte de Guifães. Pov. na freguezia de S. Martinho, de Guinfães, concelho de Bouças, distr. do Porto.

Ponte Henrique. Povoações nas freguezias: S. Nicolau, e conc de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || S. Martinho, de Villa Jusã, do mesmo concelho e districto.

Ponte do Lima (*D. José Maria Xavier de Lima Vasconcellos Brito Nogueira Telles da Silva, 17.° visconde de Villa Nova da Cerveira, e 3.° marquez de*). Commendador da ordem de Christo e cavalleiro da da Torre e Espada; 21.° senhor do morgado de Soalhães, 20.° do de S. Lourenço de Lisboa, e dos da casa de Mafra, par do reino, alcaide mór de Ponte do Lima, etc. N. em Almeida a 12 de novembro de 1807, fal. a 21 de dezembro de 1877. Era filho dos 2.°ˢ marquezes do mesmo titulo. Succedeu na casa e no titulo de seu pae em 1822. Sendo nomeado par do reino em 1826, entrou no serviço militar como cadete do regimento de cavallaria n.° 4, fez no exercito liberal as campanhas de 1827 e 1828, emigrou, passou ás ilhas dos Açôres, onde fez a campanha de 1831, e tendo seguido para o Porto em 1832, fez as campanhas d'esse anno e do immediato, como alferes de caçadores, portando-se com tanta bravura que D. Pedro o presenteou com uma farda, e, depois de concluida a guerra civil, quiz nomeal o seu camarista, que o marquez recusou. Tomando em 1834 assento na camara dos pares, foi por muito tempo secretario da camara. Nos ultimos annos da sua vida afastara-se completamente da vida publica. Era um perfeito original este homem, que nos campos da batalha tanto se salientou pelo seu valor. D'um desleixo incrivel, deixara a sua magnifica fortuna arruinar-se completamente, a ponto que se podiam contar, atravez do reino, os seus palacios pelas ruinas que se encontravam. Tinha o maior desprezo pelas honrarias, vestia com uma simplicidade abaixo de tudo quanto se possa imaginar, tinha trens de aluguer, e por mais d'uma vez serviu elle proprio de cocheiro. Lisboa inteira o conhecia, e o considerava como um dos typos originaes da rua, quando o via passar com o seu chapéo de copa baixa e d'abas largas, e uma grossa bengala. Era, comtudo, homem muito intelligente e muito esmoler. Falleceu solteiro, deixando por successor seu irmão D. João Xavier de Lima e Vasconcellos Brito Nogueira Telles da Silva, que nasceu a 27 de fevereiro de 1813 e fal. a 27 de junho de 1878.

Ponte do Lima (*D. Thomaz José Xavier de Lima Vasconcellos Brito Nogueira Telles da Silva, 16.° visconde de Villa Nova da Cerveira e 2.° marquez de*). Gentil-homem da camara da rainha D. Maria I, commendador da ordem de Christo, 20.° senhor do morgado de Soalhães, 19.° do de S. Lourenço, e dos da casa de Mafra; capitão do exercito e coronel em França. N. a 12 de outubro de 1779, fal. a 5 de fevereiro de 1822. Era filho de D. Thomaz Xavier de Lima Vasconcellos Brito Nogueira Telles da Silva, 15.° visconde de Villa Nova da Cerveira, e de sua mulher, D. Maria José de Assis Mascarenhas. Tendo fallecido seu pae a 2 de junho de 1781, succedeu na casa e no titulo de marquez de Ponte de Lima a seu avô, o 1.° marquez, que falleceu em 1800 (V. *o artigo seguinte*). Entrou no exercito como capitão, e em 1808 partiu para França, como coronel do 2.° regimento de infantaria, que fazia parte da 1.ª divisão da legião portugueza organisada por Junot para ir servir no exercito imperial. Em 1811 foi nomeado ajudante de campo do marechal Marmont, que succedeu a Massena no commando do exercito que tinha de invadir Portugal, mas o marquez de Ponte do Lima aproveitou o primeiro ensejo que teve, desertou, e veiu apresentar se a lord Wellington. Casou a 4 de setembro de 1804 com sua prima D. Helena José de Assis Mascarenhas, filha dos 4.°ˢ condes de Obidos.

Ponte de Lima *(D. Thomaz Xavier de Lima Nogueira Vasconcellos Telles da Silva, 14.º visconde de Villa Nova da Cerveira e 1.º marquez de).* Ministro e secretario de estado dos negocios do reino. N. em Ponte do Lima a 12 de outubro de 1727, fal. a 23 de dezembro de 1800. Era filho de D. Maria Xavier de Lima e Hohenloe, 13.ª viscondessa de Villa Nova da Cerveira, herdeira de toda a grande casa de seus paes e avós, casada com Thomaz Telles da Silva, filho dos 2.ºs marquezes de Alegrete. D. Thomaz Xavier de Lima, como filho d'uma victima do marquez de Pombal, pois que seu pae esteve preso por ordem d'aquelle ministro no castello de S. João da Foz, foi muito considerado por D. Maria I, e quando o marquez d'Angeja deixou o ministerio por ser nomeado presidente do real erario, recebeu o visconde de Villa Nova da Cerveira a gerencia da pasta dos negocios do reino. Conta-se que pouco antes obtivera a viscondessa sua mulher uma sentença do desembargo do Paço que declarava seu marido incapaz de gerir os negocios do casal. Não podia haver, na verdade, melhor recommendação para um ministro. A 17 de outubro de 1778 obteve o novo ministro despacho que declarava seu pae innocente. Seis annos depois da sua subida ao ministerio, adoeceu o marquez d'Angeja, e o visconde de Villa Nova da Cerveira substituiu-o interinamente na presidencia do real erario, passando a exercer este logar definitivamente, em 1788, quando falleceu o marquez, cedendo então a pasta do reino a José de Seabra. Recebeu logo tambem a nomeação de mordomo mór da Casa Real, e por decreto de 17 de dezembro de 1790 foi elevado a marquez de Ponte do Lima. Como ministro era, por assim dizer, uma perfeita nullidade. Durante o seu ministerio não se occupou senão de cousas frivolas, ou de prodigalidades condemnaveis. Tratou de fixar as côres das fitas das condecorações das ordens de Christo, Aviz e S. Thiago, e tratou de erigir um edificio monumental para o Erario, que nunca concluiu, lançando apenas na praça da Patriarchal Queimada, hoje praça do Principe Real, os formidaveis alicerces que custaram 2 ou 3 milhões de cruzados. Além d'isso, procurou destruir uma das principaes reformas do marquez de Pombal, distrahindo de novo da corôa, para onde tinham revertido, muitas commendas que distribuiu pelos seus affeiçoados. Este personagem bem insignificante foi presidente do real Erario, membro do conselho de Estado, gran-cruz da ordem de Christo, mordomo-mór da Casa Real, presidente do conselho de fazenda, da junta provisional do Erario, da junta da administração dos fundos applicados ao pagamento do novo emprestimo, presidente da real junta do commercio, da do posto medico, das juntas plena e ordinaria da revisão e censura do novo codigo, inspector geral das obras publicas, director e inspector do real collegio dos nobres, inspector geral da real bibliotheca publica, socio honorario da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e um dos presidentes honorarios da sociedade real maritima, militar e geographica. O marquez de Ponte de Lima só possuia vastos conhecimentos em sciencias theologicas que pouco lhe servia. Casou a 4 de julho de 1749 com D. Eugenia Maria Josepha de Bragança, filha dos 4.ºs marquezes de Alegrete.

Ponte de Lima. Villa da prov. do Minho, séde de conc. e de com., distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga, Relação do Porto. Tem uma só freg., orago Santa Maria dos Anjos. E' uma das mais bellas povoações da provincia, e está situada na margem esquerda do rio Lima, em terreno fertil e saudavel. A mitra apresentava o prior, que tinha 350$000 réis de rendimento. A pov. é antiquissima. Parece que o seu primeiro nome foi *Limia*, e era cidade de muita importancia no tempo dos romanos, que lhe chamaram *Forum Limicorum* (Praça dos Limios) fundada no tempo de Bruto, 130 annos antes de Christo. Os limios eram uns povos que se estabeleceram n'estas paragens uns 140 annos antes de Christo. A situação em que o itinerario do imperador Antonino Pio põe esta cidade, não deixa a duvida de que teve o mesmo assento, em que se vê actualmente a villa de Ponte do Lima. Como ficava na via militar, que os romanos abriram de Braga á cidade d'Astorga, por Tuy e Lugo, era muito transitada e florescente no tempo d'estes dominadores. Diz-se que foi fundada pelos gregos, 1304 annos antes de Christo; outros escriptores attribuem a sua fundação aos turdulos, 500 annos antes de Christo. Foi destruida com as continuas guerras da edade media, e a rainha D. Thereza, viuva do conde D. Henrique e mãe de D. Affonso Henriques, achando esta terra arruinada e quasi deserta, a mandou povoar em 1125, dando-lhe foral em 4 de março d'esse anno, com grandes privilegios. N'este foral dá-se á villa o nome de *Ponte do Lima*, o que prova que existia já ali uma ponte n'essa epoca, construida pelos godos, arabes, ou romanos, mas parece mais acceitavel que fôssem estes ultimos os constructores, por precisarem d'uma boa ponte para o serviço da sua estrada. D. Pedro I, em 1362, mandou construir, ou reconstruir uma majestosa ponte de cantaria, de 24 arcos, sendo 16 ogivaes e os restantes de volta redonda, que separa esta villa da freguezia de Santa Marinha de Arcozêllo. Em cada extremidade da ponte mandou construir uma torre, dando a do lado do sul entrada á villa, atravessando-a por baixo d'um robusto arco de cantaria; a do norte estava a pouco mais de duas terças partes da ponte, e d'esta até ás primeiras casas do Arrabalde, ainda havia 7 arcos, que Manuel Gomes de Lima Bezêrra, no seu livro *Estrangeiros do Lima*, diz serem de construcção romana. As duas torres eram mais altas, quadrangulares, e em tudo eguaes. A do norte chamava-se *Torre velha*, o que faz acreditar ser obra anterior á outra. Talvez a torre velha fôsse ainda a dos romanos, e a do lado da villa obra de D. Pedro I. Tanto as duas torres como as guardas da ponte, eram coroadas de ameias. Na obra citada, diz Lima Bezêrra, que no seu tempo, 1785, ainda se conservava a primitiva ponte, que era o lanço que ia desde a torre velha até ao Arrabalde. Estas torres, respeitaveis monumentos historicos e que tanto enobreciam a villa, fôram arrazadas de 1857 para 1858 por ordem da camara municipal, para se tornar mais ampla a passa-

Brazão d'armas da villa de Ponte de Lima

gem da ponte. A construcção, ou reconstrucção feita por D. Pedro I, resistiu ao tempo e ás cheias do Tejo por uns 150 annos, mas em 1510 estava mais ou menos arruinada, e D. Manuel I a mandar reparar, como affirma a inscripção encravada na fachada da capellinha do Rosario, ao lado da ponte, sendo esse trabalho confiado ao védor Diogo da Ponte, que principiou a obra a 6 de junho de 1504 e a terminou em 1507. O foral da rainha D. Thereza foi confirmado por D. Affonso II, que lhe augmentou os privilegios, em Guimarães, no mez d'agosto de 1217. D. Manuel lhe deu novo foral, em Lisboa, no 1.º de junho de 1511, e entre outros privilegios, concedeu lhe que os seus habitantes fôssem isentos de pagar portagem e direitos em todo o paiz. Apezar das vantagens da situação da villa e dos terrenos circumvisinhos, e dos privilegios concedidos por D. Thereza e D. Affonso II, a villa foi-se outra vez despovoando e caindo em ruinas. E a tal ponto chegou de miseria, que no meado do seculo XIV estava reduzida a um pequeno numero de pobres alcaidaria-mór da villa andou sempre na casa dos viscondes de Villa Nova da Cerveira, depois marquezes de Ponte do Lima. A egreja matriz é um bom templo de tres naves, construido no seculo XVIII, e um dos melhores edificios da villa pela sua bella architectura. Veneram-se ali duas imagens: N S.ª da Piedade com o Senhor morto no regaço, que vieram de Inglaterra. N'aquella egreja se sepultaram varios varões illustres, e alguns membros da familia do fundador, que tinha ali o seu jazigo. Antes da construcção d'este templo, a egreja matriz estava fóra da villa, proximo da capella de N. S.ª da Guia, e tinha por orago S. Vicente. D. Sancho II, estando em Guimarães, deu o padroado da egreja matriz de Ponte do Lima ao arcebispo de Braga D Silvestre e aos seus conegos, em 26 de novembro de 1238. No reinado de D. Sebastião, o arcebispo de Braga D. Fr. Bartholomeu dos Martyres erigiu esta egreja em collegiada, com a terça das rendas de Suajo. Tinha 7 beneficiados, apresentados pelo ordinario; 4 que assistiam na capella real, e pa

Ponte de Lima—Vista geral

choças de palha. Resolvendo-se então D. Pedro I a restaural-a novamente e em melhores condições, a transferiu do seu primitivo logar, junto do convento de S Francisco, para o sitio actual. Abriu novas ruas, construiu casas, e cercou a villa de grossas muralhas com varias torres ameiadas, harbacãs e 5 portas, chamadas *do Souto*, *do Postigo*, *da Ponte*, *de S. João* e a *de Braga*, que mais tarde se denominou *Porta do palacio dos viscondes*, por este se construir junto d'ella. A primeira pedra das muralhas e das torres foi lançada pelo corregedor de D. Pedro I, Alvaro Paes, a 3 de julho de 1359, segundo consta d'uma lapide com uma inscripção em letras gothicas que se vê n'um amparo da ponte. E para que nada faltasse ao desenvolvimento e prosperidade da terra, para a qual attrahiu muitos moradores, edificou ou reedificou a ponte conforme dissémos. As muralhas fôram arrazadas depois do anno de 1834. Ponte do Lima tinha voto em côrtes, com assento no banco n.º 5. As suas armas são: Escudo de prata com uma ponte, entre duas torres, passando-lhe um rio pelo arco da ponte. A gavam a ecónomos, que eram apresentados pelo rei O hospital da Misericordia tem bons rendimentos; tambem se lhe reuniram as rendas de S. Vicente dos Gafos, que fôram d'um hospital de leprosos, junto a Beldrufa. No largo da Regeneração, vê se um elegante chafariz, o hospital chamado *de Fóra* por ficar extra-muros da antiga circumvallação, o qual na sua origem foi albergaria feita pelo 1.º visconde de Villa Nova da Cerveira. D. Leonel de Lima. N'este largo tambem existiu a capella de S. Sebastião, que se demoliu em 1883; era sinagoga dos judeus no seculo XV, quando elles residiram n'esta villa e moravam na *Rua Nova*, depois chamada *do Pinheiro*. Quando el-rei D. Manuel expulsou de Portugal os judeus, a sinagoga foi purificada, transformando se em templo christão. A cadeia é n'uma das torres da antiga cêrca de muralhas, e apezar da sua grande antiguidade, está ainda bem conservada. Proximo da villa houve dois conventos: o de Santo Antonio, de religiosos capuchos, situado na margem esquerda do rio Lima, fundado por D. Leonel de Lima, 1.º visconde de Villa Nova da

Cerveira, e sua mulher D. Filippa da Cunha, em 1480; o outro é o de Valle de Pereiras, na margem direita, construido em 1360 para frades franciscanos, passando em 1515 a ser de freiras de Santa Clara da mesma ordem. O primeiro foi destruido depois de 1834. Fóra da villa está a capella de N. S.ª da Guia, em que já se falou, tendo junto a egreja da primitiva matriz dedicada a S. Vicente. Junto á capella havia um hospital de lazaros. A egreja e o hospital fôram arrazados pelas cheias do rio Lima, estando aquelle sitio convertido em areal. A egreja ficava abaixo da villa uns 200 ou 300 metros. Para obstar aos prejuizos que as cheias causavam á povoação, mandou a camara construir um caes, encostado ao muro do pomar dos viscondes de Villa Nova da Cerveira, e da villa, até ao convento de Santo Antonio, e d'ali até tocar nas escadas da egreja de N. S.ª da Guia. E' um agradavel passeio, assombrado por grandes e antigos carvalhos, que é a estrada que vae para Vianna do Castello. A primitiva egreja da Guia tinha uma confraria, que cuidava do templo e das suas solemnidades. A confraria foi transformada em irmandade, muito numerosa, onde entraram as pessoas mais importantes da villa e dos arredores, e com estatutos confirmados, e bastantes rendimentos. Esta irmandade mandou construir a capella actual, cujas obras terminaram em 1629, celebrando se então a primeira missa, e mudando-se em solemne procissão a imagem da padroeira, da egreja velha. Esta mudança foi urgente, porque o rio principiava já a damnificar a antiga capella. O cruzeiro do Souto da Forca é muito antigo, e estava perto do instrumento do supplicio que lhe deu o sobrenome. Como no seculo XVI já Ponte do Lima era cabeça de comarca, os seus juizes faziam executar as sentenças que proferiam, qualquer que fôsse a gravidade do crime, antes de se estabelecer a *Relação e casa do Porto* em 1583. Fôram, portanto, executados na forca d'esta villa varios criminosos. A poucos kilometros de Ponte do Lima está o santuario do *Senhor do Soccorro.* Um edificio importante que existia na villa, o palacio dos seus donatarios, os viscondes de Villa Nova da Cerveira, chegou a um lastimoso estado de ruina, e hoje pertence a um capitalista. Os arredores da villa são muito pittorescos; ali se encontram importantes quintas, campos sempre viçosos, bem cultivados, arvoredos silvestres; nos arrabaldes da margem esquerda do rio Lima, no monte chamado *dos Medos*, descobrem-se vestigios d'um antigo castello. Um pouco mais distante, proximo do sitio onde está a capella de N. S.ª da Conceição, ainda no meado do seculo passado existiam as ruinas d'um forte, que diziam ser obra dos romanos. O concelho de Ponte do Lima, por onde corre tambem o rio Neiva, é muito productivo em todas as variedades de cereaes, legumes, hortaliças e fructas, que ordinariamente se cultivam no paiz. Recolhe vinho, algum azeite, cera e mel, cria muito gado e abunda em caça; o rio traz bastante peixe, especialmente salmões e lampreias, em que se faz, muito commercio para diversas terras do reino. No pavimento inferior do edificio da camara municipal, construiu-se um theatro, denominado *Lethes.* Ponte de Lima pertence á 3.ª div. mil. 5.ª brigada, grande circumscripção mil. norte, e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello; tem escolas d'ambos os sexos, est. telegr.-post., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; dois jardins, a alameda de S. João, o passeio de D. Fernando, e a avenida marginal denominada *D. Luiz Filippe*; advogados, agencias dos bancos *Alliança*, *Commercial de Lisboa*, *Mercantil*, de Vianna; *Commercial*, do Porto; *Portugal*, *Minho*, *London & Brazilian Bank*, *Monte de Soccorro Portuense*; *Crédit Franco-Portugais*, *Banco Nacional Ultramarino*, e *União*, do Porto; agencias das companhias de seguros: *Confiança Portugueza*, *Equitativa dos Estados Unidos do Brazil*, *Garantia*, *Previdencia*, *Reformadora*, *Commercial União*, *Urbana Portugueza*, *Tagus*; agencias de vapores; *Asylo de Invalidos Camões*, para velhas invalidas, *Real Asylo de Infancia desvalida D. Maria Pia*, *Casa de Caridade de Nossa Senhora da Conceição*, para velhos invalidos; *Real Associação Humanitaria*

Ponte de Lima—Praça da Rainha

dos Bombeiros Voluntarios de Ponte do Lima; fabricas de cal e de sebo; hoteis, medicos, pharmacias, notarios, sociedades de recreio: *Assembléa Limarense* e *Centro regenerador*; sollicitadores, syndicato agricola do Valle de Lima, torre da irmandade de N. S.ª da Expectação, theatro *Diogo Bernardes*, escola Conde de Ferreira, estradas para Vianna do Castello, Ponte da Barca, Arcos de Valle-de-Vez, feiras quinzenaes, especialmente de gado, ás segundas feiras, e nos dias 19 a 21 de novembro, por occasião dos festejos de N. S.ª das Dôres, vulgarmente conhecidas por *Feiras Novas*; muitos estabelecimentos commerciaes e industriaes, etc. Em frente da villa correm a serra d'Arga e o monte de Santo Ovidio, d'onde se desfructa um lindo panorama. Em Ponte do Lima tem se publicado os seguintes jornaes: *Commercio (O)*, 27 novembro, 1904; em publicação, dezembro, 1910; *Commercio do Lima (O)*, 1875; em publicação, dezembro, 1910;

33:147 hab., sendo 14:955 do sexo masc. e 18:192 do fem., n'uma superficie de 32:835 hect. As freguezias são: Santa Marinha, de Annaes, 771 habitantes: 335 do sexo masc. e 436 do fem.; S. Mamede, de Area, 218 hab.: 96 do sexo masc. e 122 do fem.; S. Pedro, de Arcos, 613 hab.: 265 do sexo masc. e 348 do fem.; Santa Marinha, de Arcozello, 1:873 hab.: 870 do sexo masc. e 1:003 do fem.; N. S.ª do O', de Ardegão, 261 hab.: 130 do sexo masc. e 131 do fem.; S. Miguel, de Barrio, 419 hab.: 186 do sexo masc. e 233 do fem.; Santa Maria, de Beiral do Lima, 940 hab.: 419 do sexo masc. e 521 do fem.; S. Salvador, de Bertiandos, 265 hab : 106 do sexo masc. e 159 do feminino.; Santo Estavão, de Boalhosa, 306 hab : 147 do sexo masc. e 159 do fem.; S. Thiago, de Brandara, 323 hab.: 135 do sexo masc. e 178 do fem ; S. Miguel, de Cabaços, 670 hab.: 280 do sexo masc. e 390 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Cabração, 265 hab.: 119 do sexo masc. e 146 do fe-

Ponte de Lima—Largo do Chafariz

Echo do Lima (O), 12 agosto, 1866; *Echo do Lima*, 1905; *Echo do Lima (O)*, 24 fevereiro, 1906; em publicação, dezembro, 1910; *Encyclopedico (O)*, 1876; *Estrella do Lima*, 23 fevereiro a 1 novembro, 1866; *Jornal do Minho*, 25 de setembro, 1884; *Lethes (O)*, 3 fevereiro, 1865 a 1883; este foi o primeiro jornal aqui publicado; *Lethes (O)*, 8 novembro, 1904; *Lima (O)*, 5 janeiro, 1890; *Monoculo (O)*, agosto, 1896; *Phantasma (O)*, janeiro, 1892; em maio de 1893 começou a publicar um supplemento com o titulo *Phantasma Junior*, com numeração sua; *Phantasma Junior*, maio, 1893; *Piparotes*, 21 junho, 1897; *Politica Nova*, 23 junho, 1892; *Povo Limarense (O)*, 4 de maio, 1884; *Semana (A)*, 14 abril, 1892; *Voz Academica (A)*, 2? agosto, 1901; *Voz do Lima*, 4 agosto, de 1886; em 1889 continuava; *Zé Maria (O)*, 1886 —Numeros unicos: *Charitas*, 1892; *Ponte do Lima ás Escuras*, janeiro, 1895. O concelho comprehende 51 freguezias com 8:096 fog. e

minino; Santa Eufemia, de Calheiros, 805 hab.: 346 do sexo masc. e 459 do fem.; S Pedro, de Calvello, 538 hab.: 225 do sexo masc. e 313 do fem.; S. Thiago, de Cepões, 334 hab.: 163 do sexo masc. e 171 do fem.; S. Thomé, de Correlhã, 1:599 hab : 736 do sexo masc. e 863 do fem : S. Salvador, de Estorãos, 554 hab : 243 do sexo masc. e 311 do fem.; S. Miguel, de Facha, 1:084 hab.: 481 do sexo masc. e 603 do fem.; S. Salvador, de Feitosa, 350 hab.: 158 do sexo masc. e 192 do fem.; S. Salvador, de Fojo Lobal, 233 hab.: 103 do sexo masc. e 130 do fem.; S. Thiago, de Fontão, 665 hab.: 281 do sexo masc. e 384 do fem ; S. Vicente, de Fornellos, 1:024 hab : 506 do sexo masc. e 518 do fem ; S. Julião, de Freixo, 1:047 hab.: 454 do sexo masc. e 593 do fem ; S. Martinho, de Friastellas, 421 hab.: 187 do sexo masc. e 234 do fem.; Santa Eulalia, de Gaifar, 318 hab.: 150 do sexo masc. e 168 do fem.; S. Martinho, de Gandara, 801 hab.: 349 do sexo

masc. e 452 do fem.; S. Thiago, de Gemieira, 514 hab : 232 do sexo masc. e 282 do fem.; S. Miguel, de Gondufe, 604 hab : 279 do sexo masc. e 325 do fem ; S. Christovão, de Labruja, 514 hab.: 241 do sexo masc e 303 do fem ; Santa Maria, de Labrujó, 219 hab : 97 do sexo masc. e 122 do fem.; S. Lourenço, de Mato, 2 9 hab.: 113 do sexo masc. e 116 do fem.; S. Julião, de Moreira do Lima, 881 hab.: 432 do sexo masc. e 457 do fem ; S. Salvador, de Navió, 229 hab.: 110 do sexo masculino e 119 do fem.; S. Thiago, de Poiares, 678 hab.: 324 do sexo masc. e 354 do fem ; Santa Maria dos Anjos, de Ponte do Lima, 2:283 hab.: 996 do sexo masc. e 1:287 do fem ; S. João Baptista, de Queijada, 209 hab.: 94 do sexo masc. e 115 do fem.; Santa Maria, de Rebordões, 538 hab.: 245 do sexo masc. e 293 do fem.; S. Salvador do Souto, de Rebordões, 868 hab.: 401 do sexo masc. e 467 do fem ; Santa Maria, de Refojos do Lima, 2:213 hab.: 973 do sexo masc. e 1:240 do fem ; S. Salvador, de Rendufe, 2 9 hab : 117 do sexo masc. 172 do fem.; S. João Baptista, de Ribeira, 1:449 hab.: 631 do sexo masc. e 88 do fem.; Santa Maria, de Sá, 315 hab.: 133 do sexo masc. e 182 do fem.; S Mamede, de Sandiães, 411 hab.: 206 do sexo masc. e 205 do fem.; Santa Comba, 297 hab.: 134 do sexo masc. 163 do fem ; Santo André, de Santa Cruz do Lima, 383 hab.: 169 do sexo masc. e 214 do fem.; S. Mamede, de Seara, 314 hab.: 152 do sexo masc. e 162 do fem.; Santa Martha, de Serdedello, 53 hab.: 242 do sexo masc. e 297 do fem ; S Salvador, de Victorino das Donas, 753 hab.: 334 do sexo masc. e 419 do fem ; Santo André, de Victorino dos Piães, 1:02 hab : 475 do sexo masc. e 515 do fem ; Santo Estevão, de Villar das Almas, 409 hab.: 195 do sexo masc. e 214 do fem ; S. João Baptista, de Villar do Monte, 254 hab.: 120 do sexo masc. e 134 do fem. O principal commercio do concelho é azeite, cereaes, batatas, feijão, laranja e vinho.

Ponte do Louro. Pov. na freg. de Santa Lucrecia, de Louro, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Ponte da Magdalena. Pov. na freg. do Salvador, de Aramenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Ponte do Manco Pov. na freg. de S. Mamede, de Friestas, conc. de Valença, districto de Vianna do Castello.

Ponte da Mansa. Pov. na freg. de S. Jorge, de Selho, conc. de Guimarães, districto de Braga.

Ponte da Marinheira Pov. na freg. de S. Martinho, d'Alva, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Ponte da Matta. Pov. na freg. de Santo André, Sazes de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra,

Ponte das Mestras Pov. na freg. de Santa Maria, de Tavora, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Ponte Missuro Pov. na freg. de S. Miguel, de Junqueira, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Ponte e Moinhos. Duas povoações reunidas na freg. do Salvador, de Novellas, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Ponte Moirisca. Pov. na freg. de Sant'Anna, de Orgens, conc. e distr. de Vizeu. Tem correio com serviço de posta rural.

Ponte do Moiro. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Ceivães, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Barbeita, do mesmo conc. e districto.

Ponte de Moreira. Pov. na freg. de Santa Maria, de Leça do Bailio, conc. de Bouças, distr. do Porto.

Ponte de Mouriz. Pov na freg. de S. Paio, de Pico de Regalados, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Ponte da Murcella. Pov. na freg. de S. Martinho da Cortiça, conc. de Arganil, districto de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural.

Ponte de Negrellos. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Campo, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Paio, de Moreira de Conegos, concelho de Guimarães, districto de Braga.

Ponte Nova. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Aboim, conc. d'Amarante, districto do Porto. || O Salvador do Mundo, de Almoster, concelho de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Santo André, do Ancêde, conc. de Baião, distr. do Porto. || Santa Maria, de Lalim, conc. de Lamego, distr de Vizeu. || Santa Maria, de Lamas, conc. da Feira, distr de Aveiro. || S. Clemente e conc. de Loulé, districto de Faro || O Salvador, de Monte Cordova, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Cypriano, de Paços de Brandão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia e conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto || S. Miguel, de Rãs, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || Santa Maria, de Silvares, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Ponte Nova do Palhal. Pov. na freguezia de S. Thiago, de Ribeira de Fragoas, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro.

Ponte Nova do Sordo. Pov. na freg. de S. Christovão, de Parada de Cunhos, conc. e distr. de Villa Real.

Ponte d'Ollo. Pov. na freg. de S. Vicente, de Ermello, conc. de Mondim de Basto, districto de Villa Real.

Ponte do Palhal. Pov na freg. de S. Vicente, de Branca, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro.

Ponte da Palhota. Pov. na freg. do S. João Baptista e conc. de Coruche, districto de Santarem.

Ponte do Panasco. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Sobral do Monte Agraço, districto de Lisboa.

Ponte de Pau. Pov. na freg. de S. Thiago, de Rande, concelho de Felgueiras, districto do Porto.

Ponte de Pé Pov. na freg. de S. Miguel, de Refojos de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr de Braga.

Ponte da Pécha. Pov. na freg. de S. Paio, de Arcos, concelho de Anadia, districto de Aveiro

Ponte da Pedra. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Atalaia, conc. de V. N. da Barquinha, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Leça de Bailio, conc. de Bouças, distr. do Porto. || O Salvador, de Real, conc. de Amarante, do mesmo districto.

Ponte Pedrinha. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cin-

tra, distr. de Lisboa. Sobre um ribeiro que corre do norte ao sul, vê-se ainda esta velha ponte, sobre a qual está collocado um arco do aqueducto das aguas livres, que principia em Bellas e se prolonga até Lisboa. O caminho de ferro de Cintra passa proximo de Monte Pedrinha. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Pedro e conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu || S. Pedro, de Lomar, conc. e distr. de Braga. || N. S.ª dos Córos, de Teixoso, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || S. Martinho, de Villa Fria, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Ponte sobre o rio Paiva, muito antiga, onde se deu uma acção no dia 29 d'abril de 1834, entre os liberaes, commandados pelo conde de Villa Flôr, e os realistas, commandados pelos generaes Osorio e José Cardoso. Correu pouco sangue, ficando os liberaes vencedores. V. *Paiva*, n'este vol. pag. 385.

Ponte do Pégo Está collocada sobre o rio Tamega, a 3 k. d'Amarante. E' de madeira, e uma das melhores, n'este genero, que existem em Portugal.

Ponte Penedo. Pov. da freg. de N. S.ª da Visitação, de Odeleite, conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Ponte de Penso. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Bordonhos, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Ponte Pequena Pov. na freg. de S. João Baptista, de Cavez, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Ponte Pereiro Pov. na freg. de S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Ponte das Pias. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Castellões de Cepeda, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Luiz, de Pias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Ponte do Porto Pov. na freg. de S. Thomé, do Prozello, concelho de Amares, distr. de Braga.

Ponte da Povoa. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Ameixoeira, 3.º bairro de Lisboa.

Ponte do Prado. V. *Prado*.

Ponte Quadiz. Pov. na freg. de S. Silvestre e conc. de Louzã, distr. do Coimbra

Ponte da Quarteira (*Joaquim Bernardino de Mendonça, 1.º barão da*). Vice-consul de Hespanha, em Faro, onde fal. a 30 de dezembro de 1884. Foi agraciado com o titulo de barão da Ponte da Quarteira, por decreto de 6 de agosto de 1870. E' hoje barão do mesmo titulo o sr. Joaquim Bernardo Gouveia do Mendonça.

Ponte da Ranha Pov na freguezia de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Vinhaes, distr. de Vizeu.

Ponta da Rata. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Eirol, conc. e distr. de Aveiro. Tem caixa postal.

Ponte Real. Pov. na freg. de Santa Eulalia e concelho de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Ponte Redonda. Povoações nas freguezias: S. Martinho e conc. de Cintra, distr. de Lisboa || S. Thiago, de Silvalde, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Ponte do Reguengo. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Pontével, conc. do Cartaxo, distr. do Santarem.

Ponte da Ribeira. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Chave, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Ponte e Ribeira. Duas povoações reunidas, da freg. de S. Felix, de Gondifellos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Ponte do Rol. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Torres Vedras, distr. e patriarc. de Lisboa; 254 fog. e 1:167 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Dista 5 k. da séde do conc. e está situada no valle do Sizandro, junto do rio d'este nome. O prior da freg. de S. Thiago, de Torres Vedras, apresentava o cura, que tinha 70$000 réis e o pé d'altar. A pov. pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa.

Ponte Ruiva. Pov. na freg. de N. S.ª do Pilar, de Cedros, conc. de Santa Cruz das Flôres, distr. de Horta. Tem est. postal.

Ponte do Sabor. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Torre do Moncorvo, distr. de Bragança.

Ponte de Sant'Anna. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. do Cartaxo, distr. de Santarem.

Ponte de Santa Margarida. Pov. na freg. de S. Thiago, de Filhadella, conc. e distr. de Villa Real.

Ponte de Santa Maria (*Antonio Vicente de Queiroz, 1.º barão, 1.º visconde e 1.º conde da*). Marechal do exercito, commandante da 1.ª div. mil, par do reino, gran-cruz das ordens da Torre e Espada e d'Aviz; commendador da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; condecorado com a cruz da campanha n.º 3 da Guerra Peninsular, e com a medalha da Victoria, etc. N. em Valença a 3 d'agosto de 1794, fal. em Lisboa a 7 de fevereiro de 1868. Era filho do tenente-coronel d'artilharia Luiz José de Queiroz, e de sua mulher D. Rosa Thereza de Araujo; sobrinho de José Joaquim Champalimaud, que, primeiro como commandante do regimento n.º 21 e depois como general, tanto se illustrou na Guerra da Peninsula. Tendo nascido n'uma praça de guerra, e ouvindo constantemente no lar domestico contar as façanhas dos antepassados, influiu-se tanto com a carreira das armas, que em fevereiro de 1809, contando pouco mais do 14 annos de edade, foi alistar-se no corpo de que seu tio era chefe. No mez seguinte as tropas francezas commandadas pelo general Soult entravam em Portugal, e cabendo ao regimento n.º 21 um papel importante n'essa campanha, o joven Queiroz, que mal tivera tempo de aprender a recruta, fez as suas primeiras armas contra o exercito invasor. Reconhecido cadete em 1810 e passando ao batalhão de caçadores n.º 4, viu se de novo vivendo nos acampamentos, marchando dia e noite sem descanço até que nas alturas do Bussaco, onde as forças francezas encontraram as portuguezas a tomar-lhes o passo, o joven cadete recebeu o seu primeiro ferimento, porque no meio dos camaradas, já conhecido e respeitado por bravos e valentes, elle anciava por se tornar conhecido e occupar um dos primeiros logares. Despachado alferes a 6 de junho de 1811, acompanhou o seu batalhão para além da fronteira, e nas acções e recontros que se deram até ao fim da lucta, manifestou sempre o mais decidido va-

lor na batalha da Vitoria de Tolosa, sendo gravemente ferido no ataque do reducto de S. Bartholomeu em S. Sebastião de Biscaya, e na batalha de Nive, e recebendo em premio de tão assignalados serviços o posto de tenente em dezembro de 1812, e a graduação de capitão por proposta de Beresford em julho de 1813, quando não tinha ainda completado 19 annos de edade. Terminada a Guerra Peninsular, Antonio de Queiroz voltou á patria, da qual andára afastado largos annos, e continuou no seu batalhão até que em 1819 foi mandado fazer serviço de major e instruir o regimento de milicias de Vianna do Castello. N'essa commissão permaneceu ainda mesmo depois de ser promovido a major, e tendo sido em 1827 collocado no regimento n.º 21 e tomado parte nas primeiras campanhas em defeza da causa constitucional, emigrou em 1828 para a Galliza, passando d'ali a Inglaterra quando depois da chegada do infante D. Miguel e de ven-

Coude da Ponte de Santa Maria

cida a revolução de 16 de maio no Porto, os liberaes se viram forçados a passar a fronteira para escaparem á prisão ou á morte. Acompanhou o general Saldanha na expedição que saiu de Plymouth em janeiro de 1829 com destino á ilha Terceira, e que foi obrigada pelos canhões do cruzeiro inglez a aportar a Brest. Até março de 1832 esteve Antonio de Queiroz em França, e dirigindo-se então novamente para os Açôres, foi collocado no batalhão de caçadores n.º 2, e com elle veiu desembarcar nas praias do Mindello, em julho do mesmo anno. Poucos dias depois da sua chegada ao Porto deu-se a batalha de Ponte Ferreira, e o major Queiroz tanto se distinguiu que foi elevado a tenente-coronel e agraciado com o grau de official da Torre e Espada. Em Souto Redondo tornou a ser ferido gravemente, o que o obrigou a estar algum tempo afastado do serviço activo. Ainda mal restabelecido tomou o commando do batalhão de caçadores n.º 12, para o qual fôra nomeado, e com elle defendeu o districto do Bom Successo e depois o de Campanhã, contribuindo valiosamente para algumas das victorias ganhas nas linhas do Porto, sendo, pelos serviços que então prestou, despachado coronel e agraciado com a commenda de S. Bento de Aviz. Recebendo ordem, em setembro de 1833, para embarcar do Porto para Peniche com o batalhão do seu commando e o regimento de cavallaria n.º 10 afim de inquietar a retaguarda dos miguelistas, assim fez, e depois de pequenos conflictos uniu-se ás tropas do conde de Saldanha, assistiu á tomada de Leiria, tomou parte no combate de Pernes, e commandou na batalha d'Almoster uma brigada composta dos batalhões de caçadores n.º 2 e 12. Foi n'esta acção que se assignalou d'uma fórma verdadeiramente extraordinaria, porque sendo lhe confiada a defeza das alturas entre o Paúl e a Ponte de Santa Maria, onde foi o principal ataque dos miguelistas, illudiu estes a ponto de os deixar passar a ribeira e trepar a encosta para depois, caindo-lhes sobre o flanco e cortando-lhes a retirada os pôr em completa debandada. Esta arrojada operação, que mereceu os mais subidos elogios do general Saldanha, valeu ao coronel Queiroz a commenda da Torre e Espada, e quando depois a rainha D. Maria II conferiu os titulos de nobreza aos officiaes que mais se haviam distinguido nas campanhas da Liberdade, agraciou-o com o titulo de barão da Ponte de Santa Maria, por decreto de 23 de setembro de 1835, commemorando assim esse feito brilhante praticado na batalha de 18 de fevereiro de 1834. Logo em seguida foi com seu batalhão para o norte do reino ás ordens do duque da Terceira, e chegando ao Porto recebeu o commando d'uma brigada em que entravam caçadores n.º 12, infantaria n.º 10 e um batalhão de voluntarios, e com a qual bateu o inimigo em Amarante e Castro Daire. Continuando a fazer parte das forças collocadas n'esse ultimo periodo da campanha sob o commando do duque da Terceira, chegou ao campo da Asseiceira, e ahi no dia em que se travou a ultima batalha entre os dois partidos absolutista e liberal, coube ao coronel Queiroz occupar a direita da linha. Foi exactamente sobre esse ponto que carregou a força do ataque inimigo, e ao meio dia, julgando o duque que o resultado da acção não lhe seria favoravel, mandou dizer ao coronel Queiroz, pelo official do estado maior Adrião Accacio da Silveira Pinto, que engatasse a artilharia e se preparasse para retirar. Ao ouvir esta ordem, o denodado coronel, que tinha um unico pensamento, o de vencer o adversario sem lhe importar com a perda da vida, firmou se nos estribos, e respondeu arrogantemente: «diga ao general que aqui não se engata nem se desengata, e que ou havemos de ir para a frente ou ficaremos aqui todos.» O marechal deu então ordem ao coronel Lemos, depois visconde de Leiria, para operar um movimento de flanco com alguns corpos da extrema esquerda, e sendo esta manobra coroada de feliz exito e sustentando Queiroz os repetidos embates da cavallaria realista até esta perder o seu chefe o coronel Puiseux, em poucas horas os soldados de D. Miguel estavam em debandada, e dentro em poucos dias ajustava-se a convenção de Evora-Monte que poz termo á guerra civil. Elevado então ao posto de brigadeiro e encarregado do com-

mando militar da provincia do Minho, foi ainda em 1834 nomeado chefe d'uma brigada do exercito de observação que se formou n'essa epoca, e que no anno seguinte veiu a transformar se na força que de Portugal foi a Hespanha defender D. Izabel II contra D. Carlos. Tendo exercido por alguns mezes o commando em chefe d'essas tropas durante a ausencia do viscoude de Reguengo, voltou depois a tomar conta da brigada que se organisou em Vizeu, e em fins de dezembro de 1835 reassumiu o commando supremo da divisão auxiliar, e entrou em Hespanha indo estabelecer o seu quartel general em Zamora, onde se conservou até aos primeiros dias de julho. Invadindo então o cabecilha Gomez as Asturias, operou o barão da Ponte de Santa Maria, de accordo com os generaes Espartero, Manso e Latro para cortar o passo ao inimigo e guardar a nossa fronteira até que, adoecendo gravemente, se viu forçado a entregar o commando ao barão das Antas, e a reco her a Portugal em meados de agosto de 1836. Voltando, depois de restabelecido, a exercer o governo da praça de Valença para que fôra nomeado em junho de 1835, esteve depois encarregado do commando da 5.ª, 8.ª e 3.ª divisões militares, e achando-se no desempenho d'estas ultimas funcções em janeiro de 1842, contribuiu muito para a restauração da Carta Constitucional na cidade do Porto. Sendo encarregado da inspecção dos corpos de infantaria em 1844, foi exonerado d'essa commissão pelo ministerio que se organisou em maio de 1846, e acompanhando em outubro o duque da Terceira ao Porto depois do golpe de estado, esteve preso no castello da Foz e na cadeia da Relação até que pela convenção de Gramido pôde voltar a Lisboa e reassumir o seu cargo de inspector. Tendo sido promovido a marechal de campo em 1837, agraciado com os titulos de visconde e de conde, por decreto de 10 de março de 1842 e com os arminhos de par do reino tambem n'esse anno, foi mais tarde elevado a tenente general, e estava em 1850 inspeccionando um dos corpos da Beira, quando em abril de 1851 rebentou o movimento da Regeneração. Seguindo o partido do governo, esteve depois da victoria do duque de Saldanha afastado da vida publica até dezembro de 1852, em que foi nomeado commandante da 1.ª divisão militar, commissão que exercia ainda quando falleceu em 1868. Durante este ultimo periodo da sua vida, foi o conde da Ponte de Santa Maria commandante em chefe do exercito alguns mezes em 1856 durante a ausencia do duque de Saldanha, e depois desde que este general em 1857 pediu a exoneração até setembro de 1859, em que foi extincto esse elevado cargo militar. Em outubro de 1862 foi promovido a marechal do exercito para o logar que deixára vago o duque da Terceira, e que até então se não preenchera, declarando o decreto da nomeação que esse subido posto lhe era conferido em attenção aos serviços militares que tinha prestado por mais 53 annos tanto na guerra da independencia nacional como na restauração do throno e das liberdades patrias, durante a qual exerceu commissões importantes entrando em muitos combates, em que por differentes vezes foi ferido, e a ter exercido durante alguns annos o cargo de commandante em chefe do exercito.

Ponte de S. Paulo. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Espite, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Ponte de S. Simão Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Aguda, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Ponte de S. Thomé. Pov. na freg. de S. Thomé, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Ponte de S. Vicente Pov. na freg. de S Vicente do Paúl, concelho e districto de Santarem.

Ponte de Sôr. Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc. e de com., distr. e bisp. de Portalegre, Relação de Lisboa. Tem uma só freg., S. Francisco, e está situada n'uma planicie agreste na margem direita do rio Sôr, a 50 k. da capital do distr. O tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, e foi cidade romana com o nome de *Matusarum*. Ficava nas margens da 3.ª via mil. romana, que de Lisboa se dirigia a Merida, por Benavente, Alter do Chão e Ponte de Sôr, segundo o *Itinerario de Antonino Pio*, e da qual ainda restam alguns marcos milliares, com inscripções latinas disseminadas pelos mattos. El-rei D. Manuel elevou a pov. á categoria de villa, e deu-lhe foral, em Lisboa, a 29 d'agosto de 1514. O rio Sôr é aqui atravessado por uma grando ponte de pedra e ferro, que é uma das mais importantes obras d'arte do caminho de ferro de Leste. Tem em cada um dos extremos, assentes sobre as margens, encontros de cantaria, apoiando-se no centro tão sómente, apezar da sua extensão, sobre dois pilares tubulares de ferro fundido, emparelhados e ligados entre si, por grossas linhas de ferro. Apezar dos dois grandes vãos entre os pilares e os encontros, é de grande solidez, sem que as maiores cheias lhe tenham causado o minimo abalo. O nome de Ponte de Sôr é derivado do rio e d'uma grande ponte de pedra que os romanos haviam construido. O primitivo orago da freg. foi N. S.ª da Torre, assim chamada por causa d'uma torre edificada junto da egreja. Até 1834 teve Ponte do Sôr uma companhia de ordenanças pertencentes á capitania-mór de Abrantes. A villa pertence á 4.ª div. mil, 7.ª brigada, grande circumscripção mil. sul, e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. Tem est. no caminho do ferro de leste, entre as de Bemposta e Torre das Vargens; agencias dos bancos de *Portugal*, *Economia Portugueza*, *Lisboa & Açôres;* agentes das companhias de seguros *Fidelidade*, *Internacional*, *União*, *Argus* e *Popular;* seguros de vidas, *La Phenix*; fabrica de azeite; est. telegr.-post., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobranças de titulos, letras e vales; escolas d'ambos os sexos, hospedarias, medico, pharmacias, Misericordia e hospital, notario, sub delegado de saude, *Club Pontesorense Vaz Monteiro*, sollicitadores, feira nos dias 4 e 6 de outubro, de gado, de queijos, cereaes, cortumes, fazendas e quinquilherias; e a 15 de janeiro de gado suino; romaria a 15 d'agosto a N. S.ª dos Prazeres, a 4 k. de distancia. A villa é fertil em cereaes, gado e caça grossa e miuda, mel e cêra. O conc. comprehende 3 freguezias com 1:914 fog. e 7:923 hab., sendo 4:011 do sexo masc. e 3:912 do fem , n'uma superficie de 51:761 hect. As freguezias são: S. Lourenço,

de Galvcia°, 1708 hab.: 776 do sexo masc. e 932 do fem.; Santo Ildefonso, de Montargil, 2:388 habitantes: 2:270 do sexo masc. e 4:118 do fem.; S. Francisco, de Ponte do Sôr, 3:827 hab.: 1:965 do sexo masc. e 1:862 do fem. O principal commercio do concelho é gado suino, azeite, cortiça e cereaes.

Ponte do Sótão. Pov. na freg. de Santa Maria, de Goes, conc. e distr. de Coimbra. Tem caixa postal.

Ponte do Tabuado. Pov. na freg. de S. Luiz, de Pias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Ponte das Taboas. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Fornos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Ponte de Telhe. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Moldes, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Ponte de Ucanha. Pov. na freg. de Santa Magdalena, de Gouveães, conc. de Tarouca, distr. de Vizeu.

Ponte de Vagos. Pov. na freg. de S. Thiago, e conc. de Vagos, distr. de Aveiro.

Ponte do Valle. Pov. na freg. de Santa Maria, de Ribeiros, concelho de Fafe, distr. de Braga.

Ponte do Vão. Pov. na freg. do Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Ponte da Varzea. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regua, distr. de Villa Real.

Ponte da Veiga. Povoações nas freguezias: Santa Margarida, de Povoa de Penella, conc. de Penedono, distr. de Vizeu. || S. Pedr , de Riba de Moiro, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Rio Caldo, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || S. Pedro Fins, de Torno, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Ponte Velha Povoações nas freguezias: O Salvador do Mundo, de Almoster, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria || S. João Baptista, de Caldas do Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel, de Foz d'Arouce, concelho de Louzã, distr. de Coimbra. || Santa Maria Magdalena e conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santo Antonio, de Rapoza, conc. d'Almeirim, distr. de Santarem.

Ponte de Villa Chã. Pov. na freg. do Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Pontéga. Ribeira do distr. de Evora. N. na freg. de Arrayollos, corre na direcção NO, tem ponte na estrada do Vimieiro, e entra na ribeira de Tera a SE de Paiva, com 7 k. de curso.

Pontegãos ou Pontegães. Pov. na freg. de S. Paio, de Carvalhal, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Ponteira. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Paradella, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || Monte, da prov. de Traz-os-Montes, perto da pov. de Ponteira. Tem 8 k. de comprimento, e é constituido de penhascos, a que dão o nome de *Roca rocha*, e alguma terra arida e sem vegetação.

Pontelha. Povoações nas freguezias: S. Felix, de Candomil, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Romão, de Neiva conc. e distr. de Vianna do Castello.

Pontelhas. Pov. na freg. de S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Pontelhos. Pov. na freguezia de S. Miguel, de Roriz, concelho de Barcellos, distr. de Braga.

Pontemieiro. Pov. na freg. de S. Miguel, de Junqueira, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Pontena. Pov. na freg. de S. Miguel, de Villarinho do Bairro, concelho de Anadia, distr. de Aveiro.

Pontes *(Fr. Francisco da Madre de Deus)*. Religioso da ordem reformada de S. Francisco, da provincia da Arrabida. N. em Lisboa, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Professou em 1737; foi mestre de Theologia na sua provincia, e teve fama de grande prégador. Depois da sua morte publicou-se: *Sermões do P. M. Fr. Francisco da Madre de Deus Pontes*, etc., *dados á luz por um seu discipulo, filho da mesma provincia*, Lisboa, 1798, 2 tomos. Sairam depois em continuação 3 tomos, em 1799 e 1800; *Sermões do editor dos dois tomos dos Sermões do R P. M. Fr. Francisco da Madre de Deus.*

Pontes. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Purificação, de Seissa, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem || S. Miguel, de Creixomil, conc. de Guimarães, distr. de Braga || S. Pedro, conc. e distr. de Faro. || S. Thiago, de Fontão, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Ilha de Santa Maria; S. Pedro, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada. || S. Martinho, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || S. Verissimo, Tamel, concelho de Barcellos, districto de Braga.

Pontes de Anobra. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Anóbra, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra.

Pontes de Cadima. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Pontesinha. Pov. na freg. de S. Cypriano, concelho de Rezende, distr. de Vizeu.

Pontesinhas. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Aveleda, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Maria, de Panoias, conc. e distr. de Braga.

Pontével *(D. Elvira Maria de Mendonça e Vilhena, condessa de)*. Dama da rainha D. Luiza de Gusmão, mulher de D. João IV. N. em 1627, fal. a 30 de dezembro de 1718. Era filha de D. João de Sousa da Silveira, alcaide-mór de Thomar, mestre de campo da provincia do Alemtejo, governador das armas da de Traz-os-Montes, védor da casa da rainha D. Luiza de Gusmão, presidente do senado da camara; e de sua mulher D. Archangela Maria de Vilhena. D. João de Sousa da Silveira fal. a 16 de junho de 1664. O titulo de condessa de Pontével foi concedido a D. Elvira de Vilhena, por carta de D. Affonso VI de 15 d'abril de 1662, quando recebeu a nomeação de dama de honor para acompanhar a Inglaterra a infanta D. Catharina, filha de D. João IV, para

casar com o rei Carlos II. Casou com D. Nuno da Cunha e Athaide (*V. o artigo seguinte*). Tendo enviuvado em 1696, fundou á sua custa a egreja da Encarnação, onde foi sepultada com seu marido. (*V. Encarnação*, *Portugal*, vol. III, pag. 141 e seguintes). No cartorio da irmandade do Santissimo da referida egreja existe archivado um precioso manuscripto, feito em 1814, sobre a genealogia da condessa e do conde de Pontével, historiando a fundação e reedificação da egreja.

Pontével (*D. Nuno da Cunha e Athaide, conde de*). Estribeiro-mór da infanta D. Izabel, filha de D. Pedro II, general d'artilharia, governador das armas da provincia da Beira, e governador e capitão general do Algarve; presidente do senado da camara de Lisboa, das juntas do commercio e do tabaco, e do conselho de guerra. Fal a 10 de fevereiro de 1696. Era filho de Tristão da Cunha e Athaide, 9.º senhor dos concelhos de Povolide, Castro Verde e Paradella, commendador de S. Cosme de Gondomar, e de S. Matheus, de Soure, na ordem de Christo, senhor do morgado de Athouguia, e padroeiro de S. Pedro de Povolide, e de Santa Maria de Trancoso, casado com D. Antonia de Vasconcellos. D. Nuno da Cunha e Athaide foi um dos fidalgos da revolução de 1 de dezembro de 1640, e fez a guerra da acclamação, distinguindo se em varios combates, na prov. do Minho, em 1658. Casou com D. Elvira Maria de Mendonça e Vilhena; sendo nomeado para acompanhar a Inglaterra a infanta D. Catharina, teve a mercê do titulo de conde de Pontével, na mesma data de 15 de abril de 1662, em que sua mulher recebeu egual mercê, pela sua nomeação de dama de honor da mesma infanta, e do encargo de tambem a acompanhar a Inglaterra. D. Pedro II, sendo regente do reino, em attenção aos grandes serviços prestados por estes fidalgos, lhes concedeu, por alvará de 30 de outubro de 1677, o titulo em mais uma vida, para o filho que d'elles nascesse, porém d'esse matrimonio apenas houve uma menina, que falleceu de tenra edade. D. Pedro II, tambem em 1688 nomeou o conde de Pontével embaixador extraordinario para conduzir de França para Portugal a rainha D. Catharina, já viuva de Carlos II de Inglaterra; não teve effeito, porém, porque aquella senhora sómente regressou em 1693. O brazão dos condes de Pontével, titulo já de ha muito extincto, é um escudo com as armas dos Cunhas: Em campo de ouro nove cunhas de azul em tres palas; timbre, um gripho nascente de ouro, com cunhas de azul e azas de azul com cunhas de ouro.

Pontével. Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. da Extremadura, conc. e com. do Cartaxo, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 622 fog. e 2:682 hab. Está situada entre as villas d'Azambuja e do Cartaxo. Foi uma importante commenda da ordem de Malta, e por isso gozava os grandes privilegios dos caseiros d'esta ordem. O commendador de Malta apresentava o vigario, que tinha 150$000 réis de rendimento. Como freguezia, comprehende Pontével, além da pov., os casaes dos Lagartos, dos Penedos, e do Ouro, ou da Amendoeira. Dista 5 k. da séde do concelho, e está ligada por meio de estradas a muitas povoações limitrophes, como Aveiras de Cima, Aveiras de Baixo, Azambuja, Ereira, e outras. e á estação de Reguengo na linha do caminho de ferro do norte, por uma estrada de 7 k., cujos trabalhos de construcção fôram inaugurados solemnemente com as maiores demonstrações de regosijo no dia 9 de abril de 1888. A construcção d'esta estrada deve-se á influencia do então ministro da fazenda, o conselheiro Marianno Cyrillo de Carvalho, e como preito de gratidão publica, foi dado o seu nome a um largo arborisado na povoação. Pontével tem escola primaria official para ambos os sexos, est post, duas pharmacias, medico, sociedade philarmonica, intitulada *Incrivel Pontévelense*, e pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa. Pontével, outr'ora tão falada, é

Pontével—Vista geral

actualmente uma povoação muito esquecida. A'cêrca da sua origem nada se póde averiguar, pois só começa a ser mencionada no tempo de D. Affonso Henriques, como commenda da ordem de Malta, de S. João de Jerusalem, ou do Hospital, com o nome de *Ponteval*, nome por que é designada até ao reinado de D. Affonso IV. Segundo a tradição popular, foi a rainha Santa Izabel quem assim designou a povoação, pois passando por este logar, ainda pouco cultivado, dissera a *Ponte no Valle*, e d'ahi querem derivar *Ponteval*, que o decorrer dos tempos corrompeu em *Pontével*. Que o nome venha da ponte n'um valle parece razoavel, mas que fôsse posto pela referida rainha é que não tem fundamento, porque Ponteval já existia no principio da monarchia. Depois da tomada de Santarem aos moiros em 1147, D. Affonso Henriques aproveitou o auxilio dos cruzados, cujas armadas acossadas pelas tempestades vieram procurar abrigo no Tejo, para o ajudarem na conquista de Lisboa, depois do que alguns d'estes cruzados se estabeleceram em Athouguia, Lourinhã e Villa Verde dos Francos. Continuando D. Affonso Henriques a ser ajudado pelos religiosos da ordem do Hospital, da mesma fórma ia enriquecendo aquella ordem, e assim se póde conjecturar que depois da conquista de Santarem, désse aos religiosos hospitalarios a egreja de S. João d'Alporão, que tinha sido mesquita dos moiros, como cabeça e titulo d'uma commenda, unindo-lhe Pontével e as suas annexas Ereira e Lapa, ficando uma das principaes commendas da ordem de Malta n'este reino, conhecida como *commenda de Pontével*, por ser onde os commendadores tinham residencia, celleiros, adega e armazem. D. Sancho I deu o primeiro foral á povoação, em dezembro de 1194. Houve segundo foral e doação feita pelo mesmo soberano aos *francos* de Villa Verde e da Lourinhã a 20 de fevereiro de 1195, junto a Obidos. Esta doação presuppõe um incremento de população mais rapido do que poderia resultar do seu desenvolvimento natural; e assim se julga, que esses municipios haviam augmentado com aventureiros, que vinham buscar melhor fortuna n'este paiz hospitaleiro. Na verdade, foi no reinado de D. Sancho I quo a ordem de Malta deveu a melhor parte e principio da commenda de Pontével e suas annexas. Por carta passada em Santarem no anno de 1218, confirmou D. Affonso II a doação que D. Sancho I fizera a Pontével aos francos, mandando dar a oitava parte de todo o pão, vinho e linho á albergaria de Pontével, onde tambem existia um hospital da ordem padroeira desde o principio da commenda, adquirindo e possuindo bens, e o direito de receber em Pontével *terços, quintos e oitavos,* adquiridos pela ordem, não como direitos reaes, mas como direitos dominicaes, em resultado de diversos contratos e emprazamentos. Em 24 de julho de 1309, el-rei D. Diniz deu a albergaria do Cartaxo a Martim Netto, morador em Pontével, *por serviço que lhe fez, para que a povõe, e faça povoar de quantos povoadores ali puderem caber, e puder haver, e que tenha e haja os fructos e direitos da dita doação em sua vida, e que mantenha essa albergaria de leitos e roupas em que durmam os pobres* Tambem no reinado de D. Diniz falleceu em Lisboa Bartholomeu Joannes, com testamento datado de 28 de novembro de 1324, em que se encontra, entre outras disposições humanitarias e previdentes o legado de 150 libras para se fazer uma ponte no rio de Pontével, que é o caminho publico que vae para Santarem, entre Aveiras e Cartaxo. A libra no tempo de D. Affonso III e de D. Diniz, era uma moeda que valia 576 réis. Bartholomeu Joannes era um nobre e honrado cavalleiro, amigo e companheiro de D. Diniz; foi o que instituiu na sé de Lisboa a capella de S. Bartholomeu, e n'ella tem o seu tumulo. Em Pontével se uniu D. Nuno Alvares Pereira ao seu irmão primogenito, o prior do Crato D. Pedro Alvares Pereira, indo depois para Santarem, onde souberam da morte do conde de Andeiro, a 6 de novembro de 1383. O prior do Crato era do partido de Castella, mas D. Nuno, á força de razões e promessas, conseguiu trazel-o ao partido nacional, e partiram logo para Lisboa, mas chegando a Pontével D. Pedro fugiu, indo reunir-se aos castelhanos. Em 20 de outubro de 1475, D. Affonso V doou a D. Joanna, donzella da casa da rainha, os *quartos do linho* de Pontével, como os havia tido já sua mãe, D. Thereza. Pontével foi patria de dois varões notaveis: Matheus Peixoto Barreto, grande genealogista, que fundou na propria casa em que nascera, o recolhimento de Porta Coeli, dedicado a S. Damaso, em cuja capella foi sepultado. Em 1535, do recolhimento e da capella só existiam as paredes em ruinas. (V. *Portugal*, vol. II, pag. 166). O outro foi Fr. Manuel da Encarnação, da ordem de S. Domingos, provincial da ordem e reitor do collegio de Santo Thomaz, de Coimbra (V. *Portugal*, vol. III, pag. 139). D. João VI, por carta de 23 de dezembro de 1816 fez mercê ao 1.º visconde de Santarem, João Diogo de Barros Leitão, dos oitavos de Pon-

Pontével—Egreja matriz

tével. Por morte do illustre titular, seu filho, o 2.º visconde do mesmo titulo, Manuel Francisco de Barros e Sousa do Mesquita de Macedo Leitão Carvalhosa, requereu a mercê dos bens da corôa e a alcaidaria mór de Santarem, o que lhe foi concedido por carta de 17 de novembro de 1818, tambem a posse e fruição dos *oitavos* de Pontével, Ereira, Lapa e Fogaças de D. Belida, por seu tempo de um anno, como seu pae havia possuido. A egreja matriz de Pontével é dos primeiros tempos da monarchia. A apresentação mais antiga, de que ha memoria, é a do parocho Pedro Fernandes, em 16 de junho de 1302, por D Garcia Martins, prior da ordem de Malta em Portugal, e confirmada pelo bispo de Lisboa D. João Martins de Soalhães. A antiga egreja foi reconstruida no seculo xvii, devendo-se essa reconstrucção ao commendador de Pontével Antonio Botto Pimentel, que falleceu em Pontevel a 3 de novembro de 1614, sendo sepultado no centro da capella mór. A egreja é d'uma só nave, revestida interiormente de bellos azulejos. Tem altar mór e 4 lateraes, e um pulpito do lado da Epistola. O altar é de talha dourada, com um retabulo, representando a Apresentação da Virgem no templo; vêem-se ali as imagens de N. S.ª da Purificação, padroeira; Santo Antonio e S. Francisco. Os 4 altares lateraes são, do lado da Epistola, dedicados ao Santissimo e Senhor Jesus; do lado do Evangelho, N. S.ª do Rosario e S Miguel. A capella do Santissimo era antigamente dedicada ao Espirito Santo, e chamada *capella dos Negrões*, o que indica ter sido, talvez, o seu fundador algum homem de appellido *Negrão*. Em 1866 procedeu-se a importantes concertos na egreja, por iniciativa do prior Antonio Luiz Pinto de Carvalho, auxiliado por muitos parochianos, sendo tambem restauradas as pinturas. Tanto no corpo da egreja como na capella-mór ha sepulturas com os seus epitaphios, alguns já difficeis de se lêrem. A torre tem tres sinos, com as seguintes inscripções:

Pontével—Ermida de Nossa Senhora do Desterro

1.º—*Antonio Manuel o fez no anno de 1793.*
2.º—*Feito por Antonio Fernandes Amadeu, em 1810.*
3.º— *Joaquim Sarrilhos de Campos fez em 1816.*

A irmandade do Santissimo tem o seu Compromisso approvado em 1799 pelo patriarcha D. José Francisco Miguel Antonio de Mendonça O altar da Senhora do Rosario teve irmandade, que foi extincta em 14 de janeiro de 1849. O altar de S. Miguel, ou das Almas, tem irmandade muito antiga. Teve compromisso tão antigo, que, em 17 de dezembro de 1512, o tabellião de Santarem, na presença do vigario geral, deu traslado d'elle, por se achar *escripto em pergaminho apagado e rôto.* A irmandade tem novo compromisso com a data de 28 de novembro de 1869, e approvado por alvará do governador civil de Santarem, de 1.º d'agosto de 1871. A ermida de N. S.ª do Desterro foi primitivamente da invocação do Espirito Santo, e parece ser construcção manuelina pelo seu portal ser de architectura d'aquella epoca. Tem o altar-mór e 2 altares. No seculo xvii soffreu reconstrucção, e em uma baucada de madeira, que se vê á entrada, está a data de 1635. Na portaria havia o caracteristico alpendre do seculo xvii sobre 6 columnellos, o qual foi derrubado em 25 de junho de 1888, havendo n'essa occasião violentos protestos e reclamações que fomentados pelo prior, tomaram tal attitude, que foi preciso a intervenção da autoridade do districto para lhe pôr termo, completando-se finalmente as obras em 8 d'agosto do mesmo anno. O povo da povoação é muito devoto da imagem da Senhora do Desterro, e annualmente, em agosto ou setembro, fazem a festa com procissão, arraial, musica e fogo d'artificio, á qual concorre muita gente dos logares visinhos. Pontével é fertil em cereaes, legumes, e algum azeite, mas a principal producção é a do vinho, que sóbe a alguns milhares de pipas. A povoação soffreu muito com a invasão franceza em 1807. Tinha antigamente 2 juizes da vintena, sujeitos á camara de Santarem. Pontével é abundante d'aguas, e passa aqui o rio da *Fonte*, ou de *Cadavaes*, ao qual se junta o ribeiro de *Agua Travêssa.* Dá-se o nome de *Fonte*, por ter perto a fonte publica, com 3 bicas, construida em 1866 pela camara do concelho. Sobre o rio, proximo da fonte e da ermida do Desterro, está uma ponte d'um só arco de volta inteira, de construcção antiga. Suppõe-se com bons fundamentos que seja esta a ponte feita com o legado das 150 libras de Bartholomeu Joannes. Os enterramentos em Pontével faziam-se desde a primitiva no terreno em volta da egreja matriz. Em 23 de dezembro de 1872 foi intimada a junta de parochia para mandar proceder á construcção d'um novo cemiterio, fóra da povoação. No 1.º de março de 1883 fez-se o primeiro enterramento no novo cemiterio Impunha-se desde logo o desaterro do cemiterio antigo, que era cercado d'um muro com tres entradas sem resguardo algum, exposto a todas as irreve-

rencias, e em terreno mais elevado que o pavimento das ruas adjacentes ao adro da egreja; 17 annos depois, a junta de parochia, a 5 de novembro de 1900, com approvação das autoridades superiores, inaugurou os trabalhos d'este tão importante melhoramento, mandando demolir os muros e proceder ao desaterro e extracção das ossadas, as quaes fôram depois religiosamente trasladadas ao cemiterio, em 3 de junho de 1901. Sobre Pontével escreveu o sr. José Joaquim d'Ascensão Valdez um folheto, que publicou em 1874, intitulado *Noticia historica e descriptiva da antiga villa hoje logar de Pontével*. (V. *Portugal*, vol. I, pag. 790) *O Seculo* de 22 de setembro de 1901 e o extincto jornal *O Diario*, publicaram artigos illustrados ácêrca de Pontével.

Pontido (*Castello de*). Antiquissima fortaleza que existiu no concelho de Villa Pouca de Aguiar, na provincia de Traz-os-Montes. Foi de grande importancia nos primeiros tempos da monarchia, e ainda no seculo passado se viam vestigios, restando apenas alguns muros desmantelados. A construcção do castello de Pontido é attribuida aos antigos lusitanos, mas ignora-se a data da fundação. Era tambem chamado *castello d'Aguiar da Pena*, ou simplesmente *castello d'Aguiar*. Em 112? era senhor do castello de Pontido, ou, pelo menos, seu alcaide-mór, o rico-homem D. Gonçalo de Sousa, genro do grande Egas Moniz e senhor da Terra de Sousa. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Bouro, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Miguel, de Caçarilhe, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S Bento, de Pedroido, conc. de Fafe, do mesmo distr. || Santa Maria, do Prado, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Pedro, de Queimadella, conc. de Fafe, do mesmo distr. || O Salvador, de Tellões, conc. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real.

Pontidos. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Fareja, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Cypriano, de Refontoura, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Pontinha. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Arosa, conc. de Guimarães, distr de Braga. || S. Lourenço, de Celleirós, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Miranda, concelho de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Ponta situada na costa E da ilha de S. Jorge, Açôres.

Pontinhas. Pov. na freg. de S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Pope. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Silva Escura, conc de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Popo Angola. Sobado da 1.ª div. da freg. de S. Joaquim, no conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. E' composto de 7 povoações.

Popoto. Pov. da 7.ª div. (Pedras) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Populo. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. de Traz os Montes, conc. e com. d'Alijó, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 112 fog. e 520 hab. Tem esc. do sexo fem. Dista 10 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da margem direita do rio Tinto. O cabido de N. S.ª da Oliveira, de Guimarães, apresentava o cura, que tinha de rendimento 40$000 réis e o pé d'altar. N'esta freg. ha a egreja de N. S.ª do Populo, que deu o nome á freg. Foi primitivamente uma ermida, cuja data da fundação se ignora. Em redor d'ella fôram-se construindo casas, e assim se deu principio á freguezia. Suppõe-se que a imagem da padroeira foi feita na Italia, pela de N. S.ª do Populo que se venera junto á Porta Flaminia, em Roma, no convento dos eremitas de Santo Agostinho, da congregação da Lombardia. Junto á egreja existiu um castello chamado da *Touca rôta*, cuja fundação se attribue aos antigos lusitanos, mais de 200 annos antes da era christã. Populo pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Poque. Pov. do sobado de Calla Canambua, na freg. de S. Joaquim, 2.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Porão. Pov. na freguezia de S. Miguel, de Rebordosa, concelho de Paredes, districto do Porto.

Porastem. Pov. do concelho de Pernem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India.

Porca. Pov. na freg. de S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de N. S.ª do Monte, no conc. de Ilha Brava, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Porcalho (*Vasco*). Cavalleiro do seculo XV. Era commendador da ordem de Aviz, e mostrava-se muito affecto ao mestre, que foi depois rei com o nome de D. João I. A rainha D. Leonor Telles, quando o mestre d'Aviz foi preso por insinuação sua e ordem d'el-rei D. Fernando I, querendo mostrar-se, depois do mestre ter sido posto em liberdade, muito innocente n'esse acontecimento, aproveitára ao mesmo tempo a occasião para intrigar com o mestre os cavalleiros da sua ordem, e disse-lhe que desconfiasse sobretudo de Vasco Porcalho. O mestre riu-se, e pelo contrario ficou ainda mais afficçoado a Vasco Porcalho do que fôra até então, affecto que nunca se desmentiu, nem quando o procedimento de Vasco Porcalho pareceu justificar as insinuações de D. Leonor Telles. Effectivamente, em 1384 era alcaide de Villa Viçosa, e parecia muito mais disposto a sustentar a causa do estrangeiro do que a do mestre de Aviz. O povo, desconfiando d'isso mesmo, quiz prendel-o, mas Vasco Porcalho appellou para o mestre, e veiu a Lisboa. D. João acolheu o perfeitamente, e restituiu-lhe a alcaidaria de Villa Viçosa. O povo acolheu-o com respeito pelas ordens do Defensor do reino, mas com desconfiança. Esta era perfeitamente justificada, porque apenas tomou posse do castello, Vasco Porcalho mandou chamar secretamente os castelhanos, e arvorou a bandeira de D. Beatriz. Depois defendeu se energicamente contra D. Nuno Alvares Pereira, e afinal quando a causa do Mestre triumphou definitivamente, refugiou-se em Castella.

Porcalhota. Pov. na freg. de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, pertencente ao conc. de Oeiras Ha aqui uma capella dedicada a N. S.ª da Conceição, da Lapa. Tem est. post. e est. no caminho de ferro de Cintra, entre a de Queluz-Bellas e o apeadeiro da Damaia. A pov. da Porcalhota, ficou chamando-se *Amadora* por decreto de 28 de outubro de 1907, substituindo se tambem o nome

da est. do cam. de ferro. Esta pov. tem-se desenvolvido muito para o O, havendo ahi um novo bairro no sitio denomiuado Alto da Venteira. Na Porcalhota construiu a camara municipal de Lisboa em 1850 um chafariz com duas bicas, a pedido dos habitantes. A camara approvou o projecto em 20 de julho de 1849, sendo o chafariz feito em cima da abobada do Aqueducto das Aguas Livres, na entrada da Azinhaga do Bosque, e á ilharga da quinta do commendador João Galvão Mexia de Sousa Moura Telles e Albuquerque, que embargou a obra, como refere Velloso de Andrade na sua *Memoria sôbre chafarizes*, etc , mas a qual se concluiu em 29 de outubro de 185 , correndo a primeira agua n'esse dia, aos 25 minutos da tarde, na presença de varias pessoas influentes, cujos nomes se encontram citados na referida *Memoria*. Desde a tomada da agua até á quina da Ermida da Lapa, onde se encontrava uma clara-boia, se aproveitaram para o encanameuto 180 palmos de um antigo desaguadouro do aqueducto das Gallegas, o desde a dita esquina se fez um encanamento de chumbo. Na columna do chafariz se collocaram as armas da cidade, e por baixo C. M. 1850.

Porção Pov. na freg. de Sauta Maria, de Borba da Montanha, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Porcariça. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. do Douro, conc e com. de Cantanhede, distr. e bisp. de Coimbra; 227 fog. e 829 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, pharmacia e correio com serviço de posta rural. Está situada na estrada que vae de Cantanhede para Oliveira do Bairro. O cabido da sé de Coimbra apresentava o cura, anuual, que tinha 180$000 réis. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria. || Povoações nas freguezias: Santo Isidoro, conc de Mafra, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Luz, de Maceira, conc e distr. de Leiria. || N. S.ª da Encarnação, de Olhalvo, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || S. Miguel, de Cardozas, conc. de Arruda dos Vinhos, do mesmo districto.

Porcas. Pov. e freg. de S. Silvestre, da prov. da Beira Baixa, conc., com., districto e bisp. da Guarda; 162 fog. e 703 hab. Tem correio com serviço de posta rural, e dista 5 k. da séde do conc. Está situada na estrada da Guarda a Valhelhas, a 5 k. da margem direita do rio Mondego. O cabido da sé da Guarda apresentava o prior, que tiuha 80$000 réis e o pé d'altar. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Povoações nas freguezias: Santa Barbara, de Souto Maior, conc. de Trancoso, districto da Guarda. || S. Pedro e conc. de Trancoso, do mesmo districto.

Porcas de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Barrô, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Porcelhe. Pov na freg. de S. Pedro, de Arcozello das Maias, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Porches. Pov. e freg de N. S.ª da Encarnação, da prov. do Algarve, conc. do Lagôa, com. de Silves, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 294 fog. e 1:305 hab. Tem esc. do sexo fem. e estação post. Dista 5 k. da séde do conc. e está situada n'um outeiro, a 2 k. do mar, na estrada real de V. N. de Portimão a Faro. O bispo apresentava o cura, que tinha 120$000 réis de rendimento. Foi villa e cabeça d'um julgado, e teve um forte castello, do qual D. Affonso III fez doação a D. Estevão Annes, seu chanceller, em fevereiro de 1252, juntamente com suas egrejas e outras terras e rendas, em Faro e n'outras partes do Algarve. El-rei D. Diniz lhe deu foral, em Lisboa, a 20 d'agosto de 1286, que D. Pedro I confirmou. El-rei D. Fernando mandou reunir o julgado de Porches ao termo de Silves, por carta regia de 30 de janeiro de 1370. Assim perdeu a sua autonomia e o titulo de villa. Em 1755 era ainda uma pov. importante, mas o terremoto do dia 1.º de novembro d'esse auno lhe destruiu 238 casas e parte da egreja matriz, que pouco depois foi reparada. A maior parte da freg. está espalhada por casaes, eutre vinhas, figueiraes, olivêdos, amendoeiras, alfarrobeiras e searas de trigo e centeio. O primitivo assento d'esta pov. era a E a k. de distancia, e 3 ao N da capella de N. S.ª da Rocha, no sitio ainda hoje chamado Porches Velho. Aqui existiu um castello, do qual apenas resta vestigios, assim como da antiga villa. A' antiga pov. é que foi dado o foral, e ali se tem encontrado algumas sepulturas antigas e alicerces de edificios A capella de N. S.ª da Rocha está dentro da fortaleza, que fica n'uma ponta de terra que se mette pelo mar, a uns 150 m. A fortaleza foi construida sobre um rochedo, d'onde vem o nome á imagem. Consta que é construcção d'el-rei D. Diniz, não só para defeza da capella, que já então existia, como para defender os povos d'estes sitios das frequentes entradas dos moiros africanos, que vinham aqui saquear e captivar. A capella é grande, muito antiga, mas ignora-se quem a construiu E' tradição que a imagem da padroeira foi achada sobre a rocha, onde logo se lhe construiu uma ermida, que mais tarde se reedificou, ampliou, e eregida em matriz d'uma parochia. Como, porém, ficasse na extremidade da freg., se construiu a actual egreja matriz, em 1560, ficando a antiga reduzida a uma simples capella. Porches pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. || Pov. na freg. de N. S.ª do Monte, de Valle de Guizo, conc. d'Alcacer do Sal, distr de Lisboa.

Porcil Pov. na freguezia de Santa Marinha, de Penascaes, concelho de Villa Verde, distr. de Braga.

Porco. Pov. e freg. de Sauta Maria, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bispado da Guarda; 237 fog. e 998 hab. Tem est. post. e está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Mondego, a 7 k. da séde do conc. O real padroado apresentava o prior, que tinha rs. 180$000 de rendimento e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pequena ponta situada na costa O da ilha Graciosa, Açôres.

Porco do fisco Direito ou tributo que se pagava á fazenda real. Junto á cidade de Lamego, e no dia de Santo Estevão, era muito celebrado o grande *porco do fisco*, que dos 13 càsaes do logar de Portêllo, da freguezia de Cambres, se pagava annualmente ao mosteiro de Salzêdas. Do todos os tributos que estes frades recebiam, era este sempre o maior. Fazia-se uma feira de porcos n'este logar em 26 de dezembro, dia em que a

egreja celebra o referido Santo Estevão; concorria á feira um procurador do mosteiro, que era um frade, e escolhia na feira o melhor porco que via, que os povos pagavam pelo preço que o dono exigia, e lá ia o porco para o convento. O fôro do *porco do fisco* era pago, na sua instituição, ao rei, e por isso se chamava do *fisco*; mas D. Affonso I deu ao mosteiro de Salzêdas, em attenção a D. Thereza Affonso, mulher de Egas Moniz, *todos os direitos reaes*, e portanto o porco de Portêllo e outros mais logares.

Porcos. Pov. na freguezia de Nossa Senhora da Consolação, de Cezimbra Castello, concelho de Cezimbra, distr. de Lisboa. || Ilhéos do archipelago de Bijagoz, na costa da Guiné, Africa Occidental. Ficam ao NE da ilha Roxa ou Canhabac, do mesmo archipelago, e são em numero de doze. Os de Nhogó ou Riombane, Banabo ou Bahag e o Esteiro do Corette são habitados.

Poretos. Pov. na freguezia de S. Thiago, de Cepões, conc. de Ponte do Lima, distr de Vianna do Castello.

Porfia. Pov. na freguezia do Salvador, de Grijó, concelho de V. N. de Gaia, districto do Porto.

Porgosseiras. Pov. na freguezia de S. João Baptista, de Louredo, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Poriem. Pov. da circumscripção mil. de Onda, prov. de Satary, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada na estrada de Sanquelim a Chorlem, na margem esquerda do rio Valvotá.

Porinhas. Pov. na freguezia de Santa Maria, de Antime, concelho de Fafe, districto de Braga.

Porisso. Pov. na freguezia do Salvador, de Parada de Gatim, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Pornine. Pov. da prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Poroscodem. Pov. da regedoria de Amberém, no conc. de Pernem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada na margem esquerda do rio de Tiracol.

Porpinoto. Pov. na freguezia de S. Julião, de Badim, conc de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Porqueira. Povoações nas freguezias: Santa Margarida, de Arrabal, conc. e distr. de Leiria || Santo André, de Ferreira d'Aves, concelho de Sattam, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Longos Valles, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Porquinho. Ribeira que nasce na parte N da freg. de Freixedas, conc. de Pinhel, e se lança na de Massueime, perto e a NE da pov. da Gateira, com cêrca de 20 k. de curso.

Porraes. Povoações nas freguezias: Santa Magdalena, de Candedo, conc. de Murça, distr. de Villa Real. Tem caixa post. || S. Vicente, de Castro Vicente, conc. de Mogadouro, distr. de Bragança.

Porreira. Pov. na freguezia do Salvador, de Barbeita, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Porreiras. Pov. e freguezia de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 40 fog. e 182 hab. Dista 8 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da estrada de Paredes de Coura a Monsão. A terra é pouco fertil e muito fria. Cria bastante gado, e nos seus montes ha abundancia de caça grossa e miuda. Tambem é conhecida esta pov. pelos nomes de *Poreiras* e *Parreiras*. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Porrido. Pov. na freguezia de S. Thiago, de Carapeços, concelho de Barcellos, distr. de Braga.

Porrinheiro. Pov. na freguezia de N. S.ª da Natividade, de Silgueiros, conc. e distr. de Vizeu.

Porrinho. Pov. na freguezia de S. Salvador, de Carregosa, concelho de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Porrinhos. Pov. na freguezia de Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Porta. Povoações nas freguezias: Santa Maria Magdalena e conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto. || N. S.ª da Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || O Salvador, de Bravães, concelho de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Caramos, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Martinho, de Christoval, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello || S. Christovão de Nogueira, conc de Sinfães, distr. de Vizeu || Santa Maria, de Covas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Vicente, de Giella, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Insalde, conc. de Paredes de Coura, do mesmo distr. || S. Jorge, concelho de Arcos de Valle-de Vez, do mesmo distr. || N. S.ª da Expectação, de Lordello do Monte, conc. de Monsão, do mesmo distr. || S. Martinho, de Mancellos, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Pedro, de Monte de Fralães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Miguel, de Prado, conc de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || O Salvador, de Souto, conc. de Terras do Bouro, distr. de Braga.

Porta bandeira. Official que leva a bandeira d'um regimento E', em geral, o official mais moderno.

Porta Cova. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Sistello, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Porta-estandarte. O que leva o estandarte.

Porta-machado. Soldado que marchava á frente dos regimentos, sendo, além do armamento ordinario, provido de um machado, para em caso de necessidade auxiliar o trabalho dos sapadores.

Porta Nova. Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira; S. Braz, de Campanario, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal. || N. S.ª da Deveza e conc. de Castello de Vide, districto de Portalegre. || Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, districto de Faro. Ha aqui um apeadeiro, no caminho de ferro, ramal de Portimão, entre as estações de Tavira e da Conceição. || S. Salvador, de Thuias, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Porta-paz. Peça lithurgica, ordinariamente

de prata; especie de quadro, no qual se mettia antigamente a paz, cruz ou reliquia, que se dava a beijar durante as missas solemnes, ao *Agnus Dei*. Segundo alguns ritos especiaes tambem se dava a paz no côro, fazendo beijar este objecto. No acto de dar a beijar a porta-paz diz-se *Pax tecum*. No thesouro de Mafra existe uma porta-paz de bronze. Na exposição d'arte ornamental retrospectiva, effectuada no Museu de Lisboa, em 1882, admirou-se uma linda porta-paz de prata, que pertence á Academia de Bellas Artes de Lisboa, representando um portico, tendo de cada lado dois grupos de columnas acoruchadas, separadas pelas estatuetas de S. Jeronymo e Santo Agostinho, cobertas de baldaquinos rendilhados. No grupo maior das columnas vêem se, n'um as

Porta-paz do seculo XVI

estatuas de S Pedro e Moysés, n'outro as de S Paulo e David. A parte principal da porta-paz é occupada pela imagem da Virgem com o Menino. collocada sobre um crescente sustentado n'um espinheiro. Por baixo, dois anjos sustentam um brazão composto das cinco chagas, tendo por timbre a corôa de espinhos. E' tudo coberto por um baldaquino rendilhado a que serve de remate a imagem do Padre Eterno. Tem de altura 56 cent. e julga-se trabalho do seculo XVI. No thesouro da sé de Evora existe uma porta paz de prata dourada, com 20 cent. de altura Tem um quadro de baixo-relevo, que representa a Senhora da Piedade. Julga se obra do seculo XVIII.

Porta de Portugal. Pov. na freg. de S. Sebastião e concelho de Lagos, districto de Faro.

Porta do Postigo. Pov. na freguezia de S. Sebastião e concelho de Lagos, districto de Faro.

Porta dos Quartos. Pov. na freguezia de S. Sebastião e concelho de Lagos, districto de Faro.

Porta de Santa Barbara. Pov. na freg. de Santa Maria d'Oliveira e conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Porta de Teira. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

Porta-voz. Instrumento em fórma de trombeta, geralmente usado a bordo, que serve para reforçar a voz transmittindo-a a longa distancia. ‖ Buzina.

Portádigo. Portagem (direito real) que, se pagava dos generos que entravam nas cidades, villas, julgados, ou coutos, que tinham jurisdicções sobre si. Se os generos não eram destinados para serem ali vendidos, mas sómente atravessavam a terra, de passagem, não pagavam portagem, mas sim *pastagem* (a que tambem se chamava *pedagio quasi à pedibus)* e era menor que o outro. Os nossos reis, pelos foraes ou provisões, isentaram do tributo de portádigo ou portagem, as terras seguintes: Almeida, Almodóvar, Anciães, Arronches, Azinhoso, Barcellos, Beja, Bragança, Caminha, Campo Maior, Cascaes, Castello Mendo, Castello Rodrigo, Castro Laboreiro, Castro Vicente, Cezimbra, Chaves, Covilhã, Elvas, Evora, Freixo de Espada á Cinta, Fronteira, Gaia, Guarda, Guimarães, Jarmêllo, Lavar (ou Monte Lavar, mas aqui só os vendeiros gozavam este privilegio), Marvão, Miranda do Douro, Mogadouro, Monsaraz, Monforte, Monforte-do-Rio Livre, Monsanto, Monsão, Montalegre, Montemór-o-Novo, Moudal, Moura, Odemira, Olivença, Pinhel, Ponte do Lima, Portalegre, Povoa de Varzim, Prado, ou Ponte do Prado, Sabugal, Sortêlha, Valença do Minho, Vianna do Minho, Villa Nova da Cerveira, Villa Viçosa e Villar Maior.

Portado Alto. Pov. na freguezia de S. Lourenço, concelho d'Elvas, districto de Portalegre.

Portaes *(Quintas dos)*. Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Aldeia de Carvalho, conc. da Covilhã, distr. do Castello Branco.

Portageiro. O cobrador de direitos de portagem.

Portagem. Imposto de barreiras exigido ás portas d'uma cidade ou d'uma povoação, ou ao atravessar uma ponte. Este imposto é muito antigo, pois já apparece nos foraes dados pelo conde D. Henrique. Como se sabe, não eram sómente os reis que davam foraes, tambem os bispos e os grandes do reino os concediam, estabelecendo impostos indirectos, tributando as mercadorias. Variava este imposto de portagem de concelho para concelho. A ordenação Affonsina, liv. II, tit. 24, considerava as portagens como direitos reaes. A ordenação Filippina, liv. II, tit. II, isentou os clerigos do pagamento da portagem. Este privilegio já estava consignado na reforma dos foraes de D. Manuel, como se póde vêr no foral de Guimarães, que contém prescripções applicaveis a todo o reino. Por lei de 2 de agosto de 18.9 foi o governo auctorisado a abolir as portagens das pontes cujo rendimento annual não fôsse supe-

rior a 500$000 réis. || Bibliographia: V. *Lencastre (D. Francisco de Salles)*. V. *Costumagem, Portadigo*, etc.

Portagem. Pov. na freguezia do Salvador, de Aramenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Portal. Povoações nas freguezias: S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Cavez, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Ilha da Madeira; S. Jorge, concelho de Sant'Anna, distr. do Funchal. || S. Verissimo, de Luzio, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho de Moiros, conc. de Rezende, districto de Vizeu. || Ilha de S. Jorge; S. Thiago, de Ribeira Secca, conc. da Calheta, distr. do Angra do Heroismo. Tem cereaes, vinho e gado. || Ponta situada na costa S da ilha de S. Jorge, Açôres. || Pov. da freg. de St.ª Catharina, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Portal Novo. Pov. na freguezia de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa.

Portalage. Pov. da freg. de S. Miguel, de Machio, conc. da Pampilhosa, districto de Coimbra. Pertencia á freg. de S. Thiago, de Alvaro, do conc. d'Oleiros, distr. de Castello Branco, e passou á de Machio por decreto de 7 de outubro de 1895.

Portalanos. Pov. na freg. de N S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. do Aneião, distr. de Leiria.

Portalegre (*D. Alvaro da Silva Menezes, 3.º conde de*). Conselheiro de Estado, mordomo-mór d'el-rei D. Sebastião e do cardeal rei D. Henrique Era filho do 2.º conde de Portalegre, D. João da Silva Menezes, e de sua mulher D. Maria de Menezes. Fal. em 1 de janeiro de 1580. Casou duas vezes: a primeira com D Filippa de Vilhena, sua prima, filha de D. Rodrigo de Mello, conde de Tentugal e 1.º marquez de Ferreira, e de sua primeira mulher, D. Luiza d'Almeida. Casou segunda vez com D. Maria da Cunha, filha de Nuno da Cunha, senhor de Gestaçô e Panoias, e governador da India. D'este matrimonio não houve filhos, e do 1.º só teve um unico, D. João da Silva, que não chegou a herdar a casa nem o titulo, por fallecer antes de seu pae, em Coimbra em fevereiro de 1573. D. João da Silva casou com D. Luiza d'Albuquerque, filha unica e herdeira de Antonio de Brito, governador das Molucas, de quem não teve successão. Casou em segundas nupcias com D. Maria da Silva, filha de Garcia de Almeida, commendador de Sébal, da ordem de Christo e 1.º reitor da Universidade de Coimbra. D. Maria da Silva era dama da rainha D Catharina, mulher de D. João III Foi sua filha e herdeira D. Filippa da Silva, que casou com D. João da Silva, o qual por este casamento ficou sendo o 4.º conde e alcaide-mór de Portalegre.

Portalegre (*D. Diogo da Silva Menezes, 1.º conde de*). Senhor de Gouveia, Celorico, S. Romão de Ceia e d'outras terras da Beira Baixa, alcaide-mór de Portalegre, mordomo-mór d'el-rei D. Manuel, seu escrivão de puridade, conselheiro e vedor da fazenda real. N. em Ceuta, e fal. a 20 de fevereiro de 1504. Era filho de Ayres Gomes da Silva, alcaide-mór de Campo Maior e de Ouguella, e de D. Izabel de Menezes, filha de D. Pedro de Menezes, conde de Vianna e 1.º capitão de Ceuta. D. Diogo da Silva esteve em 1464 no cêrco de Tanger, com o infante D. Fernando, irmão de D. Affonso V, e foi dos primeiros que escalaram as muralhas da praça, ficando ali prisioneiro juntamente com outros fidalgos. D. Diogo e a maior parte dos fidalgos e peões, fôram remidos, e regressaram a Portugal. O illustre fidalgo distinguiu-se então muito na guerra que D. Affonso V sustentou por causa das suas pretenções ao throno de Castella, defendendo contra os castelhanos a fronteira do Alemtejo. Quando em 1477 o mestre de S. Thiago, de Castella, entrou em Portugal e se postou com 2:000 lanças na ribeira de Degébe, D. Diogo, por ordem de D. João II, então regente do reino, pela ausencia de seu pae, D. Affonso V, que tinha ido á côrte de França, fez retirar os castelhanos Em 1489, por ordem de D. João II, confirmou D. Diogo da Silva, com Rui de Sousa e D. Affonso de Monroy, o tratado de paz celebrado entre Ayres da Silva e o rei de Fez, pelo qual se permittiu aos portuguezes, cercados na Graciosa, sairem com armas, artilharia e cavallos. O referido monarcha, tendo em D. Diogo da Silva a maxima confiança e consideração, o deu como aio a seu cunhado D. Manuel, duque de Beja, seu futuro successor, *por ser varão de nobre sangue e de muito bom aviso, e saber, e de bom conselho*, e n'esta qualidade acompanhou sempre D. Manuel, emquanto duque e depois de rei. Este soberano tomou-lhe grande affeição, e no principio do anno de 1498 deu-lhe o senhorio de Portalegre, então villa; esta doação, porém, não teve effeito, porque os portalegrenses se oppuzeram energicamente, exhibindo os seus direitos. O rei indignou-se, e mandou proceder contra os revoltosos que rigorosamente castigou, mas o povo insistiu na sua recusa, e D. Manuel para evitar serias desordens, revogou a doação, dando a D. Diogo da Silva o titulo de conde de Portalegre, um conto de réis em dinheiro e a alcaidaria mór do castello, de juro e herdade na sua descendencia masculina, por alvará de 6 de fevereiro do mesmo anno de 1498, continuando a ser da corôa o senhorio de Portalegre. D Diogo casou com D. Maria de Ayala, filha e herdeira de D. Garcia de Herrera, senhor das ilhas de Lançarote, Forte Ventura e Goméra, nas Canarias, e de D. Maria Pedraça, sua mulher. Em todos os actos graves da côrte, sempre o conde de Portalegre teve um dos mais honrosos e distinctos logares. O seu brazão é o dos Silvas: Em campo de prata um leão de purpura armado de azul.

Portalegre (*D. Diogo da Silva, 5.º conde de*). Era filho do 4.º conde do mesmo titulo, D. João da Silva, e de sua mulher D. Filippa da Silva. N. em janeiro em 1579, ignora se a data do fallecimento. Herdou de seu pae o titulo, a casa e o cargo de mordomo-mór. Foi nomeado pelo conde-duque d'Olivares membro do governo de Portugal juntamente com o conde de Basto e com D. Nuno Alvares de Portugal. Foi no seu tempo que se perdeu a Bahia, e que se deu o lamentavel naufragio da esquadra do D. Manuel de Menezes. Em 1628 retirou-se á vida particular, e não tardou a renunciar a casa e cargos que exercia, na pessoa de seu irmão, D. Manrique da Sil-

va, que foi o 1.º marquez de Gouveia, e fal. muitos annos depois, usando tanto elle, como D. Manrique, o titulo de conde de Portalegre.

Portalegre (*Francisco da Fonseca Coutinho e Castro de Refoios, 1.º visconde de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, guarda roupa honorario, commendador da ordem de Christo, tenente-coronel do extincto batalhão nacional de Castello Branco, proprietario. N. a 8 de março de 1819. Era filho de João da Fonseca Coutinho e Castro de Refoios, 1.º visconde de Castello Branco, e de sua mulher D. Anna Joaquina de Lencastre Barros de Menezes. Casou a 2 de junho de 1840, com D. Maria Adelaide Mesquita e Albuquerque de Castro e Napoles, filha dos 1.os viscondes de Oleiros. O titulo foi concedido por decreto de 14 de dezembro de 1870. O brazão d'armas consta: Escudo esquartelado, no primeiro quartel as armas dos Sousas, de Arronches; escudo esquartelado: no 1.º quartel as armas reaes com um filete junto em contrabanda, que não chega á orla, e passando por baixo do escudinho do meio; no segundo, em campo sanguinho quatro crescentes de lua de prata apontuados, e assim os contrarios. No segundo quartel, as armas dos Castros: Em campo de ouro treze arruellas de azul em tres palas: No terceiro quartel as armas dos Fonsecas: Em campo de ouro cinco estrellas sanguinhas, de cinco raios, postas em sautor. No quarto as dos Refoios: Em campo de prata quatro bastões de vermelho firmes.

Portalegre (*D. Manrique da Silva, 6.º conde de*). Foi o 1.º marquez de Gouveia. V. este titulo, *Portugal*, vol. III, pag. 819.

Portalegre (*D. João da Silva Menezes, 2.º conde de*). Alcaide mór de Portalegre e mordomo mór de D. João III. N. em Evora; ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho do 1.º conde de Portalegre D. Diogo da Silva Menezes, e de sua mulher, D. Maria Ayala. Casou em janeiro de 1507 com D. Maria de Menezes, filha de D. Alvaro de Portugal, filho de D. Fernando 2.º duque de Bragança e de D. Filippa de Mello.

Portalegre (*D. João da Silva, 4.º conde de*). Commendador de Cabrera, Hespanha, da ordem de Calatrava, conde de Salinas, em Castella, e alcaide mór de Portalegre. N. em Toledo em 1528, onde tambem fal. em 1601. Era filho de D. Manrique da Silva, commendador de Guadalerça, Hespanha, na ordem de Calatrava, e de sua segunda mulher, D. Beatriz da Silveira, senhora portugueza, dama de D. Izabel, mulher do imperador Carlos V. Casou com D. Filippa da Silva, filha e herdeira de João da Silva, filho unico do 3.º conde Portalegre. (V. n'este vol., pag. 113), e de sua segunda mulher D. Maria da Silva, ficando pelo seu casamento com o titulo de 4.º conde de Portalegre. Filippe II, de Hespanha, o enviou como embaixador a Portugal, onde soube conquistar o valimento do joven rei de D. Sebastião, ao passo que grangeava tambem as boas graças do rei castelhano, não descontentando D. Sebastião, não o dissuadindo de passar a Africa, senão o bastante para não carregar com a responsabilidade do infortunio, e ao mesmo tempo esquivando-se a obter-lhe soccorros importantes de Hespanha. Comtudo, procedeu lealmente, acompanhando D. Sebastião á campanha d'Africa. Na batalha d'Alcacer-Kibir pelejou valentemente, e caiu prisioneiro, tendo recebido bastantes feridas. Resgatado por Filippe III, foi nomeado membro d'uma junta creada pelo monarcha castelhano para tratar da questão da successão do throno de Portugal. N'essa junta prestou muitos e relevantes serviços, e por isso foi um dos primeiros que Filippe recompensou, dando-lhe o titulo de conde de Portalegre, pelo seu casamento com D. Filippa da Silva, como fica dito; nomeou-o tambem mordomo-mór de Portugal, cargo que vagára por morte de D. João de Mascarenhas, e n'esta qualidade assistiu ás côrtes de Thomar, a 19 d'abril de 1581, ao lado de Filippe II. Quando em 1593, o archiduque Alberto deixou de exercer o governo de Portugal, o conde de Portalegre foi nomeado membro do conselho do governo a que o rei castelhano confiou a direcção dos negocios de Portugal. Afinal demittiu-se de todos os seus cargos e retirou-se para Toledo, onde falleceu.

Portalegre (*D. João da Silva, 7.º conde de*). Foi o 2.º marquez do Gouveia. V. este titulo.

Portalegre (*Districto*). E' este districto administrativo limitado ao N pelo distr. de Castello Branco, a O pelo de Santarem, ao S pelo de Evora e a E pela Hespanha. O rio Tejo marca lhe a fronteira ao N, separando o dos districtos de Castello Branco e de Santarem. O seu maior comprimento está calculado em 113 k. e a sua largura em 95. Tem 30:693 fog., e a sua população, pelo censo de 1900, é de 124:697 habitantes, sendo 63:052 do sexo masc. e 61:645 do fem. O distr. é montanhoso. A serra de S. Mamede e as suas ramificações constituem o principal nucleo montanhoso, elevando-se á altitude de 1:025 m. e mantendo se em altura superior a 600. As ramificações da serra de S. Mamede são principalmente formadas pelos contrafortes de Castello de Vide e de Marvão. O contraforte de Castello de Vide prolonga-se até á serra de Portalegre, ligando-se assim todos com o systema da cordilheira de S. Mamede. Para o SE a cordilheira prolonga se ainda até Arronches. A cordilheira de S. Mamede liga-se com o systema beirão pela serra de Niza, que é como que o prolongamento natural d'este systema, do qual o separa o Tejo. Na parte NE do distr. as alturas regulam entre 500 e 800 m. Caminhando para o SE, para os lados d'Arronches, mantem-se a 500 e 700 m. Ao N da serra de Niza, o monte de S. Miguel, que tem 463 m., mostra-se sem arborisação regular. Mas as serras de Portalegre, Castello de Vide e Marvão, estão em geral cobertas de arvoredo e teem nascentes abundantes. Além d'estas serranias, ha outras de menor importancia que se levantam do planalto, ao S e ao SO, taes como as de Alter Pedroso, Caixeiro e Montargil. Os rios que banham o distr. pertencem ás bacias hydrographicas do Tejo e do Guadiana. Quasi todos teem origem na cordilheira de S. Mamede ou nos seus prolongamentos. Alguns d'elles vão desaguar no rio Sorraia, tambem affluente do Tejo. D'este modo, estabelecem-se no distr., tres bacias principaes, que são a do Tejo, a do Sorraia e a do Guadiana, calculando-se que a primeira abrange uma superficie de approximadamente 112:000 hectares, a segunda 370:000 e a terceira 160:000. São affluentes do Tejo o rio Sever, com as ribeiras suas affluentes de Vide e de S. João, a ribeira de Niza, e as de Figueira e Albufeira. A região hydrographica mais importante do distr. é a do

centro, que pelo Sorraia se vae ligar tambem com Tejo. Os principaes affluentes do Sorraia são as ribeiras de Seda, Sôr, Anna Loira, Souzel, Tera e Divor. Os principaes affluentes do Guadiana são o Caia e Xevora. O clima do distr. é pouco regular. De verão a temperatura é frequentemente muito elevada, e de inverno notavelmente baixa As rochas que mais predominam na formação do sólo são o granito e o schisto, occupando os terrenos schistosos uma superficie maior do que os graniticos. A região do distr. é caracterisada pela azinbeira e pelo sobreiro, pela oliveira, pelo vinho e pelo trigo. Em alguns pontos dá se o pinheiro, e o castanheiro cobre extensões consideraveis da serra de Portalegre. O solo é pouco fertil. Uma grande parte do distr. está occupada por charnecas e conserva-se inculta. A superficie cultivada, comprehendendo os terrenos occupados pelos edificios urbanos e pelas construcções de dominio publico, não póde computar-se em mais de 2:500 m. q., ou seja pouco mais d'um terço da superficie total. O trabalho agricola faz-se ainda pelos processos rudimentares, e as queimadas são uma das bases dos conhecimentos agricolas ali applicados. Teem por fim fertilizar a terra com os detritos mineraes resultantes da carbonisação dos vegetaes lenhosos que fórmam o matto, mas para darem um pequeno elemento fertilisador, destroem os elementos incomparavelmente mais valiosos. A principal producção é a cerealifera. O trigo é o mais importante dos cereaes produzidos no distr., sendo os concelhos mais productores os de Elvas, Alter, Souzel e Fronteira. Os concelhos de menor producção, em relação á superficie, são os de Aviz, Gavião, Ponte de Sôr e Portalegre. Ao trigo seguem se, por escala decrescente de producção, o centeio, a cevada, a aveia, o milho e o arroz. Este ultimo apenas se cultiva nos concelhos de Gavião e de Ponte do Sôr. No que respeita á fructa e aos legumes, Elvas é um dos concelhos mais productores O azeite é uma das producções mais importantes do distr., e a do vinho tambem merece certa consideração. Sob o ponto de vista da densidade pecuaria, o distr. de Portalegre está classificado em 10.º logar. Cabe-lhe o 9.º quanto á qualificação pecuaria, o 8.º na ordem do valor pecuario e o 11.º quanto á sua riqueza pecuaria especifica. O gado suino é o mais importante, fazendo-se exportação d'elle não só para os mercados nacionaes como tambem para o estrangeiro. A'cêrca da riqueza mineira, encontram-se nos arredores de Villa Boim massas de ferro magnetico, e proximo de Campo Maior ha filões de ferro oxydulado magnetico. As minas, porém, que tem sido exploradas, posto que em pequena escala, são: uma de cobre, duas de manganez e cinco de chumbo. Portalegre é, sem duvida, o mais industrial dos districtos do Alemtejo O seu fabrico de panos de lã data do seculo XVII, e na capital havia ao tempo uma fabrica que exportava uma consideravel quantidade de productos para todo o paiz. A partir d'então, a industria dos lanificios tem soffrido vicissitudes. Depois de 1868 começou a decair por se ter fechado uma das suas fabricas, e só annos depois reentrou n'uma certa phase d'actividade. Os tecidos que produz são: panos pretos e de côr, pano piloto, mesclas finas e para o fardamento do exercito, casimiras, picotilhos, cheviotes, baetas, chales, cobertores etc. O distr. está dividido em 15 concelhos: Alter do Chão, Arronches, Aviz, Campo Maior, Castello de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Niza, Ponte do Sôr, Portalegre e Souzel. Ecclesiasticamente constitue um bispado, mas a divisão ecclesiastica não coincide com a administrativa, porque bastantes concelhos pertencem ao arcebispado de Evora; ao bispado de Portalegre tambem pertencem muitas freguezias dos districtos de Castello Branco e de Santarem. As estradas são as de Elvas a Campo Maior, de Portalegre a Castello de Vide, do Tejo á estação do Crato, de Albufeira ao rio Caia, e de Evora a Portalegre. As estações do caminho de ferro do districto são: Ponte de Sôr, Chança, Crato, Portalegre, Assumar, Santa Eulalia e Elvas, sendo esta ultima a mais importante. A instrucção é ministrada n'um lyceu e em numerosas escolas de instrucção primaria. O districto tem uma alfandega em Elvas, com delegações de primeira ordem na Porta d'Olivença e em Campo Maior, e de segunda ordem em Juromenha. Tem egualmente uma alfandega em Portalegre, com delegações de primeira ordem em Niza, Castello de Vide e Arronches. Praças de guerra tem Elvas e Campo Maior. O concelho de Portalegre compõe se de 8 freguezias, com 4:346 fog. e 18:510 hab., sendo 9:165 do sexo masc. e 9:345 do fem., n'uma superficie de 612:143 hect. As freguezias são as seguintes: S. Miguel, de Alagôa, 373 hab.: 159 do sexo masc. e 214 do fem.; S. João Baptista, de Alegrete, 1:970 hab.: 983 do sexo masc. e 987 do fem.; S. Sebastião, Carreiras, 872 hab : 456 do sexo masc. e 416 do fem.; S. Lourenço, de Portalegre, e S. Domingos, de Fortios, que lhe está anneza, 5:188 hab : 2:636 do sexo masc. e 2:852 do fem ; N. S.ª d'Assumpção (Sé) de Portalegre, e S Thiago, de Urra, que lhe fica annexa, 6:405 hab.: 3:194 do sexo masc. e 3:211 do fem.; S. Gregorio, de Reguengo, 1:050 hab.: 515 do sexo masc. e 535 do fem.; N. S.ª da Esperança, de Ribeira de Niza, 1:259 hab.: 654 do sexo masc. e 605 do fem.; S. Julião, 1:093 hab.: 568 do sexo masc. e 525 do feminino.

Portalegre. Cidade da prov. do Alemtejo, séde de conc., de com., de distr. e de bisp. suffraganeo da prov. ecclesiastica lisbonense, relação de Lisboa. Tem actualmente duas freguezias: S. Lourenço e N. S.ª d'Assumpção (Sé), mas no meado do seculo XVIII tinha 5: *Sé Cathedral*, parochiada por dois curas, da apresentação da mitra, cada um com 90$000 réis de renda; *S. Thiago*, sendo o prior da apresentação do grão-prior do Crato, com 170$000 réis de renda; *S. Martinho, bispo*, com o prior da mesma apresentação antecedente, tendo de renda 130$000 réis; *S. Lourenço*, com o vigario da apresentação do rei, pelo Tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens, tendo 60$000 réis de renda; *Santa Maria Magdalena*, com o prior da apresentação do real padroado, com o rendimento de 150$000 réis. Em 1857 fôram supprimidas as freguezias de S. Martinho e de Santa Maria Magdalena, e no logar onde estava a egreja da primeira se estabeleceu em 1858 um mercado, e onde estava a segunda se construiu um chafariz. A freg. de S. Thiago tambem foi supprimida. Em 1550 tinha ainda mais duas freguezias, *Santa Maria a Grande* e *S. Vicente*, que se supprimiram quando se creou

o bispado de Portalegre. A cidade está situada no alto d'um monte, banhado por 10 fontes, e cercado por uma alta e dilatada serra, chamada de Portalegre, ramo da serra da Estrella, e dominando uma vasta planicie. Os geographos antigos não falam da fundação d'esta cidade O bispo D. Fr. Amador Arraes suppõe que fôsse edificada com os materiaes da antiga cidade de Medobriga que, segundo elle, havia sido fundada por Brigo, 4.º rei de Hespanha, 1900 annos antes de Christo, e que foi Lysias, filho ou capitão, de Baccho, filho de Semélc, que veiu aqui ter, de avançada edade, pelos annos de 1300 antes de Christo, e achando o sitio a seu gosto, edificou uma fortaleza e um templo consagrado a Dionisio, ou Baccho, seu deus. A fortaleza e o templo eram no sitio onde depois se construiu a ermida de S. Christovão, e ainda hoje se dá o nome de *ribeiro de Baccho* a um arroio que corre proximo da ermida. No entretanto, como Baccho era tambem uma divindade romana, não é isto prova de que a povoação tenha a remotissima antiguidade que alguns archeologos lhe querem dar. O que não padece duvida é ser Portalegre uma cidade muito antiga, pois que já existia no tempo dos romanos, fôsse qual fôsse o local da sua situação, que, se não era o actual, seria a pouca distancia. Segundo outros escriptores, Lysias edificou esta fortaleza e o templo perto de Marvão, e fundando, reedificando ou mudando o sitio da antiga Medobriga, lhe mudou tambem o nome para o de *Amaya*, ou *Ameya*, o que se collige d'um cippo romano, talvez pedestal d'alguma estatua, achado nos alicerces da ermida do Espirito Santo, que dizia:

Brazão d'armas da cidade de Portalegre

IMP. CAE. L. AURELIO VERO
AUG. DIVI ANTONINI F.
PONT. MAX. CONS II. TRIB.
POP P. P. MUNICIP. AMMAIA'

Vertido em linguagem, quer dizer:

O municipio de Ammaia erigiu esta memoria ao imperador Cesar Lucio Aurelio Vero Augusto, filho de Antonino; pontifice maximo, consul duas vezes, tribuno da plebe, e pae da patria.

Consta que o nome de *Ammaya* provém d'uma filha de Lysias, chamada *Maia*, e que tanto ella como seu pae fôram sepultados no tal templo. Os romanos lhe conservaram o nome de *Ammaya*, ou *Ammoea* Esta povoação padeceu provavelmente completa ruina na invasão dos barbaros do norte, porque não consta d'ella mais noticia. Conforme uma tradição popular, em tempos anteriores á monarchia, havia aqui umas vendas chamadas *Portellos*, e estavam juntas do logar onde mais tarde se edificou a ermida de S. Bartholomeu. D'estas vendas ficou ao sitio o nome de *Portalegre*. Acceitando esta tradição, serviram estas vendas de principio á pov., porque em torno d'ellas se fôram construindo casas com os materiaes da antiga cidade romana arrazada. Com o decorrer dos annos esta pov. veiu a ter a mesma sorte. Occupada alternativamente por moiros e christãos, soffrendo sempre os horrores da guerra e d'uma pov. conquistada, foi-se destruindo, os seus habitantes a abandonaram, ficando completamente arruinada e despovoada. El-rei D. Affonso III, em 1259, começou novamente a edifical-a e a povoar, dando lhe foral de villa com varios privilegios. Nas escripturas d'essa epoca, que eram escriptas em latim, dá-se-lhe o nome de *Portus Alacer*, Porto Alegre. Dizem que tomou a primeira parte d'elle d'um sitio denominado *Porto*, que fica ali entre a *Penha de S. Thomé* e *Cabeça de Moiro*; e que *Alacer*, provém da sua alegre situação; vindo mais tarde a reunir-se as duas partes em *Portalegre*. El-rei D. Diniz tratou de fortificar a villa, construindo-lhe em 1290, um forte castello, e cercando-a com uma

Castello de Portalegre

dupla muralha guarnecida de 12 torres e 8 portas chamadas: *Da Deveza*, *do Postigo*, *d'Alegrete*, *d'Elvas*, *d'Evora*, *do Espirito Santo*, *de S. Francisco* e *do Bispo*. Quiz a sorte que o proprio rei D. Diniz fôsse o primeiro a experimentar contra si a fortaleza d'aquellas fortificações. Tendo seu irmão, o infante D. Affonso, senhor de Portalegre, levantado o estandarte da rebellião, e seguindo os portalegrenses o seu partido, foi el rei D Diniz em pessoa sitiar a villa. O cêrco principiou em maio de 1299 e durou até outubro, terminando por uma capitulação, que deu ao rei a posse da villa. D. Affonso allegava que lhe pertencia a corôa por ser filho legitimo, e D. Diniz filho adulterino, por ter nascido em vida da condessa de Bolonha, mulher de D. Affonso III. Por fim os dois irmãos fizeram as pazes, ficando pertencendo á corôa Portalegre e Marvão, que

tambem era do infante, o qual recebeu em troca os castellos e villas de Cintra e Ourem. D. Diniz, para que se não repetisse qualquer outro conflicto similhante, concedeu a Portalegre o privilegio de ser sempre conservada como patrimonio real. Este privilegio foi depois confirmado por D. Affonso V e por D. João II. Mais tarde, el rei D. Manuel, logo no começo do seu reinado, pretendeu dar o senhorio de Portalegre ao seu aio e valido D. Diogo da Silva de Menezes, mas os portalegrenses oppuzeram-se, invocando os seus privilegios, e o monarcha, depois de ameaças cedeu, dando a D. Diogo da Silva o titulo de conde e a alcaidaria-mór de Portalegre. Este mesmo soberano deu foral á villa, em Lisboa, a 29 de março de 1511. D. João III obteve do pontifice Paulo III a bulla de 1549 que creou o bispado de Portalegre, desmembrando o da diocese da Guarda e do arcebispado de Evora, e n'esse mesmo anno foi a villa elevada á categoria de cidade. A bulla de Paulo III foi confirmada por primeira pedra no edificio, mas sabe-se com certeza, que em 1530 já a egreja estava concluida, assim como o dormitorio, capitulo, refeitorio e as necessarias officinas; tambem não padece duvida, que a 19 d'agosto de 1531 o bispo fundador assignou os estatutos, porque se havia de reger a nova communidade. D. Jorge de Mello falleceu a 5 d'agosto de 1548, e foi sepultado na capella-mór, n'um sumptuoso tumulo de marmore de Extremoz, representando as estatuas do portico S. Joaquim e Sant'Anna, como abraçando-se e conversando; aos lados estão, na parte do Evangelho S. Bento, e da parte da Epistola S. Bernardo. No logar subjacente ao tumulo lê se um longo epitaphio em latim. A egreja era toda grandiosa, tendo um valioso portico, onde se viam bustos em medalhões, vasos, pilastras estriadas. O defunto prelado deixara varias propriedades rusticas e urbanas, um magnifico espolio em baixella de prata, joias, dinheiro, guadamecins e tapeçarias. O bispo de Portalegre, não podendo apro-

Uma vista da cidade de Portalegre

outra de Julio III, datada de 2 d'abril de 1550. O 1.º bispo da nova diocese foi D Julião d'Alva, natural de Madrigalego, Castella, sacerdote de grandes virtudes e sciencia, que veiu para Portugal no sequito da rainha D. Catharina, e que o monarcha nomeou seu confessor e esmoler-mór. D. Julião d'Alva concorrera muito para a creação do novo bispado, e em recompensa teve a nomeação de seu 1.º bispo. O digno prelado projectou logo fundar um templo digno de servir de cathedral, e tratou de organisar o respectivo cabido, mas como lhe faltavam os recursos, quiz aproveitar-se d'uma parte da grande herança de D. Jorge de Mello a que as freiras bernardas se oppuzeram. D. Jorge de Mello foi bispo da Guarda durante 20 annos, mas residindo sempre em Portalegre, que então pertencia áquella diocese. Fundou o convento de N. S.ª da Conceição para monjas da ordem de S. Bernardo, no alto da Fontedeira. Não se sabe a data do lançamento da veitar-se de parte d'esta herança pela opposição feita pelas freiras, pensou em installar a cathedral n'alguma das tres egrejas parochiaes, notaveis pela sua grande antiguidade, *Santa Maria do Castello*, da ordem de Aviz, de *Santa Maria a Grande* da ordem de Christo, e *S. Vicente* da ordem de S. Thiago. D. Julião d'Alva escolheu a egreja de Santa Maria do Castello, incorporando nas suas rendas as das outras duas egrejas, com permissão do rei, como mestre das tres ordens militares, porém, como a egreja de Santa Maria do Castello ameaçava grande ruina, foi preciso pensar logo em nova cathedral, que se construiu no ponto mais elevado da cidade, procedendo se logo ás obras, lançando o proprio bispo D. Julião d'Alva a primeira pedra no dia 14 de maio de 1556, dedicando o novo templo a N. S.ª d'Assumpção, como todas as cathedraes do reino. A fachada é majestosa, mas a que existe, parece não ser a da primitiva; tem duas torres,

e sobre a porta principal que fica voltada ao nascente, se lê a seguinte inscripção:

COEPIT LOC TEMPLUN EXTRUIT.
AN. DOMINI 1556.

Esta porta foi substituida por um portico majestoso, de columnas monolithicas, de marmore preto mandado construir pelo 18.º bispo de Portalegre D. Manuel Tavares Coutinho e Silva, que em seguida á inscripção, accrescentou:

INSTAURATUM POSTEA ANNO SALUTIS
1795.

A egreja é de tres naves, sendo sustentada a abobada de formosas laçarias, por tres columnas da ordem attica; a nave do centro é guarnecida por um sumptuoso guarda-vento, mandado construir pelo citado bispo D. Manuel Tavares, estendendo-se sobre as tres naves logo á entrada, um amplo côro onde se vê o magnifico orgão dado pelo 10.º bispo, D. João Mascarenhas. Sendo D. Julião d'Alva feito bispo de Miranda em 1537, succedeu-lhe no bispado de Portalegre o bispo D. André de Noronha, que proseguiu nas obras da sé, que depois o 3.º bispo, D. Fr. Amador Arraes, concluiu, mandando construir o retabulo da capella mór, que intesta na abobada e no tecto, delicadamente pintado e dourado, collocando n'elle a imagem da Virgem. O mesmo bispo tambem fez o retabulo da capella da Senhora do Carmo, que custou 3:000 cruzados (1:2 0$000 réis). Deu ainda 40$000 réis para o retabulo da capella do Santissimo, e egual quantia para o da capella de S. Pedro. A' sua custa se pintou e dourou a capella das Chagas, e se lageou e ladrilhou todo o templo. Mandou concluir a torre do relogio, mas o seu successor, o 4.º bispo D. Diogo Correia, é que deu o relogio. Foi tambem D. Fr. Amador Arraes quem construiu o paço episcopal e o seminario diocesano, e outras muitas obras de menos importancia. O corpo da egreja é alumiado por 12 janellas circulares, 6 de cada lado, e pelas da frontaria. O cruzeiro tem duas grandes e altas janellas, além das da capella-mór e do zimborio. Na capella-mór tambem são dignos de menção os cancellos de excellente marmore. Ali estão sepultados os bispos D. Julião d'Alva, D. Diogo Correia, D. Fr. Domingos Barata, D. Manuel Lopes Simões e D. Pedro de Mello Brito e Alvim Todos estes prelados estão sepultados em jazigo commum, menos D. Julião d'Alva, que teve sepultura particular, com o seguinte epitaphio.

AQUI JAZ D JULIÃO D'ALVA,
PRIMEIRO BISPO D'ESTA CIDADE,
CAPELLÃO-MÓR DEL REI D SEBASTIÃO,
FEITURA DA RAINHA D. CATHARINA,
SUA AVÓ.
FALLECEU A 13 DE FEVEREIRO DE 1570.

D. Julião d'Alva deixou á sé varios ornamentos e peças de muito valor; a rainha D. Catharina, viuva de D. João III, tambem deu muitas reliquias, paramentos e muitas alfaias preciosas. A capella do Santissimo é notavel pelos seus balaustres de marmore. Ali está sepultado o bispo D. Alvaro Pires de Castro e Noronha. A capella de S. Pedro é das mais bem adornadas, e está resguardada por uma grade de ferro egual á da capella do Santissimo. Em todas as capellas e no pavimento das tres naves do templo se vêem muitas campas, tendo algumas os brazões das pessoas ali sepultadas. O templo tem 12 capellas, além da capella-mór: 4 na frente, e 4 de cada lado do corpo da egreja; tres das da frente tem as invocações do Santissimo, S. Pedro e Santo Antonio. As do corpo da egreja: do lado do Evangelho: N. S.ª da Luz, N. S.ª do Carmo, S. Chrispim e S. Chrispiniano, e Santa Catharina de Sena, cujo retabulo mandou fazer o citado bispo D. Manuel Tavares. As capellas do lado da Epistola são: Chagas de Christo, S. Mauro, Nome de Jesus e S. Jorge. Em Portalegre houve 5 conventos: o de *S. Francisco*, de frades franciscanos, cuja data da fundação não se sabe ao certo, mas parece que foi entre os annos de 1230 e 1240. E' um importante edificio, parte do qual foi depois applicado para quartel militar, e outra parte a uma fabrica de rolhas de cortiça, estabecida pelo inglez Jorge Robinson. A egreja do convento foi restaurada em 1719 e o convento em 1720. A architectura primitiva foi muito alterada com as novas construcções, e depois da saida dos religiosos em 1834, ficou tudo bastante devastado. A' entrada da egreja, mas fóra da porta, á direita de quem entra, está embebida na parede uma lapide, com uma inscripção latina, em caracteres gothicos, que refere a noticia da doação de varias propriedades, feita por Pedro Eannes e sua mulher Maria Domingas, para a fundação d'um hospital, que servisse de asylo e soccorro aos pobres, do qual seriam administradores o guardião e os religiosos d'este mosteiro. Tem a era de 1312, de Cesar, que deve ser o anno de 1274 da era christã. O segundo convento, da invocação de *Santa Maria*, pertencia á ordem dos eremitas descalços de Santo Agostinho. Foi fundado em 1683. Occupa uma das extremidades da cidade, entre a porta d'Alegrete e a torre de Pecegueiro. Ficou incompleto, mas é um bom edificio, sendo notaveis os restos da sua egreja, que escaparam ao camartello civilisador. Ali se estabeleceu um armazem de madeiras. Os retabulos dos seus tres altares eram de preciosos marmores com primorosas esculpturas. O edificio do mosteiro foi aproveitado para diversas repartições publicas. Ali estão: a administração do concelho, a conservatoria, repartição de fazenda, o tribunal de justiça e a cadeia. Tambem ali estão estabelecidas a escola de instrucção primaria e a estação telegraphica. O 3.º convento dos jesuitas, era o *Collegio de S. Sebastião*, edificado em 1605, uma casa filial de collegio dos jesuitas de Evora. O 4.º era o convento das freiras de Santa Clara, da ordem franciscana. O edificio tem mesquinha apparencia, tendo só de notavel o claustro, que é uma formosa quadra sustentada, em parte, por uns arcos ogivaes sobre delgados pilares. Este mosteiro foi fundado pela rainha D. Leonor Telles em 1376. O 5.º convento era o das freiras bernardas já citado. A Misericordia é uma das primeiras que se instituiu no paiz. Em 1501 já existia em Portalegre a irmandade da Misericordia, tendo a sua séde no antigo templo de S. João Baptista, que fôra da ordem de S. Thiago. Fundou o seu hospital n'umas casas da rua da Figueira, mas eram tão baixas e acanhadas, que lo-

go se viu não poder ali continuar, sem grandes inconvenientes. N'esse tempo florescia a confraria do Espirito Santo, n'uma ermida antiquissima a pouca distancia da povoação. A ella estava annexa uma albergaria para peregrinos. O sitio era ameno e sadio, desabafado e lavado d'ares, porque então ainda o não assoberbavam os edificios que depois se construiram, constituindo o formoso arrabalde da cidade. O provedor da Misericordia julgou ser este o logar mais adequado para estabelecer o hospital, e propoz aos mordomos da confraria a reunião dos dois hospitaes, obrigando-se a Misericordia a dar pousada aos peregrinos, e alimentar e tratar dos enfermos pobres, ficando a confraria obrigada aos reparos do edificio e ao fornecimento das roupas precisas. A proposta foi acceita. A confraria entregou 70 lençoes, muitos cobertores e mantas; a casa guarnecida e concertada, e um moio de renda sobre a herdade da *Camareira*. A Misericordia, além dos encargos mencionados, a que de bom grado se sujeitára, deu á confraria 70$000 réis para a conclusão da obra. As condições hygienicas que então recommendaram este edificio para hospital pela sua posição desafrontada, desappareceram ha muitos annos pela razão da cidade se ter estendido para fóra dos muros, cercando de habitações o hospital, concorrendo muito para diminuir a salubridade do local. Este hospital está bem dotado, com boas enfermarias, que teem sido ampliadas com o andar dos tempos, pois se tem feito obras em diversas epocas accrescentando o primitivo edificio. Em Portalegre construiu-se ha poucos annos um novo hospital, fundado e construido pela Assistencia Nacional aos Tuberculosos. Foi inaugurado no fim do anno de 1909, com o titulo de *Hospital Suburbano de Portalegre*. Está situado no outeiro de S. Pedro, em optima situação topographica, e é modelar pelo que respeita á hygiene. O edificio consta de 4 corpos; 3 á frente orientados a sudoeste e ligados por uma galeria; o pavilhão dos serviços geraes e 2 pavilhões-enfermarias symetricamente collocados de cada lado do primeiro, destinados a tuberculosos de ambos os sexos, e o pavilhão de consultas situado a distancia de 2 m. da fachada posterior do pavilhão dos serviços geraes e orientado a nordeste. Durante a guerra da successão de Hespanha, no principio do seculo XVIII, reinando D. Pedro II, foi Portalegre atacada pelo exercito hespanhol de Filippe V, tendo os portalegrenses de se renderem ao duque de Brunswick em 8 de junho de 1704, depois d'um apertado cêrco. Mas não tardou a ser recuperada. Portalegre tinha voto em côrtes, com assento no 4.º banco As suas armas são duas torres da sua côr em campo de prata, com o escudo coroado. Dizem, que as duas torres significam as que guardavam a porta da Deveza. Portalegre é uma cidade muito industriosa. No meado do seculo XVII já possuia uma grande fabrica de tecidos de lã, que empregava numerosos braços, e cujos productos exportava para as principaes terras do reino; porque os seus panos eram optimos, e d'elles se vestia a maior parte dos portuguezos; porém as fabricas de Inglaterra, arremessando para Portugal navios e navios carregados dos seus panos, com os quaes os nossos não podiam competir em preço nem em apparencia, deu um golpe terrivel na nossa industria. No seculo passado, porém, novamente se desenvolveu aperfeiçoando-se muito a industria dos tecidos de lã, pelo grande impulso e desenvolvimento que deram á sua fabrica os industriaes *Larcher & Cunhado*. A estação do caminho de ferro de Leste que se estabeleceu em Portalegre, entre as do Crato e de Assumar, foi de grande vantagem para a cidade, porque deu grande impulso ao commercio, á industria e á agricultura, tornando-a umas das cidades mais prosperas da provincia. Pertence Portalegre á 4.ª div. mil., 7.ª brigada, de cujo commando é a séde; grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut e res. n.º 22 com a séde em Abrantes. Está ali aquartelado o regimento de infantaria n.º 22. Tem advogados, sollicitadores, notarios, agencias bancarias, e agentes da *Companhia Geral do Credito Predial*, dos bancos *Economia Portugueza*, *Lisboa & Açôres*, *Crédit Franco-Portugais*, *de Portugal*; das companhias de seguros: *Fidelidade*, *Internacional*, *Portugal*, *Reformadora*, *Sociedade Portugueza*, e *Tagus;* fabricas de alpercatas, de azeite, de carruagens e carroças, de cortiças, de lanificios, de massas, de moagens, de mosaico, de sabão, de tijolo; escolas primarias d'ambos os sexos, Lyceu Nacional, escola de habilitação para o magisterio primario, Escola Industrial Fradesso da Silveira, est. telegr.-post. com serviço de valores declarados, encommendas post es, cobranças de titulos, letras e vales; associações: *Artista Portalegrense*, *Commercial e Industrial*, *Cooperativa Operaria*, *Soccorros mutuos Euterpe*, *Soccorros mutuos Fraternidade*; *Soccorros mutuos Operaria Artistica Portalegrense*; asylo de infancia desvalida; hoteis, estalagens, medicos, pharmacias, restaurantes, seminario diocesano; *Theatro Portalegrense*, *Gremio Portalegrense*, *Sociedade Operaria e Artistica Portalegrense*; philarmonicas: *Bombeiros voluntarios e Euterpe*; typographias, numerosos estabelecimentos commerciaes e industriaes, etc.; feiras: de 6 a 8 de janeiro, de 6 a 8 de junho, e de 13 a 15 de setembro; mercados aos domingos e quartas feiras. O principal commercio do conc. é madeiras de castanho e nogueira em prancha, gado suino, fructas, castanha, nozes, avelãs, azeite e cortiça. Em Portalegre tem se publicado os seguintes jornaes: *Abelha (A)*, setembro, 1896; *Academico (O)*, 1892; *Album d'«A Plebe»*, 20 março, 1898 a 21 janeiro 1902; *Amigo do Povo (O)*, 15 dezembro 1901; *Annaes Agricolas do Districto de Portalegre*, 1878 a 1883; annexa ao *Agricultor do Norte de Portugal*; *Atheneu (O)*, 15 dezembro de 1887; *Bebé (O)*, 5 março 1899; *Bibliotheca para o Povo*, abril 1887; foi tambem conhecida pelo nome: *Doutrina Democratica; Boletim de Portalegre*, 6 novembro, 1846 a 21 março, 1847; o primeiro jornal aqui publicado, e inicio do jornalismo n'este districto; *Campeão do Alemtejo (O)*, 4 março, 1866 a 11 julho, 1867; *Campeão de Portalegre (O)*, 17 dezembro, 1893; *Charua(A)*, abril, 1889; *Commercio do Alemtejo*, 1892; *Commercio de Portalegre*, 7 abril, 1889; *Correio de Portalegre*, 2 agosto, 1891; *Correspondencia de Portalegre*, 11 julho, 1897; *Districto de Portalegre (O)*, 27 abril, 1884; Em publicação dezembro, 1910; *Echo Academico (O)*, 10 março, 1889; *Echo Portalegrense (O)*, 24 agosto, 1867 a 15 fevereiro, 1868; *Evangelista (O)*, 15 maio, 1888 existia em 1899; *Folha Portalegrense*, 25 outubro, 1906; *Gazeta de Portalegre*, 15 abril, 1865 a 22 fevereiro,

1866; foi seguido pelo *Campeão do Alemtejo*; *Gazeta de Portalegre*, 5 janeiro, 1890; *Intransigente*, 1910; *Leão (O)*, 4 novembro, 1892, continuação do *Leão da Estrella* com o n.º 107; *Leão da Estrella (O)*, 3 maio, 1889 a outubro, 1892; foi continuado pelo *Leão*; *Noticias de Portalegre*, 3 julho, 1907; *Petiz (O)*, 1892; *Plebe (A)*, 5 janeiro, 1896; em publicação dezembro, 1910; *Portalegrense (O)*, 186 ; *Raio (O)*, 11 agosto 1889; pouco tempo durou; *Revista Academica*, 27 novembro, 1898; *Revista de Faro Portuguez*, 15 outubro, 1885 a 20 janeiro, 1889.—Numeros unicos: *Cruz (A)*, maio, 1901; *Portalegre e Andaluzia*, 1885; *Primeiro de Maio*, 1893.

Portalegre (*Serra de*). E' uma das mais altas de Portugal, e d'ella se descobrem varias povoações da Beira Baixa e do Alemtejo, e a serra da Estrella. E' coberta de frondosos arvoredos e de numerosas fontes, o que a torna muito agradavel. N'esta serra ha minas de aguas marinhas turquezas, amethistas, ferro e cobre. N'esta serra nascem alguns rios e muitas fontes.

Portaneiros Pov. na freg. de S. Vicente de Lafões, conc. de Oliveira de Frades, districto de Vizeu.

Portanxo. Pov na freg. de S. Romão de Sádão, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Portão de Barreto. Ilha Terceira; pov. na freg. de Santa Cruz e conc. de Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo.

Portaria. A porta do convento, o vestibulo ou atrio do mosteiro. || Documento official que baixa de qualquer dos ministerios a uma repartição ou a um individuo e é assignado pelo ministro em nome do chefe do Estado. No regimen monarchico, o formulario estabelecia para as portarias o começo: «Manda S. M. El-Rei, pela Secretaria de,» etc.

Portas. Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Alentem, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Maria, de Antime, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Miguel, de Bostello, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Lourenço, de Calvos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo Estevão, de Geraz do Minho, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || O Salvador, de Meixomil, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Portas de Fonseca. Pov. na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto.

Portas Fronhas. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Rozem, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. João Baptista e conc. de Villa do Conde, do mesmo districto.

Portas do Souto. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Dornellas, conc. Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Portavivo. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Chaviães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Porteira. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cortiçô da Serra, conc de Celorico da Beira, distr. da Guarda.

Porteirinhos. Pov. na freg. de Santo Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Porteiro. Homem encarregado de guardar a porta principal d'uma casa ou d'um estabelecimento. || *Porteiro da Real Camara.* Empregado do paço que, em todas as solemnidades de gala, recepção e dias de despacho, recebe o rei á porta da sala do throno ou na tribuna do theatro, no palacio das Côrtes, etc.

Porteiro. Pov. na freg. de Santa Maria, de Fiães, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Porteiro-mór. Dignidade ou officio existente na côrte portugueza desde o reinado de D. Sancho II. O primeiro porteiro-mór de que ha noticia em documentos da monarchia, foi Pedro Pires, que vem mencionado no foral dos moradores de Santa Cruz, dado em junho de 1225. No vol. VII do *Portugal antigo e moderno*, de Pinho Leal, a pag. 239 e 240, vem uma longa lista de porteiros-móres até ao reinado de D. João V.

Portel (*Fr Lourenço*). Religioso franciscano da provincia do Algarve; distincto cultor das letras, grande orador e profundo theologo. N. em Portel em 1541, fal. no mosteiro de S. Francisco de Xabregas, a 31 de agosto de 1641, com 100 annos de edade. Foi leitor de Theologia e guardião do convento da sua ordem, em Setubal, definidor, e confessor do mosteiro da Madre de Deus, de Lisboa, e provincial da sua ordem, cargo para que foi eleito em 1601. D. João IV considerava muito Fr. Lourenço de Portel pelo seu muito saber e pelo seu caracter. Entre as diversas obras que escreveu, tem honroso logar as *Duvidas regulares*, em 2 volumes; *Explicação dos casos reservados, conforme ao breve do senhor papa Clemente VIII*, n'um volume, Lisboa, 1611, que teve outra edição em 1671; *Casos de Consciencia*, em 2 volumes; *Indulgencias*, n'um volume, e *Epitome de Sanchas*, n'um volume. Tambem publicou alguns importantes sermões, sobresaindo o das exequias do arcebispo de Lisboa D. Manuel de Castro, prégado na Sé cathedral.

Portel. Uma das villas mais pittorescas da prov. do Alemtejo; séde de conc. e de com., distr. e arceb. de Evora, relação de Lisboa. Tem uma só freg., Santa Maria de Alagôa. Está situada n'um alto, com lindos pontos de vista, nas visinhanças de Evora e de Beja. O commendador de Portel, duque de Bragança, apresentava o prior, que tinha de renda annual 180 alqueires de trigo e 120 de cevada. A pov. é muito antiga, pois já existia no tempo dos arabes, com o mesmo nome de Portel, ou com o de *Marmellar*. D. Affonso III, em premio dos grandes serviços que o seu mordomo mór D. João Pires de Aboim, e seu filho, D. Pedro Annes d'Aboim, tinham prestado a Portugal na expulsão dos moiros do Algarve, 1248 a 1250, lhes deu o senhorio de Portel em 1257, e por isso se ficaram chamando *os de Portel*. A pov. estava deserta e abandonada, e elles a povoaram, dando-lhe foral, em Evora, no 1.º de dezembro de 1262, e assignado por D. João Peres d'Aboim, como lhe chama Franklim, e sua mulher D. Marinha Affonso. Este foral tinha todos os grandes privilegios do de Evora. El-rei D. Manuel deu lhe foral novo, em Santarem, no 1.º de junho de 1510. N'este foral trata-se tambem do Monte de Trigo e Odivellas. Quasi todos os escriptores dizem que esta pov. foi fundada pelos dois cavalleiros citados, que eram ricos-homens e senhores principaes d'aquelles tempos. Pinho Leal, no vol. VII do *Portugal antigo e moderno*, a pag. 241, diz que n'um antigo manuscripto que possuia, e que tratava de varias terras do Alemtejo, se dizia que Portel, estando abandonada pelos moiros, desde 1170, logo alguns christãos a povoaram, e que já no tempo

em que o rei a deu *aos de Portel*, ali habitavam algumas familias portuguezas, em uma aldeia chamada *Marmelal*, ou *Marmellar*. Para confirmar d'algum modo a opinião do citado manuscripto, ha a *Chronica* de D. Affonso III, que, em resumo, diz que este monarcha deu licença, em 1257, ao concelho de Evora, para que pudesse dar ao seu vassalo D. João Pires d'Aboim e a sua mulher, D. Marinha Affonso e a seus filhos, uma mui dilatada herdade *onde já havia o mosteiro da Vera Cruz do Marmelar*, e logo em 1258 lhe demarcou o concelho e o tomou por seu *visinho*. Em 1259 lhe concedeu o rei todo o direito espiritual e temporal n'aquelle vasto territorio, e a 15 de outubro d'esse anno o mandou coutar, concedendo lhe então licença (D. João) para na mesma herdade *fazer castello e fortaleza*, á qual em 1270 deu foral o mesmo D. João *Pires*, *pondo-lhe o nome de Portél*. Frauklin tambem dá a data do foral em 1270 em vez de 1262; mas talvez que D. João désse um outro foral a Portél, so Pires Farinha, e concluida em 1271, o que consta d'uma inscripção, que existe nas trazeiras da egreja. Este convento era a cabeça da commenda de Portél, da ordem de Malta, e uma das mais rendosas do priorado do Crato, tanto que os seus commendadores se intitulavam *bailios de Portel*. D. Nuno Alvares Pereira edificou então a nova egreja matriz, e reedificou e ampliou as fortificações. A pov. com os grandes privilegios do seu foral, e com os maiores ainda, de que gozavam os caseiros de Malta, tomou grande incremento. Os duques de Bragança, que de D. Nuno herdaram o senhorio de Portel, fundaram dentro do castello um vasto palacio, onde vinham residir com muita frequencia. Em 1547, o 7.º duque de Bragança, D. Theodosio I, fundou aqui dois conventos de frades, um de eremitas da ordem de S. Paulo, e outro de capuchos de S. Francisco, menores reformados da provincia da Piedade, o que tambem concorreu muito para a prosperidade e importancia da villa. Dizem alguns escripto-

Castello de Portel

modificando o primeiro, em 1270. D'estes dois textos citados, parece ficar provado que D. João Pires, ou Peres, não foi o fundador e povoador da villa, que já estava fundada e edificada. O que fez foi ampliá-la, construir-lhe as fortificações, mudando-lhe talvez o nome. O cinto de muralhas é que se julga ser obra d'el-rei D. Diniz. Portel, até ao reinado de D. João I, não passava d'uma povoação pequena e de pouca importancia, mas assignando-se em 1393 a paz com Henrique III de Castella, depois de 10 annos de guerra entre Portugal e Hespanha, principiou para o nosso paiz uma epoca de desenvolvimento e florescencia da agricultura, commercio e industria. O grande condestavel D. Nuno Alvares Pereira, senhor de Portel, por doação de D. João I, em 1385, tomou a peito o desenvolvimento e prosperidade d'esta sua povoação. Havia só uma freguezia da invocação de Vera Cruz de Marmelar, e tambem de *Véra Cruz de Portél*, cuja egreja era a d'um convento de freires da ordem de S. João de Jerusalem (Malta) principiada em 1268 por Fr. Affonres, que o convento de S. Paulo foi fundado por D. Nuno Alvares Pereira em 1420, e reedificado por D. Theodosio, quando fundou o de S. Francisco. Emquanto os duques de Bragança tiveram a sua côrte em Villa Viçosa, que fica a uns 65 k. ao E de Portel, prosperou esta villa, sob a protecção da casa opulentissima de Bragança, a cujo estado pertencia, mas subindo ao throno de Portugal D. João IV, os seus successores não cuidaram mais da villa de Portel, que foi em progressiva decadencia, não só por este motivo, mas, e principalmente, pelas guerras dos 27 annos que então se seguiram, e que assolaram a provincia do Alemtejo ainda mais que qualquer outra, por ter servido tantas vezes de campo de batalha. O castello, hoje completamente arruinado, está situado no ponto mais elevado da villa com a sua cêrca de muralhas, tendo no seu recinto, além do velho paço ducal e outras casas, a torre de menagem, que se julga ser obra d'el-rei D. Diniz. A villa gozava a prerogativa dos seus procuradores terem assento em côrtes, no banco

15.º O seu brazão d'armas compõe-se de 7 torres de ouro, em campo vermelho, tres na linha superior, uma na segunda, duas na terceira, e uma na inferior. A fundação da Misericordia data de 1198; tem administração separada do hospital civil. Este hospital foi fundado por D. João Peres de Lima e sua mulher D. Marianna Ennes, em 1 de março de 1301, havendo depois sua confirmação dada por D. Nuno Alvares Pereira em 27 de novembro de 1373. Actualmente tem um rendimento de 4:000$000 reis. A sua egreja é magnifica, e serviu de parochia por espaço de 157 annos, desde 1593; tem enfermarias de primeira ordem e todos os pertences para as mais delicadas operações cirurgicas; ricos paramentos de primoroso lavor. O antigo edificio da camara municipal foi reedificado em 1876. Ali está tambem a cadeia. O matadouro municipal está construido em condições modernas. A 3 k. de distancia da villa está a ermida de S. Pedro, edificada no cimo d'um monte á altitude de 480 m. E' de boa construcção e data do anno de 1116. Dizem que ardeu em 27 de janeiro de 1668, mas foi reconstituida poucos annos depois, e é hoje da administração da camara municipal de Portel. Do alto da ermida desfructa-se umsurprehendente panorama. Ali se realizam durante o anno varias festas, onde concorrem muitos forasteiros por parte dos povos de Montemór-o-Novo, Evora, Reguengos e Portel. Proximo da villa corre o rio *Degébe*, que morre na margem direita do Guadiana, a 12 k. de distancia. O territorio do concelho de Portel é muito fertil em todos os generos agricolas, e abunda em gado e caça de toda a qualidade. No mez de junho de 1875 foi registada na camara municipal uma mina de cobre; no mez de julho seguinte, de cobre e outros metaes; em janeiro de 1876 de cobre, e em agosto d'esse anno mais 4 minas de cobre e outros metaes. Portel pertence á 4.ª div. mil., 7.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. Tem escolas d'ambos os sexos, est. telegr.-post. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; agente do *Banco do Alemtejo;* das companhias de seguros *Confiança portuense* e *Reformadora*, vice-consul de Hespanha; advogados, estalagens, fabricas de faianças, de fiação, de louças, de moagens, e de tijolo; hospedarias, medicos, pharmacias, notario, sociedades de recreio: *Associação Artistica*, *Club Recreativo Portelense*, *Gremio Artistico Musical Portelense*, *Orchestra Mocidade Portelense*, feira annual nos dias 19, 20 e 21 d'agosto havendo no local abundancia d'agua e um vasto logradouro para o estacionamento de gados; mercado diario no largo do Loureiro. Publicou-se o jornal *O Portelense*, 6 de dezembro de 1890. O conc. comprehende 10 freguezias com 1:990 fog. e 7:985 hab., sendo 4:021 do sexo masc. e 3:965 do fem., n'uma superficie de 56:210 hect. As freguezias são: S. Lourenço, d'Alqueva, 865 hab. 466 do sexo masc. e 399 do fem.; N. S.ª das Neves, de Amieira, 710 hab.: 357 do sexo masc. e 353 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Atalaia, 276 hab.: 148 do sexo masc. e 128 do fem.; S. Julião, de Monte do Trigo, 976 hab.: 493 do sexo masc. e 483 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Oriola, 462 hab.: 226 do sexo masc. e 236 do fem.; Santa Maria de Alagôa, de Portel. 2:612 hab.: 1:273 do sexo masc. e 1:339 do fem.; Sant'Anna, 602 hab.: 322 do sexo masc. e 340 do fem.; S. Bartholomeu do Outeiro, 504 hab.: 260 do sexo masc. e 244 do fem.; S. João Baptista, 133 hab., 76 do sexo masc. e 57 do fem.; Santa Cruz, de Vera Cruz de Marmellar, 786 hab.: 400 do sexo masc. e 386 do fem. O principal commercio do conc. é gados, cortiça, cereaes, azeite e queijos.

Portel. Serra do distr. de Evora. Está situada proximo da villa de Portel, de que toma o nome, tem duas ramificações, uma para o N O, que se estende até ao monte Mendro. Qualquer dos braços tem aproximadamente 10 k. de comprimento, e a sua maior elevação é de 418 metros.

Porteladia. Pov. na freg. de S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Portella. Ponto em que um caminho ou uma estrada fórma um cotovêlo ou angulo, ordinariamente em uma garganta ou desfiladeiro. Tambem se chama porto, havendo povoações com esse nome, derivado da sua situação: *Dois Portos*.

Portella (*Bernardo Doutel de Almeida, 1.º barão de*). Moço fidalgo com exercicio, commendador da ordem de Aviz; cavalleiro da da Torre e Espada, e da Legião de Honra, de França, condecorado com a cruz de ouro de 6 campanhas da Guerra Peninsular, marechal de campo reformado, alcaide-mór de Alcobaça, commandante da guarda real da policia em 1823. N. a 22 de janeiro de 1789, fal. em Aldeia Gallega da Merceana a 25 d'agosto de 1876. Era filho de Antonio Wenceslau Doutel d'Almeida Machado e Vasconcellos, senhor de varios morgados em Bragança e Eixos; fidalgo da Casa Real, coronel de cavallaria, governador de Chaves, etc., e de sua mulher, D. Maria Joaquina Madureira de Moraes Sarmento. Foi agraciado com o titulo de barão de Portella, por decreto de 26 de outubro de 1823.

Portella (*Manuel Maria*). Poeta e escriptor. N. em Setubal a 8 de dezembro de 1833, onde tambem fal. em 1 de março de 1905. Era filho de paes humildes, Manuel Rodrigues Portella e Dorothéa Angelina Perdigão Portella. Só pôde frequentar as aulas de instrucção primaria, mas uma natural propensão para os estudos litterarios o levou a applicar-se com persistencia á collaboração de varios jornaes de Lisboa e Setubal, sendo por muitos annos redactor do *Jornal de Setubal*, desde 1867. Ao jornalismo juntaram-se as lucubrações poeticas, sendo a sua obra digna de apreço. Em 1865 publicou em Lisboa os *Ensaios poeticos; A Arrabida*, trecho contra a suppressão do eremiterio, etc. Em 1872, em Setubal, os *Ecos do ermo; Hymno dedicado ao ex.mo sr. dr. José Braz de Mendonça Furtado, lente da faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, pela sociedade marcial Capricho*, musica de José Luciano de Carvalho, versos de Manuel Maria Portella. Nos folhetins da *Gazeta Setubalense* encontram se alguns trabalhos seus: *D. Gonçalo Pinheiro, bispo de Vizeu*, noticia biographica, nos dias 1 e 8 de março de 1874; *Impressões de um passeio á Arrabida, descripção historica e topographica do sitio*, etc., de julho e agosto de 1873. Da edição feita em 1879 no Rio de Janeiro das *Descripções enygmaticas*, etc., de Fr. Francisco de Santo Ignacio Carvalho, a introducção é assignada por Manuel Maria Portella, que n'ella fez a biographia do autor. Entrando no funccio-

nalismo, foi durante muitos annos empregado na camara municipal, de que por vezes exerceu o logar de secretario. N'esse cargo se lhe deve a *Noticia dos monumentos nacionaes do concelho de Setubal*, que em 188? a camara do mesmo concelho mandou imprimir, offerecendo-a em resposta aos quesitos que lhe fôram propostos pela Commissão dos Monumentos Nacionaes. Quando no diccionario *Portugal antigo e moderno* se publicou o artigo relativo a Setubal, acudiu logo Manuel Maria Portella com muitas correcções, que fez imprimir no formato d'aquella obra de modo a poderem intercalar se no respectivo volume. Ainda com o mesmo desvelado interesse, que tomava por tudo quanto se referia á sua patria, trabalhou activamente para a fundação d'um asylo da infancia desvalida, instituição que constitue o seu mais puro elogio. A cidade de Setubal, em gratidão de tantos beneficios, quando se realizaram n'aquella cidade as festas em homenagem, a Bocage deu o nome de *Manuel Maria Portella* a uma das suas melhores ruas

Portella. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. e com. de Amares, distr e arceb. de Braga, 43 fog. e 186 hab. Dista 3 k. da séde do conc. e está situada a 3 k. da margem esquerda do rio Homem, e a 4 da margem direita do rio Cavado. A mitra primacial de Braga apresentava o abbade, que tinha 160$000 reis de rendimento. O seu territorio é fertil em milho, centeio, trigo, feijão, laranja e vinho verde. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 56 fog. e 241 hab. Tem est. postal. Está situada a 7 k. da margem direita do rio Ave, a 3 da estrada real do Braga a V. N. de Famalicão, e dista 9 k. da séde do conc. O vigario do Santa Maria de Ferreiros apresentava o vigario, que tinha 40:000 reis e o pé d'altar. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil .e ao distr. de recrut. e res n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S Paio, da prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, districto e bispado do Porto; 179 fog. e 759 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada n'um valle, entre a serra do Mousinho e o rio dos Ladrões, proximo da margem direita do rio Tamega e a 11 k. da séde do conc. Os herdeiros de Gregorio Ferreira d'Eça, da casa de Cavalleiros, apresentavam o abbade, que tinha 400$000 reis de rendimento. Esta freg. era um logar da de S Vicente do Pinheiro, do mesmo conc., da qual foi desmembrada, para formar parochia independente, no meado do seculo XVII. Tinha uma ermida dedicada a S. Paio, que ficou sendo a matriz. O terreno é abundante em todos os generos agricolas do paiz. Cria muito gado bovino, que exporta para Inglaterra, muita caça grossa e miuda. A primitiva egreja matriz era antiquissima, e não se conhece a data da fundação, e muito acanhada; em 1816 fez-se a capella-mór. O corpo da egreja foi demolido, e reconstruiu-se em mais amplas dimensões. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de Santo André, da prov do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 158 fog. e 541 hab. Está situada proximo da margem direita do rio Vez, a 14 k. da séde do conc. Os viscondes de V. N. da Cerveira apresentavam o abbade que tinha 300$000 reis. A egreja matriz, dizem ser uma das mais ricas do concelho, pela sua boa talha antiga. No monte Crasto, abaixo da egreja, ha vestigios de fortificações antiquissimas, que se suppõem obra romana. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. e com. de Monsão, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 165 fog. e 588 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada na estrada real de Monsão aos Arcos de Valle-de-Vez, a 13 k. da séde do conc. A casa dos senhores de Regalados apresentava o abbade, que tinha 200$000 réis de rendimento. Foi do real padroado. O rei D. Diniz cedeu metade a D. João Fernandes Sotto Maior, bispo de Tuy, em 1308. Pertence a pov. á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3 com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Aboim, conc. de Amarante, distr do Porto. || S. Martinho, de Aborim, concelho de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho, de Alliviada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || N. S.ª da Graça, de Almagreira, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Almargem do Bispo, conc. de Cintra, distr.de Lisboa. || S. Thiago, de Almelaguez, conc. e distr. de Coimbra || S. João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || N. S.ª da Consolação, de Alvados, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria || S. Thiago, de Alvaro, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto || S. Salvador, de Arão, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Arco de Baúlhe, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga || N. S.ª da Conceição, de Arega, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || N. S.ª da Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S. Martinho, de Armil, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Romão, de Arões, do mesmo conc. e distr. || S. João Evangelista, de Atbães, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || O Salvador, de Balazar, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Pedro, de Barreiros, conc. de Amares, do mesmo distr. || Santo Estevão, de Barros, conc. de Villa Verde, do mesmo distr || S. Pedro, de Beberriqueira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa. || N. S.ª da Encarnação, de Benedicta, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria. || S. João Baptista, de Bico, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro. || O Salvador, de Bombarral, conc. de Obidos, distr. de Leiria || Santa Maria, de Borbella, conc. e distr. de Villa Real. || S Thiago, de Brandara, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Braz de Alportel, conc. e distr. de Faro || S. João Baptista, de Bucos, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Martinho, de Cabana Maior, conc. de Arcos do Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª d'Assumpção, de Cabração, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Campo, conc. de Vallongo, distr. do Porto. ||

Santo Estevão, de Cantellães, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. Romão, de Carnaxide, conc. de Oeiras, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Carvoeiro, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Paio, de Casaes, conc. de Louzada distr. do Porto. || S. Thiago de Cendufe, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Cepães, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Bartholomeu, da Charneca, 3.º bairro de Lisboa. || Santa Maria Magdalena, de Chaviães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Christovão de Nogueira, concelho de Sinfães, distr de Vizeu. || S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria. || S. Pantaleão, de Cornes, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Romão, de Coronado, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Thomé, de Correlhã, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Cossourado, conc. de Barcellos, distr. de Braga || Santa Eulalia, de Couto de Baixo, conc. e distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Couto de Cima, do mesmo conc. e distr. || Santa Columba, de Couto do Mosteiro, conc. de Santa Comba Dão, do mesmo distr. || S. Thomé, de Covellas, conc. de Baião, distr. do Porto. || Santa Cruz, do Bispo, conc. de Bouças, do mesmo distr. || S. Cypriano, conc. e distr. de Vizeu. || O Salvador, de Delães, conc. de V. N. de Famalicão distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Bésteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Faria, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Fermentões, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Mamede, de Ferreira, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Fervença, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Thiago, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. João Baptista e conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || S. Thiago, de Filhadella, conc. e distr. de Villa Real. || O Salvador, de Fonte Arcada, conc de Povoa de Lanhoso, districto de Braga. || S. Thiago, de Fonte Arcada, concelho de Penafiel, distr. do Porto. || S. Miguel, de Fontellas, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Miguel, de Fontoura, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Freitas, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Frende, conc. de Baião, distr. do Porto. || Santa Maria, de Gallegos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Claudio, de Geme, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Bartholomeu, de S. Gens, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. João Baptista de Gestaçô, conc. de Baião, distr. do Porto. || Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Gonça, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Pedro, de Gondarem, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª d'Assumpção, de Gondezende, conc. e districto de Bragança. || S. Christovão, de Gondomil, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Isidoro, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. Isidoro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Domingos, de Lagarteira, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || Santa Eulalia, de Lamellas, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra || S. Martinho, de Leitões, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Thiago, de Lobão, conc. da Feira, districto de Aveiro. || S. Miguel, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Santa Marinha, de Lodares, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Christovão, de Lordello, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || S. Thiago. de Lordello; conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Louredo, conc. de Amarante, distr. do Porto. || O Salvador, de Magrellos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Margarida da Coutada, conc. de Constancia, distr. de Santarem. Tem caixa postal. || S. Martinho da Cortiça, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || Santa Christina, de Meadella, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Christina, de Mentrestido, conc. de V. N. da Cerveira, do mesmo districto. || S. Pedro, de Mões, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || Santa Marinha, de Mogege, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Bartholomeu, de Monte Redondo, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || O. Salvador, de Moure, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Sebastião, de Moiriscas, conc. de Abrantes, districto de Santarem. || S. Romão, de Mouriz, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santa Christina, do Nogueira, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Christovão, de Nogueira da Regedoura, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Olivaes, 1.º bairro de Lisboa. || Santa Maria, de Oliveira, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Exaltação da Santa Cruz e conc. d'Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Oriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Pedro, de Ossella, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Sebastião, de Paços, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Vicente, de Paços, conc. de Fafe do mesmo distr. || S. Cypriano, de Paços de Brandão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Salvador, de Paderne, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª do O', de Paião, concelho de Figueira da Foz, distr. de Coimbra || Santa Maria, de Palmeira, conc. e distr. de Braga. || S. Pedro Fins, conc. de Maia, distr. do Porto. || S. Miguel, de Perre, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Pigeiros, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Pindello, conc. de Oliveira de Azemeis, do mesmo distr. || S. Thiago, de Pinheiro, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Cosme, de Podame, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || S. João Baptista e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || S. Pedro, do mesmo conc. e distr. || Ilha Graciosa; S. Matheus, de Praia da Graciosa, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo. || N. S.ª d'Assumpção, de Querença, conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Martinho, de Quinchães, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Miguel, de Rans, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || N. S.ª das Dores, de Rebordello, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Miguel, de Rebordosa, conc.

de Paredes, do mesmo distr. || N. S.ª do Bom Despacho, de Recarei, do mesmo conc. e distr. | S. Mamede, de Recesinhos, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Remelhe, conc de Barcellos, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Remoães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Silvestre, de Requião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Riba de Moiro, conc de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Ribeira, conc. de Ponte do Lima, do mesmo districto. || S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || S. Mamede, de Ribeirão, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria, de Ribeiros, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Christovão, de Rio Mau, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Rocas do Vouga, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Romarigães, conc. de Paredes de Coura, districto de Vianna do Castello. || Santo Isidoro, do Romariz, conc. da Feira, distr. de Aveiro. | S Pedro, de Roriz, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Thiago, de Sampriz, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Sanhoane, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Seixas, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª d'Assumpção, de Senhorim, conc. de Nellas, distr. de Vizeu. || S Pedro, de Serzedello, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Souto, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Silvestre, de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Santo André, de Tellões, conc. de Amarante, distr. do Porto. || N. S.ª d'Assumpção, de Tentugal, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || O Salvador, de Travanca, conc. Amarante, distr. do Porto. || S. Thiago, de Travanca, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || Santo Estevão, de Urgezes, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Valladares, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Varzea da Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Mamede, de Vermil, conc. de Guimarães, districto de Braga. || S. Miguel, de Villa Boa, conc. do Sattam, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Purificação, de Villa Chã, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Villa Cova, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho, de Villa Juzã, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || N. S.ª da Conceição e conc de Villa de Rei, distr. de Castello Branco. || N. S.ª dos Anjos, de Villa Verde dos Francos, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Santa Eulalia, de Villar de Moiros, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Encarnação, de Villarelhe, do mesmo conc. e distr. || S. Miguel, de Villela, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Villa Nogueira de Azeitão, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Gôve, conc. de Baião, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Mamede de Negrellos, conc. de Santo Thirso, do mesmo districto. Tem correio com serviço do posta rural. || Apeadeiro na linha do caminho de ferro do Minho, entre o de Mosteiró e a estação de S. Romão.

Portella das Abertas. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cercal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Portella do Alqueive. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Portella Alta. Pov. na freg. de S. Julião, de Agua Longa, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Portella Alta de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Visitação, de Odeleite, conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Portella da Amorosa. Pov. na freg. de S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro. Tem caixa postal.

Portella da Arca. Pov. na freg. de S. Martinho, de Moreira do Rei, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Portella d'Arneiro. Pov. na freg de S. Salvador, de Portella Suzã, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Portella do Bacello. Pov. na freg. de S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, districto de Braga.

Portella de Baixo. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || S. Thiago, de Anta, conc. de Villa N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Thiago, de Gagos, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || S. Cypriano, de Paços de Brandão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Pedro Fins, de Tamel, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Miguel, de Villarinho, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Portella de Belmonte. Pov. na freg. de S. Pedro, da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Portella dos Bezerrins. Pov. na freg. do S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Portella do Bispo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Dois Portos, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Portella da Bostaranga. Pov. na freg. de S. Martinho, de Coura, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. Consta que existem ainda aqui vestigios d'um forte, chamado, *Crasto*, obra dos romanos, para defenderem este ponto, que, pela aspereza das grandes serras d'Arga e Formigoso, se tornava quasi inaccessivel. Poucos soldados bastavam para impedir o passo a um exercito, n'este desfiladeiro.

Portella do Braz. Pov. na freg. de S. Pedro, do Rego da Murta, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Portella das Cabras. Pov. na freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 55 fogos e 220 hab. Dista 2 k. da séde do conc. e está situada proximo da raia da Galliza. O abbade de S. Miguel de Carreiras apresentava o cura, que tinha 10$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fria e pouco fertil, mas cria bastante gado, principalmente miudo. Era antigamente dos Castros, senhores de Albergaria, passando depois á Casa de Bragança. Foi séde de concelho, e teve foral velho, dado por D. Affonso III, em Santarem, a 19 de março de 1260. N'este foral dá-se-lhe o no-

me de *Portella de Leitões*. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Portella da Camara. Pov. na freg. de N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Portella de Caramoxel. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Portella da Carreira Pov. na freg. de S. Romão, de Mesão Frio, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Portella da Cerdeira. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Cerdeira, conc. d'Arganil, distr. de Coimbra.

Portella de Chança. Pov. na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Sobral da Abilheira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Portella de Cima. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Anta, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Thiago, de Gagos, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || O Salvador, de Portella das Cabras, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || Santo André, de Villa Boa de Quires, conc. de Marco de Canavezes, districto do Porto.

Portella dos Collos. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Peso, conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco. || N. S.ª d'Assumpção de Cardigos, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Portella da Côrte dos Velhos Sitio da serra do Algarve, onde se deu uma acção, em que ficou prisioneiro o celebre guerrilheiro Remexido a 28 de julho de 1838.

Portella da Costa Pov. na freg. de Santa Senhorinha, de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Portella do Covello. Pov. na freg. de Santa Maria, de Pinheiro, conc. de Vieira, districto de Braga.

Portella da Cruz. Pov. na freg. de S. Martinho, de Covellas, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Portella do Curral. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Portella das Eiras Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc de Monchique, districto de Faro.

Portella do Espirito Santo. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

Portella do Estremadouro Pov. na freg. do Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Portella do Tojo Pov. e freg. de N. S.ª da Paz, da prov. do Douro, conc. e com. da Pampilhosa, distr. e bisp. de Coimbra; 245 fog. e 1:127 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post A pov. dista 23 k. da séde do conc. e está situada em terreno montuoso, a 1 k. da margem direita do rio Zezere. Tem estrada para Goes e Louzã. A terra é muito fria e pouco fertil, por causa das neves que duram aqui a maior parte do anno. Produz vinho, azeite, milho e castanhas Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 23 com a séde em Coimbra.

Portella do Gradil Pov. na freg. de S. Silvestre, do Gradil, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Portella do Homem. Pov. na freg. de S Thomé, de Villarinho, conc. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga. Por este logar passa a linha divisoria entre a prov. do Minho e a da Galliza. Tambem por aqui passava uma das vias militares romanas, que de Braga iam a Astorga. Existiram em Portella do Homem numerosos marcos milliares, não só os que fôram assentes pelos romanos, mas os que trouxeram d'outras partes. No meado do seculo passado existiam ainda os restos d'uma trincheira, com a sua contra escarpa, estendendo dois braços pela encosta da serra, construida no reinado de D. João I, e reedificada no de D. João IV, e na regencia do principe, mais tarde D. João VI. No alto da serra de Portella do Homem, no sitio chamado Calvos, houve uma atalaia, ha muitos annos arruinada, que foi edificada por se descobrir d'ali grande extensão de territorio gallego. Antigamente dava-se o titulo de praça d'armas á Portella do Homem, e para aqui vinham defender o ponto, já de si quasi inaccessivel, em tempo de guerra, os povos de differentes freguezias do Alto Minho, pelo que tinham o privilegio de não darem soldados para o exercito, e outros mais.

Portella de Jusão. Pov. na freg de Santa Eulalia, de Gondoriz, conc. de Arcos de Valle de-vez, distr. de Vianna do Castello.

Portella da Matta. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Portella das Maunças. Local na estrada de Louza, conc. de Loures, distr. de Lisboa, onde ha um chafariz, que se construiu em 1836, sendo esta construcção e a de mais 5 fontes, n'este sitio, dada de arrematação por 950$000 réis a Manuel Affonso, da povoação de Louza. O chafariz recebe a agua por um encanamento que terá 50 palmos, e os sobejos correm para a estrada.

Portella do Melo. Pov. na freg. do Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, districto de Vizeu.

Portella da Memoria. Pov. na freg. de S. Miguel, de Colmeias, concelho e districto de Leiria.

Portella da Milheira. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Cavez, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Portella dos Mogães Pov. na freg. de S Thiago e conc. de Sardoal, distr. de Santarem.

Portella do Mondego Pov. na freg. de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e districto de Coimbra

Portella do Monte. Pov. na freg. de Santa Martha, conc. de Penafiel, distr. do Porto

Portella de Monte Secco Pov. na freg. de S. Clemente e concelho de Loulé, districto de Faro.

Portella da Nave. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, districto de Faro.

Portella de Nixebra, Pov. na freg. de S Pedro, de Alviobeira, conc de Thomar, distr. de Santarem.

Portella do Odreiro Pov. na freguezia de Santo André e conc de Mafra, districto de Lisboa.

Portella da Orzeira. Pov. na freg. de S. Pedro, de Bobadella, prov. de Traz os-Montes, conc.

de Chaves, distr. de Villa Real. Proximo d'esta pov., perto e ao S da estrada, existiam no meado do seculo passado vestigios d'um grande aqueducto, que principiava em Bobadella, e passando pela antiga aldeia de *Payo Mantelia*, entrava no territorio de Meixiede, o qual confina com a Galliza. D'ali vinha por uma varzea, chamada a *Campina*, até ao valle de Chaves. Segundo a tradição, é obra do imperador Trajano, e feita pelo mesmo tempo em que se construiu a ponte de Chaves, pelos annos 1'0 da era de Christo.

Portella do Outeiro. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria. || S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Portella do Paço. Pov. na freg. de S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Portella das Padeiras. Pov. na freg. de S. Salvador, conc. e distr. de Santarem. Ha aqui uma ermida antiga, de boa architectura, dedicada a N. S.ª dos Anjos. Está edificada em sitio quasi plano e agradavel, cercada de arvores fructiferas e silvestres, e com uma fonte de excellente agua que rega o arvoredo. A capella é vasta, mas tem só um altar na capella mór, e este tem um zimborio pyramidal cercado de ameias. As paredes interiores são revestidas de azulejos e a capella mór é dividida do corpo da egreja por grades de ébano, e d'esta mesma madeira é o pulpito. No adro está um alpendre, sustentado por columnas de pedra, com architrave e cimalha de pedra. A imagem da Senhora é de pedra, e denota muita antiguidade, mas é de boa esculptura, e tem pouco mais d'um metro d'altura. Tem o Menino Jesus feito na mesma pedra.

Portella de Pereiro. Pov. na freg. de S. Thiago, de Evora d'Alcobaça, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Portella de Pinhoé. Pov. na freg. de S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, districto de Braga.

Portella de Rebordellos. Logar na prov. de Traz os-Montes, freg. e conc. de Boticas, distr. de Villa Real. Passava por aqui a via mil. romana, que de Braga ia a Chaves, e d'ali a Astorga. Ainda no seculo XVIII existiam n'este logar dois marcos milliares, que fôram então mudados para o logar de Campos, proximo ás Boticas, um era dedicado ao imperador Claudio, e dizia que d'ali a Braga eram 5 legoas; do outro, que tinha 1m,10 d'alto e 2 m. de circumferencia, apenas se lia da inscripção *XXXV*, porque o resto estava apagado.

Portella do Rego. Pov. na freg. de S. Thiago, de Guilhofrei, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Portella do Rio. Pov. na freg. de Santa Leocadia e conc. de Baião, distr. do Porto.

Portella de Santa Eulalia. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real.

Portella de S. Caetano. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Pousaflôres, conc. de Aneião, distr. de Leiria.

Portella de S. Gens. Pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Portella de S Gonçalo. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Lobrigos, conc de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

Portella de S. Lourenço. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Pousaflôres, conc. de Aneião, distr. de Leiria.

Portella de S. Thiago. Pov. na freg. de S. Thiago de Bésteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Portella da Serra. Pov. na freg. de S. Thiago, de Evora d'Alcobaça, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Portella do Sobral. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Portella do Souto. Pov. na freg. de S. Miguel, de Villarinho, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Portella Suzã. Pov. na freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc., com. e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 80 fog. 392 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada a 5 k. da margem esquerda do rio Lima. O D. abbade benedictino do mosteiro do Carvoeiro apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. Esta freg. pertencia ao couto do referido mosteiro, cujo abbade tinha n'elle as jurisdicções espiritual e temporal. A terra é fertil; cria bastante gado de toda a qualidade, e é abundante de peixe do mar, que lhe fica a pouca distancia. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º3, com a séde em Vianna do Castello.

Portella da Teira. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Alcobertas, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

Portella de Torres. Pov. na freg. de S. Miguel, de Foz de Arouce, conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

Portella do Vade. Pov. na freg. de S. Thiago, de Atheães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. Tem est. postal.

Portella do Valle. Pov. na freg. de S. Thiago, de Villela, conc. de Amares, distr. de Braga.

Portella do Valle de Espinho. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Arrimal, conc de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Portella de Valle Verde. Pov. na freg. de S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, districto de Lisboa.

Portella de Villa Franca das Naves. Pov. na freg. de N. S.ª dos Prazeres, de Villa Franca das Naves, conc. de Trancoso, distr. da Guarda.

Portella da Zebra. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Gondoriz, conc de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Portellada. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Alvite, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Golães, conc. de Fafe, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Lamellas, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Maria, de Meinedo, conc. de Louzada, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Palmeira, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || S. Thiago de Bésteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Portelladinha. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Caldas de Vizella, conc de Guimarães, distr. de Braga.

Portellas. Povoações nas freguezias : S. Pedro, de Alvega, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Anjos, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. Barnabé, conc. de Almodovar, distr. de Beja. | Santa Eulalia, de Barrozas,

conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo André, de Santa Cruz do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Sebastião e conc. de Lagos, distr. de Faro. || S. Mamede, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Pedro, de Oliveira, conc. de Amarante, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Padornello, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Perre, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Portellas de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Pedro, de Avintes, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Portellinha. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Aborim, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Miguel, de Bairros, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Maria, de Caires, conc. de Amares, do mesmo distr. || Santa Maria, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Couto, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || O Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Ferreiros de Tendaes, conc. de Siufães, distr. de Vizeu. || Santo André, de Frades, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Golães, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Mamede, de Gondiães, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || Santa Maria, de Grade, conc. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Lever, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Santa Maria, de Maurelles, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Martinho, de Moure, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Miguel, de Paraizo, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || Santa Luzia, de Pomares, conc. de Arganil, distr. de Coimbra, || Santa Marinha, de Prozello, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || N. S.ª das Dores, de Rebordello, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Miguel, de Rebordosa, conc. de Paredes, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Ruivos, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Sanhoane, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Santa Martha, de Serzedello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Santa Christina, de Serzedello, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Portellinha de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Pedro, de Beberriqueira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Portellinha da Bajouca. Pov. da freg. de N. S.ª da Piedade, de Monte Redondo, conc. e distr. de Leiria.

Portello. Povoações nas freguezias: N. S.ª do O', de Ardegão, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Cunha, conc. e distr. de Braga. || S. Lourenço, de França, conc. e distr. de Bragança. || Santa Maria, de Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Travassôs, do mesmo conc. e districto.

Portello de Cambres. Pov. na freg. de S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. Tem caixa postal. Publicou-se aqui o quinzenario *A Esperança*, que começou em 1905.

Portello da Veiga. Pov. na freg. de S. Pedro, de Gondarem, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Portete. Pov. da freg. de N. S.ª do Monte, no conc. da ilha Brava, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, no conc. da Praia, do mesmo archipelago e provincia.

Portigens. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Barrô, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Portimão. V. *Villa Nova de Portimão*.

Portimão. Rio do distr. de Faro. N. na freg. de S. Barnabé, na serra de Mú, ou do Caldeirão, corre a O S O, passa em Silves com o nome d'esta cidade, e recebendo depois o ribeiro de Odelouca, vae entrar na bahia de V. N. de Portimão, com 15 k. de curso.

Portinha. Povoações nas freguezias: S. Paio, de Bésteiros, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Portinho. Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira, Santo Antão, de Caniço, conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal. || S. Pantaleão, de Cornes, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Ponta situada quasi ao centro da costa N da ilha de S. Miguel, Açôres. || Ilhéo fronteiro á costa S da ilha do Principe, Africa Occidental. || Um dos portos mais importantes da ilha de Maio, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pequena aba da costa S da ilha do Principe, Africa Occidental. Está situada entre a ponta do Pico Negro e o ilhéo do Portinho; é o unico abrigo, e só para barcos pequenos, que existe na costa S da ilha.

Portinho e Fenos. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Jardim do Mar, conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Portinho dos Mosteiros. Pequeno porto ou abrigada situada na costa N da ilha do Fogo, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Serve apenas para barcos pequenos no tempo das aguas e fica a E da ponta dos Mosteiros.

Portinho da Salina. Porto situado na costa S da ilha do Sul, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental, Está situado entre a ponta da Salina e a restinga da ponta da Fragata, olhando a SE, e é muito desabrigado. E' frequentado pelos navios que vão buscar o sal das marinhas artificiaes estabelecidas junto da ponta da Salina e da principal povoação da ilha. || Pequeno porto ou abrigada situada na costa N da ilha do Fogo, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Serve apenas para barcos pequenos no tempo das aguas e fica a O da ponta dos Mosteiros.

Porto *(Antonio Felizardo)*. Cantor e professor de canto no Conservatorio de Lisboa, cantor da capella real, etc. N. em Souzel nos fins do seculo XVIII, fal. em Lisboa, no sitio da Junqueira, a 1 de outubro de 1863. Era filho de Antonio Pedro Silverio e de D. Luiza Maria Silverio; sobrinho do reitor do seminario de Villa Viçosa, o conego Magalhães Porto. Por indicação de seu tio,

entrou muito creança no seminario para aprender musica, e indo ali de visita o principe regente, mais tarde D. João VI, foi-lhe solicitada a protecção para o pequeno seminarista, que revelava uma boa voz de soprano. O principe trouxe-o comsigo para Lisboa, mandando-o continuar os seus estudos no Seminario Patriarchal. Antonio Felizardo Porto acompanhou a familia real para o Rio de Janeiro em 1807, onde terminou os estudos, sendo então nomeado cantor da capella real e picador da Casa Real. Regressou a Lisboa em 1821, quando o Brazil proclamou a sua independencia, continuando na capital no exercicio dos seus cargos. Pelos seus principios liberaes, teve de emigrar em 1828 para Inglaterra, e em Londres foi professor de canto da joven rainha D. Maria II, com quem depois veiu para Portugal, continuando a leccional-a, sendo mais tarde tambem nomeado professor de canto d'el-rei D. Fernando, que veiu para Portugal ainda muito novo, pois contava 19 annos de edade quando se realisou o seu casamento com a rainha D. Maria II. Quando se organisou o Conservatorio de Lisboa, Antonio Porto foi nomeado professor de canto, por decreto de 30 de outubro de 1835. Em 1843 foi escolhido para director technico do theatro de S. Carlos, incumbindo-se de organisar a companhia artistica. Homem intelligente e muito conhecedor de cousas de theatro, esforçava-se por escripturar bons artistas, indo elle proprio a Italia fazer os contratos. Gostava tambem de auxiliar os seus conterraneos, e por isso logo no principio d'essa epoca escripturou Xavier Migoni para mestre ensaiador, e pouco depois, em 1844, o barytono Antonio Maria Celestino, o baixo João Manuel de Figueiredo, e a dama comprimaria Clementina Cordeiro. Mais tarde escripturou como mestre Antonio Luiz Miró, e para ter o filho d'este, Joaquim Miró. Quando em 1852 lhe foi adjudicada a empresa, readmittiu Migoni, que tinha saido, admittindo de novo o barytono Francisco Lisboa e o tenor Manuel Subtil. Em 1855 esteve no Rio de Janeiro como director do theatro lyrico, passando depois á Bahia onde exerceu identicas funcções, mas pouco se demorou no Brazil porque no anno seguinte já estava de volta em Lisboa.

Porto *(Duques do)* Titulo privativo do segundo filho ou filha dos reis de Portugal. Foi creado em 1833, por D. Pedro, duque de Bragança, regente do reino, sendo o respectivo diploma, que se vê transcripto na Legislação Portugueza, assignado pelo então ministro do reino Candido José Xavier. Este titulo foi conferido em honra dos portuenses, não só para commemorar os serviços por elles prestados á patria desde o reinado de D. João I, mas especialmente os que prestaram para a restauração do throno constitucional de D. Maria II, desde 9 de julho de 1832 até ao fim da guerra civil em 1834, e muito particularmente durante o cêrco que a cidade do Porto soffreu pelas tropas de D. Miguel. Tem havido dois duques do Porto: o 1.º o infante D. Luiz, que depois succedeu no throno pelo fallecimento de seu irmão mais velho, D. Pedro V, que não teve successão; o 2.º o infante D. Affonso, irmão do fallecido rei D. Carlos I. V. *Affonso Henriques (D.)*. No vol. I, pag. 71.

Porto (*José Joaquim*). Esculptor em madeira, que viveu nos fins do seculo XVIII e principios do XIX, que é citado pelo conde A. Raczynski, no seu diccionario, a pagina 235.

Porto *(Pedro, ou Pero do)*. Musico, que nasceu no Porto pelos annos de 1495. Ignora-se a data do fallecimento. Foi afamado mestre na cathedral de Valença, vindo depois para o serviço do cardeal infante D. Affonso, filho d'el-rei D. Manuel. Por morte do infante, passou á capella de D. João III, onde gozou da reputação de grande cantor. N'uma das suas cartas ineditas, o trovador e pagem de D. João III, Fernão Cardoso, allude a Pero do Porto, seu amigo intimo, dizendo que residia em Evora em 1535, era principal cantor da capella do cardeal infante, e tinha-o sido anteriormente na cathedral de Valença. D'essa carta tirou Alexandre Herculano assumpto para a introducção do seu conto *O Chronista*, em que figura o musico portuguez. João de Barros, na sua obra inedita *Breve Summa de Geographia da comarca de Entre-Douro e Minho*, menciona Pero do Porto entre os homens notaveis nascidos n'aquella comarca, citando um dos motetes que elle compoz, ao qual chama o *principe dos motetes*.

Porto (*Silva*). V. *Silva Porto*.

Porto (*D. Fr. Victorino do*). Religioso franciscano da provincia da Soledade, bispo de Cabo Verde, etc. Chamava-se no seculo Victorino da Costa. N. no Porto a 30 de janeiro de 1651, fal. a 21 de janeiro de 1705. Era filho do licenceado Manuel da Costa Neves e de Maria Barbosa de Barros. Frequentou a Universidade de Coimbra estudando jurisprudencia canonica, em cuja faculdade se formou. Entrando na ordem de S. Francisco professou aos 23 annos de edade, em 1674. El rei D. Pedro II, que muito o considerava, o nomeou bispo de Cabo Verde, sendo sagrado pelo cardeal de Lancastro em 14 de setembro de 1687 Sendo estudante em Coimbra, escreveu: *El mayor entre los grandes, vida, muerte y milagros de un illustre Heroe Varon perfecto S. Victorian*, Coimbra, 1675; *Relação da Missão que fez a Bissau, e Conversão do seu Rey*, Lisboa, 1695.

Porto (*Districto administrativo do*). E' limitado ao N pelo districto de Braga, a O pelo Oceano Atlantico, ao S pelo districto de Aveiro, e a E pelo districto de Villa Real. A sua população, segundo o censo de 1900, é de 601:688 hab.: sendo 280:370 do sexo masc. e 321:318 do feminino. Em 1878 a sua população era de 467:034 e em 1890 de 546:262 habitantes. N'um periodo de vinte e dois annos a população do districto augmentou mais de 130:000 almas, e já em 1877 era considerado o primeiro do paiz quanto a densidade de população. Comtudo a corrente emigratoria é consideravel, e todos os annos as difficuldades da vida, a sede das riquezas ou o horror pelo serviço militar, levam para os portos do Brazil alguns milhares de individuos, sobretudo dos concelhos ruraes. No interior do districto o relevo orographico é bastante accidentado, comquanto os seus montes não attinjam altitudes consideraveis. E' para E e NE que fica a parte mais elevada, que abrange ramificações das serras da Cabreira e do Marão. Do rio Douro, em direcção ao Cávado, corre uma extensa serrania que começa proximo da foz do Tamega e separa os valles d'este rio e do Sousa, em direcção N NE. Em S. Bartholomeu toma a direcção N e vae-se confundir com a serra da

Cabreira, attingindo n'esta ultima parte uma altitude de cerca de 800 metros. Varias outras serras de pequenas dimensões existem no districto, taes como a de Santa Eufemia, entre os rios Ave e Leça, a de Agrella entre os rios Le-

Typos do districto do Porto—A lavradeira

ça e Ferreira, a de Vallongo, junto á pov. do mesmo nome, e a de Aguilhões, entre os rios Sousa e Douro. No littoral a terra é naturalmente baixa, não sendo porém os areaes de grande extensão. A arborisação tem sido, em muitos pon-

Typos do districto do Porto—A leiteira

tos, um obstaculo á invasão das areias. Em S. João da Foz do Douro e em Leça da Palmeira os granitos e as rochas schistosas substituem-se ás areias moveis. A costa do districto é pouco recortada; no seu limite N segue em direcção S,

POR

volta depois para SE até á Povoa de Varzim, onde fórma uma enseada, e continúa na mesma direcção até Villa do Conde, onde desemboca o Ave. Continúa ainda a costa no mesmo rumo, encontrando-se ao S da foz do Ave as extensas praias do Mindello e de Pampelido. *(V. estes no-*

Typos do districto do Porto—A varina

mes). Depois é de rochas baixas e de praias de areia, abrindo se para dar passagem ao rio Leça, em frente do qual fica o porto artificial de Leixões. Por ultimo abre-se a barra do Porto, e d'ali e ainda em direcção SE continúa o littoral,

Typos do districto do Porto—O peixeiro

até ao limite do districto, apresentando condições identicas ás da restante costa. E' o rio Douro, com os seus affluentes, que banha principalmente o districto do Porto. O Douro (*V. este nome*), correndo entre alcantis, occupa quasi sempre

toda a largura do valle. Os seus affluentes no districto são o Tamega, o Sousa e o Tinto. Além do Douro, ha a mencionar o Leça e o Ave. Este ultimo forma, em parte, o limite dos districtos do Porto e Braga. Dos affluentes dos rios mencionados, que correm no districto, devem citar-se o Este, que entra no Ave acima de Villa do Conde, e o rio Homem, que desagua no Tamega acima d'Amarante. O districto do Porto constitue a região mais cultivada da provincia do Douro. Passada a faxa do littoral, por toda a parte a cultura se apresenta com grande intensidade, e o rio Douro offerece um lindo aspecto com relação á agricultura. Os seus flancos, mesmo nos sitios, onde mais a prumo descem para elle, vêem-se cobertos de vegetação opulenta, e o mesmo encanto de verdura se manifesta em todo o terreno comprehendido pelas bacias dos rios Sousa, Leça e Ave. A parte do valle do Tamega que fica dentro do districto não é menos notavel pela cultura que n'ella se apresenta. Apenas em algumas cumiadas a cultura é menos rica ou falta por completo. Os soutos e pinheiros cobrem uma grande parte do terreno, e as arvores de fructo crescem por todo o districto. A vinha, quer enlaçada nas arvores, quer em parreiraes ou ramadas, constitue uma das principaes culturas, e a mais celebrada. Os vinhos distinguem-se pela sua composição especialmente e são geralmente muito apreciados. Assim como o vinho, a producção dos cereaes, dos legumes e dos outros generos agricolas é tambem importantissima. A industria pecuaria é consideravel; o gado bovino para engorda e o gado suino são os que representam o principal valor pecuario, sendo as outras especies menos importantes. Tambem n'este ramo de actividade o districto do Porto é o primeiro do paiz, bem como o primeiro quanto á qualificação pecuaria, o primeiro na ordem do valor pecuario e finalmente tambem o primeiro na classificação dos districtos, segundo a riqueza pecuaria em relação á superficie. Tambem tem alguma importancia mineira, tendo se explorado n'elle minas de antimonio, de carvão de pedra, de estanho, ferro, manganez e chumbo. A bacia carbonifera de S. Pedro da Cova, situada ao N do Douro, é muito importante e explorada desde ha muitos annos. São de valor egualmente os jazigos de antimonio que se teem explorado em Valle de Acha e no Ribeiro da Egreja, no concelho de Vallongo, bem como a mina do Cubello, do mesmo minerio, situada proximo do rio Sousa. Existem no districto notaveis pedreiras de ardosia, proximo de Vallongo, de magnifica qualidades e grandes dimensões. Não ha n'este districto aguas mineraes dignas de menção, embora se encontrem na mesma provincia do Douro caldas importantes. A industria fabril, que é importantissima, occupa no districto, e especialmente no Porto, muitos milhares de braços; e o mesmo se pode dizer da industria caseira. Divide-se o districto em dezasete concelhos, que são: Amarante, Baião, Bouças, Felgueiras, Gondomar, Louzada, Maia, Marco de Canavezes, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Porto (bairro oriental) e Porto (bairro occidental), Povoa de Varzim, Santo Thirso, Vallongo, Villa do Conde e Villa Nova de Gaia. Quanto a viação o districto acha se servido pelo caminho de ferro do Norte, que o põe em communicação com a capital e com os districtos do sul do paiz. Este caminho de ferro tem dentro do districto as estações da Granja, Valladares, Villa Nova de Gaia e Porto. O caminho de ferro do Minho põe-n'o em communicação com os districtos do norte e com a Hespanha. Tem estações em Rio Tinto, Ermezinde, S. Romão e Trofa. O

Typos do districto do Porto—Um carro de bois

caminho de ferro do Douro entronca em Ermezinde com o do Minho e comprehende no districto as estações de Vallongo, Recarei, Cette, Paredes, Penafiel, Cahide, Villa Meã, Marco de Canavezes e Juncal. Ha ainda o caminho de ferro de via reduzida do Porto á Povoa e Famalicão, a linha ferrea da estação de Campanhã á alfandega da cidade do Porto, e a viação eletrica na mesma cidade. As estradas districtaes e municipaes constituem uma rede consideravel, medindo muitos centenares de kilometros. A instrucção no districto é facultada em numerosas escolas publicas e particulares, entre as quaes se destacam as escolas superiores da cidade do Porto. O districto do Porto é o segundo do paiz em numero e importancia dos seus institutos de piedade e de beneficencia. As associações de classe e de soccorro mutuo, com estatutos approvados legalmente, são em numero avultadissimo.

Porto. Cidade, capital da prov. do Douro (V. *este nome*, no vol. III, a pag. 91), séde do commando da 3.ª div. militar, e do distr. administrativo e do bispado do seu nome. Acha-se situada na margem direita do rio Douro, a 5 kilometros da sua foz. Nenhuma povoação de Portugal tem uma origem tão controversa como a cidade do Porto. Os numerosos autores nacionaes e estrangeiros, que escreveram a este respeito, sustentam as mais encontradas opiniões. Uns dizem que a fundaram uns gregos da Thracia, arrojados para o Douro por uma tempestade, o que lhe deram o nome de *Lavra*. Pretendem outros que a edificara o principe Gathelo, filho de Neólo, rei de Athenas, que viveu no tempo de Moysés, e que denominara a sua cidade *Porto Gathelo*. Outros querem que o seu fundador fosse Diomedes, rei de Etholia, e companheiro de Ulysses na guerra de Troya, o qual lhe chamou cidade de *Graya*. Outros ainda affirmam que os gallos-celtas, depois de conquistarem as provincias do Minho e Beira, construiram no sitio que ao deante se chamou Gaia um castello a que deram o nome de *Cale*, o que, passado algum tempo, mudando-se para a margem fronteira, edificaram uma povoação que denominaram *Porto de Cale*. Não ha duvida que teve este ultimo nome, e que d'elle se derivou o de Portugal, mas não se pode affirmar a origem galo-celta. E' incontestavel que o mouticulo de Gaia pelas suas condições de mais defensavel, nas epocas em que qualquer nucleo de população tinha de estabelecer-se de modo a poder resistir ás correrias e invasões dos barbaros, foi o *Castrum antiquum*, o Cale, citado pelos geographos. E' egualmente certo que o morro alcantilado da Pena Ventosa, foi, na margem direita do rio Douro, o ponto fortificado em que teve o seu começo a cidade, o *Castrum novum*, que passou a ser o burgo do bispo e subiu até se transformar no condado feudal e mais tarde municipio do Porto. Nas luctas com os arabes, quando a conquista christã vem desde as Asturias e Leão até ás Terras de Santa Maria da Feira e ás margens do Douro, dilatando-se pelo Minho, já o Porto apparece com uma determinada importancia. Tendo soffrido a invasão do califa Almansor é mais tarde objecto da reconquista feita pelos gascões, que se assenhorearam do Porto, cercaram por mais largo a elevação dos terrenos junto da Pena Ventosa, construiram as muralhas com as respectivas portas, que desde logo fôram adornadas com imagens do culto catholico, e estabeleceram a sé e a primitiva residencia episcopal. E' sobre este dominio, e nos tempos de D. Hugo, que a monarchia portugueza é iniciada, vindo este bispo a a receber o primeiro foral do dominio portuense das mãos da rainha D. Theresa. O que se passou depois em luctas accesas é altamento significativo como revelação do caracter austero e brioso dos burguezes do couto do Porto, que tanto resistiram ás desmedidas ambições dos seus bispos, e quando mais tarde se escudavam nos fóros do municipio repelliam o dominio senhorial em activos pleitos. A simples rezenha de todas as opiniões sobre a historia do Porto, algumas ainda mais fabulosas do que as que ficam acima referidas, formaria uma extensa lista. A que parece ter melhor fundamento attribue a origem do Por-

Porto—Uma vista da parte alta da cidade

to aos suevos pelos annos de 417. Nas guerras que tiveram entre si os diversos povos do norte, que, depois de destruirem o imperio romano, invadiram e avassallaram a peninsula, fôram os suevos expulsos pelos godos, e estes entraram na posse d'aquella cidade. Vencidos porem, por sua vez, pelos arabes, e extincta nos campos do Guadalete a monarchia goda, no anno de 711, passados dois annos viu-se o Porto sujeito ao dominio musulmano. As reliquias do exercito vencido, refugiando-se nas asperas serranias das Asturias, ahi formaram o nucleo de uma nova monarchia, que a espada de D. Pelaio, e de seus successores, dilatou desde o apertado valle de Covadonga, que lhe serviu de apertado berço, até á cidade de Granada, onde o imperio exhalou o derradeiro suspiro no anno de 1482. Um dos descendentes do illustre Pelaio, el-rei D. Affonso I, cognominado o Catholico, foi tambem o primeiro que veiu quebrar as algemas do Porto, resgatando-o do poder dos moiros no anno de 820. Abderrama, rei de Cordova, pondo-se á frente de um numeroso exercito para desaffrontar o poder musulmano, foi destroçado por Hermenegildo, a quem D. Affonso I confiara a guarda da cidade, fazendo-o conde do Porto. Diz a tradição que esta grande batalha se pelejou no sitio em que depois se ergueu a egreja parochial de Campanhã, e que em memoria d'ella ficou ao pequeno rio, que ali passa, o nome de Rio Tinto, pelo muito sangue dos moiros de que se tingiram as suas aguas, e a cidade tomou para uma das suas portas, por onde sairam os christãos ao combate, o nome da *Batalha*, o que se conserva ainda na praça para onde dava saida a dita porta, que no seculo XIX já não existia. Com aquelle destroço cresceu no animo do poderoso rei de Cordova o desejo da vingança, e quiz a sorte das armas que ella fosse terrivel. Põe em campo um segundo e mais formidavel exercito e entrega o commando a Almansor, o mais ousado e valente, e tambem o mais cruel dos seus generaes. No fim de inutil resistencia foi a cidade entrada e arrazada. Pelos annos de 929, surgiu no Douro a armada dos gascões, que procuravam fortuna em guerras contra infieis. Vendo aquelles assim arruinada e despovoada uma cidade de tão vantajosamente assentada, resolveram reconstruil-a, e estabelecerem-se n'ella. Eram os chefes d'esta armada D. Moninho Viegas, de quem descendeu D. Egas Moniz, D. Sisnando, seu irmão, ao deante bispo do Porto, e D. Nonego, que, para seguir esta empresa aventurosa, renunciara o bispado de Vandoma, em França. A cidade ergueu-se, pois, das suas ruinas afortalezada com bons muros e torres. E d'esta segura guarida começaram os gascões a fazer correrias contra os moiros, expulsando-os das terras visinhas, que iam pondo sob a protecção da Virgem, com o titulo de *Terras de Santa Maria*, titulo que por muitos seculos conservaram as do termo de Guimarães e da Feira, que fôram as primeiras por elles conquistadas. Foi o bispo D. Nonego, que trouxe aquella tão celebrada imagem de Nossa Senhora de Vandoma, que deu o seu nome a uma porta da primeira cerca de muralhas da cidade, sobre a qual se achava em um oratorio. Esta porta, que estava por detraz da sé, e que, com o crescer da cidade, veiu a ficar no centro da povoação, chamava se ainda no meado do seculo XIX, quando se demoliu, Arco de Vandoma D. Moninho Viegas rendeu preito e obediencia a D. Affonso V, rei de Leão, que o nomeou governador da cidade e terras por elle conquistadas. Este soberano, ferido de uma setta em um combate junto a Vizeu, veiu morrer ao Porto, em 1027. Pelos annos de 1092 entraram o conde D. Henrique e sua mulher, a rainha D. Theresa, na posse da cidade, com o mais territorio, que constituia o condado de Portugal. Deram lhe estes soberanos consideraveis privilegios, que seus suc-

Porto—Rua dos Clerigos

cessores confirmaram e ampliaram. Entre estes privilegios havia um, concedido por el-rei D. Diniz, que prohibia a residencia de fidalgos dentro da cidade, excepto aos que quizessem dar-se ao commercio, e isto mesmo nem sempre; e aos que ali fossem de visita só era permittido a demora de tres dias. Na celebre *Inquirição*, de 1339, de D. Affonso IV, affirmava se o embargo da pousada de fidalgos na cerca do castello, a prohibição da compra de casas e a creação de seus filhos Quando ali pousassem fidalgos o bispo ficava com as chaves do castello. Conservaram-se estes privilegios até ao reinado de D. Manuel, que o aboliu em 1502 Só então se estabeleceram no Porto familias nobres. Outros privilegios tinham os portuenses, pois que lhes era permittido trazer por toda a parte e a toda a hora armas offensivas e defensivas. A seda, guarnições de ouro e prata. e outros guizamentos de vestuario, defezos pelas pragmaticas, eram um privilegio do cidadão do Porto. Existe publicado, á custa das rendas da cidade em 1611, e reimpresso em 1878, um folheto intitulado *Privilegios dos cidadãos da cidade do Porto.* Nos fins do seculo XVI, houve meirinhos que quizeram coimar os portuenses por porte de trajos de luxo, mas, apparecendo os processos das antigas immunidades, Filippe II as confirmou em alvará. Nas guerras civis, que rebentaram entre D. Diniz e seu filho, e depois entre este principe, já rei, e e seu filho D. Pedro, passou o Porto por muitos trabalhos. Reinando D. Affonso VI, no anno de 1336 padeceram os arredores do Porto grandes vexames e estragos com uma invasão de castelhanos, que todavia não conseguiram penetrar na cidade, sendo na verdade obrigados a fugir, e perseguidos por tropas levantadas, e organisadas, pelo bispo D. Vasco. Cinco annos depois, originou-se uma grave discussão entre este prelado e a camara, acerca do pagamento de certos direitos, alvorotou se o povo (V. *Porto, martins do*) contra o bispo por tal modo, que este teve de fugir, e apezar de fulminar um interdicto, esteve nove annos fóra da sua diocese, até que, vagando o bispado de Lisboa, foi n'elle provido. Em 1580 D. Antonio, prior do Crato, tomou o Porto com pouca resistencia, mas tevo pouco tempo depois que a deixar ao general castelhano Sancho d'Avila, que o perseguia de perto. Em 1640 concorreu para a Restauração com os sacrificios que as circumstancias exigiam, mas tevo a fortuna de nunca vêr, nos vinte e oito annos que duraram as guerras, approximar-se o inimigo das suas muralhas. A 28 de dezembro de 1727 houve no Douro uma cheia tão grande e repentina, que arrebatou na sua corrente mais de cem pessoas, muitos navios, e innumeraveis embarcações pequenas, que se perderam, destruindo tambem muitos edificios. Os prejuizos attingiram a alguns milhões de cruzados. No dia 22 de fevereiro de 1785 ainda houve outra cheia mais desastrosa, acompanhada de um tufão de oeste. Achavam-se no Douro 85 navios portuguezes e 33 de outras nações, muitos dos quaes se despedaçaram ou fôram levados barra fóra. As aguas do rio alagaram 18 ruas e mais de 1.000 casas. Por occasião da invasão franceza de 1807 foi occupada a cidade do Porto, em 13 de dezembro, pelas tropas hespanholas, levando na frente D. Francisco Taranco, capitão general da Galliza. A 18 de junho de 1808 coube ao Porto a honra de levantar o primeiro grito de independencia, que resoou no paiz, pegando em armas contra os invasores. Na segunda invasão foi a cidade tomada pelo exercito francez, que se assenhoreou d'ella em 29 de março de 1809. Na terceira invasão foi o Porto poupado. No dia 24 de agosto de 1820 hasteou a cidade o estandarte da liberdade, contra a regencia do reino. Durante as luctas civis, entre D. Pedro e D. Miguel, soffreu bastante o Porto. Em 1828 protestou contra o absolutismo e em 9

Porto—Rua de Miragaia

de julho de 1832 deixou entrar na cidade o duque de Bragança para estabelecer ahi o baluarte da heroica defeza. (V. *Porto, cerco do*). Nas guerras civis posteriores tambem interveiu com o seu esforço. Em janeiro de 1842 restaurou a Carta Constitucional, que uma revolução abolira em Lisboa, em setembro de 1836 Em outubro de 1846 uma insurreição popular inaugurou um governo provisorio, e organisando uma terrivel resistencia em opposição á revolta militar, que dias antes rebentara na capital, só terminou em julho de 1847 com a intervenção armada da Inglaterra e Hespanha. Em março de 1851 outra revolta militar expulsou do poder o governo. Em 31 de janeiro de 1891 houve no Porto a primeira revolta republicana (V. *Porto, revolta de 31 de janeiro de 1891 no*). A importancia politica do Porto tem-se revelado em muitas occasiões da vida nacional, sendo por vezes theatro de revoluções e motins populares. Acompanhando assim a historia portugueza, o Porto sempre teve, desde os primeiros reinados, um papel distincto nas epocas mais memoraveis da vida nacional. Nas tentativas patrioticas realisadas em favor do Mestre d'Aviz, para subir ao throno com o nome de D. João I, os burguezes portuenses prestaram valiosos serviços, tanto em bens como em dinheiros, bem como depois na organização da expedição a Ceuta, preparada por este monarcha e pelos inclitos infantes seus filhos. Nos tempos do dominio senhorial tiveram o titulo de alcaides móres do Porto os marquezes d'Abrantes. Depois de 1834, o filho segundo do monarcha tomava o titulo de duque do Porto Na organisação politica do regimen absoluto tinha a cidade voto em côrtes, com assento no primeiro banco. A população do Porto cresceu rapidamente, desde o seculo xv, em que é calculada com dados pouco seguros em 8:500 habitantes. Desde então conhecem-se os seguintes numeros: Em 1527 12:177 hab; em 1623 18:797 hab.; em 1732 30:021 hab.; em 1787 61:462 hab.; em 1838 59:870 hab.; em 1864 86:000 hab.; em 1878 105:000 hab.; em 1890 138:000 hab.; e em 1900 172:421 habitantes. Segundo o rol de D. Rodrigo da Cunha, relativo a 1623, o grosso da população, em numero de 12:033 almas, vivia intramuros; á volta do recinto ainda sommavam 2:548 almas as freguezias de Miragaia e de Santo Ildefonso. Das suburbanas só Massarellos e Foz ascendiam a 1:000. Cedofeita era então uma aldeia. Segundo a lista de D. Luiz Caetano de Lima, referida a 1732, o nucleo da população portuense orçava por 16:158 almas. Agostinho Rebello da Costa, em 1787, dá para o nucleo 21:883 almas. O censo official de 1900 indica a seguinte população para a cidade do Porto: 1.º Bairro (oriental) 92:658 hab.: 43:981 do sexo masc. 48:677 do feminino, distribuida pelas freguezias: Bomfim (Senhor do Bomfim) 29.960, 12:241 do sexo masc. e 11.719 do fem.; Campanhã (Santa Maria), 12.718 hab.: 6.308 do sexo masc. e 6410 do fem.: Paranhos (S. Verissimo), 14 001 hab.: 6509 do sexo masc e 7495 do fem.; Santo Ildefonso, 23.498 hab: 11.333 do sexo masc. e 12.165 do fem.; Sé (N. S.ª d'Assumpção), 15.478 hab: 7.590 do sexo masc. e 7.888 do feminino. 2.º Bairro (occidental) 79.763 hab.: 38.835 do sexo masc. e 40.928 do feminino, distribuida pelas freguezias: Aldoar (S. Martinho) 1.068 hab., 253 do sexo masc. e 545 do fem.; Cedofeita (S. Martinho de Tours), 27.016 hab.: 12.971 do sexo masc. e 14.075 do fem.; Foz do Douro (S. João), 5.813 hab.: 2.511 do sexo masc. e 3.302 do fem.; Lordello do Ouro (S. Martinho) 6.845 hab.: 3.304 do sexo masc. e 3.541 do fem.; Massarellos (N. S.ª da Boa Viagem) 7.743 hab.: 3.538 do sexo masc. e 4.205 do fem.; Miragaia (S. Pedro), 7.474 hab: 4.001 do sexo masc. e 3.470 do fem.; Nevogilde

Rio Douro e Barra do Porto

(S. Miguel) 1.240 hab.: 518 do sexo masc. e 722 do fem.; Ramalde (S. Miguel), 7200 hab.: 3.496 do sexo masc. e 3.704 do fem.; S. Nicolau, 5.857 hab.: 2.802 do sexo masc. e 3.055 do fem.; e Victoria (N. S.ª da Victoria), 9.477 hab.: 5.168 do sexo masc. e 4.309 do feminino. O Porto é a séde do bispado, e a residencia episcopal é um dos mais apparatosos edificios. (V. *Paço episcopal*). O governo ecclesiastico do bispado é exercido pelo respectivo prelado, tendo junto de si um provisor e vigario geral, um promotor, o escrivão da camara ecclesiastica, mais dois escrivães do auditorio, um distribuidor, um contador e um encarregado dos rendimentos da bulla. No cabido da sé ha quatorze conegos capitulares, entrando n'este numero as dignidades, deão, chantre, mestre-escola, thesoureiro, arcipreste e arcediago, sete beneficiados, tres capellães-cantores, um prebendeiro, um mestre de cerimonias e um sacristão e fabriqueiro. As freguezias da cidade fôram divididas no tempo do bispo D. Marcos de Lisboa em quatro: a Sé, S. Nicolau, Victoria e S. João Novo, mas esta ultima pouco tempo durou. Antes d'esta divisão o Porto só tinha uma freguezia a dentro dos muros, que era a freguezia da Sé. Os muros da cidade mandados levantar por D. Affonso IV e continuados por D. Fernando, o Formoso, começavam na Porta Nobre, em Miragaia, marginavam o rio Douro até ao revelim da Ribeira, montavam pela escarpa dos Guindaes até aos Carvalhos do Monte, onde foi construido o convento de Santa Clara e aberto o Postigo do Sol, faceavam pela Batalha, onde tinham a porta d'este nome e a de Cimo de Villa, desciam pela viella da Theresa, mais tarde viella da Madeira, abriam na Porta Nova, continuavam até ao Postigo de Mem Affonso, que era no largo dos Loyos, continuavam pela calçada da Natividade até á Porta do Olival, seguiam até ás Virtudes, onde havia uma outra porta, e d'ahi a outra na Senhora da Esperança, indo terminar em Miragaia. Com a expansão da cidade para além d'este circulo de muralhas, de que apenas restam vestigios, a importancia do Porto augmentou de modo que o concelho tem, além das freguezias acima, as já referidas de Santo Ildefonso, Bomfim, Campanhã, Paranhos, Cedofeita, Ramalde, Miragaia, Massarellos, Lordello, Foz, Aldoar e Nevogilde. Antes da extincção das ordens religiosas, havia no Porto 12 conventos de religiosos: S Francisco, S. Domingos, S. Bento, Carmelitas, Agostinhos calçados, Agostinhos descalços, Antoninhos, Loyos, Congregados, um collegio de Jesuitas e dois hospicios de mendicantes, e quatro de religiosas: Monchique, Santa Clara, benedictinas e o recolhimento claustral do Anjo (V. *Porto, Conventos do*). As egrejas da cidade (V. *Porto, egrejas do*) são: a Sé, notavel pelo seu altar de prata e pelo claustro gothico; Cedofeita, onde desde tempos antigos funcciona uma collegiada insigne, presidida por um D. Prior. E' por certo este o templo mais antigo do Porto, embora seja muito contestada a epoca da fundação attribuida por alguns autores; o templo dos extinctos frades de S. Francisco é digno de admirar-se; o das freiras de Santa Clara com um magnifico frontispicio; o de S. Bento da Victoria com um apparatoso côro e bem delineada abobada; o de S. João Novo e do Collegio dos Grillos, amplo nas suas proporções d'uma architectura severa e com abobadas graniticas; o dos Congregados; o dos extinctos carmelitas; as egrejas parochiaes, notando Miragaia, S. Nicolau e Victoria, são edificios dignos de attenção. Acima, porém, de todos, está o soberbo templo dos Clerigos com a sua enorme torre, e

Rio Douro. Ao fundo a cidade do Porto

torna-se digno de ser visitado o templo da Misericordia, que tem ao lado a curiosa galeria dos bemfeitores. Capellas importantes, que se encontram descriptas no artigo respectivo (V. *Porto, capellas do)*, são as de S. Sebastião, do Ferro, da Senhora d'Agosto, do Terreirinho, do Pinheiro, do Espirito Santo em Miragaia, das Congostas, das Almas das Taipas, das Almas de Santa Catharina, de S. Joaquim, da rua dos Bragas, da Torre da Marca, da Senhora da Saude, do Senhor da Boavista, de S. Chrispim, de Fradellos, do Carvalhido, do Bom Successo, da Ramada Alta, da Senhora da Batalha, e a de Carlos Alberto no Palacio de Crystal. Apezar de ter sido o Porto consagrado á Virgem pelos gascões, bem como todos os dominios conquistados por estes ao poder dos moiros se denominarem Terras de Santa Maria, mesmo ostentando o brazão a imagem de Nossa Senhora e a legenda *Civitas Virginis (*V. *Porto, Armas do)*, a cidade tem desde 1453 por seu padroeiro a S. Pantaleão e a camara costuma mandar fazer á sua custa uma solemnidade annual no templo da sé, onde em tempo as reliquias do santo estavam guardadas em uma urna de prata que foi roubada nos principios do seculo XIX. A fecunda actividade commercial e industrial do Porto está representada nos seus magnificos estabelecimentos, armazens, lojas e amplas fabricas. Conta tambem a cidade innumeros Bancos e companhias que põem em acção grandes capitaes Entre as aggremiações portuenses, distinguem se a Associação Commercial, o Centro Commercial, o Atheneu Commercial, que tem edificio proprio, uma boa bibliotheca e museu; Club Commercial, o Gremio Portugal, Sociedade Camillo Castello Branco e o Gremio Commercial. No Orpheon Portuense, Club Portuense, Velo-Club, Club dos Caçadores e Club Fluvial, teem os portuenses concertos, bailes, distracções, recreio e instrucção. Para animarem as estas carnavalescas existem os clubs dos Fenianos e dos Girondinos. Para os interesses vitaes da região do Douro ha a Liga dos Lavradores, a Liga Agraria e a Assoaciação dos lojistas. A beneficencia publica no Porto é deveras notavel, devendo tanto á iniciativa como á acção religiosa. São numerosos os seus institutos, em quo toma o primeiro logar a Misericordia (V. *este nome)* com os estabelecimentos, hospitaes, asylos, recolhimentos, institutos, etc., a sua administração. As ordens Terceiras, além de manterem, como a Misericordia, os esplendores do culto nos seus magnificos templos, sustentam hospitaes e manteem escolas (V. *Porto, Asylos, hospitaes*, etc.*)*. Tem o Porto varios theatros, o Palacio de Crystal, mercados publicos, cemiterios, jardins, praças e monumentos, que se encontram descriptos nos artigos respectivos, em seguida a este. Acha-se a cidade ligada com o resto do paiz e com o estrangeiro para o seu grande movimento commercial, industrial e agricola, pela barra do Douro, pelo curso do mesmo rio e pelos caminhos de ferro, sendo o serviço de viação feito em quatro estações—a Central, a da Povoa, a da Alfandega e a de Campanhã, que serve ás linhas do Minho, do Douro, da Alfandega e á de Lisboa V. *Porto, (Estações dos caminhos de ferro do)*. Duas pontes, adeante tambem descriptas em artigos especiaes, ligam a cidade com Villa Nova de Gaia. Para o serviço da fiscalização aduaneira e impostos municipaes tem uma larga estrada de circumvallação. Entre os homens notaveis que nasceram no Porto citam-se o infante D. Henrique e os navegadores João Ramalho, André Gonçalves, João do Porto; diversos prelados, escriptores, poetas, artistas, vultos notaveis nos diversos ramos da sciencia e da politica, que seria impossivel enumerar.

Porto—O bairro de Carreiros, na Foz do Douro

Porto (*Academia Polytechnica do*). V. *Portugal*, vol. II, pag. 40.

Porto (*Academia Portuense de Bellas Artes do*). V. *Portugal*, vol. I, pag. 40.

Porto (*Academia Real de Marinha e Commercio do*). V. *Portugal*, vol I, pag 42.

Porto (*Alamedas do*). *Alameda do Bomfim*. Fica junto á egreja d'este nome. Em virtude da sua elevada posição, proporciona um surprehendente panorama. *Alameda das Fontainhas*. Está no fim da rua assim chamada e sobre a margem direita do rio Douro, com bonitas vistas do rio, das duas pontes, da serra do Pilar e de Oliveira do Douro. *Alameda da Lapa*. Fica proximo da egreja d'este nome, e tem bellos pontos de vista. *Alameda de Massarellos*. Está no fim da rua da Restauração, sobre a margem direita do rio Douro. *Alameda da Victoria*. No fim da rua da Victoria. *Alameda das Virtudes*. E' no fim da rua dos Fogueteiros, no logar onde existiu n'outro tempo a porta e torre das Virtudes. Tira o nome da Fonte de Nossa Senhora das Virtudes, que lhe fica proximo. Tem uma linda vista do rio Douro, Alfandega e Villa Nova de Gaia.

Porto (*Alfandega do*) E' a mais importante do paiz, depois da de Lisboa, e rende muitas vezes quasi tanto como ella; no entretanto, até ao meado do seculo passado, não teve um estabelecimento capaz. Até ao tempo de D. Affonso III, os direitos dos generos entrados e saidos pela barra, pertenciam aos bispos, que eram senhores do Porto e seu burgo, por doação feita pela rainha D. Thereza, mãe de D. Affonso Henriques, ao bispo D. Hugo. D. Affonso III, durante as luctas que teve com o bispo D. Pedro Affonso, para não perder os proveutos resultantes do grande commercio do Douro, mandou construir o *Almazem*, onde pôz o juiz de sua nomeação, para o despacho, sem audiencia do official do bispo, que levou D. Pedro Affonso, por este e outros suppostos esbulhos do seu senhorio, a renovar a excommunhão imposta ao rei, e acolher-se a Castella. Em 1406, D. João I e o bispo de Porto D. Gil assignavam termo de concordata, pela qual, entre outros direitos, o bispo cedeu o da alfandega, mediante certas indemnisações accordadas entre elles. A alfandega que pertencera aos bispos estava situada, segundo consta, na rua da Alfandega, na margem do rio no sitio da Reboleira. Esta rua era, no meado do seculo passado, uma rua estreita e curta, deitando pelo sul, para o largo do Terreiro, ou Terreirinho, que defronta com o rio, e do norte, com a rua dos Inglezes, hoje do Infante D. Henrique. O *Almazem*, construido por D. Affonso III, ficava do outro lado do rio, em Villa Nova de Gaia. N'este sitio construiu muito mais tarde D. Pedro II, em 1677, a casa da Alfandega, entre a rua dos Inglezes e a Fonte Aurina, hoje *Fonte Taurina*, sendo encarregado das obras o marquez de Fronteira. Contiguos a esta casa estiveram os antigos paços dos nossos reis, onde morreu o Infante D. Henrique. O antigo edificio, do sitio da Reboleira, ainda existe como pertença da alfandega, e tornou-se notavel pela descoberta que se fez d'uma porta falsa, a qual servia para se praticarem fraudes de que eram cumplices alguns empregados d'esse estabelecimento. A descoberta d'esse escandalo deu logar a inquerito, a processo e a grande bulha na imprensa, apparecendo antes um poema, intitulado *Os Ratos da Alfandega do Porto*. O edificio era estreito e acanhado, e já no fim do seculo XVIII foi preciso amplial-o. O governo da rainha D. Maria I entendeu convidar a Companhia das Vinhas do Alto Douro a ceder-lhe os armazens, que faziam parte da *Casa do Caes Novo*, pertenecente á familia dos Saavedras. A *Casa do Caes Novo*, pela sua solidez, vastas proporções e singular construcção, é dividida em dois corpos: armazens e casa de habitação. Os armazens de

Porto—Caes da Ribeira

solidissima construcção, de architectura pezada, tem tres andares abobadados, sustentado por grande numero de columnas. Em vez de telhado tem um vasto terraçe asphaltado, que serve de passeio. Fôram expressamente construidos para deposito dos vinhos do Alto Douro, pertencente á companhia creada pelo marquez de Pombal em 1756. O governo, conforme dissémos, quiz a posse d'estes armazens para ampliar a alfandega, mas a direcção da Companhia e o proprietario do edificio esquivaram-se quanto puderam a cumprir a vontade dos ministros, allegando todas as razões imaginaveis, sendo a principal d'ellas o receio que o excessivo e constante peso dos generos arruinasse o edificio. De nada valeu a sua resistencia, porque o governo mandou despejar os armazens, em 48 horas, no anno de 1822, e desde então até 1872, fôram elles o principal deposito da alfandega do Porto para os generos coloniaes do Brazil. Durante esses 50 annos da occupação do governo, eram os armazens conhecidos por *Alfandega de Massarellos*. Apezar da amplitude dos armazens dos Saavedras e de outros annexos, e ainda do armazem chamado das *Freiras*, que era pertença do convento de Monchique, que pela extincção das ordens monasticas ficára pertencendo ao Estado, a alfandega estava disseminada por differentes partes, inclusive pela alfandega velha, construida por D. Pedro II, que se resolveu abandonar, onde, segundo parece, ainda hoje se arrecadam alguns generos. Reconhecia-se a urgencia de se construir edificio proprio, como estava determinado no artigo 1.º do decreto de 18 de julho de 1834, quer dizer uma nova alfandega, mas havia difficuldade em obter logar amplo. Houve até o alvitre de construir o novo edificio junto ao antigo, sendo, porém, preciso arrazar as casas desde a parte sul da rua dos Inglezes, occidental da de S João, até ao rio, não sendo ainda assim o espaço bastante grande. O receio de custosas expropriações obrigou, porém, a abandonar este alvitre, e á falta do melhor local, voltou-se a attenção para a praia de Miragaia, que apresentava, relativamente, longa superficie, e onde as expropriações, pela insignificancia dos predios, prometiam não ser muito dispendiosas. O novo edificio foi effectivamente construido na praia de Miragaia, junto ao rio e proximo da egreja parochial. Do *Portugal antigo e moderno*, vol. V. publicado em 1875, transcreve-

Porto—Margens do rio Douro

mos a descripção d'este edificio, sem duvida um dos mais importantes do Porto, n'esse anno ainda incompleto, mas que d'então até hoje tem melhorado consideravelmente:«A fachada principal, que olha para o rio, dista da aresta do caes, 10 metros. O edificio, propriamente dito, foi levantado na conjuncção do rio Frio com o Douro, do que resultou alguma difficuldade e custo, nos alicerces. E' dividido o edificio em tres corpos, com 220 metros de extensão, havendo já do lado occidental um armazem accessorio, que mede 384 metros quadrados, e destinado a materias inflammaveis. Na parte oriental ha a construir outro armazem identico. Os tres corpos principaes, armazem da direita, corpo central e armazem da esquerda, teem 53 metros de fundo, os armazens, e 68 o corpo central. Em cada um dos corpos lateraes, ha um armazem subterraneo, de abobada, sustentado por 72 pilares de cantaria, e que mede 2:050 metros quadrados. Os corpos lateraes, além dos subterraneos, teem tres pavimentos, sendo os primeiros e segundos sustentados cada um por 98 columnas de ferro; o terceiro pavimento não tem columnas, sendo a cobertura sustentada por uma armação de ferro, singela e elegante. A superficie dos armazens superiores é egual á dos outros, accrescendo a dos armazens de entrada, que mede cada um 410 metros quadrados. A cobertura do armazem da direita é de ferro zincado; mas reconhecendo-se que este systema de cobertura mantinha a temperatura alta, no corpo central e da esquerda, empregou-se a telha vidrada, de grande dimensão (16 telhas apenas por metro quadrado). As do corpo central fôram fabricadas no estabelecimento do sr. João do Rio Junior, proprietario da excellente fabrica, no Valle da Piedade. As do armazem da esquerda, vieram de Lisboa, e fôram feitas na fabrica de louça do sr. Alberto Cypriano Martins. A armação do corpo central, onde ha um vasto salão, por ora ainda por dividir, e que occupa toda a largura da fachada, é de madeira, construcção engenhosa e que merece a pena vêr-se e estudar-se. A construcção do edificio começou em setembro de 1859, tendo-se gasto até hoje, em que está prestes a concluir-se, mais de 1:100 contos. O desenho primitivo foi do engenheiro Coulson, e modificado e ampliado depois, em conformidade com as necessidades e conveniencias, pelos differentes engenheiros que teem dirigido as as obras. O primeiro engenheiro encarrogado d'ellas, foi o fallecido Francisco Mourão Pinheiro, sendo então director o tambem fallecido José Diogo Mousinho. Ao sr. Mourão succedeu o sr. Faustino José de Victoria, que foi chefe das obras, até principio do anno de 1873, em que passou a exercer as funcções de director do districto, por ter deixado de ser o sr. João Joaquim de Mattos, que foi encarregado da construcção do caminho de ferro do Minho. Além dos invididuos mencionados, estiveram mais na alfandega, os engenheiros: os srs. José de Macedo Araujo Junior, Alberto Alvares Ribeiro e Torquato Alvares Ribeiro. O actual chefe das obras, é o sr. Tito Augusto Duarte de Noronha. Para o estabelecimento da alfandega fizeram se largas expropriações, que custaram quantiosas importancias. O extenso caes (a parte até hoje construida, mede 400 metros approximadamente), na frente do edificio e sobre o Douro, tem do altura sobre as aguas minimas equinociaes, 10 metros; é todo fundado sobre beton, bem como os armazens subterraneos. O caes deverá ser prolongado ainda para os dois lados, oriental e occidental. O edificio não está completo ainda; mas tem sido occupado pela alfandega e suas repartições, á proporção que se teem ultimado os differentes corpos, ou andares d'elles. O andar nobre do corpo central, não está ainda completo, nem occupado, bem como o ultimo andar do armazem da esquerda. Apezar, porém, da vastidão do edificio, a alfandega continua ainda a occupar o armazem das Freiras, composto de dois pavimentos, medindo cada um 1:040 metros quadrados. Este armazem, que fica ao occidente da alfandega (quasi 200 metros da porta central), está com ella ligado por um tramway. Além d'este armazem, onde se recolhem couros e algodão, ainda serve a casa velha da alfandega, hoje casa da estiva, e a descarga de ferro faz so na Ribeira. Na alfandega nova, existe para facilitar o transporte das mercadorias, no primeiro pavimento, interna e externamente, uma rede de caminhos de ferro (tramway), que mede 1500 metros. Nos pavimentos superiores ha tambem assento uma porção de rails, mas não é trabalho definitivo. A ascensão e descensão das mercadorias faz-se por meio de dois taboleiros, ambos movidos a vapor (um d'elles por um elevador hydraulico, construido na fundição de Massarellos, consta porém que se projecta mover os taboleiros por um elevador do systema Armstrong. Do rio para o caes, vão as mercadorias elevadas por dois guindastes a vapor da fabrica de Inglaterra, Brow Brothers & C.ª, o alcance da haste é de 9,m 20. Ha ainda no caes outros dois guindastes movidos á mão, e que prestam serviço mais moroso, apezar de servirem para cargas mais pesadas.»

Porto (*Armas do*). Consta que o primeiro brazão d'armas do Porto foi uma cidade, de prata, em campo azul sobre um mar, de ondas verdes e douradas. O segundo brazão alterado em 13 de maio de 1813: Em campo azul Nossa Senhora de Vandôma, com o Menino Jesus nos braços, entre duas torres da sua côr, e com a legenda CIVITAS VIRGINIS. Encimavam as torres, n'uma um braço com uma espada, e na outra um braço com uma bandeira. Até 1834 conservou-se este brazão d'armas, sendo n'esse anno mudado para outro, pelo duque de Bragança, D. Pedro IV, que tambem determinou que o Porto se denominasse *Antiga, muito nobre e sempre leal e invicta cidade*, e que o filho segundo dos reis portuguezes se intitulasse *duque do Porto.* O brazão d'armas ficou então constituido por um escudo esquartelado, tendo no primeiro e quarto quartel as armas do reino de Portugal, e no segundo e terceiro as antigas armas da cidade, mas com a differença de que a Senhora, o Menino Jesus e as torres, é tudo de prata. No centro do escudo tem um escudete de purpura, com um coração de ouro no meio. O escudo é cercado pelo collar da ordem da Torre e Espada, do qual pende o habito d'esta ordem. E' encimado por uma corôa ducal. Timbre, um dragão verde, tendo atada ao pescoço uma faxa com a legenda INVICTA. O escudete do centro do escudo foi accrescentado mais tarde, em memoria de ter D. Pedro IV legado o seu coração á cidade do Porto, onde foi guardado

na capella real da Lapa, em um sarcophago de pedra. V. *Porto (Igrejas do)*.

Brazão de armas da cidade do Porto

Porto (*Assembléa Portuense do*). Está estabelecida na praça da Trindade. Foi fundada em 1834. No anno de 1859 construiu-se um vasto e luxuoso edificio proprio. Possue bibliotheca e um elegante salão de baile.

Porto (*Associações do*):

Associação dos Albergues Nocturnos. Estabelecida na rua de S. Miguel. Foi fundada em 1887, por iniciativa d'el-rei D. Luiz I. Agasalha, durante a noite, os pobres nacionaes ou estrangeiros, que não teem meios de obter abrigo.

Associação dos Alfaiates Portuenses. Teve os estatutos approvados por decreto de 24 de maio de 1851. O seu fim é todo de soccorros mutuos.

Associação benefica dos ourives do Porto. Tem estatutos de 25 de abril de 1857, os quaes fôram reformados a 6 de fevereiro de 1866. O seu fim é prestar soccorros aos socios nos casos de doença, prisão e decrepitude.

Associação Britannica. Na rua do Infante D. Henrique. E' um vasto edificio construido em 1785. E' notavel a escadaria de pedra, que internamente dá accesso a todo o edificio. A sala de baile, dizem ser a maior que existe no Porto. O edificio pertence á colonia ingleza do Porto. Possue uma bibliotheca valiosa.

Associação Catholica. Está estabelecida na rua de Passos Manuel, sendo destinada, especialmente, a praticas religiosas. Tem um bello salão para sessões, conferencias e academias.

Associação Civilisadora. Instituida em 1836, por autorisação do governo, em portaria de 29 de outubro d'esse anno, em que fôram approvados os respectivos estatutos. O seu fim era promover a civilisação nacional, a instrucção e recreio dos socios. A sociedade estabeleceu um gabinete de leitura, como indispensavel para a instrucção, e um theatro, como recreio. Um dos artigos dos estatutos prohibia a entrada no gabinete de leitura ás pessoas que não fôssem membros da associação, assignantes ou visitantes.

Associação Commercial. Esta associação é uma corporação importantissima, cuja influencia se tem feito sentir de um modo notavel nos destinos da cidade a que pertence, e nos destinos economicos do paiz. O corpo do commercio do Porto está desde muitos seculos solidamente organisado. No seculo XIV já existia com o nome da Bolsa do Commercio, que era perfeitamente uma associação commercial, uma corporação de negociantes, governada por leis especiaes, administrada por um certo numero de membros da associação, presidida por um que se chamava juiz da Bolsa. Tinha por fim a accumulação d'um certo fundo, organisado por meio d'um imposto especial de importação e de exportação. Servia este fundo para dar pensões aos negociantes que caíam na miseria, comtanto que não fôssem origem d'esse desastre a imprevidencia ou a extravagancia, o que era cuidadosamente apreciado pelo tribunal da Bolsa. Esta instituição caiu um pouco em abandono no tempo das guerras de D. Fernando, e foi restabelecida em 1402, por D. João I. No seculo XV concedeu a corôa á camara do Porto uma casa nobre sobre um arco da rua Formosa, depois dos Inglezes, para servir de Bolsa, aos mercadores Nunca mais deixou de haver Bolsa no Porto, em casa melhor ou peor, e muitas vezes mesmo em grande parte ao ar livre, como succedia na citada rua dos Inglezes. Antes de 1834, porém, o commercio do Porto não tinha representação collectiva. Na Real Junta do Commercio havia, quando muito, 50 negociantes matriculados, e se algum d'elles precisava dirigir-se ao rei, requeria individualmente. Uma pequena parte d'estes negociantes matriculados e d'outros que o não eram, quotisavam-se para custear a despeza de jornaes e aluguer do andar terreo d'uma casa da já mencionada rua dos Inglezes, onde se reuniam, casa a que davam o nome de *Juntina*, que tambem servia para leilões de mercadorias. Decretado o Codigo Commercial, seguiu-se a installação do Tribunal do Commercio de 1.ª instancia, e em dezembro de 1834 o juiz presidente e os jurados convidaram os principaes negociantes da praça do Porto, tanto nacionaes como estrangeiros, a uma reunião, na qual, demonstrando-lhe a necessidade de formarem uma associação para collectivamente pugnarem pelos interesses do commercio, lançaram os primeiros alicerces na associação que actualmente existe. Foi nomeada uma commissão de 5 membros, que elaborou uns estatutos, com o modesto nome de *Regimento da Associação Commercial do Porto*; promoveu a sua approvação, installou a sociedade com duzentos e tantos membros, e em assembléa geral foi eleita a 1.ª direcção, a qual, apenas entrou no exercicio das suas

funcções, trabalhou com tanto zelo e tino, que em breves annos conseguiu eleva-la e adquirir-lhe a benevolencia e a consideração dos altos poderes do Estado. Carecia, porém, a associação de casa propria, e logo as direcções pensaram seriamente n'este ponto, empregando para o resolver todos os seus esforços. Estando em ruinas o convento de S. Francisco, que se havia incendiado na noite de 24 de julho de 1832, ficando unicamente incolume a majestosa egreja, tentou a associação levantar ali a sua casa, mas faltando-lhe os recursos pecuniarios, reuniu a assembléa geral em 6 de março de 1839, e n'ella se discutiu e approvou uma tabella, que marcava o imposto que deviam pagar os generos que desde então se despachassem na Alfandega do Porto, cujo producto seria applicado para as obras. Esta tabella foi approvada não só pelos associados, como pelos negociantes extranhos á associação, que tinham sido previamente convidados á discussão. Sobrevieram numerosos obstaculos, mas as direcções não desanimaram, sendo afinal coroados os seus esforços com a promulgação da carta de lei de 18 de junho de 1841, que approvou o imposto, e da carta de lei do dia seguinte, 19, que concedeu o edificio queimado, com a clausula de ser dada casa para o tribunal do Commercio e suas officinas. Começaram logo as obras pela remoção do entulho, que importou em bastante dinheiro, e a 6 de outubro de 1842 se collocou a primeira pedra do Palacio da Bolsa. Installou-se provisoriamente o Tribunal do Commercio nos compartimentos que primeiramente se apromptaram, e em 7 de novembro de 1845 se installou a associação em outra sala, tambem provisoriamente Com o andamento das obras se conheceu, que ellas demandavam quantias muito superiores ás do primitivo orçamento, e que o imposto votado era insufficiente. De novo se reuniram os commerciantes associados e não associados, e votaram um imposto mais forte, o qual teve approvação pela carta de lei de 16 de junho de 1848. O palacio da Bolsa concluiu-se finalmente, sendo inegavelmente um dos edificios mais importantes, não só do Porto, como talvez de Portugal, que descreveremos em artigo separado.

Associação Commercial de Beneficencia. O seu fim é ministrar soccorros e subsidios aos socios que, por falta de meios, enfermidade, desemprego, decrepitude ou prisão, d'elles careçam, Teve estatutos de 31 de maio de 1859, e outros, em 6 de março de 1862.

Associação fraternal de beneficencia de todas as classes do Porto. O seu fim era prestar soccorros aos socios e suas familias, nos casos de doença e inhabilidade temporaria ou permanente. Teve estatutos de 6 de abril de 1857.

Associação humanitaria de Bombeiros Voluntarios. Foi fundada em 1875, para reagir contra o lastimavel estado em que se encontrava então o corpo de bombeiros municipaes. E' sustentada por quotas de socios protectores, subscripções, donativos, etc. A associação tem a séde na casa da rua do Bonjardim, conhecida pelo nome de Pateo do Paraizo, onde possue as bombas, carros de mangueiras e material, tirados a cavallos, e os dormitorios, arrecadações, salão de leitura, salão nobre. etc.

Associação Industrial Portuense. Os seus estatutos fôram approvados a 10 de junho de 1857. Eram os seus fins melhorar a condição das classes operarias da cidade do Porto, por meio de caixas de soccorros e montes de Piedade.

Associação dos jornalistas e homens de lettras. Situada na praça de Carlos Alberto. E' a mais antiga associação de classe do paiz. Foi installada em 13 de outubro de 1882, sendo os seus estatutos approvados pelo alvará do governador civil do Porto, de 15 de abril de 1895. Fazem parte d'esta associação os jornalistas e os principaes homens de lettras do Porto. A associação tem um cofre especial de pensões para os socios impossibilitados de trabalhar e para as viuvas e orphãos dos que morrem sem deixar recursos aos seus.

Associação dos latoeiros portuenses. Tem estatutos de 10 de março de 1858. O seu fim é o soccorro mutuo dos associados, e promoção do desenvolvimento da industria respectiva por meio de um basar.

Associação Philantropica das Artes portuenses. Primitivamente chamou-se *Associação philantropica das artes liberaes portuenses.* Com esta denominação fôram os seus estatutos approvados pelo decreto de 25 de junho de 1856, tendo por fim soccorrer os seus associados nos casos de doença, inhabilidade para o trabalho ou decrepitude. No anno de 1860 pediu esta associação a reforma dos estatutos, a qual lhe foi concedida pelo decreto de 7 de novembro do mesmo anno. Em virtude d'este decreto fôram substituidos novos estatutos aos primitivos, e determinando que desde então passasse a denominar-se *Associação Philantropica das Artes portuenses.* A associação é composta de todos os individuos, que, exercendo alguma arte, officio, ramo de commercio, industria ou agencia, d'ella queiram fazer parte, uma vez que residam no Porto, comprehendendo Villa Nova de Gaia e o ambito d'um quarto de legoa além da linha das barreiras de uma e outra. O fim é o soccorro mutuo dos associados. Os estatutos fôram outra vez reformados, em 20 de maio de 1865.

Associação philantropica portuense dos sapateiros e mais artistas que trabalham em pelles cruas ou curtidas. Fôram approvados os seus estatutos em 14 de abril de 1856 e reformados em 14 de outubro de 1862.

Associação dos pintores portuenses e artes correlativas. O seu fim era soccorros mutuos. Os estatutos fôram approvados em 8 de agosto de 1857.

Associação União dos sapateiros e mais artistas portuenses. Tinha por fim commerciar nas ferramentas, materias primas e productos das artes que lhe eram correlativas. Os seus estatutos tiveram aprovação em 19 de julho de 1862.

Algumas d'estas associações, parece, que já não existem.

Porto (*Asylos do*) :

Asylo-Escola D. Maria Amelia; situado na rua da Boa Vista. Foi creado para albergar e educar creanças abandonadas. E' dirigido e sustentado pela camara municipal do Porto.

Asylo Barão de Nova Cintra. Este estabelecimento de beneficencia foi fundado pelo negociante José Joaquim Leite Guimarães, barão de Nova Cintra. Está dividido em quatro secções: a primeira ou asylo da infancia desvalida é para n'ella serem soccorridas, sustentadas, vestidas e educadas as creanças de ambos os sexos abando-

nadas pelos paes, as creanças filhos de paes que pela sua extrema pobreza, não as possam crear e educar, e aquellas que não sendo os paes pobres, as quizerem mandar educar n'este asylo, mediante uma pequena retribuição convencionada; na segunda secção são recebidas e diurnamente sustentadas e educadas as creanças da primeira infancia, cujos paes pobres pelas suas occupações lhes não possam durante o dia dispensar os necessarios cuidados; a terceira secção é destinada a soccorrer e educar raparigas até á edade de 15 annos que o abandono e a miseria levaram á perdição, para que ahi adquiram o habito do trabalho e dos bons costumes; a quarta secção é para recolher os vadios julgados pelos tribunaes e para ali mandados pelo Governo Civil. Estas quatro secções estão completamente separadas e incommunicaveis entre si. Em 1871 foi o asylo entregue á Misericordia para ser por ella administrado. Em 1902 alojáva 30 rapazes e 20 raparigas de 7 a 14 annos, sendo-lhe ensinado instrucção primaria e um officio. O estabelecimento possue uma grande quinta para recreio dos albergados.

Asylo Barbosa de Faria. Está situado na quinta de Luzares, S. Roque de Lameira.

Asylo Margarida Lisboa. Na rua do Commercio do Porto.

Asylo da Mendicidade. Está situado na rua das Fontainhas, para mendigos d'ambos os sexos. O edificio onde este asylo está installado, foi originariamente construido para matadouro publico. Depois serviu de *Palacio da industria*, e n'elle se fizeram algumas exposições. A primeira casa que serviu para n'ella se estabelecer este asylo, foi a de Santo Antonio da Boa Vista, junto ás Aguas Ferreas. Ali se conservou até 1845. Para o edificio actual, depois de ampliado e modificado, passou em 31 de julho de 1846, sendo provedor o barão de Nova Cintra, a quem o asylo deve grande parte dos seus melhoramentos. Em 1872 construiu-se um segundo andar. A frontaria é simples mas elegante. O visconde de Las-Cases, Felix Las-Cases dos Santos, fallecido em janeiro de 1876, deixou em seu testamento 21:000$000 réis ao Asylo de Mendicidade, com diversos encargos e legados, satisfeitos os quaes, ficavam livres ao asylo 10:000$000 réis, com obrigação de todos os annos no dia anniversario do seu fallecimento dar um jantar mais variado aos seus asylados, podendo gastar-se a quantia de 50$000 réis, e bem assim de distribuir no mesmo dia 100$000 réis pelos asylados, e as sobras da verba destinada ao jantar, se as houvesse; devendo começar este encargo só depois da morte de sua mulher. Deixou mais a cada asylado, por uma só vez, 1$000 réis, que seriam entregues dentro d'um mez depois do seu fallecimento. Destinava tambem 50$000 réis para se dar um jantar mais variado aos asylados, no dia em que lhes fôsse distribuida a esmola. Legou ainda ao asylo o seu melhor retrato a oleo, de tamanho natural.

Asylo da Primeira Infancia Desvalida. Situado na rua de S. Jeronymo. Foi fundado em 4 de abril de 1836, por uma sociedade de bemfeitores na rua das Oliveiras. Hoje encontra-se na rua acima indicada.

Asylo das Raparigas Abandonadas. Na rua de Santo Ildefonso. Foi fundado em 1852 pelo conde da Ponte, sendo governador civil do Porto, na rua de Santa Catharina, e no anno de 1853 mudou para o local onde hoje se encontra.

Asylo profissional do Terço. Na rua da Rainha. Foi creado em 1891 por Delfim de Lima, que dedicadamente o protegia e amparava. Recolhe creanças orphãs abandonadas, que recebem boa instrucção litteraria e profissional. E' o unico asylo do Porto com organisação militar.

Asylo de Santa Clara. Na rua das Fontainhas, para recolhimento de velhas. O documento mais antigo que existe com respeito a esta casa, então chamada *Recolhimento das velhas da Cordoaria*, tem a data de 20 de agosto de 1488. Sabe se, porém, que teve a sua origem na rua dos Mercadores, mudando-se depois, em 1790, para um barracão de madeira, na extremidade occidental da cêrca do hospital de Santo Antonio (Misericordia). O rei D. Manuel, por alvará de 18 de maio de 1521, tinha mandado que este estabelecimento de caridade fôsse administrado pela Misericordia, o que até hoje se tem cumprido. Em 1855 as velhas d'este recolhimento fôram mandadas para o novo edificio construido na rua das Fontainhas, onde se teem conservado. As velhas apenas teem casa e uma pequena pensão diaria. Junto ao edificio ha tambem o asylo para viuvas, fundado em 1857, que teem egualmente casa e uma pensão diaria, sendo dirigido pela Misericordia.

Asylo do S João. Na rua da Alegria. Foi instituido em 1890 por um grupo de negociantes e industriaes do Porto, presidido por Alfredo Ferreira Dias Guimarães. Foi inaugurado no anno de 1892. E' destinado a recolher as creanças abandonadas depois de completarem 5 annos de edade, dando-lhes instrucção, e ensinando-lhes um officio adequado ás suas aptidões.

Asylo São Manuel. Situado na rua da Paz. E' recolhimento de cegos.

Asylo de Villar. Situado na rua de Villar. Foi fundado pelo P. Ricardo Vanzeller, conego da Sé do Porto e arcediago de Oliveira do Douro. Recolhe e educa creanças do sexo feminino.

Porto *(Atheneu Commercial do).* E' a sociedade de recreio mais prospera e é muito considerada do Porto. Em 1869, alguns empregados do commercio se reuniram para constituirem uma sociedade simplesmente recreativa, e no dia 29 de agosto d'esse anno foi ella fundada com o titulo de *Sociedade Nova Euterpe,* realisando-se a sua inauguração em 3 de outubro, solemnisando logo em 12 de dezembro do mesmo anno a abertura do seu gabinete de leitura com 327 volumes. Prosperando esta agremiação, dilataram-se mais as ambições dos associados, e no dia 3 de setembro de 1876 estabeleceu-se ali uma Escola Commercial com leccionação de portuguez, contabilidade, geographia commercial e lingua franceza. Estava dado o primeiro passo para a nova orientação da sociedade, que desde esse momento deixava de ser uma instituição simplesmente de recreio, para se transformar n'um gremio instructivo. No anno seguinte, 1877, organisavam se e promoviam-se sessões de leitura, e em 1879 lançaram-se as primeiras bases d'um museu commercial. E assim foi, que de melhoramento em melhoramento, a Sociedade Euterpe, augmentando de consideração e de importancia, attingiu a grande grau de prosperidade. Desde ha muito que aquella agremiação desejava possuir um edificio proprio,

tendo para isso creado em 5 de abril de 1874 um fundo de reserva, mas a tentativa era demasiado arrojada, para que desde logo pudesse ter uma solução pratica. Felizmente, a boa vontade e a dedicação d'um grupo de socios poz termo aos embaraços que se oppunham, promovendo um emprestimo de 50:000$000 réis dividido em obrigações de 10$000 reis, que fôram tomadas pelos associados. Em assembléa geral de 26 de dezembro de 1880 ficou resolvida a construcção que existe hoje, na rua de Passos Manuel. As obras principiaram em 3 de maio de 1882, por empreitada adjudicada ao engenheiro Antonio Maria Kopke de Carvalho, sendo a primeira pedra lançada no dia 5 de junho do mesmo anno. As obras ficaram concluidas em agosto de 1884. O projecto foi elaborado por Joaquim Vaz de Lima, desenhador da repartição districtal de obras publicas. Com a mudança para o novo edificio, a sociedade tomou o titulo de Atheneu Commercial do Porto, realisando a sua inauguração solemne em 31 de maio de 1885 com uma sessão litteraria e um sarau musical. O palacete do Atheneu é magnifico, e está luxuosamente ornamentado. Tem um vastissimo salão para concertos e sessões solemnes, espaçosas salas para conversação e jogos, gabinete de leitura, galerias de bibliotheca, que é importantissima, contendo para cima de 20:000 volumes, museu, secretaria; restaurante, etc. O Atheneu tem assignalado a sua existencia por actos patrioticos e humanitarios, promovendo beneficios: em 1871 para os infelizes expedicionarios da Zambezia; em 1872 a favor do Asylo da Mendicidade do Porto; em 1874, a favor do Hospital de D. Luiz I, da Regoa; em 1876 abriu uma subscripção para as victimas das innundações, que n'esse anno houve no paiz; em 1878 promoveu outra subscripção em favor dos operarios sem trabalho: em 1881, outra subscripção para o monumento a Alexandre Herculano, etc. Em 2 de dezembro de 1877, commemorando o 8.º anniversario da bibliotheca, inaugurou em sessão solemne o busto de Alexandre Herculano. Em 1879 recebeu a visita dos exploradores Brito Capello e Roberto Ivens, cujos retratos inaugurou em 25 de janeiro de 1880. Em 7 de novembro de 1880 promoveu uma sessão solemne em honra de Camões, inaugurando por essa occasião o retrato do socio José Joaquim Rodrigues de Freitas. Em junho de 1882 promoveu uma interessante exposição camoneana nas salas da sua bibliotheca.

Porto (*Bairros operarios do*). Fôram fundados pelos proprietarios do importante jornal *O Commercio do Porto*, que impressionados pelas más condições hygienicas em que n'aquella cidade vivem as classes operarias, tomaram a iniciativa de promover a construcção de casas hygienicas e baratas. Este pensamento encontrou o maior applauso e o melhor acolhimento em Portugal e Brazil, attingindo em pouco tempo uma subscripção aberta para tal fim a somma de 30:000$000 reis. Em 12 de novembro de 1899 foi lançada a primeira pedra do bairro do Monte Pedral, sendo o projecto elaborado pelo architecto portuense Marques da Silva. Um anno depois, estes bairros situados no ponto mais sobranceiro da cidade, estavam habitados. O bairro de Lordello, segundo o plano de Oliveira Motta, tambem já estava habitado em 1902, e não tardou a sêl-o o bairro do Bomfim, a grande zona industrial do Porto, construido egualmente pelo plano de Oliveira Motta, n'um terreno do monte das Antas.

Porto (*Balneareos publicos do*). São dois que existem muito bem montados pela camara municipal: um no largo do Viriato e outro em S. Lazaro, junto do edificio da Bibliotheca.

Porto (*Barra do*). V *Leixões*, *Portugal*, vol. IV, pag. 149 e seguintes.

Porto (*Barredo, antigo bairro do*). V. *Portugal*, vol. II, pag. 144.

Porto (*Bibliotheca Municipal do*). V. *Bibliotheca Publica do Porto*, vol. II, pag. 338.

Porto (*Bispado do*). Ha muitos escriptores que pretendem que o 1.º bispo do Porto foi S. Basilio, contando se entre elles D. Rodrigo da Cunha, que no *Catalogo* dos bispos do Porto, assim o apresenta. *O Agiologio Lusitano* tambem assim o declara, assim como o *Flos Santorum*, accrescentando que S. Basilio morrera a 23 de maio do anno 60, no principio da perseguição de Nero. Segundo outros escriptores esta tradição não inspira confiança, pelo simples facto de no seculo 1.º do Christianismo não existir ainda o Porto, porque de alguns escriptores autorisados se póde concluir que só se realisou no 3.º ou 4.º seculo da era christã. O P. Agostinho Rebello da Costa, na sua *Descripção da cidade do Porto*, diz que o 1.º bispo foi Constancio, que governou o bispado pelos annos de 579 até 589. *A chronica dos conegos de Santo Agostinho*, diz no capitulo 4.º, que constava ter sido a Sé primitiva a actual egreja parochial de S. Pedro de Miragaia, mas que em 984, vendo que convinha ser a egreja cathedral no centro da cidade, a fundaram, ou reedificaram, no sitio onde hoje se encontra, mas em fórma de castello, segundo o uso d'esse tempo, fazendo se tambem mosteiro para residencia do bispo e seus conegos, no sitio onde é hoje o paço episcopal. Tomou conta da mitra D. Nonego, bispo de Vendôme, que viera a bordo d'uma poderosa armada, em que vinham muitos francezes, e desembarcando na foz do Douro em 9·4, expulsaram os moiros, e reedificaram as fortificações da cidade. D. Nonego e os francezes viveram em communidade, sob a regra de Santo Agostinho, governando a diocese desde 964 até 1025, anno em que, sentindo-se muito velho, convocou o clero, nobreza e povo do Porto, e por unanimidade, foi eleito seu successor, D. Sisnando Viegas, que não tinha ordens sacras, mas que D Nonego lh'as conferiu e o sagrou bispo do Porto, no principio do anno de 1026. Desde que houvo bispos no Porto, os conegos viveram em communidade, como outros quaesquer frades, e sob a regra de Santo Agostinho, até que em 1186 (1148 da era christã) o bispo D. Hugo dividiu as rendas em tres partes: uma para a Sé, outra para elle, e outra para os conegos, que desde então começaram a viver d'estas rendas, sob a denominação de *conegos seculares*, que adoptaram. A rainha D. Thereza, mãe de D. Affonso Henriques, mandou coutar em 1120 a cidade do Porto, que então era limitadissima, e deu em feudo ao bispo D. Hugo, pelo qual os bispos ficavam com toda a jurisdicção, *alta e baixa, mero e muito imperio e superiodade*, no civel e no crime. Eram, portanto, os bispos que nomeavam o alcaide mór da cidade, e como senhores donatarios d'ella, mandavam fazer os reparos das cadeias, e faziam os officiaes de justiça. O bispo D. Hugo deu ao Porto o pri

meiro foral, a 14 de julho de 1123. D. João I, em 13 de abril de 1406, comprou ao bispo D. Gil o senhorio e jurisdicções da cidade do Porto, pela renda annual de 3:000 libras. O bispo D. Manuel reduziu esta renda a 120 marcos de prata, a instancias do bispo D. Diogo de Sousa, ficando o Porto a pertencer á cidade. Depois d'este contrato, em 1425, D. João I deu a D. João Rodrigues de Sá o titulo de alcaide-mór do Porto, com os senhorios de Sevêr e Mattosinhos, *sem outro senhorio nem dominio na cidade*, que ficou sendo da corôa. Sendo violado o foral do bispo D. Hugo, no tempo de D. Affonso II pelo bispo D. Martinho Rodrigues, os populares invadiram o paço episcopal, e ali prenderam o prelado, que, podendo escapar-se, se refugiou em Roma. No tempo de D. Affonso IV, assaltaram outra vez o paço os burguezes do Porto, sendo bispo D. Vasco Martins, que tambem teve de fugir. No reinado d'esse monarcha tambem o infante D. Pedro, que depois foi rei, como o bispo D. Pedro Affonso fulminára a excommunhão contra seu pae D. Affonso IV, o prendeu no paço real, e tendo elle conseguido fugir, ainda foi em seu alcance, não conseguindo, porém, apanha-lo. No reinado de D. Pedro I passou-se no paço real uma scena curiosa. Sabendo o soberano que o bispo D. Egydio vivia amancebado com uma mulher casada, cujo marido se não resignava á affronta, fechou-se com elle n'um quarto, e por suas proprias mãos o fustigou cruelmente com um azorrague. O successor de D. Egydio, D. João, foi bemquisto do povo, e viveu em boas relações com a corôa. O bispado do Porto é suffraganeo do arcebispado de Braga, e comprehende 5 freguezias do concelho de Arouca, 6 de Estarreja, 37 do concelho da Feira, 14 de Oliveira de Azemeis, 4 de Ovar, 7 de Amarante, 19 de Baião, 12 de Bouças, 11 de Gondomar, 9 de Louzada, 16 de Maia, 28 de Marco de Canavezes, 9 de Paços de Ferreira, 24 de Paredes, 36 de Penafiel, 12 do Porto, 19 de Santo Thirso, 5 de Vallongo, 20 de Villa do Conde, 23 de V. N. de Gaia, 7 de Mesão Frio, 6 de Peso da Regoa, e 7 de Santa Martha de Penaguião; total 336 freguezias divididas da seguinte fórma: 66 no districto de Aveiro, 250 no do Porto e 20 no de Villa Real. No bispado do Porto ha uma instituição especial, posto que não privativa d'esta diocese: uma collegiada de conegos, instituida na egreja parochial de S. Martinho de Cedofeita, cujo parocho tem o titulo de Dom Prior. A origem d'esta collegiada é simples. Conforme dissémos, os conegos antigamente viviam juntamente com o bispo em mosteiro. No seculo XII havia, além do mosteiro da Sé, o mosteiro de Cedofeita, egreja antiquissima (V. *Cedofeita*, *Portugal*, vol. II, pag. 966). O bispo D. Martinho Peres acabou com a clausura, e mandou viver os conegos secularmente. Os de Cedofeita seguiram o exemplo, sendo essa collegiada enriquecida por successivas doações dos monarchas, conservando-se sempre distincta, sendo perfeitamente um mosteiro, cujos monges viviam secularmente. Os bispos do Porto mais celebres são os seguintes: D. Hugo, que governou no tempo da rainha D. Thereza; João Peculiar, que foi depois arcebispo de Braga e companheiro de D. Affonso Henriques; D. Pedro Ribaldia, sobrinho de D. João Peculiar e seu successor; D. Pedro Pitões, que confirmou, como os dois antecedentes, o foral de D. Hugo; D. Pedro Senior, o ultimo dos 5 bispos que confirmaram o foral; D. Martinho Pires, que transformou em paço episcopal o mosteiro dos conegos, e foi depois arcebispo de Braga; D. Martinho Rodrigues, contra quem se sublevaram, prendendo-o, os burguezes do Porto; D. Pedro Salvadores, que se póde considerar o chefe da conspiração que derrubou do throno D. Sancho II; D. Julião, que teve com D. Affonso III as contendas da alfandega; D. Vicente, que levou a Santa Sé a fulminar

Porto—Palacio da Bolsa

a excommunhão contra D. Affonso III; D. Fernando Ramires, em cujo governo, reinando el-rei D. Diniz, terminaram as discussões entre a corôa e a mitra; D. Vasco Martins, contra quem se revoltaram os burguezes, que foi preso por elles, e que fugiu; D. Pedro Affonso, que excommungou D. Affonso IV, e foi preso pelo infante D. Pedro; D. Egidio, que foi açoitado por D. Pedro I; D. João, que seguiu a causa da independencia nacional nas guerras com os castelhanos, e recebeu D. João I sumptuosamente; D. Luiz Pires, que reedificou o paço episcopal; D. João de Azevedo, que reuniu a primeira livraria; D. Diogo da Costa, sobrinho do cardeal de Alpedrinha; D. Pedro da Costa, irmão do antecedente, e que concluiu as obras do paço; D. Rodrigo Pinheiro, erudito prelado que recebeu a visita de S. Francisco de Borja; D. Ayres da Silva que morreu na batalha de Alcacer-Kibir; D. Simão de Sá, que fugiu do Porto, quando ali entrou D. Antonio, prior do Crato; D. João de Valladares, appellidado o Moysés do povo; D. Nicolau Monteiro, erudito prelado que foi embaixador de D. João IV em Roma; D. João de Sousa, doutor em Canones, que convocou um synodo diocesano; D. Thomaz de Almeida, que tambem convocou um synodo, e foi depois o primeiro patriarcha de Lisboa; D. Fr. João Raphael de Mendonça, que edificou o actual paço episcopal; D. Antonio de S. José Castro, que dirigiu a defeza da cidade do Porto contra os francezes, que foi depois membro do governo provisorio, e patriarcha eleito de Lisboa; D. João de Magalhães Avellar, bispo no tempo do governo de D. Miguel; D. Jeronymo da Costa Rebello, que restaurou o paço episcopal, damnificado pelo bombardeamento miguelista, durante o cêrco do Porto; D. Americo Ferreira dos Santos Silva, que em 1831 era bispo do Porto, e recebeu de Leão XIII o chapéo de cardeal. Em 1910 era bispo do Porto D. Antonio Barroso.

Porto *(Bolsa do)*. E' este um dos mais importantes edificios da cidade, conforme já dissémos, que se construiu no local onde existiu o convento de S. Francisco. (V. *Associação Commercial*, n'este vol. pag.925).Ali está installado o Tribunal do Commercio, a Associação Commercial e a Escola Elementar do Commercio. O plano do edificio foi traçado pelo lente de architectura da Academia de Bellas Artes do Porto Joaquim da Costa Lima. Diz Vilhena Barbosa, no *Archivo Pittoresco*, vol IV, pag. 308, que a architectura do palacio da Bolsa é estylo propriamente inglez, que no seu entender, é aquelle onde se reunem em mais perfeita união a elegancia, a nobreza, e justas proporções da architectura classica, ou da antiga Grecia, com a singeleza e bom gosto das decorações modernas. O palacio da Bolsa occupa uma superficie de 3167 metros quadrados Pelo nascente confronta com a rua de Ferreira Borges, para onde tem a sua fachada principal; pelo norte com a rua de D. Fernando, hoje rua da Bolsa, para onde está voltada a melhor das suas faces lateraes; pelo poente com a cêrca dos Terceiros franciscanos, e pelo sul com a egreja do extincto convento de S. Francisco, para onde tem uma das suas entradas. As obras fôram dirigidas pelos architectos Costa Lima, já citado, José Lima Nogueira, Gustavo Adolpho Gonçalves de Sousa e Thomaz Augusto Soler. A fachada principal é elegante, subordinada á ordem dorica, medindo 56 m. de comprimento, e perto de 20 de altura, desde o patamar da escadaria que dá accesso ao grande átrio, até ao cimo do frontão. A entrada fórma um majestoso vestibulo. No centro d'esta fachada estão vasados tres grandes arcos de esquadria *rusticada*, as quaes dando accesso ao átrio que communica com o pavimento da rua por uma escadaria, sustentam uma columnata de ordem dorica, composta de 4 columnas que apoiam o entablamento e tympano do

Porto—Salão nobre do Palacio da Bolsa

frontão, coroado por uma torre circular de mais de 3 m. d'altura, e que tem em cada uma das 4 faces um mostrador de relogio. Por detraz da columnata ha uma espaçosa varanda reentrante, a qual tem nas paredes do fundo e lateraes 5 portas adornadas com tympanos e molduras, e por cima d'estas egual numero de janellas quadradas de peitoril, que dão luz para o segundo andar do edificio. Nas abas d'esta fachada, ao nivel do pavimento terreo, ha 8 janellas de peitoril, e ao mesmo numero de janellas, ao nivel do segundo andar. A fachada do lado do poente, que faz frente para a rua da Ferraria, tem o comprimento de mais de 16 m. Ao nivel do pavimento terreo tem 7 janellas de peitoril, 3 das quaes são vasadas em um pequeno frontão que tem só a altura d'este pavimento; ao nivel do andar nobre tem 5 janellas de sacada, sobre as quaes ha egual numero de janellas de peitoril, ao nivel do segundo andar, e toda esta fachada é egualmente

Porto—Escadaria do Palacio da Bolsa

nivel do andar nobre egual numero de janellas de sacada, coroadas com os respectivos tympanos, por cima dos quaes estão vasadas egual numero de janellas quadradas, que dão luz para o segundo andar. Cada uma das abas é rematada por um pavilhão de canto, com 2 janellas embutidas em arcada ao nivel do pavimento terreo, 2 janellas de sacada com seus tympanos, ao nivel do andar nobre, e 2 janellas quadradas de peitoril, ao nivel do segundo andar. Na altura do pavimento terreo, são as paredes de esquadria rusticada, decoradas com pilastras de ordem dorica e de esquadria lisa até ao entablamento, que é coroado por uma balaustrada attica. A fachada lateral, voltada para a rua de D. Fernando (rua da Bolsa) é d'uma architectura mais simples, mas muito elegante, e tem 75 metros e meio de comprimento. Ha no centro um frontão de esquadria rusticada, vasado ao nivel do pavimento terreo por 3 grandes portas arcadas, sobre as quaes assentam 3 janellas de sacada ao nivel do andar nobre, decoradas convenientemente, e terminadas por egual numero de janellas de peitoril, ao nivel do segundo andar, tudo coroado pelo respectivo entablamento, tympanos e varandins. Ao nivel do pavimento da rua e aos lados das portas arcadas, estão vasadas 16 janellas de grandes dimensões, com egual numero de janellas no sobresotam; ao nivel do andar nobre egualmente 16 janellas de sacada, com varanda de ferro, e coroada pelo respectivo entablamento e varandim. A face voltada ao sul, e que confronta com a egreja do extincto convento de S. Francisco, tem sómente na altura do pavimento terreo 3 portões d'entrada, que dão accesso ao átrio que communica com o pateo da mesma egreja. O pateo central figura um quadrado com 24 m. de cada lado. Os 3 arcos da entrada principal do edificio, que dão accesso á galeria do átrio, tem portadas de excellentes madeiras do Brazil, todas envidraçadas, tendo a da porta do centro, n'um escudo, os emblémas do commercio, em pau setim, sobre jacarandá. Do lado esquerdo, sul, ha 2 portas de vinhatico, com as almofadas das bandeiras de jacarandá, tendo no centro, em letras douradas, o titulo *Associação Commercial*. O edificio é majestoso e enriquecido em notaveis obras d'arte. O átrio central, ladeado por um claustro envidraçado e tendo cobertura metallica, é obra do architecto Thomaz Augusto Soler, sendo as pinturas da cobertura feitas por Manini e Pereira Junior. A escadaria nobre é sumptuosa, e notavel pelo precioso trabalho de granito que a ornamenta. O palacio da Bolsa tem muitas salas, sendo algumas d'ellas notaveis pelo seu comprimento e magnificencia, especialisando se como a mais importante e grandiosa a sala arabe, no andar nobre, projecto do architecto Gustavo Adolpho Gonçalves de Sousa Reis. A ornamentação d'esta sala e suas dependencias é no estylo arabe ;

as paredes, tectos, cornija e arcaria, são guarnecidos de bellos arabescos em gesso, em alto relevo, dourados a ouro brunido e fosco, sobre fundo de côr, com inscripções allusivas á fundadora e os fechos dos arcos são ornamentados com as armas das nações com que Portugal tem commercio mais directo. Todas as janellas, bandeiras, portas e sôccos são egualmente guarnecidos com primorosos arabescos, e toda a ornamentação em geral é pintada a branco com folhagens e filetes dourados. Em cada entre columnio da segunda galeria ha um varandim de ferro, no mesmo estylo, pintado tambem a branco, com rosetas, molduras e filetes dourados, e todo coroado por um chapim de côr escarlate. São tambem notaveis as salas dos retratos e o salão das assembléas geraes, com apainelados, segundo o seculo XVII, o gabinete da direcção, a sala de leitura, cujas paredes estão guarnecidas de magnificos mappas, e possue uma collecção vastissima de jornaes politicos e litterarios, tanto nacionaes como estrangeiros, etc.; a bibliotheca, onde se vê um retrato a oleo de Ferreira Borges, autor do primeiro Codigo Commercial Portuguez; secretaria, aulas do commercio, instituidas e sustentadas pela Associação Commercial, correio e telegrapho. No átrio realisam se as sessões da Bolsa official. Em todas as dependencias se encontram bellos bustos em marmore, devidos ao apreciado esculptor Soares dos Reis, lindos *panneaux* pintados por Marques d'Oliveira, da Academia de Bellas Artes, etc. Na sala que está ao lado da das assembléas geraes, vêem-se os bustos de Fontes Pereira de Mello, e Hintze Ribeiro, trabalhos do já citado artista Soares dos Reis. No primeiro pavimento está a Associação Commercial, e no segundo o Tribunal do Commercio. *(V. Porto, Tribunaes do).* Tambem estiveram installados no palacio da Bolsa os bancos *União* e *Mercantil.* O edificio é, internamente, illuminado a gaz e a luz electrica. A mesa que serve na sala das sessões da direcção é digna de especial menção. Tem 2,m 4 de comprimento por 1,m 32 de largura. E' toda embutida de madeira de jacarandá, pau setim, rosa, mogno e plátano, produzindo bello effeito pela excellente execução e boa harmonia e combinação das côres. As faces são guarnecidas com muito notaveis e delicadissimos ornatos de pau setim, jacarandá e rosa, tendo as mais compridas no centro emblemas do commercio, primorosamente esculpidos. No vol. VII do *Portugal antigo e moderno*, a pag. 429 e seguintes, vem uma minuciosa e interessante descripção do palacio da Bolsa, escripta pelo dr. Pedro Augusto Ferreira, abbade de Miragaia.

Porto *(Botequim do Pepino no)* V. *Portugal*, n'este vol; pag. 570.

Porto *(Brazão d'armas do)*. V. *Porto* *(Armas do)*.

Porto *(Camara municipal do)*. Esta instituição, e as successivas transformações que soffreu até attingir, no reinado d'el-rei D. Diniz, a maxima importancia, tem sido considerada pelos mais notaveis escriptores a representação mais idonea e perfeita da liberdade municipal portugueza. A camara do Porto sustentou as luctas mais notaveis contra o poder dos reis e a supremacia dos nobres, sendo poderosa a influencia que exerceu em todas as epocas, nos destinos da nacionalidade portugueza. Parece que até ao seculo XIII a camara funccionava dentro do edificio da Sé, em dependencia sua, contigua á egreja e ao paço episcopal; em 1278, o bispo D. Vicente Mendes conseguiu que a camara abandonasse a Sé, sob o pretexto de que, quando era preciso recorrer á tortura na investigação de quaesquer delictos, o sangue dos padecentes salpicava as paredes do templo, o que poderia, em face das leis canonicas, dar logar á interdicção. Não se sabe se as razões allegadas pelo prelado prevaleceram, o que consta de antigos documentos é que em 1331 a camara reunia no convento de S. Domingos, e que em 1350 tinha o seu paço muito proximo á Sé, no sitio do Cemiterio. Em 1362 effeituava as suas sessões no convento de S. Francisco. Segundo nos diz Pinho Leal, no *Portugal antigo e moderno*, vol. VII, pag. 292, construiu se em 1406 uma casa da camara, de madeira, que importou em 220:000 dobras de peça de pano. Em 1428 reunia-se a camara na *Crasta Segunda (claustro)* sob os alpendres do muro do convento de S. Domingos, que era, ao que parece, o local destinado para a celebração dos contratos entre os burguezes da cidade. Desde 1485 até 1539, pouco mais ou menos, achava se a camara installada no largo de S. Sebastião, proximo das prisões do Aljube; n'esse mesmo anno, como fôsse preciso proceder-se a alguns reparos no edificio, as sessões municipaes effeituaram-se n'uma casa da rua das Flôres. Em 1570, os vereadores reuniam-se na casa de N. S.a das Neves, que ficava proximo do convento de S. Domingos, e em 1577 celebraram varias sessões na Misericordia, desconhecendo-se os motivos que determinaram esta mudança. Em 1604 tornou a camara a installar-se na casa fronteira á Sé, onde se conservava ainda em 1609; no anno de 1613 transferiu-se para o Collegio da Companhia de Jesus, fundado em 1560, que mais tarde passou á ordem de Santo Agostinho; em 1715 para uma casa do largo de S. Domingos, que mais tarde se demoliu para a abertura da rua de Ferreira Borges, e em 1764 para o collegio dos Orphãos da Graça, voltando em 1784 a funccionar no convento dos agostinhos, para o que arrendou a parte de que carecia. Em 1805 installou-se na Casa Pia (casas do Postigo do Sol), e em 1819 accommodou se, afinal, na Praça Nova das Hortas, depois Praça de D. Pedro, e actualmente Praça da Liberdade, no edificio pertencente a Ignacio Leite Pereira d'Almeida Moraes, que em 1816 a vendeu á Companhia das Vinhas do Douro, e esta depois a vendeu á camara municipal. Não se percebe bem este facto, porque, desejando a camara installar-se em edificio proprio, e entendendo que o local era bom e a casa, depois de convenientemente reparada, podia satisfazer ao fim a que era destinada, entendeu-se com o proprietario, obtendo do governo licença para effeituar a compra, pela provisão regia de 8 de outubro de 1815. Estando a camara municipal autorisada a comprar a casa, como foi que a Companhia das Vinhas a foi adquirir vendendo-a 5 mezes depois (outubro de 1815—março de 1816) á mesma camara? Ha tambem quem pretenda que o actual edificio foi mandado construir em 1817 por D. Antonio de Amorim para os *paços do Senado da camara do Porto*, tomando d'elle posse a municipalidade n'esse mesmo anno O que não padece duvida é que a camara comprou o edificio á Companhia das Vinhas por 31:265$960

réis, por escriptura de 23 de março de 1816. As obras de reparação e accommodação começaram immediatamente, ficando concluidas em 1819, e collocando-se sobre a porta da entrada a legenda *Domus municipalis*, que se conserva ainda. Por occasião do cêrco do Porto, em 1832, as sessões da camara celebraram-se na casa da rua de Cedofeita pertencente a José Ribeiro Braga; pouco tempo depois, como fôsse para o edificio uma das secretarias do Estado por ordem de D. Pedro IV, a camara reuniu na rua da Torrinha, em casa de João Pereira de Menezes. Em 1833 voltou de novo á sua casa. Em 1868 a camara comprou uma grande casa immediata para ampliar o edificio, que nada tem de notavel, sendo até muito modesto para a segunda capital do reino, e para a importancia d'aquelle municipio. O aspecto é apalaçado, e sobre o tympano tem uma estatua de pedra, symbolisando o Porto, a qual figura um guerreiro, tendo na mão direita uma lança, descançando a esquerda sobre um escudo com as armas da cidade. A estatua foi feita pelo esculptor João Joaquim Alão. Internamente apenas possue de apreciavel os frescos das salas das sessões e da secretaria, executados em 1820 pelo antigo pintor portuense Joaquim Raphael da Costa. No salão da entrada vêem se diversos quadros a oleo. N'uma das salas ha um bello retrato do fallecido rei D. Carlos I, trabalho do aprecia do pintor portuense Sousa Pinto, e um busto de marmore do antigo presidente da camara municipal Pinto Bessa, trabalho do esculptor Soares dos Reis. N'uma das salas tambem se vê o retrato do rei da Sardenha Carlos Alberto, que foi offerecido á cidade do Porto por seu filho, o rei de Italia Victor Manuel I. N'uma das vitrines do salão da entrada vê-se a farda que D. Pedro IV usou nas linhas do Porto, e n'outra a bandeira do regimento de Voluntarios da Rainha D. Maria II, bandeira bordada por aquella soberana, e que tremulou triumphante em tantos combates. Tambem ali se vê, n'um quadro, a medalha de ouro offerecida pela camara dos pares do reino á Camara Municipal da cidade do Porto; n'outro quadro estão a colher e o martello de prata, que serviram na collocação da pedra fundamental no monumento onde se ostenta a estatua equestre de D. Pedro IV, na praça de D. Pedro. Em uma das salas, que dá para o pateo interior do edificio, está o cartorio da camara, ou archivo municipal, onde se guardam documentos preciosos, do mais alto valor, a começar no seculo XII. João Pedro Ribeiro, em 1795, que pacientemente o investigou, deixou um indice precioso, que o cartorario Januario Luiz da Costa depois accrescentou. Alexandre Herculano, Arnaldo da Gama, Coelho Louzada e Camillo Castello Branco, fôram buscar áquelle archivo valiosas notas e referencias para os seus trabalhos historicos. O publicista José Caldas principiou, por encargo do municipio, a reproduzir os mais ricos diplomas communaes, principiando pelo *Livro Grande*, que contém as doações, privilegios e regalias da antiga cidade, sob o titulo *Corpus codicum qui in Archivo municipali portucalensi asservantur* (18?3) O livro das Vereações, da era de 1424 de Cesar (1390 da era de Christo) é de papel d'algodão o primeiro que se fabricou em Portugal, d'essa materia. Além da installação das diversas repartições municipaes, estão funccionando nos Paços do Concelho um laboratorio de analyses chimicas instituido em 1?83, e o quartel do Corpo de Salvação Publica (bombeiros municipaes)

Porto — Edificio da Camara Municipal

Porto (*Capellas do*). As que já não existem eram as seguintes:

Capella do Bom Jesus de Bouças, ou *Senhor do Calvario Novo*. Estava situada ao fundo da Cordoaria. Chamou-se dos *Trinos da Cordoaria*, por

terem os terceiros da ordem da Trindade ali estado algum tempo. A primitiva capella, que depois se ficou chamando do *Senhor do Calvario Velho*, foi que deu o nome á actual rua do Calvario.

Capella de Nossa Senhora do Ferro. Capella antiquissima, que foi da *Casa dos Meninos Orphãos*, antes de Balthazar Guedes fundar o Collegio dos Meninos Orphãos da Graça, para onde fôram os do Ferro. Parece quo os orphãos poucos annos se conservaram ali, porque já lá não estavam, quando falleceu um sacerdote que fundára a casa. Depois da sua saida recolheram se ali uns moços do côro da Sé, que ajudavam ás cerimonias do culto da egreja, tendo um reitor que os governava. Depois serviu tambem de asylo a umas beatas que viviam em grande pobreza, ficando abandonada quando falleceu a ultima recolhida. Dava se-lhe o nome de Nossa Senhora do Ferro, porque na porta da capella, que era de arco, havia um ferro atravessado de lado a lado, que tinha o privilegio de livrar da morte os condemnados á pena ultima, que na sua passagem para o supplicio conseguissem deitar lhe a mão. A imagem da padroeira era de pedra, e de estatura quasi do tamanho natural.

Capella de Nossa Senhora da Lada. Capella muito antiga, que estava encostada á muralha interior de Cima do Muro da Ribeira, antigamente chamada da *Lada*, ao fundo das escadas do Codeçal. Da muralha descia-se para esta capella, cujo telhado estava quasi ao nivel do pavimento superior de Cima do Muro, por uma escada de pedra.

Capella de Nossa Senhora da Natividade. Existiu esta antiquissima capella até 1836, na Praça Nova, depois praça de D Pedro, e hoje Praça da Liberdade, do lado do Oeste. Por esta razão se chamava n'outro tempo *calçada da Natividade* á actual rua dos Clerigos, que tomou este nome, em 1732, quando se construiu a egreja assim denominada. A Praça Nova estava, em grande parte, occupada com o que vulgarmente se chamava *Natividade*, que era uma vasta quadra cercada de lojas de capella, contrabandistas, e outros generos, tendo no centro um terreiro. No lado interior do norte havia uma fonte, que já estava secca muitos annos antes de tudo isto ter sido demolido. Era n'esta quadra a capella de N S.ª da Natividade, e tanto o templo como as lojas denotavam grande antiguidade, constando que estas construcções datavam do fim do seculo XIV, no reinado de D. João I. Não resta vestigio algum d'esta capella, nem das lojas que a circumdavam.

Capella de Nossa Senhora das Neves. Esta capella estava sobre o arco de S. Domingos, arco antiquissimo, e quando se demoliu o arco, tambem deixou de existir.

Capella de Nossa Senhora do O'. Existiu sobre a porta da Ribeira; dizem que era rica e bonita, sendo uma das mais sumptuosas do Porto. Foi demolida, quando em 1774 D. João de Almada e Mello mandou demolir aquella porta, assim como outras mais, para alargar os logares onde estavam situadas.

Capella de Nossa Senhora do Postigo, ou *das Verdades.* Estava situada sobre uma das quatro portas da circumvalação chamada sueva, e a sua padroeira era de grande devoção do povo do Porto. Esta porta ou *postigo*, como então tambem se chamava, ficava á entrada das escadas das Verdades, e dava saida para as escadas do Codeçal, Barrêdo, Ribeira, etc. Demolida esta porta, o conego Nicolau de Parada construiu á sua custa uma nova e boa capella, em substituição da antiga, para o que comprou umas casas, proximas da porta da cidade. A' imagem dá-se-lhe tambem o nome de *Nossa Senhora do Postigo*, por ser a primitiva capella collocada sobre a porta, ou *postigo*, da cidade. A imagem é de pedra, muito antiga, com 88 centimetros de altura, e de boa esculptura, attendendo á sua antiguidade. Julga se que seja do tempo da primeira circumvalação da cidade, feita pelo bispo D. Gonçalo Pereira, que depois foi arcebispo de Braga, desde 1108 até 1110.

Capella de Nossa Senhora da Vandôma. O bispo D. Nonego havia trazido de França uma imagem d'aquella invocação, e collocou-a dentro d'um nicho, sobre o arco aberto na muralha ao NE da fortaleza, e que por isso, desde então se ficou chamando *Porta de Nossa Senhora da Vandôma.* Esta porta a que depois se deu o nome de *Arco da Vandoma*, estava no fim da actual rua Chã, antiga rua *Chã das Eiras*, á entrada do largo da Sé. A rainha D. Thereza, mãe de D. Affonso Henriques, transformou o nicho onde estava a imagem, n'uma formosa capella, que em 1840 a camara municipal do Porto mandou demolir, desapparecendo tambem o Arco da Vandoma. A porta principal da fortaleza sueva era esta da Vandoma, tendo por cima, além da capella, duas alterosas torres, uma de cada lado da capella, assentes sobre muralhas solidissimas.

Capella de Sant'Anna. Estava situada sobre o arco de Sant'Anna, ao fundo da rua da Bainharia. Foi este demolido juntamente com a capella. Este arco ficou celebre na litteratura portugueza por dar o titulo ao romance de Almeida Garrett, *O Arco de Sant'Anna.*

Capella de Santo André. Esta capella existia no logar do mesmo nome, antiga feira da herva, proximo e ao Oeste do passeio publico de S. Lazaro. Foi demolida no meado do seculo passado.

Capella de S. Roque. Era situada na praça semi circular do mesmo nome, proximo ás antigas portas do Souto, onde em tempos remotos houve emparedadas. Esta capella era construida de boa cantaria, de abobada, e de fórma exagona, subindo-se para ella por uma boa escada, que lhe servia de base, por um e outro lado A obra dizem ter importado em mais de 21:000$000 reis. Foi edificada em 1582, em cumprimento d'um voto feito por occasião d'uma terrivel peste. O terremoto de 17.5 destruiu completamente a capella, mas alguns devotos resolveram reconstruiu-la, concluindo-se as obras em 1760. No meado do seculo passado foi demolida, passando as imagens ali existentes para a egreja do Terço. O altar, paramentos e o sino fôram dados pela camara municipal á capella de Santo Antonio, que então se instituira no largo da Aguardente, hoje praça do Marquez de Pombal.

Capella do Senhor da Agonia. Existiu esta bonita capella na Ramada Alta.

Capella do Senhor d'Além Foi fundada em 1140, e ali se instituiu em 1738 o hospital do mesmo nome. Estava sobre a margem esquerda do rio Douro, ao fundo da serra do Pilar, e em

frente da Ribeira. Em 5 de março de 1739 tomaram posse da capella e do hospicio 5 frades carmelitas calçados. A capella existia ainda em 1876; o hospicio foi vendido depois de 1834. No meado do seculo passado estava ali estabelecida uma fabrica de louça de faiança.

Porto (*Capellas do*). As que existem actualmente são as seguintes:

Capella das Almas e Santa Catharina. Está situada na rua d'este nome. E' um bonito templo, edificado no principio do seculo XVIII, que nada apresenta de notavel. Além do altar-mór, tem 5 altares lateraes.

Capella da Batalha. E' dedicada á Senhora da Batalha, e foi construida em 1690, ficando então junto das muralhas da circumvalação, e fóra da *Porta de Cima da Villa*, ou *da Batalha*. A imagem da padroeira que, segundo a lenda, foi trazida em 983 pelo conde D. Moninho Viegas, com outra de N. S.ª dos Remedios, estava antigamente mettida dentro d'uma torre que defendia a referida porta do Cimo da Villa, sobre a qual estava a ermida, que em razão de ficar por baixo do muro da torre era muito prejudicada pela humidade. Balthazar Guedes, do Porto, e outros devotos, lhe construiram uma nova capella mais ampla, que é a que existe. E' de cantaria, de excellente fabrica e fechada de abobada; toda forrada de azulejos, interiormente, e teve ricas lampadas, castiçaes e outras peças, tudo de prata, para serviço dos altares, que são 3: o principal, onde está a imagem da Senhora da Batalha; ao lado direito o da Senhora dos Remedios, e ao lado esquerdo o de S. José. As imagens das duas Senhoras são de pedra e muito antigas. Quando em 1796 se construiu o theatro de S. João, teve para isso de ser demolida a Porta de Cimo da Villa e a antiga capella da Batalha. As confrarias dos sirgueiros e dos botoeiros que n'ella tinham a sua séde, auxiliados por D. Francisco d'Almada, a reconstruiram. Foi na capella da Batalha que tiveram principio, no Porto, as ordens do Carmo e da Trindade.

Capella da Boa Nova. Fica na rua do Triumpho.

Capella da Boa Vista. E' um bonito templo que está situado na rua d'aquelle nome.

Capella de Carlos Alberto. Está situada na Avenida das Tilias do Palacio de Crystal, ao pé da casa de Entre Quintas, onde falleceu a 28 de julho de 1849 o rei da Sardenha Carlos Alberto, que se refugiara em Portugal. A capella foi construida em 1851 por sua irmã, a princeza Augusta Montlear, que veiu ao Porto lançar a pedra fundamental, sendo o risco feito em Italia. A capella é toda construida de pedra extrahida das pedreiras de granito existentes nas immediações. Tem a dedicação a S. Carlos Burromeu, e tem um só altar, onde se vê a imagem do santo, de marmore, esculptura de Oliva, feita em Italia, e para ali veiu em 1860. Tambem são de valor as imagens de S. Chrispim e de N. S.ª de Agosto, que interiormente adornam a capella. Ali esteve depositado o cadaver do desditoso monarcha, até que mais tarde foi trasladado para Turim.

Capella do Espirito Santo. Fica no largo de S. Pedro. V. *Miragaia*, *Portugal*, vol. IV. pag 1127 e 1128.)

Capella de Nossa Senhora d'Assumpção. Está situada na rua da Senhora de Agosto, em frente da porta principal da Sé. Foi reconstruida em 1650. A imagem da padroeira é muito antiga, e de pedra, com a altura de metro e meio, de boa esculptura.

Capella da Nossa Senhora da Boa Hora, de Fradellos. Na rua Guedes de Azevedo. Foi construida, ou reedificada, no principio do seculo XVIII.

Capella de Nossa Senhora do Bom Successo. Está situada no largo d'este nome.

Capella N. S.ª da Boa Hora. V. *Bouças*, *Portugal*, vol. II, pag. 421.

Capella de Nossa Senhora do Soccorro. Está situada na rua da Rainha, hoje rua de Anthero do Quental.

Capella do Palacio Pestana. Fica na rua do Almada. E' do estylo gothico, e está annexa ao palacete de José Joaquim Guimarães Pestana. E' um dos mais apreciaveis e preciosos monumentos religiosos do Porto, em casas particulares. Vêem-se ali duas estatuas em granito, devidas ao cinzel do esculptor Soares dos Reis.

Capella dos Reis Magos. E' uma pequenina capella na rua do Laranjal, que está a cargo da Camara Municipal. Tem algumas imagens dignas de attenção, e um curioso baixo-relevo em madeira.

Capella de Santo Antonio. Foi construida em 1875 no antigo largo da Aguardente, hoje praça do Marquez de Pombal, por alguns devotos d'aquelle santo, e benzida em 17 de junho de 1877 pelo conego honorario dr. João José de Vasconcellos, que n'esse dia celebrou a missa, a que se seguiu um solemne *Te-Deum*. A capella tinha altar-mór e 4 altares lateraes. Devido a divergencias pessoaes e religiosas, que levantaram grande celeuma na cidade do Porto, foi a capella secularisada e transformada em escola liberal, que poucos annos depois teve de fechar por falta de recursos. Em 1901, indo o predio á praça, foi comprado por um grugo de individuos que de novo o transformaram em capella.

Capella de S. Chrispim. Está situada na rua de S. Jeronymo.

Capella de S. Joaquim. Está situada na praça do Marquez de Pombal.

Capella de S. José das Taipas. Fica na rua do Calvario, proximo do Jardim da Cordoaria. E' d'uma só nave, de estylo italiano-classico. Começou a construir-se em 1795, e só veiu a concluir se em 1878. Vê-se n'esta capella um quadro commemorativo da catastrophe acontecida no Douro em 20 de março de 1809, causada pela ruptura da ponte de Barcas. Interiormente tambem a capella possue uma apreciavel pintura antiga da escola allemã, representando N. S.ª da Divina Providencia.

Capella do Senhor da Salvação. Está no cemiterio de Agramonte, e é privativa dos irmãos da ordem da Trindade. Foi construida em 1876, sendo benzida a 17 de maio de 1877.

Capella da Senhora dos Anjos. Está situada na rua dos Bragas.

Capella da Senhora da Saude. Está situada na rua do Heroismo.

Porto (*Casa da Moeda no*) Existiu antigamente no largo dos Loyos, á esquina da rua de Traz. Foi a primeira casa da moeda do Porto e de todo o paiz, conforme diz Manuel Severim de Faria, no seu *discurso* IV. § 22. Em 1415 la-

vraram se aqui as primeiras moedas de 10 réis, que houve em Portugal, segundo Pinho Leal, no vol. VII do *Portugal antigo e moderno*, pag. 292. D. João I deu regimento a esta casa, achandose datado de Vizeu em 29 de dezembro de 1429. Nos ultimos mezes de 1642 foi novamente estabelecida a casa da Moeda, conforme se vê no alvará de 8 de junho d'esse anno: «Por ser conveniente que na cidade do Porto se abra casa da moeda em que se laure na mesma forma que na desta cidade de Lisboa, para que assim das terras daquella provincia como das outras circumvisinhas com maior facilidade e menos molestia se possa leuar a ella a moeda de prata nacional cerceada que mando redusir, como tambem a que não for cerceada que mando encordoar e cunhar com nova orla: O conselho da fazenda ordene que dos engenhos que ha na casa da moeda desta cidade se dem todos os que forem necessarios para o lauor da casa que mando abrir na do Porto, os quaes se hão de entregar a José Ribeiro que mando áquella cidade para nella assentar a dita casa da moeda, pela grande experiencia que tem na desta cidade e nella se mandarão fazer outros engenhos na forma que parecer mais conueniente para que estes que se mandão ao Porto não fação falta, nem dificultem a grande e prompta expedição com que se deue reduzir a moeda de prata nacional; e para que esta casa da moeda se abra na cidade do Porto lhe mandará logo o conselho passar as ordens necessarias, dando-se-lhe a mesma forma de arrecadação, e Regimento que ha na Casa da Moeda desta cidade, e todas as despezas que se fizerem para este effeito assim na Casa da Moeda desta cidade, como na do Porto, nos engenhos que se hão de remetter e assentar-se serão por conta do principal que se aplica a esta redução; hauendo o Conselho entendido que ao Doutor Sebastião Cardozo de Sampaio que tenho nomeado chançeler daquella Relação, Hei por meu seruiço encarregar da superitendencia da dita Casa da Moeda para que á sua ordem estejão o juiz e mais officiaes della por fiar da sua prudencia, e graude capacidade satisfará em tudo a confiança que delle faço, o Conselho o fará executar com toda a promptidão. Lisboa 9 de junho de 1688».

Porto *(Casa Pia do)*. Foi construido este edificio pelo corregedor do Porto Francisco d'Almada e Mendonça, que lhe lançou a primeira pedra em 21 de junho de 1792. Era destinado o edificio para Casa Pia, isto é, para asylo de orphãos e creanças pobres, porém nunca teve essa applicação humanitaria. Ha muitos annos que está ali installado o Governo Civil. V. *Porto* (*Governo Civil do)*.

Porto *(Casa Salva Vidas no)*. Construida em S. João da Foz. V. *Portugal*. vol. III, pag. 558.

Porto *(Casa dos Vinte e Quatro no)*. V. *Portugal*, vol. II, pag. 812.

Porto *(Casas historicas do):*

Casa do Infante D. Henrique. Na rua da Alfandega n.º 10, nos restos do edificio onde esteve installada n'outro tempo a Alfandega Velha, e que parece fazia parte dos antigos paços reaes, foi inaugurada em 4 de março de 1894, pela camara municipal do Porto, uma lapide commemorando o nascimento do infante D. Henrique, o grande navegador, que n'aquelle local historico se realisou em 4 de março de 1394.

Casa onde nasceu o visconde d'Almeida Garrett. Na casa da rua do Calvario n.º 35 a 39, onde nasceu o visconde d'Almeida Garrett, está a seguinte lapide commemorativa, mandada ali collocar pela camara municipal do Porto em 1864.

CASA ONDE NASCEU
AOS
4 DE FEVEREIRO DE 1799
JOÃO BAPTISTA DA SILVA LEITÃO
DE ALMEIDA GARRETT

MANDOU GRAVAR A MEMORIA DO
GRANDE POETA
A CAMARA MUNICIPAL
D'ESTA CIDADE EM
1864

Palacio de Monfalim e Terena. Na rua do Triumpho, em frente do Palacio de Crystal. E' uma antiga vivenda com a sua velha torre ameiada, que, segundo a tradição, pertenceu ao grande e orgulhoso capitalista Pedrossem ou Pero d'Ossem, mais conhecido por Pedro Cem. No seu orgulho julgava-se tão rico que nada seria capaz de abalar a sua fortuna collossal, mas que d'um momento para o outro se viu tão pobre, que teve de recorrer á caridade publica para não morrer de fome. Os ascendentes do conde de Terena compraram aquella propriedade, e para ella transferiram a sua residencia. O solar da familia de Pedro Cem, de grande importancia no Porto, no seculo XVIII, parece que nunca foi no logar onde a tradição erradamente o colloca, mas sim na rua da Ribeira, na casa ameiada que tem o n.º 55.

Palacete de Entre-Quintas. Tornou-se historico este palacete da quinta das Macieiras ou do Sacramento, em Entre Quintas, pertencente á familia Porto Basto, por ter ali vivido algum tempo e fallecido o rei da Sardenha Carlos Alberto, em 28 de julho de 1849.

Porto *(Cemiterios do)*:

Agramonte Dos dois cemiterios municipaes, é este, o Occidental, o mais moderno e o mais bonito. Está situado na rua de Agramonte, e comprehende os cemiterios das ordens do Carmo, S Francisco, Trindade, e os não catholicos. Foi principiado em 1840, destinado para o *cemiterio de irracionaes*; depois fez-se lhe uma nova divisão para os pobres que morressem no hospital da Misericordia; por fim transformou-se em cemiterio publico. A sua capella, de architectura gothica, foi principiada em 1870, ou 1871, benzida a 15 de março de 1874. A camara municipal comprou depois terrenos juntos, com que ampliou o cemiterio. A capella do Senhor da Salvação, dos Terceiros da Trindade, occupa uma pequena parte do cemiterio. (V. n'este artigo, *Capella do Senhor da Salvação*. Os cemiterios do Carmo e de S. Francisco deixaram de existir em 1866, porque a camara municipal os fez remover para o de Agramonte, em cumprimento da portaria de 18 de abril d'esse anno. Entre os muitos mausoléus dignos de menção, contam-se o das victimas do incendio do theatro Baquet; o da familia Pinto da Fonseca, com esculpturas de Teixeira Lopes, na secção publica; o da familia Andressen, no cemiterio dos não catholicos, obra tambem de Teixeira Lopes; o do conde de Ferreira, na sec-

ção da Trindade com uma soberba estatua d'aquelle titular, trabalho de Soares dos Reis; o da familia Pereira Cardoso, com esculpturas de Teixeira Lopes, pae, na secção do Carmo.

Cemiterio do Bomfim. Está contiguo e a E da egreja d'este nome. E' pequeno, mas bem situado, e pertence á irmandade que superintende n'aquelle templo.

Cemiterio da Foz. Está situado no monte da Senhora da Luz.

Cemiterio Inglez. E' situado na rua do Campo Pequeno, e privativo da colonia ingleza no Porto. Tem capella do culto protestante.

Cemiterio da Lapa. E' o mais antigo cemiterio do Porto; pertence á irmandade de N. S.ª da Lapa, e está situado ao NO, e por detraz da egreja d'aquella denominação, e ao principio da rua da Rainha, hoje rua de Anthero do Quental, sendo a entrada pelo largo da Lapa. E' dividido em tres nivelamentos ou socalcos. Apezar de ser pequeno, torna se notavel pela sumptuosidade das suas capellas e pela belleza de grande numero dos mausolèos. A entrada primitiva era por um portão de ferro, alinhada com as primeiras duas capellas, que ficavam, uma a E e a outra a O do portão, medeando d'este até ás capellas um muro de cantaria, com uma alta grade de ferro Mais tarde incluiu-se no cemiterio uma porção de terreno que lhe ficava contiguo e ao SO, e desfazendo-se a primitva entrada, se mudou para o local onde se tem conservado. Sobre o novo portão se collocou a mesma inscripção que já existia sobre o antigo, tendo por cima os emblemas da morte, e sobre elles as armas da irmandade da Lapa.

Cemiterio de Lordello do Ouro. Está situado na rua das Condominhas.

Cemiterio de Paranhos. Fica na rua do Cemiterio.

Cemiterio do Prado do Repouso. E' um dos cemiterios municipaes, sendo este o Oriental. Fica na Avenida Rodrigues de Freitas; comprehende os cemiterios das ordens: Confraria do Santissimo de Santo Ildefonso, Misericordia, Terço, e não catholicos, desde 1866. (V. n'este artigo, *Cemiterio de Agramonte).* O terreno occupado pelo cemiterio do Prado do Repouso pertenceu á cêrca do antigo seminario episcopal, hoje Collegio dos Orphãos, servia de passeio aos estudantes, nas horas de recreio; chamava se o *Prado.* A sua capella do fórma oitavada, com o pavimento de marmore de côres, é a mesma do antigo seminario. O cemiterio é vasto e bem situado; tem duas entradas: uma ao N, a principal, e outra a SO; confronta pelo E com a quinta do Bispo, pelo O com a rua de S. Victor, pelo N com a alamêda do Repouso e outras propriedades, e pelo S com outros terrenos, e onde existiam as ruinas do antigo seminario. Ha aqui magnificos mausoléos. O cemiterio foi começado em 1838, e benzido no dia um de dezembro de 1839 pelo bispo do Porto D. Fr. Marcos de Lisboa. Na secção pertencente á irmandade da Misericordia, ergue-se o tumulo que encerra as cinzas dos martyres da patria, os ultimos enforcados na Praça Nova, hoje Praça da Liberdade, executados nos dias 7 de maio e 9 de outubro de 1829, por sentença lavrada a 9 de abril do mesmo anno. Os cadaveres haviam sido sepultados no atrio da egreja da Misericordia, onde se conservaram até 19 de junho de 1878, dia em que fôram trasladados para aquelle monumento funebre. O cortejo foi imponente. As demonstrações de sentimento, que todo o Porto então manifestou, fôram as mais edificantes e as mais dignas. Os estabelecimentos das ruas, por onde passava o prestito, conservaram-se fechados todo o dia; longos crepes pendiam das janellas, e por toda a parte se viam pessoas trajando rigoroso luto. O corpo de caçadores n.º 9, e os de infantaria n.ºs 10 e 18, formaram alas; no prestito iam incorporadas todas as associações, asylados, estudantes de todas as escolas e importantissimo numero de convidados, entre os quaes figuravam as principaes e as mais influentes pessoas do Porto. O tumulo tem a seguinte inscripção:

AQUI JAZEM
AS OSSADAS DOS DOZE MARTYRES
DA PATRIA, QUE NO PATIBULO
EM PRAÇA PUBLICA
TERMINARAM OS SEUS DIAS A
7 DE MAIO E A 9 DE OUTUB O DE 1829.

No cemiterio dos livres pensadores está em campa-rasa o corpo de Rodrigues de Freitas Proximo da porta da entrada do lado da rua de S. Victor, vê-se um singelo monumento com o busto do corregedor Francisco d'Almada e Mendonça, a quem o Porto deve grande parte do seu engrandecimento Tambem ali está o monumento-tumulo, que a Associação de Beneficencia 31 de Janeiro mandou erigir para receber as ossadas dos que falleceram combatendo pela Republica no dia 31 de janeiro de 1891, o qual foi inaugurado a 31 de janeiro em 1897. E' obra do esculptor Carvalho Figueira, que foi alumno laureado da Academia Portuense de Bellas Artes. O monumento tumulo tem 6.m d'altura, e é encimado por um grupo esculptural, que representa a Liberdade empunhando um facho com a mão direita, o cingindo ao seio com a outra mão os *Lusiadas.* Aos pés d'esta figura, um leão, symbolo da força, arqueia o corpo em torno d'ella, como que a revelar ou a insinuar que o ideal republicano dispunha em janeiro de 1891 de valiosos elementos de acção, e apresenta-se na attitude de quem affronta os perigos de novos commettimentos. Caindo lhe sobre a juba e poisando no chão, vê-se a bandeira portugueza, sem corôa, como affirmação da crença de regenerar o paiz pela implantação da Republica. O pedestal tem 3 m. d'altura por 2,m5 de frente, e na sua fachada e n'uma singela almofada assenta uma palma de bronze collocada em diagonal, tendo inscripta por cima a data commemorativa—*31 de janeiro de 1891*—e por baixo—*Paz aos vencidos.* Nas partes lateraes do monumento-tumulo vêem-se placas de marmore branco com o nome, em letras d'ouro, dos que em 31 de janeiro morreram pela Republica, e cujas cinzas ali estão depositadas. Uma d'essas placas é movel e dá para uma camara revestida de beton e aberta no centro do pedestal, onde estão recolhidas as urnas cinerarias. O monumento é todo esculpido em granito, e está pouco mais do esboçado no grupo que o encima. Como a tentativa dos sublevados se mallogrou, a parte incompleta do monumento quer symbolisar tambem, sob um ponto de vista politico, uma obra a concluir.

Cemiterio de Ramalde. Situado na rua do Pinheiro Manso.

Porto (*Cêrco do*). O infante D. Miguel, desembarcando em Lisboa a 22 de fevereiro de 1828, recebeu no dia 26 a regencia do reino das mãos de sua irmã, a infanta D. Izabel Maria, e jurou a Carta Constitucional, mas d'ahi a pouco começou a mostrar claramente que o seu intento era fazer se acclamar rei absoluto, e tendo dissolvido as côrtes em 14 de março, sem mandar proceder a novas eleições, em vista d'uma representação do senado de Lisboa que lhe pedia cingisse a corôa, ordenou a convocação dos tres estados declarando, porém, o decreto que se julgariam subornados os votos que recaissem em partidarios das instituições liberaes. A guarnição do Porto revoltou-se, chegou a formar-se ali uma junta provisoria de governo, mas as tropas constitucionaes fôram obrigadas a passar a fronteira, e em breve D. Miguel foi reconhecido por toda a monarchia exceptuando a ilha da Madeira, que dentro em pouco foi subjugada, e a ilha Terceira que sempre se conservou fiel á rainha D. Maria II. Para os Açôres fôram partindo todos os que defendiam a Carta Constitucional, e depois de varios successos, organisou se o exercito libertador, que ás ordens de D. Pedro IV veiu desembarcar no Mindello a 8 de julho de 1832, entrando na cidade do Porto no dia seguinte Os miguelistas, passado o primeiro momento de susto, começaram a apertar e a cingir com as suas tropas o pequeno exercito libertador. D. Pedro contava com grandes defecções no exercito contrario, em pouco tempo se convenceu que a unica esperança de triumpho estava no heroismo e abnegação dos chefes e soldados constitucionaes. O combate de Penafiel a 17 de julho, a indecisa batalha de Ponte Ferreira a 23 e a perda da batalha de Souto Redondo a 7 de agosto, mostrou que a causa da rainha corria grave perigo, mas felizmente os miguelistas não souberam aproveitar a victoria, nem sequer occuparam a tempo o convento da serra do Pilar, e permittiram assim ao Porto resguardar-se quasi n'um instante com fortificações improvisadas. No dia 8 de setembro Gaspar Teixeira, nomeado chefe do exercito miguelista, pretendeu recuperar a posição da serra e investiu ao mesmo tempo a cidade pelo lado da Aguardente, do Covello e do Serio, mas nada conseguiu; renovou o ataque no dia immediato, assaltando a serra e dirigindo simultaneamente forças contra a Casa Amarella, Montanha e Paranhos ao norte do rio Douro, mas não foi mais feliz, e só pôde occupar Villa Nova de Gaia no dia 10, em que voltou á carga. Começou então o bombardeamento do Porto, e os liberaes que fizeram uma sortida no dia 16 para impedir o estabelecimento de novas baterias, soffreram graves perdas. A 29, por ser dia de S. Miguel, deram os miguelistas um ataque geral e chegaram a penetrar dentro das linhas pelo lado das baterias de Bomfim, Captivo o Fojo, mas depois de renhido combate das 3 para as 4 horas estavam desapossados de todos os pontos que tinham ganho, sendo repellidos com gravissimas perdas A 14 de outubro renovaram os absolutistas os seus ataques contra a serra do Pilar, mas fôram repellidos, e foi então que D. Miguel, cedendo ás repetidas instancias dos seus generaes, se resolveu a sair de Lisboa declarando que ia tomar o commando do exercito. O visconde de Santa Martha, que era então o chefe do exercito miguelista, tentou mais uma vez, porém debalde, apoderar-se da serra. Entretanto o bombardeamento continuava incessantemente, e entre os liberaes appareciam dissidencias e rivalidades que levaram D. Pedro a assumir o commando do exercito, que desde os Açôres tinha sido exercido pelo duque da Terceira. A 14 de novembro fizeram os liberaes uma sortida para o sul do rio Douro, e destruiram algumas baterias do inimigo; no dia 18 fizeram outra sortida feliz para os lados de S. Cosme, e no dia 28 surprehenderam os acampamentos miguelistas da Prelada, Padrão da Legoa, Boa Hora e Mattosinhos. O bombardeamento continuava cada vez mais terrivel, começava a sentir-se a fome e faltavam as munições de guerra, mas a entrada de José da Silva Carvalho para o ministerio da fazenda restabeleceu a confiança, e os habitantes do Porto deram constantemente provas de heroismo e de dedicação extraordinaria, pelas quaes a cidade bem mereceu o titulo de Invicta, com que posteriormente foi honrada. No dia 17 de dezembro fizeram os liberaes uma nova sortida para o sul do rio Douro, afim de destruirem o convento de Santo Antonio, e ao principio fôram mais felizes, mas na retirada faltaram-lhes os barcos a tempo, do que resultou soffrerem graves perdas, e ficarem muitos afogados no rio. Com o intento de evitar as rivalidades entre os seus generaes, D. Pedro chamou ao Porto o general francez Solignac, a quem deu o posto de marechal do exercito e o cargo de major-general. Estreou-se o general estrangeiro com uma sortida no dia 24 de janeiro de 1833 contra o monte do Crasto e á custa de prodigios de valor das tropas collocadas sob as suas ordens, conquistou a posição desejada, mas afinal, sem motivo algum plausivel abandonou-a, e d'este modo tudo quanto se praticára de heroico n'esse dia assignalado foi de pouco ou nenhum proveito para a causa da rainha. Por esse tempo o general Saldanha, que por questões particulares não havia ainda tomado parte na guerra, veiu desembarcar no Porto, e recebendo o commando da esquerda da linha para o lado da Foz, de tal modo fortificou esse sitio, que repelliu energicamente o ataque contra elle dirigido a 4 de março pelo visconde de Santa Martha. Sendo n'essa mesma occasião os realistas infelizes no ataque que fizeram á serra do Pilar, fôram d'ahi a poucos dias, a 24, rechaçados tambem quando tentaram apoderar-se da posição das Antas. A situação do Porto n'essa época era deveras tristissima, porque á falta de soccorros de toda a especie, falta que mais e mais se aggravara desde que o inverno fechára a barra do Douro, veiu juntar-se o terrivel flagello da Cholera-morbus, mas cousa alguma fazia abalar a fé dos soldados de D. Pedro, e a lucta que durava havia mezes, parece que cada vez se tornava mais encarniçada. A terrivel epidemia que grassava no Porto, estendeu-se tambem aos arraiaes de D. Miguel, o quando passou a estação invernosa e a cidade pôde ser abastecida, embora os mantimentos e munições tivessem de passar sob o fogo das baterias inimigas, a situação da cidade melhorou muito. A tomada da posição do Covello no dia 9 de abril pelos liberaes e a derrota que os miguelistas soffreram no dia immediato, quando tentavam recu-

perar esse ponto, veiu dar novo alento aos defensores da causa constitucional, mas então a falta de paga ás tripulações da pequena esquadra liberal deu logar a que a marinhagem se insubordinasse contra o almirante Sartorius, que parece não tinha energia bastante para a conter. Era este um golpe de morte para o partido liberal, porque o Porto sem esquadra protectora, bloqueado por mar e por terra, teria de render-se vencido pela fome. Foi então que o barão de Quintella, depois conde do Farrobo, adeantando o dinheiro necessario, salvou a causa da liberdade. O commando da esquadra foi dado então a Carlos Napier, e resolvida uma expedição ao Algarve, sairam do Porto as tropas que, ás ordens do Duque da Terceira, desembarcando em Cacilhas e atravessando o Alemtejo, entraram a 24 de julho em Lisboa. N'esse meio tempo, os miguelistas, commandados por Bourmont, tinham querido no dia 5 de julho cortar as communicações do Porto com a Foz, mas fôram batidos, e o mesmo lhes succedeu n'um ataque que dirigiram n'esse dia contra a serra do Pilar. No dia 25 ordenou Bourmont um ataque geral ás linhas do Porto, os miguelistas, que tiveram no principio algumas vantagens, fôram por fim repellidos pelo conde de Saldanha, que desde a retirada de Solignac, 14 de julho, exercia o cargo de chefe do estado maior imperial. Logo que chegou ao Porto a noticia da entrada dos liberaes em Lisboa, D. Pedro embarcou para a capital, deixando a Saldanha o governo da cidade, e Bourmont a 7 de agosto levantou o cêrco, partindo tambem para o sul com parte do seu exercito. Em frente do Porto ficou então o general Almer que, depois de incendiar os armazens de vinho em Villa Nova de Gaia, foi intrincheirar-se em Avintes. Foi uma barbaridade inaudita aquelle incendio, em que se destruiram 17:374 pipas de vinho finissimo, e 533 pipas de aguardente superior, na importancia total de 2.513:631$541 reis, segundo uma nota reproduzida por Luz Soriano no tomo IV da *Historia da Guerra Civil*, pag. 437. Saldanha atacou o general Almer em Avintes, a 18 de agosto, e o obrigou a definitivamente levantar o cêrco, terminando assim essa serie de combates gloriosos que durante mais de um anno se travaram em volta do Porto. Bibliographia: *Historia do cerco do Porto* e *Historia da guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar*, de Simão José da Luz Soriano, e *Portugal Contemporaneo*, de Oliveira Martins.

Porto (*Chafarizes do*). V. *Porto* (*Nascentes do*).

Porto (*Clubs do*). Entre outros, mencionaremos os seguintes:

Club dos Caçadores. E' a primeira associação d'este genero no paiz. Foi fundada em 1878 por um pequeno grupo de caçadores portuenses. Está installada na Quinta de Salgueiros, á Lapa, onde mantém uma bem montada escola pratica de tiro, que no tempo defezo funcciona ás quintas feiras e dias santificados. Annualmente realisa o club notaveis torneios de tiro, e já tem promovido importantes exposições de cães, caça e pesca

Club Fluvial. Situado na rua de S João; foi fundado em 18 6. Tem por fim promover regatas no rio Douro e fornecer embarcações para gozo dos socios, as quaes são numerosas, e estão arrecadadas e dispostas n'um armazem na Avenida D. Luiz, em Villa Nova de Gaia. Possue esta associação uma boa bibliotheca.

Porto (*Conventos de frades no*):

Convento de Carmelitas, de Lordello. Convento sob a invocação de S. Francisco de Paula. Era um hospicio d'aquelles religiosos, que foi fundado em 1780 á custa de esmolas dadas pelo povo. Depois de 1834 foi vendido, tornando-se então uma propriedade particular.

Convento do Carmo. A ordem dos religiosos carmelitas descalços entrou no Porto em 1617. Governava então a cidade, em nome de Filippe III de Castella, Diogo Lopes de Sousa, mais tarde conde de Miranda, sendo bispo do Porto D. Fr. Gonçalo de Moraes. Os frades obtiveram do governador e da camara protecção e licença para fundarem um convento, mas não fôram tão bem succedidos com o bispo, que lhes negou a permissão pedida, e por algum tempo fechou os ouvidos a sollicitações. Como os religiosos, porém, houvessem alcançado bons protectores, o bispo veiu a ceder, e elles estabeleceram-se provisoriamente n'umas casas que lhes destinou o governador na rua de S. Miguel. Por meio de esmolas edificaram uma pequena egreja, e accommodaram o resto do edificio, tanto quanto foi possivel, ás necessidades e usos da clausura. Afinal conseguiram construir um convento no *Campo do Olival* que ficava então fóra dos muros da cidade, e para o qual dava saida a porta da cidade, chamada do Olival. Finalmente, lançou a primeira pedra nos alicerces da capella mór da egreja, o bispo D. Rodrigo da Cunha. Acudiram logo muitas esmolas, e a camara concorreu tambem com um donativo importante. Estando já habitavel uma parte do convento em 162?, os frades mudaram-se para ali, e, como a egreja ainda estivesse muito atrazada, fizeram templo provisorio da sacristia, que já estava concluida. Foi em 3 de junho do referido anno de 1622, que se fez com a maior solemnidade a transferencia da communidade, do Sacramento, da Senhora do Carmo e d'outras imagens do convento velho de S. Miguel para o novo do Campo do Olival. Em junho de 1658 acabou-se a egreja, porém pelos annos seguintes fôram-se-lhe fazendo melhoramentos em pinturas, douraduras, e mesmo em novos retabulos de talha relevada. O convento tambem teve consideraveis augmentos durante esse tempo, em que se construiram os dormitorios do lado do sul e se lhe reedificaram com mais solidez, ou se fizeram de novo varias officinas. Com o correr do tempo, transformou se o sitio, e tambem mudou de nome; desappareceu a porta do Olival e o lanço de muros correspondente. O campo, que era ermo, encheu se de edificações com que se formaram ruas e praças, entre as quaes se conta a actual Praça da Cordoaria. Pela extincção das ordens religiosas, em 1834, veiu a servir de quartel da guarda municipal do Porto o lado do convento que olha para o sul, e está contiguo á frontaria do templo. O do lado do norte foi dado á ordem Terceira do Carmo para accrescentar o seu hospital. A egreja conservou-se para o culto.

Convento dos Congregados de S. Filippe Nery. Fundou-se este convento e egreja em 1660, junto á antiga porta dos Carros A egreja é de abobada de estuque, d'um trabalho muito apreciado. Tem dois altares de muito valor, que são os de Nossa Senhora das Dôres e de Jesus Maria

José. N'esta egreja estão os corpos de S. Clemente, S. Severino e Santo Eugenio. O edificio do convento, e tudo quanto lhe pertencia, incluindo o celebre *Monte dos Congregados*, fôram vendidos depois de 1834. O que foi convento transformou-se em propriedades particulares Do Monte dos Congregados, uma parte foi vendida, e outra parte ficou cortada pelas ruas que se abriram, *da Alegria e da Duqueza de Bragança*. A rua de *Sá da Bandeira* tambem foi aberta em terreno pertencente áquelles frades. A egreja tem-se conservado entregue ao culto.

Convento dos Gracianos (*Grillos*). Este convento foi fundado no sitio da Ribeira em 1560 pelo infante cardeal D. Henrique, então bispo do Porto, D. Rodrigo Pinheiro e outros, para collegio da Companhia de Jesus. D. Fr. Alvares de Tavora, bailio de Leça, o mudou em 1577 para a rua das Aldas, depois largo do Collegio, dando para esta obra 30:000 cruzados, (12 contos de reis.) Supprimida a ordem dos jesuitas em 1759, passou a egreja, o mosteiro e todas as suas rendas, a serem propriedade da Misericordia de Coimbra, que vendeu a egreja aos frades grillos, gracianos, em 1780. Installou-se depois ali o seminario diocesano.

Convento dos conegos regrantes de Santo Agostinho. Este convento estava situado na serra do Pilar. V. n'este vol. pag. 719.

Convento de Santo Antonio da Cidade. Este convento e egreja foram fundados em 1783, para frades menores, *Antoninhos*, da provincia da Conceição. Depois de 1834 arrazou-se a egreja, ficando unicamente a capella-mór, de boa cantaria, mas destelhada e profanada. No edificio do convento installaram se o Atheneu Portuense, a Academia de Bellas Artes, Museu, e Bibliotheca Publica.

Convento de Santo Antonio da Cordoaria. Foi fundado em 1730 para hospicio dos religiosos franciscanos de Santo Antonio de Valle da Piedade. denominado *Hospicio de Santo Antonio da Cordoaria*, e depois *Capella dos Trinos da Cordoaria*. A capella foi vendida depois de 1834, tornando se n'uma propriedade particular. O edificio transformou-se em roda dos expostos. Proximo ficavam os antigos celleiros publicos, depois transformados no quartel da 1.ª companhia da guarda real da policia do Porto, e d'alguma cavallaria do mesmo corpo. Este quartel foi reduzido a cinzas, por um incendio, no dia 19 de março de 1832.

Convento de Santo Antonio de Valle da Piedade. Fundou-se em 1569 este convento de religiosos franciscanos, antoninhos, da provincia da Soledade, ou reformados menores de S. Francisco. Ao logar onde se fundou este convento, que é em frente de Miragaia, na margem esquerda do rio Douro, chamava-se até então *Valle de Amores*. Deu-se-lhe este nome, porque sendo um matagal com arvores silvestres, era o alcouce dos moradores do Porto e de Villa Nova de Gaia. Os frades é que lhe mudaram o nome para o de *Valle da Piedade*. Foi incendiado em 14 de dezembro de 1832, ficando a egreja completamente destruida, podendo apenas salvar se o Santissimo Sacramento e algumas imagens. Foi vendido depois de 1834 a um particular.

Convento de S. Bento da Victoria. Foi fundado pelos religiosos benedictinos em 1597, proximo ás Portas do Olival, applicando-lhe parte das rendas do convento de S. João d'Alpendurada, da mesma ordem. Dá-se-lhe o nome de *S. Bento da Victoria* por ficar perto da egreja parochial assim denominada. A egreja foi synagoga de judeus, sendo depois purificada e reduzida a templo christão, no referido anno de 1597. O convento foi depois applicado para quartel-militar.

Convento de S. Domingos. Foi o terceiro convento que a ordem dominicana teve em Portugal. Foi fundado a instancias do bispo do Porto D. Pedro Salvador e do seu cabido, no reinado de D. Sancho II, em 1238. O convento era do padroado real, por uma provisão do referido monarcha, já do anno de 1239, em que elle se declarava *autor, fundador e padroeiro do dito convento*, provisão que D. Diniz, em 13 de setembro de 1300, confirmou, declarando de novo o convento do padroado real. Sobre o arco da capella-mór do mosteiro viam-se as espheras d'el-rei D. Manuel, o que provava tambem que esta casa religiosa era do padroado real. Os frades mandaram lagear a egreja, que era de tres naves. Foi levantado um grande alpendre, que cobria todo o adro. Este alpendre, por estar ao abrigo do sol e da chuva, e por ser ponto muito central da cidade, e haver n'ella sensivel falta de edificios para repartições publicas, serviu muitos annos de tribunal, onde os juizes ouviam e despachavam as partes. Sobre o vão tomado pelo alpendre, se levantou mais tarde a fachada norte e principal do convento. Em 1777 um grande incendio devorou parte do edificio, ficando a egreja em ruinas, mas os frades logo a reedificaram. Durante o cêrco do Porto, em 1832, outro incendio mais pavoroso devastou quasi todo o convento, restando pouco mais do que a fachada do norte, que no 1.º de junho de 1834 foi alugado pelo Banco de Lisboa, hoje de Portugal, para n'elle estabelecer a sua Caixa Filial; e para o mesmo fim comprou aquella parte do edificio, quando foi pelo governo posto em praça com varios chãos, ao longo da rua Ferreira Borges, em 1865. O Banco de Portugal, em seguida, fez obras importantes na casa que arrematou, sendo por essa occasião apagada uma inscripção latina, que estava na frente do edificio. Tambem foi apeado o emblema da ordem dominicana, que rematava e decorava a frente. A fonte, que se vê hoje no jardim publico de S. Lazaro, pertenceu a este convento, assim como as mesas de marmore que estão no Museu da Bibliotheca Publica.

Convento de S. Francisco. Quando a ordem franciscana já florescia em diversos paizes, e tinha conventos em Coimbra e em Guimarães, alguns habitantes do Porto convidaram aquelles frades para levantarem casa n'esta cidade, e um velho, cujo nome se perdeu com o tempo, lhes deu para esse fim um terreno que possuia no sitio onde está hoje o palacio da Bolsa, e que então se chamava *Redondella*, sitio n'aquelles tempos quasi deserto, nas faldas d'um monte, que pela sua posição se denominou *Bello-monte*, nome que se conserva ainda n'uma rua proxima. Os frades acceitaram o donativo do chão, e trataram logo de construir o convento junto a uma pequena capella que ali existia, da invocação de S. Miguel, assim como um pouco ao sul havia outra, dedicada a S. Nicolau, no sitio onde mais tarde se levantou a egreja de S. Nicolau, que é

uma das parochiaes do Porto. Foi em 1232, que os frades deram principio ao seu convento, mas como não solicitassem do prelado licença para a edificação, e em virtude dos velhos foraes da cidade e da amplissima doação da rainha D. Thereza, ninguem podia construir casas, e menos ainda conventos sem licença dos prelados, logo os frades fôram contrariados, sendo-lhes embargadas as obras em nome da mitra, pelo deão e conegos, na ausencia do bispo D. Pedro Salvador, que tinha ido a Roma. Os frades não desistiram do seu proposito, e como as obras continuassem, o deão, como governador da diocese, mandou os seus officiaes impedir as obras com mão armada, havendo alguns excessos, e fugindo os frades para bordo de navios surtos no Douro. Solicitaram os religiosos a protecção de D. Sancho II, que se declarou protector do convento, e ordenou a continuação das obras. Comtudo, a questão proseguiu sobre os direitos que dava a doação de D. Thereza, pretendendo o monarcha convencer o prelado e o cabido que a sua jurisdicção era limitada, e não chegava ao local de convento. Os frades queixaram-se tambem ao papa, então Gregorio X, que os attendeu, e fiados no apoio do rei e do pontifice, proseguiram as obras, quando já havia regressado de Roma o bispo D. Pedro Salvador. Este prelado renovou a suspensão, que se ordenara na sua ausencia, fulminou a excommunhão contra os frades recalcitrantes, mandou-os sair immediatamente da cidade, e se queriam convento n'estas paragens, o fizessem além do Douro nas terras d'el-rei, já que este tanto os protegia, e como frades não cedessem á intimação do bispo, este os mandou expulsar violentamente pelas suas justiças. Os excessos subiram a tal ponto que alguns frades fôram maltratados e feridos, a casa em questão saqueada e incendiada. Os frades fugiram e se homisiaram em diversas casas de devotos que os protegiam. O rei escreveu ao prelado; o papa, a quem os frades mais uma vez dirigiram as suas queixas, escreveu em 1237 aos bispos de Lamego e de Vizeu, e ao arcebispo de Braga, para que instassem com o bispo do Porto a favor dos frades, o proprio papa se dirigiu directamente ao bispo e ao cabido, advogando a causa dos religiosos, mas o bispo e cabido conservaram se firmes na sua resolução. O papa ainda expediu no anno seguinte outra bulla ao arcebispo, deão e chantre da sé de Braga, para que, quando o bispo e cabido do Porto persistissem em estorvar a edificação do convento, os constrangessem com censuras, autorisando, inclusivamente, os commissionados para benzerem a primeira pedra da egreja, quando o bispo do Porto a isso se recusasse. Ainda d'esta vez o bispo e o cabido do Porto não cederam, e as obras permaneceram no mesmo estado. Não desistindo os frades, e considerando suspeitos na questão os prelados portuguezes, fizeram com que o papa commissionasse o arcebispo de Compostella, a fim de vir ao Porto conciliar o bispo e cabido com os frades, isto por bulla de 17 de maio de 1241, mas como o papa fallecesse em agosto do mesmo anno, a commissão ficou suspensa. Succedeu a Gregorio IX, Celestino IV, que falleceu poucos dias depois de eleito, mas o pontifice que se seguiu, Innocencio IV, particularmente affecto aos franciscanos, expediu logo bullas tão terminantes ao bispo do Porto e arcebispo de Compostella, que o bispo e cabido do Porto cederam immediatamente, e as obras do convento e da egreja proseguiram desde aquella data, 1244. Este convento tomou o titulo de *Real* por ser em grande parte fundado por D. Sancho II. A primitiva egreja foi substituida pela que depois possuiram os frades, a qual era toda forrada de talha dourada. Em 1840 foi magnificamente restaurada. O convento occupava a mesma área que hoje occupa o palacio da Bolsa. A sua entrada principal era pelo lado do sul, e a cêrca confinava com a dos frades de S. Domingos, pelo meio das quaes se abriu, em 1842, a rua de Ferreira Borges. Do lado da rua de D. Fernando estava a cozinha, e para esta havia uma entrada pela rua da Ferraria. Ao sul da egreja existia uma capella com a invocação de Santo Eloy, que se demoliu em 1870, quando se abriu a rua da nova Alfandega. No vão que restou da capella de Santo Eloy, se fez a actual sacristia. No claustro do convento notava-se um alto e elegante chafariz de cantaria, que passou para a Foz, junto á casa do Salva-Vidas, ao poente do Passeio Alegre.

Convento de S. João Evangelista (Conegos seculares), conhecidos mais vulgarmente por *frades Loios.* Foi fundado em Campanhã no anno de 1425. A egreja matriz da freguezia era a do mosteiro. Junto a ella existia uma albergaria, que se transformou em convento, sustentado pelo bispo do Porto, D. Vasco, mas, sendo este prelado nomeado arcebispo de Evora, ficaram os religiosos sem amparo, pelo que se recolheram ao convento de Villar de Frades. O bispo do Porto D. João de Azevedo, lhe construiu novo convento, encostado aos muros da cidade, pela parte de dentro, n'um sitio chamado então *Fonte d'Arca*, depois largo dos *Loios*, em 1490, mandando-os vir de Villar. No dia 6 de novembro do citado anno de 1490, lançou o bispo a primeira pedra no edificio. O novo mosteiro tomou o nome de *Nossa Senhora da Consolação*, e chegou a ser o mais rico do Porto. Depois de 1834 a egreja foi arrazada, e o seu chão e o edificio do mosteiro vendidos. Ali se construiu uma importantissima propriedade.

Convento de S. João Novo. Convento de eremitas de Santo Agostinho, gracianos, situado no antigo largo de Nossa Senhora da Esperança, depois de S. João Novo, pegado á capella da mesma Senhora e á muralha da cidade. Foi fundado em 1592. A egreja é majestosa e muito notavel interiormente pela sua architectura; está bem conservada. No edificio do convento estão os tribunaes e cartorios judiciaes, tanto civeis como criminaes. Desde 1832 serviu por muitos annos de hospital militar.

Porto *(Conventos de freiras no)*:

Convento de Monchique, da ordem franciscana, em Miragaia. V. *Portugal*, vol. IV, pag 1125.

Convento de Santa Clara, de freiras da ordem de S. Francisco, fundado em 1416 por el-rei D. João I e sua mulher, a rainha D. Filippa, junto ás muralhas novas (D. Fernando) no sitio chamado *Carvalhos do Monte*, e proximo ao *postigo do Carvalho*, ou *dos Carvalhos*. Este convento chegou a ter 12 contos de reis de renda annual, e em 1789 tinha 99 freiras professas, e ao todo 300 moradores. O convento, nos seus principios, era menos rico, mas no decurso dos seculos

xv e xvi fôram supprimidos muitos pequenos mosteiros da mesma ordem, que existiam por estes sitios, indo as freiras para o convento de Santa Clara, do Porto, com todas as suas rendas e propriedades, o que muito augmentou o rendimento do convento. E' preciso notar que o mosteiro de Santa Clara, do Torrão, sobre a margem esquerda do rio Tamega, na sua confluente com o Douro, margem direita, e que foi fundado em 1246, deve ser considerado como o primitivo convento de Santa Clara do Porto, porque D. João I e a rainha sua mulher o mudaram para esta cidade, sendo para ali transferidas as religiosas no mencionado anno de 1416, com todas as suas propriedades e rendas, que ficaram pertencendo ao novo mosteiro. As freiras de Santa Clara, do Porto, recebiam, até 1500, portagem das mercadorias que passavam pelo rio Douro. N'esse anno foi-lhes tirado esse direito, e em 1504 tornaram a recuperal-o, mas sómente pelo que dizia respeito ás mercadorias de Entre Ambos os Rios (Torrão) por ser couto do mosteiro. A egreja ainda se conserva.

Convento de S. Bento da Ave Maria. Foi fundado este convento em 1518 por el-rei D. Manuel, para freiras benedictinas, encostado ás muralhas da cidade, pela parte interior, e á porta dos Carros. As obras fôram concluidas em 1528 por D. João III. Para este convento vieram as religiosas do convento da ordem de Santo Agostinho, de Rio Tinto (Gondomar) com todas as suas rendas, em 1535, mudando então para a regra de S. Bento. No mesmo anno vieram tambem para este mosteiro as freiras de Tubias (Canavezes), Villa Cova e Tarouquella. A egreja foi incendiada em 1783, e logo reedificada. Dizem que a architectura primitiva era muito mais majestosa, do que a outra que se construiu na reedificação. A egreja era de boas dimensões e de grande magnificencia. Para este convento vieram as freiras do convento de Monchique, da ordem de S. Francisco, em 1833, quando o governo constitucional as mandou sair do seu mosteiro para o converter em arrecadação de material de guerra. No local do convento e da egreja estabeledeu-se ha annos a estação central do caminho de ferro.

Convento de S. José e Santa Thereza. Este convento e a respectiva egreja fôram fundados em 1701 para religiosas da ordem do Carmo, no sitio chamado então *Logar do Calvario*, pelo bispo do Porto D. Fr. José de Saldanha. A egreja foi demolida depois de 1834, assim como parte do convento; na parte que se conservou, estabeleceu-se mais tarde a estação telegraphica. Em 1865 foi para a repartição da policia civil.

Porto (*Corpo de salvação publica do*). E' composto de duas brigadas, uma para cada bairro, divididas por numerosas estações. Os bombeiros do Porto tomaram parte nos concursos internacionaes de Londres em 1893, de Lyão em 1894, e de Paris em 1900, onde ganharam o *Grand Prix d'honneur*, uma taça de Sévres. A Inspecção e Estação n.º 1 estão installadas no edificio da Camara Municipal, tendo annexas as officinas para reparação do material, um gymnasio e uma casa esqueleto para exercicio dos bombeiros. As machinas da Estação n.º 1 são tiradas a cavallos.

Porto (*Correio e telegraphos do*). Estão installadas estas repartições n'um grande edificio á esquina da Praça da Batalha e rua de Entre-Paredes. A porta principal dá entrada: á direita para a sala da 2.ª secção telegr. onde se expedem telegrammas, e para as 4.ª e 5.ª secções postaes, de registo de correspondencia e serviço de registos, encommendas postaes e expedição de titulos de cobrança. A' esquerda ficam as salas do serviço da secção da Alfandega, para verificação das encommendas vindas do estrangeiro e sujeitas a direitos. No 1.º andar ha as salas da distribuição de correspondencia, a 6.ª secção postal encarregada da contabilidade, secretaria, archivo, gabinete do chefe, secretaria da 2.ª circumscripção telegraphica e gabinete do engenheiro-chefe, etc. Do lado direito da entrada encontra-se uma porta que dá accesso á sala da 1.ª secção postal onde se faz a venda de sellos e todas as formulas de franquias, e se emittem vales. Dependentes da estação central existem espalhadas pela cidade diversas estações secundarias, onde se recebem cartas, expedem telegrammas, fazem registos e venda de sellos e bilhetes postaes.

Porto (*Cozinha economica do*). Foi fundada em 1892 pela Companhia Utilidade Domestica, e subvencionada pela Camara Municipal. Está installada em terreno da antiga cêrca do convento dos Carmelitas. Fornece a preços baratissimos alimentação ás classes populares.

Porto (*Créches do*):

Créche de Cedofeita. Está situada na rua da Carvalhosa, em edificio proprio. Foi fundada em 1891, para recolher e alimentar durante o dia os filhos dos operarios da freguezia de Cedofeita.

Créche de S. Vicente de Paula. Está na rua de Gonçalo Ayres. Foi creada por João Vicente Martins em 21 de novembro de 1851. E' destinada a agasalhar e alimentar durante o dia os filhos dos operarios pobres. Foi o primeiro estabelecimento de caridade n'este genero que se montou no paiz. Está installada em edificio proprio, projecto do architecto Fontes Soares. Tem uma sala de honra com os retratos a oleo dos seus principaes bemfeitores.

Porto (*Egrejas do*):

Egreja da Boa Vista. Está situada na rua de Montebello.

Egreja do Carmo. Era a do antigo convento dos carmelitas descalços. (V. *Porto, Conventos do*). Pertence á irmandade de Nossa Senhora do Carmo, fundada em 1737 na capella da Batalha. Exteriormente é singela na sua architectura, porém interiormente está ornada com riqueza, pois que não as só capellas, como as paredes e abobada, são guarnecidas de obra de talha dourada de bastante primor.

Egreja dos Clerigos. Este templo, que dá celebridade ao Porto pela sua grandiosa e elevadissima torre, teve principio no anno de 1732, no alto da calçada da Natividade, hoje rua dos Clerigos. Foi fundado por uma irmandade de clerigos, em que entravam alguns seculares das principaes familias da cidade. A construcção da torre começou no anno de 1748. O risco e a execução dos trabalhos fôram dirigidos pelo architecto italiano Nicolau Nasoni. As obras concluiram-se em 1763, sendo tão demoradas, tanto pela grandeza da fabrica, como pelas avultadas sommas que annualmente consumiam. A egreja foi sagrada em 12 de dezembro de 1779 pelo bispo do Porto D. Fr. João Raphael de Mendoça. A invocação era de Nossa Senhora d'Assumpção,

mas como o povo começasse a denominal-a durante a sua construcção, *Egreja dos Clerigos*, ficou lhe este nome popular, por que é ainda hoje conhecida. O templo é isento da jurisdicção parochial. O frontispicio é grandioso pela accumulação de ricos ornatos. Entre os dois nichos com estatuas que estão no corpo superior do frontispicio, vê-se a thiara pontificia sobre uma almofada, e no vertice do frontão a cruz de tres braços ornada com folhagem de palmas O interior do templo é enriquecido com primorosa obra de talha dourada, a capella-mór é de marmore de côres de riquissimo trabalho; tem a tribuna, tambem de marmore, onde está a imagem da padroeira, Nossa Senhora d'Assumpção. Dizem que esta tribuna importou em mais de 50:000 cruzados (20 000$000 reis). Na capella-mór está depositado o corpo de Santo Innocencio, martyr. Tambem ali se vêem duas bellas imagens de S. Pedro e S. Filippe Nery, e dois orgãos. Nos altares lateraes ha boas pinturas, entre as quaes se salienta um quadro gothico, a *Virgem do leite*. Pelas fachadas lateraes, junto ao envasamento, corre um passeio lageado, guarnecido de balaustrada, e mais elevado que o pavimento das ruas. Sobre a porta travessa, que se abre na fachada do lado do norte, está gravada uma inscripção latina, que declara a padroeira a que a egreja é consagrada, e quem fôram os fundadores d'esta. A torre dos Clerigos é a mais alta do reino, e das mais elegantes e notaveis da Europa, excedendo muito, em altura, as de Hamburgo, Bolonha, Utrech, Riga e Bristol E' toda de cantaria lavrada e de solidissima construcção, assente n'uma rocha, polo que tem resistido a todos os temporaes e convulsões do globo; apenas em 1831 um forte temporal destruiu uma pequena parte d'esta torre, que foi pouco depois concertada. Em 1862, uma faisca electrica lançou por terra o globo com a cruz, que logo foi reposta no seu logar. A sua altura, desde o nivel da rua até á base do globo de metal que a corôa, é de 75 metros. Vê-se do mar a 60 k. de distancia, servindo por isso de guia aos navegantes que demandam a barra do Porto. Tem 8 campanarios com os seus competentes sinos, pesando todos 7990,372 kilogrammas.

Egreja do Collegio. Está situada no largo do Collegio. Era a egreja do antigo convento dos Gracianos Grillos. (V. *Porto, conventos do)*. Tem majestosa frontaria; é muito vasta, com um bom altar-mór ladeado de dois altares, um com uma boa imagem de Christo na cruz, e outro, de soberba batalha dourada, dedicado a Nossa Senhora. No corpo da egreja ha 6 altares, 3 de cada lado.

Egreja dos Congregados. Situada na praça da Liberdade. Era a egreja do antigo convento da Congregação do oratorio de S. Filippe Nery. Secularisada por occasião do cêrco do Porto, foi de novo entregue ao culto em 1836. A' egreja dos Congregados faltam a torre e a sacristia, que fôram demolidas em 1842. Os altares de Nossa Senhora das Dores e de Jesus Maria José são muito apreciados. Esta egreja possue os corpos de S. Clemente, Santo Eugenio e S. Severino.

Egrejas dos Extinctos Carmelitas e do Carmo

Egreja da Lapa. Está situada no largo do mesmo nome. Em 7 de janeiro de 1755 o missionario apostolico P. Angelo de Sequeira, natural do Brazil, lançou a primeira pedra nos alicerces d'uma capella dedicada á Senhora da Lapa, em terreno que lhe fôra dado por um devoto; a capella foi feita á custa de esmolas do povo, e depressa ficou concluida. Os portuenses começaram logo a ter tão grande devoção por aquella imagem, que fidalgos e fidalgas, pessoas principaes da cidade, clerigos, burguezes e povo, tudo concorreu, não só com esmolas e alfaias, para adorno do pequenino templo, mas até com o seu trabalho, conduzindo os precisos materiaes. A capella ornamentou-se com toda a magnificencia. A' padroeira deu-se-lhe a invocação de *Nossa Senhora da Lapa das confissões*, porque junto á egreja se havia construido um confessionario publico, onde os peccadores iam fazer as suas confissões geraes, sem serem conhecidos. O magnifico templo que

existe hoje, não é a capella do P. Angelo, mas uma ampla e formosa egreja que se construiu n'aquelle mesmo local no meado do seculo XVIII, sendo a primeira pedra lauçada em 17 de julho de 1756. O terreno foi doado pela Camara Municipal do Porto, e os portuenses na sua grande devoção pela Senhora da Lapa, concorreram com tão elevados donativos que promptamente se arranjou o o dinheiro preciso para a grandiosa fabrica que hoje existe. A fachada da egreja é elegante e de granito lavrado, tendo duas elevadas torres lateraes feitas da mesma pedra. O painel

Torre dos Clerigos

do altar-mór, que representa a Adoração dos pastores, é trabalho valioso do apreciado pintor portuense João Baptista Ribeiro. Na capella-mór, do lado do Evangelho, está encerrado n'um singelo mausoléo de granito o coração de D. Pedro IV, que este monarcha doou á cidade do Porto, em preito de reconhecimento pelo muito que a cidade soffreu pela causa constitucional. Junto á egreja está o cemiterio da Lapa, já descripto. (V. *Porto, Cemiterios do*). A egreja pertence á irmandade da Senhora da Lapa. Tem hospital e escolas.

Egreja das Sallesias. Está situada na rua de Villar.

Egreja de Santa Clara. Era a do antigo convento de Santa Clara. Foi D. João I que, em 27 de março de 1416, lançou os fundamentos da egreja. A pedra dos alicerces do lado direito do portico, que dá accesso ao templo, foi posta pelo referido monarcha, e a da esquerda pelo infante santo D. Fernando. O templo é internamente revestido de riquissima talha do seculo XVII de rendilhados lavores. A pia d'agua benta é de apreciavel esculptura. O painel do altar-mór foi pintado por Vieira Portuense. Os córos, sobretudo o superior, com numerosas pinturas e abundancia de talha merecem, assim como toda a egreja, a maior attenção.

Egreja de S. Bento da Victoria. Está situada na rua de S. Bento. E' a maior e a mais imponente egreja do Porto, depois da Sé. A grandiosa frontaria é dividida em 4 corpos, o primeiro com 5 portaes, o segundo com nichos onde estão as imagens de S. Bento, Santa Escolastica e Santa Gertrudes Magna; o terceiro com 3 grandes vidraças que illuminam o côro, e o quarto com a cruz e o nicho de Nossa Senhora da Victoria. Distante da fachada vêem-se as duas torres da egreja, uma das quaes está inutilisada. O vestibulo, que era espaçoso, teve de ser dividido aos lados com paredes, destinadas a sustentarem a abobada. O templo, no interior, é d'uma só nave em fórma de cruz latina; a abobada é de pedra lavrada, trabalho de grande merito No corpo da egreja ha 5 capellas, resguardadas por elegantes e bem trabalhadas grades de ferro; as imagens que encerram, são de valor; no cruzeiro ha 4 altares, sendo os do topo os mais opulentos em talha dourada. A capella-mór é grandiosa, possuindo 50 bellas cadeiras coraes de pau preto; o altar-mór tem um precioso retabulo de talha dourada, com numerosas esculpturas, e o camarim é sumptuoso. O coro da egreja é considerado o mais rico de Portugal. As cadeiras coraes são maravilhosas; os quadros de madeira e as molduras que os revestem, são interessantes, assim como a balaustrada de pau preto e as decorações dos orgãos. Na sacristia ha um altar de talha dourada, bons armarios, espelhos, e fóra da sacristia, em um corredor, uma lindissima fonte de granito lavrado.

Egreja de S. Francisco. A primitiva egreja do convento de S. Francisco foi começada em 1233, Seculo e meio depois, reconhecendo os frades que ella era acanhada para o serviço religioso, a subbstituiram pelo templo, que existe ainda, começado em 1383 e acabado em 1410. A egreja tem 3 naves separadas por 3 arcos ogivaes, sustentados por feixes de columnas. No começo do seculo XVIII a egreja foi enriquecida, sendo adornada externamente a portada com umas columnas salomonicas, e internamente, todo o templo com opulenta obra de talha. Logo á entrada principal, do lado esquerdo, ha uma capella de estylo ogival, com uma preciosa imagem gothica de Santo Antonio. Do lado da Epistola, junto á capella-mór, vê-se um tumulo Renascença, assente sobre outro tumulo antigo, onde repousam os restos mortaes de Fernão Brandão Pereira, de Ramalde, fallecido em 1528; é de apreço pela perfeição dos trabalhos que o decoram. São apreciaveis a capella da Senhora da Soledade, as cancellas vazadas e douradas que a fecham, o altar da Se-

nhora da Boa Morte, e o altar dos Martyres de Marrocos. No retabulo do altar-mór ha um quadro gothico, de valor, representando o *Baptismo de Jesus*, e no altar dos Martyres de Marrocos outro, representando a Adoração dos pastores.

Egreja de S. João Novo Situada no largo de S. João Novo. Pertenceu ao convento dos eremitas de Santo Agostinho. Nada tem de notavel; é d'uma só nave, com formosa abobada de granito. Possue uma das imagens mais venerandas no Porto, desde seculos, *O Senhor dos Passos*, e um apreciavel painel no altar-mór, pintado por Glama; na sacristia existem dois curiosos quadros a oleo reproduzindo todos os santos, papas e bispos da ordem de Santo Agostinho, e um trabalho de grande valor, representando a *Adoração dos pastores.*

Egreja do Terço. Situada na rua de Cima de Villa. Em 1775 o P. Geraldo Ferreira fundou uma capella e a irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade, que em 1781 deu começo á construcção da actual egreja e de um hospital, que pouco a pouco se foi constituindo, formando-se enfermarias para os irmãos e para os particulares, que se quizessem ali tratar, mediante uma recompensa convencionada Mais tarde tambem estabeleceu aula gratuita de primeiras letras para os filhos de irmãos. A egreja é modesta, mas elegante. Possue boas imagens, salientando-se as da *Senhora d'Annunciação* e da *Assumpção*, e a *Santissima Trindade coroando Nossa Senhora.*

Egreja da Trindade. No largo da Trindade. Pertence á ordem Terceira da Trindade. Sendo esta ordem instituida no Porto em 14 de maio de 1755, por uma bulla do papa Benedicto XIV, construiu-se uma capella provisoria no largo do Laranjal, hoje largo da Trindade, um pouco mais ao N E da actual egreja, na esquina que faz frente para a travessa de Liceiras. Depois de concluida a egreja, transformou-se a capella em cemiterio dos irmãos, até á prohibição dos cemiterios das ordens terceiras, em 1868. A primeira pedra na egreja foi lançada em 17 de abril de 1803 pelo bispo do Porto D. Antonio de S. José e Castro, sendo as obras concluidas em 1841, abrindo-se a egreja á veneração publica em 29 de maio do mencionado anno. O templo é um dos mais grandiosos que existem no Porto. Mede 64 m. de comprimento, e a fachada é de granito moldada no estylo italiano classico, com duas esculpturas de S. Felix de Valois e S. João da Matta, fundadores da ordem da Trindade. Encima-a uma elegante torre com um bom carrilhão, o primeiro que houve no Porto. A capella mór foi principiada em 1852. N'esta egreja existem imagens de muito valor, especialmente as que saíam na majestosa procissão, no domingo da Santissima Trindade, sobre riquissimos andores: *Santissima Trindade*, *Senhora dos Remedios*, *S. Felix de Valois*, *S. João da Matta*, *Santa Izabel*, *S. Miguel dos Santos e S. Francisco Xavier*. Annexo á egreja fundou-se em 6 de junho de 1852 um hospital e pharmacia para os irmãos enfermos. Tanto a egreja como o hospital e todos os melhoramentos da ordem devem muitissimo a José Antonio de Sousa Basto, 1.º visconde da Trindade. O lyceu que fica annexo, destinado á educação dos filhos e filhas dos irmãos, foi instituido em 23 de dezembro de 1857, e autorisado pelo alvará de 20 de abril de 1861, tendo aulas de instruc-

Egreja da Lapa

ção primaria e secundaria, piano, canto e prendas proprias do sexo feminino.

Porto (*Ermidas do*). V. *Porto* (*Capellas do*).

Porto (*Escola Medica do*). V. *Portugal*, vol. III, pag. 176.

Porto (*Escolas do*):

Escola Industrial Infante D. Henrique. Situada no Campo dos Martyres da Patria. Esta escola official é destinada a cursos industriaes, e funcciona á noite.

Escola Normal. Está installada na rua da Alegria. O edificio divide se em dois corpos symetricos, um para o sexo feminino e outro para o masculino. E' cercado de jardins com estufas, aquario, apiario e varias installações destinadas ao pessoal. Tem magnifico material de ensino, bibliotheca, museu e laboratorio, e annexa uma escola de ensino elementar. Habilita professores ao ensino primario.

Porto (*Estação Chimico-Agricola do*). Fica na rua de Santa Catharina. Está montada n'um bello edificio das repartições das obras publicas do districto, e foi especialmente creada para a analyse de terras e adubos. E' dependencia do ministerio respectivo.

Porto (*Estações dos caminhos de ferro do*):

Estação Porto-Alfandega. E' destinada unicamente ao transporte de mercadorias, de pequena e grande velocidade, para todas as linhas ferreas. Está situada na rua da Alfandega.

Estação Porto-Campanhã. V. *Portugal*, vol. II, pag. 671 e 672.

Estação Porto Central. Situada na praça de Almeida Garrett, no local onde existiu o antigo convento e egreja de S. Bento da Ave Maria, de freiras benedictinas. A pedra fundamental foi lançada em 22 de outubro de 1900 por el-rei D. Carlos e rainha D. Amelia, por occasião da inauguração do monumento ao infante D. Henrique. Tem serviço de comboios para as linhas do Minho, do Douro, de Sul e Sueste, de Guimarães e de Salamanca.

Estação-Porto á Povoa de Varzim e Famalicão. Tem a estação principal na praça de Mousinho de Albuquerque (Boa-Vista); e outra *Estação Secundaria*, na praça de Carlos Alberto.

Porto (*Fortificações do*):

Castello de S. João da Foz. V. *Portugal*, vol. III, pag. 558.

Fortaleza da Serra do Pilar. V. *Portugal*, n'este vol. pag. 719.

Porto (*Freguezias do*). V. no artigo *Porto*, n'este vol. pag 916.

Porto (*Governo Civil do*). E' um grande edificio, mas de singela architectura, com a frente para a rua da Batalha, e as trazeiras para a rua da Porta do Sol. Estáva separado do theatro de S. João pela rua do Captivo Pelo O estava a antiga porta, ou postigo, dos Carvalhos do Monte, ou de Santo Antonio do Penedo, que depois se denominou *Postigo do Sol*. Quando esta porta foi demolida, ficou o edificio completamente separado dos outros predios. Conforme já dissémos n'este vol. a pag. 936, foi este edificio construido para a *Casa Pia*, ou asylo dos orphãos e creanças pobres, não chegando, porém, nunca a ter essa applicação. Antes de 1832, estavam no andar terreo as prisões de recrutas e dos criminosos militares; no 1.º e no 2.º andar havia differentes secretarias e repartições pertencentes á guarnição do Porto, residindo tambem ali alguns officiaes, solteiros, do corpo da guarda real da policia. Depois de 1834 ainda ali se conservaram por bastantes annos as prisões militares; porém, depois, fôram arrancadas as grades de ferro das janellas, e o edificio convertido em casas da repartição de fazenda, pagadoria militar, quartel-general, estação telegraphica, e todas as repartições da policia. Como apezar da sua vastidão, o edificio não tinha a capacidade sufficiente para accommodar tantas e tão differentes repartições, pensou-se em o ampliar; mas não podendo ser accrescentado senão pelo O, e não merecendo as suas paredes a confiança dos peritos para supportarem o peso d'um terceiro andar, foi demolido o arco da Porta do Sol, estendendo-se para este lado o augmento que se fez. Em 1846 e 1847 funccionou nas suas salas a Junta Revolucionaria do Porto. Parte do edificio foi incendiado em 1847, conseguindo-se salvar os livros e tombos de emprazamentos dos mosteiros extinctos, pertencentes ao archivo da repartição de fazenda do districto, estabelecida na parte do edificio onde se declarara o incendio. Não tardou a serem reparados os estragos. Tem continuado a estar ali estabelecido o Governo Civil, o commissariado da policia e o quartel general da 3.ª divisão militar. Tambem effeituam as suas reuniões as seguintes corporações administrativas: Auditoria do Contencioso Administrativo, Junta Districtal de Hygiene, Commissão do Estabelecimento do Salva Vidas, e o Conselho Regional das Associações.

Porto (*Gymnasio Lauret no*). Foi fundado por Paulo Lauret em 11 de fevereiro de 1882, n'uma casa do largo da Picaria n.º 13, dando logo de seu principio os melhores resultados, concorrendo a elle a mocidade portuense com o maior enthusiasmo. A frequencia dos alumnos foi tão grande, durante os dois primeiros annos, que em 1884 o Gymnasio teve de ser mudado para casa maior no largo do Laranjal, onde continuou a desenvolver se de tal fórma que não tardou a reconhecer-se a necessidade de mais espaçoso edificio, o que se conseguiu, mudando-se para outra casa mais espaçosa e mais apropriada, na mesma rua. O gymnasio Lauret tem salas de gymnastica, de armas, bilhares, dança, tiro, differentes jogos, electricidade, banhos, etc. O ensino ficou dividido em diversos cursos, conforme as idades dos discipulos, e regulado de modo a dar os resultados mais praticos e proveitosos. O primeiro sarau, que se deu em publico, foi em 13 de fevereiro de 1884, offerecido á imprensa portuense, e a 6 de maio do mesmo anno offereceu outro sarau á classe medica. Estes dois saraus fôram um bello meio de propaganda, que mais apreciada tornou aquella instituição. A estas festas seguiram-se outras de beneficencia, sendo a primeira no Palacio de Crystal e em beneficio da créche de S. Vicente de Paula; em Braga, em beneficio da Associação dos Bombeiros Voluntarios; tomou parte em tres espectaculos, em beneficio dos povos da Andaluzia, por occasião dos terremotos; outro espectaculo em beneficio do hospital Maria Pia, etc. O Gymnasio Lauret possue diplomas do *Gymnasio Social de Badajoz*, do *Gymnasio de Madrid*, do *Gymnasio Medico de Sevilha*, do *Gymnasio Hayser de Paris*, do *Club Gymnasio de Lisboa* e de *Coimbra*, e do *Instituto de Gymnasiologia de Lisboa*, etc.

Porto *(Hospicio do)*. Está no Campo dos Martyres da Patria. Era a antiga roda dos expostos, para cuja manutenção, em 1590 se applicaram 100 cruzados dos crescimentos das sizas, sob a vigilancia do provedor. Em 1592 deram se 100:000 reis. A Misericordia dava annualmente 10$000 reis, para o mesmo fim. Em 1604 deu a cidade, com a mesma applicação, 104$000 reis. Até 1595 era eleito em camara um cidadão, a que se dava o nome de *pae dos meninos*, para tratar da creação dos enjeitados. Depois nomeou-se um *mechanico* para este emprego, pago pelo senado. No primeiro de outubro de 1685 foi que se estabeleceu, comtudo, a roda dos expostos na rua dos Caldeireiros ao pé do antigo hospital da Misericordia. Em janeiro de 1826 passou para uma casa na rua dos Fogueteiros. No cêrco do Porto, como aquella casa estivesse muito exposta ás bombas e granadas dos sitiantes, foi a roda provisoriamente transferida para a rua de Cedofeita, mas quando o cêrco terminou, de novo se installou na rua dos Fogueteiros Ficando vago o hospicio que os frades antoninos de Valle de Piedade tinham na Cordoaria, hoje Campo dos Martyres da Patria, com a extincção das ordens religiosas em 1834, passou para ali a roda dos expostos, pela portaria de 12 de outubro de 1838. A roda, que era dependente da Misericordia, passou a ser administrada pela Camara Municipal, até 1864, em que foi extincta. O hospicio está installado n'uma dependencia do referido convento, servindo para recolher e velar pelas creanças encontradas nas ruas, pelos orphãos de pae e mãe, e pelas creanças que ficam abandonadas por prisão ou doença grave dos paes.

Porto (*Hospitaes do*):

Hospital de alienados Conde de Ferreira. Situado na rua de Costa Cabral. V. *Ferreira (conde de)*. *Portugal*, vol. III, pag. 407.

Hospital de Convalescentes D. Francisco de Noronha. Está situado na quinta da Prelada, ao Carvalhido.

Hospital de Creanças Maria Pia. Na rua da Boa Vista. Foi fundado em 1883, sendo installado provisoriamente n'um palacete da rua da Carvalhosa, d'onde passou para o magnifico edificio da rua da Boa Vista, expressamente construido para hospital de creanças, segundo o plano do engenheiro Estevão Torres, no terreno, para isso generosamente offerecido pela sr.ª D. Maria Emilia Cabral. O hospital é destinado unicamente ao tratamento de creanças doentes, de familias pobres, e vive exclusivamente da caridade publica.

Egreja de Santa Clara

Hospital dos Entrevados. Situado na rua de Nova Cintra.

Hospital da Irmandade de Nossa Senhora da Lapa. Situado no largo da Lapa.

Hospital de Lazaros e Lazaras. Está situado na rua das Fontainhas. O documento mais antigo, que se encontra com respeito a este hospital, é datado de 29 de janeiro de 1558. Este documento é uma justificação de certas reliquias enviadas a Joanna Serrão, pela rainha da Bohemia Joanna Serrão era mulher de João Domingues, cavalleiro dos infantes de Castella. Para a capella que João Domingues edificara n'este hospital, foi que aquella rainha enviou as reliquias. Prova-se, então, portanto, que este hospital já existia, mas ignora-se a epoca da sua fundação primitiva. O actual hospital foi fundado, parece que em 1721, destinado primitivamente para leprosos d'ambos os sexos, passando mais tarde a recolher os doentes de feridas incuraveis. Annexos estão os hospitaes de invalidos e invalidas. O primeiro fundado em 1521, e o segundo em 1857.

Hospital militar de D. Pedro V. Está na Avenida da Boa Vista, e é destinado ao tratamento dos soldados da guarnição do Porto. A primeira pedra foi lançada no dia 22 de abril de 1862. Está construido segundo todas as regras modernas de hygiene, e é vasto, claro e muito arejado. O corpo principal tem 98 m. de comprimento, e está dividido em tres partes com dois pavimentos A do centro, que faz resalto, tem 32 m. de comprimento e as lateraes 33 m. cada uma. Da parte central partem duas galerias de communicação, perpendiculares á rua e separadas uma da outra por um espaço de 22 m., reservado para jardim interior do edificio; communicam as duas galerias, de dois pavimentos, com 4 enfermarias, 2 de cada lado, parallelas ao corpo central e separadas entre si e do corpo do edificio por espaços de 18,ᵐ5 destinados a jardins. Cada enfermaria tem 33 m. de comprimento por 8 de largo. Dão communicação para cozinhas, lavadouro, casas de banho e de autopsias, que fórmam a parte posterior do edificio. No topo das galerias ha umas pequenas enfermarias para presos, sarnosos, e doentes de molestias contagiosas As pequenas enfermarias do topo das galerias, no segundo pavimento, são para alienados, bexigosos, ophtalmicos, e para observações. No corpo central ficam as repartições destinadas ao pessoal, gabinetes dos medicos, pharmacias, quartos para officiaes doentes, enfermarias para sargentos, etc. Todas as obras fôram executadas pelo engenheiro militar Miguel Baptista Maciel. Em 1902 ainda o hospital estava por concluir.

Egreja de S. Francisco

Hospital Geral de Santo Antonio. Está situado no Campo dos Martyres da Patria, e pertence á irmandade da Misericordia. Quando el rei D. Manuel I mandou abrir a rua das Flôres, já existia n'aquelle sitio uma antiga albergaria chamada de Roque Amador. Era o melhor hospital que então havia no Porto, excedendo a todos na dotação e na regularidade do serviço. Meio seculo depois de se projectar a nova rua pela frente d'aquella albergaria, veiu estabelecer-se a seu lado, em 1555, a confraria da Misericordia, que

fôra instituida em 1499 na capella de N. S.ª da Encarnação, na sé de Lisboa. Sendo introduzida no Porto, logo se deu principio á fundação do seu rico templo. (V. adeante *Santa Casa da Misericordia do Porto*). Decorridos 29 annos, falleceu em Madrid a 29 de janeiro de 1584 o fidalgo portuense D. Lopo d'Almeida, deixando uma avultada quantia para se reconstruir e augmentar a albergaria de Roque Amador, e para lhe accrescentar os rendimentos, devendo receber depois o nome do testador. N'este legado havia o encargo de serem vestidos 5 pobres em memoria das Chagas de Christo, e de ser dado aos pobres um bom jantar no dia do anniversario do seu fallecimento. Como este legado concorreu muito para se arrabaldes, o edificio do hospital de D. Lopo deixou de ter capacidade para accommodar os enfermos que affluiam cada vez em maior numero; e por vezes se planeou a construcção d'um novo edificio, mas todas as tentativas se frustravam, pelas difficuldades que lhe oppunham a escolha do terreno, e mais ainda a falta de capitaes. Estas difficuldades, porém, todas se venceram em 1769, mettendo hombros á empresa D. Antonio de Lencastre, que era então o provedor da Misericordia, e a mesa que n'esse anno regia a irmandade. Escolhido o sitio para a fundação do hospital na parte alta da cidade, por mais desafogado e saudavel, e por haver n'ella terrenos espaçosos livres de edificações, compraram-se pe-

Portico da egreja de S. Francisco

desenvolverem as obras, o hospital depressa se concluiu, recebendo o nome de *Hospital de D. Lopo*, conforme a vontade do testador. Durante o seculo XVII e mais de metade do seculo XVIII, foi elle não só o primeiro hospital do Porto, mas tambem um modelo de boa administração, para zelar a qual o instituidor determinára que viessem annualmente tomar-lhe contas dois irmãos das misericordias de Braga e de Guimarães. O hospital permaneceu algum tempo com administração propria, até que em 1591 foi annexado á confraria da Misericordia. Em 17 de maio de 1647 fôram approvados os seus estatutos por alvará de D. João IV. Crescendo a cidade e augmentando consideravelmente a sua população e a dos seus la quantia de 5:970$000 reis dois meios casaes chamados do *Robalo*, situados entre o *Campo da Torre da Marca*, onde depois se edificou o Palacio de Crystal e seus jardins, e o Campo da Cordoaria, hoje chamado *Campo dos Martyres da Patria*. Assim que se effeituou esta acquisição, mandou-se para Inglaterra a medida e planta do terreno, e encommendou se ao architecto inglez John Karr, então residente na cidade de York, o risco para o novo hospital. Aquelle distincto artista traçou o plano do edificio com tanta largueza e magnificencia, como se tratasse de desenhar um hospital geral para a cidade de Londres. Chegando ao Porto a planta, D. Antonio de Lencastre e a mesa da confraria ficaram tão ma

ravilhados que não attentaram ou não esmoreceram ante as enormes despezas que deveria necessariamente fazer tão vasta construcção O architecto recebeu 500 libras de gratificação, e no dia 15 de julho de 1770 lançou se a primeira pedra nos alicerces com a maior solemnidade e apparato. O motivo porque o hospital tem a invocação de Santo Antonio é narrado da seguinte fórma: Quando em sessão de 15 de julho de 1770 a mesa administrativa da Misericordia escolhia padroeiro para o novo hospital, dividiu-se em parcialidades. Queriam uns que fôsse S. Sebastião, outros S. João de Deus, outros S. José e Santo Antonio, optando todos pelo santo dos seus nomes de baptismo. A' vista d'isto, lembrou o provedor que se procedesse a um escrutinio secreto, e saiu eleito Santo Antonio. O provedor D. Antonio de Leucastre observou que alguem poderia censurar aquella eleição, por elle se chamar *Antonio*, e que o escrivão da mesa e mais dois mesarios, tinham tambem egual nome; e por isso pedia aos irmãos presentes que meditassem, concluindo por propôr novo escrutinio, em que novamente foi eleito o Santo thaumaturgo; procedendo-se ainda o terceiro escrutinio, deu o mesmo resultado, ficando então definitivamente adoptado o titulo de *Hospital Geral de Santo Antonio*. As obras progrediram com mais ou menos actividade até ao fim do seculo XVIII, e primeiros annos do seculo XIX, parando por occasião da invasão dos francezes. Depois receberam por vezes algum impulso. Os accidentes do terreno obrigaram a fazer tão grandes alicerces e tão elevadas muralhas para base do edificio, que no anno de 1798 ainda as fachadas não passavam acima do envasamento. Ainda hoje se encontra apenas completa a fachada central e parte das lateraes. Parece que o edificio nunca chegará a concluir-se, por se reconhecer que o terreno em que está situado, é bastante insalubre. Por occasião do cêrco do Porto recebeu a fachada sul grande numero de balas de artilharia, que apenas lhe fizeram leves manchas, não conseguindo deslocar uma unica pedra. Em janeiro de 1874 continuavam as obras do majestoso edificio, não com a rapidez e desenvolvimento que seriam para desejar, mas conforme as forças do cofre, e algumas obras importantes se realisaram, como a continuação da galeria de serviço no primeiro pavimento, a continuação do alicerce do muro, correspondente á arcada longitudinal da galeria norte, construcção completa da escada principal do pavilhão de nordeste; conclusão das quatro enfermarias que olham para a praça do Duque de Beja, e canalisação da agua potavel para as novas enfermarias. Montou-se na summidade do edificio um deposito de agua quente, que d'ali segue por encanamento especial para todas as enfermarias, e foi substituida a illuminação de azeite e de petroleo pela de gaz, em todo o vasto edificio, melhoramento sensivel de que resultou grande economia. Deu-se finalmente principio a uma nova casa para operações e tratamento dos operados, na cêrca do hospital, a distancia d'este, em local e condições indicadas pelo conselho medico da Misericordia e pelo da Escola Medica Cirurgica. Fica junto á extremidade noroeste da cêrca, em frente do portão que dá serventia para esta, no alto da rua da Liberdade. A fachada principal do edificio é imponente com as suas gigantescas columnas e torreões terminaes encimadas pelas estatuas de Galeno e Hypocrates. No torreão central falta ainda o grupo allegorico, que o deve rematar. As enfermarias são amplas e com todos os requisitos modernos em casas d'esta ordem. Na grande cêrca tem annexa uma lavandaria a vapor, um bem montado serviço de desinfecção e dois pavilhões para doenças infecciosas. Como os irmãos da Misericordia eram obrigados a acompanhar os condemnados ao supplicio, a Misericordia tinha para elles um cemiterio especial, que se denominava *Adro dos Enforcados*, e n'esse cemiterio havia a capella do *Senhor dos Afflictos*, que foi depois transferida para a cêrca do novo hospital. A enfermaria homeopathica foi ali estabelecida em virtude d'um legado de 20:000$000 reis feito á Misericordia para esse fim, pelo conde de Ferreira, não devendo a enfermaria ter menos de 20 doentes permanentes. A pharmacia do hospital é importantissima. Tambem ali se encontra uma escola de enfermagem. O hospital é dirigido por um grupo de medicos muito distinctos, funccionando os clinicos da Escola Medico-Cirurgica do Porto, por contrato especial com o governo. Na sala da secretaria existem o retrato a oleo de D. Lopo d'Almeida, e um busto d'outro bemfeitor, ha muitos annos fallecido, Joaquim José de Campos.

Hospital do Senhor de Bomfim. Está situado na rua de Montebello (Guellas de Pau), sendo destinado a molestias infecciosas.

Hospital da Veneravel Irmandade de Nossa Senhora do Terço. Está na travessa de Cima da Villa. (V. *Porto*, *Egrejas do*), n'este vol. pag. 912 Para os hospitaes das ordens terceiras, V. *Porto* (*ordens terceiras*).

Porto (*Illuminação do*). A illuminação da cidade do Porto levou tanto tempo a estabelecer-se como a de Lisboa, devendo o Porto a sua primeira illuminação a Francisco d'Almada assim como Lisboa deveu a sua a Pina Manique, mas a illuminação do Porto era por tal fórma mesquinha que se tornava necessario, sempre que uma familia saia á noite, levar comsigo o seu lampião. A apparição do gaz transformou completamente as noites portuenses, por isso tambem foi acolhida com o maior enthusiasmo. A 16 de setembro de 1855, dia em que el-rei D. Pedro V completou 18 annos de edade, e se realisou enthusiasticamente a sua acclamação, foi que pela primeira vez appareceu illuminada a gaz a cidade do Porto. Os negociantes das ruas de Santo Antonio e dos Clerigos mantinham então á sua custa uns candieiros supplementares, que tornavam muito brilhante a illuminação d'aquellas ruas. O gazometro foi estabelecido no sitio do Ouro, á beira do rio Douro. A Companhia Portuense de illuminação a gaz projectou depois construir um novo gazometro, por aquelle ter sido varias vezes inundado pelas aguas do rio, em occasião de enchentes, causando graves prejuizos á empresa. Em 27 de março de 1889 assignou-se a escriptura d'um contrato para a illuminação a gaz da cidade do Porto, entre a Camara Municipal e Charles Georgi.

Porto (*Institutos do*):

Instituto Industrial e Commercial. A Escola Industrial Portuense, fundada em 18 2 pela Associação Industrial, passou em 1854 para o governo, que a installou em parte do edificio da Aca-

demia Polytechnica, onde funccionou 18 annos, até que em 1886 Emygdio Navarro, sendo ministro, a remodelou, reunindo n'ella o ensino superior industrial e commercial sob a designação de *Instituto Industrial e Commercial*

Instituto Surdos Mudos Araujo Porto. Está situado na rua da Paz, sendo inaugurado em 1893, por legado do benemerito Araujo Porto. E' dirigido pela Misericordia. Além do ensino especial, aprendem os internados, os rapazes os officios de sapateiro, alfaiate e typographo, e as raparigas os lavores proprios do seu sexo. O edificio está bem situado, e foi cuidadosamente adaptado ao fim a que se destina.

Porto *(Jardins do).* Além dos que vão adeante descriptos, existem mais o do *Campo 24 de Agosto*, o da *Praça das Flôres* e o da *Praça do Infante D. Henrique.*

Campo da Cordoaria, hoje Campo dos Martyres da Patria. Em 1757 fôram aqui enforcados em 6 fôrcas seguidas, por ordem do marquez de Pombal, os implicados na sedição contra a Companhia das Vinhas. No tempo das luctas civis de 1828 a 1833, tambem aqui houve forcas erguidas, sendo então o sitio conhecido pelo *Campo do Olival.* A plantação da alameda da Cordoaria foi ordenada por alvará regio de 28 de setembro de 1611, que a mandou fazer á custa da *imposição do vinho.* O alvará de 11 de julho de 1612 ordenou a nomeação de 2 guardas com o vencimento annual de 15$000 reis, e outra carta regia de 6 de março de 1613 mandou continuar a plantação da mesma alameda, autorisando a nomeação de mais 2 guardas. O *Alamo*, que todos conhecem por *Arvore da Cordoaria*, parece que foi plantado em 1612 por ordem de Filippe II, e foi elle a unica arvore que na cidade resistiu ao decorrer dos seculos e do cêrco do Porto, testemunha muda dos infelizes que fôram ali suppliciados. A Arvore da Cordoaria foi em parte devorada por um incendio, em 1860, causado por uma fogueira feita pelos cordoeiros. Em 2 de fevereiro de 1865 um terrivel temporal arrancou-lhe um frondoso ramo, com grande magoa dos portuenses, que em copioso numero correram ao jardim da Cordoaria. A instancias do visconde de Villar d'Allen, então vereador da cidade, a Camara Municipal resolveu em 1866, transformar o Campo da Cordoaria em jardim, encarregando d'esse serviço o jardineiro paizagista allemão Emilio David, que delineou o novo jardim com a maior competencia. No jardim da Cordoaria, tratado com todo o esmero, e considerado officialmente *jardim botanico*, está reunida uma notavel série de plantas de alto valor, principalmente á volta do lago, que é opulento, com bellos fetos arboreos *Alsephilas* e *Balantiums* e soberbas palmeiras *Chamoerops*, *Cocos*, *Phoenix* e *Pritchardias.* Na Cordoaria ha uma rua central, para passeio, orlada de platanos, e um coreto para musica. O jardim é todo circumdado por uma preciosa collecção de centenares de camelias variadas, o que torna aquelle recinto muito agradavel e pittoresco.

Jardim do Palacio de Crystal. (V. *Porto, palacios do*).

Jardim Passeio Alegre Na Foz. E' um dos melhores jardins do Porto; muito extenso e desafogado, tendo, proximo, a foz do rio Douro e todo o surprehendente panorama do Oceano; tem largas avenidas, uma d'ellas orlada de *Araucarias excelsa*, numerosas taças, um coréto e magnificas plantas de ornamento.

Jardim Passeio de S. Lazaro. E' o mais antigo jardim do Porto. Foi começado em 1834 e concluido em 1841. E' um jardim pequeno, com uma grande taça ao centro, circumdada por longa rua assombrada d'um lado por enormes Australias *(Acacias melanoxylon)* talvez as mais velhas do Porto, e do outro por formosas Magnolias (*Magnolia grandiflora).* Possue algumas soberbas Tilias, e corpulentas Camelias. Tem corêto para musica.

Jardim da Praça de Carlos Alberto. O primitivo risco d'este jardim, que era deveras pesado, foi modificado ha poucos annos pela direcção dos jardins do Porto, que lhe deu uma fórma mais leve e apropriada ao pequeno espaço que occupa. Nada tem de notavel.

Jardim da Praça do Coronel Pacheco. E' um pequeno recinto ajardinado, onde se nota apenas a belleza especial d'uma ou outra planta.

Jardim da Praça do Duque de Beja. E' em fórma de parque, tendo ao centro um lago, bellos arrelvados e variadas coniferas, que lhe dão um aspecto particular, distincto de todos os outros passeios publicos do Porto. Foi delineado pelo director dos jardins municipaes Jeronymo Monteiro da Costa.

Jardim da Praça do Marquez de Pombal. E' um singelo e bonito jardim moderno, situado n'um ponto muito pittoresco da cidade. Está bem arborisado, e possue duas taças com jogos d'agua, e um bom corêto para musica.

Jardim da Praça Mousinho d'Albuquerque. (Boavista). E' amplo, bem traçado, e possue bellos arrelvados e magnificas palmeiras. Orlam a rua central bons exemplares de *Chamoerops excelsa.* Está cortado ao centro pela avenida da Boavista e linha do caminho de ferro americano.

Jardim da Praça dos Voluntarios da Rainha. E' de singelissimo desenho. Ao centro tem a fonte monumental da Companhia das Aguas, e aos lados arrelvados com duas esplendidas *Phoenix rechinata*, sem duvida os melhores exemplares que se vêem nos jardins publicos do Porto.

Porto *(Judiaria, ou bairro dos judeus no).* O bairro primitivo dos judeus comprehendia, pouco mais ou menos, a área constante da medição que se segue. *(Nomes actuaes)*: Principiando da praia de Miragaia, em frente da calçada de Monchique, subia por esta calçada, lado direito, até ao *palacio das Sereias* (no sitio ainda hoje chamado *Monte dos Judeus).* Seguia pelo lado direito da rua da Bandeirinha, até ao largo de Viriato, rua dos Fogueteiros, alameda das Virtudes, rua da Cordoaria Velha, escadas da Esperança, até á porta Nova, onde terminava. Segundo se collige de um documento, datado de 22 de abril de 1452, existente na Camara Municipal, estava o bairro situado pela parte de baixo da alameda das Virtudes, e com pouca differença, no quintal que foi de Francisco da Rocha Soares, chegando até ás trazeiras da egreja de S. Pedro, terreno depois occupado com o edificio da grande fabrica de louça de faiança, que existiu aqui, e foi propriedade do referido Rocha Soares. No reinado de D. João I, e pelos annos de 1400, pouco mais ou menos, viviam muitos judeus fóra do seu bairro, e espalhados por differentes ruas da cidade, por não caberem na Judiaria, o

que dava origem a muitas injurias, doestos e vexações para os infelizes judeus. Aquelle monarcha, para evitar taes desaguisados, mandou á camara, que dentro dos muros da cidade marcasse logar para uma nova Judiaria. A camara marcou-lhe o espaço que medeia entre o lado S E da rua do Calvario, a intestar com a muralha da cidade, que estava então construida de poucos annos, até á fonte da rua das Taipas; seguindo d'ali até á rua de Bello Monte, pelo lado norte d'esta rua, até ás escadas da Esnóga (Sinagoga) e calçada da Victoria, e parte O da rua de S. Bento até á Relação, e parte S do passeio da Cordoaria, a intestar com a porta do Olival, seguindo pela parte interior da muralha, até onde começou esta medição, no principio E da rua do Calvario. A sua synagoga era onde hoje está a egreja de S. Bento da Victoria. A camara aforou-lhes este terreno pelo fôro e pensão annual, perpetua, de *200 maravedins velhos, de 27 soldos o maravedim, de dinheiros portuguezes, de moeda antiga, que ora são chamados Alfonsis, ou de Barbudas, e de Graves, Fortes e Pilartes da moeda de Portugal, que foi feita em Lisboa, e na dita cidade (Porto) por mandado de el-rei D. Fernando — convem a saber—Barbuda, por dois soldos e quatro dinheiros, e Grave, por 14 dinheiros—e Pilarte, por sete dinheiros—e Forte, por dois soldos dos ditos dinheiros Alfonsis.* Como a colonia judaica fôsse progredindo, e não coubesse no terreno que lhe fôra marcado, pediram os judeus á camara, e ella concedeu-lhes, mais um espaço de terreno, do lado sul do campo do Olival, hoje passeio da Cordoaria, para alargarem a judiaria, mediante o competente fôro.

Hospital de alienados do Conde de Ferreira

Porto *(Juntas do).* Houve em 1808, 1820, 1828 e 1846, as seguintes:

Junta Suprema do Governo do Reino, em 1808. No dia 1.º de fevereiro d'este anno, o general Junot organisou em Portugal uma regencia em nome de Bonaparte, que se intitulava *imperador dos francezes, rei de Italia e protector da confederação do Rheno*, etc. Esta regencia logo se estreou no dia acima indicado, publicando o decreto de Napoleão, que impunha a Portugal um tributo de 100 milhões de francos (18:000 contos de reis). O exercito portuguez é desarmado e mandado para França Bonaparte prende á traição o rei Carlos IV e a familia real de Hespanha, pelo que, os hespanhoes se levantam contra os francezes, e D. Francisco Taranco, com a sua divisão, abandona o Porto em 6 de junho, e marcha para Castella, a unir-se ás tropas do seu paiz. Logo a 18 de junho, os portuenses secundam o grito de liberdade dado pelos transmontanos, acclamando a autonomia e independencia de Portugal, a rainha D. Maria I e o principe regente D. João, tomando armas contra os invasores da sua patria. As aguias de Bonaparte são arriadas das nossas fortalezas, e a bandeira portugueza fluctúa ovante, por quasi todo o paiz. A 19 do referido mez formou-se então no Porto a *Junta suprema do governo do reino.* O exercito portuguez reorganisou-se; os inglezes veem em nosso auxilio, e a convenção de Cintra, de 30 de agosto, obriga a sair de Portugal Junot e as suas hordas, carregadas de roubos, e deixando o paiz completamente devastado.

Junta provisoria do governo do reino, em 1820. Depois da revolta que se deu no Porto a 24 de agosto de 1820, a que adheriram as tropas da guarnição, assim como as do Minho e Traz-os-Montes, pede-se a convocação das côrtes e o regresso de D. João VI (que estava ainda no Rio de Janeiro com a familia real) e a expulsão dos officiaes inglezes, do exercito portuguez. A regencia do reino, em Lisboa, nomeada pelo rei, proclamou ao povo contra a revolução do Porto, e deu algumas outras providencias insignificantes. As tropas revoltadas marcham sobre Lisboa. A regencia mandou o conde de Barbacena com uma divisão contra aquellas, mas não passou de Leiria, porque, tendo logar a revolução em Lisboa, a 15 de setembro, no sentido da do Porto, as tropas do governo fôram mandadas recolher á capital. A regencia foi dissolvida, organisando-se em seu logar uma *Junta do governo do reino*. Convocaram-se as côrtes dos Tres Estados. O

governo provisorio do Porto pretende dominar exclusivamente a situação, mas por fim veiu a um accordo com a Junta do governo de Lisboa, e no dia 1.º d'outubro, de ambos estes corpos se escolheram individuos para a formação da *Junta provisional do governo supremo do reino.* Esta junta ficou composta de homens animados de bons desejos, e bons patriotas, mas não estavam á altura da missão espinhosa de que os encarregavam. Todo o exercito portuguez annuiu de bom grado a esta resolução, para não ser governado por officiaes estrangeiros, pois que desde o tempo do marechal Beresford, quasi todos os officiaes superiores do nosso exercito eram inglezes. A maior parte do povo, como o governo, continuava a ser monarchico, na dynastia de Bragança, como os tres Estados eram convocados, segundo a antiga pratica, como a religião catholica continuava a ser a do estado, e como esta revolução não teve mortes nem atrocidades, annuiu finalmente á mudança de cousas; apenas alguns nobres se recusaram a prestar juramento á constituição. O marechal Beresford foi ao Rio de Janeiro, na esperança de que D. João VI annullasse todos os actos praticados pela Junta Provisoria do Governo Supremo do Reino, mas é intimado pelo governo para não desembarcar, pelo que se dirigiu a Londres, sem voltar a Portugal. Os officiaes inglezes são excluidos do exercito portuguez.

Junta provisoria em nome de D. Pedro IV, em 1828. A 16 de maio d'este anno, houve no Porto a revolta militar. Uma das suas causas fôram as *desligações* de muitos officiaes do exercito liberal, feitas pelo conde do Rio Pardo, ministro da guerra. As *desligações* correspondiam, pouco mais ou menos, ao que se chama hoje *disponibilidade*. Os revoltosos nomeiam então a mencionada junta provisoria. Alguns corpos das provincias do norte annuem á revolução, e a junta organisa alguns batalhões. Em 28 de maio um batalhão de infantaria n.º 20, que estava de guarnição em Tavira, annuiu á revolução do Porto, proclamando a Carta Constitucional. As tropas liberaes juntamente com as da Junta continuam ardentemente combatendo contra os miguelistas. Sendo por vezes vencedoras, e outras vezes vencidas, emigraram para Galliza.

Junta provisoria do governo Supremo do Reino, em nome da nação e da rainha, em 1846. Esta junta dirigiu a revolução que rebentou no Porto, logo que n'essa cidade houve noticia do golpe de estado de 6 de outubro. Foi organisada no dia 10, e tomou o titulo acima mencionado. Era composta do general conde das Antas, então commandante da 3.ª divisão militar, e que se achava investido do commando superior de todas as forças militares existentes nas 2.ª, 4.ª, 5.ª e 6.ª divisão militar, José da Silva Passos, Antonio Luiz de Seabra, que era presidente da Relação do Porto, Sebastião de Almeida e Brito, advogado na mesma cidade; Francisco de Paula Lobo d'Avila, tenente-coronel chefe do estado-maior da 3.ª divisão militar, e Justino Ferreira Pinto Basto. O conde das Antas foi nomeado presidente da Junta, José Passos escolhido para vice-presidente e encarregado das repartições dos negocios da fazenda e estrangeiros, Seabra encarregado da repartição do reino, Almeida e Brito da repartição da justiça, Lobo d'Avila dos negocios da guerra, e Pinto Basto dos negocios da marinha. A revolução acabou, como é sabido, pela convenção de Gramido, redigida por Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos e assignada por D. Manuel de la Concha e coronel W. Wilde, representantes da Hespanha e da Inglaterra, e pelo marquez de Loulé e visconde de Carril, Antonio Cesar de Vasconcellos, que fôra com esse titulo agraciado pela Junta, representantes da Junta. A 30 de junho de 1847 resolveu a Junta dissolver-se, sendo o documento, que então se lavrou, assignado por José Passos, Lobo d'Avila e Pinto, porque o conde das Antas fôra feito prisioneiro, pela esquadra ingleza. Seabra tinha-se separado dos seus collegas quando ficou vencido na deliberação ácêrca da expedição para o sul, e Almeida Pinto retirou-se poucos dias depois do aprisionamento da esquadra.

Hospital militar D. Pedro V

Porto *(Matadouro publico do).* Não consta, se nos primeiros tempos, o dos suevos, houve casa ou logar exclusivo para abater as rezes destinadas ao consumo da população. Suppõe-se que o

gado era abatido mesmo no açougue, que primitivamente era perto da Sé, no centro do Burgo Velho, e no logar conhecido pelo largo do Açougue Real. Depois mudou se para as Fontainhas, para o edificio, onde está hoje o Asylo da Mendicidade. Em 1840 construiu-se o actual Matadouro no sitio do Monte Pedral, e ali se abate todo o gado vaccum consumido na cidade.

Porto *(Mercados do)*. Até certa epoca os mercados fôram em diversos pontos da cidade; porém, veiu mais tarde a disposição municipal que arruou e dispoz o mercado da Ribeira, o do Anjo, o do Bolhão e do Peixe. As ultimas tentativas de mercados na rua de Ferreira Borges, largo da Aguardente, hoje praça de Marquez de Pombal, e Poço das Patas, não lograram sustentar-se por muito tempo. Até 1834 houve um mercado diario de fructas, flôres, hortaliças, legumes, etc., no largo, hoje praça da Batalha, desde o angulo que está ao NO e a pouca distancia do palacio, onde actualmente está installado o Correio, até quasi á entrada da rua de Santo Ildefonso.

Mercado do Anjo. Está situado no Campo dos Martyres da Patria e rua das Carmelitas. E' o mercado mais antigo. Occupa o espaço onde esteve o recolhimento do Anjo, fundado em 1672, e que foi demolido depois de 1834. O mercado construiu-se em 1839. E' quadrado, com talhos e pequenos estabelecimentos de mercearia á volta, tendo ao centro um chafariz, com muito boa agua. Tem uma ampla escadaria de accesso sobre o largo de S. Filippe Nery, onde se faz o mercado de flôres, e portões nos angulos que voltam para a Cordoaria e praça dos Voluntarios da Rainha.

Mercado do Bolhão. Situado na rua Formosa e rua de Fernandes Thomaz Foi inaugurado em 1839. Dois lados estão occupados por talhos e estabelecimentos varios, e dois fechados com grade, tendo ao centro largos portões de accesso. E' o mais concorrido dos mercados do Porto.

Mercado de Ferreira Borges. Foi construido em 1885. E' coberto, e recommenda se pela sua solidez, bella disposição e bem lançado da cobertura. E' muito pouco concorrido. Ainda existia em 1902, mas dizem que a Camara Municipal projectava supprimil o, aproveitando o edificio para outro fim

Mercado de gado. Fica no largo da Corujeira.

Mercado do peixe. Está situado no poente da parte Occidental da Cordoaria, hoje Campo dos Martyres da Patria, n'um terreno chamado os *celleiros*, por ter havido ali celleiros publicos, que mais tarde se transformaram em quartel d'uma companhia de infantaria do corpo da guarda de policia d'esta cidade, o qual foi substituido pela guarda municipal, e foi este quartel devorado completamente pelas chammas em 19 de março de 1832, quando estava ali tambem um destacamento de cavallaria, da mesma policia, fallecendo 7 pessoas e 15 cavallos. Foi collocada com solemnidade e assistencia da Camara Municipal, etc., a primeira pedra d'este mercado, no cunhal do angulo truncado (extremidade sul) da fachada principal, em abril de 1869, e n'ella uma lamina metallica, tendo gravada a seguinte inscripção, composta pelo cartorario paleographo da camara, Antonio Justino Pereira: *Piscarium hoc Forum, publicis expensis, a Portucalensi Municipio constitutum, anno millesimo octogentesimo sexagesimo nono, quarto Idus Aprilis, regnante Ludovico Primo.* E com esta lamina se collocaram tambem ali exemplares das moedas de prata e ouro, d'este reino, correntes n'aquella data; sendo presidente da camara Francisco Pinto Bessa. Celebrou se a inauguração com musica, bandeiras, fogo de artificio e extraordinario concurso de visitantes no dia 8 de março de 1871. A planta d'este edificio foi traçada pelo engenheiro Gustavo Adolpho de Sousa Reis. Encontra-se n'este mercado grande abundancia de peixe, trazido não só das praias proximas da cidade, como da Povoa

Hospital Geral de Santo Antonio

de Varzim, Espinho, Vianna do Castello, e até de Vigo. No pavimento inferior do mercado e em pequenas casas fronteiras, estão installadas as lojas venda dos miudos do bois, vitellas, porcos e carneiros.

Mercado do Pão. Na praça de Santa Thereza. E' uma interessante velharia do Porto. Ali se faz diariamente venda das varias qualidades de pão e brôa, consumidos no Porto pelas classes menos abastadas

Porto *(Misericordia do).* V. *Porto (Santa Casa da Misericordia do).*

Porto *(Monumentos do)*:

Estatua do conde de Ferreira. Foi inaugurado em 25 de março do 1904 um monumento ao benemerito conde de Ferreira, fallecido no Porto a 24 de março de 1868. O monumento está collocado no jardim fronteiro ao hospital de alienados do conde de Ferreira, na rua do Costa Cabral.

Estatua de D. Pedro IV. Foi construida a expensas da camara municipal do Porto, e está situada na Praça de D. Pedro, actualmente Praça da Liberdade, que até 1834 se denominou *Praça Nova.* A primeira pedra n'este monumento foi lançada em 9 de julho de 1862. A construcção foi dada por concurso ao esculptor belga Anatole Calmels, que residia em Lisboa. N'um cofre de prata, juntamente com as moedas de ouro, prata e cobre da epoca, foi guardado o auto e a lamina commemorativa, com uma inscripção em latim, elogiando o principe e designando o dia da cerimonia. Alguns mezes depois começaram as obras que se concluiram no fim do anno de 1865, vindo a realisar se a inauguração a 19 de outubro de 1866. O monumento tem 10 m. de altura, desde a superficie do terreno da praça até á parte superior da cabeça da estatua, medindo d'altura incluindo o plintho, 4,m 70, e a parte architectonica 5,m 30. A estatua é de bronze fundida por uma companhia de Bruxellas, sob o modelo do referido esculptor Anatole Calmols, importando em 48:000 francos (8:640$000 reis, calculando cada franco a 180 reis). Representa o imperador D. Pedro a cavallo, segurando a rédea com a mão esquerda, emquanto com a direita apresenta a Carta Constitucional. O pedestal é bastante singelo, e tem dois baixos relevos de marmore de Carrara, tendo de altura 1m, 21 sobre 2,m 45 de comprimento. Um d'estes baixos relevos representa a entrega da bandeira ao batalhão de voluntarios da rainha D. Maria II, e outro a entrega do coração de D. Pedro á camara municipal do Porto. Além dos baixos relevos, tambem se vêem no pedestal as armas da cidade do Porto e as da casa de Bragança. Toda a obra de esculptura e sua collocação, importou em 21:000$000 reis, segundo o contrato feito com o esculptor em 18 de dezembro de 1862.

Estatua de D Pedro V Depois da morte d'este monarcha,succedida a 11 de novembro de 1861, os artistas do Porto trataram de erigir um monumento á sua saudosa memoria. Para esse fim, reuniram-se os artistas e nomearam uma commissão para promover subscripções e quaesquer outros meios concernentes á construcção do monumento. Fez-se o projecto, que foi logo approvado. A commissão conseguiu reunir as sommas precisas, por meio de subscripções no paiz e no Rio de Janeiro, de beneficios nos theatros do Porto, de illuminações e bazares no Jardim de S. Lazaro, com leilões de prendas offerecidas, e até de espectaculos em que representaram amadores dramaticos. O local escolhido para o monumento, foi a praça da Batalha, e destinou se o dia 7 de junho de 1862 para a solemne inauguração dos trabalhos ; esta cerimonia, ficou addiada para 4 dias depois, realisando-se no dia 11. El-rei D. Fernando fôra convidado para assistir á collocação da pedra fundamental, mas não podendo comparecer, fez-se representar pelo seu ajudante de campo, o conde de Rilvas. Ao acto solemne assistiram todas as autoridades do Porto, chefes do repartições e de estabelecimentos publicos, deputações das associações populares da cidade, varios titulares e outras pessoas de distincção. O cofre que se depositou na base do monumento, era de zinco, e encerrava um exemplar de todas as moedas cunhadas durante o reinade de D. Pedro V, tendo no topo a seguinte inscripção latina, gravada n'uma lamina de prata :

D. PETRO V
LUZITANIAE REGI
LUDOVICUS I REGNANTE
SUB PATRIS AUSPICIIS
REGIS FERDINANDI II
ID GRATI ANIMÉ SIONUM
CULTORES ART CUM PORTUCALENSES
POSLERE
VII IDUS JUN IS
ANNO DOMINI MDCCCLXII

Alguns annos mais tarde, a *Associação Benefica dos Ourives do Porto* mandou tirar em prata um modelo do plano do monumento, e offereceu-o á *Sociedade Portugueza de Beneficencia do Rio de Janeiro*, para fazer parte do leilão que aquella benemerita sociedade realisou em beneficio do hospital por ella fundado e mantido. Era um trabalho primoroso ; guardando as devidas proporções, representava uma exacta imitação do monumento ; tinha de altura 60 centimetros, e mais de 9 k. do peso A estatua, emblemas e escudos d'armas, eram de prata não polida, e o resto de prata brunida. Esta delicada e importantissima obra foi trabalho de 3 artistas de reconhecido merecimento : Francisco José Aranha, Antonio Marques dos Santos e Antonio José Machado. O monumento de D. Pedro V tem 10 m. d'altura A estatua, trabalho do esculptor Teixeira Lopes, fundida no Porto, é de bronze, tem 3 m. e 1:320 k. de peso O monarcha está de pé, trajando o uniforme de tenente-general, com a fronte um tanto inclinada sobre o peito, e o braço direito caido; a mão direita está pegando negligentemente no chapéo, e a osquerda segura a espada, que assenta no chão. As 4 faces principaes do pedestal são ornadas de navios, emblemas em relevo, de bom desenho e de magnifica esculptura. Os emblemas teem as seguintes inscripções gravadas em letras de bronze na base do pedestal ; os da parte do norte symbolisam a religião :

Os artistas portuguezes por gratidão a
D. Pedro V em 1862 ;

os da parte de léste representam as artes :

Visita ao Porto quando principe em 1852 ;

os da parte de Oeste, indicam a industria e a manufactura:

Visita á exposição industrial em 1861;

e a da parte do sul apresenta a agricultura:

Visita á exposição em 1860;

Sobre o friso do sôcco e encostados ao pedestal, nas 4 faces menores do octogono, vêem se em cima de almofadas, os escudos coroados das armas de Portugal, e Saxe Coburgo, dos duques de Bragança, e da cidade do Porto. A grade que cerca o monumento é de fórma octogona e de fino desenho; entre os seus ornatos vêem-se 4 medalhas com as seguintes inscripções, as quaes commemoram os principaes promotores ou fontes de receita para as obras da construcção:

Sociedade Madrépora do Rio de Janeiro
7 de junho de 1863.
Artistas Portuguezes do Rio de Janeiro
10 de junho de 1863.
Bazar Portuense no Jardim de S. Lazaro
30 de agosto de 1862.
Empreza dos Caminhos de Ferro Portuguezes
21 de julho de 1862.

Depois de concluido o pedestal, demorou-se ainda por muito tempo a collocação da estatua, pelas difficuldades e questões que sobrevieram, afinal a commissão conseguiu terminar todos os seus trabalhos, e no dia 3 de fevereiro de 1866 realisava-se pomposamente a inauguração na presença d'el-rei D. Luiz, que de proposito fôra ao Porto para assistir á solemne cerimonia. A praça da Batalha achava-se vistosamente guarnecida de bandeiras, galhardetes, pyramides de camelias, e das janellas das casas visinhas pendiam colchas de damasco de differentes côres. As ruas de Santo Antonio e dos Clerigos, e a praça de D. Pedro, tambem se viam adornadas com esplendor; a força militar era commandada pelo general Casemiro Benevenuto, depois visconde de Sagres. Dentro do recinto viam-se differentes corporações, titulares, consules, juizes, lentes e muitos mais convidados. O auto da inauguração foi lido pelo secretario da commissão, no pavilhão que se armara na praça da Batalha, e assignado por el rei D. Luiz. Em seguida dirigiram-se todos para a egreja dos Congregados, onde se celebrou um solemne *Te-Deum*, composto expressamente para este dia, pelo maestro portuense Miguel Angelo Pereira.

Estatua do Infante D. Henrique. Está situada n'um jardim, entre as ruas Ferreira Borges, Moutinho da Silveira e do Infante D. Henrique. O lançamento da primeira pedra n'este monumento, realisou-se por occasião das festas do centenario do infante, a 4 de março de 1894, com a maior solemnidade, procedendo á cerimonia a familia real, com a assistencia de todas as auctoridades, corporações e uma multidão compacta de povo. Assignado o auto, celebrou-se um solemne *Te-Deum* na egreja de S. Nicolau, officiando o cardeal D. Americo. Durante a cerimonia da collocação da primeira pedra no monumento, foi executado no Campo da Regeneração, hoje praça da Republica, pelas creanças, coros e 4 bandas militares, o *Hymno do Infante D. Henrique*, expressamente composto pelo maestro Alfredo Keil. Proseguiram as obras, realisando-se a inauguração em 21 de outubro de 1900, com toda a solemnidade, assistindo tambem a familia real, e os ministros do reino, obras publicas e justiça. O presidente da camara municipal, então o dr. Wenceslau de Lima, leu um discurso allegorico, e em seguida cantou-se na egreja de S. Francisco um solemne *Te-Deum*. Houve n'essa noite e na seguinte vistosas illuminações. Todo o monumento é obra do apreciado esculptor portuense Thomaz da Costa. Na frente pedestal ha um grupo allegorico em bronze, representando a navegação, e no verso uma bella figura, tambem em bronze, representando a Fé. A estatua apresenta o Infante vestido de guerreiro, com o braço estendido a apontar para as remotas praias de além-mar. Os dois baixos relevos ao lado do pedestal representam, um a tomada de Ceuta, e o outro o Infante no promontorio de Sagres.

Monumento a D. Pedro V, na Praça da Batalha

Estatua de José Marques Loureiro. No Campo dos Martyres da Patria. *(V. Loureiro, José Marques) Portugal*, vol. IV, pag. 534,

Memoria do Bolhão. Está collocada na rua de Fernandes Thomaz, n'um pequeno espaço em frente das fabricas de estamparia e fundição do Bolhão. Commemora uma visita que el-rei D. Pe-

dro V fez ás citadas fabricas. E' uma columna bastante singela de granito, de 7 m. de altura, rematada por uma estrella de bronze. O pedestal assenta sobre dois degraus tambem de granito, e está resguardado por uma grade de ferro fundido. A columna, a base e o capitel, é um monolitho. Foi principiado a 23 de dezembro de 1861, pouco

Monumento ao Infante D. Henrique

depois da morte de D. Pedro V, e concluido e inaugurado em 9 de julho de 1862. Todo o monumento importou em 1:200$000 reis. Na face do pedestal, do lado do sul, lê se :

TEVE PRINCIPIO EM 23 DE
DEZEMBRO DE 1861 : CONCLUIU-SE
EM 9 DE JULHO DE 1862.

Do lado do O lê-se :

VISITOU A FABRICA DE
FUNDIÇÃO EM 22 DE NOVEMBRO DE 1860.

Do lado do E diz ·

VISITOU A FABRICA DE ESTAMPARIA
EM 28 DE AGOSTO DE 1861.

Na face do lado Norte, que é a que defronta com as duas fabricas, lê-se :

AO REI D. PEDRO QUINTO —MEMORANDO —
DA INDUSTRIA E ARTES PROTECTOR SUBIDO ;
QU'AS VAIDADES DO SOLIO DESCURANDO,
TEVE UM THRONO D'AMOR NA PATRIA EROUIDO ;
QUE AS FABRICAS EM FRENTE VISITANDO
DA —ESTAMPA E FUNDIÇÃO—SALVOS DO OLVIDO,
ARTISTAS A QUEM DEU FAVOR E ALENTO,
CONSAGRAM ESTE HUMILDE MONUMENTO.

Porto *(Motins no).* Tem havido mais ou menos importantes diversos motins no Porto em differentes epocas, contando-se entre elles o que se deu em 1474, por causa do abuso de o fidalgo Ruy Pereira, senhor das Terras de Santa Maria, Feira, ter teimado em estar mais de tres dias a tratar dos seus negocios, o que muitas vezes fazia, vindo sempre bem escoltado por gente altaneira e turbulenta, sem se importar com os foraes da cidade, que não permittiam a *fidalgo, nem poderoso, nem abbade bento, o poisar n'ella mais que tres dias.* A cidade estava, portanto, muito indisposta contra Ruy Pereira quando este ali entrou com uma porção de peões e cavalleiros armados, no dia 26 de maio do citado anno de 1474 e foi pousar na rua Nova, hoje rua do Infante D. Henrique, nas casas de Leonor Vaz, que fôra mulher d'um almoxarife da sua casa da Feira. Despediu parte dos seus acontiados, e ficou para assistir ao despacho e dizimação das fazendas, mas sem pressa alguma, nem attenção para a camara e juizes da cidade, nem para com os seus foraes. Vendo os portuenses Ruy Pereira tão descançado, principiaram a amotinar-se contra o despresador dos seus foros, e a irritação já subia de ponto, quando a camara no dia 4 de junho, a requerimento procurador da cidade, se reuniu no convento de S. Domingos, segundo o costume d'aquella epoca, para combinarem o que deveria fazer-se, afim de terminar o escandalo que estava dando Ruy Pereira, por se conservar na cidade desde 26 de maio, quando não podia demorar-se mais de 3 dias. resolveu-se intimal o para que saisse immediatamente, enviando-lhe uma mensagem, recordando-lhe os privilegios do Porto desde muitos annos. O fidalgo recebeu a intimação muito contrariado, mas que não saía da cidade emquanto não despachasse as mercadorias. Houve nova intimação, e Ruy Pereira recebeu os mensageiros muito mal, despedindo os com a repetição do que já havia declarado, o que promoveu a maior indignação da camara e do povo. Pela terceira vez se resolveu irem dois vereadores da camara com 4 tabelliães para deixar immediatamente a cidade. Ruy Pereira recebeu os com aspereza e ameaças, despedindo os repetindo ainda que não sairia da cidade emquanto não dizimasse as suas fazendas. Com esta resposta, o povo cresceu em massa, armado com toda a qualidade de armas, sobre a casa de D. Leonor Vaz, onde estava Ruy Pereira, dando morras ao fidalgo, chamando lhe traidor, falso, etc. Os sinos tocaram a rebate, um alarido infernal se ouviu por todas as ruas e travessas, homens, mulheres, novos e velhos, todos armados, mas o bispo D. João de Azevedo, tendo noticia do conflicto, saiu-lhes á frente para evitar maiores desgraças. A' vista do bispo todos pararam, e o prelado pediu então

que lhe confiassem os pergaminhos, e esperassem um pouco, que elle tinha esperança de convencer Ruy Pereira da sua sem razão. A camara de bom grado annuiu, e o bispo entrou em casa do fidalgo, d'onde depois saiu, declarando que infelizmente nada conseguira, e logo das janellas da casa de Ruy Pereira se disparou um tiro de espingarda sobre a multidão, e o povo investiu immediatamente com a casa, disparando sobre ella um chuveiro de balas e projecteis de toda a ordem. Ruy Pereira, porém, estava prevenido para a resistencia, e elle e os seus creados defendiam-se como desesperados. Appareceram logo homens com machados e trataram de despedaçar as portas, mas como estas não cedessem, trataram de amontoar contra ellas grande quantidade de lenha, e lançaram-lhe fogo. Passados alguns minutos a casa foi devorada pelas chammas, salvando-se a muito custo Ruy Pereira e os criados, precipitando se das janellas, expondo se a serem trucidados pelo povo furioso, mas valeram lhe os juizes e vereadores, que estavam presentes, acompanhando-os até á beira do rio Douro, e d'ahi em barcos até á margem opposta, onde os deixaram. Deu se tambem o motim por causa do imposto das Maçarocas, em 1628. (V. *Portugal*, vol. IV, pag. 607.) Outro motim se deu em 1661, sendo regente do reino a rainha D. Luiza de Gusmão, viuva de D. João IV, por causa do tributo do papel sellado, a que o povo não queria sujeitar-se, revoltando-se a 4 de maio d'esse anno. Como o povo não foi attendido, e mandando a camara prender os procuradores do povo, a multidão indomita foi a casa do thesoureiro da cidade, apedrejaram-lhe as janellas, obrigando o a lançar á rua e ali queimaram todo o papel sellado que lá encontraram; e queimariam tambem a casa, se não acudissem os frades de S. Domingos Depois queriam tambem o papel sellado que estava em casa do recoveiro, na Rua Nova. A casa do juiz da Alfandega foi arrombada, e despedaçados todos os moveis. Obrigaram o corregedor da cidade a entregar-lhes a provisão regia que creara aquelle tributo. O tumulto só terminou, quando fôram postos em liberdade os procuradores do povo. A força militar do Minho marchou sobre a cidade, onde entrou a 17 de outubro, e o tributo foi então imposto sem resistencia. Em 4 de fevereiro de 1757, tambem se deu um motim no Porto provocado pelos inglezes contra a *Companhia geral da agricultura e das vinhas do Alto Douro*, que o marquez de Pombal havia creado. Fôram tropas de Lisboa, e o tumulto depressa ficou suffocado. Foi ao Porto uma alçada no dia 12 de outubro do mesmo anno, sendo condemnadas 283 pessoas a differentes penas: forca, açoites, galés, confiscação de bens, e degredo. Em 24 de agosto de 1820, deu-se a revolta que acclamou então a futura *constituição*, que por isso se ficou chamando *Constituição de 1820*. A guarnição militar da cidade constava dos regimentos de artilharia n.º 4, dos de infantaria n.ºs 6 e 18; da guarda da policia, que eram tres companhias de infantaria e uma de cavallaria; e dos regimentos de milicias do Porto e da Maia. Estes corpos reuniram se no Campo de Santo Ovidio, ao qual, por este facto, se deu desde 1831 o nome de Campo da Regeneração, e é hoje Praça da Republica. Formaram pelas 5 horas da manhã, e depois de acclamarem a constituição que se havia de fazer, ouviram missa que celebrou o capellão do regimento de artilharia n.º 4, n'um altar que se levantou no centro do campo. Ao erguer a hostia todos juraram com o maior enthusiasmo, defender a constituição proclamada, ao som d'uma salva de 21 tiros de artilharia. Os individuos que promoveram esta revolução, fôram: Manuel Fernandes Thomaz e João da Cunha Sotto-Maior, desembargadores da Relação do Porto; José Ferreira Borges e José Pereira de Menezes, advogados; José da Silva Carvalho, juiz dos orphãos Porto; João Ferreira Vianna e José Gonçalves Santos Silva, negociantes; Duarte Leça e José Maria Lopes Carneiro, proprietarios; Francisco Gomes da Silva, medico do exercito, José de Mello e Castro d'Abreu, coronel de milicias no Porto; José Maria Xavier de Araujo, provedor da comarca de Vianna do Castello; Bernardo Correia de Castro Sepulveda, coronel do regimento de infantaria n.º 18; Domingos Antonio Gil de Figueiredo Sarmento, tenente coronel de infantaria n.º 6; José Pereira da Silva Leite Berrêdo, tenente-coronel da guarda real da policia do Porto; José de Sousa Pimentel de Faria, major do regimento de milicias no Porto; José Pedro Cardoso da Silva, major do regimento de milicias da Maia; Tiburcio Joaquim Barrêto Feio, ajudante do regimento de milicias da Maia. Em 1836 deu-se um motim provocado pelos marceneiros do Porto, sentindo-se affrontados pela mobilia vinda do extrangeiro. Reunindo se em grande numero, dirigiram-se armados de martellos e machados á alfandega velha, e fizeram em pedaços toda a mobilia de procedencia estrangeira, que encontraram no caes e á porta da Alfandega, e mesmo alguns pianos; depois seguiram para os armazens que a Alfandega então occupava nos baixos do convento de S. Domingos, que invadiram, despedaçando tambem a mobilia estrangeira que encontraram, recolhendo-se depois ás suas officinas; mas em seguida formou-se um grande magote de populaça que percorreu varias ruas da cidade, arrojando pedras sobre as lojas de negociantes estrangeiros, apupando os e causando-lhes bastante prejuizo, principalmente nas vitrines e armações. Os marceneiros nada soffreram com esta revolta, nem houve prisões. O governo é que teve de pagar o prejuizo ás nações que o reclamaram. Em 1856, por causa da carestia do pão, tambem se revoltou o povo portuense, mas depressa socegou.

Porto *(Museus do)*:

Museu da Academia de Bellas Artes. Está situado no Passeio de S. Lazaro. Foi fundado em 1836 Ali se encontram umas 300 pinturas antigas e modernas, entre as quaes ha preciosos quadros em cobre, uma rica collecção de esmaltes de Limoges, quadros de Sequeira, Carpi, Silva Porto, Pouzão, Sousa Pinto, e o *Desterrado*, estatua em marmore, trabalho do esculptor Soares dos Reis.

Museu Municipal. Situado na rua da Restauração. Foi fundado em 1836 pelo negociante inglez João Allen. (V. *Portugal*, vol. I, pag. 216). Os seus herdeiros o venderam em 1850 á camara municipal Possue uma preciosa collecção de mais de 600 quadros, entre os quaes se salientam alguns gothicos de valor e numerosas télas antigas e modernas do artistas nacionaes e estrangeiros afamados. E' notavel a sua collecção de

moedas e medalhas, a collecção conchiologica e a secção archeologica.

Porto *(Nascentes, Fontes e Chafarizes do)*:

Nascente d'Aguas Ferreas. Está situada na parte exterior da quinta de *Santo Antonio da Boa-Vista*, que pertence aos herdeiros do visconde de Veiros, José Leite da Cunha Sotto Maior. A fonte é de architectura simples, mas agradavel; fica em plano inferior ao do terreno circumvisinho, n'um espaço ajardinado e murado, com alguns bancos de pedra destinados para descanço dos doentes e visitantes. A agua é limpida, apresentando por vezes suspensas pequenas porções ocraceas de peroxydo de ferro. A sua temperatura é de 20°, sendo a da atmosphera á sombra de 23°,5. Em 1863 foi analysada pelo pharmaceutico do exercito Manuel Nepomuceno. Bibliographia: *Exame medico-chimico dos contentos de uma agua mineral descoberta em Villa Nova de Gaia*, por Antonio Francisco da Silva, Porto, 1674; *Breve noticia da agua mineral da quinta de Santo Antonio das Aguas Ferreas no Porto*, por Manuel Nepomuceno; saiu no *Escholiaste Medico*, vol. XIV, pag. 277; 1863.

Nascente do Campo Grande. Fornece agua para as seguintes fontes: da rua do Meio, á esquina da rua de Santo Ildefonso, no largo do Padrão; da rua das Fontainhas, logo á entrada N da rua; da Batalha; da rua de Cima da Villa, ao fundo d'esta rua e da do Captivo; da rua de S. Sebastião.

Nascente da Cavaca. Fornece as fontes da rua de Santo Ildefonso e do passeio publico, de S. Lazaro.

Nascente de Liceiras ou de Camões. Fornece agua para o chafariz do largo do Laranjal, fontes: do Bomjardim á esquina da rua de Sá da Bandeira; da Praça Nova, Paços do Concelho; Do largo de S. Bento, ou da Feira. A agua que actualmente brota do chafariz do largo do Laranjal é a mesma d'uma antiquissima fonte, que até ao meado do seculo passado existiu na rua do Laranjal, no sitio onde ella faz um recauto, mas ficava mesmo no meio da rua, n'uma especie de poço, para o qual se descia por alguns degraus. Pela circumstancia de ficar assim escondida lhe dou o povo o nome de *fonte do olho do c.*, e assim era conhecida. A Camara Municipal para acabar com este feio nome, e ainda mais, pelo incommodo que causava aos transeuntes esta fonte, e pelo constante perigo em que os collocava, removeu-a mais para baixo, construindo um elegante chafariz, que fica em frente da rua da Cancella Velha.

Nascente de Paranhos. Desde 1597 que fornece agua para as fontes da *Arca*, do *Matadouro*, da *Bica Velha*, e da *Falperra*. O povo do Porto deu mil cruzados para a construcção do aqueducto.

Nascente da Povoa. Fornece as fontes da rna da Firmeza e da praça do Bolhão.

Nascente de Salgueiros. Fornece o chafariz do Campo Pequeno, e as fontes: da Boavista, de Cedofeita, da rua do Triumpho (Torre da Marca), da praça de Santa Thereza, da Relação, e da Fabrica do Tabaco. As nascentes de Paranhos e de Salgueiros passam para duas areas, uma na rua do Moinho de Vento, e outra no mercado do Anjo, quo alimentam as fontes d'este mercado, da Cordoaria, das Taipas, das Congostas, de S. Domingos, que estava n'outro tempo no meio do largo de S. Domingos á entrada da rua das Flôres. D'estas nascentes se fornecem muitas casas e estabelecimentos particulares. As fontes que teem nascentes proprias são as duas da rua do Almada, as da rua da Armenia, das Bicas, do Bom Successo, do Carvalhinho, da Carvalhosa, da Culher, da rua dos Fogueteiros, da alameda das Fontainhas, da Fontinha, do largo de Fradellos, dos Guindaes, da Lapa, do Mal-m'ajudas, de Mija-Velhas, da Praça Nova, da Ribeira, do Ribeirinho, de S. João Novo, de S. Pedro de Miragaia, do largo de S Roque, de Villa Parda, das Virtudes, do Fôjo, do Bomfim, da Aguada, as duas da rua de Santa Catharina e da Villa das Bombas.

Porto *(Officina de S. José, no)*. Foi fundada em 1883, pelo P. Sebastião Leite de Vasconcellos. Este bondoso ecclesiastico, preoccupado por vêr tantas creanças, que pela grande miseria das familias, vagueavam pelas ruas arrastadas pela estrada do vicio e do crime, pensou em crear um estabelecimento em que ellas fôssem recolhidas, e recebessem educação. O bom do padre bem conhecia ser muito difficil tentar similhante empresa, mas confiava nas almas generosas, e no dia 18 de abril de 1880 começou sósinho, sem o menor auxilio, a esmolar de porta em porta, e com satisfação reconheceu que a sua generosa idéa ia tendo acceitação, e as esmolas iam avultando. Pela sua natureza especial, a obra era nova e unica em Portugal, e assim precisava ir ao estrangeiro procurar em modelos exemplares a lição para a organisação interna do seu instituto. Foi assim que partiu para o estrangeiro, estudando sobretudo as casas fundadas pelo P. D. João Bosco em França e em Italia. Regressando á patria alugou por um anno uma casa no Monte da Pena, cujo aluguer pagou do seu bolso, mas como esse predio ficasse muito afastado do centro da cidade, arrendou a casa da rua de Traz da Sé, onde a officina foi installada definitivamente em 4 de outubro de 1883, recebendo 8 creanças pobres e miseraveis, mas nem todas orphãs. Ganhando logo o instituto as geraes simpathias, tornou se tão crescido o numero de albergados, que P. Sebastião viu ser impossivel conservar-se n'aquella casa, como insufficiente, e teve a idéa de se construir um edificio apropriado. Em 22 de janeiro de 1889 dirigiu-se a Lisboa acompanhado por 8 educandos, pedir a el-rei D. Luiz a cedencia pelo estado dos terrenos precisos para o edificio. Essa cedencia foi feita, e no dia em que se abriu o concurso para a construcção da officina, o benemerito Manuel Esteves Ribeiro, sem a menor solicitação, entregou ao P. Sebastião a quantia de 18:000$000 reis para ajuda das obras, as quaes importaram em 30:730$180 reis. O edificio foi construido na rua Alexandre Herculano, e reune todas as condições para o fim a que era destinado. A inauguração realisou-se em 1 de novembro de 1890. As creanças são admittidas, sendo maiores de 12 annos e menores de 21. Além da instrucção primaria, aprendem os officios de sapateiro, alfaiate, encadernador, marceneiro, typographo e impressor. Tambem ali ha aprendizagem de musica, chegando a organisar se uma banda marcial composta pelos educandos mais velhos, que acompanha a officina nos seus passeios e solemnidades. Os estatutos d'este instituto fôram approvados por alvará de 8 de setembro de 1887, e em 8 de maio de 1890 foi agracia-

do com o diploma de Real Officina de S. José. Os educandos, ao sairem da officina, recebem um enxoval, e aos que fazem exame de instrucção primaria elementar é lhes offerecido um relogio e corrente de prata.

Porto *(Ordens terceiras do):*

Terceiros do Carmo. Foi instituida esta ordem terceira a 13 de julho de 1736, sendo o seu primeiro irmão Thomaz Antonio de Sousa Cyrne Em 26 de julho de 1737 foi eleita a primeira mesa, sendo feito primeiro prior o citado Thomaz Cyrne, e priora D. Leonor Francisca d'Alpocinda e Silva. Em 29 de agosto de 1756 foi lançada a primeira pedra da sua egreja pelo prior D. João da Silva Ferreira, bispo de Tanger, deão de Villa Viçosa, e governador apostolico do bispado do Porto. Em 1770, querendo a irmandade, a exemplo da mesma ordem de Lisboa, sair com a sua procissão, requereu ao prelado diocesano, que lhe deferiu, sendo este despacho confirmado pelo papa Clemente XIV. A primeira procissão saiu em 1772. O frontispicio da egreja é todo de pedra lavrada com muita variedade de esculpturas, e adornado de estatuas. O interior é profusamente adornado de talha dourada nas capellas, nas paredes e no tecto. Contiguo á capella-mór levanta-se o grandioso hospital, cuja edificação principiou em 6 d'abril de 1791. E' um edificio de vastas proporções, de boa e regular architectura, composto de dois corpos, construidos em differentes epocas, e cada um com tres andares, sendo o ultimo decorado no centro com um frontão. Une os dois corpos um portão de ferro que dava entrada para o antigo cemiterio da confraria. Este ponto de reunião fórma um angulo. O edificio, que se estende d'ahi para o norte, foi acabado em 1801, realisando se a sua abertura a 8 de fevereiro d'esse anno. Em 1804 instituiram-se logares para os irmãos pobres, entrevados e incuraveis. Até á extincção dos conventos, em 1834, limitava se o hospital á parte que se estendia para o lado norte, e comtudo, pela sua vastidão, merecia o titulo de grandioso. O edificio que vem correndo para o sul até confinar com a capella-mór da egreja, é fundação moderna, e concluiu-se em 1859 ou 1860. Occupa o logar da parte do convento que os frades acabaram mais promptamente e primeiro habitaram, a qual foi dada aos terceiros para ampliarem o seu hospital. Duas fachadas do hospital deitam para a praça de Carlos Alberto e para a antiga rua chamada *Feira das Caixas.* A administração do hospital e a direcção dos negocios da ordem estão a cargo da mesa, composta de 13 membros eleitos pela confraria, os quaes teem os seguintes titulos: prior, sub-prior, secretario, thesoureiro, procurador geral, vigario e 7 definidores.

Terceiros de S. Francisco. Foi instituida em 1633, n'uma capella dos claustros do convento de S. Francisco, contigua á egreja, mas logo em 1634 os irmãos terceiros improvisaram capella propria, no mesmo sitio da actual, e como era pouco solida depressa se arruinou, pelo que trataram de a substituir por outra, cuja primeira pedra foi benzida pelo bispo D. Fernando, em 13 de maio de 1646. A sua capella, ou egreja actual, feita no terreno onde esteve a anterior, foi principiada em 1792 e sagrada em 19 de maio de 1805 pelo bispo D. Fr. Antonio de S. José e Castro. A egreja é de granito finissimo primorosamente trabalhado, e a frente é muito elegante, e decorada com 5 estatuas de muito valor artistico, representando as 3 no alto da frontaria, a Fé, a Esperança e a Caridade, e as 2 ao lado da porta de entrada, a Innocencia e a Humildade. As decorações interiores são obra de talha e estuque, e os paineis dos altares lateraes fôram pintados por Vieira Portuense. As imagens d'estes altares tambem são de boa esculptura, e na sacristia, que é espaçosa e fica ao poente da egreja, ha tambem rica obra de talha em madeira. As estatuas que decoram a frente da egreja, bem como as imagens dos 12 andores, que saiam na procissão da Cinza, são trabalhos do estatuario portuense João Joaquim Alão, menos a de Christo, que veiu de Roma. A egreja tem bons paramentos e alfaias, merecendo especial menção uma custodia de prata dourada, pelo seu elegante desenho, grande formato e bom trabalho artistico, sendo o resplaudor proporcionado, com grande numero de pedras finas. E' tambem de muito preço e gosto um grande diadema de N. S.ª da Soledade, feito de prata dourada e cravejado de diamantes, bem como um cinto da mesma imagem. Os terceiros de S. Francisco teem o seu hospital na rua da Ferraria, em frente da rua de S. João Novo, descreve o todo um vasto parallelogrammo, faceando com a rua, e tem 4 pavimentos com grandes e espaçosas janellas. No 1.º pavimento estão as escolas, que fôram creadas em 1865, ensinando-se ali portuguez; no 2.º estão as enfermarias e asylo para os irmãos do sexo masculino; no 3.º as enfermarias e o asylo para os irmãos do sexo feminino, e no 4.º e ultimo, estão os quartos para doentes particulares. Este hospital foi fundado por Manuel Ribeiro Poço e Manuel da Silva e Sousa, que generosamente o dotaram As obras principiaram em 1734, e foi aberto em 26 de maio de 1734.

Terceiros da Trindade. V. *Porto (Egrejas do).*

Porto *(Paço episcopal do).* Está situado no cimo do monte, onde em eras muito remotas existiu o castello de Pena Ventosa, e ao lado da Sé Cathedral. Foi D. Nonego, bispo de Vendôme e depois bispo do Porto, ou segundo outros, D. Sebastião Viegas, irmão de D. Moninho Viegas, que construiu pelos annos de 1000 da era de Christo, o primitivo paço episcopal, no sitio onde existiu, conforme dissémos, o castello de Pena Ventosa, então arruinado, e que se demoliu para a nova edificação. O Paço episcopal não passava d'um mosteiro da ordem de Santo Agostinho, onde até ao tempo do bispo D. Hugo, os prelados viviam com os seus monges, que depois se denominaram *conegos seculares*, em communidade, como verdadeiros religiosos, entrando todas as rendas do bispado n'um cofre commum. O bispo D. Martinho Pires, que morreu em 1191, dividiu, a exemplo do arcebispo de Braga, os rendimentos da egreja em tres partes eguaes: uma para o cabido e duas para o bispo. Terminou a clausura d'estes conegos que, passando a clerigos seculares, fôram viver, cada um para onde achou mais conveniente, sem dependencia alguma do bispo. Assim ficou o convento servindo exclusivamente de paço episcopal. Em 1385 ainda o edificio não passava do acanhado e singelo mosteiro, que já deveria ter soffrido varios concertos, pela sua antiguidade de perto de quatro seculos. Sendo bispo do Porto D. Luiz Pires, e estando o paço episcopal muito de-

teriorado pelo tempo, o mandou reconstruir entre os annos de 1455 e 1460, aproveitando a parte mais bem conservada, e reparando o resto. Sobre a porta principal mandou collocar uma pedra com o seu escudo d'armas, que eram umas barras vermelhas e pretas, atravessadas. Succedeu áquelle bispo, D. João de Azevedo em 1465, e foi este prelado que colligiu a livraria, composta, na maior parte, de manuscriptos e já de alguns livros impressos, pois foi no seu tempo que Guttemberg inventou a typographia. Este prelado falleceu em 1495, deixando aos seus successores a livraria, que foi o nucleo da bibliotheca episcopal, que os bispos seguintes fôram progressivamente augmentando. Mais tarde, o bispo D. Pedro da Costa, em 1510, procedeu á demolição de tudo quanto restava do antigo convento, substituindo-o por uma construcção mais apropriada á residencia do prelado da segunda capital do reino. Em 1560 esteve ali hospedado S. Francisco de Borja, e em 1573 o bispo D. Ayres da Silva, que n'esse anno fôra eleito, procedeu a muitas e valiosas obras no paço episcopal, e muito mais faria ainda se não morresse combatendo valorosamente ao lado do rei D. Sebastião, na desgraçada batalha de Alcacer-Kibir, a 4 d'agosto de 1578. Dois annos depois, a 30 de setembro de 1580, D. Antonio, prior do Crato, ali estabeleceu a sua côrte por alguns dias. Quando os castelhanos se apossaram do Porto, por ordem do rei Filippe II de Hespanha, o bispo D. Simão de Sá Pereira, o capitão-mór Pantaleão de Sá, as principaes autoridades e magistrados abandonaram a cidade. As tropas castelhanas commandadas pelo general D. Sancho d'Avila, aquartelaram-se no paço, que se arvorou em quartel-general. O bispo D. Simão do Sá Pereira, que estava em Tuy, voltou para o Porto, mas não quiz residir no paço, visto ali estar o general, e foi para a casa da Misericordia na rua das Flôres. Em 1771 foi eleito bispo do Porto D. João Raphael de Mendonça, monge de S. Jeronymo, do convento de Belem, lente de theologia, D. abbade geral da sua ordem e bispo de Pinhel. O novo prelado resolveu demolir o antigo paço episcopal, e construir um novo edificio com a sumptuosidade d'aquella epoca, e em conformidade com os grandes rendimentos da mitra portuense Foi pois derrubado quasi todo o antigo edificio, e no logar que occupava, se deu principio ao vasto e majestoso edificio, que hoje existe. Durante a vida d'este prelado correram os trabalhos com a maior actividade, empregando-se n'elles gran de numero de operarios, pois que D. João Raphael de Mendonça achou os cofres da mitra replectos de ouro e prata. Mas a obra era tão colossal que, apezar do seu longo governo, apenas conseguiu concluir uma parte do edificio, onde falleceu, ficando o resto em grande atrazo. As obras fôram depois continuando muito vagarosamente, até que por fim pararam de todo, ficando apenas concluida a frente principal, norte, e pouco mais d'um terço das fachadas do sul e oeste. No tempo do bispo D. João de Magalhães e Avellar, que succedeu ao bispo D. João Raphael de Mendonça, pouco se puderam adeantar as obras, por causa da Guerra Peninsular e das convulsões politicas de Portugal. Em 1809 o paço episcopal foi convertido em logar de conferencias patrioticas, e séde da Junta do Supremo governo do reino, presidida pelo bispo D. Antonio de Castro. Em 1820 ali se reuniu a Junta do Governo, que saiu da revolução de 24 de agosto. Durante o cêrco do Porto, de 1832 a 1834, os liberaes construiram uma bateria na extremidade SO do vasto pateo da entrada do paço, o que deu em resultado convergirem para este ponto os projecteis vomitados pelas baterias realistas, e o edificio do paço soffreu muito. O bispo eleito, D. Fr. Manuel de Santa Ignez, aqui habitou emquanto governou o bispado, mas não reparou os estragos. Succedeu-lhe o abbade de Fonte Boa, D. Jeronymo da Costa Rebello, que mandou concertar a parte destruida, e renovar as pinturas do interior. Em 1870 ainda a parte superior do angulo SO do edificio, e que devia concluir a sua fachada principal, estava por fazer. Foi n'esse anno e no seguinte, que terminou esta obra. Como o edificio está construido no tope d'um monte, e lhe segue o declive, do lado do sul, não conserva a mesma altura, nem egual numero de andares, nas suas quatro fachadas. A principal, virada para a entrada principal da egreja da Sé, norte, tem na sua frente um vasto pateo quadrilongo, e o edificio tem por este lado 62 m. de comprimento e 17 m. de altura. O portão que dá entrada para o pateo e para o edificio, tem 7 m. de altura. Para este lado, norte, o mais baixo do edificio, tem elle só dois andares, no 1.º 12 janellas, 6 de cada lado da porta, e no 2.º 13 janellas. Sobre a janella do centro, do 2.º andar, se vê uma *pedra d'armas*, com o brazão do fundador D. João Raphael de Mendonça, que são as armas dos condes de Vallo de Reis, familia a que pertencia. A fachada de OSO tem 38 m. d'altura e quasi o mesmo de comprimento, com 4 andares, cada um com 12 janellas, além das lojas e subterraneos. Os andares baixos teem 28 janellas, vindo a ser, ao todo, as d'este lado, 76. A fachada do sul, em frente do qual está o jardim, tem 76 m. de comprimento, com 5 andares, tendo d'este lado 89 janellas. N'este edificio ha vastos salões, sendo um d'elles a livraria; uma sumptuosa capella, e grande numero de salas e quartos. A escada, que conduz ao andar nobre, é ele gante e majestosa. A architectura do edificio é singela. Das janellas, principalmente das do OS O e S, goza-se um vastissimo panorama, avistando-se a serra do Pilar, V. N. de Gaia, o Candal, rio Douro, as duas pontes e grande parte da cidade e arrabaldes.

Porto *(Paços do)*:

Antigos paços reaes. Estavam contiguos á alfandega velha, e ahi nasceu o infante D. Henrique, o grande navegador. Em 1875 via-se ainda um brazão com as armas reaes junto á porta principal da referida alfandega, e outro n'uma porta, então já muito baixa, do lado da rua dos Inglezes, hoje rua do *Infante D. Henrique.*

Paço da Marqueza. Edificio situado ao fundo da rua de Cima de Villa, e proximo á rua Chã. V. *Porto (Recolhimento de Nossa Senhora das Dores e S. José).*

Paço dos Carrancas. Situado na rua do Triumpho. Foi mandado construir em 1795 por Manuel Mendes de Moraes e Castro, o seu irmão Isidoro Mendes de Moraes e Castro, capitães de milicias e e barões de Nevogilde. Este palacio é denominado *dos Carrancas*, alcunha dos seus fundadores, por viverem com sua familia muitos annos na an-

tiga rua dos Carrancas, depois rua da Liberdade, e serem ali a familia mais saliente pela sua avultada fortuna, e por terem ali montada uma boa fabrica de galões de ouro, por privilegio concedido pelo governo, pois n'aquelle tempo só a fabrica real de Lisboa preparava aquella manufactura. O privilegio caducou como a maior parte dos privilegios portuguezes, em 1834. Por morte dos fundadores, passou o palacio ao 3.º conde de Nevogilde, Henrique José Mendes de Moraes e Castro, e por sua morte o herdou uma sua sobrinha, D. Carlota Rita Borges de Moraes e Castro, a qual casou com um seu primo, Luiz de Almeida Moraes e Castro, que foi major do exercito, e falleceu em 1841. O palacio tem na face principal 11 portões e 11 grandes janellas, e decora esta fachada uma varanda de granito abalaustrada, tendo ao meio um tympano, em cujo centro estiveram as armas dos seus fundadores; e a retaguarda do palacio sóbe a 4 andares, e tem commodos para numerosas familias. O andar nobre compõe se de 5 vastos salões, 4 gabinetes, 2 guarda-roupas, 1 quarto de banho e 2 salas de jantar. Todos estes compartimentos são matizados de majestosas allegorias e paizagens a fresco, obra de artistas mandados vir expressamente de Italia, e que no palacio reproduziram varias pinturas do Vaticano. O salão de baile é estucado primorosamente em relevo, com pinturas allegoricas. Tem ao rez do-chão um grande pateo, e aos lados grandes cocheiras e cavallariças. Na retaguarda tambem ha um bonito jardim e uma bôa cêrca, e do andar nobre se goza um vasto e lindo panorama sobre a cidade e arrabaldes, e principalmente sobre Villa Nova de Gaia e o Candal. O palacio dos Carrancas foi primorosamente construido e luxuosamente decorado e mobilado, mas soffreu bastante com as invasões francezas, não sendo saqueado por haver n'elle fixado residencia o general em chefe. N'elle se hospedaram tambem os generaes Wellington, Ilson, Beresford, o principe d'Orange, etc. Em 1832 residiu n'elle D. Pedro IV, fazendo ali o seu quartel general durante o cêrco do Porto, pelas vastas proporções do edificio, e por confiar muito nos proprietarios, a quem tratou como familia sua, sentando-os sempre á sua mesa; mas como os sitiantes fizessem alvo do palacio e sobre elle chovessem constantemente balas e granadas, que muito o damnificavam, entrando inclusivamente um dia uma bala de calibre 24 pelo quarto em que dormia D. Pedro, despedaçando a cabeceira do leito, os ministros e officiaes instaram com o imperador, para que mudasse de residencia, a que elle accedeu afinal, indo para a rua de Cedofeita para um predio pertencente á familia Ribeiro de Faria. Tanto por ser uma memoria historica de alto valor, como por ser necessario que a familia real tivesse no Porto um paço real onde fôsse estabelecer a sua residencia, quando visitasse o norte do paiz, comprou D. Pedro V em 1861 o palacio dos Carrancas por 30:000$000 réis, que por esse facto ficou sendo considerado paço real. Depois residiram ali por vezes as pessoas da familia real, e ainda no anno de 1903 ali se hospedou el-rei D. Manuel II, quando visitou o Porto.

Paço dos Carrancas

Porto *(Palacio de Crystal do)*. Está situado na rua do Triumpho, no sitio da Torre da Marca. E' um dos edificios mais importantes que existem no Porto, um monumento dedicado ao trabalho e á industria nacional. Anteriormente á sua construcção houve no Porto varias exposições promovidas pela Associação Industrial Portuense, uma em junho de 1855, outra em julho de 1857, e a ultima em agosto de 1861. Pensaram então os portuenses fazer uma exposição internacional, e logo puzeram em execução o seu projecto. Em 1860 reuniram se alguns negociantes e capitalistas para tratarem da construcção d'um palacio de

crystal, á imitação do que se edificára em Londres para a grande exposição de 1852, e se assimilhasse ao palacio da industria de Paris N'essa epoca achava se no Porto, de visita, el rei D. Pedro V, e sendo lhe apresentado o plano, o monarcha, que tinha sempre na maior consideração o desenvolvimento e o engrandecimento do paiz, applaudiu a ideia d'aquella fundação como de grande utilidade, não só para o Porto, como para todo o reino. Não se contentando sómente em approvar o plano, D. Pedro V inscreveu se como primeiro subscriptor, animando e incitando os influentes da companhia, que então se constituiu, mostrando sempre o maior empenho para que se realisasse uma obra tão grandiosa e tão promettedora. A nova companhia não estava ainda bem firmada, e só no dia 31 de agosto de 1861 é que veiu a constituir-se com as bases mais solidas, tomando o nome de *Sociedade do Palacio de Crystal Portuense*. Os socios installadores fôram os seguintes: Alfredo Allen, Antonio Ferreira Braga, boa vontade e a grande influencia de que dispunham, para o desenvolvimento que os trabalhos tomaram n'aquella obra do tão colossaes proporções. Muitas pessoas importantes do Porto tambem prestaram valioso auxilio, assim como os portuenses estabelecidos no Brazil que mandaram valiosos soccorros pecuniarios. Os terrenos adquiridos para o recinto do palacio, jardins e parques, eram o largo da Torre da Marca, quintas e terras que se limitavam pelo lado léste e sul, uma boa parte da quinta que o cercava pelo lado de oéste, e terrenos onde estavam edificadas varias propriedades que corriam pela parte do norte entre aquelle largo e a rua da Torre da Marca, actualmente rua do Triumpho. A acquisição de todos estes terrenos e a expropriação das propriedades importaram em muito dinheiro, por serem as propriedades de grande valor. No mez de novembro de 1863, el-rei D. Luiz, visitando as obras, ficou admirado e felicitou os directores pelo adeantamento notavel em que es-

Fachada do Palacio de Crystal

Antonio José do Nascimento Leão, Antonio Ribeiro Fernandes Forbes, barão de Nova Cintra, Eduardo e Francisco de Oliveira Chamiço, Francisco Pinto Bessa, Joaquim Ribeiro de Faria Guimarães, dr. José Fructuoso Ayres de Gouveia Osorio, José Joaquim Pereira Lima, visconde de Castro e Silva e visconde de Pereira Machado. O fundo social era de 200:000$000 réis, divididas em 2:000 acções de 100$000 réis cada uma. A pedra fundamental foi lançada em 3 de setembro de 1861 por D. Pedro V, mal fadado monarcha, que falleceu em 11 de novembro seguinte sem vêr realisada a obra que tanto lhe interessara. A sua morte fez paralysar os trabalhos por algum tempo, pois o monarcha era um dos seus mais poderosos auxiliares, e só em 2 de agosto de 1862 é que proseguiram com a maior actividade, devendo-se especialmente á direcção gerente, composta dos tres capitalistas Alfredo Allen, Antonio José do Nascimento Leão e Francisco Pinto Bessa, que empregaram toda a sua tavam, acceitando gostosamente a presidencia honoraria da sociedade, que lhe foi offerecida. O risco do palacio foi elaborado pelo architecto inglez F. W. Sheilds, residente em Londres, e da direcção dos trabalhos encarregaram-se Pedro de Oliveira e o engenheiro portuense Gustavo Adolpho Gonçalves de Sousa; o desenho dos parques e dos jardins foi feito pelo architecto e paizagista allemão Emilio David. O Palacio de Crystal é todo construido de granito, da melhor qualidade que se encontra no Porto, e de ferro, sendo todos os trabalhos em ferro fabricados nas officinas do Ormerod & Grierson, de Manchester. A posição, tanto do palacio como dos jardins e dos parques, é a melhor e a mais vantajosa que se podia imaginar. Fica no alto da Torre da Marca, na extremidade léste da cidade, n'uma elevação importante sobre a superficie do mar. D'ali se descobre um grandioso panorama de terra e mar. O edificio tem tres naves e quatro frentes ; mede 110 m. de comprimento, e 72,m

34 de largura. A cupola, que corre sobre a nave central em toda a extensão do edificio, é de ferro e crystal, tendo a maxima altura de 18,ᵐ 90 O comprimento da nave central é de 107 m. e a largura de 24, ᵐ 53. Tem bastante capacidade para receber muito mais de 10:000 pessoas. A parte sul d'esta nave foi transformada em palco, ficando o resto da nave a servir de sala de espectaculos e concertos, correndo dos dois lados vastas galerias em logar de camarotes. Ao fundo da nave central vê-se um esplendido orgão construido pela casa ingleza Widor, e que passa por ser um dos melhores que existem. Tambem ali ha um tablado para concertos. As naves lateraes teem de comprimento 48,ᵐ10, e de largura 8,ᵐ31. A sua altura é de 14,ᵐ32. A frente principal do palacio está voltada para o norte, na frente do jardim mais regular, sendo egual á que fica para o lado do sul, que defronta com o rio Douro. Cada um dos quatro angulos é ornado com um elegante pavilhão. Nas naves lateraes incluindo os pavilhões, ha as seguintes salas e gabinetes. A éste o salão dos concertos, que foi depois transformado no *Theatro de Gil Vicente*, o qual mede 25,ᵐ54 de comprimento, 13,ᵐ72 de largura, e 10,ᵐ 30 de altura; gabinetes para senhoras e para homens. No lado do suéste estava tambem na primitiva o salão do museu e galeria de quadros, eguaes em comprimento e na largura ao salão do theatro, mas com menos altura. O museu e a galeria fôram depois para o circo que fica proximo ao palacio. Este circo é muito elegante, construido de madeira, ferro e crystal. No tempo em que o conde de Burnay e Guichard dirigiram o Palacio de Crystal, como empresarios, houve magnificos espectaculos, tanto no theatro de Gil Vicente como no circo. Representaram, no theatro, por vezes, companhias hespanholas e francezas, e no circo tambem trabalharam artistas celebres, gymnastas, acrobatas, e muitos outros dos mais afamados. Foi uma epoca brilhante do Palacio de Crystal. As frentes do sul, de léste e de oéste, encerram muitas e grandes salas, onde está estabelecido o restaurant, a loja de bebidas, bilhares, etc. No pavimento inferior estão a cozinha, a dispensa, quartos para creados, armazens e mais officinas. Os jardins são opulentados com magnificas plantas, bem desenvolvidas palmeiras, e o bosque possue um arvoredo formosissimo. Tem duas copadas avenidas, a da entrada de platanos e a central de tilias, um amplo lago com linda gruta (Ilha dos Amôres), estufas e um coreto, onde aos domingos de tarde tocava a banda da guarda municipal; um lindo *Chalet*, typo suisso, que servia para guardar bycicletas, que se alugavam a quem queria passear nos jardins e parques; jogo da bola, allemão, e outros jogos de gymnastica; carreira de tiro; um bom estabelecimento de horticultura e floricultura, etc. Ao sul do palacio, mas dentro dos jardins vê-se a capella de Carlos Alberto, que já se descreveu (*V. Porto, Capellas do*).Quando se concluiram as obras da construcção do Palacio de Crystal, resolveu-se proceder á sua inauguração. Dois dos principaes influentes, Antonio Ferreira Pinto Bastos e Alfredo Allen, lembraram-se de organisar uma exposição internacional com o concurso de industriaes estrangeiros para a solemne cerimonia inaugural. A proposta foi apresentada em sessão de accionistas, realisada no edificio da Bolsa em 7 de julho de 1864, e depois de muito discutida, ficou approvada. O dia 18 de setembro de 1865 foi o destinado para as solemnes cerimonias da inauguração a que assistiram el-rei D. Luiz, a rainha D. Maria Pia, el-rei D. Fernando e o infante D. Augusto. O palacio estava brilhantemente ornamentado. Na parte superior da galeria que corre de um e outro lado da nave central, viam se bandeiras de todas as nações que figuravam na exposição. No topo da nave, junto á platafórma do orgão, estava o throno coberto d'um docel de velludo roxo com ornatos dourados. No centro viam se cercadas de trophéos as armas reaes portuguezas, e dos lados as letras iniciaes dos nomes do rei D. Luiz e da rainha D. Maria Pia, ambas egualmente mettidas entre trophéos. Na orla da plataforma do orgão, achavam-se dispostas quatro estatuas que o esculptor Victor Bastos havia ali exposto, estatuas de Fernão Lopes, Pedro Nunes, João de Barros e Jeronymo Côrte Real, que depois vieram ornamentar o monumento levantado na praça de Luiz

Salão principal do Palacio de Crystal

de Camões em Lisboa. De espaço a espaço, no alto das columnatas que sustentam a galeria da nave central, achavam se collocados diversos rótulos de fórma ellipsoide, contendo inscripções allusivas aos paizes representados na exposição, tiradas dos *Lusiadas* e das obras de outros poetas portuguezes. No throno viam-se quatro cadeiras riquissimas para as pessoas reaes. Em outras sentavam se as pessoas que compunham a regia comitiva. Quando as pessoas reaes entraram no recinto do palacio, era uma hora da tarde; no mastro principal do edificio arvorou-se logo o pavilhão real, e as bandas regimentaes tocaram nos jardins o hymno de D. Luiz. Uma orchestra composta de cento e tantos professores, e acompanhada com o orgão, tocou tambem o mesmo hymno. O presidente e o vice-presidente da direcção pronunciaram os discursos inauguraes, a que D. Luiz respondeu, elogiando os trabalhos e a idéa grandiosa da construcção d'aquelle edificio erigido á industria e ás artes, e declarando-se protector da exposição. Depois dos discursos levantaram-se vivas enthusiasticos, e a abertura da

exposição foi annunciada a toda a cidade por uma salva de 21 tiros, dada na serra do Pilar. As majestades acompanhadas da direcção e de toda a real comitiva, passaram revista ás naves, salas e galerias e o palacio, e aos outros edificios annexos, e todos ficaram maravilhados pelo aspecto brilhantissimo da exposição. Quasi todas as nações civilisadas ali tinham enviado em maior ou menor escala, os productos da sua industria ; e algumas d'entre as mais cultas ahi tinham exhibido ampla e dignamente variadissimos documentos do seu progresso industrial. Durante todas estas cerimonias, a orchestra tocou o hymno escripto expressamente em honra da exposição por Sá Noronha; grande phantasia para orgão e orchestra regida por Arthur Napoleão; e a grande marcha composta e dirigida pelo maestro Daddi. Foi um dia jubiloso para todo o paiz em geral, e especialmente para os portuenses, porque aquella exposição internacional foi, sem duvida, um acontecimento economico e politico. A affluencia de forasteiros e estrangeiros á cidade do Porto era extraordinaria. No Palacio de Crystal continuam a estar em exposição muitos objectos de todas as variedades, que diversos estabelecimentos do Porto ali apresentaram com os competentes empregados. Os armazens Herminios, que estiveram ali tambem de preferencia, passaram depois para o edificio construido nas ruinas do theatro Baquet, na rua de Santo Antonio, hoje de 31 de Janeiro, tendo tambem frente para a rua de Sá da Bandeira. Diversas exposições ali se teem realisado em diversos annos como a exposição de rosas, em 10 de maio de 1879, a exposição agricola em 17 de setembro de 1903, etc.

Porto *(Passeios do)*. V. *Porto (Alamedas do)*; *Porto (Jardins do)*; o *Porto (Praças do)*.

Porto *(Pontes do)*:

Ponte de Barcas. Antigamento a communicação entre o Porto e Villa Nova de Gaia fazia-se por meio de barcas, de construcção adequada ao transporte das mercadorias. A instancias das autoridades do Porto, o governo mandou construir junto ao arco da Ribeira, uma ponto de madeira sobre barcas ligadas com amarras de ferro, que foi aberta ao transito publico no dia 15 de agosto do anno de 1806. Esta ponte dava passagem á estrada real de Lisboa para as provincias do norte, e foi considerada no seu tempo uma maravilha, marcando uma epoca distincta na viação de Portugal, ponte unica em todo o paiz, no seu genero. Era formada por 33 barcas, subindo e descendo com as marés e as cheias, medindo o comprimento de mil palmos. Abria se e fechava-se para dar passagem aos barcos de maior lotação, que navegavam no rio Douro, e desmanchava-se por occasião das cheias, restabelecendo-se quando era necessario. Era já n'aquelle tempo tão concorrida, principalmente nos primeiros annos emquanto fôram prohibidos nas proximidades os barcos de passagem, que rendia, termo medio, 50$000 reis por dia, sendo a tarifa das passagens a seguinte : cada pessoa a pé, 5 reis, e a cavallo 20 reis; carro d'uma junta de bois, 40 reis, e sendo tirado por mais juntas, accresciam 20 reis por cada junta a mais; cadeirinha de mãos, 60 reis; liteira, 120 reis, meio de locomoção já ha muitos annos abolido ; sége, 160 reis, dita de 4 rodas, 200 reis, accrescendo mais 40 reis por cada parelha a mais. Passados tres quartos de hora depois do sol posto duplicavam aquelles preços, voltando aos primeiros tres quartos de hora antes do nascer do sol, o que se annunciava com o toque d'um sino. A 26 do março de 1809, o marechal Soult, á frente d'um numeroso exercito, poz cêrco ao Porto, apenas defendido por pouca tropa e muitos guerrilhas, pelo que, no fim de tres dias de obstinada, mas mal dirigida resistencia, os francezes entraram na cidade a 29 d'esse mez. O povo, atterrorisado, fugia em tropel para o lado de Villa Nova de Gaia, mas os primeiros que puderam alcançar a praia de Villa Nova, tinham deixado abertos os alçapões da ponte, querendo evitar a perseguição dos francezes, e o que se lhes seguiam, ignorando essa circumstancia, precipitaram-se no abysmo, e assim morreram afogadas milhares de pessoas. Não se sabe ao certo o numero de victimas de tão horrorosa catastrophe, mas calcula se em mais de 4:000 Este doloroso e tão triste successo ficou commemorado com um quadro a oleo, o *Painel das Almas* que se collocou exactamente no sitio onde existia a ponte, no muro da Ribeira. Todos os annos no anniversario da terrivel tragedia, celebrava a irmandade de S. José das Taipas officios funebres pelas *almas da ponte*, na sua egreja situada no alto da rua do Calvario, indo em seguida em devota procissão até ao quadro mencionado. Mais tarde, em 12 de maio do mesmo anno de 1809, receando os francezes a perseguição do exercito anglo-luso commandado por lord Wellington, que vinha a marchas forçadas sobre elles, incendiaram a ponte, que foi reconstruida promptamente pelos esforços dedicados dos habitantes de Villa Nova de Gaia, que em menos de duas horas apresentaram toda a madeira e taboado para a reconstrucção, afim de se facilitar a passagem do nosso exercito. Como essa reconstrucção foi provisoria, tratou-se de restabelecer a ponte de modo a ficar mais ampla do que a antiga, mas a circumstancia de ter de se desmanchar todos os annos mais d'uma vez, para evitar que as cheias do rio a arrebatassem, fez pensar na maneira de a substituir de fórma a remediar as continuas interrupções de transito que se davam. A ponte de barcas durou 37 annos, até 1843, em que principiou a funccionar a Ponte Pensil (*V. adeante*). Não longe d'este local, já em 1372 se improvisára uma outra ponte de barcas, para dar passagem a D. Fernando I, quando foi a Leça do Bailio celebrar os seus desposorios com D. Leonor Telles. V. *Portugal*, vol IV, pag. 102.

Ponte D. Luiz I. Esta ponte veiu substituir a antiga *Ponte Pensil*. O projecto, que devia servir de base ao concurso para a sua construcção, foi elaborado pelo engenheiro João Joaquim de Mattos. Aberto o concurso e publicado o programma d'elle a 11 de agosto de 1880, concorrou a *Societé Anonyme de construction et des ateliers de Willebrock*, da Belgica, á qual foi adjudicada a construcção por 369:000$000 reis, por contrato de 28 de novembro de 1881. O projecto foi lançado pelo engenheiro Theophilo Seyrig. No dia 1 de dezembro seguinte procedeu-se com toda a solemnidade e com a assistencia da familia real, á inauguração dos trabalhos. A cerimonia realisou-se na serra do Pilar, fazendo el-rei D. Luiz saltar um pedaço de rocha, por meio de uma corrente electrica que se communicou ao cartucho

de dynamite introduzido na mesma rocha, e poucos dias depois encetaram-se as obras. A ponte é constituida por dois taboleiros metallicos, sustentados por um grande arco de ferro e por cinco pilares. O arco tem de corda 172,m e de flexa 44,m 60; é formado por duas curvas parabolicas, divergentes: no nascimento das curvas a altura entre as duas linhas é de 17 m, 80 e no fecho 7m, 70, os encontros do arco de cantaria, e funccionam tambem de bases dos pilares que sustentam o taboleiro superior nos extremos do arco. O taboleiro superior apoia se, do lado de Villa Nova de Gaia, n'um encontro de cantaria, e um pilar de rotula de ferro com base de cantaria; do lado do Porto, em dois pilares e um encontro de cantaria: no vão do arco nos pilares de rotula, cujas bases de cantaria servem de encontros áquelle, e no eixo do mesmo. Do taboleiro superior descem quatro alças por lado, que ligadas ao arco, terminam ao nivel do banzo inferior das vigas do taboleiro, que sustentam na largura approximadamente de $^3/_3$ de vão. O taboleiro superior compõe-se de vigas rectas, de tramos de rotula, tendo de extensão a começar do lado de Villa Nova de Gaia; o 1.º 33m, 80; o 2.º 42m, 25; o 3.º 35m e o 4.º 23 m. Segue-se o tramo commum com 62 m., o 5.º com 23 m., o 6.º 36.m, o 7.º50,m 70, o 8.º 46,m 47, e o 9.º 38m, 03. Total 39m,25. A alma dos tramos 1 a 9 é de 5 m. O taboleiro inferior compõe-se de 5 tramos de viga de rotula, sendo: 2 marginaes de 33 m. e 3 centraes, de 36 m. Total, 174 m. A alma d'estas vigas é de 3m, 20. O pavimento do taboleiro superior tem 8 m. de largura, sendo: taxa de rolagem, de parallelepipedos de madeira, incluindo duas guias de pedra com 0m, 50; dois passeios de 1m, 25 de ladrilho refractario, 2m, 50. Total 8 m. Segundo o contrato, o taboleiro superior teria 6 m. de largura e pavimento de macadam. Reconhecendo-se, porém, insufficiente essa largura e inconveniente o systema de calçada, por contrato de 20 de abril de 1886 mandou-se adoptar o systema actual, o que elevou o preço do contrato feito com a casa Willebroeck a 402:964$746 reis. O taboleiro inferior tem tambem 8 m. de largura, sendo: faxa de rolagem systema macadam, incluindo 0m, 70 de duas guias, 5m, 60; dois passeios de 1,m20, 2m, 40. Total 8 m. A ponte é illuminada a luz electrica no seu taboleiro superior e tem n'elle assente uma linha americana de tracção electrica que põe em rapida communicação o Porto com grande parte do concelho de Villa Nova de Gaia. A construcção das obras da ponte, por parte da empresa, foi dirigida pelo engenheiro Arthur Maury. A fiscalisação da construcção por parte do governo, que constituia uma direcção especial, foi exercida pelo engenheiro José de Macedo Araujo Junior até agosto de 1886, data em que a fiscalisação das obras passou para a direcção das obras publicas do Porto. As provas da ponte fôram ordenadas por portaria de 6 de maio de 1886, sendo a carga calculada 2:000 k. por metro linear de viga. A inauguração do taboleiro superior effectuou-se com toda a solemnidade a 31 de outubro de 1886, dia do anniversario natalicio de el-rei D. Luiz. Assistiu ao acto o governador civil, representando o governo, e o cardeal D. Americo, devidamente paramentado, procedeu á benção das obras, seguindo o prestito composto do bispo, engenheiros e autoridades até Villa Nova de Gaia, onde as autoridades municipaes e administrativas d'aquella villa se incorporaram no cortejo, regressando todos até um pavilhão préviamente armado e ornamentado, onde se lavrou e assignou o termo respectivo. Quando o cortejo chegou ao centro da ponte, a fortaleza da serra do Pilar deu uma salva de artilharia, subindo ao mesmo tempo ao ar numerosos foguetes. O regimento de infantaria n.º 18 prestou as honras devidas. Na egreja da Sé celebrou-se depois um solemne *Te-Deum*. N'esse mesmo dia a passagem pela ponte foi gratui-

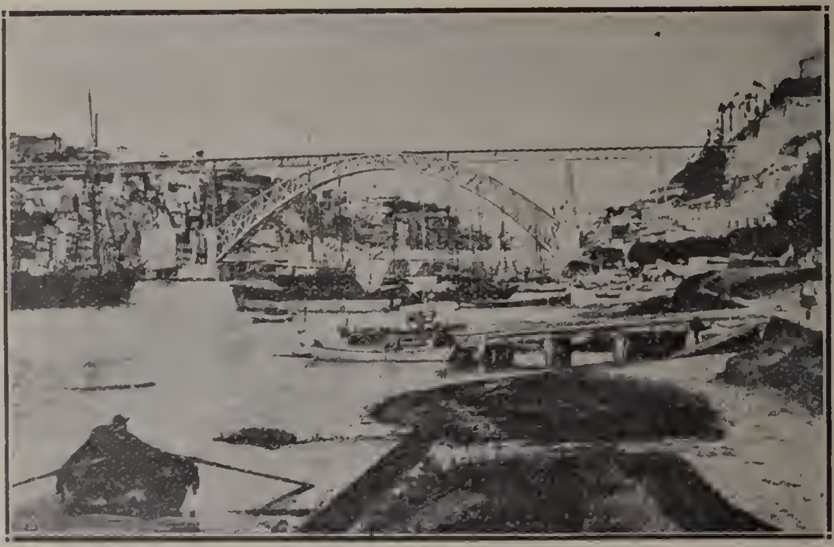

Ponte D. Luiz

ta, estabelecendo-se no dia seguinte o pagamento de portagem.

Ponte Maria Pia. Foi construida sobre o rio Douro, e destinada á passagem do caminho de ferro da linha do Norte. Esta ponte é uma das obras d'arte mais importantes que existem em caminhos de ferro. O seu aspecto é grandioso e elegante, está construida com muita solidez, e foi de grande vantagem para os habitantes do Porto e do resto do paiz, por causa da ligação das duas margens do rio Douro. O projecto da construcção foi delineado por Gerardo Eiffel, engenheiro constructor da casa Eiffel & C.ª A ponte tem 352^m,875 de comprimento entre os encontros, e é formada de um grande tramo e de dois viaductos lateraes divididos em differentes tramos. O grande arco do tramo central tem 160 m. de corda e 42^m,60 de flexa. O extradorso e intradorso do arco tomam a fórma de duas curvas parabolicas de differente raio de curvatura, cruzando-se nos encontros de sorte que as testas do arco apresentam a fórma d'um crescente, cujos differentes tramos dos taboleiros lateraes. Estes taboleiros são fixos aos dois pilares metallicos que correspondem aos encontros, mas são moveis sobre todos os outros. Tanto os pilares, como o taboleiro e arco são de ferro laminado. Deu-se ao arco a altura consideravel de 10^m, no fecho para lhe dar uma sufficiente rigidez e resistencia. As nascenças do arco repousam em dois peões. As nervuras do intradorso e extradorso são ligadas entre si por peças verticaes e obliquaes de travação. *A Revista de obras publicas* n.º 76, diz que «para que toda a estructura pudesse resistir á violencia dos ventos, era necessario que apresentasse uma grande largura, ou pelo menos um grande embasamento, e isto obrigou a collocar as testas do arco em planos inclinados em relação ao plano vertical. Estes planos distam no cume 3^m, 95 e na base 15 m. Um systema de caixilhos verticaes, compostos de differentes peças e collocados transversalmente á ponta, reunem as duas testas do arco, cuja solidariedade é além d'isso assegurada pelos contraventamentos do intradorso e extradorso, de

Ponte Maria Pia

ja altura maxima no fecho é de 10 m. O taboleiro lateral do lado de Lisboa tem o comprimento de 169^m,625 e apoia-se nas suas extremidades, de um lado directamente sobre o extradorso do arco e do outro lado sobre d s um encontros do viaducto, e é repartido em 4 tramos, tendo os primeiros tres, a contar do encontro, 37^m,375 de vão em abertura cada um e os dois ultimos 28,^{m} 750. Os quatro pilares metallicos com soccos de cantaria, sobre que se apoia o taboleiro, teem de altura respectivamente: 16^m, 135; 35^m, 985; 42^m, 935. O taboleiro do lado do Porto tem de comprimento 132^m, 50, é dividido em quatro tramos, sendo dois de 37^m, 375, e tres pilares cuja altura é respectivamente: 35^m, 985; 42^m, 935; 15 m. Entre estes dois taboleiros ha um central, que tem de extensão 51^m, 88, e é solidario com o arco. Os taboleiros lateraes e o central são formados de duas traves rectas, de 3, m. 50 de altura, affastadas uma da outra 3^m,10, e passando entre ellas a via ferrea. As traves são continuas nos dif- sorte que toda a estructura se póde considerar como um unico arco para o calculo da estabilidade e resistencia. N'um arco de tão grande vão, o maior até hoje conhecido, era indispensavel contar com uns encontros perfeitamente solidos e firmes, cuja reacção pudesse contrabalançar as enormes pressões a que estão sujeitos. Os rochedos graniticos das margens do rio pódem offerecer a resistencia e segurança desejavel, e os encontros pódem ser construidos sobre base firme e segura, sem ser necessario dar-lhes grande altura. O arco, como se disse, tem 10 m. de altura ou espessura no fecho, é de dupla parede, as nervuras ou entabladuras superior e inferior teem a fórma tubular ou cellular. Os tubos são formados de caixilhos rectangulares, ligados pelas peças de travação necessarias.» A ponte foi inaugurada no mez de novembro de 1877.

Ponte Pensil. Estava situada um pouco mais ao nascente do local, onde estivéra a Ponte de Barcas, já descripta, entre os *Guindaes*, do lado do Por-

to, e o sitio chamado do *Penedo*, na margem fronteira. Em 1837, o governo fez um contrato com o empreiteiro francez Claranges Lucotte, para uma empresa de construcção da estrada real de Lisboa ao Porto, e d'uma ponte sobre o rio Douro, na cidade do Porto, segundo o systema de suspensão em ferro, etc. Esse contrato foi approvado por carta de lei de 7 de abril e ratificado por escriptura de 5 de maio seguinte. A empresa Claranges Lucotte & C.ª apresentaram dois projectos para a nova ponte, sendo um d'elles elaborado pelos engenheiros Mellet e Bigot, que a situavam entre a rua de S. João do Porto, e a rua direita em Villa Nova de Gaia. Nenhum d'esses projectos foi adoptado, decidindo-se por ultimo e por parecer do inspector geral das obras publicas, Luiz da Silveira Mousinho d'Albuquerque, que ella se construisse mais ao nascente da antiga, no sitio acima já indicado. A 2 de maio de 1841 foi lançada a primeira pedra, inaugurando-se assim solemnemente as obras no dia do anniversario da coroação da rainha D. Maria II, assistindo á cerimonia todas as autoridades do Porto e de Villa Nova. Em 4 de janeiro de 1843 fizeram-se as primeiras experiencias de resistencia por meio de pipas cheias de agua, collocadas dos dois lados do taboleiro durante o espaço de 16 horas, sem que se notasse a mais pequena alteração. A 17 de fevereiro seguinte foi franqueada a ponte ao serviço publico. Era de bella construcção e de elegante perspectiva. Elevava-se 10 m. acima do nivel do rio, tinha 170 m. de comprimento e 6 de largura, com passeios lateraes de 1 m. cada um; descançava sobre 4 obeliscos de pedra, de 18 m. d'altura, 2 em cada margem. Estes obeliscos, ligados superiormente por uma lamina de ferro, onde se lia *D. Maria II—1842*, eram coroados por capiteis d'ordem dorica em que assentavam acroterios sustentando espheras de bronze de 1 m. de diametro. O pavimento da ponte estava suspenso de 8 amarras de ferro, 4 de cada lado, feitas com 220 fios de ferro cada uma. Os fios não eram torcidos, estendendo se direitos de lado a lado, e reunindo-se em fórma cylindrica por ligaduras tambem de fio de ferro muito resistente. Essas amarras, passando por cima dos obeliscos, entravam em poços abertos verticalmente na rocha viva, com a profundidade de 8 m. do lado da cidade e de 14 do lado de Villa Nova, pesando cada amarra 6:000 k. As guardas lateraes eram feitas de troncos quadrados de carvalho, de 1m, 50 de comprimento, dispostos em cruz e solidamente pregados ao pavimento. O panorama que se gozava da ponte, tanto para o poente como para o nascente, era magnifico. Como a construcção foi feita por uma companhia, que a devia fruir por espaço de 30 annos, esta cobrava os rendimentos da ponte, sendo: 5 reis por cada pessoa; 20 reis por cada cavallo, e 200 por cada carruagem, pagando-se o dobro durante a noite. O contrato terminou em 1876, tomando então o governo conta da ponte e do seu rendimento. Em 1886 foi substituida pela actual Ponte de D Luiz I que se construiu aproximadamente no mesmo local.

Porto *(Praças do)*. Entre as diversas praças que existem no Porto, contam se as do *Anjo* e do *Bolhão*, onde ha os mercados assim conhecidos; a da *Batalha*, onde está a estatua de D. Pedro V; a de *D. Pedro*, antiga *Praça Nova das Hortas*, depois simplesmente *Praça Nova*, passando a intitular-se *Praça de D. Pedro*, quando ali se inaugurou a estatua de D. Pedro IV, e hoje Praça da Liberdade; a de *Almeida Garrett*, onde se estabeleceu a estação central do caminho de ferro; a *Praça do Marquez de Pombal*, antigo largo da Aguardente; a do *Infante D. Henrique*, onde se ergueu o monumento á memoria do grande navegador; a *Praça do Peixe*, etc.

Porto *(Praças de touros no)*. Existiu uma no antigo largo da Aguardente, que foi construida em 1871. Era de madeira, e ficava dentro d'um campo, do lado E do largo. No fim de dois annos esta praça foi demolida. Construiu-se, pelo mesmo tempo da antecedente, na Rotunda da Boavista, proximo do cemiterio de Agramonte, o *Coliseu Portuense*, uma elegante e solida praça de pedra e ferro, que tambem pouco tempo durou. Annos mais tarde, construiram se duas praças, uma no Porto, na rua da Alegria, e outra em Villa Nova de Gaia, na serra do Pilar, ambas de madeira. A praça da serra do Pilar é a maior das duas, e a da Alegria a mais elegante e bonita. Ambas as praças teem camarotes de sombra e bancadas de sombra e sol.

Porto (*Prisões civis do*):

Aljube. Prisão antiquissima que o bispo do Porto D. Gonçalo Pereira mandou construir fóra da antiga circumvalação da cidade. Fica logo abaixo da Sé, junto ao chafariz de S. Sebastião e no principio da rua d'este nome. Era destinado para prisão dos clerigos delinquentes. Depois que terminou o *fôro ecclesiastico*, ficou sendo cadeia publica para mulheres. Em 17 d'abril de 1875 estabeleceu se ali a casa de correcção, ou asylo de rapazes vadios, que existia na rua das Carvalheiras.

Calabouço do Carmo. Estabelecido dentro do quartel da extincta guarda municipal, no edificio do antigo convento do Carmo. São n'elle recebidos, provisoriamente, os embriagados ou criminosos, presos pela guarda antes de serem remettidos a juizo.

Cadeia da Relação. Está situada no edificio do tribunal d'este nome. V. *Porto* (*Tribunaes do*)

Porto *(Prisões militares e outras repartições militares do)*. Na rua das Taipas, no antigo mosteiro benedictino de S. Bento da Victoria, estão installadas: Administração militar, casa de reclusão militar, caserna, inspecções de material de guerra, de recrutamento e de reserva, telegraphos militares, e companhias de reformados. No referido convento, desde a extincção das ordens religiosas até á revolta militar de 31 de janeiro de 1891, esteve aquartelado o regimento de caçadores n.º 9, que depois foi extincto.

Porto *(Quarteis do)*:

Quartel do Carmo. Foi no antigo convento de religiosas carmelitas, adaptado competentemente, que se installou a guarda municipal, infantaria e cavallaria, que se instituiu em 1835. Annexo possue amplas cavallariças, enfermarias, e grande terreiro para exercicios theoricos e formaturas. Hoje serve de quartel á guarda republicana.

Quartel-general. Está installado no edificio do Governo Civil. O quartel general da 3.ª divisão militar abrange jurisdicção sobre os districtos administrativos do Porto, Braga, Vianna do Castello, Villa Real e Bragança.

Quartel da Guarda-Fiscal. Fica na rua da Rainha, hoje de Anthero do Quental.

Quartel do Largo da Lapa. Está aqui a cavallaria n.º 9.

Quartel da Rua das Taipas. Serve de aquartelamento a artilharia n.º 6.

Quartel de Santo Ovidio. Situado no Campo d'este nome, depois Campo da Regeneração, e hoje Campo da Republica. E' um vasto edificio, construido em 1797, segundo os planos do engenheiro francez Oudinot, então ao serviço de Portugal, pelo corregedor Francisco de Almada e Mendonça, sendo regente do reino o principe, depois rei D. João VI. O quartel tem capacidade para dois regimentos. No campo que lhe fica em frente, fizeram-se grandes festejos em 1814, quando voltou da Guerra Peninsular a heroica brigada de infantaria do Porto, n.os 6 e 18. Este regimento n.º 18 n'uma reorganisação do exercito, em que os 24 regimentos de infantaria, que existiam então, ficaram reduzidos a 16, recebeu o n.º 2. Depois de 1851 creou se um novo regimento de infantaria, que foi o n.º 17, que teve praça em Extremoz; mas um legado que estava jacente no Porto com destino ao regimento de infantaria n.º 18, fez com que se restabelecesse este antigo regimento, procedendo-se da seguinte fórma: o regimento de granadeiros da rainha, que não passava d'um simples regimento de infantaria, passou a ter o n.º 2 d'esta arma, e o n.º 2 voltou ao seu antigo n.º 18. Actualmente está ali aquartelado este regimento e um destacamento de cavallaria.

Quartel de S. Braz. Foi construido de 1872 a 1873 este quartel, tambem para a guarda municipal, e ali se aquartelou a 4.ª companhia, destinada ao policiamento da parte alta da cidade. Tem parada interna.

Quartel da Serra do Pilar. Está ali a artilharia n.º 5.

Quartel da Torre da Marca. Na rua do Triumpho, antiga rua da Torre da Marca, está construido o moderno quartel assim denominado. O antigo era de acanhadas dimensões, Aquartelou se ali por muitos annos o regimento de infantaria n.º 6, e depois d'este corpo ir para o Ultramar, veiu occupar o quartel o regimento de infantaria n.º 5, que esteve ali alguns annos. Por occasião da celebre revolução de julho de 1870, que o povo denominou a *pavorosa*, mandou o ministro da guerra effectuar uma troca, vindo para o quartel da Graça, de Lisboa, infantaria n.º 5, e indo para o da Torre da Marca o n.º 10 da mesma arma, que se aquartelava em Lisboa. Esta troca, que se disse ser apenas d'um mez, durou alguns annos. O moderno quartel é bastante espaçoso, e ali está hoje o regimento de infantaria n.º 6. O nome de *Torre da Marca* provém de ter ali existido n'outro tempo uma torre, que servia de marca ou de baliza aos navegantes que entravam a barra.

Porto *(Recolhimentos do)*:

Recolhimento do Anjo da Guarda. Foi instituido em 1672 por D. Helena Pereira da Maia, para 10 donzellas orphãs, pobres, filhas de paes nobres da cidade do Porto. Foi demolido depois de 1834, e no local que occupava, estabeleceu-se a praça e o mercado do *Anjo*, nome que se conservou da antiga casa de beneficencia.

Recolhimento do Camarão. Foi edificado por Francisco Antonio Rebellier e por sua mulher Ignacia Maria, em 1807, com dinheiro seu e esmolas que pediram, na viella das *Oliveiras*, depois chamada rua *de Nossa Senhora das Dôres*, em attenção á padroeira da capella. O recolhimento era destinado para viuvas, velhas e desamparadas, que não tivessem abrigo. Construiram um dormitorio com 16 camas, uma sala para refeitorio, e capella para se dizer missa ás recolhidas. Como o recolhimento ficava junto do largo do Camarão, dava-se-lhe o nome de *velhas do Camarão* A administração foi entregue á santa Casa da Misericordia, sendo o regimento dado pelos fundadores. Em 27 de maio de 1843, o administrador do bairro de Santa Catharina, João Pereira Baptista Vieira Soares, deu novo regimento a este instituto, mas por alvará do governador civil, de 14 de outubro de 1867, foi novamente entregue o recolhimento á Misericordia. As *velhas do Camarão* fôram transferidas em 1868 para o novo edificio, que depois se construiu na rua das *Fontainhas*, onde tambem estão as *velhas da Cordoaria*, *as entrevadas*, os *lazaros* e as *lazaras*, mas tudo em casas separadas umas das outras por paredes divisorias. O edificio do antigo recolhimento ficou abandonado. Em 1872 alguns especuladores o alugaram á Misericordia para n'elle estabelecerem uma casa de bailes populares, mas o governador civil não lhes deu a indispensavel licença, e por isso continuou deshabitado.

Recolhimento do Ferro. Este estabelecimento de caridade foi fundado na rua Escura com esmolas do povo. Tem o nome de *Recolhimento do Patrocinio da Mãe de Deus*, mas é vulgarmente conhecido pelo nome de *Recolhimento do Ferro.* Em 1757 foi transferido para o local onde ainda se conserva, nas Escadas do Codeçal. E' destinado a albergar senhoras da classe media da sociedade, que por qualquer motivo se querem afastar da convivencia mundana.

Recolhimento de Nossa Senhora das Dôres e S. José das meninas desamparadas. Situado na rua da Batalha. Foi fundado por D. Francisca de Paula da Conceição Grelho e Sousa, em 1809. Quando em 29 de março d'esse anno o general Soult e as suas tropas entraram no Porto, causando a morte a mais de 4:000 pessoas, de ambos os sexos e de todas as edades, ficaram abandonadas pelas ruas e praças publicas, entre centenares de infelizes, muitas meninas, que aquella terrivel mortandade havia deixado sem paes, irmãos, ou outros parentes. A caritativa senhora, já mencionada, commovida com tão lugubre espectaculo, recolheu em sua casa quantas encontrou ou lhe enviaram. Obteve por esmola uma casa da marqueza d'Abrantes, ao fim da rua de Cima de Villa e principio da rua Chã, em frente do chafariz, onde recolheu, vestiu e alimentou desde logo, á sua custa, 80 meninas. Mas a caridade d'esta senhora era muito superior aos seus rendimentos, e passados tempos não podia occorrer ás grandes despezas que demandava um tal estabelecimento. Não hesitou e para evitar essas difficuldades, não teve rebuço de ir de porta em porta implorar a caridade publica, e, com as esmolas adquiridas e os seus rendimentos, pôde occorrer a todas as necessidades da casa. Fallecendo seu marido, o dr. Teixeira de Sousa, corregedor e chanceller da Relação do Porto, veiu viver para o recolhimento junto das suas prote-

gidas, de quem tratava como desvelada e carinhosa mãe, fallecendo ali a 27 de abril de 1832. Por provisões regias de 8 e 25 de outubro de 1819, D. João VI se havia declarado protector d'este recolhimento, concedendo-lhe autorisação para adquirir bens de raiz. Por decreto de 22 de julho de 1822, o mesmo soberano doou a este estabelecimento de caridade 12:000$000 réis em apolices de novos emprestimos para seu fundo, que mais tarde se converteram em inscripções da Junta do Credito Publico. Por portaria de 10 de julho do mesmo anno de 1822, ficou o recolhimento a ser governado por uma commissão, nomeada pelo rei, composta de tres membros, sendo presidente nato o prelado da diocese, tendo por adjuntos um doutor promotor fiscal e um thesoureiro, que desempenhavam estes cargos gratuitamente. Por carta regia de 3, de maio de 1825, deu D. João VI ao recolhimento uma casa com quintal e agua, que era propriedade da corôa na rua da Batalha, para perpetua residencia das recolhidas Os estatutos fôram approvados pelo mesmo soberano, a 22 de dezembro de 1825. E' propriedade do recolhimento a casa da residencia do capellão. No fim do anno de 18,0 se principiou a construcção da capella de Nossa Senhora das Dôres e S. José, unida ao edificio do recolhimento; porém como as obras eram feitas por esmolas eventuaes, caminhavam lentamente, até que pararam de todo durante a guerra civil de 1832 a 1834, só vindo a concluir-se a capella em 1842. Ao local primitivo do recolhimento se dava o nome de *Paço da Marqueza*, por ter a casa pertencido á marqueza d'Abrantes. O recolhimento é dirigido por uma commissão.

Recolhimento das orphãs Nossa Senhora da Esperança. Foi fundado em 1722, no local onde ainda existe, rua de S. Lazaro, pelo P. Manuel dos Passos Castro, thesoureiro da collegiada de Cedofeita. E' administrado pela Santa Casa da Misericordia. O edificio é vasto, tendo ao centro uma bonita capella consagrada a Nossa Senhora da Esperança. Sustenta e educa 50 meninas orphãs, pobres, ás quaes dá uma educação completa durante 8 annos. Recebe pensionistas internas, semi-internas e externas.

Porto *(Revolta de 31 de Janeiro de 1891 no.)* O partido republicano do Porto achava-se desde havia muito excitado, pensando n'uma revolta para a proclamação da Republica, mas a esses boatos pouca attenção prestavam as autoridades e o proprio governo. Na tarde do dia 30 de janeiro de 1891 corria mais insistentemente pelos cafés e pelos pontos mais concorridos do Porto a noticia de que para o dia seguinte se preparava alguma cousa de anormal; falava-se vagamente n'um pronunciamento militar, n'uma grande manifestação publica, mas a noticia, apezar da intensa exaltação que ao tempo lavrava nos espiritos a proposito da questão ingleza, era em boa parte, recebida á conta de boato sem fundamento. A' hora, porém, em que a noticia começava a circular, as autoridades civis e militares da cidade, sabendo bem que ella era verdadeira, iam tomando algumas providencias. O pronunciamento militar, que se projectava, fôra denunciado pelo 1.º sargento Castro, de infantaria n.º 18, aos seus superiores, e d'ahi, o facto d'elle não ser desde muito tempo antes um mysterio para as autoridades do Porto nem para o governo. Procurou se impedil-o transferindo dos corpos da guarnição do Porto os sargentos que no acto haveriam de ter uma parte mais saliente, e essa transferencia, fazendo recear nos conjurados o adiamento indefinido da revolução de que se tratava, precipitou a. A's 3 horas da madrugada de 31 de janeiro, o regimento de caçadores n.º 9, saindo do seu quartel da rua das Taipas sob o commando d'um 1.º sargento, pois que o coronel respectivo, por extranho ao acto, não se quizera pôr á frente dos soldados nem conseguira impedir que elles saíssem em armas para a rua; o regimento passou em frente das cadeias da Relação, e fez ali uma breve paragem, para que o alferes Malheiro, que estava de serviço ás mesmas cadeias com uma força do referido regimento de caçadores, tomasse o commando. O alferes Malheiro, que assistira ás ultimas reuniões secretas preparatorias do movimento e que, portanto, estava tambem compromettido, entregou a guarda do edificio ao sargento Benigno, e seguiu com o regimento para o Campo da Regeneração, hoje Praça da Republica, onde elle formou na melhor ordem. Pouco depois apparecia ali o major Graça, da guarda municipal, acompanhado das suas forças a pé e a cavallo, a intimar ao alferes Malheiro que recolhesse ao quartel com o seu regimento, mas não foi obedecido. Ao regimento de caçadores n.º 9 foi juntar-se uma pequena força da guarda fiscal, e a seguir appareceram no local o regimento de infantaria n.º 10, commandado pelo capitão Leitão, cavallaria da guarda fiscal e um esquadrão de cavallaria n.º 6, que, saindo do quartel de infantaria n.º 18 pela porta posterior, foi collocar-se em linha na frente do mesmo edificio, de espadas desembainhadas e como que na espectativa dos acontecimentos Entretanto, a guarda municipal, apezar de desprovida de cartuxame, tomára as embocaduras das ruas que dão para o Campo da Regeneração, hoje Praça da Republica. O regimento de caçadores n.º 9, na hypothese de ser atacado por ella, tomara logo desde principio as suas precauções, formando em quadrado. A certa altura, o tenente-coronel e sub-chefe d'estado maior da divisão Fernando de Magalhães, appareceu no local, a cavallo, a persuadir tambem os chefes das tropas revoltadas a que as fizessem recolher a quarteis. Outros officiaes de patente superior tinham feito o mesmo. Tudo foi inutil. As forças sublevadas augmentavam com a chegada de novos contingentes, dentro do quartel de infantaria n.º 18 os soldados insurrectos davam vivas á Republica e armavam-se para se irem juntar aos seus camaradas, e tudo parecia indicar que a revolução triumphava. Convencido da inutilidade da sua tentativa, ou porque, talvez, como depois se disse, tambem tinha contrahido serios compromissos com os republicanos e não quizera então, por calculo, entrar em lucta para procurar submetter os regimentos sublevados, e nem para isso municiára os seus soldados, como se disse, o facto é que o major Graça abandonou o terreno, deixando as tropas revolucionadas de posse da situação. A porta do lado da Lapa do quartel de infantaria n.º 18, foi arrombada a machado pelos populares, e por ella sairam uma companhia d'aquelle regimento e parte d'outra, que formaram em frente A dentro do edificio, os officiaes, tendo presentido que as companhias, á ordem dos

sargentos, começavam a formar nas casernas, procuraram dissuadil os, mas não o conseguiram. D'uma janella do primeiro pavimento do quartel, o tenente-ajudante falou ás companhias formadas na parada, incitando as a que desobedecessem aos sargentos, e dois tiros que lhe fôram feitos, mas sem o attingirem, o obrigaram a desistir do seu proposito. Entretanto, o coronel d'aquelle regimento, sem confiança n'elle e vendo-se n'uma situação difficil, contemporisava com Santos Cardoso, que era um dos chefes civis do movimento, e com outros individuos, e prometteu-lhes ir reunir-se na Praça de D. Pedro, hoje Pra- e de caçadores n.º 9, que acompanhavam os seus regimentos, iam tocando a *Portugueza*, que era acompanhada em coro pela multidão. As tropas seguiram pela rua do Almada, entre os vivas á Republica e aos regimentos sublevados. Chegados á Praça de D. Pedro (Praça da Liberdade), os regimentos formaram, e procedeu-se então aos preliminares da proclamação da Republica e da deposição da Casa de Bragança. A multidão, cada vez mais numerosa, enchia o local, e ás janellas de todos os edificios appareciam as pessoas despertas pelo incessante vozear d'aquella grande massa. O facto de, até ali, não se ter opposto

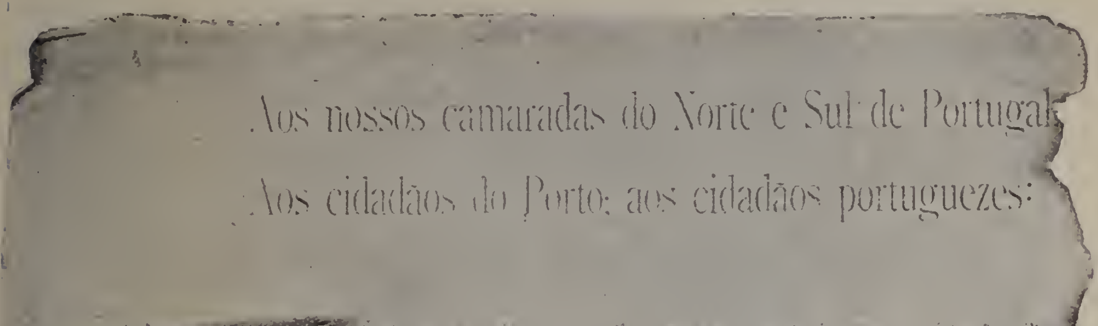
Aos nossos camaradas do Norte e Sul de Portugal:

Aos cidadãos do Porto; aos cidadãos portuguezes:

A força ... por ... reinado do snr. D. Carlos de Bragança. Proclamou a Republica. Não se trata d'uma simples, d'uma transitoria revolta. Foi uma revolução que se fez.

Ha muito que a nação vinha agonisando, opprimida, vexada. As liberdades que a Constituição lhe garantia eram letra morta, direitos fallazes que a vontade do rei colhia a seu bel-prazer. A agricultura perdia-se. Definhava a industria. O commercio não achava expansão. A instrucção era uma burla. O exercito, menosprezado e obrigado a representar perante o ... do um papel indecoroso e incompativel com a honra da ...

... a parte pompeiava a corrupção. A doblez era ... mo o processo.

... acobardava-se per... ... siram- ...

Eis o que é a situação do nosso paiz. Situação aviltante, desesperada, irritante. Nas regiões do governo nenhuma esperança. As decepções succediam-se. E de cada vez nos iamos subvertendo mais.

Só nas entranhas profundas da nação, no povo, na mocidade, no exercito, na armada, no clero, palpitava ainda, generosamente e sinceramente, o levantado sentimento do amor patrio e do desprendimento civico. Dizia-se que era preciso acabar com isto. Construir sobre as ruinas d'um systema desgraçado o edificio glorioso d'um Portugal novo.

E a isto que veio a força armada do Porto ... nar n'um facto ás aspirações nobres mais de ... portugueza.

Acima dos interesses mesquinhos ... no, d'uma regra estreita e depri... figura sacrosanta da Patria appe... a sua energia. A ...

Manifesto da Revolta do Porto. (Fragmento do unico exemplar que escapou de ser queimado completamente no momento da derrota).

ça da Liberdade, ás tropas revolucionadas, dizendo que o não fazia logo por ser preciso deixar primeiro, convenientemente assegurada a guarda do quartel. O povo que se fôra accumulando, em parte instigado pela noticia que correra na vespera, e em parte composto dos moradores das visinhanças e dos operarios que ao sairem cedo para o trabalho, tinham tido conhecimento da revolução fraternisava enthusiasticamente com os soldados revoltados, dando vivas á Republica. Já dia claro, os regimentos revoltados partiram sob o commando do capitão Leitão, de infantaria n.º 10, para o edificio da Camara Municipal. As bandas de infantaria n.º 10 á revolução nenhum obstaculo serio, fazia considerar que o triumpho era certo. Muitos soldados, influidos pelo enthusiasmo popular, arrancavam do capacete a corôa real, calcando-a aos pés, com o applauso da multidão. Uma bandeira vermelha, pertencente ao Centro democratico federal de 15 de novembro, do Porto, appareceu no local, e foi passeada em triumpho por entre as mais ruidosas acclamações e por fim içada no mastro do edificio da Camara. A *Republica Portugueza*, jornal de João Chagas, corria todas as mãos, trazendo em *A' ultima hora*, a noticia da revolução, dando já como certo o triumpho, dizendo que se nomeara a *Junta Provisoria do governo do norte do*

paiz, e terminando por calorosos vivas ao Exercito, a Portugal o á Republica. Effectivamente, da varanda da Camara Municipal foi proclamada a Republica, apparecendo ali Alves da Veiga e muitos outros vultos importantes do partido republicano do Porto, e sendo lida tambem por entre acclamações da multidão a lista dos nomes dos individuos que deveriam compôr a Junta provisoria annunciada. Entretanto que na Praça de D. Pedro (Praça da Liberdade), se davam estes factos, a guarda municipal, convenientemente municiada, saia do quartel do Carmo, descia a rua dos Clerigos, passava em frente á praça de D. Pedro (Praça da Liberdade), como que alheia ao que se estava ali passando, e tambem sem que a grande maioria da multidão agglomerada attentasse n'ella ou ligasse á sua passagem n'aquelle momento importancia de maior, e ia sem a menor demonstração hostil, e sob o commando do major Graça, tomar posições nas escadas da egreja de Santo Ildefonso e nos logares immediatos. Ninguem attentou n'aquella passagem em tal direcção, porque tendo-se apoderado de todos os espiritos o convencimento de que a revolução era invencivel, não só porque n'ella entravam os corpos da guarnição do Porto, como ainda porque ella tinha valiosas ramificações ao norte e ao sul do paiz, ninguem admittia a possibilidade da guarda municipal, em numero inferior ao das tropas revolucionarias, se atrevesse a oppôr-se-lhes. Terminados os preliminares da proclamação da Republica, os regimentos sublevados marcharam para a rua de Santo Antonio, hoje rua Trinta e Um do Janeiro, acompanhados pela multidão, cada vez maior de populares, que não cessava de acclamal-os, á Republica e aos homens da revolução. As bandas de musica iam tocando a *Portugueza*. Na retaguarda marchava um troço de cavalleiros da guarda fiscal, de espadas desembainhadas. De muitas janellas eram lançadas flôres sobre os regimentos, e a multidão applaudia vivamente. De subito, ouviu se, partido do alto, um toque de clarim, e toda a massa estacou, como que surprehendida. Mas depois, tomando animo, continuou a marcha, aos gritos de Viva a Republica, até que um segundo toque de clarim a fez de novo parar. Viu-se então os cavalleiros da guarda fiscal embainharem as espadas e apertarem as carabinas. E n'aquelle momento de indecisão que se apoderou de todos, ouviu-se o estampido d'um tiro, seguido, breves segundos depois, d'uma descarga de fuzilaria, dada do alto da rua sobre os regimentos revolucionados e sobre a massa do povo que os acompanhava. Era a guarda municipal que rompia as hostilidades. Foi um momento terrivel aquelle. O povo, inteiramente desarmado e colhido de surpreza, precipitou-se em desordenada fuga, arrastando comsigo, no seu movimento de retrocesso, companhias inteiras dos regimentos sublevados. Os cavalleiros da guarda fiscal immediatamente voltaram redeas aos cavallos todos ou quasi todos elles saltaram pela cabeça dos animaes, que escorregavam no calcetamento da rua, humido da neblina da manhã, e tombavam aqui e ali, para se erguerem em seguida e se lançarem n'um galope phantastico, derribando tudo o que encontravam na passagem. A' primeira descarga da municipal havia respondido immediatamento outra da vanguarda das tropas revolucionadas, e n'um momento estabeleceu-se a lucta. O povo fugia, aterrado e raivoso, sob o zumbido das balas despedidas lá do alto, e como sob o predominio do instincto da conservação ninguem se conhecia, uns lançavam os outros por terra, espezinhavam-se sem darem por tal, e por sobre o panico que subitamente se apoderára de todos, a fumarada das descargas iam-se confundindo com a neve d'aquella manhã tragica. O combate continuou encarniçado e implacavel durante horas. Os populares que não fugiram logo da rua de Santo Antonio (rua Trinta e Um de Janeiro), recolheram-se nos estabelecimentos e portaes que estavam abertos, e lhes ficavam mais proximos, e o mesmo aconteceu com alguns centenares de soldados revoltosos, que ao abrigo das hombreiras das portas, fizeram fogo até ao ultimo cartuxo, sobre a guarda municipal; mas outros, mais animosos, sustentaram a lucta a peito descoberto, nos passeios e em pleno leito da rua, emquanto outros ainda, do telhado d'algumas casas, atiravam tambem, até se lhes esvasiar a cartucheira, sobre a mesma guarda. De parte a parte havia já muitos mortos e feridos, e constava, mesmo, que a primeira fila da municipal caira toda ou quasi toda logo á primeira descarga dos revoltosos. Mas a revolução não quiz dar-se por vencida desde logo. Muitos dos soldados que tinham abandonado a rua quando do rompimento das hostilidades, e outros que depois sairam pelas trazeiras de varias casas, para as ruas da Madeira, Bomjardim e Sá da Bandeira, fôram entrincheirar-se na casa da camara, cuja porta fecharam. Mercê da desorientação que no lance se apoderou dos revoltosos, aquelle haveria de ser o primeiro e ultimo reducto da revolução. Trasladada a lucta para a casa da Camara e para a Praça de D. Pedro (Praça da Liberdade), ainda se prolongou por algumas horas. Os indecisos do primeiro momento, comprehendendo que a Revolução, ou por falta de plano ou por falta de homens, estava perdida, uniram-se á guarda municipal e ajudaram-n'a a suffocar a revolução. E assim foi que, tempo depois do tiroteio da rua de Santo Antonio, a municipal e as forças de linha que não tinham entrado no movimento, convergindo para a Praça de D. Pedro, escalonaram-se e das esquinas das ruas romperam o fogo contra os revoltosos, que das janellas da Camara lhes atiravam egualmente. Appareceu por fim a artilharia, e a casa da Camara foi bombardeada. As tropas fieis, ou ditas como taes, fôram por outro lado, encerrando n'um circulo de fogo os soldados que se conservavam ainda com as armas na mão. E assim foi que, vendo-se irremediavelmente perdidos, todos os revoltosos por fim se renderam á discrepção, e sem que entre elles houvesse quem os instigasse a um esforço desesperado. No mesmo dia 31 de janeiro, o governador civil interino do Porto, Taibner de Moraes, mandou afixar um edital em que declarava que, cumprindo as ordens do governo, suspendia no districto as garantias emquanto durasse a rebellião. Era inutil, porque a revolução estava morta, desde que da casa da Camara se disparára o ultimo tiro. Depois de suffocada a revolta, começou immediatamente a perseguição aos revoltosos e aos vultos em evidencia no partido republicano. A redacção da *Republica Portugueza* foi assaltada pela guarda municipal, que a poz a sa-

que; depois caiu sobre a officina onde ella se imprimia, começando por lançar por terra as chapas do jornal do dia e acabando por prender todos os operarios que n'ella se encontravam, e que á noite fôram levados para bordo da corveta *Sagres*, ancorada no rio Douro. A redacção da *Republica*, outro jornal republicano, hoje *Voz Publica*, que ao tempo se publicava, tambem foi assaltada pela guarda municipal. O governo, informado do acontecido, mandou que seguissem para o Porto varios regimentos de infantaria e de cavallaria da provincia. Seguiu-se o processo dos muitos prisioneiros que se fizeram, respondendo os militares a conselho de guerra, sendo muitos dos réos condemnados a degredo, conseguindo bastantes evadirem-se do logar da deportação, e os que não fugiram, fôram beneficiados pela amnistia que o governo concedeu tempos depois, e que lhes permittiu voltarem ao reino. A revolta de 31 de janeiro foi por muito tempo o assumpto obrigado da imprensa do paiz, onde ficou relatada, mas nem sempre com verdade, nos seus pormenores. O bem conhecido escriptor João Chagas e o tenente Coelho escreveram a *Historia da revolta do Porto*, que se publicou em Lisboa, 1901; Heliodoro Salgado publicou em 1894, no Porto, a *Insurreição de janeiro*, e Homem Christo em Lisboa, 1891, tambem publicou: *Os acontecimentos de 31 de janeiro e a minha prisão*.

Porto *(Santa Casa da Misericordia do)*. Assim como a Misericordia de Lisboa, e muitas outras, foi a Santa Casa da Misericordia do Porto creada no reinado de D. Manuel I, tendo a mesma origem das suas congeneres, isto é, suggerida ao monarcha por sua irmã a rainha viuva D. Leonor, e inspirada a esta senhora por Fr. Miguel Contreiras (V. *Misericordia*, no vol. IV, pag. 1144). Póde avaliar se da importancia d'esta Misericordia, com que tão justamente se orgulha a cidade do Porto, e se illustra a beneficencia nacional, pelos numerosos estabelecimentos sob a sua administração. Entre elles contam-se os seguintes: *Asylo S. Manuel* para cegos;—*Estabelecimento do Barão de Nova Cintra*, na rua de Nova Cintra; — *Hospital de Entrevados*, na rua de Cima de Villa;—*Hospital de Entrevadas*, na rua das Fontainhas;—*Hospital de Lazaros* e *Hospital de Lazaras*, ambos na rua das Fontainhas;—*Hospital de alienados Conde de Ferreira*, na rua do Costa Cabral;—*Hospital Geral de Santo Antonio*, na Cordoaria, depois Campo dos Martyres da Patria;— *Instituto de Surdos-Mudos Araujo Porto*, cuja administração passou para a Misericordia em 1893;—*Recolhimento das orfãs de N. S.ª da Esperança*, em S. Lazaro; — *Recolhimento de velhas invalidas de Santa Clara*, na rua das Fontainhas; e *Recolhimento de viuvas pobres de N. S.ª das Dôres*. A descripção minuciosa dos principaes estabelecimentos, acima indicados, sob a administração da Santa Casa da Misericordia do Porto, encontra-se nos artigos respectivos do presente volume, pela ordem alphabetica das

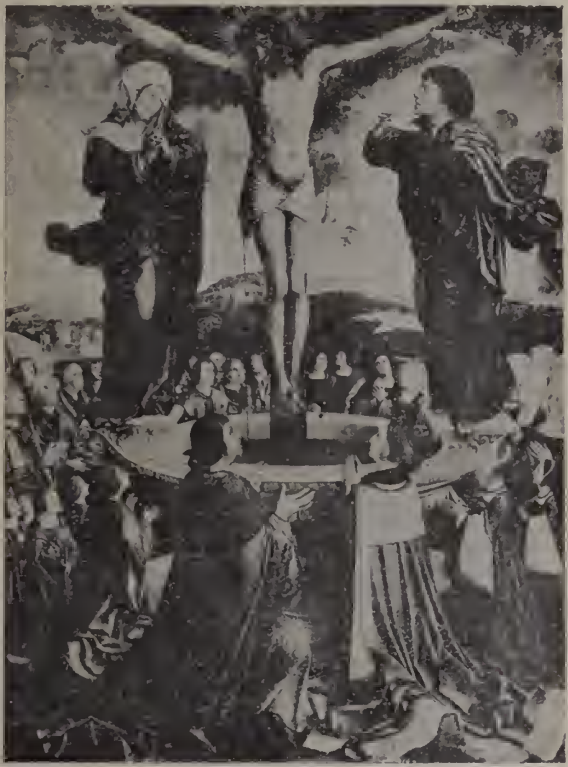

Quadro Fons Vitæ. (Existente na Secretaria da Santa Casa da Misericordia).

suas denominações. Para os que teem artigo especial n'outros volumes, acham-se estes tambem indicados no logar competente. Assim succede, por exemplo, com as instituições dos benemeritos cujas biographias sairam na letra respectiva aos seus appellidos e titulos. A rainha D. Mafalda tinha fundado no Porto, no sitio da Reboleira, a primeira albergaria que ali houve. Caindo o edificio em ruinas, foi o estabelecimento mudado para o largo de S. João Novo, dando-se-lhe as rendas de tres outros que já então havia. Com o decorrer dos annos foi ainda a albergaria transferida para a rua da Ferraria de Cima (hoje dos Caldeireiros), onde tomou o nome de Roque Amador (talvez o *Rocamadour*, dos gascões), e estava em muito mau estado de conservação no tempo de D. Manuel I. Primitivamente administrada pela camara municipal, esta entregara a em 1521 á irmandade da Misericordia. Na arruinada albergaria de Roque Amador mal caberiam duas duzias de doentes. Não tardou, comtudo, que começassem a affluir-lhe importantes donativos, e a nascente instituição foi se desenvolvendo por tal fórma que promettia ser, a breve prazo, uma das maiores na protecção e no auxilio aos desventurados. A 29 de janeiro de 1854 falleceu D. Lopo d'Almeida, irmão do vice-rei da India D. Francisco d'Almeida, legando á Misericordia do Porto uma boa parte da sua fortuna, para com ella edificar um hospital, ou, segundo tambem se pretende, apenas com o encargo de vestir annualmente cinco pobres. O certo é que em virtude d'esse legado ampliou-se consideravelmente a velha albergaria de Roque Amador, fazendo-se n'ella taes melhoramentos que perdeu o nome primitivo para passar a denominar-se de *D. Lopo*. Augmentando consideravelmente a população da cidade, augmentaram proporcionalmente os encargos da Misericordia, vendo-se a sua meza administrativa na necessidade de mandar construir um novo hospital, de muito maiores dimensões e em logar mais desaffrontado. V. *Hospital Geral de Santo Antonio*, n'este vol. pag. 948. O compromisso originario da Misericordia foi reformado em 1886, respeitando-se tanto quanto possivel as tradições d'esta Santa Casa e accommodando o ás novas fórmas sociaes. Segundo esse compromisso a Irmandade da Misericordia do Porto tem por obrigação : *A pratica da virtude christã da caridade, assim no culto divino, como principalmente em actos de beneficencia e obras de misericordia*. Para estes fins tem a Irmandade, além da sua egreja, e accessorios, os estabelecimentos humanitarios acima referidos, e n'outros logares d'esta obra, mais ou menos minuciosamente descriptos. Em 1555 a Irmandade da Misericordia, que até então só dispuzera, para os seus actos cultuaes, da capella de Nossa Senhora da Encarnação no claustro da sé, foi transferida para egreja propria construida na rua das Flôres. Essa egreja, de frontaria caprichosa nos ornatos de granito que a enfeitam, já não é a primitiva, mas sim uma reedificação de 1750, effectuada segundo o plano de Nicolau Nazoni. E' d'uma só nave, e apenas tem de apreciavel o tumulo de D. Lopo de Almeida, as estatuas dos Evangelistas na capella-mór, e a antiquissima imagem de N. Senhora da Misericordia, no altar do cruzeiro. Tem diversas alfaias de preço. As repartições centraes da irmandade, que dispõe hoje d'um capital superior a seis mil contos de reis, em titulos de divida publica, estão installadas ao lado da egreja. O edificio, que é relativamente modesto, possue ao centro uma elegante galeria, onde se vêem numerosos retratos dos principaes bemfeitores da ordem. Na sala das sessões estão os retratos dos mais dedicados provedores da Misericordia, entre os quaes se salienta o do dr. Paulo Marcellino, pintado por Joaquim Victorino Ribeiro, e o celebre quadro *Fons Vitæ*, pintado em madeira. Este quadro é sem duvida alguma a obra pictural mais valiosa que existe no norte de Portugal, attribuida á antiga escola flamenga. Tem merecido estudos interessantes dos criticos e acha-se reproduzido pela gravura em diversas revistas d'arte. Na sala da provedoria, entre outros quadros, ha quatro de muito merecimento, que são os que representam o *Nascimento de Christo*, e a *Annunciação*, do pintor portuguez Diogo Teixeira, o retrato do bispo do Porto D. Nicolau Monteiro, e o retrato de um ecclesiastico, devido ao fallecido pintor João Glama. Tambem ali se póde vêr um calix de prata dourada, no estylo manuelino, e uma salva do mesmo metal, legados á Santa Casa pelo padre Villaça, com a condição de nunca poderem ser vendidos, e um relogio antigo, estylo indiano, restos de um legado do bispo D. Nicolau Monteiro. Em maio de 1899 a Misericordia do Porto celebrou solemnemente o 4.° centenario da sua fundação, collocando por essa occasião na galeria dos seus bemfeitores o retrato de Fr. Miguel Contreiras. O que foi essa commemoração, a que se referem os jornaes do tempo, póde vêr-se na *Memoria descriptiva da solemnização* do IV *centenario da Misericordia do Porto*, impressa em 1900 na officina typographica do hospital d'alienados do conde de Ferreira, a cargo da mesma Misericordia.

Porto *(Sé do)*. Não é facil dizer a epoca certa da fundação d'este templo. Alguns pretendem que foi fundado por S. Bazilio, que se diz ser discipulo do apostolo S. Thiago maior e de S. Pedro de Rates. Julga-se, porém, com bons fundamentos que a egreja cathedral que S. Bazilio edificou, não foi esta, mas a de S. Pedro de Miragaia. Tem-se, pois, como primeiro fundador da actual egreja da Sé, o 4.° bispo do Porto, Constancio, pelos annos 570 da era de Christo. Sendo destruida pelos arabes em 716, foi reedificada, entre os annos 982 a 1000 da era Christã, pelo bispo de Nonego, ou por D. Sisnando, irmão de D. Moninho Viegas, 15.° bispo do Porto. Ainda outros sustentam que a egreja construida por D. Nonego ou por D. Sisnando, não era no local da Sé existente, mas no sitio onde depois se edificou o collegio dos Jesuitas, e que é agora o seminario diocesano; a qual foi tambem destruida pelos arabes, e que a rainha D. Thereza e o conde D. Henrique, paes do 1.° rei de Portugal, a reedificaram desde os fundamentos, ou para melhor dizer, com os materiaes da antiga construiram a actual, em 1108 ou 1109. No cartorio da Sé do Porto ha documentos valiosos, pela sua antiguidade, sendo o mais antigo de todos um *Censual*, que principia por uma bulla do papa Paschoal II, expedida em 1115. Vê-se, portanto, que existem documentos desde os primeiros annos da sua fundação. O mesmo pontifice tinha feito bispo do Porto, a D. Hugo, francez de nação e arcediago

de São Thiago de Compostella, e foi este prelado que pediu ao conde D. Henrique e á rainha D. Thereza, para que mandassem construir a egreja cathedral, ou reedificar a antiga. O conde D. Henrique, fallecendo em 1112, não viu concluida a obra da Sé do Porto, pois que só em 1120, sendo regente a rainha D. Thereza, é que se celebrou a primeira missa. Foi a egreja dedicada a Santa Maria Maior. (Senhora da Assumpção), e sagrada pelo arcebispo de Toledo D. Bernardo. A 18 de abril do referido anno de 1120, é que D. Thereza e seu filho D. Affonso Henriques, fizeram carta de doação a D. Hugo e seus successores, da cidade do Porto, com a jurisdicção espiritual e temporal, rendas e direitos d'ella. Quer a primitiva Sé fôsse no sitio, depois chamado *Largo do Collegio*, quer no sitio onde hoje existe, e n'um dos mais elevados pontos da cidade, o certo é que D. Thereza e o conde D. Henrique demoliram a antiga egreja, que era de acanhadas proporções, e construiram um templo vasto e majestoso, digno do Porto. E' por isso, que justificadamente se dá a estes principes o nome de fundadores da egreja cathedral, e não o de reedificadores. Além do interior da egreja, das duas torres da frontaria, e dos dois *gigantes* que as fortificam, pouco mais resta das obras de D. Thereza, do conde D. Henrique e de D. Affonso I. Todas as mais obras da Sé e suas dependencias, se fôram fazendo, por muitas vezes, em differentes epocas, o que é facil de reconhecer pela discordancia da architectura, que tanto destôa da original e respeitavel simplicidade, fazendo da Sé um mixto de architectura arabe, gothico e romano bysantino. O interior do templo é de vastas proporções, e de tres naves divididas por uma arcaria de granito, tendo os capiteis, cornijas, guarnições e pedestaes de marmore preto e rôxo. A capella-mór é uma das melhores e considerada a maior de todo o paiz. E' obra do bispo D. Fr. Gonçalo de Moraes, começada em 1609, sendo o archifecto, Valentim, discipulo do grande Miguel Angelo. Foi concluida em uma séde vacante no anno de 1717, segundo se deprehende da seguinte inscripção em latim, collocada sobre a porta principal, que diz:

PRAE SUL'S, HAUD DEXTRA,
SEDE VACANTE REVIXI;
DEXTRA, OPERI TANTO,
NUM FORET SATIS (?)

Egreja da Sé

No centro da longa fachada que olha para o N vê-se outra inscripção, tambem latina, em que se lê:

PERGE INTUS, QUICUMQUE
FORIS SUSPENSUS ADHAERES;
NIL HIC, QUOD MIRUM EST,
SEDE VACANTE, VACAT.

Dos dois lados do altar-mór estão os corpos de dois martyres— do lado do evangelho S. Pacifico, e do lado da Epistola Santo Aurelio. Esta capella dizem ser uma das melhores e a maior de toda a Peninsula; é toda de marmore de côres, em estylo classico, tem dois orgãos, duas ricas tribunas e primorosos lavores em madeira, com boas esculpturas dos quatro patriarchas. As grades que

cercam o coro, são de bronze artisticamente trabalhado; assim como a grade que separa a capella do corpo da egreja, que tem um corrimão de marmore preto. As paredes lateraes da egreja estão abertas em largas e altas tribunas envidraçadas, que as inundam de luz. A' esquerda, proximo da capella-mór, vê se a capella do Santissimo Sacramento, tendo um grandioso altar de prata, obra do seculo XVIII, pois foi ali collocado em 1792. O altar é todo de prata batida, desde o frontal até ao sacrario, composto de tres corpos com a respectiva cupula, de fórma elegante com apainelados contendo baixos relevos representando passos da Escriptura Sagrada. Banqueta, quatro apostolos, sacras, tocheiros e seis lampadas, tudo de prata, completavam esta preciosidade artistica e do mais subido valor altar de *Nossa Senhora da Silva*, cuja imagem consta ter sido achada n'um silvado, quando se abriram os alicerces para a continuação das obras, no reinado de D. Affonso I, sendo bispo do Porto D. Hugo. A imagem é antiquissima, na verdade, pois já existia no tempo da rainha D. Mafalda, mulher de D. Affonso Henriques, grande devota d'aquella imagem que lhe deixou, em testamento, todas as suas joias e os mais ricos vestidos que possuia. A imagem é de pedra e de alta estatura. Este altar tambem é privilegiado, e teve uma rica irmandade composta dos mestres e officiaes de ferreiro, estabelecidos na cidade do Porto Os altares de Nossa Senhora do Patrocinio, S. Thiago, S. Gonçalo de Amarante, Santa Luzia, tambem privilegiado; Jesus Maria José e o da Santissima Trindade, onde está o corpo de S.

Claustros da Sé

material, trabalhos dos ourives portuenses Bartholomeu Nunes, Manuel de Sousa, Miguel Pereira, Pedro Francisco, e dos lamecenses Manuel Teixeira e Manuel Guedes. Em 1808 os francezes roubaram quatro tocheiros e seis lampadas, a banqueta e os apostolos, e não roubaram o altar, porque o julgaram de cobre galvanisado, não lhes parecendo possivel tanta riqueza ali reunida. Ha quem diga, que o altar escapou de ser levado pelos francezes, porque um dos empregados da egreja teve a lembrança de dar sobre a prata algumas camadas de gesso. A egreja tem 12 altares, salientando-se entre elles o do *Senhor d'Além*, cuja imagem dizem ter sido achada em 1139 no sitio onde depois se construiu o convento da serra do Pilar. E' um altar privilegiado; tem por cima um primoroso quadro representando Jesus Christo a entregar as chaves a S. Pedro; o Pantaleão, medico e martyr, padroeiro da cidade do Porto, que esteve primitivamente na egreja de Miragaia, sendo para aqui transferido em 12 de dezembro de 1499. El rei D. Manuel I deu, para se depositarem as reliquias d'este santo, um rico cofre de prata, que foi roubado depois de 1834. Antes do roubo fazia-se com o cofre uma devota procissão, de sete em sete annos, que deixou de se fazer desde o desacato. O claustro, ou *crasta*, foi mandado fazer pelo bispo D. João, 3.º do nome, em 1385, um dos prelados mas illustres da sé do Porto. Para esta obra concorreu a camara do Porto, segundo consta d'um documento existente no cartorio da mesma camara, com mil pedras de cantaria lavrada, em reconhecimento dos serviços prestados á cidade pelo referido prelado. O claustro é de puro gothico, e está situado na parte sul da egreja, correndo en-

costado a este um dos lanços com duas portas que lhe dão communicação. E' formado de 304 columnas de pedra, sustentando arcos em ogiva, sobre os quaes corre uma varanda que dá accesso á casa do cabido, tendo as paredes forradas de azulejo contendo varios passos do Velho Testamento. A cada um dos quatro cantos tem uma capella, e são *N. S.ª da Conceição, N. S.ª da Espectação, N. S.ª da Esperança*, dos morgados de appellido Brito e Cunha, e *N. S.ª da Piedade*, da casa de Athães. A capella de *N. S.ª da Saude*, tambem na crasta, é tão antiga como a egreja, pois já existia no tempo de D. Affonso Henriques, sendo então a imagem de grande devoção D. Fr. Marcos de Lisboa, sendo bispo do Porto, reedificou a capella com a maior sumptuosidade em 1583 para ali ser sepultado e os mais prelados seus successores. O bispo D. Fr. Gonçalo de Moraes mandou fazer na mesma capella um formoso carneiro, para n'elle se recolherem os ossos de todos os bispos seus antecessores, que estavam enterrados em differentes logares da egreja, e elle se mandou enterrar tambem no mesmo carneiro. A capella teve uma irmandade, que tratava da sua conservação e ornato, fazendo uma solemne festividade á padroeira. Tambem ha no claustro a capella de S. Vicente, com orgão e coro, coberta de rica talha respresentando combates de moiros com os christãos. Do claustro segue se para a sacristia, que é uma grande casa quadrilonga, com pavimento de marmore roxo e cinzento; o tecto é obra admiravel, com ricas pinturas a fresco, representando alguns passos da Sagrada Escriptura. Nas paredes estão quadros a oleo, representando scenas da vida de Christo, contando se entre elles uma preciosa pintura em madeira, figurando Nossa Senhora, que se attribue ao grande pintor Raphael. Por baixo d'este quadro está um bello relogio e tambem se vê um bello Christo crucificado. Todos os ornatos d'esta sacristia são de grande magnificencia. No centro da sacristia estão duas ricas mesas de marmore, e em frente d'ellas duas majestosas fontes, aos lados da porta da entrada, com formosas taças, em fórma de conchas, tudo de bello marmore. Aos lados de cada fonte, estão dois anjos de madeira dourada, de boa esculptura, e cada par d'anjos tem, um na mão direita, a inscripção: *Ante*, e na esquerda: *Post*. Existem tambem aqui riquissimos armarios de pau preto, com os gavetões marchetados de cobre dourado, onde se guardam os paramentos e outras roupas pertencentes ao cabido. Na égreja da Sé existe a antiquissima imagem, de pedra, de N. S.ª da Vandoma, que n'outro tempo figurava no arco da Vandoma, proximo da Sé, que constituía uma das mais antigas portas da cidade.

Porto *(Seminarios do)*:

Seminario dos Carvalhos. Occupa um bom edificio de moderna construcção, no logar dos Carvalhos, em Villa Nova de Gaia. Está subordinado ao bispo do Porto, assim como o Seminario Episcopal, e em ambos ha o curso triennal interno, para os estudantes que desejam seguir a vida ecclesiastica.

Seminario dos Meninos Desamparados. Estabelecido na Quinta do Pinheiro, em Campanhã. V. *Portugal*, vol. II, pag. 671 e 672, em *Campanhã*.

Seminario Episcopal. O Seminario Episcopal data de 1560, anno em que o cardeal D. Henrique, então bispo do Porto, D. Rodrigo Pinheiro e outros, fundaram na Ribeira um collegio para os padres da Companhia de Jesus. D. Fr. Luiz Alvares de Tavora, bailio de Leça, o mudou em 1577 para a rua das Aldas, depois largo do Collegio, dando para esta obra 30:000 cruzados (12:000$000 réis). Foi sepultado na capella-mór. Quando em 1759 foi supprimida a Companhia de Jesus, passaram a egreja, o mosteiro e todas as suas rendas, a ser propriedade da Universidade de Coimbra, que vendeu a egreja e o mosteiro, em 1780, aos frades agostinhos descalços, conhecidos vulgarmente por *frades grillos*. No tempo dos jesuitas a egreja tinha a invocação de S. Lourenço. Está ali installado ha muitos annos o Seminario Episcopal, n'um edificio moderno expressamente construido para tal fim, e fica junto ao Paço Episcopal.

Porto *(Theatros antigos, e outros divertimentos publicos que já não existem no)*. O primeiro theatro lyrico do Porto existiu no largo do Corpo da Guarda, e foi inaugurado em 15 de maio de 1762. O largo estava todo embandeirado, assim como a rua Chã. Foi um dia de festa para a cidade. Este melhoramento civilisador deveu se a João d'Almada e Mello, pae do grande corregedor Francisco d'Almada e Mendonça. João d'Almada era governador general da provincia, e em 1765 foi governador das justiças, presidente da camara municipal e da administração de marinha, conselheiro do rei e tenente-general dos seus exercitos. No principio tinha o theatro apenas uma só vista, *sala regia*, e n'ella se representavam todas as peripecias do drama, sem se attender á verosimilhança, isto é, sem se importarem com a *unidade do logar*, nem a propriedade da acção. A primeira opera que se representou tinha por titulo : *Il Trascurato (O Descuidado)*, de Pergholese. No entrecho predominava o comico. A *prima-dona* chamava-se *Giuntini*. O titulo, por extenso, do libreto, era: *Il trascurato dramma grazioso per musica da rapresentarsi ne Teatro del molto illustre citá del Porto. Na officina do capitão, Manuel Pedroso, 1762*. Foi dedicado a D. Anna Joaquina de Lencastre. Ali houve espectaculos de gala, em 1785, por occasião do casamento do principe, mais tarde el-rei D. João VI, com a princeza hespanhola D. Carlota Joaquina. No seculo XVIII existiu tambem um theatro improvisado n'uma barraca, onde representava o actor bastante popular Manuel Pereira, o *Esteireiro*, natural de Penafiel. Além dos que vão adeante mencionados em artigos separados, ainda houve no Porto os seguintes: *Theatro Chalet, Theatro Camões*, ou de *Variedades*, situado na antiga rua de *Liceiras*, depois chamada rua *Camões;* era insignificante, armado n'um armazem pertencente a um taberneiro gallego, conhecido pela alcunha de *André da Cancella Velha;* o *Theatro Minerva*, na rua da Fabrica, que, dizem, era pequeno, mas bonito. Foi mandado construir por David de Castro, filho da baroneza de Nevogilde.

Theatro de Santa Catharina. Era de pequenas dimensões, na rua d'este nome.

Theatro de D. Affonso. Estava situado na rua de Alexandre Herculano, onde existiu o antigo *Theatro dos Recreios*, mandado construir por um individuo de appellido Miranda Lima, que em tem-

pos fôra empresario do theatro de S. João. O O Theatro dos Recreios inaugurou-se em 22 de outubro de 1885, e o seu primeiro empresario chamava-se Julio Cesar, sendo a peça da inauguração o *D Quichote*, arranjado da antiga peça de Antonio José, representando o papel de proto gonista o fallecido actor popular Alfredo de Carvalho. Seguiu se a empresa Coelho Ferreira, que pôz em scena o *Fausto*, a *Sombra do rei*, e poucas mais peças, porque não acabou a epoca, indo concluil-a a empresa de Joaquim Barbosa e do alfaiate Seraphim, da rua de Santo Antonio De 1887 a 1888 houve uma empresa composta dos artistas Taveira, Santos, Salazar, Pires, Santos Mello, Portulez, Dôres Aço, Thereza Aço, scenographo Machado e outros, fazendo se obras no theatro. A peça de inauguração foi o drama *O Filho da noite*. A epoca foi toda má, e terminou em 1888, por occasião do incendio do theatro Baquet. Depois, o maestro Cyriaco Cardoso procedeu a mais importantes obras no theatro, e deu lhe o nome de *Theatro de D. Affonso*. A com panhia era de opera comica e com elementos estrangeiros, taes como o tenor hespanhol Rihuet, o baritono italiano Verdini, a cantora hespanhola Eulalia Gonzalez, etc. Representaram-se por essa occasião em portuguez as operas: *Carmen, Fra Diavolo, Guarany, Freischtuz*, etc. Em 1890 tomou conta do theatro a empresa dos artistas Taveira, José Ricardo e Santos. Esta sociedade, pela morte de Alves Rente, passou ao theatro do Principe Real. De 1891 a 1895 estiveram ali diversas empresas, e de 1895 a 1896 foi empresario o maestro Del Negro. Em 1896 tomou o theatro o actor José Ricardo. Parece que poucos annos depois acabou aquella casa de espectaculos, porque em 1902 já não existia.

Theatro Baquet Existiu na rua de Santo Antonio, onde estão ha annos estabelecidos os ar mazens Herminios. Foi mandado construir pelo alfaiate francez Antonio Pereira Baquet, esta belecido no Porto, e por isso ficou assim denominado. A primeira pedra foi lançada em 22 de fevereiro de 1858. As desegualdades do terreno of fereciam muitas difficuldades, porque a rua de Sauto Antonio está na altura de mais de um terceiro andar, em relação ao terreno onde se abriram os alicerces do edificio, de modo que foi preciso construir, para servir de base ao theatro, um grande predio, que se compõe de armazem e andares, com portas e janellas para a parte da rua de Sá da Bandeira, que então se chamava *viella da Neta*, e que fica subterraneo para o lado d'aquella rua. As obras proseguiram com tal rapidez que a 13 de fevereiro de 1859, por occasião do carnaval, se inaugurou o theatro com um baile de mascaras. Porém a inauguração solemne, depois de concluidas todas as obras de ornamentação, realisou se em 16 de julho do mesmo anno de 1859. O desenho da fachada foi feito por Guilherme Correia, e a planta do resto do edificio, elaborada pelo proprio Baquet. A fachada era construida da melhor qualidade de granito, que se encontra nos arrabaldes da cidade Apezar da architectura simples, tinha um aspecto agradavel, sendo coroada por uma varanda de pedra, sobre a qual assentavam quatro estatuas de marmore, representando a Pintura, a Musica, a Comedia, e as Artes. A recita da inauguração foi dada pela companhia do Gymnasio, de Lisboa, com a comedia-drama em 3 actos *O Segredo d'uma familia*, do actor José Carlos dos Santos. Em consequencia da differença do nivel, os camarotes da primeira ordem ficavam parallelos ao pavimento da rua de Santo Antonio, tendo de descer-se para as platéas por dois lanços de escadas. Em redor d'estas corria uma galeria, havendo além d'isso tres ordens de camarotes e uma de varandas. Do centro do tecto da sala pendia primitivamente um grande lustre de crystal, que foi substituido annos depois por uma rozeta illuminada a gaz. Por morte de Pereira Baquet ficou sendo proprietario do theatro o seu contramestre Antonio Teixeira de Assis, pelo seu casamento com a viuva do fallecido. Teixeira de Assis era homem muito activo, e adquirira, com as viagens ao estrangeiro, grande copia de conhecimentos que o tornavam bastante illustrado A sua idéa predominante era transformar a disposição interior do theatro, por meio d'uma nova fachada nas trazeiras do edificio, e assim foi

Fachada do Theatro Baquet incendiado em 1888

um dos que mais influiram para a abertura da fachada para a rua de Sá da Bandeira. Eram as suas tenções, feita a entrada principal pelo lado da rua de Sá da Bandeira, mudar o palco para a parte que dava para a rua de Santo Antonio, porém a morte surprehendeu-o no vigor da edade, e os seus projectos ficaram sem effeito. Passando o theatro a ser propriedade de sua mãe D. Anna Victorina da Ascenção, residente em Lamego, mandou esta construir a fachada para a rua de Sá da Bandeira, estabelecendo novas communicações para o interior do theatro, modificando o palco, camarins, etc. Esta fachada era mais simples que a outra, pois apenas se destacava por um pequeno frontão. Na noite de 20 de março de 188?, um horroroso incendio reduziu a cinzas todo o edificio, fallecendo n'aquella catastrophe talvez umas 100 pessoas, segundo se calcula. A recita era em beneficio do actor Firmino; representou-se a opera comica em 3 actos, *Os Dragões de Villar*, seguindo-se a *Gran Via*, e foi durante esta ultima peça que se manifestou o fogo no pal·

co. Quando correu a noticia deram-se scenas dolorosas, lancinantes; todos queriam fugir, atropellando se uns aos outros, não encontrando as portas de saida, desvairados, causando essa desordem e esse desvairamento ainda muito maior numero de victimas. A cidade estáva horrorisada; familias inteiras succumbiram, as perdas fôram enormes, tanto nos artistas como na empresa. Alguns estabelecimentos que ficavam juntos ao theatro, tambem fôram destruidos como a luvaria *Leon de Castilla*, o Café High Life, o do oculista Pinto Meirelles, e outros predios. Annos depois levantou se no cemiterio de Agramonte um mausoléo onde se encerraram os restos mortaes das numerosas victimas (V. *Porto, Cemiterios do*). Todo o paiz se impressionou profundamente com tão tenebrosa catastrophe. A imprensa dedicou-lhe artigos dolorosos, e outros escriptos appareceram, tanto em Lisboa como no Porto. Mencionaremos os seguintes: *Lisboa-Porto*, Lisboa, 1888; 32 paginas; impressão luxuosa, sendo as estampas reproducção *fac simile* dos desenhos originaes, feitos de proposito para esta publicação. Foi commemorativo da lamentavel desgraça, e o producto da venda applicado ás subscripções abertas, desde logo, em todos os pontos do reino, em favor das victimas sobreviventes; *Diario illustrado* numero extraordinario com o mesmo destino, adornado de gravuras; *Evora Porto*; jornal publicado com o mesmo intuito caritativo, pelos jornalistas de Evora; numero unico, abril, 1888; *Ilha de S. Miguel ao Porto;* numero unico—, Ponta Delgada, 1888; sendo o producto applicado tambem ás victimas sobreviventes; tinha seis estampas lithographadas, allusivas ao incendio; *Festival no Palacio de Crystal;* em beneficio dos seis orphãos, filhos de João Pinto Ferreira, que, juntamente com sua mulher, fôra victima, a 22 de abril de 1888, promovido por uma commissão de alumnos menores do Gymnasio Lauret, e coadjuvado pelos alumnos dos collegios de Nossa Senhora da Gloria, S. Lazaro, Nacional, S. Carlos, escolas Academica, Moderna, Santa Maria, Orphãos, Academia de Braga, Orphãos de Braga, e os gymnasios de Coimbra, Santo Thirso, Lauret, do Porto; com os retratos dos seis orphãos, tirados em grupo: *Album de lagrimas e dôres*, á memoria das victimas do pavoroso incendio do theatro Baquet no dia 21 de março de 1888; Porto: vendido no dia 1 de abril por oito das creanças que ficaram orphãs, acompanhadas por um bando precatorio: *Diario de annuncios;* numero litterario dedicado ás victimas sobreviventes do theatro Baquet; S. Miguel, Ponta Delgada, 29 d'abril de 1888: *Sobre as cinzas*, Porto, 1888, com desenhos no texto: *Trindade-Baquet;* numero unico, publicado pela companhia do theatro da Trindade, em beneficio das victimas sobreviventes da catastrophe Baquet, Lisboa, 1888; com desenhos a côres no texto, e capa com uma allegoria: *A grande catastrophe do Theatro Baquet*, por Jayme Filinto, Porto, 1888.

Theatro de S. João. O Porto deveu este melhoramento ao antigo corregedor Francisco de Almada e Mendonça, e foi elle quem organisou uma companhia de capitalistas, constituida por acções a qual levou a effeito tão importante idéa. O local escolhido foi um dos pontos mais elevados da cidade, junto á Praça da Batalha. As obras começaram a 19 d'abril de 1796. Foi encarregado do risco o architecto e pintor italiano Vicente Manzoneschi, que fôra chamado a Lisboa alguns annos antes, por Sebastião da Cruz Sobral, para pintar o scenario do theatro da Rua dos Condes. A sua inauguração foi a 13 de maio de 1798, dia anniversario natalicio do principe regente D. João, mais tarde el-rei D. João VI, e em sua homenagem se deu ao novo theatro o nome de S. João. O espectaculo compoz-se do elogio *O mau gosto destruido ou o Porto affrontado*, original do bacharel Antonio Soares de Azevedo; da comedia *Os militares heroes ou as vivandeiras illustres*, e da farça *A dama astuciosa*. As obras importaram em 53:950$000 reis. O pano de bocca foi pintado pelo distincto pintor portuguez Domingos Antonio de Sequeira. O theatro era de aspecto desagradavel, mas no interior alegre e distincto. Vilhena Barbosa, no *Archivo Pittoresco*, a pag. 356 e 357 do vol. VII, publicado em 1864, diz o seguinte, referindo-se ao architecto citado: «O theatro de S. João faz lhe pouca honra, porque, ao passo que o que n'elle ha de melhor foi copiado do theatro de S. Carlos de Lisboa, deu-lhe o architecto por fachada principal a frontaria d'uma casa burgueza, sem elegancia, sem adorno ou distinctivo algum proprio de um theatro, a não se querer dar este nome ao escudo das armas reaes, collocado tão desengraçadamente á custa de quatro janellas que se supprimiram na mesma fachada, que mais parece o edificio feito de proposito para a collocação do escudo, que este posto ali para ornamento do edificio. Não tem salão de entrada, defeito este imperdoavel em um theatro. Entra-se para uma loja ladrilhada, que tem dos lados as casas de venda dos camarotes e bilhetes, e do deposito de bengalas e chapéos de chuva. Modernamente (1864) arranjou-se junto d'esta loja uma sala bem guarnecida para as senhoras esperarem no fim do espectaculo a chegada das suas carruagens. A sala do espectaculo é grande e bella. E' egual ao risco á do theatro de S. Carlos, com a differença de ter quatro ordens com vinte e dois camarotes em cada uma, entrando dois no proscenio, em logar de cinco ordens com vinte e quatro camarotes cada uma, até ao proscenio, que conta aquelle theatro. Está ornamentada com singela elegancia, menos o tecto, que, em nossa opinião, é de pessimo gosto. E' uma pintura excessivamente carregada de ornatos desengraçados, e distribuidos com pouca arte. Foi feito este trabalho por um pintor ornatista italiano chamado Pizzi, que veiu ao Porto ha uns sete annos, e que no tecto do tribunal do commercio, e em outras obras que executou na mesma cidade, deu melhores provas do seu talento. No centro do tecto do theatro de S. João o artista figurou Apollo, e em volta entre muita diversidade de ornamentos, os retratos dos nossos grandes poetas dramaticos, Gil Vicente, Camões, João Baptista Gomes e Almeida Garrett. Tem este theatro tribuna real, para uso dos soberanos quando visitam a cidade do Porto. Por occasião das festividades nacionaes costuma estar patente e illuminada, collocando-se então n'ella um quadro com o retrato do monarcha. A illuminação a gaz é distribuida pelos lados da sala, nos intervallos dos camarotes, como se usou no theatro de S. Carlos até 1835, em que ali se collocou o primeiro lustre. Aquelle genero de illuminação offerece diversas vantagens, des-

fructa-se melhor a scena de todos os camarotes, e tambem d'estes se goza mais desimpedidamente a propria sala do espectaculo. Entretanto, quando o lustre reune á riqueza e perfeição artistica o bom gosto da invenção, como acontece com o de S. Carlos, é uma das mais bellas decorações de um theatro. No pavimento da ordem nobre está o salão para concertos de musica. E' espaçoso e com uma elevação proporcionada. Sem ser rico, acha-se bem decorado e guarnecido. Em todas as noites de espectaculo está illuminado e franco ao publico. Dá entrada para o botequim.» O theatro de S. João teve subsidio do governo, que variava de importancia, sendo, porém, sempre diminuto, de sorte que as empresas viam-se muitas vezes obrigadas a escripturar companhias de pouco merito artistico, ou a fallir, como aconteceu diversas vezes, acontecendo tambem alguns annos ficar o theatro fechado. Nos ultimos tempos passou por uma grande transformação, sendo a obra dirigida pelo engenheiro Araujo e Silva. O theatro tinha então frisas, duas ordens

á direita bilhares e tabacaria. O palco era grande, com um pateo ao fundo, e á direita um annexo com muitos e bons camarins. Na noite do incendio havia se representado a magica *A Pata de Cabra*.

Theatro de Variedades. Era de madeira, não tendo nada de notavel. Estava dentro d'um quintal, que fez parte da cêrca do convento das freiras carmelitas, tendo a frente para a calçada dos Carmelitas. Anteriormente haviam edificado, n'este mesmo local, os irmãos *Dallot* um theatro barracão para saltimbancos, o qual ardeu. Os mesmos emprezarios construiram ainda outro que durou pouco mais d'um anno, e que tambem ardeu. O theatro das Variedades era de declamação, sendo seu empresario o violinista Francisco Alves Rente. Este theatro já não existe ha muitos annos.

Porto *(Theatros que ainda existem no)*:

Theatro da Aguia de Ouro. E' um pequeno mas elegante theatro de pedra e ferro, annexo ao hotel e café Aguia de Ouro, na Praça da Batalha.

Theatro de S. João

de camarotes, um balcão, platéa dividida em superior e geral, e galerias. No inverno funccionava uma companhia de opera lyrica, e nos restantes mezes do anno companhias dramaticas nacionaes e estrangeiras. Um horroroso incendio, que se manifestou na noite de 11 para 12 de abril de 1908, reduziu a cinzas o theatro de S. João, ficando apenas as paredes. Parece que houve ideia de o reconstruir, mas por emquanto nada se tem feito.

Theatro da Trindade. Estava edificado no fim da rua de D. Pedro, no sitio chamado *Cancella Velha*, em frente da rua Formosa, dando as trazeiras para a rua do Laranjal. Foi edificado em 1874 por uma sociedade de que era director Antonio Paes da Silva. Pouco tempo durou, porque na madrugada de 5 de julho de 1875 ardeu completamente, ficando apenas as paredes, calculando-se os prejuizos em 30:000$000 reis. Tinha uma vasta sala de espectaculos, com tres ordens de camarotes, amplos *fauteils* almofadados, além dos logares inferiores; largos corredores, um bello atrio, tendo á esquerda um espaçoso botequim e

Foi construido ha talvez 15 annos. Tem duas ordens de camarotes, duas platéas, superior e geral, e galeria. Durante o anno trabalham ali varias companhias de passagem na cidade.

Theatro Carlos Alberto. Fica na rua das Oliveiras. E' theatro popular; o edificio é de construcção ligeira, mas de bonito aspecto interno. Tem duas ordens de camarotes, duas platéas, superior e geral, e galeria.

Theatro Gil Vicente. Fica no Palacio de Crystal. Não tem camarotes, tem apenas uma unica platéa e uma galeria em balcão, suspensa em columnas, a toda a volta da platéa.

Theatro do Principe Real, hoje chamado de *Sá da Bandeira*. Está situado na rua de Sá da Bandeira, tendo entrada tambem pela rua de Santo Antonio, hoje de 31 de Janeiro, junto ao antigo theatro Baquet, onde se vêem actualmente os armazens Herminios. No local onde existia a rua de Sá da Bandeira, havia n'outro tempo uma travessa conhecida pelo nome de *viella da Neta*. No fim d'esta viella, com accesso por ella e pelas escadas da rua de Santo Antonio, construiu D. Jo·

sé Toudon Ferrer Catalon um barracão de madeira, com o nome de Circo para trabalhar a sua companhia de cavallinhos, o qual se inaugurou a 4 d'agosto de 1855. Doze annos depois, em 1867, foi demolido para se construir outro de pedra e cal com 21 camarotes e duas frizas. Este circo já servia alternadamente para companhias dramaticas, equestres e gymnasticas. Tornaram-se muito falados os grandes bailes de mascaras que se realisavam ali pelo carnaval,os quaes eram frequentados por tudo quanto de distincto havia no Porto n'essa epoca. Passados annos, parece que em 1877, com a demolição da viella da Neta para se formar a continuação da rua de Sá da Bandeira, é que se construiu a actual casa de espectaculos, que tomou o titulo de Principe Real. Tem sido explorado no inverno por companhias dramaticas, e de verão por companhias de cavallinhos. A primeira empresa foi constituida pelos negociantes de tabacos Freitas e Azevedo; depois a empresa de João Ferreira, negociante de algodões; houve outra de diversos artistas sob a direcção de Augusto Garraio, ainda outra do maestro José Candido, Brandão, Joaquim Ferreira e Lourenço de Magalhães; depois Alves Rente, em seguida Taveira com José Ricardo e Santos, por fim só Taveira, etc. Houve tambem um empresario, o ponto d'uma companhia lyrica, que esteve no Porto, e que se chamava Lanovelli, que fez representar o *Fausto* em portuguez com grande exito, e foi elle tambem quem no Porto desenvolveu o gosto pela operetta. O theatro tem duas ordens de camarotes, duas platéas, superior e geral, e uma extensa galeria por baixo dos camarotes.

Theatro Vasco da Gama Está na rua do Theatro, na Foz.

Na rua de Passos Manuel ha ainda o *Novo Theatro Circo de Variedades*, e na rua Alexandre Herculano o *Circo* assim denominado.

Porto *(Tribunaes do)*:

Tribunal do Commercio. Está estabelecido no segundo pavimento do palacio da Bolsa, na rua de Ferreira Borges. O grande salão do tribunal, situado no lado sul, tem de comprimento 19^m, 10, de largura 8^m,15 e de altura 15^m,50 até ao annel elliptico vasado no tecto, no qual assentam 8 columnas de 0^m, 2 de altura, que sustentam a cúpula. As paredes são de escariola imitando marmore, e o teeto e cúpula pintados a claro-escuro, do mais bello effeito. Logo contigua, do lado sul e poente está a sala dos jurados, e mede 8^m, 65 de comprimento, 8^m, 15 de largura e 13^m,70 de altura até ao annel do zimborio, de fórma circular, envidraçado e apoiado em 8 columnas da ordem dórica de 0^m, 5 de altura, terminando o zimborio por uma lanterna egualmente sustentada por 8 columnas da mesma ordem dorica. A espaçosa e elegante sala do cartorio tem 9^m,80 de comprimento, 7^m, 30 de largura e 4^m, 10 de altura; as paredes tambem são de escariola imitando marmore, e o tecto de estuque com molduras lisas. Contigua a esta sala está a secretaria, tendo 7^m, 2) de comprimento, 6^m, 60 de largura e 4^m, 10 de altura Segue depois o gabinete do juiz, com 7^m, 25 de comprimento, 5,^{m} 55 de largura e 4^m, 10 de altura. Junto a este gabinete ha uma sala de espera, que communica com a galeria da fachada principal; em seguida uma outra que communica a varanda da fachada principal com a mesma galeria, e logo unida, uma terceira que communica com o gabinete do presidente da Associação Commercial. As preciosas pinturas das salas do Tribunal do Commercio são do distincto pintor, professor da Academia de Bellas Artes de Lisboa, sr. Velloso Salgado. A pintura do tecto parece ter sido trabalho do pintor italiano Pizzi.

Tribunal do contencioso technico e aduaneiro. Funcciona no edificio da Alfandega.

Tribunaes civis e criminaes de primeira instancia. Estão no antigo convento de S. João o Novo, que por algum tempo serviu de hospital militar. Foi o ministro da justiça Gaspar Pereira da Silva, quem mandou preparar este vasto edificio para esse fim. Um dos districtos criminaes está installado n'um edificio particular da rua de S. Bento da Victoria.

Tribunal das execuções fiscaes. Exerce as suas funcções na rua da Bandeirinha.

*Tribunal Militar (*Conselho de guerra territorial*).* Está na rua de S. Bento.

Tribunal e cadeia da Relação. Este tribunal foi instituido em 1583 por Filippe II de Hespanha e I de Portugal, a instancias dos habitantes das provincias do Minho e de Traz-os-Montes, nas côrtes de Thomar, realisadas em 1581. O monarcha castelhano nomeou governador d'aquelle tribunal o 1.º conde de Miranda D. Henrique de Sousa, que era então muito creança, para o exercitar quando tivesse edade propria, como depois exerceu por espaço de 12 annos, a começar em 1591, tendo por elle servido durante este tempo seu primo Pedro Guedes, senhor de Murça *(V. Portugal*, vol. IV, pag. 1130). O edificio servia de cadeia e de tribunal, mas era muito acanhado, e parece que pouco passou dos alicerces, porque só no anno de 1630, sendo governador e regedor das justiças o 2.º conde de Miranda, D. Diogo Lopes de Sousa, que succedera n'esses cargos a seu pae, o 1.º conde do mesmo titulo, é que as obras se concluiram. O edificio construiu-se no Campo do Olival, mais tarde, Campo da Cordoaria, e depois Campo dos Martyres da Patria. A cadeia, porém, era de exiguas dimensões, sem capacidade para a detenção dos criminosos do districto. Sendo feito regedor das justiças João d'Almada e Mello, a cadeia foi demolida, e foi elle quem lançou a primeira pedra no edificio actual em janeiro de 1765. O edificio ficou concluido interiormente, mas parece que, morrendo Almada e Mello, ficou, e em 1876 ainda estava incompleta a cimalha do norte, que confronta com o passeio da Cordoaria. Esta obra importou em 200:000$000 reis, e levou a fazer mais de 20 annos. O vasto edificio é de fórma triangular, completamente separado de outros edificios. A fachada principal é para a rua de S. Bento, SE, e tem um frontão adornado de estatuas de granito. E' d'este lado a entrada para as differentes secretarias e repartições da relação do districto. A entrada para as differentes prisões é pela frente que deita para a Cordoaria, N. O lado SO do edificio, de tres andares como o resto, não tem entrada nenhuma. No angulo do NE, ao cimo da rua da Ferraria de Cima, depois chamada dos Caldeireiros, no fim setentrional da rua de S. Bento, não tem mais de 8 ou 9 m. de largo; mas parece que o architecto pretendeu fazer d'esta parte a frente principal do edificio, pois tendo uma só, mas grande janella, está coroada com

o escudo das armas de Portugal, entre dois trophéos. Tem todo o edificio 103 janellas, e é construido de boa cantaria de granito, das pedreiras do Porto. Até 1860, o lado N deitava para um becco, tendo na sua frente uma fileira de casas de *taipa* e barracões, que davam ao edificio um aspecto ainda mais funebre do que elle tem. Então a Camara Municipal expropriou e mandou demolir aquelles barracões, ficando esta parte com frente para o passeio da Cordoaria. A Relação do Porto tinha quasi o mesmo numero de juizes da Casa da Supplicação. Conhecia das appellações e aggravos, cartas testemunhaveis dos juizes das provincias de Traz-os-Montes, Entre Douro e Minho, Beira, excepto de Castello Branco, pertencente á Casa da Supplicação, e bem assim as causas excedentes á sua alçada. A lei de 18 de agosto de 1769 tornou-a dependente da Casa da Supplicação.

Tribunal e cadeia da Relação

Porto (*Jornaes, que desde 1808 até ao fim do reinado de D Carlos I, se publicaram no*). *Actualidade (A)*, politico; republicano e depois regenerador; 1 fevereiro, 1874 a 31 julho 1891; *Abelha (A)*, litterario; 6 janeiro, 1856; *Academico (O)*, revista quinzenal litteraria; janeiro a abril, 1878; succedeu-lhe a *Revista Academica; Academico (O)*, folha litteraria; maio a junho, 1886; 4 numeros; *Academico (O)*, 1793; *Açafate de costura (O)*, quinzenal, de trabalhos de tapeçaria, crochet, bordados, letras ornamentaes; 15 novembro, 1879; *Acção Liberal (A)*, novembro, 1907; *Actualidade (A)*, diario da tarde, politico, litterario e noticioso; 15 junho, 1903; *Aguilhadas*, outubro, 1900; *Agreste (O)*, quinzenario litterario charadistico e illustrado; 19 agosto, 1889; *Agricultor do Norte de Portugal (O)*, jornal de agricultura pratica dedicado ás provincias do norte, e publicado sob a protecção e auspicios do conselho da agricultura do districto do Porto; outubro, 1877 a abril, 1882; *Agricultor Portuguez (O)*, continuação do *Agricultor do Norte de Portugal*, jornal de agricultura, horticultura, viticultura e silvicultura portuense; revista anti-phylloxerica e dos meios de combater os parasitas da vinha; orgão da commissão dos serviços phylloxericos; 1 maio, 1882; em 1889, continuava; *Agulheiro (O)*, semanario litterario divertido; 3 maio, 1889; *Alarme (O)*, diario republicano da tarde; 31 outubro, 1901; *Alavanca do Trabalho (A)*, periodico especialmente dedicado ás industrias do paiz e ao estabelecimento do cidadão para o exercicio intelligente e honesto dos seus direitos politicos, 15 agosto a 11 setembro, 1881; *Album de Bordados*, 1862; *Album de Caricaturas* dos homens mais celebres da cidade do Porto e seus arredores; 1878; *Album elegante*, publicação de musicas novas, originaes e escolhidas para piano; 1902; *Album elegante*, publicação mensal de musicas novas, originaes e escolhidas para piano; 1900; *Album do Serralheiro*, quinzenal; 15 janeiro a 15 abril; 1881; *Alfarrabista Portuense (O)*, julho, 1906; *Alfinete (O)*, semanario humoristico litterario e noticioso; março, 1889; *Alfinetes*, litterario; 1 março, 1874 a 188?; *Algazarra (A)*, 20 maio, 1899; *Alliança*, 1899; *Alma Nova (A)*, revista mensal de sciencias e de litteratura; 30 agosto, 1885 a maio, 1886; *Alvorada (A)*, revista semanal de litteratura; 1 agosto, 1882 a 1883; *Alvorada*, revista litteraria mensal; outubro, 1896 a janeiro, 1897; *Amador Dramatico (O)*, revista semanal dedicada ás sociedades de amadores; 9 junho, 1895; *Amador de Livros (O)*, boletim mensal da Livraria Academi-

ca; junho, 1894 a setembro, 1895; *Amador de Livros (O)*, boletim trimensal da Livraria Academica; março, 1902; *Amigo do Povo*, politico, litterario, commercial, industrial e agricola; 23 janeiro, 1860 a 30 abril, 1861; *Amigo do Povo (O)*, semanario republicano; 7 abril, 1885; em 1889 continuava; *Amigo do Povo (O)*, semanario anti reaccionario, tanto em politica como em religião; 6 janeiro, 1896; *Analista Portuense*, 1 janeiro 1822 a 2 janeiro 1823; *Annaes agricolas do districto do Porto*; 1877 a 1889; *Annaes do Congresso Catholico em Portugal*, e memorias sobre os assumptos historicos, religiosos e sociaes, pelos membros do mesmo congresso; maio, 1863; *Annaes do Notariado Portuguez*, 1886; *Anno Medico*, que contém as observações meteorologicas e medicas feitas na cidade do Porto em janeiro de 1792 a abril de 1796; *Annaes da Sociedade Litteraria Portuense*, 1837 a 1841; 8 numeros; *Annunciador (O)*, 17 fevereiro, 1851 a 26 julho, 1852; *Annunciador (O)*, jornal politico e de annuncios, janeiro, 1870 a 1888; *Annunciador horticola*, trimestral; 1 janeiro, 1890; *Annunciador Portuense (O)*, 21 de setembro, 1839 a 14 de abril, 1840; *Annunciador Postal (O)*, semanario, agosto, 1877; *Annuario da Typographia Commercial Portuense (industrial)*; 25 setembro a 21 novembro, 1840; *Arauto (O)*, 13 junho, 1898; *Arauto (O)*, jornal mensal; janeiro a maio, 1904; *Archivo Pharmaceutico*, janeiro, 1892; *Album*, 1892; *Archeologia Artistica*, 1873; *Archivo Commercial*, jornal do commercio, industria e noticias; 4 julho, 1863 a 1864; *Archivo de Historia da Medicina Portugueza*, bimensal, julho a agosto, 1886; *Archivo juridico*, commercial, civil, ecclesiastico e militar; janeiro, 1860 a setembro, 1889; *Archivo Lusitano*, semanario de instrucção e recreio; 2 janeiro a 14 agosto. 1866; *Archivo militar*, semanario de instrucção e recreio dedicado ao exercito; fevereiro a março, 1867; *Archivo Popular*, semanario litterario e illustrado; janeiro, 1871 a fevereiro, 1874, 4 volumes; *Archivo do Povo (O)*, jornal de instrucção e recreio; 1868 a 1869, 2 volumes; *Archivo de Historia da Medicina Portugueza*, 1886; *Argus*, revista mensal illustrada; maio a julho, 1907; *Aristarcho (O)*, critica litteraria; 1864; *Aristocrata (O)*, semanario litterario, scientifico, illustrado e de sport, dedicado ás ex.^{mas} damas portuenses; 20 abril a junho, 1902; 3 numeros; fez fusão com o *Theatro Portuguez; Arte Photographica*, revista mensal do progresso da photographia e artes correlativas; janeiro, 1884 a 1886; *Arte (A)*, revista litteraria e artistica, destinada a assumptos tauromachicos e theatraes; junho, 1891; *Arte (A)*, revista quinzenal artistico litteraria; 1 novembro, 1895, *Arte-Archivo de obras d'arte*; janeiro, 1905; em publicação; *Arte da Moda (A)*, 1896; *Arte Portugueza*, revista mensal de bellas artes, publicada pelo *Centro Artistico Portuense*; janeiro, 1882 a março, 1889; *Artes graphicas*, revista artistica, litteraria, de critica e de acontecimentos graphicos; 1 outubro, 1907; *Artilheiro (O)*, politico e litterario, do partido cartista; 22 agosto, 1835 a 14 julho, 1857; *Artilheiro (O)*, jornal litterario e noticioso; 15 maio, 1886 a 5 fevereiro, 1887; *Atheneu Artistico e Litterario (O)*, gazeta illustrada; publicação de ensino, educação e recreio, e das conquistas da civilisação moderna; 30 outubro, 1880 a 22 outubro, 1881; *Athleta (O)*, jornal setembrista; 1 junho, 1838 a 21 abril, 1842; *Aurora*, litterario, 22 março a abril, 1852; *Aurora (A)*, quinzenario litterario, scientifico e recreativo; 1867 a 1868; *Aurora (A)*, quinzenario, litterario, noticioso e scientifico: 1888; *Aurora (A)*, 24 junho, 1900; *Aurora Commercial*, 1 janeiro, 1838; *Aurora do Futuro (A)*, revista mensal republicana; 30 junho, 1886; um só numero; *Aurora Litteraria*, 1866; *Aviso Mercantil (O)*, jornal d'annuncios da *Typographia Commercial Portuense*; 25 novembro, 1840 a 27 março, 1841; *Bandeira Nacional (A)*, jornal regenerador; 24 outubro, 1846; *Bandeira do Povo (A)*, diario de combate; 1 setembro, 1887; *Bardo (O)*, jornal de poesias; março, 1852 a 1854; *Barbeiro (O)*, 17 setembro, 1882; saiu um numero programma sem data; *Besouro (O)*, critico e satyrico; 9 maio, 1886 a 26 junho, 1887; *Bico de Gaz (O)*, semanario, maio, 1854; *Bibliographia Contemporanea*, distribuição gratis; abril, 1879; *Bibliographia Critica de Historia Litteraria*; 1872 a 1875; *Bibliographia Portugueza e Estrangeira*; janeiro, 1879 a dezembro, 1882; *Bibliographia religiosa*; 1884; *Bibliotheca Democratica*; 1896; *Bibliotheca das Familias*; 1892; *Bibliotheca dos Homens Honestos*; publicação mensal accommodada a todos os paladares; abril, 1876; *Bicha (A)*, periodico para todos; 1869; *Bijou (O)*, quinzenario, 19 maio, 1889; *Binoculo (O)*, semanario litterario e annunciador, 7 fevereiro, 1886; *Bisturi (O)*, microscomo critico, theatral, noticioso e litterario; folha semanal litteraria satyrica e illustrada, junho, 1875; 4 numeros; *Bisturi (O)*, folha mensal litteraria; março, 188 ; *Bocage*, piparotes litterarios; agosto, 1865 a 1867: *Bocacio*; 1 março a 19 maio, 1887; 6 numeros; *Bohemia (A)*, revista litteraria, biographica e de critica social; outubro, 1901; *Bohemio (O)*, critico e litterario; dezembro, 1877 a janeiro, 1878; *Bohemios*; publicação mensal de litteratura e arte; setembro, 1899; *Boletim*, publicado pelo governo cartista; 3 a 7 setembro, 1840; *Boletim (O)*, jornal noticioso e de annuncios; 3 janeiro, 1860 a 21 setembro, 1861; *Boletim de Ampelographia e Oenologia*; publicação sob a direcção da commissão de ampelographia da circumscripção do norte de Portugal; julho, 1885 a novembro, 1886; *Boletim annunciador*; abril, 1882; *Boletim Annunciador*; mensal, illustrado; janeiro, 1889; *Boletim d'annuncios*; outubro, 1884 a setembro, 1886; *Boletim da Associação de classe dos guardas livros do Porto*; novembro, 1901; *Boletim do Atheneu Commercial do Porto*; 1891; *Boletim Bibliographico*, 1894; *Boletim Bibliographico da Livraria Popular*; janeiro, 1897; *Boletim do Cancioneiro Portuguez*; setembro, 1879 a 6 julho, 1880; 5 numeros; *Boletim Cartista*, publicado pelo partido cartista; 21 a 26 d'outubro, 1846; *Boletim do centenario*, revista de assumptos relativos á commemoração do terceiro centenario de Luiz de Camões; edição da empresa do *Jornal de Viagens*, offerecida ao jornalismo portuguez, aos assignantes d'aquelle semanario geographico e aos subscriptores de Portugal a Camões; 1 março e maio, 1881; 2 numeros; *Boletim do Centro Pharmaceutico Portuguez*; janeiro, 1891; *Boletim do Club Velocipedista do Porto*; 1881; em 1889 continuava; *Boletim Commercial Financeiro e Maritimo do Commercio Portuguez*; setembro, 1879; *Boletim Commercial da Companhia Pharmaceutica Portuense*; junho, 1876; *Boletim do Correio*, noticioso, litterario e politico; 8 novembro a dezembro, 1869; *Boletim criti-*

co do Porto; 15 julho, 1879; saiu um só numero; *Boletim da Escola Moderna (Pedagogia)*; novembro, 1886; *Boletim do Instituto Portuense de Estudos e Conferencias;* julho, 1897; *Boletim da Liga Agraria do Districto do Porto*; 15 março, 1890; *Boletim da Liga dos Lavradores do Douro*; orgão da Sociedade Cooperativa-responsabilidade limitada, que tem o mesmo nome; 1 setembro, 1887; *Boletim Litterario*, 1 maio, 1881; *Boletim do Livreiro e do Amador de Livros*; agosto, 1897; *Boletim de Livreiro e do Amador de Livros;* publicado mensalmente pela Agencia Litteraria do Porto, 1903; *Boletim Mensal de estatistica Sanitaria;* janeiro, 1893; *Boletim Noticioso Commercial da Casa Pharmaceutica*; mensal, janeiro, 1882 a 1886; *Boletim Litterario*, revista academica mensal; 1 maio, 1881; *Boletim Mensal da Livraria Internacional de Eugenio Chardron.(*Bibliographia*)*;1877; *Boletim da Noite (noticioso)*; 1873; *Boletim Noticioso Commercial da Casa Pharmaceutica*; 1882; *Boletim Official do Governo Civil do Porto (*Folha official*)*; 26 fevereiro a maio, 1844; *Boletim Official do Porto (*Folha official cartista*)*; 25 abril a 25 maio, 1846; *Boletim da Pharmacia Figueiredo*; abril, 1888; *Boletim da Pharmacia Moraes Villa Flôr*; setembro, 1894; *Boletim da Pharmacia do Porto;* distribuido gratuitamente aos medicos mais abalisados do paiz; 1879 a 1889; *Boletim de Pharmacia e Sciencias Accessorias do Porto*; 1857 a 1861; *Boletim do Photo-Velo Club;* 1899; *Boletim Portuguez de Annuncios;* 3 janeiro, 1881; *Boletim da Real Associação dos Proprietarios do Porto*, dedicado aos assumptos que interessam aos proprietarios de bens rusticos e urbanos; julho, 1901; *Boletim da Sociedade de Geographia Commercial do Porto;* outubro, 1880 a 1888; *Boletim Telegraphico;* 1866; *Boletim Theatral;* 28 setembro, 1825; *Bom Senso (O)*, 9 a 30 agosto, 1873; *Bombeiro (O)*, orgão dos Bombeiros Voluntarios Portuguezes; quinzenario illustrado; *Bombeiro municipal (O)*, orgão dos *Bombeiros municipaes*; 25 março, 1892; *Bombeiro Voluntario (O)*, jornal destinado á defeza das corporações de Bombeiros Voluntarios do paiz; 10 dezembro, 1891; *Bombeiro Portuguez (O)*, quinzenal; 2 abril, 1877; em 1889 ainda existia; *Borboleta dos Campos Constitucionaes (A)*, 12 maio, 1821; *Borboleta (A)*, 1896; *Borboleta Constitucional*; 12 maio, 1821 a 14 fevereiro, 1828; *Bordadeira (A)*, 1894; *Bordadeira (A)*, 2 maio, 1895; *Bordadeira Artistica;* 1900; *Bouquet*, quinzenario; 30 junho, 1886 a 15 janeiro, 1887; 3 numeros; *Bouquet Litterario*, recordação da *Carteira do Viajante*, offerecido ás senhoras portuenses; 1891; *Bouquet Litterario;* 1896; *Brados Litterarios*, quinzenario de instrucção e recreio; 1867; *Brazileira (A)*, orgão de Propaganda da Casa Especial do Café do Brazil; 8 d'agosto, 1903; em publicação; *Braza (A)*, 26 fevereiro, 1883; *Braz Tisana (O)*, jornal regenerador; 1 julho, 1851 a 15 abril, 1869; *Brio do Paiz (O)*, jornal reformista; 18 setembro, 1870 a 15 março, 1871; *Broca (A)*, humoristico e satyrico; 15 janeiro, 1883; *Bucha (A)*, 1864; *Cabeças Falantes (As)*, jornal burlesco; setembro, 1869; *Cabra Cega (A)*, 1892; *Cabrion (O)*, satyrico; 1867; *Caça (A)*, bi mensal do grupo de caçadores; abril, 1883 a maio, 1884; *Cacholeta (A)*, periodico (particular) dedicado aos estudantes da capital, illustrado com gravuras; 1 julho, 1881; *Caetano (O)*, satyrico; 24 agosto, 1884; *Café Progresso;* 1900; *Caixeiro (O)*, revista semanal litteraria, critica e humoristica; 1 agosto, 1886; *Calendario Familiar;* março, 1897; *Camaleão (O)*, semanario independente; 11 outubro, 1882; *Camarim (O)*, revista theatral e litteraria; 2 abril, 1882 a 20 abril, 1883; *Camões (O)*, boletim propagador do commercio de livros nacionaes e estrangeiros; agosto, 1894; *Camões (O)*, semanario popular illustrado; 30 agosto, 1880; *Camões (O)*, 3 julho, 1887; *Camelia (A)*, revista mensal litteraria e illustrada; agosto, 1887; *Campeão (O)*, 1899; *Campo Escolar (O)*, semanario consagrado aos interesses da instrucção e do professorado, 7 janeiro, 1904; *Capitulo (O)*, semanario para todos, politico, noticioso, commercial, erotico, litterario e humoristico, 5 fevereiro, 1881 a 1884; *Capote taurino (O)*, semanario de castigo; 2 julho, 1905; *Carapau (O)*, orgão dos tristes de todas as classes e condições; 18 março, 1893; *Carapuça (A)*, critico e jocoso; setembro, 1851 a janeiro, 1852; 14 numeros; *Caricatura (A)*; supplemento humoristico de *O Arauto*; semanario impresso a côres; 3 abril a 15 maio, 1904; 7 numeros; *Caridade (A)*, quinzenal, sobre a religião, sciencias e litteratura; 15 maio, 1886 a julho, 1887; *Carta (A)*; 1862; *Cartão de Visita;* litterario; 18 abril a 19 agosto, 1886; *Cartaz d'annuncios Portuense;* 16 setembro, 1867 a 23 abril, 1868; *Carteira do Viajante*; guia mensal; fevereiro, 1883; em 1889 continuava; *Causticos*, satyra e critica; 1883; *Centro Cartista (O);* 20 agosto, 1846; *Centro Pharmaceutico Portuguez (O);* revista mensal de pharmacia, medicina e sciencias accessorias; orgão official do *Centro Pharmaceutico*, publicado pela direcção do mesmo centro; 1 junho, 1876; *Chapeleiro (O)*, orgão da Federação Nacional dos operarios chapeleiros portuguezes; 3 de setembro, 1905; *Charadista Portuense (O)*; recreativo; 1 janeiro, 1899; *Charinca (O)*, jornal que chucha e não trinca, redigido por gente que não brinca; 1 janeiro, 1904; era impresso na primeira pagina da *Voz Publica;* começou no n.º 4239, XV anno d'esse jornal; *Charivari (O)*, critico, satyrico e burlesco; 13 novembro, 1886 a 20 abril, 1899; *Chegou o Papão*, partido miguelista; novembro, 1833; *Chibata (A)*, burlesco, satyrico e jocoso; julho, 1877; *Chicote (O)*, satyrico; 1858; *Chicote (O)*, satyrico, 22 julho, 1878; *Christianismo (O)*, semanario religioso; 3 janeiro, 1852; *Chronica (A)*, revista mensal e de critica, litteratura e artes; janeiro, 1880; *Chronica (A)*, junho, 1888; *Chronica (A)*, publicação appensa ao *Bombeiro Portuguez*, revista quinzenal litteraria, noticiosa e theatral; 15 novembro, 1882 a 15 maio, 1883; *Chronica (A)*, critica artistica; 29 novembro, 1890; *Chronica Constitucional do Porto;* 1832; *Chronica Litteraria*, revista semanal de litteratura moderna; março, 1880; *Chronica do Porto*, folha official do governo constitucional; 11 julho, 1832; *Chronica Religiosa;* 1851; *Chronista (O)*, litterario, commercial e de annuncios; 1 março, 1851 a 31 dezembro, 1853; *Cidadão do Porto*, 17 abril a 3 julho, 1893; sairam 12 numeros; *Cidadão Liberal (O)*, rindo com a sua sanfona dos corcundas portuguezes; 1822; *Cidadão Philantropo*, politico, litterario e recreativo; abril a novembro, 1836; *Cipó (O)*, satyrico e burlesco; novembro, 1879; *Civilisação Catholica*, publicação mensal religiosa; 1878 a 1882; *Clamor militar*, 1867; *Clamor militar;* 5 janeiro, 1862 a 24

dezembro, 1871; *Clamor do Povo;* 1871; *Clamor Publico (O)*, politico, litterario e commercial; outubro, 1856 a 30 setembro, 1857; *Clichés (Os)*, revista mensal de acontecimentos diarios; fevereiro, 1881; *Club (O)*, orgão da classe academica do Porto; 25 janeiro a julho, 1874; *Coalisão*, historico-progressista; 2 janeiro, 1843 a 23 abril, 1846, *Colonia Española (La)*, periodico independente defensor de los interesses morales y materiales de los hespañoles residentes en Oporto; 13 abril, 1899; *Columna (A)*, setembrista; 1 setembro a 31 dezembro, 1847; *Columna de Paschim*, satyrico; 24 janeiro a 27 março, 1824; sairam 10 numeros; *Combate (O)*; semanario republicano radical; 1 julho, 1879 a 18 julho, 1880; *Combate (O)*, politico, noticioso, satyrico e scientifico; 30 março, 1890; *Combatente (O)*; 4 dezembro, 1882; *Comedia d'Hoje (A)*; 5 julho, 1891; *Comedia Illustrada (A);* 20 dezembro, 1891; *Commentario (O)*, diario de laracha, que belisca e não escacha; 22 a 23 março, 1880; *Commercio (O);* 24 maio, 1841 a 9 maio, 1842; *Commercio (O)*, semanario publicado ás 5.as feiras; 25 junho, 1903; *Commercio Illustrado;* 19 abril, 1888; *Commercio Internacional*, 1887; *Commercio do Norte (O)*; jornal d'annuncios, especialmente dedicado ao commercio e á industria; maio, 1905; *Commercio do Porto (O)*, commercial, do partido progressista; 2 junho, 1854; ainda em publicação; começou com o titulo de *Commercio*; *Commercio de Portugal (O)*, 1846; *Concordia (A)*, democrata; 1 julho, 1853 a 15 abril, 1855; *Concordia (A)*, militar; 7 março a julho, 1873; *Conselheiro do Povo (O)*, satyrico, instrucção e recreio; 1869; *Conservador (O)*, politico, cartista; 1 julho, 1858; *Consolação dos Afflictos (A)*, jornal religioso; 1 novembro, 1879 a 16 outubro, 1880; *Constitucional (O)*, politico, 1868; *Constructor civil (O)*, semanario; 12 julho, 1897; *Contemporaneo (O)*, revista litteraria, scientifica, do gabinete de leitura do *Jardim do Povo*, publicação trimensal; 10 junho, 1885; *Contribuinte (O);* 1890; *Corbeille (A)*; 5 junho, 1887; *Cordeiro (O)*, semanario litterario; 11 agosto, 1879; *Correio (O)*, semanario, 12 junho, 1907; *Correio Bibliographico Portuense*, jornal de litteratura universal e estrangeira; março a abril, 1886; *Correio da Manhã*; 1899; *Correio do Norte*, independente; 1 agosto, 1906; ainda em publicação; *Correio do Norte (O)*, noticioso e de interesse publico; 1 outubro 1854 a 24 junho, 1855; *Correio Pharmaceutico do Porto (O)*, periodico mensal distribuido gratuitamente ás familias, aos medicos, pharmaceuticos e droguistas; junho, 1890; *Correio do Porto*, partido absolutista; 27 setembro; 1820 a 7 maio, 1834; *Correio do Porto (O)*, semanario, partido republicano; 9 março, 1885 a 28 dezembro, 1886; *Correio Portuense (O)*, 9 março, 1891; *Correio de Portugal*, politico; janeiro a 17 setembro, 1864; *Correio de Portugal;* 1892; *Correio da Tarde (O)*, jornal biographico e de noticias politicas, publicado clandestinamente pelo partido patuleia; 14 setembro, 1851; *Correio dos Theatros*; novembro, 1889; *Corisco (O)*, 1 outubro, 1887; *Cosinheiro (O)*, de instrucção e recreio; 1839; *Cosmopolita (O)*, politico setembrista; 2 novembro, 1843 a 27 abril, 1846; *Crepusculo (O)*, revista litteraria quinzenal; 1 outubro, 1885; *Cruz (A)*, semanario religioso; 8 janeiro, 1853 a dezembro, 1889; *Cruz (A)*; 1868 a 1869; *Cuco (O)*, litterario; 1866; *Damas Portuguezas (As)*, litterario, agosto, 1882; *Debate (O)*; 1893; *Dedal (O)*, quinzenario noticioso e litterario, dedicado ás costureiras; 17 junho, 1888; *Dedal de prata (O)*, jornal de bordados; bi-mensal; 15 junho, 1902; *Defensor (O)*, jornal da Camara Municipal do Porto; 2 janeiro, 1848 a 5 janeiro, 1850; *Defensor dos Artistas*, dedicado aos amigos do trabalho; 6 novembro, 1864 a 1865; *Defensor Popular (O)*, semanario do povo e para o povo; 2 julho, 1888; *Defensor Telegrapho Postal (O)*, 13 janeiro, 1889; *Democracia (A)*; 27 maio, 1889; é seguimento, com o n.º 239, da *Democracia Commercial; Democracia Commercial (A)*, semanario republicano radical, orgão do *Club Dramatico Commercial Portuense;* 5 outubro, 1884 a 13 maio, 1889; 238 numeros; *Democrata (O)*, semanario republicano radical; 1 junho, 1879; saiu um só numero; *Democratico (O);* 16 janeiro, 1887; *Democrito*, semanario humoristico; 14 a 21 março, 1886; *Denuncia (A)*, semanario util ao commercio; 20 maio, 1887; *Desengano (O)*, semanario illustrado (contra a febre bancaria); 2 outubro, 1882 a 1883; *Despertar*, republicano; 13 março, 1905; *Despertador (O)*, advogado das almas do Purgatorio, revista mensal religiosa; janeiro, 1879 a setembro, 1883; *Despertador Typographico (O)*, jornal de classe; 1860; *Dez de Março (O)*, gazeta diaria da tarde, partido progressista; 3 outubro, 1879 a fins de 1889; *Dez Reis (O)*; 1866 a 1870; *Diabo a quatro (O)*, semanario politico e satyrico; 15 a 23 maio, 1858; *Diario de annuncios da Typographia de D. Antonio Molles*, (industrial); 8 fevereiro a 2 junho 1845; *Diario do Commercio;* 20 abril, 1889; *Diario do Exercito*, orgão das classes militares e civis; 1 janeiro, 1882 a 1883; *Diario Illustrado*, politico e noticioso; 1875 a 1876; *Diario da Manhã;* 1899; *Diario Mercantil*, litterario, industrial e agricola; 1 maio, 1861 a junho, 1872; *Diario Nacional*, com permissão da Junta do Supremo Governo do Reino; 26 agosto a setembro, 1820; *Diario Nacional*; 3 setembro, 1883; *Diario Nacional;* 2 julho, 1907; *Diario de Noticias do Porto*; 10 julho a 3 outubro, 1875; *Diario do Parlamento das carnes*, carnavalesco; 1825; *Diario do Porto*, folha official do governo francez; 5 a 10 abril, 1809; *Diario do Porto*, folha official da Junta Revolucionaria; 18 a 26 maio, 1820; *Diario do Porto*, constitucional; 19 janeiro a 11 julho, 1835; *Diario do Porto*, de noticias e annuncios; 16 outubro, 1865 a 1866; *Diario do Porto*, orgão da Esquerda Dynastica, ao norte do reino; 13 janeiro, 1889; *Diario Portuense*, noticioso; 1 julho a 31 dezembro, 1823; *Diario Portuense;* 2 janeiro, 1883; *Diario Portuguez*, noticioso; 1 fevereiro, 1877 a 1883; *Diario do Povo*, de Portugal e possessões; politico, contra o ministerio historico e affeto ao grupo de José Estevão, 19 outubro, 1861 a 24 janeiro, 1863; *Diario do Povo;* 1892; *Diario Progressista;* 20 agosto, 1876; *Diario da Tarde*, folha popular, politica e noticiosa; 18 setembro, 1871 a 8 janeiro, 1875; *Diario da Tarde*; 1 outubro, 1898; *Direito (O)*, religioso, politico e noticioso; 4 maio, 1857 a 29 dezembro, 1877; *Direito (O)*, revista de legislação e jurisprudencia; 1 abril a 3 outubro, 1851; *Discussão (A)*, orgão do partido republicano do Porto; 1 dezembro, 1883 a 9 outubro, 1887; *Distracções Litterarias*, dedicado á mocidade estudiosa portuense; 1857; *Domingo (O)*; 1891; *Doemetria (A);* janeiro, 1890; *Douro Agricola*, or-

gão da Liga dos Lavradores do Douro; junho, 1902; *Dragão (O)*; 20 abril a 21 agosto, 1857; 18 numeros; *Duas Figas (As)*; 25 outubro, 1826; *Dyabo (O)*; 12 maio a 17 agosto, 1895; 6 numeros; *Dyabo Junior*, semanario illustrado de critica brava, aos sabbados; 21 dezembro, 1901 a 13 dezembro, 1902; 52 numeros; *Ecco Artistico*, folha industrial socialista dedicada ás classes operarias; janeiro a setembro, 1863; *Ecco dos bailes*; 1856; *Ecco Escolar (O)*; 5 dezembro, 1857; *Ecco Popular*, partido da patuleia; 3 abril, 1847 a 7 julho, 1860; *Ecco do Porto*, folha scientifica, litteraria, politica e noticiosa; 5 a 25 maio, 1877; *Ecco do Povo (O)*; 15 maio, 1887; *Ecco Socialista*; 8 fevereiro, 1892; *Ecco Socialista*, orgão do partido socialista no norte; 1 janeiro, 1889; *Ecco da Verdade (O)*, 25 julho, 1886; *Ecco Escolar (O)*, folha scientifica, litteraria, quinzenal; 18 abril, 1880; *Echo das Escolas (O)*; 1892; *Echo dos Negociantes (O)*; 22 agosto a 22 setembro, 1840; *Echo Popular (O)*, semanario republicano; 5 maio, 1895; *Echo dos Theatros*, semanario illustrado de critica theatral, tauromachica, litteratura e de sport; 14 janeiro, 1906; *Echos Humoristicos do Minho*, quinzenario; novembro a dezembro, 1880; *Echos da Rua*; 26 abril, 1903; *Economista (O)*, de interesses economicos do paiz; 4 julho a 26 dezembro, 1859; *Educação Nacional*; 1896; *Elegante (O)*, semanario humoristico e satyrico; 17 junho, 1888; *Elite (A)*, revista illustrada de theatros, letras e bellas artes; 16 novembro, 1889; *Elite (A)*; 1891; *Emancipação (A)*, folha industrial; 10 novembro, 1863 a 21 janeiro, 1864; *Emancipação da mulher*; 1868; *Emancipador (O)*; 19 novembro, 1892; *Enigma (O)*, album dos charadistas portuguezes; 24 novembro, 1901; *Ensaios sobre o gosto*, producções varias em verso e prosa; janeiro a junho, 1828; *Ensino (O)*, jornal do Collegio Portuense, dedicado aos paes; 1 outubro, 1877, a 15 fevereiro, 1878; *Entre-Acto (O)*, folha artistica e litteraria (assumptos theatraes); 1 setembro, 1879; *Epoca (A)*, publicação litteraria trimestral; 20 dezembro, 1882 a 1884; *Escola (A)*, ensaios de Sociologia; março, 1880; *Escolar (O)*, quinzenario; 2 novembro, 1884 a 1885; *Escolar (O)*, quinzenario academico; 28 fevereiro, 1886; *Escolastico Polytechnico (O)*, litterario e scientifico; 15 janeiro a 15 abril, 1858; *Escorpião (O)*, jornal de caricaturas; maio, 1872; *Escudo (O)*, litterario e humoristico, 17 maio, 1891; *Esmeralda (A)*, semanario universal; 6 maio, 1850 a 19 fevereiro, 1851; 24 numeros; *Esmeralda (A)*, 1891; *Espada (A)*, semanario do partido progressista; 13 outubro a 15 dezembro, 1878; *Espectador (O)*, semanario scientifico, litterario e noticioso; 20 dezembro, 1885 a 11 abril, 1886; *Espectador Portuense (O)*, jornal de theatros e das philarmonicas; 1 outubro, 1848 a março, 1849; *Espelho (O)*, semanario não politico, mas cortez; 15 novembro, 1865 a 1866; *Espelho (O)*; 1879; *Espelho (O)*, semanario humoristico; 6 setembro, 1891; *Esperança (A)*, 5 junho a 21 agosto, 1857; *Esperança (A)*, semanario de recreio litterario dedicado ás damas; agosto, 1865 a setembro, 1866; *Espiculo (O)*, semanario litterario, critico e noticioso; 13 março, 1887; *Estado do Norte (O)*, semanario republicano federal; 4 julho a 25 setembro, 1880; *Estrella (A)*, litterario; 1859 a julho, 1860; *Estrella Litteraria (A)*, revista quinzenal d'arte e litteratura; 15 outubro, 1898; *Estrella do Norte (A)*, setembrista; 8 junho, 1846 a 21 junho, 1847; *Estudante (O)*, 2 março, 1889; *Estudante (O)*, revista litteraria; janeiro, 1902; *Estudantina (A)*, quinzenario litterario; abril, 1881; *Eurico (musica)*; 1871; *Eurico*, quinzenario de revista musical; 15 setembro, 1881 a 1 março, 1887; 15 numeros; *Expansões d'Alma*; 1897; *Exposição Industrial (A)*; 1865; *Facho (O)*, jornal do povo e para o povo; partido republicano; 23 outubro, 1881; *Facho Litterario (O)*, dedicado a el-rei o senhor D. Fernando, 1 maio, 1861 a junho, 1862; *Faisca (O)*, semanario humoristico e noticioso; março, 1886; *Faisca (A)*, litterario, humoristico e noticioso, 28 março, 1892; pouco tempo durou; *Fama (A)*, partido constitucional; 1822; *Familia Catholica (A)*; 1853 a 1854; *Fantasma (O)*, republicano; 1869; *Farpa (A)*, novo semanario independente, 24 fevereiro, 1898; *Farpas Modernas (As)*, chronica mensal da politica, das letras e dos costumes; março, 1880; *Farpões*, satyrico; 1885; *Fateixa (A)*, publicação mensal; janeiro a março, 1888; 3 numeros; *Federação Commercial (A)*, semanario dedicado aos empregados do commercio; 15 novembro, 1891; *Ferrão (O)*, semanario humoristico; 29 novembro, 1890; *Fiandeiro (O)*, semanario operario, 1 agosto, 1897; *Figa (A)*, jornal do partido cartista; 14 a 22 outubro, 1826; *Figaro*, do partido progressista; 23 julho, 1881 a 1882; *Figaro (O)*, satyrico, partido regenerador; 1878; *Fim do Seculo*; 14 janeiro, 1894; *Flautista (O)*, musical, 1856; *Flautista (O)*, musica; 1861; *Folha d'Annuncios*; 1 janeiro a 24 agosto, 1835; *Folha Commercial*; 2 janeiro, 1835 a 12 agosto, 1836; *Folha Commercial de Annuncios*; 1869; *Folha do Exercito*; 4 janeiro a 28 fevereiro, 1883; *Folha d'Hoje (A)*, diario de instrucção, viagens e recreio; 1 dezembro, 1881 a 6 outubro, 1882; *Folha d'Hoje*, 1 outubro, 1893; *Folha d'Hoje*; 1900; *Folha da Noite*, 16 julho, 1904; *Folha do Norte (A)*, republicano; 1 maio a 24 julho, 1899; 72 numeros; *Folha Nova*; diario democratico de Lisboa e Porto; 23 maio, 1881 a junho, 1888; *Folha Nova*, orgão independente de todas as classes; 2 agosto, 1897; *Folha do Porto*; chronica illustrada de acontecimentos; 15 novembro, 1903; *Folha da Tarde (A)*; 1 novembro, 1882 a 1884; *Folha da Tarde*; 18 junho, 1894; *Forum*, gazeta dos pobres e para os pobres; partido republicano; 18 março, 1875; *Foyer (O)*, chronica dos theatros, dedicada ás sociedades dramaticas de amadores; 12 setembro, 1881; *Fraternal (O)*, semanario independente dedicado á defeza da classe de barbeiros em todo o paiz; 19 junho a 11 setembro, 1899; 12 numeros; *Freguez (O)*; publicação mensal; 19 maio, 1881 a fins de 1885; *Gabirú (O)*, revista semanal dos negocios do Egypto; 21 julho, 1889; não passou do numero programma; *Gafanhotos (Os)*, revista mensal; março a outubro, 1868; 6 numeros; *Gaiato (O)*, quinzenario litterario; 23 outubro, 1887; *Gaiato (O)*, revista litteraria, humoristica, recreativa e charadista; 23 outubro, 1898; *Gaivota (A)*, semanario; 15 fevereiro, 1888; *Galeria Portugueza*; 1892; *Galeria do Sorvete*; 1879; 6 numeros; *Galeria das Ordens Religiosas e Militares*, desde a mais remota antiguidade até nossos dias; janeiro, 1842; *Gargalhada (A)*; fevereiro, 1907; *Gato Bravo (O)*; 13 fevereiro, 1887; *Gazeta das Aldeias*, 1896; *Gazeta do Correio*; 4 maio a 15 dezembro, 1869; *Gazeta Democratica*, do povo e para o povo

(republicano); 7 março a 15 julho, 1870; *Gazeta de Hollanda*, satyrico e burlesco; outubro a 21 novembro, 1878; *Homeopathica*, orgão do consultorio homeopathico portuense; 1 janeiro, 1863 a meados de 1867; *Gazeta Litteraria;* julho, 1761 a junho, 1762; *Gazeta Litteraria do Porto*, semanario; 6 janeiro a maio, 1868; 16 numeros; *Gazeta Medica do Hospital Real de Santo Antonio do Porto;* janeiro, 1859; *Gazeta Medica do Porto*, jornal consagrado a objectos medicos, ci rurgicos e pharmaceuticos; 10 outubro, 1842 a 1854; *Gazeta Medica do Porto*, jornal de medicina, cirurgia, pharmacia e sciencias accessorias; janeiro, 1860 a janeiro, 1861; *Gazeta Medica do Porto*, boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia; outubro, 1896; *Gazeta Militar*, folha mensal d'assumptos militares; 20 setembro, 1875; em 1889 publicava-se; *Gazeta Moderna (A)*, litterario e noticioso, 1 abril a setembro, 1886; *Gazeta Moderna (A)*, semanario; 25 setembro, 1887; é continuação do jornal *Mel e Fel*, com o n.º 6; *Gazeta da Noite*, folha commercial, litteraria, noticiosa e de annuncios; 5 abril a 13 maio, 1879; *Gazeta do Norte*; 1 março a 27 julho, 187?; *Gazeta de Noticias*; 19 maio, 1890; *Gazeta Official*, folha da Junta Revolucionaria; 27 maio a 2 julho, 1828; *Gazeta Popular (A)*, semanario independente; 23 maio, 1898; *Gazeta do Porto*, politico e noticioso; 7 maio a 2 outubro, 1866; *Gazeta do Porto*, partido regenerador; 17 novembro, 1875 a 5 janeiro, 1876; *Gazeta do Porto;* julho, 1903; *Gazeta Portuense;* 1 março a 31 maio, 1867; *Gazeta dos Proprietarios*, 1894; *Gazeta do Realismo*, orgão do ultimo bohemio; 23 dezembro, 1879; não passou do 1.º numero; *Gazeta dos Renegados*, orgão dos opprimidos; 20 novembro, 1880; *Gazeta dos Sonegados;* 23 março, 1890; *Gazeta Telegraphica*, orgão da corporação telegraphica portugueza; 15 agosto a 29 setembro, 1878; *Gazeta dos Telegraphos;* 6 outubro a 17 novembro, 187?; *Gazeta dos Theatros;* 1853; *Gazeta dos Tribunaes*, jurisprudencia; 1853; *Gazetilha Portuense;* 1854; *Genio Constitucional*, partido liberal; 2 outubro a 30 dezembro, 1820; *Geração Nova (A)*, hebdomadario litterario e scientifico; 12 abril, 1888; *Geração Nova (A)*, 6 maio, 1894; *Gil Vicente*, semanario de critica dramatica; 27 novembro, 1881 a março, 1882; *Granada (A)*, critico e satyrico; 1867 a 1868; *Grande Charivari (O)*; 6 maio, 1899; *Grandes almas e os grandes genios (As)*; março, 1902; *Gratis (O)*, annuncios; 4 janeiro, 1842 a 2 dezembro, 1847; *Gratuito (O)*, annuncios; janeiro a dezembro, 1845; *Gregorio (O)*; 1907; *Grinalda (A)*, periodico de poesias ineditas; 10 abril, 1855 a janeiro, 1864; 4 volumes; *Grinalda de Euterpe (A)*, quinzenario de musica e de litteratura; 1 setembro, 1874 a 15 junho, 1875; *Grinalda musical*, collecção de musicas; junho, 1901; *Grito de Janeiro (O)*, semanario republicano; 8 janeiro, 1893; *Grito Popular*, folha independente; 20 junho, 1892; *Grito do Povo (O)*, bi-semanario democratico; 13 setembro, 1885 a 1886; *Grito do Povo (O)*, hebdomadario defensor dos interesses do operariado catholico; 10 junho, 1899; *Grito de Revolta;* 15 janeiro, 1895; *Guia Fiscal*, hebdomadario aduaneiro; 16 agosto, 1886; *Guia de Saude (O)*, jornal mensal dedicado ás familias; 15 outubro, 1886; em 1889 continuava; *Guia de Saude (O)*; abril, 1891; *Guiso (O)*, revista mensal; abril, 1877; *Gymnasta (O)*; 26 março, 1882; em 1889 continuava; *Harpa (A)*, jornal de poesias; 27 maio, 1873 a 1876; *Harpa da Mocidade (A)*, litterario; 1868; *Hera (A)*, revista litteraria; março, 1889; *Herculano*, revista quinzenal de litteratura, á memoria de Alexandre Herculano; 1 janeiro, 1878; *Horisonte (O)*, litterario; 1855; *Heroe (O)*, semanario particular; 9 agosto, 1891; *Hydra (A)*, jornal socialista, dos que trabalham e pelos que trabalham; 15 maio, 1883; *Ideal (O)*, revista litteraria; 5 agosto, 1894; *Ideal (O)*, quinzenario litterario e charadistico; 15 maio, 1904; *Ideia (A)*, revista semanal litteraria; 26 novembro, 1882; *Ideia (A)*, revista quinzenal; 1 abril, 1887; *Ideia (A)*, jornal scientifico; setembro, 1898; *Ideia Nova (A)*, quinzenario republicano, politico, litterario e recreativo; 11 outubro, 1885; *Ideia Nova (A)*, diario democratico, 1 outubro, 1891; *Illustração da Costura (A)*; 15 janeiro, 1894; *Illustração Moderna;* 15 julho, 1898; *Illustração do Povo*; politica, letras e artes; outubro, 1885; *Illustrado da Tarde (O)*, politico, commercial, noticioso e litterario; 28 agosto, 1880; *Imparcial*, jornal cartista 18 julho, 1826, 1 julho, 1828; *Imparcial (O)*, semanario politico; 2 outubro, 1899; *Imposto (O)*, revista critica de legislação tributaria; 1? abril, 189?; *Imposto (O);* 1 agosto, 1903; *Imprensa (A);* 6 março a 3 dezembro, 1859; *Imprensa Livre (A)*, diario politico, commercial e litterario; 3 outubro, 1884; *Independencia (A)*, semanario popular republicano; 20 janeiro, 1861 a 12 junho, 1862; *Independencia Portugueza (A)*; 1 setembro, 1877 a 9 agosto, 1878; *Independencia Portugueza (A)*; 19 outubro, 1890; *Independente (O)*; 9 fevereiro, 1891; *Independente (O)*, litterario e scientifico; maio, 1903; *Indispensavel (O)*; julho, 1894; *Indicador (O)*; jornal de annuncios; 22 outubro a dezembro, 1851; *Industria e Agricultura*; 15 julho, 1897; *Industria Portugueza (A)*; 15 janeiro, 1899; *Industrial do Porto (O)*; 1872 a 1874; *Industrial Portuense (O)*, jornal da Associação Industrial Portuense; 21 março, 1845 a 23 fevereiro, 1846; 12 numeros; *Industrial Portuguez (O)*, revista mensal, illustrada, para Portugal e Brazil; 1 janeiro a 1 dezembro, 1885; *Inferno (O)*, politico, satyrico e burlesco; 1868 a 1869; *Informador Commercial (O)*, jornal de annuncios e de leitura; junho a 17 julho, 1870; *Informador Portuense (O)*, folha de noticias e de annuncios; 1 outubro, 1844 a 17 outubro, 1846; *Instantaneos;* 4 agosto a 27 outubro, 1907; 13 numeros; *Instituições catholicas*, revista mensal religiosa e scientifica de Portugal e mais paizes civilisados, dedicada ao episcopado e ao clero; 1 setembro, 1886; em 1889 ainda existia; *Intransigente (O)*, orgão democratico do norte; 27 novembro, 1892; *Instrucção Portugueza (A)*, revista semanal pedagogica; 1 janeiro a 27 março, 1886; 13 numeros; *Instructor Portuense (O)*, periodico mensal de educação, litterario, moral, historia, sciencias e artes; 1 janeiro, 1844 a 5 abril, 1845; *Intermezzo (O)*; 5 dezembro, 1889; *Internacional (O);* 1867; *Jardim Portuense*, ensaio d'um jornal popular de cultura, aclimação, nomenclatura, vulgarisação e commercio das plantas tanto economicas e industriaes, como de recreio e ornato; outubro, 1843; *Jasmim (O)*, quinzenario humoristico; 27 março, 1889; *João Chagas (O)*, jornal particular; 26 julho, 1891; não passou do 1.º numero; *Jornal de Agricultura e Horticultura Pratica;* 1 janeiro, 1894; *Jornal de Agricultura e Scien-*

cias Correlativas, quinzenario illustrado, dedicado aos lavradores portuguezes; 1 dezembro, 1880 a 15 fevereiro, 1883; *Jornal das Alfandegas*, revista mensal de interesses; 4 março, 1898; *Jornal dos Artistas*, socialista, dedicado ás classes operarias; 3 setembro, 1860 a 26 março, 1865; *Jornal Artistico Industrial*; 1884; *Jornal Artistico Social*, semanario dedicado ás associações de soccorros mutuos; 4 março, a 12 dezembro, 1877; *Jornal da Associação Industrial Portuense*; 15 agosto, 1852 a 15 novembro, 1863; *Jornal das Associações*; 15 março a 16 julho, 1883; *Jornal de Avisos (annuncios)*; 1872; *Jornal dos Caixeiros*, semanario de propaganda, noticioso e litterario; orgão dos caixeiros do Porto; 2 novembro, 1902; *Jornal de Calliope*, litterario, do Collegio de S. Lazaro, dedicado á classe escolastica; dezembro, 1880 a outubro, 1882; *Jornal do Coração;* abril, 1897; *Jornal das Damas*, semanario; 1 janeiro, 1894; *Jornal das Familias*; 1 dezembro de 1889; *Jornal das Finanças*, revista hebdomadaria dos interesses materiaes; junho, 1892; *Jornal Horticolo-Agricola;* março, 1893; *Jornal de Horticultura Pratica;* 1 janeiro, 1870 a dezembro, 1892; *Jornal Illustrado*, politico e noticioso; 1 janeiro a 11 junho, 1881; *Jornal da Manhã*, politico, instructivo, noticioso e commercial; 1 setembro, 1872; em 1889 continuava; *Jornal Moderno*, litteratura e critica; 25 outubro, 1890; *Jornal do Norte*, regenerador; 17 março, 1867; *Jornal de Noticias;* 3 d'abril, 1865 a 25 agosto, 1870; fundiu-se com o *Primeiro de Janeiro*; *Jornal de Noticias*; 8 a 16 de setembro, 1879; *Jornal de Noticias*, destinado á defeza e propagação das ideias e acção politica do partido regenerador; 2 julho, 1888, ainda em publicação; *Jornal de Noticias (O);* 13 junho, 1896; *Jornal de Novidades*, politico, litterario e noticioso; 25 agosto, 1889; *Jornal dos Nossos*; 1 julho, 1887; *Jornal dos Ociosos*, supplemento de *A Arte;* 1894; *Jornal do Operario (O)*, razão, direito e justiça, egualdade, liberdade e fraternidade; 2 fevereiro, 1890; *Jornal do Outro Mundo (O)*, ou *Republica dos Infernos;* 1879; *Jornal do Paiz (O)*, progressista, 10 outubro, 1884; em 1889 continuava; *Jornal para o Povo*; 31 outubro, 1892; *Jornal para todos*, litterario; 1 janeiro, 1879; *Jornal de Pedagogia*; 1882 a 1883; *Jornal do Porto, (O)*, 1 março, 1859; em 1889 ainda existia; *Jornal do Porto*, regenerador-liberal, 1 agosto, 1906; *Jornal do Povo*; dezembro, 1890; *Jornal do Povo*; 1891; *Jornal dos Romances Illustrado (O)*; 21 março, 1897; *Jornal da Semana*, politico, litterario e noticioso; dezembro, 1882 a 29 janeiro, 1883; *Jornal das Senhoras*, boletim religioso, educação, modas, lavores, jardim, theatros, bailes, copa e cosinha; 1 fevereiro a dezembro, 1877; *Jornal da Sociedade Agricola do Porto*; janeiro, 1856; *Jornal da Tarde*, republicano; 11 outubro, 1874; *Jornal de Viagens e Aventuras de Terra e Mar*, revista geographica portuense; 1 junho, 1879 a 11 janeiro, 1883; *Jornal de Viagens e Aventuras de Terra e Mar*; 5 abril, 1896; *Joven (O)*, revista academica, litteraria, mensal; 17 julho; *Julio Diniz*, semanario litterario; 20 março, 1882 a maio, 1886; *Jurisprudencia dos Tribunaes (A)*; janeiro, 1892; *Justiça (A)*; março, 1873 a 28 dezembro, 1875; foi seguido pelo *Popular do Porto*; *Justiça (A)*, semanario independente, illustrado, forense, politico, noticioso, critico, theatral, e orgão das Associações de Soccorros Mutuos no Porto e norte de Portugal; 1 janeiro, 1902; *Justiça Portugueza (A)*, folha do povo e para o povo; 2 agosto, 1880; em 1891 suspendeu; reappareceu em 2 outubro, 1893, com o n.º 690, finalisando de todo com a morte do seu redactor Santos Cardoso; *Juvenil*, publicação litteraria, quinzenal; 31 janeiro, 1897; *Laço Branco (O)*, semanario de litteratura e questões religiosas; maio, 1872; *Lamparina (A)*, satyrico; 1875; *Lampeão (O);* 1868; *Lanterna (A)*, politico, commercial e noticioso, republicano; 29 abril, 1878 a 7 abril, 1879; veiu do *Staphil do Norte*, seguindo lhe a numeração com o n.º 9; *Lanterna Independente (A)*; 12 agosto, 1886; *Latego (O)*, quinzenario de critica ás letras, artes, politica e costumes portuguezes; 1 julho, 1901; *Lavrador (O) das Escolas moveis agricolas Maria Christina*; organisadas por *O Commercio do Porto;* 28 janeiro, 1903; *Leal Portuguez (O);* 27 junho, 1808 a 27 junho, 1810; d'este ha 3 numeros 1 publicados, em 27 junho, 2 e 6 julho, 1808; *Lealdade (A);* 1875; *Legislação (A)*; 1891; *Leis & Decretos*, publicação juridica quinzenal; janeiro, 1903; *Leituras para todos*, publicação litteraria e instructiva; abril, 1874; *Leviathan (O)*, revista mensal, satyrica e democratica; agosto, 1874; *Liberal Portuense (O)*, setembrista; 15 maio, 1837; *Libertador das Almas do Purgatorio (O)*, revista mensal das boas obras da egreja militante e dos meios d'aliviar a egreja paciente; janeiro, 1877; *Libertador das Almas do Purgatorio (O)*, revista mensal, etc.; março, 1882; *Libertario (O)*; 8 setembro, 1895; *Lidador (O)*, politico, litterario e commercial; 1 agosto, 1854 a 5 maio, 1857; *Litterario (O)*, revista infantil semanal; março a 10 junho, 1880; *Litterario Popular (O)*, semanario recreativo; 1849; *Livros*, revista bimensal de litteratura e critica; 27 setembro, 1903; *Livros*, revista de litteratura e critica; julho, 1906; *Livros (Os)*, letras, artes e sciencias; 1897; *Lucifer*, orgão da Brezunda Satanica; 29 janeiro, 1907; *Lucta (A)*, regenerador, 5 outubro, 1874; acabou em 1890; *Lucta (A)*; 1900; *Luctador (O)*, semanario, regenerador; 4 junho; 1888; *Luctador (O)*, communista, anarchista; novembro, 1895; *Luctador (O)*, orgão dos opprimidos, contra as oppressões e particularmente dos negociantes de tabacos e operarios; 24 agosto, 1896; *Luiz de Camões*, semanario instructivo; 1863; *Luiz de Quilimane (A)*, publicado pela classe academica portuense; 23 maio, 1885; *Lusitanian (The)*; novembro, 1844; *Lusitano (O)*, semanario litterario, historico e scientifico; 1 janeiro, 19 0; *Luso Militar (O)*; 4 novembro, 1860 a 27 dezembro, 1861; *Luz do Commercio (A)*, semanario independente e orgão dos empregados commerciaes; 6 abril, 1902; *Luz da Razão (A)*, jornal philosophico e recreativo; 28 julho, 1867 a 1882; *Luz e Vida*, pela Verdade, pela Justiça, pela Vida; fevereiro, 1905; *Lynce (O)*, semanario humoristico, litterario e satyrico; 1886; *Lyra*, 6 fevereiro, 1847; *Lyra (A);* jornal de musica; janeiro, 1863 a 1867; *Lyra da Mocidade*, jornal de poesias ineditas; fevereiro, 1847 a fevereiro, 1849; *Machina (A);* janeiro, 1893; *Madrugada (A)*, jornal de novos e para novos, 1 novembro, 1903 a 15 janeiro, 1904; 6 numeros, *Magisterio Portuguez (O)*; 17 novembro, 1904; *Maria da Fonte*, folha republicana; 1879; *Maria da Fonte*, folha republicana; 10 novembro, 1885 a 5 maio, 1886; 26 numeros; *Maria Rita*, jornal de carica-

turas; 15 julho, 1885 a 18 fevereiro, 1887; 70 numeros; *Maria Rita*, (caricaturas); 16 junho, 1889; *Mariposa (A)*, litterario; 1 outubro a novembro, 1877; *Mariposa (A)*; 6 fevereiro, 1899; foi seguido pelo *Campeão; Marselheza (A)*, hebdomadario republicano, 14 março a junho, 1880; *Medicina Moderna (A)*; janeiro, 1894; *Mel e Fel*, humoristico; 18 julho a setembro, 1887; foi continuado pela *Gazeta Moderna* com o n.º 6; *Melro (O)*, litterario; 1 setembro, 1879; *Memorandum do Bazar de Vendas*, distribuição gratis; 30 abril, 1877; *Mensageiro do Coração de Jesus (O)*; 1874; *Mensageiro Litterario (O)*, revista mensal bibliographica, scientifica, litteraria e recreativa; janeiro, 1888; *Mensageiro da Papelaria Normal (O)*, commercial; 1 junho, 1886; *Mensageiro Popular (O)*, ou *A Liberdade*, semanario religioso, litterario e recreativo; 4 julho, 1885 a 29 junho, 1889; 4 volumes; *Mensageiro Portuguez*, folha semanal destinada a Portugal e America do Sul; 6 janeiro, 1894; *Mephistopheles;* 1865; *Mercurio (O)*, commercial, litterario e de annuncios; outubro, 1856 a 1857; *Mestra Popular*, publicação linguistica, semanal, dedicada á instrucção de todas as classes, adequada ao uso dos portuguezes e brazileiros; 1878; *Minerva (A)*, quinzenario; 14 fevereiro, 1889; *Minho e Douro (O);* 12 abril, 1893; *Minhoca (A);* 15 maio a junho, 1879; 4 numeros; *Miniaturas*, hebdomadario de critica litteraria; abril, 1886; *Miscellanea Litteraria*, periodico mensal publicado por uma sociedade de amigos da instrucção; janeiro 1860 a maio, 1861; *Miscellanea Musical*. musicas para piano; janeiro, 1853; *Miscellanea Poetica*, semanario de poesias ineditas; 2 janeiro, 1851 a agosto, 1852; *Mocidade (A)*, semanario de instrucção e recreio; 10 junho a agosto, 1867; *Mocidade (A)*, revista academica, litteraria bimensal; 26 fevereiro a maio, 1880; *Mocidade (A)*, hebdomadario litterario e theatral; fevereiro, 1883; *Mocidade (A)*, semanario d'instrucção e recreio, dedicado ás damas portuenses; 9 maio, 1886; *Mocidade (A)*, jornal particular; 15 outubro, 1893; *Mocidade (A);* 25 outubro, 1897; *Mocidade Democratica;* 1897; *Mocidade e Estudo*, jornal publicado para commemorar o 7.º anniversario da installação do Lyceu Nacional de Lamego; 11 novembro, 1887; *Mocidade d'Hoje (A)*, revista semanal scientifica e litteraria, 4 a 11 março, 1883; *Mocidade e Letras*, folha scientifica, litteraria e quinzenal; 29 outubro a novembro, 1882; *Moda (A)*, periodico trimensal illustrado com figurinos em phototypia e offerecido aos consumidores e revendedores da real e imperial chapelaria a vapor Costa Braga & Filhos; novembro, 1882 a fevereiro, 1889; *Moda d'Hoje (A)*, jornal das familias; 15 julho, 1897; *Moda Portuense (A)*, supplemento a *O Commercio do Porto*; outubro, 1901; *Moderna Edade (A)*, revista quinzenal e illustrada; 18 fevereiro, 1906; *Monarchia (A)*, legitimista; 2 outubro, 1854 a 2 maio, 1857; *Monitor (O)*, politico, commercial, litterario e industrial; 1 julho, 1857 a 30 julho, 1858; *Monitor (O)*, revista semanal de politica, religião e costumes; abril, 1876; *Monitor de Annuncios, novidades e recreio*, litterario; 1874; *Monitor de Bouças*, semanario litterario, politico e noticioso; setembro, 1884; em 1889 continuava; *Monitor do Exercito (O)*, assumptos militares; junho, 1868 a 1871; *Monitor de Portugal*, gazeta politica e noticiosa; 1 a 15 abril, 1866; *Morcego (O)*, satyrico; 1867 a janeiro, 1868; *Morcego (O)*, satyrico; 1878; *Morta (A)*, litterario; 15 setembro, 1879; *Mosaico (O)*, semanario de instrucção e recreio; 2 janeiro a 14 agosto, 1865; *Mosca (A)*, semanario humoristico illustrado; 11 fevereiro, 1883 a 19 junho, 1887; *Moscardo (O);* 13 maio, 1891; *Mosquito (O)*, semanario litterario; 14 agosto, 1887; *Mosquito (O)*, quinzenario litterario e humoristico; 15 maio, 1889; *Mosquito (O);* 16 fevereiro, 1891; *Mulher (A)*, orgão dos trabalhos da geração moderna; 15 abril, 1879; *Municipio (O);* 3 dezembro, 1877; *Mundo Elegante*, semanario de modas, litteratura, theatro, bellas artes. etc; 24 novembro, 1858 a fevereiro, 1860; *Musa Alegre*, jornal mensal de poesias; setembro, 1885; *Museu Illustrado*, album litterario mensal; janeiro, 1878 a 1879; *Museu Illustrado (O)*, magazine semanal de instrucção e recreio; 7 fevereiro, 1907; *Museu Portuense*, historia, artes, sciencias industriaes e bellas letras; 1 agosto, 1838 a 15 janeiro, 1839; *Myosotis*, semanario litterario; 1 maio a setembro, 1889; *Nacional (O)*, politico, litterario e commercial. do partido cartista, e depois do regenerador; 25 maio, 1846 a 11 novembro, 1870; veiu da *Coalisão; Nacional (O)*, semanario politico, commercial. noticioso e critico; 8 abril, 1888; *Noites de Insomnia*, offerecidas a quem não póde dormir; publicação mensal; janeiro a dezembro, 1874; *Noites de Vigilia*, revista de factos contemporaneos; 1874; *Noites de Vigilia*, revista quinzenal; 10 janeiro, 1875; *Norte (O)*, politico, orgão da Esquerda Dynastica no Porto; 2 janeiro, 1888 a 12 janeiro, 1889; *Norte (O);* 1900; *Norte Republicano (O)*, semanario politico e noticioso; 14 abril a 6 junho, 1881; *Noticia official das operações do Exercito Libertador*, folha militar constitucional; 10 julho, 1832 a 8 setembro, 1833; *Noticiador Commercial Portuense;* 19 junho, 1836 a 18 julho, 1853; *Noticiador Pharmaceutico;* março, 1878; *Noticiador Portuense (O)*, recreativo, commercial e de annuncios; 26 maio a 10 setembro, 1857; *Noticias;* 6 a 15 julho, 1826; é continuação de *Noticias de Lisboa; Noticias (O);* 1889; *Noticias de Lisboa*, noticioso; 6 julho, 1824 a 30 junho, 1826; foi continuado pelo *Noticias; Noticias de Portugal*, miguelista, novembro, 1833; *Noticioso (O);* 1840 a 1842; *Nova Lucta;* 3 janeiro, 1897; *Nova Lyra do Fado*, apresentação dos melhores pensamentos de diversos e notaveis autores estrangeiros; versos para cantar á guitarra; 1884; *Nove de Julho (O)*, defensor da Liberdade; 15 outubro, 1887; *Novidade (A)*, revista de litteratura, artes e industria; 11 outubro, 1888 a 17 março, 1889; *Novidades (As)*, noticioso; 1871; *Novidades (As)*, noticioso, industrial, agricola e commercial; 1 janeiro, 1880; em 1889 continuava; foi o 1.º jornal que no Porto se vendia a 5 reis; *Novidades Medico-Pharmaceuticas;* 1894; *Novo Boletim Bibliographico;* 1894; *Novo Silva*, revista illustrada; 2 fevereiro, 1907; *Novos (Os)*, revista litteraria; 1 maio, 1889; *Novos (Os);* 1896; *Nuvem (A)*, quinzenario litterario; 3 julho, 1887; *Observador (O)*, partido historico; 11 janeiro a 25 maio, 1867; *Observador Portuense (O)*, cartista; 11 outubro, 1826; *Omnibus*, jornal de annuncios; 7 fevereiro a 2 setembro, 1849; *Operario (O)*, jornal socialista destinado a advogar os interesses dos trabalhadores; 25 maio, 1879 a 26 fevereiro, 1882; *Opinião (A)*, politico, noticioso e litterario; 1 a 27 junho, 1878; *Opinião (A)*, sema

nario humoristico, litterario e theatral; 12 maio, 1883; *Opposição (A);* 11 maio, 1889; *Ordem do Dia (A);* 22 junho, 1891; *Ordens da Armada*, publicação official militar; 22 agosto, 1832 a 12 setembro, 1833; passaram a ser publicadas em Lisboa em 1835; *Oriente (O)*, politico, litterario, commercial e agricola (advogou a fusão de todos os partidos); 14 dezembro, 1857 a 13 junho, 1859; *Oriente de Traz-os-Montes;* 4 abril a 13 junho, 1859; continuação do *Oriente; Orpheon (O)*, contribuição para a litteratura musical; publicação mensal; 12 janeiro a 30 junho, 1886; *Orpheon Portuense (O)*, publicação musical; 1886; *Ortigões*, chronica do mez; perfis diversos, satyras da actualidade; outubro, 1876 a maio, 1877; 8 numeros; *Pae Paulino (O)*, satyrico e illustrado; 30 julho, 1877 a 12 abril, 1879; publicou se um n.º programma sem data; 42 numeros; *Pae Zé (O)*, semanario de mysticismo das costureiras e caixeiras; março, 1886; *Paiz (O)*, semanario independente, politico, noticioso, critico, litterario e theatral; 2 setembro, 1901; *Palavra (A)*, religioso, litterario de noticias e assumptos de interesse publico; 1 agosto, 1872; em publicação; *Palavra;* 1896; *Palco (O)*, revista semanal dos theatros; 23 abril a maio, 1880; *Palcos e Arenas*, revista illustrada theatral, tauromachica, litteraria, bibliographica, etc.; 24 abril, 1904; *Palhaço (O)*, divertido e satyrico; maio a agosto, 1872; *Palito (O)*, caricaturas; 22 julho a 10 dezembro, 1888; *Palmatoria (A)*, 27 setembro, 1881; *Palradores no Café;* 3 dezembro, 1822 a 15 dezembro, 1823; *Pamphleto;* 21 dezembro, 1893 a 3 junho, 1894; 13 numeros; *Panorama (O)*, magazine semanal illustrado; 16 agosto, 1906; *Pantheon (O)*, revista quinzenal de sciencias e letras; 15 novembro, 1880 a 15 dezembro, 1881; 24 numeros; *Pantheon dos Pianistas (O)*, quinzenario de musica; janeiro, 1882 a 1884; *Papagaio (O)*, quinzenario humoristico, 15 novembro a 15 dezembro, 1888; *Papagaio Real (O);* 1883; *Paquete no Estrangeiro*, commercial e noticioso; 3 julho a 29 dezembro, 1826; *Paraizo (O)*, litterario, romantico e jocoso; 6 fevereiro a 2 março, 1857; 4 numeros; *Parra (A)*, revista semanal; 3 janeiro, 1884; *Parvoeirões (Os ;* agosto, 1890 *Parvonia (A)*, humoristico, politico, litterario e theatral; 19 junho a agosto, 1876; *Parvonia Illustrada (A)*, politico, noticioso, litterario e theatral; 25 fevereiro a 9 julho, 1875; *Patria (A)*, miguelista, 7 fevereiro, 1849 a 4 março, 1851; *Patria (A)*, periodico dedicado ás costureiras; 20 março, 1886; *Patria*, semanario politico, commercial, noticioso e critico; 30 abril, 1888; *Patriota Portuense*, partido constitucional; 1 janeiro a 31 dezembro, 1821; *Patusco*, quinzenario litterario; 1 março, 1890; *Pedro Quinto*, politico, litterario, artistico e commercial, 16 setembro a 29 dezembro, 1855; *Pega (A)*, litterario e satyrico; 24 agosto, 1845 a 28 setembro, 1849; *Pelourinho (O)*, politico; 1 agosto, 1863 a 1863; *Peninsula*, litterario e instructivo; 8 janeiro, 1852 a junho, 1853; *Pensador (O)*, litterario, recreativo e mephistophelico; janeiro, 1858; *Periodico de Annuncios;* 19 outubro a 10 dezembro, 1827; 15 numeros; *Periodico Mercantil*, partido absolutista; janeiro a maio, 1828; *Periodico de Musica;* 1841; *Periodico dos Pobres no Porto*, cartista; 15 janeiro, 1835 a 31 março, 1858; *Perola (A)*, semanario litterario; 8 agosto, 1886; *Perola (A)*, revista litteraria; janeiro a setembro, 1887; *Perola (A);* 1897; *Petiz (O)*, noticioso, erotico, humoristico e litterario; 25 junho, 1882; *Petiz (O)*, politico, litterario e noticioso, progressista; 14 setembro, 1881 a 1887; *Petiz (O)*, 1896; *Petiz (O);* 1897; *Petiz Jornal (O)*, litterario, 1 junho a 20 dezembro, 1876; *Petiz-Jornal (O)*; da lusa infancia; 29 março, 1906; *Pharmacia Portugueza (A)*, orgão dos interesses da classe pharmaceutica; 7 novembro, 1886 a 15 março, 1887; *Pharol (O)*, litterario bimensal; 20 março, 1903; *Philarmonico Portuense (O);* 1841; *Philatelista Annunciador (O);* 1893; *Philatelista Annunciador (O)*, dedicado a todos os negociantes e collecionadores de sellos; maio, 1900; *Philatelista Luso-Africano (O)*; janeiro, 1899; *Philatelista do Occidente (O)*, publicação internacional; janeiro, 1898; *Philatelista Portuense;* 1900; *Pimpão do Porto (O)*, semanario humoristico; 1888; *Pimpolho (O);* outubro, 1886; saiu um n.º programma; *Pimpolho (O)*, folha tetrica, encomiastica, analytica, vandalica, metaphrastica e vampirica; 26 maio, 1892; *Piparote;* 10 junho, 1883; *Piparotes*, semanario politico de caricaturas; 6 janeiro a 17 fevereiro, 1889; 7 numeros; veiu substituir o *Sorvete; Piparotes;* 10 outubro a 15 novembro, 1892; 3 numeros; *Pirata (O)*, critico e litterario; 2 março, 1850 a 8 fevereiro, 1851; *Pirolito (O);* 1854 e 1855; *Pist Arola (O)*, novidades, petas, ratices e tretas, chistes, charadas, epigrammas e piadas; 21 fevereiro a 7 julho, 1878; publicou se um n.º programma, seguiu-se-lhe a *Gazeta de Hollanda*; *Plateia (A)*; fevereiro, 1889; *Plutarcho Portuguez (O)*, collecção de retratos e biographias dos principaes vultos historicos da civilisação portugueza; 15 agosto, 1881 a 1882; *Policia (O)*, satyrico; 17 março, 1879 a 1889; *Polygrapho (O)*, semanario de vulgarisação scientifica e de conhecimentos uteis; 27 julho, 1884 a 11 janeiro 1885; 25 numeros; *Pomba (A)*, semanario litterario; 10 julho a setembro, 1887; *Ponto (O)*, orgão da classe dramatica dos pontos; semanal litterario; 15 setembro, 1885; *Pontos (Os)*; 5 janeiro, 1896; *Pontos e Virgulas*, 1 outubro, 1893 a 28 dezembro, 1895; *Popular (O)*; 14 outubro, 1889; *Popular do Porto*, noticioso, republicano; 3 a 13 janeiro, 1876; sequencia da *Justiça; Porta-Estandarte (O)*, republicano; 18 junho a 30 dezembro, 1888; *Porto (O)*; 1 abril, 1885; *Porto (O)*, diario offerecido ao partido liberal; 2 junho, 1874 a 23 março, 1876; *Porto e a Carta (O)*, conservador cartista; 3 janeiro, 1851 a 30 setembro, 1852; *Porto e a Carta (O);* 1854; *Porto Comico (O)*, semanario humoristico; 7 julho, 1880 a 9 abril, 1881; *Porto Commercial*, artistico, industrial e litterario; abril a 1 maio, 1858; *Porto Elegante*, revista litteraria e artistica; 26 maio, 1881; *Porto Elegante*, revista illustrada litteraria; 20 novembro a 1 dezembro, 1887; *Porto e Gaya*, bi semanal, dedicado aos interesses locaes do Porto e Villa Nova de Gaya; 13 dezembro, 1873 a meados de 1884; publicou se um n.º programma; *Porto Illustrado*, semanario pittoresco; 16 maio, 1863; *Porto Illustrado*, revista quinzenal illustrada, biographica, theatral e de sport; 3 junho, 1901; *Porto Liberal (O)*, politico, noticioso e commercial; 8 junho, 1881; em 1889 continuava; *Porto Medico*, revista mensal; abril, 1894; *Porto Philatelico*; 26 julho; 1898; *Portuense (O);* 4 janeiro, 1837; *Portuense (O)*, politico e industrial, progressista historico; 2 novembro, 1853 a 1 outubro, 1855; *Portuense*

(O), noticioso, litterario e recreativo; 1 março, 1886; *Portugal (O)*, legitimista; 15 fevereiro, 1851 a 2 maio, 1857; *Portugal Artistico*, publicação illustrada; 15 fevereiro, 1901; *Portuguez (O)*, politico, litterario e noticioso, progressista; 10 junho, 1883; *Portugueza (A)*; 1892; *Portuguezes e Brazileiros*, galeria biographica illustrada; 1886; *Positivismo (O)*, revista de philosophia; outubro, 1878 a dezembro, 1882; *Preciso (O)*; 2 outubro, 1890; *Preços correntes*, commercial; 18 março, 1844; *Pregão (O)*, noticias e annuncios; 13 fevereiro a 31 março, 1877; *Previdente (A)*, folha official da sociedade, assim denominada, de seguros maritimos sobre vida; 31 outubro, 1864 a 1 outubro, 1870; *Preto no Branco*, revista semanal illustrada; 23 fevereiro, 1896; *Primavera (A)*, semanario recreativo; 15 outubro, 1859 a outubro, 1860; *Primavera (A)*; 24 dezembro, 1901; *Primavera (A)*; maio, 1902; *Primeiro de Janeiro*, orgão do centro eleitoral portuguez progressista dissidente; 10 janeiro, 1869; ainda em publicação; *Primeiro de Dezembro (O)*, anti-iberico, 14 julho, 1861 a março, 1864; *Primeiro de Dezembro (O)*; 1 dezembro, 1878; *Procurador do Povo*, jornal de noticias de interesse publico; 27 outubro, 1866 a 8 dezembro, 1866; *Progredior*, orgão mensal de propaganda da empresa *Progredior*, fabrica de bilhares de precisão; *Progressista (O)*, politico, litterario e commercial, partido setembrista; 1 outubro, 1846 a 23 julho, 1847; *Progresso (O)*, politico, litterario e commercial; 1 a 4 outubro, 1873; *Progresso Commercial (O)*, commercial e politico; 1 janeiro a 30 setembro, 1873; *Progresso Español (El)*; 2 novembro, 1899; *Progresso do Porto (O)*; 1870; *Progresso do Porto*, conservador-progressista; 18 novembro, 1870 a 21 março, 1871; *Propaganda Catholica*, folha catholica legitimista; janeiro, 1878 a 22 julho, 1879; *Propaganda Industrial (A)*, revista illustrada de vulgarisação industrial; outubro, 1887 a dezembro, 1888; *Propheta (O)*; 1 a 9 novembro, 1836; *Prosa e Verso*, revista litteraria illustrada, 15 junho, 1886; *Protesto do Norte (O)*; 20 agosto, 1893; *Protesto Operario (O)*, orgão do partido operario socialista; 5 março, 1882 a 21 fevereiro, 1886; *Provincia (A)*, progressista; 25 maio, 1885; em 1889 continuava; *Provincia (A)*; 1890; *Pugna (A)*, semanario litterario, humoristico e noticioso; 9 abril, 1887; *Purgatorio (O)*, politico, satyrico; 11 junho, 1859 a 18 outubro, 1861; *Puritano (O)*, politico, litterario e commercial, cartista conservador; 14 setembro, 1846 a 31 março, 1848; *Pyrilampo (O)*, republicano; março, 1867 a 1870; *Pyrilampo (O)*; bancos, banqueiros e sociedades anonymas; satyrico; 1878 a novembro, 1879; *Radical (O)*, republicano; 4 março, 1888; em 1889 continuava; *Rainunculo (O)*, semanario recreativo; 4 agosto, 1860; *Raio (O)*; 17 novembro, 1860 a junho, 1869; *Raio*, semanario illustrado de critica brava; 22 agosto, 1903; *Raios*; 9 março, 1895; *Ratos (Os)*; 1899; *Razão (A)*, revista litteraria; 1 maio a 15 junho, 1883; sairam 4 numeros; *Reacção (A)*; 23 julho, 1900; *Realista Portuense*, partido absolutista; 2 setembro, 1828 a 29 novembro, 1829; *Rebate (O)*, jornal da Academia do Porto; 11 março, 1890; *Recreação Familiar*; 17 maio a 2 agosto, 1873; 12 numeros; *Recreio (O)*; 3 março, 1901; *Recreio (O)*, revista semanal, scientifica, litteraria e noticiosa; 12 abril, 1883; *Recreio Damas*, periodico de musica para piano; 1848; *Recreio das Damas*, quinzenario de litteratura e modas; 1 a 15 abril, 1859; *Recreio da Juventude*, litterario; 1 dezembro, 1859 a 21 janeiro, 1860; *Recreio Musical das Damas*, musica; 1859 a 1861; *Recreio do Povo (O)*, contos, historietas, anecdotas, charadas, ditos jocosos, etc.; janeiro, 1885; *Recreio do Povo (O)*, semanario litterario, scientifico e recreativo; 1 fevereiro, 1887; *Reforma (A)*, orgão da verdade evangelica em Portugal; ecco da Egreja Lusitana; 2 agosto, 1877; em 1890 continuava; *Regeneração de Portugal*; 18 a 26 setembro, 1820; *Regenerador (O)*, orgão do partido regenerador do Porto; 1 agosto, 1881; em 1889 continuava; *Relampago (O)*; 1862; *Religião da Mulher*; 1893; *Remoque (O)*; 1896; *Renascença (A)*, orgão dos trabalhos da geração moderna; mensal; janeiro a outubro, 1878; *Renascença*, revista litteraria e artistica; janeiro; 1894; *Repertorio da Sociedade Juridica do Porto*; 8 junho, 1835; *Repertorio das Damas*, hebdomadario musical para piano; 1860; *Repertorio das Jovens Pianistas*, musical; 1865; *Repositorio de Legislação e Jurisprudencia*; 1896; *Repositorio Litterario da Sociedade de Sciencias Medicas e de Litteratura do Porto*; 15 outubro, 1834 a 1 outubro, 1835; 24 numeros; *Republica (A)*, semanario republicano; 1 março, 1873; *Republica (A)*; 19 abril, 1890 a abril, 1891; foi seguido da *Voz Publica* com o n.º 313; *Republica das Letras*, miscellanea de litteratura e recreio; 18 outubro a novembro, 1873; *Republica das Letras*, periodico mensal de litteratura; abril a junho, 1875; 3 numeros; *Republica Portugueza (A)*; 1 setembro, 1890; *Republicano (O)*, semanario; 1 julho a 1 agosto, 1880; *Respigador (O)*, collecção litteraria; 1846; *Respigador (O)*, collecção litteraria; janeiro, 1848 a 1849; 3 numeros; *Restauração (A)*, politico, religioso, litterario e noticioso; dezembro, 1864 a 14 outubro, 1865; *Resumo (O)*, revista semanal; 8 julho, 1895; *Retalhos*; 1900; *Revista (A)*, mensario de sciencias e letras; 15 julho, 1903; *Revista Academica*, litterario; 15 junho, 1878 a 1 janeiro, 1879; 2 numeros; successor do *Academico*; *Revista Academica*; 30 novembro, 1889; *Revista Administrativa*, jornal de administração publica; março a novembro, 1863; *Revista aduaneira*; 2 março, 1893; *Revista Agricola*, orgão dedicado aos interesses, progresso, fomento e defeza da Agricultura Portugueza; janeiro, 1898; *Revista d'Antropologia Criminal*, boletim do Posto Anthropometrico junto das cadeias da Relação do Porto; julho, 1902; *Revista de Arte e de Critica*; novembro, 1878; 3 numeros; *Revista de Arte e de Critica*, semanario; novembro a dezembro, 1888; *Revista Artistica*; 1891; *Revista Azul*; 1895; *Revista de Bibliographia*; 1900; *Revista Catholica*, religioso; janeiro a abril, 1878; *Revista Commercial de Vinhos e Azeites*, quinzenario; 1 dezembro, 1902; *Revista Critica de Litteratura Moderna*; 1868 a 24 abril, 1869; 2 numeros; *Revista de Direito Administrativo*, publicação mensal; 1878; em 1889 existia; *Revista de Direito Commercial*; 12 junho, 1887; *Revista de Electricidade e Telegraphia*; publicação mensal destinada á vulgarisação de todos os progressos da electricidade e telegraphia; 15 agosto, 1883; em 1889 continuava; *Revista Encyclopedica*, popular, instructiva e de conhecimentos uteis; 1893; *Revista das Escolas*, quinzenario; 15 janeiro, 1895; *Revista Espiritista*, orgão de propaganda; fevereiro, 1900; *Revista Espiritista do Por-*

to; 1896; *Revista Estrangeira*, 1838; começou em Coimbra, continuado pela *Revista Litteraria do Porto;* as primeiras revistas que se publicaram: *Revista dos Estudos Livres*, mensal; 23 fevereiro, 1883 a novembro, 1887; *Revista da Exposição Insular e Colonial no Palacio de Crystal Portuense;* 1893; *Revista Fazendaria*, orgão dos empregados dependentes do ministerio da fazenda; 15 junho, 1892; *Revista Financeira, do Jornal da Manhã;* 25 outubro a 24 dezembro, 1875; *Revista do Foro Portuguez;* 1899; *Revista Graphica*, orgão da Liga das Artes Graphicas; 4 agosto, 1904; *Revista d'Hoje*; 1894; *Revista Industrial;* 25 fevereiro, 1887; *Revista de Infantaria;* 1898; *Revista Judiciaria;* 1 agosto, 1900; *Revista Juridica*; 1 julho a 15 dezembro, 1836; *Revista Juridica*; 1892; *Revista de Jurisprudencia*; dezembro, 1856 a abril, 1858; *Revista de Jurisprudencia Militar;* 1886; *Revista de Jurisprudencia Militar;* 30 janeiro a 30 dezembro, 1889; *Revista Litteraria*, periodico de litteratura, philosophia, viagens, sciencias e bellas artes; 15 julho, 1838 a 1843; *Revista Litteraria;* 1876; *Revista Litteraria (A)*, 1 janeiro, 1897; *Revista Litteraria do Porto*, semanario; 22 julho, a 23 dezembro, 1877; *Revista Lusitana*, archivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal; 1887; em 1889 existia; *Revista Luso-Española*, semanario scientifico, litterario e artistico; 30 julho a 8 novembro, 1885; publicou-se um n.º programma com a data de 15 junho, 1885; 12 numeros; *Revista dos Lyceus*; 1891; *Revista de Medicina e Cirurgia*, secção especial da revista de hygiene *A Saude Publica;* 15 janeiro, 1887; *Revista de Medicina Militar*, quinzenal; outubro, 1886 a maio, 1889; *Revista Moderna*, theatral; 1884; *Revista Moderna*, republicana, politica e litteraria; 5 março a outubro, 1888; *Revista Musical*, quinzenario artistico; 1 junho, 1902; *Revista Nacional*, politico, scientifico e litterario; 1 abril, 1881 a janeiro, 1882; *Revista do Norte*, republicano; 12 julho, 1880 a 1885; *Revista Pedagogica*, mensal; março a abril, 1886; *Revista de Pharmacia e Sciencias Accessorias do Porto;* janeiro, 1857; em 1889 existia; *Revista do Porto*, semanario noticioso e litterario; novembro, 1877; *Revista de Portugal*, litteraria, scientifica, noticiosa; 1 julho, 1889; publicou-se um n.º programma; *Revista Portugueza*; dezembro, 1894 a 28 maio, 189 ; 6 numeros; *Revista de Revistas*, synthese de publicações sobre o espiritismo, orgão de propaganda; janeiro, 1900; *Revista das Sciencias Naturaes*; 31 janeiro, 1889; *Revista Scientifica*; janeiro, 1882 a março, 1883; *Revista Scientifica do Atheneu do Porto*; janeiro, 1885; *Revista Social*, quinzenario do Instituto Anthero do Quental; 15 julho, 1894; *Revista da Sociedade de Geographia Commercial do Porto;* 1882; *Revista da Sociedade Instrucção do Porto*, mensal; 1 janeiro, 1881 a 1 dezembro, 1884; *Revista dos Tribunaes;* 15 junho, 1882; em 1889 continuava; *Revolta (A)*; 14 maio, 1890; *Revolta (A)*, semanario communista-anarchista; 12 maio a 2 setembro, 1889; *Revolução de Janeiro (A)*, politico, a favor do movimento chamado da *Janeirinha*, que dissolveu o governo da fusão; 1 junho a 31 agosto, 1868; foi o primeiro jornal que se publicou do partido progressista; *Revolução Social (A)*, orgão communista-anarchista; 15 janeiro, 1888 a janeiro, 1891; *Revue Française*; 1891; *Riso do Diabo (O)*; 3 outubro, 1891; *Risota (A)*, orgão particular; 5 março, 1892; *Rocio (O)*, litterario; 1862; *Romancista (O)*, semanario dedicado ás elegantes portuenses; 5 julho, 1891; *Romper da Aurora (O);* 1899; *Rosa (A)*, quinzenario litterario, dedicado ás damas portuouses; 27 março a 4 dezembro, 1887; *Rosmaninho (O)*; 15 abril, 1900; *Rossicler (O)*, quinzenario litterario; 15 setembro, 1885 a 15 fevereiro, 1886; *Rouxinol (O)*, quinzenario de litteratura amena; janeiro, 1876; *Sabonete*; 1891; *Salamaleck*; 1869 a 1870; *Saltão (O)*, quinzenario litterario, noticioso e theatral; 24 fevereiro, 1889; *Santa Cecilia*, publicação musical; 10 abril, 1883; *Satan*, publicação annexa á capa de *A Arte*; começou com a letra F d'essa revista, 1899, 2.º anno; *Satyra (A);* 15 março a dezembro, 1884; *Saudade (A)*; 1867; *Saude Publica (A)*, hebdomadario de hygiene; 6 janeiro, 1884; *Scena (A)*; 1894; *Sciencia Infantil (A)*, quinzenario; abril, 1886; *Sciencias e Artes*, semanal; 19 novembro, 1882 a 1883; *Sciencias e Catholicismo*, anticlerical; outubro, 1876 a 1877; *Seculo (O)*, semanario satyrico e noticioso; 1 janeiro a 3 maio, 1862; *Seculo (O)*, religioso, litterario e politico; 4 fevereiro, 1864; *Semana (A)*, critico, litterario, illustrado, satyrico, scientifico e noticioso; janeiro, 1882; *Semana (A)*, revista moderna de sciencias, litteratura e artes; 16 dezembro, 1885 a junho, 1886; *Semana Alegre*; 10 setembro, 1892; *Semana Illustrada (A)*; 1883; *Semana Illustrada*, revista d'arte e litteratura, n.º programma 13 abril, 1891; n.º 1.º 11 maio, 1891; *Semanario dos Filhos de Maria*, religioso; 25 outubro, 1866 a 30 abril, 1867; *Sentinella Politica*, 1 julho, 1821 a 16 abril, 1822; *Sentinella do Porto*, semanario defensor da colonia hespanhola; 30 junho, 1884; *Sera Bernarda (A)*, semanario litterario, theatral, noticioso e imparcial; 17 a 24 setembro, 1882; *Serão (O)*, magazine semanal illustrado e da familia; 1 a 24 julho, 1909; 4 numeros; *Sereno (O)*, noticioso; 1868; *Serões de S. Miguel de Seide*, chronica mensal de litteratura amena; dezembro, 1885 a junho, 1886; *Serrote (O)*, jornal de caricaturas; 20 março a 23 setembro, 1877; *Setta (A);* satyrico e humoristico; 1 maio, 1884; *Setta (A)*; 1 fevereiro, 1891; *Simples (Os)*, quinzenal; sciencia, litteratura e arte; 1 julho, 1901; *Socego do Lar*, litterario, noticioso e recreativo; 5 agosto, 1883; *Sociaes*; março, 1900; *Socrates*, semanario litterario e humoristico; 2 fevereiro, 1884; *Soirée Collegial*, musica para piano e canto; 1887; *Sol (O)*, cartista; 12 dezembro, 1826 a maio, 1828; *Solitario no seu gabinete (O)*, cartista; julho, 1826; era impresso em Lisboa; *Sombra e Luz*, revista mensal de letras, arte, sport e photographia; outubro, 1900; 12 numeros; *Sonhador (O)*, hebdomadario de litteratura e recreio; 31 dezembro, 1877 a 1878; *Sorvete (O)*, jornal de caricaturas; 9 junho, 1878; em 1889 existia; *Sphinx*, arte e critica; agosto, 1898; *S. S. e R. R*, revista intransigente, critica, satyrica e humoristica; 6 setembro, 1885 a 19 junho, 1886; *Staphit do Norte*, politico, noticioso e commercial, republicano; 26 fevereiro, 1878; *Supplemento burlesco ao Ecco Popular*, satyrico e humoristico; 1848; *Supplemento de Noticias;* 1868; *Supplemento* scientifico, litterario da *Palavra*; 1893; *Suspiro (O)*, litterario; 1858; *Syndicato (O)*, semanario republicano, politico, litterario e noticioso; 17 julho, 1887 a 7 abril, 1890; *Tambor-Mór (O)*, revista semanal dos acontecimentos diarios; 3 fevereiro a março, 1889; *Tam Tam (O)*,

folha burlesca; setembro, 1879 a março, 1880; 24 numeros; *Tam-Tam*, orgão official da laracha nacional; 10 fevereiro, 1889 a 6 abril, 1890; *Tasso*, litterario, recreativo e de theatros; 1 janeiro, 1868 a dezembro, 1869; *Telegrapho (O)*; 16 janeiro, 1891; *Telescopio Braziliense nos Açôres*, ou o *Brazileiro Emigrado*; 1833; *Tentativas Litterarias*, litteratura e recreio; 28 fevereiro a 15 junho, 1863; *Terpsichore*, repertorio de musica e bailes; 1860; *Theatro (O)*, dedicado a assumptos theatraes, litterario e bellas artes; 17 dezembro, 1891; *Theatro Economico*, collecção theatral; 1861 a 1868; *Theatro Illustrado*, artes e letras; 20 abril, 1902; publicou se outro n.º 1 com a letra A; com o n.º 4 em formato maior, mas sómente com 4 paginas, vem com o titulo *O Theatro Illustrado Aristocrata*, por se ter fundido com este jornal; *Theatro e Modas*, hebdomadario; 29 março a abril, 1877; *Theatro Portuguez (O)*, revista de revistas, quinzenario de critica theatral, illustrado; 1901; *Theatro de Sala*, collecção de peças theatraes; 1870; *Theatros*; 1900; *Themis (A)*, semanario politico, commercial, noticioso, scientifico e recreativo; 10 março, 1885; *Thesoura (A)*; 30 outubro, 1892; *Thesouro Liberal*, chronica de tudo que a merecer; 1873; *Tigre (O)*, semanario republicano humoristico illustrado, caricaturas; 15 novembro a dezembro, 1881; 6 numeros; *Tim Tim por Tim Tim*, semanario litterario e humoristico; 28 agosto, 1887; *Tio Anselmo (O)*, semanario util e agradavel; agosto, 1879; *Toureiro (O)*, revista semanal, illustrada e tauromachica; 29 junho, 1890; *Tournure (A)*, dedicado á alta aristocracia, litterario; 2 outubro, 1887; *Touros (Os)*, revista taurina illustrada; 17 abril, 1904; *Trabalhador (O)*, revista do movimento operario; 6 janeiro, 1889; *Trabalhador (O)*, jornal operario; 15 novembro, 1896; *Trabalho (O)*, socialista; 16 março, 1881; *Traquinas (O)*; 20 junho, 1889; *Tribuna (A)*, orgão dos operarios manipuladores de tabacos; 13 fevereiro, 1892; *Tribuna do Magisterio*; 6 agosto, 1893; *Tribuna do Operario (A)*, orgão dos manipuladores de tabacos no Porto; 7 janeiro, 1889; *Tripeiro (O)*; 2 janeiro, 1852; *Triumpho (O)*, semanario litterario, noticioso e humoristico; 4 outubro, 1891; *Triumpho (O)*, noticioso, litterario e humoristico; 10 maio, 1893; *Triumpho (O)*; 1896; *31 de Janeiro*, semanario republicano; 1891; *Trovão (O)*, critico e satyrico; 9 fevereiro, 1862; *Trovão (O)*, semanario humoristico e litterario; 6 dezembro, 1885; *Tutti-li-Mundi*, revista semanal; n.º programma 16 abril, 1883; 1.º n.º 23 abril, 1883; *Typographia Portugueza*, revista mensal; setembro, 1887 a agosto, 1888; *Unha (A')*, semanario taurino independente; 23 abril, 1905; *União (A)*, gazeta diaria, progressista; 1 setembro, 1879; *União (A)*; 1899; *União Academica*, litterario; março a junho, 1872; *União Academica*, hebdomadario scientifico, litterario e humoristico; 7 fevereiro, 1884 a 1888; *União Artistica*, jornal das classes laboriosas, socialista; 30 janeiro, 1855; *União Militar*; 1871 a 1872; *Union Española (La)*; 1894; *Vampiro*, litterario; fevereiro, 1873, *Vedeta da Liberdade*, setembrista e depois cartista; maio, 1835 a 19 setembro, 1840; *Vedeta da Liberdade (A)*, progressista; 1 maio, 1835 a 19 agosto, 1840; *Velho Liberal do Douro (O)*, cartista; setembro, 1826 a fevereiro, 1834; *Velocipedista (O)*, revista quinzenal dedicada ao Club Velocipedista do Porto; março, 1893; *Verdade (A)*, republicano; 17 setembro, 1855 a dezembro, 1857; *Verdade (A)*, semanario maçonico; 13 novembro, 1871 a 1872; *Verdade (A)*, politico e noticioso; 28 agosto, 1882 a 18 janeiro, 1886; *Verdade (A)*; 9 fevereiro, 1890; *Vergalho*; 1895; *Verruma (A)*; semanario incolor e intransigente; 8 a 15 julho, 1888; *Vespa (A)*, satyrico, poetico e litterario; 1860; *Vespa (A)*, semanario theatral e burlesco, 1861 a 1862; *Vespa (A)*, orgão d'uma sociedade de ocarinistas, quinzenal; 18 março, 1883; *Vespa (A)*, revista quinzenal litteraria e illustrada; 1891; *Vespa (A)*, semanario critico e humoristico; 7 maio, 1893; *Vespas (As)*, chronica semanal humoristica; 12 outubro, 1879; *Vespas (As)*, revista mensal, critica e humoristica; janeiro a agosto, 1880; *Vespas (As)*, revista mensal; janeiro, 1890; *Vespas e Mariposas*, publicação trimensal: brinde aos assignantes do *Diario da Tarde*; abril a junho, 1874; *Vida Alegre*, recreio popular; 1885; não passou do n.º 1; *Vida Moderna (A)*, folha de vulgarisação scientifica e de conhecimentos uteis; 6 novembro, 1880 a setembro, 1888; *Vigilante (O)*, quinzenario, orgão das Sociedades de Seguro no Porto; 9 julho, 1885; *Vigilia*, hebdomadario de litteratura; 2 outubro, 1876 a fevereiro, 1877; *Vinha Americana em Portugal (A)*; abril, 1897; *27 de Janeiro*, cartista; 30 maio a 16 agosto, 1842; *Violeta (A)*, litterario; 1 março a 15 junho, 1878; passou a intitular-se *O Pensamento*; 19 numeros; *Violinista (O)*, musica; 1864 a 1865; *Virente (O)*, quinzenal e litterario; 15 março, 1886; *Vizão (A)*, republicano radical; janeiro. 1868; *Voz de Christão (A)*, mensal illustrado; janeiro, 1884; findou em 1894 com o XI volume; *Voz do Commercio (A)*, orgão dos empregados do commercio; 22 novembro, 1896; *Voz do Douro (A)*, semanario de litteratura, sciencias e recreio; 1870 a setembro, 1871; *Voz da Liberdade*, politico, religioso, noticioso e commercial; 3 março a 10 outubro, 1863; *Voz do Operario (A)*, jornal socialista das classes laboriosas; 4 junho a 31 dezembro, 1853; *Voz do Povo (A)*, republicano; 13 abril, 1870; *Voz do Povo (A)*, politico, noticioso e commercial progressista; 20 julho, 1878 a 1883; *Voz do Povo (A)*; 11 janeiro, 1894; *Voz do Proletario (A)*, orgão dos manipuladores do tabaco e defensor das classes obreiras em geral; 10 janeiro, 1897; *Voz Publica (A)*; 9 maio, 1891, terminou em 1909; é successor com o n.º 313 da *Republica*; *Zé Barros*, jornal illustrado de caricaturas; setembro, 1885; *Zé Povinho*, republicano; 1 outubro, 1880; suspendendo em 1883, reappareceu em 1 janeiro, 1886; *Zé Simplicio (O)*; 1900; *Zig-zag*, humoristico e burlesco; 1878; *Zodiaco-Lusitano*, medicina, janeiro a março, 1749.—Numeros unicos publicados no Porto até ao fim do reinado de D. Carlos: *Affonso Taveira (A)*; 18 maio, 1906; *Album*; 22 janeiro, 1892; *Album de Lagrimas*; março, 1888; *Alferes Malheiro (O)*; 31 janeiro, 1893; *Alvorada (A)*; 10 junho, 1891; *Alvorada de 31 de Janeiro (A)*; 1891; *A'manhã!* 1 maio, 1907; *Amelia Lopiculo*; 13 fevereiro, 1903; *Andaluz*; janeiro, 1885; *Angela Pinto*; 15 abril, 1899; *Aurora do Minho*; 25 abril, 1901; *Auxilium in periculo*; 25 agosto, 1900; *Baquet (O)*; 21 março, 1889; *Caetano (O)*; fevereiro, 1907; *Caloiro (O)*; 30 novembro, 1900; *Capote Taurino (O)*; 1906; *Caridade*; 21 março, 1887; *Carmen Cardoso*; 26 abril, 1899; *Consagração*; 28 março, 1886; *Consagração*; 8 maio, 1906; *Eclipse (O)*; 12 agosto,

1906; *Eduardo Brazão (A);* 5 junho, 1901; *Eladio Nubida*; 27 abril, 1899; *Em plena festa;* 2 maio, 1894; *Emilia Eduarda (A);* 19 abril, 1886; *Ervelhinha (A);* XXXI-V-MCM.; *Expansões d'Alma;* 24 fevereiro, 1897; *Fama Volat;* 1 julho, 1900; *Festival Infantil;* 22 abril, 18 8; *Fiandeiro (O);* 12 junho, 1897; *Folha Unica;* 9 julho, 1882; *Folia (A);* 18 janeiro, 1901; *Geraldine (A)*; 1893; *Guerra Peninsular;* junho, 1908; *Homenagem a Calderon;* 25 maio, 1881; *Homenagem a Mousinho da Silveira*; maio, 1901; *Imponente Peregrinação á Virgem Flora*; 10 novembro, 1904; *In Memoriam*; 4 setembro, 1898; *Lagrimas e Confeito;* 27 fevereiro, 1892; *Lucilia Simões;* 27 março, 1897; *Lux e Charitas*, publicado pelo Gymnasio Lauret em beneficio da creche de S. Vicente de Paula e outras instituições caridosas; junho, 1887; *Machina (A);* agosto, 1893; *Monumento dos Vencidos;* 31 janeiro, 1897; *Na Hora da Festa;* 12 fevereiro, 1898; *Nas Bodas de Ouro do Commercio do Porto;* maio, 1904; *Noventa e Um;* 31 janeiro, 1894; *Numero Unico;* 20 maio, 1886; *Numero Unico (O);* fevereiro, 1903; *Oito de Setembro;* 29 setembro, 1889; *11 de Fevereiro de 1887; 11 de Fevereiro*, 1890; *Onze de Janeiro;* 1890; *Palavra de Santo Antonio (A)*, 1895; *Patria e Lilio;* 31 janeiro, 1893; *Petalas;* 8 março, 1889; *Por nossa Dama;* 14 maio, 1892; *Porto de Andaluzia;* 1 fevereiro, 1885; *Portugal Hespanha;* fevereiro, 1885; *Primeiro de Maio (O);* 1 maio, 1904; *Ramo de Letras;* 10 fevereiro, 1897; *Retalhos*; 5 janeiro, 1897; *Roberto Stagno;* 28 fevereiro, 1889; *Sobre as Cinzas;* 9 abril, 1888; *Talento e Arte;* 2 maio; 1896; *Um anno depois*; 31 janeiro, 1892; *Um anno depois;* 1894; *Um feixe de plumas;* 1 abril, 1890; *União (A);* junho, 1899; *Zé Simplicio (O);* 5 abril, 1900; *Zuavos e Bombeiros;* 30 abril, 1899; *Zulmira Ramos;* 12 março, 1904.

Porto. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Triana, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa || S. Miguel, de Cabreiros, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago, de Cardiellos, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Gondomar, conc de Valverde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Insalde, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Lama, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto || N. S.ª da Expectação, de Lordello, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Margaride, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santissimo Nome de Jesus, de Odivellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa. || S. Thiago, de Ourilhe, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S Julião, do Paços, conc e distr. de Braga || S. Pedro, de Penude, conc. de Lamego, distr de Vizeu. || S. Thomé, de Prozello, conc. de Amares, distr. de Braga. || N. S.ª do O' do Porto, de Reguengo da Carvoeira, conc. de Mafra, distr de Lisboa. || Santa Marinha, de Roussas, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Valle, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || Santissimo Nome de Jesus, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Villa da Ilha de Santa Maria, Açôres (V. *Villa do Porto*). || Ribeira do distr. de Lisboa, que nasce na Venda do Pinheiro, corre a O, passa ao S do logar da Malveira, recebe differentes regatos, e entra no Oceano com 25 k. de curso.

Porto Alexandre. Concelho e distr. de Huilla, na prov. de Angola, Africa Occidental. E' composto unicamente da provincia do mesmo nome, e pertenceu ao distr. de Mossamedes. || Pov. e séde do conc. do mesmo nome, no distr. da Huilla, prov. de Angola. Está situado a 65 k. ao S da villa de Mossamedes e foi fundada em 1854, começando se pela construcção, n'um logar chamado a Barreira Branca, que termina pela banda de NE a bahia de Pinda (ou porto Alexandre), d'uma fortaleza em torno da qual se fôram levantando depois varias feitorias que abandonaram a bahia das Pipas e a de Mossamedes. A colonia entregou-se principalmente á pescaria, em que a bahia é abundantissima, e tambem á cultura da canna saccharina e do algodão no valle e nas margens do Coroca; e á creação de gado. Para este ponto concorreram durante muito tempo pescadores algarvios, que iam ali á pesca e por lá ficavam depois, e essa colonia não se extinguiu; é ella que contribue com uma importante receita para a alfandega respectiva pela exportação de peixe secco que se faz para o Congo, para o Gabão e S. Thomé. Esta pov. foi elevada á categoria de séde de concelho em 1895, sendo anteriormente uma delegação do conc. de Mossamedes. O seu porto, que está situado proximo da foz do rio Coroca, é um excellente surgidouro, muito abrigado, tendo uma superficie ancoravel de 788 hectares onde cabem 130 navios d'alto bordo, para o que tem fundos de 9 a 36 m d'agua. E' difficilmente perceptivel para quem vae do mar, por se confundir o areal da peninsula que o fórma com a praia da costa E. Em Porto Alexandre ha agencia de vapores, agricultores, casas commerciaes, estação postal e telegraphica, posto fiscal alfandegario, escolas para ambos os sexos; salinas (Cabo Negro), etc. Commando militar no Quiteve.

Porto d'Alfombra Pov. na freg. de N. S.ª da Alva e conc. de Aljesur, distr. de Faro.

Porto das Almadias. Pov. situada na margem direita do rio de Geba, defronte do presidio de Fá, na prov. da Guiné, Africa Occidental. Fica em territorio das mandingas e é a primeira d'estas terras para quem vae rio acima.

Porto de Almagre. Pequena abra situada na costa N da ilha do Porto Santo, archipelago da Madeira.

Porto dos Almocreves Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Alva e conc. Aljesur, distr. de Faro. || S. Marcos da Serra, conc. de Silves, do mesmo districto.

Porto Alto. Pov. na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Samora Correia, conc. de Benavente, distr. de Santarem.

Porto Amelia. Cidade e capital provisoria dos territorios da companhia privilegiada do Nyassa portuguez, Africa Oriental. E' a séde do conc. de Pemba V. *Pemba*.

Porto do Anciāo. Bahia situada na costa SO da ilha Brava, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Pódem ancorar n'ella 10 a 12 navios em fundo de 13 a 16 m, mas é raramente procurada por não ter agua nem refrescos e ficar distante da povoação. Desemboca n'ella um valle secco ou asinhaga, onde ha uma mina de salitre inexplorada.

Porto de Anna Chaves. Bahia situada a NE da ilha de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. E' aberta a NE, tem pouco mais de 1:500 m. d'abertura entre a ponta de Anna de Chaves

e fortaleza de S. Sebastião, erigida na ponta S da Bahia, e pouco mais de 825 m. de concavidade até ao desembarcadouro, que é uma praia circular, onde se levanta a cidade de S. Thomé, capital da ilha e da provincia. As duas pontas que marcam a entrada da bahia, a de Anna de Chaves ou de Oque d'El-rei, onde está edificado o reducto de S. José, e a de S. Sebastião, onde se levanta a fortaleza do mesmo nome, correm uma contra a outra, do NO a SE. Para além d'ellas, para a concavidade da bahia, não pódem, porém, surgir navios que demandem mais de 4 m. d'agua, e por isso, os de maior lotação ancoram fóra. O fundeadouro é tambem desabrigado de todos os ventos de N a SE, e n'elle levanta muito o mar quando elles sopram d'estes quadrantes. Ha na ilha porto melhor e em condições superiores de segurança, e, todavia, a bahia de Anna de Chaves é o porto mais importante e o mais frequentado, certamente por ser o da cidade capital da provincia de S. Thomé e Principe.

Porto d'Annibal. Rezende e outros escriptores dizem que a antiga cidade cartagineza de *Portus-Annibalis* estava edificada no local da actual villa de Alvôr. Foi fundada pelo capitão Annibal, que lhe deu o nome. Outros sustentam que Porto d'Annibal era proximo e na praia da actual villa de Portimão. Na costa algarvia existiram muitas cidades, fundadas pelos phenicios, carthaginezes e romanos, que o Oceano, crescendo n'esta parte do globo, sepultou nas suas ondas. E' muito provavel que em Alvôr existisse uma cidade ou povoação qualquer, construida pelos invasores, ou pelos cuneos (lusitanos do Algarve), mas não se segue que fôsse aqui a velha cidade de Annibal.

Porto Antigo. Pov. na freg. de S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu Tem est. postal.

Porto da Antonia. Porto situado na costa O da ilha de S. Thiago, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Serve apenas para embarcações de cabotagem.

Porto d'Ave. Pov. na freg. de S. Miguel, de Thaide, conc de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. Tem est. post. A egreja de N. S.ª de Ave é magnifica, e foi elevada á categoria de capella real em 1873. Está edificada na vertente d'um formoso monte, com extensas e lindas vistas, que abrangem até ao Oceano, e tendo junto uma extensa e fertil veiga, regada pelo rio Ave, em cujas margens fica o Santuario, que dizem ser o mais celebre das provincias do norte, depois do Bom Jesus do Monte, de Braga. Foi construida depois de 1744 O edificio é octogono, com um bello zimborio; a capella-mór tem um rico altar de talha, primorosamente esculpido e dourado. O tecto da sacristia é enriquecido de pinturas a oleo, representando a imagem da Senhora, cercada de bellos ornatos. Na egreja ha dois orgãos, guarnecidos de talha, e unidos ao coro, um de cada lado. Os francezes os despedaçaram em 20 de março de 1809, mas fôram concertados, apenas se retiraram de Portugal aquelles invasores. Tem tambem dois bellos pulpitos, adornados das tres virtudes theologaes. As paredes interiores da egreja estão revestidas de bons azulejos, e a abobada é apainelada, contendo cada quadro uma pintura a oleo, e todos a figuração da ladainha. No octogono ha dois altares: o do Santissimo e o do Sant'Anna. A fachada da egreja é ladeada por duas elegantes torres, com os seus competentes sinos. Da egreja até ao topo da collina, ha um amplo *escadorio*, ladeado por 8 bonitas capellinhas, no gosto das do Santuario do Bom Jesus do Monte. Em 26 de agosto de 1875 inaugurou-se a estrada da Povoa de Lanhoso ao logar do Santuario da Senhora do Porto d'Ave Foi um dia de grande regosijo para os povos d'estas terras.

Porto de Aviz de Cima. Pov. na freg. da Conversão de S. Paulo, de Pavia, conc. de Móra, distr. de Evora.

Porto de Baixo. Pov. na freg. de S. Martinho, de Salreu, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro.

Porto da Balsa. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Fajão, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Porto Barroso. Pov. na freg. de Santa Margarida da Coutada, conc. de Constancia, distr. de Santarem.

Porto da Beira. V. *Pungue*.

Porto Bom. Povoações nas freguezias: S. Martinho, do Crato, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Gondim, conc. da Maia, distr. do Porto.

Porto de Bouças. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Lara, conc. de Mousão, distr. de Vianna do Castello.

Porto de Bouga. Pov. na freg. de S. João Baptista, do Alegrete, conc. e distr. de Portalegre.

Porto de Bouro. Pov. na freg. do Salvador, de Ribas, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Porto Brandão (*Thomaz da Silva Brandão, 1.º conde de*). Fidalgo cavalleiro, commendador da ordem de Christo, gran-cruz da de Izabel a Catholica de Hespanha. N. em Villa Nova de Gaia a 28 de julho de 1809, fal. em S. João da Foz, do Porto, a 10 de setembro de 1885. Era filho de João Thiago Brandão, cirurgião dos Voluntarios Realistas, na cidade do Porto, e professor, mais tarde, n'uma das cadeiras da Escola Medico-Cirurgica da mesma cidade; e de sua mulher, D. Francisca Candida da Silva. Seguindo a carreira commercial, entrou no escriptorio de seu tio, Guilherme Pereira da Silva, e depois estabeleceu-se como corretor de vinhos e de letras de cambio. Esteve no Brazil e casou a 30 de dezembro de 1868 com sua prima e tia por afinidade, D. Maria Thereza dos Prazeres Porto Brandão, já viuva de seu primo Vicente Pereira da Silva, a qual falleceu em 26 de novembro de 1881, sendo filha de Vicente Pereira da Silva e de sua mulher D. Maria José da Conceição e Silva. Depois da *kermesse* realisada na Tapada d'Ajuda em maio de 1884, em beneficio da instituição das créches, em que fez generosos e valiosos donativos, foi agraciado com o titulo de conde de Porto Brandão, por decreto de 14 de junho seguinte. O illustre titular foi director da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, e pertenceu a outras collectividades, em que sempre se evidenciou o seu caracter caritativo. Tendo enviuvado, passou a segundas nupcias em 2 de agosto de 1885 com D. Maria del Pilar Dusmet Bregaro, neta dos marquezes de Dusmet e irmã da marqueza de Clara Monte. Esta senhora era já duas vezes

viuva, quando casou com o conde de Porto Brandão, sendo o seu primeiro marido o banqueiro Romero, de Londres; e o segundo João Maria Bregaro, irmão de D. Carolina Bregaro, casada com Rodrigo Delphim Pereira, e mãe da segunda condessa do Seisal.

Porto Brandão. Pov. na freg. de N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa. Está situada n'uma baixa, entre uns montes, a uns 500 m. ao E do sitio onde existiu a torre de S. Sebastião, conhecida pela *Torre Velha*, hoje occupado pelo edificio do Lazareto. A pov. é pequena, de fórma oblonga, ficando lhe ao centro, ao S, a antiga capella da Senhora do Bom Successo, e ao N um terreiro, onde se constroem algumas embarcações miudas. Em 1876 existia aqui uma fabrica de tijolo, no local onde se construira no tempo de D. João III, um fortim. A imagem da Senhora do Bom Successo era de muita devoção para o povo d'esta aldeia e das immediações. A capella foi feita no seculo XVI á custa dos habitantes de Porto Brandão. D. Pedro V, que tinha particular devoção pela imagem, deu-lhe um bom altar de talha dourada, uma lampada de prata e dois ricos tocheiros. Proximo ao logar ha uma nascente de aguas mineraes, denominada *Fonte Santa*, a qual foi reconstruida pela camara municipal d'Almada no fim do anno de 1874. A uns 500 m. ao O de Porto Brandão, mandou D. João II, pelos annos de 1490, construir uma fortaleza, a que se deu o nome de *Castello de Porto Brandão*. El-rei D. Sebastião a reedificou em 1570, dando-lhe o nome de *Torre de S. Sebastião de Caparica*, mas o nome por que se tornou geralmente conhecida em nossos dias, emquanto existiu, era, conforme dissémos, *Torre Velha*. Foi n'esta fortaleza que se instituiu o antigo Lazareto, que estava em pessimas condições, pelos insalubres e escuros quartos em que se alojavam os quarentenarios, e pela grande falta de commodidades. Ali se conservou alguns annos, até que o governo attendendo ás repetidas queixas dos quarentenarios, se resolveu a construir um novo Lazareto. Fôram encarregadas pessoas competentes para escolherem um sitio mais apropriado á construcção do novo edificio, e sendo escolhido o monte sobranceiro ao velho castello, principiaram as obras em 1867, e no anno de 1869 já para ali se transferiram os quarentenarios. Para as obras se demoliu então a velha Torre, e das antigas fortificações apenas restavam alguns panos de muralha, ao lume d'agua, e o seu ambito foi occupado depois pelos armazens e outras officinas do Lazareto. V. *este nome*.

Porto Brejo. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr de Aveiro.

Porto da Carne. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda; 81 fog. e 336 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Dista 8 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades da margem direita do rio Mondego, na estrada da Guarda a Celorico da Beira. Pertence á 2.ª div. mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Porto Carneiros. Pov. do conc. de Lagôa, ilha de S. Miguel, Açôres, bisp. de Angra do Heroismo. Cria gado, produz laranjas e vinho.

Porto Carreiro. Appellido nobre em Portugal, tomado da antiga villa de Porto Carreiro, e que pertence hoje a Villa Boa de Quires, e concelho de Marco de Canavezes, districto do Porto. Era ali o solar da familia d'este appellido, na quinta da *Torre* e *Paço*. As armas são: escudo escaquetado de ouro e azul, de quatro peças em faxa e quatro em pala; timbre, meio cavallo, de ouro, com cabeçada e redeas azues. As pessoas d'este appellido que fôram para Castella, usam as mesmas armas com pequena alteração.

Porto Carreiro (*P. Antonio Martins*) Presbytero secular. N. em Lisboa a 8 de agosto de 1593, ignora-se a data do fallecimento. Tendo acompanhado seus paes para a India, em creança, tomou ordens religiosas em Gôa, e foi mestre de Philosophia, e depois de Theologia, na Universidade, que o bispo D. André de Santa Maria fundou em Cochim. Voltando a Portugal depois da morte d'aquelle prelado, naufragou perto de Bordéos, e salvando-se a custo, foi para Paris, em cuja Universidade tomou o grau de doutor em Theologia, e chegando finalmente á patria, foi prior da egreja de Azambuja até 1656. Deixou manuscriptos muitos tratados em latim e em portuguez sobre varios assumptos de religião e de moral, e a *Vida do bispo D. Fr. André de Santa Maria*.

Porto Carreiro (*João Cardoso da Cunha Araujo e Castro Porto Carreiro, 1.º visconde de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, juiz do Supremo Tribunal de Justiça, ministro de Estado, cavalleiro da ordem de Christo, commendador da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. N. na quinta de Gaçamar, freguezia de Sandim, concelho da Feira, a 20 de outubro de 1792, fal. a 14 de janeiro de 1864. Era filho de João Bernardo Cardoso da Costa, desembargador da Relação do Porto, que morreu no Porto, victima da invasão franceza a 20 de março de 1809, e de D. Jeronyma Delfina da Cunha Porto Carreiro. Sendo estudante em Coimbra, alistou se no batalhão academico em 1807, e tomou parte nas campanhas do Vouga; voltando á Universidade, depois de terminada a Guerra Peninsular, concluiu o curso de Direito, fez leitura no Desembargo do Paço em 1815; e foi nomeado juiz de fóra do civel de Santarem. Em 1820 foi nomeado corregedor de Vizeu, e sendo encarregado da direcção superior da policia em toda a Beira Alta, limpou toda aquella provincia de salteadores, e prestou bons serviços que o ministro da justiça lhe agradeceu, e ao mesmo tempo redigiu uma *Memoria economico-estatistica com um mappa chorographico da villa e termo de Santarem*, a qual offereceu ás côrtes. Sendo bem conhecidos os seus sentimentos liberaes, foi demittido em 1823 apenas caiu o governo constitucional, e retirando-se para a sua casa no Porto, esteve desempregado até 1826, em que foi nomeado corregedor d'essa cidade; no exercicio d'esse cargo permaneceu até que no anno seguinte foi transferido para Braga, quando depois das manifestações feitas, por occasião do general Saldanha ser demittido de ministro da guerra, o governo mudou todas as autoridades do Porto. Exonerado apenas o infante D. Miguel tomou conta do governo do reino, Porto Carreiro dirigiu-se por caminhos escusos ao Porto, e achando ahi já acclamado o infante seguiu para a Foz, onde vivia escondido es-

perando meio de emigrar para o Brazil, quando rebentou a revolução de 16 de maio e foi pela junta escolhido para corregedor da cidade. Tratou activamente de apromptar transportes para o exercito, cuidou zelosamente da arrecadação dos dinheiros da fazenda, conseguindo que em poucos dias entrassem uo cofre da commissão do thesouro quantias importantes, e acompanhando a divisão liberal emigrou para Inglaterra, passando d'ali á Belgica, e mais tarde á ilha Terceira. Sendo nomeado em 1831 juiz da Relação dos Açôres, foi transferido em março de 1833 para a do Porto, mas não chegou a exercer este ultimo cargo, porque passou para a relação commercial de Lisboa, onde entrou em janeiro de 1843 e da qual foi presidente, succedendo n'este logar ao celebre Ferreira Borges. Deu grande impulso á creação das camaras dos corretores e á publicação de importantes regulamentos para a praça do commercio, e em novembro de 1836 passou para o Supremo Tribunal de Justiça. Em 1838 foi eleito senador pelos circulos do Porto e de Bragança, e em 18 de abril de 1839 tomou parte no ministerio com a pasta da justiça e negocios ecclesiasticos no gabinete formado pelo barão da Ribeira de Sabroza, apezar do pouco tempo que esse ministerio esteve no poder, porque caiu logo em 26 de novembro d'esse anno, o juiz Porto Carreiro deixou o seu nome ligado a algumas providencias acertadas, como a iustituição das visitas ás cadeias para se conhecer a marcha dos processos e evitar abusos, e a algumas medidas que tomou para obstar ao progresso do schisma. Esteve depois largos annos afastado da politica, e sendo eleito deputado em algumas legislaturas, foi nomeado par do reino em 30 de dezembro de 1862. A mercê do titulo de visconde foi-lhe concedida em duas vidas, por decreto de 18 de agosto de 1855. Casou a 2 de outubro de 1844 com sua prima D. Helena Cardoso de Faria e Maia, filha de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, doutor em Direito e desembargador effectivo da Casa da Supplicação, e de sua mulher D. Helena Victoria Machado de Faria e Maia.

Porto Carreiro *(João da Cunha Cardoso Osorio Ferraz e Castro de Porto Carreiro, 2.º visconde de)*. Par do reino, por successão de seu pae, tomando posse na respectiva camara a 9 de fevereiro de 1872; habilitado com o curso superior de letras. N. a 4 de julho de 1846, sendo filho do 1.º visconde de Porto Carreiro, João Cardoso da Cunha Araujo e Castro Porto Carreiro, e de sua mulher, D. Helena Cardoso de Faria e Maia. Recebeu o titulo, como verificação da 2.ª vida concedida no de seu pae, por decreto de 10 de junho de 1867. E' actual visconde de Porto Carreiro, o sr. D. João da Cunha Cardoso Coutinho Osorio d'Alarcão e Porto Carreiro.

Porto Carreiro *(Raymundo Viegas)*. Celebre fidalgo do seculo XIII, que no tempo das guerras de D. Sancho II e D. Affouso III, tomou o partido d'este ultimo monarcha, e teve a audacia de ir raptar a Coimbra, em 1246, á frente d'alguns homens d'armas, a rainha D. Mecia Lopes de Haro e de a encerrar no castello de Ourem. E' verdade que os historiadores suppõem que a propria rainha foi cumplice d'este rapto.

Porto Carreiro. Antiga villa e couto, já ha muito extinctos, na freg. de Santo André, de Villa Boa de Quires, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, no dia 1.º de setembro de 1513. || Povoações nas freguezias: S. Paio, de Carvalhal, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Fiães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello, || S. Martinho. de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Matheus, de Grimancellos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, de Ossella, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Porto de Carro. Povoações nas freguezias: S. Martinho de Gandara, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Estoy, conc. e distr. de Faro. || N. S.ª da Purificação, de Freixianda, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || N. S.ª da Luz, de Maceira, conc. e distr. de Leiria. || S. Miguel e conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Porto de Carros. Pov. na freg. de S. Martinho, de Murtede, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Porto Carvalhal. Pov. na freg. de S. Pedro, de Alhadas, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Porto Carvalho. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Ferreira a Nova, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Porto Carvalhoso. Pov. na freg. de Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Porto Casal. Pov. na freg. de S. Pedro, de Athaide, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Porto do Castanheiro. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Souto, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Izabel, de Teixeira, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Porto dos Cavalleiros. Pov. na freg. de Santa Maria, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Porto da Cepa. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Carvide, conc. e distr. de Leiria.

Porto Cerdeira. Pov. na freg. do Salvador, de Cabreiro, conc. de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Porto Chão. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

Porto das Cigarras. Porto da ilha do Porto Santo, no archipelago da Madeira. Está situado na costa E. Pouco ao S, desagua a ribeira da Serra de Dentro.

Porto Coelheiro. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Porto do Corvo. Porto da ilha do Fogo, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. E' um dos principaes da ilha.

Porto Cova. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Sistello, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Porto das Covas. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Porto Côvo. Pov. na freg. do Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Porto Côvo da Bandeira *(Alberto Julio da Costa Lobo Bandeira, 3.º conde de)*. Filho natural legitimado de José Bernardino da Costa Lobo Bandeira. Seu pae nasceu em Arcos de Valle de-Vez, em 1814, e foi herdeiro da importante casa de Porto Côvo da Bandeira, por legado que

deixou a elle e a seu irmão, Felix Bernardino da Costa Lobo Bandeira, seu primo o 1.º conde d'es te titulo José Bernardino teve a propriedade e Felix Bernardino o usofructo e o titulo (V. o *artigo seguinte)*. O 3.º conde de Porto Côvo de Bandeira herdou o titulo, como renovação no de seu tio, pelo decreto de 31 de março de 1887.

Porto Côvo da Bandeira (*Felix Bernardino da Costa Lobo Bandeira, 2.º visconde e 2.º conde de*). Commendador da ordem de Christo, par do reino, bacharel formado em Direito pela Univer sidade de Coimbra, delegado do procurador regio. N. em 5 de maio de 1816, e fal. a 12 d'abril de 1883. Era filho de Felix Francisco da Rocha Lobo e de sua mulher D. Maria Rosa da Costa Lima. Foi herdeiro de seu primo, o 1.º visconde e 1.º conde de Porto Côvo do Baudeira, tanto nos titulos, como no usofructo da sua fortuna, sendo a propriedade legada a seu irmão José Bernardi no da Costa Lobo Bandeira, (V. o *artigo antece dente)*. O decreto de 2.º visconde, em verificação de vida, tem a data de 28 de abril de 1858, e o de conde, 9 do maio de 1878 O conde de Porto Côvo da Bandeira casou por escriptura anti nu pcial de 21 de maio de 1873 com D. Luciana Maria de Oliveira Croft de Moura, filha do 1.º vis conde da Graça, Jorge Croft, e de sua mulher D. Maria Luciana de Oliveira. Esta senhora já era viuva de Manuel de Moura Valdez, fidalgo da Casa Real e capitão de cavallaria, com quem casa ra a 19 de fevereiro de 1858, o qual fallecera em 15 de dezembro de 1863. O 2.º conde de Porto Côvo da Bandeira não teve successão, sondo her deiro do titulo seu sobrinho, que foi o 3.º conde, conforme dissémos.

Porto Côvo da Bandeira (*Jacinto Fernandes Bandeira, 1.º barão de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, deputado, inspector da Junta do Com mercio, alcaide-mór de Villa Nova de Mil Fontes, conselheiro da Real Fazenda, etc N. em Vianna do Castello, na rua da *Bandeira*, nome que accrescentou ao seu appellido de *Fernandes*, em 28 d'abril de 1745, fal. a 20 de maio de 1806. Era filho de Luiz Fernandes, artista, e de sua mulher D. Domingas Antunes. Jacinto Fernan des Bandeira veiu para Lisboa muito novo praticar o commercio, e quando contava apenas 23 annos de edade já era considerado como *homem de negocio*, e n'essa qualidade requereu em 1768 carta de familiar do Sauto Officio. Morava então em casa do capitão de navios Domingos Dias da Silva. A sua pretenção foi deferida, recebendo a referida carta em 10 de fevereiro de 1769. Em 1774 obteve o habito da ordem de Christo; em 1702 teve o officio de escrivão perante o Desem bargo do Paço, e n'esse mesmo anno foi nomea do deputado e inspector da Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação, assim como director da Companhia do Pernambuco o Parahyba; em 31 de maio de 1794 recebeu a mercê de fidalgo cavalleiro da Casa Real, em cujo decreto se lia o seguinte: «Os fundamentos com que Sua Majestade foi servida despachar a Jacinto Fer nandes Baudeira, actual Deputado da Real Junta do Commercio, são os seguintes: por haver sido empregado em muitas importantes commissões do Real serviço, de que deu conta com muita honra e desinteresse; ter gratuitamente offere cido os seus dois navios, denominados *Santos Martyres e Santo Antonio Olinda*, promptos e equipados á sua custa, para levarem, como levaram, tropas portuguezas á bahia e porto de Rosas, e haver principiado uma povoação no sitio do porto *Côvo*, de que póde resultar muita utilidade ao commercio e transportes da provincia *d'Alemtejo*, cuja povoação se obrigou a concluir na conformidade do mappa, que apresentou. Em remune ração de todo o referido, e por querer com esta graça honrar os grossos negociantes, que empregam os seus cabedaes em utilidade do Estado, houve por bem fazer-lhe mercê do foro de Fi dalgo da sua casa, com moradia ordinaria, etc.» Em 24 de janeiro de 1795 foi nomeado commis sario da marinha, com a seguinte nomeação muito honrosa: «O Principe Nosso Senhor, attendendo ao distincto serviço que Jacinto Fernandes Bandeira lhe tem feito, facilitando os meios mais adequados para o Arsenal da Marinha ser provido com a maior economia possivel dos generos e effeitos de que precisa, adeantando os seus cabedaes para a compra dos ditos generos nas primei ras mãos pela modica commissão de tres por cento, mostrando n'esta incumbencia o zelo com que tão desinteressadamente se emprega no Real Serviço; e para que com mais satisfação possa continuar com a mesma assiduidade e diligencia a procurar tudo o que puder concorrer, para que os Reaes Armazens da Marinha sejam fornecidos com a possivel commodidade e barateza, e com os generos de melhor qualidade; foi servido nomea lo Commissario da Marinha para o fornecimento dos ditos armazens; e esta Real ordem foi communicada ao Intendente dos mesmos por um aviso do excellentissimo Martinho de Mello e Castro, Ministro e Secretario de Estado da Marinha, e Dominios Ultramarinos, etc.» Em 13 de junho de 1796 foi agraciado para ter o direito de usar da denominação de *Senhor do Porto Côvo* e da commenda do *Forno do Paço do Conselho*, na ordem de S. Thiago em sua vida Em 14 de novembro de 1802 teve a mercê da alcaidaria-mór de Villa Nova de Mil Fontes, om duas vidas, ten do pouco antes o titulo de conselheiro da Real Fazenda. Por decreto de 15 de agosto de 1805, foi agraciado com o titulo de barão, em duas vi das. Teve o encargo de varias commissões e empregos, como: thesoureiro da mesa da Santa Casa da Misericordia; provedor da Real Companhia de Fiação o Tecidos de Seda, etc. Falleceu solteiro, legando uma fortuna colossal a seu sobrinho Jacinto Fernandes da Costa Bandeira, filho de sua irmã D. Maria Josepha Christina Bandeira, casada com João da Costa, proprietario em Vianna do Castello. Jacinto Fernandes da Costa Bandeira nasceu em 1777, herdou a colossal herança de seu tio materno, como fica dito, continuou com a sua grande casa commercial, que tinha avultados cabedaes espalhados em diversas praças da Europa, tendo egualmente grandes associações, di versos contratos e muitas contas com os commer ciantes das referidas praças. Não quiz succeder á segunda vida do titulo de barão a seu tio, mas succedeu-lhe em tudo o mais, e por isso foi o 2.º senhor de Porto Côvo, alcaide-mór de Villa Nova de Mil Fontes, commendador da ordem de Christo, e no emprestimo forçado decretado por Junot no dia 3 de dezembro de 1807, subscreveu com 32:000$000 réis. Falleceu solteiro e sem descen dentes a 3 de dezembro de 1810, legando toda a sua casa a seu irmão Joaquim da Costa Bandeira,

que foi o 2.º barão, 1.º visconde e 1.º conde de Porto Côvo de Bandeira. V. *o artigo seguinte.*

Porto Côvo da Bandeira (*Joaquim da Costa Bandeira 2.º barão, 1.º visconde e 1.º conde de*). Fidalgo cavalleiro, conselheiro, commendador da ordem de Christo e senhor do Porto Côvo, deputado da Junta dos Reaes Emprestimos, em 26 de julho de 1833, par do reino, conselheiro, presidente da direcção do Banco de Lisboa desde a sua fundação, etc. N. a 11 de dezembro de 1786, falleceu em 24 de dezembro de 1853. Era filho de João da Costa, proprietario em Vianna do Castello, e de sua mulher D. Maria Josepha Christina Bandeira; sobrinho do 1.º barão do Porto Côvo de Bandeira. Herdou a grande casa de seu irmão a 3 de dezembro de 1818 e continuou com o importantissimo movimento commercial, conseguindo pelo seu bom caracter e tino administrativo sustentar os bons creditos da casa, e augmentar ainda mais a sua fortuna. Joaquim da Costa Bandeira, assim como seu tio, tinha predilecção pelas distincções nobiliarchicas, e por isso, tratou de obter carta de brazão d'armas, o que lhe foi concedido em 6 de abril de 1821. Este brazão é um escudo, tendo em campo vermelho uma bandeira de ouro franjada de prata, com um leão d'azul armado de sanguinho, e a bandeira enfiada em haste de ouro, tendo os ferros de sua côr. Requereu a concessão de se encartar na segunda vida do titulo de barão com que seu tio fôra agraciado, o que tambem alcançou pelo decreto de 26 de fevereiro de 1822. Em 3 de janeiro de 1823 teve a mercê de fidalgo cavalleiro; foi nomeado em 27 de setembro de 1824 presidente da commissão para os soccorros aos emigrados do Brazil. Por decreto de 23 de julho de 1827, de que se passou carta no dia 30 do mesmo mez e anno, foi agraciado com a carta de conselheiro. Foi presidente da commissão para dar auxilios a estabelecimentos de caridade; membro da commissão do Thesouro Publico, em 26 de julho de 1833; par do reino em 1835; membro da commissão creada para tomar conhecimento do estado da divida externa consolidada. Por decreto de 19 de janeiro de 1825, foi agraciado por el-rei D. João VI com o titulo de visconde, em duas vidas, e em 17 de janeiro de 1826 fôram-lhe concedidas as honras de exercicio no Paço. Por decreto de 15 de setembro de 1843 foi elevado ao titulo de conde.

Porto de Covões. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Covões, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Porto da Cruz. Pov. e freg. de N. S.ª de Guadalupe, da ilha da Madeira, conc. de Santa Cruz, distr. e bisp. do Funchal; 694 fog. e 3:524 hab. Dista 15 k. da séde do conc. Tem est. post. e telegr., escolas d'ambos os sexos, fabricas de distillação de aguardente, medicos, juiz de paz, etc. Pequeno porto situado a E da ponta do Garajáo, entre o Porto Novo e o de Maxico. Pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.º 27, com a séde no Funchal. || Territorio do conc. de Bolama, na prov. da Guiné, Africa Occidental. Fica na margem direita do rio Grande de Guinala ou de Biguba, e ali tiveram os portuguezes uma feitoria de muita importancia que suplantava Cacheu em opulencia e trafico commercial. Este territorio foi desamparado depois de 1640.

Porto do Curralinho. Bahia situada na costa S E da ilha da Boa-Vista, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. E' um fundeadouro de 11 a 13 m. de fundo, bom, limpo e seguro no tempo das brisas, e mau e perigoso no tempo das aguas. Não tem logar habitado nem commercio, e por isso é pouco frequentada por navios. Tambem é chamada *Porto Portuguez.*

Porto Dinheiro. Pov. junto do Oceano, séde d'um posto fiscal dependente da secção de Peniche.

Porto Domingo. Pov. da freg. de N. S.ª da Victoria, 8.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Porto da Egreja. Pov. na freg. de S. Vicente de Pereira Jusã, conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

Porto d'El Rei. Aldeia na prov. de Estremadura, perto de Alcacer do Sal. Aqui se juntam os rios *Damine, Xarrama e Sado*, perdendo os dois primeiros o nome e prevalecendo só o terceiro. D'aqui para baixo, é o rio Sado, navegavel até á sua foz, em Setubal.

Porto da Espada. Pov. na freg. do Salvador, de Aramenha, conc. de Marvão distr. de Portalegre. Tem correio com serviço de posta rural.

Porto Espinheiro. Pov. na freg de N. S.ª d'Assumpção, de Tentugal, conc. de Montemór-o Velho, distr. de Coimbra.

Porto das Esteveanas. Pov. na freg. S. Matheus, de Alvâres, conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Porto Ferreiro. Pov. na freg. de Santa Maria, de Pinheiro, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Porto da Figueira. Pov. na freg. de S. Thiago, de Marrazes, conc. e distr. de Leiria.

Porto da Fonte d'Areia. Porto situado na costa N O da ilha do Porto, archipelago da Madeira.

Porto Formoso (*Jacinto Fernandes Gil, 1.º visconde de*). Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo, par do reino e proprietario. N. a 3 de abril de 1823, e ha annos que falleceu. Era filho de Joaquim Fernandes Gil, negociante e proprietario em Lisboa, e de sua mulher D. Maria Izabel Gil. Casou em 1869 com D. Maria Izabel Alvares Cabral, filha de Joaquim Alvares Cabral e de sua mulher, D. Izabel Maria Rebello Raposo. Foi agraciado com o titulo de visconde do Porto Formoso, por decreto de 28 de janeiro de 1871. E' hoje 2.º visconde d'este titulo, seu filho, que tem egual nome, nascido em 1 de setembro de 1871, e que reside em Porto Formoso, ilha de S. Miguel, Açôres.

Porto Formoso. Pov. e freg. N. S.ª da Graça, da ilha de S. Miguel, conc. e com. de Ribeira Grande, distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo; 398 fog. e 1604 hab. Está situada ao fundo da enseada de Porto Formoso, em terreno plano, a 10 k. ao E da villa de Ribeira Grande. E' sua dependencia a pov. de Gorriana. Produz milho e trigo, cria gado e tem boa pesca. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res n.º 26, com a séde em Ponta Delgada. || Porto, ou pequena enseada situada na costa N da ilha de S. Miguel, Açôres, O S O e a cêrca de 13 k da ponta de Ajudá. E' apenas para peque-

nas embarcações. Ao fundo d'ella fica a pov. do mesmo nome, acima citada.

Porto da Foz-Dão. Pov. na freg. S. Martinho, de Ovôa, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu.

Porto dos Frades. Porto situado na costa E da ilha do Porto Santo, no archipelago da Madeira. Pouco ao S vae desaguar ali a Ribeira dos Frades.

Porto Fundeiro. Pov. na freg. de S. Paulo, de Maçãs de D. Maria conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Porto Fundo. Porto da ilha de S. Thiago, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. E' um dos mais importantes da ilha.

Porto dos Fuzos Pov. na freg. de S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. de Certã, distr. de Castello Branco.

Porto Godinho. Povoações nas freguezias. N. S.ª do O', de Paião, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Graça, de Vinha da Rainha, conc. de Soure, do mesmo districto.

Porto Grande. Porto da ilha do S. Vicente, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. E' vasto e majestoso, abrigado e seguro em quasi todo o tempo, e é não só o melhor de todo o archipelago, como tambem um dos melhores das possessões portuguezas. Está situado na costa NO da ilha, aberto ao N, tendo n'esta direcção e á entrada o ilheu dos Passaros, em fórma de espiral, com 83 m. d'altura. A bacia do porto tem 5 k. de boca e é tão vasta, que n'ella pódem surgir 200 navios de todas as touelagens, em bom fundo limpo d'areia e cascalho, desde 4 até 9 m., abrigados de todos os ventos, dos do N pelas altas serras da ilha de Santo Antão, que protegem a boca da bahia á distancia de 15 k, e de todos os outros pelas proprias montanhas da ilha de S. Vicente. O Porto Grande, que banha a cidade do Mindello, unica povoação da ilha de S. Vicente, tem visto crescer dia a dia a sua importancia, não só pelas excellentes condições do seu ancoradouro, como ainda pela sua magnifica situação geographica. Porto da escala para toda a navegação a vapor que liga a Europa, a America do Sul e a Africa Occidental, a ella aportam de continuo vapores de todas as nacionalidades, que teem ali uma estação do cabo submarino para poderem communicar rapidamente com a Europa e com a America. Aproveitando tão excellentes condições, estabeleceram-se no Porto Grande importantes depositos de carvão, de que os vapores se utilisam, e, como consequencia forçada d'estes fornecimentos, é o porto tambem frequentado por um grande numero de navios de vela carregados de combustivel para abastecimentos dos depositos, o que tudo torna deveras consideravel o seu movimento. Com a importancia crescente do porto, tem tambem crescido a da cidade do Mindello.

Porto de Ilhavo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Nariz, conc. e distr. de Aveiro.

Porto Inglez. Porto na ilha do Maio, archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situado na costa SO, é o principal da ilha, e muito frequentado por navios de todas as nações, que vão ali carregar sal. E' uma enseada de capacidade regular, ao longo d'uma rocha negra perpendicular de cêrca de 19 m. d'altura, onde se fundeia á vontade em 11 m. de fundo de areia, muito abrigada dos ventos do N e segura no tempo das brisas, mas muito perigosa no tempo das aguas. Freguezia de N S.ª da Luz, de Porto Inglez, na ilha do Maio, conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental; 455 fog. e 1:916 hab. Está edificada no alto d'uma rocha, ao fundo da enseada do Porto Inglez. Commercio e transporte do sal proveniente das salinas ou maretas artificiaes, e da grande salina natural da ilha. Esta freg. tomou o nome de Porto Inglez, pelo facto de até começos do seculo XVIII os inglezes haverem usurpado do tal fórma os direitos á ilha do Maio e á sua salina natural, que Portugal parecia não ter ali auctoridade nenhuma. Os inglezes allegavam que a ilha lhe pertencia por haver sido dada em dote com Bombaim á princeza D. Catharina, quando casou com o rei Carlos II de Inglaterra, e só depois de 1771 é que terminou este estado de cousas, armando-se os habitantes e artilhando o forte do Porto Inglez, o que fez entrar na ordem os usurpadores. Esta freguezia, que tambem é conhecida por *Porto do Maio*, é designada no *Annuario estatistico dos dominios portuguezes* de 1899 e 1900, pelo nome do seu orago—*Nossa Senhora da Luz* (V. *Maio (ilha do)*, *Portugal*, vol IV, pag. *171*). || Porto da ilha da Boavista, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. V. *Sal Rei*.

Porto Izabel. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, na ilha do Maio, conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Porto Judeu. Pov. e freg. de Santo Antonio, da ilha Terceira, conc., com., distr. e bisp. de Angra do Heroismo; 440 fog. e 1:757 hab. Está situada na costa S, á beira-mar, cêrca de 10 k. a E da cidade de Angra do Heroismo, em terreno pouco elevado. Depende d'ella a pov. da Feira. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post, boa pesca e produz cereaes, legumes e vinho. A pov. pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.° 25, com a séde em Angra do Heroismo.

Porto dos Judeus. Pov. na freg. de Santa Eufemia e conc. de Penella, do distr. de Coimbra.

Porto Junco. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Monte Rodondo, conc. e distr. de Leiria.

Porto Labozo. Pov. na freg. de Santa Maria, de Vallega, conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

Porto da Lage. Povoações nas freguezias: Santa Maria Magdalena, de Cem Soldos, conc. de Thomar, distr. de Santarem. Tem caixa post. || N S.ª da Conceição e conc. de Villa Nova de Portimão, distr. de Faro.

Porto de Lamas. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Ferreira a Nova, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Porto Lameiro. Pov. na freg. de S. Mamede, de Matta Moirisca, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Porto Largo. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc de Monchique, distr. de Faro.

Porto de Lavos. Antiga denominação da villa e freg. de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Porto da Lenha. Enseada e ilha situada na margem direita do rio Zaire, Africa Occidental, a 50 k. da foz. Tem geralmente 13 m. de profun

didade e na sua margem ha varias feitorias. Ponta da Lenha ou Porto da Lenha, é uma ilha proximo da margem direita do Zaire, situada n'uma das partes mais estreitas do rio, e onde a sua corrente é bastante impetuosa. Serve de ponto de escala a quasi todos os navios que sobem ou descem o rio. A ilha é toda coberta de vegetação frondosa e secular, d'onde lhe vem o nome, segundo a opinião geral, porque é conhecida. Foi um porto bastante importante para embarque de escravos; mais tarde esse trafico terminou, conservando, não obstante, a sua importancia em virtude do commercio que depois se desenvolveu com a exportação de productos indigenas.

Porto Liceia. Pov. na freg de S. Pedro, de Alhadas, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Porto Limo. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Cambas, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Porto de Linhares. Pov. na freg. de Santa Eufemia, de Coz, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Porto do Lobo. Pov. na freg. de S Vicente, de Sangalhos, conc. de Anadia, distr. de Aveiro || Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Porto Longo. Pov. na freg. de Nossa S.ª da Piedade, de Monte Redondo, conc. e distr. de Leiria.

Porto do Lucalia. Pov. do distr. de Loanda, Africa Occidental.

Porto Luzio. Pov. na freg. de Santa Suzana, de Carapinheira, conc. de Montemór o-Velho, distr. de Coimbra.

Porto de Mação. Pov. na freg. de S. Thiago e S. Matheus e conc. de Sardoal, distr. de Santarem.

Porto Madeira. Pov. na freg. de S. Thiago, no conc da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Porto Madeira Abaixo. Pov. da freg. de S. Thiago no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Porto de Maio. V. *Porto Inglez*.

Porto Maior. Pov. na freg. do Salvador, de Valdreu, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Porto Manso. Aldeia, na prov. do Douro, na freg. de Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto. Está situada sobre a margem direita do rio Douro. Foi por estes sitios, que em 18 de novembro de 1846, houve um tiroteio entre guerrilhas miguelistas de Macdonell e as forças do marquez de Sá da Bandeira, que retiravam para o Porto, pelo rio, depois da revolta de Valpaços.

Porto Mar. Pov na freg. de S. Thomé e conc de Mira, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural.

Porto das Marinhas. Porto situado na costa O da ilha do Porto Santo, archipelago da Madeira.

Porto Martim. Pov. do conc. da Praia da Victoria, no distr. e bisp. de Angra do Heroismo, ilha Terceira, Açôres. Está situada a NE da pov. de Cabo da Praia. Tem ermida de N. S.ª do Rosario. Produz cereaes, legumes e pesca.

Porto Martinho. Pov. na freg. de S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Porto Martins. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Cabo da Praia, conc. da Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo, Açôres.

Porto Mau. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Varzea, conc. e distr. de Santarem.

Porto Meão. Pov. na freg. de S Julião, de Taboaças, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Porto Meeiro. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Seixo de Gatões, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Porto do Mendo. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Cem Soldos, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Porto Mesquita. Pov. séde d'um posto fiscal dependente da secção de Alcoutim.

Porto das Mestras. Pov. na freg. de S. Torquato, de Matto, conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Porto da Moita. Pov. na freg. de S. Miguel e conc de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

Porto Moniz. Villa da ilha da Madeira; séde de conc., com. de S. Vicente, distr. e bisp. do Funchal, Tem uma só freg., cujo orago é N. S.ª da Conceição. Está situada na costa N da ilha, e tem um porto que, embora desabrigado dos ventos de NO, é dos rarissimos abrigos que offerece aquella costa. Levanta-se n'uma planicie, na base de montes alcantilados, e é uma das povoações mais importantes de toda a costa. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr., medicos, subdelegado de saude, fabricas de manteiga e de distillação e esmagamento de canna dôce; carreiras de vapôres costeiros do Funchal. Produz generos agricolas. O conc. compõe-se 4 freguezias, com 984 fog. e 4:187 hab, sendo 1:965 do sexo masc. e 2:222 do fem. As freguezias são: N. S.ª do Livramento, de Achadas da Cruz, 341 hab.: 161 do sexo masc. e 180 do fem; N. S.ª da Conceição, de Porto Moniz, 2:139 hab: 986 do sexo masc. e 1:153 do fem.; N. S.ª da Encarnação, de Ribeira da Janella, 624 hab.: 259 do sexo masc. e 365 do fem.; Santo Antão, de Seixal, 1:083 hab.: 559 do sexo masc. e 524 do fem. O principal commercio de todo o concelho é vinhos, gados, batata, cereaes, legumes, manteiga, casca de faia para curtir coiros, e canna d'assucar. Porto Moniz pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.º 27, com a séde no Funchal. Este conc. foi supprimido, sendo annexado parte ao da Calheta e parte ao de S. Vicente, por decreto de 18 de novembro de 1895; mas o decreto de 13 de janeiro de 1898 o restaurou, ficando com as mesmas freguezias que anteriormente o constituiam.

Porto Moirisco. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Castanheira, conc. e distr. da Guarda.

Porto do Moiro. Pov. na freg. de Santa Margarida do Sádão, conc. de Ferreira do Alemtejo, distr. de Beja.

Porto da Morena. Porto situado na costa SO da ilha do Porto Santo, archipelago da Madeira.

Porto dos Mosquitos. Pov. na freg. de S. João Baptista, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Porto de Moz (*Venancio Pinto do Rego Cesar Trigueiros, 1.º barão de*). Senhor dos morgados da Candeira e de Ribeira de Azoia, par do reino, conselheiro do Tribunal de Contas. N. a 23 de

julho de 1801, e já fallecido ha muitos annos. Casou a 5 de fevereiro de 1830 com D. Michaella Angelina da Guerra Pombo. O titulo de barão foi concedido por decreto de 12 de agosto de 1845.

Porto de Moz. Villa da prov. da Extremadura, séde de conc. e de com., distr. de Leiria e patriarc. de Lisboa. E' uma das povoações mais pittorescas e appraziveis da provincia. Está situada na encosta occidental da serra de Minde, correndo-lhe ao O os rios Lena e Alcaide, muito abundantes de peixe, de varias especies. Fica distante 17 k. da capital do districto. Tem actualmente duas freguezias, S. João Paptista e S. Pedro, mas no meado do seculo XVIII havia tambem a de Santa Maria, vulgarmente chamada *N. S.ª dos Murtinhos*, sendo o vigario apresentado pela mitra, o qual tinha de rendimento 60$000 reis. Na egreja de S. João Baptista era o prior apresentado pelo padroado real, o qual tinha 200$000 reis de rendimento; e na de S. Pedro, apresentava o prior a Casa de Bragança com o rendimento de 300$000 reis. Segundo a *Chorographia Portugueza*, de P. Antonio Carvalho da Costa, teve principio esta fundação n'uma fortaleza construida pelos arabes no seculo IX, mas suppõe-se com fundamento, que já ali existia uma povoação muito antiga, e pelo menos do tempo dos romanos. Na quinta de S. Paio, 10 k. ao N da villa, ha evidentes vestigios d'uma povoação de eras remotas, porque se tem descoberto, n'uma grande extensão de terrenos, muitos alicerces, solidamente construidos, grandes telhas, ossos petreficados, amphoras, etc. Achou-se tambem um cano de ferro, corroido pelo fogo, muita *bôrra* de ferro, e alguns montes de minerio do mesmo metal, que não chegou a ir ao forno, o que indica ter havido ali, em tempos remotos, uma importante fabrica de ferro. Ainda n'este conc. ha boas minas de ferro, carvão fossil, e varios metaes e metaloides. No *Valle Pequeno* e na *Pia do Bicho*, ha uma mina de ferro, da qual teve concessão provisoria em outubro de 1875, o negociante de Lisboa Arthur H. Ivens; em janeiro de 1876 fôram manifestadas 5 minas de carvão fossil, uma de ferro e outra de prata e cobre; em abril do mesmo anno se manifestou uma mina de prata e antimonio, carvão de pedra e outros metaes, situada no *Outeiro dos Fojos*, da freg. de S. João Baptista; em 7 de maio do mesmo anno, se manifestaram 2 minas de carvão de pedra, uma na *Volta da Calle*, outra no *Campo de Alvados*; em 12 do mesmo mez e anno, outra de carvão, na *Volta da Calle*, e no dia 22, outra de carvão, no *Campo de Alvados;* em 3 de junho seguinte, 2 de carvão, sendo uma no *Zambujal d'Alcaria*, e outra no *Lagoeiro*, tambem d'Alcaria. Em 6 d'esse mez e anno, 3 de carvão e ferro, uma na *Portella da Mendiga*, outra nas *Varzeas*, freg. de *Serro Ventoso*, e outra nos *Pragaes*, limites da *Mendiga*, manifestadas pelo referido negociante Ivens; em julho e agosto do mesmo anno de 1876, manifestaram-se mais: uma mina de ferro, 4 de carvão e ferro, e uma de prata, cobre, platina, e outros metaes; em outubro do mesmo anno fôram manifestadas uma mina de prata, antimonio, carvão de pedra e outros metaes, e outra de carvão de pedra; em março de 1877 appareceu outra mina de prata, e ainda outra de carvão de pedra; em abril do mesmo anno obteve o já mencionado negociante Ivens a concessão definitiva d'uma mina de carvão de pedra, no *Cabeço do Veado*. Desde a ribeira da quinta citada de S. Paio, até ao cimo do outeiro, onde está a eira, era tudo um vasto cemiterio com mais de 200 m. de comprimento e pouco menos de largura. N'aquellas sepulturas se encontraram ossadas, ou petreficadas, ou que se transformavam em pó ao contacto do ar. Na extremidade Sul d'estas ruinas appareceu grande quantidade de moedas de prata romanas, dos imperadores Marco Attilio Regulo, que foi consul em 496 da fundação de Roma, 257 annos antes de Christo, e de Fabio Maximo Serviliano, consul romano da Lusitania, 144 annos antes de Christo, um dos generaes romanos derrotados pelo grande Viriato. As moedas mais modernas são de Aureliano, que reinou desde 270 até 275, da era christã. A maior parte d'estas moedas fôram descobertas em 1855. Perto d'estas ruinas, n'um sitio chamado *Valle da Moita*, descobriu-se em 18 9 um forno de cal, com grande porção d'ella, carvão e cinzas, tudo subterrado. Proximo do Juncal, nos sitios das *Barreiras Caientas* e *Ribeiro do Andão*, n'uma extensão talvez de 1:800 m., ha manifestos vestigios d'uma antiquissima povoação. Tem aqui apparecido fragmentos de telha, tijolo, potes e outros vasos, tudo feito de barro vermelho, e instrumentos de ferro, completamente oxidados. Nas proximidades tem-se encontrado esqueletos e ossadas, em grande quantidade. As noticias mais positivas de Porto de Moz datam do seculo XII, de que existem memorias escriptas. Suppõe-se que a fortaleza, já mencionada, é que deu origem á villa, que se foi edificando em volta das muralhas. Submettida a peninsula ao jugo dos arabes em 716, Porto de Moz esteve no seu poder 432 annos, até 1148, em que D. Affonso Henriques, estando em Coimbra, resolveu tomar por surpreza o seu castello, que n'esse tempo era importantissimo, e seguro valhacoito dos moiros, que d'elle saíam frequentes vezes a roubar e devastar as povoações christãs. D. Affonso Henriques reuniu uma luzida hoste, e no citado anno de 1148, sem declarar a pessoa alguma o seu intento, saiu de Coimbra e foi para o castello de Leiria. Depois de dar descanço á sua gente, saiu de Leiria ao anoitecer, e chegou pelas 10 da noite á frente de Porto de Moz no meio do maior silencio, e depois do descanço de duas horas, deu repentinamente um assalto; achando a guarnição desprevenida facilmente se assenhoreou da praça, degolando ou captivando todos os moiros. Nomeou logo alcaide mór de Porto de Moz D. Fuas Roupinho, a quem entregou a fortaleza e uma sufficiente guarnição. A praça de Porto de Moz era de tanta importancia, e os moiros ficaram tão raivosos por a terem perdido, que o rei moiro da Extremadura hespanhola, Gamir, reuniu alguns emires e alcaides serracenos, e veiu pôr cêrco ao castello de Porto de Moz em 1182. Os portuguezes eram poucos em numero, mas valiam por muitos, não só pela sua coragem, mas, e principalmente, pelos exemplos de intrepidez que lhes dava o seu destemido alcaide, que movia a mais cruel guerra aos moiros n'aquellas visinhanças. Não lhes soffreu o animo vêrem-se encurralados no castello, e uma noite, saindo de improviso atiraram-se aos moiros desprevenidos com tal bravura, que os derrotaram completamente, captivando Gamir e os che-

fes que escaparam com vida, indo entregal-os a D. Affonso Henriques, que estava em Coimbra. Vendo-se os portuguezes desafrontados de moiros, e agradados da belleza e fertilidade dos campos que cercavam o castello, fôram construindo casas em volta, e bem depressa se formou a povoação. Morto D. Fuas Roupinho n'uma batalha gloriosamente, os moiros vendo-se livres de tão encarniçado inimigo, repetiram os ataques a Porto de Moz, e tanto fôram elles e tão destruidores, que o castello e a povoação se transformaram n'um montão de ruinas, sendo tudo abandonado pelos christãos. Dez annos ficou a localidade n'um perfeito deserto. Só em 1200 é que D. Sancho I mandou reedificar e ampliar a fortaleza, e reconstruir e repovoar a villa, que nunca mais tornou a cair no poder dos moiros. Desde essa epoca foi augmentando a população e progredindo, porque os seus habitantes se empregavam assiduamente em cultivar os seus ferteis campos, porém desde o principio do seculo XVI preferiram dedicar-se ás armas e ao commercio, desde que D. Vasco da Gama descobriu o caminho para a India, por mar, em 1497, e que Pedro Alvares Cabral descobriu o Brazil em 1500, deixando de cultivar as terras sobre-carregadas de pesadas rendas para differentes commendas e fidalgos. Por esta razão a villa foi decaindo do seu antigo esplendor, e eram mais as casas em ruinas e desertas, do que as habitadas Só no meado do seculo passado, é que novamente começou a prosperar, edificando-se novos edificios, e dedicando-se os habitantes á agricultura com verdadeiro interesse. A villa havia sido cercada de muralhas em 1300 pelo rei D. Diniz, que lhe deu foral, em Lisboa, a 24 de julho de 1305. Mais tarde, el-rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 18 de fevereiro de 1515. A villa foi um priorado da ordem de Christo, até que passou a vigairaria dos bispos, e D. Pedro de Castilho, bispo de Leiria, tomou conta d'ella em 11 de julho de 1586. Havia então duas reitorias perpétuas, a de S. Pedro e a de S. João Baptista, que tinham sido dois priorados com quasi 300 annos de existencia, e com seus beneficios, em cada uma das egrejas. O prior tinha um terço dos dizimos, os beneficiados outro, e o arcebispo de Lisboa outro. Eram os priores que apresentavam os beneficiados das duas egrejas. O marquez de Valença, senhor d'esta villa, quando instituiu a collegiada de Ourem, extinguiu estes priorados, applicando a renda de S. Pedro, á cadeira de chantre, e a de S. João Baptista á do thesoureiro; e a 29 de outubro de 1457 creou vigarios perpetuos, collados pelo bispo da diocese. Apresentaram os vigarios os beneficios que vagavam, até ao anno de 1555, no qual elles e o cabido da collegiada desistiram d'esse direito a favor do duque de Bragança D. Theodosio I. Esta cedencia foi confirmada pelo pontifice Paulo IV, em 26 de janeiro de 1556, sendo desde então os duques de Bragança que apresentavam os vigarios e os beneficiados. Porto de Moz tinha voto em côrtes, com assento no 17.º banco. A sua alcaidaria mór andava na familia dos Mello da Silva O seu brazão d'armas é, em campo vermelho, um castello de prata, com tres torres, vendo se verdura sobre as lateraes. De cada um dos lados do castello estão em baixo, e collocadas horisontalmente, uma mó de moinho, e sobre cada uma, um picapeixe, ou guardario (ave), e por cima uma estrella de cinco pontas, tudo de prata. A egreja parochial de S. Pedro é muito antiga, e o bispo D. Pedro de Castilho a reedificou e concluiu a capella-mór, em 1590. E' de abobada de pedraria lavrada, e tem retabulo dourado. No altar estão as imagens de S. Pedro e S. Paulo. Quando bispo D. Pedro de Castilho, reconstruiu a egreja, mandou demolir uma capella, ali existente, que era de Izabel Correia, mandando se a ossada, que estava depositada, para o altar lateral da parte do Evangelho com autorisação do mesmo prelado. Em frente fica o altar de N. S.ª dos Remedios. Além d'estes tres altares, havia n'esta egreja, junto á porta travessa, da parte da Epistola, uma capella de abobada de pedra, consagrada a S. Sebastião, cuja imagem fôra mandada fazer pelo bispo D. Antonio Pinheiro. Esta egreja foi demolida em 1875, sendo mudada a séde da parochia para a egreja de N. S.ª dos Murtinhos, que fôra antiga freguezia, conforme dissémos Ignora-se a razão porque se chama á padroeira *N. S.ª dos Murtinhos*. Pretendem alguns, mas sem apresentarem provas, que esta imagem foi achada entre uns *murtaes*, onde os christãos a haviam escondido dos moiros no principio do seculo VIII. Era pintada em madeira, mas em 1611 a confraria da Senhora mandou fazer uma imagem de róca, de 1m, 10 d'altura, que esteve alguns annos no altar-mór da sua egreja, mas não se sabe o motivo porque foi depois levada para a egreja de Albardos. Depois mandou-se fazer outra imagem, que tambem saiu d'ali, ignorando-se a razão, indo para a egreja da Misericordia, depois de se fazer a quo se vê hoje no altar mór, e que tambem é de róca. A egreja foi priorado com 6 beneficiados simples, até 1520, anno em que falleceu o ultimo prior, extinguindo-se então o priorado, que ficou reduzido a commenda da ordem de Christo, e a um vigario perpetuo, por breve apostolico do papa Leão X, mas até 1570 não houve vigario, sendo a egreja parochiada por um cura annual removivel. N'esse anno é que foi feito o 1.º vigario, Christovão do Souto, que depois foi conego da sé de Leiria, por troca que fez do beneficio. A capella-mór é de abobada de pedra, e no altar estão as imagens de N. S.ª do Rosario (padroeira), S. Francisco e S. Jeronymo Sobre o cruzeiro da capella mór está um crucifixo, junto ao teeto, tendo ao pé as imagens da Senhora da Soledade e de S. João Evangelista. No corpo da egreja ha dois altares lateraes: o do lado do Evangelho, altar de Santo Antonio, tem a imagem d'este santo e a de N. S.ª da Conceição; o do lado da Epistola, tem as imagens de S. Braz, de Sant'Anna e Nossa Senhora. No centro do altar ha um santuario com as reliquias de S Braz e d'outros santos. Do lado do Evangelho ha ainda a capella de S. Francisco, que é de abobada, e na frente fica a capella da Santissima Trindade, tambem de abobada. Fóra da egreja, encostado a esta capella, no logar chamado a *Quinta*, está o *moimento* de Fernando Affonso, que deixou á confraria do Espirito Santo uma corôa de prata, com obrigação d'uma missa cantada na 2.ª oitava do Espirito Santo. Junto á porta principal da egreja, do lado de fóra, está outro *moimento*, d'um sacerdote, cognominado *Pae pobre*, que deixou umas casas, com obrigação d'uma missa cantada na 1.ª oitava da mesma festa. A egreja parochial de João Ba

ptista teve principio, segundo a tradição, n'uma capella dedicada á Senhora da Piedade, mandada edificar por D. Fuas Roupinho, em 1184; a qual muito mais tarde, foi reedificada e ampliada para servir de egreja matriz. A capella-mór é de abobada de pedra, e tem um altar com as imagens de N. S.ª da Piedade e de S. João Baptista. Ha no corpo da egreja dois altares lateraes, sendo o do lado da Epistola dedicado a S. Lourenço, tendo tambem a imagem de Santa Catharina, e o do lado do Evangelho dedicado a S. Gregorio e a Santa Maria Magdalena. N'esta egreja ainda se vê a capella S. Bartholomeu, instituida por uns devotos inglezes, onde estão as imagens de S. Miguel e de S. Jorge. Em Porto de Moz ainda existem mais algumas capellas. A egreja e hospital da Misericordia foi instituição de 1516, por alvará de D. Manuel, e seu filho D. João III confirmou os privilegios em 1541. Tem contigua á egreja uma boa sacristia e uma bella casa de despacho, casa de cartorio e outra de celleiro. Junto á casa do despacho é que está o hospital. Porto de Moz tem pedreiras que produzem marmores dos melhores de Portugal, tão finos como os de Cintra e de Extremoz. Até 1834 teve juiz de fóra e duas companhias de ordenanças, na villa, e quatro no termo. Em 1676 fundou João da Fonseca Malho de Bivar o convento do *Bom Jesus*, de religiosos agostinhos descalços, n'uma sua quinta nos suburbios da villa. Ainda no meado do seculo passado existiam as suas ruinas. Porto de Moz pertence á 5.ª div. mil., 10.ª brigada, grande circumscripção mil. Central, e ao distr. de recrut e res. n.º 7, com a séde em Leiria. Tem escolas para ambos os sexos, est post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes. cobrança de titulos, letras e vales; advogados, agencia das companhias de seguros *Reformadora* e *Tagus;* hospedarias, medico, pharmacias, notarios, fabrica do aguardente; *Club Portomozense, Philarmonica Portomozense, Theatro Portomozense*; duas feiras annuaes: a do domingo do Espirito Santo, no proprio dia; e a de Santa Luzia, a 13 de dezembro; duas mensaes, de gado bovino, a 13 de cada mez em Pedreiras, e a 29 no Rocio da Villa; mercado ás sextas feiras. Tem se publicado os jornaes: o *Lena*, a 10 de julho de 1892, e *O Portomozense*, a 19 de janeiro de 1899. O conc. compõe-se de 10 freguezias, com 3:000 fog. e 13:027 habitantes, sendo 6:416 do sexo masc. e 6:611 do fem , n'uma superficie de 30:277 hect. As freguezias são: N. S.ª dos Prazeres, de Alcaria, 553 hab : 286 do sexo masc e 267 do fem.; S. José, de Alqueidão da Serra, 1:180 hab.: 561 do sexo masc e 619 do fem.; N. S.ª da Consolação, de Alvados, 1:444 hab.: 748 do sexo masc. e 696 do fem.; Santo Antonio, de Arrimal, 736 hab.: 382 do sexo masc. e 354 do fem., S. Miguel; de Juncal, 1:902 hab : 948 do sexo masc. e 954 do fem.; S. Julião, de Mendiga, 720 hab.: 367 do sexo masc. e 353 do fem.: N. S.ª do Amparo, de Mira, 1:238 hab.: 551 do sexo masc. e 687 do fem ; S. João Baptista, de Porto de Moz, 2:008 hab.: 981 do sexo masc. e 1:027 do fem.; S. Pedro, de Porto de Moz, 2:316 hab : 1:127 do sexo masc. e 1:189 do fem.; S Sebastião, de Serro Ventoso, 930 hab.: 465 do sexo masc, e 465 do fem. O principal commercio do conc. é cereaes, vinhos, azeites e fructas. Por decreto de 7 de setembro de 1895 foi extincto e annexado ao de Alcobaça, sendo restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898 com todas as freguezias que o constituiam, exceptuando a de Minde, que ficou pertencendo ao de Alcobaça. || Serra do distr. de Leiria. E' uma ramificação da serra de Minde, sobranceira á villa de que toma o nome. Tem 520 m. d'altura. || Pov. séde d'um posto fiscal dependente da secção d'Alcoutim, na praia do Algarve.

Porto de Muge. Pov. na freg. de N.ª da Espectação, de Vallada, conc. do Cartaxo, distr. de Santarem. Tem caixa postal.

Porto Mulemba. Pov. do sobado de Bambi Calunga, na 4.ª div. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Porto do Norte. Porto da ilha da Boa-Vista, no archipelago e prov. de Cabo Verde.

Porto de Nossa Senhora. Porto da ilha do Fogo, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. E' um dos principaes da ilha.

Porto Novo. Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira; N. S.ª da Luz, de Gaula, conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal. || N. S.ª da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || Ilha Terceira; S. Sebastião, conc. e distr. de Angra do Heroismo. || N. S.ª do Monte, de Valle do Guizo, conc de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || Porto situado na costa SO da ilha do Porto Santo, archipelago da Madeira.

Porto de Oleiros. Pov. na freg. de S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença a Nova, distr. de Castello Branco.

Porto d'Olho. Pov. na freg. de S. Jorge, de Abbadim, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Porto de Oliveira. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Abitureiras, conc. e distr. de Santarem. || N. S.ª da Graça, de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Porto de Olmo. Pov. na freg. do Salvador, de Torgueda, conc. e distr. de Villa Real.

Porto de Ovelha. Pov. e freg. de N. S.ª da Expectação, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Almeida, distr. e bisp. da Guarda; 132 fog. e 510 hab. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. Dista 25 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Côa. O parocho era apresentado pelo vigario de Leonil, e tinha 6$000 reis de congrua e o pé d'altar. E' pouco fertil. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 12, com a séde em Trancoso. Era do conc. de Sabugal, e passou ao de Almeida, por decreto de 12 de julho de 1895.

Porto da Panella. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Tôpo, conc. da Calheta. distr. de Angra do Heroismo.

Porto da Pedra. Pov. na freg. de S. Silvestre e conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

Porto Pim. Enseada situada na costa S da ilha do Fayal, Açôres. Fica a O da pequena peninsula da Senhora da Guia, que a abriga.

Porto Pinheiro. Pov. na freg. do Santissimo Nome de Jesus, de Odivellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Porto dos Pinheiros. Logar na prov. do Alemtejo, proximo de Castello de Vide. Faz parte d'uma coutada, chamada de **Alcogullo**, onde existem, mais ou menos desmantellados, cinco dol-

mens. Um d'elles é no sitio do Porto dos Pinheiros, que em 1876 estava transformado em curral de porcos. Dizem ser um dos maiores de Portugal, e que a sua mesa tem 5,^{m}10 de comprido, 3,^{m}5 de largo, e 0,^{m}38 de espessura. Os esteios, 1.°, 2.° e 7.° conservavam se ainda inteiros no referido anno, faltando-lhe ao 4.° a parte superior; e completamente o 3.° e o 5.°, existindo do 6.° apenas a terça parte.

Porto dos Porcos. Porto situado na costa O da ilha do Porto Santo, archipelago da Madeira. Vae desaguar n'elle o ribeiro Fundo.

Porto Quipiri. Pov. do conc. do Alto Dande, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Porto da Raiva. Pov. da freg. de Santa Marinha, de Oliveira de Cunhedo, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. Tem est. postal.

Porto da Rapoza. Pov na freg. de N. S.ª do Monte São, conc. do Seixal, distr. de Lisboa

Porto Real. Pov. da 5.ª div. do conc. d'Ambaca, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Porto da Reguenga. Pov. na freg. de S. Silvestre e conc. da Louzã, distr. de Coimbra.

Porto de Rei. Aldeia da prov. da Beira Alta, na freg. de S. João Baptista, de S. João da Fontoura, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. Está situada sobre a margem esquerda do rio Douro. || Povoações nas freguezias: S Bartholomeu, de Barqueiros, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. Tem estação na linha do caminho de ferro do Douro, entre as de Barqueiros e de Ermida. || S. Romão de Sádão, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || Pov. da freg. de S. José, de Cabiri, na 1.ª div. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Porto da Ribeira. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Braz, de Campanario, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

Porto Rico Pov. na freg. de S. Martinho, de Ovoa, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu.

Porto Rico Novo. Pov. do sobado de Cabinda, na regedoria de M'Tamba, conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Porto do Rio. Pov. na freg. do Salvador, de Sabbadim, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Porto da Romã. Pov. da freg. de N. S.ª da Graça, de Aguas Bellas, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Porto do Roncão Pov. na freg. do Salvador e conc. de Odemira, distr. de Beja.

Porto Sal Rei. Pov. da freg. de Santa Izabel, no conc. da Boa-Vista, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Porto das Salemas. Enseada situada na costa N da ilha de Porto Santo, archipelago da Madeira. Vae desaguar n'ella a ribeira do Perregil.

Porto da Salina. Bahia na ilha do Sal, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Porto da ilha da Boa Vista, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Porto Salvo *(Henrique José da Costa, 1.° visconde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de mercê nova de 15 de setembro de 1866; commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. N. em Lisboa a 10 de março de 1808, fal. solteiro em Brescia, na Lombardia, a 10 de junho de 1877. Era filho de Angelo da Costa, e de sua mulher D. Josepha Candida de Vasconcellos. Foi herdeiro universal de seu irmão Joaquim Leocadio da Costa, que deixou uma fortuna superior a 2:000 contos de reis. Este Joaquim Leocadio da Costa foi quem em 1832 contratou o emprestimo chamado D. Miguel, e que se retirou para Italia, indo viver em Brescia, onde falleceu em 1869. O visconde de Porto Salvo deixou em testamento a sua colossal fortuna, a tres dos seus segundos sobrinhos, José Vianna, João Sabino Vianna e Antonio Vianna, filhos de sua sobrinha D. Maria Izabel de Vasconcellos e Costa, casada com João Sabino Vianna, que foi negociante de cereaes, e depois commeudador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição, conselheiro, e vogal da Junta do Credito Publico. Diz-se que couberam a cada um dos tres irmãos 720:000$000 reis. O decreto, com que foi agraciado com o titulo de visconde de Porto Salvo, tem a data de 29 de fevereiro de 1872.

Porto Salvo. Pequena, mas bonita pov. na prov. da Extremadura, freg. de N. S.ª da Purificação e conc. de Oeiras, distr. de Lisboa. Está situada sobre a margem direita do rio Tejo, n'uma formosa posição, ficando lhe quasi em frente a Trafaria, e mesmo na frente o Torrão e a Torre do Bugio. Logo adeante de Caxias está o forte de N. S.ª de Porto Salvo, construido em 1649 pelo conde da Cantanhede, depois marquez de Marialva, por ordem de D. João IV. Este forte já não existe. A capella da mesma invocação fica distante 3 k. a E de Oeiras. O templo primitivo era muito antigo, ignorando se a data da sua fundação, que parece não exceder ao seculo XVI. Segundo a lenda, a origem d'esta capella foi a seguinte: Vindo uma nau da India para Portugal, encontrou tão furioso temporal no Cabo da Boa Esperança, que a sua tripulação tinha quasi perdidas as esperanças de se salvar. N'esta afflicção prometteram todos, se chegassem a salvamento a Lisboa, edificarem uma ermida dedicada a Nossa Senhora, sob a invocação de *Porto Salvo*, no primeiro alto que descobrissem ao aproximar-se da costa de Portugal. O tempo abonançou, e a tripulação chegou a Lisboa sem soffrer outra tormenta. Tratou-se logo de cumprir a promessa, e construiram a capella n'este sitio, que desde logo principiou a ser muito concorrido, principalmente pelos navegantes e suas familias, tornando-se a imagem de grande devoção. Até ao primeiro quartel do seculo passado todos os navios de guerra que entravam ou saíam a barra de Lisboa, ao passarem em frente da poetica capellinha, salvavam com 21 tiros, como preito de homenagem á Senhora de Porto Salvo. Com o andar dos tempos arruinou-se a capella, pelo que o capitão Manuel de Carvalho, que falleceu em 1670, a mandou demolir, reedificando-a desde os alicerces, e ampliando-a, tornando a um templo mais vasto e elegante, sendo de abobada, e revestida de azulejos interiormente. Tem só um altar. A' porta da capella está um alpendre de cantaria muito elegante, e de bella architectura, mandado fazer pelo mestre d'obras Antonio João Valente Successo. A Senhora de Porto Salvo tem uma irmandade composta, quasi exclusivamente, de marinheiros e pescadores. Porto Salvo tem caixa postal.

Porto de Santa Maria. Freg. de N. S.ª das Dores e séde do conc. da ilha do Sal, na ilha d'este nome, archipelago e prov de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situada na costa S, junto da ponta da Salina e da bahia da Madama ou porto da Salina. Foi edificada n'este ponto, embora o ancoradouro não seja o melhor das costas da ilha, porque estando proximo das salinas principaes e artificiaes da ilha, o local recommendava-se para o estabelecimento da povoação mais importante. Esta freg. data de 1833, e começou por ser apenas um grupo de casas de madeira mandadas ir da America pelo conselheiro Martins, transformando se em capella, para o culto, com a invocação de N. S.ª das Dores, a camara d'uma galera, que foi dar áquella costa. Depois, a pov. foi-se desenvolvendo e melhorando gradualmente, e embora pequena, tem varios edificios de boa construcção, bem como escolas para ambos os sexos, est. post, posto fiscal, etc. As salinas principaes ficam proximas e estão ligadas á freg. por meio de linhas ferreas, pelas quaes o sal é conduzido facilmente em carros proprios, puxados por animaes ou impellidos pelo vento por meio de velas quando o vento NE sopra rijo.

Porto Santo (*Antonio de Saldanha da Gama, 1.º conde de*). Diplomata, ministro de estado, par do reino, veador da rainha D. Carlota Joaquina, gran-cruz da ordem da Torre e Espada, commendador da de S. Bento de Aviz, gran cruz da de Carlos III, de Hespanha, etc. N. em Lisboa, a 5 de fevereiro de 1778, fal. a 23 de julho de 1839. Era filho de Manuel Saldanha da Gama, moço fidalgo, conselheiro do conselho do Ultramar, senhor do Engenho de Assucar do Aceupe, na Bahia, e de sua mulher D. Joanna Guedes de Brito. Seguindo a carreira da marinha militar, chegou ao posto de chefe de esquadra da Armada Real Em 1802 foi nomeado governador e capitão general do Maranhão, em 1806 conselheiro do ultramar; em 1807 teve a nomeação de governador de Angola, sendo o seu governo um dos mais notaveis que teve aquella provincia ultramarina. Restabeleceu todas as providencias uteis que tomara Francisco Innocencio de Sousa Coutinho, restabelecendo a aula de mathematica que existira no tempo d'aquelle governador, explorando as minas de ferro e cobre do interior de Angola, as minas de enxofre de Benguella, animando a agricultura, tanto que no seu tempo appareceram em Angola a goma copal, o cardamomo e outras producções valiosas; foi elle tambem quem intentou descobrir o caminho atravez da Africa, da costa occidental para a oriental. De Moçambique partira com o mesmo intento, e de combinação com Antonio de Saldanha da Gama, o brazileiro Lacerda e Almeida, Antonio de Saldanha enviou dois pombeiros de Francisco Honorato da Costa, director da feira de Cassange. Estes dois pombeiros entraram na terra dos moluas que até então nos estava defeza, e que enviaram depois d'isso uma embaixada solemne a Loanda, e chegaram a Casembe onde Lacerda e Almeida fallecera. Os pombeiros estiveram ali retidos quatro annos, passaram depois a Moçambique, e só em 1815 puderam regressar a Angola, onde já estava governando e até concluindo o seu governo o successor de Antonio de Saldanha da Gama. Outras providencias acertadas tomou o futuro conde de Porto Santo. Isentou os sobas d'algumas obrigações onerosas, estabeleceu uma coudelaria no Donde, fez um cemiterio em Loanda. Em 1810 foi conselheiro da fazenda no Brazil. Quando se reuniu o congresso de Vienna em 1814, o governo portuguez nomeou ministro plenipotenciario para o representar a Antonio de Saldanha da Gama, juntamente com o conde de Pamella Joaquim Lobo da Silveira; e n'essa missão diplomatica importante prestou relevantes serviços. Foi tambem ministro em S. Petersburgo em 1815, e em Madrid em 1820. Por decreto de 21 de maio d'esse anno foi nomeado membro do governo dos reinos de Portugal e Algarves. Por decreto de 23 de outubro de 1823 recebeu a mercê do titulo de conde de Porto Santo, e ainda em 1823 foi nomeado embaixador em Madrid, d'onde D. João VI o mandou chamar em 1825 para se encarregar da pasta do ministerio dos estrangeiros, no gabinete que se havia organisado. Em 1826 recebeu os arminhos de par do reino. O conde de Porto Santo foi veador da rainha D. Carlota Joaquina, e mais tarde da infanta regente D. Izabel Maria. Em 1826 foi demittido do ministerio pela mesma infanta, e conservou-se desde então afastado da politica, até que em 1833 foi o primeiro presidente da Commissão Municipal de Lisboa, nomeado depois da mudança de governo, em 24 de julho. Casou em 1801 com D. Antonia Bazilia Heredia de Bettencourt, dama da ordem de Santa Izabel, e da de Maria Luiza, de Hespanha, filha e herdeira de D. José de Brito Heredia e de D. Antonia de Brito de Bettencourt. Escreveu: *Memoria sobre as Colonias de Portugal, situadas na Costa occidental da Africa, mandada ao governo em 1814;* Belem, veiu a ser impressa pelos alumnos da Casa Pia em 1839. Além d'esta edição houve outra, publicada em Paris no mesmo anno, com o seguinte titulo: *Memoria sobre as Colonias de Portugal situadas na Costa Occidental d'Africa, mandada ao governo pelo antigo governador e Capitão General do Reino de Angola Antonio de Saldanha da Gama em 1814, precedida de um discurso preliminar, augmentada de alguns additamentos e notas... pelo antigo ajudante d'ordens d'aquelle governador* Era Luiz Antonio d'Abreu e Lima, visconde da Carreira.

Porto Santo. Ilha, que faz parte do archipelago da Madeira, notavel por ser a primeira descoberta pelos portuguezes. Tendo começado em 1412 as tentativas do grande navegador, o infante D. Henrique, filho de D. João I, desde o cabo Nam para o sul, foi enviado em 1418 Bartholomeu Perestrello, fidalgo da casa do infante, com a missão de dobrar o cabo Bojador. Assaltado, porém, d'uma furiosa tempestade, perdeu a derrota que levava, e achando se já sem esperança de salvação, foi arrojado pelos ventos a uma ilha desconhecida, onde achou abrigo e descanço, motivo porque deu áquella ilha o nome de *Porto Santo* Regressando depois a Lisboa com a noticia d'este casual e feliz descobrimento, foi mandado no anno seguinte, 1419, á mesma ilha pelo infante D. Henrique, que o encarregou de começar a cultival-a, fornecendo lhe para isso os preparos precisos. Acompanharam Perestrello dois outros navegadores illustres, João Gonçalves Zarco e Tristão Soares, ambos tambem fidalgos da casa do infante, indo cada um em seu navio. Diz a tradição, que tendo levado estes navegadores

um casal de coelhos, que já na viagem fôram tendo filhos, os lançaram a todos para o matto e de tal fórma e tão depressa se multiplicaram os coelhos, que destruiram todas as plantações, de sorte que fôram por muito tempo um obstaculo á colonisação da ilha. Perestrello voltou a Portugal, e os seus dois companheiros, incitados por um nevoeiro que viam constantemente ao longe e sempre no mesmo sitio, fôram descobrir a ilha da Madeira. Em 1425, mandou o infante D. Henrique, com autorisação de el-rei D. João I, seu pae, povoar a ilha de Porto Santo, que tinha ficado ao abandono, nomeando depois seu capitão donatario a Bartholomeu Perestrello. A ilha é formada de rochas de origem vulcanica; tem algumas calcareas, e apresenta a configuração triangular, com a apparencia d'uma grande montanha escarpada, cercada d'uma orla de terras chãs. Tem 15 k. de comprimento no sentido NE a SO, desde os rochedos do Pescador, de S. Lourenço e do Nordeste, até á ponta da Fachada, 5,5 k. de largura media desde a ponta da Raia a ONO até junto do ilhéo da Serra a ESE. A sua superficie está avaliada em 15 k. q. aproximadamente. Dista do Funchal 17 a 18 leguas. E' irregularmente accidentada por alguns montes, taes como o Branco, o da Fachada, do Rochedo, do Cousul da Juniana, do Castello, pico de Anna Ferreira e do Facho, o mais alto de todos, na ponta NE da ilha, a 551 m. acima do nivel do mar. A costa N e NO é de rocha escarpada: lança ao mar a ponta Branca no extremo NE da ilha, e a ponta de Santa Cruz no extremo N. Do lado de SE, a costa é, pelo contrario, baixa e quasi toda de praia d'areia. Ao N da ponta Branca ficam tres ilhéos; a E, em frente da ponta dos Frades, fica o ilhéo de Cima; e no extremo SO da ilha ha os ilhéos do Ferro e Baixio. De todos elles colhe a população da Madeira excellente pedra calcarea. A villa de Porto Santo, capital da ilha, está situada n'uma bahia, que se abre na parte S, cercada de praias de areia, limpas de rochedos. Tem por assento uma planicie, e está separada do mar pelo areal, na distancia d'um tiro de espingarda Toda a ilha fórma um concelho com uma unica freg., N. S.ª da Piedade, tendo 575 fog. e 2:356 hab.: 1:191 do sexo masc. e 1:165 do fem. Pertence ao distr., com. e bisp. do Funchal. Os arredores são plantados de vinhas e hortas, tendo além d'isso muitos terrenos destinados á cultura de cereaes. Dizem que antigamente eram, assim como toda a ilha, muito povoados de arvoredo, mas como a maior parte das arvores fôssem dragoeiros colossaes, de cujos troncos os habitantes faziam gamelas e barcos de pesca, que levavam seis e sete homens, pouco a pouco se fôram extinguindo, até ficar muito reduzido o seu numero. D'esta gran de abundancia de dragoeiros tirou a villa o seu brazão d'armas, que consiste n'uma d'essas arvores collocada no meio do escudo. Hoje a ilha è pouco arborisada. O solo é arenoso e sêcco, mas em algumas partes não deixa de ser fertil, apezar da grande falta d'agua, pois que apenas se encontra em ribeiros insignificantes de curso pequenissimo, e em raras nascentes. Os generos agricolas que a ilha produz, são: melões, melancias e alguns dos cereaes, dos quaes importa a maior parte por não ser sufficiente para o consumo local a producção d'elles. N'outro tempo era importante a colheita do vinho, chegando a attingir 1:000 pipas, e, embora de qualidade inferior, servia para fabricar uma soffrivel aguardente, de que se exportavam por anno mais de 200 pipas. Os primeiros bacellos que se plantaram, fôram mandados vir da ilha de Chipre pelo infante D. Henrique. Tambem foi elle que introduziu a cultura da canna de assucar, que mandou as primeiras plantas da Sicilia, a qual se desenvolveu e prosperou por muitos annos, sendo depois abandonada por causa dos grandes lucros que offereciam as vinhas. A ilha do Porto Santo abunda em pombos bravos, perdizes e cabras, tem alguns porcos e carneiros, pouco gado vaccum, quasi nenhum muar e cavallar, muito gado asinino, e sobretudo uma grande quantidade de coelhos. Os principaes artigos de commercio são o vinho, os cereaes e o gado. Foi na ilha do Porto Santo e na da Madeira que começou o systema dos donatarios e dos dizimos para a ordem de Christo, os quaes, com o mestrado, passaram para a corôa, systema que posteriormente foi adoptado para as outras colonias. A ilha pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.º 27 com a séde no Funchal. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; fabrica de gazosas, medicos, um pharol a Leste da ilha no Ilhéo, denominado de Lima (Ilha de Cima), e outro ao Sueste, chamado da Cal; magnifica praia de cêrca de 13 k., toda coberta de areia amarella, d'uma belleza rara, onde se póde tomar banho descalço, sem receio de se magoarem os pés Tem boas aguas mineraes, especialmente a da Fontinha, que já tem produzido magnificos resultados therapeuticos, sendo muito aproveitadas no tratamento de doenças de estomago. Esta agua foi analysada na escola de minas de Paris, por A. Carnot, que depois de descrever quantitativamente os differentes saes de que se compõe, declara ser uma das melhores aguas de mesa conhecidas. Em 1595, a ilha foi posta a ferro e a fogo pela tripulação d'alguns navios inglezes sob o commando do capitão Preston, a quem os habitantes, para evitarem a pirataria, offereceram pagar a contribuição que elle quizesse, a qual rejeitou, preferindo pôr tudo a saque. Os logares mais importantes da ilha são: Tanque, Campo de Baixo, Ponta, Camacha, Areias, Serra de Fóra e de Dentro, Campo de Cima, e Farrobo. || Ilha Terceira; pov. na freg. de Santa Luzia, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Porto de S. Bento. Pov. na freg. de S. Romão do Sádão, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Porto de S. Simão. Pov. na freg. de S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Porto Silvado. Pov. na freg. de Santa Luzia, de Pomares, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Porto do Tejo. Aldeia da prov. da Beira Baixa, na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa Velha de Rodam, distr. de Castello Branco. E' uma pov. importante, situada sobre a margem esquerda do rio Tejo. E' terra fertil.

Porto do Tojo. Pov. na freg. de S. Simão, de Pé da Serra, conc. de Niza, distr. de Portalegre.

Porto Thomar. Pov. na freg. de S. Miguel e

conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Porto de Touce. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro.

Porto de Vaccas. Povoações nas freguezias: S. Domingos, de Jaueiro de Baixo, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra || Santa Maria de Ul, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Porto de Valle da Meda. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Freixiauda, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Porto Velho. Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Formigaes, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição, de Turquel, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Ancoradouro da bahia de S. Jorge, na costa S E da ilha de S. Nicolau, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situado entre o monte Formoso e o forte da Preguiça, assim chamado por estar proximo do porto da Preguiça, cêrca de 870 m. da terra Tem uns 20 m. de mau fundo de cascalho e pedra, e por elle se communica com a terra pelo porto da Preguiça, que fica cêrca de 3 k. mais ao SE dos ancoradouros da ilha de S. Nicolau, e é um dos mais frequentados por ser tambem um dos mais visinhos da villa da Ribeira Brava, capital da ilha.

Porto da Villa. Porto da ilha do Fogo, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. E' um dos principaes da ilha.

Porto da Villa de Baixo. Pov. na freg. de Santa Eufemia e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Porto de Villa Real. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Arroios, concelho e distr. de Villa Real.

Portoguedla. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sobreposta, conc. e distr. de Braga.

Portos. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Freixo de Cima, conc. de Amarante distr. do Porto. || S. Miguel, do Lama, conc. de Santo Thirso, do mesmo districto. || N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Portouro. Povoações nas freguezias: S. Miguel e conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro. || S. Vicente, de Sangalhos, conc. de Anadia, do mesmo districto.

Portozello. Pov. e freg. de Santa Martha, da prov. do Minho, conc., com. e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 425 fog. e 2:110 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Dista 4 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Lima, em terreno accidentado, mas pittoresco e fertil, produzindo todos os fructos do nosso clima em grande abundancia; cria muito gado de toda a qualidade, sobretudo bovino, que exporta; nos seus mattos ha muita caça de varias especies; o rio e o mar lhe dão bom peixe. A mitra primacial apresentava o reitor, que tinha 200$000 réis de rendimento. Pertence a pov. á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Aguas Santas, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Cabanellas, conc. de Villa Verde, do mesmo dist. || S. João Baptista, do Caldas de Vizolla, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || Santa Christina, de Meadella, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Verdoejo, conc. de Valença, do mesmo distr. || S. João Baptista, do Villa Chã, conc. de Ponte da Barca, do mesmo distr. || Rio da prov. do Minho, N. nos montes que ficam ao N da freguezia de Portozello, e vao desaguar na margem direita do rio Lima, no mesmo sitio chamado *Portozello*.

Portuense *(Francisco Vieira)*. V. *Vieira Portuense (Francisco)*.

Portugal. E' um dos appellidos mais nobres do paiz. Procede da Casa de Bragança, á qual pertencem os marquezes de Valença e os condes de Tentugal, e em Castella os marquezes de Gelves. O primeiro que tomou este appellido, foi D. Affonso de Portugal. As armas são: Em campo de prata, aspa vermelha, carregada de cinco escudinhos das quinas reaes, sem a orla dos castellos e de quatro cruzes de prata, floreadas, e vasias do campo, que são as dos Pereiras. Timbre, meio cavallo de prata, bridado de ouro, com redeas de púrpura e tres lançadas em sangue, no pescoso. Outros d'este appellido, trazem por armas: Em campo de púrpura, seis bezantes de prata, entre uma doble cruz, com bordadura de ouro. São as armas dos Mellos. As armas dos Almeidas são: escudo enxequetado de prata e azul, alternativamente; timbre, um meio bufalo da sua côr, enxequetado de prata.

Portugal (*D. Affonso de*). Filho natural de D. Affonso Henriques. Dedicando-se ás armas tornou-se celebre na conquista de Santarem, e partiu depois para a Palestina, onde na conquista da Terra Santa tanto se distinguiu pela sua bravura e heroicidade, que mereceu, pela morte de Godofredo de Duisson, ser eleito em 1194, 11.º mestre da ordem militar de S. João de Rhodes. Elevado a esta grande dignidade, querendo que exactamente se observasse a disciplina militar que estava muito relaxada pela introducção de graves abusos, convocou capitulo geral na cidade de Margato, onde a ordem residia, depois da perda de Jerusalem. N'esta assembléa militar, depois de confirmar os estatutos feitos em 1181 pelo mestre Rogerio de Moulins, estabeleceu novamente algumas leis dirigidas á conservação e augmento da ordem. Desgostoso, mais tarde, renunciou ao mestrado, e voltando a Portugal, falleceu em 1 de março de 1207.

Portugal (*D. Affonso de*). Bispo de Evora. Era filho do conde de Ourem e 1.º marquez de Valença, D. Affonso, e de D. Beatriz de Sousa, filha de Martim Affonso de Sousa. Allegando que sua mãe fôra casada claudestinamente, pretendeu succeder na Casa de Bragança, quando falleceu o marquez de Valença, seu pae, e ainda teve depois egual pretenção, quando falleceu D. Fernando, marquez do Villa Viçosa. D. João II o obrigou a desistir d'esse intento, e aconselhou-o a que seguisse a vida ecclesiastica. D. Affonso havia estudado na Universidade de Salamanca, e em 1485 foi nomeado bispo de Evora, sendo a nomeação confirmada pelo papa Innocencio VIII N'esta cidade edificou quatro conventos: dos conegos seculares de S. João Evangelista, em 1485; Santa Catharina, de freiras dominicas, em 1490; do Paraizo, do mesmo instituto, em 1199; e o das Maltezas, em 151 . Falleceu a 24 de abril de 1522, deixando publicado, sem data da impressão, um *Tractatus peristilis de indulgentiis*, seguido de um *Tractatus de numismate*. Sendo ainda secular, teve de D. Filippa de Macedo varios filhos, um

dos quaes foi D. Francisco de Portugal, 1.º conde de Vimioso.

Portugal *(Fr. Affonso de).* Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho, que viveu na primeira parte do seculo xiv. Foi lente de Theologia na Universidade, que estava então em Lisboa. Consta que escreveu uma obra em latim, com o titulo: *Commentaria in magistrum sententiarum*, que não chegou a imprimir se.

Portugal *(D. Alvaro de).* Era filho de D. Fernando, 2.º duque de Bragança, e da duqueza D. Joanna de Castro. Foi senhor de Tentugal, do Cadaval e d'outras terras; regedor das justiças e chanceller-mór do reino. Depois da morte de seu irmão duque de Bragança, executado na praça de Evora a 20 de junho de 1483, retirou-se do reino, tomando por pretexto d'esta ausencia uma devota peregrinação aos logares santos de Jerusalem. Entrando em Hespanha, foi recebido pelos soberanos castelhanos com particulares distincções; nomearam n'o presidente do conselho real, contador-mór, alcaide mór de Sevilha e de Andujar. Fallecendo D. João II em 1495, voltou a Portugal, e el-rei D. Manuel o restituiu aos seus estados e aos logares que possuira, nomeando-o tambem embaixador em Castella para concluir os seus primeiros desposorios com a princeza castelhana D Izabel, que havia casado em primeiras nupcias com o principe D. Affonso, filho de D. João II. D. Alvaro de Portugal casou com D. Filippa de Mello, filha herdeira de D. Rodrigo de Mello, conde e alcaide mór de Olivença, guarda mór de D. Affonso V e 2.º governador de Tangor, e de D. Izabel de Menezes. Falleceu em Toledo a 4 de março de 1504.

Portugal *(Antonio Augusto Lopes).* Artista dramatico e tenor de operetta muito apreciado. Nasceu em Coimbra a 20 de setembro de 1851, e falleceu no Pará a 4 de maio de 1896. Estudou preparatorios no Lyceu de Coimbra, e aprendeu musica e piano Em Coimbra, sob a sua iniciativa, formaram se algumas sociedades dramaticas, de que era ensaiador, scenographo, maestro, etc. Adoecendo gravemente seu pae, abandonou os estudos, e dedicou se a dar lições de piano e de desenho, em cujos exames ficára distincto. Sendo muito enthusiasta pelo theatro, e conhecendo que tinha aptidões para a scena e para cantar, pois que possuia uma bella voz de tenor, resolveu seguir a vida d'artista e contratou se em 1874 para o theatro da Trindade, do Porto, que ia então inaugurar se, e ali debutou com muito agrado, na operetta, *O Diabrete*, do maestro Alves Rente Além d'outras peças, entrou na ultima que se representou na Trindade, a magica *A Pata de Cabra*, pois constituia o espectaculo da noite de 15 de junho de 1875, em que aquelle theatro foi victima d'um incendio. Portugal passou para o Baquet, e debutou na operetta *Os Bohemios*, cuja musica fôra escripta do proposito para elle pelo maestro portuense Sá de Noronha. A operetta *Se eu fôra rei*, do mesmo maestro, tambem foi escripta expressamente para o festejado cantor. Conservou-se algum tempo no Baquet alcançando sempre applausos no seu grande reportorio, pois entrava em quasi todas as peças que ali se representavam. Chegou a ser socio d'uma empresa que se constituiu n'aquelle theatro, a qual durou até principios de 1878, e tendo se dissolvido, aceitou escriptura que lhe mandou offerecer Francisco Palha, empresario da Trindade, de Lisboa, para fazer parte da companhia d'opera comica d'aquelle theatro. Acceitando a proposta, Portugal veiu para Lisboa, e estreou so em 1 de outubro do referido anno de 1878, na operetta *Gentil Danois*, em que alcançou grande exito. Ali entrou na maior parte das operas comicas, operettas e zarzuelas que se cantaram n'aquella epoca, obtendo sempre fartos applausos. Pouco tempo depois de estar em Lisboa, foi admittido como cantor da Sé Patriarchal, precedendo um concurso em que se houve brilhantemente. Em junho de 1895 fez parte da companhia escripturada pelo empresario Sousa Bastos, para o Brazil. Agradou muito no Rio de Janeiro e em S. Paulo, porém, no Pará teve a infelicidade de fallecer repentinamente d'uma congestão cerebral. Maestro amador, e sem pretensões, compoz algumas musicas, onde se contam as operettas *Manon*, que se cantou na Trindade; *Uma noite bem passada*, e *The King Ló Ló.* Seguindo as tradições de sua familia, era um acerrimo legitimista, e o principe D. Miguel de Bragança muito o estimava e considerava, e entretinha com elle correspondencia. Portugal dedicou lhe um album legitimista, e um *hymno de D. Miguel II*, que compoz e que foi tocado pelas bandas militares d'Allemanha. Imprimiu tambem varias composições de piano, uma valsa para canto e piano, *Sul Tago*, etc. Antes da sua ida para o Brazil, entrara na redacção do jornal *A Nação*, em que publicou alguns artigos muito apreciados. Do seu enorme reportorio mencionaremos as seguintes peças: *Graziella, Babiolle, O Moleiro d'Alcalá, A filha do Inferno, Perichole, A filha da senhora Angot, Os Dragões d'el rei, O Chalet, Noite e Dia, Boccacio, Guerra Alegre, Duetto da Africana, Os Dragões de Villar, Coração e mão, Os 28 dias de Clarinha*, a revista *Sal e Pimenta*, etc. Portugal era casado com uma senhora protestante, D. Lucy Portugal, que por elle se apaixonara a ponto de abjurar a sua religião, para se poder realisar o casamento.

Portugal *(Bento de Moura).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, cavalleiro professo da ordem de Christo, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, celebre inventor, etc. N. em Moimenta da Serra a 21 de março de 1702, falleceu no forte da Junqueira, em 27 de janeiro de 1776. Era filho do Manuel de Moura Castanheira, e descendente por bastardia do 1.º marquez de Castello Rodrigo, Christovão de Moura Portugal. Ignoram se completamente os primeiros annos da sua mocidade, mas suppõe-se que estudou os preparatorios com os padres da Companhia de Jesus na villa de Gouveia. No dia primeiro de outubro de 1720 matriculou-se no primeiro anno do curso juridico, da Universidade de Coimbra, mas parece que se deu alguma interrupção nos seus estudos, pois que sómente em 11 de maio de 1731 fez acto de formatura. Levado poderosamente pela sua vocação natural para as sciencias exactas e, com especialidade, para o calculo, deixou todos os estudos para se entregar com todo o fervor ás mathematicas applicando-as aos inventos uteis, á mechanica e á hydraulica. Sendo reconhecido o seu merecimento por D. João V, foi por este monarcha mandado, em 1741, viajar aos paizes estrangeiros, e particularmente á Hungria, para poder desenvolver e aperfeiçoar

os seus estudos predilectos. A recommendação especial de ir á Hungria era para que examinasse os arsenaes que o imperador ali entretinha. D. João V dispensava tanta consideração a Bento de Moura Portugal, que por uma provisão ordenou que ficassem paradas todas as demandas de que elle, como advogado, estivesse incumbido de tratar, emquanto durasse aquella viagem de estudo. D'uma passagem dos escriptos de Bento de Moura Portugal se póde concluir que mesmo no paiz, antes da sua partida para o estrangeiro, fizera ensaios de suas concepções, e era já por elles e por seus estudos conhecido e empregado em empresas particulares. Bento de Moura Portugal voltou ao reino depois de uma viagem de oito annos, e começou logo a dar evidentes provas dos seus estudos e experiencia n'um dos ramos das mathematicas menos conhecidos em Portugal, sondo successivamente occupado na abertura dos paúes de Villa Nova de Magos, do Juncal e Tresoito, de que resultaram grandes utilidades á agricultura do Riba-Tejo, e em outras commissões importantes. Em 1760 foi preso no forte da Junqueira, por suspeito de inconfidencia, e no carcere permaneceu até fallecer. N'uma carta que escreveu da prisão em maio de 1765 ao conde de S. Lourenço, seu companheiro de infortunios, fez a resenha dos seus serviços e inventos, nada pedindo para si, mas sentindo-se desfallecer e aproximar-se o termo da vida lembrou-se de recommendar um sobrinho, que deixava, José Caetano de Moura, e para este é que pedia a remuneração dos seus serviços, que ali enumerava, e cuja ordem era a seguiute: 1.° a descoberta d'um artefacto por modo de navio para conduzir madeiras do pinhal real de Leiria, o talvez mesmo do Pará e Maranhão, com o que produziria a utilidade de 500:000 cruzados annuaes.—2.ª descoberta: modo de provar que nas terras alagadiças, que correm ao longo dos rios, ha ouro.—3.ª O modo de embaraçar com um dique engenhoso na serra de Villa Velha a corrente do Tejo nas suas cheias, de sorte que continue sua corrente para o mar sem alagar e prejudicar os campos, do que resultaria não faltar pão em Lisboa. (N'aquelle tempo era muito menor a cultura).—4.ª O mesmo invento para o Mondego com ainda maior utilidade do campo e da salubridade de Coimbra.—5.ª A applicação de remos aos navios de porte na occasião de calmarias, fazendo os navegar meia legoa por hora.—6.ª A roda hydraulica inventada em 1741 no paúl de Foja para enxugar as terras alagadas que, diz o autor, tem já dado ao reino utilidade de milhões de cruzados.—7.ª A novidade da barca de Santarem, cuja fórma se usava já nos paizes estrangeiros, mas era desconhecida em Portugal.—8.ª A reforma da lei para a capitação dos quintos (parece ser trabalho e calculo estatistico para resenha e regular cobrança d'esse ramo de fazenda publica), com cuja reforma, escreve o autor, recuperou a el-rei e ao povo muitos centos de mil cruzados. —9.ª Os paúes dessecados e afrutados «de que sabem as mesmas pessoas reaes (dizia o autor) com tão pouco custo e despeza, que o não podia crer o povo senão quando os viu dar fructo.»—10.ª Diz o autor: «o modo de aproveitar os demais, de que tenho noticia desde Alcaçar até ao Mondego inclusivamente; trabalho que compuz n'este carcere e trasladou o P. João de Mattos. Além d'estas utilidades, e outras menores em que não falo, julgo attendivel a addição que fiz nos coches da casa real para evitar as quedas quando quebrassem as rodas ou os eixos; — as camas de campanha que inventei no anno em que fui á Gollegã com os marquezes de Marialva, Angeja, e conde d'Obidos :—o carro que inventei, o qual por força do vento o procura direitamente em rumo contrario ; este carro viram V. Ex.ª, os marquezes de Abrantes, e os senhores da casa de Lafões : — O cordão pelo qual apeava qualquer sege da bolea ficando as duas bestas soltas com a mesma acção, o que era muito conveniente em jornada e na campanha:—a reforma feita no mechanismo das azenhas, de modo que moendo onze alqueires por dia ficassem moendo 50:—o que escrevi sobre augmentar muito a velocidade, e alguma cousa a segurança das barcas de riba-Tejo: —o que escrevi sobre os lemes das embarcações. Afóra isto tambem julgo ser attendivel algum credito que resulta á nação portugueza do movimento da machina simples de fogo que inventei em Inglaterra, como se póde vêr nas *Transacções da Academia Real das Sciencias de Londres*, como tambem a reforma da *machina pneumatica* que inventei em Allemanha e hoje se pratica.» Na verdade, Bento de Moura Portugal havia tornado o seu nome illustre dentro e fóra do reino, onde tinha tratado com os sabios e admirado as academias, onde apresentára os seus inventos e aperfeiçoamentos na physica e na mechanica, a ponto de escrever d'elle Hermano Osterrieder, sabio allemão, dizendo, que *depois do grande Newton em Inglaterra só Bento de Moura em Portugal*. No paiz tinha merecido a confiança de D. João V, que o incumbiu de varias e importantes commissões, nomeando o superintendente da Foz d'Alge, e confiando-lhe a quantia de 5:000 cruzados, que recebera da mão de José Lavache em Thomar, por ordem do secretario d'estado, para concertos da dita fabrica, além d'outras quantias de que elle deu minuciosa conta a el rei D. José nos apontamentos que deixou quando falleceu, no fim dos quaes declara a el-rei que todo o tempo da sua administração em tantas e tão differentes commissões se estava devendo um milheiro de telha em Villa Velha no valor de 4$000 réis. No fim de tantos annos de serviços, d'applicação desvellada ao bem commum, de descobertas e de trabalhos utilissimos, de grande zelo e na gerencia de fazenda publica, foi Bento de Moura Portugal preso em 1760, conforme dissémos, no forte da Junqueira. Nunca se declararam os capitulos das suas culpas, ali soffreu quasi sempre com heroica e christã paciencia o tormento da sua triste situação por espaço de 16 annos. O editor de seus escriptos nos deu, comtudo, a causa d'este rigoroso tratamento, copiando um artigo da *Historia* manuscripta *do que passaram os presos chamados d'estado no forte da Junqueira, escripto pelo marquez d'Alorna*. N'esse artigo, depois de falar de dois padres cruzios, tambem ali presos continúa: «Bento de Moura já lá estava quando vieram estes padres, e nas perguntas confessou logo que tinha falado da innocencia dos Tavoras e dos padres da Companhia; accrescentando que era lá por fóra a opinião de todas as pessoas de bem: Sebastião José de Carvalho, entrou com isto em furor : foi posto na peor das casas escuras, e lhe deram um companheiro que

depois mandaram degredado para Mazagão Com a ida d'este homem tornou Bento de Moura a ficar só; até então passava como insensivel a estes trabalhos dizendo que se achava muito bem com esta casta de vida, na qual pelo silencio se lhe tinha avivado a ideia para descobrir muitas cousas que em outra situação lhe seriam sempre occultas; e que além d'isso lá fóra andava sempre com medo que o prendessem, e aqui estava livre d'esse susto: mas apezar d'estas apparencias d'animo sobrevieram-lhe cogitações e molestias que lhe accrescentaram a tristeza. N'uma d'estas occasiões o veiu vêr o cirurgião Manuel Ferreira, que o tratou por você; a este insulto respondeu com muita moderação o preso allegando o foro de fidalgo e o seu habito de Christo, cousa que metteram-no a bulha os guardas por muitos dias continuos com grande insolencia.» Bento de Moura Portugal havia sido agraciado com as honras de fidalgo cavalleiro por alvará de 24 de março de 1750. Parece que as molestias e a solidão lhe alteraram por algum tempo as faculdades intellectuaes, porque para lhe assistir como a homem alienado, lhe deram por companheiro o padre jesuita João de Mattos, tambem preso nos mesmos carceres. Foi este um desvelado companheiro, confortando o miserando preso quando entregue aos horrores da sua situação, e para o ajudar e auxiliar nos seus derradeiros cuidados e disposições. O editor, já citado, quando tratou dos seus escriptos, diz: «temos gasto as ferias passadas em decifrar e copiar o que estava escripto em *papel pardo com tinta de ferrugem e fumo de candeia*. Nas margens do livro sobre a electricidade disse Bento de Moura, que elle explicaria melhor as causas de que ali trata se tivesse papel; porém que era tal a penuria que lhe era forçoso escrever nas margens estreitas d'um livro de 8.º pequeno, não tendo outra tinta do que o fumo da candeia, nem outra pena que um pausinho de pinheiro: sendo lhe preciso lá escrever da meia noite por deante, porque o escrever seria o maior crime que dentro d'aquellas paredes se podia commetter.» Depois de processos e operações engenhosas, imaginadas pelo seu fecundo talento, havia Bento de Moura chegado a tornar o papel pardo, unico admittido ali para embrulhos, apto e proprio para supportar a escriptura; e foi n'esta materia que elle dizia n'uma carta enviada ao infante D. Pedro, mais tarde marido do D. Maria I, que lhe mandava a demoustração de seus *inventos dispostos em 28 cadernos de papel pardo dobrado em* 4.º. A dedicação do P. João do Mattos o ajudou n'estas tormentosas tarefas, executadas com taes meios. Depois da morte de D. José e da queda do seu omnipotente ministro, sairam os presos do forte da Junqueira, que tinham sobrevivido, e com elles vieram os escriptos de Bento de Moura, que succumbira no captiveiro, os quaes haviam sido salvos pelo conde de S. Lourenço, seu companheiro de prisão. O longo escripto dos 28 quadernos mandados a D. Pedro, não resultou effeito algum d'aquelles a que se propunha o seu autor; esse escripto lá se perdeu ou se sumiu no cahos das razões politicas, ou no abandono e esquecimento da posteridade. O que resta das obras de Bento de Moura é o que foi descoberto por um antigo amigo do auctor, José Joaquim Simões de Paiva, que pôde colligir em Evora e em Lisboa o que existia no poder de terceiras pessoas que os guardavam desde os carceres da Junqueira. Esta pequena mas preciosa collecção ficou por muitos annos manuscripta, até que foi publicada pela imprensa de Coimbra no anno de 1821 devido aos cuidados de Antonio Ribeiro Saraiva. Tem por titulo: *Inventos e varios planos de melhoramentos para este reino, escriptos nas prisões da Junqueira*.

Portugal *(Fernando José de)*. Era filho do 3.º marquez de Valença. N. a 4 de dezembro de 1752, fal. no Rio de Janeiro a 24 de janeiro de 1817. Seguindo a carreira da magistratura estudou na Universidade de Coimbra, serviu na Relação do Porto e na Casa da Supplicação. Pelos annos de 1783 foi nomeado governador e capitão general da Bahia, e depois de ter exercido por muitos annos esse cargo, foi no principio do anno de 1800 nomeado vice-rei do estado do Brazil. Succedendo-lhe em 1805 o conde dos Arcos, regressou a Portugal, e sendo nomeado presidente do conselho ultramarino e conselheiro de estado, acompanhou a familia real para o Brazil em 1807. Escolhido pelo principe regente D. João para ministro assistente ao despacho, ministro do reino, e encarregado tambem das pastas da guerra e dos estrangeiros, foi tambem presidente do real erario, do conselho da fazenda, da Junta do Commercio, e provedor das obras da casa real. Teve mercê do titulo de conde, e mais o de marquez, de Aguiar. Escreveu: *Ensaio sobre a critica, por Alexandre Pope, traduzido em portuguez;* Rio de Janeiro, 1810; com um retrato; a traducção é em prosa, seguida de numerosas annotações e commentarios; *Ensaios moraes de Alexandre Pope, em quatro epistolas a diversas pessoas, traduzidos em portuguez, com as notas de José Warton e do traductor;* Rio de Janeiro, 1812.

Portugal (*D. Francisco de*). Era filho do 2.º conde da Vidigueira. Fal. em Fez em 1579. Foi vedor da fazenda de D. Sebastião. Acompanhando este monarcha a Africa, esteve na batalha d'Alcacer Kibir, e caindo no poder dos moiros, foi transportado para Fez, onde falleceu.

Portugal (*D. Francisco de*). Fidalgo da mais nobre linhagem N. em Lisboa no anno de 1585, onde tambem fal. a 5 de julho de 1632. Era filho de D. Lucas de Portugal, da casa dos condes de Vimioso. Herdou de seu pae a commenda de Fronteira, na ordem de Aviz. Desde muito novo se entregou ao estudo da equitação, montando admiravelmente a cavallo; jogava bem as armas, e tocava alguns instrumentos da moda. Era um perfeito cortezão, como então se dizia. Tambem se dedicava á poesia, de que deu provas de grande talento, o que era hereditario na casa Vimioso. D. Francisco de Portugal nasceu e morreu, estando o paiz sob o dominio hespanhol, sendo a côrte estabelecida em Madrid. N'essa côrte tornou-se muito estimado, porque D. Francisco falava e escrevia correctamente em hespanhol. Quiz, porém, demonstrar, que se não contentava só com os frivolos triumphos que alcançava na côrte, embarcando algumas vezes, ora ás ordens de D. Affonso de Noronha, ora ás de D. Antonio de Athaide. Em 1624 esteve na campanha da restauração da Bahia, onde se distinguiu pela sua bravura. Casou com uma sua parenta, D. Cecilia de Portugal, de quem teve um filho, D. Lucas de Portugal (V. *adeante*). Pouco depois de regressar á

patria, em cuja viagem se viu quasi perdido na altura das ilhas dos Açôres, resolveu deixar o mundo, e recolher-se a um claustro, e effectivamente professou no convento de S. Francisco da Cidade, em Lisboa. Pouco tempo vestiu o habito, porque falleceu contando apenas 47 annos de edade. Escreveu: *Divinos e humanos versos. Ao Principe D. Theodosio, nosso senhor*, etc; Lisboa, 1652; segue no fim: *Prisões e solturas d'uma alma*, em prosa e verso. Este livro publicou-se por diligencia de D. Lucas de Portugal, filho do auctor, assim como as obras seguintes, escriptas em castelhano: *Arte de galanteria*, Lisboa, 1670, outra edição em 1682; *Tempestades y batallas de un cuydado ausente*, Lisboa, 1683.

Portugal *(D. Henrique de)* Neto do 1.º conde de Vimioso; foi embaixador d'el-rei D. Sebastião ao imperador Rodolpho, e captivo na batalha de Alcacer Kibir. Recuperando a liberdade voltou á patria, e foi conselheiro de estado no tempo do cardeal rei D. Henrique. Fal. a 5 d'outubro de 1625.

Portugal *(D. João de)*. Filho do 1.º conde de Vimioso. N. em Evora, e tendo estudado Theologia e Canones na Universidade de Coimbra, graduou se em 1550. No anno de 1556 foi nomeado bispo da Guarda, mas por desavença que teve com o cardeal D. Henrique, saiu do reino em 1576. Voltando a Portugal em 1580 seguiu o partido de D. Antonio, prior do Crato, e querendo depois fugir disfarçado foi preso em Arraiollos. Conduzido para Castella ficou recluso n'um mosteiro da ordem de Calatrava, e privado por sentença, do bispado. Falleceu na prisão com 70 annos de edade, depois de 1592.

Portugal *(D. João de)*. Fidalgo da casa dos condes de Vimioso. Era casado com D. Magdalena de Vilhena. Acompanhou el rei D. Sebastião á batalha de Alcacer Kibir e n'ella falleceu, segundo as noticias que correram. Ha, porém, uma tradição, que diz ter elle ficado captivo dos moiros, e regressára á patria no fim d'alguns annos, vindo encontrar sua mulher, que julgando-se viuva, havia contrahido segundas nupcias com D. Manuel de Sousa Coutinho. Reconhecido o facto, D. Manuel recolheu-se ao convento de S. Domingos, de Bemfica, tomando o nome de Fr. Luiz de Sousa. Este episodio serviu de base ao visconde d'Almeida Garrett, ao seu drama *Fr. Luiz de Sousa*,

Portugal *(D. Fr. João de)*. Religioso dominicano da ordem dos prégadores, bispo de Vizeu. N. em Evora em 1554, e fal. a 26 de fevereiro de 1629. Era filho do 2.º conde de Vimioso. Estudou na Universidade de Salamanca, tendo professado em 1570 na ordem dos prégadores. Em 1580, quando se travou a lucta entre Filippe II, de Hespanha, e D. Antonio, prior do Crato, seguiu a causa de D. Antonio, juntamente com seu irmão, o conde de Vimioso. D'ahi lhe resultaram grandes perseguições por parte do rei castelhano, mas quando Filippe II foi acclamado rei de Portugal, essas perseguições attenuaram-se, e fr. João de Portugal foi nomeado procurador regio, cargo em que deu provas de grande orador. Foi tambem vigario do convento do Sacramento, e em 27 d'abril de 1626, nomeado bispo de Vizeu. Deixou algumas obras de Theologia, em latim, e outras em portuguez.

Portugal *(João da Cunha Neves e Carvalho)*. Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, desembargador da Casa da Supplicação etc. N. em Barcellos em abril de 1784, fal. em Lisboa, no sitio d'Ajuda, a 29 de fevereiro de 1856. Seguindo a carreira da magistratura, chegou a ser desembargador da Casa da Supplicação, mas pelos seus serviços prestados á causa do infante D. Miguel, de quem era acerrimo partidario, saiu de Portugal no anno de 1834, indo viver em Paris d'onde regressou á patria em 1841 ou 1842, e desde então até fallecer, exerceu a advocacia. Foi socio da Academia Real das Sciencais de Lisboa, e do Instituto Historico Geographico do Brazil. Collaborou activamente no *Panorama*, de 1842 a 1844, firmando muitos dos seus artigos com as iniciaes J. de C. das N. P. Tambem collaborou na *Revista Universal* e em varios outros jornaes litterarios da epoca. As seguintes obras, escriptas e publicadas por elle no tempo da sua emigração em Paris, sairam anonymas, e outras com o pseudonymo de Tristão da Cunha Portugal: *Orthographia da lingua portugueza, ensinuda em quinze lições pelo systema de Madureira, rectificado pelos principios de grammatica philosophica de Jeronymo Soares Barbosa, acompanhada das principaes regras de boa pronunciação*, etc., 1837; 2.ª edição, 1856; *Galeria pittoresca da historia portugueza, ou victorias, conquistas, façanhas e factos memoraveis da Historia de Portugal e do Brazil; obra destinada á instrucção da mocidade portugueza e brazileira, ornada de 24 estampas*, etc., 1842; *Fabulista da mocidade, ou collecção de fabulas selectas de Esopo, Lafontaine*, etc., *destinadas para a educação e recreio da mocidade, ornada de 24 estampas*, 1837; outra edição, 1856, *Manifesto dos realistas portuguezes;* impresso em Paris e enviado para Portugal, mas que pouquissimos exemplares chegaram ao seu destino, por ter ficado retido da alfandega o caixão que os continha. Pelo mesmo tempo collaborou, juntamente com outros emigrados, que estavam em Paris, em algumas publicações, como na traducção do *Tratado de Geographia Universal* de Balbi; o *Mappa historico, genealogico*, etc. *de Portugal*, e outros mais. Publicou ainda: *Memoria sobre o convento da ordem de Christo em Thomar, publicado pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, Lisboa, 1842; tinha saido no *Panorama*, vol. I da 2.ª serie, a pag. 43, 61, 68 e 85. Na *Gazeta dos Tribunaes* escreveu o *Elogio historico de Francisco Luiz de Gouveia Pimenta*, e outros artigos em diversos tomos d'aquella collecção. Juntamente com A. J. Viale, redigiu em 1844 o *Jornal da Sociedade Catholica*, do qual offereceu ao Instituto Historico Geographico do Brazil os 15 primeiros numeros. Na qualidade de socio da Academia Real das Sciencias apresentou em diversos tempos as seguintes memorias, que se imprimiram na collecção das da Academia, além de se publicarem tambem em separado: *Memoria sobre o programma*: *Que autoridade teve entre nós o Codigo visigodo desde o principio da monarchia? Quando cessou essa autoridade? E por que causas?*; no tomo VI, parte 2.ª, impresso em 1820, pag. 1 a 14; *Memoria sobre uma provisão, ou carta do sr. rei D. Affonso II, ácêrca de uns decretos, chamados Leis de Fr. Soeiro Gomes;* no tomo IX, 1825, pag. 1 a 18; *Memoria ácêrca do convenio celebrado entre o conde D. Henrique, e seu primo o conde D. Reimão, sobre os estados de seu sogro commum, o imperador D. Affonso VI;* no tomo I,

parte 2.ª da segunda serie, 1814, pag. 269 a 292; *Memoria sobre os ultimos tempos da dominação romana em Hespanha, e n'uma parte do territorio que hoje é Portugal*, no tomo I, parte 2.ª da *Nova serie, classe* 2.ª, 1855, de 22 pag; *Noticia sobre a situação de Eminium, povoação da antiga Lusitania*; lida na Academia Real das Sciencias, e impressa no tomo I das *Actas*, publicado em 1849, a pag. 96; *Proposta para a impressão do antigo Cancioneiro do Real Collegio dos Nobres;* no mesmo tomo, pag. 48 a 54; *Reflexões sobre o Itinerario do Barão de Rosmital*, no tomo III das *Actas*, pag. 44 a 70; *Biographia do cardeal patriarcha Saraiva (*D. Francisco de S. Luiz*)*; publicada primeiro em um dos jornaes da epoca, e depois inserta á frente do tomo I da collecção das *Obras completas* do mesmo patriarcha.

Portugal *(José Fernandes)*, Foi piloto da armada real, passou depois a ser official de artilharia, chegando ao posto de major. Devem se lhe um grande numero de plantas e diarios nauticos. Era natural do Rio de Janeiro, fez a sua carreira no Brazil, e estava no Rio de Janeiro quando rebentou a revolução de 1817. Os rebeldes o nomearam chefe da marinha. Logo que a revolução succumbiu, Fernandes Portugal foi preso e condemnado pela alçada, mas antes de ser executada a sentença, fal no hospital militar em 1818.

Portugal *(D. Lucas de)*. Commendador de Fronteira e mestre-sala da côrte de D. Affonso VI. Era filho de D. Francisco de Portugal, autor da *Arte de galanteria*. Foi elle quem publicou as obras de seu pae. Tornou se notavel como homem de espirito. Muitos dos seus ditos fôram publicados por Supico de Moraes na sua *Collecção politica de varios apophtegmas*. D. Lucas de Portugal foi amigo particular do grande D. Francisco Manuel de Mello.

Portugal *(D. Manuel de)*. Commendador de Vimioso, embaixador a Castella, e provedor-mór das Terças do reino. N. em Evora, e fal. com mais de 80 annos de edade, em 1606. Era filho do conde de Vimioso D. Francisco de Portugal, e muito valido do principe D. João, filho de D. João III e pae do rei D. Sebastião. Entregando se á arte poetica, distinguiu se bastante, e viveu na intimidade dos grandes poetas do seu tempo, como Sá de Miranda e Camões. El rei D. Sebastião, que muito o considerava, o nomeou seu embaixador a Hespanha. Depois da morte d'aquelle infeliz monarcha, por occasião das luctas que se travaram por causa da successão da corôa, D. Manuel de Portugal seguiu o partido de D. Antonio, prior do Crato, juntamente com os seus irmãos conde de Vimioso e D. João de Portugal. Fôram, porém, D. Manuel, o conde de Vimioso e o bispo da Guarda, os tres que nunca desampararam o prior, tanto quando de Santarem marchou a occupar Lisboa, como depois na batalha d'Alcantara, e depois na sua fuga atravez do reino. Por isso foi um dos que o rei de Hespanha excluiu da amnistia, e ainda que depois passados annos pôde viver impunemente na patria, nunca mereceu as boas graças do soberano hespanhol. Em 1605 imprimiram-se as suas obras, com o titulo: *Obras de Don Manuel de Mello*. Deixou muitas obras manuscriptas, entre as quaes cita Barbosa Machado uma intitulada *Diana dos ermitães*.

Portugal *(Marcos Antonio da Fonseca)*. Insigne musico, que nacionaes e estrangeiros celebraram como um dos compositores mais illustres do seu tempo. N. em Lisboa a 24 de março de 1762, fal. no Rio de Janeiro a 7 de fevereiro de 1830. Era filho de Manuel Antonio da Ascenção e de Joaquina Thereza Rosa. Tinha 9 annos de edade, quando entrou para o Seminario Patriarchal, em 6 de agosto de 1771. Fez rapidos progressos no estudo da composição, em que teve por mestre João de Sousa Carvalho. Aos 14 annos já compunha, como se vê pela data de 1776, d'um *Miserere*, a 4 vozes e orgão que figura no catalogo das suas composições Foi tambem notavel o seu aproveitamento no estudo do canto e do orgão. Contava 21 annos de edade, quando foi admittido na irmandade de Santa Cecilia, a 3 de julho de 1783, declarando a sua inscripção, ser a esse tempo cantor e organista da Patriarchal. Segundo dizem noticias tradicionaes, a voz de tiple que tivera na infancia, transformou-se-lhe na

Marcos Antonio da Fonseca Portugal

d'um bello tenor. Ao principio e durante alguns annos, assignou se sempre com os dois simples nomes de Marcos Antonio, e assim está inscripto no livro e outros documentos da irmandade de Santa Cecilia, figurando da mesma fórma nas primeiras composições, sendo entre os musicos conhecido sómente pelo nome de *Marcos*. Mas desde que a fama do seu extraordinario talento começou a tomar vulto, despertou se-lhe a vaidade, que se tornou seu principal defeito, e foi ella naturalmente que lhe impoz a obrigação de ajuntar ao nome alguns appellidos altisonantes, indo encontral-os no padrinho do casamento de seus paes, o capitão José Correia da Fonseca Portugal. Desde que entrou para mestre do theatro do Salitre, em 1785, é que principiou a usar os appellidos citados. O folheto que se imprimiu, do *Idilio aos felicissimos annos da Senhora Infanta D. Carlota Joaquina*, representado n'aquelle theatro a

25 de abril de 1788, diz: O *Idilio composto por José Procopio Monteiro, comico do mesmo theatro. Musica de Marcos Antonio da Fonseca Portugal, mestre de musica do mesmo theatro, e organista compositor da Santa Egreja Patriarchal* Foi n'esta epoca que adquiriu entre nós grande fama de compositor; a musica que escrevia para o Salitre agradava muito, e tornava-se popular, como a do *Novo entremez da Castanheira ou a Brites Papagaia*, que teve extraordinaria popularidade. Em 1792 começou a publicar se o *Jornal de Modinhas*, que nos seus primeiros numeros trouxe tambem algumas modinhas, composições do illustre maestro, as quaes tiveram muita voga nas salas. Como compositor de musica religiosa, encetara egualmente uma brilhante carreira. Foi com ella que realisou os seus primeiros ensaios, pelo *Miserere* já mencionado, escripto aos 14 annos, seguindo-se-lhe missas, motetes, psalmos, etc. Algumas d'estas obras fôram escriptas por ordem régia para serem executadas na Patriarchal e na capella do paço de Queluz. Em 1788 compoz a musica de uma oratoria em italiano, de Luiz Torriani, e dedicada á Senhora da Conceição. Brilhantemente conceituado, convivendo com a côrte e com a familia real, desejou ir á Italia, e conseguiu com a protecção régia, satisfazer essa sua decidida vontade, saindo de Lisboa em 1792. Fixou a sua residencia em Napoles, que era então o principal centro do ensino de musica em Italia, e para lá iam todos os pensionistas portuguezes, que no seminario haviam aprendido os principios da escola napolitana, transmittidos pelo professor David Peres, além de lhes serem familiares as obras dos principaes mestres d'essa escola, como Durante, Jomelli, Pergolese, Zingarelli, etc. O principal cuidado, segundo parece, de Marcos de Portugal, foi o fazer-se conhecer como compositor já feito, e esse intento logo o realisou em 1793, anno em que no theatro *Pergola*, de Florença, se cantou a sua opera *L'Eroe Cinese*, poema de Metastasio. N'esse mesmo anno, tambem se cantou em Florença, no theatro *Palla corda*, a opera buffa *I due Gobbi;* em Veneza, no theatro *San Moisé*, as farças em 1 acto, *Il principe Spazza camino* e *Rinaldo d'Asti*. No theatro Scala de Milão, cantou-se pela primeira vez a 8 de fevereiro de 1794, a opera *Il Demofoonte.* Durante oito annos que se demorou em Italia, desde 1792 até 1800, cantaram se em diversos theatros e em diversas terras 21 operas, obtendo todas grande exito. A ultima que se cantou, foi a 14 de fevereiro de 1800, no theatro *Scala*, de Milão, *I Sacrifizi d'Ecate o sia Idante.* Em 1800 regressou a Lisboa Marcos de Portugal, cheio de gloria e tambem de vaidade. Nos fins do anno de 1794 viera a Lisboa, demorando se até principios de 1796, o que se confirma por não se ter cantado em 1795 nenhuma opera sua em Italia, e terem-se cantado no theatro da Rua dos Condes, em 1794 as farças *O Basculho da chaminé, Reinaldo d'Asti*, e em 1795 a cantata *Il Natal d'Ullisse*, no palacio do real castello de Lisboa; um *Te-Deum* com instrumental executado no mesmo anno em Queluz, e em 1796 um Motete com instrumental a solo de soprano Foi logo nomeado mestre da capella real e do theatro de S Carlos; e professor no Seminario. Já no anno anterior á sua chegada se haviam cantado, despertando a maior curiosidade, as operas *La Donna di genio volubile, Reinaldo d'Asti* e *Il Barone Spazzacamino.* No outono de 1800 apresentou Marcos de Portugal, ensaiada e dirigida por elle, a primeira opera que escreveu expressamente para o theatro de S. Carlos, *Adrasto, ré d'Eggito.* No outono do anno seguinte apresentou *La morte di Semiramide*, em que a celebre cantora Catalani teve um exito extraordinario. Seguiram-se outras operas, sendo algumas das que já se haviam cantado em Italia, escrevendo nova musica para a *Argenida*, que se cantara em Florença, *Fernando nel Messico*, que se cantara em Veneza, etc. Em 1804 apresentou as novas operas *L'Oro non com pra amore*, e *Merope.* Em 1805 *Il Duca di Foix, Ginevra di Scozia.* Em 1806, *Artaserse* e *La Morte di Mitridate.* A invasão franceza obrigou, como é sabido, a familia real a fugir para o Brazil no anno de 1807, porém Marcos de Portugal conservou se em Lisboa, talvez esperançado em cair nas boas graças dos novos dominadores. Quando o general Lannes esteve em Lisboa como embaixador em 1804, Marcos tratou de perto com elle, e prestou-lhe os seus serviços artisticos. Lannes mandou celebrar na egreja do Loreto no dia 10 de maio d'esse anno, um solemne *Te Deum* em honra de Bonaparte, e foi Marcos quem compoz a musica e a dirigiu. A' noite o mesmo general embaixador deu um explendido sarau, em que Marcos tomou parte acompanhando os cantores ao piano. Em 1808, Junot, estando senhor de Lisboa, quiz que o dia da festa de Bonaparte, 15 de agosto, fôsse aqui celebrado com um grande espectaculo de gala em S. Carlos, e encarregou Marcos de Portugal de escrever uma opera nova, que fôsse mais ou menos adequada ás circumstancias. Marcos lembrou-se do seu antigo *Demofoonte*, cujo libretto de Metastasio celebra casos heroicos, improvisou sobre elle musica nova, ensaiou-a, e dirigiu a na noite da festa. Depois que os francezes evacuaram o paiz, Marcos penitenciou se do seu jacobinismo. A convenção de Cintra foi celebrada com espansivas festas, entre ellas uma missa solemne e *Te-Deum*, que o Senado fez cantar na egreja de Santo Antonio; Marcos e seu cunhado Leal Moreira, tambem compositor, fôram os directores e os autores da musica. Comquanto o theatro de S. Carlos não funccionasse regularmente por esse tempo, haviam ficado em Lisboa alguns artistas italianos e estes deram em 13 de maio de 1809, dia dos annos de D. João VI, ainda regente, uma recita de gala, para a qual escreveu Marcos uma peça d'occasião, *La Speranza o sia L'Augurio Felice.* O final era um hymno, que se tornou o hymno official portuguez até 1834, vulgarmente chamado *Hymno do Principe*, e mais tarde, *Hymno de D. João VI.* Alguns mezes depois organisou-se uma sociedade de artistas, da qual Marcos fazia parte, para darem tres recitas nos tres dias em que se festejou o primeiro anniversario da retirada dos francezes, cantando-se a opera *La Donna di genio Volubile.* As circumstancias haviam mudado, e a opinião publica levantava-se enfurecida contra os jacobinos, e accusava Marcos de Portugal tambem de jacobinismo. O illustre maestro achava-se n'uma falsa posição, e a sua vaidade soffria atrozmente. As noticias do Rio de Janeiro certificavam lhe que fizera mal em não seguir a côrte, que no Brazil retomara parte do seu explendor, e os artistas eram ali estimados como d'antes. Resolveu par-

tir, mas ainda no principio de 1810 esteve á testa da companhia de S. Carlos, dirigindo a sua opera *L'oro non compra amore;* n'esse anno escreveu um *Credo*, cuja partitura autographa dizem existir na Bibliotheca d'Ajuda. Depois partiu definitivamente, levando comsigo seu irmão, Simão Victorino de Portugal, organista da patriarchal e tambem compositor. Chegou ao Rio de Janeiro em 1811, sendo ali recebido pelo principe regente e pela côrte com as maiores considerações e estima. As primeiras musicas que compoz, fôram uma grande missa a 4 vozes e orchestra completa, e umas matinas para a festa do Natal. Em 12 de outubro de 181?, anniversario natalicio do principe D. Pedro, inaugurou se o grandioso theatro de S. João, construido á similhança do de S. Carlos, de Lisboa, e a peça allegorica representada n'essa ocasião foi obra de Marcos, intitulada *O Juramento dos Numes*, sendo a poesia escripta por D. Gastão Fausto da Camara Coutinho. No mesmo theatro cantaram se depois muitas das suas outras antigas operas. O theatro de S. João ardeu em 1823, sendo depois reconstruido com o titulo de *Theatro de S. Pedro d'Alcantara*. Alimentando a actividade do theatro com as peças já anteriormente escriptas, o seu trabalho de composição no Rio de Janeiro consistiu principalmente em musica religiosa para o serviço da real capella. Tambem compoz musica para a antiga farça *A Saloia namorada*, que se cantou em 1812 pelos negros, alumnos do conservatorio estabelecido por D. João VI. A vaidade de Marcos e o apreço em que era tido, não podiam deixar de crear-lhe grandes inimizades. Um seu encarniçado inimigo, Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, deixou alguns escriptos manifestando claramente a sua má vontade contra o illustre maestro portuguez. No entretanto, apezar da inveja que o pretendia amesquinhar, Marcos de Portugal continuava vivendo perfeitamente com relação á sua posição social e aos interesses pecuniarios. Recebia de Lisboa o ordenado de mestre do Seminario, era mestre do principe D. Pedro, e andava nas seges da Casa Real, recebendo tambem presentes importantes. Em 1811 teve um primeiro insulto apopletico, e em 1817, um segundo, que muito o transtornou, e tanto que em 1821 quando D. João VI regressou a Portugal, não o pôde acompanhar. Acabaram se-lhe então todas as regalias. Não tendo nunca reservado parte dos grandes proventos que alcançara, juntou-se á perda do prestigio a falta de recursos. Recolheu-se então a casa d'uma velha fidalga, a viuva marqueza de Aguiar, onde falleceu em relativa pobreza e completo esquecimento, com 68 annos incompletos. Em 1801, quando reabriu o theatro italiano em Paris, por influencia de Bonaparte, cantou se a obra de Marcos Portugal, *Non irritar le donne*, publicando n'essa occasião *Le Moniteur Universel* uma elogiosa apreciação da opera. *O Fernando in Messico* cantou-se em Londres com grande exito, pela celebre cantora ingleza Elisabeth Bellington O escriptor inglez Burgh, n'um livro intitulado *Anedoctes of music*, qualifica de admiravel a opera de Marcos Portugal. Esta mesma opera foi cantada em Roma pela citada cantora Em S. Petersburgo cantaram se as operas *Il Principe Spazzacamino;* o *Artaserse* e *L'Astuta*, etc. Para attestar o grande merecimento de Marcos de Portugal, basta a acceitação que as suas operas tiveram em quasi todos os theatros da Europa, e com especialidade em Italia, onde foi recebido a par de Cimarosa, Paisiello e outros compositores celebres seus contemporaneos. No *Diccionario biographico de Musicos Portuguezes*, de Ernesto Vieira, no vol. II, pag. 191 a 230, e 471 a 473, vem publicada uma minuciosa biographia do notavel maestro portuguez, d'onde extrahimos estes apontamentos e transcrevemos alguns trechos. N'essas paginas tambem se encontra a relação do enorme reportorio das suas obras, tanto theatraes, como religiosas.

Portugal *(D. Martinho de)*. Filho do bispo de Evora D. Affonso de Portugal e irmão do 1.º conde de Vimioso, governou pelos annos de 1522 o bispado de Vizeu em que tinha sido provido D. Affonso, filho d'el-rei D Manuel. Tendo sido em 1525 mandado a Roma como embaixador, foi pelo papa depois nomeado nuncio e embaixador junto de D. João III com poderes de legado *a latere* nos reinos e dominios da corôa portugueza. No anno de 1532 voltou a Roma, e erigindo se em metropole a egreja do Funchal, foi D. Martinho de Portugal nomeado arcebispo d'ella, e posteriormente eleito bispo do Algarve, mas não confirmado, porque falleceu em 1547.

Portugal *(D. Miguel de)*. Era filho do 3.º conde de Vimioso. Doutor em Theologia e em Canones; deputado da inquisição de Coimbra, inquisidor em Evora, deputado do conselho geral do Santo Officio, e nomeado bispo de Lamego em 1636. Tendo sido mandado a Roma como embaixador de D. João IV, não conseguiu ser recebido pelo papa. Foi depois conselheiro de estado e eleito arcebispo de Evora. Fal. em Lisboa a 3 de janeiro de 1644.

Portugal *(Salvador Taborda)*. Doutor em Jurisprudencia Cesarea pela Universidade de Coimbra, desembargador da Casa da Supplicação, procurador fiscal da Junta dos Tres Estados, etc. N. em Penamacôr e fal. em Paris em 1690. Foi lente na Universidade de Coimbra, e em 1677 foi nomeado enviado extraordinario a Paris, onde se conservou até fallecer. Escreveu: *Memoria dos successos que aconteceram em França, e na maior parte da Europa, no tempo que assistiu n'aquella côrte com a occupação de Enviado do Serenissimo principe regente, depois rei D Pedro II, a el rei christianissimo Luiz XIV, desde 1677 até 1689.*

Portugal *(Simão Victorino)*. Irmão de Marcos Portugal. Nasceu em 1774 e foi tambem discipulo d Seminario Patriarchal, onde foi admittido em 14 d'abril de 1782. Exerceu depois o cargo de organista da Patriarchal, dedicando-se especialmente ao ensino de piano e de canto. Escreveu tambem àlgumas obras de musica religiosa. Acompanhou seu irmão para o Rio de Janeiro, em 1810, e ali trabalhou activamente para o engrandecimento do Conservatorio e fez parte da musica da capella real. O seu instrumento favorito era o piano. Falleceu no Rio de Janeiro em 1825.

Portugal *(Thomaz Antonio de Villa Nova)*. Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, do conselho d'el-rei D. João VI, etc N. em Thomar a 18 de setembro de 1755, falleceu em Lisboa a 16 de maio de 1839. Exerceu diversos cargos da magistratura, escrevendo ao mesmo tempo diversas memorias que apresentou á

Academia Real das Sciencias, e que andam insertas na collecção das *Memorias* da mesma Academia. Embarcando para o Brazil chegou a desembargador do paço do Rio de Janeiro, e quando pela morte do conde da Barca D João VI formou um novo ministerio, foi Villa Nova Portugal encarregado dos negocios do reino e da justiça, e ficou com o dos extrangeiros em 1818, emquanto o conde de Palmella não chegava ao Brazil. Villa Nova Portugal assumiu em breve a maior importancia nos conselhos da corôa, mas a sua administração levantou logo grandes rumores, porque o ministro não passava d'um jurisconsulto intelligente, mas atrazadissimo nas materias administrativas e economicas, e mais ainda no conhecimento das sciencias sociaes e politicas. As circumstancias financeiras eram pessimas, e o publico murmurava do estado e systema de governo do banco do Rio de Janeiro, pois Thomaz de Villa Nova Portugal entendeu que o melhor expediente para occorrer a essas difficuldades era publicar um decreto prohibindo que se desacreditasse o banco em conversas e noticias a respeito das suas operações e situação dos seus negocios ameaçando com processo e punições severas os que transgredissem esta ordem. Outro documento prova bem quaes eram as idéas politicas d'este ministro, é o celebre alvará de 30 de março de 1818, por elle referendado, contra a maçonaria e quaesquer outras sociedades secretas, prohibindo-as completamente. Este alvará vem transcripto no vol. XII do *Diccionario bibliographico* de Francisco Innocencio da Silva, de pag 334 a 335. Apenas chegou ao Rio de Janeiro a noticia da revolução de 1820, Villa Nova Portugal mostrou se abertamente hostil a esse movimento, e censurou abertamente o modo como se houvera a regencia que, segundo elle, deveria ter reprimido pela força a insurreição liberal. Quando D. João VI estava vacillante sem saber o partido que deveria tomar, chegou ao Rio de Janeiro o conde de Palmella que tomou conta da repartição dos estrangeiros, ficando Villa Nova Portugal com as outras pastas, conservando ainda bastante influencia no animo do indeciso soberano. Nos conselhos em que o governo debateu as providencias que seria conveniente adoptar, apresentou-se sempre adversario das idéas liberaes de Palmella, e fundando se nas tradições do governo absoluto, sustentou a necessidade de se recorrer á força para submetter os revoltosos, agourando a queda do throno se o rei quizesse encetar o caminho das concessões. Os acontecimentos do Rio de Janeiro no dia 24 de janeiro de 1821 fizeram sair do ministerio Thomaz de Villa Nova Portugal, que regressando á patria viveu aqui obscuramente, fallecendo quasi na miseria. Foi tambem desembargador do Paço e chanceller mór do reino. Era commendador das ordens de Aviz e da Torre e Espada. Os escriptos que ficaram de Thomaz Villa Nova Portugal, parece que se reduzem sómente ás *Memorias* insertas na collecção da Academia Real das Sciencias, conforme dissémos. São ellas as seguintes: *Memoria ao programma: Qual foi a origem, e quaes os progressos e as variações da jurisprudencia dos morgados em Portugal?* foi premiada pela Academia em 12 de maio de 1791; inserta no tomo III das *Memorias de Litteratura Portugueza*, pag. 374 a 470; *Memoria ao programma: Qual seja a epoca fixa da introducção do direito romano em Portugal e o grau de autoridade que elle teve nos diversos tempos?*; inserta no tomo V das ditas *Memorias*; *Memoria sobre a preferencia do estabelecimento dos mercados ao uso das feiras*; nas *Memorias Economicas*, publicadas pela Academia, tomo II; *Memoria sobre a cultura dos terrenos baldios, que ha no termo da villa de Ourem*; idem no mesmo volume; *Memoria sobre os juros, relativamente á cultura das terras*, idem, no tomo III; *Observações que seria util fazerem-se, para a descripção economica da comarca de Setubal*, idem, no tomo citado; *Observações sobre o mappa da povoação do termo da villa de Azeitão*, idem, no mesmo volume.

Portugal. V *Lusitania*, *Lusitanos*, no vol. IV d'esta obra, pag. 587 e 589, e *Porto*, no presente vol., a pag. 916.

Portugal e Castro *(D Manuel Francisco de)*. Commendador das ordens de Aviz e de Nossa Senhora da Conceição, veador e conselheiro da fazenda real, governador e capitão general de Minas Geraes, da ilha da Madeira, vice-rei da India, etc. Nasceu no Campo Grande, em 5 de novembro de 1787, falleceu em Lisboa a 12 de julho de 1854. Era filho do 4.º marquez de Valença, D. Affonso Miguel de Portugal, e de sua mulher D. Maria Telles da Silva. Em 1826 foi nomeado governador da ilha da Madeira, governo que pouco depois deixou, por ter recebido despacho para a India, tomando posse d'este cargo a 9 de outubro de 1827. Em 7 de abril de 1830 foi elevado a vice-rei, sendo o ultimo governador que teve este honroso titulo. Durante o tempo da sua administração promoveu o embellezamento de Pangim, e fez construir grande numero de edificios do estado. Pela nova organisação dada ás provincias ultramarinas depois do estabelecimento do governo constitucional, foi substituido pelo prefeito Bernardo Peres da Silva, que tomou conta da administração civil da provincia no meado de janeiro de 1835 No primeiro dia do mez seguinte houve em Gôa uma revolta contra o prefeito, e sendo este preso e mandado para Bombaim, o ex-vice-rei assumiu por dois dias o governo para acalmar os animos. Reunindo logo uma assembléa fez collocar á testa dos negocios publicos o primeiro conselheiro da perfeitura Joaquim Manuel Correia da Silva e Gama. No dia 10 houve reacção a favor do prefeito, mas ficou malograda, e a 3 de março um novo movimento militar deu em resultado a deposição do conselheiro Correia da Silva e Gama, e a nomeação d'um governo provincial. D. Manuel de Portugal e Castro foi convidado para entrar n'esse governo, mas recusou, e passando para Vingorlá, recolheu-se a Lisboa. Conservando-se sempre alheio á politica da metropole, acclamou D. Miguel quando de Lisboa recebeu ordem para isso, e depois D. Maria II, quando recebeu egual indicação. Por occasião do golpe de estado de 6 de outubro de 1846, foi encarregado da pasta da marinha, e quando o marechal Saldanha saiu de Lisboa, para entrar em operações, D. Manuel ficou interinamente na secretaria dos negocios estrangeiros, saindo afinal do ministerio, quando este se demittiu em 18 de abril de 1847.

Portugal e Castro *(D. Miguel Lucio de)*. Era filho do 2.º marquez de Valença, D. Francisco de Portugal. Nasceu em Lisboa em 1722, falleceu

em Madrid em 1785. Seguindo a carreira ecclesiastica foi principal da egreja patriarchal. Era academico da Academia Real de Historia Portugueza, e da dos Occultos. Sendo nomeado embaixador á côrte de Hespanha, ali falleceu. Escreveu: *Elogio funebre do muito alto e poderoso rei D. João V;* saiu na *Collecção das obras que na Academia dos Occultos se recitaram* etc.; *Oração panegyrica no feliz dia da gloriosa coroação d'el rei D. José I, nosso senhor;* saiu na collecção intitulada *Jubilos de Portugal*, etc ; ha exemplares em separado, Lisboa, 1750; *Decimas que nos annos d'el-rei nosso senhor recitou a 6 de junho de 1762, na sua real presença;* sem indicação do logar da impressão nem do anno; *Oração aos annos d'el-Rei nosso Senhor, recitada na sua real presença aos 6 de junho de 1774*, Lisboa 1774; *Romance á marqueza de Tavora .. acompanhando seu esposo para a India;* sem logar nem anno de impressão; *Oração aos annos d'el-Rei Nosso Senhor... recitada em 6 de junho de 1767, sendo director da Academia Real de Historia Portugueza*, Lisboa, 1767.

Portugal e Castro Pov do conc. de Sanguem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Fica na margem esquerda d'um affluente do rio Sanguem. Os seus campos fôram arroteados pela Sociedade patriotica agricola dos baldios das Novas Conquistas, fundada em 5 de maio de 1828.

Portugal e Torres. Familia procedente de D. Diniz, filho de D. Pedro I e de D. Ignez de Castro, e cujas armas são: escudo esquartellado: no primeiro quartel, que é o alto, as quinas de Portugal; no segundo em campo sanguinho, cinco torres de ouro postas em santor, e assim os contrarios; orla vermelha com sete castellos de ouro, que é a mesma orla das armas reaes do paiz.

Portuguez de ouro. Antiga moeda, mandada lavrar por el rei D. Manuel I, que Damião de Goes descreve da seguinte fórma: Era de ouro de 24 quilates, e o seu valor de 10 cruzados: tinha no anverso a cruz de Nosso Senhor Jesus Christo, e em volta a legenda In: Hoc: signo: vinces: e no reverso as armas do reino, com a corôa aberta, e duas legendas ; a primeira, na garfilha, I: Emanvel: Rex: Portvgallae: Algarbiorum: Citra: Vltra: In: Africa: Dominvs: Gvinae: a segunda, em volta do escudo, Conqvista : Navegaçam : Comercio: Aethiopiae: Arabiae: Persiae: Indiae: Parece que o *portuguez de ouro* se cunhou em 1499, começando n'esse mesmo anno a ter curso no reino. Teixeira Aragão menciona outra moeda dizendo: «Existe no Gabinete da Bibliotheca Nacional de Lisboa um modelo authentico, ao que parece, que tem no anverso a legenda Ad: Valoram: Emanvel: Rex: Portvgal: Moneta: Avrea: At: Swol: escripta em dois circulos, no centro as armas do reino, entre seis pontos, no reverso a legenda In: Christo: Crucifixo: Nostra: Sal: no meio cruz da ordem de Christo, tres pontos no cimo e a contramarca 10 U, com uma pequena corôa. Esta moeda é tal vez o primeiro portuguez de ouro, e ao que parece cunhado fóra do reino.

Portuguezes *(Ponta dos)*. Ponta da bahia de Lourenço Marques, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Portunhos. Pov. e freg. de S Julião, da prov. do Douro, conc e com. de Cantanhede, distr. e bisp. de Coimbra, 239 fogos e 867 hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. Dista 7 k. da séde do conc., e está situada na estrada de Cantanhede a Coimbra, em logar ameno, fertil e risonho. Produz muito bom viuho, e todos os fructos do paiz. Os marquezes de Louriçal apresentavam o reitor, que tinha 30$000 réis de rendimento e o pé d'altar. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria.

Porverba. Pov. na freg. de S. Pedro, d'Alverca, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Posilgal. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Sobral, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Posmil. Pov na freg. de S. Martinho de Moutas, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Possacos. Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Valpaços, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 206 fog. e 875 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Dista 3 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades da margem direita do rio Rabaçal. O vigario de S. Thiago da Ribeira de Alhariz, apresentava o vigario, que tinha 20$000 reis annuaes e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Posse. Pov. do sobado do Bombo, na freg. de S. José de Cabiri, 6.ª div. de Icolo e Burgo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Posser *(Carlos Augusto)*. Artista dramatico e 1.º official addido ao ministerio do reino. N. em Lisboa a 2 de março de 1850. Desde creança sempre muito dedicado á vida de theatro, aos 14 annos representava como amador, fazendo parte da Sociedade Recreio Thaliense, no theatro da Rua dos Condes. Desde então, tanto em Lisboa como nas provincias, não deixou mais de representar, desenvolvendo-se cada vez mais. Um dia resolveu se a matricular-se na escola dramatica do Conservatorio, onde bastante aproveitou. Depois seguiu para a Figueira da Foz fazendo parte d'uma companhia, e quando regressou a Lisboa, continuou representando nas sociedades de amadores dramaticos, salientando-se muito no antigo theatro do Aljube, e principalmente no theatro Taborda. Ia tambem com amadores representar em theatros publicos em recitas de beneficio. Foi assim, que antes de ser actor de profissão, adquiriu fama e prestigio como distincto amador dramatico. Por essa epoca se evidenciou nas peças: *Justiça*, *Homem de ouro*, *O Mundo e o Claustro*, *Os Inuteis*, e com especialidade no theatro da Trindade no papel de Luiz Fernandes, na *Morgadinha de Valflôr*, e em D. Maria, nos *Lazaristas*, e nos *Homens ricos*. Quando José Carlos dos Santos, o mestre da arte, saiu do theatro de D. Maria, e veiu para o Gymnasio, convidou Carlos Posser para fazer parte da sua companhia. Entrando na carreira artistica como profissional, em tão vantajosas condições, continuou sempre merecendo o applauso do publico, não desmerecendo da fama que alcançara. Tornou-se tambem um distincto e consciencioso ensaiador, cargo que exercia com toda a proficiencia, dirigindo egualmente technicamente os theatros da Rua dos Condes, Recreios, Principe Real, D. Maria II e Trindade. Mais tarde fez parte da Sociedade de Artistas Dramaticos do theatro da Trindade, sendo

depois societario de 1.ª classe e gerente da Sociedade artistica do theatro de D. Maria II. O seu reportorio é enorme, desde que principiou a sua carreira artistica, como amador. Ha annos que se afastou do theatro, e presentemente é empregado na Santa Casa da Misericordia e 1.º official addido ao ministerio do reino.

Possijal Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Possilgão. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Asseiccira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Possolo (*Carlos Augusto de Sousa Folque*). Vice-almirante. N. a 30 de julho de 1833, fal. a 14 de maio de 1909. Tendo se alistado na marinha a 26 de janeiro de 1847, foi promovido a aspirante de 2.ª classe, em 8 de agosto de 1849, a aspirante de 1.ª em 16 de outubro de 1850, a guarda marinha em 3 de julho de 18 2, a 2.º tenente em 3 de outubro de 1853, a 1.º tenente em 23 de fevereiro de 1865, a capitão tenente em 14 de junho de 1873, a capitão de fragata em 8 de outubro de 1878, a capitão de mar e guerra em 8 de julho de 1886, a contra almirante em 27 de fevereiro de 1890, e a vice-almirante em 16 de março de 1901, tendo passado ao quadro dos reformados na mesma data. Foi ajudante de campo effectivo d'el-rei D. Luiz I, que acompanhou em muitas viagens, e a cujos ultimos momentos assistiu, e ajudante honorario dos reis D. Carlos I e D. Manuel II. Profundo conhecedor em materia de construcção naval, dirigiu a do hyate de recreio *Sirius*, que foi propriedade da rainha D. Maria Pia. Desempenhou varias commissões de serviço proprias da arma, sendo as principaes a do ataque e apresamento das forças navaes do pirata Apack, no rio rio Iung-Riang, e a da expedição a Angola em 1860. Era condecorado com as ordens d'Aviz, de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, com a de Albertus Animases da Saxonia, e da Aguia Vermelha da Prussia. Possuia a medalha de prata commemorativa da mencionada expedição.

Possollo da Costa (*D. Francisca de Paula*). Escriptora e poetisa. N. em Lisboa a 4 de outubro de 1783, fal. no Cartaxo a 19 de julho de 1838. Era filha de Nicolau Possollo e de D. Maria do Carmo Correia de Magalhães. Desde tenros annos se manifestou a sua vocação poetica; tambem se dedicava muito ao estudo da lingua franceza e da musica. Nos seus versos assignava se sempre com o nome de *Francilia*, ao estylo arcadico. Casou a 16 de abril de 1813 com o official de marinha João Baptista Angelo da Costa, que falleceu a 16 de novembro de 1830. e desde então retirou se para uma quinta de que era proprietaria no Cartaxo, onde passou os ultimos annos de vida. Escreveu: *Francilia, pastora de Tejo, poesias de D. F. P. C*, Lisboa, 1816; com uma estampa allegorica; o volume consta de sonetos, canções, elegias, epistolas, odes horacianas e anacreonticas, e outras poesias; *Henriqueta de Orleans, ou Heroismo, novella portugueza*, Lisboa, 1819; 2 tomos: reimpressa em 1829; *Sonetos recitados no Real theatro de S. Carlos* (por occasião do juramento da Carta Constitucional), Lisboa, 1826; *Corinna ou a Italia, por Mad. Stael-Holstein, traduzida da setima edição franceza*, Lisboa, 1835; 4 volumes; *Carta do Conde de Las Casas, dirigida da ilha de Santa Helena ao principe Luciano Bonaparte*, etc., Lisboa; *Conversações sobre a pluralidade dos mundos, por Fontenelle; vertidas do francez em vulgar... agora novamente dadas á luz pelos seus parentes, e precedidas d'uma noticia litteraria ácêrca da traductora*, Lisboa, 1841; *Epistola á Marqueza de Alorna*; saiu no tomo II das *Obras* da mesma marqueza, a pag 68. Ficaram ineditas duas comedias, intituladas: *Ricardo ou a força do destino*, e *O Duque de Cléves*.

Possollo Hogan (*Alfredo*). Empregado na repartição dos correios, e escriptor. N. em Lisboa a 29 de novembro de 1830, onde tambem fal. a 16 de abril de 1865. Escreveu os seguintes romances: *Dois Angelos ou um casamento forçado*, 2 tomos, Lisboa, 1852; *Os Mysterios de Lisboa*, 4 tomos com estampas, Lisboa, 1852; *Marco Tullio, ou Agente dos Jesuitas, romance historico* (1568 a 1600), 3 tomos com estampas, Lisboa, 1853; *A Mão do Finado em continuação ao Conde de Monte Christo de A Dumas*, Lisboa, 1854 (saiu sem o nome do autor); *A Pedinte de Lisboa, ou as Memorias d'uma mulher*, 2 vol., 1860. Para o theatro escreveu as seguintes peças, das quaes algumas se representaram no Gymnasio, e se publicaram em Lisboa: Comedias dramas: *Os dissipadores*, 5 actos, 1858; *Ninguem julgue pelas apparencias*, 3 actos, 1858; *As Brazileiras*, 3 actos, 1857; *O Juizo do mundo*, 3 actos, 1861; *O Colono*, 3 actos, 1861; *Segredos do Coração*, 3 actos, 1861; *A Roda da Fortuna*, 3 actos, 1861; *Nem tudo que luz é ouro*, 3 actos, 1861; *A Pe'le do Leão*, 3 actos, 1861; *A Mascara social*, 3 actos, 1861; *A Irmã de caridade*, 2 actos, 1860; *Ivanhoé*, drama em 5 actos e 9 quadros, extrahido do romance do mesmo titulo, de W. Scott, 1819; *O Dia 1.º de Dezembro de 1640*, comedia heroica em 3 actos, 1862; *O Ultimo dia dos Jesuitas em Portugal*, drama em 4 actos, 8 quadros e 1 prologo, 1862. Comedias em 1 acto; *E' melhor não experimentar!* 1858; *O Marido no prego*, 1860; *Não despreze sem saber!* 1861; *Pilatos no crédo*, 1862.

Postasneiros. Pov. na freg. de S. Vicente de Lafões, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Postemião. Pov. na freg. de S. Julião, de Taboaças, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Postigo. Pov. na freg. de S. Salvador, de Feitosa, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Potigueiras ou Portigueiras. Pov. na freg. de Santa Martha, de Portozello, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Potrem. Pov. do conc. de Sanguem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Fica nos contrafortes dos Ghattes e junto da margem direita do rio de Sanguem.

Potu. Rio da Africa Occidental.

Pouca Farinha. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Rendo, conc. de Sabugal, distr. da Guarda.

Pouca Pena. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Pouca Villa. Pov. na freg. de S. Thiago, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Pouchos. Pov. na freg de N. S.ª d'Assumpção, de Tentugal, conc. de Montemór-o Velho distr. de Coimbra.

Pouços (*Gonçalo Eanes*). Residia em Evora, e era cego d'um olho, servira no descerco de Ceuta, e fôra com a Infanta D. Izabel, filha de D. João I, na nau d'el-rei D. Duarte para Flandres,

e perdeu se quando pelejou com Gonçalo Correia, assistiu ao desastre de Tanger com os infantes, e entrara na batalha de Alfarrobeira contra o infante D. Pedro. Não se sabe a data do seu fallecimento.

Poules. Pov. na freg. de S. Salvador, de Paderne, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Poulinhos. Pov. na freg. de S. Martinho, de Avidos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Poulo. Pov. na freg. de S. Cypriano, de Senharei, conc. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello.

Poupa Povoações nas freguezias: S. Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra. || S. Mamede, de Serôa, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Santa Maria Magdalena e conc. de Santo Thirso, do mesmo districto.

Pousa. Pov. e freg. de Santa Christina, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 191 fog. e 731 hab. Tem esc. do sexo masc. Está situada a 2 k. da margem esquerda do rio Cávado e a 11da séde do conc. O parocho tinha 230$000 reis de congrua. A terra é fertil. || Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves, de Bella, conc. de, Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Fareja, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Salvador, de Feitosa, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª dos Anjos e conc. de Monsão, do mesmo distr. || Santa Maria, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, do mesmo districto.

Pousa Flôres. Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. da Extremadura, conc. de Ancião, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 462 fog. e 1:876 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 11 k. da séde do conc. e está situada na serra d'Arique, a 7 k. da margem esquerda da ribeira Alge. A casa do infantado, donataria da freguezia, apresentava o vigario, que tinha 90$000 reis de rendimento, e o pé d'altar. Pousa Flôres foi villa e cabeça de conc., com comarca, juizes e mais empregados. El rei D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, a 12 de novembro de 1514. O nome verdadeiro d'esta extincta villa, é *Pousa-Folles*, mas no seculo xv, os seus habitantes, não achando proprio similhante nome, o fôram pouco a pouco mudando para *Pousa-Flôres*, que é mais poetico. Até 1834, tinha esta freg. almoxarife, posto pela casa donataria, com o seu respectivo escrivão, capitão-mór, com duas companhias de ordenanças. Pousa-Flôres pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. Sendo do conc. de Figueiró dos Vinhos, foi annexada ao de Ancião por decreto de 7 de setembro de 1895. || Serra do distr. de Leiria.

Pousa Folles. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Fiães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Miguel, de Foz de Arouce, conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || Espirito Santo, de Lamas, conc. de Miranda do Corvo, do mesmo distr. Tem correio com serviço de posta rural. || N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco. || S. Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real.

Pousa Folles do Bispo. Pov. e freg. do Salvador, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Sabugal, distr. e bisp. da Guarda; 254 fog. e 1:081 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Dista 11 k. da séde do conc. e está situada n'um pequeno valle, a 3 k. da estrada da Guarda ao Sabugal. A camara episcopal da sé da Guarda, apresentava o prior que tinha 200$000 reis de rendimento. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Pousa Maria. Pov. na freg. de S. Pedro, de Lordosa, conc. e distr. de Vizeu.

Pousada. Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Minho, conc., com., distr, e arceb. de Braga, 136 fog. e 621 hab. Dista 10 k. da séde do conc. A mitra primacial apresentava o reitor, que tinha 200$000 reis de rendimento. A pov. é muito antiga e muito fertil. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias; Santa Lucrecia, de Aguiar, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Miguel, de Anreade. conc. de Rezende, distr. de Vizeu || S. Pedro, de Avintes, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Pedro, de Bairros, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Barrozas, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Santo André, de Campeã, conc. e distr. de Villa Real || S. Miguel, de Carreira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Miguel, de Carvalho, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || Santo André, de Cella, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || S. Thiago, de Cepões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Cossourado, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thomé, de Cousso, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Cruz, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Pedro, de Escudeiros, conc. e distr. de Braga. || S. Christovão, de Espadanedo, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Folhada, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || S. Vicente, de Forucllos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Fregim, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Thiago, de Gemieira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Gondar, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Gôve, conc. de Baião, distr. do Porto. || Santa Maria, de Grade, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Jesufrei, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || O Salvador, de Joanne, do mesmo conc. e distr. || Santa Eulalia, de Lamellas, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Lodares, conc. de Louzada, do mesmo distr. || Santa Maria, de Martim, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Romão, de Mesão Frio, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || O Salvador, de Parada e Barbudo, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Perosinho, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto || Santo Thirso, de Prazins, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Refojos do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Comba, de Regilde, conc. de Felgueiras, distr, do Porto. || Santa Eulalia, de Rio de Moinhos, conc. de Arcos de Val-

le-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Roriz, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Sequeira, conc. e distr. de Braga, || S. Paio, de Sequeiros, conc. de Amares, do mesmo distr. || N. S.ª d'Assumpção, de Serna che dos Albos, conc. e distr. de Coimbra. || S. Clemente, de Silvares, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Miguel, de Souto, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Salvador, de Taboado, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto || Santo André, de Tellões, conc. de Amarante, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Tenões, conc. e distr. de Braga. || S. Torquato, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || O Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr.do Porto. || S. Thomé, de Vade, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Valpedre, conc. de Penafiel, distr. do Porto || S. Miguel, de Villela, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Pousada de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Marinha, de Pedreira, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Pousada de Saramagos. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 106 fog. e 457 hab. Tem est. postal, e dista 7 k. da séde do conc. Está situada na estrada que vae de V. N. de Famalicão a Guimarães. O prior do mosteiro de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, apresentava o vigario, que tinha 50$000 reis e o pé d'altar. A terra é fertil, e cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga

Pousadas. Povoações nas freguezias: Santo André, de Avantos, conc. de Mirandella, distr. de Bragança. || N. S.ª da Natividade, de Barreiro, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Graça, de Bogalhos, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || S. Pedro, de Castello de Penalva, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Christoval, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Nogueira, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Pousadas Vedras. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Redinha, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Pousade Pov. e freg. de Sant'Anna, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda; 138 fog. e 542 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Dista 12 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da margem direita da ribeira das Cabras.O prior do mosteiro de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, apresentava o cura, que tinha 20$000 reis de congrua e o pé d'altar. A pov. é fertil em cereaes, cria gado e tem caça. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Pousadella. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia,de Crespos, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Juzente, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Martinho, de Monsul, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Christovão, de Nogueira da Regedoura, conc. da Feira, distr de Aveiro.

Pousadia. O mesmo que aposentadoria. V. *Aposentadoria* e *Padroeiro.*

Pousadinhas. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Rochoso, conc. e distr. da Guarda.

Pousadouro. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Barrô, conc. de Rezende, distr. de Vizeu || Santa Eulalia, de Nespereira, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Pousadouros Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Castello de Penalva, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu || S. Julião, de Mouronho, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Refoios de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Pousia da Carpalhosa. Pov. na freg. do Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e distr. de Leiria.

Pousias Pov. na freg. de S. Martinho e conc de Pombal, distr. de Leiria.

Pousias de Aguas Boas. Pov. na freg. de S. Simão, de Oyan, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

Pouso. Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira e distr. do Funchal: N. S.ª da Piedade, de Canhas, conc. de Ponta do Sol; N. S.ª d'Ajuda, de Serra d'Agua, do mesmo concelho. || S. João Baptista e conc. de Castello de Vide, distr. de Portalegre. || Santo André, de Molares, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga || S. Martinho, de Valle de Bouro, do mesmo conc. e districto.

Pousos Pov. e freg de N. S.ª do Desterro, da prov. da Extremadura, conc., com. e distr. de Leiria, bisp de Coimbra; 742 fogos e 3:310 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Dista 3 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Leiria a Chão de Maçãs. A mitra apresentava o cura, que tinha 18$000 reis de congrua e o pé d'altar. A aldeia principal d'esta freg., junto da qual está a egreja, chamava-se *Pousadouros*, e era da antiga freg. de Santo Estevão, e sendo esta supprimida, passou para a de S. Pedro. A egreja matriz era uma ermida da invocação de N. S.ª do Desterro, mandada construir pelo P. Antonio Vieira, beneficiado da sé de Leiria, e a dotou com rendas para a sua fabrica, em 1636, e n'esse mesmo anno celebrou aqui a primeira missa. Mas o corpo da egreja só se concluiu em 1641. Esta ermida foi elevada á categoria de matriz da freg. de Pousos, por provisão do bispo de Leiria D. Alvaro de Abranches, de 28 de dezembro de 1713, desmembrando-se da de S. Pedro. A terra é fertil em todos os generos do paiz. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria. || Povoações nas freguezias: N. S.ª do Pranto, de Paço, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || Santa Clara, de Torrão, conc. de Marco de Canavezes. distr. do Porto.

Poutena. Pov. na freg. de S. Miguel, de Villarinho do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro Tem caixa postal.

Pouve. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Abbade de Vermoim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || O Salvador, de Lagoa, do mesmo conc. e distr. || S. João, de Ponte, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Paio, de Seide, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo districto.

Pouves. Povoações nas freguezias: S. Pedro e conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu || S. João Baptista, de Villa de Souto, conc. e distr. de Vizeu.

Pouzão. *(Henrique Cesar de Araujo).* Pintor. N. em Odemira em 1 de janeiro de 1859, onde tambem fal. a 27 de março de 1881. Era filho do dr. Francisco Augues Nunes Pouzão, que foi juiz

de direito em Odemira. Revelando grande vocação para a pintura, matriculou se na Academia Portuense de Bellas Artes em 7 de outubro de 1872, e em agosto do anno seguinte fez os seus primeiros exames. A sua vida escolar foi uma serie de triumphos. Em 1873 obteve louvor e segundo premio pecuniario de 20$000 reis, nos exames do 1.º e 2.º anno de desenho historico; distincção no 1.º anno de architectura civil e louvor no 2.º Em 1874, louvor e segundo premio pecuniario, no 3.º e 4.º de desenho, elogio no 1.º anno de esculptura; louvor no 3º de architectura; e approvação em anatomia artistica. Em 1875, louvor e segundo premio pecuniario no 5.º anno de desenho; elogio no 1.º anno de pintura historica; elogio no 2.º anno de esculptura; e louvor no 4.º anno de architectura e em perspectiva. Em 1876, elogio no 2.º anno de pintura e no 3.º de esculptura e louvor no 5.º anno de architectura, sendo o seu trabalho de exame julgado digno de ficar pertencendo á Academia. Em 1877, elogio no 3.º anno de pintura e approvação no 4.º de esculptura. Em 1878, elogio no 4.º anno de pintura e no 5.º de esculptura. Em 1879 louvor pelo seu quadro de composição do 5.º anno de pintura, decidindo se que esse quadro ficasse pertencendo á Academia para satisfação do autor e para estimulo dos outros alumnos. Pouzão concluira brilhantemente o seu curso academico, mas não terminára o seu ideal artistico. Desejava vêr a França e a Italia com os seus monumentos e as obras primas dos grandes mestres, e o joven artista teve emfim o ensejo de vêr satisfeitas as suas aspirações. Aberto o concurso para o logar de pensionario do Estado no estrangeiro, da classe de pintura de paizagem, Henrique Pouzão apresentou se, e as provas que exhibiu, valeram-lhe, em conferencia geral de 6 de agosto de 1880, ser o preferido na votação sobre o merito relativo aos candidatos a essa classe. Em portaria de 1 de setembro seguinte foi-lhe confirmada a nomeação, e em meados de novembro partiu para Paris. Depois de se demorar 4 dias em Madrid, onde visitou as preciosidades accumuladas no vasto museu do Prado, chegou a Paris no dia 22, apresentando se logo ao director da Escola Nacional de Bellas Artes de Paris, então Mr. Paul Dubois. Começou ardentemente os seus estudos. Trabalhava extraordinariamente, e esse trabalho successivo e as asperezas do primeiro inverno que passou n'aquella cidade, originaram lhe a fatal doença a que tinha de succumbir. Tendo começado os estudos em 20 de dezembro de 1880, já em outubro de 1881 enviava á Academia Portuense de Bellas Artes a sua primeira remessa, que constava de 4 academias desenhadas pelo modelo villo, 3 no *atelier* de Mr. Cabanel e uma no de Mr. Yvon, duas paizagens a oleo, impressões e esboços dos arredores de Paris e um costume, representando uma velha a dobar. Nos dois unicos concursos de *atelier* em que entrára, fôra classificado: no 1.º, primeiro desenhador; e no 2º, terceiro desenhador. Frequentando os cursos de perspectiva, historia e anatomia para se preparar para o concurso de admissão á Escola, obteve n'esse concurso 18 valores em ornamentação, 14 em perspectiva e 9 em anatomia e historia, e admittido á prova final (figura desenhada do natural), ficou, entre 70 escolhidos, o n.º 35. Depois entrou no concurso de medalhas, obtendo uma terceira, no concurso de ornamento. No segundo anno alcançou mais duas terceiras medalhas em concurso, sendo uma no de estudo pelo modelo vivo, em 3 de outubro de 1881, e outra no do antigo em 28 de novembro do mesmo anno. Por conselho dos medicos, Henrique Pouzão fôra tomar umas aguas ao Puy de Dôme, mas como os seus soffrimentos se aggravassem, retirou-se, depois de obtida a licença do governo, para a Italia, onde esperava encontrar lenitivo á doença que muito se aggravára. Chegando a Roma em 27 de dezembro de 1882 depois de se ter demorado 4 dias em Turim e 1 em Pizza, entrou como socio no Circulo dos Artistas, onde á noite desenhava pelo modelo vivo, e estudava trajos á aguarella. Foi em Roma que pintou o quadro intitulado *Cecilia*, com que fez a sua estreia no *salon* annual de Paris. Ainda por causa dos seus soffrimentos teve de ir a Capri, visitando depois Pompeia e fazendo a ascenção do Vesuvio, onde pintou algumas impressões, como recordações de viagem, seguiu para Napoles, regressando a Roma em 18 de janeiro de 1883. Ali se relacionou com o notavel pintor hespanhol Pradilla, de quem recebeu bons conselhos. Os quadros que constituiram a segunda remessa para a Academia Portuense de Bellas Artes, fôram: *Antes do sol*, paizagem de Capri; outra paizagem da mesma ilha; *Cançada*, um costume tambem de Capri; *Esperando o successo*, um rapazinho, mostrando umas garatujas que rabiscou em um papel durante o tempo de descanço no *atelier* do artista em que servia de modelo; e duas copias de paizagens, uma intitulada *Antes da tempestade*, de Emile Vernier, existente no museu de Luxemburgo, e outra *Il Delilo*, de Francisco Mancini, no real palacio de Capo di Monte. Pouzão ainda voltou a Capri, mas de tal fórma se aggravou a doença, que se viu forçado a regressar a Portugal. Apezar do seu estado melindroso, o sentimento de artista o obrigou a prolongar a viagem por localidades que não conhecia ainda. De Capri veiu por Sorrento, Castellamar, Napoles, Roma, Genova, Marselha, Barcelona, Valencia, Sevilha, Huelva, Ayamonte, Villa Real de Santo Antonio e Olhão, chegando a Odemira n'um doloroso estado, fallecendo pouco tempo depois, contando apenas 25 annos de edade. Como preito á sua memoria, a Academia Portuense de Bellas Artes consignou um voto de sentimento pela morte do seu alumno, e por occasião da exposição trienal, fez uma exhibição especial dos seus trabalhos. O Centro Artistico Portuense, de que Pouzão fôra tambem fundador e um dos socios mais dedicados e enthusiastas, prestou lhe egualmente o preito da sua saudade n'uma assembléa geral.

Pouzão *(Fr. Manuel)*. Religioso da ordem de Santo Agostinho. Era natural de Alandroal, e fal. em Lisboa a 17 de junho de 1683, com perto de 90 annos de edade. Era filho de Lourenço Rodrigues e de Brites Fernandes. Professou no convento da Graça, de Lisboa, a 16 de maio de 1617. Dedicava se muito á musica, tendo por mestre Antonio Pinheiro. Exerceu os cargos de regente do côro, no referido convento, de mestre dos noviços e visitador da provincia. Publicou em 1576, a seguinte obra: *Liber passionum et eorum, quae a Dominica Palmarum usque ad Sabbatum Santum cantari solent*. No catalogo da livraria de D. João IV veem mencionados alguns villancicos, motetes e uma missa de defuntos a 8 vozes, com-

posição de Fr Manuel Pouzão. Na bibliotheca publica de Evora ha tambem d'elle um villancico a Santa Clara, mas que está incompleto.

Pouzão. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Semide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Pôve. Pov. do sobado de Cacongo, na delegação do Chiavala, conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Poveira. Pov. na freg. de S. Thomé, de Bitarães, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Poveraes. Pov. na freg de Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Povidal. Pov. na freg. de S. Pedro de France, conc. e distr. de Vizeu.

Povinho de Cantim. Pov. na freg. de S. Martinho de Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Povo. Ilha da Madeira; pov. na freg de N. S.ª da Luz, de Gaula, conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal.

Povo de Baixo. Povoações nas freguezias: S Romão, de Alferce, conc. de Monchique, distr. de Faro || Santa Maria, de Dardavaz, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Povo Grande. Pov. do sobado de Cabinda, na regedoria de Povo Grande, conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Povo Velho. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Boliqueime. conc. de Loulé, distr. de Faro.

Povoa *(Henrique Teixeira de Sampaio, barão de Teixeira e 1.° conde da)*. Senhor de Sampaio, par do reino, ministro e secretario de estado dos negocios da Fazenda, presidente do Real Erario, conselheiro de Estado, gran cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e commendador das de Christo e da antiga ordem da Torre Espada; antigo commerciante da praça commercial de Lisboa, abastado proprietario, um dos maiores capitalistas que no seu tempo houve em Portugal, etc. N. em Angra do Heroismo, ilha Terceira, a 30 do outubro de 1774, e fal. em Lisboa a 27 de março de 1833. Era filho de Francisco José Teixeira Sampaio, fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo da ordem de Christo, negociante de grosso tracto da praça commercial de Angra do Heroismo, e ali proprietario; e de sua segunda mulher, D. Eulalia Floriana Gualberta Cabral de Mello Carvão. Teve muitos irmãos, entre os quaes se contavam D. Francisca Teixeira de Sampaio, que foi viscondessa de Basto, pelo seu casamento com 1.° visconde d'este titulo, e Luiz Teixeira de Sampaio, visconde do Cartaxo. Seu pae era senhor de grande fortuna, e deu a todos os seus filhos uma distincta educação n'um collegio em Londres. Henrique Teixeira de Sampaio tambem ali foi educado, e n'essa cidade principiou a sua vida commercial, vindo depois estabelecer se em Lisboa, onde em poucos annos adquiriu avultada fortuna, principalmente desde 1800, anno em que foi nomeado commissario em chefe do exercito auxiliar anglo luso. Como fornecedor do exercito, concorreu por diversas vezes com os seus cabedaes para as exigencias do Estado, e supprimentos do exercito durante a Guerra Peninsular, bem como para o auxilio que foi preciso prestar-se, n'essa epoca, aos lavradores; e outro sim no resgate dos captivos e paz com a regencia d'Argel; soffrendo muitas vezes importantes prejuizos nas operações com que auxiliára o Estado, particularmente no emprestimo de dois milhões de cruzados que se levantaram. Foi senhor de Sampaio, em 22 de maio de 1816, e por decreto de 16 de março de 1818, recebeu a mercê do titulo de barão de Teixeira. No anno de 1823 entrou no ministerio presidido pelo marquez de Palmella, como presidente do Real Erario e ministro da fazenda, cargos em que se conservou até 1825. Por decreto de 3 de julho de 1823 foi agraciado com o titulo de conde da Povoa, em duas vidas; em 1826, par do reino e conselheiro de Estado. Casou em 6 de fevereiro de 1802 com D. Marianna Slak, filha de Martím Slak, e de sua mulher D. Angelina Pelican. Fallecendo aquella senhora em 15 de outubro de 1805, sem deixar successão, passou muito mais tarde, a segundas nupcias, no 1.° de março de 1824, com D. Luiza Maria José Rita Balthazar de Noronha, filha dos 1.os condes de Peniche, que foi baroneza de Teixeira e condessa da Povoa D'este matrimonio houve um filho e uma filha: João Maria Teixeira do Sampaio, que foi o 2.° e ultimo conde da Povoa, que nasceu a 9 de janeiro de 1826, e fal. a 8 de julho de 1837, contando apenas 11 annos de edade; e D. Maria Luiza de Sampaio e Noronha, que por morte de seu irmão, herdou a immensa fortuna de seu pae e do morgado que fôra instituido em 27 de fevereiro de 1824. Esta senhora casou em 3 do julho de 1836 com o filho do grande estadista duque de Palmella, D. Domingos de Sousa Holstein, 1.° marquez do Fayal, 2.° conde de Calhariz, e mais tarde 2.° duque de Palmella, titulo que herdou de seu pae A casa do conde da Povoa era considerada a mais rica de Portugal. Em 1825 calculava-se aquella fortuna em mais de 20 milhões de cruzados Quando morreu o conde, foi ella avaliada em 21 milhões de cruzados, ou 8:400 contos de reis.

Povoa *(Fr. João da)*. Confessor de D. João II. N. no bispado de Coimbra, no logar de que tomou o appellido, em 1439, fal. no Porto em 1506. Entrou na ordem de S. Francisco em 1458, e revelou aptidões muito precoces, indo em 1461 a uma reunião religiosa em Baziléa na Suissa, e merecendo sempre a confiança e louvor dos seus confrades. Merecendo a confiança de D. João II, este monarcha o escolheu para seu confessor. Fr. João da Povoa assistiu á sua morte, e foi até quem lhe redigiu o testamento. Como para mostrar que nenhum interesse material o levava a conservar o cargo de confessor do homem, que apunhalára com a sua propria mão o duque de Vizeu, nunca acceitou d'el-rei nem a mais leve mercê. Apenas pediu que fôsse elevada á categoria de villa a aldeia onde nascera. El rei D. Manuel quiz que elle tambem fôsse o seu confessor, mas Fr. João da Povoa recusou-se, por se sentir já muito cançado e desejar terminar socegadamente a vida Recolheu se então ao convento de Mattosinhos, no Porto, onde falleceu.

Povoa. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Moura, distr. e bisp. de Beja; 351 fog. e 1:284 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 14 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda da ribeira de Alcarache, a 7 k. do margem esquerda do rio Guadiana, na estrada da Granja a Moura. A mitra apresentava o cura, que tinha diversos generos. A terra é muito fertil em cereaes e azeite. Cria muito ga-

do de toda a qualidade, e nos seus moutados ha muita caça. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. || Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. do Douro, conc. e com. de Miranda do Douro, distr. e bisp. de Bragança; 101 fog. e 405 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Dista 14 k. da séde do conc. e está situada a 10 k. da margem direita do rio Douro e 4 da ribeira de Angueira. O cabido da sé de Bragança apresentava o cura, que tinha 6$000 reis de congrua e o pé d'altar. Junto á aldeia, na distancia de 2 k., no alto d'um monte, ha um templo dedicado a N. S.ª do Nazo, nome que lhe veiu do sitio onde está, que n'outro tempo era assim chamado. Não se sabe a data da construcção nem o nome do fundador. Esta imagem é de muita devoção dos povos d'estes logares, que ainda hoje fazem uma romaria nos dias 7 e 8 de setembro. Ha tambem no mesmo local uma feira a 16 de cada mez. A terra é fertil em generos agricolas. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10 com a séde em Mirandella. || Povoações nas freguezias: N. S.ª dos Prazeres, de Abravezes, conc. e distr. de Vizeu || S. Julião, de Agua Longa, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Paio, de Aneiães, conc. de Amarante, do mesmo distr. || S. Thiago, de Andrães, conc. e distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Arrifana, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Athei, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || Santo André, de Barrô, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Borba de Godim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra || N. S.ª da Graça, de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Caramos, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Salvador, de Carregosa, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Conceição, de Carvalho, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || N. S.ª do Reclamador, de Casaes, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Espirito Santo, de Castello, conc. da Certã, distr. de Castello Branco || O Salvador, de Castellões de Cepeda, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Cepellos, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || S. Cypriano, de Chapa, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Constance, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || Santa Maria, de Cottas, conc. de Alijó, distr. de Villa Real. || Santa Eufemia, de Coz, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Santa Maria, de Dossãos, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Estevães, conc. de Mogadouro, distr. de Bragança; || Santa Eulalia de Besteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Salvador, de Fervença, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Figueira de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Folques, conc. de Arganil, do mesmo distr. || S. Thiago, de Fontes, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello || N. S.ª d'Assumpção, de Freixianda, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra. || S. João Baptista, de Guidões, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. João Evangelista, de Guilhufe, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. João Baptista, de S. João de Loure, conc. de Albergaria a Velha, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Junqueira, conc. de Macieira de Cambra, do mesmo distr. || S. Thomé, de Lamas, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa. || S. João Baptista, de Loureiro, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Silvestre e conc. de Louzã, distr. de Coimbra || N. S.ª da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || S. Christovão, de Macinhata do Vouga, conc. de Agueda, do mesmo distr. || S. Simão, Mamarrosa, conc. de Oliveira de Bairro, do mesmo distr. || S. Pedro, de Manique do Intendente, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa. || Santo André, de Mareccos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Martinho do Bispo, conc. e distr. de Coimbra. || Santo Estevão, de Moldes, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Aboadella Ovelha de Marão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || O Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || Santa Maria, de Palmeira, conc. e distr. de Braga. || N. S.ª do Pranto e conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Paus, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Simão, de Pé da Serra, conc. de Niza, distr. de Portalegre. || Santa Eulalia, de Pedorido, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Pena, conc. e distr. de Villa Real. || S. Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra. || S. João Baptista, de Pinheiro, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || S. João da Ponte, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Martinho, de Reriz, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu || O Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Rio Torto, conc. de Valpaços, do mesmo distr. || S. Thiago, de Rio de Vide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição, de Rossas, conc. do Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Salto, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição, de Sinde, conc. de Taboa, do mesmo distr. || S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença a Nova, distr. de Castello Branco. || S. Mamede, de Talhadas, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || S. Salvador, de Tonda, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Sebastião, de Touro, conc. de V. N. de Paiva, do mesmo distr. || S. Martinho, de Travanca, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Travassô, conc. de Agueda, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Tropeço, conc. de Arouca, do mesmo distr. || Santa Maria, de Valle, conc. da Feira, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Valle Maior, conc. de Albergaria a Velha, do mesmo distr. || S. Mamede, de Valle de Remigio, conc. de Mortagoa. distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Varzea dos Cavalleiros, conc. de Certã, distr. de Castello Branco || N. S.ª da Purificação, de Villa Chã, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || S. Sebastião, de V. N. de Souto d'El-Rei, conc. de Lamego distr. de Vizeu. || Santa Marinha, de Villar de Pinheiro, conc. de Villa de Conde, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição, de Zambujal, conc. de Condeixa a Nova, distr. de Coimbra.

Povoa da Adiça de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Pedro, de Mouraz, conc. de Tondella, distr. do Vizeu

Povoa de Aggrassões. Pov. e freg. de S. Bar

tholomeu, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 129 fog. e 487 hab. Tem escolas para ambos os sexos e est. post. Dista 15 k. da séde do conc., e está situada na estrada de Boticas a Mirandella. O prior da freg de Santa Leocadia apresentava o cura, que tinha 50$000 reis de rendimento. Esta freg. está annexada á de Santa Leocadia, do mesmo conc. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Povoa d'Alagoa. Pov. na freg de S. João Baptista, de Villar de Besteiros, conc. de Tondella, distr de Vizeu

Povoa do Ameal. Pov. na freg. de Santa Marinha, d'Alquerubim, conc de Albergaria a Velha, distr. de Aveiro.

Povoa de Amieirinha. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Estreito, conc. de Oleiros, distr de Castello Branco

Povoa da Apegada. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Beijoz, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu.

Povoa do Arcediago Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cannas de Sabugosa, conc. de Tondella, distr. de Vizeu

Povoa do Arneiro. Pov. na freg. de S. Lourenço do Bairro, conc. de Auadia, districto de Aveiro.

Povoa d'Arnoza Pov. na freg. de S. Miguel, de Papizios, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu. Está situada entre os rios Dão e Mondego, n'um valle muito ameno, assombrado de frondosos carvalhos, e com vastissimos olivaes, principalmente nas margens do Dão, e muitos pinhaes. A terra é muito abundante em cereaes, fructas de toda a qualidade, e bom vinho, que exporta em grande quantidade, para a Figueira da Foz, Ovar, e outras povoações da beira-mar. A egreja da freg. é um dos melhores templos do bispado de Vizeu. Foi reconstruida á custa dos seus abbades, que até 1759 fôram da apresentação dos padres jesuitas, passando depois o direito da apresentação dos jesuitas para a Universidade de Coimbra. Era dada a concurso pelas faculdades de Theologia e de Canones, alternativamente, e não podia ir ao concurso o clerigo que não fôsse formado em qualquer d'estas faculdades.

Povoa d'Atalaia. Pov. e freg. de Santo Estevão, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. do Fundão, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 219 fog. e 800 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Dista 10 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades da villa d'Atalaia. Os condes de Povolide apresentavam o cura, que tinha 8$000 reis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil, cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus montes apparece muita caça grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Povoa de Baixo. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Aguada de Cima, conc. de Agueda, distr. de Aveiro || S. Thiago, de Beduido, conc. de Estarreja, do mesmo distr. || O Salvador, de Grijó, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Mouraz, conc. de Tondella, distr. de Vizeu || Santa Maria e conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Povoa de Balocas. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Covas, conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Povoa do Balteiro. Pov. na freg. de Santa Maria, de Moledo, conc de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Povoa da Barbeira. Pov. na freg de S. Pedro, de Seixo do Ervedal, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Povoa da Barca. Pov. na freg de N. S.ª d'Assumpção, de Treixedo, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu.

Povoa do Bispo. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, de Orientã, conc. de Cantanbede, distr. de Coimbra.

Povoa de Cambas. Pov na freg. de S. Sebastião, de Villar Barrôco, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Povoa das Carreirinhas Pov. na freg. de S. Simão, de Carvalhal de Vermilhos, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Povoa do Carreiro. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Troviscal, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

Povoa da Carvalha. Pov. na freg. de S. Miguel, de Recardães, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Povoa do Castello. Pov. na freg. de S. Vicente, de Sangalhos, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

Povoa da Catharina. Pov. na freg. de S. Miguel do Outeiro, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Povoa do Cebo. Pov. na freg. de S. Miguel, de Sobral, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu.

Povoa de Cervães. Pov. e freg de S. João Baptista, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu; 142 fog. e 577 hab. Tem esc. do sexo masc. Dista 9 k. da séde do conc., e está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Mondego. O abbade de Cassurrães apresentava o cura, que tinha 30$000 reis e o pé d'altar. A terra é fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Povoa de Cima. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Beduido, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro || O Salvador, de Grijó, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Mouraz, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Cypriano, de Paços de Brandão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || N. S.ª d'Assumpção, de Senhorim, conc. de Nelas. distr. de Vizeu. || Santa Maria e conc. de Sever do Vouga. distr. de Aveiro.

Povoa da Cioga. Pov. na freg. de S. João do Campo, conc. e distr de Coimbra Tem correio com serviço de posta rural.

Povoa dos Codeçaes Pov. na freg. de Santo Estevão, de Fornello do Monte, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Povoa do Concelho. Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Trancoso, distr. e bisp. da Guarda; 223 fog. e 815 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, caixa postal e mercado no 3.º domingo de cada mez. Dista 8 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da estrada real de Trancoso a Pinhel. O abbade da freguezia de Santa Maria de Guimarães, de Trancoso, apresentava o cura, que tinha 6$000

reis de congrua, e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Povoa do Conde. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Abitureiras, conc. e distr. de Santarem.

Povoa Dam ou Dão. Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Silgueiros, conc. e distr. de Vizeu.

Povoa Dura. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Aboim da Nobrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Povoa da Egreja. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Recardães, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Annunciação, de Torre Deita, conc. e distr. de Vizeu. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Vouzella, do mesmo districto.

Povoa d'El-Rei. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Pinhel, distr. e bisp. da Guarda; 84 fog. e 299 hab. Tem esc. do sexo fem., e dista 12 k. da séde do conc. Está situada a 2 k. da margem direita da ribeira de Massueime, na estrada de Trancoso a Pinhel. O real padroado apresentava o abbade, que tinha 150$000 reis de rendimento. A pov. é muito antiga. D. Affonso III deu lhe foral em 25 de maio de 1262, e el-rei D. Manuel, quando fez a reforma dos foraes, incluiu o foral da Povoa d'El-Rei no de Nespereira, que foi dado em Lisboa a 15 d'abril de 1514. Esta freg. era do conc. de Trancoso, e passou ao de Pinhel por decreto de 12 de julho de 1895. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Povoa d'Entre Ribeiros. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Beijoz, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu.

Povoa de Espinho. Pov. na freg. de S. Pedro, de Espinho, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Povoa do Espirito Santo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Vallongo, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Povoa de Fiscal. Pov. na freg. de S. Pedro, de Villarinho, conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

Povoa das Forcadas. Pov. na freg. de S. Miguel, de Parada, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu.

Povoa do Forno. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Troviscal, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

Povoa da Foz do Açor. Pov. na freg. de N. S.ª do Carmo, de Madeirã, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Povoa do Frade. Pov. na freg. de S. Vicente, de Troviscal, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Povoa Fundeira. Pov. na freg. de S. Thiago, de Alvaro, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Povoa do Gago. Pov. na freg. de S. Pedro, de Avellãs de Cima, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

Povoa da Gallega. Pov. na freg. de S. Miguel, de Milharado, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. Tem caixa postal.

Povoa dos Gallegos. Pov. e freg. de N. S.ª da Luz, da prov. da Extremadura, conc., com. e distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 192 fog. e 638 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Dista 8 k. da séde do conc. e está situada na estrada real de Torres Novas a Santarem, a 4 k. da estação do caminho de ferro de Valle de Figueira, e a 6 da margem direita do rio Tejo. O vigario da freg. do Salvador, de Santarem, apresentava o cura, que tinha 50$000 reis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil em cereaes, e pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa.

Povoa do Garção. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Ventosa do Bairro, conc. de Mealhada, distr. de Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural.

Povoa de Grajal. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Freixedo, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu.

Povoa da Isenta. Pov. na freg. de Santa Maria, de Almoster, conc. e distr. de Santarem.

Povoa de João Dias. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Freixedo, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. Tambem é conhecida por *Povoa dos Carvalhos* por terem existido ali muitas d'estas arvores, hoje cortadas pelos proprietarios, e ainda pela *Ribeira*, por se achar o seu limite no rio Dão que lhe corre perto. Está situada em sitio aprazivel e á beira da estrada nacional n.º 8, ramal de Freixedo. Fica aqui a estação do caminho de ferro de Freixedo, na linha de Santa Comba Dão a Vizeu.

Povoa das Laceiras. Pov. na freg. de S. Miguel, de Recardães, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Povoa da Lama. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Aguada de Cima, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Povoa de Lanhoso. Villa da prov. do Minho, capital d'um conc. e d'uma com. do seu nome, distr. arceb. de Braga, Relação do Porto. Tem duas freguezias: O Salvador (Fonte Arcada) e S. Thiago (Lanhoso). A villa está situada na freg. de Fonte Arcada, a 4 k. da margem direita do rio Ave e a 7 da margem esquerda do Cávado, a 18 k. da capital do distr. E' pov. muito antiga, mas não tanto como a de Lanhoso, e o foral que tem, é o d'esta freg. Lanhoso foi villa, e os romanos ali construiram, sobre um acervo de penhascos bastante elevados, um inexpugnavel castello, em cuja torre se via uma lapide com esta inscripção:

CRASTINUS AEDIFICAVIT

Este Crastino foi general de Cesar na conquista da Galliza. A data em que os romanos a edificaram, é que se não sabe, mas affirmam alguns escriptores, que foi, quando se construiu a *Ponte do Porto*, proximo de Braga, e a *Ponte de Perozéllo*, ambas situadas sobre a celebre via militar romana, denominada Geira (V. *este nome*). Se effectivamente foi n'esse tempo a construcção, é o castello do tempo do imperador romano Vespasiano, pelos annos de 79 da era christã. Lanhoso foi villa, e el-rei D. Diniz lhe deu foral, em Coimbra, a 25 de outubro de 1292, e D. Manuel deu foral novo, em Lisboa, a 4 de janeiro de 1514. N'este castello residiu por muito tempo a rainha D. Thereza, viuva do conde D. Henrique, emquanto governou Portugal, e d'aqui são datados

muitos foraes que ella deu a diversas terras do reino, e varias doações. Em 1125, foi a mesma rainha cercada n'este castello por sua irmã, a rainha D. Urraca, mulher do conde D Raymundo, a quem seu pae tinha dado o reino da Galliza. Depois de poucos dias de cêrco, as duas irmãs reconciliaram se, fazendo as pazes, de que existe um documento authentico, chamado *Tratado de Lanhoso*. Alguns escriptores pretendem que D. Thereza, recusando entregar o governo de Portugal a seu filho D. Affonso Henriques, este se viu na necessidade de tomar as armas contra as tropas de sua mãe, sobre as quaes ganhou a victoria de S. Mamede, junto a Guimarães, em 1128, encerrando sua mãe no castello de Lanhoso. Este facto, porém, é negado pelos mais conceituados historiadores. D Thereza, segundo parece, foi apenas expulsa de Portugal na companhia do conde de Trastamara, o fidalgo gallego Fernão Peres de Trava, com quem contraira intimas relações Segundo a tradição e o *Nobiliario* do conde D. Pedro de Barcellos, este castello foi propriedade dos Berrêdos, descendentes dos Osorios, Ribeiros e Ribeiras, e um dos seus representantes, D. Rodrigo Pereira de Berrêdo, certificando-se de que sua mulher, D. Ignez Sanches, traía a fidelidade conjugal, lançou fogo aa castello, dentro do qual a mulher, creados e irracionaes morreram nas chammas. Confirma este facto o brazão de que usaram depois os Berrêdos, que fixaram o seu solar na freguezia de Geraz do Minho, d'este concelho, o qual era: Em campo azul, um baluarte de prata, ardendo em chammas sobre uma rocha, e por timbre a mesma torre. As armas de Povoa de Lanhoso são: Escudo partido em pala, tendo na 1.ª as armas de Portugal, e na 2.ª, em campo de púrpura, um castello de ouro, chammejante, sobre rocha de prata, tudo lavrado de preto. Por timbre, corôa mural de prata, com o castello, por cima. E' notavel o penedo colossal que serve de base ao antiquissimo castello. Essa enorme penha ergue se isolada, como gigantesco marco de granito, parecendo ter sido ali arremessada por alguma forte erupção vulcanica. O cume d'essa elevada rocha dá espaço a uma plataforma que mede 260 m. de comprido e 100 de largo, e que em outros tempos serviu de inexpugnavel fortaleza. A entrada d'esta praça era pelo lado nascente, como ainda se vê dos vestigios que restam, como a portada e umas escadas abertas na rocha. Um muro, de que ha ainda vestigios, circumdava esta notavel fortaleza, defendendo-a da invasão. No extremo norte e na parte mais alta d'esta praça, levanta se o castello de Lanhoso, coroado de ponteagudas ameias vasadas de setteiras, e que por muitos annos esteve em alguns pontos arruinado, mas em 18 6, a camara municipal mandou reedificar a parte arruinada d'aquelle monumento historico. Nos dois lados, norte e sul, acham-se incrustadas na muralha do castello duas pedras com o escudo portuguez, como actualmente é, conhecendo-se claramente que fôram ali introduzidas muito depois da edificação do castello. Ignora se a epoca em que essas pedras ali se collocaram, mas devia ser depois de conquistado o Algarve por D. Affonso III, que lhe deu por armas —7 castellos de ouro sobre campo vermelho—os quaes, por determinação do mesmo soberano, se uniram ás quinas, formando o escudo real portuguez. Pelos lados norte e poente, ainda se vêem vestigios do antigo alcaçar, que o fidalgo traído reduzira a chammas. As paredes desnudadas d'esses reductos, bastiões e outras obras de defeza, preciosidade historica, que o tempo sempre respeitou, fôram demolidos em 1680 por ordem de André da Silva Machado, natural do logar de Val-de-Mil, da freg. de Lanhoso, mas residente no Porto, onde era negociante opulento. Edificou então n'aquelle grande rochedo, á sua custa, o santuario de N. S. do Pilar, para cuja construcção aproveitou essa pedra A imagem da padroeira é uma copia fiel da que se venera na egreja da serra do Pilar. Ainda se realisa uma romaria a esta capella, a 28 e 29 de junho, que costuma ser muito concorrida. A mitra apresentava o reitor da freg. de S. Thiago, de Lanhoso, que tinha 150$000 reis annuaes. Em Fonte Arcada, couto antiquissimo de que foi fundador Agostinho Fafes, pae de D. Fafes Luz, rico homem do conde D. Henrique, estão ainda os paços do concelho e os antigos edificios publicos das repartições do Estado, provando assim que foi ali a séde da vida publica do antigo concelho. No largo da Fonte, e encimando um chafariz de duas bicas, existe ainda o vetusto pelourinho, parece que incompleto. A egreja matriz de Fonte Arcada tem uma bonita fachada gothica. O oculo, caracteristico do estylo, as paredes e o elegante arco cruzeiro, em cuja rosacea ainda se notam alguns preciosos vidros coloridos, attestam a antiguidade do templo, que se diz ter sido fundado pelo rico homem D. Godinho Fafes em 1067. Povoa do Lanhoso pertence á 3.ª div. mil, 5.ª brigada, grande circumscripção mil. N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobranças de titulos, letras e vales; advogados, agencias bancarias, de navegação e de seguros, hoteis, casas de pasto, medicos, pharmacias, notarios, muitos estabelecimentos industriaes, feira a 19 de março, e todas as quintas feiras, sendo abundante de cereaes e legumes, bem como de gado bovino e suino; romarias á Senhora do Pilar, já citada; á Senhora do Porto, a 8 de setembro em Porto d'Ave, que dura 5 dias. Tem se publicado os seguintes jornaes: *Castello de Lanhoso*, 1885; foi seguido pela *Maria da Fonte*; *O Castello de Lanhoso*, 1910; *Chicote (O)*, 1895; *Folha Democratica (A)*, 2 de fevereiro, 1888 a 6 setembro, 1889; teve duas edições do 1.º numero: em 2 de fevereiro e em 7 de junho de 1888; *Gazeta de Lanhoso (A)*, 13 de dezembro de 1900; *Maria da Fonte (A)*, 1886; em publicação, dezembro 1910: veio substituir o antigo *Castello de Lanhoso; Povo de Lanhoso (O)*, 5 de dezembro de 1900 Foi na Povoa de Lanhoso que em 1846, se deu começo á revolução popular, que passou á historia com o nome de *Maria da Fonte*. O concelho compõe se de 28 freguezias, com 4:300 fog. e 16:985 hab., sendo 7:548 do sexo masc. e 9:437 do fem., n'uma superficie de 12:363 hect. As freguezias são as seguintes: S. Martinho, de Aguas Santas, 579 hab.: 277 do sexo masc. e 302 do fem.; S. Pedro, de Ajude, 135 hab: 62 do sexo masc, e 73 do fem.; S. Paio, de Brunhães, 394 hab: 176 do sexo masc. e 218 do fem ; S. Gens, de Calvos, 441 hab : 207 do sexo masc. e 237 do fem.; S. Martinho, de Campo, 528 hab.: 247 do sexo masc. e

281 do fem.; S. Julião, de Covellas, 251 hab: 116 do sexo masc. e 135 do fem.; S Bartholomeu, de Esperança, 465 hab.: 196 do sexo masc. e 269 do fem.; S. Martinho, de Ferreiros, 388 hab: 175 do sexo masc. e 213 do fem; Santo André, de Frades, 337 hab.: 131 do sexo masc e 206 do fem.; Santo André, de Friande, 427 hab.: 177 do sexo masc. e 250 do fem.; S. Martinho, de Gallegos, 317 hab: 133 do sexo masc e 184 do fem.; Santos Cosme e Damião, de Garfe, 873 hab: 372 do sexo masc. e 501 do fem.; Santo Estevão, de Geraz do Minho, 660 hab.: 306 do sexo masc. e 354 do fem, O Salvador, de Louredo, 255 hab.: 116 do sexo masc. e 139 do fem.; S. Martinho, de Monsul, 702 hab.: 308 do sexo masc. e 394 do fem.; Santa Maria, de Moure 309 hab: 142 do sexo masc. e 167 do fem.; S. Thiago, de Oliveira, 511 hab: 218 do sexo masc. e 293 da fem; O Salvador, Povoa de Lanhoso.—Fonte Arcada, 1:823 hab.: 832 do sexo masc. e 991 do fem.; S. Thiago, de Povoa de Lanhoso, 1:361 hab.: 598 do sexo masc. e 763 do fem.; Santa Maria, de Rendufinho, 636 hab: 294 do sexo masc. e 342 do fem.; Santo Emilião, 456 hab.: 213 do sexo masc. e 243 do fem; S. João Baptista e S. Pedro, de S. João de Rei, 491 hab: 212 do sexo masc. e 279 do fem.; S. Pedro. de Serzedello, 902 hab.: 406 do sexo masc. e 496 do fem.; Santa Maria, de Sobradello da Gôma, 1:027 hab: 416 do sexo masc. e 581 do fem.; S. Miguel, de Thaide, 1:103 hab.: 476 do sexo masc. e 627 do fem; S. Martinho, de Travassos, 680 hab.: 310 do sexo masc. e 370 do fem.; Santa Maria, de Verim, 380 hab.: 176 do sexo masc. e 204 do fem; S. Miguel, de Villela, 551 hab.: 226 do sexo masc. 325 do fem. O principal commercio de todo o concelho é milho e vinho.

Povoa da Latada. Pov. na freg. de S. Cypriano, conc. e distr. de Vizeu.

Povoa das Leiras Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Candal. conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Povoa de Leiria. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, do Abitureiras, conc. e distr. de Santarem.

Povoa de Lisboa. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Beijoz, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu.

Povoa do Lobo. Pov. na freg. de Santa Maria, de Dardavaz, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Povoa da Lomba. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Povoa do Loureiro Pov. na freg. de S. Matheus, de Botão, conc. e distr. de Coimbra.

Povoa de Lourenço Paes. Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Calde, conc. e distr. de Vizeu.

Povoa da Martha. Pov. na freg de S. Miguel, de Recardães, conc. de Agueda, distr. de Aveiro

Povoa de Maruje. Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Barreiro, conc. de Tondella, distr. de Vizeu

Povoa do Matto. Pov. na freg. de S. Vicente, de Sangalhos, conc. de Anadia, districto de Aveiro.

Povoa e Meadas. Villa e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Castello de Vide, distr. e bisp. de Portalegre; 363 fog. e 1:373 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., medico e pharmacia Dista 12 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie, nas margens d'uma ribeira do mesmo nome, na estrada de Castello de Vide a Montalvão. A mitra apresentava o cura, que tinha 40$000 reis e o pé d'altar. A freg. da Povoa fica a 5 k. a O de Meadas, que é muito antiga, e que desde o principio do seculo XVIII está unida á da Povoa, e por isso se lhe dá o nome de *Povoa e Meadas*. A primitiva denominação d'esta villa, foi *Povoa de D. Martinho*, por causa da instituição d'um morgado, feita em 1348, e que foi confirmado por D. Affonso IV, por D. Martinho Pires Valente, ascendente do 1.º conde de Villa Nova de Portimão, D. Martinho Castello Branco. Este facto consta d'uma lapide que está levantada na estrada, proximo ás ruinas do palacio dos condes. O primeiro foral que teve, foi dado por D. Lopo, administrador do mosteiro de Folques, em 2 de abril de 1424. El-rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 20 de março do 1511 sendo este foral tambem para Meadas. A pov. de Povoa é muito antiga, pelo menos, dos primeiros tempos da monarchia. Os castelhanos a incendiaram em 1706, arrazando as suas antigas fortificações, que já estavam muito arruinadas. D. João V a mandou reedificar em 1720, mandando-lhe fazer uma cinta de muralhas, com seu castello e baluartes, de que restam hoje apenas as ruinas. O terreno é muito fertil em generos agricolas, e cria gado de toda a qualidade. Tem Misericordia. Pertence á 4ª. div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes.

Povoa da Mealhada. Pov. na freg. do S. Vicente, de Vacariça, conc. de Mealhada, distr. de Aveiro.

Povoa do Meio. Pov. na freg de Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Povoa de Midões. Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. do Douro, conc. e com. de Taboa, distr. e bisp. de Coimbra; 241 fog. e 876 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post. e feira na 3.ª segunda feira de cada mez. A pov. dista 8 k. da séde do conc. O vigario de Midões apresentava o cura, que tinha 36$000 reis de congrua, e o pé d'altar. A terra é muito fertil, e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. O povo d'esta freg. construiu á sua custa uma bonita capella dedicada a Santa Eufemia, que se concluiu em setembro de 1875.

Povoa do Millem. Pov. na freg. de S. Vicente, conc. e distr. da Guarda.

Povoa da Medronhosa, Pov. na freg. do N. S.ª das Neves, de S. Salvador, conc. e distr. de Vizeu

Povoa das Mós. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Pernes, conc. e distr. de Santarem.

Povoa do Moscoso. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Lourosa, conc. e distr. de Vizeu.

Povoa dos Mosqueiros. Pov na freg. de S. João Baptista, de S. João d'Areias, conc. de Santa Comba Dão, distr de Vizeu.

Povoa Nova. Povoações nas freguezias: S. Martinho, conc. de Ceia, distr. da Guarda. || Santa Maria, de Achête, conc. e distr. de Santarem.

Povoa da Palmeira. Pov. na freg. de S. Vicente, de Sangalhos, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

Povoa de Paço. Pov. na freg. de S. Julião, de Cacia, conc. e distr. de Aveiro.

Povoa da Pégada. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Beijoz, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu.

Povoa de Pégas. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Zambujal, conc. de Condeixa a Nova, distr. de Coimbra.

Povoa de Penafirme. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, de A dos Cunbados, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Povoa de Penella. Pov. e freg. de Santa Margarida, da prov. da Beira Alta, conc. de Penedono, com. de Mêda, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 221 fog. e 820 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 16 k. da séde do conc. e está situada n'um alto, a 4 k. da margem esquerda do rio Torto, na estrada de Penedono a S. João da Pesqueira. O povo apresentava o vigario, perpétuo, que tinha 80$000 reis de congrua e o pé d'altar. Foi villa, e teve foral, dado por el-rei D. Manuel, em Lisboa, a 12 de setembro de 1514. N'este foral se lhe dá o nome de *Povoa de Méda de Moiros*. Pertence esta pov. á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Tendo sido annexada ao conc. de S. João da Pesqueira por decreto de 7 de setembro de 1895, que supprimiu o de Penedono, voltou a este, restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. A terra é fertil em generos agricolas.

Povoa Pequena. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Fornello do Monte, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Povoa de Pereiro. Pov. na freg. de S. Thiago, da Moita, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

Povoa do Plão. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Estreito, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Povoa do Poço. Pov. na freg. de S. Miguel, de Recardães, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Povoa da Polvilheira. Pov. na freg. de S. Thiago, de Alvaro, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Povoa da Preta. Pov. na freg de S. Lourenço do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

Povoa das Quartas. Pov na freg. de S. João Baptista, de Lagos da Beira, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Povoa de Queirella. Pov. na freg. de S. Miguel, de Bodiosa, conc. e distr. de Vizeu.

Povoa da Rainha. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Cativellos, conc. de Gouveia, distr. da Guarda.

Povoa da Rainha Santa. Pov. na freg. do Salvador, de Pombeiro, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Povoa da Rapozeira. Pov. na freg. de S. Matheus, de Unhaes o Velho, conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Povoa de Recardães (*Quinta e Casa da*). E' actualmente seu 14.º senhor, Adelino Pinto de Tavares Ferrão Pacheco de Castello Branco, fidalgo da Casa Real por successão a seus maiores e alvará de 28 de janeiro de 1874, bacharel formado em Direito, e filho de José Pinto de Tavares Ferrão Pacheco de Castello Branco, fidalgo d'Amoreira (*V. Amoreira da Gandara*), e de sua mulher D. Maria José de Avellar, dos Avellares de S. Martinho. Esta quinta chamou-se antigamente do *Crasto* em virtude de ter pertencido a D. Pedro de Castro, sobrinho da celebre D. Ignez de Castro, e filho do conde D. Alvaro Pires de Castro, irmão d'aquella senhora. O primeiro aforamento d'ella foi feito pelo dito Pedro de Castro ao seu chanceller Alvaro Affonso e á mulher d'este Joanna Rodrigues, para elles e seus descendentes, por carta em pergaminho do dito D. Pedro, assignada de seu punho e sellada com seu sello, em a dita Povoa a 10 d'abril de 1417. O chanceller e sua mulher obrigaram-se a pagar em seu nome e no dos seus descendentes até ao fim do mundo o fôro annual de quatro libras de 20 soldos cada uma, das que corriam em *Riba d'Agada*. O fôro era pois de 160 reis sem algum outro fôro ou ração. Das confrontações, cuidadosamente restabelecidas a 10 d'agosto de 16?6, se vê a enorme porção de terreno que o aforamento comprehendia. Por casamento de D. Violante de Sequeira, neta de Alvaro Affonso, e filha de Pedro Affonso de Aguiar, com João Gomes de Lemos, 2.º senhor da Trofa, passou a quinta para esta familia dos Lemos, na qual continuou, existindo ainda na capella da Quinta da Povoa a campa de D. Izabel Quaresma, fallecida a 20 d'abril de 1574, e esposa que era de Diogo de Lemos, 4.º senhor que foi da dita Povoa. Succedeu-lhes seu filho, tambem do nome Diogo, que casou com D. Izabel d'Almeida, filha de Francisco Pinto d'Almeida e de sua mulher D. Leonor de Macedo. Estes ultimos fôram senhores da Quinta de Morangal, hoje fóra da familia, e a vincularam em 1580. Antonio Gomes d'Almeida, filho de Diogo de Lemos e de D. Izabel d'Almeida, que foi o 6.º senhor da Povoa, comprou aos irmãos em 1605, 1607 e 1611, as partes que lhe não pertenciam na dita Povoa, e com metade d'ella fêz um dote para sua filha D. Maria Pinto de Macedo casar com Fernão Cardoso. Fôram estes ultimos os 7.ºs senhores da Quinta da Póvoa. D. Maria Pinto usava o seguinte brazão que se conservou na sua sepultura: Escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Almeidas, no segundo as dos Pintos, no terceiro as dos Abreus, no quarto as dos Tavares. Fernão Cardoso e sua mulher tiveram duas filhas, que ambas casarem com o licenceado em Leis Manuel Tavares Pacheco, fidalgo da casa d'El rei por successão a seus maiores e alvará de 13 de janeiro de 16?9, filho de Manuel de Tavares, fidalgo da Casa Real e de Cota d'Armas por carta de 23 de dezembro de 1629 (Tavares sem mistura) descendente dos Tavares, senhores da villa de Mira, e dos Tavoras, senhores do Mogadouro. Chamavam-se aquellas senhoras D. Brites e D. Izabel Pessoa Pinto de Mancellos. Manuel de Tavares Pacheco teve do primeiro matrimonio com D. Brites, Pedro de Tavares Pacheco, que foi fidalgo da Casa Real como seu pae, por alvará de 6 de junho de 1689. Do segundo matrimonio com D. Izabel não houve geração. Mas Manuel de Tavares Pacheco e sua segunda mulher instituiram a 24 de março de 1700 o vinculo da Quinta da Povoa, do qual foi 1.º administrador o já citado Pedro de Tavares Pacheco. Do casamento d'este com D. Maria Pinto Coutinho Cardoso, sua parenta por Pintos, dos legitimos Coutinhos de Lyomil dos Cardosos da quinta d'elles em S. Martinho de Mouros etc., nasceu Geraldo Pacheco Pinto que foi o 10.º senhor da Quinta da Povoa, a qual por seu fallecimento, solteiro e sem filhos legitimos, passou

a seu irmão João Pinto Coutinho Cardoso e Tavora, fidalgo da Casa Real e de Cota d'Armas (Vide *Amoreira da Gandara*). A Quinta seguiu depois a linha dos morgados até ao seu actual possuidor. E' um edificio antigo de architectura pesada sem cousa alguma que o notabilise. Tem capellas da invocação de S. Sebastião e Nossa Senhora, a bula da qual houveram Diogo de Lemos e D. Izabel Quaresma, supra citados, 4.os senhores da Quinta da Povoa, como consta da sepultura de D. Izabel. Como por muitas vezes se quebrou a varonia, varios brazões se tem usado n'esta Casa. O primeiro era d'Affonsos: Escudo em pala e a primeira partida em faxa, no quartel de cima em campo de ouro uma aguia de duas cabeças de sua côr, e no debaixo em campo vermelho uma muralha com tres torres, tudo de ouro. Na segunda pala, em campo de prata um leão de púrpura. Timbre, meio leão das armas. Seguiu se-lhe o dos Lemos que era sem mistura, e varios outros ainda. Hoje usam os descendentes senhores d'esta Casa o de Tavares Tavora confirmado a João Pinto Coutinho Cardoso Tavora, por se lhes ter reconhecido e novamente registado em 30 de setembro de 1899. Casou o bacharel Adelino Pinto de Tavares Ferrão Pacheco de Castello Branco com D. Maria José do Amaral Noronha e Napoles, senhora da Casa do Corteado em Guimarães, e de muitas outras, filha do José do Amaral Branco Bernardes de Carvalho Castello Branco e Noronha fidalgo da Casa Real, e de D. Maria da Conceição Vaz Vieira de Mello e Alvim da Silva Freitas.

Povoa da Reguenga. Pov. na freg. de S. Miguel, de Urrô, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Povoa de Rendufe. Pov. na freg. do Salvador, de Rendufe, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Povoa da Ribeira. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Villar Barrôco, conc. de Olciros, distr. de Castello Branco.

Povoa de Rio de Moinhos. Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. da Beira Baixa, conc., com. e distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 214 fog. e 940 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post Dista 13 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Ramalhoso. O commendador d'esta freg. e o vigario de S. Vicente da Beira, apresentavam alternativa e annualmente o cura, que tinha 7$500 reis de congrua e o pé d'altar. E' fertil em generos agricolas. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Povoa da Roçada. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Nellas, distr. de Vizeu.

Povoa de Rodrigo Alves. Pov. na freg. de S. Salvador, de Tonda, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Povoa do Salgueiro. Pov. na freg. de S. Vicente, de Sangalhos, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

Povoa de Santa Christina. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Tentugal, conc. de Montemór-o Velho, distr. de Coimbra.

Povoa de Santa Eulalia. Pov. na freg. de S. Martinho de Moiros, conc de Rezende, distr. de Vizeu.

Povoa de Santa Iria. V. *Santa Iria de Azoia.*

Povoa de Santo Adrião. *(José Carlos Eugenio Belem Correia, barão da).* Moço fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, proprietario, etc. N. em 9 de dezembro de 1860, fal. em 19 do fevereiro de 1907. Era filho de Carlos Eugenio Correia, empregado na alfandega de Lisboa, e de sua mulher, D. Maria Francisca Ludovina Rezende Belem Correia. Entregando-se ao commercio, esteve empregado no escriptorio do grande capitalista visconde d'Abrigada, e fallecendo este titular, casou com a sua viuva, a viscondessa D. Maria Leonor Ernestina Coutinho Seabra Saldanha Daun de Mendonça. Foi pouco depois agraciado com o titulo do barão da Povoa de Santo Adrião Tendo enviuvado em janeiro de 19'4, passou a segundas nupcias, em 1906, com D. Maria do Carmo Santos.

Povoa de Santo Adrião. Pov. e freg. de Santo Adrião, da prov. da Extremadura, conc. de Loures, com., distr. e patriarc. de Lisboa; 96 fog. e 435 hab. Tem esc. do sexo fem., caixa post. e uma *Fanfarra 11 de Março de 1903.* Está situada na estrada de Lisboa a Torres Vedras, a 3 k. do Lumiar e a 4 da séde do conc. O povo apresentava o reitor, que tinha 15$000 reis e o pé d'altar. Chamava-se antigamente *Povoa de Loures*, por ser uma aldeia d'esta freg., da qual foi desmembrada no meado do seculo XVI, para formar uma freg. independente. A terra é fertil, e notam se ali varias quintas de valor. Ha aqui uma bonita ermida dedicada á Senhora do Bom Successo. Foi a 5.ª est. do caminho de ferro do systema Larmanjat, de Lisboa a Torres Vedras. A pov. pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 5, com a séde em Lisboa.

Povoa de Santo Amaro. Pov. na freg. do S Miguel, de Parada, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu.

Povoa de Santo Antonio. Pov. na freg. de Salvador, de Cannas de Senhorim, conc. de Nellas, distr. de Vizeu.

Povoa de S Cosme. Pov. na freg. de Santo André, de Ervedal, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Povoa de S. Domingos. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Aguada de Cima, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Panoias de Cima, conc. e distr. da Guarda.

Povoa da Sardinha. Pov na freg. de Santa Maria, de Dardavaz, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Povoa de Sernache. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. de Certã, distr. de Castello Branco.

Povoa de Sobrinhos. Pov. na freg. de S. Simão, de Rio de Loba, conc. e distr. de Vizeu.

Povoa da Taivinheira. Pov. da freg. de S. Thiago, de Alvaro, conc. de Olciros, distr. de Castello Branco.

Povoa do Tezo. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Aguada de Cima, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Povoa do Tojal Grande. Pov. na freg. de S. Simão, de Carvalhal de Vermilhas, conc. de Vouzella, distr de Vizeu.

Povoa de Tres. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Abiturciras conc. e distr. de Santarem.

Povoa da Urgeira. Pov. na freg. do Santa Maria Magdalena, de Agadão, conc. do Agueda, distr. de Aveiro.

Povoa de Urgueira. Pov. na freg. de S. Mamede, de Castanheira do Vouga, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Povoa da Ussa. Pov. na freg. de S. Pedro, de Arcozello das Maias, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Povoa de Vellado Pov. na freg. de S. Paio, de Requeixo, conc. o distr. de Aveiro.

Povoa do Valle da Figueira. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Estreito, conc. de Oleiros, distr. do Castello Branco.

Povoa de Valle do Trigo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Bellazaima, conc de Agueda, distr. de Aveiro.

Povoa de Varzim. *(Manuel Fernandes da Silva Campos, 1.º barão de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real. N. na Povoa de Varzim a 20 de março de 1826, sendo filho de João Fernandes da Silva Campos, e de sua mulher D. Joaquina Alves de Sousa. Foi agraciado com o titulo de barão da Povoa de Varzim por decreto de 18 de maio de 1868. Casou em 1858 com D. Florinda Porto da Silva, filha de João José da Silva Porto, fidalgo cavalleiro da Casa Real, e de sua mulher, D. Anna Bernardina. Por alvará de 8 de novembro de 1869, foi-lhe concedido o seguinte brazão: Escudo partido em pala: na primeira as armas dos Campos, em campo azul tres cabeças de leão de ouro com linguas vermelhas postas em roquete e vertendo sangue pelas cortaduras; e na segunda as armas dos Silvas, em campo de prata um leão de púrpura armado de azul.

Povoa de Varzim Villa da prov. do Douro, séde de conc. e do com., distr., bisp. e Relação do Porto. Tem uma só freg., N. S.ª da Conceição Está situada na costa do Oceano Atlantico, em logar muito aprazivel, a 28 k. da capital do distr., á qual se liga o caminho de ferro do Porto a V. N. de Famalicão, e estrada real n.º 30. O cabido da sé de Braga apresentava o reitor, que tinha 350$000 reis e o pé d'altar. A villa é de fundação muito antiga, e ignora se a etymologia do seu nome. Pretendem uns, quo *Varzim* seja corrupção de *Varzinha*, por estar edificada sobre uma pequena varzea; outros, julgando que com sonhadas origens nobilitavam a villa, dizem que o nome lhe provém de *Cayo Varizimio*, consul romano, cuja fundação lhe attribuem. E' certo que o primeiro assento da egreja de Argivae, uma das freguezias d'este concelho, foi no logar da Varzinha, e que á Povoa se deu antigamente o nome de *Varazim de Jusão (*Varazim de Baixo*).* Tambem se ignora a epoca em que principiou a ter a denominação actual. Vêmos que em 1305 se chamava *Varazim de Jusão*, porque el-rei D. Diniz, na doação que em 3 de janeiro d'esse anno fez da villa a seu filho bastardo, D. Affonso Sanches, assim lhe chama, bem como no foral que lhe deu em 8 de março de 1308. Esta villa foi uma aldeia da freguezia de Argivae, que lhe fica contigua, e d'ella se deslembrou em 1625, tornando-se parochia independente. Como se operou esta mudança, é assim narrado. Havia na villa da Povoa uma boa capella dedicada á Senhora da Madre de Deus. Pelos annos de 1550, sendo governador do arcebispado de Braga o doutor provisor Antonio Velho, se lhe queixou o povo da villa, dos inconvenientes que lhe resultavam de não ter aqui sacrario, d'onde lhe fôssem administrados os sacramentos, n'um caso repentino, e de não terem capella para celebrar missa nos dias santificados. Antonio Velho lhe concedeu licença para fazer sacrario, e ter o Santissimo na referida capella, e capellão privativo, que dissesse missa e administrasse os sacramentos. A capella da Madre de Deus, situada na rua do seu nome, estava a O do adro da actual matriz, do qual a separava uma rua. Escolheu-se este templo para a nova parochia, por ser o mais central que então havia. A capella fôra fundada por João Martins e sua mulher Maria Affonso, em 1542. Em 1625 obtiveram a separação definitiva da sua antiga parochia de Argivae, constituindo freguezia independente, e mudando o nome do antigo orago para o de *N. S.ª da Conceição.* No principio do seculo XVIII foi o sacrario transferido para a egreja da Misericordia, que então servia de matriz, e fôra restaurada poucos annos antes. A Misericordia foi a primitiva matriz, e por muitos annos assim se conservou, e quando se constituiu a nova parochia, sentiu muito a falta de rendimentos, caindo em grande decadencia. Então uma devota, chamada Maria Fernandes, do logar de Villa Velha, deixou-lhe uma parte dos seus bens, para ser applicada na sustentação da irmandade da Misericordia De accôrdo com o senado da camara, organisou se então regularmente esta irmandade, que depois veiu a tomar posse da egreja aggregando se á irmandade dos Passos, cujos fundos se reuniram no mesmo côfre. A actual egreja matriz é um formoso templo, de architectura toscana, e d'uma só nave. As obras principiaram em 1743, a requerimento da camara municipal, e por uma provisão regia de D. João V, de 1735, na qual concedeu para isto, as sobras das sizas, e a contribuição d'um real em cada arratel de carne, e outro real em cada quartilho de vinho. Esta concessão durou até 1759. Foi benzida com a maior solemnidade no dia 6 de janeiro de 1757. Apezar da sua antiguidade, Povoa de Varzim era pobre e insignificante, sendo composta, na maior parte, de pequenas casas terreas, de pescadores. A vulgarisação, porém, dos banhos do mar a fez prosperar rapidamente, porque possue uma das mais bellas praias do paiz, que todos os annos é muito frequentada por numerosos banhistas, concorrendo familias até de muitas legoas de distancia. Hoje n'aquella pittoresca villa encontram se hoteis importantes e cafés luxuosamente montados, muito espaçosos, com bellos espelhos e magnificos bilhares. Uma grande parte da população emprega-se na industria da pesca, de que vive exclusivamente, sendo os pescadores d'aqui os mais audaciosos do norte, e tão corajosos como os de Olhão, no Algarve. E' a pesca, que tambem tem ajudado muito a prosperar a villa, porque se faz em grande escala, e se exporta para o Porto e para as tres provincias do norte do Douro. Os pescadores vivem n'uma especie de bairro á parte da villa, na praia e ao S do quebra mar, e em algumas ruas parallelas formadas de casas baixas ou abarracadas. Os arredores da villa são muito pittorescos, o offerecem lindos e variados passeios, dos quaes se destacam a Espinheira, ponto de confluencia dos rios Este e Ave; o monte de S. Felix, d'onde se descobre um panorama variado e surprehendente; a Aguçadora, pelos seus ferteis chãos socavados no areal, e o logar do Avor-o-Mar com as suas hortas bem cuidadas. O primeiro donatario

que teve a villa, foi D. Guterre, natural da Gascunha, que veiu para Portugal com o conde D. Henrique, em 1093. D. Guterre é o tronco da nobilissima familia dos Cunhas, e foi seu filho D. Paio Guterres o primeiro que usou do appellido de Cunha. Os primogenitos d'esta familia fôram os donatarios de Povoa de Varzim até ao reinado de D. Diniz. D. Affonso Sanches, filho natural d'este monarcha, a quem, conforme dissémos, seu pae doara esta villa, incluindo tambem na doação a de Villa do Conde, veiu estabelecer residencia com sua mulher n'estes seus dominios, e habitava em Villa do Conde; porém, o conde D. Martim Gil e sua mulher, lhe contestaram a posse, allegando que esta villa e seus dominios lhes pertenciam por herança legitima dos seus antepassados. Deu isto causa a graves conflictos, que só terminaram por uma provisão régia, na qual D. Diniz validou a doação que fizera a seu filho, impondo graves penas ao conde D. Martim Gil. Em testamento feito em 1318, tinham deixado D. Affonso Sanches e sua mulher ás freiras do convento de religiosas franciscanas de Santa Clara, de Villa do Conde, o castello em que viviam, e suas dependencias, varias terras e rendas, incluindo o senhorio de Povoa de Varzim com todas as suas jurisdicções, honras, isenções e privilegios, assim como o direito de sentencear sobre os pleitos civeis e crimes. Estes poderes illimitados, concedidos a mulheres reclusas, vinham a ser exercidos verdadeiramente pelos procuradores do convento, o que, pela falta de imparcialidade, dava origem a graves injustiças e queixas frequentes, com especialidade dos habitantes de Povoa de Varzim, que fôram os que mais soffreram; e vendo que as freiras não davam providencias, fizeram uns *artigos*, que entregaram a el-rei D. Manuel. Então, este monarcha deu novo foral a Povoa de Varzim, em Lisboa, a 25 de novembro de 1514, abolindo para sempre os direitos, do que tão mau uso se havia feito pelo tempo de mais de 200 annos, ficando o povo com o direito de eleger os seus magistrados, como já tinham, na maior parte, as villas de mais importancia. Constituida a Povoa em municipio com justiças e autoridades proprias, e livre das antigas peias e dependencias, principiou a desenvolver se e a prosperar. N'esta villa não havia hospital da Misericordia, e reconhecendo a camara municipal esta grande falta, que cada vez mais se fazia sentir, requereu ao principe regente D. João a autorisação para se fundar um hospital para o tratamento dos doentes pobres da freguezia, o que lhe foi concedido por provisão regia de 11 de dezembro de 1804. Por despacho do corregedor da comarca do Porto, de 3 de janeiro de 1809, mandou ouvir a *comarca, nobreza e povo* sobre a pretenção referida, o que se effeituou em sessão de 23 de fevereiro de 1811, e ali se concordou em se contribuir com um real em cada arratel de carne, e outro real em cada quartilho de vinho, que se vendesse a retalho, na villa, applicados para as obras do hospital. No anno de 1811 houve na Povoa uma horrorosa invernada, que não deixou os pescadores exercer o seu mister. Seguiu-se a esta desgraça uma devastadora peste, que a muitos fulminava, deixando os instantaneamente mortos, e levando familias inteiras. Para os que ficavam apenas gravemente atacados, mas com vida, sollicitou a camara e obteve autorisação em 29 de julho do mesmo anno de 1811 para estabelecer um hospital provisorio, e como não tinha outra casa disponivel, transformou em enfermarias o 2.º andar do vasto edificio dos paços do concelho. Vendo os vereadores a urgente necessidade da fundação d'um hospital permanente, requereram ao governo a competente autorisação, que obtiveram em 1819, mas só em maio de 1825 é que se deu principio ás obras, e por diligencias do benemerito povoense José Antonio Alves Anjo, que foi nomeado thesoureiro para receber as quantias destinadas ás obras, concorrendo ainda com sacrificio de seus bens, para que se levasse ao fim este estabelecimento de caridade. Outros benemeritos concorreram com avultados donativos, e o hospital ficou finalmente concluido em 1835, sendo inaugurado a 29 de junho d'esse anno, em que para elle se transferiram os doentes que estavam no hospital provisorio. A casa da camara municipal é um dos mais sumptuosos edificios da villa. E' tão vasto, que se accommodam n'elle o tribunal das audiencias do juiz de direito, a sala das sessões da camara, e todas as suas dependencias; as repartições da administração do concelho e da fazenda. O edificio está situado na praça do *Almada*, ao centro da villa. Foi fundado por Francisco Almada e Mendonça, no reinado de D. Maria I, que decretou esta obra por provisão de 21 de fevereiro de 1791. Os antigos paços do concelho eram acanhados, e estavam muito arruinados. Haviam sido construidos em 1515. O edificio actual tem andar nobre, que assenta sobre uma galeria de arcos, que lhe servem de vestibulo, dando entrada para todo o edificio. Sobre a janella principal (central) estão as armas portuguezas, de um peso e volume monstruosos. N'uma das salas do edificio tambem se estabeleceu uma escola de instrucção primaria para o sexo masculino. N'esta mesma sala inaugurou-se em 22 de agosto de 1873 um bonito theatro de madeira feito á custa de alguns amadores dramaticos. Nos baixos do edificio estão as cadeias publicas. Povoa de Varzim era apenas cabeça de conc. pertencendo á comarca de Villa do Conde, mas em junho de 1875 foi creada a comarca, separando-se então o seu julgado da de Villa do Conde. Para defender a enseada ha uma fortaleza, construida no local d'um pequeno e antigo fortim, que se suppõe ter sido edificado em 1400, no reinado de D. João I. A fortaleza hoje existente, foi principiada em 1703, no tempo de D. Pedro II, a requerimento do capitão de ordenanças da villa, João de Almeida Rego, e a instancias do governador das armas do districto do Porto, o mestre de campo Pedro de Vasconcellos e Sousa, filho dos condes de Castello Melhor; mas estando interrompidos os trabalhos das fortificações, só se concluiram as obras um 1738, no reinado de D. João V, a requerimento do povo. A fortaleza foi inaugurada, com as solemnidades do estylo, em 22 de outubro de 1740, dia dos annos de D. João V. A fortaleza tem 4 baluartes com suas cortinas. Os baluartes da *Conceição* e de *S. Francisco de Borja*, teem fronte para o mar; e os de *S. José, S. Filippe* e *S. Diogo*, para a terra. Dentro da fortaleza ha uma pequena ermida, edificada á custa do thesouro publico, dedicada á Senhora da Conceição. E' de abobada de cantaria, com seu retabulo de talha dourada, e sacrario. A planta da

fortaleza foi feita pelo sargento mór Sebastião de Sousa. A E do hospital da Misericordia fica o cemiterio publico, concluido pela camara municipal em 1868. Ha na Povoa de Varzim as seguintes capellas: *N. S.ª das Dôres*, um bonito templo, de fórma exagona, construido no topo d'um monte, sobranceiro á villa; tem uma elevada torre, que serve de baliza aos navegantes, e se avista do mar a grande distancia; foi construida em 1768. *A capella de S. Roque*, proximo da rua da Junqueira, construida em 1596 por Diogo Peres de S. Pedro, e sua mulher Maria Fernandes de Faria. *A capella de N. S.ª de Belem*, edificada em 1826, no logar da Gésteira, feita á custa de esmolas do povo d'este logar *A Capella de N. S.ª da Lapa*, proximo do mar, fundada por uns missionarios hespanhoes, com esmolas do povo da villa, principalmente dos homens do mar. Foi benzida solemnemente a 15 de agosto de 1772. *A capella de S. José*, no largo de S. José, onde existiu a *Rua da Areosa*, e proximo do paredão do caes. Foi construida em 1848. Dizem alguns escriptores que o brazão d'armas da Povoa de Varzim é, em campo azul, um rosario branco, enfiado em cordão de púrpura, com uma cruz de ouro, servindo de haste a uma ancora de prata, tendo no circulo oval, do lado direito o sol, de ouro; e ao esquerdo, a lua, de prata, encimados por uma corôa ducal. Não consta que na Torre do Tombo exista este brazão, mas é assim que se vê pintado no tecto da casa e no estandarte da camara. Julga se serem as antigas armas de Villa do Conde. Em 1875 construiu se o caminho de ferro do Porto a Villa Nova de Famalicão, passando por Povoa de Varzim, onde tem estação, entre as de Amorim e Villa do Conde. A inauguração realisou-se a 6 de outubro do citado anno. Em agosto de 1876 foi registada na camara municipal da villa a descoberta d'uma mina de ferro e manganez. No dia 4 de setembro d'esse anno inaugurou-se um novo theatro chamado *Sá da Bandeira*, com o drama *O Cabo Simão*, desempenhado por uma companhia hespanhola. O theatro construiu se de madeira, tem frizas, uma ordem de camarotes e uma espaçosa plateia. Até 18 2 houve na villa apenas um chafariz; entre outros melhoramentos de reconhecida utilidade publica, construiram se mais alguns, entre os quaes o do largo de S. Sebastião que substituiu o da praça do Almada, que tem o escudo da povoação sobre a legenda de *Varzea tenho a origem*, encimado pela estatua simbolisa da Povoa, uma mulher de tunica e manto, em pé, com o braço direito apoiado n'uma ancora Povoa de Varzim pertence á 3.ª div. mil., 6.ª brigada, grande circumscripção N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. Tem feira a 15 e 30 de cada mez; mercado diario de generos alimenticios e quinquilherias; escolas d'ambos os sexos, est. post. telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; agencias bancarias e de seguros; advogados; associações de classe: *dos Bombeiros Voluntarios; Commercial; dos Carpinteiros; dos empregados do commercio; dos pedreiros, A Constructora; dos pescadores e gentes de mar, A Maritima; dos Pintores e Estucadores, A Reformadora; de Soccorros Mutuos A Povoense;* Bibliotheca municipal; fabricas de cal, de gaz e de moagem a vapor; Club Naval, vice consules da Turquia e da Hespanha, Lyceu Nacional, medicos, pharmacias, notarios, restaurantes, *Assembléa Povoense*, *Philarmonica Povoense; Montepio da associação dos pescadores, artistas e agricultores da Povoa de Varzim*, approvado por alvará de 10 de junho de 1863;typographias, muitos estabelecimentos commerciaes e industriaes, romaria á *Senhora da Saude*, no 1.º domingo de agosto, etc. Ha n'esta villa um museu archeologico, pertencente ao P. José Brenha; é um museu muito interessante pelos objectos pesquizados nos dolmens de Villa Pouca d'Aguiar. Na Povoa de Varzim tem se publicado os seguintes jornaes: *Aurora*, 25 julho, 1886; *Clarim (O)*, 14 julho a agosto, 1877; *Coisas e Loisas*, 31 maio, 1891; *Comarca (A)*, 5 julho, 1874 a 26 março, 1876; *Commercio da Povoa*, 14 março, 1880 a 12 março, 1882; *Commercio da Povoa de Varzim (O)*, 3 dezembro, 1903; existia dezembro 1910; *Corôa (A)*, 15 agosto, 1892; *Echo Povoense*, 9 abril 187?; *Estrella Povoense*, 17 fevereiro, 1877; em publicação dezembro de 1910; *Facho Verde*, 7 maio, 1885 a 1886; *Gazeta da Povoa de Varzim*, 22 abril, 1870 a 22 dezembro, 1872; foi o primeiro jornal aqui publicado; fundiu se com a *Metralhadora; Grillo (O)*, 16 março, 1875; em 1889 ainda se publicava; *Hydra (A)*, 15 junho, 1891; *Independencia*, 29 dezembro, 1881; em 1889 ainda continuava; *Juventude (A)*, 22 janeiro, 1893; *Liberal (O)*, 7 abril, 1895; em publicação dezembro 1910; *Melro (O)*, 1 agosto, 1883; *Metralhadora (A)*, 22 junho, 1873 a 10 maio, 1874; fundiu se com a *Gazeta da Povoa de Varzim*; *Mosquito (O)*, 17 fevereiro; 1878 a 29 fevereiro, 1880; *Povoense (O)*, 2 julho, 1881; publicava se ainda em 1903; substitituiu provisoriamente o *Boletim Judiciario*; *Praia (A)*, 3 agosto, 1899; *Propaganda (A)*, janeiro, 1903; em publicação dezembro, 1910; *Tentamem (O)*, 11 julho, 1886. *Numero Unico*, 5 de maio de 1907. O conc. compõe se de 10 freguezias com 5:718 fog. e 23:703 hab., sendo 10:580 do sexo masc. e 13:123 do fem., n'uma superficie de 10:220 hect. As freguezias são as seguintes: S. Thiago, de Amorim, 2:292 hab.: 1071 do sexo masc. e 1:221 do fem; S. Miguel, de Argivae, 379 hab: 176 do sexo masc. e 203 do fem.; Santa Eulalia, de Balazar, 9 3 hab.: 424 do sexo masc. e 529 do fem.; Santa Eulalia, de Beiriz, 1:537 hab.: 710 do sexo masc. e 827 do fem.; Santa Maria, de Estella, 1:003 hab.: 479 do sexo masc. e 524 do fem.; S. Miguel, de Laundos, 924 hab.: 418 do sexo masc. e 506 do fem.; O Divino Salvador, de Navaes, 1:892 hab.: 922 do sexo masc. e 970 do fem,; N. S.ª do Conccição, de Povoa de Varzim, 12:623 hab.: 5:162 do sexo masc. e 7:161 do fem.; S.ª Pedro, de Rates, 1:055 hab.: 469 do sexo masc. e 586 do fem; Santa Maria, de Terroso, 1:045 hab.: 449 do sexo masc. e 596 do fem. O principal commercio do concelho é peixe e vinho.

Povoa Velha. Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Ceia, distr. da Guarda. No plató d'um monte, que fica junto a esta aldeia, está a ermida de *N S.ª do Pranto*, ou *da Piedade*, ou *de Pé da Cruz*, mas vulgarmente conhecida por *N. S.ª do Espinheiro*. E' um templo antiquissimo, e não se sabe a data da sua fundação. Apenas diz a lenda, que a imagem foi achada sobre um espinheiro, e d'aqui lhe provém o nome. E' de pedra, de estatura quasi regular, revelando grande antiguidade. O templo é muito vasto, com

cruzeiro e corpo da egreja, tendo n'este dois altares lateraes. Na capella mór está sobre o altar a imagem da padroeira.

Povoa de Videira. Pov. da freg. de S. Pelagio e conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Povoação Villa da ilha de S. Miguel, Açôres, séde de conc. e de com., distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo. Tem uma só freg., N. S.ª Mãe de Deus. Está situada á beira mar, na costa S, em terreno um pouco elevado, a 25 k. E da Ponta Garça, e a 58 da cap. do districto. E' notavel por ter sido este o ponto escolhido para desembarque por Gonçalo Velho Cabral, quando descobriu a ilha de S. Miguel, e o primeiro habitado. A sua colonisação data de 1444, e d'aqui lhe veiu o nome de *Povoação*. No principio do anno de 1881 foi quasi inteiramente destruida por um grande tremor de terra, que fez desabar o monte Fojo, e causou consideraveis prejuizos n'outras povoações da ilha. A metropole acudiu com soccorros, organisaram se subscripções, e a villa tem-se esforçado sempre, desde então, por saír do abatimento e da ruina em que a lançou o terrivel cataclismo. Povoação pertence ao commando mil. dos Açôres e ao distr. de recrut. e res. n.º 26, com a séde em Ponta Delgada. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobranças de titulos, letras e vales; fabricas de cal e de telha, medico, pharmacia, grande numero de estufas de ananazes, feira de gado vaccum, ás terças feiras, philarmonica *Lyra de Euterpe*, etc. Publica-se aqui o jornal *Aurora Povoacense*, que principiou a publicar-se em 1873. O conc. compõe-se de 5 freguezias, com 2:532 fog e 11:145 hab., sendo 5:251 do sexo masc. e 5:894 do fem. As freguezias são: N. S.ª da Penha de França, de Agua Retorta, 1:186 hab.: 562 do sexo masc. e 624 do fem.; N. S.ª da Graça, de Fayal da Terra, 1:200 hab.: 564 de sexo masc. e 636 do fem,; Sant'Anna, de Furnas, 2:194 hab.: 981 do sexo masc e 1:213 do fem.; Santa Mãe de Deus, de Povoação, 5:102 hab.: 2:448 do sexo masc. e 2:654 do fem; S. Paulo, de Ribeira Quente, 1:463 hab.: 696 do sexo masc. e 767 do fem. O principal commercio do concelho é cereaes e milho. || Povoações nas freguezias: Santa Comba, de Ermida, conc. e distr. de Villa Real. || Santa Leocadia, de Fradellos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Bartholomeu, de S. Gens, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Jorge, de Gouvães da Serra, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Povolide, conc. e distr. de Vizeu. || S. Salvador, de Thuias, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Vicente, de Tougues, conc. de Villa do Conde, do mesmo districto.

Povoação—Vista geral

Povoação Velha. Pov. da freg. de Santa Izabel, no conc. e ilha da Boa Vista, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situada na costa O, a 16 k. do Porto de Sal Rei, para o S, na encosta d'um monte chamado Povoação, que deu o seu nome ao logar, que passou a chamar se *Povoação Velha*, por ser ali que os primeiros colonos se estabeleceram. Foi, portanto, capital da ilha por muito tempo, até que, em 1810, o bispo D. Silvestre de Maria Santissima mudou, mas não sem grande opposição, a egreja parochial para a antiga villa do Rabil, instituindo a freg de S. Roque, a qual figura no *Annuario estatistico dos dominios portuguezes e ultramarinos portuguezes de 1899 e 1900* com o nome de Santa Izabel.

Povoadura. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Aboim da Nobrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Povoas *(Agostinho de Mendonça Falcão de Sampaio Coutinho)*. Cavalleiro professo da ordem de Christo, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, superintendente dos Tabacos e Alfandegas das comarcas de Coimbra, Leiria e Aveiro, com predicamento de primeiro banco e béca honoraria por decreto de 27 de junho de 1827, deputado em 1821, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa e do Instituto de Coimbra, etc. N. em Souto Maior, do concelho de Trancoso, a 27 de agosto de 1783, fal. em Girabolhos, freguezia do conc. de Ceia, a 24 de janeiro de 1854. Foi tambem formado na antiga faculdade de Canones, em 1805, obtendo então em merito litterario 7 *M B* e 2 *B*, o que era extraordinario para aquelle tempo, até mesmo para estudantes de merito transcendente. Escreveu: *Memoria historica sobre a villa de Ceia*; saiu nas *Memorias da Academia Real das Sciencias*, tomo VIII, parte II, Lisboa, 1823; tambem saiu em separado. Em diversos jornaes litterarios encontram-se muitos dos seus trabalhos, como: *Bibliographia abreviada da Historia de Portugal;* saiu primeiro na *Chronica Litteraria da Nova Academia Dramatica*, tomo I, 1840; depois reproduziu-se na *Revista Academica*, de pagina 129 em deante; em nenhum d'estes jornaes se chegou a concluir; *Considerações sobre a lingua portugueza e seu estudo;* publicadas successivamente na *Chronica Litteraria*, já citada, tomo I, de pag. 267 a 270, 285 a 290, 298 a 301, 305 a 330, 341 a 351, 358 a 363, 371 a 377; *Arvore genealogica da Casa Real Portugueza;* Coimbra. Fez numerosas correcções e importantes additamentos ao *Diccionario da Lingua Portugueza*, de Moraes, de que se aproveitaram os editores na 6.ª edição, publicada em 1858. Por occasião da sua morte publicou se: *A' saudosa memoria do meu sabio mestre, e bom amigo, o ex.mo sr. desembargador Agostinho de Mendonça Falcão*, etc. E' uma poesia elegiaca, seguida d'um *Necrologio* em prosa, por F. L. Gavicho Tavares.

Povoas *(Alvaro Xavier da Fonseca Coutinho)*. Fidalgo da Casa Real, commendador das ordens de Christo e da Torre e Espada, senhor das commendas de Mirandella e de Santa Maria, da Covilhã; cavalleiro da ordem de Aviz, condecorado com a cruz de ouro da Guerra Peninsular, tenente general, etc. N. na Guarda a 7 de setembro de 1773, fal na sua quinta de Véla, nas proximidades da Guarda, a 29 de novembro de 1852. Era filho de Antonio Manuel das Povoas de Brito Marecos, fidalgo da Casa Real e ouvidor do Brazil, e de sua mulher, D. Marianna Victoria de Castro Sousa e Almada Matriculando se na Universidade de Coimbra, fez acto do 1.º e 2.º annos de Direito, mas sentando praça de cadete em cavallaria n.º 11 a 28 de setembro de 1792, passou a formar se em Mathematica, concluindo os estudos e obtendo a formatura em 1796. Foi estudante muito distincto, alcançando sempre os primeiros premios. Em setembro do mesmo anno de 1796 foi despachado capitão d'uma companhia de cavallaria, que organisou á sua custa e da qual eram seus irmãos Antonio das Povoas de Brito Coutinho e Francisco de Mello Povoas, um tenente e outro alferes. Em 1803 teve a promoção para major, em 1809 para tenente-coronel, para coronel em 1812, servindo n'estes postos em cavallaria n.º 7, que tinha sido encarregado de organisar. Povoas foi um dos officiaes que o general francez Junot mandou para França com a divisão portugueza em 1808; vindo, porém, para Portugal com o general Soult, em 1809, fugiu, vindo incorporar-se no exercito alliado. Até ao fim da Guerra Peninsular sempre se distinguiu, e terminada a campanha foi despachado brigadeiro em 1815, marechal de campo a 13 de maio de 1820, sendo mais tarde promovido a tenente-general a 26 de outubro de 1832. Sendo ainda marechal de campo foi deputado ao congresso constituinte que se reuniu depois da revolução de 1820. Entre varias commissões de que foi encarregado, exerceu as de inspector-geral da arma de cavallaria, e das ordenanças. Seguindo o partido absolutista foi um dos mais dedicados partidarios de D. Miguel. Além da condecoração pelos serviços prestados na Guerra Peninsular, já citada, ainda obteve outras condecorações, em

Alvaro Xavier da Fonseca Coutinho Povoas

que se conta a medalha *Fidelidade ao rei e á Patria* (vulgarmente, *medalha da guerra da poeira)* com a effigie de D. Miguel. O general Povoas adquiriu a sua maior fama desde 1828, como commandante d'uma divisão realista, sendo ainda marechal de campo. D. Miguel desembarcou em Belem a 22 de fevereiro de 1828. As tropas que, desde 1823 sempre se lhe haviam conservado fieis, e principalmente depois da morte de D. João VI, em 1826, estavam emigradas em Hespanha, tendo por chefe o general marquez de Chaves. Era regente do reino a infanta D. Izabel Maria, que para combater os realistas, em 1826, tinha, além de mais de metade das tropas portuguezas, uma divisão ingleza de 6:000 homens, commandada pelo general Cliton. D. Miguel, sendo regente, despediu as tropas inglezas, que em 25 de abril de 1828 embarcavam para Inglaterra, e admittiu a continuar no serviço o exercito liberal, que em 1826 e 1827 havia combatido contra as tropas realistas, não mandando regressar ao reino as tropas emigradas, com cuja fidelidade poderia contar. O resultado foi que a maior

parte d'essas tropas se revoltou no Porto a 16 de maio do mesmo anno de 1828, depois de terem jurado fidelidade ao governo realista. D. Miguel organisou á pressa um exercito, com os poucos corpos que se lhe conservaram fieis, regimentos de milicias, alguns batalhões de voluntarios e corpos de guerrilhas, dando o commando ao marechal Povoas, que marchou contra os revoltosos. Os resultados d'esta guerra fôram bem tristes. Em 1829, Povoas foi nomeado general das armas da Beira Alta, e em 1832 commandou a 2.ª divisão do exercito de operações em frente do Porto. N'este posto, a sua mais notavel proeza foi a victoria de Souto Redondo a 7 de agosto d'esse anno. Em 20 de dezembro de 1833 teve o commando em chefe do exercito realista. Pelo mau plano e pessimo resultado da batalha de Almoster, para os realistas, em 18 de fevereiro de 1834, D. Miguel exonerou o general Povoas do commando em chefe, logo no dia 19, immediato á batalha, sendo substituido pelo general José Antonio de Azevedo e Lemos. Sendo comprehendido na convenção de Evora Monte, Povoas retirou se da vida publica, e só no principio do anno de 1847, tendo já 73 annos de edade, é que tornou a apparecer na scena politica, organisando uma força popular com que se apresentou á Junta do Porto, executando algumas operações contra as tropas do governo cabralista, que lhe adquiriram fama e prestigio. Retirando se depois definitivamente á sua quinta de Véla, ali falleceu. O governo patuléa quiz dar-lhe o titulo de conde de Vèla, que elle recusou, reiterando a mesma recusa quando o governo constitucional lhe fez egual offerecimento.

Povoas *(Antonio das)*. Magistrado, que nasceu em Lisboa, e fal. em 1642. Foi desembargador dos aggravos, juiz da corôa, conselheiro da fazenda e provedor da alfandega. Dedicou se muito a estudos genealogicos, e escreveu um *Nobiliario das familias d'este reino* e *Familia dos Silvas*, mas nenhuma d'estas obras se imprimiu.

Povoas *(Manuel das)*. Conego da sé de Lisboa N. n'esta cidade, pouco mais ou menos, em 1564, e fal a 1 de dezembro de 1625 Escreveu: *Vita christi de Manuel das Povoas, Canonigo de la Sancta Iglesia de Lisboa*, Lisboa, 1614.

Povoas. Povoação nas freguezias: S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Fajozes, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Santo Antonio, de Fragoas, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Terroso, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto.

Povoeiras. Pov. na freguezia de S. João Baptista, de Tocha, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Povoença. Pov. na freg. de Santa Maria da Vinha, de Arcosa, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Povoinha. Povoação nas freguezias: Santa Maria da Esperança, de Annissó, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Estreito, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || S Mamede, de Valle de Remigio, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu.

Povolide *(José da Cunha Grã Athaide e Mello, 3.º conde de)*. Gentil-homem da camara da rainha D. Maria I, 10.º senhor de Povolide; grancruz da ordem de Christo, governador e capitão general de Pernambuco e Bahia; presidente do senado da camara de Lisboa, camarista do principe regente D. João, etc. N. a 23 de junho de 1734, e fal. de repente a 17 de janeiro de 1792. Era filho do 2.º conde do mesmo titulo, e de sua mulher, D. Helena de Castello Branco. Succedeu a seu pae, na casa e no titulo em 30 de janeiro de 1761. A sua nomeação de governador de Pernambuco foi em 1768, passando no anno immediato a governar o Brazil, cargo que exerceu até 1774. Casou em junho de 1775 com D. Maria da Silva, filha dos 6.ºˢ condes de Aveiras e 1.ºˢ marquezes de Vagos, Francisco da Silva Tello de Menezes e D. Barbara José da Gama.

Povolide *(Luiz José da Cunha Grã Athaide e Mello, 4.º conde de)*. Commendador da ordem de Christo; 11.º senhor de Povolide, tenente-coronel ajudante d'ordens das armas da côrte e provincia da Extremadura. N. a 3 de setembro de 1778. fal. a 11 de julho de 1853, sem deixar successão. Era filho do 3.º conde do mesmo titulo (V. o *artigo antecedente)*. Succedeu na casa e no titulo, por morte de seu pae, em 17 de janeiro de 1792. Casou em 3 de fevereiro de 1813 com D. Maria de Patrocinio de Castro, filha dos 2.ºˢ condes de Rezende, D. José Luiz de Castro e D. Maria do Resgate de Noronha.

Povolide *(Luiz Vasques da Cunha de Athaide, 2.º conde de)*. Gentil homem da camara do infante D. Antonio, irmão de D. João V; 9.º senhor de Povolide, senhor da villa de Castro Verde da aldeia de Paradella, dos morgados de Vidigueira, Athouguia, Goes e outros, e do padroado de Santa Maria de Traucoso; commendador de S. Cosme, de Gundar, e de Santa Maria de Montalvão, ambos na ordem de Christo, capitão de infantaria em 1735 d'um dos regimentos da côrte, deputado da Junta dos Trez Estados, e em 25 de agosto de 1749 presidente da Junta do Tabaco. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho dos 1.ºˢ condes de Povolide. Casou a 11 de dezembro de 1729 com sua prima D. Helena de Castello Branco, filha dos 3.ºˢ condes de Valladares.

Povolide *(Tristão da Cunha de Athaide e Mello, 1.º conde de)*. Commendador da ordem de Christo, 8.º senhor de Povolide, coronel de um dos regimentos das ordenanças de Lisboa, etc. N. em 1655 e fal. a 8 de agosto de 1722. Era filho de Luiz da Cunha e Athaide, 7.º senhor de Povolide, e commendador de S. Cosme de Gundar na ordem de Christo, e de sua mulher D. Guiomar de Abranches de Lencastro. Foi herdeiro da casa de seu tio, o conde de Pontével, Nuno da Cunha. Embarcou em 1683 na armada que foi a Turim buscar o duque de Saboya; serviu na guerra com o posto de mestre de campo do terço de Pinhel. Casou com D. Archangela Maria de Tavora, filha do 2.º conde de S. Vicente, Miguel Carlos de Tavora. O senhorio de Povolide foi instituido por carta régia de D. Affonso V, de 24 de julho de 1464. A mercê de conde de Povolide foi concedida por carta régia de D. João V, de 6 de janeiro de 1709. O brazão dos condes de Povolide é o seguinte: Em campo de ouro nove cunhas de azul, (de ferro) formadas e postas em trez palas, e as quinas de Portugal sobre uma orladura de prata.

Povolide. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Alta, conc., com, distr. e bisp. de Vi-

zeu; 509 fog. e 2:190 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e fabricas de manteiga e de queijos. Dista 10 k. da séde do conc. e está situada a 3 k. da margem direita do rio Dão. Os condes de Povolide, senhores d'esta freguezia, apresentavam o abbade, que tinha de rendimento, 600$000 réis. Foi villa, e el rei D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, a 17 d'abril de 1513. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14 com a séde em Santa Comba Dão.

Povoraes. Pov. na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Povoral. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, do mesmo distr. || N. S.ª das Neves, de Pousaflôres, conc. de Aneião, distr. de Leiria.

Povos Villa e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Villa Franca de Xira, distr. e patriarc. de Lisboa. Está situada n'uma bonita planicie sobre a margem direita do rio Tejo, entre Castanheira e Villa Franca de Xira, passando-lhe pelo meio a estrada real, que conduz de Lisboa ás provincias do norte. A Casa do Infantado apresentava o prior, que tinha 600$000 réis de rendimento annual. Diz-se que foi fundada por Brigo, 4.º rei de Hespanha, 1898 annos antes de Christo, com o nome de Jerabrica ou Hierabrica, ou Gerabrica. Foi cidade muito florescente no tempo do imperador Augusto Cesar; os arabes a destruiram em 317, ficando sómente de pé a fortaleza. Esteve deserta até 1194, data em que D. Sancho I a mandou povoar, dando-lhe foral, em Lisboa, com muitos e grandes privilegios, em janeiro de 1195, sendo este foral confirmado por D. Affonso II, em Santarem, em fevereiro de 1218. El-rei D. Manuel lhe deu foral novo, tambem em Santarem, no 1.º de junho de 1510. Os romanos construiram um forte e muito vasto castello, segundo uns, no alto onde depois se construiu o palacio dos condes da Castanheira, e segundo outros, onde depois se fundou o convento de frades capuchos de Santo Antonio. A terra é muito abundante d'aguas, que a tornam muito fertil em cereaes, vinho, azeite, fructas e legumes. Cria bastante gado, nos seus montes ha muita caça, e o rio Tejo lhe fornece peixe. Tem brazão d'armas representando um castello da sua côr, debaixo d'uma oliveira verde. A oliveira allude á abundancia d'estas arvores no sitio, e o castello a ter sido fortificada. O senhorio d'esta villa andou na familia dos condes da Castanheira até ao reinado de D. João IV, passando então para a Casa do Infantado. Tem Misericordia e hospital. Nas faldas dos montes, proximos da povoação, ha boas quintas com casas de campo No cume d'um d'estes montes está o templo do Senhor Jesus da Boa Morte, que foi a primeira matriz, com a invocação de *Santa Maria de Povos.* E' muito antigo, mas da primitiva edificação só existe a capella-mór, pois o corpo da egreja foi reconstruido nos principios do seculo XIX, e foi então que se mudou o antigo nome. Segundo a tradição, este templo já existia em 716, antes da invasão dos moiros. A villa pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 16, com a séde em Lisboa.

Poya. Pão, tributo que regulava de vinte pães, um. Era pago por quem fizesse forno para cozer pão para outros. O foral de Setubal fala d'este direito como sendo devido á ordem e mestrado da cavallaria de S. Thiago. O juiz da ordem era tambem o juiz dos forneiros.

Poyares. V. *Poiares.*

Poyares *(Fr. Pedro de).* Religioso franciscano da provincia da Piedade, prégador e lente de Theologia no convento de S. Francisco, de Elvas, etc. Nasceu no logar de que tomou o appellido, no termo da villa de Barcellos, e fal. em Braga no anno de 1678. Escreveu: *Tratado panegyrico, em louvor da villa de Barcellos,* etc. Coimbra, 1672; *Diccionario Lusitanico Latino de nomes proprios de regiões, reinos, provincias, cidades, villas, castellos, logares, rios, mares, montes, fontes, ilhas, peninsulas, isthmos,* etc., *com o nome latino, dando a esse nome latino o vulgar que hoje tem,* Lisboa, 1667.

Pozellinhos Pov. na freguezia de S. Martinho, de Avidos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Praça. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Beduido, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Bente, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Martinho, de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Ilha de S. Jorge; N. S.ª das Neves, de Norte Grande, conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo. || S. Pedro de Rates, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || N. S.ª d'Assumpção, de Pendilhe, conc. de V. N. de Paiva, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Villa Cova á Coelheira, do mesmo conc. e distr. || Pov. do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Praçaes. Pov. na freg. de S. Domingos, de Cabril, conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Pracana. Ribeira, que nasce proximo e a N E de Amendoa; banha S. Pedro do Esteval, e entra no Ocresa com cêrca de 30 k., recebendo pela margem esquerda a pequena ribeira, que vem de Relva da Lauça.

Pracana Cimeira e Pracana Fundeira Duas povoações na freguezia de S. João Baptista, de Carvoeiro, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Pracana do Outeiro e Pracana da Ribeira Duas povoações na freg. de N. S. d'Assumpção, de Cardigos, conc de Mação, distr. de Santarem.

Praçarios. Pov. na freg. de S. Miguel, de Celavisa, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Pracinha Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Gallegos, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Gregorio, de Reguengo, conc e distr. de Portalegre.

Prada. Pov. na freg. de S. Miguel, de Villa Verde, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

Pradanta. Pov. na freg de N. S.ª d'Assumpção, de S. Vicente da Beira, conc. e distr. de Castello Branco.

Pradinho. Pov. na freg. do Salvador, de Touraes, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Prado *(Companhia do Papel).* Sociedade anonyma de responsabilidade limitada, constituida por escriptura publica de 10 de junho de 1875 e ampliada pela de 11 de setembro de 1859 publicada no Diario do Governo n.º 231 do 12 de outubro do mesmo anno. Proprietaria das fabricas Prado, Marianaia, Sobreirinho (em Thomar), Pe-

nedo, Casal d'Ermio (Lousã) Valle Maior (Albergaria-a Velha). Séde em Lisboa. Capital réis 360:000$000.

Prado. A familia d'este appellido, segundo Villas Bôas, na sua *Nobiliarchia Portugueza*, pag. 318, da edição de 1676, procede de D. Nuno Fruela, filho bastardo de D. Fruela, 2.º rei de Leão. Tem por armas: Em campo de ouro um leão preto, passante, ao pé d'um pinheiro verde, com raizes de prata; timbre, meio leão das armas.

Prado *(Francisco Leme do)*. Autor d'uma obra, que não chegou a imprimir se; são noticias d'uma viagem feita das minas de Matto Grosso até ás missões dos jesuitas hespanhoes, sendo elle quem fez essa viagem.

Prado *(D. Francisco de Sousa, 3.º conde do)* Foi o 1.º marquez das Minas, ficando desde então esse titulo pertencendo aos primogenitos d'esses fidalgos V. *Minas*.

Prado *(Fr. João de S. José)*. Religioso da ordem de S. Francisco, da provincia da Arrabida Era natural de Lisboa, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Professou no convento de Alferrara a 19 de março de 1706. Foi mestre de cerimonias no convento de Mafra. Escreveu: *Instrucção ecclesiastica, ou modo pratico; cerimonias da missa resada, como cantada, com reflexões mysticas e moraes, não menos deleitaveis que uteis*, Lisboa, 1735; *Semana Santa, regulada com o uso da Santa Egreja Romana, e pratica dos escriptores modernos, e illustrada com reflexões moraes e mysticas*, Lisboa, 1737; *Monumento sacro, da fabrica e solemnissima sagração da santa basilica do real convento, que junto á villa de Mafra dedicou a Nossa Senhora e Santo Antonio a Majestade Augusta do maximo rei D. João V*, Lisboa, 1751; com tres estampas; *Cerimonial moderno da provincia da Arrabida, segundo o rito romano e seraphico*, etc., Lisboa, 1752.

Prado *(D. Luiz de Sousa, 2.º conde do)*. Senhor de Beringel, alcaide-mór de Beja, etc. Era filho de D. Luiz de Sousa e de sua segunda mulher D. Joanna de Sousa. Succedeu na casa de seu pae, e no titulo a seu bisavô, o 1.º conde de Prado D. Pedro de Sousa (V. o *artigo seguinte*). Em 1617 foi mandado por governador e capitão general do Brazil, onde se conservou até 1621. Depois foi governador do reino do Algarve e presidente do senado da camara de Lisboa. Estando em Madrid em 1640, quando se deu a guerra da Restauração, ali falleceu depois do anno de 1643, e não tendo successor renunciou a casa em favor de seu sobrinho D. Francisco de Sousa, a quem D. João IV concedeu o titulo de conde de Prado, e mais tarde recebeu o titulo de marquez das Minas.

Prado (*D. Pedro de Sousa, 1.º conde de*). Senhor de Beringel e do Prado, a duas legoas de Braga, alcaide-mór de Beja e de Alcacer do Sal, capitão d'Alcacer Ceguer e frouteiro d'Africa, etc. Era descendente de D. Martim Affonso Chichorro, filho bastardo de D. Affonso III e de D. Ignez Lourenço de Sousa, da nobilissima familia dos Sousas. Foi um dos mantenedores que D. João II escolheu para as justas no casamento do principe D. Affonso, seu filho. El rei D. Manuel o mandou por capitão-mór a Azamor em 1514, conseguindo a famosa entrada até ás portas de Marrocos D. João III, por decreto de 1 de janeiro de 1526, o agraciou com o titulo de conde do Prado. Casou tres vezes: a primeira com D. Maria Henriques, filha do regedor Fernão da Silveira e de D. Maria Henriques; a segunda com D. Margarida de Brito, filha de Estevão de Brito, alcaide-mór de Beja; e a terceira com D. Joanna de Mello, filha do dr. João Affonso de Aguiar, provedor de Evora. Só do 1.º matrimonio é que teve um filho, D. Francisco de Sousa. Ignoram se as datas do nascimento e do fallecimento, mas sabe-se que vivia ainda em 1569, já muito velho O seu brazão é o dos Sousas do Prado: Escudo esquartelado; no 1.º quartel as quinas do reino sem a orla dos castellos; no segundo, em campo de prata, um leão sanguinho que alguns trazem de prata com uma grinalda de flôres na cabeça.

Prado. Villa da prov. do Minho, conc. e com de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga. Tem duas freguezias: Santa Maria, com 452 fog. e 1:816 hab., e S. Miguel, com 190 fog. e 751 hab. Tem est. post., escola do sexo masc., medico e pharmacia. Está situada n'uma planicie, junto d'um affluente do rio Cávado, a pequena distancia do mesmo rio, e a 6 k. da séde do concelho. Esta villa é tambem conhecida por *Ponte do Prado*. A mitra apresentava o reitor das duas freguezias, tendo o de Santa Maria 160$000 reis de congrua e o pé d'altar, e o de S. Miguel 550$000 reis de rendimento annual. Esta villa foi cabeça d'um concelho muito antigo, com camara, juiz e mais empregados, o qual se supprimiu em 24 de outubro de 1855. A villa de Prado foi fundada, ou reedificada, por D. Affonso III, que lhe deu foral em 1260, segundo diz o P. Carvalho da Costa, na sua *Chorographia*. Alguns escriptores pretendem que esta povoação já existia no tempo dos romanos, o que por certo se sabe é que passava por aqui a via militar de Braga a Astorga. A pouca distancia d'esta villa, e a 6 k. de Braga, se encontrou em 1730 parte d'um marco milliar, com os restos d'uma inscripção, illegivel por falta de muitas letras. Este marco milliar julga se que pertencesse á via militar, que pelo Prado ia a Ponte do Lima. Tanto na villa como nos seus arredores, teem se descoberto muitos vestigios de ter aqui existido uma povoação romana, sendo tijolos antiquissimos, sepulchros com vasos contendo cinzas, e outros objectos archeologicos. A primitiva, e então unica matriz d'esta villa, foi a egreja de S Thiago de Francellos, que depois se tornou capella particular. E' de pobre e singela architectura, denotando muita antiguidade. Os arredores da villa são muito aprazíveis, com bastante arvoredo, e muitas nascentes d'agua. O rio Cávado fornece bom peixe, e as suas margens, os campos e as collinas que o limitam são abundantes de caça grossa e miuda. A sua industria limita se á fabricação de teias de linho e estopa, e grande quantidade de telha e louça ordinaria de barro, que exporta em grande quantidade. As freguezias, que compunham o antigo concelho do Prado, fôram distribuidas pelos concelhos de Braga, Barcellos e Villa Verde. A 5 de fevereiro de 1827 deu-se aqui uma acção entre as tropas do general miguelista marquez de Chaves e as tropas liberaes. Vendo se vencido, o marquez de Chaves emigrou com os seus para Hespanha, onde entrou a 8 do mez de março seguinte. Em 15 d'abril de 1846 principiou aqui a revolta da *Maria da Fonte*, queimando-se n'esse dia as *pape-*

letas dos Cabraes (papeis da decima) e os livros onde se haviam de lançar as pedidas declarações. A casa onde então estava a administração do concelho tambem soffreu alguns prejuizos. Prado pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg de S. Lourenço, da prov. do Minho, conc. e com. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 124 fog. e 530 hab. Tem est. post., e dista 2 k. da séde do conc. O abbade de S. Paio apresentava o vigario, que tinha 30$000 reis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil em todos os fructos do paiz, cria muito gado, e nos seus montes ha abundancia de caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: || N. S.ª da Purificação, de Alcanede, conc. e distr. de Santarem. || O Salvador, de Aramenha, conc. do Marvão, distr. de Portalegre. || S. Pedro, de Britello, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Bartholomeu, de Campello, conc. de Baião, distr. do Porto. || N. S.ª d'Assumpção, de Cannas de Sabugosa, conc. de Toudella, distr. de Vizeu. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Ceia, distr. da Guarda. || S. Romão, de Corgo, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Salvador, de Fojo Lobal, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel. de Fontoura, conc. de Valença, da mesmo distr. S. Paio, de Moledo, conc. de Caminha, do mesmo distr. || N. S.ª da Purificação, de Pena Verde, conc. de Aguiar da Beira, distr. da Guarda. || S. Martinho, de Seidões, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santo André, de Villa Boa de Quires, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Cypriano e conc de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Varzea de Abrunhaes, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. Tem correio com serviço de posta rural. || Rio do distr. de Braga, que nasce nas proximidades da villa de Prado, corre ao S e entra no Cávado com 7 k. de curso.

Prado Gatão. Pov. e freg. de Santa Izabel, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Miranda do Douro, distr. e bisp de Bragança. O reitor de Angueira apresentava o cura, que tinha 6$000 reis de congrua e o pé d'altar. Tem foral novo, dado por el-rei D. Manuel, em Santarem, no 1.º de junho do 1510. Esta freg. foi supprimida ha muitos annos, ficando annexa á de S. Miguel, de Palaçoulo.

Prado e Lacerda *(D. Francisco Maria de Sousa)*. Bispo dos Açôres. N. na Chamusca em 1 de janeiro de 1827, onde tambem fal. a 23 de dezembro de 1891. Desde muito novo revelou grande vocação para a vida ecclesiastica, fazendo a sua educação n'esse sentido. Elevado á dignidade de prior da Chamusca, ali se conservou muitos annos adquirindo as maiores sympathias. Foi depois sagrado bispo de Nilopolis e nomeado coadjutor e successor do bispo de Angra do Heroismo, D. João Maria do Amaral Pimentel, em 1866. Pelo fallecimento d'este prelado, entrou na posse da diocese dos Açôres, que governou perto de 26 annos com grande intelligencia. Visitou as ilhas de S. Jorge e de Santa Maria pastoralmente, sendo sempre recebido com as maiores provas de consideração o de respeito. Em abril de 1891 emprehendeu a sua visita pastoral á ilha de S. Miguel, mas no meio d'esta missão adoeceu gravemente, tendo de retirar-se pouco depois para Portugal, indo para a Chamusca, procurando restabelecer a sua saude perdida, respirando os ares patrios, o que não pôde conseguir, e ali falleceu com 64 annos de edade.

Prado da Selva *(D. Maria Thereza Emilia d'Almeida Quadros Sousa Lencastre Fonseca Saldanha e Albuquerque, condessa do)*. N. a 14 de julho de 1852 e fal. em Tavira, a 22 de setembro de 1875. Era filha do 2.º conde de Tavarede, Francisco d'Almada Quadros Sousa e Lencastre, e de sua mulher, D. Eugenia de Saldanha Oliveira e Daun. Casou em 1880 com Joaquim Pedro Tavares de Sousa e Andrade, fidalgo da Casa Real, filho do visconde da Capellinha, legitimado por alvará de 31 de outubro de 1855. O titulo foi concedido por decreto de 21 de dezembro de 1853. O brazão d'armas é o dos Tavares: Em campo de ouro cinco estrellas de vermelho, de seis pontas cada uma, em aspa. Timbre, meio cavallo selado, de côr sanguinha, com freio de ouro.

Prados. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Celorico da Beira, distr. e bisp. da Guarda; 150 fog e 513 hab Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 9 k. da séde do conc. A mitra apresentava o prior, que tinha 150$000 reis de rendimento annual. A terra é pouco fertil em cereaes e fructos, mas cria gado de toda a qualidade. || Pov. nas fregs: Santa Eulalia, de Barrosas, conc. de Louzada, distr. do Porto. || N. S.ª d'Assumpção (sé) e conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Moreira, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Conceição, de Panoias, conc e distr. da Guarda. || S. Miguel, de Rio de Gallinhas, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto || S. Pelagio, de Rua, conc. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Pragaes. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Pragal. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. do Almada, distr. de Lisboa.

Praganã. Sub divisão administrativa, especie de provincia ou districto, na India Portugueza.

Pragança. Povoações nas freguezias: S. Thomé, de Lamas, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa. Tem caixa postal. A léste da pov. ha as penhas das Lapas, onde estacionaram diversas civilisações prehistoricas. || N. S.ª d'Annunciação e conc. da Lourinhã, do mesmo districto.

Pragmatica. Lei indumentaria e sumptuaria. Collecção de formulas ou de leis que regulam os actos e cerimonias da côrte e da egreja. Antigamente dizia-se do toda a lei, que não fôsse decreto ou ordenança real. As primeiras pragmaticas encontram-se nas *Ordenações*. Ha varias pragmaticas quo constituem *Leis Extravagantes*, por estarem fóra das Ordenações. O luxo desmedido tornou-se muito notavel em Portugal, desde os primeiros annos da monarchia, tanto nos vestuarios como no mobiliario e equipagens, vendo se muitas pessoas luxuosamente trajando e com casas sumptuosas, que não lhes permittiam os seus recursos nem as suas posições na sociedade, não sendo raro os burguezes, pelo seu trajar, imitarem os fidalgos, o que então se contava como abuso inqualificavel. Alguns monarchas quizeram acabar com esses excessos que chegavam a arruinar muitas familias. excessos quo mais se evidenciaram ainda nos seculos XVI a XVIII. Foi D. Pedro

I, segundo parece, que promulgou a primeira pragmatica contra o luxo, prohibindo-o, e applicando castigos rigorosos aos que d'elle abusassem. (V. *Luxo*, *Portugal*, vol. IV, pag. 594). A ultima pragmatica que se publicou, e a mais celebre de todas, que abrangia tambem os titulos e tratamentos, foi promulgada por D. João V a 28 de maio de 1749, tendo artigos muito curiosos, a qual, por ser muito extensa, não a transcrevemos do livro ondo a vimos inserta: *Collecção das leis, decretos e alvarás*, etc., publicado em 1797, de pag 1 a 13. No mesmo livro se encontra um alvará, datado de 20 de setembro do mesmo anno de 1749, que modifica um pouco as imposições da pragmatica anterior. Outro alvará, já de D. José I, com a data de 27 d'abril de 1751, modificou muito a lei pragmatica de 24 de maio de 1 49. Desde então, não consta que os monarchas se occupassem mais d'este assumpto.

Pragosa. Povoações nas freguezias: S. João Baptista e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || N. S.ª da Graça, da Torre de Valle de Todos, conc. de Anciães, do mesmo districto.

Praia. Cidade-capital da ilha de S. Thiago, archipelago e prov. do Cabo Verde, Africa Occidental. Freguezia de N S.ª da Graça. Está edificada ao fundo da bahia ou porto da ilha, na planura d'um monte basaltico cortado a prumo, n'uma attitude de 28^m, 28. Os contornos da cidade são tristonhos e aridos, mas os arrabaldes são lindos e pittorescos, cheios de vegetação. Um rochedo perpendicular serve de pedestal á cidade pelo lado de S, e vae a rodeando e acastellando pelos dois lados de E e O, por onde a cercam dois valles que vão reunir-se ao N junto da encosta que sobe para a cidade, de fórma que esta é muito limitada em extensão, e está cercada por grandes quebradas ás quaes se sobrepõe. Os dois valles que correm ao sopé da rocha são ambos fertilissimos, bem regados, arborisados de palmeiras, tamarindeiros, laranjeiras e outras arvores de fructo, e chamam se: o de O, a Varzea da Companhia, por ter tido ali uma casa a antiga companhia do exclusivo da costa d'Africa; e o do lado de E, Varzea da Trindade, do nome d'uma ribeira que corre ali incessantemente. Ambas desembocam do lado do mar nas praias Negra e Grande. Da eminencia em que está edificada, a cidade da Praia está em communicação immediata com as aguas do porto pelo lado de S O; fazendo se o desembarque pela ponte-caes da alfandega. A cidade da Praia é regular mas pequena. Tem ruas regulares, alinhadas e bem calçadas. Os edificios mais notaveis são o palacio do governador, o edificio das repartições publicas, a casa da camara, o quartel, o hospital, a alfandega, o edificio das escolas, da bibliotheca e do museu, etc. Afastado da cidade, e em local proprio, ha um lazareto com dependencias para beneficiação de bagagens. A unica fortificação da cidade é uma bateria voltada para o porto, sem valor militar. Tem sido grande o desenvolvimento, os melhoramentos e as transformações por que tem passado esta cidade, que antes de ser destinada a capital da ilha, era uma aldeola de palhotas immundas, cercadas de pantanos que se teem estancado n'uma parte consideravel com grande utilidade, conseguindo se assim levar uma salubridade relativa a um ponto que gozava da fama de muito pouco saudavel. Nos arredores da cidade ha grandes fazendas agricolas. Como capital da provincia, a cidade da Praia é a séde do governo geral e das principaes autoridades; é tambem a séde da comarca de Sotavento. Fórma uma só freguezia, composta de numerosas povoações. E' egualmente séde d'um dos dois concelhos em quo a ilha se divide. Tem agencias bancarias, associações de bombeiros voluntarios, caixa economica dos funccionarios do Estado, escolas municipaes, e particulares, guarnição militar, companhia da policia indigena, corpo consular (França, Grecia, Dinamarca, Hespanha, Inglaterra, Uruguay, Brasil e Perú), estação postal, hotel, Imprensa Nacional, observatorio meteorologico, policia civil, fabrica a vapor de sabonetes e perfumarias, etc. E' capital da provincia e da ilha desde 1762. A insalubridade do local onde se erguia a antiga capital, Ribeira Grande, que caiu em ruinas, levou a população a procurar logar mais proprio para se estabelecer, além de que a transferencia foi ordenada pelo marquez de Pombal. || Concelho da ilha de S. Thiago, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Abrange a parte S e a mais importante da ilha, e comprehende as seguintes freguezias: N. S.ª da Graça, S. Lourenço dos Orgãos, S. Nicolau Tolentino, S. Salvador, S. Thiago Maior, N. S.ª da Luz, da ilha de Maio, Santissimo Nome de Jesus, N. S.ª da Luz e S. João Baptista. O solo é fertilissimo o apto para varias culturas, embora pouco aproveitado. Produz facilmente café, canna saccharina, milho, feijão, batata doce, mandioca, algodão, anil e tabaco. E' sobretudo importantissima a cultura da purgueira, que, não só n'este concelho como em toda a ilha e ainda em toda a provincia, constitue uma fonte importante de receita pela exportação d'este producto agricola. A riqueza pecuaria do concelho é tambem consideravel. A mais importante povoação do concelho, cuja creação se diz ser anterior a 1652, é a cidade da Praia, capital de toda a provincia de Cabo Verde, e n'elle ainda se vêem as ruinas da Ribeira Grande, antiga capital da ilha Tem feiras em Santa Catharina, Picos e Orgãos, ao domingo. Em S. Thiago, S. Domingos e Figueira das Naus, ás quintas-feiras. Na Praia, feira de gado tambem á quinta-feira. || Porto da ilha de S. Thiago, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situado na costa S da ilha, e é o porto principal d'esta e o mais frequentado pelo commercio de todas as nações para refrescos e aguadas de navios. Fica entre a ponte das Bicudas e o ilhéo de Santa Maria, visinhos á ponta da Temerosa, aberto a S E, abrigado de todos os ventos, excepto dos d'este rumo, e com fundeadouro limpo e seguro no tempo das brisas, perigoso e de levante no tempo das aguas. Ao fundo do porto ou bahia, sobre a planura d'um muro cortado a prumo, levanta se a cidade da Praia, capital da ilha e de toda a provincia do Cabo Verde. O porto tem duas praias: Praia Grande ou da Alfandega, onde ha um caes para embarque, e Praia Negra, á entrada da Bahia, a E. Na ponta da Temerosa ha um pharol denominado de Maria Pia. || Pequena bahia situada na costa E da ilha Graciosa, Açôres. E' pequena e pouco abrigada, e n'ella está edificada a villa da Praia da Graciosa. || Ilhéo fronteiro á costa E da ilha Graciosa, Açôres. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Buarcos, conc. de Figueira da

Foz, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Cesar, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Conceição, de Conceição, conc. de Tavora, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição, de Paio de Pelle, conc. de V. N. da Barquinha, distr. de Santarem. || Ilha da Madeira; Santissima Trindade, de Taboa, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || S. João Baptista, de Tocha, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra || N. S.ª dos Milagres, de Vieira, conc. e distr. de Leiria. || Ilha de Santa Maria; N. S.ª d'Assumpção e conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada. || Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Praia Abaixo Pov. da freg. de N. S.ª da Luz, ilha de S. Thiago, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Praia do Almoxarife Freg. de N. S.ª da Graça, do conc., com. e distr de Horta, bisp. de Angra do Heroismo, na ilha de Faial, Açôres. Está situada á beira mar, em terreno plano e aprazivel, na costa E. a 3 k. da séde do conc. Na egreja de N. S.ª da Graça ha uma imagem de Christo, que é de muita devoção para os povos d'aquelles sitios A terra é fertil em cereaes e laranjas. Tem escolas e est. post. Pertence ao commando militar dos Açôres e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo.

Praia Armador. Pequena enseada na costa N. da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. Tambem é conhecida pela denominação de *Praia Preta do Campo Armador*, do nome d'um morro que se levanta no extremo da praia, a 60 m. d'altitude, e d'onde se goza um surprehendente ponto de vista.

Praia do Baleal. Pov. na freg. de S. Leonardo, de Athouguia da Baleia, conc. de Peniche, distr. de Leiria. Tem correio durante a epoca balnear.

Praia Branca. Pequena bahia na costa NO da ilha de S. Nicolau, archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental. Só dá accesso a barcos de pequena lotação. || Pequena pov. situada na costa NO da ilha de S. Nicolau, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental Está comprehendida na freg. de N. S.ª da Lapa das Queimadas, do conc. da ilha de S. Nicolau, e assenta no littoral da pequena bahia do mesmo nome, abrigada pelo Monte Gordo, o mais elevado de toda a ilha. Tem generos agricolas.

Praia das Burras. Enseada situada na costa N da ilha do Principe, Africa Occidental. Fica em frente dos ilhéos dos Mosteiros, e tem fundeadouro apenas de levante, com bom fundo a 1 k. de distancia.

Praia de Calaboyo. Enseada situada na costa O da ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Praia do Carvoeiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz e conc. de Lagôa, distr. de Faro. Tem correio com serviço de posta rural.

Praia da Chave. Praia da bahia de Sal Rei, na ilha da Boa Vista, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Fica fronteira ao ilhéo fortificado na entrada da mesma bahia

Praia da Costa de Mira. Pov. na freg. de N S.ª do Amparo e conc. de Mira, distr. de Coimbra.

Praia do Furadouro. Pov. e freg. de S. Christovão e conc. de Ovar, distr. de Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural.

Praia Giga. Enseada situada na costa E da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. E' pequena e fica entre a ponta Lebre e o morro do Campo ou Amador.

Praia Gonçalves. Pov. da freg. de N. S.ª da Luz, na ilha de Maio, conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Praia da Graciosa. Villa e freg. de S. Matheus, da ilha da Graciosa, conc. de Santa Cruz da Graciosa, com. da referida ilha, distr. e bisp. de Angra do Heroismo; 539 fog. e 1:588 hab. Tem esc. d'ambos os sexos, est. post. e telegr., medico, philarmonica, Misericordia, agencia da companhia de seguros *Fidelidade*, *Club Recreio Praiense*, philarmonicas: *União Praiense* e *Rival*; vice-consules dos Estados Unidos da America do Norte, e dos Estados Unidos do Brazil. A villa está situada a E da ilha Graciosa, á beira-mar, e foi elevada á categoria de villa em 1546. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. V. *Santa Cruz*.

Praia Grande. Bahia da peninsula de Macau, Asia. Está separada das enseadas do Mainato e do Bispo pelas restingas do Bom Parto, e em 1874 passou sobre ella um violentissimo tufão, que destruiu muitas das casas edificadas ao longo d'ella. || Bahia situada na costa O da ilha do Principe, Africa Occidental. E' a mais vasta da ilha e a mais frequentada por navios de guerra que só querem fazer aguada. E' majestosa e segura, aberta a N E, entre o Pico Padrim ao N e o Focinho do Cão a OSO, medindo quasi 5 k. de bocca e mais de 3 de reconcavo, com fundo de areia fina de 15 a 30 m.; abrigada de todos os ventos menos do de NO, que raras vezes é tempestuoso n'aquellas paragens. Cabem n'esta bella enseada as maiores esquadras, offerecendo tambem a costa interior varios desembarcadouros seguros em toda a extensão das suas praias. Tambem é chamada *Bahia das Agulhas*, porque a sua ponta O, a mais occidental da ilha, tem no mar uma grande pedra chamada *Pedra das Agulhas*. O logar é bastante saudavel, mas pouco povoado. || Praia situada na costa N da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. Não se póde ali desembarcar. Tem muros muito altos e escarpados, assentando em rochas soltas.

Praia Grande de Macau *(Isidoro Francisco de Guimarães, visconde da)*. Vice-almirante reformado, ministro de Estado, gran crus da ordem de Aviz, commendador da Torre e Espada gran-cruz das ordens estrangeiras: Merito Naval e Carlos III, de Hespanha; da Roza, do Brazil; Elephante Branco, de Sião; Medjedié, da Turquia; grande official de S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia; condecorado com a medalha n.º 9 das campanhas da Liberdade, etc. N. em Lisboa a 29 de abril de 1808, onde tambem fal. a 17 de janeiro da 188?. Era filho de Isidoro Francisco Guimarães, chefe de esquadra da armada real, commendador da ordem de Aviz, etc., e de sua mulher D. Maria Gertrudes Ferreira Souto. Matriculou-se na Academia Real de Marinha, e tendo terminado o curso, estudou na Universidade de Coimbra Philosophia e Mathematica, sendo premiado nos dois primeiros annos. Em 4 de dezembro de 1826 assentou praça de voluntario no batalhão academico de Coimbra, no qual fez as campanhas da Beira Baixa n'esse anno, em 1827 e 1828, tendo afinal, quan-

do o infante D. Miguel tomou conta do governo do reino, de emigrar para a Galliza. Na Catalunha embarcou para Inglaterra em agosto de 1828, com parte de outros emigrados, entre os quaes estava tambem seu pae. A 13 de dezembro d'esse anno, passou para a marinha e conservando-se no deposito de emigrados de Plymouth, partiu em 1832 de Inglaterra para a ilha Terceira, ás ordens do capitão Rozemberg, official encarregado de preparar a expedição dos Açôres para o continente. Acompanhando depois o exercito libertador ás costas de Portugal, distinguiu-se na acção de 29 de julho pela sua bravura. Depois de ter na corveta *Regencia* figurado vantajosamente ao lado dos destemidos marinheiros, embarcou tambem na corveta *Portuense*, tomando parte na expedição que foi conduzir ao Algarve a divisão do duque da Terceira. No combate naval de 5 de julho de 1833, em que ficou prisioneira a esquadra de D. Miguel, tornou se credor dos mais alevantados elogios, pela sua coragem e intrepidez. Por essa razão foi condecorado com a fita de *distincção*, nomeado cavalleiro da Torre e Espada, e 1.º tenente por distincção em combate. Commandou depois a fragata *Maria Cardoso*, apresada na batalha do Cabo de S. Vicente, e em seguida veiu na *Elisa* cruzar na costa do Algarve, fazendo ainda com este ultimo navio parte do bloqueio da Figueira, e assistindo á tomada de Caminha, Valença e Vianna do Castello. Apezar de ter findado a lucta ainda foi cruzar nas aguas do Porto, Lisboa, Algarve e ilhas, fazendo ainda depois uma viagem a Bissau e Cabo Verde. Além dos referidos navios, commandou a corveta *D João I*, os brigues *D. Pedro*, *Douro*, *Audaz* e *Mondego*, o brigue escuna *Faro*, escunas *Algarve* e *Amelia*, ainda outra escuna sueca, persa, e commandou muitos annos a estação naval de Macau. N'esses diversos navios fez viagens e estações em Africa, America do Sul e mares da China. Foi promovido a 2.º tenente em 4 de abril de 1833 por distincção; a 1.º tenente em 15 de março de 1834; a capitão-tenente em 15 de fevereiro de 1844, e achando-se n'este posto foi por decreto de 13 de setembro de 1851, nomeado governador da provincia de Macau, e por isso supranumerario promovido a capitão de fragata, em 26 de novembro do mesmo anno, sendo considerado tal, no respectivo quadro em 29 de outubro de 1851. Era difficil governar Macau, depois dos successos que anteriormente se tinham dado, mas com tal prudencia e tacto se houve em tão delicada commissão, que conservou aquelle importante cargo durante 12 annos. No emtanto fôra promovido a capitão de mar e guerra supranumerario em 27 de janeiro de 1857 e considerado tal no quadro em 15 de dezembro de 1863. Os serviços prestados em Macau fôram considerados com o officialato e a commenda da Torre e Espada, e com o titulo de visconde da Praia Grande de Macau, por decreto de 11 de dezembro de 1862. Em 1868 foi graduado em contra almirante por decreto de 5 de fevereiro, e promovido á effectividade d'esse posto em 10 de outubro de 1873. Como enviado extraordinario e ministro plenipotenciario celebrou os tratados com Sião, Japão e China. Foi inspector do arsenal da marinha de 1863 a 1869, sendo ao mesmo tempo ministro da marinha de 1865 a 1868, e ministro da guerra de setembro de 1865 a maio de 1866, deputado nas legislaturas de 1854 a 1868; par do reino nomeado em 1872, presidente supplementar da camara dos pares, vice-presidente da junta consultiva do ultramar, e ajudante de campo d'el-rei D. Luiz I, director geral da marinha, cargo que exerceu alguns annos. Em 11 de janeiro de 1883, poucos dias antes de fallecer, foi reformado no posto de vice-almirante. Casou em 1860 com D. Genoveva Rosa de Almeida Loureiro, filha de Pedro José da Silva Loureiro, official de marinha e capitão do porto de Macau, e de sua mulher D. Anna Rosa d'Almeida Escreveu: *Relatorio da missão extraordinaria de Portugal a Siam, de que foi encarregado, como ministro plenipotenciario de sua majestade fidelissima, o conselheiro Isidoro Francisco Guimarães, governador geral de Macau*, etc., Lisboa, 1859.

Praia do Ió Grande. Abra situada na costa E da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. Desagua n'ella um rio que corre na freguezia dos Angolares, e que tem o mesmo nome da praia, mas que é inacessivel por causa da resaca.

Praia Ladrão. Situada nas proximidades da prov. e ancoradouro principal da ilha do Fogo, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Os navios vão ali fazer aguada, e d'aquella praia é levada a agua para a povoação.

Praia Lagarto. Enseada situada na costa N da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. Na praia, toda de areia, desemboca o rio de Mello. A ponta de S. José separa-a do porto da cidade. O rio da Praia Lagarto pertence á freguezia de Santo Amaro, e serve de limite entre ella e a da Conceição, cidade de S Thomé, da parte do mar.

Praia Lança. Enseada situada na costa O da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. Fica a cêrca de 9 k. do ilhéo Macaco. Os angolares fabricam sal na praia d'esta enseada, onde ha uma grande ribeira. || Pico da ilha de S. Thomé, Africa Occidental, situado a SO da ilha, proximo da praia do mesmo nome; é alto e agudo.

Praia das Maçãs. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Collares, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. E' um sitio muito pittoresco e aprazivel, com restaurante e correio com serviço de posta rural. E' muito concorrida de banhistas, e hoje um passeio predilecto, principalmente aos domingos. Acha-se ligada á séde do concelho e est do cam. de ferro de Cintra por uma linha de tramways electricos.

Praia Martim Mendes Praia situada na costa E da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. Desagua n'ella uma ribeira, que corre na freg. dos Angolares, e em cuja foz ha uma cataracta, onde em 1800 esteve em gerigo o chorographo Cunha Mattos, quando quiz observar de perto a queda d'agua.

Praia dos Mastros. Pequena ponte situada na costa N da ilha de Santa Luzia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Praia Melão. Enseada situada na costa E da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. Tem uma ribeira cuja agua não passa por potavel, attribuindo-se a sua má qualidade á sua passagem por entre mangues.

Praia da Memoria. Pov. da freg. do Mindello, que antigamente se chamava *Arnosa de Pampelido*. V. *Portugal*, vol. I, pag. 723

Praia de Mincondó. Praia situada na costa E da ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Praia e Monforte (*Antonio Borges Medeiros Dias da Camara e Sousa, 2.º visconde da Villa da Praia, 1.º conde e 1.º marquez da*). Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, bacharel formado em Philosophia pela Universidade de Coimbra, par do reino, tomando posse na respectiva camara na sessão de 31 de março de 1876, etc. N. a 23 de janeiro de 1829, sendo filho do 1.º visconde da Villa da Praia, Duarte Borges da Camara e Medeiros, e de sua mulher D. Anna Theodora Borges do Canto e Medeiros. Casou a 3 de março de 18..9 com sua prima D. Maria José Coutinho Maldonado d'Albergaria Freire, filha unica e herdeira dos 1.ºs viscondes de Monforte, Luiz Coutinho d'Albergaria Freire e D. Anna de Brito Mozinho. O titulo de visconde da Villa da Praia foi renovado por decreto de 30 de setembro de 1875, e o de conde da Praia e Monforte de 9 de julho de 1881, sendo mais tarde elevado a marquez do mesmo titulo.

Praia e Monforte (*Duarte Borges Coutinho de Medeiros Sousa Dias da Camara, marquez da*). Moço fidalgo e official-mór honorario da Casa Real, par do reino, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, etc. N. a 22 de julho de 1861, fal. a 25 de julho de 1907. Era filho do marquez do mesmo titulo (V. o *artigo antecedente*), e fôra agraciado tambem ha annos com aquella nobre distincção e com o pariato a 20 d'abril de 1896.

Praia Morrão dos Castellos. Situada na costa E da ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Praia Negra. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Praia do Norte. Pov. e freg. de N. S.ª das Dores; da ilha do Fayal, Açôres, conc., com. e distr. da Horta, bisp. de Angra do Heroismo; 155 fog. e 651 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada na costa N da ilha, a 23 k. da séde do conc. E' fertil em cereaes, vinho e em pesca. Foi entre a Praia do Norte e a freg. do Capello que correram para o mar as lavas da erupção de 1672, a ultima, até hoje, na ilha de Fayal, n'uma largura de 274 m., arrazando os fertilissimos campos por onde passaram. Pertence ao ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo.

Praia Pae. Enseada situada na costa E da ilha do Principe, Africa Occidental. E' uma bella abra dentro da bahia do Santo Antonio, entre a ponta do Capitão e o ilhéo de Sant'Anna, onde os navios pódem fazer aguada e provêr se de mantimentos.

Praia da Pena. Praia situada proximo da pov. principal e ancoradouro da ilha do Fogo, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Fornece a aguada aos navios e á capital da ilha, que tem pouca.

Praia Pequena. Pequena ab-a situada na costa E da ilha do Principe, Africa Occidental. Fica dentro da bahia de Santo Antonio, do lado S, entre a ponta da Praia Salgada e a ponta da Mina, e é uma pequena calheta abrigada de todos os ventos, só aberta ao N, de cujo vento a amparam os montes fronteiros. || Praia situada na costa E da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. Tem um regato.

Praia Pipa. Enseada situada na costa O da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. Fica-lhe defronte, quasi cingido com a terra, o *ilhéo Macaco*. Fica por esta altura o agudo pico da Praia Lança.

Praia Pomba. Pequena enseada situada na costa E da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. Tambem é chamada *Praia das Pombas*.

Praia de Quarteira. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Praia Rei. Pequena enseada situada na costa E da ilha de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. Tem uma ribeira e fica-lhe nas immediações uma fazenda que é notavel pela sua producção de café. A ribeira é chamada *Ribeira Funda*. A praia começa na restinga da Agulha Abbade, e o mar quebra ali com grande força. Póde abrigar balandras ou palhabotes.

Praia Ribeira. Praia situada na costa E da ilha de S. Thomé, prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. Fica proximo da Praia Morrão dos Castellos, e desagua n'ella o rio da Praia Ribeira, que separa a freg. dos Angolares da de Sant'Anna.

Praia da Rocha. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

Praia da Salema. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Budens, conc. de Villa do Bispo, distr. de Faro.

Praia Salgada. Cabo situado na costa E da ilha do Principe, Africa Occidental. Separa as bahias de Santo Antonio e da Praia Salgada, limitando aquella pelo S e esta pelo N. || Bahia situada na costa E da ilha do Principe, Africa Occidental. E' uma boa abra aberta a N E, entre a ponta do mesmo nome e a ponta Abbade ou de Santo Antonio, e a mais oriental da ilha. E' tão visinha da bahia de Santo Antonio ou da cidade, que póde ser considerada o seu extremo S. Tem na entrada a largura de 6 k., tornando-se mais espaçosa para o interior, com excellente fundo e muito commoda para fazer aguada. Foi na Praia Salgada que desembarcaram em 1706 e 1799 as tropas francezas, quando invadiram a ilha.

Praia Santa. Pequeno porto da ilha do Fogo, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. E' apenas accidentalmente frequentado.

Praia de Santa Luzia. Pov. da freg. de S. Thiago e conc. de Tavira, distr. de Faro.

Praia dos Santos. Ilha de S. Miguel, Açôres; pov. na freg. de S. Roque, do Rosto do Cão, conc. e distr. de Ponta Delgada.

Praia da Sardinha. Pov. na freg. de S. Pedro, de Buarcos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. Tem est. postal.

Praia da Victoria (*Jacome de Bruges Ornellas de Avila Paim da Camara Ponce de Leão Homem da Costa Noronha Borges de Sousa e Saavedra, conde da*). V. *Villa da Praia da Victoria, conde da*).

Praia da Victoria. V. *Villa da Praia da Victoria*.

Praia Vieira. Pov. na freg. de N. S.ª dos Milagres, do Vieira, conc. e distr. de Leiria. Tem correio com serviço de posta rural.

Praião. Cabo situado na costa E da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. E' baixo e extenso, saindo muito ao mar.

Praias. Povoações nas freguezias: S. João Ba-

ptista e conc. de Alcochete, distr. de Lisboa. || S. Sebastião e conc. de Setubal, do mesmo distr. || S. Romão, de Carnaxide, conc. de Oeiras, do mesmo distr || Ponta situada na costa N da ilha de S. Miguel, Açôres. Fica a NO da Ribeira Grande.

Prainha. Ilha do Pico, Açôres. Pov. e freg. de N. S.ª d'Ajuda, conc. de S. Roque do Pico, com. da mesma ilha, distr. da Horta, bisp. de Angra do Heroismo. 386 fog. e 1:414 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está bem situada á beira-mar, em terreno quasi plano, na costa N, a 15 k. da séde do conc. E' fertil em cereaes e vinho, e cria bastante gado. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. Em 1572 rebentou um vulcão n'uma serra proximo d'esta freg., e a lava correu para o mar n'uma extensão de 10 k. e n'um leito de quasi 3 de largura. N'esta serra ha uma bella e profunda lagôa conhecida pelo nome de *Caiado*. || Ponta situada na costa O da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. E' rasa e coberta de coqueiros. Tem adjacente uma fazenda bem cultivada e com boa agua. || Pequena ponta situada na costa N da ilha do Pico, Açôres. || Ilhéos situados a NE da ilha do Pico, Açôres.

Prainha de Cima. Ilha do Pico; pov. na freg. de N. S.ª d'Ajuda, de Prainha, conc. de S. Roque do Pico, distr. da Horta, Açôres. Cria gado e é fertil em cereaes.

Prainha do Galeão. Ilha do Pico, Açôres; pov. da freg. de S. Matheus, conc. da Magdalena, distr. de Horta. Está situada á beira-mar na costa S. Tem a ermida de S. Caetano.

Prainhas. Porto situado na costa SO da ilha de Bolama, archipelago de Bijagoz, prov. da Guiné, Africa Occidental. E' um excellente e seguro ancoradouro, excepto no tempo das trovoadas. A configuração da costa toma ali a acção das correntes quasi nulla, porque as dirige mais para E, e, por isso, comquanto as marés subam a grande altura, o mar é sempre chão, e facil o embarque e o desembarque.

Praizal. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Abbedim, conc. de Monsão. distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Castello Mendo, conc. de Almeida, distr. da Guarda || S. Thiago, de Fonte Arcada, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Pranteadeiras, Choradeiras, ou **Carpideiras**. Mulheres alugadas a preços estabelecidos, e cuja obrigação era, estarem a chorar ao pé dos defuntos até serem enterrados. As pranteadeiras existiam na nossa peninsula desde o tempo dos antigos lusitanos. No reinado de D. João I, o senado da camara de Lisboa supprimiu as pranteadeiras, e por essa occasião outros abusos. Depois fôram pouco a pouco desapparecendo do resto de Portugal.

Prata (*D. Maria Adelaide Fernandes*). Escriptora e poetisa. N. no Porto em 1826, e fal. em Lisboa em março de 1881. Escreveu: *Poesias offerecidas ás senhoras portuenses;* Porto, sem data de impressão; *O Filho de Deus*, Porto, 1863; *Fingal, poema em seis cantos, vertido de Ossian, seguido de duas cartas á autora pelos poetas Pinto Ribeiro e Sousa Viterbo*, Porto, 1867.

Prata. Pov. do sobado de Casongo, na delegação do Chiavala, conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. || Grande canal da prov. pe Macau, Asia. Corre entre as ilhas Macarira ou de D. João e de Tai-Vong-Cam ou da Montanha.

Pratas. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, conc. de Arronches, distr. de Portalegre.

Prazeres *(Fr. Antonio dos)*. Monge da ordem de S. Bernardo, no convento d'Alcobaça, que viveu no seculo XVIII. Deixou varias composições religiosas, das quaes existem algumas na Bibliotheca Nacional de Lisboa, na maior parte autographas, firmadas com o seu nome, ou simplesmente com as iniciaes Fr. A. P. Uma tem a data de 1792 e outra a de 1793.

Prazeres *(Fr. Antonio dos)*. Religioso dominicano da ordem dos prégadores. Era filho de Lourenço Mendonça, 3.º conde de Valle de Reis. Entrou muito novo para a ordem dos prégadores no convento de Gôa. Foi commissario e visitador geral da sua religião em Timor e Solor, e vigario geral do bispo de Malaca no reino de Sião. Das noticias que colheu durante a sua longa residencia n'esse paiz, escreveu uma obra, que não chegou a imprimir-se, intitulada: *Epitome historico e noticia breve do estado presente do reino de Sião com a verdadeira situação, districto e disposição das terras*.

Prazeres *(Fr. João dos)*. Monge da ordem de S. Bento, chronista geral da sua congregação, etc. N. no Porto a 31 de agosto de 1648, fal. no convento de Cucujães a 4 de março de 1709. Professou no convento de Tibães em 1662, estudou n'esse e em outros conventos. Foi prégador muito apreciado no seu tempo. Alguns annos antes de fallecer, tinha endoidecido. Escreveu: *O Principe dos patriarchas S. Bento; primeiro tomo da sua vida, discursada em empresas politicas e moraes*, Lisboa, 1683; com um frontispicio de gravura, e grande numero de estampas interculadas no texto; *Tomo II, 1690*; ficou esta obra incompleta, havendo mais dois tomos em manuscripto que dizem, se perderam por morte do seu autor; *Abecedario real, e regia instrucção de Principes Lusitanos, composto de sessenta e tres discursos politicos e moraes*, Lisboa, 1692; *Epitome da admiravel vida de Santa Gertrudes a Magna; na qual se resume o principio de sua virtude, e progresso de sua santidade*; Lisboa, 1696; com um retrato da santa.

Prazeres *(Fr. João dos)*. Religioso franciscano da provincia de Portugal, commissario geral da Terra Santa, etc. Escreveu: *Fiel copia das relações que a santa Custodia da Terra Santa mandou a Roma; uma da origem, progresso e fim da sublevação que fizeram os santões, ministros da justiça, e o povo de Jerusalem contra os religiosos da Terra Santa no anno de 1746; e outra da cruelissima perseguição urdida pelos gregos scismaticos na dita cidade e em Damasco no anno de 1748*, etc., Lisboa, 1750.

Prazeres. Freg. de N. S.ª dos Prazeres, da prov. do Alemtejo. E' uma das freguezias ruraes do conc. de Monforte, e está situada entre duas ribeiras affluentes do rio Almuro. (V. *Monforte*). || Pov. e freg. de N S.ª dos Prazeres, da ilha da Madeira, conc. da Calheta, com. de Ponta do Sol, distr. e bisp. do Funchal; 252 fog. e 1:101 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Pertence ao commando mil. da ilha da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.º 27, com a séde no Funchal. ||

Pov. de N. S.ª dos Prazeres, na freg. de S. Francisco de Assis e conc. de Ponte do Sôr, distr. de Portalegre. || Monte na ilha da Madeira, no conc. de Camara de Lobos, e eleva se 834 m. acima do nivel do mar.

Prazeres Maranhão *(Fr. Francisco dos)*. Religioso franciscano capucho. N. em Favaios, conc. de Alijó, a 8 de julho de 1790, fal. na Granja de Alijó, em 1852, mas já depois do dia 2 de abril. Chamava se no seculo Francisco Fernandes Pereira, e era filho de Francisco Fernandes e de Maria Pereira. Entrou na ordem de S. Francisco a 3 de maio de 1812 no convento de Santo Antonio, do Porto, partindo logo em seguida para o Maranhão, onde completou o noviciado, professando no convento da sua ordem, d'essa cidade, a 4 de maio de 1813, tomando o nome de Fr. Francisco dos Prazeres Maranhão. Fez d'ali uma viagem ao Pará, vindo a Portugal em 1814, entrou em Lisboa a 28 d'outubro. Em seguida foi mandado como conventual para o convento de S. Francisco de Villa Real, onde entrou a 6 de dezembro. Voltou novamente ao Maranhão, porque ha certeza d'elle ali existir em 1819, regressando definitivamente ao reino em 1820, e parece que se recolheu ao convento de Villa Real, sendo transferido, em 1825 para o de Fraga, percorrendo depois successivamente por obediencia, o collegio de Coimbra e os conventos de Serem, Monte de Vizeu, onde foi guardião, Melgaço e Torre de Moncorvo. N'este convento se conservava, quando em 1834 fôram extinctas as ordens religiosas. Retirou-se então para a Granja de Alijó, e ali permaneceu até fallecer. Foi socio correspondente do Instituto Historico Geographico do Brazil, por diploma de 14 de maio de 1845, em reconhecimento da offerta que em 1844 lhe fizera na sua obra *Parandúba Maranhense*, em que se faz a historia da provincia desde o seu descobrimento até 1820. Fr. Francisco dos Prazeres Maranhão era um escriptor muito laborioso, muito dedicado aos estudos numismaticos e archeologicos, e um grande enthusiasta pelos melhoramentos de Portugal e do seu desenvolvimento agricola, industrial e commercial. Escreveu: *Diccionario numismographico Lusitano, em que se descrevem as moedas antigas de Portugal*, etc., Lisboa, 1835, *Breve noticia da terra de Panoyas, cantão famigerado na antiguidade, do qual se formou a melhor parte da comarca de Villa Real*, Coimbra, 1835; *Index historico do «Elucidario» de Fr Joaquim de Santa Rosa de Viterbo Gradis, precedido d'uma breve noticia da vida e escriptos do mesmo autor*, etc, Lisboa, 1836; *Taboa Geographico-estatistico-Lusitana, ou Diccionario abreviado de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal*, etc., *por um Flaviense*, Porto, 1839; o pseudonymo de *Flaviense* tomou o autor da villa de Favaios, sua patria, que é a antiga *Flavias* dos romanos; saiu esta obra em segunda edição, augmentada, e com o titulo seguinte: *Diccionario abreviado de Portugal, e suas possessões ultramarinas, no qual se dá noticia de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal, com sua população, legoas de distancia, correios e feiras principaes; seus rios, montanhas, portos*, etc., *e juntamente se descrevem todas as ilhas e porções continentaes que Portugal possue actualmente no ultramar; suas povoações, plantas, animaes, minas, rios, portos, commercio*, etc., *por um Flaviense*, Porto, 1852; *Prandúba Maranhense, ou relação historica da provincia do Maranhão*, etc; *Discurso a favor da Associação da propagação da fé, para ser prégado aos habitantes das aldeias*, etc., Porto, 1843; *Catalogo alphabetico em portuguez dos nomes dos Santos, com a indicação do dia da festividade de cada um*, etc., Porto, 1847; *Collecção de etymologias brazileiras*, impressa na *Revista* do Instituto Historico Geographico do Brazil, em 1846.

Prazins. Pov. e freg. de Santa Eufemia, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 75 fog. e 317 hab. Tem escolas d'ambos os sexos. A mitra apresentava o abbade, que tinha 280$000 reis de rendimento annual. Até ao principio do seculo XVII pertenceu á freg. de Santo Thirso, de Prazins, que lhe fica distante 3 k., tornando se então independente. || Pov. e freg. de Santo Thirso, da prov. do Minho, do mesmo conc., com., distr. e arceb. que a antecedente; 63 fog. e 289 hab. A mitra apresentava o abbade, que tinha 400$000 reis de rendimento annual. Está situada na margem esquerda do rio Ave na aba d'uma serra, a 5 k. da séde do conc. Ambas as povoações pertencem á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10 com a séde em Amarante. || Pov. na freg. do Salvador, de Lagôa, conc. de V. N. de Famalicão, districto de Braga.

Prazos. As terras emphyteuticas conservaram as tradições da lei da *Avoenga* (*V. este nome*), ou direito de familia, quer nos casos em que os prazos eram compostos de bens hereditarios, quer ao pedido dos emphyteutas interessados em crearem um fundo privilegiado, quer no proveito d'aquelles que fizeram as concessões de terras. A nobreza e o clero, não podendo explorar directamente as partes do territorio que a côrte lhes concedia, ou que recebiam por outras doações, empregaram a emphyteuse para os passar a outras mãos, conservando, comtudo, o dominio directo e fazendo-se pagar foros consideraveis. Estes foros eram calculados sobre o rendimento das terras já cultivadas ou sobre a capacidade da producção, e, por vezes, tomavam uma parte determinada do producto eventual, como o terço, o quarto ou o oitavo dos fructos. O censo emphyteutico abrangia os cereaes, o vinho, o mel, o azeite, a palha, o estrume, a teia fabricada em casa do emphyteuta, os porcos, os carneiros e todo o gado; os ovos, as gallinhas e toda a creação, o pão cozido, e mil outros productos agricolas. Além d'estes foros que podiam ser pagos sem custo, era-se obrigado a foros em dinheiro e em objectos que o agricultor se via forçado a comprar ou de obter, com muita difficuldade, e na epoca do pagamento, o senhor tinha o direito de exigir estas cousas ou outras de egual valor. Encontra-se nas emphyteuses do norte de Portugal a obrigação de pagar uma quantidade de incenso para as festas ecclesiasticas; de utensilios agricolas; de pares de sapatos; de peixe pescado n'um sitio designado, muitas vezes em grande distancia; caça de differentes qualidades, e de tudo que podia ser util ou agradavel ao proprietario arrendando as terras. Não havia consideração alguma com a difficuldade de satisfazer cargos tão pesados. O systema feudal, que, á falta de pessoas, se enfurecia sobre as terras, attingia, comtudo, n'estes contratos o emphyteuta, impondo lhe a obrigação de ir trabalhar um dia por semana (quasi sempre a sexta feira) a casa do

proprietario do dominio directo, arrancando assim o agricultor á cultura das suas terras durante 52 dias no anno Encontra-se frequentemente nos antigos prazos a prohibição de cortar arvores, que o senhor se reservava mandar cortar mais tarde em seu proveito; assim como a promessa de dar uma boa hospitalidade a elle ou ao seu mordomo, para o qual se fixava tambem n'um pequeno foro, além do sustento devido a todos os recebedores de collectas e representantes do cedente. Para que os effeitos da cessão continuassem mesmo depois da morte do emphyteuta, seus herdeiros eram obrigados a pagar ainda um foro que a jurisprudencia feudal tinha inventado com o nome de *luctuosa*; e, no caso de venda do prazo, o senhor directo tinha o direito de opção, que impunha ao emphyteuta a obrigação de lhe vender as terras pela metade do preço ou de dividir com elle o producto da venda. Este direito chamado *laudemio*, foi mais tarde reduzido a 25, 20 e 15 por cento do preço da venda ou a 2 $^1/_2$, taxa legal, para os casos em que a quantia do *laudemio* não tivesse sido fixada no contrato. Esta larga e implacavel exploração tornou-se desvantajosa para aquelles que lhe inventaram os usos curiosos e variados As terras fôram mal cultivadas e mal plantadas. Nos prazos do seculo xv vê se muitas vezes que as terras cedidas não tinham sido cultivadas des de muito tempo, os ultimos emphyteutas as haviam abandonado. A agricultura soffria com isso, o reino empobrecia, e o povo voltava-se para o lado da realeza como um filho pediudo a protecção paterna. O interesse dos proprietarios do dominio directo, quando lhes aconselhavam de refrear a sua ambição imprudente, diminuiu por vezes a dureza das condições impostas aos agricultores, e o poder real veiu muitas vezes em seu auxilio pelos meios compativeis com a preponderancia das classes poderosas e com a força do direito de propriedade que não limitava ainda nenhuma idéa economica. Pelo menos no que respeitava ás camaras municipaes, foi ordenado que os emphyteutas não pudessem ser obrigados a pagar senão em dinheiro ou em aves domesticas; e para as outras propriedades, o abandono dos rendeiros e a difficuldade de os encontrar, enfrâqueciam a exorbitancia das exigencias. O concurso de circumstancias e as tradições deram origem a uma grande variedade de prazos, que subsiste ainda em Portugal apezar das reformas liberaes. A lei da *Avoenga*, passou nos contratos emphyteuticos chamados *prazos familiares e de rigorosa geração*, constituidos em tres gerações, não podendo os bens sair da familia do rendeiro a quem o dominio util das terras fôra concedido desde o avô até ao neto. Estas propriedades de familia não se dividiam, e se o pae, no seu testamento não ordenava d'outra fórma, o filho mais velho succedia como um morgado sem nada pagar aos irmãos. Nos prazos, em que esta qualidade privilegiada se modificava, a mulher era ás vezes contada na ordem da successão, e, na morte do marido, as terras lhe voltavam com o poder de designar qual dos seus filhos lhe devia succeder. Ao lado d'estes prazos existem outros chamados *fateosins perpetuos*, cujas terras se dividem entre os herdeiros do ultimo possuidor, e entram na totalidade da herança como os bens livres. Os prazos ainda existem em Portugal, mas a situação dos emphyteutas está muito melhorada desde muito tempo por effeito da civilisação, que fez cair em desuso as condições exoticas; pela abolição dos serviços pessoaes, pela legislação de Mousinho respeitante á lei dos foraes; e pela extincção das congregações religiosas, que possuiam o dominio directo d'uma grande parte do reino que tinham ajudado a desmontar e a cultivar

Preceptoria. Prebenda de que gozavam os magistrados ou lentes das cathedraes e das universidades. ‖ Commenda para os cavalleiros da ordem de Christo, que militassem dois annos em Africa á sua custa.

Preces. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santo Antonio, conc. e distr. do Funchal.

Prechã. Pov. na freg. de Sauto Estevão, de Moldes, conc de Arouca, distr. de Aveiro.

Prechocas. Pov. na freg. de S. Miguel. de Villa Bôa, conc. e distr. de Vizeu.

Predo. Pov. na freg. de S. Miguel, de Beire, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Predoussos. Pov na freg. de Santa Marinha, de Portella, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Prefeito e **Prefeitura**. Antiga divisão administrativa das provincias extinctas em 1835.

Pregaes de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Marinha, de Forjães, conc. de Expozende, distr. de Braga.

Pregal. Povoações nas freguezias: S. Thomé, de Correlhã, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Mamede, de Este, conc. e distr. de Braga. ‖ O Salvador, de Pedragaes, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. ‖ S. Torquato e conc. de Guimarães, do mesmo districto.

Pregança. Pov. na freg. de N. S.ª da Annunciação e conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa.

Pregão. Acção de apregoar. O que os vendedores ambulantes dizem em voz alta, pelas ruas, offerecendo as varias mercadorias.

Prégo. Familia oriunda da Galliza, d'ondo passou a Portugal. As suas armas são: Em campo verde uma ponte de 3 arcos de prata, sobre ella 3 torres do mesmo metal, e por baixo da ponte agua da sua côr; orla tambem verde com oito ameias de prata.

Prego (*José Coelho da Motta*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, governador civil de Lisboa, etc. E' natural de Guimarães e descendente d'uma antiga e distincta familia vimaranense. Matriculando se na Universidade de Coimbra, formou-se em 1885. Foi director do Banco de Guimarães, agente do ministerio publico do tribunal administrativo de Portalegre. De 1890 até 1899 foi delegado nas 1.ª e 2.ª varas civeis e no 1.º districto criminal de Lisboa. Promovido a juiz para Montemór o-Novo, teve depois transferencia para o Seixal, d'onde passou a exercer o cargo de governador civil de Ponta Delgada, para que tinha sido nomeado. Em 1901 exerceu o mesmo cargo em Aveiro. Vindo depois para Lisboa, foi juiz das execuções fiscaes, recebendo a nomeação de governador civil d'este districto em maio de 1909. O sr. dr. Motta Prego tambem foi deputado, eleito pelo circulo da Regoa. E' gran-cruz e commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa por serviços distinctos.

Pregosa. Pov. na freg. de S. Pedro, de Arcos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Pregueira. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Preguiça. Pov na freg. de S Martinho, de Arada, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. ‖ Bahia situada na costa SE da ilha de S. Nicolau, archipelago e prov de Cabo Verde, Africa Occidental. Tem para o interior uma especie de doca natural, furna de mar morto, onde pódem estar 5 ou 6 embarcações de 150 a 200 toneladas, e lá dentro amarram de pôpa com proizes em terra, para a qual se passa de bordo dos navios por uma prancha. O porto da Preguiça, onde fica a pov do mesmo nome, é o mais frequentado de toda a ilha por ser o mais visinho da villa de Ribeira Brava, capital de S. Nicolau, que fica a 5 k. ‖ Pov. situada na costa SE da ilha de S. Nicolau, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está comprehendida na freg. de N. S.ª do Rosario, do conc. da ilha de S. Nicolau, e é, por assim dizer, uma dependencia da villa de Ribeira Brava, que d'ella dista para o interior cêrca de 5 k. Tem alfandega.

Preguiceira. Pov. na freg. do Salvador, de Gandarella, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Preguinha Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Valladares, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Preinho. Pov. na freg. de S. Martinho, de Balugães, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Preiroes Pov. na freg. de S. João Baptista, de Tocha, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Prelada. Povoações nas freguezias: S. Romão, de Arões. conc. de Fafe, distr. de Braga. ‖ S. Cosme, de S. Cosme de Gondomar, conc. de Gondomar, distr. do Porto. ‖ S. Pedro, de Ferreiros de Tendaes, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. ‖ O Salvador, de Infesta, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Prelado Titulo privativo de certas dignidades ecclesiasticas, como bispos, arcebispos, chefes de communidades religiosas, etc. ‖ O reitor da Universidade de Coimbra.

Premedeiros. Pov., séde d'um posto fiscal dependente da secção de Alcoutim.

Premedellos. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Vallões, conc. do Villa Verde, distr. de Braga.

Prendaboca. Pov. da freg de S. João Baptista, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Prendedores Pov. na freg. de S. Thiago, de Carvalhaes, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Prenxa. Pov. na freg. de S. Paio, de Favões, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Preposito. Era o nome que se dava em Portugal aos porta-bandeiras, antes da invasão dos arabes. Os romanos davam-lhe o nome de *signifer*. Desde o conde D. Henrique até ao reinado do cardeal-rei, denominava-se *alferes-mór*, e depois, até hoje, *porta-bandeiras*. Tambem se deu o nome de *preposito*, ao primeiro prelado, uma especie de geral, em um só mosteiro, egrejas, residencias e granjas d'elle dependentes.

Presentação (*Fr. Antonio da*). Religioso da ordem de S. Francisco e provincial da provincia da Arrabida. N. em Lisboa no anno de 1638 e fal. no de 1724. Escreveu: *Estatutos de Santa Maria d'Arrabida da mais perfeita observancia do nosso seraphico Padre S. Francisco*, Lisboa, 1693.

Presentação (*Fr. Luiz da*). Religioso carmelita calçado, commissario e visitador da vigairaria da sua provincia no Brazil. N. em Mertola, por isso tambem lhe chamavam *Fr. Luiz de Mertola*. Fal no convento de Lisboa, a 15 de abril de 1653, com 72 annos de edade. Escreveu: *Vida e morte do P. Fr. Estevam da Purificação, religioso da ordem de N. S.ª do Carmo*, Lisboa, 1621; *Excellencias da misericordia, e fructos da esmola*, Lisboa, 1625; *Extracto dos processos que se tiraram por ordem dos ill.mos senhores Ordinarios sobre a vida e morte do Ven. Padre Antonio da Conceição, religioso da Congregação de S. João Evangelista de Portugal*, Lisboa, 1647. Escreveu em castelhano: *Vida de la B. M. Maria Magdalena de Pazzi, traduzida del idioma toscano*, Lisboa, 1626; outra edição em 1642; *Demonstracion evangelica, y destierro de ignorancias judaicas*, Lisboa, 1631.

Presépe (*Fr. Antonio do*). Natural do Couto da Ermida, freg. d'Ilhavo, comarca d'Aveiro. Tio materno do pharmaceutico José Antonio de Oliveira Vidal. Pertenceu á ordem de Santo Antonio e esteve nos conventos de Santo Antonio d'Aveiro, Azuzare, Valle de Piedade e Santo Antonio dos Olivaes, em Coimbra, onde foi mestre de noviços. Foi tambem provincial da mesma ordem. Soffrendo de molestia de pelle foi aos banhos do Vouga. Ahi adoeceu e morreu, estando sepultado junto á capella dos Santos Martyres, em Travassô, concelho d'Agueda. Falleceu pouco antes da extincção das ordens religiosas.

Presor. Assim se chamava ao que resgatava certa porção de territorio, do poder dos moiros, porque *presar* era então synonimo do tomar á força d'armas. O que fazia este serviço a Portugal, ficava senhor das terras que tinha reconquistado, sem respeito algum aos antigos e legitimos possuidores, ou seus descendentes; pois que o *direito da guerra* lhe dava o de propriedade, segundo a legislação d'aquelles tempos. Ao alvará, provisão, ou carta regia que confirmava a posse aos *presores*, se chamava *alvende*.

Presentado. Aquelle que tem feito estudos e exercicios, que o habilitam para receber o grau de mestre, em algumas commodidades religiosas.

Pressal. Pov. da freg. de S. Thiago, de Esporões, conc. e distr. de Braga.

Prestameiro. Dava-se este nome ao que tinha propriedades da corôa, consignadas para a sua congrua e sustentação, ou parte d'ella Depois chamou se prestameiro ao que tinha uma pensão sobre qualquer *prestimonio* ou *aprestimo*, tirada d'algum beneficio, com, ou sem obrigação de resar o officio divino. Tambem se dava o nome de *prestameiro*, ao que recebia os fóros ou pensões dos *préstamos* ou *apréstamos* V. *este nome*.

Prestar. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Barqueiros, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Prestello. Pov. na freg. de Thiago, da Filbadella, conc. e distr. de Villa Real.

Prestes (*Antonio*). Escriptor, natural de Torres Novas, ignorando se as datas do nascimento e fallecimento. Foi inquiridor do juizo do civel em Santarem, terra onde casou. Escreveu differentes autos que se publicaram reunidos n'um volume, em 1587, o qual tem por titulo: *Primeira parte dos Autos e Comedias Portuguezas feitas por Antonio Prestes e por Luiz de Camões, e outros autores portuguezes, cujos nomes vão no principio*

de suas obras Esta collecção comprehende ao todo 12 autos, de que sómente 7 pertencem a Antonio Prestes, os quaes são: *Auto da Ave Maria*, *do Procurador*, *do desembargador*, *dos dois irmãos*, *da Ciosa*, *do Mouro encantado*, *dos Cantarinhos* Os 5 restantes são: *O dos Enfatriões* e o de *Filodemo*, de Luiz de Camões: da *Cena policiana*, de Henrique Lopes, o de *Rodrigo e Mendo*, de Jorge Pinto, e o do *Physico*, de Jeronymo Ribeiro.

Prestes João. Na nossa historia a miude se encontram referencias a esta lenda creada pela phantasia dos nossos navegadores que, no periodo epico das nossas descobertas, porfiavam em encontrar o monarcha mysterioso chamado Prestes João. Nas lendas da Edade Media dizia se que, para as bandas do Oriente, vivia um rei poderosissimo que professava a fé de Christo. A principio suppoz-se que esse rei lendario tivesse o seu reino na India. Houve depois quem o imaginasse o senhor d'um vasto paiz na Africa. Afinal a lenda repousava na existencia, para além do remoto Egypto, d'um monarcha opulento que abraçara a heresia de Nestorio. No seculo XII foi a Roma uma personagem extranha que se dizia patriarcha das Indias. Chamava-se João e foi acolhida com o maior affecto. Deu ao papa as mais amplas informações relativamente ás christandades do Oriente e como, pelo seu caracter sacerdotal, lhe chamassem presbytero, d'ahi veiu a corrupção franceza que o converteu no celebre Prestes João, que os nossos marinheiros com tanta fé e tanta canceira procuraram, convencidos da sua existencia real. Esta lenda é a deturpação legendaria da existencia do *negus* da Abyssinia, soberano christão. Os nossos marinheiros procuraram esse rei de lenda para as baudas do Oriente quando Pero da Covilhã, enviado por D. João II á Abyssinia, se encontrou com o famoso monarcha. Não ha duvida de que era elle o tal opulento rei christão que a lenda dizia viver entre maravilhosas riquezas, entre vassalos que o adoravam de joelhos. O escriptor Guilherme Lejean suppoz que o nome de Prestes João viria da phraze abyssinia *rete djanhoi*. Póde ser que seja mas, francamente, não parece que essas palavras barbaras pudessem ter dado origem áquella designação. O que mais provavel é que ella derivasse exactamente do individuo que no seculo XII tanto impressionou o pontifice com a descripção das christandades do Oriente.

Prestimo. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. d'Agueda, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 254 fog e 1:013 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 11 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades do rio Alfusqueiro. O reitor de Vallongo do Vouga, apresentava o cura, que tinha 13$000 reis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil em todos os fructos do nosso clima. Foi villa, da provedoria d'Esgueira, e cabeça de couto, sendo seu donatario em 1710, D. João de Mello, commendador da ordem de Christo. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao dsstr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro || Aldeia da prov. da Extremadura, no conc. de Santarem. Foi couto, e é muito fertil em cereaes e azeite, cujos generos exporta. El rei D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, a 6 de fevereiro de 1514. Este foral serve tambem para Cernada, Maçans, Macida, Povoas Novas, Soutella, Valle de Lodo, Villarinho e Urgeira.

Preta. Serra do distr. de Villa Real. Está situada ao S da freg. de Vréa de Jalles, no conc. de Villa Pouca d'Aguiar, em direcção NNO a SSE Tem 5 k. de comprimento, 3 de largura e 1:118 m. d'altura.

Preto. Nome que se dava ao real de cobre (*real preto)*. Ao de prata chamava-se *real branco*. O real branco valia 6 ceitis; 10 pretos faziam um real branco. Esta moeda é coeva da constituição da monarchia portugueza.

Preto. E' appellido nobre em Portugal, procedente d'alcunha. O primeiro que o usou, foi Gonçalo Peres Preto, vassalo de D. João I. Os pretos, de um ramo, usam as armas dos Negros: Escudo esquartelado: no primeiro quartel composto de ouro e azul, de seis peças em pala; o segundo xadrezado de ouro e azul, de seis peças, em faxa, e assim os contrarios: timbre, um braço nú de negro, com um bastão de ouro na mão.

Preto *(Antonio Gil)*. Chronista do estado da India, nascido em Gôa, e que viveu no seculo XVIII. Escreveu uma *Breve relação da viagem que fez para a India no anno de 1612, arribada ao Brazil e chegada a Gôa da nau almirante S. Pedro de Rates*. Esta obra ficou inedita e consta que o manuscripto existia no convento da Graça.

Preto *(Estevão)*. Jurisconsulto que floresceu no seculo XVI. Foi doutor em Direito Civil pela Universidade de Coimbra, desembargador da Casa da Supplicação e procurador da cidade de Lisboa nas côrtes, que n'ella se realisaram a 13 de dezembro de 1562, nas quaes recitou em nome do estado secular uma oração, que está publicada nas *Memorias do reinado de D. Sebastião*, por Barbosa Machado, e na collecção de orações e respostas pronunciadas n'essas côrtes, que foi impressa em 1563.

Preto *(Gaspar)*. Padre que viveu no seculo XVI, e que edificou a capella de Monserrate ao pé de Cintra, no anno de 1540.

Pretos. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Chorcuse, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga || N. S.ª da Luz, de Maceira, conc. e distr. de Leiria. || S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Preza. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Adaufe, conc. e distr. de Braga. || Santa Clara, de Alcaravella, conc. de Sardoal, distr. de Santarem. || S. Martinho, de Alvaredo, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Lourenço, de Alvellos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Marinha. de Arcozello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Gloria, conc. e distr. de Aveiro. || N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa. || S. Vicente, de Boim, conc. de Louzada, distr. do Porto. || O Salvador, de Castellões, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Pedro de Penaferrim e conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Graça, de Ega, conc. de Condeixa a Nova, distr. de Coimbra. || Santa Maria, de Faria, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Fiães, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Christina, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Thomé, de Friande, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || S. Martinho, de Gandara, conc. de Expozende, distr de Braga. || Santa Marinha, de Gontinhães, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Gulpilhares, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santo

André, de Marécos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || O Salvador, de Meixomil, conc. de Paços de Ferreira, do mesmo distr. || S. Paio, de Merelim, conc. e distr. de Braga. || S. Thomé e conc. de Mira, distr. de Coimbra. || S. Paio, de Moledo, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Santissimo nome de Jesus, de Odivellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Oliveira, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção, de Pendilhe, conc. de V. N. de Paiva, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Pigeiros, conc. da Feira, distr. de Aveiro || Santa Marinha, de Portella, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Miguel, de Prado, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Miguel, de Serzedo, conc. de Guimarães, do mesmo distr, || S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Sanfins, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Vermoim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Miguel, do Villarinho, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Preza do Monte. Pov. na freg. de Santa Cruz, de Juvim, conc. de Gondomar, distr do Porto.

Preza dos Montinhos. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Ilhavo, distr. de Aveiro.

Preza de Moura. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Estombar, conc. de Lagôa, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição, de Ferragudo, do mesmo conc e districto.

Preza da Porta. Pov. na freg. de Santa Maria, de Fregim, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Prezandães, Pov. na freg. do Santa Maria Maior e conc. de Alijó, distr. de Villa Real.

Prezas. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Arga de Baixo, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago. de Faria, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga || S. Verissimo, de Nevogilde, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Silva Escura, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Prezas de Sá. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Asmes, conc. de Vallongo, distr. do Porto.

Prezigo. Pov. na freg. de S. Salvador, de Carregosa, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Prezigueda. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Villarinho dos Freires, conc. de Pezo da Regoa, distr de Villa Real. Tem estação postal.

Prezinha. Povoações nas freguezias: Santo André, de Codeçoso, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Mamede, de Villa Maior, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Prezinhas. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Penacova, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Maria, de Valle, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Prezinheira. Pov. na freg. do S. Miguel, de Milharado, conc. de Mafra, distr. do Lisboa.

Prezinho. Pov. na freg. de Santa Maria, de Medas, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Priados. Pov. na freg. do Salvador, do Pombeiro, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Prial. Uma das 12 aldeias da praganã de Naer ou Damão Grande, na com. e distr. do Damão, arceb. de Gôa, India. Fica proximo da emboccadura do rio do Calem. || Aldeia ao sul do rio Sandalcalo, da regedoria de N. S.ª dos Remedios, no conc. e distr. de Damão, India.

Priana. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, e conc. de Ferreira do Alemtejo, distr. de Beja.

Prichão. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Arouca, distr. de Aveiro.

Prieira. Pov. na freg. de S. Pedro, de Teixeira, conc. de Baião, distr. do Porto.

Prieto *(Joaquim Gregorio Nunes)*. Pintor e lente da Academia de Bellas Artes de Lisboa. Nasceu n'esta cidade a 9 de maio de 1833, onde tambem falleceu em 6 de fevereiro de 1907. Era filho de Joaquim Nunes Fernandes e de Violante Elisa Prieto. Estudou o curso da referida Academia nos annos de 1850 a 1859 com aproveitamento notavel, merecendo a estima dos professores e dos condiscipulos. Em 1868 foi nomeado professor da 1.ª cadeira de desenho da Academia, cargo que exerceu até 1874, passando depois ás cadeiras de figura, paizagem e perspectiva, ao mesmo tempo que desempenhava varias commissões de serviço academico, como a de fazer o catalogo das collecções de gravuras e desenhos existentes na Academia, restaurar e colligir muitas estampas que andavam dispersas, trabalho que durou de 1870 a 1882. Quando em 1865 se realisou no Porto a exposição internacional, foi Joaquim Prieto o encarregado por parte da Academia, de dispôr as obras de arte com que os artistas de Lisboa concorreram áquelle certamen. Joaquim Prieto fez parte de todas as commissões, que no seu tempo se formaram na Academia para tratar do cousas d'arte. Compôz e editou um compendio liniar, do qual poucos exemplares vendeu, porque os dava aos alumnos pobres, que era a maior parte Como professor particular leccionou no collegio Luso-Brazileiro e em casa das familias mais distinctas de Lisboa, dando tambem um curso gratuito na Academia Civilisadora. A actividade de Joaquim Prieto não se resumia só ás suas funcções de professor, pois dedicava se á pintura dos seus quadros, que produziu em grande quantidade, especialmente de natureza morta o de paizagem. Além dos seus quadros originaes, ha a notar os trabalhos de restauração que fez nas pinturas dos tectos das egrejas de S. Roque, Santo Antonio da Sé, S. Francisco de Paula, S. Nicolau, Encarnação, Penha de França, Madre de Deus, Francezinhas e recolhimento de S. Pedro d'Alcantara. Na egreja de S. Roque restaurou tambem 3 importantes quadros: O papa Paulo III enviando a Portugal os primeiros irmãos da Companhia de Jesus; D. João III despedindo se de S. Francisco Xavier que partia para a India; Santo Ignacio de Loyola vestido de armadura. Restaurou numerosos quadros pertencentes a muitos fidalgos e outras pessoas de grande distincção, como o marquez da Foz, conde de Sabugosa, para quem tambem restaurou um grande mappa da India, condes de Villa Franca, de Mesquitella e de Alto Mearim, baroneza d'Almeida, Anselmo Braamcamp, Alfredo Keil, Coverley, etc. Nas egrejas das Francezinhas, de S. Francisco de Paula, de Belem, de Santo Antonio da Sé, da Conceição Velha e da Madre Deus, etc. restaurou importantissimos quadros, cuja relação minuciosa se encontra na revista do *Occidente*, vol. 31º, do 1908, a pag. 159. Joaquim Prieto foi convidado para professor de desenho do principe D. Carlos, mais tarde rei, e do infante D. Affonso, seu irmão, mas cedeu o cargo a Theodoro da Motta, como tambem cedeu o do professor na Escola Industrial

Marquez de Pombal a um outro artista. Fazia parte da Associação de Beneficencia da freguezia em que morava, a que prestou muitos e bons serviços. Não quiz nunca distincções, e quando foi da exposição do Porto em que o governo lhe conferiu o habito de Christo, recusou-o terminantemente.

Prilhão. Pov. na freg. de S. Pedro, de Villarinho, conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

Primadella. Pov. na freg. de Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Primaveres. Pov. na freg. de S. Martinho, de Ferreiros, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Primaz. Prelado que usufrue uma categoria superior com respeito á de todos os outros arcebispos e bispos d'uma determinada região. Em Portugal o arcebispo de Braga é o *primaz das Hespanhas*, por ser aquella sé a mais antiga de toda a peninsula. O arcebispo de Gôa é tambem *primaz do Oriente*.

Prime (*José Porphyrio de Campos Rebello, 2.º barão, 1.º visconde e 2.º conde de*). Fidalgo cavalleiro, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, cavalleiro da de Christo, grau-cruz da ordem de Izabel a Catholica, de Hespanha, major de infantaria e proprietario. N. a 5 de dezembro de 1830, e já hoje fallecido. Era filho de Luiz Antonio Rebello d'Almeida, negociante da praça de Lisboa, etc., e de sua mulher D. Maria Benedicta de Brito Cabral d'Abreu Campos. O conde de Prime era condecorado com a medalha de comportamento exemplar, e com a da febre amarella, instituida pela camara municipal. Tinha o curso de Collegio Militar. Casou a 25 de fevereiro de 1854 com a baroneza de Prime, D. Maria da Gloria Teixeira de Carvalho Sampaio da Rocha Velho, viuva do 1.º barão d'esse titulo, e filha unica e herdeira de Antonio Teixeira de Carvalho Sampaio, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, e de D. Maria Thomazia Rocha Velho. O titulo de barão foi concedido em 19 de maio de 1860, sendo elevado a visconde por decreto de 4 de maio de 1870, e a conde por decreto de 21 d'agosto de 1879. O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo partido em pala; na primeira as armas dos Rebellos, em campo azul tres faxas de ouro, e sobre cada uma d'estas uma flôr de liz, que fórmam uma banda; e na segunda as armas dos Almeidas, em campo vermelho tres bezantes de ouro, entre uma dobre cruz e bordadura do mesmo metal. Timbre, o dos Rebellos: um leopardo de ouro com uma flôr de liz vermelha sobre a cabeça. E' hoje conde de Prime o sr. José Fredrico Teixeira Rebello, que reside em Vizeu.

Prime (*Luiz de Loureiro de Queiroz Cardoso do Couto Leitão, 1.º barão de*). Commendador da ordem de Christo, administrador geral interino do distr. de Vizeu; senhor de Prime, do importante prazo de *Corgos*, á Nogueira, e do morgado de *Silvas*, em Castello Branco, a que pertenciam a barca de *Montalvão* e o antiquissimo prazo de *Pero Soares*, junto da Guarda; das casas de *Abravezes*, junto de Vizeu, e do antigo morgado das *Brusseiras*, no Alemtejo. N. em Vizeu a 20 d'outubro de 1785, fal. a 23 de fevereiro de 18[illegible]3. Era filho de Manuel Loureiro de Queiroz Cardoso, senhor dos referidos morgados e casas, capitão-mór de Vizeu, e de sua mulher, D. Maria de Mesquita de Loureiro de Sousa Cardoso. Succedeu na importante casa de seu pae a 2 de março de 1828. Casou em 7 de outubro de 1842 com D. Maria da Gloria Teixeira de Carvalho Sampaio Rocha Velho. D'este matrimonio houve um filho unico, que foi o 1.º visconde de Loureiro (V. *Portugal*, vol. IV, pag. 535). Esta senhora, tendo enviuvado, passou a segundas nupcias com o 2.º barão e 1.º conde de Prime (V. o *artigo antecedente*). O titulo de barão foi concedido por decreto de 20 de junho de 1837. O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo esquartelado; no primeiro quartel, esquartelado, em campo vermelho um castello de prata com portas e frestas lavradas de preto, e uma escada de ouro arrimada a elle; e o contrario, partido em pala: a primeira de ouro com uma bandeira verde, em pala, com haste de vermelho e forro de prata; e a segunda de vermelho com uma bandeira de prata com haste de ouro e o ferro da sua côr; o segundo de vermelho com cinco folhas de figueira verdes em aspa, perfiladas e com o tronco de ouro, e assim os contrarios; no segundo quartel as armas dos Queiroz: escudo esquartelado; no primeiro quartel, em campo de ouro, seis crescentes vermelhos em duas palas; no segundo, em campo de prata, um leão sanguinho, e assim os contrarios; no terceiro quartel as armas dos Cardosos: em campo vermelho dois cardos verdes com alcaxofras floridas de prata, com raizes e perfís de ouro entre dois leões batalhantes; e no quarto quartel as armas dos Leitões: em campo de prata tres faxas vermelhas; timbre, dois braços de leão vermelhos, em aspa, tendo cada um na mão uma folha egual á das armas, e no meio d'estas o alcaide de Azamôr da cintura para cima, vivo, e com as mãos atadas com um cordão de ouro.

Prime. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Fragosella de Cima, conc. e distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Mozellos, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Primeiras. Ilhas do archipelago de Angoche.

Primeiro, Primitivo e Primevo. *Primeiro* é em geral o ente, que está, ou se considera á frente de uma série d'elles, pelo qual começamos a contar uma serie de entes da mesma, ou de differente natureza; é o que precede a todos, ou no tempo, na ordem, ou no logar, ou na dignidade, etc.—*Primitivo* é o primeiro ente d'uma série, considerado em relação aos differentes estados successivos, por que passou, ou com relação a outros entes, que d'elle successivamente se derivaram. A lingua que falaram os primeiros homens, e que é *primeira*, porque precedeu a todas, é tambem *primitiva*, se as que se falam hoje são d'ella derivadas. A disciplina *primitiva* da Egreja é a que se observava nos primeiros seculos, e que tendo se transformado de muitos modos, segundo o pediam os tempos e as circumstancias, reduziu-se por ultimo áquella que observamos hoje, e que é derivada da primitiva, etc.—*Primevo* diz-se precisamente o que é da *primeira* edade, ou das *primeiras* edades. As leis *primevas* da monarchia são as que havia na *primeira* edade da monarchia, homens *primevos* são os das *primeiras* edades do mundo, etc.

Princeps. Palavra latina usada adjectivamente, para significar a primeira de todas as edições d'um autor.

Princeza. Esposa de principe, filha de familia reinante, soberana d'um estado principesco.

Princeza Amelia. Séde d'uma extincta capitania mór do distr. de Benguella, na prov. d'Angola, Africa Occidental. || Forte na região do Catoco, em Angola.

Principal. Pov. da freg. de S. Miguel, no conc de Santa Catharina, archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental.

Principe. Membro d'uma familia reinante, chefe reinante d'um principado, titulo que em alguns paizes assume o consorte da rainha. Principe real ou imperial, o filho primogenito d'um estado monarchico. O titulo de principe começou a ser dado aos imperadores romanos, e depois estendeu-se a todos os reis, bem como, mais tarde, aos seus descendentes. D. Affonso Henriques, antes da batalha d'Ourique em 1139, intitulava-se ora *principe* ora *infante*, e em alguns documentos, attribuia se a qualidade de *duque dos portuguezes*. E' um erro o dizer-se que elle só se intitulou rei depois de ser acclamado como tal pelo seu exercito, no campo d'Ourique em 1139, pois que já no foral que deu a Penella em 1137 se intitulava *rei*, e do mesmo titulo usou em outros documentos anteriores áquella data. Tambem se dava antigamente o titulo de *principe* ao senhor d'um vasto territorio ou comarca em que tivesse poderes quasi majestaticos. Em Portugal usam d'este titulo apenas os filhos primogenitos do rei, ou o herdeiro presumptivo da corôa, os outros irmãos são infantes. O primeiro que teve este titulo foi D. Affonso, mais tarde el-rei D. Affonso V. || *Principe herdeiro.* Os principes de Portugal eram jurados por successores em vida dos reis, e d'alguns se deu esta homenagem de muito pouca edade, como foi a D. João II que o juraram sendo nascido de um mez, e seu filho, o principe D. Affonso, ainda de menos edade. Foi tambem jurado por principe o infante D. Fernando nas mesmas côrtes em que juraram como rei a seu irmão D. Affonso V, porque sendo o rei de seis annos de edade, estava muito longe a esperança de outra successão. O mesmo nome de princeza herdeira tinha tambem a filha mais velha do monarcha, emquanto não havia filho varão. A primeira que teve este titulo foi D. Joanna. (V. *Joanna (Santa) Portugal*, vol. III, pag. 1035). Tanto que o principe era de edade competente, se lhe dava casa na mesma fórma e com os mesmos ministros do rei; e para os poder sustentar se lhe applicavam rendas particulares com grande abastança. Porém, emquanto o principe não era de edade para se governar por si, lhe nomeava el-rei um fidalgo com o titulo de governador da casa do principe, e fazia o officio de mordomo mór, por cuja ordem e mandados se administrava tudo. Para ser instruido nas cousas da politica e da côrte, se lhe dava outro fidalgo por seu aio, os quaes eram da principal nobreza do reino Tinha além d'isto mestres varios conforme as artes, e disciplinas em que era doutrinado.

Principe *(Ilha do)*. Está situada no golfo dos Mafras, no mar da Guiné, Africa Occidental. Faz parte do pequeno archipelago d'aquelle golfo, composto das ilhas de Fernando Pó, Principe, Anno Bom e S. Thomé, do qual só ella e esta ultima pertencem hoje a Portugal, constituindo ambas, juntamente com o estabelecimento de S. João Baptista d'Ajudá, na costa da Mina, a provincia de S. Thomé e Principe. Tem cêrca de 18 k. de comprimento entre a ponta de Golfinho e o Pico Negro, e 10 a 14 de largura entre a ponta Garça e o pico Pedrim. Segundo Lopes de Lima, o extremo N da ilha é a ponta da Cascalheira, e o extremo S é a ponta do Pico Negro. A ilha do Principe fica a NE da de S. Thomé, na distancia de 135 k., segundo uns, e de 150, segundo outros, e proximamente a meio caminho entre Cabo Formoso e o de Lopo Gonçalves, com os quaes fórma uma linha rectangular. E' montanhosa e pittorescamente accidentada, principalmente a SO, onde em muitas partes é inaccessivel. Quasi ao centro da ilha ergue se o Pico do Papagaio, com 840 m d'altura, e d'ali corre para SE e NO uma cordilheira que tem por extremos o Pico Pedrim e as serras dos Picos. O pico mais alto da cordilheira deve ter uns 1:350 m. d'altura. De todas estas montanhas, geralmente cobertas de arvoredo densissimo, despenham se nas planicies muitas ribeiras que se tornam caudalosas no tempo das chuvas, alagando as varzeas que as orlam. A ilha tem tres bons portos, dois a E e um a O, sendo aquelles a bahia de Santo Antonio ou da cidade, onde está edificada a capital da ilha e seu porto commercial, e a enseada da Praia Salgada, pequena mas muito abrigada, e este a Praia Grande ou bahia das Agulhas, bello ancoradouro muito procurado por navios de guerra e o melhor de toda a ilha. Além d'estes, ha ainda no contorno da ilha mais dois fundeadouros de levante na costa N: a praia das Burras e a ribeira Izé, havendo ainda, na bravia costa S, o Portinho, que só póde abrigar barcos pequenos. Ao SO da ilha do Principe ha duas pedras grandes chamadas as *Tinhosas*, distantes da terra quasi tres legoas. N'uma d'ellas é facil desembarcar em tempo de calma: são escalvadas. Entre estas pedras e a terra navegam vasos de todo o lote. Quem toma a ilha por barlavento passa junto ás Tinhosas. Estas pedras são cortadas de maneira que parecem quatro. Ao NE das Tinhosas fica o ilhéo chamado *Caroço* pelos portuguezes e *Dutch Cap*, pelos inglezes, pela similhança que tem com um barrete ou chapéu redondo dos antigos hollandezes. Entre o Caroço e a terra pódem passar sem perigo embarcações de qualquer grandeza, havendo vento certo. Na entrada do porto da cidade fica o pequeno ilhéo de Sant'Anna. Passada a ponta do Capitão ficam os ilhéos chamados *Mosteiros*. São pedras grandes escalvadas e estão a sotavento do porto. Depois dos Mosteiros ficam as pedras chamadas *Galés* pela similhança que teem com o casco d'uma embarcação; requerem grande resguardo. São estes os mais consideraveis ilhéos que cercam a ilha Não teem habitantes nem agua, excepto o Caroço, no qual ha um pequeno regato na estação das chuvas. As suas pontas ou cabos mais notaveis, são: ao N a ponta da Cascalheira, ao S a do Pico Negro, a E a do abbade e a O a das Agulhas, offerecendo ainda o seu contorno mais as pontas do Capitão, da Mina, Garça, da Balcia e Grossa. N'alguns pontos da ilha, principalmente junto da ribeira de Sandim, vêem-se ainda vestigios d'um vulcão extincto, e por toda ella se mostram pedras vulcanicas de que os naturaes se aproveitam para construcções, e que são pelo nome de *budojudeu*. Em alguns logares, mesmo, encontram se restos de lavas. Situada nas visinhanças do Equador, o seu clima é muito quente e humido. Relativamente proximo de logares cujas condições climatericas pódem ainda

influir pela acção das correntes, taes como o vasto delta miasmatico do Nigor, o clima da ilha é insalubre, sobretudo no littoral; mas para o interior ha muitos logares saudaveis Um dos pontos menos salubres da ilha é exactamente aquelle em que está edificada a cidade, a qual assenta n'um terreno baixo, pantanoso e barrento, cerca do de montanhas e sujeito ás inundações de duas ribeiras muito caudalosas que n'ella correm, uma ao N e a outra ao S. Não se sabe ao certo quando nem por quem foi descoberta esta ilha. Admitto se, porém, geralmente, que João de Santarem e Pero de Escobar, cavalleiros da casa de D. Affonso V, que em 1470 fôram ao descobrimento da costa além do cabo de Palmas, teriam avistado esta ilha por ser quasi impossivel navegar desde o referido cabo ao de Lopo Gonçalves, e d'este á costa da Mina sem encontrar, na ida ou na volta, as ilhas de S. Thomé e Principe. Geralmente marca se o seu descobrimento a 17 de janeiro de 1471, dia de Santo Antão, nome que primitivamente foi dado á ilha, dando se-lhe mais tarde o nome actual. A sua povoação com pretos oriundos da costa d'Africa, data, porém, só do anno de 1500, ou de pouco depois, quando Antonio Carneiro, senhor de Vimioso, obteve d'el rei D. Manuel a doação da ilha com jurisdicção civel e crime. Na *Chorographia historica das ilhas de S. Thomé e Principe*, etc., diz Raymundo José da Cunha Mattos, que foi D. João II quem fez mercê da capitania da ilha, de juro e herdade, a Antonio Carneiro, continuando os seus descendentes a serem os donatarios. Em 1640, a ilha passou de senhorio a ser condado, por mercê de Filippe III de Portugal, sendo o 1.º conde da Ilha do Principe Luiz Carneiro de Sousa. A Companhia de Cacheu e Cabo Verde escolheu a para centro do seu commercio n'aquella região, ou para melhor dizer, para deposito de escravos. Até 1695 a ilha do Principe não teve fortalezas nem alfandega, porque só n'esse anno se deu execução á carta regia, de D. Pedro II, da data de 7 de dezembro de 1694, em que se ordenava ao governador e capitão general José Pereira Sodré, senhor da villa de Aguas Bellas, que estabelecesse alfandega com um juiz, um tutor recebedor e um escrivão, e por carta régia de 3 de fevereiro de 1695 determinou o mesmo soberano, que estes officiaes fôssem subordinados ao provedor da fazenda de S. Thomé, e n'essa mesma occasião foi de Portugal uma companhia de infantaria para guarnecer a fortaleza da Ponta da Mina, fortaleza que apenas consistia em varios parapeitos de fachina quo cobriam algumas peças d'artilharia que defendiam a entrada do porto. Os donatarios gozavam de muitas isenções e privilegios, e a colonia prosperou rapidamente. Fôram plantadas algumas cannas idas da ilha da Madeira, e estabeleceram se muitos engenhos d'assucar, do qual se tirava um tributo para o filho primogenito do rei, e d'ahi proveiu então á ilha o nome de *Ilha do Principe*. Em 1706, uma esquadra franceza desembarcou tropas na Praia Salgada, as quaes tomaram a fortaleza, que destruiram completamente, varios navios da Companhia de Cacheu e Cabo Verde surtos no porto, saquearam a ilha e queimaram os edificios e os engenhos d'assucar. Os francezes retiraram se depois, e ignora se se houve capitulação. Muitos habitantes ficaram reduzidos á mais cruel indigencia Comtudo, o acto de pirataria dos francezes, nem tão pouco a ruina d'aquella poderosa companhia, aniquilaram a ilha, e tal importancia mercantil ainda conservava em 1753, que a 29 d'outubro d'aquelle anno passou a ser encorporada nos proprios da corôa por contrato celebrado com o proprietario, que trocou o titulo de conde da Ilha do Principe, pelo de conde de Lumiares. A 15 de novembro do mesmo anno a povoação era elevada á categoria de cidade, sendo para ali transferida a capital da provincia, já em attenção do grau de prosperidade da ilha, já porque se suppunha ser mais benigno o seu clima do que o de S. Thomé. Em 29 de dezembro de 1799 foi a ilha novamente atacada pelos francezes. João Francisco Landolphe, capitão de mar e guerra, commandante d'uma esquadra, fez desembarcar na Praia Salgada o chefe de batalhão Lerck á frente de 400 homens, parte dos quaes marcharam para a fortaleza, e o resto para a cidade pelo caminho do Oque Boi. Landolphe tinha vastas noticias da ilha do Principe, onde havia estado muitas vezes na qualidade de capitão de navios de escravos. Achava se a ilha governada pelo coronel de milicias Manuel Monteiro de Carvalho, homem valetudinario e absolutamente incapaz de similhante exercicio, e assim tambem por Joaquim Pedro Lagrange, ouvidor geral interino da comarca, os quaes faziam as vezes e a representação do governador geral João Baptista da Silva, que residia em S Thomé. Os governadores, apenas tiveram noticia da chegada das embarcações francezas á Praia Salgada, presumiram que eram inimigos; fizeram tocar a rebate, mas viram se faltos de gente, a qual, á excepção dos officiaes, se metteu nos mattos; outro tanto fizeram os soldados artilheiros da fortaleza da Ponta da Mina, de fórma que ficou ali o commandante Innocencio Duarte de Azambuja, 1.º tenente d'artilharia, acompanhado pelo alferes Miguel Faria Pinto e os cabos de esquadra Nicolau Tristão, Antonio Gonçalves, e o soldado Francisco da Costa. Os governadores, comtudo, á força de muitos incommodos e a diligencias do major de milicias Antonio Ramos de Queiroz, puderam ajuntar uma força de 25 soldados milicianos sem armas, alguns officiaes inferiores com ellas, e fizeram partir para a fortaleza 18 soldados de milicias, que para nada ali serviam. Não faltou quem accusasse os governadores de traição, mas era uma injustiça. Os governadorea e officiaes milicianos fôram promptos nos seus deveres, mas o povo fugiu cobardemente para o matto, desamparando-os. Os governadores não eram militares, não conheciam o que deviam praticar para impedir o desembarque ou para rechaçar o inimigo nos tremendos desfiladeiros da ilha, onde 10 homens pódem com facilidade bater 400. Não deram providencias senão depois do inimigo desembarcar, e entenderam que, no caso que tal desembarque se não fizesse na Praia Salgada, as fragatas podiam forçar o porto e desembarcar a gente na cidade. Os governadores não tinham armas, munições, artilharia de campanha, nem tropa adestrada. No meio de tantas provações receberam a intimação de se entregarem pelo ajudante major Roger Dufforg, e accederam a ella, construindo se uns artigos de capitulação que bem deixam entender que taes governadores nada tinham de soldados. A capitulação tem a data já citada de 29 de dezembro de 1799. D'esta epoca ou pouco depois, é que

principiou a decadencia da ilha. Em 1852 a séde do governo da provincia tornou para S. Thomé. Depois, por mais de 30 annos a ilha esteve votada quasi inteiramente ao abandono, até que em 1878 o cacau começou a ter uma grande alta no mercado, o que animou os seus roceiros a proseguirem n'esta cultura, fez se o repovoamento d'ella por meio de trabalhadores de fóra, e iniciou se assim o novo periodo de prosperidade. A prodigiosa vegetação dos trópicos, revela-se na ilha até ao cimo dos seus moutes. Os mangaes orlam as margens dos rios, e os coqueiros e as palmeiras, a mangueira, o cajueiro, a bananeira e a laranjeira produzem-se n'ella facilmente. O solo é apto para uma cultura variada, e, além das producções naturaes dos tropicos, produz os mesmos generos que a ilha de S. Thomé, menos a quina; o café, todavia, não se dá tão bem, por causa das muitas chuvas que destroem a flôr. A principal cultura é o cacau, que vegeta perfeitamente, tendo a sua producção attingido um desenvolvimento extraordinario nos ultimos annos. A canna saccharina dá se tambem optimamente em toda a ilha, e, nos ultimos tempos, a Companhia do Principe fez promettedores ensaios com a plantação da borracha. A principio, na epoca do descobrimento da ilha e no começo da sua colonisação, a cultura da canna saccharina attingiu grandes proporções. Com a Companhia de Cacheu e Cabo Verde, que, conforme dissémos, ali fez o emporio do seu commercio, a ilha foi por largos annos uma colonia florescente e rica Edificaram-se bellos palacios e importantes casas, como a do Cimalo e outras, já ha muitos annos caidas em ruina. Mas o desenvolvimento da cultura da canna saccharina no Brazil, porventura o seu abandono pelo trafico da escravatura na visinha costa do Gabão, e, mais tarde, a repressão d'este trafico, fôram outras tantas causas de que a ilha, sem agricultura e sem vida propria, começasse a decair, para só nos ultimos tempos iniciar o seu resurgimento por meio do trabalho activo. O tabaco produz-se tambem facilmente na ilha, e seria talvez um manancial de riqueza se se tivesse explorado a sua cultura e estudado o preparo da folha, e do mesmo modo os couros poderiam ser tambem um artigo de commercio relativamente importante. A ilha do Principe fórma um districto com uma freguezia, N. S.ª da Conceição, tendo, pelo recenseamento de 1900, 4:747 hab., dos quaes 178 são europeus, 962 indigenas e 3:607 serviçaes. A unica povoação é a cidade de Santo Antonio, situada na bahia do mesmo nome, como já dissémos, ao N da ilha E' limitada pela ribeira dos Frades e pelo rio Papagaio. A principal egreja é a matriz, N. S.ª da Conceição, edificio elegante. Tem 4 altares e algumas confrarias. A egreja do hospicio de Santo Antonio dos barbadinhos italianos tem 1 altares No anno de 1809 foi concertada, assim como todo o hospicio, por determinação do governador Luiz Joaquim Lisboa. A egreja da Misericordia é pequena, com 3 altares, não tem confraria nem hospital. A do Rosario é um templo de mediana grandeza e muito bem adornado; tem 3 altares, é a mais rica de toda a ilha. A de S. Gregorio é pequena, com 3 altares, e está muito arruinada, mas tem bons ornamentos. O edificio do hospicio de Santo Antonio é muito pequeno, mas com bons commodos; é construido de barro, rebocado de cal, com uma grande cêrca arruinada. A alfandega, a cadeia, o corpo da guarda e o armazem real fazem um mesmo edificio de pedra e cal, muito forte, e ha poucos annos construido. A força armada da ilha consta d'uma companhia de artilharia, um regimento de milicias e duas companhias de ordenanças. Para sua defeza, tem a Ilha do Principe as fortalezas da Ponta da Mina e de Sant'Anna: da primeira dependem o reducto da Nazareth, a praça baixa de Nossa Senhora e a bateria de S. João. A fortaleza da Ponta da Mina est edificada n'um monte que fórma a ponta do sul d porto da cidade: as embarcações passam e fundeiam muito proximo a ella. Consta de duas baterias, uma superior chamada *Bateria Real*, e outra inferior assente n'um pequeno moute chamado *Bateria do Principe*. A Bateria Real apresenta ao mar a parte convexa d'um parapeito semi circular de alvenaria, onde estão assentes 16 peças d'artilharia de bronze, de calibre 3 até 14. N'esta bateria ha um pequeno deposito de polvora, e sobre um terreno elevado fica o quartel da guarnição, e junto d'elle o grande armazem de polvora. A Bateria do Principe, que fica proximo, é um quadrado longo de pedra e cal; da banda do norte tem assentes 5 peças de ferro, de calibre 6; á face de oeste tem duas peças do mesmo calibre, a do sul uma de 4, e a de leste encostada ao monte em que fica a Bateria Real. A leste, pouco distante da Bateria Real, está um reducto chamado Praça Baixa de Nossa Senhora, 35 pés acima do nivel do mar; tem 3 peças de calibre 3 e é muito util á defeza do porto. N'um outeiro contiguo, que domina a fortaleza da Ponta da Mina pela parte do SE, ha um bom reducto chamado de N. S.ª da Nazareth; tem 2 peças de bronze de calibre 4, e fosso com ponte levadiça. A um tiro de espingarda a O da fortaleza da Ponta da Mina, ha a bateria de S. João, em que estão assestadas as duas peças de ferro de calibre 6. A bateria de Sant'Anna é uma interessante obra de fortificação: a sua figura é ovada, com fosso e ponte levadiça. Tem 6 peças d'artilharia de ferro de calibre 6, e como está edificada n'um outeiro, que fórma a ponta do norte da bahia da cidade, e é diametralmente opposta á fortaleza da Mina, cruzam o seu fogo e defendem todo o ancoradouro e logares de desembarque entre as pontas da Praia Salgada e a de Capitão. Na ilha do Principe ha agencia de navegação, varias casas commerciaes, fabricas de chocolate, estação postal, delegação maritima, escolas, etc; hospital, cabo submarino; muitas e importantissimas roças. Pertence á provincia de S. Thomé e Principe, e é um julgado da comarca de S. Thomé, pertencente ao districto judicial ou Relação de Loanda. Tem governador militar. A população indigena tem decrescido muito em virtude da desproporção enorme que ha entre nascimentos e obitos, e tambem pela emigração para a ilha de Fernando Pó. Ultimamente declarou-se a terrivel *doença do somno*, atacando europeus e africanos, mas de preferencia os serviçaes das roças, por causa do numero. Esta doença tem tomado um grau tal de intensidade, que em certas roças as curas são de 40 % do total dos casos. Encontra se ali a mosca *glossina papalis*, que transmitte a doença, segundo as opiniões mais correntes: em 1906 estava-se montando uma enfermaria destinada ao tratamento d'esta doença terrivel.

Priol. Regedoria do conc. de Pondá, No-

vas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India.

Priores. Pov. na freg. de S. Pedro, de Almargem do Bispo, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Priscos. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 143 fog. e 562 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 5 k. da séde do conc. e está situada na margem do rio Este. A mitra apresentava o abbade, que tinha 800$000 reis de rendimento annual. Foi senhor d'esta freguezia D. Gomes Paes de Priscos, irmão do mestre dos templarios, D. Gualdim Paes de Marccos. A terra é muito fértil em todos os generos agricolas, e cria muito gado, que exporta. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Privilegios. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Urgezes, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Procopio *(José)*. Pintor. V. *Ribeiro (José Procopio)*.

Procurador da cidade. Por carta régia de 3 de janeiro de 1550, enviou D. João III á camara da cidade de Lisboa a pauta da eleição dos officiaes, que tinha de servir n'este anno, incluindo mais um procurador da cidade, além do que servia, *emquanto não mandasse o contrario*. Desde então fôram sempre dois os procuradores, com egual jurisdicção, e o seu principal dever era lembrar e requerer em camara, o que conviesse para o bom governo e administração da cidade. Os procuradores eram especialmente encarregados do cumprimento de certos actos, que, por não exigirem tanta autoridade e presteza na sua execução, não estavam a cargo dos vereadores. O logar de procurador da cidade, com a successão dos tempos, tornou se um officio de propriedade bastante lucrativo. O alvará régio de 11 de agosto do citado anno de 1550, autorisava a camara a elevar o vencimento annual dos procuradores da cidade a 10$000 réis em dinheiro, e 2 moios de cevada, á custa das rendas do concelho. O vencimento annual de cada um dos procuradores, foi assim computado: 15$000 réis em dinheiro, 2 moios de trigo e 3 de cevada.

Procurador dos mestéres. Apezar de deputados da Casa dos Vinte e Quatro, (V. *este nome)*, eram estes procuradores, todavia, independentes da mesma casa, emquanto exerciam aquelle cargo. A carta régia de Filippe III, de 18 de maio de 1633, mandava que os procuradores dos mestéres assignassem todas as deliberações da camara, ainda mesmo que não as approvassem, sendo lhes defeso fazer qualquer declaração. Em 1679, duvidando os procuradores dos mestéres votar e assignar uma consulta sobre um assumpto tratado em mesa de vereação, por suggestões do juiz do povo, a quem tinham communicado o facto, quebrando assim o sigillo do tribunal, fôram por esse motivo presos na Torre do Bogio, á ordem do rei, e só de lá sairam depois de muitos protestos de arrependimento e de emenda.

Procuradores das cidades e villas. V. *Banco*.

Proença. Appellido nobre em Portugal. O primeiro que se encontra com elle, é João de Proença, que foi sepultado na sé de Lisboa. Parece que o tronco d'esta familia veiu de Provença, França. As armas são: Escudo partido em pala: a primeira de verde com uma aguia de preto de duas cabeças armada de ouro; na segunda de azul, cinco flôres de liz de ouro, em aspa. Timbre, meia aguia das armas, dos peitos para cima (de uma cabeça), com o bico de ouro.

Proença *(P. Antão de)*. Jesuita. N. no logar de Remela, bispado da Guarda, em 1624, fal. no Oriente a 14 de dezembro de 1666. Pertencia a uma nobre familia; formou se em philosophia, na Universidade de Evora, e só depois de bacharel é que entrou na Companhia de Jesus, professando em 13 de julho de 1643, aos 19 annos de edade. Desejoso de se empregar na conversão dos indios, partiu para o Oriente em 1647, e foi um dos nossos mais ardentes e mais uteis missionarios prégando o Christianismo com o maior exito no reino de Maduré, onde veiu a fallecer. Escreveu: *Cinco relações dos successos da missão de Maduré;* e mais um *Vocabulario Tamulico com a significação portugueza*, o qual se imprimiu em Ambalacata, na India Oriental, em 1679, sendo os caracteres abertos em madeira por Ignacio Aichamoni, indigena do Malabar. As *Relações*, parece que ficaram ineditas.

Proença *(P. Antonio)*. Jesuita. N. no Fundão em 1558, ignora-se a data do fallecimento. Entrou na Companhia de Jesus, em 1603, partiu para o Oriente, empregando-se nos trabalhos das missões. Escreveu uma *Relação dos successos que aconteceram em Coimbra no tempo da peste do anno de 1599*, a qual anda impressa no livro *Imagem de Virtude no noviciado do collegio de Coimbra*, do P. Antonio Franco.

Proença a Nova. Villa da prov. da Beira Baixa, séde de conc. e julgado municipal, com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre. Tem uma só freg., cujo orago é N. S.ª d'Assumpção. Está situada entre duas ribeiras affluentes, da ribeira Ocreza, de cujas margens dista 15 k., na estrada de Abrantes a Castello Branco, e 50 da capital do districto. O seu 1.º nome foi *Cortiçada*, e era uma das 12 villas do grão, priorado do Crato. Depois chamou se *Vilha Melhorada*. Teve foral com a data de 26 de setembro de 1242, e el-rei D. Manuel lhe deu foral novo, dando-lhe o nome de *Proença a Nova*, em Lisboa, no 1.º de julho de 1512. O grão-prior do Crato, da ordem de Malta, apresentava o vigario, que tinha diversos generos e 8$000 réis em dinheiro. Desde 1834 está unida, no ecclesiastico, ao patriarchado de Lisboa, como todas as outras freguezias do grão priorado e da prelazia de Thomar. A pov. é muito antiga, ainda que mais moderna que a de Proença-a-Velha. A egreja matriz era collegiada com dois beneficiados e um thesoureiro. Tem Misericordia e hospital. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas do nosso paiz; cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus montes apparece muita caça. Pertence á 5.ª div. mil., 10.ª brigada, grande circumscripção mil. Central, e ao distr. de recrut e res. n.º 15, com a séde em Thomar. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, lettras e valles; agentes dos bancos *Economia*, *Lisboa*, *Commercial de Lisboa* e *Commercial do Porto;* das companhias de seguros: *Internacional*, *Tagus*, *Portugal*, *Equitativa dos Estados Unidos do Brazil;* lagares de azeite, fabricas de cortiça e de rolhas; hospedarias, medico, pharmacias, notario, sociedades de recreio: *Philarmonica Proencense* e *Club Harmonia;* feira a 2 de fevereiro e a 2 e 3 de maio, 23 e 24 de

agosto: mercado mensal ás segundas e quintas feiras, de gado bovino e suino. O conc compõe-se apenas de 4 freguezias, com 2:435 fog. e 11:504 hab., sendo 5:622 do sexo masc. e 5:882 do fem, n'uma superficie de 30:532 hect. As freguezias são as seguintes: S. Pedro, de Esteval, 895 hab.: 459 do sexo masc. e 436 do fem.; S. Thiago Menor, de Peral, 551 hab.: 259 do sexo masc. e 292 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Proença a Nova, 4:062 hab.: 1:988 do sexo masc. e 2:074 do fem; S. Thiago Maior, de Sobreira Formosa, 5:996 hab.: 2:916 do sexo masc. e 3:080 do fem, O principal commercio do conc. é azeite, vinho, cereaes, madeiras, cortiça e castanha,

Proença a Velha *(Antonio de Gouveia Osorio de Metello de Vasconcellos, 1.º visconde de)*. N. em Almeida a 31 d'agosto de 1831, ignora se a data do fallecimento. Era filho de João Gouveia Osorio da Costa, general da provincia da Beira e commandante da 4.ª divisão no cêrco de Porto, etc., e de sua mulher, D Claudia Carolina Pinto Metello Falcão. Casou em 13 de outubro de 1854 com D. Luiza da Cunha de Castro Menezes Pitta, filha de Luiz da Cunha Pereira de Castro e Menezes, fidalgo da Casa Real, bacharel em Philosophia, e irmão do barão de Proença a Velha. *(V. adeante)*, e de sua mulher D. Maria Augusta Goodolphim de Sá Nogueira. O titulo foi concedido por decreto de 8 de maio de 1866. O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Fonsecas: em campo de ouro cinco estrellas sanguinhas de cinco raios postas em santor; no segundo as dos Coelhos: em campo de ouro um leão de púrpura faxado de tres faxas xadrezadas de ouro e azul, orla azul com sete coelhos de prata manchados de prata; no terceiro a dos Vasconcellos: em campo negro tres faxas veiradas de pratas e vermelho, sendo a prata da parte de cima e o vermelho de baixo; no quarto as dos Monteiros: em campo de prata tres buzinas de preto com boccaes de ouro e cordões vermelhos em roquete; timbre, o dos Fonsecas: um leopardo ou touro vermelho, armado de ouro e uma estrella do mesmo metal na espadoa. Este brazão foi concedido por alvará de 28 de outubro de 1757, a Manuel Antonio da Fonseca Pinto Sousa Coelho e Vasconcellos, ascendente d'este titular.

Proença a Velha *(João Filippe Osorio de Menezes Pitta, 2.º visconde e 1.º conde de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. a 10 d'agosto de 1855, sendo filho do 1.º visconde do mesmo titulo. (V. *o artigo antecedente)*. Casou em 4 de junho de 1884 com D. Maria de Mello Furtado Caldeira Giraldes de Bourbon, filha dos condes de Foz de Arouce. O titulo de visconde foi renovado por decreto de 1 de maio de 1884, sendo mais tarde elevado a conde.

Proença a Velha *(José de Menezes Pitta de Castro, barão de)*. Fidalgo da Casa Real, conselheiro, commendador da ordem de Aviz, cavalleiro da Torre e Espada, condecorado com a medalha n.º 9 das campanhas da Liberdade, e com as de valor, bons serviços e comportamento exemplar. N. a 20 de janeiro de 1804, e fal. na ilha da Madeira a 8 de maio de 1874, no posto de general de brigada reformado. Era filho de João Filippe de Castro da Cunha Pereira e Napoles, fidalgo da Casa Real e coronel de milicias, e de sua mulher D. Anna de Menezes Pitta e Castro. Casou em 1844 com D. Maria José Moreira, filha de Joaquim Moreira, e de sua mulher D. Genoveva da Encarnação Moreira. O titulo de barão foi lhe concedido por decreto de 1 de julho de 1863. O seu brazão d'armas é o dos Pittas, concedido a Sebastião Gonçalves Pitta, por carta de 20 de abril de 1769: Escudo esquartelado; no 1.º e 4.º quarteis, de azul, uma torre de ouro, e no 2.º e 3.º, de púrpura, banda de ouro, saindo da bocca de duas serpes, tragautes, de verde, pincadas de ouro, lampassadas de purpura.

Proença a Velha. Villa e freg. de N S.ª da Silva, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Idanha a Nova, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 293 fog. e 1:132 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Dista 13 k. da séde do conc. o está situada n'uma planicie, a 1 k. da margem direita da ribeira das Taliscas, na estrada de Idanha a Nova a Penamacôr. O tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha de rendimento annual 80$000 reis e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, do tempo dos romanos ou dos godos. D. Sancho I a deu a D. Pedro Alvitis, mestre da ordem do templo, e aos seus frades, que lhe deram foral em abril de 1218. El-rei D. Manuel lhe deu foral novo em Santarem, no 1.º de junho de 1510 Em ambos estes foraes fôram dados á villa todos os privilegios, isenções, fóros, usos e costumes já concedidos a Idanha a Nova. O terreno é bastante fertil em todos os generos agricolas do nosso clima; cria muito gado de toda a qualidade, e os seus montes são abundantes de caça, grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21 com a séde em Castello Branco.

Proença Vieira (*Joaquim José de Proença Vieira, 1.º visconde de*). Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, consul de Portugal em França; commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, official da Torre e Espada; cavalleiro da Legião de honra, de França, commendador da de Medgidié, da Turquia, e da de S. Mauricio e S Lazaro, de Italia, addido honorario á legação de Portugal, em Paris. N. a 20 de janeiro de 1831, sendo filho de João Paulino Vieira, fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Aviz, e de varias ordens estrangeiras, capitão do mar e guerra e inspector do Arsenal da Marinha, casado com D. Maria Joanna de Proença Vieira. Casou com D. Maria Ferreira Borges, filha de Joaquim Ferreira Borges, encarregado de Negocios de Portugal em S. Petersburgo, etc. O titulo foi concedido por decreto de 1 de fevereiro de 1872.

Prógo. Na freg. de Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Prognostico. Juiso que os astronomos deduzem da observação dos astros, e signos celestes, calculando-se assim as mudanças que se preparam na atmosphera, aproveitando esses calculos para se formular o repertorio, folhinha, calendario, almanach, que antecipadamente se consulta para se conhecerem os movimentos atmosphericos que se dão durante o novo anno que começa. A'cêrca de *prognosticos* encontra-se um artigo curioso no *Almanach Ferin* do anno de 1899.

Prolonga. Pov. na freg. de S. Pedro, de Penude, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Promotor. Pov. na freg. de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra.

Propria. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Cabeça Santa, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. João Baptista, de S. João de Ver, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Rio Meão, do mesmo conc. e districto.

Prostes (*Henrique Jeronymo de Carvalho*). Tachigrapho, jornalista, consul de Portugal em diversos paizes, um dos socios fundadores da Sociedade de Geographia, socio honorario da Associação Promotora da Industria Fabril, membro honorario de 1.ª classe da Academia Mont Real de Toulouse, etc.. N. em Lisboa a 19 de novembro de 1844, e falleceu ha já bastantes annos. Era filho de Francisco Rufino de Carvalho Prostes, cavalleiro fidalgo da Casa Real, 1.º official reformado da direcção da Administração militar, e de sua mulher D. Marianna das Dominações Caroço Prostes. Depois dos estudos preparatorios frequentou o curso de tachigraphia, na camara dos pares, em 1863, onde prestou serviços até 1881, depois de ter obtido carta do Curso Superior de Letras, que frequentou nos annos de 1865 a 1867, e de se haver habilitado em concurso para os empregos consulares. Collaborou alguns annos em diversos jornaes politicos, como a *Gazeta do Povo*, *Paiz*, *Commercio Portuguez* (Porto), *Progressista* (Coimbra), *Progresso*, etc.. Incansavel investigador dos assumptos que respeitam ao jornalismo em Portugal, conseguiu reunir, em alguns volumes, um numero de cada periodico, que pôde alcançar; esta collecção valiosa figurou na exposição de Philadelphia em 1876, e na de Paris em 1878, obtendo menção honrosa. N'esta ultima exposição tambem apresentou uma serie de quadros graphicos estatisticos, com o titulo de *Les Vins du Portugal*, que offereceu ao professor Antonio Augusto d'Aguiar, ali commissario regio, trabalho que obteve premio. Escreveu um livro de bastante valor, intitulado: *Apontamentos para a historia do jornalismo em Portugal—1641 a 1880*. Tendo exercido o cargo de consul geral da Bolivia em Portugal, foi nomeado consul em Siam e nos estabelecimentos britanicos dos estreitos de Singapura e Malaca em 12 de fevereiro de 1881. Apenas chegou a Siam, viu-se em breve a braços com a epidemia da Cholera morbus, que fez ali estragos aterradores, sendo enorme o numero de casos que todos os dias se registavam. N'esta dolorosa e afflictiva conjunctura, Henrique Prostes não desanimou, affrontando o perigo, e prestando relevantes serviços á colonia portugueza, estabelecendo ambulancias para soccorrer os atacados, frequentando de dia e de noite os hospitaes, que só em Bangkok chegaram ao numero de 33, e ministrando aos enfermos os remedios por sua propria mão, em tanto risco com desprendimento pela propria vida. Por estes actos foi louvado em dezembro de 1881 pelo governador de Macau, ministro plenipotenciario de Portugal na China, Japão e Siam, e pelo governo portuguez, em fevereiro de 1882. O governo de Siam concedeu lhe a medalha expressamente cunhada, n'uma das faces da qual se lia: *Concedida como premio pelos serviços prestados no tratamento da Cholera-morbus*; esta medalha foi lhe offerecida directamente pelo principe Promptivano, lord-mayor em Bangkok. Outro notavel serviço prestou Henrique Prostes em Siam. Conhecendote, que a lingua patria começava a ser esquecida pelos filhos dos portuguezes, que falavam quasi unicamente siamez e o inglez, lembrou-se de fundar em Bangkok uma escola da lingua portugueza, realisando, á força de perseverança, o seu intento e logrando a fundação do patriotico instituto, o qual se inaugurou no dia 1 de dezembro de 1881. Foi promovido a consul de 1.ª classe no mesmo districto em 27 de abril de 1882. Henrique Prostes procurou melhorar as condições da administração do consulado, o que conseguiu, não sem attrictos e dissabores, que junto á influencia do clima lhe deterioraram a saude, o que o obrigou a regressar á patria em goso de licença. A' sua partida de Bangkok houve uma grande manifestação de sympathia; um grupo de chins, sob a protecção portugueza, teve a delicada lembrança de lhe offerecer um elegante vaso de prata com uma dedicatoria muito affectuosa, indo as principaes familias acompanha lo a bordo. Ao passar por Singapura, os portuguezes ali residentes lhe enviaram uma mensagem congratulatoria, firmada por numerosas assignaturas. Henrique Prostes regressou a Portugal, depois de haver visitado as Indias Herlandezas, as Filippinas, Cochinchina, e quasi toda a costa malaia, procurando conhecer e estudar de perto o systema colonial hollandez, hespanhol, francez e inglez, procurando sempre ser util ao paiz, apresentando interessantes relatorios especiaes. Em 1 de outubro de 1881 foi nomeado consul em Genova, para onde partiu, e ahi falleceu. Além das distincções já citadas, Henrique Prostes possuia a commenda de Carlos III, de Hespanha, que lhe foi conferida pelo rei Amadeu em 22 de setembro de 1872; foi socio fundador da Sociedade dos Jornalistas e Escriptores Portuguezes, membro da Commissão Central Primeiro de Dezembro de 1640, da Sociedade de Geographia Commercial de Bordéos, da Academia Internacional de Sciencias Industriaes Universaes, de Madrid, e da Academia Indo-Chineza, de Paris.

Prostes Pinheiro (*Manuel Maria Bordallo*). Medico pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa, cujo curso terminou em 1875. N. em 23 de janeiro de 1850. Foi nomeado cirurgião interino do hospital de S. José em 2 d'abril de 1885, e definitivo em 16 de julho do mesmo anno. Foi medico do Ultramar, professor da escola medica de Gôa e subdelegado de saude interino em Lisboa, no anno de 1885 medico substituto do corpo de bombeiros e da Misericordia. Em 1890 era medico do Banco do referido hospital O dr. Prostes Pinheiro foi o primeiro cirurgião que em Portugal fez as operações de hepatohemia (19 d'agosto de 1886), de amputação osteoplastica tibio calcaneana pelo processo de Pirogoff modificado por Le Fort (16 de dezembro de 1886) e da amputação osteoplastica pelo processo de Wladmiroff (10 de novembro de 1877), obtendo a cura de todos estes doentes Publicou a sua these inaugural, em 1875, sobre *Parasitismo por larvas de insectos na especie humana*, e algumas observações clinicas nos jornaes de medicina de Lisboa.

Prostituição. V. *Enxaravia*.

Prova. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Mêda, distr. da Guarda, bisp. de Lamego; 115 fog. e

578 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post. e mercado no 3.° domingo de cada mez. A pov dista 9 k. da séde do conc., e está situada entre penedias, na estrada de Mêda a Villa da Ponte, a 2 k. da margem esquerda da ribeira Feja. O abbade de S. Pedro, de Penedono apresentava o cura, que tinba 30$000 réis e o pé d'altar. A terra é pouco fertil em cereaes e fructas, mas abundante de gado e de caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 12, com a séde em Trancoso. ‖ Povoações nas freguezias: N. S.ª do Soccorro, de Paçô, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. ‖ Santa Maria, de Pinheiro, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Prova do Ferro Caldo, da Agua Fria e da Agua Quente. Desde tempos muito remotos até ao seculo XIV, a pessoa accusada de qualquer delicto, desafiava o seu accusador, para uma d'aquellas *provas*. Se o supposto criminoso saía incolume da *prova*, era o accusador julgado calumniador, mas se succumbia, era tido como culpado. A *Prova de Ferro Caldo* (ferro em braza), consistia em levar um ferro nas mãos, até certa distancia, ou pôr os pés nús sobre elle, por tempo determinado, sem que isto lhe causasse o menor mal. A *Prova da Agua Fria*, era beber certa quantidade de agua, sem depois se sentir incommodado, e a da *Agua Quente*, consistia em metter uma ou ambas as mãos em agua a ferver, sem se queimar. Tinham logar estas *provas*, quando era impossivel produzir testemunhas do facto criminoso. Dava-se a esta prova o nome de *purgação canonica*, ou *purgação vulgar*, e mais commummente *juizo de Deus*! Note-se, porém, que esta prova só era admittida ás mulheres, aos velhos e ás creanças, que não podiam combater em duello; aos mais, as armas em combate singular é que decidiam a questão. O *Juizo de Deus*, ou a *purgação*, fazia prova plena em juizo para todos os effeitos. Desde o seculo VIII até ao XIII, são infinitos os exemplos que se referem d'esta superstição Antes da prova, os que se offereciam a ella, jejuavam rigorosamente tres dias, e depois de confessados e sacramentados é que *provavam*. Tambem se faziam varias preces, benções, orações, exorcismos e repersões, por um sacerdote, e antecipadamente se marcava o peso do ferro, a distancia que com elle se devia percorrer, ou o tempo que os pés deviam estar sobre elle. Se a prova era d'agua fria, a quantidade que devia ser bebida, e se era d'agua a ferver, o tempo que as mãos n'ella deviam estar. Estava tão introduzido e tão generalisado este barbaro costume em toda a Europa, que só á força de repetidas censuras e excommunhões dos papas e dos concilios, é que pôde acabar, e mesmo assim, levou muito tempo antes de se extinguir totalmente Com o *juizo de Deus* pelo duello, deu-se o mesmo, porém esse nunca se pôde extinguir de todo, e ainda hoje se pratica, como é sabido.

Provado. Pov. na freg. de S Miguel, de Christello, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Provaz. Roça na Ilha do Principe, na Africa Occidental.

Provedor das obras. V. *Paceiro mór*, n'este vol. pag. 326.

Provedor-mór de Saude. Segundo um assento de vereação, de 27 de novembro de 1601, este cargo era sempre exercido por um dos vereadores, e distribuido á sorte como eram os pelouros.

Provezende *(José Antonio de Barros Teixeira Lobo de Barbosa, barão de)*. Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo, administrador dos vinculos de Provezende, de S José de Sabrosa, de Zimbro e de Riba Longa. N. a 3 de outubro de 1816, ignora se a data do fallecimento. Era filho de Antonio Lobo Teixeira de Barros de Barbosa, fidalgo da Casa Real, senhor dos referidos vinculos, commendador da ordem da Torre e Espada, cavalleiro da de Aviz, governador das armas do Minho, Porto e Beira Baixa, etc., e de sua mulher, D. Ignacia Delfina Candida Pereira Caldas Bacellar de Vasconcellos. Herdou a casa de seu pae a 25 de agosto de 1829. O titulo foi concedido por decreto de 10 de janeiro de 1837. O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Lobos: em campo de prata cinco lobos negros, passantes, em aspa, armados de ouro, lampassados de púrpura; no segundo, as dos Correias: em campo de ouro fretado de correias sanguinhas repassadas umas por outras de seis peças, tres em banda e outras tres em contrabanda; no terceiro, as dos Teixeiras: em campo azul uma cruz de ouro potentea e vasia; e no quarto, as dos Taveiras; em campo de ouro novo *torteaus* de vermelho em tres palas: o timbre é o dos Lobos, um dos lobos das armas.

Provezende. Villa e freguezia de S. João Baptista, da prov. de Traz-os Montes, conc. de Sabrosa, com. e distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 308 fog. e 1:389 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, medico, e est. post. Dista 10 k. da séde do conc. e está situada a meia encosta d'uma montauha, n'uma planicie formada por um degrau da mesma montanha, a 2 k. da margem direita do rio Pinhão, e a 5 da margem direita do rio Douro. A mesa archiepiscopal de Braga apresentava o reitor, que tinha 300$000 de rendimento annual. Provezende é uma das povoações mais consideraveis do Alto Douro. Tem-se por certo, que esta villa é antiquissima, mas não se conhece livro algum impresso que a ella se refira. As poucas e confusas noticias que d'ella ha, são colhidas, entre outros, d'um manuscripto datado de 1720, intitulado *Enchyridion d'armaria e nobiliarchia*, do dr. Jeronymo da Cunha Freire Botelho, natural de Provezende. Por documentos authenticos, sabe-se que aquella villa já existia no seculo XI, no reinado de D. Affonso VI, de Leão, avô de D. Affonso Henriques, e é muito provavel, que já no tempo dos romanos fôsse uma povoação de tal ou qual importancia, da circumscripção da cidade de Panoyas. Esta villa compunha-se originariamente de tres pequenas aldeias, situadas ao pé da montanha, em que está edificada, n'um lameirão, dando-se-lhes o nome de *São Joannes*, ou *San Joanne*, que era o mesmo que tinham n'um outro logar onde precedentemente haviam existido, e, tambem, o do antigo padroeiro, que ainda é hoje o mesmo. Depois, como o logar onde estava construida uma fortaleza, era mais espaçoso, alegre e sadio, do que o da ribeira de S. Joanne, mudaram para ali a pov. no reinado de D. Affonso Henriques, ou de seu filho D. Sancho I, dando-se-lhe desde então o nome de *Provezen-*

de, continuando a ser seu orago S. João Baptista. A'cêrca do nome de *Provezende*, ha umas lendas, que não merecem credito. Pinho Leal, no *Portugal antigo e moderno*, vol. VII, é de opinião, que fôsse algum fidalgo ou homem notavel, chamado Provezendo, ou que tivesse o nome patronimico de Provezendes, que assim denominasse a nova povoação por ter concorrido para a conquista e ficasse senhor d'ella, pelo direito da guerra, ou por serem dos primeiros e mais notaveis dos seus povoadores, ou finalmente por que D. Affonso Henriques ou D. Sancho I lhe désse este senhorio. Consta que a capella de Santa Marinha foi egreja d'um mosteiro de monges benedictinos, e n'ella teem os reis de Portugal sepultura e jazigo, como consta da doação de D. Affonso III, que existe no archivo da sé de Braga. O mosteiro passou depois a ser de templarios, o que prova, não só porque elles tiveram por muitos annos, e até 1311, o senhorio d'estas terras, como pelas cruzes da sua ordem que se vêem ainda na capella de Santa Marinha. Diz-se que os cavalleiros mandavam aqui enterrar os defuntos da sua ordem, tanto os que falleciam no local, como os que falleciam em Valença e nos Casaes, que ficam em frente, ao sul, na margem esquerda do rio Douro. Tambem se diz ter sido esta capella um templo construido pelos romanos, e dedicado a uma das suas divindades, e que depois os godos o purificaram e transformaram em egreja christã; que os arabes o converteram em mesquita, e que sendo estes expulsos, tornou a ser templo catholico. A capella de Santa Marinha é, effectivamente, de architectura romana, mas de fabrica humilde e mesquinha, sem o menor vestigio do luxo architectonico que os romanos empregavam nos seus templos. Duas sepulturas cavadas em pedras soltas, sem emblema ou inscripção, que existem fóra da egreja, e do lado da capella-mór, tanto pódem ser romanas, como arabes ou christãs. Vê-se que a egreja foi matriz, porque tem ainda pia baptismal, sem valor nenhum artistico. Está situada a pouca distancia da villa, n'um sitio ermo, mas agradavel. E' um dos monumentos mais curiosos da provincia, por ter atravessado intacto tantos seculos e tantas guerras devastadoras. Fóra da porta lateral da capella ha um nicho, tendo por baixo uma lagem de pedra quadrada, sustentada por uma outra pedra perpendicular, tudo obra muito grosseira. Diz a tradição que se dizia aqui missa, quando o povo não cabia na egreja, e que passando por estes sitios D. Affonso Henriques com as suas tropas, tambem ouviram missa celebrada n'este altar. A egreja tinha apenas o altar-mór e a pia baptismal. Desde o principio do seculo XIX, é que se lhe fizeram grandes melhoramentos; abriram-se duas grandes frestas no corpo da egreja, que não tinha nenhumas; abriu-se uma porta lateral para o sul, e outra na capella-mór para a moderna sacristia; construiram-se dois altares lateraes, onde só havia dois assentos de pedra, fez-se um pulpito e um côro de madeira; reformou-se o pavimento, substituindo as lagens de schisto por outras de granito. O altar-mór antigo tambem foi substituido por um novo, de boa talha. A fachada da egreja, que era singelissima foi ornada com uma cornija de cantaria, tendo no meio uma cruz, e em cada angulo uma pyramide, tudo de granito. Fóra da porta principal se construiu uma boa galilé. Ha aqui uma boa imagem do *Senhor Jesus Amortalhado*, que é de muita devoção para todos os povos d'esta freguezia e das immediatas. Esta imagem e a de Santa Marinha eram as unicas, que teve a egreja até ao principio do seculo XIX. Parece que esta egreja era matriz, não só da freg. de Provezende, como das actuaes de Gouvães, S. Thomé do Castello e outras do norte, margem direita do Douro, mas até de algumas da Beira Alta, na margem opposta. Sobranceiro a Provezende e á capella de Santa Marinha, está o picoto, de fórma pyramidal, hoje chamado de *S. Domingos*, pela capella dedicada a este santo, que foi ali construida. Ainda se vêem n'elle claros vestigios d'uma fortaleza antiquissima, onde uma das lendas diz que recolhendo se ali o rei moiro Zaide, a reconstruiu. Estes vestigios constam d'uma dupla ordem de muralhas, na sua maior parte, desmoronadas, concentricas, que conservam a mesma distancia d'uma á outra. O lado do norte, o mais accessivel da fortaleza, era defendido por alguns baluartes. O povo conserva a tradição de que, desde este castello, fizeram os moiros uma galeria que ia ter á fonte de Santa Marinha, e por ella levavam os cavallos a beber. Outros avançam, que, d'esta galeria ia um ramal ter ao sitio do *Côrvo*, onde se via uma pequena cavidade, já ha muitos annos obstruida, que se não sabe, se seria obra da natureza ou de arte. Outros dizem tambem, que junto á esquina norte da capella de S. Domingos está entulhada a abertura ou entrada da tal galeria subterranea. As excavações feitas pelos crendeiros em differentes epocas, n'este monte, á procura de thesouros encantados, causaram mais estragos n'aquelle monumento archeologico do que o decorrer de tantos seculos. Nas *Inquirições* mandadas fazer por D. Affonso III n'esta terra, e na maior parte do reino, se encontra a noticia da primeira doação d'este couto aos arcebispos de Braga, o qual parece que pertencia á rainha D. Urraca, filha de D. Affonso VI, de Leão, casada com o conde Raymundo de Borgonha, amigo e companheiro d'armas do conde D. Henrique, marido de sua irmã D. Thereza, ou Tareja. D'esta doação existe uma copia no archivo da sé de Braga. Este couto gozava dos grandes e absurdos privilegios que tinham todos os outros do arcebispado, sendo um d'elles o de *couto do reino* ou de *homisiados*, podendo aqui recolher-se todos os facinoras d'outras terras, sem que dentro dos limites do couto pudessem ser presos, *nem mesmo por ordem expressa do rei*. O proprio monarcha não podia mandar *alçadas*, ou outra qualquer diligencia, por mais importante que fôsse, a estes coutos, *nem elle mesmo n'elles podia entrar sem primeiro obter licença do arcebispo*, sob pena dos anathemas comminados contra os violadores do terreno privilegiado. Contra certos *fiadores* do couto de Provezende e de S. Christovão, pertencente ao couto de Gouvães, se passou em 1701, uma carta executoria, por divida, assignada pelo desembargador da Relação do Porto, Jeronymo da Cunha Pimentel. Esta carta attentava contra as antigas e sempre respeitadas prerogativas da mitra, pelo que os executados recorreram para a Relação ecclesiastica de Braga, por intermedio do ouvidor, que então andava em correição. A mitra fez a causa sua, preparou-se para defender energicamente as suas immunidades; porém foi vencida por uma sentença do desembargo do

paço, sob fundamento de que—*por conveniencia do serviço publico, o privilegio mais recente dos desembargadores, preferia ao mais antigo da Sé primacial,* — mas não foi impugnada a esta, a authenticidade dos documentos por ella apresentados, em defeza dos seus direitos. Entre esses documentos, juntos aos autos, figurava a carta, pela qual D. Affonso I doou o couto de Provezende á congregação da sua egreja, Santa Marinha, e cuja congregação, segundo refere o advogado da Mitra, já então só constava de dois congregados, os quaes, de commum accordo, o deixaram, por testamento, á mitra primacial. Esta doação é do anno de 1128, que assignou a carta de confirmação, com todos os do seu conselho, em Guimarães, em 1130. Esta carta está escripta em latim, e d'ella só transcreve o advogado da mitra, nos autos, alguns dos trechos que mais lhe convinham. Um dos mais curiosos é o seguinte: «Faço doação e concedo este couto, que erijo agora, e que parte pelos seus limites (designa-os) á sé de Braga. «Se algum homem vier, *quer seja eu*, ou pessoa do meu sangue, e queira entrar e violar o seu terreno, será obrigado a pagar 6:500 soldos por preceito real, tanto a vós, (ao arcebispo) como aos vossos successores, e além d'isso, quanto prejuizo fizer, pagal-o ha quadruplicadamente, e seja excommungado da Santa Madre Egreja, com Judas, o traidor, e seja castigado por sentença de anathema perpetuo, etc.» Os arcebispos de Braga tinham n'este couto a jurisdicção civel, crime e orphanologica, com *méro e mixto imperio*, e eram, portanto, elles que nomeavam os juizes e mais empregados do couto; e nenhumas ordens, nem mesmo régias, eram aqui cumpridas, sem prévia autoridade do prelado, e só o ouvidor podia entrar na terra, em acto de correição. A ultima instancia de todos os pleitos era a Relação ecclesiastica de Braga. Até 1831, que deixou de ser couto da sé de Braga, tinha Provezende juiz ordinario, do civel, crime e orphãos, que fazia uma audiencia por semana, camara, almotaceis, alcaide, contador, distribuidor, procurador, capitão-mór, sargento-mór, com poder nos tres coutos de Provezende, Gouvães, S. Mamede de Riba Tua. Cada um d'estes coutos tinha uma companhia de ordenanças, com os seus respectivos capitães. O couto de Provezende existiu até 1836, sendo então supprimido como todos os mais. No mesmo anno deixou de ser villa a pov. de Gouvães, que tambem era couto, e foi unida a Provezende. Proximo do sitio do Couço existe um pedaço de terreno inculto, chamado *Monte da Forca*, por ter ahi havido uma, attestando que os arcebispos eram no couto, *senhores de baraço e cutello*. Esta forca constava de duas columnas de granito, atravessadas pela parte superior, por uma pedra collocada horisontalmente. Foi destruida depois de 1831. Nos livros antigos da parochia de Provezende, fala se em varias partes, d'uma casa chamada *o paço*, que existiu até ao meado do seculo XVII, sendo então demolida. A tradição popular diz, que foi paço de D. Affonso Henriques, ou pelo menos, que foi a casa onde se acolheu quando ali esteve, e por isso lhe ficou o nome de *paço*. Pinho Leal, no volume já citado, diz, «que lhe parece mais provavel que a denominação de *paço* lhe provenha d'outra qualquer circumstancia, o que o principe se alojasse no mosteiro dos congregados de Santa Marinha, como era uso n'esses tempos, e foi muito depois. Mesmo porque é de presumir que, em premio do bom agasalho que os religiosos fizeram a D. Affonso Henriques e aos do seu sequito, lhes coutasse elle e lhes doasse a freguezia.» Provezende foi sede d'um concelho, segundo parece, desde 1836, o qual se supprimiu em 31 de Dezembro de 1853, sendo unido ao de Sabrosa. Pela divisão feita em 23 de dezembro de 1876, ficou sendo cabeça d'um julgado, composto das freguezias, que tinham constituido o concelho: Provezende, S. Christovão do Douro, Gouvães, Covas do Douro, Gouvinhas e Paredella de Guiães, e mais as de Villarinho de S. Romão e Celleirós de Panoyas. Provezende, segundo diz o P. Carvalho da Costa, na sua *Chorographia*, teve foral, dado por D. Affonso III, em 1270. Não longe da Egreja de Santa Marinha, está a fonte do mesmo nome, cuja arca foi reformada, ou reconstruida no seculo passado. Tinha gravada, debaixo da bica, a era *primeira de Cesar*, isto é, o anno 3966 do mundo, ou 38 annos antes de Christo. A pedra com esta data desappareceu com a reconstrucção. O frequente apparecimento de moedas romanas, a 1 e 2 k. da egreja, é indicio certo de que os povos latinos por ali residiram por muito tempo. Diz Pinho Leal, que ha um variado medalheiro nas casas da *Calçada* e do *Santo* d'esta villa, tanto das achadas aqui, como das provenientes de outros pontos das proximidades. Entre as que fôram encontradas nos arredores de Santa Marinha, vê-se uma de prata, de Trajano, com o peso de 3 grammas e o diametro do antigo tostão de prata; outra moeda de bronze, do tamanho de 10 réis, do imperador Augusto, achada em 1877 nas immediações de Villarinho de S. Romão. Tambem n'este anno se encontrou uma medalha de bronze e de egual tamanho, a uns 50 m. da capella de Santa Marinha. N'estes sitios teem apparecido varias outras medalhas romanas e arabes. Em 1877 ainda existia na villa o pelourinho, memorando a sua antiga autonomia. O cemiterio da freguezia está bem situado. Foi feito á custa do povo e da camara, principiando em 1855, sepultando se logo ali os cadaveres no anno seguinte. Durante a Guerra Peninsular, muitos dos habitantes de Provezende tomaram armas para defeza da patria, e se distinguiram pela sua bravura e lealdade. Os francezes roubaram aqui, como em quasi toda a parte, todos os objectos de prata, que eram muitos e de muito valor, pertencentes á egreja matriz. O terreno é pouco abundante d'aguas para irrigação, e por isso produz poucos cereaes, mas ha muita e boa fructa e hortaliças, tem abundancia de batatas de superior qualidade, e bastantes pinhaes. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. Começou a publicar-se ali a 17 de Abril de 1892 a *Gazeta de Provezende*. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Beiral do Lima, conc de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, do mesmo districto.

Provezende de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Conceição, de Rossas, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Proviadeira. Pov. na freg. de S. Pedro, de Parada, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Prozelha. Pov. na freg. de Santo André, de

Mosteiró, conc. da Feira, distr. de Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural.

Prozella. Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Villa Nova da Telha, conc. de Maia, distr. do Porto.

Prozello. Pov. e freg. de S. Thomé, da prov. do Minho, conc. e com. de Amares, distr. e arceb. de Braga; 126 fog. e 452 hab. Está situada na margem direita do rio Cávado, a 2 k. da séde do conc. A mitra primacial apresentava o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimento. No principio do seculo passado construiu-se uma nova egreja matriz, por a antiga estar muito arruinada. E' um bom templo, que se restaurou e pintou em 1874 e 1875. Proximo a Prozello, é o rio Cávado atravessado por uma robusta e bem conservada ponte de cantaria, que é antiquissima, e diz se que foi mandada construir pelo imperador Vespasiano, na estrada da Geira, no anno 74 da era de Christo. A terra é fertil em todos os generos agricolas do paiz. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. o res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 222 fog. e 778 hab. Tem esc. do sexo masc. Está situada na estrada que vae de Valença aos Arcos de Valle de-Vez, a 3 k. da séde do conc. O visconde de Villa Nova da Cerveira, depois marquez de Ponte de Lima, apresentava o abbade, que tinha 300$000 reis de rendimento. A egreja matriz é de tres naves e muito antiga; no altar de Jesus existem reliquias de Santo Estevão, ás quaes o povo attribue a virtude de preservar da hydrophobia. N'esta freg. existe a torre solarenga, em que viveu D. Egas Paes, e n'ella entraram os Pachecos, senhores de metade dos Arcos, por esta parte; mas perderam este senhorio, e tudo o mais que possuiam n'este reino, por passarem ao serviço de Castella. Este senhorio foi depois dado aos viscondes de Villa Nova da Cerveira. Pertence a pov. á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Prulhal. Pov. na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Prulheira. Pov. na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Prumilheira. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Asmes, conc. de Vallongo, distr. do Porto.

Psychiatria. Medicina especial para o tratamento de doenças mentaes. *Doidos*, *loucos*, *alienados*. V. em Lisboa, *Hospital de Rilhafoles*. Estabelecimento de um manicomio em Coimbra, em 1850, referido na *Memoria Historica e Commemorativa da faculdade da Medicina*, pelo professor Serra Mirabeau, pag. 196. — A lei de 4 de julho de 1899, vulgarmente conhecida pela lei Senna por ser da iniciativa do professor dr. Antonio Maria de Senna, instituiu clinicas psychiatricas de ensino. — Na ultima sessão legislativa anterior á Republica, o professor Miguel Bombarda apresentou um projecto de lei de protecção aos alienados. — A faculdade de Medicina de Coimbra enviou á Camara dos Deputados uma representação approvada em conselho de 7 de abril de 1910. Em 11 de fevereiro de 1911 dirigiu ao ministro do interior uma nova representação pedindo a cedencia do edificio do extincto Collegio Ursulino para n'elle ser estabelecido um serviço de hospitalisação de alienados e uma clinica psychiatrica. — Hospital do Conde Ferreira, no Porto, V. *Ferreira*, no vol. III, pag. 406. Bibliographia: *Elementos de psychiatria* por Julio de Mattos, Porto, 1911.

Puay. Sobado do conc. de Novo Redondo, na div. do Sumbe, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Puçal. Antiga medida de vinho, que constava de 5 almudes. Cada *quinal* (pipa) tinha 5 puçaes, isto é, 25 almudes. Mas o puçal variava de capacidade, por causa da differença das medidas, na maior parte das terras, era de 5 almudes, mas em outras tinha 8 e meio, e 9.

Pucariça. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Encarnação, de Olhalvo, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || S. Pedro e conc. de Cantanhedo, distr. de Coimbra.

Pucaros. Algumas palavras a respeito de pucaros de Portugal (separata do *Bulletin Hispanique*, tomo VII), por D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos. Os pucaros do Extremoz, por exemplo, celebrados por Lope de Vega, Quevedo, Bellini, Desmarais e Magalotti, fôram tidos em alto apreço. V. *Mappa de Portugal*, tomo I, pag. 175.

Puga. Appellido nobre, que veiu da Galliza, sendo o solar d'esta familia em Orense. Passou a Portugal na pessoa de Gonçalo Annes de Puga, no reinado de D. João III. Tem por armas: Em campo de púrpura duas espóras de ouro em banda, e duas caldeiras de prata em contrabanda. Elmo de aço aberto, e por timbre um braço vestido de púrpura, com as duas espóras de ouro, do escudo, na mão.

Pugido. Povoações nas freguezias: S. Thomé, de Aguiã, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Gondoriz, do mesmo conc. e districto.

Pujal. Pov. na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Pulente. Pov. da div. 1.ª do conc. de Caconda, no distr. de Benguella, prov. de Angola, Africa Occidental.

Pulga. Pov. na freg. do Salvador do Mundo, de Almoster, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Pulgas. Pov. na freg. de Santa Maria, de Lijó, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Pulgueiros. Pov. na freg. de Santa Comba, de Moura Morta, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real.

Pulhelho. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Gestaçô, conc. de Baião, distr. do Porto.

Pulido *(Francisco Martins)*. Doutor em Medicina, pela faculdade de Montpellier, director do hospital de alienados em Rilhafolles, commendador da ordem de Christo, deputado, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. na Vidigueira a 3 de março de 1815 e fal. em 1876. Depois de doutorado em Montpellier, regressou a Portugal, e em 1843 concorreu ao logar de demonstrador de medicina da Escola Medica. A 26 de janeiro de 1846 foi nomeado director do hospital de alienados da Luz, passando em 8 de novembro de 1849 para o de Rilhafolles, d'onde foi exonerado por decreto de 13 de abril de 1866, succedendo lhe no cargo o dr. Marcellino Craveiro, indo depois exercer clinica em Madrid, onde

foi muito considerado. O dr. Pulido foi deputado na legislatura de 1858, e era socio de varias academias scientificas. Collaborou na *Revista Medica de Lisboa*, nos annos do 1844 a 1846. Escreveu: *Quelques propositions de Médecine; thése presentée á la Faculté de Médecine de Montpellier, le 31 août, 1839*, Montpellier 1839; *Dissertação inaugural recitada na Escola Medico Cirurgica de Lisboa, no concurso para o logar de Demonstrador de Medicina da mesma Escola*, Lisboa, 1843; *Concurso do sr. Beirão na Escola Medico Cirurgica de Lisboa; Dissertação inaugural do dito senhor, dada á luz com o original francez pelo dr. Francisco Martins Pulido*, Lisboa, 1843; era um folheto de critica; *Relatorio sobre a organisação do hospital de alienados em Rilhafolles, e dos resultados administrativos e clinicos no anno de 1850, e tres trimestres de 1851*, Lisboa, 1851; *Que theoria explica melhor a metamorphose do sangue venoso em arterial, nos capillares pulmonares?* Lisboa, 1843: These inaugural.

Pulo. Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Aldão, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Barrozas, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Fermentões, conc de Guimarães, distr. de Braga. || S. Paio, de Moreira de Conegos, do mesmo conc. e districto.

Pulo-Cambing. Pequena ilha perto da de Timor, na Oceania, pertencendo ao districto de Timor.

Pulo Jaho. Ilhota da Oceania, no archipelago da Sonda. E' uma dependencia da ilha de Timor.

Pulpito. Pov. na freg. de Santa Martha, de Serzedello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Pumba. Pov. da freg. de S. José, de Cabiri, na 2.ª div. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Pumeda. Pov. na freg. de Santa Maria, de Abbedim, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Pumputi. Pov. do sobado de Banza Puto, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Punala. Pov. do conc. de Bardez, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada quasi nas origens do rio Mapuçá.

Punalá. Povoação da regedoria de Uccassaim, do concelho de Bardez, na India.

Pungo. Antiga prov. do reino do Congo, Africa Occidental. Era uma das 6 provincias em que aquelle reino estava dividido quanto á distribuição das missões.

Pungo Aluquem. Sobado da freg. de S. José, no conc. dos Dembos, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Pungo-Andongo. Concelho do districto do Loanda, na prov. de Angola, Africa Occidental. Está situado nas terras altas do interior da prov., limitado ao N pelo rio Lucalla, que o separa do conc. de Ambaca, a E pelo conc. de Malange, ao S pelo rio Cuanza e a O pelo conc. de Cazengo. Occupando uma faxa de terreno extremamente saudavel, é cortado por diversos affluentes do Cuanza, entre os quaes se contam o Lombe, o Calolo o o Quige, que fazem o conc. muito fertil, productivo e apto para varias culturas. Abunda em gado e em caça, e os seus rios, principalmente o Cuanza, teem muito peixe. A vegetação é opulenta, e produz madeira de excellente qualidade. O commercio de exportação é pequeno, porque grande parte dos productos que o conc. cultiva, é destinada ao consumo interno, pelas difficuldades e enormes despezas do transporte, não só pela via terrestre como tambem pela via fluvial do Luanza, cujo extremo ponto de navegação é a villa do Dondo, a cêrca de 80 k. de distancia de Pungo-Andongo. E' por isso que só os generos de grande valor, como o gado, a cêra, o marfim e a borracha, pódem acudir ao mercado. O conc. está repartido em numorosos sobados o em divisões que são: 1.ª, Sengue; 2.ª Quiongua; 3.ª, Mahaballa; 4.ª, Lungue; 5.ª, Lutete; 6.ª Calundo; 7.ª, Pedras; 8.ª, Botte. Têm por séde a Villa de N. S.ª do Rosario. || Villa e séde do concelho do mesmo nome, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. Freg. de N. S.ª do Rosario. Está situada a cêrca de 8 k. ao N da margem direita do rio Cuanza, a 270 k. de Loanda e a 80 da villa do Dondo. N'uma eminencia reputada como posição quasi inexpugnavel, fica a antiga fortaleza. O unico accesso para esta eminencia é por uma caverna aberta na rocha, onde com difficuldade se penetra, seguindo se, ao sair d'ella, por um caminho de tal modo fragoso e emmaranhado n'um labyrinto de pedras, que sem guia difficilmente se poderá chegar ao pé da grande e majestosa escarpada que serve de base ao plaino onde a fortaleza está construida. E' cercada de precipicios, e só trepando de pedra em pedra, por trilhos difficeis, se chega a alcançar a famosa planicie, rica de vegetação e de bom ar, por onde o antigo presidio se estende. E, comtudo, o sitio, que na metropole foi, em tempos, mais conhecido pela designação de *Pedras Negras*, gozava entre nós d'uma reputação tão terrivel, que era escolhido, de preferencia, para logar de degredo dos grandes criminosos. A villa compõe-se de 19 povoações, e estende-se em torno da fortaleza. Antiga côrte dos reis do Dongo, esta villa foi tomada, com o que então restava d'aquelle reino, ao ultimo rei D. João Hary, em 1671, por Luiz Lopes de Sequeira, conquista que trouxe para a corôa portugueza o dominio da prov de Angola.

Pungue. Rio da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Nasce na serra de Nhangade e, orientando o seu curso na direcção de SE, até Bué-Maria, recebe aguas do macisso de Manica, bem como as de muitos outros affluentes. As margens e as ilhas do Pungue estão cobertas de salgueiros e de mangue. Uns 28 k. a montante da Beira cessa o mangue, para dar logar aos amieiros. Nas povoações dos cafres vêem-se as mangueiras, as bananeiras e uma especie de magnolia, de cuja fibra os indigenas fazem cordas. Nas arvores pululam os macacos, de ramo em ramo. Nos bancos de lodo notam se as pégadas dos hippopotamos, que abundam no rio, assim como os crocodilos.

Pungue (Bahia do), ou **Bahia da Beira**. Porto situado na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Fica na Bahia de Magauzave o na margem esquerda do rio Pungue, junto á foz, proximo da ria Chivéve. Separado da embocadura do Pungue pela ponta Manique, vem desaguar o rio Busio, concorrendo ambos para a formação d'alguns bancos d'areia moveis onde o mar rebenta, mas deixando entre si um canal, balizado por meio de boias, que conduz ao porto da Beira, cujo fundea-

douro é pelo occidente da ponta Chivéve. O Porto da Beira, tambem chamado *Bahia do Pungue*, foi indicado por Paiva de Andrade e depois estudado pela primeira vez pelo official da armada sr. Caceres Fronteira, que fez um reconhecimento completo até Mapanda, perto da confluencia do Urema. O porto da Beira é o porto de entrada mais commoda para os campos auriferos da Machona, estando já ligado por uma linha ferrea, que atravessa a região mineira de Manica com Salisburg, capital ingleza da Machona.

Punhete. Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Alfena, conc. de Vallongo, distr. do Porto. || S. Thiago de Litem, conc. do Pombal, distr. de Leiria. || S. Pedro de Seixo do Ervedal, conc. d'Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Nome primitivo da actual villa de Constancia, ou Villa Nova de Constancia. V. *Portugal*, vol. II, pag. 1122.

Purcel. Pov. na freg de Santa Marinha, de Penascaes, concelho de Villa Verde, districto de Braga.

Purgaçal. Pov. na freg. de S. Pedro, de Penude, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Puridade *(Escrivão da)*. V. *Portugal*, vol. III, pag. 182.

Purificação *(Fr. Antonio da)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho, mestre de Theologia e Philosophia na sua ordem, e chronista da sua provincia. N. no Porto em 1601, onde tambem fal. a 19 d'abril de 1658. Professou em 1617 no convento de Evora. Foi nomeado parocho de S. João da Foz, do Porto, onde falleceu. Escreveu algumas obras em latim, além das seguintes, em portuguez: *Chronica da antiquissima provincia de Portugal da ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, Bispo de Hiponia e principal Doutor da Igreja, Parte I*, Lisboa, 1642; *Parte II, com uma addição no cabo, na qual se responde aos principaes logares da Benedictina Lusitana*, Lisboa, 1656; *Memorial de diversas missas e orações para proveito dos fieis vivos e defuntos*, etc., Lisboa, 1642; *Antidoto Augustiniaano, em o qual se convencem e desfazem as falacias e enganos da Apologia intitulada «Quinta Essencia de Verdades escriptas pelo P. Fr. Gil de S. Bento»*, Coimbra, 1660.

Purificação *(Fr. Gabriel da)*. Religioso da ordem de S. Jeronymo, prior do convento de Espinheiro, em Evora, e visitador da mesma ordem. Era natural de Lisboa, e chamava-se no seculo, Simão Antunes, sendo filho de Domingos Antunes e de Maria Lopes. Professou em 1632, no convento de Belem, onde foi porteiro mór. Fal. a 23 d'abril de 1701, de avançada edade. Era poeta e prégador muito apreciado no seu tempo. Escreveu: *Justo sentimento á morte do serenissimo infante D. Duarte em o dia das suas funeraes exequias em o real convento de Belem*, Lisboa, 1650; foi a primeira obra que o autor publicou, e saiu com o pseudonymo de P. Gabriel Antunes; *Espelho diafano e cristalino, em que se retratam as vidas dos dois mais austeros penitentes, S. Jeronymo, habitador dos asperos desertos da Syria, e S. Bruno, morador nos desabridos montes da Cartuxa*, Lisboa, 1690; *Sermão na festa de N. Senhora do Egypto, prégado no convento dos religiosos de S. Bernardo*, Lisboa, 1687; *Terno sonoro cantado nas tres principaes festas da Virgem Maria Senhora nossa, a saber: Da Conceição, da Encarnação e Purificação*, Lisboa, 1689; *Dia maravilhoso, em que se manifestam as virtudes do mais insigne patriarcha S. José, ou dois sermões prégados na egreja da Graça, de Setubal*, Lisboa, 1693; *Sermão dos Santos Apostolos S. Simão e S. Judas*, Lisboa, 1700. Deixou muitos manuscriptos.

Pusich *(D. Antonia Gertrudes)*. Escriptora, poetisa e jornalista. N. na ilha de S. Nicolau de Cabo Verde a 1 de outubro de 1805, fal. em Lisboa a 6 de outubro de 1883. Era filha do intendente geral de marinha nas ilhas de Cabo Verde, Antonio Pusich (V. o *artigo seguinte)*, e de sua mulher D. Anna Maria Izabel Nunes. A educação que podia receber n'aquella possessão africana, foi-lhe ministrada principalmente por seu pae, que conhecia varias linguas, e D. Antonia aprendeu com elle as linguas franceza, ingleza, italiana, etc. Dotada de grande intelligencia e de muita energia, collaborou em muitos jornaes politicos e litterarios, de Lisboa, a começar em 1841, escrevendo artigos em prosa e em verso. No IV vol. da *Revista Universal Lisbonense* tambem se encontram muitas poesias suas. Nas assembléas falava e recitava com energia e grande verbosidade sobre assumptos politicos e litterarios. D. Antonia Pusich era muito considerada pelo seu talento, como escriptora, poetisa e jornalista. Em 1849 fundou o jornal a *Assembléa Litteraria*, que terminou por ter a sua redactora de se retirar para a ilha da Madeira em 1852; fundou tambem um semanario litterario intitulado *Beneficencia*, de qual sairam bastantes numeros e suspendeu, por ter de voltar á ilha da Madeira, em cujo clima a saude d'uma das suas filhas começara a restaurar-se. N'outro jornal *A Cruzada*, de que tambem foi fundadora, advogou energicamente a causa da instrucção popular. N'este jornal publicou a biographia de seu pae no anno de 1872. D. Antonia Pusich foi casada duas vezes, e depois de enviuvar pela segunda vez, empenhou-se vivamente tanto pela imprensa, como pelas repartições competentes, em fazer reconhecer pelo governo e pelas camaras o seu direito á posse da ilha das Gallinhas, pertencente ao archipelago que faz parte da provincia da Guiné, e que fôra cedida a seu pae pelo chefe indigena. Não lhe fôram reconhecidos muito terminantemente esses direitos, mas o governo, em todo o caso, concedeu-lhe uma pensão, indemnisando-a dos prejuizos que tivera. Escreveu: *Os dois mysterios*, romance; *Elegia á morte das infelizes victimas assassinadas por Francisco de Mattos Lobo, na noite de 25 de julho de 1841*, Lisboa, 1841; *Olinda, ou a Abbadia de Cumnor-Place*, poema em 5 cantos; Lisboa, 1848; diz a autora no prologo, que esta composição fôra suscitada pela leitura do romance de Walter Scott: *Kenilworth*. Para o theatro escreveu em 1844 o drama *Julia*, 5 actos e 7 quadros; *A Conquista de Tunes*, 3 actos e 4 quadros; *Constança*, em 3 actos, que se representou no Gymnasio em 1849, e se publicou em 1853; *Por vingança*, comedia-drama em 3 actos; *Espargo no monte*, comedia em 1 acto; *Ashavero*, em 2 actos; *Regedor de parochia*, em 1 acto, representada no theatro da Rua dos Condes. Falleceu com 78 annos de edade n'uma casa da rua de S. Bento, onde mais tarde se collocou uma lapide commemorativa. V. *Portugal*, vol. IV, pag. 240.

Pusich *(Antonio)*. Distincto official illyriano ao

serviço de Portugal. N. em Raguza, capital então d'uma pequena republica, em 15 de dezembro de 1760, e fal. em Cabo Verde, a 6 de fevereiro de 1838. Era filho do Jeronymo Pusich e de Maria Bradowich. Foi estudar a Italia, e ali se relacionou com o ministro portuguez em Turim D. Rodrigo de Sousa Coutinho, depois conde de Linhares. Tendo viajado muito em toda a Europa e tendo adquirido conhecimentos de nautica, veiu a Portugal tambem, e tendo sido muito bem recebido pela rainha D. Maria I, que lhe fez muitas encommendas para o seu convento da Estrella, voltou a Portugal em companhia do celebre astronomo Franzini; aqui se namorou de D. Anna Maria Izabel Nunes, com quem veiu a casar, e assim se dispôz a acceitar o pensamento de entrar ao serviço portuguez, o que realisou em 1791, em que foi nomeado por decreto de 1 de fevereiro, 2.º tenente da armada real, sendo promovido a 1.º tenente a 16 de dezembro de 1793, a capitão-tenente em 5 de julho de 1797. A 19 de dezembro d'este anno embarcou a bordo da fragata *Meduza*, tomou parte no combate naval de que resultou o aprisionamento da corveta franceza *Boa-ventura*. Nomeado em 1801 intendente de marinha de Cabo Verde, logar creado expressamente para elle, estabeleceu a sua residencia na ilha de S. Nicolau, e muito contribuiu para o desenvolvimento da agricultura no archipelago. Quando exercia estas funcções, escreveu a *Descripção hydrographica das ilhas de Cabo Verde*, que é muito estimada, e as *Memorias physico politicas*. Em 1806 foi nomeado capitão de fragata; em 1808 capitão de mar e guerra, em 1811, terminada a sua commissão, regressou a Lisboa, e d'aqui partiu com uma divisão para o Rio de Janeiro, onde residiu muitos annos. Em 1817 propôz se-lhe entrar no serviço austriaco, mas Antonio Pusich, muito afeiçoado a D. João VI e ao seu paiz adoptivo, não quiz abandonar Portugal, e em 1818 foi nomeado governador das ilhas de Cabo Verde. Pouco tempo antes prestára um relevante serviço, impedindo que se entregasse a monsenhor Miranda a propriedade que elle requeria da ilha de S. Vicente, que se tornou depois a mais importante de archipelago. Nomeado chefe de divisão, Antonio Pusich fez um bom governo, reconstruindo as fortificações, impondo respeito aos corsarios de Montevideu e tomando lhes um brigue escuna, sabendo fazer respeitar a bandeira portugueza pelos proprios navios de guerra dos Estados Unidos, favoreceu o desenvolvimento da agricultura, da industria e de pescaria, fundou sociedades agronomicas nas differentes ilhas do archipelago, elevou muito o rendimento da urzela, administrou com tanto acerto as finanças da provincia, que conseguiu ter um saldo positivo que mandou depois para Portugal, emfim creou a primeira povoação da ilha de S. Vicente, a que deu o nome de villa Leopoldida, nome que depois se trocou pelo de cidade do Miudello. Em 1820, tendo chegado a noticia da revolução de 24 do agosto, houve um pronunciamento na ilha de S. Thiago a favor das novas instituições. Antonio Pusich declarou que accederia á nova ordem de cousas se el-rei accedesse. Em consequencia d'isto, depois de varias peripecias, foi deposto do governo, do que tomou posse uma junta governativa, e mandado para a ilha do Maio, e depois para Portugal. Não queriam as côrtes deixal-o desembarcar, mas o proprio rei ficou por seu fiador. Desembarcou, e offereceu ao soberano congresso algumas memorias importantes, mas nunca mais entrou em serviço activo, vendo passar deante de si as tormentas politicas, auxiliando com os seus conselhos em assumptos technicos os governos de D. João VI, D. Izabel Maria e de D. Miguel. Comprehendido no decreto de 16 de setembro de 1833, que declarava demittidos os officiaes e generaes que se não recolhessem ás linhas de Lisboa estando nas suas proximidades, Antonio Pusich sentiu profundamente esse golpe, e sobreviveu-lhe pouco mais de 4 annos.

Pussos. Pov. e freg. de Santo Estevão, da prov. da Extremadura, conc. e com de Alvaizere, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 396 fog. e 1:673 hab. Tem esc. do sexo masc. Dista 3 k. da séde do conc. e está situada a 6 k. da margem direita do rio Zezere. O rei, pelo tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens, apresentava o vigario, que tinha 180$000 reis. Era commenda da ordem de Christo, por ter sido dos templarios. A pov. é muito antiga, e foi concelho tendo camara e justiças proprias. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 15 de junho do 1514. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15 com a séde em Thomar. Esta freg. foi annexada ao conc. de Ferreira do Zezere por decreto de 7 de setembro de 1885, que extinguiu o de Alvaiazere, mas voltou para este, restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. || Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Putello. Pov. na freg. de S. Romão, de Neiva, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Puto M'Dondo. Pov. do sobado e conc. de Cabinda, na delegação de Chiavala, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Putu Mungo. Pov. do sobado de Cabinda, na regedoria do Sócca, conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Puvan Pov. da ilha de Vong-Cam, na prov. de Macau, Asia.

Pyramida. Ponta situada na costa S da ilha de S. Miguel, Açôres, a O de Villa Franca do Campo.

Pyrotechnia. Arte que ensina o uso do fogo, a sua applicação, e o modo de se servir d'elle; mas diz-se vulgarmente da arte de fazer fogos de artificio. E' uma arte que demanda muitos conhecimentos de chimica e de physica, de gosto apurado no desenho e na pintura, e de imaginação fertil em produzir novidades com elementos conhecidos. Os fogos d'artificio fôram sempre muito populares em Portugal, e desde as *alcancias e danças de fogo* do seculo XVI, que figuravam em todos os festejos publicos, até ao grandioso fogo do intendente Manique, por occasião do nascimento da princeza da Beira, esta arte teve um grande desenvolvimento em Portugal. Havia chegado a certo grau de perfeição, mas estacionara, e assim se conservou até que, no meado do seculo passado, talvez de 1840 a 1850, o italiano José Osti veiu estabelecer em Lisboa, no sitio d'Alcantara, uma importante fabrica de fogos d'artificio. José Osti, tirando partido d s progressos da chimica, introduziu as côres, o que produziu uma mudança completa dando uma nova vida á arte de fogueteiro. Os fogos de côres tornaram-se populares, no *Jardim Mithologico* em Alcantara, e depois na *Floresta Egypcia*, em S.

Mamede, desapparecendo o classico *Leão* deitando fogo pelos olhos e pela bocca; a *Velha fiando*, o *Amolador com a roda de amolar*, etc., começando então as thesouras, as rodas de corôas, as perspectivas, e a *popularissima Melancia*, que se abria em talhadas isto é, as côres e as peças de gyro vieram marcar uma época de progresso, e tal que, apezar do José Osti ter sido o introductor e o inventor d'estas novidades, bem depressa muitos artistas portuguezes, que se gloriavam de serem seus discipulos, o vieram a egualar. Nos ultimos tempos de José Osti veiu a Lisboa outro estrangeiro, Mr. Tournour, que pouco tempo depois falleceu, mas que deixou a sua viuva, como representante da sua escola. Os fogos publicos, feitos sob a direcção de Madame Tournour, no Castello e no Passeio Publico, não agradaram tanto, e pelo motivo de os fogos da nova escola serem d'um genero e gosto, que só podiam ser apreciados em limitados sitios, e por verdadeiros amadores e entendedores; não tinham os effeitos grandiosos, que de longe se pudessem gozar. Ainda hoje é um passatempo muito usado em Portugal, principalmente no campo, em arraiaes, em que se tornou quasi indispensavel.

Pyxide. Vaso liturgico em que se guardam as hostias consagradas, o qual se deposita no sacrario nas egrejas. Na Exposição Retrospectiva da Arte Ornamental, realisada em Lisboa no anno de 1882, figuraram algumas pyxides de maior ou menor valor, as quaes veem descriptas no respectivo catalogo, e que passamos a mencionar. A pag. 18, com o n.º 130: Pyxide de prata dourada com elegante fórma de taça, em cuja tampa, coberta de lavores relevados, e encimada por uma cruz, sobresáem quatro cabeças de cherubins. Na base tem cabeças de satyros e de leões. E' do seculo XVI. Pertence á Academia das Bellas Artes de Lisboa.—Pag. 41, com o n.º 345 b; Pyxide de prata dourada. Tem na copa seraphins, espigas, cachos, a phenix e o pelicano A tampa é rematada por uma cruz. Seculo XVII. Pertenceu ao mosteiro de Chellas.—Pag. 42, com o n.º 359 b: Pyxide de prata dourada. Ornamentação de arabescos e algumas aves. A tampa é encimada por uma cruz. Altura 0,m39. Seculo XVII. Era da confraria do Sacramento da sé do Funchal.—Pag. 43, com o n.º 363: Pyxide de prata dourada. No meio da sua ornamentação de arabescos sobresáem seraphins. Na base tem este letreiro: *Esmola de Dom Lviz Dalencastro conde de Villa Nova Commendador Mor da Ordem de Aviz.* Altura, 0m,44. Seculo XVII. Era da freguezia de Santos o Velho, de Lisboa.—Pag. 51, com o n.º 436: Pyxide de prata dourada. Altura 0m,375. A ornamentação é similhante no estylo á d'um calix de prata dourada e de ouro, com sua patena lisa de ouro, que tambem figurava na exposição, com o n.º 434. Na copa vêem-se tres medalhões, cada um dos quaes contém tres cabeças de seraphins. Na parte superior do nó, e na base, outras cabeças similhantes. E' ornada de pedras finas de varias côres. Na base tem a seguinte inscripção: *Fr. Francisco de Jesus Maria Sarmento instituidor da Capella e Real Confraria de Nossa Srã do Patrocinio, mandou fazer esta Pyxide em o anno de 1766.* Pertence á mitra patriarchal de Lisboa.—Pag. 53, com o n.º 451: Pyxide de prata dourada. Na base tem quatro estatuetas sentadas, sendo tres d'ellas a Fé, Esperança e Caridade. A copa é ornada de anjos, uns em adoração, outros segurando espigas de trigo, uvas e os instrumentos da Paixão. Na tampa, encimada por uma cruz, sobresáem grupos de seraphins em relevo. Seculo XVIII. Altura 0m,36. Sé de Lisboa.—Na mesma pag. ainda se vê com o n.º 453: Pyxide de prata dourada. Altura 0m,365. Largura na copa 0m,123, na base 0m,127. Na copa tem quatro medalhões que representam o pelicano, a phenix, a arca da alliança e o cordeiro. Seculo XVIII. Academia das Bellas Artes de Lisboa.—Pag. 56, com o n.º 493: Pyxide de prata dourada. A copa tem o cordeiro, espigas e um cacho d'uvas. A tampa encimada por uma cruz. Era do convento de Chellas.—Pag. 60, com o n.º 550. Pyxide de prata dourada. Altura 0m,35 Seculo XVIII. Sé de Coimbra. —na mesma pag. com o n.º 552: Pyxide de prata dourada. Altura 0m,40. A base, a haste, copa e tampa são profusamente cobertas de ornatos em relevo. Seculo XVIII. Confraria do Sacramento da freguezia da Encarnação, de Lisboa.—Pag. 61, com o n.º 557: Pyxide de prata dourada e lavrada. Tem na base espigas de trigo, uvas e flôres. No bojo, em medalhões, a arca da alliança, seraphins, o pelicano, etc. Altura 0m,47. Confraria do Sacramento e Senhor Jesus da freguezia de Santo Ildefonso, do Porto.—Pag. 64, com o n.º 598: Pyxide de prata dourada com valores salientes. Em o nó tres anjos com rotulos: sobre a tampa outros tres com emblemas da paixão. Altura 0m,29. Seculo XVIII. Sé de Lisboa.—Pag. 131, com o n.º 32: Pyxide de prata lavrada. Na base os emblemas da Paixão. O nó com tres seraphins e a parte inferior da copa e a tampa ornamentadas de seraphins, flôres e arabescos. Como remate um crucifixo sobre um pelicano. Altura 0m,45. Pertencia a el-rei D. Luiz I. — Na mesma pag. com o n.º 33: Pyxide de prata dourada, tendo na parte superior do pé tres anjos com os braços levantados como susteudo a base do hostiario. Tampa encimada pela cruz. Ornamentação de medalhões e cherubins. Tem engastadas muitas pedras brancas e vermelhas. Altura 0m,49. Seculo XVIII. Pertencia ao referido monarcha.—Pag. 136, com o n.º 69: Pyxide de prata dourada com ornatos de flôres, folhas e fructos. Na tampa, rematada por uma corôa, tres seraphins. Seculo XVII ou XVIII. Academia das Sciencias de Lisboa.—pag. 182, com o n.º 78: Pyxide cuja base, nó e copa são tres agathas, ligadas por engastes de prata. Tampa de prata dourada, tendo sobre ella nove medalhões de agatha e uma pyramide tambem de agatha como remate. Academia das Sciencias de Lisboa.—Pag. 191, com o n.º 43: Pequena Pyxide cuja base, nó e copa são formados por tres agathas encastoadas e ligadas por peças de prata dourada e lavrada. A tampa é de prata com ornatos de flôres e seraphins e encastoando tambem uma agatha. Altura 0m,13. Pertencia á referida Academia das Sciencias.

CORRECÇÕES

Neve. Com as condições dos alvarás de 23 de junho de 1757, 3 de novembro de 1759, 16 de janeiro de 1778 e de 15 de abril de 1803, foi o fornecimento da neve arrematado por Julião Pereira.

Nobreza. Pag. 79, col. I, linha 52, onde se lê: (Lei de 23 de novembro de 1775, leia se: de 29 de novembro).

Numismatica. Faltou mencionar: *Inventario dos livros de numismatica da Bibliotheca Nacional de Lisboa*, por Gabriel Pereira, no *Boletim da Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes*, Lisboa, 1903.

Oceanographia. Para bibliographia, veja se *Silva (Armando da)*.

Oliveira *(Antonio Correia de)*. Publicou mais: *Alma religiosa*, Porto, 1910.

Oliveira *(Eduardo Freire de)*. Nasceu a 9 de julho de 1841. Actualmente é secretario interino da camara municipal de Lisboa. O vol. XVI dos seus *Elementos* publicou-se em 1910.

Oliveira Mascarenhas *(Joaquim Augusto de)*. Nasceu em Vianna do Castello no dia 22 de março de 1846. E' cavalleiro e official da real ordem militar de S. Bento d'Aviz, official superior reformado do exercito, e socio effectivo e correspon-

Oliveira Mascarenhas

dente de diversos institutos litterarios e scientificos nacionaes e estrangeiros. Tendo feito parte, como capitão, da expedição á India, de 1896, por occasião da guerra dos *ranes*, foi nomeado secretario do districto de Damão, administrador do concelho d'este nome, e commandante da respectiva policia, em cujos cargos prestou os relevantes serviços a que se refere o *Boletim Official* d'aquelle estado, de junho do referido anno. Mais tarde passou para Nova Gôa na qualidade de secretario do commando em chefe do exercito da India, de que era commandante Sua Alteza Real o Principe D. Affonso; e, no seu regresso ao reino, foi encarregado pelo governo de Hintze Ribeiro (1901) de pacificar, como pacificou, os povos do Alto Alemtejo, que se haviam sublevado. Exerceu em differentes épocas os cargos d'administrador dos concelhos do Redondo, no districto d'Evora; e de Alcochête, e Lourinhã, no districto de Lisboa. Como jornalista collaborou em varios jornaes do Oriente, bem como na autigo *Diario Illustrado*, *Progresso*, *Globo*, *Futuro*, *Seculo*, *Diario de Noticias*, *Viriato*, *Districto de Vizeu*, *Semana d'Evora*, *Exercito Portuguez*, *Jornal do Exercito*, etc., etc. Como dramaturgo produziu, entre outras peças historicas e d'actualidade,— todas representadas em theatros de Lisboa, Porto, provincias, e Brazil—Os dramas intitulados *De Lisboa á India*, *Távoras*, *Miguel de Vasconcellos*, *Duque de Vizeu*, *Procella e Bonança*, *Caserna*, e *Viriato*. Como romancista, escreveu: *Prior do Crato*, *Trovador da infanta*, *Tragedias da India* (D. João de Castro), *Patria e liberdade*, os opusculos denominados *Inquisição em Portugal*, *Archaismos*, e *Memoria do Banho de S. Pedro do Sul*; e, de collaboração com D. Thomaz de Mello, uma miscellanca com o titulo de *Contos e casos*.

Oliveira Vidal *(José Candido Gomes de)*. A nomeação de reitor do lyceu de Aveiro é de 21 de fevereiro de 1886.

Olivicultura. Veja-se a obra: *Cultura da oliveira, material e processos do fabrico do azeite*, Lisboa, 1910. E' o vol. II do *Relatorio Geral* do congresso de leitaria, olivicultura e industria do azeite, em 1905, publicado pela Real Associação da Agricultura Portugueza.

Ordens militares. Abolidas todas as ordens militares, com excepção da Torre e Espada, por decreto, com força de lei, de 15 de outubro de 1910.

Palmella *(Antonio de Sampaio e Pina de Brederode, 3.º duque de)*. Falleceu em Cascaes a 24 de novembro de 1910.

Pão. Por portaria de 11 de março de 1910 fôram adoptados os *Methodos officiaes para a analyse das farinhas e do pão*.

Patricio *(P. Francisco José)*. Falleceu no hospital do Carmo, na cidade do Porto, em 7 de abril de 1911.

Pedroso *(Zofimo Consiglieri)*. Falleceu em Cintra a 3 de setembro de 1910.

Pesca. A pesca a vapor foi novamente regulada pelos decretos, com força de lei, de 9 de novembro, 13 e 19 de dezembro de 1910.

Pesos e medidas. A lei de 19 de abril de 1911 determinou: «Art.º 1.º os padrões prototypos do systema metrico decimal são o metro internacional approvado pela *Conferencia geral de pesos e medidas*, realisada em Paris em 1889, depositados no Pavilhão de Breteuil, em Sévres, cujas copias com o n.º 10, depositadas no Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, são os quadros legaes em Portugal e seus dominios. Art.º 2.º O quadro das medidas legaes será fixado pelo governo, em harmonia, com o artigo anterior. Art.º 3.º Ficam revogados os artigos 1.º e 2.º do decreto de 13 de dezembro de 1852, e toda a legislação em vigor.»

Pharmacia. V. *Pires (Thomé)* e *Orta (Garcia da)*.

Policia. A *Policia Civica* de Lisboa foi creada por decreto de 17 de outubro de 1910.

PORTUGAL

DICCIONARIO HISTORICO, CHOROGRAPHICO, BIOGRAPHICO, BIBLIOGRAPHICO HERALDICO, NUMISMATICO E ARTISTICO

ABRANGENDO

A minuciosa descripção historica e chorographica
de todas as cidades, villas o outras povoações do continente do reino, ilhas e ultramar,
monumentos e edificios mais notaveis, tanto antigos como modernos;
biographias dos portuguezes illustres antigos e contemporaneos, celebres por qualquer titulo, notaveis
pelas suas acções ou pelos seus escriptos,
pelas suas invenções ou descobertas; bibliographia antiga e moderna; indicação
de todos os factos notaveis da historia portugueza, etc., etc.

OBRA ILLUSTRADA

COM CENTENARES DE PHOTOGRAVURAS

E REDIGIDA

SEGUNDO OS TRABALHOS DOS MAIS NOTAVEIS ESCRIPTORES

POR

ESTEVES PEREIRA e GUILHERME RODRIGUES

VOL. VI — Q-S

LISBOA

JOÃO ROMANO TORRES & C.ª — EDITORES

CASA FUNDADA EM 1885

Premiada com as medalhas de ouro da Exposição do Rio de Janeiro de 1908 e da Cruz Vermelha de Hespanha

Composição e impressão: Rua Alexandre Herculano, 70 a 76

1912

PORTUGAL

Q

Quadra. Pov. na freg. de Santo André, de Tuizello, conc. do Vinhaes, distr. de Bragança.

Quadradinho. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Alhos Vedros, conc. da Moita, distr. de Lisboa.

Quadrazaes. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Sabugal, distr. e bisp. da Guarda; 522 fog. e 1:878 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e fabricas de sabão. Dista 9 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da margem direita do rio Côa, na estrada do Sabugal a Aldeia do Bispo. O papa e o bispo apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 150$000 reis de rendimento e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Quadrella. Termo antigo, que designava uma secção ou quadrilha de 20 homens destinados a qualquer serviço.Tambem se dizia *vintena*. Dizia-se *aquadrellar*, o acto do pôr em turmas ou quadrellas de 20, tanto com respeito a pessoas como a cousas. Tambem se dava o nome de *quadrella* ao casal ou courella. Quadrella da muralha era a porção designada para ser vigiada e defendida por pessoas d'uma determinada localidade, em occasião de guerra.

Quadros, da quinta de S. Pedro, de Arouca Jacinto de Quadros Teixeira, senhor da quinta-solar de S. Pedro, ouvidor em Arouca, familiar do Santo Officio, por carta do 1688, capitão mór de Sever do Vouga, era filho de Manuel Teixeira Tavares e de sua mulher D. Antonia Teixeira de Quadros, senhores da quinta de S. Pedro, descendente, por via paterna, dos Tavares, do Valle de Arouca, familia que contava, entre os seus homens em evidencia: a Pedro Tavares, conego, em Coimbra; ao dr. Sebastião Tavares, prior de Villa Chã, commissario do Santo Officio, 1654, prior de Travanca, junto a Coimbra: a João Teixeira Tavares, abbade do S. Miguel e arcipreste, em Arouca, commissario do Santo Officio; a Francisco Tavares de Pinho, familiar do Santo Officio, 1616, sargento-mór de ordenanças; a Francisco Tavares Teixeira, capitão-mór de Arouca, etc; e por linha materna era o dito Jacinto de Quadros não só descendente do Gonçalo Nunes de Barros, senhor de Castro Daire, mas tambem dos Teixeiras e Escobares, familias em que se distinguiram, entre outros:—Ignacio Teixeira, que teve fôro de fidalgo e instituiu um vinculo de morgado em Evora; Jacome de Barros Pereira e seu pae Antonio Escobar de Barros, ambos com o fôro de fidalgo; o Antonio de Escobar que, entre outros cargos que desempenhou, foi corregedor em Santarem. Casou o referido Jacinto de Quadros, na quinta da Corredoura, em Sever do Vouga, com D. Francisca Bernarda Coutinho Cardoso, que provinha de André Gonçalves Coutinho, irmão de Alvaro Gonçalves Coutinho, o *Magriço*, um dos Doze de Inglaterra; irmão de D. Luiz Coutinho, bispo do Vizeu, arcebispo de Lisboa, anti cardeal em 1443, pelo anti pápa Felix IV; e irmão do 1.º conde de Marialva, D. Vasco Coutinho;—filhos todos do Gonçalo Vasques Coutinho, senhor do Couto de Leomil, alcaide-mór de Lamego e Trancoso, copeiro-mór da rainha D. Filippa e mariscal de Portugal. D'esse casamento nasceram: 1.º D. Antonia de Quadros, que se desposou na casa da Fonte, do Couto de Esteves, com o dr. Francisco Tavares da Silva, familiar do Santo Officio, irmão do doutor Manuel Tavares Coutinho e Silva, clerigo *in sacris*, familiar e deputado do Santo Officio, conego da sé de Lamego, collegial de S. Paulo e lente na Universidade de Coimbra. Fôram paes—o dr. Francisco Tavares e D. Antonia de Quadros—de dr. Manuel Tavares Coutinho e Silva, collegial e reitor do Collegio dos Militares, lente da Universidade, deputado do Santo Officio, frei conventual da Ordem de S. Thiago da Espada, conego da sé da Guarda e bispo de Portalegro, de que tomou posse em 1778, segundo se lê no *Archivo Pittoresco*, vol. V, pag. 23, mas Pinho Leal, vol. VII do *Por-*

tugal antigo e moderno, pag. 234 diz que tomou posse em 1788. No exercicio d'esse cargo prestou relevantissimos serviços á sua diocese. 2.º—Jacinto Bernardo de Quadros Teixeira de Escobar, que foi senhor da quinta da Corredoura, e justificou, em Sever, em 1723, perante as autoridades competentes, a sua nobreza. Casou em 1734, na quinta da Povoa, de Recardães, com D. Innocencia Margarida Violante de Tavares Pacheco Pinto Côrte-Real, irmã de João Pinto Coutinho Cardoso e Tavora, fidalgo de cota de armas por carta de 17?7, indicando-se no respectivo escudo as armas dos Tavares e dos Tavoras. Descendiam D. Innocencia e João Pinto de Francisco de Tavares, 4.º senhor de Mira e dizimos novos do pescado de Aveiro e Esgueira, senhor do Paço de Tavares, tambem em Aveiro, fidalgo daCasa Real, do conselho de El Rei, commendador da Varzea de Soure, capitão-mór de Aveiro, casado, em segundas nupcias, com D. Joanna de Tavora, filha de Bernardim de Tavora, dos Tavoras, senhores do Mogadouro, reposteiro-mór de D. João IV—cargo em que assistiu á sua coroação em 15 de dezembro de 1640—fidalgo do conselho de El-Rei e diplomata illustre. Jacinto Bernardo teve de sua mulher D. Innocencia os seguintes filhos:—1.º Caetano José de Tavares de Quadros Côrte-Real, bacharel formado, com varios *accessits*, distincto advogado, cavalleiro fidalgo da Casa Real, senhor da quinta de Fontechãs; 2.º José Bernardo de Quadros Côrte-Real, para cuja familia passou a administração do vinculo da Murtosa, sendo seus descendentes: D. Maria das Neves do Amaral Cardoso Pires Côrte-Real, casada com Alberto de Mello Vilhegas, seu primo, funccionario publico, senhores da Casa do Couto, em Salreu; e Julio Maria de Quadros Côrte Real, alferes que foi de caçadores 9, e em 1911 escrivão-notario em Villa Nova de Gaia; 3.º Bernardo Jacinto de Quadros Côrte Real, senhor da casa de Queiroz, em Salreu, concelho de Estarreja, casado na casa do Couto, d'essa freguezia, com D. Rachel Maria Pinto do Amaral Correia de Almeida e Calvos, filha legitima de João do Amaral Correia e Calvos, capitão de infantaria, cavalleiro da ordem de Christo, morgado de S. Matheus, senhor da Casa do Couto, descendente de João Pinto, senhor da quinta da Lagariça, no concelho de Arcgos, fidalgo de cota de armas por carta de 1538, filho de Gonçalo Fernandes Coebofel, escudeiro de linhagem, senhor de Balsemão e de sua mulher D. Briolanja Pinto, dos Pintos de Ferreiros de Tendaes. Fôram legitimos netos do dito Bernardo Jacinto de Quadros Côrte Real os irmãos seguintes: 1.º José Barbosa de Quadros, senhor da Casa da Carreira, em Ossella, pae do padre Luiz Barbosa de Quadros, prefeito no Seminario Episcopal do Porto, e de D. Maria Carolina de Barbosa de Quadros, apreciada pianista que se consorciou com JoãoEvangelista de Araujo Sá Pereira de Mello, senhor da casa do Pinheiro, dos quaes é filho João Evangelista de Quadros Sá Pereira de Mello, bacharel em Direito. 2.º Francisco Joaquim Barbosa de Quadros, senhor da casa de S. Gonçalo, na villa da Bemposta, casado com D. Maria Barbara Riffa da Gama, descendente dos capitães João José da Costa Riffa e Joaquim Lourenço da Silva, de Ovar, onde foi—aquelle Francisco Barbosa—muito respeitado e considerado, pelo seu caracter, e onde occupou os cargos de maior representação, como o de administrador do concelho, de presidente da camara, de juiz de Direito substituto. Foi tambem procurador á Junta Geral do Districto. Fôram seus filhos: Augusto Barbosa de Quadros, bacharel em Direito, delegado do procurador regio, juiz de Direito, senhor da casa de S. Gonçalo, que foi casado com sua prima D. Maria Emilia Branco de Mello; Bernardo Barbosa de Quadros, tenente de artilharia, casado com D. Helena de Albuquerque Tavares Lobo, filha do dr. Alexandre de Albuquerque Tavares Lobo, dos Albuquerques da casa da Bemposta e dos Lobos, da quinta do *Linheiro*, em Sever do Vouga, delegado do procurador regio, juiz de Direito, deputado da nação, e de sua mulher D. Maria Emilia Correia Telles parenta do grande jurisconsulto Correia Telles; D. Maria Emilia Barboza de Quadros, que desposou José Antonio de Almeida, bacharel em Direito, um dos mais distinctos advogados do districto de Aveiro, administrador do concelho de Ovar e conservador do registo predial n'esta comarca; D. Rachel Barbosa de Quadros, que casou com Frederico Abragão, escrivão notario em Ovar; José Barbosa de Quadros, senhor da casa de S. Gonçalo, na villa da Bemposta.—3.º Manuel Barboza de Quadros, bacharel em Direito, administrador de concelho, conservador do registo predial, de Estarreja; casou com D. Maria Maxima Branco de Mello, senhora da casa da Praça, em Estarreja, irmã do visconde de Valle do Mouro, filha legitima de Antonio Maximo Branco de Mello, morgado de Vagos, coronel de milicias. Teve aquelle Manuel Barboza de sua mulher: D. Maria Emilia Branco de Mello, casada com seu primo o dito dr Augusto Barbosa de Quadros; Antonio Maximo Branco de Mello, bacharel em Direito, delegado do procurador da Republica em Albergaria-a-Velha, senhor da casa da Praça, casado, em primeiras nupcias, com D. Maria da Conceição Pinto de Albuquerque Stockler, dos illustres Albuquerques, da casa das Obras, em Ceia, e em segundas nupcias, com D. Leonor da Costa Sousa Pinto Basto, filha do general, reformado, Leopoldo da Costa Sousa Pinto Basto, e neta do dr. José da Costa Sousa Pinto Basto, deputado, par do reino, etc. Foi tambem neto legitimo do dito Bernardo Jacinto de Quadros Côrte Real: —Sebastião Maria de Quadros Côrte-Real, funccionario publico, senhor da casa do Almeu, violinista insigne, consagrado tal pelos seus contemporaneos, entre os quaes se contavam capacidades artisticas, como dr. Elmano da Cunha, dr. Emilio de Oliveira Pinho, de S. Thiago, etc. Foi casado com D. Maria Carolina de Araujo e Albuquerque, senhora da casa da Bemposta, irmã de BernardinoMaximoAlvares Tavares da Silva de Araujo e Albuquerque, presidente, muitos annos, da camara de Albergaria a Velha, e de João Antonio Alvares de Araujo e Albuquerque, senhor da quinta dos Sequeiros, solar dos Tavares da Silva, em Silva Escura, filhos todos de Bernardino Alvares de Araujo e Albuquerque, senhor da casa das Prêzas, alferes de milicias, presidente da camara de Sever do Vouga, procurador á junta geral do districto de Aveiro, individualidade muito em destaque n'esta região. Teve Sebastião de Quadros dois filhos legitimos: 1.º Eduardo de Albuquerque de Quadros de Tavares e Tavora, senhor da casa da

Bemposta, que desposou D. Olivia Adelaide Luiz Ferreira Rodrigues, filha de Manuel Luiz Ferreira, senhor da quinta dos Lagos, bacharel em Direito, administrador do concelho, juiz de Direito substituto, em Albergaria-a-Velha, irmão do visconde dos Lagos e do barão do Cruzeiro, casado com sua prima D. Henriqueta Augusta Luiz Ferreira, neta de Patricio Luiz Ferreira Tavares da Silva, bacharel em Leis, juiz de fóra em Pinheiro, Angeja, Bemposta, Elvas, de que tomou posse em 1804, juiz do Tombo da Prebenda de Coimbra, com predicamento do primeiro banco e beca honoraria, provedor da comarca de Thomar; neta tambem de Francisco Luiz Ferreira Tavares Pereira o Silva, capitão mór de Sovacs, fidalgo da Casa Real e de cota de armas por carta de 1807, com os appellidos—Ferreira e Rodrigues. 2.º Bernardino de Albuquerque Côrte-Real do Tavares e Tavora, senhor da casa do Almeu. Tambem fôram netos legitimos do referido acima citado Bernardo Jacinto: 1.º José Fortunato do Amaral Cirne, senhor da casa do Couto, em Salreu. 2.º Francisco Antonio do Amaral Cirne Junior, pedagogo illustre, polemista vigoroso, autor de trabalhos litterarios de valor, taes como: *Exame da Cartilha Maternal* (1879). Mereceu ao immortal poeta João de Deus uma satira, muito espirituosa. Falleceu na flôr da vida. Bernardo Jacinto de Quadros Côrte Real, acima mencionado, senhor da casa de Queiroz, em Salreu, teve os seguintes filhos legitimos:—1.º José de Quadros Côrte-Real, que morreu solteiro; foi senhor da casa de Queiroz; 2.º Caetano José de Tavares de Quadros Côrte-Real, senhor da quinta de Fontechãs, falleceu da cholera em Leiria, com 36 annos de edade, no posto de capitão;—3.º Filippe José de Quadros Côrte-Real, funccionario publico, casado com D. Dorothêa Eduarda Adelaide de Almeida Cabral de Figueiredo e Carvalho, legitima neta do dr. Francisco Xavier de Almeida Cabral, juiz de fóra em Alandroal, guarda mór de saude da villa da Feira, etc, e de sua mulher D. Anna Josepha de Figueiredo e Carvalho, da casa da Fonte, em Canellas, irmã de Antonio José de Figueiredo e Carvalho, capitão de ordenanças, fidalgo de cota de armas por carta de 1807. O dr. Francisco Xavier descendia do capitão Theodosio Correia Gomes, irmão de Francisco Correia de Sá, capitão de ordenanças, capitão-mór, cavalleiro fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo (1724) de quem procedem os Correias de Sá, da villa da Feira, como o dr. Victorino Joaquim Correia de Sá, commendador de S. Thiago, o actual conde das Devezas, etc. Filippe de Quadros, acima citado, teve filho legitimo a Sebastião Maria de Quadros Côrte-Real, em que tambem já se falou:—4.º D. Rachel Maria de Quadros Côrte Real, casou na casa da Carreira em Ossella, com Luiz Barbosa Soares, capitão de milicias, cujo primeiro ascendente conhecido foi o capitão João Soares Barbosa. D'esse casamento nasceram José Barbosa de Quadros, Francisco Barbosa de Quadros, e Manuel Barbosa de Quadros de quem tambem já se tratou.—5.º D. Innocencia Margarida de Quadros Côrte-Real, casou na casa do Couto, em Salreu, com seu primo Francisco Antonio do Amaral Cirne, que descendia dos morgados de S Matheus, em Salreu da familia da quinta das Lages, proximo a Penafiel, representada tambem actualmente pelos barões das Lages. Fôram filhos legitimos de Francisco do Amaral Cirne, José Fortunato do Amaral Cirne e Francisco Antonio do Amaral Cirne Junior, tambem já referido.

Quadros *(André de)*. Poeta do seculo XVI. Era filho de Simão de Quadros e do Joanna Pereira. Foi cavalleiro da ordem de Christo, provedor das vallas, lezirias e paúes, militou em Africa durante os reinados do D. João III e do D. Sebastião, esteve na batalha d'Alcacer-Kibir em 1578, oude ficou prisioneiro. Não se chegaram e publicar as suas poesias, mas o seu talento poetico é conhecido pelos largos elogios que d'elle fez o P. Pedro Sanches n'uma carta em versos latinos, escripta a Ignacio de Moraes.

Quadros *(P. Antonio José de)*. Jesuita. N. em Santarem no anno do 1521, e fal. em 21 de setembro de 1572. Frequentou a Universidade de Coimbra, mas, fascinado pela nova Companhia de Jesus, vestiu a roupeta de jesuita em 1544, e partiu para o Oriente, dedicando se ás missões. Foi eleito provincial da sua ordem e commissario do Santo Officio. Era tido em muita conta pelo vice rei, e algumas cartas que escreveu para Portugal fóram impressas nas collecções de cartas de jesuitas, publicadas em italiano e em latim.

Quadros *(José Caetano de Mesquita)*. Presbytero secular e escriptor do seculo XVIII. N. na Figueira da Foz a 27 de janeiro de 1726, fal. em Carnide a 10 d'abril de 1799. Era filho do dr. João Rodrigues de Quadros e de D. Florencia Caetana de Mesquita. Frequentou primeiro os estudos de humanidades, e depois na Universidade de Coimbra, a faculdade de Direito Canonico, e n'ella fez a sua formatura a 22 de julho de 1751, tomando pouco depois o grau de licenceado. Veiu mais tarde para Lisboa e dedicou se ao magisterio, e no fim d'alguns annos foi nomeado professor de Rhetorica e Poetica no Collegio dos Nobres. A 30 de setembro de 1759 pronunciou em latim uma oração laudatoria sobre a restauração dos estudos das bellas letras em Portugal, traduziu-a depois em portuguez, e imprimiu-a em 1760. Prouuuciou tambem, por occasião do nascimento do principe da Beira, uma outra oração que imprimiu em 1761. José de Mesquita Quadros entrou para a celebre sociedade poetica da Arcadia, com o nome pastoril de Metatesio Cilenio. Dizem, porém, que Mesquita Quadros foi o elemento mais dissolvente que teve a sociedade; affirmam que são devidos a elle todos os tramas e todas as intrigas que apressaram a queda d'aquella associação, e ainda avançam mais que Mesquita Quadros, não só introduziu a desordem, mas que concorreu muito junto do marquez de Pombal, para lhe apresentar como perigosa e subversiva a uova sociedade concorrendo assim para a perseguição d'alguns dos socios. Parece haver exaggero n'esta accusação tão grave, porque não se apresentam provas que a fundamentem. Tambem é certo que se José de Mesquita Quadros não foi perseguidor, victima é que nunca poderia ser, porque tratou sempre de lisonjear o mais possivel os grandes e de alcançar a sua protecção. Assim conseguiu que o marquez de Ponte de Lima o apresentasse como prior da freguezia de S Lourenço, de Lisboa, logar que exerceu por alguns annos Depois foi nomeado reitor do seminario de Santarem, conego da basilica de Santa

Maria em 1790, e por fim, por decreto de 28 de dezembro de 1791, obteve, não só a sua jubilação no professorado com o ordenado por inteiro, mas a mercê do habito de Christo, com uma tença annual de 12$000 reis, *em attenção aos serviços que prestára com as suas composições litterarias.* Emquanto recebia estas recompensas, não deixava de escrever, entregando se tambem ao trabalho de reeditar algumas obras classicas, como as poesias de Fr. Agostinho da Cruz, a vida de D. Fr. Bartholomeu dos Martyres e outras de Fr. Luiz de Sousa, etc. Chegando aos 70 annos de edade, e achando se doente, foi dispensado de todos os encargos como conego e reitor, indo viver retirado no sitio de Carnide, onde falleceu. Bibliographia: *Cathecismo historico, que contém a historia sagrada, e a doutrina christã*, etc., *tomo I*, Coimbra, 1753; o tomo II parece que não chegou a publicar se; *Oração sobre a restauração dos estudos das Bellas Letras em Portugal, que no dia 30 de setembro de 1759 recitou na presença do muito alto e muito poderoso rei D. José I, traduzida da lingua latina, e dada á luz com permissão do mesmo senhor*, Lisboa, 1760; *Oração na occasião do nascimento do serenissimo Principe da Beira*, Lisboa, 1761; *Exposição da doutrina da egreja catholica sobre as materias de controversia; composta pelo ill.mo e rev.mo sr. Diogo Benigno Bossuet, traduzida novamente em portuguez, com uma introducção feita pelo traductor*, Lisboa, 1768; *Elementos de direito natural, compostos por João Diogo Burlamaqui, traduzidos em portuguez*, Lisboa, 1768; 2 tomos; *Os tres livros das obrigações christãs e civis, de Santo Ambrosio, bispo de Milão, para uso do Real Collegio de Nobres*, Lisboa, 1768; traz no principio a vida de Santo Ambrosio, escripta pelo traductor; *Obrigações dos amos e creados, traduzido do francez Mr. Fleury*, etc., Lisboa, 1771; *Elogio de Luiz XV, rei de França, traduzido em portuguez*, Lisboa, 1775; *Sermões do grande João Baptista Massillon, bispo de Clermont, traduzidos do francez, com a vida do autor*, Lisboa, 1774 a 1786; *Pequeno Cathecismo historico, abreviado do de Mr. Fleury, ou compendio historico da doutrina christã, que fez para uso dos freguezes*, Lisboa, 1787; fez se uma nova edição em 181?, com o titulo seguinte: *Compendio historico da doutrina christã, que fez imprimir José Caetano de Mesquita, agora novamente impresso; Discurso sobre a penitencia dos fracos; doutrina de consolação para os peccadores*, Lisboa, 1789; é traducção, segundo se declara na respectiva dedicatoria: *Historia do Santo Thobias, tirada da Sagrada Escriptura, para utilidade dos fieis que a não pódem lêr no original*, Lisboa, 1793; *Vida do veneravel padre Fr. Agostinho da Cruz, religioso da provincia da Arrabida*, Lisboa, 1793; é a propria que já andava impressa na collecção das Poesias do mesmo padre, de que em 1772 fôra editor o proprio José Caetano de Mesquita; *Vida do veneravel padre Fr. Antonio da Madre de Deus, religioso da provincia do Algarve*, Lisboa, 1793; *Instrucção sobre os fundamentos da religião catholica*, Lisboa, 1794; *Instrucções de rhetorica e eloquencia, dadas aos seminaristas do Seminario do Patriarchado*, Lisboa, 1795; *Collecção de varias obras em portuguez e latim, as quaes offerece ao ill.mo e ex.mo sr. José de Seabra da Silva, ministro e secretario de estado dos negocios do reino*, etc., *tomo I*, Lisboa, 1794; o tomo II não chegou a imprimir se; *Apontamentos sobre a Rhetorica, de J. C. M., dedicada ao ex.mo sr. Luiz de Vasconcellos e Sousa*; a dedicatoria tem a data de 28 de junho de 1762. As obras de autores antigos, por elle reproduzidas em novas edições, são: *Os opusculos latinos*, de Diogo de Teive; *A vida de D. Fr Bartholomeu dos Martyres*, por Fr. Luiz de Sousa; *A vida do Beato Henrique Suso*, attribuido ao mesmo Fr. Luiz de Sousa, e seguida de varias obrinhas em prosa e verso; *As Poesias* de Diogo Bernardes, e de seu irmão Fr. Agostinho da Cruz; *Compendio de Doutrina Christã*, de Fr. Luiz de Granada.

Quadros *(Manuel de)*. Visitador e reformador da Universidade de Coimbra, e bispo da Guarda. Foi por provisão de 9 de março de 1583 que teve a nomeação para os referidos cargos da Universidade, do que prestou juramento e tomou posse no dia 21 de maio do mesmo anno. Ia encarregado de mandar construir escolas para a Universidade, mas os seus esforços fôram inuteis por falta de dinheiro. Parece que a sua principal incumbencia era fazer novos estatutos, e n'este sentido se nomearam, como seus adjuntos, os lentes de prima e de vespera de todas as faculdades, e trabalharam até 23 de janeiro de 1584. Quadros deu então a noticia de que era chamado a Lisboa, mas que voltava em breve para proseguirem os encetados trabalhos. Voltou em novembro do mesmo anno, mas, logo lhe chegou carta d'el-rei, então D. Filippe II, participando-lhe que as cousas da Universidade haviam de ser tratadas em Lisboa perante o cardeal archiduque, com assistencia do arcebispo, do dr. Paulo Affonso, d'elle reformador, e do reitor D. Nuno de Noronha, e que a Universidade podia mandar quem lhe parecesse, para fazer as lembranças que fôssem necessarias. Em claustro de 9 de maio de 1592 apresentou o dr. Antonio Vaz Cabaço, vindo de Madrid, os estatutos, que resultaram da reformação de Manuel Quadros, já confirmados por D. Filippe II. Assentou se em claustro, que se publicassem na sala da Universidade, e se imprimissem em numero de mil exemplares. No dia 12 começou a sua publicação, lendo-os o secretario da Universidade na cadeira da sala. Manuel Quadros foi depois nomeado bispo da Guarda.

Quadros *(Manuel Joaquim Nunes de Abreu Rocha)*. Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra. N. em Braga a 2 de março de 1798, fal. em 21 de novembro de 1851. Pelo fallecimento de sua mãe, e na qualidade de primogenito, ficou herdeiro da casa e quinta da Torre de Cardoso, junto a Guimarães Em Braga exerceu alguns cargos publicos; syndico, membro do conselho da camara municipal, juiz de direito substituto de districto, etc. Era muito dedicado aos estudos genealogicos e deixou manuscriptas varias *Memorias Genealogicas* e *Arvores de costado.* Dos seus trabalhos juridicos, não consta que imprimisse senão o seguinte: *A questão da bastordia na successão dos morgados, ou o manifesto de direito e de facto, que assistem a Luiz Pereira Coutinho de Vilhena Carneiro Rangel de Vasconcellos, na causa de revindicação do morgado denominado de S. Sebastião de Villa do Conde, que lhe move o filho bastardo de seu irmão primogenito Antonio Pereira Coutinho de Vilhena*, Braga, 1845.

Quadros *(Miguel Rosario de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador das ordens de

Christo, de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, de S. Gregorio Magno, de Roma, consul de Portugal na India britanica, etc. N. em Bombaim, a 13 de fevereiro de 1832, sendo filho de Miguel de Quadros, negociante n'essa cidade, e de sua mulher, uma senhora portugueza, natural de Baçaim. Seguiu a profissão de seu pae; casou com D. Emerciana de Noronha, filha de Reginaldo de Noronha, de Gôa, tambem negociante. Manifestando grande talento e grande aptidão para os estudos, seus paes o mandaram cursar os preliminares n'uma das escolas de menor importancia, dirigindo se depois para a *Elphinstone Institution*, que era então o unico estabelecimento em que se ministravam os elementos de ensino encyclopedico, correspondente hoje ao estudo da classe de matricula na Universidade local. Contava então 12 annos de edade, e os seus progressos fôram tão rapidos, que os mestres logo lhe agouraram um futuro esperançoso. Tinha 13 annos quando falleceu seu pae, e desde então é que para elle começou a verdadeira lucta pela existencia. Obteve um modesto emprego de escripturario no tribunal superior de Bombaim com o pequeno ordenado de 10 rupias mensaes. Miguel de Quadros tinha aspirações mais elevadas, que se viu obrigado a restringir, mas não desanimou, comtudo, nem se deixou absorver pelo serviço do seu cargo Estudo e trabalho eram os prazeres em que empregava os seus ocios. Cultivou a musica, dedicando-se ao canto, ao piano e ao harmonio. Saiu depois do tribunal, alcançando um logar egualmente modesto na repartição dos *Civil Auditors*, onde se conservou apenas um anno, entrando então n'uma casa commercial, que lhe offereceu melhores vantagens. Ali serviu durante 10 annos. As suas aspirações ainda não estavam satisfeitas. N'essa epoca dirigia o jornal *The Overland Commertial Gazette Price Corrent*, que se publicava em dias de mala para a Europa. Este jornal teve tão larga circulação, que tornou logo notavel o nome de seu joven director na mais distincta sociedade ingleza, e na mais alta praça commercial. Em 1852 obteve o espinhoso logar de guarda-livros do Banco Commercial de Bombaim, com o ordenado de 125 rupias. Na repartição em que se empregára, foi promovido com a maior rapidez para os cargos mais graduados, até se lhe confiou o logar mais eminente que até então ainda nenhum indigena havia exercido; os directores do referido banco o nomearam para o elevado logar de gerente. Foi n'esta agradavel situação, que um grande desastre lhe veiu causar a mais inconsolavel magoa, foi um desastre commercial provocado pela guerra civil da America em 1865, cujas consequencias fôram tão funestas que modificaram por completo o aspecto do mundo Falliram muitas casas commerciaes ricas, bancos; o preço do algodão teve uma baixa enorme, os artigos alimenticios encareceram extraordinariamente, a crise era gravissima. A' derrocada geral não escapou o banco do governo de Bombaim, cuja fallencia causou tambem a ruina de fortunas colossaes; comtudo, ainda funccionou por mais dois annos, até que em 1867 succumbiu a outra enorme perda. Miguel de Quadros, porém, já havia sido substituido na gerencia por um escocez, e não acceitára um logar immediato que lhe fôra offerecido, com as mesmas vantagens, em homenagem ao seu merito e distinctos serviços. Miguel de Quadros, com aquella grande crise commercial, perdeu tambem alguns capitaes, que estavam empregados em diversos bancos. Tanto a classe commercial como o tribunal superior, que sempre lhe ligaram a maior consideração em homenagem ao seu merito, o auxiliaram nomeando o annos successivos para os honrosos cargos de liquidador de casas commerciaes fallidas, de revisor publico das contas de importantes companhias. Vendo o lamentavel estado em que se encontrava a colonia portugueza, tomando pulso ás aspirações dos poucos subditos lusitanos que então ali existiam, e que desejavam illustração e cultura, abrigando patrioticos intuitos de restaurar a lingua portugueza, Miguel de Quadros e alguns mais organisaram uma propaganda de estabelecer escolas de portuguez em diversos pontos, conseguindo lhes um auxilio do governo. Formou-se logo uma sociedade para esse fim, a cujo zelo e intelligencia deveram os obscuros bairros de Mazagão, Matarpacady, Guigão, S. Miguel, de Salvação e Bandorá os beneficos effeitos de instrucção, que até então parecia ter lhes sido negada, e a lingua portugueza ouvia-se falar em todas as familias dedicadas a Portugal. Não durou, porém, muito tempo essa humanitaria obra, pois veiu uma borrasca terrivel, que desmoronou todo o edificio que se havia erguido. No anno de 1857, em que rebentou a grande sublevação dos sypaes, que mudou completamente o aspecto politico, social e economico da inteira peninsula, arrazando a India dos rajás e transformando a na India dos inglezes, fundada sobre os escombros do regime quasi absoluto. Um novo imperio protegido pela corôa nas dobras de tolerancia religiosa. Para acudir ás enormes despezas que a revolta havia occasionado, o governo lançou mão do expediente de suspender os subsidios ás escolas. Fecharam-se quasi todos os estabelecimentos de ensino, inclusivamente os que deviam a sua instituição á munificencia e patriotismo dos portuguezes. Miguel de Quadros pugnava sempre pela instrucção publica, que era o assumpto da sua predilecção. Quando as madres de Jesus e Maria apresentaram o plano da fundação d'uma escola para meninas e d'um albergue para as viuvas europêas pobres, Miguel de Quadros pôz á sua disposição o seu vasto predio de Mazagão, no qual funccionaram por muito tempo aquelles estabelecimentos de caridade, até que se transferiram para Byculla. Fundou em honra do governador geral da India Portugueza, José Ferreira Pestana, um premio pecuniario para ser conferido annualmente ao alumno do lyceu que mais se distinguisse na lingua ingleza. O governador geral, surprehendido por esta espontanea prova de amizade e reconhecimento, agradecia a honrosa lembrança de associar o seu appellido a uma instituição tão nobre, e lhe tecia, n'um officio da secretaria geral, os mais rasgados encomios por haver concorrido para o *bem do publico, que se faz bom e feliz pelo progresso das letras e educação da mocidade*. Tambem foi administrador dos fundos de caridade deixados pelos Barretos, de Calcuttá, para a sustentação d'uma escola em Cavel e para ajudar os pobres e desvalidos da cidade. Dotado de grande intelligencia, e tendo o condão de attrahir a attenção publica com os seus escriptos, Miguel de Quadros sustentou sempre uma

renhida campanha na imprensa em favor do real padroado portuguez no Oriente, porque, embora nascido em terra estrangeira, pulsava lhe o coração pelo torrão patrio, e não deixava passar uma só occasião em que fôssem de valia os seus conhecimentos e o seu auxilio. Escreveu constantemente para os jornaes locaes sobre o assumpto, mostrando ao publico o valor e a utilidade d'essa senil mas gloriosa instituição. Era a esse tempo o padroado uma necessidade indispensavel para a evangelisação d'estas paragens e poderosa alavanca para a elevação moral do publico. Miguel de Quadros que prestou sempre a mais fervorosa dedicação pela agricultura, comprou immensos tratos de terra ao rajá de Travancore para a cultura de café, chá, arroz e coqueiros, gastando cêrca de 150:000 rupias para ensaiar essas plantações, mas tal foi a sua infelicidade que, quando ellas se achavam a ponto de fructificarem, o desleixo do seu administrador e um bando de gafanhotos, vieram derribar por terra todos os seus projectos, reduzindo o campo a um deserto Perdeu n'essa empresa tão util quasi toda a sua fortuna, e viu se obrigado a vender os terrenos. Deixou, porém, ali muitas sympathias, a ponto do rajá lhe offerecer uma linda bengala de marfim, dadiva com que os principes indigenas costumam testemunhar a sua estima e consideração a europeus de elevada posição social. Apezar de tantos desares da fortuna, não desanimou, e comprou vastos terrenos em Satary, afim de os trazer á cultura de legumes, baunilha, chá, arequeiras, coqueiros, café, etc. Conseguiu amanhar o campo, que até então se achava virgem, e lançou a semente de quasi todos os seus productos vegetaes, mas a sua má fortuna, veiu tambem mallograr-lhe os seus esforços, pois que em pouco tempo os cafezeiros fôram devastados por uma saraivada de gafanhotos, cujo apparecimento importa sempre a total destruição de qualquer plantação. A outra cultura nada rendeu devido á falta de meios de conducção, n'essas mattosas paragens. Apezar de numerosas difficuldades, Miguel de Quadros continuou na posse d'esses terrenos que pouco lhe rendiam, mas que elle, com grande dispendio, os valorisou. Foi no governo de José Ferreira Pestana que se adquiriram esses terrenos á fazenda, e tão florescente e lisonjeiro era o estado em que se encontravam, que logo chamaram a attenção dos poderes publicos, e Miguel de Quadros foi então applaudido na imprensa e nas regiões officiaes pela rapidez com que se havia reduzido essa provincia a um campo cultivado. O governo da metropole em prova de seu apreço por esse e outros importantes serviços prestados ao paiz, o agraciou com a commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, por decreto de 4 de fevereiro de 1871. Não contente com as culturas até então ensaiadas n'aquella provincia, requereu e lhe foi concedido por decreto de 30 de agosto de 1866 licença para a cultura do opio, que, como se sabe, é hoje uma droga de muito valor nos mercados do mundo. Teria conseguido o seu intento tão nobre, se não viesse uma contrariedade qualquer impedil o de encetar essa empresa Sempre prompto a abalançar-se a emprehendimentos vantajosos ao paiz, dilatando as suas vistas pelos grandes centros commerciaes da America e da Europa, concorreu para a formação d'uma sociedade em Bombaim para o fabrico de telhas e tijolos de Mangalore, a qual, devido ao zelo de seus socios, floresceu por algum tempo, succumbindo afinal a uma morte prematura, provocada por circumstancias fortuitas. A sua competencia e elevado tacto financeiro, fôram sempre reconhecidos por diversas companhias commerciaes, de que foi constantemente presidente e director, e, segundo consta, foi elle que concorreu para a transferencia a Bombaim da séde da rica companhia *Port Canning*, de Calcuttá, sendo por este serviço honrado pelos accionistas em comicio publico de 4 de setembro de 1871, com um voto de agradecimento e uma linda bolsa contendo 1000 rupias. Para associar o seu nome a uma empresa que foi de grande valia na elevação do *status* moral e social d'este paiz, auxiliou com uma importante quantia a fundação do jornal *Times of India*, que é um soberbo padrão levantado por Miguel de Quadros e mais tres inglezes, como que para attestar os seus infatigaveis esforços pela diffusão da luz da civilisação. Mais tarde, porém, quando a empresa ia prosperando, Miguel de Quadros, frequentes vezes importunado por millionarios que lhe pediam a sua acção, vendeu a a um inglez chamado R. Knight, a 50:000 rupias, o qual elevou o jornal á mais alta posição na imprensa, tanto pelo vigor e elegancia das pennas que para elle escreviam, como pela boa administração que lhe imprimiu por largos annos. Foi tambem Miguel de Quadros que, auxiliado por mais tres capitalistas, fundou em Bombaim a primeira tecelagem de algodão denominada *The Madras Spinning Coy*, que parece existir ainda, em estado florescente. Em 1875, quando se tratou de modificar a pauta aduaneira, Miguel de Quadros inseriu nos jornaes de Bombaim uma carta dirigida á camara do commercio, de Calcuttá, pedindo-lhe a abolição de direitos de importação sobre côco, café, areca, pimenta redonda e alguns outros artigos de procedencia goaua. Animado d'um exaltado sentimento patriotico, e ao mesmo tempo indignado profundamente pelo pouco caso que a referida camara parecia fazer do commercio da India portugueza, Miguel de Quadros recorreu ás estações competentes e á imprensa para conseguir a isenção de direitos sobre esses artigos, e tal foi a fórma energica com que se houve na discussão, que alcançou os maiores louvores para si, e grande sympathia pela causa que advogava. Demonstrou com algarismos e calculos, que a vigencia dos alludidos direitos importava uma obstrucção ao commercio activo da India portugueza, e que a perda das rendas do governo seria insignificante, sendo a importação em pequena escala. E' verdade que as respectivas autoridades não accederam de prompto ao pedido, porém muito antes de se assignar o tratado luso-britannico, o mesmo pedido foi por ellas tomado na devida consideração, conquistando Miguel de Quadros por este meio mais um titulo á gratidão de Portugal. Comtudo, o mais glorioso brazão que Miguel de Quadros conseguiu erguer, foi a conversão das inscripções do governo de 4 a 3 $^1/_2$ por cento, tendo de esgrimir com os mais eminentes vultos e evidencia toda a força do seu talento e experiencia. O governo, convencido dos argumentos em que o distincto financeiro baseou as suas idéas, adoptou a mesma conversão, de que resultou ao Estado uma impor-

tantissima economia annual. Miguel de Quadros enobreceu a sua carreira com verdadeiros rasgos philautropicos. Quando em 1872 chegou a Bombaim a corveta *Estephania*, trazendo a seu bordo a Gôa o infante D. Augusto, por causa d'uns tumultos que durante algum tempo perturbaram a paz d'aquella cidade, o commandante da corveta, carecendo d'um emprestimo de 40:000 rupias, foi ter com o vice-consul e algumas das principaes pessoas da colonia portugueza afim de o obter, e viu com surpreza, que nenhum d'elles o auxiliou n'esta crise. Recorreu então a Miguel de Quadros, que n'esse tempo gozava de grande influencia na classe commercial da cidade e contava dedicados amigos no alto funccionalismo de algumas das principaes casas bancarias, e o emprestimo foi feito com toda a promptidão e facilidade. O proprio infante D. Augusto, quando esteve em Bombaim, recebeu as maiores e mais espontaneas provas de consideração e lealdade de Miguel de Quadros que, por signal, o brindou com uma linda collecção de costumes e artefactos indianos que veiu depois para o museu de Lisboa. O governo reconheceu este grande serviço prestado á marinha portugueza, conferindo a Miguel de Quadros, por decreto de 6 de junho de 1872, o grau de commendador da ordem de Christo. Pouco tempo depois recebia ainda mais um testemunho de quanto o governo o considerava, pois tendo sido elevado o vice consulado de Portugal na India britannica á categoria de consulado, Miguel de Quadros foi nomeado para esse importante logar em 1879. Entrando na posse d'esse cargo, acabou com muitos abusos que de ha muito se notavam na gerencia, deu a mais cabal execução ao regulamento consular, manteve a necessaria disciplina, arrancou o serviço do expediente do cabos em que o encontrou, e conseguiu finalmente elevar o logar á altura de identicos cargos na diplomacia. Desejando então naturalisar-se cidadão portuguez, afim de gozar de todas as prerogativas e regalias inherentes, requereu, e foi-lhe concedida pelo governo central a mercê de naturalisação em Portugal e nos seus dominios, dispensando-o da residencia d'um anno necessaria para a alcançar, e fazendo no respectivo decreto honrosa menção dos relevantes serços prestados por elle á nação. Miguel de Quadros, como ordinariamente acontece a todos os homens de elevado merecimento, creou muitos inimigos, que trataram de desvirtuar todos os seus actos, as medidas que tomava, capitulando muitas de illegaes. Da inveja resultaram as maiores calumnias com que se procurou offuscar o caracter honrado d'aquelle funccionario; foi a inveja que se esforçou por alcançar a destituição do seu cargo, não podendo vêr com bons olhos a influencia, o prestigio que Miguel de Quadros gozava na alta sociedade anglo indiana. Como, porém, para contrabalançar esta horrivel tempestade, recebia o consul a mais espontanea prova de consideração e reconhecimentos dos negociantes, de diversas raças e cr. dos de Bombaim, que mal perceberam as intrigas de que era victima Miguel de Quadros, realisaram uma reunião, em que deliberaram offerecer lhe um *address*, em que se lhe manifestou gratidão pelos bons serviços que continuava a prestar no desempenho do seu importante logar. Miguel de Quadros conservou-se no exercicio do seu cargo bastante tempo, até que por uma reforma consular que se publicou, foi substituido por Alberto Feliciano Marques Pereira. Os distinctos serviços que prestou á religião fôram galardoados pelo papa Leão XIII, em 1887, com a commenda da ordem de S. Gregorio Magno, tecendo, por essa occasião, a imprensa indiana os maiores elogios ao agraciado.

Quadros Joyce (*José Rangel de*). Medico pela Escola-Medico Cirurgica de Lisboa. N. n'esta cidade a 2 de setembro de 1860, sendo filho do respeitavel magistrado dr. Pedro Joyce. Completou o curso, em que foi sempre um estudante muito distincto, no anno de 1885. Sendo ainda estudante cooperou na commissão academica para o esplendor das festas realisadas em honra de Camões, no sarau promovido no salão da Trindade. A 3 de julho de 1889 foi nomeado sub delegado de saude, e em dezembro seguinte secretario do conselho de saude e hygiene do municipio de Lisboa. Em 1892 teve a seu cargo a 6.ª circumscripção, que abrange as freguezias de S. José e Sacramento. Por ser o logar de medico do hospital da Marinha, para que fôra nomeado em 1885, incompativel com o de sub-delegado de saude, pediu a sua exoneração d'aquelle logar, que desempenhava com e maior dedicação. E' socio da Sociedade das Sciencias Medicas. O sr. dr. Joyce era em 1910 delegado de saude da 13.ª circumscripção sanitaria, que comprehende as freguezias de S. Paulo e Martyres.

Quahimué. Pov. do sobado de Mutano, na div. e conc da Humbe, distr. de Huilla, prov. de Angola, Africa Occidental.

Qualude Rio afffluente do Cunene, na prov. d'Angola, Africa Occidental. Nasce no sertão do distr. de Mossamedes, e correndo de E para O entra pela margem esquerda no rio Cunene, depois de ter atravessado o territorio de Cuamato, cêrca de 60 k abaixo do antigo forte portuguez do Cumbe. Tambem é chamado *Quamato*.

Quamato, Karamatui ou Cuamato. Região situada ao S do conc. do Humbe, no distr. de Mossamedes, prov. d'Angola, Africa Occidental. E' habitada pelos quamatas ou cuamatas, que são dos povos mais aguerridos d'aquella parte do continente negro. Atravessa-a o rio Qualude.

Quando. Rio da Africa Occidental. N. na serra Ulondo, nas terras de Huambo e vae desaguar no Cunene. E' de pequena importancia por ser semeado de pedras a que o gentio chama *mupas*, ou logares de passagem. Tem por principal affluente o rio Cusse, que nasce na mesma serra.

Quando o Este. Pov. do sobado de Quimuando, na 6.ª div. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quango. Pov. do sobado de Bumba An'dalla, na freg. de S. Joaquim, 5.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Queta, na freg. de S. Joaquim, 6.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Rio da prov. de Angola. E' um dos maiores affluentes da margem esquerda do rio Zaire. Nasce no planalto de Quiôco, corre umas vezes em leito apertado entre margens abruptas e ravinadas, e outras planicies alagadas. Só é navegavel em parte do seu curso, e cortado por cachoeiras, rapidos e cataractas, sendo os obstaculos conhecidos em numero de doze, e contando-se como os mais importantes a cataracta Cunga-

ria-Cunga, a Suco ria-muquita, e a cachoeira Quicunjá. Esta ultima só poderá dar passagem a pequenas embarcações no tempo das chuvas. A largura do rio varía entre 20 e 70 m., a sua profundidade attinge 6, e a velocidade da corrente é aproximadamente de 4 k. por hora. O Quango tem numerosos affluentes, sendo os de maior importancia o Cuilo, o Bamba, o Huambugho, o Cambo, o Lui e o Luali na margem esquerda; e o Cucumbi, o Lubo, o Calnango, o Luito, o Lucume e o N'gango na margem direita. As suas aguas banham as terras de Quiôco, Minungo, Quembo, Sougo, Holo, Quicongo, N'Bundo, Jacca, etc. A sua confluente no rio Zaire faz-se a montante de Stanley-Pool, recebendo a uns 185 k. d'este ponto as aguas do rio Ibari, que nasce ou é o desaguadouro d'um grande lago. O Quango abunda em peixe, principalmente em bagre de grandes dimensões, que o gentio pesca para alimentação.

Quango de Baixo. Pov. do sobado de Muinzaco, na 4.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quango de Cima. Pov. do sobado de Cassoba Canginge, na 4.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Cabaça, na 2.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, etc.

Quangosta. Pov. da freg. de Santa Eulalia, de Cabanellas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Quangua. Pov. da div. de Congo Ialla, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quanza. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, na 4.ª div. (Mucha-Cassôa) do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Bahia situada na costa do districto de Loanda, provincia de Angola, Africa Occidental. Fica ao N da foz do rio do mesmo nome e da enseada de Nicephas. A ponta das Palmeirinhas fórma o extremo NO d'esta bahia, que termina na banda do S n'uma ponta pouco saliente, e a pouco mais de 10 k. ao SE da primeira, seguindo-se logo a enseada de Nicephas e foz do Quanza. Em alguns livros portuguezes esta bahia tem o nome de *Cuanza*, e nas cartas e livros francezes é chamada *Bahia des Dormeurs*. || Grande rio da prov. de Angola, que tambem se encontra escripto *Cuanza*. V. *Portugal*, vol. I, artigo de *Angola*, pag. 548.

Quaqua. Rio da Africa Oriental, porto da foz do Zambeze, com o qual communica na occasião das cheias e do qual constitue um desaquadouro intermittente. Termina n'um estuarie profundo, em cuja extremidade se encontra a cidade de Quelimaue. || Braço ou canal derivado do Zambeze. prov. de Moçambique, Africa Oriental. Sae d'aquelle rio junto da serra Chimoara e entra no rio dos Bons Siguaes, que é considerado como um dos grandes braços que fórmam o delta do Zambeze. O sitio onde elle entra n'aquelle rio é o Mambuxa. O Quaqua limita o delta N, tem 42 m. de largura média, e só no tempo das chuvas tem agua em toda a sua extensão. De Quelimane a este rio vão 96 kilometros.

Quarenta réis. V. *Pataco*.

Quaresma. Appellido nobre em Portugal, que procede da alcunha que puzeram a Ruy Vasques Mogudo, que pela devoção com que passava o tempo da quaresma, lhe chamaram *Ruy Vasques Quaresma*, e seus descendentes conservam esta alcunha por appellido. Os Quaresmas não teem armas proprias, mas o ramo que se aparentou com os Pessanhas, usa do escudo d'esta familia: Em campo de prata uma banda sanguinha dentada, e n'ella tres flôres de liz de prata. Os que se aparentaram com os Pereiras de Lacerda (ou *la-Cerda)*, trazem por armas: Escudo terceado, em pala; na 1.ª, de púrpura, a cruz de prata dos Pereiras; a 2.ª, cortada em faxa, na 1.ª, de púrpura, um castello de ouro; na 2.ª, de prata, leão de púrpura; na 3.ª, de azul, 3 flôres de liz, de ouro, em pala, e 3 meias ditas, firmadas, de cada lado d'ella.

Quaresma *(Fr. Ignacio)*. Religioso da Ordem da Santissima Trindade, nascido em Lisboa, e fallecido em 17 de setembro de 1638. Escreveu em latim o poema *De Nativitati Christi*, que foi muito elogiado no seu tempo.

Quaresma *(João Silveira de Amorim da Guerra)*. Juiz do Tribunal de Contas e no Supremo Tribunal Administrativo. N. em 1821, e fal. a 14 de janeiro de 1901. Na sua longa carreira publica exerceu importantes logares, como os de governador civil dos districtos de Funchal, Castello Branco, Santarem, Braga e Leiria. Era official da ordem da Torre e Espada, e commendador da ordem da Cruz de Ferro, da Italia.

Quarta feira. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Sortelha, conc. de Sabugal, districto da Guarda.

Quartas. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Fontellas, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || Santo André, de Padronello, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Pedro, de Riba de Moiro, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Sande, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Thiago, de Valladares, conc. de Baião, distr. do Porto.

Quarteira. Aldeia do Algarve, pertencendo parte d'ella á freg. de Loulé, d'onde dista 6 k. ao O, e outra parte á de Boliqueime, cuja matriz fica a 3 k. de distancia, conc. e com. de Loulé, distr. de Faro, bisp. do Algarve. Está situada na costa, e é na sua quasi totalidade composta de pescadores. Antigamente foi uma povoação muito importante pelo seu grande commercio, marinhas de sal e pescarias. Muitos escriptores asseveram ter sido aqui a famosa cidade de *Carteia*, da antiga Lusitania, fundada pelos annos do mundo 3500 (501 antes de Christo), pelos túrdulos ou pelos cúneos. Era cidade maritima de grande nomeada no tempo dos phenicios dos Carthaginezes e dos romanos. Os gregos deram lhe o nome de *Tartesso*. Foi alliada dos romanos, e n'ella se refugiou Lelio com a sua esquadra depois que Scipião tomou Carthagena. O filho de Pompeu, vencido por Cesar junto a Munda, retirou-se tambem para Quarteira, onde havia um presidio maritimo, e ali se apoderou de 30 embarcações. Esta cidade foi invadida pelo mar, que occupa hoje a maior parte do terreno em que estava fundada. O terremoto de 1 de novembro de 1755 acabou por destruir o resto; os habitantes, que escaparam a este lamentavel cataclysmo, fôram construir as suas pobres cabanas de junco, a uns 300 m. do castello velho. Depois começou-se a edificar algumas casas de pedra, e além da importante casa dos morgados da Quarteira, pertencente á familia dos duques de Loulé, hoje a pov. pos-

sue alguns edificiss soffrivcis, e os banhistas que concorrem ali na estação balnear, teem concorrido bastante para a sua prosperidade. Junto da praia, mas dentro do mar, ha vestigios de antiguidades. Corre por aqui a ribeira da Quarteira, formada pelos ribeiros de Tôr, Salir, Quereuça, Mercês e outros, que faz a terra muito fertil. E' atravessada por uma ponte de pedra, na estrada de Albufeira para Faro. E' de construcção antiquissima. Pouco abaixo da ponte, no sitio do Juncal, nascem tres olhos d'agua, de grande profundidade, chamados *Mexugueira*, *Ulmo* e *Roballo* A Quarteira tinha foral velho, dado pelo rei D. Diniz, em Alcobaça, a 15 de novembro de 1297. Este monarcha deu os terrenos, que depois constituiam o morgado da Quarteira, em 15 de novembro de 1297 e por aforamento, a Martim Marchão, ou Merchão, com a obrigação de os povoar com 50 moradores. Estas terras são fertilissimas D. João I mandou fazer n'estas terras os primeiros ensaios da plantação da canna de assucar Esta vastissima propriedade fica 3 k. distante da povoação. D. Affonso V deu a Nuno Barreto, morgado da Quarteira, por alvará de 3 de fevereiro de 1160, os direitos reaes do *Porto da Quarteira*. O morgado pertence actualmente aos duques de Loulé, conforme dissémos. No sitio chamado *Valle de Judio*, proximo da Quarteira, está situada n'uma bonita veiga povoada de figueiras, amendoeiras e alfarrobeiras, a capella de N. S.ª do Bom Successo, construida em 1693 por iniciativa do beneficiado e thesoureiro da freg. de S Clemente, de Loulé, o P. Diogo Fernandes Rasquinho. || Ilha Graciosa; pov. na freg. de Santa Cruz e conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo.

Quartinho. Antiga moeda de ouro do valor de 1$200 réis.

Quartinhos. Pov. na freg. de S. Thiago, de Alvaro, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Quarto de Cruzado Moeda de ouro, do tamanho d'um vintem em prata, e com o valor de 100 réis. Foi mandada cunhar por el rei D. Manuel, que trazia sempre na bolsa grande quantidade d'estes quartos, para dar esmolas aos pobres.

Quarto do Negro. Pov. da freg. do Salvador e conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real.

Quartos. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Quartos d'Além e d'Aquém. Duas povoações na freg. de S. Thiago, de Alvaro, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Quatorze. Ilha Terceira; pov. na freg. de S. Jorge, de Doze Ribeiras, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Quatrim. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Quelfes, conc. de Olhão, distr. de Faro.

Quatrim do Norte e Quatrim do Sul. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Graça, de Moncarapacho, conc. de Olhão, distr. de Faro.

Quatro Aguas. Pov. na freg. de N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. de Louzã distr. de Coimbra.

Quatro Azenhas. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Ribeira de Niza, conc. e distr. de Portalegre.

Quatro Canadas. Ilha Terceira; pov. na freg. de S Miguel, de Lagens, conc. de Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo.

Quatro Irmãos. Logar muito agradavel e pittoresco, da prov. do Minho, da freg. de S. Martinho, de Sande, conc. de Guimarães, nas faldas da serra da Falperra, na estrada de Guimarães a Braga. Deu-se o nome de *Quatro Irmãos*, a 4 penedos que parecem tampas de sepulturas. Segundo a tradição, 4 irmãos, d'estes sitios, filhos de Maria do Canto, amavam uma senhora, sobrinha do abbade da freg. Ardendo em amor e ciume, os 4 irmãos reptaram se para n'este logar decidirem á paulada, quem havia de casar com a rapariga. Tres ficaram logo mortos no campo, e o quarto, que viveu ainda algumas horas, é que contou tudo ao abbade, que os mandou enterrar no sitio da contenda, o qual se ficou chamando os *Quatro Irmãos*. || Pov. na freg. de Santo André, de Villa Boa de Quires, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Quatro Lagôas. Pov. na freg. de N. S.ª da Annunciação, de Pombalinho, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Quatro Marcos. Pov. na freg. de S. Jorge, de Sarilhos Grandes, conc de Aldeia Gallega, distr. de Lisboa.

Quatro Ribeiras. Ilha Terceira; pov. e freg. de Santa Beatriz, conc. e com. da Praia da Victoria, distr. e bisp. de Angra do Heroismo; 168 fog. e 685 hab. Está situada em terreno pedregoso, sobre uma rocha, á beira-mar a 5 k. ao O de Agualva, e a 18 da séde do conc. Foi muito rica no tempo da cultura do pastel. Os colonisadores da ilha tiveram ali o seu primeiro logar de residencia, tem est. post. e é fertil em generos agricolas. Pertence ao commando mil. dos Açôres e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo.

Quatro Vintens. Antiga moeda de prata que fez cunhar D. João III, e depois D. Filippe II, com o valor de 80 réis. D. Antonio, prior do Crato, acclamado pelo povo rei de Portugal, fez tambem cunhar d'estas moedas, e de cobre, do mesmo valor. As de prata, porém, eram mais pequenas do que as antecedentes.

Quebra. Pov na freg. do Espirito Santo e conc. de Aldeia Gallega, distr. de Lisboa.

Quebra dos Escudos. Cerimonia funebre, que se realisava como demonstração de sentimento, quando falleciam os monarchas. Tem-se feito muitas investigações ácérca da origem d'esta cerimonia, mas não se conseguiu ainda saber, em que epoca principiou, nem qual seja a sua significação. Parece que se quebram os escudos das armas de Portugal em signal de luto e de pranto pelo rei fallecido, e como indicativo de que acabou aquella realeza. Nas chronicas dos nossos reis e em outras memorias que lhes dizem respeito, não se menciona esta cerimonia, e só se encontram noticias a este respeito no Regimento do Senado da Camara de Lisboa, dado por el-rei D. Manuel, o qual tem a data de 30 de agosto de 1502. Esse regimento regulava o que o senado devia fazer quando o rei morria, e quando era acclamado successor da corôa. Comtudo, parece que já se fazia a cerimonia da quebra dos escudos, e que D. Manuel lhe deu o regimento. Assim o affirma José Soares da Silva nas *Memorias da vida d'el rei D. João I*. E' intitulado *Capitulo do Pranto* aquelle em que, no alludido regimento se trata da quebra dos escudos. N'uma *Memoria* da doença e enterro de D. Manuel, que vem nas

Provas da Historia Geneologica da Casa Real, de D. Antonio Caetano de Sousa, acha-se a descripção da quebra dos escudos, como se fez por occasião da morte d'aquelle monarcha. Falleceu D. Manuel a 13 de dezembro de 1521, e no dia 18 d'esse mez se realisou a cerimonia com toda a solemnidade, que não transcrevemos, por ser muito extensa. Desde d'essa epoca encontram se noticias de realisação da quebra dos escudos no fallecimento dos monarchas, pela mesma fórma, com pequenas alterações. A cerimonia tinha então uma certa significação popular; era a manifestação de pranto e magua dos representantes do povo, e a que este se associava, e emquanto o senado assim pranteava o monarcha official e officiosamente, cabia-lhe tambem o dever de acclamar o successor, sem dependencias de qualquer ordem, porque no regimento de 30 de agosto de 1502, já citado, estava ordenado que no dia seguinte á quebra dos escudos, o senado tinha de fazer a acclamação do novo rei. Todas as camaras municipaes do reino fizeram depois a cerimonia da quebra dos escudos, mas não se sabe, se por determinação régia, se para seguirem o que em Lisboa se praticava. Em Gôa tambem se realisou, pela morte do D. Manuel, a cerimonia da quebra dos escudos, seguindo-se a acclamação do D. João III. No *Archivo Pittoresco*, de 1861, IV vol. a pag. 303 e seguintes, vem uma interessante e minuciosa descripção d'aquella cerimonia. No anno de 1522 partiram de Lisboa tres náus, das quaes só pôde continuar viagem, até Gôa, a de D. Pedro de Castello Branco, que chegou ali em 20 d'agosto, mandando logo recado ao governador, que era então D. Duarte de Menezes, para lhe participar o fallecimento do monarcha o umas determinações do novo rei. Foi grande o sentimento que tão infausta noticia causou. Celebraram-se grandiosas exequias na sé de Gôa, no dia 22; foi deitado um pregão ordenando que tomassem rigoroso luto todas as pessoas, homens e mulheres que vivessem nas terras de el-rei, gentios e moiros, christãos e portuguezes e seus escravos, o que todos cumpriram fielmente. No dia seguinte todos os padres disseram missas de *requiem*, e depois o bispo celebrou missa de pontifical. Terminando estas solemnidades, o governador, com o seu sequito, dirigiu se ao terreiro de suas casas, onde já estavam os officiaes da camara com muito povo, e ali trouxeram um escudo feito n'uma taboa delgada, preto, pintadas n'elle as armas reaes, que para isso se fez, o qual o governador tomou nas mãos e levantou quanto pôde, exclamando: «O muito excellente e poderoso grande rei D. Manuel, nosso senhor, é fallecido d'esta vida presente, que nosso Senhor levou para si.» Em seguida deu com o escudo n'um banco, partindo-o em pedaços. A' tarde, o governador, vestido ricamente e com o seu collar de pedrarias, o capitão da cidade e fidalgos, tambem em trajos do gala, indo todos a pé, menos o governador que montava um cavallo vistosamente ajaezado, sendo todos acompanhados de grande multidão de povo dirigiram-se á porta da camara municipal, onde de dentro lhe trouxeram a bandeira real de damasco branco e verde, com franja de fio de ouro e verde e branco, com seus cordões, de uma parte as quinas e da outra a cruz de Christo, em uma haste dourada e das côres, que o governador tomou e metteu n'um tiracolo, levando adeante trombetas e atabales; em meio do terreiro o governador deu pregão, dizendo: «Real, real, real, por el-rei D. João, nosso Senhor, rei de Portugal» Outro tanto se fez na rua direita, e á porta da Sé, dondo voltou á porta da camara, entregando ali a bandeira. E assim se realisaram em Gôa as cerimonias funebres, demonstração pelo finado rei, e de gala pela acclamação do novo monarcha. Quando falleceu D. João V, em 31 de julho do 1750, o senado da camara de Lisboa ordenou que no dia 8 do seguinte mez d'agosto, toda a cidade trajando rigoroso luto, assistisse á cerimonia da quebra dos escudos, em demonstração de sentimento, sob pena de pagarem 2$000 réis, e serem sujeitas ás mais penas que o senado ordenasse, todas as pessoas que não comparecessem. Pelo fallecimento de el-rei D. José, a pena imposta pelo senado aos que não assistissem á quebra dos escudos, foi de 4$000 réis. A ultima vez que se realisou esta funebre cerimonia, foi pela morte de D. Pedro V O monarcha falleceu a 11 de novembro de 1861, e a quebra dos escudos effeituou-se no dia 26. Nas praças do Commercio e de D. Pedro, e no largo de Santo Antonio da Sé, se levantaram tres tarimas cobertas de preto. Pelas 9 horas da manhã do mencionado dia 26 de novembro de 1861, organisou-se o prestito, indo á frente um piqueto de cavallaria com as armas em funeral, e duas bandas militares, tocando alternadamente trechos adequados á funebre solemnidade. Seguia-se um dos vereadores da camara municipal, a cavallo, empunhando a bandeira funebre na fórma do estylo; os administradores dos bairros que então existiam, Rocio, Alto e Alfama, levando cada um d'elles o escudo das armas reaes, que tinha de quebrar; os juizes de direito dos tres districtos criminaes; os vereadores da camara e o respectivo syndico, com capas, chapéos desabados, e fumos caidos, empunhando varas pretas; o guarda-mór e continuos com capas pretas, e os empregados das diversas repartições da secretaria da mesma camara, seguindo se muitas pessoas, todas trajando rigoroso luto. O prestito fechava com um esquadrão de cavallaria. Chegando aos pontos indicados, um dos administradores dos bairros subiu á tarima com um escudo, e disse em voz alta: «Chorae, portuguezes, que é morto o vosso rei o Senhor D. Pedro V,» quebrando immediatamente o escudo, e atirando-o ao chão. Antigamente os escudos eram levados e quebrados por um corregedor do eivel e dois corregedores do crime. Depois eram os administradores dos bairros, o como estes não exerciam a autoridade judicial como os antigos corregedores, por isso iam tambem os juizes criminaes a este acto solemne. Os corregedores do crime eram propostos pela camara ao governo, e tinham um logar marcado em todos os prestitos, tendo a obrigação do se incorporarem n'elles. Depois, os administradores dos antigos bairros não eram propostos pela camara, mas recebiam d'elles o estipendio, o portanto estavam de certo modo ligados ao municipio Todo o tempo que durou a cerimonia funebre, o castello de S. Jorge e os navios de guerra surtos no Tejo, déram tiros de quarto em quarto do hora, e os sinos de todas as egrejas de Lisboa dobraram a finados. Terminando a quebra dos escudos celebrou-se na egreja de Santo Antonio da Sé, por ordem da camara municipal, uma solemni-

dade religiosa suffragando a alma de D. Pedro V.

Quebrada. Termo antigo de enseada, pequeno golfo de abrigo para embarcações miudas. «Nom possam sser tomados em todolos portos e obras e quebradas e ancoraçoens de cada huum dos ditos Regnos e Senhorios» (Côrtes de Lisboa, de 1380—Documento da camara do Porto). Tambem se dava antigamente o nome de *quebrada* á terra de pouco valor, ou a um casal insignificante. Dava se tambem o nome de *quebrada* á soldada que se pagava em pão, constando de dois pães por dia.

Quebrada. Povoações nas fregnezias; Ilha da Madeira e distr. do Funchal: Santa Quiteria, de S. Boa Ventura, conc. de S. Vicente; S. Braz, de Campanario, conc. de Camara de Lobos; N. S.ª da Natividado, do Fayal, conc. de Sant'Anna; Santo Amaro, do Paúl do Mar, conc. da Calheta; S. José, de Arco de S. Jorge, conc. de Sant'Anna || S. João Baptista, de Carvoeiro, conc. de Mação, distr. de Santarem. || S. Pedro, de Cette, conc de Paredes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Duas Egrejas, do mesmo conc. e distr. || S. Vicente, de Formigaes, conc. de N. S.ª de Ourem, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Idães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Pedro, de Loureiro, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Martinho, de Mancellos, conc. Amarante, distr. do Porto. || Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, do mesmo distr. || O Salvador, de Medrões, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Romão, de Mouriz, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Martinho, de Mozellos, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Paio, de Oleiros, do mesmo conc. e distr. || S. Paio, de Oliveira, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Ordem, conc. de Louzada, do mesmo distr. || O Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. Martinho, de Penacova, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. Tem caixa postal. || S. Martinho, de Rio de Moinhos, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. Felix, de Sanfins, conc de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Sendim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto, || S. João Baptista, de Sistello, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel de Trezouras, conc. de Baião, distr. do Porto. || O Salvador, de Villa Cova da Lixa, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || Santa Cecilia, de Villaça, conc. e distr. de Braga. || Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, no conc. da Praia da Victoria, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Quebrada de Cima. Pov. na freg. de S. Silvestre, de Chãos, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Quebradas. Povoações nas freguezias: N S.ª da Purificação, de Alcoentre, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa. Tem correio com serviço de posta rural. || Santo André, de Christellos, conc. de Louzada, districto do Porto. || S. Pedro, de Escudeiros, conc. e distr. de Braga. || Ilha da Madeira; S. Martinho, conc. e distr. do Funchal. || Santa Marinha, de Nespereira, concelho de Sinfães, districto de Vizeu. || N. S.ª da Visitação, de Odeleite, concelho de Castro Marim, districto de Faro.

Quebrantões. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Oliveira do Douro, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Queda de Coalde. Pov. na freg. de S. Martinhe de Antas, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real.

Quedem. Pov. do conc. de Quepem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India.

Quedó João. Pov. na freg. de S. José de Encoge, conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Queijada. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 60 fog. e 209 hab. Tem est. postal, e está situada na estrada real de Ponte do Lima a Braga, a 9 k. da séde do conc. A mitra primacial apresentava o abbade, que tinha 250$000 reis de rendimento. Tem annexa a antiga freguezia de Boalhosa, ou Boulhosa. Estas duas freguezias formavam antigamente um couto da ordem de Malta, do qual era senhor o commendador de Chavão, com jurisdicção no civel; no crime pertencia ao julgado de Albergaria. Denominava-se *couto de Queijada e Boulhosa*. A terra é muito fertil, e atravessada pelo rio Ave e alguns ribeiros. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Queijaes. Ribeira do distr. de Vianna do Castello. N. na serra do Oural, pela parte SO, na freg. de Queijada, corre em direcção NO e entra no rio Lima, proximo de Ponte do Lima, com 20 k. de curso.

Queijeira. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Pechão, conc. de Olhão, distr. de Faro.

Queijo. Massa de leite de vaccas, ovelhas, cabras, coalhado, e expremido no cincho. Os queijos que mais se fabricam em Portugal, são os chamados de *pasta molle*. Como mais notaveis, de entre elles, temos os queijos da *Serra da Estrella*, do *Alemtejo*, de *Azeitão*, de *Castello Branco*, do *Rabaçal* e da *Ilha do Pico*. Entre os queijos de *pasta dura*, são muito apreciados o denominado *queijo da Ilha* fabricado na ilha de S. Jorge; o queijo de *S. Caetano*, da quinta da Cardiga, e o *Cherphilly*, da quinta da Alegria, em Tortozello. O queijo da *Serra* tem fama tradicional. E' de pasta unida, homogenea, muito saboroso, e um dos melhores queijos do paiz. São mais apreciados os muito natosos, chamados de *correr*, que teem de ser mantidos, para se não abrirem, por meio d'uma faxa de panno, com que se envolvem ao redor. O queijo da *Serra* é fabricado com leite de ovelha da raça *bordaleira*. O queijo do *Alemtejo* é feito, pouco mais ou menos, da mesma maneira que o da *Serra da Estrella*. E' todo fabricado com leite de ovelha, a maior parte das vezes misturado com leite de cabra. O typo principal e mais apreciado é o queijo grande de fórma cylindrica, achatado, de pasta branda e manteigosa, como o preparam em Serpa e em todo o Baixo-Alemtejo. Mas ao par d'este, fabricam-se um outro typo mais pequeno, arredondado, de pasta mais consistente, em que predomina o leite de cabra, que tem menor valor; é o chamado *queijo de S. João*, que se vende em grandes quantidades na feira de Evora, e tem grande consumo local. Entre os outros typos de queijo de pasta molle, que se fabricam em Portugal, deve especialisar-se os queijos de Azeitão e os de Castello Branco. Os primeiros, de leite de ovelha, são

queijos finissimos, muito butyrosos, de pasta muito egual e homogenea, apresentando pequenos olhos aqui e ali, sobretudo muito notaveis na primavera na epoca em que os pastos estão em flôr e são mais aromaticos; teem todos cousumo certo na praça de Lisboa. Os segundos, feitos com leite de mistura, de ovelha e cabra, apresentam-se, quando bem curados, com qualidades que fazem lembrar o afamado queijo francez de *Roquefort*. Além d'estes, o *queijo saloio*, o *Rabaçal*; o de *Farminhão*, de Vizeu, e outros, teem certa procura no mercado interno, onde são consumidos. Entre os queijos de *pasta dura*, e de longa conservação, temos, como mais notaveis, o de *S. Caetano*, da quinta da Cardiga, o da *Ilha* e o de *Cherphilly*. O de *S. Caetano* é um bom producto no seu genero, podendo hombrear com muitos queijos da sua categoria, de procedencia estrangeira, e que teem grande nome. E' fabricado em queijaria muito bem montada, onde não faltam os apparelhos e utensilios modernos mais recommendados pela technologia especial, e passa a sua phase de cura ou maturação em caves apropriadas, onde é cuidadosamente tratado e vigiado, até ter adquirido todas as qualidades com que deve entrar no consumo. O queijo da *Ilha*, produz se principalmente na ilha de S. Jorge, é feito com leite de vacca. E' um queijo de pasta firme, de longa conservação e que, pelas suas boas qualidades e condições de preço tem facil venda. O Cherphilly, menos conhecido por ser de introducção recente no mercado, é um producto bem fabricado, muito saboroso. Bibliographia: *Contribuição para o estudo technologico e chimico dos queijos portuguezes*; Dr. H. Masthhaum e A. Cardoso Pereira, in *Revista de Chimica Pura e Applicada*, n.º 2, 1.º anno. V. *Lacticinio*, *Portugal*, vol. IV, pag. 20.

Queimada Pov. na freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Armamar, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 180 fog. e 670 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Dista 5 k. da séde do conc. Esta freg. é muito antiga, pois já existia em 1663. Na serra de S. Domingos da Queimada, ou S. Domingos de Tontêllo, e mesmo junto á capella do santo que dá o nome á Serra, tem apparecido medalhas romanas com os bustos e inscripções de varios imperadores. N'esta serra ha grande abundancia de granito, de qualidade superior para cantaria, o qual se exporta para Lamego, Regua e outras povoações ainda mais distantes. Entre a Queimada e a serra de S. Domingos, está a *Veiga de Naçarães*, que junta ás freguezias da Queimada e Queimadella, é, segundo se diz, o local onde existiu a primitiva cidade de Lamego, incendiada e arrazada pelas 14 legiões romanas, e que d'este facto é que proveem os nomes de *Queimada* e *Queimadella*. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao districto de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Ilha de S. Jorge, Açôres; pov. e freg. de Santo Amaro, conc. e com. de Vélas, distr. e bisp. de Angra do Heroismo. Tem escolas de ambos os sexos, est. post. e fabricas de lacticinios. Está situada a 3 k. ao N E da villa Vélas, e tem uma ermida da invocação de N. S.ª da Luz. || Povoações nas freguezias: Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || S. João Baptista, de Ovil, conc. de Baião, distr. do Porto. || Ilha da Madeira; Santa Beatriz, de Agua de Pena, conc. de Machico, distr. do Funchal. || Ponta situada na costa da ilha de S. Jorge, Açôres. Fica proximo da villa de Vélas e fórma a ponta E da bahia de S. Jorge.

Queimadas. Pov. na freg. de S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de N. S.ª da Lapa, na ilha de S. Nicolau, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situada junto da costa N da ilha, e é a segunda que houve em S. Nicolau. || Ponte situada na costa N E da ilha de S. Nicolau, Archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Queimadella. Pov. e freg. de N. S.ª da Piedade, da prov. da Beira Alta, conc. e com. d'Armamar, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 140 fog. e 479 hab. Tem est. post. Dista 8 k. da séde do conc. O abbade da Figueira apresentava o cura, que tinha 80$000 réis e o pé d'altar. E' pov. muito antiga, e já existia antes da monarchia portugueza, mas o documento mais antigo que d'ella se encontra é um testamento de mão commum, feito entre Lourenço Pires e sua mulher Marinh'Annes, no anno de 1314. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Pov. e freg de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. e com. de Fafe, distr. e arceb. de Braga; 271 fog. e 1:128 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Está situada na margem esquerda do rio Ave, a 8 k. da séde do concelho. A mitra primacial apresentava o abbade, que tinha 140$000 réis de rendimento, e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, e parece que ainda anterior á monarchia portugueza. A terra é muito fertil. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Queimado *(Jacob)*. Capitão d'uma das naus que partiram para a India a 6 de março de 1506, sob o commando de Tristão da Cunha. Era natural de Setubal. Logo a 10 d'agosto do mesmo anno se descobriu a grande ilha de Madagascar. A 12 de janeiro de 1507, Tristão da Cunha, Affonso de Albuquerque e Jacob Queimado, entraram na cidade de Oja, na costa de Moçambique, e a ferro e fogo foi arrazada, depois d'uma tenaz resistencia, em castigo de offensas e damnos que fazia ao rei de Melinde, nosso alliado. No mesmo anno de 1507, D. Lourenço d'Almeida, Tristão da Cunha, Nuno da Cunha, Jacob Queimado e outros capitães, queimam em Panane 18 naus de Meca e de Calecut. Fazem tributaria a Portugal a cidade de Lamo, e conquistaram a cidade de Brava, uma das mais celebres da costa da Ethiopia Oriental, fundada no topo de um alcantilado monte, e defendida por 6:000 homens de tropas regulares, além do povo da cidade, e protegida por fortes muralhas e alterosas torres. Depois de porfiada resistencia, fôram os bravenses derrotados, morrendo grande numero, e a cidade saqueada, e depois reduzida a cinzas. Os mesmos valorosos capitães atacaram a ilha de Socotorá, na garganta do Mar Roxo, cujas praias são, de um lado a Ethiopia, e do outro a Arabia, e a tomaram no dia 9 d'abril de 1508, matando todos os seus defensores, que preferiram a morte, combatendo, á escravidão.

Queimado (*Dr. Fr. Jorge de*). Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho. Era natural de Aldeia Gallega, e fal. a 29 d'abril de 1618. Professou em 1545, e em 1575 passou ao Oriente

onde missionou por muitos annos. Voltando ao reino, o arcebispo de Braga o nomeou seu confessor em 1589, e em 1599 recebeu o cargo de bispo coadjutor do arcebispo primaz, com o titulo de bispo de Fez, que lhe foi conferido pelo papa Clemente VIII. Foi tambem visitador e reformador dos conventos de Palmella e de Aviz. Deixou manuscripta uma *Vida do arcebispo de Braga D. Agostinho de Castro.*

Queimado. Povoações nas freguezias: Santa Maria Magdalena, de Magdalena (Gestaçô), conc. de Amarante, distr do Porto. || S. Martinho, de Villa Frescainha, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Queimados. Ilhéos situados na costa do distr. de Gôa, India. Ficam ao N de Tiracol e servem de guia aos pilotos que demandam a barra de Gôa.

Queimondo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Raimonda, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Queira. Pov. na freg. de S. Thiago, de Sendim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Queirã. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Vouzella, distr. e bisp. de Vizeu; 489 fog. e 1:796 hab. Tem escolas para ambos os sexos. Está situada na estrada de Vizeu a Vouzella, a 5 k. da séde do conc. Era commenda da Casa das Rainhas, as quaes apresentavam o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimento annual. A freg. é muito antiga, pois nas *Inquirições* de D. Affonso III, em 1250, se menciona a freg. de S. Miguel de Queiran como já existente em 1134. N'essas *Inquirições* se diz, que o logar de *Noumam* ou *Loumam*, d'esta freg. fôra dado por D. Affonso Henriques n'esse anno de 1134 a Pelagio Vezoiz. Em 1290, nas *Inquirições* d'el-rei D. Diniz, achou-se que moravam ali 12 homens, *foramontãos*, cujos casaes eram coutados. (*V. este nome*, *Portugal*, vol. III, pag. 545) A 2 k. da egreja matriz está o logar de Igarei, onde ha uma capella dedicada a N. S.ª das Neves. Segundo a lenda, a imagem d'esta Senhora appareceu em um monte proximo, onde hoje existe uma cruz, para memoria, e por isso se chamou o monte de Santa Cruz. Diz-se que a imagem appareceu depois junto á estrada real, e perto do logar de Igarei. O povo construiu logo n'aquelle sitio uma ermida, toda de cantaria lavrada, tendo um só altar. A imagem é de pedra fina e de boa esculptura. A esta freg. se dava antigamente o nome de *Queiram*, e no foral que lhe deu D. Affonso III, em Santarem, no 1.º de dezembro de 1272, se lhe dá o nome de *Prado de Queirã de Lafões*. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Queirão. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Figueira, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S Thiago, de Gavião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Salvador, de Paderne, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Queiraz ou Quiraz. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga. Tem 230 hab. O abbade de Santa Maria, de Gallegos, apresentava o vigario, que tinha 40$000 reis de rendimento e o pé d'altar. A terra é fertil. Esta freg. está annexa á de Roriz, do mesmo conc. de Barcellos.

Queiraz ou Quiraz. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Vinhaes, distr. e bisp. de Bragança Tem 757 hab. O papa e a mitra apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 600$000 reis de rendimento. Esta freg. está annexa á de Villarinho.

Queirella. Pov. na freg. de S. Miguel, de Bodiosa, conc. e distr. de Vizeu.

Queirezes. Pov. na freg. de Santo André, de Villa Boa de Quires, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Quiriga. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Beira Alta, conc. de V. N. de Paiva, com. de Castro Daire, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 171 fog. e 680 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 6 k. da séde do conc. e está situada a 4 k. da margem esquerda do rio Paiva, a 3 da margem direita do rio Vouga, O abbade de Cotta apresentava o cura, que tinha 6$000 reis de congrua e o pé d'altar. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Pertencia ao conc. de Fragoas, que foi supprimido por decreto de 7 de setembro de 1895, sendo então annexada ao de Sattam, sendo, porém, restaurado o antigo conc. por decreto de 13 de janeiro de 1898, tendo a nova denominação de V. N. de Paiva, voltou para elle, onde se tem conservado. A pov. é fertil em generos agricolas.

Queiriz. Pov. e freg. de Santa Agueda, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Fornos d'Algodres, distr. e bisp. da Guarda; 12 fog. e 475 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 14 k. da séde do conc., e está situada junto d'um affluente do rio Dão, na aba da serra de Carapito. Pertence á 2.ª div. mil, e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. na freg. de Santa Eufemia, de Agilde, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Queiroal. Povoações nas freguezias: S. Nicolau e conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Miguel, de Refoios de Basto, do mesmo conc. e districto.

Queirões. Pov. na freg. de S. Pedro, de Barreiros, conc. de Amares, distr. de Braga.

Queiroga. Familia illustre da Galliza que passou a Portugal, e cujas armas são: Em campo verde cinco estacas de prata postas em pala.

Queiroga (*João Alexandrino de Sousa*). Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Santarem a 24 de maio de 1787, fal. em Moura a 7 de outubro de 1863. Matriculou-se em 1803 no primeiro anno das faculdades de Mathematica e Philosophia, continuando o curso de Philosophia até 1806, em que interrompeu os estudos. Em 1811 novamente se matriculou na Universidade, passando ao terceiro anno de Medicina, fazendo a formatura n'esta faculdade em 1815. Sendo eleito deputado ás côrtes constituintes em 1821, figurou depois em outras legislaturas. Foi delegado do Conselho de Saude Publica no districto de Beja, cargo que exercia quando falleceu. Dedicava-se tambem á litteratura. Escreveu. *Merinval, drama de Mr. Arnaud, traduzido em versos portuguezes*, Lisboa, 1815; *Varias poesias avulsas*, que sairam no *Jornal de Coimbra*, n.º VII, X, XII, XXVI, XXX, XXXI, etc.

Queirom. Pov. na freg. do Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Queiroz. Familia das mais illustres e antigas

de Hespanha, que passou a Portugal. As suas armas são: Escudo esquartelado, no primeiro quartel em campo de ouro seis crescentes de lua vermelhos em duas palas; no terceiro, em campo de prata um leão sanguinho, e assim os contrarios; timbre, um leão do escudo com um crescente de ouro na espadua. Alguns trazem todo o campo dos quarteis do escudo de prata e o leão do timbre sem crescente.

Queiroz (*Antonio Abranches*). General de divisão, commandante geral das guardas municipaes, ajudante de campo d'el-rei, par do reino, antigo deputado, etc. N. no Porto a 23 de setembro de 1835, fal. em Lisboa a 21 de março de 1902. Era filho de José dos Santos Abranches e de D. Margarida Candida de Queiroz Logo desde tenros annos mostrou decidida vocação para as armas, e foi educado no Collegio Militar, onde fez um curso distincto. Assentou praça no regimento de infantaria n.º 16 em 1 de dezembro de 1850, e foi graduado com o posto d'alferes a 22 de junho de junho de 1851. Passou á arma de cavallaria e ao regimento de lanceiros da Rainha em 20 de setembro de 1853, sendo nomeado alferes em 10 de maio de 1858, promovido a tenente em 2 de setembro de 1865, a capitão em 14 de fevereiro de 1872, a major em 22 de fevereiro de 1882, a tenente-coronel em 31 de outubro de 1884, e a coronel em 5 de maio de 1886, a general de brigada em 3 d'abril de 1893, e a general de divisão em 24 de outubro de 1895. Desde que foi promovido a alferes graduado, até 9 de fevereiro de 1868, em que falleceu seu tio, o marechal do exercito conde da Ponte de Santa Maria, serviu como seu ajudante de campo, tanto na commissão de commandante da 1.ª divisão militar, como n'outras que o mesmo marechal exerceu. Continuou desempenhando o cargo d'ajudante de campo do commandante da referida divisão, até que, sendo promovido a capitão em 1872, foi tomar o commando da sua companhia no regimento de Lanceiros da Rainha. Em 29 de setembro de 1875, por meras questões de brio militar, solicitou e obteve a sua collocação no quadro da arma, e não tendo em que empregar a sua actividade, dedicou-se á lavoura, que montou em ponto grande em propriedades situadas nos campos do Carregado e Azambuja. Colhendo maus resultados no seu emprehendimento agricola, voltou ao serviço effectivo em 1882. A 23 de abril de 1887 foi lhe confiado o commando do regimento de cavallaria n.º 4. Mais tarde tomou o commando das guardas municipaes, cargo que exerceu até fallecer. Em 1898 foi nomeado par do reino, tomando posse na respectiva camara na sessão de 17 de março d'esse anno. O general Abranches Queiroz era gran cruz, commendador e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, gran-cruz e cavalleiro da de Christo; tambem era commendador da ordem da Espada da Suecia, mas nunca usou as respectivas veneras. Poucos dias antes de fallecer havia sido nomeado chefe da casa militar d'el rei D. Carlos. O general Abranches Queiroz escreveu: *Relatorio da marcha forçada de Belem ao Monte da Barca em Coruche, executada no dia 12 de junho de 1889 pelo regimento n.º 4 de cavallaria do imperador da Allemanha Guilherme II*, Lisboa, 1889.

Antonio Abranches Queiroz

Queiroz (*P. Bernardo José Pinto de*). Religioso agonisante da ordem de S. Camillo de Lellis. Nada mais se sabe a seu respeito. Vivia ainda no principio do seculo passado, e imprimiu a seguinte obra, em Lisboa: *Praticas exhortatorias para soccorro dos moribundos, ou Novo Ministro dos enfermos.*

Queiroz (*Fernando José de*). Actor e autor dramatico, que floresceu nos fins do seculo XVIII e no primeiro quartel do seculo XIX. N. em Aveiro, ou proximo d'esta cidade, e fal. em 1826. Enthusiasta pela vida do theatro, abandonou os estudos e a carreira a que seus paes o destinavam para seguir a vida d'actor. Veiu para Lisboa, entrou no theatro da Rua dos Condes, e não só adquiriu o favor do publico, como tambem uma grande preponderancia entre os seus collegas, que o consideravam como um verdadeiro oraculo na arte dramatica. Escreveu tambem para o theatro um grande numero de peças em diversos generos; 48, affirmava elle, e que todas se representaram com varia fortuna. D'essas peças só consta ter-se imprimido um drama em 3 actos, de grande espectaculo, representado no theatro da Rua dos Condes em janeiro de 1821, com o titulo: *O verdadeiro heroismo, ou o annel de ferro.* Innocencio da Silva, no *Diccionario bibliographico*, diz que tinha em seu poder o autographo d'outro drama em 3 actos, *As victimas de um erro*, que se representou no mesmo theatro em 1817. Enthusiasmado pela causa liberal, escreveu e publicou varias poesias em louvor do movimento revolucionario de 1820. Em 1822, apezar de se sentir arruinado de saude, consentiu a muito custo o retirar-se do theatro, cedendo ás repetidas instancias de seu irmão, o desembargador Joaquim José de Queiroz. Foi então nomeado carcereiro da cadeia de Aveiro, e alguns mezes depois recebeu a nomeação de secretario da junta gover-

nativa enviada para a Bahia, nomeação que não chegou a ser effectiva por causa dos acontecimentos politicos de Portugal em 1823. No anno de 1824 os contratadores de Tabaco lhe conferiram a administração do partido do Algarve, onde falleceu. Na *Mnemosine Constitucional*, n.os 119 e 120, do anno de 1821, fôram publicados quatro sonetos seus, em applauso da chegada de D. João VI, regressando do Brazil.

Queiroz *(P. Fernão de)*. Jesuita, preposito da casa professa de Gôa, provincial na India, patriarcha da Ethiopia, etc. N. na villa de Canavezes em 1617, fal. em Gôa a 12 d'abril de 1688. Entrou para a Companhia de Jesus contra a vontade da familia, tendo até de vencer a sua energica e violenta resistencia. Depois de estudar humanidades partiu para a India com 18 annos incompletos. Chegou a Cochim, e concluidos os seus estudos passou a ser mestre da sua ordem. Successivamente foi reitor do collegio de Taná e de Baçaim, preposito do collegio de Gôa, provincial da companhia da India, e foi eleito, por fim, patriarcha da Ethiopia, tendo sido antes d'isso commissario do Santo Officio. Fal. no collegio de S. Paulo, de Gôa. No anno immediato ao da sua morte, 1689, publicou se a seguinte obra, que elle deixára inedita: *Historia da vida do veneravel irmão Pedro de Basto, coadjuctor temporal da Companhia de Jesus, e da variedade de successos que Deus lhe manifestou*. Deixou mais as seguintes obras manuscriptas: *Conquista temporal e espiritual do Oriente* e o *Perfeito missionario*.

Queiroz *(Francisco José de)*. Presbytero secular, natural de Setubal, que viveu no seculo XVIII. Foi professor de Theologia. Escreveu: *Oração academica no faustissimo nascimento da serenissima senhora Princeza da Beira*, Lisboa, 1794; *Relação das preces que fez o Senado de Setubal em fevereiro de 1792*, Lisboa, 1792.

Queiroz *(Francisco José de S. Thomaz)*. Religioso da ordem de S. Domingos. Viveu no seculo XVIII. Pronunciou no pulpito na villa do Sardoal, e imprimiu depois, o seguinte: *Elogio funebre nas exequias de Francisco Xavier de Mendonça, fidalgo da Casa de S. M, Cavalleiro da Ordem de Christo, celebradas na egreja matriz da villa do Sardoal, a 12 de dezembro de 1783*, Lisboa, 1784.

Queiroz *(Gregorio Francisco de)*. Artista gravador. N. em Lisboa em 1768, onde tambem fal. em 29 de março de 1845. Aprendeu desenho e gravura a agua forte com o professor Jeronymo de Barros Ferreira, e foi depois discipulo de Joaquim Carneiro da Silva. Revelando uma tendencia especialmente para a gravura, foi mandado pelo governo estudar a Londres com o celebre Bartholozzi, recebendo a pensão annual de 600$000 reis. Tres annos estudou como discipulo d'este professor, e outros tres estudou independentemente. Executou numerosas gravuras em assumptos diversos, mas de merecimento desegual, segundo a opinião dos entendidos. A sua obra mais antiga é o retrato de D. Eusebio Luciano de Carvalho Gomes da Silva, bispo de Nankim, gravado em 1792. No anno de 1799 gravou a *Morte de S. Luiz Gonzaga*, desenho de Sequeira. Gravou tambem um dos melhores desenhos d'este apreciado pintor, o da *Distribuição da sopa economica*, que passa por ser uma das suas obras primas. Gravou o retrato de Cyrillo Volkmar Machado, collocado á frente das *Memorias* d'este escriptor. Esta gravura é do anno de 1823; em 1827 gravou um *Ecce Homo*, e, em 1841 concluiu um retrato de *D. Luiz da Cunha*, em que trabalhou muitos annos e offereceu ao duque de Palmella. Queiroz quiz tambem gravar o desenho allegorico de Sequeira, representando a chegada de D. João VI a Portugal, mas não chegou a concluir esta gravura, que devia ser a ponteado. Em 1812 emprehendeu, de collaboração com Joaquim Antonio de Oliveira Goes, uma publicação intitulada: *Galeria Universal* de que sairam 26 numeros, tendo o 1.º a data de 1 de outubro d'esse anno, constando cada um, além do texto, de duas gravuras gravadas a buril, representando trajos de individuos d'ambos os sexos, de varios paizes e de todas as partes do mundo conhecido.

Queiroz *(Francisco Teixeira de)* e *José Maria d'Almeida Teixeira de)* V. *Teixeira de Queiroz*.

Queiroz *(João José d'Oliveira)*. General de brigada reformado. N. em Aveiro em 1815, fal. em Lisboa, a 17 d'outubro de 1885. Assentou praça aos 15 annos de edade, em 1830, na arma de infantaria. Combateu nas linhas do Porto, como liberal, tomou parte na divisão auxiliar á Hespanha, sendo ali agraciado com a cruz da ordem de S. Fernando. Serviu na Junta do Porto, sendo aprisionado na batalha de Torres Vedras, e remettido para bordo da fragata *Diana*, onde se conservou durante todo o seu captiveiro. Terminada a guerra civil serviu cargos administrativos na Covilhã e no Algarve, sendo depois nomeado governador de Tete. Era então tenente coronel, e foi encarregado de commandar a primeira expedição á Zambezia contra o celebre *Bonga* (Antonio Vicente da Cruz), expedição que soffreu um grande desastre, e foi para o commandante o anniquilamento da sua vida. Procedeu-se a uma syndicancia para se conhecerem as causas que tinham impedido o desempenho cabal d'esta commissão. Formou se um processo militar. Queiroz foi reformado em general de brigada, e só quatro annos mais tarde é que pôde conseguir, e a seu pedido, responder a um conselho de guerra, que o absolveu por unanimidade, sendo julgada illibada a sua conducta militar para todos os effeitos legaes. O general Queiroz pertencia ao partido progressista, a que prestou relevantes serviços. Escreveu em jornaes do seu partido, administrando alguns d'elles, como a *Gazeta do Povo*, *O Paiz*, *O Progresso*, e por fim *O Correio da Noite*, onde se conservou até á data do fallecimento. Era commendador da ordem de S. Bento de Aviz, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição, possuia a cruz de S. Fernando, já citada, e era condecorado com a medalha das campanhas da Liberdade, algarismo n.º 2; do cobre para commemorar os serviços da divisão auxiliar á Hespanha, de 1835 a 1837; militar de prata de bons serviços e comportamento exemplar. Em 1874 publicou o seguinte: *Defeza perante o conselho de guerra da primeira divisão militar na causa em que era accusado João José d'Oliveira Queiroz, tenente coronel commandante da primeira expedição á Zambezia, pelo coronel João Pinto Carneiro*. O general Oliveira Queiroz era casado com a sr.ª D. Maria Rita d'Oliveira Queiroz.

Queiroz *(João Mendes de Vasconcellos)*. Fidalgo, natural de Amarante, onde nasceu a 10 de setembro de 1686. Fal. em 1735. Militou como capitão na guerra da successão de Hespanha. Es·

creveu uma *Descripção da Villa de Amarante*, que nunca se imprimiu.

Queiroz *(João Pinto de)*. E' apenas conhecido este nome pelo seguinte trabalho: *Directorio para os procuradores que administram os bens emphiteuticos*, Lisboa, 1823.

Queiroz *(D. Fr. João de S. José)*. Bispo do Grão Pará. N. em Mattosinhos a 12 de agosto de 1711, fal. em 15 de agosto de 1764. Era filho de Francisco Gonçalves Dias, e de sua mulher, D. Joanna Dias de Queiroz. Vestiu em 1729 o habito de frade benedictino no convento de Tibães, e foi estudar Philosophia para o convento de S. Miguel de Refojos de Basto, passando depois a ser conventual de Santo Thirso, e mais tarde ao mosteiro de S. Bento, de Lisboa, onde, em 1761 vivia na intimidade de Diogo Barbosa Machado autor da *Bibliotheca Lusitana*. Nomeado bispo do Grão-Pará a 10 do outubro de 1759 pela confiança que n'elle tinha o marquez de Pombal, e pela certeza de que não podia encontrar melhor adversario dos jesuitas, que fr. João de S. José detestava cordealmente, partiu o erudito bispo para a sua diocese, oude estava a 31 de agosto de 1760, e onde por duas vezes fez visita pastoral, percorrendo mais de 900 legoas, pois que teve de subir o Amazonas, e de se internar por aquellas immensas regiões inexploradas. Apezar de ter tido um procedimento, ao que parece, verdadeiramente evangelico, foi accusado de culpas graves e principalmeute de avareza e de soffreguidão, e por isso mandado recolher ao reino, e desterrado para o agreste convento da Pendorada. Qual o motivo verdadeiro d'esse castigo não o conhecemos. O fallecido escriptor Camillo Castello Branco, possuidor de muitos manuscriptos do frade e que publicou alguns com o titulo de *Memorias*, affiançava energicamente que o bispo estava innocente, e dava como prova algumas cartas eloquentissimas em que parece na verdade transparecer a verdade; mas era necessario conhecer tambem as allegações contrarias. E' certo que o bispo ostava longe de ser fanatico e era sobre tudo profundamente hostil aos jesuitas, mas essas duas condições deviam favorecel-o e não desgraçal-o no governo do conde de Oeiras. E' certo que elle reprimiu abusos d'um modo aspero, o que portanto havia por força de grangear inimigos, mas realmente os testemunhos contrarios ao bispo são tão uniformes, os seus proprios amigos mostraram-se tão compungidos com as accusações que se lhe faziam, como quem via a impossibilidade de as rebater, que parece impossivel que as culpas fôssem absolutamente inventadas; por outro lado falam tão eloquentemente a seu favor algumas cartas suas e alguns dos seus actos, que nos parece impossivel que as culpas sejam verdadeiras. E' um problema historico de difficil solução. O que o bispo do Pará tinha, porém, era uma liberdade de linguagem e umas certas emancipações de pensamento que por força haviam de irritar os beatos, o estes ainda eram muito poderosos mesmo no tempo do marquez de Pombal. Concorreu talvez para a sua desgraça alguma das suas frequentes liberdades de linguagem. Apezar de se mostrar adverso aos jesuitas e ao bispo de Coimbra e grande admirador do marquez de Pombal, é possivel que houvesse algum desmando de lingua, que lhe saiu cara. Na defeza que escreveu a um dos prelados da ordem benedictina, apresenta as accusações que lhe fazem, e que elle rebate com energia. Comtudo, fôssem as accusações verdadeiras, ou calumniosas, porque os muitos inimigos que elle sempre grangeara com a sua lingua cortante e sarcastica, tivessem triumphado da verdade, o que não padece duvida é que o prelado foi chamado a Lisboa com aspereza, depois de ter visto os aguasis invadirem-lhe a casa, sequestrarem-lhe os papeis, e prenderem-lhe o escrivão, embarcando a 24 de novembro de 1763, e ao chegar ao reino encontrou ordem para se recolher ao convento da Pendorada no alto da serra de Arados, onde viveu 8 mezes, profundamente maguado por esse terrivel castigo. Deixou manuscripta a relação da visita á sua diocese pelo Amazonas acima, que saiu impressa na *Revista Trimensal do Instituto Historico-Geographico*, do Brazil, uma collecção de anecdotas e historias, chamada *Miscellanea*, que Camillo Castello Branco publicou em 1868 com o titulo de *Memorias de D. João de S. José Queiroz, bispo do grão-Pará*.

Queiroz *(José)*. Pintor e critico de arte, archeologo, conservador do Museu Nacional de Arte Antiga, escriptor, etc. N. em Lisboa a 13 de julho de 1856, sendo filho de José Maria de Lorena Queiroz, empregado superior dos correios. Dedicando se á pintura, para que sentia grande vocação, facil se lhe tornou a aprendizagem na intimidade dos melhores artistas e dos mais illustrados mestres. Estudou primeiro com Columbano, depois com Malhôa, e mais tarde frequentou, como voluntario, a Academia de Bellas Artes de Lisboa, sob a direcção do mestre Simões d'Almeida. José Queiroz fez parte da *Sociedade Promotora de Bellas Artes em Portugal*, (1873 a 1887); organisou a ultima exposição do *Grupo Leão* nas salas do *Commercio de Portugal* (1889), e fundou, com um nucleo de mestres, o *Gremio Artistico*, hoje *Sociedade Nacional de Bellas Artes*. Nas exposições que se realisaram apresentou alguns quadros, escolhendo de preferencia assumptos de paizagem, onde se salientavam como motivos principaes a caracteristica casinha portugueza, com os seus muros brancos banhados de sol. Queiroz teve sempre a maior predilecção pelo estudo da archeologia artistica em Portugal, em restaurar as velhas industrias, e authenticar as obras dos mestres gothicos portuguezes. Percorreu todo o paiz, alongando as suas viagens á Hespanha e a outras nações estrangeiras, occupan-se sempre dos estudos de archeologia artistica e de arte decorativa. Observou, colleccionou arte, estudou de perto as industrias nacionaes, accumulou notas, indicações o documentos preciosos, e a sua convicção foi-se fortelecendo, de que não só tinhamos arte, com fortes razões historicas e nacionaes, mas possuiamos artistas a cada canto, quasi ignorados pelas forjas e pelas officinas, esperando apenas o ensinamento o a direcção d'um mestre. José Queiroz não desanimou, e em 1895 tomou a iniciativa da reconstituição da industria dos tapetes d'Arraiolos, maravilha ingenua e polychroma que já merecêra a attenção e o commentario de Beckford. Em 1897 iniciou a exposição dos trabalhos do entalhador Leandro Braga, marcando e authenticando o mobiliario d'este grande artista. A exposição realisou se no palacio do marquez da Foz, sendo a primeira, n'este genero, que se fez em Portugal. Do *Cata-*

logo respectivo fizeram-se duas edições. Foi tambem José Queiroz quem dirigiu as tres exposições do *Gremio Artistico* (1891 a 1893), conseguindo, com um verdadeiro talento de diplomata, conciliar o grupo dos mestres de Lisboa com os artistas portuguezes então em Paris. E' ainda José Queiroz que, em artigos de jornal, em conversas *d'atelier*, junto de particulares e do proprio governo, nos museus e nas commissões, nos leilões e nos *bric-á-bracs*, tem contribuido para a não saida de Portugal das obras d'arte, e das peças de sumptuaria portuguezas, clamando durante longos annos pela lei de defeza do nosso patrimonio artistico, só agora posta em vigor pelo governo da Republica. São numerosos os seus trabalhos decorativos de ornamentação interior. As velhas decorações, os velhos azulejos, a ornamentação presa dos salões seiscentistas e setecentistas, o mobiliario e, em geral, a sumptuaria antiga, principiaram a dominar as suas predilecções, a absorvel-o, a preoccupal-o. Sob a sua direcção criteriosa, artistas e operarios nacionaes decoraram as salas do palacete do sr. Carlos Ribeiro Ferreira, á rua da Procissão, da casa do sr. José Vianna, ao Poço Novo, do *chateau* da viuva Barros, no Estoril. Ornamentou a sala de jantar do *Gremio Litterario*, toda em nogueira nacional, e o comedouro antigo da casa do sr. conde de Verride, na Figueira da Foz, admiravel no entalhamento do seu fogão solarengo, nos seus altos silhares de castanho, nos seus caracteristicos bancos espaldados, na graça leve e tão portugueza das suas cadeiras de palmatoria. Nem uma vez, para todos os seus trabalhos de decoração, desde as ferragens até aos azulejos e ás faianças, desde os couros lavrados até ás pinturas de altos-de-porta, se serviu de artistas, que não fôssem os nacionaes, preferindo sempre, quando fóra de Lisboa, os marceneiros, carpinteiros e ferreiros das proprias localidades onde trabalhava. Por muitos annos se entregou com toda a dedicação e cuidado em organisar um *dossier* sobre faiança e a *poterie* d'arte em Portugal Em resultado d'esses assiduos e utilissimos trabalhos publicou, em 1907, o seu livro *A Ceramica Portugueza*, em que se affirmou como um verdadeiro erudito e um escriptor de valor. E' uma obra de grande merecimento, que foi muito apreciada pela imprensa e por todos os entendidos, sendo, sem duvida, o unico expositor portuguez, na litteratura da especialidade. Em 1909, publicou outro livro, a que deu o titulo: *Da minha terra : Figuras gradas, impressões d'arte*, onde se encontram curiosos perfis de profissionaes, e alguns capitulos notaveis sobre arte applicada. Em 1910 tambem publicou um volume de poesias, intitulado *Versos da mocidade*, de que fez uma tiragem limitada, e não foi posto á venda. Em 1911, o governo provisorio da Republica o encarregou, por iniciativa do ministro das finanças, sr. José Relvas, de organisar um museu no grandioso edificio de Mafra, para receber os membros do Congresso do Turismo. O museu foi inaugurado em 15 de maio d'esse anno. E' constituido por objectos de arte sacra e profana, escolhidos nas differentes arrecadações e dependencias do edificio. N'um livrinho, que sobre este assumpto publicou, diz José Queiroz que, tendo apenas o curto espaço de 40 dias para organisar aquelle museu, trabalho insano e de grande responsabilidade, que demandava extremo escrupulo e cuidado, não lhe permittiu elaborar o catalogo respectivo, nem sequer uma breve noticia elucidativa. Nos fins do mez de maio do mesmo anno de 1911, foi nomeado conservador do Museu Nacional de Arte Antiga, installado no antigo palacio das Janellas Verdes. Na *Illustração Portugueza* de 13 de fevereiro de 1911 vem publicado um excellente artigo ácêrca de José Queiroz, d'onde extrahimos alguns trechos. Esse artigo vem acompanhado do retrato de José Queiroz e das gravuras de alguns dos seus trabalhos decorativos. Em outro numero da mesma *Illustração Portugueza*, do anno de 1907, se encontra outro artigo illustrado, a respeito do seu esplendido trabalho sobre a *Ceramica*, assim como no *Commercio do Porto*, ambos devidos á penna do grande e erudito escriptor Joaquim de Vasconcellos. Egualmente se encontra no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, de 30 de junho de 1907 um interessante artigo sobre o livro *Ceramica*, assignado por D. Maria Amalia Vaz de Carvalho, o qual foi reproduzido

José Queiroz

pelo *Diario de Noticias*, de Lisboa, em 2 de setembro seguinte. Em outras publicações tambem se encontram artigos sobre o mesmo assumpto. Houve epoca em que José Queiroz se dedicou á musica, como amador, e escreveu alguns trechos ligeiros para piano. Entre outras honras que teem recebido no estrangeiro, conta-se o diploma do Comité de honra do *Museu de Faenze*. (Italia).

Queiroz *(José Luiz Pinto de)*. Escriptor e jornalista. Era um acerrimo propagandista das idéas liberaes. Quando em 24 de agosto de 1820 se estabeleceu no Porto, em virtude da revolução d'esse dia, um governo provisorio, José Luiz Pinto de Queiroz foi nomeado official da sua secretaria, sendo encarregado de varias commissões de propaganda, que desempenhou com o maior enthusiasmo. Em 1823, porém, ou porque as suas convicções tivessem sido abaladas pela pratica do systema representativo, ou, o que é mais natural, porque entendesse que lhe convinha mais seguir uma politica differente da que sustentara até então, o certo é que se manifestou profunda-

mento reaccionario. Nomeado depois da *Villa francada* official da secretaria dos negocios estrangeiros, tratou de sustentar com a penna na imprensa as ideias absolutistas. Já em 1822 havia redigido uma folha politica intitulada *O Diabo coxo.* Acolheu, como era de esperar, com enthusiasmo o golpe de estado de D Miguel, e foi durante o seu governo um dos redactores da *Gazeta de Lisboa*, depois da exoneração dada a Joaquim José Pedro Lopes. Publicou muitos papeis politicos sem o seu nome, sendo um d'elles a publicação periodica: *Ahi vem o Papão, ou advertencia politica sobre uma intentada aggressão sobre Portugal*, Lisboa, 1831 e 1832; referia se á projectada expedição de D. Pedro IV. Quando triumphou a causa liberal, José Luiz Pinto de Queiroz emigrou, e fal. no estrangeiro em 1834, ou pouco depois. Em 1827 publicara um 4.º tomo de *Cartas* ineditas do P. Antonio Vieira.

Queiroz *(José Maria Eça de).* V. *Eça de Queiroz (José Maria).*

Queiroz *(José Teixeira de).* V. *Sarmento (José Teixeira de Queiroz Almeida de Moraes).*

Queiroz *(José Peixoto Sarmento).* Deputado nas côrtes constituintes de 1820, desembargador da Relação do Porto. Era maçon, e segundo uma folha da epoca, publicada em Londres, fôra riscado da loja *Amizade*, a que pertencia, pouco depois de receber o primeiro grau, etc. Em 1850 publicou o seguinte folheto no Porto: *A infamia do supremo tribunal de justiça, ou a alliança da justiça com a politica.*

Queiroz *(Fr. Pedro).* Religioso da ordem de S. Domingos, que viveu no seculo xvi. Era muito versado na litteratura asectica. Deixou manuscripto um livro, que dedicou á rainha D. Leonor, terceira mulher d'el-rei D. Manuel, o qual se intitulava: *Os vinte e quatro milagres de Nossa Senhora do Rosario.*

Queiroz *(Tristão Guedes de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 4 de abril de 1669, pelos serviços de seu pae, e de seu irmão Ruy Gonçalves nas campanhas contra os hollandezes no Brazil; do conselho d'el-rei D. Pedro II, cavalleiro professo da ordem de Christo, por carta de 18 d'abril de 1676, tendo-lhe sido concedido anteriormente, em 21 de janeiro de 1675, o habito d'aquella ordem com a tença de 80$000 réis annuaes, e mais a pensão de 60$000 réis imposta na commenda de Villa Franca; commendador prestamario de S. Christovão, de Parada de Cunhos, e de S. Miguel, de Messegães na mesma ordem; senhor do morgado do Mamporcão, nos suburbios de Extremoz, padroeiro do convento de Santo Antonio dos Capuchos, n'esta villa; vogal e conselheiro do conselho ultramarino, por nomeação de 11 de março do 1689, mestre de campo e governador das praças de Moura, de Evora e de Faro, etc. N. em Moura, sendo baptisado na freguezia de Santo Agostinho d'esta villa em 14 de junho de 1638, e fal. no estado de solteiro, em Lisboa a 25 de abril de 1696. Era filho de Bartholomeu Gonçalves de Castelbranco, licenceado em leis e desembargador da Casa da Supplicação, e de sua segunda mulher, D. Luiza Guedes de Queiroz. Seguindo a vida militar, foi capitão de infantaria, passando depois á cavallaria, no mesmo posto. Serviu na guerra da Restauração com bravura e intrepidez; assistiu em julho de 1663 á pequena escaramuça que se deu na ribeira de Deiébe, antes da batalha d'Ameixial, que se realisou no dia 8 d'esse mez e anno, e a que tambem assistiu; esteve na segunda tomada de Valencia d'Alcantara, a 24 de junho de 1664; na batalha de Montes Claros, a 17 de junho de 1665; no recontro de Montijo em que foi ferido no braço esquerdo, de que resultou ficar aleijado, etc. Teve tambem a nomeação de familiar do Santo Officio, por carta de 21 de novembro de 1675. Tristão Guedes de Queiroz era muito dedicado ao estudo da Genealogia, e deixou manuscriptas as seguintes obras: *Historia Genealogica da Casa de Bragança; Familias do Reino de Portugal; Noticias das guerras acontecidas no tempo da Acclamação.*

Queiroz e Almeida *(Joaquim José de).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. na aldeia das Quintans, freg. de Oliveirinha, concelho de Aveiro, a 9 de janeiro de 1774; fal. na sua casa de Verdemilho a 16 d'abril de 1850. Era filho de José Marcellino Prospero de Queiroz e de D. Joaquina Leonor d'Almeida. Em 1820 declarou-se liberal, e em 1828, sendo desembargador da Relação do Porto, proclamou a *Rainha e a Carta*, na Praça do Commercio de Aveiro, no mesmo dia 16 de maio, em que se fez a revolta do Porto, que foi derrotada. O Dr. Queiroz teve então de fugir para o estrangeiro, e foi um dos que em Portugal teve sentença de morte de garrote, por liberal, em 25 de novembro de 1829, sendo seu defensor o dr. Antonio Cyro Pinto Osorio, sentença que se não executou, por estar ausente. Regressando a Portugal, foi reintegrado no logar de desembargador da Relação do Porto, e depois presidente do mesmo tribunal, e feito fidalgo da Casa Real e cavalleiro professo da ordem de Christo. Em 1846 tomou parte activa na guerra civil, como partidario dos Cabraes, pelo que a Junta do Porto o demittiu de presidente da Relação, por decreto de 13 de outubro do mesmo anno. Tornou a occupar o referido logar em julho de 1847, e a 18 de dezembro do mesmo anno foi nomeado ministro da justiça, cargo que exerceu até 21 de fevereiro de 1848. foi por varias vezes eleito deputado. O dr. Queiroz e Almeida era pae do juiz da Relação de Lisboa, o dr. José Maria d'Almeida Teixeira de Queiroz, e avô do fallecido escriptor Eça de Queiroz.

Queiroz *da Casa do Hospital.* Para os fidalgos d'este appellido, senhores da Casa do Hospital, V. *este nome*, e os appellidos *Queiroz Machado de Vasconcellos*, e *Queiroz Pereira.*

Queiroz Machado de Vasconcellos *(Estevão Augusto de).* 11.º senhor da Casa do Hospital e seu ultimo morgado. Foi o filho mais velho de Joaquim de Queiroz, 1.º barão do Hospital, e da baroneza D. Ismenia Julia Alves Ferreira Pinto Villar. Viveu sempre distanciado da politica e dos cargos da administração, rejeitando até o titulo de barão em que succedia a seu pae. Era um cavalheiro distincto, um homem de bem á *antiga*. Fallecendo em 14 de novembro de 1897 na sua Casa do Hospital *ab intestato*, succedeu lhe sua irmã D. Maria do Carmo de Queiroz e, por morte d'esta, em fevereiro de 1902, sua filha unica, a actual sr.ª condessa de Azevedo.

Queiroz Machado de Vasconcellos Pimenta da Gama *(Estevão de).* Foi o 9.º senhor da Casa do Hospital *(V. este nome)*, Entre as Vinhas

e Sem, 6.º senhor dos Prasos de Lordelinho e Cartas, da casa e morgado dos Machados de Carapeços (Barcellos) e 4.º senhor da casa e morgado de Calvellos em Fafe, fidalgo cavalleiro da Casa Real por alvará de 7 de janeiro de 1784 (Secretaria do Registo das Mercês, liv. 16 das Mercês de D. Maria 1.ª fl. 91), e nasceu em 22 de agosto de 1775, fallecendo em 9 de abril de 1833, em Carapeços, em cuja egreja jaz. Casou com D. Joaquina Verea Aguiar y Mosquera, filha de D. Vicente Verea Aguiar y Varela, senhor da Casa e Torre Solar de Andeade, da Jurisdicção de Arzua y Bendaña, reino da Galliza, provincia e arcebispado de Santiago e de D. Angela Rosa Mosquera y Torre, filha de D. Luiz Mosquera y Somoza, senhor da jurisdicção e Couto de Villariño, freguezia de S. Mamede de Canda, provincia e bispado de Orense, e de D. Margarida da Torre, filha de D. Nicolas de Torre, da cidade de Santiago, senhor do morgado da Barca de Ulha e de D. Margarida Gil da cidade de Santiago. D. Joaquina era neta pela parte paterna de D. Pedro Vereia Aguiar Pacheco de Castro, senhor do morgado e Torre de Andeade e de D. Maria Antonia Varella y Figueirôa, filha de D. Gregorio Varella y Figueirôa, senhor da casa de Golão e da jurisdicção de Bendaña e terceira neta de D. Gregorio Verea y Aguiar, senhor do morgado e casa de Andeade e de D. Bernarda de Castro, de Santiago. D'este consorcio teve Estevão de Queiroz: 1.º Joaquim de Queiroz, 1.º barão do Hospital, successor (V. neste). 2.º José Maria de Queiroz Aguiar y Mosquera, cadete do regimento de infantaria n.º 21 de Valença, fidalgo cavalleiro da Casa Real por alvará de 13 de dezembro de 1819, datado do Rio de Janeiro (secret. do Reg. das Mercês fl. 200 v.). 3.º D. Francisca Ignacia de Queiroz, casada com Bento Manuel de Mendonça Machado e Araujo, fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Christo, juiz proprietario do Juizo dos Orphãos, de Valladares do Minho, senhor da *Casa e Quinta da Amiosa* em Valladares e outras na provincia de Traz os Montes, tendo: *a)* D. Joaquina de Mendonça que casou com Manuel d'Araujo Azevedo Lyra Sotto Mayor, senhor da *Casa do Rosal* em Valladares e outras na Galliza; segue geração. *b)* D. Angelina Maria de Mendonça que casou com seu primo co irmão, filho do 1.º barão do Hospital, o dr. Balthazar de Queiroz; segue geração. 4.º D. Maria dos Remedios de Queiroz Gusmão; morreu solteira. 5.º D. Maria Amalia de Queiroz Gusmão, casada com D. Agostinho de Castro Bulhão y Figueirôa, senhor da *Casa e Torre do Fecho* e *da Boavista*, em Melgaço e do *morgado dos Bulhões*, na villa da Guardia (Galliza); segue geração. 6.º D. Helena Delphina de Queiroz, morreu solteira. Estevão de Queiroz começou a sua carreira militar aos 16 annos, assentou praça no regimento de infantaria 21, de Valença, em 1 de fevereiro de 1791, sendo reconhecido cadete em 3 do mesmo mez. Foi nomeado ajudante da Praça de Valença em 30 de setembro de 1793, pelo governador das armas do Minho Gonçalo Pereira de Caldas, e por decreto de 27 de janeiro do anno seguinte ajudante do Castello da Barra de Vianna, (reg. na secret. da guerra; liv. 124 fl. 119), até que por carta régia de 23 de novembro de 1797 foi despachado *sargento-mór* da Praça de Monsão (reg. na mesma Secret. no liv. 132 a fl. 443). Em 30 de dezembro do 1808, o mesmo Gonçalo Pereira de Caldas, governador das armas da Provincia e tenente general dos Reaes Exercitos, nomeou-o commandante da 1.ª brigada das ordenanças da provincia do Minho, comprehendendo essa Brigada as capitanias móres de Caminha, Cerveira, Couto de Nogueira, Valença, Couto de Sãofins, Coura, Monsão, Valladares, Melgaço, Fiães e Castro Laboreiro. Esta nomeação era de accordo com o decreto de 11 de dezembro de 1808 que distribuiu todos os districtos das ordenanças da provincia em seis divisões de brigadas, pondo á sua frente um commandante «ao qual deverão obedecer todos os capitães-móres e commandantes das ordenanças de cada districto». Bernardim Freire de Andrade, commandante em chefe do exercito do norte, encarregado do governo das armas do Partido do Porto, tendo se aproximado da fronteira norte e estando até em Gaufey (Valença) em 19 de fevereiro de 1809, teve occasião de apreciar os altos serviços prestados por Estevão de Queiroz, em commissões importantissimas que lhe confiou e eram taes os merecimentos que lhe reconheceu que o nomeou *Governador* militar de Guimarães, em 5 de março de 1809. Com a invasão franceza de Soult pouco tempo durou o governo militar de Estevão de Queiroz que n'esse posto prestou valiosos serviços á causa publica, como o provam documentos coevos, entre elles um assignado pelo então provedor e contador da Real Fazenda n'aquella villa e desembargador da Relação e Casa do Porto, Manuel Marinho Falcão de Castro, quo, pela sua importancia até historica e biographica, publicamos na integra: «Attesto com juramento que sendo nomeado governador militar d'esta villa o sr. Estevão de Queiroz Machado, fidalgo da Casa Real, veio tomar conta do commando d'ella nas melindrosas e peniveis circumstancias que offereciam os principios do anno de 1809; e desde logo cuidou mui escrupulosamente no fiel cumprimento dos deveres que lhe estavam annexos com a mais perspicaz intelligencia e com o zelo mais activo e com a fidelidade mais apurada; mostrau do em todas as suas acções o caracter d'um homem d'espirito e dotado de todas as virtudes politicas e militares que justamente lhe mereceram e attrahiram a estima publica e o conservaram illeso e são e salvo no meio da funesta e espantosa anarchia que por um delirio vertiginoso se tornou geral entre a populaça d'esta provincia e que sacrificou um grande numero de funccionarios publicos. Que sendo ameaçada esta sua provincia e invadida no mez de março do mesmo anno pelo exercito do marechal Soult elle cuidou com antecipação em procurar os meios de defeza que estavam ao seu alcance, não só convidando as ordenanças de differentes districtos para os oppôr á torrente invasora, mas tambem procurando lhe o fornecimento de viveres e as munições de guerra que eram necessarias e que fez distribuir por todas; recorrendo convenientemente para estes fins ao general em chefe, assim como depois da sua funesta morte ao barão d'Eben que interinamente o succedeu em Braga por alguns dias, emquauto os francezes a não occuparam com o resto da provincia. Que em toda esta calamitosa e arriscada epoca mostrou a mais firme constancia e o mais atilado valor e se prestou desveladamente a tudo o que podia ser util ao serviço de

S. A. R. auxiliando me (quando já os meus collegas se haviam intempestivamente retirado) a promover quanto convinha á segurança publica que felizmente se conseguiu porque nem um só assassinio aconteceu n'esta villa, e seu termo, apezar dos muitos que se perpetraram nas terras vizinhas; e porque com a sua diligencia se salvou das mãos da populaça o tenente coronel do regimento de infantaria de Chaves, Francisco Homem de Magalhães Pizarro e o capitão-mór d'esta villa Francisco Cardoso de Menezes Barreto; e da mesma sorte me auxiliou a pôr em segurança todos os cofres dos dinheiros reaes, com tanta vantagem para a Real Fazenda que nem um só real caiu nas mãos do inimigo. Guimarães a 20 de junho de 1811.» (a) *Manuel Marinho Falcão de Castro*. Em virtude da invasão do exercito francez, retirou para Monsão de cuja praça era sargento-mór desde1797, como acima se disse, e tendo fallecido o governador d'esta praça, foi encarregado em 17 de maio de 1811 do *governo interino* d'ella pelo brigadeiro João Wilson, governador das armas da provincia do Minho e tomou posse d'esse commando a 20 do mesmo mez, estando de guarnição na praça o regimento de milicias, dos Arcos de que era coronel commandante Manuel Pereira Pimenta de Castro, da casa de Pias (Monsão). Conservou se no governo da praça até que em 29 de setembro de 1817, foi nomeado governador da praça de Melgaço pelo marechal de campo João Wilson, governador das armas da Provincia, tomando posse em 9 de outubro, pois a 4 d'esse mez havia sido essa nomeação approvada pelo marechal general marquez de Campo Maior. Foi promovido a tenente-coronel do exercito, ficando ás ordens do governador das armas do Minho, por portaria do governo de 5 de março de 1821, publicada na ordem do dia n.º 40 da secretaria do ajudante general do exercito em 7 de março do mesmo anno. O governo expediu ordem ao general governador das armas para conservar Estevão de Queiroz na praça de Melgaço até segunda ordem, o que lhe foi permittido em officio de 31 de março do mesmo anno pelo brigadeiro Antonio Lobo Teixeira de Barros, governador da Provincia. Por portaria de 22 de junho de 1821, a regencia do reino, em nome de D. João VI, tendo em consideração que Estevão de Queiroz havia prestado serviços ao exercito durante 30 annos, concedeu-lhe o habito da ordem de S. Bento de Aviz. Estevão de Queiroz estava governando a praça de Melgaço quando succedeu no Porto o levantamento de 16 de maio de 1828. D. Miguel fôra acclamado rei absoluto em Melgaço a 5 de maio, por elle governador e pelo juiz de fóra Manuel José de Pinho Soares de Albergaria, que mandou reunir a camara ás 4 horas da tarde, havendo *Te-Deum* na egreja matriz e dando a guarnição tres descargas. No dia 20 do mesmo mez, recebeu na Casa do Hospital um officio participando os successos do Porto, e logo outro no dia seguinte do ajudante da praça, dizendo que em Melgaço tinha havido disturbios e desordens approveitando-se da sua ausencia e tambem da saida do destacamento do 21 que guarnecia a praça e que fôra chamado a Valença. Eis os termos d'esse officio que conta um episodio historico local hoje esquecido: «A' meia noite d'este dia chegaram ás portas d'esta praça uma corporação de realistas armados, bateram para lhes abrirem as portas, o que o sargento Manuel Joaquim, commandante interino do destacamento de veteranos, de guarda, não teve remedio senão fazer, para evitar desordens. Uma vez dentro prenderam o escrivão Luiz Manuel da Costa Pinto, e o escrivão Thomaz José Gomes d'Abreu e outro que levaram para o Paço do Concelho, voltando a entrar na manhã de 21 na praça, soltando os presos, e levaram comsigo o escrivão Gomes d'Abreu com a chave do paiol da polvora do castello, e fizeram ao ajudante da praça apromptar lhe a chave do castello. Tiraram do paiol 3:500 cartuchos e mais alguns maços, não deixando polvora alguma.» Por aqui se vê como começava n'esta região o reflexo d'esse terrivel periodo de luctas civis que dividiram em facções a grande familia portugueza. Estevão de Queiroz logo que recebeu o officio, recolheu a Melgaço, mas no dia 25 á noite não respeitaram a sua autoridade e vendo se em difficuldades insuperaveis para a assegurar a ordem por deficiencia de força (na praça só havia 14 soldados veteranos impossibilitados) e com a vida ameaçada, foi aconselhado a retirar-se por todos os seus amigos, o que fez n'essa noite, entregando o governo da praça ao ajudante Francisco Manuel Osorio Coutinho, dando communicação ao juiz de fóra dos motivos que a tanto o obrigaram. Refugiou-se na *Casa da Amiosa*, em Valladares, a 1 kilometro da sua *Casa do Hospital* com tenções de logo se apresentar, mas um ferimento que fizera n'uma perna ao sair de Melgaço, deteve-o muito tempo de cama. Os seus inimigos, acoimando-o de inimigo do absolutismo, não desanimavam nem descançavam e conseguiram uma ordem do juiz ordinario de Valladares para o prender e a seu filho Joaquim de Queiroz (depois barão do Hospital, V. *este titulo*), capitão aggregado de milicias dos Arcos, e ambos fôram conduzidos para a cadeia de Valladares a 17 de agosto de 1828. Principiava para elle um grave periodo de perseguição rancorosa e violenta. A 18 foi interrogado e mandado para a Guarda Principal de Valença. A 9 de dezembro foi-lhe feito sequestro dos bens que possuia na comarca de Valença, julgado de Valladares, e a 9 de fevereiro do anno seguinte nos que tinha na comarca de Guimarães. A 5 de março de 1829 removeram-n'o para a prizão da villa de Valença e a 26 do mesmo mez e anno saiu d'ali para a cadeia da Portagem, em Coimbra, onde chegou a 4 de abril conservando se ahi até 11 de agosto, em que foi mandado para a Principal da praça de Almeida, chegando lá a 21 do mesmo mez. A 14 de outubro de 1830 foi removido para a Relação do Porto a seu pedido e, dando entrada n'essa cadeia a 23 do mesmo mez, tratou logo de promover o seguimento do seu processo, afim de ser julgado e poder mostrar a sua innocencia. A 18 de março de 1831 fôram-lhe assignados 5 dias para dizer de facto e direito e a 6 de julho foi publicado o accordam da regia commissão da alçada, mandada ao Porto, sendo lhe dada por expiada a culpa com o tempo de prizão soffrida desde 17 de agosto de 1828, relaxado o sequestro dos seus bens e, ficando sujeito por um anno á vigilancia da policia do corregedor da comarca de Lamego. Conseguiu ser mandado para a vigilancia do corregedor de Barcellos por accordam assignado pelo presidente da alçada, que era Victorino José Cerveira Botelho do Amaral, a 29 do

mesmo mez. Foi solto a 14 de julho (V. a pag. 30, *Collecção de Listas que contem os nomes das pessoas que ficaram pronunciadas nas devassas e summarios a que mandou proceder o governo usurpador depois da heroica contra revolução que arrebentou na mui nobre e leal cidade do Porto em 16 de maio de 1828 pelo bacharel Pedro da Fonseca Serrão Velloso. Porto, 1833.* Em consequencia d'esse veredictum foi viver Estevão de Queiroz para a sua quinta dos Machados, em Carapeços, (Barcellos) onde as amarguras, desasocego e horrores da tão longa prizão, e luctas lhe alquebraram a sua saude, vindo ahi a fallecer a 9 de abril de 1833, com 58 annos incompletos. Os altissimos serviços, prestados á Causa Publica por Estevão de Queiroz, estão assignalados e reconhecidos em documentos firmados pelos superiores, sob cujas ordens serviu e por quem lhe fôram commettidos. E assim o attestam documentos coevos das invasões francezas. Bernardim Freire, com o seu quartel general em Gaufem, agradece e continua a recommendar-lhe toda a vigilancia. Com data de 19 de fevereiro de 1809, Gonçalo Pereira Caldas, encarregado do governo das armas da provincia do Minho, affirma em 20 de junho de 1809, do seu quartel general de Vianna, a sua actividade, zelo e patriotismo, dando a mais prompta execução a varias e criticas diligencias de que o tenho encarregado, já em ir á Hespanha fazer compras de cavallos para as tropas de S. A. R., já em passar por varias vezes á Galliza como explorador de noticias e movimentos das tropas inimigas, sendo o primeiro que me enviou as mais circumstanciadas e verdadeiras, e isto muito a tempo de se tomarem as necessarias cautelas, cujas diligencias todas fez com consideraveis despezas da sua algibeira, sem que jámais exigisse remuneração alguma ainda quando antes da entrada das tropas francezas, foi de ordem minha á cidade de Orense conferenciar com o rev.^mo bispo e Junta da mesma cidade, e finalmente pela confiança que sempre fiz da honra, fidelidade e desembaraço d'este official, o nomeei commandante da 1.ª brigada das ordenanças d'esta provincia, cujas funcções exercitou benemeritamente salvando da barbaridade dos povos da raia, e livrando da morte muitos officiaes e soldados hespanhoes que debandados do exercito do ex.^mo marquez de La Romana procuravam ir reunir-se a elle, passando por este reino, o que assim executou até que foi nomeado governador militar da villa de Guimarães pelo ex.^mo tenente general Bernardim Freire d'Andrade, então commandante em chefe do exercito. Em 9 de setembro D. Rodrigo de Lencastre, governador das armas, communicava do seu quartel general de Vianna a Estevão de Queiroz que encarregára da defeza da provincia ao tenente coronel do regimento de infantaria n.º 15 Marcelino José Manço Pereira, que mandára marchar para Braga, ao qual deveriam ser dirigidas todas as noticias que se pudessem alcançar da Galliza e d'isso o incumbia até ordem em contrario, encargo de que tão bem se desonerou Estevão de Queiroz em officios de 19 e 23 do mesmo mez que em 28 seguinte o proprio Marcelino Manço lhe dá conta da particular justiça, merecimento e zelo com que o senhor general apreciava os seus serviços, e diz-lhe que «apezar de haver mudança nos planos estabelecidos, ella não será em vossa senhoria continuar com a mesma actividade em saber noticias de interesse para o Estado.» No impedimento de D. Rodrigo veiu interinamente presidir ao governo das armas da provincia o coronel do corpo de engenheiros José Carlos Mardel que, por seu turno, em 10 de outubro de 1809 aprecia as qualidades e diligencias feitas por Estevão de Queiroz, no tempo da sua estada no quartel general. Os tempos continuavam a ser bastante calamitosos e a lucta incessante, e em toda essa epoca Estevão de Queiroz foi sempre, de todos os seus chefes, pessoa da maior confiança pela sua provada intelligencia e lealdade de que Wilson, do seu quartel general de Guimarães, lhe deu ainda testemunho em 22 de abril de 1811 encarregando-o «de examinar com toda a verdade os movimentos que o inimigo fizer nas fronteiras da Galliza, Asturias, etc.» e successivamente dos governos da praça de Monsão e Melgaço, como fica dito, o que prova a alta consideração que lhe merecia.

Queiroz Pereira *(Amador de)*. 5.º senhor da Casa do Hospital. Foi capitão-mór de Valladares do Minho em 1658. Serviu nas guerras da Acclamação. Casou no *Paço de Golães*, couto de Paderne (Melgaço), com D. Luiza Pereira, filha de Estevão Pereira Bacellar senhor do dito paço, e de sua mulher D. Theodosia do Valle, de Caminha. Instituiu um vinculo na *quinta do Hospital* no seu testamento, feito a 25 de setembro de 1680.

Queiroz de Sarmento *(Raymundo de)*. Artista dramatico muito apreciado, hoje retirado de scena. N. em Lisboa a 31 d'outubro de 1832. Foi operario tecelão, mas, pelo seu amor á arte dramatica, dedicava-se tambem ao theatro como amador, para que mostrava a mais decidida vocação. Não podendo resistir ao grande desejo de ser actor, resolveu-se afinal a abandonar o officio, e apresentou-se no theatro da Rua dos Condes, onde debutou em 1851 na farça *O Janota almofadado*, em que muito agradou. No anno seguinte, 1852, percorreu as provincias na companhia d'alguns amigos, representando em differentes theatros, e os applausos, que sempre recebia, ainda mais o animaram a persistir na carreira que se lhe antevia tão gloriosa. Em 1853 voltou para a Rua dos Condes, reapparecendo na comedia *Os pagens de Luiz XII*. Ali se demorou até 1855, entrando em grande parte do reportorio, vindo então n'aquelle anno para o theatro D. Fernando, onde continuou sempre a ser muito applaudido pelo publico, que lhe tomára grande affeição e muito o apreciava. Quando o antigo theatro do Salitre foi reformado e tomou o titulo de *Variedades*, a empresa escripturou Queiroz, que obteve o maior exito na magica *A Loteria do diabo*, com que a nova empresa deu principio aos seus espectaculos em fevereiro de 1858. Algumas epocas se conservou Queiroz n'aquelle theatro, sempre estudioso, e sempre feliz nas suas creações. Entre numerosas peças em que entrou, lembram-nos as seguintes: *Martyres da Germania*, *Corôa de Louro*, *Corôa de Carlos Magno*, *O Tio Paulo*, *O Terremoto das Antilhas*, *O Reino das fadas*, *A Ave do Paraizo*, etc. Em 1861 tornou para o seu primitivo theatro da Rua dos Condes, continuando a sua victoriosa carreira, entrando na maior parte do reportorio, como na *Restauração de Portugal*, *Martyres da Polonia*, *O 56*, *Amor e o Codigo*, *Nogueira da avósinha*, e muitas outras peças de

cujos titulos nos não recordamos. Em 1866, quando Francisco Palha, commissario regio junto ao theatro de D. Maria II, organisou uma companhia que devia installar-se no theatro da Trindade, então em projecto, Queiroz foi convidado para fazer parte d'essa companhia, toda composta de valiosos artistas, como José Carlos dos Santos, Tasso, Isidoro, Emilia Adelaide, Emilia Letroublon, Delfina, etc. A Trindade inaugurou-se em 1867, e emquanto duraram as obras realisaram-se recitas nos theatros da Rua dos Condes e de S. Carlos. Foi então que na Rua dos Condes se representou o *Anjo da Meia Noite*, *A Familia Benoiton*, *O Demonio do jogo*, *O filho do povo*; em S. Carlos *A Cigana*, *Alva Estrella*, etc. Começando a funccionar a Trindade, ali se installou definitivamente Queiroz, continuando os seus bons creditos artisticos, que sempre o tornaram credor das maiores sympathias. Em 1895 lembrou-se de ir ao Brazil mais por passeio que por interesse, pois Queiroz não esqueceu nunca que a edade ou

Raymundo de Queiroz de Sarmento

falta de saude o poderiam afastar da scena, e por isso tratou de organisar o seu peculio que lhe pudesse facilitar uma velhice descançada. Vendo tanto enthusiasmo nos seus collegas pelas terras de Santa Cruz, resolveu-se tambem a emprehender essa jornada, tomando parte n'uma companhia que na estação calmosa do referido anno de 1895 ali foi dar algumas recitas. Apezar das ovações que tambem obteve no Brazil, e de lhe ser muito agradavel a viagem, Queiroz deu-se por satisfeito, e não tornou mais a sair de Portugal. O reportorio do distincto artista é enorme. Dispondo de grandes recursos, sendo quasi generico, tem representado no drama, na alta comedia, em baixa comica, revistas, magicas, e possuindo uma excellente voz de barytono, cantou na Trindade numerosas operas comicas e operettas, como *Giroflé Girofiá*, *O Barba Azul*, *O Moleiro d'Alcalá*, *Os Sinos de Corneville*, *Boccacio*, *A Rosa das sete folhas*, *A Cruz de Ouro*, *Os Dragões de el-rei*, *Trinta botões*, *As tres rocas de crystal*, etc. Queiroz, tanto no theatro como fóra d'elle, tem sido sempre muito estimado e muito considerado pela probidade do seu caracter, e fino trato e bem cuidada educação; os seus collegas no theatro o respeitam como um velho amigo, tratando-o na intimidade pelo *pae Queiroz*. O distincto artista tambem tem dedicado algumas horas á litteratura dramatica, e sabemos ser autor das comedias em 1 acto, representadas com applausos nos antigos theatros de D. Fernando, Rua dos Condes e Variedades: *A Creada diplomatica*, *Por causa d'um par de botas*, *O Casamento do filho do vaqueiro*, e *Quem procura sempre acha*, de collaboração com o actor Isidoro Sabino Ferreira. A sua avançada edade e falta de vista, que o tem atormentado a ponto de se vêr quasi cego, o obrigaram com profundo desgosto a abandonar o palco, campo das suas glorias, que ha perto de 60 annos pizava sempre com o maior enthusiasmo e o maior amor pela arte. Antes de se retirar do theatro, ainda apresentou na Trindade um original seu, a opera comica em 3 actos, *As bôdas de Joanninha*, para que escreveu a musica o maestro Freitas Gazul. A recita, com que elle se despediu da scena, foi deveras commovente. A sala da Trindade via-se litteralmente cheia. N'essa noite ali se reuniam os seus amigos e o publico que tanto o idolatrava. Queiroz chorava commovido, vendo as manifestações que o cercavam, de enthusiasmo e ao mesmo tempo de saudade, que o publico bem dava a conhecer pelo afastamento do palco d'aquella figura gigantesca de artista, que tanto o deliciara e que tanto applaudira nos seus diversos papeis, tanto dramaticos, como jocosos, em centenares de creações, como mestre da arte. Queiroz, não podendo resignar-se a abandonar o theatro por completo, ainda a 5 de abril de 1910 se apresentou ao publico da Trindade, n'uma recita que promoveu, representando com o actor Roldão, um entreacto expressamente escripto por elle, a que déra o titulo de *Perde ou ganha*, completando o espectaculo a opera comica em 3 actos *A Moura de Silves*. O theatro encheu-se extraordinariamente, e o grande artista foi alvo d'uma calorosa ovação. Essa noite devia ficar bem gravada na memoria de Queiroz, como uma das suas festas artisticas mais gloriosas.

Queirozes. Pov. na freg. de Santo André, do Villa Boa de Quires, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Queitide de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Graça, de Vinha da Rainha, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Queixada. Pov. na freg. de S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Queixada da Rapoza de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. João Baptista, de Tocha, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Queixomil. Pov. na freg. de Santa Cruz do Douro, conc. de Baião, distr. do Porto.

Quejas. Pov. na freg. de S. Romão, de Carnaxide, conc. de Oeiras, distr. de Lisboa.

Quelaudem. Pov. do commando militar de Satary, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, na India. Fica na estrada de Chorlem.

Quelaunim. Pov. da praguaã de Nagar-Avely, no distr. de Damão, arceb. de Gôa, India.

Quelfes. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. do Algarve, conc. e com. de Olhão, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 657 fog. 2:818 hab. Tem

esc. do sexo masc. e est. post. Está situada na margem d'uma ribeira, a 4 k. da séde do conc. e a freg. está espalhada em casaes, pelos campos com boas terras, vinhas, figueiras, alfarrobeiras, amendoeiras, etc. A egreja fica junto do ribeiro de Quelfes, sobre o qual ha uma ponte de pedra, mandada construir pelo bispo do Algarve D. Francisco Gomes do Avellar, no principio do seculo XIX, no sitio de Marim, na estrada que vae para Tavira. Ha aqui um bom pinhal. Esta freg foi supprimida em 1838, passando os seus casaes para as freguezias de Olhão, Moncarapacho e Pexão; mas não teve effeito a suppressão, e continúa a ser independente. A mitra apresentava o cura, que tinha 90$000 reis de rendimento annual. Pertence a pov. á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro.

Quelha. Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Gondar, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. Tem caixa postal. || S. Salvador, de Campo, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Vicente, de Cidadelhe, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Santo André, de Lever, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Paio, de Mozellos, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Oliveira, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Santo André, de Sanhoane, conc. de Santa Martha de Penaguião, do mesmo distr. || Santa Maria, de Sobre Tamega, conc. de Marco de Canavezes. distr. do Porto. || S. Martinho, de Villa Mou, conc, e distr. de Vianna do Castello, S. Pedro de Villa Secca, conc. de Coudeixa-a-Nova, distr. Coimbra. || S. Sebastião, de Ville, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello.

Quelha da Egreja. Pov. na freg. de S. Miguel, de Soutello, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Quelha de Gonta. Monte da prov. da Beira Alta, na freg. de N. S.ª das Neves, de Bemfeita, conc. e distr. de Vizeu. Este monte, ou cabêço, fica a cavalleiro da aldeia de Lustosa, da mesma freguezia, e n'elle se construiu em 1875 uma bonita capella, dedicada ao Santo Nome de Jesus, por devoção e á custa de Manuel Rodrigues de Carvalho Magalhães, do referido logar de Lustosa.

Quelha de Laurim. Pov na freg. de S. Miguel, de Soutello, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Quelhas *(José Firmino da Silva Geraldes)*. Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra. Foi desembargador. N. em Alpedrinha, onde tambem fal. em 1812. Escreveu: *Panegyrico historico do ill.mo e ex.mo sr. D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares*, etc., Lisboa, 1812.

Quelhas. Povoações nas freguezias: S. Martinho de Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || O Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || S. Miguel e conc. de Armamar, distr. de Vizeu.

Quelho. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Ferreira, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Santo André, de Marecos, conc. de Penafiel, do mesmo districto.

Quelim. Rio affluente do Mandovy, no distr. e arceb. de Gôa, India. Corre em Bicholim e entra pela margem esquerda do braço do Mandovy, chamado rio de Mapuçá.

Quelimane. Vasto e importante districto da prov. de Moçambique, Africa Oriental, limitado ao N pelo distr. d'Angoche, de que o separa em parte o rio Quizungo ou Quizumbo, ao S pelo pelo pequeno rio Mussungure e pelos montes Barué, a O pelo Aroenha e pelo Chire e a E pelo Oceano Indico. O territorio é muito accidentado de montanhas, sobretudo para o interior. A O eleva-se a grande serrania da Lupata, atravessada pelo Zambeze, que diminue ali muito a sua largura, que chega a ser apenas de 40 m. até Bandar, extremo da vertente S d'esta cordilheira. Encontram se depois, caminhando na direcção do rio, as serras chamadas Bandar, correndo depois o terreno quasi plano n'uma extensão de 80 k. A seguir levanta se a serra Chiramba na margem direita e a Baballa na esquerda, ficando estas serras perpendiculares á de Lupata. Na margem esquerda encontra-se ainda a serra Maganja. Perto sáe do Zambeze o rio Ziué-Ziué, que desagua na lagôa Manse, a qual, por seu turno, vae desaguar no Chire. Este ultimo rio passa proximo das altas serranias de Morumbala, corta quasi a prumo a serra Chinga-Chinga e passa perto da foz junto da serra Chimoara, que acompanha a margem esquerda do Zambeze durante 4 k. Por fim, ão S do distr. encontram-se as elevadas serranias do Barué, oude se levanta o monte Gorangosa a mais de 1:900 m. A costa do distr. de Quelimane é cortada por um grande numero de rios, alguns dos quaes são navegaveis em parte do seu curso. Começando pelo N encontram se os rios Quizungo e Tejungo, que se descarregam por varias bocas, o Macemba, o Mariangoma, o Licungo e o Macuze, afóra outros de menor importancia. O Quizungo e o Macuze são os mais conhecidos, e por elles se fez n'outros tempos um consideravel trafico de escravos. Geralmente, até Quelimane a costa é baixa e sem accidentes de terreno, orlada de praia de areia. Só perto da fronteira do distr. d'Angoche e nas alturas do rio de Moma, que fica n'este districto, se avista o grande monte Cockburn. Em frente da costa e para o SO da ilha do Fogo, situada em face do rio Quizungo, ha alguns baixos Entre Quelimane e o limite S do districto encontra se o vasto delta do Zambeze, cujas bocas, de N para S, são o rio de Quelimane ou dos Bons Signaes, o Luide ou Manhaua, o Maindo, o Inhamiara, a barra Catharina, o Luabo, o Inhamissengo e o Melambe. Além d'estes, o districto é banhado pelo caudaloso rio Chire, que descarrega no Zambeze as aguas do importantissimo lago Nyassa. O Zambeze é muito povoado de animaes ferozes, entre os quaes se contam os crocodilos e os hippopotamos, e nas suas margens ha antilopes, patos, rolas, e não raras vezes, leões e elephantes. As inundações d'este rio e as do Chire contribuem grandemente para que todo o distr. de Quelimane tenha, principalmente na parte occupada por estes cursos d'agua, uma fertilidade prodigiosa Todos os productos agricolas de maior valor ali se dão optimamente. As condições naturaes favorecem excepcionalmente a producção da canna sacharina, do café, do algodão, do tabaco, do arroz, do trigo, das sementes oleaginosas, do anil, etc. Deve-se, comtudo, dizer que, não obstante tão excepcional fertilidade do solo, as culturas que predominam no districto e que constituem quasi exclusivamente a sua producção agricola, são o amendoim, o gergelim, a borracha, a urzella e o arroz. A canna sacharina

é cultivada um pouco na região do delta do Zambeze, e serve para o fabrico da aguardente. A cultura do café é muito limitada, não obstante este producto, quando originario da provincia, ser apreciado nos mercados. Quanto á cultura do arroz, tem ella em muitos pontos os elementos mais favoraveis para o seu desenvolvimento. O clima do districto é variavel, e em geral pouco saudavel nos terrenos baixos, cortados d'agua e expostos á acção d'um sol ardente. Comtudo, a fama da sua insalubridade é um tanto exaggerada, e proveiu em grande parte de se não terem feito a tempo varios melhoramentos indispensaveis nas povoações importantes situadas nas terras baixas. Na região montanhosa o clima é saudavel, excepto nos pontos em que, na estiagem, as aguas do Zambeze fórmam pantanos. Tem se escripto ácêrca das riquezas mineraes da Zambezia, mas o que parece certo é que o distr. de Quelimane, se se exceptuar a região situada ao S de Sena, é dos que menos perspectiva tem offerecido de grandes elementos para quaesquer explorações Na parte S do districto encontram se indicações de importantes riquezas mineraes, principalmente de minas de ouro e ferro. E' ao S d'esta região que fica Manica, tão celebre pelos seus jazigos auriferos, e onde, n'outros tempos, houve uma feira importantissima. O distr, de Quelimane tem todos os elementos para sustentar um grande commercio, e effectivamente, o augmento de movimento da sua alfandega denuncia que o progresso, posto que lento, é successivo. Pelo que é dado presumir pelos documentos observa-se que, entre 1901 e 1903 este distr. passou a ser chamado da *Zambezia*, pois que com esta designação se encontra descripto resumidamente nas *Colonias Portuguezas*, 2.ª edição correcta e augmentada, 1903 trabalho firmado pelo capitão de fragata e antigo lente da Escola Naval sr. Ernesto J. de C. e Vasconcellos, e com a do districto de *Quelimane* o vêmos ainda no *Annuario estatistico dos dominios ultramarinos portuguezes* de 1899 e 1900, publicado em 1905. Depois reverteu ao primitivo nome, conforme se vê em documentos de 1906. Na sua breve informação sobre o distr. da Zambezia diz o autor citado: «Tem a séde na villa de S Martinho de Quelimane e estão-lhe aggregados os territorios administrados pela Companhia de Moçambique, até ao rio Save. Limita-se ao N com os territorios da Companhia do Nyassa, a leste com o distr. de Moçambique e com o mar; ao S com o Zambeze; a oeste com o Ziué Ziué, com o Chire e com a fronteira ingleza. O distr. da Zambezia é formado pelo concelho de Quelimane, com séde na villa d'este nome, e pódem considerar se lhe como adstrictos os seguintes commandos militares: Guengue, Maganja d'Aquem Chire, Chilomo e Milange-Tumbini; a intendencia administrativa e fluvial do Chinde e a residencia de Maganja da Costa.»

Quelimane. Villa, capital do distr. do mesmo nome, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está situada na margem esquerda d'um antigo braço do Zambeze chamado rio de Quelimane ou dos Bons Signaes, a cêrca de 30 k. da foz, e tem uns 3:200 hab. aproximadamente, sendo 200 europeus, 500 asiaticos e 2:500 indigenas. Assente em terreno plano e baixo, que apenas se eleva por uma extensão d'alguns kilometros a menos de 1 m. sobre o nivel das altas marés, as condições do logar e a falta d'obras apropriadas fazem-n'a pouco habitavel, se bem que, na realidade, se tenha exaggerado muito a sua insalubridade, que nada tem de extraordinaria, principalmente depois do aterro d'alguns dos seus pantanos. De resto, a fertilidade do solo e o commercio com a região da Zambezia attrahiram para ahi a população em maior quantidade. A villa de Quelimane tem um aspecto agradavel e occupa uma extensão consideravel de terreno, em muitos pontos coberto por uma frondosa vegetação. Na generalidade as casas são baixas, só d'um andar, separadas umas das outras e quasi todas com jardins o que contribue para dar á villa uma certa attracção, e havendo mesmo edificios particulares de elegante construcção. Junto da barra do rio de Quelimane desemboca o pequeno rio ou canal de Olinda, e perto d'ella encontra-se a meio uma ilhota, defronte da qual fica o antigo prazo chamado Quelimane do Sal. A montante da villa desemboca o ribeiro Licuare. O terreno da povoação fica no antigo prazo de S. Paulo, entre os de Marrogane e Cheringone, n'uma concavidade da margem do rio, que as correntes teem escavado constantemente. A barra e o rio são de navegação um tanto difficil para os navios de grande calado d'agua, que não pódem entrar n'elles sem o auxilio d'um pratico, e de grande vantagem foi, por isso, o estabelecimento do telegrapho em Tangalane, a umas 12 milhas, que é o ponto d'onde se observa a barra e o banco, onde ha um pharol de luz branca a 31 m. acima do nivel do mar e um posto semaphorico, e d'onde são transmittidos para a villa todos os esclarecimentos e avisos necessarios ácêrca das embarcações que demandam o porto. Este foi balisado ha já muitos annos, marcando-se por meio de boias os baixos perigosos e construindo-se balisas nas pontas de Olinda e Tangalane, o que tudo tornou o porto mais facilmente accessivel aos navios. A villa está ligada por umas linhas telegraphicas com Tete, Chinde, Chilomo, Tangalane e Maganja da Costa, assegurando a communicação com a Europa e tambem com os portos da linha de Tete (via Salisbury). Comtudo, a transmissão para esta linha demora, algumas vezes, mais d'um dia. A rêde telegraphica tem actualmente 31 estações, das quaes 6 para o serviço interno e internacional, que são: Quelimane, Muturara, Tete, Chilomo, Chinde e Vicente. As restantes são só para o serviço interno. Como capital do districto tem Quelimane varios edificios do Estado, mas todos elles de pouca importancia, como a residencia do governador e a secretaria militar. Tem mais: agencias de navegação e bancaria; alfandega; arsenal; associações: Conselho regional da Liga naval e Commissão de Beneficencia; caminho de ferro (linha ferrea de Quelimane ao Maquival, n'um percurso de 28 k., pertencente á Companhia da Zambezia); capitania do porto; casas de pasto; escolas para ambos os sexos; corpo consular: Allemanha, Brazil, França, Hespanha, Inglaterra, Suissa e Noruega; estação telegrapho-postal; fabricas de cairo, descasca d'arroz, tijolo e cal, (da Companhia da Zambezia); feitorias commerciaes; guarnição militar: 4.ª companhia indigena de infantaria; corpo policial; flotilha da Zambezia; hospital militar e civil; pharmacias; serviço de cargas e passageiros; tribunal de justiça, etc;

gado bovino, caprino e asinino. A egreja parochial é dedicada a N. S.ª do Livramento. Foi principiada a construir-se em 1776, e concluida em 1786. Ha a egreja dos Santos Anjos, em Qualani, fundada em 1903 pelos padres jesuitas da Missão Zambeziana, e a capella particular das irmãs hospitaleiras de S. José de Cluny. Importação: algodões brancos, crús e estampados, saccaria, generos alimenticios, bebidas alcoolicas e fermentadas, materiaes de construcção, petroleo, calçado, chapeus, artigos de vestuario, quinquilharias, etc. Exportação: generos oleaginosos, marfim, ouro, cera, borracha, cairo, arroz e legumes. Esta povoação começou em 1544 por uma feitoría á beira mar, como os demais estabelecimentos portuguezes da costa, e, devido á importancia do seu commercio, foi elevada á categoria de villa com o nome de S. Martinho de Quelimane em maio de 1761, segundo uns, e em 1763, segundo outros.

Quelle. Pov. do sobado de N'Golla Bumba, na freg. de S. Joaquim, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quello. Pov. da div. do Congo Ialla, no conc. de Santo Antonio do Zaire, do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Queluz (*Antonio Bartholomeu Pires, 1.º barão e 1.º visconde de*). Moço fidalgo com exercicio, do conselho d'el rei, commendador das ordens de Christo, de Nossa Senhora da Conceição e da Torre e Espada; commendador da do Leão, de Zaringe, na Baviera; cavalleiro da Legião de Honra, de França; e da Corôa de Ferro, da Austria, etc. N. em Lisboa a 3 de fevereiro de 1795, fal. em Brombach em 1860. Era filho de Antonio Bartholomeu Pires, e de sua mulher, D. Marianna Joaquina. Seguiu o curso de medicina na Universidade de Coimbra. Foi ajudante de cirurgia da Guarda Real de Policia em 4 de janeiro de 1817; cirurgião de numero da Casa Real, por alvará de 28 de fevereiro de 1822; cirurgião-mór graduado, passando depois a effectivo, do mencionado corpo de policia, sendo desligado d'esse corpo em 15 de julho de 1823 para servir no quartel general do infante D. Miguel, que acompanhou para Vienna d'Austria, em consequencia de seu pae, D. João VI, o ter exilado depois do movimento *d'Abrilada*. Antonio Bartholomeu Pires saiu de Lisboa, juntamente com D. Miguel, a 9 de maio de 1824, acompanhou-o durante a sua permanencia em Vienna d'Austria, regressando com elle para Lisboa, onde chegou a 22 de fevereiro de 1828. Quando se tratou do casamento de D. Miguel com sua sobrinha, a rainha D. Maria II, o imperador D. Pedro o agraciou com o titulo de barão de Queluz, por decreto de 25 d'abril de 1828. D. Miguel elevou o depois a visconde do mesmo titulo, por decreto de 6 de janeiro de 1829. A parte que tomou nas intrigas palacianas no tempo de D. Miguel, não está ainda bem explicada; é certo que se chegou a espalhar que o infante o mandára assassinar, porque o visconde de Queluz esteve algum tempo retirado da côrte, mas esses boatos fôram desmentidos em 1834, quando foi juntar-se em Roma com D. Miguel, acompanhando-o depois durante todo o tempo do seu exilio, sendo uma das testemunhas officiaes do casamento d'aquelle principe em 1852, continuando fielmente a servil-o em Brombach, até que falleceu, usando o titulo de conde, por mercê de D. Miguel. Casou em 24 de julho de 18[illegible]4 com a princeza Malvina de Loewenstein Werlhein Frendenberg, segunda filha do principe de Loewenstein Werlhein Frendenberg, Jorge Guilherme Luiz, e da princeza, sua mulher, D. Carlota Sophia Henriqueta Luiza. A princeza Malvina havia casado em primeiras nupcias com o conde de Isembourg, Frederico, que falleceu a 9 de janeiro de 1864, e de quem se havia divorciado em 1850. O seu brazão d'armas, que lhe foi concedido por carta de 6 de novembro de 1828, é o seguinte: Escudo esquartelado; no primeiro quartel, em campo de ouro, o escudo das armas reaes com a differença pertencente aos primeiros infantes; no segundo, em campo vermelho uma espada de prata com as guarnições de ouro, posta em pala com a ponta para cima; no terceiro, em campo azul, um cão de prata sentado, tendo na bocca uma chave de ouro; e no quarto, em campo de prata, uma corôa de louro verde. Orla azul com o moto seguinte, em letras de ouro: *In Perpetuam Memoriam Honoris, fidelitatis et Constantiae*. Sobre o escudo uma corôa de ouro de cinco perolas, e por timbre um braço armado, de prata, tendo na mão a espada das armas em acção de descarregar o golpe, e n'ella enrolada uma fita vermelha com o moto seguinte em letras de ouro: *Pro defentione Regis*.

Queluz (*João Severiano Maciel da Costa, marquez de*). Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra. N. na cidade de Marianna em Minas Geraes, em 1760, fal. em dezembro de 1834. Seguindo a carreira judicial, era desembargador em 1808 quando chegou ao Brazil a familia real portugueza, por causa da entrada dos francezes em Portugal. Em 1809 mandou o governo portuguez, agora em guerra aberta com a França, tomar a Guyana franceza, que effectivamente nos caiu nas mãos, sendo nomeado governador da nova provincia brazileira o desembargador Maciel da Costa, que exerceu esse cargo até que, pelo tratado de 1815, tivemos de restituir á França essa sua possessão americana. Em 1821, quando D. João VI regressou á Europa, Maciel da Costa acompanhou-o, mas as côrtes não o deixaram desembarcar, e Maciel da Costa teve de voltar para o Brazil, onde foi um dos agentes do imperio Proseguiu na sua vida politica, sendo senador e ministro; foi agraciado com o titulo de visconde, e depois com o de marquez de Queluz. Em 1[illegible]21 publicou em Coimbra o seguinte folheto: *Apologia que dirige á Nação Portugueza, a fim de se justificar das imputações que lhe fazem homens obscuros, os quaes deram causa ao decreto de 3 de junho, e á providencia communicada no aviso de 11 de julho do corrente anno*. Esta exposição justificativa do seu procedimento destinava-se a obter a revogação do decreto das côrtes, pelo qual a elle, e a outros que acompanharam D. João VI no seu regresso a Portugal, foi vedada a permanencia em Lisboa, impondo-lhes a obrigação de escolherem para residir terras afastadas da capital na distancia de 10 ou mais leguas. Ainda publicou: *Memoria sobre a necessidade de abolir a introducção dos escravos africanos no Brazil, sobre o modo e condições com que esta abolição se deve fazer, e sobre os meios de remediar a falta de braços que ella póde occasionar* Coimbra, 1821.

Queluz. Logar importante da prov. da Extremadura, pertencente á freg. de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. E' pov. muito pittoresca, e muito visitada por causa do palacio real ali existente. Está situado em logar baixo, cercado de varios outeiros de pouca elevação, mas em sitio ameno, fertil e saudavel. O palacio e quinta de Queluz foi incontestavelmenre uma das mais importantes e sumptuosas residencias, que a realeza possuia em todo o reino. Data do meado do seculo XVII o primitivo edificio que pertenceu aos marquezes de Castello Rodrigo. N'essa epoca, Queluz não passava d'uma pobre aldeia, sem a minima importancia, e só mais tarde, quando aquella propriedade se instituiu em residencia real, é que a pov. se engrandeceu, tendo uma epoca muito florescente até ao começo do seculo XIX, e ainda no tempo do governo do infante D. Miguel. Os marquezes de Castello Rodrigo, como traidores á patria, perderam o direito ao palacio e quinta de Queluz, por lhe terem sido confiscados todos os bens para a corôa de Portugal, em dezembro de 1640, data gloriosa da restauração do reino do dominio castelhano. D. João IV, por alvará de 11 d'agosto de 1654, instituiu a Casa do Infantado, em favor do filho segundo dos nossos monarchas, e fez lhe doação n'esse mesmo anno, dos bens sequestrados ao marquez de Castello Rodrigo e a outros fidalgos, que tambem haviam seguido o partido de Hespanha. O primeiro senhor da Casa do Infantado foi o infante D. Pedro, mais tarde rei D. Pedro II Esta casa,

Queluz—Palacio Real

Queluz—Palacio Real. Fachada do quarto de D. Pedro IV

que se tornou mais grandiosa pelos rendimentos, honras e privilegios, extinguiu-se em 1834, tendo sido D. Miguel o seu ultimo proprietario. O palacio e quinta de Queluz começaram a ser muito frequentados pelo seu novo possuidor, o infante D. Pedro, e essas visitas amiudaram-se, sem serem extranhas á politica, porque se podia falar ali desafogadamente sem receio dos espiões do conde de Castello Melhor, primeiro ministro e favorito d'el-rei D. Affonso VI. Seguiram-se depois as grandes intrigas palacianas, de que resultou a desthronisação de D. Affonso VI, o seu desterro e prisão nos paços de Cintra, que teve o desenlace fatal com a morte do desditoso monarcha, succedida em 12 de setembro de 1683. Pelo fallecimento de D. Pedro II passou a Casa do Infantado ao seu filho segundo, o infante D. Francisco, que todos os annos passava a estação calmosa n'aquella residencia, que se tornara sua mais ou menos actividade até 25 de maio de 1786, dia em que falleceu D. Pedro III. Oito annos estiveram então as obras paradas, e no fim d'esse tempo, em 1794, a rainha D. Maria I mandou edificar um novo corpo do palacio, onde habitou na sua viuvez. No entretanto, aquelles oito annos não fôram tempo sufficiente para se concluirem as obras, nem os rendimentos da Casa do Infantado bastavam para as despezas, tendo a rainha de mandar fornecer avultadas sommas do thesouro publico. Os jardins e parque chegaram a concluir-se, mas o palacio ficou sempre incompleto. Durante o andamento das obras, comtudo, apenas se apromptaram accommodações indispensaveis, a familia real para ali foi residir todos os annos, nos mezes de verão. Emquanto viveu D. Pedro III, houve festas esplendidas no palacio de Queluz, sendo escolhidos os dias do S. João e S. Pedro, e os dos anniversarios natalicios mais

Queluz—Escadaria e cascata no Palacio Real de Queluz

predilecta. No tempo d'este infante, que possuiu a propriedade perto de 35 annos, obteve o palacio e quinta de Queluz bastantes melhoramentos. D. Francisco tinha um filho bastardo, D. João da Bemposta, e por sua morte, formou-se grande demanda entre os infantes D. Antonio, irmão de D. João V, e o infante D. Pedro, filho d'este monarcha, que ficou vencedor, e que mais tarde se chamou D. Pedro III, por ter casado com sua sobrinha, a rainha D. Maria I. D. Pedro resolveu fazer de Queluz *o* Versailles de Portugal, e por isso tratou de augmentar a propriedade, com a acquisição de outras que lhe ficavam confinantes, encarregando do risco e execução do novo palacio, da planta e ornatos dos jardins e quintas, o architecto portuguez Matheus Vicente de Oliveira, e o architecto e esculptor francez João Baptista Robillon. Em junho de 1755 começaram os trabalhos da nova construcção, e proseguiram com solemnes das pessoas reaes. As funcções constavam de sumptuosa festa religiosa celebrada de manhã na capella por musica vocal e instrumental, executada pelos mais distinctos professores nacionaes e estrangeiros, que viviam em Lisboa, além dos musicos da Patriarchal. De tarde realisavam-se corridas de touros, ou cavalhadas em que os cavalleiros ostentavam soberbos ginetes e custosas galas; n'estas diversões tomavam parte os mais distinctos fidalgos da côrte. Ao cair da noite illuminavam-se as fachadas do palacio, os jardins e o parque. Depois resoavam as orchestras em harmoniosos concertos nas espaçosas salas, revestidas de espelhos, que faziam multiplicar infinitamente as numerosas luzes dos candelabros, dos lustres e das placas, e em que a côrte se retratava em enormo auditorio resplandente de diamantes e sedas multicôres recamadas de ouro. Nos concertos tomavam parte a rai-

nha D. Maria I, então ainda princeza do Brazil, e as infantas suas irmãs. Mais tarde servia-se a ceia, e quando a noite ia já muito adeantada, queimava-se nos jardins um brilhante fogo d'artificio, cujas mil phantasticas invenções se alternavam com os repuxos dos lagos, d'onde subiam as aguas como columnas de crystal, ou em graciosas espadanas que se cruzavam, ou n'outras variadissimas fórmas. Em Queluz tambem se construiu um theatro sob a direcção do architecto Ignacio d'Oliveira Bernardes, o qual se inaugurou a 17 de dezembro de 1778, para solemnisar o anniversario natalicio da rainha D. Maria I. Representavam-se n'aquelle theatro operas lyricas, e foi um divertimento que veiu tornar ainda mais brilhantes as funcções de Queluz. Tendo-se incendiado uma grande parte do palacio velho d'Ajuda, a familia real foi em 1795, fixar a sua residencia no paço de Queluz, e ali se conservou até paço da Bemposta, até ao anno de 1828, em que a infanta D. Izabel Maria, então regente, entregou o governo a seu irmão D. Miguel, que se fez acclamar rei. Essa triste celebridade fôram as conspirações permanentes que n'aquelle palacio se fomentaram contra a liberdade da nação, até esse anno de 1828. Durante os 5 annos que durou o governo absolutista até julho de 1833, D. Miguel viveu no paço de Queluz com suas irmãs D. Izabel Maria e D. Maria d'Assumpção. Depois de ser desterrado do paiz, o palacio ficou abandonado até setembro de 1834, em que D. Pedro IV, achando-se gravemente enfermo, o foi habitar, desejando fallecer no mesmo quarto onde havia nascido, desejo que realisou no dia 24 do referido mez e anno. Desde essa epoca, uma parte do edificio ficou sendo habitada pelas antigas açafatas da Casa Real. Do *Archivo Pittoresco* vol. VI, transcrevemos a seguinte descri-

Queluz—Sala do Throno no Palacio Real

29 de novembro de 1807, dia em que fugiu para o Brazil, pela entrada dos francezes em Portugal. Em 1821, porém, tendo já fallecido D. Maria I, D. João VI, regressando do Brazil, para ali foi habitar, mas pouco tempo se demorou em Queluz, pois, em consequencia de antigas desintelligencias que então se renovaram entre o soberano e sua mulher, D. Carlota Joaquina, D. João VI veiu residir para o palacio da Bemposta, onde falleceu em 10 de março de 1826, ficando em Queluz D. Carlota Joaquina só com a sua filha mais nova, a infanta D. Anna de Jesus Maria, conservando-se ali até ao seu fallecimento, succedido em 7 de janeiro de 1830. Foi ainda n'aquelles paços que se realisou em 1827, o casamento da referida infanta D. Anna de Jesus Maria com o marquez de Loulé, depois agraciado com o titulo de duque. Queluz teve uma triste celebridade desde a partida de D. João VI para o pção: «Queluz tem treze salas revestidas de espelhos e guarnecidas de obra de talha dourada, onde se admiram lavores delicadissimos, tendo o pavimento todo de marmore de côres em xadrez, ou de madeiras de variadas côres e qualidades. A *sala das talhas* e a das *serenatas* são as principaes em grandeza e riqueza. A primeira tem nos topos dois thronos, cujos doceis são sustentados por columnas oitavadas guarnecidas de espelhos e douraduras; e do mesmo modo se vêem as paredes e as portas. O pavimento é de marmore branco e azul em xadrez. No tecto está representado em pintura um grande concerto, ou *serenim*, como então lhe chamavam, em que figuram el-rei D. José e a rainha D. Marianna Victoria; o celebre mestre de musica David Peres, tocando cravo ao lado do soberano; a princeza D. Maria, mais tarde rainha; e as infantas D. Maria Francisca Benedicta, ao deante princeza do Brazil, D.

Marianna Josepha e D. Maria Dorothea, com papeis de solfa nas mãos, em acção de cantarem; o infante D. Pedro, depois rei, regendo o concerto, e muitas pessoas da côrte. Dão nome a esta sala preciosas talhas de porcelana do Japão, que a decoram, collocadas no pavimento sobre peanhas de madeira com ornatos relevados e vasados. Como indica a pintura do tecto, esta sala foi construida expressamente para os concertos da côrte; e com effeito alguns se executaram n'ella, porém depois passou a servir para os beijamãos e audiencias solemnes aos ministros estrangeiros, destinando-se para os concertos outra sala, á qual ficaram chamando das *serenatas*. Esta sala é maior, e muito mais esbelta e sumptuosa que a precedente. Paredes e portas tudo é coberto de alto a baixo de magnificos espelhos e de esculpturas douradas. Da *sala das talhas* segue para a direita uma galeria de outras salas mais pequenas, mas egualmente ricas, ostentando no pavimento lindos mosaicos de madeira, e nas paredes imaginosos relevos dourados, ou prateados, e grandes espelhos, tendo na metade inferior graciosas paizagens e figuras primorosamente pintadas no vidro. A ultima sala d'esta galeria occupa o elegante pavilhão, que é um logar historico, por ser a camara onde nasceu e veiu a fallecer em 1834 D Pedro IV. Quasi tudo ali se conserva no estado em que o deixou o magnanimo principe ao entregar o espirito ao Creador. A cama, com a modesta roupa que a cobre, não condiz com a riqueza do aposento, mas revela os habitos singelos e a lhaneza de maneiras do soberano que fez consistir a sua maior gloria do titulo de primeiro soldado da liberdade. Vêem-se n'esta camara tres paineis a oleo com os retratos do principe D. Antonio, filho primogenito de el-rei D. João VI, fallecido de tenra edade, do infante de Hespanha D. Carlos, e de sua primeira mulher, a infanta de Portugal D. Maria Francisca, filha do mesmo monarcha. Exteriormente é este edificio todo de marmore, profusamente decorado de columnas e pilastras doricas e jonicas, de balaustradas, estatuas, vasos, e outros ornamentos. No tympano, sobre a grande janella do centro, da referida camara, está um baixo relevo esculpido com muita perfeição, e que representa uma festa de Baccho. A capella principal do palacio fica ao lado opposto dos jardins, com porta para a rua. E' espaçosa e bem ornada. O oratorio particular encerra algumas obras de arte de muito valor, entre as quaes sobresaem varios paineis de excellente pintura, e uma formosa columna de ágatha, cujo fuste tem um metro e trinta e tres centimetros de altura, e sustenta uma estatua de S. Pedro, de prata, cinzelada com muito primor. Foi dada de presente pelo papa Pio VII a el-rei D. João VI. São estas, em muito resumido do quadro, as cousas mais notaveis d'este vastissimo palacio. A quinta corresponde-lhe, se o não excede, em magnificencia. São muitos, e muito grandes e variados os jardins. Os principaes estendem-se deante das diversas fachadas do palacio. De todas as salas mais nobres se abrem portas de vidraças que communicam com estes jardins, que são adornados de numerosas estatuas e vasos de marmore, e de lagos de todos os tamanhos e feitios, com repuxos de muita diversidade de invenções, alguns d'elles guarnecidos de bellos grupos de figuras. A' saida d'estes jardins erguem-se dois altos pedestaes, servindo de base a duas estatuas equestres allegoricas da Fama. São de marmore, e fôram esculpidas por Manuel Alves e Silvestre de Faria Lobo, segundo o desenho do mencionado architecto francez Robillon. Ao parque segue-se a tapada, separada por uma cêrca dos muros. Tem basto arvoredo, muitas e espaçosas ruas, e abundancia de caça miuda.» A

Queluz—Salão dos Embaixadores do Palacio Real

ribeira do Jamôr atravessa a quinta, encanada e guarnecida de preciosos azulejos, producção da fabrica do Rato, segundo desenhos de Robillon, que fôram executados por artistas hollandezes que para ali contratou, o marquez de Pombal,sendo ha poucos annos completados por Pereira Junior, e outro artista. Nos jardins que circumdam o palacio, ha lindas plantas,distinguindo-se, entre ellas, o bello geranium do Cabo e soberbas magnolias. Os maravilhosos jogos d'agua estão hoje muito mal tratados, e mais de 40 annos de abandono contribuiram para arruinar, em parte, esta esplendida propriedade, que se vê na maior decadencia, e cujos azulejos estiveram assim entregues ao vandalismo. Fórmam as partes lateraes da ribeira do Jamôr, ao atravessar a quinta de Queluz, duas paredes com um prolongamento de 115 m., divididas ao centro por um alegrete sobre dois arcos, e onde existia a antiga casa da musica. Estas paredes são revestidas interiormente de azulejos, em azul, representando diversos assumptos, na maior parte, portos de mar, fortalezas salvando, abordagem de galeões e bergantins conduzindo a terra cortezãos, officialidade, etc. A parte superior termina em 20 peanhas de cada lado, ornamentadas com azulejos coloridos. A parte posterior do lado esquerdo é tambem de azulejos coloridos e representa na maior parte assumptos de caça. Corre, em todo o seu prolongamento uma rua orlada de amoreiras, que, diz a tradição, fôram mandadas plantar pelo marquez de Pombal, quando desenvolveu a industria das sedas no paiz. Na estação calmosa as aguas do Jamôr são reprezadas por meio de umas comportas de madeira, formando então a ribeira um enorme lago com 115 m. de comprido por 12 de

Queluz—Tanque do jardim

largo, onde a projecção dos azulejos e do arvoredo offerece um quadro maravilhoso. O lago, na sua maior enchente, fórma uma quéda d'agua de 5 m. de altura. O pintor Carlos Alberto Nunes reproduziu a oleo aquelle quadro, e offereceu-o ao rei D. Carlos, em 1901. Em 1898 esteve ali o popular José Augusto, já hoje fallecido, arrancando d'um lado, collocando n'outro, cheio de boa vontade, diversos azulejos, mas, ignorando o desenho ornamental, nada adeantou, ficando tudo como anteriormente. Foi el-rei D. Carlos quem depois ordenou a restauração e reconstrucção dos azulejos n'este rio. Encarregou-se do trabalho, primeiramente, o pintor Pereira Junior, e depois Carlos Alberto Nunes, seu discipulo. Foi este senhor, com o auxilio e boa vontade do almoxarife do paço de Queluz Manuel Cardoso dos Santos Vasques, e do seu ajudante Eugenio Tavares de Almeida e Sousa, que concluiu esta obra com muito exito. Ao centro da ribeira foi levantado um monumento em azulejo polychromo, com differentes quadros de Mythologia, e tendo n'um dos *panneaux* do centro as armas de Bragança e Orleans, e dos lados as seguintes inscripções:

A RESTAURAÇÃO E RECONSTRUCÇÃO DOS AZULEJOS
N'ESTE RIO
FOI ORDENADA NO ANNO DE 1900, SENDO ADMINISTRADOR DA FAZENDA DA CASA REAL O
CONSELHEIRO PEDRO VICTOR DA COSTA
SEQUEIRA
O PINTOR—JOSÉ MARIA PEREIRA CÃO
POR ORDEM DE SUA MAGESTADE EL-REI
D. CARLOS I
E
SUA MAGESTADE A RAINHA D. MARIA AMELIA
D'ORLEANS
SE COMEÇOU A RESTAURAÇÃO DOS AZULEJOS
N'ESTE RIO NO ANNO DE 1900
O ALMOXARIFE DE QUELUZ
MANOEL CARDOSO DOS SANTOS VASQUES.

Este trabalho é de Pereira Cão (pseudonymo artistico de José Maria Pereira Junior). O monumento é encimado por um grupo dos que ornamentavam as varandas do palacio,e representa o rapto das Sabinas, e tendo dos lados mais dois grupos onde se vê Diana e Adonis. Nas peanhas lateraes fôram collocados vasos imitando os antigos que estão no jardim, e são da extincta fabrica do Rato. A parte posterior da ribeira, do centro para baixo, e o edificio hexagonal, d'onde é tirada a agua do rio para as regas, são em azulejo, trabalho completamente novo, sendo os quadros de figuras em azul e as molduras a côres, estylo Luiz XV, e desenhos de execução de Carlos Nunes. Todo o trabalho moderno está primorosamente assente pelo ladrilhador Vicente Rodrigues Reboleira. Queluz tem estação na linha do caminho de ferro de Cintra, entre as da Amadora e o apeadeiro de Barcarena. A mesma estação serve para Bellas, por isso tem a designação de *Queluz-Bellas*. E' em Queluz a séde do grupo d'artilharia a cavallo. O edificio do palacio e a quinta deixaram de ser do dominio da corôa, ainda antes da queda da monarchia e da acclamação da Republica, ficando pertencendo á nação, assim como as outras residencias reaes. Na cêrca do palacio foi creada, em abril de 1911, uma escola pratica de pomicultura, horticultura e jardinagem.

Queluz de Baixo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Barcarena, conc. de Oeiras, distr. de Lisboa.

Quemba. Pov. da div. de Noqui, no conc. de

Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. da div. de Congo Ialla, no referido conc., distr. e provincia.

Quembe. Pov. do sobado de Pamba N'Gonga na 8.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quembo. Pov. do sobado de Tamboco, no conc. de S. Salvador, e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quemunha. Pov. na freg. do Salvador, de Cabeça Santa, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Quengue. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental

Quengue á Bumba. Pov. do sobado de Futuba, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quenguenes. Montanha de Angola, Africa Occidental.

Quenina. Rio da Africa Occidental; nasce nas serras de Huila e vae desaguar no mar, ao N de Mossamedes.

Quental ou Quintal. E' appellido nobre em Portugal, que tem por solar o logar de Quintal, na freguezia de Bésteiros, do concelho de Tondella. A primeira pessoa, que se encontra com este appellido, é Affonso Annes do Quental, pae de Lopo Affonso do Quintal, um dos bravos de D. João I, e de D. João Affonso do Quental, de quem descenderam os Quentaes de Leiria e Obidos As suas armas são: Em campo de prata, uma banda xadrezada de vermelho e prata, com tres peças em pala, e a ordem do meio coberta com uma cotica de negro. Elmo d'aço aberto, e por timbre uma cabeça de lobo xadrezada de púrpura e prata.

Quental *(Anthero Tarquino de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; publicista, homem politico, philosopho e poeta. N. em Ponta Delgada a 18 d'abril de 1842, onde tambem falleceu a 11 de setembro de 1891. Era descendente d'uma das mais antigas familias das ilhas dos Açôres, sendo filho de Fernando do Quental. Depois de estudar as primeiras letras na sua terra natal, veiu para Lisboa e cursou as aulas do estabelecimento de ensino fundado e dirigido por Antonio Feliciano de Castilho. Em 1856 foi matricular se em Direito na Universidade de Coimbra, tomando o grau de bacharel em 1864. Desde 1860 que o joven poeta se tornára conhecido no mundo litterario, com a publicação em opusculo anonymo, segundo Raymundo Capella, da poesia *A' Historia*, cujas estrophes são as que abrem a primeira edição das *Odes modernas*. Desde esse anno appareceram tambem varias poesias e artigos de prosa nos jornaes *Academico*, *Preludios litterarios*, *Estreia litteraria*, *Phosphoro*, publicados em Coimbra. Em 1861 saiu dos prélos da Imprensa Litteraria da mesma cidade, um folheto intitulado *Sonetos de Anthero*. Em 1863 publicou-se o poemeto *Beatrice*, e a poesia *Fiat lux*, que se tornou rarissima, por ter o seu autor inutilisado quasi todos os exemplares, poucos dias depois de impressos. Mas em 1865 é que se publicou, tambem em Coimbra, o volume das *Odes modernas*, que marcou a Anthero do Quental um logar de destaque nas letras portuguezas. D'este livro se fez segunda edição no Porto em 1875, contendo varias composições ineditas. No Porto tambem saiu, em 1871, o volume das *Primaveras romanticas*, com o sub titulo de *versos dos vinte annos*. A serie das suas publicações em prosa, encetou-a Anthero do Quental em Coimbra, em 1865, com a sua *Defeza da Carta encyclica de Sua Santidade Pio IX contra a chamada opinião liberal*; este opusculo tem esta dedicatoria: «A todos os catholicos sinceros e convictos. A todos os herejes sinceros e convictos. Testemunho de boa-fé.» Outro opusculo, publicado no mesmo anno de 1865, é que provocou uma verdadeira tempestade litteraria, denominada *A questão coimbrã* Intitulava se *Bom-senso e bom-gosto; carta ao ex.mo Sr. Antonio Feliciano de Castilho;* reimprimiu se primeira e segunda vez, contando ao todo tres edições. A virulenta e prolongada polemica litteraria que derivou d'aquelle opusculo, chegou ao extremo de redundar n'um duello á espada entre Quental e Ramalho Ortigão, autor do opusculo *Litteratura de hoje*. O duello effeituou-se no Porto, no sitio

Anthero Tarquino de Quental

chamado da Arca d'Agua, ficando Ramalho Ortigão levemente ferido n'um pulso. Ainda em 1865 publicou Anthero do Quental em Lisboa, um outro opusculo *A dignidade das letras e as litteraturas officiaes*, em que attenuou alguns dos exaggeros da sua apreciação no opusculo que provocára a questão coimbrã. Volvidas depois as publicas attenções para os factos politicos-sociaes, interveiu Anthero do Quental nos debates do momento com a publicação dos opusculos de combate: *Portugal perante a revolução de Hespanha, considerações sobre o futuro da politica portugueza, no ponto de vista da democracia iberica*, em 1868; e *O que é a Internacional; o socialismo contemporaneo, o programma da Internacional; a organisação da Internacional*; *as conclusões*, em 1871, este sem o nome do autor. Entretanto, promoviam se em Lisboa, no salão do Casino Lisbonense, as *Conferencias democraticas*, cujo programma tem a data de 16 de maio de 1871, e é assi-

nado, além de Anthero do Quental, por Adolpho Coelho, Augusto Soromenho, Augusto Fuschini, Eça de Queiroz, Germano Vieira de Meirelles, Guilherme de Azevedo, Jayme Batalha Reis, J. P. Oliveira Martins, Manuel de Arriaga, Salomão Saragga e Theophilo Braga. As *As Conferencias democraticas* fôram inauguradas por Anthero do Quental, que tambem fez a segunda conferencia, a qual teve por thema as *Causas da decadencia dos povos peninsulares nos tres ultimos seculos*. Este notavel discurso foi publicado no Porto no mesmo anno de 1871; n'elle dá Anthero do Quental como causas da decadencia de Portugal a monarchia e o catholicismo. Prohibidas as *Conferencias democraticas* por uma portaria do então presidente do conselho de ministros, o marquez d'Avila e Bolama, Anthero do Quental publicou a sua *Carta ao Ex.mo Sr. Antonio José de Avila, marquez d'Avila, presidente do conselho de ministros*, que está escripta com vehemencia e energica indignação. Afastando se por essa epoca da vida publica, após uma viagem aos Estados Unidos, dedicou-se mais especialmente Anthero do Quental ás preoccupações litterarias, entrando na nova polemica litteraria suscitada pela versão do *Fausto*, de Goethe, pelo visconde de Castilho, d'esta vez do lado d'este e seus amigos e admiradores; d'essa epoca é tambem o seu opusculo *Considerações sobre a philosophia da historia litteraria portugueza*, em 1872, onde aprecia o livro de Oliveira Martins sobre *Camões e os Lusiadas* e a *Theoria da historia da litteratura* de Theophilo Braga. Em prosa ha dispersos por jornaes e revistas, muitos artigos dignos de leitura e meditação, como ácêrca de *Lopes de Mendonça*, nas columnas d'uma folha operaria do Porto. Deve se tambem mencionar os seus manifestos politicos, quando o partido socialista, em 1880, lhe indicou o nome aos eleitores como candidato a deputado por um circulo de Lisboa. Em 1892, o livreiro Gomes, de Lisboa, editou o volume *Raios de extincta luz*, poesias ineditas de Anthero de Quental, com outras pela primeira vez colligidas, precedidas de um escorço biographico por Theophilo Braga. Das suas obras poeticas, além da imitação d'um soneto por Manuel del Palacio, traducções em hespanhol por Frederico Ballart, segundo communicação de Sanchez Moguel, havendo a *Illustracion Española y Americana* apresentado já specimens d'esta versão; de Manuel Curros Enriquez; e de Baldomero Escobar. Em francez, além de Fernando Leal, traduziram Anthero do Quental o autor *d'Epines et roses*, em *Gouttes d'Ame*, Paris; Achille Millien, em suas *Fleurs de poesie, morceaux des poêtes étrangers contemporains, traduits en vers;* Maxime Formont, no capitulo III da sua obra *Le Mouvement poétique contemporain en Portugal*, Lyon, 1892; e H. Faure. Em italiano, contam se as versões de Marco Antonio Canini, Giuseppe Cellini, Domenico Milelli, E. Teza, G. Zuppone-Strani, com quem collaborou o autor das *Fiori d'Oltralpe*, onde, além da traducção de varias poesias, insere egualmente a versão siciliana *Zara*, traduzida outrosim em dialecto corso por A. P. Fioravanti; esta poesia, bem como os sonetos *A' Virgem Santissima* e *Quia aeternus*, em italiano, foi traduzida outrosim por Prospero Peragallo e Clelia Bertily; d'esta versão se encontra uma reproducção no livro de Antonio Padula, *I nuovi poeti portoghesi*, onde tambem se vê uma traducção *Dos Captivos* em prosa. Do epitaphio *Zara*, ha tambem uma traducção em italiano por Francisco Accinelli. A edição polyglotta *Zara (*Lisboa, Imprensa Nacional, 1894) comprehende traducções em latim, italiano, siciliano, calabrez, napolitano, bolonhez, romanhol, veneziano, veronez. milanez, genovez, romanche, francez, wallon, bearnez, delfinez, provençal, catalão, mayorquino, castelhano, asturiano, mirandez, gallego, rumeno, polaco, bohemio, russo, sloveno, slovaco, croata, grego, albanez, inglez, sueco, dinamarquez, norueguez, neerlandez, allemão; daco saxonico, bretão, irlandez, daco-cigano, hebraico, arabe, finlandez, hungaro e basco. A estas versões cumpre additar as posteriores em russo, em slavo de Montenegro e em armenio antigo e moderno. Das outras obras poeticas de Anthero do Quental resta registrar as traducções em inglez pelo dr. Richard Garnett e por Edgar Prestage, benemerito das letras lusitanas. Em allemão outro benemerito de nossa litteratura, Wilhelm Storck, publicou uma versão dos *Sonetos de Quental*. Em sueco os traduziu Goran Bjorkman, como em dinamarquez recentemente Karl Larsen, professor da Universidade de Copenhague. Dos escriptos em prosa de Anthero do Quental ha da *Carta autobiographica* a Storck, versões em allemão e em inglez; e desde 1882 uma traducção hespanhola do estudo critico *A poesia na actualidade*, trasladado devido a Ricardo Caruncho, e impresso em Corunha. O pessimo estado de saude de Anthero de Quental, a que debalde buscava remedio no conselho das summidades da sciencia medica, como Charcot em Paris, acabára por o obrigar ao retiro de um isolamento completo, em Villa do Conde, onde em 1890, quando se deu o *ultimatum* inglez, o enthusiasmo da mocidade academica portuense o foi buscar, offerecendo-lhe a presidencia da Liga Patriotica do Norte, agremiação oriunda d'um comicio popular. A Liga Patriotica do Norte, porém, fracassou; e na sequencia dos successos, veiu Anthero de Quental a regressar á sua terra natal, onde inesperadamente o publico culto foi alarmado pela surpreza da terrivel noticia do suicidio do grande poeta. No anno de 1896 appareceu no Porto, editado por Mathieu Lugan, um volume *In memoriam*, de Anthero de Quental, collaborado por alguns dos seus mais intimos amigos pessoaes, trazendo dois appendices, um de Ernesto do Canto, outro a excellente bibliographia Antheriana, de Joaquim de Araujo. A este estudo se ligam os opusculos seguintes: do mesmo Joaquim de Araujo, *Bibliographia Antheriana, resposta a alguns reparos do sr. Delphim Gomes*, Coimbra, 1896, e *Bibliographia Antheriana, resposta aos srs. Delphim Gomes e José Pereira Sampaio*, Genova, 1897; de Delphim Gomes, *Bibliographia Antheriana, notas ao ensaio do sr. Joaquim de Araujo*, Coimbra, 1896; *Bibliotheca Antheriana, defeza d'algumas notas impugnadas pelo sr. Joaquim de Araujo*, Coimbra, 1896, e *Bibliographia Antheriana*, a proposito da *«Resposta»* do *sr. Joaquim de Araujo aos srs. Delphim Gomes e José Pereira de Sampaio*, por José d'Azevedo e Menezes, Barcellos, 1897.

Quental (*Ayres de)*. E' tradição, que foi o architecto do convento da ordem de Christo, em Thomar, no tempo d'el rei D. Manuel. A sua estatua se vê do frontispicio da egreja.

Quental (*P. Bartholomeu do*). Prebystero secular e fundador da Congregação do Oratorio em Portugal. N. em Fenaes, proximo da cidade de Ponta Delgada, a 22 de agosto de 1626; fal. a 20 de dezembro de 1698. Era filho de Francisco de Andrade Cabral e de Anna de Quental de Novaes ambos descendentes dos fidalgos mais distinctos das ilhas dos Açôres. Adquiriu uma instrucção precoce, e mostrou desde muito novo grandes tendencias para o apostolado, porque sendo ainda creança ou quasi creança, ensinava aos pequenos pobres da sua ilha o catecismo da doutrina christão. Em 1643 seus paes o mandaram para a Universidade de Evora, onde no fim de 4 annos se graduou como mestre em artes, tendo frequentado o curso de Philosophia. Tambem frequentou tres annos a faculdade de Theologia da mesma Universidade, indo depois formar se a Coimbra. Ordenou se por esse tempo, e foi nomeado, precedendo concurso, vigario da freguezia de Nossa Senhora da Estrella, matriz da villa da Ribeira Grande na sua ilha de S. Miguel. El-rei D. João IV teve noticia do seu merecimento, e chamando-o á côrte, o nomeou seu confessor e prégador da capella real, logar em que deu provas de verdadeiro talento. Desejoso de ligar o seu nome a uma d'aquellas fundações religiosas que tanto captivavam os nossos antepassados, fundou a Congregação do Oratorio em Portugal, á imitação da que fundára em Roma S. Filippe Nery. A Congregação portugueza recebeu a confirmação da sua instituição pelo papa Clemente X em 1671, e a confirmação dos seus estatutos em 1672. A nova Congregação religiosa transferiu se em 1674 para a egreja do Espirito Santo, que lhe foi cedida pela irmandade dos negociantes, e ali residiu, escreveu e prégou o P. Bartholomeu do Quental, exercendo a maior influencia em Lisboa, sendo o confessor predilecto da aristocracia, e sendo consultado com o maior respeito pelo soberano. Recusou, porém, o cargo de professor regio, e a mitra episcopal de Lamego, só acceitando o logar de deputado da junta das missões. Era notavel e ardente a sua caridade, visitava a miudo os hospitaes, e desempenhava com o maior zelo os seus deveres evangelicos. A sua morte foi muito sentida, e prestaram-se lhe as maiores honras funebres, sendo uma das pessoas que maior homenagem lhe prestaram, a rainha D. Maria Sophia Neuburgo, segunda mulher de D. Pedro II. A Santa Sé concedeu-lhe o titulo de *Veneravel*. Escreveu: *Meditações da infancia de Christo, Senhor nosso, da encarnação até aos trinta annos da sua edade*, etc., Lisboa, 1666; outra edição, 1682; e ainda outra em 173?; *Meditações da sacratissima paixão de Christo Senhor nosso*, etc., Lisboa, 1675; outra edição, 1679, outra em 1734, e ainda outra em 1756; *Meditações da gloriosa resurreição de Christo*, etc., Lisboa, 16?3; *Meditações dos domingos do anno*, Parte I, Lisboa, 1695; Parte II, Lisboa, 1697; Parte III, 1699; *Sermões; Parte I e II*, Lisboa, 1692 e 1694; consta cada uma de 16 sermões; ambas as partes fôram reimpressas em Lisboa, 1741 e 1763.

Quental (*Filippe do*). Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra, lente jubilado da sua faculdade, deputado, etc. N. em Ponta Delgada a 24 de maio de 1824, fal. em Coimbra a 18 de julho de 1892. Era filho de André da Ponte de Quental e Camara (*V. o artigo seguinte*). Embora descendente de familia nobre, e possuir fortuna, Filippe do Quental não deixou nunca de ter como ideal politico a democracia, á qual desde muito novo prestou fervoroso culto, sustentando e defendendo até fallecer as convicções que tanto o dominavam. Como filho segundo e membro d'uma familia cheia de tradições de antiga fidalguia, foi instado logo nos primeiros annos para abraçar a vida ecclesiastica, mas rejeitou sempre essas ideias. Pelo fallecimento de seu pae, teria de ficar subordinado a seu irmão Fernando do Quental, o morgado, para que assim pudesse continuar a viver na opulencia, que até então o cercára, passando vida socegada mas esteril e inutil; a sua indole, porém, não lh'o permittia, e preferiu dedicar se ao trabalho, entrando assim no meio social. Veiu então para Coimbra aos 26 annos, sujeitando-se ao trabalho de leccionar e de estudar preparatorios. Como leccionista, os alumnos que ouviam as suas prelecções não conseguiam, que elle lhes acceitasse a costumada prestação mensal. Dizia lhes, quando iam entregar-lh'a: «Não posso receber; porque os alumnos mais distinctos bem longe de me darem trabalho, dão me prazer, e cessa por isso o motivo da prestação, que só se justifica como remuneração do trabalho.» Esta nota delicada propria d'uma alma generosa, tem tanto mais valimento, quanto é certo que elle, n'essa epoca, leccionava para equilibrar o orçamento das suas despezas, não só de estudante, mas exigidas pelas necessidades que se agglomeravam em volta de quem vivera até áquella edade no meio da opulencia. Perante as industrias tambem se sentia animado de boa vontade; a carreira industrial e agricola enthusiasmava-o, por isso se matriculou em Philosophia, para assim alliar a pratica com a sciencia, e d'esse modo pudesse mais conscientemente desenvolver a sua energia por fórma que se harmonisasse com o seu elevado espirito. Mas as duas pessoas a quem se havia ligado para a realisação da empresa agricola e fabril desistiram do seu plano, o que o levou a proseguir n'outros estudos, matriculando-se então em Medicina, formatura que concluiu com verdadeira gloria em 1861. No anno de 1851 manifestava se uma corrente em favor dos melhoramentos das classes operarias, e quem se encontrava á frente d'esse movimento eram Filippe do Quental e Carlos Ramiro Coutinho, depois visconde de Ouguella. Surgiu assim a Sociedade de Instrucção dos Operarios, que logo na sua primeira sessão, em 4 de outubro do citado anno de 1851 escolheu o seu principal iniciador para os logares de secretario e professor, que Filippe do Quental acceitou, exercendo-os gratuitamente. Entendeu se depois que os artistas teriam mais garantida protecção havendo para isso uma sociedade secreta; organisa se pois a loja *Patria e Caridade*, sendo logo eleito veneravel Filippe do Quental. Como estudante, foi elle quem, entre os academicos do seu tempo, mais concorreu para o esplendor da academia. Nas aulas ou no theatro, nos clubs ou nos passeios, nos conventiculos tranquillos ou nos calorosos levantamentos com os estudantes protestavam contra o que lhes parecia menos justo, apresentava se o academico Filippe do Quental como um verdadeiro prodigio. José Estevão Coelho de Magalhães, em 1863, teve por conveniente que existisse em Coimbra uma associação que contrabalançasse a influencia que ia

tendo o que chamavam Lazarismo. Invocou a poderosa iniciativa de Filippe do Quental e de Bettencourt Pitta, e não tardou a organisar se a loja denominada *Liberdade*, sendo escolhido para veneravel Filippe do Quental, como pessoa que tinha o maior prestigio entre quantos o cercavam. Os professores mais eminentes da faculdade de Medicina, reconhecendo os altos dotes do seu estimado discipulo, como fizeram vêr nas classificações com que premiaram o seu estudo e talento, o convidaram a fazer acto de licenceado em 2 do mez de junho de 1863 e o seu doutoramento a 29 do mesmo mez e anno. O dr. Filippe do Quental exerceu largamente a clinica. Entrando na politica militante, foi eleito deputado pelo circulo de Ponta Delgada em 1865, e apezar da camara ter sido dissolvida, aquelle circulo insistiu na sua reeleição. Foi deputado só tres annos, mas n'esse curto espaço, ainda deixou vinculado o seu nome a trabalhos importantissimos, assignalando os seus vastos conhecimentos sobre sciencias sociaes e a sua profunda erudição. Por despacho de 29 de janeiro de 1867 foi nomeado lente da Universidade, e entregando se ás obrigações do magisterio, entendeu que devia afastar se da politica, e apezar de varias vezes ser instado para acceitar de novo o logar de deputado, recusou-se sempre tenazmente. Em 1868 casou com a sr.ª D. Candida Soeiro. E assim dedicado ao magisterio e ao lar domestico, passou o resto da vida. A sua morte foi muito sentida em Coimbra, onde grangeara sempre o maior respeito e estima. Em 1863 publicou a sua *Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas.*

Quental da Camara *(André da Ponte)* Era natural de Ponta Delgada, e fal. a 14 de abril de 1845. Era filho do capitão André da Ponte do Quental, e de sua mulher Michaela Bernarda de Betteneourt. Tendo feito os primeiros estudos em Lisboa, era cadete do regimento da armada, quando travou relações com o poeta popular Barbosa du Bocage, de quem se tornou intimo amigo. Rapazes da mesma edade, pouco mais ou menos, ambos poetas, professando as mesmas idéas liberaes, companheiros na vida bohemia, viviam em convivencia domestica, em 1797, quando os esbirros do intendente Pina Manique, que de ha muito andavam com vontade de prender Bocage, o conseguiram em 10 de agosto, a bordo da corveta *Aviso*, nas vesperas de se fazer de véla para a Bahia. Pouco depois foi tambem preso André do Quental, como seu companheiro. Bocage era accusado de ser *autor de alguns papeis impios, sediciosos e criticos*, e tambem de *ser desordenado nos costumes*, e mais ainda, de desconhecer as *obrigações da religião que tem a fortuna de professar;* e de não satisfazer *aos sacramentos a que obriga o preceito de ir todos os annos buscar os sacramentos da penitencia e eucharistia á freguezia onde vive.* O seu companheiro André do Quental foi preso por ser amigo de Bocage, e *suppôr-se* que pensava do mesmo modo que elle em materia religiosa Bocage tinha se effectivamente affirmado um grande liberal, desafiando Pina Manique com o soneto *Aspirações do liberalismo excitado pela revolução franceza*, e com um outro soneto celebrando a invasão de Bonaparte nos estados pontificios, que muito escandalisava os catholicos. André do Quental, porém, não tinha publicado nenhum soneto, mas podia tel-os escripto, e essa supposição era bastante para o apontar á colera do terrivel intendente da policia. Mas em casa do amigo de Bocage, segundo a intendencia communicou ao inquisidor geral, fôram encontrados os *papeis e livros impios e sediciosos* que se aprehenderam ao dito *André da Ponte.* Depois de tres mezes de prisão, fôram ambos soltos, contribuindo bastante para a sua libertação o ministro José de Seabra da Silva. André do Quental, cujas tendencias revolucionarias já conhecidas, se conceituavam cada vez mais, pertenceu á associação politica constituida, em 1807, para libertar Portugal do francez. Esse grupo de enthusiastas liberaes chamava-se *Conselho Conservador*, e n'elle exerceu o cargo de capitão-mór. Em 1811 vivia na ilha da Madeira, porque a 31 de maio d'esse anno ali casou com D. Carlota Joaquina de Freitas Bettencourt. Mais tarde tomou parte muito activa na revolução liberal de 1820, sendo eleito deputado ás côrtes em 1822, pela ilha de S. Miguel. Os acontecimentos politicos de 1826-1828, e os que se lhes seguiram, tão profundamente o desgostaram. que se afastou das luctas partidarias. Em 1832, depois de vivamente instado, acceitou o cargo de governador civil da ilha de S. Miguel por occasião da revolta chamada do Castello de S. Braz, e quando soube que os promotores d'esta revolta seriam condemnados á morte, tomou tão energica attitude, que impediu o tremendo morticinio; comtudo, ainda alguns dos revoltosos fôram executados. André do Quental, magoado com este procedimento das autoridades, pediu a sua exoneração. Mais tarde, em 1842, desilludido por completo, queimou todas as suas composições poeticas, e todos os papeis em que recolhera notas e impressões relativas á sociedade e aos homens do seu tempo, e entregou-se ao isolamento tão grato ao seu espirito cansado e desilludido. Do seu casamento houve André da Ponte do Quental da Camara 6 filhos, dois dos quaes fôram Fernando do Quental, que foi o pae do grande poeta Anthero do Quental; Filippe do Quental, lente da Universidade. V. *estes nomes.*

Quental Vieira *(Henrique do)*. Medico pela Universidade de Coimbra. Era natural de Santarem, e fal em Lisboa a 16 de junho de 1664, sendo filho do licenceado Raphael do Quental Vieira. Foi tambem poeta e socio da Academia dos Singulares, fundada em Lisboa em 1664. Deixou impressos em varios livros sonetos portuguezes e epigrammas latinos. Das suas obras medicas só se imprimiu posthuma, em 1669, a *Guia de sangradores*, que se reimprimiu em 1670, mas ficaram manuscriptas umas dissertações latinas sobre a missão do sangue e os purgativos, dois volumes tambem latinos de observações medicas praticas, um dialogo sobre a febre maligna, o primeiro volume de uma empyrica, um tratado da belleza, tudo isto em latim, e em portuguez um tratado do tabaco.

Quenena. Pov. na freg. de S. Domingos de Rana, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa.

Quentes Pov. na freg de N. S.ª das Virtudes, de Ventosa, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Quenze. Pov. do sobado de Calla Canambua, na freg. de S. Joaquim, 2.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quepem. Pov. e séde do conc. do mesmo no-

me, no distr. e arceb. de Gôa, Novas Conquistas, India. Está situada proximo da margem esquerda do rio de Parodá. || Denominação d'um conc. das Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. E' formado pelas antigas provincias de Bally, Chandrovaddy e Cacorá, e limitada ao N pelos concelhos de Sanguem e de Pondá, a O pelo de Salsete, ao S pelo de Canácoua e a E pelo de Sanguem. Comprehende 25 aldeias em Bally, 18 em Chandrovaddy e em Cacorá, sendo as mais populosas Quepem, Xeldem, Arally, Cumane, Sirvoy, Molcornem e Cacorá.

Querellido. Pov. na freg. de S. Martinho, de Covellas, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Querença. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. do Algarve, conc. e com. de Loulé, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 489 fog. e 2:270 hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada a 1 k. da margem direita da ribeira de Querença, e estrada de Vaqueiros a Loulé. A mitra apresentava o prior, que tinha de renda 10 moios de pão. A terra é muito abundante em fructas, principalmente de *ameixas reinoes*, com as quaes sustentam os porcos. Produz tambem muito linho e azeite. A pov. pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro. || Ribeira do distr. de Faro. N. a No da freg. de S. Braz de Alportel e entra na ribeira da Quarteira com 10 k. de curso. Tem uma boa ponte de cantaria de 5 arcos, muito antiga.

Queri. Pov. do conc. de Canácona, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India.

Queridas Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Ferreira-a-Nova, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Querim. Pov. do commando militar de Satary, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Fica nos contrafortes da grande montanha de Vagueri. || Pov. do conc. de Pernem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Fica proximo da costa e a NO do concelho. || Pov. do conc. de Pondá, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India.

Querimba. Uma das 28 ilhas do archipelago de Cabo Delgado, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Fica ao S e a cêrca de 500 m. de distancia do Ibo, podendo, na vasante, passar se d'uma para a outra. Tem mais de 5 k. de comprimento e 2 de largura, e é a mais fertil de todo o archipelago, assim como a que tem a melhor agua, sendo tambem excellentes as suas producções, que são quasi as mesmas de Ibo: café, feijão, maçã branca, gomma copal, arroz, milho, anil, gergelim, etc. Querimba teve outr'ora uma villa florescente, e populosa, que tinha o mesmo nome da ilha e era a capital do extincto districto de Cabo Delgado, villa de todo o archipelago, que então se chamava das Querimbas e hoje de Cabo Delgado. Actualmente é ainda uma das poucas ilhas povoadas do archipelago, e está comprehendida nos territorios administrados pela companhia do Nyassa. Decaiu muito da sua antiga grandeza, sendo o seu mau ancoradouro, e, principalmente, os frequentes roubos e invasões dos moiros de Zanzibar, segundo a tradição dos naturaes da ilha, as causas que levaram um dia as autoridades a irem residir para o Ibo, transferindo para ali a capital do districto.

Querimbas. Ilhas situadas na costa da prov. de Moçambiquo, Africa Oriental. São mais conhecidas pelo nome de *Ilhas de Cabo Delgado*.

Queriol (*Nuno de Freitas*). Capitão de fragata. N. em 1851, sendo filho do sr. Miguel Queriol, empregado superior dos caminhos de ferro portuguezes, hoje aposentado. Cursou simultaneamente a Escola Polytechnica e a Escola Naval. Na sua viagem de tirocinio de guarda-marinha, fazendo parte da guarnição de varios navios, visitou diversos portos de Inglaterra, França e Italia, fazendo as suas digressões com licença autorisada para visitar Londres, Paris, Madrid, etc. Desde os primeiros embarques fez publicar nos jornaes de Lisboa curiosos artigos sobre cousas navaes e do ultramar. Os Annaes do Club Militar Naval, o Boletim da Sociedade de Geographia, o *Jornal do Commercio*, o *Diario de Noticias*, *Diario Illustrado*, publicaram artigos de Nuno Queriol, que fôram muito apreciados. O sr. conselheiro Julio de Vilhena, sendo ministro da marinha, projectando estabelecer missões civilisadoras em Africa, o convidou para chefe da que desejava estabelecer em Angola, a que o joven official de marinha se prestou, sendo para esse fim mandado construir á Inglaterra, a pedido de Nuno Queriol, o pequeno vapor a que foi dado o nome de *Vilhena*. Deixando aquelle ministro a pasta da marinha, Nuno Queriol desistiu do cargo para que havia sido indigitado. O visconde da Praia Grande de Macau, então director geral de marinha, conhecendo o valimento d'aquelle official de marinha, não quiz, apezar da desistencia do cargo de chefe da missão, deixar de o nomear commandante do vapor, que a seu pedido e indicação, o estado mandara construir. Desde que o vapor *Vilhena* chegou a Lisboa, Nuno Queriol foi seu commandante, e a seu bordo embarcou para Loanda, andando ali sempre em commissões para a costa do norte, sendo muito relevantes os serviços que prestou ao paiz, os quaes mereceram menção, não só nos documentos officiaes publicados, como na apreciação por parte d'um deputado, no parlamento, na discussão de assumptos coloniaes. Sendo governador geral d'Angola o sr. conselheiro Ferreira d'Amaral, Nuno Queriol foi incumbido de commissões difficeis e de importancia, que sempre desempenhou com a maior competencia. Foi nomeado pela Sociedade do Geographia como delegado seu representante nas festas do centenario de Calderon, em Madrid, sendo ali apresentado ao rei de Hespanha D. Affonso XII, por D. Segismundo Moret, amigo particular do sr. Miguel Queriol, pae do joven official de marinha. N'essa occasião foi agraciado com o habito da ordem de Izabel a Catholica, e mais tarde com a mercê de cavalleiro da de Carlos III.

Querquenos. Povos da Lusitania, de cuja comarca era cabeça a cidade de *Aquae Querquenae*, a 70 k. de Braga, para a parte da serra do Gerez. O nome d'esta cidade suppõe-se ser derivado do latino *quercus*, que significa Carvalho, por haver por estes sitios grandes mattas d'estas arvores. Ignora-se o local onde existiu esta cidade, da qual falam Plinio, Ptolomeu e Pomponio Mella. E' provavel que fôsse destruida pelos suevos, no seculo v, e que fôsse em algum dos sitios onde ainda se vêem varias ruinas da famosa *Geira*. V. *Portugal*, vol. III, pag. 718.

Quessada. V. *Quezada*.

Quessuas. Pov. da 8.ª div. (Botte) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quête. Pov. do sobado e conc. de Cabinda, na Regedoria do Sócca, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quetriz. Pov. na freg. de Santa Maria, de Pinheiro, conc. de Oliveira de Frades, districto de Vizeu.

Quette. Pov. do sobado e conc. de Cabinda, na Regedoria do Povo Grande, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Queulá. Pov. do conc. de Pondá, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India.

Quevedo ou **Quebedo**. Familia antiga e illustre de Castella, que passou a Portugal, no tempo da regencia do infante D. Pedro, filho d'el-rei D. João I. Estes appellidos e o de Cabedo, procedem todos do mesmo tronco, ou por outra, veem a ser todos o mesmo appellido, escripto por differentes fórmas, pelo decorrer do tempo. (V. *Cabedo*, *Portugal*, vol. II, pag. 556). As armas dos Quevedos são as que ficaram descriptas em Cabedo.

Quevedo e Castel-Branco (*Vasco Mousinho de*). Poeta épico, que viveu nos seculos XVI e XVII. Era natural de Setubal, sendo filho de Francisco Mousinho. Frequentou na Universidade de Coimbra os cursos de Jurisprudencia civil e canonica, formando-se n'estes dois direitos. Diz-se que exerceu em Setubal a profissão de advogado. Possuia largos conhecimentos da poesia vulgar e latina, entregou se particularmente a este genero da arte, em que se tornou bastante distincto, e compoz varias obras poeticas que teem sido elogiadas pelos criticos mais severos, como foi Manuel Severim de Faria. Em 1611 publicou o seu *Affonso Africano, poema heroico da preza de Arzilla e Tanger, dirigido a D. Alvaro de Sousa, capitão da guarda allemã de Sua Majestade*, etc. E' incontestavelmente o primeiro dos nossos poemas epicos de segunda ordem. Foi reimpresso em 1787, e ainda no seculo passado, em 1844. Em todas as composições de Vasco Mousinho de Quevedo, se nota ingenho subtilissimo. muito estudo e pureza de linguagem, mas a obra que mais gloria lhe deu, e que sempre lhe conservará um logar distincto entre os epicos portuguezes, é sem duvida o poema *Affonso Africano*. Mencionaremos a seguinte composição: *Discurso sobre a vida, e morte de Santa Izabel, rainha de Portugal, e outras varias Rimas, dirigido ao ex.mo sr duque, D. Alvaro de Castro*, Lisboa, 1597; saiu com o nome de Vasco Mousinho de Castel-Branco. O *Discurso* é um poema composto de 6 cantos em oitavas rimadas; occupa no volume, de folhas 1 a 59; as *Rimas*, de que uma boa parte é escripta em castelhano, comprehendem 51 sonetos, uns tercetos, uma ecloga, e alguns emblemas, romances e glosas. Vasco Mousinho de Quevedo, que tão altos serviços prestou á causa nacional, enriquecendo a lingua portugueza com um poema tão valioso, foi comtudo dos que transigiram com o dominio castelhano, e quando Filippe III veiu a Portugal, escreveu em hespanhol o seguinte poema festivo: *Triumpho del monarcha Philippo tercero en la felicissima entrada de Lisboa; dirigido al presidente Juan Furtado de Mendoça, y Senado de la Camara;* Lisboa, 1619. Todos faziam o mesmo, porque o paiz inteiro esperava obter grandes vantagens da visita regia. A desillusão foi grande e não concorreu pouco para apressar o grande movimento da independencia portugueza. Vasco Mousinho de Quevedo, não só manejava com toda a facilidade e elegancia o idioma hespanhol, como acontecia a quasi todos os poetas portuguezes d'esse tempo, mas escrevia tambem bons versos latinos, como se prova por uma poesia escripta n'essa lingua em honra de Pedro Barbosa de Soure, e publicada no livro *De judiciis* do jurisconsulto Pedro Barbosa. Diz-se, que tambem era muito versado na lingua italiana, e que deixou um manuscripto n'essa lingua, intitulado *Dialogos* de varia doutrina, que se conservava na bibliotheca de D. Rodrigo da Cunha.

Quexiferra. Pov. na freg. de N. S.ª do Prau to, de Panascoso, concelho de Mação, districto de Santarem

Quezada. A familia d'este appellido procede dos Queixadas Villas Bôas, que tinham por armas: Em campo de prata 4 queixadas de ouro com dentes de prata. Esta familia, porém, era de Hespanha, e não consta que similhantes armas fôssem usadas em Portugal. Ha outros Quezadas, que procedem de Pedro Dias Carrilho, de Toledo, que depois se chamou Pedro Dias de Quezada, primeiro adeantado de Casorla, o qual, sendo alcaide da villa de Quezada, na Andaluzia, por uma grande victoria que alcançou dos moiros, foi chamado o *Quezada*. As suas armas são: Em campo de púrpura 4 coticas de arminho, em pala, cada uma carregada de 6 mosquetes negros; orla de prata, carregada de 8 caldeiras de negro com a boca para baixo. Passou esta familia a Portugal, e aqui se corrompeu este appellido em *Quezado* e *Casado*, usando todos as mesmas armas, mas só com coticas. Ainda outros trazem por armas: Em campo de púrpura, 4 bandas de arminho, cada uma com 4 mosquetos de negro.

Quia. Uma das ilhas do archipelago de Cabo Delgado, na provincia de Moçambique, Africa Oriental.

Quiaballe. Pov. do sobado de Queta, na freg. de S. Joaquim, 6.ª div. do conc. de Golungo Alto, districto de Loanda, provincia de Angola, Africa Occidental.

Quiabulla. Pov. do sobado de Cabanga Cacalunga, na freg. de S. Joaquim, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quiabungo. Pov. do sobado de Quimbanguia, na 9.ª div. do conc. de Ambaca, distr de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quiadi. Pov. do sobado de N'Gia, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quiadôngo de Cima. Pov. do sobado de Cabanga, na 8.ª div do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quiafinda. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quiagi. Pov. do sobado de Quiutanda de Quiôa, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quiagungo. Pov. do sobado de Cabanga, na 8.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quiahia. Pov. do sobado de Cando, na 9.ª div.

do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quiáhombo. Pov. do sobado de N'Dalla Quamba, na 11.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental

Quiáhue. Pov. do sobado de N'Dalla Caballo, na 8.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda. prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiaios. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov do Douro, conc. e com. de Figueira da Foz, dis tr. e bisp. de Coimbra; 1:227 fog. e 4:805 hab, Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., medi cos e pharmacia. Dista 10 k da séde do conc. e está situada a 3 k. do mar. O prior de Santa Cruz, de Coimbra, apresentava o vigario, que ti nha 200$000 réis de rendimento. A pov. é muito antiga, e foi couto, ao qual el rei D. Manuel deu foral, em Lisboa, a 23 de agosto de 1514. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n° 7, com a séde em Leiria. N'esta freg. existem duas lagôas, uma das quaes de 2:000 m. de comprimento por 700 de largura, e d'ellas sáem correntes d'agua que vão juntar se ao rio Esteiro. As duas lagôas são chamadas: *Véla* e *Camarção*.

Quialambo. Pov. do sobado de Cacullo, na 9.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quialla. Pov. do sobado de Cahondo, na freg. de S. Joaquim, 1.ª div. do conc. de Golungo Alto, districto de Loauda, provincia de Angola, Africa Occidental.

Quialundua. Pov. do sobado de Lunguesi, no conc. de S Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quiama. Pov. do sobado de Mussengue a Cabanga Canzenza, na freg. de S. Joaquim, 5.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quiamacalanga. Pov. do sobado de N'Gonga N'Galla, na 2.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quiamaloa. Pov. do sobado de N'Dalla Ceia, na 1.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quiamba. Pov. da freg. de S. José, na 3.ª div. de Quiuzenza, conc. de Calumbo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. da div. de Congo Ialla, no conc. de Santo Anto nio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quimballe Quiambuilla. Pov. dos sobados de Calumbo, Cassandra e Cóta, na freg de S. José de Encoge, conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quiambaxi. Pov. do sobado de N'Dondo iá Quirima, na 9.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Quissembe, na 1.ª div. do conc. d'Ambaca, etc.

Quiambimba. Pov. do sobado de Cassoba Canginge, na 4.ª div. do conc. d'Ambaca. distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiambugi. Pov. do sobado de Caxinda, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental,

Quiambula. Pov. do sobado de N'Gando, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quiambungo. Pov. do sobado de Bango a Quitamba, na freg. de S. Joaquim, 8.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiamenha de Baixo. Pov. do sobado de N'Golla Quissueia, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiamenha do Meio. Povoação do sobado de N'Golla Queissueia, na 2.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Qui á Mitondo. Pov. do Sobado de Camunhoto, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda. pov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiamono. Pov. do sobado de Muinza, 8.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de N'Golla Quissueia, na 2.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiamvo. Pov. da div. do congo Ialla, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quianda. Pov. do sobado de Quilombo, na freg. de S. Joaquim, 4.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Quiluange Quiahedo, na freg. de S. Joaquim, 1.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda.

Quiandambi. Pov. do sobado de N'Dondo iá Quirima, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca. distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiandenga. Pov. do sobado de N'Dalla Tango, na 1.ª div. do conc. de Ambaca. distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiando. Pov. do sobado de Gombe, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de N'Gia, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo.

Quiandongo. Pov. do sobado de N'Dalla Caballo, na 8.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quia N'Dongo. Pov. do sobado de Zamba, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca; distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiangalia. Pov. da freg. de N. S.ª da Victoria, na 3.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiangalla. Pov. da freg. de N. S.ª da Victoria, na 7.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiango. Pov. do sobado de Camuhoto, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quiangolo. Ilhota do rio Cuanza, na prov. de Angola, Africa Occidental. Fica no concelho de Pungo Andongo.

Quiangombe. Pov. do sobado de Queta, na freg. de S. Joaquim, 6.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiandongo. Pov. do sobado de N'Dalla Quitoco, na 9.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiangulungo. Pov. da 3.ª div. (Mahaballa) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiangungo. Pov. do sobado de Hubia, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quianvo. Pov. do sobado de N'Gondo Muinza, na 2.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quianzenze. Pov. do sobado de Canda do Quiriri, na div. de Muenga á Quanza, conc. do Duque de Brangança, distr. da Lunda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Canda do Zenguelle, na div. de Muanga á Quanza, conc. de Duque de Bragança.

Quianzo. Pov. do sobado de N'Golla Canguella, da 1.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiapacassa. Pov. do sobado de Queta, na freg. de S. Joaquim, 6.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loauda, prov. d'nAgola, Africa Occidental.

Quiaponde. Pov. do sobado de Hui iá Cava, na 8.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Cabanga, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiaponde de Baixo. Pov. de sobado de Cabanga, na 8.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiari. Pov. da freg. de S. José de Encoge, no conc. d'Encoge, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiatendo. Pov. do sobado de Cateco, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiato. Pov. do sobado de N'Chantete, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quiatoa. Pov. do sobado de Caxambo, na 8.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de N'Dambi, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, etc. || Pov. do sobado de Luax na 8.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda.

Quiau. Pov. da freg. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiaú. Pov. do sobado de Songula, na div. de Mandimba, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiava. Pov. da div. de Congo Ialla, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, provincia d'Angola, Africa Occidental.

Quiaxambi. Pov. do sobado do Congo, na 1.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loauda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quibabala. Pov. da prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quibaca. Pov. do sobado do mesmo nome, na 3.ª div. do conc. do Alto Dande, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. da div. de Quissanga, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Caculo-Cabango, na freg. de N. S.ª da Conceição, 9.ª div. (Caculo-Cabango) do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quibala ou **Quiubala**. Praia na costa de Mossamedes, Africa Occidental.

Quiballa. Sobado do conc. de Novo Redondo, na div. de Tunda, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quibamba. Pequena abra situada na costa da distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental. Houve ali outr'ora varias feitorias.

Quibanda. Pov. da 2.ª div. do conc. de Cazengo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quibando. Pov. da div. de Luxilo, no sobado de Gombe, conc. de Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quibanga. Pov. do sobado de Qué, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quibanguella. Pov. da 2. div. (Quiongua) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quibarandonga. Pov. do sobado do mesmo nome, na 4.ª div. do conc. de Caconda distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quibembe. Pov. da prov. de Angola, Africa Occidental.

Quibenda Pov. da 2.ª div. (Quiongua) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quibenga. Pov. do sobado de Banza Puto, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Quinsundi, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quibengo. Pov. do sobado de Funquilla, na div. de Mandimba, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quibenjula. Ponta situada na costa do distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental. E' alta, manchada de vermelho da banda de SE, e tem nas cartas e livros modernos o nome de *Red Point*.

Quibesso. Pov. do sobado de Quissalla, na 1.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quibexi. Pov. do sobado de Cahuia e Quibexi, na freg. de S. José, 5.ª div. de Zambella, conc. de Calumbo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quibezo. Pov. da 3.ª div. do conc. de Icolo e Bengo, na freg. de S. José de Cabiri, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quibinda. Pov. do sobado de Hango, na 8.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. da 13.ª div. do conc. de Malange, no distr. da Lunda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quibioco. Pov. do sobado de Cassoba Canginge, na 4.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quibitanzane. Pov. do conc. de Ambriz, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quibo. Pov. do sobado de N'Golla Muhongo, na 11.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quibo de Baixo. Pov. do sobado N'Golla Muhongo, na 11.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiboa. Pov. do sobado de Samba Lucalla, na 8.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de N'Golla Quissueia; na 2.ª div. do conc. d'Ambaca.

Quibôa. Pov. do sobado de Canda do Quinjaugo, na div. de Sangi á Lomba, conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Vunda do Bequeça, na div. de Sangi á Lomba, conc. do Duque de Bragança, etc. || Pov. na freg. de N. S.ª

da Victoria, na 7.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. d'Angola.

Quibôbo. Pov. da 2.ª div. do conc. de Cazengo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiboculo. Pov. do sobado do mesmo nome, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. Fica no Zombo.

Quibombo. Pov. da 6.ª div. do conc. d'Ambaca, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Cabari, na 7.ª div. do conc. d'Ambaca, etc. || Pov. do sobado de Cabaça, na 2.ª div. do conc. d'Ambaca, etc. || Pov. do sobado de Guimbe iá Bondo, na 1.ª div. do conc. d'Ambaca, etc.

Quibondo. Pov. do sobado de Queta, na freg. de S. Joaquim, 6.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiboto. Pov. da 3.ª div. (Mahaballa) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quibubula. Pov. do sobado de N'Gonga N'Golla, na 2.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quibuca. Pov. do sobado de Queta. na freg. de S. Joaquim, 6.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quibuco. Pov. da freg. de S. José de Encoge, no conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quibue. Pov. do sobado de N'Dalla Caballo, na 8.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quibuma. Pov. do sobado de Caboco, na 3.ª div. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quibumo. Pov. da 2.ª div. (Quiongua) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quibunda. Lagôa de Angola, Africa Occidental.

Quicallo. Pov. do sobado de Muinzaco, na 4.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quicande. Pov. da freg. e com. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quicanga. Pov. da 5.ª div. (Lutete) do conc. de Pungo Andongo. no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quicaquina. Pov. do conc. de Ambaca, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quicassa. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, na 1.ª div (Sagua) do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quicembo. Pov. da div. do mesmo nome, no conc. de Ambrizette, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Rio do conc. do Ambriz, no distr. de Loanda, prov. d'Angola. || Ponta que fórma o extremo S da foz do rio Quicembo, na prov. d'Angola. E' alta, escalvada, e esbranquiçada na parte que olha para o mar. Sobre a barreira que fórma esta ponta estabeleceram-se diversas feitorias, principalmente depois da creação da alfandega no Ambriz. Para o S continúa uma praia d'areia com cêrca de 9 k. de comprimento, que se prolonga até á foz do Loge. Tambem é conhecida por *Ponta das Palmas* ou *Bosquet*. || Bahia situada na costa do distr. de Benguella, prov. de Angola, a cêrca de 16 k. ao S da pov. de Novo Redondo. Ao fundo d'ella desagua o rio Quicembo e ergue se a pov. do mesmo nome, tambem chamada de Manikicongo. Tem um soffrivel logar de desembarque e boa agua no rio, sendo por isso procurada para fazer aguada. || Ponta situada na costa do distr. de Benguella, prov. d'Angola. Fórma o extremo S da Bahia de Quicembo. || Rio do distr. de Benguella, na prov. de Angola Corre no territorio do conc. do Egito, no rumo ONO, desagua na bahia de Quicembo na parte S e banha na margem esquerda a pov. do mesmo nome.

Quicenze. Pov. do conc. de Encoge, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quichibo. Pov. do sobado de Bembe, no conc. de S. Salvador do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quichilla. Pov. do sobado de Quipambe, na 7.ª div. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quichima. Pov. da div. de Mussuco, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quichipi. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. Fica na região do café.

Quicinga. Pequena abra ou calheta situada na costa do distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental. Fica ao N da ponta da Cabeça da Baleia. Feitorias.

Quicique. Terras do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Quicique Pequeno. Terras do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Quicoge. Pov. do conc. d'Ambriz, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quicoma. Pov. do conc. d'Ambriz, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quicolo. Pov. da 1.ª div. do conc. da Barra de Bengo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quicolongo. Pov. da freg. de S. José de Encoge, no conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quicombe. Pov. do sobado de Gunga, na 6.ª div. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quicombo. Sobado do conc. de Novo Redondo, no Sumbe, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quicomboa. Pov. do sobado de Luansa, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiconca. Pov do sobado de Quimbumbuge Quintanda, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiconda. Pov. da div. e conc. de Ambrizette, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Hui iá Cava, na 8.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola.

Quicongo. Pov. do sobado de Mandande, na freg. de S. José de Encoge, conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Região interior do sertão d'Angola, limitada a E pelo rio Quango e ao S pelo Cugho, affluente d'este. E' montanhosa ao S e a O, e foi percorrida em 1879 pelos exploradores Capello e Ivens.

Qui Cosme. Pov. da freg. de S. José e conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quicoza. Pov. da 3.ª div. (Mahaballa) do conc. de Pungo Andongo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quicuba. Pov. da freg. de N. S.ª da Victoria, na 3.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quicuinhi. Pov. do sobado de Cabaça, na 1.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, da prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quicula Anganda. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quicullo. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Quilombo, na freg. de S. Joaquim, 4.ª div do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola Pov. da freg. de S. José, no conc. de Calumbo, distr. de Loanda.

Quicuma. Pov. do sobado do mesmo nome, no commando mil. de Anha, conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quicumba. Pov. do sobado de Bango a Quitamba, na freg. de S. Joaquim, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quicumbi de Baixo. Pov. do sobado de Cazemba, 11.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quicumbi de Cima. Pov. do sobado de Cazumba, 11.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quicumbo. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quicungullo. Pov. do sobado de D'Dondo iá Quirima, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quicunji. Nome d'uma cachoeira do rio Quango, na prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quidambo. Pov. da div. de Quissanga, no conc de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quideso. Pov. do sobado da região de Pangala, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov do sobado do caminho de ferro do Tumba, no mesmo conc., distr. e prov. || Pov. do sobado de Nameala, no mesmo conc., distr. e provincia.

Quidia. Pov. do sobado de Bundo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov d'Angola, Africa Occidental.

Quidianga. Pov. da 6.ª div. do conc. de Ambaca, na distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quidillo. Pov. da div. do Congo, Ialla, no conc de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov d'Angola, Africa Occidental.

Quidizande. Pov. do sobado de Senze, na freg. de N. S.ª da Victoria, 15.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quidongo. Pov. da div. do Congo Ialla, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quielele. Pov. do sobado do rio Lucgi, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quielembe. Pov. da 6.ª div. do conc. d'Ambaca, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quielo. Terras do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Quiella. Pov. do sobado de Salla Cabanga, na freg. de S. Joaquim, 2.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiengo. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, na 1.ª div. (Sagua), do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiengoengo. Região situada ao N do territorio dos Dembos e ao S do rio Loge, na prov. d'Angola, Africa Occidental. E' limitada a E pelo conc. de S. José de Encoge e a O pelos territorios de Noboangango e do conc. do Ambriz.

Quiengue. Pov. da div. de Noqui, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quienze. Pov. do sobado de Quienga, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiera Luacho. Importante pov. do sobado de Dambe e Luacho, no conc do Dambe, Grande, distr. do Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiessongue. Pov. do sobado de Quiluange Quiamuhende, na freg. de S. Joaquim, 3.ª div. do conc de Golungo Alto, distr. de Loanda. prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quietação. Pov. do conc. e com. de Ribeira Grande, no distr. de Ponta Delgada, bisp de Angra do Heroismo, ilha de S. Miguel, Açôres.

Quifamussa. Pov. do sobado de Vunda de Calculia, na div. do Amaral, conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Muondo de Cabonda, na div. do Amaral, conc. do Duque de Bragança, etc. || Pov do sobado de Sesso de Chiquica, na div. do Amaral, etc. || Pov. do sobado de Sesso de Aapeça, na div. do Amaral.

Quifanda. Pov. do sobado de Bango A'Nambôa, na freg. de S. Joaquim, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quifandongo. Pov da 2.ª div. do conc da Barra do Bengo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quifuani. Pov. do conc. de S Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quifuar. Pov. e freg. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quifuba. Pequeno affluente do rio Loge, na prov. d'Angola, Africa Occidental. Corre no territorio do conc. de Encoge, no distr de Loanda, e entra no Loge pela margem esquerda, a jusante da foz do Cassanbinga.

Quifuca. Pov. do sobado de Caculo-Cazongo, na freg de N. S.ª da Conceição, 12.ª div. (Caculo-Cazongo) do conc. de Muxima, distr de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quifucussa. Pov. da 10.ª div. do conc. de Malange, no distr. da Lunda. prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quifumo. Pov. do sobado de Ganga Licungo,

na freg. de S. José de Encoge, conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quifussa. Pov. da freg. de N. S.ª da Victoria, na 6.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quige. Rio affluente do Cuanza, na prov. d'Angola, Africa Occidental. N. na serra de Talla Mugongo, no territorio d'este nome, atravessa o Sengo Pequeno, entra no conc. de Malange, e tomando o rumo, de SO atravessa o conc. de Pungo Andongo, entrando no Cuanza pela margem direita e sendo n'esta margem um dos mais consideraveis dos seus affluentes.

Quigia. Pov. do sobado de Samba Lencalla, na 8.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. da 4.ª div. (Lungue), do conc. de Pungo-Andongo, no distr. de Loanda, etc. || Pov. da 3.ª div. do conc. de Ambaca, no distr. de Loanda.

Quigilla. Pov. da freg. de S. José e conc. d'Encoge, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quigingi. Pov. do sobado de Cabari, na 7.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quigondo. Pov. do sobado de Malau, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo; prov. d'Angola, Africa Occidental. Fica no caminho do Zombo.

Quiguigi. Pov. do sobado de Vuenga, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo; prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiguinga. Pov. do sobado de Tanda, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. Fica no caminho do Zombo.

Quihalla Pov. do sobado de Cabari, na 7.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Qui Hemiguel. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quihita. Territorio do interior do distr. de Mossamedes, na prov. d'Angola, Africa Occidental. Fica a SE da Huilla, na margem esquerda do rio Caculovar.

Quiholo. Pov. do sobado de N'Dondo iá Quirima, na 9.ª div. do conc d'Ambaca, distr. de Angola, Africa Occidental.

Quihombo. Pov. do sobado de Caxinda, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Quissalla, na 4.ª div. do conc. d'Ambaca.

Quihongua. Pov. da 2.ª div. (Quihongua) do conc. de Pungo-Andongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Queta, na freg. de S. Joaquim, 6.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda.

Quihonjo Pov. do sobado de Queta, na freg. de S. Joaquim, 6.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental

Quihonjo de Candange. Pov. da freg. de N. S.ª da Victoria, na 8.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quihuco. Pov. do sobado de N'Gonga N'Golla, na 2.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quihue. Pov. da 7.ª div. (Pedras), do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quihulae. Pov. da 6.ª div. (Calundo) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quihulue. Pov. da 3.ª div. (Mahaballa) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quihulué. Pov. da 5.ª div. do conc. d'Ambaca, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occital.

Quijinga. Pov. da div. de Quissanga, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Qui-João. Pov. da freg. de S. José e conc. d'Encoge, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quilamba. Pov. da 3.ª div. (Mahaballa) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, Africa Occidental.

Quilanda. Pov. do sobado do mesmo nome, na 8.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quilanga. Pov. da 8.ª div. (Botte) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quilate No systema metrico decimal foi o *quilate* incluido, como unidade para a pesagem das pedras preciosas e perolas finas, por lei de 19 de abril de 1911. O peso do quilate metrico é de dois centigrammas.

Quilaunim Pov. da praganã de Nagar Avely, no distr. de Damão, arceb. de Gôa, India.

Quilele. Pov. do sobado de Songula, na div. de Mandimba, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quilemba. Pov. do sobado de Quiluange Quiamuhende, na freg. de S. Joaquim, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Quibilla Quiassuto, na freg. de S. Joaquim, 2.ª div. do conc. de Golungo Alto, etc. || Pov. da 4.ª div. do conc. de Cazengo, distr. de Loanda, etc. || Pov. do sobado de N'Gonga N'Galla, na 2.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda.

Quilengue. Pov. do sobado de Guengue, Zumba e Cabuto, na freg. de N. S.ª da Victoria, 14.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quilez (*Theodoro*) Violinista hespanhol, nascido em Almeria a 30 de julho de 1846, e se estabeleceu em Lisboa, onde fal. em abril de 1892. Foi alumno do conservatorio de Madrid, esteve algum tempo em Paris, e como a sua debil constituição lhe ameaçasse a existencia, veiu procurar o clima temperado de Portugal para vêr se melhorava. Fixou a sua residencia em Lisboa em 1885, occupando o logar de primeiro violino na orchestra do theatro de S. Carlos. Em 1887 organisou uma sociedade de sextetto, composta de dois violinos, viola, violoncello, contrabaixo e piano, com o fim de dar concertos de musica de camara, tomar parte em saraus, bailes, etc. Essa sociedade, que foi a primeira no seu genero em Lisboa, adquiriu grande reputação, tinha um enorme e bom reportorio, e ainda muito depois da morte de Theodoro Quilez se conservou com o mesmo nome de *Sextetto Quilez*, até que por fim se dissolveu.

Quilho. Pov. na freg. de S. Pedro, de Espinho, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu.

Quilimane V. *Quelimane*.

Quillengues Concelho do distr. de Benguella, na prov. d'Angola, Africa Occidental. E' limitado ao N pelo Dombe, a NE por Caconda, a SE por Quipungo e Humpata e ao S pela Huilla e pelo territorio do Jau. A sua superficie é de cêrca de 6:500 k. q. e a sua população orça por uns 5:000 hab. E' limitado a E pela extensa cordilheira Vissecúa, que em grande parte está coberta de florestas, e o seu territorio é regado pelas origens de varios rios, alguns d'elles importantes, que muito o fertilizam. O clima é relativamente saudavel, pelos beneficios d'uma altitude de 900 m., e a vegetação tem por toda a parte um aspecto luxuriante. Este concelho não é verdadeiramente agricola, porque os indigenas que vivem nas suas numerosas povoações, são mais pastores do que lavradores, e apascentam nas suas campinas milhares de cabeças de gado vaccum de excellente qualidade. A industria é tambem insignificante, porque os quillengues apenas fabricam azagaias, ferros de frechas e machados de guerra ou de cortar madeira, importando do Dombe e de Benguella as enxadas e os outros instrumentos agricolas de que precisam. Durante tres mezes do anno fabricam tambem com o fructo do gongo uma especie de bebida fermentada com que se embriagam frequentemente. O que constitue, pois, a verdadeira riqueza de Quillenguos é a abundancia extraordinaria de gado dos seus campos. Os quillengues são de estatura elevada, audaciosos e aguerridos. Estão avassalados, já ha muitos annos a Portugal, mas, de natureza salteadores, atacam de quando em quando outros povos indigenas para os roubarem, pondo todo o concelho em sobresalto O conc. de Quillengues, pela fertilidade do seu solo, pelo seu clima, pela sua posição e riqueza pecuaria, terá, sem duvida, um grande futuro, quando mais faceis communicações o ligaram á costa, a Huilla e a Caconda

Quillengues (Sant'Auna). Pov. do conc. do mesmo nome, no distr. de Benguella, prov. d'Angola. Está situada n'um terreno fertilissimo, e, se a sua importancia é grande como ponto productivo e facilmente colonizavel, não o é menos como posição estrategica, por ser uma das chaves do sertão com respeito a Benguella,d'onde dista para SE cêrca de 250 k. Ha mais de um seculo houve ali uma egreja da invocação de Sant'Anna, da qual já não restam vestigios. As habitações indigenas são cubatas circulares de 3 a 4 m de diametro, feitas de grossos troncos revestidos de barro. Os curraes são cercados de fortes paliçadas revestidas exteriormente de abatizes espinhosos, para evitar o ataque nocturno das feras. Em fins de dezembro de 1906 foi inaugurada a linha telegraphica de Lubango a Quillengues na extensão de 140 k, ficando ligada á rêde internacional.

Quilinan *(Luiz)*. General de brigada reformado, diplomata muito distincto, etc. N. no Porto em 6 de novembro de 1825, fal. em Londres a 28 de março de 1904. Era oriundo d'uma familia irlandeza, que vivia no Porto, e de tenra edade foi mandado por seus paes a Inglaterra para começar a sua educação, d'onde regressou a Portugal aos 15 annos de edade, em 1840. Matriculou se então na Universidade de Coimbra no primeiro anno de Direito, em 1841 De espirito exaltado, pouco cuidadoso pelo seu futuro, abandonou o curso durante o segundo anno, e partiu para Argel enthusiasmado e excitado pelos feitos do exercito francez contra os exercitos do emir Ab del Kader. Não se sabe em que combates entrou n'essa guerra, mas o que é certo, é que retirou d'Argel por causa das febres que o acommetteram. Visitou então alguns paizes da Europa, chegando a Lisboa em outubro de 1846, quando no dia 6 d'esse mez occorreu o movimento, que fez demittir o ministerio pres dido pelo duque de Palmella. No Porto tinha-se levantado no dia 9 o grito revolucionario contra o movimento de Lisboa, e organisara-se logo uma junta governativa. O governo da capital entendeu dever atalhar o fogo que se levantava no norte, e nomeando o duque da Terceira logar tenente da rainha D. Maria II, n'aquellas provincias, resolveu para maior brevidade, que elle para ali partisse no vapor *Mindello*. Luiz Quillinau obteve passagem a bordo d'esse vapor, e chegando ao Porto pôde salvar das furias populares dois ajudantes do duque. Alistando se no exercito popular serviu, não sabemos em que pôsto, ás ordens do general conde das Antas. Terminada a guerra civil pela convenção de Gramido, em 30 de junho de 1847, resolveu-se a concluir o seu interrompido curso de Direito, na Universidade de Coimbra. Em abril de 1851 emprehendeu o marechal Saldanha o movimento da *Regeneração*, e Luiz Quillinan apresentou-se no Porto, sendo incluido no quadro do exercito, como muitos outros individuos, no posto de alferes pela grande promoção de 29 d'esse mez. N'esse anno concluiu o seu curso universitario. Veiu então para Lisboa, como alferes de lanceiros, ás ordens do marechal. Pelos fins d'esse anno partiu para França, afim de seguir alli o curso dos officiaes de cavallaria, na escola de Saumur, o qual completou com distincção, e publicou uma obra sobre hippologia, que foi muito apreciada no paiz e no estrangeiro. Tendo regressado a Lisboa, foi nomeado em 1854, addido militar da legação de Paris, cargo que não exerceu, porque preferiu casar com a viuva do grande general conde das Antas, a condessa D. Maria Theotonia da Guerra e Sousa de Rávago, Santistevan, e conservando se em Lisboa, foi servir no regimento de lanceiros n.º 2, de lanceiros da Rainha Pouco tempo depois tornou a entrar na carreira diplomatica, sendo nomeado segundo addido ás legações da Suecia e da Dinamarca. Antes, porém, de partir para Copenhague, exerceu interinamente o logar de secretario da legação de Madrid. Luiz Quillinan foi promovido ao posto de tenente em 12 de abril de 186?, ao de capitão em 14 de fevereiro de 1872, a major em 30 de março de 1881, a tenente coronel em 16 de julho de 18?4, a coronel em 21 de abril de 1886, sendo reformado em general de brigada a 23 de novembro de 1887. No anno de 1868 teve que tomar conta da legação de Vienna d'Austria, depois do que foi nomeado primeiro addido, com a graduação de secretario para as legações do Rio de Janeiro, Paris e Roma, nas quaes prestou muitos serviços. Os paizes onde serviu, sempre lhe reconheceram o seu grande merito, especialmente a Italia em que prestou relevantes serviços, a subditos italianos, e por isso além da commenda com que já fôra agraciado de Daubog da Cruz e

da Espada, da Dinamarca e Succia, foi-lhe conferido o habito da ordem de S. Mauricio e S. Lazaro, e o grau de official da Corôa d'Italia; o papa tambem o honrou com a commenda de S. Gregorio Magno. Tambem recebera o habito da ordem de Aviz. Diz-se, que em 1870 chegou a ser proposto para ministro de segunda classe nas côrtes da Succia e Dinamarca, o que não chegou a verificar-se. Mais tarde foi nomeado addido militar na legação de Londres, onde se conservou até fallecer. Desempenhava este cargo, tendo o posto de major, quando em 1883, estava de pé a questão do Zaire, e por causa de varias duvidas e seguranças para a região que desde quatro seculos Portugal possuia no Zaire, o governo portuguez entrou em negociações com o inglez, por um tratado definitivo, cujas condições levantaram algumas interpellações nas camaras. Chegou então a vez aos deputados que nos não eram affeiçoados, e principalmente Bright, que dirigiram contra Portugal as mais rudes accusações, tratando-o de potencia desprezivel, de proteger a escravatura, de ter empregados corruptos, mal remunerados, e outros insultos para deprimirem o nosso prestigio colonial. Jacob Bright foi, como dissémos, um dos mais acerrimos accusadores, e por isso Luiz Quillinan, no intuito de desaffrontar a sua patria, em 4 de abril de 1883 lhe escreveu uma carta desafiando-o indignadamente, mas o orgulhoso provocador inglez não acceitou o repto. Este rasgo do official portuguez foi recebido em todo o paiz com as maiores manifestações de applauso, e não só o publico como a imprensa portugueza dirigiu a Luiz Quillinan as mais calorosas felicitações.

Quiloa. Ilha, cidade e reino da Africa Oriental. V. *Boletim Sociedade Geographia.* pag. 356 do n.º 6 da 17 serie.

Quiloanica. Pov. da div. de Quiumbo, no conc. do Ambrizete, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiloanja. Cordilheira de Angola.

Quilomba. Ponta situada na costa do distr. de Benguella, Africa Occidental.

Quilombo. Pov. da freg. de S. José e conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quilonga. Lago situado no territorio de Quissama, proximo á margem esquerda do rio Cuanze e quasi defronte de Calumbo, na prov. de Angola, Africa Occidental.

Quilongo Quiacapungo. Pov. do sobado de Quilombo, na freg. de S. Joaquim, 5.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quilombo Quiacalengue. Pov. do sobado de Quilombo, na freg. de S. Joaquim, 4.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quilombo Quiamballa. Pov. do sobado de Quilombo, na freg. de S. Joaquim, 4.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quilona. Pov da div. de Musserra, no conc. do Ambrizete, distr. do Congo, prov. d'Angola Africa Occidental.

Quilonguella. Pov. do sobado do mesmo nome, na 10.ª div. do concelho de Massangano, distr. de Loanda, provincia d'Angola, Africa Occidental.

Quilnage. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiluambo. Pov. do sobado de Lunguesi, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiluange. Pov. do sobado de Quiluange Quiandalla, na 8.ª div. do concelho d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiluemba. Pov. do conc. d'Ambriz, Africa Occidental.

Quiluge. Pov. do sobado de Bango a Quitamba, na freg. de S. Joaquim, 8.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quilula. Pov. da freg. do conc. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quilumba. Pov. do sobado de Cabenda, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quilumbo. Pov. do sobado do rio Bidise, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Povoação do sobado de M'Pango, no concelho de S. Salvador e districto do Congo, provincia de Angola || Povoação do sobado de Quiangala, no conc. de S Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola. || Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. d'Angola.

Quilunda. Pov. da 2.ª div. do conc de Icolo e Bengo, na freg. de S. José de Cabiri, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. da freg. de S. José de Encoge, distr. de Loanda, prov. d'Angola.

Quilundo. Pov. do sobado de Caculo Cahoje, na freg. de S. Joaquim, 3.ª div. de Golungo Alto, distr de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quilundury. Pov. do sobado de Caculo Cahango, na freg de N. S.ª da Conceição, 9.ª div. (Caculo-Cahango) do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quilunga. Pov. do sobado de N'Dalla Quitoso, na 9.ª div. do conc. de Ambaca distr. de Loanda, prov d'Angola, Africa Occidental.

Quilungo. Pov. do sobado de Bumba An'dalla, na freg. de S. Joaquim, 5.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quima. Pov. do sobado de Bango Azongo, na freg. de S. Joaquim, 2.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. da 7.ª div. do conc. de Massangano, na freg. de N. S. da Victoria, distr. de Loanda. || Pov. das freg. de S. José e conc. de Encoge, distr. de Loanda.

Quimabuguila. Pov. do distr. de Quissanga, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quimacuanda. Pov. do sobado de Maneconge, na freg. de S. José d'Encoge, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quimacuango. Pov. da freg. de S. José e conc. d'Encoge, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quimadia. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimagina. Pov. da div. de Congo Ialla, no

conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimahombo. Pov. do sobado de N'Bangi, na freg. de S. José de Cabiri, 6.ª div. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidontal.

Quimalanza. Pov. do conc. d'Ambriz, Africa Occidental.

Qeimalenço. Pov. do sobado de Bembe, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimalo. Pov. do sobado do mesmo nome, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quima-Mubangue Pov. do sobado de N'Golla Bumba, na freg. de S. Joaquim, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimanadinga. Pov. do sobado de Ialama, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. Fica no caminho do Zombo.

Quimandombe. Pov. do sobado de Bamba, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimasa. Pov. do sobado de Maquella, no conc. de S. Salvador e distr. de Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado da região de Pangala, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo.

Quimatta. Pov. do sobado de Queta, na freg. de S. Joaquim, 6.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimazangui. Pov. do conc. de S. Salvador do Congo, no sobado de Qué, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimbaca Pov. do sobado de Quiangala, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimbala. Pov. do sobado de N'Cai, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. Fica no caminho do Zombo.

Quimbamba. Pov. do sobado de Quingueri, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimbande. Pov. do sobado de Maneconge, na freg. de S. José e conc. d'Encoge, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimbange. Pov. do sobado de Songula, na div. de Mandimba, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimbango. Pov. do sobado de Quimbumbuge Quintanda, no conc. de S. Salvader e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. da freg. de S. José e conc. d'Encoge, distr. de Loanda, prov. d'Angola, etc.

Quimbanza. Duas povoações do sobado do mesmo nome, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimbaxe. Rio do distr. de Loanda, Africa Occidental.

Quimbelle. Pov. da div. e conc. d'Ambrizete, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimbelle-belle. Pov. do sobado de Mandaude, na freg. de S. José e conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimbres. Pov. na freg. de S. Silvestre, conc. e distr. de Coimbra.

Quimbica Ambenda. Pov. na freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimbica Anganga. Pov. da div. de Congo Ialla, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimbinda. Pov. da freg. de N. S.ª da Victoria, na 3.ª div. do conc. do Massangano, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimbique Pov. da div. de Noqui, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimbiqui. Pov. do sobado de Gombe, no conc. de S. Salvador do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. Fica no caminho do Zombo.

Quimbollo. Pov. do sobado do N'Golla Cabange, na freg. de S. Joaquim, 1.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimbondo. Pov. do sobado de Salla Cabanga, na freg. de S. Joaquim, 2.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Mossungo Aposse, na freg. de S. Joaquim. 2.ª div. do Golungo Altó, etc.

Quimbongo. Pov. do sobado de Songula, na div. de Mandimba, conc. de S. Salvador do Congo, Africa Occidental.

Quimbnambua. Pov. do sobado do mesmo nome, na 7.ª div. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimbuaqui. Pov. do sobado de Maneconge, na freg. de S. José e conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimbuebue. Pov. do sobado de N'Dambi, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimbuilla. Pov. da freg. de S. Jose e conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimbuia Aucalà. Pov. da freg. e conc. do Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimbullo. Pov. do sobado de N'Dalla Ceia, no conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimbullo de Baixo e Quimbullo de Cima. Duas povoações do sobado de N'Dalla Ceia, no conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quimbumba de Baixo e Quimbumba de Cima. Duas povoações na freg. de S. José o conc. d'Encoge, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimbumbo. Pov. do sobado de Bembe, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimbundi. Pov. da 3.ª div. do conc. do Alto Dande, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimbungo. Pov. da 1.ª div. do conc. de Caconda, no distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de N'Golla Bumba, na freg. de S. Joaquim, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, provincia de Angola.

Quimca. Pov do sobado de Maquella, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. Fica no caminho do Zombo.

Quimchamputo. Pov. do sobado de Quimbum-

buge Quintanda, no conc. de S. Salvador e districto do Congo, provincia d'Angola, Africa Occidental.

Quimiala. Pov. do sobado de Songula, na div. de Mandiba, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado do rio Luegi, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, etc..

Qnimiunza Pov. do sobado de N'Sanga, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quimoana. Pov. do sobado do rio Bidise, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quimoanza. Pov. da div. de Mussuco, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimoila. Pov. da div. de Quissanga, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimoma. Pov. do sobado de Canda do Quiriri, na div. do Amaral, conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do Sobado de Canda do Mundo na div. do Amaral, etc.

Quimoma de Cima. Pov. do sobado de Canda do Helle, na div. do Amaral, conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimpaca. Pov. do sobado do rio Bidise, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Qnimpacassa. Pov. do sobado do mesmo nome, do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimpalo. Pov. do sobado de Bom, no conc de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimpango. Pov. do sobado de Banza Puto, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Vuenga, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, etc. || Pov. do sobado de N'Cai, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, etc. Fica no caminho do Zombo. || Pov. do sobado de Quimpanso, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, etc. Fica no caminho do Zombo. || Pov. do sobado de Tanda, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, etc. Fica no caminho do Zombo. || Pov. do sobado de Cumbi, no conc. de S. Salvador e districto do Congo, etc.

Quimpanzo. Pov. do sobado de Quilongo, no conc de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quimpasso. Pov. da div. de Mussuco, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimpechi. Pov. do sobado de Quimpeche, no conc. de S. Salvador do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimpoassa. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quimpouda. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio de Zaire, no distr. do Congo, provincia d'Angola, Africa Occidental.

Quimpuana. Pov. da div. de Mucula, no conc. de Ambrizete, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimuana. Pov. do sobado de Fanda, no conc. de S. Salvador do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. Fica no caminho do Zombo.

Quimuando. Pov. do sobado do mesmo nome, na 6.ª div. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimuenga. Pov. da freg. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimuichi. Pov. da freg. de S. José e conc. d'Encoge, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimunda. Pov. do sobado do mesmo nome, no conc. de S. Salvador do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimunze. Pov. da 3.ª div. do conc. de Ambaca, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quinal. Medida de 25 almudes, sendo o *puçal* a quinta parte. V. *Elucidario* de Viterbo em *Jugada*.

Quinalonga. Ilhas do rio Cuanza que fazem parte do conc. de Pungo-Andongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. Fôram cedidas a Portugal em 1755 pela rainha Ginga, para pôr termo á guerra que lhe tinha sido declarada por causa do assassinio d'um portuguez e roubo d'alguns pombeiros.

Quinama. Pov. da div. de Mussuco, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quinanga. Pov da div. de Noqui, no conc. de Santo Antonio do Zaire, prov. d'Angola, Africa Occidental || Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quinbollo. Pov. da freg e conc. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quincadi. Pov. do sobado de Tanda, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quincaia. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quincalla. Pov. da div. de Quissanga, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quincambo. Pov. do sobado de Quimalo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, provincia d'Angola, Africa Occidental.

Quincando. Pov. do sobado de Cumbi, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quincanga. Pov. do sobado de Quimbumbuge Quintanda, no conc. de S Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. da div. de Quissanga, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, etc.

Quincende. Pov. do sobado de Quitanda de Quiôa, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quinchães. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Fafe, distr. e arceb. de Braga; 355 fog. e 1:288 hab. Está situada na estrada de Fafe a Freixieiro, nas proximidades da estrada real de Fafe á ponte de Cavez, a 2 k da séde do conc.. A mitra primacial apresentava o abbade, que tinha 600$000 réis de rendimento. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. na freg. do Salvador, de Monte Cordova,

conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Quinchosa. Pov. na freg de S. Miguel, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

Quinchousos. Pov. na freg. de Santo André, de Codeçoso, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Quincochi. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. Fica na região do café.

Quincoci. Pov. do sobado de Quimpece, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quincombo. Pov. do sobado do caminho de Tumba, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quincondia Pov. da div. de Muculla, no conc. do Ambrizete, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quincondo. Pov. do sobado de N'Gando, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. ‖ Pov. do sobado de Lu nbo, no mesmo conc., distr. e provincia.

Quincoso. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quincuo. Pov. do sobado de Lué, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quindaiem. Pov. do conc. de Canácona, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada, na margem direita do rio de Talpona, junto á sua foz.

Quindambelle. Pov. da freg. de S. José e conc. d'Encoge, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quindambiri. Pov. do sobado de Bombo, na freg. de S. José de Cabiri, 6.ª div. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quindendo Pov. do sobado de Cabari, na 7.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov d'Angola, Africa Occidental.

Quindenio. Pensão que se pagava de 15 em 15 annos á Curia Romana, das egrejas annexas aos conventos dos religiosos. A Universidade de Coimbra tambem pagava a Roma o *quindenio*, pelas rendas que os pontifices lhe annexaram.

Quindiachi. Pov. do sobado de Cácala, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quindindi. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, na 4.ª div. (Mucha Cassôa) do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quindonda. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, no distr, do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quindua. Pov. da div. de Noqui, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quinduado Pov. do sobado de Malonga, no conc. de S Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quindundo. Pov. do sobado de M'Pango, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quinduruio. Pov. do sobado de Dundo, na 3.ª div. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quinene. Pov. da 4.ª div. (Lungue) do conc. de Pungo-Andongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quinenga Pov. do sobado de N'Golla Bumba, na freg. de S. Joaquim, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quinéque Pov. do sobado de Quimbumbuge Quintanda. no conc de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quinfindá. Pequeno rio da ilha de S. Thomé, na prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. Corre nas freguezias da Graça e da Trindade.

Quinfuca Pov. do sobado de Cuimba, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. Fica no caminho do Zombo.

Quinfuca Quissalo. Pov. da freg. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov d'Angola, Africa Occidental.

Quinfuno. Pov. do sobado de N.Gando, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quinfunta. Pov. da div. de Muculla, no conc. do Ambrizete, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quinga. Rio affluente do Cuanza, na prov. d'Angola, Africa Occidental Corre no conc. de Cambambe, distr. de Loanda. e entra n'aquelle rio pela sua margem esquerda, a cêrca de 20 k. acima do antigo presidio.

Quingalla Pov. do sobado de Maneconge, na freg. de S. José e conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quingambo-Andóque. Pov. na freg. de S. José e conc. de Encoge, distr. de Loanda prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quinganga. Pov. do sobado de Songula, na div. de Mandimba, conc de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. ‖ Pov. da div. de Noqui, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola ‖ Pov. do sobado de Quimpalo, no conc. de S Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola.

Quinganga Chimica. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quingango Pov da freg. de S. José e conc. d'Encoge, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quingangula. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quingimbe Pov da freg. de N. S.ª da Victoria, na 11.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, Africa Occidental.

Quingollo Pov. do sobado do mesmo nome, 7.ª div. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental. ‖ Pov. da 6.ª div. do conc. d'Ambaca, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. ‖ Territorio situado a NE de Caconda, na prov. d'Angola. Fica a SE da serra Ulonda.

Quingolo Pov. da freg. de S. José, na 3.ª div. de Quinzenza, conc. de Calumbo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quingonde. Pov. da div. de Noqui, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quingongo Pov. da 4.ª div. (*Lunguc*), do conc. de Pungo-Andongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quingosta. Pov ua freg. de Salvador, de Cabreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr de Vianna do Castello.

Quinguangua. Pov. do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Zambi Aqueta, na freg. de N. S.ª da Victoria, 13.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. d'Angola.

Quinguem Pov. do sobado de Diadia, no conc. de S Salvador e distr. do Congo, prov d'Angola, Africa Occidental. Fica no caminho do Zombo.

Quinguemba Pov. do sobado de Elamba, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. Fica no caminho do Zombo.

Quinguengue Pov. do sobado de Quimpacassa, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental || Pov. do sobado de Hanga A'Bambe, na freg. de S Joaquim, 2.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov d'Angola.

Quinguenguelle Pov. do sobado de Quimalo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quingueno. Pov. da div. e conc. de Ambrizete, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quingugue. Pov. da div. de Quissanga. no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quinguluvo Pov. do sobado da região de Pangala, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quingullo Pov. do sobado de Queta, na freg. de S. Joaquim, 6.ª div do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental || Pov. da freg. de S. José e conc d'Encoge, distr. de Loanda, prov. d'Angola.

Quingusto. Pov. da freg de S Martinho. de Balugães, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Quingustos. Pov. na freg. de S. Mamede, de Ferreira, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Quinguvu. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quinguxi Pov. da 2.ª div. do conc. do Alto Dande, no distr. de Loanda, prov d'Angola, Africa Occidental.

Quinhama. Pov. do sobado do mesmo nome, na 4.ª div. do conc. de Caconda, distr. de Benguella. prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quinhão. Pov. na freg. de Santa Christina, de Tendaes, conc de Sinfães, distr. de Vizeu.

Quinhendos Pov na freg. de Santa Maria e S. Martinho, e conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Quinhentista. Obra ou autor pertencente ao seculo XVI.

Quinhentos reis. Antiga moeda d'este nome e valor. Parece ser a moeda de ouro de *cinco tostões*, ou o *Meio Vicente*, do rei D. Sebastião, ou de D. João III. V. *Cinco tostões*.

Quinhões. Pov. na freg. de Santa Maria, de Infantas, conc de Guimarães, distr de Braga.

Quinhones. Familia castelhana, que passou a Portugal, e tem por armas: Escudo xadrezado de vermelho e prata de tres peças em faxa e cinco em pala, sendo oito vermelhas e sete de prata e estas sete faxadas de duas faxas de veiros de azul e prata.

Quiniacória. Pov. do sobado de Maneconge, na freg. de S. José e conc de Encoge, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quinico. Pov. na freg. de S. Thiago, de Esporões, conc. e distr. de Braga.

Quiniége. Pov. do sobado de Elamba, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. Fica no caminho do Zombo.

Quinja. Pequeno affluente da margem direita do rio Lucalla, no conc. de Golungo Alto, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quinjeira. Pov. na freg. de S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr de Braga.

Quinjungo. Pov. do sobado de Bango Azongo, na freg. de S. Joaquim, 2.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quinkuga. Pov. da div. de Quiuncembo, no conc. do Ambrizete, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quinlau-Anganda. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov d'Angola, Africa Occidental.

Quinpange. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quinqua. Pov. da div. e conc. do Ambrizete, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quinquelamaça. Pov. da div. e conc. do Ambrizete, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quinquengue. Pov. da div. do conc. de Mussuco, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quinquento. Pov do sobado de Lué, no conc. de S Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quinssabo Pov. da div. do Congo Ialla, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quinssaco. Pov. do sobado do caminho do Tumba, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quinsula. Pov. do sobado de Gombe, no conc. de S Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. Fica no caminho do Zombo.

Quinsundi. Pov. do sobado do rio Bidise, no conc. de S Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quinsungame. Pov. do sobado de Maquella, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quinsungo. Pov. do sobado de Quimpalo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quinta. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Aguda, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria, de Avelleda, conc. e distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de Azinheira de Barros, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || O Salvador, de Balazar, conc. de Guima-

rães, distr. de Braga. || Santo André, do Barroças e Taias, conc. de Monção, distr. de Vianna do Castello. || S Salvador, de Campo, conc. de Barcellos, distr de Braga. || S. João Baptista, de Campos, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Carapeços, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Miguel, de Carreiras, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Pedro de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || S. Cristovão de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Paio, de Favões, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S. Pedro, de Formariz, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Foz de Sousa, conc. de Gondomar, do mesmo distr. || Santa Leocadia, de Fradellos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga || S. Miguel, de Gemezes, conc. de Espozende, do mesmo distr. || S. Miguel, de Gondufe, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello || S. Julião, do Freixo, do mesmo conc. e distr. || S. Christovão, de Labruja, do mesmo conc e distr. || S João Baptista, de Louredo, conc. de Amarante, distr. do Porto. || O Salvador, de Louredo, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Thiago, de Lustosa, conc. de Lousada, distr. do Porto. || Santa Maria, de Meinedo, do mesmo conc. e distr. || S. Pedro, de Merelim, conc. e distr. de Braga. || S. Pedro, de Monte Vil, conc. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || S. Christovão e conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || Santa Marinha, de Palmaz, conc. de Oliveira de Azemeis, do mesmo distr. || Santa Maria, de Palmeira, conc. e dist. de Braga. || Santo Thirso, de Paramos, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Pindello, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Estevão, de Regadas, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Reguenga, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Christovão, de Rio Maior, conc. de Villa do Conde, do mesmo distr. || Ilha da Madeira; S. Roque, conc. e distr. do Funchal. || S. João Baptista, de Sá, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Semelhe, conc. e distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção, de Semide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. da Louzã, do mesmo distr. || S. Pedro, de Sobreira, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Souto, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Silvestre, de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || S. Thiago, conc. de Alandroal, distr. de Evora. || Santa Maria, de Valle, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Vallega, conc de Ovar, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de Varzea de Marão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santo André, de Victorino de Piães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Quinta das Aguias. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Quinta das Airas Pov. na freg. de S. Jorge, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Quinta da Alcaidaria. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade e conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem Tem caixa postal.

Quinta da Alegria *(D. Flora Amelia de Sampaio e Mello, 1.ª viscondessa da).* N. em Fonte Longa, conc. de Carrazeda de Anciães, a 15 de agosto de 18?0, fal. em Linhares a 19 de março de 1871. Era filha unica legitimada de Luiz Antonio de Sampaio e Mello, fidalgo da Casa Real, e proprietario no distr. de Bragança. Foi-lhe concedido o titulo de viscondessa da Quinta da Alegria por decreto de 6 de agosto de 1870. Casou duas vezes; a primeira com Miguel Francisco Soares Borges Maciel, fidalgo cavalleiro da Casa Real, bacharel formado em philosophia pela Universidade de Coimbra, capitão de cavallaria e governador do Forte de Freixo de Espada á Cinta; a segunda vez, com Antonio Joaquim Ferreira Pontes. Não teve successão de nenhum dos matrimonios.

Quinta da Alegria. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Linhares, conc. de Carrazeda de Anciães, districto de Bragança. Tem caixa postal. || S. Miguel, de Villarinho do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

Quinta Amarella. Pov. na freg. de S. Bártholomeu, de Casal dos Loivos, conc. de Alijó, distr. de Villa Real.

Quinta da Amoreira. Grande propriedade na prov. do Alemtejo, que foi dos antigos condes de Santa Cruz, junto á villa de Montemór-o-Novo, e pertencente á freg. de N. S.ª do Bispo, da mesma villa, e d'esta eram alcaides os referidos condes. E' uma propriedade muito antiga, pois já existia no reinado de João I. Tem grandes pomares e muito arvoredo. Pelos annos de 1687, estando os condes n'esta quinta, a condessa D. Thereza Moscoso Osorio Mendonça Espinosa Gusmão Sandoval e Roxas, resolveu mandar edificar desde os fundamentos uma antiquissima capella que estava em completas ruinas, mandando collocar no altar a imagem de N. S.ª da Penha de França, que ficou sendo a padroeira da capella.

Quinta do Anjo Pov. na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Quinta de Arda. Pov. da freg. de N. S.ª da Expectação, de Fermedo, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Quinta do Bairro. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João da Fontoura, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Quinta de Baixo. Povoações nas freguezias: Santo Antão, de Benespera, conc. e distr. da Guarda. || N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa. || N. S.ª d'Assumpção, de Senhorim, conc. de Nellas, distr. de Vizeu. || Santa Clara, de Louredo, conc. e distr. de Beja.

Quinta da Barceira. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Beijoz, conc. de Carregal, do Sal, distr. de Vizeu.

Quinta dos Barreiros. Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Santa Ovaia, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Quinta da Bica. Pov. da freg. de Santa Comba, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Quinta de Bispos Pov. na freg. de Santa Eulalia de Bésteiros, conc de Tondella, distr. de Vizeu.

Quinta da Boa Vista. Pov na freg. do Salvador, do Magrellos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Quinta da Bouça, Pov. na freg. de S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Quinta Branca. Pov na freg. de N. S.ª da

Expectação, de Barcouço, conc. de Mealhada, distr. de Aveiro.

Quinta da Breca. Pov. da freg. de S. Pedro, de Esqueiros, conc. de Villa Verde, districto de Braga.

Quinta de Caldellas. Pov. na freg. de S. Christovão, de Caranguejeira, conc. e distr. de Leiria.

Quinta do Campo. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Torre de Moncorvo, distr. de Bragança. Tem caixa postal.

Quinta do Campo Deanteiro. Sitio da freg. de N. S.ª da Ovida, conc. e distr. de Vizeu.

Quinta das Cannas *(D. José Maria de Vasconcellos Azevedo Silva e Carvajal, 1.º visconde e 1.º conde da)*. Moço fidalgo com exercicio, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado, proprietario em Coimbra, Arganil e Oliveirinha, etc. N. em Elvas a 16 de outubro de 1813, fal. em Coimbra a 15 de maio de 1879. Era filho de D. André José de Vasconcellos Azevedo e Silva, moço fidalgo, etc., e de sua mulher, D. Maria Constança de Carvajal Vasconcellos e Lencastre. Foi deputado na legislatura de 1857. Casou em 1855 com D. Maria Izabel de Mello Freire Bulhões filha de Feliciano de Mello Godinho de Bulhões, e de sua mulher, D. Thereza Rita Freire de Vasconcellos Castello Branco. Foi agraciado com o titulo de visconde por decreto de 27 de abril de 1865, e com o de conde, por decreto de 20 de junho de 1870.

Quinta das Cannas. Importante propriedade a que pertence a Lapa dos Esteios. V. *Portugal*, vol. III, pag. 211.

Quinta do Casal. Pov. da freg. de S. Martinho, de Aviz, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto, onde foi permittido um deposito de dynamite.

Quinta da Castella. Pov. na freg. de S. Martinho, de Foruellos, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. Tem caixa postal.

Quinta do Castello. Antiga freg. da prov. de Traz-os-Montes, ha muitos annos supprimida, sendo incorporada na freg. de Alfandega da Fé.

Quinta do Cavalleiro. Pov. na freg. de S. Simão, de Mamarrosa, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

Quinta de Cima. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Consolação, de Arrentella, conc. do Seixal, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Cabide do Rei, conc. de Louzada, distr. do Porto. || N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Longroiva, conc. de Mêda, distr. da Guarda. || Santa Maria do Castello e conc. de Pinhel, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição, de Valle Longo, conc. de Sabugal, distr. da Guarda. || N. S.ª da Conceição, de Villa Fernando, conc. e distr. da Guarda.

Quinta Cimeira. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Maçainhas, conc. de Belmonte, distr. de Castello Branco.

Quinta de Cimo de Villa. Pov. da freg. de N. S.ª da Assumpção, de Semide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Quinta dos Claros. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Quinta dos Cordeiros. Pov. na freg. de S. Mamede de Troviscoso, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Quinta da Corga. Pov. na freg. de S. Simão, de Arões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Quinta do Corgo. Pov. na freg. de S. Martinho, de Casal Comba, conc. de Mealhada, distr. de Aveiro.

Quinta do Córta Ventas. Pov. na freg. de S. Facundo, concelho de Sernancelhe, distr. de Vizeu.

Quinta da Costa. Povoações nas freguezias: S. Paio, de Guimarei, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || N. S.ª da Espectação, de Nogueira do Cravo, conc. de Oliveira no Hospital, distr. de Coimbra.

Quinta das Covas de Pereiras. Pov. na freg. de S. Miguel, de Bodiosa, conc. e distr. de Vizeu.

Quinta do Covello. Grande propriedade na prov. da Beira Alta, freg. de S. Pedro de France, do conc. e distr. de Vizeu. E' propriedade muito vasta e rendosa, povoada de muitos pomares e arvores silvestres, vastas terras de lavoura, com abundancia de agua, o que torna o sitio fertil e agradavel. Tem um bom chafariz e alguns tanques, e uma espaçosa casa de habitação, com abegoarias e mais officinas. Em 1630 eram seus proprietarios Valeriano Coelho de Sousa e sua mulher D. Helena de Sá, e edificaram-lhe uma ermida consagrada á Senhora da Espectação, com sua tribuna. E' de muito boa fabrica, com elegante capella-mór, onde está a imagem da padroeira.

Quinta da Coxa. Pov. na freg. da Sé, conc. e distr. de Bragança.

Quinta da Custodia. Pov. na freg. de Santa Margarida da Coutada, conc. de Constancia, distr. de Santarem.

Quinta Donnega. Pov. da freg. de S. Pedro, de Athei, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real.

Quinta da Eira. Pov. na freg. de Santa Maria, de Cepellos, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Quinta de El Rei. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, da Azinhaga, conc. da Gollegã, distr. de Santarem.

Quinta da Estrella. Pov. da freg. do Salvador, de Parada e Barbudo, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Quinta Ferreira. Pov. na freg. da Sé, conc. e distr. de Portalegre.

Quinta da Fervença. Pov. na freg. de Santa Maria, de Gilmonde, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Quinta do Filippe. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Quinta da Flôr da Rosa. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Quinta da Foja. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Ferreira a-Nova, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural.

Quinta da Fonte Velha. Pov. na freg. de Santa Maria, de Veatodos, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Quinta da Gaga. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Arega, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Quinta da Galia. Pov. na freg. do S. Simão, de Mamarrosa, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

Quinta do Gato Pov. na freg. de Vera Cruz, conc. e distr. de Aveiro.

Quinta de Gege. Pov. da freg. do Salvador, do Parada e Barbudo, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Quinta do Gordo. Pov. da freg. de S. Simão, do Mamarrosa, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

Quinta da Graciosa. Pov. na freg. de S. Paio, de Arcos, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

Quinta Grande. Ilha da Madeira; pov. e freg de N. S.ª dos Remedios, conc. de Camara de Lobos, distr. e bisp. de Funchal, 223 fog. e 1:009 hab. Tem generos agricolas, e moinhos hydraulicos de moer grão. Pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.º 27, com a séde no Funchal. || Povoações nas freguezias: S. Lourenço, de Carnide, 3.º bairro de Lisboa. || Sé, conc. e distr. de Evora. || S. Sebastião, de V. N. de Souto d'El-rei, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Quinta do Inferno. Logar na freg. do S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Quinta do Lage. Pov. da freg. de Santa Maria, de Pigeiros, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Quinta dos Lameiros. Pov. na freg. de S, Pedro, de Castello de Penalva, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu.

Quinta de Lampassos ou Lampazes. Logar da freg. de N. S.ª da Ribeira, de Bouçoães, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real. Está n'este logar a egreja de N. S.ª da Ribeira, ou da Assumpção, que é a egreja matriz da freg., e de construcção muito antiga.

Quinta da Laranjeira. Pov. na freg. de S. Mamede, de Troviscoso, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Quinta da Leixada. Pov. da freg. de Santa Maria Magdalena, de Campo, conc. e distr. de Vizeu.

Quinta da Leziria da Palmeira. Pov. na freg. da Ribeira de Santarem, conc. e distr. de Santarem.

Quinta do Lobrigo. Pov. na freg. de S. Facundo, de Cunha, conc. de Sernancelhe, distr. de Vizeu.

Quinta do Loureiro. Pov. na freg. de Pedro, de Samodães, conc. de Lamego, distr. do Vizeu.

Quinta da Lua. Pov. na freg. do Salvador, de Parada e Barbudo. conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Quinta do Ludo. Pov. na freg. de S. João Baptista e S. Lourenço, de Almansil, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Quinta Má. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, do Villa Cova, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Quinta do Marco. Povoações nas freguezias: Santo Agostinho, de Antuzede, conc e distr. de Coimbra. || S. Bartholomeu, de Castanheira, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Quinta do Meio. Povoações nas freguezias: Santo Eusebio e conc. do Aguiar da Beira, distr. da Guarda. || Santa Maria, de Longroiva, conc. de Mêda, do mesmo distr. || N S.ª da Consolação, de Maçainhas, conc. de Belmonte, distr. de Castello Branco. || N. S.ª da Conceição, do Valle Longo, conc. de Sabugal, distr. da Guarda. || N. S.ª da Conceição, de Villa Fernando, conc. e distr. da Guarda.

Quinta de Mendo Gordo. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, da Torre de Terranho, conc. de Trancoso, distr. da Guarda.

Quinta do Milagre. Pov. na freg. de S. Pedro, de Poiares, conc. de Freixo de Espada á Cinta, distr. de Bragança.

Quinta do Monte. Pov. na freg de S. Bartholomeu, do Castanheira, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Quinta dos Montes. Pov. na freg de S. Mamede, de Troviscoso, conc. de Monsão, distr. do Vianna do Castello.

Quinta do Moução. Pov. na freg. de Santo André, de Cordinhã, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Quinta da Moura. Pov. da freg. do Salvador, de Barreira, conc. e distr. de Leiria.

Quinta Nova. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Baiões, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. Tem correio com serviço de posta rural, | N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa. || Sé, conc. o distr. de Evora. || S. Pedro, de Evora Monte, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || N. S.ª da Victoria, de Famalicão, conc. de Pederneira, distr. de Leiria. || S. Sebastião, de Ferro, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || N. S.ª da Consolação, de Egrejinha, conc. de Arroiollos, distr. de Evora. || Espirito Santo, de Landal, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. Simão, de Mamarrosa, conc. de Oliveira do Bairro, distr. do Aveiro. || O Salvador e conc. de Odemira, distr. de Beja. || Santa Maria do Castello e conc. de Pinhel, distr. da Guarda. || S. Jorge, de Sarilhos Grandes, conc. de Aldeia Gallega do Ribatejo, distr. de Lisboa. || O Espirito Santo, de Valle de Cavallos, conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || S. Vicente, de Pereira Jusã, conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

Quinta do O'. Pov. na freg. de S. Pedro, de Beberriqueira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Quinta do Ouro. Pov. da freg. de S. Thiago, de Pinheiro, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Quinta dos Outeiros. Pov. da freg. de S. Julião, de Loge, conc. de Villa Verde, distr de Braga.

Quinta da Peixeira. Pov na freg. de S. Paio, de Arcos, conc. d'Anadia, distr. de Aveiro.

Quinta do Perdigão. Pov. na freg. de S. Miguel, de Villarinho do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

Quinta do Picado. Pov. na freg. de S. Pedro Fins das Aradas, de Arada, conc. e distr. de Aveiro.

Quinta do Pomar. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Carvalho, conc. do Penacova, distr. de Coimbra.

Quinta do Pombal. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Remoães, conc. de Melgaço, distr. do Vianna do Castello.

Quinta da Quarteira Pov. na freg. de S. Sebastião, de Boliqueime, conc. do Loulé, distr. de Faro.

Quinta das Quebradas. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção. de Castello Branco, conc. de Mogadouro, distr. de Bragança.

Quinta Queimada. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Odiaxere, conc. de Lagos, distr. de Faro.

Quinta do Rego Pinheiro. Pov. na freg. de S. Pedro, de Avintes, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Quinta do Reguengo. Pov. na freg. de Santa Iria da Ribeira de Santarem, conc. e distr. de Santarem.

Quinta do Ribeiro. Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Victorino das Donas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Lourenço do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Quinta do Rol. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Ançã, conc. de Cantanhedo, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural.

Quinta do Salgueiro. Pov. na freg. de Santa Catharina da Serra, conc. e distr. de Leiria.

Quinta de Sameiro. Pov. na freg. de Santa Eulalia de Besteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Quinta de Santa Clara. Pov. na freg. de Santa Clara, de Louredo, conc. e distr. de Beja.

Quinta de S. Bento. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Quinta de S. Braz. Pov. na freg. de Santa Lucrecia de Algeriz. conc. e distr. de Braga.

Quinta de S. Romão. Pov. na freg. de N. S.ª do Desterro, de Pousos, conc. e distr. de Leiria.

Quinta de S. Sebastião. Pov. na freg. de S. Pedro, de Almuro, conc. de Monforte, distr. de Portalegre.

Quinta de S. Thomé (*Fortunato da Costa Cabral Coutinho Ribeiro Rodrigues de Vasconcellos, 1.º visconde da*). Moço fidalgo com exercicio da Casa Real, cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, associado provincial da Academia Real das Sciencias, administrador de varios vinculos, conselheiro, etc. N. a 16 de outubro de 1821, fal. no fim de fevereiro do 1858. Era filho de Jacinto da Costa Cabral Coutinho Ribeiro Rodrigues de Vasconcellos, fidalgo cavalleiro da Casa Real, bacharel formado em Direito, desembargador da Relação e Casa do Porto, etc., o de sua mulher, D. Joanna Candida Soares. Tendo concluido a sua formatura em 3 de julho de 1843, antes de completar 82 annos de edade, foi residir com seu irmão mais velho, o dr. Marianno da Costa Cabral de Vasconcellos Coutinho, na sua propriedade de S. Thomé. A natural independencia do seu caracter energico, rasgado e franco, por um lado, e por outro, as necessidades da administração da sua casa importantissima, fizeram-n'o pôr de parte a brilhante carreira do seu pae, e sómente entrou na politica, abraçando com enthusiasmo o movimento liberal de 1846. Era então administrador do concelho de Soure, e collaborou activamente com o duque de Loulé, n'essa epoca governador civil de Coimbra, para o restabelecimento da ordem social, sujeita n'esse tempo a frequentes perturbações de toda a especie. Em 1851 abraçou a Regeneração, tomando a direcção d'esse partido, no concelho de Soure, com o aprazimento d'amigos e de adversarios. Desde 1846 até que falleceu, o visconde da Quinta de S. Thomé, prestou grandes serviços a Soure, tanto como administrador do concelho, como procurador á Junta Geral do Districto, presidente da camara municipal, juiz de direito primeiro substituto, e sómente se recusou a ser eleito deputado, como por vezes foi instado pelos seus amigos. O titulo foi lhe concedido por decreto de 15 de março de 1873. O visconde da Quinta de S. Thomé casou a 24 de dezembro de 1849 com D. Maria Luiza de Azevedo Amado, que falleceu a 24 de dezembro de 1866, filha de José Joaquim Soares, e de sua mulher D. Thereza Baltiua de Azevedo Amado. Passou a segundas nupcias a 15 de março de 1875 com D. Maria do Resgate Almeida Noronha Campos e Sousa.

Quinta da Sardinha. Povoações nas freguezias: Santa Catharina da Serra, conc. e distr. de Leiria. Tem caixa postal. || N. S.ª da Conceição, de Muge, conc. de Salvaterra de Magos, distr. de Santarem. Tem caixa postal.

Quinta Secca. Pov. na freg. de S. Paio, de Besteiros, conc. de Amares, distr. de Braga.

Quinta Secca da Telheira. Pov. na freg. de S. Pedro, de Villar do Paraizo, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Quinta do Senhor. Pov. da freg. de Santo Adrião, de Padim da Graça, conc. e distr. de Braga.

Quinta da Serra. Pov. na freg. de N. S.ª da Salvação e conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

Quinta da Silva. Pov. da freg. de S. Miguel, de Jarmello, conc. e distr. da Guarda.

Quinta do Sobrado. Pov. e freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Quinta da Sobreira. Pov. da freg. de S João Baptista, de Rocas do Vouga, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Quinta do Sol. Pov. Pov. da freg. do Salvador, de Parada e Barbudo, conc de Villa Verde, distr. de Braga.

Quinta da Torre. Povoações nas freguezias: S. João Baptista e conc. de Sabugal, distr. da Guarda. || S. Salvador, de Victorino das Donas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Quinta da Tranqueira. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Villarouco, conc. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu. Tem caixa postal.

Quinta de Valle de Abrão. Pov. da freg. de S. Pedro, de Samodães, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Quinta de Valle de Boi. Pov. na freg. de N S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Quinta de Vallongo. Pov. na freg. de S. Vicente, de Vaccariça, conc. de Mealhada, distr. de Aveiro.

Quinta Velha. Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu, de Bensafrim, conc. do Lagos, distr. de Faro. || N. S.ª da Consolação, de Egrejinha, conc. de Arraiollos, distr. de Evora. || Santo Antão, do Tojal, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Quinta Velha da Aldeia. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Villa Nogueira de Azeitão, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Quinta do Verdeal. Pov. na freg. de S. Thiago, de Pinheiro, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Quinta das Vinhas. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Rocas do Vouga, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Quinta dos Vinhos. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, de Baraçal. conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda.

Quinta do Vizella, Pov. na freg. de S. Pedro, de Arcozello das Maias, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Quinta do Zambujal de Bagauste. Pov. na freg. de Santo André, de Parada do Bispo, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. Tem caixa postal.

Quintã. Pov e freg. de S. Bartholomeu, da prov. de Traz-os Montes, conc. e distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 39 fog. o 152 hab. Tem esc. do sexo masc. e dista 9 k. da séde do conc. Está situada nas proximidades da estrada de Villa Real a Amarante. O vigario da freg de S. Miguel, de Pena, e o reitor de Torguêda, apresentavam alternativamente o cura, que tinha 10$000 reis de congrua e o pé d'altar. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 13, com a séde em Villa Real. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Abragão, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Eufemia, de Agilde, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Alquerubim, conc. de Albergaria a Velha, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Antime, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santo Agostinho, de Antuzende, conc. e distr. de Coimbra. || S. Martinho, de Arco de Baúlhe, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Martinho, de Argoncilhe, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Armil, conc. de Fafe, distr. de Braga. || O Salvador, de Arvore, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto || Santa Maria, de Athães, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel, de Aves, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Pedro, de Avioso, conc. da Maia, do mesmo distr. || S. Miguel, de Baltar, conc. de Paredes, do mesmo distr. || Santa Tecla. de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Cosme, de Besteiros, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Miguel, de Borba de Godim, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || S. Miguel, de Bostello, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. Miguel, de Cassarilhe, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Cahide de Rei, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S Thiago, de Caldellas, conc. de Amares, do mesmo distr. || S. Thomé, de Caldellas, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Mamede, de Canellas, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Suzana, de Carapinheira, conc de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra || S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Constance, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Cosme, de S. Cosme de Gondomar, conc. de Gondomar, do mesmo distr. || S. Martinho, de Crasto, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Christovão, de Espadanedo, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Thiago de Espargo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Folgosa, conc. da Maia, distr. do Porto. || O Salvador, de Fonte Arcada e conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Miguel, de Fontellas, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S Martinho, de Fornellos, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Freixo de Cima, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Martinho de Gandara, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santos Cosme e Damião, de Garfe, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Gatão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, de Gemeos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. José, de Godim, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Gondar, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santo Isidoro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. João Baptista, de S. João da Madeira, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Jugueiros, conc. de Felgueiras. distr. do Porto. || S. Thiago, de Lobão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Maria Magdalena, de Loivos da Ribeira, conc. de Baião, distr. do Porto. || Santa Christina, de Longos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Loureiro, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Loureiro, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || N. S.ª da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia. de Macieira de Sarnes, conc. de Oliveira de Azemeis, do mesmo distr. || S. Martinho, de Mancellos, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Margaride, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || Santa Maria, de Maurelles, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || S. Thiago, de Mesquinhata, conc. de Baião, do mesmo distr. || O Salvador, de Moure, conc de Felgueiras, do mesmo distr. || Santa Maria, de Moz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Novogilde, do mesmo conc. e distr. || Santa Eulalia, de Oliveira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, de Ossella, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Sebastião, de Paços, conc. de Cabeceiras de Basto, dsstr. de Braga. || S. Clemente, de Paços de Gaiollo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || O Salvador, de Penajoia, concelho de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Penude, do mesmo conc. e distr. || Santa Maria, de Pigeiros, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Pinheiro, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S, Thiago, de Rebordões, conc, de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Miguel, de Rebordosa, conc. de Paredes, do mesmo distr. || S Thiago, de Rio Meão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Rio de Moinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Martinho, de Ruivães, conc. de Vieira, distr. de Braga || S. Sebastião, de Salir, conc de Loulé, distr. de Faro. || S. Martinho, de Sande, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. | S. Pedro, de Sanfins, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, do mesmo distr. || Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Paio, de Sequeiros, conc. de Amares, distr.

de Braga. || S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || S. Martinho, de Soalhães, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Tavora, conc. de Taboaço, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Teixeiró, conc. de Baião, distr. do Porto. || Santo André, de Tellões, conc. de Amarante, do mesmo distr. || S. Mamede, de Travanca, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Travanca, conc. de Oliveira de Azemeis e do mesmo distr. || S. Miguel, de Trezouras, conc. de Baião, distr. do Porto. || O Salvador, de Unhão, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || S Thiago, e conc. de Vagos, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Vallongo, conc. de Agueda, do mesmo distr. || Santo André, de Varzea da Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Martinho, de Ventosa, conc. de Vieira, distr. de Braga. || O Salvador, de Villa Cova da Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Martinho de Villa Juzã, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real || Santo Adrião, de Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || N. S.ª d'Assumpção, de Vrea de Jalles, conc. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real.

Quintã de Alvellos. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Alvellos, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Quintã de Baixo. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Campo, conc. de Vallongo, distr. do Porto. || S. Salvador, de Fornos, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Cosme, de S. Cosme de Gondomar, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || O Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real.

Quintã do Cabeço. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Valdujo, conc. de Trancoso, distr. da Guarda.

Quintã de Cima. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Arco de Baúlhe, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Martinho, de Campo, conc. de Vallongo, distr. do Porto. || S. Salvador, de Fornos, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Thomé, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Salvador e conc de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real.

Quintã do Curral. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Valdujo, conc. de Francisco, distr. da Guarda.

Quintã da Egreja. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Valdujo, conc. de Trancoso, distr. da Guarda.

Quintã da Fonte. Pov. na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto.

Quintã da Luz. Pov. na freg. de S. Comba, de Fornellos, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Quintã das Mantas. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Valdujo, conc. de Trancoso, distr. da Guarda.

Quintã de Minhães. Pov. na freg. de S. Sal dor e conc. de Rezende, distr de Vizeu.

Quintã de Pero Martins. Pov. e freg. do Espirito Santo, da prov. da Beira Baixa, conc. e com de Figueira de Castello Rodrigo, distr. e bisp. da Guarda; 161 fog. e 633 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada a 1:500 m. da margem direita do rio Côa, na estrada da Figueira de Castello Rodrigo a Mêda. O reitor de Penha d'Aguia apresentava o cura, que tinha 50$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil em centeio, castanhas e linho. Cria bastante gado de toda a qualidade, e tem abundancia de caça. Pertence á 2.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso

Quintã de Souto de Baixo e Quintã de Souto de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Graça, de Povoa do Concelho, conc. de Trancoso distr. da Guarda.

Quintã Velha. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sequeira, conc. e distr. de Braga.

Quintaes. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Revelhe, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Thiago, de Rio de Moinhos, conc. de Borba, distr. de Evora. || Povoa de Santa Iria, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Quintaes de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. do Salvador, de Tagilde, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Quintães. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Abbade de Vermoim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Thomé, de Aguiã, conc. de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Balança, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || S. Miguel, de Boivães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santa Martha, de Bouro, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Thiago, de Cambezes, conc. de Barcellos, distr. de Braga || S. Martinho, de Carrazedo, conc. de Amares, do mesmo distr. || S. Miguel, de Christello, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna na Castello. || S. Mamede, de Cuide de Villa Verde, conc. de Ponte da Barca, do mesmo distr. || Santo Emilião, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Maria, de Freiriz, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Gamil, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Pedro, de Goães, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Martinho, de Leitões, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Oliveira, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Romão, de Rendufe, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || O Salvador, de Souto, conc. de Terras do Bouro, do mesmo distr. || S. Martinho, de Moimenta do Douro, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Tavora, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Cosme, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga || N. S.ª da Conceição, de V. N. de Muhia, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Villela, conc. de Amares, distr. de Braga.

Quintal. Peso equivalente a 4 arrobas. || *Quintal metrico*, o peso de 100 kilos.

Quintal. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Castellões, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. Tem correio com serviço de posta rural. || Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || O Salvador, de Negueiró, conc. e distr. de Braga. || Pov. do sobado de Quiluange Quiamuhende, na freg. de S. Joaquim, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quintal abengo. Pov. na freg. de N. S.ª da Victoria, na 3.ª div. do conc. de Massangano,

distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quintambe. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quintanda. Pov. da div. de Congo Ialla, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quintandona. Pov. na freg. de S. Martinho, de Lagares, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Quintandura. Pov. na freg. de S. Martinho, de Outeiro Maior, conc. de Villa do Condo, distr. do Porto.

Quintanilha. Familia oriunda de Castella, e cujas armas são: Em campo vermelho uma cruz formada de veiros de prata e azul, orla da mesma côr vermelha com oito aspas de ouro.

Quintanilha *(Henrique José da Silva)*. Poeta que viveu no seculo XVIII, mas de pouco valor. N. em 1723 e fal. depois do anno de 1763. Formou-se em Leis na Universidade de Coimbra, em 1744. Escreveu uns epithalamios e outras poesias ligeiras.

Quintanilha *(José Thomaz da Silva)*. Formado em Leis e em Mathematica pela Universidade de Coimbra, socio da Academia de Bellas Letras, mais conhecida depois pela denominação de *Nova Arcadia*. Veiu para Lisboa depois da sua formatura, e, revelando um certo talento poetico, entrou como socio na citada Academia, onde figurou com o nome pastoril de *Eurindo*. Poucos versos publicou, mas era tido em grande conta pelos seus mais illustres confrades. As suas poesias amorosas renderam lhe os mais rasgados elogios. Bocage gastou com o dr. Quintanilha os seus mais mellifluos conceitos. Passaram, porém, annos, e appareceu o famoso soneto em que Bocage era satyrisado, e que o popular poeta não soube a quem devia de attribuir. Na duvida atirou ao monte, e transformando em rompimento aberto as suas frias relações com a Nova Arcadia, fulminou a poetica assembleia com um soneto em que apanhou cada um a sua conta. Quintanilha apanhou o simples epitheto de *o curto Quintanilha*. Doeu se o poeta da aggressão, e na lucta entre Bocage e José Agostinho de Macedo, tomou abertamente o partido d'este ultimo, e foi um dos que mais contribuiram para espalhar no publico a famosa satyra a que Bocage respondeu com a *Pena de Talião*. Bocage, indignado e esquecido dos antigos louvores, declarou que o homunculo nojento, e engenhador de miudezas metricas a quem o esquecimento de uma virgula arruinava um soneto, o aborrecia por elle nunca lhe gabar os seus nadas.» Bocage, cego de colera, não percebia o triste papel que fazia com essas recriminações. Nomeado para um logar da magistratura no Brazil, o dr. Quintanilha partiu para o Maranhão, onde casou, fallecendo depois de 1831. Dizem que deixou ineditas muitas composições, originaes e traduzidas; publicadas só existem algumas poesias no *Almanach das Musas*.

Quintanilha. Pov. e freg. de S. Thomé, da prov. de Traz os-Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 98 fog. e 425 hab. Tem esc. do sexo masc., est. postal e delegação da alfandega. Dista 26 k. da sédo do conc. e está situada na margem direita da ribeira das Maçãs. O cabido da sé de Bragança apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. Tem annexa ha muitos annos a freguezia do Veigas, cujo orago era S. Vicente. Ambas estas freguezias são muito antigas. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrt. e res. n.º 10, com a sédo em Mirandella. || Pov. na freg. de S. Julião, do Tojal, concelho de Loures, districto de Lisboa.

Quintanzinha. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, conc. e distr. da Guarda.

Quintão. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Abbade de Neiva, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção, de Aboim da Nobrega, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Lourenço, de Alvellos, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Areias de Villar, do mesmo conc. e distr. || Santa Eulalia, de Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Pedro, de Avintes, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Beiriz, conc. de Povoa de Varzim, do mesmo distr. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Christovão, de Cabeçudos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria, de Caires, conc. de Amares, do mesmo distr. || S. Paio, de Carvalheira, conc. de Terras de Bouro, do mesmo distr. || S. Miguel, de Chorente, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Crespos, conc. e distr. de Braga. || S. Mamede, de Ferreira, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Frossos, conc. e distr. de Braga. || S. Paio, de Gueral, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Pedro, de Merelim, conc. e distr. de Braga. || S. Martinho, de Mozellos, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Christovão, de Muro, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santo Adrião, de Oleiros, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Parada, conc. de Monsão, do mesmo distr. || S. Miguel, de Paredes Seccas, conc. de Amares, distr. de Braga. || Santa Maria, de Perozello, conc. de Penafiel. distr. do Porto || S. Paio, de Pico de Regalados, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Paio, de Pousada, conc. e distr. de Braga. || Santa Marinha, de Remelhe, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Silvestre, de Requião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || O Salvador, de Ribas, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Rio Caldo, conc. de Terras de Bouro, do mesmo distr. || Santa Eugenia, de Rio Côvo, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || O Salvador, de Sabbadim, conc. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Sampriz, conc. de Ponte da Barca, do mesmo distr. || S. Salvador, de Touvedo, do mesmo conc. e distr. || S. Romão, de Ucha, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª da Expectação, de Valladares, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Vallo, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || S. Mamede, de Villa Maior, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Quintão de Baixo. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Paradella, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Quintão de Cima. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Paradella, conc. de Barcellos,

distr. de Braga. || Santo Thirso, de Prazins, conc. de Guimarães, do mesmo districto.

Quintão Grande. Pov. da freg. de N. S.ª da Encarnação, de Porches, conc. de Lagôa, distr. de Faro.

Quintão de Nogueira. Pov. na freg. de Santa Maria, de Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Quintão Velho. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

Quintas. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Piedade de Algoz, conc. de Silves, distr. de Faro. || O Salvador, de Barbeita, conc. de Mousão, distr. de Vianna do Castello. || S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro. || S. Bartholomeu, de Beça, conc. de Boticas, distr. de Villa Real. || S. Thiago, de Burgães, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || N. S.ª da Purificação, de Cachoeiras, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || S. Mamede, de Canellas, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || N. S.ª da Graça, de ⁽ ano, conc. de Souzel, distr. de Portalegre. || N. S.ª da Purificação, de Ceissa, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || Santa Maria Magdalena, de Chaviães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Couceiro, conc. de Villa Verde, distr. deBraga. || S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || N. S.ª do Pranto, de Dornes, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Santo Estevão, de Gallés, conc. de Mafra, distr. de Lisboa, || S. Salvador, de Gandra, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello || S. Christovão, de Gondomil, do mesmo conc. e distr. || Santo André, de Gailhadezes, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || S. João Baptista, de S. João da Ribeira, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem || S. Julião, de Loge, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Sebastião, de Meãs do Campo, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || S. Paio, de Moreira de Conegos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem. || N. S.ª do Soccorro, de Paçô, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Parada Thodéa, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Thiago e conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Pedro, de Segadães, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || Santo André, de Valle de Gouvinhas, conc. de Mirandella, distr. de Bragança. || S. Paio e conc. de Villa Verde, distr. de Braga, || Santa Marinha, de Lodares, conc. de Louzada, distr. do Porto; tem correio com serviço de posta rural.

Quintas Pequenas. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Covões, conc. de Cantanhede, distr. do Coimbra.

Quintas de S. Bartholomeu. Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Sabugal, distr. e bisp. da Guarda; 154 fog. e 673 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Dista 3 k. da séde do conc. O vigario da villa de Touro apresentava o cura, que tinha 6$000 reis de congrua e o pé d'altar. Cria muito gado o tem caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Quintãs. Povoações das freguezias: N. S.ª da Conceição, de Arnas, conc. de Sernancelhe, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Aviz, conc, de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Bartholomeu, de Barqueiros, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || S. João Baptista, de Brito, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S, Gens, de Calvos, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || Santo Estevão, de Cantellães, conc. de Vieira, do mesmo distr. || S. Pedro, de Castello de Penalva, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu. || S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Cova, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Santa Maria, de Covas, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Miguel, de Cunha, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Paredes, distr. do Porto. || N. S.ª d'Assumpção, de Esmoriz, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S. Thomé, de Estorãos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Salvador, de Fornellos, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || Santo André, de Frades, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || Santa Maria, de Geiães, conc. e distr. de Villa Real. || S. Mamede, de Guizande, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Juguciros, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Maria Maior, Almacave, e conc de Lamego, distr. de Vizeu. || Santa Marinha, de Lodares, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Maria, de Longroiva, conc. de Mêda, distr. da Guarda || S. Pedro, de Lordosa, conc. e distr. de Vizeu || S. Thiago, de Lustosa, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Martinho de Mancellos, conc. de Amarante, do mesmo distr. || Santa Maria, de Melres, conc. de Gondomar, do mesmo distr. | Santa Maria, de Nine, conc. de V N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Thiago, de Oliveira, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. | Santo Antonio, de Oliveirinha. Tem caixa postal. | Sant'Anna, de Orgens, conc. e distr. de Vizeu. || Santa Eulalia e conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto || N S ª das Neves, de Pedroso, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro de Paús, conc de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Parada Thodéa, conc. de Paredes, distr. do Rorto. || S. Bento, de Pedraido, conc. de Fafe, distr. de Braga. || N. S.ª d'Annunciação, de Pepim, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || S. Vicente, de Pinheiro, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Thiago, de Rebordões, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || S. Bartholomeu, de Salgueiro, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco. Tem caixa postal. || S. Clemente, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || O Salvador, Souto, do mesmo conc. e distr. || S. Bartholomeu, de Tadim, conc. e distr. de Braga. || Santa Marinha, de Tropeço, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. O Salvador, de Valdreu, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Thiago, de Valpedre, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Pedro, de Varzea de Abrunhaes, conc. de Lamego, distr de Vizeu. || S. Miguel, de Varziella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || O Salvador, de Villa Cova da Lixa, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || Logar onde ha uma estação do caminho de ferro do norte, entre as de Aveiro e Oliveira do Bairro.

Quintãs de Baixo. Povoações nas freguezias: S. Mamede, do Cuido de Villa Verde, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. N. S.ª d'Assumpção, de Linhares, conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda || S. Pedro, de Penude, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Quintãs da Boucinha. Pov. da freg. de Santa Maria, de Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Quintãs de Cima. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção. de Linhares, conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda. || S. Pedro, de Penude, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Quintãs de Covello. Pov. na freg. de S. Pedro, de Côtta, conc. e distr. de Vizeu.

Quintãs da Torre. Pov. na freg de S. Miguel, de Varziella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Quintãs de Valle de Pena. Pov. na freg. de Santo André, de Valle de Frades, conc. de Vimioso, distr. de Bragança.

Quinteiras. Pov. na freg. de S. Martinho, de Campo, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Quinteiro. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Barrozas, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santo André, de Gondizalves, conc. e distr. de Braga. || S. Martinho, de Carueiro, conc. de Amarante, distr. do Porto || O Salvador, de Delães, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Miguel, de Fiscal, conc. de Amares, do mesmo distr. || S. Christovão, de Gondomil, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria Magdalena, de Lordello, conc. e distr. de Villa Real. || S. Salvador, de Mozêdo, conc. de Monção, distr. de Vianna do Castello. || S Pedro, do Merufe, do mesmo conc. e distr. || S. Martinho, de Moimenta, conc de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Ribeira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Verdoejo, conc. de Valença, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Villa Chã, conc. de Ponte da Barca, do mesmo districto

Quinteiro de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. do Santa Maria, de Villela, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello

Quinteiros. Pov. na freg. de S Lourenço, de Matto, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Quintella *(Agostinho Ignacio da Costa)*. Fidalgo da Casa Real e escriptor. Era natural de Lisboa, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento, e outros dados biographicos. Escreveu: *Tratado para a cultura das vinhas em Portugal, conforme o temperamento do seu clima*, Lisboa, 1800.

Quintella *(P. Diogo Mendes)*. Presbytero secular, e licenceado em Direito Canonico. Viveu nos fins do seculo XVI e principios do XVII. Escreveu: *Conversão e lagrimas da gloriosa Santa Maria Magdalena, e outras obras espirituaes, dirigidas ao Ill.mo e Rev.mo Sr. D. Miguel de Castro, Metropolitano Arcebispo de Lisboa*, Lisboa, 1615.

Quintella *(Ignacio da Costa)*. Doutor em Jurisprudencia Cesarea pela Universidade de Coimbra, procurador da rainha D. Maria Anna, de Austria, mulher de D. João V, desembargador do Paço, etc. N. em Lisboa a 17 de janeiro de 1691, onde tambem fal. a 2 de janeiro de 1752. Era filho de Manuel João e Marianna da Costa Quintella. Depois de se instruir na lingua latina e letras humanas, frequentou a Universidade, doutorando-se na faculdade já citada, em 16 de julho de 1716. Provido a 14 de fevereiro de 1725 n'uma cadeira de Instituta, passou para a Relação de Lisboa a 15 de maio de 1734, d'onde saiu desembargador dos Aggravos a 22 de março de 1738. A sua nomeação de desembargador do Paço é do anno de 1748. Foi tambem conservador da Nação Britannica, deputado da Junta do Tabaco, corregedor da Côrte e Casa, e fidalgo da Casa Real. Escreveu duas obras scientificas em latim, que se publicaram em Lisboa nos annos de 1730 e 1731, e uma *Oração academica sobre ceder D. João de Castro a gloria de montar o muro de Diu a Lourenço Pires de Tavora, soldado aventureiro*, recitada, sendo presidente da Academia dos Anonymos. Saiu nos *Progressos Academicos dos Anonymos de Lisboa*, a pag. 339, Lisboa, 1718.

Quintella *(Ignacio da Costa)*. Gran cruz da ordem da Torre e Espada, do conselho d'el rei, vice-almirante da Armada Nacional, ministro de Estado, socio honorario da Academia das Sciencias de Lisboa, membro do Conservatorio, d'esta cidade, etc. N. em Lisboa em 1763, onde tambem fal. em 6 de dezembro de 1838. Matriculando-se na Academia de Marinha, concluiu o curso em 1791, e entrando logo como voluntario no serviço naval, pelo seu reconhecido merecimento e incontestavel bravura, subiu rapidamente os postos, não chegando a estar 12 mezes completos n'um d'elles, e sendo por isso escolhido, quando tinha apenas 6 annos de praça, para commandar uma fragata na esquadra que ás ordens do marquez de Niza andou nas aguas do Mediterraneo Quintella não se limitava apenas a estudar a arte naval; no tempo em que o serviço o deixava livre, cultivava a poesia, e quando estava em Lisboa vivia intimamente com alguns dos escriptores mais notaveis. Aos serviços anteriormente prestados, e pelos quaes havia conquistado grandes creditos entre os seus camaradas da marinha, juntou em 1801 mais outro que produziu grau de sensação, não só entre amigos, como tambem entre os adversarios. Sendo commandante d'uma corveta portugueza, encontrou-se com uma fragata franceza, e apezar da superioridade d'este vaso de guerra, o nosso intrepido official travou com o inimigo um encarniçado combate, e só quando o seu navio estava completamente empalhado com o panno, cabos e vergas de modo que a artilharia não podia jogar nem fazer se a bordo trabalho algum, é que Quintella mandou arriar a bandeira. Este brilhante feito está minuciosamente descripto n'um dos *Folhetins maritimos*, de Celestino Soares. Depois de terminada a lucta, e sendo Quintella conduzido para bordo da fragata inimiga, travou se entre os dois commandantes um dialogo, em que o da fragata lhe observou que ninguem esperava similhante arrojo, ao que respondeu Quintella, ser a sua obrigação, porque os nossos artigos do guerra mandavam que se não arriasse a bandeira senão na ultima extremidade, e o caso extremo só chegara uma hora depois. Observando lhe o commandante francez, que o podia ter mettido a pique, Quintella respondeu, que lá estava a posteridade para o

julgar Dos *Folhetins* citados, extrahimos os seguintes trechos, em que se descreve o que se passou a bordo da fragata: «Recolheu-se á camara com o estado maior, fez conselho ácêrca da sorte da corveta, havendo opiniões de a metter no fundo ou queimal-a, sendo impossivel dar lhe um destino conveniente, porém occorreu a idcia de que indo a fragata de cabos a dentro, tamanho accrescimo de gente causaria embaraço na longa viagem, por falta de mantimentos. Portanto concluiram por tirar-lhe as armas e petrechos entregando-o á guarnição se quizesse capitular promettend, não pegar em armas contra a França até ser trocada ou á conclusão da paz. Isto proposto e acceite, passaram os francezes a bordo da corveta, lançaram-lhe a artilharia ao mar, recolhendo na fragata bandeiras, polvora, armas, munições, cartas, instrumentos bellicos e nauticos, deixando apenas uma só bandeira, uma agulha e um oitante de pau para procurarem a terra. Duas semanas depois entrava na Bahia um pequeno navio de tres mastros em guindollas cheio de rombos, sem artilharia, mas de flammula, surgindo no ancoradouro dos navios de guerra com geral espanto dos maritimos d'aquella cidade. Era a corveta *Andorinha* de vinte e quatro coronadas de 18, e cento e vinte praças de guarnição, cujo commandante, o intrepido Ignacio da Costa Quintella, tinha tido a audacia de a expôr por espaço de cinco quartos de hora ao fogo da fragata franceza *Chiffone* de 44, e que batendo-se denodadamente com forças tão disparatadas soube conservar a honra da sua bandeira, posto que arriando-a na presença do inimigo no dia 19 de maio de 1801.» Mais tarde, Quintella commandou a nau *Affonso* na esquadra que levou ao Brazil a familia real em novembro de 1807, e continuando a subir postos com a rapidez que não desdizia dos merecimentos do agraciado, chegou a vice-almirante 20 annos depois de ter entrado no serviço militar. Veiu á Europa commandando uma nau, serviu de almirante-general ás ordens do infante D Carlos, foi major-general, entrou para o ministerio formado em 24 de fevereiro de 1821, como ministro do reino, e regressando a Lisboa com D. João VI, trocou pouco depois a pasta do reino pela da marinha, que conservou até ao movimento de *Villafrancada*. Logo em seguida ao juramento da Carta Constitucional, succedido em 31 de julho de 1826, tornou a ser nomeado ministro da marinha, mas em dezembro d'esse mesmo anno, formando-se um gabinete mais reaccionario, Costa Quintella deixou o cargo de ministro, e retirou-se inteiramente da vida publica. Os ultimos annos da vida, passou-os todo entregue ao estudo e á composição da obra, que saiu posthuma, com o titulo de *Annaes da marinha portugueza, publicados por ordem da Academia Real das Sciencias*, em 1839 e 1840, 2 tomos, que fórmam unicamente a primeira parte da obra, que deveria constar de 3, segundo o autor declara na sua prefação. Os 2 volumes publicados abrangem a narração concisa das guerras maritimas, conquistas e viagens dos portuguezes desde o começo do governo do conde D. Henrique até ao anno de 1640. Diz-se, que deixou algumas obras ineditas, e entre ellas uma traducção em verso da *Eneida*. Parece, que tambem são do vice almirante Ignacio da Costa Quintella as versões de varias *Odes de Horacio*, que appareceram sem nome do traductor, nos *Annaes da Sciencia das Artes e das Letras*. Estas *Odes* sairam successivamente em todos os tomos, do VIII até ao XVI, uma em cada um d'elles.

Quintella *Joaquim Pedro Quintella, 1.º barão de)*. Fidalgo da Casa Real, por alvará de 6 de maio de 1795; do conselho da rainha D. Maria I, conselheiro honorario da fazenda, senhor da villa do Préstimo na comarca de Aveiro, alcaide-mór da villa da Sortelha, commendador do Fôrno de Palhavã na ordem de S. Thiago da Espada, cavalleiro professo da ordem de Christo, negociante de grosso tracto da praça commercial de Lisboa, abastado capitalista e proprietario na provincia da Extremadura, contratador dos Contractos Reaes do Tabaco, dos diamantes, do azeite de peixe e baleia, das fabricas de lanificios da Covilhã e Fundão, etc. N. em Lisboa a 20 do agosto de 1748, onde tambem fal. a 1 de outubro de 1817. Era filho de Valerio José Duarte Pereira, cavalleiro fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo da ordem de Christo, proprietario do officio de Escrivão das appellações civeis das ilhas, e das crimes da comarca de Torres Vedras, etc., e de sua mulher, D. Anna Joaquina Quintella. Em março de 1782 succedeu na casa de seus paes, e na de seus tios maternos: Luiz Rebello Quintella, juiz dos Feitos da Corôa e Fazenda da Casa da Supplicação e desembargador dos Aggravos do mesmo tribunal; e Ignacio Pedro Quintella, familiar do Santo Officio, mercador na Rua Nova, contratador em diversos Contratos Reaes vogal presidente da Junta do Commercio, fabricas e navegação, etc. Ambos estes tios eram filhos de Antonio Gomes Rebello, e de sua mulher D. Magdalena de Jesus. Da sua opulentissima casa instituiu o morgado de Quintella, que foi approvado por decreto de 18 de junho de 1791, e escriptura de 23 de junho de 1801, ao qual vinculou diversas propriedades que herdára e comprára, tudo no valor de 421:316$787 reis, a que depois reuniu a sua terça, tendo por cabeça a grande fazenda chamada do Farrobo, no conc. de Villa Franca de Xira, com obrigação de certo numero de missas ditas por alma d'elle e de seus parentes, nas capellas e ermidas da citada quinta do Farrobo, e na das Laranjeiras e do Calvel, bem como o padroado da egreja do convento das religiosas da Visitação, vulgarmente chamado das Sallesias, e finalmente a obrigação dos successores do vinculo, ainda quando este passasse á linha collateral, uzarem sempre o appellido *Quintella*. Este vinculo ficou extincto pela falta de registo determinado pela carta de lei de 30 de julho de 1860. A 13 de agosto de 1802 recebeu o senhorio da Sortelha, e a 13 de dezembro do mesmo anno, o de Préstimo. Casou com D. Maria Joaquina Xavier de Saldanha, filha de Joaquim Lobato de Araujo e Costa, da casa de Juste, em Braga, e de sua mulher D. Maria Leonor Xavier de Saldanha. D'este matrimonio houve dois filhos, uma filha e um filho: D. Maria Gertrudes Quintella, que foi 4.ª condessa da Cunha, pelo seu casamento, em 1 de janeiro de 1814, com o 4.º conde D. José Maria Vasques Alvares da Cunha. Fôram paes de uma filha unica, D. Maria do Carmo da Cunha Quintella, marqueza de Vianna, por ter casado com o marquez D. João Manuel de Menezes. O filho foi Joaquim Pedro de Quintella, 2.º barão d'este titulo e 1.º conde de Far-

robo (V. *Cunha* e *Farrobo*). O titulo de barão de Quintella foi concedido em duas vidas, por decreto e carta de 17 d'agosto de 1805. D. Maria Joaquina Xavier de Saldanha falleceu a 26 do referido mez e anno, ignorando que já era baroneza, porque o seu estado de doença não lhe permittia saber a mercê com que seu marido fôra agraciado 9 dias antes O barão de Quintella teve uma filha bastarda, D. Joaquina Rosa, nascida em 8 de novembro de 1793, que foi legitimada por alvará de 16 de junho de 1812. Esta senhora falleceu a 28 de julho de 1823, tendo casado em 15 de setembro de 1816, com Luiz da Silva e Athaide, fidalgo cavalleiro da Casa Real. O barão de Quintella, em 12 de outubro de 1806, tirou o seguinte brazão d'armas: Em campo de púrpura, duas bandas de escaques de ouro de uma só ordem; elmo d'aço aberto, e não tem timbre.

Quintella *(José Pedro)*. Bacharel formado em Leis ou Canones, pela Universidade de Coimbra, desembargador da Relação do Porto. Falleceu depois do anno de 1830. Traduziu em verso uma *Ecloga* de Pope, que se publicou anonyma no *Jornal de Coimbra*, remettida para esse fim aos redactores pelo dr. José Maria Osorio Cabral. Tambem se lhe attribue a seguinte publicação: *O Redactor, ou ensaios periodicos de Litteratura e conhecimentos scientificos, destinados pora illustrar a nação portugueza*, vol. I, Lisboa, 1803 Alguns extractos d'esta obra veem insertos na *Pequena Crestomathia portugueza* de P. G. de Massarellos, impressa em Hamburgo, indicados sob as iniciaes J. P. Q.

Quintella. Povoações nas freguezias: S. Pedro d'Alva, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural. ‖ S. Pedro, de Arcozello das Maias, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. ‖ S. João, de Areias de Villar, conc. de Barcellos, distr. de Braga. ‖ S. Miguel, de Argivae, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. ‖ Santa Maria, de Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. ‖ S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. ‖ Santa Maria, de Borba da Montanha, do mesmo conc. e distr. ‖ N. S.ª d'Assumpção e conc. de Ceia, distr. da Guarda. ‖ S. Pedro, de Cerva, conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. ‖ Santa Eulalia, de Chave, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. ‖ Santa Marinha, de Chorense, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. ‖ S. João Baptista, de Coucieiro, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. ‖ S. Cosme de Gondomar, conc. de Gondomar, distr. do Porto. ‖ S. Thiago, de Cossourado, conc. de Barcellos, distr. de Braga. ‖ Santa Cruz do Douro, conc. de Baião, distr. do Porto. ‖ S. João Evangelista, de Eiriz, conc. de Paços de Ferreira, do mesmo distr. ‖ S. Mamede, de Escariz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. ‖ S. Mamede, de Este, conc. e distr. de Braga. ‖ S. Mamede, de Estorãos, conc. de Fafe, do mesmo distr. ‖ S. Paio de Fariuha Pôdre, conc. de Penacova distr. de Coimbra. ‖ S. Pedro, de Ferreira, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. ‖ Santa Maria, de Ferreiros, conc. e distr. de Braga. ‖ S. Thiago, de Fonte Arcada, conc. de Penafiel, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. ‖ S. Pedro, de Friões, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real. ‖ S. Miguel, de Gemeos, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. ‖ Santa Maria, de Geraz do Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello. ‖ S. João Baptista, de Gestaçô, conc. de Baião, distr. do Porto. ‖ S. João Baptista, de Guilhufe, conc. de Penafiel, do mesmo distr. ‖ Santo André, de Molares, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. ‖ S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. ‖ Sant'Anna, de Orgens, conc. e distr. de Vizeu. ‖ S. Julião, de Paçô, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. ‖ S. Pedro Fins, conc. de Maia, distr. do Porto. ‖ S. Pedro, de Penude, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. ‖ S. Miguel, de Queirã, conc. de Vouzella, do mesmo distr. ‖ Santo Estevão, de Regadas, conc. de Fafe, distr. de Braga. ‖ S. Bartholomeu, de Rego, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. ‖ S. Lourenço, de Rio do Cabrão, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Martinho, de Rio de Moinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. ‖ S. Thiago, de Ronfe, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ O Salvador, de Ruivães, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. ‖ O Salvador, de Sabbadim, conc. de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Mamede, de Sezures, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. ‖ S. Julião, de Silva, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Martinho, de Soalhães, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. ‖ Santa Maria Maior e conc. de Taboa, distr. de Coimbra. ‖ S. Miguel, de Thaide, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. ‖ Santa Maria, de Ventosa, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. ‖ Santa Maria, de Vermoim, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. ‖ O Salvador, de Villa Cova da Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. ‖ S. Romão, de Villa Cova de Vez de Aviz, conc. de Penafiel, do mesmo distr. ‖ Santa Marinha, de Villa Marim, conc. e distr. de Villa Real.

Quintella de Azurara. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu; 170 fog. e 718 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est post. Dista 5 k. da séde do conc. e está situada entre duas ribeiras affluentes do rio Dão. A mitra apresentava o abbade, que tinha réis 2.0$000 de rendimento. A terra é pouco fertil em generos agricolas, mas tem abundancia de gado e de caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Quintella de Baixo. Povoações nas freguezias: Santa Cruz, de Alvarenga, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. ‖ S. Romão, de Nogueira, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. ‖ N. S.ª da Expectação, de Varzea, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. ‖ N. S.ª da Conceição, de V. N. da Muhia, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Quintella de Cima. Povoações nas freguezias: Santa Cruz, de Alvarenga, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. ‖ N. S.ª da Conceição, de V. N. da Muhia, conc. da Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Quintella da Fgreja. Pov. na freg. de S. Thiago, de Moita, conc. d'Anadia, districto de Aveiro.

Quintella de Lampaças. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz os-Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 177 fog.

e 752 hab. Tem esc. do sexo e est. post. Dista 23 k. da séde do conc., e está situada na estrada que vae de Bragança a Mirandella. A Casa de Bragança apresentava o abbade, que tinha réis 250$000 de rendimento. A pov. é muito antiga, e gozava dos grandes privilegios concedidos aos foreiros da Casa de Bragança, donataria d'esta freg. D. Affonso III lhe deu foral, em Constantim de Penoyas, a 9 de julho de 1252. Pertence á 6.ª div. mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Quintella da Lapa. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Alta, conc. de Sernancelhe, com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 129 fog. e 513 hab. Tem caixa post. Dista 8 k. da séde do conc. e está situada junto da serra da Lapa. O reitor da villa de Rua apresentava o cura, que tinha 60$000 réis de rendimento e o pé d'altar. E' pov. muito antiga, pois já existia em 1181, quando os 10 filhos de D. Mayor Soares doaram a sua mãe e a suas tres filhas, Dordia, Thereza e Mayor, varias propriedades que tinham no bispado de Lamego, sendo incluidas n'estas, dois casaes na Quintella da Lapa. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Quintella das Lapas. Pov. na freg. de S. Thiago, de Moita, conc. da Anadia, districto de Aveiro.

Quintellas. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || S. Thiago de Mondrões, conc. e distr. de Villa Real.

Quintellinha. Pov. na freg de S. Julião, de Serafão, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Quintiães. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 117 fog. e 435 hab. Tem esc. do sexo masc. Dista 5 k. da séde do conc. e está situada na serra de S. Claudio. O D. Abbade benedictino do convento de Carvoeiro, apresentava o vigario, que tinha de rendimento 100$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil, e cria muito gado de toda a qualidade. E' n'esta freg. a casa e a torre solarenga de Aborim. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Quintião Pov. na freg. de S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Quintinha. Povoações nas freguezias: Santo Estevão e conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Santos Reis Magos, de Campo Grande, 3.º bairro de Lisboa. || N. S.ª da Consolação e conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa. || Santa Maria e conc. de Extremoz, distr. de Evora. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || S. Vicente do Paúl, conc. e distr. de Santarem.

Quintino. Pov. e freg. de N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, na prov. da Extremadura, conc. de Sobral de Mont'Agraço, distr. de Lisboa. Em frente da egreja, que é de construcção do tempo d'el rei D. Manuel I, mandada edificar por este monarcha em 1520, está uma quinta que antigamente se denominava *da Piedade*, e tem hoje o nome de *Quinta do Dr. Holtreman*, que pertenceu ao dr. Antonio Maria Ribeiro da Costa Holtreman, e actualmente pertence a seu filho, o sr. visconde d'Alvalade, dr. Alfredo Augusto das Neves Holtreman. A mitra patriarchal apresentava o vigario, que tinha 150$000 réis. A freg. é saudavel e muito fertil. | Pov. do sobado do Bongue, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. Fica no Zombo. || Pov. do sobado do mesmo nome, no dito conc. distr. e provincia.

Quinto de Corôa. Moeda de ouro. V. *Dois mil réis*.

Quitoboge Pov. do sobado de Lumbo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quintôla. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, do Castello, e conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa.

Quintola de Sant'Anna. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação e conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa.

Quintolo. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. Fica na região do café.

Quintos. Pov. e freg. de Santa Catharina, da prov. do Alemtejo, conc., com., distr. e bisp. de Beja; 227 fog. e 894 hab. Tem esc. do sexo fem., est. post. e est. do caminho de ferro, na linha do Sul e Sueste, entre as de Baleizão e de Serpa. Está situada na margem direita d'um affluente do rio Cadeira, a 4 k. da margem direita do Guadiana e a 15 da séde do conc. A mitra apresentava o cura, que tinha 540 alqueiros de trigo, de renda annual. A terra é muito fertil em toda a qualidade dos fructos do paiz, cria muito gado de toda a qualidade, e é abundante de caça. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. || Povoações nas freguezias: Santa Maria Magdalena, de Chaviães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Portella das Cabras, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Quintudo. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Vinha da Rainha, conc. de Soure, districto de Coimbra.

Quinture. Pov. da div. de Quissanga, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quinunda. Pov. da div. de Mussuco, conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, Africa Occidental.

Quinuri. Pov. do sobado de N'Chantete, no conc. de S. Salvador e dist. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quinvumba. Pov. da div. de Congo Ialla, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quin Venbe. Pov. da div. de Noqui, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quimzambi. Pov. da freg. de S. José e conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quinzanga. Pequena ilha do rio Cuanza, a cêrca de 30 k. da sua foz. Fica-lhe fronteiro na margem direita o antigo presidio de Calumbo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quinzau. Pov. do sobado do mesmo nome, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de N'Cama, no conc. de S. Salvador e distr. do Con-

go, etc. || Pov. da div. do mesmo nome, no conc. do Ambrizete, no distr. do Congo, etc..

Quinze réis. Moeda de cobre para Moçambique. (V. *Bazaruco.*) Moeda de cobre de Diu. Moeda da India tambem designada por *quarto de tanga*.

Quinzò Anhanga. Pov. da freg. de S. José e conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quinzuà. Territorio de Benguella, Africa Occidental, onde ha uma lagôa muito piscosa.

Quinzumba. Pov. da freg. de N. S.ª da Victoria, na 2.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiôa. Pov. do sobado de Quimbunge Quintanda, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Quitanda Quiôa, no conc. de S. Salvador, e distr. do Congo, prov. d'Angola. || Africa Occidental. || Pov. do sobado de Nameala, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, etc.

Quiocondo. Pov. do sobado de N'Dondo iá Quirima, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quioge. Pov. do sobado de N. S.ª do Populo, no conc. e distr. de Benguella, prov. de Angola Africa Occidental.

Quiolullo. Pov. da 7.ª div. (Pedras) do conc de Pungo-Andongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiombe. Pov. da div. de Quissanga, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiombo. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov d'Angola, Africa Occidental. Fica na região do café.

Quiona. Pov. do sobado de Quilongo, no conc. do S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quionga. Pov. do sobado de Quintalla, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, distr de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiongua. Pov. do sobado de Bango á Pacaça, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Div. do conc. de Pungo-Andongo, distr. de Loanda, prov. d'Angola. E' formada por numerosas povoações || Pov. da 4.ª div. do conc de Zenza do Golungo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Bango a Quitamba, na freg. de S. Joaquim, 8.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, etc. || Pov. do sobado de Hubia, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda etc. || Pov. do sobado de Calanga, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca distr. de Loanda, etc. || Pov. do sobado de Caxambo, na 8.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, etc. || Pov. do sobado de Muinza, na 8.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, etc. || Pov. do sobado de Hanga, na 8.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, etc.

Quiongua de Baixo. Pov. do sobado de Caxambo, na 8.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de N'Dalla Caballo, na 8.ª div. do conc. d'Ambaca, etc. || Pov. do sobado de Hango, na 3.ª div. do conc. d'Ambaca, etc.

Quiongua de Cima. Pov. do sobado de Quilanda, no 8.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quionzo. Pov. da 3.ª div. (Mahaballa) do conc. de Pungo-Andongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiosacra. Sobado do conc. de Novo Redondo, no Amboim, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quioto (1.º). Pov. do sobado da cataracta do Quisulo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quioto (2.º). Pov. do sobado da cataracta do Quisulo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiòtoa. Pov. do sobado de Camuhoto, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiòva. Pov. do sobado de N'Golla Muhongo, na 11.ª div. do conc. d'Ambaca distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Lunguesi, no conc. de S. Salvador do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiòza. Pov. da 3.ª div. (Mahaballa) da conc. de Pungo-Andongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quipáca. Pov. do sobado de Bumba An'dalla, na freg de S. Joaquim, 5.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. da freg. de S. José, na 2.ª div. do Tombo, conc. de Calumbo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quipaco. Uma das ilhas do archipelago de Cabo Delgado, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. || Pov. do sobado do rio Luegino, conc. de S Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quipanzo Pov. do concelho do Ambriz, Africa Occidental.

Quipemba. Pov. do sobado de Cabanga Cacalunga, na freg de S. Joaquim, 3.ª div. do conc. do Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quipembe. Pov. do sobado do mesmo nome, na 6.ª div. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quipételle. Pov. da freg. de S. José o conc. de Encoge, distr. de Loanda, provincia d'Angola, Africa Occidental.

Quipipa. Pov. do sobado de Quipipa e Mateu de, na 4.ª div. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quipire. Pov. do sobado de Bongue, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. Fica no Zombo.

Quipocoto. Pov. do sobado de Ucusso, na freg. de N. S.ª da Conceição, 10.ª div. (Ucusso) do conc de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quipungo. Vasto territorio do interior do distr. de Mossamedes, na prov. d'Angola, Africa Occidental. Começa nas abas da serra de Munda, estende se para o sul, e foi explorado em 1858 por occasião da expedição commandada pelo governador Leal, e em 1879 pelos exploradores Capello o Ivens. Ficam lhe ao N os territorios de Caluqueme, a NO o de Quillengues, a O o da Huilla. de que está separado pela serra Catanha e a E o Cunene. E' banhado por varios affluentes do Cunene.

Quipungue-Anganga. Pov. da freg. e conc.

de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiqué. Pov. do sobado de Quintino, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiquella. Pov. da 2.ª div. do conc. de Cazengo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de N'Dondo iá Quirima, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiquende. Pov. do sobado de Canda Villa Dungue, na div. do Amaral, conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Canda do Huombe, na div. do Amaral, etc.

Quiquengue. Pov. da div. de Quissanga, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiquia. Pov. da div. de Congo Ialla, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiquianganga. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, provincia d'Angola, Africa Occidental.

Quiquioge. Pov. do sobado de Songula, na div de Mandimba, conc. de S. Salvador, e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiquira Uaba. Pov. do sobado do mesmo nome, na 3.ª div. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiraz. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Vinhaes, distr. e bisp. de Bragança; 166 fog. e 757 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Dista 17 k. da séde do conc. e está situada proximo da serra do mesmo nome, a 1 k. da margem direita, do rio Rabaçal, a egual distancia da margem esquerda do rio Mente. O papa e a mitra apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 600$000 reis de rendimento. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga. O abbade de Santa Maria, de Gallêgos, apresentava o vigario, que tinha 40$000 reis de rendimento e o pé d'altar. A terra é fertil. Esta freg. está annexa á de Roriz do mesmo conc. de Barcellos. || Pov. na freg de S. Pedro, de Aviôso, conc. de Maia, distr. do Porto. || Serra da prov. de Traz-os-Montes, no distr. de Bragança. Vem da Galliza, na direcção N a S, tendo a parte comprehendida em Portugal 12 k. de comprimento, 2 de largura e 936 m. d'altura.

Quirdy. Pov. da pragaña de Nagar Avely na com. e distr. de Damão, arceb. de Gôa, India.

Quires. Pov. e freg. de Santo André, de Villa Boa de Quires, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Quiria. Ilha do rio Cuanza, a 60 k. da foz do mesmo rio, na prov. d'Angola, Africa Occidental

Quirianga. Pov. da 7.ª div. (Pedras) do conc. de Pungo-Andongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Samba Lucalla, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiriangala. Pov. da 4.ª div. do conc. de Cazengo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quirianzalla. Pov. do sobado de N'Bangi, na freg. de S. José de Cabiri, 6.ª div. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quirimba. V. *Cabo Delgado*.

Quirimba. Pov. do sobado de N'Dalla Quirimba, na 1.ª div. (Sengue) do conc. de Pungo-Andongo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Ilha do archipelago de Cabo Delgado, na prov. de Moçambique, Africa Occidental. V. *Querimba*.

Quirimbe de Baixo. Pov. da 5.ª div. do conc. de Ambaca, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quirimbe de Cima. Pov. da 3.ª div. do conc. de Ambaca, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quirimbo. Pov. do sobado de Canda de Mutumbua, na div. do Amaral, conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quirindo. Pov. do conc. de Novo Redondo, Africa Occidental.

Quiringe. Pov. do sobado de Quiringe, na 1.ª div. (Sengue) do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiriquiri. Pov. do sobado de Hango, na 8.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quirlapale. Quarta circumscripção do concelho e commando militar de Sanguém, districto de Gôa, na India.

Quiromance. Enseada na costa do distr. de Benguella, na prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quirpum. Pov. da praganã de Nagar Avely, no conc. e distr. de Damão, arceb. de Gôa, India.

Quirrimane. V. *Quiromance*.

Quisanga. Pov. do sobado de Cabari, na 7.ª div. do conc. de Ambaca, distr de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. da 2.ª div. do conc. de Cazengo, no distr. de Loanda.

Qui-Sardinha. Pov. da freg. de S. José e conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quisconda. Pov. do conc. de Quepem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Pertence ao torofo (bairro) e regedoria de Maina.

Quisenga. Pov. do conc. de Pungo Andongo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quisiba. Uma das ilhas do archipelago de Cabo Delgado, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Qui Simão. Ha duas povoações d'este nome, na freg. de S. José e conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quisoau. Pov. do sobado de Bamba, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quisola. Pov. do sobado de Quimbumbuge. Quintanda, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quisonga. Pov. da 4.ª div. do conc. de Cazengo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quissacunga. Pov. do sobado de Onde, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quissadi. Pov. do sobado de Caboco, na 3.ª

div. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quissafo. Pov. do sobado de Muinza, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Cassoba Canginge, na 4.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quissafu. Pov. da 1.ª div. do conc. de Cazengo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quissalanganda. Pov. na 4.ª div. do conc. de Cazengo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quissalla. Pov. da div. e conc. de Ambrizete, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. da freg. de N. S.ª da Victoria, na 6.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quissama. Cabo da costa de Loanda, na prov. d'Angola, Africa Occidental. E' vermelho, escalvado, e fica a cêrca de 6 k. ao S da foz do rio Cuanza. || Pov. da div. e conc. de Ambrizete, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Vasto territorio da prov. d'Angola. E' limitado ao N pelo rio Cuanza, a E pelos territorios do Alto Libollo, ao S pelo rio Longa, que o separa do conc. de Novo Redondo, e a O pelo Oceano Atlantico. Os rios mais notaveis que o cortam e que lhe servem de limites são o Suto e o Quesine, este de muito menor importancia. Este territorio é habitado por uma raça particular de negros, de sua natureza selvagens e pouco aptos para adquirirem habitos mais sociaveis. Guardam a agua da chuva em grandes cavidades que abrem no tronco dos baobaos.

Quissimassungo. Praso da corôa no antigo distr. de Sofala, Africa Oriental.

Quissamba. Pov. do sobado da região de Pangala, no conc. de S. Salvador e distr do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. na freg. de S. José e conc. d'Encoge, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quissame. Pov. da div. de Quissanga, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quissanda. Pov. da div. de Quissanga, no conc. do Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. da 3.ª div. do conc. de Malange, no distr. da Lunda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quissanga. Ilha do rio Bengo, a cêrca de 80 k. da foz do mesmo rio, na prov. de Angola, Africa Occidental. || Enseada ou bahia do territorio de Sofala, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Fórma o porto da villa de Sofala e n'ella vão juntar-se os rios Cavone e Inharucuary, que rodeiam a mesma ilha. O porto de Sofala ou enseada de Quissanga é mau e de difficil entrada. So bem muito n'elle as aguas, mas os navios não pódem confiar n'essa altura porque as areias movediças accumulam se sobre as diversas corôas que ha ali. Só embarcações de pequeno calado a pódem demandar. || Pov. da terra firme do archipelago de Cabo Delgado, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está situada á beira mar, defronte da ilha do Ibo, e é principalmente habitada por moiros. Cultura de cereaes, fructa e legumes, e commercio importante com o sertão. Nos arredores, ha varios estabelecimentos agricolas, chamados *machamas*. || Paiz da Africa Oriental, na prov. de Moçambique e no sertão de Sofala. E' accidentado por muitas serras escalvadas e pedregosas, e por isso esteril, encontrando se ainda assim n'elle alguns valles ferteis, muito povoados de elephantes, que os naturaes caçam para lhes aproveitarem não só o marfim como tambem a carne. Tem excellentes minas de ferro e cobre, que os quissangas trabalham, servindo-se d'estes metaes para o fabrico das suas armas de guerra e tambem para o de manilhas com que adornam as pernas e os braços e de umas espheras do feitio de contas com que enfeitam o pescoço e a cabeça. Os quissangas são maus e desabridos, e d'aspecto desagradavel. Golpeiam e besuntam o corpo, cobrindo o em parte com pelles de cabra de pêllo curto e macio, que elles mesmos preparam. A Quissanga é um desmembramento do vasto imperio de Monomotapa. O seu rei era electivo e feudatario do de Chingamisa, passando a ser independente depois d'uma prolongada guerra. Quando morre algum indigena na Quissanga não se fazem demonstrações de sentimento, procedendo-se á inhumação no solo da propria cubata, excepto se se trata dos ricos, que são enterrados n'uma gruta. || Pov. do sobado de Quionzo, na freguezia de N. S.ª da Conceição, 11 ª div. (Quionzo) do concelho de Muxima, districto de Loanda, provincia d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do districto do Quinzau, no concelho de Ambrizete, districto do Congo, provincia d'Angola. || Pov. da div. do mesmo nome, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola. || Pov. do sobado de Songula, na div. de Mandimba, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. || Pov. da freg. de N. S.ª da Victoria, na 8.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola. || Pov. da 3.ª div. do conc. de Ambaca, no distr. de Loanda, prov. d'Angola. || Abra ou praia situada na costa de Benguella, prov. d'Angola. Fica a cêrca de 8 k. ao S da Cabeça da Baleia.

Quissanga Grande. Abra ou praia situada na costa do distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental. Fica ao S da ponta S da bahia dos Pombos. Feitorias.

Quissanga Quanza. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, na 7.ª div. (Colombas) do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quissanga Quiaputo. Pov. do sobado do Bambi Calunga, na 4.ª div. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quissange. Pov. da div. de Noqui, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quissangi. Pov. da freg. do N. S.ª da Victoria, na 7.ª div. do conc. de Massangano, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quissaquica. Pov. da 3.ª div. (Sengue) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quissecula. Pov. da 2.ª div. do conc. de Cazengo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quissem. Territorio do antigo distr. de Sofala, na prov. de Moçambique, Africa Occidental. Fica ao O da villa.

Quissende. Pov. do sobado de Bongo N'Dalla,

na 11.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quissenguele. Pov. do sobado de Malonga, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quissenquele. Pov. do sobado de Quimpeche, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quisseque. Pov. da 3.ª div. (Mahaballa) do conc. de Pungo Addongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Cassoba Canginge, na 4.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, etc.

Quissequelle. Pov. do sobado de Quilombo, na freg. de S. Joaquim, 4.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quissequelle de Baixo. Pov. do sobado de N'Golla Muhongo, na 11.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quissiva. Pov. do sobado de Quingollo, na 7.ª div. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quissolla. Pov. do sobado de Bambi Calunga, na 4.ª div. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quissona. Pov. da div. de Mussuco. no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quissonde. Pov. da 16.ª div. do conc. de Malange, no distr. da Lunda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quissonge. Pov. do sobado de Bango a Quitamba, na freg. de S. Joaquim, 8.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quissuata, Pov. do sobado de Gunga, na 6.ª div. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quissuba. Pov. do sobado de Cazemba, na 11.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quissuba de Baixo. Pov. do sobado de N'Golla Muhongo, na 11.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quissubia. Pov. da 8.ª div. (Bote) do conc. de Pungo-Andongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quissunde. Pov. do sobado de Quinssundi, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quissulo. Pov. do sobado do rio Ambriz, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quita *(Domingos dos Reis)*. Era barbeiro de profissão, mas um poeta bucolico muito afamado, e um dos primeiros socios admittidos na Arcadia Ulyssiponense, onde tomou o nome pastoril de *Alcino Mycenio*. N. em Lisboa a 6 de janeiro de 1728, onde tambem fal. a 26 d'agosto de 1770. Era filho de José Fernandes Quita, negociante, e de sua mulher Maria do Rosario. Seu pae arruinou se no negocio, e teve de passar ao Brazil, deixando em Lisboa sua mulher e seis filhos menores para cuja educação contribuiu de longe mandando remessas de dinheiro; essas remessas, porém, cessaram, pela morte de José Fernandes Quita, e a pobre Maria do Rosario achou-se viuva, e cercada de creanças. Domingos dos Reis Quita contava então 13 annos de edade, e dava mostras de talento e de grande amor pelo estudo, mas não havendo meios, a mãe teve de o applicar á aprendizagem d'um officio, que pudesse desde logo adquirir alguns meios de subsistencia. Quita entrou como aprendiz n'uma loja de cabelleireiro, mas não deixou nunca de se entregar ao estudo, e as horas que o trabalho lhe deixava livres, consagrava-as á leitura, principalmente das obras de Camões e de Francisco Rodrigues Lobo. A sua intelligencia não tardou a ser conhecida e apreciada pelos freguezes da loja. Citava-se a agudeza dos seus ditos, referiam-se as suas respostas, admirava-se a sua memoria. Quita sabia muitos versos de cór, já os fazia, mas occultava cuidadosamente as suas composições. A's vezes recitava algumas poesias não dizendo que eram suas, attribuindo-as aos frades dos conventos das ilhas. Um soneto que principiava:

Benigno amor, os impios que te offendem

foi o que deu causa a levantar se o véo, com que a modestia de Quita encobria o seu talento poetico. Teve em breve admiradores que o arrancaram á loja, tentando o pôl-o a caminho da prosperidade. Um d'esses admiradores e seu amigo intimo, José Antonio de Brito, falou d'elle ao conde de S. Lourenço com grande enthusiasmo. O conde, que era illustradissimo, quiz ouvil-o, e logo na primeira conversação percebeu que tinha na sua presença um poeta verdadeiro. Acolheu-o na intimidade, protegeu o, tirando-o das difficuldades do seu viver. Quita mostrou se sempre muito grato ao illustre fidalgo, mas talvez fôsse elle, ainda que involuntariamente, uma das causas do seu infortunio. Na verdade, o conde de S. Lourenço foi uma das victimas da politica implacavel do marquez de Pombal; encerrado no carcere da Junqueira, ficou o pobre Quita sem protector, e luctando outra vez com a adversidade. Imaginou encontrar protecção n'um dos meninos de Palhavã, D. Gaspar, filho bastardo de D. João V, que chegou a prometter lhe leval-o comsigo quando fôsse para Braga, para onde fôra despachado arcebispo, como familiar de sua casa. Mas os intrigantes e invejosos, que sempre o prejudicaram, obrigaram aquelle prelado a mudar de proposito, e Quita perdeu o ensejo de passar vida socegada, e de se entregar tranquillamente aos seus trabalhos poeticos. Para cumulo da desgraça, o terremoto de 1755 deixou-o ficar sem casa. Recolheram-n'o amigos compadecidos, o medico Balthazar Tura e sua mulher D Thereza Aboim, que se encarregaram generosamente de occorrer a todas as suas urgentes necessidades. Quita era, na verdade, d'uma infelicidade pasmosa. O marquez de Pombal, que parecia apreciar o seu talento e a quem elle rendeu sempre culto nos seus versos, cantando em todos os tons, ora os seus feitos notaveis como ministro, ora os predicados e virtudes dos seus irmãos e de todos os seus parentes, sempre o tratou bem, mas nunca o despachou apezar de repetidas promessas. Em 1756, quando se fundou a Arcadia Ulyssiponense, já era tal a reputação de Quita como poeta, que foi convidado para um dos socios fundadores. Quita entrou na douta assembléa com o nome pastoril de *Alcinio Mycenio*. Por essa occa

são entendeu Quita que devia esforçar-se para discutir e conviver litterariamente com os homens illustrados que faziam parte da Arcadia. Já á força de trabalho e sacrificios conseguira aprender sósinho o francez, o italiano e o hespanhol; os poetas gregos e latinos conhecia-os pelas traducções. Entregou-se depois ao estudo de Aristoteles, e ajudado emfim por um senso critico finissimo, que era um dos caracteristicos especiaes do seu talento, pôde figurar brilhantemente nos debates e nas conferencias da Arcadia, que illustrava com as suas obras poeticas, porque Pedro Antonio Correia Garção, Domingos dos Reis Quita e Antonio Diniz da Cruz e Silva, fôram, sem duvida, as tres estrellas da nova sociedade poetica. No entretanto, Domingos dos Reis Quita continuava a viver em casa do dr. Balthazar Tura, a cuja sciencia deveu por mais d'uma vez a saude e a vida. Em 1760 e em 1767 esteve perfeitamente morto, e se escapou d'essas duas enfermidades dolorosas, deveu-o principalmente aos desvelados cuidadoss cientificos do medico e de sua mulher D. Thereza d'Aboim, Mas a mãe de Quita, velha e doente, vivia pobremente em casa de seu genro Antonio José da Cóta, que se mostrava muito generoso com ella, mas era pobre. Quita entendeu que não o devia deixar carregar com um fardo tão pesado, e deliberou tomar casa propria, chamando sua velha mãe para a sua companhia. Debalde tentaram dissuadil-o d'esse proposito os seus amigos mais intimos, debalde procuraram retel-o o medico e sua mulher, mas o poeta teimou ir viver com sua mãe em casa propria, o que effectuou no dia 13 de julho de 1770. A 22 do mez seguinte adoeceu gravemente, fallecendo quatro dias depois. As obras poeticas de Domingos dos Reis Quita fôram publicadas em 1766, em 2 tomos, sendo reimpressas em 1781, já depois da sua morte, sendo precedidas da biographia do poeta, escripta pelo seu amigo intimo Miguel Padegache. No 1.º tomo vem tambem o celebre drama pastoril em 3 actos *Lycoris;* e no 2.º as tragedias *Astarto*, *Megara, Hermione* e *Castro*, trazendo no final alguns versos em louvor de Quita, escriptos pelo seu amigo Domingos Maximiano Torres. A tragedia *Castro* foi traduzida em inglez, e publicou-se em 1800, em Londres, com o titulo seguinte: *Ignez de Castro, a Tragedy in three acts, written by Don Domingo Quita, translatedy by Benjamin Thompson, Esq.* Em 1831 fez-se uma nova edição das obras de Quita, em Lisboa, sendo excluidas as quatro tragedias e a biographia do poeta. Muito se tem escripto ácêrca de Domingos dos Reis Quita, em que se conta um artigo biographico critico por José Maria da Costa e Silva, inserto no *Ramalhete*, vol. III, pag 342; um extenso artigo de Rebello da Silva, publicado no *Panorama*, vol. XII, de 1855. Garrett tambem escreve a seu respeito no *Bosquejo da Historia da Poesia Portugueza*, publicado no *Parnaso Lusitano*, tomo I; *Poesias*, de Antonio Diniz da Cruz, no tomo II, pag. 295.

Quitadila. Pov. do sobado de Vuenga, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Quiaugala, do mesmo conc., distr. e provincia.

Quitalla. Pov. da 3.ª div. do conc. de Ambaca, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quitalla N'Gingi. Pov. do sobado de Quitalla, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quitamba. Pov. do sobado de N'Golla, Muhongo, na 11.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quitanda. Pov. do sobado de Quilombo, na freg. de S. Joaquim, 4.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Bango Azongo, na freg. de S. Joaquim, 2.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. da freg. de S. José e conc. de Encoge, distr. de Loanda.

Quitando. Pov. do sobado de M'Pango, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Quitanga. Pov. do Sobado de N'Dondo iá Quirima, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quitangonha. Rio do distr. e prov. de Moçambique, Africa Oriental. Corre nas terras firmes fronteiras á ilha de Moçambique, regando os territorios de Quitangonha. || Ilhota da costa do distr. e prov. de Moçambique, Africa Oriental. Fica em frente do porto de Conducia, e ao N da ilha de Moçambique.

Quitaraja. Abra ou pequena bahia situada na costa da terra firme do archipelago de Cabo Delgado, prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' frequentada habitualmente por pequenas embarcações.

Quitata. Territorio do distr. de Benguella, na prov. d'Angola, Africa Occidental. Está edificada n'elle a pov. de Caconda.

Quitato. Pov. do sobado de Cahoco, na 8.ª div. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quitecullo. Pov. do sobado de Cazemba, na 11.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quitelangua. Pov. da div. e conc. do Ambrizete, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quitelles. Pov. do sobado do mesmo nome, na freg. de S. José, de Cabiri, conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quitenda. Pov. do sobado da cataracta do Quisulo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quitende. Pov. do sobado de Calumbo, na freg. de S. José, 4.ª div. de Quilende, conc. de Calumbo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quitete. Pov. da 4.ª div. (Lungue) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiteve. Pov. do sobado do mesmo nome, no distr. da Huilla, prov. Angola, Africa Occidental. || Territorio de sertão do antigo distr. de Sofala, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Confina ao N com a Chiganga, a E com o antigo distr. de Sofala, ao Sul com a Madanda e a E com a Quissanga, estendendo se na direcção N S por um espaço de mais de 600 k. e na de SO por uma de mais de 60. O clima é sadio e ameno, o territorio muito cortado d'aguas abundantes e quasi todas de rocha, e as terras extraordinaria fertilidade; mas o que tornou sobretudo afamada esta

região fôram as suas minas de ouro, cobre e ferro, que os indigenas nem se davam ao trabalho de minerar, contentando se em apanhar esses mineraes á superficie e nas areias dos rios, tal era a sua quantidade.

Quitité Pov. da 6.ª div. do conc. d'Ambaca, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quito Pov. da 1.ª div. do conc. de Cazengo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quitôa. Pov. do sobado de Mussengue a Cabanga Canzenza, na freg. de S. Joaquim, 5.ª div. do concelho de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quitobollo. Pov. do sobado de N'Dombo iá Quirima, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quitoca. Pov. do sobado de N'Dambi, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quitol. Pov. do conc. de Quepem. Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Pertence á regedoria de Araully.

Quitomba. Pov. do sobado de Cuimba, no conc de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. Fica no caminho do Zombo. || Pov. do sobado do rio Bidise, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. da 4.ª div. (Lungue)do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, etc.

Quitombe. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quitona. Pov. da div. de Noqui, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. da div. de Mussuco, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola.

Quitona á Massaqui. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quitonda. Pov. do sobado de Masôsô, na freg. de S. José, de Cabiri, 6.ª div. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quitonho Angombe. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quitula. Pov. do conc. de Bardez, no distr. e arceb. do Gôa, India. Está situada na margem direita do rio Mapuçá. Antigo forte, que foi abandonado em 1834 e que teve uma certa importancia nas guerras da India.

Quitumba. Pov. do sobado de Quipipa e Matende, na 4.ª div. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quitumbo. Rio do distr. de Benguella, na prov. d'Angola, Africa Occidental. Não desagua por foz aberta: côa se por um terreno coberto de matagaes, distinguindo-se apenas a sua vasão pela interrupção das barreiras. Termina a cêrca de 15 k. do extremo S da bahia dos Pombos.

Quitunga. Pov. da freg. de S. José e conc d'Encoge, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quitungo. Enseada da costa do Ambriz, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. Fica aproximadamente a meio caminho entre os rios Zoge e Guezo. || Pov. do sobado de Quilombo, na freg de S. Joaquim, 4.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiúa. Pov. do sobado de Banza Puto, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiuéca. Pov. do sobado de Quipembe, na 6.ª div. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiuembo. Pov. do sobado de N'Sanga, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiumba. Pov. da div. de Congo Ialla, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado do mesmo nome, na 4.ª div do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiumbo. Pov. do sobado de Quilongo, no conc. de S. Salvador do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiunga. Pov. do sobado de Cumbi, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado do mesmo nome, no mesmo conc., distr. e prov. || Pov. do sobado de Quimpece, no mesmo conc. e prov. || Pov. do sobado de N'Cama, no mesmo conc., distr. e provincia.

Quiungo. Pov. do sobado de Caboco, na 3.ª div. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quivande Pov. da 3.ª div. (Mahaballa) do conc. de Pungo Andongo, no distr. da Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quivando. Pov. do sobado do mesmo nome, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Qui Vicente. Pov. da 2.ª div. do conc do Alto Dande, distr. de Loanda, prov d'Angola, Africa Occidental.

Quivulla. Pov. do sobado de Caculo-Cahango, na freg. de N. S.ª da Conceição. 9.ª div. (Caculo Cabango) do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quivumpa. Pov. da div. de Quissanga, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental

Quixa. Pov. do sobado de Tchinga, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. Fica no caminho do Zombo.

Quixeta. Pov. da div. de Quissanga, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov d'Angola, Africa Occidental.

Quixete. Territorio da ilha de Bissau, na Guiné portugueza. E' habitado por gentios.

Quixexe. Pov. do conc. d'Ambriz, Africa Occidental.

Quixibo. Pov. do sobado de N'Dondo iá Quirima, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Hui-N'Dalla, na 4.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quixigi. Pov. do sobado de Samba Lucalla, na 8.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quixigi de Baixo. Pov. do sobado de Samba Lucalla, na 8.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quixillo. Pov. do sobado de Tuto, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quiximbe. Pov. do sobado de Cabanga, na 8.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quixingango. Pov. do sobado do mesmo nome, na freg. de N. S.ª da Victoria, 4.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quixinge. Pov. do sobado de Cabari, na 7.ª div. do conc d'Ambaca. distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quixingi. Pov da 2.ª div. do conc. de Cazengo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. da 5.ª div. (Lutete) do conc. de Pungo-Andongo, no distr. de Loanda, etc.

Quixiquelela. Pov. do distr. de Loanda, Africa Occidental.

Quixiquilla. Pov. do sobado de Queta, na freg. de S. Joaquim, 6.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quixita Pov. da 1.ª div. (Sengue) do conc. de Pungo-Andongo, no distr. de Loanda, prov de Angola, Africa Occidental.

Quixixe Quianganga. Pov. da div. de Congo Ialla, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quixomar. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Geraz, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Quixona. Pov. do sobado de Quipango, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quixoto. Pov. da freg. de N. S.ª da Victoria, na 7.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quizanga. Pov. da 6.ª div. (Calundo) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quizango. Pov. da div. de Musserra, no conc. d'Ambrizete, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quizanza. Pov. da div. de Quinzau, no conc. do Ambrizete, distr. do Congo, prov. d'Angola. Africa Occidental. || Pov. da 1.ª div. do conc. de Cazengo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quizengo. Pov. do sobado de Queta, na freg. de S. Joaquim, 6.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quizeza. Pov. do sobado de Bango á Mussungo, na freg. de S. Joaquim, 1.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quizua. Lago situado no conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Quizunga. Pov. do conc. do Ambriz, Africa Occidental.

Quisungo. Rio da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Limita pelo N o distr. de Quelimane, separando-o do antigo distr. de Angoche, nasce no interior em terras macuas e lança-se no mar por duas boccas, o Quizungo Grande e o Quizungo Pequeno, formando um delta retalhado em seis esteiros. E' muito frequentado pelos pangaios e bateis de moiros que iam ali n'outro tempo traficar illicitamente, e que vão hoje carregar generos coloniaes.

Qulossim ou **Quelossim**. Ilha do conc. das Ilhas, no distr. e arceb. de Gôa, India. E' uma das de menor importancia e das mais pequenas, e fica no meio do rio do Zuarim, entre Salsete e Pondá. Tem aguas mineraes.

Quortalim. V. *Cortalim*.

R

Rabaça. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Castanheira, conc. e distr. da Guarda. || Rio da prov. de Traz os-Montes, que nasce na Galliza, e junto ao Ragua, entra no Tua. (V. *Ragua*). Dá-se lhe este nome, em razão das muitas *rabaças* (plantas aquaticas) que cria nas suas margens.

Rabaçal. Villa e freg. de Santa Maria Magdalena, da provincia do Douro, conc. e com. de Penella, distr. e bisp. de Coimbra; 187 fog. e 676 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., e pharmacia. Dista 6 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie, junto d'um affluente do rio Mondego. A Universidade de Coimbra, por concurso, apresentava o cura, que tinha 30$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, e já era povoada no tempo dos moiros, mas o documento mais antigo, que se encontra a seu respeito, é de 1139 Consta d'uma doação que D. Affonso Henriques fez, em junho d'esse anno, ás *Donas* (freiras) de Cellas, *a par da ponte de Coimbra* d'uma herdade no sitio da *Ladeya*, *quae vocatur Rabazal*. Parece que Rabaçal foi resgatado do poder dos moiros em 1135, sendo dado aos cavalleiros do Templo, porque o seu primeiro foral foi-lhe dado por elles, em 2 de maio de 1222. Seculos mais tarde, el-rei D. Manuel lhe deu foral novo, em Lisboa, a 18 de julho de 1514. Quando se supprimiu a ordem do Templo, Rabaçal passou a ser uma commenda da ordem de Christo, e dada aos condes e senhores de Tentugal, depois duques de Cadaval, sendo da correição do ouvidor de Tentugal, no tempo em que a villa possuia o magistrado d'esta denominação. Rabaçal foi séde d'um conc., que se extinguiu por decreto de 6 de março de 1852, pertencendo então á comarca de Soure. O conc. era composto de 5 freguezias: Pombalinho e Degracias, que passaram para o conc. de Soure; e Alvorge, Rabaçal e Zambujal, para o de Condeixa-a-Nova. Por decreto de 27 de julho de 1853, passaram as freguezias de Alvorge e de Rabaçal para o conc. de Penella. Os habitantes do Rabaçal tinham antigamente o privilegio de não pagarem fintas, e os seus gados podiam pastar livremente nas coutadas, sem serem obrigados a livramento ou coima, mas sómente pagavam o damno, se o houvesse. E' n'esta villa que se fabrica o afamado queijo

do *Rabaçal*, que se exporta para todos os mercados do paiz. A villa pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. || Pov. e freg. de S. Paulo, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Mêda, distr. da Guarda, bisp. de Lamego; 166 fog. e 589 hab.. Tem esc. d'ambos os sexos e est. postal. Dista 12 k. da séde do conc. O abbade de S. Thiago, de Marialva, apresentava o cura, que tinha 6$400 réis de congrua, e o pé d'altar. A terra é pouco fertil, mas cria muito gado, e tem abundancia de caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pico da ilha e archipelago da Madeira. Na sua encosta brotam umas nascentes copiosas tambem chamadas do *Rabaçal*. O accidentado do terreno n'esta parte da ilha constitue uma das mais majestosas perspectivas que é possivel imaginar em terrenos de formação vulcanica. As origens da grande levada do Rabaçal estão a cêrca de 1:000 m. acima do nivel do mar. As aguas brotam em varios pontos d'uma escarpa cortada a prumo, de mais de 130 m. d'altura, e de fórma semi-circular, com mais de 60 m. de diametro. Caindo de tão grande altura, esta pesada massa d'agua acabou por abrir na rocha um poço de 11 m. de diametro por 12 de profundidade, cujas aguas, trasbordando, iam alimentar a ribeira da Janella e perder-se com ella no oceano, na costa N da ilha. Hoje, porém, grande parte d'este rico manancial é empregado na irrigação de cêrca de 7:500 hectares de terras de 8 freguezias dos concelhos de Calheta e de Porto Moniz, tendo se aberto para esse fim extensas levadas que fazem derivar as aguas para as encostas meridionaes da ilha, atravessando a serra com um tunnel de 430 m. e levando a fertilidade a consideraveis tratos de terreno outr'ora estereis e incultos. As obras das levadas revelam a intelligencia da população, e a iniciativa d'ellas deve se aos habitantes da freg. da Fajã, que as principiaram á sua custa. As aguas, que se despenham de tão consideravel altura, são recebidas por dois encanamentos, um superior e outro inferior, o primeiro dos quaes produz a média de 210:000 litros e segundo a de 300:000. Em 1836 o governo começou a dirigir os trabalhos que tinham nascido da iniciativa particular, e cujo custo foi orçado em 73:000$000 reis. || Monte da ilha de S. Miguel, Açôres. Está situado proximo da costa S da ilha, a 1 k. ao NE de Villa Franca, e é de triste memoria para os habitantes d'esta povoação, pois que em 1552 um dos mais violentos terremotos que tem havido em S. Miguel, precipitou-o em parte, juntamente com o monte do Louriçal, sobre Villa Franca, que n'aquelle tempo era a melhor povoação da ilha, sepultando-a debaixo das suas ruinas com 4:000 habitantes. || Rio do distr. de Bragança. N. na Galliza, na freg. de Pinheiro Novo, dá muitas voltas, seguindo primeiramente a direcção S e depois a de SSO, passando proximo de Mirandella, e entra no Tuella, depois de receber os affluentes Mente e Torto. Em Portugal tem 60 k. de curso.

Rabaças. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Rabaceira. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, districto de Aveiro. || N. S.ª da Piedade, de Vidães, concelho de Caldas da Rainha, districto de Leiria.

Rabaceira de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Senhorinha, de Basto, conc de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Rabaceiras Pov. na freg de S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Provença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Rabada. Pov. na freg. de Santa Maria, de Alvarenga, conc. de Louzada, distr do Porto.

Rabadão. Serra da prov. do Douro, no distr de Coimbra. Está situada a ENE de Goes, na direcção ENE a OSO, tem 20 k. de comprimento, cêrca de 8 de largura, e 856 m. de altura.

Rabadella. Pov. na freg. de S. Pedro, de Parada, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Rabagão. Rio da prov. de Traz-os Montes, no distr de Bragança. N. a 5 k. a E de Montalegre, corre na direcção geral de OSO, tem uma ponte na freg. de Villa da Ponte e outra na de V. N. da Mizarella, e entra no rio Cávado com 35 k. de curso.

Rabainho Pov. da freg. de S. Julião, de Calendario, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Rabal. Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. de Traz os Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 91 fog. e 403 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Dista 8 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da margem direita do rio Sabor. A Casa de Bragança representava o reitor, que tinha 50$000 reis e o pé d'altar. A terra é pouco fertil, mas cria bastante gado de toda a qualidade, e nos seus moutes ha bastante caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Rabalde Pov. na freg. de S. Miguel, de Carvalho, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Rabalha. Medida antiga, de solidos e liquidos, da cidade do Porto. Por documentos antigos, do seculo xiv, vê se que esta medida era usada em outras muitas terras do reino.

Rabarrabos. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Alvorge, conc. de Aneião, distr. de Leiria || S. Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Rabata. Pov. na freg. de S. Thomé, de Caldellas, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Rabella. Pov. na freg. de S. Pedro, de Pedome, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Rabêllo. Nome que se dá aos barcos que navegam no rio Douro, em razão de terem, em vez de léme, uma monstruosa *espadella*, que é um madeiro em fórma de rêmo, quasi tão comprido como o mesmo barco. Os lémes ordinarios nada fariam contra a corrente impetuosa d'este rio; e mesmo assim, nos *pontos*, é preciso que toda a tripulação (nos barcos maiores 14 e 16 homens) vá á espadella, e nem sempre evitam um naufragio. A' ré d'estes barcos ha uma especie de varanda (uns 7 ou 8 palmos mais alta do que o leito do barco) a que elles chamam *pégada*, d'onde sustentam a *espadella* e governam o barco. Da configuração d'estes barcos, com a sua immensa espadella, em fórma de rabo, lhes veiu o nome de *rabêllos*, que é como se dissesse *rabudos*. O nome

de rabêllos foi, com o tempo, passando aos tripulantes, e por fim aos habitantes do Alto Douro.

Rabello. Pov. na freg. de S. Thiago, de Rande, conc. de Felgueiras, distr do Porto.

Rabicaça. Pov. na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Villa Verde dos Francos, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa.

Rabicaes. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Cavez, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Rabigordo. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Villa Facaia, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Rabil. Freg da ilha e conc. da Boa-Vista, na com. de Barlavento, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Orage Santa Izabel. O bispo D. Silvestre transferiu em 1810 para esta localidade a capital da ilha, que era então a Povoação Velha, por ser o Rabil uma pov. de 1:500 habitantes já n'aquella epoca, assente n'uma eminencia fronteira á barra de Sal Rei, com alguns elegantes edificios de pedra aformoseados por jardins, e o mesmo prelado mandou edificar ali um templo da invocação de S. Roque, de notavel grandeza. O Rabil, com as povoações de Boa-Ventura, Cabeçadas, Moradinha, N. S.ª das Dôres e Estancia de Baixo, formava a freguezia de S. Roque, que tem hoje a invocação de Santa Izabel, na Villa de Sal Rei, onde está actualmente a capital da ilha, por ser ali facil o embarque do sal, cuja industria e commercio são as maiores fontes de riqueza e prosperidade da ilha. O nome de Rabil provém d'uns passaros assim chamados por terem a cauda comprida, e que se encontram em abundancia por aquelles sitios.

Rabinol. Pov. na freg. de Santa Maria, de Quintiães, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Rabo de Junco. Bahia situada na costa da ilha do Sal, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Fica na costa O e é um dos melhores ancoradouros de toda a ilha por ser funda, em fórma de concha, aberta a SO, e bem abrigada dos ventos do N pelo morro da Cabeça do Leão, que fórma a sua extremidade N, constituindo a ponta das Tartarugas a extremidade S e havendo entre ambas cêrca de 2 k. Tem muito peixe e tartarugas.

Rabo de Lobo. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cereal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Rabo de Peixe. Ilha de S. Miguel, Açôres; pov. e freg. do Bom Jesus, conc. e com. de Ribeira Grande, distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo; 947 fog. e 4:208 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. e telegr. Está situada em terreno plano e fertil, á beiramar, na costa N, a cêrca de 5 k. ao O da séde do conc. e a 13 ao N da cidade de Ponta Delgada. E' fertil em generos agricolas. Pertence ao commando mil. dos Açôres e ao distr. de recrut. e res. n.º 26, com a séde em Ponta Delgada.

Rabo de Porco. Pov. na freg. de Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Raboeira. Pov. na freg. de S. Martinho, de Travasses, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Rabosa. Pov. na freg. de S Thiago, de Pense, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Rabude. Epitheto de desprezo que antigamente se dava em Portugal aos castelhanos. Nos reinos de Aragão e Navarra havia uns certos povos a que por sua vez os castelhanos chamavam *agotes*, descendentes dos godos, e por desprezo diziam que elles nasciam com rabo. Aos judeus tambem se attribuia o terem rabo (talvez de *rabbino)* e se dizia que só se sentavam em bancos furados Em Portugal até uma rainha mereceu o epitheto de *rabuda*, e ao caso se refere fr Francisco Brandão no tomo VI da *Monarchia Lusitana*, reproduzindo a memoria escripta pelo padre Fr. Affonso de Fala, da ordem dos prégadores, que se encontrou presente á verificação que D. Sebastião em 1 de agosto de 1569 mandou fazer em Alcobaça na sepultura da rainha D. Brites, mulher de D. Affonso III. «Alguns dizem, escreve o alludido chronista, que esta rainha tinha um rabo, e que vinha por parte da mãe de uma casta, que em Castella nasciam com rabos. Dizem que S. Bernardo lhe tirou este rabo, e mostram um manto, que ella lhe deu por isso. O manto eu o vi, mas se foi dado por isso, ou não, não o acho escripto, nem menos que ella tivesse rabo, mais que affirmarem pessoas lidas n'estas historias que leram, que se achava a rainha rabuda; ao menos ella agora não tem signal, por que não faltou fazer sobre isso diligencia para saber a verdade d'isto.» O motivo de apropriar á rainha o nome de *rabuda* seria, segundo Fr. Francisco Brandão, ter sido ella a primeira, que em Portugal introduziu as cotas de rabo, ou caudatas, o que escandalisou a frugalidade do vestuario das senhoras portuguezas. A existencia de homens com rabo, ou rabudos, é referida em graves autores antigos e modernos. Oliveira Martins, no 1.º vol. de *As raças humanas*, a pag. 80, cita numerosas noticias de viajantes sobre homens *caudatos*. Bluteau, em *Agotes*, cita Martin de Viscay. A *Historia Occidental* do cardeal Jacob de Vitriaco (seculo XII), Albert Herport, no seu *Itinerario*, Guilherme Herneo, na sua *Geração animal* e Pedro Martyr, na obra *Zahn*, citam gente rabuda.

Rabuido. Pov. na freg. de S. Martinho, de Aguas Santas, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Racha Capellos *(Monte de)*. Na freg. de S. Thiago do Escoural, conc. de Montemór-o Novo, distr. de Evora.

Rachado. Pov. na freg. de Santa Maria e conc de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Rachão. Pov. na freg. de S. Silvestre, de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Rachel. Pov. na freg. de S. Gens e conc. d'Arganil, distr. de Coimbra.

Rachol. Freguezia do conc. de Salsete, no distr. e arceb. de Gôa, India. Foi uma povoação florescente, mas já ha muitos annos que decaiu da sua antiga grandeza. Deu lhe nome o seu seminario, instituido por D. Sebastião, e ainda hoje é importante esse estabelecimento de educação, que está installado n'um grande edificio, e onde se lecciona latim, inglez, marata, philosophia, rhetorica, geographia, etc. A freg. está situada para a parte E do concelho, proximo da margem esquerda do rio Zuarim, que tem ali o nome de rio de Rachol, e foi uma importante praça fortificada com fossos que um systema d'obras podia fazer inundar, em tempo de guerra, com as aguas

do rio. Ainda 1832 montava 65 peças de ferro de varios calibres, que depois foram levadas para outros pontos, deixando por isso Racbol de ser considerado praça de guerra. Esta praça pertenceu ao Hidalcão, e passou para o dominio de Portugal no tempo do governo de Diogo Lopes de Sequeira. || *Rio de Rachol*; nome que toma, junto da freg. da mesma denominação, o rio Zuarim, no conc. de Salsete, distr. e arceb. de Gôa, India.

Raco. Herdade, assim chamada, no Alemtejo, freguezia do Cercal, conc. de S. Thiago do Cacem. Está situada á beira da estrada que da freguezia vae a Odemira, e a 3 k. da egreja do Cercal. E' hoje uma granja (*monte*, como ali lhe chamam) de pouca importancia, mas, segundo a tradição, foi uma colonia muito consideravel, fundada pelos phenicios, e depois habitada pelos cartaginezes e pelos romanos, que exploravam aqui abundantes minas de cobre, ferro e outros metaes, o que se prova pela grande copia de escorias que se vêem n'estas immediações, e demonstra que esses metaes eram aqui mesmo fundidos, para facilmente poderem ser transportados a outras localidades. E' um sitio ameno, aprazivel e fertil, povoado de frondosas arvores, principalmente vetustos e gigantescos castanheiros. Por muitas vezes se teem aqui achado sepulturas, ossos humanos, armas, ferramentas e outros objectos antiquissimos, alguns cujo uso e utilidade actualmente se ignora, e todos grandemente oxidados. Pela numerosa quantidade de sepulturas que se tem encontrado, com seus *vasos lacrimatorios* (de barro, de vidro, e até de prata), candeias, amphoras, anneis, tijolos, telhas, braceletes, machados e ferros de lanças, de cobre e ferro, vê se que era uma colonia muito populosa, e que os povos antigos aqui fizeram uma prolongada residencia. D. Fr. Manuel do Cenaculo Villas Boas, sendo bispo de Beja, mandou aqui fazer algumas escavações, com bom resultado, e os objectos archeologicos, então encontrados, fôram para o museu de Evora.

Racoli. Pov. da praganã de Nagar-Avely, no distr. de Damão, arceb. de Gôa, India. Pertence á divisão Etly-Pabw, ao norte do rio Sandal calo.

Raczynski (*Conde Athanasio*). Notavel escriptor e diplomata prussiano, que esteve como ministro representante do seu paiz em Portugal, no meado do seculo passado, chegando a Lisboa em 13 de maio de 1842. Incluimos o seu nome n'este nosso trabalho, pela sua muita affeição a Portugal, e por se ter occupado largamente do estudo da arte portugueza. Exercia aqui o seu elevado cargo diplomatico, quando recebeu um pedido da Sociedade Artistica e Scientifica de Berlim, para que lhe mandasse informações a respeito das artes do paiz em que vivia. Raczynski satisfez a esse pedido, e começou logo em 1843 a escrever em francez uma série de cartas interessantissimas, que revelavam um estudo profundo das artes em Portugal. Auxiliado pelos subsidios que lhe ministraram Alexandre Herculano, visconde de Jerumenha, Francisco de Assis Rodrigues, etc. folheou quantos livros portuguezes o podiam elucidar a respeito da historia da arte portugueza, viu directamente os quadros, revolveu manuscriptos, analysou obras d'arte e subsidios historicos com apurado e fino criterio, e agglomerando uma enorme massa de conhecimentos, não só elucidou a Europa a respeito da arte portugueza, mas até revelou a nós mesmos cousas que ignoravamos. Foi elle que publicou os famosos dialogos de Francisco de Hollanda, que tão interessantes noticias encerram ácêrca da vida de Miguel Angelo, e que fôram acolhidos com verdadeiro enthusiasmo pela Europa artistica, a ponto de serem transcriptos quasi na integra no pequeno e excellente livro de Charles Clement: *Raphael, Michel-Ange, et Léonard de Vinci.* Os seus interessantes estudos ácêrca de Grão Vasco fôram uma verdadeira revelação para Portugal e para o estrangeiro, e, se depois d'elle, esse problema historico e artistico se tem aproximado muito mais de uma solução definitiva, principalmente graças aos trabalhos de Robinson e de Augusto Filippe Simões, é certo que foi o conde Raczynski quem juntou os elementos, e quem tratou a questão debaixo d'um ponto de vista scientifico e sério. Esteve em Evora no meado do anno de 1844. O distincto archeologo, sr. Gabriel Pereira, nos seus *Estudos Eborenses*, n.º 7, *Bellas Artes*, publicou um artigo biographico do grande diplomata prussiano, e transcreve uma das suas citadas cartas, onde se encontram a critica dos quadros existentes em Evora, e muitas noticias curiosas e interessantes. As cartas, que escrevera á Sociedade Artistica e Scientifica de Berlim, fôram reunidas n'um volume, que se publicou em Paris no anno de 1846, com o titulo de *Les Arts en Portugal*, e em 18·6 publicou, como seguimento d'esse livro, o *Dictionnaire historico-artistique du Portugal*, onde se encontram abundantes noticias a respeito dos artistas portuguezes. Mais tarde, em 1869 ou 1870, voltou a Portugal, n'uma curta viagem, para tratar da sua saude bastante arruinada. Tinha já edade muito avançada. Falleceu em Berlim, pouco depois, em 1874, contando 86 annos de edade.

Rademaker (*P. Carlos João*). Presbytero secular, fundador do Collegio de Campolide, secretario e notario apostolico da nunciatura, etc.. N. em Lisboa no 1.º de junho de 1828, onde tambem fal. em 6 de junho de 1885. Era filho do conselheiro José Basilio Rademaker, descendente de familia hollandeza, e de sua mulher D. Maria Carlota João Verdier. Indo seu pae, em 1829, para Turim, como ministro plenipotenciario de Portugal junto do governo sardo, a familia acompanhou-o, levando tambem Carlos Rademaker, então uma creança com pouco mais d'um anno de edade. Ali se foi desenvolvendo e recebeu educação no Collegio dos Nobres de Turim, e depois na Universidade, onde tomou o grau de bacharel em direito civil e canonico. A 28 de outubro de 1835 resolveu dar entrada no noviciado da Companhia de Jesus, em Chieri. A revolução de 1848, que abalou toda a Europa, fez tambem sentir os seus effeitos no Piemonte, e por esse motivo teve de dispersar-se o noviciado de Chieri; Carlos Rademaker voltou então em 2 de março d'esse anno para casa de seu pae, que se conservava ainda ali, como particular. Em agosto do citado anno de 1848 o conselheiro José Basilio Rademaker regressou com sua familia para Lisboa, d'onde estivera ausente tantos annos. Na sua terra natal estudou Carlos Rademaker theologia, e persistindo na sua idéa de seguir a vida ecclesiastica, o que muito contrariou seu pae, conseguiu ser

ordenado de presbytero a 20 de setembro de 1851, procedendo áquelle acto solemne o arcebispo de Mitylene, depois patriarcha de Lisboa, D. Manuel Bento Rodrigues. O moço sacerdote grangeara as maiores sympathias, e a celebração da sua primeira missa, na egreja dos Inglezinhos, a 29 de setembro de 1851, foi uma verdadeira festa para a sociedade elegante. O jornal *A Semana*, que então se publicava em Lisboa consagrou a essa festa uma larga noticia a pag 363 do tomo II. Em 1851 começou, tambem a exercer o mister de orador sagrado, e ainda no anno seguinte, 1852, prégou varias vezes com geral acceitação; começou tambem a dedicar-se ao confessionario, e instituiu uma congregação para os estudantes em diversos collegios. Percorrendo algumas d'essas casas de educação em dias determinados, exhortava os jovens estudantes ao amor do estudo e á virtude, em praticas amenas e judiciosas. Para mais aproveitar aos estudantes publicou em 1852 um folheto com o titulo *Poucas palavras de um verdadeiro amigo, dedicadas aos jovens estudiosos.* Em 1853 tambem publicou outro folheto educativo, *Breve instrucção para os meninos da primeira communhão.* A sua provada intelligencia e variada instrucção e o conhecimento profundo da lingua italiana fizeram com que fôsse empregado na nunciatura, primeiro como secretario, e depois como notario apostolico. O P. Rademaker publicára em 1849 um livro de versos, com o titulo de *Estreia poetica;* em 1850 uns versos italianos acompanhados pela traducção portugueza, em honra de Pio IX, e offerecidos ao nuncio cardeal di Pietro. Em 1856, a terrivel epidemia da Cholera morbus, que desapiedadamente assolou Lisboa, cobrindo de luto numerosas familias, victimou seu pae. O P. Rademaker, herdando alguns contos de reis, deixou a nunciatura para se entregar á realisação da idéa que de ha muito lhe andava na mente, de fundar um collegio para creanças pobres. Já annos antes, em 1852 ou 1853, havia instituido uma Congregação de Nossa Senhora, que se dirigia por um regulamento manuscripto, que comprehendia regras e instrucções que o cardeal patriarcha, approvou por despacho de 27 de fevereiro de 1854, mas com maior desenvolvimento se imprimiu n'esse mesmo anno em Lisboa *O Methodo de vida para um Legionario de Maria Immaculada que deseja cumprir perfeitamente com o seu regulamento.* N'aquelle tempo, o vice presidente do seminario dos Inglezinhos havia fundado um pequeno collegio para educar meninos pobres, na rua dos Cardaes de Jesus O P. Rademaker frequentava muito o seminario e o collegio dos pobresinhos, auxiliando o vice-presidente n'aquella obra de caridade. Quando no anno de 1853 o fundador pensou em alijar uma parte d'aquelle peso, o P. Rademaker encarregou se n'esse mesmo anno da direcção do collegio. Tratou então de o passar para uma casa capaz. O collegio tinha o titulo de Instituto de Caridade, e já em 1855, estava no largo da Paschoa. Depois mudou para a travessa do Moinho de Vento á Lapa, onde esteve apenas alguns mezes, passando então definitivamente para Campolide a 30 de junho de 1858, celebrando lhe no dia seguinte a inauguração com uma solemne festa a S Luiz Gonzaga. A propriedade de Campolide comprára-a o P. Rademaker ao poeta João de Lemos, era a vastissima quinta da *Torre.* Muitas familias abastadas conseguiram que n'aquelle instituto fôssem admittidos os filhos, ficando assim ao lado dos orphãos alumnos pensionistas. O P. Rademaker esteve á frente do seu collegio só até 1862, por lhe não consentir o seu ardente espirito evangelisador circumscrever-se a tão pequena esfera. Em 1860 e 1861 havia realisado mais conferencias religiosas na egreja da Encarnação, de Lisboa, conferencias que fôram muito apreciadas como modelos de eloquencia sacra moderna. No anno de 1862 resolveu ir ao estrangeiro Esteve em Madrid, onde prégou em castelhano, em Paris, Marselha, e em Roma, regressando á patria em 1864, indo residir algum tempo em Campolide. Começou então a carreira de missionario, não só em Lisboa, como em outras diversas terras do paiz. Em 1872 saiu novamente de Portugal, conservando se ausente 11 annos, a maior parte dos quaes passou em Hespanha, residindo em Roma apenas de 1876 a 1877, no collegio Pio Latino Americano. Tornaram-se notaveis as suas predicas n'essa cidade. Depois, em differentes pontos de Hespanha, tambem muito se evidenciou, regressando afinal ao seu collegio de Campolide, onde veiu a fallecer. Durante a sua doença foi muito visitado pelo cardeal patriarcha, pelo nuncio apostolico e arcebispo de Mitylene, seu antigo companheiro de trabalhos apostolicos. O P. Rademaker, além dos livros já citados, ainda publicou mais: *Oração panegyrica em honra do Beato João de Brito, martyr portuguez, recitada na egreja parochial de Santo André, em 3 de março de 1854*; saiu no *Amigo da Religião*, de 29 de julho de 1854; *O orphão de S. Fiel, poesia recitada por occasião da solemne distribuição dos premios, no collegio Luso Britannico, em 15 de setembro de 1854*, sem logar nem anno de impressão; *O Frade, poesia recitada por occasião da solemne distribuição dos premios*, etc., em 18 de setembro de 1854; sem logar nem anno de impressão. *O triumpho da Egreja Romana na definição do dogma da Immaculada Conceição de Maria*, ode saphica; Lisboa, 1855; *Discurso da publicação da Bulla da Santa Cruzada, recitado na egreja de S. Roque, em Lisboa, a 14 de dezembro de 1856;* Lisboa, 1857; *Discurso funebre nas solemnes exequias do ex.*^{mo} *sr. D Carlos Mascarenhas, no dia trigesimo depois da sua morte*, Lisboa, 1861. O P. Rademaker collaborou em muitos jornaes religiosos de Lisboa. Nos *Contemporaneos*, antiga publicação de Lisboa, vem no n.º 8 a sua biographia, escripta por Julio Augusto Pires, official do exercito.

Rães. Pov. na freg. de S. Mamede, de Cepães, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Rafael *(Joaquim)*. Pintor. V. *Raphael (Joaquim).*

Ragua. Rio da prov. de Traz-os-Montes; nasce na Galliza, e entra na margem direita do rio Tua, já unido ao Rabaça, da mesma procedencia, abaixo de Valle de Telhas.

Raia. Povoações nas freguezias: S. Martinho d'Antas, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real. || S. Martinho, de Anta, conc. da Feira, distr. de Evora. Fórma-se das ribeiras de Seda e Tera, que se reunem ao S da freg. de Cabeção, corre na direcção ONO, passa a 1 k. de Mora, juntando se depois á ribeira de Sôr, e formando ambas o rio Sorraia. Tem 25 k de curso. || Ponta situada na costa ONO da ilha de Porto Santo, archipelago da Madeira. || Freg. de N. S.ª das Neves,

do conc. de Salsete, no distr. e arceb. de Gôa, India. Tem escolas.

Raia Sêcca. Pov. na freg. do Salvador, de Ribas, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga

Raião. Pov. na freg. de S. Martinho, de Aves sadas, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Raimeam. Distr. maritimo da região dos Bel los, na ilha de Timor, archipelago de Sonda, na Oceania. Fica na costa de SO, a 8 dias de jornada de Dilly. Divide-se em Raimeam do Sul e Raimeam do Norte, comprehendendo a primeira a pov. de Lamaquitos.

Raimonda. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. o com. de Paços de Ferreira, distr. e bisp. do Porto; 200 fog. e 717 hab. Tem esc. do sexo fem, e pharmacia. Dista 7 k. da séde do conc. e está situada na estrada que vae de Guimarães a Paços de Ferreira. A mitra apresentava o abbade, que tinha 350$000 reis de rendimento annual. A terra é muito fertil. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Raindo. Pov. na freg. de Santa Maria, de Lijó, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Rainha. Soberana que governa uma nação. A esposa do rei. || *Rainha mãe*; a mãe do rei; a viuva do pae do rei; a viuva d'um rei, quer seja ou não mãe do que occupa o throno. *Bibliographia*: *Catalogo chronologico, historico, genealogico e critico das rainhas de Portugal e seus filhos*, por D. José Barbosa, Lisboa, 1727. *Rainhas de Portugal*, por Francisco da Fonseca Benevides, Lisboa, 1878 e 1879.

Rainha. Rio do distr. de Lisboa. Nasce na freg. de Alguber; corre, descrevendo uma curva, na direcção de NNO, passa sob a ponte da estrada das Caldas a Lisboa, muda então de direcção para O, recebe o rio Real e entra na lagôa de Obidos com 30 k. de curso.

Rainha D. Amelia *(Medalha)*. Instituida por el rei D. Carlos I em 23 de novembro de 1895 e ampliada por decreto de 6 de junho de 1896, destinada a commemorar não sómente os serviços prestados pelos officiaes e praças de pret da armada e do exercito do reino nas expedições a Moçambique e á India, como quaesquer outras que, de futuro, viessem a ser organisadas para assegurar o dominio colonial da nação, e que, por decreto, fôssem julgadas dignas d'esta distincção. E' de fórma circular, tendo de um lado a effigie da Rainha e do outro a legenda *Expedição a Moçambique* 1894-1895 ou *Expedição á India* 1895, e distribuida a todos os militares que tomaram parte nas expedições, sendo de ouro para os officiaes superiores, de prata para os demais officiaes e de cobre para as praças de pret; usandose do lado direito do peito, pendente de fita de seda preta orlada do encarnado. Por decreto de 11 de dezembro de 1902 foi reformada. Em 28 de dezembro de 1907 foi decretada a legenda *Cuamato, 1907*, commemorando essa campanha.

Rainha Santa. V. *Izabel (D.)*.

Rainhas. Pov. na freg. de S. Thiago, de Esporões, conc. e distr. de Braga.

Rainhas *(Casa das)*. V. *Casa das Rainhas*.

Rainho. Pov. na freg. de Santa Maria, de Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Raios. Pov. na freg. de Santa Maria Maior, de Carvoeiro, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Raiva. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Douro, conc. e com. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 310 fog. e 1:274 hab. Tem esc. do sexo masc., correio com serviço de posta rural, medico, fabricas de papel. Dista 3 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Douro. O real padroado apresentava o abbade, que tinha mais de 600$000 réis de rendimento. A pov. é muito antiga, e já habitada pelos povos pre-historicos, do que ha claros vestigios, em varias mamôas, no Monte Grande, proximas ao logar de Serradêllo. Teemse encontrado aqui objectos archeologicos, como mós para moer cereaes, manualmente, columnas tôscas, fornos, etc.. O terreno é acidentado, com montes de bastante elevação, mas em grande parte, povoados de arvores silvestres, e as suas encostas e valles são muito ferteis em todos os fructos do paiz. Em tempos muito remotos exploraram se, por estes sitios, varias minas de metal, que, parece, não se terem esgotado ainda no meado do seculo passado, pois que no anno de 1878, estavam então em lavra. Pelo visconde de Freixo foi descoberta uma mina de chumbo, nos sitios da Ribeira da Lomba e Fontella, em março de 1871, e da qual obteve diploma de descobridor legal em maio de 1873. Pelo mesmo tempo foi concedida outra de galena, ao dr. Frederico Augusto Pereira Cabral de Vasconcellos, proximo da aldeia de Gondarem. Em maio de 1877 fôram considerados descobridores legaes das minas de chumbo argentifero de Baltidão e ribeiro da Gardunha, tudo n'esta freguezia, Miguel da Costa Faria e José Carneiro de Sampaio e Silva. Na aldeia de Folgoso, d'esta freg., passa a grande zona carbonifera de Pijão, que se explora no Fôjo e em Pédorido. Ha em differentes partes d'esta freg. afloramentos metallicos, e muitas nascentes d'aguas ferruginosas, que parecem não terem sido analysadas. A pov. pertence á 3.ª div. mil, e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto. || Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Barqueiros, conc. de Mesão Frio, districto de Villa Real.

Raivo. Pov. na freg. de Santa Eulalia e conc. d'Agueda, distr. de Aveiro.

Raivosa. Pov. na freg. de S. Thiago, de Carvalhosa, conc. de Paços de Ferreira, districto do Porto

Raiz. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Monte Redondo, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Pov. da freg. de S. João Baptista, no conc. da ilha Brava, archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental.

Raiz do Monte. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Vrêa de Jalles, conc. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real.

Raja. Antiga moeda da India Portugueza. O mesmo que *Rajá*.

Rajoi. Pov. na freg. de Santa Maria, de Anjos, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Ral. Povoações nas freguezias: Santo Aleixo, de Becco, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Santa Maria e conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || S. Simão, de Junqueira, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || O Salvador, de

Macieira da Maia, do mesmo conc. e distr. || Santa Maria, de Pinheiro, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Rama. Pov. na freg. de S. Paio, de Figueiredo, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Ramada ou **Ramata.** Nome que se dava antigamente á pesca que se fazia com ramos, lançando-se grande porção d'elles nos pégos mais profundos, para que o peixe, subindo das lapas o raizes, se acolhesse aos ramos, d'onde eram agarrados á mão.

Ramada. Povoações nas freguezias: S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Thiago, de Burgães, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || O Salvador, de Infesta, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santissimo Nome de Jesus, de Odivellas conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Turiz, conc de Villa Verde, distr. de Braga.

Ramada Curto *(Antonio Duarte).* Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, chefe da 2.ª repartição da direcção geral do ultramar, governador geral da provincia de Angola, director do hospital de Loanda, conselheiro, coronel reformado, governador civil de Lisboa, etc. N. em Cezimbra a 25 de janeiro de 1849, sendo filho do muito considerado medico d'aquella localidade, o dr João Rodrigues Curto, e de sua mulher, D Claudia Maria Ramada Curto. Pelo fallecimento de seu marido, ficou viuva esta senhora, na companhia de filhos ainda de tenra edade. Dotado de grande força de vontade, e não desejando limitar os seus estudos á acanhada instrucção que podia receber em Cezimbra, Antonio Ramada Curto conseguiu, a muito custo, que sua mãe o deixasse vir estudar para Lisboa. Contava então apenas 9 annos de edade. Vindo para a capital apresentou se a seu primo, o dr. João Morley, cirurgião em chefe de exercito, que o levou á Escola Academica para saber quaes as habilitações que lho faltavam, para fazer exame de instrucção primaria. Como os exames estivessem para breve conheceu se a impossibilidade de estudar as disciplinas precisas, porque decerto não poderia vencer o estudo em tão curto espaço de tempo. O joven estudante não desanimou, e entregando-se com fervor ao estudo, conseguiu habilitar se, e fazer um magnifico exame. E assim começou a sua carreira, seguindo em Lisboa, installado n'uma casa de hospedes, os estudos seguintes. Ramada Curto tem o curso da Escola Medica de Lisboa. Foi admittido na classe dos aspirantes a facultativos do Ultramar em portaria regia de 3 de outubro de 1870, tendo já o primeiro anno do curso; e assentou praça no corpo de marinheiros da armada em 4 do referido mez e anno. Sem perda de nenhum anno terminou o curso, com louvor, no anno lectivo de 1873 1874. Nomeado facultativo de 2.ª classe do quadro de Angola por decreto de 10 do setembro de 1874, seguiu para Loanda no vapor *D. Antonia* em 5 de novembro do mesmo anno. Foi promovido a 1.ª classe por decreto de 27 de agosto ds 1875; a chefe de serviço de saude por decreto de 14 de outubro de 1880, e graduado em tenente-coronel por decreto do 21 de junho de 1887. Foi nomeado para o ministerio da marinha e ultramar, chefe da 1.ª secção da 1.ª repartição da direcção geral do Ultramar por decreto de 12 de dezembro de 1889, logar que já servia interinamente, com notavel distincção, em virtude do despacho de 14 de junho do mesmo anno. Por decreto de 16 de fevereiro de 1890 teve a exoneração d'este logar, partindo para Angola em 21 d'esse mez, onde foi desempenhar o seu logar de chefe de serviço de saude. Regressou a Lisboa em 21 de junho de 1894, e por decreto de outubro do mesmo anno, foi novamente nomeado chefe na repartição de saude da direcção geral do Ultramar, tomando posse em 24 de referido mez. Quando em 1884 regressava de Angola, foi agraciado com a commenda da ordem de Christo, em premio de relevantes serviços prestados. Assim que desembarcou em Lisboa e teve conhecimento da mercê que lhe fôra conferida, não socegou emquanto não conseguiu que lhe fôsse accoita a renuncia, o que so verificou por decreto de 14 de julho do mesmo anno de 1884. A sua grande modestia não lho permittiu n'aquella occasião, que acceitasse o justificado galardão com que os poderes publicos, com a maior espontaneidade lhe conferiram, e só mais tarde, por decreto de 28 de junho de 1887, se conseguiu que acceitasse a carta de conselheiro, que lhe foi dada *pela intelligencia e zelo com que desempenhou as funcções de serviço de saude em Angola, e pelos bons serviços prestados na direcção do Hospital Maria Pia de Loanda.* Este hospital, que se deve á iniciativa do fallecido estadisdista João de Andrade Corvo, é um estabelecimento modelar. Ramada Curto assistiu á conclusão do edificio, dirigindo superiormente as obras e dotando-o com todas as condições exigidas para o fim a que era destinado, e pela sua administração tornou o um dos primeiros hospitaes das colonias, e como tal é classificado por eminentes clinicos estrangeiros que o visitam. Ramada Curto possue as medalhas: de prata de assiduidade de serviços, e de ouro por serviços distinctos no ultramar. Em 1894 regressou a Lisboa. Foi então reformado, na graduação de coronel, e ainda n'esse anno nomeado chefe da repartição de saude na direcção geral do Ultramar. Por alvará de 23 de março do 1896, foi nomeado adjuncto secretario do Asylo d'Ajuda, sociedade protectora das orphãs desvalidas das victimas da Cholera Morbus em 1856 e da febre amarella em 1857. N'essa occasião, o Asylo atravessava uma crise muito seria, sendo preciso grande energia e assiduo trabalho para levantar aquelle benemerito estabelecimento da desorganisação em que se encontrava e que ameaçava submergil o. Ramada Curto, juntamente com o adjunto thesoureiro, Julio Ernesto Moreira da Silva, conseguiram em pouco tempo, com a sua administração e caridade, vencerem as difficuldades, que pareciam irremediaveis, e o Asylo entrou n'uma situação relativamente prospera, o que deu logar á portaria de louvor passada em 29 de dezembro do 1896. Por decreto de 4 de março de 1897 foi nomeado governador geral de Angola, e partiu para o seu destino no dia 23 do mesmo mez no vapor *Zaire*, sendo recebido em Loanda pelo commercio e funccionarios publicos com sinceras demonstrações de regosijo. Em pouco tempo, no seu governo se fez sentir o seu genio organisador e tacto administrativo. Em dezembro de 1897 deu-se no Humbe uma fatal desgraça, sendo trucidados um punhado de soldados portuguezes, e o chefe tenente conde do Almoster. Depois da ca

tastrophe, o soba do Humbe entregou um cavallo e as espingardas dos assassinados, e foi em seguida á fortaleza offerecer o seu auxilio para a prisão dos criminosos. O offerecimento não foi acceite por desconfiança que envolvesse qualquer cilada. No entretanto organisava Ramada Curto, em Loanda, a columna de operações para castigar o gentio, composta de 1:200 homens, a qual seguiu logo para o Humbe, tendo a ultima força partido da Chibia no dia 25 de janeiro de 1898. A energia de Ramada Curto não o deixou perder tempo. A noticia do desastre chegou a Loanda em 19 de dezembro de 1897, e um mez depois já as forças estavam no local em quo tinham de operar. A columna chegou ao Humbe, e derrotou o inimigo, que soffreu grandes perdas. O soba fugiu. O gentio pediu a paz, que não foi concedida sem plena satisfação. Duranto os combates houve massacres, havendo poucos mortos e feridos nos portuguezes. A noticia da victoria do Humbe causou o maior enthusiasmo em Lisboa. Em 1904, tornou a ser nomeado governador geral de Angola, o conselheiro Ramada Curto, partindo para o exercicio do seu cargo, em 1 de dezembro, a bordo de vapor *Malange*. Por decreto de 8 de fevereiro de 1906 foi agraciado com a commenda e gran-cruz da ordem de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa pelos valiosos e relevantes serviços prestados no exercicio das suas funcções de governador geral. No XV congresso de Medicina, celebrado em Lisboa, foi presidente da secção de Medicina Colonial e naval. Tendo regressado a Lisboa, continuou no exercicio do seu cargo no ministerio da marinha. Mais tarde em 1909 foi nomeado governador civil de Lisboa, cargo que exerceu até á implantação da Republica Portugueza. O sr. conselheiro Ramada Curto é casado com a sr.ª D. Carmen Zanoletti Ramada Curto.

Ramadas. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || Santa Marinha de Villa Marim, conc. e distr. de Villa Real.

Ramadinha. Pov. na freg. de S. Faustino, de Fridão, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Ramalde (*Christiano Nicolau Kopke, 1.º barão de*). Foi tambem o 1.º barão de Villar. V. *este titulo*.

Ramalde. Freguezia do 2.º bairro do Porto, cujo orago é o Salvador. Pertencia ao conc. de Bouças, do qual foi desannexada por decreto de 21 de novembro de 1896. Em 1258, as *Inquirições* de D. Affonso III falam já d'esta freguezia de *Rranhaldy*. E' uma das freguezias mais importantes e pittorescas dos suburbios do Porto, do qual dista 3 k.. As religiosas franciscanas do convento de Santa Clara, do Porto, apresentavam o reitor, que tinha 18$000 réis e o pé d'altar. || Pov. na freg. de S. Cosme de Gondomar, conc. de Gondomar, distr. do Porto

Ramalde de Baixo e Ramalde do Meio. Duas povoações na freg. de Ramalde, 2.º bairro do Porto.

Ramalha. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Consolação, do Chão de Couce, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || Santa Maria, de Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Paio, de Sequeiros, conc. de Amares, do mesmo distr.

Ramalhaes. Povoações nas freguezias: S. Silvestre e conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || S. Facundo, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Ramalhaes de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª das Neves, do Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Ramalhal. Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Torres Vedras, distr. e patriar. de Lisboa; 351 fog. e 1:571 hab. Tem esc do sexo fem. est. post. e est. de caminho de ferro, na linha de Lisboa á Figueira da Foz, entre as de Torres Vedras e do Outeiro. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada junto do rio Alcabrichel, na estrada de Torres Vedras a Lisboa. Os beneficiados da collegiada de S. Miguel, de Torres Vedras apresentavam o cura, que tinha 100$000 reis de rendimento. A terra é fertil em cereaes, bom vinho e algum azeite. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa. A primitiva egreja de S. Lourenço do Ramalhal estava n'um sitio ermo denominado o Amial e, sendo demolida, servia nos meados do seculo XIX de cemiterio. Foi a parochia mudada para a ermida da Senhora d'Ajuda dentro do logar do Ramalhal, a qual foi edificada por um prior da Vidiguoira. Tinha tres altares e tres ermidas annexas, sendo uma a de Santo Antonio do Amial, outr'ora chamada do Santo Espirito, e era hospital, e outra a de S. José, na quinta da Bogalheira. O logar de S. Lourenço do Amial parece ser mais antigo do que o do Ramalhal, mas a parochia só apparece constituida no anno de 1561. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Pombeiro de Riba Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Maria, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Rego da Murta, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Sapardos, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Sobrado, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Ramalhão. Povoações nas freguezias: S. Paio, de Fão, conc. de Espozende, distr. de Braga. || S. Martinho, de Outeiro, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Quinta na freg. de S. Pedro e conc. de Cintra, distr. de Lisboa. Foi antigamente paço e parque real, construidos, o paço e a quinta, pela rainha D. Carlota Joaquina, mulher de D. João VI. Esta propriedade foi julgada bens nacionaes, e comprou-a em hasta publica o fallecido visconde de Valmor, que augmentou muito o palacio e a quinta, fazendo lhe graudes melhoramentos.

Ramalhedo. Pov. na freg. de S. Thiago, de Faia, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Ramalheira. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Assumpção, de Freixianda, conc. do V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || S. Simão, de Pecegueiro, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra. || N. S.ª d'Annunciação, de Pombalinho, conc. de Soure, do mesmo districto.

Ramalheiro. Povoações nas freguezias: S. Thomé, e conc. de Mira. distr. de Coimbra. || S. Simão, de Oyan, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

Ramalhete. Pov. na freg. do S. Sebastião, de Carreiras, conc. e distr. de Portalegre.

Ramalhido. Pov. na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto.

Ramalho. Familia que parece ser ramo dos Queirozes, e que usando as armas d'estes tem o seguinte brazão: Escudo esquartelado; no primeiro e ultimo quartel, em campo de prata, seis crescentes de vermelho em duas palas; no segundo e terceiro, no mesmo campo de prata um leão de púrpura rompente; timbre, o leão do escudo.

Ramalho *(Alfredo Mendes de Magalhães)*. Major do estado maior, chefe da 3.ª repartição da direcção geral do serviço do estado maior, deputado, etc. N. em Lamego a 7 de setembro de 1865. Assentou praça a 29 de setembro de 1882, sendo promovido a alferes em 9 de janeiro de 1889, a tenente em 21 de janeiro de 1891 a capitão em 9 de junho de 1894, e a major em 2 de abril de 1908. Tem sido deputado em diversas legislaturas eleito pelo circulo de Lamego. E' cavalleiro da ordem de Aviz; da Legião de Honra, de França, e da ordem de S. Carlos de Monaco. Possue as medalhas de prata, de bons serviços, e de valor militar.

Ramalho *(Antonio da Fonseca Carvão Paim da Camara, 1.º barão de)*. Fidalgo da Casa Real, conselheiro, administrador de diversos vinculos. N. na ilha Terceira, em 1766, e fal. a 23 de fevereiro de 1838. Era filho de Antonio Thomé da Fonseca, e de sua mulher. D. Julia Carvão. Casou com D. Rosa Izabel de Menezes Lemos e Carvalho, filha de José Luiz de Menezes Lemos e Carvalho, moço fidalgo, e de sua mulher, D. Benedicta Quiteria Sá Coutinho da Rocha. Foi agraciado com o titulo de barão de Ramalho, por decreto de 13 de maio de 1837.

Ramalho *(Antonio da Fonseca Carvão Paim da Camara, 2.º barão de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, conselheiro doutor em Sciencias Naturaes pela Universidade de Bruxellas, etc. N. em Angra do Heroismo a 18 de setembro de 1836, onde falleceu em abril de 1907. Era filho de Antonio da Fonseca Carvão Paim da Camara, fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo, major do Batalhão Nacional de Voluntarios da Rainha, na ilha Terceira, e administrador de varios morgados, e de sua mulher, D. Maria Izabel Leopoldina de Ornellas. Foi vereador na cidade de Angra do Heroismo no biennio de 1870 a 1871; procurador á Junta Geral do respectivo districto, á qual por varias vezes presidiu; deputado nas legislaturas de 1882 a 1884, 1885 a 1887; vogal effectivo do conselho de districto desde 1872 até 1876; governador civil, n'esse ultimo anno, do referido districto, e transferido a 11 de outubro de 1877 para o de Ponta Delgada, terminando em 1879 o dito cargo de governador civil em Angra do Heroismo. Exerceu muitas outras commissões de serviço e interesse publico. Foi lhe renovado o titulo de Ramalho, por decreto de 10 de outubro de 1855, que fôra concedido a seu avô paterno. Casou a 21 de maio de 1863 com D. Maria Domitilla de Bettencourt Sampaio Monjardino, filha de José Ignacio de Almeida Monjardino, e de sua mulher D. Domitilla Leopoldina Bettencourt e Sampaio.

Ramalho *(Antonio Monteiro)*. Pintor de arte. N. na provincia de Traz os-Montes em 1859. Muito novo ainda veiu para o Porto, onde esteve n'uma mercearia como marçano, durante 4 annos. Manifestando já propensão para o desenho e muita vontade de aprender, entretinha-se, encostado ao balcão, a desenhar bonecos; algumas vezes, porém, o patrão o surprehendeu, e ralhava-lhe asperamente, chamando-lhe mandrião, porque perdia muito tempo com aquellas brincadeiras, que para nada serviam. Ramalho tentou varias vezes vir a Lisboa *pedir ao rei que lhe mandasse ensinar a ser artista*. O patrão não comprehendendo o que elle dizia, não o poupava á sua indignação, castigando-o severamente. Ramalho, comtudo, não desistia do seu proposito, e pôde conseguir fugir, juntamente com outro companheiro, procurando dirigir se a Lisboa. Contava então 12 annos de edade. Emquanto lhe permittiu o pouco dinheiro, que possuiam, aproveitaram o comboio, mas depois tiveram de caminhar a pé, mendigando, vindo a chegar a Coimbra famintos e possuindo apenas 30 reis. Sabiam que vivia ali a mãe d'um outro seu companheiro, e fôram procural-a. A pobre mulher condoeu se dos pobres desgraçadinhos, arranjou-lhes comida, e aconselhou osa que voltassem para o Porto,e deu-lhes dinheiro para a jornada. O companheiro aproveitou o conselho, mas Ramalho, persistindo na sua idéa, deixou-se ficar. Na estação do caminho de ferro, vendo-se só e sem recursos, a pobre creança pôsse a chorar. Alguns passageiros, impressionados pela sua afflicção, o interrogaram, e Ramalho contou ingenuamente a sua historia, e as tristes circumstancias em que estava, pois via se impossibilitado de proseguir a jornada. Todos os interessaram pelo pobre rapazinho, e ali mesmo foi aberta uma subscripção entre os circumstantes, que lhe facilitou o seguir no comboio até Lisboa. Chegado a esta cidade, a policia o reteve e apresentou ao commissario, então D. Diogo de Sousa. O commissario riu-se da pretensão do rapazinho em querer falar ao rei, e resolveu mandal-o para a terra da sua naturalidade. No pateo do Governo Civil, junto dos policias, Ramalho, dominado pela sua idéa persistente, entrou a desenhar bonecos pelas paredes o que prendeu a attenção dos guardas. Começaram então a conversar com elle, e alguns tanto se lhe afeiçoaram, que fôram mostrar-lhe a cidade. Vendo o arco da rua Augusta, Ramalho desenhou o logo com facilidade, e foi esse incorrecto esboço do seu lapis ignorante, que, por assim dizer, decidiu o seu futuro. Os policias achavam-lhe habilidade, e lembraram-se de apresentarem o desenho ao commissario, o qual, vendo-o, prestou mais attenção ao rapazinho, porque reconheceu ali uma vocação, que merecia ser aproveitada. O governador civil, então Augusto Cesar Cau da Costa, foi sabedor do caso, e tanto elle como o commissario mostraram grande interesse pelo futuro artista, e resolveram que elle ficasse addido á policia para lhe facilitar o ordenado de 40 reis diarios, podendo com este auxilio começar os estudos. Ramalho ficou radiante, e entrou para a Academia de Bellas Artes. Com a vinda de Silva Porto, desenvolveu se muito, e na primeira exposição do *Grupo Leão* apresentou já alguns quadros, que fôram muito apreciados, como o *Pomar de Antelmo*, a *Praia do Alfeite*, etc. Concluidos os estudos com distincção, apresentou se a um concurso que a escola do Porto abriu para enviar um alumno de pintura a estudar no estrangeiro.

Teve por concorrente Henrique Pouzão, o grande e mallogrado artista, que a morte nos roubou tão cedo, e foi este o preferido (V. *Pouzão*). Subsidiado pelo conde da Praia, que muito se interessou por elle, partiu como pensionista para Paris. Ramalho conservou-se 4 annos n'aquella cidade; estudou com o grande artista Cabanel e com outros distinctos professores. Logo no primeiro anno de estudo concorreu ao *Salon* com o seu quadro *O Lanterneiro*, de que a imprensa parisiense se occupou vantajosamente. A primeira prova dos seus progressss artisticos, que enviou para Portugal, firmou o logo a sua reputação; *Chez mon voisin*, que já tinha apparecido no *Salon* de 1883, era o trabalho d'um artista consummado. Nas exposições do *Grupo Leão*, appareceram todos os annos trabalhos de Ramalho, occupando um logar distincto: retratos, paizagens, cabeças de estudo, etc. No *Salon* de 1885 expôz dois retratos de senhora, sendo um d'elles o de madame Olivier Metras; tambem foi muito apreciado o retrato de mademoiselle Dulac. Ramalho era em 1895 presidente do *Gremio Artistico*, e nas exposições d'este gremio tambem apresentou quadros muito apreciados. Na segunda exposição ali realisada, em 1892, expoz alguns quadros, distinguindo-se o *Claustro de Cellas*, de maravilhoso effeito: *Um canto de claustro*, o *Retrato de creança*; e dois retratos de senhora, a pastel, que chamaram a attenção dos visitantes. Na terceira exposição, em 1893, nos quadros que apresentou, o mais notavel foi o *Retrato de senhora*, sendo tambem magnificos o *Estudante*, o *Retrato de Gualdino Gomes*, *Retrato de creança*, *O serão*, *As flôres* e a *Praia da Boa Nova*. Na quarta exposição, em 1894, expôz um quadrinho, *O tio Jeronymo*, de grande effeito; o retrato da actriz Virgina Dias da Silva, um *Retrato de creança*; a *Capella do Corpo Santo*, e uma cabeça a pastel, retrato d'um seu collega. Na sexta exposição, em 1896, apresentou apenas o seu quadro, *Milhos de S. Miguel*, Antonio Ramalho é um artista distincto, tanto na paizagem como no retrato, pela correcção do desenho, pela boa distribuição das tintas e pelo cuidado com que cuida nos detalhes, especialmente na paizagem.

Ramalho *(J. Monteiro)*. Escriptor contemporaneo, irmão do pintor Antonio Monteiro Ramalho, tambem como elle, nascido na provincia de Traz-os-Montes. Monteiro Ramalho collaborou em differentes jornaes de Lisboa, entre elles o *Occidente*, e escreveu os romances *Historias da montanha*, *D. Tarouco*, e *Folhas d'Arte*, Lisboa, 1897.

Ramalho *(João)*. Aventureiro celebre na historia primitiva do Brazil colonial. Era portuguez. Vinha em navio que provavelmente demandava as Indias, e que naufragou perto da provincia de S. Paulo, porque foi em ponto da costa d'esta parte do Brazil que elle se salvou. Dão ao naufragio o anno de 1512. Ignora-se a historia dos primeiros dias, semanas ou mezes do seu naufragio, mas é certo que foi parar á taba do valente *morubixada* (chefe) indio *Teleyreçá*, que o acolheu, deu-lhe por consorte uma filha sua; e certamente acabou por dobrar se á influencia do homem civilisado que adoptára. Em 15 2, foi devido ao seu concurso que Martim Affonso de Sousa fundou a colonia e villa de *S. Vicente*, e por sua direcção foi pelo mesmo Martim Affonso fundada n'esse anno, além da serra Oriental, a colonia e villa de *Piratininga*, da qual elle ficou nomeado *guarda-mór* ou chefe. Perto de Piratininga fundou João Ramalho o povoado de Santo André, que em 8 de abril de 1553 foi elevado a villa. Fez outras proezas que lhe deram grande notoridade. Foi elle a raiz e o tronco da arvore immensa dos *mamelucos* e sertanejos de S. Paulo, sendo considerado o primeiro paulista, apesar de ser portuguez de nascimento.

Ramalho *(Joaquim José)*. Pintor e gravador, que falleceu ainda muito novo, em 1795. Foi discipulo do professor Joaquim Carneiro da Silva, e mostrava grande vocação para a arte a que se dedicára.

Ramalho (*Miguel Mauricio*). Escriptor, que floresceu no seculo XVIII. Desconhecem-se as datas do seu nascimento e fallecimento. Era natural de Lisboa, e consta ter sido mestre de primeiras letras n'esta cidade. Escreveu: *Dois sonetos* á morte da infanta D. Francisca, irmã de D. João V, fallecida em 1736; assignados com as iniciaes *M. M. R.*; sairam nos *Sentimentos métricos* dedicados á memoria da mesma senhora, Collecção 1.ª, Lisboa, 1736, a pag. 19; *Carta apologetica de um amigo a outro, em que lhe dá conta do que lhe pareceu o primeiro tomo do «Verdadeiro methodo de estudar», e em que defende alguns autores n'elle criticados; á qual se ajunta um romance do mesmo autor, escripto na occasião da morte ao augusto e fidelissimo rei de Portugal D. João V*, Lisboa, 1752; saiu anonyma, tendo no fim as iniciaes *M. M. R.*; *Lisboa reedificada, poema epico*, Lisboa, 1780; *Oitavas ás faustissimas passagens da ser.ma Sr.ª D. Marianna Victoria, infanta de Portugal para Hespanha, e da ser.ma Sr.ª D. Carlota Joaquina, infanta de Hespanha para Portugal*, Lisboa, 1785; sem o nome do autor; *Episodio á morte do ser.mo Sr. D. José, principe do Brazil*, Lisboa, 1788; *Epicedio á deploravel morte da ser.ma Sr.ª D. Marianna Victoria, infanta de Hespanha*, 1788; *Genethliaco ao felicissimo nascimento da ser.ma Sr.ª princeza D. Maria Thereza*, Lisboa, 1793.

Ramalho. Povoações nas freguezias: Ilha de S. Miguel; pov. situada nas proximidades da freg. de S. José, de Ponta Delgada, conc. e distr. de Ponta Delgada. ‖ Santa Catharina, de Villa Facaia, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Ramalho Ortigão *(José Duarte)*. Escriptor, jornalista, bibliothecario da Bibliotheca d'Ajuda, official da secretaria da Academia Real das Sciencias, etc. N. no Porto a 24 de novembro de 1836, sendo filho do professor Joaquim da Costa Ramalho Ortigão, oriundo d'uma nobre familia do Algarve. Fez os seus estudos preparatorios no Porto, e dedicou se tambem ao magisterio como seu pae. Leccionou no collegio da Lapa, que seu pae dirigia, e sentindo uma grande inclinação para as letras, entrou para a redacção do *Jornal do Porto*, tomando a seu cargo a secção noticiosa e folhetim. N'aquella folha collaboravam então os politicos mais em evidencia. Ramalho Ortigão logo se affirmou um espirito scintillante e pittoresco, revelando as altas qualidades que lhe deviam dar nas letras um logar tão especial. Lançado na vida do jornalismo, e tendo sido nomeado official da Academia Real das Sciencias, veiu em 1879 para Lisboa estabelecer definitiva residencia.

Collaborou então nos seguintes jornaes: *Revolução de Setembro*, *Diario de Noticias*, *Diario Popular*, *Jornal do Commercio*, *Diario da Manhã*, etc. A sua prosa, cheia de plasticidade e brilho, a riqueza do seu vocabulario, a graça tão picante e fina do seu commentario, lhe crearam a reputação de eminente escriptor. Foi convidado a escrever cartas semanaes para a *Gazeta de Noticias* do Rio de Janeiro. De collaboração com o já fallecido escriptor Eça de Queiroz, escreveu em 1871 o interessante romance *O mysterio da estrada de Cintra*, que se publicou em folhetins no *Diario de Noticias*, e mais tarde foi reimpresso n'uma collecção romantica editada pela Parceria Pe-

José Duarte Ramalho Ortigão

reira. Este livro motivou um grande movimento de curiosidade, por se julgar que os factos ali narrados eram verdadeiros e não phantasiados. No mesmo anno de 1871, tambem de collaboração com o citado escriptor, fundou a publicação intitulada: *As Farpas, chronica mensal da politica, das letras e dos costumes.* Esta collecção que consta de 39 volumes, foi muito apreciada por toda a imprensa, e a ella se referiram tambem differentes chronistas estrangeiros com palavras elogiosas. De Ramalho Ortigão conhecemos os seguintes livros: *Litteratura de hoje*, Porto, 1866; *Em Paris*, Porto, 1868; são estudos e observações do autor na digressão que fizera a Paris por occasião da exposição universal de 1867; *Contos côr de rosa*, Lisboa, 1870; este volume contem: *A dança, A morte de Rosinha, Gastão, Ella e elle, Uma visita de pezames, e Na Aldeia; Hygiene da alma, pelo barão de Feuchterleben, versão portugueza;* Lisboa, 1873; E' o tomo I da *Bibliotheca dos livros uteis*, de que foi editor o antigo livreiro Antonio Maria Pereira; *Ginx's Baby*, versão portugueza, 1874; 2 tomos; constituem os n.os 9 e 10 da *Bibliotheca da Actualidade*, do Porto; *Banhos de caldas e aguas mineraes*, Porto, 1875, com gravuras intercaladas no texto e 13 estampas em separado; tem uma introducção escripta por Julio Cesar Machado; *Notas de viagem*, Rio de Janeiro, 1878; saira primeiro no jornal a *Gazeta de Noticias* da mesma cidade; *As praias de Portugal; guia do banhista e do viajante*, Porto, 1876; com 10 estampas; *La Rénaissance et les Lusiades; préface d'une nouvelle édition des Lusiades, faite par le «Cabinet Portugais de Lecture» de Rio de Janeiro*, etc.; *Traduit du portugais par F. F. Steenakers*, Lisbonne, 1880; é a versão do prologo de que fôra incumbido Ramalho Ortigão para a edição luxuosa dos *Lusiadas*, mandada fazer por conta do Gabinete Portuguez de Leitura, do Rio de Janeiro, em commemoração do tricentenario de Camões; *A instrucção secundaria na camara dos senhores deputados*, Rio de Janeiro, 1883; *John Bull, A Hollanda, O Culto da Arte em Portugal*, etc. Tambem lhe pertencem o prologo da edição das *Primaveras*, de Casimiro de Abreu, feita pelo editor portuense Cruz Coutinho; e um estudo francez, intitulado *Coup d'oeil sur la civilisation au Brésil*, fazendo parte do Catalogo da Exposição do Brazil em Amsterdam. Escreveu nos primeiros annos do jornal satyrico e de caricaturas *Antonio Maria*, fundado por Bordallo Pinheiro; e tambem publicou algumas biographias humoristicas no *Album das Glorias*, etc., sob o pseudonymo de *João Ribaixo*. Ramalho Ortigão foi um dos jornalistas que trabalharam com mais enthusiasmo para a celebração do tricentenario de Camões, fazendo parte da commissão executiva das brilhantes festas que se realisaram em Lisboa, no anno de 1880. Elle e Pinheiro Chagas fôram os delegados que o governo mandou como representantes de Portugal, em 1893, á *Exposição Historico-Europêa* de Madrid, por occasião das festas commemorativas do centenario de Christovão Colombo. Traduziu a comedia em 4 actos, de George Sand *O marquez de Villemer* que se representou no theatro de D. Maria II. Tambem publicou algumas poesias no antigo jornal portuense *A Grinalda*. Ramalho Ortigão tem viajado muito, e o seu excellente livro *Hollanda*, já mencionado, é a descripção d'uma d'essas viagens. Ainda que avançado em edade, o seu espirito não envelhece. Diz um dos seus biographos: «Ramalho não accusa nem cansaço nem esmorecimento. E' o mesmo artista de sempre, o burilador delicioso da phrase, o annotador pittoresco e alegre, o critico austero e delicado, o ironista delicioso e brilhante. D'uma grande exuberancia de phantasia e conhecendo perfeitamente a sua lingua, que maneja com abundancia e gosto, Ramalho é um dos escriptores mais notaveis da sua geração. A sua prosa elegante, tersa, plastica, cheia de côr e de harmonia, é inconfundivel como a sua personalidade. Alto, direito, forte, d'uma solidez perfeita e d'uma robustez magnifica, Ramalho com mais de 70 annos é ainda um rapaz, agil, vibrante, e com o mesmo espirito e a mesma vivacidade dos annos juvenís. Ao passo que em volta de si tudo e todos envelhecem n'uma tristeza apagada, Ramalho como que rejuvenesce realizando o milagre da suprema força na edade em que ainda os mais animosos se deixam vencer e dominar pelos achaques e pelas desillusões da vida.

Varão magnifico, pouco são os rapazes que possam competir com elle em louçanias d'espirito e em robustez physica. Os seus habitos de vida simples e confortavel, a sua hygiene rigorosa, á ingleza, a sua alegria constante deram-lhe essa consistencia formidavel que o assentaram com firmeza na vida.» Ramalho Ortigão foi nomeado ha bastantes annos bibliothecario da Bibliotheca d'Ajuda. Por decreto de 23 de janeiro de 1904 foi agraciado com o titulo de academico de merito da Academia Real de Bellas Artes e por decreto de 30 de novembro de 1907 foi nomeado vogal do Conselho Superior de Instrucção Publica por parte da mesma Academia.

Ramalho e Sousa *(André Joaquim)*. Do conselho d'el rei, bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra, official mór graduado no ministerio da justiça e negocios ecclesiasticos, etc. N. nas proximidades da villa da Murça, segundo uns, ou em Villa Pouca d'Aguiar, segundo outros, em 1790, e fal. em Lisboa a 10 de junho de 1857. Traduziu os seguintes romances de Walter Scott: *Ivanhoé, ou a Cruzada Britannica;* Lisboa, 1838, 4 tomos; *Quintino Durward*, 1838, 4 tomos; *Wanverley*, 1845, 4 tomos, com 4 estampas; *Kenilworth*, 1842, 4 tomos; *Anna de Geirstein, ou a Donzella do Nevoeiro*, 184 - 1843, 4 tomos; *Os esposados; primeira novella tirada da historia das Cruzadas;* 1837, 3 tomos. Ramalho e Sousa foi redactor d'um jornal politico, chamado: *Supplemento ao Intendente*, Lisboa, 1821 e 1822, de que sairam 72 numeros.

Ramalhos Pov. na freg. de N. S.ª do Amparo, de Carvalhal, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. Tem est. postal.

Ramalhosa. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. de Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || N. S.ª da Conceição, de Faia, conc. e distr. da Guarda. || S. Martinho, de Lanhellas, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello || S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Ramalhoso. Rio do distr. de Castello Branco. N. na serra de Guardunha, a 5 k. ao N de S. Vicente da Beira, passa a O d'esta villa, e correndo em curva para o S entra na ribeira Ocreza com 25 k. de curso.

Rambola. Pov. na freg. de S Pedro, de Ramella, conc. e distr. da Guarda.

Rameiro. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Grijó, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santo Estevão, de Guetim, do mesmo conc. e districto.

Ramella. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda; 154 fog. e 725 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Dista 7 k. da séde do conc. e está situada nas margens d'um pequeno affluente do rio Zezere, na estrada real da Guarda á Covilhã. A mitra apresentava o prior, que tinha 70$000 réis de rendimento, e o pé d'altar. A terra é fertil em cereaes, fructas, legumes, gado e caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Ramelleira. Pov. na freg. de S. Thomé, de Lamas, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa.

Rameral. Pov. na freg. de Santa Maria, de Fregim, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Rami. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Argoncilhe, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Rossas, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Santa Maria, de Telhado, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo districto.

Ramilde. Pov. na freg. de Santo Isidoro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Ramilla. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Fatima, conc. de V. N. de Ourem, districto de Santarem.

Ramilla de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santo Antonio, de Areias, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Ramillo. Povoações nas freguezias: S. Pedro de Alhadas, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Santa Eulalia, de Barrozas, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Pedro, de Gondarem, conc de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Conceição, de Ourentã, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || S. Clemente, de Paços de Gaiollo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Prozello, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Ramillos. Pov. na freg. de N S.ª da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro

Raminho. Pov. e freg. de S. Francisco Xavier, conc., com., distr. e bisp. de Angra do Heroismo, Açôres; 299 fog. e 1:309 hab. Dista 12 k. da séde do conc. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. || Pov. na freg. de S. Roque, de Altares, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Ramirão. Pov. e freg. de S. Sebastião, do conc. de Fornos d'Algodres, distr. da Guarda. Foi independente até ao fim do seculo XVIII, sendo então annexa á freg. de Santo Antonio de Casal Vasco, do mesmo conc. e districto.

Ramires. Appellido de Hespanha e de Portugal. Os de Portugal tem as seguintes armas: Em campo vermelho um leão de ouro desfolhando um ramo verde frisado de ouro e o contra-chefe de prata; orla carregada de quatro aspas e quatro vieiras de ouro: alguns põem por timbre uma aspa do escudo entre cinco vieiras, tudo de ouro.

Ramires *(Fr. João)*. Religioso da ordem de S. Bernardo. Era natural de Villa do Conde, e fal. no convento de Bouro em 1693 Professou no convento de S. João, de Tarouca em 1648. Aprendeu as sciencias escolasticas em Coimbra, e leccionou philosophia, em que era profundo, no anno de 1676. Escreveu um livro intitulado: *Philosophia universa secundum mentem Aristoteles*, e estava para o imprimir em França quando falleceu.

Ramires *(Luiz)*. Moço da guarda roupa d'elrei D Sebastião. Parece ter sido mestre em liturgia palaciana, e escreveu um livro, que se perdeu, mas que devia ser curioso para a historia. Intitulava se *Relação dos estylos com que os reis de Portugal recebem os reis e os nuncios.*

Ramires Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. de Beira Alta, conc. e com. de Sinfães, distr. de Vizeu e bisp. de Lamego; 95 fog. e 368 hab. Tem est. post. Dista 12 k. da séde do conc. e está situada junto d'um affluente do rio Douro, a 5 k. da margem esquerda do mesmo rio. O abbade de Miumães apresentava o cura, que tinha 12$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, e ainda no meado do seculo passa-

do existiam as ruinas d'um castello, que diziam ter sido construcção dos godos. A terra é fertil; tem bom azeite, e bom vinho verde. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Ramires Esquivel *(Diogo)*. Cavalleiro professo na ordem de Christo, do conc. de D. Pedro II, tenente e mestre general da armada nacional, governador e capitão general das ilhas de Cabo Verde, etc. Ignora-se a data do nascimento, e falleceu a 28 de janeiro de 1690. Era filho de Bernardo Ramires Esquivel, proprietario. Serviu na armada nacional desde 21 de março de 1659 até outubro do 1685, e prestou relevantes serviços na sua longa carreira militar, como capitão da guarnição e de mar e guerra, e almirante e cabo de frotas e armadas da costa do Brazil, embarcando em 24 armadas, 15 que passaram ao Brazil, e 9 que sairam a correr a costa, devendo-se á sua experiencia na navegação, e ao seu valor e energia, o ter-se libertado muitas embarcações de serem prêsa dos piratas, ou de se perderem por incidentes maritimos, como aconteceu, em junho de 1679, á nau *N. S.ª dos Milagres*, que vindo da India bateu nos baixos de *Carama-Moany*, distante 10 legoas da Bahia; á nau *Bom Jesus de S. Domingos*, a qual, não estando capaz de seguir em viagem, rebaldiou a fazenda que trazia para outro navio, *S. Francisco*; a uma charrua que vinha de Moçambique, e á nau *Santo Antonio* e charrua *N. S.ª da Visitação*, que vinham da India; levou gente de soccorro á praça de Mazagão. Estes e outros serviços maritimos lhe mereceram a concessão de varias graças, e particularmente a nomeação de governador e capitão general das ilhas de Cabo Verde com 3:000 cruzados de soldo, em cada anuo, sendo 600$000 réis como soldo de governador, 270$000 réis para uns homens que lhe assistiam e tinham os governadores, e 340$000 réis que el rei mandára accrescentar, por carta de 19 de janeiro de 1690, pagos pelos direitos da alfandega de Cabo Verde e de Cacheu. Não chegou, porém, a exercer este logar, por fallecer 9 dias depois da nomeação. Casou com D. Izabel d'Oliveira, que depois de viuva, desfructou varias mercês pelos serviços prestados por seu marido.

Ramisqueira. Pov. na freg. do Santa Maria, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Ramo. Pov. na freg. de S. Salvador, de Roge, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Ramôa Pov. na freg. de S. Pedro, de Merelim, conc. e distr. de Braga.

Ramos A familia d'este appellido tem por armas: Escudo esquartelado: no primeiro e ultimo quartel em campo de ouro um leão de púrpura, no segundo e no terceiro em campo vermelho, um castello de prata ardendo em fogo que lhe sae do alto, das portas e das janellas, orla composta de oito peças, quatro de prata com leões sanguinhos e outros quatro vermelhos com leões de prata; timbre um leão sanguinho.

Ramos *(Accursio Garcia)*. Cirurgião medico pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa, na qual se matriculou já no terceiro anno, tendo cursado na do Porto os annos anteriores. N. em Angra do Heroismo em 1834. Escreveu: *These apresentada e defendida na Escola Medico Cirurgica de Lisboa em julho de 1861; Considerações sobre um caso de encephaloide dos rins*, Lisboa, 1861; além da edição feita em separado, esta dissertação foi tambem inserta na *Gazeta Medica*, e d'ella falou com muito louvor o *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, no vol XXV (1861) a pag. 311. Escreveu mais: *Biographia de D. Sabina Augusta de Oliveira Brazil, natural da ilha Terceira*, Angra do Heroismo, 1864.

Ramos *(P. Domingos)*. Jesuita. N. na Bahia a 27 d'abril do 1653, e fal. a 11 de julho de 1728. Era irmão mais velho do religioso carmelita fr. Ignacio Ramos. Entrou na Companhia de Jesus aos 13 annos de edade; no collegio da ordem adquiriu uma vasta instrucção, e ali ensinou theologia, humanidades e philosophia por espaço de 12 annos. Era apreciado prégador, assim como seu irmão. Em 1694 partiu para Roma como procurador da sua provincia, conviveu com o geral da ordem Térzo Gonzalez, por quem foi muito considerado. Voltando á Bahia, foi lente do theologia e decano dos estudos geraes. Apenas imprimiu dois sermões, mas escrevera um *Curso de philosophia*, que se perdeu.

Ramos *(Domingos Rodrigues)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra. N. no Porto em 21 de setembro de 1860. Concluiu o seu curso de direito em 1881. Na geração academica do seu tempo notabilisou-se, sobretudo, pelas suas aptidões artisticas; fez parte da commissão, que em 1880 presidiu á celebração do tri-centenario de Camões, em Coimbra, e foi um dos representantes da Universidade nas festas commemorativas do centenario do poeta hespanhol Calderon de la Barca, realisadas em Madrid no mez de maio de 1881. Dedicando se á magistratura, esteve como delegado nos Açôres, em Fronteira, Vianna de Alemtejo, Extremoz, Santo Thirso, etc.Em 1894 era juiz na comarca de Vianna do Castello, e em 1908 na do Villa Real, onde se conservava aiuda em 1910. Pelos muitos serviços que prestou, foi agraciado com o habito da ordem de Christo. A sua obra de jurisconsulto é, principalmente, constituida pelos numerosos artigos insertos na *Encyclopedia Portugueza illustrada*, publicada no Porto. Traduziu a *Religião e Evolução*, de Haeckel, e o *Rei Lear, Othello* e *Hamlet*, de Shakspeare, nas ferias dos seus trabalhos juridicos.

Ramos *(Fr Ignacio)*. Religioso carmelita natural da Bahia, fallecido a 18 de novembro de 1731. Era filho de Manuel Ramos Parente e de Andreza Casada. Professou no convento de N. S.ª do Monte do Carmo a 17 de julho de 1672. Adquiriu grande instrucção na sua terra natal e no seu convento, mostrando se logo um prégador eloquente. Veiu para Portugal em 1685, chamado por interesses de familia, e d'aqui passou a Roma para tomar parte como representante do provincial do Brazil no capitulo celebrado em Santa Maria Transpontina, a 27 de maio de 1692; n'essa epoca foi nomeado, pelo geral da ordem, provincial do Brazil e, partindo para a sua patria, chegou á Bahia em 1683, e ainda n'esse anno tomou posse da vigararia. Foi reformador e visitador geral. Voltando outra vez a Portugal, partiu de novo para Roma em 1700 a tomar parte n'um concilio da ordem, e em 1704 obteve as honras de definidor perpetuo. Depois ficou em Lisboa como prior do convento da sua ordem e secretario da provincia de Portugal. Em 1724

começou a publicar os seus sermões, publicação que acabou em 1730, saindo 4 volumes com o titulo do *Ramos evangelicos*. Um anno depois falleceu.

Ramos *(Fr. Jeronimo)*. Religioso da ordem de S. Domingos. N. em Evora, e fal. no convento de S. Domingos, de Lisboa, em 1585. Era filho de Diogo Ramos e de Ignez de Carvalho. Professou no convento de S. Domingos. de Evora, a 13 de maio de 1565. Segundo diz Barbosa Machado, no vol II da *Bibliotheca Lusitana*, pag. 520, foi um prégador afamado, bom musico e excellente architecto Escreveu: *Chronica dos feitos, vida e morte do infante santo, D. Fernando, que morreu em Fez. Revista e reformada agora de novo*, Lisboa, 1577. E' a mesma obra que fôra impressa em 1527, escripta por Fr. João Alvares, freire do Aviz e secretario do dito infante. N'ella reformou algumas phrases antiquadas e accrescentou alguns successos. Da referida *Chronica* se fez *terceira impressão, á custa de João Rodrigues, mercador de Livros*, Lisboa, 1730. Dizem que a edição de Fr. Jeronymo Ramos foi traduzida em latim.

Ramos *(João Chrysostomo de Oliveira)*. Professor de Mathematica no Lyceu do Porto. N. em Vallega a 11 de janeiro de 1869, sendo filho do jornalista João d'Oliveira Ramos. *(V. Portugal, vol. V pag. 243)*. Tem o diploma de engenheiro industrial e d'obras publicas pela Academia Polytechnica do Porto. Collaborou muito na *Encyclopedia Portugueza illustrada*, do Porto.

Ramos *(João Francisco)*. Doutor em Mathematica pela Universidade de Coimbra, socio do Instituto da mesma cidade, etc. N. em Extremoz a 17 de novembro de 1843, sendo filho de Joaquim José Ramos Foi doutorado a 20 de julho de 1873. Escreveu: *A funcção potencial. Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas na faculdade de mathematica da universidade de Coimbra*, Coimbra, 1873; *Theses de mathematica applicada, as quaes, sob a presidencia do ill.mo e ex.mo sr. dr. Raymundo Venancio Rodrigues*, etc., *se propõe defender na universidade de Coimbra, no dia 12 de julho de 1873*, etc., Coimbra, 1873. Foi collaborador do *Instituto* de Coimbra.

Ramos *(João Sabino dos Santos)*. Proprietario e lavrador no logar do Trucifal, concelho de Torres Vedras, onde nasceu a 11 de julho de 1789. Tendo perdido inteiramente a vista, permaneceu n'este infeliz estado por alguns annos, vindo a fallecer em 1855. Publicou em 1818 uma collecção de poesias no estylo bocagiano, com o titulo de *Rimas, dedicadas á Gratidão*. Saiu com as iniciaes J. S. dos S. R.

Ramos *(Julio)*. Pintor d'arte. N. no Porto a 21 de julho de 1868. Cursou a Academia de Bellas Artes obtendo uma menção honrosa n'um concurso de desenho e um premio em architectura. Indo para Paris aperfeiçoar se na sua arte, foi ali discipulo de João Paulo Laurens e Benjamin Constant. Como pintor paizagista concorreu ao *Salon* de 1896 e 1897, onde expôz as télas; *Effet du couchant* e *Rentrée des bestiaux*, que a critica apreciou com palavras elogiosas Regressando a Portugal em 1897, concorreu no anno de 1898 á Exposição do Gremio Artistico de Lisboa, sendo-lhe conferida a segunda medalha. Concorreu tambem á Exposição Universal de Paris, de 1900, obtendo uma terceira medalha. No Museu Municipal encontra se um quadro seu adquirido pela camara municipal. Julio Ramos é um artista de valor, occupando um logar distincto entre os nossos melhores paizagistas.

Ramos *(Luiz Maria da Silva)*. Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, o lente da sua faculdade. N. em Braga a 30 de junho de 1841, sendo filho de Antonio Maria Guilherme da Silva Ramos, e de sua mulher D. Luiza da Luz Gomes Ramos. Doutorou-se em 23 de dezembro de 1866. Foi despachado lente substituto da mesma faculdade em 1873, e lente cathedratico em 1874 Foi professor no seminario de Braga e no de Coimbra, lente de prima na Universidade, e depois director da faculdade de theologia e vogal do conselho dos decanos. Pertence á Academia Philosophica de Santo Thomaz de Aquino, de Bolonha; á Sociedade Philosophico-Escolastica de Santo Thomaz de Aquino, de Barcelona, e á sociedade de S. Paulo para a diffusão da imprensa catholica em Roma. Escreveu: *Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas*, Coimbra, 1866; trata da *Necessidade e realidade da revelação; A estrella d'alva*, revista mensal, Braga, 1870 a 1873, 3 volumes; *A Civilisação catholica*, publicação mensal, Porto, 1878; 3 volumes; o primeiro artigo d'esta publicação foi traduzido em francez por Th. Blanc nos *Annales de philosophie chrétienne*, dirigidos por Bonnetty, 6.ª serie, tomo XVII, n.º 97, de janeiro de 1879; *A Sciencia catholica*, revista mensal de propaganda escolastico-thomista, Coimbra, 1881 e outros annos; apezar de ter tido algumas interrupções, publicaram se bastantes volumes; *Oração gratulatoria que por occasião do solemne Te Deum celebrado na sé primacial da cidade de Braga em acção de graças pelo 25.º anniversario pontifical de Pio IX, o Grande, recitou...*, Porto, 1871; *A Soberania social de Jesus Christo. Conferencia religiosa recitada na sé cathedral de Coimbra na quinta dominga da quaresma de 1879*, Porto, 1879; *Oração funebre gue nas solemnes exequias de Pio IX, mandadas celebrar pelos cursos da faculdade de theologia na egreja de S. João de Almedina, recitou...*, Porto, 1878; *Santo Thomaz de Aquino. Panegyrico recitado no dia 7 de março de 1880 na egreja do convento de Santa Thereza, de Coimbra*, Porto, 1880; *A divindade de Jesus Christo. Conferencia recitada na sé cathedral de Coimbra na quinta dominga da quaresma de 1876*, Porto; 1876; *A Liberdade de consciencia, considerada philosophica, religiosa e socialmente. Conferencia recitada na sé cathedral de Coimbra na quarta dominga da quaresma de 1879*, Porto; *Sermão da immaculada Conceição de Maria, recitado na real capella da Universidade de Coimbra*, Porto, 1878; *Reflexões ao livro «A reforma da carta e o beneplacito regio,»* do sr. conde de Samodães, Coimbra, 1885; *Dignidade da razão perante a fé*. Porto, 1873; foi a sua dissertação de concurso para lente de theologia; *Luiz de Camões, elogio academico, lido na sala dos actos grandes da Universidade de Coimbra no dia 10 de junho de 1880, tricentenario do grande epico*, Porto, 1881; *Affirmações catholicas contra os erros de uma apostata*, Coimbra, 1889; *Exposição do dogma catholico pelo padre J. M. L. Monsabré*, Coimbra, 1887-1888; d'esta obra de Monsabré fez uma traducção o sr. dr. Silva Ramos, consta de 18 volumes; *A Confissão auricular e as indulgencias. Primeira parte*, Coimbra, 1890,

1 vol.; no ante-rosto ha a indicação de que este livro é resposta ao folheto protestante *O que é a confissão auricular e o que são as indulgencias*. O sr. dr. Silva Ramos tem collaborado nos seguintes jornaes: *União Catholica*, *Futuro*, *Consultor do clero*, todos de Braga; *Nação*, de Lisboa, *Caridade*, do Porto; *Ordem e Instituições christãs*, de Coimbra.

Ramos *(Manuel Maria de Oliveira)*. Major do corpo do Estado Maior, professor no Curso Superior de Letras e no Collegio Militar, cavalleiro da ordem d'Aviz, etc. N. em Vallega a 29 de setembro de 1862, sendo filho do apreciado jornalista portuense João de Oliveira Ramos *(V. Portugal*, vol. V, pag. 243*)*. Assentou praça em 1 de outubro de 1879, sendo promovido a alferes em 4 de janeiro de 1888, a tenente em 25 de janeiro de 1890, a capitão em 30 de dezembro de 1893, o a major em 28 de fevereiro de 1907. Foi professor de historia e litteratura do fallecido principe real D. Luiz Filippe, cargo que exercia em 1907. Traduziu para o theatro de D. Maria II o *Casamento de Figaro*, de Beaumarchais; publicou um erudito estudo sobre cousas d'arte e uma *Memoria sobre musicos portuguezes*, que apresentou n'uma exposição artistica realisada em Madrid. Tem collaborado em diversos jornaes, especialmente na *Encyclopedia portugueza illustrada*, publicada no Porto, e no *Diario de Noticias*, de Lisboa, onde publicou chronicas semanaes, sobre assumptos de litteratura, historia e arte.

Ramos *(Manuel Vieira)*. Cirurgião algebrista, no Hospital de Todos os Santos, logar para que foi nomeado em 1729; sendo aposentado em 1741

Ramos *(Pedro Coutinho da Silveira)*. General de divisão, commandante da 3.ª div. militar. N. em 21 de setembro de 18 8, fal em 27 de outubro de 1909. Assentou praça no antigo batalhão de caçadores n.º 5, em 11 de agosto de 1855, e completando os seus estudos da Escola do Exercito, foi promovido a 2.º tenente de artilharia em 16 de julho de 1862, o a 1.º tenente em 18 d'agosto de 1864; a capitão em 23 de agosto de 1867, em 14 d'agosto de 1883 a major, em 4 d'agosto de 1886 a tenente-coronel, em 12 de março de 1890, a general de brigada em 7 de janeiro de 1897, a general de divisão em 3 de novembro de 1903. Fez a sua carreira na arma de artilharia, servindo nos regimentos n.os 1, 2, 3 e 4, e no estado maior da arma em differentes postos, e exerceu o commando do regimento n.º 1, e o logar de chefe do estado-maior do director geral da arma com bom senso e criterio. Commandou por duas vezes a Escola do Exercito, foi director geral da arma de artilharia, e por ultimo commandou a 3.ª divisão militar. Em 21 do setembro de 1908, como completára 70 annos de edade, havia passado ao quadro de reserva. Era gran cruz, grande official e cavalleiro da ordem de Aviz.

Ramos. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Baltar, conc. do Paredes, distr. do Porto. || O Salvador, de Gavieira, conc. do Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Matta Moirisca, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Santo Adrião, de Santão, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Maria, de Souto, conc. do Guimarães, distr. de Braga. || S. Pedro, de Vascões, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Bartholomeu, de Via Gloria, conc. de Mertola, distr. de Beja. || Santa Maria e conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda. || Santo André, de Cella, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria. || S. Marcos da Serra, conc. de Silves, distr. de Faro. || Bahia situada na costa do distr. de Mossamedes, prov. d'Angola, Africa Occidental. Está comprehendida entre duas pontas escalvadas e de pedra, onde ha para cima de 100 m. de fundo. || Ilha do distr. de Mossamedes, na prov. d'Angola. Corre no reconcavo da bahia do mesmo nome, tem boa agua, e só no tempo das cheias rompe atravez da praia de areia, por onde, de ordinario, se infiltra.

Ramos de Carvalho *(Agostinho José)*. Medico pela Escola Medica de Lisboa, etc. || N. em Montemór o Novo a 2 de janeiro de 1818, fal em Lisboa a 19 de dezembro de 1881. Era filho de paes humildes. Cursou em Montemór-o Novo os estudos preparatorios para a vida ecclesiastica, a que primeiramente se destinava; mais tarde, porém, quando se organisou a Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, e começou ali funcionando o estudo regular e desenvolvido das sciencias medido-cirurgicas, Agostinho Ramos de Carvalho matriculou se, resolvido a seguir a carreira medica, de que fez um curso distinctissimo, o qual concluiu em 1840. A sua these foi a seguinte, publicada n'esse mesmo anno: *Imperfurações congenitas do anus*. Findo o curso, foi instado para que entrasse no corpo docente da Escola, porem, saudoso na sua terra natal e da sua familia, resolveu voltar para Montemór-o Novo, e exercer ali a clinica. Comtudo, achou acanhadissimos os limites que lhe circumscreviam a sua incomparavel actividade, energia e ambição de se elevar e se distinguir. Uma supremacia da escola de medicina de Coimbra fechava então a entrada para o exercicio de logares importantes aos medicos que não fôssem seus, ou graduados em academias estrangeiras. Achando injusto este proceder, Ramos de Carvalho foi procurar á universidade catholica do Louvain, na Belgica, o meio de poder apresentar-se com o grau de doutor. N'aquella universidade defendeu theses, que correm impressas, sendo approvado com louvor. Regressando a Portugal, habilitou-se perante a Escola Medico Cirurgica de Lisboa, como medico estrangeiro. Mais tarde estabeleceu se em Portalegre, onde fôra provido n'um dos partidos municipaes. Sobrevieram depois as luctas politicas de 1846, da *Maria da Fonte*. Para evitar a perseguição acintosa e disfarçadamente politica, que lhe moveu um collega, saiu de Portalegre. Pouco tempo depois, sendo admittido ao concurso para o logar de physico mór de Cabo Verde, foi despachado, e partindo para o seu destino, conservou se em Cabo Verde durante 11 annos, ganhando as maiores sympathias e considerações, pela fórma como exerceu o seu cargo, fiel cumpridor dos seus deveres como medico e como funccionario publico. No fim de tantos annos, alquebrado pelo clima, pelo trabalho excessivo e pelas doenças, o dr. Ramos de Carvalho voltou a Portugal exhausto de forças, o quasi em perigo de vida. Seis annos depois, em 1863, era novamente posto a concurso o logar de physico mór de Cabo Verde, e o dr. Ramos do Carvalho, achando-se muito melhor, tambem concorreu e foi despachado. N'aquelle anno de 1863 e seguintes, o archipelago de Cabo Verde atravessou um periodo desgraçadissimo. A fome e as epidemias o assolaram horrivelmen-

te. Entre os famintos ou entre os atacados da dolorosa doença, via-se sempre, e primeiro do que todos, o vulto austero, mas caritativo do dr. Ramos de Carvalho, quando se tratava de prestar soccorros medicos e pecuniarios. Tanta dedicação e solicitude fôram vencidas pelo assiduo trabalho e pela doença, quo tambem o prostrou. Conseguindo melhorar consideravelmente, pôde obter a sua reforma, o em 1867 recolheu se a Portugal. Tinha a patente de coronel, e fôra agraciado com a commenda da ordem de Christo, recebendo tambem a medalha de ouro de bons serviços. Em 1879, depois de ter vivido 12 annos na sua casa de Montemór o-Novo, casou-se em Lisboa com D. Maria Francisca dos Anjos de Carvalho Figueira, entregando se ao socego e ás commodidades do lar domestico, mas, infelizmente, esse bem estar foi de curta duração, porque um padecimento cerebral em breve lhe veiu roubar a razão, obrigando o a internar se na Casa de Saude, então existente em Entre-Muros, no dia 3 de julho de 1880, e onde falleceu no anno seguinte.

Ramos Coelho *(José)*. Poeta e historiador. E' filho do tenente-coronel Francisco Xavier Coelho e de D. Maria do Carmo Ramos Coelho, natural de Lisboa, nascido a 7 de fevereiro de 1832 Entrou para o serviço da Bibliotheca Nacional de Lisboa em 1864; e em 1867, sendo n'ella conservador, passou para o Archivo Nacional da Torre do Tombo, na mesma categoria, na qual foi aposentado, aos 65 annos, por decreto de 30 de setembro de 1897. Tem publicado 5 volumes de versos a saber: *Preludios poeticos*. Lisboa, 1857. Typ. do Progresso, 8.° com 303 pag. e o retrato do autor; *Novas poesias*. Porto, 1866. Cruz Coutinho, editor, 12.° com 172 pag; *Lampejos*. Lisboa, 1896. Typ. Castro Irmão, 8.° com 229 pag; *Cambiantes*. Lisboa, 1897. Typ. Castro Irmão, 8.° com 275 pag.; *Reflexos*. Lisboa, 1898. Typ. Castro Irmão, 8.° com 310 pag. N'estes volumes, quasi no todo de poesias originaes, encontram se varias traducções de Tasso, Dante, Mauzoni, Byron, Victor Hugo, Lamartine, André Chénier, Millevoye, Lafontaine, Ovidio e Horacio. Das traducções comprehendidas n'esses volumes viu separadamente a luz da imprensa a seguinte: *A' morte de Napoleão* (Lisboa). 1 folha. E' a celebre odo de Manzoni que tem por titulo *Il cinque Maggio*, vertida em tantas linguas e celebrada por tantos escriptores. Esta versão foi tambem publicada em Madrid em 1868 por Salvador Costanzo na sua *Musica terrenal*; em Foligno em 1883 por C.A. Meschia na sua obra *Ventisette traduzioni in varie lingue del Cinque Maggio di Alessandro Manzoni*, e em 1885 no Rio de Janeiro por Joaquim da Silva Mello Guimarães, irmão de Manuel da Silva Mello Guimarães, o illustre autor *Da glottica em Portugal*, com o titulo: *Ode heroica de Alexandre Manzoni e tres versões em portuguez*. As outras duas versões são as de Francisco Adolpho de Varnaghen (visconde de Porto Seguro) e a de D. Pedro II, imperador do Brazil. (Para mais veja se a nota do vol. *Lampejos*, pag. 216.) Afóra esta traducção, viram egualmente em separado a luz da imprensa as poesias originaes de Ramos Coelho que se seguem: *A' nação portugueza tributo de saudade pela morte do principe dos seus poetas*. Lisboa, 1854. Typ. do Progresso, 1 folheto, (publicado logo depois do fallecimento de Garrett). *O Bussaco* (poemeto). Coimbra, 1886. Typ. da Universidade, 1 folheto. *Veneza (*poesia). Lisboa, 1883 (Adolpho Modesto e C.ª—impressores)—1 folheto. *Homenagem a Camões* (poesias em celebração do 310.° anniversario da morte do poeta). Lisboa, 1890. Typ. da Academia Real das Sciencias, 1 folheto. *A Christovam Colombo, poesia para a commemoração quadricentenaria do descobrimento da America celebrado pela Arcadia de Roma*. Lisboa, 1893. (Adolpho Modesto e C.ª—impressores), 1 folheto. *A' ilha da Madeira* (poesia), Lisboa, 1898, (Typ. de A. E. Barata), 1 folheto. Fizemos allusão ás versões de poesias de varios autores comprehendidas nos cinco volumes de versos de Ramos Coelho entre as originaes, mas falta-nos falar da principal de todas: *A Jerusalem libertada* de Torquato Tasso, *vertida em oitava rima portugueza*. Lisboa, 1854. Typ. Universal, 8.°, 1 vol. com 587 pag. Esta obra reim-

José Ramos Coelho

primiu-se ha poucos annos com o titulo: *Jerusalem libertada, poema de* Torquato Tasso, *vertido em oitava rima do original italiano por José Ramos Coelho... segunda edição muito melhorada*. Lisboa, 1906, Livraria editora Viuva Tavares Cardoso, 8.° 1 vol. com 458 pag. Em 1910 reimprimiu Ramos Coelho todas as suas obras poeticas, incluindo a versão da *Jerusalem libertada*, de Torquato Tasso (3.ª edição) e as poesias ineditas em um só volume, de edição compacta, o com valiosas e interessantes notas Acompanha o um magnifico retrato do autor. Isto quanto a Ramos Coelho poeta original e poeta traductor. Como prosador as suas obras dividem se em obras de historia e de critica. Como historiador publicou: *Historia do infante D. Duarte, irmão d'el rei D. João IV, obra fundada em numerosissimos documentos e com desenhos do architecto milanez sr. Lucas Beltram e phototypias do sr. Carlos Relvas*. Lisboa por ordem e na Typ. da Academia Real das Sciencias, 1889 e 1890, 8.° 2 vol. com 740 e 898 pag. Esta obra contém não só a vida d'aquelle martyr da Restauração portugueza, que, servindo com as armas a Allemanha, foi por ella entregue á Hespanha, vindo a morrer no castello de Milão, depois de nove annos de carcere, mas tambem os acontecimentos do reino que de perto a

precederam, e os que se lhe seguiram durante esses nove annos, acontecimentos estes ultimos em que D. Duarte, apezar de preso, interveiu activamente, com gravissimos riscos, incluindo-se n'estes acontecimentos as negociações do congrésso de Munster no tocante á sua liberdade, e os muitos projectos que houve para ella, entre os quaes figura o tratado celebrado por D. Duarte com Luiz XIV de França, mallogrado pela morte do regio prisioneiro. As difficuldades d'esta obra foram grandes, porque, fundando se quasi toda em documentos, foi preciso procural-os nos archivos e bibliothecas, já do paiz (Torre do Tombo, Bibliotheca Nacional de Lisboa, Bibliotheca da Academia Real das Sciencias, Bibliotheca de Evora), já de fóra d'elle (Archivo de Simancas, Bibliotheca de Madrid, Bibliotheca de Paris, Archivo do Estado de Milão), o que obrigou o autor a sair do reino, e até a morar por bastante tempo n'esta cidade italiana. No genero historico deu ainda á luz Ramos Coelho tres obras intituladas: *Manuel Fernandes Villa Real e o seu processo na Inquisição de Lisboa.* Lisboa, 1895 (Modesto e C.ª—impressores) 8.° 1 folheto. *A'cerca do primeiro marquez de Niza*, Lisboa, 1897. (Typ de A. E. Barata), 1 folheto, a qual reformada e notavelmente augmentada se tornou publicar sob o titulo: *O primeiro marquez de Niza—noticias.* Lisboa, 190'. Typ. Calçada do Cabra, 7,—8.° 1 folheto. *Thomaz Blanc.—traços biographicos.* (Adolpho Modesto e C.ª— impressores). 1 folheto. A primeira d'estas obras tem por objecto o conhecido christão-novo, consul dos portuguezes em França, que tanto serviu a causa da Restauração com os seus escriptos, e que, voltando a Portugal, foi preso pelo Santo Officio e garrotado como apostata da religião catholica, e encerra a maneira de proceder do terrivel tribunal, tanto nas suas indagações, como nos seus barbaros castigos. A segunda comprehende muitos dados biographicos a respeito d'aquelle descendente de Vasco da Gama, dos serviços que fez a Portugal, como embaixador em França duas vezes, como protector das nossas letras e dos nossos letrados, e como fundador no seu palacio em Lisboa de uma bibliotheca publica, para o que despendeu grossas quantias comprando livros em varios paizes, não sendo tambem menos importante quanto gastou com a impressão dos escriptos e com o auxilio a autores, do que, entre outros, são exemplos a impressão que fez á sua custa dos *Cinco livros da decada doze*, de Diogo do Couto, e a incumbencia que deu a frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo de traduzir em versos latinos os Lusiadas de Camões, e o muito que favoreceu este sabio portuguez. A terceira consta de apontamentos ácêrca de um respeitavel extrangeiro, que estimou Portugal, e aqui escreveu, o padre Thomaz Blanc, cura de Domazan, no sul da França, e representa o preito do autor por o ter defendido n'uma questão litteraria, e tambem o do paiz Ha egualmente de Ramos Coelho, mas não impresso á parte, um estudo no *Instituto* (de Coimbra), que versa sobre Fabio Arcas, um dos lentes que D. João III mandou vir de fóra para a Universidade e sobre Sebastião Stochamer quo o acompanhou de Allemanha e em Portugal se tornou notavel por varios escriptos e pelo acabamento do *Dictionarium latino lusitanum et vice versa lusitano latinum*, de Jeronymo Cardoso. Como critico Ramos Coelho publicou: *A mãe de Camões, a proposito da opinião do sr. Wilhelm Storck.* Lisboa, 1892, (Adolpho Modesto e C.ª—impressores), 1 folheto, refutando o que esse illustre escriptor allemão, traductor do grande épico, escreveu na sua *Luiz de Camoens Leben*, a respeito do assumpto; e, tendo sido convidado pelo editor Castro Irmão, dirigiu a impressão da seguinte obra: *O hyssope* de Antonio Diniz da Cruz e Silva. *Edição critica disposta e annotada* por *José Ramos Coelho com um prologo pelo mesmo ácerca do autor e seus escriptos, acompanhada de variantes, e illustrada com desenhos de Manuel de Macedo e gravuras de Alberto, Hildibrand, Pedroso, e Severini.* Lisboa, 1879. Typ. Castro Irmão, 8.° 1 vol. de 461 pag.—Este trabalho consta da revisão litteraria do celebre poema, que ficou inedito, e de que não ha nem sequer copia alguma digna de credito, ou com emendas do autor, e do seu confronto com varias d'estas, e com as edições antecedentes, sobretudo com a segunda das dirigidas por Lecussan Verdier (Paris 1817 a 1821), aproveitando Ramos Coelho de umas e outras, á luz da critica o mais aproveitavel e digno de ter sido escripto pelo poeta, caminho que Lecussan Verdier encetou na dita sua edição o que Ramos Coelho generalisou a toda a obra. A isto accresce que no prologo que a precede se estabelece a biographia do Diniz em bases mais seguras, e se analysa a sua influencia na Arcadia, e a influencia d'essa sociedade, e assim como se faz a comparação do *Hyssope* com o *Lutrin*, de Boileau, mostrando a superioridade do primeiro, e refutando a opinião, que o dá por imitado do francez. Um magnifico trabalho critico é o livro *Camões e Macedo (Analyse do «Discurso Preliminar» com que este prefaciou o seu poema «O Oriente»)*, Lisboa, 1911, estudo primitivamente publicado nos *Trabalhos da Academia de Sciencias de Portugal*, 1.ª serie, tomo II. N'ello se mostram como fôram gratuitas muitas das affirmativas de plagiato que Macedo notou em Camões. Este estudo é a obra de um grande patriota e erudito, qualidades que desde cedo distinguiram Ramos Coelho. Alem d'estas obras, Ramos Coelho dirigiu e collaborou effectivamente na que se imprimiu em 1892, e figurou na exposição então celebrada em Madrid: *Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo ácerca das navegações e conquistas portuguezas publicados por ordem de S. M. F. ao celebrar se a commemoração quadricentenaria do descobrimento da America.* Imprensa Nacional, 4.°, 1. vol. com XVII—591 pag Com fac-similes. O fim d'esta obra, composta de summarios e integras de documentos desde a tomada de Ceuta por D. João I até ao tratado das Molucas entre D. João III e o imperador Carlos V, foi mostrar na exposição de Madrid a importancia dos nossos descobrimentos e a das riquezas historicas que se guardam no Archivo Nacional da Torre do Tombo. Ramos Coelho n'esta obra teve por companheiros do trabalho o dr. Xavier da Cunha, depois director da Bibliotheca Nacional de Lisboa, e o padre D. Prospero Peragallo, então prior da egreja do Loreto, benemerito da nossa litteratura. (V. *esses nomes*). Na exposição obteve este livro medalha de oiro. Ainda em outras publicações tem Ramos Coelho sido collaborador. Referimo-nos ao *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portu-*

gal com as diversos potencias do mundo, e ao *Corpo diplomatico portuguez contendo os actos e relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo desde o seculo XVI até os nossos dias.* A primeira d'estas publicações consta de summarios de documentos, e a segunda de integras; e da primeira, que é continuação da obra do mesmo titulo do visconde de Santarem, collaborou Ramos Coelho nos volumes IX a XIII; da segunda nos volumes VI a XIII. Esta ainda continúa. Tratam ambas das relações do Portugal com a Santa Sé. Ramos Coelho deu se com Garrett nos dois ultimos annos da sua vida, conhecimento a que se refere Francisco Gomes de Amorim nas *Memorias biographicas* a respeito do mesmo, e sobre o que ha uma extensa nota nas *Cambiantes*, de Ramos Coelho, á sua poesia Almeida Garrett, reproducção da que escreveu com o titulo *A' nação portugueza, tributo de saudade pela morte do principe dos seus poetas*, a que já alludimos, e que ahi vem com a traducção italiana que fez d'ella o doutor Luiz Brignoli. Não ficou insensivel Ramos Coelho aos sentimentos de benevolencia e de animação litteraria que encontrou em Garrett: lamentou, como fica dito a sua morte; dois annos depois escreveu a sua poesia *Gratidão*, que saiu nos *Preludios poeticos*, verberando a indifferença do publico ao representar-se no theatro de D. Maria II o Fr. Luiz de Sousa commemorando aquelle triste acontecimento, e quando o celebre tragico Rossi veiu a Lisboa a primeira vez fez com que elle representasse este grande drama em italiano, servindo se da versão de Vegezzi Ruscalla, bem conhecido lusophilo, como largamente se lê no *Diccionario bibliographico*, vol 13, pag. 376. Ramos Coelho tem collaborado nos seguintes jornaes: *Revista universal lisbonense*, *Revista Peninsular*, *Archivo universal*, *Esmeralda atlantica* (dos Açores), *Grinalda* (do Porto), *Archivo pittoresco*, *Encyclopedia popular*, *Illustração luso-brasileira*, *Artes e lettras*, *Arte*, *Instituto* (de Coimbra) *Lysia poetica* (do Rio de Janeiro) *O Occidente*, *Archivo historico portuguez*, *Diario de Noticias*, *Brazil e Portugal*, e na edição das *Fabulas* de Lafontaine (em portuguez) illustrada por Gustavo Doré, nos *Fastos* de Ovidio, vertidos por Antonio Feliciano de Castilho, no *Guia do Bussaco*, de Simões de Castro, e na *Corôa poetica* (poesia ao casamento d'el-rei D. Luiz) Muitas das suas poesias teem sido traduzidas, e d'estas imprimiu-se ha pouco um volume com o titulo: *Poesias de Ramos Coelho vertidas em italiano, hespanhol, sueco, allemão e francez pelos srs. Thomaz Cannizzaro, Prospero Peragallo, Sólon Ambrosoli; Luiz Brignoli, José Benoliel, Lamarque de Novôa, Goran Bjorkman, Guilherme Storck, Achilles Millien, e Henrique Faure.* Lisboa, 1907. Typ. de Francisco Luiz Gonçalves, 8.°, 1 vol. com 301 pag. Uma d'estas traducções, a da poesia *A sombra de Carlos Alberto*, que saira nos *Lampejos*, e antes na *Corôa poetica* (florilegio poetico ao casamento d'el-rei D. Luiz, como se disse), foi vertida pelo doutor Sólon Ambrósoli, de Milão, para o numero unico impresso em Roma ao inaugurar-se ali a estatua d'esse soberano, em 1900, a 14 de março, e foi depois reproduzida n'um folheto dado á luz n'aquella cidade em 1902, e em 1904 na obra *Poeti stranieri scelti nella versioni italiane*, Leipzig, dada á luz por Morandi o Ciampoli. Ramos Coelho é socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, vogal da Academia de Sciencias de Portugal, socio honorario do Gabinete portuguez de leitura do Maranhão, membro da Arcadia de Roma; socio correspondente do Instituto de Coimbra, da Real Academia de Lucca; etc.

Ramos Coelho de Sá *(Francisco Augusto).* Engenheiro, natural de Lisboa, filho de José Ramos Coelho (V. *este nome)* e de D. Emilia Augusta Ramos Coelho. Nasceu a 6 de dezembro de 186 . Fez em Lisboa o curso preparatorio dos lyceus, e o de engenharia civil nas escolas Polytechnica e do Exercito, nas quaes foi premiado com o 1.° premio pecuniario em 4 cadeiras, sendo na ultima classificado como primeiro do seu curso. Terminando o curso em 1888, entrou poucos mezes depois, em 1889, para o serviço das Obras Publicas, sendo encarregado de varios trabalhos topographicos na extincta 3.ª circumscripção hydraulica, durante os quaes foi nomeado engenheiro conductor, em maio de 1890. Transferido, a seu pedido, para a Direcção das Obras Publicas de Faro em maio de 1892, foi pouco depois nomeado engenheiro subalterno de 2.ª classe, e e em maio de 1893 collocado na Direcção das Obras do Porto de Lisboa, a cujo cargo estava então a administração da empreitada das mesmas obras por conta do respectivo empreiteiro, H. Hersent, e na qual se conservou como adjunto do chefe da secção de estudos e implantação até terminar, em abril de 1894, aquella administração. Na mesma situação passou então para a Direcção Fiscal da Construcção o Exploração do Porto de Lisboa, até que, em outubro do mesmo anno, foi transferido a seu pedido para a Direcção das Obras Publicas do Districto de Lisboa, indo fazer serviço em S. Thiago de Cacem até agosto de 1896, voltando então, tambem por pedido seu, para a Direcção fiscal da Construcção e Exploração do Porto de Lisboa, onde serviu como adjunto e depois como chefe da 1.ª secção até ser nomeado para as Obras do Porto de Lourenço Marques, a requisição do respectivo director, o general Silverio Augusto Pereira da Silva. Ali desempenhou varios serviços, entre os quaes o reconhecimento geologico do fundo da bahia na parte que interessava ás obras a executar, varios trabalhos topographicos, e a organisação, em collaboração com o engenheiro director, do projecto da 2.ª secção d'aquellas obras. Tendo terminado esta commissão, regressou ao reino em julho de 1899, ficando por algum tempo fazendo serviço na Direcção Geral do Ultramar, até que, em janeiro de 1900, foi collocado, como chefe de secção, na direcção dos serviços do Tejo e porto de Lisboa. Em fevereiro de 1901 foi, a convite do então Director Geral de Obras Publicas e Minas, general Silverio Augusto Pereira da Silva, nomeado director das Obras Publicas do districto da Horta, por occasião da vizita do fallecido rei D. Carlos e rainha D. Amelia aos Açores, estando ali encarregado, entre varios outros trabalhos, da conclusão do porto artificial da Horta, e da montagem do pharol dos Capellinhos, na ilha do Fayal Conservou-se n'esta situação até dezembro de 1903, tendo, durante este tempo estado afastado do serviço, durante perto de 6 mezes, por ter ido á provincia de Angola encarregado de varias trabalhos de topographia o da construcção da parte de alvenaria do uma

fabrica de assucar na fazenda Bom Jesus, pertencente á Companhia Agricola do Cazengo. Em dezembro de 1903, foi, por proposta da Direcção Geral do Ultramar, nomeado director das Obras Publicas da provincia de Cabo Verde, commissão em que se conservou até junho de 1904, tendo durante esse periodo, sido promovido a engenheiro subalterno de 1.ª classe. Convidado pela Direcção Geral do Ultramar para ir a Lourenço Marques como adjunto do chefe da missão de estudos dos portos de Lourenço Marques e de Quelimane, acceitou o convite, partindo para a Africa em julho de 1904. Poucos mezes depois de chegar a Lourenço Marques, foi encarregado de fazer uma visita ao Chinde e ao rio Zambeze, afim de verificar as condições d'aquelle porto e as da navigabilidade do Zambeze, indo, no desempenho d'esta commissão, até Port Herald, na margem direita do rio Chire. Regressando a Lourenço Marques, foi nomeado director das obras do porto, tendo sido executadas durante a sua direcção muitas das obras que n'aquelle porto teem sido levadas á pratica, tornando o assim um dos melhores da Africa do Sul. Regressando ao continente em maio de 1907, foi, a pedido seu, exonerado d'este ultimo cargo e louvado na respectiva portaria de exoneração, sendo então nomeado para o de engenheiro adjunto da Exploração do Porto de Lisboa. Durante a sua estada em Lourenço Marques, fez parte do Conselho de Provincia, da Commissão directora que, por algum tempo, geriu o Caminho de Ferro de Lourenço Marques, e da commissão de syndicancia á Direcção e Administração do mesmo Caminho de Ferro.

Ramosinho. Pov. na freg. de Santa Maria Maior, de Algodres, conc. de Fornos d'Algodres, distr. da Guarda.

Rancho *(Aldeia do).* Ilha da Madeira; na freg. de S. Sebastião e conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

Randá Grande. Pov. da praganã de Nagar-Avely, no districto de Damão, arceb. de Gôa, India.

Randá Pequeno Pov. da praganã de Nagar-Avely, no distr. de Damão, arcebispado de Gôa, India.

Randam. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia e conc. de Agueda, distr de Aveiro. ‖ S. Miguel, de Recardães, do mesmo conc. e districto.

Rande. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto; 125 freg. e 504 hab. Tem esc. do sexo fem., correio com serviço de posta rural, fabrica de manteiga, Club de Rande, etc.. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada junto da margem esquerda do rio Sousa. O papa e a mitra de Braga apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 270$000 réis de rendimento. A terra é fertil e pertence á 6.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res n.º 20, com a séde em Amarante. ‖ Povoações nas freguezias: Santos Cosme e Damião, de Garfe, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. ‖ S. Martinho, de Milhundos, conc de Penafiel, distr. do Porto.

Randinha. Pov. na freg. de S. Verissimo, de Nevogilde, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Rangel Ha em Portugal duas familias d'este appellido: a primeira tem nas armas: Em campo azul uma flôr de liz de prata; orla de ouro com sete romãs de sua côr abertas; timbro um ramo de romeira verde com tres romãs como as do escudo; a segunda familia traz, em campo de ouro seis cabeças de corvos de negro, tendo cada um no bico um pão da sua côr posto em duas palas, timbre o ramo da romeira com as quatro romãs como as do escudo anterior.

Rangel *(P. Francisco).* Jesuita, natural do Porto, sendo filho de Marcos Lopes e de Monica Rangel. Professou em Lisboa a 10 de janeiro de 1629, e n'esse anno partiu como missionario para a India. Esteve na ilha de Celebes, d'onde enviou a seguinte: *Carta para o P. Provincial de Portugal, escripta de Macassar a 14 d'abril de 1644, em que se refere o martyrio de cinco religiosos, e se contam outros casos memoraveis*, Lisboa, 1645. Fal. em Macau a 28 de fevereiro de 1660.

Rangel *(Francisco Ferreira Ribeiro Pinto).* Escriptor portuense, que fal. em janeiro de 1874. Escreveu: *D. Sebastião: romance historico, em seis cantos, e outras poesias, por um anonymo*, Porto, 1847. Camillo Castello Branco fala a seu respeito, nas *Noites de Insomnia*, n.º 2.

Rangel *(José Maximo Pinto da Fonseca).* Major d'artilharia, ministro de Estado, governador do castello de S. João da Foz no Porto, deputado, etc.. N. na quinta de *Guimarães*, freguezia de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto, no meado do seculo XVIII. *A Casa de Guimarães*, em Santa Marinha do Zezere, era muito nobre. Fica em sitio elevado, plano e muito vistoso, junto da velha estrada do Porto por Penafiel, Canavezes e Baião a Mesão Frio. Seguiu a carreira militar, e em 1793 publicou um volume de poesias mediocres, com o titulo de *Poesias Parte I*; a parte II não se publicou, com que as letras nada perderam, porque José Maximo não era poeta. No mesmo anno ainda publicou: *Templo da Memoria*; *poema genethliaco na suspirada successão dos serenissimos principes, o sr. D. João e a senhora D. Carlota*. Era um poema para manifestar o seu jubilo ao receber a noticia, que d'aquelle enlace havia nascido um filho. Em 1808, foi um dos mais ardentes patriotas que trabalharam na causa da emancipação portugueza, conspirando contra o general Junot, commandante das tropas francezas que pela primeira vez invadiram Portugal em 1807. Era secretario do club chamado *Conselho conservador de Lisboa*, que em 1808 se reuniu secretamente, e que não passava d'uma perfeita loja maçonica. Por isso a Regencia perseguiu ainda mais estes patriotas, que tinham conspirado para a restauração da patria, do que os que tinham transigido com o dominio estrangeiro, e considerava os a uns e a outros como jacobinos, segundo a expressão do tempo. Logo depois da convenção de Cintra. assignada em 30 de agosto do referido anno de 1808, José Maximo, que, como dissémos, era secretario d'aquelle conselho conservador, publicou um *Catalogo por copia, extrahido do original das sessões e actas feitas pela sociedade de portuguezes, dirigida por um conselho intitulado «Conselho Conservador de Lisboa», e installada n'esta mesma cidade em 5 de fevereiro de 1808, para tratar da Restauração da patria.* Não foi, comtudo, José Maximo, segundo parece, victima da setembrisada, e no anno de 1809 escreveu successivamente os tres seguintes folhetos, que sairam anonymos: *Severo exame do procedimento dos portuguezes*, etc , *Desengano feliz*, *A batalha d'Otta*,

entremez heroico. Em 1817 escapou tambem de ser perseguido, como um dos implicados na conspiração de Gomes Freire, que ficou assim conhecida, que se póde quasi dar a certeza em que foi implicado juntamente com seu primo, alferes de infantaria n.º 16, José Ribeiro Pinto, que foi justiçado, emquanto que José Maximo, nem chegou a ter processo. Em 1820 abraçou com enthusiasmo a revolução do Porto, e foi um dos innumeros utopistas que fizeram desabar sobre o Congresso uma alluvião de projectos e de conselhos. José Maximo não se contentou em fazer propostas ao Congresso portuguez, deliberou fazer sermões á Europa. N'esse intuito escreveu em 1821, e imprimiu em Coimbra, um *Projecto de guerra contra as guerras, offerecido aos chefes das nações europêas*, que firmou com as suas iniciaes *J. M.P. R.* N'esse tempo tinha José Maximo o posto de major. Os chefes das nações européas não chegaram a ter conhecimento do projecto anti-bellico do major portuguez, e elle então voltou se contra os validos seus compatriotas, publicando em Coimbra, ainda n'esse anno, um folheto de 22 paginas intitulado: *Pernicioso poder dos perfidos validos destruido pela constituição.* Parece que foi a este folheto, que deveu o ser eleito deputado ás côrtes, em 1822, cargo que exerceu na primeira legislatura que se seguiu á sessão do Congresso constituinte. No mesmo anno de 1822 escreveu o seguinte folheto, que saiu anonymo em Lisboa: *Causa dos frades e dos pedreiros livres no tribunal da Prudencia* E' em fórma de dialogo, em que são interlocutores *Emilio* e *Paulo*, e dividido em duas partes. Na primeira advoga o autor a causa dos frades, mostrando que *elles* são verdadeiros cidadãos em exercicio de seus direitos; na segunda faz a apologia da *maçonaria*, e responde aos autores adversarios d'esta instituição. Em 1823 publicou tambem o folheto *Vantagens do soldado portuguez*, e por se occupar d'estas questões militares e por ser ainda major do exercito, foi o seu nome indigitado para entrar no ministerio como ministro da guerra, n'aquelle curto periodo de panico e de assombro que se seguiu á saida de D. João VI de Lisboa para Villa Franca nos fins de maio. Foi ministro apenas tres dias, pois tanto a camara como o ministerio desappareceram, quando D. João VI entrou triumphantemente em Lisboa no principio de junho seguinte. José Maximo Pinto Rangel afastou se então da scena politica. Depois do estabelecimento do governo constitucional em 1826, foi nomeado governador do castello de S. João da Foz do Porto. Quando em 1828 se deu o golpe de estado que acclamou D. Miguel como rei, Pinto Rangel percebeu que não estava em segurança, na sua qualidade de antigo ministro que merecera a confiança das côrtes que a *Villafrancada* dispersou. Tratou então de se homiziar; mas um dia, contando já perto de 70 annos de edade, appareceu em Lisboa morto dentro d'um caixão á porta de uma egreja, e nunca se explicou o seu tragico fim. Era casado com D. Maria Helena de Saldanha Castro Lorena e Daun, proxima parenta do duque de Saldanha, e dama da rainha D. Carlota Joaquina, senhora que elle havia raptado do proprio palacio real.

Rangel *(Manuel).* Apenas se sabe que era passageiro da nau *Conceição*, que naufragou nos baixos de Pero Banhos a 22 de agosto de 1555. Aportou a Cochim em 1557, escreveu, como testemunha ocular, uma relação d'esse naufragio, que foi publicada em Lisboa, sem data de impressão, com o titulo seguinte: *Relação do lastimoso naufragio da nau Conceição, chamada Algaravia a Nova, de que era capitão Francisco Nobre, a qual se perdeu nos baixos de Pero dos Banhos em 22 de agosto de 1555* Foi depois tambem publicada no tomo I da *Historia tragico maritima*, de Gomes de Brito, de pag. 169 a 217.

Rangel *(D. Fr. Miguel)* Religioso da ordem de S. Domingos; lente de theologia, vigario geral da Congregação na India, bispo de Cochim, etc.. Era natural de Aveiro, e fal. em Cochim a 14 de setembro de 1646, sendo filho de Matheus Fernandes Rangel e de Antonia Dias. Professou no convento de S. Domingos, de Aveiro, a 18 de outubro de 1589. Foi por muito tempo lente de theologia, e nomeado em 1614 vigario geral da Congregação da India, passou ao Oriente, missionou nas Molucas, principalmente na ilha de Solor. Foi companheiro de Nuno Alvares Botelho, um dos ultimos heroes da India, e na victoria que este general alcançou sobre os hollandezes em 1629, Fr. Miguel Rangel andou entre os soldados, de crucifixo em punho, a animal-os ao combate. Foi nomeado bispo de Cochim em 1631, e em 1634 governou interinamente o arcebispado de Gôa. Escreveu uns *Memoriaes a el-rei ácerca das missões do Oriente*, que parece que se imprimiram; *Relação das christandades e ilhas de Solor e particularmente da fortaleza que para amparo d'ellas foi feita*; *Resposta a uma petição do senado de Goa em que mostra não deverem ser obrigadas as religiosas de Santa Monica de Goa de que era prelado a assignarem uma escriptura;* saiu na *Historia do convento de Santa Monica.*

Rangel. Pov. na freg. de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra.

Rangel Carneiro de Figueirôa (*Thomaz Manuel Pamplona).* Fidalgo, que professou na congregação de S. Filippe Nery. Formou-se em Canones, e estava para ser nomeado lente da Universidade de Coimbra, quando falleceu prematuramente em 1749. Escreveu e imprimiu no anno anterior da sua morte, a seguinte obra em latim, que parece ter sido a sua these para o provimento da cadeira a que era oppositor: *Refutatio philosophica, sive conferentia inter philosophiam innovatum et peripateticam contra modernos atomistas.*

Rangel de Gusmão *(José Marianno Leal da Camara).* Commendador da ordem de Christo, doutor em Medicina, bacharel em Philosophia e mestre em Artes pelas Universidades de Montepellier, Tolosa e Strasbourg, medico da Camara Real, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. no Rio de Janeiro a 31 de março de 1767. e fal. em Lisboa em julho de 1835. Escreveu : *Aviso ao publico, em resumo das verdades mais interessantes, que elle deve conhecer ácêrca da epidemia, que actualmente grassa em Portugal*, Lisboa, 1833; *Additamento do «Aviso ao publico», sobre o uso dos balsamos ou elixires, e tambem do azeite commum*, Lisboa, 1833. Consta que deixou manuscriptos importantes. No *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, tomo VIII, pag. 88, vem publicado uns *Apontamentos para a sua biographia*, pelo dr. Beirão.

Rangel de Lima *(Francisco).* Empregado su

perior do ministerio da marinha, 1.º official da secretaria da Bulla da Santa Cruzada, jornalista, escriptor dramatico, etc. N. em Lisboa a 14 d'abril de 1839, onde tambem fal. a 31 de outubro de 1909. Era filho de José Antonio Rangel de Lima e de D. Anna Emilia Homem de Carvalho. Principiou a sua carreira burocratica em 18 4, entrando como aspirante na repartição de contabilidade do ministerio da marinha, com a graduação de segundo tenente da armada. Passando depois para a Direcção Geral do Ultramar, foi promovido a segundo official em 1878, e nomeado chefe de repartição em 1883, logar em que se aposentou por decreto de 25 d'abril de 1895, contando 31 annos de serviço. Foi secretario dos ministros da marinha Thomaz Ribeiro e Julio de Vilhena, e d'este ultimo estadista, sendo ministro da justiça, assim como de Lopo Vaz de Sampaio e Mello, quando foi titular d'esta pasta. Ferreira d'Almeida, sendo ministro da marinha, o nomeou chefe do seu gabinete. Em 1872 foi nomeado pelo conselheiro Julio de Vilhena 1.º official da secretaria da Bulla da Santa Cruzada. No anno de 1864 encetou a sua carreira jornalistica, collaborando no *Commercio de Lisboa*, jornal que começára em abril do anno anterior, e cujo director politico era o antigo jornalista Eduardo Tavares, tendo por companheiros na redacção Mendes Leal, Cesar de Vasconcellos, Lobo d'Avila, depois conde de Valbom, Alexandre Meyrelles do Canto e Castro, e outros. N'esse anno tambem fez a sua estreia como escriptor dramatico, representando se no Gymnasio, em 12 de novembro, a comedia original, em 1 acto, *Uma Travessura*. Rangel de Lima foi correspondente, em Lisboa, desde o anno de 1880, do *Commercio do Porto*, e

Francisco Rangel de Lima

tambem por muitos annos, do *Diario de Barcelona*, então um dos jornaes mais conceituados e importantes de Hespanha. Collaborou em muitas folhas politicas, litterarias e artisticas, taes como o *Diario de Noticias*, *Artes e Letras*, *A Arte*, *Diario Illustrado*, etc. Em todas estas publicações deixou artigos valiosos, litterarios e de critica de arte. No *Seculo* publicou uma serie de artigos com o titulo de *Cousas do seculo passado*, que fôram muito apreciados. Convivendo com os mais notaveis artistas, dedicou-se, como amador, á pintura, para que mostrava grande vocação. Rangel de Lima foi um dos socios fundadores mais enthusiastas da Sociedade Promotora de Bellas Artes em Portugal, e nas exposições realisadas por aquella sociedade artistica apresentou quadros seus de genero e paizagem, que a critica apreciou vantajosamente. Entregando-se depois mais a trabalhos litterarios, foi convidado pela casa editora Rolland & Semion para tomar a direcção da revista *Artes e Letras*, fundada em 1872, e que foi uma das revistas illustradas mais importantes do paiz, no que influiu superiormente a competencia e bom gosto de Rangel de Lima, que empregou todos os esforços e boa vontade para a tornar uma publicação artistica a par das estrangeiras. A *Revista*, comtudo, teve pouca duração. Depois veiu a *Arte*, de que foi director A. de Sousa Vasconcellos, que tambem pouco tempo durou. N'esta revista collaborou com assiduidade Rangel de Lima usando do pseudonymo de *Rapin*. Quando o conde de Almedina, grande amador das artes, foi nomeado em 1878 inspector da Academia de Bellas Artes, quiz que Rangel de Lima, de quem era intimo amigo, o acompanhasse n'aquella commissão, porque muito presava a sua competencia e bom conselho. Em 1881, Portugal foi convidado para concorrer á exposição de arte retrospectiva do Museu Kensington de Londres, e Rangel de Lima, juntamente com Alfredo de Andrade, teve o encargo de, em commissão official, acompanhar as obras d'arte que o governo ali mandou. Com Alfredo de Andrade, artista portuguez muito conhecido em Italia, onde vive ha muitos annos, visitou alguns conventos das extinctas ordens religiosas, para proceder á escolha e inventario das obras d'arte ali existentes. Rangel de Lima conhecia todas as provincias de Portugal, e viajou muito por Hespanha, França, Inglaterra, Suissa, Belgica, Hollanda e Italia. Em 1896 foi deputado, representando o circulo de Macau. Comtudo era o theatro, por assim dizer, a sua maior paixão. Apezar de ter sido infeliz na primeira producção, a comedia *Uma Travessura*, representada em 1864, e que o publico recebeu friamente, Rangel de Lima não desanimou, continuando a escrever originaes, e a traduzir do francez e do italiano numerosos dramas e comedias. Teve uma epoca brilhantissima, vendo em todos os theatros da capital peças suas, causando o maior enthusiasmo, representando se tambem muitas nos theatros do Porto e do Brazil. Mais uma peça lhe deu desgosto, porque não foi bem recebida pelo publico, a comedia *Os provincianos em Lisboa*. As suas peças estão, em grande parte, publicadas. Mencionaremos as seguintes: originaes: *A Condessa do Freixial*, drama em 5 actos, em que tomou parte a grande actriz Emilia das Neves: a *A Pedra de escandalo*, etc. Comedias em 3 actos; originaes: *Legitimas consequencias*;

Como se enganam as mulheres; *Casas, creados e agiotas; Vingança de mulher*, etc. Em 1 acto, originaes: *Esperteza de Rato*, *Antes do baile*, *Nem tanto ao mar*, *A Minha viuva*, *Ao calçar das luvas*, *Abençoado progresso*, *Feios e bonitos*, *Coimbra e tarimba*, *Recordações de Mabille*, *Meio seculo depois*, *A Minha noiva*, etc. Traducções e imitações: em 5 actos, *A Pena de talião*; em 4 actos, *Roque, o baleeiro*; em 3 actos; *O Lenço branco*, *Moços e velhos*, *A ultima moda*, *As nossas alliadas*, *Um monstro civilisado*, *Pedro o pescador*, etc.; em 2 actos: *Que desapontamento*; em 1 acto: *Vaidades femininas*, *E' lá em cima*, *A paz domestica*, *A quem Deus promette*, *O Corneta d'Ordens*, etc. De collaboração com Ferreira de Mesquita, o drama em 5 actos: *A Visão redemptora*. Com Aristides Abrauches: *Edmundo Dantés*, 1.ª parte do *Conde de Monte Christo*; *O Conde de Morcerf*, 2.ª parte; *O Barão Danglars e o sr. de Villefort*, 3.ª parte, todos os 3 dramas em 5 actos e 10 quadros; a primeira parte foi representada no Gymnasio; O *O mosqueteiro do rei*, em 5 actos e 7 quadros, traducção; *A Calumnia*, 5 actos, idem; *Dois pobres a' uma porta*, 3 actos, imitação; *Vejam se n'este espelho*, 3 actos, idem; *A Casa de Orates*, 3 actos, idem; *O Mestre Jeronymo*, 2 actos, idem; *Muito padece quem ama*, 1 acto, idem. Em theatros particulares tambem se representaram duas comedias originaes, em 1 acto: *O Calafrio e Os Sustos* Rangel de Lima era tambem vogal do conselho da arte dramatica. Casou com D. Julia Elisa Rangel de Lima, de cujo matrimonio houve tres filhos: José e Francisco Rangel de Lima *(V. os artigos seguintes)*, e Julio Rangel de Lima, chefe de secção na direcção geral de estatistica e sociedades anonymas no ministerio das finanças

Rangel de Lima *(José)*. Chefe da secção da contabilidade da camara dos deputados e secretario da direcção do *Diario de Noticias*. N. em Lisboa a 10 de outubro de 1858, sendo o filho mais velho do escriptor Rangel de Lima. (V. o *artigo antecedente*). Fez a sua carreira burocratica na camara dos deputados, onde foi admittido como amanuense em 1879, seguindo as diversas promoções até á de chefe da secção da contabilidade. Collaborou na *Gazeta de Portugal*, e mais tarde, no *Diario de Noticias*, onde durante muitos annos teve a seu cargo a secção parlamentar, e é actualmente secretario da direcção e chefe da redacção do mesmo jornal. Ainda n'esta antiga folha escreveu alguns folhetins humoristicos assignados com o pseudonymo *Zédelima*, tendo tambem alguns outros dispersos assignados com o mesmo pseudonymo.

Rangel de Lima Junior (*Francisco*). Chefe da repartição de estatistica no ministerio das finanças. N. em Lisboa a 10 de junho de 1860, sendo segundo filho do escriptor Rangel de Lima *(V. este nome)*. Começou muito novo a tornar se conhecido na litteratura, por uns bonitos contos, que publicou em diversos jornaes, e por um livro, tambem de contos, com o titulo de *Prosas*, publicado em 1888. Este livro foi prefaciado por Julio Cesar Machado. Na litteratura dramatica debutou com uma comedia em 1 acto, *Dois Romeus*, que se representou por amadores no Club Theatral, em 16 de dezembro de 1882. No Gymnasio representou se em 2 de fevereiro de 1895 a comedia em 1 acto, *Ciume com ciume se paga*, que obteve grande successo, e mereceu palavras elogiosas da imprensa. No mesmo theatro se representou, em 10 de janeiro de 1896, outro original, a comedia em 3 actos, *Feixe de nervos*. Escreveu tambem uma comedia infantil, em 1 acto, *Um Othellosito*, que está publicada no vol. XXVI da *Collecção de Brindes do Diario de Noticias*, 1890.

Rangel de Quadros (*Miguel*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; juiz em diversas comarcas, e por fim da Relação do Porto, etc. N. a 13 de maio de 1827, fal. no Porto a 7 de outubro de 1885. Era filho do desembargador José Luiz Rangel de Quadros, e de D. Catharina Street Rangel. Matriculou se aos 19 annos de edade, em 1846, na referida Universidade, e tomou o grau de bacharel em 1848, sendo logo no anno seguinte despachado delegado do procurador regio para a comarca da Horta, onde se conservou até 1851, anno em que teve transferencia para a comarca de Setubal. Em 1861 foi para Moura, como juiz, viudo para Lisboa em 1875, como auditor nos tribunaes militares, depois de servir em varias comarcas do reino, taes como Fronteira, Louzã, Montemór-o-Novo, Tavira, Almada e Torres Novas. De auditor dos tribunaes militares passou para o 1.º districto criminal, indo depois para o 3.º districto, onde julgou varios processos importantissimos Mais tarde foi despachado juiz da Relação do Porto, cargo que exercia quando falleceu. O dr. Rangel de Quadros fez parte da commissão encarregada da reforma do Codigo Penal e revisão da tabella judicial. Era casado com D. Carlota Barreiros Arrobas Rangel, irmã de Antonio Barreiros Arrobas, que foi par do reino, governador civil de Lisboa, etc. V. *Portugal*, vol. I, pag. 153.

Ranginha Povoações nas freguezias: Sauto Antonio, de Areias. conc. de Marvão, distr. de Portalegre. || Santa Maria da Feira, de Constantim, conc. e distr. de Villa Real.

Ranha. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Campanhã, 1.º bairro do Porto. Fez parte da freg. de S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, da qual foi desannexada por decreto de 21 de novembro de 18?5. || S. Miguel, de Fontellas, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || O Salvador, de Novellas, conc. de Penafiel. distr. do Porto. || S. Martinho, de Quinchães, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Sobrado, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Ranha de Baixo. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Ranha de S. João Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Ranhada. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Villar de Moiros, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello.

Ranhadinhos. Pov. na freg. de S. Pedro e conc de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Ranhado. Pov. na freg. de S. Martinho, de Christoval. conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Ranhados. Pov. e freg. de N. S.ª da Ouvida, da prov. da Beira Alta, conc., com., distr. e bisp. de Vizeu; 340 fog. e 1:432 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. Dista 5 k. da séde do conc. Foi villa, e é pov. muito antiga, mas ignora-se a data da fundação

e o nome do fundador. No logar do Olival ha uma capella, consagrada a Santa Eufemia, que fica 800 m. ao E de Ranhados. A imagem da Senhora da Ouvida, ou das *Neves*, ou do *Rosario*, como tambem lhe chamam uns, esteve primeiro n'esta capella, onde se conservou por mais de 40 annos. Em 1629 instituiu-se a irmandade de N. S.ª da Ouvida, approvada n'esse mesmo anno pelo doutor provisor Manuel Leitão, mestre-escola da sé de Vizeu, e governador do bispado, em *séde vacante*. Augmentou a devoção pela imagem e com ella o numero de irmãos, pelo que, estes resolveram construir-lhe casa propria, mesmo no logar de Ranhados, o que se realizou em 1656, e n'esse mesmo anno se transferiu em solemne procissão a imagem para a sua nova egreja, que é hoje a matriz da freguezia. O terreno é muito fertil, cria bom gado, e tem muita caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba-Dão. || Villa e freg. de S. Martinho, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Mêda, distr. da Guarda, bisp. de Lamego; 295 fog. e 1:222 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., fabrica d'aguardente, mercado no 4.º domingo de cada mez. Dista 7 k. da séde do conc. e está situada n'um alto, nas proximidades da margem direita do rio Torto, na estrada de Mêda a Penedono. O padroado real apresentava o reitor, que tinha 160$000 reis de rendimento. A pov. é muito antiga, e tinha um castello, de que ainda restam as ruinas, cuja construcção se attribue aos gôdos. O seu primeiro foral foi-lhe dado por el rei D. Diniz, em Coimbra, a 26 de julho de 1286; D. Manuel I deu-lhe novo foral, em Lisboa, a 29 de novembro de 1512. A terra era da Casa do Infantado, e é muito fertil; pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Caldellas, conc. de Amares. distr. de Braga. || S. Pedro, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Reloios do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Rio Frio, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo districto.

Ranhadouro. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Freixo de Cima, conc. de Amarante, distr. do Porto. || N. S.ª das Candeias, de Granjal, conc de Sernancelhe, distr. de Vizeu.

Ranhas. Pov. da freg. da Santa Maria, de Silva, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Ranholas. Pov. da freguezia de S. Pedro, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. Tem correio com serviço de posta rural. A 50 m. do entroncamento da estrada da Abrunheira, na estrada de Lisboa a Cintra, e da lado oéste d'esta estrada, entroncamento quo fica a 1200 m. antes de chegar a Ranholas, ha um cruzeiro singelo, de aspero lavor, a cruz do qual nasce da base rectangular, muito esguia, comparada com a altura total do cruzeiro. Na frente da base, em 7 linhas de versaes e 3 de letra redonda, lê se:

AQUI MATARAM
NO DIA 9 2 89
JOAQUIM LEO-
NARDO DE 26
ANNOS DE EDA-
DE, FILHO DE LEO
NARDO ANTONIO
E DE JOAQUINA MARIA E
IRMÃO DE JOSÉ AN-
TONIO LEONARDO

Ranjodo (*Bairro do)*. Na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Rans. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr. e arceb. do Porto; 120 fog. e 480 hab. Tem esc. do sexo fem., fabrica de manteiga, medico, etc. Dista 5 k. da séde do conc. Esta freg. está annexa ha muitos annos á de S. Thomé, de Cannas. O reitor do Collegio da Graça, de Coimbra, apresentava o cura, que tinha 11$000 reis de congrua e o pé d'altar. Rans pertence á 6.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Cepães, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Cypriano, de Refontoura, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Maria Magdalena e conc. de Santo Thirso, do mesmo districto.

Rapa. Pov. e freg. de Santo André, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Celorico da Beira, distr. e bisp. da Guarda; 123 fog. e 460 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 7 k. da séde do conc. e está situada a 3 k. da margem esquerda do rio Mondego. A mitra apresentava o prior, que tinha de rendimento 60$000 reis e o pé d'altar. E' abundante em gado e caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Rapada. Pov. na freg. de S. Thomé, de Penalva Alva, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Rapadas. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Asmes, conc. de Vallongo, distr. do Porto.

Rapadiça. Pov. na freg. de Santa Maria, de Revinhade, conc. de Felgueiras, distr. do Porto

Rapadinha. Pov. na freg. de S. Paio, de Mozellos, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Rapadoura. Povoações nas freguezias: S Salvador, de Arão, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Infesta, conc. de Paredes de Coura, do mesmo distr. || Sant'Anna, de Riba Longa, conc. de Alijó, distr. de Villa Real.

Rapejães. Pov. na freg. de S. Miguel, de Laundos, conc. do Povoa de Varzim, distr. do Porto.

Raphael *(Joaquim)*. Pintor historico e professor de desenho na Academia de Bellas Artes de Lisboa. N. no Porto em 1783, fal. em Lisboa, a 14 d'agosto de 1864. Era filho de Bento José Rodrigues e de D. Maria Victoria da Costa. Matriculou se aos 19 annos de edade na aula régia de desenho, de que era professor Domingos Francisco Vieira, pae do Vieira Portuense, e alguns annos depois começou a tornar-se conhecido por varios trabalhos que executou para os festejos com que o Porto solemnisou a restauração do reino em 1808. Passando a Guimarães, pintou alguns quadros nas egrejas e palacios d'essa cidade, e a convite dos frades do convento de Tibães, executou para o museu d'aquella casa religiosa uma imagem da *Senhora da Soledade* e, em paizagem, pintou o tecto d'uma das cellas do convento. No Porto, onde viveu até 1825, deixou

muitos dos seus trabalhos, especialmente nas egrejas, o que fez com que o grande critico de arte, o conde de Raczynski, quando visitou as nossas provincias do norte, dissésse que Joaquim Raphael era o Pedro Alexandrino do Porto. Em 1825 veiu para Lisboa por ter sido nomeado pintor da real camara, e logo em seguida teve ordem de modelar em cera os bustos da familia real, o que, pelo menos, em parte executou, porque ainda no meado do seculo passado existiam no gabinete de leitura, na Bibliotheca d'Ajuda, 4 d'estes bustos: *D. Maria I*, *D. João VI*, *D. Carlota Joaquina* e *D. Pedro IV*. A infanta D. Izabel Maria, durante a sua regencia do reino, encarregou o de fazer para a capella do palacio de Ajuda 5 esbocetos, cujos assumptos haviam sido escolhidos por seu fallecido pae, el rei D. João VI, os quaes eram: *N. S.ª da Conceição*, *Santa Margarida, rainha de Escocia*, *S. Luiz, rei de França* e *S Fernando, rei de Hespanha*. Ainda em 1826 se creou, annexa ás obras do paço d'Ajuda, uma escola de desenho, de que foi professor Joaquim Raphael, e durando até 1833, formou 58 artistas, além de outros que tiveram diversos destinos. Foi Joaquim Raphael que pintou o retrato da rainha D. Maria II, que se collocou, em 1834, na camara dos deputados, e d'ahi a pouco apresentou o risco de tres monumentos destinados a commemorar as festas de D. Pedro IV, e um d'elles commemorativo especialmente da batalha da Asseiceira. Em 1836 foi nomeado para leccionar a cadeira de desenho historico da Academia de Bellas Artes, dedicando se desde então com ardor ao ensino, ganhando as sympathias e a amizade de todos os seus discipulos. Na primeira exposição trienal da Academia, em 1840, expoz um retrato de D. Maria II, o qual foi collocado na sala das sessões solemnes da Academia, uma collecção methodica de principios de desenho historico para servir de estudo aos alumnos da academia, e o desenho para os diplomas dos socios honorarios e de merito da Academia. Na segunda exposição, 1843, apresentou dois bustos de D. Maria II e de D. Fernando, um baixo relevo da morte de S. Luiz Gonzaga, copia de um desenho de Sequeira, e um baixo relevo de sua invenção, representando a Virgem. Em 1848 delineou e executou todos os trabalhos de figura que existem na egreja de S. Julião, de Lisboa, e na terceira exposição, em 1852, expôz os seguintes quadros: *Um pae sendo atacado por salteadores reconhece seu filho no meio d'elles*; *Um rico proprietario encontrando seu pae na posição de forçado lança-se lhe aos pés*; *O calumniador de Santa Izabel soffrendo o castigo do seu crime*; *Tomada de Evora por Geraldo sem pavor*; *Ceia do Senhor*; *Sant'Anna ensinando sua filha*; *A Senhora da Conceição*; *S. Nicolau*; *Jesus Christo na cruz*; *Ascensão de Christo*; *Morte de Santa Clara*; *Gloria e Paz*; *a Justiça abraçando a Clemencia*. Na quarta exposição, em 1856, já não pôde apresentar quadro algum, e sendo atacado d'uma paralysia, em abril de 1857, veiu a fallecer 7 annos depois. Escreveu: *Descripção de um modelo para o monumento mandado fazer na cidade do Porto... a fim de perpetuar a memoria do glorioso feito da regeneração portugueza em 24 de agosto de 1820*, Porto, 1821; *Descripção das tres medalhas para os monumentos que os representantes da nação portugueza em sessão de 25 de setembro e 4 de outubro de 1834, sollicitaram ao governo de S. M. F. se erigisse á memoria do maior dos principes o senhor D. Pedro IV; as quaes fôram mandadas fazer pelo ministerio do reino a Joaquim Raphael*, etc., Lisboa, 1837; *Elementos do desenho, colligidos e adoptados pela Academia das Bellas Artes de Lisboa, para uso dos seus discipulos*.

Raphael Cimeiro e Raphael Fundeiro. Duas povoações na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Rapido. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Arcozello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eufemia, de Calheiros, do mesmo conc. e districto.

Raposa. Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. da Extremadura, conc. de Almeirim, com. e distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 149 fog. e 653 hab. Está situada nas proximidades da margem esquerda da ribeira de Muge, na estrada de Almeirim a Coruche, a 10 k. da margem esquerda do rio Tejo e a 13 da séde do conc. Os descendentes de Luiz Affonso de Mesquita apresentavam o vigario, que tinha 150$000 reis de rendimento. A terra é muito fertil em cereaes; tem algum vinho e azeite. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 2, com a séde em Lisboa || Pov. na freg. de S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Raposal. Pov. na freg. de Santa Maria, de Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Raposeira. Pov. e freg. de N. S.ª da Encarnação, da prov. do Algarve, conc. de Villa do Bispo, com. de Lagos, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 135 fog. e 484 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. postal. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, a 5 k do mar, na estrada de Lagos a Villa do Bispo. A mitra apresentava o cura, que tinha tres moios de trigo de rendimento. A aldeia é pequena e pobre. Proximo da povoação ha um antigo e bom chatariz de pedra, que tem agua em abundancia e de boa qualidade. Esta freg., a da Carrapateira e a de Sagres, estiveram algum tempo unidas á da Villa do Bispo. O terreno é muito fertil. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. Entre a Raposeira e a aldeia da Figueira está a egreja de N. S.ª de Guadalupe, muito antiga, e que consta ter sido dos templarios. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Alcanena, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. de Caldas da Rainha, distr. do Leiria. || S. Martinho, da Barca, conc. de Maia, distr. do Porto. || S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria. || Santa Maria, de Alcaçova, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. || Santa Christina, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Thiago, de Figueiró, do mesmo conc. e distr. || S. Salvador, de Maiorca, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Santa Maria, de Miranda, conc. de Arcos de Valle-de Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Christovão e conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || Santo André, de Painzella, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Palmaz, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Luiz, de Pias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de San-

tarem. || S. Miguel, de Refoios de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Martinho, de Soajo, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª dos Anjos e conc. de Valença, do mesmo distr. || Santa Maria, de Villa Fria, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || O Salvador, de Villa Garcia, conc. de Amarante, do mesmo distr. || S. Sebastião, de Vimeiro, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || S. João Baptista, de Estreito, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Ribeira no distr. de Faro. N. na freg. da Raposeira, corre ao S entre o logar d'este nome e a Villa do Bispo, e entra no Oceano Atlantico, com 8 k. de curso.

Raposeira do Cerrado Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. João Baptista, de Fajã da Ovelha, conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Reposeira do Logarinho Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. João Baptista, de Fajã da Ovelha, conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Raposo. Esta familia tem por armas: Escudo franchado, o primeiro, que é o de cima, enxaquetado de prata e azul de peças miudas, e o de baixo da mesma fórma: os dos lados de prata com crescente vermelho apontado em cada um; timbre, um raposo do ouro.

Raposo *(Antonio)*. Doutor em Direito Civil pela Universidade de Coimbra. N. em Aviz, fal. em Lisboa no anno de 1674. Era filho de Antonio Soeiro. Foi desembargador da Casa da Supplicação, conselheiro do Tribunal Ultramarino, juiz conservador da Junta do Commercio, secretario da embaixada de Hollanda e de Inglaterra Foi um dos diplomatas que concorreram tanto como os nossos generaes para a consolidação da liberdade do paiz, conquistada nos campos de batalha da guerra da Restauração em 1640. Era poeta muito apreciado, escrevendo em portuguez e em castelhano. No tempo em que viveu em Madrid passava por ser um dos poetas mais finos da côrte hespanhola. Apenas publicou umas canções, silvas, epicedios, e outras poesias insignificantes

Raposo *(Fr. Antonio)*. Religioso da Santissima Trindade. Foi ministro do convento de Santarem, sendo eleito provincial em 1511. Era um erudito philosopho e historiador monastico. Escreveu a seguinte obra, que ficou inédita: *De revelatione et institutione sacri ordinis Santissimae Trinitatis.*

Raposo *(Gaspar José)*. Notavel scenographo. N. em Lisboa, fal. em Bellas a 4 de janeiro de 1803. Tendo revelado uma decidida vocação e um talento natural para a pintura, foi discipulo de Simão Caetano Nunes, pintor, architecto e decorador de grande fama, que dava lições publicas de geometria e perspectiva. Caindo doente, da enfermidade de que veiu a succumbir, Simão Caetano confiou a este seu discipulo a direcção dos trabalhos scenographicos, de que estava encarregado para o theatro da Rua dos Condes, cujo empresario era Paulino José da Silva, e por sua morte, succedida em 1783, continuou no desempenho d'esses trabalhos, sendo ainda muito novo. Manifestando ao mesmo tempo inclinação para a architectura, foi Gaspar Raposo encarregado dos trabalhos architectonicos e ornatos da capella mór da egreja parochial da Encarnação, de Lisboa. Tambem pintou muitos tectos, como em casa de Jacinto Fernandes Bandeira, etc. A sua vida de libertinagem lhe originou uma grave doença, que, sendo mal tratada, lhe fez perder por alguns annos o uso das pernas, mas n'este deploravel estado, e assentado n'um carrinho, dirigia as decorações do theatro e pintava algumas carruagens da Casa Real, no picadeiro do Collegio dos Nobres. Contrariamente ás affirmativas do dr Cornelio, e d'outros medicos afamados, de que aquella doença era incuravel, Gaspar Raposo ficou radicalmente curado, devido aos esforços de Manuel Lopes, cirurgião do Paço. Esta cura causou espanto geral. Vendo-se restabelecido, voltou a trabalhar mais activamente, e em 1793, por encargo de Anselmo José da Cruz Sobral, teve a direcção das brilhantes illuminações, que este opulento capitalista mandou fazer para celebrar o nascimento da infanta D. Maria Thereza. Gaspar Raposo fez muitas decorações para o theatro de S. Carlos, e todas as do Salitre, não só durante as empresas de Paulino José da Silva e de Antonio José Paula, como da propria companhia da Rua dos Condes que se constituira em sociedade empresaria por algum tempo. Comtudo, continuando sempre na vida desregrada, nos excessos da libertinagem, novamente se lhe aggravaram as doenças, e veiu a fallecer, contando apenas 41 annos de edade.

Raposo *(José Antonio Simões)*. Director da Escola Normal de Lisboa, professor e sub-director da Casa Pia, etc. N. em Lagoaça, concelho de Freixo de Espada-á-Cinta, a 29 d'abril de 1840, fal. em Lisboa a 18 de junho de 1900. Era filho de Martinho Caetano Simões Raposo e de D. Maria da Conceição Linhares Morgado Raposo, ambos descendentes de familias illustres da provincia de Traz-os Montes. Veiu aos 23 annos para Lisboa, foi frequentar a Escola Normal, então em Marvilla, attrahido pela sua irresistivel vocação para o magisterio. Estudante sempre muito laureado, obteve distincção nos dois cursos, elementar e complementar. Foi professor de segundo grau pela Escola Normal, e obteve durante 18 annos na Casa Pia, como professor, provisor das aulas, e sub director encarregado da organisação, direcção e inspecção dos estudos; foi relator de varias conferencias pedagogicas; autor de varios relatorios sobre a organisação dos estudos da Casa Pia e sobre differentes trabalhos escolares, enviados pelo governo ás exposições universaes de Vienna d'Austria e de Paris. Foi inspector primario da primeira circumscripção escolar desde 1 de outubro de 1880; vereador da camara municipal de Belem, sendo encarregado do pelouro da instrucção, presidente do conselho de instrucção do gremio popular de Lisboa, professor de pedagogia e methodos na Escola Normal do sexo feminino, etc. Foi socio fundador da Sociedade de Geographia, e secretario da secção do ensino grafico, da mesma sociedade, onde fez algumas conferencias notaveis. Assistiu ao Congresso Internacional Pedagogico de Bruxellas, em 1880, visitando em seguida as escolas normaes da Belgica, França, Suissa e Hespanha. Representou Portugal no Congresso Pedagogico de Madrid em 1882, pronunciando alguns discursos em castelhano. Simões de Carvalho era socio honorario da

Associação Geral do Professorado Hespanhol, honra tanto mais distincta quanto é certo que, para lhe ser conferida, foi forçoso haver uma reunião extraordinaria da assembleia geral para alterar os estatutos, porque tal distincção só podia ser concedida a hespanhol; foi professor de pedagogia, e em especial do ensino frœbiliano, na Escola Normal do Calvario; official da Academia Franceza, agraciado pelo governo francez, em virtude dos trabalhos apresentados pelos alumnos da Casa Pia, na secção portugueza da Exposição Universal de 1878, trabalhos que mereceram ser archivados no Museu Pedagogico de Paris; foi tambem inspector primario no Porto, e candidato a deputado na legislatura de 1887. Fez parte de muitas commissões officiaes encarregadas de questões pedagogicas. Collaborou no *Boletim do clero e do professorado*, na *Gazeta Pedagogica*, *Revista Pedagogica*, *Ensino livre*, *Annaes de instrucção publica*, *Froebel*, e em outras folhas e revistas litterarias e scientificas. Alguns jornaes estrangeiros, como *El Porvenir*, *El Correo*, *La Patria*, teceram grandes elogios a Simões Raposo; alguns jornaes belgas publicaram os seus discursos. Escreveu: *Relatorio das aulas da Real Casa Pia de Lisboa*, Lisboa, 1869; Idem, 1874; Idem, 1878; Idem, 1881; Idem, 1882; Idem, 1883; Idem, 1884; o de 1869 e o de 1881 são os mais volumosos; no primeiro apresentou o autor um notavel plano geral de estudos, e no segundo os resultados obtidos d'esse plano; *Tabellas ou quadros parietaes de leitura*, Lisboa, 1866; teve outra edição em 1884; *Curso elementar de escripta*, Lisboa, 1877; 2.ª edição, 1880; 3.ª 1882; 4.ª 1884; *Instrucção Popular*, em 3 partes, intituladas—*Primeiro, Segundo e Terceiro livro da escola*, publicados em 1877, e com gravuras; o 3.º livro teve mais duas edições, em 1880 e 1881; *Conferencias pedagogicas*; *relatorio das conferencias de Lisboa em 1883*, etc., Lisboa, 1884; esta obra foi dedicada a el rei D. Luiz.

Raposo (*Luiz Castanheda*). Freire da ordem de S. Thiago. N. em Torres Novas, e fal. no convento de Palmella no fim do seculo XVII. Era filho de Domingos Jorge Raposo. Vestiu o habito no convento de Palmella em 1666. Chegou a ser presidente do citado convento. Publicou e corrigiu a *Vida da serenissima princeza D. Joanna, filha d'el-rei D. Affonso V*, de Fr. Nicolau Dias.

Raposo. Povoações nas freguezias: N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. d'Almada, distr. de Lisboa. || S. Christovão, de Lordello, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Nicolau, conc. e distr. de Santarem. || Santa Maria da Alcaçova e conc. de Montemór-o Velho, distr. de Coimbra. || S João Baptista, de Pedrogão, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Raposo Botelho (*José Nicolau*). General de brigada, lente da Escola do Exercito, director do Collegio Militar, ministro da guerra, vogal do Supremo Conselho de Defeza Nacional, etc. N. a 20 de dezembro de 1850. Dedicando se á carreira militar, assentou praça em infantaria a 2 de agosto de 1866, sendo promovido a alferes em 19 de janeiro de 1870, a tenente em 7 de abril de 1875, a capitão em 19 de julho de 1882, a major em 30 de dezembro de 1890, a tenente-coronel em 27 de julho de 1895, a coronel em 2 de agosto de 1898, e a general de brigada em 15 de outubro de 1908. Pertence ao estado maior general. Tem o curso da Escola do Exercito Sendo promovido a alferes, foi collocado na guarnição do Porto, onde serviu ininterruptamente durante 25 annos até ao posto de major, sendo então nomeado lente da Escola do Exercito. Promovido a coronel, commandou o regimento de caçadores n.º 2, foi chefe da 1.ª e 2.ª repartição da direcção geral do ministerio da guerra, e vogal da commissão superior de guerra. Foi tambem professor do Lyceu do Porto. O sr. general Raposo Botelho representou Portugal na conferencia internacional para a revisão da convenção de Genebra em 1906, sendo numerosas as suas viagens pela Europa, de que conhece quasi todos os paizes, e onde tem estudado as diversas instituições militares com o interesse que manifesta a sua longa collaboração nas revistas da especialidade, principalmente a *Revista Militar*, de que é director. Em 1904 foi nomeado director do Collegio Militar, onde prestou muitos serviços, grandes reformas tanto na administração como no ensino, provando os seus conhecimentos administrativos e boa orientação pedagogica. Em julho de 1910, foi chamado ao ministerio, no gabinete presidido pelo conselheiro Teixeira de Sousa, encarregando se da pasta da guerra. Foi este o ultimo ministerio monarchico, que caiu no principio de outubro de 1910, com a acclamação da Republica Portugueza. O sr. general Raposo Botelho é official de S. Bento d'Aviz, por serviços distinctos, official, cavalleiro e commendador da mesma ordem; official da de S Tiago, possue as medalhas de prata da classe de bons serviços e de comportamento exemplar; tambem foi agraciado com a cruz de 3.ª classe da ordem de Merito Militar de Hespanha. Escreveu: *Tratado completo de arithmetica pura e applicada ao commercio, aos bancos, ás finanças e á industria*, Porto, 1875; *Problemas para uso dos menores que se preparam para exame de instrucção primaria, precedidos das regras a seguir na resolução de qualquer problema de calculo*, Porto, 1875; *Curso elementar de tiro para uso dos officiaes inferiores*, Porto, 1871; com 2 estampas, 2.ª edição *totalmente modificada*, Porto, 1878; *Guia do atirador*, Porto, 1874; com 7 estampas lithographadas; *Curso theorico e pratico de pedagogia, de Miguel Charbonneau; nova edição portugueza, segunda a nova edição franceza de 1882, revista, correcta e precedida de uma introducção, por J. J. Rapet . Traducção... seguida das principaes disposições da nova lei de instrucção primaria*, Porto, 1882; *Principios de Algebra*, Porto, 1883; *Compendio de Chorographia portugueza*, etc., com 2 mappas; *Geographia geral actualisada*, etc.; *Arithmetica pratica*, etc.; *Theoremas introduzidos no terceiro anno do curso de mathematicas*, etc; *Historia Universal; chronologia historica*; *Historia militar de Portugal; Manual do tiro; Compendio das Escolas Regimentaes*; *Geographia economica*, em 3 volumes, um dos quaes é exclusivamente dedicado a Portugal.

Raposo de Castanheda (*João Lopes*). Magistrado e escriptor. N. em Torres Novas, e fal. a 9 d'abril de 1703. Era filho de Manuel Jorge. Formou se em Jurisprudencia na Universidade de Coimbra, e foi depois juiz de fóra de Silves e de Evora, corregedor de Pinhel e de Evora. Escreveu uns estudos genealogicos sobre a familia dos Lencastres, e uma relação do descobrimento dos sautos da cidade de Concordia, e outra da che-

gada do corpo de André Furtado de Mendonça; escreveu tambem em hespanhol a *Vida e morte do bispo de Otranto*, D. Diogo Lopes de Andrade, frade agostiniano portuguez. Tudo ficou em manuscripto.

Raposos. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Victoria, de Famalicão, conc. de Pederneira, distr. de Leiria. || S. Lourenço, do Prado, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Rapoula. Povoações nas freguezias: Espirito Santo, de Avellar, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || N. S.ª da Conceição, de Covas, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || S. João Baptista, de Pera do Moço, conc. e distr. da Guarda. || N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco. || S. Pedro, de Sébal Grande, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra.

Rapoula do Côa. Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Sabugal, distr. e bisp. da Guarda; 103 fog. e 460 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Dista 12 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, na margem esquerda do rio Côa. O vigario da freg. de Santa Maria do Touro apresentava o cura, que tinha 7$500 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil em generos agricolas e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Rapoulas. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

Rapoulinha. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco.

Rapuçada. Pov. na freg. de S. Mamede, de Vermil, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Raràpia. Antiga cidade da Lusitania; é hoje a pequena villa do Castello, que foi a capital do conc. de Ferreira d'Aves ha muitos annos supprimido. A villa do Castello, era assim chamada por constar que no tempo do famoso Viriato, o Herminio, havia n'ella um castello, cuja pedra serviu, passados seculos, para a construcção da actual egreja matriz. N'essa epoca, tinha a villa do Castello o nome de Rarápia, com fóros de cidade. Conta a tradição que no anno 145, antes de Christo, ganhando Viriato a batalha dada contra o pretôr romano Cayo, fôra o bravo lusitano descançar e receber congratulações para a sua cidade de Rarápia. Não se sabe, quando esta antiquissima cidade perdeu o seu nome, mas talvez fôsse no principio do seculo VIII, quando os moiros invadiram a Lusitania. E' certo que no anno de 1200 da era christã, já tinha o nome de *Ferrária* (em portuguez Ferreira) como consta do tombo das religiosas benedictinas, de Ferreira. O mesmo nome se vê a fl. 46 v. do mesmo tombo, onde está copiado o testamento do 1.º bispo da Guarda, D. Martinho Paes, natural d'esta villa do Castello de Ferreira d'Aves, fallecido em Roma a 12 de novembro de 1228 N'este testamento se lê: *Boves quos hebeo in Ferrária*. Ainda em 24 de fevereiro de 1284 conservava este nome, na occasião em que se procedeu á divisão das rendas, entre o bispo de Vizeu, D. Nicolau, e seus conegos, ficando estes com a terça parte dos dizimos de Ferrária.

Rás. V. *Raz*.

Râs. V. *Rans*.

Rasa. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Aramenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre. || S. Christovão, de Mafamude, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Pedro, de Villar de Paraizo, do mesmo conc. e distr. || O Salvador, de Nogueiró, conc. e distr. de Braga. || S. Paio de Melgaço, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Arrifana, conc. e distr. da Guarda. || Ponta situada na costa N da ilha de S. Jorge, Açôres. || Ilha da costa do distr. e prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' a mais septentrional do grupo das ilhas Primeiras, e entre ella e a costa corre um canal que dá passagem a navios de grande tonelagem. || Ilhéo no archipelago e prov. de Cabo Verde. V. *Raso*.

Rasas. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Villa Mou, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Sebastião, de Ferro, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Rasia. Pov. na freg. de S. Mamede, de Arca, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Rascoia. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Avellar, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Raseira. Pov. na freg. de S. Miguel, de Liceia, conc. de Montemór-o-Velho, districto de Coimbra.

Rasmalho. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e concelho de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

Raso. Povoações nas freguezias: N S.ª do Pranto, de Gafanhão, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || S. Julião, de Silva, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Ilhéo situado entre as ilhas de Santa Luzia e de S. Nicolau, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Fica a 5 k. ao SE do ilhéo Branco e a O da ilha de N. Nicolau, correndo entre ambas um canal de cêrca de 3 k. Mede cêrca de 3 k. de N a S, e 4 de E a O, e, ao contrario do que o seu nome indica, é um morro alto, quasi redondo, de margens alcantiladas e com bom desembarcadouro do lado do N. Parece ser aproveitavel para a cultura do algodão, do dragoeiro e da purgueira. O ilhéo Raso é a ilha Rasa dos documentos antigos.

Rasquinho *(Joaquim José)*. Artista de merecimento. N. em Loulé a 8 de dezembro de 1736, fal. em Faro a 10 de dezembro de 1822. Era fifilho de Manuel Gonçalves Rasquinho e de Josepha da Conceição. Sem ter mestres chegou a ser um dos melhores pintores do seu tempo. São trabalhos seus, o quadro de S. Salvador, que está na bocca da tribuna do altar-mór da egreja de Alvôr; o de N. S.ª da Conceição, que se vê na casa da camara de Faro, 4 quadros da vida de Santo Elias, da capella dos terceiros do Carmo, em Tavira; a magnifica cópia d'um quadro do Senhor Morto, que está na sacristia da egreja de S. Pedro, de Faro, e outros ainda, tambem de valor. Era egualmente eximio retratista. Ainda na edade de 84 annos pintava com mimo e primor. Joaquim Rasquinho teve um filho, que seguiu a carreira ecclesiastica e chegou a ser conego; tambem foi bom paizagista e um bom pintor de figuras.

Rassaim. Pov. do conc. de Salsete, no distr. e arceb. de Gôa, India.

Rastêllo. Antigo nome do sitio, hoje chamado de Belem, onde se erigiu o magnifico templo e convento dos Jeronymos, em commemoração do

descobrimento do caminho da India. Existia n'esse local uma ermida consagrada a Nossa Senhora pelo infante D. Henrique, o grande navegador. O antigo nome de *Rastêllo* é hoje mais conhecido, por corrupção, *Restêllo*. V. *este nome*.

Rata. Pov. na freg. de Santo André, conc da S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. ‖ *Ponte da Rata*. No conc. de Aveiro, a 14 k. ao ESE d'este cidade, está a freg. de Eiral, sobre a margem esquerda do rio Vouga. E' n'esta freg. e proximo da confluencia do Agueda com o Vouga, que está a Ponte da Rata, atravessando o primeiro d'estes dois rios, Principiou a construir se em 19 de maio de 1865, e concluiu-se a 18 de outubro de 1866.

Rates. Villa de freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Povoa do Varzim, distr. do Porto, arceb. de Braga; 258 fog. e 1:055 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., medico, pharmacia, est. do caminho de ferro na linha do Porto, Povoa e Famalicão, entre as de Fontainhas e Laundos. A villa dista 10 k. da séde do conc., e está situada na estrada que vae de Espozende entroncar com a de Villa do Conde ao Porto. A mitra apresentava o reitor, que tinha 150$000 réis e o pé d'altar. El-rei D. Manuel I lhe deu foral, em Lisboa, a 4 de setembro de 1517. Esta pov. é antiquissima, e ha toda a probabilidade de ser fundação anterior ao tempo do dominio dos romanos na Lusitania. Foi muitas vezes arrazada e reconstruida durante as guerras successivas da Edade Média, e depois tambem os gallegos mais de uma vez a destruiram. Diz-se que o mar chegava antigamente até esta villa por um esteiro ou canal. Se dermos creditos a todos os antigos escriptores, já antes do anno 45 da era christã, existia aqui uma egreja, que tinha fundado S. Pedro de Rates, que se diz ter sido o primeiro christão, o primeiro bispo e o primeiro martyr da Europa. S. Thiago Maior, de quem era discipulo, o converteu ao Christianismo e o sagrou bispo de Braga. S. Pedro era natural de Rates, com quanto alguns pretendem que fôsse nascido em Braga, e sagrou por sua vez alguns bispos, entre os quaes se conta S. Bazilio, que foi o primeiro bispo do Porto; Epitanio, primeiro bispo de Tuy; e nomeou e sagrou ainda os primeiros bispos de Lisboa, Coimbra, Iria-Flavia (hoje Padrão, na Galliza), Amphiloquia (hoje Orense, provincia d'este nome) e Erminio (Agueda). Fugindo á perseguição que lhe faziam, e a todos os christãos, os legados do imperador de Nero, veiu refugiar-se em Rates. Os romanos aqui o vieram achar orando na sua egreja, e ali mesmo o martyrisaram no referido anno 45, e arrazaram a egreja, ficando o corpo do santo martyr sepultado sob as ruinas. S. Felix, primeiro eremita da christandade, e um seu sobrinho, tambem anachoreta, fôram, passados dias, procurar o santo cadaver debaixo do entulho, e o sepultaram decentemente, até que, reconstruido o templo, ali se recolheram os ossos. S. Pedro de Rates fundou n'esta villa um mosteiro de anachoretas, que existia ainda em 716, sendo n'esse anno destruido pelos serracenos. O conde D. Henrique o reedificou em 1100, mandando vir para ali os *monges da Caridade*, do mosteiro assim denominado, de Auxerre, França. Em 1152, D. Mafalda, mulher de D. Affonso Henriques, mandou construir um sumptuoso tumulo, a S. Pedro de Rates, reedificou a egreja, e augmentou o convento, onde collocou 12 religiosos cruzios com seu prior, D. Pedro de Fafez. Já então os monges da Caridade se haviam retirado para França. A referida rainha D. Mafalda doou ao mosteiro muitas e valiosas rendas, e seu marido coutou a freguezia, concedendo lhe grandes privilegios. Ainda em 1315 era mosteiro de conegos regrantes de Santo Agostinho (Cruzios), mas desde então, apenas se sabe que passou a commendatario, e que em 1566 foi unido, para sempre, ás commendas da ordem de Christo. O arcebispo de Braga, D. Fr. Balthazar Limpo, fez trasladar, em 1552, para a sua sé os restos mortaes de S. Pedro de Rates, que foi o primeiro prelado da diocese bracarense, sendo n'esse facto que a Egreja de Braga fundamenta a sua primazia sobre todas as Egrejas da peninsula. A trasladação foi feita com toda a pompa e solemnidade, sendo os ossos depositados em capella propria, n'um rico tumulo, onde se gravou a seguinte inscripção:

AQUI JAZ O CORPO DE S. PEDRO MARTYR,
DISCIPULO DO APOSTOLO SÃO THIAGO:
TRESLADADO DA EGREJA DE RATES,
POR DOM BALTHEZAR LIMPO
ARCEBISPO DE BRAGA, A ESTA
SEPULTURA, QUE SE LHE FEZ
POR MAYOR VENERAÇÃO,
E POR SER O PRIMEIRO PRELADO
DESTA EGREJA. AOS 17 DE OUTUBRO DE 1552.

Segundo a tradição e memorias escriptas, a causa do martyrio de S. Pedro de Rates não foi sómente a divergencia de crenças religiosas. Conta-se que, n'aquelles tempos havia no territorio bracarense um regulo, que tinha uma filha coberta de lepra. O santo bispo a curou por meio das suas orações, e ella e sua mãe, em vista de tal milagre, se converteram á fé christã. O régulo enraivecido pela conversão, e esquecendo o que devia ao santo, o mandou assassinar mesmo dentro da egreja, conforme dissémos. Consta que a pov. de Rates já no tempo dos romanos era composta de christãos, aos quaes lhe davam o nome de *ratinhos*. No anno 69 da era de Christo, Nero mandou Otho Sylvio por procurador para as Hespanhas, como proconsul. Era homem justiceiro, mas moderado, e não perseguia os christãos. No anno 74, succedeu a Nero, Vespaziano, um dos imperadores que mais beneficios fez á Lusitania, abrindo estradas, e construindo obras em muitas povoações. O povo de Rates e das outras povoações christãs, puderam então prestar livre culto á sua religião. Succedeu-lhe seu filho Tito, que poz o celebre naturalista e geographo Plinio, por questor nas Hespanhas. Tambem n'este tempo fôram felizes os christãos, mas não assim durante o imperio do cruel Domiciano, em cujo tempo o sangue dos martyres inundou o solo da patria. No anno 100, subiu Trajano ao throno do imperio, e foi amigo e protector dos Lusitanos, bem como o seu successor Adriano, e depois d'este Antonino Pio e Marco Aurelio. Foi durante este longo periodo, que a religião catholica se generalisou na Lusitania. Chegou finalmente o tempo do primeiro imperador christão, Constantino Magno, em 306, e a religião christã foi acatada em todo o imperio. No anno 590 foi Santo Estevão abbade do mosteiro de Rates, e ali falleceu.

O terreno d'esta freg. é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. Em agosto de 1876, Manuel Ferreira Serra, natural de Rates e residente no Rio de Janeiro, offereceu ao governo portuguez um predio e seu terreno, que possuia n'esta freguezia, para o estabelecimento d'uma escola, denominada *de Camões*, para a qual deixou um sufficiente legado. Antonio Joaquim Guimarães, tambem d'aqui natural e fallecido na cidade do Porto-Alegre, do Brazil, mandou que esta escola fôsse destinada ao ensino das linguas portugueza e franceza e principios de agricoltura.

Rato *(Antonio Moreira)*. Industrial lisbonense, chefe das antigas officinas de canteiro e esculptura Antonio Moreira Rato & Filhos, na rua Vinte e Quatro de Julho. N. em Sassoeiros, termo de Cascaes, em 6 de setembro de 1818, fal. em Lisboa a 16 de novembro de 1903. Trabalhando durante muitos annos na arte de canteiro, montou no meado do seculo passado uma officina que debaixo da sua direcção produziu trabalhos importantes. Com elles concorreu á Exposição de Paris de 1889, obtendo a medalha de ouro. Tinha tambem diversas menções honrosas das exposições de Vienna d'Austria, Philadelphia, Paris de 1867, e Industrial Portugueza. Moreira Rato deixou o seu nome vinculado a verdadeiras obras de arte. Os trabalhos para a Casa Pia em estylo manuelino, os jazigos do conde de Penha Longa e outros, os trabalhos em cantaria do theatro Garcia de Rezende, de Evora, o palacio de Conceição e Silva na Avenida da Liberdade, e de José Augusto Martins, na praça do Principe Real, hoje do Rio de Janeiro, o jazigo do visconde de Valmôr, e o monumento a Eduardo Coelho, em S. Pedro d'Alcantara, são obras consideradas das primeiras do paiz. A' firma Antonio Moreira Rato & Filhos se deve a iniciativa da fabrica de cimentos na Alhandra.

Rato Junior *(José Moreira)*. Estatuario. Foi discipulo da Academia de Bellas Artes, onde se matriculou em 1873, no curso geral de desenho, obtendo *accessit*, no primeiro anno e o premio pecuniario de 10$000 réis no 4.º anno, curso especial de esculptura, tendo a medalha de ouro com a prova final, *Spartano armando-se para o combate*. Foi o seu primeiro professor Alberto Nunes, e concluiu o curso sob a direcção de Victor Bastos. Em Paris fez os seus estudos com os melhores esculptores d'aquelle tempo, completando os com extraordinario aproveitamento. Em junho de 1880 entrou no concurso para admissão na escola de Bellas Artes de Paris, praticando no *atelier* do professor Drumont, e frequentando a escola de 1880 a 1882. Na exposição industrial portugueza do Rio de Janeiro de 1878, obteve a medalha de ouro, com a sua estatueta, *Um garoto tocando n'uma panella velha*, a qual foi comprada pela imperatriz do Brazil. Na escola de Paris foi premiado com quatro medalhas de prata e uma menção honrosa, estudando depois fóra da escola com os estatuarios Thomaz e Gautherin. Em 1880 foi-lhe conferida uma medalha na exposição da Sociedade Promotora de Bellas Artes, pela exhibição da *Hermengarda*, uma bella estatua de expressão e movimento. No *Salon*, de Paris, em 1885, expôz uma estatua em gesso, *Caim*, que foi premiada com menção honrosa; de volta a Lisboa e por encommenda do Estado, executou essa mesma estatua em marmore, para o Museu Nacional de Bellas Artes. Obteve egualmente as medalhas de 2.ª e 3.ª classe e a medalha de prata na exposição industrial portugueza de 1888 por diversos trabalhos expostos na Sociedade Promotora. Nas exposições do Grupo Leão tambem expôz alguns trabalhos como o busto da *Infancia*, *Flaneur*, etc. Entre muitas das suas obras citaremos: o busto da rainha D. Amelia, para S. Pedro do Sul; *A infancia de Vasco da Gama*, em marmore, para a duqueza de Palmella; *A Historia*, em marmore, para a sala das sessões da camara municipal de Lisboa; o *mausoleu Sobral*, para a Guarda; os bustos de Joaquim Lopes, coronel Galhardo, dr. Cunha Belem (bronze) e Luciano Cordeiro, em marmore para a Sociedade de Geographia, etc. E' obra sua o bello grupo allegorico decorativo da tribuna diplomatica da sala da camara dos deputados. Foi tambem Moreira Rato o encarregado de modelar o busto de Antonio Rodrigues Sampaio, quando, em julho de 1906 se commemorou o centenario do nascimento d'aquelle grande jornalista e valioso homem de estado. Em 1909 tambem apresentou o projecto d'um monumento ao poeta João de Deus. Esteve em exposição no *atelier* do distincto esculptor. O monumento tem a base octogonal, de onde se eleva o pedestal quadrangular, formado por dois corpos, sendo o inferior mais baixo e o superior mais alto, e estreitando para cima, com elegancia, resaltando suas molduras e motivos ornamentaes. A estatua representa João de Deus sentado, e com a cabeça apoiada sobre a mão direita, em attitude meditativa.

Rato. Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Campo, conc. de Barcellos, distr. de Braga. ‖ S. Silvestre, de Requião, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo districto.

Ratoeira. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Celorico da Beira, distr. e bisp. da Guarda; 128 fog. e 497 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 4 k. da séde do conc. e está situada a 1:500 m. da margem esquerda do rio Mondego. Os priores da collegiada de Celorico da Beira apresentavam o cura, que tinha 6$000 reis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil em cereaes e legumes, gado e caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. ‖ Pov. na freg. de S. João, de Reboreda, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. Tem correio com serviço de posta rural.

Ratões. Pov. na freg. de S. Lourenço de Mamporcão, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Ratolla *(Francisco Simões)*. Primeiro amanuense escripturario da Bibliotheca Nacional de Lisboa, e escriptor. N. em Pedrouços, em 4 de dezembro de 1868, sendo filho de José Simões Ratolla (V. o *artigo seguinte)* e de D. Maria da Conceição Ratolla. Foi nomeado funccionario da Bibliotheca Nacional por decreto de 29 de dezembro de 1887. E' diplomado com os cursos: *Geral e de Lettras dos Lyceus*, *Superior de Letras* e *Superior de Bibliothecario-Archivista*. Pela sua muita dedicação ao estudo, é dos poucos estudiosos que conseguiram concluir o Curso Superior de Bibliothecario Archivista, e foi o unico que no anno de 1903, teve o diploma do Curso Superior de Letras, na qualidade de alumno ordinario, o

que lhe grangeou a estima dos professores e dos condiscipulos. Tem publicado varios trabalhos litterarios, entre os quaes se conta uma descripção de Pedrouços, terra da sua naturalidade, com o titulo seguinte: *Pedrouços, noticia historica e descriptiva*, Lisboa, 1901; traz a gravura da Torre de Belem e da praia de Pedrouços. Bibliographia: *Biographical sketches of the cabinet minister Ernest Rodolph Hintze Ribeiro, prime minister of the Kingdom,* com o retrato e o fac simile da assignatura de biographado; Lisboa, 1902; *Sonetos (1897-1904)*, Lisboa, 1905; tem o retrato e o fac-simile da assignatura do autor; *Descripção do Convento do Bom Successo em Pedrouços*, Lisboa, 1906; com a imagem de Nossa Senhora do Rosario; *Esboço biographico do Conselheiro Antonio Maria d'Amorim*. Lisboa, 1906, com o retrato e o fac-simile da assignatura do biographado; *Traços biographicos do dr. Theophilo Braga*, Lisboa, 1906, com o retrato e o fac-simile da assignatura do biographado; *Noticia do Chafariz de Pedrouços*, Lisboa, 1907; com as gravuras do chafariz de Pedrouços, Torre de Belem, e o retrato do autor; *Roteiro de Pedrouços da Freguezia de Santa Maria de Belem*, Lisboa, 1908; *Os melhoramentos da rua das Mercês, em Ajuda;* petição á camara municipal de Lisboa, apresentada na sessão de 13 de setembro de 1906, pedindo o calcetamento d'esta rua, contando 230 assignaturas, Lisboa, 1908. As obras da rua das Mercês e suas immediações devem-se aos esforços de Simões Ratolla, que prestou um valioso serviço. Os seguintes jornaes publicaram a sua biographia: *Echos da Avenida*, de 15 de fevereiro de 190?; *Dictionnaire Biographique International des Ecrivains, des Artistes, des Membres des Sociétés Savantes*, Paris, 1906-1907, tomo XVI, pag. 79 e 80; *Revista Azul*, de outubro de 1906, vol. II, n.º 69, acompanhada do retrato. Louis Philippe Franck, tambem publicou um opusculo, em 1906: *Biographie de François Simon Ratolla, Membre de l'Institut Royal de Lisbonne.* Francisco Simões Ratolla tem inserido algumas poesias em diversos jornaes; por occasião da *Exposição Garrettiana na Bibliotheca Nacional de Lisboa*, inaugurada em 9 de dezembro de 1904, para a commemoração quinquagenaria da morte de Almeida Garrett, escreveu um soneto que dedicou ao fallecido rei D. Carlos I, presidente honorario da Sociedade Litteraria Almeida Garrett. *A Gazeta de Lisboa*, de 15 de novembro de 1908, tambem publicou a sua biographia e retrato.

Ratolla *(José Simões)*. Industrial, commerciante e proprietario. N. em Aveiro a 30 d'abril de 1844, fal. em Lisboa a 11 de dezembro de 1905. Foi por muitos annos eleito presidente de varios gremios; era socio fundador da Sociedade Relojoaria, fundada em 24 de março de 1883, do Asylo Créche Feliciano de Castilho, etc.

Ratos. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Carvoeiro, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Matta Moirisca, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Braz de Alportel, conc. e distr. de Faro. || Ilhota do archipelago das Ilhas, situada ao SE da ilha de Gôa, no distr. e arceb. de Gôa, India.

Ratto *(Joaquim Gregorio da Silva)*. Pintor, que foi contemporaneo de Joaquim Raphael, e discipulo de Sequeira. Trabalhou no palacio d'Ajuda, e figuraram alguns quadros seus na exposição realisada em 1813. Teve um filho, Gregorio Luiz Maria Ratto, tambem pintor distincto. Foi discipulo de seu pae, e tambem, como elle, trabalhou no palacio d'Ajuda, e fez a parte inferior da copia da *Transfiguração*. Expôz egualmente quadros na referida exposição.

Ratton. Appellido nobre em Portugal, cuja familia veiu de Monestier de Briançon, no Delphinado, França. Passou a Portugal na pessoa de Jacome Ratton, que se estabeleceu em Lisboa, e teve de sua mulher, madame Francisca Bellon, outro Jacome Ratton, o qual, casando com D. Anna Clamouse, filha de Bernardo Clamouse, c nsul de França, na cidade do Porto, teve por filhos Diogo Ratton Clamouse, e outros. Suas armas são: Em campo azul, chefe de prata, carregado d'um rato negro, andante; contra-chefe de ondas, com um atum negro andante.

Ratton *(Jacome)*. Industrial e negociante da praça de Lisboa; deputado do tribunal supremo da Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação; fidalgo-cavalleiro da Casa Real e cavalleiro da ordem de Christo. Sendo francez de nascimento, tornou-se portuguez pela sua naturalisação. Nascera na cidade de Monestier de Briançon, na provincia do Delphinado, mais tarde departamento dos Alpes, em França, a 7 de julho de 17?6. Falleceu em Portugal cerca de 1822. Era filho unico de Jacome Ratton e de Francisca Bellon, naturaes da mesma cidade. Pouco depois do seu nascimento vieram seus paes para Portugal e aqui se estabeleceram com uma casa de commercio, de sociedade com Jacome Bellon, seu cunhado, o qual já estava estabelecido no Porto. Depois de fixarem definitivamente em Lisboa a sua residencia, mandaram vir o filho, que chegou aqui em 7 de maio de 1747, e completaram em Portugal a sua educação, toda dirigida no sentido do commercio, cuja theoria e pratica conhecia perfeitamente quando, em 1758, seus paes o instaram para casar, visto ser filho unico. Escolheu então para sua mulher a Anna Izabel Clamouse, filha do consul francez no Porto, Bernardo Clamouse. Pouco depois foi encarregado da liquidação da casa commercial de seus paes e tio, que lh'a tinham cedido, ao retirarem-se para França. Desde logo manifestou uma grande actividade e uma arrojada iniciativa, nos mais variados assumptos do commercio, industria e agricultura. A primeira cousa que projectou foi, em 1764, uma fabrica de chitas, que suscitou o estabelecimento de outras, e depois uma de papel. Em Elvas fundou uma fabrica de chapéos finos, e outra em Li boa. Em 1789, associando-se com outro francez illustradissimo Thimotheo Lecussan Verdier, fundou a fabrica de fiação de algodões de Thomar, que tanta importancia deu aquella terra. Promoveu a creação de outras emprezas importantes, para as quaes encontrava largo auxilio no governo, que então era o do Marquez de Pombal, sempre tão empenhado em desenvolver a industria, a agricultura e o commercio da nação portugueza. Foi em 1762, que Jacome Ratton se naturalisou cidadão portuguez. Em 1767 tratou de explorar umas marinhas de sal importantes na Barroca d'Alva, nas proximidades de Alcochete. Para esse fim aforou uma grande extensão de terrenos incultos, conhecidos pelo Sapal de Pancas; depois enxugou pantanos, saneando logares onde nunca se criára um homem, fez

grandes culturas, construiu uma casa magnifica para sua residencia, e fundou finalmente um valiosissimo estabelecimento agricola e industrial. Muito dedicado á arboricultura, fez aqui, entre outra outras tentativas, um viveiro de amoreiras brancas de que podia dispôr de 12:000 pés. De arvores exoticas plantou n'este logar o primeiro *eucalypto* que houve em Portugal. A primeira araucária, bella arvore que se admira na quinta dos duques de Palmella, no Lumiar, foi tambem importada por Jacome Ratton. Em 1788 foi nomeado deputado da Junta do Commercio e depois fidalgo cavalleiro da Casa Real, recebendo ao mesmo tempo o habito de Christo. Vivia tranquillo, respeitado, considerado e feliz, rodeado de seus filhos, escrevendo as suas memorias, quando em 1807 veiu a invasão franceza de Junot. E' provavel que, apezar de se achar naturalisado portuguez, ou não desgostasse de vêr tremular aqui a bandeira do seu paiz, ou pelo menos mantivesse relações amigaveis com os seus ex-compatriotas. Tudo isto é natural. Mas ainda que Jacome Ratton se conservasse completamente afastado do governo de Junot, bastavam o seu nome de estrangeiro, a sua illustração e o seu espirito naturalmente inclinado ás idéas do progresso, para o indigitar como jacobino. Assim o trataram, e foi Jacome Ratton uma das victimas da famosa setembrizada Já em junho de 1810, por informações que a Regencia enviara para o Rio de Janeiro, fôra demittido do logar de deputado da Junta do Commercio, em que esteve durante mais de vinte e dois annos, prestando notaveis serviços. Na noite de 10 para 11 de setembro do referido anno de 1810, foi preso para a Torre de S. Julião e transportado cinco dias depois para bordo da fragata *Amazona*, que o devia conduzir, juntamente com outros jacobinos, para a ilha Terceira, onde chegaram a 25 do mesmo mez. A' força de supplicas e de empenhos, conseguira Ratton que lhe permittissem exilar se voluntariamente para Inglaterra. Passou então para bordo da fragata ingleza *Lavinia*, a qual tinha seguido a *Amazona* desde o Tejo até á ilha Terceira, commandada por Lord Wlliam Stuart. Ratton, como outros companheiros, tinha passaporte do ministro britannico em Lisboa para passar á Inglaterra, mas os governadores do Reino retiveram esses passaportes e Ratton ainda esteve preso no Aljube de Angra e deveu á diligencia de Lord Stuart o passar sem demora para bordo da *Lavinia*, que o levou a Portsmouth, d'onde partiu para Londres. Aqui, junto de seu filho José Luiz, que havia pouco fôra de Portugal para se estabelecer em Inglaterra, escreveu e publicou, em 1813, a obra intitulada: *Recordacoens de Jacome Ratton, fidalgo cavalleiro da Caza Real, cavalleiro da ordem de Christo, ex-negociante da praça de Lisboa, e deputado do tribunal supremo da Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação. Sobre occurrencias do seu tempo, em Portugal, durante o lapso de sessenta e tres annos e meio, aliás de maio de 1747 a setembro de 1810, que rezidio em Lisboa: acompanhadas de algumas subsequentes reflexoens suas, para informaçoens de seus proprios filhos Com documentos no fim. Londres. Impresso por H. Bryer, Bridge Street, Blackfriars, 1813.* Esta curiosissima obra constitue um volume de 462 paginas, com o retrato do autor desenhado por H. L'Eveque e gravado por J. Vendramini, e uma planta das suas propriedades da Barroca d'Alva. E' de uma grande importancia pela vasta copia de informações e de esclarecimentos que encerra, tudo acompanhado de reflexões, quasi sempre judiciosas, e de anedoctas interessantes, relativas principalmente ao governo do marquez de Pombal e á reacção que se lhe seguiu. Não poz á venda exemplar algum, e limitou-se a brindar com elles os seus amigos. Por morte d'estes vieram alguns exemplares para o mercado, mas em differentes epocas parece que houve interessados no seu desapparecimento, tornando-se o livro tão raro quão apreciado. Quando em 1815 se fez a paz geral, pôde Jacome Ratton regressar a Lisboa e acabar aqui tranquillamente os seus dias nos fins de 1821 ou principios de 1822. Ainda em 1816 publicara no *Investigador portuguez* um artigo *Pensamentos patrioticos. Imperio luso.* Seu filho Diogo Ratton foi feito barão de Alcochete *(V. este titulo)* e Innocencio, no seu *Diccionario Bibliographico*, declara não saber se são d'elle se de seu pae os seguintes opusculos, intitulados: *Reflexões sobre o papel-moeda e Reflexões sobre o commercio e fazenda*, publicadas em 18-2. Pinheiro Chagas, no seu *Diccionario Popular*, inclina se que estes estes escriptos sejam de Diogo Ratton. Jacome Ratton foi ascendente directo do conde de Daupias (V. *este titulo)*, um esclarecido industrial, fallecido em 1900.

Jacome Ratton

Ratura. Pov. na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr de Lisboa.

Raudá-grande. Aldeia pertencente á divisão Etly-Pahw, ao norte do rio Sandalcalo, no conc. de Nagar Avely, distr. de Damão, na India.

Raudá-Pequeno. Aldeia pertencente á divisão Etly-Pahw, ao norte do rio Sandalcalo, no concelho de Nagar Avely, districto de Damão, na India.

Rausador, Rousador e Rouçom. Assim se chamava antigamente ao que roubava donzellas, para abusar violentamente da sua honestidade; ou o que violava as mulheres contra a vontade d'ellas. O foral da villa da Lourinhã, dado em 1218, por D. Affonso II, diz: *O rousador seja preso, e justiçado; se fogir, pague CCC* (300) *soldos ao Pretor, e avenha se com os Pais, ou parentes da mulher*. No foral de Villa Verde dos Francos, no concelho de Alemquer, dado no mesmo anno de 1218, se determina que o matador pague 1:000 soldos, e, não os tendo, seja enforcado. Egual pena se impõe ao *roxo* (rousador). Nas *Inquirições reaes*, de 1258, se encontrou que a ordem do Hospital tinha na freguezia de Santa Cruz, da Maia, 6 casaes que lhe havia empenhado um fr. Adrião, o qual foi ter a um moinho e *forciavit ibi unam mulierem*, e rico homem que então era senhor da Maia, *mandabat ei Raussum;* e para satisfação d'aquelle crime, fôra contrahido o citado empenho. O crime de *rauso*, ou *rouço*, era punido com tanta severidade que aquelle que o praticasse perdia o direito a qualquer doação que tivesse da corôa, não exceptuando d'esta pena nem as mais poderosas ordens de cavallaria, o que consta das clausulas de muitas d'essas doações. D. Pedro I, andando á caça nos arredores de Lisboa, ouviu duas mulheres questionando, e uma a chamar á outra *rouçada*. Inquirindo a causa d'este insulto, soube que ella havia sido *rouçada* pelo homem com quem depois casou. D. Pedro, apezar d'essa reparação, deu ordem para que o *rouçador* fôsse enforcado. Debalde a mulher se lançou aos pés do rei, dizendo-lhe que, não só ella havia perdoado o crime, mas que até o criminoso o havia reparado pelo casamento. As supplicas não valeram de nada, e o infeliz foi justiçado.

Ravara *(Arthur)*. Medico cirurgião pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, etc. N. em Aveiro a 21 de março de 1848, e fal. repentinamente em Lisboa, no hospital Estephania, a 25 de dezembro de 1893. Terminando a sua formatura em 1873, tendo recebido durante o curso muitas distincções, foi exercer clinica para Aveiro, vindo depois para Lisboa, ao que parece, a convite do medico operador Antonio Maria Barbosa, que o considerava um dos seus discipulos mais notaveis e de mais largo futuro. Em Lisboa foi nomeado para o banco do hospital de S. José, interinamente, em 6 de abril de 1883, e effectivo em 16 de julho de 1885. Passou a medico extraordinario em 4 de agosto de 1888. Em 1886 foi encarregado de reger o curso dos enfermeiros, depois extincto, recebendo 3$000 reis por cada lição. O dr. Ravara era activo e muito trabalhador, mostrando em numerosas operações a sua elevadissima competencia. El-rei D. Luiz I o nomeou medico da real camara. Em 1891, desejando alargar a esphera da sua actividade, estabeleceu na rua do Ouro um consultorio cirurgico, que dirigiu com superior proficiencia. Foi tambem medico d'uma das enfermarias do hospital de S. José, da Casa Pia e da Companhia dos Caminhos de Ferro; possuia a carta de conselheiro, era commendador da ordem de S. Thiago, que lhe fôra concedida por decreto de 26 de maio de 1886, socio de algumas corporações scientificas estrangeiras. Pertencia ao partido regenerador, a que prestou bastantes serviços. Sendo ministro Antonio Rodrigues Sampaio, exerceu o cargo de administrador do concelho de Aveiro. Publicou em 1873 a sua these inaugural sobre *Transfusão do sangue*, e escreveu algumas observações clinicas nos jornaes medicos de Lisboa. O dr. Arthur Ravara deixou um filho, tambem medico, o dr. Arthur de Carvalho Ravara, que foi medico da Casa Real, e cirurgião director da enfermaria de Santo Alberto, no hospital do Desterro.

Ravasco *(Bernardo Vieira)*. Bacharel e licenceado em philosophia. Nasceu na cidade de S. Salvador, da Bahia, no anno de 1617, falleceu na mesma cidade a 20 de julho de 1697. Era filho de Christovão Vieira Ravasco, e de sua mulher, D. Maria de Azevedo; irmão mais novo do notavel orador P. Antonio Vieira. Estudou, como seu irmão, nas aulas dos jesuitas, mas seguiu carreira diversa. Tendo feito o curso de humanidades, illustrou-se com estudos de gabinete, e serviu no Brazil, d'onde nunca saiu, na guerra, na administração, e no cultivo das letras. Como capitão de infantaria, illustrou-se por sua bravura e feitos d'armas na defeza da cidade da Bahia atacada pelo principe Mauricio de Nassau em 1638, e ainda na ilha de Itaparica contra as forças do general Segismundo von Sekop, sendo ali ferido, e reformando-se depois. Recebeu as honras d'uma commenda da ordem de Christo, e a alcaidaria-mór da cidade d'Assumpção de Cabo Frio, e exerceu o emprego de secretario de estado e guerra do Brazil. Em 1682, determinando o governador general Antonio de Sousa Menezes suspender o regimento da administração, Bernardo Vieira Ravasco, que estava em discordia com elle, e que tinha em grande confiança a influencia de sua familia e a sua propria no Brazil, não quiz como secretario obedecer ao governador; sabendo, porém, que este ordenára a sua prisão, fugiu para o Recoucavo. Logo depois, sendo revogada a ordem que o mandava recolher se preso, voltou a exercer o seu emprego, e a 30 de setembro, quando menos o esperava, o proprio governador o prendeu. Déra se na Bahia o assassinio d'um funccionario portuguez por um seu inimigo Antonio de Brito, que era muito parcial de Bernardo Vieira Ravasco, e muito protegido pelo P. Antonio Vieira. Resultou d'este incidente, o governador encolerisar se e accusar abertamente Bernardo Vieira Ravasco de incitador do crime, e por isso foi em pessoa prendel o, accusando tambem o P. Antonio Vieira como cumplice. O notavel prégador teve uma entrevista violenta com Antonio de Sousa Menezes. Succedia que na Bahia todos estavam a favor do secretario de estado e de seu irmão. Não acontecia, porém, o mesmo em Lisboa, onde Bernardo Vieira Ravasco chegou a ser inclusivamente pronunciado. Partiu para Lisboa Gonçalo Vieira Ravasco, filho do secretario de estado, afim de solicitar justiça do rei D. Pedro II, então ainda regente do reino. D. Pedro declarou a Gonçalo Ravasco o seu descontentamento com o P. Antonio Vieira, que havia descomposto o governador. Este facto maguou muito o notavel orador, que chegou a adoecer, e escreveu, resentido, uma carta a D. Pedro. Afinal o regente resolveu dar por acabado o tempo do governo de Antonio de Sousa Menezes, e a condemnar á pena de prisão Bernardo Vieira Ravasco; mas evidentemente, esta resolução foi para salvar o principio da autoridade do

governador, porque cumprida a pena, o secretario de estado continuou no exercicio das suas funcções. Afóra este triste episodio, a influencia de Bernardo Vieira Ravasco, foi sempre benefica e illustrada na administração, sendo apenas em alguns casos talvez demasiadamente sujcita ás inspirações do sabio irmão P. Antonio Vieira. Bernardo Ravasco era homem de reconhecida illustração. O facto de não ter publicado as suas obras, deu em resultado a perda dos originaes. As obras que ainda hoje lhe são attribuidas, encontram-se em mãos de particulares, que as guardam como bens de alto apreço. Sabe-se da existencia das seguintes: *Poesias portuguezas e castelhanas*, 4 volumes, *Um soneto e quatorze decimas*, glosados ao mesmo soneto; *Descripção topographica, ecclesiastica, civil e natural do Estado do Brazil; Discurso politico sobre a neutralidade da corôa de Portugal nas guerras presentes das corôas da Europa e sobre os damnos que da neutralidade podem resultar a esta corôa* e *como se devem e podem obviar*, feito em 18 de junho de 1692, 13 folhas; e *Remedios politicos com que se evitarão os damnos que no discurso antecedente se propõem*, Bahia, 10 de junho de 1693, 16 folhas.

Ravasco (*Christovão Vieira*). Nasceu na villa de Moura, ignorando-se o anno e o dia, e casou com D. Maria d'Azevedo, muito estimada da rainha de Grã-Bretanha, princeza portugueza D Catharina, que em 1652 recebeu d'ella um livro de Emblemas Moraes que compuzera, e que a rainha muito estimava. Passou Chistovão Vieira á Bahia com sua mulher e seu filho Antonio Vieira, ainda menino, que foi depois o notavel orador; ali viveu bastantes annos e jaz sepultado na egreja dos religiosos de S. Bento, na capella de Santa Catharina, cuja imagem elle levara da patria.

Ravasqueira. Pov. na freg. de S. Marcos, de Campo, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora.

Ravêna. Antiga cidade da Lusitania, que foi arrazada pelos arabes, no principio do seculo VIII, e cujo local se não póde hoje marcar com exactidão. Dizem alguns que estava edificada a 2 k. de distancia da villa de Almendra, na provincia da Beira Baixa, sobre um monte a que dão hoje o nome de *Calábre*. Outros sustentam que a cidade do Ravena existiu no monte ainda chamado de *Ravena*, sobranceiro á aldeia de *Urrós*, no conc. da Torre de Moncorvo.

Ravon. Ilhéo do archipelago de Bijagoz, na prov. da Guiné, Africa Occidental. Tambem é chamado *Church*.

Ravená. Pov. do commando militar de Quelaudém prov. de Satary, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India.

Raymundo (*D.*) Principe, filho d'el-rei D. Sancho I, de quem não resta outra memoria, senão que falleceu a 9 de março. Nem mesmo se sabe o anno, mas parece, quo doveria ser posterior a 1189.

Raz (*Pannos de*). V. *Arrás*. Bibliographia: *Sobre os pannos de raz em Portugal* por J. de Vasconcellos na *Revista de Guimarães*, julho de 1900.

Raz (*Fr. Luiz de*). Religioso franciscano e provincial dos claustraes, cathedratico de theologia na Universidade, que então estava em Lisboa. Ainda vivia no principio do seculo XVI. Escreveu: *Bom regimento muito necessario e proveitoso aos viventes para conservação de suas saudes, e segurança das pestinencias. Feito por o reverendissimo senhor D. Ramінto bispo Arusiense do reyno de Dacia, e tresladado do latim em linguagem por o R. P. Fr. Luiz de Raz, mestre em Santa Theologia da ordem de S. Francisco*, Lisboa, sem designação do anno, mas attribue-se a publicação antes do fim do seculo XV.

Real (*Filippe Joaquim*). Violinista e professor. N. em Lisboa em 1817, onde tambem fal. em 17 de fevereiro de 1863. Assentou praça de voluntario no regimento de infantaria n.º 1, em agosto de 1833, e assistiu á ultima phase da guerra civil, com a graduação do segundo sargento aspirante. Como era muito fraco, e tendo ao mesmo tempo muito gosto pela musica, trocou a carreira militar pela arte, entrando para o Conservatorio de Lisboa, onde foi alumno dos mais distinctos. Em 1838 teve por premio a pensão de 120 reis diarios, que a lei então concedia, e em 1840 era já decurião nas aulas de rudimentos e violino, sendo poucos annos depois nomeado professor substituto das mesmas aulas. Em 1841 tomou parte nos primeiros exercicios publicos realisados no Conservatorio, tocando com acompanhamento de orchestra uma das arias variadas de Beriot, então completa novidade em Lisboa. Entrou para a irmandade de Santa Cecilia em 10 de dezembro de 1842, e quando se inaugurou o theatro do Gymnasio, em 1846, foi para chefe d'orchestra, logar que occupou até fallecer. Tambem teve a nomeação de musico da Real Camara. Escreveu algumas pequenas composições: uma abertura para orchestra, dedicada a D. Pedro V, e executada no Gymnasio em 16 de novembro de 1852; outra dedicada ao infante D. Luiz, que depois foi rei; e outra ao infante D. João; entreactos para orchestra, valsas, etc.. Falleceu victima da tisica, e a sua morte foi muito sentida. Ficando em precarias circumstancias a viuva o os filhos, os reis D. Fernando e D. Luiz concederam-lhes uma pensão, dos seus bolsinhos particulares.

Real. Que pertence, ou diz respeito ao rei. *A familia real, a autoridade real.* Emprega-se como epitheto qualificativo de certos estabelecimentos que estão debaixo da protecção régia e das corporações a que o rei superintende como chefe supremo da nação: *A Armada Real, o Real Collegio Militar, Academia Real das Sciencias.* || *Alteza Real.* Tratamento que se dá aos principes. || *A Casa Real.* O conjunto de empregados, funccionarios e creados que estão ás ordens do rei; os bens que pertencem ao rei como chefe da familia real. || *Principe real.* O primogenito do rei, o herdeiro presumptivo da corôa.

Real. Antiga moeda que teve differentes valores em differentes epocas. Chamava-se real, por ter d'um lado o escudo real das armas portuguezas. || Moeda de cobre, que ainda hoje corre na India Portuguesa. || Moeda nominal que serve apenas para unidade convencional no systema monetario de Portugal e do Brazil. N'esta accepção o plural da palavra é *réis*. A moeda que se tem cunhado de menor valor ou correspondente a um menor numero d'estas unidades é de tres *réis*. Houve tambem a moeda de real o meio. Certas moedas tomam nomes particulares; assim a de 20 reis, chama-se *vintem*, e a 40 reis se

chamava *pataco* antiga moeda de bronze, que por muitos annos existiu. (V. *vintem* e *pataco*). Havia *reaes* de ouro, de prata e de cobre. Os de ouro eram do principio da monarchia, assim como as *mealhas d'ouro*. O real de prata foi cunhado no tempo de D. João I, e valia 20 reaes de cobre. El-rei D. Manuel mandou lavrar reaes de prata do mesmo valor, mas de menos peso; e de valor de

Real grosso (de D. Affonso V) cunhado em Lisboa, reduzido a metade

30 réis, que eram do peso dos de D. João I. Os reaes de prata de D. João III valiam 40 réis. No tempo de D. João IV tambem se lavraram reaes de prata, do valor de 40 reaes de cobre, mas muito inferiores no peso aos antecedentes. Estes ainda chegaram aos nossos dias com o valor de 50 reis (meio tostão). No archivo da camara municipal do Porto, existe uma carta de D. João II,

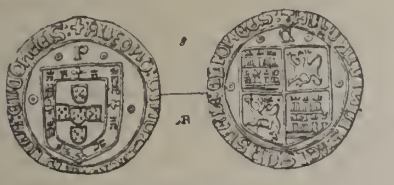

Real grosso (de D. Affonso V) cunhado em Castella, reduzido a metade

do anno de 1489, pela qual se manda que o real de prata seja de 20 réis, e o meio real de 10 reis; e que, em cada marco de prata, haja 114 peças dos ditos reaes e 228 dos ditos meios reaes; e que fôsse o preço do marco de prata 2$280 reis, *que é o preço de seis cruzados*. Antes de D. Affonso V tambem havia reaes com o valor de $3^1/_2$ libras, das antigas, que, sendo de 36 réis cada uma, vi-

Real grosso (de D. Affonso V) cunhado em Castella reduzido a metade

nham a valer 126 reis. D'estes reaes se fala em uma carta de compra do cabido de Lamego, feita em 1454. Havia *reaes brancos* e *reaes pretos*, de cobre. Os *brancos* fôram mandados lavrar pelos reis D. Duarte e D. Affonso V. Chamavam-se *brancos* por terem muita liga de prata. Os que se bateram antes de 1446, valiam 10 ceitis e tres quartos de ceitil. Foi subindo o valor d'estes reaes, sempre com o mesmo peso, até que, no principio do seculo passado, já valiam 6 ceitis. Era tanta a confusão por causa da alteração do valor da moeda, que nos contratos se estipulava o valor do real. No cartorio da freguezia de S. Martinho, de Cintra, existe uma escriptura, feita a 2 de dezembro de 1464, pela qual, a collegiada deu de aforamento um terreno em Rio de Mógos, por 1$200 reaes *brancos*, de 35 libras o real. O *real preto*, assim chamado por ser exclusivamente de cobre, foi mandado lavrar pelo rei D. Duarte, e 10 d'elles faziam um *real branco*. Para evitar tanta confusão, desde D. João II até D. João III, se lavraram *reaes pretos* de 6 ceitis. Tinham d'uma parte um R coroado, e da outra, o escudo do reino, com o nome do rei na orla. D'esta moeda lavrou tambem o rei D. Sebastião, com o valor de 3 ceitis. Tinham de uma parte um S coroado (Sebastianus), e da outra um R entre dois pontos, no alto, e a letra *Sebastianus I.us* Este mesmo soberano mandou lavrar a moeda chamada *real e meio*, que valia 9 ceitis. V. *Cinco reaes*, *dez reaes*, etc..

Real. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Douro, conc. e com. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 302 fog. e 1:341 hab. Tem esc. do sexo masc. e caixa post., fabrica e alambique de distillação de aguardente. Dista 5 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Arouca a Sobrado. A casa dos fidalgos da Boa Vista, da villa de Sobrado, Pintos Mirandas Montenegros, apresentava o abbade, que tinha 600$000 réis de rendimento. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz. A pov. é muitissimo antiga, pois já existia no tempo dos romanos, do que ha evidentes vestigios. Até já era habitada nos tempos pré-historicos, como o provam os monumentos megalithicos que existem ainda por aqui. Real pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto. || Pov. e freg. de S. Jeronymo, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 266 fog. e 1:246 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, medico, est. post., e fabricas de cotins e riscados, e de folles. A pov. dista 2 k. da séde do conc. A mitra e os monges benedictinos de Travanca apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 600$000 réis de rendimento. A pov. é antiquissima, e foi *villa* (casa de campo) d'um patricio romano residente em Braga. Dividia o termo de Braga do de Dume, no tempo do rei D. Affonso VI, o Magno, de Castella e Leão, pae da rainha D. Thereza, mulher do conde D. Henrique. Esta divisão foi feita pelos annos de 1080. Nas *Inquirições* d'el-rei D. Diniz, em 1300, se encontram duas *villas* ou aldeias com o nome de *Real*, ambas perto de Braga: uma denominada *Real Velho*, a que foi *villa* romana, na antiga freg. de S. Fructuoso; outra chamada *Real Novo*, na freg. de Semêlhe. A quinta de Real Velho foi depois morgadia dos descendentes do nosso grande historiador João de Barros, que eram tambem morgados em Leiria. Real Novo pertencia a uma familia nobre e antiga, cuja casa está hoje unida á dos Bandeiras, de Traz da Sé, da cidade do Porto. A' quinta do Real Novo se dá hoje o nome de *quinta do Paço*. Houve n'esta freg. um mosteiro de frades benedictinos, fundado em 690 por S. Fructuoso. Na

egreja do mosteiro existe a capella e sepultura do fundador, cujo cadaver aqui existiu por mais de 400 annos; mas, nos principios do seculo XII o arcebispo de S. Thiago de Compostella, o levou para a sua Sé, onde se conserva. Esta capella foi um dos tres templos, que os moiros deixaram aos christãos bracarenses para o culto divino, mediante certo tributo; porém os monges abandonaram o convento, que ficou deshabitado, e a cêrca abandonada até ao meado do seculo XI, em que os arcebispos de Braga tomaram conta, e fizeram uma bella casa e quinta de recreio; o arcebispo D. Diogo de Sousa deu depois o antigo mosteiro e suas dependencias aos frades franciscanos da provincia da Piedade, que se estabeleceram aqui, e se conservaram até 1834. Com a extincção das ordens religiosas, o edificio e a cerca fôram vendidos, sendo hoje propriedade particular. O territorio d'esta freg é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. de Amarante, distr. e bisp. do Porto; 286 fog. e 1:206 hab. Dista 10 k. da séde do conc. e está situada junto do rio Odres, affluente do Tamega. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., medico, e uma fabrica de folhêlho para mortalhas de cigarros. A mitra apresentava o abbade, que tinha 600$000 reis de rendimento. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. Paulo, da prov. da Beira Alta, conc. do Penalva do Castello, com. de Mangualde, distr. e bisp. do Vizeu; 143 fog. e 599 hab. Dista 5 k. da séde do conc. e está situada a 3 k. da margem esquerda do rio Dão. O abbade de Castello de Penalva apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é pouco fertil, mas cria bastante gado e caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba-Dão. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Abbade da Neiva, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção, de Aboim de Nobrega, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || Santa Maria, de Adaúfe, conc. e distr. de Braga. || N. S.ª do O', de Aguas Santas, conc. de Maia, distr. do Porto || Santa Marinha, de Alheira, conc de Barcellos, distr. de Braga. || S. Gonçalo e conc. de Amarante, distr. do Porto. || O Salvador, de Arentim, conc. e distr. de Braga. || S. João, de Bastuço, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Vicente, de Boiro, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Martinho, de Bougado, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || O Salvador, de Bravães, conc. de Ponto da Barca, distr. do Vianna do Castello. || Santo Estevão, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Thiago de Burgães, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Thiago, de Caldellas, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Thiago, de Carvalhosa, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Chorense, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || O Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. João Evangelista, de Eiriz, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Pedro, de Fajozes, conc. de Villa do Conde, do mesmo distr. || N. S.ª da Luz, de Farminhão, conc. e distr. de Vizeu. || O Salvador, de Fervença, conc. do Celorico de Basto, distr. de Braga. || S Pedro, de Figueiredo, conc. de Amares, do mesmo distr. || N. S.ª das Neves, de Figueiredo das Donas, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Folgoza, conc. de Maia, distr. do Porto. || S. Martinho, de Friastellas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello || S. Martinho, de Gallegos, conc de Barcellos, distr. de Braga. || S. Salvador, do Gandra, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Gavião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Bartholomeu, de S. Gens, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Vicente, de Germil, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel. de Gonça, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Gondar, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Matheus, de Grimancellos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Paio, de Gueral, do mesmo conc. e distr || S. Paio, de Guimarei, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Jeronymo, de Real, conc. e distr. de Braga. || S. João Baptista, de S. Joanninho, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. || S. Simão, de Junqueira, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Miguel, de Laundos, conc. de Povoa de Varzim, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Longos Valles, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Leocadia, de Macieira da Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, do mesmo distr. || S. Salvador, de Mattosinhos, conc. de Bouças, do mesmo distr. || S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Monte Cordova, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || O Salvador, de Moreira, conc. de Maia, do mesmo distr. Tem caixa postal. || Santa Maria, de Moure, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Christovão, de Muro, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Nogueira e S. Claudio, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Oliveira, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Paio do Melgaço, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Palmeira, conc. de Santo Thirso, distr do Porto. || O Salvador, de Parada e Barbudo, conc. de Villa Verde, distr. de Braga || Santa Marinha, de Penascaes, do mesmo conc. e distr. || S. Thiago e conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || Santa Maria, de Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr de Vianna do Castello. || S. Matheus, de Ribeira, conc. de Terras do Bouro, distr. do Braga. || S. Miguel, de Roriz, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Lourenço, de Sande, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Paio, de Scramil, concelho de Amares, do mesmo districto. || S. Mamede, de Sezures, concelho de V. N. do Famalicão, do mesmo districto. || Santa Eulalia, de Sobroza, concelho do Paredes, districto do Porto. || S. Miguel, de Souto, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Julião, de Taboaças, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. Torcato, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Vicente, de Tougues, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Romão, de Vermoim, conc. de Maia, do mesmo distr. || Santo Estevão, de Villa Chã do Marão, conc. de Amarante, do mesmo distr. || Santa Maria, de Villar, conc. do Villa do Conde, do mesmo distr. || Santa Marinha, do Villar de Pinhei-

ro, do mesmo conc. e distr. || S. Mamede, de Villarinho, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Rio do distr. de Leiria. Tem tres nascentes na serra de Monte Junto, nas freguezias de Lamas e Villar, as quaes se juntam a SE da freg. de Pero Moniz; corre então a NO, tem ponte na estrada de Obidos a Athouguia e entra no rio Arnoia com 22 k. de curso. || Ribeiro, na prov. do Douro, na freg. de Laundos, conc. de Povoa de Varzim. Nas margens d'este ribeiro e no sitio da *Agua Ferrea*, da mesma freg. ha minas de ferro, manganez e antimonio. Estas minas fôram manifestadas por Francisco Pereira de Azevedo, do Porto, na camara da Povoa de Varzim em 12 e 22 de novembro do 1873, mas fôram abandonadas.

Real Agrado *(Ignacio Xavier de Seixas Lemos Castello Branco, 2.º barão e 2.º visconde do).* Fidalgo da Casa Real; commendador da ordem de Christo, cavalleiro da Torre e Espada, condecorado com a cruz de campanha n.º 2, da Guerra Peninsular, coronel do exercito, etc. N. a 21 de setembro de 1771, ignora se a data do fallecimento. Era filho de Francisco Xavier de Seixas Lemos Castello Branco, fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de S. Thiago, superintendente dos Contos e thesoureiro da Casa do Infantado, etc., e de sua mulher, D. Maria Josepha Pereira de Miranda, filha herdeira do Alexandre Pereira de Miranda, senhor da Casa de Lorosa, e de sua mulher D. Michaela Thereza Ferreira de Castro e Lima. Succedeu nos titulos a sua tia, D. Joanna Rita de Castello Branco, 1.ª viscondessa do Real Agrado, e na casa de seus paes. Casou a 7 d'abril de 1812 com D. Maria do Carmo Vaz Pinto Guedes, filha e herdeira de José Vaz Pinto Guedes, capitão-mór de Penaguião, e de sua mulher D. Josepha Candida da Silva. Os titulos de barão e de visconde foram renovados nos de sua tia, por decreto de 17 de dezembro de 1813, e carta de 7 de fevereiro de 1816. Os 2.ºs viscondes do Real Agrado fôram paes do apreciado poeta, já ha annos fallecido, João de Lemos.

Real Agrado *(D. [Joanna Rita de Lacerda Castello Branco, 1.ª baroneza e 1.ª viscondessa do)* Dama da ordem de Santa Izabel, açafata da rainha D. Maria I, e dama da rainha D. Carlota Joaquina. Fal. em 6 de março de 1822. Era filha de Antonio Carlos de Seixas Castello Branco, fidalgo cavalleiro da Casa Real, e cavalleiro professo na ordem de Christo, e de sua mulher D. Luiza Bernarda Telles de Vasconcellos. D. João VI, sendo ainda principe regente, lhe concedeu o titulo de baroneza do Real Agrado, por decreto de 11 de junho de 1805, e elevou esse titulo ao de viscondessa, com honras de grandeza, por decreto de 13 de maio do 1810. Succedeu-lhe nos titulos seu sobrinho. V. o *artigo antecedente.*

Real Agrado. Pov. no conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real, da provincia de Traz-os-Montes.

Real d'Agua. Imposto de consumo sobre a carne, bebidas alcoolicas e fermentadas, arroz descascado, vinagre o azeite de oliveira expostos á venda. Este imposto primitivamente foi lançado exclusivamente sobre o vinho, e depois sobre a carne, vinho, etc., e, sendo este tributo de um *real* por cada canada, arratel ou outra unidade, com destino ao arranjo de canos, fontes, aqueductos, para abastecimento de agua das povoações, se ficou chamando *real d'agua*. Em Lisboa era tambem applicado á limpeza e concerto das calçadas, com um addicional, que se denominava *realete da limpeza* ou simplesmente *realete*. Bluteau, no seu *Vocabulario*, diz que se deu a denominação de *real d'agua* ao tributo que os moradores de Elvas pagaram para a construcção do aqueducto com que abasteceram d'agua aquella cidade, generalisando-se depois similhante denominação ao imposto sobre carne, peixe e vinho, a que em occasiões de aperto se recorreu em outras terras do paiz. Segundo Freire de Oliveira, nos seus *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, vol. I, a pag. 178 e seguintes, n'esta cidade o *real d'agua* teve origem com a segunda dynastia. Foi no reinado do Mestre d'Aviz que a camara em conselho com os homens bons da cidade, por consentimento dos municipes, e com autorisação d'aquelle monarcha, impoz este tributo no vinho para fazer casas na Villa Nova (local que hoje corresponde ao logar onde está edificada a egreja da Conceição Velha, e para supprimir outros impostos vexatorios, como a anadúva para aquella obra. O *realete* da limpeza data do seculo XVIII, em que foi concedido á camara por resolução de 10 de julho de 1702. Para a construcção do monumental aqueducto das Aguas Livres decretou D. João V um novo imposto especial que se confundiu com o *real d'agua*, e que como este tributava o vinho, a carne e o azeite. V. *Aguas Livres*. Póde, pois, affirmar-se que o *real d'agua* foi creado por el-rei D. Manuel I em 1498 a pedido dos povos de Elvas, para o concerto d'um poço que abastecia d'agua aquella praça; depois prolongou-se á construcção do grande aqueducto da Amoreira, e mais tarde foi ampliado em todo o paiz em favor do Estado. Por causa d'este imposto houve grandes tumultos em Villa Viçosa em 1638.

Real d'Além. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Oldrões, conc. de Penafiel, districto do Porto.

Real de Baixo Povoações nas freguezias: Santa Leocadia, de Pedra Furada, conc. de Barcellos, distr. de Braga || Santa Eulalia, de Ruivos, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Sá, conc. de Monsão, do mesmo distr. || O Salvador, de Vairão, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Santa Maria, de Vallega, conc. de Ovar. distr. de Aveiro.

Real Calvario. V. *Calvario.*

Real de Cima. Povoações nas freguezias: Santo Estevão, de Oldrões, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Leocadia, de Pedra Furada, conc. de Barcellos, distr. de Braga || Santa Eulalia, de Ruivos, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Sá, conc. de Monsão, do mesmo distr. || O Salvador, de Vairão, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Santa Maria, de Vallega, conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

Real Collegio Militar. Nos primeiros annos do seculo XIX foi fundado o Collegio da Feitoria, ou collegio regimental da artilharia da côrte, que é principalmente recommendavel pelo facto de ser convertido, não muito depois, no estabelecimento denominado *Collegio Militar*. No dia 2 de março de 1803, no sitio da Feitoria, junto da Torre de S. Julião da Barra, fundou o coronel An-

tonio Teixeira Rebello um collegio destinado a dar instrucção aos filhos dos officiaes do regimento da artilharia da côrte, do qual era então o commandante. Apezar da boa vontade e do fervoroso enthusiasmo do fundador, não cabia no possivel, que o seu instituto lograsse grande desenvolvimento, porquanto as economias regimentaes eram o unico recurso de que dispunha. Felizmente obteve do governo que os alumnos do collegio assentassem praça no seu regimento, embora com a mais modesta retribuição, mas esta mesma vantagem era insufficiente para a manutenção do collegio, e por certo teria de fechar se não fôsse um acaso providencial. Contava o collegio dois annos de existencia, quando, em 1805, o principe regente D. João, mais tarde D. João VI, o foi visitar, e sendo informado das muitas difficuldades com que luctava, mandou abonar 240 reis diarios a cada collegial para sustentação propria, e proporcionar modica gratificação aos professores, que até então haviam ensinado gratuitamente. A força de vontade tudo vence, Teixeira Rebello pôde ir sustentando o collegio, com maiores ou menores difficuldades, desigualdades nos estudos, e sem categoria entre a instituição reservada ao ensino official, chegou o collegio ao anno de 1813. A mudança da côrte para o Brazil, as alternativas da guerra peninsular, quo correra incessante, a mudança dos regimentos aquartelados até então na Feitoria e em S. Julião da Barra, o numero crescente de alumnos, no qual se inscreviam já alguns orphãos de pae que succumbira na lucta da patria, tudo serviu para animar Teixeira Rebello na diligencia de obter edificio e local mais apropriados para os seus collegiaes, e do governo perfilhar e elevar o collegio, dando lhe a estabilidade e o credito, que poderiam perder com o fallecimento do fundador. Já a esse tempo, incompleto como estava, o collegio pela tal ou qual sciencia que ministrava, e pela pratica militar offerecida na Feitoria, tinha preparado differentes alumnos para entrarem no exercito como officiaes, e tomarem parte nas campanhas d'aquella epoca. No anno do 1813, acima citado, os governadores do reino confirmaram officialmente aquella benefica instituição, que já contava 10 annos de existencia, decretando a sua transformação n'um estabelecimento, a que se deu o nome de *Real Collegio Militar*, destinado á educação dos filhos dos officiaes do exercito e da marinha, que não tivessem meios de os mandar educar, e que por serviços militares houvessem merecido approvação e louvor da parte dos seus superiores. Por portaria de 7 de janeiro de 1814 foi determinado que o numero dos alumnos fôsse de 100, e quo o collegio fôsse mudado para o edificio de Nossa Senhora dos Prazeres no sitio da Luz, onde a infanta D. Maria, filha d'el-rei D. Manuel e de sua terceira mulher, a rainha D. Leonor, havia fundado um hospital, que até ao meado do seculo XVIII fôra administrado pelos freires da ordem militar de Christo, e quo o terremoto de 1755 havia reduzido a ruinas, o que tudo foi approvado por aviso do ministerio de 18 do março de 1814. Procedeu-se ás obras e aos melhoramentos precisos para a nova installação, e a transferencia realisou-se, sendo Teixeira Rebello nomeado o seu primeiro director, cargo que exerceu até á data do fallecimento, succedido em 6 de outubro de 1825. No anno do 1826, foi o seu retrato collocado por gratidão e em honra da sua memoria n'uma das salas do collegio. Annos mais tarde, em 1858, pagou tambem á sua memoria *Um tributo de saudade e respeito, como creador e director* do Collegio Militar, um official que no mesmo collegio foi professor, e depois commandante, o marechal de campo reformado João Xavier da Costa Velloso. Na sala da bibliotheca do Collegio existe o seu busto, feito em bronze. A portaria de 7 de janeiro de 1814 determinava tambem que o collegio fôsse regido interinamente pelos estatutos que a acompanhavam, e que eram assignados pelo tenente-general, secretario dos negocios da guerra, D. Miguel Pereira Forjaz. Em 16 de maio do mesmo anno, officiava do Rio de Janeiro o marquez d'Aguiar ao patriarcha eleito de Lisboa, dizendo-lhe em substancia, que Sua Alteza Real fôra informado pelos governadores do reino, de haver sido effeituada a abertura do Collegio Militar reformado, e transferido para o edificio do hospital da Luz; que os mesmos governadores tinham remettido a relação dos 12 alumnos que por aquella occasião fôram admittidos para prehencher o numero de 50, que formava o completo dos que deviam ser sustentados por conta do estado. Que Sua Alteza Real vira os estatutos provisionaes que os governadores tinham do reino mandado pôr em observancia os quaes Sua Alteza Real confirmava; autorisando tambem os mesmos governadores para mandarem satisfazer os soldos e ordenados que tinham arbitrado para os empregados e lentes do mesmo collegio. Estes estatutos provisorios fôram reformados pelo alvará de 18 de maio de 1816, promulgado no Rio de Janeiro. O pensamento que presidiu a esta reforma, foi a resolução de dar áquelle estabelecimento maiores proporções, alargando a esfera da sua acção e beneficios, admittindo maior numero de collegiaes, tanto dos sustentados á custa do estado, como dos pensionistas, e generalisando assim, pela maneira possivel, a instrucção da mocidade, Para conseguir tal fim, foi forçoso fazer algumas alterações nos estatutos, conferindo so maior liberdade aos paes de familia para escolherem o destino que conviesse dar a seus filhos, depois de conhecerem melhor as suas inclinações e talentos, o que não póde realisar-se na tenra edade em que são admittidos os collegiaes. Procurou-se tambem attender muito especialmente á disciplina e educação dos collegiaes, e á administração economica do estabelecimento. Em 1814 só eram admittidos 50 alumnos, dos sustentados por conta do Estado; em 1816, porém, foi elevado ao dobro d'esse numero, como se vê n'um dos artigos dos novos estatutos: «Serão admittidos no Real Collegio Militar duzentos collegiaes; cem que serão sustentados á custa do Estado, e os outros cem á custa de seus paes e tutores; dos cem logares para collegiaes do Estado, oitenta e quatro pertencerão ao exercito, o dezeseis á marinha.» No anno de 1820 foi communicado a Teixeira Rebello, já então no posto de marechal, que Sua Magestade vira com bastante prazer o plano de organisação e methodo de estudos que se observava no Real Collegio Militar; e em testemunho da attenção que lhe merecia aquelle estabelecimento, mandou pôr á disposição do marechal a quantia de 332$000 reis, para ser dividida em 12 premios, nos termos da nota que acom-

panhava o aviso, os quaes deviam ser distribuidos, no fim do anno lectivo de 1821, pelos discipulos que maiores progressos fizessem nas suas respectivas aulas. Conhecendo-se que era muito acanhado o edificio para conter tão grande numero de estudantes, fez se o arrendamento, em 1823, do palacio e quinta limitrophe áquella casa, propriedade do conde de Mesquitella. O decreto de 1 de setembro de 1824 supprimiu o segundo anno mathematico, substituindo-lhe o ensino de historia militar, desenho topographico, e reconhecimentos militares. Concedeu tambem aos alumnos do Collegio Militar a faculdade de se matricularem no 2.º anno da Academia Real de Marinha de Lisboa, em tendo concluido com approvação o 1.º anno mathematico no mesmo collegio. O decreto de 3 de novembro de 1825 ampliou a faculdade concedida pelo de 1.º de setembro de 1824, concedendo que os alumnos do Real Collegio Militar pudessem tambem matricular-se no 2.º anno da Academia de Marinha e Commercio da cidade do Porto, uma vez que mostrassem ter concluido com approvação o 1.º anno gozassem das prerogativas que lhes competissem; sendo preferidos nas promoções, em egualdade de circumstancias de merito, aos demais aspirantes a officiaes. Pela carta de lei de 15 de abril de 1835, foi elevado o numero de alumnos do Collegio Militar, dos sustentados á custa do Estado, a 150, dos quaes pertenceriam 134 logares a filhos de officiaes do exercito, e 16 aos filhos de officiaes da armada, e brigada de marinha, ficando indeterminado o numero dos que pagassem a sustentação no collegio. A mesma carta de lei attendeu muito particularmente aos filhos dos officiaes de voluntarios. ou de milicias, que, ou serviram a causa da Liberdade, ou por ella padeceram. E, finalmente, a mesma lei autorisou o governo para fazer as alterações que tivesse por convenientes no systema de estudos que então estava em vigor no collegio, comtanto que de taes alterações não resultasse augmento da despeza. Em virtude d'esta autorisação, decretou o governo em 13 de outubro um novo plano de estudos, e regulamento, para o Collegio Militar. Vendo-se que o edificio da Luz não era já sufficiente

Vista da frontaria do Real Collegio Militar

mathematico no mesmo collegio. No periodo da regencia da infanta D. Izabel Maria, 1826 a 1828, foi director do Collegio Militar o coronel Candido José Xavier, e por effeito d'uma sua proposta, foi decretada uma reforma de ensino, a qual consistia em estabelecer um curso de seis annos, sendo tres destinados aos preparatorios, e os tres restantes para instrucção militar. Em 1830, pelo decreto de 29 de março, o conde de S. Lourenço, ministro do governo de D. Miguel, instituiu no edificio da Luz a *Escola Militar Veterinaria*, que depois, em 8 de agosto de 1833, foi mudada para a calçada do Salitre. e por fim extincta pela lei de 10 de dezembro de 1852. O decreto de 2 de agosto de 1834 mandou estabelecer no Collegio Militar a aula de musica, equitação e gymnastica. Pela ordem do dia de 18 de dezembro do mesmo anno, foi determinado que os alumnos que houvessem completado com aproveitamento os estudos do Collegio Militar, e a quem, por tal motivo, se tivesse mandado dar a gratificação de 400 reis diarios, fôssem considerados, apenas assentassem praça, como aspirantes a officiaes, e como taes para conter o avultado numero de estudantes, foi determinado ainda em 1835 a transferencia do Collegio Militar para o edificio da extincto convento dos padres de S. Vicente de Paula, denominado de Rilhafolles, que fôra fundado em 1717. Diversas reformas se seguiram, em 12 de setembro de 1837, 24 de dezembro de 1839 e 20 de outubro de 1841, que fez extensiva aos filhos dos guardas marinhas e dos officiaes das guardas municipaes de Lisboa e Porto a admissão no Collegio Militar. Em 1844, 1845 e 1847 ainda se deram novas reorganisações. O decreto de 14 de novembro de 1848, referendado pelo duque de Saldanha e barão de Franco, mandou transferir para o edificio de Mafra o Collegio Militar, sendo o edificio de Rilhafolles destinado para o hospital de alienados, que ainda hoje existe. Mas era grande a distancia de Lisboa a Mafra, e difficeis as communicações. Alguns officiaes de terra e mar, e sobretudo as viuvas de militares que tinham ali os filhos a educar, dirigiram representações ao parlamento no sentido de ser transferido para mais proximo de Lisboa o Col-

legio. Só annos mais tarde, em 1858 é que estas representações obtiveram deferimento, vindo de novo o Collegio Militar para o edificio da Luz, novamente restaurado para esse effeito. Muitas reformas ainda se deram na organisação do Collegio Militar, em var os annos, até que em 1870, reconhecendo-se que o ensino ministrado não satisfazia plenamento a uma boa educação militar, se decretou em 14 de junho, uma reorganisação do Collegio, que foi radicalmente transformado n'uma escola completa de infantaria e cavallaria para officiaes e officiaes inferiores, annexando-se o asylo dos filhos dos soldados. Voltou então novamente o Collegio Militar para Mafra, dando-se por motivo d'esta transferencia, possuir o edificio de Mafra mais amplas acommodações para os dois diversos ramos de estudos de que falava o plano de 14 de junho, plano que foi logo mandado suspender em 25 de setembro, sendo revogado, por dispendioso, pela lei de 27 de dezembro do mesmo anno, voltando-se ao antigo plano de estudos. Finalmente, em 1873, o Collegio Militar foi pela terceira vez installar-se no edificio da Luz, onde ainda hoje se conserva. Além do plano de estudos decretado em 14 de julho de 1875, publicou-se em 3 de novembro de 1886, um novo regulamento litterario tendo em vista harmonisar os estudos do Collegio Militar com o curso geral dos Lyceus centraes do reino, de fórma que houvesse perfeita equivalencia entre as materias professadas no Collegio e as dos lyceus, afim de serem validos n'estes os attestados dos exames feitos no Collegio. A reforma geral da instrucção secundaria, decretada em 27 de dezembro de 1894, determinou a elaboração d'um novo regulamento litterario do Collegio Militar, que começou a vigorar em 3 de outubro de 1895, e pelo qual os estudos n'este estabelecimento foram regulados por fórma identica á dos lyceus centraes do reino. O edificio em que está installado o Collegio Militar tem soffrido varias modificações o ampliações que transformaram um pouco a primitiva traça interior, de que conserva, porém, as linhas geraes. Com a frente voltada para o norte, na qual se notam a cruz de Christo, uma imagem da Virgem e uma inscripção latina, por baixo do escudo d'armas da infanta D. Maria, onde se refere o primitivo destino do edificio, tem este a fórma d'um rectangulo com dois pavimentos, fazendo saliencias na face posterior e na do nascente annexos construidos posteriormente. No centro existe um grande claustro empedrado e rodeado d'uma especie de galeria em arcos de pedra. No primeiro pavimento, ao rez-do chão para a frente e um pouco elevado, na parte de traz, sobre o terreno da cêrca, estão installadas: na face da frente, a sala de visitas e gabinete do director, a secretaria e o gabinete do sub director; nas outras faces, a sala dos officiaes e varias dependencias do serviço interno do Collegio, taes como refeitorio, cozinha, bibliotheca, sala d'armas, etc. Fronteira á porta da entrada e na face sul do claustro começa uma larga escadaria que conduz ao pavimento superior. N'este, ao centro da face sul, ha uma pequena capella com um bello retabulo; n'essa mesma face e nas restantes estão installadas as camaratas dos alumnos e varias aulas. Em annexos ligados com a face sul e construidos ha poucos annos estão installadas: no de nascente a camarata e aulas dos alumnos admittidos em cada anno no Collegio, que frequentam a 1.ª ou 2.ª classes e que estão sujeitos a um regimen especial; no annexo do poente estão installadas, no pavimento inferior, as aulas de physica e de sciencias naturaes, e no superior a aula de desenho e geographia. A enfermaria está estabelecida, a pouca distancia do edificio principal, n'um palacete que pertenceu aos condes de Mesquitella, em que já se falou, o qual, com a vasta quinta que o cérca, foi adquirido pelo Estado, primeiro como arrendamento, e ha poucos annos por compra, sendo devidamente adaptado áquelle destino. O jardim, annexo ao palacio enfermaria, foi destinado aos exercicios de gymnastica e esgrima ao ar livre, tendo se feito para tal fim uma vasta *terrasse* de beton; a quinta serve para n'ella se exercitarem os alumnos nas corridas a pé. Na mesma quinta se installaram os jogos de *lawn tenis*, de *criket*, e outros de força e destreza. A instrucção de equitação é dada n'um picadeiro estabelecido n'uma das dependencias do antigo convento dos freires de Christo, achando-se tambem ali as cavallariças, etc. Em março de 1903 celebraram-se no Collegio Militar brilhantes festas, commemorando o primeiro centenario da sua fundação, promovidas pelo seu director, então o sr. general José Estevão de Moraes Sarmento. Depois da proclamação da Republica, em 5 de outubro de 1910, o collegio deixou de ter o titulo de *real*, chamando se unicamente *Collegio Militar*. Na *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal*, por José Silvestre Ribeiro, encontram-se curiosas noticias ácêrca do Collegio Militar nos volumes: III, pag. 146 a 154; V, pag. 238 a 241; VI, pag. 26, 351 a 367; XI, pag. 112 a 122; XVII, pag. 271, 279, 317. Em 1853 publicou-se um opusculo: *Idéas sôbre a reorganisação do Real Collegio Militar, contendo provisoriamente a parte legislativa e as principaes disposições regulamentares, com alguns esclarecimentos para a sua melhor intelligencia e execução pelo autor Evaristo José Ferreira, marechal de campo reformado, ex-director do mesmo collegio.* Tambem se encontram noticias no tomo II, parte 2.ª da *Nova serie de Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, nos *Apontamentos relativos á instrucção publica*, por João Ferreira Campos, na *Collecção systematica das ordens do Exercito desde 1809 até 1858, coordenada por Vital Prudencio Alves Pereira*, Lisboa, 1859-1860; *Legislação militar de execução permanente até 31 de dezembro de 1860*, por José de Alcantara, Lisboa, 1861; *A reorganisação do Collegio Militar. O passado, o presente e o futuro*, escripto anonymo, Lisboa, 1862.

Real Collegio dos Nobres. Por iniciativa do marquez de Pombal, o notavel ministro de el-rei D. José, então ainda conde de Oeiras, foi creado este estabelecimento scientifico, por carta de lei de 7 de março de 1761, sendo escolhido para a sua installação o antigo edificio do noviciado da Companhia de Jesus, do sitio da Cotovia, que ficara vago pela extincção d'aquella ordem religiosa, por carta de lei de 3 de setembro de 1759. Na mesma data se approvaram tambem os Estatutos, que se compunham de 25 titulos, onde se estabeleciam as obrigações dos collegiaes, das pessoas que exerciam os diversos cargos, desde o reitor, professores, até aos familiares, etc. O numero dos collegiaes admittidos era de 100, mas para a sua

admissão deviam, primeiramente, qualificar-se com o fôro de moço fidalgo, pelo menos, sendo preferidos, nos casos de concurso, os que houvessem tido exercicio do dito fôro; era tambem requisito indispensavel saber ler e escrever, e não ter menos de 7 annos de edade, nem mais de 13. Cada collegial pagava de pensão annualmente 120$000 reis, em duas prestações adeantadas, no principio de cada semestre. No dia 1.º de outubro deviam apresentar-se no Collegio dos Nobres todos os estudantes para assistirem á abertura das aulas, á matricula, á distribuição dos logares de cada uma das camaras de aposentadoria, e á nomeação dos vice-prefeitos, familiares e dos mais assistentes. Os principaes logares do Collegio dos Nobres, segundo os estatutos, eram: reitor, vice reitor e prefeito dos estudos. O reitor (*pessoa de letras, virtudes e circumspecção*, na phrase dos Estatutos), era encarregado do governo do collegio, e tinha residencia no mesmo edificio. As suas obrigações e direitos consistiam em fazer observar os estatutos, visitar as aulas, castigar, dentro de certos limites, os excessos dos collegiaes, conceder a estes as licenças que lhes fôssem precisas, manter a paz, o socego e a boa ordem. Não podia acceitar só pela sua autoridade, collegial algum, nem tão collegiaes, assistia a todos os exercicios e actos litterarios; fazendo um relatorio de tudo quanto dizia respeito aos estudos do collegio, para o communicar ao reitor, e tambem para, em extracto, o ler no ultimo dia do anno na presença dos collegiaes. Para auxiliar o prefeito nomeava o reitor alguns vice-prefeitos, escolhidos d'entre os collegiaes de mais annos, de melhor procedimento e mais estudiosos. Para administração das rendas e governo economico do collegio foi creada uma junta, composta do reitor (presidente perpetuo), do prefeito dos estudos, de dois professores annualmente chamados pelos turnos das suas antiguidades, e de tres collegiaes dos mais antigos e dos mais habeis; servindo todos durante um anno, findo o qual devia o reitor dar conta ao director geral dos estudos, para lhe assignar o dia da nova eleição de conselheiros, e presidir a ella. O conselho devia reunir-se todas as semanas na tarde do dia feriado, para tratar dos negocios concernentes á conservação da fazenda do collegio, deliberar sobre os provimentos economicos da casa, e examinar as despezas da semana antecedente. O conselho tinha um secretario e um escripturario. Os fundos do collegios deviam estar n'um cofre, do qual haveria tres chaves: uma no poder do reitor, outra no do

Medalha do Real Collegio dos Nobres (Reducção a 2|3).

pouco fazer, sem ordem do soberano, estatuto, regulação ou reforma, tendo só o direito de representar o que a experiencia lhe fôsse mostrando ser preciso. No fim de cada anno lectivo devia dar conta de todos os collegiaes, referindo *secretissimamente* os estudos, progressos e composições, que cada um d'elles houvesse, ou não houvesse feito. Tanto a conta ou relatorio annual, como as representações, já indicadas, subiam á secretaria do reino por intermedio do director geral dos estudos. Ao vice-reitor (*que será pessoa séria* e de *exemplar gravidade*, dizem os Estatutos) competia, em tudo e por tudo, o governo do collegio, na falta, ausencia, ou impedimento do reitor. Eram as suas obrigações ordinarias, vigiar cuidadosamente os collegiaes, fazendo visitas repetidas e inesperadas, e observando se estudavam, ou se estavam em socego nas horas competentes, assistir com elles á missa, a todos os exercicios espirituaes, ás refeições, aos divertimentos extraordinarios e ás recreações extraordinarias. O prefeito dos estudos devia ser um homem de costumes exemplares, e *bem instruido nas bellas letras e saber escrever com pureza e elegancia em latim*. Era elle quem recitava a oração latina no primeiro dia, do anno litterario; examinava e revia as composições dos mais antigo dos conselheiros professores, e a outra no do mais antigo dos collegiaes. Os Estatutos regulavam com previdentes e severas providencias a administração da fazenda e a gerencia economica do collegio. Os mesmos estatutos providenciavam sobre o estabelecimento seguro e bem ordenado d'um archivo ou cartorio, onde seriam guardados os titulos e papeis pertencentes ao collegio e seus bens, rendas e privilegios; sendo o serviço e a guarda do archivo um cartorario, nomeado pelo director geral dos estudos sobre proposta da junta, ou conselho da fazenda, que assentava sobre uma eleição de tres candidatos. Aos professores eram concedidos todos os privilegios, indultos e franquezas, de que os lentes da Universidade de Coimbra gozavam, sem differença alguma. Todos os collegiaes, familiares e pessoas do collegio, que n'elle tinham exercicio, ou assistiam, ou se occupavam no ensino, gozavam tambem, respectivamente, de todos os privilegios, indultos e franquezas, que competiam aos estudantes da mesma Universidade. Tambem foi creada uma livraria privativa, regulada na sua composição pela natureza dos estudos do collegio. Junto da livraria estabeleceu-se um gabinete para accommodação e uso dos instrumentos mathematicos. Por alvará de 27 de setembro de 1765 foi

concedido o *titulo de conselho* aos reitores do Collegio dos Nobres. No mesmo alvará, e na carta de lei de 12 de outubro do mesmo anno, se proveu á dotação do collegio. Pela carta de lei de 13 de outubro, ainda de 1765, foi concedido e doado ao Collegio dos Nobres o privilegio exclusivo para a impressão dos livros de Euclides, de Archimedes, e de outros classicos das sciencias mathematicas. Este privilegio foi transferido para a Universidade de Coimbra pelo alvará de 16 de dezembro de 1773. A abertura do Real Collegio dos Nobres realisou se a 19 de março de 1766, com a maior solemnidade, assistindo á cerimonia toda a familia real e a côrte. O prefeito dos estudos recitou um discurso manifestando a necessidade de fazer reviver em Portugal as sciencias, as letras e as artes, e encarecendo as vantagens que todos os estados tiravam da cultura do espirito. Em seguida, o vice-reitor, o prefeito dos estudos, e os 24 pensionistas que tinham entrado no collegio, prestaram juramento de defender a immaculada Conceição da Virgem. Os professores nomeados, eram italianos, menos o de rhetorica, que era portuguez, e os de grego e latim irlandezes. Pelo alvará de 1.° de dezembro de 1767 fôram declarados e ampliados os estatutos do Collegio dos Nobres. O alvará de 4 de junho de 1771 commetteu á administração e direcção dos estudos das escolas menores á Real Mesa Censoria, «*incluindo*, diz o alvará, *n'esta administração e direcção não só o Real Collegio dos Nobres*, mas todos e quaesquer outros collegios, e magisterios que Eu fôr servido mandar erigir.» Pela carta de lei de 10 de novembro de 1772 foi ordenado que os estudos mathematicos, até então professados no Real Collegio dos Nobres, só pudessem ser seguidos na Universidade de Coimbra. O legislador declarava formalmente que estes estudos, ficaram na *sua real intenção* abolidos, e de nenhum efeito, desde a publicação dos outros novissimos estatutos da Universidade. Em officio do marquez de Pombal á Mesa Censoria, datado de 30 de outubro de 1773, foi declarado que a acceitação de familiares, de creados de serviço e de capellães do collegio, até então privativa do director geral dos estudos, pertenceria á mesma Real Mesa, ficando a cargo dos presidentes d'ella uma vigilante inspecção, tendente a evitar a admissão de pessoas indignas. No mesmo recommendou muito apertadamente a maior economia nos gastos e despezas do collegio, autorisando a expulsão de quaesquer pessoas que, n'este particular, promovessem ou apoiassem abusos. El rei D. José permittiu que os professores do Collegio dos Nobres fôssem admittidos a beija-mão. Pelo aviso de 26 de outubro de 1779 foi ordenado á Mesa Censeria, que no edificio do Real Collegio dos Nobres mandasse pôr á disposição dos lentes da Academia de Marinha, as aulas e demais casas que se pudessem dispensar para a accommodação d'este ultimo estabelecimento. E' de notar que pela carta de lei de 5 de agosto de 1779 foi creada a Academia de Marinha de Lisboa, e pelo citado aviso mandou o governo pôr em exercicio aquelle estabelecimento, separando se para esse fim algumas aulas do Real Collegio dos Nobres, e podendo os collegiaes aproveitar assim os estudos da nova academia. Por aviso de 22 de fevereiro de 1781 foi ordenado que o Real Collegio dos Nobres *cedesse e trespassasse ao Prior e Beneficiados da Egreja Parochial de S. Mamede o terreno necessario para a edificação da nova egreja*, officinas, e cemiterio d'ella, mediante a indemnisação que depois houvesse de ser estipulada. A egreja de S. Mamede estava n'aquelle tempo no sitio de Valle de Pereiro; e o terreno de que se tratava, consistia em um chão baldio, pertencente ao collegio, que decorria do collegio para o Salitre. Pela resolução régia de 19 de outubro de 1789 foi creado um *Professor de Esgrima* e outro da *Arte de Cavallaria*, pagos pelo cofre do collegio, sendo fornecidos os cavallos pelas reaes cavallariças. Por decreto de 3 de abril de 1791 foi declarado que na Academia de manejo, e arte de andar a cavallo, estabelecida no Real Collegio dos Nobres, podiam ser admittidos como alumnos, não só os collegiaes, mas tambem outros de fóra do collegio, que tivessem as qualidades requeridas nos estatutos, e além d'ellas, as de boa educação e procedimento, que os tornassem proprios para se communicarem com os collegiaes nas occasiões do exercicio, verificando a mesa, depois de informação do reitor do collegio, que nos pretendentes á admissão, concorriam as sobreditas qualidades. O decreto de 16 de junho de 1792 mandou pagar pelo Subsidio Litterario os ordenados dos professores do Real Cellegio dos Nobres, e permittiu que as aulas fôssem frequentadas por alumnos exteruos. Este decreto continha uma providencia salutar, e mais conforme com os bellos principios da egualdade, do que a primordial disposição dos estatutos do mesmo collegio. Fala se da determinação tendente a fazer publicas as aulas: «E por que tenho considerado que os Estados do Collegio pódem muito bem aproveitar a muitos de fóra, sem prejuízo da disciplina e decencia dos collegiaes, sendo compativel que estejam em separação na mesma aula sem a communicação dos de fóra: Tenho deliberado que as Aulas do Collegio sejam publicas aos de fóra, na fórma que se regular.» N'este sentido devia a Real Mesa da Commissão Geral sobre o exame e censura dos livros dar certos esclarecimentos ao governo, e como que traçar o plano para a melhor execução dos designios da soberana. Pela resolução de 3 de setembro do mesmo anno de 1792 foi ordenada a remoção das Aulas da Academia de Marinha, das casas que occupavam no Collegio dos Nobres, para poder ter cabimento a segunda providencia do decreto de 16 de junho, acima meucionado. No anno de 1823 houve uma discussão muito curiosa e interessante, a respeito do Collegio dos Nobres, no congresso nacional. Tratava-se de discutir o respectivo orçamento, e sobre o assumpto discursaram diversos deputados. *Soares Franco* disse, que o Collegio devia ser reformado e estabelecer-se um liceu nacional, mas como se não tratava d'isso, e sómente de examinar o que se havia de pagar aos professores, a sua opinião era que fôsse supprimida a verba da despeza, em razão de elles não darem aulas publicas. *Borges Carneiro* observou, que o collegio dos nobres era tambem direito feudal, porque para ali se entrar era preciso ter fôro de fidalgo. Que havia no Collegio um monopolio de certas sciencias só para esses fidalgos. O mais notavel, porém, era o pagamento ser feito pelo Subsidio Litterario a estas escolas privativas do feudalismo, sendo aquelle tributo creado para o ensino publico da mocidade. *Moura* considerou

tambem aquelle estabelecimento como um privilegio exclusivo, e portanto intoleravel. Mas não se tratava de extinguir o Collegio exclusivo, e portanto intoleravel. Mas não se tratava de extinguir o Collegio, mas saber se devia dar-se consignação do Subsidio Litterario para pagamento dos mestres. Dizia que não, porque o Subsidio Litterario era destinado para os mestres publicos, e os do Collegio dos Nobres eram particulares, por isso não tinham direito a ser pagos pelo thesouro nacional. A discussão ainda continuou ácêrca do pagamento ser ou não por conta do Estado, falando *Pato Moniz*, *Serpa Pinto*, *Derramado*, *Santos Valle* e *Xavier Monteiro*, até que por fim o congresso votou: Se é conforme á Constituição a existencia do Collegio dos Nobres? Decidiu-se que não, mandando-se crear uma commissão para propôr a sua reforma, e que a despeza dos professores fôsse paga pelas rendas do mesmo collegio. A commissão de fazenda da camara electiva do anno de 1827, encarregada de examinar a conta da receita e despeza do estado em 1826, e o orçamento da receita e despeza para 1827, propôz que fôsse supprimida a verba destinada aos ordenados dos professores do Collegio dos Nobres pela folha do Subsidio Litterario, fundando-se em que o Collegio tinha o rendimento necessario para por elle pagar tal despeza. O ministro do reino, na sessão de 26 de março de 1827, observou que os professores eram pagos pelo Subsidio Litterario, por estar este destinado para a instrucção publica; não vendo por isso inconveniente em que houvesse de continuar o pagamento como até então. No fim d'alguma discussão, ficou resolvido, eliminar se a verba do Collegio dos Nobres. Com a guerra civil, parece que fechou o Collegio dos Nobres, porque a portaria de 6 de agosto de 1833 mandou que as aulas abrissem em tempo competente, devendo o reitor dar providencias precisas para este fim, em ordem a que se evitasse o prejuizo queá instrucção publica resultava de se conservarem fechadas por mais tempo. Por decreto de 2 de setembro do mesmo anno fôram demittidos alguns empregados do collegio, por não serem affectos á causa da Liberdade. Por portaria de 23 de janeiro de 1834 foi determinado que os professores e mestres do Collegio fôssem pagos pelos rendimentos d'aquelle estabelecimento, e só no caso de não chegarem para o pagamento da totalidade dos vencimentos,competiria ao Thesouro Publico pagar o que faltasse para preenchel-a. Pela portaria de 2 de maio do mesmo anno, mandou o governo *que o encarregado da direcção do Collegio dos Nobres fizesse desde logo publicas as aulas do mesmo collegio*, como estava ordenado pelo decreto de 16 de junho de 1792 No anno de 1834 estava aquartelada em parte do edificio do Collegio a brigada de artilharia, mas prometteu o ministro do reino officiar ao da guerra, no sentido de se effeituar a transferencia da mesma brigada para outro local. A portaria de 17 de dezembro de 1834 mandou admittir no Collegio dos Nobres quantos collegiaes ali pudessem caber, pagando todos, indistinctamente, a pensão de 150$000 reis. Em 28 de setembro de 1836 foi nomeada uma commissão, encarregada de elaborar e propôr *um plano das reformas necessarias no Collegio dos Nobres*, tanto na parte scientifica, como na parte economica. O decreto de 4 de janeiro de 1837 determinou a abolição do Collegio e providenciou competentemente ácêrca dos collegiaes, dos professores e empregados, e dos rendimentos.Transcrevemos este importantissimo decreto, que vem publicado no vol. VI da *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal*, por José Silvestre Ribeiro, a pag. 322: «Sendo o Real Collegio dos Nobres uma instituição que não está em harmonia com a constituição politica da monarchia,em razão por ser seu instituto uma escola privilegiada; e devendo collocar-se no respectivo edificio as escolas que vão ser organisadas: hei por bem decretar o seguinte: 1.º Fica abolido desde já o Collegio dos Nobres.—2.º Os collegiaes que agora n'elle existem serão recebidos no Collegio Militar, onde se lhes dará a instrucção conveniente, e nunca inferior áquella que até agora se lhes subministrava, pagando as mesmas prestações que pagavam ao collegio abolido.—3.º Os lentes e mais empregados do collegio abolido serão empregados nas novas escolas que vão ser creadas, e até ao estabelecimento d'ellas conservarão seus actuaes ordenados por inteiro.—4.º Todos os rendimentos do collegio abolido, seu edificio e mobilia, serão applicados ás novas escolas pela maneira que o governo determinar.» Oito dias depois da data d'este decreto, foi promulgado outro, no qual o governo determinava o seguinte: «1.º O edificio do Real Collegio dos Nobres com todas as suas pertenças, ficará á disposição do ministerio da guerra, para n'elle se estabelecer a Escola Polytechnica, e os mais estabelecimentos scientificos da dependencia do mesmo ministerio, que ali fôr conveniente collocar.—2.º Os rendimentos do mesmo collegio serão applicados para as despezas da dita escola, e administrados pela sua junta administrativa.—3.º A parte da mobilia que fôr necessaria para a nova escola, será posta á disposição da mesma.» V. *Escola Polytechnica*, *Portugal*, vol. III, pag. 178.

Real Côvo. Pov. na freg. de N. S.ª da Ribeira, de Bouçoães, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real.

Real Gymnasio Club Portuguez. O gosto pelo estudo da gymnastica começou, verdadeiramente, a desenvolver se em Lisboa, quando o inglez Thomaz Price veiu, em 1860, estabelecer na calçada do Salitre, um circo gymnastico, que tomou o nome de *Circo de Price*. Os trabalhos dos bons artistas estrangeiros que formavam a companhia, tanto gymnasticos, como acrobaticos, enthusiasmaram a mocidade, e muitos rapazes começaram a querer imital-os, procedendo a experiencias, mas a falta de estudos e de methodo tornou fataes algumas d'essas experiencias. A gymtica estava abandonada, por assim dizer, em Portugal, ou quasi desconhecida como um meio de educação physica, tão util quanto agradavel, e que, desenvolvendo as forças physicas e a agilidade, habilita o individuo para tantos casos da vida, em que estes dotes pódem ser muito aproveitaveis. O professor Luiz Monteiro, ainda n'esse anno de 1860, se lembrou de estabelecer uma pequena escola de gymnastica, em uma casa da Carreirinha do Soccorro, que logo começou a ser bastante concorrida, transformando-se em pouco tempo n'uma sociedade, á qual o referido professor cedeu gratuitamente os pertences da escola, sendo por esse facto inaugurado o seu retrato na

sala da sociedade. Foi custoso, ainda assim, fazer comprehender as vantagens da gymnastica como um elemento de educação necessario, e muitos paes conservavam repugnancia de vêrem seus filhos expostos a torcerem um pé, deslocarem um braço ou reuderem uma costella, sem se lembrarem que o ensino da gymnastica é methodico, que longe de prejudicar o organismo, o robustece, e que se póde dar logar a qualquer accidente, a muitos maiores perigos está exposto quem não sabe gymnastica, que é um escudo de defeza para esses mesmos perigos. Apezar, porém, de todas as repugnaucias e desanimos, a sociedade da Carreirinha do Soccorro foi tomando vulto, ganhando grande incremento, até que em 1875 se estabeleceu em outro local, com a denomiuação de Real Gymnasío Club Portuguez, sob os auspicios do engenheiro Augusto Gomes Ferreira e do capitão Frederico de Avellar, que lhe fôram de grande auxilio. O notavel desenvolvimento que foi tendo aquelle instituto, está bem demonstrado pelo edificio proprio, que hoje existe na rua de Serpa Pinto, mandado fazer expressamente sob o projecto do architecto José Luiz Monteiro, e executado pelo empreiteiro Santos. Em 30 d'agosto de 1884 inaugurou-se o novo salão de gymnastica e sala de esgrima, com uma sessão solemne para que fôram convidados, além

Medalhas de merito do Real Gymnasio Club (Reducção a 2|3)

das familias dos socios, varias pessoas e representantes da imprensa. O salão de gymnastica é construido em fórma de *chalet*, possuiudo todos os instrumentos mais modernos e melhores applicados aos exercicios gymnasticos. A sala d'armas destinada aos exercicios de esgrima, é vasta e importante;tem salas de bilhares e d'outros jogos, bibliotheca, etc. O Real Gymnasio Club Portuguez é um estabelecimento modelo, e que se levantou sem auxilio official, mas á custa de muitas dedicações e sacrificios, devendo especialisar-se os socios Francisco e João Xafredo, que mais auxiliaram a sua definitiva installação, pelo que fôram inaugurados os seus retratos, assim como o do director e professor d'este instituto, Duarte A. Holbeche, que foi um dos principaes influentes, e que mais trabalhou para o seu desenvolvimento. Os socios mais distinctos deram por vezes saraus gymnasticos, tanto no Colyseu de Lisboa como no Porto, sendo parte d'esses saraus em beneficio dos feridos da guerra austro italiana, inundados em Italia, inundados em Portugal, das Créches, dos Albergues Nocturnos, da Sociedade Philantropico Academica de Coimbra, e dos bombeiros voluntarios do Porto Estes saraus fôram sempre concorridissimos, despertando grande enthusiasmo, e merecendo distinctas recompensas conferidas aos socios em medalhas de merito e corôas gloriosas offerecidas entre os mais phreneticos applausos. Em quasi todos os campos do sport o Real Gymnasio Club Portuguez se tem evidenciado e distinguido por uma fórma brilhante. Em 1881 alguns dos socios, tripulando a guiga *Vega*, d'el-rei D. Luiz, bateram, n'uma regata em Cascaes, o Club Fluvial Portuense, sendo em memoria d'esse triumpho, offerecida ao Club por aquelle monarcha, uma bandeira de honra. Em outras regatas tambem se teem distinguido os socios, merecendo premios de medalhas, e duas bandeiras de honra, uma offerecida pela rainha D. Maria Pia, e outra pela Real Associação Naval. A sua secção velocipedica, fundada em 1886, encetou desde logo varias excursões, entre as quaes uma ao Porto, que se tornou notavel por ter sido feita nos antigos bicyclos. Em 1886 realisou-se no hyppodromo de Belem, por iniciativa do Real Gymnasio Club, o primeiro e unico concurso de gymnastica que tem havido em Portugal, constando o programma de corridas de velocipedes, tambem as primeiras que se deram entre nós, corridas a pé e varios exercicios gymnasticos, havendo ainda um ataque a um simulado incendio, pela Associação dos Bombeiros Voluntarios de Lisboa. Para se vêr a grandeza d'este certamen, bastará dizer que n'elle tomaram parte mais de 500 amadores, pertencentes a varias associações e escolas da capital, e que com o mesmo dispendeu o Real Gymnasio Club quantia superior a 2:500$000 reis. Tambem se tem distinguido este instituto no exercicio do tiro ao alvo com armas de guerra, e tanto assim que o campeonato escolar foi ganho, a seguir, nos annos de 1901 e 1902, na carreira de tiro em Pedrouços, por socios seus, pelo que se couserva na posse do club o guião commemorativo da victoria. A um outro meio tem recorrido o Gymnasio Club para a sua propaganda em favor da educação physica, são as conferencias realisadas na sua séde, sobre aquelle thema, por homens competentissimos na especialidade. Todos os annos o Gymnasio Club realisa um sarau publico em beneficio do seu cofre, sendo o desempenho confiado aos socios mais laureados nas differentes especialidades, de que os programmas se compõem. Das salas do Gymnasio Club teem saído gymnastas amadores que rivalisam com os profissionaes mais afamados; a maior parte dos melhores esgrimistas actuaes, ali fizeram a sua aprendizagem, sob a direcção do professor Antonio Martins Com a mudauça das instituições, foi eliminada a designação de *real* no seu nome, ficando a chamar-se unicamente, *Gymnasio Club Portuguez*. O titulo de *real* tinha sido concedido por carta regia de 20 de abril de 18.2. Anda publicada junto dos *Estatutos*, reformados, approvados por alvará de 26 de junho de 1889. No artigo 14.º d'estes estatutos trata se da concessão de medalhas de merito aos individuos que, em qualquer das especialidades do Club, apresentem elevado e reconhecido merecimento artistico. Estas medalhas, conferidas pela assembléa geral, são de ouro ou de prata dourada, cunhadas, de fórma circular, com 0m,027 de diametro e 0,m025 de espessura; tendo n'uma das faces, ao centro, a corôa real sobreposta a um emblema allegorico á indole do Club; em baixo a palavra *Lisboa*, e em volta a designação: *Real Gymnasio Club Portuguez*, e na outra face, ao centro, uma corôa de folhagem circumdada nos dois terços superiores

pelas palavras: *Ao merito artistico*, e no terço inferior por um espaço liso, onde opportunamente se gravará a designação da especialidade artistica que motivou a concessão, devendo tambem ser gravadas ao centro da corôa de folhagem as letras iniciaes do nome do agraciado, e na cinta da medalha o nome por extenso e a data. A fita competente tem 0,m027 de largura, sendo formada por duas listas de setim, uma azul o outra branca, juntas por um fio de ouro.

Real Instituto de Lisboa. Foi fundado por Antonio Cabreira, com o titulo *Instituto 19 de Setembro*, em 19 de setembro de 1894. Pela organisação primitiva, publicada no anno anterior, esse estabelecimento destinava se exclusivamente ao ensino gratuito das materias professadas nas escolas officiaes e de todas as outras consideradas como seu complemento logico. Pelos Estatutos publicados em 1895, assumiu tambem o caracter e as funcções de associação scientifica, que eram cumulativamente exercidas pelos professores. O decreto de 11 de abril de 1901 consagrou definitivamente o Instituto como collectividade scientifica e como collectividade escolar, creando o corpo academico, constituido pelos socios, escolhidos d'entro publicistas e diplomados por cursos superiores, e o corpo pedagogico, constituido pelos professores dos diversos cursos, a quem egualmente eram exigidas habilitações superiores. O Instituto 19 de Setembro foi o primeiro estabelecimento portuguez que fundou e manteve cursos secundarios, especiaes e superiores gratuitos, os quaes chegaram a constituir mais de cincoenta aulas, regidas, simultaneamente, por distinctos professores, que não recebiam remuneração alguma. Os alumnos faziam exame nos Lyceus, nos Seminarios, no Instituto Industrial e suas escolas preparatorias, no Conservatorio, nas Escolas Normaes e na Escola Polytechnica, onde as approvações obtidas representavam uma media superior a 90 %. Nos ultimos 10 annos, tambem o Instituto abriu aulas de instrucção primaria, com o mesmo exito. Mas a sua acção não se limitou a Lisboa, pois creou na provincia diversas escolas succursaes, sendo mais importante de todas a que Antonio Cabreira fundou em Tavira, em 10 de setembro de 1899, e onde se ministrou, tambem gratuitamente, o ensino primario, artistico e secundario, coroando as approvações, no fim do anno, todos os benemeritos esforços realisados. O Instituto teve ainda a primazia n'outros serviços ao paiz. Assim, foi na sua séde que funccionaram, pela primeira vez em Portugal, os cursos colonial e de educação militar. O primeiro foi inaugurado, em nome do fallecido rei D. Carlos, em 20 de outubro de 1901, sendo a sua iniciativa principalmente devida a João Trigueiros de Martel Sampaio e a José de Macedo. O curso de educação militar, da iniciativa de Antonio Cabreira, foi organisado por decreto de 10 de outubro de 1902, podendo considerar se com verdade que a propaganda do alto pensamento patriotico, que esse curso representava, foi uma das determinantes da formação dos batalhões de voluntarios que, mais tarde, surgiram em muitos pontos do paiz, com o duplo fim de defender a Patria e a Republica. Deve-se tambem consignar, entre os cursos que mais prestantes se tornaram, o curso commercial, que foi dirigido por Antonio Carreira e José Carreira. Contam-se por milhares os individuos de todas as classes, muitos dos quaes occupam hoje uma posição elevada na sociedade, que fizeram todos ou uma parte importante dos seus estudos no antigo Instituto 19 de Setembro. O Estado galardoou, por vezes, a benemerencia de tão util collectividade. Com effeito, os diplomas dos professores foram isentos de sellos e emolumentos, em 25 de novembro de 1899; o decreto de 11 de abril do 1901 declarou relevantes os serviços prestados á instrucção nacional pelo Instituto, ao qual conferiu, como recompensa, a denominação de Real Instituto de Lisboa, e o antigo Ministerio do Reino deu lho, durante alguns annos, o subsidio de 500$000 reis. Ainda por iniciativa de Antonio Cabreira, o Instituto fundou a *Revista de Sciencias, Lettras e Artes*, que começou a publicar-se em junho de 1901, tendo sahido ainda tres numeros, de trinta e duas paginas, cada um, interrompendo-se depois a publicação por falta de recursos pecuniarios. O primeiro director do Instituto foi o padre Adolpho Maximo Gomes de Faria, o segundo o conde de Avintes (D. José Correia de Sá), o terceiro o general Schiappa Monteiro, o quarto Antonio Cabreira e o quinto novamente esso illustre official. O secretario geral, servindo quasi sempre de director, foi Antonio Cabreira que, por falta de saude, se afastou das suas funcções em 1905, sendo substituido interinamente por Antonio Benavente. O Congresso Pedagogico Nacional, reunido em 1908, por iniciativa da Liga Nacional de Instrucção, conferiu a Antonio Cabreira o ao Real Instituto de Lisboa o titulo de benemerito da instrucção nacional, recompensando assim, solemnemente, uma obra fecunda, desinteressada e de utilissimos resultados para o paiz. Os professores que mais se distinguiram foram: nos *Cursos Superiores*, Antonio Cabreira, major Viriato de Lemos, capitão Francisco Luiz Pereira e Sousa, tenente Jayme Athias, dr. Abundio da Silva e Rodrigo Massapina; nos *Cursos Secundarios*, Manuel Barradas, padre Gomes de Faria, Cunha Osorio, José Trigueiros de Sampaio, Lobo Corte Real, engenheiro Antonio Maria da Silva, dr. Ferreira Cardoso, engenheiro Antonio de Jesus Birne, conde de Avintes, Cesar da Silva, José Teixeira de Carvalho, Sertorio Fontes, Alberto Campos, dr. Victor Lopes das Neves, Alfredo Serrano, Sousa Lambiu, dr. Diogo Costa, Agostinho Fortes, Affonso Hinker, capitão Pereira de Moraes, Antonio Alegro, Mello Vieira, Rosa Bello, capitão Pereira Batalha, dr. José Julio Rodrigues, Carlos Florencio Ferreira, Farinha Dias de Sousa, dr. Almeida Reis, Luiz Guedes, padres Evaristo Guerreiro e Manuel Bazilio Correia, coronel Francisco dos Anjos Marinho, capitão Assis d'Almeida, tenente Ricardo Martinho do Andrade, José Estevam de Mattos Junior, dr. João Antonio de Freitas, José Christovam Mendes Junior, Augusto Osorio, Ladislau Batalha, Emilio Vecchi, Pamplona Corte Real, Antonio Benavente, dr. Antonio Birne Pereira, Viriato d'Oliveira, Alberto Figueiredo, Leopoldo Saraiva, tenente-coronel Madureira Chaves, Raymundo de Mendonça, dr. Tovar de Lemos, Conceição e Silva, dr. José Maria Garrana, Antonio Ferrão, tenente Tamagnini Barbosa, Antonio Serio de Sousa e Silva Reigoso; no *Curso Commercial*, Antonio Carreira, José Carreira, João Manuel Esteves Pereira, Pio Rosado, Carlos Luiz Lugrin Ju-

nior, Silva Barros, Mello Ilharco, Julio Larcher e Francisco Garrudo; no *Curso Colonial*, general Henrique de Carvalho, coronel medico Manuel Ferreira Ribeiro, tenentes da armada Quirino da Fonseca, João de Freitas Ribeiro e Loureiro da Fonseca e João Trigueiros de Martel Sampaio; no *Curso de Educação Militar*, capitães Frederico Mariares, Eduardo Gomes da Silva, Horacio Ferreira e Hypolito Sande e Eduardo Kebe Junior; na *Escola de Musica*, Antonio Eduardo Ferreira, Julio Cardona, Guilherme Ribeiro, Hernani Torres, David de Sousa, Antonio Gomes e D. Laura Cidade; no *Curso Artistico*, Adolpho Benarus, Costa Motta, Bemvindo Ceia e D. Clotilde Feio; em *Gymnastica*, Alberto Cosmelli e Pedro Ferreira; e em *Instrucção Primaria*, Francisco de Sousa Nobre e Bernardino Ligorne. Os relatorios do Instituto 19 de Setembro e do Real Instituto de Lisboa descrevem com bastante relevo a accidentada e gloriosa vida da benemerita instituição.

Realete. V. *Real d'Agua*.

Realista. V. *Legitimista*.

Rebaixia dos Faustinos. Pov. na freg. de Sant'Anna, de Cumeada, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Rebaixia dos Thomés. Pov. na freg. de Santa Anna, de Cumeada, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Rebalda. Pov. na freg. de S. Mamede, de Recesinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Rebaldeira. Pov. na freg. de S. Pedro, de Dois Portos, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Rebaldinho. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Villar de Maçada, conc. de Alijó, distr. de Villa Real.

Rebaldo. Pov. na freg. de S. Paio, de Midões, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Rebalvia. Pov. na freg. de Santo Aleixo, de Becco, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Rebanque. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Montelavar, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Rebelhos. Pov. na freg. de Santa Luzia, de Bendada, conc. de Sabugal, distr. da Guarda.

Rebella. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Ferreira, conc. de Ferreira do Alemtejo, distr. de Beja.

Rebello. E' appellido nobre em Portugal, cuja familia tinha o seu solar no couto de Rebello, pertencente ao antigo concelho de Roriz, e hoje ao de Santo Thirso, districto do Porto. As suas armas são: Em campo azul, tres cotias de ouro, em faxa, cada uma carregada de sua flôr de liz, de púrpura, ficando todas tres em banda. Elmo de prata, aberto, e por timbre, um leopardo de ouro, armado de azul, com uma das flôres de liz do escudo na testa. O primeiro que usou este appellido, foi Mem Rodrigues Rebello, tomado d'este logar, de Rebello, e senhor do couto d'este nome, o qual couto herdara de seu pae, Ruy Vasques, no reinado de D. Affonso III. Da nobre familia dos Rebellos, do Algarve, trata largamente o visconde Sanches de Baena, no seu livro *Familias nobres do Algarve*, no *Appendice*, a pag. 155.

Rebello *(Affonso)*. Um dos valentes guerreiros que militaram na India no tempo de D. Luiz de Athaide, conde de Athouguia. Era poeta ao mesmo tempo, e compunha versos jocosos com grande facilidade. Escreveu uns versos que ficaram manuscriptos, em que relatava as justas que houve na India, quando, em 1577, pela segunda vez D. Luiz de Athaide assumiu o governo. Falleceu em Gôa, deixando varias obras poeticas.

Rebello *(Alvaro)*. Um dos heroicos defensores de Mazagão em 1562. Escreveu a historia do celebre assédio n'um livro que ficou manuscripto, mas que Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitania*, a pag. 112 do vol. I, declara que o leu e extractou quando tratava de escrever as *Memorias d'el-rei D. Sebastião*. Era tambem poeta, ao que parece, mas perderam-se todas as suas poesias.

Rebello *(P. Amador)*. Jesuita; reitor do collegio de Santo Antão, de Lisboa, e mestre de escripta de el-rei D. Sebastião. N. em Mesão Frio em 1539, fal. em Lisboa, no referido collegio de Santo Antão a 7 de maio de 1622. Era filho de Lançarote Gonçalves e de Beatriz Rodrigues. Professou em 26 de julho de 1559, e foi professor de humanidades e de theologia moral. Como era um apreciado calligrapho, o escolheram para mestre de escripta d'el-rei D. Sebastião, e mostrou se sempre muito affeiçoado á memoria do seu régio discipulo, porque escreveu uma *Relação* da sua vida e uma compilação dos seus ditos, que ficaram ambas manuscriptas. Publicou as seguintes obras: *Alguns capitulos tirados das Cartas que vieram este anno de 1588 dos Padres da Companhia de Jesus, que andam nas partes da India, China, Japão e Angola*, Lisboa, 1588; *Compendio de algumas Cartas que este anno de 1597 vieram dos Padres da Companhia de Jesus, que residem na India e costa do Grão Mogor, e reinos da China e Japão, e no Brazil*, etc., Lisboa, 1598.

Rebello *(Antonio Teixeira)*. V. *Teixeira Rebello (Antonio)*.

Rebello *(Baptista)*. Presbytero do habito de S. Pedro; theologo muito erudito, capellão do convento de Nossa Senhora dos Remedios, de Braga. N. nas cercanias de Ponte da Barca, na freguezia de S. João, de Villa Chã; fal. no referido convento a 5 de maio de 1733. Era filho de Domingos Rebello e de Maria Ferreira, lavradores. Escreveu: *Resumo de Theologia Historica*, Lisboa, 1728; *Despertador quotidiano para ter bons dias*, Lisboa, 1737; *Lembrança da Senhora da Boa Morte para bem morrer*, Lisboa, 1730.

Rebello *(Bartholomeu Coelho Neves)*. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, que vivia na metade do seculo XVIII. Escreveu: *Discurso sobre a inutilidade dos esponsaes dos filhos, celebrados sem consentimento dos paes*, Lisboa, 1773.

Rebello *(P. Diogo)*. Jesuita, que escreveu uma *Vida do padre Antonio de Moraes*, que pertencia tambem á Companhia de Jesus. Esta obra ficou manuscripta, e guardava-se em Coimbra, no collegio da Companhia, como affirma o P. Antonio Franco, na *Imagem da virtude do noviciado de Coimbra*.

Rebello *(P. Fernando)*. Jesuita. N. na villa de Caria, bispado de Lamego, e fal. no collegio de Evora a 20 de novembro de 1608. Era filho de Fernando Rebello e de Joanna Rebello. Professou na casa professa de S. Roque, de Lisboa, em 20 de maio de 1562. Instruido nas Sciencias ec-

clesiasticas, ensinou seis annos philosophia na Universidade de Evora, em que recebeu o grau de doutor em Theologia a 6 d'abril de 1589. Foi lente de prima e conselheiro da mesma Universidade, reitor no collegio do Porto. Escreveu: *De obligationibus Justitiae, Religionis et Charitatis*, Lugduni, 1608; Venetiis, 1610. D'esta obra, que era dividida em tres partes, só se imprimiu a primeira.

Rebello *(Francisco de Brito)*. Tenente-coronel de engenharia reformado. N. em Lisboa no meado do seculo XVIII, fal. em 17 de abril de 1828, sendo filho do engenheiro Gregorio Rebello Guerreiro Camacho e de sua mulher D. Maria Thereza de Jesus Guerreiro; neto do dr. Thomé Guerreiro Camacho de Aboim, physico-mór do reino de Angola. Era cavalleiro fidalgo da Casa Real, e teve o officio de porteiro do Conselho de Guerra, que pertencia aos seus antepassados, desde a instituição d'este tribunal, e em que prestaram relevantes serviços, segundo um diploma régio. Admittido como partidista, ou discipulo do numero, a um dos 5 logares vagos na Academia militar de fortificação, segundo a resolução régia tomada sobre consulta da Junta dos Tres Estados, de 9 e aviso de 18 de setembro de 1766, seguiu o curso com grande aproveitamento, por isso que logo a 15 de novembro de 1768, concluido elle, foi promovido a ajudante de infantaria, com exercicio de engenheiro, segundo o estylo do tempo, entrando desde logo a exercer o seu cargo. Depois de 20 annos de serviço, é que foi promovido a capitão, a 16 de setembro de 1789. Não esteve ocioso desde que terminou o curso, porque logo no anno seguinte foi escolhido pelo tenente-coronel Guilherme Elsden, para o acompanhar, afim de cumprir a ordem que recebera de levantar a planta e configuração das lezirias do Ribatejo, trabalho que principiou a 28 de maio, e findou em outubro de 1769. Em seguida foi, sob as ordens do mesmo tenente coronel, empregado no levantamento da planta e configuração das coutadas reaes e territorios da Muinhola, Landeira, Marateca e sua demarcação, serviço que só terminou em 1777. Guilherme Elsden, nas suas attestações, declara que Brito Rebello *fez e executou tudo o que por mim e mais officiaes superiores lhe foi encarregado, com promptidão, zêlo e toda a capacidade.* Em 1790, por occasião dos grandes exercicios que se realisaram no sitio da Porcalhota, foi encarregado de estabelecer o acampamento, servindo ao mesmo tempo de quartel-mestre-general, cargo, que n'esse tempo, tinha no seu desempenho, funcções importantes de administração militar. Havendo terminado este serviço, foi nomeado para servir sob as ordens do conde de Soure, provedor das obras dos paços reaes, e escolhido em breve para uma commissão de grande responsabilidade. Tinha projectado o governo a organisação d'uma *Guarda de Corpus*, como então se dizia, isto é, uma guarda real, á imitação da que havia em outros paizes, que fôsse verdadeiramente um corpo de tropa viva, e não a simples e inoffensiva guarda dos archeiros, e, ao mesmo tempo, ou melhor, primeiro, determinou construir, proximo ao paço d'Ajuda, um edificio com a capacidade sufficiente para aquartelamento da dita guarda, que devia ser composta de infantaria e cavallaria. Fôram escolhidos pelo conde de Soure para dirigir a construcção do novo edificio Brito Rebello e o coronel Romão José do Rego. O projecto, parece que foi elaborado por estes dois officiaes. Lançada a primeira pedra do edificio a 20 de julho de 1791, desde esse dia, primeiro sob as ordens do referido coronel José Mathias de Oliveira Rego, e por morte do ultimo directamente, foi Francisco de Brito Rebello o engenheiro habil e diligente, que fundou e levantou aquelle importante edificio e dirigiu a sua construcção até 1806, quando esse trabalho, já então adeantadissimo, passou a ser dependente da repartição de obras publicas. Desde esse tempo, Belem tornou-se a habitação do honrado funccionario, e todas as obras que por aquellas immediações se fizeram, estiveram a seu cargo, bem como o alojamento de tropas quer nacionaes, quer estrangeiras, tanto no novo quartel, como em outros. Este quartel tem soffrido desde então muitas modificações e transformações, e é onde actualmente está o regimento de cavallaria n.° 2. Além d'este serviço, Brito Rebello foi, simultaneamente encarregado de alguns trabalhos e inspecções nos quarteis dos regimentos de Lippe, de Mecklemburgo, de Freire de Andrade e de Valle de Perciro, e no reconhecimento e estudos das terras e casas do sitio dos Prazeres, com destino a um novo hospital. Desde que a Portugal chegaram as tropas auxiliares inglezas, foi Brito Rebello o encarregado do seu alojamento tanto no quartel, cuja construcção dirigia, como no de Lippe, para cujo fim foi mandado servir no quartel general britannico desde 6 de março de 1797. E' desde esta occasião que recebe avisos, communicações e ordens do coronel Bernardo Brendlé, que naturalmente servia no mesmo quartel general, ou, mais provavelmente, junto ao ministerio da guerra em nome de quem dava ordens, como intermediario. Toda esta assiduidade e a sua natural independencia, fizeram com que se esquecessem d'elle na promoção de 4 de abril de 1795, injustiça, que ao menos lhe foi reparada por decreto de 2 de fevereiro de 1799, que o elevou a sargento-mór (major), de que se lhe passou patente a 4 de março. Tendo tres regimentos britannicos recebido ordem de sair de Portugal e dirigirem-se a Minorca, foi logo expedido aviso a Francisco de Brito Rebello para dispôr tudo o necessario para o embarque d'essa tropa e suas bagagens, fornecimentos, etc. Emfim, até 1806 continuaram os trabalhos do quartel da Guarda de Corpus, sob a direcção do honrado engenheiro, mas n'esse anno se mandaram satisfazer 3:286$800 reis que estavam em divida ás obras do referido quartel e reparos no de Lippe, e se determinou que do primeiro de julho em deante os reparos, etc, se fizessem pela repartição de obras publicas, recentemente creada. As circumstancias politicas do paiz não eram muito azadas para obras e considerações de serviços, por isso se ignora o destino que teve Brito Rebello até que em janeiro de 1809 foi mandado apresentar no Archivo militar, para, sob as ordens do coronel Eusebio Dias Azevedo, desenhar o que fôsse preciso. Era então commandante do real corpo de engenheiros o marechal de campo José de Moraes Antas Machado. Mais tarde, quando o tenente general Mathias José Dias Azedo commandava o corpo, foi Brito Rebello retirado do Archivo, sendo pouco depois reintegrado por ordem de D. Miguel Pereira Forjaz.

A 11 de junho de 1814, sob proposta do referido tenente-general Dias Azedo, foi-lhe dada a reforma no posto de tenente-coronel. Já depois de reformado ainda lhe fôram aproveitados os seus serviços, sendo empregado sob as ordens do brigadeiro Duarte José Fava por aviso da secretaria da guerra de 20 de junho de 1816, serviço em que se encontrava ainda em 1818. Casara em 25 de julho de 1790 com D. Maria Antonia Furtado de Mendonça.

Rebello *(Gabriel)*. Escriptor, que passou á India em 156 , nomeado feitor e alcaide-mór da fortaleza de Tidor nas Ilhas Molucas. Era muito versado em philosophia e historia. Escreveu uma *Informação dos cousas do Maluco, dada em 1559 ao Sr. D. Constantino de Bragança vice-rei da India*, que depois de ter estado por muito tempo manuscripta, se publicou por ordem da Academia Real das Sciencias no tomo 4.º da *Collecção para a historia e geographia das nações ultramarinas* Escreveu tambem uma obra, que ficou manuscripta, *Retrato dos bens e males da India*, e a que Diogo de Couto se refere.

Rebello (*Gaspar*). Jurisconsulto do seculo XV, advogado que D. Antonio, prior do Crato, consultava frequentes vezes, no tempo em que pretendia succeder na corôa de Portugal. N. na villa de Ceia, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era muito perito em letras humanas, em latim e grego, lingua de que foi professor na Universidade de Coimbra. Nada deixou impresso, e os manuscriptos, de que ha noticias, são obras theologicas em latim.

Rebello (*Gaspar Pires*). Freire professo da ordem de S. Thiago, conventual do convento de Palmella, prior de Castro Verde, prégador muito apreciado no seu tempo, e poeta. N. em Aljustrel, mas não se conhecem as datas do nascimento e da morte. Escreveu: *Infortunios Tragicos da Constante Florinda*, 1.ª Parte, Lisboa, 1625; Coimbra, 1665; Lisboa, 1672 e 1707; *Segunda parte*, Lisboa, 1633; Coimbra, 1671. Ambas estas partes sairam em Lisboa, em 2 tomos, 1684, e 1761; *Novellas exemplares*, Lisboa, 1650, 1670, 1684, 1700, 1712, e 1761; *Thesouro de pensamentos concionatorios, sobre a explicação dos Mysterios e Cerimonias do Santo Sacrificio da Missa*, etc., Lisboa, 1635.

Rebello (*Gaspar Vaz*). Mais conhecido pelo appellido alatinado de *Valasco*. Jurisconsulto que viveu no seculo XVI. Foi collaço de D. João III, e era natural do Porto. No tempo d'el-rei D. Manuel passou a Italia, e doutorou-se em Canones na Universidade de Padua. Voltando a Portugal foi desembargador do Paço e membro do conselho de D. João III. Parece que morreu em 1567, deixando alguns livros sobre jurisprudencia, que ficaram manuscriptos, ou que se imprimiram, segundo alguns, em 1555 em Lyão, França. Casou duas vezes: a primeira com D. Ignez de Brito, e a segunda com D. Maria de Paiva.

Rebello *(Jacinto Ignacio de Brito)*. General de brigada reformado. N. em Ponta Delgada em 25 de outubro de 1830, sendo filho de Pedro de Brito Rebello, alferes do exercito, que falleceu em consequencia dos penosos trabalhos do cêrco do Porto, para onde viera em 1832; e de D. Thereza de Jesus Rebello. Na sua familia contam-se homens distinctos, tendo sido seu terceiro avô physico-mór da provincia de Angola, seu avô e bisavô officiaes superiores de engenharia com serviços no reino e na America. Acabando o cêrco do Porto, depois da entrada triumphante das forças liberaes em Lisboa, sua mãe retirou se para a capital, onde dirigiu a educação de seu filho, fazendo o seguir a carreira das armas. Entrou no Collegio Militar, completando o curso em 1847, seguindo o da Escola Polytechnica, que interrompeu por circumstancias particulares. No Collegio Militar era tido entre os seus collegas

Jacinto Ignacio de Brito Rebello

como estudante de talento e com muitas tendencias para as letras. N'um pequeno jornal manuscripto que os alumnos mais antigos do seu tempo redigiam, sairam alguns trabalhos seus, distinguido-se por certo cunho de linguagem vernacula. Assentou praça na arma de infantaria a 27 de julho de 1847, sendo promovido a alferes em 8 de agosto de 1850, a tenente em 29 d'abril de 1851, a capitão em 11 de maio de 1869, a major em 26 de janeiro de 1881, a tenente-coronel em 23 de janeiro de 1884, a coronel em 3 de fevereiro de 1887, fazendo serviço no Estado Maior, reformando-se em general de brigada em 7 de fevereiro de 1895. Em 1855 entrou nas obras publicas, trabalhando nos estudos do caminho de ferro de Santarem á fronteira. D'aqui passou para a direcção das obras publicas de Aveiro, dirigindo principalmente a construcção da estrada de Aveiro a Agueda, incluindo a ponte da Rata; alguns estudos de obras em Albergaria e Agueda, e o projecto de alargamento e edificios, e abertura da nova praça e ruas na primeira d'essas villas, cuja municipalidade realisou com estas obras um importante melhoramento. De 1858 a 1860 foi encarregado da administração do concelho de Albergaria-a-Velha, sendo transferido em dezembro de 1860 no mesmo cargo para o concelho de Ilhavo, dando em suas novas funcções de magistrado administrativo sufficientes provas de um espirito

de ordem, sensato e conciliador. Pela sua promoção a capitão, em 1869, voltou ao serviço do exercito, e fez serviço em Bragança e no Porto nos regimentos de caçadores n.os 3 e 9. Na guarnição do Porto era sempre o seu nome talvez o primeiro apontado para quantas commissões ali se organisaram n'aquelle tempo, tendo elle apresentado ao general conde de Torres Novas, juntamente com outros officiaes, um projecto de associação militar. O conde de Torres Novas, que muito o considerava, o nomeou para varias commissões de serviço, cujos trabalhos fôram muito approvados e lhe mereceram elogios. Como presidente das juntas de revisão dos districtos de Santarem, Lisboa, Beja e Evora, o seu nome foi sempre muito estimado e considerado. Elevado a coronel, em 1887, foi instado pelo conde de S. Januario para acceitar o commando d'um regimento. Com custo acceitou o encargo, porque lhe ia obrigar a interromper trabalhos historicos importantes, principalmente os relativos ao infante D. Henrique, em que trabalhava havia 7 ou 8 annos. No entretanto, todos os seus encargos officiaes não o deixaram em descanço para o cultivo das letras, porque tinha grande predilecção. Compoz alguns dramas e poesias, collaborou em diversos jornaes, como no *Jardim das Damas*, *Peneireiro*, *Campeão das provincias*, *Jardim Litterario*, *Voz do Douro*, etc. Foi um dos fundadores e o redactor principal da *Concordia*, jornal publicado no Porto em 1873; foi redactor fundador do *Occidente*, creado em 1878, onde tem publicado numerosos estudos historicos e biographicos, sendo alguns assignados com o pseudonymo de *Jacinto Peres*. Em 1904 publicou o *Livro de Marinharia*, tratado da agulha de marear, de João de Lisboa—Roteiros, sondas e outros conhecimentos relativos á navegação, etc., e que foi por elle copiado e coordenado. E' um precioso codice do seculo XVI, que pertenceu á collecção de manuscriptos da bibliotheca dos marquezes de Castello Melhor, que foi vendida em leilão no anno de 1878, sendo adquirido pelo ultimo duque de Palmella, que a suas expensas fez a publicação. O sr. general Brito Rebello é cavalleiro e commendador da ordem de S. Bento de Aviz.

Rebello *(D. Jeronymo José da Costa)*. Presbytero secular do habito de S. Pedro, bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, bispo do Porto, etc. N. em Braga a 29 de outubro de 1783, fal. no Porto a 27 de fevereiro de 1854. Era filho de José Joaquim da Costa Rebello, abastado proprietario em Braga, e de sua mulher, D. Custodia Maria de Jesus. Recebeu o grau de bacharel em 1807. Foi abbade da freguezia do Salvador de Fonte Bôa, no concelho de Espozende, na diocese de Braga; serviu como governador temporal do bispado de Lamego desde 1 de agosto de 1835 a 19 de setembro de 1836; passou na mesma qualidade ao governo da diocese do Porto, que estava exercendo, quando foi eleito bispo em 27 de janeiro de 1840, sendo a eleição confirmada por breve de 19 de junho de 1843.

Rebello *(João)*. No Archivo Nacional ha uma carta de privilegio com data de 5 de setembro de 1536, concedido a João Rebello que inventara um apparelho de tracção animal, para cardar pannos, substituindo o trabalho manual.

Rebello *(P. João)*. Jesuita. N. no Prado, bispado de Lamego, em 1543, fal. a 24 de julho de 1602. Era filho de João Rebello e de Joanna Rebello. Entrou na Companhia de Jesus, em Coimbra, a 21 de julho de 1558. Foi por muito tempo missionario no Alemtejo, e falleceu no collegio de Evora. Escreveu: *Rosario de la Santissima Virgen Maria, Madre de Deus*, Evora, 1600; *Historia dos milagres do Rosario, e de muitas e diversas devoções que santos e peccadores fizeram á Santissima Virgem, e a Jesus Christo*, etc., Evora. 1602; 2.ª edição, 1608, idem, 1609; idem, 1676, idem, 1691, e outra ainda em 1725; a obra é disposta em fórma de dialogos: *Addições á doutrina christã do P. Marcos Jorge, compostas em varia historia de exemplos espirituaes*, etc., Evora, 1602. Deixou alguns manuscriptos.

Rebello *(João Joaquim)*. Um dos muitos patriotas que em 1820 quizeram ensinar as côrtes a salvar o paiz. D'este sabe-se unicamente que imprimiu em 1821, e mandou ao congresso constituinte, uma *Memoria offerecida aos deputados portuguezes de 1821 sobre alguns objectos de reforma.*

Rebello *(João Lourenço* ou *João Soares)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, mestre da capella ducal de Villa Viçosa, musico, professor e compositor, etc. N. em Caminha, segundo Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, ou villa dos Arcos na provincia de Entre Douro e Minho, provavelmente Arcos de Valle de Vez, como declara Fr. Raphael de Jesus na *Vida de D. João IV*, em 1609; fal. em 16 de novembro de 1661. Era filho de João Soares Pereira e de D. Domingas Lourença Rebello. Sendo dotado de boa voz de soprano e já iniciado nos rudimentos de musica, entrou em 1624 para a capella ducal de Villa Viçosa, na qualidade de moço de côro, completando ao mesmo tempo os estudos no seminario da mesma capella. Diz Fr. Raphael de Jesus que João Soares Rebello, primeiro pela edade, depois pela eminencia da sua pericia na musica, tinha a antonomasia de *Rebellinho*. Desejando o duque D. Theodosio que seu filho D. João, mais tarde el-rei D. João IV, aprendesse musica, ao que elle se mostrava renitente, deu-lhe Lourenço Rebello por companheiro e guia, para que o talento d'este lhe servisse de incentivo. E na verdade, D. João aproveitou bem, porque se tornou um esmerado cultor da musica, affeiçoando-se tambem muito a quem lhe incitara aquella vocação. O *Rebellinho* veiu a ser mestre da capella ducal, e depois que o duque de Bragança cingiu a corôa de Portugal, concedeu as mais altas mercês ao seu antigo companheiro de estudo. Em 1646 deu-lhe o fôro de fidalgo cavalleiro da Casa Real, fazendo-o tambem commendador da ordem de Christo, com o usofructo das commendas do Rabal e Monsão, assim como das jugadas de Penalva e colheitas de Gulfar. Não satisfeito com os favores concedidos ao musico seu predilecto, D. João IV dedicou-lhe a sua *Defensa de La Musica Moderna*, em termos muitos lisonjeiros. N'esta dedicatoria dava a entender que tencionava mandar imprimir as obras do seu amigo, idéa que poz em pratica, mas que não chegou a vêr realisada, porque falleceu antes d'isso. No testamento tinha consignada esta determinação. «Mandei imprimir em Italia, por conta da minha fazenda, as obras de João Soares Rebello, faço-lhe mercê d'aquella impressão e deixando uma duzia de volumes na minha livraria fará espalhar os mais por Castella e por Italia e mais partes que lhe

parecer.»Effectivamente, as obras de Rebello imprimiram-se em Roma no anno de 1657, portanto alguns mezes depois do fallecimento do monarcha, com este titulo: *Joannis Laurentii Rebello*; *Vesporae et Completoroum a vicibus*. Fôram impressas em partes separadas, e como algumas das composições n'ellas comprehendidas são a 16 vozes, devem constar de 17 volumes incluindo o baixo de acompanhar. Rebello tambem pouco so breviveu á publicação das suas obras, porque falleceu repentinamente, na data acima indicada, na sua quinta de Santo Amaro, no logar da Appellação, proximo dos Olivaes. Havia casado em 1652 com uma filha do desembargador Domingos Rodrigues de Macedo. Das obras d'este compositor, parece que existem apenas dois pequenos fragmentos: um trecho de *Miserere* e um *Asperges* a 4 vozes, que existem na sé de Lisboa, segundo consta. Barbosa Machado, na sua obra já citada, diz que as composições de Rebello eram animadas de espirito ardente e bellicoso. A lista que ello deixou d'estas obras, é a seguinte: 1.º—*Psalmi tum Vesperarum, tum Completarum. Item Magnificat, Lamentationes, et Miserere*, Romae, 1657. (E' a collecção de obras impressas por conta de D. João IV, em que se falou).—2.º *Victimae Paschallis*, a 8 vozes.—3.º *Missas* de 4, 5 e 6 vozes —4.º *Psalmos de Vesperas*, a 4 vozes.—5.º *Hymnos de Vesperas*, a 4 vozes.—6.º *Missa* a 39 vozes, offerecida a D. João IV, quando fazia este numero de annos.—7,º *Missa de coros*, a 8 e a 10 vozes.—8.º *Missa* a 17 vozes.—9.º *Te-Deum*, a 9 vozes.—10.º *Regina coeli lectare*, a 8 vozes,—11.º *Invitatorio de Defuntos*, a 3 e a 8 vozes.—12.º *Parce mihi*, a 18 vozes, para as exequias do principe D. Theodosio, pae de D. João IV.—13.º *Spiritus meus attenuabitur*, a 8 vozes, para as exequias de D. Luiz XIII, celebradas na egreja de S. Luiz, em Lisboa.—14.º *Missa de Defuntos* com a *Sequencia* e *Responsorios*, a 8 vozes—15.º *Credidi propter quod locutus sum*, a 12 vozes.—16.º *Joseph, Filii David nocte timere*, motete a 3 vozes.—17.º *Vilancicos da Conceição, Natal e Reis*, a 4, 5, 8 e 12 vozes.—18.º *Diversoo tonos*, a 4 vozes. Barbosa Machado accrescenta que a maior parte d'estas obras se conservava na Livraria Real e que na sala d'essa livraria se ostentava um primoroso retrato, em figura inteira, de Lourenço Rebello. D. Francisco Manuel de Mello, na carta ao dr. Themudo da Fonseca, menciona o entre os principaes musicos do seu tempo, a par de Duarte Lobo, Manuel Rodrigues Coelho, Fr. Manuel Cardoso, Filippe de Magalhães e Antonio Fernandes.

Rebello *(P. João da Silva)*. Presbytero secular, doutor em theologia ou canones e autor do afamado *Palito Metrico*. Nasceu no Sortam, humilde logarejo da freg. de S. Sebastião do Vimeiro, no concelho de Alcobaça. Além do *Palito Metrico*, cuja primeira edição foi feita por seu autor em 1746 (frequentava elle então a Universidade); Rebello publicou avulsas mais algumas producções do mesmo genero, quasi todas sob o pseudonymo do Antonio Duarte Ferrão, e que fôram colligidas, com outras de varios autores, no volume intitulado *Macarronea Latino-Portugueza*, muitas vezes reimpresso. (N'esse volume falta uma *Elegia á inauguração da estatua equestre*, que Rebello publicara em 1775 na *Regia Officina Typographica*.) O P. João da Silva entrou em abril de 1771 no serviço da real casa e egreja de N. S.ª da Nazareth como coadjutor do respectivo reitor,—o dr. Manuel de Andrade Tôrres. Nomeado depois reitor effectivo, exerceu este cargo até 1780, retirando se então para a sua casa do Sortam, onde falleceu no dia 25 de julho do mesmo anno. Não ha muito tempo via-se ainda junto ao ribeiro do Sortam e sob a ramaria do arvoredo marginal uma casinha, especie de eremiterio(chamavam-lhe a *gruta)*, onde se diz foram escriptas algumas das engraçadas composições do autor do *Palito Metrico*.

Rebello *(Joaquim Filippe Nery Soares)*. Advogado e professor em Margão, redactor principal do *Investigador*, socio contribuinte da Sociedade de Geographia de Lisboa, e de outras corporações litterarias e scientificas da Asia e da Europa, etc Nasceu na India Portugueza. Escreveu: *Anecdotas, contos e fabulas*, Margão, 1888; *Folhas agrestes, collecção de versos*, Margão, 1895; *A força do direito Questões de confrarias*, Margão, 1889.

Rebello *(Joaquim José de Miranda)*. Escriptor e diplomata. N. em 1749, pouco mais ou menos, fal. na Moita, em 1829 Consta que, se formou em Direito na Universidade de Coimbra. O marquez de Pombal, reconhecendo-lhe merecimento, o nomeou official da secretaria dos negocios estrangeiros e da guerra. Foi por muitos annos empregado em commissões diplomaticas, e ainda em 1818 estava em Vienna d'Austria como secretario da legação portugueza Recolhendo-se depois a Portugal, foi aposentado em razão da sua avançada edade, e retirou-se para a Moita, onde veiu a fallecer, sendo sempre considerado como homem de muito saber e da maior probidade. Escreveu: *Discurso deduzido dos solidos principios dos direitos natural e divino, em que são estabelecidas as leis proximas dos testamentos, feito por parte dos herdeiros de João Henriques Martins, para a causa da nullidade de testamento em que litigam com o testamenteiro do defunto*, Lisboa, 1770; *Ao ill.mo e ex.mo sr. Marquez de Pombal, em agradecimento de beneficios recebidos, Oração*, Lisboa, 1773.

Rebello *(Joaquim de Miranda)*. Cavalleiro da Ordem de Christo, official da secretaria de estado dos negocios do reino, etc. Fal. entre os annos de 1821 e 1826. Escreveu: *As Delicias da solidão, tiradas do Espirito e da contemplação da natureza*; *obra traduzida no idioma vulgar*; 2 tomos, Lisboa, 1821.

Rebello *(José de Avellar)*. Pintor que floresceu no meado do seculo XVII. Sem mestre e só com o seu trabalho e estudo, chegou a ser um artista de primeira ordem. D. João IV, que gostava muito de o vêr pintar, concedeu-lhe o habito da ordem de Aviz, declarando o alvará de nomeação que José d'Avellar era o primeiro pintor do seu tempo. Entre os annos de 1639 e 1648 executou 72 grandes quadros da vida de Christo, os quaes cobriam o tecto da egreja dos Martyres, de Lisboa, mas esses trabalhos fôram depois cobertos com estuques. Entre as outras obras d'esse artista, citam-se os seguintes: *O Menino entre os doutores* na egreja de S. Roque, na primeira capella á esquerda ; *S. Jeronymo*, na bibliotheca de Belem; a *Vida de S. Jorge* em varios quadros na sacristia da egreja de Belem; um *Triumpho da Virgem* quadro de grandes dimensões, na entrada do mos-

toiro de S. Bento, e differentes quadros na bibliotheca patriarchal. Diz-se, que recebia encommendas de muitas terras da provincia, e alguns attribuem a José de Avellar Rebello o quadro que representa a *Tomada de Lisboa por D. Affonso Henriques,* na capella da Senhora dos Martyres da freguezia de Pias, concelho de Thomar. Segundo dizem alguns dos seus biographos, José d'Avellar Rebello chegou a ter uma grande fortuna, e mandou construir as casas que formavam a antiga rua do *Avellar* em Lisboa. O contrario, porém, se verifica do seu testamento, registado no Archivo da Relação de Lisboa. Por elle se verifica que José de Avellar residia n'uma casa, á Cruz da Pedra, estrada de Bemfica, freguezia de Nossa Senhora do Amparo. Ali, a 13 de outubro de 1657, determinou exarar a sua ultima vontade, no que foi coadjuvado pelo padre Armão Goosens, oom toda a probabilidade allemão, que escreveu e assignou a cedula testamentaria, por o testador não o poder fazer, embora se achasse em pleno uso das suas faculdades. Effectivamente, o estado do enfermo era tão melindroso, que pouco mais tempo duraria, vindo a fallecer no dia 14, conforme se mostra pelo termo de abertura, effectuado pelo cura da freguezia, o padre Domingos João. Segundo o formulario dos instrumentos d'esta natureza, José de Avellar principia por tratar do que mais convem á sua alma, ordenando que o seu cadaver, envolto no habito dominicano, seja sepulto no visinho convento de S. Domingos de Bemfica, a cujo prior e confrades manda dar a esmola que se ajuste, por elle testador ser *muito pobre.* A' primeira vista esta clausula produz extraordinaria surpresa, repugnando admittir que um individuo, falho completamente de recursos, queira fazer disposições testamentarias, quando tem legitima herdeira sua mulher, a quem bastaria deixar alguns apontamentos particulares, que lhe servissem de orientação nos seus negocios pendentes. A phrase todavia explica se, ou por excessiva, ou por que José de Avellar desejasse tornar bem publicas certas cousas. Além d'isso, o caso não é insolito, e até talvez fôsse vulgar. Avellar refere-se ao habito de Aviz com a respectiva tença de trinta mil réis, mercê que se não efectuara, não só pela prolongada doença do agraciado, como tambem por occorrer o fallecimento d'el rei. Pede, portanto, ao novo monarcha que, em attenção aos seus serviços transfira a tença para sua mulher «*D. Joanna de Andrade, por quanto é uma mulher de muita qualidade, e não fica em estado de casar se não muito pobre,* etc.» Esta supplica, feita á hora da morte, parece não ter obtido despacho favoravel, pois não se encontra nas chancellarias registo de resolução a tal respeito. A mercê, porém, muitos annos depois foi concedida a um descendente do supplicante. Avellar nomeou por testamenteiro ao seu amigo o licenceado Jorge Cardoso, o conceituado autor do *Agiologio Lusitano.* A elle, em recompensa do seu trabalho, lhe deixou o painel de S. Thomé, que el-rei lhe encommendára, para a capella real, tendo lhe dado vinte mil réis, para ajuda do custo. Jorge Cardoso tinha um irmão, Francisco Cardoso, que figura tambem no testamento. Um dos trechos mais curiosos do testamento é aquelle em que Avellar enumera os seus crédores o as peças que lhes deu para garantia das dividas—algumas joias e objectos de prata entre os quaes um calix com sua patena. Este inventariosinho parece demonstrar que o nosso artista não era tão pobre como se dizia ou fazia e que, se por ventura caira na penuria, já possuira alguma coisa. O testamento foi approvado pelo tabellião Luiz do Soveral perante algumas pessoas, cujos nomes merecem ficar aqui apontados, mostrando as boas relações do testador. São ellas: o capitão Manuel de Vasconcellos de Amaral, morador em Palma de Baixo; o dr. Manuel da Silveira Correia, morador na Cruz da Pedra, na quinta de Francisco Fernandes Furna; Manuel Serrão, barbeiro, morador no logar do Carnide; Filippo e Manuel Serrão Pimentel, morador na quinta das Laranjeiras de seu pae Jeronymo Serrão Pimentel; Antonio Correia d'Azevedo, arcediago de Penella. Na portaria de D. João IV, concedendo o habito do Aviz a José de Avellar, lê-se uma apostilla importante, onde se declara que D. Pedro II, por portaria de 9 de maio de 169', concedera aquella mercê a Manuel de Avellar de Sousa, filho natural de José de Avellar Rebello. Em 28 de abril de 1702 o mesmo monarcha permittiu que os trinta mil reis de tença fôssem repartidos por Maria da Conceição e Maria Josefa, cabendo dezesete mil réis á primeira e treze mil á segunda, isto a pedido de Manuel de Avellar de Sousa, sem todavia se declarar quem ellas fôssem, e por que motivo se fez a partilha. Examinando o «Livro terceiro dos baptismos, matrimonios e obitos da freguezia do Nossa Senhora do Amparo de Bemfica», volume in folio pequeno, verifica se que é dividido em tres partes. Cada uma tem numeração especial, principiando todas em 1653, e acabando a primeira em 1675, a segunda em 1671 e a terceira em 1678. Na ultima, na fl. 7, é que vem o assento do obito de José de Avellar, substituido o appellido «Rebello» pelo de «Carvalho», por equivoco do padre cura Domingos João, que foi quem lavrou este termo, assim como lavrára o da abertura do testamento. Outro equivoco commetteu ainda, exarando que elle fallecera a quinze de outubro, quando a cedula testamentaria foi aberta a quatorze. Diz mais que elle morrera com todos os sacramentos, que «está enterrado» no convento de S. Domingos de Bemfica e que fizera testamento a sua mulher D. Joanna. José de Avellar, bem poucos dias antes de expirar, soffreu um golpe cruel com a morte de sua mãe Sebastianna de Avellar, que falleceu a cinco do mesmo mez e anno, segundo se lê no respectivo assento exarado na pagina anterior do referido livro, sem declarar o seu estado, ou outra qualquer particularidade. Sob o titulo *Um pintor portuguez no seculo* XVII—*José de Avellar Rebello,* publicou o fallecido investigador Sousa Viterbo dois artigos no *Diario de Noticias,* de agosto de 1910 e uma noticia no do dia 4 de setembro seguinte. D'esses artigos reproduzimos a parte relativa ao testamento e obito do pintor. O primeiro artigo tambem é muito interessante, referindo se em especial á obra do illustre artista.

Rebello *(José Filippe de Andrade).* Cirurgião medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, director e um dos fundadores do novo hospital das Caldas da Rainha, conselheiro, socio da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, etc. N. na Moita dos Ferreiros a 21 de julho de 1838, fal. nas Caldas da Rainha a 2 de novembro de 1903.

Era filho de João Filippe da Silva Rebello e de D. Maria do Carmo de Andrade Rebello. Veiu para Lisboa matricular se na Escola Medica, e foi sempre um estudante laureado, terminando o curso em 1866, cuja these que defendeu, n'esse mesmo anno publicou, com o titulo seguinte: *Algumas considerações sobre a compressão indirecta e a laqueação como methodo de tratamento nos aneurismas externos; these apresentada e defendida na escola medico-cirurgica de Lisboa em julho de 1866.* Logo depois de ter terminado o curso foi estabelecer-se nas Caldas da Rainha, exercendo clinica, grangeando as maiores sympathias, não só como medico, mas polo seu caracter bondoso e caritativo. Em 21 de janeiro de 1867 foi nomeado medico do hospital das Caldas, passando em 1876, por decreto de 10 de maio, a medico de 2.ª classe do mesmo hospital, e em setembro de 1877 a medico de 1.ª classe. Tendo fallecido o director do hospital, D. Rodrigo Berquó, em março de 1896, foi o dr. José Filippe nomeado director interino; essa interinidade, porém, pouco tempo durou, porque em setembro d'esse mesmo anno foi nomeado director effectivo, nomeação recebida enthusiasticamente nas Caldas. D. Rodrigo Berquó emprehendera e levára ao fim n'aquelle estabelecimento thermal, melhoramentos tão importantes que transformaram quasi completamente o antigo hospital instituido pela rainha D. Leonor, mulher d'el rei D. João II. A auxilial-o n'essa grande transformação tivera o antigo director o dr. José Filippe, homem dedicado, sempre prompto para todos os progressos e engrandecimentos das Caldas. Ao novo director do hospital foi concedida a carta de conselheiro, pelos notaveis serviços prestados durante longos annos áquelle estabelecimento do Estado. A morte do dr. José Filippe foi muito sentida nas Caldas da Rainha. O funeral foi concorridissimo, e o commercio conservou as portas cerradas n'esse dia

Rebello *(Manuel)*. Mestre da capella da cathedral de Evora, no meado do seculo XVII. Era natural de Aviz. O catalogo da livraria de D. João IV menciona d'este compositor diversos villancicos, psalmos, motetes e uma missa a 12 vozes. No archivo da sé de Evora, consta que existem 7 psalmos, 2 missas e outras composições. Manuel de Faria e Sousa, na collecção de rimas intitulada *Fuente de Aganipe*, parte segunda, chama a Manuel Rebello insigne *maestro de musica, em Evora.*

Rebello *(Fr. Manuel)*. Religioso dominicano da ordem dos prégadores. N. em Coimbra, e fal. em Lisboa a 9 de fevereiro de 1663. Era filho de Antonio Dias e de Maria Antonia. Professou no convento de Aveiro a 20 de maio de 1593. Foi na sua ordem mestre de theologia, em que se jubilou, prior do convento de S. Domingos, de Lisboa, qualificador do Santo Officio, e prégador muito apreciado. Dos seus sermões publicou sómente o seguinte: *Sermão no auto da fé, celebrado em Lisboa em 5 de setembro de 1638*, Lisboa, 1638.

Rebello *(Manuel Coelho)*. Poeta do seculo XVI. Era natural de Pinhel. Escreveu em hespanhol: *Musa entretenida de varios entremezes*, Coimbra, 1658; *Accrescentado n'esta ultima impressão*, Lisboa, 1695. Esta collecção compõe-se do 24 entromezes, sendo alguns escriptos em portuguez. Deixou em manuscripto: *Comedias varias.*

Rebello *(P. Manuel Pinto da Costa)*. Jesuita. N. em Lamego a 9 de janeiro de 1729; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Manuel Monteiro Rebello e de Theodora Josepha Pinto. Entrou no instituto da Companhia de Jesus, de Coimbra, em 27 de agosto de 1741. Depois de estar instruido na lingua latina, philosophia e mathematica, saiu da ordem, em 1 de junho de 1748, e applicou-se muito, na Universidade de Coimbra, aos estudos de humanidades e da jurisprudencia canonica. Escreveu: *Epitome, ou breve compendio da portentosa vida e illustre martirio da sempre admiravel martyr de Christo, Santa Antonia de Cêa*, Coimbra, 1751; saiu com o nome de José da Serra Cabral. Deixou manuscripta a seguinte obra: *Antiguidades e grandezas da cidade de Lamego.*

Rebello. Povoações nas freguezias: N. S.ª dos Milagres, de Guardão, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Santa Eulalia, de Rio de Moinhos, conc. de Arcos de Val de Vez, distr. de Viauna do Castello. || S. Miguel, de Varziella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Pov. da freg. de S. Salvador, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Rebello de Azevedo *(Francisco)*. Doutor em Canones e lente da Universidade de Coimbra, conego doutoral e governador da diocese de Lisboa, desembargador do Paço e da Casa da Supplicação. Floresceu no seculo XVI. Resistindo ás ameaças e seducções do monarcha hespanhol, escreveu uma allegação a favor da duqueza de Bragança quando se tratava da successão do reino, depois do desastre d'Alcacer-Kibir, allegação que não chegou a imprimir se.

Rebello de Brito *(Antonio)*. Poeta que viveu no seculo XVIII, e era natural de Braga. Escreveu um poema em latim, offerecido ao arcebispo de Braga D. Affonso Furtado de Mendonça, e alguns sonetos.

Rebello de Campos *(João)*. Jurisconsulto. N. em Vizeu a 31 de janeiro de 1639, fal. a 7 de março de 1728 Formou se em Direito Civil na Universidade de Coimbra em 1675, e exerceu a advocacia em Vizeu por mais de 50 annos. Foi promotor da justiça ecclesiastica, e procurador da mitra no tempo do bispo D. Jeronymo Soares. Era muito habil em desenho de architectura, e foi por muito tempo inspector das minas de estanho em Vizeu.

Rebello de Carvalho *(Custodio)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, do conselho d'el-rei, deputado, etc. N. no concelho de Felgueiras a 30 de setembro de 1808; falleceu entre os annos de 1870 e 1880. Tendo-se entregado á politica a favôr da Liberdade no governo do infante D. Miguel, emigrou para Inglaterra, e em 1832 e 1833 publicou successivamente: *Bases de todo o Governo Representativo, ou condições essenciaes para que a Carta Constitucional da Monarchia Portugueza seja uma realidade.* Londres, 1832; *Da formação d'um Ministerio Constitucional, e da natureza e extensão do direito de mandar e da obrigação de obedecer; precedido de uma introducção historico politica sobre Portugal*, Londres, 1832; *Das eleições em Inglaterra segundo o novo Acto de reforma, comparadas com as eleições feitas em Portugal segundo a lei de 1826; acompanhado de algumas observações sobre o Poder eleitoral, e modo de o exercer nos dois paizes*, Londres, 1833. Voltando á patria, depois do estabele-

cimento do governo constitucional, foi eleito deputado nas Côrtes Constituintes de 1837, sendo depois reeleito em varias legislaturas, n'algumas das quaes teve a nomeação de presidente e vice-presidente. Exerceu tambem alguns cargos da magistratura superior administrativa.

Rebello de Carvalho *(José Pinto)*. Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, e doutor pela de Lovaina, medico do partido municipal na villa de Barcos, do concelho de Taboaço, etc. N. na referida villa a 14 de fevereiro de 1792, fal. na cidade de Campos, Brazil, pouco antes do anno de 1871. Era filho de José Pinto de Souto Rebello. Formou se em 1822, contando já 30 annos de edade, mas durante a sua frequencia na Universidade, escreveu poesias a todos os assumptos em voga, as quaes são as seguintes: *Wellington, ou a batalha de Tormes, canto heroico*, Lisboa, 1812; *Ode pindarica ao general Silveira*, publicada no *Jornal de Coimbra*, n.º 17, de maio, de 1813; *Ode-pindarica ao ill.mo e ex.mo sr. Marquez de Wellington*, no referido jornal, vol. III, n.º 15, de março de 1813; *Ode-pindarica, entrando em Coimbra o bispo conde D. Francisco de Lemos, voltando de França, em 23 de dezembro de 1813*; Idem, vol. V, n.º 24; *Ode epodica, e dois sonetos ao mesmo assumpto*; idem, no mesmo vol. e n.º; *O Café, poema traduzido do latim de Mr. l'Abbé de Massieu*, idem, vol.VIII, n.º 37, parte 2.ª; *Dithyrambo á victoria dos alliados, e derrota de Bonaparte junto a Leipsick*, inserto no *Telegrapho Portuguez*, n.º 7, de 21 de janeiro de 1814; *Dois sonetos á entrada dos exercitos alliados em França em março de 1814*; no mesmo jornal, n.º 25, de 26 de março de 1814, *Soneto á ausencia do Principe Regente*, idem, n.º 28, de 5 de abril de 1814; *Ode pindarica por occasião da entrada dos alliados em Paris, e liberdade da Europa*, idem, n.º 40, de 17 de maio de 1814; *Ode pindarica aos faustissimos annos do Principe Regente nosso senhor*, idem, n.º 45, de 4 de junho de 1814; *Versos ás faustissimas nupcias de S. A. R. o Principe Real, recitados na sala dos doutoramentos da Universidade*, Lisboa, 181?; *Epistola ao Sr. Manuel Ferreira de Seabra, traduzindo a «Zaira» de Voltaire*; ainda com a traducção da mesma tragedia, impressa em 1815; *Epistola ao sr. Manuel Ferreira de Seabra*, na *Mnemosine Lusitana*, n.º 6, de 1816; *Epistola ao sr. Diogo Maria de Gouvêa Pinto, patricio do autor*, na *Mnemosine Lusitana*, n.º 5 de 1817; n'esse volume que é o 2.º e ultimo da collecção, veem mais duas odes, um idyllio, um soneto e uma cançoneta, espalhados em diversos numeros. Algumas d'estas poesias trazem o nome arcadico *Alcippo Duriense*, que o autor adoptara. Em 1820, Rebello de Carvalho acolheu com enthusiasmo a revolução, e inseriu no *Portuguez Constitucional*, de Lisboa, n.º 32, de 28 de outubro d'esse anno, uma *Ode a Gomes Freire de Andrade, e mais victimas sacrificadas em 18 de outubro de 1817*. Durante o regimen das côrtes de 1820, escreveu e publicou o seguinte: *As aguas mineraes de Longroiva, poema philosophico, offerecido á Ex.ma Sr. D. Anna Rachel Cid Leite de Madureira*, Coimbra, 1821; foi tambem publicado no jornal de Coimbra, o *Cidadão litterato*, de que o poeta era collaborador; por essa epoca collaborou egualmente em outro jornal, tambem de Coimbra, o *Censor provinciano*. Publicou ainda uma *Ode aos preclarissimos defensores da liberdade portugueza, os srs. Margiochi, Monteiro, Alves do Rio e Borges Carneiro, deputados nas côrtes Nacionaes... pelo heroico e ardente patriotismo com que no dia 1º de fevereiro pugnaram pelos fóros da nação*, Coimbra, 1821; tambem saiu no *Cidadão Litterato* n.º 2. Quando se deu o golpe de estado de 1828, Rebello de Carvalho, receando as perseguições do partido miguelista, foi dos primeiros que emigraram para Inglaterra, e chegando a Londres, ali publicou ainda n'esse anno, uma poesia intitulada *O Adeus de um proscripto*. Entrou logo vivamente na lucta travada entre os jornaes portuguezes no estrangeiro, começando por fazer furiosa opposição ao marquez de Palmella, atirando-se ao jornal *Padre Amaro*, que se publicava em Londres, e que elle chamava o *Monitor* do marquez de Palmella. Primeiramente havia fundado um jornal, a que dera o nome de *Tesoura*, do qual sairam em Londres, sómente dois numeros. Este jornal suspendeu a publicação, e Rebello de Carvalho principiou então a aggredir o *Padre Amaro*, em folhetos escriptos em prosa ou em verso, e passando a Paris ali publicou em 1829, os seguintes: *O Chicote, poemeto dedicado a todos os preteritos, presentes e futuros subscriptores do R. P. Amaro, pelo redactor da Tesoura; Reflexões ao «Padre Amaro» por um estudante emigrado; Replica do estudante emigrado á resposta do «Padre Amaro»; Carta do ex-redactor da «Tesoura» ao seu amigo A. S. J.* Em 1830 publicou o folheto: *Treplica ao «Padre Amaro» pelo estudante emigrado.* Em Paris entregou se de novo ao estudo das sciencias medicas, e foi doutorar se na Universidade de Lovaina. Em Paris publicou o n.º 3 da *Tesoura*, um outro jornal, *O Pelourinho*, e uma poesia *O Grito da liberdade, canto dirigido aos emigrados portuguezes por um portuguez*, Paris, 1830; é allusiva á revolução de França, n'esse anno, e incitando os portuguezes a sacudirem o jugo de D. Miguel. Ainda no anno de 1830 appareceu em Rennes o seguinte folheto, escripto em francez, que lhe foi attribuido: *Influence du ministére anglais dans l'usurpation de Don Miguel.* Escreveu depois e publicou em Baiona o seguinte: *A Carta e as Côrtes de 1826; dissertação critico-politica, na qual esta assembleia é avaliada em presença da Constituição, e se demonstra a maneira de evitar para o futuro que os representantes da nação faltem aos seus deveres*, etc. Em 1833, depois do restabelecimento do regimen constitucional, regressou a Portugal, e entregou se completamente ao exercicio da sua profissão, indo ser medico de partido em Barcos, sua terra natal, dedicando se tambem á sciencia, mostrando se um geologo de primeira força. Em 1848 escreveu e imprimiu no Porto o seguinte: *Exame critico dos «Principios de Geologia» publicados em Coimbra em 1838 pelo Dr. Agostinho José Pinto d'Almeida.* E' na opinião de bons avaliadores uma refutação, algum tanto virulenta na phrase, mas substancial na doutrina. O dr. Rebello de Carvalho fulminou uma por uma certas proposições heterodoxas em geologia, que se contêem nos *Principios*. Escreveu os seguintes opusculos: *Noticia topographica e physica do Gerez, e das suas aguas thermaes; na qual se dá uma noção d'esta montanha, da sua constituição geognostica e producções naturaes com a historia da descoberta d'estas caldas*, etc., Porto, 1848; *Considerações geraes sobre a constituição geologica do Alto Douro* (Demarcado conforme a Carta topo-

graphica do cavalheiro José Gomes Forrester), Porto, 1848. Este opusculo foi citado como obra magistral no assumpto, pela Sociedade Geologica de Londres. O dr. Rebello de Carvalho tambem compoz dois poemas: *As Abelhas* e *A Vacina*, que offereceu ainda manuscriptos á Academia Real das Sciencias de Lisboa em 1818, como consta das respectivas memorias, tomo VI, Parte 1.ª, a pag. XVI a XX. Pedindo-os depois para os retocar, fôram-lhe entregues, e perderam-se afinal com outras composições ineditas por occasião da emigração em 1828. Em 1849, o dr. Rebello de Carvalho embarcou para o Brazil, e não se sabe o que o moveu áquella viagem, o que é certo, é que levou comsigo uma filha que tinha, e nunca mais voltou a Portugal. Parece que chegou á mais profunda miseria, a ponto de ser recebido por caridade com a filha, em casa do advogado portuguez Ignacio da Silva Sequeira, que estava estabelecido em Campos, na provincia do Rio de Janeiro. Segundo consta, passou ali alguns annos amargurados pelos constantes desgostos que lhes fazia soffrer o compatriota que lhe déra abrigo, mas que lh'o fazia amargar. Além d'isso era bem pobre a guarida que recebia, porque passou crueis privações, até que falleceu.

Rebello Cerveira *(Antonio)*. Bacharel formado em Theologia pela Universidade de Coimbra, e prégador muito apreciado no seu tempo. N. em Santarem em 1648, onde tambem fal. a 26 de abril de 1730. Foi a Roma, levado pela curiosidade de vêr aquella grandiosa capital do catholicismo, e ali prégou frequentemente, e o maior elogio que se lhe póde fazer, é que tendo prégado de manhã o P. Antonio Vieira, e de tarde Antonio Rebello Cerveira ácerca de Santo Antonio, os ouvintes não distinguiram o estylo de um do estylo do outro. Voltando a Portugal prégou muitas vezes na capella real e retirando se depois para Santarem, ali veiu a fallecer, conforme dissémos. Deixou manuscriptos 3 sermões de Santo Antonio e de Santa Thereza, e uma relação da viagem que fez a Roma.

Rebello da Costa (*P. Agostinho*). Presbytero secular, cavalleiro professo da ordem de Christo, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Braga, e fal. no Porto em 9 de janeiro de 1791. Era filho de Manuel Rebello da Costa e de sua mulher D. Maria Vieira de Azevedo. Foi sepultado por disposição testamentaria, na egreja do extincto convento dos carmelitas. Escreveu: *Descripção topographica e historica da cidade do Porto, que contém a sua origem, situação e antiguidades; a magnificencia de seus templos, mosteiros, hospitaes, ruas, praças, edificios e fontes*, etc., Porto, 1788; com 3 estampas; obra muito apreciada pela segurança das suas informações; *Orações panegyricas que recitou na festividade da matriarcha Santa Thereza de Jesus, nos dias 15 e 17 de outubro de 1784*, Lisboa, 178 .

Rebello Medeiros *(José Ignacio)*. Advogado por provisão em Ponta Delgada, jornalista, etc. N. n'esta cidade, onde tambem fal. em 26 d'agosto de 1872. Era geralmente conhecido por *Dr. Rebello*. Os homens do seu tempo o consideravam como uma das melhores intelligencias de Ponta Delgada, apezar de não ter nenhum grau academico, nem ter saido da ilha de S. Miguel para cursar estudos superiores. Praticou alguns annos no escriptorio do afamado advogado João Luiz de Medeiros, e d'ali saiu mestre no conhecimento e interpretação das leis e praticas do fôro. Exerceu, como provisionario, a advocacia com muita proficiencia e superior conceito, o que lhe dava fartos recursos. Na sua bella presença, voz bem timbrada, verbosidade e clareza de expressão, tinha apreciaveis requisitos de orador. Para ouvil-o havia sempre selecta concorrencia no tribunal, quando se sabia que advogava n'alguma causa interessante, principalmente sendo causa crime. José Ignacio Rebello de Medeiros tinha grande predilecção pela arte dramatica, e desde bem novo andou pelos varios theatros de amadores, que existiram em Ponta Delgada até 1852, sendo ensaiador. Quando as luctas politicas fôram mais intensas em S. Miguel, e que no anno de 1845 tanto se exaltaram, militou no partido cartista, de que era chefe o visconde da Praia. Escreveu nos jornaes d'aquelle partido, sendo na polemica, que então chegava ao extremo da vehemencia, combatente temeroso, sem faltar á cortezia quando d'ella não saíam os adversarios. Pertenceu ás sociedades maçonicas que se instituiram em S. Miguel na segunda metade do seculo passado, sendo sempre n'essas sociedades eleito para orador. Era *Pierrot* o seu nome de guerra. No movimento de reivindicação de direitos populares iniciado pela loja d'esta cidade *Primeiro de Janeiro*, de que a primeira notavel manifestação foi a cleição da camara municipal de Ponta Delgada, que em 1871 encetou a sua gerencia, Rebello de Medeiros teve parte saliente. No seu escriptorio celebraram reuniões os membros da referida Loja, que constituiam o centro do movimento, e era d'ali que partia toda a acção dirigente. Rebello de Medeiros teve n'aquella vereação, da qual todos os membros pertenciam á citada Loja, o cargo de vice-presidente. Foi esta a mais importante funcção publica que exerceu. Era sobrinho do P. M. Rainha dos Anjos, que no seculo se chamava José Ignacio Rebello, fôra afamado lente de Theologia no convento de S. Francisco, de Ponta Delgada. Com esse venerando professor, que o encaminhára nos estudos, adquiriu muitos conhecimentos theologicos; por isto, e pela sua fórma litteraria, era muito procurado por alguns prégadores seus amigos para lhes aperfeiçoar os sermões, ou escrever-lh'os inteiramente novos. Rebello de Medeiros foi o fundador do jornal a *Persuasão* que principiou a publicar se no 1.º de janeiro de 1862, com o intuito de dar emprego a seu irmão Francisco Ignacio Rebello, que era muito entendido na arte typographica. O prélo e os typos com que estabeleceu a officina na rua do Campo de S. Francisco, junto á tulha de cal que ali existe, fôram offerecidos por Antonio Soares de Medeiros, como agradecimento de lhe ter advogado com exito feliz uma causa que deveras o interessava. A pedido de Rebello de Medeiros, por se achar doente, e sendo urgente não demorar a publicação do jornal, tomou o cargo de redactor principal o escriptor michaelense Francisco Maria Supico. Rebello de Medeiros poucos artigos escreveu. Em 1867, deliberando os irmãos Rebellos acabar com o jornal, por dar perda, assumiu a propriedado o referido escriptor, que ainda a conserva.

Rebello de Saldanha *(Duarte)*. Medico muito apreciado que viveu no seculo XVIII, cuja biographia se ignora completamente, sabendo-se

apenas que exerceu clinica em Lisboa com grande exito, e que fal. antes de 1782. E' pena que se perdessem as noticias biographicas d'este homem illustre, porque pela unica obra que publicou, se vê que não era sómente um medico distincto, mas que estava a par da sciencia do seu tempo, e que era um d'aquelles altos espiritos que em torno do marquez de Pombal contribuiram para a regeneração da sociedade portugueza. A obra a que nos referimos, mereceu os maiores louvores do cavalleiro de Oliveira e é a seguinte: *Illustração medica, ethico-politica, historico systematica, sceptico-eclectica, phisico-analytica e theorico pratica: ou Reflexão critica ás «Considerações Medicas» sobre o methodo de conhecer, curar e preservar as epidemias ou febres malinas, podres, pestilenciaes, contagiosas, etc, dividida em dois tomos*; o 1.º publicou-se em 1761 e o 2.º em 17 2.

Rebello de Saldanha *(Jacinto Ignacio)*. Medico que exerceu clinica em Lisboa, e que viveu no seculo XVIII. Era parente de Duarte Rebello de Saldanha (V. o *artigo antecedente)*. Apenas se sabe que era medico muito apreciado, e que o escriptor Francisco Dias Gomes consagrou á sua memoria uma elegia, que vem publicada nas suas obras. Escreveu: *Breve discurso, em que se faz uma succinta reflexão nas obrigações immensas de que os vassallos de Portugal são devedores ao seu soberano, e ao ex.mo marquez de Pombal*, Lisboa, 1776.

Rebello da Silva *(Antonio Monteiro)*. Medico homeopatha muito considerado. N. em Mesão Frio a 25 de fevereiro de 1848; fal. na Cruz Quebrada em abril de 1908. Era filho de José Monteiro Lopes da Silva, abastado lavrador. Encetou com distincção os estudos preparatorios no seminario de Coimbra, os quaes completou no lyceu do Porto, seguindo depois para a Academia Polytechnica, d'onde passou a matricular se na Escola Medica da mesma cidade. N'esta escola, porém, só frequentou o 1.º anno do curso, leccionando ao mesmo tempo, particularmente e no Seminario Episcopal, introducção, geometria e philosophia. Mais tarde veiu para Lisboa, onde o concluiu em 1817, na Escola Medica. Por espaço de annos cultivou com dedicação a philosophia, como provam as suas dissertações, e os seguintes escriptos: *O homem perante a natureza* e os *Novos Documentos scientificos em defeza do espiritualismo*, que mereceram ser prefaciados pelo academico D. José de Lacerda. Concluiu o curso, contando 26 annos de edade. Seguindo o systema homeopathico, de que era um ferveroso sectario, o joven medico foi um dos mais dedicados apostolos e evangelisadores d'este novo systema. Apesar dos atrictos, das resistencias e dos dissabores que durante o seu curso lhe acarretaram as suas idéas Rebello da Silva não desistiu do seu proposito, entrando a usar da homeopathia, cheio de firmeza e de fé. A sua estreia não podia ser mais auspiciosa nem mais brilhante. Chamado junto do leito d'uma creança, filha d'um rico industrial de Lisboa, a qual soffria d'uma tisica mesenterica reputada incuravel, Rebello da Silva começou o tratamento, e com tanta felicidade, que dentro d'algumas semanas salvou a doente. Este caso, e outros que se seguiram, lhe grangearam grande fama. Em 1877 fundou na rua da Bitesga o *Laboratorio Homeopathico Lusitano*, e n'elle installou o consultorio. Este estabelecimento foi o primeiro de Portugal, na sua especialidade. A concorrencia tornou-se logo enorme; no anno de 1879 tinha Rebello da Silva archivadas no seu registo cêrca de 50 mil receitas. Ao seu consultorio vinham doentes de todos os pontos de Portugal procurar allivios aos seus soffrimentos. Além de medico experimentado e estudioso, era um homem altamente humanitario, e muito cuidadoso e desvelado com os pobres enfermos, tendo a fortuna de curar muitos que já desesperavam de recuperar a saude perdida, e que recorriam a elle como derradeira esperança. Era incalculavel o numero de medicamentos e de consultas gratuitas, que annualmente dispensava aos doentes pobres que solicitavam o seu auxilio. Rebello da Silva tinha tambem um verdadeiro culto pela arte. A sua casa revelava o gosto e o espirito d'um puro artista. A par das obras primas de litteratura encontrava-se ali obras d'arte da esculptura, da pintura e do desenho. Os moveis que guarneciam a casa, haviam sido adquiridos nos primores da arte que floresceram nos seculos anteriores, estando tudo reunido com o maior bom gosto e conhecimentos artisticos. A casa de Rebello da Silva era um museu d'arte. Já cançado e sentindo-se doente, retirou-se da clinica, e vivia n'um relativo isolamento quando a morte veiu surprehendel-o. O seu palacio era em S. Sebastião da Pedreira.

Rebello da Silva *(Luiz Antonio)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, secretario da antiga Junta de Saude Publica, deputado, etc. N. em 1783 e fal. a 25 de fevereiro de 1849. Era filho do bacharel em Leis Manuel José Rebello da Silva, e de sua mulher D. Caetana de Jesus de Mattos. Matriculando se na referida Universidade, fez um curso distincto. No tempo de estudante já revelava decidida vocação para as animadas lides das discussões politicas. No exame do quarto anno, com o corpo extenuado pela vehemencia e ardor com que falara, caiu desfallecido nos braços dos condiscipulos, que enthusiasticamente o levaram pelas ruas da cidade. Foi deputado ás côrtes constituintes de 1821, desempenhando por vezes o logar de secretario, sendo tambem eleito para a primeira camara que se reuniu em 1826 depois da outhorga da Carta Constitucional, e depois em 1834. Foi desembargador, regente do Brazil em 1822. Nos ultimos annos da sua vida estava um pouco afastado dos negocios publicos, mas pertenecndo á associação economica, que se denominava a *Liga*, falleceu fulminado por uma apoplexia, na sessão de 25 de feveiro de 1849. Era casado com D. Anna Joaquina da Conceição de Lima Rebello da Silva. Escreveu: *Carta ao ill.mo ex.mo Sr. Manuel da Silva Passos, ministro e secretario do estado, etc., sobre a suspensão dos juros impostos ás apolices dos réis 1.000:500$000, com que se completou o emprestimo nacional dos 4.000:000$000 réis, autorisado pela lei de 31 de março de 1827*, Lisboa, 1837; *Exposição das minas de carvão de pedra*, Lisboa, 1837; duas folhas de impressão; *Cartas dirigidas a sua magestade pelas côrtes extraordinarias congregadas em Lisboa;* reimpresso no Rio de Janeiro em 1821. São duas cartas com a data de Lisboa, paço das Côrtes, a 15 e 19 de fevereiro de 1821. Com Rebello da Silva assignavam D. Fr. Vicente da Soledade, arcebispo da Bahia; João Baptista Felgueiras; José Ferreira Borges; e outros. Rebello da Silva collaborou em diversos jornaes, e com es-

pecialidade na primeira serie da *Revista Universal Lisbonense*. Por algum tempo lhe foi attribuida a composição dos opusculos: *Um papel politico; Hontem, hoje e ámanhã*, que sairam anonymos, mas soube se depois haverem sido escriptos por D. José de Lacerda. Luiz Antonio Rebello da Silva foi pae do grande estadista e homem de lettras Luiz Augusto Rebello da Silva. V. *este nome*.

Rebello da Silva (*Luiz Antonio*). Lente da 5.ª cadeira do Instituto de Agronomia, par do reino, etc. N. em Lisboa, sendo filho do grande estadista e notavel homem de letras Luiz Augusto Rebello da Silva, e de sua mulher D. Maria Henriqueta Teixeira Coelho de Mello Ribeiro. Terminou o curso de agronomia em 1878, e defendeu these em 1880, seguidamente recebeu a nomeação de agronomo do districto de Vizeu, onde permaneceu um anno. Dando-se n'esse periodo o apparecimento da *Phylloxera* nos vinhedos do Dão e de Oliveira do Bairro, teve que organisar e dirigir ali os trabalhos de tratamento e de pesquisa. Propoz para que fôsse creada uma estação de viticultura no districto, e escreveu a este respeito um projecto, que veiu publicado no *Relatorio* da junta geral do districto de Vizeu apresentado em 1882. No anno de 1883 foi nomeado agronomo do districto de Leiria, logar que só exerceu alguns mezes, sendo exonerado a seu pedido. Em 1885 era chefe do serviço chimico e professor de chimica organica e agricola no Instituto Geral de Agricultura passando a lente cathedratico da 5.ª cadeira do Instituto do Agronomia e Veterinaria: *Chimica Agricola e Analyse*. Fez parte da commissão que analysou os vinhos da exposição agricola de 1884; depois analysou as terras dos salgados do Algarve, sendo depois encarregado de fazer a analyse chimica dos terrenos dos postos philloxericos e dos viveiros de plantas americanas da commissão anti-phylloxerica do sul do reino. O sr. Rebello da Silva foi nomeado par do reino, tomando posse na respectiva camara na sessão de 21 de julho do 1890. Tem escripto revistas agricolas na *Gazeta dos lavradores*, *Districto de Vizeu*, *Jornal de Santarem* e *Diario de Noticias* Na *Revista da exposição agricola de Lisboa*, de 1884, publicou dois estudos, um economico-agricola ácêrca do districto de Santarem, e outro com referencia á exposição de chimica do Instituto Geral de Agricultura. Tem escripto mais: *Vantagens dos prados em Portugal*, these apresentada e defendida no Instituto Geral de Agricultura, em 1880; *Da utilidade da cultura do sorgho saccharino e da canna de assucar no centro e no sul do paiz e do Algarve*, Lisboa, 1885; é um resumo das conferencias que, ácêrca do mesmo assumpto, fizera n'esso anno, em Santarem e no Porto; *Os adubos; As plantas saccharinas e industrias accessorias*, etc.

Rebello da Silva (*Luiz Augusto*). Professor do Curso Superior de Letras, vogal da Junta Consultiva do Ultramar, deputado, par do reino, ministro de estado, socio effectivo da Academia Real das Sciencias o do Conselho Geral de Instrucção Publica, socio do Conservatorio dramatico, escriptor, etc. N. em Lisboa a 2 d'abril do 1822, onde tambem fal. a 19 de setembro de 1871. Era filho do desembargador Luiz Antonio Rebello da Silva (V. *este nome*), e de sua mulher, D. Anna Joaquina da Conceição do Lima Rebello da Silva Logo que a edade o permittiu, frequentou os estudos de humanidades. Em 1838, contando 16 annos, entrou para a Sociedade Escolastico-Philomatica, que alguns estudantes haviam fundado n'uma casa da rua da Atalaia destinada a discussões e estudos litterarios. N'essa sociedade se exercitou a falar em publico, e fôram essas palestras juvenis que principiaram a grangear-lhe fama de orador, que depois soube aperfeiçoar, tornando-se tão notavel, sendo considerado um dos primeiros oradores de Portugal no seu tempo. Rebello da Silva manifestava muita negligencia para o estudo, como elle proprio confessa n'um dos seus livros, mas a sua permanencia na Sociedade Philomatica lho despertou o estimulo pela litteratura, e começou então verdadeiramente a dedicar se ao estudo, fazendo as suas primeiras armas, publicando no jornal d'aquella sociedade, intitulado *Cosmorama litterario*, um ensaio de romance historico, *A Tomada de Ceuta*. Seu pae o destinava aos estudos universitarios, e Rebello da Silva se matriculou na Universidade de Coimbra em 1839, no 1.º anno mathematico philosophico, manifestando, comtudo, a mais decidida repugnancia pelas sciencias exactas. Soffreu então uma grave doença, a que estevo prestes a succumbir, e que o obrigou a recolher-se a Lisboa em 1841, interrompendo assim o curso. Quando as forças lh'o permittiram, tornou a dedicar se fervorosamente ás letras, e na *Revista Universal Lisbonense* publicou um romance, já de bastante valor, *Rásso por homisio*, servindo-lhe de grande auxiliar Alexandre Herculano, com quem travára relações de amizade n'aquella epoca, e quo depois se tornou um dos seus mais intimos amigos. Alexandre Herculano franqueou-lhe a bibliotheca d'Ajuda, onde o joven escriptor podia entregar-se apaixonadamente á consulta dos bons livros, e ás investigações e estudos historicos. Desde então os seus successivos trabalhos mais affirmaram a sua fama já adquirida de escriptor e historiador consciencioso e elegante. Em 1845 foi lhe conferido o logar de official da secretaria do Conselho de Estado, sendo depois promovido a secretario interino do mesmo conselho em 1849, cargo de que desistiu passado pouco tempo. Em 1845 tambem foi eleito socio do Conservatorio dramatico, e chamado a exercer o cargo de fiscal do theatro de D. Maria II, que então se construira, cargo de que se exonerou em maio de 1846, prestando, porém, n'esse curto intervallo, bons serviços. Foi eleito pela primeira vez deputado em 1848, sendo reeleito em successivas legislaturas; na de 1856 representou o circulo de Barcellos, e foi eleito pela camara membro da commissão de resposta ao discurso da corôa, e das de fazenda e de Instrucção Publica, tomando sempre parte nos debates das sessões mais importantes. Na grave e espinhosa discussão da lei de minas em 1852, muito se illustrou pelo valor das doutrinas e elevação dos conceitos. Diz um dos seus biographos: «Em 1852, collocado em presença de Almeida Garrett, então ministro, como contendor benevolo e antagonista respeitoso, soube realçar os raptos oratorios com a modestia d'uma cortezia sem abatimento que honrava a ambos. Vimos então um espectaculo unico; vimos o suffragio enthusiasta d'uma camara (modernamente a mais completa reunião de intolligencias), preza dos labios do orador, romper em applausos estrepitosos, que se applica

vam tanto a um, como a outro dos dois athletas. Era um duello magnifico em que os louros da victoria coroavam um e outro, repartindo-se por ambos. Nunca o verbo colorido e imaginoso subiu tão alto, e a poucos será dado igualal-o. O publicista e o orador elevavam se nos braços um do outro, e a sciencia e a arte, com muito relevo brilhavam em espheras que nem todas as vistas pódem alcançar.» Diz Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, no *Almanach de Lembranças*, para 1874: «Um dia, na Associação da Liga, quando ella discutia os estatutos, defendia Rebello da Silva, a sua opinião, que tinha sido contestada. Na sala tudo guardava silencio. De repente todos os olhos viram erguer se um homem da sua cadeira, approximar se insensivelmente do orador como se fôra uma sombra, e com os labios meio abertos, e as faces pallidas, estacar deante d'elle, correndo lhe dos olhos dois fios de lagrimas. Não assombra que Rebello da Silva tivesse o poder de arrastar a tal commoção pelo enthusiasmo um homem, que era seu pae, porque era o pae, tambem eloquente, tambem artista da palavra, quando elle, falando, se insinuava nos animos mais frios, tendo-os sempre suspensos do seu verbo inspirado. E tinha elle por ventura os dotes physicos que tanto contribuem para os triumphos oratorios? Tinha o peito amplo, a voz potente, e a fronte esculptural de José Estevão ou Rodrigo da Fonseca? Tinha o porte academico, e a autoridade que fazia de Garrett quasi um semi-Deus? Não tinha. Rebello da Silva era um homem mais baixo do que alto, de porte modesto, de cabeça pendida sobre o peito por habito adquirido, ou porque a concentração de faculdades e a reflexão a isso o levavam. Quem o encontrasse e o não conhecesse, passava por elle sem descobrir que ia ali um ente privilegiado. Pois bem, quando esse homem, que se não distinguia do vulgo, tinha a palavra nas grandes questões do parlamento a estatura elevava se, a fronte erguia-se, os olhos brilhavam lhe, a voz ganhava força, o gesto era nobre e a palavra em torrente suavissima, sempre digna, sempre colorida, dominava o auditorio, conquistando a attenção dos mais desattentos.» Rebello da Silva era socio effectivo da Academia Real das Sciencias desde 1854, e do Conselho Geral de Instrucção Publica, desde a sua organisação em 1859. N'este anno foi tambem nomeado professor de Historia patria e universal do Curso Superior de Letras, creado por D. Pedro V, por decreto de 3 de outubro de 1858. Em 1862 foi nomeado par do reino, continuando na camara alta a serie de triumphos que alcançara na dos deputados. Em 11 de agosto de 1869 foi chamado aos conselhos da corôa, sendo encarregado da pasta da marinha e ultramar, que dirigiu até 20 de maio de 1870; em tão pouco tempo, porém, deixou assignalado honrosamente o seu nome pelas providencias que tomou para as provincias ultramarinas. Pertencia ao Instituto de Coimbra e a outras corporações litterarias. Foi redactor do *Diario do Governo*, e escreveu, como redactor ou collaborador, nos seguintes jornaes: *Revista Universal Lisbonense*, *Epocha*, *Panorama*, *Revista Peninsular*, *Annaes das Sciencias e Letras*, *Archivo Pittoresco* e *Annuario* do mesmo *Archivo*, *Jornal do Commercio*, *Archivo Universal*, *Revista Contemporanea*, *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, *A Carta*, *A Discussão*, *A Patria*, *A Imprensa*, *A Imprensa e Lei*, *o Futuro*, *A Politica Liberal*, e outros jornaes. Em 1850 foi Rebello da Silva escolhido pela Academia Real das Sciencias para continuar a publicação, que a esta fôra encarregada pelo governo, do *Quadro Elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo, desde o principio da Monarchia Portugueza até aos nossos dias ordenado e composto pelo visconde de Santarem*, etc. D'esta obra deixou 7 volumes, a começar no XVI, todos precedidos de brilhantes introducções e noticias historicas. O titulo foi então um pouco alterado: *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo, desde o principio do XVI seculo, da Monarchia Portugueza até aos nossos dias. Colligido e coordenado pelo visconde de Santarem e continuado e dirigido pelo socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Luiz Augusto Rebello da Silva*, etc. O *Boletim do Ministerio das Obras Publicas*, que fôra fundado em 1853, entendeu o governo, em 1857, que para o publico e para o serviço, seria muito vantajoso dar-lhe maior desenvolvimento, de sorte que se não limitasse sómente a conter a parte official. Consistiria esse desenvolvimento em accrescentar a codificação documentada da legislação patria relativa á secretaria do ministerio das obras publicas, um extracto da legislação estrangeira respectiva, a noticia dos ineditos que existissem nos archivos publicos sobre os ramos do serviço do que se tratava, e a indicação dos descobrimentos mais importantes em materia de obras publicas e industria. Foi Rebello da Silva quem o governo encarregou da redacção do *Boletim* De 1860 a 1871 escreveu a *Historia de Portugal* nos seculos XVII e XVIII, 5 volumes que comprehendem os successos que determinaram mais de perto a decadencia da monarchia, descreveu a historia dos 60 annos do dominio de Castella, e vão até á vespera da data do 1.º de dezembro de 1640, em que se realisou a Restauração de Portugal. Rebello da Silva apresentou uma proposta, que o governo acceitou, para que esta obra fôsse impressa na Imprensa Nacional á custa do ministerio do reino; assim se fez, com as condições e termos constantes da por-

Luiz Augusto Rebello da Silva

taria inserta no *Diario do Governo* n.º 165, de 16 de julho de 1859. Rebello da Silva casou em 1856 com D. Maria Henriqueta Teixeira de Mello Ribeiro Rebello da Silva. Em 1871, sentindo aggravar se-lhe a enfermidade de que já soffria, e a que tinha de succumbir, julgou que o campo o pudesse animar e restituir-lhe as fôrças perdidas, e foi para a sua quinta do Valle, proximo de Santarem, mas a 17 de maio teve um ataque violentissimo, conseguiu ainda voltar para Lisboa no dia 3 de junho, por estar mais perto de soccorros, mas pouco tempo depois fallecia. Apezar dos seus grandes soffrimentos ainda nos ultimos mezes de vida, nas horas em que sentia alguns allivios, trabalhara no 2.º volume da *Memoria sobre a população e agricultura de Portugal*, que deixou quasi em meio. O 1.º volume, que abrange de 1097 até 1640, havia-se publicado em 1868. Rebello da Silva era considerado um dos primeiros homens de letras da sua epoca. A sua morte foi muito sentida e uma grande perda para o paiz. Ao seu funeral assistiram todos os homens notaveis que existiam em Lisboa, entre os que se dedicavam ás letras, á politica, ás sciencias e ás artes; e com elles viam-se os ministros de França e de Hespanha. A imprensa, tanto da capital como da provincia, sem distincção de partido, foi unanime em prestar lhe as maiores homenagens. O centro progressista historico, por proposta de Mendes Leal, dedicou uma sessão á sua memoria. Em Pernambuco, a 7 de outubro, pouco depois de saber-se a noticia do seu fallecimento, celebrou o Gymnasio Provincial d'aquella cidade uma cerimonia funebre, que começou por uma missa acompanhada por musica vocal e instrumental. Durante a cerimonia e o resto do dia, todos os navios portuguezes fundeados no porto, encruzaram as vergas em signal de luto. A Sociedade Retiro Litterario Portuguez, do Rio de Janeiro, tambem demonstrou o seu sentimento, por uma sessão funebre. O escriptor brasileiro Theophilo Ottoni dedicou-lhe n'um opusculo de 70 paginas um estudo critico onde se faz inteira justiça ao seu merito. Brito Aranha tambem lhe dedicou um opusculo, intitulado *Lagrimas e Saudades*. Rebello da Silva tem biographia acompanhada de retrato, na *Illustração Luso-brazileira*, n.º 1,1856, escripta por Ernesto Biester, a qual no mesmo anno se imprimiu em opusculo separado, com o titulo: *Uma viagem pela litteratura contemporanea*; retrato e biographia na *Revista Contemporanea*, pag. 150, 2.º vol. 1856; *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, 1.º vol., 1859, pag. 396 a 413, escripta por Andrade Ferreira; *Almanach de Lembranças*, para 1874, escripta por Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro; no *Monde illustré*, por Fernandez de los Rios; no *Dictionnaire des contemporains*, de Vapereau, 3.ª edição. etc. Rebello da Silva era commendador das ordens de Christo e de S. Thiago da Espada, official da Torre e Espada; gran-cruz da ordem de S. Mauricio e S. Lazaro de Italia, e da de Carlos III, de Hespanha; socio honorario do Instituto Historico e Geographico do Brazil; dos gabinetes portuguezes de litteratura de Pernambuco e do Maranhão; do Gremio Litterario do Rio de Janeiro, e do Atheneu Maranhense. Bibliographia: *A Tomada de Ceuta;* saiu em 1840, no *Cosmorama Litterario*, e depois, em 1856 em folhetins no jornal *A Patria*, tirando-se ao mesmo tempo exemplares em separado com o titulo, *Contos do serão; novellas africanas; Epoca 1.ª A Tavola redonda*, *A Tomada de Ceuta*; *Rausso por homisio*, romance sobre factos do reinado de D. Sancho II; saiu na *Revista Universal Lisbonense* dos annos de 1842 e 1843; *Odio velho não cança, romance historico*; inserto na *Epocha*, tomo 1, 1848, e depois, em 1849, 2 tomos; o autor o fez publicar mais tarde, correcto e retocado, no *Panorama*, vol. IX, 1852, pag. 201; continuando interpoladamente n'esse e no seguinte volume, onde ficou concluido a pag. 282. O romance é baseado n'um facto ou tradição do seculo XIII, o rapto de Maria Paes Ribeira; *A Mocidade de D. João V, romance historico,* publicado na *Revista Universal Lisbonense*, e d'elle se fez edição em separado, Lisboa, 1852 e 1853, 4 tomos. D'este romance extrahiu o autor, em 1857, de collaboração com Ernesto Biester, uma comedia drama em 5 actos com o mesmo titulo, que tambem se imprimiu e se representou no theatro de D. Maria II; *A Casa dos phantasmas*, romance historico do tempo dos francezes; publicou-se já depois da sua morte; *A Pena de Talião, romance historico*, no *Panorama*, vol. XII, 1855; *Contos e Lendas*; *Uma Aventura d'el-rei D. Pedro;* saiu no *Archivo Pittoresco*, tomo III, 1860; a pag. 308, 323, 337, 370 e 383. *Othelo, ou o Mouro de Veneza*, tragedia em 5 actos, imitação de Shakspeare, Lisboa, 1856; *O Infante Santo*, drama em 3 actos; parece que se publicou apenas um fragmento, no *Archivo Universal*, tomo I, 1859, a pag. 387 e 405; *Fastos da Egreja*; *historia da vida dos Santos, ornamentos do christianismo, com autorisação e censura do Patriarchado*, Lisboa, tomo I, 1854; tomo II, 1855; contém estes volumes a *Introducção*, ou prologo da obra, e a *Vida de Christo;* parece que não teve continuação; *D. João II e a Nobreza (1483-1484)*; saiu nos *Annaes das Sciencias e Letras*, publicados sob os auspicios da Academia Real das Sciencias, no tomo 1, pag. 396 a 423; 525 a 561; 588 a 611; 669 a 691; 738 a 759; e no tomo II, pag. 37 a 61; 90 a 116; e 129 a 140; principiou a publicar-se de novo e com maior desenvolvimento em folhetins no *Diario de Lisboa*, de 1360, mas ficou por acabar; *A ultima corrida dos touros reaes em Salvaterra*; saiu na *Epocha*, tomo I, pag. 56 a 59, e foi reproduzido no *Archivo Universal*, tomo III, pag. 273 a 276; consta que saiu traduzido em francez, em folhetins, na *Patrie*; *O mosteiro da Batalha*; no *Archivo Universal*, tomo III, pag. 177 a 179; *Introducção ás Viagens de Beckford a Portugal*, que sairam no *Panorama*, no vol. XII; *A Arcadia Portugueza*, memoria inserta nos *Annaes das Sciencias e Letras*, vol. I. pag. 57 a 87; continuada de pag. 148, a 168, e concluida de pag. 197 a 216; *Poetas da Arcadia*, I: *Pedro Antonio Corrêa Garção*, no *Panorama*, vol. IX, 185?; a pag, 330, 338, 347 e 359; —II: *Domingos dos Reis Quita*; Idem, vol. XII, 1858; pag. 132 a 252;—III: *Antonio Diniz da Cruz e Silva*; Idem, idem; pag. 390, continuado e concluido no vol. seguinte: *Memoria biographica e litteraria ácerca de Manuel Maria Barbosa du Bocage*, Lisboa, 1858, e no vol. I, parte 2.ª das *Memorias da Academia*, (nova série, classe 2.ª); esta *Memoria* é, com pequena differença, a propria que o autor escrevêra para illustrar a edição das *Poesias de Bocage*, feita em 1853, e que fôra tambem por esse tempo inserta no *Panorama*, tomo X, com algumas suppressões; *Estadistas portu-*

guezes: Diogo de Mendonça Côrte Real; no *Panorama*, vol. XII, pag. 331, 345, 355 e 361; *A escola moderna litteraria: O sr. Garrett*; na *Epocha*, vol. I, pag. 105, 121, 136, 152, 234, 249, 388 e 421; *Oradores portuguezes (Fragmento d'um livro inedito): João Baptista de Almeida Garrett*; no *Archivo Pittoresco*, vol II, pag. 57 a 59. e 86 a 88; ficou interrompido; *Juizo critico sobre o drama «Fr. Luiz de Sousa»*; saiu primeiro na *Revista Universal*, e foi depois appenso ao proprio drama, que fórma o tomo III do *Theatro de Garrett*, edição de 1844, pag. 219 a 235; *Alexandre Herculano, estudo litterario*; na *Revista Peninsular*, vol. I, 1855, pag. 321 a 332; *Juizo critico sobre o «Monge de Cister»*; na *Epocha*, vol. I, pag. 216 a 221; *Poetas lyricos da geração nova: Mendes Leal*; na *Revista Peninsular*, vol. II, pag. 133 a 152; *Memorias de Litteratura contemporanea, por Antonio Pedro Lopes de Mendonça*; sob este titulo vem na *Revista Peninsular*, vol. I, pag. 17 a 31, e de 131 a 142, um estudo biographico critico âcêrca do autor das *Memorias*, e das suas producções, até então publicadas; *Oradores portuguezes: José Estevão*; na *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*; vol. I, 1859, de pag. 49 a 58; *Raymundo Bulhão Pato*; Idem, idem, pag. 539 a 550; *Cartas ao sr. Ministro da Justiça, sob o uso que faz do pulpito e da imprensa uma fracção do clero portuguez*; Lisboa, 1850; *O Duque de Saldanha, e o Conde de Thomar*; Lisboa, 1850; saiu sem o seu nome; *A questão do clero; cartas de um aldeão ao sr. padre Francisco Ribeiro—Primeira carta*, Lisboa, 1850; tem a data de 13 de outubro de 1850, e é assignada *Th. de C.*; *Estudo e biographia sobre o infante D. Henrique*; no *Archivo Pittoresco*, tomo IX; *Sua Magestade el rei D. Luiz I*; na *Revista Contemporanea*, vol III, pag. 439; *Francisco Maria Bordallo*; idem, vol. II. pag, 533, vol III, pag. 71; *Biographia de José Xavier Mousinho da Silveira*, idem, vol. IV, pag. 113; *Biographia de Passos Manuel*; idem, idem, pag. 225; *Biographia do duque de Palmella*; idem, idem, pag. 399; *Camillo Castello Branco (*Apologia*)*; idem, idem, pag. 485; *Biographia de José da Silva Carvalho*; idem, vol. V, pag. 113; *Biographia de Francisco Gomes de Amorim*; idem, pag. 455; *De noite todos os gatos são pardos*, conto, idem, idem, pag. 393; saiu em separado, posthumo, sem data, pelo editor Mattos Moreira; *Memoria âcêrca da vida e escriptos de D. Francisco Martinez de la Rosa*, Lisboa, 1862: *Elogio historico de sua magestade el-rei o sr. D. Pedro V, protector da Academia Real das Sciencias de Lisboa, proferido na sessão publica de 26 de abril de 1863*; Lisboa, 1863; *Compendio de economia politica para uso das escolas populares, creadas pela lei de 27 de junho de 1866*; Lisboa, 1868; 2.ª edição em 1883; *Compendio de economia rural, para uso das escolas populares*, etc., Lisboa, 1868, 2.ª edição, 1881; *Compendio de economia industrial e commercial, para uso das escolas populares*, etc., Lisboa, 1868; *Varões illustres das tres epochas constitucionaes; collecção de esboços e estudos biographicos*; Lisboa, 1870; com retratos; contém as biographias do duque de Palmella, José Estevão Coelho de Magalhães, Manuel Fernandes Thomaz, José Xavier Mousinho da Silveira, José da Silva Carvalho, e Manuel da Silva Passos, estudos ampliados e retocados dos que tinham sido anteriormente impressos em publicações litterarias periodicas; *Relatorios do ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, apresentados ás côrtes na sessão legislativa de 1870*, Lisboa, 1870. Nas *Revistas litterarias* que se publicaram, durante o anno de 1863 no *Jornal do Commercio*, encontram se algumas noticias e apreciações criticas interessantes, âcêrca de escriptores contemporaneos. Rebello da Silva tambem traduziu as seguintes peças francezas que se representaram no theatro de D. Maria II: *Por direito de conquista*, 3 actos, de Legouvé; *Honra e Dinheiro*, em 5 actos, de Ponsard; *Angelo, tiranno de Padua*, 4 actos, de Victor Hugo; *Gusmão o Bravo*, 5 actos, de Méry; *A Fada*, 1 acto, de Octave Feuillet; *As Redeas do governo*, traducção do hespanhol.

Rebello da Silva *(Fr. Manuel)*. Religioso franciscano; notavel arabista. N. na freg. de Santa Eulalia, de Cumieira, concelho de Santa Martha de Penaguião, districto de Villa Real, a 22 de maio de 1767, fal. em Lisboa a 25 de março de 1849. Era filho de Manuel José Rebello da Silva, bacharel em Leis, e de sua mulher D. Caetana de Jesus de Mattos; tio do grande estadista Luiz Augusto Rebello da Silva (*V.* o *artigo antecedente*). Em 1782, contando apenas 15 annos de edade, vestiu o habito dos frades capuchos no convento de Santo Antonio do Valle da Piedade, no Porto; em 1791 recebeu ordens de presbytero, e em seguida foi nomeado prégador da ordem e mestre de theologia no convento de S. Fructuoso em Braga. Em 1794, tendo perto de 27 annos de edade, passou da ordem dos capuchos para a terceira ordem da Penitencia, vindo para Lisboa residir no convento de Nossa Senhora de Jesus. Trocou o seu nome de Fr. Manuel da Cumieira Rebello, para o de Fr. Manuel Rebello da Silva, pelo qual ficou sendo sempre conhecido, e que era o seu verdadeiro nome, porque Rebello da Silva eram os appellidos de seu pae. Vinha Fr. Manuel Rebello para o convento de Jesus, de Lisboa, com grande reputação de grammatico insigne e de orador distincto, sabia-se tambem que era um distincto hebraisante, mas quando em 1795 se creou a cadeira de lingua arabe, regida por Fr. João de Sousa, é que Fr Manuel Rebello da Silva deu provas do seu grande engenho, porque tendo-se matriculado n'essa aula tres alumnos: Fr. José de Santo Antonio Moura, Fr. Manuel Rebello da Silva e Fr. Antonio de Castro, tanto excedeu aos outros que o professor aconselhou ao governo que o mandasse a Marrocos a aperfeiçoar-se na lingua arabe, porque podia vir a ser um notavel arabisante. Accedeu o governo ao conselho, e Fr. Manuel Rebello da Silva acceitou a incumbencia, partindo no dia 6 de janeiro de 1797 para Tanger a bordo da fragata *Ulysses*. Chegou a Tanger no dia 11 do mesmo mez, e foi residir para casa do consul de Portugal Jorge Pedro Collaço. Depois de alcançar com grande trabalho um *thaleb* ou mestre que lhe ensinasse o arabe, Fr. Manuel Rebello da Silva tanto se assenhoreou dos segredos da lingua, e tanto conseguiu insinuar se nas boas graças das autoridades marroquinas que o governo o deixou ficar em Tanger, encarregando o por varias vezes de importantes commissões, e para o desempenho d'essas commissões foi duas vezes a Marrocos, uma vez a Fez, e uma vez a Argel. Em Marrocos e Fez não só dissipou as nuvens que se estavam levantando entre as duas côrtes de Marrocos e

de Portugal, mas obteve que o imperador permittisse a exportação para Portugal em excellentes condições de trigo, cevada e bois. Em Argel celebrou uma paz vantajosa com a regencia, e conseguiu remir os portuguezes que jaziam ali escravos. Da sua influencia nas autoridades marroquinas contam se varias anecdotas justificadas por documentos, e que são honrosissimas para Fr Manuel Rebello da Silva. Assim uma vez, fugindo um preto portuguez escravo d'um fidalgo nosso patricio para os moiros, Fr. Manuel Rebello da Silva conseguiu que as autoridades o entregassem, valendo-se para isso do seu profundo conhecimento do Alkorão, porque habilmente commentou e interpretou uma das *suratas* que era applicavel ao caso. Outra vez, tendo sido um corsario argelino apresado por varios christãos debaixo do fogo da fortaleza de Tanger, e achando se por isso ameaçado o governador com a colera do imperador, foi a intervenção de Fr. Manuel Rebello da Silva que o salvou. Finalmente, foi ainda a sua intervenção que salvou a guarnição hespanhola de Ceuta de ser surprehendida e passada ao fio da espada pelas tropas marroquinas, que se preparavam assim a romper as hostilidades contra a Hespanha, o que seria então para a Hespanha um caso gravissimo, porque achando se envolta na Guerra Peninsular, e toda empenhada em recuperar a sua independencia, não podia facilmente vingar o insulto nem outros que se lhe seguissem, e demais a mais a guarnição de Ceuta seria forçosamente victimada. Provam a beuefica intervenção de Fr. Manuel Rebello da Silva n'este caso o officio de agradecimento dirigido pelo ministro hespanhol em Lisboa, D. Ignacio de Pezuela, ao secretario de estado portuguez D. Miguel Pereira Forjaz, e o decreto expedido do Rio de Janeiro a 28 de janeiro de 1814 para os governadores do reino, afim d'elles devidamente louvarem e remunerarem Fr. Manuel Rebello da Silva. O illustre arabista esteve 16 annos em Tanger, até que, vagando a cadeira de arabe do convento de Jesus por morte de Fr. João de Sousa, foi chamado a preenchel-a, o que elle fez no fim do anno de 1813. A recompensa que recebeu pelo serviço prestado á Hespanha, foi uma pensão vitalicia e annual de 900$000 reis, mas que elle cedeu a favor de seu irmão Luiz Antonio Rebello da Silva, pae do grande escriptor Luiz Augusto Rebello da Silva. Pelos serviços prestados a Portugal foi-lhe decretada tambem uma pensão de 60$000 reis, tendo além d'isso o seu ordenado de interprete. Este ordenado e a pensão fôram lhe tirados em 1820, quando o governo saido da revolução pensou em fazer economias. Em 1834, quando se extinguiram as ordens religiosas, ficou Fr. Manuel Rebello da Silva reduzido á sua magra pensão de egresso e ao seu ordenado de professor da cadeira de arabe, que foi annexada ao Lyceu Nacional de Lisboa, quando este lyceu se creou. Fr. Manuel Rebello da Silva estava então já edoso, e não podia trabalhar muito. Comtudo, ainda em 1838 escreveu e offereceu á Academia Real das Sciencias, que por signal nunca o publicou, um *Compendio grammatical da lingua arabe em que corrige e addiciona a grammatica da mesma lingua do padre fr. João de Sousa*. Em 1839 tinha prompto para a impressão um outro livro intitulado: *Collecção de vocabulos adoptados em portuguez, que descendem das linguas arabe e persa; com suas etymologias e significações primitivas em fórma de diccionario: para servir de appendice ao tratado «Vestigios da lingua arabica em Portugal» contendo alguns reparos e differentes artigos dos mesmos «Vestigios.»* Esta obra estava para ser impressa á custa de Manuel Nunes Barbosa, discipulo de Fr. Manuel Rebello da Silva, mas como Barbosa partiu para Tanger, pouco depois de se distribuirem os prospectos para a publicação, não chegou a imprimir se a obra. D'esta fórma o unico escripto publicado pelo grande arabista, é um insignificante artigo a respeito da Cholera morbus, que saiu n'uma das *Gazetas de Lisboa* de 1833 Em 1840 a Academia Real das Sciencias o elegeu seu socio correspondente, e em 1841 Rodrigo da Fonseca Magalhães, sendo ministro do reino, deliberou emendar a injustiça que se praticára em 1820, demittindo-se do logar de official de interprete da lingua arabe um homem que prestára tão relevantes serviços, e por decreto de 11 de novembro d'esse anno tornou o a nomear dando lhe o ordenado de 240$000 reis annuaes Por decreto de 29 de janeiro de 1842 agraciou o tambem com uma commenda da ordem de Christo. Em 1845 foi assaltado por tão grave doença, que os medicos o desampararam, dizendo que lhe restava poucas horas de vida; comtudo, o illustre velho ainda viveu 4 annos, mas entrevado, arrastando uma existencia despida de tudo quanto lh'a poderia tornar agradavel, tendo apenas a satisfação de vêr o seu nome illustrado pela gloria nascente do seu sobrinho, que já então promettia ser um dos maiores escriptores portuguezes do seculo XIX.

Rebello de Sousa (*Paulo*). Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, que viveu no seculo XVII. Entrou no collegio de S. Paulo em 1651. Foi lente na referida universidade, desembargador da Relação do Porto, passando em 1664 para desembargador da Casa da Supplicação, e logo em seguida dos Aggravos. Deixou manuscriptas varias apostillas para uso dos seus discipulos, e uma obra latina sobre o direito das gentes, direito civil e direito natural.

Rebello Velloso (*João*). Escriptor do seculo XVII, que publicou em 1642 um *Aviso exhortatorio aos fidelissimos Tres Estados do reino de Portugal*, que trata da prisão do infante D. Duarte, irmão de D. João IV.

Rebellos. Pov. na freg. de Santo André, de Cella, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Rebelva. Pov. na freg. de S. Domingos, de Rana, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa.

Rebentão. Ilha de Santa Maria; pov. na freg. de Pedro, no conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo; Açôres. Tem generos agricolas. || Ilha Graciosa; pov. na freg. de Santa Cruz e conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo; pov. na freg. de N. Sr.ª da Luz, do mesmo concelho e districto.

Rebicaça. Pov. na freg. de N. Sr.ª dos Anjos, de Villa Verde dos Francos, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Rebogato Pov. na freg. de S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Reboldo. Pov. na freg. de Santa Maria, de Moure, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga

Rebôla. Pov. na freg. de S. Martinho, de Santo Varão, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Rebolar. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sodiellos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real.

Rebolaria. Pov. na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Reboledo. Familia oriunda de Aragão, que passou a Portugal. Tem por armas um escudo de campo de ouro, e n'elle tres ramos verdes de carvalho; timbre, um braço armado de prata com um ramo de escudo na mão. Outros Reboledos usam em campo azul um grifo de prata, e por timbre o grifo das armas com as azas abertas.

Reboleira. Pov. na freg. de N. Sr.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa.

Reboleiro. Pov. na freg. de Santa Catharina, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Trancoso, distr. e bisp. da Guarda; 14 fog. e 235 bab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 9 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda d'uma ribeira, a 3 k. da estrada real de Trancoso a Lamego. O commendador de Sernancelhe, da ordem de Malta, apresentava o cura, que tinha 30$000 réis e o pé d'altar. A terra é pouco fertil, mas tem muita caça. Esta freg. gozava dos grandes previlegios dos caseiros da Ordem de Malta. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. na freg. de S. Nicolau e conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Reboleiros de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Pedro, de Algalé, conc. de Monforte, distr. de Portalegre.

Rebolfo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Ferreiros de Tendaes, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Rebollinhos. Pov. na freg. de S. Miguel, de Mamouros, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Rebolla. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Ega, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra.

Rebolido. Pov. na freg. de S. Cosme, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Rebolim. Pov. na freg. de S. Miguel, de Ribeira de Frades, conc. e distr. de Coimbra.

Rebolo. Esta familia procede de D. Martim Paes, filho de Paio Delgado, cavalleiro do tempo de el-rei D. Affonso Henriques. As suas armas são: Em campo vermelho tres rebolos de ouro postos em roquete, furados ao centro.

Rebolo *(Antonio)*. Notavel calligrapho, e latinista muito apreciado. N. em 1575, e fal. em 1655 com 80 annos de edade. Era presbytero secular. Foi mestre dos principaes fidalgos de Lisboa, commissario da Bulla da Cruzada, reitor do collegio dos Meninos Orphãos, de Lisboa, sendo depois prior da freguezia da villa da Barquinha, onde falleceu. Deixou impressa uma *Recopilação dos principaes mysterios*.

Rebôlo. Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves, do Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria || Casal na freg. de S. Pedro, de Almargem do Bispo, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. Pertenceu a uma commenda. || N. S.ª da Victoria, de Famalicão, conc. da Pederneira, distr. de Leiria || S. Pedro, de Palhaça, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro || S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Rebôlos. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Rebolosa. Pov. e freg. de Santa Catharina, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Sabugal, distr. e bisp. da Guarda; 126 fog. e 444 bab. Tem escol. do sexo fem. e est. post. Dista 18 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades da margem direita do rio de Alfaiates. O vigario da villa de Alfaiates apresentava o cura, que tinha 35$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil em trigo, centeio e gado. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Rebollo *(João Augusto Caldeira)*. Chefe da 3.ª repartição da direcção geral de instrucção primaria, jornalista, etc. N. em Alpalhão a 26 de setembro de 1854, sendo filho unico de João Maria Zozimo Rebollo, e de sua mulher D. Luiza Pereira Rebollo. Começou a sua educação litteraria, como alumno interno em casa do professor Espada do lyceu de Portalegre, onde fez alguns preparatorios, passando depois para o lyceu de Santarem. Interrompeu os estudos no anno de 1879, e foi assentar praça em caçadores n.º 8, tendo em 1880, transferencia para caçadores n.º 4, em Tavira. N'essa occasião realisavam-se as festas commemorativas do centenario de Camões. A parada do quartel estava ornamentada, e Caldeira Rebollo subiu a uma tribuna, e pronunciou um discurso, que lhe valeu grandes applausos por parte de todos os officiaes, incluindo o commandante, que o incitou a continuar os estudos, alcançando-lhe a necessaria licença. Saiu então de Tavira, e foi matricular-se no lyceu de Evora, onde concluiu o curso. Em 1884 abandonou o serviço militar, veiu residir em Lisboa, e n'esse mesmo anno casou com D. Izabel Augusta Lobo de Abreu, filha do capitão de caçadores n.º 4, Antonio Joaquim de Abreu e de D. Maria Carlota Lobo de Abreu. Em seguida foi viver para Alpalhão, sua terra natal, seguindo mais tarde para Vizeu. N'essa epoca entrou na politica, filiando-se no partido progressista. Em 1887 encetou a sua carreira burocratica, vindo novamente residir para Lisboa. Por decreto de 23 de junho d'este anno foi nomeado amanuense do ministerio do reino, precedendo concurso. Em março de 1896 foi promovido a segundo official, e em outubro do mesmo anno a primeiro. Em 1906 era chefe da segunda repartição do ministerio de instrucção publica, onde muito se evidenciou, merecendo ser agraciado com a commenda da ordem de S. Thiago. Como jornalista tem collaborado em diversos jornaes de Lisboa, e ha bastantes annos que redige *A Plebe*, jornal da provincia, muito conceituado. Em 1893 publicou um livro com o titulo de *Retratos humoristicos*, album de figuras alemtejanas com prefacio escripto por Gervario Lobato.

Rébora, Róbora, Rêvora e Revoração. Offerta, mimo, presente, etc., que o comprador dava ao vendedor, e o doado ao doador, além do estipulado na escriptura. Tambem se dava *rébora* ao soberano, ou ao senhor da propriedade vendida, trocada, ou doada; e por isso se vê em quasi todos os documentos antigos, d'esta natureza, a dicção *roboro et confirmo*. A rébora consistia em cousas de pouco valor, com respeito aos bens de que tratava a escriptura. Era um par de esporas, uns sapatos, um capote, uma saia, um podengo, um par de guantes (luvas), uma vacca, um porco, etc. Tambem se dizia *rébora* a maioridade de qual-

quer individuo; mas a edade não era a mesma em todos os documentos: em uns vê-se marcada a rébora aos 13 annos, em outros aos 15, e em outros aos 18. Quando se não designavam os annos da rébora, entendia se o termo por *puberdade*, que era, como actualmente—nos homens a edade de 14 annos, e nas mulheres a de 12.

Rebordainhos. Pov. e freg de Santa Maria Magdalena, da prov. de Traz-os Montes, conc. com., distr. e bisp. de Bragança; 111 fog. e 470 hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. Dista 18 k. da séde do conc. e está situada entre dois regatos, a 2 k. da estrada de Bragança a Mirandella. A mitra apresentava o vigario que tinha 7$500 réis de congrua e o pé d'altar. Foi villa. A terra é pouco fertil e pobre. Tem gado e caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Rebordans. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Aguas Santas, conc. de Maia, distr. do Porto.

Rebordãos. Villa e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 157 fog. e 708 hab. Tem escolas de ambos os sexos e est. post. Dista 9 k. da séde do conc e está situada na estrada real de Bragança a Mirandella. A Casa de Bragança apresentava o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimento. A pov. é muito antiga, talvez do tempo dos romanos, e com certeza, do tempo dos godos. D. Sancho I lhe deu foral em Coimbra, em novembro de 1208. D. Diniz lhe deu outro foral, confirmando o antigo e augmentando os seus privilegios, em Lisboa, a 18 de maio de 1285. Esta freg. tinha grandes privilegios, por ser da Casa de Bragança. Junto a esta villa está a serra ou monte da *Nogueira*, de bastante altura, e no seu cume existe a ermida de *N. S.ª da Serra* ou da *Natividade*, que poucas vezes se avista de longe, por estar quasi sempre envolta em nevoeiro. E' templo de boa construcção e muito antigo, pois já existia no tempo dos godos, e foi reparado pelo conde D. Henrique. E' vasto e de tres naves, divididas por 10 columnas de pedra, 5 de cada lado. Teve ermitão, presbytero, apresentado pelo abbade de Rebordãos. Consta que perto da ermida houve um antiquissimo castello, que estando arruinado, se aproveitaram os seus materiaes para a construcção da casa do ermitão. A villa pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Insalde, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Rebordãos. *(Souto de)*. V. *Rebordões*.

Rebordechão. Pov. na freg. de S. Martinho, de Bornes de Aguiar, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real. Esta aldeia tinha antigamente o nome de *Revorêdo-Chão e Reverde-Chão*, e era um casal, ao qual D. Affonso III deu foral em janeiro de 1255. V *Pedras Salgadas*.

Rebordêllo. Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. de Vinhaes, distr. e bisp. de Bragança; 230 fog. e 915 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, correio com serviço de posta rural, e feira a 13 de cada mez. Dista 17 k. da séde do conc. e está situada n'um monte, entre os rios Tuella e Rabaçal, a 5 k. da margem direita do primeiro, e a 1 da margem esquerda do segundo. O real padroado apresentava o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimento. A terra é fertil em cereaes, fructas, legumes e hortaliças. Cria muito gado, e nos seus montes ha grande abundancia de caça. A pov. é muito antiga, sendo o seu primitivo nome *Revordêllo*. A esta freg. está annexa a de Villa de Arneiro. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. do Douro, conc. e com. de Amarante, distr. e bisp. do Porto; 90 fog. e 398 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Dista 11 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Mondim de Basto a Amarante, a 1 k. da margem esquerda do rio Tamega. Tambem teve o primitivo nome de *Revordêllo*. O D. abbade benedictino, do mosteiro de Arnoia (S. João do Ermo), apresentava o cura, que tinha 10$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil; tem bom vinho, muito gado e caça. Tinha foral, dado por D. Affonso III, em Guimarães, a 16 de maio de 12?8. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro || Santa Maria Magdalena, de Lordello, conc. e distr. de Villa Real. || Santa Lucrecia, de Louro, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Matto, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro de Morgade, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || S. Miguel, de Roriz, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || O Salvador, de Ruivães, conc. de V. N de Famalicão, do mesmo distr.

Rebordinho. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Adoufe, conc. e distr. de Villa Real. || S. Miguel, de Campia, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Lourosa, conc. e distr. de Vizeu.

Rebordões. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. de Santo Thirso, distr. e bisp. do Porto; 268 fog. e 1:281 hab. Dista 4 k. da séde do conc. e está situada na estrada real do Porto a Guimarães por Santo Thirso, a 1:500 m. da margem esquerda do rio Ave. O bailio de Leça, a mitra de Braga, e o D. abbade benedictino de Santo Thirso, apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 400$000 reis de rendimento. Foi honra e villa. Em 1226 era senhor d'esta villa Gil Martins, filho de Martim Fernandes de Sá, e a deu n'esse anno aos monges bentos de Santo Thirso. A terra é fertil, e cria muito gado de boa qualidade. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 128 fog. e 538 hab. Tem esc. do sexo masc. Dista 6 k. da séde do conc. e está situada a 7 k. da margem esquerda do rio Lima. O D. abbade benedictino de S. Romão de Neiva, apresentava o vigario, que tinha 70$000 reis e o pé d'altar. A terra é muito fertil. Na serra da Nó, limites d'esta freg., está o sumptuoso templo de N. S.ª da Boa Morte, junto do qual, ainda em 1578 se viam vestigios de antigos edificios; dizem uns, que eram os restos d'uma fortaleza romana, e outros, que eram as ruinas d'um mosteiro de monges benedictinos. Ao monte Nó tambem davam o nome de *Serra de Rebordões*. A pov. pertence á 3.ª div.

mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Rebordões *(Souto de)*. Povoações nas freguezias: N. do O' de Aguas Santas, conc. da Maia, distr. do Porto. || S. Martinho, de Cocujães, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Gilmonde, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || O Salvador, de Infesta, conc. de Celorico de Basto, do mesmo districto. || Pov. e freg. de S. Salvador do Souto, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Cas Castello, arceb. de Braga; 197 fog. e 868 hab. Dista 5 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Ponte do Lima a Barcellos. A mitra primacial apresentava o prior, que tinha 250$000 reis de rendimento. Foi séde do antigo concelho de Souto de Rebordões supprimido ha já muitos annos, o qual se compunha sómente de duas freguezias: Santa Maria e S. Salvador do Souto, e estava situado entre os termos de Ponte do Lima, e freg. da Correlhan, e extinctos coutos da Queijada, Cabaços e Feitosa. Foi da corôa até ao tempo d'el-rei D. Diniz, e este monarcha, em 1310, o deu a seu filho bastardo D. Affonso Sanches, passando depois o senhorio a Gil Affonso de Magalhães, senhor da casa de Magalhães, Terra da Nobrega, Morilhões e Fonte Arcada, o qual tomou o titulo de donatario d'este concelho, e o possuiram os seus descendentes, até que acabaram os *senhores donatarios*. Este senhorio rendia aos seus donatarios 33$000 reis annuaes, que a camara do concelho recebia do povo, e entregava ao donatario. Este concelho teve 7 foraes: 1.º dado por D. Affonso Henriques, sem data, que seu neto, D. Affonso II, confirmou em Santarem, a 3 de fevereiro de 1218.—2.º dado por D. Sancho I, em 1196.—3.º dado por este mesmo soberano, na Correlhan, em agosto de 1207.—4.º Dado por D. Affonso III, sendo ainda regente do reino, em março de 1217. 5.º Dado tambem por este monarcha, em Guimarães, a 27 de maio de maio de 1258.—6.º e 7.º dados ainda por D. Affonso III; o 1.º, em Leiria, a 8 de março de 1268, e o 2.º em Lisboa, a 16 de setembro de 1270. Todos os foraes subsequentes confirmavam os anteriores e lhes augmentavam os privilegios. O que se prova é que este concelho, apezar de pequeno, era de grande importancia no principio da monarchia. A terra é muito fertil, cria muito gado de toda a qualidade, e tem bastante peixe do rio Lima e do mar. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. D. João I doou Rebordões a Alvaro Gil Durró, seu escudeiro, por carta datada de a par da Tanoeira, termo de Leiria, em 17 de agosto de 1423. Ahi se diz que a terra fôra do conde D. Affonso, sendo doada com todos os seus fóros, rendas e direitos. Alvaro Gil Durró vendeu a terra de Rebordões por 50:000 libras da moeda que áquelle tempo corria, conforme declara a carta de D. Duarte, dada em Santarem a 27 de maio de 1435, em que se confirma esta venda a Ignez Vasques, criada de D. Filippa de Lencastre, mulher de D. João I, e a qual era casada com Gil Affonso de Magalhães. Succedeu na posse da terra Affonso Rodrigues de Magalhães, filho dos sobreditos, que a doou a seu irmão João de Magalhães, por não ter descendentes, e d'este passou a Gil de Magalhães, seu filho. Esta ultima doação foi confirmada por D. Affonso I em Santarem a 15 de fevereiro de 1471. Estes documentos acham-se no Archivo da Torre do Tombo, nos livros seguintes: Chancellaria de D. João I, liv. 1., fol. 91; Chancellaria de D. Duarte, liv. 1.º fol. 206 v.; Chancellaria de D. Affonso V, liv. 10, fol. 28 v. e liv. 16 fol. 22 v.; Liv. de Além-Douro, fol. 19. A carta de doação de D. João I acha-se transcripta no vol. I da obra de Ayres de Sá *Frei Gonçalo Velho*, a pag 175.

Rebordondo. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Anelhe, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Rebordosa *(Faustino Coelho Moreira, visconde de)*. Sendo vereador da camara municipal de Paredes, foi agraciado com o titulo de visconde em sua vida por decreto de 16 de novembro de 1899.

Rebordosa. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. de Paredes, distr. e bisp. do Porto; 423 fog. e 1:855 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Dista 8 k. da séde do conc. e está situada a 1:500 m. do rio Ferreira. O real padroado apresentava o abbade, que tinha 150$000 réis de rendimento. Esta freguezia é uma das maiores e mais ricas do concelho; é terra fertil em todos os fructos do nosso clima. Cria muito gado de toda a qualidade. E' aqui importante a industria de marcenaria. Pertence a pov. á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Lorvão, conc de Penacova, distr. de Coimbra.

Reboreda. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 134 fog. e 532 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Dista 4 k da séde do conc. e está situada a 1:500 m. da margem esquerda do rio Minho O real padroado, o morgado de Santo Antonio, na freguezia de Santa Martha, termo de Vianna do Castello, e o morgado da quinta da Graciosa, termo de Ponte do Lima, apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 400$000 reis de rendimento. Reboreda é uma das maiores, mais ricas e ferteis freguezias do concelho. E' atravessada pela estrada real de Lisboa para o norte, concluida em 1866. Está n'esta freg. a torre solarenga dos *Reboredos* ou *Roboredos*, construida por Gonçalo Annes de Reborêdo. Esta freg. é muito antiga, e pertenceu, até ao seculo xv, ao bispado de Tuy. Diz-se que existiu aqui uma cidade no tempo dos gôdos, chamada *Gontige*, e affirma se que se notam ainda bastantes vestigios de antigas construcções. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Por decreto do 17 de julho de 1895, que extinguiu o conc. de V. N. da Cerveira, foi Reboreda annexada ao de Valença, mas voltou para o antigo conc., que foi restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Castanheira, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eufemia, de Prazins, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Rio de Moinhos, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Salto, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Reboredo. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Alfarella de Jalles, conc. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real.

Reboredo. V. *Roboredo*.

Reboriça Pov. na freg. do Salvador e conc. do Ribeira de Pena, distr. de Villa Real.

Reborido. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Victorino dos Piães, do mesmo concelho e districto.

Reborêto ou **Roborêto.** Monte, na prov. de Traz os-Montes, a 18 k. ao S de Moncorvo, junto ao logar de Urrós, e ao O da egreja de Santo Apollinario. A corôa d'este monte está formada de fortes muralhas, em ruinas, e dentro do seu ambito ha vestigios de alicerces de muitas casas, o que prova ter aqui existido uma grande povoação. Do lado do norte, abaixo das referidas muralhas e ao fundo d'uns altos rochedos, está uma concavidade subterranea, chamada *Buraco dos moiros*, que é uma galeria, com sufficiente largura para 5 ou 6 pessoas a par. Consta que não houve ainda quem se atrevesse a chegar ao fim d'este antro; os que mais teem avançado encontraram, de distancia em distancia, uma especie de salões, tudo manifestamente obra dos homens. Suppõe se com bons fundamentos, que sejam minas esgotadas, que os romanos lavraram no seu tempo. E' bem notorio que o povo attribue aos moiros todas as obras antigas, cuja origem desconhece, e é por isso que chamam a esta extensa galeria *Buraco dos moiros*, mas parece mais provavel que seja obra romana, não só porque esta provincia esteve muitos annos sob o dominio dos imperadores, como pela grandeza que elles costumavam empregar nas suas construcções; não assim os moiros, que construiam tudo, ou quasi tudo, muito tosca e passageiramente, nem elles estiveram n'esta provincia, tão pacificamente e por tanto tempo que pudessem executar obra de tanto dispendio e tão grandiosa. Pelo contrario, sabe-se que os romanos fôram senhores pacificos da Peninsula hispanica, por espaço de quasi 500 annos, e que das Asturias e Galliza (em cuja circumscripção se comprehendia a actual provincia de Traz-os-Montes) extrahiram grande copia de ouro, prata e outros metaes.

Reborosa. Serra da prov de Traz-os Montes, no distr. de Bragança São verdadeiramente duas serras, formando uma quebrada em que assenta a freg. de Amedo, no conc. de Carrazeda de Anciães, a primeira ao NE d'aquella freg. na direcção NO a SE, e a segunda a SO da mesma freg., na direcção ONO a ESE. Tem cêrca de 5 k. de comprimento, uns 3 k.de largura,e 908 m. d'altura.

Rebotim. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Alpedriz, conc. de Alcobaça, districto de Leiria.

Reboto. Pov. na freg. de S. Martinho, de Candoso, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Rebouça. Pov. na freg. de Santa Maria, de Troporiz, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Rebouças *(José Pereira).* Musico brazileiro. N. em Maragogipe, na provincia da Bahia, a 2 de janeiro de 1789. Era filho de Gaspar Pereira Rebouças e de D. Rita Basilia. Começou a estudar humanidades, dedicando-se tambem ao latim, mas apaixonado pela musica, entregou se mais especialmente a essa arte, tornando se em pouco tempo um notavel violinista. Creou e organisou a banda de musica do segundo regimento de milicias. Travando se depois a lucta pela independencia do Brazil, combateu como voluntario contra o general Madeira, até que, saindo este da Bahia, voltou á sua arte predilecta. Ignora-se a data do fallecimento.

Rebuço. V. *Bioco.* Antiga peça de vestuario para cobrir o rosto, ainda em uso, sob varias fórmas n'alguns pontos do nosso paiz, no Alemtejo, por exemplo, onde lho chamam mantilha — ou *côca*—ou nas ilhas dos Açôres, onde lhe dão o nome de *capuz.* Foi em tempos de uso quasi geral entre as damas de Lisboa, que n'elle se occultavam para irem a lausperennes e matinas. D'esse uso veiu o abuso, e a tal ponto que, assim como, modernamente, as autoridades administrativas trataram de cohibir o emprego das mantilhas nos Açôres, o Desembargo do Paço se viu obrigado a propôr a Filippe III meios coercivos «para a moda das mulheres andarem tapadas.» Do facto, tendo o rei, em 10 de outubro de 1623, respondido que parecia não dever prohibir tal «por que de similhantes prohibições se tem visto maior introducção dos excessos que se pretendem remediar, apetecendo-lhes o vedado,» parece quo os abusos augmentaram tanto que, em 19 de junho de 1626, uma carta regia prohibiu as rebuçadas. As mulheres nobres, porém, não fizeram caso, mas foi vedado, em 11 de agosto de 1649, que qualquer andasse, fôsse de que qualidade fôsse, «embuçada pela rua, com chapéo ou sem elle,» e assistirem n'esse trajo a festas de egreja. Passaram então a andar com o rosto meio coberto; mas não lh'o consentiram, pois que o alvará de 6 de outubro do mesmo anno de 1649, explicando os abusos de tal pratica, declara que as mulheres com meia cara tapada «ainda assim ficam desconhecidas» e por isso ordena «que toda a mulher que não andar com toda a cara descoberta, e houver de trazer biôco, trará o manto caido até aos peitos »

Rebulheira Pov. na freg. de S. João Baptista, de Rio Frio, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. do Vianna do Castello.

Reca Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Freixianda, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Recachos Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Recaio. Pov. na freg. do Salvador, de Pena joia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Recantas. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

Recanto. Povoações nas freguezias: S. Paio, de Casaes, conc. de Louzada, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || Santa Maria, de Sandim, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Recardães Pov e freg. de S. Miguel, da provincia do Douro, conc. e com de Agueda, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 228 fog. e 956 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, o correio com serviço de posta rural. Dista 2 k. da séde do conc. e esta situada nas proximidades da margem esquerda do rio Agueda. O cabido da sé de Coimbra apresentava o prior, que tinha 300$000 réis de rendimento. Recardães é de fundação muito antiga, e foi villa, séde de conc. e de comarca, com juiz de fóra, camara, e mais empregados civeis e municipaes. Metade da freg. de Aguoda, que fica na margem esquerda, S, do rio d'este nome, e á qual, parte, se dá o nome de *Sardão*, pertencia

á comarca de Recardães; a outra metade, a villa de Agueda propriamente dita, era da comarca de Aveiro. No logar do Sardão era que o juiz de fóra de Recardães dava as suas audiencias. O documento mais antigo que se encontra d'esta pov., é do anno de 1016, em que, segundo o *Livro Preto* da sé de Coimbra, Resemundo Maureliz doou ao mosteiro da Vaccariça, Mealhada, a aldeia de Recardães. No archivo do mosteiro de Pedroso, a 10 k. ao S do Porto, existia um inventario dos bens que tinha adquirido D. Gonçalo e sua mulher, D. Flamula, feito no anno de 1050, da era christã. N'este inventario se menciona o mosteiro de *Sala*, o de *S. Julião*, metade do de *Cedarim* (Cedrim), e metade da egreja de Recardães. D. Affonso Henriques deu aos templarios o senhorio de Recardães, e elles aqui instituiram uma commenda, e mandaram construir, no tempo d'el rei D. Sancho I, a egreja parochial, que ainda existe. Tambem lhe deram foral, em 1150, mas perdeu-se, sem d'elle ficar copia. D. Manuel lhe deu foral novo, em Lisboa, a 20 de março de 1516. Foi donatario e commendador de Recardães D. Fernando, ou Fernão Sanches, filho natural d'el-rei D. Diniz, mercê concedida em 1294 Sendo supprimida em 1311 a ordem do Templo, ficou a commenda de Recardães pertencendo á corôa, até que, em 1319, foi, com tudo o mais que pertencera aos templarios, para a ordem de Christo, que o referido monarcha havia instituido. Fôram depois commendadores os duques de Aveiro até 1759, em que o ultimo duque foi suppliciado como traidor á patria, e sendo os seus bens confiscados para a corôa. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 24, com a séde em Aveiro.

Recarei. Pov. e freg. de N. S.ª do Bom Despacho, da prov. do Douro, conc. e com. de Paredes, distr. e bisp. do Porto; 251 fog. e 1:171 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., pharmacia, feira a 6 de cada mez, e est do caminho de ferro, na linha do Douro, entre as de Vallongo e Cette. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada a 1:500 m. da margem direita do rio Sousa. A egreja matriz, que estava bastante arruinada, foi restaurada, contribuindo o governo com a importancia de 500$000 reis, em novembro de 1876, pagos do dinheiro das bulas. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res.° 18, com a séde no Porto.

Recarei de Baixo e de Cima Duas povoações na freg. de Santa Maria, de Leça do Balio, conc. de Bouças, distr do Porto.

Recenseamento. Arrolamento ou enumeração, inscripção ordinal da população, gados, etc., com a indicação de certo numero de circumstancias determinadas pela lei. Arrolamento dos individuos que estão em determinadas condições previstas pela lei para fazerem certos serviços, desempenharem certos cargos ou exercerem certas funcções: *Recenseamento dos mancebos para o serviço do exercito ou da armada*; *Recenseamento dos eleitores e dos elegiveis para a Junta do Credito Publico; Recenseamento de jurados*, etc. Em 1873 publicou se: *Recenseamento geral dos gados no continente do reino de Portugal em 1870*, acompanhado de mappas estatisticos e com um atlas pecuario composto de 18 cartas. Este valioso trabalho foi elaborado no ministerio das Obras Publicas, sob a direcção de Moraes Soares.

Recezinhos. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. do Porto; 196 fog. e 742 hab. Tem esc. do sexo fem. Está situada a 6 k. da margem direita do rio Tamega, e a 12 da séde do conc. Os morgados da Casa de Cavalleiros apresentavam o abbade, que tinha 500$000 reis de rendimento. A terra é fertil, e cria muito gado. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. do Porto; 227, fog. e 981 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e dista 12 k. da séde do conc. A mitra e o D. abbade benedictino, no convento de Bostêllo, proximo de Penafiel, apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 600$000 reis de rendimento. No alto d'um monte está a capella de Santa Cruz, e junto d'ella as ruinas de antigos castellos. Pertence a pov. á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.° 20, com a séde em Amarante.

Recezinhos de Castellões. V. *Castellões de Recezinhos.*

Rechã. Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Caniçada, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Sande, conc. de Guimarães, do mesmo districto.

Rechans. Pov. na freg. do Salvador, de Pinheiro, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Rechão Pov. na freg. de S Paio, de Pousada, conc. e distr. de Braga.

Rechãosinho. Pov. na freg. de S. Martinho, de Carvalho do Rei, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Rechousa. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Canellas, conc. de V. N. de Gaya, distr. do Porto.

Recião. Pov. na freg. de S. Pedro, de Varzea de Abrunhaes, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Recibos. Pov. da freg. de S. Mamede, de Troviscoso, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Recobello. Pov. na freg de S. Martinho, de Aguas Santas, conc de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Recomarães. Pov. na freg. de S. Clemente, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Recomeira. Pov. na freg. de S. Mamede, de Ventosa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Reçomil. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro.

Reconco. Pov. na freg. de S. Vicente, de Vaccariça, conc. de Mealhada, distr. de Aveiro.

Reconhecença. Chamava se assim a pensão ou tributo, que se pagava aos bispos e seus cabidos, d'aquellas egrejas que elles tinham libertado do pagamento da *terça pontifical*. Em muitas freguezias do bispado do Porto, dáva-se o nome de *Conhecença* (abreviatura de *reconhecença)* ao fôro de um alqueire de milho que pagava cada homem casado, e meio alqueire cada solteiro ou viuvo, annualmente, ao seu parocho. Em algumas freguezias, a conhecença era de alqueire e meio para os casados, e tres quartas para os solteiros e viuvos.

Recouço. Pov. na freg. de Santa Maria, de Ribeiros, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Recoveiro. V. *Almocreve* e *Azemel*.

Recoveiro Pov. na freg. de N. S.ª de Belem,

de Rio de Mouro, conc. do Cintra, distr. de Lisboa.

Recovellas. Pov. na freg. de Santa Maria, de Ribeiros, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Recreio *(P. Francisco).* Presbytero secular, examinador synodal do patriarchado, socio e bibliothecario da Academia Real das Sciencias de Lisboa, escriptor, etc. N. em Cacilhas a 3 de agosto de 1800; fal. em Lisboa, victima da febre amarella, em 12 de dezembro de 1857. Era filho de Bento Rasqueiro, natural da Galliza, e de Thomazia Maria, do Barreiro. Entrou na congregação do Oratorio em 13 de junho de 1814, onde fez os seus estudos, tomando mais tarde ordens de presbytero, em 1822. Vivia no convento do Espirito Santo, quando, por motivo ignorado, deixou o habito em 28 de janeiro de 1831, e lançando-se logo abertamente na vida politica, principiou a redigir uma folha politica e anonyma, intitulada *O Cacete*, a qual começou a publicar-se em novembro do citado anno de 1831, continuando em periodos indeterminados até 1833, em que terminou, chegando a sair ao todo 11 numeros. Depois conservou-se afastado da vida activa, tanto litteraria como politica, até que em 31 de janeiro de 1844, a Academia Real das Sciencias o elegeu seu socio effectivo e escolheu para bibliothecario, honras que o P. Francisco Recreio deveu á fama de homem erudito, que adquirira. Principiou então a entregar-se, com pouca felicidade mas com muito afan, aos trabalhos academicos. Em 1848 pronunciou o Elogio do socio Costa e Sá, que a Academia publicou, e em 1849 o de Valente do Couto, que imprimiu á sua custa, por a Academia se ter recusado. Não obstante essa severidade, Francisco Recreio não deixou de trabalhar, e nas actas das sessões da Academia lá veem insertos uns estudos seus sobre o invento dos balões por Bartholomeu Lourenço de Gusmão, etc. Quando em 1850 um padre, ou mais de um, aggrediu do pulpito Alexandre Herculano por causa da questão do milagre de Ourique, depois de Alexandre Herculano ter publicado o seu notavel opusculo *Eu e o clero*, Francisco Recreio saiu a campo com os seguintes folhetos, pesados, carregados de erudição indigesta e futil, mal escriptos, muitas vezes insolentemente, frivolamente pensados: *Justa desaffronta em defeza do Clero, ou refutação analytica do impresso «Eu e o Clero, Carta ao em.mo Cardeal Patriarcha por A. Herculano»* 1850; *Sincera defeza da verdade, em desaffronta do Clero, ou antidoto analytico contra as intituladas «Considerações pacificas»*, etc., 1851; *A batalha de Ourique, e a «Historia de Portugal de A. Herculano»; contraposição critico-historica (obra dividida em seis partes)*, 1854 a 1856. Onde a sua condição se manifesta mais largamente é na *Prefacção* da edição da *Biblia Sagrada*, feita conforme a versão de Antonio Pereira de Figueiredo, pelos editores da *Livraria Popular* Silva Sousa, que foi concluida em 1857; e em outra *Prefacção*, que precede especialmente a versão do *Novo Testamento.* Em 1857 entrou o P. Francisco Recreio na polemica suscitada pela suspensão do arcebispo de Mytillene, ordenada pelo cardeal patriarcha D. Guilherme. Francisco Recreio annunciava na primeira parte da sua obra, que se intitulava: *A questão da suspensão exposta em toda a sua luz*, etc., que publicaria mais duas partes; só a primeira é que saiu, porque em dezembro d'esse anno falleceu, conforme dissemos. Francisco Recreio foi autor d'uma obra miguelista, que por muito tempo se attribuiu a Francisco Maria Pires, intitulada: *Quem é o legitimo rei de Portugal?* O folheto ácerca do arcebispo de Mytilene, publicou-se já depois da sua morte.

Recreio *(Empresa Editora do).* Esta empresa, que tirou o titulo d'um semanario com que iniciou as suas publicações, foi fundada em 1886 por João Romano Torres. A sua primeira séde foi na rua do *Diario de Noticias*, e depois d'algumas mudanças a que o desenvolvimento da empresa e da sua typographia obrigaram, installou-se definitivamente, em 1904, na rua de Alexandre Herculano, em casa propria. O *Recreio*, semanario humoristico e litterario, tendo principalmente a feição charadistica, foi instituido em 1885 por Ignacio Moreira, publicando se o primeiro numero a 29 do outubro d'esse anno. Os numeros eram de 8 paginas, custando apenas 10 reis; Ignacio Moreira publicou a primeira serie, que terminou a 9 d'agosto de 1886, passando em seguida a propriedade para João Romano Torres, que continuou com o semanario, saindo o primeiro numero da segunda serie a 16 d'agosto do referido anno. O *Recreio* teve então maior desenvolvimento; cada numero passou a 16 paginas, sendo illustrado, augmentando tambem o preço a 20 reis; cada serie formava um semestre, e assim se publicou seguidamente até á serie 25.ª, suspen-

Reducção a 1/6 da primeira pagina do n.º 1 da ultima serie do «Recreio»

dendo a sua publicação em dezembro de 1899, No *Recreio* collaboraram muitos escriptores, alguns já conhecidos, e outros que iniciaram alli os seus estudos litterarios. A Empresa Editora, pelo motivo de ter sido o *Recreio* a primeira das suas edições, adoptou o titulo, de que ainda usa. São numerosas as obras até hoje publicadas, tendo sido a primeira o romance *A Magnetisada*, traduzido por D. José Carcomo. Seguiram-se muitos outros, traduzidos do francez e do hespanhol, de autores conhecidos, como Alexandre Dumas, Eugenio Sue, Eugenio Scribe, Ducray Duminil, A. Contreras, Peres Escrich, Ramon de Luna, Ponson du Terraill, de quem, além d'outros, publicou o importante romance *O Ro-*

Edificio da Empresa Editora «O Recreio» na rua Alexandre Herculano, em Lisboa

cambole, em 12 volumes, unica edição que existe completa e illustrada, em lingua portugueza. Esta casa editora é, sem duvida, a que tem desenvolvido mais entre nós, o romance historico, publicando obras de Campos Junior, Arthur Lobo d'Avila, Rocha Martins, Cesar da Silva, etc.; tambem tem divulgado por assignatura obras uteis para os estudiosos, como os *Diccionarios da Lingua Portugueza* e de *Hygiene e Medicina*, por Fernando Mendes; *A Historia de Portugal* e a *Dynastia de Bragança* por este mesmo escriptor; *O Começo d'um Reinado*, *A Caminho da Republica* e *A Revolução Portugueza*, obras sobre historia contemporanea, por Armando Ribeiro; traducções da *Historia de França*, *Historia de Roma*, *Historia da Revolução Franceza;* o *Diccionario Universal Illustrado*, de Eduardo Noronha, e o presente Diccionario historico, biographico e bibliographico *Portugal*, redigido por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues. Só estas duas ultimas obras provam o arrojo dos editores, que não teem contado com outro auxilio senão o seu dedicado e proficuo trabalho. Em differentes occasiões se tem associado a commemorações historicas, publicando algumas obras nos centenarios: Antonino, em 1895; do descobrimento da India, em 1898, o que lhe valeu uma menção honrosa na Exposição da Imprensa do mesmo anno; do descobrimento do Brazil, em 1900, etc.. Em 1907, João Romano Torres, desejando recompensar a dedicação que á sua casa editora sempre tributara seu filho mais velho, Carlos Bregante Torres, já ha alguns annos gerente da mesma casa, associou-o, passando a Empresa Editora «O Recreio» a girar commercialmente sob a firma João Romano Torres & C.ª, á qual teem sido conferidas as seguintes recompensas honorificas: Medalha de ouro na Exposição do Rio de Janeiro, em 1908, e a medalha de ouro da *Cruz Roja Española* em 1910.

Recusmo. Pov. na freg. de Santo Antão, de Arga de Cima, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello.

Rêde *(Casa da)*. Esta antiga e nobre casa é o solar da familia Borges Cerqueiras Alpoins, de que é hoje representante o antigo estadista sr. conselheiro José Maria d'Alpoim Cerqueira Borges Cabral. E' um vasto palacete situado a meio da encosta, sobre a margem direita do rio Douro, a 2 k. de Mesão Frio, n'um local pittoresco, d'onde se desfructa toda a sinuosa travessia que o rio vem fazendo n'uma extensão aproximada de 4 legoas, desde a volta de Santinho, que fecha a bacia formada pela fertil ribeira de Jugueiros, e os antigos campos dos Turaes, até desapparecerem lá em baixo nas escuras galeiras do ponto do Pear. Um amplo terreiro de 50 a 60 m. de comprimento por 15 a 20 de largura, corre em frente e ao longo do palacete, vendo se ali o majestoso e elegante portico de granito. O seu estylo, variante dos seculos XVII e XVIII, demonstra uma construcção dos tempos de D. João V. D'uma architectura elegante, o seu originalissimo desenho dá nos a impressão d'um arco triumphal, cujas cornijas e cimalhas não pudessem lá no alto fecharem-se em abobada, onde quatro fabulosos gryfos de cólo d'aguia, azas levantadas e garras leoninas, parecem querer soltar seus gigantes vôos. Uma balaustrada de granito segue tambem a todo o comprimento do terreno, formando um extenso balcão que olha sobre os jardins e o lago. A Casa da Rêde, exteriormente, accusa a mesma architectura que o portico, assignalando, comtudo, mais rigor do seculo XVII pela severidade das suas linhas architectonicas e menor influencia do estylo chamado *rócócó*. Interiormente, porém, o edificio apresenta um sem numero de detalhes, que são o perfeito caracteristico do predominio que a arte do seculo XVIII ia alcançando em Portugal, revelando-se fortemente essa transição nos

magnificos azulejos que fórmam a decoração mural de todas as salas, e nos excellentes lavôres dos seus antigos tectos de sumptuosa talha de carvalho. O andar dos tempos destruiu alguns d'esses tectos, como o da sala de homenagem, que, do primitivo, apenas conserva hoje a fórma antiga de madeira abobadada, tendo no centro um rico florão de apreciaveis ornatos, d'onde resalta soberanamente esculpido o brazão d'armas da Casa da Rêde, o qual é o seguinte: Escudo esquartelado, tendo no primeiro quartel as armas esquarteladas dos Queiroz, com seis crescentes de lua de vermelho em duas palas em campo de ouro ao primeiro, de prata, um leão de púrpura ao segundo, e assim os contrarios; no segundo quartel as armas dos Seixas: Em campo verde cinco *seixas* ou pombas de prata voando, a mais alta e a mais baixa em contrabanda com os olhos armados de verde; ao terceiro as armas dos Rebellos: Em campo do ouro tres faxas de ouro, tendo sobre cada uma d'ellas sua flôr de liz vermelha posta em banda; no quarto as dos Borges: Em campo vermelho um leão armado de preto, e uma bordadura de azul semeada de flôres de liz; ao meio, em *abysmo*, as armas dos Silvas: Em campo de prata um leão rompente de púrpura armado de azul. Sobre o elmo antigo, de viseira aberta, o timbre proprio: um leão d'ouro tirado das armas do primeiro quartel, com um crescente das mesmas na espadua. A actual sala de estado denota francamente a epoca de D. João V, e o velho, talvez o primitivo, mobiliario que ainda a guarnece, harmonisa-se com todo o seu estylo decorativo. Como indicação dos passados tempos de esplendor, vê se no alto dos seus velhos retabulos, as varonis figuras dos antigos senhores da Casa da Rêde. Sobre as mesas e consolos encontram-se porcelanas da India e faianças antigas genuinamente portuguezas, e nas estantes, entre varias obras de valor, figura a *Historia Genealogica da Casa Real*, de D. Antonio Caetano de Sousa, composta de 12 grossos volumes, com luxuosa encadernação. N'uma sala proxima, está um leito magnifico de madeira escura, coberto com uma rica colcha de seda portugueza fina, sobre o qual se vê um docel de damasco vermelho, cujas amplas cortinas veem cair até ao chão, ladeando a cabeceira. Pendente da parede, ao lado esquerdo do leito, ha uma apreciavel téla, não se distinguindo já a assignatura do autor, representando uma virgem de olhar meigo e sereno, tendo nos labios a expressão d'uma humilde supplica. Sobre um velho lavatorio, estylo Luiz XV, admiram-se uma bacia e gomil antigos, de fórma e côres verdadeiramente caprichosas e artisticas. Na sala de jantar, ostentam-se n'uma enorme copa, louças da India e antigas faianças nacionaes, em grande profusão e variedade. A capella encerra tambem trabalhos artisticos dignos de apreço. Toda a sua obra é de talha, incluindo o pulpito, obedecendo rigorosamente ao estylo *rócócó*, ainda hoje adequado a trabalhos d'esta ordem. O altar é largo e elegante, vendo-se no alto da cupola principal, aberto em madeira e pintado a esmaltes proprios, o escudo das armas dos Queiroz. Por cima do sacrario, n'um pequeno mas vistoso throno dourado, está a imagem de S. Sebastião, orago da capella, e sobre as duas cupolas que ladeiam o corpo central do altar, vêem se tambem as imagens de S. João Baptista e S. Gonçalo. Estas tres esculpturas são de merecimento, principalmente a do S. Gonçalo. O altar é adornado com magnifico frontal de seda bordado a matiz e ouro. A decoração das paredes de toda a capella é feita por apainelados de bons azulejos a quatro côres, com cercaduras de genero *rocaille* e apreciaveis assumptos religiosos e profanos ao centro dos diversos *panneaux*. Os paramentos e alfaias da capella são muito antigos e valiosos, podendo dizer-se coevos da instituição do culto religioso n'aquelle santuario.

Rêde. Pov. na freg. de Santa Christina e conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. Tem est. do caminho de ferro, na linha do Douro, entre as de Barqueiros e Molêdo.

Redeal. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Villela do Tamega, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Redemoinhos. Pov. na freg. de S. Martinho, de Carrazedo, conc. de Amares, distr. de Braga

Redemouro. Pov. na freg. de S. Martinho, de Parada, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Redemunhos. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Alvellos, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Redendinha Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Cerdeira, conc. de Sabugal, distr. da Guarda.

Redimões. Pov. na freg. de S. Julião, de Moreira do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Redinha (*Antonio Maria da Luz de Carvalho Daun e Lorena, 5.º conde da*). Moço fidalgo com exercicio, gran-cruz da ordem de S. Gregorio Magno, de Roma, e da Corôa de Carvalho, do Luxemburgo, fundada pelo grão duque Guilherme II. N. a 11 de julho de 1822, fal. em Lisboa a 25 de março do 1905. Era filho do 3.º conde da Redinha, Nuno Gaspar de Carvalho Daun e Lorena, e da condessa, sua mulher, D. Maria Victoria de Sampaio Mello e Castro. Era um dos membros mais illustres do partido legitimista. Herdou o titulo, por morte de seu irmão mais velho, Manuel Maria da Luz de Carvalho e Lorena. Merecendo especial sympathia do ramo proscripto da Casa de Bragança pelos valiosos serviços que lhe prestára, foi alvo tambem das mais altas distincções. O conde da Redinha foi pela primeira vez ás terras do exilio, tomando parte na deputação do partido legitimista que, obedecendo aos desejos instantes da viuva de D. Miguel e ao sentir do proprio partido, conduziu em mãos portuguezas ao seio da terra extranha o cadaver do principe proscripto. Quando mais tarde falleceu monsenhor Povolide, D. José Maria da Cunha, foi o conde da Redinha nomeado thesoureiro da *Subscripção alimenticia da real familia exilada*, logar que exerceu até que esses honrosos sacrificios partidarios puderam ser dispensados. Em abril de 1870 foi convidado a ir para Roma servir de camarista ao joven D. Miguel, filho do principe proscripto, que estava então n'aquella cidade com sua mãe e sua irmã, a infanta D. Maria das Neves. No anno seguinte foi nomeado pela grande reunião realisada em Lisboa em 4 de junho de 1871, para fazer parte da deputação encarregada de felicitar Pio IX por occasião do seu XXV anniversario pontifical. Em 1873 foi a Brombach representar o duque de Bragança e assignar em seu nome o contrato anti-nupcial da infanta D. Maria Thereza com o archiduque d'Austria Carlos Luiz. Em 1874

foi novamente chamado para assistir ás nupcias da infanta D. Maria José com o duque da Baviera, Carlos Theodoro, mas d'essa vez a doença impossibilitou o de comparecer á cerimonia, fazendo, comtudo, parte, em 1876, em nome do filho de D. Miguel, para de accordo com os representantes dos principes, duque de Parma, e conde de Bardi, estabelecer as bases do contrato nupcial entre este ultimo principe e a infanta D. Maria Aldegundes de Bragança. Por morte do dr. Carlos Zepherino Pinto Coelho, chefe do partido legitimista, tomou o conde da Redinha este honroso cargo, e em 1893 ainda saiu de Portugal para assistir ao casamento da infanta D. Maria Anna de Bragança com o grão-duque herdeiro do Luxemburgo. O conde da Redinha foi padrinho de D. Maria Antonia de Bragança, filha mais nova do principe proscripto, sendo a elle que o pretendente dirigiu a sua carta-manifesto em 1883. No anno de 1879 o papa Leão XIII o agraciou

Conde da Redinha

com a commenda da ordem de S. Gregorio Magno, e com a gran-cruz da mesma ordem em 1883. No anno de 1892, o grão-duque de Luxemburgo lhe conferiu a gran-cruz de Wassan, com as respectivas insignias. Merecendo toda a confiança de D. Miguel e a incondicional sympathia do seu partido, o conde da Redinha prestou lhe muitos serviços, de que só se afastara pela sua edade muito avançada. Por occasião da sua retirada da vida activa do partido politico, que sempre muito o considerou, recebeu o illustre fidalgo legitimista as mais penhorantes provas de respeito dos seus correligionarios e amigos, publicando o antigo jornal a *Nação*, a 18 de março de 1899, o seu retrato acompanhado de phrases muito lisongeiras. O conde da Redinha, como pertencente ao partido legitimista, não quiz acceitar o titulo nem a commenda da ordem de S. Thiago, dos governos liberaes. Era conde da Redinha, por nascimento. Casou em 12 de maio de 1843 com D. Maria Joanna Curvo Semedo Delgado da Silva, filha do desembargador da Casa da Supplicação, o dr. Antonio Delgado da Silva, cavalleiro da ordem de Christo, e de sua mulher, D. Maria Amalia Ludovice Curvo Semedo, descendente do celebre Geraldo Sem Pavor, o conquistador da cidade de Evora.

Redinha *(Fr. Jorge da)*. Um dos primeiros monges da ordem de S. Bernardo, que habitaram o convento d'Alcobaça. Parece que escreveu um livro latino, que tratava da instituição cenobitica e do estado monachal.

Redinha *(José Francisco Xavier Maria de Carvalho Mello e Daun, 3.º marquez de Pombal, 3.º conde de Oeiras e 1.º conde da)*. Commendador da ordem de S. Thiago e coronel da 1.ª plana da Côrte. N. em Lisboa a 1 de abril de 1753, onde tambem fal. a 1 de janeiro de 1821. Era o 5.º filho do marquez de Pombal, o grande ministro de el rei D. José, e de sua mulher D. Leonor Ernestina Eva Wolfanga Josepha. Foi administrador do morgado que seu pae lhe instituiu, do qual era cabeça a quinta de Montalvão, na freguezia de Santa Maria dos Olivaes, proximo de Lisboa. A'cêrca d'este morgado, transcrevemos do vol. II da *Resenha das familias titulares e grandes de Portugal*, por Albano da Silveira Pinto e visconde de Sanches de Baena, a pag. 277, o seguinte: «O 1.º Marquez de Pombal e sua segunda mulher, a Marqueza D. Leonor Ernestina, instituiram a 16 de Agosto de 1776, por escriptura lavrada nas notas do tabellião Ignacio Correia de Sousa e Andrade, sob a designação de pacto familiar, perpetua fundação, cessão, trespasse e desmembração um outro vinculo, ou uma segunda casa, para perpetuar a familia, e para que na concorrencia d'ella com a primeira, se pudessem ambas servir de mutuas, reciprocas e perpetuas fiadoras uma da outra; unindo-se ambas em todos os casos em que faltasse successão em qualquer d'ellas; e tornando-se a separar em todos os outros casos em que a linha em que succedesse a união de ambas as referidas casas, houvesse irmãos immediatos aos primogenitos, nos quaes irmãos immediatos se pudesse continuar a segunda das referidas duas casas. Para este vinculo destinaram certas propriedades a que, no acto de dar a sua approvação, a Marqueza D. Leonor Ernestina ajuntou a sua Quinta da Moruja, sita a S. José de Ribamar. A instituição d'esta segunda casa foi confirmada por Decreto de 3 e Alvará de 6 de junho de 1776. Por este ultimo Alvará El Rei D. José fez mercê ao 1.º Conde da Redinha da Quinta de Montalvão, sita nos Olivaes, para elle e seus successores, dispensando a lei mental: e por outro Alvará de 11 de Agosto do dito anno, confirmou esta doação com a natureza de vinculo, e ainda por outro Alvará do mesmo dia e data, attendendo o haver honrado com a sua intervenção e Real autoridade a fundação da segunda casa, houve por bem e graça especial, que não serviria de exemplo, fazer mercê do sobredito titulo de Conde da Redinha, de que teve Carta a 20 d'Agosto do mencionado anno de 1776, a qual se acha registada no liv. 28 a fls. 310, 311 e 312 da Chancellaria de D. José I.» O conde da Redinha foi herdeiro do vinculo e grande casa de seu irmão mais velho, Henrique José de Carvalho e Mello, que falleceu sem geração a 26 de maio de 1812, sendo por isso

o 3.º marquez de Pombal e o 3.º conde de Oeiras. Casou duas vezes: a primeira a 12 de abril de 1768, com D. Izabel Juliauna de Sousa, filha de D. Vicente de Sousa Coutinho. Este casamento foi annulado por decreto de 18 de junho de 1772. (V. *Palmella*, *Portugal*, vol. V. pag. 416). Casou a segunda vez, a 24 de setembro de 1776, com D. Francisca de Paula de Populo de Lorena, filha de Nuno Gaspar de Lorena, e de sua segunda mulher D. Maria Ignacia da Silveira, filha de D. Bernardo José de Lorena e Silveira, 5.º conde do Sarzedas. O seu brazão d'armas é o mesmo do marquez de Pombal. Em campo azul uma estrella de ouro, entro uma quaderna de crescentes de prata.

Redinha (*Manuel Maria da Cruz de Carvalho Daun e Lorena, 4.º conde da*). Alferes de cavallaria. N. a 20 de novembro de 1818. fal. a 28 de agosto de 1837. Era filho do 3.º conde da Redinha, Nuno Gaspar de Carvalho e Lorena, e de sua primeira mulher, D. Maria Victoria de Sampaio Mello e Castro. Foi agraciado com o titulo de conde da Redinha por occasião do segundo casamento da rainha D. Maria II, com el rei D Fernando, em 1836, achando-se então em Hespanha com a divisão auxiliar portugueza, depois de ter completado o curso da arma de cavallaria, em que tinha o posto de alferes. Veiu com licença a Lisboa em 1837 para visitar sua mãe, que estava muito doente, e que falleceu n'esse mesmo anno, a 5 de julho. Dando-se o pronunciamento, conhecido pela *guerra dos Marechaes*, o conde da Redinha uniu-se a elle, servindo ás ordens do general Saldanha, e no combate de Chão da Feira, proximo da villa da Batalha, foi varado por tres balas, na carga dada pela cavallaria commandada pelo barão de S. Cosme.

Redinha (*Nuno Gaspar de Carvalho Daun e Lorena, 3.º conde da*). Commendador da ordem do S. Thiago, par do reino em 1826, etc. N. em Lisboa a 15 de janeiro de 1793, onde tambem fal. a 14 de maio de 1865. Era filho do 1.º conde da Redinha, José Francisco Xavier Maria de Carvalho Mello e Daun, e de sua segunda mulher D. Francisca de Paula de Populo de Lorena. Succedeu a seu pae no morgado que andava annexo ao titulo, a 1 de janeiro de 1821, e no titulo, por carta de 19 de junho de 1822. Casou duas vezes: a primeira, a 30 de agosto de 1815, com D. Maria Victoria do Sampaio Mello e Castro, dama da rainha D. Maria II, filha dos primeiros marquezes de Sampaio: Manuel Antonio de Sampaio Mello e Castro Munis e Torres de Lusignano, e D. Maria Ignez de Mendonça, que falleceu a 5 de julho de 1837; a segunda vez, casou em 21 de junho do 18,2 com D. Maria Iphigenia Telles de Mello d'Almeida Baêna Leite Malheiros de Lencastre.

Redinha (*Sebastião José de Carvalho Mello e Daun, 4.º marquez de Pombal, 4.º conde de Oeiras e 2.º conde da*). Commendador da ordem de Christo e da ordem de Nossa Senhora da Conceição, alferes de caçadores na Guerra Peninsular, par do reino, em 30 de abril de 1826, condecorado com a medalha de duas campanhas da referida Guerra Peninsular, coronel de milicias, etc. N. a 9 de setembro de 1785, fal. a 23 de fevereiro de 1834. Era filho do 1.º conde da Redinha. Casou a 16 do novembro de 1806, com sua prima D. Leonor Ernestina de Saldanha Oliveira e Daun, filha dos 1.ºs condes de Rio Maior, João Vicente de Saldanha Oliveira e Sousa Zuzarte Figueira e D. Maria Amalia de Carvalho Daun. O titulo de conde foi-lhe renovado por carta de 17 de dezembro de 1813.

Redinha. Villa e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Pombal, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 684 fog. e 2:704 hab. Tem escolas d'ambos as sexos, est. post., pharmacias, mercado de gado e cereaes aos sabbados. Dista 11 k da séde do conc. e está situada sobre o rio Anços, junto da estrada real de Coimbra a Leiria. O rei, como grão-mestro da ordem de Christo, pelo tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens, apresentava o vigario, que tinha 100$000 reis de rendimento. A pov. é muito antiga, remotando ao tempo dos romanos, ou talvez ainda anterior ao seu dominio. Consta que o seu primitivo nome foi *Rhoda*, palavra persa, que significa *jardim*. Depois chamou se *Rodina*, e parece que os arabes lhe não mudaram este nome, porque o conservava ainda no principio do seculo XII. O conde D. Henrique e os seus capitães tinham conquistado aos moiros varias povoações e vastos territorios entre o Douro e o Mondego. Os moiros, temendo a vingança dos portuguezes, haviam abandonado todas as terras entre Coimbra e Leiria, mas os christãos não tinham ainda tomado posse d'ellas. Em 1128 a rainha D. Thereza e seu filho D. Affonso Henriques, deram aos Templarios todo esse territorio abandonado, e elles construiram logo, ou reconstruiram, os castellos de Ega, Pombal e Redinha. D. Gualdim Paes, grão-mestre da ordem do Templo, deu foral a esta villa, ainda com o nome de *Rodina*, em junho do 1159. El-rei D. Manuel lhe deu foral novo, em Lisboa, a 16 de dezembro de 1513. A primitiva cidade de Rhoda, segundo dizem, não occupava exactamente o chão da actual villa da Redinha. Estava fundada n'uma varzea que fica ao NO, além da ponte, e ha vestigios d'esta antiquissima povoação, a qual ainda se chama *Róda*. Alguns historiadores dizem quo a cidade de *Rhoda* foi fundada pelos gregos, 364 annos antes da era christã; destruida pelos alanos no seculo v, foi reedificada pelos gôdos, no seculo seguinte. Os arabes a arrazaram no seculo VIII, o não tornou a reedificar-se, fundando-se então a actual villa. Parece que, mesmo quando existia a cidade, havia do outro lado do rio uma povoação mais pequena, a que por esse motivo se dava o nome de *Rodina*, e que essa povoação é a actual Redinha. A villa tem duas ribeiras, uma ao S e outra ao N, que unidas fórmam o rio Anços, que rega e fertilisa a povoação e seus arrebaldes. Estas ribeiras nascem a 3 k. da villa, ao pé d'uma serra, e junto á capella de S. Lourenço. A' entrada da villa vê-se uma boa ponte de pedra, muito antiga, e em bello sitio, d'onde se goza um lindo ponto de vista. No alto da serra do *Poyo* está uma capella de N. S.ª da Lapa, ou da Estrella, construida n'uma grande gruta natural, e junto d'ella algumas casas para os romeiros. Perto da capella ha ainda outras grutas. O sitio é de grande elevação o muito alcantilado. Dentro da gruta que serve de capella, ha uma fonte por detraz do altar, e ao pé da mesma serra do *Poyo* existe uma lagôa, de 20 m. de circumferencia, que nunca sécca. No meio do corpo da egreja vêem-se duas grandes sepulturas, mas ignoram se de quem são A capella foi reedifica-

da em 1670, á custa do P. João Ribeiro, natural da Redinha. A imagem da padroeira é de marmore e de 1 m. d'altura, fóra a peanha, que é da mesma pedra. Imagem e peanha são um monolitho. Sobre a cabeça da imagem se vê uma corôa feita da mesma pedra. Na Rediuha ha tambem a egreja da Misericordia com sua irmandade. Com a suppressão da ordem dos Templarios, em 1311, passou Redinha a ser commenda da ordem de Christo, que então se instituiu. Até 1834 o collegio dos cavalleiros de Christo de, Coimbra, tinha pela parte de cima da villa, uma casa, muitas azenhas, um lagar e muitas fazendas, e, desde aqui até á villa de Soure, eram d'este collegio todos os moinhos e lagares, pois que os reis de Portugal haviam concedido o privilegio exclusivo dos moinhos, azenhas e lagares d'estes sitios. O general Massena, não se atrevendo a atacar as linhas de Torres Vedras, retirou sobre o Pombal, mas os alliados o seguiram e perseguiram no Pombal, na Redinha, na Foz d'Arouce, e no Sabugal, obrigando os francezes a passarem o rio Côa, e entrar em Hespanha, a 4 de abril de 1811, O combate da Redinha, em que os portuguezes ficaram victoriosos, deu-se a 12 de março do mesmo anno. A villa pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. Sendo annexada por decreto de 7 de setembro de 1895 ao conc. de Soure, distr. de Coimbra, voltou outra vez para o de Pombal, por decreto de 13 de janeiro de 1898. || Pov. na freg. de S. Matheus, de Alvâres, conc. de Goes, distr. de Coimbra. || Pequena ribeira que nasce no SO de Pombalinho, proximo do Malhados, e junta-se ao rio Soure, na villa d'este nome, em perto de 20 k. de curso.

Redolho. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Aubões, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Infantas, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Redonda. Povoações nas freguezias: Sauto Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro. || S. Mamede, de Castanheira do Vouga, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Esteval, conc. de Proença-a Nova, distr. de Castello Branco. || Santa Maria Magdalena, de Magdalena, conc. de Paredes, distr. do Porto. || O Salvador, de Ribas, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Pedro, de Valle, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Vallongo, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Mamede, de Villa Maior, conc. da Feira, do mesmo distr. || S. Thiago, de Eiras, conc. e distr. de Coimbra. || S. Bartholomeu, de Quintas de S. Bartholomeu, conc. do Sabugal, distr. da Guarda. || Ponta situada na costa do distr. de Mossamedes, prov. d'Angola, Africa Occidental. Fica na bahia do mesmo nome, perto de 5 k. ao SE da ponta do Girahulo. Esta ponta tira o nome do feitio que tem, e é tão alta e tão ingreme que se encontram 36 m. de fundo de pedra, nas suas visinhanças. || Ponta situada na costa N da ilha de S. Jorge, Açôres. || Pov. da freg. de Ribeira Secca, no conc. da Calheta, distr. e bisp. de Angra do Heroismo, com. e ilha de S. Jorge, Açôres. Está situada na costa N, á beira-mar.

Redonda de Cortes. Pov. na freg. do Salvador, de Mazedo, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Redondal. Pov. na freg. de S. Julião, de Paços, conc. e distr. de Braga.

Redondas. Povoações nas freguezias: Santa Maria Magdalena, de Chaviães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Conceição, de Turquel, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Redondello. Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 208 fog. e 914 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. Dista 11 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da margem direita do rio Tamega. A mitra apresentava o vigario, que tinha 100$000 reis de rendimento. A pov. é pouco fertil em cereaes e fructas, mas é abundante de gado e caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Povoações nas freguezias: S. Paio, de Bésteiros, conc de Amares, distr. de Braga. || S. Nicolau, de Carrazedo de Monte Negro, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Ribeiros, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Pedro, de Valle, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Redondinha. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Cerdeira, conc. de Sabugal, distr. da Guarda.

Redondinho. Pov. na freg. de S. Pedro, de Fragoso, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Redondo *(Fernando Maria de Sousa Coutinho Castello Branco e Menezes, 2.º marquez de Borba, e 14.º conde de)*. V. *Borba, Portugal*, vol. II, pag. 385.

Redondo *(D. Duarte de Castello Branco, 7.º conde de)*. Vêdor da Casa de D. João IV, mestre de campo d'um terço do Algarve, com que serviu no Alemtejo. Era filho de D. João de Castello Branco, commendador da Espada d'Elvas, na ordem de S. Thiago, e das commendas de S. Gabriel da Granja de Solonciro, no bispado de Coimbra, dos Casaes de Palião, todos na ordem de Christo, e de sua mulher D. Cecilia de Menezes. Como o 6.º conde de Redondo, D. Francisco Coutinho, não teve successão, passou a casa e o titulo para D. Duarte de Castello Branco, seu sobrinho, filho de sua irmã D. Cecilia de Menezes. D. Duarte casou duas vezes: a primeira com D. Luiza Mendoça, dama da rainha D. Luiza de Gusmão, filha de D. Antonio Mascarenhas, commendador de Castello Novo, e de sua mulher, D. Izabel de Castro; não teve successão. Casou a segunda vez com D. Marianna Josepha de Mendoça, dama da mesma rainha, filha de Francisco de Mello. monteiro mór. D'este matrimonio houve um filho, D. José de Castello Branco, que chegou a ter o titulo de conde de Redondo, mas fal. ainda muito creança. Não tendo mais successão, herdou a casa e o titulo, seu irmão D. Francisco de Castello Branco, que foi o 8.º conde de Redondo. O brazão d'armas d'estes fidalgos é o seguinte: Escudo esquartelado; no primeiro e ultimo quartel, em campo de prata, cinco escudos de azul postos em cruz, e em cada um cinco pontos ou besantes de prata postos em aspa; e no segundo e terceiro, tambem em campo de prata, um leão rompante, de púrpura.

Redondo *(D. Fernão de Sousa Coutinho, 10.º conde de)*. Por morte do 9.º conde d'este titulo, D. Manuel Coutinho, que não teve successão, pas-

sou a varonia d'esta casa aos Sousas, descendentes de D. Affonso III, por seu filho Martim Affonso Chichorro, que casou com D. Ignez Lourenço de Sousa, filha de Lourenço Soares Valladares, e de sua primeira mulher, D. Maria Mendes de Sousa, de quem os descendentes tomaram o appellido. Martim Affonso de Sousa, d'onde procede a linha dos senhores de Gouveia, era 4.° neto, por varonia, de D. Affonso III, e casou com D. Violante Lopes de Tavora, filha de Pedro Lourenço de Tavora, senhor de Mogadouro, e foi seu neto e successor de sua casa, Thomé de Sousa, senhor de Gouveia, alcaide mór de Monte Alegre, que serviu a Casa de Bragança, achando-se na acclamação de D. João IV, que o nomeou védor de sua casa, sendo tambem trinchante-mór. O mesmo soberano lhe fez mercê da commenda de Messejana, na ordem de S. Thiago. Thomé de Sousa falleceu em Elvas a 19 de novembro de 1648, tendo casado com D. Francisca de Menezes, filha de D. João de Castello Branco, e de sua mulher D. Cecilia de Menezes, filha de D. João Coutinho, 5.° conde de Redondo, por quem passaram os direitos da casa de Redondo á referida D. Cecilia de Menezes, que teve por filho a D. Francisco de Castello Branco, 8.° conde de Redondo (V. *este nome*). Do consorcio de D. Francisca de Menezes e de Thomé de Sousa, houve dois filhos: Fernão de Sousa e D. João de Sousa. Este segundo filho nasceu no anno de 1647, e foi bispo do Porto, arcebispo de Braga, e por fim bispo de Lisboa, e do conselho de Estado, fallecendo a 29 de setembro de 1710. O primogenito, Fernão de Sousa succedeu na casa de seu pae, e foi senhor de Gouveia, commendador de Santa Maria, de Gundar, na ordem de Christo, e de Nossa Senhora dos Remedios, de Messejana, na mesma ordem, alcaide mór de Monte Alegre, de Messejana e de Villa Viçosa; senhor de Figueiró e de Pedrogão, em que succedeu a seu tio, o bispo D. Diogo de Sousa, por mercê de D. Pedro II, approvando a renuncia que a seu favor havia feito o referido prelado; védor dos reis D. Affonso VI, D. Pedro II, e D. João V, cargo de que, por morte de seu pae, se lhe passou alvará em 17 de janeiro de 1650. Foi o 1.° conde de Redondo n'esta familia dos Sousas, e o 10.° na ordem chronologica do titulo, por mercê de D. João V, em attenção aos seus serviços, e por ser filho de D. Francisca de Menezes, irmã de D. Francisco de Castello Branco, 8.° conde de Redondo, de que se passou carta a 2 de março de 1707, e falleceu a 5 de julho do mesmo anno. Casou com D. Luiza Simôa de Portugal, que falleceu a 28 de março de 1723, filha dos 1.os condes de Sarzêdas: D. Rodrigo Lobo da Silveira e D. Maria Antonia de Vasconcellos.

Redondo (*D. Fernão de Sousa Coutinho, 12.° conde de*). Foi o 3.° conde na linha dos Sousas, e o 12.° na ordem chronologica d'este titulo. N. a 27 de outubro de 1716, e fal. a 6 de agosto de 1791. Era filho e herdeiro do 11.° conde D. Thomé de Sousa de Castello Branco Coutinho de Menezes, 2.° na linha dos Sousas, e de sua segunda mulher, D. Margarida de Vilhena. Succedeu a seu pae em toda a casa, commendas e no officio de védor de D. João V em 6 de março de 1717; não tendo, porém, ainda um anno de edade, ficou interinamente servindo aquelle cargo seu tio D. Rodrigo de Sousa, e só entrou em exercicio em abril de 1753. D. Fernão casou a 10 de janeiro de 1745, com D. Maria Antonia da Conceição de Menezes, filha de D. Diogo de Menezes, senhor da Pataneira, commendador de Vallada, na ordem de Christo, estribeiro-mór da rainha D. Maria Anna d'Austria, e de sua mulher, D. Maria Barbara Breiner.

Redondo (*D. Francisco de Castello Branco, 8.° conde de*). Commendador da Espada d'Elvas, na ordem de S. Thiago. Fal. em 1686. Succedeu na casa a seu irmão, D. Duarte de Castello Branco, que falleceu sem successão. Casou com D. Izabel de Castello Branco, filha de D. Affonso de Castello Branco, segundo conde de Sabugal; tendo enviuvado, casou em segundas nupcias, com D. Magdalena de Tavora, filha de Bernardim de Tavora, reposteiro-mór, e de sua mulher D. Luiza de Faro. Do seu primeiro matrimonio houve D. João de Castello Branco, a quem D. Pedro II fez a mercê do titulo de conde de Redondo, quando casou com D. Magdalena de Tavora, dama da infanta D. Izabel Josepha; porém, como depois de effeituado o casamento, falleceu antes de tirar despacho da mercê do titulo concedido, foi esta verificada em seu pae, por carta passada a 29 de julho de 1673. O 8.° conde de Redondo não teve successão, e não tendo tambem ascendencia masculina d'esta linha, vagou para a corôa a casa e o condado, que o mesmo soberano mais tarde fez mercê a D. Manuel Coutinho, filho segundo dos primeiros marquezes de Marialva, por carta de 20 de dezembro de 1693.

Redondo (*D. Francisco Coutinho, 3.° conde de*). Vice rei da India, regedor da Casa da Supplicação, etc. Fal. em Gôa a 28 de fevereiro de 1564. Era filho do 2.° conde de Redondo D. João Coutinho, e de sua mulher D. Izabel Henriques. Succedeu a seu pae no governo de Arzilla, mas não tardou a regressar a Portugal, por ter D. João III resolvido abandonar aquella praça e entregal-a aos moiros. Foi nomeado regedor das justiças da Casa da Supplicação, e herdou de seu pae a fama de homem folgazão, chistoso e de bons ditos. Em 1561 teve a nomeação de vice-rei da India, indo substituir D. Constantino de Bragança, e foi o 8.° vice-rei e o 20.° governador. O conde de Redondo não tinha a autoridade nem o prestigio do seu antecessor, ainda que era um homem probo, intelligente e de boas intenções. Foi elle de todos os governadores que teve a India durante a residencia de Camões, quem mais valeu ao poeta, quem o favoreceu e ajudou a regressar ao reino. No tempo do seu governo conseguiu illustres victorias, no Estreito, no Malabar e na ilha de Ceilão. Celebrou pazes com o Çamorim, avistando-se com elle em pessoa, concorrendo o Çamorim por terra e o vice-rei por mar, a um sitio ajustado entre ambos. Acompanharam o vice-rei 140 baixeis de partes differentes, 4:000 homens dos mais esforçados, sobresaindo o vice-rei com vantagens conhecidas, em gala, em pompa e em luzimento. Collocaram-se em duas fileiras os 4:000 portuguezes, que entestavam com outras duas de 40:000 malabares, por entre os quaes começou a caminhar o Çamorim ao tempo que o vice-rei desembarcava, e encontrando-se, feitas as costumadas cortezias, juraram ambos a paz, cada um a seu modo, a qual foi festejada com alegres e repetidos vivas a uma e outra nação, e com estrondosas salvas dos nossos

canhões e arcabuzes. O vice rei recolheu depois a Gôa. O conde de Redondo não se conformava com a politica que se estava seguindo na côrte. Assim, ordenando lhe a rainha regente D. Catharina, viuva de D. João III, que não pagasse sol do aos soldados, que iam de novo para a India, senão passados seis mezes, observou: «Esqueceu a Vossa Alteza dizer-me o que hei de eu fazer se os achar roubando; porque, se dizem a Vossa Alteza, quo d'estes se fazem cá homens, eu accrescento, que d'estes homens, sendo mal pagos, se fazem cá ladrões» Estando um domingo de qua resma ouvindo missa na sé de Gôa, prégou um frade franciscano, versando o sermão sobre as muitas injustiças que se praticavam na India. Na semana seguinte, dois frades, tambem franciscanos, fôram ao palacio do vice rei levar uma petição, requerendo uma cousa manifestamente injusta. O conde de Redondo pôz-lhe por despacho: «Haja vista o padre prégador de domingo, e junta ao sermão, volte para deferir como fôr de justiça.» D'este fidalgo encontram se na historia ditos muito espirituosos. Falleceu quando estava quasi concluindo os tres annos do seu vice-reinado. Era casado com D. Maria Blasuet, dama da infanta D. Maria, irmã da condessa de Vimioso D. Luiza de Gusmão.

Redondo *(D. Francisco Coutinho, 6.° conde de).* Caçador-mór, alferes mór, estribeiro-mór e mordomo-mór da rainha D. Luiza de Gusmão, mulher de D. João IV; commendador de S. Miguel, de Banho, e de Santa Cypriana, na ordem de Christo. Era filho do 5.° conde de Redondo, D. João Coutinho, e de sua mulher, D. Francisca de Menezes. Casou com D. Helena de Castro, filha de Nuno Mascarenhas, senhor de Palma e conde de Azinhoso, etc. Casou segunda vez com D. Violante Henriques, filha de D. Diniz de Lencastre, commendador de diversas commendas, alcaide-mór de Obidos, de Soure, etc. e de sua mulher D. Izabel Henriques. Não havendo successão de nenhum dos casamentos, passou a casa para seu sobrinho D. Duarte de Castello Branco, que foi o 7.° conde de Redondo, filho de sua irmã D. Cecilia de Menezes.

Redondo *(D. João Coutinho, 2.° de).* Capitão de Arzilla. Fal. a 11 de abril de 1542. Era filho do 1.° conde de Borba e de Redondo, D. Vasco Coutinho, e de sua mulher D. Catharina da Silva. Foi um dos mais notaveis capitães das praças africanas, e ao mesmo tempo um dos fidalgos mais elegantes e espirituosos do seu tempo. Succedeu a seu pae no governo de Arzilla, que exerceu desde 1514. Praticou muitos actos de bravura, defendendo esta praça contra os exercitos do sultão de Fez e de Marrocos. Tornou-se o terror dos moiros, que ia provocar aos proprios acampamentos, ficando sempre victorioso. Saindo de Arzilla com 140 lanças, em 18 de junho de 1514, encontrou na *Serra do Farrobo* (serra do Carneiro) não muito distante, um numeroso bando de moiros, sendo 800 de cavallaria e muitos mais a pé, commandados pelo seu feroz alcaide *Loroz*. Não se atemorisou o bravo D. João Coutinho com a desproporção do numero das forças. Foi porfiada e mortifera a peleja, mas os moiros tiveram de fugir, derrotados, deixando no campo 200 mortos, em cujo numero entraram muitos moiros dos principaes, com 41 captivos, vindo entre elles o alcaide de Alcacer-Kibir, o adail de Molei Nacer, dois *xeques* (palavra arabe, que indica um titulo de honra) e outros nobres moiros. Dos portuguezes poucos morreram, recolhendo á praça com valiosos despojos, incluindo 93 cavallos magnificos, ricamente ajaezados. Conta-se que D. João Coutinho se portára cavalheiramente, restituindo á liberdade este alcaide, que já era um velho, quando o veiu procurar um joven moiro apaixonado pela filha, com quem queria casar, e de quem só alcançaria o consentimento, se obtivesse a liberdade do pae. D. João Coutinho recebeu o joven moiro affectuosamente, attendeu o seu pedido, e admirando tão briosa acção, mandou logo soltar o alcaide, deu-lhe um bom cavallo e valiosos presentes, e acompanhou os moiros até fóra dos muros da praça. Foi com D. João Coutinho que se deu o caso comico e interessante, que a historia conta da seguinte fórma: No dia 1.° de abril de 1520 deu se um facto nos arredores de Arzilla, que deu muito que rir e foi divulgado em todas as nossas possessões da Africa, e em Portugal, em prosa e verso, pelos litteratos do tempo. Adoecera na praça um nobre cavalleiro, geralmente estimado por suas boas qualidades. A molestia degenerára em pulmonar, e os medicos lhe receitaram caldo de kágados. Resolveram-se 20 cavalleiros portuguezes, quasi todos nobres, a ir á pesca dos kágados, a uma ribeira que ficava a pouca distancia da praça. Saíram pois no dia referido, e, vendo o campo livre de moiros, marcharam descuidosamente para a ribeira e deixaram os cavallos a pastar em liberdade, e despindo-se, se deitaram á agua, uns a pescar os kágados, outros a banharem-se. Quando mais entretidos andavam com o divertimento, vêem-se cercados inopinadamente por um numeroso esquadrão de cavalleiros moiros, do exercito do rei de Fez. Os christãos, assim surprehendidos, apenas tiveram tempo de empunhar as lanças e montar a cavallo, nús como estavam, mas, com tal bravura se defenderam, que todos puderam recolher se á praça, sem perda de um unico, deixando apenas por despojos da batalha, os seus vestidos, armas e escudos. Quando esta cavalgada entrou em Arzilla, no *costume* de Adão e Eva, muito se riram todos, e o bravo capitão não foi o que menos graça lhes achou; e os mandou logo vestir á custa da fazenda, e lhes fez outras muitas mercês, ficando memoravel e muito celebrado este successo, entre moiros e christãos. D. João Coutinho, depois de ter prestado relevantes serviços á patria e á religião, achando-se doente por causa do clima africano, pediu licença para se recolher ao reino, e deixando o governo de Arzilla, que era hereditario na sua familia a seu filho que foi o 3.° conde de Redondo, D. Francisco Coutinho, voltou para Portugal, e ao chegar a Lisboa foi nomeado conselheiro de estado. Havia casado com D. Izabel Henriques, filha de D Fernando Martins Mascarenhas, capitão dos ginetes de D. João II, senhor de Lavre, etc. e de sua mulher D. Violante Henriques.

Redondo *(D. João Coutinho, 5.° conde de).* Vice-rei da India. Era filho do 4.° conde de Redondo, D. Luiz Coutinho e de sua mulher D. Mecia de Menezes. Foi conselheiro de estado d'ol-rei D. Sebastião, que acompanhou na desgraçada jornada d'Africa, e com quem esteve na batalha d'Alcacer-Kibir, ficando ali prisioneiro. Regressou annos depois á patria, que já encontrou no dominio dos castelhanos. Filippe II o nomeou a 21 de

março de 1617 governador da India, com o titulo de vice rei, indo substituir D. Jeronymo de Azevedo. Chegou a Gôa, e nada mais pôde conseguir, que o manter-se com prudencia e dignidade na posição difficil em que o collocaram as hostilidades dos indigenas e a de duas nações européas. O seu governo durou pouco tempo, pois falleceu em Gôa a 10 de novembro de 1619. Foi o 40.º governador e o 21.º vice-rei da India. Havia casado com D. Francisca de Menezes, filha unica e herdeira de D. Luiz de Menezes.

Redondo *(Fr. José).* Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Redondo, de que tomou o appellido, em 13 de feverciro de 1683; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de José Pereira e de Maria Collaça. Recebeu o habito franciscano da provincia da Piedade, a 25 de abril de 1699. Foi qualificador do Santo Officio, guardião dos conventos de Beja, Lagos e Elvas; sendo custodio da sua provincia, assistiu ao capitulo geral celebrado em Milão, a 4 de junho de 1729. Foi depois visitador da provincia de Santo Antonio. Escreveu: *Noviciado Minoritico novamente instruido*, Evora, 1742; *Memorial religioso*, Evora, 1742. Deixou em manuscripto: *Espelho regular e apurado Desmostrador.*

Redondo (*D. José Luiz Gonzaga de Sousa Coutinho de Castello Branco e Menezes, 15.º conde de*). Védor da Casal Real, alferes de cavallaria, senhor de Gouveia de Sobre Tamega, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. a 14 de outubro de 1797; fal. a 11 de março de 1863. Era filho de D. Fernando Maria de Sousa Coutinho Castello Branco e Menezes, 14.º conde de Redondo e 2.º marquez de Borba, e de sua mulher D. Eugenia Manuel (V. *Borba*). Succedeu a seu pae no condado a 5 de março de 1834. Representante d'uma antiga e nobilissima familia, o seu gosto pela musica constituiu uma especie de hereditariedade que religiosamente recebeu e transmittiu a seu filho, o sr. D. Fernando de Sousa Coutinho actual marquez de Borba, que tem sido sempre tambem um sincero e dedicado amador de musica. (V. *Sousa Coutinho*). O 2.º marquez de Borba, pae de D. José de Sousa Coutinho, era muito amigo de artistas, não só de musicos, como de pintores. O grande Domingos de Sequeira era familiar da casa, assim como Leal Moreira, Marcos do Portugal, Baldi, e principalmente Fr. José Marques, que em 1834 foi hospede effectivo na quinta do Bonjardim, nas proximidades da villa de Bellas. Educado n'este meio, o conde de Redondo, e seus irmãos e irmãs, aprendeu musica desde a infancia, dedicando se especialmente ao canto. A musica era a sua paixão dominante, não perdendo nunca essa predilecção mesmo nas circumstancias mais graves da sua vida, servindo lhe de lenitivo nas maiores amarguras. Seguindo a carreira militar por obediencia ás determinações paternas, e conservando se fiel á causa do governo legitimista por dever de nascimento e pela posição que occupava na côrte, foi ajudante d'ordens de D. Miguel, que sempre acompanhou lealmente até ao ultimo transe da guerra civil. Mesmo n'essa epoca tão critica e que tanto o devia preoccupar, o conde de Redondo não deixou de aproveitar todas as occasiões que se proporcionavam para satisfazer o seu gosto artistico. Estando com o quartel general em Santarem, logo depois da entrada dos constitucionaes em Lisboa, teve ainda boa disposição para compôr umas matinas a 3 vozes e orgão, para a festa de Santo Estevão que em 1833 se realisou na egreja do Milagre d'aquella cidade. Elle proprio cantou e dirigiu a sua composição. Depois da partida de D. Miguel, pela convenção de Evora Monte, o conde de Redondo retirou-se com a sua familia para a quinta do Bonjardim, onde se refugiaram tambem muitos dos mais dedicados partidarios da causa absolutista. Entre esses refugiados havia amadores de musica e até musicos profissionaes, como Fr. José Marques. As tristezas do voluntario desterro fôram amenisadas com a cultura da musica. Na capella da quinta realisaram-se então pomposas festividades, para que Fr. José Marques escrevia partituras, ajudando o proprio conde a tirar copias. Toda a familia, assim como alguns hospedes, tomavam parte na execução (V. *Bonjardim*, *Portugal*, vol. II, pag. 310). O conde de Redondo era tambem muito entendido no cantochão. Um dos seus entretenimentos favoritos era copiar livros do côro pelo processo da estampilhagem; na Sé e na egreja dos Martyres ha diversos livros feitos e offerecidos por elle. Tinha ao seu serviço, tornando o seu intimo amigo, o cantor José Maria Sabater, incumbido não só de dirigir a educação musical de sua filha D. Maria Luiza Coutinho e seu filho D. Fernando de Sousa Coutinho, como tambem de ensinar musica e cantochão a alguns rapazes pobres que protegia. Organisou uma banda de musica militar, composta de amadores, que elle proprio dirigia. Foi irmão honorario e alguns annos provedor da irmandade de Santa Cecilia, em cujos livros de entrados estão tambem inscriptos os nomes dos primeiros marquezes e marquezas de Borba. O conde de Redondo casou a 30 de maio de 1819 com D. Maria Luiza José da Costa, dama da ordem de S. João de Jerusalem, filha dos primeiros condes de Soure: D. José da Costa e D. Marianna Delfina José de Mello.

Redondo *(D. Luiz Coutinho, 4.º conde de).* Senhor de toda a importante casa de Redondo. Era filho do 3.º conde D. Francisco Coutinho, e de sua mulher, D. Maria de Blasuet. Casou com D. Maria de Menezes, filha de D. Aleixo de Menezes, aio d'el-rei D. Sebastião.

Redondo *(D. Manuel Coutinho, 9.º conde de).* Senhor do morgado de S. Silvestre. N. em agosto de 1661, fal. em Moura a 13 de outubro de 1699. Era filho segundo do 1.º marquez de Marialva, D. Antonio Luiz de Menezes, e de sua mulher, D. Catharina Coutinho. Succedeu a seu pae no referido morgado. Tendo fallecido sem successão o 8.º conde de Redondo, D. Francisco Coutinho, passaram para a corôa a casa e o condado, de que aquelle monarcha fez mercê a D. Manuel Coutinho, por carta de 20 de dezembro de 1693, que além das qualidades d'este fidalgo, concorria na sua pessoa o ser filho do marquez de Marialva, D. Antonio Luiz de Menezes, cujos grandes serviços estariam sempre na sua memoria; e ser irmão do marquez de Marialva, seu gentil-homem da camara, que servia de mordomo mór, etc., e por ser tambem 4.º neto de D. Vasco Coutinho, conde de Borba e 1.º conde de Redondo. D. Manuel Coutinho percorreu as principaes côrtes da Europa, em que muito se instruiu; serviu nas armadas, foi capitão de cavallaria, e do mar e guerra, e depois tenente-general da cavallaria do Alemtejo. Falleceu no estado de solteiro.

Redondo *(Thomé de Sousa de Castello Branco Coutinho de Menezes, 11.º conde de)*. Védor da casa d'el-rei D. João V, senhor das villas de Gouvêa, Riba Tamega, Alvoco da Serra, Figueiró dos Vinhos, Pedrogão, na comarca da Guarda; padroeiro da abbadia de Santa Cecilia, de Villaça, no concelho de Espozende, commendador das commendas de Santa Maria de Gundar, na ordem de Christo, e da Messejana, na de S. Thiago; alcaide-mór d'esta villa, de Villa Viçosa, Portel e Montalegre, etc. N. em 1677, sendo baptisado a 29 de setembro d'esse anno; fal. a 6 de março de 1717. Era filho de D. Fernão de Sousa, 10.º conde de Redondo, o 1.º na linha dos Sousas, e de sua mulher D. Luiza Simôa do Portugal. Foi muito dado aos livros e possuiu uma grande livraria, a que juntou muitos e raros manuscritos. Com a maior curiosidade conseguiu reunir uma collecção de medalhas, ordenada scientificamente, que se conservava em sua casa, juntamente com outras memorias. Foi o 2.º conde de Redondo, na linha dos Sousas e o 11.º na ordem chronologica do titulo. Casou duas vezes: a primeira, em 29 de outubro de 1695, com D. Magdalena de Noronha, dama da rainha D. Maria, filha dos 3.ºˢ condes dos Arcos, que falleceu, a 29 de dezembro de 1720, segunda a 10 de janeiro de 1714, com D. Margarida de Vilhena, dama do Paço, filha dos 9.ºˢ condes de Athouguia: D. Jeronymo de Athaide e D. Marianna de Tavora.

Redondo *(Thomé Xavier de Sousa Coutinho de Castello Branco e Menezes, 1.º marquez de Borba, e 13.º conde de)*. V. *Borba*, *Portugal*, vol. II, pag. 386.

Redondo *(D. Vasco de Menezes Coutinho, conde de Borba e 1.º conde de)*. V. *Borba*, *Portugal*, vol. II, pag. 386.

Redondo. Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc. e de com., distr. e arceb. de Evora; Tem uma só freguezia, cujo orago é N. S.ª da Annunciação. Está situada n'uma planicie junto á serra d'Ossa, a 33 k. da capital do districto. O papa e a mitra apresentaram alternativamente o prior, que tinha 200$000 reis do rendimento e o pé d'altar. E' pov. muito antiga, pois já existia no tempo dos romanos. No termo da villa, ainda no meado do seculo XIX se observavam no outeiro de S. Gens (serra d'Ossa), vestigios da *torre de vigia*, ou *almenára*, d'um castello, onde Viriato, o herminio, fez o seu quartel general. Depois da sua morte, tambem aqui habitou Sertorio, e ambos tinham aqui as suas esculcas, ou sentinellas, para darem signal da approximação dos romanos. Esse castello foi mandado reedificar por el-rei D. Diniz, em 1312. Tambem provam a remota antiguidade d'esta pov., a existencia de monumentos megalithicos que se teem encontrado nas suas proximidades. Tudo indica que os povos pre-celtas já habitavam estas paragens seculares antes da vinda de Christo, deixando n'ellas bastantes vestigios da sua permanencia. O primeiro foral que tevo a villa, foi-lhe dado por D. Affonso III em 1 50; houve outro, concedido por D. Diniz, em Santarem, a 27 d'abril de 1318; mais tarde, el-rei D. Manuel lhe deu foral novo, em Lisboa, a 20 d'outubro de 1516. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz; cria muito gado de toda a qualidade, e é abundante de caça. Pertence á 4.ª div. mil., 7.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. A plantação de vinhas americanas tem tido um extraordinario desenvolvimento, desde 1875, tendo-se plantado muitos milheiros de bacêllos. N'essa cultura distinguiram-se então muito os lavradores Antonio Ruy Gomes, Francisco Augusto Ferreira e José Geraldo Gomes. Diz-se que o nome da villa, proveiu d'um grande rochedo redondo, talvez alguma anta, que existiu onde hoje está situada a egreja da Misericordia e o seu hospital. Na villa ha escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras, obrigações, e vales; agentes das seguintes casas bancarias: *Banco Commercial de Lisboa*, *Banco Economia Portugueza* e *Banco do Alemtejo;* associação de soccorros mutuos, lagares de azeite, medicos, pharmacias, constructores de carros, fabricantes de cêra, de mel, de tecidos e de telha e tijolo; fabricas de cortumes, de panos, de louça de barro, de rôlhas e de moagem a vapor; productores de carvão, de cereaes e de cortiça, de vinhos e aguardentes; hospedarias, livrarias, typographias, notarios, agencia do seguro de vida *A Equitativa dos Estados Unidos do Brazil*, theatro *João Anastacio Rosa*, titulo dado em homenagem do grande actor Rosa, pae do actor do mesmo nome, ha pouco fallecido, e de Augusto Rosa, por ter nascido na villa de Redondo; sociedades de recreio: *Harmonia e Progresso Redondense*, *Philarmonica do povo*, *Primeiro de Maio*, e *Sociedade artistica;* diversos estabelecimentos commerciaes e industriaes, etc.; feiras de 26 a 28 de maio, e de 4 a 6 de outubro. No concelho ha minas de cobre que se não teem explorado. Entre a villa de Redondo e a de Extremoz, está um cabeço, que antigamente se chamava *Monte do Trigo*, e que se chama hoje *Monte Virgem* ou *Monte da Virgem*, por haver aqui uma imagem de Nossa Senhora n'uma lamina de pedra, em relevo, contendo a adoração dos reis magos. O povo construiu ali uma ermida, não se sabe em que epoca, mas com certeza devia ter sido antes do reinado de D. João II, porque no pavimento da actual egreja se vê uma sepultura que diz: *Aqui jaz João Godinho, homem honrado d'el rei D. João II.* A actual egreja foi feita em 1569, no tempo do arcebispo de Evora, D. João de Mello, com esmolas e offertas á imagem da Virgem, com quo se ampliou a antiga ermida, formando um bom templo. A pouca distancia da villa tambem se vê uma boa egreja, construida no fim do seculo XVII, dedicada á Senhora da Saude. Em Redondo existiu um convento de frades capuchos, da provincia da Piedade. Os condes de Redondo apresentavam as justiças do concelho, e os habitantes lhes pagavam 6$500 reis de jugada, que eram 36 alqueires de cada moio que semeassem. Tinham mais os oitavos do vinho e 50$000 reis de portagem. Foi entre a villa de Redondo e a de Borba, que se deu em 17 de junho de 1665 a grande batalha de Montes Claros, em que o marquez de Marialva derrotou completamente as tropas castelhanas commandadas pelo general marquez de Carracena (V. *Montes Claros*). O concelho de Redondo comprehende 7 freguezias, com 1:835 fog. 7:441 habitantes, pelo censo de 1.º de dezembro de 1910, sendo 3:677 do sexo masc. e 3:764 do fem., n'uma superficie de 33:343 hect. As freguezias são as seguintes: S. Miguel, do Adaval, 336

hab.: 170 do sexo masc e 166 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Freixo, 596 hab.: 380 do sexo masc. e 266 do fem.; N. S.ª do Monte Virgem, de Monte Virgem, 409 hab.: 205 do sexo masc. e 204 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Montoito, 1:312 hab.: 564 do sexo masc. e 748 do fem.; Santa Suzana, 510 hab.: 297 do sexo masc. e 213 do fem.; N. S.ª da Annunciação, de Redondo, 3:942 hab: 1:936 do sexo masc. e 2:006 do fem.; S. Bento, de S. Bento do Zambujal, 336 hab.: 175 do sexo masc. e 161 do fem. O principal commercio de todo o concelho é vinho, azeite, mel, cêra, lãs, cereaes, louça ordinaria de barro, e cortiça. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Adaufe, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Fiães, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Purificação, de Freigil, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Romão, de Nogueira, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Parada Thodéa, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Martinho, de Rio de Moinhos, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. Thiago, de Romarigães, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Monte situado no littoral do distr. de Mossamedes, prov. de Angola, Africa Occidental. Levanta se um pouco ao N de Obaba, e com outros de menos vulto que lhe ficam proximos, constitue as Mesas Grandes.

Redondo e Teso Duas povoações reunidas na freg. de Santa Maria, de Villela, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Redondo e Vimioso *(D. José Luiz de Sousa Coutinho, conde de)*. Thesoureiro da Junta do Credito Publico. N. a 7 de outubro de 18.9, sendo filho do sr. marquez de Borba, D. Fernando Luiz de Sousa Coutinho, filho mais velho dos condes de Redondo: D. José Luiz Gonzaga de Sousa Coutinho de Castello Branco e Menezes e D. Maria Luiza José da Costa; e da sr.ª marqueza de Borba, D. Maria José de Portugal e Castro, tambem filha mais velha, e herdeira do titulo dos condes de Vimioso: D. Francisco de Portugal e Castro e D. Maria Domingas de Castello Branco. O titulo de conde de Redondo e Vimioso foi creado por el rei D. Carlos por decreto de 25 de abril de 1903, em virtude do agraciado representar aquellas duas nobres casas. Anteriormente, o mesmo soberano o nomeára official-mór da Casa Real. Começou a sua carreira de funccionario publico prestando serviço no cofre geral do Ministerio da Fazenda. Por proposta do antigo thesoureiro da Junta do Credito Publico, Manuel Alves do Rio, foi nomeado em 6 de novembro de 1879 ajudante do fiel do mesmo thesoureiro. Passando successivamente a 2.º fiel e a 1.º fiel, foi nomeado, por decreto de 10 de dezembro de 1910, thesoureiro na vaga deixada pelo anterior, que então se aposentára. Casou a 26 de junho de 1880 com D. Eugenia Burnay, que nasceu a 22 de setembro de 1860, filha do sr. Constant Burnay e de D. Luiza Burnay, proprietarios em Marvilla.

Redondos Pov. na freg. de S. Pedro, de Alhadas, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. O seu orago é a Vera Cruz O mosteiro de Santa Cruz. de Coimbra, apresentava o cura, que tinha 40$000 reis e o pé d'altar. O logar de Redondos tinha fôro de villa, e foi concelho, que se denominava de *Buarcos* e *Redondos*, até 12 de março de 1771, em que foi creada a comarca da Figueira da Foz, sendo esta pov. elevada á categoria de villa. Redondos fica junto a Buarcos. *(V. Buarcos* e *Figueira da Foz)*. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Cabaços, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Redouça. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Cedrim, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

Redouças. Pov. na freg. de S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Rodovalho (*José Maximo da Silva*). Vice-almirante reformado. N. na ilha Terceira em 1802, fal. em Lisboa a 21 d'abril de 1887. Saido da classe de piloto, como muitos dos seus camaradas que pelo mesmo tempo começaram a carreira da marinha, não deixava presentir a falta de curso da sua arma, e da educação militar que recebem os que teem aquella habilitação, e nos navios por elle commandados a disciplina militar era rigorosissima. Enthusiasmado pela revolução liberal que protestara contra o governo do infante D. Miguel, foi para a ilha Terceira em 1829, e ali, pelo governo da rainha D, Maria II, lhe foi dada a nomeação de primeiro piloto da armada, embarcando como tal no lugre *Boa Esperança*, primeiro navio de guerra que teve aquelle governo na mencionada ilha. Em 25 de janeiro de 1831 recebeu a definitiva nomeação de primeiro piloto, e logo que a regencia deliberou tomar posse das restantes ilhas dos Açôres, foi encarregado do commando d'alguns navios que se empregaram n'essa expedição, assistindo á tomada de todas as ilhas, desde a de S. Jorge até á de S. Miguel. Os navios que commandou n'essa campanha, fôram: escuna *Coquete*, hiate *Soledade*, e como immediato, escuna *Prudencia*. Quando se organisou na ilha de S. Miguel a expedição que veiu desembarcar em 8 de julho de 1832 nas praias do Mindello, Rodovalho acompanhou-a, e durante o cêrco do Porto esteve em differentes navios de guerra, entrando em fogo sempre que as circumstancias o exigiam. Depois da tomada da esquadra miguelista, regressou a Lisboa, onde quasi sempre foi empregado como commandante e immediato em diversos navios da esquadra, servindo sempre com louvor e sem a mais pequena nota desagradavel. Foi promovido a segundo tenente graduado em 1 de setembro de 1832, e a effectivo em novembro do mesmo anno; a primeiro tenente em novembro de 1834, a capitão-tenente em 15 de fevereiro de 1844, a capitão de fragata em 6 de novembro de 1851, a capitão de mar e guerra em 7 de novembro de 1860, passando a contra-almirante graduado em 31 de outubro de 1866, sendo reformado na patente de vice-almirante, por decreto de 15 de maio de 1873. Terminada a campanha em 1834, Rodovalho foi nomeado commandante da escuna *Cabo Verde*, e n'este navio fez tres viagens successivas á Africa Occidental, como correio entre Lisboa e Angola, e foi tal a rapidez com que executou estas commissões que o ministro da marinha as mandou publicar no *Diario do Governo*, como extraordinarias e nunca feitas até então com tal rapidez em navios de véla. Sendo promovido a capitão-tenente, foi-lhe confiado o commando da corveta *Relampago*, que se destinava ao cruzeiro da Afri-

ca Occidental, e fez uma estação de tres annos em Angola, durante os quaes perseguiu o trafico da escravatura, e praticou tal destroço que foi por todos conhecido como o *terror dos negreiros*. Depois de ter feito muitas presas, uma commissão dos mesmos negreiros lhe foi propôr uma vida independente com toda a sua familia, para não perseguir mais os navios empregados n'aquelle trafico. Esta proposta foi repellida com indignação pelo brioso official de marinha. Os serviços mais importantes n'essa commissão fôram, em 15 de fevereiro de 1845, obrigar o brigue negreiro *Lealdade* a encalhar e destruir-se; no mesmo dia capturou o brigue negreiro *Constante Amizade;* no dia 22 ainda d'esse mez capturou o brigue negreiro *Cacique*. Em 10 de dezembro do mesmo anno destruiu a barca *Primavera,* que estava fazendo uma carregação de escravos no rio Lofanto. Tomou parte na expedição á Catumbella, a 27 d'agosto de 1846, com as guarnições da corveta *Relampago*, brigue *Mindello* e brigue escuna *Tamega*, derrotando e destroçando as povoações do gentio. Regressando a Lisboa, foi nomeado commandante da estação naval d'Angola e do brigue de guerra *Serra do Pilar*. Ali prestou bastantes serviços, fazendo parte da expedição que em 1860 foi occupar o Ambriz e Bembe, entrando em fogo com toda a guarnição contra os indigenas, qne a pretendiam disputar, e defendendo o referido porto do Ambriz até se construirem fortalezas para assegurar a occupação d'aquelle territorio que estava abandonado havia muito tempo. Concluidos estes serviços, foi empregado em diversas commissões aos portos do sul da mesma provincia, e por essa occasião apresou na bahia de Benguella Velha mais um brigue, que estava completamente equipado para receber a bordo um carregamento de escravos, que se achavam no interior da bahia Equimina promptos a embarcar. Em seguida a este apresamento, saltou em terra por alta noite com 40 homens armados, e dirigindo-se no maior silencio ao barracão onde estavam os escravos em numero de duzentos e tantos (logar deserto) fôram por elle libertados e conduzidos a Loanda a bordo do brigue do seu commando, tendo antes quebrado as algemas que os prendiam. Tanto estes desgraçados como o navio que os pretendia embarcar fôram julgados boa presa pelo tribunal competente. O governador geral da provincia, o conselheiro José Rodrigues Coelho de Amaral, destinou para o serviço da mesma pr vincia o mencionado brigue apresado, pondo-lhe o nome de *Redovalho*, em attenção aos relevantes serviços prestados pelo brioso official de marinha d'este appellido. Por todos estes serviços, e pelos muitos mais que já havia realisado como cruzador n'aquellas paragens, foi recommendado por diversas vezes pelo governo inglez, e louvado pelo da metropole, como consta das correspondencias officiaes existentes no ministerio da marinha, e pela nota do livro mestre, que se encontra no quartel general da armada. Redovalho desempenhou por vezes o logar de capitão do porto de Lisboa, e de chefe do departamento maritimo do centro. Os navios que commandou em Lisboa, além dos já citados, fôram os seguintes: brigues escunas *Algarve* e *Tamega*; escunas *Amelia* e *S. Sebastião*; vapores *Mindello* e *Infante D. Luiz;* fragata *Rainha de Portugal*, nau *Vasco da Gama*, corveta *Estephania*, brigue *Cezimbra*, hiates *Santo Antonio*, *Novo Sacramento* e *Soledade;* commandou tambem o corpo de marinheiros da armada, em 1865. O vice-almirante Redovalho passou a maior parte da sua vida a bordo. De 1829 até 1865, póde dizer-se que esteve constantemente embarcado. Possuia as seguintes distincções honorificas: cavalleiro, official e commendador da ordem da Torre e Espada; cavalleiro e commendador da de Aviz; medalha de prata para commemorar a expedição de Angola em 1860; medalhas de D. Pedro e D. Maria, algarismos n.º 4 e 6; medalhas militares: de ouro de bons serviços, de prata, de valor militar e de comportamento exemplar. Em 1867 foi-lhe conferida a carta de conselheiro. Era casado com D. Theodora de Campos Redovalho.

Redrufe. Pov. na freg. de Santa Senhorinha, de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Redufe. Pov. na freg. de Santo Emilião, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Redunda. Pov. na freg. do Salvador, de Monte Cordova, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Reduto. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Rio de Moinhos, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Refalcão. Pov. na freg. de S. Miguel, de Lama, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Refega. Pov. na freg. de S. Thomé, de Quintanilha, conc. e distr. de Bragança.

Referta. Ilha da Madeira, distr. do Funchal: pov. na freg. de N. S.ª de Guadelupe, de Porto da Cruz, conc. de Machico; pov. na freg. de N. S.º dos Prazeres, de Prazeres, conc. da Calheta. || Pov. na freg. de Santa Clara-a-Velha, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Refoios. Appellido nobre em Portugal. As familias, que o usam, procedem de D. Mendo Affonso Refoios, que o tomou do seu solar, na Torre de Refoios, e teve vasta descendencia. Floresceu no reinado de D. Affonso Henriques, e foi sepultado na capella-mór da egreja do mosteiro de Refoios do Lima, na provincia do Minho. Os Refoios trazem por armas: Em campo de prata quatro coticas de púrpura, em pala, e por timbre duas pernas d'aguia, de ouro, em aspa, com uma das coticas do escudo nas garras, entre quatro plumas de púrpura.

Refoios *(Joaquim Augusto de Sousa)*. Doutor e lente cathedratico de Medicina na Universidade de Coimbra. N. em Miranda do Corvo, a 11 de abril de 1863; fal. em Coimbra, a 4 de dezembro de 1905. Era filho de Antonio José de Sousa. Desde os mais tenros annos mostrou sempre grande amor ao estudo e predilecção ao trabalho; aos 17 annos de edade tinha já concluido os preparatorios com muita distincção e louvores dos seus professores. Matriculou se no 1.º anno das faculdades de Mathematica e de Philosophia no curso medico de 1870 1871, grangeando sempre boas classificações. No 2.º, 3.º e 4.º annos de Philosophia obteve *accessit*. Em 1873-1874 matriculou-se no 1.º anno de Medicina, onde alcançou as seguintes classificações: 1.º anno *accessit;* 2.º anno, segundo premio, 3.º anno, premio; 4.º anno partido, e 5.º anno, premio. Formou-se em 1877-1878; fez acto de licenceado em 19 de março de 1879, acto de conclusões magnas nos dias 7 e 8 de julho, doutorando-se em 13 d'esse mez e anno. Começou a

exercer o magisterio em 29 de dezembro de 1882, data em que foi nomeado lente substituto de medicina na Universidade. Passou depois a lente cathedratico, e quando falleceu, regia a 11.ª cadeira, clinica cirurgica. Era clinico extraordinario dos hospitaes da Universidade, da Misericordia de Coimbra, do Monte-pio da imprensa da Universidade, da Companhia Real dos Caminhos de Ferro de Norte e Léste, e da *Mutual Life*. O dr. Refoios militava na politica regeneradora liberal, sendo um dos seus dedicados partidarios. O illustre homem de sciencia foi victima d'um crime. Um seu discipulo, o bacharel em medicina Rodrigo de Barros Teixeira dos Reis, lhe disparou 4 tiros de revolver, pelas 7 horas da noite do dia 2 de dezembro de 1905, na rua de Ferreira Borges. Dois dias depois falleceu, apezar de todos os esforços dos mais illustres medicos e dos cuidados carinhosos de sua familia, para evitar tão desolador desenlace. A sua morte, especialmente pelas circumstancias lamentaveis que se déram, causou a mais profunda consternação. O funeral foi imponente. As lojas das ruas, por onde passava, conservaram as portas fechadas. No cortejo incorporaram-se o reitor, vice-reitor, lentes, empregados superiores e menores da Universidade, medicos, representantes da imprensa, tanto de Coimbra, como de outras localidades; quasi todas as escolas do paiz se fizeram representar, ou mandaram telegrammas dando os sentimentos á familia e á faculdade de medicina. A' beira da sepultura houve discursos pronunciados pelo reitor da Universidade e por diversos lentes. O homicida, que ha muito tempo premeditava aquelle attentado, foi julgado um ser anormal, e por isso encerrado n'um manicomio. O dr. Sousa Refoios deixou notaveis trabalhos scientificos e litterarios, entre os quaes se contam: *Relatorio d'um caso clinico interessante de affecção cancrosa*, Coimbra, 1877; *Mechanismo da construcção muscular*; no *Instituto*, vol. XIX, pag. 112 e 163; *Estudos sobre a secreção renal;* idem, vol. XXII, pag 118, 135, 178 e 302; *Relatorio d'uma viagem ao estrangeiro*, Coimbra, 1891; n'este livro reuniu o illustre professor as observações que fez nos institutos de cirurgia e medicina no estrangeiro; *Da acção benefica da estrichinina* na constipação do ventre idiopathico; no *Instituto;* vol. XXV; *De la nature infectieuse de la fièvre puerpérale*, dissertação inaugural, Coimbra, 1878; *Ictericia grave*, sua pathogenia, I vol. *Um caso de hemoptyse*, com laceração do parenchyma pulmonar, etc.; na *Coimbra Médica*, 1882; *Septicemia puerperal*, 1882; 1 vol.; *O collegio de S. Fiel no Louriçal do Campo*, 1883, 1 vol.; *Ligamento suspensor da axilla*, na *Coimbra Medica*, 1884; *Museu de anatomia normal*, no *Annuario da Universidade*, 1885-1886; *Glyoma da retina*, no *Archivo Ophtalmo-therapico de Lisboa; Ensaios de electrolyse*, na *Medicina Contemporanea*, 1889; etc. O dr. Sousa Refoios foi um dos fundadores da revista scientifica *O Movimento medico*.

Refoios. V. *Refojos.*

Refoios do Lima. V. *Refojos do Lima.*

Refoios de Riba d'Ave. V. *Refojos de Riba d'Ave.*

Refojos Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Cabeceiras de Basto, distr. e arceb. de Braga; 723 fog. e 3:078 hab. Esta pov. é a séde do referido conc. e com. Tem escolas d'ambos os sexos, est. telegr. post., medico, pharmacia, agencias bancarias, de navegação, de seguros e de vida; fabricas de alcool de vinho, hoteis, Instituto de Gondarem, Instituto municipal de ensino secundario, Misericordia, fabrica de papel, e sociedades de recreio. Está situada a 6 k. da margem direita do rio Tamega, a 4 da estrada real de Fafe á ponte de Cavez e a 50 da capital do districto. O D. abbade benedictino do mosteiro d'esta freg. apresentava o vigario, triennal, que era um monge do mesmo convento, e tinha 50$000 reis de benesses. A pov. é muito antiga, e foi villa e couto, com a denominação de Refojos de Basto. Tem uma sentença de foral, dada por el-rei D. Diniz, em 14 de janeiro de 1307. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, no 1.º de outubro de 1513. N'esta freg está o sumptuoso mosteiro de monges benedictinos, cuja egreja serve da matriz da freguezia, que foi fundado em 670, no reinado de Recesvindo, pelo rico-homem Hermigio Fafez; outros dizem que o fundador foi D. Gomes Soeiro. Mediante o tributo imposto, existiu este convento, praticando se n'elle o culto catholico, em todo o tempo do dominio dos arabes. Em 1403, reinando D. Diniz, passou a abbades commendatarios. Em 1525, D. João III o deu a seu filho bastardo D. Duarte, arcebispo de Braga e prior-mór de Santa Cruz de Coimbra; e depois a Fr. Diogo de Murça, frade jeronymo e reitor da Universidade, o qual lhe fez grandes obras e ali falleceu. Este frade obteve do papa Paulo III, em 1549, um breve para se extinguir o convento, e fazer em Coimbra os collegios de S. Bento e S. Jeronymo, e do remanescente, outro collegio para 12 estudantes ecclesiasticos pobres. Os monges, porém, oppuzeram-se a isso, e o convento não foi supprimido. Em 1570 entraram os abbades triennaes, pela reforma ordenada pelo papa Pio V. O mosteiro tinha muitas quintas e propriedades, avultando os bens importantes em Traz os-Montes, que lhe provieram da meação de Vasco Gonçalves Barroso, primeiro marido de D. Leonor d'Alvim, que depois de enviuvar casou com o grande condestavel D. Nuno Alvares Pereira. Na frente do convento ha uma alameda, tendo quasi no fim um magnifico cruzeiro, construido em 1847. Dão entrada para a alameda tres largas ruas, atravessando em todo o seu comprimento, o pequeno rio Basto, o qual entrava por baixo d'uma pequena ponte para as terras que fôram do mosteiro, e que mais tarde foi substituida por outra ponte, muito boa, que dá passagem á estrada nova que se construiu ha talvez uns 50 annos. Ao lado da ponte existe, grosseiramente esculpido, a estatua d'um soldado, tendo no ventre a seguinte inscripção: *Ponte de S. Miguel de Réfoios, anno de 1690.* Os monges tinham grande couto com juiz no civel e orfãos, e mais empregados judiciaes e municipaes, da nomeação do D. abbade, que lhes deferia o juramento e assignava as suas cartas. Ao mosteiro pertenciam todos os direitos reaes do couto, e as *penas* (multas) por transgressões de posturas. O prelado do convento era ouvidor nato do seu couto, tanto no civel como no crime. Este couto havia sido comprado pelo abbade D. Bento Mendes a D. Affonso Henriques, por 800 morabitinos, como consta d'um quadro que representa o abbade entregando ao rei a quantia ajustada, e recebendo d'elle a carta de mercê, es-

eripta em latim. Em varias epocas foi o conveuto collegio da ordem, e em 1834, em que se extinguiu, ainda tinha 1 abbade, 1 prior, 12 monges e 25 creados. Possuia uma valiosa livraria, que foi mandada para Braga em 1838. A egreja que, conforme dissémos, é hoje a matriz da freguezia, foi concluida em 1690. Tanto ella como o convento fórmam um dos mouumentos mais importantes e mais sumptuosos da provincia do Minho. A egreja é vastissima, e tem um grande portico, para o qual se entra por um extenso pateo gradeado. Tem duas clegantes torres circumdadas de pyramides. Uma d'ellas tem bons sinos, sendo o maior d'uma perfeita composição metalica, e com excellente som. A outra não tem sinos. Entre as duas torres vê-se uma cruz de pedra, e no tympano as armas da ordem. Aos lados do portico estão as estatuas de S. Bento e de Santa Maria Escolastica, de apreciavel esculptura O zimborio, que principia a 19 m. d'altura, tem, na base, 36 m. de circumferencia, e é rodeado por uma varanda interior. Tem de altura 34 m. Na base da cúpola, que é circumdada por outra varanda, mas exterior, tem as estatuas dos 12 apostolos, de tamanho natural. e no remate a de S. Miguel, e em volta ainda outra varanda. O templo é de architectura composita, e em fórma de cruz. Tem um soberbo côro, com um bom orgão, tendo na frente outro orgão fingido, para simetria. Um d'elles é encimado pelas estatuas da *Fé*, *Esperança* e *Caridade;* o outro pelas da *Justiça*, *Fortaleza* e *Temperança.* Ambos os orgãos são sustentados por feias cariatides e medonhos minotauros. No centro da grade que circumda o côro, ostenta-se uma grande cruz com a imagem de Christo crucificado, de tamanho natural, que é considerada como objecto rarissimo n'este genero. Além do altar-mór, ha 4 lateraes, separados do corpo da egreja por uma magnifica grade de ébano; tem tambem dois bons púlpitos. No corpo central, que fórma a cruz, tem á direita uma boa sacristia, e no fundo a capella do Santissimo. Tanto esta, como a capella mór, estão guardadas por grades de ébano. D'esta mesma madeira são as archibancadas, com suas estantes na frente, onde se sentava o cabido. O altar-mór é majestoso; sobre columnas douradas vê-se o throno. Aos lados, em tamanho natural, estão as imagens de S. Bento e de sua irmã Santa Escolastica, fundadores da ordem benedictina. Todos os altares são de primorosa talha dourada. Na sacristia, contígua á capella-mór, ha 10 apreciaveis quadros a oleo, representando a genealogia do povo de Deus, desde Adão até Jesus Christo. Fóra da sacristia ha um quadrilongo, de perto de 12 m. de comprimento, do qual se sóbe por 8 degraus para o grande pateo da escadaria. Esta é sustentada por um arco obliquo, de difficilima execução, o unico do seu genero em Portugal, que causa admiração a todos os architectos que o teem visto. Os claustros fórmam uma vasta quadra, de 42 m., e são sustentados por elegantes columnas de pedra, tendo no centro do pateo que circumdam, uma grande taça de granito. E' por aqui a entrada para a parte do edificio onde estão estabelecidas as repartições publicas, e tambem para o côro e para as torres. O mosteiro e as suas cêrcas fôram vendidos em 1834, e os comprou em praça publica João Antonio Fernandes Basto. Ao fundo da alameda já mencionada, está o edificio que foi tribunal do couto de Refojos de Basto, com casa de audiencia e cadeia, tendo na fachada as armas de Portugal e as da ordem benedictina. Ardeu em 1853, mas foi logo reparado. Serviu depois de hospedaria. O terreno é fertil. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Zoio, conc. e distr. de Bragança. || S. Thiago, de Amorim, conc. de Povoa do Varzim, distr. do Porto. || Santa Maria, de Penha Longa, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo districto.

Refojos do Lima. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 548 fog. e 2:213 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada na estrada de Ponte do Lima aos Arcos de Valle-de-Vez, a 5 k. da séde do conc. Ha aqui o grande mosteiro de conegos regrantes de Santo Agostinho (cruzios), o qual foi fundado por D. Affonso Ancemondes, valoroso capitão do tempo do conde D. Henrique, seu amigo e inseparavel companheiro. Morrendo o conde em um recontro, quando em 1112 sitiava a cidade de Astorga, veiu D. Affonso Ancemondes para a sua quinta e morgado de Refoios do Lima, que é em um valle d'esta freguezia, e aqui viveu no castello e torre, chamados dos Malheiros, por depois pertencer aos cavalheiros d'este appellido, de Vianna do Castello. D. Affonso Ancemondes era rico-homem e um grande senhor em Portugal. Apenas se estabeleceu definitivamente no seu solar, deu logo principio á egreja e mosteiro dos cruzios, dedicando-os a Nossa Senhora, e foi o primeiro prior d'este convento seu filho, D. Pedro Mendes, que era arcediago da sé de Tuy. As obras principiaram no mesmo anno de 1112, e em 1120 os conegos tomaram posse. Em 1124, vindo ao convento o cardeal Jacinto, legado apostolico do papa Calixto II, nas Hespanhas, confirmou o fundador, por escriptura publica, a doação que tinha feito ao convento de todos os bens de raiz e foros que possuia em varias localidades. No mesmo anno de 1124, a rainha D. Thereza e seu filho D. Affonso Henriques, deram o titulo de conde de Refojos do Lima a D. Mendo Affonso, filho de D. Affonso Ancemondes, dando-lhe o condado, que D. Affonso Henriques já aqui possuia. D. Mendo Affonso casou com D. Gontina Paes, e não tendo filhos, deram todo o seu condado e os paços em que viviam e onde morreram, em junho de 1140, ao convento dos cruzios, sendo esta doação confirmada por D. Affonso Henriques em agosto do mesmo anno. O paço d'estes fidalgos estava junto do mosteiro, no logar onde hoje se vê a torre antiga, na frente do mosteiro, para o lado O, e que ainda muitos seculos depois se continuou a chamar paço.. E' a torre a que se dá hoje o nome dos *Malheiros*. Desde a fundação do convento que os seus priores fôram perpetuos, até ao anno de 1564, em que se annexou ao de Santa Cruz de Coimbra. O ultimo prior perpetuo de Refojos do Lima foi D. Julião d'Alva, que passou a bispo de Miranda, e o primeiro prior triennal nomeado pela congregação de Santa Cruz, de Coimbra, foi D. Theotonio de Mello, irmão do monteiro-mór de Ponte do Lima. Quando o convento e a egreja se annexaram a Santa Cruz, estavam em grande ruina, sendo ainda o edificio primitivo. Os frades quizeram mu-

dal-o para Ponte do Lima, mas o povo d'esta villa oppoz-se tenazmente, e o mosteiro foi reedificado no mesmo logar onde estava. O corpo do edificio do mosteiro conserva ainda hoje a primitiva architectura. Está ligado á egreja pelo que foi sala de visitas dos conegos. A frontaria d'esta parte é irregular, destoando a parte que era interiormente occupada pela dita sala, do resto até á egreja. Em 1878, pouco mais ou menos, o proprietario apeou parte da frontaria d'este lanço, que liga o corpo principal do edificio á egreja e a mandou construir em simetria com a parte que constituia a frontaria da referida sala de visitas, e fez n'esta parte um bello salão de baile. O corpo do edificio conservou todas as suas antigas divisões e repartimentos, limitando-se apenas aos precisos reparos. O mosteiro e a cêrca, assim como alguns campos da sua dependencia, fôram vendidos pelo governo, depois de 1834, a particular. A cêrca do convento está transformada n'uma bella quinta. A egreja e a sacristia pertencem á junta de parochia de Refojos, por ser parochial e a melhor do concelho. Com esmolas de devotos e auxilio do cofre da bulla da Santa Cruzada se construiu uma torre para os sinos. Refojos do Lima pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Refojos de Riba d'Ave. Pov. e freg de S. Christovão, da prov. do Douro, conc. e com. de Santo Thirso, distr. e bisp. do Porto; 200 fog. e 770 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada a 2 k. da estrada de Santo Thirso a Paços de Ferreira, e a 8 da séde do conc. Os herdeiros de Miguel Brandão da Silva apresentavam o abbade, que tinha 1:000$000 reis de rendimento. Foi villa e séde de conc., com justiças proprias, sob o nome de *Refoios da Maia*. A pov. é muito antiga. Tem uma sentença de foral, dada por el-rei D. Diniz, a 14 de janeiro de 1307. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, no 1.º de outubro de 1513. A terra é fertil, cria muito gado de toda a qualidade.

Refolha. Pov. na freg. de S. Pedro, de Esmeriz, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga

Refonteira. Pov. na freg. de S. Mamede, de Gondoriz, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga.

Refontoura. Pov. e freg. de S. Cypriano, da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto; 174 fog. e 652 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. Está situada junto das nascentes do rio Sousa, a 5 k. da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 500$000 reis de rendimento. A terra é muito fertil em todos os fructos do paiz, cria muito gado e é abundante de caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. na freg. de Santa Marinha, de Villa Marim, conc. e distr. de Villa Real.

Refugidos. Pov. na freg. de N. S. d'Assumpção, de Cadafaes, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa. A origem do nome d'esta pov. tem sido causa de varias contestações. mas a opinião mais constante, é por se terem aqui refugiado os moiros depois da tomada de Alemquer. A primeira noticia que se encontra d'esta povoação refere-se aos grandes prejuizos que soffreu com as chuvas e o terremoto de 1435. Já então esta pov. era muito antiga, pois que os chronistas dizem que a cheia levou a azenha dos Refugidos, *que se andava reedificando*. No meado do seculo passado ainda havia vestigios d'esta azenha, proximo da pov. Os francezes saquearam esta aldeia em 1808, e assassinaram um lavrador, no sitio chamado *Pedra da Paciencia*, onde o seu cadaver foi encontrado depois da retirada dos invasores.

Refugio. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. Tem correio com serviço de posta rural. || Ilha do rio do Espirito Santo, no distr. de Lourenço Marques, prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' na sua altura que confluem os tres rios Matola; Tembe e Lourenço Marques.

Refugo. Ilha Terceira; pov. na freg. de Santo Antonio, de Porto Judeu, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Rega. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Gaifar, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello

Regada. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Chave, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Marinha, de Oriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || N. S.ª da Purificação, de Villa Maior, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Regadas. Pov. e freg. de Santo Estevão, da prov. do Minho, conc. e com. de Fafe, distr. e arceb. de Braga; 189 fog. e 761 hab. Dista 5 k. da séde do conc. O prior do convento da Graça, de Braga, apresentava o reitor, que tinha 80$000 reis e o pé d'altar. A terra é fertil, cria gado e tem caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Clemente, de Basto, do mesmo conc. e distr. || Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Cernadello, conc. de Louzada, distr. do Porto. || O Salvador, de Fanzeres, conc. de Gondomar, do mesmo distr. || Santa Christina, de Figueiró, conc. de Amarante, do mesmo distr. || S. Julião, de Lage, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Thiago, de Santa Lucrecia de Algeriz, conc. e distr de Braga. || S. Martinho, de Mozellos, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Mamede, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Clemente, de Paços de Gaiollo, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || S. Mamede, de Recesinhos, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. Silvestre, de Requião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga, || S. Mamede, de Ribeirão, do mesmo conc. e distr || S. Pedro, de Sanfins, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Sebastião, de V. N. de Souto d'El-Rei, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || N. S. da Expectação, de Freixo da Serra, conc. de Gouveia, distr. da Guarda.

Regadas Cimeiras e Regadas Fundeiras. Duas povoações na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Regadia. Povoações nas freguezias: S. Nicolau, de Mazarefes, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, do mesmo districto.

Regadinha. Pov. na freg. de S. Romão de Aregos, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Regadinhas Ilha da Madeira; pov. na freg.

do Salvador e conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal.

Regadio. Pov. na freg. de Santa Maria, de Fiães, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Regado. Pov. na freg. de S. Verissimo, de Paranhos, bairro oriental do Porto.

Regalde. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Cabanellas, conc. de Villa Verde, districto de Braga.

Regaleira (*D. Ermelinda Allen Monteiro d'Almeida, 1.ª baroneza e 1.ª viscondessa da*). N. a 2 de maio de 1768. Era filha de Duarte Guilherme Allen, subdito inglez, negociante e consul d'Inglaterra em Vianna do Castello, e depois no Funchal, e de sua mulher, D. Joanna Mazza. Casou a 11 de maio de 1791 com José Monteiro d'Almeida, que nasceu a 18 de maio de 1751, e fal. em Paris a 7 de junho de 1816. Depois de viuva, D. Ermelinda Allen foi agraciada com o titulo de baroneza da Regaleira, por decreto de 7 de novembro de 1840, e mais tarde com o de viscondessa por decreto de 15 de abril de 1854. Herdou o titulo de baroneza sua sobrinha D. Maria Izabel Allen, filha de seu irmão Carlos Manuel Allen. O seu brazão é o seguinte: Escudo esquartelado; no primeiro quartel, em campo azul uma flôr de liz de ouro; no segundo, em campo de vermelho, tres faxas de ouro, e assim os contrarios.

Regaleira (*D. Maria Izabel Allen, 2.ª baroneza da*). N. a 6 de março de 1808. Era filha de Carlos Manuel Allen, e de sua mulher, D. Camilla Guilhermina Allen. Casou com João Carlos de Moraes Palmeiro, fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, coronel do Batalhão Nacional. Herdou de sua tia D. Ermelinda Allen Monteiro d'Almeida o titulo de baroneza, por decreto de 15 de abril de 1854, na mesma data em que sua tia foi elevada a viscondessa do mesmo titulo.

Regaleira (*Paulo Carlos Allen de Moraes Palmeiro, 3.º barão da*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real; addido honorario da legação de Portugal de Paris, commendador da ordem de Christo. N. a 20 de junho de 1842, fal. a 22 de dezembro de 1898. Era filho da 2.ª baroneza da Regaleira, D. Maria Izabel Allen, e de seu marido João Carlos de Moraes Palmeiro. Casou em 1865 com D. Maria Joaquina da Cunha Menezes, filha de D. Carlos da Cunha Menezes, da casa dos condes de Lumiares, e de sua mulher, D. Maria Joaquina Quintella, filha dos 1.ºˢ condes de Farrobo: Joaquim Pedro Quintella e D. Marianna Carlota Lodi.

Regalheiras. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc da Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Reganhuça. Pov. na freg. de Santo Adrião, de Santão, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Regata. Pov. na freg. de S. Pedro, de Seixas, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello.

Regatal. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Arcozello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Regateira. Pov. na freg. de N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa.

Regateiros. Pov. na freg. de S. Mamede, de Quiaios, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Regatinho. Pov. na freg. de S. Salvador, de Christello, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Regato. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Canellas, conc de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Martinho, de Carrazedo, conc. de Amares, distr. de Braga. || Santa Leocadia, de Fradellos, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Paio, de Guimarei, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Santa Eugenia, de Rio Côvo, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Ribeiro na prov. do Douro, na freg. de Avô, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. Nasce junto da aldeia dos Dez, freg. do mesmo conc., e vae desaguar na ribeira de Loriga, acima da *Ponte das Tres Entradas*.

Regatos. Ilha Terceira, Açôres; pov. na freg. de N. S.ª de Belem. de Terra Chã, conc. e distr. de Angra do Heroismo; S. Bartholomeu, Regatos, do mesmo conc. e districto.

Regedeiro. Pov. na freg. de S. Martinho. de Múrias, conc. de Mirandella, districto de Bragança.

Regedor. Autoridade administrativa annual que tem a seu cargo uma parochia. E' subordinado ao administrador do concelho, sob cuja proposta é nomeado por alvará do governador civil; são gratuitas as suas funcções, e tem ás suas ordens um escrivão e cabos de policia. Tambem se chamava regedor ao chefe do antigo tribunal da Relação de Lisboa.

Regedoura. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Grijó, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santa Maria, de Vallega, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Villa Fria, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Regedouro. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Ribeira, conc de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Regencia. Governo interino de um Estado durante a menoridade, a ausencia ou o impedimento physico ou moral de um soberano, ou emquanto o não ha. As mais notaveis regencias, que houve em Portugal, fôram as do infante D. Pedro, filho de D. João I, na menoridade de seu sobrinho D. Affonso V, filho de D. Duarte, e a do principe D. João, mais tarde D. João II, na ausencia de seu pae D. Affonso V, na sua viagem a França. Houve mais as regencias de D. Pedro, depois D. Pedro II, no impedimento de seu irmão D. Affonso VI; a regencia do principe D. João, depois D. João VI, pela loucura de sua mãe D. Maria I; a de D. Pedro IV, na ausencia de sua filha D. Maria II; a de el rei D. Fernando na menoridade de seu filho D. Pedro V; além de outras regencias por motivo de viagens ao estrangeiro.

Regente. O que exerce a regencia d'um Estado, d'um collegio ou recolhimento; o professor que rege a sua cadeira, o que rege uma orchestra. || Grande diamante da corôa portugueza, assim chamado, por ter sido achado por uns degredados em 1800 no rio Abaiaté, no estado de Minas, no Brazil.

Regente. Pov. na freg. de S. Miguel, de Bustello, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Reges. Pov. na freg. de S. Miguel, de Leceia, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra

Regide. Pov. na freg. de Santa Maria de Sandim, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Regil. Pov. na freg. de N. S.ª da Alva e conc d'Aljezur, distr. de Faro.

Regilde. Pov. e freg. de Santa Comba, da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto; 189 fog. e 734 hab. Tem est. post. Está situada a 1 k. da margem esquerda do rio Vizella, e a 10 da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 500$000 reis de rendimento. A terra é fertil; cria muito gado bovino, que exporta, sobretudo, para Inglaterra. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Regimento. Guia, norma, estatuto, instrucções escriptas ou verbaes, que determinam as obrigações inherentes a um cargo, officio ou commissão. || Cada uma das maiores divisões d'uma brigada ou de um exercito; corpo de tropas sob o commando d'um coronel ou de outro official superior; dividido em batalhões, companhias ou baterias e com maior quadro que o batalhão: Regimentos de cavallaria, de artilharia, de infantaria. || Regulamento, parte regulamentar d'uma lei, decreto, etc. || Administração, policia, ordem. || Dieta, sujeição a certas precauções hygienicas e sanitarias depois d'uma doença, durante uma convalescença. Bibliographia: *Breve Regimento em que se tratam saudaveis documentos para a preservação e cura da peste*, muito proveitoso não só aos professores de medicina, mas a todos, etc, Lisboa, 1724; *Regimento da Alfandega da cidade do Porto*, dado por el rei D. Pedro II em 2 de junho de 1703, Porto, 1770; *Regimento para a boa administração das decimas;* de 19 de junho de 1652; *Regimento da fórma por que se ha de fazer o lançamento das decimas;* de 9 de maio de 1654; Lisboa. 1654; *Regimento da fórma por que se hão de cobrar os reaes impostos na carne e vinho da cidade;* de 3 de novembro de 1674; Lisboa, 1674; *Regimento de como os contadores das comarcas hão de prover sobre as Capellas, Hospitaes, Albergarias, Confrarias, Gafarias, Obras, Terças e Residuos, novamente ordenado e copillado pelo muito alto e muito poderoso Rei D. Manuel*, Lisboa, 1514; *Regimento dos officiaes das cidades, villas e logares d'estes reinos*, Lisboa, 1504: *Regimento e Estatutos sobre a reformação das tres ordens militares*, Lisboa, 1572; *Regimento do Santo Officio da Inquisição dos reinos de Portugal*, etc., Lisboa, 1613; *Regimento do Santo Officio da Inquisição*, etc., Lisboa, 1640; tem por frontispicio uma elegante portada, aberta a buril em chapa de cobre pelo gravador Agostinho Soares Floriano; *Regimento do Santo Officio da Inquisição*, etc., Lisboa, 1774; fez se uma reimpressão em Coimbra, no anno de 1821; *Regimento da navegação, e conquistas do Brazil, Angola*, etc, Lisboa, 1655; *Regimento do Tribunal da Bulla da Santa Cruzada*, Lisboa, 1696; 2.ª edição em 1742, e reimpresso pela terceira vez no tomo VI do *Systema dos Regimentos Reaes*, 1783; *Regimentos do auditorio ecclesiastico do arcebispado de Evora, e da sua Relação*, etc, Evora, 1598; *Regimentos em que se dá nova fórma á cavallaria e infantaria*, etc., *agora novamente impresso e accrescentado com as resoluções de Sua Magestade desde o anno de 1710 até o de 1716, e os Regimentos do Conselho de Guerra, dos Governadores das armas, dos Capitães-móres*, etc., Lisboa, 1718; reimpressos em 1753; 2 tomos; *Regimentos e Ordenações de Fazenda*, etc.; tem no fim o anno de 1516; 2.ª edição em 1548; imprimiu-se terceira vez em 1682; *Regimento da fórma por que se ha de fazer a receita e despesa do cabedal, que Sua Majestade, que Deus guarde, tem applicado á repartição da junta dos tres estados pelo thesoureiro-mór da mesma junta*, Lisboa, 1759; *Regimento da fórma por que se ha de fazer o lançamento e cobrança das decimas, que os tres estados do reino offereceram n'estas côrtes para a despeza da guerra*, Lisboa, 1759; *Regimento interno da escola mathematica e militar de Nova Gôa*, Nova Gôa, 1868; saiu antes no *Boletim do governo do estado da India*, n.º 53, do mesmo anno; *Regimento interno do instituto profissional de Nova Gôa*, Nova Gôa, 1871; outra edição em 1874; *Regimento interno da junta geral do districto de Horta, approvado em sessão de 19 de novembro de 1883*, Horta, 1884; *Regimento da junta geral do districto de Ponta Delgada*, Ponta Delgada, 1880; *Regimento da Procuratura dos negocios sinicos de Macau, approvado por decreto de 20 de novembro de 1877*, Lisboa, 1878; outra edição em 1892, approvado por decreto de 22 de dezembro de 1881; *Regimento dos preços dos medicamentos simples, preparados e compostos, pelo qual se devem regular os boticarios d'este estado*, Nova Gôa, 1843; *Regimento dos preços pelos quaes os boticarios devem vender os medicamentos, que lhes fôrem receitados para o curativo dos doentes unicamente, feito pelo mandado da Rainha Nossa Senhora, pela real junta do proto medicato d'este reino e conquistas*, etc., Lisboa, 1789; ha mais as seguintes edições, todas em Lisboa: 1805, 1826, 1831, 1833, 1834, 1850, 1851, 1857, 1858, 1859, 1866 e 1876; *Regimento dos provedores e conselhos de parochia*, Angra, 1833; *Regimento para a administração do beneficio do bagasso da azeitona, que Sua Majestade manda applicar a sua real fazenda, e manda guardar em os reinos da corôa de Portugal*, Madrid, 1630; *Addição ao regimento para a administração do beneficio do azeite*, etc., Madrid, 1631; *Regimento provisional para o serviço e disciplina das esquadras e navios da armada real, que por ordem de Sua Majestade deve servir de regulamento aos commandantes das esquadras e navios da mesma Senhora*, Lisboa, 1796; *Regimento do Terreiro da cidade de Lisboa, no anno de 1779*, Lisboa, 1779; *Regimento da Mordomia-Mór*, cópia tirada do original, o qual foi feito no anno de 1573, o qual contém todas as suas obrigações, e de todas as qualidades de foros que ha e das suas moradias correspondentes. E de todos os officios que ha em toda a Casa Real, d'onde elle domina; e ainda nos de cá de fóra d'onde tem poder sobre todos, como melhor se verá no contesto que se segue. No verso d'esta folha tem: «Foi feito o original d'onde se extrae esta cópia á duzentos e dezoito annos por ter sido o total feito em o reinado de El-Rei D. Sebastião no Anno de 1573.» Este manuscripto pertenceu ao poeta Guerra Junqueiro, e por este foi dado ao genealogista Mardel, que o deu depois a Brito Aranha, continuador do *Diccionario Bibliographico*. O actual possuidor é o sr. conde de Sabugosa, a quem o citado sr. Brito Aranha o offereceu.

Reginte. Pov. na freg. de S. Miguel, de Bustello, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Registo. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Esperança, conc. de Arronches.

Rego. Appellido nobre em Portugal, parece que tomado da aldeia do Rego, na comarca de Guimarães. Nos registos de D. Fernando I se faz menção de Gonçalo Vasques do Rego, seu vassalo, ao qual deu uma quinta na Ribeira de Loures. D. João I armou cavalleiro, na batalha d'Aljubarrota, a Alvaro do Rego. As suas armas são: Em campo verde, banda de ondas de azul e prata, carregada de tres vieiras de ouro, realçadas de negro; elmo de aço, aberto; e por timbre, uma das vieiras do escudo, entre duas plumas do verde, guarnecidas de ouro.

Rego *(P. Antonio).* Jesuita. N. no Carvalhal, do patriarchado de Lisboa em 1625, fal. em Roma a 23 de fevereiro de 1709. Era filho de Luiz Henriques e de Lucrecia do Rego. Entrou na Companhia de Jesus no noviciado de Lisboa a 14 de março de 1639. Completando os estudos escolasticos, manifestando grande capacidade politica o maudou el-rei D. Pedro II como residente a Roma onde desempenhou as obrigações do seu cargo com a maior competencia. Das grossas propinas que recebia das Bullas expedidas para os bispos, despendeu 20:000 cruzados no ornato da capella da Senhora da Estrada, e com faculdade pontificia quo teve de testar, deixou 8:000 cruzados a cada uma das missões da China, Japão, Malabar e Maranhão. Fal. na Casa Professa de Roma. Escreveu: *Octiduo para se rezar nos oito dias precedentes á festa de Santo Ignacio*, Roma.

Rego *(Antonio José do).* Compositor de musica, cantor da capella real e organista. Foi alumno do Seminario Patriarchal, para onde entrou em 1778, tendo tido por mestre de contraponto João de Sousa Carvalho. Entrou para a irmandade de Santa Cecilia a 23 de julho de 1783. Em 1805 era mestre no theatro da Rua dos Condes, para o qual escreveu a musica de diversas farças, e a de um *Elogio* cantado pela popular actriz Dorothéa a 19 de outubro do referido anno. Em 1807 occupou o logar de mestre no theatro de S. Carlos, e por essa occasião escreveu as seguintes operas, que n'esse anno ali se cantaram: *Il Trionfo di Emilia*, *Il Conte di Saldagna*, em collaboração com outros autores; *Alessandro in Efeso.* Compoz tambem uma aria para a opera *Caravana do Cairo*, de Gretry. Tambem foi director dos theatros do Bairro Alto e Salitre, para os quaes escreveu muitas peças. Uma d'ellas, que teve exito popular, foi a burleta *Os velhos gaiteiros*, representada no Salitre em 1814. Quando a 15 de setembro de 2821 se lançou a primeira pedra do monumento á Constituição que se projectára levantar no Rocio, Antonio José do Rego dirigiu a missa cantada n'essa solemnidade, e composta expressamente por elle. Tinha proposto ás côrtes a execução da sua obra com grande espleudor, mas encontrando difficuldades por causa da despeza, orçada em 600$000 reis, fez com que os seus collegas se offerecessem para executal-a gratuitamente, o que se realisou. *(Diario do Governo* de 29 de agosto e 11 de setembro de 1821*)* Falleceu pouco tempo depois, mas ignora-se a data exacta.

Rego *(Antonio Silvestre).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em Lagos, no anno de 1837, fal. a 22 de março de 1906. Completou a sua formatura em 1859, dedicando-se desde logo á carreira administrativa. Foi muitos annos administrador do concelho de Lagos; em 1867 exerceu o cargo de auditor na 3.ª divisão militar, com a séde no Algarve. De 1874 a 1881 foi secretario geral dos governos civis de Faro, Evora, Leiria e Aveiro. Tambem foi governador civil de Faro, militando no partido regenerador, ao lado de Luiz Bivar, chefe d'esse partido no Algarve. Em fevereiro de 1887 teve a nomeação de redactor da camara dos deputados, sendo elevado em 1899 a chefe da repartição de redacção. Era vogal secretario da junta administrativa da camara dos deputados, funcções que exerceu, nos intervallos parlamentares, até á data da sua morte.

Rego *(Carlos Alberto Martins do).* Conego da Sé Patriarchal de Lisboa. Nasceu n'esta cidade a 22 de setembro de 1865, sendo filho de José do Rego e de D. Maria José de Barros e Silva do Rego. Tem o curso do seminario de Santarem. Em 4 de agosto de 1889 ordenou-se de presbytero, sendo n'esse mesmo anno convidado pelo patriarcha D. José Netto para exercer o cargo de seu capellão particular, em que se conservou até 1896. Tambem o nomeou ajudante do secretario da camara e curia patriarchal; houve-se no exercicio d'este honroso cargo com tanto zelo e competencia que, vagando o logar de secretario pela nomeação de Monsenhor Daniel Ferreira de Mattos para conego da sé de Lisboa, foi apresentado n'aquelle logar por el rei D. Carlos, por decreto de 25 de setembro de 1890 e carta regia de 29 de novembro, tomando posse a 11 de dezembro do mesmo anno. No desempenho d'esta difficil commissão deu provas do maior zelo, sendo incançavel na nova organisação que deu ao archivo do registo parochial e da camara patriarchal, levando-o o seu espirito investigador e criterioso a pesquisar importantes documentos que coordenou, entre estes os respeitantes a D. Nuno Alvares Pereira, de maior valia para o processo da sua beatificação. No desempenho d'este trabalhoso cargo, ainda pôde dispôr de tempo para acceitar a capellania da capella da Saude, para que foi nomeado em 27 de novembro de 1893. Por alvará de 19 de novembro de 1897 el-rei D. Carlos o agraciou com o fôro de capellão fidalgo da Casa Real, em attenção aos muitos serviços prestados á religião do Estado. Em 1899 Leão XIII o nomeou seu camarista de honra, competindo-lhe por isso o titulo de monsenhor. Por um breve pontificio de 4 de fevereiro de 1903, o mesmo pontifice o elevou a seu prelado domestico, concedendo-lhe as honras de Proto Notario Apostolico *ad instar participandium.* Leão XIII, por occasião do jubileu do anno santo, tambem o agraciou com a cruz da benemerencia. Por decreto de 2 de maio de 1904 e carta regia de 11 do mesmo mez, foi apresentado conego da Sé Patriarchal de Lisboa. Em junho de 1907 o cardeal patriarcha D. José Netto o chamou para seu secretario particular, nomeando-o em seguida desembargador da Relação e Curia Patriarchal e chanceller do Patriarchado. Monsenhor Carlos Rego tem exercido tambem a sua acção no meio social, e assim o Circulo Catholico da Immaculada Conceição, uma das mais numerosas agremiações operarias, o elegeu seu presidente. O jornal *A Associação Operaria*, orgão da *Associação de Soccorros Mutuos a Democracia Christã*, no seu numero de 3 de setembro de 1907, dirige a monsenhor Carlos Rego phrases muito elogiosas. São importantes os benefi-

cios que tem prestado ás associações: *Propagan da Fé, Propagadora das Publicações catholicas* e *Democracia Christã.*

Rego *(Chrispim do)*. Physico-mór do reino e medico da Casa Real. Foi nomeado medico do hospital de Todos os Santos em 1642, indo substituir o dr. Manuel de Faria. Abandonou o logar no referido anno, succedendo-lhe Antonio de Lima Barbosa.

Rego *(Christovam de Barros do)*. Foi governador das ilhas de S. Thomé e Principe em 1657.

Rego *(Domingos Civens Alves do)*. Gravador na Casa da Moeda e do Papel Sellado. Nasceu na Eira Velha da freguezia das Colmeias, em 17 de fevereiro de 1873, sendo filho de Domingos do Carmo Rego, que foi professor official durante 22 annos nas Colmeias e 8 annos na Vieira, e de Angelica Maria, e irmão do sr. Manuel Alves do Rego. Revelando de pequeno, grande vocação para a gravura, houve quem o resolvesse a estudar, e passou então a frequentar a escola industrial de Leiria e continuando depois no curso nocturno da academia de Bellas Artes, foi admittido na Moeda, como gravador.

Rego *(Fr. Faustino do)*. Monge cisterciense. N. na villa de Santa Catharina, situada nos coutos d'Alcobaça. Entrou no convento d'esta invocação onde viveu sempre. Em 1525 escreveu uma série de obras historicas sobre a ordem de S. Bernardo, fundação dos seus differentes conventos em Portugal, etc. Esta obra não chegou a imprimir-se, conservando-se o manuscripto na bibliotheca do mesmo convento. Deixou ainda mais manuscriptos.

Rego *(P. Francisco do)*. Nasceu na aldeia de Naúla na ilha de Gôa, em 1635, fal. em 1686. Era filho de Nicolau do Rego e de Angela Rodrigues. Foi muito erudito em theologia escolastica e moral, e licenceado em ambos os direitos. Exerceu os cargos de protonotario apostolico, promotor fiscal do ecclesiastico, e procurador de mitra primacial de Gôa, em que foi provido pelo arcebispo D. Fr. Antonio Brandão. Tambem se distinguiu muito como prégador, sendo considerado um dos mais afamados do seu tempo. Foi poeta latino. Sendo vigario na egreja de S. Braz, passou á freguezia de Sant'Anna, onde fundou a sua sumptuosa egreja. Deixou manuscriptas varias comedias e um *Tratado apologetico da sua nação brahmane.*

Rego *(D. Francisco Xavier do)*. Clerigo regular theatino. N. em Lisboa em 1692 ou 1694, fal. em Madrid a 8 de junho de 1738. Era filho de João do Rego e de D. Maria Cabral Torão. Entrou na congregação de S. Caetano, no convento de Lisboa, a 5 de maio de 1712, e apezar de padecer muito de ataques epileticos, entregou se com grande zelo ao estudo, e prégou em Lisboa com grande fama, até que se retirou para Madrid, onde tambem prégou muitos sermões na lingua castelhana. Em Madrid assistiu muitos annos na Casa de Nossa Senhora dos Favores, da sua congregação theatina. Era afilhado do conde de Unhão, com quem se correspondia d'aquella cidade. Escreveu: *Vida de Santa Victoria, virgem e martyr portugueza*, Lisboa, 1721; consta que o conde de Unhão lhe déra 48$000 reis para as despezas da impressão d'esta obra; *Sermão da Paixão de Nosso Senhor Jesus Christo, prégado na egreja de N. S.ª da Divina Providencia*, Lisboa, 1726; *Sermão das Sete Dores de Nossa Senhora, prégado na Santa Egreja Patriarchal*, Lisboa, 1727; *Avisos importantes para a salvação, praticados em alguns exercicios precisamente necessarios para uso d'um verdadeiro christão*, Lisboa, 1727; saíram n'esta edição com o nome de Francisco Cabral do Torão; houve outra edição em 1739, e ainda outra em 1750; *Corôa mystica do grande patriarcha Santo Agostinho*, etc., Lisboa, 1720.

Rego *(Francisco Xavier do)*. Com este nome se publicou a seguinte obra, mas não se conhecem dados alguns biographicos do seu autor: *Tratado completo da navegação, que contém as proposições e praticas da geometria; um tratado da esphera e astronomia; as taboadas do nascimento do sol, a sua ascensão recta e declinação*, etc., *offerecido a el-rei D. José I*, Lisboa, 1764; com 9 estampas.

Rego *(Gregorio Nazianzeno do)*. Engenheiro naval. N. a 9 de maio de 181 ; fal. a 21 de novembro de 1860. Entrou para a Academia Real de Marinha, quando tinha apenas 13 annos de edade, manifestando desde logo muita intelligencia e dedicação aos estudos. Sendo premiado nos exames, começou a explicar mathematica, servindo assim, apezar da sua pouca edade, de amparo á familia, que vivia com bastantes difficuldades. Passando depois a frequentar a Escola Polytechnica, obteve os primeiros premios em quasi todas as cadeiras, e entrando para o corpo docente d'esta escola como lente substituto, foi em 1840 admittido como aspirante no corpo de constructores navaes, sendo promovido a segundo tenente em 1843. Mandado em 1844 estudar a França as construcções navaes, voltou a Lisboa em agosto de 1846, tendo feito um curso brilhante e recebido attestados os mais honrosos, como por exemplo o do director da escola de Lorient, que declara ter o estudante portuguez «dado sempre provas de um talento raro e da maior assiduidade, sendo superior aos mais distinctos alumnos não só em conhecimentos theoricos mas tambem em trabalhos graphicos» Tendo sido despachado em 1845 lente da Escola Naval, dedicou-se depois do seu regresso á patria, ao ensino, e n'essa difficil carreira alcançou a maior consideração de todos os seus collegas e de todos quantos amavam a sciencia, e a estima e a affeição dos discipulos. Em 1880 publicou: *Nota sobre o methodo de determinar o ponto de partida pela marcação de dois cabos*; *Considerações sobre a marinha portugueza*, e a *Commissão de inquerito e a reforma do Arsenal.*

Rego *(Ignacio Barreto do)*. Governador da capitania do Pará, que então se separou da do Maranhão, nomeado em 1652. Teve grandes contendas com os jesuitas para pôr em execução as leis relativas á liberdade dos indios, e falleceu em 1653.

Rego *(José Antonio da Silva)*. Escriptor do seculo XVIII. Alferes de infantaria e academico applicado, Escreveu: *Proverbios de Salomão, traduzidos em portuguez*, Lisboa, 1774; *Compendio das metamorphoses de Ovidio*, nova edição em 1815; não se conhece a data da primeira; *Elementos de arithmetica especulativa e pratica*, Lisboa, 1779; *Geographia moderna, precedida d'um pequeno tratado da esphera e globo terrestre*, etc., Lisboa, 1780; 10 tomos; *Dialogo de arithmetica, em que se*

explicam as quatro especies de contas, etc., *com um resumo de sentenças e proverbios*, Lisboa, 1774.

Rego *(José Ernesto de Carvalho)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa e da Rosa do Brazil; do conselho d'el rei; doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, lente de prima jubilado e vice-reitor da mesma Universidade, etc. N. na aldeia de Mollães da freguezia de Penajoia, concelho de Lamego, a 17 de fevereiro de 1799; fal em Coimbra a 28 de novembro de 1875. Era filho de José da Encarnação Carvalho e Rego, proprietario e professor de musica, e de D. Anna Joaquina d'Almeida. Foi monge benedictino com o nome de Fr. José Ernesto de S. Bento, e entrou na congregação benedictina, recebendo o habito no convento de Tibães, que lhe foi lançado a 14 de março de 1816, pelo superior do dito convento, Fr. José de S. Lourenço Justiniano, e professou a 8 de março de 1817. Estudou com o mestre de noviços Fr. Antonio do Coração de Maria. A 23 de setembro de 1818 foi para o convento de Rendufe, frequentar philosophia, e a 30 de setembro de 1819 passou para o collegio de Coimbra, onde completou o curso de philosophia. A 17 de dezembro de 18 0 tomou ordens menores, conferidas pelo abbade do mesmo collegio de Coimbra, e no dia 23 seguinte a ordem de sub-diacono pelo bispo da Guarda; a 10 de fevereiro de 1821, o bispo de Lamego lhe conferiu a ordem de presbytero, no convento de Santa Cruz, de Coimbra, e a 7 de abril do mesmo anno, o bispo de Coimbra lhe conferiu a ordem de diacono. Em outubro, tambem de 1821, matriculou-se Carvalho Rego no 1.º anno de Theologia na Universidade, e foi premiado n'esse anno e no seguinte, não o sendo nos outros, por serem prohibidos os premios por uma carta regia. Em maio de 1825 tomou o grau de bacharel e fez a sua formatura em maio de 1826; em outubro d'este anno matriculou-se no 6.º anno de Theologia, defendeu conclusões magnas em 29 de março de 1825, fez exame privado a 8 de maio e doutorou-se a 18 d'este mez e anno de 1828. A 4 de julho de 1828 fôra eleito superior do collegio de Coimbra; em outubro de 1829 foi abrir o collegio de Theologia de Rendufe, e regressando ao collegio de Coimbra em maio de 1830, foi eleito seu prior a 7 de agosto do mesmo anno; a 9 de junho de 1831 tornou a ser eleito prior d'este collegio. A 20 de fevereiro de 1837 foi nomeado lente substituto extraordinario de Theologia e secretario da mesma faculdade; a 5 de março de 1840, lente substituto ordinario, por decreto de 4 de março de 1846 lente cathedratico, e por decreto de 27 do mesmo mez e anno lente proprietario da 6.ª cadeira theologica, havendo sido 9 annos lente substituto, e regido 6 annos consecutivos a cadeira de theologia moral. Por decreto de 19 d'abril de 1854 foi nomeado vice-reitor interino da Universidade, em seguida á demissão dada ao reitor D. José Manuel de Lemos, que foi bispo de Bragança, de Vizeu e de Coimbra; e por decreto de 26 de julho do mesmo anno, vice-reitor proprietario e vitalicio, regendo a Universidade com geral acceitação, até que foi nomeado reitor o visconde de S. Jeronymo, Basilio Alberto de Sousa Pinto. Sendo este demittido, continuou o dr. José Ernesto de Carvalho Rego a reger a Universidade, até ser nomeado reitor o conselheiro Vicente Ferrer Netto de Paiva; pela demissão d'este reitor, assumiu outra vez o governo da Universidade, até á nomeação do novo reitor Antonio Luiz de Seabra, depois visconde de Seabra, e em seguida á exoneração d'este, em 24 de julho de 1868, novamente regeu a Universidade o dr. Carvalho Rego, até que em 9 de julho de 1869 foi nomeado reitor o visconde de Villa Maior. Nas diversas vezes em que o dr. Carvalho Rego regeu a Universidade, fizeram se ali importantes reformas, especialmente na sala dos capellos, museu e jardim botanico. Antes de ser nomeado vice reitor, já havia feito parte da commissão, nomeada pela portaria de 7 de novembro de 1853, encarregada de propôr as medidas mais convenientes para a reorganisação da typographia da Universidade, tanto na parte administrativa como na mechanica. Em 26 de janeiro de 1854 celebrou a Universidade exequias solemnes por alma da rainha D. Maria II, que fallecera a 15 de novembro de 1853, sendo o dr. Carvalho Rego encarregado de pronunciar a oração funebre, a qual foi impressa no mesmo anno na imprensa da Universidade. O dr. José Ernesto de Carvalho Rego foi agraciado com a commenda da ordem da Conceição por decreto de maio de 1852; o titulo de conselheiro foi-lhe concedido por decreto de 2 d'abril de 1855; a 3 de fevereiro de 1866 recebeu a mercê da commenda da ordem da Rosa, do Brazil, e pela portaria de 8 de maio do mesmo anno, o governo portuguez lhe permittiu acceitar esta commenda e usar as respectivas insignias; por decreto de 1 de agosto de 1866 foi agraciado com a commenda da ordem de Christo; por decreto de 19 de julho de 1857 foi nomeado fidalgo da Casa Real; por decreto de 6 de maio de 1857 foi nomeado lente de prima, decano e director da faculdade de Theologia, pela jubilação concedida a Luiz Manuel Soares, e finalmente jubilou-se por decreto de 6 de julho de 1868. Foi tambem provedor da Misericordia e examinador synodal, tendo, pela sua modestia, recusado a mitra do Algarve, e outras, que por vezes lhe fôram offerecidas.

Rego *(José Luiz do)*. Capitão de marinha mercante. Escreveu: *Viagens do capitão... á China, offerecidas ao ill.*^mo^ *e ex.*^mo^ *sr conde de Ceia*, Porto, 1822. O autor saíra de Lisboa a 24 de janeiro de 1820 com destino para Macau, mas circumstancias imprevistas, que occorreram, o impediram de seguir em direitura áquelle porto.

Rego *(José Maria de Moraes)*. General de divisão. N. em Angra do Heroismo a 6 de agosto de 1810, fal. em Lisboa a 24 de março de 1883. Era filho de Luiz Manuel de Moraes Rego. Assentou praça a 17 de janeiro de 1815, no batalhão d'artilharia d'aquella cidade, contando apenas a edade de 4 annos, 5 mezes e 11 dias; declarado cadete a 17 de janeiro de 1816, prestou juramento, e principiou a servir no batalhão n.º 5, em 17 de janeiro de 1825. Foi promovido a alferes a 12 de setembro de 1828, para o mesmo batalhão, do qual por decreto de 6 de agosto de 1832 foi nomeado ajudante depois de ter feito a campanha dos Açôres, assistindo ás acções da Villa da Praia, tomada das ilhas de Oeste, e acção da Ladeira da Velha, e tomada da ilha de S. Miguel, em que foi ferido gravemente, a 2 de agosto de 1831. Partiu com a expedição para o

Porto, que veiu desembarcar nas praias do Mindello, em 9 de julho de 1832, e seguiu os azares do seu bravo batalhão, assistindo á batalha de Ponte de Ferreira, dada em 23 do referido mez e anno, ficando levemente ferido. Por decreto de 17 de maio de 1833 foi nomeado tenente ajudante para o mesmo batalhão, que tinha por commandante o intrepido general Xavier da Silva Pereira, depois conde das Antas. Servir n'aquelle batalhão era uma gloria, mas era tambem um perigo; e n'elle fez Moraes Rego toda a campanha, assistindo á acção das Antas, em que foi gravemente ferido, á de 10 de outubro de 1832, saida das linhas de Lisboa a 5 de setembro de 1833, em que recebeu alguns leves ferimentos. Promovido a capitão para o batalhão naval em 1 de fevereiro de 1837, passou ao exercito com a antiguidade de 5 de setembro do mesmo anno, e nomeado ajudante do Real Collegio Militar, por decreto de 11 de maio de 1838. Achando-se no desempenho d'essa commissão, passou, por ordem do ministro da guerra, a servir ás ordens do commandante da 1.ª divisão militar, em 15 de janeiro de 1839, 4 de janeiro e 27 de maio de 1840, e 4 de maio de 1841, sem que fôsse exonerado d'aquella commissão, o que tambem succedeu quando foi collocado no regimento de granadeiros da rainha, por decreto de 11 de dezembro de 1842. Foi elle quem primeiro pôz em pratica, com os alumnos do Collegio Militar, a tactica que muitos annos depois foi substituida, de cuja execução mostrou a possibilidade, apezar de muito complicada. Pela ordem de 14 de outubro de 1845 foi exonerado da commissão que exercia no Collegio Militar. Quando, por effeito da revolução de 6 de outubro e contra revolução de 9 do mesmo mez de 1846, se mobilisou o exercito, foi nomeado instructor de recrutas do deposito da Graça, em 14 de fevereiro de 1847, e logo a 1 de março seguinte declarado seu commandante. O methodo, ordem e assiduidade que empregou n'este serviço, instruindo milhares de recrutas que fôram preencher as fileiras do exercito, foi altamente apreciado, e tanto que, apezar de capitão, foi encarregado de organisar o batalhão de caçadores n.º 2, que commandou com esse posto desde agosto d'esse anno, e continuou a commandar quando promovido a major por decreto de 23 de março de 1850, contando a antiguidade de 4. Pouco depois era nomeado chefe interino do Estado Maior dos batalhões nacionaes de Lisboa. Foi nomeado 2.º commandante da guarda municipal de Lisboa por decreto de 31 de maio de 1851. A 26 de janeiro de 1858 foi promovido a tenente-coronel, e 2.º commandante do deposito geral de recrutas de Mafra no dia 1 de julho de 1859. A 8 de fevereiro de 1861 foi promovido a coronel; a general de brigada a 26 de janeiro de 1870; n'esse mesmo anno foi nomeado commandante d'uma das brigadas de instrucção e manobra Ainda em 1870 foi chamado ao ministerio, no gabinete presidido pelo marquez, e depois duque d'Avila, encarregando-se da pasta da guerra. Depois foi por alguns annos director da administração militar, dando desenvolvimento a esse ramo de serviço, fazendo montar em diversos pontos as padarias militares. Em 1871 teve o encargo das inspecções dos corpos de infantaria e caçadores, e sendo promovido a general de divisão em 1382, foi nomeado commandante da 4.ª divisão militar, e pouco tempo depois commandante interino da 3.ª divisão, no Porto, substituindo no seu impedimento o general marquez de Torres Novas. Adoecendo n'aquella cidade, recolheu-se a Lisboa, onde falleceu. O general Moraes Rego era commendador da ordem da Torre e Espada, de que já era cavalleiro desde 6 de outubro de 1832; da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; grã-cruz da de S. Bento de Aviz; da de Carlos III, de Hespanha, pelos serviços prestados nas acções de 22 e 23 de julho do mesmo anno. Possuia a medalha de D. Pedro e D. Maria, algarismo n.º 9.

Rego *(Pedro Vaz)*. Notavel mestre de capella na cathedral de Evora. N. em Campo Maior a 8 de março de 1670, fal. em Evora a 8 d'abril de 1736. Era filho de Manuel Vaz Rego e de Brites Lopes. Cursou musica e latim no seminario de Evora, onde era mestre Diogo Dias Melgaço. Foi muito apreciado na poesia portugueza e na castelhana. Exerceu por algum tempo o cargo de mestre da capella na sé d'Elvas, voltando depois, em 1697, a Evora para substituir Melgaço, que estava doente, tornando-se seu successor, quando este falleceu, em 1700. Mais tarde foi elevado a reitor do seminario, logar que exercia quando falleceu. Pedro Vaz Rego deixou manuscripto um *Tratado de musica*, e uma obra intitulada : *Defensa sobre a entrada da novena da Missa Scala Aretina, composta pelo padre Francisco Valls, mestre da Cathedral de Barcelona.* Consta que no cartorio de musica da sé de Evora se conservavam as seguintes composições: 1.ª Missa a 4 côros; 2.ª Missa a 2 côros; 3.º Duas missas de estante, intituladas: 1ª *Tantum ergo Sacramento*, com um enigma no *Agnus Dei;* 2.ª *Ad Omnem Tonum;* 4.º Psalmos a 4 côros; 5.º Hymnos, motetes e graduaes a diversas vozes. 6.º Lamentações da semana santa, a 3 côros; 7.º Textos da Paixão, a 4 vozes; 8.º Villancicos do Natal, Conceição, Epiphania, etc. Escreveu: *Terremotos de Sicilia*, em verso, Evora, 1690; foi escripto sendo ainda o auctor collegial no seminario; *Fama posthuma do Excellentissimo Duque do Cadaval o Senhor Nuno Alvares Pereira de Mello; romance heroico;* saiu nas *Ultimas Acções do mesmo Duque*, Lisboa, 1730; *En ora buena, que dio Evora Ciudad á la Serenissima Señora Princeza del Brazil nuestra Señora*, Lisboa, 1729; *Romance endecasylabo no dia dos annos do Serenissimo Senhor Infante D. Antonio; Soneto do faustissimo dia de annos do serenissimo Senhor D. Antonio*; *En alabança de la Salve Regina que compuso en Musica Su Alteza Real de la Serenissima Princeza de las Asturias; romance heroico; No applauso que a cidade de Evora fez pelo doutoramento do Serenissimo Senhor D. José; romance gratulatorio; Memorial no faustissimo dia de annos do Serenissimo Senhor Infante D. Antonio que Deus guarde; romance heroico; Relação das Festas com que a cidade de Evora celebrou as alegres noticias que recebeu em 2 de junho de 1706;* compoz a Musica, e recopilou estas Memorias Pedro Vaz Rego, Mestre da Capella da Santa Sé, Cathedratico de Musica na mesma, e Reitor do Collegio do Illustrissimo Senhor Arcebispo; Evora, 1706. As alegres noticias que aquellas festas celebraram, fôram, segundo declara o mesmo folheto: 1.ª As melhoras do infante D. Manuel; 2.ª A Restauração de Barcelona; 3.ª A Conquista de Ciudad Real pelo marquez das Minas; 4.ª A che-

gada das frotas e naus da India carregadas de grandes riquezas.

Rego *(Roque de Barros do).* Foi o 17.º governador das ilhas de Cabo Verde, para quo foi nomeado em 1648, fallecendo n'este mesmo anno.

Rego *(P. Sebastião do).* Era canarim, brahmane, de origem, pois nasceu em Neura, districto da ilha de Gôa. Desconhecem-se as datas do nascimento e fallecimento, mas presume-se que nascesse, pouco mais ou menos, em 1699. Foi primeiramente clerigo secular e parocho d'algumas egrejas da diocese de Gôa; depois vestiu o habito da congregação do oratorio, de S. Filippe Nery, a 20 de janeiro de 1730. Foi encarregado da missão do Canará, e ali fundou uma egreja, com operarios e officiaes que levou de Gôa. Escreveu: *Vida do veneravel P. José Vaz, da congregação do Oratorio de S. Filippe Nery da cidade de Gôa, fundador da laboriosa missão que os congregados d'esta casa tem á sua conta na ilha de Ceilão*, Lisboa, 1745; houve 2.ª edição, publicada em Margão, em 1867; n'esta reimpressão foi accrescentado, do P. Rego, o seu: *Sermão de Santa Cruz dos Milagres, titular da congregação do oratorio de Gôa;* que no anno de 1745 recitára, dedicando o a el-rei D. José I, cuja primeira edição appareceu em Lisboa, em 1759. Deixou varias obras ineditas.

Rego *(Valentim Evaristo do).* Engenheiro. N. em Lisboa em 1852, fal. a 22 de maio de 1884. Era irmão do engenheiro naval Gregorio Nazianzeno do Rego. (V. *este nome).* Era ainda muito novo quando foi empregado na Companhia de obras publicas, organisada em 1845 a 1846 sob o governo do conde de Thomar. Suspensos os trabalhos da Companhia por causa dos successos politicos d'esse tempo, passou pouco depois para o antigo Archivo Militar. Tendo o curso da Escola Polytechnica, foi escolhido para ir a França estudar engenharia na escola respectiva, e para ali partiu juntamente com outros companheiros de estudo. Terminando o curso voltou a Portugal trazendo attestados importantes da sua applicação e conhecimentos. O governo havia estabelecido um premio de 200$000 réis para o melhor album de desenhos que os subvencionados apresentassem, e esse premio foi dado a Valentim do Rego. O governo logo o encarregou de fazer os projectos da estrada de Chaves a Cavez, Villa Pouca d'Aguiar, etc. Concluindo este serviço, foi nomeado director das obras publicas na Figueira da Foz e em Coimbra. Mais tarde, sendo director geral dos telegraphos e faroes do reino o engenheiro José Victorino Damasio, foi Valentim do Rego nomeado inspector dos telegraphos. Por morte de José Victorino Damasio foi occupar aquelle cargo José Diogo Mousinho, e quando falleceu este engenheiro, assumiu Valentim do Rego o logar de director. Fôram importantissimos os serviços que prestou, no exercicio do seu cargo. Coube-lhe a parte espinhosa de representar Portugal, ainda como inspector, nos congressos telegraphicos de Vienna d'Austria e de Roma, e depois como director, no de Londres em 1878. No congresso de Vienna d'Austria, Valentim do Rego tornou-se do tal fórma distincto, que, de modesto representante d'um paiz pequeno, passou a occupar a primeira plana, depois d'uma discussão em que mostrou uma proficiencia muito acima do commum, que o fez respeitar, sendo nomeado para todas as commissões e decidindo-se a maior parte das questões segundo o seu parecer. No congresso de Londres, depois de ter rebatido as asserções do proprio ministro des correios e telegraphos do França, Mr. Cochery, que tinha usado da palavra pela primeira vez para combater a taxa fundamental, viu-se apoiado na sua opinião pelos delegados da Belgica e da Austria. Quando Valentim do Rego chegou a Portugal foi exonerado do seu cargo de director dos telegraphos pelo ministro das obras publicas, o conselheiro Saraiva de Carvalho. Algum tempo depois o illustre engenheiro teve a nomeação de chefe da repartição de obras publicas do ministerio respectivo. A sua saude, porém, estava abalada, e pouco o deixou gosar do seu novo cargo. Desde dezembro de 1881, que a doença que o prostrara, principiou a atacal-o dolorosamente. Ora melhor, ora peor, desde 1882 que a sua vida era uma lucta com a morte, até que succumbiu.

Rego. Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. do Minho, conc. e com. de Colorico de Basto, distr. e arceb. de Braga; 286 fog. e 1:001 hab. Tem esc. do sexo fem. Está situada a 1 k. da estrada real de Fafe á ponte de Cavez, a 9 da margem direita do rio Tamega, o a 13 de Freixieiro, séde do conc. O D. abbade benedictino do convento de Pombeiro apresentava o vigario que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz, e produz muito bom vinho denominado de *Basto*. Cria muito gado de toda a qualidade, que exporta, e nos seus montes ha muita caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Abbade de Neiva, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho, de Alvaredo, conc. do Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Arada, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Campo, conc. de Povoa do Lanhoso, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Campos, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Canedo, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Mamede, de Caniçada, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Ilha da Madeira; S. Salvador e conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal. || Santa Christina, de Couto, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Martinho, de Dume, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago, de Fontão, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Freiriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Claudio, de Geme, do mesmo conc. e distr. || Santo Estevão, de Geraz do Minho, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || S. Salvador, do Ginzo, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Gondoriz, conc. de Arcos de Valle-de Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Gontinhães, conc. de Caminha, do mesmo distr. || Santo Ildefonso, conc. de Elvas, distr. de Portalegre. || S. João Baptista, do Loredo, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Thiago, de Lustosa, conc. de Louzada, do mesmo distr. || S. Mamede, de Madail, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. do Leiria. || Santo André, de Molares, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Navarra, conc. e distr. de Braga. || S. Mamede, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, distr. do

Porto. || S. Miguel, de Oriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Simão, de Oyan, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Salvador, de Portella Suzã, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Lourenço, de Prado, conc. de Melgaço, do mesmo distr. || S. Pedro, de Riba de Moiro, conc. de Monsão, do mesmo distr. || S. Pedro, de Seixas, conc. de Caminha, do mesmo distr. || Santa Maria, de Sobreposta, conc. e distr. de Braga. || N. S.ª d'Annunciação, de Torredeita, conc. e distr. de Vizeu. || S. Romão, de Ucha, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, de Valbom, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Bartholomeu, de Veiros, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de Villar do Monte, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel de Villarinho, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Ilha do Corvo; N. S.ª dos Milagres, de Milagres, conc. de Villa do Corvo distr. de Horta.

Rego d'Agua. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Magdalena, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Lourenço, de Alhos Vedros, conc. da Moita, distr. de Lisboa. || Santa Maria de Alcaçova e conc. de Montemór-o Velho, distr. de Coimbra.

Rego da Amoreira. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Alcochete, distr. de Lisboa.

Rego de Arada. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro.

Rego de Azar. Pov. na freg. de Santa Comba, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Rego de Baixo. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Maceda, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Figueiró do Campo, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Rego da Barca. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. da Torre de Moncorvo, distr. de Bragança.

Rego de Barros *(Luiz do)*. Governador do Pará, que em 1633 foi encarregado de governar aquella capitania, com independencia do governo de Maranhão, mas era tal a sua severidade e fôram taes as suas injustiças que a capitania se revoltou, e o governador teve de fugir.

Rego de Benfins Pov. na freg. de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra.

Rego Botelho *(Antonio Maria Holtreman do Rego Botelho de Faria, conde de)*. Proprietario na ilha Terceira, onde reside na cidade de Angra do Heroismo. N. na quinta do Dr. Holtreman em Santo Quintino, freguezia de N. S.ª da Piedade, onde foi baptisado, do conc. do Sobral de Monte Agraço, em agosto de 1851, sendo filho de João Manuel do Rego Botelho de Faria, que era morgado nas ilhas de S. Miguel e Terceira, e de D. Narcisa Adelaide das Neves Holtreman, neto paterno de João Maria do Rego Botelho e de Anna Elvira da Camara, e materno do Dr. Antonio Maria Ribeiro da Costa Holtreman e de D. Libania Augusta das Neves Holtreman. Casou a 25 de novembro de 1878 com D. Maria Sieuve de Menezes, filha dos condes de Sieuve de Menezes. D'este consorcio houve dois filhos: João Baldaia do Rego Botelho, e D. Margarida do Rego Botelho, actualmente viscondessa da Agualva, por ter casado com o visconde d'este titulo, Jacinto Carlos da Silva, residente em Angra do Heroismo.

Rego das Cannas. Pov. na freg. de S. Pedro, de Aradas, conc. e distr. de Aveiro.

Rego de Chaves. Pov. na freg. do Salvador, de Joanne, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Rego de Cima Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Maceda, conc. de Ovar. distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Figueiró do Campo, conc. de Soure, distr. de Coimbra

Rego Cimeiro Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Aguda, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Rego do Espinheiro. Pov. na freg. de S. Paio, de Requeixo, conc. e distr de Aveiro.

Rego Fundeiro Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Aguda, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Rego-Jardim Estação do Caminho de Ferro, na linha de Cintura, entre as das Laranjeiras e Entre Campos, freg. de S. Sebastião da Pedreira, 3.º bairro de Lisboa.

Rego da Leirosa. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Paião, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Rego Lima *(José Maria do)*. Capitão do estado maior de infantaria, lente da Escola do Exercito, engenheiro de 1.ª classe da secção de minas do corpo de engenheiros d'obras publicas, etc. N. em 11 d'agosto de 1851, fal. a 15 de setembro de 1901. Assentou praça no regimento de infantaria n.º 16 a 7 d'outubro de 1875, sendo promovido a alferes para o regimento n.º 2 de caçadores da rainha, a 8 de janeiro de 1879, tendo sido premiado em todos os annos do curso. Foi promovido a tenente em 31 d'outubro de 1884, e a capitão em 3 d'abril de 1893. Quando falleceu, era capitão do estado maior da sua arma, e o official n.º 1 para ser chamado ao tirocinio para major. Rego Lima, que tinha o curso de engenheiro de minas pela escola de Paris, fôra em 1898 á Africa Occidental, por ordem do ministerio das obras publicas, a fim de proceder a uns estudos nas minas de Cassinga. O trabalho excessivo, a que se entregou durante seis mezes n'aquellas regiões inhospitas, lhe prejudicou muito a saude, causando-lhe a morte, pois o victimaram as febres adquiridas em Africa. Foi incansavel como lente da Escola do Exercito, onde regia a 19.ª cadeira, geologia applicada, arte de minas, comprehendendo exploração de minas e preparação mechanica dos minerios: e devem-se-lhe muitos trabalhos sobre geologia.

Rego de Mansos. Pov. na freg. de S. Nicolau, conc. e distr. de Santarem.

Rego da Murta. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Alvaiazere, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 315 fog. e 1:318 habitantes. Tem escolas d'ambos os sexos e estação postal. Está situada junto da estrada que vae de Coimbra a Thomar, a 6 k da margem direita do rio Zezere, e a 12 da séde do conc. Houve aqui um convento, parece que de monges benedictinos, fundado em tempos remotos, e que ainda existia em 1159, como consta da doação que n'esse anno D. Affonso Henriques fez aos Templarios. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15 com a séde em Thomar. Tendo sido annexada ao conc. de Ferreira

do Zezere por decreto de 7 de setembro de 1895, que extinguiu o de Alvaiazere, voltou a este quando restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. || Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Rego do Outeiro. Pov. na freg. de Santa Maria, de Lijó, conc. de Barcellos, distr. de Braga

Rego Pinheiro. Pov. na freg. de S. Pedro, de Avintes, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. Tem caixa postal.

Rego Secco Pov. na freg. de S. Thiago, de Encourados, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Rego Travesso Povoações nas freguezias: N. S.ª de Aboboris, de Amoreira, conc. de Obidos, distr. de Leiria. || S. João da Boa Vista, de Oliveira do Fazemão, conc de Taboa, distr. de Coimbra. || N. S.ª d'Assumpção, conc. e distr. de Leiria.

Rego da Venda Pov. na freg. de Santo Antonio, de Oliveirinha, conc. e distr. de Aveiro.

Rego da Vide. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Côbro, conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Regoa *(Manuel Guedes Leite de Gouveia Tovar, 1.º visconde da).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra N. a 29 de março de 1835, sendo filho de José Guedes Leite de Figueiredo, capitão mór de Peso da Regoa e proprietario, e de sua mulher D. Maria Leonarda de Gouveia Tovar. Fal. no Funchal a 26 de fevereiro de 1893. Foi conservador privativo do registo predial da comarca de Peso da Regoa, tendo sido por varias vezes administrador do conc. da dita comarca, onde tambem era proprietario e capitalista. Casou a 18 de setembro de 1884 com D. Maria Ignez Gomes, filha de José João Gomes e de D. Floriana Joaquina de Jesus, e que falleceu em 19 de maio de 1904. Esta senhora era então já viuva de Luiz Carlos Pinto de Carvalho. O titulo foi concedido por decreto de 1 de setembro de 1887. O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo esquartelado: no primeiro quartel as armas dos Pereiras: Em campo vermelho uma cruz de prata florida e vasia do campo; no segundo as dos Pintos: Em campo de prata cinco quadernas de crescentes de púrpura, em aspa; no terceiro, as dos Cardosos: Em campo vermelho dois cardos de verde floridos, com flôres e raizes de prata, entre dois leões de ouro batalhantes, armados de vermelho; no quarto as dos Vellozos: Em campo vermelho um castello de prata com tres torres e acima de cada uma d'estas uma flôr de liz de ouro em chefe; o castello sobre um monte de sua côr com portas e frestas de negro e junto a este um açôr com uma perdiz nas unhas, tudo de suas côres; n'este brazão tem por differença uma brica de ouro e n'ella um trifolio preto Estas armas fôram conferidas por alvará de successão a José Pinto Velloso de Bouro Pereira, cavalleiro da ordem de Christo, a 27 de novembro de 1728.

Regoa. Villa da prov. de Traz-os Montes; esta antiga pov. e a de Peso fórmam o conc. e com. de Peso da Regoa, no distr. de Villa Real, bisp de Lamego. (V. *Peso da Regoa*, *Portugal*, vol. V, pag. 693 e seguintes) Accrescentaremos aqui a descripção do padrão ou cruzeiro do Senhor da Agonia. Este padrão, além da base, é constituido por uma columna de ordem composita, sobre cujo capitel se levanta uma pequena cruz, com a imagem de Christo de tosco lavor, sob a denominação de *Senhor da Agonia*. A imagem, apezar de pouco artistica, era muito venerada pelos devotos, que a tinham na conta de excessivamente milagrosa. Estava resguardada por uma especie de alpendre, no adro da egreja matriz. Os habitantes trataram de lhe erigir uma capella especial sob o seu titulo, e para ali removeram o padrão, que esteve muitos annos na sacristia, até que foi transferido para a porta de entrada, proximo do guardavento. A capella foi começada a construir em 1744, ficando concluida tres annos depois, tendo sido mestre da obra José Pereira Braga, que em 6 d'agosto d'aquelle anno passou recibo na importancia de 187$900 reis, primeiro pagamento da sua empreitada. Estes apontamentos são extraídos da obra impressa no Porto em 1907, sob o titulo de *Apontamentos para a historia da villa do Peso da Regoa*, por José Affonso Soares.

Regodeiro. Pov. na freg. de S. Martinho, de Múrias, conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Regoufe. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Alheira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Romão, de Carvalhosa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Pedro, de Covello de Paivô, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Salvador, de Ginzo, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Portella, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Regras. As armas pertencentes a este appellido, taes como se encontram no tumulo de João das Regras no convento de S. Domingos de Bemfica, são: Escudo franxado nos campos alto e baixo; em vermelho uma cruz de ouro florida e aberta, nos quarteis dos lados em campo de ouro uma serpente vermelha batalhante com as azas abertas e a lingua saida; timbre, as duas serpentes do escudo.

Regras *(João Affonso das)*. Notavel jurisconsulto mais conhecido pelo nome de João das Regras. Um dos vultos mais brilhantes da historia de Portugal, e um dos homens que maiores serviços prestou á independencia da patria. N. em Lisboa, sendo filho de Affonso Annes das Regras, pessoa de antiga nobreza, e de sua mulher Silvestra Esteves, tambem de familia nobre. Saiu de Portugal a estudar, como então havia costume, nas universidades estrangeiras o direito romano, que estava enthusiasmando, n'essa epoca, todos os espiritos cultos. A mais importante d'essas universidades era a de Bolonha, onde era professor o famoso Bartholo, que teve João das Regras por um dos seus discipulos mais brilhantes. Voltou á patria em 1382, e não podemos imaginar a edade que teria então. Se pudermos ter fé no que diz Barbosa Machado, na *Bibliotheca lusitana*, que elle morreu com 80 annos, teria n'esta occasião 58, edade muito adeantada para um homem que acaba de se doutorar. Se suppuzermos que Barbosa faz o calculo suppondo que elle morreu em 1442 por confusão que faz entre a era de Cesar e a de Christo, se nasceu portanto em 1362, teria só 20 annos, o que tambem é muito pouco para um homem que logo alcançou tamanha reputação, que el-rei D. Fernando I o consultava já em assumptos de magna importancia. Seja como fôr, o certo é que em 1383, quando o paiz se insurgiu

contra D. Leonor Telles e contra as pretenções do rei de Castella, João das Regras lançou se com ardor na causa nacional, e bandeou-se com o Mestre de Aviz que, não podendo dar-lhe os sêllos do reino, porque já os tinha Lourenço Annes Fogaça, tambem seu partidario, o nomeou chanceller interino, emquanto Lourenço Fogaça estava em Inglaterra negociando uma alliança. Prestou João das Regras no exercicio d'esse cargo relevantes serviços, e quando, levantado o cêrco do Lisboa e expulsos do reino pela primeira vez os castelhanos, em 1385, se tratou de se reunirem côrtes em Coimbra, para se tratar da escolha do rei. Estavam divididos os espiritos, porque havia nas côrtes muitos partidarios dos filhos de D. Ignez do Castro, que eram considerados legitimos, desde o momento em que D. Pedro I juráva solemnemente que fôra casado com D. Ignez de Castro. Esses partidarios tinham por chefe Martim Vasques da Cunha, e eram exclusivamente fidalgos, porque o povo pugnava todo pela causa do seu eleito, do Mestre de Aviz, o seu predilecto principe. Foi n'essa occasião que João das Regras prestou á sua causa verdadeiros e relevantes serviços, com a sua eloquencia, com a sua sciencia juridica, e sobretudo com a sua habilidade, porque dispoz a sua argumentação de fórma tal que, reservando para o fim um documento que obtivera, e que demonstrava evidentemente que o casamento de D. Ignez de Castro com D. Pedro, se existira, se fizera sem as dispensas necessarias, destruiu completamente as objecções dos adversarios, e promoveu definitivamente a eleição do Mestre de Aviz, que, acclamado rei com o nome de D. João I, tratou de recompensar João das Regras pelos serviços que lhe prestáva n'esse campo de batalha especial em que valia mais a palavra de João das Regras do que a espada de D. Nuno Alvares Pereira. Em quanto durou a lucta accesa, de cujo resultado dependia a salvação da patria e a salvação do throno do Mestre de Aviz, D. Nuno Alvares Pereira e João das Regras auxiliavam-se mutuamente. D. Nuno, em Coimbra, reforçava os argumentos de João das Regras applaudia os, extasiava se deante da sua sciencia, João das Regras, em Aljubarrota, combatia como valente soldado, debaixo das ordens do condestavel, cujo valor apregoava e muito elogiava. Mas quando veiu a paz, quando D. João se achou sólidamente sentado no seu throno, a lucta entre o condestavel e o chanceller-mór começou ardente, implacavel, obstinada. Geravam essa inimizade não só differença de caracteres, como tambem differenças de politica. D. Nuno Alvares Pereira era o homem dos tempos cavalleirosos que finda vam, João das Regras das diplomaticas eras que se abriam. D. Nuno Alvares Pereira o ultimo dos barões, João das Regras o primeiro dos ministros omnipotentes, não se podiam entender. Queria este nivelar tudo deante do throno, aquelle queria que entre a cerrada phalange das espadas d'uma nobreza inquieta resplandecesse, mas apenas como a do primeiro entre os fidalgos, a espada do soberano. Era uma lucta entre os dois principios que esses dois homens representavam. João das Regras, jurisconsulto imbuido nos principios do direito romano que traziam então preoccupada a attenção da Europa, principios que tinham por base o dogma da omnipotencia régia, não queria nem admittia cousa alguma que lembrasse o feudalismo; habil politico, entendia que para se conseguir esse fim, era indispensavel a alliança do rei com o povo contra a nobreza, a extincção excessiva dos prestamos que representavam uma formula quasi feudal; D. Nuno Alvares Pereira, imbuido de ideias cavalheirescas, tendo em grande conta a nobreza, detestava a politica do chanceller; D. João I, que tinha a consciencia de que só assim poderia governar devéras, inclinava-se e muito para esse lado; isto irritava D. Nuno Alvares Pereira e deu origem a graves dissidencias entre o rei e o seu amigo predilecto, dissidencias que depressa passaram, contentando o rei como pôde o seu amigo, sem deixar comtudo de seguir a linha traçada pelo chanceller. Um dos grandes merecimentos de D. João I foi exactamente o ter

João Affonso das Regras

sabido manter a balança entre esses dois representantes de principios exactamente oppostos, a quem devia egualmente relevantissimos serviços e que tinham egual parte no seu valimento, posto que para João das Regras se inclinasse mais o seu espirito, o para D. Nuno mais o seu coração. A D. Nuno Alvares concedeu muitas mercês (V. *Alvares Pereira, D. Nuno*), assim como a João das Regras, a quem deu o fôro de cavalleiro da Casa Real, que era a mais qualificada nobreza da fidalguia n'aquelles tempos, o o fez seu privado; casou-o, em Coimbra, com D. Leonor da Cunha, filha herdeira de Martim Vaz da Cunha, senhor das terras de Bésteiro, Ceia, Gouveia, e do concelho de Santo Antão de Gulfar, Penalva e Louzada, e de D. Thereza Telles de Girão. João das Regras teve uma unica filha, que foi D. Branca da Cunha, que desposou seu tio D. Affonso, chamado de Cascaes, filho natural do infante D. João e neto de D. Pedro I e de D. Ignez de Castro. A neta de D. João das Regras, D. Izabel, casou com o conde de Monsanto, e foi o tronco da casa dos marquezes de Cascaes. A influencia de João das Regras fez se sentir vivamente na legislação de D. João I; foi elle quo lhe inspirou a lei mental, que só el rei D. Duarte promulgou, e que tor-

nou absolutamente impossivel o estabelecimento de qualquer fórma de feudalismo entre nós, e que cerceava de um modo notavel a importancia e o poderio dos fidalgos; foi elle que dirigiu a politica da corôa com relação aos prelados, politica habilissima, pela qual foi cortando a jurisdicção que os bispos se arrogavam principalmente no Porto, e fazendo voltar á corôa os direitos majestaticos, que andavam d'ella alienados. Muitas medidas importantes tomou D. João I, inspirado pelo chanceller, e foi este quem primeiro compilou as leis do paiz. A esse respeito escreve Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*: «No anno de 1425 (1387) ordenou em um volume as leis d'esse reino, que andavam dispersas e lhes juntou as leis do codigo do imperador Justiniano, com interpretações de Bartholo e Accursio *De maneira* (como escreve Duarte Nunes do Leão, *Chronica de el-rei D. João I*, cap. 99) *que as opiniões de Accursio e Bartholo, approvadas por elle fossem authenticas e valessem como leis e por ellas se determinassem as causas. Isto foi por a grande affeição que o doutor João das Regras tinha a Bartholo, cujo discipulo fora em Bolonha, de que teve origem a lei d'esse reino que manda que nas decisões das causas se diga a opinião de Bartholo, quando não houver texto nem glossa ou commum opinião em contrario*... D'essa collecção de leis feita por João das Regras se formou o directorio pelo qual se julgavam as causas civeis e crimes, até que chegando o anno de 1512, saiu impresso com o titulo *Ordenações do reino de Portugal*, Lisboa. Saíram segunda vez novamente corrigidas em lettra gothica, Lisboa, 1514. Terceira vez com additamentos. Evora... 1521... Lisboa a 17 de julho de 1526. Sevilha... 17 de julho de 1533... Lisboa... 3 de março de 1565... Lisboa 1603... Lisboa 1636... Lisboa 1695... e ultimamente Lisboa... 1708.» João das Regras parece que tambem addicionou o *Nobiliario do infante D. Pedro* e escreveu um *Summario dos Reis de Portugal*. Era muito devoto da ordem dominicana; aconselhou a D. João I que fundasse um convento d'essa ordem em Bemfica, e ali quiz ser sepultado. Esse convento era o de S. Domingos de Bemfica. João das Regras falleceu a 3 de maio de 1404, da era de Christo, 1442 da de Cesar, e segundo a sua vontade, foi sepultado na egreja do convento, n'um sumptuoso tumulo. V. *Bemfica*, *Portugal*, vol. II, pag. 286.

Regueira. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Cabração, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Lourenço, de Durrães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago, de Gemieira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª do Amparo, de Mira, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || Santa Maria, de Miranda, conc. de Arcos de Vallo-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro e conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Salvador, de Victorino das Donas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Victorino dos Piães, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª da Expectação, de Villar, conc. do Cadaval, distr. de Lisboa.

Regueira de Pontes. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Extremadura, conc., com. e distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 288 fog. e 1:172 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post., feira de gados a 26 de cada mez, e uma philarmonica no logar das Chans. Dista 7 k. da séde do conc. e está situada a 1 k. da margem direita do rio Liz. Junto a esta pov., sobre a estrada de Leiria a Ortigasa, logo passando o rio, existia uma capella muito antiga, dedicada a S. Sebastião, com seu alpendre e sacristia. Foi reconstruida em 1713, fazendo se-lho uma sacristia, sendo n'esse mesmo anno elevada a parochia, dando-lhe o bispo de Leiria uma pia baptismal, que tinha sido da egreja dos Anjos, da mesma cidade. Ainda antes de ser egreja matriz, havia na capella uma confraria das almas, que no dia da sua festa dava um bodo aos pobres, o qual constava da carne de 4 bois, 5 almudes de vinho, 1$000 reis de pão cozido, e egual quantia em dinheiro. Este bodo cessou quando se reformaram os estatutos em 1753. O sino maior foi fundido mesmo n'esta aldeia em 1760, e custou 123$460 reis, e o mais pequeno em 1761, e custou 76$320 reis. Como o templo fôsse pequeno para matriz da freguezia, se construiu o actual, que é elegante e vasto. As obras principiaram em 1758 e concluidas em 1795. O terreno para a nova egreja foi comprado por 11$480 reis. A terra é fertil em generos agricolas. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 7, com a séde em Leiria.

Regueira de Travanca Pov. na freg. de S. Miguel, de Bodiosa, conc. e distr de Vizeu.

Regueiras. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Athei, conc. de Mondim de Basto, distr. tr. de Villa Real. || S. Verissimo, de Paranhos, bairro Oriental do Porto. || Santa Maria, de Turiz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Regueiras de Tires Pov. na freg. de S. Domingos do Rana, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa.

Regueiro Povoações nas freguezias: O Salvador, de Cabreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Christoval, conc. de Melgaço, do mesmo distr. || O Salvador, de Mazedo, conc. de Monsão, do mesmo distr. || S. Lourenço, de Montaria, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Paio, de S. Paio de Melgaço, conc. de Melgaço, do mesmo distr. || O Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Sobreposta, conc. e distr. de Braga. || Santa Marinha, de Verdoejo, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Regueiros. Povoações nas freguezias: Santa Maria, do Gemeos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || O Salvador, de Touguinhó, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Reguenga. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Santo Thirso, distr. do Porto; 320 fog e 841 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Dista 9 k. da séde do conc. e está situada a 1 k. da estrada que vae de Paços de Ferreira a Villa do Conde. O real padroado apresentava o abbade, que tinha 150$000 reis de rendimento e o pé d'altar. A terra é fertil, e cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias: Santa Christina, de Longos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Ribeirão, conc. de V. N. do Famalicão, distr. de Braga. || Santo Isidoro, de Romariz, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Reguenga de Baixo. Pov. na freg. de S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria.

Reguengas. Pov. na freg. de S. Martinho, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Reguengo *(Jorge de Avilez Jusarte de Sousa Tavares, 1.º visconde de)*. Foi o 1.º conde d'Avilez. V. *este titulo*.

Reguengo *(Jorge Frederico de Avilez, 2.º visconde de)* Fidalgo da Casa Real e antigo deputado. N. a 31 de janeiro de 1848; fal. no Estoril a 28 de dezembro de 1908. Era filho do Jorge Frederico de Avilez, fidalgo da Casa Real e capitão de infantaria, e de sua primeira mulher D. Emilia Salomé Ferreira Pinto Basto; neta do 1.º visconde de Reguengo e 1.º conde de Avilez, Jorge d'Avilez Jusarte de Sousa Tavares de Campos Foi deputado em varias legislaturas, sendo eleito pelo circulo de Portalegre. O visconde de Reguengo era um distincto *sportman*, muito conhecido, tanto em Lisboa como norte do paiz; e considerado como um dos primeiros atiradores; como tal, tomou parte em importantes certamens que se realisaram em Portugal, especialmente no Porto e nas Caldas da Rainha. No tempo do rei D. Carlos, nunca deixou de assistir ás sessões de tiro aos pombos, ás quaes presidia o referido monarcha, o que se effeituavam todos os domingos na Tapada d'Ajuda. Foi o visconde de Reguengo, que se fazia acompanhar quasi sempre por seu filho Jorge, tambem distincto atirador, foi um dos que disputaram por vezes as taças do rei de Hespanha e de Eduardo VII de Inglaterra. E' a este fidalgo e a seu filho que se deve o regulamento da caça em Portalegre. Casou a 10 de setembro de 1870 com D. Georgina de Avilez, sua prima, filha dos 2.ºˢ condes de Avilez: Jorge d'Avilez Jusarte de Sousa Tavares, e D. Josepha Gonzalez Peres de Mendoza. O titulo foi renovado por decreto de 14 de julho de 1870. O brazão d'armas é o dos Vellezes ou Avilezes: Em campo verde uma torre de prata com as portas e frestas do mesmo metal; ao pé da torre uma cabeça de moiro, toucada de prata e cortada em sangue; junto d'ella uma maça de azul com o cabo de ouro; timbre, um moiro nascente vestido do verde e os braços nús, toucado do prata, e a maça das armas ás costas.

Reguengo. Pov. e freg. de N. S.ª dos Remedios, da prov. da Extremadura, conc. da Batalha, com. de Porto de Moz, distr. de Leiria, patriarc. do Lisboa; 767 fog. o 3:160 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., fabrica de distilação de aguardente, officinas de canteiros o de carpinteria, exploração de marmore e de pedreiras, fabricas de fogo d'artificio e de polvora. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada na aba da serra do Caramulo. O povo apresentava o cura, que tinha 110$000 reis. Reguengo é uma pov. muito antiga, e segundo se collige d'uma inscripção que está na capella da torre d'esta freg., já era povoada no tempo dos romanos. A primitiva egreja de Santo Estevão foi demolida em 1507, sendo então edificada a actual, e a lapido, que continha a inscripção, desappareceu. Mesmo como freguezia catholica, é mais antiga do que o bispado do Leiria, pois foi creada por D. Pedro, bispo da Guarda e prior-mór do mosteiro do Santa Cruz de Coimbra, a requerimento dos povos do Reguengo em 1512. Até este anno pertencia a pov. á freg. de S. Martinho, o o povo da nova freg. ficou obrigado a ir duas vezes por anno, nos dias do Corpo Deus e de S. João, visitar a sua antiga matriz. Com a suppressão da freg. de S. Martinho, cessou esta obrigação. Quando se creou esta parochia, foi eleita por sua padroeira a Santissima Trindade, mas quando se construiu a actual egreja, mudou-se a invocação para N. S.ª dos Remedios. No alto, sobranceiro á egreja parochial, está a ermida de N. S.ª do Fetal. A primitiva era muito antiga, e provém-lhe o nome, de ser a imagem da Senhora achada por uma pegureira, n'uma feiteira (mouta de fectos) ondo a ermida foi construida. Era apenas uma edicula o quasi debaixo do chão, pois se descia para olla por tres degraus. Deu-se-lhe a invocação de N. S.ª da Fé, mas o povo ficou sempre chamando-lho *N. S.ª do Fetal*. Como os povos dos arredores principiassem a ter muita devoção com a santa imagem, acudiram as esmolas e offertas em grande quantidade, e então se construiu um bello templo no anno de 1585, que é o actual, segundo se lê n'uma inscripção, embebida na parede da egreja, que diz:

NO ANNO DE 1585
SE FEZ ESTA EGREJA
DE NOSSA SENHORA DE FETAL
COM AS ESMOLAS DOS FIEIS CHRITÃOS
SE VAE RENOVANDO
E SE VÃO FAZENDO OBRAS
COM AS DITAS ESMOLAS

O templo tem alpendre, tres altares, sacristia o casas para os romeiros. A pov. de Reguengo pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria. Tendo sido annexada ao conc. de Leiria por decreto de 7 de setembro de 1895 que a supprimiu o da Batalha, voltou a este, por ter sido restaurado pelo decreto do 13 de janeiro de 1898. N'esta pov. houve dois combates contra os francezes em 30 de novembro e 4 de dezembro de 1810. ‖ Pov. e freg de S. Gregorio Magno, da prov. do Alemtejo, conc., com., distr. e bisp. de Portalegre; 212 fog. e 1:050 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. Dista 5 k. da séde do conc. A mitra apresentava o cura, que tinha 90 alqueires de trigo de renda e o pé d'altar. A terra é fertil, e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. ‖ Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Affonsim, conc. de Villa Pouca do Aguiar, distr. de Villa Real. ‖ S. Pedro, de Ajude, conc. de Povoa do Lanhoso, distr. de Braga. ‖ S. Vicente, de Alfena, conc de Vallongo, distr. do Porto. ‖ N. S.ª da Graça, de Almagreira, conc. de Pombal, distr. de Leiria. ‖ S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga. ‖ S. Vicente, de Boim, conc. de Louzada, distr. do Porto. ‖ S. Christovão, de Cabeçudos, conc. de V.-N. de Famalicão, distr. do Braga. ‖ S. Thiago, de Carvalhaes, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. ‖ S. Martinho, de Cavallões, conc. de V. N. do Famalicão, distr. de Braga. ‖ O S. Salvador, de Delães, do mesmo conc. e distr. ‖ S. Miguel, de Fontoura, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. ‖ S. Miguel, de Gonça, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ S. Mamede, de Guizande, conc. da Feira, distr. do Aveiro. ‖ S. Paio, de Jolda, conc. de Arcos do

Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Leitões,conc. deGuimarães,distr. de Braga. || S. JoãoBaptista, deLongos Valles, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Silvestre e conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || S. Bartholomeu, de Monte Redondo, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Moure, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Pencello, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel, de Rebordosa, conc. de Paredes, distr. do Porto || S. Pedro, de Raimonda, conc. de Paços de Ferreira, do mesmo distr. || Santa Maria, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva,distr de Aveiro || S. Mamede, de Serzedo, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santa Maria e conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de Silva Escura, do mesmo conc. e distr. || S. Martinho, de Soalhães, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || O Salvador, de Souto, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || O Salvador, de Tangil, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Annunciação, de Tornada, conc. das Caldas da Rainha. distr. de Leiria. || N. S.ª da Expectação, de Vallada, conc do Cartaxo, distr. de Santarem. N'este local ha uma estação do caminho de ferro, na linha de Leste, entre as de Azambuja e de Setil. || N. S.ª da Expectação, de Varzea, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || S. Paio e conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção, de Enxára do Bispo, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Reguengo d'Além. Pov. na freg. de Santo André, de Tellões, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Reguengo de Alviella. Pov. na freg. de S. Vicente do Paul, conc. e distr. de Santarem.

Reguengo d'Aquem. Pov. na freg. de Santo André, de Tellões, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Reguengo de Baixo. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Longos Valles, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Reguengo da Carvoeira. Pov. na freg. de N. S.ª do O' do Porto, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Mafra, distr. e patriarc. de Lisboa; 194 fog. e 736 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada junto do rio de Cheleiros a 1 k. do mar e a 8 da séde do conc. Tambem é conhecida esta pov. simplesmente com o nome de Carvoeira. V. *este nome.*

Reguengo de Cima. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Longos Valles, conc de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Reguengo do Fundo. Pov. na freg. de S. Faustino, de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Reguengo Grande. Pov. e freg. de S. Domingos, da prov. da Extremadura, conc. e com. da Lourinhã, distr. e patriarc. de Lisboa; 360 fog. e 1:438 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post., fabricas de distilação de vinhos. Dista 11 k. da séde do conc. O sacro collegio da Patriarchal e o prior e benefiados da egreja de Santa Maria d'Obidos, apresentavam simultaneamente o cura, que tinha 100$000 reis de rendimento e o pé d'altar. A terra é muito fertil. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa. Perto d'esta freg. passavam as linhas de Torres Vedras, no tempo da invasão franceza.

Reguengo e Lata. Duas povoações reunidas na freg. de S. Thiago, de Creixomil, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Reguengo Pequeno. Pov. na freg. de S. Lourenço, de S Bartholomeu dos Gallegos, conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa.

Reguengos. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Domingos de Anna Loura, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Reguengos de Cima Pov. na freg. de Santo Antonio e conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora.

Reguengos de Monsaraz Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc. e de com., distr. e arceb. de Evora. Tem uma só freg. cujo orago é Santo Antonio. A mitra apresentava o cura, que tinha 210 alqueires de trigo e 60 de cevada. A pov. é muito antiga. Diz-se que foi cidade romana com o nome de *Ourégia*, ou *Turégia*. D. Sancho I lhe deu foral, em Coimbra, no 1.º de julho de 1205, e seu filho, D. Affonso II, o confirmou, tambem em Coimbra, em novembro de 121*l*. Não teve foral novo. O nome que lhe dá o foral velho é *Reguengo de Villa Nova*. A freg. de Reguengos está situada entre campinas, pertencentes á Casa de Bragança, da qual era *reguengo*, e d'ahi lhe vem o nome; fica a 3 k. da margem esquerda da ribeira da Caridade, a 12 da margem direita do rio Guadiana, e a 38 da capital do districto. Em 16?0, a 12 k. de Monsaraz, existia n'um sitio solitario, porém ameno e fertil, uma antiga ermida dedicada a Santo Antonio. N'essa epoca, toda aquella localidade estava completamente deserta, pois que os seus habitantes a haviam abandonado depois da destruição das suas casas com as guerras continuas dos seculos VIII, IX, e X, e ainda não ha muitos annos, segundo consta, se viam vestigios de construcções antiquissimas. A belleza do logar foi pouco a pouco, desde o citado anno de 1680, attrahindo algumas familias que fôram construindo casas em torno da ermida, e tanto foi crescendo a pov., que em 17?0 o povo requereu, e obteve que a aldeia fôsse elevada á categoria de parochia, quando o logar já era composto de 280 fogos. A capella de Santo Antonio ficou servindo de egreja matriz, para o que, passados poucos annos, em 1770, foi accrescentada, e como ainda não tivesse a capacidade sufficiente, tornou a accrescentar-se,ficando comtudo, ainda acanhada para a população, em vista do desenvolvimento que esta ia tomando. A pov. foi crescendo á custa da villa e praça de guerra de Monsaraz, pois que, estando esta construida n'uma aspera eminencia propria para uma fortaleza, não o era para as outras commodidades da vida; e a aldeia de Reguengos em pouco tempo excedeu em importancia a antiga villa de Monsaraz, dando isto causa a certa antipathia que por muitos annos existiu entre as duas povoações (V. *Monsaraz*, *Portugal*, IV, pag. 1210). O governo, em attenção ao desenvolvimento da nova pov., mudou para aqui a séde do concelho de Monsaraz, por carta de lei, de 18 de abril de 1838, e por outra carta de lei de 29 de fevereiro de 1840 foi elevada á categoria de villa, com o nome de *Villa Nova de Reguengos*, ficando o concelho conhecido pela denominação de *Re-*

guengos de Monsaraz. E' preciso notar, porém, que já em 1205, no foral dado por D. Sancho I acima citado, se lhe dava o nome de *Reguengo de Villa Nova*, o que prova que já então, ou mais proximo ou mais distante da capella de Santo Antonio, existia uma tal ou qual povoação, ou pelo menos, alguma herdade da corôa. A actual egreja parochial, construida já no seculo xx, é um templo majestoso, em estylo gothico, sendo o seu projecto elaborado pelo architecto Antonio José Dias da Silva; as obras fôram feitas sob a direcção do José Maria Ribeiro, de Evora. Esta egreja foi erigida com o producto d'um legado e d'uma subscripção publica; é um edificio imponente, em estylo gothico, muito simplificado, de construcção completamente nova, incluindo os fundamentos. E' todo feito de tijolo fabricado na totalidade, junto á obra, segundo o systema adoptado no Alemtejo. De pedra granito, que é a unica d'ali, tem no corpo do edificio os seus 20 gigantes dos arcos lateraes, e á frente, em volta da torre, os 9 portaes das entradas principaes e lateraes, e toda a cortina com os seus respectivos pilares de gradeamentos, as tres cancellas d'entradas, principal e lateraes, o que tudo constitue a vedação geral do adro; os degraus e couceiras das portas, etc. Occupa uma area quadrada de 1:000 metros, pois tem 20 de frente e 50 de fundo. A sua altura do solo ao extremo superior da cruz da torre é de cêrca de 40 m. e 19 por fóra ao espigão do telhado, no corpo ou cruzeiro da egreja, onde attinge a corôa da nave central. Tem o edificio todas as dependencias proprias d'uma egreja parochial; capella-mór, duas capellas nos topos do cruzeiro: a do Santissimo e a do santo padroeiro da terra; mais 8 capellas, sendo duas debaixo das tribunas e seis aos lados do corpo da egreja, sob as naves lateraes. Tem a capella do baptisterio, e outra egual em frente d'aquella. Dois pulpitos, proximos do cruzeiro, ligados aos dois respectivos columnelos correspondentes. Do côro ha a escada que conduz ao mirante em volta do obelisco da torre, d'onde se goza um soberbo e pittoresco panorama. Reguengos de Monsaraz pertence á 4.ª div. mil., 7.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal; o terreno é fertil; cria muito gado de toda a qualidade. A villa tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr.; agencias dos bancos *Economia Portugueza*, *do Alemtejo*, e *Lisboa & Açôres*; asylo de invalidos; fabricas de fundição de ferro e arame, de gazozas, de moagens; hoteis, medicos, pharmacias, notarios, exportadores de lãs, cereaes e azeites; machina debulhadora e de enfardar ou empacotar em palha; minas não exploradas, de cobre, d'outros metaes, de ferro e d'outros mineraes; sociedades de recreio: *Club Regenerador*, *Club Progressista*, *Philarmonica Regeneradora*, *Theatro Reguenguense*; fornos de tijolos e alvenaria, exportadores de vinhos, etc.; feiras: nos dias 15 a 17 d'agosto, denominada de Santa Maria, muito importante na transacção de gados lanigero e caprino, e gado grande. Em 1837 appareceu no logar do Monte da Azinheira, d'esta freguezia, n'um curral de bois, um tumulo romano de marmore branco. Estava tapado com tres lagens, collocadas sobre barras de ferro, chumbadas. Tinha dentro um esqueleto, e á cabeceira um vaso lacrimatorio, de vidro. E' monolithico, de uma só pedra, e está cavado em fórma de banheira, arredondado nas cabeceiras. Tem 1,ᵐ95 de comprido, pela parte superior, e 1,ᵐ80 pela parte inferior: 0,ᵐ65 de alto, e 0,ᵐ63 de largo. E' ornado, exteriormente, de baixos relevos bem esculpidos, com um busto, tambem em baixo relevo, de homem, com toga. Tem varias figuras de homens, todas aladas, e uma junta de bois, puxando a um arado, a cuja rabiça pega um mancebo que os guia. Tem as quatro estações, figuradas por outras tantas mulheres, com os attributos, ou emblemas proprios. Não tem inscripção, mas suppõe-se que a pessoa, que jazia ali, vivesse no primeiro ou segundo seculo do Christianismo. Esta preciosidade archeologica foi vendida pelo seu proprietario á camara municipal do Porto, em 1867, e conserva-se no seu museu. Nas immediações do referido logar do Monte da Azinheira, appareceram outras muitas sepulturas, a maior parte de marmore branco com ornatos de marmore preto, cobertas de tijolo, e cada uma com seu esqueleto e vaso lacrimatorio, de barro verde, vidrado. Tudo foi destruido, sendo a pedra empregada, depois de partida, em fazer paredes. Tambem appareceram algumas urnas cinerarias de barro, pedaços de chumbo, em barras e em tubos; e algumas moedas romanas, de prata. O concelho de Reguengos de Monsaraz compõe-se de 5 freguezias, com 2:550 fog. e 10:078 hab., sendo 5:003 do sexo masc. e 5:075 do fem., n'uma superficie de 55:571 hect. As freguezias são as seguintes: S. Marcos, do Campos, 2:192 hab.: 1:061 do sexo masc. e 1:131 do fem.; N. S.ª da Caridade, de Caridade, 806 hab.: 388 do sexo masc. e 418 do fem.; S. Pedro, de Carval, 1:865 hab.: 956 do sexo masc. e 909 do fem.; Santa Maria, de Monsaraz, 1:565 hab.: 836 do sexo masc. e 729 do fem.; Santo Antonio, de Reguengos de Monsaraz, 3:650 hab.: 1:762 do sexo masc. e 1:888 do fem. O principal commercio de todo o concelho é em vinhos, lãs, linho, olaria, cereaes, azeites, porcos gordos, gado bovino e lanigero, e cortiça.

Regufe. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição e conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. Tem caixa postal. ‖ S. João Baptista e conc. de Villa do Conde, do mesmo districto.

Reguião. Pov. na freg. do Salvador, de Avelleda, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Reguinho. Ilha Terceira, Açôres; pov. na freg. de S. Bento, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Regulamento. Estatuto, regimento que determina as regras a seguir em corpos collectivos, associações, etc., collecções de instrucções. Bibliographia: *Regulamento do Banco de Lisboa, precedido das leis, officios do presidente da Assembléa geral, e resolução das Côrtes, relativas ao mesmo Banco*, Lisboa, 1822; é em tudo diverso do seguinte, posto que nos titulos sejam ambos quasi identicos: *Regulamento do Banco de Lisboa, precedido da lei, decreto e mais documentos respectivos*, Lisboa, 1824; o primeiro abre com a carta de lei de 31 de dezembro de 1821, mandando executar o decreto das Côrtes para a creação e organisação do Banco; o segundo com outra carta de lei de 7 de junho de 1824, pela qual el rei D. João VI, no exercicio do seu poder supremo e absoluto, mandou rehabilitar o mesmo Banco, tomando-o debaixo da sua immediata protecção, etc. *Regulamento consular portuguez mandado exe-*

cutar por decreto de 26 de novembro de 1851; Lisboa, 1852; *Regulamento para o governo da irmandade da Santa Casa da Misericordia da cidade de Coimbra*, Coimbra, 1854; *Regulamento para o exercicio e disciplina dos regimentos de infantaria dos exercitos de Sua Majestade Fidelissima, feito por ordem do mesmo senhor, por Sua Alteza o conde reinante de Schaumbourg Lippe, marechal general*, impresso na secretaria de Estado, 1792; *Regulamento da Bibliotheca Nacional do lyceu de Angra do Heroismo*, Angra, 1833; *Regulamento da capitania do porto de Gôa*, approvado por portaria do governo geral de 4 de julho, Nova Gôa, 1856; *Regulamento consular portuguez*, approvado por decreto de 24 de dezembro de 1903, Lisboa, 1903; com os modelos dos uniformes dos consules, vice-consules e das bandeiras; esta estampa é chromo lithographica; em 1904 fez se uma edição em francez e outra em inglez; *Regulamento para os corpos nacionaes*, Lisboa, 1848; tem a data de 22 de novembro de 1848, e a assignatura do ministro da guerra barão de Francos. *Regulamento externo do lyceu nacional de Nova Gôa*, approvado por portaria do governo geral de 28 d'abril, Nova Gôa, 1856; *Regulamento interno* para o mesmo lyceu, Nova Gôa, 1857; *Regulamento geral dos serviços da imprensa nacional e da caixa de reformas e soccorro na doença*, approvado por decreto de 24 de dezembro de 1901, Lisboa, 1901; *Regulamento da imprensa nacional*, Nova Gôa, 1839; saiu outro *Regulamento* em 1849; e mais *Additamento ao regulamento*, etc., 1861; *Regulamento*, etc., 1871, com 11 modelos; *Regulamento do serviço technico* da mesma imprensa, 1875; *Regulamento e instrucção para a escola normal de ensino primario de Nova Gôa*, Nova Gôa, 1856; *Regulamento interno do asylo de infancia desvalida de Ponta Delgada*, Ponta Delgada, 1864; *Regulamento da junta de fazenda sobre a venda em hasta publica de todos os bens do dominio do estado*, Nova Gôa, 1870; *Regulamento da policia dos portos relativamente aos navios ou mestres d'elles*, Nova Gôa, 1855; *Regulamento da remissão dos fóros dos bens denominados prazos da corôa*, approvado por portaria da junta de fazenda publica de 21 de março de 1868, Nova Gôa, 1868; com 7 modelos. Ha outro *Regulamento para a remissão*, em 1870; *Regulamento da repartição fiscal e da contabilidade do exercito*, Nova Gôa, 1853; *Regulamento de milicias*, Lisboa, 1808; com 10 modelos de relações, mappas, etc,; *Regulamento do commissariado de viveres e transportes para o exercito portuguez*, Lisboa, 1812; com 24 modelos de mappas, relações, etc.; *Regulamento do hospital da Santa Casa da Misericordia de Ponta Delgada*, approvado em sessão de 23 de dezembro de 1891, ilha do S. Miguel, 1892; *Regulamento do serviço do medico-militar do estado da India*, acompanhado das ordens n'elle citadas, Nova Gôa, 1864; *Regulamento para a administração geral das mattas do estado da India dado á execução por portaria do governo geral de 8 de julho de 1851*, Nova Gôa, 1851; outra edição em 1856; *Regulamento para a disciplina e exercicio dos regimentos de cavallaria do exercito de S. A. R. e para as obrigações e serviço particular dos officiaes inferiores e soldados*, feito por ordem do mesmo senhor, por s. ex.ª o marechal-general lord Beresford, marquez de Campo Maior, etc., Lisboa, 1816; *Regulamento para a escola medico cirurgica de Nova Gôa*, approvado por decreto de 11 de outubro de 1865, Nova Gôa, 1865; *Regulamento para a fiscalisação das alfandegas do territorio de Gôa*, approvado por portaria do governo geral de 12 de fevereiro, Nova Gôa, 1857; *Regulamento para o arsenal de Gôa*, approvado por portaria do governo de 1 de fevereiro, Nova Gôa, 1855; com 10 modelos; outra edição em 1856, com 10 modelos; *Regulamento para o serviço de saude militar do estado da India*, Nova Gôa, 1851; *Regulamento provisional do real corpo de engenheiros*, Lisboa, 1812; *Regulamento provisorio para a escola estabelecida em Mafra sob os auspicios de Sua Majestade*, approvado pelo mesmo augusto senhor em 1855; *Novo Regulamento do registo predial*, approvado por decreto de 20 de janeiro do 1898, Coimbra; *Regulamento telegraphico*, Nova Gôa, 1839. Ha muitos outros regulamentos militares quo veem descriptos no *Diccionario bibliographico militar portuguez*, do general Francisco Augusto Martins de Carvalho, de pag. 227 a 232. São tambem numerosissimos os regulamentos officiaes, que se encontram incluidos na legislação e publicados ápartc.

Regunvará. Pov. do territorio de Damão Pequeno, no distr. de Damão, arceb. de Gôa, India.

Rei. Chefe ou principe soberano d'um reino; monarcha, principe reinante; titulo do marido ou do pae da rainha; titulo do pae do rei. Tanto das *actas* bracarenses, como de quasi todos os documentos escriptos na baixa latinidade, consta que n'esses tempos remotos se dava o titulo de rei a todos os grandes senhores. O mesmo que se vê nas historias de Aragão e Navarra, pois se dava o titulo de rei ao senhor de qualquer territorio ou comarca. Durante o dominio dos moiros na Peninsula hispanica, tambem elles tomavam este titulo, se possuiam qualquer cidade ou região. E' por isso que vêmos; *rei de Lamego, rei de Coimbra, rei de Santarem, rei de Badajoz, rei de Cintra*, etc. D. Fernando Magno, daudo em 1065, a seu filho D. Garcia os condados de Portugal e de Galliza, o infante tomou o titulo de rei. As filhas dos monarchas de Hespanha e do Portugal, até ao seculo XIII, se denominavam rainhas. Assim se assignava D Thereza, mulher do conde D. Henrique, e D. Urraca, sua irmã, senhora d'uma pequena parte da provincia de Traz-os-Montes. O primeiro rei de Portugal, que foi ungido, foi D. Affonso V. || *O Papa-rei;* o pontifice quando estava de posse do poder temporal. || *Tenente-rei*, governador de praça forte. || *Rei christianissimo, rei catholico, rei fidelissimo;* titulos concedidos pelo papa aos reis de França, de Hespanha e do Portugal. || *Bibliographia: Elogios dos Reis de Portugal* por Fr. Bernardo de Brito, Lisboa, 1726. V. *Rainha*.

Rei (*P. Alberto Pereira*). Presbytero secular, natural dos Açôres. Escreveu: *Breve noticia das festas do Imperador, e vodo que em honra e louvor do Espirito Santo costumam fazer muitas cidades, villas, ou logares d'este reino de Portugal e ilhas adjacentes; e do principio da sua Irmandade*, Lisboa, 1753. Innocencio da Silva, no *Diccionario bibliographico*, vol. I, pag. 24, diz que não póde affirmar se o nome do autor é verdadeiro, ou se será pseudonymo, porque não encontrou noticia alguma a seu respeito, além do que diz o frontispicio do livro, e Barbosa Machado não fala d'elle na *Bibliotheca Lusitana*. Por estes motivos o

leva a crer que sob este pseudonymo se encobre o nome de autor diverso, que por qualquer razão, quiz occultar o seu nome.

Rei. Ilhéo situado na costa da prov. da Guiné, Africa Occidental, na entrada do rio de Geba e quasi fronteiro á villa de S. José de Bissau, a 2 k. de distancia. Tem 2 k. de comprimento, 1 de largura, é muito pittoresco e está coberto de vegetação. Por este motivo, por ser pouco elevado e sobretudo por ser mais saudavel e menos sujeito aos ataques do gentio, e ainda por ser uma excellente posição estrategica, tem condições muito mais favoraveis do que Bissau. Foi adquirido pelo governo portuguez em 1838 em troca de fazendas na importancia de alguns centos de mil reis e da patente e soldo de alferes dados ao rei de Benim. Nas cartas francezas é chamado *Ilha Sorciére* e em algumas costas portuguezas tem o nome de *Ilhéo dos Feiticeiros* ou *da Superstição*, que se suppõe originado na crença que teem os indigenas de que quem fôr ali caçar morre dentro de pouco tempo. Tambem é chamado *Nova Peniche.*

Rei d'Armas. O imperador romano Julio Cesar, querendo pôr em termos o uso das armas, nomeou 12 cavalleiros generosos, aos quaes constituiu no officio, que depois se chamou reis d'armas; estes cavalleiros haviam de ter larga experiencia na arte militar; não podiam trazer armas offensivas, e sómente defensivas. Mandou-lhes que trouxessem signaes e divisas, para serem de todos conhecidos, e honrou os com outros privilegios e isenções, ordenando, além d'isso, que os homens generosos trouxessem na guerra, nas sobrevestes, certos signaes e figuras, pelas quaes fôsse cada um conhecido, estando armado. No tempo do imperador Carlos Magno se pôz a regra e ordem da Armaria em toda a perfeição e boa arte, porque o imperador ordenou que houvesse 12 cavalleiros anciãos, enteudidos e de experiencia militar, com o titulo de *reis d'armas*, dando-lhes grandes privilegios e isenções, com rendimento para sustentar 4 creados, e alcançou que todos os principes seus contemporaneos, tivessem reis d'armas, e que andassem seguros por todo o mundo. Apontou-lhes os casos em que se haviam de intrometter, e as prerogativas da sua dignidade e officio. Em Portugal, os monarchas tiveram sempre grande empenho em conservar a nobreza do reino, não consentindo que os fidalgos casassem sem seu consentimento, e tratando da conservação dos appellidos, titulos de nobreza e brazões d'armas. A mais antiga providencia que se encontra sobre este assumpto, é a construcção da *Galilé* (galeria) no mosteiro de Pombeiro, na abobada da qual estavam esculpidos por sua ordem todos os escudos d'armas da nobreza antiga de Portugal. Por muitos annos era ali que se iam tirar duvidas sobre nobiliarchia; mas, como este mosteiro era muito antigo, pois fôra fundado no anno 900, a *Galilé* veiu a terra no seculo XI, e d'este salão só hoje restam memorias escriptas. D Fernando I mandou fazer para a sua capella um paramento muito rico de brocado, em que se viam bordadas a ouro e aljofares as armas dos fidalgos portuguezes. Infelizmente, esta raridade, assim como outras muitas, se perdeu em 1755, sepultando a o terremoto debaixo das ruinas do paço da Ribeira. E' bem sabido, que nas guerras da independencia, que Portugal teve de sustentar contra Castella pela morte do rei D. Fernando I, muitos fidalgos portuguezes renegaram a patria e tomaram o partido de D. João I de Castella contra D. João I de Portugal. A estes condemnou o Mestre de Aviz, desnaturalisando os e confiscando-lhes os bens. Aos populares que fôram fieis ao rei e á sua patria, praticando por toda a parte prodigios de valor na defeza da liberdade e independencia do reino, ficando assim nobilitados pelos seus actos de lealdade e valor, concedeu D. João I muitos premios, e aos que mais se distinguiram, concedeu fóros de nobreza e brazões d'armas. Mas d'isto resultou grande confusão heraldica, tomando os novos fidalgos as armas que lhes pareceu e muito a seu gosto. D. João I, querendo pôr côbro a esta desordem, e por conselhos de sua mulher, a rainha D. Filippa, e de seu sogro João Gand, duque de Lencastre, adoptou a instituição ingleza dos reis d'armas. Estes fôram incumbidos da formação de livros em que estivessem escriptos todos os fidalgos e pintados os brazões e divisas pertencentes a cada um. El rei D. Manuel reformou e melhorou esta instituição, encarregando Antonio Rodrigues, seu rei d'armas, de ir por toda a Europa estudar as obrigações do seu cargo; e emquanto Antonio Rodrigues audava n'estas diligencias e investigações, o monarcha mandou examinar por todo o paiz as sepulturas que tinham brazões, e copial-os exactamente. Colligidos estes desenhos e recolhido ao reino Antonio Rodrigues com os esclarecimentos que pudera obter, decretou D. Manuel novo regimento para os reis d'armas, e mandou fazer um livro com todos os brazões de nobreza do reino, illiminados. Não contente com isto, construiu no paço real de Cintra um vasto salão, no tecto do qual mandou pintar, em torno das armas reaes e dos escudos de seus filhos, 74 brazões de familias nobres que fôram as que couberam no tecto. Pelo novo regimento fôram assim classificados os officiaes da armaria: tres reis d'armas, tres arautos e tres passavantes. Os reis d'armas denominados *Portugal*, *Algarve* e *India*. Os arautos com os nomes das capitaes d'estes tres reinos, *Lisboa*, *Silves*, *Gôa;* e os passavantes chamados *Santarem*, *Lagos* e *Cochim.* (V. *Arauto* e *passavante).* Aos reis d'armas incumbia ter cada um o seu livro do respectivo reino, para registar todas as familias nobres, assentos de casamentos e nascimentos, com os brazões e arvores genealogicas de cada familia. Vigiar que os fidalgos não usassem de brazões que lhes não pertencessem, para o que os reis d'armas deviam visitar o seu reino de dois em dois annos; tomar lembrança de todos os feitos d'armas, torneios, reptos e desafios em que os fidalgos se distinguissem; estudar a sciencia heraldica e determinar os escudos d'armas, timbres e insignias, que deviam usar as pessoas a quem o rei concedia de novo titulos de nobreza, e assignar e registar as cartas de taes nomeações. Os reis d'armas assistiam nos actos solemnes e publicos onde estava o rei, como nas acclamações, reunião de côrtes, entradas solemnes das cidades, etc. A' ccrimonia da investidura do officio de rei d'armas, se chamava *baptismo.* Existiram ainda até á queda da monarchia estes officiaes com os mesmos nomes; porém, ultimamente, só serviam para acompanharem o rei nas grandes solemnidades, indo na frente do prestito com as insignias sobre as cotas,

que eram de seda encarnada, do feitio d'uma dalmatica, e bordadas a ouro. A insignia dos reis d'armas era um collar com as armas do reino, de que tinha o nome. No *Archivo Pittoresco*, vol. XI, 1868, vem um artigo de Vilhena Barbosa sobre este assumpto.

Reichida. Pov na freg. de N. S.ª da Gaiola, de Córtes, conc. e distr. de Leiria.

Releta. Pov. na freg. de S. Miguel, de Rio de Gallinhas, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto

Reigada. Villa e freg. de S. Vicente, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Figueira de Castello Rodrigo, distr. e bisp. da Guarda; 187 fog. e 761 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. Dista 10 k. da séde do conc. e está situada em terreno plano e muito fertil, a 7 k. da margem direita do rio Côa El-rei D. Manuel lhe deu foral, em Evora, a 15 de novembro de 1519. Teve foral novissimo, dado por D. João IV, em 1650, dando-lhe então o titulo de villa. Pertencia ao conc. d'Almeida, e passou para o de Figueira de Castello Rodrigo por decreto de 12 de julho de 1895. Pertence esta villa á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12 com a séde em Trancoso. || Povoações nas freguezias: Santa Tecla, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Thiago, de Santa Lucrecia de Algeriz, conc. e distr. de Braga

Reigadinha. Pov. na freg. de S. Simão, de Palla, conc. de Pinhel, distr. da Guarda.

Reigoso. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 140 fog. e 686 hab. Tem esc. do sexo masc. e dista 17 k. da séde do conc. Está situada em terreno levemente accidentado, a 1:500 m. da margem direita do rio Rabagão ou Regavão. O abbade de S. Pedro, de Covêllo do Gerez, apresentava o vigario, que tinha 80$000 reis e o pé d'altar. A egreja matriz foi construida em 1614. A freguezia compõe-se de tres aldeias: Reigoso, séde da parochia; S. Lourenço, de Ladrugães, e S. Miguel, de Curraes. Pertence á 6.ª div. mil. e ao districto de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Oliveira de Frades, distr. e bisp. de Vizeu; 102 fog. e 372 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Dista 10 k. da séde do conc. e está situada e 2 k. da margem direita do rio Alfusqueiro. A mitra apresentava o abbade, que tinha 250$000 reis de rendimento. A terra é fertil em generos agricolas; cria gado e tem caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Reigueda. Pov. na freg. de Santa Maria, de Meinedo, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Reimão. Povoações nas freguezias: S. Nicolau, conc. e distr. de Santarem. || S Julião, de Serafão, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Reimonde. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Carreira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Villa Marim, conc. e distr. de Villa Real.

Reimonde de Baixo. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Villa Marim, conc. e distr. de Villa Real.

Reimondo ou Reymondo. Appellido nobre em Portugal. Veiu da Galliza, mas não se sabe quem o trouxe para este paiz. A primeira pessoa, que se encontra com este appellido, é João Reimondo, alcaide-mór de Lisboa, que assistiu á doação que el-rei D. Diniz fez da villa da Lourinhã a seu filho bastardo, D. Affonso Sanches, conde d'Albuquerque. As armas dos Reimondos são: Escudo esquartelado; no 1.º e 4.º quartel, de azul, uma flôr de liz, de prata; no 2.º e 3.º, tambem de azul, uma arvore verde; timbre, um peixe (*reimão*) de prata, com um ramo da arvore do escudo, na boca. *Reymondo* era patronimico de Reymão, e tornou so por corrupção no moderno nome de *Raymundo*.

Reinaldos. Pov. na freg. de S. Leonardo, de Athouguia da Baleia, conc. de Poniche, distr. de Leiria.

Reinhart *(Arthur Frederico)*. Musico compositor, bom tocador de contra-baixo, e mestre da banda dos marinheiros militares, que elle tornou a primeira existente entre nós no seu tempo. Quando el-rei D. Fernando foi viajar em 1863, embarcou a bordo da corveta Mindello, que levou com a guarnição a banda dos marinheiros. A corveta esteve algum tempo ancorada em Bordéos, e por essa mesma occasião a banda portugueza, que muitas vezes ia a terra fazer-se ouvir, foi immensamente festejada pelos bordelenses Todos os jornaes lhe teciam grandes elogios, e o publico corria em massa a ouvir os nossos musicos. A banda dos marinheiros fez muitas outras viagens, fazendo-se ouvir em varios pontos onde esteve, na Belgica, França, Inglaterra, sendo sempre muito apreciada e merecendo o seu mestre os maiores elogios. Em Lisboa fôram notaveis os concertos que a banda de marinheiros deu tambem no antigo Passeio Publico do Rocio, nas noites calmosas de verão. No entretanto, apezar de ser esta corporação artistica tão notavel e que tanto honrou o nome portuguez no estrangeiro, houve em 1863 um governo, que a titulo de economia, a supprimiu, lançando de repente na miseria muitos dos artistas que a compunham. Um dos mais feridos por esse golpe foi o proprio mestre, que nunca mais teve posição definida, e depois de esperar e tentar em vão obter alguma compensação do governo, fez diversas digressões pelas provincias, dando concertos de contrabaixo, vindo a estabelecer-se como mestre de philarmonica em Reguengos, onde falleceu obscuro e pobrissimo. Arthur Reinhart compoz uma farça intitulada *O Congresso da Paz*, que se representou pela primeira vez no theatro do Gymnasio a 28 de junho de 1850; uma grande marcha, *Adamastor*, executada na cerimonia de se collocar a primeira pedra no monumento a Camões, em 28 de junho de 1862; outra marcha, *Bragança e Saboia*, escripta por occasião do casamento d'el-rei D. Luiz, no mesmo anno de 1862; e muitos outros trechos diversos, principalmente para banda militar, além de numerosos arranjos, pot pourris, phantasias, etc. Traduziu o *Manual de Harmonia*, de Elwart, publicado pelos editores de musica Lence & Canongia, cuja edição se esgotou em pouco tempo. Na Bibliotheca de Evora, consta que existe o manuscripto d'uma traducção resumida do tratado de Reicha, feita tambem por Arthur Reinhart.

Reino. Nação ou Estado governado por principe reinante, que tem o titulo de rei.

Reino *(Secretaria de Estado dos negocios do)*. Quando D. João V legislou sobre o systema do

expediente dos negocios publicos e creou, pelo alvará de 28 de julho de 1736, tres secretarias de Estado, foi uma d'estas denominada dos negocios do reino e mercês, sendo as outras duas: secretaria dos negocios de marinha e conquistas e secretaria dos negocios estrangeiros. Para a secretaria e ministerio do reino foi então nomeado na mesma data Pedro da Motta e Silva. A organisação que lhe foi dada, a conservou até 1788. Pedindo n'este anno, o ministro se secretario de estado visconde de Villa Nova da Cerveira, a sua exoneração, a rainha D. Maria I lh'a concedeu por decreto de 15 de dezembro d'esse anno, nomeando-o ao mesmo tempo presidente do real erario, junta do commercio, agricultura, fabricas e navegação, e ministro o secretario de Estado da repartição de fazenda, que por esse decreto creou. O expediente d'esta nova repartição foi se fazendo com empregados da secretaria do reino, o qual anteriormente pertencia á expedição dos negocios da fazenda, vindo a constituir-se definitivamente em separado a secretaria de estado dos negocios da fazenda em 6 de janeiro de 1801. A regencia deixada em Portugal por D. João VI, então principe regente, quando embarcou para o Brazil em novembro de 1807, tinha um secretario encarregado dos negocios do reino, e o mesmo principe, organisando no Brazil o seu ministerio, nomeou tambem um secretario d'Estado dos negocios do reino que accumulou o cargo de presidente do erario. A junta provisoria, nascida da revolução de 1820, teve um secretario para os negocios do reino e fazenda, com dois ajudantes, e egualmente na regencia eleita logo em seguida á reunião do congresso, se nomeou um secretario para tratar dos negocios do reino. Depois do regresso de D. João VI a Lisboa, em 1821, formaram-se seis secretarias d'estado, sendo uma d'ellas a dos negocios do reino. Quando se estabeleceu a regencia na ilha Terceira, em 1830, nomeou-se um ministro e secretario de Estado mas depois houve tres, encarregado cada um d'elles de duas pastas, até que em 24 de setembro de 1834 se proveram effectivamente todas seis. Depois d'esta epoca ha a notar, como principaes alterações no ministerio do reino, a separação dos negocios de obras publicas para se formar um novo ministerio, o qual se constituiu por decreto de 30 de agosto de 1852, sendo o seu primeiro ministro Fontes Pereira de Mello; e a separação tambem da instrucção publica, que estava a cargo do ministerio do reino, para se formar um novo ministerio assim instituido, em 1870, sendo nomeado ministro Antonio da Costa de Sousa de Macedo. Este ministerio durou apenas de 22 de junho a 31 de dezembro do citado anno, passando depois novamente a secretaria de Estado de Instrucção Publica ao cargo do ministerio do reino. Por decreto dictatorial de 5 do abril de 1890, a direcção geral da instrucção publica foi outra vez constituida em ministerio independente do do reino, sendo nomeado ministro João Marcellino Arroio, que em 15 de outubro foi substituido pelo ministro do reino, que ficou interinamente encarregado d'essa pasta. A 3 de março de 1892 terminou este ministerio, passando para o do reino todas as repartições respectivas, que d'ello so haviam desaggregado. Com a mudança das instituições pela proclamação da Republica em 5 de outubro de 1910, passou este ministerio a intitular-se do *Interior*, tendo sido o ultimo ministro do reino da extincta monarchia o conselheiro Antonio Teixeira de Sousa, que tambem era presidente do conselho.

Reinoso *(André)*. Celebre pintor que viveu no seculo XVII, e a quem se attribuem os quadros da *Adoração dos Magos* e da *Natividade*, que estão n'uma das capellas da egreja de S. Roque. Cyrillo Volkmar Machado tambem lhe attribue os quadros da sacristia, que representam a *vida de S. Francisco Xavier*.

Reinoso *(Antonio)*. Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra. Era natural de Vizeu. Foi lente de prima da sua faculdade, quando D. João III restaurou a Universidade. Deixou escripto em latim um *Tratado de febres*, que nunca se imprimiu.

Reinoso *(Diogo de)*. Valente cavalleiro do seculo XVI, filho de Fernão Eannes de Souto Maior, que foi capitão de Cananor. Era tão valente como pouco disciplinado e pouco escrupuloso. No tempo de Martim Affonso de Sousa, tendo sido mandado a cruzar no estreito de Bab-El-Mandeb, entrou no mar Roxo com tentação das prezas, mas encontrando uns navios egypcios que podia facilmente combater, não o fez a troco de algumas sommas que recebeu ás escondidas. Por esta occasião recebeu a bordo uns portuguezes que tinham andado na côrte do *negus* da Abyssinia, e entre elles o escriptor Miguel de Castanhoso. Voltando a Gôa, e sendo accusado pelos seus companheiros, foi posto a ferros por Martim Affonso de Sousa, mas em pouco tempo foi solto e mandado a Chale. Quando veiu D. João de Castro, captou, não se sabe como, a confiança d'este honrado governador, que o mandou na companhia de D. Fernando de Castro, seu filho, e como seu tutor militar, por assim dizer, em soccorro de Diu. Ahi Reinoso ainda se mostrou mais indisciplinado que de costume, forte com a confiança do governador, aconselhava D. Fernando a desobedecer ás ordens de D. João de Mascarenhas, e levava-o a actos de temeridade que demonstravam a bravura do tutor e do pupillo, mas que punham muitas vezes em serio risco a fortaleza. Tambem Reinoso e D. Fernando de Castro fôram victimas da sua desobediencia. Recusaram por fanfarronada abandonar um baluarte minado quando receberam ordem de o fazer. A mina fez explosão, e D. Fernando morreu com Diogo Reinoso, que tão mal o aconselhara.

Reinoso *(Miguel)*. Celebre jurisconsulto. N. em Vizeu em 1563, fal. em Lisboa em 1623. Formou se na Universidade de Coimbra, vindo depois para Lisboa exercer a advocacia. Deixou manuscripta, e em latim, uma obra que adquiriu grande reputação no fôro, intitulada *Observationes praticae*, que foi publicada depois da sua morte, por seu filho Luiz de Reinoso, e que teve varias edições, sendo accrescentada em Coimbra com algumas *decisões* novas por Christovão de Sá Pereira.

Reinoso *(Rodrigo)*. Lente de prima de Medicina na Universidade de Coimbra, na qual tinha sido provido por quatro annos. Em 1548 foi-lhe feita mercê de regencia perpetua, havendo a esse tempo tres annos que elle estava de posse da referida cadeira. Devia portanto ter sido nomeado em 1545. O seu salario annual era de 350 cruzados.

Reirigo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Forma-

riz, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Reiriz. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Nevogilde, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Mamede, de Troviscoso, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Reiros. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Alvite, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Vandoma, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Miguel, de Rebordosa, do mesmo conc. e distr. Tem correio com serviço de posta rural.

Reis *(Fr. Agostinho dos)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho, que viveu em Gôa. Foi confessor das freiras do convento de Santa Monica, d'aquella cidade, e escreveu a historia da fundação d'esse convento que não chegou a imprimir-se.

Reis *(Fr. André dos)*. Religioso da ordem dos carmelitas descalços. Viveu no seculo XVII, e professou a 9 de janeiro de 1639 no convento de N. S.ª dos Remedios, de Lisboa. Foi professor de Theologia e de Philosophia no seu convento. Era um dos prégadores mais conceituados no seu tempo, e prégou nas principaes egrejas da côrte. Fal. no collegio de Coimbra em 1697. Imprimiu varios sermões e obras theologicas, deixando manuscriptas varias consultas sobre assumptos relativos ao Santo Officio. D'essas consultas só se imprimiu uma, escripta em latim.

Reis *(André Pereira dos)*. Cosmographo. Era natural de Macau. Em 1656 escreveu: *Livro em que se verão varios discursos, e demonstrações de varias terras em ponto mostradas com grande clareza, e certeza de Longitude e Latitude*. Este manuscripto guardava-se na bibliotheca do marquez de Castello Melhor.

Reis *(P. Angelo dos)*. Jesuita. Nasceu no logar do Certão, na Bahia, em 1664; fal. no certão de Cana Brava, depois villa do Novo Pombal, a 21 de dezembro de 1723. Aos 17 annos de edade entrou na Companhia de Jesus, no collegio da Bahia, em 18 de novembro de 1681, onde fez a profissão do quarto voto a 15 de agosto de 1699. Foi mestre de humanidades, Philosophia e Theologia nos collegios da Bahia e do Rio de Janeiro. Era um dos celebres prégadores do seu tempo, tendo tido por mestre n'este ministerio, o notavel orador P. Antonio Vieira, de quem foi muitos annos amanuense. O P. Angelo dos Reis era muito respeitado como notavel philosopho e profundo theologo. Por ser muito versado na historia secular e ecclesiastica, o elegeu a Academia Real de Historia seu collega supranumerario. Indo missionar pelo sertão de Cana Brava, com o maior zelo e humildade, falleceu pouco tempo depois. Dos muitos sermões que prégou em diversas festividades, sendo sempre ouvido com interesse, só se imprimiram os seguintes: *Sermão da restauração da Bahia, prégado na mesma cidade em dia dos apostolos S. Filippe e S. Thiago*, Lisboa, 1706; *Sermão da canonisação de S. Francisco Xavier, prégado no collegio do Rio de Janeiro*, Lisboa, 1703; *Sermão de Nossa Senhora de Belem, prégado no seminario do mesmo nome, na primeira oitava do Natal*, Lisboa, 1718; *Sermão da Soledade da Mãe de Deus, prégado na sé da Bahia*, Lisboa, 1719.

Reis *(P. Antonio dos)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho. N. em Columbo, e fal. em Baçaim a 28 de novembro de 1711. Foi um dos maiores talentos que floresceram n'essa congregação, sendo muito erudito e versado no estudo da Theologia Polemica. Professou em Gôa no anno de 1664. Foi lente de Theologia, prior de Damão, reitor do collegio, e prégador muito afamado. Deixou manuscripta uma *Refutação das heresias modernas, fundada sobre a solida base da Sagrada Escriptura*.

Reis *(P. Antonio dos)*. Congregado do Oratorio de S. Filippe Nery, de Lisboa; mestre de Theologia Moral, chronista da sua congregação, celebre latinista, etc. N. em Pernes a 23 de setembro de 1690, fal. em Lisboa a 19 de maio de 1738. Era filho de Antonio Cardoso e de Anna dos Reis, que diligenciaram dar-lhe uma esmerada educação. Depois de aprendidos os primeiros rudimentos na terra da sua naturalidade, foi estudar com os padres jesuitas, e tão rapidos progressos fez, especialmente na lingua latina, mostrando ao mesmo tempo tão viva intelligencia, que os jesuitas, desejosos sempre de attrahir ao seu gremio todos que mostraram talento e capacidade, fizeram os maiores esforços para que elle entrasse na sua ordem, mas Antonio dos Reis preferiu a Congregação do Oratorio, e ali professou a 31 de julho de 1707. Applicou-se então dedicadamente ao estudo das sciencias, em que se tornou tão notavel, que sendo ainda discipulo já parecia mestre. No anno de 1715 publicou anonyma, uma *Trezena de Santo Antonio*, e em 1716 uma *Introducção poetica á Fenix Renascida*, obra tambem anonyma. Em 1717 publicou, em nome de Antonio Cardoso de Carvalho, um *Tributo amoroso em obsequio do prodigioso e admiravel heroe Santo Antonio de Lisboa*. Em 1719 traduziu do hespanhol, mas anonymamente, a obra de Bernardino Villegas, intitulada: *Favores de Maria Santissima*, e em 1721 escreveu uma *Novena de Santa Rosa de Viterbo, filha da veneravel ordem Terceira da Penitencia*. Em 1717 tambem publicou, em nome de seu irmão Luiz Antonio Cardoso da Gama, a *Arte de bem morrer*, a qual foi reimpressa em 1718 e em 1727. Tambem com o nome de seu irmão publicou em 1717 *O Marte Lusitano, ou Canção heroica panegyrica ao Serenissimo Senhor D. Manuel, Infante de Portugal*, e depois, com o seu nome, quando em 1736 a traduziu em latim Filippe José da Gama. Ainda com o nome de seu irmão publicou em 1721 os *Motivos para acompanhar o Santissimo Sacramento propostos a todos os fieis*, que mais tarde reimprimiu, em 1763, com o seu nome, alterando o titulo da seguinte fórma: *E mais accrescentado e emendado*. No anno de 1720, tendo D. João V fundado a Academia Real de Historia Portugueza, foi o P. Antonio dos Reis escolhido para ser um dos academicos. Em 22 de maio de 1723 a Congregação do Oratorio o nomeou seu professor de Theologia Moral, porém, pouco tempo regeu essa cadeira, porque outras occupações de mais alta importancia lhe impediram de continuar a exercer o magisterio, deixando incompleto um tratado da bulla da Cruzada, que principiára a redigir em proveito dos seus alumnos. Effectivamente, o P. Antonio dos Reis conquistára as boas graças de D. João V. O monarcha dispensava-lhe a maior consideração, e insistia com elle para se conservar no Paço, consultava-o em todos os negocios importantes e de gravissimas consequencias. Obrigado pelo vali-

mento régio, frequentou muitos annos o paço, sem que nunca a vaidade o ensoberbecesse, nem a lisonja lhe contaminasse a consciencia, falando sempre livremente a verdade, sendo sempre recto e justo. O P. Antonio dos Reis foi um dos mais excellentes cultores da lingua latina, que falava com toda a pureza e elegancia. Foi tambem muito perito na poesia vulgar e latina, principalmente na composição dos epigrammas, em que se tornou muito apreciado. Alêm da lingua latina, era muito versado nas linguas portugueza, italiana, castelhana e franceza, tendo tambem bastantes conhecimentos das linguas grega e ingleza. Era já chronista geral das Congregações do Oratorio, e foi ainda nomeado, por carta de 6 de junho de 1726, historiógrapho latino do reino, consultor da bulla da Cruzada, censor da Academia Real de Historia Portugueza, examinador synodal do Patriarchado da Lisboa e das ordens militares, e qualificador do Santo Officio. Rejeitou com heroica humildade a mitra de Pekim e o governo do arcebispado primacial de Braga, vago pela morte do arcebispo D. Ruy de Moura Telles, preferindo viver como simples academico e congreganista. Como academico publicou as *Contas* dos seus estudos, um panegyrico latino em louvor de Antonio Rodrigues Costa, que pronunciou na sala das sessões da Academia Real de Historia. Era um orador conceituado, e publicou o elogio latino da estatua levantada em Roma ao fundador da ordem carmelitana; o elogio de Santa Clara de Monte Falco; o elogio funebre da condessa d'Atalaia, D. Francisca de Mendonça, recitado nas suas exequias; este elogio, publicou-se em 1755, e era em portuguez, assim como o sermão de S. Thomé, prégado no dia da festa d'este santo na egreja da Congregação do Oratorio de S. Filippe Nery, de Lisboa, o qual se imprimiu em Cordova, em 1733, e em Lisboa em 1734. O que tornou sobretudo celebre este escriptor foi o seu profundo conhecimento da lingua latina, e a elegancia com que escrevia n'esse idioma. Em 1728 publicou 5 livros de *Epigrammas latinos* no sentido classico da palavra, que tem como dedicatoria a D. João V um celebre *Enthusiasmum poeticum*, que na opinião de um dos seus biographos: «é um primor, não decerto pelo valor intrinseco da obra, mas pela harmonia de 1:483 versos heroicos que a compõem, e que, pelo lado da perfeição metrica e da pureza do idioma Virgilio assignaria sem hesitação.» Em 1730 publicaram-se estes *Epigrammas* em segunda edição, traduzindo os em portuguez o dr. João de Sousa Caria. Publicou mais em latim uma *Epistola ao duque de Cadaval*, um *Vaticinio na eleição de Benedicto XIII*, uma *Epistola ao conde de Vimioso*, o *Epitaphio do duque de Cadaval* e a *Vida de D. Fernando de Menezes, conde da Ericeira;* em portuguez publicou: *Instrucção de Ordinandos tirada do Concilio do Trento, do Ritual e Pontifical Romanos, e dos decretos de S. Carlos Borromeu, na qual em summa se instruem não só os Ordinandos, mas os confessores e prégadores.* Esta obra era traducção do italiano do P. Francisco Maria Campione, e accrescentada pelo traductor o P. Antonio dos Reis; Lisboa, 1725; *Vida de Maria no ventre de Sant'Anna*, tambem traduzida do italiano do P. D. Luiz Novarino, Lisboa, 1737; e um *Catecismo, ou breve explicação da doutrina christã*, sem logar nem anno de impressão. Em 1745 publicou a sua magnifica collecção de poetas portuguezes que escreveram em latim, com o titulo *Corpus illustrium Poetarum Lusitanorum, qui latine scripserunt* Esta collecção consta de 8 volumes, em 4.º: o 1.º encerra as obras de Pedro Sanches, Henrique Caiado, Manuel da Costa, Diogo Mendes de Vasconcellos, Miguel de Cabedo e Antonio de Cabedo, sendo todas reimpressões, excepto as do primeiro.--2.º - as de João de Mello e Sousa, que tinham saido em Lugduni, 1615.--3.º as de Diogo de Paiva de Andrada, umas já impressas em separado, outras recolhidas de diversos livros onde andavam dispersas.—4.º as de Lopo Serrão, já impressas em Lisboa em 1579, e de Fr. Francisco de Barcellos, Coimbra, 1553.—5.º as de D. Fr. Thomé de Faria e de Antonio Figueira Durão, sendo reimpressões.—6.º as de Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo.—7.º a continuação das obras d'este escriptor, e mais as de Jorge Coelho e de Antonio de Gouveia.—8.º as do P. Antonio dos Reis. Esta collecção que, ainda no estado incompleto em que está, constitue um monumento levantado ao ingenho portuguez e um rico thesouro d'especies para quem escrever a nossa historia litteraria, parou pela morte do P. Antonio dos Reis, no vol. 7.º O P. Manuel Monteiro, da mesma Congregação, foi quem publicou depois o volume 8.º O catalogo das obras do P. Antonio dos Reis é enorme, tanto impressas como manuscriptas, que veem mencionadas na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. I, de pag. 368 a 371. A Academia Real de Historia o encarregou de escrever a historia da cathedral de Evora e chegou a escrever as biographias de 12 prelados, uma das quaes, a de D. Domingos Jardo, escripta em latim, saiu publicada na collecção de documentos d'essa Academia. O resto da obra, que tem o titulo de *Antistites eborenses*, ficou inedita. Tambem dos manuscriptos citaremos: *Labor improbus, seu regni celestis accurata descriptio per æquivoca*; esta obra, diz Barbosa Machado, ser de grande engenho. e n'este genero singular; *Historia geral da congregação do Oratorio*; mas parece que só chegou a escrever, sem a concluir, a *Vida de S. Filippe Nery*; *Historia regni Lusitaniae*, obra escripta no desempenho do seu cargo de historiógrapho latino. Emprehendera a collecção de historiadores, oradores e autores de cartas latinas portuguezas e a dos mais insignes poetas portuguezes, que escreveram na lingua materna, mas parece que não chegou a realisal a. Uma febre maligna arrebatou aos 48 annos de edade, este fecundissimo escriptor e vigoroso trabalhador. A sua morte foi uma grande perda para as letras.

Reis *(Antonio Pereira dos)*. Official da secretaria de estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, deputado em varias legislaturas, etc. N. em Ourem, a 19 de maio de 1804, fal. em Lisboa a 19 de abril de 1850. Era filho d'um lavrador pobre, e ficando orphão quasi na infancia, veiu para Lisboa, onde um seu tio o empregou n'uma loja de commercio. Aproveitando todos os momentos que as suas occupações lhe deixavam livres, para estudar, adquiriu em breve bastantes conhecimentos, pelo que em 1821 obteve em concurso um logar de amanuense no ministerio da justiça. N'essa posição e na de segundo official da mesma secretaria, passou os annos até 1828, e emigrando então para o estrangeiro, foi aos

Açôres, onde teve logo admissão na secretaria da justiça. Com o exercito libertador veiu desembarcar nas praias do Mindelo, e no Porto serviu como soldado e como empregado publico, até que, escrevendo na *Chronica Constitucional* uns artigos em que censurava um militar estrangeiro que estava ao serviço de D. Pedro, foi demittido. Reintegrado d'ahi a pouco, foi em 1833 nomeado chefe de repartição e depois official maior, e não concordando com as idéas proclamadas pela revolução de setembro de 1836, esteve preso algum tempo em seguida a esse movimento. Sendo eleito deputado em 1838, continuou a ser reeleito em diversas legislaturas até á data do seu fallecimento, exercendo por vezes o cargo de secretario da camara. Em 1842 serviu de secretario do governo que se organisou por occasião da restauração da Carta Constitucional no Porto, e depois partindo de Lisboa em 1846 como secretario do duque da Terceira, quando este marechal foi nomeado logar tenente da rainha D. Maria II nas provincias do norte, logrou escapar-se á prisão de que estava ameaçado quando o duque ao chegar ao Porto foi levado para o castello de S. João da Foz; durante a guerra civil contribuiu para a organisação de alguns batalhões de voluntarios, e trabalhou activamente a favor do governo de Lisboa, vindo, depois de terminada a lucta, a occupar a sua cadeira no parlamento, onde se mostrou favoravel ás idéas da toleranoia.

Reis *(P. Antonio Thomaz dos).* Mestre de cerimonias na Sé primacial de Braga. Escreveu: *Methodo da Liturgia bracarense, em que se expõe fundamentalmente e com clareza o modo de celebrar com a devida perfeição o sacrosanto sacrificio da missa, assim rezada como cantada,* etc., Braga, 1837.

Reis *(Fr. Balthazar dos).* Monge da ordem de Cister. N. em Fareginhas, proximo da villa de Castro Daire. Professou no convento de Santa Maria, de Salcedas, no anno de 1585, e ali permaneceu até á data do fallecimento, no anno de 1621. Examinando o cartorio do seu convento, escreveu dois livros sobre a sua fundação, e as regalias de que gozava, sendo o primeiro escripto em 1612 e o segundo em 1617.

Reis *(Carlos).* Pintor d'arte contemporaneo, muito distincto; director do Museu d'Arte, lente da Escola das Bellas Artes, etc. N. em Torres Novas em 1864. Estudou na Escola de Bellas Artes de Lisboa, foi um dos mais dilectos discipulos de Silva Porto, e muito protegido do rei D. Carlos, que o pensionou durante alguns annos. Em 1889 seguiu para Paris como pensionista do Estado, e ali esteve a estudar durante seis annos, frequentando com grande assiduidade e applicação os *ateliers* dos mais considerados mestres, que muito apreciavam as suas superiores qualidades de artista. Quando regressou a Lisboa, em 1895, Carlos Reis pensou em executar 25 grandes quadros, em que reproduzisse em diversas phases a vida do camponez, transportando para as télas as suas alegrias, as suas maguas, as suas paixões e os seus vicios, mas as difficuldades do meio não lhe permittiram a realisação do plano gigantesco que formára. Tendo fallecido o professor Silva Porto em 1892, ficou vaga a cadeira de paizagem na Escola de Bellas Artes, e em 1896 abriu-se concurso para a nomeação de novo professor. Fôram tres os concorrentes, Ramalho, Carlos Reis e Arthur Mello, sendo Carlos Reis a quem o jury entregou a direcção d'essa cadeira, porque, tendo Ramalho abandonado o concurso, era Carlos Reis o concorrente para que elle julgou que deviam convergir todos os votos. Em 1897 foi premiado em Dresde com a segunda medalha de ouro da Exposição Internacional de Bellas Artes; em 1900 obteve tambem uma segunda medalha na Exposição Universal de Paris, outra na de Barcelona em 1907; a medalha de honra da Sociedade de Bellas Artes, etc. Carlos Reis foi em tempo encarregado das decorações da sala Vasco da Gama do Museu de Artilharia e das salas de festas e de leitura do palacio do Bussaco, onde se admiram verdadeiros mimos artisticos, tendo feito egualmente decorações nos palacios Palmella, Valle Flôr, Julio Seixas, e outros. E' a elle que se deve a instituição da Sociedade de Silva Por-

Carlos Reis

to. Foi um dos artistas que trabalhou com mais actividade para se conseguir a construcção d'um palacio de exposições, e o artista portuguez escolhido pelo importante jornal parisiense *Figaro*, para collaborar no numero especial d'aquella folha, dedicado aos soberanos da Europa, e para o qual pintou um bello retrato do monarcha portuguez. Durante bastantes annos Carlos Reis exerceu o cargo de director do museu das Janellas Verdes, onde ainda ha pouco tempo prestou o serviço relevante de organisar a sala de faianças e vidros, inaugurada por occasião do Congresso de Turismo em maio de 1911, e onde se juntaram n'uma disposição muito artistica, notaveis exemplares de porcelanas e vidros nacionaes e estrangeiros de elevado valor. Em junho do citado anno foi nomeado director do Museu d'Arte contemporanea, creado pela reforma das Bellas Ar-

tes, e installado provisoriamente no edificio da Academia de Bellas Artes. Em 1902 organisou-se a Sociedade Nacional de Bellas Artes, que veiu continuar o Gremio Artistico, que n'ella se fundiu, e Carlos Reis foi nomeado um dos vogaes da direcção. E' muito vasta a obra d'este apreciado artista. Lembram-nos ainda os quadros *Manhã de Clamart* e o *Pôr do Sol*, que se perderam por virem a bordo do vapor francez *Saint-André*, que naufragou quando conduzia a Portugal os productos portuguezes da Exposição de Paris de 1900. O quadro *Manhã de Clamart* havia estado exposto no Porto, no salão da photographia Guedes, por occasião da notavel exposição de pintura e esculptura, que o proprietario da mesma photographia, Guedes d'Oliveira, organisou em 1897. Na exposição da Sociedade Nacional de Bellas Artes, realisada em maio de 1911, expoz o bello quadro, *Uma feira em Torres Novas;* no genero retratos apresentou, entre alguns já apreciados em anteriores certamens, outros feitos então. As suas paizagens são deliciosas, como a de *Um canto da Alameda*. E' tambem de grande valor o retrato equestre do fallecido rei D. Carlos, que representa o monarcha acompanhado do seu estado maior. Da sua galeria de retratos, sabemos dos seguintes: *Retrato de minha mãe; D. Margarida Mayer, madame Monfroy, mademoiselle Magalhães Villas Boas, madamoiselle Jeanne Rey Colaço, D. Adelaide de Almeida Lima, mademoiselle Santos Silva, conde de Sabugosa, Julio Seixas, Ressano Garcia, Dr. Avelino Monteiro, Luiz Strauss, dr. Mello Breyner, Antonio Ipercel*, etc. Sobre o valor dos trabalhos que Carlos Reis enviou para a Exposição Internacional de Arte, realisada em 1907, em Barcelona, o notavel critico hespanhol Vega y March escreveu no *Diario de Barcelona* um largo artigo de que reproduzimos os seguintes periodos: «Do conjuncto da secção de Portugal sobresaem os quadros firmados por Carlos Reis, e que são, tres d'elles pelo menos, os tres retratos, verdadeiras obras de mestre. Com absoluta fidelidade dá nos o pintor nos seus quadros a idéa exacta das personagens retratadas; n'elles resplandece a vida em modalidades differentes, mas sempre com a mesma intensidade real, com a mesma energia de evocação e de representação; a sua clarividencia de que o artista se não limita a reproduzir-nos os rasgos physicos do semblante, pois busca tambem no temperamento, no espirito das personagens que retrata, dando nos d'ellas uma exteriorisação esthetica que faz recordar o trabalho dos grandes mestres da pintura; respeitador da verdade, procura fórmas de expressão justas e bellas, para todos os elementos do conjuncto, tratando-os, com sobriedade, com simplicidade, com certa grandeza de execução, o que constitue um dos seus maiores meritos. Não cae no trivial da factura detalhista, nem no vago e no imprevisto dos que fazem gala em não attender nos detalhes. O seu pincel, intelligente e probo, se n'esta fórma sabe expressar a idéa, detem-se no que exige, pelo seu caracter e attenção; passa sem deter-se, não como se fugisse, com a nobre magestade do grande senhor, por aquillo que não requer prodigalidades extremas. O caracter pictural das suas obras offerece evidentes analogias com o de alguns grandes pintores hespanhoes.»

Reis *(Carlos Candido dos)*. Vice-almirante reformado. N. a 16 de janeiro de 1852. Assentou praça aos 17 annos, a 18 de maio de 1867, sendo promovido a guarda-marinha em 1 de outubro de 1870, a 2.° tenente em 9 de outubro de 1873, a 1.° tenente em 12 de julho de 1881, a capitão tenente em 29 de novembro de 1888, a capitão de fragata em 31 de dezembro de 1892, e a capitão de mar e guerra em 30 de dezembro de 1901. Em 9 de julho de 1909 foi reformado na patente de vice-almirante. Era commendador e official da ordem de Aviz, e cavalleiro da da Torre e Espada; possuia a medalha de comportamento exemplar, e a medalha de cobre de philantropia e caridade. Commandou as canhoneiras *Bengo* e *Cuanza*, a Escola d'Alumnos Marinheiros do Porto, a Escola de Torpedos Fixos e a 2.ª e a 4.ª divisão do corpo de marinheiros. Foi tambem instructor da

Carlos Candido dos Reis

Escola Pratica d'Artilharia Naval, e encarregado de leccionar a aula profissional da mesma escola, vogal das commissões de aperfeiçoamento de artilharia naval, etc. Era socio da Associação do Registo Civil, sendo esta collectividade que guardava, no cofre que para tal fim tem no Montepio Geral, a declaração por elle escripta, para que o seu funeral se realisasse civilmente. Apologista vehemente e sincero das ideias democraticas, empregou todos os seus esforços para que a Republica se implantasse em Portugal. A sua ultima conferencia, realisada na sala da Associação dos lojistas, como membro da Junta Liberal, foi um valioso trabalho de combate contra a reacção clerical. Muito considerado pelo seu merito, pela sua prudencia e pela sua bravura, tinha a seu cargo a execução do plano de antemão preparado para o movimento revolucionario, mas que não

logrou realisar. Candido dos Reis foi victima d'uma allucinação de momento, suicidando-se na propria noite em que a causa republicana triumphava, e que elle julgou inteiramente perdida. Não logrou assim vêr a implantação da Republica, que no dia 5 de outubro de 1910 foi proclamada com as maiores manifestações de regosijo, sendo arvorada em todos os edificios publicos, e em muitas casas particulares, a nova bandeira nacional com as côres republicanas. Os funeraes de Candido dos Reis e do dr. Miguel Bombarda, que dois dias antes havia sido assassinado, fôram uma grandiosa manifestação do sentimento popular pela perda de dois homens, que tanto haviam trabalhado em favor da Republica, não chegando a vêr o glorioso resultado dos seus esforços, victoriosamente coroados.

Reis *(Fr. Christovam dos).* Religioso carmelita descalço; administrador da botica do convento de N. S.ª do Carmo, de Braga. Parece que nasceu, pouco mais ou menos, em 1714, pois que em 1779 affirma *que fazia experiencias havia já cincoenta annos*, o que inculca ter a esse tempo 65, quando menos, de edade. Escreveu: *Reflexões experimentaes methodico-botanicas, muito uteis e necessarias para os professores de medicina e enfermos*, Lisboa, 1779; *Manifesto de quatro remedios particulares da botica do Carmo*; sem designação de logar da impressão nem data.

Reis *(Constantino José dos).* Esculptor, que foi discipulo de Joaquim Machado de Castro. Nada mais se sabe a seu respeito.

Reis *(Fr. Daniel dos).* Religioso da ordem de S. Francisco. Era filho de Manuel Pires Godinho e de Luiza Maria de Barros. N. em Setubal, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Professou no convento de S. Francisco, de Extremoz, em 1 de novembro de 1686. Foi lente de Theologia na sua ordem, em que se jubilou. Muitos annos antes de fallecer, teve a infelicidade de cegar, não sendo, porém, essa terrivel desgraça obstaculo para deixar de proseguir a leitura que lhe era necessaria para a jubilação, dictando de cór com a maior profundidade, e allegando os autores com infallivel certeza. Era bom poeta latino e muito versado na historia sagrada e profana. Foi qualificador do Santo Officio, guardião do collegio de Coimbra, e confessor das freiras dos conventos da Esperança e das Chagas, de Villa Viçosa, e das Maltezas de Extremoz. Todas as suas obras ficaram manuscriptas, sendo a principal aquella em que sustentava que S. Thiago viera á Hespanha prégar a fé christã. Tambem escreveu algumas obras sobre jurisdicção ecclesiastica.

Reis *(Domingos Martins).* Piloto que viveu no seculo XVII. Era natural de Mattosinhos. Tinha larga experiencia das costas e portos da America. Escreveu em 1628 a seguinte obra, cujo manuscripto se conservava na livraria do conde de Castello Melhor: *Roteiro da costa do Brasil, do Rio Grande e de toda a costa do Maranhão até o Grão-Pará.*

Reis *(Eduardo).* Scenographo. N. em Lisboa em 18 de novembro de 1856. Estudou na Academia de Bellas Artes, praticando depois com differentes scenographos. Tem pintado para quasi todos os theatros de Lisboa e do Porto, sendo tambem muito apreciado como decorador e ornamentista.

Reis *(Soror Eugenia dos).* Abbadessa do convento de Santa Clara, de Coimbra, onde fal. em 1651. Era filha de D. Jorge de Menezes, senhor de Alconchel e Fermoselha, e de sua segunda mulher, D. Guiomar da Silva. Professou no referido convento em 1604. Exerceu varios cargos na communidade, até ser eleita abbadessa. Escreveu: *Vida da Veneravel Madre Soror Helena da Cruz chamada no seculo D. Helena da Silva, filha de D. Alvaro da Costa, Religiosa no convento de Santa Clara de Coimbra.*

Reis *(Fr. Francisco dos).* Monge da ordem de S. Bento. N. em Braga, e fal. no convento de Lisboa no 1.º de agosto de 1664. Professou no convento de Tibães em 1607. Foi abbade dos conventos de Ganfei, Porto e Lisboa, definidor, visitador geral, e ultimamente geral da sua ordem. Deixou manuscripta a seguinte obra: *Vida do veneravel P. Fr. Thomaz do Soccorro duas vezes geral da ordem de S. Bento.*

Reis *(Fr. Francisco dos).* Religioso da ordem de S. Francisco. Era natural de Lisboa, onde nasceu em 1570, sendo filho de paes nobres; fal. em Setubal, no convento d'Arrabida, a 24 de maio de 1645. Ainda não tinha completado 12 annos de edade, tendo já bastantes conhecimentos da lingua latina, quando foi frequentar na Universidade de Coimbra os estudos de Direito Cesareo, onde se tornou muito afamado pelo seu talento. Desejando entregar-se á vida do claustro, professou no convento de S. José de Ribamar, onde foi eleito presidente e mestre dos noviços. Exerceu por cinco vezes o cargo de guardião do convento d'Arrabida. Era confessor de muitos fidalgos e fidalgas, entre os quaes se contavam D. Pedro de Lencastre, que depois foi duque de Aveiro e inquisidor geral, e D. Anna Maria Manrique de Lara, duqueza de Torres Novas. Deixou manuscripto um *Trabalho sobre as excellencias da oração.*

Reis *(Gaspar dos).* Professor de musica, que foi discipulo de Duarte Lobo. Em 1630 era mestre de capella na egreja de S. Julião, de Lisboa, indo depois exercer o mesmo cargo na cathedral de Braga. Fal. n'essa cidade. Escreveu muita musica religiosa, e deixou algumas *missas*, *psalmos*, *motetes* e *villancicos*, a diversas vozes.

Reis *(Fr. Gaspar dos).* Religioso da ordem dos carmelitas calçados. N. em Torres Novas em 1579, fal. no convento de Lisboa, a 30 de janeiro de 1660. Chamava-se no seculo Gaspar Marques, sendo filho de Simão Marques e de Anna Gonçalves. Entrou na ordem carmelitana no convento de Torres Novas a 12 de outubro de 1594, e professou solemnemente no de Lisboa, em 17 de outubro de 1595. Foi doutor em theologia pela Universidade de Coimbra, e professor d'esta sciencia no collegio da sua ordem da mesma cidade. Exerceu varios cargos importantes da sua congregação, até ser eleito provincial em 30 de abril de 1651. Foi qualificador do Santo Officio, examinador das tres ordens militares, confessor de alguns fidalgos. Era prégador muito estimado, mas sómente publicou dois sermões, segundo consta, os quaes fôram: *Sermão nas exequias da ex.ma condessa de Unhão*, Lisboa, 1643; *Sermão nas exequias que se celebraram no convento do Carmo de Lisboa, pela alma de D. Marianna de Alencastre, a qual falleceu a 8 de dezembro de 1643, sendo aia do principe D. Theodosio*, etc. Lisboa, 1644.

Reis *(Fr. Gaspar dos)*. Eremita de Santo Agostinho. Era natural de Montemór o Velho, mas não se conhecem as datas do seu nascimento e fallecimento Fôram seus paes João Negrão Coelho e Branca Vieira. Professou no convento da Graça, de Lisboa, em 6 de maio de 158?. Escreveu uma obra em latim em honra de S. José, que se publicou em Lisboa, no anno de 1618; uma *Abreviatura das horas*, e a seguinte obra: *Instrucção de Religiosos, e de como se devem receber e crear os noviços, que veem tomar o habito da sagrada religião; com a declaração dos tres vótos, e com algumas advertencias necessarias*, Lisboa, 1645.

Reis *(P. Gaspar dos)*. Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra. Era natural de Leiria e viveu no seculo XVI. Foi capellão da capella da mesma Universidade. Sendo muito inclinado ao estudo da poesia, deixou varias obras, das quaes algumas se imprimiram em volume com o titulo: *Relação do solemne recebimento das santas Reliquias que foram levadas da Sé de Coimbra ao Real Mosteiro de Santa Cruz*, Coimbra, 1596.

Reis *(Gaspar Pereira dos)*. Era muito perito na arte da navegação, e autor do seguinte livro: *Viagem de Gôa, ou Cochim para Pegu, escripta em abril de 1635*. Saiu impressa na *Arte de Navegar*, de Manuel Pimentel, a pag. 480, da edição de Lisboa, 1746.

Reis *(Ignacio Caetano dos)*. Actor comico muito apreciado, e que viveu na primeira metade do seculo XIX. Representou no theatro da Rua dos Condes, e em 1834 passou para o Salitre, onde ainda se conservava em 1840.

Reis *(Innocencio José dos)*. Conhece-se este nome só pelo seguinte opusculo, publicado em Lisboa, 1788: *Oração funebre e consolatoria na lamentavel morte do serenissimo sr. D. José, principe do Brazil*.

Reis *(Isidro dos)*. V. *Reis (João Joaquim Isidro dos)*.

Reis *(João Joaquim Isidro dos)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado, etc. N. na Chamusca a 4 de dezembro de 1849, sendo filho de Joaquim Isidro dos Reis e de D. Maria Tiburcia dos Reis. Em 1871 matriculou se na Universidade de Coimbra, no 1.º anno de Direito, concluindo em 1876 o curso, em que foi sempre um estudante distincto. Em seguida veiu para Lisboa, e por algum tempo esteve praticando no escriptorio do antigo e notavel advogado dr. Carlos Zepherino Pinto Coelho. Sendo ainda estudante, veiu á Chamusca, em 1874, quando foi extincta aquella importante e antiga comarca. Este facto causou completa exaltação n'aquella villa e foi nomeada uma commissão de resistencia, composta de 5 membros escolhidos entre as familias mais preponderantes da villa, sendo um d'elles João Isidro dos Reis. Nas ferias da Paschoa veiu a Lisboa tratar do restabelecimento da comarca, travando então relações com o sr. conselheiro José Luciano de Castro, a quem foi apresentado, e filiou se no partido historico Esta questão, apezar da grande influencia politica, de que gozava o sr. Isidro dos Reis, já como deputado, já como um dos vultos mais importantes e considerados na Chamusca, ainda não foi decidída, continuando aquelle villa a pertencer á comarca da Gollegã, para onde passára, quando se extinguiu a da Chamusca. O sr. Isidro dos Reis entrou na vida publica em 19 de agosto de 1878, em que foi nomeado amanuense da direcção geral dos Proprios Nacionaes, por concurso em que obteve a melhor classificação; em 20 de novembro de 1879 foi promovido a primeiro official, tendo sido nomeado secretario do sr. conselheiro José Luciano de Castro, director geral, em 30 de outubro de 1886; nomeado chefe de repartição em 20 de dezembro de 1888; secretario particular do ministro da fazenda Barros Gomes, de quem era dedicado amigo, em 29 de novembro de 1890, cargo que por duas vezes exerceu; nomeado para prestar serviço, interinamente, na repartição do gabinete do ministro da fazenda em 28 de dezembro de 1891, commissão de que foi exonerado, a seu pedido, tendo sido louvado, por portaria da mesma data, pelo zelo e reconhecida competencia com que desempenhou a mesma commissão, em 6 d'abril de 1892; nomeado para desempenhar o cargo de secretario particular do ministro das obras publicas sr. conselheiro Augusto José da Cunha, de quem foi secretario tambem como ministro da fazenda, em 2 de fevereiro de 1897; collocado no logar de chefe de repartição do gabinete do ministro da fazenda, em 26 do mez de junho de 1900, tendo sido por portaria de 21 do mesmo mez e anno, nomeado para o logar de vogal do conselho de administração dos Caminhos de Ferro do Estado. Por decreto de 15 de janeiro de 1900 foi nomeado vogal do Conselho Superior de Agricultura; por portaria de 17 de novembro de 1904 fez parte d'uma commissão encarregada de proceder á revisão do alistamento do pessoal da Inspecção dos Impostos e, por portaria de 9 de junho de 1905, foi nomeado para fazer parte da commissão encarregada de remodelar os serviços de administração da fazenda publica. A primeira vez, que teve assento na camara dos deputados, foi representando o circulo de Thomar, na legislatura de 1880-1881, sendo reeleito em 1887, 1888 1889; pelo circulo de Santarem, na legislatura de 1890-1893; pelo circulo da Gollegã, nas de 1897 e de 1898-1899. Em 1891, sendo candidato da opposição, por Santarem, o ministro do reino de então, o sr. conselheiro João Franco, de accordo com Marianno de Carvalho, fizeram um desdobramento e actas apropriadas, ficando fóra da camara o sr. Isidro dos Reis, que obtivera perto de 6:000 votos. Resultou d'este feito uma polemica jornalistica entre o *Popular* e o *Correio da Noite*, sendo os artigos d'este jornal assignados pelo sr. Isidro dos Reis, que, julgando se offendido, mandou desafiar Marianno de Carvalho. O duello realisou se á pistola, em Linda a Velha. O encontro não teve consequencias, e os adversarios não se reconciliaram n'esta occasião, nem posteriormente. E' larga a lista de beneficios que o concelho da Chamusca deve ao sr. Isidro dos Reis, avultando outres elles a construcção da ponte sobre o rio Tejo entre a Chamusca e a Gollegã, autorisada por carta de lei de 1 de agosto de 1899; a fundação do Asylo Chamusquense para invalidos d'ambos os sexos, e que desde a sua fundação está installado nas casas que o sr. Isidro dos Reis generosamente offereceu para aquelle fim; a annexação á freguezia de Valle de Cavallos, uma das mais importantes do concelho, do Mouchão dos Coelhos que pertencia á Azinhaga, então do concelho de Santarem; valiosas obras nos diques da Senhora das

Dores e Pinheiro que levaram dezenas de contos; estradas numeros 16.° e 17.°; reparação nas egrejas do Chouto, Carregueira e Pinheiro, escola d'esta freguezia para o sexo feminino, etc. A propriedade, em que está installado o asylo acima citado, é uma residencia historica, por ser ligada ás luctas politicas do districto de Santarem e do paiz. Foi ali que, por mais de dois mezes, se occultou o notavel tribuno Passos Manuel, que era da maior intimidade do pae do sr. Isidro dos Reis, e ali o foi visitar clandestinamente sua mulher D. Gervasia de Sousa Falcão Passos. D'ali se retirou para o norte, sob disfarce, o prestigioso homem publico, que ia organisar a revolução conhecida pela Junta do Porto. N'aquella casa se occultou tambem Agnello Freire Salter Cid, o grande patuléa que organisou e equipou á sua custa o batalhão de Torres Novas para combater o regimen do conde de Thomar.

Reis *(João Leite Soares de Rezende)*. Foi auctor d'uma *Oração do elogio funebre na morte do serenissimo Sr. D. José, principe do Brazil*, Porto, 1789.

Reis *(Joaquim dos)*. Esculptor de ornatos em madeira Era muito considerado, e falleceu em edade avançada no começo do seculo XIX.

Reis *(P. José dos)*. Jesuita. N. no Porto em 1691; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Manuel Carneiro de Aguilar e de Marianna Pacheco Carneiro, ambos de familias nobres. Aos 14 annos veiu para Lisboa, e professou na Companhia de Jesus a 17 de outubro de 1708. Formou-se em Theologia na Universidade de Evora. Foi professor de philosophia no collegio de Santarem, e regeu a cadeira do prima de Theologia Moral, no de Braga, onde foi examinador synodal. Como prégador tambem se tornou muito apreciado. Imprimiu em Coimbra, em 1742: *Oração funebre nas reaes exequias, e solemnissimas honras que na Sé Primacial de Braga mandou celebrar ao Serenissimo Infante o Senhor D. Francisco seu irmão o Serenissimo Senhor D. José Arcebispo e Senhor de Braga Primaz das Hespanhas, no dia 20 de setembro de 1742.*

Reis *(José Antonio dos)*. Pintor, natural do Algarve, que vivia em Lisboa nos fins do seculo XVIII.

Reis *(José Joaquim de Sousa)*. Celebre guerrilheiro miguelista, do Algarve, mais conhecido vulgarmente pela alcunha de *Remexido*. N. em Estombar no anno de 1797. Era filho de lavradores abastados d'essa aldeia, que o destinavam á vida ecclesiastica. Ficando orphão ainda muito creança, tomou conta d'elle um tio, que o mandou estudar no seminario de Faro. Parece que chegou ainda a receber ordens, mas apaixonando-se por uma senhora de S. Bartholomeu de Messines, deixou as aulas, e abandonou a carreira que encetára, e casou, apezar da opposição do tio. Aos esforços continuos e incessantes que fez para desarmar a ira do tio, e para poder realisar a sua união com a mulher que amava, é que Sousa Reis deveu a alcunha de *Remexido*, com a qual mais tarde adquiriu grande nomeada. Retirando-se para Estombar, ali viveu como rico proprietario que era. Consta ter sido homem de muita intelligencia Obteve os logares de capitão de ordenanças e de recebedor do concelho, e já no tempo do governo de D. Miguel foi nomeado alferes do batalhão realista de Faro, mas solicitou a exoneração para não estar longe de casa. Quando em junho de 1833 o duque da Terceira foi desembarcar no Algarve o passou em S. Bartholomeu de Messines, o Remexido fugiu para a serra com alguns homens que chegou a juntar, e observando os movimentos das tropas liberaes o hostilisando-os como podia, desceu ao Alemtejo e pediu auxilio ao general Mollelos. O general não fez caso do pedido, e então o Remexido decidiu-se a fazer a guerra aos liberaes por sua conta, recrutando homens decididos que espalhavam o terror pelo Algarve e Alemtejo. ainda mesmo depois da convenção de Evora Monte. Contra as guerrilhas da serra do Algarve, cujo principal chefe era o Remexido, mandou o governo forças cada vez mais numerosas, mas todas as diligencias para o prenderem fôram infructiferas até fins de julho de 1838. N'essa epoca commandava a força armada do Algarve, cuja principal missão era a lucta com as guerrilhas, o coronel Fontoura, tendo ás suas ordens cavallaria n.° 5, caçadores n.os 4 e 5, infantaria n.° 8 o a guarda nacional do S. Bartholomeu de Messines. Nos fins de julho, divididas estas tropas em varias columnas, encontraram na Portella da Corte das Velhas o Remexido no dia 28 acompanhado de 248 homens, o depois de um combate que durou algumas horas, o capitão Cabral, de caçadores n.° 5, pôde deitar a mão ao chefe das guerrilhas, tirar lhe uma clavina que trazia, e fazel-o prisioneiro. O Remexido foi levado para Faro e condemnado á morte por um conselho de guerra no dia 1 de agosto, sendo fusilado logo no dia immediato no campo da Trindade, da mesma cidade.

Reis *(José Pereira)*. Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, lente jubilado da Escola Medico-Cirurgica do Porto, etc. N. em Coimbra a 14 de março de 1808, fal. no Porto a 12 de janeiro de 1887. Era filho de João Pereira Reis e de D. Bernarda Joaquina Leite. Fez um curso brilhante na Universidade, o qual concluiu em 1831. Genio sempre independente e liberal, deveu á sua muita prudencia e moderação o poder terminar a sua carreira scientifica, sem ser inquietado por suas opiniões politicas durante o governo de D. Miguel. Emquanto foi estudante, e ainda depois de exercer no Porto a clinica, augmentara os seus parcos meios de subsistencia, ensinando particularmente philosophia e mathematica. Em junho de 1833 foi mandado pelas autoridades de Coimbra para Condeixa tratar da cholera-morbus, que então invadira parte do paiz; e ahi, sem auxilio de nenhum outro medico, prestou a mais escrupulosa attenção aos cholericos, n'uma distancia de duas leguas, durante 40 dias, sem nenhuma remuneração publica ou particular Voltando a Coimbra em principios de agosto, ahi continuou a tratar dedicadamente os cholericos, e por ordem da autoridade dirigiu o hospital militar, por essa occasião e em consequencia da guerra civil, e da proxima occupação de Lisboa pelo duque da Terceira, accumulado de doentes da cholera e de typho, chegando a ter 300 doentes debaixo dos seus cuidados. Em dezembro de 1833 estava no Porto, quando ainda não havia terminado a guerra civil. Em julho ali se encontrava tambem na qualidade de eleitor por Coimbra, para eleger os deputados que formaram o primeiro parlamento depois de estabe-

lecido o regimen constitucional. Em 4 de novembro d'esse anno foi despachado lente substituto da Escola Medico Cirurgica do Porto, em resultado de excellentes provas de concurso, que pelo conselho da mesma escola fôram julgadas superiores ás dos outros candidatos. Em abril de 1837 foi nomeado cathedratico, e esteve sempre em serviço até completar os 30 annos de magisterio, sendo jubilado em 1864. Desde o anno de 1835 até ao de 1845, foi o unico vaccinador publico e gratuito no Porto, vaccinando semanalmente as creanças que se lhe apresentavam, e inscrevendo os seus nomes e filiações. Até 1839 vaccinou n'uma das salas da Escola Medico-Cirurgica, e d'ahi em diante obteve que na camara municipal se lhe concedesse uma sala. Da primeira vez que foi vereador, em 1850, conseguiu que a municipalidade creasse um logar de vaccinador pelos cofres do municipio. José Pereira dos Reis foi vereador quatro annos, membro do conselho de districto oito annos, além de ter prestado a sua coadjuvação em muitas commissões de serviço publico a convite do chefe superior do districto. Teve a mercê de cavalleiro da ordem de Nossa da Conceição por serviços sanitarios nas epidemias de febre amarella e cholera morbus que houve no Porto, mas rejeitou-a. Sendo ministro o bispo de Vizeu, D. Antonio Alves Martins, novo testemunho de consideração lhe foi dado com uma carta de conselho, que tambem não acceitou. Em 1846 foi injustamente preso, e mandado sair do Porto por ordem da junta revolucionaria, voltando só depois de restaurado o governo da rainha D. Maria II. José Pereira Reis viajou por Hespanha, França e Inglaterra, visitando diversos hospitaes, estabelecimentos scientificos, etc. Nomeado presidente dos exames de instrucção secundaria, na terceira circumscripção, cargo que exerceu em 1873 e 1874, patenteou mais uma vez a sua intelligencia e bom criterio, fazendo executar os programmas officiaes o mais radicalmente possivel, isto é, nem se exigindo o impossivel, nem se autorisando a ignorancia. Collaborou em 1834 no *Repositorio litterario*, jornal da sociedade litteraria, de que era socio e secretario; em 1837 redigiu a *Revista estrangeira*, periodico mensal de litteratura e sciencias, de que era proprietario; e depois a *Revista Litteraria*, que veiu substituir aquella revista, e que durou até 1845. José Pereira Reis tem o seu nome ligado á fundação do asylo da primeira infancia desvalida, no Porto, em 1836; e ao recolhimento de Nossa Senhora das Dores e S José, das meninas desamparadas. Escreveu: *Instrucções relativas á cholera, mandadas publicar pelos conselhos de saude publica de Dublim e de Inglaterra*, Porto, 1848; *Vademecum da pharmacopêa portugueza*, Porto, 1879; *Nomenclatura chimica franceza, sueca, allemã e synonimia; escripta em francez por Julio Garnier, e traduzida em portuguez*, Porto, 1845; *Formulario geral para medicos, cirurgiões e pharmaceuticos*, Coimbra, 1839; *segunda edição correcta e augmentada com um tratado therapeutico dos envenenamentos*, Porto, 1841; *terceira edição mais correcta e augmentada*, Porto, 1855; *A Homeopathia; o que é e o que vale*, Porto, 1852; *Mysterios de Paris, romance de mr. Eugéne Sue, traduzido em portuguez*, Porto, 1843; saiu sem o seu nome; *Os Sete Peccados Mortaes por Eugenio Sue, traduzidos em portuguez*; sairam tambem sem o nome do traductor, Porto, 1.° *Soberba*, 1847, 4 tomos, 2.° *Inveja*, 1848, 3 tomos; 3.° *Ira*. 1849, tomo; 4.° *Luxuria*, 1849, 2 tomos; 5.° *Preguiça*, 1851, 1 tomo; 6.° e 7.° *Gula* e *Avareza*, 1857. Em 1858 saiu no Porto uma nova edição do *Codigo pharmaceutico lusitano de Agostinho Albano da Silveira Pinto* Esta edição é posthuma, feita e corrigida, segundo os apontamentos do autor, revistos e coordenados por José Pereira Reis. Em 1876, appareceu tambem no Porto, *segunda edição*, mais correcta que a anterior.

Reis *(José da Silva)*. Celebre violoncelista da Capella Real, que viveu no seculo XVIII. *Sabio contrapontista*, como lhe chama Francisco Solano, que insere uma carta laudatoria d'elle na sua obra *Nova Instrucção Musical*. Esta carta tem a data de 15 de março de 1763, e dizem, que dá testemunho de José da Silva Reis ter sido musico muito illustrado. Pertenceu á irmandade de Santa Cecilia, e fal. em 1779.

Reis *(Luiz de Sousa dos)*. Mestre em Artes e doutor em Jurisprudencia civil, pela Universidade Coimbra. N. n'esta cidade em fevereiro de 1707, fal. a 8 d'abril de 1783. Era filho de Antonio Gomes da Maia e de Thereza de Jesus e Sousa. Foi um laborioso investigador de cousas antigas de Coimbra, e em especial do mosteiro de Santa Cruz. Deixou manuscriptas as seguintes obras: *Historia Breve dos varões e mulheres de Coimbra, illustres em santidade, e virtudes, dignidades ecclesiasticas, letras e armas*, etc. *Raio da luz catholica que illustra os fieis de Coimbra, vibrado por Leandro de S. Fulgencio, philosopho e jurista conimbricense, contra os malditos frades jacobeus de Santa Cruz; Appendice e notas* á obra precedente: *O Raio da luz catholica* fôra concluido em 24 d'abril de 1763, e este *Appendice e notas* contém noticias que se referem até 5 de março de 1783; *Catalogo dos varões illustres da cidade de Coimbra; Dos escriptores naturaes de Coimbra; Catalogo dos portuguezes doutos que fôram lentes nas universidades estrangeiras*; saiu publicado no *Conimbricense*, n.os 810 e 816, de outubro e novembro de 1861; *Discurso historico da fundação e antiguidade da egreja e collegiada de S. Thiago da real cidade de Coimbra*; foi publicado na *Epoca*, de Coimbra, n.os 19 a 23, de outubro e novembro de 1856; *Defensa catholica moral e juridica contra os erros e falsas doutrinas que ensina e persuade aos seus freguezes o reverendo padre Manuel de Carvalho Curado, prior de Tamengos; Carta que um amigo escreveu a outro sobre um livro de indulgencias apocriphas que publicaram os padres de Santa Cruz; Voto sobre se os enjeitados ou expostos pódem ser irmãos da ordem terceira; Voto sobre uma questão successoria; Bibliotheca dos escriptores portuguezes que escreverem livros ex professo sobre o quinto imperio de Portugal, composto pelo dr. Luiz de Sousa dos Reis, cidadão de Coimbra*. Uma boa porção do *Appendice ao Raio da luz catholica*, com relação á prisão, e outras circumstancias, do bispo do Coimbra D. Miguel da Annunciação, foi publicada por Antonio Luiz de Sousa Henriques Secco, bisneto do autor, no seu livro, impresso em Coimbra em 1880, *Memoria do tempo passado e presente para lição dos vindouros*. Sendo irmão da Misericordia de Coimbra, o dr. Luiz de Sousa dos Reis colligiu e mandou encadernar em 20 grossos volumes muitos documentos antigos, manuscri-

ptos e impressos, da mesma corporação, escreven do e assignando no principio de cada livro o competente titulo e o *Indice dos documentos*.

Reis *(P. Manuel)*. Jesuita. N. em Loures, em 1635, fal. a 21 d'abril de 1699. Era filho de Domingos Bernardes e de Jeronyma Duarte. Aos 17 annos de edade entrou no noviciado da Companhia de Jesus, de Lisboa, a 20 de novembro de 1652. Foi professor das principaes cadeiras dos collegios da Companhia. Por ser um orador muito distincto, sendo sempre procurado pelos mais eruditos para o ouvirem, e sendo reconhecido o seu profundo talento, foi mandado ensinar Escriptura no collegio de Coimbra, onde já ensinára philosophia. Passou depois ao collegio de Braga, e ali exerceu o elevado cargo de reitor. Dos seus numerosos sermões, os que ficaram escriptos pela sua mão, se publicaram posthumos, em Evora, divididos em tres partes; a 1.ª em 1717, a 2.ª em 1720, e a 3.ª em 1724.

Reis *(P. Manuel dos)*. Conego secular de S João Evangelista Era natural do Porto, mas desconhecem se as datas do nascimento e fallecimento. Seus paes eram Gonçalo dos Reis e Maria Teixeira. Recebeu a murça de conego no convento de Villar de Frades a 6 de maio do 1692, onde foi mestre jubilado de Theologia. Tambem foi reitor do collegio de Coimbra. Dos muitos sermões que prégou, apenas publicou: *Sermão do Doutor Maximo S. Jeronymo prégado no Real Convento do Matto*, Lisboa, 1700.

Reis (*Maximo Paulino dos)*. Pintor d'arte. N. em 1781, falleceu depois do anno de 1816. Fez os seus estudos em Roma, e trabalhou muito no palacio d'Ajuda. Era mais conhecido só pelo nome de *Maximo*.

Reis (*Melchior Gaspar dos*). Esculptor em madeira. N. em 1775, e fal. em 1845 Perteuceu á Academia de Bellas Artes de Lisboa.

Reis *(Nicolau dos)*. Administrador do concelho de Salsete, na India. Escreveu: *Relatorio sobre a administração do concelho de Salsete*, Nova Gôa, 1897; com 167 mappas.

Reis *(Simão Gomes dos)*. Pintor de perspectiva e de ornato. N. em Pernambuco, e era filho de José Pinhão de Mattos, tambem pintor. Veiu para Lisboa, onde residiu, no meado do seculo XVIII. Foi mestre do pintor José Antonio Narciso. V. *este nome*.

Reis. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Almagreira, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Martinho, de Avidos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga || Quinta na freg. de N. S.ª do Monte, conc. e distr. do Funchal, na ilha da Madeira.

Reis Bernardes *(Manuel dos)*. Mestre em Artes e bacharel em Theologia pela Universidade de Coimbra. N. no Porto a 20 do fevereiro de 1680, onde tambem fal. a 19 de novembro de 1741. Era filho de Gaspar Bernardes e de Izabel dos Reis. Aprendeu humanidades no Porto, passando depois á Universidade, tendo recebido o grau de mestre em Artes, formou-se na faculdade de Theologia a 10 de dezembro de 1712. Voltando ao Porto, foi conego prebendado, e magistral de Escriptura, commissario do Santo Officio, juiz conservador de muitas religiões, e um dos célebres prégadores do seu tempo. Publicou alguns dos seus sermões, em Lisboa, nos annos de 1712, 1721, 1728, 1729, 1735 e 1737. Na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. III, pag. 350, vem a descripção d'esses sermões.

Reis Damaso *(José Antonio)*. V. *Damaso (José Antonio dos Reis)*.

Reis Magos. Povoações nas freguezias: Santa Maria Maior, do Mujães, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Ilha da Madeira; Bom Jesus, de Ponta Delgada, conc. de S. Vicente, distr. do Funchal || Freg. do conc. de Bardez, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada ao S do concelho, na margem direita do rio Mandovy, dentro da barra da Aguada. Antiga fortaleza, situada no ponto mais estreito do Mandovy e no cume d'um outoiro, dominando as duas margens do rio n'uma grande extensão. Chegou a montar 27 bocas de fogo. Tem escolas.

Reis Quita (*Domingos dos)* V. *Quita* (*Domingos dos Reis)*.

Reis e Sousa (*Manuel dos*). Doutor e lente de Medicina pela Universidade de Coimbra, cavalleiro professo na ordem do Christo, familiar do Santo Officio, vereador do senado de Coimbra, etc. N. n'esta cidade, onde falleceu em 12 de maio de 1753. Era filho de Paschoal da Costa e de Maria de Sousa. Depois de estudar grammatica e philosophia, se matriculou em Medicina na Universidade, onde se doutorou em 20 de abril de 1704. Foi lente da cadeira de *Crisibus*, provido a 3 de agosto de 1717; de Anatomia em 5 de fevereiro de 1726, da de Vespera a 28 de fevereiro de 1735, e de Prima em 14 de março de 1738, regendo esta cadeira até fallecer. Casou com D. Thereza Josepha Silva Maciel, e como não tivesse filhos, instituiu no seu testamento um riquissimo morgado, e n'elle nomeou a seu sobrinho o dr. Luiz de Sousa dos Reis. Deixou manuscriptos, em latim, alguns tratados sobre Medicina.

Reis Tavares (*Manuel)*. Professor de medicina pratica e especulativa. N. em Santarem em 1590, onde tambem fal. a 25 de novembro de 1686. Era filho de Gaspar dos Reis e de Helena Jorge. Foi tambem um apreciado professor de musica. Era muito perito na poesia. Compoz a descripção d'um jardim ao raiar da manhã formada n'um labyrintho dividido em quadro, e com tal arte dispostas as letras, que de uma parte se liam versos latinos, da outra castelhanos, da outra italianos, e da outra portuguezes. Casou com Margarida Cesar de Almeida, e fôram ambos sepultados n'uma ermida que tinham edificado em 1654, junto da casa onde succedeu o santo milagre, que a Egreja regista. Escreveu: *Controversiae Philosophicae, et Medicae ex-doctrina de febribus*, Ulysipone, 1667; *De duobos magnis Artis Medicae auxiliis tractatus duplex, in quo difficiliores quaestiones circa sanguinis missionem*, etc., Ulysipone, 1671. Deixou manuscripto *Cirurgia especulativa*, *Livro de Mathematica*, *Psalmos* a varias vozes, e *Ladainha de Nossa Senhora*, a diversas vozes.

Reis Taveira *(Affonso dos)*. V. *Taveira*.

Reis Torgal (*Luiz Gonzaga dos)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado em Lisboa, conselheiro, deputado, etc. N. na aldeia da Barroca, do concelho do Fundão, a 18 de julho de 1852, sendo filho de Gonçalo José dos Reis Torgal e de D. Maria Anna Roque Torgal. Fez a sua formatura em 2 de julho de 1878. N'esse mesmo anno foi eleito para a camara municipal do Fundão, onde exerceu os car-

gos de vice presidente e presidente, e presidente da commissão do recenseamento. Em 1880 foi nomeado administrador do concelho do Fundão, cargo que só exerceu alguns mezes, sendo exonerado a seu pedido. Em 1883 veiu para Lisboa, exercer a advocacia, em que se tornou muito conhecido. Foi deputado pela primeira vez em 1884, eleito pelo circulo de Castello Branco, sendo reeleito em outras legislaturas por Santarem e ilha da Madeira. Foi deputado por acclamação, militando sempre ao lado de Vaz Preto Geraldes, e fazendo por isso parte do partido constituinte. Era deputado na legislatura chamada constituinte, que durou até 1886. Pertenceu tambem em 1885 á commissão especial incumbida de estabelecer o novo regimen municipal de Lisboa, depois da lei da organisação dos municipios autonomos. O sr. dr. Reis Torgal representou portugal no congresso da paz em Roma. Em 1899 era administrador da Companhia dos Caminhos de Ferro Portuguezes, e tambem da companhia do Gaz, tendo n'esta qualidade contribuido muito para a illuminação a Gaz de Ociras, dos Estoris e de Cascaes. Tem prestado bons serviços em S. João do Estoril, oude possue um bonito chalet. Tem collaborado em diversos jornaes, como o *Covilhanense*, *Egitanense*, *Clamor telegraphico*, *Campeão das Provincias*, *Gazeta da Beira*, *Federação*, *Diario da Manhã*, *Nacional*, etc. Em 1892 fundou o jornal *Reforma*, que foi o orgão do ministerio Dias Ferreira. Escreveu: *O casamento á face da legislação romana*, Coimbra. Tem publicado, como advogado, muitos outros folhetos.

Reis e Vasconcellos *(José Joaquim dos)*. Governador civil de Lisboa, conselheiro d'el rei, par do reino, deputado, etc. Fal. em 7 de fevereiro de 1884. Por carta régia de 27 de maio de 1861 foi nomeado vogal do Supremo Tribunal Administrativo. Foi deputado em varias legislaturas. Tomou parte muito activa nos negocios publicos, vivendo intimamente ligado com os duques de Palmella e de Loulé, Rodrigo da Fonseca Magalhães, Alexandre Herculano, e outros homens eminentes do seu tempo Escreveu: *Refutação de uma parte das asserções contidas no folheto da «Curtissima exposição de alguns factos» na parte que lhe diz respeito*; é datada de 4 de setembro de 1847, o assignada com o seu nome; saiu em meia folha de papel, impressa d'um lado só e sem titulo; foi distribuida com o jornal *Revolução de Setembro*; *Necrologia do conselheiro José Cupertino de Aguiar Ottolini, procurador geral da corôa*, etc.; saiu no *Diario do Governo* de abril de 1859. Foi Reis o Vasconcellos quem publicou em 3 tomos diversos despachos e correspondencia do duque de Palmella, por elle colligidos com o titulo seguinte: *Despachos e correspondencia do duque de Palmella; colligidos e publicados por J. J. Reis e Vasconcellos; tomo I, desde 9 de abril de 1817, até 15 de janeiro de 1825*, Lisboa, 1851; *tomo II, desde 9 de maio de 1825 até 26 de dezembro de 1826*, Lisboa, 18[illegible]1; *tomo III, desde 3 de janeiro de 1827 até 27 de junho de 1828*, Lisboa, 1854. De cada um dos tomos se tiraram 425 exemplares, o nenhum foi posto á venda. A proposito d'esta publicação saiu um extenso artigo de Lopes de Mendonça nas suas *Memorias de Litteratura contemporanea*, pag. 132 a 157, o qual, vertido om hespanhol, foi reproduzido na *Revista Peninsular*, 1855, n.os 2, 3 e 4.

Reitor. Antigamente dava-se este nome ao juiz arbitro; hoje assim é designado o que rege a universidade, seminario, ou qualquer egreja. Na categoria ecclesiastica, reitor é o logar intermediario entre o vigario e o abbade.

Reixa. A familia d'este appellido veiu de Hespanha, mas ignora-se quem o trouxe a Portugal. Em Portalegre acham-se familias nobres com este appellido, desde o seculo XVI. As suas armas são: Em campo de púrpura seis reixas de prata, em duas palas. Timbre, uma das reixas do escudo. Reixa é a barra de ferro que prende o cadeado, e tambem a vara de pontas de ferro dentadas, que sustenta a teia estendida no tear.

Reixella. Pov na freg. de S. João Baptista, de Ovil, conc. de Baião, distr. do Porto.

Rejusena. Pov. na freg. de S. Christovão, de Gondomil, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Relação. Pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal, ilha da Madeira.

Relegagem. Certa pensão ou fôro que se pagava do vinho vendido por algum particular, emquanto durava o relêgo. (*V. este nome*). Documento da camara secular de Coimbra, de 1361). Na cidade de Silves pagava-se de *relegagem*, por cada carga *cavallar* um almude, e por carga *asnal* meio almude. (Documento da camara de Silves, de 1398).

Relêgo. Era um direito com que o soberano, ou seu donatario, podia livremente vender o vinho que nos seus *reguengos*, *coutos* ou *juradas*, se criava; e isso em certos mezes, e por uns tantos dias, durante os quaes mais ninguem podia vender vinho sem se expôr á pena de relegagem. O tempo do relêgo vinha marcado nos foraes, provisões, ou carta do mercê. E' por isto que tambem se dava o nome de relêgo ao logar, tulha, adega ou celleiro, em que tal vinho se fazia e se guardava. Tambem se dava antigamente o nome de relêgo ao que hoje se chama relêvo. N'um documento de Alpendurada, de 1[illegible]46, lê-se: *Huus castiçaes de prata, dourados, e lavrados de sinzel de meio relêgo.*

Reliquias. Pov. e freg. de N. S.ª das Reliquias, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Odemira, distr. e bisp. de Beja; 412 fog. e 1:744 hab. Tem esc. do sexo masc., hotel e est. post. Dista 19 k. da séde do conc. e está situada entre pequenas ribeiras. A mitra apresentava o cura, que tinha 198 alqueires de trigo. A terra é muito fertil em cereaes; cria muito gado e tem caça. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos.

Reluto. Pov. na freg. do S. Domingos, de Fortios, conc. e distr. de Portalegre.

Relva. Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, conc. e distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo, ilha de S Miguel, archipelago dos Açôres; 664 fog. e 2:673 hab. Está situada sobre uma rocha á beira-mar, na costa SO da ilha, a [illegible] k. da séde do conc. Tem est. post. e é fertil em generos agricolas. Pertence ao commando militar dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 2[illegible], com a séde em Ponta Delgada. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Borbella, conc. e distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Esmoriz, conc. do Ovar, distr. do Aveiro, || O Salvador, de Grijó, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santa

Maria, de Lamas, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Mamede, de Madail, conc. de Oliveira de Azemeis, do mesmo distr. || Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Espirito Santo, de Monteiras, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || Santo Thirso, de Paramos, conc. da Feira, distr de Aveiro. || S. Vicente de Pereira Jusã, conc. de Ovar, do mesmo distr. || S. Martinho, de Travanca, conc. de Oliveira de Azemeis, do mesmo distr. || Ilha de S. Jorge; S. Jorge e conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo, Açôres || N. S.ª da Purificação, de Villa Chã, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco. || Santo Antonio, de Areias, conc. de Marvão, distr. de Portalegre. || N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja. || de Santa Maria, de Longroivra, conc. de Mêda, distr. da Guarda. || Ponta situada na SO da ilha de S. Miguel, Açôres. || Territorio da ilha do Fogo, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situado a E da pov. dos Mosteiros, n'um dilatado plano inclinado, e n'outro tempo foi habitado e teve plantações d'algodão e vinha. A erupção de 1812 cobriu tudo de lava.

Relva d'Asseiceira. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Areias, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Relva de Baixo. Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Safira, conc. do Monte mór-o-Novo, distr. do Evora.

Relva do Boi. Pov. na freg. de Santa Margarida, de Fundada, conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Relva Branca da Fria. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Relva Longa. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Coimbrão, conc. e distr. de Leiria. || S. Julião, de Monronho, conc. do Taboa, distr. de Coimbra.

Relva da Louça. Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Proença-a Nova, distr. de Castello Branco.

Relva da Mó. Pov. na freg. de S. Matheus, de Alváres, conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Relva da Moira. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Areias, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Relva de Traz. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Relva Velha. Povoações nas freguezias: N. S.ª dos Córos, de Teixoso, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || Santa Cecilia, de Bemfeita, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Relvada. Pov. na freg. de S. Vicente, de Sangalhos, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

Relvaes. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Martim Longo, conc. d'Alcoutim, distr. de Faro. || Santo Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, do mesmo districto.

Relvas *(Carlos)*. Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição do Villa Viçosa, opulento lavrador e proprietario na Gollegã. O seu nome completo era Carlos Augusto Mascarenhas Relvas de Campos, sendo, porém, conhecido mais vulgarmente só pelo nome abreviado de Carlos Relvas. Era uma das figuras mais sympathicas de Portugal, no seu tempo, admirado pela sua elegancia, pericia e arte, como cavalleiro e touroiro amador, pelo seu delicado talento artistico de photographo, um distinctissimo *sportman*. Seu pae era um dos mais abastados lavradores de todo o Ribatejo; chamava-se José Farinha Relvas de Campos, e falleceu a 27 de fevereiro de 1865. Fundou importantes estabelecimentos agricolas e uma bella casa de habitação na Gollegã. N'esta casa achavam sempre franca e excellente hospedagem todas as pessoas que transitavam por aquellas estradas, e por varias vezes ali se hospedou a familia real. Nos seus estabelecimentos agricolas introduziu e fez uso, com o maior proveito publico, de muitos processos e instrumentos agricolas, n'essa epoca adoptados e aperfeiçoados entre as nações mais cultas da Europa. Ao seu zelo e á sua iniciativa deveu a Gollegã muitos e importantes melhoramentos, uns promovidos por elle como simples particular, outros a que deu impulso como presidente da camara, cargo que exerceu quasi constante-

Carlos Relvas

mente; e como procurador da junta geral do districto, para que foi eleito seis ou sete vezes. Em 1842 o quizeram eleger deputado, mas não acceitou a candidatura; tambem os governos o agraciaram por vezes com uma commenda, titulos de conselheiro, de barão e de visconde, mas rejeitou sempre estas mercês. Carlos Relvas foi um digno continuador da obra de seu pae. Nasceu na Gollegã, onde tambem falleceu, victima d'um grande desastre, a 23 de janeiro de 1894. Casou com D. Margarida Amalia Mendes de Vasconcellos, filha dos condes de Podentes: de Jeronymo Dias de Azevedo Vasques d'Almeida e Vasconcellos e D. Maria Liberata da Costa Mendes de Azevedo, representantes das mais illustres familias da Beira Alta. Herdeiro d'uma opulentissima fortuna, entregava-se aos cuidados da sua immensa lavoira, que podia servir de modelo, pela perfeição em todos os trabalhos do campo, e á administração das suas propriedades. Era respeitado e estimado pelo seu caracter franco e bondoso; mui-

to caritativo e esmoler, tornou-se na Gollegã o verdadeiro pae dos pobres, que lhe consagravam a maior veneração. Carlos Relvas, apezar dos seus muitos trabalhos com a administração da sua casa, lembrou-se um dia de aproveitar as horas que lhe ficavam livres, e fez se artista, dedicando se á photographia como amador. Correu os principaes *ateliers* photographicos da Europa, comprou os mais custosos e perfeitos apparelhos, o construiu junto da sua vivenda da Gollegã um *atelier* na parte mais elevada e pittoresca d'um formoso jardim, entre palmeiras, eucalyptos e flôres. Era uma verdadeira maravilha artistica, não só no conjuncto da construcção, como na ornamentação interior e mobiliario, que dizem, ser de princi pesca sumptuosidade. Foi ali que Carlos Relvas passou grande parte da vida, trabalhando, estudando e lendo. Os seus trabalhos photographicos tornaram se bem conhecidos e muito apreciados, e em pouco tempo Carlos Relvas ficou considerado o primeiro photographo-amador do paiz. N'esses trabalhos destaca se a reproducção dos objectos que figuraram na exposição da arte ornamental realisada em Lisboa no anno de 1882, que constituem verdadeiros primores artisticos. As suas photographias distinguiam se pelo gosto artistico da *pose* ou do ponto de vista, pela escolha da luz e pela nitidez. Muitas d'essas photographias e dos seus instantaneos figuraram em varias exposições nacionaes e estrangeiras, conquistando em todas ellas um dos mais distinctos logares. Carlos Relvas era membro da Sociedade Franceza de Photographia, e obteve medalhas nas exposições d'essa sociedade, de 1870, 1874 e 1876 Tambem alcançou varios premios nas seguintes exposições: Em Vienna d'Austria, 1873, *Medalha do Progresso*; Madrid, 1873, medalha de prata; Sociedade Photographica, de Vienna d'Austria, 1875, medalha de prata; Philadelphia, 1876, medalha; primeiro premio na Exposição d'Amsterdam, 1876, *Cruz de Bronze dourado*; Exposição horticola do Palacio de Crystal do Porto, 1877, medalha de ouro; Exposição da União Central das Artes decorativas, no palacio da Industria, de Paris, medalha de ouro, o que foi uma das suas victorias. Como *sportman* tornou-se notavel em todos os exercicios physicos, precisos para aliar a dextreza á agilidade, a serenidade á coragem. Habil atirador de pistola e de carabina, dextro jogador de pau, de florete e de sabre, foi tambem notavel na equitação. Possuidor de cavallos magnificos, sabia ensinal os a primor, e realisava com elles proezas extraordinarias, sendo um perfeito *gentleman-rider*. Um dos seus maiores triumphos foi no Porto, n'umas corridas em que alcançou grande victoria, montando no seu cavallo *Chasseur d'Afrique*. Como toureiro amador tambem Carlos Relvas se tornou muito afamado. Por muitos annos toureou a cavallo e a pé; era dextro, tanto como cavalleiro, como bandarilheiro, aliando á sua dextreza de cavalleiro e grande firmeza, uma serenidade de animo pouco vulgar. Na praça da Foz do Douro, um cavallo, montado por Carlos Relvas, foi ferido por um ferro, e resaibeou, dando uma volta á praça que era pequena e angulosa, nos mais nervosos corcovos, tentando algumas pessoas vêr se conseguiam fazel o parar, o quo foi baldado empenho. Extenuado pela lucta, o cavallo parou afinal, sem que conseguisse perturbar o animo corajoso do denodado cavalleiro Carlos Relvas recebeu então uma enthusiastica ovação. O distincto toureador amador tomava sempre parte em festas de caridade, para as quaes não recusava nunca o seu concurso. A ultima tourada, em que tomou parte, foi a que no verão de 1893 promoveu a commissão da imprensa a favor das victimas do cyclone dos Açôres. Enthusiasta por este divertimento, mandou construir na Gollegã uma praça de touros, que se inaugurou com uma corrida em beneficio do hospital d'aquella villa. Com o seu caracter caritativo, querendo sempre contribuir para o bem da humanidade, inventou um barco salva-vidas. Em 1880 assistiu a um naufragio na barra do Douro, o que muito o impressionou, e logo applicou a sua actividade e intelligencia em descobrir a maneira mais rapida e mais segura de acudir aos naufragos, quando o mar é indomito e o perigo implacavel. Durante tres annos não descançou, e nos fins de outubro de 1883 dirigiu ao ministro da marinha um requerimento, apresentando o barco salva-vidas da sua invenção, com os competentes tripulantes, que de prompto haviam adquirido n'elle uma grande confiança procurando os pontos mais embravecidos do mar. Desejava que a realisação do seu pensamento fôsse confirmada por meio d'uma experiencia official, e requeria que o ministro a ordenasse, pedindo lhe egualmente que lhe permittisse partilhar da sorte do pessoal da mesma experiencia, acompanhando o. Junto ao pedido mandava 8 photographias do barco. O ministro deferiu logo o requerimento, e nomeou uma commissão composta do engenheiro naval Luiz da Cunha o Mancellos, capitão de mar e guerra João Capistrano de Sousa Neves, e o piloto-mór da barra do Porto, para assistir á experiencia do novo barco salva-vidas. No dia 7 de novembro do citado anno de 1893 realisou se a experiencia na Foz do Douro. O mar estava de moldo para essa experiencia; agitava-se furiosamente, e erguia-se em grossas vagas junto da barra, pondo em perigo, ás vezes, os pequenos barcos que a ellas se atreviam. O novo barco salva vidas, que sob a direcção de Carlos Relvas, fôra construido por José Paulino Ignacio, de Villa Nova de Gaia, dirigiu-se para a entrada da barra, onde o mar era mais forte, tripulado por Carlos Relvas, por Joaquim Ferreira Vizeu, piloto da barra do Porto e 8 remadores. Ao mesmo tempo partiu tambem, para servir de comparação ao moderno barco, o antigo salva-vidas, tripulado por 12 remadores, o respectivo patrão, Mendes Leite, ajudante do chefe do departamento maritimo, e o engenheiro naval Mancellos. Os tripulantes de ambos os barcos iam munidos de boias de salvação cingidas em roda do tronco. N'uma catraia da barra acompanhavam os dois barcos Marianno do Carvalho, o chefe do departamento maritimo o o piloto-mór. Eram 3 horas da tarde quando começaram as experiencias. Os dois barcos salva-vidas adeantaram se para o mar, indo ao encontro das ondas mais embravecidas, com tanta persistencia, que chegaram por momentos a aterrar a multidão, que assistia a este espectaculo. Os barcos sumiam se de vez em quando nas grandes cavidades das ondas. O salva-vidas antigo galgava essas ondas como uma casca de noz, o salva-vidas de Relvas *furava-as*, batendo-se com ellas, e saindo sempre triumphante do combate, apezar de

ter quebrado n'um dos encontros a canna do leme. Duraram uma hora estas experiencias, que mostravam as vantagens incontestaveis do salva-vidas Relvas sobre o salva-vidas antigo, e de volta á cantareira, Carlos Relvas subjeitou ainda o seu barco a uma nova experiencia, que mais eloquentemente ainda provou a excellencia da sua invenção. Fez voltar o barco, que tornou immediatamente á sua posição natural, o que demonstrava que, mesmo no caso das ondas o voltarem, os tripulantes não corriam perigo algum, agarrando se aos arcos de ferro, visto que elle voltava logo á sua primitiva posição. Carlos Relvas conseguira o seu fim. Depois de prestar grandes serviços á arte, prestava serviços á humanidade, depois de ser um grande artista, era um grande benemerito.

Relvas (*José*). Ministro das finanças no governo provisorio da Republica, ministro portuguez em Madrid, rico proprietario e agricultor, etc. N. na Gollegã a 5 de março de 1858, sendo filho de Carlos Relvas, e de sua mulher, D. Margarida Amalia de Azevedo Relvas (V. o *artigo antecedente*). Matriculou se na Universidade de Coimbra na faculdade de Direito, que só frequentou até ao segundo anno, abandonando-o então para seguir o Curso Superior de Letras, o qual concluiu em 1880, escrevendo n'esse anno a sua these, intitulada *O Direito feudal*, que apresentou na prova final do curso. Além d'este trabalho, escreveu: *Conferencia sobre questões economicas*, feita no Centro Commercial do Porto em 1910, publicada e impressa na typographia Bayard. Em diversos jornaes tem publicado muitos artigos, especialmente sobre questões d'arte, e economicas. Dedicando-se muito ás ideias democraticas, foi um dos que mais serviços prestou para a implantação da Republica em Portugal, fazendo intensa propaganda dos seus ideaes, tanto no paiz, como no estrangeiro, onde acompanhou o sr. Magalhães Lima. Tendo estudado a fundo as questões economicas e financeiras, foi chamado a gerir a pasta das finanças no governo provisorio, poucos dias depois d'elle se ter organisado em seguida á proclamação da Republica, no dia 5 de outubro de 1910. O sr. José Relvas já fizera parte do directorio do partido republicano. Como ministro, dedicou-se com todo o criterio e elevada competencia na gerencia da sua pasta, tomando em consideração muitas reclamações, que elle procurou attender, providenciando sobre as que considerava serem justas, procurando tomar medidas e reformas que pudessem, quanto possivel, satisfazer os reclamantes, affirmando assim mais uma vez, e praticamente, o seu espirito democratico e consciencioso. Quando se tratou da nomeação do presidente da Republica, foi o seu nome indigitado por mais d'uma vez como candidato a esse elevado cargo. Nas primeiras côrtes constituintes que se organisaram depois da eleição do presidente, o sr. Manuel d'Arriaga, foi o sr. José Relvas eleito deputado pelo circulo de Vizeu. Por decreto de 14 de outubro de 1911 foi nomeado ministro portuguez em Madrid, indo substituir o sr. Dr. Augusto de Vasconcellos, que deixara de exercer aquellas funcções, por ter sido nomeado ministro dos estrangeiros no ministerio presidido pelo sr. João Chagas, o primeiro organisado depois da demissão do governo provisorio. No dia 18 d'esse mez seguiu para Madrid a tomar posse do seu novo cargo. O sr. José Relvas herdou de seu pae qualidades artisticas de alto valor, embora sob manifestações diversas. Do livro *As Constituintes de 1911 e os seus deputados*, recentemente publicado, transcrevemos, de paginas 109 a 111, a descripção da casa e da vida intima do illustre diplomata, feita pelo apreciado escriptor sr. João Chagas: «Ao meio da estrada de Alpiarça que se desliga da linda estrada de Almeirim para atravessar entre searas e vinhas os 14 kilometros que separam aquella villa da capital do Ribatejo, vê-se com surpreza surgir n'um distante socalco uma vasta e complexa construcção que diriamos sér o que? Uma *chartreuse?* Talvez. Entre as ramarias desinquietas dos choupaes e á medida que nos vamos acercando da villa a construcção vae cada vez mais tomando o vulto e o aspecto monastico com as suas frontarias reluzentes de cal, a confusão dos seus telhados, as suas chaminés espalhadas por toda a parte, as gelosias verdes das suas janellas romanicas e as galerias do seu claustro exterior aberto sobre os campos; e quem não souber onde está, irresistivelmente será levado a perguntar se ali reside uma communidade e o que fará — se philosophia, se licôres? Para attingir esta casa de um tão enigmatico aspecto é preciso atravessar a villa d'Alpiarça e seguir ao longo da grande rua que a corta ao meio e cujo prolongamento é a estrada que conduz a Almeirim. Ao sair de Alpiarça começa um velho muro por traz do qual marulham as altas folhagens de um arvoredo palreiro. Eis aqui o portão, um portão de quinta, ou de granja, envelhecido, enferrujado, emperrado, e um caminho largo e areiado com um sulco macio de rodas de carruagem, que convida tanto mais attrahentemente a entrar, quanto do portão não se vê a casa, e avançando alguns passos entre adegas e lagares, eis que a casa nos apparece, de uma brancura radiante e de um pittoresco tão original e tão vivo que estacamos a contemplal-a como a uma obra d'arte. O leitor não conhece pessoalmente o dono da casa? Eu vou apresental o: Em primeiro logar já o leitor por certo verificou que está no dominio de um lavrador, e o dono da casa com effeito, o é. Sómente é tambem um homem de grande cultura, de grande gosto, o que explica que, ao lado das suas adegas e lagares, no meio das suas vinhas, dos seus olivedos, e dos seus sobreiros, elle construisse para viver, esta casa que surprehende, que intriga, que encanta e que na vida de um homem como elle, é verdadeiramente uma obra. Depois verifiquei que esta casa é muito singular, pois tem um grande porte e nenhuma ostentação. Não se lhe póde dar o nome de *chateau* ou de *manoir*, ou mesmo de *casa de campo*. Dir-se-hia uma velha residencia de familia, transmittida por herança de paes a filhos. No entanto não tem 6 annos de construida; e não lhe dá este primeiro aspecto a conhecer não já o gosto mas o fundo nobre do caracter do homem que a construiu, e que assim pretendeu adoptar a sua noção da familia ao domicilio que melhor lhe convém e que ainda é aquelle que n'outros tempos a abrigou e perpetuou? A casa dos Patudos, pois esse é o seu nome, nasceu hontem e tem seculos. De nobreza? Não. De solidariedade de familia, de virtudes domesticas, de agasalho de hospitalidade. Por effeito do seu temperamento, da sua educação, o dono d'esta casa é um destino inteiramente votado ao

amor e ao culto da arte e ao qual todos os outros, mesmo o que o prende á lavoura, mesmo o que o lançou na politica, são destinos accessorios. Assim, a sua casa, abriga com a sua familia, o maior numero de obras d'arte que ainda enriqueceu o domicilio d'um homem sem ostentação, e n'elle se presta á arte um culto tão fervoroso, que dir-se hia não se viver ali para outra cousa As suas salas são galerias de pintura e esculptura, onde é licito passear com um catalogo nas mãos, como nas salas dos museus. Tropeça se em objectos de arte. Aqui é um movel, acolá uma talha, além uma faiança, mais além um medalheiro. N'uma vitrine está a mais bella obra de olaria portugueza. N'outra é facil admirar ao lado do um authentico Galrão, uns stradivarius authentico, o que caracterisa a serenidade d'esta paixão, a que tantos se entregam por puro luxo é que ella se

José Relvas

foi installar longe do ruído da vida mundana e da publicidade e se sacia solitariamente. N'essa casa amam-se todas as artes mas só uma se cultiva—a musica—Se ao leitor succedesse passar já noito velha, pela beira da estrada de Almeirim não seria de estranhar que ouvisse por entre o concerto do coaxar das rãs, as harmonias vindas lá de dentro, d'uma sonata de Beethoven, ou de Mozart. E' no que ali se passam as noites.

Relvas. Povoações nas freguezias: N S.ª da Piedade, do Algoz, conc. de Silves, distr. de Faro. || S. Vicente, de Branca, conc. de Albergaria a-Velha, distr. de Aveiro. || N. S.ª das Neves, de Cadafaz, conc. de Goes, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Catharina, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || N. S.ª da Consolação, de Chão do Couce, conc. de Ancião, do mesmo distr. || N. S.ª da Esperança, de Ermida, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || S. Sebastião, de Espinhal, conc. de Penella, distr. de Coimbra. || S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || N. S.ª da Natividade e conc. de Macieira do Cambra, distr. de Aveiro. || N. S.ª d'Assumpção, de Ourondo, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || S. Vicente, de Paio Mendes, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S. Christovão, de Parada de Cunhos, conc. e distr. de Villa Real || Espirito Santo, de Pera, conc. de Silves, distr. de Faro. || S. Thiago e conc de Soure, distr. de Coimbra. || Santa Izabel, de Teixeira, conc. de Arganil, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Ilha do Pico; S. Matheus, conc. da Magdalena, distr. de Horta, Açores. || Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Relvas Cimeiras Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Maçãs de Caminho, conc. de Alvaiazere, distr. do Leiria.

Relvas Fundeiras. Pov. na freg de N. S.ª da Graça, de Maçãs de Caminho, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Relvas de Loureira. Pov. na freg. de S. Pedro, de Rego da Murta, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Relvas do Meio. Pov, na freg. de N. S.ª da Graça, de Maçãs de Caminho, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Relvinha. Povoações nas freguezias: Ilha de S. Jorge; Santa Catharina e conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo. || Ilha do Faial; S. Matheus, de Ribeirinha, conc. e distr. da Horta.

Relvinhas. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. do Monchique, distr. de Faro.

Relvios. Pov. na freg. de S. Miguel, de Foz de Arouce, conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

Remenga Pov. na freg. de S. Verissimo, de Nevogilde, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Remanso. Povoações nas freguezias: S. João, de Ponte, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª da Salvação e conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

Remedios (*Antonio dos*). Religioso franciscano da provincia do Algarve. Escreveu: *Dissertação historico-critica, principalmente sobre a chamada fabula do glorioso triumpho que Escoto conseguiu em Paris, defendendo a immaculada Conceição da Mãe de Deus*, etc., Lisboa, 1755.

Remedios (*P. Antonio Angelo dos*). Era natural de Macau. Escreveu: *Da importancia da oração para alcançar de Deus todas as graças, e a salvação eterna; por Santo Affonso Maria de Liguori; traduzido do francez*, Hong-Kong, 1853.

Remedios. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Fontão, conc. de Ponto de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santo Estevão, de Urgezes, conc. de Guimarães, distr. de Braga || Ilhéo situado na costa N E da Ilha de Santa Maria, Açôres. Tem uma gruta digna de ser vista, pela belleza das suas estalactites. Tambem se lhe chama *Remeiros*.

Remeilhe. Pov. na freg. de S. Martinho, de Dume, conc. e distr. de Braga.

Remelhe. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 140 fog. e 587 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 5 k. da séde

do conc. e está situada a 2 k. da estrada nacional de Barcellos a V. N. de Famalicão. O real padroado apresentava o cura, tanto d'esta freg., como da de S. Thiago, de Molde, tendo de rendimento pelas duas, 50$000 reis e o pé d'altar. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Remeo Pov. na freg. do Salvador, de Pedragaes, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Remerelhas. Pov. na freg. de Santos Cosme e Damião, conc. de Arcos de Valle-de Vez, distr. de Vianna do Castello.

Remesal. Pov. na freg. de S. Pedro, de Roriz, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Remessa. Pov. na freg. de S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Remigio (*Francisco*). Architecto que trabalhou nas obras da reconstrucção da cidade de Lisboa depois do terremoto de 1755. Os outros architectos que trabalharam com elle, fôram: Carlos Mardel, Manuel da Maia, Eugenio dos Santos de Carvalho, Sebastião Poppe, Antonio Carlos, José Carlos da Silva, Miguel Angelo Velasques, Reynaldo Manuel dos Santos, Pedro Gaulter, Francisco Antonio Ferreira Cangalhas e Joaquim d' liveira.

Remirão. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Casal Vasco, conc. de Fornos de Algodres, distr. da Guarda.

Remisol (*O Beato*). Bispo da sé de Vizeu, no tempo dos suevos. Foi expulso da sua diocese pelo rei Leovigildo que seguia a seita ariana, e que desejava pôr na diocese viziense o bispo, tambem ariano, Semilla. Exilado da séde do seu bispado, Remisol passou grandes tormentos, mas a Egreja catholica beatificou-o, e a Egreja portugueza venera o como um dos seus santos.

Remoães. Pov. e freg. de S. João Baptista, da provincia do Minho, conc. e com. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 40 fog. e 165 hab. Tem esc. do sexo masc. e dista 3 k. da séde do conc. Está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Minho. O abbade de S. Paio de Melgaço apresentava o vigario, que tinha 8$000 reis e o pé d'altar. O terreno é pouco fertil. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 5, com a séde em Vianna do Castello.

Remoinho. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Cardosas, conc. d'Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Britello, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Remolha. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Fermentões, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel e conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Nicolau, e conc. e distr. de Aveiro.

Remonde Pov. na freg. de Santo Isidoro, de Santos Evos, conc. e distr. de Vizeu.

Remondes. Pov. e freg. de Santa Catharina, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança; 97 fog. e 421 hab. Tem esc. do sexo masc.; dista 8 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, na estrada que vae do Mogadouro a Macedo de Cavalleiros, e a 2 k. da margem esquerda do rio Sabor. O real padroado apresentava o cura, que tinha 8$000 reis de congrua e o pé d'altar. Pertence a pov. á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Remonco. Pov. na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Remostias Pov. na freg. de S Faustino e conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real.

Remouco. Ribeira da prov. do Douro, no conc. de Taboa, distr. de Coimbra. Nasce perto da aldeia de Ollar, e depois de tomar o nome de *Ribeira d'Azere*, vae desaguar no rio Mondego.

Remunho. Pov. na freg. de Santo André, de Lever, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Renda. Tecido reticular, ligeiro, delicado, apresentando desenhos mais ou menos caprichosos, e que se faz com fio de linho ou de algodão. Tambem se fabrica com fio de ouro, prata e de seda, porém com uso muito mais restricto. E' Peniche a terra mais afamada no fabrico de rendas. A este respeito é muito interessante um folheto, bastante raro, intitulado *A industria de Peniche*, em que se inclue uma *Noticia e informação ácerca do estado actual da industria das rendas de Peniche*, por Pedro Cervantes de Carvalho Figueira, Lisboa, 1865. Por esse trabalho se verifica que a natureza, recusando aos habitantes da peninsula de Peniche as riquezas agricolas, forçou os a buscar meios de subsistencia na pesca, e no fabrico das rendas do genero *Honiton*, ou na imitação do *Guipure* e da renda de seda preta denominada *Chantilly*, mas todas feitas á mão na almofada com bilros. Os utensilios que as mulheres de Peniche empregam para o exercicio d'esta industria consistem n'uma almofada porta-

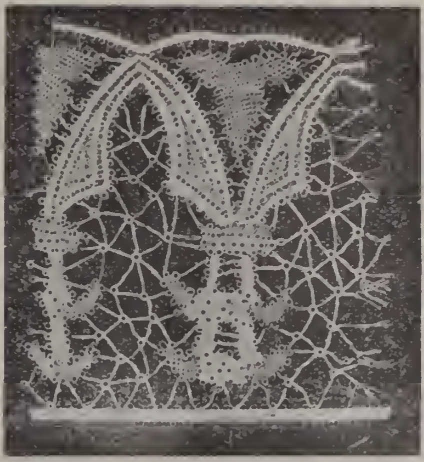

Um padrão official das rendas de Peniche em 1893

til, cylindrica, cheia de palha de trigo, forrada ordinariamente de panno de linho ou de algodão de côr encarnada, perfurada de lado a lado por uma abertura tambem cylindrica; n'um cesto de verguinha, ou n'um banquinho pintado, que serve de pedestal á almofada; nos piques de cartão côr de açafrão, ou moldes da renda n'elle riscada, e perfurados nos sitios em que se hão de armar os alfinetes nos bilros, e nos alfinetes que se contam sempre ás duzias; na linha de seda, de algodão ou de linho, propria para a obra que se premedita; finalmente n'uma tesourinha bem amolada, e n'uma medida de metro ou vara. O bura-

co ou a abertura da almofada serve para lhe introduzirem as mãos, quando a querem levantar, e tambem para n'elle guardarem a tesoura, a linha, os oculos da fabricante, se é velha, e a caixa do rapé. Os bilros das mais pobres são de madeira de pinho; das que pódom um pouco mais de pau do Brazil (melhores por serem mais pesados), e algumas ha que os teem de marfim. As mulheres de Peniche teem um modo particular de se assentar deante das almofadas para o fabrico das rendas; é um habito que adquirem desde a infancia, difficil para os outros individuos do seu sexo: encruzam-se á maneira dos turcos, ou como os antigos alfaiates, e levantam-se d'esta posição sem apoio nem encôsto, executando um difficil exercicio gymnastico. Apenas contam quatro annos, as creanças do sexo feminino são mandadas para a escola da renda; havia no anno de 1863, umas oito d'estas escolas em Peniche, regidas por mulheres que, além das rendas, ensinavam outras prendas e tambem a ler e a rezar; são as casas ordinariamente ao rez-do chão, vê se ali a mestra encruzada deante da almofada, tendo sempre junto de si uma longa canna; deante d'ella, em fileiras, estão vinte ou mais raparigas, de costas para a mestra, sentadas ás almofadas. A cada uma d'ellas já foi destinada a empreitada ou tarefa que deve acabar n'um determinado espaço de tempo, e ai d'aquella que fala com a companheira que lhe fica proxima, ou se distrae, porque se a mestra dá por isso lá vae a canna advertil-a; a victima chora, as outras raparigas riem até lhes chegar a sua vez de chorar. As mestras ganham muito pouco: 80 réis ou quatro vintens por mez é o mesquinho salario, que cada discipula paga por apprender a fazer renda; mas se apprende outras prendas e a ler, este preço varia até 200 réis. A *troca*, que é uma fita feita em quatro bilros, e a renda do ilhó, que emprega doze, é o A B C d'esta arte; e assim se vão desembaraçando progressivamente, a ponto que com o tempo chegam a manejar com uma facilidade, destreza e precisão, que admira e espanta, sessenta e mais duzias de bilros; mas é tal a força do habito adquirido desde tenros annos, que aquelle trabalho se lhes torna quasi uma acção machinal, pois as vêmos falar e dar attenção, emquanto o executam, a objectos extranhos a elle. Ainda na escola, já as mães d'estas raparigas lhes procuram rendeiros: rendeiro é um homem, ou mulher, que negoceia em rendas e faz adeantamentos ás fabricantes, em dinheiro, em comestiveis, e em artigos de vestuario, sempre cotados por um preço exhorbitante, para receber em paga as rendas que vão produzindo: logo que os rendeiros teem reunido uma porção de rendas, entregam-n'as aos vendedores, que são outros homens ou mulheres, que vão percorrer Lisboa, Porto, e outros sitios de concorrencia, como Caldas, Figueira, praia da Nazareth, foz do Douro no tempo dos banhos. Estes vendedores ambulantes recebem 10 por cento de commissão de venda; mas como o negocio se baseia na sua palavra; e nas declarações que fazem quando regressam, ha quem diga que tiram pelas rendeiras desforra dos committentes, que são os rendeiros, sisando-os por seu turno. Além d'estas tres classes: fabricantes, rendeiros e vendedores, ainda ha uma quarta classe que tira proventos da industria; são as *picadeiras*, mulheres que fazem o cartão e o pintam de côr de açafrão, riscam o desenho e picam ou perfuram os piques ou moldes das rendas; este trabalho é mal executado, havendo pouco gosto e menos variedade nos desenhos que, pela maior parte, são copiados á vidraça. O preço, que levam por preparar um par de piques, varia segundo a largura e o lavor da renda. Um habil fabricante, trabalhando um dia inteiro, póde ganhar entre 60 a 100 réis. Vimos ha pouco, relata ainda Carvalho Figueira, uma guarnição para lenço que o rendeiro vendeu por 4$500 réis, em que a fabricante empregou trinta dias, e recebeu por elle 3$000 réis em generos, comestiveis e vestuario, pagando a linha á sua custa. Outras fabricantes menos destras não chegam a ganhar tanto, e as creanças e as velhas ganham muito pouco; pelo que seria difficil, senão impossivel, fixar a quantia que esta industria produz; calculam-n'a aproximadamente em 20:000$000 réis, somma que não parece exhorbitante. Passaram cincoenta annos sobre estes esclarecimentos e a fama das rendas de Peniche não tem cessado de progredir, ganhando todos com isso, mas as rendeiras muito menos do que as mais pessoas. Esta industria, sujeita á fluctuação e ao capricho dos consumidores, carece de uma intelligente direcção que respeite as exigencias da moda e procure mercados para os seus productos, para não perecer um dia e deixar no desamparo um milheiro de mulheres, que d'ella tiram a subsistencia, e cujos habitos caseiros e recolhidos desde a infancia as torna inhabeis para outro genero de vida. As rendas de Peniche são tidas como as melhores que se fabricam em Portugal. Em 1878, na Exposição de Paris, os srs. Clovis Lamarre e Jorge Lamy diziam: «As rendas de Peniche, expostas, são as mais notaveis da exposição portugueza.» Os mesmos autores n'uma nota affirmam «que as mulheres que fazem os desenhos das rendas de Peniche ignoram absolutamente a arte de desenhar. E todavia produzem maravilhas.» As rendeiras de Peniche são tidas como as mais desembaraçadas e como as que melhor manejam quantidades enormes de bilros no fabrico de uma renda, chegando— e não raras vezes—a trabalhar com oitenta duzias. Esta facilidade é verdadeiramente admiravel. As rendas de Peniche eram exportadas em larga escala para Lisboa e outras terras e em grande quantidade para o Brazil, onde eram vendidas como rendas de Alençon, e para Inglaterra, sendo ahi mais apreciadas e conhecidas sob o nome de rendas de Peniche, do que no nosso proprio paiz. Peniche teve uma epoca em que as suas rendas attingiram uma alta perfeição. A sua estructura, factura o desenho eram imitantes das rendas de Malines. Attribue-se a que, em 1836, estando governador n'aquella praça o conde de Casal, sua mulher comprehendeu, ao vêr as rendas grosseiras da epoca, que alguma cousa de melhor se podia fazer. Mandou vir linhas especiaes e pediu a um engenheiro, tambem ali do serviço, para que lhe fizesse alguns desenhos similhantes aos de Malines. Existem ainda algumas rendas de Peniche, fabricadas n'esta epoca de florescimento, as quaes em nada cedem ás verdadeiras Malines. Em setembro de 1887, o ministro das Obras Publicas creou a Escola Industrial de Peniche, cuja secção de rendeira prestou notaveis serviços. Foi sua primeira directora uma illustre artista, D. Maria Augusta Bordallo Pi-

nheiro, que em poucos mezes impulsionou bastante o ensino e o fabrico, usando melhores linhas e desenhando novos piques, fazendo o mais possivel para tornal-os caracteristicos, como se vê do catalogo dos padrões publicado em 1895. Em 1889 já as rendas d'aquella escola obtiveram na Exposição de Paris a medalha de ouro. Tinha a escola umas vinte e cinco raparigas, ás quaes o governo arbitrava um certo salario, fazendo-as tambem compartilhar no producto da venda dos seus artefactos. Os salarios estabelecidos eram entre 100 e 300 réis. A segunda directora, D. Etelvina d'Assumpção P. Guisado, bem como D. Elisa Panninho, egualmente mantiveram e aperfeiçoaram o fabrico, e em 1895, na Exposição de Belem, se viram os adeantamentos já conseguidos. A primeira directora, vindo para Lisboa por não poder residir em Peniche, fundou aqui uma escola de rendeiras, implantando entre as mulheres de Lisboa o fabrico das rendas. Em Peniche, o curso de rendeira, segundo o respectivo programma official, era o seguinte, na parte propriamente da officina: —1.ª classe (preparatoria): Ferramenta e nomenclatura geral do officio. Meio ponto, ponto de rede, ponto inteiro ou panninho. Tranças. Combinações e exercicios simples dos pontos estudados. Cópia de piques e desenhos dos trabalhos executados e a executar. —2.ª classe (complementar): ponto de tule. Filete, pastilhas, picots e suas applicações. Combinações e exercicios das especies estudadas. Cópia e execução de piques e desenhos complexos. —3.ª classe (de desenvolvimento): ponto portuguez ou de filigrana. Combinações e exercicios desenvolvidos de applicação (obra miuda). Desenho de adaptação de elementos e trechos ornamentaes (modelos nacionaes). —4.ª classe (de aperfeiçoamento): exercicios e applicações dos diversos pontos em peças completas. Desenho de adaptação de elementos e trechos de ornato, de figura e de paizagem. Feitura de piques. —5.ª classe (de tirocinio): execução de peças completas nas diversas especies. Composição graphica e feitura de piques, etc. Depois de Peniche, é Vianna, o logar de Portugal em que se fabricam melhores rendas, e estas são tão boas como as de Peniche, cuja fama provém apenas de serem de fabrico mais antigo. N'esta zona rendifera, a que pertencem Villa do Conde, Ovar, Apulia, Espozende, Avolumar e tantas outras localidades, a organisação d'esta industria funda se nas feitureiras que fabricam a renda e a vendem a varias pessoas que a exportam. Em Setubal, esta industria é affligida pela deserção das rendeiras, que acham nas fabricas de conservas um salario mais elevado. Havia aqui, na Escola Industrial, uma secção de rendaria. Em Olhão e Horta tambem as mulheres se empregam na rendaria. Porém nas ilhas teem maior importancia os bordados. Esta industria desenvolve-se principalmente na ilha da Madeira, S. Miguel e Terceira, conservando desde longa data os seus productos um caracter local, que os torna devéras apreciados. Foi pelos fins do anno de 1892, que se estabeleceu a escola de Lisboa. Em 1893, tinha já um pessoal de cêrca de vinte rendeiras, sendo uma de Peniche. As mais eram raparigas da capital, que ali ganhavam como n'outro mester qualquer. As exposições em que esta escola tem figurado sempre a distinguiram, e hoje fabricam-se ali verdadeiros primores de finissimas rendas. Os processos d'esta escola continuam dando bons resultados quanto á aprendizagem, pois que, banindo a complicação do grande numero de bilros, facilitam a operaria na sua destreza. As raparigas que frequentam a escola de Lisboa pertencem na sua maioria a asylos da capital. N'esta escola, para evitar o mau habito de estar mal sentada a rendeira, usam-se uns quatripés de pequena altura, de fórma elegante e adaptados a supportarem a almofada e que permittem á rendeira o sentar-se commodamente n'uma pequena cadeira. *Bibliographia*: Além dos livros indicados no decorrer d'este artigo, pódem vêr se os artigos *A Industria das rendas*, publicados na revista illustrada *O Occidente*, vol. XVI, e no semanario *O Recreio*, XVI série, Lisboa, 1894.

Renda. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Covas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Seixas, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Verdoejo, conc. de Valença, do mesmo distr. || S. Thiago, de Carvalhaes, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Rendal. Pov. na freg. de Santa Maria, de Carquere, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Rendo. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Sabugal, distr. e bisp. da Guarda; 238 fog. e 888 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 7 k. da séde do conc. e está situada na estrada do Sabugal a Villar Maior. O arcediago de Côa apresentava o cura, que tinha 10$000 reis e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Covelias, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Pedro, de Fajozes, conc. de Villa do Conde, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Valle Maior, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro.

Rendufas. Pov. na freg. de Santa Eufemia, de Chancellaria, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Rendufe (*Manuel Cardoso de Sequeira Barbedo, 1.º visconde de*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, e administrador do conc. de Rezende. Fal. no Rio de Janeiro em julho de 1883. Fôra agraciado com o titulo de visconde por carta de 13 de fevereiro de 18?0.

Rendufe (*Simão da Silva Ferraz de Lima e Castro, barão e conde de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, par do reino, licenceado em Leis pela Universidade de Coimbra, conselheiro do antigo conselho de fazenda, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em varias côrtes da Europa, intendente geral de policia, deputado, etc. N. no Porto a 13 de maio de 1795 e fal. em Paris a 15 de junho de 1857 Era filho de Thomaz da Silva Ferraz, moço fidalgo, commendador da ordem de Christo, deputado da companhia do Alto Douro; e de sua mulher D. Anna Amelia de Lima e Castro. Tendo estudado na Universidade obteve o grau de licenceado em Leis, e seguindo a carreira da magistratura foi nomeado em 1821 corregedor do bairro do Rocio, de Lisboa, e tendo adherido ao movimento da *Villafrancada*, em 1823, recebeu logo em seguida a nomeação de intendente geral da policia da côrte e reino, sendo agraciado em 13 de agosto d'esse

anno, com a carta de conselho. Os liberaes o accusaram então pelo passo que déra, concorrendo para a queda da Constituição, mas depois no exercicio do seu cargo de inteudente, fez com que se paralysassem muitos processos politicos, que ficassem inuteis e sem resultado muitas denuncias, e que no meio da reacção partidaria, os denunciantes e os absolutistas exaltados tivessem o apoio que desejavam na intendencia. Foi mesmo por isso, que o infante D. Miguel, a rainha D. Carlota Joaquina, sua mãe, e os seus mais fieis partidarios, votaram a Silva Ferraz um odio implacavel. Na noite de 29 de abril, de 1824, o intendente, ao receber as primeiras noticias do que tramava o infante D. Miguel, percorreu acompanhado do barão da Portella, commaudante da guarda real da policia, os quarteis de differentes corpos já amotinados, e dirigiu-se depois ao paço da Bemposta, mas não podendo já falar ao rei D. João VI, foi para o palacio da intendencia, e preveniu o que pôde e lhe pareceu mais urgente com relação aos papeis da sua repartição. Ao amanhecer saiu, tomando pelas portas de Santo Antão com a idéa de se acolher a casa do ministro da Russia, que morava no largo de S. Pedro d'Alcantara. Chegando ao largo do antigo Passeio Publico foi reconhecido pelo rico e afamado alquilador *Troca*, acerrimo miguelista que morava ali, e estava á porta de sua casa e lhe offereceu asylo. O intendente acceitou, mas o *Troca* apenas o apanhou dentro de casa, foi dar parte a D. Miguel, e d'ahi a pouco Silva Ferraz foi conduzido a Queluz. Levado á *matinha* que está dentro da quinta real, ali o amarraram ao tronco d'uma arvore com prisões tão apertadas, que por muito tempo conservou os vergões nos braços e nas pernas. Em seguida o soltaram, e vendando-lhe os olhos o ameaçaram de o arcabuzarem, se não declarasse immediatamente o que se havia passado entre elle, D. João VI, e alguns ministros estrangeiros nos dias anteriores. Luz Soriano, no seu livro *Revelações da minha vida*, diz que ouviu ao proprio conde de Rendufe a narração d'esse supplicio, e continúa a descripção: «D. Miguel e o seu valido, o famigerado sargento José Verissimo, assistiram com outros mais individuos a esta barbara scena, que para se tornar completamente tragica só faltou aos soldados da escolta que devia fazer a execução, descarregar as armas, porque as vozes que em taes casos se costumam dar, o ferir dos fusis e o estrondo da explosão, tudo isso ouviu e testemunhou o barão de mãos postas como quem no seu logar de executado esperava que lhe cravassem de balas o peito, o que não succedeu por não terem sido as armas carregadas de bala. Aiuda firme no meio d'estas torturas sem nada revelar do quo sabia, foi mandado para a torre de S. Julião da Barra, onde o ameaçaram de o lançar ao mar e onde elle resignado esperava a cada momento que cumprissem a promessa.» Recuperando a liberdade quando D. João VI, tendo estado a bordo da *Windsor Castle*, voltou a tomar conta effectivamente do governo, Silva Ferraz reassumiu o seu cargo de intendente, foi nomeado conselheiro de fazenda, que depois se extinguiu, e que era um dos mais considerados empregos da magistratura, e ao qual lhe dava direito a sua carreira e ao fôro do fidalgo. Tambem n'esse anno de 1824, a 25 de outubro, foi agraciado com o titulo de barão do Rendufe. Pouco tempo depois da morte de D. João VI, succedida a 10 de março de 1826, foi exonerado a seu pedido, da intendencia, em 1 d'abril do mesmo anno. A 17 de setembro de 1827 passou a servir como addido, sem ordenado, na embaixada de Portugal nos Paizes Baixos. N'essa qualidade serviu o paiz desde 4 de dezembro, até que encontrando ensejo de manifestar á Europa inteira o fogo patriotico que o animava, se declarou pela joven rainha D. Maria II. Foi então incumbido de importantes negocios diplomaticos em differentes côrtes da Europa. Não socegou emquanto não conseguiu que, nas côrtes onde se apresentou, reconhecessem os direitos da rainha. Concluidas essas missões, dirigiu-se ás ilhas dos Açôres, e d'ali veiu desembarcar nas praias do Mindello com o exercito libertador, em julho de 1832. Saiu novamente do Porto, pouco depois, em commissão do governo para algumas capitaes da Europa, e quando regressou ao reino, tomou assento nas côrtes de 1834, eleito pela provincia de Traz-os Montes, e em 1 de outubro de 1835 foi elevado ao pariato. Dada nova organisação ás camaras legislativas, em virtude da Constituição de 1838, o circulo de Penafiel o elegeu senador em 1840; em 20 de outubro d'esse anno, em attenção aos serviços diplomaticos que prestara gratuitamente desde 1828 até 1833, foi nomeado enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em disponibilidade, sem ordenado. Em 4 de outubro de 1841 passou a ministro plenipotenciario de Portugal junto do rei da Prussia, e partiu para Berlim a 27 de dezembro seguinte; ali permaneceu desde 25 de fevereiro de 1842 até 24 de novembro de 1845; sendo conjuntamente acreditado, na mesma qualidade de ministro plenipotenciario, na côrte de Coburgo, em 8 de junho de 1844. Durante a sua missão em Berlim e Coburgo recebeu plenos poderes para concluir tratados de commercio e navegação com a Prussia, que assignou em 10 de fevereiro de 1844; com o gran-ducado de Hesse em 5 de novembro do dito anno; com o gran-ducado de Mecklemburgo Schwerin, em 11 de feveroiro de 1845, o com o gran-ducado de Oldemburgo, em 9 de junho do mesmo anno. Mais tratados de commercio concluiu, e assignou egualmente, com a Saxonia em 19 de setembro de 1844; com o ducado de Anhalt-Dessau, em 5 de dezembro; com o ducado de Brunswick, em 20 do mesmo mez; com o gran-ducado da Saxonia, em 24 do dito mez o anno; com o gran-ducado de Baden, em 7 de junho de 1845; com o ducado soberano de Nassau, em 18 do mesmo mez; com o reino de Baviera, em 30 do dito mez; com o ducado de Saxonia-Coburgo Gotha, em 26 de agosto; com o reino de Wurtemberg, em 13 de outubro; e com o principado eleitoral de Hesse, em 1 de dezembro de 1845. Todos estes tratados fôram publicados na folha official. Em 5 de setembro foi transferido como ministro plenipotenciario para a côrte de Madrid, e ali se conservou desde 27 de março até 30 de novembro de 1846, sendo elle quem encetou as negociações da interferencia estrangeira contra a Junta do Porto. No dia 2 do citado mez de novembro havia sido transferido na mesma qualidade de ministro plenipotenciario para o Rio de Janeiro, porém não chegou a exercer essa commissão, o vindo a Lisboa, e tendo recusado a pasta de ministro dos estrangeiros, quo

lhe fôra offerecida, foi para Paris, como representante de Portugal, nomeado em 11 de maio de 1847. N'essa legação prestou serviços desde 30 do referido mez até 23 de janeiro de 1848. Havia passado á disponibilidade nos ultimos dias de dezembro de 1847. Passando então a Bruxellas, casou a 10 d'abril de 1849 com D. Emerencia Bondry, filha herdeira de João Baptista Bondry, senhor de Viviers e de Rhone, em França, etc. Por decreto de 13 de outubro de 1852 foi agraciado com o titulo de conde de Rendufe. Por ordem do governo publicou em 1844: *Memoria sobre a organisação antiga e moderna do exercito prussiano.* O conde de Rendufe possuia as seguintes honras: gran-cruz da ordem de Christo, commendador e cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; gran-cruz da Aguia Vermelha da Prussia;de S. Miguel da Baviera; de Carlos III e de Izabel a Catholica de Hespanha; de Alberto o Urso de Anhalt; do Leão de Brunswick; de Luiz do gran-ducado de Hesse; de Alberto de Oldemburgo; do Falcão Branco, de Saxe Weimar; do Leão de Hesse Eleitoral; de Merito da Saxonia; de Frederico de Wurtemberg; de Ernesto Pio de Saxonia-Coburgo-Gotha; cavalleiro de 1.ª classe da ordem de Nickan Iftikar da Turquia.

Rendufe. Pov. e freg. de Santo André, da prov. do Minho, conc. e com. de Amares, distr. e arceb. de Braga; 195 fog. e 819 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada na margem esquerda do rio Homem, na estrada de Villa Verde a Amares, a 5 k. da séde do conc., em terreno plano, mas agradavel e fertil. Foi villa e couto. com justiças proprias, mas não teve nunca foral, velho ou novo. O couto era só no civel, com juiz, eleito pelos monges do convento benedictino de Rendufe. O D. abbade servia de ouvidor, e apresentava o parocho, que era um monge do referi do convento, de nomeação triennal, tendo 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. A egreja d'este convento serve hoje de parochia. A antiga matriz, segundo a tradição, era a pequena capella de S. Braz, com a denominação da *Santissima Trindade da Capella*, conforme a opinião do P. Carvalho da Costa e do *Portugal Sacro e Profano*, ou o *Salvador da Capella*, em cônformidade com o seguinte documento: «No anno de 1596 passou a ser matriz d'esta freguezia a egreja do mosteiro, como consta do traslado d'uma escriptura, que se conserva no archivo parochial, celebrada entre os reverendos padres do mosteiro e os freguezes da Capella, cujo teor é o seguinte; —Contrato dos muito reverendos padres do mosteiro de Rendufe e os freguezes da Capella.» Segue-se a escriptura, que vem publicada no *Portugal antigo e moderno*, de Pinho Leal, vol. VIII, pag. 127, e que não transcrevemos por ser muito extensa. N'essa escriptura se dá o nome á freg. *O Salvador da Capella* A egreja, que então principiou a servir de matriz, foi edificada por D. Henrique de Sousa, ultimo commendatario e um dos maiores bemfeitores do convento; era toda de cantaria, e estava construida onde esteve o logar de Rendufe, no meio do audar terreo do dormitorio, chamado o *Collegio.* D. Henrique de Sousa comprou muitas casas para augmentar as rendas do convento. A egreja, se não se recommenda por grandezas architectonicas, é notavel pelas suas proporções e solidez da construcção. A fachada principal está virada ao poente, e a capella mór ao oriente, conforme determinam a liturgia e as constituições apostolicas. A egreja é vastissima, d'uma só nave e em fórma de cruz. O corpo da egreja tem uma porta e dois arcos de cada lado; as portas dão para os fundos das torres, onde ha duas capellas: *N. S.ª da Soledade* e *Senhor dos Passos*, e nos arcos vêem-se quatro altares: *Santo Amaro*, *Santa Escolastica*, *S. Placido* e *S. João.* Entre o corpo da egreja e o cruzeiro tem dois pulpitos de madeira com talha dourada. Nos intervallos das sanefas dos altares e púlpitos, logo por baixo da cornija da egreja, estão em peanhas, que sáem da parede, quatro imagens de santos, de tamanho natural, pintadas de branco, sendo duas de cada lado. O cruzeiro conta dois altares, que são collateraes da capella mór: *O Senhor Crucificado* e *N. S.ª do Rosario.* No topo do S abre-se uma porta, que dá para os claustros e serve de porta travessa; superior a esta porta está uma janella, que dá para o andar superior do claustro, da parte do nascente, e servia para os monges fazerem visita ao sacramento. No topo norte abre-se a capella do Sacramento, que fica separada do cruzeiro por uma balaustrada ou grade de pedra. A capella é de abobada de pedra e de fórma circular. Tem altar, sacrario e tribuna, tudo de pedra, dentro d'um arco aberto na parede. O pavimento é lageado em fórma de xadrez, de marmore branco e preto. Tem seis serafins de pedra e de estatura pouco menos de natural, collocados em pedestaes de pedra; dois aos lados da grade, dois aos lados do altar, e os outros dois aos lados do arco do altar. Tem tambem quatro imagens, egualmente de pedra e de tamanho natural, collocadas sobre peanhas que resaltam da parede; 1.ª S. Pedro, á entrada da capella do lado do Evangelho; 2.ª Jesus Resuscitado, junto ao altar; 3.ª N. S.ª da Conceição, junto ao altar ao lado da Epistola; 4.ª S. Paulo, junto á entrada da capella, do lado da Epistola. Gravada na parede, de traz de cada uma das imagens, se vê uma inscripção commemorativa. A capella mór está separada do cruzeiro por uma grade de pau, simples, mas de bonito feitio. Tem de cada lado tres grandes frestas envidraçadas, que lhe dão muita luz. A que está do lado da Epistola, junto ao arco, serve de entrada para um corêto, onde está um pequeno orgão, e por baixo d'esta fresta ha uma porta, que dá serventia para a sacristia. A tribuna é majestosa, toda de talha muito bem trabalhada, com os pedestaes de pedra e dourada. O altar mór fica separado da tribuna, e tem um rico frontal de madeira; o sacrario, tambem dourado e muito bem trabalhado, está no fundo da tribuna, atraz do altar. No centro da tribuna estão tres imagens de corpo inteiro e de estatura natural, sendo a do meio Santo André; a do lado do Evangelho S. Bento; e a do lado da Epistola S. Bernardo. Abaixo dos degraus do presbyterio estão duas ordens de assentos para o clero; a ordem superior tem estantes. Sobre a entrada principal vê-se o côro, que é muito espaçoso, ornado todo em volta com quadros de madeira, guarnecidos de talha dourada, representando a vida de S. Bento. Ao centro está uma imagem de Jesus crucificado, de tamanho natural e de boa esculptura. Aos lados do côro ha duas ordens de assentos com 49 cadeiras, tendo a ordem superior 29 e a

inferior 20. Em dois accrescimos, que se seguem ao coro, como encostados ás paredes lateraes da egreja, está, no do lado N um grande e bom orgão, com caixa de talha, e no do lado S, uma caixa em tudo similhante á outra, mas sem orgão. A sacristia nada tem que mereça menção; está ao S da capella-mór, e é tambem espaçosa Entre a sacristia e a capella mór ha um corredor lageado, que tem duas portas, dando uma para o claustro e outra para a capella mór. Por esto corredor é que se vae para o coreto do orgão pequeno, que está na referida capella. A serventia, que leva ao côro e torres, é por uma escada, ao S da egreja, de boa pedra, com tres lanços, tendo no cimo do segundo lanço uma porta que abre para o andar superior do claustro. No frontispicio da egreja não ha obra notavel. Pela parte de cima termina com um triangulo de pedra,que toma toda a sua largura; e á base d'este triangulo, que é um friso de pedra, liso, se seguem por baixo tres grandes frestas de fórma elliptica, que dão luz para o côro da egreja. Depois d'estas frestas se vêem tres nichos, ficando no do centro a imagem de Santo André; no do N a de S. Bento, e no do S a de Santa Escolastica. As imagens são de pedra e de tamanho natural. Na parte inferior dos nichos e por cima das padieiras da porta principal, estão gravadas em pedra, no centro as armas da ordem benedictina, o nos lados duas inscripções ácêrca da fundação da egreja, declarando uma que a pedra fundamental se lançou em 8 de setembro de 1716, e a outra que ella se acabou a 30 d'abril de 1719. Nos dois angulos da fachada estão duas torres quadradas, de boa cantaria, sendo as cupolas de tijolo Fôram construidas juntamento com a egreja. A porta principal abre sobre um adro, lageado de boa pedra, fechado por uma balaustrada de pedra. Do adro desce se por uma escada de cantaria, com quatro degraus, para um terreiro, que tem a mesma largura do adro, e de comprimento de nascente a poente uns cento e tantos metros A egreja occupa o lado do E; a parte do mosteiro, chamada galeria, occupa parte do lado do S; e os restantes lados são occupados por muros de propriedade, n'outro tempo pertencentes ao convento. No lado N está, em frente da galeria, mettida na parede da cêrca, uma fonte com sua concha e tanque, tendo esculpidas em pedra as armas da ordem, e gravada a era de 1742. Alguns metros a O d'esta fonte, está a antiga casa das audiencias e cadeia do couto, que serviu depois de sala da aula régia de instrucção primaria. Tem escada com patim para o terreiro. O convento de Rendufe foi construido no fim do seculo XI, por D. Egas Paes de Penagate, fidalgo dos principaes da côrte do conde D. Henrique. O actual edificio é de fórma quadrangular, com tres dormitorios, um a E, outro ao S, outro a O, fechando o quadro, ao N a egreja. Estes dormitorios constam de cellas, com janellas para a cêrca, e corredores que se communicam uns com os outros e com o andar superior do claustro. O dormitorio E ficava unido á capella mór, pelo N. No andar terreo está a sacristia, e no superior, pegado á capella-mór, a sala que foi a livraria. Tem ao S uma sacada sobre a horta, e no centro uma escada de cantaria que dava serventia para a cêrca e claustro, e por ella desciam os collegiaes quando iam para a egreja. Chamava-se *Escada de Santa Escolastica*. O andar inferior é de abobada de tijolo, e estão ali o refeitorio,botica e outras officinas; tem uma porta que abre para o adro, e sobre a verga d'essa porta se vê a era de 1688. No andar superior tem sobre o adro duas portas com sacadas; muito proximo ao angulo externo S e O, tem uma varanda, virada ao poente; a casa do capitulo é tambem n'este andar. N'este lanço é a entrada para todo o convento por uma escada de cantaria, sendo a serventia d'esta escada pelo claustro. Segue para E um perfeito alinhamento pelo S com os dormitorios do nascente e meio dia, um outro dormitorio chamado *O Collegio*, o qual se compõe d'um corredor pelo centro, e pelos lados de cellas, com janellas para a cêrca. Logo á entrada está, do lado N, a sala das aulas, e quasi no fim e do mesmo lado está o archivo, que é todo de pedra. Tem no fim, virada ao nascente, uma varanda coberta, medindo a mesma largura do dormitorio. Este dormitorio era sómente destinado para os collegiaes, por isso se chamava *O Collegio*. Prolonga-se para O, faceando pelo N com o dormitorio do poente, um outro chamado a *Galeria*, o qual consta d'um corredor com 10 grandes janellas, para o N sobre o terreiro, e duas para o poente, sobre o caminho; e 8 salas com janellas para o S, sobre o pateo. No andar inferior, que é de abobada de tijolo, estão os celleiros. Este lanço era designado para residencia do D. abbade, recebedor e mestres jubilados. A portaria principal do convento é pelo terreiro junto ao adro, por baixo da sala da entrada da galeria. Ao S da galeria e ao O do dormitorio do poente,está um quintoiro (pateo) circumdado pelo sul e poente de casas para caseiros; é tambem n'este quinteiro a cozinha do convento, depois do parocho. O convento e claustro fôram reformados, principalmente nos fôrros, no primeiro quartel do seculo XIX. No centro do convento está o claustro, que é quadrangular, sendo o centro occupado por um jardim, ao meio do qual se vê um chafariz com taça e tanque. O claustro tem dois andares. O terreo, muito bem ladrilhado de pedra, servia de cemiterio para os monges, que não tinham exercido o professorado ou cargo superior na ordem, porque estes eram enterrados no cruzeiro da egreja, e os parochianos no corpo da mesma egreja. No lanço do N, debaixo das escadas do côro, está, com porta para o claustro, uma capella dedicada a N. S.ª da Abbadia. O andar superior é construido sobre nove arcos de pedra, em cada lanço, abertos para o jardim e formados em 10 columnas inteiriças de pedra, sendo duas embebidas nos pés direitos. No lanço E ha, no angulo interior ES, uma fonte com concha Este andar communica com todos os corredores do dormitorio. O convento tem uma grande cêrca contigua, murada sobre si, de pedra, a qual tem dentro campos, hortas, pomares, uma deveza de muitas arvores o uma eira muito bem ladrilhada de pedra. Os antigos reis de Portugal honraram sempre o convento com mercês e privilegios, o lhe deram a jurisdicção de quatro coutos: o do convento, que se compunha das freguezias de Barreiros, Bico, Capella, o hoje Rendufe e Lago; o de S Thiago de Sabariz, o de S. Pedro de Codeceda, e o de Santa Maria de Paredes Seccas, hoje S. Miguel de Paredes Seccas. O convento, cêrca e outras propriedades rusticas, fôram julgados bens nacionaes e vendidos, a cêrca e

propriedades rusticas logo depois da extincção das ordens religiosas, e o convento muitos annos mais tarde. A egreja é que continuou sendo a matriz da freguezia. Um pequeno pedaço da cêrca, deixado para passal do parocho, foi vendido a 4 d'agosto de 1877; o dormitorio do O destinado para residencia parochial, e algumas outras propriedades, fôram compradas pelo commendador Antonio Ignacio Marques, official maior do governo civil de Braga. Em 1878, o mosteiro e parte da cêrca pertenciam a Antonio dos Santos d'Azevedo Magalhães, chefe da secção na direcção das obras publicas do mesmo districto. No dia 29 de julho do 187-, das 9 para as 10 horas da noite, rebentou um violento incendio no andar superior da galeria, ao lado do poente, que em menos de cinco horas reduziu a ruinas todo o convento. Graças ao vigoroso e reforçado das paredes, apenas se salvaram a egreja, o celleiro, morada dos caseiros, cozinha e os andares, que eram de abobada, demandando ainda assim concertos o reparos. A galeria acabou de ser coberta em outubro do mesmo anno de 1877. Em 1809, na invasão dos francezes pelo general Soult, arvorou-se o convento de Rendufe n'um castello fortificado. Os monges e os collegiaes armaram-se em defeza da patria, fazendo causa commum com o povo das cercanias e com as tropas a que se reuniram. Abandonaram os exercicios religiosos, e adornados de atavios militares, hostilisaram os invasores com todo o denodo e bravura. Depois da retirada dos francezes acolheram se de novo ao convento de Rendufe, tanto os religiosos como os collegiaes. A pov. de Rendufe pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Romão, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 90 fog. e 408 hab. Está situada a 1:500 m. da estrada de Guimarães a Fafe, e a 9 da séde do conc. O cabido de Guimarães apresentava o cura, que tinha 30$000 reis e o pé d'altar. Foi couto e villa ha muitos annos supprimidos. E' pouco fertil, mas cria bastante gado de toda a qualidade. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. e recrut. o res. n.º 20, com e sède em Amarante. || Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 78 fog. e 289 hab. Dista 12 k. da séde do conc. e está situada a 12 k. da margem esquerda do rio Coura, a 9 da margem direita do rio Lima. O arcediago da Labruja, da sé de Braga, apresentava o vigario, que tinha 70$000 reis de rendimento. A terra é fertil; cria gado e tem caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. No monte de Travanca, d'esta freg, se deu a grande batalha, em que D. Francisco de Sousa, conde do Prado, desbaratou o exercito castelhano, em 9 de agosto de 1663.

Rendufe de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Rendufe de Villar. Pov. na freg. de S. Miguel, de Borba de Godim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Rendufinho. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Povoa de Lanhoso, distr. e arceb. de Braga; 157 fog. e 636 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 6 k. da séde do conc. e está situada a 3 k. da margem esquerda do rio Cávado. A mitra apresentava o abbade, que tinha 360$000 reis de rendimento. A terra é muito fertil, e cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Renha. Pov. na freg. de S. Thiago, de Lobão, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Renova. Pov. na freg. de S. Pedro, de Croca, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Renovado. Pov. da ilha de Gôa, no distr. e arceb. de Gôa, India.

Rente *(Beatriz Emilia)*. Artista dramatica. N. em Portalegre a 22 de janeiro de 1859, fal. em Lisboa a 17 d'abril de 1907. Era filha de Joaquim Manuel Rente, alfaiate modesto, e que nas horas de descanço se entregava com amor á musica e ao theatro, onde desempenhou com muito applauso papeis difficeis de que se encarregava. Manuel Rente falleceu, contando Beatriz apenas dois annos e meio de edade. Ficou, bem como quatro irmãos pequeninos, na orphandade, entregue ás lagrimas e á pobreza de sua mãe, Joaquina Rita Duarte Um mez antes da morte de D. Pedro V, em outubro de 1861, ultima vez que este monarcha esteve em Portalegre, vivia Beatriz no hospicio dos expostos d'aquella cidade, na companhia da regente Rita da Piedade Duarte, que era sua tia materna Vendo aquella creança tão gentil, D. Pedro levantou-a nos braços e beijou a, perguntando se era exposta, e respondendo se lhe que não, el-rei mandou, por um dos ajudantes que o acompanhava, inscrever n'uma nota particular o nome da orphã, filiação e morada. Um mez depois fallecia o monarcha e com elle a esperança que a pobre viuva alimentára da protecção real. Muito nova começou a representar pequenos papeis em theatros particulares na sua terra, agradando sempre, até que aos 13 annos, sendo já bastante conhecida a sua vocação para a scena, lhe distribuiram o papel de mendiga no drama *A Rainha Santa Izabel*, em que agradou extraordinariamente. Ainda não tinha 15 annos completos, quando veiu para Lisboa acompanhada de sua mãe. A' solicitude e estima paternal de Manuel de Barros e de Alvaro da Fonseca, deveu Beatriz as cartas de recommendação que trouxe para o director do theatro da Trindade, Francisco Palha. Sendo acceita, foi-lhe distribuido um pequeno papel na comedia *Escalda-favaes*, mas não chegou a debutar, porque a grande actriz Emilia Adelaide, sua patricia e madrinha, lhe obteve um logar modesto no theatro de D. Maria II, de cuja companhía fazia parte. Beatriz debutou em novembro de 1874 na comedia *Quem empresta não melhora*, ganhando logo as sympathias do publico, que muito a applaudiu. A movel artista fez mais duas epocas n'aquelle theatro, entrando em muitas peças, distinguindo-se sempre, demonstrando muito estudo e intelligencia. Entre o seu reportorio n'essa epoca, entrou nas *Sabichonas*, de Molière, traducção do visconde de Castilho e *Demi-monde*, que se representou com o titulo de *Posições equivocas*, traducção de Ernesto Biester. Em 1877, passou para o theatro do Gymnasio com o emprezario José Carlos dos Santos, que saira do theatro D. Maria II, victima d'uma injustiça, e que Beatriz não quiz abandonar, por gratidão ao seu mestre, rejeitando escripturas vantajosas, que então lhe fôram offerecidas. No Gymnasio se con-

servou largos annos, na empresa de José Joaquim Pinto, occupando sempre os melhores logares. O seu reportorio n'esse theatro foi enorme; tanto no drama como na comedia, sempre se manifestou uma verdadeira artista. No anno de 1900 saiu do Gymnasio, e foi para a Rua dos Condes, onde esteve até 1902, e apezar de representar alternadamente o drama, a opereta, a comedia e a peça phantastica, não só não perdeu os creditos adquiridos, como se lhe offereceu occasião de mostrar o seu merecimento na revista *Na ponta da unha*, a que deu um grande realce, desempenhando a *Giraldina*, o papel principal da peça. Entrando em 29 de maio de 1902 novamente no theatro de D. Maria II, então como artista societaria, ali se conservou até fallecer. Por occasião das festas commemorativas do centenario antonino, em 1895, representou no theatro de D. Amelia, o protogonista da celebre peça de Braz Martins, *Gabriel e Lusbel ou o Thaumaturgo Santo Antonio*. Do seu enorme reportorio, tanto no Gymnasio como em D. Maria e Rua dos Condes, mencionaremos as seguintes peças: *Jarra quebrada*, *Torre de Babel*, *Laço de fitas*, *A Avó*, *Divorciemo-nos*, *Saltimbanco*, *Lazaristas*, *Os fidalgos da Casa Moirisca*, *O Assassino de Macario*, *O Cunhado*, *A Linha*, *Quem muito fala*, *Prestidigitador*. *A verdadeira nobreza*, *As Médicas*, *Serpente*, *Contos da rainha de Navarra*, *Cerco ao tio*, *Toupinel que Deus haja*, *Casados solteiros*, *Os Namorados*, *Emancipação da mulher*, *Francillon*, *Papá Lebonnard*, *Alleluia*, *Educação moderna*, *Lição cruel*, *Feixe de nervos*, *Jucunda*, *A Senhora ministra*, *A Besbilhoteira*, *O Commissario de policia*, *Medico á força*, *Em boa hora o diga*, *As noivas de Enéas*, *Receita de Lacedemonios*, *Na bocca do lobo*, *As mulheres são o diabo*, *O gancho*, *D. Brigida*, *Ouros, copas, espadas e paus*, *Diana de Lys*, *O Caminheiro*, *Pedra de toque*, *Pae prodigo*, *Escola antiga*, *Filhas do sr. Dupont*, o *Intimo*, *O Morgado de Fafe em Lisboa*, *O Ciume*, etc.

Rente (*Francisco Alves*) V. *Alves Rente*.

Rentini (*Dolores*). Artista cantora, muito apreciada, que falleceu em Pernambuco a 15 de julho de 1911. Era de origem italiana, mas nasceu em Madrid, onde fez o seu curso de musica e canto. Veiu muito nova para Portugal, estreando se no Porto, no theatro do Principe Real, hoje de Sá da Bandeira, na companhia da empresa Taveira, em 1896 ou 1897, como artista de canto. A sua formosura e elegancia, assim como a sua bella voz, malleavel e bem timbrada, a tornaram querida das platéas, que sempre a applaudiam com enthusiasmo. Vindo depois para Lisboa, foi escripturada no theatro da Avenida, debutando na opera comica *Uma viagem á China*, em que obteve grande exito, accentuando ainda mais os seus dotes artisticos. Depois fez parte da companhia da Trindade, voltando outra vez para a Avenida. Escripturada pelos empresarios Taveira e José Ricardo, ou mesmo como empresaria, foi varias vezes ao Brazil, sendo sempre muito festejada, ganhando as maiores sympathias. Em 1910 fez uma *tournée* pelas provincias, vindo novamente ao theatro da Avenida, representando quasi todas as operetas modernas, como a *Viuva alegre*, *Sonho de valsa*, *Princeza dos Dollars*, etc., agradando extraordinariamente. Em 1911 foi outra vez ao Brazil, como empresaria. Percorreu differentes terras, permanecendo por fim em Pernambuco, representando no theatro de Santa Izabel. N'essa cidade falleceu, victima da febre amarella. Ainda havia representado, com o maior applauso do publico, a *Viuva alegre*, no dia 5, e a *Princeza dos Dollars*, no dia 6, tendo todos os jornaes d'aquella cidade tecido os maiores elogios ao seu bom desempenho. A companhia havia já perdido algumas figuras, que falleceram durante a *tournée*, e a morte da empresaria, a artista cantora Dolores Rentini, além do enorme desgosto que

Dolores Rentini

causou em Pernambuco, que muito a considerava, foi a sua falta tão sensivel que a companhia se dissolveu.

Reparada. Pov. na freg. de S. Felix, de Gondifellos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Repellão. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

Repez. Pov. na freg. do Salvador, de Penamaior, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Repezes. Pov. na freg. de N. S.ª da Ovida, de Ranhados, conc. e distr. de Vizeu.

Repiade. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Thiago, de Ronfe, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Reponte. Pov. na freg de S. Salvador, de Dornellas, conc. de Amares, distr. de Braga.

Reposteiro-mór. Era um dos principaes officios da Casa Real Portugueza. O seu emprego consistia em descobrir a cadeira do rei, nas solemnidades publicas, e conservar-se junto d'ella emquanto o monarcha se não levantava. Ha duvidas sobre a data d'estes grandes officiaes da Casa Real. Fr. Antonio Brandão, na *Monarchia Lusitana*, diz que o officio de reposteiro-mór (*re-*

positarius maior) foi creado por D. Affonso II em 1217, sendo o primeiro que o teve Pedro Garcia; mas no codicillo de D. Sancho I, feito em 1181, que existe no cartorio da sé de Vizeu, ha uma referencia que parece indicar que já n'esse tempo havia esse cargo. No reinado de D. Sancho II tinha este officio um tal *Dominicus Scribanus Maius Repositarius*, que assignou como testemunha o foral de Santa Cruz da Villariça, em 1225. *(Documento de Moncorvo)*. Emquanto em Portugal não houve camareiros-móres, eram os reposteiros-móres que tinham esse exercicio. Pela ordenação do livro 3.°, titulo 4.°, os reposteiros-móres tinham os mesmos privilegios que os alferes-móres, etc. No reinado de D. João III entrou o officio de reposteiro-mór na casa dos Távoras, na pessoa de Bernardim de Távora, 3.° filho de Alvaro Pires de Távora. Por morte de Bernardim de Távora, que era o 1.° reposteiro mór d'esta familia, de egual nome, e não tendo filho varão, herdou a casa sua filha D. Guiomar de Távora, casada em segundas nupcias, com Luiz de Sousa e Vasconcellos, 3.° conde de Castello Melhor, que, em consequencia d'esta alliança, foi reposteiro-mór de D. Affonso VI, passando assim este honroso cargo, para a casa de Castello Melhor, onde se conservou até ser eliminado, com a queda da monarchia e deposição da Casa de Bragança, pela proclamação da Republica em 5 de outubro de 1910. As rainhas tambem tinham reposteiros-móres. De D. Filippa, mulher de D. João I, exerceu aquelle cargo Fernão Lopes de Abreu; de D. Leonor, mulher d'el-rei D. Duarte, Vasco da Fonseca. Do infante D. Duarte, tinha sido reposteiro-mór Diogo Fernandes d'Almeida, que continuou no mesmo emprego, depois de D. Duarte ser acclamado rei. Do infante D. Fernando, irmão de D Duarte, foi reposteiro-mór Fernão Rodrigues.

Repouso Pov. na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto.

Repreza. Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Montemór-o-Novo, distr. e arceb. de Evora; 61 fog. e 407 hab. Dista 15 k. da séde do conc. e está situada a 3 k. da estrada real de Montemór-o-Novo a Extremoz. O rei, pelo tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens, apresentava o prior, que tinha de rendimento 540 alqueires de trigo, 120 de cevada, e 10$000 reis em dinheiro. A terra é fertil, principalmente em cereaes. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 11, com a séde em Setubal.

Reprezas. Pov. na freg. de Santa Maria, de Miranda, conc de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Apeadeiro, na linha do caminho de ferro de sul e suéste, entre as estações de Beja e do Outeiro.

Republica Portugueza. No fim d'alguns annos de persistentes trabalhos e de esforços, de repetidas conferencias e comicios de propaganda por todo o paiz, o partido republicano conseguiu finalmente a implantação da Republica em Portugal. O movimento revolucionario decisivo, de militares auxiliados por paizanos, começou na noite de 3 de outubro de 1910, tendo a sua principal acção no acampamento que se improvisou na rotunda da Avenida da Liberdade, prolongando-se incansavelmente até á manhã do dia 5, em que ficou victorioso. N'essa manhã, da varanda do edificio da Camara Municipal, o sr. dr. Eusebio Leão, membro do Directorio, proclamou a Republica Portugueza e a abolição da monarchia e da Casa de Bragança, aconselhando o povo a proceder com a maior prudencia e o maior socego. O sr. José Relvas, tambem membro do Directorio, falou egualmente ao povo, da referida varanda, aconselhando-lhe ordem e interesse pela Republica. Recebida com enthusiasmo a noticia da proclamação do novo regimen, foi logo erguida em todos os edificios publicos, e em varios estabelecimentos e casas particulares, a nova bandeira nacional das côres republicanas, verde e encarnada. Outro membro do Directorio, communicou ao povo, tambem da varanda da Camara Municipal, os nomes dos cidadãos que passavam a constituir o governo provisorio, até que reunissem as constituintes, os quaes eram: Dr. Theophilo Braga, presidente; Dr. Affonso Costa, ministro da justiça; Dr. Bernardino Machado, ministro dos estrangeiros; Dr. Antonio José d'Almeida, ministro do interior; Dr. Luiz Gomes, ministro do fomento, mas sendo pouco depois nomeado representante de Portugal no Brazil, ficou encarregado d'esta pasta o sr. Brito Camacho; Amaro de Azevedo Gomes, ministro da marinha; o coronel Antonio Xavier Correia Barreto, ministro da guerra; Bazilio Telles, ministro das finanças, que poucos dias depois declinou aquelle elevado cargo, pela sua falta de saude, sendo então nomeado o sr. José Relvas. Em 24 de agosto de 1911 reuniram-se as novas côrtes constituintes, sendo votada a constituição e eleito presidente da Republica o sr. dr. Manuel Arriaga, antigo republicano, homem que mereceu sempre as maiores sympathias e considerações de todos os partidos politicos do paiz, pela sua elevada intelligencia, grande erudição e respeitabilidade de caracter. A sua eleição foi muito applaudida, tanto em Portugal, como nos paizes estrangeiros. Elegeu-se então o novo governo, em substituição do provisorio, sendo encarregado de o organisar o sr. João Chagas. Era o primeiro ministerio constitucional da Republica, sendo constituido pelos senhores: João Chagas presidente e ministro do interior; Dr. Diogo Leotte, ministro da justiça; Dr. Duarte Leite, ministro das finanças; general Pimenta de Castro, ministro da guerra; Dr. João de Menezes, ministro da marinha; Dr. Celestino de Almeida, ministro das colonias; Sidónio Paes, ministro do fomento; Dr. Augusto de Vasconcellos, ministro dos estrangeiros, ficando esta pasta dirigida interinamente pelo sr. João Chagas, emquanto o respectivo ministro não pôde occupal-a, por estar então exercendo em Madrid o cargo de ministro de Portugal.

Repullo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Queimadella, conc. de Fafe distr. de Braga.

Requano. Pov. na freg. do Salvador, de Balazar, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Requeijada. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Bico, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello

Requeijo. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Roussas, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Requeijó. Pov. na freg. de S. Vicente, de Giella, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Requeixada. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Prados, conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda.

Requeixo. Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Douro, conc., com. e distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra, 527 fog. e 1:999 hab. Tem escolas de ambos os sexos, e est. post.. Dista 13 k. da séde do conc. e está situada junto da margem esquerda do rio Agueda, a 8 k. da estrada de Oliveira do Bairro. A Casa de Bragança, a quem esta freg. pertencia, apresentava o prior que tinha 850$000 réis de rendimento. El-rei D. Manuel elevou a pov. á categoria de villa, e deu-lhe foral, em Lisboa, a 2 de junho de 1516. Pertenceu ao conc. de Eixo, que foi supprimido, e tinha antigamente o nome de *Requeixo de Riba Vouga.* Esta pov. era couto, e com o Eixo, foi doado por D. Pedro, conde de Barcellos, ao mosteiro de Santo Thirso. Requeixo e todas as mais terras do antigo conc. d'Eixo eram reguengos, e d'ellas fôram donatarios os condes de Barcellos, sendo por esse motivo que vieram á Casa de Bragança. A egreja matriz é boa, mas está mal situada, porque fica proximo á pateira de Fermentellos, e isolada da pov., que fugiu d'aquelle logar, pela sua insalubridade, vindo em 1774 formar a pov. de S. Paio. Tanto a estatua de S. Paio, que está no frontispicio da egreja, como algumas das imagens de santos, que estão no seu interior, revelam muita antiguidade, pelo tosco da sua esculptura. O terreno é muito fertil em todos os generos agricolas do nosso clima; a freg. é muito abundante de peixe, do rio Agueda e do mar. Na divisão judicial, feita pela lei de 16 de abril de 1875, ficou Requeixo sendo séde do juizo ordinario, composto das freguezias do Eixo, Eirol, Oliveirinha, Palhaço, Nariz e Requeixo. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. || Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Arão, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª das Neves, de Bella, conc. de Monsão, do mesmo distr || O Salvador, do Bravães, conc. de Ponte da Barca, do mesmo distr. || O Salvador, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || O Salvador, de Donim, do mesmo conc. e distr. || Santo André, de Frades, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || S. João Baptista, de S. João de Rei, do mesmo conc. e distr. || S. Paio, de S. Paio de Melgaço, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello || S. Pedro, do Riba de Moiro, conc. de Monsão, do mesmo distr. || S. Thiago, de Ronfe, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Martinho, de Silvares, conc. do Fafe, do mesmo distr. || Santa Maria, de Sobreposta, conc. e distr. de Braga. || S. Thomé, de Travassos, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição, de V. N. de Muhia, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Requeixos. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Barrozas, conc. da Louzada, distr. do Porto. || S. Thiago, de Lustosa, idem, conc. e distr.

Requezende. Bonita pov. nos arredores do Porto, da freg. do Salvador, de Ramalde, que pertenceu ao conc. do Bouças, e é hoje do 2.º bairro do Porto. N'esta pov. ha uma capella dedicada a *N. S.ª do Porto.* || Pov. na freg. de Santa Marinha, de Paradella, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Requiade. Pov. na freg. de S. Martinho, de Frazão, conc. do Paços de Ferreira, districto do Porto.

Requiães. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Paradella, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Requião. Pov. e freg. de S. Silvestre, da provincia do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 310 fog. e 1:320 hab. Tem esc. do sexo masc.. Dista 2 k. da séde do conc. e está situada proximo da estrada nacional de V. N. de Famalicão a Guimarães, em logar muito aprazivel. A mitra primacial apresentava o reitor, que tinha 250$000 réis de rendimento. O terreno d'esta freg. é muito fertil, e cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. Houve n'esta pov. um convento de frades, fundado no seculo XII pelos Templarios, e que em 1319 passou para os frades cruzios. Em 1418, o arcebispo de Braga D. Fernando Guerra, converteu o convento em egreja secular, por um breve do papa Martinho V. A pov. pertencia á Casa de Bragança. || Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Gondomar, concelho de Guimarães, distr. de Braga. || O Salvador, de Mazedo, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador, de Minhotães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Marinha, do Padornello, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Ponte, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Requim. Pov. na freg. de S. Paio, de Favões, conc. de Marco de Canavozes, distr. do Porto.

Requim de Cima. Pov. na freg. de S. Martinho, de Ariz, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Reriz *(Antonio Maria d'Almeida de Azevedo da Cunha Pereira Coutinho de Vilhena de Vasconcellos e Menezes, visconde e marquez de).* Fidalgo da Casa Real; 16.º senhor do morgado da quinta do Testamento, em Roriz; 9.º senhor do de Santo Antonio, em Vouzella; e 8.º do de S. Pedro do Sul. N. a 28 do abril do 1839, sendo filho de Christovão de Almeida de Azevedo e Vasconcellos, fidalgo da Casa Real, coronel do regimento de milicias de Arouca, e admiuistrador dos morgados já citados, e de sua segunda mulher D. Catharina Benedicta da Cunha Figueiredo e Mello O marquez de Reriz é descendente de familia muito nobre, contando nos seus ascendentes, o alferes-mór de D. Affonso V, o heroico Duarte d'Almeida, *O Decepado.* *(V. Portugal,* vol. I, pag. 245*).* Casou em 19 de dezembro de 1857, com D. Maria Margarida de Cabedo Almada e Lencastre, filha de José Bruno de Cabedo e Lencastre, moço fidalgo, commendador da ordem de Christo, bacharel em Mathematica pela Universidade de Coimbra, e de sua mulher D. Maria Quiteria de Castro Henriques. O decreto com que foi agraciado com o titulo de visconde de Reriz, tem a data de 18 de julho de 1864, recebendo annos mais tarde o titulo de marquez. Reside em S. Pedro do Sul. Tem o seguinte brazão d'armas: Escudo esquartelado; no primeiro o no quarto quartel as armas dos Azevedos: Em campo de ouro uma aguia negra estendida; no segundo, as dos Almeidas: Em campo verde seis bezantes de ouro entre uma cruz dobre, com bordaduras de ouro; no terceiro as dos Vasconcellos: Em campo negro tres faxas veiradas de pra-

ta e vermelho, sendo a prata da parte de cima o o vermelho de baixo; timbre o dos Azevedos: a aguia do escudo.

Réris. Villa e freg. de S. Martinho, da prov. da Beira Alta, conc. e com de Castro Dairo, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 270 fog. e 1:120 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post.. Dista 5 k. da séde do conc. e está situada n'uma amena planicie, em um valle ao fundo d'um monte aspero, chamado Cabeçadas, ramo da serra do Gafanhão, que lhe fica proximo, ao norte, sendo cercada de quatro montanhas escarpadas. A' raiz do monto Cabeçadas passa o rio Paiva, que divide aqui o bispado de Vizeu do de Lamego. Junto á villa ha uma extensa veiga, cortada e regada pelo rio, o qual, correndo em quasi toda a parte precipitado, por entre penedias, corre aqui placido e sereno, fertilizando os campos, que produzem muitos cereaes, vinho, legumes e, sobretudo, grande abundancia de linho, que se exporta transformado em finas teias, e constitue um dos rendosos commercios da freg. Tambem cria muito gado, principalmente ovelhas e cabras, e nos seus montes apparece muita caça. O rio Paiva fornece bom peixe. No alto do monte Cabeçadas, n'um plató, está a antiquissima ermida de N. S.ª de Rhodes, que foi fundada pelo ermitão Leovigildo Pires de Almidra, ou Almeida. Não se sabe ao certo o anno em que se construiu, mas suppõe se que fôsse em 1140, pouco depois da batalha d'Ourique, succedida em 25 de julho de 1139. Querem alguns escriptores, quo o nome de *Rhodes* seja corrupção de *Rhoda*, palavra persa que significa *jardim* ou *paraizo*; outros, porém, dizem, que é por ter aquella imagem vindo da ilha de Rhodes, mandada pelos cavalleiros de Rhodes, depois chamados de Malta, uma das ordens militares creadas na Palestina no principio do seculo XII, e cuja séde principal em Portugal era a villa do Crato. N'esta ermida viveu Leovigildo tres annos, morrendo aos 90, em cheiro de santidade, no dia 17 de julho de 1143. Foi sepultado junto á ermida, em frente do altar mór. Um descendente da familia do ermitão, Estevão Pires d'Almeida, reedificou a ermida, e muito a ampliou. Dava-se, porém, uma singularidade: a capella mór estava dentro dos marcos da freg. de Gafanhão, e o corpo da egreja na de Rériz, o quo originou diversas contendas entre os respectivos abbades. Vieram por fim a um accôrdo, assentando que as offertas e mais direitos parochiaes fôssem divididos entre ambos. Eram elles que apresentavam o ermitão da ermida, e a *provisão* era assignada pelos dois. O templo é de boa fabrica, e a capella-mór tem seu arco cruzeiro de pedra bem lavrada. O corpo da egreja é vasto, tendo uma sacristia e uma galilé ou alpendre, assente sobre columnas de cantaria lavrada. Em frente da porta travessa, que fica a E, está um carvalho gigantesco, e proximo, para o mesmo lado, uma boa fonte, construida do pedra de cantaria. As casas, que eram residencia do ermitão, ficam proximas á ermida. A imagem da Senhora é de marmore branco (pedra de Ançã) de boa esculptura. com um metro de alto. A Senhora de Rhodes é de grande devoção dos povos d'estes sitios, e fazem-lhe varias romarias durante o anno. Rériz é pov. muito antiga. El-rei D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, e fôro de villa, a 9 de maio de 1514. A mitra apresentava o abbade, que tinha 400$000 réis de rendimento. Fôram donatarios d'esta freg. os *Castros das treze arruellas*, senhores de Rezende, depois representados pelos condes de Rézende. Até 1834 foi séde de concelho, e sendo então supprimido, passou a formar parte do conc. do Sul, e sendo tambem este supprimido, em 1855, passou para o de Castro Daire. A egreja parochial foi edificada pelos Castros das treze arruellas, senhores de Rézende, que tinham aqui uma antiquissima casa; no meado do seculo XIX ainda existia, mas muito desfigurada, conservando o nome de paço. A capella de S. Sebastião tambem pertenceu aos Castros, bem como um poço que ha no rio Paiva chamado o *Pégo da Dona*. Em 1780, o abbade de Rériz, padre Agostinho, reformou a egreja matriz, á sua custa sendo majestoso o templo actual. Fica n'uma eminencia sobranceira á villa. A capella-mór é oitavada o termina n'um zimborio, que primitivamente foi de vidro, mas depois se cobriu de chumbo, por causa dos temporaes. Em 1852 ainda tinha casa da camara, cadeia e pelourinho, como memoria da antiga autonomia do conc. de Rériz, mas a camara municipal n'esse anno derribou tudo. N'esta freg. ha vestigios de coustrucções arabes, e na serra das Almenáras, e em outras muitas partes, ainda se vêem restos dos telegraphos do que usavam os antigos lusitanos. Tambem aqui ha minas de ferro, que se não tem explorado. A villa pertence á 2.ª div. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Rériz de Além e Rériz de Cá. Duas povoações na freg. de S. Martinho, de Rériz, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Resaca. Ilha da Madeira; Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Faial, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

Resamonde. Pov. na freg. de S. Verissimo, de Valbom, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Resgaes de Baixo e Resgaes de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª das Neves. de Parceiros da Egreja, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Resgatados. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, de Arazede, conc. de Moutemór-o Velho, distr. de Coimbra.

Resgate (*Antonio Justiniano da Silva Barros, barão de*). Proprietario na villa de Mafra. Casou, em 19 d'abril de 1882, com D. Alexandrina Navarro, irmã do fallecido estadista, dr. Emygdio Navarro. Foi agraciado com o titulo, por decreto de 28 de outubro de 1879.

Residencia. Povoações nas freguezias: S. Thomé, de Abbação, conc. do Guimarães, distr. de Braga. || S. Christovão, de Abbação, do mesmo conc. e distr. || S. João, de Airão, do mesmo conc. e distr. || Santa Maria, de Alvarenga, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santo André, de Ardãos, conc. de Boticas, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Athaide, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Pedro, de Azurem, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || Santa Tecla de Basto, do mesmo conc. e distr. || S. Thomé, de Bitarães, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Vicente, de Boim, conc. de Louzada, do mesmo distr. || S. Thiago, de Burgães. conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || S. Lourenço, do Calvos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Christovão, de Candomil, conc. de Amaran-

tc. distr. do Porto. || S. Romão, de Carvalhosa, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || Santo Isidro, de Cavernães, conc. e distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Chamoim, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || S. Romão, de Corgo, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || Santa Maria, de Costa, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || O Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Conceição, de Ermida, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Escudeiros, conc. e distr. de Braga. || S. Martinho, de Fareja, conc. de Fafe, do mesmo districto. || S. Salvador, de Tojo Lobal, concelho de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Vicente, de Fornellos, do mesmo conc. e distr. || Santa Leocadia, de Fradellos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria, de Freiriz, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Martinho, de Friastellas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Gemeos, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Maria, de Gemeos, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Pedro, de Goães, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Matheus, de Grimancellos, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || Santa Maria, de Guardizella, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || O Salvador, de Lagoa, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Cosme e S. Damião, de Lobeira, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Pedro, de Lomar, conc. e distr. de Braga. || S. Miguel de Louzada, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Thiago, de Lourosa, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Manhouce, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu || S. Martinho, de Moreira de Rei, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Miguel, de Morreiras, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Oleiros, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || Santa Maria e conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello, || S. Julião, de Paços, conc. e distr. de Braga. || S. João Baptista, de Peucello, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Pedro, de Penude, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Miguel, do Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Queijada, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Raimonda, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Santo Estevão, de Regadas, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Miguel, de Rio de Galliuhas, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Sande (Villa Nova), conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Cruz, de Santa Cruz do Douro, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Miguel, de S. Miguel do Matto, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Lourenço, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Vicente, de Tougues, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || O Salvador, de Trandeiras, conc. e distr. de Braga. || S. Miguel, de Travassô, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Salvador, de Unhão, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santo André, de Villa Nune, conc. de Cabeceiras de Basto, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Villela, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Sant'Anna, de Vimieiro, conc. e distr. de Braga.

Residente. Funccionario portuguez que tem domicilio em terras de sobas, na Africa.

Resomil. Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Fermedo, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Responso. Pov. na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto.

Ressano Garcia *(Frederico)*. Engenheiro de pontes e calçadas pela escola de Paris, par do reino, deputado, ministro d'Estado, jornalista, etc. N. em Lisboa no anno de 1847, onde tambem fal. em 27 de agosto de 1911. Estudou na Escola Academica, e foi matricular se, aos 14 annos, na Escola Polytechnica, seguindo o curso de engenharia, indo depois completar os seus estudos em Paris. Entrou na escola de pontes e calçadas, mediante concurso por provas publicas, obtendo durante os tres annos do curso quasi sempre o primeiro logar entre os seus muitos collegas, apezar de serem numerosos os concursos a que os alumnos são submettidos, e em 1869 recebeu o diploma de engenheiro, sendo um dos mais bem classificados da sua promoção. Aproveitou o anno de permanencia em Paris para completar a instrucção pratica, visitando as principaes obras em execução n'aquelle paiz. N'este anno se deu o conflicto franco prussiano, pouco depois o desastre de Sédan e o movimento politico de 4 de setembro de 1870 que desthronou o imperador Napoleão III e creou o governo republicano denominado da defeza nacional. Ressano Garcia contava 23 annos de edade. Levado pelas suas convicções liberaes e desejando corresponder á hospitalidade que recebera dos francezes, alistou-se voluntariamente na guarda nacional mobilisada de Paris, supportando briosamente todos os horrores do cêrco, fez guardas nos postos avançados como simples soldado, tomou parte em varias sortidas contra o inimigo, e recebeu ali o baptismo de fogo. Assignado o armisticio, pediu e obteve a sua baixa, conservando-se em Paris como simples espectador durante o governo da Communa, e poucos dias antes da entrada do exercito regular na capital, foi preso pelos communistas, que o ameaçaram de ser fusilado por se recusar a trabalhar nas barricadas, a que eram obrigados todos os cidadãos. Com o maior sangue frio fez convencer o commandante do posto que, como estrangeiro, lhe era prohibido intervir n'uma guerra civil. Regressando a Lisboa, apresentou-se no ministerio das obras publicas, não sendo admittido no serviço technico, porque o bispo de Vizeu, sendo ministro, havia extinguido a engenharia civil, como uma das economias que fizera. Ressano Garcia não desanimou, e sabendo que estava vaga a segunda cadeira do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa (geometria descriptiva e applicada á industria e topographia), decidiu se a ir ao concurso, submettendo-se ás provas publicas. Apezar de serem bastantes os concorrentes, o seu concurso foi tão brilhante e tão notavel, que o jury o nomeou lente do Instituto, logar que ficou exercendo, sendo cumulativamente encarregado de reger a cadeira de operações financeiras, durante os dois primeiros annos que foi creada por lei. Em 1872 1873 foi nomeado pelo ministerio das obras publicas vogal do jury especial para os exames de habilitação de engenharia civil na Escola do Exercito. Por essa epoca estudou tambem varios projectos de estradas no districto de Lisboa, que mais tarde se construiram. Em principios do anno de 1874, a Camara

Municipal de Lisboa abriu concurso documental para o provimento do logar de engenheiro, confiando a classificação dos candidatos a um jury especial, composto de homens distinctissimos. Apresentaram se seis candidatos, sendo alguns dos mais considerados pelo seu talento e illustração. O jury graduou Ressano Garcia em primeiro logar, e a camara o nomeou seu engenheiro. Desde a sua entrada no desempenho d'este novo cargo, todas as obras municipaes tomaram um grande incremento, sendo seu o projecto e construcção da rua Vinte e Quatro de Julho, na parte comprehendida entre a rampa de Santos e o caneiro d'Alcantara, o projecto e construcção do mercado da Ribeira Nova, a conclusão do edificio da Camara Municipal, os novos bairros de Campo de Ourique e de Estephania, e a Avenida da Liberdade, que conta hoje 90 metros de largura, devido á sua insistencia, porque a camara dos deputados resolvera que tivesse apenas 50 metros. As novas ruas, bairros e parques, desde a praça do Marquez de Pombal até ao Campo Grande, são obras de Ressano Garcia, etc. Em meados de 1880, a Camara Municipal confiou a uma commissão o estudo do systema de esgotos que mais convinha adoptar. Em menos de quatro mezes essa commissão apresentou um interessante trabalho, que corre impresso n'um volume de 8.°, com mais de 500 paginas, comprehendendo o seu parecer e as actas das sessões. Ressano Garcia foi um dos engenheiros d'essa commissão, secretario e relator, sendo seu o projecto da nova canalisação com os aperfeiçoamentos recommendados pela hygiene. A linha de cintura, uma das mais economicas e solidas que a Companhia Caminhos de Ferro possue, tambem foi plano seu, e feito sob a sua direcção. Em 1880 mandou o governo abrir um concurso documental para o provimento dos logares de lentes, que estavam vagos na Escola do Exercito. Apezar da grande indisposição que existia contra os candidatos que não fôssem militares, Ressano Garcia foi proposto unanimemente pelo conselho escolar, sendo pouco depois nomeado lente de engenharia civil da referida escola, regendo os cursos auxiliares de receptores hydraulicos e machinas a vapor. De 1882 a 1884 foi presidente d'um dos jurys de exames no lyceu de Lisboa, sendo tambem em 1882 eleito pelo concelho de Cintra procurador substituto á junta geral do districto. Em 1884, os primitivos concessionarios o nomearam conselheiro consultor do caminho de ferro de Cintra, em substituição de Pedro Ignacio Lopes, e quando a concessão foi transferida para a Companhia do Norte e Léste, não se esqueceu esta dos relevantes serviços que Ressano Garcia prestára, e pouco depois o encarregava do projecto e construcção da linha de Cintra. Tendo em 1885 um grupo importante de capitalistas e negociantes da praça de Lisboa resolvido tomar parte no concurso aberto pelo governo para o projecto dos melhoramentos do porto de Lisboa, convidaram primeiro Ressano Garcia para entrar na commissão de engenheiros encarregados de formular o projecto, e foi elle um dos que mais trabalharam, sendo secretario e delegado junto do referido grupo; o projecto mereceu o primeiro premio pecuniario. No fim do mesmo anno de 1885 foi nomeado juiz do tribunal arbitral que tinha de julgar uma reclamação. A nomeação de vogal da commissão encarregada de examinar differentes reclamações da Companhia das Aguas pertencia ao governo. O parecer que se encontra impresso, e de que elle foi relator, mostrava bem a predilecção que Ressano Garcia tinha pelo direito administrativo, como o confirmou nas discussões parlamentares. Em 1887 fez parte do jury encarregado de classificar os candidatos ao logar de professor da primeira cadeira da escola primaria de Angola, e foi nomeado vogal da commissão incumbida de examinar as representações dirigidas ao governo pelo syndicato de Salamanca, demittindo-se, porém, d'este cargo. Mais tarde, deliberaram que elle representasse o paiz no congresso internacional dos caminhos de ferro, que se reuniu em Milão. Em 1888 o governo o escolheu para arbitro na avaliação da indemnisação, que tinha de ser dada a uma das companhias de tabaco que fôram expropriadas. Ressano Garcia estava filiado no partido progressista, mas conservou se alguns annos afastado da politica. Foi deputado pela primeira vez, em 1878, eleito por um dos circulos de Lisboa, em 1879 foi eleito pelo ultramar, sendo depois novamente eleito por Lisboa. Ainda se apresentou na camara em successivas legislaturas, eleito por varios circulos, e em 1887 passou para a camara alta, como par electivo pelo districto de Lisboa. O governo, tendo em consideração os seus serviços, o fez eleger primeiro secretario da camara dos pares e vogal da commissão de fazenda e obras publicas. Em 1889, n'um ministerio presidido pelo sr. conselheiro José Luciano de Castro, entrou Ressano Garcia para a pasta da marinha e ultramar, n'uma recomposição que se fizera, motivada pela saida do estadista Emygdio Navarro. Em 1890, quando se deu o *ultimatum* da Inglaterra, era ainda Ressano Garcia ministro da marinha. Tornou a ser

Frederico Ressano Garcia

chamado aos conselhos da corôa, em 1897, fazendo parte do ministerio presidido pelo referido estadista José Luciano de Castro, encarregado da pasta da fazenda. Em 1895 ou 1896, foi nomeado par do reino. Ressano Garcia era presidente da direcção da Companhia das Aguas, e por morte do director e fundador o dr Pinto Coelho, succedida em fevereiro de 1893, foi eleito para o substituir na direcção, em 3 de agosto d'esse mesmo anno. Julgavam muitos que a falta do dr. Pinto Coelho abriria uma grande lacuna na existencia da companhia, porém não succedeu assim. Se o antigo director, pelo seu trabalho pertinaz e força de vontade, pudéra luctar com o governo, camara municipal, proprietarios e accionistas, para conseguir introduzir em Lisboa o manancial do Alviella, Ressano Garcia, entrando para a companhia, soube com o seu provado talento, sábia administração e prestigio politico, eleval-a ao grau de prosperidade em que se encontra. O seu primeiro trabalho foi a reforma dos estatutos, sendo pouco depois eleito pela direcção director delegado. A 3 de março de 1897 fez-se substituir n'esse cargo, por ter sido nomeado ministro da fazenda, retomando o seu logar em 1 de agosto de 1899, continuando sempre a ser eleito até ao anno do seu fallecimento. Devido aos seus constantes esforços e coadjuvado pelos seus collegas da direcção, obteve do governo o novo contrato celebrado em 18 de julho de 1898, que foi sanccionado pelo parlamento, e tambem alcançou a constituição do tribunal arbitral incumbido de liquidar as contas dos excessos de consumo pendentes entre o governo e a companhia, e fixar os preceitos a seguir, tribunal que a 14 de julho de 1900 pronunciou a sentença, condemnando o governo a pagar á companhia uma verba importantissima, do excesso de consumo. N'uma das assembléas annuaes, Ressano Garcia teceu elogios aos empregados da companhia, annunciando lhes para muito breve a publicação do novo regulamento administrativo, em que elles seriam beneficiados com melhoria de vencimentos, diuturnidade de serviço e reforma. Os empregados, agradecidos, mandaram pintar a oleo um magnifico retrato de Ressano Garcia, o qual, obtida a devida concessão da direcção, foi collocado na sala das suas sessões no dia 4 de junho de 1906. Os leitores cobradores tambem quizeram patentear os sentimentos de consideração e respeitosa sympathia, offerecendo-lhe um rico relogio *remontoir*. Nas assembléas de 20 e 22 de abril de 1905 era approvado o regulamento administrativo, sendo realisadas as promessas de Ressano Garcia. Não era só a existencia actual da companhia que lhe preoccupava o espirito subtil e emprehendedor. Elle ambicionava um largo e brilhante futuro para essa empresa, e por isso ordenou a pesquiza de novas aguas para introduzir em Lisboa, e mandou proceder aos estudos indispensaveis para completo abastecimento da cidade, trabalhos que se concluiram e fôram apresentados ao governo. Ressano Garcia redigiu o antigo *Progresso*, jornal officioso do partido progressista, juntamente com o sr. conselheiro Veiga Beirão, durante a ausencia de Emygdio Navarro; no *Diario Popular* escreveu varios artigos sobre finanças, quando era ministro da fazenda Henrique Barros Gomes. Foi tambem director da Companhia dos Fosforos, e da Companhia dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques. Foi elle quem estabeleceu na Camara Municipal o principio de se subsidiarem os operarios municipaes que se impossibilitassem por velhice ou por desastre. Foi commissario regio e presidente da commissão portugueza na Exposição de Paris de 1900, sendo agraciado com o grau de grande official da ordem Legião de Honra. Publicou: *Relatorio, propostas de lei e documentos apresentados na Camara dos senhores deputados da Nação Portugueza na sessão de 17 de março de 1898 pelo ministro e secretario de Estado dos Negocios da Fazenda — Frederico Ressano Garcia*. Lisboa — Imprensa Nacional -1898. *Relatorio*, etc., apresentado em sessão de 12 de julho de 1897. Idem 1897. *A conversão da divida fundada externa, convenio com os crédores estrangeiros, discursos proferidos na camara dos senhores deputados nas sessões de 27 de janeiro, 11 de fevereiro, 2 e 22 de março de 1898*. Lisboa, 1898.

Restauração (*Guerra da*). Assim ficou conhecida na historia do paiz a guerra que durante 28 annos se sustentou contra a Hespanha. para resgatar e assegurar a independencia de Portugal, livrando-o do jugo de 60 annos que esteve sob o dominio castelhano. Quando rebentou a revolução do primeiro de dezembro de 1640,e foi acclamado el rei D. João IV, reconheceu-se a necessidade de cuidar immediatamente da defeza do reino, o que não era muito facil, por não haver nem sombra de exercito organisado. O levantamento em massa da nação foi uma ideia patriotica e sublime que occorreu ao governo do novo soberano, o que salvou a independencia nacional Concorreu tambem muito para a victoria que o primeiro ministro hespanhol, conde-duque de Olivares, não prestasse grande importancia á revolução, por julgar os portuguezes na impossibilidade de se defenderem, e por isso se não apressou a atacar seriamente Portugal. Estas circumstancias deram tempo a que D. João IV e o seu governo tratassem de organisar o exercito, mandando vir do estrangeiro soldados e officiaes, principalmente de cavallaria, regularisando assim as tropas nacionaes. As provincias fronteiras; onde desde o principio se travou lucta mais accesa, fôram Alemtejo, principalmente, Beira, Traz os-Montes e Minho. Os generaes que mais se distinguiram no Alemtejo durante a guerra, fôram: Mathias d'Albuquerque, Martim Affonso de Mello, Joanne Mendes de Vasconcellos, condes de Castello Melhor, do Alegrete, de S. Lourenço, de Soure, de Cantanhede, depois marquez de Marialva; de Athouguia, de Mesquitella, da Villa Flôr, de Schomberg, etc.. Foi no Alemtejo o principal theatro da lucta, comtudo a batalha de Castello Rodrigo em 1664, ganha por Pedro Jacques de Magalhães na fronteira da Beira sobre o duque de Ossuna e a heroica defeza de Monsão no Minho, em 1658, mostram que nas outras provincias tambem se combatia com bravura e intrepidez. Nos primeiros quatro annos os hespanhoes commetteram a imprudencia de sustentar apenas comnosco uma guerra de escaramuças e de surprezas de praças; guerriaram os nossos recrutas, que em 1644 os bateram em Moutijo, batalha ganha por Mathias d'Albuquerque no territorio hespanhol sobre o barão de Mollingen; em 1646 o mesmo general travou contra os hespanhoes a batalha indecisa de Telena; nos ultimos

dez annos do reinado de D. João IV, a guerra affrouxou sensivelmente. Em 1658, Joanne Mendos de Vasconcellos, entendendo que podia tomar a offensiva, foi pôr cêrco a Badajoz, e ganhou sobre o duque de S. Germano a batalha do forte S. Miguel, viu se, porém, obrigado a levantar o cêrco da praça, soffrendo grandes perdas. Esta imprudente tentativa causou a perda da flôr do nosso exercito, e estavamos desarmados quando D. Luiz de Haro, primeiro ministro do rei de Hespanha, veiu invadir Portugal á frente d'um poderoso exercito. A heroica defeza d'Elvas por D. Sancho Manuel, depois conde de Villa Flôr, e a gloriosa batalha das Linhas d'Elvas ganha pelo conde de Cantanhede, depois marquez de Marialva, salvaram o paiz, mas D. Luiz de Haro, creou-nos um odio de morte, e fez todos os sacrificios para que a França nos abandonasse no tratado dos Pyrinéos. Assim o fez, mas secretamente continuou a auxiliar nos, permittindo a muitos officiaes que viessem servir em Portugal, e com especialidade ao conde de Schomberg, que nos foi muito util, porque concorreu poderosamente para a disciplina e instrucção do nosso exercito. No entretanto, os annos de 1661 e 1662 fôram terriveis; o general hespanhol D. João d'Austria tomou um grande numero de praças do Alemtejo, e chegou quasi a Alcacer do Sal, mas em 1663 foi batido na batalha decisiva do Ameixial pelo conde do Villa Flôr, como em 1665 o marquez de Marialva derrotava o marquez de Carracena na batalha, ainda mais estrondosa, de Montes Claros. Tres annos depois, a Hespanha era compellida pelo tratado de 13 de fevereiro de 1668 a reconhecer plenamente a independencia de Portugal. Em commemoração d'esta guerra tão notavel e tão prolongada da Restauração da independencia de Portugal, se inaugurou solemnemente, a 28 de abril de 1886, um monumento dedicado aos heroicos restauradores, na Avenida da Liberdade, no local a que se deu o nome de *Praça dos Restauradores*. V. *Portugal*, vol. IV, pag. 392.

Restello (*Pedro Augusto Franco, 1.º conde de*). Commendador da ordem de Christo, par do reino, conselheiro, antigo deputado, pharmaceutico de primeira classe, presidente da Junta do Credito Publico e da Camara Municipal de Lisboa, importante proprietario, etc. N. em Belem, a 29 de junho de 1833, onde tambem fal. a 28 de abril de 1902. Era filho de Ignacio José Franco, antigo e muito acreditado pharmaceutico, estabelecido em Belem desde o anno de 1821, e de sua mulher, D. Candida Rosa d'Abreu. Estudou os preparatorios na Casa Pia, matriculando se depois na Escola Polytechnica, com destino ao curso de pharmacia, aos 16 annos de edade. Em 1851 tomou parte nas luctas empenhadas pelo marechal Saldanha, o que lhe valeu a estima d'aquelle valente militar, que lhe chamava *o seu rapaz endiabrado*. A 7 de junho de 1851 concluiu o seu curso, fazendo o ultimo exame de pharmacia. Logo depois estabeleceu se em Pedrouços, d'onde passou para Belem, de sociedade com seu pae, na casa que depois se tornou das mais afamadas e importantes. A sua vida politica foi das mais activas. Ainda muito novo filiou-se no partido progressista, onde desempenhou varios cargos de confiança, e foi um grande influente eleitoral. A este respeito diz um dos seus biographos: «Foi elle a expressão mais alta e feliz dos nossos manipuladores de eleições, e ninguem melhor do que elle sondou o desvendou os arcanos das urnas do suffragio. A preparar e a sustentar os seus elementos de batalha eleitoral, gastou o melhor da sua vida, e a combinar os planos de pôr em acção, dispendeu o melhor da sua intelligencia. Foi um general incomparavel perante os seus soldados disciplinados e aguerridos, e quasi que chegou a ser um prestidigitador na maneira como obtinha os resultados das suas manobras. Por isso, muito o solicitavam e o requestavam os partidos.» O conde de Restello foi eleito vereador da antiga camara municipal de Belem, em 1861, cargo que exerceu 14 vezes, tendo assumido sempre a presidencia, e que só largou, quando aquella camara ficou annexada á de Lisboa, onde tambem teve a presidencia, sendo a ultima vereação de que fez parte, a que foi dissolvida no anno de 1901. O circulo de Belem varias vezes o elegeu deputado. No anno de 1879, sendo

Pedro Augusto Franco; 1.º conde de Restello

ministro, Fontes Pereira de Mello, foi eleito deputado pelo circulo de Belem Oeiras, a despeito de todas as violencias empregadas pelo governo para vencer a eleição. Em 17 de março de 1881 foi nomeado presidente da Junta do Credito Publico, de que tomou posse a 24 do referido mez. Em 31 de março recebeu a mercê da carta de conselho. No parlamento serviu os seus eleitores, sendo um d'esses serviços o bairro do Calvario. Em 1870 foi agraciado com a commenda da ordem de Christo, pelo governo a que presidia o conselheiro José Dias Ferreira. Por decreto de 17 de fevereiro de 1887 recebeu o titulo de conde de Restello, em duas vidas. Foi par do reino electivo, por varias vezes, sendo nomeado par effectivo em 26 de dezembro de 1895, tomando assento na respectiva camara na sessão de 14 de janeiro de 1896. Em 25 de setembro de 1900, recebeu a mercê da gran-cruz da ordem de Nossa

Senhora da Conceição de Villa Viçosa. O conde de Restello era socio da Associação Commercial de Lisboa, e foi um dos fundadores dos Albergues Nocturnos. Como distincto pharmaceutico inventou ha muitos annos dois medicamentos: *Vinho nutritivo de carne* e *Xarope peitoral James*, que fôram sempre muito apreciados, sendo ainda hoje muito procurados. O conde de Restello casou em 1 de janeiro de 1863 com D. Maria Theodora Pinto Franco, filha de Valentim Duarte da Cruz Pinto, e de D. Maria Victoria Pinto. Enviuvando em 30 de setembro de 1873, passou mais tarde a segundas nupcias, com D. Thereza de Bastos Franco, filha da viscondessa de Carriche, D. Maria de Oliveira Bastos, e de seu primeiro marido José Luiz Alves Bastos. E' hoje conde de Restello, em verificação da segunda vida, seu filho, o sr. Ignacio José Franco, que nasceu a 20 de abril de 1864. A importante Pharmacia Franco, que actualmente gira com a firma de Conde de Restello & C.ª, tem sido agraciada em differentes epocas, com a medalha de prata na Exposição Industrial Portuense, em 1861, e com as de ouro nas Exposições Industrial de Lisboa em 1888, Universal de Paris em 1889, Industrial de Belem em 1893, e Universal de Anvers em 1894; gran-prix e medalha de ouro na Internacional de Hygiene de Londres em 1901, etc.

Restello. Pov. na freg. de S. Paio, de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Resteva. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Morreiras, conc. e distr. de Braga. || Santa Christina, de Padreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Villar do Monte, conc. de Ponte do Lima, do mesmo districto.

Restigão. Ponta situada na costa SE da ilha Graciosa, Açôres.

Restim. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Linhares, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Restinga. Pov. na freg. de Santa Cruz, e conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo, Açôres. Tem cereaes e vinho.

Resurgido *(Antonio Simões)*. Capitão das antigas ordenanças. N. em Oeiras, e fal., parece, que pouco antes de 1833. Era muito celebrado pelos seus ditos e chistes, e tinha alguma inclinação para a poesia. Escreveu: *Ode ao feliz nascimento da augustissima senhora Princeza da Beira*, Lisboa, 1793; saiu com as iniciaes A. S. R.; *Trovas patrioticas ou lembranças constitucionaes offerecidas á nação*, Lisboa, 1821; foi reimpresso no Rio de Janeiro, no mesmo anno; saiu tambem com as mesmas iniciaes.

Resurreição. *(Fr. André da)*. Religioso da ordem de S. Francisco. Era natural de Lisboa, e foi guardião do convento de S. Francisco da Ponte. Foi prégador muito apreciado. Deixou manuscripta uma obra intitulada *Fructos que resultaram ao genero humano da vinda de Christo*.

Resurreição *(Fr. Antonio da)*. Religioso da ordem de S. Domingos. N. em Lisboa e fal. na ilha de S. Miguel a 8 de abril de 1637. Professou a 8 de abril de 1588, no convento de Azeitão. Foi doutor em Theologia e lente de prima d'esta faculdade na Universidade de Coimbra, definidor no capitulo geral da ordem, deputado do Santo Officio, e bisp. de Angra, eleito em 1635, sendo sagrado a 10 de julho d'esse anno. Indo para a sua diocese, fez varias visitas pastoraes, pelas differentes ilhas do bispado, fallecendo n'uma d'essas visitas, sendo sepultado na sua cathedral. Este prelado foi um prégador muito distincto no seu tempo, imprimiu os dois sermões seguintes: *Sermão nas exequias d'el rei Filippe II, celebradas na Capella Real da Universidade de Coimbra*, Lisboa, 1621; *Sermão no auto da Fé, que se celebrou na cidade de Coimbra a 6 de maio de 1629*, Coimbra, 1629; No *Poeticum Certamen*, imprimiu tambem um sermão dedicado á canonisação da rainha Santa Izabel. Deixou manuscriptos uns *Commentarios theologicos*, em latim.

Resurreição (*Fr. Antonio da*). Celebre musico que viveu no seculo XVII. N. em Lisboa em 1638, fal. em Santarem em 1686. Distinguiu se muito como cantor e contrapontista. Foi nomeado ministro do convento de Vianna do Alemtejo. Deixou manuscriptas varias missas e matinas.

Resurreição *(Fr. Fernando da)*. Religioso da ordem Terceira de S. Francisco. N. em Lisboa em 1632, onde tambem fal. em 1702. Foi commissario dos terceiros seculares, e prégador muito afamado no seu tempo. Diz-se que rejeitou o bispado de S. Thomé, que lhe fôra offerecido por D. Pedro II. Escreveu: *Vida espiritual dos irmãos terceiros seculares*, Lisboa, 1676.

Resurreição *(Fr. Lourenço da)*. Religioso da ordem de S. Francisco da provincia de Santo Antonio do Brazil. Chamava-se no seculo Lourenço Gonçalves Delgado. N. na Bahia, onde tambem fal. em 1705. Professou a 24 d'abril de 1681. Escreveu: *Ceremonial dos religiosos capuchos da provincia de Santo Antonio do Brazil*, etc., Lisboa, 1708.

Resurreição *(Soror Maria)*. Freira e prioresa do convento das Monicas, de Gôa, cidade onde nascera. Fal. em 1658, deixando manuscriptas umas *Memorias*.

Resurreição *(Soror Maria da)*. Freira do convento de S. Vicente da Beira, villa proxima de Castello Branco. Escreveu as *Memorias da vida de soror Maria da Assumpção*, sua companheira, que ficaram manuscriptas.

Retaxo. Pov. e freg. de N. S.ª de Belem, da prov. da Beira Baixa, conc., com. e distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 185 fog. e 691 hab. Dista 12 k. da séde do conc. Tem correio com serviço de posta rural, e esc. do sexo masc. E' fertil em generos agricolas. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Estreito, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Reticoa. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Povos, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Retiro. Povoações nas freguezias: S. João Baptista e conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || S. Thiago, conc. de Alcandroal, distr. de Evora. || Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Retiro do Meio. Pov. na freg. de S. Matheus, de Erra, conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Retorta *(Domingos Miguel da Cunha Velho Sotto Maior de Azevedo e Mello Tavora d'Albergaria e Castro, barão da)*. Moço fidalgo da Casa Real com exercicio no paço, commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Concei-

ção de Villa Viçosa, condecorado com a medalha militar da expedição a Pernambuco em 1824, com as honras de tenente-coronel, senhor do morgado da Retorta, etc. N. no Rio de Janeiro a 12 d'abril de 1806, fal. em Braga a 28 de outubro de 1877. Era filho de Domingos Miguel da Cunha Sotto Maior de Azevedo, e de D. Maria Velho d'Albergaria. Foi commandante do batalhão movel de Barcellos em 1847, e tinha sido almotacé da mesma villa. Era o mais rico proprietario de Villa do Conde, e um dos mais ricos de Barcellos, e morreu pobre, em casa de seu filho, Lourenço da Cunha Velho Sotto Maior. Seguiu sempre o partido liberal. O titulo de barão foi lhe concedido por decreto de 3 de novembro de 1853. Casou em Portugal a 21 de setembro de 1830 com D. Anna Emilia de Castro Almeida Ferraz, filha de José Thomaz de Castro Almeida Ferraz, e de sua mulher D. Anna Maria de Jesus Pereira Ferraz.

Retorta. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Villa do Conde, distr. e bisp. do Porto; 75 fog. e 402 hab. Dista 3 k. da séde do conc., e está situada sobre a margem esquerda do rio Ave, que a separa da freguezia de Formariz, que lhe fica ao N, separando tambem o bispado do Porto do arcebispado de Braga. Tem correio com serviço de posta rural. O parocho (abbade) obtinha este beneficio por concurso synodal, e tinha 300$000 reis de rendimento. A egreja matriz fica a poucos metros do rio Ave, mettida entre arvoredos, na encosta d'um monte, de pouca elevação. E' pequena, mas elegante. A primitiva egreja foi edificada em tempos de que não ha memoria, ignorando se tambem o nome do fundador. Dizem uns que foi edificada por um santo anachoreta; outros que, nos seus principios, era uma capella particular, pertencente a D. Soeiro Mendes da Maia, rico-homem do conde D. Henrique, que tinha aqui o seu solar. Como a egreja era muito pequena, foi reconstruida e ampliada em 1742, segundo consta d'uma inscripção que está sobre a porta travessa. Tinha na frente um alpendre, que então se demoliu, occupando o corpo da egreja o logar que elle occupava. Logo abaixo da egreja estão as azenhas da Retorta, que pertenciam á egreja: metade era um prazo fateusim perpétuo dos antepassados do barão da Retorta, (V. o *artigo antecedente*), e do qual pagavam 2 alqueires de trigo, 5 de milho, 20 de centeio e 2 lampreias, fóra o dizimo. A outra metade era prazo de vidas, do qual pagavam de renda, á mesma egreja, 20 alqueires de pão meado (milho e centeio). Estas propriedades é que constituiam o baronato da Retorta. Em 1878 pertenciam á Companhia Industrial Agricola Portuense, que construiu em frente das azenhas, na margem opposta do rio Ave (direita), em terreno da freg. de Formariz, uma grande fabrica de fiação e tecidos de algodão, e tambem fabrica de moagem, no local onde havia umas antigas azenhas, que a referida companhia comprou, assim como passaes da Retorta e outras propriedades. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Armil, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Borba da Montanha, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || S. Martinho, de Campo, conc. de Vallongo, distr. do Porto. || S. Mamede, de Cepães, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Martinho, de Fajões, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Fervença conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga, || S. João Evangelista, de Guilhufe, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Maria, de Infantas, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo Adrião, de Maceira de Rates, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || Santa Maria, de Lijó, do mesmo conc. e distr. || O Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || S. Bartholomeu, de Pechão, conc. de Olhão, distr. de Faro. || S. Thiago, de Pias, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Purificação, de Podentes, conc. de Penella, distr. de Coimbra. || Santa Margarida, de Povoa de Penella, conc de Penedono, distr. de Vizeu. || N. S.ª das Neves, de Villarinho dos Freires, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || Ponta situada na costa SE da ilha de S. Miguel, Açôres.

Revalde Pov. na freg. de Santa Maria, de Gallegos, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Revalvito. Pov. na freg. de S. Miguel, e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Revel Pov. na freg. de S. Miguel, de Tres Minas, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real.

Revelada. Pov. na freg. de S. Pedro, de Vaqueiros, conc. de Alcoutim, distr. de Faro.

Revelhães. Pov. na freg. de S Christovão, de Candomil, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Revelhe. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho, conc. e com. de Fafe, distr. e arceb. de Braga: 173 fog. e 672 hab. Tem esc. do sexo masc. Dista 5 k. da séde do conc. e está situada entre montes, ramificações da serra de Monte Longo, proximo da margem esquerda do rio Vizella. O real padroado apresentava o abbade, que tinha 370$000 reis de rendimento. A terra é muito fertil em cereaes e cria gado de toda a qualidade. Tem caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Amendoa, conc. de Mação, distr. de Santarem. || S Bartholomeu, de Cabeça da Egreja, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

Revelhos. Pov. na freg. de S. Vicente, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Revelladas. Pov. na freg. do Salvador, de Aramenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Revelles. Pov. e freg. de N. S.ª do O', da prov. do Douro, conc. e com. de Montemór-o-Velho, distr. e bisp. de Coimbra; 276 fog. e 1:003 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, correio com serviço de posta rural, e pharmacia. Tem apeadeiro na linha do Caminho de Ferro de Coimbra a Figueira da Foz, entre as estações de Verride e d'Amieira. Dista 7 k. da séde do conc. e está situada a 1 k. da margem esquerda do rio Mondego. A mitra apresentava o vigario, que tinha 170$000 reis de rendimento. A terra é fertil; pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde em Leiria. A freg. é muito antiga. A egreja matriz está no alto d'um monte, proximo á pov. de Revelles. A capella, dedicada antigamente a Nossa Senhora a Velha, e depois a Nossa Senhora da Saude, é antiquissima, e consta que foi a primeira matriz da freg. Está situa-

da ao pé d'um monte, e junto ao rio Mondego, a pouca distancia da quinta da Galêta, que foi dos jesuitas, de Coimbra. A capella fica entre a freg. de Revellos, e a extincta freg. de Peras Alvas, e por isso tambem a denominam Senhora de Revelles, ou Senhora de Peras Alvas. Tambem fica perto da quinta da Alumieira, que pertenceu aos conegos de Santa Cruz, de Coimbra, e pouco distante da villa de Buarcos. A imagem tem 1 m. d'altura; é de grande antiguidade, de pedra e de boa esculptura. A capella é de boa construcção e muito espaçosa; tem altar-mór e dois lateraes; sacristia e um grande atrio Está cercada de alpendres em volta, sustentados por columnas de pedra. A nova egreja matriz principiou a construir-se em 1638, continuando as obras até 1640. Com a restauração de Portugal, se deu mais desenvolvimento ás obras, e a egreja foi accrescentada, ficando um bom templo. || Pov. na freg. de S. Lourenço, de Taveiro, conc. e distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural.

Revenda. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Esqueiros, conc. de Villa Verde, distr de Braga. || S. Martinho, do Travassôs, do mesmo conc. e districto.

Revessa. Pov. na freg. de S. Thomé, de Friaude, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Revezes. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Ameixial, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Revilhões. Pov. na freg. do Salvador, de Modivas, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Revinhade Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto; 79 fog. e 291 hab. Tem correio com serviço de posta rural, e esc. do sexo masc. O reitor do S. Pedro, de Torrados, apresentava o reitor, que tinha 50$000 reis e o pé d'altar. A terra é fertil em generos agricolas. Cria gado e tem caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Revista. Titulo de certas publicações periodicas, que tratam de questões litterarias, politicas, historicas, scientificas, artisticas, etc. Algumas revistas tratam de materias especiaes, em fasciculos e com um limitado numero de paginas. Tambem se dá o nome de *revista* a uma peça theatral, quo faz espirituosa critica dos factos politicos e d'outros episodios o ridiculos, que se deram durante um anno, ou em outro mais curto espaço de tempo São numerosas as publicações que se tem feito em Portugal, com o titulo de *revista*, das quaes mencionaremos as seguintes: *Revista Contemporanea*; dirigida por Eduardo de Faria; começou a sair em 1848, chegando ao n.º 6, contendo retratos, lithographados, do pessoas notaveis, acompanhados das respectivas biographias; suspendendo a publicação, continuou a empresa, sendo director o mesmo Eduardo de Faria, saindo o 1.º numero em 1 de setembro de 1855; suspendeu novamente, com o n.º 13, de 15 de maio de 1856; um anno depois appareceu, sendo proprietario Francisco Duarte d'Almeida Araujo, saindo de n.º 14 a 19, correspondente a novembro de 1857; *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil;* fundada por Antonio Brederode e dirigida por Ernesto Biester; começou em 1 d'abril de 1859 e acabou em 1865, completando 5 volumes, publicando tambem retratos e biographias de homens notaveis; *Revista Litteraria, periodico de litteratura, philosophia, viagens, sciencias e bellas artes*, Porto, 1838 a 1841; sairam 11 tomos completos, e no fim d'elles começou uma nova série, que ficou interrompida, havendo-se publicado apenas alguns numeros; *Revista Medica de Lisboa, jornal de medicina e sciencias accessorias*, Lisboa, 1844 a 1846; completando 2 volumes, desde janeiro de 1844 até maio de 1846; fôram os principaes redactores os doutores Antonio Joaquim de Figueiredo o Silva, Francisco Martins Polido e João José de Simas. *Revista Militar;* dedicada exclusivamente ás artes e sciencias militares, e a tratar de assumptos que interessam o exercito e a armada portugueza, excluindo a materia politica, assim como allusões pessoaes; foi um dos fundadores e collaboradores o brigadeiro barão de Wiederhold; a publicação era mensal, saindo o 1.º numero em janeiro de 1849, durando regularmente até ao fim do anno de 1904, completando 56 volumes, tendo sido seus directores o general José Estevão de Moraes Sarmento, José Nicolau Raposo Botelho, coronel de infantaaia, e Fernando da Costa Maia, major de cavallaria; em 1905, a *Revista Militar* entrou em nova série, sob a direcção do sr. general José Estevão de Moraes Sarmento; *Revista Popular, semanario de litteratura e industria*, 1849 a 1852; 6 volumes; fundada por Francisco Pereira d'Almeida, de sociedade com o gravador J. M. Baptista Coelho, passando mais tarde a propriedade para Joaquim Henriques Fradesso da Silveira; *Revista Universal, jornal de interesses physicos, moraes e litterarios*, redigido por Antonio Feliciano de Castilho; 1841 a 1853, 12 volumes; *Revista Homeopathica Portugueza*, Lisboa, 1876 a 1889; redactores Antonio Joaquim Nunes e Antonio Maria dos Santos Brilhante; *Revista dos Tabelliães, contendo a legislação, artigos doutrinaes, formulario e noticias concernentes ao exercicio do tabellionato*, dirigida pelo tabellião Francisco Vieira da Silva Barradas; começou em 1867 e acabou em 1875.

Reviza. Pov. na freg. de Santo Ildefonso o conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Revolta. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Agrella, conc. de Santo Thyrso, distr. do Porto. || S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Gonça, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Christovão, de Labruja, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Lalim, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Vicente, de Sousa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Martinho, de Vontosa, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Revoltinha. Pov. na freg. de S. Miguel, de Fontellas, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real.

Revolvelhe. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Bemfeita, conc. do Arganil, distr. de Coimbra.

Revorá Freguezia de N. S.ª da Victoria, do conc. de Bardez, no districto e arceb. de Gôa, India Está situada a N E da séde do conc. e é formada pelas povoações do Nadorá e Pirna. Tem escolas.

Revoreda. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Salto, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || S. Christovão, de Abbação, conc. do Guimarães, distr. de Braga.

Revoriça. Pov. na freg. de S. João Baptista,

de Cavez, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Revue. Rio da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Corre nas terras de Sofalla, em cujo sertão nasce, na serra de Clutavatanga, o lança se no rio Busio || Affluente da margem esquerda do rio Zambeze, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Nasce ao N em terras maraves e vae desaguar quasi defronte da ilha de Tete. Nas suas margens ha jazigos de carvão de pedra.

Revui. Affluente do rio Arocnha, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Corre na região de Manica. Tem areias auriferas.

Rexaldeira. Pov. na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Villa Verde dos Francos, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Rexaldia. Pov. na freg. de Santa Eufemia, de Chancellaria, conc. do Torres Novas, distr. de Santarem.

Rey *(Manuela Lopes)* Artista dramatica, que se tornou muito notavel, fazendo parte da companhia do theatro de D Maria II. Era de nacionalidade hespanhola, mas foi Portugal que adoptou por patria, e onde viveu desde muito creança, e onde se desenvolveu o seu grandioso talento artistico. N. em Mondoñedo, na Galliza, a 24 de outubro de 1843, fal em Lisboa a 26 de fevereiro de 1866. Era filha de paes pobrissimos, e sua mãe, uma pobre mulher chamada Domingas Lopes, tinha 10 filhas, e pouco tempo depois do nascimento de Manuela, enviuvou. Arrastando uma existencia atribulada, sem meios para se manter e ás suas filhas, recorria ás esmolas e a algum trabalho que podia alcançar. Trabalhava n'uma hospedaria, onde veiu pousar uma companhia de comicos ambulantes, que percorria a Galliza em 1847. Os actores acharam encantadora a loura pequenina de 3 para 4 annos, e quando partiram, propuzeram á mãe que lhe deixasse levar a creança, que elles a educariam e fariam feliz. A mãe, a quem a miseria entorpecêra os sentimentos de amor maternal, accedeu sem hesitação, e a pequenina Manuela assim começou a sua carreira artistica. O director da companhia chamava se Manuel Rey, adoptou a como filha, assim como sua mulher, que lhe serviu verdadeiramente de mãe adoptiva. Manuela ainda não estava baptisada n'essa epoca, e elles cumpriram esse preceito religioso, e a pobre creança tomou o appellido de seu pae adoptivo. Dizia-se sua avó uma vélhita que andava na companhia ambulante, e o filho d'esta velha, que depois da morte do director, succedida pouco depois, se ligára com a sua viuva, era considerado por Manuela como seu tio. Aos cinco annos já a pobre creança representava pequenos papeis e recitava poesias, que faziam o enlêvo de todos quantos a escutavam. Os seus louros e formosos cabellos caidos sobre os hombros, os seus olhos meigos e quasi sempre chorosos, a sua timidez encantadora, e o talento artistico que já se ia desenvolvendo, era a fascinação de todas as familias, que queriam acariciar a juvenil comediante. Contava 8 annos de edade, quando representou em Leon *O Gaiato de Paris*, em que obteve um extraordinario successo, como creança prodigio. Tinha 9 annos, quando seu pae adoptivo falleceu em Palencia, e a pequenina começava a ser um pouco o amparo da familia, porque aquelles nomadas, actores detestaveis, só tinham esperança na attracção que a pequenita exercia no publico das differentes cidades que atravessavam. Pouco tempo depois da morte do director, a companhia entrou em Portugal. Manuela representou em Valença, em Chaves, em Bragança, e na Regoa, onde morreu a vélhita Dolores, a quem ella dava o nome de avó, perda que foi um grande infortunio para Manuela Rey, porque era ella quem a amparava e protegia. Desde então passou a ser mal tratada, e, segundo a propria Manuela Rey affirmava, até uma vez em scena não escapára aos maus tratos da viuva de Manuel Rey, agora amante do filho da velha Dolores. Chegando ao Porto, a companhia não agradou, o teve de voltar para as villas do Minho, onde Manuela, curtindo umas teimosas sezões, se levantava ás vezes do humilde grabato, a arder em febre, para ir representar, porque a isso a obrigavam sem compaixão. A doença aggravou-se de tal fórma, que em Ponte do Li-

Manuela Lopes Rey

ma esteve ás portas da morte, e senão fôsse a intervenção d'algumas pessoas caritativas d'aquella localidade, a desventurada decerto teria succumbido. A companhia foi para Vianna do Castello na maior miseria, e por fim dissolveu se. O filho de Dolores, que se tornára director, lembrou se de vir a Lisboa para saber o destino que tinha a seguir. Manuela ficou esperando em Vianna, e uma sociedade de amadores dramaticos promoveu então um beneficio em seu favor, e em que Manuela Rey recitou, pela primeira vez na lingua portugueza, uma poesia, de cujas estrophes ella nunca mais se esqueceu, e que muitas vezes repetia, como sendo o seu verdadeiro baptismo artistico em Portugal. Em 1856 veiu Manuela Rey para Lisboa n'uma companhia hespanhola organisada para o antigo theatro do Salitre, em que debutou a 24 de março com o drama *O filho do cego*. O desempenho da notavel artista causou um assombroso enthusiasmo. O general Claudio Chaby, que morava perto, entrou casualmente uma noite no theatro, e ficou encantado pelo modo naturalissimo, surprehendente, com que um formoso rapazito desempenhava o papel de protogonista, especialmente n'uma scena, em que se dava uma tempestade. Impressionado com o ta-

lento do rapazito, convidou o seu amigo D. Antonio de Lacerda, official de estado maior, a ir certificar-se d'aquella maravilha. D. Antonio de Lacerda tambem ficou enthusiasmado. Outros homens de elevado merecimento concorreram tambem ao velho theatro do Salitre, e ainda mais admirados ficaram, reconhecendo que era uma menina quem desempenhava o papel de protogonista. Convidada logo a entrar para o theatro portuguez, a juvenil actriz ficou dessejosa de acceitar a proposta, porque continuava a ser mal tratada pela sua antiga protectora, que a tyrannisava por todos os modos. Ainda foi com a companhia representar em Setubal, mas á volta a sua resolução era definitiva. No salão do theatro de S. Carlos ouviram-n'a representar varios trechos em hespanhol e em portuguez, varios membros do conselho dramatico, entre os quaes se contava Antonio Feliciano de Castilho, mais tarde visconde de Castilho. A impressão produzida foi immensa, ficando logo decidido que o distincto professor e director Duarte de Sá, acceitaria a incumbencia de lhe dirigir a educação artistica para se realisar a sua estreia no theatro normal, começando a intelligente creança a ensaiar o papel de Maria no drama de Garrett, *Fr. Luiz de Sousa*, e a aperfeiçoar-se na lingua portugueza Estava-se no anno de 1857, em que Lisboa se vira assaltada pela terrivel epidemia da febre amarella, que victimou centenares de pessoas, e sendo uma das primeiras victimas o actor Epiphanio que entrava no drama, este lamentavel desastre obrigou a retirar de ensaios o drama, escolhendo se então a *A alegria traz o susto*, interessante drama em 1 acto, de Madame de Girardin, para a estreia da nova actriz O debute deu-so a 22 de novembro de 1857. Entravam tambem na peça os actores Rosa (pae), Tasso, Corréa; e as actrizes Talassi e Emilia Adelaide. Comtudo, as circumstancias da epoca eram terriveis. A febre amarella aterrorisava os habitantes de Lisboa; a maior parte dos espectadores via-se trajando luto, e uma coincidencia mais notavel ainda se deu, foi vêr em scena os artistas tambem de luto, porque o enredo da peça assim o exigia. Este facto causou uma glacial impressão no auditorio, e reflectiu-se no animo da actriz, que só encontrava palavras de conforto e de animação na bondade da sua collega Talassi. Mas a peça seguiu, as nuvens dissiparam se, o sol do genio nascente brilhou radiante, e o que era indifferença no publico tornou se curiosidade, logo interesse, depois enthusiasmo, e afinal delirio. Nunca em theatro algum houve estreia mais promettedora, Manuela Rey estava consagrada actriz pelos applausos enthusiasticos do publico, que desde logo se lhe affeiçoou, e de que se tornou a artista predilecta. As suas creações eram distinctas, e os triumphos successivos Era formosissima, um typo de belleza e de elegancia pouco vulgar; possuia-se verdadeiramente dos seus papeis, com toda a alma, com toda a paixão. Lisboa inteira tinha um culto intimo por Manuela Rey, que tão cêdo a morte arrebatou da scena. O seu reportorio foi longo, e mencionaremos algumas peças, de cujos nomes nos recordamos: *O Medico das creanças*, *Helena*, *Os homens de marmore*, *Fortuna e trabalhos*, *Os Diffamadores*, *A Penitencia*, *A vida d'um rapaz pobre*, *O Fogo no convento*, *Nobres e plebeus*, *Valeria*, *A Luva e o leque*, *A Mulher que deita cartas*, *A abnegação*, *Os homens do mar*, *As joias de familia*, *A Sociedade elegante*, *A Cruz do matrimonio*, *Os Fidalgos de Bois Doré*, *Córa ou a escravatura*, *Uma viuva de 15 annos*, e muitas outras. As ultimas recitas em que tomou parte, deram-se em janeiro de 1866, com o drama em 3 actos, de Ricardo Cordeiro, intitulado *Um Cura d'almas*, que a eximia actriz representou pela primeira vez em seu beneficio, a 4 d'esse mez, recitando tambem a poesia de Eduardo Vidal, *Um primeiro amor*. Manuela Rey, já minada pela terrivel tysica, que em breve a victimaria, estava pallida, magrissima, assustando as pessoas que sinceramente a estimavam. N'essa noite da sua festa artistica, que tinha de ser a ultima, notava-se tristeza na sala, como que um presentimento lugubre. Manuela já pouco affeiçoada ao papel de ingenua que representava na peça, concentrára toda a sua alma na poesia *O primeiro amor*, que recitou d'um modo a fazer constranger o espirito dos ouvintes. O poeta adivinhára o passado e o futuro da pobre actriz. Nos fins de janeiro espalhou-se na cidade a noticia de que a doença de Manuela Rey se aggravara consideravelmente. As circumstancias que revestiam tal boato fizeram receiar o triste desenlace. Effectivamente, um mez depois a grande artista exhalava o ultimo suspiro aos 22 annos de edade. A noticia da sua morte causou a maior sensação em Lisboa. O seu enterro foi uma enorme homenagem de sentimento, como nunca tinha havido por outro artista. O exterior do theatro de D. Maria II estava ornado de longos crepes, assim como a egreja de S. Domingos, d'onde saiu o cortejo funebre para o cemiterio dos Prazeres. O cortejo era formado por centenas de carruagens, conduzindo quasi todos os collegas da finada, muitos homens de letras, e muitas senhoras e cavalheiros admiradores da eximia actriz. A' beira da sepultura algumas vozes entrecortadas pelas lagrimas se despediram da infeliz Manuela, entre essas vozes notou-se a do seu collega, o actor Cesar Polla. O cadaver foi sepultado no jazigo dos actores do theatro normal. A notavel actriz não teve a fortuna de gozar os privilegios que lhe eram devidos. O decreto que a classificava como artista de merito transcendente apenas saiu na folha official dias depois da sua morte. Manuela Rey deixou alguns escriptos de merecimento, entre elles a comedia em 2 actos *A Actriz*, e o proverbio em 1 acto *Por este deixarás pae e mãe*; muitos capitulos truncados de romances, muitas cartas repassadas de verdadeiro sentimento, muitas considerações philosophicas e os apontamentos biographicos da sua propria vida. Manuela Rey não saiu nunca do theatro do D. Maria II, desde a sua estreia em 1857; com essa companhia foi ao Porto, no verão de 1863, sendo muito victoriada no drama em 4 actos, *Nobreza*, com que debutou

Rey Collaço *(Alexandre)*. Pianista e professor distincto. N. em Tanger em 1855, sendo filho d'um francez, assassinado n'aquella cidade em 1856 por um xerif fanatico. Orphão de pae, tendo apenas um anno de edade, ficou entregue aos cuidados de sua mãe, senhora respeitavel pertencente a uma familia portugueza muito illustre. Rey Collaço é sobrinho do barão de Collaço e Macnamara, José Daniel Collaço, distincto diplomata o ministro de Portugal no imperio do Mar

rocos. Rey Collaço passou a infancia em Tanger, mas conservava sempre um grande amor a Portugal, por ser a nacionalidade de sua mãe. Cedo se lhe manifestou a disposição para a musica, pelo prazer que sentia, sendo ainda muito creança, em tocar n'um velho piano de Collard, uma ou outra melodia, que tirava d'ouvido com facilidade. Como essa inclinação se fôsse mais accentuando, algumas modestas pianistas, que a tinham notado, lhe fôram ensinando musica, quanto lhes permittiam os seus limitados conhecimentos. Os annos, porém, succediam-se, e a manifesta vocação que o moço pianista revelava, impunha a necessidade de um professor habilitado, que o guiasse com segurança no caminho que a natureza lhe parecia haver traçado. Tanger não era terra onde o houvesse, e a familia resolveu então envial-o a Madrid para ali seguir os seus estudos. Recebido no Conservatorio, na classe de piano do professor Zabalza, Rey Collaço, no fim de dois annos de frequencia, obteve o segundo premio, terminando depois brilhantemente o curso, alcançando por unanimidade o primeiro premio. Sobreveiu então o periodo cruel para a maioria dos musicos. Ordinariamente abandonados aos proprios recursos, sem a faculdade de leccionarem em razão da pouca edade e de não serem ainda conhecidos, raros serão os que não tenham soffrido a sorte de rudes provas. Rey Collaço e um outro artista resolveram tocar ás noites no *Café del Siglo*, da Calle Mayor de Madrid. Os dois artistas, um no piano, outro no violino, eram sempre enthusiasticamente applaudidos, e em especial Rey Collaço, que já n'esse tempo possuia em grau tão elevado o dom de grangear simpathias, que não tardou que os admiradores do seu merito e caracter, lhe proporcionassem o numero preciso de lições para abandonar o expediente, que as contingencias da vida o haviam obrigado a adoptar. Rey Collaço, estando já relacionado com o grupo de intellectuaes, fundador da *Institucion libre de enseñanza*, organisou com outros distinctos artistas as *veladas* musicaes na séde d'essa associação, de que era o principal influente o seu amigo D. Francisco Giner de los Rios, considerado publicista. Outra notabilidade hespanhola se tornou seu muito dedicado amigo, foi o grande maestro Emilio Arrieta. Quando Chapi, regressando a Madrid, depois da sua permanencia em Roma, fez ouvir no Conservatoro a oratoria *Los angeles*, foi a Rey Collaço que Arrieta confiou uma das partes d'esse importante concerto em que tambem entrou Sarasate. A peça executada, *Phantasia* op. 80 de Beethoven, obteve um exito tão lisongeiro que o applaudido pianista, arrastado pelo seu espirito, então um tanto aventuroso, emprehendeu uma serie de concertos pelas principaes cidades da Hespanha meridional, alcançando verdadeiros triumphos. Finda a *tournée* e de volta a Tanger, suggeriram-lhe a idéa de vir a Lisboa dar alguns concertos. Apresentou-se então pela primeira vez á imprensa em outubro de 1881 no Salon Sassetti, e depois do que ella disse convictamente elogiosa a seu respeito, fez-se ouvir em varios concertos no Conservatorio, no theatro de D. Maria II, e em outros salões, alcançando ruidoso exito. Convidado uma vez pelo conde de Daupiás a visitar a sua galeria de quadros, disse-lhe aquelle fidalgo, que lhe seria agradavel facilitar-lhe, mediante subvenção, o aperfeiçoamento no estrangeiro da sua educação musical. Rey Collaço, suppondo o caso uma simples amabilidade, agradeceu, mas não pensou mais em similhante proposta, pois que já muitas vezes tivera essa esperança que em breve se perdia n'um crepusculo de desillusões. D'esta, vez porém, ella realisou-se, mercê da fidalga generosidade d'um homem que foi um idolatra da arte. Rey Collaço partiu então para Paris, onde durante seis mezes recebeu lições de George Mathias, professor eminente, discipulo de Chopin, e Theodor Ritter, pianistas francezes. Voltou depois a Lisboa, e d'aqui, no anno de 1883, se dirigiu a Berlim por conselhos do violinista Arbós. Admittido n'esse anno na *Hochschule fur Musik*, entrou na classe de piano de Barth, e depois na de Rudorff, e aprendeu composição com Haertel e Bargiel, e historia da musica com Spitta.

Alexandre Rey Collaço

Os seus meritos e qualidades pessoaes conquistaram-lhe a estima do grande violinista Joachim, que bem lhe provou quanto o considerava, offerecendo-lhe na *Hochschule*, de que era director, a regencia da classe de piano, deixada vaga pelo professor Reif. Terminados os seus estudos em 1887, Rey Collaço apresentou-se em varios concertos ao lado de eminentes notabilidades, e nos applausos conferidos pelo publico allemão, entendedor como nenhum outro, no que respeita a musica instrumental, recebeu o distincto pianista a sua consagração. Depois de Rey Collaço se estabelecer definitivamente em Lisboa, tornou-se enorme o numero dos admiradores do seu merito, salientando se entre elles a duqueza de Palmella, a cuja influencia se deve principalmente o impulso que o Conservatorio recebeu, contando Rey Collaço entre os membros do seu professorado. Teem sido numerosos os seus concertos, na maioria de

beneficencia. Dedicando-se com amor á leccionação de piano, todas as suas discipulas, se mostram distinctas pianistas; preoccupa-se tambem em organisar frequentes sessões educativas, especialmente destinada a crear adeptos para a boa musica. A acção salutar, por elle exercida no nosso meio musical, bem se manifesta nos concertos de musica de camara, de que tem sido o principal organisador. Foi por sua iniciativa, que Antonio Arroio effeituou no Conservatorio de Lisboa a sua notavel conferencia sobre Beethoven. As suas muitas occupações profissionaes não lhe permittiram até agora dar largas manifestações de compositor. A sua obra limita-se a alguns *Fados* e outras pequenas composições sobre motivos nacionaes, que teem tido grande voga em todo o paiz, que adora a melancholia e a sentimentalidade d'esses themas essencialmente portuguezes, com os quaes o distincto artista realisou interessantes peças de piano. O seu primeiro *Fado*, sobretudo, conta já um avultado numero de edições.

Reymão (*José Malheiro*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado, deputado, ministro de Estado, jornalista, etc. E' natural de Vianna do Castello, e estudou no Lyceu de Braga, matriculando se, depois de terminados os preparatorios na Universidade. Entrando na politica, filiou se no partido regenerador, e foi pela primeira vez deputado em 1893, eleito por Vianna do Castello, sendo reeleito pelo mesmo circulo, nas legislaturas de 1897, 1899, 1900 e 1901. Foi governador civil de Vianna do Castello, e exerceu a advocacia. Quando em 1901, se deu a scisão do partido regenerador, e se formou o grupo regenerador liberal, de que era chefe o conselheiro João Franco, Malheiro Reymão seguiu o novo grupo, tornando-se um dedicado amigo do seu chefe, e sendo um dos vultos mais proeminentes d'esse partido no norte do paiz. Foi sempre um parlamentar distincto, e um jornalista vehemente. Era redactor do *Jornal de Vianna*, e collaborou em outros jornaes. Subindo ao poder o partido regenerador-liberal, fez parte do ministerio, organisado em maio de 1906, presidido pelo conselheiro João Franco, encarregando-se da pasta das obras publicas. Na legislatura de setembro de 1906, foi deputado da Concentração liberal, eleito pelo circulo occidental de Lisboa.

Rezella. Pov. na freg. do Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Rézende. Appellido nobre, cuja familia procede de Martim Affonso de Bayão, que deixou o appellido da sua varonia, por haver herdado o senhorio de Rézende, por sua mãe, D. Urraca Affonso. As suas armas são: Em campo de ouro, duas cabras, de negro, gotadas de ouro, passantes, em pala. Elmo d'aço aberto, e por timbre, uma das cabras. Alguns Rézendes continuaram a usar das armas dos Bayões.

Rézende (*André de*). Celebre antiquario e um dos mais distinctos humanistas do seculo XVI. N em Evora, onde tambem fal. a 9 de setembro de 1573. A data precisa do seu nascimento ignora-se completamente, ou pelo menos, tem dado origem ás mais encontradas versões. Uns dizem, que nasceu em 1495, outros que foi em 1498, e outros em 1506. Até mesmo ácêrca do seu nome ha duvidas, porque a letra *L* que antecede o seu nome em muitas das suas obras, uns a consideram como inicial de *Lucio*, outros simplesmente como a inicial de *Licenceado*. Essas duvidas desappareceriam talvez, se se tivessem chegado a publicar os numerosos apontamentos que o doutor e consciencioso academico Francisco Leitão Ferreira, autor das *Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra*, conseguira colligir para escrever a biographia de André de Rézende. José Caetano d'Almeida, bibliothecario de D. João V, assevera que viu esses apontamentos, que desappareceram no incendio que se seguiu ao terremoto de 1755, e que por elles constava que a data verdadeira e positiva do nascimento de André de Rézende fôra n'uma sexta feira, 30 de novembro de 1498, motivo porque puzeram o nome de André por ser esse o dia que a egreja consagra ao santo d'esse nome. José Caetano d'Almeida ainda affiança mais que Leitão Ferreira tivera na sua mão o testamento do notavel antiquario. André de Rézende era filho de Pedro Vaz de Rézende e de Angela Leonor de Goes. Ficou orphão de pae aos 2 annos de edade, mas sua mãe dirigiu-lhe com acerto a educação. Era ainda muito novo quando vestiu o habito da ordem de S. Domingos, e revelando desde logo um talento notavel, os padres mestres da ordem, desejando aproveitar essa florente intelligencia, o mandaram estudar ás universidades hespanholas. Esteve em Alcalá e em Salamanca, onde teve por mestres de latim, de grego e de hebraico, os celebres professores Antonio Lebrija, Ayres Barbosa e Nicolau Clenardts. Doutorou-se em Salamanca, mas desejando ainda desenvolver mais a sua já vastissima erudição, passou a Paris, em cuja universidade deixou fama de notavel erudito, que tinha creado em Hespanha. D. Pedro de Mascarenhas, embaixador de Portugal junto de Carlos V, desejoso de fazer apreciar devidamente por aquelle imperador esse já tão celebrado portuguez, o chamou a Bruxellas, e André de Rézende teve a honra de ser recebido por Carlos V com a distincção com que no seu tempo se tratavam os principes e os homens eruditos. Sabendo, porém, que fallecêra sua mãe, como diz Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, voltou a Portugal, ou segundo outros, e o que parece mais provavel, por mandado d'el-rei D. João III, que procurava então reunir quantos sabios podia encontrar na Europa para compôr o corpo docente da Universidade de Coimbra, que fôra reformada, e que decerto não podia esquecer o nome d'um dos mais illustres sabios d'esse tempo, e demais a mais, sendo portuguez. José Silvestre Ribeiro, no volume I da sua *Historia dos estabelecimentos litterarios e scientificos de Portugal*, a pag. 103 e 104, diz que André de Rézende, quando a côrte passou de Evora a Lisboa, veiu reger a cadeira de humanidades na Universidade, que estava na capital. Mas é certo, segundo affirma um dos seus biographos, que em 1533 ainda André de Rézende estava em Bruxellas, onde presenciava e celebrava em latim os festejos em honra do nascimento do infante D. Manuel por D. Pedro de Mascarenhas, e já a 1 de outubro de 1534 se encontrava em Lisboa pronunciando a oração de *Sapiencia*, na abertura dos cursos universitarios. André de Rézende, na sua longa permanencia em Hespanha, França e Belgica, contrahira amizade e correspondencia com os sabios e homens notaveis do seu tempo; sendo amigo de Didier Erasmo, de

caracter independente, e de Nicolau Clenardts, não devia ser muito bem visto pelos catholicos da côrte de D. João III, o o procedimento que depois teve, como diremos, mostra que não podia sympathisar com a reacção da côrte. Até a sua amizade com D. Pedro de Mascarenhas, um dos espiritos mais indepeudentes d'essa côrte fanatica, o devia tornar suspeito, mas a sua erudição nas linguas classicas era tão grande que D João III quiz por força que elle fôsse mestre de seu irmão, o infante D. Duarte, e diz-se que tambem de seu irmão, o cardeal D. Affonso, o que não está perfeitamente comprovado. Para poder entregar se livremente a esse encargo, desejou André de Rézende desprender-se dos laços monasticos, e obtida a necessaria autorisação pontificia, passou da ordem dominicana para clerigo secular. Dirigindo a educação de D. Duarte, regia tambem a sua cadeira de humanidades na Universidade. Sendo transferido este estabelecimento scientifico para Coimbra em 1537, André de Rézende acompanhou o, e em 1551 recitou n'aquella cidade a oração de *Sapientia*. Em 1555, porém, os jesuitas começaram a assenhorear-se por toda a parte do ensino, e André de Rézende, amigo de Erasmo e espirito pouco proprio para se curvar á disciplina jesuitica, foi esbulhado da sua cadeira. O rei, que muito o estimava, D. Duarte, seu discipulo e amigo, e os outros infantes, todos lhe consagravam grande affeição, e sem duvida o tinham collocado em situação de não precisar do ensino official para a sua subsistencia. André de Rézende partiu então para Evora, sua terra natal, e abriu uma aula para o estudo de humanidades n'uma bonita casa que construira ali,no meio d'um jardim com inscripções latinas por toda a parte, verdadeira academia em que André de Rézende discreteava no meio dos seus discipulos, como o philosopho Platão nos jardins da academia, situados proximos de Atheuas. Ali appareceu muitas vezes o cardeal infante D. Affonso, e André de Rézende foi de todos tão estimado, e o seu nome alcançou tal prestigio, que nem mesmo os jesuitas, apezar do immenso poderío de que gozavam, se não atreveram a tocar lhe, depois de o terem esbulhado, directa ou indirectamente, da sua cadeira de Coimbra. Em 1559 abriu se a Universidade de Evora, e n'esse mesmo anno se deu ordem para serem fechadas todas as aulas particulares, que n'aquella cidade pudessem fazer concorrencia aos novos dictadores do ensino. Pois fez-se uma excepção a favor de André de Rézende, declarando-se que o decreto o não abrangia. Elle, porém, é que não quiz utilisar se d'esse privilegio, porque a sua acceitação poderia parecer uma trausigencia com a arbitrariedade odiosa da nova medida. Concentrou se nos seus estudos predilectos de archeologia, que amava com tauto extremo, que nunca saía para uma viagem que não levasse comsigo os instrumentos precisos para fazer escavações nos sitios onde se dirigia. André de Rézende foi, sem a menor duvida, o mais insigne archeologo portuguez, e a elle se deve o primeiro estudo dos monumentos epigraphicos da epoca romana em Portugal. N'esse estado se encoutrava, ardentemente entregue aos seus estudos, apezar da sua avançada edade, quando a morte o fulminou. O seu cadaver foi sepultado no claustro do convento dos dominicanos. Em 30 de julho de 1839 fôram trasladados os seus ossos, por diligencias da camara municipal do Evora, para um novo jazigo, onde se abriu um longo epitaphio em latim, composto por J. H. M. da Cunha Rivara. André de Rézende foi, na verdade, um archeologo eminente, mas não foi essa a unica manifestação do seu talento; o douto latinista era uma d'essas organisações encyclopedicas que tanto abundaram no seculo XVI. As suas obras fôram numerosas, algumas das quaes se imprimiram depois da sua morte, mas a sua obra capital foi: *De antiquitatibus Lusitaniæ*, que se compõe de 4 livros, e se imprimiu successivamente: em Evora, 1593; em Roma, 1597; em Colonia, 1600 e 1613. Foi a primeira e unica obra verdadeirameute scientifica que se escreveu em Portugal ácêrca das reliquias do dominio romano em Portugal antes do fim do seculo XVIII. Houve ainda outra edição, publicada em Coimbra, 1790, em 2 volumes, que faz parte da collecção dos autores latino-portuguezes, que saiu dos prélos da imprensa da Universidade no fim do seculo XVIII. Em 1553 imprimiu André de Rézende em portuguez, a *Historia da antiguidade da cidade de Evora*, quo se reimprimiu em 1576, o em 3.ª edição em 1783, pelo editor Bento José de Sousa Farinha. Em 1600 appareceu em Colonia traduzida por André Scoti. Em 1567 publicou Francisco Garção, em Lisboa, uma collecção de folhetos latinos de André de Rézeude: uma epistola a D. Sebastião, outra ao bispo de Leiria D. Gaspar do Casal, duas poesias religiosas, e uma resposta a um epigramma no sentido genuino da palavra grega, que o embaixador do rei de Inglaterra proferira ao vêr um retrato de el-rei D. Sebastião, e finalmente uma curiosa epistola a Bartholomeu de Quevedo, sacerdote de Toledo, em que trata de varios assumptos, sendo o mais interessante d'esta carta os trechos que se referem á musica, em que se vê que André de Rézende era compositor e de algum merecimento, porque o *Officio de S. Gonçalo*, que compoz, foi applaudido por um compositor hespanhol, que vivia no convento dominicano de Santarem, e se chamava Fr. Isidoro. Compoz André de Rézende a musica para um *Officio de Santa Izabel*, e allegava que os fizera, não porque se julgasse um grande compositor, mas porque, tendo alguns conhecimentos de musica, se irritava com o modo como lhe punham em canto a letra dos seus officios, por isso, se resolvera a compôr a musica dos dois, com o fim de servirem na cathedral de Evora. Esta collecção de opusculos latinos foi reimpressa em Coimbra no anno de 1600. Já em 1533 imprimira em Bolonha um epicedio á morte de um principe estraugeiro, reimpresso em 1600 em Colonia; em 1551 uma epistola á infanta D. Maria, uma resposta a uma epistola de Ambrosio de Morales, em 1570 duas epistolas a D. Sebastião e outra a Filippe II de Hespanha, em 1545 um poema sobre S. Vicente, e emfim mais algumas poesias, orações e cartas, tudo em latim, e tudo reimpresso em 1600 em Colonia, porque n'esse anno se publicaram n'essa cidade as obras completas de André de Rézende. Como orador sagrado tambem muito se distinguiu. D. João III o nomeou seu prégador. Em 1565 foi publicado um dos seus sermões, o que prégou no synodo diocesano convocado em Evora pelo bispo D. João de Mello, n'esse anno. Em 1570 imprimiu *A santa vida e religiosa conversão de Fr. Pedro*

Porteiro do mosteiro de São Domingos de Evora; obra que foi reproduzida por Fr. Diogo do Rosario no seu *Flos sanctorum.* Escreveu e imprimiu tambem uma *Vida de S. Fr. Gil* em latim, copiada, no dizer de Francisco Leitão Ferreira, d'um manuscripto de autor contemporaneo do santo; um *Breviario Eborense*, impresso em 1548, um *Commentario da conjugação dos verbos* em latim, o *Genethliacon*, relação latina das festas celebradas em Bruxellas para celebrar o nascimento do infante D. Manuel, uma elegia a Luiza Sigéa, epistolas a João Vason, a Erasmo, a Diogo Mendes de Vasconcellos, editor do seu livro latino sobre as antiguidades lusitanas, ao cardeal D. Affonso, a Jeronymo Cardoso, etc.; um tratado de *Vita aulica*, um Epitome das façanhas praticadas na India pelos portuguezes até 1530, tudo em latim, e dois poemas tambem latinos, um em louvor de Fr. Marcos de Lisboa, outro em louvor do vicerei D. Luiz de Athaide. Quando em 1569 D. Sebastião foi a Evora, a oração pronunciada em portuguez, em sua honra, foi de André de Rézende, e saiu impressa na *Historia Sebastica.* André de Rézende deixou muitas obras manuscriptas, sendo uma d'ellas a *Vida do Infante D. Duarte*, que se imprimiu em 1789 por ordem da Academia das Sciencias de Lisboa, com um prefacio de José Correia da Serra, que foi o encarregado de dirigir esta edição, feita sobre uma copia que existia no collegio dos Benedictinos de Coimbra, e que á Academia franqueou o seu socio Fr. Joaquim de Santa Clara, que morreu arcebispo de Evora. Em 1842 appareceu novamente a *Vida do Infante D. Duarte* inserta no tomo IX da *Revista Litteraria do Porto*, de pag. 433 a 467. Nas obras manuscriptas ainda se contam as seguintes: *Chronica Lusitana*, de que se serviu Fr. Bernardo de Brito; *Chronica de D. Affonso Henriques;* a *Instituição da ordem de Aviz*, em latim; *Concilium Olysiponense*; a traducção do *Livro de architectura*, de Leão Baptista; dois livros de *Aqueductos* compostos em 1543 quando D. João III mandou concertar o aqueducto de Sertorio, e um livro latino sobre os monumentos dos Romanos da Lusitania, sobre a antiguidade de Praga, a historia latina do bispo S. Rudesindo, a *Vida de S. Domingos de Cuba*, em portuguez; um tratado *De jure italico* e muitas outras poesias, epistolas e orações em portuguez e em latim, etc.

Rézende (*André Falcão de*). V. *Falcão de Rezende (André)*.

Rézende (*Antonio Benedicto de Castro, 4.º conde de*). Commendador da ordem do Christo, senhor de morgado de Rézende; 13.º senhor de Penella, 15.º de Reriz e Bemviver, par do reino, 18.º almirante de Portugal, de juro e herdade; porteiro mór da Casa Real; 8.º capitão honorario da guarda real dos archeiros, capitão graduado de infantaria, etc. N. a 30 de novembro de 1821, fal. a 24 d'abril de 1865. Era filho unico do 3.º conde de Rézende, D. Luiz Innocencio Benedicto de Castro, e de sua mulher D Maria José Emerenciana da Piedade da Silveira. Os condes de Rézende são os Castros legitimos, denominados os *Castros das Treze*, por trazerem no seu brazão: Em campo de prata, 13 arruellas azues, e por timbre um leão de ouro. Descendem de D. Fernando de Castro Xerez e senhor de Lemos, em Hespanha, e irmão de D. Ignez de Castro. Os Castros de Rézende tiveram o titulo de almirantes de Portugal, em 23 de fevereiro de 1317; de senhores de Penella, em 28 de abril de 1378; de senhores de Bemviver, em 22 de abril de 1424, e de morgados de Rézende, em 5 de fevereiro de 1465. O 4.º conde de Rézende herdou todos os titulos e senhorios de seu pae, e foi nomeado par do reino em 1826, e porteiro mór da Casa Real, no primeiro de dezembro de 1834. Casou em 8 de outubro de 1843 com D. Maria Balbina Pamplona de Sousa Holstein, filha do 1.º visconde de Beire, Manuel Pamplona Carneiro Rangel Velloso Barreto de Figueirôa, e de sua mulher, D. Maria Helena de Sousa Holstein, 4.ª filha do conde de Palmella, D. Alexandre de Sousa Holstein.

Rèzende (*D. Antonio José de Castro, 1.º conde de*). Senhor da casa de Rézende e donatario do seu concelho; senhor das villas de Reriz, Bemviver, Sul, Penella, Albergaria; das honras de Xeiras, Montão, Gosende e Ribellas; do Reguengo de Godim, e dos tres fogos do Rio Douro, Canedo, Labazim, e Figuoira Velha, etc, 15.º almirante de Portugal; 5.º capitão da guarda real dos archeiros, do conselho de Estado, presidente do Conselho Ultramarino, gran-cruz da ordem de Christo, deputado da Junta dos Tres Estados, etc. N a 5 de julho de 1719, fal. a 14 do julho de 1801. Era filho de D. Luiz Innocencio de Castro, 14.º almirante de Portugal; 4.º capitão da guarda real dos archeiros, capitão de Dio, senhor das terras já citadas, com os seus padroados, e no estado do Brazil teve a mercê e senhorio da capitania dos Ilhéos; e das villas de Camamú, Boupeda, Cayni e Itaparica, e de 50 legoas de terra, tudo no estado do Brazil; casado com D. Joanna Cecilia de Lencastre. O titulo de conde de Rézende foi concedido por carta de 9 de junho de 1754, de juro e herdade com tres vidas fóra da lei mental, mercê d'el-rei D. José, em troca do senhorio da capitania dos Ilhéos, e dos mais bens que possuia no estado do Brazil, já mencionados. Foi uma das primeiras medidas tomadas pelo marquez de Pombal, em 1752, a de unir á corôa todas as capitanias da America, dando em compensação titulos e outras mercês, etc. Casou em 12 de fevereiro de 1741 com D. Thereza da Cunha de Tavora, filha dos 4.ºs condes de S. Vicente.

Rezende (*Antonio Telles da Silva Caminha e Menezes, marquez de*). Escriptor e diplomata. N. em Torres Vedras a 22 de setembro de 1790; fal. em Lisboa a 8 de abril do 1875. Era filho do 3.º marquez de Penalva, Fernando Telles da Silva Caminha e Menezes, e de sua mulher, a marqueza D. Maria Rosa d'Almeida, da casa de Lavradio. Entrou ao serviço do principe D. Pedro, mais tarde D. Pedro IV e imperador do Brazil, que muito se lhe affeiçoou. Quando a familia real embarcou para o Brazil em novembro de 1807, Caminha e Menezes acompanhou-a, e tendo D. Pedro ficado no Brazil, ficou tambem, acompanhando-o na qualidade de gentil homem da sua camara, continuando n'este cargo já depois da proclamação da independencia, e de D. Pedro ter sido acclamado imperador. Grato á dedicação do joven fidalgo, D. Pedro lhe concedeu, no seu novo imperio, o titulo de marquez de Rézende, sendo o marquezado constituido na villa, que d'este nome existe no Brazil. Encetando a carreira diplomatica, representou o Brazil em algumas côrtes estrangeiras. Estava em Vienna d'Austria quando D. João VI falleceu em Lisboa, no paço da Bem

posta, e tambem quando D. Pedro resolveu abdicar a corôa de Portugal em sua filha D. Maria da Gloria, casando a com seu tio, o infante D. Miguel, então exilado em Vienna d'Austria. O marquez de Rézende dirigiu as negociações relativas ao casamento, e em geral de todos os assumptos portuguezes com o infante proscripto, começando a tratar das cousas portuguezas com tanto interesso que os brazileiros se queixaram. Quando D. Pedro abdicou a corôa imperial em seu filho, que foi o imperador D. Pedro II, e se retirou para a Europa, o marquez de Rézende abandonou immediatamente a côrte brazileira, o todo se consagrou ao serviço de D. Pedro IV, de Portugal, de sua filha, a rainha D. Maria II, e de sua segunda mulher, a imperatriz D. Amélia, de quem foi camarista e mordomo-mór até ao fallecimento d'esta senbora, que sobreviveu ainda muitos annos a seu marido. O marquez de Rézende era muito versado na lingua latina, e dedicava se muito a estudos historicos. Mereceu sempre no maior grau a estima dos principes a cujo serviço esteve, e recebeu sempre as maiores provas de consideração da familia real portugueza. Quando falleceu a imperatriz viuva, em janeiro de 1873, el rei D. Fernando offereceu lhe aposentos no seu palacio das Necessidades, e mais tarde, el-rei D. Luiz, sabendo que adoecera, quiz que fôsse para o paço d'Ajuda. O marquez foi ministro do Brazil nas côrtes de Vienna, de S. Petersburgo e de Paris; socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa; da Academia Real das Sciencias de Munich; da Academia Franceza de Industria Agricola, Manufactureira e Commercial; da Sociedade Real de Navegação de Londres, da de Estatistica Universal, etc.. Era gran-cruz ordem da Torre e Espada; da de Christo, do Brazil; da Corôa de Ferro na Austria; da Estrella Polar e de S. Jorge; e cavalleiro da ordem de S. João de Jerusalem. Bibliographia: *Elogio historico de Sua Magestade Imperial o Sr. D. Pedro Duque de Bragança. Pronunciado na Academia Real das Sciencias de Lisboa em sessão ordinaria de 13 de julho de 1836*, Lisboa, 1837; com um retrato; este *Elogio* foi pelo autor novamente apresentado e lido á Academia, consideravelmente augmentado, e seguido de documentos inéditos, preciosos para a historia das nossas dissenções civis; a Academia ordenou a sua impressão; *Observações ácêrca d'uma passagem da Oração Funebre de S. M. o Imperador do Brazil, o sr. D. Pedro IV como Rei de Portugal e Duque de Bragança, recitada pelo Ex.mo e R.mo Sr. Arcebispo Eleito de Lacedemonia*, Lisboa, 1835; *Descripção e recordações historicas do paço e quinta de Queluz*, inserta no *Panorama*, vol. XII, 1855, pag. 29, 77, etc.; *Eclaircissements historiques sur mes negotiations relatives aux affaires de Portugal, depuis la mort du roi D. Jean VI, jusqu'à mon arrivée en France comme ministre prés de cette cour*, Paris, 1832; *Elogio historico de José de Seabra da Silva, pronunciado na sessão publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa em 10 de março de 1861*, Lisboa, 1861; anda tambem no tomo III, parte 1.ª, das *Memorias da Academia*, nova serie, e asse 2.ª; o texto é seguido de notas e documentos comprovativos; traz um retrato de José de Seabra, em lithographia; *Memoria historica de D. Fr. Francisco de S. Luiz Saraiva, monge benedictino, cardeal patriarcha de Lisboa, etc., tirada dos seus escriptos, acompanhada de notas e peças justificativas, e offerecida á Academia*, Lisboa, 1864; *Discurso de Mr. Thiers, deputado por Paris, na sessão do Corpo legislativo em 3 de maio de 1866, sobre as actuaes e importantes questões allemã e italiana; traduzido em portuguez, e acompanhado de notas explicativas*. Lisboa, 1866; *Ultimos momentos da rainha D. Estephania*; artigo inserto na *Illustração Luso-Brazileira*, e reproduzido no *Parlamento*, de 15 de setembro de 1859 *Titulo de Augusto*, nota historico-philologica, appensa á versão dos *Fastos* de Ovidio, por Castilho, no tomo I, de pag. 478 a 499. O marquez de Rézende collaborou activamente nos jornaes já citados, *Panorama* e *Illustracção Luso-Brazileira*.

Rezende *(Fr. Braz de)*. Religioso da ordem de S. Domingos. Nasceu em Evora, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho do Jorge de Rézende, irmão de André Falcão de Rézende, e sobrinho do chronista de D. João II, Garcia de Rézende. Chamava-se Jorge no seculo, mas mudou o nome para o de Braz, quando professou. O duquo d'Aveiro D. João de Lencastre, filho de D. Jorge, duque de Coimbra, filho bastardo de D. João II, lhe ligava a maior consideração. Compoz varias obras poeticas, que se não imprimiram, notando se entre ellas: *Auto do pranto da Magdalena* e *Auto do pranto de S. Pedro*.

Rézende *(Duarte de)*. Cavalleiro fidalgo da casa d'el-rei D. Manuel. Era natural de Evora, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Pertencia á familia de André de Rézende e de Garcia de Rézende. Era muito versado na lingua latina, nautica e geographia. Passou á India, onde em 1522 foi feitor da fortaleza de Ternate, e parece que estava nas Molucas, quando chegaram ali os navios, que tinham circumnavegado o globo, saindo de Hespanha, debaixo do commando de Fernão de Magalhães Duarte de Rézende escreveu então uma obra intitulada: *Tratado da navegação que Fernão de Magalhães e seus companheiros fizeram ás ilhas de Moluco*, que dedicou ao historiador João de Barros, seu parente, que lhe dedicára tambem a *Rhopica Pneuma*. João de Barros cita esta obra nas suas *Decadas*, mas parece que não chegou a ser impressa. A obra que Duarte de Rézende imprimiu foi a seguinte: *Tratados de Amizade, Paradoxos e Sonho de Scipião de M. T. Cicero, traduzidos em latim em linguagem portugueza*, Coimbra, 1531. Esta obra foi reimpressa em Lisboa, em 1790, por diligencia do professor Luiz Antonio de Azevedo, que procedeu com escrupulo, conservando inalteravelmente a orthographia da 1.ª edição.

Rezende *(Francisco Garcia de)*. Tenente de cavallaria. N. em Aveiro a 21 de janeiro de 1870. Assentou praça em 25 de julho de 1887, sendo promovido a alferes em 27 de janeiro de 1894, a tente em 1 de dezembro de 1903. Tendo estado em Africa, ondo entrou nas operações de Bailundo e de Selles, em Angola, tinha terminado a commissão, quando se organisou a expedição ao sul de Angola contra os cuamatas. A 14 de julho do anno de 1904 partiram as forças militares de Mossamedes, atravessando depois o Cunene e acampando no territorio inimigo. Ordenando-se um reconhecimento, tão desastradamente elle foi feito que os indigenas, atacando a columna, ma-

taram os nossos, ficando no campo, entre officiaes e soldados, 259 homens. Este acontecimento emocionou vivamente o paiz. N'esse revez, além do tenente Francisco de Rézende, morreram os seguintes officiaes: Luiz Pinto d'Almeida, capitão de artilharia e commandante do destacamento da Huila, encarregado do reconhecimento; dr. Manuel João da Silveira, medico naval; Adolpho José Ferreira, tenente de cavallaria; Affonso Mathias Nunes, tenente de infantaria; Ignacio dos Santos Nunes, tenente de infantaria; Albino Charlot, alferes da 6.ª companhia indigena; Carlos Thomaz da Luz Rodrigues, tenente de infantaria; José Maria Ferreira, tenente do quadro occidental; João Roby Pereira; Antonio Trindade, tenente da administração militar; Alberto Freire Themudo, tenente de cavallaria, e Antonio Pacheco de Leão, alferes de infantaria. O tenente Rézende possuia a medalha de prata para commemorar a campanha de Bailundo em 1902.

Rézende *(Francisco José de)*. Pintor d'arte, professor jubilado da Academia de Bellas Artes do Porto, etc. Nasceu n'esta cidade a 3 de dezembro de 1825, onde tambem falleceu a 30 de novembro de 1893. Tendo concluido os seus estudos brilhantemente, foi nomeado no anno de 1851, professor da referida academia, na curta edade de 25 annos. A nomeação era por um decreto especial firmado pela rainha D. Maria II, sendo ministro do reino Rodrigo da Fonseca Magalhães. O joven pintor dera já provas de que não era uma vulgaridade, e que o seu profundo talento artistico merecia ser auxiliado, e em 1854, el rei D. Fernando, que, pelo seu amor ás artes, era cognominado o *Rei artista*, tendo informações das merecimentos do moço pintor, concedeu-lhe licença de ir a Paris proseguir os seus estudos, dando-lhe uma pensão do seu bolsinho particular. D. Fernando era então regente do reino, pela menoridade de seu filho D. Pedro V. Em Paris foi discipulo do afamado professor Yvon, de que Rézende muito se orgulhava, pronunciando sempre o seu nome com as maiores reverencias e venerações. Regressando de Paris, reassumiu a regencia da sua cadeira na Academia de Bellas Artes, em que se jubilou no anno de 1882. E' numerosa a lista dos seus quadros, e seria difficil mencional-os completamente. Transcreveremos *do Occidente*, de 1 de janeiro de 1894, a pag. 7, o seguinte: «A sua escola era a franceza dos tempos em que estudára e em que não se pensava ainda nos impressionistas, repentistas, realistas, e em dezenas de escolas que em França estão produzindo todos os dias terriveis tempestades. A sua paleta era geralmente muito limpa, dando sempre ao colorido uns tons vigorosissimos. Havia casos, talvez, em que um pouco se excedia nos quadros que não queria ou não valia a pena dar mais um pouco de acabamento. A *touche* era livre, larga e franca; o seu pincel caminhava despreoccupadamente e firme pela téla adeante. Nas suas linhas, cheias de correcção, raras vezes havia hesitações. Nos quadros de genero encontram-se bem formados agrupamentos e as figuras, por vezes um tanto athleticas, davam uma certa grandiosidade ás composições. Nas exposições appareceram amiudadas vezes quadros de natureza morta do insigne artista. Em paizagem não são abundantes as suas producções. Recordamo nos de duas, sendo uma d'ellas das margens do Douro e outra das margens do Minho. N'estes quadros ha uma qualidade sobremodo agradavel á vista, e o seu autor tinha-os em bastante apreço. Quando o seu benemerito e antigo protector o sr. D. Fernando passara a ultima vez no Porto, sabemos que manifestára desejos de vêr os alludidos quadros que pertencem a um amador d'objectos d'arte, o sr. Antonio Moreira Cabral, e de que o extincto era intimo amigo. No primeiro plano figura o sr. Moreira Cabral: no rio Douro em fato de caçador e no rio Minho pescando á linha. Um dos quadros do finado que fez muito barulho no mundo artistico dos tempos passados, foi *Luiz de Camões salvando os Lusiadas*. Era uma das suas joias que tivemos occasião de vêr na Exposição Internacional de Paris em 1867, juntamente com os seguintes quadrosinhos: *Vareiro, Busto de sua filha*, *Mulher da Murtosa*, *Camponeza de Braga*, etc. Francisco José de Rézende retratou repetidas vezes a familia reinante de Portugal. Os ultimos retratos fôram os da senhora D. Maria Pia e do senhor D. Carlos para a secretaria da Misericordia do Porto, onde se acham collocados em frente do celebre quadro *Fons vitae* attribuido a Holbein, e para a restauração do qual muito concorreu Rézende dando o seu sabio conselho. Francisco Rézende foi talvez dos pintores que mais retratos fez do fallecido monarcha D. Luiz I. Encontra-se este retrato e quasi sempre de tamanho natural, na Camara Municipal de Vallongo, no theatro de S. João do Porto, na Associação Commercial do Porto, no Gabinete de leitura do Rio de Janeiro, na Escola normal do Porto, no Atheneu Portuense, na secretaria da Santa Casa da Misericordia do Porto, e emfim na cidade da Praia, ignoramos onde Seria demasiado longo designar onde param as suas numerosas producções, comtudo, seria curioso saber se que as seguintes fôram adquiridas pelo sr. D. Fernando: *Torquato Tasso*, *Camões salvando os Lusiadas*, *A Oração da manhã*, *Lagrimas de mãe*, *A Miseria*, *Varina*, *Camponeza dos Carvalhos*, *Retrato do autor e de Pinho da Costa* e *Ferreiros na forja*. Muitos dos seus quadros fôram para longe da patria: *A Santissima Trindade* foi para S. Paulo; *A Camponeza da Murtosa e a Vareira* para Madrid; *A Felicidade* e a *Miseria* para a Belgica, e *Os Pescadores de Leça* para Londres. No Porto ha muitos mais quadros, de Rézende, além dos dois que mencionámos pertencentes ao sr. Antonio Moreira Cabral, e que tambem possue duas pequenas paizagens e o retrato de sua mãe. *A Procissão daz Almas*, e outros quadros de somenos importancia, acham-se na galeria do sr. Antonio José da Silva, e o *Tocador de viola* pertence ao sr. Antonio José da Silva Junior. Os srs. Ernesto Pinheiro, Firmino Pereira e Henrique Marinho, possuem varios esbocetos do malogrado artista. Ao sr Aloysio A. de Seabra pertence um quadro de costumes nacionaes e uns tres ou quatro esboços, e na galeria do sr. visconde da Trindade (José) tambem se encontram alguns trabalhos do pintor portuense. A sua derradeira obra de mais fôlego foi a *Apotheose de Hahnemann*, o grande fundador da homeopathia, que lhe havia sido encommendado para o Rio de Janeiro. Concluido o quadro levantaram-se certas duvidas, não sabemos a proposito do que, mas, por fim, foi comprado pela quantia de vinte contos de reis fracos, pelo conde Leo-

poldina, e lá está no Rio de Janeiro. Como esculptor legou o finado varios trabalhos, eutre os quaes sobresae um soberbo busto de Camões, que saiu de suas mãos por occasião do tricentenario do inspirado cantor dos *Lusiadas*. A imprensa da epoca occupou-se largamente d'esta producção, nova revelação do seu genio artistico, e o qual infelizmente ainda não foi reproduzido em bronze, como fôra projectado, achando-so por conseguinte, muito arriscado a perder-se, apezar de estar cautelosamente guardado em um dos gabinetes do Palacio de Crystal Portuense. O illustre extincto era um artista de raça. O seu bello espirito estava incessantemente preoccupado com tudo quanto tivesse ligação com a arte e reuniu tres dotes que raras vezes se encontram n'um unico individuo. Pintava, esculpia, e ao mesmo tempo era apreciabilissimo escriptor. As suas cartas de Paris por occasião da Exposição de 1867, dirigidas ao sr. conde de Samodães e publicadas no *Commercio do Porto*, ainda hoje pódem ser lidas com aproveitamento, pois que se encontra bem definida a opinião do autor sobre o merito dos pintores que concorreram áquelle grandioso certameu internacional. Numerosos artigos de critica artistica achando-so dispersos pelos jornaes portuguezes, sempre correctamente escriptos em estylo singelo, conciso e claro.» Francisco José de Rézende não tinha nenhuma condecoração portugueza, provavelmente porque nunca as solicitára. Possuia a de cavalleiro da ordem de S. Mauricio e S. Lazaro, com que o rei Victor Manuel o agraciára, e o medalhão da Sociedade Humanitaria do Porto. A dadiva a que elle ligava maior estima, era a dadiva d'el-rei D. Fernando: dois botões de brilhantes e um alfinete de gravata. Os trabalhos de esculptura acima indicados, eram: *Cabeça de Christo*, *A politica e a mulhersinha*, *Pobre mãe!*, *Desventurada patria*, *Cabeça de varino*, *Zé povinho*, *O Odio*, etc. O busto de Camões serviu nas festas do tricentenario de Camões, realisadas no Porto em 1880.

Rézende *(Garcia de)*. V. *Garcia de Rezende*.

Rézende (*João Januario de Vianna*). Cavalleiro da ordem de Christo, doutor em Medicina pela Faculdade de Paris, physico mór na provincia e reino de Angola, professor de chimica medica, membro da Academia de Medicina de França, repetidor da Escola Real de Veterinaria de Alfort, membro d'outras associações scientificas, etc. N. em Lisboa em 1804, onde tambem fal. em 2 de fevereiro de 1878. Vianna Rézende, tendo revelado talento e aptidão para os estudos medicos, foi um dos seis alumnos que o governo de D. João VI mandou em 1819 a França, ficando a cargo do embaixador portuguez marquez de Marialva, a sua educação, em Paris, na escola do economia rural veterinaria de Aldorf, da qual estes pensionistas do estado estavam destinados a virem depois fundar em Portugal uma escola similhante. A morte do embaixador, a falta da protecção cuidadosa d'este fidalgo, as commoções politicas e outras muitas causas, vieram inutilisar as grandes despezas que a nação fizera com a educação dos seis pensionistas, durante cinco annos de estudos, e derribaram toda a perspectiva d'um estabelecimento tão util, como era, o que se tencionava fazer. Dos seis pensionistas, só quatro concluiram os estudos, e regressaram a Portugal, sendo um d'elles Vianna Rézende. Em 1828 encontra se este medico redigindo um *Jornal de Medicina Veterinaria*, de que saiu sómonte o 1.º tomo. Suppõe-se que o golpe de estado de D. Miguel, n'esse anno de 1828, o obrigou a abandonar de novo a patria, e a voltar a Paris, onde se doutorou em Medicina, publicando n'aquella cidade, em 1831, a sua dissertação. com o titulo seguinte: *Dissertation sur la rage. These presentée et soutenue á la Faculté de Médecine de Paris, de 13 avril 1831*. Que foi muito considerado pelos francezes, prova-se pelo facto de ter sido repetidor na Escola Veterinaria de Aldorf, que tinha frequentado, lente de chimica medica, e finalmente membro da Academia de Medicina de Paris, a maior honra scientifica a que póde aspirar um medico estrangeiro. Voltou a Portugal, porém, com os liberaes, e aqui prestou grandes serviços na epidemia da cholera-morbus em 1833 e 1834. Parece que foi em 1844 ou 1845 que partiu para Angola, nomeado physico mór d'essa provincia e reino, e ahi teve ao que parece uma vida aventurosa, porque, segundo consta d'um artigo publicado no jornal, *Instrucção Publica*, n.º 13, do anno de 1858, foi agraciado pelo rei do Congo com um brazão d'armas e outras mercês em remuneração de serviços. No referido jornal se vê transcripto o respectivo diploma. D'esso periodo da sua existencia, que se tornou bastante nebuloso, ainda se encontram vestigios no facto do lhe ter sido mandado erigir um mausoléo no cemiterio dos Prazeres, pela sua herdeira, Luiza Tallandy Cavinde, de côr preta. Em 1861 estava outra vez em Lisboa, onde veiu a fallecer, conforme dissémos. Além dos escriptos apontados, publicou mais os seguintes: *Jornal Medico Cirurgico Pharmaceutico de Lisboa*; de que saiu um volume, começando a impressão em janeiro de 1835, sendo o ultimo numero ou fasciculo, de janeiro de 1837, comprehendendo ao todo 400 paginas de numeração seguida; até pag. 112 teve o dr. Vianna de Rézende por socio da empresa e collaborador effectivo o dr. Hordas y Valbuena, conforme a escriptura inserta no primeiro numero ou fasciculo, de pag. 5 a 8; *Zooselikiologia veterinaria*, ou tratado dos conhecimentos da edade dos animaes domesticos, traduzido de Gérard, e augmentada por J. J. Vianna de Rézende; Lisboa, 18?9, com 12 estampas; teve segunda edição em 1841, em 2 tomos, com egual numero de estampas; *Plano de organisação de uma escola de economia rural veterinaria, feito por ordem do governo, expedida em portaria régia de 25 de novembro de 1836, pela secretaria de estado dos negocios da guerra ao autor, e por este publicado para utilidade dos agricultores portuguezes e conhecimento das pessoas que professam as sciencias medicas*, etc. No *Jornal medico cirurgico*, já citado, vem este plano de pag. 337 a 387, transcrevendo tambem o decreto de 11 de janeiro de 1837, estabelecendo a Escola Veterinaria dependente da Escola do Exercito, e nomeando uma commissão para estudar o plano de Vianna Rézende. Escreveu mais: *Pharmacopéa veterinaria, ou formulario geral dos medicamentos necessarios para o tratamento das doenças dos animaes;* Lisboa, 1842; *Diccionario pratico das doenças e curativos dos gados;* Lisboa, 1842; saía periodicamente ás folhas, mas pareco que poucas se chegaram a publicar; *Medicina veterinaria*; Lisboa, 1842-1844; 2 tomos.

Rézende (*João Maria de*). Africanista. N. em 1852, sendo filho do barão de Rézende, João Xavier de Moraes de Rézende, (V. o *artigo seguinte*), legitimado por alvará de 26 de julho de 1856. João de Rézende brilhou entre a mocidade dourada do seu tempo, de que foi um dos ornamentos mais notaveis e distinctos. Vendo o seu patrimonio já bastante compromettido, resolveu se, em 1883, pouco mais ou menos, a abandonar a vida a que se entregára, e ir á Africa Oriental trabalhar com ardor e coragem, empregando se em qualquer casa commercial. Começou a sua nova vida activa, em Quelimane, ligando-se primeiro á Companhia d'Orphir, assumindo mais tarde as funcções de gerente da Companhia de Moçambique. Prestou grandes serviços, quando esta companhia emprehendeu a empresa importante de abrir caminho até Manica, porque esta região gozava todas as condições para se tornar um grande centro de commercio. A Companhia luctava com difficuldades na escolha de quem houvesse de intentar a empresa, quando João de Rèzende se offereceu, proposta que foi immediatamente acceita. Era ardua e de temer a empresa, porque tinha de atravessar extensas regiões, cuja população na maioria insubmissa, nos era adversa. Rézende não se receou d'esse facto, e partiu da Beira em novembro de 1888, atravessou a Gorongosa, o Baroé e o Quiteve, correndo grandes perigos, arrostando com revezes e difficuldades de toda a ordem. A 7 de janeiro de 1889 chegava a Massiquece, ao mesmo sitio da antiga feira, d'onde os vatuas, depois de horrorosa matança, nos haviam expulsado ha mais de meio seculo. Os negros tinham se costumado a desfeitear impunemente os portuguezes. Rézendo ali se installou e fortificou, fazendo ondear a bandeira nacional. N'essa travessia teve de arrostar com as maiores calamidades e contratempos, em quo entrava por egual á braveza dos povos o rigor da estação, por ser a das chuvas, o panico que nos carregadores infundiram os habitantes da região, e até a falta de provisões, que o obrigou a soffrer fome e sede, e ainda a grande necessidade de muitos rodeios para evitar a gente do Gungunhana, então no apogeu do prestigio e poderio, pois acabava de bater a do Mutassa. Veiu o conflicto com a Inglaterra em janeiro de 1890 a proposito de Manica e da sua delimitação, impedir lhe o proseguimento da empresa a que se dedicára. Os inglezes haviam arvorado a sua bandeira nos dominios portuguezes de Manica, dominios reconhecidos no famoso *modus vivendi*, e sobre que se sustára toda a acção. Paiva de Andrada, João de Rézende e Manuel Antonio de Sousa, tinham surprehendido este attentado, e fizeram arriar a bandeira ingleza e içar a portugueza. Mas os inglezes teimaram, e encontrando os nossos desprevenidos de forças, tornaram a arvorar a sua bandeira, e a força armada da companhia ingleza *South African* veiu prender os tres corajosos portuguezes, Andrada, Rézende e Sousa, encerrando-os no forte Salysbury, porque os inglezes tambem ali tinham fortificações. Os prisioneiros fôram soltos depois, em virtude d'uma reclamação do governo portuguez. João Rézende, muito desgostoso por aquella arbitrariedade da Inglaterra, de que fôra uma das victimas, regressou á patria, a bordo do vapor *Portugal*, desembarcando em Lisboa a 6 de junho de 1891, no fim de oito annos de trabalhos e fadigas. Em 1899 era administrador da Companhia da Zambezia e do caminho de ferro do Ruo. Pelos muitos serviços que prestára em Africa, foi condecorado pela propria mão do rei D. Carlos, com a ordem da Torre e Espada. João Rézende é casado com a sr.ª D. Maria das Dores Pessanha.

Rézende (*João Xavier Moraes de Rézende, barão de*). Marechal de campo reformado, conselheiro d'el-rei, commendador das ordens de Aviz e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, cavalleiro da de S. Thiago, commendador de Carlos III, de Hespanha; condecorado com a Estrella de Ouro da guerra de Montevideu. N. a 10 de março de 1798, fal. a 16 de outubro de 1857. Era filho de Antonio Xavier de Rézendo, cavalleiro professo da ordem de Christo e capitão de cavallaria do regimento do Caes, e de sua mulher, D. Maria de Moraes. Um dos seus ascendentes foi Antonio Rézende de Paiva, primeiro piloto e capitão de mar e guerra honorario da nau *S. Luiz da Paz*, que se perdeu em Moçambique, e anteriormente da nau *S. Caetano* da navegação da carreira da India, e por ultimo da nau *Santa Rosa*. Falleceu d'uma bala, em 1719, por occasião da pelêja na armada do Levante. O barão de Rézende foi um dos vultos mais proeminentes da campanha de Montevideu, e prestou tambem muitos serviços á causa da Liberdade. Casou a 28 de janeiro de 1845, com D. Antonia Joanna da Costa Macedo, já viuva de Luiz de Macedo do Sequeira, e filha dos segundos viscondes de Mesquitella. O barão de Rézende não teve successão legitima. O titulo foi-lhe concedido por decreto de 24 de maio de 1844. O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo partido em pala: na primeira as armas dos Rézendes: Em campo de ouro duas cabras de negro, gotadas de ouro, passantes, em palla; na segunda, as dos Paivas: Em campo azul tres flôres de liz de ouro, postas em banda Este brazão fôra concedido a seu pae, Antonio Xavier de Rézende, por carta passada a 10 de julho de 1795.

Rezende (*Jorge de*). Poeta muito apreciado que viveu no seculo XV. Publicou muitas poesias no *Cancioneiro de Garcia de Rezende*, Lisboa, 1516.

Rezende (*D. José Luiz de Castro*, 2.° *conde de*). Senhor do morgado de Rézende, 11.° senhor de Penella, 13.° de Reriz e Bemviver, 16.° almirante de Portugal, 6.° capitão da guarda real dos archeiros, tenente-general do exercito, vice rei do Brazil, e capitão-general de mar e terra nos estados do Brazil. Ignora-se a data do nascimento, e fal. em Lisboa a 23 de março de 1819. Era filho do 1.° conde de Rezende, D. Antonio José de Castro, e de sua mulher, D. Thereza da Cunha de Tavora. Foi nomeado vice-rei do Brazil em 1790. Succedia a dois vice-reis, que tinham de si excellente memoria, e o conde de Rezende, apezar das suas bellas intenções e das muitas cousas boas que fez, ou antes em grande parte por causa d'ellas, não soube conciliar as sympathias do povo. Vivia parcimoniosamente e o povo levava lh'o a mal, fiscalisava com todo o cuidado a limpeza das ruas, levava a sua acção fiscalisadora ao interior das familias, e o povo reagia. Para cumulo de desventuras, pouco tempo depois de ter tomado posse do governo, ardeu o archivo do senado, e pareceu que tambem essa culpa lhe

attribuiram. Pois o conde de Rézende occupou-se zelosamente do engrandecimento da colonia e do embellezamento da capital. Foi elle que deu o fôro de villa á povoação de Campo Alegre, que em sua honra tomou o nome de Rézende. A 14 de outubro de 1801 entregou o governo ao seu successor D. Fernando José do Portugal, que foi depois marquez de Aguiar, tendo governado 11 annos e pouco mais de 3 mezes, porque tomára posse a 9 de julho de 1790. Retirando se da vida publica, encerrou-se no seu palacio do Campo de Santa Clara, onde falleceu. Havia casado a 11 de setembro de 1774 com D. Maria do Rosario de Noronha, filha herdeira de D. Lourenço de Noronha, governador da India, e de sua segunda mulher D. Maria Anna de Portugal, filha dos 1.os marquezes de Alorna

Rézende *(D. Luiz Innocencio Benedicto de Castro. 3º conde de)*. Commendador da Capa Rosa, na ordem de Christo, commendador da Torre e Espada, senhor do morgado de Rézende e dos senhorios já citados; 17.º almirante de Portugal; 7.º capitão da guarda real dos archeiros; marechal de campo, governador da praça de Abrantes, inspector das milicias no Alemtejo, etc. N. a 5 de setembro de 1777, fal. a 7 de janeiro do 1824. Era filho do 2.º conde do mesmo titulo, D. José Luiz de Castro, e de sua mulher, D. Maria do Rosario de Noronha. Succedeu na casa e no titulo de seu pae, em 24 de março de 1819. Casou a 2 de março de 1813 com D. Maria Emerenciana da Piedade da Silveira, filha de D. Braz Balthazar da Piedade da Silveira, e de sua mulher D. Anna Izabel de Castro.

Rézende *(Luiz José Pereira de)*. Pintor miniaturista, que nasceu na segunda metade do seculo XVIII, o fal. pouco depois de 1846, com mais de 80 annos de edade. Pertenceu á Academia de Bellas Artes de Lisboa.

Rezende (*D. Luiz Manuel Benedicto da Natividade de Castro Pamplona de Sousa Holstein*, 5.º *conde de*). Official-mór da Casa Real, almirante honorario de Portugal, senhor da casa de seus paes; habilitado com o curso de engenharia de pontes e estradas pela Academia Polytechnica do Porto, par do reino por successão, de que tomou posse a 10 de maio de 1870. Nasceu a 24 d'agosto de 1844, falleceu a 23 de maio de 1876. Era filho do 4.º conde de Rézende, D. Antonio Benedicto de Castro, e de sua mulher D. Maria Balbina Pamplona de Sousa Holstein. Tendo fallecido seu pae, D. Luiz, como filho primogenito, foi herdeiro da casa e do titulo de conde, de juro e herdade. Frequentou o curso da Escola Polytechnica do Porto, completando o curso como um dos mais distinctos estudantes do seu tempo. Em 1874 foi eleito presidente da Associação Catholica do Porto. Pelo seu fallecimento succedeu no titulo seu irmão. V. o *artigo seguinte*.

Rézende *(D. Manuel Benedicto de Castro Pamplona, 6.º conde de)*. Nasceu no Porto a 19 de outubro de 1815, e fal. ha poucos annos. Era filho segundo dos 4.os condes de Rézende: D. Antonio Benedicto de Castro e D. Maria Balbina Pamplona de Sousa Holstein. Por morte de seu irmão mais velho ficou herdeiro da casa e titulo de conde de Rézende de juro e herdade, que lhe foi renovado por decreto de 20 de abril de 1876. Casou no Funchal a 22 de junho d'esse anno, com D. Maria das Dôres da Camara Carvalhal, filha primogenita e herdeira dos 2.os condes de Carvalhal: D. Antonio Leandro da Camara do Carvalhal Esmeraldo Athouguia de Sá Machado, e D. Mathilde Montafur Infante.

Rézende *(Manuel Marques)*. Poeta, rhetorico e grammatico do seculo XVIII. N. em Vizeu a 22 de abril de 1627; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Manuel Marques Rézende e de Francisca de Araujo Malafaya. Applicou-se muito ao estudo da Grammatica, Rhetorica, Poesia e Geometria, em que se tornou muito versado. Escreveu: *Sentimentos na morte de Antonio Correia da Silva, natural da cidade de Vizeu*, Lisboa, 1728; *Espelho da côrte, em um breve Mappa de Lisboa, no qual epilogadamente se mostram e retratam suas grandezas, e um abreviado Elogio, e verdadeira copia dos bons costumes de seus habitadores, escripto em dialogo*, Lisboa, 1730; *A formosa Fenix de Lisboa, e historia de uma dama naufragante; na qual se referem seus amorosos e tragicos successos, e se envolve n'ella a expedição da armada do serenissimo Rei D. Sebastião para Africa, e se dá conta da sua vida ou morte tão disputada*, Lisboa, 1736; *Ultimas expressões da magua, e breve allivio da saudade em uma epistola, ou carta funebre Panegyrica, e familiar, escripta na occasião da morte da Serenissima Senhora D. Francisca, Infanta de Portugal*, Lisboa, 1736; *Historia tragica da vida e morte da imperatriz Agrippina, mãe de Nero, imperador romano*, etc., Lisboa, 1766.

Rézende. Villa da prov. da Beira Alta, séde do conc. e de com. Relação do Porto, distr. de Vizeu e bisp. de Lamego. Tem uma só freg., cujo orago é S. Salvador. A villa está situada n'um alto, a cêrca de 3 k. da margem esquerda do rio Douro e a 50 da capital do districto. O conde almirante (conde de Rézende) apresentava o abbade, que tinha 750$000 reis de rendimento. El-rei D. Manuel I lhe deu foral, em Lisboa, a 16 de julho de 1514. O concelho de Rézende estende-se por um terreno bastante accidentado, sobre a margem esquerda do Douro, subindo sempre para o sul, até alguns montes e serras de diversas denominações. Tem bastantes valles de pequenas dimensões, mas muito ferteis, por serem regados por varios ribeiros que descem das alturas. Os seus montes são, em grande parte, arborisados, e offerecem um ponto de vista pittoresco a quem navega pelo rio Douro. N'estes sitios, porém, ha muitos vestigios de terem sido povoados desde tempos remotissimos, e uma anta que existe nas ruinas do castello de S. João, na freg. de Meiomães, prova que já aqui habitaram os povos celtas, ou pre-celtas. Segundo a tradição, foi Cárquere, pov. d'este conc., uma cidade, isto é, centro d'uma circumscripção, no tempo dos romanos, e que comprehendia o territorio, que estanceia desde a Deveza até á ponte de Carcavellos, e d'aqui até aos *Paços* e *Matta dos padres*. E' certo que dentro d'este ambito teem apparecido, enterrados, caldeirões, colheres, varios instrumentos de ferro, pedras lavradas, tijolos, moedas de ouro, prata e cobre, e algumas d'um metal desconhecido, de varios imperadores, até Constantino Magno. Tambem em 1732, em uma escavação junto ao mosteiro de Cárquere, appareceu uma lapide com a figura de Diana, em baixo relevo, de um metro de altura e 0,m60 de largura, com a seguinte inscripção:

DIANA SACCELLO FLAVA
CARCAVELLUS F. A. B. XXV.

Esta lapide foi mandada collocar pelo dr. Alexandre Pinto no meio da parede da sua casa de Bêba. Em outros sitios d'este conc. tem apparecido, em differentes epocas, vestigios de povoações antiquissimas. O conc. foi até 24 de outubro de 1855, muito mais limitado que é hoje, tendo apenas de comprimento, pela margem do Douro, de E a O, 8 k., e de largura, de N a S, 3 k. Fôram então supprimidos no distr. de Vizeu 6 concelhos: Mões, Leomil, Ferreiros de Tendaes, Trevões, São Fins e S. Martinho de Moiros, ficando este ultimo incorporado no conc. de Rézende, bem como o de Aregos, tambem supprimidos. Mas tiraram lhe da comarca, o conc. de Sinfães, e o, então supprimido, o São Fins, para com elles e com o, tambem então supprimido, concelho de Ferreiros de Tendaes, formarem a nova com. de Sinfães, tambem sobre a margem esquerda do Douro, e que termina pelo O com o rio Paiva, que divide o conc. de Sinfães do de Castello de Paiva. O conc. de Rèzende tem agora 1ª k. de comprimento, de E, sempre pela margem esquerda do Douro, na sua maior parte. E' separado do do Lamego, a E, pelo monte Dornas e pela serra das Meadas, desdo a Cavallar até á Ribeira e Bernardo, á beira do Douro. E' separado do antigo conc. de Sinfães, a O pelo ribeiro de Cabrum, que desce da serra da Gralheira e vae desaguar no Douro, em Frieira, ou Rapa. Pelo S, parte com o conc. de Castro Daire, desde a Cavallar até aos montes da Gralheira, pelo N. todo o conc. é limitado pelo rio Douro. A freg de Rézende é de fundação muito antiga, ainda anterior ao estabelecimento da monarchia em Portugal. Segundo a tradição, o seu nome, e portanto o do conc., procede do 1.° senhor christão que o povoou, D. Rozendo, ou Rauzendo Ermiges, irmão de D.Thedon, e de D. Toda Alboazar Ramires, filhos de D. Ermigio, ou Hermigio, Godines, e de D. Dordia Ozores; netos de Alboazar Ramires e de D. Helena Godines; bisnetos de D. Ramiro II, de Leão, e da formosa moira Zaira. D. Rozendo Ermiges, veiu com seu irmão D. Thedon para Portugal, em 1030, reinando em Leão D. Bermudo III. Os dois irmãos guerrearam heroicamente os moiros, e alcançando gloriosa victoria na batalha ferida nas margens do rio Távora, em 1037, o rei de Leão lhes concedeu todo o territorio, situado na margem esquerda do rio Douro. D. Rozendo, agradado do sitio de Rézende, fundou a casa e quinta a que deu o seu nome, e que mais tarde se chamou *quinta do Paço.* Em volta d'esta quinta se fôram pouco a pouco construindo diversas habitações e quintas, e assim se deu principio á pov. d'este territorio, que constituo hoje o concelho de Rézende. Os descendentes de D. Rozendo, muitos annos depois, mudaram o seu domicilio para Távora, d'onde lhes veiu o appellido, e a quinta do Paço, não se sabe porque titulo, ficou pertencendo a D. Egas Moniz, e é hoje propriedade dos Castros, senhores de Reriz e condes de Rézende. D. Egas Moniz foi senhor da Feira, Arouca, Cresconha, em S. Thiago de Piães, Rézende, Lamego, S. Martinho de Moiros, Leomil, Salzêdas, o varias terras ao norte do Douro, como consta d'uma escriptura existente no cartorio do mosteiro d'Arouca, feita na era de 1220 (1182 da era de Christo). Dizem que D. Affonso Henriques foi creado em Rézende, e por isso esta villa tem a antiquissima categoria de *honra.* A quinta do Paço fica ao N de Rézende, a pouco mais de 1 k. da margem esquerda do Douro, e era ali o paço dos condes almirantes, condes de Rézende, padroeiros da egreja. O paço era de vastas dimensões; está em completa ruina, e não apresenta vestigios de ter em tempo algum torre, ou outra qualquer obra de defeza. Na frente do edificio ha uma avenida murada dos dois lados, que vae até á estrada publica, e ao fundo da avenida, junto ás casas, se vêem os restos d'um alto chafariz, de boa construcção. A egreja matriz fica n'uma elevação entre as aldeias de Minhães, Ossaes e Préstimo, e quasi ao centro da freguezia. A sua capella-mór é de abobada, bem lavrada; foi construida em 1634, á custa de D. João de Castro, ascendente dos condes de Rézende, para sua sepultura, de seus paes e seus descendentes. D. João de Castro tambem mandou fazer um cruzeiro para sepultura dos abbades, o que consta d'uma longa inscripção que se vê n'uma lapide embutida na parede interior da capella, do lado do Evangelho. A egreja é vasta e boa. Uma das melhores povoações do concelho de Rézende é S. Gens, situada n'uma planicie. E' aqui que residem o juiz de direito, o delegado, os tres escrivães de direito, e os officiaes do diligencias; n'esta pov. se construiu em 1874 uma boa casa da camara, tribunal das audiencias e cadeia. Até então não havia edificio proprio, era uma casa arrendada. Em Rézendo ha muitas e importantes quintas e casas nobres, como a de *Ossaes de Baixo*, a de *Villa Pouca*, a de *Cottas*, do *Préstimo*, da *Granja*, do *Enxertado*, ou *Outeiro do Enxertado*, a *Portella de S. Gens*, *Ossaes de Cima*, ou *Quinta das Vinhas*, a *Quinta de Safães*, a casa de *Bêba*, a de *Semillião*, a *Quinta do Matto*, a de *Paredes*. Rézende pertence á 2.ª div. mil., 3.ª brigada, grande circumscripção mil. central, e ao distr. de recrut. e res. n.° 9, com a séde em Lamego; tem est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de vales, letras e vales; escolas d'ambos os sexos, advogados, agencias bancarias e de vapores; medicos, pharmacias, hotel, notario, feira nos dias 1, 3, 7, 12, 16 e 20 de cada mez; 21 de junho, 25 de julho e 29 de setembro; romaria a Santa Maria de Cárquere no 4.° domingo de maio, e a do Senhor do Calvario, no ultimo domingo de agosto em S. Martinho de Moiros. O conc. compõe-se de 15 freguezias, com 4:815 fog. e 19:407 hab., pelo *Censo* do 1.° do dezembro de 1900, sendo 9:047 do sexo masc. e 10:360 do fem., n'uma superficie de 11:498 hect. As freguezias são: S. Miguel, de Anreade, 1:421 hab.: 665 do sexo masc. e 756 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Barrô, 2:181 hab.: 1:041 do sexo masc. e 1:140 do fem: Santa Maria, de Cárquere, 1:140 hab.: 539 do sexo masc. e 601 do fem.; Santa Luzia, de Feirão; 227 hab.: 110 do sexo masc. e 117 do fem.; S. João Baptista, de Felgueiras, 705 hab.: 326 do sexo masc. e 379 do fem.; Santa Maria, de Freigil, 637 hab.: 280 do sexo masc. e 457 do fem.; S. João Baptista, de Moimões, 730 hab.; 329 do sexo masc. e 401 do fem.; S. Pelagio, de Ovadas, 1:055 hab.: 498 do sexo masc. e 557 do fem.; S. Lourenço, de Panchova, 368 hab.: 170 do sexo masc. e 198 do fem;

S. Pedro, de Paús, 1:898 hab.: 898 do sexo masc. e 1:000 do fem.; S. Salvador, de Rézende, 3:186 hab.: 1461 do sexo masc. e 1:725 do fem.; S. Cypriano, 1:184 hab.: 544 do sexo masc. e 640 do fem.; S. João Baptista, de S. João da Fontoura, 1:551 hab.: 692 do sexo masc. e 859 do fem.; S. Martinho, de S. Martinho de Moiros, 2:488 hab.: 1:194 do sexo masc. e 1:294 do fem.; S. Romão, de S. Romão de Aregos, 636 hab.: 300 do sexo masc. e 336 do fem. O commercio principal do conc. é vinho, azeite, legumes, castanhas, batatas e fructa, que exporta em grande quantidade. || Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello, arcebisp. de Braga; 96 fog e 389 hab. Dista 1 k. da séde do conc. O abbade de Santa Marinha, da Cunha, apresentava o vigario, que tinha 40$000 reis de rendimento e o pé d'altar. A terra é fertil em cereaes; cria muito gado de toda a qualidade, e tem grande abundancia de caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res.n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Rézende da Costa (*José*). Rico mineiro. N. em Minas Geraes no anno de 1767, e fal. no Rio de Janeiro a 17 de julho de 1841. Era filho de Claudio Manuel da Costa. Quando tencionava vir para Coimbra matricular-se na Uuiversidade, seu pae, que era um dos conspiradores que tramaram a revolta da independencia, debaixo da direcção do célebre Tira Dentes, o reteve para se formar depois na Universidade que os revolucionarios, contando facil o triumpho, pensavam fundar em Villa Rica. Aconteceu, porém, malograr se a revolução, e José Rézende da Costa foi preso com seu pae, sendo ambos conduzidos para a cadeia do Rio de Janeiro, d'onde passaram para a ilha das Cobras. Ambos fôram condemnados á morte, mas conseguiram, em 1792, a commutação d'essa pena na de degredo. José Rézende da Costa foi desterrado por 10 annos para Cabo Verde, e seu pae para Bissau. Encontrou no exilio benevola amizade e protecção, e quando o exilio terminou, foi chamado a Lisboa, e empregado como escripturario na repartição do Erario e da Casa das Rainhas. Em 1809 teve ordem do governo para ir ao Rio de Janeiro, e ali foi nomeado director d'uma fabrica de lapidação. Quando se proclamou a independencia do Brazil, o elegeram deputado pela sua provincia natal, e, como a antiga cadeia serviu de palacio das côrtes, sentou-se José Rézende da Costa, como deputado do Brazil independente, na mesma sala onde ouvira lêr a sua sentença de morte como conspirador contra a auctoridade da metropole. Continuou a ser deputado em diversas legislaturas, até que falleceu.

Rezende Junior (*Francisco Antonio de*). Era natural de Aveiro, onde fal. muito novo, victima da tuberculose, em 1860. Fez o curso de Mathematica na Academia Polytechnica do Porto. Ainda estudante escreveu um drama, intitulado *A ultima libra*, que se representou em Aveiro.

Rezouro. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Rhodes. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Braz, de Campanario, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

Riachos. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. Tem estação postal.

Riães. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Crespos, conc. e distr. de Braga.

Rias Frias. Pov. na freg. de S. João Evangelista, de Vil de Mattos, conc. e distr. de Coimbra.

Riba. Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Friestas, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Tebosa, conc. e distr. de Braga.

Riba d'Ancora. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Caminha, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 183 fog. e 698 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada em terreno muito accidentado nas proximidades do rio Ancora, a 3 k. da estrada de Caminha a Vianna do Castello, e a 9 da séde do conc. A Casa do Infantado, donataria d'esta freg. apresentava o prior, que tinha 230$000 reis de rendimento. Este senhorio havia sido dos Noronhas, marquezes de Villa Real e duques de Caminha, que o perderam, como tudo mais que possuiam, sendo condemnados á morte, por serem traidores á patria, fazendo parte da conjuração de 1641, a favor de Castella. Os dizimos d'esta freg. constituiam um prestimónio da ordem de Christo. A pov. é muito antiga; era já povoada no tempo das primeiras invasões dos celtas, perto de dez seculos antes da vinda de Christo. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz, cria muito gado bovino para exportação, e nos seus montes apparece muita caça. E' muito abundante de peixe, tanto do rio Ancora, como do mar, que lhe fica distante 2 k. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. V. *Ancora*.

Riba d'Ave. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 159 fog. e 668 hab. Tem correio e uma fabrica de fiação de algodão Está situada a 1 k. da margem esquerda do rio Ave, a 1 da estrada de Santo Thirso a Guimarães, e a 12 da séde do concelho. A mitra apresentava o abbade, que tinha 250$000 reis de rendimento. Foi n'esta freguezia que existiu o mais nobre convento de Portugal, fundado por D. Ruy Gonçalves Pereira, o primeiro d'este appellido, filho de D. Gonçalo Rodrigues de Palmira e de sua primeira mulher D. Troyla. D. Ruy Gonçalves Pereira, um dos mais intrepidos guerreiros do seu tempo, nasceu em 1192, e foi um dos capitães mandados por D. Affonso II com um exercito, em soccorro de D. Affonso VIII, de Castella, contra o poderoso Mohamet IV, que tentava conquistar as Hespanhas. Taes actos de bravura praticou, em 1212, na batalha e gloriosa victoria de Navas de Tolosa, que causou espanto a todo o exercito christão, muito mais, porque D. Ruy tinha então apenas 20 annos. Foi o progenitor da familia do condestavel D. Nuno Alvares Pereira. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Ronfe, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Silvares, do mesmo conc. e districto.

Riba de Aves. Pov. na freg. do Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e distr. de Leiria.

Riba de Baixo e de Cima. Duas povoações

na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Riba Boa. Pov. na freg. de S. Romão, de Villa Cova de Vez de Aviz, conc. de Penafiel, distr do Porto.

Riba Caváda. Logar na prov. de Traz-os Montes, e junto á villa de Moncorvo. Ha aqui uma antiquissima ermida, dedicada a N. S.ª da Esperança, a que o povo tambem dá o nome de N. S.ª de Riba Caváda.

Riba Côa ou Cima Côa. Este territorio assim chamado, situado na Beira Baixa, fórma actualmente,na sua maior parte,a actual comarca de Sabugal E' uma lingua de terra entre os rios Côa e Agueda, na sua embocadura no Douro,tendo 90 k. de comprido do N ao S, e 24 de E a O, na sua maior largura. E' limitado a O pelo Côa, e a E é dividido pela Extremadura hespanhola, subindo pelo Agueda até ao rio Tourões, perto de Villar Maior. Ao E confina com o bispado de Ciudad Rodrigo; ao N pelo Douro, com o arcebispado de Braga; ao O com o bispado de Lamego; e ao S e O com os de Vizeu, Guarda e Castello Branco. Os povos que habitavam esta região eram denominados transcudanos, no tempo dos romanos, e a sua capital era a cidade de Caliábria. Segundo a tradição e memorias escriptas, Caliábria era séde do bispado do seu nome, cujos bispos, fugidos dos moiros, fôram para a provincia de Traz os-Montes, onde fundaram o bispado de Miranda, hoje de Bragança; porém o districto de Riba Côa ficou pertencendo desde o seculo XI ao bispado de Ciudad Rodrigo. Só no reinado de D. João I, se conseguiu desannexal-o d'esse bispado, por um breve do pontifice Bonifacio IX. Desde então pertenceu ao bispado de Lamego, até ao reinado de el-rei D. José I. Estando interrompida a communicaão com a Cúria Romana, desde 25 de março de 1760, de que resultou o marquez de Pombal mandar sair de Lisboa o nuncio apostolico, em 15 de junho d'esse anno, abriram-se novamente as communicações em 1770, sendo então creados pelo papa Clemente XIV o bispado de Bragança, formado á custa do de Miranda, e o de Penafiel, que teve curta duração, sendo restaurado tambem o de Beja. No anno seguinte, e por breve do mesmo papa, fôram creados os bispados de Castello Branco e de Pinhel. Riba-Côa ficou pertencendo a este ultimo, porque as freguezias de que se compunha, para ali passaram, dando se-lhe então o nome de *Bispado novo*. Riba-Côa, como praça de guerra fronteira, foi importantissima até ao seculo XVII, tendo sempre um governador militar, além do alcaide-mór, e uma boa guarnição de tropa.

Riba de Eiras. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de S. Gens, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Riba d'Ellas. Aldeia da prov. da Beira Alta, na freg. de Santa Martha, de Lalim, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. Junto a esta aldeia está a antiquissima capella de N. S.ª da Gloria, que se festeja no dia 2 de fevereiro, havendo então um jubileu, concedido pelo papa Gregorio XIII, em 1575.

Riba Fornos. Pov. na freg. de Santo André, de Ois do Bairro, conc. de Amarante, distr. de Aveiro.

Riba Longa. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Carrazêda de Anciães, distr. e bisp. de Bragança; 119 fog. e 645 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada a 7 k. da margem direita do rio Douro. O reitor de S. Miguel, de Linhares, apresentava o vigario, que tinha 40$000 reis e o pé d'altar. A terra é pouco fertil, em razão de ter um clima muito excessivo. Cria muito gado e é abundante de caça. Pertence é 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Miraudella. || Pov. e freg. de Sant'Anna, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Alijó, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 101 fog. e 471 hab. Tem esc do sexo fem. e est. post. Está situada a 3 k. da margem direita do rio Tinhella, e a 13 da séde do conc. O reitor de S. Miguel, de Tres Minas, apresentava o cura que tinha 40$000 reis e o pé d'altar. A terra é fertil; tem bom vinho, gado e bastante caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Riba de Moiro. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. e com. de Monsão, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 489 fog. e 1:717 hab. Tem esc. d'ambos os sexos, correio com serviço de posta rural, e uma fabrica de lacticinios. Está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Moiro, a 16 k. da séde do conc. A Casa do Infantado, donataria da freg., apresentava o reitor, que tinha 180$000 reis. O senhorio d'esta freg. era dos marquezes de Villa Real, e foi um dos que passaram a formar a Casa do Infantado. Os dizimos eram um prestimónio da ordem de Christo. Foi couto. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Riba de Nogueira Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Rio de Moinhos, conc. de Arcos de Valle-de Vez, distr. de Vianna do Castello.

Riba-Paiva. Dava-se em geral este nome ao territorio das duas margens do rio Paiva, que divide a prov. do Douro da prov. da Beira Alta, mas em especial á freg. de Santa Maria de Sardoura, que está hoje dividida em duas: *Santa Maria* e *S. Martinho*, ambas no conc. de Castello de Paiva. V. *Sardoura*.

Riba de Pelle Pov. na freg. do Salvador, de Joaune, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Riba Pinhão. V. *S. Lourenço de Riba Pinhão*.

Riba Rio Pov. na freg. de Santa Marinha, de Arcozello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna de Castello.

Riba Tamega (*José de Vasconcellos Guedes de Carvalho, 1.º barão e 1.º visconde de*). Moço fidalgo com exercicio; conselheiro e commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, cavalleiro da ordem de Christo, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, juiz da Relação de Gôa, da de Lisboa e do Supremo Tribunal de Justiça, etc. N. no logar do Real, do concelho de Amarante, a 3 de setembro de 1822, fal. em 7 de janeiro de 1892. Era filho de Joaquim de Vasconcellos Rebello Mendes de Carvalho, fidalgo da Casa Real e proprietario em Amarante, e de sua mulher, D. Maria Leonor Guedes de Menezes. Matriculando-se na referida Universidade no curso de Direito, tomou o grau de bacharel em outubro de 1846. Foi despachado delegado do procurador regio para a comarca das Caldas da Rainha, por decreto de 3 de maio de

1848, logar que serviu até dezembro de 1852, em que foi despachado juiz de Direito para a comarca de Bardez, na India, passando d'ali para a das Ilhas de Gôa, sendo em 14 d'abril de 1857 provido, por concurso, no logar de juiz da Relação de Gôa Nove annos se conservou no exercicio d'este cargo, aproveitando as horas que lhe ficavam livres, em estudar a historia e os costumes da India, e em traduzir e amplamente annotar as leis de Manú, 1.º legislador da India, interessante folheto, que publicou em Nova Gôa, em 1859, com o titulo: *Leis de Manú, primeiro legislador da India, comprehendendo o officio dos juizes, deveres da classe commercial e civil, leis civeis e criminaes, vertido em portuguez do original francez «Les livres sacrés de l'Orient» de Mr. G. Panthier.* Guedes de Carvalho foi aggregado á Relação do Porto. por decreto de 27 de setembro de 1866, e á de Lisboa em 18 de julho de 1867, passando a juiz effectivo d'esta Relação em 21 de novembro do mesmo anno de 1867. Durante a sua permanencia na India, foi empregado em differentes commissões do serviço publico, occupando sempre o logar de vogal do conselho do governo Quando em 1857 houve no paiz a lamentavel epidemia da febre amarella, o visconde de Riba Tamega applicou todo o producto da venda do folheto acima citado para as familias pobres das victimas d'aquelle terrivel flagello, o que lhe foi officialmente louvado em portaria do ministerio da marinha de 28 de setembro de 1859, e obteve da camara municipal de Lisboa a medalha de serviços relevantes creada para recompensar as pessoas que os prestaram por essa occasião. Como delegado do procurador regio nas Caldas da Rainha, foi condecorado com o habito da ordem de Christo; como juiz da primeira instancia de Gôa, recebeu a mercê da commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e como juiz da Relação d'aquella cidade, obteve a carta de conselheiro e o fôro de moço fidalgo. Quando acabou o seu tempo de serviço no ultramar, foi agraciado com o titulo de barão de Riba Tamega, por decreto de 7 d'abril de 1867, sendo lhe conferido o de visconde por decreto de 18 de outubro de 1871. Quando falleceu, estava aposentado no logar de juiz de Supremo Tribunal de Justiça, de que fôra presidente. Casou em 1862 com D. Mathilde Correia da Silva Gama, natural de Gôa, filha de Manuel Francisco da Silva Gama, e de sua mulher D. Maria Caetana Pereira Garcez.

Riba Tamega. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Riba Tua V. *S. Mamede de Riba Tua.*

Riba d'Ul. V. *S. Thiago de Riba d'Ul.*

Ribabellide ou Rebobellide. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Bigorne, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Ribaçães. Pov. na freg. de S. Pedro, de Abragão, conc. de Penafiel, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Ribaçal. Pov. na freg. de S. Thiago, de Priscos, conc. e distr. de Braga.

Ribada. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Pedorido, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. João, de Villa Bôa, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria Magdalena, de Lordello, conc. e distr. de Villa Real.

Ribadães. Pov. na freg. de S. Martinho, de Armil, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Ribadal. Pov. na freg. de S. Martinho, de Rio Mau, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Ribados. Pov. na freg. de Santa Maria, de Refojos do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Ribafeita. Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. da Beira Alta, conc., com., distr. e bisp. de Vizeu; 451 fog. e 1:851 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, correio com serviço de posta rural, e uma feira no ultimo domingo de cada mez, no logar de Gumiei, d'esta freg. Está situada na estrada que vae de S. Pedro do Sul a Castendo, a 1 k. da margem esquerda do rio Vouga, e a 16 da séde do conc. O real padroado apresentava o abbade, que tinha 350$000 reis de rendimento. A terra é fertil, cria gado e tem caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Ribafria. E' appellido nobre em Portugal, cuja familia procede de Gaspar Gonçalves, natural do logar de Ribafria, da freguezia de Santa Maria, de Cintra. a quem el-rei D. Manuel, em recompensa de serviços prestados, nomeou porteiro-mór da sua camara, cargo que continuou a exercer no tempo de D. João III. Este monarcha o agraciou com o grau de cavalleiro da ordem de Christo, e o nomeou alcaide-mór de Cintra, deu-lhe por solar a quinta que o mesmo Gaspar Gonçalves havia construido na sua terra natal, e confirmando-lhe o morgado que instituira em 1536, permittindo lhe que usasse o appellido de Ribafria, assim como os seus descendentes, e por alvará de 16 de setembro de 1451 lhe concedeu o seguinte brazão d'armas: Em campo verde, uma torre de prata, lavrada de negro, aberta de azul e ouro, sobre contra chefe de ondas de azul e prata, entre duas estrellas de ouro, de 8 pontas. Elmo d'aço, aberto, e por timbre um leopardo azul, armado de ouro, com uma das estrellas do escudo na espadoa. D'esta familia são descendentes os condes de Penamacôr.

Ribafria *(Antonio de Saldanha d'Albuquerque Castro de Mesquita Lobo de Andrade de)*. Commendador de S. Pedro de Pinhel, na ordem de Christo; capitão de Dio, capitão-mór da armada da Costa do Norte, governador e capitão general do reino de Angola, etc. N. em Pangim, e fal. em agosto de 1723. Era filho unico de D. Maria Thereza d'Albuquerque Ribafria, natural de Gôa, herdeira da casa de Ribafria e outras, e de seu marido, Manuel de Saldanha de Távora, capitão de Gôa, capitão de Dio. capitão-mór de Baçaim, d'Armada da Costa do Norte, védor da fazenda do Estado da India, etc. Antonio de Saldanha Ribafria succedeu, por sua mãe, nos morgados de Penha Verde, Ribafria e Andrades no Alemtejo; e nos padroados da capella de S. Domingos de Bemfica e do convento da serra de Cintra, de capuchinhos arrabidos. Serviu na paz, e com o posto de capitão de mar e guerra foi em 1700 n'uma armada á India, indo commandando uma fragata. Depois de servir n'aquelle Estado, voltou ao reino, e foi mestre de campo d'um terço em 1703, commandou o regimento da armada, subiu a brigadeiro, e foi nomeado capitão general e governador d'Angola, para onde embarcou em 1709. Durante o tempo da sua administração reedificou a fortaleza e cidade de Benguella, destruida

pelos francezes, e fortificou a cidade de Loanda para poder resistír á esquadra de Duguay Trouin, se esta por lá voltasse do Rio de Janeiro. Era casado com Marianna Moreira, nascida em Cintra, filha de João Thomaz e de D. Maria Moreira.

Ribafria. Povoações nas freguezias: S. Leonardo, de Athouguia da Baleia, conc. de Peniche, distr. de Leiria. || N. S.ª da Encarnação, de Benedicta, conc. d'Alcobaça, do mesmo distr. || N. S.ª d'Assumpção, de Chelleiros, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. Miguel, de Palhacana, conc. de Alemquer, do mesmo districto.

Ribainho. Pov. na freg. de S. Julião, de Calendario, conc. de V. N. do Famalicão, distr. de Braga.

Ribalapa. Pov. na freg. de S. Pedro, de Ferreiros de Tondaes, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Ribalde. Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Villar, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa.

Ribaldeira. Freguezia, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Torres Vedras, distr. e patriarc. de Lisboa. Esta freg. está unida á de S. Pedro, de Dois Portos, e é por isso que tambem se chama *Ribaldeira e Dois Portos*. Ribaldeira foi séde d'um concelho do seu nome, que se supprimiu por decreto de 24 de outubro de 1855.

Ribaldo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Villa Secca, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra.

Ribam. Pequeno rio da prov. da Beira Alta, que vae desaguar no Vouga, perto de S. Pedro do Sul.

Ribamar (*Frederico Carlos Agnello Talone, 2.º visconde de*). Commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, primeiro official aposentado da secretaria do reino, provedor e secretario do Asylo d'Ajuda, etc. N. em Lisboa a 14 de dezembro de 1826, onde tambem fal em 7 de março de 1896. Era filho de João Luiz Talone, e de sua mulher, D. Maria Leone do O'. Foi um dos mais activos e mais prestantes correligionarios do partido regenerador, sendo amigo particular de Fontes Pereira de Mello. Como jornalista, evidenciou se, collaborando no jornal *Rei e Ordem*, foi correspondente do jornal *Porto e Carta* o do *Jornal do Povo*. Desde a fundação do *Diario Illustrado*, em julho de 1872, pertenceu sempre á sua redacção, publicando n'aquelle jornal, a que prestou serviços muito valiosos, artigos de importancia, contando-se entre elles a biographia de seu sogro, o primeiro visconde de Ribamar, e a do tenente general Luiz do Rego Barreto, primeiro visconde de Geraz do Lima, um dos heroes da Guerra Peninsular. Em 1876 associou-se na empresa do *Diario Illustrado* com o seu proprietario Pedro Correia da Silva, tomando a seu cargo a secção administrativa. Em 1862, por occasião da retirada das irmãs de caridade francezas, foi convidado para exercer o cargo de secretario da commissão officialmente nomeada para tomar conta dos estabelecimentos que estavam sob a direcção da imperatriz do Brazil, D. Amelia de Bragança, viuva de D. Pedro IV. Por alvará de 3 de junho do mesmo anno, o governo nomeou tambem uma commissão presidida pelo visconde da Lançada e em que Frederico Talone foi nomeado secretario, para administrar o Asylo d'Ajuda. No exercicio d'este cargo, que desempenhou sempre sem retribuição pecuniaria nem d'outra especie, deu tantas provas de zelo e dedicação, que mais tarde, em 10 de abril de 1876, quando esta commissão foi exonerada a seu pedido, e se nomeou uma outra para administrar provisoriamente o referido Asylo e propoz os estatutos, por que se devia definitivamente reger, foi nomeado seu presidente. Organisou então, e publicou varios relatorios annuaes relativos á gerencia d'aquelle estabelecimento, sendo o primeiro, que diz respeito ao anno de 1862, publicado no *Diario de Lisboa* de 6 d'agosto de 1863, e o segundo, relativo ao anno de 1863, inserto no mesmo *Diario*, do 27 de junho de 1864; estes relatorios mereceram elogios e louvores do governo. D'entre os que se referem aos annos seguintes, e correm impressos, menciona-se por mais notavel o seguinte: *Relatorio e contas da Sociedade protectora dos orphãos desvalidos das victimas da cholera morbus em 1856, e da febre amarella em 1857, apresentado pela commissão administrativa*, etc. *Anno de 1866*, Lisboa, 1867. Foi este relatorio elogiado pela imprensa periodica, e especialmente a *Gazeta de Portugal* de 6 de dezembro de 1867, que transcreveu como de maior importancia a parte que n'elle se refere de pag 9 em diante á educação das creanças, onde se envolvem considerações, que provam ser o autor do relatorio bastante versado nas questões que de mais perto interessam aos estabelecimentos da beneficencia publica. Este relatorio valeu ao seu autor a mercê da commenda da ordem da Conceição, com que foi agraciado. No anno de 1877, pela nova reforma dos estatutos d'aquella casa de caridade, em que o visconde de Ribamar foi um dos mais activos iniciadores, foi nomeado provedor, cargo que exerceu até fallecer. Casou a 27 de janeiro de 1853 com a 2.ª viscondessa de Ribamar, D. Henriqueta Sophia da Costa Carvalho, filha unica e herdeira do 1.º visconde d'aquelle titulo, e de sua mulher, D. Luiza Sophia Henriqueta da Costa Carvalho. Devido a este casamento, foi-lhe concedido o titulo de seu sogro, por decreto de 16 de maio de 1866. O seguinte brazão d'armas foi usado pela sr.ª viscondessa: Escudo partido em pala; na primeira as armas dos Costas: Em campo vermelho seis costas de prata, postas em tres faxas; a segunda as dos Carvalhos: Em campo azul uma estrella de ouro entre uma quaderna de crescentes de prata. O visconde de Ribamar tambem escreveu: *Boletim geral de Instrucção Publica, publicação hebdomadario*. annos de 1861 a 1864, Lisboa, 4 tomos; *Alguns documentos para a historia politica do conselheiro de estado José Bernardo da Silva Cabral*, Lisboa, 1866.

Ribamar (*João da Costa Carvalho, 1.º visconde de*). Almirante. N. em S. João da Foz, Porto, em 8 de março de 1790, fal. em Lisboa a 22 de abril do 1866. Era filho d'um pobre mas honrado negociante, que falleceu quando seu filho ainda era creança. Sua mãe, querendo dar-lhe um destino condigno á vida commercial de seu pae, o mandou para a Bahia, em 1804, entregando-o aos cuidados d'um primo, José da Costa Carvalho, constructor naval estabelecido n'aquella cidade, vendo porém, que o seu joven parento não mostrava vocação alguma para o commercio, e que todas as suas aspirações o chamavam para a vi-

da maritima, alcançou-lhe o logar de praticante a bordo do brigue *Paquete da Bahia*. Seguiu então viagem para Angola, e depois, em 1806, veiu para Lisboa a bordo do mesmo brigue. Voltando ao Brazil, conservou-se ali bastantes annos, fazendo sempre viagens entre o porto de Pernambuco e os de Inglaterra. Em 1810 já era piloto da galera *Flôr de Pernambuco*. No tomo III dos *Quadros Navaes*, de Joaquim Pedro Celestino Soares, vem contado o seguinte episodio: «Costa Carvalho era então piloto da galera *Flôr de Pernambuco*, e contava apenas 20 annos. No dia 10 de abril de 1811 estava a galera na latitude N 47°30'00" Long. O de Greenwck 18°30'00" quando se lhe approximou um brigue artilhado, que pareceu logo ser inimigo. A's 11 e meia da manhã prolongou se com a galera, tendo içado a bandeira ingleza. O commandante do navio portuguez mandando arriar a bandeira da mesma nação, que tambem tinha içada, firmou a bandeira portugueza com um tiro de bala. Depois principiou um encarniçado combate, tendo o inimigo arriado a bandeira ingleza para a substituir pela franceza, cuja nação era. A lucta durou tres quartos de hora, em que o fogo de artilharia e mosquetaria foi sem cessar horroroso fazendo de parte a parte grandes estragos, mas ficando a bandeira portugueza victoriosa, porque o inimigo se pôz em fuga, largando joanetes. E João da Costa Carvalho, depois de agradecer á tripulação o bem que ella se tinha portado durante a acção, desceu á camara onde se tinha refugiado o capitão, e convidou-o a tomar conta do navio já livre do terrivel adversario.» Em 6 de março de 1817, estando os dois regimentos de linha, que faziam a guarnição da cidade de Pernambuco, formados em parada na Boa Vista, toda esta se sublevou matando o brigadeiro que os commandava, e o seu ajudante d'ordens, e chamando o povo para a revolta, proclamou a republica federal, e guerra de morte aos filhos de Portugal. Costa Carvalho já a este tempo era capitão do brigue *Audaz*, tendo cursado as aulas e obtido as honras de primeiro tenente da armada. Logo quo teve conhecimento da revolução, correu a bordo do seu navio, que estava então ancorado no Mosqueiro e quasi prompto a seguir viagem para a Inglaterra, fez desembarcar a sua tripulação, e aconselhou os capitães dos outros navios a fazerem o mesmo, e todos reunidos e armados com as armas que puderam alcançar, e duas peças de artilharia, se apresentaram na embocadura da ponte de Santo Antonio, afim de preservar o Recife de ser invadido, emquanto os negociantes e outras pessoas abastadas punham em segurança ou embarcavam para os navios que se achavam no porto, os seus haveres. Os revolucionarios fizeram differentes tentativas para passar a ponte, mas fôram sempre repellidos com perdas. Chegada a noite, vendo o intrepido Costa Carvalho que o inimigo reunia grande numero de canôas, e se propunha a atravessar o rio em outro ponto, e receando ser cercado, abandonou a ponte, retirando-se em boa ordem para o seu navio Os revolucionarios em pouco tempo invadiram o Recife, e o capitão Carvalho, temendo alguma desfeita logo que o inimigo soubesse que elle tinha sido o principal motor da resistencia, se determinou a sair a barra na mesma noite d'aquelle dia em que se effectuou a revolução, isto debaixo d'um chuveiro de balas, despedidas do trapiche da alfandega que lhe ficava defronte, e que foriram dois marinheiros e mataram um. Favorecido pela escuridão da noite, e pela vasante da maré, deitou barra fóra, ancorando no Lameirão. No dia seguinte algumas familias de portuguezes se fôram refugiar a bordo. Ao quarto dia teve Carvalho noticia de que armavam embarcações de remo para o assaltarem de noite, e por isso largou para a Bahia, onde entrou a 16 de março. Foi n'este mesmo mez e anno de 1817, que Costa Carvalho principiou a sua nova vida militar. Nova, officialmente falando, pois que já tinha provado, em differentes conjuncturas, ser homem de guerra. Logo que o brigue *Audaz* chegou á Bahia, foi mandado armar como navio do estado, com 30 peças de artilharia e 120 pessoas de tripulação, tendo Costa Carvalho recebido tambem ordem para se apresentar ao conde dos Arcos, então governador e capitão general d'aquella provincia, o qual lhe declarou que tinha determinado o armamento do mesmo brigue, em vista da imperiosa lei da necessidade a que obrigavam os gravissimos acontecimentos de Pernambuco, e que era forçoso que Costa Carvalho saisse immediatamente com o seu navio para ajudar a debellar a revolução, sendo por este facto nomeado primeiro tenente de commissão. O joven commandante do briguo *Audaz* receava não poder desempenhar-se d'esta incumbencia, que reputava das mais melindrosas, attentas as graves circumstancias que predominavam nos animos exaltados dos pernambucanos, e tanto que dirigindo se ao capitão general, lhe observou respeitosamente quaes as difficuldades, em que so poderia oncontrar achando se collocado em posição para elle ainda não bem definida, por isso que não se reputava nem official de marinha de guerra nem official de marinha mercante. «São judiciosas as observações que me faz, lhe disse o capitão general, mas cumpra as minhas instrucções, e, meu commandante, ou ha de ir na *Audaz* para Pernambuco, ou então para o Castello» D'esta resolução inabalavel do governador, não havia para onde appellar. O brigue *Audaz* saiu dentro de oito dias, levando alguma tropa, que desembarcou em Maceió, e depois d'aqui se ter demorado alguns dias, e haver chegado o exercito que da Bahia marchava para bater os revoltosos, largou para Tamandaré explorando a costa á medida que o exercito marchava para o norte, até que se uniu á esquadra, quo bloqueava Pernambuco. Depois de dois mezes de bloqueio, foi atacada a cidade por mar e por terra, e tomada com pouca resistencia. No dia 20 largou o *Audaz* para Montevidéu com uma companhia de tropa revolucionaria, e escoltando o navio *S. Thiago Maior*, que levava graude parto da mesma tropa. Batidos sempre por ventos contrarios, chegaram á embocadura do rio da Prata a 22 de agosto, e sobrevindo um forte *pampeiro*, o navio *S. Thiago* rendeu de um dos mastros reaes, de sorte que fôram obrigados a arribar á ilha de Santa Catharina. Refazendo-se ali do preciso, tornaram a largar para o sul, em 18 de outubro, e chegaram a Montevideu a 2 de novembro, ficando o *Audaz* unido á esquadra portugueza que se encontrava ali. Fez parte do bloqueio da colonia do Sacramento, cruzou tanto dentro como fóra do rio da Prata, perseguindo os corsários de Artigas que infestavam aquelles mares, foi á ilha

de Santa Catharina buscar mantimentos para a esquadra, e como o *Audaz* tivesse o pano e o apparelho arruinados, pelo aturado serviço que tinha feito, foi mandado para o Rio de Janeiro, comboiando differentes navios mercantes, e onde chegou em dezembro de 1818. Por todos estes serviços prestados em Pernambuco e em Montevidéu, recebeu Costa Carvalho a mercê do habito da ordem de Christo, sendo tambem condecorado com a estrella de ouro da campanha de Montevidéu. Por carta régia de 3 d'abril de 1819 foi promovido ao posto de capitão-tenente em consequencia dos *justos motivos dignos da real consideração.* O brigue *Audaz*, tendo passado um grande fabrico que o pôz em melhores condições como navio de guerra, tornou a sair sob o commando de Costa Carvalho, para cruzar na costa do Brazil, e mais tarde nos mares dos Açôres. Ha um episodio que muito enobreceu Costa Carvalho como um valoroso homem do mar. Foi escripto por um velho official de marinha de guerra, que fazia parte da guarnição do brigue *Audaz*, e publicado no *Commercio do Porto*, assignado por *um maritimo portuense*: «Tinhamos saido do Rio de Janeiro nos principios de agosto de 1819 com ordem de cruzar por 15 dias em Cabo Frio e depois seguir viagem para os Açôres a fim de estabelecer ali o nosso cruzeiro. Cumprimos a primeira parte das nossas instrucções, e seguindo para o norte, encontrámos pouco ao sul do Cabo de Santo Agostinho uma escuna pirata, que perseguimos obrigando-a a largar uma sumaca que levava prisioneira. Em consequencia de se acharem estragados alguns dos nossos mantimentos, resolvemos tocar em Pernambuco para nos refazermos de preciso. Ao segundo dia da nossa chegada entrou n'aquelle porto um navio estrangeiro, que deu noticia de ter sido registrado no dia antecedente por um brigue pirata. Fizemo nos immediatamente de véla a procurar o inimigo, que encontrámos no dia seguinte cinco ou seis legoas a léste do Cabo, em companhia d'uma escuna de duas gaveas muito maior do que a outra, que nos dias antecedentes haviamos perseguido. Vinham navegando com pouca véla para poder acompanhar um bergatim mercante, que nos pareceu portuguez; diligenciámos approximarmo-nos d'elles, fazendo toda a força de véla. Por meia tarde, estando já em distancia de se lhe poder descobrir toda a bateria, deixaram o bergatim atravessado dirigindo se para nós com toda a força de vela, içando bandeiras e flamulas portuguezas. Pouco depois, estando ainda fóra do alcance e a barlaveuto, atravessaram e estiveram n'esta posição por espaço de meia hora, communicando se por buzina. Em seguida deitaram em cheio, separando-se com intento de metter o nosso brigue entre dois fogos. N'esta occasião o nosso bellicoso commandante mandou carregar os papafigos e atravessar, esperando-os e dirigindo á guarnição um animado discurso, que foi acolhido com enthusiastico vivas a el-rei, á familia real e á gloria da nação. Os corsarios, depois de navegarem cousa de um quarto de hora orçaram, unindo-se outra vez e seguindo barlavento a emparelharem com o nosso navio. Então mareámos seguindo os e içando a nossa bandeira e flamula, que segurámos com um tiro de bala das nossas caronadas de 18, para vêr se os inimigos, attento o pouco alcance d'esta artilharia, se aproximavam, mas não cairam n'este engano, pelo que o nosso commandante mandou romper o fogo com as peças de caça, a que os corsarios responderam com os rodizios. Travou se um tiroteiro pouco duradouro; pois, ainda que as balas cruzavam por entre os mastros caindo a sotavento, as pontarias eram incertas pela grande distancia em que se achavam os inimigos. Fômos, comtudo, sempre fazendo fogo e navegando com todo o pano largo, diligenciando chegarmo-nos mais para barlavento; mas, como as embarcações inimigas eram muito veleiras, brevemente se puzeram fóra do alcance da nossa artilharia, e sobrevindo a noite, os perdemos de vista. Virámos então de bordo e viemos procurar o bergatim, que encontrámos ainda atravessado na mesma posição em que os corsarios o haviam deixado. Era portuguez e havia saido do Rio de Janeiro carregado de differentes mercadorias com destino ao Maranhão, levando de passagem a senhora e um filho menor do governador d'aquella capitania. Havia sido tomado pelos piratas na madrugada d'aquelle mesmo dia, e o seu capitão e parte da tripulação achavam-se a bordo do maior corsario, quando se descobriu o nosso brigue. Os piratas, depois de nos terem bem reconhecido, ordenaram ao mesmo capitão que se retirasse com a sua gente para o seu navio e que se conservasse atravessado em quanto elles iam tomar por abordagem o brigue de guerra portuguez, mas por cautella fizeram vir outra vez para seu bordo o capitão da preza e oito marinheiros, tendo primeiro roubado o que puderam, incluindo 16 escravos pretos que iam para vender no Maranhão. Soubemos mais que o brigue pirata estava armado com 16 caronadas e um rodizio, que se havia batido no mar dos Açôres e m o navio portuguez *Princeza* e tomado o *Hercules* sua conserva, combate de que ainda se achavam feridos e em curativo o commandante e alguns marinheiros. A escuna, que montava 12 caronadas e um rodizio, havia se-lhe unido no dia antecedente. Conduzimos a preza até ao Lameirão, e continuámos no cruzeiro por mais alguns dias. Depois voltámos a Pernambuco, onde recebemos os mantimentos que nos faltavam, e seguimos para o norte comboiando sete navios mercantes que iam para Lisboa e Porto.» Desde esta epoca, Costa Carvalho não teve um momento de descanço, andando em continuados cruzeiros na costa de Portugal em perseguição dos piratas. Recebendo ordem de para navegar a Bahia, chegou a este porto em fins de junho de 1822. No mez seguinte estando prompto a dar á véla para Portugal, chegou a noticia de se ter sublevado a villa da Cachoeira, acclamando a separação de Portugal, e guerra aos que se lhe oppuzessem. Foi então demorado o navio, a revolução espalhou-se por differentes povoações com a rapidez do raio, de sorte que foi preciso fazer restrictos cruzeiros, afim de cortar a communicação aos revoltosos. Em toda esta campanha o commandante Costa Carvalho obrou prodigios de valor, dirigiu a esquadrilha do reconcavo, e teve varios encontros com a esquadrilha brazileira, batendo-a e obrigando-a a refugiar-se debaixo das baterias da ilha Itaparica. Assistiu ao malogrado ataque d'esta ilha, mas onde mostrou que tão valente era no mar como em terra, a peito descoberto, foi no desembarque em Cabrito. O fogo do inimigo era vivissimo sobre as lanchas e escaleres da esquadra,

que vogavam com rapidez sobre a praia. Foi elle um dos primeiros, senão o primeiro, que saltaram em terra, e á frente da sua guarnição marchou para o inimigo, que ficou desalojado dos seus entrincheiramentos, perdendo toda a bagagem e fugindo em debandada. Na evacuação de Pernambuco, que se fez debaixo de todo o segredo na madrugada de 2 de julho de 1823, Costa Carvalho tomou a suprema direcção do embarque de toda a tropa e petrechos de guerra. No dia 24, na latitude N 10° se apartou da esquadra dirigindo-se para Lisboa com officios do chefe, e onde chegou em fins de agosto. Havendo o brigue *Audaz* dado baixa por desarmamento em 9 de setembro, Costa Carvalho alcançou licença para ir ao Porto vêr a familia, da qual andava separado desde 1804. Demorou-se alguns mezes na Foz, sua terra natal, mas não pôde conservar-se mais tempo junto dos seus parentes, que muito estremecia, porque o serviço da patria o chamou a Lisboa para tomar o commando da charrua *Princeza Real*, em agosto de 1824, seguindo logo para Moçambique com o governador d'aquella provincia Xavier Botelho. Voltando a Lisboa, seguiu depois na mesma charrua para Angola, com escala por Cabo Verde e Benguella. Chegando a Lisboa em abril de 1826, desembarcou em consequencia da charrua ter dado baixa Costa Carvalho, sendo muito affeiçoado a D. João VI, lamentava deveras os successos politicos, que então se davam, e sem nunca declarar as suas opiniões, soube sempre conservar-se afastado da politica, até que no meado de dezembro de 1828, em que já era apontado como suspeito pelo governo de D. Miguel, o fizeram embarcar como official de guarnição na corveta *Cybele* encarregada de bloquear os Açôres. Obedeceu para não ser victima d'alguma ordem de prisão. Sendo um dos capitães-tenentes mais antigos e sempre commandando, foi-lhe bastante doloroso embarcar como simples official de guarnição. Logo que lhe foi possivel, desembarcou, e nunca fez serviço, vendo-se obrigado o homiziar-se n'uma casa estrangeira, onde se conservou annos sem sair. N'esta casa se reuniam clandestinamente muitas notabilidades liberaes, que tramavam ali como podiam ter correspondencia com alguns emigrados. Nomeado em 26 de julho de 1833 ajudante d'ordens do major general Napier, Costa Carvalho acompanhou o sempre nas suas ousadas e ás vezes temerarias emprezas. Assistiu ao reconhecimento da Figueira, á tomada de Caminha, de Vianna do Minho, da praça de Valença, e depois da de Ourem. Em 18 de junho de 1834 foi encarregado, em portaria, da commissão de levar ao governador da ilha da Madeira os papeis publicos e officiaes, que mencionavam as ultimas occorrencias acontecidas no paiz, afim de que á vista da dissolução do exercito inimigo, da amnistia concedida e do embarque de D. Miguel, conseguisse, de accorde com o commandante do bloqueio, a prompta entrega da ilha ao governo constitucional, autorisando que em nome da rainha D. Maria II, de accordo com o mesmo commandante, fizesse as mesmas concessões que tinham sido feitas pelos marechaes do exercito liberal duque da Terceira e marquez de Saldanha. Em 13 de dezembro de 1834 era graduado no posto de capitão de fragata pelos serviços prestados á liberdade, e em 1837 condecorado com o grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada. Cartista, por convicção, reconhecia no throno da rainha a unica garantia da conservação do codigo fundamental do Estado, a Carta Constitucional, e assim empregou sempre toda a sua influencia no sentido da ordem por vezes alterada por dissidencias entre cartistas e setembristas. Em 8 de março de 1838 foi chamado a tomar a direcção da majoria general da armada, e logo no dia 30 d'esse mez recebeu convite do general das armas conde d'Avilez, para combinar com este general sobre os meios a empregar para o restabelecimento da ordem publica. Em 15 de junho foi exonerado do cargo de major general, que depois de 7 de dezembro lhe tornou a ser dado. Costa Carvalho foi eleito deputado nas legislaturas do 1840 a 1846, e de 1850 a 1852. Ainda tomou parte em muitas outras commissões. Em 1845 foi eleito procurador á junta geral do districto. Por duas vezes o quizeram nomear ministro da marinha, e ambas as vezes, mesmo na presença da rainha, se escusou, declarando que não se julgava com os talentos precisos para o desempenho d'esse elevado logar. Por decreto de 10 de junho de 1854 entrou como vogal effectivo no Supremo Tribunal de Justiça Militar, e em dezembro de 1859 na commissão consultiva de marinha; em junho de 1843 foi agraciado com a commenda da ordem de Aviz, em fevereiro de 1850, com o titulo de conselho, e em junho de 1861 com a gran-cruz da mesma ordem d'Aviz. Foi nomeado capitão de fragata effectivo em novembro de 1840, capitão de mar e guerra em fevereiro de 1844, chefe da divisão graduado em novembro de 1851, effectivo em novembro de 1855, chefe de esquadra em outubro de 1857, vice-almirante em setembro de 1860, e almirante graduado em setembro de 1862, tomando n'esta qualidade o commando da divisão de reserva. Por occasião do casamento d'el-rei D. Luiz I com a rainha D. Maria Pia, em outubro de 1862, recebeu as insignias de gran-cruz da ordem de S. Mauricio e S. Lazaro de Italia. Em dezembro d'esse anno foi elevado ao pariato, tomando posse na respectiva camara na sessão de 7 de janeiro de 1863, e em janeiro de 1864 fôram lhe concedidas as honras de ajudante de campo d'el-rei D. Luiz. Por decreto de 23 d'agosto de 1864 foi agraciado com o titulo de visconde de Ribamar, nome do local onde Costa Carvalho possuia uma quinta, chamada *Gibalta*, que fica ao O da Cruz Quebrada. O visconde de Ribamar havia casado com D. Luiza Sophia Henriqueta da Costa Carvalho.

Ribamar. Aldeia da prov. da Extremadura, sobre a margem direita do rio Tejo, freg. de S. Romão, de Carnaxide, conc. de Oeiras, distr. de Lisboa. E' uma bonita povoação que fica junto ao Dáfundo, e onde existiram dois pequenos conventos de frades arrabidos: *Santa Cantarina* e *S. José de Ribamar*. O primeiro d'estes conventos, juntamente com a cêrca, tornou-se no meado do seculo XIX uma importante propriedade, que pertencia a Fernando Palha, já ha annos fallecido. No anno de 1878 ainda se viam as ruinas da egreja do convento. Conta a tradição que n'aquelle local existira uma ermida antiquissima, dedicada a Santa Catharina, pertencente aos beneficiados da egreja de Santa Cruz do Castello. Na *Historia ecclesiastica de Lisboa*, diz D. Rodrigo da Cunha, que, quanto á antiguidade d'esta er-

mida, só se sabe que já existia em 1171, sendo então egreja parochial, que tinha como parochianos, não só os habitantes d'esta margem do Tejo, mas tambem os das actuaes freguezias de Bemfica, Campo Grande, então Campo d'Alvalade, Lumiar, e todas as aldeias intermediarias, sendo a 3.ª freguezia christã creada em Lisboa, depois d'esta cidade ter sido tomada aos moiros em 1147. A 1.ª foi a Sé o a 2.ª os Martyres. Com o andar dos tempos, o sendo a ermida pequena para matriz d'uma tão vasta freguezia, ficando de mais a mais na sua extremidade, mudou-se a parochia para a actual egreja de S. Romão de Carnaxide, ficando a antiga matriz aunexa, como ermida, á collegiada de Santa Cruz do Castello, ficando o prior de Santa Cruz com o direito de apresentar o prior de Carnaxide. A infanta D. Izabel, filha do duque de Bragança D. Jayme e viuva do infante D. Duarte, duque de Guimarães, emprehendeu fundar, junto á ermida de Santa Catharina, um mosteiro de frades arrabidos, a ordem mais pobre e do maior penitencia e austeridade, que então havia em Portugal, e filial do mosteiro d'Arrabida, junto ao cabo do Espichel, proximo o a O de Setubal. D. Izabel mandou pedir ao prior e beneficiados de Santa Cruz do Castello, licença para a construcção do mosteiro, ao que elles annuiram mediante a renda annual de 2:000 maravedis, do que se lavrou escriptura publica. Sobre umas rochas, ao E da Cruz Quebrada e sobranceiras ao logar do Dáfundo, que então ainda não existia, fundou a piedosa infanta o pequeno mosteiro no anno de 1551. A obra foi tão mal construida, que em 1590 houve precisão de reedificar o mosteiro, mas com tão maus materiaes, que em 1625, os religiosos se viram obrigados a abandonal-o, por ameaçar immediata ruina. Construiu-se então uo sitio da Boa Viagem, um convento para dar abrigo áquelles religiosos. O mosteiro esteve assim deshabitado e desmantelado, até que, em 1634, o 2.º conde de Miranda, Diogo Lopes de Sousa, edificou um novo mosteiro, proximo ao antigo, construindo n'elle o mesmo conde o seu jazigo e o de seus descendentes. Depois de 1834, sendo abandonado, por causa da extincção das ordens religiosas, tornou se um montão de ruinas, que fôram compradas por Estevão Palha de Faria Gião, que construiu uma bella propriedade que depois possuiu seu filho Fernando Palha, como acima dissémos O outro convento, em que se falou, foi fundado em 1559, por D. Francisco de Gusmão, mordomo mór da infanta D. Maria, filha d'el-rei D. Manuel, e sua mulher, D. Joanna de Blasvelt, aia da mesma princeza. Tanto a egreja como o mosteiro eram pequenos, e tão mal construidos que logo em 1595 foi preciso reedifical-os Ainda depois soffreram varias reconstrucções e bastantes melhoramentos. Apezar de pequeno e pobre, teve muitos privilegios e regalias. O cardeal rei D Henrique mandou construir, junto á capella-mór da egreja, um edificio com tres salas, e n'elle passava algumas temporadas, em convivencia com os frades. A egreja possuia ricas alfaias; um quadro de S. José, que se dizia ser o verdadeiro retrato d'este santo, pintado pelo evangelista S. Lucas; e varias joias de muito valor, dadivas da rainha D. Maria Francisca Izabel do Saboia e de outras princezas e fidalgas. Pouco depois da extincção das ordens, fôram vendidos o mosteiro e a cêrca, construindo se ali uma propriedade magnifica, com uma grande quinta que depois pertenceu ao conde de Cabral, Eduardo Augusto da Silva Cabral. A egreja foi conservada, e quando aquelle titular ia ali passar a estação calmosa, celebrava-se missa nos domingos e dias santificados. Em frente d'esta quinta, ao S, em um terreno entre ella e a estrada de Oeiras, mandou a repartição das obras publicas construir um bonito jardim. Tambem proximo e ao SO da mesma quinta, existiu o forte de S. José de Ribamar, que foi arrasado depois de 1834, e já d'elle nem ha vestigios. Ainda em frente da quinta, do lado E, existiu o forte de Nossa Senhora da Conceição, que foi vendido depois de 1834, e sobre as suas ruinas se construiu uma propriedade, que ha annos pertencia a Gaspar Gomes dos Anjos. || Pov. na freg. de N. S.ª da Annunciação e conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa.

Ribamar de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg de Santo Isidoro, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Ribandar *(Joaquim Mourão Garcez Palha, 1.º visconde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 31 de março de 1877; do conselho d'el rei, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, senhor do prazo Chincholem e Japão, sito em Gôa, e de varios bens em Barbacena e em outros pontos de Portugal; socio da Sociedade de Geographia de Lisboa, socio correspondente da Associação dos Jornalistas e escriptores portuguezes, presidente da camara municipal de Nova Gôa, desdo 1878; presidente da Associação Patriotica dos Baldios das Novas Conquistas, e de varias commissões nas Ilhas de Gôa, e membro dos conselhos do governo geral da India. N a 12 do janeiro de 1840; sendo filho de Diogo Francisco Mourão Garcez Palha, fidalgo cavalleiro da Casa Real, 1.º tenente de artilharia do exercito da India lente da Escola Mathematica Militar do Gôa, que fal. em 1 de junho de 1842, casado com D. Maria Rita Pereira Garcez. O viscondo de Ribandar casou a 16 de fevereiro de 1867, na egreja de Ribandar, segundo bairro da cidade de Nova Gôa, com D. Henriqueta Adelaide de Carcomo Lobo, filha primogenita do D. Manuel Carlos de Carcomo Lobo, moço fidalgo da Casa Real, abastado proprietario, senhor de muitos vinculos e capellas em Gôa e em Portugal, e de sua mulher, D. Guilhermina Emerene da Costa Campos. O titulo de visconde foi-lhe concedido, em sua vida, por decreto de 25 de junho de 1880. O seu brazão d'armas, é o dos Garcez; Em campo azul uma ribeira de prata ondada de agua, saindo d'ella uma garça de ouro armada de prata, entro quatro estrellas de ouro de seis pontas, duas em cada banda em faxa; timbre, a garça.

Ribandar. Freg. do conc. das Ilhas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada ao N da ilha de Gôa e quasi a meio d'ella, na margem esquerda do rio Mandovy. E' um bairro do Nova Gôa, com o qual está em communicação pela ponte do conde de Linhares. Tem escola.

Ribanhos. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Tenões, conc. e distr. de Braga.

Ribão. Pov. na freg. de S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Ribas. E' muito notavel esta familia de musi-

cos, oriunda de Hespanha, que principalmente floresceu no Porto durante quasi todo o seculo XIX, sendo seu chefe em Portugal João Antonio Ribas. As armas d'esta familia, são: Em campo de ouro, uma cruz florida; orla azul carregada de sete flôres de liz de ouro.

Ribas *(João Antonio).* Musico compositor. N. no Ferrol, Hespanha, em 1799, fal. no Porto em 1870. Era filho de José Ribas, mestre d'uma banda militar. Por occasião das guerras napoleonicas, sendo ainda creança, acompanhou seu pae, como flautim, incorporados ambos na divisão hespanhola, que Napoleão mandou organisar para fazer parte do seu exercito. Estando aquartelado em Hamburgo, estreou-se ali como flautista tocando a solo n'um theatro, contando apenas 8 annos de edade. Tomou parte na campanha da Russia na companhia de seu pae, sendo ambos prisioneiros por duas vezes. Por occasião da paz geral, voltaram ambos para Hespanha, e contrataram-se n'uma das bandas regimentaes do exercito portuguez, que n'esse tempo regressou da guerra peninsular, e vieram para o Porto. João Antonio Ribas pôde então dedicar-se ao estudo com mais persistencia, tendo por mestre no violino João Machado de Paiva, e no violoncello um artista italiano chamado Fenzi, que então residia no Porto. Em 1818 era já director da orchestra do theatro de S. João, onde frequentemente se apresentou como solista. Tocava violino, trompa, violoncello, flauta, oboé, fagote, clarinete e clarim. Tendo-se alistado n'um dos batalhões de voluntarios constitucionaes, viu-se obrigado, em 1828, a emigrar com elle para a Galliza, mas sendo ali reconhecido como hespanhol, foi preso e conduzido á cadeia de S. Thiago Mesmo na prisão, sabendo que na capella da cathedral havia um logar vago de primeiro trompa, preparou-se para obtel-o por concurso, o que pôde conseguir juntamente com a liberdade. Algum tempo depois, procurando melhorar de fortuna, foi para Madrid, e alcançou o logar de quarto contrabaixo na orchestra do Theatro Real. Como reconhecessem o seu merecimento, logo na epoca seguinte passou a primeiro violoncello, e algum tempo depois ganhou em concurso a cadeira de professor do mesmo instrumento no Conservatorio. No exercicio do professorado escreveu um *Methodo de Violoncello*, que foi adoptado. As discordias politicas em Hespanha tornaram, porém, muito precaria a situação dos artistas, e tendo findado em Portugal a guerra civil, Ribas resolveu voltar para o Porto, em 1835, trazendo a familia que já creára N'esta cidade se estabeleceu definitivamente, occupando novamente o logar de director da orchestra no theatro de S. João. Realizou então differentes concertos, em um dos quaes, em 28 de agosto de 1847, apresentou seus filhos, tocando elle um solo de violoncello da sua composição; seu filho Eduardo cantou trechos de varias operas, Hypolito tocou uma phantasia de flauta, composta por elle, Nicolau estreou-se como solista, executando uma peça intitulada *Saudades de Guimarães*, composição do marquez de Chardonay, e Florencio, o menos conhecido dos irmãos Ribas, acompanhou ao piano. Durante o longo tempo em que foi director da orchestra do theatro de S. João, escreveu e arranjou muita musica para bailados, assim como para varias peças dramaticas, contando-se entre ellas *A Graça de Deus*, antigo drama muito popular no Porto, e para o qual outros compositores tambem escreveram a musica. Com a de João Ribas representou-se em 20 d'abril do 1847. Compoz muitas peças para violino e para outros instrumentos, para orchestra e banda militar. Em 1857 publicou uma collecção de cantos populares, com o titulo: *Album de musicas nacionaes portuguezas constando de Cantigas e Tocatas usadas nos differentes Districtos e Comarcas das Provincias da Beira, Traz os-Montes e Minho.* Foi d'esta collecção, que o maestro Victor Hussla extrahiu a maior parte dos themas para as suas *Rapsodias Portuguezas.* Em 1857 suscitaram-se grandes desavenças entre a familia Ribas e a maioria dos musicos portuenses, resultando escandalosa polemica nos jornaes, e por fim a demissão de João Ribas e de seus filhos dos logares que occupavam no theatro de S. João. O pae tambem se demittiu do cargo de presidente, que exercia na Associação que elle mesmo havia organisado Dois annos, depois estando os animos mais serenados, os artistas reasumiram os seus antigos logares. Mais tarde, Nicolau Ribas substituiu seu pae na direcção da orchestra. Era cinco os filhos de João Antonio Ribas, sendo todos musicos, distinguindo-se Nicolau, como um dos mais notaveis artistas d'esta familia.—*Eduardo Medina Ribas;* foi cantor. Tinha voz de baritono, e cantou no Porto e em varios theatros de Hespanha; esteve escripturado como comprimario no theatro de S. Carlos de Lisboa, na epoca de 1848 1849.—*Florencio Ribas;* era pianista. Figurava nos concertos dados pela familia, acompanhando seus irmãos. Parece que falleceu no Porto.—*Hypolito Medina Ribas;* flautista distincto. N. no Porto em 1825, onde tambem fal. em 15 de novembro de 1885. Foi discipulo do professor João Parado. Desde muito novo que occupou o logar de primeiro flauta no theatro de S. João. Dedicou se tambem á composição, e escreveu aberturas para orchestra, missas, psalmos de vesperas, etc. Tambem escreveu para diversas peças theatraes, em que se conta a comedia *O pae d'uma actriz*, que se representou no theatro de S. João em 27 de novembro de 1845. Na Bibliotheca d'Ajuda existia uma partitura autographa de Hypolito Ribas, com este titulo: *Cantata com acompanhamento de piano executada a grande orchestra no baile da Associação Commercial Portuense, na noite de 24 de novembro de 1863, composta e reverentemente offerecida a S. S. M. M. o sr. D. Luiz I e sr.ª D. Maria Pia.*—*João Victor Ribas.* Violinista, que desde muito novo se estabeleceu no Rio de Janeiro, onde foi professor muito apreciado, exercendo tambem as funcções de director do theatro lyrico. Fal. n'aquella cidade em 26 de janeiro de 1856.—*Nicolau Medina Ribas.* Violinista muito distincto e compositor. Foi discipulo de seu pae, e ainda muito novo entrou para a orchestra do theatro de S. João. Vendo, porém, João Ribas quanta vivacidade este seu filho mostrava, e quantos progressos rapidamente fazia, resolveu aproveitar-lhe o mais possivel a vocação, enviando-o a Bruxellas afim de que se aperfeiçoasse no conservatorio d'aquella cidade, recebendo lições do grande mestre de violino, Charles de Bériot. Passado algum tempo, durante o qual tambem fez tirocinio na orchestra do theatro de *La-Monnaie*, regressou ao Porto, como artista perfeito e correcto. Fôram immensos os concertos em que se

apresentou, tanto no Porto como em Lisboa, Coimbra, e outros pontos do paiz, sendo em toda a parte sempre muito applaudido, mas sobretudo no Porto, onde era estimado como artista da mais elevada categoria. Occupou durante muitos annos o logar de primeiro violino chefe na orchestra do theatro de S. João, e foi um dos fundadores da Sociedade de Musica de Camara organisada no Porto, em 1874. Tambem fez parte das orchestras dos theatros Baquet e Principe Real, onde tocavam egualmente artistas distinctos. Escreveu grande quantidade de musica para violino, phantasias sobre operas, trechos originaes, estudos, etc. Uma parte d'estas composições estão publicadas, como: *Hommage à mon professeur Charles de Beriot*; *Six Préludes—Impromptus pour le violon*. Op 26; *Hommage à Sa Magesté Don Luiz I. Roi de Portugal; Six Préludes-Etudes pour violon, dediés à ses Eleves*. Op. 33; *Hommage à la Presse Portugaise; Six Préludes Etudes pour violon*. Op. 34; *Au Célèbre Maitre Charles Marie Widor; Souvenir d'Amitié, morceau de Salon pour violon et Piano*. Op. 35. Ligado por casamento a uma familia opulenta o achando-se a coberto das necessidades quotidianas, abandonou o exercicio profissional, mas não deixou de cultivar a arte, senão quando a doença lh'o não permittiu. Falleceu, depois de soffrimentos dolorosos, a 3 de março de 1900.

Ribas *(José Maria)*. Professor de flauta, e artista muito apreciado. Era filho de José Ribas, e tambem passou a infancia acompanhando seu pae no serviço militar durante as guerras napoleonicas, assim como seu irmão João Antonio Ribas, vindo depois com elles para o Porto. Serviu no exercito portuguez, fazendo parte dos batalhões de milicias de Monsão, Feira e Porto. Quando era creança tocava flautim, mas depois dedicou-se ao clarinete em que se tornou muito habil. Era por esse tempo João Parado um flautista, que disfructava grande popularidade no Porto, e José Maria Ribas, estimulado com o exemplo, dedicou se de novo ao estudo da flauta, e não tardou em se tornar émulo de João Parado. Em setembro de 1825 veiu a Lisboa, e deu alguns concertos no theatro do Bairro Alto, recebendo grandes applausos. Em 1828, contando aproximadamente 25 annos de edade, aventuras amorosas e ardente desejo de gloria, o levaram a Londres, onde obteve logar no theatro de Couvent-Garden. Por morte do célebre flautista inglez Carlos Nicholson, succedida em 1835, ficou José Maria Ribas sendo o primeiro flautista da capital ingleza, occupando os logares que o fallecido deixára vagos nas orchestras do theatro Real e da Sociedade Philarmonica. Dirigiu os trabalhos do fabricante de flautas Scott, de quem veiu a ser genro; as flautas do modelo *J. M. Ribas* fôram premiadas na exposição universal de Londres de 1851. Em 1841 veiu a Paris, Madrid e Porto, sendo muito festejado n'esta ultima cidade, dando um concerto no theatro de S. João em 11 de janeiro de 1842. *O Periodico dos Pobres*, noticiando esta festa, uma das memoraveis que tem havido no Porto, conclue: «No fim das ultimas variações o do espectaculo, foi o beneficiado unanimemente chamado fóra, e recebeu estrondosos vivas que elle agradeceu em uma pequena fala, dizendo que dois dias de gloria contava em sua carreira artistica: primeiro quando foi nomeado primeiro flauta da opera em Londres, e o segundo este em que o applaudiam os portuenses, a quem elle devia a existencia na carreira artistica com tanta aceitação.» Achando se avançado em annos e possuindo sufficientes recursos para descançar, resolveu em 1851 abandonar a vida activa de Londres, e regressou ao Porto, onde chegou a 10 de agosto d'aquelle anno. *O Periodico dos Pobres* de 11 de agosto de 1851, dá assim a noticia: «O sr. Ribas *(José)* 1.º flautista do theatro Real de Londres, chegou esta manhã no paquete. Este abalisado professor que por bastantes annos residiu entre nós, e de quem na sua visita a esta cidade ha poucos annos os portuenses tiveram occasião de admirar o mimo e maestria pelos quaes se havia tornado um dos mais nomeados artistas da Europa n'aquelle instrumento, vem estar algum tempo n'esta cidade, e depois se dirige a Madrid.» Não se sabe se effectivamente José Maria Ribas foi a Madrid n'esta epoca, mas é certo que esteve em Lisboa, tocando n'uma recita no theatro de S. Carlos em 6 de março de 1852, e n'outra no de D. Maria II, em 31 do mesmo mez. Veiu com elle uma senhora Miss Scott, que o acompanhava ao piano, e tocava concertina, instrumento muito favorito dos inglezes Ribas apresentava-a como sua discipula. Miss Scott deu um concerto no salão da Sociedade Philarmonica do Porto, em 2 de julho de 1853, annunciando que seria um concerto despedida; mas não se despediu de todo, conservando se na companhia do professor, tomando parte nos concertos quo elle annualmente deu até 1859, na mesma Sociedade Philarmonica. O ultimo d'esses concertos foi a 26 de abril do referido anno. Ribas não tocou mais; dedicando-se ao ensino, especialmente da concertina, que elle tambem tocava como a sua discipula, e assim passou descançadamente o resto da vida, fallecendo em 1 de julho de 1861. *O Nacional* de 15 d'esse mez, dedicou á sua memoria um intenso panegyrico, assignado por Simões Ferreira. José Maria Ribas escreveu muita musica para flauta, a maior parte da qual se imprimiu em Londres. As mais notaveis das suas obras, segundo o citado panegyrico, são as Phantasias 4.ª, 7.ª, 8.ª e 9.ª; duas collecções de estudos e os concertos ineditos, 3.º e 4.º

Ribas. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Celorico de Basto, distr. e arceb. de Braga; 265 fog. e 1:064 hab. Está situada a 7. k. da margem direita do rio Tamega e a 11 da séde do conc. A mitra primacial apresentava o reitor, que tinha 160$000 reis de rendimento. A terra é fertil; cria muito gado, tem caça, e muito peixe, que lhe vem do rio Tamega. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. N'esta pov. houve um convento de conegos regrantes de Santo Agostinho (cruzios), fundado por D. João Peculiar, arcebispo de Braga. A egreja d'este convento é hoje a matriz da freguezia || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Alhadas, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || S. Mamede, de Argeriz, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real. || Santo Estevão, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel, de Caldas de Vizella, do mesmo conc. e distr. || S. Thiago, de Carvalhaes, com. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Castanheira, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. ||

Santa Eulalia, de Crespos, conc. e distr do Braga. || S. Martinho, de Escapães, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Freixo de Cima, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Martinho, de Lagares. conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Verissimo, de Lagares, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || S. Thiago, de Mesquinhata, conc. de Baião, do mesmo distr. || Santa Maria, de Oliveira, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S João Baptista, de Pinheiro, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || Santa Eufemia. de Prazins, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Thiago de Rebordões, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto || S. Thiago, de Rio Meão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Sanfins de Ferreira, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Santa Maria, de Refojos do Lima, conc de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro Fins, de Torno, concelho da Louzada, districto do Porto. || O Salvador, de Travanca, concelho de Amarante, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Vena de, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Santo Estevão, do Villa Chã do Marão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || N. S.ª da Apresentação, de Macieira, conc. de Sernancelhe, distr. de Vizeu

Ribas de Algaça. Pov. de Santa Maria, de Arrifana,conc. de Poiares, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural.

Ribas Altas. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Ilhavo, distr. de Aveiro.

Ribas de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Saturnino, de Fanhões, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Ribas da Picheleira. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Ilhavo, distr. de Aveiro.

Ribeira. Appellido nobre, cuja familia veiu de Hespanha, e tinha o seu solar na Galliza. Passou a Portugal no reinado de D. Manuel, que o trouxe Ruy Dias da Ribeira. Este fidalgo foi alcaide-mór da villa da Amieira. Foi seu filho, Damião Dias da Ribeira, escrivão da fazenda de D. João III a quem este monarcha deu brazão d'armas, na cidade de Evora, no 1.º d'abril de 1526, composto da fórma seguinte: Em campo azul, um leopardo de prata, passante, armado de ouro: chefe de ouro, carregado de tres estrellas, de púrpura, de cinco pontas. Timbre, o leopardo do escudo, com uma das estrellas na espadua.

Ribeira. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 341 fog e 1:419 hab.. Tem esc. do sexo masc. e est.post.Dista 1 k. da séde do conc. e está situada a 1 k da margem esquerda do rio Lima. O morgado dos Pereiros, de Mazarefes, apresentava o abbade, que tinha 900$000 reis de rendimento annual. A terra é muito fertil, e cria muito gado, que exporta. Houve aqui um mosteiro de monges benedictinos, muito antigo, que passou a abbadia secular, do couto de Paradella, pertencente á casa dos Azevedos; estava situado no logar de Fonte Coberta. Ainda no meado do seculo XIX existia a bonita e grande capella de *N. S.ª da Abbadia*, assim chamada em memoria do mosteiro. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Matheus, da prov. do Minho, conc. de Terras de Bouro, com. de Vieira, distr. e arceb. do Braga; 70 fog. e 293 hab. Tem correio com serviço de posta rural e uma fabrica de vellas de cêra. Dista 6 k. da séde do conc. A mítra apresentava o abbade, que tinha 300$000 reis de rendimento annual. E' terra fertil em cereaes, legumes e fructas. Cria muito gado e nos seus montes ha muita caça, grossa e miuda, cêra e mel. Pertence a pov. á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. N'esta freg. passa o rio Homem, que rega e traz muito peixe. Por este motivo se chamava n'outro tempo a esta freguezia *Ribeira do Homem*. || Povoações nas freguezias: Santa Eufemia, de Agilde, conc de Celorico de Basto, distr. do Braga || S. Thiago, de Almelaguez, conc. e distr. de Coimbra. || S. Thiago, de Anha, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Antime, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Martinho, de Argoncilhe, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Romão, de Arões conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Aroza, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Pedro, de Arreigada, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Pedro, de Bairro, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Miguel, de Bairros, conc. do Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Cosme, de Besteiros, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Borba da Montanha, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || || S. José de S. Lazaro, conc. e distr. de Braga. || Santo Estevão, de Briteiros, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Nicolau e conc. de Cabeceiras de Basto, do mesmo distr. || S. Jeronymo, de Cabra, conc. de Gouveia, distr. da Guarda. || Santa Maria, de Caires, conc. de Amares, distr. de Braga. || Ilha da Madeira; S. Braz, de Campanario, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal. || S. Miguel, de Carreira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. João Baptista e conc. do Cartaxo, distr.de Santarem || N S.ª da Conceição, de Carvalho, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Castellões, conc. de V. N de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro. || N. S.ª do Rosario, de Cepões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Cernadello, conc. da Louzada, distr. do Porto. || Santo André, de Christellos, do mesmo conc. e distr. || S. Thomé, de Covellas, conc. de Baião, do mesmo distr. || Santa Maria, de Covello, conc. de Gondomar, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Crespos, conc e distr. de Braga. || S. Pedro, de Croca, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || N. S.ª da Esperança, de Ermida, conc. da Certã, distr de Castello Branco. || S. Christovão, de Espadanedo, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu || S. Pedro, de Espinho, conc. de Mortagoa, do mesmo distr. || S. Pedro, de Esther, conc. de Castro Daire, do mesmo distr. || S. Thomé, de Estorãos, conc de Fafe, distr. de Braga. || S. Thiago, de Faria, conc. de Cabeceiras de Basto, do mesmo distr. || Ilha das Flôres; N. S.ª dos Remedios, de Fajãsinha, conc. das Lagens das Flôres, distr. de Horta,Açôres. || S. Paio de Farinha Pôdre, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S. João Baptista, de Foz do Sousa, conc. de Gondomar. distr. do Porto. || S. Lourenço, de Francos conc. de Lourinhã, distr. de Lisboa || N. S.ª da Expecta-

ção, de Freixo da Serra, conc. de Gouveia, distr. da Guarda. || Santa Margarida, de Fundada, conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco. || O Salvador, de Gallegos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Gatão, conc. de Amarante, do mesmo distr. || S. Pedro, de Goães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga || Santa Maria, de Guardizella, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Paio, de Gueral, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || O Salvador, de Infesta, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || Santo Isidoro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || O Salvador, de Joanne, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || S. Julião, de Lage, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Lago, conc. de Amares, do mesmo distr. || Santa Maria e conc. de Lagos, distr. de Faro. || Santa Maria, de Lijó, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção, de Linhares, conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda. || O Salvador, de Lordello, conc do Paredes, distr. do Porto. || S. Pedro, de Loureiro, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Thiago, de Lourosa, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Silvestre e conc. da Louzã, distr. de Coimbra. || N S.ª da Luz, de Maceira, conc. e distr. de Leiria. || Santa Eulalia, de Macieira de Sarnes, conc. de Oliveira de Azomeis, distr. da Feira. || Santo André e conc. de Mafra, distr. do Lisboa. || Ilha da Madeira; Santa Maria Magdalena, de Magdalena do Mar, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || Santa Christina, de Mançôres, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Margaride, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Maria, de Maurelles, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || S. Romão, de Mesão Frio, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª das Neves, de Midões, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Milharado, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. do Faro. || O Salvador, de Arnoso-Mosteiro, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Martinho, do Moure, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Thomé, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem. || S. Clemente, de Paços de Gaiollo, conc. do Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Pedro e conc. de Penedono, distr. de Vizeu || S. Christovão, de Pico de Regalados, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Ilha da Madeira; N. S.ª da Luz e conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal; || S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. do Leiria. || N. S.ª das Neves, de Pousaflôres, conc. de Ancião, do mesmo distr || Santo Thirso, de Prazins, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Recezinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Miguel, do Refojos de Basto, conc. de Cabeceiras do Basto, distr. de Braga. || Santa Comba, de Regilde, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Silvestre, de Requião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Martinho, de Rio de Moinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porta. || S. Pedro, de Roriz, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Martinho, de Saude, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S Pedro, de Serreleis, conc. e distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Conceição e conc. de Silves, distr. de Faro. || S. Miguel, de Soutello, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Silvestre, de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Ilha da Madeira; Santissima Trindade, de Tabua, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || Santo André, de Tellões, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Torquato, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || O Salvador, de Touguinhó, conc. de Villa do Conde, distr. de Braga. || N. S.ª da Oliveira, de Tramagal, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Santa Leocadia, de Travancas, concelho de Sinfães, districto de Vizeu. || Santa Marinha, de Tropeço, concelho de Arouca, districto de Aveiro. || S. João Evangelista, de Ucanha, conc. de Tarouca, distr. de Vizeu. || S Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção, de Vide, conc. de Ceia, distr. da Guarda. || Santo Estevão, de Villa Chã do Marão, conc. do Amarante, distr. do Porto. || Santo Adrião e conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Miguel, de Villela, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Martinho de Villa Fria, conc. e distr. de Vianna do Castello. Tem correio com serviço do posta rural || N S.ª da Purificação, de Assentiz, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || S. Bartholomeu, de Aldeia das Dez, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Santa Maria Maior e conc. de Alijó, distr. de Villa Real. || N. S.ª da Conceição e conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || S. Pedro, de Seixo do Ervedal, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a-Nova, distr de Castello Branco. || Ponta da ilha de S. Miguel, Açôres. Tambem é chamada *Ponta do Nordeste*, por ficar no extremo NE da ilha || Ponta situada na costa N, da ilha de Santa Maria, Açôres.

Ribeira Abaixo Pov. na frog. de S. Pedro, de Barcarena, conc. de Oeiras, distr. de Lisboa.

Ribeira do Abbade. Pov. na freg. de S. Verissimo, de Valbom, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Ribeira Acima. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de S. Thiago, de Ribeira Secca, conc. de Calheta, distr. de Angra do Heroismo, Açôres.

Ribeira do Açôr. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Ribeira d'Agua. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Santa Cruz, districto do Funchal.

Ribeira d'Agua Alta. Pov. na freg. de Santo André, de Boidobra, conc. da Covilhã, distr de Castello Branco.

Ribeira d'Agua Alto Pov. na freg. de S. Martinho e conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Ribeira d'Agualva. Ilha Terceira, Açôres; pov. na freg. do Espirito Santo, de Villa Nova, conc. da Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo.

Ribeira da Aldeia. Pov. na freg. de Santo André, de Varzea da Ovelha. conc. do Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Ribeira d'Além. Pov. na freg. de Santa Christina, de Arões, conc. de Fafe, distr, de Braga.

Ribeira d'Alferce. Pov. na freg. de S. Romão, de Alferce, conc. de Monchique, distr. de Faro.

Ribeira d'Alge. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Aguda, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Ribeira d'Alijó *(Antonio Julio de Castro Pinto de Magalhães, 2.º visconde da).* Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, cavalleiro da da Torre e Espada, e da Legião de Honra de França; coronel de milicias da provincia de Moçambique e antigo secretario geral do governo da mesma provincia, deputado, bacharel em philosophia pela Universidade de Coimbra, etc.. N. em Alijó a 4 d'abril de 1814; fal. a 5 de dezembro de 1875. Era filho do 1.º visconde da Ribeira d'Alijó, Joaquim Pinto de Magalhães, e de sua mulher D. Barbara Emilia de Castro Pimentel da Mesquita Magalhães. Alistando se em 1832 no batalhão de caçadores n.º 5, durante o cêrco do Porto, serviu até ao fim da campanha, distinguindo-se em varias acções pela sua bravura e merecendo, pelo denodo e intrepidez de que deu provas n'um d'esses combates, ser agraciado com a medalha da Torre e Espada. Matriculando se depois na Universidade, obteve o grau de bacharel em philosophia, e tendo servido o cargo de secretario do governo geral da provincia de Moçambique, e dando se especialmente ao estudo de questões coloniaes, entrou na qualidade de primeiro official na secretaria do conselho ultramarino, quando este foi reorganisado em 1851. Elevado, depois, a secretario d'esse tribunal, ficou, pela extincção d'elle, addido á secretaria de estado dos negocios da marinha e ultramar, e sendo nomeado director do Museu Colonial, organisou esse util estabelecimento e classificou os objectos que o compunham, revelando n'esse trabalho profundos conhecimentos de sciencias naturaes, e conseguindo, apesar dos poucos meios de que dispunha e das difficuldades com que teve de luctar, reunir importantes collecções de productos das nossas colonias. Pelos serviços que prestou n'esta e em outras commissões, que desempenhou sempre com notavel proficiencia e muito zelo, foi agraciado com a commenda da Conceição e com o habito da Legião de Honra, recebendo por decreto de 30 d'abril de 1874 o titulo de visconde da Ribeira de Alijó Foi deputado pela provincia d'Angola em varias legislaturas, sustentando com energia na camara os interesses d'aquella provincia ultramarina, e na legislatura de 1875 foi eleito pelo circulo de Alijó, terra da sua naturalidade, mas a doença que o accommetteu, não lhe permittiu tomar grande parte nos trabalhos parlamentares. Casou a 14 de setembro de 1842 com D Gertrudes Eduarda d'Oliveira Duarte, filha de Antonio Francisco de Oliveira Duarte, negociante de grosso tracto da praça do commercio de Lisboa e capitalista, e que por largos annos foi director do antigo Banco de Lisboa, e de sua mulher, D. Marianna Izabel Pinto d'Oliveira Duarte. O brazão d'armas dos viscondes d'Alijó foi concedido a este 2.º visconde, por alvará de 28 de agosto de 1860. Consta do seguinte: Escudo esquartelado: no primeiro quartel as armas dos Mesquitas: Em campo de ouro cinco cintas de vermelho postas em banda, com tachões de fivellas de prata nilados, e uma bordadura de azul, com sete flôres de liz; no segundo as armas dos Castros dos antigos condes de Basto e Monsanto: Em campo de ouro treze arruellas de azul em tres palas; no terceiro quartel as armas dos Pimenteis: Em campo verde cinco vieiras de prata postas em santor, com orla de prata carregada de oito cruzes potenteas, ou patras, de vermelho; e no quarto, as armas dos Gouveias: Escudo partido em pala; na primeira, em campo vermelho, seis bezantes de prata entre uma cruz dobre e bordadura de ouro; na segunda, em campo de prata, seis arruellas de azul.

Ribeira d'Alijó *(Joaquim Pinto de Magalhães, 1.º visconde da).* Fidalgo da Casa Real e proprietario. N. em 1875, fal. a 3 d'abril de 1874. Era filho de José Pinto de Magalhães, cavalleiro da ordem de S. Thiago da Espada e proprietario, e de sua mulher, D. Sancha Teixeira de Azevedo Pinto de Magalhães. Foi agraciado com o titulo de visconde da Ribeira de Alijó, por decreto de 21 de novembro de 1867. Casou em 1812 com D. Barbara Emilia de Castro Pimentel da Mesquita Magalhães, filha de José Ferreira de Macedo, cavalleiro da ordem de Christo, agente commissario da antiga Companhia das Vinhas do Alto Douro e proprietario, e de sua mulher D. Leonor da Mesquita Gouveia de Castro Souto Maior.

Ribeira de Alijó *(Roberto Augusto Pinto de Magalhães, 3.º visconde da).* Fidalgo da Casa Real commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; bacharel formado em Medicina pela Universidade do Coimbra, proprietario, etc. N. em Alijó a 14 de abril de 1822, onde tambem fal. a 19 de janeiro de 1892. Era filho do 1.º visconde da Ribeira de Alijó, Joaquim Pinto de Magalhães, e de sua mulher, D. Barbara Emilia de Castro Pimentel da Mesquita Magalhães; irmão do visconde d'Arriaga, Joaquim Pinto de Magalhães, e do 2.º visconde da Ribeira d'Alijó Antonio Julio de Castro Pinto de Magalhães. Concluiu a sua formatura em 1852, e poucos annos depois, demonstrou, por incontestaveis factos, o seu caracter benevolo e desinteressado, prestando caritativamente auxilios clinicos relevantes, e concorrendo com a maior dedicação no emprego de meios conducentes a debelar a epidemia da cholera morbus, que em 1855 desvastou a população de Alijó. Militando no partido regenerador, como seus irmãos, acima citados, tomou parte muito activa na politica, sendo no seu conselho, por muitos annos, o chefe d'esse partido. Muito modesto, não desejou nunca evidenciar-se, como politico, e por isso rejeitou sempre as candidaturas para deputado, que directamente lhe fôram offerecidas por Fontes Pereira de Mello, e pertinazmente se recusou a preencher a vaga deixada no parlamento por seu irmão, o 2.º visconde da Ribeira de Alijó, na eleição que se seguiu á sua morte. Exerceu varios cargos publicos, sendo alguns d'elles da eleição popular. Foi procurador á Junta Geral do Districto de Villa Real, e durante 19 annos presidente da camara municipal de Alijó. Casou na Pesqueira em 18 de dezembro de 1854, com D. Quiteria Emilia Pinto da Mesquita Gouveia, sua prima, filha de José Pinto de Magalhães Gouveia, e de sua mulher D. Jacinta Antonia Gomes de Carvalho Pinto. Succedeu no titulo a seu irmão, o 2.º visconde, o qual lhe foi renovado por decreto de 16 de novembro de 1876. O vis-

coude da Ribeira d'Alijó era muito considerado na terra da sua naturalidade, que elle muito amava, e a que prestou numerosos beneficios, promovendo importantes melhoramentos.

Ribeira de Alijó. Aldeia na prov. de Traz-os Montes, conc. e distr. de Villa Real. Pertence á freg. de Alijó.

Ribeira Alta. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Algoz, conc. de Silves, distr. de Faro. || Pov. da freg. de S. Pedro, apostolo, no conc. de Santo Antão, archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeira de Amaro. Ilha de Santa Maria; pov. na freg. de Santa Barbara, conc de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada, Açôres.

Ribeira de Santo Amaro e Porto Pereiro São duas povoações reunidas, na freg. de S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, districto de Leiria.

Ribeira dos Amiaes. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Ribeira de Ancião Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Albiul, conc. de Pombal distr. de Leiria.

Ribeira de Antanhol. Pov. na freg. de N. S.ª d'Alegria, de Antanhol, conc. e distr. de Coimbra.

Ribeira da Antoninha. Ribeira que corria, n'um grande e profundissimo valle de que tirava o nome, na ilha do Fogo, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. As lavas da erupção de 1817 encheram totalmente esse valle.

Ribeira de Antonio Gomes. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da ilha de S. Vicente, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeira de Arade. Pov. na freg. de S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro.

Ribeira das Arcas. Pov. na freg. de S. Pedro, de Mões, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu

Ribeira da Areia Povoações nas freguezias: Ilha Terceira, Açôres, conc da Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo: pov. na freg. de S. Miguel, de Lages; e do Espirito Santo, de Villa Nova. || Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Norte Grande, conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo, Açôres.

Ribeira de Arronches. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Alegrete, conc. e distr. de Portalegre. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Arronches, do mesmo distr. || S. Gregorio, de Reguengo, concelho de Portalegre, do mesmo districto.

Ribeira de Avela. Pov. na freg. do Salvador, de Pombeiro, conc. d'Arganil, distr. de Coimbra.

Ribeira de Avellãs. Pov. na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Ribeira da Azenha. Pov. na freg. de S. Sebastião, do Espinhal, concelho de Penella, distr. de Coimbra.

Ribeira Baixa. Pov. na freg de N. S.ª da Piedade, de Algoz, concelho de Silves, distr. de Faro.

Ribeira de Baixo. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Adaúfe, conc. e distr. de Braga. | Santa Maria Magdalena, de Alcobertas, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || Santos Cosme e Damião, de S Cosmado, conc. de Armamar, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Ossella, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. João Baptista e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || S. Pedro do mesmo conc. e districto. || S. Cosme, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr do Porto. || N. S.ª da Purificação, de Villa Maior, conc de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Ribeira da Bajouca. Pov na freg. de N. S.ª da Piedade, de Monte Redondo, conc. e distr. de Leiria.

Ribeira da Baleia. Pov. da freg. de N. S.ª da Luz, no conc da ilha S. Vicente, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeira da Barca Ponta situada na costa O da ilha de S. Thiago, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Porto situado na costa O da mesma ilha e prov. E' frequentado apenas por pequenos barcos de cabotagem. || Pov. da freg. e conc. de Santa Catharina, na ilha de S. Thiago, do mesmo archipelago e prov. Está situada na costa O, em terreno baixo, proximo do porto do seu nome, e no fertil valle da Ribeira da Barca.

Ribeira do Barco. Pov. na freg de Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Ribeira da Barqueira. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Egreja Nova do Sobral, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Ribeira de Bartholomeu. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Margem, conc. de Gavião, distr. de Portalegre.

Ribeira do Bello. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Rosaes, conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo, Açôres.

Ribeira do Bilhar. Pov da freg. de N. S.ª da Conceição, no conc da ilha do Fogo, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeira da Boa Esperança. Ribeira da ilha da Boa Vista, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeira das oas [illegible]iras. Povoação na freguezia de N. S.ª do Pranto, de Panascoso, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Ribeira dos odes. Pov. da freg. de S. João Baptista, no conc. de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeira de Bolção. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Bucellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Ribeira do Bom Nome. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Bucellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Ribeira de Borba. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves e conc. de Borba, distr. de Evora.

Ribeira Braga. Pov. da freg. do Santo Crucifixo, no conc. de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeira Branca. Pov. e freg de N. S.ª da Conceição, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Torres Novas, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 242 fog. e 931 hab. Tem est. post. e esc. do sexo masc. Dista 4 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Almonda. O prior da freg. de S. Pedro, de Torres Novas, apresentava o cura, que tinha 60 alqueires de

trigo e 25 almudes de vinho. A terra é fertil. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa.

Ribeira Brava *(Francisco Correia Heredia Junior, visconde da)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador de varias ordens militares, antigo deputado, governador civil dos districtos de Bragança e de Beja, proprietario na ilha da

Visconde da Ribeira Brava

Madeira e na prov. do Alemtejo, etc. N. a 2 d'abril de 1852, sendo filho de Antonio Correia Heredia, conselheiro, antigo deputado, alto funccionario publico durante muitos annos, etc., e de sua mulher D. Anna Bettencourt de Heredia. Esta familia descende em linha recta de D. Antonio Heredia, que veiu para Portugal, em 1610, no reinado de Filippe III, como governador militar e capitão-general da Ilha da Madeira. Desde então, muitos membros d'esta familia se teem distinguido, quer nas armas, quer na politica. O visconde da Ribeira Brava, desde muito novo se evidenciou pela sua figura insinuante e pelas suas qualidades de *sportman*, sendo cavalleiro consummado e mestre no jogo das armas Tem sido deputado n'algumas legislaturas, eleito por diversos circulos; presidente d'algumas municipalidades, governador civil de Bragança e de Beja, districtos em que dispõe de grande influencia. O seu nome está ligado a importantes melhoramentos publicos. E' laureado com a medalha da Associação de Agricultura Portugueza. No primeiro congresso agricola que se realisou no paiz, foi alvo d'uma manifestação brilhante, depois d'um notavel discurso que pronunciou em defeza dos interesses agricolas. Em 1904 exercia o cargo de commissario regio do ministerio do Ultramar para os effeitos da portaria de 12 de agosto de 1899. O titulo foi lhe concedido por decreto de 4 de maio de 1872. Casou com D. Joanna Gil Borgia de Menezes e Macedo, filha d'um rico proprietario no Alemtejo, e de sua mulher D. Maria d'Assumpção de Gama Lobo. O seu brazão d'armas é assim composto: Escudo partido em pala; na primeira as armas dos Correias de Paio Ramires: Em campo de ouro fretado de correias sanguinhas repassadas umas por outras de seis peças, tres em banda e outras tres em contrabanda; na segunda pala, as dos Heredias: Em campo vermelho cinco castellos de prata em santor; timbre, o dos Correias: dois braços armados de prata com as mãos abertas e as palmas para a frente, atadas pelos pulsos com uma correia sanguinha.

Ribeira Brava. Villa e freg. de S. Bento, conc. e com. de Ponta do Sol, distr. e bisp. do Funchal, ilha da Madeira; 994 fog. e 4:791 hab. E' de fundação relativamente moderna, e está situada n'uma chapada maritima, junto a uma caudalosa ribeira de que tomou o nome. Tem passeio publico, praça de peixe, dois açougues particulares, duas capellas, uma com a invocação de S. João, e outra com a de N. S.ª da Conceição; duas philarmonicas, est. post. e telegr., fabrica de distillação de aguardente, fabrica de massas, medicos, escolas d'ambos os sexos, etc. Pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr de recrut. e res. n.º 27, com a séde no Funchal. || Villa e freg. de N. S.ª do Rosario, séde do conc. da ilha de S. Nicolau, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situada a SE e a cêrca de 7 k. do porto da Preguiça, na quebrada d'uma montanha, cercada d'altos cabeços que no tempo das aguas fazem engrossar a torrente d'uma ribeira que atravessa a villa pelo meio, e que da sua impetuosidade tomou o nome de *Brava*, que tambem foi dado á villa. Ribeira Brava é a principal povoação da ilha, e das melhores do archipelago, apezar das suas ruas estreitas e tortuosas. A sua pessima situação torna-lhe em extremo desfavoraveis as condições de salubridade, e é por isso que nas epidemias que se teem manifestado no archipelago, a villa da Ribeira Brava tem sido duramente flagellada. E' fertil em milho, feijão, mandioca, aguardente, assucar de canna, tabaco e café. Tem cathedral, est. post., e escolas. || Ribeira da ilha de S. Nicolau, archipelago e prov. de Cabo Verde. E' caudalosa, principalmente no inverno, e tem o nome de *Brava* pela impetuosidade da sua corrente. Atravessa a villa capital da ilha, e vae desaguar na costa de SE.

Ribeira do Braz. Povoações nas freguezias: Santo Aleixo, de Becco, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição, de Arega, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || Pov. da freg. de N. S.ª do Rosario, no conc. de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeira dos Burros. Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, do conc. de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeira das Cabeçadas. Pov. da freg. de S. Pedro Apostolo, no conc. de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeira de Cabo. Ilha do Fayal; pov. na freg. da Santissima Trindade, de Capello, conc. e distr. de Horta, Açôres || Ilha do Pico; pov. na freg. da Santissima Trindade e conc. de Lagens do Pico, do mesmo districto.

Ribeira das Cabras. Ilha do Fayal; pov. na reg. de N. S.ª das Dôres, de Praia do Norte, conc. e distr. da Horta.

Ribeira da abrella. Pov. na freg. de S. João Degolado, de Terrugem, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Ribeira de Cabral. Pov. na freg. de S. Christovão, de Parada de Cunhos, conc. e distr. de Villa Real.

Ribeira da Caixa. Pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal. || Pov. da freg. de N. Sª da Luz, no conc. e ilha de S. Vicente, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeira da Caixa Debaixo. Ilha da Madeira; pov. na freg. da Santissima Trindade, de Tabua, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Ribeira das Caldas. Pov. na freg. de N. S.ª do Populo e conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Ribeira Calhau. Pov. do conc. o ilha de S. Nicolau, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pov. da freg. de N. S.ª da Luz, no conc. e ilha de S. Vicente, no mesmo archipelago e provincia.

Ribeira da Calheta. Ilha de S. Jorge; pov na freg. de Santa Catharina e conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo, Açôres.

Ribeira de Campello. Pov. na freg. de S. Pedro, de Varzea, conc. de Goes, distr. de Coimbra

Ribeira dos Carinhos Pov. o freg. de S. Sebastião, da prov. da Beira Baixa, conc., com, distr. e bisp. da Guarda; 112 fog. e 363 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Dista 14 k. da séde do conc. Está situada na margem d'uma pequena ribeira do mesmo nome, affluente da ribeira das Cabras. Tambem é chamada *Ribeira dos Carrinhos*. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. Por decreto de 12 de julho de 1895 foi esta freg annexada ao conc. de Pinhel, voltando para o da Guarda, por decreto de 13 de janeiro de 1898.

Ribeira da Carpinteira. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Ribeira de Carriços. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Paião, conc. de Figueira da Foz, distr do Coimbra.

Ribeira das Casas. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Villarinho, conc. de Louzã. distr. de Coimbra || S. Bento, de Anceriz, conc. de Arganil, do mesmo districto.

Ribeira de Cazellas. Pov. na freg. de S Thiago, de Eiras, conc. e distr de Coimbra.

Ribeira de Ceras. Povoações nas freguezias: S. Pedro, do Alviobeira, conc de Thomar, distr. de Santarem. || N. S.ª da Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, do mesmo districto.

Ribeira Chã. Ilha de S. Miguel, Açôres: pov. no conc. de Villa Franca do Campo, distr. de Ponta Delgada; pov. da freg, de N.ª dos Anjos, de Agua de Pau, conc. de Lagôa, do mesmo distr. Tem est. postal.

Ribeira do Cidrão Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª do Livramento, do Curral das Freiras, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

Ribeira de Cima. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Adaúfe, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria Magdalena, de Alcobertas, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || S. Lourenço, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Pedro, de Ossella, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. João Baptista e conc. de Porto de Moz, distr. de Vizeu. Tem caixa postal. || S. Cosme, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes. distr. do Porto.

Ribeira Cimeira. Pov. na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Ribeira de Cintra Povoações nas freguezias. de Santa Maria e S. Martinho e conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Ribeira do Concelho. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, no conc. da ilha do Fogo, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeira do Conde. Pov. na freg. de N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. da Louzã, distr. de Coimbra.

Ribeira das Covas. Ilha de Santa Maria; pov na freg. de N S.ª d'Assumpção e conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada, Açôres.

Ribeira da Cruz. Pov. na freg. de N. S.ª das Noves, de Norte Grande, conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo; ilha de S. Jorge, Açôres. || Pov. da freg. de N. S.ª d'Ajuda, no conc. da ilha do Fogo, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pov. da freg. de S. João Baptista, no conc. e ilha de Santo Antão, do mesmo archipelago e provincia.

Ribeira do Culumjú. Pov. da freg. do N. S.ª d'Ajuda, no conc. da ilha do Fogo, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeira da Degoldra. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Ribeira Despenhado. Pov. da freg. do Santo Crucifixo, no conc. de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeira das Dez. Ilha Terceira; pov. na freg. de S. Jorge, de Dozo Ribeiras, conc. e distr. de Angra do Heroismo, Açôres.

Ribeira Dom João. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da Praia, ilha do Maio, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeira das Doze. Ilha Terceira; pov. na freg. de S. Jorge, de Doze Ribeiras, conc. e distr. de Angra do Heroismo, Açôres.

Ribeira do Duque. Pov. da freg. de N. S.ª do Rosario, no conc. de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde.

Ribeira d'Eiras. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Almaceda, conc. e distr. de Castello Branco

Ribeira do Eixo. Ilha da Madeira; pov. na freg. e conc. de Santa Cruz, e distr. do Funchal.

Ribeira d'Ellos. Pov. na freg. de Santo Adrião, de Cever, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

Ribeira do Engenho. Ilha de Santa Maria; pov. na freg. de S. Pedro, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada, Açôres.

Ribeira das Enguias. Pov. na freg. de N. S.ª de Belem, de Rio de Moiro, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Ribeira do Escrivão. Ilha da Madeira; pov. na freg. dos Remedios, de Quinta Grande, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

Ribeira da Espada. Pov. na freg. de S. Luiz, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Ribeira do Espinheiro Pov. na freg. de S. Lourenço, de Arneiro das Milhariças, conc. e distr. de Santarem.

Ribeira do Espinho. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Ribeira de Fagundo Pov. na freg. de S Paulo, de Amor, conc. e distr. de Leiria.

Ribeira do Farello. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Montelavar, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Ribeira da Fajãzinha. Pov. da freg. de N. S.ª d'Ajuda, no conc. da ilha do Fogo, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeira de Feiteira. Ilha da Madeira; pov. na freg. e conc. de S. Vicente, distr. do Funchal.

Ribeira de Fernando. Pov. na freg. de S. Pedro, de Alvega, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Ribeira das Ferrarias Pov. na freg. de Santa Maria, de Pinheiro Grande, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Ribeira do Ferreiro. Ilha de S. de S. Miguel; pov. na freg. de N. S.ª das Candeias, de Candelaria, conc. e distr. de Ponta Delgada, Açôres.

Ribeira das Figueiras. Pov da freg. de S. Pedro Apostolo, no conc. de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeira dos Flamengos. Ribeira da ilha de S. Thiago, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pov. na freg. de S. Miguel, no conc. de Santa Catharina, ilha de S. Thiago, do mesmo archipelago e provincia.

Ribeira da Flôr da Rosa. Pov. na freg. de S. Thiago, de Almelaguez, conc. e distr. de Coimbra.

Ribeira do Fogo. Ilha de S. Jorge; pov. na freg de N. S.ª das Neves, de Norte Grande, conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo, Açôres.

Ribeira da Folhinha. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Carreiras, conc. e distr. de Portalegre.

Ribeira do Fonseca. Pov. na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto.

Ribeira da Fonte. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Norte Grande, conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo, Açôres.

Ribeira da Forneca ou da Fornéa. Pov. na freg. de S. Silvestre e conc. da Louzã, distr. de Coimbra.

Ribeira de Frades. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc., com., distr. e bisp. de Coimbra; 190 fog. e 666 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada a 1 k. da margem esquerda do rio Mondego, e a 7 da séde do conc. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Ribeira de Fraga. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Curros, conc. de Valpaços, distr de Villa Real. || S. Nicolau, de Carrazêdo do Monte Negro, do mesmo conc. e districto.

Ribeira de Fragoas. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc e com. d'Albergaria a-Velha, distr. d'Aveiro, bisp. do Porto; 259 fog. e 1:122 hab. Dista 8 k. da séde conc. e está situada n'uma baixa, a 1:500 m. da margem esquerda do rio Caima Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. São n'esta freg. as famosas minas do Palhal e de Telhadella. As do Palhal fôram descobertas por inglezes em 1744; ha n'ellas vestigios de industria metallurgica, de tempo dos moiros, segundo a tradição. Em 1769, uma grande cheia do rio Caima as inundou, pelo que fôram abandonadas. Em 1776 foi construida a ponte de pedra da aldeia, chamada *Ponte do Palhal*, que fica junto ás minas, e liga as duas margens do rio Caima. José Ferreira Pinto Basto, da Vista Alegre, obteve os direitos de concessionario d'estas minas, em 3 de maio de 1859, e as passou á *Lusitanian Mining Company* (Companhia Lusitana de Mineração). Produzem cobre, galena de chumbo, blenda, nickel e cobalto. Tambem produzem alguma prata, mas em diminuta quantidade. Junto ás minas ha casas de habitação, officinas para preparação e serragem de madeiras, casas para deposito de machinas, e outros edificios que transformaram um deserto n'uma formosa povoação. Consta que os exploradores do seculo XVIII, sómente cuidavam em extrahir minerio de prata. As minas de Telhadella, tambem chamadas das *Voltas* e *Longas*, fôram concedidas em 2 d'abril de 1861 a Hermann Lourenço Fewerhcerd. Principiou a sua exploração em 1866, pela *Companhia de mineração de Telhadella*, á qual a vendeu o concessionario. Produzem cobre e alguma prata. Nos sitios da Matta de Santo Antonio e do Carvalho Cerquinho, d'esta freg., ha tambem minas de ferro, e talvez que em tempos remotos, nas margens do rio Caima ou nas suas proximidades, houvesse algum estabelecimento de fundição de ferro, e que d'ahi provenha á freg o nome de *Frágoas*. Em junho de 1877 foi concedida a mina de ferro do Valle de Sobreira de Cima e do Valle da Figueira, por tempo illimitado, a Francisco Ricardo Pereira Negrão e João Fortunato José d'Almeida. No logar de Telhadella ha uma bonita ermida, dedicada a Sant'Anna. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro || Pov. na freg. de Santo Antonio, de Fragoas, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

Ribeira de Freixo. Povoações nas freguezias: Santa Barbara, de Souto Maior, conc. de Trancoso, distr. da Guarda. || N. S.ª da Conceição, do Valle do Seixo, do mesmo conc. e districto.

Ribeira Fria. Pov. da freg. de S. João Baptista, no conc. e ilha de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeira Funda. Ilha da Madeira e distr. do Funchal; povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, do Estreito da Calheta, conc. da Calheta; S. Jorge, conc. de Sant-Anna; S. Bento, de Ribeira Brava, conc. de Ponta do Sol; Santo An-

tão, do Seixal, conc. de Porto Moniz. || Açôres: Ilha das Flôres; S. Caetano, de Lomba, conc. de Lageus das Flôres, distr. de Horta; Ilha de S. Jorge; N. S.ª do Rosario, de Topo, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo. || Abra situada na costa N da ilha de S. Thomé, na na prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. E' formada de pedras negras e miudas, e presta-se ao desembarque. || Rio da ilha de S. Thomé, na prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. Vae desaguar na praia do mesmo nome, e corre n'um valle fertil om canna sacchari na, laranjas e café.

Ribeira Funda dos Fenaes. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de Santos Reis Magos, de Fenaes d'Ajuda, conc. da Ribeira Grande, distr. de Ponta Delgada.

Ribeira Fundeira. Povoações nas freguezias: Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra. || N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. de Louzã, do mesmo distr || S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Ribeira de Galiamares. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Ribeira de Gallegos. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Trevões, conc. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu || S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Ribeira das Gallinhas Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santo Amaro, de Paúl do Mar, conc. da Calheta, distr. do Funchal.

Ribeira da Gandara. Pov. na freg. de S. Lourenço, de S. Lourenço do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

Ribeira de Gasconha. Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Sernache dos Albos, conc. e distr. de Coimbra.

Ribeira do Gil Pov. na freg. de S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Ribeira de Gonjoim. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Goujoim, conc. de Armamar, distr. de Vizeu.

Ribeira da Graça. Valle fertilissimo e bem cultivado da ilha de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Fica na freg. de S. Pedro Apostolo.

Ribeira Grande (*D. Francisco de Salles Maria José Antonio de Paula Vicente Gonçalves Zarco da Camara, 8.º conde, 1.º marquez da*). Par do reino, alferes-mór do reino, alcaide-mór do castello de S. Braz na cidade de Ponta Delgada; commendador da ordem de S. Bento de Aviz, etc. N. a 29 de julho de 1819, fal. a 1 de outubro de 1872. Era filho do 7.º conde da Ribeira Grande, D. José Maria Antonio Zarco da Camara, e de sua segunda mulher, D. Marianna d'Almeida Portugal. Succedeu a seu pae no titulo de conde da Ribeira Grande, e foi nomeado par do reino em 20 de novembro de 1843. Succedeu, no titulo de marquez, a sua bisavó, D. Leonor da Camara, marqueza de Ponta Delgada, titulo que lhe fôra concedido em duas vidas, e que foi renovado, como verificação da segunda vida, sendo então mudado para o da Ribeira Grande, por decroto de 5 de setembro de 1855. (V. *Ponta Delgada*, vol. V, pag. 861). O marquez da Ribeira casou tres vezes A primeira, a 6 de outubro de 1840, com D. Anna da Piedade Brigida Senhorinha Francisca Maxima Gonzaga de Bragança Mello e Ligne Sousa Tavares Mascarenhas da Silva, que falleceu a 18 de julho de 1856; a segunda, em junho de 1857, com sua cunhada, D. Maria d'Assumpção de Bragança Mello Ligne Sousa Tavares, que falleceu a 27 de maio de 185?, ambas filhas dos 3.ºs duques de Lafões; e a terceira vez, em maio de 1867, com D Luiza da Madre de Deus da Cunha Menezes, filha de D. Carlos da Cunha e Menezes, da casa dos condes de Lumiares, e de sua mulher, D. Maria Joaquina Quintella, da casa dos condes de Farrobo. O brazão foi concedido ao seu glorioso ascendente, João Gonçalves Zarco, descobridor da ilha da Madeira, por D. Affonso V, a 4 de julho de 1460, e ampliando-lhe essa mercê com a concessão de usar o appellido de *Camara de Lobos*. E' o seguinte: Em campo verde, uma torre de prata sentada sobre um monte da sua côr com um coruchéo ou cupula de ouro, e uma cruz no remato, do mesmo metal, entre dois lobos de sua côr arrimados á torre.

Ribeira Grande (*D. Guido Augusto da Camara e Athaide, 5.º conde da*). Nasceu em Paris a 30 de junho de 1718, e fal. em 1770. Era o 5.º filho dos 3.ºs condes da Ribeira Grande, D. Luiz Manuel da Camara e D. Leonor Thereza Maria de Athaide. Teve o titulo de conde por ter casado, a 23 de maio de 1748, com sua sobrinha D. Joanna Thomazia da Camara, filha e herdeira de seu irmão, o 4.º conde da Ribeira Grande, D. José da Camara, sendo, pelo seu casamento, o 5.º conde d'esse titulo No tempo do marquez de Pombal foi preso e encarcerado no forte da Junqueira, onde fal. no anno acima citado, sem que a sua morte fôsse sabida do publico. Quando em 1777 se soltaram os presos, e a familia esperava abraçal-o, é que se soube do seu fallecimento.

Ribeira Grande (*D. José da Camara, 4.º conde da*). Commendador das commendas de Porto de Muja e das Ervagens, na ilha de S. Miguel, na ordem de Christo; 11.º donatario e capitão general da mesma ilha; 8.º alcaide mór do castello de S. Braz; capitão de dragões, etc. N. a 23 de maio de 1712; fal. a 24 de junho de 1757. Era filho do 3.º conde da Ribeira Grande, D. Luiz Manuel da Camara, e de sua mulher, D. Leonor Thereza Maria de Athaide. Por já não existir seu pae, quando fal. seu avô, o 2.º conde, D. José Rodrigo da Camara, herdou toda a sua importante casa e estados acima referidos. Em 1742, D. João V o mandou recolher á ilha de S. Miguel, onde foi governador por alguns annos, e de lá voltou em 1752 com o posto de coronel de infantaria. Casou a 20 de julho de 1728 com D. Margarida Lorena o Tavora, filha dos 2.ºs condes d'Alvor, Bernardo Filippe Nery de Tavora e D. Joanna de Lorena.

Ribeira Grande (*D. José Maria Gonçalves Zarco da Camara, 7.º conde da*). Gran cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, commendador da de Aviz, 11.º alcaide-mór do castello do S. Braz, veador da princeza viuva D. Maria Benedicta, etc. N. a 2 de dezembro de 1684, fal. no Rio de Janeiro a 13 de fevereiro de 1820. Era filho do 6.º conde da Ribeira Grande, D. Luiz Antonio José Maria da Camara, e de sua primeira mulher, D. Margarida Rita da Cunha. Succedeu a seu pae em março de 1802, foi coronel de infantaria, e serviu na Guerra Pe-

ninsular. Casou duas vezes: a primeira em 18 de outubro de 1810, com D. Maria de Vasconcellos e Sousa, que fal. a 19 de janeiro de 1813, filha dos 2.os marquezes de Castello Melhor; e a segunda, a 29 de outubro de 1814, com D. Marianna d'Almeida Portugal, dama da rainha D. Maria I, e dama da ordem de Santa Izabel, filha dos 3.º marquezes do Lavradio.

Ribeira Grande (*D. José Maria Gonçalves Zarco da Camara, 9.º conde*). Gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e das seguintes ordens estrangeiras: Victoria, de Inglaterra; Carlos III e Affonso XII, de Hespanha, e de Alberto, de Saxe; grande official da Legião de Honra, de França; commendador de Hoenzollern, e o collar da ordem de S. Pedro; mordomo-mór da rainha D. Amelia, par do reino, doutor em sciencias politicas e administrativas pela Universidade de Lovaina (Belgica), etc. N. a 3 de novembro de 1843, fal. a 15 de dezembro de 1907. Era filho dos 8.os condes e 1.os marquezes da Ribeira Grande. Foi addido á legação portugueza junto do Vaticano, e par do reino, por successão de seu pae, tomando posse na respectiva camara na sessão de 17 de janeiro de 1873. Casou duas vezes: a primeira em abril de 1862, com D. Luiza de Sousa Holstein, que fal. a 9 de fevereiro de 1861, filha dos 2.º duques do Palmella; a segunda, em maio de 1872, com D. Maria Helena de Castro e Lemos, filha de Sebastião do Ceu de Castro Lemos, morgado do Côvo, e de sua mulher, D. Emilia Pamplona de Sousa. O titulo de conde foi-lhe renovado por decreto de 28 de fevereiro de 1855. O conde da Ribeira Grande foi um dos fidalgos que, com o marquez de Castello Melhor, de quem era muito amigo, deram maior impulso em Portugal ao sport hippico e ás corridas de touros. E' hoje o 10.º conde da Ribeira Grande seu filho, D. Vicente de Paula Gonçalves Zarco da Camara, casado com D. Maria da Pureza de Vasconcellos e Sousa (Castello Melhor).

Conde da Ribeira Grande

Ribeira Grande (*D. José Rodrigo da Camara, 2.º conde da*). Gentil-homem da camara do infante D. Francisco, irmão d'el-rei D. João V; 9.º donatario, capitão e governador da ilha de S. Miguel, senhor da cidade do Ponta Delgada, e das villas da Ribeira Grande, Villa Franca, Nordeste, Agua de Páu, e de outros muitos logares da referida ilha; ouvidor geral, 6.º alcaide-mór do castello de S. Braz, commendador das commendas da Lesiria de Porto de Muja e das Ervagens na ilha de S. Miguel, na ordem do Christo, governador da Torre de S. Vicente de Belem, deputado da Junta dos Tres Estados, presidente do senado da camara de Lisboa. N. a 5 de maio de 1665, e fal. a 7 de março de 1724. Era filho do 1.º conde da Ribeira Grande e 4.º conde de Villa Franca, D. Manuel Balthazar Luiz da Camara, e de sua mulher, D. Maria Mendoça. Casou em França, a 16 de maio de 1684, com a princeza Constança Emilia de Rohan, filha de Francisco de Rohan, principe de Soubise, duque de Fontenay e conde de Rochefort, e de sua segunda mulher, a princeza Anna Chabot de Rocha.

Ribeira Grande (*D. Luiz Antonio José Maria da Camara, 6.º conde da*). Cavalleiro da ordem de Christo, 10.º alcaide mór do castello de S. Braz, na ilha de S. Miguel; etc. N. a 10 de fevereiro de 1754, fal. a 26 de março de 1802. Era filho dos 5.os condes da Ribeira Grande, D. Guido Augusto da Camara e Athaide e D. Joanna Thomazia da Camara. Succedeu na casa a sua mãe a 2 de março de 1782. Em consideração dos serviços do seu bisavô, o 3º. conde da Bibeira Grande, na memoravel defeza da praça de Campo Maior, em differentes cargos politicos, e na embaixada á côrte de Paris, teve a alcaidaria-mór da cidade de Ponta Delgada, unindo a ella o privilegio exclusivo da venda do sal, para se vender por sua conta ao preço do antigo costume da ilha de S. Miguel;—o privilegio exclusivo dos fórnos de pão, para d'elle usar sómente em fórma que não possa pessoa alguma levantar fórnos publicos para fazer negocio, ficando sempre salva aos habitantes da referida ilha a liberdade de levantar fórnos particulares, ou para cozerem pão para as suas proprias casas e familias, ou para padejarem;—o privilegio exclusivo das moendas, cujos engenhos se moverem com aguas derivadas dos rios publicos; ficando todavia salvo os moradores o incontestavel direito, que tem, para edicarem no que é seu, ou com engenhos de bestas dentro nas suas proprias casas, ou fóra d'ellas, nas suas fazendas, os engenhos que se moverem com aguas particulares que n'ellas se buscam e d'ellas se derivam. E lhe concede mais que possa haver vinte moios de semeadura nas terras da mesma ilha, na fórma da demarcação que d'ellas se fez antigamente. E a redizima das rendas reaes da ilha de S. Miguel, exceptuando os dizimos. Tudo de juro e herdade. *(Decreto de 10 de setembro de 1766*, e *Portaria de 23 do dito mez e anno)*. O conde da Ribeira Grande casou tres vezes: a primeira a 16 de fevereiro de 1772, com D. Margarida Rita da Cunha, que fal. a 22 de março de 1777, 6.ª filha dos 5.os condes de S. Vicente; a segunda, a 21 do novembro de 1778, com D. Maria Rita de Almeida, que fal. a 19 de novembro de 1786, 2.ª filha dos 2.os marquezes de Alorna; e a terceira, a 8 de junho de 1788, com D. Fran

cisca Telles da Silva, que fal. a 21 de dezembro de 1796, 7.ª filha dos 2.ºs marquezes de Penalva. Entre outros filhos, teve de sua segunda mulher, D. Leonor da Camara, que foi marqueza de Ponta Delgada, (V. *este titulo)*, e o 7.º conde da Ribeira Grande.

Ribeira Grande *(D. Luiz Manuel da Camara, 3.º conde da).* Commendador de S. Pedro de Torrados; alcaide-mór da Amieira, na ordem de Christo; 10.º donatario e capitão general da ilha de S. Miguel; 7.º alcaide mór do castello de S. Braz, etc. N. a 18 de janeiro de 1685, fal. a 3 de outubro de 1723. Era filho do 2.º conde da Ribeira Grande, D. José Rodrigo da Camara, e de sua mulher, a princeza Constança Emilia de Rohan. Serviu na guerra da Successão de Hespanha, foi ferido em Alhuanza, ficando depois prisioneiro em 1707. Posteriormente, em 1712, achando-se nomeado commandante da artilharia do exercito do Alemtejo, cujo chefe era Pedro Mascarenhas, sabendo que o marquez de Bay fôra pôr cêrco a Campo Maior, pediu ao general que lhe désse o governo da praça sitiada, e com o brigadeiro Massé, que saíra d'Elvas com o mesmo fim, procurou introduzir se em Campo Maior, mas a vigilancia dos sitiadores impediu os a ambos de realisarem o seu intento. Entretanto os defensores da praça faziam uma primeira sortida com felicidade, e o conde, não podendo consolar-se de não entrar na villa, de tal modo instou com Pedro Mascarenhas, que este lhe deu 300 granadeiros e 70 soldados de cavallaria com que buscasse romper o bloqueio. A' frente d'esta pequena força o conde e o brigadeiro Massé aventuraram-se até ás proximidades de Campo Maior, e sendo presentidos pelo inimigo a cavallaria que patrulhava em torno da praça, correu sobre elle. Os granadeiros que marchavam muito unidos, receberam os adversarios nas pontas das baionetas, e o novo governador de Campo Maior entrou assim á viva força na praça, onde a guarnição o recebeu com enthusiasmo. A trincheira fôra já aberta, mas a guarnição incommodava tanto os hespanhoes com frequentes sortidas, eram tão bons os nossos artilheiros e causavam com o seu fogo tantos prejuizos, que os trabalhos do assédio avançavam muito vagarosamente, e que ainda o brigadeiro inglez João Hegan conseguiu romper a linha do bloqueio com 300 granadeiros e 50 soldados de cavallaria. A defeza continuava energica, mas o ataque era tambem vigoroso. O bombardeamento espalhava o terror na villa, as mulheres já se tinham refugiado nos conventos, muitos officiaes estavam doentes de cançasso, mas tudo se remediava com a energia dos restantes, a boa vontade da população, e as boas disposições dos engenheiros, dos commandantes da artilharia e do governador. As sortidas proseguiram, nem sempre venturosas, mas impedindo que o inimigo completasse o bloqueio, porque sempre Campo Maior se conservou em communicações mais ou menos faceis com Elvas, d'onde o conde da Ribeira Grande chegou a receber uma vez 40 bombas ardentes. Intentando uma sortida mais vigorosa com o fim de encravar as peças do inimigo, viram-se os sitiados obrigado a retirar sem conseguirem o seu intento com perdas, mas depois de terem penetrado até á segunda trincheira. Para não expôr a guarnição a alguns desastres limitou-se o conde a segurar a defensiva repartindo com grande prudencia pelos officiaes que tinha debaixo das suas ordens os postos mais arriscados, até que notando a 25 de outubro que o inimigo se preparava para o assalto, guarneceu com promptidão a brécha, distribuiu a guarnição, que apezar de ter sido reforçada, contava só 1:?00 homens capazes de pegarem em armas, e mandou fazer junto da brécha uma grande fogueira para impedir qualquer surpreza nocturna. Assim precavido esteve o conde da Ribeira Grande até ao dia 27 de outubro, que fôra effectivamente apresado pelos inimigos para o assalto, mas n'esse dia houve uma coincidencia notavel. Pedro Mascarenhas resolvera introduzir na praça mais consideravel reforço, e pela manhã chegavam perto da villa uns 700 homens commandados pelo conde da Ericeira D. Luiz de Menezes e pelo general Paulo Caetano d'Albuquerque. Atacados pelos hespanhoes que se estavam formando para o assalto, receberam os nossos o combate com grande solidez e rompendo sempre atravez da nuvem dos contrarios, entraram na praça a tempo que a infantaria hespanhola começava a dar o assalto de modo que os novos e briosos defensores de Campo Maior, sem descanço fôram logo repellir o inimigo da brécha. Os assaltantes travaram a lucta com grande energia, mas a lenha que ardia em frente da brecha, foi o primeiro obstaculo que elles encontraram, e depois a valorosa resistencia dos portuguezes e até o seu proprio numero lhes foi prejudicial, porque as reservas que tinham avançado até á estrada coberta, ficaram assim expostas ao fogo terrivel da praça. Além d'isso, tres peças carregadas de metralha completaram por tal fórma o destroço dos hespanhoes, que tinham chegado á brécha, que depois de dois assaltos se viram obrigados a retirar precipitadamente com gravissimas perdas, vendo se obrigado o general D. Pedro de Zuniga, que commandára o assalto, a pedir um armisticio para levantar os mortos e os feridos. Depois d'esta infructifera tentativa, o marquez de Bay, vendo proximo o inverno e sabendo que a praça fôra soccorrida e notando a constancia dos sitiados, resolveu se a levantar o cêrco, que durara um mez. O conde viu partir com grande jubilo o numeroso exercito que o sitiára, Pedro Mascarenhas entrou na praça para felicitar a guarnição e o commandante pela brilhantissima defeza, o paiz todo soltou um grito de unanime admiração. D. João V, mandando gratificar todos os soldados que pelejaram na brécha, ordenou que os officiaes fôssem preferidos nas promoções, e escreveu ao conde da Ribeira Grande e aos outros generaes, congratulando-se com elles pelo seu admiravel proceder. O conde da Ribeira Grande foi nomeado embaixador extraordinario á côrte de França, assistiu como plenipotenciario ao congresso para a paz de Cambray, permanecendo n'aquella côrte durante sete annos. Casou a 11 de março de 1711, com D. Leonor Thereza Maria d'Athaide, filha de Jeronymo de Athaide, 9.º conde d'Athouguia. Falleceu ainda em vida de seu pae.

Ribeira Grande *(D. Manuel Balthazar Luiz da Camara, 4.º conde de Villa Franca e 1.º conde da).* Capitão-general da ilha de S. Miguel e da cidade de Ponta Delgada, e 8.º donatario da mesma ilha, d'onde tambem foi governador. N. a 5 de janeiro de 1630, fal. em Lisboa a 29 de dezem-

bro de 1673. Era filho do 3.º conde de Villa Franca, D. Rodrigo da Camara, gentil-homem da camara de Filippe IV de Castella e III de Portugal, e do conselho d'el-rei D. João IV, fallecido em 1672; e de sua mulher D. Maria Coutinho, dama da rainha D. Izabel de Bourbon. D. Affonso VI lhe fez mercê de todos os bens e ordens, que pelas culpas de seu pae haviam vagado para a corôa, e para fazer esquecer, e mesmo apagar da memoria as culpas do 3.º conde de Villa Franca, o mesmo soberano lhe mudou o titulo que tinha herdado de seu pae, no de Ribeira Grande, com a mesma clausula do titulo anterior, de juro e herdade, por alvará de 15 de setembro de 1662. O conde da Ribeira Grande serviu na guerra da Restauração, na provincia de Alemtejo, sendo mestre de campo de terço de Setubal. Algum tempo antes de fallecer, havia enlouquecido. Casou com D. Mecia de Mendoça, filha dos 2.ºˢ condes de Miranda: Diogo Lopes de Mendoça e D. Leonor de Mendoça.

Ribeira Grande. Villa da ilha de S. Miguel, archipelago das Açôres, séde de conc. e de com., distr. de Ponta Delgada, hisp. de Angra do Heroismo. Está situada na costa N, n'uma planicie, ao longo d'uma enseada que lhe fórma o porto, atravessada pela ribeira do seu nome, e lavada de bons ares. E' uma das melhores villas dos Açôres, e a primeira da ilha de S. Miguel, em importancia depois da cidade de Ponta Delgada. Tem duas freguezias: N. S.ª da Estrella e N. S.ª da Conceição. Foi elevada á categoria de villa em 1597. Entre a Ribeira Grande e Ponta Delgada ha uma depressão ou portella que separa os dois massiços de montanhas que ficam nas duas estremidades da ilha, a E e a O. Em Ribeira Grande houve antigamente um convento de frades franciscanos, e outro de freiras. Foi uma povoação celebre pela grande fabrica de panos de lã e algodão que teve n'outros tempos, e da qual se forneciam todos os habitantes da ilha de S. Miguel. Essa fabrica passou depois, por compra, para as mãos d'uns inglezes, e ardeu, sem que nunca mais tornassem a reedifical-a, perdendo assim a villa uma valiosa industria. A villa pertence ao commando militar dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 26, com a séde em Ponta Delgada. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; asylos da *Mendicidade* e da *Infancia desvalida*; bombeiros voluntarios, fabrica de distillação de alcool, Misericordia, hospedaria, notarios, fabrica de serração de madeira, pharmacias, sociedades de recreio: *Instrucção e recreio*, e *Gremio Ribeira Grandense*, Empresa do Chá Canto (cultura e manipulação de chá, na Caldeira Velha, a 5 k. da séde do conc.) Empreza das Lombadas (exploração de agua carbo-gazosa das Lombadas, a 10 k. da séde do conc.); feira de gado vaccum, cavallar, asinino e muar todas as quintas-feiras, e de animaes suinos aos domingos em parte do edificio dos mercados publicos. E' fertil em cereaes. Publica se ali semanalmente o jornal *Estrella Oriental*. O conc. compõe-se de 8 freguezias, com 6:168 fog. e 25:834 hab., sendo 12:035 do sexo masc. e 13:799 do fem. As freguezias são: Santos Reis Magos, de Fenaes da Ajuda, 1:979 hab.: 908 do sexo masc. e 1:071 do fem ; Divino Espirito Santo, de Maia, 3:442 hab.: 1:624 do sexo masc. e 1:818 do fem.; N. S.ª dos Prazeres, de Pico da Pedra, 2:344 hab.: 1:101 do sexo masc. e 1:243 do fem.; N S.ª da Graça, de Porto Formoso, 1:604 hab.: 759 do sexo masc. e 855 do fem.; Bom Jesus, de Rabo de Peixe; 4:208 hab : 1:991 do sexo masc. e 2:217 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Ribeira Grande, 2:402 hab.: 1:075 do sexo masc. e 1:327 do fem ; N. S.ª da Estrella, de Ribeira Grande, 6:088 hab.: 2:812 do sexo masc. e 3:276 do fem.; S. Pedro, de Ribeira Sêcca, 3:767 hab.: 1:785 do sexo masc. e 1:982 do fem. O principal commercio do conc é trigo, milho, batatas, fava, vinho, alcool, chá, feijão e tabaco. || Ilha da madeira e distr. do Funchal: povoações nas freguezias: Santo Antonio, conc. do Funchal; N. S.ª da Conceição e conc. de Machico; S. Vicente e conc. do mesmo nome. || Ilhas dos Açôres; povoações nas freguezias da ilha do Pico: S. Sebastião, de Calheta de Nesquim, conc. de Lagens do Pico, distr. de Horta; Santa Barbara, de Ribeiras, do mesmo conc. e distr. || Ilha do Fayal; pov. na freg. de Santa Catharina, de Castello Branco, conc. e distr. de Horta. || Ilha Terceira; pov. na freg. de S. Jorge, de Doze Ribeiras, conc. e distr. de Angra do Heroismo. || Pov. na freg. de S Lourenço, do conc. da ilha do Fogo, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pov. da freg. de S. João Baptista, no conc. da ilha Brava, do mesmo archipelago e prov. || Ponta situada na costa S da ilha de S. Thiago, do mesmo archipelago e prov. || Bahia situada na costa S da ilha de S Thiago, do mesmo archipelago e prov., a O da ponta da Ribeira Grande. E' uma enseada com cachopos ao meio, e que além de pouco abrigada se obstruiu tanto que pouco frequentada é. Nos seculos XVI e XVII teve grande movimento, por ser o porto da cidade que então era capital da prov., e denominava se *Porto da Cidade*. || Valle fertil da ilha de S. Thiago, do mesmo archipelago e prov. || Ribeira que corre no valle do mesmo nome, na ilha de S. Thiago, do mesmo archipelago e prov. || Extincto conc. do archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental, na ilha de Santo Antão, composto das freguezias: N. S.ª do Rosario, Santo Crucifixo e S. Pedro Apostolo. || Ribeira da ilha de Santo Antão, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Corre n'um valle profundo, e é uma das ribeiras que circumdam a antiga villa da Ribeira Grande, hoje comprehendida na freg. de N. S.ª do Rosario. || Pov. da freg. de N. S.ª do Rosario, no conc de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental Foi villa, séde do extincto conc. da Ribeira Grande e capital da ilha de Santo Antão, tendo decaído muito talvez que por causa das suas más condições hygienicas. Dividia se em tres partes: a villa propriamente dita, Penha de França e Tarrafal, que lhe ficam nos arrabaldes, e que a supplantaram, sobretudo a Penha de França, que é hoje villa. Edificada no fundo d'um valle, cercada de montanhas, mal arejada, com ruas mal delineadas e estreitas, não calçadas, e com casas de pedra e barro não rebocadas nem caiadas, cobertas de palha e pouco limpas, comprehende-se bem que a extincta villa, a despeito de varios melhoramentos que lhe fizeram, viesse a perder a sua supremacia, passando a séde do conc. para a villa Maria Pia. A villa da Ribeira Grande chamava se antigamen-

te de *Santa Cruz*, do nome dos seus fundadores, os condes do mesmo titulo, que eram donatarios da ilha de Santo Antão. Com as inundações de 6 e 8 de outubro de 1881, a villa soffreu muitissimo, arruinando-se-lhe muitas casas e desmoronando se 67. || Ribeira da ilha de S. Miguel, Açôres. Como todas as outras da ilha, é de pequena extensão e converte se em torrente impetuosa no tempo das chuvas. N. proximo da lagôa do Fogo, ao centro da ilha, corre aproximadamente no sentido SE para NO, e lança-se na costa N depois de ter atravessado a villa do mesmo nome, que fica na sua foz || Porto situado na costa N da ilha de S. Miguel, Açôres. Fórma o ancoradouro da villa da Ribeira Grande, e é pouco frequentado por ser defendido por um recife, e por estar aberto aos ventos de ONO a ENE pelo N. Servia para a sua defeza um velho forte que podia montar 8 peças de artilharia. || Vasta enseada situada na costa O da ilha das Flôres, Açôres E' muito abrigada dos ventos do N a SSE por E.

Ribeira da Granja. Pov. na freg. de S Miguel, de Anreade, conc. de Rezende, districto de Vizeu.

Ribeira do Inferno. Valle fertil da ilha de S. Thiago, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Ribeira que corre no valle do mesmo nome, na referida ilha, archipelago e prov. || Ponta situada na costa O da mesma ilha, archipelago e prov. || Pov. da freg. de S. Pedro Apostolo, no conc. de Santo Antão, do mesmo archipelago e provincia.

Ribeira d'Isna. Pov. na freg. de N. S.ª das Dôres, de Isna, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Ribeira Izabel. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, no conc. da ilha do Fogo, archipelaga e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeira da Janella. Ilha da Madeira; pov. e freg. de N. S.ª da Encarnação, do conc. de Porto Moniz, com. de S. Vicente, distr. e bisp. do Funchal; 124 fog. e 561 hab Tem esc. do sexo masc. e est. post. E' fertil em generos agricolas. Pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.º 27 com a séde no Funchal. Tendo sido annexada esta freguezia ao concelho de S. Vicente por decreto de 16 de novembro de 1895, que supprimiu o de Porto Moniz, voltou a este, restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898.

Ribeira da Jarda. Povoações nas freguezias: N. S.ª Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr de Lisboa || S. Pedro, d'Almargem do Bispo, do mesmo conc. e distr.

Ribeira de João Gomes. Ilha da Madeira; pov. na freg de Santa Luzia, conc. e distr. do Funchal.

Ribeira de João Gonçalves. Ilha da Madeira; pov na freg. de Santo Antonio da Serra, conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal.

Ribeira de João da Nole. Pov. na freg de N. S.ª da Conceição, no conc. da ilha do Fogo, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeira de Jorge. Pov. na freg. do Santo Crucifixo, no conc. de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeira de Julião. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da ilha de S. Vicente, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeira de Lagares. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Brasfemes, conc. e distr. de Coimbra.

Ribeira da Lage. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação e conc. de Oeiras, distr. de Lisboa.

Ribeira da Lapa. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Norte Grande, conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo, Açôres.

Ribeira da Laranjinha. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de N S.ª das Neves, de Norte Grande, conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo, Açôres.

Ribeira do Laranjo. Pov. na freg. de N. S.ª d'Ajuda, no conc. da ilha do Fogo, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeira de Lexins. Ilha Terceira; pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Topo, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo, Açôres.

Ribeira de Lezirão. Ilha Terceira; pov. na freg de N. S.ª do Rosario, de Topo, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo, Açôres.

Ribeira de Linhares. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Figueiró da Serra, conc. de Gouveia, distr. da Guarda.

Ribeira de Litem. Pov. na freg. de S. Thiago de Litem, conc de Pombal, distr. de Leiria.

Ribeira de Longomel. Pov. na freg. de S. Francisco e conc. de Ponte do Sôr, distr. de Portalegre.

Ribeira da Louzã. Pov. na freg. do Espirito Santo, da Egreja Nova do Sobral, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Ribeira da Luz. Valle fertil da ilha de S. Thiago, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Ribeira que corre no valle do mesmo nome, na referida ilha, archipelago e provincia.

Ribeira de Maceira. Povoações nas freguezias: Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria. || S. Thiago. de Evora d'Alcobaça, conc. de Alcobaça, do mesmo districto.

Ribeira de Machico. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santo Antonio da Serra, conc. de Machico, distr. do Funchal.

Ribeira Maior. Pov. na freg. de S. Pedro, de Villarinho, conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

Ribeiro do Mancaes. Pov. da freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da ilha de S. Vicente, archipelago e prov. de Cabo Verde. Africa Occidental.

Ribeira de Maria Affonso. Pov. na freg. de S. Pedro, de Dois Portos, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Ribeira da Matta. Pov. na freg. de N. S.ª de Finisterra, de V. N. de Anços, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Ribeira do Meio. Pov na freg. de S. Pedro, de Ossella, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Ilha do Pico; pov. na freg. da Santissima Trindade e conc de Lagens do Pico, distr. da Horta, Açôres.

Ribeira dos Mendes. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Ribeira da Mercê. Pov. na freg. de S. Miguel, de Anreade, conc. de Rézende, distr. de Vizeu.

Ribeira do Milho. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Alegrete, conc. e distr. de Portalegre.

Ribeira da Mizarella. Pov. na freg. de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra.

Ribeira do Mocho. Pov. da freg. de S. Pedro, Apostolo, no conc. de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeira da Moimentinha. Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Cepões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Ribeira do Moinho. Pov. na freg. de Santa Maria, de Arrifana, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santa Quiteria, de Boa Ventura, conc. de S. Vicente, distr. do Funchal.

Ribeira de Moinhos. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Bagunte, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Santa Maria, de Airão, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª da Purificação, de Alcanedo, conc. e distr. de Santarem. || Santo Antonio, de Fragoas, conc. de Rio Maior, do mesmo distr. || Ilha de S. Jorge; S. Thiago, de Ribeira Sêcca, conc. de Calheta, distr. de Angra do Heroismo, Açôres. || N. S.ª d'Assumpção, de Tentugal, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Ribeira do Monte. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Vimeiro, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Ribeira de Monte Redondo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Folques, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Ribeira Mulata. Pov. da freg. de S. Lourenço, conc. da ilha do Fogo, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeira do Nabo. Ilha de S. Jorge; pov. da freg. de S. Matheus, de Urzelina, conc. de Vélas, distr. e bisp. de Angra do Heroismo, Açôres. Tem escolas d'ambos os sexos, medico, est. post. e uma ermida dedicada a N. S.ª da Encarnação. Os campos são ferteis e bons para a cultura da vinha. A erupção vulcanica de 1580 causou grandes estragos nos seus terrenos.

Ribeira de Nantes. Pov. na freg. do Salvador, de Villar de Nantes, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Ribeira pelo Nascente Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de S. Jorge, e conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo, Açôres.

Ribeira de Nespereira. Pov. na freg. do N. S.ª da Purificação, de Villa Maior, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Ribeira de Niza. Pov. e freg. de N. S.ª da Esperança, da prov. do Alemtejo, conc., com., distr. e bisp. de Portalegre; 30 fog. e 1:259 hab. Tem escolas d'ambos os sexos. e est. post. Dista 5 k. da séde do conc. e está situada na aba da serra de S. Mamede, proximo da estrada de Portalegre a Marvão. A mitra apresentava o cura, que tinha 180 alqueires de trigo de rendimento. A terra é fertil, e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. Existiu aqui o antiquissimo convento da *Provença* (Providencia), de Valle de Flôres, que foi de monges benedictinos.

Ribeira de Odelouca. Pov. da freg. de S. Barnabé, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Ribeira do Olival. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem. E' uma aldeia bonita e bem situada, com uma boa capella dedicada a N. S.ª da Conceição, cujo fundador se chamava Diogo da Praça. A capella é espaçosa e de boa architectura, tendo as paredes interiores forradas de azulejos. A imagem da padroeira é de pedra, do 1 m. de altura, e tanto a Senhora como o do Menino Jesus são de perfeita esculptura. Alguns devotos deram á capella bastantes fóros, e varias fazendas, para com o seu rendimento occorrerem ás despezas da fabrica. O mesmo Diogo da Praça fundou junto da capella um hospital ou albergaria, para peregrinos, dando-lhe para a sua sustentação todas as propriedades que possuia, porém com o decorrer do tempo, essas propriedades totalmente se perderam. A egreja e suas dependencias passaram depois para o padroado da Casa de Bragança, e até 1834 era o rei que apresentava o ermitão.

Ribeira das Onze. Ilha Terceira; pov. na freg. de S. Jorge, de Doze Ribeiras, conc. e distr. de Angra do Heroismo, Açôres.

Ribeira dos Orgãos. Valle da ilha de S. Thiago, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeira do Paço *(Francisco de Medeiros Costa e Albuquerque, 1.º visconde da)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real por succcessão, membro titular da 1.ª classe da Academia de Mont-Real de Toulouse, jornalista, escriptor, etc. N. na cidade de Ponta Delgada a 5 de outubro de 1845, sendo filho do Agostinho de Medeiros Costa Canto e Albuquerque, fidalgo cavalleiro, por alvará de 12 de abril de 1825, e de sua mulher e prima D. Maria Magdalena Soares da Camara Lemos. Foi redactor do antigo jornal *Açoriano Oriental*, publicado na ilha de S. Miguel, onde teve o encargo da secção dos artigos politicos e financeiros, e n'esta qualidade representou a redacção do mesmo jornal nas festas commemorativas do tricentenario de Camões em Lisboa, no anno de 1880. Tem collaborado em outros differentes jornaes, e representou a Associação dos Escriptores e Jornalistas Portuguezes, de que foi socio fundador e antigo membro da commissão executiva, nas festas do centenario do marquez de Pombal, e por serviços publicos prestados ao municipio de Ponta Delgada, mereceu ser recommendado ao governo pelo chefe da magistratura d'aquelle districto, sendo por isso louvado em portaria de 30 de maio de 1881. Como industrial, promoveu a preparação d'um cimento hydraulico, que mereceu na Exposição portugueza do Rio de Janeiro uma medalha de ouro. Mais tarde fez acquisição de terrenos incultos nas freguezias de Achete e Azoia de Cima, no conc. de Santarem, submettendo-se á fórma de emprazamento, em condições vantajosas para assim auxiliar a população d'aquella região agricola, e por similhante modo ser util ao paiz, reduzindo dezenas de hectares inteiramente improductivos a differentes culturas rendosas, em curto periodo. Como escriptor tem sido por vezes laureado pelos seus estudos. E' tambem socio honorario da Associação de Escriptores e Artistas de Madrid. Casou a 22 de agosto de 1861 com D. Virginia Adelaide Baldalque Pereira da Silva, filha do conselheiro Francisco Maria Pereira da Silva, contra-almirante da Armada e antigo director geral dos trabalhos geodesicos do reino. e de sua mulher D. Izabel Maria da Nobrega Baldaque. O titulo de viscon-

de da Ribeira do Paço foi concedido por decreto de 16 de fevereiro de 1882, O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo esquartelado, tendo no primeiro e quarto quarteis as armas dos Albuquerques: Escudo esquartelado, tendo no primeiro e quarto quarteis as armas de Portugal inteiras com um filete negro em contrabanda; no segundo e terceiro, cinco flôres de liz de ouro em campo vermelho. No segundo quartel as armas dos Medeiros: Em campo vermelho cinco cabeças e pescoços de aguia de ouro cortadas em sangue e postas em santor. No terceiro quartel as dos Araujos: uma aspa azul carregada de cinco bezantes de ouro em campo de prata.

Ribeira do Paço. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S Vicente e conc. do mesmo nome, distr. do Funchal.

Ribeira dos Pães. Ilha Terceira; pov. na freg. de S. Miguel, de Lages, conc. de Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo, Açôres.

Ribeira dos Palheiros. Pov. na freg. de S. Lourenço dos Francos, de Miragaia, conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa. N'esta aldeia existe uma capella dedicada a N. S.ª da Piedade, que é de fundação antiquissima. || Pov. na freg. de Santo André, de Sazes de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Ribeira de Pão Quente. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Sernache, dos Alhos, conc. e distr. de Coimbra.

Ribeira de Parreiras. Povoações nas freguezias: Santa Catharina, de Pardaes, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora. || S. Domingos de Rana, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa.

Ribeira dos Passos. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Pardaes, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora.

Ribeira das Patas. Pov. da freg. de S. João Baptista, do conc. e ilha de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Terras excellentemente cultivadas.

Ribeira do Paúl. Valle fertil e muito bem cultivado do conc. de Paúl, na ilha de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeira da Pedra. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de S. Thiago, de Ribeira Sêcca, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo, Açôres.

Ribeira de Pedra Rolada. Pov. da freg. de N. S.ª da Luz, conc. da ilha de S. Vicente, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Ribeira da ilha de Santo Antão, no archipelago e prov. de Cabo Verde. Corre no valle do seu nome, na freg. de Santo Antonio das Pombas ou do Paúl, banha a pov. do Paúl, e desemboca na bahia da Synagoga, na costa E N E da ilha, a cêrca de 6 k. da villa de Ribeira Grande.

Ribeira das Pedras. Ilha Terceira; pov. na freg. do Espirito Santo, de Villa Nova, conc. de Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo, Açôres.

Ribeira de Pedrulhos. Pov. na freg. de S. Miguel, e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Ribeira Peixe. Rio da ilha de S. Thomé, na prov. de S Thomé e Principe, Africa Occidental. Parece ser um dos maiores da ilha. Lança-se na costa E, e tem na praia onde desagua uma aldeia dos Angolares, estando officialmente indicado para separar a freg. dos Angolares da de N. S.ª das Neves. || Pequena abra situada na costa E da ilha de S. Thomé, na prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental.

Ribeira de Pena (*Francisco Xavier de Andrade e Almeida Pacheco e Sousa Leitão, 1.º barão da*). Nasceu este illustre e benemerito cidadão na antiga casa de Santa Marinha, solar de seus antepassados, a 4 de outubro de 1801, sendo filho primogenito de Francisco Xavier de Sousa Andrade e Almeida. Doutor *in utroque jure* pela Universidade de Coimbra, cavalleiro professo na ordem de Christo, monteiro-mór (patente de 6 de maio de 1780) e capitão mór (patente de 6 de julho de 1791) do concelho da Ribeira de Pena, por successão a seus maiores, e de sua mulher e prima D. Senhorinha Xavier de Almeida Sousa Andrade e Carvalho. Por vocação da lei succedeu em 27 de setembro de 1805 na importante casa de seu pae, e em 25 de maio de 1808 na vasta casa de sua mãe, sendo por esses factos sexto administrador da capella e vinculos de S. Francisco Xavier, quinto administrador da capella e vinculo de Nossa Senhora da Copa-Cabana, senhor do illustre solar de Santa Marinha e das quintas d'este nome, de Sobrado Velho, Heytor-Correia, Outeiro, Agua, Levada, Brunhêdo d'Aquem, Seixas, Aldeadouro, Ribeira de Baixo, Toande o-Velho, Pereiro de Baixo, Cimo de Villa de Friume e d'Azevida no concelho de Ribeira de Pena, da quinta da Costa no antigo concelho de Cerva, dos Prazos do Telhado, sito nos concelhos de Montalegre e de Villa Pouca d'Aguiar, possuindo n'este ultimo concelho tambem o importante casal da Lage de Capelludos. Usofruindo uma tão opulenta casa que o collocava na situação de primeiro proprietario da sua provincia, e apezar de ficar orphão de tão pouca edade, não descurou Francisco Xavier de Andrade e Almeida a sua educação litteraria, para o que muito contribuiu o tino pedagogico de seu tio paterno e tutor, o reverendo Dr. José Caetano de Andrade e Almeida, erudito humanista e jurisconsulto que solidamente orientou a sua cultura intellectual, incutindo lhe o respeito pelos mais austeros principios moraes e tornando-o um convicto admirador das ideias liberaes dos encyclopedistas de oitenta e nove, idéas que o futuro barão da Ribeira de Pena sempre professou com uma alta coherencia por entre as mil vicissitudes politicas que Portugal atravessou desde 1820 até á regeneração em 1851. Como as necessidades de administração da sua grande casa não lhe permittissem cursar a faculdade do direito canonico e civil na Universidade de Coimbra como era seu desejo, requereu e obteve Francisco Xavier de Andrade e Almeida, por portaria de 17 de maio

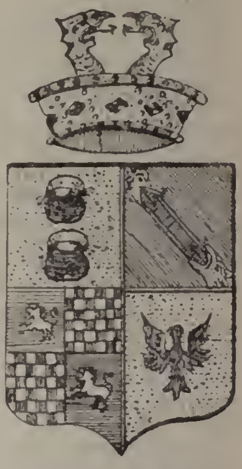

Brazão dos barões da Ribeira de Pena

de 1819, o posto de capitão de uma das companhias do regimento de milicias de Chaves, sendo promovido a tenente-coronel por distincção, por portaria de 22 de junho de 1821, e a coronel commandante do mesmo corpo por decreto de 12 de abril de 1822. Sob o seu commando valorosamente cooperou este regimento no bom resultado da acção ou combate de Santa Barbara, junto a Chaves, no dia 13 de março de 1823 pelo que foi o coronel Andrade e Almeida agraciado com a commenda da então nova ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa e louvado na respectiva ordem do exercito. Partidario enthusiasta das ideias vintistas, acolheu com agrado a outhorga da Carta Constitucional, não escondendo de ninguem as suas opiniões durante o governo de D. Miguel, e protegendo com risco pessoal muitos seus amigos politicos perseguidos pelo cego despotismo do feroz conde de Basto e dos seus sequazes. Era, porém, tal o seu prestigio e a preponderancia que pela sua generosa bondade exercia em toda a região, que nunca o velho ministro absolutista consentiu qualquer desconsideração a Andrade e Almeida, antes, pelo contrario, por vezes pretendeu convertel-o ao seu credo politico, condecorando-o até com a medalha da *Fidelidade Transmontana* e da *Real Efigie d'El-Rei* que elle nunca usou. A' ponderação, prudencia, e sensatez de Francisco Xavier d'Andrade e Almeida deveu esta parte de Traz os Montes a relativa tranquillidade que gozou durante os calamitosos annos da guerra civil, até á definitiva implantação do regimen liberal em 1834, pois que systematicamente se oppoz sempre a quaesquer violencias, servindo de fiel de balança, para manter o mutuo respeito e reciproca tolerancia entre liberaes e absolutistas. Como justa recompensa por tão relevantes serviços foi lhe concedido o habito da ordem de Christo e o fôro de fidalgo cavalleiro da Casa Real, a que, aliás, não tinha direito hereditario. Apesar de agraciado com o grau de commendador da ordem de Christo por decreto de 22 de fevereiro de 1840, não apoiou a Constituição de 1838, saída do movimento setembrista, e tanto que foi um dos mais activos propagandistas da restauração da Carta, sendo vice-presidente da respectiva commissão restauradôra no districto de Villa Real, e auxiliando esse movimento com valiosos donativos pecuniarios, que á face dos documentos ainda hoje existentes no archivo da Casa de Santa Marinha, não é exagero computar em doze contos de reis. Exerceu em Ribeira de Pena, por muitas vezes, os logares de juiz ordinario, presidente da camara municipal e administrador do concelho, não recebendo os ordenados d'este ultimo cargo, que sempre cedeu a beneficio do cofre do municipio, pelo que foi louvado em portaria do ministerio do reino. Pelos *seus tão relevantes serviços á causa da liberdade e do throno constitucional* foi creado barão da Ribeira de Pena, por decreto de 19 de fevereiro de 1851, recebendo por essa occasião uma honrosissima carta do presidente do conselho de ministros, marquez de Thomar, em que, por ordem da rainha D. Maria II, lhe significava o alto apreço em que eram tido os *innumeros e inestimaveis beneficios prestados ao paiz por tão benemerito cidadão.* Apesar de dirigir a politica no seu districto, onde teve sempre uma influencia decisiva, recusou por varias vezes o cargo de governador civil e o pariato, que lhe fôram offerecidos por diversos governos, não querendo trocar pelos cuidados e deveres officiaes d'esses altos cargos o socêgo da sua vida familiar d'uma pureza verdadeiramente patriarchal. Rodeado pelo amor dos seus e pelo respeito, consideração e estima publica, falleceu no seu solar de Santa Marinha em Ribeira de Pena a 11 de agosto de 1867, sendo sepultado no jazigo privativo da sua capella vincular de S. Francisco Xavier a 13 do mesmo mez e anno. Havia casado, por procuração, na capella de Santo Antonio, da casa de Senra de Baixo em Ribeira de Pena, a 10 de maio de 1830, com sua prima D. Maria Angelica Pacheco de Valladares Sousa Martins e Aguiar (que foi a primeira baroneza da Ribeira de Pena, por este casamento), senhora da antiquissima casa e prazos de Senra de Baixo ou honra da Trerena, e da quinta da Técha d'Além Tamega, no concelho de Ribeira de Pena e da nobre casa e paços dos Valladares da rua de Santa Maria em Guimarães, na qualidade de filha unica e successôra de seus paes, Manuel Timoteo Pacheco de Valladares Sousa Martins e Aguiar, tenente-coronel graduado de cavallaria, cavalleiro professo na ordem militar de S. Bento de Aviz, governador da ilha de S. Miguel nos Açôres, proprietario da apresentação do officio de escrivão dos orphãos no concelho de Villa Pouca d'Aguiar, etc. e D. Catharina de Valladares Vieira de Sousa Pacheco. Era, além d'isso, a 1.ª baroneza da Ribeira de Pena 4.ª administradora do opulento morgadio de Pensalves, composto de importantes predios rusticos e urbanos sitos na cidade de Lisboa e nos concelhos de Villa Pouca d'Aguiar, Chaves, Mirandella e Lamas d'Ovelhão, de acções de companhias coloniaes e de Padrões de Tença, assentes em varios almoxarifados do reino, tudo avaliado á data da sua instituição em 200:000 cruzados, que herdou de seu tio paterno, o 3.º morgado, Gervasio José Pacheco de Valladares, licenceado *in utroque juri* pela Universidade de Coimbra, cavalleiro professo da ordem de Aviz e official-maior graduado da secretaria da marinha e ultramar. Do casamento dos 1.ºs barões da Ribeira de Pena nasceram os seguintes filhos: 1.º D. Senhorinha, que falleceu solteira; 2.º Francisco Xavier Pacheco de Andrade e Almeida de Valladares e Aguiar, 2.º barão da Ribeira de Pena (V. o *artigo seguinte*); 3.ª D. Catharina, que falleceu solteira; 4.º Domingos José de Valladares e Aguiar, que desempenhou varios cargos administrativos, e foi chefe do partido regenerador no concelho da Ribeira de Pena, fallecendo solteiro na sua casa de Senra de Cima, deixando, porém, uma filha natural perfilhada, D. Maria da Gloria, depois casada com seu primo Thomé de Miranda Athaide de Mello e Castro; 5.º D. Maria Angelica Pacheco de Valladares e Aguiar, que foi casada com o dr. Francisco Xavier Leite Pereira da Gama Lobo, senhor das casas do Outeiro d'Além Tamega em Ribeira de Pena e de Cimo de Villa de Baúlhe, Terças e Telhado em Basto, não havendo geração d'este casamento; 6.º Manuel Timoteo d'Andrade Valladares e Aguiar, bacharel formado em Direito, secretario geral do governo civil de Bragança e Villa Real, já fallecido, e que foi casado com D. Herminia Freire de Noronha, nascendo d'este casamento duas filhas, uma das quaes, D. Herminia, já fallecida, e

outra, D. Lydia, residente na cidade do Porto, onde casou com D. Agostinho de Sousa Souto; 7.º Filippe Augusto de Andrade Valladares, bacharel formado em Mathematica e Philosophia pela Universidade de Coimbra, onde foi estudante laureado, fallecendo pouco depois da sua formatura, no estado de solteiro; 8.º D. Henriqueta Emilia, casada com o dr. Custodio Leite Pereira d'Abreu e Sousa, juiz de Direito e senhor das casas da Covilhã e Arrabalde em Basto e da Quinta de Arões, no concelho de Guimarães, havendo descendencia d'este casamento; 9.º Augusto Cesar d'Andrade de Valladares, que falleceu solteiro na edade de 19 annos; 10.º Alexandre Magno de Valladares e Aguiar, bacharel formado em Direito, que desempenhou varios cargos administrativos, já fallecido, tendo sido casado com D. Gertrudes Julia de Sousa Basto, nascendo d'este casamento dois filhos; Manuel Timoteo e Alexandre Magno Pacheco de Valladares Vieira, ambos solteiros. O brazão d'armas usado pelo 1.º barão da Ribeira de Pena foi o seguinte: Escudo esquartelado, no primeiro quartel as armas dos Pachecos, no segundo as dos Freires d'Andrade, no terceiro as dos Almeidas e no quarto as dos Sousas Chichorros; timbre o dos Pachecos

Ribeira de Pena *(Francisco Xavier Pacheco d'Andrade e Almeida de Valladares, 2.º barão da).* Nascido no solar de Santa Marinha a 12 do julho de 1833, foi o 2.º barão da Ribeira de Pena, filho primogenito varão dos primeiros barões do mesmo titulo, Francisco Xavier d'Andrade e Almeida Pacheco de Sousa Leitão e da D. Maria Angelica de Valladares Pacheco de Sousa Martins e Aguiar. Depois de ter cursado na cidade de Braga os preparatorios, matriculou-se na faculdade de Direito na Universidade de Coimbra em 1855, concluindo o seu curso em julho de 1860, tendo obtido durante elle varias distincções em merito litterario. Depois da sua formatura exerceu em Ribeira de Pena os cargos de juiz ordinario, presidente da camara e administrador do concelho, não recebendo, como seu pae, os ordenados d'este ultimo logar, que cedeu sempre em favor do cofre do seu municipio. Em 1862, salvo erro, foi eleito pela primeira vez deputado em côrtes, representando o circulo de Villa Pouca d'Aguiar, então constituido pelos concelhos de Villa Pouca d'Aguiar, Ribeira de Pena e Mondim de Basto. Depois d'esta epoca, e, em legislaturas seguintes, foi novamente eleito, por este circulo, quer pelo de Villa Real, cabeça de districto, em que o 2.º barão da Ribeira de Pena durante largos annos dirigiu a politica, primeiro do partido historico, depois do partido progressista. Foi amigo intimo de Alves Martins, bispo de Vizeu, de Anselmo Braamcamp e do duque de Loulé, estadistas com quem manteve frequente correspondencia, revelando o alto grau de consideração em que por elles era tido. Escriptor elegante e correcto, collaborou em diversos jornaes, quer da capital, quer transmontanos, publicando em tempos uma serie de folhetins que mereceram o elogio de Camillo Castello Branco e fôram considerados modelos de critica mordaz e fina. Tendo deixado a politica activa, passou nos ultimos annos da sua vida na sua casa de Santa Marinha em Ribeira de Pena, onde foi sempre considerado como a figura social mais em destaque. gozando d'um alto prestigio pela sua inexcedivel bondade e austera honradez. A sua morte, occorrida em 31 de março de 1903, foi pranteada por toda a região, que n'esse momento claramente manifestou o alto apreço em que era tido o caracter do 2.º barão da Ribeira de Pena pelos seus conterraneos. Foi sepultado no carneiro de familia da capella vincular de S. Francisco Xavier, de que foi 7.º e ultimo administrador, bem como foi 6.º administrador do de N. Senhora de Copa-Cabana e senhor do solar de Santa Marinha, de seus antepassados. Casou em 31 de maio de 1871 na egreja de S. Paulo, de Lisboa, com sua prima D. Maria da Gloria de Gouveia Mousinho da Sil-

2.º barão da Ribeira de Pena

veira de Sousa Canavarro, que foi a 2.ª baroneza da Ribeira de Pena por este casamento, afilhada da rainha D. Maria II e d'el-rei D. Fernando, filha de Pedro Slessor de Sousa Canavarro, major do exercito, commendador da ordem de Aviz, cavalleiro da Torre e Espada, commendador de Christo e de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa, condecorado com a medalha de algarismo n.º 3 das campanhas da Liberdade, militar distincto, cujos serviços fôram considerados relevantes pelo parlamento portuguez, e de sua mulher D. Maria das Dôres Mousinho da Silveira de Gouveia e Oliveira Portugal, sobrinha do eminente estadista liberal Mousinho da Silveira e filha do heroico marechal de campo Luiz Ignacio de Gouveia, que tão relevantes serviços prestou nas campanhas da Guerra Peninsular. A 2.ª baroneza da Ribeira de Pena é neta paterna dos barões de Arcossó e Villa Pouca d'Aguiar, brigadeiro Pedro Antonio Machado Pinto Vahia de Sousa Canavarro (V. *Portugal*, vol. I, pag. 685) e de D. Luiza Maria Slessor. Do casamento dos 2.ºs barões da Ribeira de Pena, nasceram os seguintes filhos: 1.º D. Maria das Dôres, que falleceu creança; 2.º D. Sofia Adelaide Canavarro de Valladares, que casou a 4 de setembro de 1892 com seu primo Francisco Botelho de Carvalho Oliveira Leite, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, antigo commissario regio junto da companhia de Borôr, antigo governador civil do districto da Guarda, deputado pelo circulo de Braga, em varias legislaturas e governador civil d'este districto, senhor das casas do Mourigo e e Riotrutas em Basto, da Pedreira em Povoa de Lanhoso e das dos Botelhos no Salvador da Ri-

beira de Pena, havendo d'este matrimonio numerosa descendencia; 3.º D. Maria da Gloria Canavarro de Valladares, casada a 15 de outubro de 1898, com Benedicto José Gonzalez y Fernandez, com geração; 4.º D. Maria Fernanda Luiza Canavarro de Valladares, solteira; 5.º Francisco Xavier Mousinho da Silveira Canavarro de Valladares Pacheco e Andrade, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, onde foi estudante laureado, desempenhando durante tres annos o cargo de director da Associação Academica d'aquella cidade e sendo o autor da recita de despedida do seu curso, intitulada: *De Herodes para Pilatos*, representada pela primeira vez em 2 de maio de 1903 no theatro circo Principe Real de Coimbra, e mais tarde no de Sá de Miranda de Vianna do Castello, sempre com geral applauso. Casou a 11 de julho de 1903, na egreja de S. Martinho, d'Arvore, concelho de Coimbra, com D. Amelia Adelaide da Rocha Freitas de Carvalho, filha unica e herdeira de Adelino Augusto Pereira do Carvalho e de D. Virginia Augusta da Rocha Freitas, abastados proprietarios e capitalistas, residentes na cidade de Coimbra. D'este casamento existo um filho de nome Francisco Xavier Antonio, actual representante do titulo de barão e do solar de Santa Marinha e uma filha com o nome de Maria da Gloria Fernando; 6.º Pedro Antonio Xavier Pacheco de Valladares Canavarro, solteiro, estudante. O brazão usado pelo 2.º barão da Ribeira de Pena era o seguinte: Escudo esquartelado, no primeiro quartel as armas dos Freires d'Andrade, no segundo as dos Almeidas, no terceiro as dos Valladares e no quarto as dos Aguiares, timbre o dos Freire d'Andrade. A 2.ª baroneza da Ribeira de Pena usa as seguintes armas: Lisonja partida em pala; na primeira, á esquerda, as armas de seu marido, na segunda esquartelada as armas dos Sousas Chichorros, Machados, Mousinhos da Silveira, timbre o dos Machados.

Ribeira de Pena. Villa da provincia de Traz-os-Montes, séde do conc. distr. de Villa Real, arcebispado de Braga. Tem duas freguezias: O Salvador e Santa Marinha. Pertence á 6.ª div. mil., grande circumscripção militar do norte, e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. Esta villa fica situada proximo á margem esquerda do rio Tamega, no centro d'um formosissimo valle, que constitue um dos mais lindos trechos de paizagem do nosso paiz, pois que alia ás bellezas da provincia minhôta a severa imponencia das montanhas transmontanas. Está dividida esta Ribeira em tres valles secundarios, conhecidos pelos nomes de Avelida, Pereira e Senra, cujo solo é de tal fórma uberrimo que as suas producções agricolas são consideradas entre as melhores de todas as regiões limitrophes. O vinho, produzido por cêpas de enforcado, representa um dos melhores especimens dos afamados vinhos verdes, sendo sem duvida alguma muito superior pelas suas qualidades constituitivas aos vinhos verdes de Basto e do Alto Minho. Para lastimar é que a falta de meios de locomoção acelerada, a carencia absoluta de iniciativa dos agricultores d'este concelho e o relativo afastamento dos centros consumidores tenham obstado a uma propaganda efficaz para tornar esses vinhos conhecidos, como o devem ser, quer nos nossos mercados, quer no Brazil e na Africa, onde certamente pelas suas qualidades de resistencia em breve grangeariam uma merecida reputação. As fructas produzidas n'este concelho são tambem excellentes, podendo vir a ser, se acaso fôssem cultivadas em mais larga escala, uma das melhores fontes de receita, pois que especialmente as laranjas teem uma justa nomeada em todo o norte do paiz. Em summa, se este concelho estivesse situado junto d'uma linha ferrea que facilitasse as communicações com os centros populosos, temos a certeza de que em pouco tempo se tornaria n'um centro agricola productor de primeira ordem. Assim, porém, com os transportes carissimos, os seus generos teem pouquissima extracção, o que tem acarretado uma profunda crise á agricultura local, encontrando-se muitas iniciativas estaguadas por falta de campo de acção onde se exerçam. Por estes motivos é que a conclusão da linha ferrea do Valle do Tamega é anciosamente esperada, pois que determinará um consideravel progresso nas transacções commerciaes a effectuar com os magnificos productos agricolas d'este concelho. E' elle povoado desde o começo da monarchia portugueza, sendo conhecido pelo nome de terra de *Pena* até aos meados do seculo XV. Anteriormente á nossa independencia presume se tambem que já fôssem povoadas algumas das freguezias que o compõe, pelos vestigios que frequentemente se encontram attestando a existencia de vida social, quer durante a dominação romana, quer sob a epoca dos dominios visigotico e arabe. Além d'isso, nas zonas mais elevadas d'este concelho, sobretudo n'algumas rechãs do monte Alvão que o delimita pelo oriente, tem se encontrado numerosos dolmens, utensilios de silex e outros dados de sobra convincentes de que, desde as edades pre-historicas, o homem tem habitado esta região. O que é certo é que a terra de Pena, na epoca da reconquista aos arabes pelos christãos das Asturias, e logo depois que estes rechaçaram definitivamente aquelles para além do rio Douro, constituiu um nucleo municipal, cuja séde demorava na freguezia do Salvador, no local onde actualmente se encontra a povoação ainda hoje suggestivamente denominada *Concelho*. Esto pequeno municipio, com o andar dos tempos, e em virtude das successivas guerras que devastaram o norte do paiz, veiu a perder toda a sua relativa importancia transformando se n'um modesto *villar*, que já não tem força sufficiente para reagir contra a doação que das terras de Aguiar da Pena, Basto e Barroso, foi feita a D. Guêdo o Velho, filho de Mem Gomes, mozarabe de Toledo e progenitor, segundo os mais autorisados linhagistas, das familias dos Barrosos, Bastos e Aguiares, pelo monarcha de Castella Affonso VI. Nos descendentes d'aquelle rico homem continuou o dominio e posse da jurisdicção senhorial da terra de Pena durante alguns seculos até aos ultimos reinados da primeira dynastia, epoca em que a maior parte dos terrenos que a constituiam, se achavam já fóra da posse d'aquelle descendente de D. Guêdo, que apenas haviam reservado para si alguns casaes ou quintas e os fóros resultantes de numerosos emprazamentos, além das prerogativas jurisdiccionaes, proprias da *tenencia* da terra. No reinado de D. Fernando I era representante d'aquella familia Vasco Gonçalves Barroso, filho d'outro Gonçalves Barroso e D. Mecia Rodrigues de Vasconcellos,

e neto paterno do D. Egas Barroso. Esto rico homem, senhor dos bens e prerogativas a que nos referimos, além de muitas outras terras em Basto e Barroso, casou com D. Leonor d'Alvim, senhora de preclara estirpe, filha de D. João d'Alvim e de D. Branca Pires Coelho, 6.ª neta pelo lado paterno de D. Pedro Fromariz, tronco da linhagem dos Álvins, e descendente pelo lado materno do famoso Egas Moniz, aio de de D. Affonso Henriques. Como d'este casamento não resultasse descendencia, certamente pela avançada edade de Vasco Barroso, este doou, por sua morte, todos os bens ao mosteiro benedictino de S. Miguel de Refojos, sito na terra de Basto, proximo da quinta de Pedraça, onde elle habitava, porém, como sua mulher, segundo o costume do reino, fôsse meeira em toda a sua fortuna, succedeu que os bens e dominio senhorial da terra de Pena lhe ficaram pertencendo n'essa meação. Como é sabido, esta D. Leonor d'Alvim veiu mais tarde a contrahir segundas nupcias com o celebre contestavel D. Nuno Alvares Pereira, nascendo d'este enlace D. Brites Pereira que casou com D. Affonso, filho d'el-rei D. João I, primeiro duque e tronco da casa reinante de Bragança. D'esta fórma veiu D. Nuno Alvares a possuir a propriedade e direitos senhoriaes da terra de Pena, que lhe fôram confirmados com a plena doação do senhorio da mesma terra, que em agosto de 138?, poucos dias depois da gloriosa jornada de Aljubarrota, lhe fez em Santarem o seu antigo irmão d'armas D. João I. Na escriptura de casamento entre a filha de D. Nuno Alvares e o filho bastardo do Mestre de Aviz, feita e assignada em Friellas, junto a Lisboa, em 1 de novembro da era de 1439, ou de Christo de 1401, dotou o condestavel sua filha, entre outros beus, com as suas quintas de Canedo e Temporan, assim como, com os casaes de Bustello, bens estes situados na terra de Pena, e que por este facto fôram incorporados nos bens dotaes da fundação da serenissima Casa de Bragauça. A jurisdicção civel e crime, direito de padroado e outros, pertenças reaes, etc., que elle possuia por virtude da doação regia referida, tambem fôram incluidos n'aquella escriptura de dote, mas o que é certo é quo tôram alienados, talvez por troca, e apparecem nos fazendo parte na casa dos Azevedos, senhores de S. João de Rei, nos meados do seculo XV. N'esse tempo eram as rendas, fóros e pensões pagas aos donatarios, recolhidas em casa propria para tal fim junta a uma residencia ou paço, situada perto da antiga egreja do Salvador, onde actualmente existe a quinta do Paço, que pertenceu até ha poucos annos á familia illustre da casa do Bucheiro, a que adeante nos referimos. Como no reinado de D. Manuel fallecesse sem descendencia Diogo Lopes d'Azevedo, ultimo senhor donatario da terra de Pena, esta foi incorporada nos bens da corôa, e passou a constituir um concelho a que foi dado foral aos 16 de maio de 1517, cujo original se conserva no archivo da camara municipal de Ribeira de Pena e no qual se vê ter sido elle organisado segundo a reforma conhecida pelos *Foraes novos*, elaborados sob a direcção do Fernão de Pina, a quem foi commettido tal encargo por aquelle soberano. Assim se constituiu definitivamente, com existencia autonoma e independente, o moderno concelho de Ribeira do Pena, ao tempo constituido sómente pela grande freguezia do Salvador, pelas vigararias de Santa Marinha e Santo Aleixo d'Além Tamega. A séde do concelho ficou sendo o logar da Temporan desde a data da fundação do municipio, sendo todos os documentos officiaes da epoca começados pela seguinte fórma: «Neste logar da Temporan quo he no termo e cabeça do concelho de Reibeyra de Penna.» A camara era feita por eleição dos povos, os corregedores de Guimarães conheciam das causas, havia dois juizes pela ordenação, juiz dos orphãos com seu escrivão privativo, tres escrivães do publico, judicial e notas, almotacé, meirinho da vara, contador, distribuidor e inquiridor, e todos os demais officios da organisação judiciaria e administrativa d'essa epoca. Depois da reforma das ordenanças feita por el-rei D. Sebastião, ficou constituindo este concelho uma capitania-mór, composta de tres companhias de ordenanças denominadas—de *Bragadas*, *d'Aveléda* e de *Santa Eulalia*, com um capitão-mór, um sargento-mór, tres capitães, um ajudante e seis alferes. Era além d'isso, séde d'uma monteiria-mór que abrangia não só toda a area do concelho, mas tambem os termos d'algumas povoações pertencentes a outros concelhos. O primeiro capitão-mór, de que temos noticia, foi Francisco Pacheco d'Andrade, da antiga casa de Picanhol, na freguezia do Salvador, e o ultimo, que occupava ainda este posto em 1834, por occasião da implantação definitiva do regimen liberal, foi Nicolau Joaquim Leitão de Carvalho, da casa do Fragão, na freguezia de Além Tamega. A propriedade d'este officio de capitão-mór andou durante mais de dois seculos nos morgados da casa de Santa Marinha, ascendentes dos barões da Ribeira de Pena, (V. adeante; *Solar de Santa Marinha*) que tambem possuiram durante egual lapso de tempo a propriedade do officio de monteiro mór com grande numero de privilegios e importantes isenções tributarias. No reinado de D. José I fôram creadas n'este concelho, além de duas escolas de instrucção primaria, cadeiras de francez e grammatica latina, com o ordenado annual de 100$000 reis, providas por concurso e pagas pelo cofre da Junta do Subsidio Litterario, com a obrigação imposta aos professores de remetterem annualmente no mez d'agosto á Real Mesa Censoria, a lista dos estudantes que as frequentaram, com indicação de nome, edade, patria, morigeração e adeautamento. Estas cadeiras funccionaram officialmente até 1835, em que fôram extinctas. O concelho de Ribeira de Pena coutinuou até 1853 composto apenas pelas tres freguezias que já referimos, porém, n'essa data, tendo sido extincto o concelho de Cerva, por decreto de 31 de dezembro, foi incorporado n'este concelho, graças aos esforços para esse fim empregados pelo 1.º barão da Ribeira de Pena, que assim conseguiu um importante augmento de superficie e população para o seu municipio natal. Por decreto de 26 de outubro de 1895 que aboliu o concelho de Boticas, fôram annexadas ao concelho de Ribeira de Pena as freguezias de Canedo e Fiães de Tamega, passando esta ultima novamente para o concelho de Boticas, por este ter sido restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. O conc. comprehende 7 freguezias, que pelo censo de 1 de dezembro de 1900, tem 2:310 fog. e 9:719 hab., sendo 4:566 do sexo masc. e 5:153 do fem. As freguezias são: Alvadia (Santa Cruz),

366 hab.: 192 do sexo masc. e 174 do em., Cancdo (O Salvador), 1:198 bab.: 570 do sexo masc. c 628 do fem.; Cerva (S. Pedro), 3:060 hab.: 1:462 do sexo masc. e 1:598 do fem.; Limões, (S. João Baptista), 761 bab.: 350 do sexo masc. e 411 do fem.; Ribeira de Pena (O Salvador), 2:889 hab.: 1:303 do sexo masc. e 1:581 do fem.: Ribeira de Pena (Santa Marinha) 869 hab.: 411 do sexo masc. e 455 do fem.; Santo Aleixo de Além Tamega; 576 hab.: 270 do sexo masc e 306 do fem. Tem feira nos dias 4, 6 e 13 de cada mez, advogados, medicos, pharmacias, notario, agencias bancarias e de seguros, escolas para ambos os sexos, estação telegraphica e postal. N'este concelho encontram-se registadas 158 minas de *wolfram*, todas nas freguezias de Cerva e Limões, estando 21 em exploração. São seus exploradores: *Compagnie Miniére du Tungstène* e *Société Civile d'Etudes de tous gisements miniérs*. Ultimamente fôram tambem registados importantes filões de estanho, encontrados nos limites da freguezia de Santa Marinha, onde brotam as notaveis aguas minero-medicinaes de Pesqueiras.

Ribeira de Pena (*Casas nobres de*)—*Casa e quinta d'Aldeia*, sita na freg. de Santo Aleixo d'Além Tamega; solar d'um ramo dos Carvalbos Pimentas, mandada edificar nos meados do seculo XVIII por Antonio Sanches de Carvalbo Pimenta e por sua mulher D. Maria de Carvalho da Guerra. Tem brazão concedido a 16 de setembro de 1739 a seu filho Domingos José de Carvalho Pimenta, fidalgo de geração, com as armas dos Carvalhos, Pimentas, Guerras e Machados. E' actualmente possuida pela sr.ª D. Maria da Luz de Carvalbo Pimenta, casada com o sr. Antonio José de Novaes e terceira neta, por varonia, d'aquelle Antonio Sanches de Carvalho Pimenta.—*Casa e quinta de Boumillo.* Sita na freguezia do Salvador. Pertence a uma familia de appellido Oliveira, que reside ali desde os meados do seculo XVII. A actual casa de habitação foi mandada edificar pelo capitão Antonio d'Oliveira Pena, que havia grangeado bastantes meios de fortuna no Brazil. Tem brazão concedido áquelle capitão por carta de 5 de maio de 1762, com as armas dos Oliveiras e Queiroz Pertence actualmente ao sr. José Joaquim d'Oliveira, proprietario e secretario da camara municipal d'este concelho, e 2.º sobrinho d'aquelle capitão.—*Casa e quinta do Bucheiro.* Sita na freguezia do Salvador, edificada no meado do seculo XVI por Fernão Leitão, cavalleiro professo da ordem de Christo e abbade da freguezia do Salvador, que a instituiu como cabeça d'um importante vinculo denominado de *S. Pedro*, com capella anexa á antiga egreja do Salvador, em testamento feito aos 29 d'agosto de 1550. Tem brazão concedido por carta de 20 de julho de 1795 a João Manuel de Sousa Aragão, ajudante d'ordenanças e ultimo possuidor do referido vinculo pelo seu casamento com D. Genebra Maria Joaquina de Sousa Malheiro Leitão, 9.ª morgada. Esse brazão tem as armas dos Sousas, Chichorros, Machados, Moraes e Pintos. D'aquelle João Manuel de Sousa Aragão é neto materno e actual possuidor da casa e quinta de Bucheiro o sr. Antonio Armindo d'Andrade, engenheiro diretor geral dos caminhos de ferro de Loanda.—*Casa e quinta de Fêcha.* Situada na freguezia de Santo Aleixo d'Além Tamega. Solar d'um ramo dos Carvalhos de Ribeira de Pena, alliados com os Pachecos da antiga casa de Picanhol. A casa de residencia foi mandada construir por Gaspar Francisco de Carvalho no principio do seculo XVII, sendo o brazão com as armas dos Pachecos, Meirelles, Carvalhos e Alvares d'Andrade, concedido por carta de 9 d'agosto de 1706 a seu filho Domingos de Meirelles Pacheco. Pertence actualmente á sr.ª D. Henriqueta Pacheco de Valladares e Aguiar, viuva do fallecido dr. Custodio Leite Pereira d'Abreu e Sousa, juiz de direito de 1.ª instancia, filha dos 1.ºˢ barões da Ribeira de Pena e quarta neta materna d'aquelle Domingos de Meirelles Pacheco.—*Casa e quinta de Fontes.* Sita na freguezia do Salvador e um dos mais antigos solares d'esta região, pertencente a um ramo dos Pachecos d'Andrade, de Cabeceiras de Basto. Não é brazonada, mas tem capella vinculada, annexa á casa de residencia, sob a invocação de Sant'Anna, instituida pelo rev.º dr. Caetano Pacheco d'Andrade Borges Penha, que desempenhou alguns importantes cargos ecclesiasticos nos começos do seculo XVIII. D'esta casa foi natural Caetano José Pacheco d'Andrade e Almeida, penultimo capitão-mór do concelho de Ribeira de Pena e bisavô materno da actual possuidora, D. Maria Augusta Vahia de Carvalbo.—*Casa e quinta do Fragão.* Sita na freguezia de Santo Aleixo d'Além Tamega. Foi outr'ora pertencente a uma distincta familia de appellido Leitão, derivado da casa do Bucheiro a que acima nos referimos. E' brazonada por mercê concedida, em 31 de janeiro de 1777, ao ultimo capitão mór d'este concelho Nicolau Joaquim Leitão de Carvalbo, sendo o seu escudo composto pelas armas dos Leitões, Costas, Carvalhos e Guerras. Esta casa pertence actualmente ao commendador Victorino Antonio Dias, que a adquiriu por compra feita ha poucos annos ao dr. Severino Joaquim de Magalhães e Almeida, neto materno d'aquelle alludido capitão-mór.—*Casa e quinta do Matto.* Sita na freguezia do Salvador e uma das mais antigas e importantes d'este concelbo. Não é brazonada, mas os seus possuidores pertenciam a uma familia de distincta linhagem dos appellidos Borges Penha. Foi natural d'esta casa Francisco Xavier Domingues de Carvalho Penha, cavalleiro professo na ordem de S. Thiago, que militou com distincção nas campanbas de 1762, 1763, de quem é bisneta paterna D. Maria Antonia Vabia de Carvalbo, casada com Bento Cesar d'Araujo Magalhães, actual possuidora d'esta casa.—*Casa e quinta da Olaria.* Sita na freguezia do Salvador e solar d'um ramo dos Peixotos, morgado de Pousada, junto a Guimarães. Data a sua fundação dos fins do seculo XV, em que foi instituido o seu vinculo com capella da invocação de *Christo Crucificado*, junto á antiga egreja do Salvador, pelo escudeiro fidalgo da Casa Real Ruy Vaz Peixoto. E' brazonada com o escudo dos Peixotos, tendo em chefe as armas dos Correias de Farelães, e ignorando se qual a data da carta concessiva d'essa pedra d'armas. Esta casa foi alienada ha algumas dezenas d'annos pelos descendentes dos primitivos possuidores, sendo hoje propriedade do sr. Manuel Joaquim de Sousa, d'este concelbo.—*Casa e quinta de Picanhol.* Sita na freguezia do Salvador e solar d'um ramo muito illustre dos Pachecos e Meirelles de Basto. E' brazonada com as armas dos Pachecos, Freires d'Andrade, Meirelles e Gou

veias, desconhecendo se a data da carta que concedeu este brazão, que foi ali mandado collocar por Salvador Pacheco, sargento-mór d'ordenanças, e sobrinho do primeiro capitão mór d'este concelho. D'esta casa provém os actuaes barões da Ribeira de Pena e muitas outras familias illustres do norte do paiz. E' hoje propriedade do commendador Domingos José de Sousa Junior de Guimarães.—*Casa e quinta de Santa Marinha.* (V. o artigo *Solar de Santa Marinha*).—*Casa e quinta de Senra.* Sita na freguezia do Salvador e pertencente a um ramo dos Penhas, d'este concelho. Não é brazonada, mas os seus possuidores desempenharam alguns cargos distinctos n'este concelho, sendo até por isso esta casa denominada *Casa do Capitão.* O seu actual possuidor, Francisco Xavier Penha, é tambem proprietario da antiga casa dos Fereiras, sita na referida freguezia do Salvador e que lhe adveio por herança de sua mãe, D. Felicidade Leite de Barros Miranda da Cunha. Esta ultima casa é brazonada com duas pedras d'armas, uma das quaes era propria d'ella. (Almeidas, Borges e Cunhas), e a outra pertencia a uma casa hoje demolida denominada *Pereiras de Cima*, outr'ora possuida por um ramo dos Guerras, Almeidas, Borges e Leitão.—*Casa e quinta de Senra de Baixo.* Sita na freguezia do Salvador e solar dos Valladares de Ribeira de Pena. Edificada nos começos do seculo XVI por Jeronymo de Sousa, de Villa Pouca d'Aguiar, e por sua mulher D. Maria Correia de Almeida. D'ella foi possuidor, pelo seu casamento, com D. Maria Correia de Sousa, neta d'aquelles, o mestre de campo Manuel de Valladares Vieira, natural de Guimarães e um dos mais valorosos cabos de guerra das campanhas da Restauração (1640-1668), de quem foi quinta neta a primeira baroneza da Ribeira de Pena, avó paterna do seu actual possuidor Manuel Timoteo Pacheco de Valladares Vieira. Tem brazão com as armas dos Pachecos, Meirelles, Valladares e Vieiras, e capella viucular com sepultura brazonada, edificada ao meio da quinta sob a invocação de Santo Antonio.—*Casa e quinta de Senra de Cima.* Sita na freguezia do Salvador. Pertenceu antigamente esta propriedade aos Correias de Miranda, familia hoje extincta n'este concelho. Foi adquirida no começo do seculo XVIII por Miguel Joaquim de Carvalho e Almeida, capellão d'el-rei D. João V, abbade de Santa Martha no actual concelho de Valpaços, o célebre prégador sagrado. Era natural da casa-solar dos Carvalhos, hoje demolida, em Bragadas d'Além Tamega, e foi elle quem mandou edificar o soberbo palacête d'esta quinta, por artifices vindos da côrte, sendo dignos de nota toda a obra de cantaria e a pintura em paineis representando os episodios da paixão de Christo, existente nos caixotões do tecto d'um quarto interior. Instituiu um vinculo composto por esta quinta e outras propriedades, com sumptuosa capella annexa ao palacête sob a invocação de N. S.ª da Conceição. Para primeiro administrador d'esta capella e vinculo, chamou seu irmão Domingos de Carvalho e Almeida, capitão-mór da Ribeira de Pena, familiar do Santo Officio, cavalleiro professo na ordem de Christo, moço da Real Camara por successão e senhor da já referida casa-solar dos Carvalhos, em Bragadas, a quem foi concedido o brazão d'esta casa, com as armas dos Carvalhos e Almeidas, por carta passada no anno de 1714. A linha directa da successão d'esta casa extinguiu se; porém, os actuaes possuidores, D. Maria da Gloria de Valladares e seu marido e primo, Thomé de Miranda Athayde Mello e Castro, são quintos netos d'aquelle capitão mór Domingos de Carvalho e Almeida.—*Casa e quinta do Sylvado de Daivões.* Sita na freguezia do Salvador. Pertence a um ramo dos Carvalhos da Ribeira de Pena Foi edificada nos começos do seculo XVIII. Não é brazonada, mas a um seu possuidor, Verissimo Dias de Carvalho, foi concedido por carta de 26 de fevereiro de 1754 brazão com as armas dos Dias, Barbosas, Carvalhos e Gonçalves. Tem capella, não sabemos se de natureza vincular, sob a invocação de *Nossa Senhora.* E' descendente d'aquelle Verissimo Dias de Carvalho, pelo lado materno, a sua actual possuidora D. Guardina dos Prazeres Alvarenga Pinto de Miranda Magalhães.—*Casa e quinta da Temporan.* Sita na freguezia do Salvador. Pertenceu essa propriedade perfeita durante alguns seculos á Casa de Bragança que a emprazou no seculo XVI aos Peixotos, morgado da Olaria. Por um clerigo d'esta familia, de nome Luiz Peixoto da Silva, foi ella vendida no terceiro quartel do seculo XVII a Ambrosio Gonçalves Lopes, sargento mór e juiz dos orphãos no concelho da Ribeira de Pena, e a sua mulher D. Cathariua da Guerra, sobrinha do bispo de Cabo Verde D. Manuel Affonso da Guerra. Estes assignaram-n'a em morgadio, com capella annexa á casa de residencia, sob a invocação de N. S.ª da Conceição, por escriptura publica de 8 de abril de 1687. O ultimo representante directo d'esta familia, que possuiu a casa da Tomporan, foi Ignacio Pinto Furtado d'Almeida Guerra, que falleceu em novembro de 1901, por cuja morte foi vendida em hasta publica, sendo adquirida por Antonio Joaquim Gonçalves Sanches que, por seu turno, a alienou, possuindo a hoje, por compra, Antonio José Leite.—*Casa e quinta de Terças.* Sita na freguezia de Santa Marinha. Antiga propriedade possuida desde o seculo XVI por a familia Gonçalves de Mattos, ramo segundo da casa do Matto a que já nos referimos. Não é brazonada. Nos começos do seculo XIX reuniu-se esta casa á de Cima de Villa de Pena, n'esta mesma freguezia, pelo casamento de Francisco José de Mattos com D. Anna Pereira da Silva, irmã e herdeira do ultimo sargento-mór d'este concelho o major do regimento de milicias de Chaves, Manuel Joaquim Pereira da Silva. E' actualmente seu proprietario Maximiano de Mattos Ferreira, neto paterno d'aquelles Francisco José de Mattos e D. Anna Pereira da Silva, que possue tambem a antiga capella vincular de N. S.ª da Conceição, da Granja, cabeça d'um morgadio, instituido no seculo XVII pelo protonotario apostolico D. Lourenço de Valladares Vieira e que é brazonada com o escudo d'armas de Valladares.—*Casa e quinta de Touça Bôa.* Sita na freguezia do Salvador. Pertence ha alguns seculos á familia Teixeira da Cunha que se aliou com os Almeidas de Sousa da quinta do Casal do Freume, n'esta mesma freguezia, pelo casamento de D. Izabel Maria Teixeira de Carvalho e Cunha com Francisco Xavier d'Almeida, alferes d'ordenanças, juiz pela ordenação e vereador no concelho da Ribeira de Pena, realisado em agosto de 1742. D'esta casa foi natural o major Domingos José Teixeira Pe-

na, que emigrou para o Brazil, vindo a ser pae do fallecido presidente d'aquella Republica, dr. Affonso Augusto Moreira Pena. E' actualmente senhor d'esta casa Gervasio José Teixeira Pena, 3.º neto, por varonia, d'aquelles Francisco Xavier d'Almeida e D. Isabel Teixeira.

Ribeira de Pena *(Egreja matriz de)*. Este elegante e majestoso templo parochial da freguezia do Salvador da Ribeira de Pena, séde do concelho d'esse nome, foi mandado construir no ultimo quartel do seculo XVIII por um benemerito filho d'esta freguezia, chamado Manuel José de Carvalho, que adquirira largos haveres no Brazil, para onde emigrara sendo ainda muito novo. A historia da fundação d'esta egreja constitue uma verdadeira lenda, aliás perfeitamente veridica, e todos, parecendo vir a ser destinado a modestamente terminar seus dias como tantos outros rapazes em analogas condições. Succedeu, porém, que em certo dia, tendo o pequeno Manuel ido encher um cantaro d'agua á fonte da sua povoação, o deixou cair, quebrando-o em mil pedaços. Afflicto e temendo a ira de seus paes, que com certeza o reprehenderiam severamente pela sua involuntaria falta, lembrou-se n'um natural instincto de creança, de fugir para longe de casa, o que fez, dirigindo-se para junto da antiga estrada que de Chaves conduzia para o Porto, que passava a pequena distancia da povoação do Ruival. Chegado ali, encontrou casualmente uns almocreves que se dirigiam para Guimarães e Porto, com quem travou conversação, seguindo-os

Ribeira de Pena—Egreja matriz (S. Salvador).

que se nos parece digna de ser recolhida da tradição oral. Nascera Manuel José de Carvalho na pequena povoação do Ruival, de paes pobres e humildes, o que não obstou a que désse a seu filho algumas noções de educação litteraria, pois que lhe mandaram ensinar a ler, escrever e contar, o que então era caso raro, visto a absoluta falta, n'aquella epoca, de cadeiras officiaes de ensino n'esta região. Aperfeiçoou-se por tal fórma nos problemas de contabilidade, que causava a admiração de todas as pessoas illustradas, que tinham ensejo de apreciar o desenvolvimento das suas tão especiaes aptidões. Como, porém, seus paes necessitassem do trabalho manual do filho para os auxiliar na lida caseira, abandonou Manuel José de Carvalho os seus estudos durante todo o seu trajecto até chegar a esta ultima cidade. Conta-se, e com fortes visos de verdade, visto que os factos o confirmaram mais tarde, que Manuel José de Carvalho, chegando ao ultimo ponto da estrada d'onde se avistava a sua terra natal, fizera uma promessa a Nossa Senhora da Guia, padroeira do concelho de Ribeira de Pena, e cuja capella está construida n'uma quebrada do monte Alvão, de se ella o guiasse e elle alguma vez chegasse a obter meios sufficientes do fortuna para isso, mandar edificar uma egreja *como outra não houvesse da ponte de Cavez para cima e da serra do Alvão para baixo*. Chegado ao Porto, Manuel José de Carvalho principiou a vaguear pelas ruas da cidade sem saber que resolução tomar para angariar os meios ne-

cessarios á sua subsistencia. Casualmente encostou-se á porta d'uma loja onde varios negociantes faziam suas contas com um capitão de marinha mercante, que estava prestes a seguir viagem para as terras de Santa Cruz. Havia, porém, entre elles divergencia na liquidação final d'aquellas contas, motivada por um erro qualquer que nenhum o lograva descobrir. Foi então que Manuel José de Carvalho, que tinha seguido com interesse todas as phases da discussão e facilmente aprehendera qual o erro originario d'aquella divergencia, a mêdo se offereceu para o remediar, fazendo de novo todas as operações necessarias para tal fim Todos o chasquearam, rindo se do rapazito maltrapilho que assim ousava querer dar lições a mestres na contabilidade commercial, porém vendo a convicção com que elle affirmava o seu proposito, deixaram-n'o verificar as contas, o que elle fez, sanando promptamente o erro com grande pasmo dos circumstantes. O capitão de marinha mercante enthusiasmado com a proeza praticada pelo pequeno, interrogou o e sabendo a sua historia e o desejo que elle tinha de procurar fôsse onde fôsse meios de fortuna, offereceu se para o proteger e transportar para a Bahia de Todos os Santos, porto para onde dirigia o seu navio. Manuel José de Carvalho acceitou com jubilo este inesperado beneficio e passados poucos dias, protegido pelo bondoso capitão, seguia viagem para o Brazil, onde em poucos annos, pela sua actividade incansavel, alta honestidade e espirito economico, grangeou uma grande fortuna Passaram-se muitos annos e em 1771 recebeu o então capitão-mór de Ribeira de Pena, Francisco Xavier Pacheco d'Andrade e Almeida, morgado de Santa Marinha, uma carta de Manuel José de Carvalho, de quem já ninguem se recordava, contando resumidamente o que deixamos relatado, enviando-lhe ordem para levantar uma importante quantia, encarregando o de dirigir as obras e dar os passos necessarios para a construcção d'uma egreja na freguezia do Salvador, que substituisse a antiga parochial e que fôsse edificada com toda a sumptuosidade possivel. Acceitou o capitão-mór o encargo, começando as obras logo no meado d'esse mesmo anno de 1771, sob a sua direcção e vindo a ser concluida de pintura no tempo do parocho encommendado José Martins de Carvalho, que pastoreou esta freguezia desde 1785 a abril de 1796. Durante todo este lapso de tempo fez Manuel José de Carvalho repetidas e importantes remessas de dinheiro, madeiras precisas e outros materiaes para a obra que toda foi custeada por tão grande benemerito, importando em muitos milhares de cruzados, sem encargo ou obrigação alguma para os habitantes d'esta freguezia, a não ser os carrêtos da pedraria que fôram feitos por conta dos lavradores d'ella. Quando, porém, se tinha concluido a pintura da egreja, mas ainda faltava o terço superior das duas torres, falleceu Manuel José de Carvalho na cidade da Bahia, sem ter tido a ventura de voltar á sua patria e admirar o padrão commemorativo da sua honesta existencia de trabalhador infatigavel. Sua mulher, senhora brazileira, que nenhumas ligações tinha com Ribeira de Pena, a instancias do capitão mór dr. Francisco Xavier de Sousa Andrade e Almeida, morgado de Santa Marinha e filho do primeiro administrador da obra, enviou por uma só vez um importante donativo para a conclusão das torres, acompanhando o d'uma curiosa carta que ainda ha poucos annos existia em poder do sr. Manuel Xavier Alves Junior, cavalheiro residente n'esta freguezia, em que commentando as grandes despezas feitas por seu marido com a construcção da egreja do Salvador, *dizia que ella podia ter até os prégos e ferrôlhos d'oiro*. A obra foi definitivamente concluida já no tempo do 1.º barão da Ribeira de Pena, que foi o terceiro administrador d'ella nos fins do primeiro quartel do seculo XIX. Porém a egreja já estava consagrada ao culto, havia bastantes annos, não se sabendo, porém, a data certa da transferencia dos sacramentos da antiga egreja para esta Não se limitou a benemerencia de Manuel José de Carvalho para com a sua terra natal sómente á construcção da egreja do Salvador, que elle dotou com todos os objectos necessarios ao culto, sendo dignos de menção, sobretudo, os riquissimos paramentos de damasco vermelho, com bordados d'ouro, que não tem rival em toda a archidiocese de Braga, como foi confirmado pelo actual arcebispo D. Manuel Baptista da Cunha, na occasião da sua visita pastoral a esta freguezia em junho de 1906. Além d'isso offereceu duas riquissimas corôas d'ouro á imagem de N. S.ª da Guia, a quem havia implorado protecção, quando abandonou Ribeira de Pena; mandou reconstruir o vasto adro da sua ermida, instituiu e dotou largamente as confrarias de S. S. Sacramento das tres freguezias: Salvador, Santa Marinha e Santo Aleixo d'Além Tamega, brindou esta ultima com magnificos paramentos, e praticou muitos outros actos generosos em pról do engrandecimento do culto na sua terra natal. Na construcção da nova egreja foi aproveitada a antiga capella do Rosario, que ficou annexa a ella, instituida nos começos do seculo XVII pelo abbade d'esta freguezia dr. Francisco Teixeira de Sampaio, fundador da importante irmandade do Rosario e Almas, que ainda hoje existe, possuindo um fundo approximado de 15 contos de reis. A antiga egreja parochial foi demolida, existindo hoje apenas, no logar que ella outr'ora occupava, uma das capellas vinculares que junto d'ella estavam edificadas, que tem a invocação de S. Pedro, e pertence á antiga casa do Bucheiro d'esta freguezia (*V o artigo antecedente*). Esta freguezia foi antigamente uma commenda da ordem de Christo, que pertenceu durante algum tempo á casa dos Telles da Silva, marquezes d'Alegrete, com boas rendas, casa de residencia, e um excellente passal com muitas aguas, constituindo tudo um dos melhores beneficios ecclesiasticos da região. Tambem n'esta egreja existem varios outros objectos destinados ao culto, generosamente offerecidos por um illustre filho d'esta freguezia, o major Domingos José Teixeira Pena, natural da antiga casa de Touça Bôa, pae do fallecido presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, Affonso Augusto Moreira Pena, e que tambem adquiriu pelo seu honesto trabalho nas terras de Santa Cruz uma importante fôrtuna. Entre elles avultam um magnifico thuribulo e elegante navêta de prata lavrada, offerecidos para *esplendor e aceio das festividades do S. S. d'esta freguezia*, como consta da acta da sessão da junta de parochia respectiva de 9 de janeiro de 1859. Na egreja do Salvador casou aos 18 do mez d'agosto de

1841 o grande romancista Camillo Castello Branco com sua primeira mulher Joaquina Pereira, filha d'um tendeiro natural de Gondomar, estabelecido então na aldeia de Freume d'esta freguezia, e chamado Sebastião Martins dos Santos. Esta interessante pagina da aventurosa vida do illustre escriptor, mestre da lingua portugueza, ainda não é sufficientemente conhecida pelos seus admiradores, muito embora a ella se refiram todos os seus biographos, porém caindo frequentemente em erros e contradições flagrantes ácêrca da estada do grande Camillo em Riboira de Pena. A passagem por esta terra vincou-se tão profundamente no luminoso espirito do illustre romancista que quem, com conhecimento de causa, analysar e comparar muitas das suas obras, facilmente oncontrará innegaveis provas fundamentando esta nossa asserção. N'um seu romance, *O Santo da Montanha*, em que é protogonista Balthazar Pereira da Silva, morgado da casa da Olaria d'esta freguezia, é mesmo aproveitado o facto da construcção da nova egreja do Salvador, ainda que deturpado, para urdir o entrecho. *Maria Moysés*, o *Sexto casamento feliz*, *O Lobishomem*, e outras joias litterarias da vasta galeria das suas obras, são passadas em Ribeira de Pena; dezenas de episodios insertos n'outros romances, os proprios nomes e appellidos dos seus personagens, os phantasticos titulos nobiliarchicos com que elle os decora, são tirados das reminiscencias da sua estada n'esta risonha e poetica Ribeira, revelando bem eloquentemente a perenne e saudosa recordação, que aquelle alto espirito sempre conservou das horas da sua mocidade decorridas nas pittorescas margens do Tamega. Estamos certos que uma conscienciosa monografia em que se versasse este aspecto da vida do enegualavel romancista, havia de despertar um justo interesse em todos os espiritos cultos do nosso paiz, que admiram a obra monumental de Camillo.

Ribeira de Pena *(Solar de Santa Marinha, dos barões da)*. Este solar está situado na freguezia do mesmo nome, do concelho de Ribeira de Pena; é uma antiga vivenda senhorial, cuja edificação data do primeiro quartel do seculo XVI. Não é, porém, só em documentos quo remontam áquella epoca, que se encontram referencias á casa e quinta *do assento da egreja de Santa Marinha*, como tambem o mesmo se deprehende de uma inscripção encontrada ha annos no reverso d'um oratorio particular, pertencente á mesma casa, e que foi deslocado do seu primitivo logar para outro ponto por occasião de varias modificações effectuadas no arranjo interno d'esta casa, pelo segundo barão da Ribeira de Pena. Não é, possivel, porém, deduzir d'uma fórma seguida e ininterrupta a linha dos seus possuidores até aos começos do seculo XVII, em que este solar pertencia a Filippe de Sousa Carneiro, fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo da ordem de Christo, e n'ella commendador das commendas do Santa Marinha da Ribeira de Pena e de Lamas de Podence, e que de certos amores com Senhorinha Dias de Mattos, dama de honrada geração (como lhe chamam os nobiliarios da epoca), natural da aldeia de Freume, houve um filho bastardo por nome Domingos Gonçalves de Sousa Carneiro, que se ordenou de ordens sacras, vindo a ser, em 1618, parocho da freguezia do Santa Marinha. Esto Domingos Gonçalves, em 16?4, recebeu por doação de seu pae, confirmada pelo rei Filippo III, todos os prazos pertencentes á referida commenda de Santa Marinha, com o encargo da reedificação e ampliação *das casas nobres de seu assento*, e de certa pensão paga ao mestrado da ordem de Christo. A carta regia confirmando esta doação existe ainda hojo no archivo particular da casa de Santa Marinha, bem como a carta regia de perfilhação do padre Domingos Gonçalves de Sousa Carneiro, que possuiu o habito da ordem de Christo, por cujo titulo usofruiu uma tença de 40$000 reis, assente n'um dos almoxarifados do reino. Este padre Domingos Gonçalves, que em virtude d'aquella doação, ficou senhor d'uma das mais importantes propriedades fundiarias do norto do paiz, não querendo desmerecer dos creditos paternos, e não obstante os seus solemnes votos de castidade, tomou-se de amores como uma sua prima, D. Maria Thomaz de Faria, natural da casa dos Ferreiros, sita na mesma freguezia de Santa Marinha, o raptando a uo anno de 1631 instalou-a com grande pompa de creados, cavallos e escravos, no logar de Boumillo da freguezia do Salvador, do concelho do Ribeira de Pena. D'estes escandalosos e anormaes successos se inteirou, por denuncia do parocho d'aquella freguezia do Salvador, dr. Francisco Teixeira do Sampaio, o arcebispo de Braga D. Rodrigo da Cunha, que em 1632, visitou Ribeira de Pena, em digressão pastoral, ministrando o sacramento do Chrisma e hospedando se no solar de Santa Marinha. Fôssem, porém, quaes fôssem as razões que em sua defeza adduziu o padre Domingos Gonçalves, o caso é que, a devassa contra elle intentada, e cuja copia se encontra em poder de seus descendentes, não proseguiu, obtendo até no anno de 1639 uma carta regia de perfilhação para um filho que resultara da sua ligação amorosa e que se chamou Francisco Gonçalves de Pena, e por corruptela Francisco Gonçalves Penha, chefe da linhagem dos Penhas de Ribeira de Pona, segundo os dois eminentes genealogistas dr. Bernardo Carneiro Vieira de Sousa e D. José de Moura Coutinho, bispo de Lamego. Este Francisco Gonçalves Penha alistou-se como voluntario no exercito portuguez, durante o ultimo periodo da guerra da Restauração, sendo em 1656 nomeado capitão commandante da companhia de volantes, que á sua custa se constituira na terra do Pena, e que sustentou a expensas de sua fazenda, durante o espaço de sete annos e meio, prestando com ella relevantes serviços na guerra de escaramuças, que então se desenrolava na frouteira transmontana. Terminada a guerra em 1668, retirou-se Gonçalves Penha á sua casa de Santa Marinha, já agraciado com o habito da ordem de Christo, em galardão dos seus serviços, e contrahiu matrimonio com sua prima D. Izabel Pacheco d'Andrade, filha de Salvador Domingues Pacheco d'Andrade, senhor da antiga e nobre casa de Foutes, no referido concelho de Ribeira de Pena, e de sua mulher D Maria Ambrosia Gonçalves Lopes. D'este primeiro casamento de Francisco Gonçalves Penha, não houve descendencia, fallecendo D. Izabel em 1674 e passando seu marido a segundas nupcias, poucos annos depois, com uma outra sua prima D. Domingas Gonçalves de Mattos, ou d'Almeida, filha de Gonçalo

Gonçalves de Ferreira, escudeiro fidalgo e senhor da casa dos Ferreiros a que já nos referimos, e de sua mulher D. Marianna Gonçalves d'Almeida. D'este segundo casamento houve numerosa descendencia, sendo filho primogenito Pedro Gonçalves Penha, que succedeu na casa de Santa Marinha e vastas propriedades a ella adscriptas, bem como no importante vinculo de S Francisco Xavier, com capella d'esta invocação, edificada junto á parochial egreja de Santa Marinha, á parte do Evangelho, que foi instituido por escriptura publica, lavrada na nota de Christovão Frazão de Meirelles, tabellião em Ribeira de Pena, no anno de 1678. Pedro Gonçalves Penha, que foi o segundo administrador d'este vinculo, ampliou o com numerosos e importantes predios rusticos que lhe adscripcionou no anno de 1734, por uma escriptura publica, lavrada na em 1713, apoz a paz de Utrecht, que terminou a guerra da successão, contraiu casamento Balthazar Pacheco com D. Maria d'Almeida, filha de Domingos de Carvalho e Almeida, capitão mór e monteiro mór do concelho de Ribeira de Pena, familiar do Santo Officio, moço da real camara (com 406 reis de moradia mensal e tres quartos de cevada por dia), cavalleiro da ordem de Christo, senhor das casas do Carvalho de Bragadas e de Senra de Cima, e de sua mulher D. Maria Gonçalves de Carvalho e Almeida. Balthazar Pacheco foi cavalleiro professo na ordem de Christo e por morte de seu sogro (1738) capitão-mór de Ribeira de Pena, passando o officio de monteiro-mór a seu filho primogenito Francisco Xavier d'Andrade e Almeida, para elle casar com D. Maria de Sousa Leitão, 3.ª administradora da capella e vinculo de Nossa Senhora da Copa-Ca-

Ribeira de Pena—Solar de Santa Marinha

nota do tabellião Antonio João, de Ribeira de Pena, constituindo assim o mais valioso morgadio d'esta região. Pedro Gonçalves Penha foi casado com sua prima D. Catharina Pacheco d'Andrade, irmã da primeira mulher de seu pae, nascendo d'este casamento um filho unico e herdeiro, Balthazar Pacheco d'Andrade, senhor de Santa Marinha e 3.º administrador dos vinculos e capella de S. Francisco Xavier. Militou, como voluntario, e sem levar soldo á real fazenda na guerra da successão de Hespanha, servindo ás ordens do general visconde da Fonte Arcada, governador das armas da provincia da Beira, que n'um suggestivo attestado, que ainda hoje se conserva na casa de Santa Marinha, descreve e elogia os relevantes serviços e rasgos de valor praticados pelo capitão Balthazar Pacheco d'Andrade. Fixando residencia no seu solar de Santa Marinha bana e quinta da Ribeira de Baixo, por ser filha herdeira de Gervasio Leitão de Sousa e de D. Filippa Alvares da Costa. Francisco Xavier d'Andrade e Almeida foi, como seu pae, cavalleiro professo na ordem de Christo e capitão-mór de Ribeira de Pena, bem como administrador dos vinculos e capella de S. Francisco Xavier. Succedeu lhe seu filho primogenito Francisco Xavier de Sousa Andrade e Almeida, doutor *in utroque jure* pela Universidade de Coimbra, cavalleiro na ordem de Christo, capitão mór e monteiro-mór de Ribeira de Pena, 5.º administrador do vinculo e capella de S. Francisco Xavier, 4.º do de Nossa Senhora de Copa Cabana, senhor das casas de Santa Marinha e Ribeira de Baixo e da quinta da Corta ou Cerva, que casou em 1800 com sua prima D. Senhorinha Xavier d'Almeida de Sousa e Andrade, senhora das quintas de Ci-

mo de Villa de Freume e Pereiro de Baixo do mesmo concelho de Ribeira de Pena, por ser filha herdeira de Antonio Luiz de Sousa e Andradrade e de D. Senborinha Josefa Botelho de Carvalho e Almeida. D'este casamento nasceu o primeiro barão da Ribeira de Pena (V. *este titulo*). O solar de Santa Marinha é brazonado no seu cunhal sul com as armas das linhagens de Pachecos e Andrades, tal qual se acham descriptas na carta de brazão passada em Lisboa no anno de 1720 ao capitão-mór Balthazar Pacheco d'Andrade. A ala norte d'este solar foi reedificada nos meados do seculo XIX pelo 1.º barão da Ribeira de Pena, que mandou construir a magnifica cozinha, que pela sua amplidão, pelas duas majestosas chaminés, verdadeiras moles de granito, fez lembrar as lendarias cozinhas de Alcobaça e de Ramalbão. Este edificio constitue, como facilmente se deprehende da photogravura que acompanha este artigo,um typico modelo da architectura morgadia e solarenga do norte do paiz,sendo verdadeiramente notavel a sua fachada enobrecida pela longa fila de amplas saccadas. E' tambem digno de menção o elegante pateo de entrada, sobretudo pela correcção e bem lançado do seu risco. Existe n'esta casa um precioso archivo de documentos antigos, bem como uma valiosa collecção de manuscriptos genealogicos que tem sido cuidadosamente annotados e catalogados pelo seu actual possuidor sr. dr. Francisco Xavier Mousinho da Silveira Canavarro de Valladares (Ribeira de Pena), cultor enthusiasta da arte heraldica, genealogica, assim como da indumentaria antiga de que possue alguns exemplares de valor. Citaremos o precioso oratorio de talha dourada, encerrando um magnifico Agnus Dei, encastoado em prata, um curioso candieiro em metal amarello, seculo XVII, de seis bicos e com um deposito comportando mais de um litro, e, finalmente os riquissimos contadores da India que pertenceram ao eminente estadista Mousinho da Silveira, ascendente do sr. dr. Canavarro de Valladares, e que são o enlevo de todos os amadores do genero. Como se vê pelo ligeiro esbôço, que vimos de traçar, constitue o solar de Santa Marinba uma verdadeira curiosidade regional, de certo valor historico e cheia de tradições pela hegemonia e preponderancia que durante mais de tres seculos tem indiscutivelmente exercido na vida local.

Ribeira de Penha Longa. Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Alcabideche, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Penaferrim e conc. de Cintra, do mesmo districto.

Ribeira Pequena. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Galés, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Ilha do Fayal; pov. na freg. de Santa Catharina, de Castello Branco, conc. e distr. de Horta, Açôres

Ribeira de Pereiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Alpedriz, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Ribeira de Pernes. Pov. na freg. de Santa Maria, de Cazével, conc. e distr. de Santarem.

Ribeira de Picamilho. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Alpedriz. conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Ribeira do Pico. Ilba da Madeira; pov. na freg de N S.ª d'Ajuda, de Serra da Agua, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Ribeira do Pinheiro. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Cella, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Ribeira pelo Poente. Ilha de S Jorge; pov. na freg. de S. Jorge e conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo, Açôres.

Ribeira da Ponte. Ilha Terceira; pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Regatos, conc. e distr. de Angra do Heroismo, Açôres.

Ribeira de Porto Pereiro. Pov. na freg. de S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Ribeira da Povoa. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João Areias, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu.

Ribeira da Prata. Enseada situada na costa O da ilha de S. Thiago, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Só é frequentada por pequenos barcos de cabotagem. || Pov. da freg. de Santo Amaro Abbade, no conc. de Santa Catharina, ilha de S. Thiago, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situada no valle da ribeira que lhe dá o nome, em terreno fertil. Quando em 1712 os francezes cercaram e tomaram a cidade da Ribeira Grande, o bispo D. Fr. Francisco de Santo Agostinho retirou se para a Ribeira da Prata, e ali começou a fundação d'um seminario. || Valle fertilissimo da ilha de S. Thiago, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Ribeira que corre no valle do mesmo nome, na mesma ilha, archipelago e prov. || Pov. do conc. e ilha de S. Nicolau, do mesmo archipelago e provincia.

Ribeira dos Pretetes Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santo Antão, de Caniço, conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal.

Ribeira de Pretovel. Pov. na freg. de Santa Maria, de Pinheiro Grande, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Ribeira das Queimadas. Pov. na freg. de N S.ª da Lapa, da ilha de S. Nicolau. V. *Queimadas*.

Ribeira Quente. Ilha de S. Miguel, Açôres; pov. e freg. de S. Paulo, conc. e com. de Povoação, distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo; 318 fog. e 1:463 hab. Está situada á beira mar, a 8 k. da séde do conc. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 26, com a séde em Ponta Delgada. || Ponta situada na costa S da ilha de S. Miguel, Açôres. || Ribeira da ilha de S. Miguel. Vae desaguar na costa S, junto da pov. do mesmo nome.

Ribeira da Rapa Moinhos. Pov. da freg. de S. Sebastião, de Cadafaz, conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda.

Ribeira do Rato. Ilha da Madeira; pov. na freg. e conc. de S. Vicente, distr. do Funchal.

Ribeira da Rêde. Pov. na freg. de Santa Christina e conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real.

Ribeira do Rio. Pov. na freg. do Salvador, de Padreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Ribeira de Rôdo. Pov. na freg. de S. José, de Godim, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real.

Ribeira do Roxo. Ribeira do distr. de Evora. Nasce entre Messejana e Cazével, descreve uma grande curva para E, de modo que passa pelo N

o S de Aljustrel, seguindo d'ali na direcção O até entrar no rio Sado, proximo de Alvalade, com 60 k. de curso.'

Ribeira Ruivã. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Ribeira Branca, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Ribeira de Sabroza (*Rodrigo Pinto Pizarro de Almeida Carvalhaes, 1º barão da*). Brigadeiro do exercito, commandante da 5.ª divisão militar, deputado, 8.º senhor do morgado da Ribeira de Sabrosa, 9.º senhor do Monte de Calvos, e Soutelinho do Mezio; commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, cavalleiro da de Aviz, grande official da Legião de Honra, de França, condecorado com as medalhas da Campanha Peninsular, de Vitoria e Montevideu; administrador do districto de Bragança, senador do reino, ministro do Estado, etc. N. em Villar de Maçada, a 30 de março de 1788, onde tambem fal. a 8 d'abril de 1841. Era filho de Francisco Pinto d'Almeida Carvalhaes, senhor dos referidos morgados, e de sua mulher, D. Antonia Mauricia da Nobrega Pizarro. Destinado pela familia para a carreira ecclesiastica, entrou aos 15 annos para a congregação dos conegos seculares de S. João Evangelista, onde frequentou com distincção os estudos classicos. Reconhecendo, porém, que não tinha vocação para aquella vida, que encetára sómente por obediencia, pediu licença aos paes para deixar a congregação, o resolvido a seguir a carreira das armas, assentou praça como voluntario, a 17 de março de 1812, no regimento de infantaria n.º 5, que estava então em frente da praça de Badajoz. Despachado alferes poucos dias depois, tomou parte na Guerra Peninsular até ao fim da campanha, e regressando á patria em 1814, logo no anno seguinte se offereceu para embarcar como official da divisão de voluntarios do principe para a America. Promovido a tenente seguiu ao seu destino empregado na commissão de ajudante de campo do seu parente e amigo, o general Francisco Homem de Magalhães Pizarro, que commandava a 2.ª brigada das tropas expedicionarias, e sendo elevado a capitão em janeiro de 1818, militou no Rio da Prata desde o principio da campanha até 29 d'outubro d'esse anno, em que subindo a major recebeu a nomeação de ajudaute de campo do marechal Pizarro, que fôra encarregado da capitania geral do Maranhão. Depois da prematura morte d'este general, continuou a servir como ajudante do novo capitão general Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, depois visconde da Varzea, e quando na provincia fôram approvadas as bazes da Constituição, o major Pizarro foi eleito membro do governo provisorio da capitania. Regressando á Europa com o seu general, e tendo sido promovido a tenente coronel em agosto de 1822, acompanhou Bernardo da Silveira a Villa Franca, para onde D. João VI, depois do movimento realisado pelo infante D. Miguel, em Lisboa, partira no dia 30 de maio de 1823, levando comsigo o regimento de infantaria n.º 18. N'essa occasião critica escreveu Rodrigo Pizarro a proclamação que D. João VI assignou, promettendo uma Constituição Esta promessa, como é bem sabido, não chegou a ser cumprida, e D João VI morreu sem haver promulgado a Constituição, que só depois foi outhorgada por D. Pedro. Quando sir Carlos Stuart chegou a Lisboa com a Carta Constitucional de 29 d'abril de 1826, os ministros da infanta regente D. Izabel Maria, não se deram pressa em jurar o novo codigo, mas o general Saldanha, que estava governando as armas do Porto, mandou á capital o tenente-coronel Pizarro, que de tal modo pintou o estado da segunda capital do reino e as consequencias que podiam resultar de não se jurar a nova lei fundamental da monarchia, que immediatamente foi fixado o dia 31 de julho para essa cerimonia. Nomeado então o novo ministerio e encarregado o general Saldanha da pasta da guerra, foi Rodrigo Pizarro escolhido para chefe da 1.ª direcção d'essa secretaria d'estado, e depois de haver prestado muito bons serviços contribuiu poderosamente para melhorar a organisação e disciplina do exercito, tendo trabalhado pelas diversas opiniões politicas dos chefes, acompanhou o ministro ao sul do reino, quando o futuro marechal foi dirigir as operações contra os absolutistas, e em julho de 1829 recebeu o posto de coronel. Emigrando nos principios de 1828, voltou ao reino a bordo do *Belfast*, e depois do infeliz successo das armas liberaes nas margens do Vouga, regressou a Inglaterra, d'onde embarcou para as ilhas dos Açôres na expedição que se viu obrigada a retirar dos mares da Terceira, em consequencia do procedimento hostil do cruzeiro inglez. São bem conhecidas as dissidencias que durante o tempo da emigração lavraram entre os liberaes que se dividiram em dois partidos, conhecidos geralmente pelas denominações de *palmelistas* e *saldanhistas*. Rodrigo Pizarro era um dos mais ardentes sectarios d'essa ultima fracção, e depois de haver publicado em Paris, no *Paquete de Portugal*, de 13 de outubro de 1829, as *Observações sobre alguns paragraphos da Carta que a Junta Provisoria da cidade do Porto escreveu de Londres a S. M. I e R., em data de 5 de agosto de 1828*, observações que fôram reproduzidas de pag. 55 a 80, no celebrado opusculo *A perfidia des mascarada, ou Carta da Junta do Porto*, etc., Paris, 1830, imprimiu tambem em Paris, no anno de 1831, outro opusculo com o titulo: *Norma das Regencias de Portugal, applicada à menoridade de S. M. a rainha D Maria II;* da qual se fez nova edição no anno seguinte, de 1832. Este escripto, destinado a atacar a regencia de D. Pedro, quando este principe se collocára activamente á testa dos negocios de Portugal, foi o primeiro dos pamphletos, que depois sobre o mesmo assumpto e com o mesmo fim publicaram os Passos, Ferreira Borges, Leonel Tavares e outros homens illustres, que sendo liberaes convictos, não acceitaram, porém, de boamente o caminho seguido pelos homens que dirigiam n'essa epoca a causa constitucional. A' *Norma das Regencias*, seguiram se outros pamphletos violentos, como era proprio da excitação dos animos n'esse tempo, e cujos titulos são: *Comparação do paragrapho 14 do manifesto de 2 de fevereiro de 1832 com o decreto de 3 de março de 1832* (datado de Paris, a 6 de maio de 1832)*: A philantropia constitucional dos ministros constitucionaes do governo do Porto (*dezembro de 1832*)*, Londres; *Justiça de mouros* (janeiro 1833*)*, Londres; *Appellação do coronel Rodrigo Pinto Pizarro para o tribunal dos seus concidadãos, (*datado de Londres a 20 de julho de 1833*)*, sem indicação do logar; *Speculum justitiae*, Londres, 1833; o titulo em latim, e o

conteudo em portuguez; *A Carta estrangulada;* este anonymo tem no fim a data de Porto, 26 de setembro de 1833; *Copia e traducção de uma carta, dirigida pelo coronel Rodrigo Pinto Pizarro ao editor do «Globe» em 31 de novembro de 1833*, Londres. Nos primeiros d'estes opusculos combatia abertamente a regencia de D. Pedro, pelo que foi demittido do exercito e sustentando nos ultimos as idéas que anteriormente havia proclamado, e queixando se do modo como era tratado pelo governo do Porto. Por todos estes escriptos não só foi riscado do quadro do exercito, mas tambem intimado para não entrar em territorio portuguez, emquanto durasse a guerra civil, havendo, porém, esta terminado pela convenção de Evora Monte, o ex coronel Pizarro dirigiu se logo á patria, e no dia 22 de junho de 1834 desembarcou em Lisboa. Na hospedaria onde foi residir, foi-lhe dada a voz de preso pelos officiaes subalternos da prefeitura, por se achar incurso n'um summario começado a tirar em virtude d'uma portaria do ministerio da justiça datada de 4 d'outubro de 1833, a qual mandára proceder contra os autores e disseminadores d'uns impressos em inglez e francez annexos á mesma portaria. Segundo os documentos officiaes publicados na *Gazeta*, Rodrigo Pizarro resistiu á prisão lançando mão de duas pistolas carregadas e allegando que não reconhecia a autoridade de quem a ordem dimanára,e nem mesmo a autoridade superior que a transmittiu á prefeitura, porque o duque de Bragança, regente em nome da rainha era um principe brazileiro que se arrogara arbitrariate a regencia do reino, e a quem elle nunca reconheecra nem prestára juramento. Accrescentou ainda que o governo tinha a idéa de o assassinar, censurou o mais acerbamente possivel todos quantos dirigiam a administração publica, e sendo levado para a Torre de S. Julião da Barra, onde ficou incommunicavel, se lhe instaurou novo processo. Este procedimento do governo para com Rodrigo Pizarro exacerbou ainda mais as iras da opposição, que o taxou de despotico, e que empregou todos os esforços e diligencias para nas côrtes, de 1834, levar á camara o ex-coronel apresentando-o como candidato pela provincia do Douro, onde contava com maior probabilidade de victoria. Para contrabalançar a importancia da opposição e para estorvar a eleição de Pizarro, o governo recorreu a todos os meios que tinha ao seu alcance, e a viagem de D. Pedro á cidade do Porto em julho de 1834, foi então considerada como tendo por fim principal o influir moralmente com a sua presença nas eleições que o regente desejava com ardor, que saissem favoraveis ao ministerio. O duque de Bragança foi recebido com o maior enthusiasmo na cidade quo pouco antes defendera com tanta heroicidade, mas quando regressou a Lisboa, a 6 de agosto, trazia a convicção de que nada tinha alterado o suffragio publico em Lisboa, que se mostreva decididamente adverso aos homens do ministerio. Chegado o dia da votaçãp, vingou apenas um da lista ministerial; fôram eleitos seis deputados de opinião duvidosa, e os outros vinte representantes do Douro eram conhecidamente da opposição, alguns dos seus chefes principaes, e um d'elles era Rodrigo Pizarro. Abertas as camaras no dia 14 de agosto, agitaram-se desde logo ambos os partidos com a discussão da legalidade das eleições do Douro, pretendendo os ministeriaes annulal-as para assim excluir das côrtes os mais conhecidos membros da opposição, mas esta idéa era tão arrojada e violenta, que a propria commissão de poderes, referindo se ás irregularidades que se haviam praticado, as achou de pequena importancia e sem valor algum, para que se duvidasse acceitar a legalidade dos diplomas, ficando para se tratar em separado da eleição de Pizarro. Foi em principios de setembro que se ventilou essa questão, na qual ministeriaes e opposição entraram com todas as suas forças, repisando-se no meio d'esses acalorados debates todas antigas indisposições dos dois partidos que se haviam formado ainda quando os liberaes andavam emigrados por paizes estrangeiros. Essa discussão que foi uma das mais notaveis d'essas primeiras côrtes e na qual tomaram parte quasi todos os oradores de maior nomeada que tinham assento na camara, foi impressa em separado e fórma um livro de 280 pag. em 8.º gr., com o titulo: *Discussão que teve logar na camara dos srs. deputados da nação portugueza em diversas sessões sobre a elegibilidade do sr. Rodrigo Pinto Pizarro, deputado eleito pela provincia do Douro*, Lisboa, 1834. No entretanto, nada se conseguiu com este systema de argumentar, porque o deputado eleito não foi admittido a defender-se, por uma maioria de 7 votos (de 53 contra 46) ostentando se tambem para este fim da parte dos ministeriaes todas as subtilezas d'uma argumentação capciosa, destinada a condemnar um homem a quem muito do proposito se não quiz ouvir da sua bocca sua propria defeza, não só porque ella necessariamente havia de ministrar verdades bem amargas para o ministerio. Rodrigo Pizarro foi reintegrado nos quadros do exercito em 21 de fevereiro de 1835, agraciado com o titulo de barão da Ribeira de Sabrosa, por decreto de 22 de setembro d'esse anno, sendo ainda n'esse anno eleito deputado pelo circulo de Villa Real Não teve parte alguma na revolução de setembro de 1836, mas acceitando o logar de administrador geral de Bragança em dezembro seguinte, foi enviado como representante de Villa Real ás côrtes constituintes de 1837, e n'ellas fez parte da commissão incumbida de redigir a nova Constituição. Em 1838 recebeu a graduação de brigadeiro, foi nomeado governador das armas de Traz os Montes, e havendo sido eleito senador, tambem por Bragança, e no mesmo anno de 1838, foi a 18 de abril de 1839, nomeado presidente do conselho, ministro da guerra, encarregado interinamente das pastas da marinha e dos estrangeiros.O gabinete a que succedeu o do barão da Ribeira de Sabrosa era presidido pelo visconde de Sá da Bandeira, e caiu principalmente por causa das nossas relações diplomaticas com a Inglaterra. A 12 de março de 1859, o ministro inglez em Lisboa, apresentou ao visconde de Sá da Bandeira uma nota, na qual se dizia por ordem do seu governo, que as autoridades britanicas de Bombaim accusavam muitos funccionarios portuguezes de Gôa de haverem favorecido certos rebeldes que, fugindo do territorio inglez se haviam retirado para a colonia portugueza. Accrescentava o embaixador inglez que, tendo o seu governo motivos para reclamar do de Portugal sommas muito importantes, estava autorisado a propôr como base d'esta negociação a cedencia á companhia das

Indias Orientaes de Gôa, Damão e Diu e todos os territorios que a corôa portugueza possuia na India. Logo no dia 30 respondeu o visconde de Sá da Bandeira ao ministro inglez, que em vista da correspondencia official chegada de Gôa, podia affiançar que as autoridades de Bombaim estariam mal informadas, porque os funccionarios portuguezes nas suas relações com os indigenas fugidos não tinham de modo algum infrigido os tratados entre Portugal e a Grã-Bretanha, e que emquanto á proposta da cedencia de territorio, tinha sido apresentada á rainha D. Maria II, e que a soberana ficára vivamente magoada, por que nunca poderia esperar que uma tal ideia partisse do governo britannico, que era o mais antigo alliado de Portugal. O visconde dizia ainda, que a Rainha lhe havia dado ordem para declarar em seu nome, que o governo nunca poderia admittir como base de qualquer negociação, fôsse esta qual fôsse, a cedencia de territorios que eram monumentos de gloria para a nação portugueza e de perseverança de varios principes predecessores da rainha, assim como das façanhas e da coragem dos antigos navegadores e guerreiros portuguezes, entre os quaes se citavam com ufania Vasco da Gama, D. Francisco d'Almeida, Affonso d'Albuquerque, D. João de Castro, D. João Mascarenhas, e outros que n'essas regiões longinquas illustraram o nome de Portugal. O barão da Ribeira de Sabrosa recebeu do ministro inglez uma nota, dizendo que o seu governo reputava a cedencia de Gôa e suas dependencias na quantia de 500:000 libras, e que se a sua anterior proposta fôsse rejeitada, a Inglaterra se reservava o direito de tomar as medidas convenientes se apparecessem casos identicos aos que davam logar a esta reclamação. Rodrigo Pizarro respondeu ao ministro inglez no sentido em que o havia feito o visconde de Sá da Bandeira, e declarou mais que a proposta da côrte de Londres não poderia nunca ser admittida por governo algum portuguez que tivesse a consciencia de merecer esto nome. O modo por que se houve durante a sua estada no poder, consta particularmente dos discursos pronunciados no parlamento, os quaes estão publicados nos *Diarios da Camara*. As difficuldades, porém, que sobrevieram, o obrigaram a deixar o ministerio em 26 de novembro de 1839, sendo o gabinete substituido pelo do conde de Bomfim. O barão da Ribeira de Sabrosa continuou a sustentar no senado os principios que o tinham obrigado a largar a presidencia do conselho, conservando o logar de senador, sendo no anno de 1840 eleito por Aveiro. Foi tambem membro do Conservatorio de Lisboa e academico da Academia de Bellas Artes. Indo em 1841 á sua terra natal visitar sua mãe, que estava moribunda, foi atacado d'uma apoplexia, que o victimou na data já citada. Para a sua biographia, póde vêr-se a noticia necrologica inserta no *Diario do Governo* de 13 de maio de 1841; o *Elogio historico* por Almeida Garrett, publicado nas *Memorias do Conservatorio*, tomo II, e alguns dados biographicos, no *Conimbricense* n.os 2:831 a 2:859, de 1874. Além dos opusculos citados, escreveu: *Noticias biographicas de Francisco Homem de Magalhães Pizarro, do conselho de S. M., commendador de Santa Marinha de Lisboa, governador e capitão general nomeado do Maranhão*, etc., Rio de Janeiro, 1819, sem o nome do autor; era parente e amigo do finado, e seu ajudante de campo; *Ode por occasião da acclamação do Governo Constitucional na cidade do Maranhão;* veiu inserta na *Gazeta Universal*, de Lisboa, de 11 de agosto de 1821, com as iniciaes R. P. P.; *Desembarque do Conde de Saldanha na ilha Terceira, impedido pela marinha ingleza*, Brest, 1829; *Carta ao Marquez de Palmella sobre a sua elevação ao emprego de ministro e secretario de estado da senhora D. Maria II, por carta regia de 2 de janeiro de 1829*, Londres; *Prisão, degredo, demissão e saco* (datado de Londres, a 29 de março de 1831); sem designação do logar da impressão, mas parece ter sido em Londres; *Copia da carta de Rodrigo Pinto Pizarro ao governador da Torre de S. Julião, em 27 de junho de 1834;* não consta que se imprimisse; *Portugal desaggravado das injustas assersões de lord Brougham, pelo nobre Senador o ex.mo sr. Barão da Ribeira de Sabrosa, na sessão de 26 de fevereiro de 1839*, Lisboa, 1839; *Nota dirigida a Lord Howard de Walden, ministro plenipotenciario de Sua Magestade Britannica, ácêrca do procedimento do governo inglez para com Portugal;* tem a data de 11 de setembro de 1 39; saiu no *Diario do Governo*, de 19 do mesmo mez, e foi transcripta no *Portugal Velho*, do dia 21, e seguintes, tambem de setembro; *Os Lusos e os Bretões na India e Europa;* artigo assignado com a inicial *A*, mas que lhe é attribuido, e se inseriu no *Nacional* de 4 de janeiro de 1840; *Observações ao parecer da commissão militar e de fazenda, dado em côrtes, a 17 de abril de 1822, relativamente aos officiaes do exercito do Brazil*, Lisboa, 1822; *Commento do coronel Pizarro á Analyse feita pelo dr. Joaquim Antonio de Magalhães, e pelo coronel Francisco da Gama Lobo, ás «Observações» do conde de Saldanha sobre a «Portaria Posthuma da Junta do Porto»*, Paris, 1830; ha 2.ª edição feita no Rio de Janeiro, e 3.ª em Londres, tambem em 1830; *O despotismo constitucional, ou programma do governo liberal dos ministros e conselheiros de S. M. I o generalissimo das tropas da Senhora D. Maria II, em Portugal*, Londres, 25 de novembro de 18 2. Achando-se no Maranhão nos annos de 1821 e 1822, teve parte na redacção do *Conciliador*, folha politica.

Ribeira de Sabrosa. Logar na freg. do Salvador e conc de Sabrosa, distr de Villa Real.

Ribeira do Salto. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. do Espirito Santo, de Maia, conc. de Ribeira Grande, distr. de Ponta Delgada, Açôres. || Ribeira da ilha de S. Thiago, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pov. da freg. de S. Miguel, no conc. de Santa Catharina, na mesma ilha, archipelago e provincia.

Ribeira de Sampaio. Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves, de Cella, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || S. Salvador, de Lavandeira, conc. de Carrazêda de Anciães, distr. de Bragança.

Ribeira Santa. Pov. da freg. de S. Lourenço, no conc. da ilha do Fogo, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeira de Santarem. Grande pov. da prov. da Extremadura, situada na margem direita do rio Tejo, na freg, conc. e distr. de Santarem. Antigamente foi freg. da invocação de N. S.ª da Encarnação do Alfange. E' tambem em frente d'esta pov. e no rio Tejo, o *Padrão de Santa Iria*, estando perto d'elle uma ermida muito antiga de-

dicada a esta santa, ignorando se a data da fundação. Junto á ermida está a capella de N. S.ª das Neves, que é muito mais moderna, sendo construida no meado do seculo xv.

Ribeira de Santo Antão. Ilha Terceira; pov. na freg. de Santa Cruz e conc. de Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo.

Ribeira de Santa Cruz. Ilha da Madeira; pov. na freg. do Salvador e conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal.

Ribeira de S Domingos. Ilha de Santa Maria; pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc de Villa do Porto, distr de Ponta Delgada, Açôres. || Vallo e ribeira da ilha de S. Thiago, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeira de S. Gonçalo. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Barrô, conc. de Rézende, distr. de Vizeu.

Ribeira de S. João. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Topo, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo, Açôres. || Ilha da Madeira; pov. na freg. do Santa Luzia, conc. e distr. do Funchal.

Ribeira de S. Martinho Ribeira da ilha de S. Thiago, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pov. do conc da Praia, na ilha de S. Thiago, do mesmo archipelago e prov. Está situada ao longo do fertil valle ondo corre a ribeira do seu nome, a 5 k. ao O da cidade de Ribeira Grando. Capella do N. S.ª do Livramento.

Ribeira de S. Miguel Pov. na freg. de S. Miguel, no conc. de Santa Catharina, da ilha de S. Thiago, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. E' um logarejo ao longo d'um valle fertil e regado, que lho deu o nome.

Ribeira Sêcca. Ilha de S. Miguel; pov. e freg de S. Pedro, conc. e com. de Ribeira Grande, distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo, Açores; 847 fog e 3:767 habit. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post.; *Asylo da Infancia desvalida para o sexo masculino*, instituido por Bernardo Manuel da Silveira Estrella. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 26, com a séde em Ponta Delgada || Ilha de S. Jorge; pov. e freg. de S. Thiago, conc. da Calheta, com. da ilha de S. Jorge, distr. e bisp. de Angra do Heroismo, Açôres; 813 fog. e 2:865 habit. Está situada em terreno um pouco elevado mas aprazivel, a 5 k. da séde do conc., sobre uma rocha, á beira mar. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post Comprehende o logar de Fajã dos Vimes, que produz os melhores inhames dos Açôres, os de Portal e Loiral a S E, os de Cubros, Tijollos, Bellos e Redondo, da parte N da ilha á beira-mar, e os da Caldeira e Silveira a N E. Tem generos agricolas, boa pescaria e cria muito gado. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. || Ilha da Madeira e distr. do Funchal: pov. e freg de N. S.ª da Conceição e conc. de Machico; pov. na freg. e conc. de S. Vicente. || Ilha do Pico; pov. na freg. de Santa Barbara, de Ribeiras, conc. de Lagens do Pico, distr. de Horta, Açôres. || Ilha Terceira; pov. na freg. de S Sebastião, conc. e distr. de Angra do Heroismo, Açôres. || Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Villa Franca do Campo, distr. de Ponta Delgada, Açôres. || Pov. na freg. de S. Thiago Maior, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Ilhéo situado na costa O da Ilha de Santa Maria, Açôres. || Pov. na freg. do conc. de S. Miguel, de Ribeira Grande, distr. de Ponta Delgada

Ribeira da Seda. Pov. na freg. da Sé, conc. e distr. de Portalegre.

Ribeira de Seiça. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Paião, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Ribeira de Sendinha. Pov. na freg. de S. Thiago, de Alvaro, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Ribeira da Senhora Verde. Pov. situada a 6 k. da freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

Ribeira de Sernache. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Sernache dos Alhos, conc. e distr. de Coimbra.

Ribeira de Sernadella. Pequeno rio da prov. da Beira Baixa, que nasce na serra de Santa Quiteria, e recebendo alguns regatos, vae desaguar no rio Alva, depois de 5 k. de curso.

Ribeira de Soaz. Titulo legal d'um antigo conc. da prov. do Minho, ao pé da serra do Gerez, e supprimido ha muitos annos. Era da comarca de Povoa de Lanhoso. El-rei D. Manuel deu lhe foral, em Lisboa, a 16 de julho de 1515. A terra é fertil em cereaes, vinho, azeite, castanha, fructas, mel, cêra, gado. Fica perto da raia da Galliza.

Ribeira dos Soccorridos. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santo Antonio, conc. e distr. do Funchal.

Ribeira da Tábua. Ribeira da ilha de S. Nicolau, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pov. da mesma ilha, archipelago e prov. Tem uma capella dedicada a N S.ª da Conceição.

Ribeira das Tainhas. Ilha de S. Miguel; pov. na freguezia e conc. de Villa Franca do Campo, distr. de Ponta Delgada, Açôres. Tem ermida com a invocação do Menino Deus, e est. postal.

Ribeira de Tancos. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Tancos, conc. de V. N. da Barquinha, distr. de Santarem.

Ribeira de Teja. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Casteição, conc. de Mêda, distr. da Guarda || N. S.ª da Graça, de Outeiro dos Gatos, do mesmo conc. e districto.

Ribeira de Tem-te Não Caias. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N S.ª de Guadelupe, de Porto da Cruz, conc. de Machico, distr. do Funchal.

Ribeira do Torrão. Pov. na freg. de Santa Eulalia, conc. do Elvas, distr. de Portalegre.

Ribeira da Torre. Pov. da freg. de N. S.ª do Rosario, no conc. de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeira dos Tostões. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Conceição, do Montelavar, conc. de Cintra, do mesmo districto.

Ribeira da Trindade. Ribeira da ilha de S. Thiago, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pov. do conc. da Praia, na mesma ilha, archipelago e prov. Está situada a 5 k. ao

N O da cidade da Praia, n'um valle fertil. Tem uma capella particular, construida n'um sitio pittoresco, onde está sepultado o bispo D. Francisco de Santo Agostinho.

Ribeira da Vacca. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S Pedro, de Ponta do Pargo, conc. de Calheta, distr. do Funchal.

Ribeira do Valle Cipóte. Pov. da freg. de S. Pedro, de Rego da Murta, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Ribeira de Valle de Lobos. Pov na freg. de S. Pedro, de Almargem do Bispo, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Ribeira Velha. Logar da prov. da Beira Alta, no extincto couto de S. Pedro das Aguias, que era dos religiosos da ordem de S. Bernardo, no bispado e a 45 k. de Lamego, e que pertence hoje á freg. de S. Sebastião, de Casaes do Douro, do conc. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu. Existe aqui a egreja de N. S.ª da Annunciação, vulgarmente chamada *Senhora da Ribeira Velha* Em tempos antigos foi matriz das aldeias de Valença do Douro, Serzedinho, Casaes e outras. E' um templo de boas dimensões, com capella-mór e seu altar, além de dois altares no corpo da egreja. Segundo a tradição, já existia esta egreja no tempo dos godos, e os moiros deixaram que se exercesse o culto religioso, mediante certo tributo. Fica situada juuto aos montes alcantilados de Luena e de S. Pedro das Aguias, e a pouca distancia do rio Torto. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, do mesmo districto.

Ribeira da Venda. Pov. na freg. de S. Martinho, de Argoncilhe, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Ribeira de Vicente Dias. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, no conc. da ilha do Fogo, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeira dos Vicentes. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Ribeira dos Vidães. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Vidães, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Ribeira da Vide. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Deveza e conc. de Castello de Vide, distr. de Portalegre. || N S.ª das Candeias, de Cabeço de Vide, conc. de Alter do Chão, do mesmo districto.

Ribeira do Vidigão. Pov. na freg. de N. S ª das Candeias, de Cabeço de Vide, conc. de Alter do Chão, distr. de Portalegre.

Ribeirada. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de S. João da Fontoura, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Rocas do Vouga, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Ribeiradio. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Oliveira de Frades, distr. e bisp. de Vizeu; 313 fog. e 1:372 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., pharmacia, e uma feira no dia 8 de cada mez, conhecida pela *Feira dos Oito*. Dista 15 k. da séde do conc. e está situada n'uma serra, a 1:500 m. da margem direita do rio Vouga. A mitra apresentava o reitor que tinha 40$000 reis de congrua e o pé d'altar. Esta freguezia chamava-se antigamente *Ribeira de Diu*, e pertencia ao concelho de Lafões, ha muitos annos extincto. A pov. é antiquissima, e segundo a tradição, já existia no tempo dos romanos. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas do nosso paiz, cria muito gado de toda a qualidade, que exporta; é abundante em madeiras e lenhas, e nos seus montes apparece bastante caça. O reitor d'esta freg. apresentava os curas das freguezias do Couto d'Esteves e Cedrim. Proximo ao logar de Souto Maior, d'esta freg., está o antiquissimo templo de *N. S.ª Dolorosa*, a que o povo chama *N. S.ª de Lourosa*, o qual, em tempos remotos, foi matriz d'esta freguezia e das de Cedrim e da villa de Couto d'Esteves. Ainda conserva a pia baptismal. A egreja está construida no plató d'um monte de bastaute elevação, a cujo plató se chama *Adro da Senhora*, e está cercado de altos rochedos, que a distancia parecem uma fortaleza. A egreja é toda de pedra de cantaria lavrada, e denota grande antiguidade, mas ignora-se quando e por quem foi edificada. Como estivesse em mau estado, foi reconstruida no seculo XVII, começando as obras em 1685, e terminando em 1688. Tem capella-mór com o seu altar, sobre o qual se vêem dois quadros a oleo, attribuidos a Grão-Vasco, representando um Nossa Senhora ao pé da cruz, e o outro S. João Evangelista. A egreja tem mais dois altares. A imagem da padroeira é de pedra de Ançã, de 1.m,10 de altura, cavada pelas costas. Apezar de muito antiga, é de boa esculptura, e segundo consta, foi feita por um dos estatuarios da egreja de Santa Cruz de Coimbra. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Ribeiraes. Pov. na freg. de S. Thiago, de Antas, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Ribeiral. Pov. na freg de Santo Estevão, de Penso, conc. e distr. de Braga.

Ribeirão. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 3.6 fog. e 1:457 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post Dista 7 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Ave, e a 1 k. da estrada do Porto a V. N. de Famalicão. O papa, a mitra e os benedictinos de Santo Thirso, apresentavam alternativamente o reitor, que tinha 120$000 reis de rendimento. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8 com a séde em Braga. E' n'esta freg. a ponte pensil da estrada do Porto para o norte, sobre o rio Ave, chamada *Ponte da Barca da Trófa*. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Cavallões, do mesmo conc. e districto.

Ribeirão Almaço. Pov. na freguezia de S. Thiago Maior, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeirão Carrasco. Pov. da freg. de Santo Amaro Abbade, no conc. de Santa Catharina, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeirão Chiqueiro. Pov. da freg. de S. Nicolau Tolentino, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeirão Correia. Valle fertilissimo da ilha de S. Thiago, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Ribeira que corre no valle

do mesmo nome, na mesma ilha, archipelago e provincia.

Ribeirão das Eguas. Ribeira que corre no valle do mesmo nome, na ilha de S. Thiago, archipelago e prov. de Cabo Verde. || Valle fertilissimo da ilha de S. Thiago, do mesmo archipelago e provincia.

Ribeirão Gil Pov. da freg. de S. Thiago Maior, conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeirão Jeronymo. Pov. da freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeirão Manuel. Pov. da freg. e conc. de Santa Catharina, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeirão Tanil. Pov da freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeiras. Ilha do Pico; pov. e freg. de Santa Barbara, no conc. de Lagens do Pico, com. da mesma ilha, distr. da Horta, bisp. de Angra do Heroismo, Açôres; 502 fog. e 2:138 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada em terreno ingreme, á beira-mar, na costa S E, cêrca de 5 k. da séde do conc. Pertence ao commando militar dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Canedo, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Thiago, de Oliveira, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || S. Pedro, de Queimadella, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Martinho, de Silvares, do mesmo conc. e distr. || Ponta situada na costa S O da ilha Terceira, Açôres.

Ribeiras Cimeiras. Pov. na freg. de S. Pedro, de Varzea dos Cavalleiros, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Ribeiras Fundeiras. Pov. na freg. de S. Pedro, de Varzea dos Cavalleiros, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Ribeireta Pov. na freg. de S. Miguel, no conc. de Santa Catharina, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ribeirinha. Ilha do Fayal; pov. e freg. de S. Matheus, conc., com., e distr. de Horta, bisp. de Angra do Heroismo, Açôres; 283 fog. e 996 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada a N E da villa de Pedro Miguel, na costa N E da ilha e virada a este rumo, sobre uma rocha, á beira-mar, a 10 k. da séde do conc. E' fertil em cercaes, linho e batata. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo; pov. na freg. de Santa Catharina, de Castello Branco, do mesmo conc. e distr. || Ilha Terceira; pov. e freg. de S. Pedro, conc., com., distr. e bisp. de Angra do Heroismo; 745 fog. e 3:090 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Está situada em terreno quasi plano, sobre uma rocha, á beira-mar, na costa S, a 4 k. da séde do conc. E' fertil em generos agricolas, e cria gado. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. || Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira; S. Lourenço, de Camacha, conc. de Santa Cruz, distr. de Funchal || Ilha das Flôres: N. S.ª do Pilar, de Cedros, conc. de Santa Cruz das Flôres, distr. de Horta, Açôres || Ilha do Pico: N. S.ª da Piedade, de Ponta da Piedade, conc. de Lagens do Pico, distr. de Horta, Açôres. Está situada na costa N E, e tem uma ermida com a invocação de Santo Antão. || Ilha de S. Miguel: N. S.ª da Estrella e conc. da Ribeira Grande, distr. de Ponta Delgada, Açôres. E' um logarejo situado entre Porto Formoso e Ribeira Grande, na costa N. Tem uma ermida com a invocação do Salvador do Mundo. || Ilha de S. Jorge: N. S.ª do Rosario, de Topo, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo, Açôres. || S. Miguel, de Borba de Godim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição, de Conceição, conc de Tavira, distr. de Faro. || S. Martinho, de Fornellos, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Lourenço, de Fradizella, conc. de Mirandella, distr. de Bragança. || Santa Maria Magdalena, de Gestaçó, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Paulo, de Real, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Sanfins, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, distr. de Faro. || S. Miguel, de Tres Minas, conc. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real. || S. Gonçalo, de Vallongo, conc. de Murça, do mesmo distr. || Santa Maria Magdalena, de Villas Boas, conc. de Villa Flôr, distr. de Bragança. || N. S.ª do Rosario, de Sazes da Beira, conc. de Ceia, distr. da Guarda || N. S.ª d'Assumpção, de Valle de Janeiro, conc. de Vinhaes, distr de Bragança. || Ponta situada na costa N da ilha de S. Miguel, Açôres. || Ponta situada na costa N E da ilha do Pico, Açôres. || Ponta situada na costa N E da ilha do Fayal, Açôres.

Ribeirinha de D. Fernando. Pov. da freg. de Santa Maria, de Achete, conc. e distr. de Santarem.

Ribeirinhas das Ungrias. Pov. na freg. de Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, distr. de Faro.

Ribeirinho. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Bravães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Sebastião, de Carreiras, conc. e distr. de Portalegre. || N. S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || S. Martinho, de Coura, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Sebastião, de Cumieira, conc. de Penella, distr. de Coimbra. || S. Thiago, de Faia, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || O Salvador, de Fervença, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || Ilha da Madeira; N. S.ª da Conceição e conc. de Porto Moniz, distr. do Funchal. || N. S.ª das Neves, de Pousaflôres, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || S. Mamede, de Recesinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Maria, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Logar da freg. de Campanhã, 1.º bairro do Porto. Foi desannexado da de Rio Tinto, do conc. de Gondomar, por decreto de 13 de janeiro de 1898.

Ribeirinho da Serra. Pov. na freg. de Santa Eufemia e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Ribeiro. Appellido nobre e muito antigo em Portugal. As suas armas são: Em campo verde tres faixas de ouro, e por timbre um lyrio verde com cinco flôres de ouro. Villas Boas dá-lhe por brazão: Escudo esquartelado, tendo no primeiro quartel, em ouro, quatro bastões sanguinhos firmes; no segundo, em preto, tres faixas veiradas de prata e sanguinho e assim os contrarios; timbre o lyrio verde com cinco flôres a ouro. Outros

trazem em campo de ouro uma bandeira azul e o contra chefe ondado de agua, sendo o timbre o que fica acima indicado.

Ribeiro *(Abel da Silva)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto. N. no Pinheiro da Bemposta a 4 de julho de 1836, fal. a 19 de março de 1895. Era filho de Manuel da Silva Ribeiro e de D. Anna Joaquina de S. José. Terminou o curso, com distincção, em 1862; exerceu depois clinica na terra da sua naturalidade, em Macieira de Cambra, em Odemira, em Canha, e outras terras Como medico, era prodigiosa a sua actividade, sempre applicada á pratica do bem Tratava gratuitamente os doentes pobres, com o maior carinho, e aos mais necessitados distribuia soccorros e dinheiro. Como homem de sciencia, ora o viam estudando os problemas mais difficeis da medicina ou da historia natural, em frente dos livros e dos laboratorios; ora a profundar os problemas da archeologia prehistorica, procedendo a curiosas indagações e fazendo em varios pontos do paiz escavações importantissimas e obtendo notaveis descobertas que a imprensa apontou com applauso; ora se via perante o seu aquario de Villa Nova de Milfontes, que dizem ser o mais interessante e curioso do paiz, onde ensaiou a cultura dos peixes d'agua salgada, precedendo n'esse estudo os outros paizes, e onde profundou os vastos conhecimentos que tinha sobre a piscicultura, achando-se por esse motivo em correspondencia scientifica com os mais notaveis piscicultores da Europa. Escreveu curiosos artigos didaticos para a imprensa. E' de grande utilidade o seu livro, escripto em Odemira, sobre a cholera, para ser profusa e gratuitamente espalhado pelas povoações ruraes, quando aquella epidemia, por muito tempo em Hespanha, ameaçava assaltar-nos, e pelo qual ensinava, aos pobres que se encontrassem longe dos recursos da medicina, quaes os meios de que deviam lançar mão para evitar e atacar a terrivel enfermidade. Por varias vezes foi encarregado de importantes trabalhos officiaes e de eleição. Exerceu os cargos de procurador á Junta Geral em 1873, inspector das escolas em 1875, medico civil das inspecções em 1884, examinador em 1883, naturalista adjunto perante a secção de historia natural da Universidade de Coimbra em 1889, membro effectivo da commissão de piscicultura do norte em 1894. Abel da Silva Ribeiro era socio da Sociedade de Sciencias Medicas, de Lisboa; da Sociedade de Geographia da mesma cidade, da Sociedade Malacoliga da Belgica, do Congresso Internacional de Anthropologia e Archeologia Prehistorica, membro da Sociedade Academica franco-hispano-portugueza de Toulouse, socio effectivo da Associação dos Archeologos e Architectos Civis de Lisboa, e socio effectivo da Associação de Agricultura Portugueza, tambem de Lisboa. Fôra agraciado com o fôro de fidalgo cavalleiro da Casa Real e com a commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa.

Ribeiro *(D. Agostinho)*. Conego da Congregação de S. João Evangelista, reitor da Universidade de Lisboa e de Coimbra, bispo de Angra e de Lamego, etc. Fal. a 27 de março de 1564. Foi o ultimo reitor da Universidade estando em Lisboa, e depois quando passou para Coimbra, sendo nomeado a 16 de outubro de 1537. Foi tambem o 1.º bispo de Angra, e depois da diocese de Lamego. Começou a governar a Universidade de Coimbra nos principios de dezembro do referido anno. Foi o primeiro reitor que exerceu as funcções de cancellário, conferindo os graus de licenceado e doutor, o que até então era feito pelo bispo diocesano ou delegado seu, segundo a letra da bulla de fundação do papa Nicolau IV; esta prerogativa, limitada ás faculdades de leis e medicina, foi-lhe conferida por alvará de D. João III em data de 28 de novembro de 1537, e depois confirmada e ampliada ás restantes faculdades (theologia e canones) pelas letras apostolicas expedidas pela sagrada Penitenciaria a 12 de novembro de 1539. Novamente D. João III lhe cassou as funcções de cancellário, de que fez mercê ao prior de Santa Cruz, de Coimbra, e a todos os seus successores por cartas de 15 de dezembro do mesmo anno de 1539 e de 29 de dezembro de 1540, ficando d'este modo separados do cargo do reitor até 1834, em que fôram extinctas as ordens religiosas. Por disposição do decreto de 5 de dezembro de 1836, artigo 93, § 3.º fôram de novo conferidas ao reitor as funcções de cancellário. D. Agostinho Ribeiro, em todas as elevadas dignidades que occupou, foi sempre muito respeitado e estimado. Nos ultimos annos da sua vida, sentindo-se doente, renunciou o bispado de Lamego, e retirou-se ao convento de S. João de Xabregas, da sua congregação, onde falleceu. V. *Annunciação (Balthazar)*.

Ribeiro *(Fr. Agostinho)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho. Foi um grande theologo, e escreveu em latim uma *Doutrina moral comprovada pela Escriptura e pela autoridade dos Santos Padres*, etc., que ficou manuscripta, e se conservava na livraria do convento da Graça. Barbosa Machado não diz a epoca em que viveu este theologo.

Ribeiro *(Agostinho Maria da Costa)* N. em Setubal a 21 d'agosto de 1826; fal. em Lisboa a 15 de janeiro de 1908. Era filho de Francisco Maria da Costa Ribeiro e de D. Francisca Rosa da Costa Ribeiro. Estudou o curso de bellas artes na Academia de Lisboa, sendo em seguida empregado temporariamente na extincta Inspecção Geral das Obras Publicas. Por decreto de 6 de outubro de 1859 foi nomeado amanuense da repartição de contabilidade do ministerio das obras publicas, commercio e industria; sendo, por decreto de 4 de janeiro de 1883, nomeado 2.º official da mesma repartição. Por portaria de 10 de agosto do mesmo anno foi nomeado chefe da 1.ª secção da referida repartição, e promovido a 1.º official, por decreto de 13 de outubro de 1888. Em 5 de novembro de 1898 foi aposentado em vista do seu precario estado de saude. Por occasião da revolta denominada da Maria da Fonte, em 1846, assentou praça no extincto batalhão de voluntarios de sapadores de 2.ª linha, onde chegou ao posto de 1.º sargento. Durante a sua vida militar fez uma diligencia em 30 de novembro do citado anno de 1846, ao Cartaxo, para a conducção das muxilas do regimento de infantaria n.º 1, que estava no norte do paiz; e em 29 d'abril de 1847 chegou até ao Alto do Vizo acompanhando os mantimentos para as tropas que se encontravam em volta da cidade de Setubal. Costa Ribeiro era um devotado membro do partido legitimista, e muito dedicado á Commissão Central do 1.º de

Dezembro de 1640, de quo era vogal, e a cujos festejos annuaes assistia sempre com patriotico enthusiasmo. Tambem portoncia, como vogal, á Commissão Central da Cruz Vermelha, e foi um dos socios fundadores da Associação dos Empregados do Estado.

Ribeiro (*Alfredo*). V. *Ribeiro* (*Joaquim Alfredo da Silva*).

Ribeiro (*Alfredo d'Antas*). Capitão do mar e guerra. Terminando em 1872 o seu curso, fez o tirocinio de guarda marinha na estação de Angola, tomando parte duas vezes na guerra dos Dembos, e commandando n'uma d'ellas a força de marinhagem que guarnecia a fortaleza do S. Francisco. Como tenente, e na primeira estação em Moçambique, fez parte da guarnição do differentes navios de guerra, commandando o vapor *Quelimane*. De volta á metropole exerceu diversas commissões de embarque, sendo uma d'ellas a sua viagem á China, no transporte *India*, viagem que se assignalou pelo suicidio do commandante, o capitão de fragata Lucrecio, sendo o cadaver lançado ao mar no Oceano Indico. Novamente de volta á metropole, exercou o cargo de ajudante e instructor da companhia de guarda marinhas, commissão quo desempenhou durante tres annos. Embarcando no *Africa*, para a estação da China, foi encarregado, pelo governo da provincia, de fiscalizar a construcção do vapor *Dilly*, em Hong-Kong, sendo louvado por esse serviço, que desempenhou gratuitamente. Por esse tempo, a cholera-morbus atacou a guarnição da *Tamega*, onde o sr d'Antas Ribeiro era immediato. A guarnição ficou aterrada, principalmente ao vêr cair para sempre o guarda-marinha Sepulveda, que lho era bastante sympathico. O sr d'Antas Ribeiro, com esse prestigio que a natureza concede aos homens destinados ao commando, affectando alegria e despreoccupação, conseguiu levantar o espirito abatido da guarnição; ao mesmo tempo procedeu a uma desinfecção do seu navio, nas peores condições que se póde imaginar, e, por tal fórma os seus bons serviços se destacaram em tão difficil conjunctura, que fôram rememorados em ordem ao navio, sob termos os mais lisongeiros. De volta á metropole, embarcou a bordo da corveta *Bartholomeu Dias*, depois no couraçado *Vasco da Gama*, e successivamente commandou o *Lidador*, perto de tres annos, desempenhando diversas commissões, sendo algumas ás ordens do principe real, depois rei D. Carlos I. Pedindo para servir no corpo de marinheiros, como a lei lh'o facultava, commandou uma divisão d'esse corpo até ser promovido a capitão tenente. Anteriormente, ao tratar-se do reconhecimento da costa de Portugal, por indicação do ministerio da marinha ao ministerio da guerra, o sr. d'Antas Ribeiro foi nomeado para fazer parte da 1.ª brigada, encarregada d'esse reconhecimento, desde a foz do Minho até á foz do Mondego. Dando o governo por terminado esse serviço quando estava concluido, o sr. d'Antas Ribeiro voltou ao serviço no seu ministerio, embarcando no transporte *India* commo immediato e como commandante interino. Exercendo o commando da *Zambeze*, quando estava ás ordens do rei em Cascaes, prestou bons serviços ao dar-se o encalhe da canhoneira *Guadiana*. Seguindo para a estação de Angola, na sua canhoneira, desempenhou diversas commissões em Ajudá e S. Thomé, sendo louvado pelos bons serviços que prestou n'esta provincia. No regresso ao reino, foi nomeado sub-chefe da 2.ª repartição do conselho do almirantado, recusando differentes vezes o logar de chefe, que exerceu muito tempo interinamente. Pela reforma da Escola Naval, de 1895, foi nomeado lente d'uma d'essas cadeiras, pela exoneração dos professores, um dos quaes foi substituir. Logo n'uma das primeiras reuniões do conselho, e frisando a injustiça d'essa exoneração, declarou que se escusaria do cargo, quando notasse da parte do governo o proposito de reparar a injustiça commettida. Um anno depois da sua regencia na cadeira, davam se effectivamente os symptomas de reparação, e o sr. d'Antas Ribeiro logo solicitou a exoneração d'um logar que acceitára contrafeito, e só por instancias superiores e depois de, em sua consciencia, vêr que lhe não era licito adoptar uma outra fórma de proceder som desaire para os proprios collegas. Pouco depois lhe foi offerecida a fiscalização do fabrico do todo o material de guerra para o cruzador *D. Carlos*, commissão em que encontrou bastantes difficuldades, por estarem mal definidas as condições do contrato; mas com o seu fino tacto e espirito conciliador, logrou que a casa Armstrong accedesse a todos os desejos do governo. Recebendo d'esto uma ordem que o melindrou, e cumprindo a, solicitou a sua exoneração. A direcção da marinha, com a noticia da não acceitação do pedido, enviou lhe uma nota de elogio; e pouco depois, o sr. d'Antas Ribeiro recebia a mercê da commenda da ordem de Aviz, por serviços distinctos. Exercendo seguidamento outras commissões, foi nomeado 2.º commandante do corpo de alumnos, sendo esta a terceira commissão que foi chamado a desempenhar na Escola Naval, e de que foi exonerado para assumir o commando do cruzador *Adamastor*, em 1903.

Ribeiro (*Antonio*). Poeta distincto, do seculo XVI, que imprimiu em 1585, sem nome do autor: *Bucolica de dez eclogas pastoris*.

Ribeiro (*Fr. Antonio*). Religioso dominicano da ordem dos prégadores. N. em Lisboa, onde tambem fal. a 16 de fevereiro de 1668. Era filho de Antonio Silvestre e de Luiza Ribeira. Foi lente de prima de theologia moral no collegio de Nossa Senhora da Escada, de Lisboa, mestre de numero da provincia, qualificador do Santo officio, grande letrado, e um dos mais considerados prégadores do seu tempo. Segundo affirma Fr. Pedro Monteiro no seu *Claustro Dominicano*, tomo III, pag. 159, publicou muitos sermões, mas apenas se conhece o seguinte: *Sermão do Patriarcha S. Caetano no ultimo dia do Triduo da sua festa*, Lisboa, 1675.

Ribeiro (*Antonio Leite*). Professor do Collegio Militar. N. no logar de Fão, conc. de Barcellos, em 1785, fal. no sitio da Luz em 24 de agosto de 1829. Escreveu: *Theoria do Discurso, applicada á lingua portugueza, em que se mostra a estricta relação e mutua dependencia das quatro sciencias intellectuaes, a saber: Ideologia, Grammatica, Logica e Rhetorica*, Lisboa, 1819; *Oração de Sapiencia na abertura do Real Collegio Militar*, Lisboa, 1820; *Compendio da Historia Universal, composto para uso do Real Collegio Militar*, tomo I, Lisboa, 1823; não consta que se publicassem mais volumes; *Resumo Chronologico para uso dos alumnos do Real Collegio Militar*, Lisboa, 1825.

Ribeiro *(Antonio Maria).* Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa, e fal. em 2 de janeiro de 1853, n'um quarto particular do hospital de S. José onde se recolhera algum tempo antes. Foi medico do hospital de S José em 1835, passou a medico da tarde e inspector da botica em 1839. Em 1843 passou a effectivo, despedindo-se em maio de 1850. Escreveu: *O verdadeiro methodo curativo e preventivo da Cholera-asiatica*, Lisboa, 1849; houve outra edição n'este mesmo anno, sendo ambas eguaes.

Ribeiro *(Antonio Pedro).* Bacharel formado em direito Civil pela Universidade de Coimbra N. em Olivença, cidade hespanhola que então pertencia a Portugal, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Foi professor de direito civil. Escreveu a seguinte obra: *Triumpho sagrado que a veneravel ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, sita no real hospital de S. João de Deus da notavel villa de Olivença consagra á mesma Senhora em o dia 16 de julho de 1734*, Lisboa, 1734.

Ribeiro (*Armando*). Amanuense da repartição central da direcção geral da contabilidade publica, no ministerio das finanças, escriptor e jornalista. N. em Lisboa a 30 de abril de 1881, sendo filho de José Maria da Silva Ribeiro e de D. Amelia Augusta da Piedade Ribeiro. Estreou se na vida litteraria com um conto publicado no *Seculo* de 17 de abril de 1897. Successivamente inseriu diversas producções nos extinctos jornaes de Lisboa, *Tarde*, *Correio da Manhã* e *Universal*, e no *Imparcial*, de Arrayollos. Collaborou ainda nos seguintes jornaes: *Eccos da Avenida*, de que foi redactor; *Moda illustrada*, *Recreio*, *Opinião*, de Oliveira de Azemeis; *O Eborense* e *O Correio da Anadia*. Foi redactor do *Diario Illustrado*, quando dirigido pelo dr. Sergio de Castro; da *Tarde*, *Vanguarda*, quando dirigido pelo dr. Magalhães Lima; redactor principal da *Folha do Sul*, de Montemór o Novo, onde publicou varias vezes *Cartas de Lisboa* sobre a politica do reinado de D Manuel. Tambem escreveu nos almanachs: *das Familias, do Gabinete dos Reporters, do Seculo*, e *do Gil Braz*. São suas as obras historicas, ultimamente publicadas pela casa editora João Romano Torres & C.ª: *O Começo d'um reinado (1909-1910)*; *A Caminho da Republica*, e *A Revolução Portugueza*. Na *Folha do Sul* tem publicado, em folhetins, o romance historico do reinado de D. Affonso VI, *O Desthronado*. Escreveu e editou *A Conquista do Polo*, romance sobre a questão polar suscitada entre o dr. Cook e Roberto Peary. Armando Ribeiro tambem foi director do hebdomadario litterario *O Bijou Illustrado*, e fundou, com João da Matta, o semanario politico, intitulado *O 1.º de Novembro*, de que foi director. Casou em 1903 com a escriptora D. Mauricia C. de Figueiredo, autora dos romances *Raphael e Leonor*, e *Exilado*, *Conde de S. Paulo*, e *D. Leonor Telles*.

Armando Ribeiro

Ribeiro (*Augusto*). Chefe da 2.ª repartição da direcção geral do Ultramar, escriptor, jornalista, etc. N. em Angra do Heroismo em 1853, e no respectivo Lyceu Nacional fez com distincção o curso geral (1865 a 1871). No anno em que o terminou, foi nomeado professor de portuguez, 3.º anno, e philosophia, no impedimento do reitor dr. Moniz Barreto. Como estudante, dirigiu e publicou um jornal litterario, *O Lyceu*. Entrou cedo na imprensa jornalistica. Além de collaborar em diversos jornaes das ilhas, fundou em Angra do Heroismo o jornal de propaganda liberal, *A Ideia Nova*, (1876-1878), que teve grande notoriedade, e exerceu grande influencia na reorganisação do partido liberal nos Açôres, combatendo com o maior successo a reacção ultramontana. N'este periodo, em que desenvolveu grande actividade, publicou: *Progredior*, conferencia de propaganda liberal; *A reacção ultramontana e a liberdade; Os Lazaristas nos Açôres*, que lhe valeu ser excommungado, n'uma extensa pastoral largamente espalhada e lida nas egrejas e divulgada no pulpito, pelo bispo da diocese D. João; *Eu e elle*, resposta á pastoral antecedente ; e o *Almanach Insulano*, 1873 1874. Vindo para a metropole em 1878, foi nomeado por concurso amanuense da direcção geral do ultramar, tendo sido successivamente promovido por concurso ou por distincção a segundo e a primeiro official, tendo attingido em 1897 o logar de chefe de repartição. Foi secretario dos ministros da marinha e ultramar, conde de Macedo, Barros Gomes e Ressano Garcia, (1886 a 1890), deputado na legislatura de 1887 a 1890, cabendo-lhe a honra da iniciativa d'um projecto de lei, votado em 1888, estabelecendo uma pensão ao poeta João de Deus. Collaborou na *Revolução de Setembro* e na *Correspondencia de Portugal*, de 1878 a 1880; foi um dos fundadores e principaes redactores do *Commercio de Portugal*, e por muitos annos correspondente e director politico do *Dez de Março*, do Porto. Collaborou tambem no *Paiz*, no *Progresso*, no *Diario Popular*, no *Contemporaneo*, e n'outros jornaes politicos e litterarios. Adquirindo autoridade no paiz e nas colonias como escriptor colonial, tem, além de muitas chronicas e revistas coloniaes, publicadas no *Diario Popular*, em 1902 e 1903; no *Diario de Noticias*, desde 1903; no *Portugal em Africa*, na *Revista Portugueza Colonial e Maritima*, que continúa a publicar regularmente, collaborado nas principaes revistas estrangeiras. Entre outros trabalhos officiaes importantes, attribue-se-lhe o *memorandum* portuguez de 1906, ácêrca da questão da mão d'obra indigena nas colonias portuguezas e o relatorio da commissão official sobre a cultura do algodão em 1905. Tem publicado, de 1902 a 1906, colle-

cções de escriptos sob o titulo de *Questões coloniaes do dia;* Em 1904, *Le présent et l'avenir des colonies portugaises (*réponse à M. Lhomme), exame da situação economica das colonias, que foi reproduzido em quasi todos os principaes jornaes estrangeiros; no mesmo anno publicou, *Bento de Goes*, estudo historico e geographico ácêrca d'este celebre viajante açoriano do seculo XVII; e *Le Portugal et l'oeuvre internationale cotonniére.* Consta, que tem promptos para publicar os seguintes estudos: *Porque é que Vasco da Gama foi aos Açôres em 1499? O primado dos Cortes Reaes nas navegações e descobrimentos portuguezes*; *A obra colonial de Sá da Bandeira*; *O descobrimento da Australia pelos portuguezes (*provas decisivas*)*; e uma nova edição do *Bento de Goes*, commemoração centenaria de 1907. O sr. Augusto Ribeiro é socio da *Sociedade de Geographia de Lisboa*, desde 1880, vice-presidente da commissão insular; professor effectivo da *Escola Colonial de Lisboa*, *(*1906*)*; socio do *Instituto do Coimbra*, socio honorario correspondente da *Sociedade de Geographia de Londres*, do *Instituto Internacional Colonial de Bruxellas*, da *Academia Indo-Chineza* e da *Sociedade de Estudos Coloniaes*, de Paris; do *Imperial Instituto*, de Londres; da *Sociedade Archeologica e Historica*, da Bolivia; da *Associação dos Architectos e Archeologos de Portugal*, do *Conselho dos Monumentos Nacionaes de Portugal*, do *Conselho Heraldico de França*, do *Instituto Heraldico de Roma*, etc. E' socio de merito da *Associação das escolas moveis pelo methodo de João de Deus.* Possue as seguintes honras: cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; da Legião de Honra, de França, mercê concedida em 1887; de Leopoldo, da Belgica; de Gustavo de Wasa, da Suecia; commendador das ordens hespanholas: Carlos III e Izabel a Catholica. Nas seguintes publicações encontram-se muitas noticias biographicas do sr. Augusto Ribeiro: *Ilha Terceira*, por Alfredo Luiz Campos, Angra, 1903, vem uma extensa biographia; *Semana, Almanach dos Açôres*, Angra, 1903; *Persuasão,* jornal de Ponta Delgada, artigo do dr. Caetano de Andrade, em 1874; *Geographen Kalender*, de Justus Perthes (Gotha, 1905-1906*)*, as revistas mensaes do *Geographical Journal*, de Londres; *Depêche Colonial*, de Paris, de 4 de janeiro; e *Dia* de 14 do janeiro de 1907; *Album Açoriano*, etc.

Ribeiro (*Bernardim*). A biographia d'este mimoso poeta lyrico do seculo XVI, anda por tal fórma complicada e confusa em supposições romanescas, que não é facil apurar a verdade. Diz Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno*, vol. IX, pag. 597, que a causa d'estas duvidas, é terem existido n'aquelle seculo tres individuos com o nome de Bernardim Ribeiro, parece que procedentes da mesma familia, e portanto, parentes mais ou menos proximos uns dos outros, e os escriptores attribuem só a um (o poeta*)* as acções e os empregos de todos tres. Innocencio Francisco da Silva, Manuel Pinheiro Chagas, e outros, só falam da existencia do Bernardim Ribeiro, autor da *Menina e Môça,* que dão perdido d'amores pela infanta D. Beatriz, filha d'el rei D. Manuel, e que casou com o duque de Saboia, e dizem ter sido capitão da fortaleza de S. Jorge da Mina e commendador da ordem de Christo. Camillo Castello Branco, o mais tenaz e assiduo investigador de cousas e pessoas da nossa terra, desenvolve esta meada, pela fórma seguinte: *Bernardim (*ou *Bernaldim*, ou *Bernardim Beinardino) Ribeiro*, nasceu na villa do Torrão, (em que todos os escriptores estão conformes), em 1500, ou 1501, e era filho de paes nobres. Quando falleceu, e a causa da morte é que nada se sabe ao certo. Segundo as *Memorias ineditas*, de Diogo de Paiva de Andrada, foi assassinado pelos moços do monte do rei D. Manuel, por causa dos seus amores com a infanta, na *Rua Nova de Lisboa*, que depois se chamou *Rua Nova d'El-Rei*, vulgarmente conhecida com o nome de *Rua dos Capellistas*, e que é actualmente *Rua do Commercio.* O visconde d'Almeida Garrett, Costa e Silva e muitos outros sustentam que morreu commendador e do avançada edade. No principio do seculo XVIII ventilava-se uma questão de vinculos, entre familias da villa de Torrão, que se assignavam *Ribeiros* e *Mascarenhas.* Appenso aos autos andava um instrumento antigo, no qual João Ribeiro, filho de Gonçalo Ribeiro, senhor de Aguiar de Neiva e Couto de Carvoeiro, no almoxarifado de Ponte do Lima, provava *ser primo co-irmão de Bernardim Ribeiro, fidalgo principal e muito conhecido pelos seus versos, intitulados Menina e Moça.* Este instrumento era datado de 1552, sendo já fallecido o poeta. Os Mascarenhas, que venceram a questão, procediam de Manuel da Silva Mascarenhas, que serviu em Tanger nas armadas de Castella, com o general hespanhol D. Fradique de Toledo. Foi elle que editou, em 1645, as poesias do seu parente, mudando o titulo de *Menina e Moça*, para *Saudades de Bernardim Ribeiro.* Outro Bernardim Ribeiro, citado por Diogo Barbosa Machado a pag. 527 do IV vol. da *Bibliotheca Lusitana*, e outros fazem capitão-mór das armadas da India, commendador de Villa Cova, não é o poeta. Este commendador nasceu em Lisboa, junto á ponte d'Alcantara, na quinta da Rôla, que D. João I tinha dado a um de seus avós. Era filho de *Estevianes* (Estevão Annes) Ribeiro, creado e thesoureiro do infante D. Fernando, filho do rei D. Manuel e fidalgo de sua casa. Este Bernardim Ribeiro casou com D. Maria de Vilhena, filha de D. Manuel de Menezes. Assistiu á batalha de Alcacer Kibir, onde ficou captivo. Voltando ao reino, foi despachado capitão mór das naus da India, em 1589, como paga de ter votado em Almeirim a favor de Filippe II de Hespanha, que no mesmo anno o fez commendador de Villa Cova. O outro, o terceiro *Bernardim Ribeiro* foi governador de S. Jorge da Mina, e ficou abrazado no cêrco de Mazagão, em 1526, por uma explosão de polvora. Não consta onde nasceu O Bernardim Ribeiro, poeta e natural de Torrão, é que foi o autor da *Menina e Moça.* A historia dos seus romanticos amores inspirou a Garrett o drama *Um Auto de Gil Vicente;* Alexandre Herculano inseriu no vol. III do *Panorama*, 1839, a pag. 277 um curioso artigo, no qual a questão se examina e discute, á luz da critica, esclarecendo a pelo modo possivel; na *Illustração, jornal universal*, publicou se tambem, vol. II, pag. 80 e seguintes, um romance em verso, por Ayres Pinto de Sousa; José Maria da Costa e Silva, sobre o mesmo assumpto, escreveu a pag. 102 e seguintes, do tomo I do *Ensaio Biographico Critico sobre os melhores poetas portuguezes.* O conhecido escriptor dr. Theophilo Braga veiu restabelecer a verdade

historica, com a publicação do seu livro *Bernardim Ribeiro e os bucolistas*, estudando attentamente a vida do poeta e recompondo-a pela leitura reflectida das suas obras e dos *Nobiliarios* manuscriptos do seculo XVI. Bernardim Ribeiro nasceu em Torrão, aldeia do Alemtejo, pelos annos de 1475, pertencendo á familia dos Mascarenhas, de que foi progenitor Fernando Martins Mascarenhas, commendador da ordem de S. Thiago, em tempos de D. Duarte e de D. Affonso V. Foi, decerto, na qualidade de parente d'essa poderosa familia que teve entrada na côrte, onde o seu estro se desenvolveu. O moço poeta principiou por cantar a belleza de D. Leonor Mascarenhas, dama da rainha D. Maria, galanteada tambem por outros poetas. Parece, porém, quo antes de celebrar as maravilhas d'essa dama, já se havia enleiado n'uma paixão com uma senhora casada, de nome Maria Gonçalves Coresma, como se deprehende d'uma *cantiga* quo começa:

> Uns esperam a Coresma
> pera se n'ella salvar;
> eu perdi-me n'ella mesma
> pera nunca me cobrar.

Na côrte de D. Manuel floresceu o grande poeta, cujo talento era tal que teve por imitadores a Sá de Miranda e Christovão Falcão, o foi lá que, depois de ter amado já outras damas, se apaixonou, ao que parece, por D. Joanna de Vilhena, prima do rei. Essa senhora, que Bernardim Ribeiro designa nos seus versos com o nome pastoril de *Aonia*, foi para a côrte em 1491, casando mais tarde com o conde de Vimioso, o que por tal fórma atribulou o espirito do poeta, que se exilou voluntariamente O casamento de D. Joanna realisou se em 1516. Bernardim passou para a Hespanha onde, segundo Hilarion Eslava no seu livro *Lyra sacro-hispanica*, esteve, como musico, na cathedral de Toledo, o que não é para admirar, pois que todos os poetas da côrte eram versados em musica. Além de musico, foi tambem mestre de capella em Toledo. Tendo morrido o conde de Vimioso em 1548, Bernardim regressou a Portugal para vêr outra vez a mulher que tanto amára. D. Joanna, pouco depois dos funeraes do marido (1549) tomou o habito de freira mantelata, na ordem de Santo Agostinho, em Evora, facto que se acha narrado na *Menina e Moça*, a novella mais admiravel em que o apaixonado Bernardim faz a historia dos seus amores. Esta novella ficou incompleta. O proprio Bernardim o confessa (pag. 19). O manuscripto foi publicado depois da morte do poeta, occorrida em 1553 pouco mais ou menos. Publicado em Ferrara em 1554, parece que houve outra edição anterior,— *Hystoria da menina e moça*, por Bernardim Rybeiro, *agora de novo estampada*. . A seguir vem as edições de Evora (1557), feita por André Burgos, a de Colonia (1559), por Arnald Boiekmann, a de Lisboa (1645) por Pedro Craesbeck, feita por diligencia de Manuel da Silva Mascarenhas, já acima citada, a que foi reproduzida servilmente da edição de 1645 (1785) e a publicada pela *Bibliotheca Portugueza* (1852) em que se declara, no prologo, ter sido reimpressa sobre a primeira edição que d'ella se fez. Em 1581, esta novella foi posta no *Index*, catalogo dos livros prohibidos, publicado por ordem do inquisidor geral D. Jorge d'Almeida, mas a prohibição foi levantada depois do anno de 1640.

Ribeiro (*Carlos*). General de divisão reformado, distincto geologo, etc. N. em Lisboa a 21 de dezembro de 1813, onde tambem fal. a 13 de novembro de 1882. Era filho d'um simples artista e começou a sua vida como marçano n'uma mercearia da rua de S. João da Matta, sabendo mal ler e escrever Por inclinação natural lia quantos papeis lhe vinham parar ás mãos, e quando o patrão o soube, e mais um antigo militar que frequentava a loja, Carlos Ribeiro começou a aprender com este, e depois, com o auxilio do patrão foi estudando até seguir o curso superior. Quando em julho de 1833 Lisboa se viu abandonada pelo exercito miguelista apavorado pelos ecos que chegavam da batalha da Cova da Piedade, deixou os estudos, assim como muitos outros estudantes animados pelo espirito liberal, indo todos alistar-se sob as bandeiras constitucionaes, e Carlos Ribeiro foi assentar praça a 4 de agosto d'aquelle mesmo anno de 1833, entrando ainda em combate nas linhas de Lisboa. Terminada a campanha em 1834, foi proseguir nos seus estudos, escolhendo continuar o serviço militar na arma d'artilharia. Foi promovido a 2.° tenente em 28 de julho de 1837, sendo tres annos depois, a 26 de novembro de 1840, elevado ao posto de 1.° tenente. Findou o curso em 1844, contando já 41 annos de edade, e tomou parte nas luctas civis, denominadas da Maria da Fonte, em 1846, e em 1847 foi collocado na 3.ª secção do exercito. Tendo travado relações de intimidade com outro distincto official de artilharia, José Victorino Damasio, que procurára na direcção de trabalhos scientifico-industriaes os meios que não lhe podiam dar o escasso meio soldo, tambem Carlos Ribeiro se aventurou a dedicar-se á industria mineira, para que lhe era incentivo a pratica metalurgica, estudada nas officinas que aquelle illustre official então dirigia Quando em 1852 se organisou o ministerio das obras publicas, pouca importancia tinham ainda as minas do paiz, mas logo depois se reconheceu que o pouco que existia, era preciso fiscalisado e estudado, e Carlos Ribeiro foi então chamado para aquelle ministerio, ficando na repartição technica como chefe da secção de minas. Este ramo da nossa riqueza foi, porém, tomando grande desenvolvimento, e pouco a pouco alguns dos estudantes mais intelligentes que concluiram os cursos superiores, vinham juntar-se em torno do illustre engenheiro. Primeiro Braga, depois Schiappa e Delgado, e logo Neves Cabral. Hoje era no Alemtejo, ámanhã na Beira, no outro dia em Traz-os-Montes ou Minho, que elles iam fazer reconhecimentos, verificar pesquizas, examinar trabalhos e demarcar concessões. Dentro de alguns annos o paiz via-se esmaltado de focos mineiros, que faziam espalhar sobre elle a abundancia, a vida e a civilisação em varios pontos onde até ahi só se viam as urzes e os calhaus. Creada a repartição de minas no ministerio das obras publicas, a pedido de Carlos Ribeiro, visto o desenvolvimento que ellas tinham tomado, foi elle nomeado seu chefe. Ao mesmo tempo foi creada a commissão geologica, sendo o dr. Francisco Antonio Pereira da Costa nomeado seu presidente. Data d'esta epoca o desvio natural do

Carlos Ribeiro dos trabalhos de minas para os de geologia, sendo nomeado membro director da referida commissão em 1857. Começaram com actividade os trabalhos, e foi a Delgado, na maxima parte, que se deve a classificação d'uma grande quantidade de exemplares, que existia na Academia das Sciencias e na Escola Polytechnica, que formaram depois parte do museu da mesma escola. De 1862 em diante deu-se principio aos trabalhos de organisação e levantamento da carta geologica de Portugal. Para isso fez a commissão geodesica levantar em dois annos a carta corographica de Portugal, afim de sobre ella assentarem os trabalhos da commissão geologica. Essa carta está publicada. Foi durante os seus trabalhos que Carlos Ribeiro e Delgado encontraram em varias estações documentos irrecusaveis da existencia do homem nos territorios que fórmam hoje Portugal, n'um periodo prehistorico que se póde recuar desde o principio do quartenario até aos ultimos tempos do terciario ou plioeéne. N'esse meio tempo fôra dissolvida a commissão geologica por decreto de 18 de dezembro de 1869, passando a constituir a commissão, uma parte da commissão geodesica, sob a denominação de *secção geologica*. Carlos Ribeiro foi então chefe d'esta secção, que se ficou intitulando *Secção de estudos geologicos e redacção das respectivas cartas na Direcção Geral dos trabalhos geodesicos, topographicos e geologicos do reino*. Como militar, tendo Carlos Ribeiro sido collocado na 3.ª secção do exercito durante o periodo de 1847 a 1851, fôra n'este anno graduado em capitão, e promovido á effectividade, havendo ascendido ao posto de major em 31 de dezembro de 1866. D'aqui em deante occupa-se do ramo a que ultimamente se dedicára, a geologia. Os seus trabalhos são importantes, e acham-se consignados em publicações que são do dominio publico. O *Congresso de anthropologia e archeologia prehistorica*, que se reuniu em Lisboa em setembro de 1880, foi causa que uma pleiade de sabios eminentes nos ramos da geologia, anthropologia, e archeologia honrasse a nossa capital n'essa epoca. O encontro de silex lascados em terrenos do periodo terciario da epoca plioeéne, mostrando um corte intencional, era mais uma prova da existencia do homem n'esse periodo, prova além d'isso a primeira em data, porque os trabalhos do padre Bourgeois, de Capellini e outros, são posteriores aos do nosso geologo. O exame d'esses silex, onde estava assignalado o trabalho rudimentar de nossos, vinte vezes millenarios, avós, era o assumpto do congresso. Carlos Ribeiro, eleito secretario geral do congresso, mal podia então assistir a elle; alguns dias não pôde assistir ás sessões, não pôde acompanhar os seus collegas na sciencia nas excursões ás localidades onde elle encontrára os preciosos documentos, sendo portanto Delgado quem teve de o representar n'essas excursões. As resoluções do congresso não fôram perfeitamente concludentes, se bem que todos os sabios estrangeiros prestassem o tributo do seu respeito a Carlos Ribeiro, e que a grande maioria fôsse convencida da grande valia dos documentos colligidos. Acabado o Congresso, Carlos Ribeiro tratou de procurar o preciso allivio aos seus padecimentos. Soffreu a operação da lithotricia com todo o animo, e passado tempo retomava o seu trabalho, dedicando-se á organisação do relatorio da sessão do Congresso de Lisboa. Lisboa deve a Carlos Ribeiro um grande beneficio. Tendo tido occasião de reconhecer as nascentes de agua de Bellas, indicou n'uma memoria a sua conveniencia, e sendo aproveitadas, serviram á capital de beneficio durante alguns annos, no verão, em quanto não vieram abastecel-a as aguas do Alviella. Carlos Ribeiro foi deputado em varias legislaturas, sendo notavel um discurso que pronunciou na sessão de 1873 com relação ao credito predial. Foi promovido a tenente coronel em 14 de novembro de 1872, e a coronel em 24 de novembro de 1875. Poucos dias antes de morrer, em attenção á preterição soffrida e ao estado de sua saude, era reformado, competindo-lhe por esse facto o posto de general de divisão. Era commendador da ordem de Christo e cavalleiro da de Carlos III, de Hespanha; so-

Carlos Ribeiro

cio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa e do Instituto de Coimbra; socio correspondente da Sociedade Geologica de França, do Instituto Imperial Geologico de Vienna; representou Portugal em varios congressos europeus. A'cêrca de Carlos Ribeiro, publicou Camillo Castello Branco, em 1883, um interessante opusculo, intitulado *O general Carlos Ribeiro*. N'esse opusculo lê se, que «no Congresso Internacional de Bruxellas, em 1872, duvidaram, mórmente o douto Bourgeois, que nos exemplares expostos por Carlos Ribeiro houvesse trabalhos intencionaes que provassem a existencia d'um individuo capaz de petisear lume e lasear pedras na epoca terciária. A favor do sabio portuguez apenas se insurgiu a opinião autorisada do sr. Fracks. Na exposição internacional de Paris em 1878, o nosso geologo apresentou 95 exemplares, entre os quaes Mortillet apartou 22 com vestigios irrefuctaveis

de trabalho intelligente. Cartaillac abundou no parecer do seu collega e de outros especialistas. Afinal Carlos Ribeiro triumphou desassombradamente quando os congressistas na obra de Monte Redondo, em Otta, confirmaram em novos exemplares a sua opinião refutada em Bruxellas. Desde então, nos annaes de anthropologia e prehistoria, foi assignalado como irrefuctavel a existencia do Anthropopithecus em Portugal. Era o terceiro. Bourgeois tinha explorado um em Thenay. Em honra do inventor, um vestigio do animal intelligente anterior ao homem chamou se *Anthropopitecus Bourgeoisu*. Mr. Rames achára o segundo em Cantal, o qual foi chamado *Anthropopitecus Ramesu*. O de Portugal descoberto por Carlos Ribeiro, recebeu o glorioso nome *Anthropopithecus Ribeirou*». E Camillo Castello Branco, para corroborar a sua narrativa, cita a obra de Gabriel de Mortillet *La pré historique antiquité do l'homme*, pag. 105. Carlos Ribeiro não pôde gozar a homenagem prestada pelo sabio Mortillet, por que a obra d'este illustre sabio foi publicada em 1883. Bibliographia: *Reconhecimento geologico e hydrologico aos terrenos das visinhanças de Lisboa com relação ao abastecimento das aguas d'esta cidade*, Lisboa, 1857; traz appensa uma carta geologica em grande formato dos terrenos reconhecidos; saiu tambem no tomo II parte I, das *Memorias da Academia*, impressas no dito anno, e nos *Annaes das Sciencias e Letras publicados sob os auspicios da Academia*, classe 1.ª, tomos I e II; *Memorias sobre as minas de carvão dos districtos do Porto e Coimbra e de carvão e ferro do districto de Leiria*, Lisboa, 1858; foi traduzido em inglez um trabalho seu, que saiu publicado nas *Proceedings of the Geological Society*, vol. IX, parte I, impresso em 1853, a pag. 135 e seguintes, com o titulo: *On the Carboniferous and silurian Formation of the neighourhood of Bussaco in Portugal, By Senhor Carlos Ribeiro; With Notes and a Description of the Animal Remaius by Daniel Sharpe, Esq.*, etc ; *Considerações geraes sobre a grande conserva d'aguas projectada na ribeira de Carenque; mandadas publicar pela Camara Municipal de Lisboa*, 1854; *O fogo do globo*, nota geologica, muito extensa e instructiva, na vorsão dos *Fastos* de Ovidio, por Castilho; vem no tomo III, pag. 400 a 447; *Estudos geologicos; descripção do terreno quartenario das bacias dos rios Tejo e Sado, com versão franceza por Mr. Dathunty*, Lisboa, 1866; *Note sur le terrain quaternaire du Portugal;* saiu no *Bulletin de la Société Géologique de France*, 2.ª serie, tomo XXIV, pag. 692 a 717; *Memoria sobre o abastecimento de Lisboa com aguas de nascente e aguas do rio*, Lisboa, 1867; *Relatorio ácêrca da arborisação geral do paiz, apresentado a S. Ex.ª O Ministro das Obras Publicas, Commercio e Industria, em resposta aos quesitos do artigo 1.º do decreto de 21 de dezembro de 1867*, Lisboa, 1868; *Breve noticia ácêrca da constituição physica e geologica da parte de Portugal comprehendida entre os valles do Tejo e Douro*; saiu no tomo 7, do *Jornal das Sciencias Mathematicas e physicas, publicado sob os auspicios da Academia Real das Sciencias* (agosto de 1869), pag. 243 a 252; concluindo no n.º 8, de pag. 353 a 361; *Memoria sobre as minas de chumbo de S. Miguel d'Ache e Segura; Quelques mots sur l'age de la pierre en Portugal*; *extrait du compte rendu de l'association française pour l'avancement des sciences*, 1878; *Des formations tertiaires du Portugal*, Paris, 1880; *Estudos prehistoricos em Portugal: Noticia de algumas estações e monumentos prehistoricos* (em portuguez e francez), 2 volumes, Lisboa, 1880; *Relatorio sobre o imposto predial*.

Ribeiro *(P. Diogo)*. Jesuita e missionario na India. N. em Lisboa no anno de 1560; fal. em 18 de junho de 1633 Indo muito novo para Gôa, ali professou no collegio da Companhia de Jesus em 1580. Durante 20 annos se applicou a missionar a fé catholica nos territorios de Salsete. Foi muito versado na lingua concani, como se prova do livro que compoz n'essa lingua, e imprimiu no collegio de Rachol em 1632, com o seguinte titulo: *Declaração da doutrina christã colleyida do cardeal Roberto Belarmino da Companhia de Jesus e outros autores, composta em lingua bramana vulgar pelo Padre Diogo Ribeiro da mesma Companhia*, etc. O P. Diogo Ribeiro foi um dos que accrescentaram e reviram a *Arte da Lingua canarina, composta pelo P. Thomaz Esteves*, etc., o qual, depois de novas revisões e emendas, veiu a imprimir so em Rachol no anno de 1640. O P. Diogo Ribeiro fal. no collegio de Rachol, e deixou manuscripto um *Vocabulario da lingua canarina, vertida em portuguez*.

Ribeiro *(P. Domingos)*. Padre e capellão do D. Antonio, prior do Crato, que escreveu, e imprimiu em Lisboa, em 1566, uma *Arte manual de festas moveis*, etc.

Ribeiro *(Domingos Pinto)*. Bacharel em Philosophia pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Lamego, e fal. em 1857. Formou-se tambem em Medicina na mesma Universidade, sendo algumas vezes premiado no respectivo curso. Obteve, por concurso publico, a cadeira de Philosophia racional e moral do seminario episcopal de Lamego, que regeu alguns annos. Para instrucção dos seus discipulos escreveu e publicou em 1848, os seguintes compendios, que reunidos fórmam o systema por elle adoptado para o ensino do curso philosophico: *Elementos de Philosophia racional e moral*. 1.ª *Parte, Logica;* 2.ª *Parte, Metaphysica;* 3.ª *Parte, Ethica;* Fez se *segunda edição. mais augmentada*, no Porto, 1855 e 1856, 3 tomos.

Ribeiro *(Ernesto Rodolpho Hintze)*. Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, socio effectivo da Academia Real das Sciencias, ministro de estado, deputado, par do reino, chefe do partido regenerador, etc. N. em Ponta Delgada a 7 de novembro de 1849, fal. em Lisboa a 1 de agosto de 1907. Era filho do Manuel José Ribeiro. Matriculou-se na Universidade, e depois d'um curso dos mais brilhantes, em que recebeu varios premios, doutorou-se em 14 do julho de 1872. Pouco depois abriu banca de advogado na terra da sua naturalidade, onde exerceu esta profissão até 1877, anno em que partiu para Lisboa, dedicando-se tambem á advocacia. Entrando na politica, filiou se no partido regenerador, cujo chefe era então Fontes Pereira de Mello, e foi pela primeira vez deputado em 1878, eleito pelo circulo da Ribeira Grande, prestando juramento na sessão de 24 de janeiro do 1879. O discurso que proferiu na camara, defendendo a sua eleição, affirmou brilhantemente os dotes e qualidades de orador, que tão alto logar lhe deviam dar entre os mais distinctos parlamentares do seu tempo. Versando todas as questões com um tino raro, analysando todos os assumptos com notavel

proficiencia, Fontes Pereira de Mello começou a distinguil-o, confiando lhe importantes commissões parlamentares de que se desempenhou com o maior criterio e intelligencia. Caindo o ministerio regenerador e subindo ao poder o partido da fusão (historicos e reformistas) presidido por Anselmo Braamcamp, foi novamente deputado, pela opposição, continuando a affirmar na camara os seus brilhantes dotes de polémista. Apresentou differentes projectos de lei, relativamente ao districto de Ponta Delgada. Os seus triumphos parlamentares e a ponderação com que apreciava as questões que se debatiam, o indicaram para o governo do paiz, e no anno de 1881, tendo caído o gabinete progressista em seguida aos acontecimentos produzidos pelo tratado de Lourenço Marques, foi chamado ao poder o partido regenerador, e sendo Antonio Rodrigues Sampaio encarregado de organisar ministerio, convidou Hintze Ribeiro para gerir a pasta das obras publicas, para que foi nomeado em 25 de março d'esse anno; por motivo da saída do ministerio o conselheiro Miguel Dantas, dirigiu interinamente a pasta dos estrangeiros, desde 29 d'abril seguinte, de que foi exonerado em 14 de novembro do mesmo anno, sendo n'esta mesma data nomeado outra vez ministro das obras publicas, no gabinete, tambem regenerador, que se organisou sob a presidencia de Fontes Pereira de Mello, de que teve a exoneração em 24 de dezembro seguinte. Na sua gerencia das obras publicas apresentou em côrtes diversas propostas de lei, de verdadeira utilidade, entre as quaes se contam: a approvação do contrato provisorio com a casa Henry Burnay & C.ª, em 7 de maio de 1881, para a construcção e exploração d'uma linha ferrea de Lisboa a Cintra e a Torres Vedras; autorisação do governo a contratar directamente, e sem dependencia de concurso, o lançamento de qualquer linha telegraphica submarina, que partindo do continente de Portugal ou da ilha da Madeira, e dirigindo-se á America, ou a qualquer ponto do globo tocasse em alguma ou em algumas ilhas dos Açôres; a creação de mais tres lentes no Instituto Agricola de Lisboa; a approvação do plano da organisação do serviço florestal; a approvação do plano da organisação do curso de commercio do Instituto Industrial de Lisboa; autorisação para o governo executar no espaço de 5 annos, as obras necessarias para o alumiamento e balizagem dos portos e costas maritimas do continente do reino e ilhas adjacentes, etc. Foi ministro dos estrangeiros interino em 21 de maio e 1 de setembro de 1883, respectivamente exonerado em 31 de maio e 25 de setembro do mesmo anno. Transferido para a pasta da fazenda em 24 de outubro de 1883, e exonerado em 20 de fevereiro de 1886; dirigiu interinamente a pasta das obras publicas desde 24 de outubro de 1883 até 3 de dezembro do mesmo anno. A sua passagem pelo ministerio da fazenda foi assignalada com a remodelação fazendaria e a organisação dos serviços aduaneiros, ha muito tempo reclamados pela opinião. Por carta regia de 1 de janeiro de 1886 foi nomeado par do reino, prestando juramento e tomando posse na respectiva camara na sessão de 25 d'esse mez. Na camara alta sustentou se sempre desassombradamente na opposição, sendo um dos adversarios mais terriveis do partido progressista. Tendo fallecido Fontes Pereira de Mello em janeiro de 1887, o partido regenerador escolheu para seu chefe o conselheiro Antonio de Serpa Pimentel, e no ministerio constituido em fevereiro de 1890, sob a sua presidencia, entrou Hintze Ribeiro para a pasta dos estrangeiros, então bem difficil de dirigir, por causa do conflicto anglo portuguez, do *ultimatum* da Inglaterra de 11 do mez de janeiro antecedente, doloroso successo que obrigára a pedir a demissão o ministerio progressista, que então estava no poder, presidido pelo conselheiro José Luciano de Castro. Esta mesma questão diplomatica fez tambem cair em agosto o ministerio regenerador, constituido em fevereiro, assim como o ministerio ex-partidario presidido pelo general João Chrysostomo de Abreu e Sousa, que se organisou em junho de 1891, depois de grandes difficuldades, e da queda de outros gabinetes, que se não puderam sustentar.

Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro

Em 18 de dezembro de 1891 foi Hintze Ribeiro nomeado conselheiro de Estado effectivo, pela vaga deixada pelo antigo estadista Carlos Bento da Silva, fallecido n'esse anno. Em 1893, Antonio de Serpa Pimentel, sentindo-se doente e cançado, e conhecendo a preponderancia que Hintze Ribeiro tinha já no partido regenerador e a sua grande ascendencia sobre os seus correligionarios, declinou o convite para formar ministerio, e indicou o grande estadista para presidente do conselho N'este ministerio, que se organisou em março do referido anno de 1893, além da presidencia, encarregou se tambem da pasta dos estrangeiros, conservando-se no poder até 17 de fevereiro de 1897. N'este gabinete tambem geriu a pasta da fazenda desde 20 de dezembro de 1893 até 7 de fevereiro de 1897; voltando interinamente á dos estrangeiros, em 10 de se-

tembro de 1895, de que foi exonerado em 20 de setembro de 1896. Fallecendo em março de 1900 Antonio de Serpa Pimentel, assumiu a chefia do partido regenerador o conselheiro Hintze Ribeiro, isto é, reconhecido officialmente n'essa qualidade, pois que a sua chefatura era já um facto. N'esse anno de 1900 teve o encargo de organisar o ministerio, a que presidiu, tendo tambem a pasta do reino, sendo exonerado em 1904. Novamente foi encarregado de constituir gabinete, em abril de 1906, sendo o presidente do conselho e ministro do reino. Este ministerio teve curta duração, conservando-se apenas 57 dias. Apresentou ao parlamento a lei que resolvia a questão dos tabacos, questão que motivára a queda do ministerio progressista e a scisão dada n'esse partido, d'onde se formou o grupo dos dissidentes. Dois factos se deram então, que lhe causaram enorme desgosto; foi a insubordinação, em 8 de abril, da guarnição do cruzador *D. Carlos*, ancorado no Tejo, e a do dia 13 da guarnição do couraçado *Vasco da Gama*, factos da maior gravidade occorridos a bordo dos mais poderosos navios da nossa marinha de guerra, que poz em sobresalto a população de Lisboa, e teve dolorosas consequencias, promovendo violentos ataques contra Hintze Ribeiro de toda a imprensa, tanto republicana como monarchica; o outro facto, foi depois das eleições, effectuadas a 29 d'abril, com cujo resultado soffreu um grande choque, a manifestação que na noite de 4 de maio se deu na estação do Rocio á chegada do dr. Bernardino Machado, em que se deram lamentaveis acontecimentos que obrigaram a policia a intervir violentamente. As medidas rigorosas que então tomou contra os revoltosos, que fôram muito mal recebidas, e a carta que o rei D. Carlos lhe escreveu sobre esse assumpto, e negando-lhe o addiamento das côrtes, que elle solicitara, o desanimaram completamente, e vendo se sem forças para reagir, apresentou a demissão do ministerio, sendo então encarregado de organisar novo gabinete o conselheiro João Franco. Hintze Ribeiro era um dos vultos mais prestigiosos da politica portugueza, apreciado no paiz e no estrangeiro, onde recebeu as mais captivantes provas de estima e sympathia, n'uma viagem que já havia emprehendido a algumas das primeiras capitaes da Europa, para descançar e tratar da sua saude abalada pelo excesso de trabalho. Depois de deixar o poder pela ultima vez, sentiu-se bastante doente, e entrando em convalescença, fez uma viagem ao estrangeiro para se distrahir, mas a ferida que recebera no seu amor proprio de homem politico, fôra tão profunda que nunca cicatrizou. Regressando, ainda tomou parte nos debates parlamentares, atacando a orientação politica do seu successor, mas a vida já se lhe ia extinguindo. Tendo fallecido o conde de Casal Ribeiro, que era seu amigo intimo, quiz, apezar do seu melindroso estado de saude, acompanhal-o ao cemiterio do Alto de S. João. Foi, mas pouco depois do cadaver ter entrado no jazigo, Hintze Ribeiro caiu fulminado ao encaminhar-se para a porta do cemiterio. A imprensa politica de todos os partidos, até mesmo os que lhe eram mais adversos, lhe prestaram as maiores homenagens, publicando saudosos artigos em phrases sentimentaes, lastimando tão grande perda para a politica portugueza. Hintze Ribeiro possuia as mais altas distincções, e entre ellas o Tosão de Ouro e as gran-cruzes da Torre e Espada, da Legião de Honra, e da ordem dos Seraphins. Escreveu: *A theoria e legislação do recambio*, 1870; *Os fideicommissos no direito civil moderno (commentario aos artigos 1866 a 1874 do Codigo Civil Portuguez)*, 1872; *O caso julgado, em face do direito portuguez e da philosophia do direito*, 1872; *A reforma da legislação commercial*, 1877; *A questão Salamanca*, 1882; *Reorganisação dos serviços das alfandegas*, 1885; *A questão da fazenda*, 18-8; *Questões parlamentares*, 188-. *Responsabilidades na questão de fazenda*, discurso proferido na camara dos pares do reino nas sessões de 31 de maio e 1 de junho de 18'8. *O regimen da divida portugueza*, discurso proferido na mesma camara nas sessões de 23 e 25 de abril de 1898. Entre outras biographias de Hintze Ribeiro indicaremos a que foi escripta em inglez pelo sr. Simões Ratolla.

Ribeiro *(Fr. Francisco)*. Religioso da ordem dos carmelitas; doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, sendo nomeado lente em 1696. N. em Cantanhede na primeira metade do seculo XVII; fal. a 4 de setembro de 1712. Professou no convento de Collares. Foi qualificador do Santo Officio, reitor do collegio de Coimbra, commissario e visitador geral. Fr. Francisco Ribeiro era considerado como eminente theologo. Deixou manuscriptos um *Commentario ao Mestre das Sciencias*, um *Tratado theologico*.

Ribeiro *(P. Francisco)*. Jesuita. N. em Evora, e fal. a 14 de julho de 1715. Professou na sua terra natal a 10 de fevereiro de 1668. Foi lente de humanidades, philosophia, escriptura e theologia moral na Universidade de Evora, onde se doutorou. Foi reitor dos collegios de Braga e de Coimbra. Não quiz que se publicassem as muitas obras que escreveu sobre philosophia e theologia, mas um dos seus discipulos sempre publicou umas *Locubrationes philosophicae* sobre uns livros de Aristoteles, que se imprimiram em 1723.

Ribeiro *(Francisco José de Bettencourt e Avila, barão do)*. Proprietario na ilha de S. Jorge, Açôres. N. a 24 de maio de 1827, fal. a 16 de dezembro de 1888. Era filho unico de Francisco José de Bettencourt e Avila, capitão das antigas milicias na ilha de S. Jorge, e de sua segunda mulher D. Anna Eulalia da Silveira. Casou com D. Luiza Soares Teixeira de Sousa, filha de Miguel Teixeira Soares de Sousa, administrador d'um morgado na ilha de S. Jorge, onde foi tenente-coronel de milicias, e de sua mulher, D. Maria Angelina Soares d'Albergaria. O titulo de barão do Ribeiro foi concedido por decreto de 3 de janeiro de 1888.

Ribeiro *(Francisco Maria da Costa)*. Nasceu em 18 de setembro de 1797, sendo filho de Bernardo Ribeiro e de D. Theodora Margarida. Assentou praça em 22 de julho de 1815; reconhecido cadete em 15 de dezembro de 1816; porta bandeira em 1 de outubro de 1818 do regimento de infantaria n.º 13, de Peniche. Alferes por portaria de 28 de março de 1820; tenente por decreto de 9 de julho de 1827, do regimento de infantaria n.º 19, de Cascaes; capitão por decreto de 23 d'outubro de 1832 (ordem do exercito n.º 73) do dito regimento; major por decreto de 24 de fevereiro de 1834 (ordem do exercito n.º 25) do regimento de infantaria n.º 12, de Chaves. Em 1833

achando-se em Villa Nova de Famalicão, commandando o 2.º batalhão do infantaria de Cascaes, foi nomeado major para o regimento de milicias, de Barcellos, em cujo regimento se conservou até ser promovido a major do regimento de Chaves (n.º 12). Foi feito prisioneiro na batalha da Asseiceira, a 16 de maio de 1834, sendo conduzido para o castello de S. Jorge e demittido do seu posto por decreto de 23 d'outubro de 1834 *por não convir ao serviço*. Legitimista convicto e não desejando alistar-se nas fileiras liberaes, teve que emigrar para a Italia, onde se conservou desde 1835 até 1841 na cidade de Regio, capital do ducado de Módena, sendo-lhe passado a seu pedido o certificado seguinte: *Certifica che il Portoghese Francesco Maria da Costa, di condizione negoziante, durante il tempo che ha dimorato in questi Dominii ha tenuto una regolare condotta politico morale*, assignado *Bonarri*. Em fins de 1841 voltou á patria, sendo reintegrado no posto de tenente como convencionado de Evora Monte, e falleceu em Lisboa a 29 de janeiro de 1843.

Ribeiro *(Gregorio José)*. Official de marinha; cavalleiro das ordens de Aviz e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; condecorado com a medalha de Leopoldo da Belgica, e com as de bons serviços e comportamento exemplar. N. em 1829 e fal. em 1884. Seguindo o curso de marinha, desempenhou as differentes commissões da sua arma, até que foi nomeado governador da provincia de S. Thomé. Estava no exercicio d'este cargo, quando teve de applicar a lei da libertação dos escravos, promulgada pelo ministro João de Andrade Corvo. Teve algumas difficuldades a vencer, muitos attritos, e a sua situação, ou porque tivesse ultrapassado os termos da lei, ou porque os senhores de escravos vissem com maus olhos a applicação d'essa lei tão nobre, o certo é que a sua situação em S. Thomé se tornou insustentavel, e viu se obrigado a retirar. Publicaram-se n'essa occasião folhetos violentos, houve discussões nas camaras, julgamentos nos tribunaes em delictos de abuso de liberdade de imprensa, e o nome de Gregorio José Ribeiro adquiriu então grande notoriedade. Atacaram n'o uns, defenderam-n'o outros, mas ninguem poz em duvida a sua integridade. Desempenhou ainda varias commissões da arma, negociou com o sultão de Zanzibar um tratado de commercio, e foi em 1884 nomeado consul n'essa ilha. Ia partir para tomar posse do seu novo cargo, quando falleceu prematuramente, contando apenas 55 annos de edade. Escreveu: *Cartas a J. M. Pereira Rodrigues, de Macau e Fuchau; Recordações de viagem*, Lisboa, 1866, com uma introducção por Eduardo Vidal.

Ribeiro *(P. Ignacio)*. Jesuita. N. a 9 de novembro de 1679, fal. a 18 de setembro de 1735. Chamava-se no seculo Manuel Fernandes Ribeiro. Professou em 1695. Foi lente de Theologia no collegio de Santo Antão, de Lisboa, e prégador muito considerado no seu tempo. Publicou apenas um sermão, e uma novena de S. Francisco de Borja.

Ribeiro *(João)*. Militar que serviu na India, que foi capitão na ilha de Ceylão, sendo um dos defensores d'esta ilha contra os hollandezes. Escreveu em 1685 a seguinte obra: *Fatalidade historica da ilha de Ceylão: dedicada á majestade do serenissimo D. Pedro II, rei de Portugal*. O original d'esta obra, constando de duas partes, conservou se por muitos annos manuscripto, o só veiu a imprimir-se pela primeira vez, no tomo V da *Collecção de Noticias para a historia e geographia das Nações ultramarinas* publicada pela Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1836. Tinha sido, porém, traduzida em francez por Mr. Legrand, poucos annos depois de escripta, apparecendo impressa em Paris, no anno de 1701, com o titulo: *Histoire de l'ile de Ceylan, par Jean Ribeyro*, etc.; com 6 estampas e 1 carta da ilha de Ceylão. Houve tambem uma traducção ingleza, publicada em Ceylão, em 1847, com o titulo seguinte: *History of Ceylon presented by capitam John Ribeyro to the King of Portugal, in 1685. Translated from the portugueze, by the Abb Le Grand. Re-translated from the french edition, with an appendix, containing chapters illustrative, of the past and present condition of the Island, by George Lee, Postmaster general of Ceylon*, etc.

Ribeiro *(João)*. Calligrapho e esgrimista, que viveu no seculo XVII. Era tambem poeta, e escreveu uns panegyricos a S. Vicente. Como calligrapho é que se tornou notavel.

Ribeiro *(P. João)*. Jesuita. N. em Tavira em 1625, fal. em Evora a 2 de fevereiro de 1705. Era presbytero secular, mas em 1653 professou na Companhia de Jesus, e foi para a ilha da Madeira, sendo, porém, na viagem, aprisionado por um corsario. Recuperando a liberdade, foi desembarcar no Funchal, e n'essa cidade fundou o convento das Mercês, de freiras franciscanas. Voltando a Portugal foi reitor do collegio da sua ordem, em Evora. Deixou manuscripta a vida da veneravel Anna de Santiago, que fôra sua confessada, quando elle ainda não era jesuita. Em 1680 tambem escreveu uma *Apologia dos padres missionarios de Loanda*. Parece que esta obra foi impressa.

Ribeiro *(João Baptista)*. Commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, conselheiro, director e lente jubilado da Academia Polytechnica do Porto, pintor muito apreciado, etc. N. em S. João de Aregos, no districto de Villa Real, em 25 de abril de 1790, fal. em 24 de julho de 1868. Revelando notavel vocação para as bellas artes, matriculou-se em 1802 na aula de desenho da Academia do Porto, que frequentou durante sete annos, recebendo successivamente lições dos professores Vieira Portuense, Domingos Vieira, José Teixeira Barreto e Raymundo Joaquim da Costa, obtendo durante o curso tres premios de primeira classe. Pelo fallecimento de Vieira Portuense, succedido em maio de 1804, foi nomeado director da aula de desenho o distincto pintor Domingos Antonio de Sequeira, por carta regia de 8 de maio de 1806. Entrando na posse do seu cargo, escolheu entre os discipulos mais adeantados da mesma aula cinco, que lhe pareceu que revelavam mais talento, para os iniciar na arte da pintura. João Baptista Ribeiro foi um dos escolhidos, e na verdade, soube aproveitar-se das lições do mestre, e fez taes progressos, que no fim de dois annos, em 1808, pôde pintar para a festa de acção de graças que pela restauração do reino se celebrou na egreja da Graça, quatro paineis que lhe grangearam grande fama, e logo o collocaram na plana dos primeiros artistas d'a-

quelle tempo. Em 1811 foi nomeado lente substituto da aula de desenho, e continuou a trabalhar, sendo sempre muito apreciado, e tanto que em 1821 foi escolhido para mestre de desenho e de pintura de miniatura, das infantas, filhas de D. João VI. Não tardou, porém, a regressar ao Porto e a cuidar da regencia da sua aula, sendo em 1833 nomeado lente proprietario da mesma cadeira. Em 1836 publicou um folheto no Porto com o titulo: *Exposição historica da creação do Museu Portuense, com documentos officiaes para servir á historia das bellas artes em Portugal*, etc. N'esse mesmo anno foi nomeado director da Academia de Marinha e Commercio da Cidade do Porto, que depois tomou o nome de Academia Polytechnica, continuando elle a dirigil a, ainda depois de se jubilar como lente da mesma academia, até á data do seu fallecimento. No *Periodico dos Pobres do Porto*, n.º 79, de 1856, no artigo que em seguida foi transcripto no *Braz Tizana* n.º 82; e tambem no n.º 80 do *Nacional* de 9 d'abril de 1859, veem publicados muitos dados biographicos e noticia minuciosa dos seus trabalhos artisticos.

Ribeiro *(João Carlos)*. Major de infantaria. N. em Lisboa em 1843, fal. em Loanda a 3 de março de 1882. Foi estudante do Collegio Militar, cujo curso terminou em 1861, assentando logo praça a 5 de agosto no batalhão de caçadores n.º 5. Em 10 de janeiro de 1866 teve a promoção de alferes, e em 2 d'abril de 1872 a de tenente. Desenhando com desembaraço, e muito habil em gymnastica, dedicava as horas de folga do serviço militar no ensino d'estas artes em collegios e casas particulares, chegando a ser professor no Collegio Militar. Quando appareceu em Lisboa a *troupe* dos occarinistas italianos, Ribeiro obteve d'elles uma ou duas occarinas, e exercitando se n'aquelle instrumento, fez construir alguns sob sua direcção, e conseguiu organisar uma banda de occarinistas, que instruiu e ensaiou, apresentando-a em publico, que a recebeu com muitos applausos. Desejoso de empregar em mais larga escala a sua aptidão, conhecimentos e actividade, quando em 1876 o ministerio da marinha procurou organisar as commissões de obras publicas para as provincias de Africa, foi Ribeiro um dos primeiros que se offereceu para esse serviço. Foi promovido a capitão em 9 de agosto d'aquelle anno, e algum tempo depois partia para Moçambique, provincia onde lhe coube ir desempenhar o seu serviço. Ahi foi empregado em varias commissões como conductor de 1.ª classe, tendo ido a Lourenço Marques e outros pontos, onde o respectivo director das obras publicas julgou conveniente enviál-o. Tinha sido promovido a major em 25 de julho de 1878, por lhe haver competido em Portugal o posto de capitão, quando as febres de Africa o obrigaram a regressar ao reino para se tratar. Restabelecendo a saude, foi mandado concluir a sua commissão na Guiné, para onde partiu em 1879, na qualidade de director interino das obras publicas d'esta provincia. Os seus males aggravaram se, obrigando o a tornar ao reino em 1880, depois de ter prestado bons e activos serviços n'aquella provincia. Restabelecido, mas não completamente, voltou outra vez á Africa Occidental, e chegando a Loanda em setembro do referido anno de 1880, foi mandado para a commissão de Mossamedes, a melhor que lhe podia ser incumbida pela bondade do clima, onde esteve como chefe d'aquella circumscripção de obras. Entregava se activamente aos seus trabalhos, quando, em dezembro, foi chamado a Loanda para tomar conta da direcção d'obras publicas da provincia, interinamente, em consequencia de haver regressado ao reino o director effectivo. N'essa posição se conservou até março de 1881. Desde então continuou ao serviço das obras publicas em Loanda. Soffrendo de quando em quando mais ou menos, foi atacado d'uma febre biliosa que o reteve alguns dias na cama. Chegando a Loanda a barraca que o governo mandára construir para a missão civilisadora do Congo, o major Ribeiro, apezar de estar ainda convalescente, foi nomeado para ir restabelecer a casa da missão. Saiu de Loanda e chegou a Noki no dia 1.º de setembro do mesmo anno, a bordo do vapor *Bengo*, effeituando-se o desembarque de todo o material no dia 2 na melhor ordem. Ficou tudo bem acondicionado, pela boa disposição da feitoria portugueza n'aquelle ponto. Escrevendo logo ao chefe da missão começou a cuidar no transporte, conseguindo angariar carregadores das diversas povoações, que fôram conduzindo as peças mais pesadas. O tempo que lhe restava, aproveitava o Ribeiro a levantar a planta dos terrenos proximos, mas com a difficuldade que lhe davam os muitos cursos de agua cercados e cobertos por espesso arvoredo, e os campos revestidos de capim de altura prodigiosa onde um homem fica completamente sumido, tinha de mudar de estações frequentemente. Tendo uma das vezes subido a um iubondeiro, para conhecer da direcção que tomava um riacho, escachou o ramo e Ribeiro caiu, obrigando-o esta queda a estar de cama uns dez dias bastante mal. No dia 24 de setembro, estando ainda muito incommodado, chegou o filho do rei do Congo, com a resposta do chefe da missão e conduzindo 133 carregadores. N'esse mesmo dia e nos seguintes partiram esses e outros carregadores, e o major Ribeiro, deixando tudo disposto para lhe ser enviado o resto do material, prumos, telha, etc., partiu finalmente para S. Salvador do Congo, acompanhado por 80 carregadores. Soffreu muito durante a jornada, porque os carregadores, em chegando a qualquer ponto, já não queriam caminhar, sendo preciso ameaçal-os com a espingarda, de que elles tinham medo, para os resolver a marchar. Ribeiro viu-se obrigado a pernoitar uma vez no meio do matto, outra noite no cemiterio dos pretos. Passou ainda muitas mais inclemencias, soffrendo perseguições de pretos, de que se livrava ás vezes com custo. Afinal chegou a S. Salvador ás 11 horas da manhã de 8 de outubro. Ribeiro soffreu uma desillusão completa ao contemplar a residencia dos missionarios. A' vista d'aquella pobreza, mandou logo armar a barraca que levava. No dia seguinte houve missa a que assistiu o rei do Congo cercado dos missionarios da sua tipoia. Finda a missa, o rei mandou cumprimentar o major, por seu filho, e Ribeiro foi logo no dia immediato pagar-lhe a visita á palhoça onde elle vivia. No dia 11 começou a dispôr tudo para a construcção da casa da missão, tendo que luctar com a maior difficuldade pela falta de pedreiros; ainda assim lá foi começando a obra com uns rapazes que estavam ao serviço da missão. No *Occidente*, de 1883, veem minuciosamente descriptos

todos os casos que se deram durante a permanencia do major João Carlos Ribeiro no Congo, d'onde saiu a 23 de novembro, depois de se despedir do rei, dos principes seus filhos, missionarios, etc. Durante a jornada tiveram de descançar em alguns sitios, soffreram alguns transtornos que lhe demoraram a jornada, vindo a chegar a Noki no dia 29 do referido mez de setembro. Esperava Ribeiro encontrar aqui a canhoneira que o devia reconduzir a Loanda, sendo este um dos motivos que o fez apressar a sua saída de S. Salvador do Congo, porque lhe haviam promettido, que ella estaria ali no dia 23 á espera. Demoraram-se tres dias, e como a canhoneira não chegava, Ribeiro foi aproveitando o tempo em levantar plantas dos terrenos adjacentes, em completar alguns trabalhos começados, em tirar photographias, que levou depois para Loanda, em numero superior a 100. O tempo da permanencia forçada n'aquelles pontos, onde apenas podia entreter convivencia com os individuos das feitorias e com missionarios, não foi perdido, porque Ribeiro observou tudo o que pôde e colheu informações que constam do relatorio, que apresentou. A canhoneira, que deveria ter chegado a Noki em 23 de novembro de 1881, só chegou em fevereiro de 1882. Ribeiro esteve esses dois mezes e meio pelas feitorias das duas margens do rio, tendo ido tambem a Boma. Regressando então a Loanda, pouco tempo durou, não chegando a voltar a Portugal. Ao ministerio da marinha fôram mais tarde enviadas varias cartas levantadas pelo mallogrado official.

Ribeiro *(João Cupertino).* Medico pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa. N. em Pataias, sendo filho de José Cupertino Ribeiro. Foi estudante distincto, obtendo approvação plenaria no final do curso, em 27 de julho de 1874. Publicou a sua these n'esse mesmo anno, a qual tem por titulo: *Tratamento da pleuresia com derramento de sangue.* Collaborou na *Revista Portugueza de Medicina e Cirurgia Praticas*, e na *Revista de Nevrologia e Psychiatria.* Foi vereador republicano da camara munipal de Lisboa. E' um clinico abalisado, gozando da estima geral e muito cuidadoso com os seus doentes.

Ribeiro *(João Pedro).* Presbytero secular, doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, conego doutoral nas sés de Faro, Vizeu e Porto, desembargador honorario da Casa da Supplicação, conselheiro da fazenda, chronista dos dominios ultramarinos, censor régio do desembargo do paço, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc N. no Porto em 27 de maio de 1758, fal. na mesma cidade a 4 de janeiro de 1839, sendo filho de Pedro do Rosario Ribeiro e de Antonia Angelica Rosa Era um dos escriptores mais eruditos de Portugal, verdadeiro percursor de Alexandre Herculano nas investigações historicas dos documentos existentes pelos archivos e cartorios do reino, fundador da sciencia diplomatica em Portugal, quer dizer, da sciencia que trata do estudo dos diplomas. João Pedro Ribeiro seguiu a carreira ecclesiastica e recebeu ordens de presbytero. Matriculou se depois na Universidade de Coimbra, na faculdade de Canones, em que se doutorou a 6 de maio de 1781. Passou a reger uma das cadeiras d'essa faculdade, ficando em Coimbra, onde exerceu tambem funcções sacerdotaes. Em 1790 era já considerado como homem tão perito no estudo dos antigos documentos, que a Academia Real das Sciencias o escolheu, apezar de não ser ainda seu socio effectivo, para ir com Joaquim José Ferreira Gordo visitar os cartorios das camaras, conventos, etc., para tirar quantos subsidios pudesse para a historia patria. Como o governo hespanhol permittiu que os sábios portuguezes fizessem nos seus archivos e bibliothecas as investigações que julgassem uteis, os dois commissionados, que o governo dispensára da regencia das suas cadeiras na Universidade, dividiram entre si o trabalho; Ferreira Gordo foi visitar as livrarias e os archivos de Hespanha, João Pedro Ribeiro os cartorios portuguezes. No decurso da sua peregrinação scientifica, sentiu decerto João Pedro Ribeiro o grande atrazo em que estavam os estudos diplomaticos em Portugal pela falta de auxiliadores que necessariamente teve, e em 1795 propoz ao governo a creação d'uma aula de diplomatica, ficando annexa á Universidade de Coimbra, a qual effectivamente se creou por carta de lei de 6 de janeiro de 1796, sendo João Pedro Ribeiro nomeado o seu primeiro lente, com o vencimento de 400$000 reis annuaes. Continuou com os seus valiosos trabalhos, cujos resultados começaram a apparecer em 1798, anno em que foi eleito a 13 de fevereiro socio effectivo da Academia Real das Sciencias, e em que publicou as *Observações historicas e criticas para servirem de Memorias ao systema da Diplomatica Portugueza, publicadas por ordem da Academia Real das Sciencias.* Em 1801, conseguiu, que a aula de diplomatica fôsse transferida para Lisboa, o que se effeituou pelo alvará de 21 de fevereiro d'esse anno, ficando annexa ao archivo da Torre do Tombo, recebendo regulamento proprio, e continuando a ser regida por João Pedro Ribeiro. Entre o eminente investigador, que sempre continuou a trabalhar no meio do tumulto produzido pela invasão franceza, que em 1810 recebeu ordem da regencia do reino para colleccionar os documentos que deveriam ser transportados para fóra de Lisboa, se Massena forçasse as linhas de Torres Vedras, applicou o seu talento e o seu criterio esclarecidos pelo estudo e pela analyse de um enorme masso de documentos á composição dos 5 volumes da sua obra magistral, que é a seguinte: *Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e Jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal, publicadas por ordem da Academia Real das Sciencias*, e que sairam: o 1.º tomo em 1810; o 2.º em 1811; fez-se outra edição em 1857, o 3.º (*Parte I* e *II)* em 1813; o 4.º (*Parte I*), 1819, (*Parte II*), 1829; e o 5.º, em 1836. As *dissertações* comprehendidas n'estes volumes, teem os titulos seguintes: 1.ª *Sobre a epoca da conquista de Coimbra, no reinado de D. Fernando I de Leão*; *com um appendice sobre a existencia do bispo de Coimbra D. Paterno, nos fins do seculo XI.*—2.ª *Sobre a genuidade da carta de feudo ao mosteiro de Claraval, attribuida ao Sr.* D. *Affonso Henriques*, etc.—3.ª *Sobre a sfragistica portugueza, ou tratado sobre o uso dos sêllos do nosso reino.*—4.ª *Sobre a epoca da morte do sr. conde D. Henrique.*—5.ª *Sobre o idioma, estylo e orthographia dos nossos documentos e monumentos antigos.*—6.ª *Sobre as datas dos documentos e monumentos da Hespanha, e especialmente de Portugal*; seguida de 9 *Appendices.*—7.ª *Sobre o uso do papel sellado nos documentos publicos,*

—8.ª *Sobre o uso em Portugal de documentos divididos por A, B, C.*—9.ª *Sobre os signaes publicos, rubricas, e assignaturas dos documentos.*—10.ª *Prolegomenos das Instituições de Diplomatica portugueza.*—11.ª *Sobre a materia dos documentos antigos.*—12.ª *Sobre a fórma mechanica dos documentos.*—13.ª *Sobre a formalidade dos documentos antigos, e especialmente dos notarios e tabelliães.*—14.ª *Sobre as testemunhas nos documentos antigos*—15.ª *Sobre a paleographia de Portugal.*—16.ª *Breves reflexões á «Historia chronologica e critica da R Abbadia de Alcobaça» de Fr. Fortunato de S. Boaventura.*—17.ª *A'cêrca das fontes que se pódem colligir especies sobre a economia das ultimas instancias nas causas civeis e criminaes,* etc.—18.ª *Sobre os bispos da diocese do Porto nos fins do seculo X e no seculo XI.*—19.ª *Extracto critico-analytico do Chartulario da Sé do Porto, vulgarmente chamado «Censual».*—20.ª *Notas sobre a «Resposta» de Fr. Fortunato ás «Reflexões».*—21.ª *Sobre a economia dos juizes de primeira instancia no nosso reino desde o governo dos reis de Leão.*—22.ª *Indice dos annos em que figuram alguns bispos das nossas dioceses em discrepancia dos que se lhes tem attribuido.* Estas *dissertações*, na sua maior parte, teem appendices e additamentos, que se imprimiram separadamente sem anno nem logar de impressão, com o titulo: *Novos additamentos ás Dissertações chronologicas e criticas*, etc. Andam tambem nas *Reflexões historicas*, parte II, pag. 173 e seguintes. Esta obra, na opinião dos entendidos, é incontestavelmente uma das mais importantes da nossa historiographia. Mas a obra vastissima de João Pedro Ribeiro está longe de se resumir no que temos citado. Fôra sempre remunerado largamente pelo governo o seu trabalho. Além d'outras recompensas recebera os beneficios de conego doutoral nas tres sés já acima mencionadas, fôra nomeado conselheiro da fazenda, desembargador honorario da Casa da Supplicação, chronista dos dominios ultramarinos, censor regio, etc. João Pedro Ribeiro foi passar os ultimos annos de vida na cidade do Porto Parece, que não sympathisava muito com a causa liberal. Por sua morte legou á Universidade de Coimbra a sua livraria, os seus manuscriptos e a sua collecção de 884 moedas e medalhas antigas. Bibliographia: *Indice chronologico remissivo da Legislação portugueza, posterior á publicação do Codigo Filippino; publicado por ordem da Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1805 a 1820, 6 tomos; é como a continuação da *Synopse Chronologica*, etc., de José Anastasio de Figueiredo; n'elle se apontam as leis publicadas de 1603 até 1820, indicando summariamente o assumpto de cada uma; *Additamentos e retoques á Synopse Chronologica* (dos subsidios para a historia da Legislação Portugueza por José Anastasio de Figueiredo), Lisboa, 1820; *Erratas na impressão da Legislação extravagante, colligidas*, etc., Lisboa, 1819 ou 1820; *Dissertação historica, juridica e economica sobre a reforma dos foraes no reinado do sr. rei D. Manuel*, Parte I, unica que se publicou, Lisboa, 1812, *Additamentos e correcções á primeira parte da Dissertação sobre a reforma dos foraes; Memorias para a historia das confirmações régias n'este reino, com as respectivas provas, colligidas pelos discipulos da aula de Diplomatica no anno de 1815 para 1816, debaixo da direcção dos lentes proprietarios e substituto da mesma aula*, Lisboa, 1816; *Memorias para a historia das inquirições dos primeiros reinados de Portugal, colligidas pelos discipulos*, etc., de *1814 a 1815*, etc., Lisboa, 1815; *Additamentos e retoques ás ditas Memorias; Memorias authenticas para a historia do Real Archivo, colligidas pelo primeiro lente de Diplomatica;* etc., Lisboa, 1819, *Additamentos ás Memorias para a historia do Real Archivo*, etc.; *Memoria sobre a autoridade dos assentos das Relações*, Lisboa, 1821; foi depois incorporada nas *Reflexões historicas*, parte II, pag. 142 e seguintes; Extracto d'uma *Memoria sobre a tolerancia dos judeus e moiros em Portugal*, Lisboa, 1821; sem o seu nome; tambem saiu nas *Reflexões historicas*, parte I, pag. 75 e seguintes; *Breves reflexões sobre a discussão das chamadas côrtes constituintes no anno de 1822 relativa aos votos de S. Thiago*, Porto, 1824; anda egualmente nas *Reflexões historicas*, parte II pag. 26 e seguintes; *Breves reflexões á Historia Chronologica e critica da real Abbadia de Alcobaça, pelo Sr. Fr. Fortunato de S. Boaventura*, Lisboa, 1829, *Reflexões do conselheiro João Pedro Ribeiro sobre a brevissima resposta do P. M. Fr. Fortunato de S. Boaventura*, Lisboa, 1830; *Memoria sobre a economia dos juizes de primeira instancia no nosso reino, desde o governo dos reis de Leão;* sem indicação de logar nem anno de impressão; *Dissertação historico-juridica em que se examina se na cidade do Porto e suas immediações possue a cathedral da mesma algum terreno, a que se possa applicar a letra ou o espirito do §. 3.º e 5.º do decreto de 13 de agosto de 1832*, Coimbra, 1834; não traz o nome do autor; é confutação de um artigo communicado, que apparecera na *Chronica Constitucional do Porto*, de 1832, n.º 48, com a epigraphe *Foraes; Refutação dos artigos que se leem no «Periodico dos Pobres do Porto», n.ºs 75 e 118 relativos ao decreto de 13 de agosto de 1832, por um foreiro dos bens nacionaes*, Porto, 1835; *Analyse das sentenças proferidas pelos meritissimos juizes dos tres districtos d'esta cidade a favor dos foreiros do Cabido da Cathedral*, Porto, 1835; *Appendice* a esta *Analyse*, etc., Porto, 1835; *Analyse do Parecer da Cammissão de Foraes na Camara electiva, relativo ao decreto de 13 de agosto de 1832*, Coimbra, 1836; *Additamento* a esta *Analyse*, etc., Porto, 1836; *Considerações catholicas sobre um artigo do «Reportorio Litterario» n.º 21, por um presbytero secular*, Coimbra, 1835; *Analyse de um artigo do periodico «O Nacional» n.º 27, de 20 de agosto de 1835, pag. 948, col. 2.ª*, Coimbra, 1835; saiu anonyma; foi incorporada nas *Reflexões historicas*, parte I, pag. 86; *Reflexões apologeticas ao periodico «O Nacional» n.º 262, do 1.º de Outubro d'este anno, pag. 1086, col. 2.ª*, Porto, 1835; versa principalmente sobre as côrtes de Lamego; *Reflexões filologicas;* Coimbra, 1835; *Breves observações ao opusculo «A Questão entre os senhorios e os foreiros»*, etc., Porto, 1836; *Reflexões historicas*, Coimbra, *Parte I*, 1835; *Parte II*, 1836; *O defensor dos jesuitas por Fr. Fortunato, arcebispo de Evora, n.º 12*, Lisboa, 1833; *Breves reflexões a respeito das dignidades, conegos beneficiados e mais empregados nos córos, que sairam das terras onde residiam, em razão de beneficios e empregos antes de n'ellas entrar o exercito libertador*, Coimbra, 1834; 2.ª edição, 1836; *Memoria sobre as vantagens dos prazos a bem da agricultura e riqueza nacional*, etc., Lisboa, 1835; *Novos additamentos ás memorias sobre as inquirições dos pri-*

meiros reinados, impressos em 1815; Porto; *Analyse ao projecto de lei apresentado nas actuaes Côrtes em sessão de 28 de fevereiro d'este anno, pelo illustre deputado Alberto Carlos Cerqueira de Faria,* Coimbra, 1837. São attribuidos a João Pedro Ribeiro os seguintes sermões: *Sermão prégado na entrada d'uma religiosa, por um presbytero secular,* Coimbra, 1778; reimpresso no Porto, 1791; *Sermão prégado na profissão d'uma religiosa, por um presbytero secular,* Porto, 1791; Nas *Memorias de Litteratura da Academia Real das Sciencias,* publicou varias *Memorias* sobre differentes assumptos, saindo algumas em separado, em volumes, nos annos de 1792 a 1814. Nos volumes IV e X do *Diccionario Bibliographico,* encontram se mencionadas. No *Repositorio Litterario,* n.os 8, 9, 12, 18, 19, 20 e 21 acham-se publicados, de João Pedro Ribeiro, *Anecdotas authenticas para a Historia economico-politica da cidade do Porto.* Na Bibliotheca da Universidade de Coimbra existem muitos e importantes manuscriptos de João Pedro Ribeiro, os quaes veem minuciosamente descriptos nos volumes IV e X do *Diccionario Bibliographico* acima indicados. Na Bibliotheca de Evora, como se vê do respectivo catalogo, pag. 439 e 440, existem 24 cartas dirigidas ao arcebispo Cenaculo, em que se encontram informações interessantes. Fernandes Thomaz, no seu *Boletim de bibliographia,* tomo I, publicou 23 d'essas cartas, a pag. 9, 33, 68, 90, 107 e 120; e umas notas que lhes respeitam, a pag. 207; e depois appareceram reproduzidas em opusculo, com o titulo: *Cartas de João Pedro Ribeiro ao arcebispo Cenaculo,* extracto do *Boletim de bibliographia portugueza,* Coimbra, 1880.

Ribeiro (*João Pinto*). Um dos gloriosos conspiradores de 1640. N. em Lisboa, segundo affirmam os seus panegyristas, no começo da ultima decada do seculo XVI, fal. em Lisboa a 11 d'agosto de 1649. Era filho de Manuel Pinto Ribeiro e de Helena Gomes da Silva. Matriculou-se na Universidade de Coimbra, onde estudou desde 1607 até 1612, tendo supprimido o ultimo appellido, de que mais tarde fez uso, assim como tambem o ultimo appellido de seu pae, pelo modo seguinte: João Pinto, natural de Lisboa, filho de Manuel Pinto. Tomou o grau de bacharel em Direito Canonico, em 1615, conservando a mesma suppressão de appellidos. Frequentou o sobredito curso de 1616 e 1617, não contando nos registros competentes d'aquella universidade, que ao primeiro grau de bacharel conseguisse juntar outro; apenas se encontra, nos assentos d'esses ultimos periodos, o augmento do appellido que deu a seu pae, dizendo se ali: João Pinto, filho de Manuel Pinto Ribeiro, natural de Lisboa. Pelo alvará de 12 de julho de 1621 foi nomeado por Filippe II, juiz de fóra da villa de Pinhel, e por carta regia, de Filippe III, passada a 23 de junho de 1627, teve a nomeação de juiz de fóra de Ponte de Lima. N'esta ultima residencia escreveu o *Discurso sobre os fidalgos e soldados portuguezes não militarem em conquistas alheias,* obra que so publicou em 1632, e alcançou grande fama. Em 1639 achava-se á testa da administração e negocios da Casa de Bragança em Lisboa, sob a denominação de agente, e foi n'essa qualidade que entrou no noviciado da ordem de Christo, e foi provido no habito d'ella, por dois alvarás, ambos de 16 de setembro de 1639, passados por Filippe II. Por outro alvará do mesmo soberano, com a data de 17 do referido mez e anno, foi armado cavalleiro, tendo em seguida a commenda de Santa Maria de Gimunde na mesma ordem, mercê que o duque de Bragança, estando em Almada, impetrou do soberano castelhano, n'uma carta que lhe dirigiu com a data de 8 de julho, tambem de 1639, declarando que a dita commenda estava vaga pela morte do seu possuidor Fradique Lopes de Sousa, para que elle o mandasse n'ella instituir e confirmar. Filippe III attendeu a carta do duque de Bragança, confirmando a mercê da commenda a João Pinto Ribeiro, por carta de 18 de novembro do mesmo anno. Quando os fidalgos portuguezes começaram a conspirar contra o dominio hespanhol em Portugal, que durava havia já 60 annos, foi que o nome de João Pinto Ribeiro se tornou celebre na historia, como um auxiliar importantissimo. Vendo-se os conspiradores luctando com a difficuldade de fazer chegar, com segurança e a celeridade requeridas, a sua correspondencia ás mãos do duque de Bragança, em Villa Viçosa, lembrou D. Miguel d'Almeida, que se

João Pinto Ribeiro

convocasse João Pinto Ribeiro, não só por ser homem de grande talento, como por ser agente dos negocios do duque, e muito obrigado a procurar os seus interesses. Foi na reunião dos conjurados, em 12 de outubro de 1640, a primeira vez que Pinto Ribeiro compareceu, mostrando-se desde logo um activissimo auxiliar. Parece que até foi elle quem n'essa reunião aconselhou, que se proseguisse na empresa, sem se fazer caso das hesitações do duque de Bragança. Assim se resolveu, e Pedro de Mendonça teve o encargo de ir participar ao duque a resolução que se tomara. D. João accedeu, depois de muitas irresoluções, mas d'ahi a poucos dias, achando-se outra vez hesitante, mandou chamar a Lisboa João Pinto Ribeiro, tomando por pretexto querer saber d'uma demanda que trazia a Casa de Bragança com os condes de Odemira. Foi João Pinto Ribeiro, e n'essa entrevista com o duque, é que prestou verdadeiros serviços á causa nacional, aconselhando-o a que persistisse no seu intento, pintando lhe todos as difficuldades como aplanadas, e conseguindo emfim trazer para Lisboa

plenos poderes para D. Miguel d'Almeida e Pedro de Mendonça. Os conjurados activaram as suas reuniões em differentes pontos da cidade, principalmente depois do regresso de João Pinto Ribeiro de Villa Viçosa. Foi no dia 25 de novembro que se marcou definitivamente o dia em que devia rebentar a revolução, e foi João Pinto Ribeiro quem o communicou ao duque de Bragança n'uma carta enygmatica, em que se lhe dizia que no dia 1 de dezembro é que se devia de resolver o caso dos freires de Sacavem. Na vespera da revolução, isto é, no dia 30 de novembro, esteve tudo prestes a perder se. As palavras prudentes, de D. João da Costa, que lhe parecia temeraria a tentativa, fizeram hesitar muitos dos conjurados. N'esse momento a reserva prudente era a maior das imprudencias Correram alta noite a casa de João Pinto Ribeiro dois dos conspiradores a avisal-o do que succedia; foi necessario expedir correios ao duque de Bragança. No dia seguinte, tudo se harmonisou, e João Pinto Ribeiro foi um dos que menos concorreram, para restabelecer a coragem dos conspiradores. No dia glorioso de 1 de dezembro, o papel de Pinto Ribeiro foi naturalmente um pouco secundario. Depois das sabidas scenas do Terreiro do Paço, foi elle quem indicou a um irmão da Misericordia o cadaver de Miguel de Vasconcellos, para que não ficasse completamente desamparado. Depois desapparece um pouco o vulto de João Pinto Ribeiro, que teve carta de conselho em 11 de janeiro de 1641; carta de contador-mór dos contos do reino, em 14 do dito mez e anno; carta de desembargador supernumerario da Mesa do desembargo do Paço, emquanto servisse de contador mór, em 20 do referido mez e anno, e mais tarde carta de guarda-mór da Torre do Tombo, em 2 d'abril de 1644. Lê se no *Diccionario Popular*, vol. X, pag. 283 e 284: «D. João IV seguiu o systema de não recompensar pessoa alguma pelos serviços prestados na restauração, escolhendo sempre outros motivos para dar aos seus principaes acclamadores as recompensas devidas. Este systema embaraça um pouco, quando se pretende apreciar o verdadeiro papel representado pelos differentes conspiradores na obra da Restauração. Accresce que João Pinto Ribeiro logo em 1642, escreveu a *Usurpação, retenção e restauração de Portugal*, e que, tendo a penna na mão, naturalmente se collocou em primeiro plano. D'aqui se originou a tradição que fez de Pinto Ribeiro o centro e a alma da revolução, quando apenas foi o activo intermediario entre os conspiradores e o duque de Bragança, sendo o seu principal serviço o ter mantido o duque na resolução de acceitar a corôa que lhe offereciam, vencendo as suas hesitações. O facto d'elle ter apparecido pela primeira vez no dia 12 de outubro nas reuniões dos conjurados, o seu papel um pouco apagado nos acontecimentos de 1 de dezembro, tudo concorre para nos mostrar que o papel de João Pinto Ribeiro, embora importante, não é nem por sombras, um primeiro papel.» Em 1642 tambem escreveu um *Elogio de D. João de Castro* e um livro intitulado *Injustas successões dos reis de Castella e de Leão e isenção de Portugal*, um dos muitos, e um dos melhores que se escreveram para justificar a revolução portugueza, o qual foi traduzido em italiano, com o titulo: *Anatomia delli regni di Spana nella quale si dimostra l'origine del dominio, la dilatatio delli Stati, successione delle linee dé suoi Re, con la distintione della corona de Portogallo d'aquelle di Leone e di Castiglia*. Em 1645 escreveu *Desengano ao parecer enganoso, que deu a el rei de Castella Filippe IV certo ministro contra Portugal*, e em 1646 um outro folheto em que procurava conseguir que a curia romana admittisse de novo Portugal no gremio dos filhos da Egreja, o qual tinha o titulo seguinte: *A' santidade do monarcha ecclesiastico Innocencio X, expõe Portugal, as causas do seu sentimento e das suas esperanças.* Pinto Ribeiro não se julgava sufficientemente recompensado, e queixava-se como muitos outros, de que se não tivessem em mais conta os serviços prestados na acclamação do rei, do que os que se lhes prestaram depois de estabelecido solidamente o throno. Por isso escreveu em 1644, o folheto: *A acção de acclamar el-rei D. João IV foi mais gloriosa e digna de honra, fama e remuneração que a dos que a seguiram acclamado.* Entendendo tambem que se estava dando demasiada attenção aos que defendiam a patria com a espada, emquanto senão attendiam egualmente aos que a defendiam com a penna perante a opinião publica européa, escreveu em 1645 o folheto, que tem por titulo: *Preferencia das letras ás armas.* João Pinto Ribeiro casou com D. Maria da Fonseca. Sobreviveu 9 annos á grandiosa restauração de Portugel, e esse tempo empregou-o activamente com a sua penna muito apreciada, pois João Pinto Ribeiro era tido na conta d'um homem de alto engenho, e de escriptor vernaculo e correctissimo. Em 1643 escreveu tambem: *Tres relações de alguns pontos de direito que se lhe offereceram sendo juiz de fóra de Pinhel*; e uma carta ao chronista Fr. Francisco Brandão sobre os titulos da nobreza em Portugal e seus privilegios. Deixou manuscriptos um *Commentario ás rimas de Camões*, um *Commentario ás ordenações do reino*, e um *Scutum armorum regio*. Os diversos tratados e opusculos por elle publicados avulsamente, fôram muitos annos depois incorporados em collecção, e sairam com o titulo seguinte: *Obras varias sobre varios casos, com tres Relações de Direito, e Lustre ao desembargo do Paço, ás eleições, perdões e pertenças de sua jurisdicção; compostas pelo doutor João Pinto Ribeiro, accrescentado com os tratados, Sonho Politico. Breve discurso das partes de um juiz perfeito, e Obras metricas pelo doutor Duarte Ribeiro de Macedo*, etc, Coimbra, 1729; *Obras compostas pelo doutor João Pinto Ribeiro*, etc. *Parte segunda*, Coimbra, 1730.

Ribeiro *(João Rocha)*. Negociante e proprietario, thesoureiro da antiga Junta de Fazenda dos Açôres. Nasceu e falleceu em Angra do Heroismo, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Escreveu: *Collecção de avisos regios, officios, e mais papeis relativos á exportação do grão das ilhas dos Açôres, com algumas observações ácêrca da liberdade da exportação*, Lisboa, 1821.

Ribeiro *(Joaquim Alfredo da Silva)*. Jornalista e escriptor. N. em Lisboa a 10 de março de 1844, onde tambem fal. em 10 de maio de 1911. Cursou preparatorios, e matriculou-se na Escola Polytechnica e no Curso Superior de Letras, mas por circumstancias independentes da sua vontade interrompeu os estudos superiores. Em 1864 foi convidado por Carlos José Barreiros para fa-

zer parte na redacção do *Jornal de Lisboa*, e ahi collaborou na revista estrangeira e na secção noticiosa, até á suspensão d'aquello jornal. Em abril de 1866 fundou o *Ecco de Portugal*, periodico destinado ao Brazil, que durou apenas seis mezes. Em abril de 1867, juntamente com Marianno de Carvalho, de quem era amigo intimo, fundou o *Supplemento*, semanario que saía ás segundas feiras, e que deixou de existir quando o *Diario Popular* começou tambem a publicar se ás se gundas-feiras. Para a redacção d'este jornal entrou em março de 1868, onde se conservou por largos annos, tendo por companheiro Marianno de Carvalho, que era o director politico. Em outubro d'esse anno de 1868 fundou uma folha satyrica, *Sancho Pansa*, de que sairam só dois numeros. Em 1 de outubro fundou a folha humoristica, o *Pimpão*, titulo suggerido pela alcunha com que o povo cognominou o couraçado *Vasco da Gama*, quando foi adquirido pelo governo. O *Sancho Pansa* fôra a primeira tentativa mallograda d'uma gazeta satyrica que não procurasse no escandalo, nem nos defeitos da vida privada assumpto para a critica jornalistica. O *Pimpão* seguiu as mesmas fórmas e identico programma, e foi tão bem acceito, que ainda hoje se publica Esta folha, quando appareceu, tinha como sub-titulo: *Orgão dos dissidentes de todos os partidos, folha de racha, artigos de escacha feitos com uma acha.* Alfredo Ribeiro dirigiu por muitos annos este jornal humoristico, usando do pseudonymo de *Ruy Barbo*. Os seus redactores primitivos eram os seguintes, além de Alfredo Ribeiro, todos com pseudonymos: Alfredo de Moraes Pinto *Pan Tarantula*; Antonio Felix de Araujo Vianna, *Antonio Vigas*; Antonio de Mello, *A Fava*; Eduardo Augusto Vidal, *Cid Adão*; Gervasio Lobato, *Rabecão Grande*, Guilherme de Azevedo, *Guarda nocturno;* Thomaz Bastos, *Gil Bomba* e *Sancho Pansa.* Alfredo Ribeiro foi nomeado em 1878, secretario do Observatorio Astronomico da Ajuda, de que pedira a sua demissão pouco tempo antes da sua morte; foi deputado eleito pelo ultramar n'algumas legislaturas, administrador da Companhia do Gaz, o fazia parte da Commissão Nacional dos Monumentos. Collaborou em outros jornaes, além dos mencionados, contando se n'esse numero a revista do *Occidente* e a *Mala da Europa*, para onde estava preparando um estudo sobre a candidatura d'el-rei D. Fernando, viuvo da rainha D. Maria II, ao throno de Hespanha, estudo que a morte o não deixou concluir.

Ribeiro (*Joaquim Antonio).* Coronel, commandante do 1.° batalhão de infantaria de linha de Moçambique, onde serviu por espaço de 33 annos. Foi um dos muitos cidadãos portuguezes, que depois da revolução de 1820, quizeram esclarecer o congresso ácêrca do estado do nosso paiz e das suas colonias. Joaquim Antonio Ribeiro apresentou ao congresso a seguinte: *Memoria sobre o estado de decadencia a que se acha reduzida a provincia de Moçambique, offerecida ao Soberano Congresso*, Lisboa, 1822; com dois mappas, tendo um d'elles a designação numerica das peças, obuzes, etc., que guarneciam a fortaleza de Moçambique; e o outro as dos soldos que venciam os militares ali empregados, etc.

Ribeiro (*Joaquim Ferreira*). Actor dramatico muito apreciado. Era natural de Lisboa, onde tambem fal. a 21 de março de 1861. Exercia a profissão de barbeiro e de cabelleireiro, e conseguira n'esta qualidade entrar para o antigo theatro de Variedades. Sendo enthusiasta pela arte dramatica, representava nos theatros particulares dos Anjos e dos Inglezinhos, como amador, recebendo sempre fartos applausos d'essas platéas, pelo bom desempenho dos papeis de que se encarregava, tanto no dramatico, como no comico. Os seus sonhos dourados eram o theatro publico, brilhar á luz da rampa. O logar que exercia nas Variedades, dava-lhe ensejo de vêr todos os espectaculos dos bastidores, e de conviver com os artistas, tendo o gosto de os caracterisar, os quaes o tratavam quasi como collega, sabendo quanto elle valia como amador dramatico. Comtudo, os seus desejos não estavam satisfeitos. Deu-se, porém, um caso para elle providencial. O grande actor Antonio Pedro, que era o idolo do theatro das Variedades, a quem a plateia adorava como seu artista predilecto, teve de abandonar a scena, ficando o reportorio todo prejudicado. A direcção da empresa olhou para todos os artistas da companhia, e não encontrou nenhum á altura de o substituir. Lembrou se do cabelleireiro Ribeiro, do afamado amador dramatico, e fez lhe uma proposta, que elle acceitou enthusiasmado. Ribeiro debutou então, em 1864, substituindo Antonio Pedro no papel de agiota, na comedia em 2 actos, *Mocidade e honra*. O enthusiasmo que a sua estreia causou, foi tal, que a direcção logo lhe augmentou o ordenado e lhe distribuiu todos os papeis de Antonio Pedro. Estava consagrado actor, encetando brilhantemente a sua carreira, que o devia tornar tão notavel. Conservou-se duas epocas no theatro de Variedades; depois organisou uma companhia ambulante, a que só elle dava prestigio, percorren as provincias, e em 1867 foi para as ilhas dos Açôres, onde tambem causou grande prestigio. Em 1868, estando em S. Miguel, deu uma recita em seu beneficio, com a comedia em 3 actos *Dois pobres a uma porta*, e a operetta *O Tio Braz*, em que o enthusiasmo foi delirante. O Gremio Litterario Michaelense conferiu-lhe então o diploma de seu socio. Um dos papeis em que sobretudo foi mais festejado na sua excursão ás provincias e ás ilhas, foi o de Santo Antonio, na conhecida peça de Braz Martins, *Gabriel e Lusbel, ou o Thaumaturgo*. Voltando a Lisboa em 1869, não encontrou escriptura que lhe conviesse, e então organisou-se nova companhia para a provincia. Não fez fortuna, e por isso se resolveu a contratar-se no theatro da Rua dos Condes, onde se conservou 4 annos. Ali teve bellas creações, e tornou-se tão distincto, que Francisco Palha, director do theatro da Trindade, o desinquietou para a companhia que dirigia, fazendo-lhe uma magnifica proposta, que promptamente foi acceita. O seu debute foi em 10 de dezembro com a comedia em 3 actos, *Um homem politico*. A sua passagem n'este theatro ficou assignalada por uma ininterrupta serie de triumphos, de creações surprehentes, que todas as noites o publico enthusiasticamente applaudia. Era um actor caracteristico de primeira ordem. O seu definitivo triumpho como artista de primeira plana, foi a creação do papel de Harpagão no *Avarento*, de Molière, que representou pela primeira vez a 22 de março de 1873, e que lhe valeu os elogios de Castilho, como traductor da peça, que assistira á representa-

ção, dando-lhe os parabens e um abraço de amigo muito agradecido. Em junho do 1882 foi escripturado por Sousa Bastos para o Rio de Janeiro, onde se estreou com o *Avarento*, obtendo enorme ovação. Estava sendo, talvez, o actor mais querido da capital do Brazil, quando a febre amarella o victimou. Do seu enorme reportorio, mencionaremos as seguintes peças: *Nini, Tributo das Cem Donzellas, Liquidação social; Tres chapéos, Campanone, Viagem de recreio, Novella em acção, Crimes de Brandão, Duende, Fructos de ouro, Pae da atriz. Creança de 90 annos, A Filha da Senhora Angot, A Corôa de Carlos Magno, Botija, Lucrecia Borgia, Furias de amor, Giroflé Giroflá, Sultão de Gerinfá, Almas do outro mundo, E' caso! Sinos de Corneville, Viagem á Lua, Duquesinho, Milho da padeira, Filha do Inferno, Madame Favart, Ultimo figurino, Perichole, Mascotte, Os Voluntarios da morte, Ali-Bábá, Os Piratas, O Naufragio do brigue Mondego, O Porta Bandeira do 99.º de linha*, etc.

Ribeiro (*Joaquim Pinto*). Escriptor e poeta. N. no Porto a 16 de maio de 1822, fal. em Lisboa a 10 d'abril de 1882. Era filho d'um industrial de egual nome, e seu pae destinando-o ao commercio, o mandou para o Brazil, para ali se empregar. Pinto Ribeiro demorou-se alguns annos no Rio de Janeiro, regressando depois ao Porto. Desde muito creança revelava grande inclinação para a poesia. Em 1854 publicou o livro de poesias, *Lagrimas e flôres*, que obtevo tão extraordinario exito, que em pouco tempo teve de fazer-se 2.ª edição, que saiu mais augmentada. Nos saraus que então se realisavam no Porto, recitavam-se os versos do apaixonado poeta, e Pinto Ribeiro adquiriu por isso uma grande celebridade. Em 1862 publicou um novo livro, *Corôas fluctuantes*, quo obteve tambem grande successo. D'esse livro fazem parte as poesias *Amaritudo, Temporal na Madeira, A espada de Affonso Henriques*, etc., que toda a gente então recitava. Indo para Lisboa, envolveu se em empresas commerciaes, abandonando por completo a poesia. Quando falleceu, ninguem soube que era o poeta das *Lagrimas e flôres* que descia ao tumulo. Só depois é que os jornaes repararam a falta em que haviam incorrido, fazendo á memoria do illustre escriptor as referencias a que tinha incontestaveis direitos. Augusto Luciano Simões de Carvalho escreveu no *Amigo do povo*, de abril de 1860, um estudo litterario relativo ás poesias de Pinto Ribeiro.

Ribeiro (*Joaquim Torquato Alvares*). Distincto mathematico. N. a 26 de fevereiro de 1803, fal. nas Caldas do Vizella a 2 de fevereiro de 1868. Era filho de Antonio Alvares Ribeiro e de D. Maria Maxima Delphina da Silva. Foi alumno da Academia Real de Marinha e de Commercio da cidade do Porto, hoje Academia Polytechnica do Porto, onde foi um estudante distincto, sendo premiado no 1.º anno mathematico, em 1820, no 2.º em 1824, em relação ao anno lectivo de 1821-1822; e em commercio, em 1825. Tendo frequentado o curso de repetição introduzido n'esta academia pelo alvará de 16 de agosto de 1825, defendeu theses e fez exame privado em 1830. Matriculou-se como oppositor ás cadeiras de mathematica da mesma academia em 2 de outubro do referido anno. Foi nomeado, precedendo concurso, lente proprietario da 1.ª cadeira de mathematica, que estava regendo como oppositor, por decreto de 30 de janeiro e por carta régia de 16 de fevereiro de 1835. Negando se, com outros professores da academia, a jurar, depois da revolução de 8 do setembro do 1836, a constituição de 1822, que devia ser reformada, mas que não fôra ainda sanccionada em côrtes, foi exonerado com a maioria dos seus collegas, por decreto do 19 de outubro. Depois de promulgada a constituição de 1838, offerecendo-se lhe, e a outro dos professores demittidos, entrarem para algumas das cadeiras não preenchidas até então na dita academia, que já se denominava *Polytechnica*, recusou-se a isso, sem que fôssem reintegrados todos os seus antigos collegas, A lei de 19 de outubro e decreto de 9 de dezembro de 1840 restituiu emfim todos ao magisterio, como addidos, recebendo metade do ordenado. Por decreto do 12 de novembro e carta regia de 11 de dezembro de 1844 foi nomeado proprietario da 5.ª cadeira, astronomia, geodesia e navegação. No anno de 1847 foi agraciado com a commenda da ordem de Christo, em attenção aos seus serviços. Exerceu differentes commissões gratuitas para que foi nomeado, como vogal da commissão de inquerito para a alfandega do Porto; commissario regio na exposição industrial do Porto em 18 7; presidente e relator do jury que apreciou a classe de machinas na exposição industrial do Porto de 1860, etc. Teve o augmento do terço do ordenado, por decreto de 1, e apostilla de 9 de junho de 1858. Nomeado director da Academia Polytechnica em agosto de 1868, não chegou a tomar posse d'este logar, mas exerceu-o de facto desde 1866, e já desde 1865 como lente decano, no impedimento do director João Baptista Ribeiro, e foi á sua pertinaz iniciativa e muito zelo, que a academia deveu o terem-se continuado as obras do edificio, e haverem se começado e adeantado muito as do jardim botanico, adeantando avultadas sommas, que só depois do seu fallecimento fôram restituidas aos seus herdeiros. Foi director da Companhia Geral da Agricultura das vinhas do Alto Douro, sendo reeleito em differentes triennios, cabendo ás direcções de que fez parte, pagar a divida de 1:600 contos de reis, que pesava sobre a companhia, á qual fôra mandada queimar a mais avultada parte dos seus vinhos por ordem do general Bourmont durante o cêrco do Porto; e restabelecer o seu credito nos mercados estrangeiros, conseguindo que os accionistas recebessem dividendos annuaes, que desde 1835 não eram distribuidos. Tambem em dois triennios foi caixa claviculario no Porto e socio do contrato do tabaco. Alvares Ribeiro teve por muitos annos a propriedade do jornal *Periodico dos Pobres no Porto*, onde advogou, talvez por um quarto de seculo, os principios conservadores, afastando-se comtudo em certos pontos das ideias que o governo desejava que triumphassem, e que elle considerava prejudiciaes á patria, como a que resolveu a lei offensiva da liberdade da imprensa que combateu com vigor. O jornal foi processado por causa de querella particular do marechal Saldanha, processo muito notavel que o jurisconsulto dr. Pinto Coelho, defensor de Alvares Ribeiro, reuniu n'um livro, que foi profusamente divulgado. E' d'elle o artigo de despedida do jornal, que foi conhecido pelo *testamento do Periodico dos Pobres*, e no qual epilogou as opiniões

que sustentára, ás vezes com risco pessoal de seus redactores, em tempos de agitação e turbulencias civis. Em 1867 foi Alvares Ribeiro agraciado com o titulo de conselho, sendo seguidamente jubilado na cadeira que regia. Consta que deixou ineditos alguns papeis sobre assumptos de instrucção, e que possuia o manuscripto d'um artigo que D. Pedro IV escrevera para a *Chronica Constitucional*, por occasião do combate naval com a esquadra de D. Miguel. Escreveu: *Discurso recitado na Academia Polytechnica do Porto na abertura do anno lectivo de 1846 para 1847*, Porto, 1847; *Discurso recitado por occasião da visita de suas majestades e altezas á Academia Polytechnica em 3 de maio de 1852*, Porto, 1852; *Discurso recitado na presença de Sua Majestade e Alteza na sua visita á Academia Polytechnica do Porto em 22 de setembro de 1859*, Porto, 1860; *Relatorio da commissão do jury que examinou as classes 4.ª 6.ª e 7.ª do segundo grupo da exposição industrial do Porto em 1861*, Porto, 1862; as classes a que se refere este relatorio, fôram: mechanica geral applicada á industria, mechanica especial das officinas industriaes, e mechanica das fabricas de tecidos; *A Academia Polytechnica do Porto e a Portaria do ministerio do reino de 14 de agosto de 1862*, Porto, 1862; *Discurso pronunciado na presença de sua majestade fidelissima o senhor D. Luiz I, na occasião da visita com que honrou a Academia Polytechnica do Porto*, Porto, 1863.

Ribeiro *(Joaquim Tiburcio dos Campos)*. Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra. Entrou no debate levantado por uma dissertação de Fr. Manuel de Sant'Anna Braga, e escreveu: *Breve, mas cabal resposta á nova Dissertação do P. Fr. Manuel de Santa Anna Braga sobre os juros do dinheiro, em que com toda a clareza se mostra claudicar o seu denominado systema*, etc., Lisboa, 1787.

Ribeiro *(José)*. Pharmaceutico muito illustre, segundo Barbosa Machado, de quem foi contemporaneo, e que muito o elogia no vol. II da *Bibliotheca Lusitana*, a pag. 895. N. em Setubal em 1720; ignora-se a data do fallecimento, mas sabe-se que em 1763 ainda vivia. Barbosa affirma ter escripto uma obra, que não chegou a imprimir, intitulada *Pharmacopêa chymico-galenica, obra tripartita*.

Ribeiro *(José Anastasio de Figueiredo)*. Conego da collegiada de Nossa Senhora de Oliveira, de Guimarães; um dos eruditos d'essa pleiade de que fôram chefes João Pedro Ribeiro, Antonio Caetano do Amaral e Santa Rosa de Viterbo, que déram grande lustre á Academia Real das Sciencias. N. no logar da Cerdeira, concelho de Arganil, a 6 de fevereiro de 1766, fal. a 30 de janeiro de 1805. Era filho de Dionysio Antonio e de D. Maria Thereza. Matriculou-se na Universidade de Coimbra em outubro de 1781 no 1.º anno juridico. Successivamente, até ao anno lectivo de 1784-1785, appareee matriculado até ao 4.º anno de canones. No anno de 1785 1786, não foi á Universidade, mas no anno seguinte, 1786 1787, se matriculou no 5.º anno de canones, e foi então a primeira vez que ao seu nome accrescentou o appellido de *Ribeiro*. Fez acto de formatura na faculdade a 16 de junho de 1787, contando 21 annos de edade. Ainda muito novo começou a entregar se a estudos eruditos, porque não tinha ainda 21 annos, quando escreveu a *Synopsis chronologica de subsidios, ainda os mais raros para a historia e estudo critico da legislação portugueza*, Lisboa, 1790; 2 tomos, abrangendo o 1.º o periodo decorrido desde 1143 até 1549, e o 2.º, de 1550 até 1603. A Academia Real das Sciencias, a quem o autor apresentou a obra, mandou-a publicar por sua conta, e elegeu-o seu socio correspondente de numero n'esse mesmo anno de 1790. Foi esta obra que João Pedro Ribeiro continuou com o *Indice chronologico remissivo*, que levou até 1820 (V. *Ribeiro, João Pedro*). Nas *Memorias de Litteratura publicadas pela Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1792 a 1814, acham-se as seguintes, pertencentes a este escriptor: *Memoria sobre a origem dos nossos juizes de fóra*, no tomo I, pag. 31 a 60; *Memoria sobre qual seja o verdadeiro sentido da palavra «Façanhas», que expressamente se acham revogadas em algumas leis*; idem, pag. 61 a 74; *Memoria para dar uma idéa justa do que eram as behetrias e em que differiam dos coutos e honras*; idem, pag. 98 a 257; *Memoria sobre qual foi a epoca certa da introducção do direito de Justiniano em Portugal, o modo de sua introducção e os graus de autoridade que entre nós adquiriu*; idem, pag. 258 a 338; *Memoria sobre a materia ordinaria para a escripta dos nossos diplomas e papeis publicos*; tomo II, pag. 227 a 235. Em todas estas obras revelava José Anastasio de Figueiredo Ribeiro grande erudição e um espirito de consciencioso investigador. Em 1793, sendo já conego da collegiada de Nossa Senhora da Oliveira, de Guimarães, publicou: *Historia da ordem militar do Hospital, hoje de Malta, e dos senhores Grãos-Priores d'ella em Portugal, fundada sobre documentos que pódem supprir, confirmar ou emendar o pouco, incerto, ou falso que d'ella se acha impresso*, etc; *Parte 1.ª até á morte do sr. rei D. Sancho II*. Esta obra foi acolhida regularmente, porém Figueiredo Ribeiro entendeu, que devia fazer uma cousa mais pomposa, e em vez de a continuar, foi refundil-a completamente, inserindo-lhe muitas particularidades novas, e escrevendo-a n'um estylo perfeitamente descabido, pela sua inutil magnificencia n'uma obra historica. Figueiredo Ribeiro fôra nomeado em 2 de julho de 1794 official supranumerario da secretaria do reino. Entendeu que a sua *Nova historia de Malta* seria para elle não só uma fonte de gloria, mas uma fonte de riqueza, e empenhou na edição d'essa obra em 3 tomos, todos os seus pequenos haveres. O publico recebeu mal a obra. Conta se que Bocage, a quem o autor offerecera o 1.º tomo, lhe dissera que o lera só até á 3.ª pagina, e que ninguem seria capaz de ir mais adeante. D'ahi resultou Figueiredo Ribeiro quebrar as relações com o popular poeta e nunca mais lhe falar. O publico, porém, era da opinião de Bocage, e não comprava a obra. Ribeiro imprimira-a em 1800, mas faltara-lhe por fim o dinheiro, e não pudéra completar a impressão do tomo III, deixando em meio o indice geral, que só se completou quatro annos depois, com esta declaração: *Só em 17 de fevereiro de 1804, por falta de meios para as despezas da impressão*. A tiragem, ainda assim, não foi completa, porque só imprimiu os indices necessarios para alguns exemplares, de fórma que ainda hoje são raros os exemplares completos. Este acolhimento impressionou-o profundamente. Não o esperava; o seu amor proprio

eriu-se, e o seu espirito magoou se profundamente, ao achar-se fortemente invididado por causa d'uma obra, cuja venda estava na verdade muito longe de chegar para cobrir as despezas da impressão.

Ribeiro (*D. José Bento Martins*). Bispo de Cochim. N. no Louriçal do Campo a 29 d'agosto de 1859, sendo filho de Manuel Antonio Ribeiro Gaspar e de D. Marianna Victoria Ramos Preto. Cursou as aulas ecclesiasticas da antiga diocese de Castello Branco até ao 2.º anno. Quando falleceu seu pae, já era orphão de mãe, e teve de interromper os estudos para ir dirigir a sua casa. Não o abandouára, porém, a vocação para o estado ecclesiastico, e regulados os negocios da casa, foi completar o curso theologico, em 1888, no seminario de Portalegre. Entrou em seguida para o Collegio das Missões Ultramarinas, em Sernache do Bomjardim, onde exerceu os cargos de prefeito geral, secretario do collegio e professor. Ordenou-se ali de ordens maiores, de presbytero, em 17 de agosto; continuando, porém, no collegio até agosto de 1894, epoca em que partiu para a India, onde durante 14 annos foi assiduo cooperador do patriarcha das Indias, o qual para o recompensar dos seus meritos, lhe obteve do papa Leão XIII a mercê de camareiro secreto, a 5 de junho de 1900, e do pontifice Pio X o titulo de prelado domestico, a 25 de outubro de 1904. Pela elevação a arcebispo de Gôa e patriarcha das Indias Orientaes do então bispo de Cochim D. Matheus de Oliveira Xavier, foi D. José Bento Martins Ribeiro apresentado pelo governo da metropole para a sé de Cochim. A carta régia da sua nomeação foi assignada por el-rei D. Manuel a 31 de dezembro de 1908 e confirmada pelo decreto de 6 de fevereiro de 1909, da Sagrada Congregação Consistorial. A sagração realisou-se solemnemente em 15 de agosto do citado anno de 1909, no templo do Bom Jesus, assistindo o patriarcha das Indias e seu cabido, o bispo de Meliapor, o bispo coadjuctor de Mysore, arcebispo de Calcutá, vigario apostolico de Ernakulam, vigario geral de Verapoly e muitos clerigos nacionaes e estrangeiros. Tambem assistiram o secretario geral e alguns vogaes do governo da India, magistrados, chefes de repartição, funccionarios civis, militares e ecclesiasticos, o collegio de Nossa Senhora da Piedade e Asylo Seraphyco de Jesus Redemptor, etc. A' noite foi offerecido ao novo bispo, pelo patriarcha das Indias, um lauto banquete, para que tinham sido convidados, prelados e outros clerigos d'outras dioceses, os representantes do alto clero, o secretario geral e outros vogaes do governo, etc. Durante o banquete tocou a banda do corpo de policia.

Ribeiro (*José Maria d'Almeida*). Conego capitular da sé de Portalegre. N. em Villa Franca de Xira a 19 de setembro de 1832, fal. em Portalegre a 27 de março de 1907. Era filho de Arsenio Maria Ribeiro e de D. Maria Francisca d'Almeida. Ordenou-se de presbytero a 22 de setembro de 1855. Por decreto de 6 de dezembro de 1860 foi promovido a conego da extincta sé d'Elvas. Era cavalleiro da ordem de Christo e commendador da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, prégador régio, protonotario apostolico *ad instar participantium*, prelado domestico do papa, e foi muitos annos professor de theologia dogmatica no seminario d'Elvas. Dedicava se muito ao estudo de astronomia, conseguindo publicar algumas obras d'esta especialidade. Era tambem um musico muito apreciado, e deixou varias composições. Alguns annos antes de morrer havia offerecido as suas obras litterarias á Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Ribeiro (*José Procopio*). Pintor decorador e scenographo. Era filho de Norberto José Ribeiro. (V. *este nome*). Foi discipulo de Rambois e Cinatti, principalmente do primeiro. Era natural de Lisboa, e falleceu ha bastantes annos.

Ribeiro (*José Silvestre*). Commendador da ordem de Christo, cavalleiro das da Torre e Espada e da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; gran-cruz da de Santo Estanislau da Russia; commendador da corôa de Carvalho dos Paizes baixos, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, par do reino, ministro de Estado, deputado, governador civil de varios districtos, conselheiro de Estado, escriptor, etc. N. em Idanha a Nova a 31 de dezembro de 1807, fal. em Lisboa a 9 de março de 1891. Em 1824, contando 17 annos de edade, matriculou-se na Universidade de Coimbra, onde fez um brilhante curso de direito canonico, embora interrompido pelas luctas da liberdade. Em 1826 alistou se voluntariamente no batalhão academico, que se organisara em Coimbra para ir á Beira Alta suffocar uma revolta dos partidarios do infante D. Miguel que se manifestára n'aquella provincia contra a Carta Constitucional, que havia sido outhorgada no dia 29 d'abril. O batalhão voltou vencedor, e ficou dissolvido, indo os estudantes novamente frequentar as aulas. José Silvestre Ribeiro continuou o seu curso, que novamente interrompeu, quando rebentou em Coimbra a revolução liberal de 22 de maio de 1828, contra o governo absoluto. Foi elle um dos principaes autores d'esta revolução, fazendo parte do batalhão academico, que novamente se organisou, com o posto de anspeçada. O malogro d'esta revolução obrigou a maior parte dos que n'ella figuraram, a emigrar para o estrangeiro, e no numero d'estes se contava José Silvestre Ribeiro, que fugiu para a Galliza, d'onde embarcou para Inglaterra, fazendo parte do celebre deposito de emigrados de Plymouth. Indo depois para França, ali viveu algum tempo, dando lições do que sabia e fazendo escripturação commercial para ganhar alguns parcos meios de subsistencia. Formando se em Belle-Isle no anno de 1829 um grupo de emigrados para passarem á ilha Terceira, José Silvestre Ribeiro entrou n'esse grupo, e apenas chegou á ilha, assentou praça no batalhão de voluntarios academicos sob o commando de João Pedro Soares Luna. Foi incorporado n'aquelle batalhão, que acompanhou os bravos, que vieram desembarcar no Mindello em julho de 1832. O seu primeiro serviço, foi embarcar na Foz a bordo do vapor *Cidade de Edimburgo*, com destino a Villa do Conde, para se apoderar da artilharia e munições de guerra que ali estavam. De volta ao Porto, tomou parte importante na defeza da Serra do Pilar, ponto a que convergiam todas as forças das tropas miguelistas, como o principal para obrigar a render-se a cidade. E' n'esta heroica defeza que José Silvestre Ribeiro se distinguiu pela sua bravura e valentia, sendo o seu valor reconhecido pelo governo liberal que o agraciou com o habito da or-

dem da Torre e Espada, premiando assím o valente voluntario que, com outros tambem premiados, mais se evidenciaram na resistencia aos ataques dos dias 8 a 11 de setembro. Repetiram-se aquelles ataques desesperados nos dias 13 e 14 do mez de outubro immediato, mas encontraram a mesma resistencia, sendo completamente batidas as forças sitiantes e triumphando os valorosos defensores da Serra do Pilar. Ainda n'este segundo ataque, José Silvestre Ribeiro foi um dos valentes, sendo a sua bravura elogiada n'um officio dirigido pelo general José Antonio da Silva Torres ao conde de Villa Flôr, mais tarde duque da Terceira. Na Serra do Pilar se conservou José Silvestre Ribeiro encarregado das fortificações e do telegrapho, e por essa occasião tambem escrevia para a *Chronica Constitucional do Porto*, que ali se publicava. Organisando se a expe-

José Silvestre Ribeiro

dição militar que devia vir a Lisboa, sob o commando do duque da Terceira, veiu a seu bordo, saindo do Porto a 20 de junho, em direcção ao Algarve. Depois da entrada do exercito liberal em Lisboa, no glorioso dia 24 de julho de 1833, houve ainda que sustentar se, tanto na capital como no Porto, uma lucta desesperada, para que as tropas miguelistas, á frente das quaes vinha o marechal Bourmont, não retomassem a cidade, sendo esta defendida valorosamente nas linhas pelo exercito liberal, em que se contava o batalhão de voluntarios academicos, a que pertencia José Silvestre Ribeiro. Durante todo o tempo d'esta defeza, desde setembro até outubro, o valente liberal acompanhou os seus irmãos d'armas, evidenciando-se sempre na lucta, pela sua coragem o intrepidez. Terminando a campanha, o governo mandou dissolver o batalhão academico em 16 de junho de 1834. Começou então uma nova feição da vida de José Silvestre Ribeiro, a sua carreira administrativa. Em 7 do junho de 1834 foi nomeado secretario geral da prefeitura da Beira Baixa. Mudando o decreto de 18 de junho de 1835 as prefeituras em governos civis, foi José Silvestre Ribeiro nomeado secretario geral do governo civil de Castello Branco, passando depois a exercer interinamente o logar de governador civil de Portalegre. Pelas modificações que a revolução de setembro de 1836 trouxe á constituição, fôram mudados em 1838 os logares de governadores civis nos do administradores geraes, e n'este cargo passou José Silvestre Ribeiro para o districto de Angra do Heroismo, nos fins do anno de 1839. Este governo foi um dos seus maiores padrões de gloria, como autoridade administrativa, como homem de coração em que a actividade incansavel iguala a sua coragem, na presença da maior das calamidades que póde cair sobre um povo. Em 15 de junho de 1841, um terrivel terremoto destruiu parte da Villa da Praia da Victoria, Villa de S. Sebastião, Fonte do Bastardo, Fontinhas, Lages, Agualva, Cabo da Praia e Villa Nova. Onde o terremoto causou, principalmente, mais estragos, foi na Villa da Praia da Victoria, ficando numerosas casas arrasadas, e uns 3:000 habitantes sem abrigo, sendo aggravada esta dolorosa situação pola fóme que sobreveiu. José Silvestre Ribeiro, em presença d'uma catastrophe tão aterradora, não desanimou, e com toda a dedicação e energia procurou remediar, quanto possivel, tantas desgraças. A sua influencia junto do governo da metropole foi incansavel para obter os mais promptos soccorros de toda a especie, e não menos incansavel em se dirigir ás corporações particulares e até ao estrangeiro, promovendo subscripções e outros donativos com o que conseguiu reunir para a reconstrucção de grande numero de habitações na Villa da Praia da Victoria, 77:692$657 reis. E foi assim que pôde conseguir levantar d'entre as ruinas uma nova villa, sendo para aquelle povo o mesmo que o grande marquez de Pombal foi para Lisboa, no notavel terremoto de 1755, e para que a gratidão do povo ficasse bem memorada por tão valioso beneficio, quiz o povo perpetual a n'um modesto monumento, erigindo sobre um pedestal a estatua do benemerito José Silvestre Ribeiro Este monumento veiu a inaugurar se muitos annos depois, em 31 de dezembro de 1879, quando José Silvestre Ribeiro completou 72 annos de edade. A iniciativa foi do bispo de Angra do Heroismo D. João Maria Pereira d'Amaral e Pimentel, quando em 1874 esteve de visita na Villa da Praia da Victoria. Notando a falta d'um monumento ou d'uma simples lápide, ao menos, que recordasse os grandiosos serviços d'aquelle governador, officiou á camara municipal para quo tomasse a iniciativa da construcção d'um monumento. A camara nomeou logo uma commissão, e officiou á camara de Angra do Heroismo. Abriu se uma subscripção publica, e, na data indicada realisou-se solemnemente a inauguração do monumento, que é todo de marmore branco, tendo 10 m. d'altura. O pedestal é triangular, ornado com tres grandes açôres representando as tres ilhas de que se fórma o districto de Angra do Heroismo. N'esse assenta uma columna, sobre a qual se vê a estatua de José Silvestre Ribeiro com a farda de governador civil. Em baixos relêvos vêem-se ali a figura da

Ilha Terceira escrevendo na historia o nome do reedificador da Villa da Praia da Victoria, a da *Fama* e a do *Tempo*. A praça, onde se elevou o monumento, tomou o nome de *Praça do conselheiro José Silvestre Ribeiro*. Em 1844, apezar de todas as representações dos povos do districto de Angra do Heroismo, para que fôsse conservado no logar de governador civil o liberal José Silvestre Ribeiro, que já o exercera durante 6 annos, as conveniencias politicas determinaram a sua transferencia para Beja, em virtude do decreto de 13 de novembro do referido anno de 1844 o ter nomeado governador civil d'aquelle districto. Este seu governo tambem ficou assignalado pela sua protecção aos pobres expostos que se viam entregues ao desamparo pela falta de meios para se pagar ás amas. Este estado tinha chegado ao maior grau de penuria, quando Silvestre Ribeiro tomou posse do seu cargo de governador civil, e só com a sua extrema solicitude e energia, pôde conjurar o mal, fazendo com que as camaras concorressem com as verbas que deviam ao cofre dos expostos, melhorando assim quanto possivel a sorte das pobres creanças, com os meios que adquiriu. Os movimentos revolucionarios de 1844 a 1846 acabaram por mudar todos os governadores civis dos districtos incompativeis com o governo do duque de Palmella, mas José Silvestre Ribeiro foi dos poucos, senão o unico, que se conservou no seu posto, tal era a imparcialidade do seu proceder e o prestigio do seu nome entre os povos. Em 1846 foi transferida para o districto de Faro, que exerceu pouco tempo, passando para o governo do Funchal, onde continuou a sua gloriosa carreira administrativa. José Silvestre Ribeiro foi ali encontrar o povo a luctar com os horrores da fóme. Fôram grandes os esforços que empregou para conjurar a desgraça que tanto affligia o povo d'aquelle districto. O governo da metropole, porém, luctando com o paiz revolucionado, não tinha meios nem tempo para attender ás reclamações que lhe dirigia o governador civil do Funchal, e o estado geral do paiz não era de molde a poder soccorrer, como era urgente, a triste situação em que se encontrava a ilha da Madeira e a do Porto Santo. Apezar d'esta situação anormal, José Silvestre Ribeiro soube triumphar de tantas difficuldades, e não só conseguiu abastecer os mercados de generos alimenticios, como dar impulso a algumas obras publicas para emprego de braços que não tinham trabalho nos campos. No Funchal tambem a camara municipal, reconhecendo os valiosos serviços prestados por José Silvestre Ribeiro áquelle municipio, pediu ao governo a conservação de tão zeloso funccionario. O seu nome ficou commemorado n'aquella cidade, servindo de titulo a uma das suas ruas. Em 1846 foi eleito deputado pela ilha Terceira; nas legislaturas de 1848-1851, 1853-1856-1857-1858, pela ilha da Madeira, e na 1858 1859 outra vez pela ilha Terceira. Por decreto de 2 de outubro de 1856 foi nomeado conselheiro de estado extraordinario; em 7 de dezembro de 1857 foi chamado aos conselhos da corôa, encarregando-se da pasta dos negocios ecclesiasticos e da justiça, servindo este elevado cargo até 31 de março de 1858, em que obteve a sua exoneração por a haver solicitado, sendo-lhe por decreto d'esta data conservadas as respectivas honras. Annos depois entrou na effectividade no Supremo Tribunal Administrativo e na secção do contencioso do conselho de Estado. Em 1867 foi agraciado com a commenda da ordem de S. Thiago, do merito scientifico, litterario e artistico, porém, seguidamente pediu licença para renunciar esta mercê; por decreto de 29 de dezembro de 1881 foi nomeado par do reino, tomando posse na respectiva camara em janeiro de 1882. José Silvestre Ribeiro era socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, sendo nomeado em annos successivos para presidir ás commissões de exames. Socio effectivo da Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes; socio correspondente do Instituto Historico e Ethnographico do Brazil, e de outras corporações nacionaes e estrangeiras. Fundou a Sociedade Protectora dos Animaes, sociedade tão humanitaria quanto civilisadora. José Silvestre Ribeiro foi casado com uma senhora terceirense, D. Maria Guilhermina Nogueira de Sampaio, filha do dr. Manuel Gomes de Sampaio, cirurgião do exercito. Para apreciação dos serviços de José Silvestre Ribeiro na carreira da magistratura superior administrativa, vejam-se os estriptos abaixo mencionados, e além d'elles um folheto publicado no Funchal, em 1851, com o titulo: *Brevissima resenha de alguns serviços que ao districto do Funchal tem prestado o conselheiro José Silvestre Ribeiro*. A sua obra scientifica, litteraria e historica, é enorme, e d'ella mencionaremos as seguintes: *Collecção dos escriptos administrativos e litterarios do senhor José Silvestre Ribeiro, governador civil do districto de Angra do Heroismo; desde 26 de novembro de 1839 a 26 de novembro de 1843; por Felix José da Costa, official da secretaria do mesmo Governo Civil*, 1.ª *Parte*, Angra do Heroismo, 1843; 2.ª *Parte*, 1844; *Collecção de documentos sobre os trabalhos da reedificação da villa da Praia, e villa de S. Sebastião, Fonte do Bastardo, Cabo da Praia, Fontinhas, Villa Nova e Agualva, occasionados pelo terremoto de 15 de junho de 1841*, Angra do Heroismo, 1844; *Collecção de alguns escriptos administrativos do governador civil do districto de Beja, o senhor José Silvestre Ribeiro, no anno de 1845, por Antonio Cordeiro Feio Junior, chefe da primeira repartição do mesmo Governo Civil*, Lisboa, 1845; *Apontamentos sobre as classes desvalidas, e institutos de beneficencia*, Funchal, 1847; *Collecção de documentos relativos ao Asylo de Mendicidade do Funchal, publicada por Servulo Drummond de Menezes, secretario geral do Governo Civil do Funchal*, Funchal, 1848; *Collecção de documentos relativos á construcção da ponte do Ribeiro-sêcco, na ilha da Madeira, arrematada em 27 de fevereiro de 1848 perante o governador civil do districto do Funchal, José Silvestre Ribeiro, publicada por Servulo Drummond de Menezes*, etc., Funchal, 1848; *Collecção de documentos relativos á crise da fóme por que passaram as ilhas da Madeira e Porto Santo, no anno de 1847, publicada por Servulo Drummond de Menezes*, etc., Funchal, 1848; *Uma epoca administrativa da Madeira e Porto Santo, a contar do dia 7 de outubro de 1846* (1.º volume) *publicada por Servulo Drummond de Menezes*, etc., Funchal, 1849; com um mappa; vol. 2.º, publicado pelo mesmo, 1850; vol 3.º publicado por Antonio Jacinto de Freitas, chefe da terceira repartição da secretaria do Governo Civil, 1852; *Resoluções do conselho de Estado, na secção do contencioso admi-*

nistrativo, etc., 18 volumes; Lisboa, 1851 a 1874; *Inquerito ácêrca das repartições de Marinha, ou os trabalhos da Commissão nomeada pela Camara dos Senhores Deputados, para examinar o estado das diversas repartições de Marinha*, Lisboa, 1856; *Breve estudo ácêrca do «Espirito das leis» de Montesquieu, seguido de uma noticia a respeito de madame de Toncine de D'Alembert*, Coimbra, 1868; *O Estudo* saira antes no *Jornal de jurisprudencia*, e a *Noticia de* D'Alembert no *Panorama*; *As pescarias em Portugal;* serie de artigos no *Jornal do Commercio* de 1866, 2.º semestre, reproduzidos depois n'um dos volumes das *Resoluções do conselho de Estado; Estudo sobre a viagem de P. Manuel Godinho;* na *Revolução de Setembro*, de julho de 1865; *Estudo sobre os poetas hespanhoes*, etc., idem; *Algumas asserções de Humboldt a respeito das navegações dos portuguezes ao longo da costa occidental de Africa;* serie de artigos na *Revolução de Setembro* de 1866, 2.º semestre; *O Real Observatorio Astronomico de Lisboa*; *noticia historica e descriptiva*, Lisboa, 1871; *Esboço historico de D. Duarte de Bragança, irmão d'el rei D. João IV*, Lisboa, 1876; *As aguas mineraes de Cabeço de Vide; esboço historico-administrativo*, Lisboa, 1871; n'esta memoria o autor compendiou o que existia publicado ácêrca d'essas aguas e da localidade onde se acham, accrescentando lhe copiosas noticias, que tornam muito proveitosa a sua leitura; *O Leproso d'Aoste, pelo conde Xavier de Maistre—Os Desposados, novella veneziana, por Charles Nodier—A Resignação, por uma senhora franceza—João Sbogar, por Charles Nodier*; *romances traduzidos em portuguez*, Angra do Heroismo, 1841; um tomo; *O Leproso* já saíra, separado, anteriormente, Lisboa, 1836; *Beja no anno de 1845, traços estatisticos d'aquella cidade*, Funchal, no anno de 1847; com uma estampa; *Os Lusiadas e o Cosmos, ou Camões considerado por Humboldt como admiravel pintor da natureza*, Lisboa, 1853; 2.ª edição, 1858; *Estudo moral e politico sobre os Lusiadas*, Lisboa, 1853; *Primeiros traços de uma resenha de Litteratura portugueza, tomo I*, Lisboa, 1853; *Alguns fructos da leitura e da experiencia, offerecidos á mocidade portugueza*, Lisboa, 1857; *tomo 2.º*, 1858; *Dante e a Divina Comedia, tomo I*, Lisboa, 1858; *Singelo epitome de esclarecimentos ácêrca da protecção devida aos animaes*, Lisboa, 1875; 2.ª edição, 1876; *Os paes de familias, algumas indicações para o desempenho da sua missão*, Lisboa, 1878; *Decreto de 22 de novembro de 1866, que creou uma commissão para consultar ácêrca do estado das sociedades de soccorros mutuos, e o relatorio da commissão nomeada*, Lisboa, 1878; *O que ha sido feito e o que ha a fazer em materia de beneficencia*, Lisboa, 1878; *Ensaio de estudos praticos de litteratura*, Lisboa, 1880; *Don Pedro de Calderon de la Barca; rapido esboço da sua vida e escriptos*, Lisboa, 1881; *Luiza Sigêa; breves apontamentos historico-litterarios*, Lisboa, 1880; *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal, nos successivos reinados da monarchia*, Lisboa, 1871 a 1893, 18 volumes. José Silvestre Ribeiro collaborou nos seguintes jornaes: *Revolução de Setembro*, *Panorama*, *Jornal do Commercio*, *Encyclopedia Popular*, *Archivo Pittoresco*, *Diario de Noticias*, *Zoophilo* (jornal da Sociedade Protectora dos animaes), etc. Para a biographia d'este illustre escriptor, póde vêr-se a obra de Rocha Dias, publicada em 1888, com o titulo: *O conselheiro José Silvestre Ribeiro—Exemplo de inteira dedicação á liberdade e á patria—Factos da historia nacional*. No *Diario de Noticias*, de 3 de setembro de 1867, tambem vem um artigo a seu respeito, assignado por Manuel José Eduardo Martins; e na *Revolução de Setembro*, de 31 de dezembro de 1875, um folhetim de Augusto Ribeiro. No *Conimbricense*, de 20 de julho de 1874, vem extensa e honrosamente enumerados os seus serviços. No *Occidente*, de 1891, vol. XIV tambem se encontra uma minuciosa biographia, firmada por Caetano Alberto, nos n.ºs 441, 442, 443 e 446, d'onde extrahimos grande parte d'estes apontamentos.

Ribeiro (*Lourenço*). Presbytero secular e escriptor. N. em Cotegipe no Reconcavo da Bahia, em 24 d'abril de 1724; ignora-se a data do fallecimento. Estudou no collegio dos jesuitas da Bahia, e tomou ordens de presbytero secular. Foi provido por concurso na freguezia de Nossa Senhora da Encarnação de Paié. Era muito considerado como prégador, e publicou alguns dos seus sermões, deixando manuscriptas umas *Arvores de algumas familias brazileiras*.

Ribeiro (*Manuel*). Nome sómente conhecido por ser o autor das comedias: *Amor, Zelo e Valor*, e *Casada, viuva e freira*.

Ribeiro (*P. Manuel*). Jesuita. N. em Coimbra a 17 de fevereiro de 1687 e fal. em 1745. Entrou na Companhia de Jesus em 1701. Passou ao Brazil onde regeu differentes cadeiras nos collegios do Espirito Santo, de S. Paulo e da Bahia. Foi prefeito dos estudos geraes e examinador synodal do arcebispado da Bahia. Publicou um livro ascetico e alguns sermões.

Ribeiro (*Manuel Ferreira*). V. *Ferreira Ribeiro (Manuel)*.

Ribeiro (*P. Manuel Joaquim*). Presbytero secular, professor régio de Philosophia em Minas Geraes, Brazil. N. em Sanhoane, e vivia ainda em Villa Rica no anno de 1813. Escreveu: *Obras poeticas, que debaixo dos auspicios do ill.mo e ex.mo Sr. Bernardo José de Lorena, conde de Sarzedas, ex governador da capitania de Minas-geraes, manda ao publico*, etc., Lisboa, 1805; *Obras poeticas, que debaixo dos auspicios da ill.ma e ex.ma Sr.ª D. Maria Magdalena Leite de Oliveira*, etc., *manda ao publico, tomo II*, Lisboa, 1806; comprehendem tanto um como outro volume, sonetos, odes, lyras, etc.; *Ode pindarica aos annos do ill.mo e ex.mo Sr. D. Francisco de Assis Mascarenhas, conde de Palma*, etc., *em 30 de setembro de 1813*; saiu no *Patriota, jornal litterario e politico* do Rio de Janeiro, tomo II, 1813, n.º 6 a pag. 13; *Ode pindarica a Sua Alteza Real* (o principe regente D. João, depois D. João VI); saiu no referido jornal, tomo III, 1814, n.º 1, pag. 33.

Ribeiro (*Manuel José*). Physico-mór do estado da India. Nomeado para este cargo em 16 de março de 1827, já terminára a sua commissão, e estava para regressar ao reino, quando rebentou em Gôa a 3 de março de 1835 a revolução, em virtude da qual foi deposto o governador marechal Correia. Os insurgentes escolheram então Manuel José Ribeiro para fazer parte do governo, e como esta junta provisoria chegou a governar mais de dois annos, ainda Manuel José Ribeiro estava com os seus collegas dirigindo a India Portugueza, quando morreu a 10 de abril de 1837.

Ribeiro (*Manuel José*). General de brigada reformado; conselheiro da ordem da Torre e Espada, jornalista, etc. N. em 1829, fal. em Lisboa a 10 de dezembro de 1896. Tinha o curso de engenharia militar. Assentou praça em 8 de setembro de 1853, sendo despachado alferes em 7 de maio de 1856, promovido a tenente em 24 de julho de 1858, a capitão em 19 d'agosto de 1868, a major em 8 de junho de 1880, a tenente coronel em 6 de julho de 188 , a coronel em 27 de setembro de 1888. Foi lente de engenharia rural e secretario do Instituto Agricola e Escola regional de Lisboa; professor no Instituto Industrial e Commercial da mesma cidade, logar que alcançou por concurso, e de que se exonerou por não se conformar com a reforma dictatorial que foi decretada em 1886, reorganisando o ensino d'aquelle estabelecimento. O conselho escolar do Instituto, surprehendido pela resolução que o professor tinha tomado, empregou todos os meios para o dissuadir do seu intento, sendo, porém, baldados todos os esforços. Por uma portaria do ministerio do reino, de 16 de maio de 1859, foi, juntamente com os seus collegas, lentes nos institutos Agricola e Industrial, João de Andrade Corvo e Sebastião Bettamio d'Almeida, nomeado para a commissão especial encarregada do estudo e exame da cultura do arroz em varios districtos do reino, afim de recolher todas as informações e esclarecimentos necessarios para fundamentar uma resolução definitiva sobre tão importante assumpto; a que por outra portaria do ministerio da fazenda de 4 de junho do mesmo anno, accresceu o encargo de proceder ao inquerito na Fabrica Nacional de Vidros da Marinha Grande, e propôr os meios convenientes para o seu melhoramento O desempenho satisfatorio de taes incumbencias por parte da commissão, acha se nos dois amplissimos e bem elaborados *Relatorios* por ella apresentados, e impressos por ordem do governo, sob os titulos: *Relatorio sobre a cultura do arroz em Portugal*, e *Relatorio sobre a fabrica nacional de vidros da Marinha Grande*. Foi depois lente do Instituto de Agronomia e Veterinaria, logar que exercia ainda, quando falleceu. N'esse instituto occupou sempre um logar preponderante no conselho escolar. A secção de engenharia do Instituto, feita durante 37 annos por Manuel José Ribeiro, tornou-se um modelo de installação para as demonstrações praticas das cadeiras de hydraulica agricola, topographia e construcções ruraes. Era a sua grandiosa obra, creada com os modestos recursos orçamentaes de que dispunha; assim se exprimia o professor Ferreira Lapa, ao visitar, dois mezes antes de morrer, a secção de engenharia, prestando n'essas palavras, a maior homenagem aos meritos e notaveis aptidões de Manuel José Ribeiro. O distincto engenheiro era um dos mais antigos vogaes do conselho superior do commercio e industria. Pouco tempo depois de ter completado o seu curso na Escola do Exercito, foi em commissão para o ministerio das obras publicas, sendo encarregado dos estudos da construcção da linha ferrea do norte e léste, trabalhando com o engenheiro Jayme Larcher nos ramaes do Alemtejo, onde prestou relevantes serviços. Mais tarde veiu para Lisboa, e foi nomeado lente do Instituto Geral da Agricultura, depois das brilhantes provas que deu em concurso publico Manuel José Ribeiro tambem se evidenciou como jornalista; foi um dos fundadores do jornal *A Democracia* em 1873, o qual redigiu durante largo tempo ao lado de Elias Garcia, sustentando sempre uma campanha enthusiastica pelos principios liberaes que sempre professou. Foi um dos redactores effectivos e gratuitos do *Futuro*, jornal politico, que publicou o seu ultimo numero em 2 de maio de 1860, unindo-se então á *Discussão*, d'onde se formou o jornal *Politica Liberal*, que principiou a sair logo no dia seguinte, 3 de maio, e terminou a publicação a 10 de agosto de 1862. Tambem collaborou no *Archivo Pittoresco*, inserindo ali alguns artigos scientificos. Manuel José Ribeiro era casado com D. Maria Emilia do Nascimento Machado Ribeiro. Muito contra sua vontade, foi reformado no posto de general de brigada em 31 d'agosto de 1893, tres annos antes de fallecer. Protestando contra esta reforma, que considerava injusta, nada pôde conseguir.

Ribeiro (*Marçal José*). Diplomata muito considerado. N. em Lisboa em 1 de agosto da 1793, onde tambem fal. em 23 de maio de 1879. Era filho de Thomaz José Ribeiro e de D. Anna Preciosa Peregrina do Livramento Ribeiro. Depois de habilitado com estudos regulares, entrou na vida publica em 17 d'agosto de 1817, como official supranumerario do ministerio dos negocios do reino sem vencimento Foi encarragado da secretaria do conselho de Estado em 26 de outubro de 1821, sendo n'esse dia promovido a official ordinario do ministerio do reino, logar em que foi confirmado pelo governo liberal, em 12 de junho de 1822. Com o movimento politico que em seguida se operou no paiz, foi aposentado em 30 de agosto de 1823, sendo reintegrado mais tarde em 29 de novembro de 1824. Depois da morte de D. João VI, e de D. Miguel se ter feito acclamar rei, Marçal José Ribeiro deixou o serviço publico, e com bastante risco, conseguiu emigrar e pôr-se a salvo das grandes perseguições que então se fizeram, acolhendo com os mais emigrados a Inglaterra em janeiro de 1829, sendo logo, pela sua aptidão, empregado no serviço da legação de Londres, situação para que foi nomeado pela regencia estabelecida na ilha Terceira, em 7 d'abril de 1832. Restaurado o governo constitucional, foi restituido ao seu logar de official da secretaria de estado dos negocios do reino, continuando a servir n'aquella legação como secretario interino, até ser nomeado n'este cargo effectivo para a legação de Madrid, continuando, porém, a servir em Londres como encarregado de negocios até 4 de outubro de 1836; e foi autorisado a tratar do ajuste final de contas entre Portugal e o Brazil em 17 de março de 1837. Depois de varias commissões no reino, de menos importancia, foi nomeado secretario da legação de Paris, onde serviu desde 1 de dezembro de 1843 até 14 d'agosto de 1845, e como encarregado de negocios até 18 de dezembro do mesmo anno, d'onde mais tarde foi transferido, na mesma qualidade de secretario, para a legação de Londres em 27 de junho de 1846, servindo ali até 6 de setembro de 1851, sendo durante esse periodo algumas vezes encarregado de negocios. Depois de mais alguns serviços foi aposentado por seu pedido, com as honras de ministro plenipotenciario, em 20 de fevereiro de 1859, situação em que se achava, quando falleceu. Ainda depois da sua

aposentação foi por vezes encarregado de acompanhar n'esta côrte as embaixadas japonezas que estiveram em Lisboa nos annos de 1862 e 1867, assim como a de Birmania, que visitou tambem a capital em 1877. Era condecorado com diversas ordens estrangeiras, distincções concedidas por varios soberanos, como reconhecimento de serviços prestados aos seus paizes. Marçal José Ribeiro era muito instruido e conhecedor de muitas linguas. A sua vida particular tornou-se notavel pelas singularidades e excentricidades com que se tratava. Vivia quasi sempre só no seu palacio a S. Pedro d'Alcantara, situado no principio da actual rua de D. Pedro V, e era tido como avarento; comtudo, as suas ultimas disposições testamentarias mostraram, que a economia de que se cercava, foi util aos pobres. Aberto o testamento, encontraram-se mencionados muitos legados a varias pessoas da sua amizade e serviçaes, assim como a muitos pobres da freguezia da Encarnação, onde elle residia e fôra baptisado; outros a senhoras viuvas, a casadas, cujos maridos eram cegos ou paralyticos. Os hospitaes e diversos asylos fôram todos, mais ou menos, contemplados, deixando por universal herdeira de todos os seus bens, que eram considerados para cima de 100:000$000 reis, depois de satisfeitos todos os legados, a Casa Pia de Lisboa.

Ribeiro *(Martinho de Faria d'Andrade Castello Branco)*. Fidalgo da Casa Real por successão a seus maiores, senhor das casas de Rebalde, em Idães, e da Cruz de Real, em Amarante. N. em Idães, em 1784; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Rodrigo de Faria de Andrade Castello Branco, e de sua mulher, D. Benta Antonia de Abreu Araujo Bacellar. Casou Castello Branco Ribeiro em Alemtem, a 13 de setembro de 1807, com sua prima D. Maria Antonia Ignacia de Almeida Soares Gavião, herdeira da casa de Alemtem, em Unhão, e das deGuilhadezes eGondufe, filha natural legitimada de Christovão d'Almeida Soares Gavião, fidalgo da Casa Real e senhor das casas citadas.

Ribeiro *(P. Matheus)*. Presbytero secular, theologo, prégador, e prior da egreja do Nossa Senhora do Livramento da Azueira, proximo de Torres Vedras. N. em Lisboa entre os annos de 1618 e 1620; ignora se a data do fallecimento Escreveu uma célebre novella intitulada: *Allivio de tristes e consolação de queixosos, Parte* 1.ª, Lisboa, 1672; *Partes 2.ª, 3.ª e 4.ª*. 1674. No anno de 1681 fez se uma nova edição, na qual se reuniram as 4 partes n'um volume só. Ainda se fizeram mais edições, sendo entre outras, umas em 2 tomos, 1737 e 1764. O P. Matheus Ribeiro escreveu mais: *Retiro de cuidados, e vida de Carlos e Rosaura*, 1.ª e 2.ª partes, Lisboa, 1681; 3.ª parte, 1685, e 4.ª parte, 1689; nova edição com todas reunidas n'um só volume, Lisboa, 17‹›0; *Roda da fortuna e vida de Alexandre e Jacinta; parte primeira*, Lisboa, 1692; *Parte segunda*, 1693; 2.ª edição, em 3 tomos, Lisboa, 1724; *Compendio historial do principio, progresso e augmento da casa da Virgem nossa senhora do Livramento, edificada no campo da Azueira, freguezia de S. Pedro dos Grilhões, termo da villa de Torres Vedras*, Lisboa, 1682

Ribeiro *(Norberto José)*. Pintor, que foi discipulo de Taborda. N. em 1774, fal. em 1844. Fez parte da Academia de Bellas Artes, e trabalhou muito no palacio d'Ajuda.

Ribeiro *(P. Pedro)*. Presbytero secular e poeta. Colligiu em 1577 um *Cancioneiro*, cujo manuscripto existia na bibliotheca do duque de Lafões, e que se julga ter-se perdido. N'esse *Cancioneiro* havia 10 sonetos seus, que os poetas do tempo muito apreciaram.

Ribeiro *(P. Pedro Vicente)*. Notario apostolico, commissario do Santo Officio e vigario da egreja parochial de N. S.ª da Conceição de Turquel, nos coutos de Alcobaça. N. no logar da Mendiga, termo de Porto de Mós, no anno de 1704 e fal. no de 1787 em Turquel, cuja freguezia pastoreou durante 57 annos. Foi homem douto e parocho modelar. Escreveu os seguintes livros: *Despertador pastoral*, em dois pequenos tomos. Occupa se no primeiro das obrigações do ministerio sacerdotal; o outro destinou-o ao uso de seus parochianos. Esta obra, para cuja publicação obtivera as licenças necessarias, não chegando comtudo a ser impressa, era dedicada ao cardeal D. Thomaz de Almeida, primeiro patriarcha de Lisboa; *Epitome doutrinal, accommodado á capacidade dos pequeninos; Memorial das ceremonias que devem observar se na parochial egreja de N. S.ª da Conceição de Turquel desde Dominga de Ramos até Dominga da Resurreição inclusivé, com varias advertencias aos ecclesiasticos e irmãos do SS, tudo conforme as rubricas, decretos pontificios e autores mais seguidos*; ficou em manuscripta, assim como a seguinte *Relação exactissima da creação e presente estado da egreja de N. S.ª da Conceição da villa de Turquel*, 1765

Ribeiro *(Queiroz)* V. *Santa Eulalia (Aleixo de Queiroz Ribeiro de Souto Maior de Almeida e Vasconcellos, conde de)*.

Ribeiro *(Sebastião)*. Pintor, que viveu no tempo d'el-rei D. Sebastião, e foi mestre do celebre pintor Luiz da Costa. Deixou differentes obras, que fôram muito apreciadas.

Ribeiro *(Fr. Sebastião)*. Padre da Congregação do Oratorio. N. em Evora, e fal. em 1718, ainda novo. Foi um grande theologo e professor de Diogo Barbosa Machado, abbade de Sever e autor da *Bibliotheca Lusitana*. Professou na Congregação de S. Filippe Nery em 1687. Deixou manuscriptos varios tratados theologicos, entre os quaes figurava um contra o jansenismo.

Ribeiro *(Thomaz)*. V. *Ferreira (Thomaz Antonio Ribeiro)*.

Ribeiro *(P. Thomé)*. Jesuita, missionario no Maranhão, que a 16 de agosto de 1659, partiu de Camuatá embarcando juntamente com o P. Antonio Vieira n'uma pequena embarcação, que seguiu pelo rio Amazonas acima até Mapuaca, conquistando para a egreja catholica perto de 100:000 almas.

Ribeiro *(Venancio da Costa Alves)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. n'esta cidade a 11 de novembro de 1814, onde tambem fal. em 4 d'abril de 1872. Escreveu: *El rei e o duque de Saldanha ou exposição de alguns factos mais notaveis da revolta do duque de Saldanha, para servirem de auxilio á historia contemporanea, por um conimbricense*, Coimbra, 1851; saiu sem o nome do autor.

Ribeiro *(Victor Maximiano)*. Primeiro official archivista da contadoria da Santa Casa de Lisboa, jornalista, escriptor. etc. N. em Lisboa a 3 de julho de 1862, sendo filho do Joaquim José Ribeiro e de D. Maria Benedicta Montez. Seus

avôs paternos fôram Juizes do Povo, da Casa dos 24, e sua avó materna de origem genoveza. Teve por padrinho Antonio Xavier Pinto de Campos, official da Relação e auctor dramatico. Depois dos estudos primarios preliminares e dos convenientes preparatorios, matriculou-se no Instituto Industrial e Commercial de Lisboa, onde seguiu e completou o curso do commercio de 1878 a 1880, o curso de conductor de obras publicas e minas, de 1880 a 1882, e o curso superior de commercio, de 1884 a 1887; depois oppôz-se, em concurso, a um logar de amanuense da contadoria do Hospital de S. José, no qual foi nomeado por decreto de 28 de novembro de 1882. No exercicio d'este logar conquistou a valiosa amizade do enfermeiro mór, então o dr. Thomaz de Carvalho. Em setembro de 1891 pediu transferencia para a contadoria da Misericordia, onde ainda se conserva, tendo sido em janeiro de 1910 encarregado da organisação e catalogação do importante archivo d'aquelle estabelecimento. Victor Ribeiro foi professor do ensino livre de geographia e historia, do curso dos lyceus, nos annos de 1888 a 1896, estando o seu nome incluido na relação dos professores inserta no *Diario do Governo* de 7 de junho de 1896. Tem collaborado nos seguintes jornaes e publicações litterarias: *Diario de Portugal*, em 1882; *Verdade*, de Thomar, 1882-1887; *Direito*, do Funchal (Chronicas de Lisboa), 1883; *Transmontano*, de Villa Real, 1881; *Sciencia para todos*, 1882-1883; *Revista popular de conhecimentos uteis*, 1888; *Era nova*, 1881; *Debates*, 1888; *Occidente*, 1885 1907; *Commercio e industria*, 1881; *Illustração de Portugal e Brazil*, n.º 1 de 1885; *O Explorador*, 1885, n.ºs 1 a 3; *Atheneu commercial*, 1885-1886; *A moda illustrada*, 1894; *O Commercio*, 1898; *A voz do caixeiro*, 1900; *Diario de Noticias*, revistas do seculo XIX, 1901; *Brazil Portugal*, 1902; *Lisboa elegante*, 1902, n.ºs 1, 2 e 3; *Serões*, 1905 1911; *Illustração portugueza*, 1906-1907; *Archivo historico*, 1907 a 1911; *Boletim da Associação dos Archeologos portuguezes*, 1900 1907; *Instituto*, de Coimbra, 1901-1907; *A Alma Feminina*, 1907, e em diversos almanachs. Por occasião do centenario de Antonio Feliciano de Castilho (1.º visconde de Castilho), foi incumbido pela empresa editora da *Historia de Portugal* de dirigir uma publicação especial commemorativa d'esse centenario em 26 de janeiro de 1900. Foi socio da Sociedade Litteraria Alexandre Herculano, fundada em 1882, e collaborou na revista *Eurico*, da mesma sociedadade, da qual apenas sairam 4 numeros; socio de mérito do Atheneu Commercial, desde 1886; socio effectivo da Real Associação dos Architectos civis e Archeologos portuguezes, eleito em 1901; socio correspondente do Instituto de Coimbra por proposta do dr. Bernardino Machado, eleito no mesmo anno; socio correspondente do Instituto Historico e Geographico Brazileiro, eleito em 1903, por proposta do sr. Affonso Celso, e nomeado seu commissario especial, em Portugal, em junho de 1911; socio honorario da Academia Nacional de Historia, de Bogotá (Columbia), eleito em 1905; socio correspondente da Academia das Sciencias, de Lisboa, por proposta do socio Gama Barros, eleito na sessão de 2.ª classe em dezembro de 1906; socio honorario de *La Universidad Hispano Americana*, de Bogotá, eleito em 1909; e socio correspondente do *Ateneo*, de Santiago do Chile (1910), do *Gabinete Portuguez de leitura*, em Pernambuco, e do *Instituto Archeologico e geographico Pernambucano* (1910). Tomou parte nos trabalhos do primeiro congresso portuguez de beneficencia, reunido no Porto em janeiro de 1905 e nos do *IV Congresso Internacional de Turismo*, reunido em Lisboa em 1911. Foi nomeado para tomar parte nos trabalhos como membro da *Grande Commissão Patriotica*, (1911), da *Commissão de Commemoração a Sousa Viterbo*, 1911, e da *Commissão da Academia das Sciencias para a celebração em 1915 dos Centenarios da Conquista de Ceuta e da morte de Affonso de Albuquerque* (1911). Bibliographia: *Biologia*, vol. 47.º da *Bibliotheca do povo e das escolas*, 1883; *Invertebrados*, vol. 76.º, idem, 1884; *Historia natural dos articulados*, vol. 89.º, idem, 1884, *Insectos*, vol. 114.º, idem, 1885; *Commemoração do IV centenario da instituição da Misericordia*; *A Santa Casa da Misericordia de Lisboa (Subsidios para a sua historia), 1498-1898*; *Instituição, vida historica, estado presente e seu futuro*, Lisboa, 1902, Typ. da Acad. Real das Sciencias; com 22 estampas, reproducções photographicas, e 11 fac-similes; entre as estampas figuram os retratos da rainha D. Leonor, instituidora, de fr. Miguel Contreras, cooperador da rainha; e dos provedores Joaquim Antonio de Aguiar, marquez de Rio Maior e dr. Thomaz de Carvalho, sendo a obra dedicada á memoria d'este ultimo; esta importante obra é dividida em 4 partes: 1.ª *Instituição da Misericordia e sua historia*; 2.ª *Os fundos e receitas da Santa Casa*; 3.ª *Beneficencias actuaes da Santa Casa*; 4.ª *O futuro da Misericordia*. Esta obra é separata das *Memorias da Academia*, nova serie, tomo IX, parte II, onde foi incluida. *Garrett e a archeologia portugueza*, Lisboa, 1903; separata do *Boletim da Real Associação dos Architectos e Archeologos*; *As Maravilhas da Natureza, segundo o plano de E Brehm* (Coodernação do tomo III, *Aves*, e tomo V, *Os articulados, insectos, myriapodes, arachnidios, vermes, molluscos, echinodermes, zoophytos, coelentrados e protozoarios e os animaes das grandes profundidades oceanicas*, etc.), da empresa editora da *Historia de Portugal*, 1903 1904; *Breve noticia dos estudos zoologicos em Portugal*, Lisboa, 1901; *A terra e o homem*, Lisboa, 1903; é o complemento da obra *Maravilhas da Natureza*, de Brehm, edição portugueza; contém interessantes noticias historicas ácêrca dos estudos meteorologicos, astronomicos, zoologicos e botanicos, anthropologicos, de prehistoria, etc., em Portugal, com grande copia de indicações bibliographicas; *Um bom amigo de Portugal, Robert Centner*, Lisboa, 1904; *O Atheneu Commercial de Lisboa, noticia historica*, Lisboa, 1905; *Exemplos do Bem, Fr. Miguel Contreras*, saiu no *Occidente*, n.ºs 707 a 709 de 1898, e n.º 940 de 1905; *II. D. Frei Caetano Brandão*; saiu no n.º 6 dos *Serões*, dezembro de 1905; *III. A Infanta D. Maria e o seu hospital da Luz*; *noticia documental*, Lisboa, 1907; com 8 estampas, sendo a 1.ª o retrato da Infanta D. Maria, segundo o quadro do Museu do Prado, saiu no *Boletim da Associação dos Archeologos* de que é separata. Consta estar em preparação o n.º IV, que se destina a publicar alguns documentos e noticias relativas a Estevão Martins, o primeiro provedor do Hospital Real de Todos os Santos; *Parecer da secção de archeologia* (da Real Associação dos Architectos e Archeologos portu

guezes *com respeito á conservação e fórma por que devem assignalar-se as casas memoraveis*, apresentado em sessão de 20 de março de 1907, e enviado ao conselho superior dos monumentos; se parata do *Boletim* da mesma associação; *Criterio a que devem obedecer as soluções positivas da organisação da beneficencia portugueza, requeridas pelos quesitos formulados no programma do 1.º congresso portuguez de Beneficencia do Porto*; memoria inserta no volume dos documentos do mesmo congresso, Porto, 1906; *Historia da Beneficencia Publica em Portugal*, Coimbra, 1907; separata do *Instituto*; historia em 21 capitulos os variados institutos de caridade e beneficencia que em seculos successivos se estabeleceram em Portugal; é dedicada aos promotores do 1.º congresso de beneficencia; *As Fructas, guia pratico da industria e commercio das fructas*, Lisboa 1908, publicação da «*Soc. Brasileira para animação da Agricultura*»; No «*Archivo Historico Portuguez*» publicou os seguintes estudos, de que sahiram

Victor Maximiano Ribeiro

separatas: *Algumas noticias documentaes de Arte e Archeologia relativas á Misericordia de Lisboa e á sua egreja e casa de S. Roque*, dedicado ao dr. Sousa Viterbo, (vol. IV, 1907); *Os testamentos do Inquisidor Bartholomeu da Fonseca* (no vol. VII, 1909); *A vida lisboeta nos sec. XV e XVI, pequenos quadros documentaes; Pedidos e Pedintes*, dedicado a Braancamp Freire (no vol. VIII, 1910); *A arte e a industria dos bordados em Portugal, uma escola de bordados no sec. XVIII; Um tapeceiro portuguez* (no vol. IX, 1911). No «*Boletim da 2.ª classe da Academia*», n.º 6 de 1910; o estudo *A Egreja e Casa de S. Roque de Lisboa*, de que saiu se arata; no «*Boletim da Associação dos Archeologos*», alem dos estudos já citados: *Influencia da tradição monumental e local no desenvolvimento do turismo no paiz, these apresentada pela Associação ao Congresso Nacional de Lisboa*, 1910; *Feitos de armas, 1 Bras Pessoa* (1910); *II e III Gaspar Pinto, Ricardo Franco*, (Lisboa, 1911); Nos «*Serões*» além do artigo citado publicou: *Os cegos*, (1906); *A Alfama e A Mouraria* (1906-1907); *Lisboa tragica os dramas do incendio* (1907); *Feras, jaulas e domadores* (1908); *As riquezas de Angola* e *Lagos e cascatas* (1908); *A bandeira da Misericordia nos enterros reaes* (1909); *O amôr maternal nos animaes* (1909); *Fr. Miguel Contreiras* (1910); *Arredores pittorescos de Lisboa* (1910); *Sousa Viterbo e a sua obra posthuma*, separata de 14 ex. (1911); *O culto da arvore; Os Cães* e *O Theatro na natureza* (1911); Na *Illustração Portugueza* inseriu tres artigos: *As grandes collecções zoologicas* e *Amanhã anda a roda* (1906); *Como se tem estudado a astronomia em Portugal* (1907). Chamado a iniciar em 1909 com o editor A. David collecções populares e illustradas, tem publicado a *Bibliotheca da Infancia* e dirigido a *Bibliotheca Historica*. Na primeira, *Collecção illustrada de leituras educativas*, escreveu os 10 vol. publicados (1909 a 1912) sob os titulos: *Narrativas e lendas da Historia Patria; Conquista do reino; O Condestavel; D. João I; Os filhos de D. João I; O Infante D. Henrique.* (vols. I, III, V, VII e IX) e *A vontade do povo na historia portugueza*, vol. XI (no prélo); *A creança abandonada, de A. Daudet* (trad.); *O bom bispo*, de V. Hugo; *No paiz de leão* e *Os cães; A terra portugueza, Portugal pitoresco* (vols. II, IV, VI, VIII e X). Na *Bibliotheca Historica*, de vols. de 200 pag. illustrados (1911 e 1912) escreveu o vol. *A Revolução e a Republica Hespanhola de 1873*, (1912). No vol. das *Theses du Congrès du Tourisme*(1911) vem a these—*Protection des monuments historiques et artistiques et des curiosités locales*, apresentada pelo autor áquelle Congresso. Nas *Memorias da Academia* tem em impressão a memoria: *A fundadora da Egreja e collegio de Santo Antão e a sua sepultura, noticia documental*, dedicada á memoria de José Maria Antonio Nogueira (1911) e está encarregado pela Empreza Editora da *Historia de Portugal*, de Pinheiro Chagas, de escrever o volume complementar d'aquella obra, sob o titulo *O Fim da Monarchia* (2 de Fevereiro de 1908 a 5 de Outubro de 1910).

Ribeiro. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto || Santa Maria, de Alvarelhos, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || Santa Maria, de Antime, conc. de Fafe, distr. de Braga. || O Salvador e conc. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Arcozello, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Arcozello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Martinho, de Balugães, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Miguel, de Boivães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Santa Maria, de Borbella, conc. e distr. de Villa Real. || S. Braz, d'Alportel, conc. e distr. de Faro. || S. Silvestre, de Britiande, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Burgães, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Miguel, de Bostello, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || Santissimo Sacramento, de Cabeçudo, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || S. Pedro, de Calvello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Canedo, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa. || S. Martinho,

de Caramos, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || O Salvador, de Castellões, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Faro. || S. Vicente, de Cidadelhe, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Santa Eufemia, de Coz, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria || S. Thiago, de Creixomil, conc. de Barcellos, distr. de Braga || S. Pedro, de Croca, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. João Evangelista, de Eiriz, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Thiago, de Espargo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia de Bésteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Faia, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Carlos Borromeu, de Fataunços, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || S. Salvador, de Feitosa, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Fiães, conc da Feira, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Figueiras, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Figueiredo, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || S. Pedro, de Formariz, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Santa Comba, de Fornellos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Salvador, de Fornos, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Freixieiro de Soutello, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Gemieira, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr, || S. Lourenço, de Golães, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Simão, de Gouveia, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. João Evangelista, de Guilhufe, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Miguel, de Guizande, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago, de Lobão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Marinha, de Lodares, conc. de Louzada, distr do Porto. || Santa Maria Magdalena, de Loivos da Ribeira, conc. de Baião, do mesmo distr. || S. Thiago, de Lordello, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Lourenço do Douro, conc de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Martinho, de Macieira de Alcobã, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || Santa Leocadia, de Macieira da Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Maria Magdalena, de Magdalena, conc. de Paredes, do mesmo distr. || Santa Maria e conc. de Marvão, distr. de Portalegre. || O Salvador, de Medrões, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Meinedo, conc de Louzada, distr. do Porto. || S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Paio, de Midões, conc. de Barcellos, distr. de Braga || Santa Maria, de Miranda, conc. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santo Estevão, de Moldes, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Mosteiro de Fragoas, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Murtosa, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santo Adrião, de Olciros, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santo Adrião, de Padim da Graça, conc. e distr. de Braga. || Santa Marinha, de Palmaz, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. Santa Eulalia, de Palmeira, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto || Santa Maria, de Palmeira, conc. e distr. de Braga. || O Salvador, de Parada de Barbudo, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || O Salvador, de Pedralva, conc. e distr. de Braga. || O Salvador, de Pedragaes, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Pedro Fins, conc. de Maia, distr. do Porto. || O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Penamaior, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Pedro, de Penude, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, do mesmo distr. || Santa Maria, de Pombeiro de Riba Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. João, de Ponte, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Paio, de Portella, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Salvador, de Portella Suzã, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || S. Thiago, de Rebordões, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Martinho, de Recezinhos, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || Santa Maria, de Refojos do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santo Estevão, de Regadas, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Salvador e conc de Rézende, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Riba de Moiro. conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Ribeira de Fragoas, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Rio de Moinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Maria, de Rozem, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || S. Salvador do Monte, conc. de Amarante, do mesmo distr. || S. Martinho, de Sande, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Sanguedo, conc. da Feira, distr, de Aveiro || Santa Maria, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Seixo de Gatões, conc. de Montemór-o Velho, distr. de Coimbra. || S. Paio, de Sequeiros, conc. de Amares, distr. de Braga. || Santa Maria e conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || S. Silvestre, de Silvã de Cima, conc. de Sattam, distr de Vizeu. || S. João Baptista, de Silveiros, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santo Adrião, de Soutello, conc. de Vieira, do mesmo distr. || S. Miguel, de Souto, conc. da Feira, distr. de Aveiro. N S.ª da Expectação, de Souzella, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Maria, de Tavora, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Thaide, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Maria, de Torre, conc. de Amares, do mesmo distr. || S. Martinho, de Torre de Villela, conc. e distr. de Coimbra. || S. Thomé, de Travassós, conc. de Fafe, distr. de Braga || Santa Marinha, de Tropeço, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Turiz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Pedro, de Vallongo, conc de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Varzea do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Venade, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello || S. Verissimo, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santo Estevão, de Villa Chã do Marão, do mesmo conc. e distr. || S. João Evangelista, de Villa Cova de Carros, conc. de Paredes, do mesmo distr. || S. Martinho, de Villa Fria, conc. e distr. de Vianna do Castello || S. Paio, de Villar de Figos, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Ribeiro do Açôr. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e concelho do Aucião, districto de Leiria.

Ribeiro do Alamo. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Ribeiro da Aldeia. Pov. na freg de Santo André, de Varzea da Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Ribeiro d'Alforra. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

Ribeiro d'Almeida (*Antonio Eugenio*). General de divisão reformado. N. em Lisboa a 12 de dezembro de 1837. Pertenceu á arma d'artilharia. Assentou praça em 3 de julho de 1855, sendo promovido a alferes em 29 de julho de 1862, a tenente em 6 d'agosto de 1864, a capitão em 23 de agosto de 1867, a major em 16 de maio de 1883, a tenente-coronel em 26 de fevereiro de 1890, a general de brigada em 4 de janeiro de 1897, sendo reformado em general de divisão a 3 de novembro de 1903. Foi antigo repetidor para as salas de estudo e trabalhos praticos das sciencias militares na Escola do Exercito e lente da mesma escola, e commandou a 6.ª divisão militar. E' grande official e commendador da ordem de S. Bento d'Aviz. Escreveu: *Os exercicios de armas combinadas e o corpo do estado maior*, Lisboa, 1874. Collaborou no *Jornal do Exercito*, que se publicou em Lisboa no anno de 1867.

Ribeiro do Arco. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Cavez, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Ribeiro da Azenha. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Estreito, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || Santa Maria e conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Ribeiro do Bairro. Pov. na freg. de S. Jorge, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Ribeiro de Baixo. Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu, de Barqueiros, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || S. João Baptista, de Luzim, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Maria, de Panoias, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago, de Pinheiro, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Ribeiro Bellino (*Albano*). Proprietario, escriptor, e grande investigador historico. Era natural de Braga. Publicou: *Inscripções e letreiros da cidade de Braga e algumas freguezias ruraes*, Porto, 1895; *Novas inscripções romanas de Braga* (ineditas), 1896; *Archeologia christã, descripção historica de todas as egrejas de Braga e Guimarães*, Lisboa, 1900.

Ribeiro da Bouça. Pov. na freg. de S. Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Ribeiro Branco. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Rossas, conc. do Arouca, distr. de Aveiro.

Ribeiro Cabral (*João*). Cavalleiro da ordem de Christo, distribuidor proprietario dos tabelliães de notas de Lisboa e official da secretaria de Estado. N. em Belmonte no anno de 1654, fal. em Lisboa a 3 de janeiro de 1713. Escreveu: *Epitome da vida e acções do cardeal Mazarino, primeiro ministro da corôa de França*, Lisboa, 1707; *Relação das mais particulares acções do Conde-duque de Olivares, e successos da monarchia de Hespanha no tempo do seu governo, que fez um embaixador de Veneza á sua Republica estando em Madrid*, Lisboa, 1711.

Ribeiro de Cães. Pov. na freg. de Santa Maria, de Vermoim, conc. do V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Ribeiro de Carvalho (*Antonio*). Um dos membros do conselho do governo, que esteve regendo a India, desde a morte de D. Manuel da Camara em 1825, até á chegada de D. Manuel de Portugal. Fôra nomeado em 1804, provedor de Pernaguá, passaudo em seguida a provedor dos defuntos e ausentes, ouvidor geral do civel na Relação de Gôa, procurador da corôa e fazenda. Depois de ser membro do governo, passou a chanceller da Relação de Gôa, foi nomeado conselheiro do conselho ultramarino, e fal. em Gôa em novembro de 1828.

Ribeiro de Carvalho (*Jayme José*). Escriptor muito conhecido pela fórma excentrica e originalissima como escrevia, tornando-se no seu genero uma celebridade. N. em Belem em 1827, onde tambem fal. a 17 de janeiro de 1892 Seu pae era um antigo almoxarife do paço d'Ajuda Da sua infancia nada se conhece. Aos 20 annos, em 1847, assentou praça de voluntario, mas abandonou a vida militar dois annos depois, tendo baixa definitiva, em consequencia de ser attreito a ataques epileticos. Casou, contando 25 annos de edade, com D. Maria Carlota Almeirante, filha unica d'um empregado subalterno do referido paço. Possuindo uma pequena instrucção e muito superficial, foi de súbito assaltado pelo desejo de aprender, uma anciedade de se instruir, e tendo morrido em Belem um velho cirurgião, comprou aos seus herdeiros, por uma bagatella, todos os livros do fallecido, archaicos alfarrabios com formularios de medicina antiga, e de velha hygiene caseira. Lendo e relendo attenciosamente todas essas obras, na maioria truncadas, pensou em dar consultas medicas, e o notavel é ter adquirido clientella, que o tratava pelo *senhor doutor*, e que elle, no periodo agudo das doenças, ia visitar ao proprio domicilio. Começou então a escrever varios opusculos, sobre differentes assumptos, com especialidade sobre moral e medicina, que o tornaram conhecido pelo *popular autor de differentes originaes opusculos*, como elle proprio se intitulava. Quiz assumir uma grande missão, a de regenerar e moralisar a sociedade corrupta pelos costumes e pelas doenças, d'onde lhe veiu o titulo das suas obras: *Opusculos de moral e hygiene*. Era um verdadeiro inoffeusivo; as suas intenções eram boas, e os seus escriptos em linguagem excentrica e extravagante conquistaram-lhe uma certa celebridade. Em 1861 publicou o seu primeiro opusculo, intitulado: *Instrucção de Moral resumida de um pequeno volume de Moral, feita conforme a descripção do autor, offerecida á infancia, e util a toda qualquer pessoa que se entregue á leitura, esta com uma pequena parte da hygiene a bem da saude do corpo humano*. Esta obra, cujos capitulos interessavam pela fórma extravagante com que eram escriptos, teve um grande successo de gárgalhada na roda restricta que Jayme José Ribeiro de Carvalho frequentava. Pouco tempo depois escreveu um outro opusculo de moral, que, segundo elle dizia, só conseguiu *dar á estampa da imprensa*, no fim de tres annos; intitulava-se: *Conselhos prudentes a todo qualquer jóven portuguez estes, juntos com uns quatro pe-*

quenos e ligeiros romances historicos, compostos pelo mesmo autor para quem se entreter com alguma leitura para distracção do genero humano, e trazia diversas indicações hygienicas e uns dialogos moraes, que elle chamava *romances historicos*. Em 1866 saiu novo opusculo, escripto na mesma linguagem excentrica, coutinuando a publicar trabalhos do mesmo genero, que provocavam sempre o riso. Jayme José Ribeiro de Carvalho tambem quiz ser poeta, e escreveu versos da mesma fórma extravagante como escrevia a prosa, provando bem que não conhecia nem o mais leve vislumbre da arte poetica. El-rei D. Pedro V dava-lhe casa nos baixos do palacio d'Ajuda, D. Luiz, porém, succedendo no throno a seu irmão, tirou lhe a casa, que fôra destinada para residencia d'um carpinteiro. Jayme José Ribeiro de Carvalho ficou muito despeitado, e teve de ir installar-se no pateo das Castelhanas, mas não podendo conter o seu despeito, procurou falar a D. Luiz, indo prevenido d'uma serra e d'alguns dos seus opusculos. D. Luiz, que muito bem o conhecia, quiz recebel o; Jayme, com humildade, disse-lhe, que se admirava, que *isto* (indicando a serra) tivesse mais valor do que *isto* (e indicando os opusculos). Esta audacia, a que o levara o seu caracter excentrico, provocou um sorriso ao monarcha, achando-lhe graça, e respondendo lhe com uma amabilidade, mandou-lhe dar casa de graça e uma pensão annual.

Ribeiro de Carvalho *(P. Jeronymo)*. Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. N. em Braga em 1609; fal. em Val de Flôres, na provincia de Traz-os-Montes, a 15 de outubro de 1679. Entrou para a Companhia de Jesus em 1623, quando contava 14 annos de edade. Passados 30 annos, deixou a roupeta de jesuita, e doutorou se na faculdade de Theologia. Foi conductario na Universidade de Coimbra, conego magistral de Braga, e por fim chantre na sé de Coimbra. Deixou impressos muitos sermões.

Ribeiro de Carvalho *(Joaquim)*. Chefe da secretaria da Inspecção das Escolas de Lisboa, deputado, jornalista, poeta, escriptor, etc. N. em Armal, concelho de Leiria, a 7 de abril de 1880, sendo filho de Manuel Ribeiro da Costa e de D. Maria da Encarnação Carvalho. Fez o curso do seminario de Leiria, mas abandonou a carreira ecclesiastica para se dedicar ao jornalismo. Collaborou no primeiro jornal republicano que se publicou em Leiria, *A Integridade*. Depois, em Lisboa, empregou se como amanuense da 1.ª circumscripção escolar do reino. Foi um dos redactores da *Mala da Europa*. Sempre muito estudioso e dedicado ás letras, escreveu alguns livros de versos, em que se contam os seguintes: *Livro de um sonhador*, *Margaritas*, *Dolores* e *Terras de Portugal*, que mereceram elogios da imprensa. Muitos dos seus versos teem sido traduzidos em hespanhol, francez e italiano, e alguns homens de letras, hespanhoes, brazileiros, francezes e italianos, lhe teem dirigido phrases elogiosas. Ribeiro de Carvalho dedicou-se muito á traducção das obras de Leon Tolstoï, Maximo Gorki, Blasco Ibanez, Mirbeau, Catulle Mendés, e d'outros escriptores afamados. Pelo muito merecimento litterario foi agraciado com o officialato da ordem de S. Thiago, por decreto do 21 de abril de 1906. Joaquim Ribeiro de Carvalho foi um dos organisadores da carbonaria portugueza, e tomou parte activa no movimento revolucionario, que decidiu a proclamação da Republica em 5 de outubro de 1910. Depois fundou o Centro Radical Portuguez, e dirige actualmente a *Bibliotheca da Educação Moderna*, que tem publicado obras sobre questões politicas, sociaes e religiosas. Foi eleito deputado por Leiria, para a Assembléa Constituinte, constituida em 1911, primeira camara de deputados da Republica.

Ribeiro de Carvalho *(Nuno José Severo)*. Foi visconde de Massamá. V. *este titulo*.

Ribeiro das Casas. Pov. na freg. de S. Francisco de Assis, de Amieira, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Ribeiro de Castello Branco *(Manuel Carvalho)*. Padre da Congregação do Oratorio de S. Filippe Nery. N. em Lisboa em 1677, fal. em Benavente em 1 de setembro de 1747. Aos 14 annos começou a aprender latim, e tão rapidamente se fez senhor dos segredos d'esta lingua, que depois de 15 mezes de estudo, compôz em portuguez um commentario em 2 tomos á *Syntaxe* do P. Manuel Alvares, e traduziu em portuguez tambem *Tito Livio*, *Quinto Curcio*, e a *Eneida de Virgilio*. Frequentou por algum tempo theologia no convento de S. Domingos, até que, tendo aberto as suas aulas a nova congregação do Oratorio, Ribeiro Castello Branco foi ali aprender philosophia com o P. Sebastião Ribeiro, tornando-se logo o mais distincto dos seus discipulos. Conhecendo o seu vasto engenho, trataram os oratorianos de o chamar ao seu gremio antes que os jesuitas o apanhassem, e effectivamente em 1700 vestiu o habito de congregado. Partiu em seguida para o collegio de Pernambuco para mestre de philosophia em 1711, mas não chegou a reger essa doutrina, porque rebentaram em Pernambuco uns motins populares, que elle muito contribuiu para applacar. Voltando á Europa em 1713, offereceu-lhe D João V a mitra de Pernambuco, que elle rejeitou, querendo dedicar se exclusivamente ao estudo das sciencias, e para esse fim saiu da congregação, e foi viver n'uma solidão absoluta, onde se consagrou placidamente ao estudo da mathemasica, a observações astronomicas e a experiencias de physica. D'essa soledade conseguiu arrancal o o marquez de Cascaes, D. Manuel de Castro, pedindo-lhe que fôsse preceptor de seu filho, conde de Monsanto. O P. Ribeiro Castello Branco viveu 20 annos em casa d'aquelle fidalgo, retirando-se depois para Benavente, para uma quinta chamada da *Foz*, e ali falleceu. Deixou manuscripta uma obra colossal, intitulada: *Sabedoria antiga aristo thomistica natural e sobrenatural*, etc. Esta obra devia constar de 55 tomos, contendo o 1.º *Os Prolegomenos*, o 2.º a *Chave regia da Sabedoria*; o 3.º, 4.º 5.º e 6.º a *Metaphysica do Ente*, a *Divina*, a *Angelica* e a *Demonologiea*; a *Philosophia Natural* ia do tomo 7.º ao 16.º; *Philosophia moral*, do 17.º ao 22.º; a *Theologia dogmatica, especulativa, ascetica e mystica*, do 23.º ao 42.º; a *Theologia moral*, do 43.º ao 45.º; as *Mathematicas puras e mixtas*, do 46.º ao 55.º Ficaram completos 18 volumes. Ribeiro Castello Branco ainda deixou manuscriptos um tratado latino sobre o poder dos pontifices, um juizo astrologico sobre o cometa de 1722, umas consultas moraes e juridicas, a traducção das obras do P. Alonso Rodriguez, um tratado latino dos louvores da sabedoria, outro das excellencias da doutrina de S. Thomaz, uma

Parenese em latim para o estudo da sabedoria antiga, poesias e tragi-comedias, glosas, traducções de outros autores, e uma obra mystica em 3 volumes sobre a Eucharistia, etc.

Ribeiro de Castro (*Eugenio*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em Bragança, a 18 de abril de 1843, sendo filho de Francisco de Assis Ledesma de Castro e de D. Maria Eduarda Ribeiro de Castro. Em 1864 matriculou-se na faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, concluindo a sua formatura em 14 de julho de 1869. Apresentou-se ao concurso para delegado em 10 de dezembro de 1870, e foi nomeado delegado do procurador regio na comarca de Miranda do Douro, por decreto de 17 de outubro de 1872, sendo transferido para Chaves, por decreto de 6 de agosto de 1874; teve nova transferencia para Mirandella, por decreto de 20 de novembro de 1876; para Reguengos de Monsarás, por decreto de 18 de março de 1880; para Armamar por decreto de 30 de dezembro do mesmo anno, e para a comarca de Mirandella, por decreto de 25 de maio de 1881. Foi nomeado juiz de direito de 3.ª classe para a comarca da ilha Graciosa, por decreto de 23 de novembro de 1882; collocado, como requereu, no quadro da magistratura judicial, sem exercicio e sem vencimento, por decreto de 30 de maio do anno de 1883; nomeado para a comarca de Macedo de Cavalleiros por decreto de 13 de dezembro do mesmo anno, e transferido para Villa Franca do Campo, por decreto de 2 de dezembro de 1887; collocado no quadro da magistratura judicial, sem exercicio mas com vencimento, por decreto de 19 de fevereiro de 1886; collocado no juizo auxiliar do 3.º districto criminal da comarca de Lisboa, por decreto de 20 de setembro de 1890; addido á magistratura judicial, por decreto de 15 de setembro de 1892; encarregado de exercer provisoriamente as funcções de juiz nos processos de execuções fiscaes administrativas, no 3.º bairro de Lisboa, por decreto do ministerio da fazenda, de 16 de março de 189?; nomeado auditor administrativo do districto de Lisboa, por decreto do ministerio do reino, de 3 de abril de 1895; promovido a juiz de direito de 2.ª classe, e nomeado para a comarca de Odemira, por decreto de 10 de setembro de 1898, transferido para a comarca d'Alemquer por decreto de 3 de fevereiro de 1899, e por fim transferido para a comarca d'Almada, por decreto de 25 de maio de 1899. Eugenio de Castro pertencia ao partido regenerador, e foi deputado na legislatura de 1890 a 1892, pelo circulo da Pesqueira.

Ribeiro de Ceico. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Paião, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Ribeiro Chiado (*Antonio*). Poeta jocoso que viveu no seculo XVI. Era conhecido pelo *Chiado*, por ter morado muitos annos em Lisboa, na rua assim chamada já n'aquelle seculo, nome que se conservou até ao meado do seculo XIX, em que foi mudado para o de *Rua Garrett*. N. n'um humilde arrabalde de Evora, e fal. no anno de 1591. Quiz professar na ordem de S. Francisco, mas não se lhe dando por válida a profissão, passou o resto da vida como celibatario, vestido sempre com habito clerical. Apezar de não ser muito douto, tinha verdadeiro talento e bastante conhecimento das boas letras. Improvisava versos com a maior facilidade, mais pelo impulso da natureza, que de arte, sendo os seus versos muito jocosos e joviaes, provocando festivos applausos a quem os escutava. Tambem imitava com muita propriedade e galanteria as vozes e os gestos de diversas pessoas conhecidas. Todos estes predicados lhe alcançaram a estima geral e a maior popularidade. Escreveu dois autos, que se imprimiram depois da sua morte, e em que seguia os modelos de Gil Vicente. São os seguintes: *Auto de Gonçalo Chambão*, Lisboa, 1613, 1615 e 1630; parece que anteriormente houve outras edições, ainda em vida do autor; *Auto da natural invenção*, que, sagundo diz Barbosa Machado, foi representado na presença de D. João III, e se imprimiu, mas não declara quando, nem onde. Escreveu tambem umas obras religiosas, provando assim a sua affeição ao habito franciscano que vestia, apezar de não ter podido ser frade. São ellas as seguintes: *Philomena dos louvores dos Santos com outros cantos devotos*, Lisboa, 1585; consta de varios generos de versos; *Letreiros sentenciosos, os quaes se acharam em certas sepulturas de Hespanha feitos em trovas*, Lisboa, 1602 D'estes *Letreiros*, diz Farinha, que vira outra edição *mais antiga, feita em letra quadrada*, e sem anno nem logar de impressão, a qual estava na livraria real; diz mais, que n'esta edição, além dos letreiros, vinham outras peças, o que tudo elle reimprimiu, publicando uma collecção cujo titulo é: *Letreyros muyto senenciosos, os quaes se acharam em certas sepulturas de Espanha, feitos por Antonio Chiado em trovas, as quaes sepulturas elle viu. E hua regra spiritual que elle fez ao Geral de S. Francisco, e assi hua petição que o mesmo Chiado fez ao Commissario, e a reposta do Geral, feita por Affonso Alvares*, Lisboa, 1783. Na livraria de D. Francisco Manuel de Mello, que passou para a Bibliotheca Nacional de Lisboa, existiam n'um livro de miscellaneas, os tres seguintes autos: *Pratica Doyto feguras; Auto das Regateiras; Pratica dos compadres*. Antonio Ribeiro Chiado deixou muitos manuscriptos, cujos titulos veem mencionados na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. I, pag. 373.

Ribeiro Christino da Silva (*João*). V. *Silva (João Ribeiro Christino da)*.

Ribeiro de Cima. Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu, de Barqueiros, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || S. João Baptista, de Luzim, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Paio, de Oliveira, conc. de Amarante, do mesmo districto.

Ribeiro da Coroada. Pov. na freg. de S. Francisco de Assis, de Amieira, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Ribeiro da Costa (*Antonio Candido*). Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra e lente cathedratico da mesma faculdade, deputado, par do reino, conselheiro de Estado, ministro de Estado, procurador geral da corôa, socio effectivo da Academia Real das Sciencias, etc. N. em Candomil, concelho de Amarante, a 30 de março de 1852. Matriculou-se no 1.º anno de Direito em 1871, fazendo um curso brilhante, alcançando as primeiras distincções, doutorando se em 21 de julho de 18?8. Seguiu tambem o curso de Theologia com distincção Consagrando se ao magisterio, foi nomeado lente cathedratico em 29 de dezembro de 1881. Leccionou com rara proficiencia scien-

tifica, tornando-se notaveis as suas predilecções. Vindo para Lisboa, entrou na politica, filiando-se no partido progressista, que tinha por chefe Anselmo José Braamcamp, de quem era amigo intimo. Foi eleito deputado em successivas legislaturas, representando circulos importantes, entre os quaes se contava o de Aveiro. A primeira vez que a sua palavra se fez ouvir na camara, causou o maior assombro e deslumbramento. Celebraram-lhe o admiravel discurso, não sómente os grandes jornalistas do seu partido, como os mais temidos adversarios politicos. Diz um dos seus biographos, nos *Perfis contemporaneos*, pag. 74: «Entrado no parlamento, sob o peso de enormes responsabilidades, postos n'elle os olhos do

Antonio Candido Ribeiro da Costa

paiz, rodeado das esperanças dos seus amigos e asseteado já pelas invejas, quiz uma série complicada de incidentes que a sua estreia parlamentar, annunciada dia a dia, não pudesse effeituar-se senão depois de esperada por longo prazo, cheias as galerias da sala pela enorme multidão que affluira pela noticia do seu discurso, a regorgitar o recinto dos jornalistas, o qual era então quasi uma lioneira de féras contra o governo, e a tribuna diplomatica a desbordar. Falava Dias Ferreira. Antonio Candido pediu a palavra. Inesperadamente, por um preito de admiração, que só honra o espirito do illustre jurisconsulto e estadista, mas que foi então, por muitos, interpretado como um processo insidioso para embaraçar o novo parlamentar, depois de engrandecer em palavras quentes e fervorosas os talentos de Antonio Candido, e descrever a anciedade com que era esperado o seu discurso n'aquella sala onde deixára de resoar a voz de José Estevão, Dias Ferreira interrompeu a sua oração. Antonio Candido pareceu, durante essas palavras, que succumbia n'uma syncope, tal era a pallidez do seu rosto, o descorado dos seus labios, a tremura das suas mãos. Pois mal se ergueu, transfigurou-se. Como que uma augusta e calma serenidade lhe transluzia do olhar, da gentilissima cabeça, e as primeiras palavras, na sua cadencia dominadora e doce, empolgaram logo, venceram, todo o auditorio. A pouquissimas frases a *sermo corporis*, na frase d'um grande escriptor, a linguagem do corpo que não é toda a eloquencia, mas sem a qual não ha eloquencia, exercia o seu influxo poderoso Que assombro e colossal triumpho! Velhos parlamentares, duros e afeitos aos violentos combates da camara, enterneceram-se até ás lagrimas ao apertal o nos braços. Nos corredores, nas escadas, muitos que o não conheciam, saudavam n'o com enthusiasmo. A opposição, pela voz do sr. Hintze Ribeiro, declarou, como um preito de homenagem, cerrar sobre este discurso o debate, em que estavam ainda inscriptos alguns dos mais notaveis oradores.» Desde então a sua vida parlamentar foi uma série de victorias. Era um dos luctadores mais fervorosos e mais apaixonados do partido progressista, mas abandonou-o em 1888, pouco mais ou menos, por discordar da marcha que a sua politica havia levado, e recusando a sua cadeira no parlamento. Entregou-se então ao serviço do seu emprego de ajudante do procurador geral da corôa, para que havia sido anteriormente nomeado, conservando-se então afastado da politica. Datam d'esse periodo alguns dos seus mais importantes discursos litterarios. Foi então que na Academia Real das Sciencias, a que depois presidiu, proferiu o *Elogio Historico* d'el-rei D. Luiz, fallecido em outubro de 1889, esculpindo com amor o perfil do monarcha, dedicando á sua memoria uma das suas mais bellas e eloquentes homenagens. Publicou por esta epoca, o seu primeiro livro, *Discursos e Conferencias*, onde reuniu o que andava disperso no *Diario das Camaras* e em outras publicações litterarias. Em 1890 reconciliou se com o seu partido, e quando n'esse anno caiu o ministerio regenerador, que já havia succedido a outros de pouca estabilidade, por causa do conflicto com a Inglaterra, consequencias do *ultimatum* de 11 do janeiro, organisou se em outubro um gabinete presidido pelo velho parlamentar, o general João Crysostomo d'Abreu e Sousa e o sr. Antonio Candido foi nomeado ministro do reino, encarregando-se tambem, interinamente, da pasta da Instrucção Publica e Bellas Artes. Este ministerio durou apenas 10 mezes, podendo dizer se, que n'aquella conjunctura em que seria difficil sustentar-se qualquer gabinete, como acontecera aos anteriores, foi o sr. Antonio Candido, politicamente, a alma d'esse ministerio. A sua obra de pacificação, interpondo se ás ambições e aos rancôres partidarios, mantendo se entre os dois grandes grupos monarchicos, regeneradores e progressistas, permittindo que se olhasse serenamente ás crises a que urgia acudir, essa obra, devida á ponderação do seu espirito e á autoridade moral do seu caracter, á confiança que a todos merecia, não teve, pela sua natureza de trabalho lento e intimo, os fulgôres que deslumbram, mas representa enorme serviço ao paiz e á monarchia. Quando rebentou a revolta republicana do Porto, em 31 de janeiro de 1891, o sr. Antonio Candido, então ministro, foi quem fez a liquidação d'essa revolta, preparada desde muito tempo. Com energia e firmeza, sem sobresaltos, não ouvindo vozes que lho falavam a linguagem do odio nem se atemorisando com os gritos aterradores, procedeu serenamente ao apuramento de responsabilidades. Ao deixar de ser ministro estava extincto o panico que passara nas regiões da poli-

tica, e a ordem inteiramente restabelecida O sr. Antonio Candido Ribeiro da Costa foi nomeado par do reino em 1 de junho de 1891, e em março de 1902, conselheiro de Estado. Em Coimbra, no seu tempo de estudante, tambem se distinguiu como orador sagrado, e nas suas conferencias, escutadas sempre com enthusiasmo.

Ribeiro do Couce. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Pedrogão Grande, distr de Leiria.

Ribeiro Coutinho *(André)* Ajudante em um dos terços das ordenanças da guarnição da côrte, e mestre de primeiras letras, em Lisboa. Era natural de Extremoz, e viveu na segunda metade do seculo XVII. Escreveu: *Panegyrico christão, cultivado na advertencia das orações que deve saber todo o christão... e um politico A B C para a boa creação dos meninos*, Lisboa, 1675.

Ribeiro Coutinho *(André).* Alcaide-mór de Baçaim. Era natural do Lisboa e fal. no Rio de Janeiro de 1751, sendo filho de Paschoal Ribeiro Coutinho, e neto do antecedente. Serviu no exercito com o posto de ajudante na guerra da Successão, embarcando depois, em 1716, na armada que partiu para Corfú o depois passou á Hungria, assistindo á batalha de Belgrado. Regressando a Portugal foi nomeado sargento-mór, para ir ensinar na India a disciplina militar da Europa. Partindo para este destino em 1723, depois d'ali estar alguns annos, voltou ao reino, e em 1735 foi com o posto de tenente-coronel para a colonia do Sacramento na America; tendo sido por fim nomeado coronel d'um regimento de infantaria do Rio de Janeiro, ali falleceu. Escreveu: *Prototypo constituido das partes mais essenciaes de um general perfeito, delineado em perfeitissimo governador das armas do Alemtejo o sr. Pedro Mascarenhas*, Lisboa, 1713; *Relação diaria da expugnação e rendimento da praça de Bicholym*, Lisboa, 1728; *O capitão de Infantaria portuguez, com a theorica e pratica das suas funcções, assim nas armadas terrestres e navaes, como nas praças e côrte*, Lisboa, 1751; 2 tomos com estampas.

Ribeiro do Couto. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Ribeiro da Cruz. Pov. na freg. do Santo Estevão, do Moldes, conc de Arouca, distr. de Aveiro.

Ribeiro de Domingos Dias. Ilha da Madeira; pov. na freg. da Sé, conc. e distr. do Funchal.

Ribeiro Dosguimarães *(Francisco).* Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, conego doutoral da sé de Portalegre, lente de diplomatica, desembargador da Casa da Supplicação, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. em Felgueiras entre os annos de 1767 e 1770; fal. no Porto a 21 de janeiro de 1839. Era filho de Manuel José de Sousa Lobo. Depois de tomar ordens foi frequentar a Universidade de Coimbra, doutorando-se em Canones em 1 de julho de 1792. Foi nomeado conego doutoral da sé de Portalegre. Tendo adquirido uma grande erudição, e tendo passado a ser companheiro inseparavel e amigo do dr. João Pedro Ribeiro, foi nomeado professor substituto da cadeira de diplomatica, de que João Pedro Ribeiro cra proprietario. A 26 de novembro de 1818 foi eleito socio effectivo da Academia Real das Sciencias. Chegou a ser desembargador da Casa da Supplicação. Escreveu: *Memoria sobre um documento inedito do principio do seculo XII em que se mostra: que o sr. conde D. Henrique, achando se ausente na Palestina, ainda não tinha voltado a Portugal em maio da era 1141 (Anno 1103)*, inserta no tomo IV parte II das *Memorias da Academia Real das Sciencias.*

Ribeiro de Eiras. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Almaceda, conc. e distr. de Castello Branco.

Ribeiro de Figueira. Pov. na freg. de Santa Maria dos Olivaes e conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Ribeiro de Figueiredo *(João Baptista).* Doutor em Leis pola Universidade de Coimbra. N. em Ribeira, na comarca de Vizeu, sendo filho de José Rodrigues de Figueiredo. Foi doutorado a 25 de julho de 1803.

Ribeiro França *(Domingos).* Foi um dos muitos escriptores que trabalharam logo depois da revolução de 1820, publicando obras civicas e instructivas. A que Ribeiro França publicou foi a seguinte: *Erasto, ou o amigo da mocidade; conversações familiares, nas quaes á mocidade de ambos os sexos se dão sufficientes noções sobre a maior parte dos conhecimentos humanos, obra interessante*, etc., *Segunda edição de novo traduzida, e conforme com a quinta e ultima de Paris,* Coimbra, 1822.

Ribeiro de Fundoaes. Pov. na freg. de S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu

Ribeiro Gonçalo. Pov. na freg de Santa Christina, de Agrella, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Ribeiro Guimarães *(José)* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; official bibliographo da Bibliotheca Nacional de Lisboa, jornalista, etc. N. em Lisboa a 17 do outubro de 1818, onde tambem fal. a 26 de outubro de 1877. Era filho do abastado negociante Manuel Ribeiro Guimarães, que foi por muitos annos um dos directores do Banco de Lisboa. Cursou a Universidade de Coimbra, e depois da sua formatura, voltou para Lisboa, onde estava, quando rebentou a revolução da Maria da Fonte. Rejeitou um emprego que seu pae promettia obter-lhe pelas suas relações com o conde de Thomar, para se ir apresentar em Evora ás autoridades da Junta do Porto, que o nomearam juiz de direito em Mertola, logar que por pouco tempo exerceu. Terminada a campanha civil, foi nomeado official bibliographo da Bibliotheca de Lisboa, e não tardou a entrar no jornalismo como redactor do *Jornal do Commercio*, encarregado especialmente da secção de noticias internas o critica theatral. Escreveu tambem varios artigos doutrinaes e historicos, sendo-lhe attribuidos, entre outros, os que appareceram no referido jornal, ácêrca da *Concordata com a Côrte de Roma*, da *Introducção das irmãs de caridade francezas*, etc., assim como os que depois se publicaram na mesma folha, contendo a descripção das *Corridas de touros em Sevilha*. Os artigos historicos colleccionou os n'uma obra em 5 volumes, com o titulo de *Summario de varia historia; narrativas, lendas, biographias, descripções de templos e monumentos, estatisticas, costumes civis, politicos e religiosos de outras eras,* 1872 a 1879. O 6.º volume ficou incompleto, assim como um volume de *Memorias para a historia dos theatros de Lisboa*. José Ri

beiro Guimarães era um jornalista digno de consideração e um polemista vigoroso, e póde se contar, como uma das suas glorias, a de ter sido elle quem iniciou o systema de appellar para a caridade dos leitores do jornal, systema que tem dado tão brilhantes resultados. Escreveu mais: *Estudo biographico ácêrca de Marcos Antonio Portugal*; saiu no *Jornal do Commercio*, n.os 4:886, 4:887, 4:888, 4:892 e 4:896, dos quaes o 1.º é de 10 de fevereiro e o ultimo de 22 do mesmo mez, de 1870; *Biographia de Luiza de Aguiar Todi*, Lisboa, 1872, com o retrato lithographado.

Ribeiro de João Vaz. Pov. na freg. de S. Gregorio, de Reguengo, conc. e distr. de Portalegre.

Ribeiro da Ladeira. Pov. na freg. de S. Martinho, de Salreu, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro.

Ribeiro da Lata. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Semide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Ribeiro de Leyva *(Luiz)*. Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra. Era natural d'esta cidade. Foi lente do collegio real de S. Paulo, e um dos mais notaveis lentes da Universidade, para onde entrou em 1610. Foi tambem conego doutoral da sé de Coimbra. Deixou muitas obras manuscriptas, todas em latim, e quasi todas sobre assumptos da sua cadeira.

Ribeiro de Louros. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal.

Ribeiro de Macedo *(Duarte)*. Cavalleiro da ordem de Christo, do conselho de el-rei D. Pedro II, doutor em direito pela Universidade de Coimbra, desembargador e conselheiro de fazenda, etc. N. em Lisboa em fevereiro de 1618, e fal. em Alicante, cidade hespanhola, a 10 de julho de 1680. Era filho de Fernando Duarte e de D. Maria de Abreu. Revelando desde creança talentos notaveis, seus paes souberam aproveital-os, dando lhe uma esmerada educação. Depois de tomar o grau de mestre na Universidade de Evora, doutorou se em direito cesareo na de Coimbra; seguindo a carreira da magistratura foi nomeado juiz de fóra em Elvas, passando depois como corregedor para Torre de Moncorvo. E' provavel, porém, que no exercicio do seu cargo de juiz de fóra de Elvas, adquirisse a estima e a amizade do conde de Soure, D. João da Costa, n'alguma das muitas occasiões em que aquelle general ali esteve commandando, porque é certo que em 1659, quando o conde de Soure foi nomeado ministro em França, cargo importantissimo porque estava o cardeal Mazarino negociando a paz entre a França e a Hespanha, quiz o conde de Soure que o antigo juiz de fóra de Elvas fôsse o secretario da embaixada. Effectivamente, Ribeiro de Macedo prestou-lhe os mais relevantes serviços no exercicio d'esse cargo. A missão era muito espinhosa. Mazarino queria a todo o custo concluir com a Hespanha uma paz vantajosa, queria arrancar aos agitadores da França o auxilio constante que elles encontravam em Hespanha, queria firmar a paz casando Luiz XIV com uma princeza hespanhola. O ministro hespanhol D. Luiz de Haro, em tudo se mostrava condescendente, menos no que dizia respeito a Portugal; o abandono de Portugal no tratado era a condição *sine qua non* que D. Luiz de Haro estabelecia para tudo. Percebia-se claramente que Mazarino nos sacrificaria sem a minima hesitação, mas o conde de Soure apertava-o d'um modo tão extraordinario, oppondo ás suas astucias italianas uma firmeza de soldado verdadeiramente inabalavel, e collocando Mazarino na dura necessidade de confessar que estava faltando á fé jurada. Para essa lucta de finuras, para esse duello de officios, em que Mazarino desenvolvia toda a sua velha habilidade, muito conseguiram apezar de tudo o conde de Soure e Duarte Ribeiro de Macedo, porque deve notar-se que era tanto mais difficil obter-se qualquer concessão quanto da parte do ministro hespanhol estavam empenhados no assumpto, não só os seus deveres de ministro empenhado em rehaver para a corôa hespanhola a posse de Portugal que perdera em 1 de dezembro de 1640, mas as suas vaidades de homem, porque o ministro era o mesmo D. Luiz de Haro, que fôra vergonhosamente batido em Elvas, e que tinha o maior interesse em humilhar e punir os seus vencedores. Pouco se podia fazer, portanto; D. Luiz de Haro fazia todas as concessões possiveis a Mazarino, comtanto que este abandonasse Portugal. Mazarino, por conseguinte, abandonou o ostensivamente, o que já era muito sem duvida alguma, porque o reconhecimento official da nossa independencia pela França e a alliança de Luiz XIV é que seriam decisivas para a nossa causa. Não se pôde conseguir, tiveram os nossos negociadores de se contentar com os auxilios secretos da França, com a permissão concedida a occultas pelo cardeal Mazarino, para que se contratassem officiaes francezes, em grande numero, e o famigerado general Schomberg. Seis annos depois, em 1666, publicava Duarte Ribeiro de Macedo como que a justificação do seu procedimento e do procedimento do conde de Soure, escrevendo o *Juizo historico e juridico sobre a paz celebrada entre as corôas de França e Castella no anno de 1660*. Entretanto, Duarte Ribeiro fôra despachado desembargador da Relação e Casa do Porto, sendo em 1654 promovido a desembargador da Casa da Supplicação. Veiu então para Lisboa e aqui viveu no meio das complicações politicas que se levantaram logo em seguida ao casamento de D. Affonso VI com a princeza Maria de Nemours. Tudo leva a crêr que Duarte Ribeiro de Macedo seguiu n'essas contendas o partido do infante D. Pedro e da rainha, não já por ter mandado imprimir em Paris no anno de 1667 um *Panegyrico historico-genealogico da Serenissima Casa Nemours*, porque assim fazia a côrte a um tempo ao rei e á rainha, mas, porque todos os seus amigos mais intimos pertenciam ao partido do infante, o P. Antonio Vieira, D. Rodrigo de Menezes, etc., e tambem porque, apenas D. Pedro tomou conta do governo, encheu de honras e favores o desembargador diplomata e poeta. E na verdade, Duarte Ribeiro de Macedo foi um poeta distinctissimo. As suas poesias, porém, não se publicaram durante a sua vida. Duarte Ribeiro de Macedo, logo no principio do anno de 1668, teve a nomeação de desembargador dos Aggravos, e n'esse mesmo anno, depois de estar concluido o tratado de paz entre a Hespanha e a França, foi enviado a França como ministro residente, pelo infante D. Pedro, que tinha de solicitar de Luiz XIV desculpa por ter feito a paz com a Hespanha, sem previo accordo com a França, sua allia

da. Luiz XIV concedeu facilmente a desculpa pedida, porque esperava ainda poder contar para outros projectos mais largos com a alliança portugueza, e se não a teve, não foi por culpa de Duarte Ribeiro de Macedo, que, durante 9 annos que esteve em França como ministro de Portugal, sempre se mostrou um ardente partidario da nossa alliança com Luiz XIV Correspondia-se elle frequentemente com o seu amigo O P. Antonio Vieira, que estava então em Roma, e que commungava nas mesmas ideias que o nosso ministro em Paris, mas a politica do principe D. Pedro era essencialmente pacifica então, e o governo de Lisboa não se deixou arrastar pelo seu ministro em Paris. Em 1677 regressou a Lisboa, e pouco tempo depois foi enviado ministro para a côrte de Madrid. Quando se começou a tratar do difficil negocio do casamento da princeza D. Izabel de Portugal com o duque de Saboya, negocio que teve tão desastroso resultado, foi enviado como embaixador extraordinario a Saboya o nosso diplomata, que partiu logo para o seu destino no meado do anno de 1680. Ao chegar, porém, a Alicante, e quando ia embarcar para Italia, sentiu-se fortemente incommodado, e ali falleceu. Emquanto esteve em Paris publicou uma traducção do *Aristippo ou homem de Côrte*, de Balzac, 1668; um estudo sobre o *Nascimento e genealogia do conde D. Henrique, pae de D. Affonso I, Rei de Portugal*, 1670; e umas *Advertencias al addicionador de la Historia del padre Juan de Mariana impressas en Madrid en le año de 1669*, 1676; saiu com o nome de Mr. de Cohon-Truel, gentil-homem francez. Quando esteve em Lisboa em 1677 publicou a sua *Historia da Imperatriz Theodora*. Quarenta e um annos depois da sua morte, em 1721, publicaram-se os seus *Discursos politicos e obras metricas*, que foram depois reproduzidas em segunda edição, juntamente com as obras de João Pinto Ribeiro, em Coimbra, 1730. Todos estes escriptos fôram collecionados, accrescentando-lhes alguns ainda ineditos, e sairam com o titulo: *Obras do dr. Duarte Ribeiro de Macedo*, Lisboa, 1743; 2 tomos; e novamente em 1767. Em 1817, Antonio Lourenço Caminha fez uma nova edição de obras de Duarte Ribeiro, com o titulo de: *Obras ineditas de Duarte Ribeiro de Macedo. . dedicadas ao muito alto e poderoso senhor D. João VI, Rei do reino unido de Portugal, Brazil e Algarves*, etc. Estas pretensas ineditas comprehendem de pag 1 a 146 o *Discurso de Duarte Ribeiro de Macedo sobre a introducção das côrtes n'este reino*, que já alguns annos antes se havia publicado no *Investigador Portuguez*, em Inglaterra, e no *Patriota*, jornal do Rio de Janeiro; e de pag. 147 a 176 o *Sonho politico*, que unto com as *obras metricas* fôra impresso pela primeira vez em Lisboa em 1721, e andava egualmente nas collecções já citadas, de 1743 e 1767. O resto são *prologo, dedicatoria, vida do autor, indices, e lista de assignantes*, Na edição que em 1827 se fez das *Cartas do P. Antonio Vieira a Duarte Ribeiro de Macedo*, vem as respostas d'este habil politico, que são valiosos documentos para a historia do tempo.

Ribeiro Magalhães *(Antonio Nunes Ribeiro Magalhães, visconde de)*. Vice-consul de Portugal em Bagé, estado do Rio Grande do Sul, opulento capitalista e proprietario. N. em Castellões de Cepeda, conc. de Paredes, a 5 de outubro de 1841, sendo filho de Joaquim Nunes e de Joaquina Rosa Ribeiro Magalhães. Descendente d'uma modesta familia de trabalhadores, o seu futuro era tambem o trabalho, e por isso bem cedo entrou na lucta da vida. Feitos os estudos primarios, embarcou, aos 12 annos incompletos, para o Rio Grande do Sul, onde se empregou n'uma casa commercial, indo algum tempo depois para Bagé, do mesmo estado do Rio Grande do Sul, continuando a sua carreira do commercio. Relacionando se intimamente com um seu collega, Francisco Loureiro de Sousa, constituiram se ambos, annos depois, em sociedade, e fôram estabelecer-se no Pirahy, a uns 20 k. da cidade, sob a firma de Sousa & Magalhães Esta sociedade não foi feliz, e passados poucos annos, dissolveu-se, retirando-se Loureiro de Sousa. Porfiando em tentar fortuna, Ribeiro Magalhães conservou o estabelecimento de Pirahy, mas não tardou a trespassal-o, conhecendo que á largueza das suas vistas eram indispensaveis mais vastos horizontes, voltou para Bagé, trabalhou tenazmente, e por fim venceu. Em 1890 comprou a uns 4 k. de Bagé um grande trato de terreno no logar denominado *Quebraxinho*, para estabelecer n'elle uma xarqueada, e esta tentativa deu-lhe os mais brilhantes resultados. Esta xarqueada, (matadouro de bois em graude escala, cuja carne, depois de secca, é exportada para todos os Estados do Brazil, vindo alguma para Portugal), servida pelo caminho de ferro que partindo da cidade do Rio Grande do Sul se dirige ao extremo do Estado, em. Santa Maria da Bocca do Monte, foi o agente decisivo da enorme fortuna, que Ribeiro Magalhães tem accumulado, que o tornou millionario. Comprou muitas outras propriedades importantes e grandes tratos de terreno, tanto no Estado Oriental do Uruguay como no Rio Grande. Nomeado vice-consul de Portugal em Bagé, no anno de 1888, por proposta do dr. Antonio Feijó, consul geral no extremo sul do Brazil, Ribeiro Magalhães foi agraciado em 1905 com o titulo de visconde, e em 1909 com a commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. Veiu a Portugal em 1904 e em 1908, de visita á familia e á terra da sua naturalidade, contemplou com importantes quantias o hospital da Misericordia de Paredes, a Associação de Bombeiros Voluntarios da mesma villa e o projectado hospital D Manuel II, a construir-se no Porto. O opulento titular mandou construir um theatro e uma capella na sua grandiosa residencia do Brazil. Para a capella comprou em Paris um magnifico orgão. Sustenta uma banda de musica, para a qual comprou no Porto os competentes instrumentos, uma escola gratuita, pharmacia, medico, etc. O seu caracter bondoso tambem se estende a obras de caridade, e a sua bolsa está sempre aberta para soccorrer os desvalidos O sr. visconde de Ribeiro Magalhães é, na verdade, um dos portuguezes que mais honram no Brazil o nome de Portugal.

Ribeiro de Mendonça *(Marceliano)*. Cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, reitor do Lyceu Nacional do Funchal, etc. N. n'essa cidade em 1805, onde tambem fal. em 1866. Foi professor de Philosophia no referido Lyceu, commissario dos estudos do districto do Funchal, secretario geral do governo civil, e presidente da camara municipal da mes-

ma cidade. Escreveu: *Principios de grammatica geral applicados á lingua latina*, Funchal, 1835; saiu com iniciaes M. R. M.; *Relatorio do Commissario dos Estudos do districto do Funchal de 1855 a 1856*; foi publicado no tomo VI do *Instituto*, de Coimbra, em 1857; parece que no mesmo jornal sairam egualmente outros relatorios, e mais alguns artigos do autor; *Elementos de Philosophia racional e moral*; não consta que se publicasse; *Gaspar Borges, romance historico;* parte d'este livro, fragmento d'uma chronica madeirense, saiu n'um periodico do Funchal.

Ribeiro de Moinho. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Codeçoso, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Ribeiro do Moinhos. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Castello, conc. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu. || N. S.ª d'Assumpção, de Bruçó, conc. do Mogadouro, distr. de Bragança. || S. Miguel, de Felgar, conc. da Torre do Moncorvo, do mesmo districto.

Ribeiro do Montinho. Pov. na freg de S. Julião, conc. e distr. de Portalegre.

Ribeiro do Muro. Pov. na freg de S. Sebastião, de Almaceda, conc e distr. de Castello Branco.

Ribeiro Negro. Pequeno rio da India, affluente do rio de Sanguem, que fórma o rio de Zuarim. Corre em Embarbacem, nas Novas Conquistas, e nasce na famosa cascata Dudsagor, que quer dizer *torrente de leite*, e que se despenha de aproximadamente 152 m d'altura, a pouca distancia da pov. de Selaulim.

Ribeiro Netto *(Manuel)*. Jurisconsulto. Era natural do Funchal, e fal. em 1681. Estudou na Universidade de Coimbra, onde se formou em Canones; voltando á Madeira, foi provido n'um canonicato da cathedral de Angra do Heroismo. Escreveu e imprimiu um volume latino de *Commentarios de direito civil*, e varias allegações de direito canonico.

Ribeiro de Paúlos. Pov. na freg, de N. S.ª dos Córos, de Teixoso, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Ribeiro de Pereiro. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

Ribeiro do Pinheiro. Pov. na freg. do Salvador, de Aramenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Ribeiro Pinto (*Albano de Mello*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, governador civil de Aveiro, deputado, jornalista, escriptor, director geral do ministerio da justiça, etc. N. em 19 de março de 1844, sendo filho do antigo liberal, o capitão Joaquim de Mello Pinto Leitão, que soffreu as maiores perseguições pela causa que defendia, indo parar ás cadeias de Almeida, onde esteve prisioneiro. Matriculando-se na Universidade no curso de Direito, formou se no anno de 1872, e foi exercer a advocacia em Agueda. Pouco depois da sua formatura, foi eleito procurador á junta geral do districto de Aveiro, pelo concelho de Oliveira do Bairro, representando sempre este concelho até 1885, fazendo parte da commissão executiva da mesma junta, com o jurisconsulto Alexandre de Seabra, seu presidente. Sendo eleito vereador da minoria da camara d'Agueda em novembro de 1885, tomou posse em janeiro de 1886, deixando este logar em fevereiro por ter sido nomeado governador civil de Castello Branco. Exerceu este cargo até novembro d'esse anno, em que foi novamente eleito vereador da camara de Agueda, sendo eleito presidente em janeiro de 1887, logar que occupou até dezembro de 1892, por ter sido reeleito vereador em novembro d'aquelle anno. Novamente eleito vereador em dezembro de 1896, tomou posse em janeiro de 1897, sendo eleito presidente da camara, cargo em que se conservou até dezembro d'esse anno, que então deixou por ter sido nomeado governador civil de Aveiro, cargo que exerceu até junho de 1900; em outubro de 1904 tornou a ser nomeado governador civil do mesmo districto. O sr. Albano de Mello pertencia ao partido progressista. Foi deputado pela primeira vez em março de 1887, eleito pelo circulo plurinominal de Aveiro, sendo reeleito pelo mesmo circulo nas legislaturas successivas: em outubro de 1889, 30 de março de 1890, 23 de outubro de 1892, e em 1894. Tendo sido depois eleito em 1896, resignou o logar, attendendo á circumstancia do seu chefe politico querer que fôsse chamado o immediato em votos, dr. Correia de Barros. Em março de 1897 tornou a ser eleito pelo referido circulo, assim como em 25 de novembro de 1900 e em novembro de 1901. O circulo plurinominal de Aveiro era composto dos concelhos de Aveiro, Agueda, Estarreja, Albergaria-a-Velha e Ilhavo. Na eleição de 26 de junho de 1904 cedeu o circulo a seu irmão o desembargador Joaquim de Mello Ribeiro Pinto. O sr. Albano de Mello foi relator do parecer ácêrca da questão Ferreira d'Almeida, na sessão de 1887, tendo usado da palavra em differentes discussões de projectos na camara dos deputados. E' condecorado com a gran-cruz da ordem de Izabel a Catholica, de Hespanha, e tinha a carta de conselheiro. Em 1906 foi nomeado director geral do ministerio da justiça. Como jornalista tem-se evidenciado como redactor da *Soberania do Povo*, jornal que se publica em Agueda desde 1879, e que deve a sua prosperiedade e longa vida ao distincto jornalista.—Seu filho, o sr. Manuel Homem de Mello da Camara, conde de Agueda, nasceu em 1 de janeiro de 1866 e formou se em Direito na Universidade de Coimbra em 14 de julho de 1888. Foi nomeado delegado do procurador régio em novembro de 1889, e como tal esteve nas comarcas de Ponte da Barca, Cintra e Anadia. Em 1898 foi nomeado administrador do 2.º bairro de Lisboa, e em novembro de 1899 contador das duas varas commerciaes de Lisboa. Em 1899 foi pela primeira vez deputado, eleito pelo circulo de Agueda, sendo reeleito em successivas legislaturas. Por decreto de 23 de janeiro de 1905 recebeu a mercê do titulo de conde de Agueda.

Ribeiro da Ponte. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Polvoreira, conc. de Guimarães, distr. de Braga || S. Lourenço, de Touredo, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Ribeiro da Povoa. Pov. na freg. de S. Martinho do Bispo, conc. e distr. de Coimbra.

Ribeiro da Quinta. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Gonçalo, conc. e distr. do Funchal.

Ribeiro Raia *(Antonio)*. Sargento-mór reformado. Era natural de Vizeu, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Ainda muito novo passou á India, e assentou praça de soldado. Teve os postos de alferes e de capitão, nas

armadas castelhana e portugueza, e nas campanhas de terra. Sendo reformado em sargento-mór, foi residir para Macau. Escreveu em 1643. *Pratica e theoria do governo*; dedicada a D. João IV, cujo manuscripto se conservava na Bibliotheca Real.

Ribeiro Real (*D. João Bettencourt de Araujo de Carvalhal Esmeraldo, visconde e conde de*). Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, commendador da de Izabel a Catholica, de Hespanha; tenente do batalhão de artilharia auxiliar da ilha da Madeira, socio correspondente da Sociedade de Geographia de Lisboa, e da Sociedade de Geographia do Porto; presidente da camara municipal do Funchal, procurador á Junta Geral d'este districto, secretario da commissão administrativa da Misericordia d'esta cidade, presidente da commissão do recenseamento politico, fundador e director da Companhia Edificadora do Theatro Funchalense, presidente da commissão anti-philloxerica do Funchal, vogal da commissão de Inquerito Agricola da Madeira, vogal da commissão de Agricultura Madeirense, vogal da commissão de auxilio á lavoura da Madeira, agente consular de França no Funchal, etc. N. no Funchal a 21 de dezembro de 1841; falleceu ha poucos annos. Era filho de Francisco Antonio de Bettencourt Araujo de Carvalhal Esmeraldo, fidalgo da Casa Real e opulento morgado da ilha da Madeira, e de sua mulher D. Julia Henriqueta de Freitas Esmeraldo. Casou no Funchal em 24 de junho de 1862 com D. Thereza da Camara Leme Carvalhal Esmeraldo Bettencourt Vasconcellos Sá Machado, filha dos 2.os condes de Carvalhal, D. Antonio Leandro da Camara Leme Carvalhal Esmeraldo Bettencourt Sá Machado, e D. Mathilde Montujar. Foi agraciado com o titulo de visconde de Ribeiro Real por decreto de 23 de março de 1882, sendo annos mais tarde elevado ao titulo de conde. O seu brazão é o seguinte: Escudo esquartelado com as armas dos Esmeraldos: no primeiro quartel, em campo de prata, uma banda preta; no segundo, em campo azul, uma faxa de ouro cornelea; no terceiro, em campo de prata, um leão e por cima d'elle um filete vermelho em banda, e em redor bilhetes pretos; no quarto, em campo azul, uma banda de prata fimbrada de vermelho; timbre, o leão das armas. Este brazão foi concedido por carta de 16 de maio de 1520, a João Esmeraldo Flamengo.

Ribeiro Real. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

Ribeiro do Rego. Pov na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Gouvães do Douro, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real.

Ribeiro Rosado (*José*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, e advogado na mesma cidade, onde nasceu a 25 de janeiro de 1819; fal. a 19 de setembro de 1880. Escreveu: *Manual do processo commercial, contendo a organisação do fôro commercial, attribuições das autoridades e mais empregados respectivos, competencia dos tribunaes de commercio, processo summario regular, processo arbitral, e a legislação mais importante sobre o juizo commercial*, Coimbra, 1856; houve 2.ª edição, *revista e augmentada*, Coimbra, 1863. Collaborou na *Revista de legislação e jurisprudencia*, e foi um dos fundadores e redactores da *Revista Juridica*, jornal juridico e litterario, de que se publicaram em Coimbra os tomos I e II, desde fevereiro de 1856 até fevereiro de 1858.

Ribeira de Sá (*Sebastião José*). Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, cavalleiro da de Christo e da Legião de Honra de França, chefe da repartição de manufacturas no ministerio das obras publicas, vogal e secretario geral das alfandegas, membro do Conservatorio Real de Lisboa, socio e presidente, em 1842, da Sociedade Escolastico-Philomatica, etc. N em Lisboa a 30 de maio de 1822, onde fal. a 11 de março de 1865. Era filho do barão de Palma, Luiz José Ribeiro, e de sua mulher D. Hypolita Candida de Sá. Foi tambem encarregado de varias commissões de serviço publico, tanto no paiz como no estrangeiro. Casou com D. Anna Catharina Buchens. Bibliographia: *Discurso proferido no dia 15 de outubro de 1842, na sessão solemne anniversaria da installação da Associação Escolastico Philomatica de Lisboa*, Lisboa, 1842; *A desmoralisação e o seculo, fragmentos*, Lisboa, 1843; *Contos ao serão*, Lisboa; *As fabricas nacionaes são uma historia! Pamphleto economico em defeza das fabricas*, Lisboa, 1849; *Biographia do senhor Joaquim Pereira da Costa*, Lisboa, 1847; *O que ha de ser o mundo no anno de 3:000?* imitação d'um romance de Emilio Souvestre, Lisboa, 1860; *Biographia do Brigadeiro Visconde de Sá da Bandeira*; saiu no *Universo Pittoresco*, vol. IV, pag. 196 a 199, e 220 a 224; *Biographia da Infanta D. Beatriz, Duqueza de Saboya;* no mesmo jornal e vol., pag. 370 a 373; ha ainda n'esta publicação, que findou em 1844, varios outros artigos assignados com o seu nome, e bem assim no *Panorama*, do qual foi collaborador nos annos de 1843 e 1844; *Diversos relatorios, estudos e contas officiaes*, dados ao governo, relativamente a assumptos economico industriaes; fôram impressos na folha official e em outros jornaes. Ribeiro de Sá foi redactor e proprietario da *Revista Universal Lisbonense*, do tomo VII (inclusive) em deante, e egualmente da *Revista Popular*, no volume VI e ultimo d'esta publicação.

Ribeiro de Sampaio (*Matheus Augusto*). Medico pela Escola Medica do Porto, medico militar no ultramar, grande agricultor em S. Thomé, etc. N. n'uma pequena aldeia da freguezia de Villar de Maçada, concelho de Alijó, em 1 de dezembro de 1847, sendo filho d'um proprietario abastado. Aos 24 annos de edade terminou o curso, sendo premiado no 5.º anno. Tendo muito desejo de ir para o ultramar, assentou praça logo que entrou para a Escola Medica, em 1867, como facultativo do Ultramar, e quando completou a sua formatura, seguiu viagem para a ilha de S. Thomé, onde residiu, com pequenos intervallos, até 1891. Exerceu a clinica desde 1872 a 1885, desprendido de todo o interesse, não recebendo honorarios por visitas ou consultas medicas, vivendo sómente dos partidos das roças que lhe garantiam, apezar do seu muito trabalho, 6 ou 7 contos de reis annuaes. Serviu como medico militar até 1888, pedindo n'esse anno a sua exoneração, por entender que era incompativel o logar de chefe de saude, que elle então exercia, com as funcções de medico civil. Os seus serviços,

porém, não fôram só os de medico, fôram tambem d'um cidadão prestantissimo e patriota. Sempre que se tornava necessario o seu auxilio e a força do seu prestigio, nunca se recusava, e foi assim que em 1873, sendo delegado de saude na ilha do Principe, ajudou efficazmente o governador, visconde de Santa Margarida, a reprimir uma revolta de todos os soldados e degredados que existiam ali, levados á rebellião por um 1.º sargento. Matheus Ribeiro de Sampaio, indignado por vêr os officiaes abandonarem o governador, offereceu-se para prender o sargento, o que effeituou. Este facto o desgostou profundamente, e n'um estado irritavel, vendeu em 1891, tudo quanto possuia em S. Thomé, que era mais da quarta parte da ilha, á firma Visconde de Valle Flôr & C.ª. Matheus Ribeiro de Sampaio, quando chegou a S. Thomé, não se limitara só ao exercicio da clinica, desejava empregar a sua actividade em campo mais largo, reconhecendo a opulencia do terreno, que lhe affirmava, que na agricultura poderia ser muito util ao paiz e aos seus. Foi d'este convencimento que resultou pedir a demissão do seu cargo official, com o que coincidiu o offerecimento de todos, ou quasi todos os partidos das principaes roças particulares, tal era a fama que adquirira em S. Thomé com os seus serviços medicos. Por essa occasião cuidava em montar a roça *Angolares*, como effectivamente montou, depois de luctar com as maiores difficuldades e contrariedades que teve de vencer, para assentar ali os alicerces do trabalho agricola, e fazer d'uma parte da ilha, até então inculta e defeza aos europeus, uma das primeiras propriedades da provincia Pelo seu casamento, que realisou em 1887 com uma senhora de abastada fortuna, D. Maria Augusta de Bustamante, resultou tornar-se um dos mais importantes proprietarios de S Thomé. Fôram de grande valor os serviços que então prestou á agricultura e á cultura das quinas n'aquella ilha. Ribeiro de Sampaio era conhecido pelo *homem de ferro*, porque sendo um trabalhador incansavel, como medico e como agricultor, não fôra nunca atacado pelas febres provenientes do clima d'Africa. Depois de vender todas as propriedades que possuia, conforme dissémos, regressou ao reino, e procurou o ministro da marinha, então o conselheiro Julio de Vilhena, e pediu lhe a concessão da Guiné, o que não pôde conseguir, por ter essa concessão sido feita por Antonio Ennes ao conde de Butter, facto que elle ignorava, porque não tivera publicidade official. Em 1894 caducou esta concessão, e Matheus Ribeiro de Sampaio, tendo d'isso conhecimento, estando na provincia de Traz-os-Montes, veiu logo a Lisboa, requerendo-a de sociedade com a firma Valle Flôr. Em setembro fez-se a concessão por entre censuras imbecis e suspeitosas, mas, por effeito d'um decreto posteriormente publicado, ficou a sua approvação dependente do parlamento. Não desanimou, e em 1895, por iniciativa de Paiva de Andrada, organisou-se em Moçambique a companhia da *Gorongosa*, para a qual foi convidado, acceitando o logar de director delegado em Africa com a condição de entrar com um quinto do capital. O prazo da Gorongosa tem uma superficie de um milhão de hectares approximadamente, com planicies quasi ao nivel do mar e com montanhas de 2:000 m. de altitude, cortado de rios por toda a parte. Os seus terrenos prestam-se a todas as culturas intertropicaes. Matheus Ribeiro de Sampaio filiara-se no partido regenerador e foi deputado em 1895, representando um dos circulos de Angola. E' muito curiosa e cheia de episodios a sua vida de medico e de agricultor. No dia 1.º de julho de 1880 subiu ao pico de S. Thomé, onde ninguem, até então, havia ainda subido. Em 1879 foi tomar posse do terreno dos Angolares, situado ao sul da ilha. Sem coadjuvação das autoridades conseguiu pelo prestigio do seu nome, fazendo sempre justiça a par da coragem para dominar, impôr a autoridade aos negros da região, que então aiuda tinha rei, e vivia n fóra da nossa acção. Valorisou todo o sul da ilha, onde radicou toda a sua força, tornando-se sympathico, solidarisando os indigenas com os progressos do seu emprehendimento, distribuindo por elles centos de hectares de terrenos. Ensinou-os a cultivar o cacoeiro, tornando-os importantes exportadores. Domesticou-os tanto, que pôde conseguir que aquelles selvagens lhe prestassem serviços, sendo os seus marinheiros, a quem confiava a vida e os seus valores.

Ribeiro Sanches (*Antonio Nunes*). Doutor pela Universidade de Salamanca, cavalleiro de estado da côrte da imperatriz da Russia e seu primeiro medico; socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, socio honorario da Academia de S. Petersburgo, membro de outras sociedades e corporações scientificas em França, etc. N. em Penamacôr a 7 de março de 1699, fal. em Paris a 14 de outubro de 1783. Era filho de Simão Nunes e de Anna Nunes Ribeiro. Dedicando-se á medicina, matriculou-se na Universidade de Coimbra, mas não se formou, porque a sua viva intelligencia percebia bom quanto os estudos estavam ainda atrazados em Coimbra, quiz vêr se em Salamanca adquiria mais largos conhecimentos. Estudou philosophia n'aquella universidade em 1717 e 1718, e no anno de 1722 tomou o grau de doutor em medicina, regressando em seguida a Portugal para exercer clinica, e foi nomeado medico de partido da camara de Benavente. No anno de 1723 houve em Lisboa uma terrivel peste acompanhada de vomito negro, que Ribeiro Sanches estudou praticamente, mas a sua ambição não estava satisfeita, porque via que nem em Coimbra nem em Salamanca encontrara a instrucção que ambicionava. Resolveu ir ao estrangeiro seguir os seus estudos, e tambem pela necessidade de se pôr ao abrigo das perseguições da Inquisição, que já o havia incommodado, assim como a sua familia, que era de christãos novos. Partiu então para o estrangeiro. Esteve primeiro em Genova, depois em Londres, onde se demorou dois annos ouvindo as lições de Douglas, passou mais tarde a França, visitou as escolas de Paris, e em 1728 foi visitar a grandiosa universidade de Montpellier. Percorreu as provincias meridionaes de França, e ali encontrou ainda bem vivas memorias da peste que immortalisou o bispo de Belzunce, conheceu e tratou intimamente com o afamado dr. Bertrand, celebre pela sua sciencia e pela sua abnegação e coragem, que em 1723 fôra consultado pelo governo portuguez com relação á peste que devastára Lisboa. Foi o dr. Bertrand quem deu noticia a Ribeiro Sanches dos Aphorismos de Boerhaave, cujas obras eram ain

da então completamente desconhecidas em Portugal e em Hespanha. Ribeiro Sanches leu o livro com verdadeiro enthusiasmo, e apenas soube que Boerhaave vivia e leccionava em Leyde, correu a procural-o, e seguiu o seu curso durante tres annos como simples alumno, dando até provas n'essa frequencia de tão extraordinaria memoria que, sendo o unico discipulo que não tomava apontamentos, era o unico tambem que sabia reproduzir integralmente as doutrinas do professor. A Universidade de Leyde era então considerada a mais notavel da Europa, por ser aquella onde o trabalho era mais independente, e onde o pensamento humano se expandia com maior liberdade. Boerhaave quiz que o seu brilhante discipulo tomasse graus na Universidade, e concorresse mais para o seu lustre, porém Ribeiro Sanches lhe confessou que já os tomára em Salamanca Boerhaave ficou muito lisonjeado por vêr que um homem de tão notavel talento e que se podia apresentar como seu collega, se quizesse simplesmente apresentar-se como seu discipulo. Ficaram ambos tão amigos que foi Ribeiro Sanches o primeiro de quem Boerhaave se lembrou, quando a imperatriz da Russia, Anna Ivanowna, lhe mandou pedir tres medicos para altos logares inherentes á sua profissão. Sanches foi o primeiro indigitado, e partiu logo, preferindo o seu emprego na Russia a um outro que lhe offereciam tambem na Guadalupe ou na Martinica Passava se isto em 1731, e o primeiro cargo que Sanches exerceu foi o de medico em chefe ou physico-mór de Moscou, onde se conservou dois annos examinando os medicos e os cirurgiões que iam praticar áquella cidade. Tanto se conceituou n'esse cargo, que em 1733 foi chamado a S. Petersburgo, por indicação, ao que parece, do primeiro medico da côrte o dr. Ruger, que, sendo presidente da chancellaria da medicina, o quiz para membro d'essa corporação, e fez com que em 1735 o nomeassem medico dos exercitos imperiaes, acompanhando n'essa qualidade o exercito que fazia a rapida campanha da Polonia Intimamente ligado com o general Munich, seguiu-o em todas as suas campanhas contra os turcos e tartaros, campanhas que se deram nos annos de 1735 a 1737. Deram-lhe ensejo de vêr paizes curiosos, e de fazer uma grande serie de observações que depois communicou a Buffon, e que este grande homem aproveitou no 3.º volume da sua *Historia Natural*, onde fez os mais rasgados elogios a Ribeiro Sanches. São principalmente ethnographicas essas observações, e revelam bem o espirito investigador e perspicaz do nosso illustre compatriota, que, ao mesmo tempo, ia fazendo outras observações que mais directamente o interessavam, observações medicas que muito concorreram para o adeantamento da sciencia. No cêrco de Azof, por exemplo, houvera tão grande quantidade de feridos, que não cabendo todos no hospital, tiveram de transportar se 80 para um sitio muito arejado, e para onde só fôram mandados em ultimo recurso por se recear muito que o ar os matasse. Curaram se todos. Este facto chamou a attenção do dr. Ribeiro Sanches, que estudou então com todo o cuidado essa febre chamada dos hospitaes ou das prisões, de que deu noticia muitos annos antes de terem d'ella conhecimento os medicos Huxham o Pringle, discipulos como elle de Boerhaave. O dr. Ribeiro Sanches tornou-se então um energico advogado da grande ventilação dos hospitaes, principio hoje perfeitamente acceite e por todos reconhecido o por toda a parte praticado. Acabada a guerra, o dr. Ribeiro Sanches voltou a S. Petersburgo, onde foi recebido com muita distincção, sendo nomeado medico do corpo fidalgo dos cadetes, e em seguida medico da propria imperatriz em 1740 Não pôde, porém, já salval-a da dolorosa doença que a pungira durante 8 annos, mas adquiriu nova reputação quando, tendo affirmado que a doença da imperatriz, doença cuja causa todos os medicos tinham até então ignorado, provinha de pedra nos rins, isso foi completamente confirmado pela autopsia, depois da morte da soberana. Sendo o novo czar, Ivan VI, ainda menor, formou-se um conselho de regencia, em que predominou Biren, duque de Curlandia e favorito da fallecida imperatriz. Não tardou, porém, que se assenhoriasse da regencia a duqueza de Brunswick, graças á intervenção do marechal Munich, o grande amigo do dr. Ribeiro Sanches, que exilou Biren para a Siberia, fazendo logo nomear o nosso compatriota medico da regente o do czar. Pouco tempo durou esse valimento, porque logo depois uma nova revolução veiu destruir o poder de Munich e o proprio poder do infantil czar. Subiu ao throno Elisabeth Petrowna, a gran-duqueza de Brunswick foi declarada ré de alta traição, o general Munich condemnado a ser decapitado, limitando-se porém afinal a ser desterrado para a Siberia com outros Ribeiro Sanches, amigo e parcial de todos estes, achou-se tambem em perigo imminente, e chegou a ser accusado de conspirador. N'esta crise tremenda, julgou-se perdido, nunca mais teve socego, e começou por se demittir elle mesmo de todos os cargos que exercia na côrte. Queria fugir de S. Petersburgo o mais depressa possivel, mas não o podia fazer sem licença, e essa não lh'a concediam, porque demais a mais a sua reputação de medico era cada vez maior, e não contribuira pouco para lh'a augmentar o que succedera com a doença da imperatriz fallecida, ao passo que ao mesmo tempo todos o consideravam um homem inoffensivo e incapaz de promover qualquer sedição politica. Não se tranquilisava com isso Ribeiro Sanches, nem lhe abrandou os terrores o cargo de conselheiro de Estado com que o recompensaram por ter curado d'uma doença grave o duque de Holstein. Não descançou emquanto não pôde obter como um supremo favor e o mais alto dos galardões licença para fazer uma viagem a França. Concederam-lh'a afinal em 1747, e Ribeiro Sanches partiu. Havia sido eleito socio correspondente da Academia das Sciencias de Paris, que servira com a maior dedicação durante a sua residencia na Russia. Certo de que seria bem acolhido, foi para Paris, não podendo regressar á patria, porque em 1747 ainda reinava em Portugal D. João V e com elle a intolerancia implacavel. Em Paris viveu algum tempo até em circumstancias bem difficeis, porque não quiz continuar a exercer clinica senão por caridade ou por amizade. Como era em extremo caridoso, e não podia vêr um infortunio sem o soccorrer, chegou a ter serios embaraços até que o governo do marquez de Pombal lhe acudiu com largos soccorros pecuniarios, simples recompensa dos muitos trabalhos em que o ministro em-

pregou a actividade e as multiplas aptidões de medico portuguez. Tambem o governo da Russia se lembrou em 1763, do homem que tão altos serviços lhe prestára e continuava a prestar, porque não só como socio correspondente da Academia Imperial de S. Petersburgo a mantinha ao facto das sérias e importantes descobertas que se iam fazendo no muudo civilisado cujo centro era Paris, e que podiam servir no serio desenvolvimento da sciencia, mas tambem escreveu com relação aos assumptos mais importantes da administração e da politica da Russia numerosas e valiosas memorias. Por isso tambem, logo que subiu ao throno a imperatriz Catharina II, consciа não só dos vastos serviços que Ribeiro Sanches prestára á Russia, mas lembrando-se com gratidão de que ello a curára, quaudo era pequena, d'uma grave enfermidade, arbitrou-lhe em 1763 uma pensão annual de mil rublos, que elle destructou 20 annos e um brazão d'armas com a seguinte legeuda:

NON SIBI, SED TOTI GENITUM SE CREDERE MUNDO

«Não entendeu que veiu ao mundo para ser util a si, mas, para o ser a todos».

O marquez de Pombal soube apreciar e avaliar os merecimentos do dr. Ribeiro Sanches, fazendo o seu conselheiro e correspondente dilecto com respeito ás variadissimas questões de que se occupava o seu espirito reformador. Foi elle o collaborador efficaz do grande ministro em muitas das suas importantes reformas. Parece até ser d'elle a creação do Collegio dos Nobres, imitado provavelmente d'alguma instituição similhante que existia na Russia, onde já se tinham lembrado da creação d'um corpo de cadetes, de que fôra Ribeiro Sauches até um dos primeiros medicos Logo depois do 1755 começou o marquez de Pombal a entrar em correspondencia com o notavel medico, pedindo-lhe que lhe escrevesse, provavelmeute para contribuir para a pacificação dos espiritos depois da terrivel agitação do horroroso terremoto, a seguinte obra, que foi publicada em portuguez em 1756 impressa primeiro em Paris, n'esse mesmo anno, saindo depois em Lisboa em 1757, com o titulo: *Tratado da conservação da saude dos povos, obra util e necessaria aos magistrados, capitães-generaes, capitães de mar e guerra, prelados, abbadessas, medicos e paes de familia. Com um appendice. Considerações sobre os terremotos, com a noticia dos mais consideraveis de que faz menção a historia, e dos ultimos que se sentiram na Europa desde o 1.º de novembro de 1755.* N'esta obra affirma Ribeiro Sanches que o clima de Lisboa melhorou depois do terremoto do 1.º de novembre de 1755. Estas considerações sobre os terremotos fôram traduzidas do portuguez em italiano por um irmão do autor, tambem medico, chamado Marcello Sanches, que saira egualmente de Portugal, e vivia na Sicilia. Foi aiuda para responder a uma consulta do governo portuguez, que Ribeiro Sanches escreveu: *Methodo pratico para aprender a estudar a medicina, illustrado com os apontamentos para estabelecer-se uma universidade real na qual deviam aprender-se as sciencias humanas, de que necessita o estado civil e politico*; 1763. Esta obra foi traduzida em francez e publicada em Paris em 1783. Foi ainda n'esse anno de 1763, que Ribeiro Sanches mandou de Paris ao marquez de Pombal uma memoria sobre a America portugueza, que o grande ministro lhe pedira, e que era dividida nos seguintes capitulos ou discursos, porque a obra devia ter o titulo de *Discursos sobre a America portugueza;* 1.º *Sobre colonias*; 2.º *Da colonia da America portugueza.* Perderam se os capitulos 3.º, 4.º e 5.º, obra que foi manuscripta, e segue se o capitulo 6.º que trata da *Agricultura*, 7.º que trata da *Cultura, e commercio do assucar;* o 8.º *Sobre a planta do tabaco, das suas preparações e do seu commercio.* Seguem-se emfim uns poucos de paragraphos, que tratam dos *Ecclesiasticos que habitaram nos dominios do ultramar portuguezes;* do *Governo politico do Paraguay pelos padres da Companhia;* do *Governo ecclesiastico do Brazil, bispos e curas*, etc. Com relação ao methodo de aprender e de ensinar a medicina, não quiz Ribeiro Sanches que não fôsse participante dos beneficios dos seus conselhos a sua antiga patria adoptiva, a Russia, e escreveu a este respeito uma carta á universidade de Moscou. Continuando a occupar-se de cousas portuguezas, escreveu uma memoria intitulada: *Meios acertados para estabelecimento de um tribunal, de um collegio de medicina, afim de que essa sciencia seja sempre util ao reino de Portugal e ás provincias que d'elle dependem.* Em 1754 escreveu: *Pensamentos ácêrca do governo da universidade de Medicina e dos Medicos.* Em 1761 dirigiu memorias varias ácêrca do modo de melhorar os estudos de medicina aos medicos de Hespanha e de Portugal, para conseguir que se modificasse o modo de ser das universidades de Coimbra e de Salamanca. Muitos manuscriptos restam do dr. Ribeiro Sanches, que attestam o seu interesse pelos assumptos da instrucção portugueza. Taes são: *Plano para a educação de um fidalgo moço; Carta que dá meios para que na educação publica entre um curso de moral; Projecto do estabelecimento de uma escola de agricultura; Cartas sobre a educação da mocidade*, etc. Uma das suas propostas, hoje universalmente adoptada, era para que houvesse junto das escolas de medicina um hospital, onde os medicos estudassem praticamente a sciencia, e para que a cirurgia se unisse com a medicina. Se com relação a Portugal, o dr. Ribeiro Sanches, além d'estes couselhos que dava e que tanto se aproveitaram a respeito da instrucção, tratava tambem com afinco de conseguir que elle conservasse as colonias, occupando-se d'esse assumpto na Hollauda, em conferencia com D. Luiz da Cunha, e escrevendo além da *Dissertação a respeito da America*, a *Dissertação ácêrca do modo de conservar as conquistas e colonias portuguezas*, com relação á Russia, entendia que a questão priucipal era o desenvolvimento da agricultura, e para o conseguir desejava sobretudo quo se recorresse ao trabalho livre, procedendo-se á emancipação dos servos, idéa que só se realisou no seculo XIX, graças á iniciativa do imperador Alexandre, assassinado pelos nihilistas. A grande fama que adquirira, fez com que, em 1752, a faculdade de Strasburgo o consultasse tambem ácêrca de um curso de cirurgia pathologica que queria introduzir nas suas escolas; Ribeiro Sanches respondeu com uma *Memoria* em quo ia um plano, que foi adoptado. Nos seus estudos medicos applicou-se especialmente ao estudo da sy-

philis ou do mal venerco, sendo seu o artigo que na famosa Encyclopedia apparece a esse respeito, e onde descreve pela primeira vez os effeitos terriveis d'essa doença, na sua propagação hereditaria, aventando opiniões que então excitaram a incredulidade, pelo menos o espanto, e que são hoje as adoptadas pela sciencia. A esse respeito escreveu varios trabalhos. Ribeiro Sanches nunca mais voltou a Portugal. Contava já 81 annos de edade, quando foi a Paris o grão-duque de todas as Russias, que vigiajava com o titulo de conde do Norte. Ribeiro Sanches foi visital-o, sendo recebido com extremo affecto por aquelle principe. Voltando para casa, sentindo-se já muito fraco, caiu de cama, e succumbiu a uma febre intermitente. Ao seu amigo Andry legou todos os seus manuscriptos, que formavam 27 volumes in folio, cujo catalogo Andry publicou, precedendo-o d'uma noticia biographica de Ribeiro Sanches; a sua magnifica bibliotheca, de que se publicou tambem o catalogo, foi vendida por intermedio de Deburc. Como era socio estrangeiro da Academia Real das Sciencias, pronunciou o celebre Vicq d'Azyr o seu elogio, que foi traduzido por Filinto Elysio. Do livro de Alfred Franklin, *Recherches sur la Bibliotéque de la Faculté de Médecine de Paris*, publicado em 1864, a pag. 157, consta, que na dita bibliotheca existe uma collecção de obras manuscriptas do dr. Ribeiro Sanches, em 5 volumes no formato folio, e 4 no de quarto, contendo: *Manuale medicorum; Materia medica*; *Pathologia*; *Versarae anatomiae*; *Manuale praticum*; *Mélanges; Piéces diverses*, algumas das quaes são em lingua portugueza, etc O sr. dr. Ricardo Jorge pôde haver ás mãos dois valiosos documentos inéditos; duas cartas do afamado medico dr. Ribeiro Sanches, e publicou-as em Lisboa, 1907, acompanhando as d'um bello estudo critico e biographico. Tem por titulo: *Cartas de Ribeiro Sanches, com annotações de Ricardo Jorge*. As cartas eram dirigidas de Paris ao P. Theodoro d'Almeida, e encerram conselhos medicos, a par de observações muito curiosas, e sugestivos commentarios a cousas do reinado de D. José I.

Ribeiro de Sangalhos Pov. na freg. de S Vicente, de Sangalhos, conc. de Anadia, distr. de Aveiro

Ribeiro dos Santos (*Antonio*). Doutor em direito canonico pela Universidade de Coimbra, lente cathedratico jubilado da mesma faculdade, bibliothecario da mesma Universidade e da Bibliotheca Publica de Lisboa, cavalleiro professo da ordem de Christo, freire da do S. Thiago da Espada, escriptor, etc. N. em Massarellos, uma das freguezias do Porto, em 30 de março de 1745, fal. em Lisboa a 16 de janeiro de 1818. Era filho de Manuel Ribeiro de Sousa Guimarães, coronel de Mineiros, e de D. Josepha Maria de Jesus. Contava 11 annos de edade, quando seu avô, André João Santiago de Costoias, residente no Rio de Janeiro, o chamou para a sua companhia, e Ribeiro dos Santos partiu para ali em 1 de setembro de 1756. Por indicação do seu avô entrou logo no seminario de Nossa Senhora da Lapa, o collegio mais conceituado d'aquella cidade, seguindo o curso de philologia e humanidades, sob o magisterio de alguns padres ex jesuitas, que exerciam o magisterio n'essa casa de educação. Aos 19 annos, em 1764, regressou a Portugal com seu tio Gonçalo Ribeiro dos Santos, que vinha estabelecer-se em Lisboa, e matriculou-se na Universidade acima citada, em direito canonico, cujo curso terminou com approvação e louvor. Em 1770 fez os actos grandes para doutor, publicando a sua these, intitulada *De sacerdotio est imperio selectae dissertationes*. Esta these foi traduzida em flamengo e impressa na Hollanda. O jornal francez *Nouvelles ecclesiastiques* publicou em 1782 um artigo, firmado pelo abbade Mouton, muito lisonjeiro para a obra de Ribeiro dos Santos. Em 7 de fevereiro de 1771 recebeu a borla doutoral, que lhe foi conferida pelo seu mestre Christovão d'Almeida Soares, mais tarde bispo de Pinhel, ficando oppositor ás cadeiras d'aquella faculdade. Pouco tempo depois, o marquez do Pombal procedeu á nova reforma dos estudos, e Antonio Ribeiro dos Santos entrou como collegial no real collegio das ordens militares, sendo promovido a uma das becas da ordem de S. Thiago da Espada, por carta patente de el-rei D. José, como governador das mesmas ordens, datada de 23 de setembro do referido anno de 1772. A 19 de fevereiro de 1777 foi nomeado bibliothecario da Universidade, logar que então se creou de novo, sendo ello o primeiro que exerceu este cargo, pelo conhecimento que já todos tinham da sua vasta sciencia bibliographica. Por decreto de 20 de agosto de 1779, foi despachado lente substituto da faculdade de canones, sendo n'esse mesmo anno chamado para socio effectivo da Academia Real das Sciencias pelo duque de Lafões, fundador da academia, que, desejando congregar n'essa douta corporação os homens mais eminentes do paiz, não podia esquecer o douto bibliothecario da Universidade. Antonio Ribeiro dos Santos foi uma das mais valiosas acquisições que fez a nova academia, pelos numerosos e valiosissimos serviços que lhe prestou nas publicações academicas. Em 1780 foi tambem chamado a fazer parte d'uma outra sociedade litteraria que se reunia em casa do conde de Vimieiro. Em 1782, tendo sido escolhido pelo claustro da Universidade para pronunciar a oração funebre em latim, nas exequias da rainha D. Marianna Victoria, viuva de D. José, foi por isso recompensado com uma pensão vitalicia de 50$000 reis mensaes e egualado por carta de lei de 6 de maio do mesmo anno, na precedencia e ordenado á cadeira de direito natural. Por aviso de 25 de julho de 1788 foi chamado á côrte *para negocio do real serviço*, e nomeado em 3 de fevereiro de 1789 vogal da junta de revisão e censura do novo codigo, logar que desempenhou com zelo e proficiencia, apresentando n'esse mesmo anno á junta de que fazia parte, um estudo importante sobre os assumptos de que a junta estava incumbida. A 10 de novembro do citado anno, de 1789, foi nomeado desembargador supranumerario, ou, como então se dizia, desembargador extravagante da Casa da Supplicação, logar de que tomou posse a 26 de janeiro de 1790, e a 29 d'este mez e anno foi despachado lente proprietario da 1.ª cadeira synthetica de direito na Universidade, e ainda no mesmo anno, sendo elle em creança tomado ordens menores, tomou ordens de subdiacono, conferindo-lh'as a 19 de agosto de 1790 o bispo de Marianna D. Bartholomeu. Foi isso apenas um pretexto para se lhe conceder uma conesia doutoral na sé de Vizeu, precedendo concur-

so na Universidade e carta regia de nomeação e apresentação, conesia de que tomou posse a 19 de fevereiro de 1793, sendo nomeado a 3 de abril d'este anno, deputado do Santo Officio de Coimbra, por provisão do bispo inquisidor geral D. José Maria de Mello. A 7 de abril de 1795 foi jubilado na cadeira synthetica de Decretaes na faculdade de Canones, sendo n'essa mesma occasião despachado commissario geral dos estudos na repartição da côrte e provincia da Extremadura. Por decreto de 28 de agosto de 1795 foi nomeado censor regio, e por outro de 4 de dezembro seguinte, chronista da Casa de Bragança. Fôra encarregado por portaria do mordomo-mór do 3 de janeiro de 1795, da guarda e conservação da livraria que estava a cargo du mesa da commissão geral do exame e censura dos livros. Serviu essa livraria de base para a fundação d'uma bibliotheca publica, fundação para a qual immensamente concorreu Antonio Ribeiro dos Santos, que por decreto de 4 de março de 1796 foi nomeado bibliothecario mór, *por ser pessoa em quem concorriam as circumstancias de ter amplos conhecimentos da mais depurada litteratura, experiencia, madureza e probidade.* A bibliotheca fôra organisada por alvará de 29 de fevereiro de 1796, arbitrando se para as suas despezas uma somma tirada do cofre do subsidio litterario. Por decreto de 3 de maio d'esse mesmo anno foi encarregado da inspecção do collegio francez, que fôra fundado em Lisboa por D. Marquet, benedictino da congregação de S. Mauro. A 3 de junho de 1799 foi nomeado deputado da junta da Casa e Estado de Bragança, e a 31 de dezembro commissario assistente dos exames dos professores do Lisboa, Porto e Evora, e respectivas provincias; a 18 d'esse mez fôra promovido a desembargador dos aggravos da Casa da Supplicação, a 17 do julho de 1800 transferido da conesia doutoral de Vizeu, para a da sé de Faro, precedendo concurso na Universidade e carta regia de nomeação o apresentação, passada a 17 de julho; a 11 d'agosto do mesmo anno nomeado deputado da Junta da Directoria Geral dos Estudos do reino e seus dominios, nomeação que Antonio Ribeiro dos Santos não acceitou, o que não impediu, que fôsse nomeado a 21 de março de 1802 deputado da Junta do Codigo Penal Militar Maritimo; a 13 de maio seguinte recebeu o despacho de deputado da Mesa da Consciencia e Ordens. Recebeu o titulo de conselho por decreto de 26 de maio de 1802, a 27 de setembro de 1804 foi transferido da sé de Faro para uma conesia doutoral da sé de Evora, sempre com precedencia de concurso. Em 11 de maio de 1810 recebeu o seu ultimo despacho, o de deputado ordinario da Junta da Bulla da Cruzada. Antonio Ribeiro dos Santos, que se entregava com dedicação e proficiencia aos estudos linguisticos, teve comtudo a idéa pouco scientifica de attribuir á lingua portugueza uma origem celtica, idéa partilhada por Fr. Francisco de S. Luiz, e que Alexandre Herculano depois refutou com toda a energia e auctoridade da sua palavra e da sua sciencia. Para confirmar esta sua theoria entregára-se a profundos estudos celticos, e por isso tambem foi eleito socio estrangeiro da Academia Celtica, academia organisada em França e de que fôram membros homens como Volney e Humboldt; o diploma de Ribeiro dos Santos era assignado por Cambray, Lacépéde a Johanneau. Na carta que acompanhava o diploma, dizia se que «a Academia Celtica, procurando a coadjuvação dos sabios mais distinctos assim da França como de toda a Europa, entendeu que devia associal o a seus trabalhos, admittindo-o no numero de seus socios estrangeiros» A 29 de maio de 1816 foi Antonio Ribeiro dos Santos aposentado no logar de bibliothecario-mór da Bibliotheca Publica, hoje *Nacional*, de Lisboa. Segundo o costume, tomou um nome arcadico, e por ser natural das margens do Douro, adoptou o de *Elpino Duriense*. Conviveu com os homens mais eminentes do seu tempo, e entre os seus amigos figuravam o principal Castro, o capitão Manuel de Sousa, o mathematico Stockler, Fr. José do Coração de Jesus, o poeta Almeno, o bispo de Angra, tio de Garrett, Pato Mouiz, Bocage, e o dr. Castilho, pae do grande poeta Antonio Feliciano de Castilho. Antonio Ribeiro dos Santos estava com a vista completamente perdida, porque cegou e cego morreu. A sua casa, na rua do Sacramento á Lapa, estava ricamente adornada, tendo moveis magnificos e quadros de mestres. A bibliotheca, principalmente, era uma sala preciosa. Encerrava uma quantidade copiosa dos mais escolhidos livros, e tinha no meio um Apollo de marmore, com a sua lyra em punho. Ali vivia Antonio Ribeiro dos Santos cego, com uma menina sua afilhada, que lhe lia as obras quo mais gratas eram ao seu espirito. Ali o visitou um outro cego, que se tornaria mais tarde um grande poeta, Antonio Feliciano de Castilho, que lhe recitava os versos infantis, em que já se revelava o seu genio poetico, que Antonio Ribeiro dos Santos ouvia com assombro, animando o moço poeta. No *Diccionario Bibliographico* de Innocencio Francisco da Silva, vem uma minuciosa lista da sua importantissima obra, de pag. 247 a 256 do vol. I, e de pag. 294 a 296 do vol. VIII. Doou muitas das suas obras manuscriptas á Bibliotheca Nacional de Lisboa, e offereceu em diversos tempos algumas *Memorias* á Academia Real das Sciencias para se imprimirem nas suas collecções, mas parece que não chegou a realisar-se. Na Bibliotheca Publica de Evora, consta, que se conservam os autographos de 21 cartas de Ribeiro dos Santos, dirigidas ao arcebispo Cenaculo, a quem pede o encaminhe nos trabalhos bibliographicos, relativos á Bibliotheca Publica de Lisboa, que estava organisando.

Ribeiro de S. Vicente. Tres povoações reunidas, chamadas S. Vicente de Baixo, S. Vicente de Cima e S. Vicente do Meio, na freg. de N. S.ª da Esperança, de Ribeira de Niza, conc. e distr. de Portalegre.

Ribeiro do Sampaio Ilha da Madeira; pov. na freg. de N S.ª da Conceição e conc. de Porto Moniz, distr. do Funchal.

Ribeiro Saraiva *(Antonio)*. Fidalgo da Casa Real, bacharel formado em Direito e em Canones pela Universidade de Coimbra, escriptor, etc. N. em Sernancelhe a 10 de junho de 1800, fal. em Paddock House, St. Peters, no condado de Kent, a 15 de dezembro de 1890, contando 90 annos de edade. Era filho do desembargador da Casa da Supplicação e conselheiro José Ribeiro Saraiva e de D. Francisca Xavier Constantina de Moraes e Macedo. Matriculando se na Universidade, frequentou simultaneamente as duas

faculdades citadas, e depois tambem as de mathematica e philosophia. Em Coimbra era geralmente considerado como um poeta muito distincto, fazendo parte da sociedade de rapazes estudiosos cujo chefe era Antonio Feliciano de Castilho, depois visconde do Castilho, do qual foi intimo amigo. Terminou os estudos da Universidade em 1823, passando em seguida algum tempo em Lisboa, na casa de seu pae. Em 1826 tomou o partido do infante D. Miguel. As tropas realistas do marquez de Chaves, não podendo resistir ás liberaes e ás forças inglezas, de Clinton, que as tinham vindo soccorrer, tiveram de emigrar para Hespanha em março de 1827, e Ribeiro Saraiva emigrou tambem, regressando á patria, só quando D. Miguel se acclamou rei de Portugal, em 1828. Durante a sua emigração, a princeza da Beira D. Maria Thereza, casada em Hespanha, o tomou para seu agente particular, empregando-o em continuas commissões politicas, na Austria, Baviera, Inglaterra e França, podendo finalmente conseguir que D. Miguel saísse de Vienna d'Austria, no que a princeza da Beira empregou toda a sua solicitude e valimento. Regressando a Lisboa, D. Miguel o nomeou secretario da embaixada de Inglaterra, e n'este emprego se conservou até ao fim de maio de 1834 Terminada a guerra civil, Ribeiro Saraiva soube em Londres tudo quanto occorria om Portugal e a epoca de terror que se seguiu á convenção de Evora Monte. Além d'isso, caracter summamente energico e intransigente, mesmo depois de 1836, em que se deram grandes dissidencias nos partidos constitucionaes que se organisaram, deixando então os miguelistas mais em socego, Saraiva não quiz mais voltar a Portugal, onde reinava uma dynastia que elle não podia nem queria reconhecer. Continuou a residir em Londres, e mesmo depois de 1834, foi encarregado de varias commissões diplomaticas, pelos governos da Austria e da Russia, para a restauração do governo de D. Miguel, o que não pôde conseguir Desilludido da esperança de vêr o seu partido vencedor, mas conservando-se sempre fiel aos seus principios politicos, desprezou propostas de seus amigos, e continuou vivendo em Londres, obscuramente, tirando a sua magra subsistencia de traducções inglezas que escrevia para algumas chancellarias estrangeiras, e de uma modestissima percentagem de vinhos nacionaes que alguns correligionarios do reino, por commiseração, o encarregavam de ir vendendo aos seus conhecidos. Como compensação aos dissabores, era notavel a maneira especial como a alta aristocracia ingleza o apreciava, o convidava, o distinguia e o estimava. Os inglezes respeitam as crenças alheias, e acatam, seja em quem fôr, a lealdade civica e o cumprimento dos deveres sociaes, religiosos e politicos. Por isso Ribeiro Saraiva, o desvalido portuguez vencido, mas fiel á sua bandeira politica, era venerado pelas grandes e opulentas familias de Londres. Em junho de 1880, quando completou 80 annos de edade, dois jornaes lhe dedicaram artigos elogiosos, cumprimentando o, o *Conimbricense* e o *Commercio de Portugal*. No artigo do primeiro liam se os seguintes periodos: «Apezar de militarmos em campos politicos diversos, não impede isso que respeitemos a autoridade do nosso compatriota, que ha 51 annos se acha ausente do reino. Uma das qualidades mais apreciaveis do sr. Ribeiro Saraiva é a sua independencia, de que deu numerosas provas durante o proprio governo do sr. D. Miguel, ao qual servia com a maior dedicação.» Do *Commercio de Portugal* transcrevemos tambem: «Completa ámanhã oitenta annos de edade o illustrado e venerando cidadão Antonio Ribeiro Saraiva, um dos altos funccionarios do estado durante a dominação miguelista. Este homem é o typo da maior independencia e da mais rigorosa austeridade. Ha cincoenta e um annos que vive no estrangeiro, expatriado, vivendo pobremente do seu trabalho, que nem mesmo a edade tem conseguido enfraquecer ou diminuir. Para elle Portugal deixou de ser terra, onde se pudesse viver tranquillamente, depois que a sua causa se perdeu e um novo systema politico, a elle opposto, se estabeleceu no paiz. Ribeiro Saraiva é um miguelista dissidente, isto é, faz politica a seu modo, sempre muito honestamente, combatendo até muitos dos actos do seu partido, A' *Nação* e ao grupo que ella representa, tem por vezes dado correctivos de um vigor assombroso para a edade d'aquelle velho. E' intransigente e irreconciliavel. As suas cartas ao illustrado redactor do *Conimbricense* são sempre muito curiosas, pelas revelações historicas e por uma fórma violenta para os adversarios das suas ideias Ribeiro Saraiva é de tal modo independente, que em 1833 nas cartas, encontradas nas regiões officiaes, do punho de varias influencias miguelistas, encontraram-se cartas de Saraiva verberando o governo do sr. D. Miguel. Antonio Ribeiro Saraiva tem tido provações immensas Sempre o mesmo. Antes quebrar que torcer. Chegou a não ter com que pagar o porte de uma carta. No tempo do sr. D. Miguel representava Portugal em Londres. Mudado o systema, cessou a representação. Sabem o que fez Ribeiro Saraiva? Havendo dividas importantes da legação, cuja responsabilidade passaria immediatamente ao seu successor, Riboiro Saraiva empenhou-se, sacrificou-se e pagou *á sua custa* tudo. Um homem assim é raro e respeita se. Não se procura n'elle o adversario, aprecia-se o cidadão. Um bom caracter e um homem leal, esteja onde estiver, estima se e preza-se. Aos oitenta annos Ribeiro Saraiva é ainda hoje um trabalhador. Vive da sua penna. Para dar uma prova do seu caracter basta dizer que se tiver de seu apenas uma libra, e um pobre, que elle reconheça como tal, lho pedir uma esmola, dá-lh'a, embora fique sem nada para o dia seguinte. E' assim. Os portuguezes que vão a Londres procuram sempre o venerado portuguez e elle recebe-os com jovial alegria e sincero affecto.» O sr. visconde de Castilho publicou um artigo acompanhando o retrato do venerando diplomata, no *Occidente* de 30 de maio de 1900, commemorando a sua morte. N'esse artigo conta o que se passou na visita que lhe fez em 1881, na sua passagem em Londres, a fórma cavalheiresca e amistosa como foi recebido, e ainda mais quando o reconheceu como filho do seu intimo amigo da infancia, o visconde de Castilho. N'esse mesmo jornal veem publicadas algumas das suas poesias, trazendo tambem o retrato de Antonio Ribeiro Saraiva, tirado em 1849, e as gravuras do seu gabinete de trabalho, casa onde vivia em Londres e a egreja e cemiterio, em Ramsgat, onde foi sepultado. As obras de Riboiro

Saraiva consistem n'uma immensidade de opusculos, cartas e artigos em jornaes Foi mais de dois annos correspondente do *Journal de la Haye*; escrevia tres vezes por semana, e tirava d'ali o seu sustento no tempo que elle chamava o mais difficil, 1834 a 1837. Escreveu tambem regularmente durante algum tempo a parte da politica e noticias estrangeiras para a folha de Dublin *The Telegraph*, e depois continuou na mesma folha a publicar longas series de artigos, que produziram principalmente na Irlanda seu effeito e sensação. Escreveu em Londres no *Morning Post*, e nos jornaes catholicos. Das suas composições impressas, umas com o seu nome e outras anonymas, mencionaremos as seguintes: *A Nação Portugueza por occasião do dia anniversario do fausto nascimento de S. M. I e R. a Senhora D. Carlota Joaquina de Bourbon*; *ode, seguida de um Commentario politico-moral*. Paris, 1828; *A Trombeta final*, Londres, 183 ; *Analyse sobre o tratado de commercio de Portugal com Inglaterra*, 1842; *O senhor Beirão e o seu discurso (defeccionario)* de 28 de Julho, Londres, 1842; *Cartas conspiradoras* (impressas em Londres, 1844), continuadas em diversos folhetos com numeração seguida; *Lyra erotica, por A. R. S, estudante do quinto anno de Leis*, Coimbra, 1821; *O Contrabandista*, Londres, 1835; *O Passado, presente e futuro, ou guia da salvação publica em Portugal*, Porto, 1835 (esta indicação é supposta, porque se conhece que foi impresso em Inglaterra); *A Peninsula*, jornal publicado em Londres, cujo n.º tem a data de 15 de abril de 1840; *Quid faciendum? Considerações offerecidas aos partidos portuguezes, ao presente colligados para o bem nacional; por um legitimista constitucional*, Londres, 1812; este pamphleto foi reproduzido com algumas observações e notas refutatorias no *Correio Portuguez*, jornal de Lisboa, *D Miguel em Roma*, Londres, 1844; *Noticia de serviços no libertar se o Brazil da dominação portugueza prestados pelo almirante Conde de Dundonald, marquez de Maranhão*, etc., Londres, 1859; é traducção do inglez, e tem á frente uma advertencia, assignada pelo traductor A. R. Saraiva; *Saraiva e Castilho a proposito de Ovidio*, Londres, 1862; tem os retratos de Castilho e do autor; comprehende tambem uma curiosa correspondencia havida nos annos de 1860 a 1862, entre os dois antigos amigos e companheiros de estudos na Universidade; *Saudades da patria;* nota appensa á versão dos *Fastos*, de Ovidio, por Castilho, no tomo II, pag. 590 Parece que tambem lhe pertencem muitos artigos em prosa, e varias poesias politicas, publicadas em 1839 e annos seguintes em diversos numeros do periodico O *Portugal velho*, datados de Londres, e tendo por assignatura *Portugal velho senior*. No vol. VIII do *Diccionario Bibliographico*, publicado em 1867, a pag. 296, lê-se que existia inédito um volume de poesias, intitulado *Musa quotidiana*, escriptas nos annos de 1831 e seguintes, bem como muitas notas e artigos em prosa, etc.

Ribeiro Secco. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Gonçalo, conc. e distr. do Funchal; outra na freg. de S. Martinho, do mesmo conc. e districto.

Ribeiro de Seda. Pov. na freg. de S. Thiago, de Urra, conc e distr. de Portalegre.

Ribeiro Sequeira *(P. Angelo)*. Presbytero do habito de S. Pedro. Era natural da cidade de S. Paulo, ou, segundo outros, da villa de Parnahyba, no Brazil; fal. com mais 90 annos, no Rio de Janeiro, a 7 de setembro de 1776. Pertencia a familia nobre. Fez os seus primeiros estudos com os padres jesuitas, e applicou se depois aos de direito, e exerceu na sua patria com grande credito a profissão de advogado. Possuidor de abastada fortuna, diz se que fôra elle o primeiro, que em S. Paulo andara em carruagem propria. Sendo um dia insultado e esbofeteado na rua por um individuo contra o qual fôra advogado em uma causa importante, tirou d'este successo documentos de desengano para abandonar o mundo e consagrar-se unicamente a Deus. Vendeu todos os bens, cujo producto repartiu pelos pobres e egrejas, e descendo a serra a pé com o breviario sobraçado, e sem outra matalotagem, chegou a Santos, e embarcou-se para Portugal. Aqui solicitou e obteve cartas de missionario apostolico, e com ellas percorreu por alguns annos as provincias do reino e parte das de Hespanha, prégando a penitencia, e fazendo numerosas conversões. Voltou por fim ao Brazil e fundou na provincia de S. Paulo o seminario de Nossa Senhora da Lapa, fallecendo com opinião de grande virtude. Escreveu: *Botica preciosa e thesouro precioso da Lapa, em que como em botica e thesouro se acham todos os remedios para o corpo, para a alma e para a vida. E' uma receita da vocação dos Santos para remedio de todas as enfermidades*, Lisboa, 1754; com 4 estampas; *Penitente arrependido; e fiel companheiro para se instruir uma alma devota e arrependida.* etc, Lisboa, 17 6; outra edição em 1757; *Livro do vinde e vêde, e do sermão do dia do juizo universal, em que se chama a todos os viventes para virem e vêrem umas leves sombras do ultimo dia, o mais tremendo e rigoroso do mundo*, Lisboa, 1758

Ribeiro da Serra. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Ribeiro do Serrão. Ilha da Madeira; pov, na freg. de S. Lourenço, de Camacha, conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal.

Ribeiro da Silva *(D Joanna Margarida Mauricia)*. Escriptora e poetisa N. em Lisboa, no anno de 1796, mas ignora-se a data do fallecimento. Era filha de Desiderio José Mancio Ribeiro da Silva, official do regimento de infantaria n.º 16, e que no posto de alferes foi em 1808 para França na Legião Lusitana, por mandado de Junot. Não consta, que voltasse á patria. Bibliographia: *Collecção nova de poesias*, Lisboa, 1812; n'este livrinho declara que o compoz aos 16 annos de edade, inspirada pelas poesias que fazia seu pae, e dá a entender que o entregou á publicidade para acudir á desventura de sua mãe rodeada de 5 filhos menores, sem pae, que dolorosamente fôra conduzido para França; *Obra poetica de D. Joanna, etc., em que descreve a sua vida, Primeira Parte*, Lisboa, 1815; *Poesias lyricas de D. Joanna, etc, folheto terceiro*, Lisboa, 1820; *Invasões da Russia, destroço do exercito francez na memoravel campanha de 1812; resumo historico, traduzido livremente, e addicionado com observações e notas*, etc., Lisboa, 1818; *Composições poeticas ou elogio a sua majestade o senhor D. Pedro IV, rei de Portugal, e imperador do Brazil, em signal de gratidão ao novo systema*, Lisboa, 1826.

Ribeiro da Silva (*Libanio Ribeiro da Silva, visconde e conde de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa e da de Carlos III, de Hespanha, official-mór honorario da Casa Real, negociante da praça de Lisboa, etc. N. a 27 de janeiro de 1824; fal. a 9 de novembro de 1895. Era filho de Manuel Ribeiro da Silva e de D. Jacinta de Jesus. Foi administrador da casa da rainha D. Maria Pia, socio de varias companhias e empresas industriaes, e por muitos annos exerceu o cargo de presidente da direcção do Banco de Portugal, e de presidente da assembleia geral da Companhia das Aguas. Casou a 30 de outubro de 1860, com sua sobrinha, D. Henriqueta Ribeiro da Silva, filha de José Ribeiro da Silva e de sua mulher D. Henriqueta Augusta Alves. Foi agraciado com o titulo de visconde por decreto de 26 de novembro de 1873, e com o de conde, por decreto de 26 de maio de 1886. O seu brazão d'armas foi concedido por alvará de mercê nova, passado em 25 de junho de 1857, e é o seguinte: Escudo esquartelado: no primeiro quartel, um leão vermelho rompante armado de azul, em campo de ouro; no segundo, em campo de prata, quatro palas azues; e assim os contrarios.

Ribeiro da Silva (*Manuel*). Medico. Era natural da freg. de S. Martinho de Balugães, termo de Barcellos. Filho de João Francisco de Passos e de Maria Francisca. Foi muito perito em philosophia, medicina e disciplinas mathematicas. Deixou manuscripta a seguinte obra: *Nova ratio de lineandi horologia solaria fixa horas aequales indicantia sine linea contingentia.*

Ribeiro de Siqueira (*Diogo*). Escriptor. N. em Cintra a 11 de novembro de 1644; fal. a 9 de dezembro de 1723. Era filho de Antonio Ribeiro da Fonseca, cavalleiro da ordem de Christo, juiz proprietario das coutadas de Cintra e almoxarife proprietario dos paços reaes da dita villa, e de sua mulher D. Maria de Siqueira. Desde os primeiros annos se applicou ao estudo das letras humanas, genealogia e historia, em que se tornou muito apreciado. Escreveu: *Diccionario Genealogico, Mythologico, e Historico dos Varões insignes do mundo*; ficou incompleta esta obra, e conservava-se encadernada em 2 volumes, na livraria dos frades theatinos, no convento dos Caetanos.

Ribeiro Soares. (*Jeronymo*). Escriptor, que viveu no seculo XVI. Era natural de Torres Novas e descendente de familia nobre. Foi muito dedicado á poesia comica, genero em que teve muitas composições, mas apenas se conhece a que tem por titulo *Auto do physico*, que saiu publicada na folha 101 (verso) *da 1.ª Parte dos Autos e Comedias portuguezas*, Lisboa, 1587.

Ribeiro Soares (*Lourenço*). Cavalleiro da ordem de Christo e sargento-mór do regimento dos Privilegiados da Côrte. N. em Lisboa a 8 de janeiro de 1666; ignora se a data do fallecimento. Era filho do capitão Francisco Ribeiro da Silva e de D. Catharina Soares Fialha. Foi militar durante 40 annos, servindo tanto no mar como em terra, em que deu repetidas provas do seu valor. Embarcou 18 vezes para conduzir as frotas da America e naus da India ao porto de Lisboa, e comboiar diversos navios á praça de Mazagão e ás Ilhas, distinguindo-se na formidavel armada que em 1717 foi d'esta côrte a favor dos venezianos contra o inimigo commum da Christandade. Tambem muito se evidenciou nas campanhas do Alemtejo, quando no anno de 1705 se renderam Valença d'Alcantara e Albuquerque, na passagem do rio Xevora, no sitio de Badajoz, na tomada das praças d'Alcantara e Ciudad Rodrigo em 1706, no Campo de Figueira junto a Badajoz, e por fim na entrada que fez o exercito portuguez na villa de Safra em 1711. Apezar da sua muito accidentada vida guerreira, não deixou nunca de se dedicar ás letras, e escreveu varias obras sobre campanhas e outros assumptos militares, que não se imprimiram.

Ribeiro Soares (*Pedro Ignacio*). Contador das obras militares. N. em Lisboa a 17 do julho de 1848. Era filho de José Antonio Ribeiro Soares e de D. Marianna Clara Rosa. Foi admittido em 1805 como praticante na repartição da Junta da Fazenda da Marinha, e em 1811 teve transferencia, em segundo escripturario, para a Contadoria das Obras militares, sendo ali promovido successivamente, até ser nomeado contador, em janeiro de 1841. Escreveu: *Drama allegorico que se ha de representar na abertura do theatro novo da travessa Larga a S. José, no dia dos faustissimos annos de sua majestade fidelissima a rainha nossa senhora*, Lisboa, 1804; *Drama allegorico, representado no theatro do Salitre, em applauso dos annos de S. A. R. o Principe Regente*, Lisboa, 1804; *Defeza dos Sebastianistas: primeira audiencia, e despacho que n'ella obtéem*, Lisboa, 1810; esta *Defeza* por ironia, é antes uma satyra á seita e aos seus sequazes; *Ode consagrada ao ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda*, etc., Lisboa, 1820; *Ode consagrada a sua majestade fidelissima o senhor D. Pedro IV, rei de Portugal e Algarves, imperador e protector dos estados do Brazil*, Lisboa, 1826; *Ode a Sua Majestade a senhora D. Maria II, rainha de Portugal e dos Algarves*, Lisboa, 1826; *Ode a Sua Alteza a serenissima senhora Infanta D. Izabel Maria, pela energia com que se tem empregado na regencia d'estes reinos*, Lisboa, 1826; *Collecção de poesias com que os cidadãos do bairro dos Romulares se propõem solemnisar o augusto objecto do juramento da Carta Constitucional, dada ao reino de Portugal pelo seu magnanimo rei o sr. D. Pedro IV*, etc., Lisboa, 1826; *Odes a mademoiselle Paulina Sicard, primeira dama do Real Theatro de S. Carlos*, Lisboa, 1827; *Nova collecção de poesias, analogas ao systema liberal*, Lisboa, 1833; *A descida de D. Miguel aos infernos a pedir auxilio: poema heroi-comico em dois cantos*, Lisboa, 1833. Além d'estas, publicou varias outras poesias incorporadas em folhetos e collecções de diversos, como na *Collecção de Novos improvisos de Bocage*, a pag. 83; na *Collecção de Poesias á morte de Bocage*; no *Jornal Poetico*, publicado em 1812, etc. Ribeiro Soares deixou manuscriptas numerosas composições poeticas, todas no gosto e estylo bocagianos.

Ribeiro de Sousa (*Salvador*). Muitos aventureiros se offereciam aos reis dos estados do Indo-China nos seculos XVI e XVII, para combaterem nos seus exercitos. Entre esses distinguiu-se Salvador Ribeiro de Sousa, natural de Quintaens, da provincia de Entre Douro e Minho, sendo filho de Fructuoso Gonçalves de Sousa. Com outros dois irmãos seus partiu para a India, afim de ali

ganhar nome e riquezas, como n'aquelles tempos faziam os nobres de Portugal, muitos dos quaes lá acharam sepultura, assim como os dois irmãos de Salvador. Saira já do theatro das suas façanhas com destino a tornar a vêr terras da sua patria, quando, ainda no Oriente, se viu forçado a fazer arribada no golfo do Ganges. Corria então o mez de junho de 1600, e o nosso aventureiro acolheu-se ao porto de Sirião, no Pegú. Convencendo-se de que seria muito util a Portugal estabelecer uma feitoria n'aquelles logares, solicitou e obteve a necessaria licença do rei d'Arracão, em cujo serviço se achava Filippe de Brito de Nicóte, filho de paes francezes, mas nascido em Lisboa. Edificou logo uma casa, que teve o cuidado de fortificar sem que a gente de fóra o soubesse. Arrependendo-se o citado monarcha de haver concedido licença tão precipitada, resolveu apoderar-se da construcção já feita, mas Salvador Ribeiro de Sousa, confiando no seu esforço e seguro das condições de resistencia do seu dominio recente, embora não contasse com mais de 30 homens na fortaleza, não esperou a chegada de quem só reconsiderou tardiamente, indo-lhe ao encontro impetuosamente. O rei d'Arracão descia o rio de Pegú com uma armada poderosa, ao passo que os nossos guarneciam tres baixeis apenas; mas apezar da grandissima desproporção, venceram os portuguezes, que ficaram senhores d'um importante despojo e admirados pela sua galhardia ao animo dos indigenas. Esta victoria foi alcançada nos primeiros tempos do anno de 1601, e poucos dias depois, o Banha Láo, assentou arraiaes proximo ao forte de Sirião, com cuja tomada ardia em desejos de lavar a affronta soffrida pelos soldados de Arracão. Salvador Ribeiro de Sousa, porém, que não temia nenhum perigo por maior que elle se afigurasse, não só logrou manter-se na sua posição, como surprehendeu durante uma noite o inimigo, matando de sua propria mão o famoso chefe competidor. Era este genro de Banha Dalá, o qual pretendeu vingar-lhe a morte por meio d'uma desforra que ficasse memoravel. Estabeleceu rigoroso cêrco á fortaleza, investindo-a incessantemente durante mezes, em que os sitiados experimentaram todas as agruras, desde a fome até á deserção d'alguns companheiros, e ao completo desmantelamento dos muros que os abrigavam, mas em que conservaram tambem a maxima coragem de heroismo e a fé pura da sua crença. Salvador Ribeiro de Sousa recebeu n'esta occasião um golpe, que lhe rasgou a face da orelha esquerda até á bocca, e sem desesperar na conjunctura extrema em que se via, logrou por fim com o auxilio de nâus de mercadores ali chegadas, libertar as ruinas em que talvez suppozera encontrar sepultura, e fazer desistir do proseguimento do sitio ao teimoso e ardente Banha Dalá, immensamente enfraquecido no exercito do seu commando. Pouco depois d'estes factos, o rei de Pegú foi assassinado, e tendo Salvador Ribeiro de Sousa, com a fama das suas façanhas, que se espalhara na Indo China, adquirido as sympathias geraes, todos os peguanos o quizeram para seu rei, e o elegeram dando-lhe o titulo de *Massinga*. Elle acceitou a corôa, e deu parte de todas as suas victorias e successos ao vice rei da India, Ayres de Saldanha. Entretanto Filippe Nicóte voltava da India, onde fôra assoalhar alguns serviços, e teve a nomeação de capitão-general d'aquella conquista, para que nada havia contribuido, nomeação feita por Ayres de Saldanha, procedendo com a maior ingratidão para com Ribeiro de Sousa, escrevendo lhe apenas uma carta de agradecimento, cujo sobrescripto dizia: «A Salvador Ribeiro de Sousa, capitão da fortaleza de Sirião, em ausencia de Filippe de Brito de Nicóte.» Apenas o novo capitão-mór chegou ao Pegú, Ribeiro de Sousa lançou lhe a corôa aos pés, e voltou tranquillamente á primitiva obscuridade. Emquanto Nicóte, aproveitando o sacrificio do seu companheiro, e attribuindo a si a gloria d'elle, pompeava na Indo-China como governador portuguez d'essa nova conquista, Ribeiro de Sousa voltava a Portugal, embarcando em março de 1603, esquecido de todos, vindo a fallecer ignorado n'uma pobre aldeia do Minho.

Ribeiro de Soutellinho. Pov. na freg. de N. S.ª da Paz, de Portella do Fojo, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra

Ribeiro do Testo. Ilha Terceira; pov. na freg. de Santo Antonio, do Porto Judeu, conc. e distr. de Angra do Heroismo, Açôres.

Ribeiro das Varzeas. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Ribeiro das Vinhas Pov. na freg. do Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja.

Ribeiros. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Fafe, distr. e arceb. de Braga; 152 fog. e 595 hab. Está situada nas proximidades da estrada de Fafe a Refojos de Basto, a 1 k. d'um affluente do rio Vizella e a 5 da séde do conc. As religiosas franciscanas do convento de Santa Clara, de Guimarães, apresentavam o vigario, que tinha 30$000 de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 20 com a sede em Amarante. ‖ Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Freixieiro de Soutello, conc. e distr. de Vianna do Castello ‖ S. João Baptista, de S. João da Madeira, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. ‖ N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Ribeiros Altos Pov. na freg. de S. Romão, de Mouriz, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Ribel. Pov na freg. de S. João Baptista, de Codeços, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Ribella. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Avioso, conc. da Maia, distr. do Porto. ‖ S. Thiago, de Cruz, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga ‖ S. Mamede, do Este, conc. e distr. de Braga. ‖ Santa Lucrecia, de Louro, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. ‖ S. Martinho, de Pecegueiro, conc de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. ‖ N. S.ª d'Assumpção e conc. de Penacova, distr. de Coimbra. ‖ S. Salvador, de Taboado, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. ‖ S. Romão, de Villa Cova de Vez do Aviz, conc. de Penafiel, do mesmo districto.

Ribellas Pov. na freg. de Santa Maria, de Lalim, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Ribes Pov. na freg. de S. João Baptista, de Parada, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Ribolhinhos. Pov. na freg. de S. Miguel, de Mamouros, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Ribolhos. Pov. e freg. de Santo André, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Castro Daire, distr. e bisp. de Vizeu; 48 fog. o 194 hab. Tem correio, e está situada a 2 k. da margem esquerda do rio Paiva e a 3 da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 60$000 reis e o pé d'altar. Teve antigamente foro de villa e foi couto, mas nunca teve foral, novo ou velho. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Riboura. Pov. da freg. do Salvador e conc. de Rézende, distr. de Vizeu.

Rica. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Ricardo (*José*). Actor contemporaneo muito considerado. N. em Lisboa a 9 de fevereiro de 1860, sendo filho de Antonio Ricardo, que foi ponto e actor no Gymnasio, e depois ponto no theatro de D. Maria II. Aos 12 annos, segundo consta, representou no citado theatro de D. Maria II, hoje Nacional Almeida Garrett, no drama *A Mulher que deita cartas*, entrando mais tarde no drama *Patria*, representando depois no Gymnasio na comedia *O Lenço branco*. N'este theatro tambem entrou nas comedias *Paulo* e *As duas creanças*, que Maximiliano de Azevedo escreveu de proposito para elle. José Ricardo foi muito festejado, declarando-se logo muito estudioso, promettendo um futuro artista distincto. Quando Emilia Adelaide partiu com a sua companhia para o Brazil, José Ricardo devia ir tambem, mas não pôde realisar o esse desejo por estar sujeito ao recrutamento, e acompanhou-a só até ás ilhas, onde bastante agradou, e regressando a Lisboa logo o actor Polla o contratou para uma companhia que formára, com destino a dar algumas recitas nas provincias do Alemtejo e do Algarve. N'essa excursão teve grande acceitação no desempenho de papeis importantes nas peças: *Torre de Babel*, *Familia Mougrol*, *Condessa de Senecey*, *Lazaristas*, *Pae da actriz*, *Enjeitados*, etc. Foi depois para o Porto com o mesmo actor Polla, que tomara de arrendamento o theatro do Principe Real d'aquella cidade, hoje *Theatro de Sá da Bandeira*, e continuou depois ali, contratado pela empresa Borges d'Avellar e Costa. Passou depois a fazer parte d'uma sociedade artistica; seguiu para a empresa de Emilia Adelaide no theatro Baquet, pouco depois entrou em nova sociedade com diversos artistas, seus collegas, e em seguida para a empresa Alves Rente, onde se conservou 7 annos, saindo para formar uma sociedade empresaria no theatro de D. Augusto, com Taveira e Santinhos. Pouco depois era Taveira o unico emprezario,sendo José Ricardo escripturado. N'estas condições foi ao Rio de Janeiro em 1895, onde alcançou um triumpho completo. Com o mesmo empresario ainda fez uma epoca no Porto, e em 1896 tomou a empresa do theatro de D. Affonso. Quasi todos os annos vinha representar a Lisboa, sendo sempre aqui recebido pelo publico como um dos seus mais predilectos actores. Quando terminou a sua empresa no Porto, veiu para o theatro da Trindade, de Lisboa, em sociedade com o cambista, já fallecido ha annos, Domingos Gouveia, sendo actor, director e ensaiador. Depois esteve emprezario no theatro da Avenida, e fez nova excursão ao Brazil. Voltando para Lisboa representou no theatro D. Amelia, fazendo parte da companhia, e depois, varias vezes sem escriptura effectiva. Ultimamente entrou para o da Avenida, como actor, director e ensaiador. José Ricardo é, por assim dizer, um artista generico, pois que se tem evidenciado sempre com vantagem, em papeis de todo o genero, como se nota no seu immenso reportorio, de que mencionaremos as seguintes peças, além das já citadas: *Os Sinos de Corneville*, *Batalha das damas*, *Toutinegra do templo*, *Testamento da velha*, *Drama do povo*, *Filhos do capitão mor*, *Varina*, *28 dias de Clarinha*, *Rosalino*, *Filha do Inferno*, *Policia*, *Solar dos Barrigas*, *Ladrões do mar*, *Barba Azul*, *O amigo dos diabos*, *Milho da padeira*, *Falsa adultera*, *Burro do sr. alcaide*, *Mosquitos por cordas*, *Reino das mulheres*, *Filha do mar*, *Dragões d'el rei*, *Crime de Faverne*, *Princeza das Canarias*, *Mascotte*, *O Ladrão*, *Damas viennenses*, *Princeza dos dollars*, *Conde de Luxemburgo*, etc.

Ricca (*Maximiano Claudio*). Escriptor e poeta. N. no Porto a 23 de janeiro de 1853. Seguindo o curso de pharmacia, estabeleceu a *Pharmacia Ricca*, á frente da qual sempre tem estado. Collaborou no *Pimpão*, folha humoristica de Lisboa, escrevendo sob o pseudonymo de *Cacir*; publicou tambem engraçadas gazetilhas nos jornaes: *Republica Portugueza*, *Lucta*, *Folha do Norte*, *Vida Moderna*, *Voz Publica* e *Primeiro de Janeiro*, adoptando os pseudonymos de *D. Bibas* e *Max*. Publicou em 1911 um livro de versos, intitulado *Lyricas*, que a imprensa tem apreciado muito. Escreveu a comedia, em 1 acto, *Surpreza*, que se representou com exito no theatro do Gymnasio.

Ricci (*P. Manuel Joaquim Rodrigues*). Presbytero secular. N. em Villa Verde de Oura, no termo de Chaves, a 3 de janeiro de 1763. Ignora-se a data do fallecimento. Foi bom calligrapho e gravador a buril. Escreveu: *A B C. Escola de meninos, em que se acham por sua ordem alphabetica todas as letras e monosyllabos que os meninos devem soletrar antes de principiarem a ler cartas, ou qualquer outra escripta, com os traslados competentes para se habilitarem a escrever perfeitamente o melhor caracter de letra*, etc., Lisboa, 1816. São 21 estampas gravadas em chapa de metal, inclusivé o rosto.

Richoso (*José Joaquim*). Presbytero e doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Portalegre a 12 de março de 1840, e falleceu ha bastantes annos. Seu pae tinha egual nome, e era proprietario em Portalegre. Matriculando-se na Universidade foi graduado em theologia a 27 de maio de 1863, formado em 2 de junho de 1864, tendo recebido premios no 2.º, 3.º, 4.º e 5.º annos. A 27 de junho do mesmo anno de 1864, tomou tambem o grau de bacharel na faculdade de Direito; a 23 do abril de 18·8 teve o grau de licenceado em theologia, e o de doutor em 24 de maio do mesmo anno. A 20 de setembro de 1862 fôra ordenado de presbytero em Braga. Foi despachado em 22 de novembro de 1864 professor de direito natural e theologia exegetica no seminario de Portalegre, e em 28 de agosto de 1868, vigario geral o governador da diocese, por provisão do respectivo prelado lisbonense, e confirmado por aviso regio de 4 de setembro do mesmo anno. Em 23 de agosto de 1869 foi exonerado d'este cargo, a seu pedido. Escreveu: *Theses ex universa theologia selectae, quas in Conimbri-*

censi Academia anno MDCCCLXVIII propugnabat, Coimbra, 1868; *Dissertatio inauguralis. De Rationis et Fidei concordia: ex VV 1—3, cap. XII Epist. D. Pauli ad Romanos speciatim deducta*, Coimbra, 1868. Escreveu diversas pastoraes, que mandou imprimir, durante o exercicio das suas funcções de governador do bispado. Foi redactor do *Campeão do Alemtejo*, e tambem collaborou na *Gazeta de Portalegre*.

Rico-homem. Este titulo, que no seu principio apenas designava o que possuia grandes propriedades, foi conferido pelos reis como titulo de nobreza. Mas não era sem encargos que se dava esse titulo. N'esses tempos os exercitos não recebiam paga. Procuravam por suas proprias mãos a recompensa das fadigas o sacrificios a que voluntariamente se sujeitavam, e achavam-n'a no saco dos arraiaes e povoações inimigas. Comtudo, o rei era obrigado a sustentar os soldados. E como esta obrigação se lhe tornasse muitas vezes um encargo difficil e penoso, lembrou se de o repartir com os seus guerreiros abastados, aquelles a quem, por essa circumstancia, o povo chamava *ricos-homens*. Cumpria pois a estes, enobrecidos por esta fórma, sustentar á sua custa um certo numero de soldados com que auxiliassem o exercito real. A este titulo fôram os soberanos juntando privilegios, isenções e distinctivos com que mais o realisavam e autorisavam. Fôram confiados aos ricos homens os primeiros cargos do exercito, e acima da sua autoridade só havia a do monarcha. Os seus distinctivos consistiam em um *pendão* e uma *caldeira*, porque ambas estas cousas elles traziam na guerra; o pendão deante de si, como bandeira, em que pintavam, além d'uma caldeira, alguma divisa particular, que os fizesse conhecidos, e em volta do qual se reunissem os guerreiros que conduziam sob as suas ordens, a caldeira na retaguarda, para fazer n'ella a comida para os seus soldados, a quem tinham de alimentar. Por esta razão vieram a denominal-os *ricos homens de pendão e caldeira*. Era-lhes permittido, quando o reino estava em paz, irem com a sua gente d'armas servir na guerra a qualquer principe estrangeiro. E tanto chegou o seu prestigio e autoridade, que se em certos casos voltassem as armas contra o seu proprio monarcha, não incorriam por isso no crime de traição, nem resultava infamia para os seus parentes. Não tinham obrigação do serviço militar senão quando a pessoa do rei entrava em campanha. A seu turno, tambem desfructavam diversos privilegios e isenções os individuos dependentes, como vassallos, dos ricos homens, isto é, os rendeiros d'estes ou aquelles que lhes agricultavam as terras. Esses privilegios e isenções eram, porém, uma necessidade, pois que mal poderiam os ricos-homens desobrigarem se dos seus compromissos para com o soberano, se as suas terras ficassem de pousio. Os ricos-homens eram do conselho dos nossos reis, e nenhum negocio se decidia sem ser ouvido o seu parecer. Nas doações regias figurava a sua assignatura depois da dos reis e infantes. Quando esta dignidade assim começou a subir em consideração e preminencias, determinou o soberano que a investidura d'ella se fizesse com solemnidade e apparato. Aquelle a quem o rei queria nobilitar com similhante titulo, ia na vespera, segundo os usos da cavallaria, velar as armas em uma capella ou egreja. No dia seguinte encaminhava-se para o paço acompanhado por um numeroso e luzido sequito. Introduzido á presença do monarcha, assistido de sua côrte, ajoelhava deante d'el-rei, de cujas mãos recebia um pendão com a caldeira pintada, com o qual ficava autorisado a capitanear gente na guerra, com obrigação de a alimentar, e ao mesmo tempo a desfructar todos os mais privilegios e prerogativas inherentes a tal dignidade. O mais antigo rico-homem, de que fala a historia do paiz, foi D. Egas Moniz, o fiel e dedicado aio de D. Affonso Henriques. A's mulheres dos ricos-homens se dava o titulo de *ricas-donas*. A ultima vez que em Portugal se concedeu o titulo de rico-homem foi no 1.º de julho de 1451, mercê concedida por D. Affonso V a Nuno Martins da Silveira, seu escrivão da puridade e caudel-mór do reino.

Rielho. Pov. na freg. de S. Martinho, de Modello, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Riem Pov. do commando militar de Satary, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India.

Rigueira, V. *Regueira*.

Rijos. Pov. na freg. de Santa Maria do Castello e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Rilheira. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Olciros, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Rilvas *(João Gomes de Oliveira Silva Bandeira de Mello, 2.º barão, visconde e conde de)*. Moço fidalgo com exercicio no paço, e fidalgo cavalleiro da Casa Real; cavalleiro da ordem de Malta, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Portugal, junto da côrte da Belgica, commendador da ordem de S Thiago da Espada, e cavalleiro da de Christo; gran-cruz da de Leopoldo da Belgica, da ordem em brilhantes da Corôa da Prussia, e varias outras ordens. N. a 28 de junho de 1823, fal. em Bruxellas a 18 de agosto de 1889. Era filho de João Gomes d'Oliveira Silva, cavalleiro da ordem de Christo e conselheiro, e de sua mulher, D. Anna Luiza Bandeira de Mello. Casou no dia 27 d'abril de 1861, precedendo alvará de licença regia de 20 de março do mesmo anno, com D. Maria Clara de Calça e Pina, dama da ordem da Cruz Estrellada d'Austria, da do Capitulo de Malta e da de Santa Thereza da Baviera, 2.ª baroneza, viscondessa e condessa de Rilvas, por ser filha herdeira do general de divisão Simão Felix de Calça e Pina, 1.º barão e visconde d'este titulo, o de sua mulher, D. Guilhermina Amalia Champalimaud de Nussane de Sousa Lyra e Castro de Barbosa. O brazão d'armas de sua familia consta do seguinte: Escudo esquartelado e assente sobre a Cruz de Malta, tendo por orla, de prata enlaçada e forrada de vermelho, uma letra em vermelho, que diz: *Mitte non promitte*. No primeiro quartel as armas dos Bandeiras: Em campo vermelho uma bandeira de ouro quadrada, franjada de prata e carregada com um leão azul rompante, armado de vermelho, com a haste de ouro e o ferro de sua côr;—no segundo quartel as dos Mellos: Em campo vermelho uma cruz dobre e bordadura de ouro, e nos vãos seis bezantes de prata;—no terceiro quartel as armas dos Limas do Visconde: escudo partido em tres palas, tendo na primeira, em campo de ouro, as quatro palas vermelhas de Aragão; na segunda e terceira esquarteladas: no primeiro quartel, em campo de prata o leão

dos Silvas de púrpura armado de azul; no segundo, em campo de prata as tres faxas dos Souto-Maiores enxaquetadas de vermelho e ouro com uma cinta de preto sobre cada uma;—no quarto quartel, as armas dos Cunhas: Em campo de ouro nove cunhas de azul postas em tres palas. O brazão da familia dos condes de Rilvas, consta: Lisonja esquartelada, contendo no primeiro quartel as armas dos Pinas: Em campo vermelho uma torre de prata lavrada de preto, firmada n'uma rocha verde; no segundo as dos Calças: Em campo azul nove vieiras de prata em tres palas; no terceiro as dos Godinhos: Escudo partido em pala, sendo a primeira xadrezada de ouro e vermelho de duas peças em faxa e cinco em pala; e a segunda tambem xadrezada do mesmo numero de peças, mas de ouro e azul; e no quarto, as dos Barreiros: Em campo de ouro tres troncos de arvore de preto com seus esgalhos postos em banda.

Rilvas. *(Simão Felix de Calça e Pina, 1.º barão, visconde e conde de).* General de divisão. N. em Souzel a 16 de outubro de 1796; fal. a 31 de julho de 1865. Era filho do desembargador Joaquim Antonio de Calça e Pina Barreiros Godinho. Entrando ao serviço militar como alferes do regimento de infantaria n.º 14 em junho de 1810, tomou parte na guerra da Peninsula, e tendo assistido ás batalhas do Bussaco, Albuhera Nivelle. e Nive e aos sitios de Badajoz e de Bayonna, merecendo por vezes os elogios do marechal Beresford e obtendo a graduação de tenente pelo modo como se houve na acção de Nivelle, foi-lhe conferida a effectividade d'esse posto em 1814. Passando em 1817 á arma de cavallaria n.º 5, foi posteriormente despachado capitão, e seguindo a causa dos liberaes defendeu essa bandeira desde o desembarque do exercito libertador nas praias do Mindello, até á convenção de Evora Monte, ganhando o habito da Torre e Espada no dia 25 de julho de 1833, e o grau de official da mesma ordem pelos serviços prestados na acção de Rilvas, na qual ficou gravemente ferido. Havendo durante a campanha subido ao posto de coronel e servido como ajudante de campo de D Pedro, desde fevereiro de 1833, exerceu depois egual commissão junto do principe Augusto de Leuchtenberg, primeiro marido de D. Maria II, depois foi tambem nomeado ajudante de campo d'el-rei D. Fernando, segundo marido da mesma soberana, logar que desempenhou até á data do seu fallecimento. Promovido ao generalato em 1845, chegou ao posto de general de divisão em 1862, recebeu o titulo de barão de Rilvas em 1843, o de visconde em 1855, e o de conde em 1862. O conde de Rilvas era condecorado com a medalha de ouro n.º 1 das cinco campanhas da Guerra Peninsular, e com a de Albuhera; cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz a 16 de fevereiro de 1833, commendador da mesma ordem em 1 de dezembro de 1834, e gran-cruz a 16 de julho de 1865; official da Torre e Espada, gran cruz da ordem de S. Mauricio e S. Lazaro de Italia. Casou com D. Guilhermina Amalia de Champalimaud de Nussane de Sousa Lyra e Castro de Barbosa, filha do tenente-general José Joaquim Champalimaud de Nussane de Sousa Lyra e Castro de Barbosa, cavalleiro professo da ordem de S. Bento de Aviz, fidalgo cavalleiro, commendador de varias ordens, etc., e de sua mulher e prima D. Maria Clara e Sousa Lyra e Castro de Barbosa.

Rilvas *(Simão Hypolito João Clemente de Oliveira Calça e Pina Bandeira de Mello, visconde de Alcafache e 3.º conde de).* Cavalleiro da ordem do Capitulo de Malta, cavalleiro da ordem de Christo, e da ordem de Leopoldo da Belgica, doutor em sciencias politicas e administrativas, secretario da legação de Portugal em Bruxellas, etc. N. a 9 de janeiro de 1865, sendo filho dos 2.os condes de Rilvas, João Gomes de Oliveira da Silva Bandeira de Mello e D. Maria Clara de Calça e Pina. Foi agraciado com o titulo de visconde de Alcafache, em sua vida, por decreto de 30 de junho de 1881, e succedeu a seu pae no titulo de conde de Rilvas.

Rilvas. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Alcochete, distr. de Lisboa.

Rinchôa. Pov. na freg. de N. S.ª de Belem, de Rio de Mouro, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Rino *(P. Antonio dos Santos).* Presbytero secular N. na aldeia da Rebolaria, nos arredores da Batalha em março de 1779, fal. a 8 de março de 1849. Era filho de Antonio Ferreira e de Francisca Ignacia Rino, que o mandaram educar para seguir a carreira ecclesiastica. Tomou ordens de presbytero secular, e em 1805 foi provido na cadeira de grammatica latina da villa da Batalha, em cuja regencia deu provas de grande saber. Quando em 1828 o infante D. Miguel tomou posse do governo do reino, Antonio dos Santos Rino declarou-se seu ardente partidario, e em 1829 publicou um *Cancioneiro patriotico ou o systema das ideias liberaes examinado e refutado por um presbytero do bispado de Leiria.* Estes versos anti-liberaes mereceram grandes louvores do P. José Agostinho de Macedo, que os precedeu de um parecer impresso muito elogioso. Em 1834, restabelecido o regimen constitucional, foi o P. Antonio dos Santos Rino suspenso do exercicio das suas funcções de professor, sendo a cadeira de latim supprimida pouco tempo depois. Este facto desgostou extremamente o P. Rino, que foi caindo n'um grande abatimento e na mais profunda melancolia. Procurando distrahir-se, escreveu e imprimiu em 1842 um poema epico em 6 cantos, chamado *A Redempção.* Este poema resente se muito do estado de espirito em que foi composto. Procurava o autor, docil aos conselhos de alguns amigos, emendal-o largamente para o imprimir de novo, quando falleceu. O P. Rino deixou manuscriptas muitas poesias lyricas, principalmente odes horacianas, e muitos versos latinos.

Rio. E' um appellido nobre em Portugal, procedente da Galliza, passando a este reino no reinado de D. Affonso V, na pessoa de Fernando Ayres do Rio, que trouxe tambem seus filhos. Lopo Mendes Rio, seu neto, foi o primeiro senhor de Friellas, e instituiu morgado n'uma capella do convento de Bemfica. As suas armas são: Em campo verde um castello de prata sobre um contra-chefe de ondas, da sua côr, e em chefe tres flôres de liz de ouro. Timbre, uma aspa verde, carregada de tres flôres de liz do escudo. Outros d'este appellido trazem por armas: Em campo de púrpura, uma torre de prata com ameias, firmada em ondas de azul e prata. Contra-chefe estreito, de verde, e nas ameias uma cara humana e duas

flôres de liz do ouro, de cada lado. A segunda familia d'este appellido veiu do reino das Asturias, trazido por Christovão do Rio, que se estabeleceu em Portugal no reinado de D. João III, e ao qual este rei confirmou as armas que trazia, em 1530, as quaes são: Em campo de ouro, duas faxas de ondas, orla de prata perfilada de negro, carregada de cinco cabeças de serpe, verdes, lampassadas de púrpura, cortadas em sangue; timbre, uma d'estas cabeças.

Rio. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Argella, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. Tem correio com serviço de posta rural. || Santa Eulalia, de Avelleda, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Thiago, de Aldreu, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, do Arreigada, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto || Santa Maria, de Athães, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Tecla, de Basto, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || S. Cosme, de Bésteiros, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santo André, de Gondisalves, conc. e distr. de Braga. || S. Martinho, de Caramos, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Thiago, de Castellões, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Thomé, de Correlhã, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Cortegaça, conc. de Mortagoa, distr. do Vizeu. || S. Mamede, de Cuido de Villa Verde, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Lourenço, de Durrães, concelho do Barcellos, districto de Braga. || S. Miguel, de Facha, concelho de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Fiães, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Fiscal, conc. de Amares, distr. do Braga. || S. Bartholomeu, do S. Gens, conc. de Fafe, do mesmo distr. || Santa Maria, de Geraz de Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello || Santa Maria, do Gondar, conc. de Amarante, distr. do Porto. || N. S.ª da Oliveira e conc de Guimarães, distr. de Braga. || S. Paio, de Guimarei, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Maria, de Gulpilhares, conc. de V. N. de Gaia, do mesmo distr. || S. Salvador, de Lama, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Lapella, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello || Santa Leocadia, de Macieira de Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santo Adrião, de Macieira de Rates, conc. de Barcellos, distr. de Braga || Santa Eulalia, de Macieira de Sarnes, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Lourenço, de Montaria, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Morreiras, conc. o distr. de Braga. || S. Martinho, de Mozellos, conc. da Feira, distr. do Aveiro. || Santa Maria, de Nogueira, conc. de Maia, distr. do Porto. || S. Thiago, de Oliveira, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Martinho, de Parada, conc. de Monsão, distr. do Vianna do Castello. || S. João, de Ponte, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Lourenço, do Rio Cabrão, conc. de Arcos de Vallo de Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Sequiade, conc do Barcellos, distr. de Braga. || S. Mamede, de Sezures, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || N. S.ª da Expectação, de Souzella, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Pedro Fins de Torno, do mesmo conc. e distr. || S. Torquato, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª da Annunciação, de Torredeita, conc. e distr. de Vizeu. || O Salvador, de Valladares, concelho de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Martinho, do Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santo André, de Villa Boa de Quires, conc. de Marco do Canavezes, distr. do Porto. || S. Bartholomeu, de Villa Cova, conc. de Fafe, distr. de Braga || Santo André, de Jou, conc. do Murça, distr. de Villa Real.

Rio Alcaide. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Rio Alvar. Pov. na freg. do Salvador, do Pedralva, conc. e distr. de Braga.

Rio de Arcos. Pov. na freg. de S. Romão de Sádão, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Rio Ave. Pov. na freg. de S. Martinho, de Travassos, conc. de Povoa do Lanhoso, distr. de Braga

Rio d'Azenha. Pov. da freg. de S. Pedro, de Avintes, conc. de V. N do Gaia, distr. do Porto.

Rio Bom. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Carreiras, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. João Baptista, de S. João da Carreira, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Ferreiros, conc. de Amares, distr. de Braga. || Santa Maria, de Moreira do Castello, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Portella, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Margarida, de Povoa do Penella, conc. de Penedono, distr. de Vizeu. || S. Martinho, do Recezinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Silva Escura, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Soajo, conc. de Arcos de Vallo-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Souto, conc de Penedono, distr. de Vizeu.

Rio Cabrão. Freguezia que está reunida á de Cendufe. V. *este nome*.

Rio de Cães. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Rio Caldo. Pov. e freg de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. do Terras de Bouro, com. de Vieira, distr o arceb. do Braga; 208 fog. e 895 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 17 k. da séde do conc. e está situada a 2 da margem direita do rio Cávado. A mitra apresentava o abbade, que tinha 560$000 reis do rendimento annual. Entre esta freg. e a da Ventosa, o sobre o rio de Cávado, havia uma ponte, cuja construcção primitiva se attribue aos romanos, sendo reedificada no tempo de D. João V. Estando em muito mau estado, foi, em 1874, reconstruida desde os alicerces. Tem o nome do *Ponte de Rio Caldo*. A pov. pertence á 3.ª div. mil o ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Rio de Carapito. Pov. na freg. de N S.ª da Expectação, de Villa Cova do Covello, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu.

Rio Carreiro. Pov. na freg. de S. Cosme de Gondomar, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Rio de Carvalho *(João Pedro)*. Musico da real camara e da Sé Patriarchal, compositor e violinista muito apreciado, etc N. em Lisboa a

20 de setembro de 1838, onde tambem fal. a 2 de novembro de 1907. Começou muito novo os seus estudos musicaes, matriculando se no Conserva torio, tendo por professores Freitas Gazul, Vi cente Mazoni, Xavier Migoni, Antonio Porto, etc. Depois d'um curso brilhante, foi escolhido, aos 14 annos, para musico do theatro de S. Car los, e mais tarde, depois de exhibir as mais brilhantes provas do seu incontestavel valor no estudo de rabeca, ganhou, em concurso publico, o logar de quinto dos primeiros rabecas, no exerci cio do qual se manifestou tão grande artista, que em pouco tempo chegou á posição de chefe da orchestra do referido theatro de S. Carlos. A sua estreia como compositor foi a musica da magica *A Filha da noite*, para o antigo theatro de Va riedades, que lhe mereceu os mais animadores applausos, ficando logo consagrado como maestro compositor. Desde então começou para Rio de Carvalho uma série de triumphos musicaes, tornando se um dos mais fecundos compositores musicaes dos theatros de Lisboa. El-rei D. Luiz, conhecendo o seu elevado merecimento, o nomeou musico da real camara e da Sé Patriarchal, condecorando-o tambem com os habitos das ordens de Christo e S. Thiago. Por occasião da visita do presidente da Republica Franceza Emilio Loubet, a Lisboa no anno de 1905, Rio de Carvalho offereceu-lhe uma marcha intitulada *Franco-Luso* com destino a ser executada pela banda da guarda republicana de Paris, e ainda outras bandas regimentaes, tendo o presidente Loubet ficado deveras reconhecido pela offerta, e encar regando o ministro francez Rouvier de agradecer ao maestro portuguez. São numerosissimas as composições sacras e profanas de Rio de Carvalho, sendo algumas d'ellas de alto valor como a *Batalha de 12 de agosto*, executada por grande orchestra na Exposição Industrial da Avenida da Liberdade no anno de 1888, e o *Te Deum* da acclamação d'el rei D. Carlos, em 1889, o qual fôra escripto para o baptisado do principe da Beira. Comtudo, o theatro mereceu lhe sempre maior predilecção, e é longo o catalogo das suas composições, tanto em operas comicas, revistas, magicas, trechos separados de operas, reporto rio de bailes, etc. Para o theatro de S. Carlos escreveu a musica da dança *O Sonho do visir*, e ainda para outros bailados. Tambem escreveu bastantes musicas para bandas militares. Rio de Carvalho, quando falleceu, era o chefe da orchesta da real camara, sendo elle quem dirigiu as quadrilhas de honra nos bailes que se realisaram no paço d'Ajuda em honra do rei de Inglaterra, Eduardo VII, etc. Além das distincções honorificas já citadas, era socio da *Suola Dantesca Napolitana*, pelo que possuia a medalha que a Italia só concede aos distinctos professores e maestros.

Rio de Carvalho *(Pedro Ignacio)*. Vice-almirante reformado. N. a 8 de setembro de 1 40, fal. a 4 de janeiro de 1912. Assentou praça como aspirante extraordinario em 12 de outubro de 1854; foi promovido a aspirante de 2.ª classe em 8 de julho de 1861; á 1.ª classe em 13 do mesmo mez e anno; a guarda-marinha em 19 de julho de 1862, a 2.º tenente em 3 de agosto de 1864; a 1.º tenente em 1 de dezembro de 1875, a capitão tenente em 25 de junho de 1886, a capitão de fragata em 25 de julho de 1889, a capitão de mar e guerra em 13 de julho de 1895, a contra-almirante em 19 de novembro de 1896, passou ao quadro de reserva no posto de vice almirante em 24 de dezembro de 1903, e reformou se em 31 de dezembro de 1908. Exerceu os seguintes commandos: do hiate *Algarve*, das corvetas *Rainha de Portugal* e *Mindello*; da canhoneira *Tamega*, do palhabote *Penha Firme*, vapor *Argus*, o transpor te *Africa*, a esquadrilha da Guiné, da estação naval de Macau, da esquadrilha fiscal do Algarve; da divisão naval de Angola, etc. Foi governador do districto da Guiné, e exerceu mais os seguintes cargos: capitão dos portos de Faro, Tavira, Olhão, Villa Real de Santo Antonio e Lagos; official do estado maior do Arsenal de Marinha, commandante da 3.ª divisão do corpo de marinheiros, vogal das commissões encarregadas de estudar e propôr ao governo o melhor regimen pautal a estabelecer em cada uma das provincias ultramarinas e de elaborar um projecto de re gulamento da lei de soccorros a naufragos, vogal da commissão de cartographia; inspector do serviço dos soccorros a naufragos; presidente dos conselhos de guerra de marinha; vogal da commissão encarregada de dar parecer sobre um es tudo ácerca da adopção de novos pharoes de navegação, apresentado pelo capitão tenente José Ma ria da Silva; secretario do conselho do almirantado; 2.º e 1.º commandante do corpo de marinhei ros; vogal do supremo conselho de justiça militar e director geral de marinha, director da Cordoaria Naval. Quando falleceu, havia já tempo que fis calisava as obras do presidio naval na Trafaria. Entre as muitas notas brilhantes que illustraram a sua carreira da armada, conta-se a fórma como Rio de Carvalho, sendo então tenente da guarnição da corveta *D. João*, conseguiu entrar com este navio no rio Tejo, em janeiro de 1867, debaixo d'um formidavel temporal, que surprehendeu o navio no regresso de Angola, por Pernambuco. O temporal fôra tão prolongado e arruinara por tal fórma o navio, demorando a sua marcha, que os viveres se esgotaram quasi por completo, tendo as rações de ser reduzidas um terço, e a bordo quasi não havia agua com que matar a sêde. N'esta situação chegou á barra do Tejo; era impossivel demorar mais tempo fóra. Então, Rio de Carvalho, tomando o commando, sem pratica, entrou com o navio, e quando este appareceu a amarrar á boia, foi geral a surpreza. Este acto de coragem mereceu-lhe um louvor especial. Rio de Carvalho foi deputado n'algumas legislaturas, ajudante de campo honorario dos reis D. Carlos e D. Manuel. Tinha o diploma de conselheiro, era official, commendador e grande official da ordem de S. Bento de Aviz; gran cruz da mesma ordem por serviços distinctos; gran cruz da ordem hespanhola, de Izabel a Catholica, mercê recebida quando foi a Hespanha representar Portugal na cerimonia do casamento da princeza das Asturias; possuia tambem a gran cruz da ordem de Merito Naval de Hespanha; as medalhas de prata e de ouro de comportamento exemplar, e de cobre do Instituto de Soccorros a Naufragos; possuia egualmente grande numero de louvores pelos seus bons serviços prestados na sua carreira da armada. Era casado com a sr.ª D. Izabel Maria Baleizão Rio de Carvalho. O retrato de Pedro Ignacio Rio de Carvalho acha se publicado no *Boletim da Liga Naval*,

de fevereiro de 1903, e no *Diario de Noticias*, por occasião do seu fallecimento.

Rio dos Castanheiros. Pov. na freg. de S. Pedro, de Azurem, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Rio de Ceia. Pov. na freg. de S. Martinho, de Sameice, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Rio Cimeiro. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, de Dornes, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Rio Corgo. Pov. na freg. de S. Martinho, de Matheus, conc. e distr. de Villa Real.

Rio de Couros. Pov. e freg. de N. S.ª da Natividade, da prov. da Extremadura, conc. e com. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 261 fog. e 1:131 hab. Tem est. post. e uma feira em 8 de setembro. Dista 11 k. da séde do conc. e está situada junto d'um affluente do rio Nabão, a 3 k. da margem d'este rio. O cabido da collegiada de Ourem apresentava o cura, que tinha 20$000 reis de rendimento e o pé d'altar. Diz-se que esta freg. tomou o nome de Rio de Couros, por ser antigamente muito importe aqui a industria de cortumes. Consta que n'este local existiu uma cidade, ou grande povoação, cujo nome se ignora. Segundo affirma Pinho Leal, no vol. VIII do seu *Portugal antigo e moderno*, vêem se na egreja matriz algumas lapides romanas, cujas inscripções estão illegiveis, e com cujas pedras se construiu a egreja que, antes de ser parochial, foi por muitos annos uma capella dedicada a N. S.ª de Rio de Couros, ou *Radecouros*, como antigamente se dizia, e que por fim se mudou para o titulo de N. S.ª da Natividade, que é a actual padroeira. Em escavações feitas nas visinhanças da egreja, se tem encontrado ossos de homens de grande estatura, craneos em proporção, ainda com dentes; cippos, alicerces, pedaços de telhas de 5 c. de espessura, e outros objectos, denotando todos grande antiguidade. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar.

Rio Côvo. Pov. e freg. de Santa Eugenia, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga. 85 fog. e 347 hab. Dista 3 k. da séde do conc. e está situada a 1 k. da estrada de Barcellos a V. N. de Famalicão. O reitor do mosteiro de conegos seculares de S. João Evangelista, loios, da cidade do Porto, apresentava o vigario, que tinha 250$000 reis de rendimento. A terra é fertil, cria muito gado, e tem bastante caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb de Braga; 129 fog. e 434 hab. Dista 8 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Cávado. A mitra apresentava o reitor, que tinha 60$000 réis e o pé d'altar. Foi commenda da ordem do Templo, passando depois á de Christo. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello || Povoações nas freguezias: Santa Eulalia e conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Julião, de Badim, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª do O', de Barcouço, conc. da Mealhada, distr. de Aveiro || S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria || S Paio, de Midões, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Rio Douro. Pov. e freg. de Santo André, da prov. do Minho, conc. e com. de Cabeceiras do Basto, distr. e arceb. de Braga; 441 fog. e 1:913 hab. Tem esc. do sexo masc. e dista 6 k. da séde do conc. Está situada nas proximidades do rio Douro, a 6 k. da ponte de Cavez sobre o Tamega. O D. abbade benedictino, de S Miguel de Refojos, apresentava o vigario, quo tinha 60$000 reis de rendimento. A terra é muito fertil, cria muito gado, tem caça, e algum peixe do rio Tamega e de alguns ribeiros. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Rio da Eça. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr de Coimbra.

Rio da Egreja. Pov. na freg. de S. Mamede, de Villa Chã, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Rio da Figueira. Pov. na freg. de S. Julião e conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Rio do Fornos. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. Rio de Fornos era freguezia independente até ao principio do seculo XIX em que foi supprimida, reunindo se então á de Valle de Janeiro, do mesmo conc. Tinha por orago N. S.ª da Espectação, e o cura era apresentado pelo reitor da freg. do Paçô, tendo 6$000 reis de congrua e o pé d'altar.

Rio de Frades Pov. na freg. de S. Mamede, de Cabreiros, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Rio Frio. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz os-Montes, conc, com, distr. o bisp. de Bragança; 179 fog. e 752 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 13 k. da séde do conc. e está situada junto do ribeiro Frio, affluente do Sabor, a 3 k. da margem esquerda d este ultimo rio. O cabido da sé de Bragança apresentava o cura, que tinha 6$000 reis de congrua e o pé d'altar. A terra é pouco fertil. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 450 fog. e 1:623 hab. Tem esc. do sexo masc. Dista 8 k. da séde do conc. O rei, pelo tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens, apresentava o reitor, quo tinha 100$000 de congrua e o pé d'altar. Esta freg. foi commenda dos Templarios até 1311, e em 1319 ficou incorporada na ordem de Christo. A pov. é muito antiga, e já existia antes da monarchia. A egreja foi restaurada no fim do seculo XVIII, e é um templo amplo e aceado. Na montanha do Castello existiu em tempos remotos um *castro*, mais tardo feito castello com o nome de Santa Cruz, e que era guardado pelos povos das visinhanças Ali apparecem muitos vestigios da antiga fortificação A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Ribeiro que nasce ao SO da freg. do mesmo nome, o entra no Sabor, com cêrca de 4 k de curso.

Rio Fundeiro. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, de Dornes, conc. de Ferreira do Zezere, distr de Santarem.

Rio de Gallinhas. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. de Marco de Canavezes, distr. e bisp. do Porto; 100 fog. e 402 hab. O reitor de Tuhias apresentava o cura, que

tinha 8$000 de congrua e o pé d'altar. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Rio de Gandara. Pov. na freg. de S. Mamede, de Villa Chã, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Rio Grande *(Lopo Furtado de Mendonça, conde de).* Almirante de campo dos terços do Algarve, de Setubal, e da Armada, commendador de Loulé, etc. N. em 1661, fal. em 20 de novembro de 17?0. Era filho de Jorge Furtado de Mendonça, que tambem foi mestre de campo do Algarve e general da armada da Junta do Commercio. Furtado de Mendonça serviu na fortaleza de Mazagão, e como commandante do terço da Armada, que era uma especie de regimento de marinha, embarcou muitas vezes na esquadra guarda-costas. Nomeado almirante em 1702, passou depois, em 1704, para o exercito de terra no posto de general de batalha, voltando a desempenhar o cargo d'almirante quando em 1716 D. João V entrou na alliança do papa e dos venezianos contra os turcos. Salientou-se distinctamente na batalha de Matapan, em junho de 1717, obrigando a esquadra turca a refugiar-se, bastante desmantelada, em Cerigo. Tendo casado com D. Antonia Maria Francisca Barreto de Sá, filha do general Francisco Barreto de Menezes, que expulsou os hollandezes de Pernambuco, recebeu por esse motivo o titulo de conde do Rio Grande, capitania do Brazil que fôra erigida em condado em favor do vencedor dos hollandezes. O titulo, que o general Barreto de Menezes não chegou a usar, foi herdado por sua filha, recaindo essa mercê tambem em seu marido que, pelo seu casamento, foi conde de Rio Grande, por carta de 5 de março de 1689.

Rio Grande Rio da prov. da Guiné, Africa Occidental.

Rio Livre V. *Monforte e Rio Livre.*

Rio de Loba. Pov. e freg. de S. Simão, da prov. da Beira Alta, conc., com., distr. e bisp. de Vizeu; 559 fog. e 2:399 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. Dista 3 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Vizeu a Povolide e Castendo. A terra é fertil e cria muito gado. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Rio de Lobo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto

Rio Lourido. Pov. na freg. de S. Thiago, de Espargo, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Rio de Maçãs. Pov. na freg. de S. Thiago, de Prestimo, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Rio Maior *(Antonio José Luiz de Saldanha Oliveira Juzarte Figueira e Sousa, 4.º conde e 1.º marquez do).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, official-mór da Casa Real e durante muitos annos mestre sala; par do reino hereditario, deputado, administrador dos morgados da Oliveira no termo de Evora e da Azinhaga; ultimo administrador e usufructuario dos bens da commenda de Santa Maria d'Africa, na ordem de Christo, addido honorario á legação de Portugal em Paris, provedor da Misericordia de Lisboa, presidente da camara municipal e vogal do Conselho Geral de Beneficencia, n'esta cidade, socio effectivo do Instituto de Coimbra, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, gran-cruz das ordens: da Rosa do Brazil, da de Leopoldo da Belgica, da Corôa de Italia, e de S Gregorio Magno de Roma, etc. N. a 8 de julho de 1835, fal. a 4 de fevereiro de 1891. Era filho dos 3.ºs condes de Rio Maior. Era homem de grande illustração e muito caritativo. Foi durante 18 annos provedor da Santa Casa da Misericordia, duas vezes presidente da camara municipal e deputado em differentes legislaturas. Em 1881 foi convidado para fazer parte d'um ministerio organisado por Antonio Rodrigues Sampaio, tomando a seu cargo a pasta dos negocios estrangeiros, cargo que declinou. Casou a 30 de setembro de 1861 com D. Maria Izabel da Annunciação de Lemos Roxas Carvalho e Menezes Saint Léger (V. *Rio Maior, marqueza de).* Recebeu o titulo de conde por decreto de 13 d'abril de 1853, e o de marquez por decreto de 19 de maio de 1886. O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo partido em pala: na primeira as armas dos Saldanhas: Em campo vermelho uma torre de prata coberta de azul e uma cruz de ouro no remate; na segunda cortada em faxa: na primeira, em campo vermelho uma oliveira verde com fructos e raizes de ouro; na segunda esquartelada com as armas dos Sousas, tendo no 1.º quartel as quinas do reino, e no segundo, em campo de prata, um leão sanguinho, e assim os contrarios. Timbre, uma aguia negra com uma chave de ouro no bico, cercada com uma fita tendo por divisa: *Veritas omnium victrix.* Bibliographia: *Theoria da cumplicidade, applicada ao Codigo penal;* memoria publicada no *Instituto* de Coimbra. vol. VII, 1858, pag. 16, 30 e 39, e que lhe serviu de titulo para a sua admissão; *Uma opinião sobre os expostos da Santa Casa da Misericordia de Lisboa*, Lisboa, 1866; *Relatorio sobre a aula externa para rapazes pobres na freguezia de S. Sebastião da Pedreira* (nos mezes de março a dezembro de 1866), Lisboa, 1867.

Rio Maior *(Antonio Saldanha Oliveira Juzarte e Sousa, 2.º conde do).* Moço fidalgo com exercicio por alvará de 20 de abril de 1784, morgado da Oliveira, gentil-homem da camara de D. João VI; gran-cruz da ordem de S. Thiago e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, coronel do regimento de milicias de voluntarios reaes de Lisboa Oriental, creado pelo mesmo conde, etc. N. no logar da Azinhaga, termo de Santarem, a 16 de novembro de 1776; fal. em Vienna d'Austria a 3 de março de 1825. Era filho dos 1.ºs condes do Rio Maior. Succedeu a seu pae em 26 de janeiro de 1802. Estudou primeiro no Collegio dos Nobres, e foi depois frequentar a Universidade de Coimbra, onde em 1796 recebeu o grau de bacharel formado e licenceado em leis Seguindo a carreira das armas, assentou praça de cadete em infantaria n.º 4, no anno de 1800, e foi logo em seguida despachado capitão, e como ajudante de campo do general Gomes Freire de Andrade fez a malfadada campanha de 1801. Nomeado depois coronel commandante do regimento de voluntarios reaes de milicias a pé de Lisboa Oriental, fez com esse regimento grande despeza, sendo de todos os regimentos de voluntarios que então se organisaram, o primeiro que se apromptou. Quando a familia real partiu para o Brazil, em novembro de 1807, acompanhou a na qualidade de gentil homem da camara de D. João VI, e com ella regressou a Portugal em 1821.

Quando o movimento da *Villafrancada*, em 1823, pôz termo ao regimen liberal, o governo de D. João VI, suppondo que o principe D. Pedro se devia considerar satisfeito com a dissolução das côrtes que o tinham gravemente offendido, enviou o conde de Rio Maior e Francisco José Vieira ao Rio de Janeiro com umas cartas autographas do D. João VI para o principe seu filho e para a princeza sua nora, em que lhes podia que se fizessem todos os esforços para se chegar a um accordo que restabelecesse a antiga ligação da familia portugueza. Á corveta *Voadora*, onde iam os embaixadores extraordinarios, chegou ao Rio de Janeiro com a bandeira portugueza desfraldada, foi logo retida á entrada do porto, sendo intimada a arriar a bandeira e a fundear debaixo das baterias das fortalezas. Resignou-se o conde de Rio Maior, e mandou içar a bandeira de parlamentario. A muito custo conseguiu enviar para terra uma carta a D. Pedro, que já então fôra acclamado imperador, carta que lhe foi devolvida por não consentir o governo brazileiro em abrir commissões officiaes com o emissario portuguez sem elle reconhecer, primeiro que tudo, a independencia do Brazil. Debalde envidou todos os esforços o conde de Rio Maior para conseguir ser recebido, ao menos como mensageiro particular de um pae que envia cartas a seu filho, D. Pedro, que n'essa occasião atravessava uma grande crise de impopularidade, entendeu ser necessario dar aos brazileiros penhores certos da sua fidelidade á causa do novo imperio, e para isso não só recusou abertamente a receber as cartas de seu pae, mas consentiu que o seu governo violasse do modo mais escandaloso o direito das gentes considerando como presa de guerra a corveta que se apresentára como parlamentaria, e reenviando n'um outro navio para a Europa os commissarios portuguezes. O conde de Rio Maior manifestou em toda esta negociação a maior energia e a mais incontestavel habilidade; os officios que enviou aos ministros brazileiros são, no dizer d'um seu biographo, modelos perfeitos de argumentação e logica, mas de nada serviram. Regressando a Portugal, não tardou o conde de Rio Maior a ser encarregado d'uma outra commissão não menos espinhosa. Deu se em 1823 o movimento da *Abrilada*, e D. João VI, refugiado a bordo d'uma nau ingleza, conseguiu subjugar o infante D. Miguel que o tivera preso, o mesmo do bordo o mandou para o estrangeiro. Foi o conde de Rio Maior o encarregado de acompanhar o infante a Vienna d'Austria, como seu guarda, seu pedagogo e director da viagem. Parece que esta missão lhe causou serios desgostos, o quo se póde prevêr, tratando se d'um homem como era D. Miguel, e que muito lhe abreviou a existencia, por que não tardou a succumbir contando apenas 49 annos de edade. O conde do Rio Maior casou a 16 de novembro de 1806, com sua prima D. Maria Leonor Ernestina de Carvalho Daun e Lorena, filha dos 3.os marquezes de Pombal o 1.os condes da Redinha: José Francisco Xavier Maria de Carvalho Mello e Daun e D. Francisca de Paula de Populo de Lorena. Foi agraciado com o titulo de conde por decreto de 7 de junho de 1801.

Rio Maior (*João de Saldanha Oliveira Juzarte Figueira e Sousa, 3.º conde de*). Administrador do morgado do Oliveira; gran cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; commendador da de Christo e da ordem hespanhola de Carlos III, par do reino, etc. N. a 18 de setembro de 1811, fal. a 27 de agosto de 1872. Era filho dos 2.os condes de Rio Maior. Succedeu na casa de seu pae a 3 de março de 1825, e seguindo a vida militar, foi alferes de lanceiros e ajudante d'ordens do duque da Terceira durante a campanha de 1833. Havia sido par do reino em 1826. Restabelecido o regimen constitucional exerceu o cargo de governador civil do Coimbra em 1854, vereador e presidente da camara municipal de Lisboa, de 1858 a 1859, e procurador á Junta Geral do Districto. O titulo de conde de Rio Maior foi concedido por decreto de 1 de julho de 1824 e carta de 29 de maio de 1845. Casou em 22 de setembro de 1835 com D. Izabel de Sousa Botelho Mourão e Vasconcellos, dama da rainha D. Maria II, filha dos 1.os condes de Villa Real: D. José Luiz de Sousa Botelho Mourão e Vasconcellos o D. Thereza Frederica Christina de Sousa Holstein. A condessa de Rio Maior foi uma senhora extremamente bondosa, incansavel propugnadora da beneficencia em Lisboa, em que era auxiliada por seu marido, vendo se sempre á frente de todas as instituições que tivessem o fim de proteger os pobres: foi a iniciadora e defensora zelosa do benemerito principio da organisação parochial das associações de assistencia publica. Fundou escolas catholicas para os dois sexos em diversas localidades. Obteve do governo a concessão do mosteiro das carmelitas da rua Formosa, actualmente rua do Seculo, e ali fundou um asylo para cegas, quo foi inaugurado em 16 de julho de 1878, o qual ainda existe. A bondosa condessa de Rio Maior falleceu em 23 de abril de 1890, e um mez depois, no dia 23 de maio, celebraram-se no referido asylo solemnes exequias, proferindo a oração funebre o P. Antonio da Costa Cardeiro.

Rio Maior (*João Vicente Saldanha Oliveira e Sousa Juzarte Figueira, 1.º conde do*) Administrador do morgado de Oliveira, conselheiro de Estado, gentil homem da camara de D. Maria I, gran-cruz da ordem de Christo, commendador de Azamor, no patriarchado de Santa Maria d'Africa; de Santarem, de Santa Maria da Torre, na Prelasia de Thomar, todas estas commendas na ordem de Christo; deputado da junta provisoria do Erario Regio e inspector geral do Terreiro Publico. N. a 22 de maio de 1716, fal. a 26 de janeiro de 1801. Era filho de Antonio de Saldanha Oliveira e Sousa Juzarte Figueira, moço fidalgo com exercicio, administrador do morgado do Oliveira, commendador das commendas já citadas, na ordem de Christo, e de sua mulher, D. Constança de Portugal. Succedeu a seu pae a 29 de maio de 1769. Era muito affeiçoado ao marquez de Pombal, ministro d'el-rei D. José, a quem acompanhou a Coimbra, em 1772, na occasião da reforma dos estudos na Universidade. Em 1774 casou com D. Maria Amalia do Carvalho e Daun, filha d'aquelle notavel estadista, nascendo d'este matrimonio, entre outros filhos, o marechal duque de Saldanha. O titulo de conde de Rio Maior foi lhe concedido por D. João VI, então ainda principe regente, por decreto de 19 de novembro de 1802, e carta de 8 do janeiro de 1803.

Rio Maior (*D. Maria Izabel da Annunciação de Lemos Roxas Carvalho e Menezes de Saint Lé*-

ger, 4.ª condessa e 1.ª marqueza de). Dama da rainha D. Maria Pia. N. a 25 do março de 1841, sendo filha dos 2.ºˢ condes e 2.ºˢ marquezes de Bemposta-Subserra (V. *Portugal*, vol. II, pag. 291). A infancia e grande parte da mocidade d'esta illustro fidalga foi passada na quinta de Subserra, a pequena distancia de Alhandra. Tendo terminado as luctas da Liberdade com a convenção de Evora Monte, os marquezes de Bemposta Subserra fixaram residencia n'aquella sua quinta, e ali nasceu a fidalguinha, futura marqueza de Rio Maior, e que tão notavel se tornaria pelo seu caracter bondeso e caritativo. N'essa quinta passava se então o tempo em leituras selectas, em distracções tranquillas, que repousavam e deleitavam o espirito. A leitora das sessões era a intelligente menina, filha unica e herdeira da casa, que tendo recebido uma esmerada educação, conhecia as litteraturas, e os idiomas dos primeiros paizes da Europa. Ao prazer dos livros alliava a pratica da caridade, que se tornou um culto na juvenil dama. Ainda muito nova salvou uma pobre creança, expondo a sua propria vida; a este e a outros actos caritativos, retrahia-se sempre aos

Marqueza de Rio Maior

agradecimentos e louvores, com que os protegidos queriam provar a sua gratidão por tão dedicados e espontaneos beneficios. Quando a cholera-morbus flagelou todo o paiz, no anno de 1856, a fidalguinha de Subserra tornou se a enfermeira carinhosa e solicita, a providencia dos enfermos d'aquelles arredores. Percorria os casaes e as choupanas com a sua pequena pharmacia ambulante, distribuindo remedios, applicando-os ella propria, muitas vezes, conseguindo salvar muitas vidas. Aos 20 annos de edade casou, em 30 de setembro de 1861, com o 4.º conde e 1.º marquez de Rio Maior, illustre fidalgo, que sendo tambem bondoso e benefico, apreciaveis qualidades que tanto haviam nobilitado sua mãe, a 3.ª marqueza de Rio Maior, não podia encontrar melhor cooperadora na missão de praticar o bem, exercer a caridade, enxugar lagrimas, suavisar angustias e amarguras. A pobreza envergonhada que se occulta em casas miseraveis, onde falta todo o conforto e commodidade, os mendigos que estendem a mão á esmola, sempre encontraram lenitivo na protecção dos benevolos fidalgos. Quando não visitava enfermos e asylos, quando não recebia indigentes e orphãos para os acarinhar e beneficiar, a sr.ª marqueza de Rio Maior demorava se largas horas no seu archivo, na sua bibliotheca de Subserra ou de Lisboa, lendo e colligindo os numerosos e preciosos documentos dos seus antepassados e dos de seu marido. Depois da morte do marquez de Rio Maior, as salas do solar da Annunciada ficaram submersas em profundo luto o tristeza A sr.ª marqueza viuva vivia esquecida das grandezas da terra, só entregue em descobrir novos recursos com que pudesse minorar as lagrimas dos que soffriam. As principaes casas de beneficencia e asylos de Lisboa sempre a tinham por sua presidente, ou tendo a seu cargo a secretaria. Muitas vezes, no segredo d'um gabinete do palacio da Annunciada, um grupo de senhoras discutia, redigia circulares, elaborava programmas, sob a sua indicação, para alguma kermesse, batalha de flôres, ou outra qualquer festa de caridade, em que se procuravam sempre novos attractivos para que essas festas pudessem chamar grande concorrencia, tornando-se bastante lucrativas para os beneficiados. A sr.ª marqueza de Rio Maior foi tambem uma incansavel auxiliadora da *Sociedade Protectora das Cozinhas Economicas*, grandiosa instituição, iniciada em 1893 pela duqueza de Palmella, já hoje fallecida, e que tão proveitosos e proficuos resultados deu soccorrendo muitos operarios e muitos desprotegidos da fortuna. D'essa benemerita sociedade era presidente a duqueza de Pamella e vice presidente a sr.ª marqueza de Rio Maior. Em principios de outubro de 1910, depois da proclamação da Republica, a benemerita senhora saiu de Portugal, dirigindo-se para Saint Jean de Luz, formosa estação de inverno dos Pyrinéos, á beira do golfo da Gasconha.

Rio Maior. Villa da prov. da Extremadura, séde de conc. e de com., distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa. Tem uma só freg, N. S.ª da Conceição, e está situada junto do rio do mesmo nome, a 30 k. da capital do distr. E' commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. O rei, pelo tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens, apresentava o prior, que tinha diversos generos e 20$000 reis em dinheiro, tudo pago pela commenda. A pov. é muito antiga, mas não teve nunca fôro de villa, nem foral velho ou novo, pelo menos nada consta a este respeito; sendo, porém, elevada a séde de conc. por decreto de 6 de novembro de 1836, ficou desde logo considerada como tal. A noticia mais antiga, que se encontra d'esta povoação, é uma venda feita por Pero Baragão e sua mulher Sancha Soares, em 1177, aos Templarios, da quinta que possuiam no *poço e salinas de Rio Maior*, cujo poço partia pelo E com a *Albergaria do Rei*, pelo O com D. Pardo e com a ordem do Hospital, pelo N com marinhas da mesma ordem, e pelo S com marinhas do dito D. Pardo. Já então as salinas de Rio Maior eram exploradas, mas consta de memorias escriptas, que antes do seculo XII o tinham sido em muito maior escala. A importantissima marinha de sal ficava a 2 k. ao N da villa, n'um extenso valle, proximo do logar da Fonte da Riea; dizem ser unica no seu genero na Peninsula Hispanica. No meio do terreno occupado pela marinha, está uma nascente inesgotavel, da qual nos mezes de verão se tira agua, por meio de dois baldes, de noite e de dia, e é con

duzida, por ordem, a cada um dos depositos, ou compartimentos, feitos no sólo, com um metro de profundidade, e a que a chamam *talhos*, que pertencem a diversos donos. O sal aqui produzido, é superior em qualidade e mais forte que o sal marinho, ou commum. Segundo a tradição, a marinha não era no sitio actual, mas uns 60 a 70 m mais ao N, e a nascente tão pouco abundante, que apenas dava para 6 talhos, não chegando o sal que produzia, nem para o consumo das povoações circumvizinhas. Conta se, que uma pequena andando na planicie, hoje local da marinha, a apascentar uns jumentos, sabia que junto a uns juncos havia nascente de agua, e indo ali beber notou que era excessivamente salgada. Dando parte d'esta circumstancia ao pae, foi este com alguns vizinhos ao juncal, onde abriram um poço, e quanto mais o profundavam, maior quantidade de chloreto de sódio era expellida, mas a antiga nascente seccou. Estes exploradores trataram logo de fazer talhos e a colher muito bom sal, de superior qualidade. Foi se desenvolvendo esta industria, e em 1878 já havia 400 talhos, valendo bastante dinheiro os mais proximos da nascente. O poço actual tem 11 m. de profundidade e 8 de circumferencia. Dá se ao producto d'estas marinhas, o nome de *sal espuma*. E' muito claro, sêcco, e de tal maneira brilhante, que d'elle se fórmam bellas pyramides e varias outras figuras, como do assucar refinado *de lasca*, ou de pedra A primitiva egreja matriz de Rio Maior estava na distancia de 4 m. do antigo leito do rio, e a 50 da pov. Fôra construida pelos ascendentes do marquez de Penalva, que eram commendadores da commenda d'esta freg , com a obrigação dos reparos da mesma egreja. Affirma-se que esta egreja nunca se chegou a concluir, mas documentos que temos presentes mostram o contrario. O mais decisivo é a seguinte: «Como fiador e procurador que fui dos mestres pedreiros e carpinteiros que fizeram a egreja de Rio Maior por ordem do ex.^{mo} sr. marquez de Penalva de que o ex.^{mo} sr. é commendador, recebi a quantia de seis contos de reis, importancia da dita obra em que se ajustaram, como ha de constar da escriptura que se celebrou na nota do tabellião Agostinho de Sousa Pereira, cuja quantia recebi em varios pagamentos, aos quarteis, conforme se ajustou, de que passei varios recibos e os mestres, que não terão effeito algum e só este valerá como quitação geral de toda a quantia por ter procuração bastante dos ditos mestres na mesma escriptura para receber toda a quantia, e para constar o referido passei este. Lisboa, 20 de setembro de 1771 (a) *Gabriel de Freitas Machado*. Com este, e os recibos provisorios, que se encontram archivados no cartorio dos ex.^{mos} condes de Tarouca (P. 22 — M. 50 51), está um de Silvestre de Faria Lobo, mestre entalhador de Santarem, que fez os tres retabulos da egreja, nas condições annexas por 335$000 reis, postos nos seus logares. (Lisboa, em 27 de agosto de 1772). Tambem ali existe o traslado da escriptura citada, lavrada em 25 de agosto de 1770, no tabellião indicado, com escriptorio «junto ao Paço da Rainha da Gran Bretanha da parte do campo de Santa Anna.» Na escriptura, que é interessante e minuciosa, se diz bem claramente: «Deixando todo o edificio, tanto por dentro como por fóra, completo» O preço foi o de quinze mil cruzados (6:000$000), sendo pagos no acto do contrato 600$000 reis, e o restante aos trimestres. A planta do edificio fôra dada pelo tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens, o que mostra que a construcção foi obra inteiramente nova. Os constructores fôram Francisco José, mestre pedreiro, Manuel Antonio e Thomaz Baptista, mestres carpinteiros, moradores em Santarem. O fiador era negociante estabelecido em Lisboa, e as condições do contrato fôram estipuladas por Amaro da Rosa, mestre de obras em Lisboa, que assignou, como co-procurador do Marquez de Penalva, a escriptura. Não se comprebende bem como um edificio, que custou uma importancia relativamente avultada, não só para a epoca como para os encargos d'um donatario particular, e em cujo contrato de construcção houve as maiores cautelas, se derruisse tão depressa. Affirma-se que, decorridos 40 annos, começou a egreja a arruinar se e d'ella apenas restavam em 1878 as paredes e a torre, a qual conservava ainda os sinos parochiaes. A matriz mudou-se para a pequena egreja do Espirito Santo, que pertence á irmandade da Misericordia, que é de simples architectura, tendo o altar mór e 4 lateraes. Em 1875, a requerimento do povo, foi ordenado pelo ministerio das obras publicas, que se levantasse a planta para a nova egreja matriz. Foi orçada a obra em 5:000$000 reis, e os parochianos offereceram 1 conto, sendo marcado para o local da nova egreja o sitio onde existiu o castello moirisco. O hospicio de frades franciscanos, arrabidos. foi fundado em 1763, por uma senhora D. Anna, cujo appellido se ignora. A fundadora doou-a aos frades, com a obrigação de estabelecerem ali uma fabrica de bureis, para empregar as pessoas necessitadas d'esta povoação. Por um officio do governo civil de Santarem, em 1837, foi o edificio cedido á camara municipal, que d'elle tomou posse em 19 de fevereiro de 1838. Estão n'elle estabelecidas as repartições publicas do concelho, camara, administração, repartição de finanças, tribunal judicial, e escola do sexo masculino. Em Rio Maior existem diversas capellas, e consta que junto d'uma d'ellas, dedicada a S. Miguel, houve um pequeno castello, que se diz ter sido construido pelos moiros. Sendo completamente demolido, edificou-se n'aquelle logar uma escola de instrucção primaria para ambos os sexos, em dois pavimentos, fundada por João José da Costa, da quinta dos Bastidos, proximo da villa, que a offereceu á camara municipal. Um pequeno hospital, que existe n'esta villa, foi fundado em 1619, sendo administrado pelo hospital da Misericordia de Santarem. Os moradores de Rio Maior pediram a el-rei D. José, em 17 de janeiro de 1759, a creação d'uma irmandade da Misericordia para cuidar do edificio e do tratamento dos doentes pobres. O rei concedeu-lh'o por alvará de 18 de abril do mesmo anno, com a obrigação de prestar contas annuaes ao provedor da comarca de Santarem. A construcção primitiva do edificio era acanhada e em más condições hygienicas, mas em 1870, por donativos de bemfeitores, foi reconstruido, ficando um estabelecimento proprio para o fim a que fôra destinado Para custear as despezas do hospital deixou a infanta D. Izabel Maria, quando regente, por alvará do anno de 1826, para a Misericordia os rendimentos das irmandades do Menino Jesus, N. S.ª das Dôres e S. Sebastião. A villa de Rio

Maior teve muito desenvolvimento durante o seculo XIX; possue bons predios de construcção moderna, bons estabelecimentos commerciaes e industriaes. Ao E S estendem-se por mais de 12 k. magnificos pinheiraes, cuja madeira, pela sua qualidade, tem prompta e vantajosa exportação para differentes localidades do districto e para Lisboa. Ao O existem pedreiras de cantaria e alvenaria, d'onde se extrahem e exportam grande numero de carradas de pedra, não só para differentes obras do concelho, como para outras localidades. Nas visinhanças da villa, e dentro dos limites do conc., ha minas de differentes metaes e metaloides. Os afloramentos mais visiveis são: *Pyrites de ferro*, ao S da villa, no sitio chamado Fonte-Rabaça; é de pouca importancia, apezar de conter alguma prata; *Antracites (*carvão mineral*)*; existem minas em differentes partes do conc., que se não teem explorado; *Cobre*, ao N da villa, proximo do logar da Fonte da Bica, que tambem se não explora; *Enxofre*, na serra da Senta, que tambem se não tem explorado; *Chloreto de sodio*, metaloide descoberto por Schéelo em 1771. E' a mais importante de todas, e inexgotavel. E' esta unica que dá origem ás marinhas de Rio Maior. Em junho de 1875 manifestou Bernardino Arêde Soveral, na camara d'este conc., uma mina de pedras lithographicas, com algum minério de prata. Em 1876 construiu se um theatro, a expensas da associação *Progresso Dramatico Rio-maiorense*. Tambem aqui existem algumas fabricas de cortumes. A Gruta das Alcobertas é uma maravilha da natureza, talvez a unica no genero, que existe na Europa. Fica proximo da aldeia das Alcobertas, a 12 k. ao nordeste de Rio Maior. No *Diario Illustrado*, de 4 de novembro de 1872, vem uma descripção minuciosa, escripta por Bernardino Arêde Soveral, que não transcrevemos por ser muito longa. Rio Maior pertence á 1.ª div. mil, 2.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 16 com a séde em Lisboa. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; feira nos primeiros dias do mez de setembro, e a dos *Passos*, 3 dias, começando na quinta dominga da quaresma; mercado no 3.º domingo do cada mez; advogados, agentes dos *Bancos Economia* e *Commercial de Lisboa*, e *Commercial do Porto;* das companhias de seguros: *A Popular*, *Fidelidade*, *Fomento Agricola*, *Internacional*, *Previdencia*, *Probidade*, *Reformadora*, *Sociedade Portugueza*, *Tagus* e *La Union y el Fenix español;* fabricas de azeites, de louça e de serração de madeira; hoteis, casas de pasto, estancias de madeira, medicos, pharmacias, notarios, productores de sal, sociedades de recreio: *Assembléa Rio-maiorense*, *Banda dos bombeiros voluntarios*, *Nova Philarmonica Progresso Rio-maiorense*. Logares mais importantes: Cabos, Correias, Assentiz, Azinheira, Fonte da Bica, S. João, Malaqueija e Arrouquellas. Teem se publicado os seguintes jornaes: *Civilisação Popular*, começou em 1895, e ainda se publica; o n.º 105 é o 1.º numero, por isso que seguiu ao *Riomaiorense*, que principiou a 30 de junho de 1893, sendo o ultimo n.º o 104. Junto a Rio Maior deram-se diversos combates contra os francezes, de 11 a 19 de fevereiro de 1811. O conc. compõe-se de 8 freguezias, com 2:851 fog. e 11:599 hab., sendo 6:005 do genero masc. e 5:594 do fem., n'uma superficie de 33:571 hect. pelo censo de 1900 As freguezias são: Santa Maria Magdalena, de Alcobertas, 1:213 hab.: 632 do sexo masc. e 581 do fem.; S. Gregorio, de Arruda dos Pizões, 316 hab.: 176 do sexo masc. e 140 do fem; N. S.ª do Rosario, de Azambujeira, 511 hab.; 265 do sexo masc. e 246 do fem.; Santo Antonio, de Fragoas, 789 hab.: 411 do sexo masc. e 378 do fem; S. Francisco de Assis, do Marmeleira, 1:393 hab.: 712 do sexo masc. o 681 do fem.; N. S.ª da Ribeira, de Outeiro da Cortiçada, 667 hab.: 352 do sexo masc. e 315 do fem., N. S.ª da Conceição, de Rio Maior, 4:637 hab.: :401 do sexo masc. e 2:236 do fem.; S. João Baptista, de S. João da Ribeira, 2073 hab.: 1:056 do sexo masc. e 1:017 do fem. O principal commercio do concelho é azeite, madeiras, cortiça, vinho, cantarias e sal. ‖ Pov. na freg. de S. Cypriano, de Paços de Brandão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. ‖ Rio, que nasce na serra dos Caudieiros, nos montes de S. Martinho e Chainguceira, banha Rio Maior, S. João da Ribeira e Zambujeira, passa a 2 k. de Valle de Santarem, formando d'ali para baixo a *Valla d'Azambuja*, e entra no rio Tejo com cêrca de 70 k. de curso. Recebe dois affluentes: o Almoster e o Alcobertas.

Rio Mau. Pov. e freg. do S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. do Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 157 fog. e 625 hab. Tem est. post. e dista 12 k. da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 680$000 reis de rendimento annual. A terra é muito fertil; cria muito gado, é abundante de madeiras, e nos seus montes apparece muita caça. Esta freg. fica dividida da de Goães e da de Duas Egrejas pelo rio Neiva, que nasce na freg. de Gondinhaços, tendo a sua origem nas vertentes do monto Ocaral. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. ‖ Pov. e freg. de Christovão, da prov. do Douro, conc. e com. de Villa do Conde, distr. do Porto, arceb. de Braga; 231 fog. e 910 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada na margem direita do rio Este, a 8 k. da séde do conc., n'um pequeno valle ao O da serra de Rates. O prior dos conegos regrantes, cruzios, de S. João da Junqueira, apresentava o vigario, que tinha 60$000 reis de congrua e o pé d'altar. Parece que o nome d'esta freg. procede do rio E'ste, por ser n'estes sitios muito tortuoso; mas segundo a tradição, deu-selhe o nome de Rio Mau, porque por baixo d'elle ha profundas cavernas e galerias, defendidas por dragões, serpentes e outros bichos, que guardam thesouros encantados de grande valia. A egreja matriz está situada quasi na extremidade SO da freg., em logar humido e acanhado; a sua architectura denota grande antiguidade. E' toda de cantaria, e a abobada e pavimento da capella mór são de granito. Ao lado do altar-mór está a seguinte inscripção:

FOI FEITA ESTA EGREJA EM 1135

Mas esta inscripção é muito mais moderna do que o templo; foi copiada d'umas inscripções que se encontraram por detraz da tribuna, das quaes já pouco se podia ler. O abbade do mosteiro da Junqueira mandou reedificar a egreja, no reinado de D. Pedro I, 1357 a 1362, e foi então que

se encontrou a lapide com a inscripção citada, e se gravou n'uma pedra da capella-mór a data da fundação da egreja, como dissémos. O templo denota ser obra do tempo dos romanos. A porta principal está voltada para o lado do mar, e resguardada por um alpendre, ao lado do qual se vê um pequeno e tosco campanario. Toda a porta principal, assim como as duas lateraes, são ornadas de columnas e arcos concentricos de boa esculptura No *Archeologo Portuguez*, vol. XIV, pag 73, vem uma descripção illustrada d'esta egreja, indicando as dimensões, que são modestas:24,m85 de comprimento, 8,m56 de largura e 7,m31 de altura. Procedeu em 1909, a expensas suas, a restauração d'este monumento o sr. Antonio Lopes Figueira, benemerito filho da localidade. Os vitraes são modernos, feitos em Paris e installados em 1908. Uma inscripção mostra que a egreja foi fundada na era de 1189 (anno de 1151), pelo presbytero Pedro Dias, em honra de S. Christovam Martyr; portanto data a sua existencia de 1151, sendo o monumento de importancia architectonica e alta antiguidade e um interessante e curioso exemplar do estylo romanico. A terra é muito fertil, cria gado e tem caça; peixe do rio Ave, que fica proximo, e do mar. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Aldeia, na prov. do Douro, na freg. de S. Paulo, de Sebolido, conc. de Penafiel, distr. do Porto Dá-lhe o nome um pequeno ribeiro que lhe passa ao O, e ali mesmo vae desaguar no rio Douro. Tinha uma pequena capella dedicada a Santo Antonio, muito antiga. Um individuo de appellido Amorim, natural d'esta aldeia, e que enriqueceu no Brazil, a reconstruiu á sua custa, em 1860, dando lhe maiores proporções, e tornando-a uma bella ermida. Tem caixa postal. || Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Avessadas, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Pedro, de Cerva, conc. de Ribeira de Pena, distr do Villa Real || Santo Estevão, de Galés, conc de Mafra, distr. de Lisboa. || S. Julião, de Freixo, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Medrões, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Julião, de Serafão, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santo André, de Tellões, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Ribeiro da prov. do Douro; n. na freg. de Silva Escura, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. Passa junto das grandes minas do Braçal, e entra na margem do rio Vouga, com perto de 13 k. de curso, defronte da pov. de Lombada.

Rio Meão. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov do Douro, conc. e com. da Feira, distr. de Aveiro, bisp do Porto; 292 fog. e 1:276 hab. Tem esc. do sexo masc. e dista 6 k. da séde do conc. Está situada a 5 k. da estrada de Esmoriz, em terreno pouco accidentado e fertil, regado em parte pelo ribeiro do seu nome. O commendador da ordem de Malta, de Rio Meão, apresentava o reitor, que tinha 115$000 reis. N'esta freg. ha muitos pinheiraes, d'onde se extrahe muita madeira e lenha, que vae para o Porto e outras localidades. Os povos d'esta freg. tinham os grandes privilegios e isenções de *caseiros de Malta*, e entre as suas regalias avultavam as de não darem soldados, senão quando o rei em pessoa fôsse á guerra, e de não poderem ser citados fóra do seu domicilio. Pertence a pov. á 5.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

Rio de Mel. Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da provincia da Beira Baixa, conc. e com. de Trancoso, distr. e bisp. da Guarda; 117 fog. e 570 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Dista 6 k. da séde do conc. e está situada na margem direita d'uma pequena ribeira chamada Rio de Mel, na estrada de Trancoso a Lamego. O abbade de Santa Maria, de Trancoso, apresentava o cura, que tinha 6$000 reis de congrua e o pé d'altar. A terra é pouco fertil e pobre. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Povoações nas freguezias: N. S.ª dos Milagres, de Pindello, conc. de S. Pedro do Sul, distr de Vizeu. || S. Julião, de S. Gião, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Pequena ribeira que nasce na freg. do mesmo nome, e se lança ao rio Tavora, com perto de 8 k. de curso.

Rio Milheiro. Pov. na freg. de S. Miguel, de Sobral, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu.

Rio de Moinhos (*Manuel Augusto de Almeida Vallejo, barão de*). Commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, capitão do batalhão nacional de Abrantes, etc. N. em Rio de Moinhos. concelho de Abrantes, a 28 de outubro de 1828; fal. a 7 de junho de 1868. Era filho de Manuel Pestana d'Almeida Vallejo Feio, brigadeiro reformado. Casou duas vezes: a primeira, a 30 de agosto de 1860, com D. Maria Thereza da Piedade Soares, que fal. a 6 d'agosto de 1863; a segunda, a 25 de fevereiro de 1865, com sua cunhada D. Maria Clementina da Piedade Soares, sendo ambas filhas de Raymundo José Soares Mendes, e de sua mulher D. Maria Clementina da Piedade Soares. A baroneza de Rio de Moinhos, enviuvando em 1868, passou a segundas nupcias, a 30 d'abril de 1871, com João Themudo d'Oliveira Mendonça Foi agraciado com o titulo de barão do Rio de Moinhos, por decreto de 10 d'abril de 1867.

Rio de Moinhos. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp do Porto; 305 fog. e 1:324 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est post., feira no dia 4 de cada mez. Está situada na margem direita do rio Tamega, a 11 k. da séde do conc. O papa, a mitra e o mosteiro de monges benedictinos de Paço de Sousa, apresentavam o reitor, que tinha 240$000 reis. A terra é muito fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de Santa Eufemia, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Abrantes, distr de Santarem, patriarc. de Lisboa; 485 fog. e 1:674 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., pharmacia, Philarmonica Riomoinhense, photographia. Dista 5 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades da margem direita do rio Tejo, sobre a ribeira do Rio de Moinhos, a 2 k. da est. do caminho de ferro de Tramagal. O vigario da freg. de S. Vicente, de Abrantes, apresentava o cura, que tinha 1.0$000 reis. A terra é fertil Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes || Pov. e freg. de Santa Eulalia. da prov. do Minho, conc. e com. de Areos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga;

181 fog. e 709 hab. Tem esc. do sexo masc. Está situada proximo da margem direita do rio Vez, a 7 k. da séde do conc. Os viscondes de V. N. da Cerveira, depois marquezes de Ponte do Lima, apresentavam o abbade, que tinha 400$000 reis de rendimento. A egreja matriz é em fórma de cruz latina, e os altares são de talha antiga. Houve aqui uma Torre dos Caldas, na aldeia de Nogueiras, que foi demolida no anno de 1500, pouco mais ou menos. No monte da Ermida ainda ha vestigios d'um castro, que ali existiu, tendo apparecido bastantes sepulturas. O terreno é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz, e cria muito gado de toda a qualidade, que exporta. Nos seus montes ha bastante caça Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. do S. Miguel, da provincia da Beira Alta, conc e com de Sattam, distr. e bisp. de Vizeu, 357 fog. e 1:458 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada n'um valle a 7 k. da séde do conc, que é a Villa da Egreja. O real padroado apresentava o vigario, que tinha 40$000 reis de congrua e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, foi villa e cabeça de conc. D. Sancho II lhe deu foral, na Guarda, em 10 de julho de 1240; D. Manuel lhe deu foral novo, em Lisboa, a 6 de maio de 1514. A terra é fertil em todos os generos agricolas do paiz, e cria muito gado. Nos montes apparece bastante caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Povoações nas freguezias: S. Lourenço, de Alvellos, conc. de Barcellos, distr. de Braga || S. Miguel, de Marinhas, conc. de Espozende, do mesmo distr. || N. S.ª da Assumpção, de Torrão, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || Santa Maria o conc. de Troncoso, distr. da Guarda. || Santa Maria Magdalena, de Aldeia do Matto, conc de Abrantes, distr. de Santarem.

Rio de Moiro. Pov. e freg. de N. S.ª de Belem, da prov. da Extremadura, conc. e com. da Cintra, distr. e patriarc. de Lisboa; 418 fog. e 1:644 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post com serviço de posta rural; est. de caminho de ferro na linha de Cintra, entre a do Cacem e o apeadeiro das Mercês, medico, pharmacias, lagar d'azeite, hospicio: Casa de Saude dos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus, para homens alienados, na quinta do Telhal; fabricas de moagens a vapor, e de tinturaria e estamparia; aguas mineraes no sitio do Zambujal, *Associação Musical Recreativa da Fabrica do Rio de Moiro*, *Sociedade 1.º de Dezembro*. A pov. fica distante 8 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Lisboa a Cintra. A egreja matriz é um elegante templo de tres naves, sendo o altar-mór e os dois lateraes de boa talha dourada. Todas as imagens d'esta egreja são de bella esculptura; o retabulo do altar-mór, dizem ser pintura de bastante merecimento. Pertence a pov. á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa. A' beira da estrada antiga de Lisboa a Cintra, e do lado direito d'ella, vê-se o cruzeiro de Rio de Moiro composto de base rectangular de 1 m. d'altura, 2 degraus de uns 15 c. e uma cruz de 2 m. de alto, de haste e braços cylindricos, com uma especie de grinalda collocada diagonalmente no ponto do cruzamento dos braços. E' de pedra lioz, lavrada, sarabulhenta, tendo apenas a frente da base lisa, na qual se lê em letra variada:

AQUI CHAMOU DEUS D'ESTA VIDA
HUMA BOA MÃE!
ORAE PELA SUA ALMA
EM SUA SAUDOSA MEMORIA
ERIGIRAM SEUS FILHOS
ESTA CRUZ.

Diz-se, que a senhora, a quem esta inscripção se refere, ora uma viuva de appellido Kraus, que ia de Lisboa a Cintra com sua filha, em sége, e que chegando ao sitio marcado pelo cruzeiro, morreu de repente, deixando a filha na maior consternação por ser então aquelle sitio um perfeito ermo. O cruzeiro foi ali collocado em memoria d'este facto, parece que no meado do seculo XIX. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Parada, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Ribeira que nasce na parte E da serra de Cintra, entre Valle de Porcas e Algueirão, e entra no rio Tejo com cêrca de 15 k. do curso.

Rio Mondego Pov. na freg. de S. Paio de Farinha Pôdre, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Ris de Nossa Senhora. Pov. na freg. de Santo Maria, de Olivaes, 1.º bairro de Lisboa.

Rio de Onor. Pov. e freg. de João Baptista, da prov. de Traz os Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 56 fog. e 268 hab. Tem esc. do sexo fem. o est. post. Dista 30 k. da séde do conc. e está situada na margem do rio do mesmo nome, na raia da Galliza. O reitor da freg. de Rabal apresentava o cura, que tinha 6$000 reis de congrua e o pé d'altar. A terra é fria e pouco fertil. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Rio d'Ossos. Pov. na freg. de S. Martinho, de Cocujães, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Rio Pardo *(D. Diogo de Sousa, 1.º conde do).* Moço fidalgo por alvará de 1766; doutor em Mathematica pela Universidade de Coimbra, védor da Casa Real, par do reino, ministro e conselheiro de Estado, vice-rei da India, etc. N. em Lisboa a 17 de maio de 1755, fal. em 12 de julho de 1829. Era filho do marechal de campo D. João de Sousa, moço fidalgo com exercicio, commendador da ordem de Christo, governador das armas na provincia do Minho, etc., e de sua mulher D. Anna Joaquina Leite de Medeiros Cerveira Pestana. Assentou praça, e foi depois estudar na Universidade, doutorando se na faculdade de Mathematica, em 1789, depois d'um curso brilhante. Seguindo a carreira das armas, como seu pae, era major de cavallaria, quando em 1793, foi nomeado para substituir no governo geral de Moçambique, Antonio Manuel de Mello e Castro Já então era casado com D Anna Candida de Sá Brandão, senhora d'um importante morgado em Villa do Conde, a qual acompanhou seu marido e morreu em Moçambique. A falta de meios e de recursos com que luctava, fez com que não púdesse revelar so n'aquelle governo, o que foi depois na India. Os francezes invadiram e saquearam o presidio de Lourenço Marques; D. Diogo de Sousa reclamou, que se acabasse com as camaras municipaes das villas, e que se extinguisse a alfandega de Ibo. Em 1798 foi transferido para o Maranhão, e a 17 de dezembro de 1805 foi despachado, em recompensa do seu bom governo, conselheiro de capa e espada do Conselho Ultramarino, e a 19 de setem-

bro de 1807 foi encarregado de ir organisar a nova capitania do Rio Grande do Sul: creou então as villas de S. Pedro e do Rio Pardo, dividindo a capitania em duas comarcas: a de S. Pedro e de Santa Catharina, attrahindo para ali importante numero de colonos. Foi commendador de Santa Maria do Prado, de S. Miguel de Villa Franca e de S. Miguel de Nogueira, todas estas commendas na ordem de Christo. Recebendo ordem, em 1810, de ir occupar Montevideu, que estava em revolução, violando ás vezes os seus caudilhos a fronteira portugueza, D. Diogo de Sousa reuniu as tropas de que podia dispôr, e que tomaram o titulo do exercito pacificador da Banda Oriental, e entrou no territorio bespanhol, apossando se logo do forte de Santa Thereza, e indo acampar em Maldonado a pouca distancia de Montevideu. Sobresaltaram-se com esta intervenção os ministros inglez e bespanhol, e levaram o governo portuguez a assignar um convenio, pelo qual as tropas portuguezas se retirariam; levantando as tropas de Buenos-Ayres o cêrco de Montevideu, onde o general hespanbol Elio se mantinha fiel á causa da metropole. Communicado este convenio a D. Diogo de Sousa, teve este a rara hombridade de declarar por sua conta que se não retiraria, emquanto Artigas, um dos caudilhos das tropas do Buenos-Ayres, não dissolvesse as suas forças que continuavam a violar a cada instante a fronteira portugueza, e som esperar mesmo resposta, dirigiu-se para as immediações de Paysandú, destroçou quantas guerrilhas lhe appareceram no passo del Corte, nas portas de Damian e em Romualdo de la Vega, pôz em fuga o proprio Artigas que commandava uns 9:000 bomens, queimou as povoações de Japugú e de S. Thomé, e destroçou junto do arroio de Laureles as tribus selvagens que combatiam no exercito de Artigas. Estes feitos d'armas fôram inutilisados ainda pela intervenção ingleza O conde das Galveias, obedecendo ás intimações do ministro inglez, mandou a Buenos Ayres como emissario portuguez para ajustar um convenio, o coronel Rademaker, que principiou por negociar um armisticio, e expediu logo a D. Diogo de Sousa ordem para regressar com o exercito para a capitania, o que o valente militar cumpriu de muito má vontade. O seu procedimento energico e o modo brilhante como conduzira a campanha, grangearam-lhe a estima de D João VI, que a 13 de janeiro de 1812 o nomeou védor da Casa Real, a 17 de dezembro do mesmo anno lhe concedeu uma commenda e logo em seguida a gran cruz da ordem de Christo. Depois de elle ter entregado o governo da capitania do Rio Grande do Sul em 1814 ao seu successor marquez de Alegrete, lhe conferiu a 29 de julho do 1815 o titulo de conde de Rio Pardo, que era uma das villas que elle fundára no Rio Grande do Sul. Em 1815 tambem lhe conferiu o grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada, por decreto do 26 de julho. A 1 de março de 1816 o nomeou vice-rei da India, para onde logo partiu, chegando a Gôa em novembro d'esse mesmo anno, entregando-lhe o mando a 29 o governador que fôra substituir, Bernardo José de Lorena. O governo do conde de Rio Pardo foi um dos mais brilbantes quo teve a India. Em primeiro logar disciplinou e reorganisou o exercito, que era então de mais de 5:000 homens, cortou muitos abusos, fez grandes economias, mostrando sempre muita prudencia e bom senso, sabendo assim conciliar as sympathias dos povos, sem descurar os interesses da administração. Não se mostrou com os indigenas inutilmente provocador, mas manteve sempre a dignidade e o prestigio do nome portuguez. Tendo em 1817 os dessais de Uspá e de Lambotim maltratado uns negociantes portuguezes, o conde de Rio Pardo cortou immediatamente todas as relações com esses povos, e mandou invadir o seu territorio pelo coronel João Caetano Gallego da Fonseca, á frente d'um exercito de 2:000 homens, que tomou a casa forte de Uspá e obrigou os dessais a darem todas as satisfações exigidas. N'esse mesmo anno, tendo a gente de Lembagi Saunto Bounsuló praticado vários attentados na aldeia de Bounsuló, pôz logo o conde de Rio Pardo em campanha o marechal Godinho de Mira, que bombardeou asperamente a fortaleza de Rarim. Em 1818 transferiram se para Pangim a maior parte das repartições publicas, e em 1820 mandou se demolir por estarem em completa ruina o palacio da Inquisição e o palacio da fortaleza, residencia antiga dos vice-reis. Quando no principio do anno de 1821 chegou á India a noticia da revolução de 1820, foi grande o enthusiasmo. Naturalmente energico, e incapaz de ceder á pressão popular, e pouco sympathico com as ideias liberaes, o conde de Rio Pardo foi deposto do governo pelos insurgentes no dia 16 de setembro de 182 , proclamando se a constituição, o indo o vice-rei preso para a fortaleza do Cabo, d'onde saiu no dia 2 de outubro para Bombaim no brigue *Pegaso*. Ficou governando a India uma junta eleita pelos insurgentes. Em Bombaim esteve o conde de Rio Pardo até que recebeu despachos do Rio de Janeiro, que lhe communicavam que D. João VI acceitara a Constituição, e que nomeara para o substituir no governo da India D. Manuel da Camara, quo já a esse tempo devia estar em Gôa. Voltou então a esta cidade a 7 de fevereiro de 1822, a 20 jurou a Constituição, e a 4 de março seguinte embarcou para o Rio de Janeiro no brigue que trouxera o novo vice-rei. Não encontrando já n'aquella cidade a familia real, veiu para Lisboa, onde se conservou algum tempo afastado da politica, até quo em 1824 foi nomeado conselheiro de guerra; em 1825 presidente do Conselho Ultramarino, e em 1826 par do reino. Pouco affeiçoado ás ideias constitucionaes, adheriu ao movimento de 1828 quando D. Miguel se proclamou roi absoluto, e por elle foi nomeado ministro da guerra em 3 de março de 1828, e em janeiro de 1829 conselbeiro de Estado. Foi elle quem planeou e começou a organisar a expedição dirigida contra os Açôres. Dados os seus conhecimentos militares e a sua grande energia, talvez que a lucta entre constitucionaes e miguelistas tivesse tomado outros aspectos, mas a morte veiu surprebendel o no proprio momento em que encetava a fórma de inutilisar os esforços dos partidarios de D. Pedro. Falleceu no posto de tenente-general de cavallaria. Não tendo successão, foi herdeiro da sua casa seu irmão D. Luiz de Sousa, que tambem era bacharel em Mathematica, moço fidalgo e official de cavallaria. O titulo de 2.º conde de Rio Pardo foi mais tarde concedido a seu neto D Luiz, filho de D. Francisco de Sousa (V. o *artigo seguinte*). O brazão d'armas dos condes de Rio do Pardo é o mesmo que

o dos condes do Prado: Escudo esquartelado; no primeiro quartel as quinas do reino sem a orla dos castellos; no segundo, em campo de prata um leão sanguinho, que alguns trazem de prata com uma grinalda de flôres na cabeça; e assim os contrarios.

Rio Pardo *(D. Luiz Xavier Martins Affonso de Sousa Telles de Menezes Tavora de Lima e Lorena Lobo da Silveira, 2.º conde do).* Official honorario da Casa Real, commendador da ordem de Christo. N. a 19 de julho de 1839, fal. a 18 de março de 1886. Era filho de D. Francisco de Sousa, moço fidalgo com exercicio, commendador da ordem de Christo, vèdor da Casa Real, etc., e de sua mulher D. Maria do Carmo Portugal. O titulo foi lhe concedido por decreto de 2 de junho de 1863. Casou em 1859 com D. Maria José da Silva Ferrão de Castello Branco, filha de João de Carvalho Martens da Silva Ferrão de Castello Branco, moço fidalgo com exercicio, desembargador da Relação do Porto, e de sua mulher D. Maria Rita de Saldanha da Gama Mello Torres. O conde de Rio Pardo dedicava se muito á litteratura dramatica, e escreveu dois dramas em 5 actos: *Os Preconceitos de raça*, publicado em 1871, e *A Moura da Rainha*, em 1872.

Rio da Passagem de Souto Maior. Pov. na freg de N. S.ª da Conceição, de Villar de Maçada, conc. de Alijó, distr. de Villa Real.

Rio dos Paus. Pov. na freg. de S Lourenço, de Alhos Vedros, conc. da Moita, distr. de Lisboa.

Rio Pombal. Pov. na freg. de S. Vicente, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Rio da Ponte. Pov. na freg. de S. Martinho de Gandara, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Rio do Porto. Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Ginzo, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria da Porta, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Roussas, do mesmo conc. e districto.

Rio Sado *(Augusto Correia Godinho Ferreira da Costa, visconde do).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Christo, gran cruz da de Izabel a Catholica, de Hespanha, commendador da Corôa de Italia, official da Legião de Honra, de França; bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, governador civil de varios districtos, conselheiro, deputado, academico professor da Real Academia Matritense de Legislação e Jurisprudencia, juiz substituto no tribunal da Boa Hora, etc. N. a 1 de agosto de 1840, fal em Lisboa a 7 de junho de 1909. Era filho do 1.º visconde de Correia Godinho, José Correia Godinho da Costa, e de sua mulher D. Marianna Francisca Ferreira. Matriculando-se na faculdade de Direito em Coimbra, tomou o grau de bacharel em 1859, contando apenas 19 annos de edade, e logo em 1860 foi nomeado governador civil do districto de Faro. Depois exerceu o mesmo cargo nos districtos de Bragança, Santarem e Aveiro, sendo tambem secretario geral n'estes dois ultimos districtos. Pertenceu á camara municipal de Lisboa, com o cargo de vice-presidente, e foi á sua tenacidade, ao auxilio que sempre prestou, reunido os seus esforços aos do presidente, então Rosa Araujo, que se deveu a construcção da Avenida da Liberdade, que foi tão contrariada e discutida, e que só mais tarde veiu a concluir-se. O visconde do Rio Sado teve entrada pela primeira vez na camara dos deputados, na legislatura de 1879 (sessão unica), sendo reeleito nas de 1882-1884 e de 1886-1887. N'esta ultima sessão apresentou no parlamento uma proposta com o fim de se estabelecer o descanço dominical, o primeiro que com esse intuito foi submettido á sancção das côrtes. Nos tribunaes exerceu as funcções de sub delegado, mas interromper a sua carreira na magistratura, por causa dos cargos citados, saindo do quadro por esse motivo, ficando juiz substituto, situação em que se encontrava havia já 30 annos quando falleceu. A sua vida de juiz foi muito trabalhosa; estando sempre prompto a substituir os magistrados que estivessem impedidos, chegou a servir ao mesmo tempo, por quatro districtos e quatro varas, dando por isso despacho a 28 escrivães. Apezar de tanto trabalho nunca se mostrava cançado, e os emolumentos que derivavam dos processos, reservava os para os juizes a quem competiam e a quem substituia, dando-lhes estrictas contas

Visconde do Rio Sado

dos seus proventos. Contam se muitas anecdotas espirituosas do visconde do Rio Sado nas suas audiencias, no julgamento de alguns réos, que provocavam a hilariedade, mas que elle logo reprimia para manter o decoro do tribunal. Interveiu, por vezes, no julgamento de causas importantes, e as suas sentenças lavradas em conformidade com o veredictum do jury respectivo, fôram sempre recebidas com o devido acatamento, não provocando nunca a impugnação dos condemnados nem as censuras da opinião publica. A suspensão de pena foi pela primeira vez applicada, nos nossos tribunaes, pelo visconde de Rio Sado, merecendo essa decisão um accordão da Relação em que as generosas intenções do bondoso juiz eram consideradas elogiosamente. Nos processos da imprensa tambem manifestava o seu espirito liberal e democratico não sanccionando com o seu voto uma condemnação. Tinha predilecção em colleccionar objectos antigos, sendo o seu palacio de Santa Barbara um verdadeiro museu de preciosidades. Mas o que principalmente o enthusiasmava, eram os relogios, possuindo os em grande

quantidade. O visconde de Rio Sado contava 22 annos de edade, em 1862, quando foi agraciado com a carta de conselheiro; por decreto de 9 de maio de 1878, recebeu o titulo de visconde. Casou em 14 de janeiro de 1863, com D. Maria da Encarnação Orta, filha dos fallecidos viscondes de Orta: Antonio José d'Orta e D. Manuela de Jesus Toronjo. O seu brazão é o mesmo, que o dos viscondes de Correia Godinho. V. *Portugal*, vol. II, pag. 1153.

Rio de Sapos. Pov. na freg. de N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Rio Sêcco (*Joaquim José de Azevedo, 1.º barão e 1.º visconde do*). Fidalgo cavalleiro, por alvará de 5 de setembro de 186 ; titulo de conselho, alvará de 17 de maio de 1810, etc. N. a 12 de setembro de 1761; fal. no Rio de Janeiro a 7 d'abril de 1835. Era filho de Marthias Antonio de Azevedo, e de sua mulher, D. Maria Josepha d'Oliveira. Acompanhou ao Brazil a familia real em 1807, e no Rio de Janeiro foi escrivão de filhamentos, thesoureiro da Casa Real e da real capella, almoxarife dos paços reaes, comprador dos guarda roupas do paço, da corôa e das cavallariças reaes, fiel do bolsinho, barão do Rio Sêcco, por decreto de 13 de outubro de 1813, e visconde do mesmo titulo, por decreto de 6 de fevereiro de 1818. Foi no Brazil senhor da villa de Macabé o alcaide-mór de Santos, commendador das ordens de Christo, Torre e Espada, e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. Quando a familia real regressou a Portugal, o viscondo do Rio Sêcco deixou-se ficar no Brazil na companhia do principe D. Pedro; adherindo depois á independencia do imperio, naturalisou se brazileiro, e passou ao serviço de primeiro imperador, que o fez grande do imperio, por decreto de 9 de janeiro de 1827, 1.º marquez de Jundiahy, o cargo de porteiro mór, e as commendas das ordens do Cruzeiro e da Rosa. Casou a 17 de abril de 1787, com D. Maria Carlota Millard, filha de Hirão Millard, e de sua mulher, D. Thereza Brown.

Rio Sêcco (*João Carlos de Azevedo, 2.º barão e 2.º visconde do*). Commendador da ordem de Christo, alcaide-mór de Evora. N. a 4 de novembro de 1790, fal. a 13 de setembro de 1843. Era filho dos 1.ºs barões o 1.ºs viscondes do mesmo titulo (V. o *artigo antecedente)*. Casou a 20 de dezembro de 1818, com D. Maria Gertrudes Rosa Pereira Caldas Machado, filha de Antonio Francisco Machado, fidalgo da Casa Real, do conselho de el-rei D. João VI, commendador da ordem de Christo e coronel de milicias, e de sua mulher D. Anna Maria Cleota Pereira Caldas. O titulo de barão com grandeza, foi lhe renovado por decreto de 17 do dezembro de 1815 e verificado por carta de 3 de maio de 1819; o de visconde, tambem com grandeza, foi renovado por decreto de 14 de maio de 1821. O brazão d'armas é assim constituido: Escudo esquartelado no primeiro quartel, em campo de ouro, uma aguia de preto estendida; no segundo, em campo azul, cinco estrellas de prata em aspa com uma bordadura de vermelho cheia de aspas de ouro, e assim os contrarios. Timbre, a aguia do escudo com uma estrella das armas no peito, e por differença uma brica vermelha com uma flôr.

Rio Sêcco (*Joaquim José de Azevedo, 3.º visconde do*). Moço fidalgo com exercicio no paço, o proprietario. N. a 30 de setembro de 1821, fal. a 3 d'agosto de 1876. Era filho do 2.º barão e 2.º visconde do mesmo titulo. Casou a 7 de junho de 1852, com sua prima, D. Maria Gertrudes de Caldas Machado, filha dos 2.ºs viscondes de Benagazil: Polycarpo José Machado e D. Catharina Rita Pereira Caldas Foi agraciado com o titulo de visconde, tambem com grandeza, por decreto de 14 de maio de 1861 Falleceu repentinamente, victima d'uma congestão cerebral, estando no Club Lisbonense.

Rio Sêcco. Povoações nas freguezias: S. Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Faro. || N. S.ª d'Assumpção (Sé), conc. e distr. de Faro. || N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, distr. de Leiria. || N. S.ª d'Ajuda, no 4.º bairro de Lisboa. || Ribeiro da prov. da Beira Baixa, que nasce na freg. de S. Pedro do Rio Secco, que lhe dá o nome, o qual conserva até ao sitio das Juntas, limite de Vermiosa, tomando d'ali adeante o nome de Ribeira d'Aguiar, até desaguar na margem esquerda do rio Douro, no sitio chamado Caláhre, com 35 k. de curso. || Rio que nasce na freg. de S. Braz d'Alportel, banha Estoy e entra no Oceano Atlantico com cêrca de 20 k. de curso. || Ribeira que nasce na parte SO do monte Ursa, junto do sitio de Alfarrobeira, e se lança no rio Guadiana, a jusante de Castro Marim e junto ao esteiro da Carrasqueira, com cêrca de 20 k de curso.

Rio de Selho. Pov. na freg. de S. Miguel, de Creixomil, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Rio Sever. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Areias, conc de Marvão, distr. de Portalegre.

Rio do Souto. Pov. na freg. de Santo Adrião, de Maceira de Ratos, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Rio Teixeira. Povoações nas freguezias: S. Nicolau e conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || S. Martinho, de Villa Jusã, do mesmo conc e districto.

Rio Tinto (*Vicente Gonçalves Rio Tinto, barão do*). Commendador da ordem de Christo, negociante e capitalista. N. a 3 de março de 1803, fal. a 7 de junho de 1857 Casou com D. Adelaide Francisca Nunes, filha de José Bento Nunes, negociante, e de sua mulher, D. Joaquina Rosa. Foi agraciado com o titulo de barão por decreto de 14 de dezembro de 1853.

Rio Tinto. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Minho, conc. e com de Espozende, distr. e arceb. de Braga; 90 fog. e 366 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Dista 9 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da margem esquerda do rio Cávado, nas proximidades da estrada de Villa do Conde a Barcellos. A mitra apresentava o abbade, que tinha 390$000 reis de rendimento. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz, e cria muito gado de toda a qualidade. Ha aqui grande abundancia de cebolas, que se exportam para diversas localidades. Pertence á 3.ª div mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg de S. Christovão, da provincia do Douro, concelho de Gondomar, com, districto e bisp. do Porto; 1:717 fog. e 2:870 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., medicos, pharmacias, notarios, associações de soccorros mutuos: *S. Christovão, Monte Pio O Desejado, N.*

S.ª da Conceição de Rio Tinto; N. S.ª do Amparo de Rio Tinto, Fanzeres e S. Pedro da Cova; Sociedade Funebre de S. Bento das Peras de Rio Tinto; fabricas de moagens e de licores, genebra e cognac; fundição de sinos; fabricantes de ourivesaria; est. do caminho de ferro, na linha do Douro, entre as de Campanhã e Ermezinde. Está situada a 1 k. da estrada do Porto a Penafiel, e a 6 da séde do conc. Os monges benedictinos do Porto apresentavam o vigario, que tinha 400$000 reis de rendimento annual. Houve aqui um mosteiro de freiras da ordem de Santo Agostinho (eremitas ou gracianas) fundado em 1062 por Diogo Truetezendo Dias, e seus filhos, Truetezendo Dias, Gonçalo Dias e Unisco Dias, que o dotaram com grandes rendas e com o padroado de 12 egrejas. Em Rio Tinto faz se uma grande romaria a S. Bento das Peras no dia 11 de julho, que dura tres dias, a qual costuma ser muito concorrida. Tem se publicado n'esta povoação os seguintes jornaes: *Ecco Popular (O)*, 1895; o n.º 46 é o n.º 1; *Saltão (O)*, 27 d'agosto de 1893; terminou com o segundo numero, sendo seguido pelo *Gondomarense*, com o n.º 3, em 1898, que foi o seu 1.º numero. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Povoações nas freguezias: N. S.ª do Pranto, de Arazede, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || Santo André, de Rendufe, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Miguel, de Sôza, conc. de Vagos, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Venade, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Ribeiro que nasce na freg. do mesmo nome, e entra no rio Douro, na freg. de Campanhã, com 10 k. de curso.

Rio Torto Pov. e freg. de S. Domingos, da prov. da Beira Baixa, conc e com de Gouveia, e bisp da Guarda; 241 fog. e 1.070 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., fabricantes de azeite e fabrica de lanificios. Dista 10 k. da séde do conc O prior de S. Julião, de Gouveia, apresentava o cura, que tinha 80$000 de congrua e o pé d'altar. A parochia é muito antiga, mas o documento da data mais remota, que d'ella se encontra, é de 1269. O seu primeiro orago foi Santa Maria A terra é fertil e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Valpaços, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 169 fog. e 655 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post Dista 8 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Mirandella a Valpaços, na margem direita do Rio Torto. A mitra apresentava o reitor, que tinha 80$000 reis e o pé d'altar. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves || Povoações nas freguezias: S João Baptista, de Cedovim, conc. de V. N. de Fozcôa, distr. da Guarda. || S. Miguel, de Fontoura, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || N S.ª d'Assumpção, de Ourosinho, conc. de Penedono, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Ranhados, conc. de Mêda, distr. da Guarda. || S. Pedro, de Souto, conc. de Penedono, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Purificação, de Aventosa, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Rio Trutas. Pov. na freg. de Santa Maria, de Outeiro, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Rio Vez (*Boaventura Gonçalves Roque, visconde do*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Christo, commendador da ordem da Rosa do Brazil. N. na freg. de S. João Baptista, de Sistello a 22 de abril de 1822, fal. a 14 de junho de 1894. Aos 20 annos foi para o Brazil dedicar se á carreira commercial, e pela sua applicação ao trabalho, auxiliado pela sua natural intelligencia para o commercio, conseguiu fazer fortuna e tornar-se muito distincto entre a colonia portugueza, cooperando valiosamente em todas as sociedades e institutos portuguezes no Rio de Janeiro, quer em estabelecimentos de caridade, quer nos de instrucção Sempre que algum acontecimento da patria reclamava o auxilio dos portuguezes dispersos no Brazil, o visconde de Rio Vez era o primeiro a correr ao apello e a animar com o seu exemplo e com a sua influencia as grandes subscripções ou as manifestações de patriotismo que a colonia portugueza no Brazil tem dado evidentes provas. O visconde do Rio Vez era condecorado com as seguintes medalhas: da Sociedade Portugueza de Beneficencia no Rio de Janeiro: a de Honra da Caixa de Soccorros de D. Pedro V, a de Benemerito do Lyceu Litterario Portuguez, ambas da mesma cidade. Regressando á patria em 1878, pouco mais ou menos, continuou aqui a sua obra meritoria, sendo um dos fundadores dos Albergue Nocturnos, instituição de que el-rei D. Luiz foi o iniciador, e para cuja instituição obteve dos seus amigos de Rio de Janeiro a quantia de 10:920$000 reis. Pouco tempo antes havia conseguido realisar a quantia de 25 mil libras esterlinas, para acudir em Portugal ás necessidades dos inundados, e tambem concorreu para alcançar uma parte dos meios para ser erigido o monumento aos Restauradores da Patria em 1640. Na sua terra natal fundou uma escola de instrucção primaria, e auxiliou com a sua bolsa varios melhoramentos municipaes e outras obras de interesse publico. O seu nome era dos mais respeitaveis no commercio portuguez, o que lhe valeu ser presidente honorario da Associação Commercial do Porto. O visconde do Rio Vez possuia a medalha da Associação 1.º de dezembro de 1640; da Sociedade Humanitaria do Porto; da Sociedade de Geographia de Lisboa; dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes; foi presidente e benemerito do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro. Casou com D. Maria Luiza Labourdonnay, natural d'aquella cidade. O titulo de visconde do Rio Vez foi concedido por decreto de 3 de janeiro de 1879. O seu brazão é um escudo com as armas dos Gonçalves: Em campo verde uma banda de prata carregada de dois leões vermelhos, e por timbre um dos leões.

Rio de Vide. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. de Miranda do Corvo, com. de Louzã, distr. e bisp. de Coimbra; 333 fog. e 1:352 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Dista 6 k. da séde do conc. e está situada na encosta do monte do Senhor da Serra, proximo da estrada de Louzã a Coimbra. O vigario de Foz de Arouce apresentava o cura, que tinha 50$000 reis e o pé d'altor. A terra é fertil. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. e recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra.

Rio Zezere (*Joaquim Bento Pereira, barão de*). General de divisão, commandante das guardas municipaes, par do reino, conselheiro, ajudante

de campo honorario d'el rei D. Luiz, etc. N. em Setubal a 17 d'agosto de 1798, fal. em Lisboa a 19 de dezembro do 1875. Era filho de Bento Pereira d'Almeida, negociante e proprietario em Setubal, e do sua mulher, D. Anna Joaquina Lizarda do Valle e Almeida. Assentou praça no 1.º regimento de infantaria da divisão do voluntarios reaes, em 27 de junho de 1816. Achando-se no deposito d'este regimento foi reconhecido cadete por aviso do dia 29, e embarcou a 14 d'agosto para Montevideu. Fez toda a campanha da Banda Oriental do Rio da Prata até 1824, regressando a Lisboa a 12 d'agosto d'esse anno. Havia sido despachado alferes de commissão para o 1.º regimento de infantaria da mesma divisão em 24 de junho de 1818, sendo a 26 do março de 1821 nomeado alferes effectivo. Chegando a Lisboa passou a infantaria n.º 14 em 16 de setembro de 1824, passando depois ao n.º 4, da mesma arma, em 8 de setembro de 1826, o assistiu a toda a campanha d'esse anno, fazendo parte das forças que, sob o commando do conde de Villa Flôr, combateram os miguelistas. Promovido a tenente para infantaria n.º 16 a 13 de dezembro de 1827, passou depois ao regimento n.º 4 a 17 de janeiro de 1828. Emigrando em agosto para Inglaterra n'esse anno, seguiu para a ilha Terceira com outros emigrados, onde se apresentou a 10 de janeiro de 1829, ficando logo ás ordens do commandante da força armada, em 7 de março, o commandou a 2.ª divisão do corpo de sapadores a 4 de junho de 1831, passando depois ao batalhão de caçadores n.º 3 em 11 do outubro. Como major de brigada, tomou parte na batalha da Praia da Victoria, em 11 d'agosto de 1829 esteve na tomada da ilha de S. Miguel e na de Ladeira a-Velha, a 2 d'agosto de 1831, onde atacou com a companhia do seu commando, uma posição, cortando a retirada ao inimigo e fazendo-lhe 34 prisioneiros, incluindo n'este numero 4 officiaes. Este feito de coragem e bravura mereceu-lhe ser elogiado pelo duque da Terceira. Passando ao regimento de infantaria n.º 10 em 14 de fevereiro de 1832, veiu com elle na expedição que nas praias do Miudello desembarcou a 8 de julho d'esse anno. Combateu no cêrco do Porto, entrando na acção de Souto Redondo, distinguindo se como tenente da companhia incumbida de cobrir a retirada do seu regimento. Pouco tempo depois, entrou ao lado do valente coronel Pacheco, em 29 de setembro, na bateria da Lomba, occupada pelas forças miguelistas, e de tal fórma se houve que foi recommendado Na sortida de Padrão da Legoa, a 28 de novembro, ficou contuso no braço direito. A 4 do março de 1833 defendeu com duas companhias o reducto do Piubal, que estava apenas começado, contra tres vigorosos ataques do inimigo, e na acção de 18 d'agosto desalojou os sitiantes, d'uma forte posição, quando já um batalhão de voluntarios havia sido repellido, pelo que, sob proposta do coronel Pacheco, lhe foi conferido o 2.º grau da Torre e Espada, apezar de não ser ainda cavalleiro d'esta ordem, tendo sido promovido a capitão em 6 d'agosto de 1832. Foi recommendado pelo duque da Terceira pela bravura com que tomou a forte posição de Covello; depois, já em 1834, commandou uma força de 200 praças encarregada de proteger o desembarque do almirante Napier na Figueira da Foz, e assistiu á batalha d'Asseiceira, em 16 do maio d'esse anno, ultima da campanha liberal, e que determinou a convenção de Evora Monte. Joaquim Bento era muito arrebatado, e em 1835, julgando-se desconsiderado por algumas deliberações do commandante do regimento de infantaria n.º 10, o coronel Thomaz de Magalhães Coutinho, dirigiu lhe uma carta nos termos mais violentos, e não contente ainda, publicou-a no *Nacional*, pelo que se formou um conselho de guerra, que o condemnou a ser fusilado, porém, como não se attendera na constituição do conselho a que o accusado era official da Torre e Espada e por isso tinha honras de tenente-coronel, foi o processo annulado pelo supremo conselho, e procedeu-se a novo julgamento, em que ficou absolvido. Em dezembro d'esse anno de 1835 fez parte da Divisão Auxiliar á Hespanha, como addido ao quartel general. Entrou para o corpo do estado maior do exercito, continuando no dito exercicio, por decreto de 3 de julho de 1836. Seguindo a revolução dos marechaes, a que pôz termo a convenção de Chaves datada de 20 de setembro de 1837, Joaquim Bento ficou, em virtude d'essa convenção, separado do quadro do exercito, sendo demittido, por elle requerer, por decreto de 14 de dezembro, mas, na conformidade da carta de lei de 7 de julho de 1840, foi reintegrado no posto de capitão, ficando na 3.ª secção do exercito, por decreto do dia 14 seguinte. Outro decreto, datado em 21, o transferiu para infantaria n.º 7, e contando a antiguidade do posto de alferes desde 24 de junho do 1818, por portaria de 14 d'outubro de 1841. Em 22 de fevereiro de 1842 teve a promoção a major. Foi eleito deputado pela primeira vez na legislatura de 1843. Em 2 d'agosto d'este anno passou a servir no batalhão de caçadores n.º 2, e depois no batalhão de caçadores n.º 8, em 4 de fevereiro de 1844, indo novamente para caçadores n.º 2 em 3 de junho Em 1844 commandou, no posto de major, um batalhão formado de 4 companhias de caçadores n.º 2 e outras 4 de caçadores n.º 8, com o qual fez parte da divisão que foi cercar a praça d'Almeida. Passou depois á 2.ª secção do exercito, ficando addido á praça de S. Julião da Barra, em 1 de julho de 1846. Em seguida ao golpe de Estado de 6 de outubro d'esse anno, passou a servir ás ordens do marechal Saldanha, logo no dia seguinte, conservando-se até 13 de novembro, sendo em 14 nomeado commandante do batalhão de caçadores n.º 1, á frente do qual assistiu á batalha de Torres Vedras, a 22 de dezembro, sendo ali, por distincção, elevado ao posto de tenente coronel, continuando no commando do mesmo corpo, por decreto de 20 de janeiro de 1847. Em 4 do fevereiro de 1850 foi promovido a coronel para o dito batalhão. Joaquim Bento tomou parte muito importante no movimento de 1851, e tendo se declarado a favor de Saldanha e marchado com o corpo, que commandava, para Santarem, segundo fôra ajustado, não pôde ali entrar por terem faltado a adherir á revolução alguns regimentos quo se tinham compromettido. Depois de muitas peripecias, a guarnição do Porto pronunciou-se a favor de Saldanha e fez triumphar a Regeneração, mas quando tudo se julgava perdido e o marechal já desanimado, seguia o caminho de Hespanha, o coronel Joaquim Bento, com a sua habitual energia, desconcertava as forças enviadas para o perseguirem, o atravessando duas vezes o rio Zezere, conseguia reunir se em Ceia ao bata-

lhão de caçadores n.° 5, commandado pelo general Cabreira, depois barão da Batalha, que se havia revoltado em Leiria. Esta arrojada manobra lhe mereceu o titulo de barão do Rio Zezere, com que foi agraciado por decreto de 2 de junho de 1851. Nomeado, (Ordem do exercito n.° 3 de 28 de maio d'esse anno), commandante da 1.ª brigada da 1.ª divisão do exercito regenerador, e brigadeiro por portaria de 29 d'abril, publicada na referida ordem, commandou a 8.ª divisão (Algarve), por decreto de 30 de maio, em que se conservou até ser exonerado a seu pedido, por decreto do 29 de setembro de 1856. Tambem foi nomeado em 4 do junho de 1860 commandante da 10.ª divisão, sendo exonerado em 25 de julho. A portaria de 1 de agosto o nomeou inspector geral dos corpos de infantaria, cargo que exerceu até 23 de junho de 1866, accumulando com essa commissão a de commandante da 2.ª brigada de infantaria de instrucção e manobra desde 1864. Em 23 de junho de 1866, por estar envolvido n'uns projectos de alteração d'ordem publica, segundo constou, foi de subito transferido para o commando da divisão dos Açôres, e depois, em 1868, voltou a commandar uma das brigadas de infantaria em Lisboa. Sendo um dos officiaes que mais se distinguiram na manifestação feita em dezembro de 1869 a favor do marechal Saldanha, foi exonerado da commissão, esteve preso na Torre de S. Julião da Barra, e foi mandado commandar de novo a divisão dos Açôres, d'onde regressou ao continente depois de 19 de maio de 1870, estando Saldanha na presidencia do ministerio, que tinha organisado, sendo então nomeado commandante da divisão militar do Porto, cargo de que não chegou a tomar posse, porque apenas entrou em Lisboa, passou a commandante das guardas municipaes, situação em que estava, quando falleceu. O barão do Rio Zezere foi membro da commissão encarregada de emittir opinião sobre um projecto de regulamento para o serviço interno dos corpos de infantaria e caçadores; membro da commissão encarregada de elaborar um projecto de instrucções com respeito ao serviço de inspecção aos corpos do infantaria do exercito, por portaria de 19 de dezembro de 1863; membro da commissão encarregada de preparar meios necessarios para melhoramento da padaria militar e creação de mais dois estabelecimentos da mesma ordem, por portaria de 26 de outubro de 1868. Tornou a ser eleito deputado na legislatura do 1862, e promovido a general de divisão em 12 do setembro de 1872, sendo já commandante das guardas municipaes. Pelos differentes e importantes serviços que prestou durante a sua brilhante carreira militar, fôram lhe dadas as seguintes mercês: cruz de ouro da guerra de Montevideu, ordem do exercito n.° 112, de 23 de agosto de 18?4; official da Torre e Espada, diploma de 20 de agosto de 1833; cruz de 1.ª classe da ordem de S. Fernando, do Hespanha, por diploma de 20 de outubro de 1836; commendador da ordem de Izabel a Catholica, diploma de 15 de março do 1839; commendador da ordem de Aviz, diploma de 21 de maio de 1844; commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, diploma de 11 de setembro de 1851; commendador da da Torre e Espada, diploma de 20 de agosto de 1853; conselheiro de el rei D. Pedro V, diploma de 14 de janeiro de 1854; medalha de D. Pedro e D. Maria, algarismo 9, ordem do exercito n.° 14, de 9 de maio de 1862; medalha de prata da Divisão Auxiliar á Hespanha, ordem do exercito n.° 26, de 4 de julho de 1864; gran-cruz da ordem de Aviz, diploma de 23 de fevereiro de 1869; elogiado na ordem do exercito n.° 19 de 20 do abril, pelo modo diligente e acertado como procedeu no cumprimento das ordens e instrucções que recebeu por occasião da insubordinação do batalhão de caçadores da Zambezia; ajudante de campo honorario d'el-rei D. Luiz, e gran cruz da ordem da Torre e Espada. O barão do rio Zezere casou, em 12 de junho de 1851, com D. Joaquina Lucia do Brito Velloso Peixoto, que falleceu a 28 de dezembro de 18?9, filha de Agostinho Vellozo Peixoto de Brito, capitão de infantaria, addido ao 2.° batalhão de veteranos, e de sua mulher D. Dorothea de Brito.

Riodades Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 213 fog. e 846 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e uma feira no 2.° domingo de cada mez. Dista 21 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Tavora, em logar ameno, e com bonitos pontos de vista, sendo seu territorio muito fertil. Vêem-se aqui arvores de prodigiosa grandeza, principalmente castanheiros, pereiras e marmeleiros. O reitor de Paredes da Beira apresentava o cura, que tinha 8$000 reis de congrua e o pé d'altar. Riodades foi reitoria desde 23 de janeiro do 1870. A pov. é muito antiga, e era solar de muitas familias illustres, hojo, porém, parece que só existe aqui a familia dos Azevedos. Antigamente tinha Riodades fôro de villa, assim como Paredes da Beira, havendo em cada uma d'estas freguezias egual numero de autoridades com poderes em tudo eguaes. Pertencia então á comarca de Trancoso. Os dizimos d'esta freg. pertenciam á Universidade de Coimbra. A parochia é formada unicamente pela pov. de Riodades, e passa por ser mais antiga que a monarchia portugueza, sendo resgatada do poder dos moiros, bem como todas as mais povoações e territorios immediatos, por D. Thedou e D. Rauzendo. A egreja matriz está ao centro da povoação, mas segundo a tradição, a primitiva foi um templo que existiu no sitio chamado hoje *O Santo*, a uns 250 m. da pov. actual, e no qual ha uma ermida dedicada ao Salvador, que dizem ter sido a capella mór da antiga matriz; revela grande antiguidade. Então a freg. era constituida por varias quintas e casaes dispersos. Sobre o rio Tavora ha uma boa ponte de pedra, de um só arco, que liga Riodades com a freg. de Sendim. No alto d'um monte bastante elevado vê se a capella de N. S.ª d'Alegria, de muita antiguidade, d'onde se goza um bonito panorama. Em 1876 foi reparada á custa do esmolas dos devotos. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 9, com a séde em Lamego.

Rios. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Caires, conc. de Amares, distr. de Braga. ‖ S. João Baptista, de Sernande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. ‖ S. Silvestre e conc. de Louzan, distr. de Coimbra.

Rios de Cuama. Nome por que era geralmente conhecido, e se denominava o conjuncto dos braços do delta do Zambeze e a região que elles cortam, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Rios Frios. Pov. na freg. de S. João Evangelista, de Vil de Mattos, conc. e distr. de Coimbra.

Rios de Sena. Antiga capitania da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Comprehendia o governo de Tete, Quelimane e Sena, ou a região chamada Zambezia. Antes de se firmar a soberania do Portugal n'aquellas terras, houve muitas e prolongadas guerras em Rios de Sena. A séde da capitania era na villa de Sena. V. *Sena*

Rioubane. Um dos doze ilhéos do grupo chamado *dos Porcos*, no archipelago e Bijagoz, Guiné, Africa Occidental. Está situado ao N da ilha Roxa ou Canhabac, e é habitado.

Ripamonti (*João Achilles*). Agronomo. N. no districto de Coimbra em 1859, fal. em Lisboa a 11 de novembro de 1903. Estudou os preparatorios em Coimbra, vindou em seguida para Lisboa frequentar o curso de agronomia que completou com distincção em 1886, tendo apresentado para acto um grande trabalho, que desde logo firmou a sua reputação. Esse trabalho tem por titulo: *O credito agricola e os bancos ruraes*. Em 1887 foi nomeado agronomo do districto de Aveiro, sendo pouco tempo depois provido no logar do director do laboratorio chimico da circumscripção do sul em Lisboa. Fez parte, em 1891, da brigada agronomica encarregada de proceder aos estudos apologicos do districto de Lisboa, commissão de que se desempenhou com a maior proficiencia e zelo. Foi chefe de serviço e director da Escola de viticultura Ferreira Lapa, em Torres Vedras; chefe da direcção technica dos serviços da carta agricola; director da Companhia Centro Agricola e Industrial e da Sociedade das Sciencias Agronomicas. Era socio da Sociedade de Geographia, do Instituto de Coimbra e da Associação de Agricultura. Na Escola Agricola do Torres Vedras deixou assignalada a sua direcção por importantes melhoramentos. No Congresso Viticola, realisado em Lisboa no anno de 1895, foi especialmente devido á sua iniciativa quo os trabalhos do congresso tiveram grande importancia e brilhantismo. Em 1889 fundou a revista de agricultura *Portugal Agricola*, de que era ainda director quando falleceu, bem como da bibliotheca do mesmo jornal, que contava aproximadamente 50 volumes, escriptos por differentes professores do Instituto de Agronomia o varios agronomos. Ripamonti prestou tambem relevantes serviços na exposição agricola da Tapadad'Ajuda, e em muitas outras commissões, onde era sempre ouvido, não só como distincto profissional, mas tambem como um homem de grande cultura de espirito, e trabalhador dedicado por tudo quo dizia respeito aos progressos e ao engrandecimento da agricultura em Portugal.

Ripanso. Pov. na freg. de S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Riquinha. Pov. na freg. do Santa Maria, de Martim, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Risca. Pov. na freg. do S. Pedro, de Souto, conc. de Penedono, distr. de Vizeu.

Risca Silva Pov. na freg. de Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra.

Riscada. Pov. na freg. de S. Pedro, de Fratel, conc. de Villa Velha de Rodam distr. de Castello Branco.

Riscas Velhas. Pov. na freg. de S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Rismos. Pov. na freg. de S. Pedro, de Goães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Risso (*Luiz Francisco*). Escriptor. N. em Lisboa em 1765, fal. em Portalegre a 21 de janeiro de 1817. Foi membro da Congregação do Oratorio, onde contrahiu relações de amizade com Silvestre Pinheiro Ferreira, quando este entrou na mesma congregação. Um e outro a deixaram, por não se sentirem com vocação para a vida ecclesiastica. Não se conhecem dados biographicos a seu respeito até 1822, em que Silvestre Pinheiro Ferreira, sendo ministro dos negocios estrangeiros, o nomeou secretario da legação de Roma, servindo n'esse cargo com o embaixador Pedro de Mello Breyner. Infelicidades da vida o fizeram decair a tal ponto, que na data do seu fallecimento, sendo já um velho de mais de 80 annos, vivia em Portalegre, com escola de instrucção primaria. Dizem, quo Luiz Francisco Risso era um excellento calligrapho. Traduziu do italiano o livro intitulado *O bom menino, contos moraes de um professor a seus discipulos, publicados por Cesar Cantu*, que depois da sua morte publicou, em 1850, Estevão Xavier da Cunha. Deixou alguns trabalhos impressos, e muitos manuscriptos, entro os quaes se conta uma traducção da obra de Volney, *Les Ruines*, escripta n'uma letra excellente, e encadernada em 2 volumes.

Rita (*Izabel Maria*). Pintora d'arte. N. no Porto, sendo filha de Francisco Rita e de Joanna Pigeirim. Gozava de grande reputação entro os pintores mais habeis, sobretudo como miniaturista, em que se tornou notavel. No principio do seculo XVIII foi para Hespanha, onde vivia ainda no anno de 1755.

Rival. Pov. na freg. de S. João Evangelista, de Athães, conc. do Villa Verde, distr. de Braga.

Rivara (*João Caetano*). Gravador. N. em Lisboa, sendo filho de paes estrangeiros; ignora-se a data da sua morte. Frequentou a escola do Castello, distinguindo se muito pela sua vocação artistica, e em 1788 recebeu uma pensão da intendencia da policia e foi estudar em Roma, onde estevo tres annos como discipulo do professor Lambruzzi. Frequentou depois a escola do veneziano Pedro Vitali, e estudou com o gravador Volpato. Gravou uma *Sacra Familia* de Ticiano, um pastor e uma pastora de Teniers, o *busto de Antenori*, em pequeno oval, figuras em meio corpo, etc. Regressou a Lisboa em 1799, e não tardou a ir para Londres com uma pensão de 600$000 reis por anno para ali estudar com o gravador Bartolozzi. Gravou os retratos da rainha D. Maria I e do principe regente D. João, desenhou á penna no genero adoptado por Strange que elle imitava muito, *Uma Bacchante* e *Um Fauno*, que o conde da Barca, Antonio de Araujo e Azovedo, mandou pôr no gabinete da sua secretaria de Estado Em 1803 voltou para Lisboa, e foi nomeado professor de gravura do Jardim Botanico, e ali desenhou e gravou plantas e outros objectos do historia natural.

Rivara (*Joaquim Heliodoro da Cunha*). Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, professor de Philosophia racional e moral no Lyceu de Evora, bibliothecario da Bibliotheca publica da mesma cidade, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, deputado

secretario geral do governo da India, etc. N. em Arraiollos a 23 de junho de 1809, fal. em Evora a 20 de fevereiro de 1879 Era filho do dr. Antonio Francisco Rivara e de D. Maria Izabel da Cunha Feio Castello Branco. O pae, posto que nascido em Lisboa, era de origem estrangeira, por ser filho de João Rivara, genovez, que viera estabelecer-se em Portugal trazendo comsigo sua mulher, D. Maria Magdalena, de nação hespanhola. Depois de adquiridos no lar paterno os primeiros rudimentos litterarios, passou a continuar os estudos em Evora, habilitando se ali com os necessarios preparatorios para seguir em Coimbra o curso de medicina. Matriculou-se na Universidade nos primeiros annos de mathematica e philosophia, no anno lectivo de 1824-1825, e com o resultado correspondente ao seu talento e applicação, havia já concluido o 3.º anno de medicina, quando os successos politicos de 1828 o obrigaram a interromper os estudos, por se terem fechado as aulas da Universidade. Recolheu se então á sua casa, até que, terminada a lucta civil em 1834, pôde continuar novamente os estudos, fazendo acto de formatura em 1836. Sentindo se, ao que parece, com pouca disposição para o exercicio pratico da medicina, entrou no serviço publico como primeiro official da secretaria da administração geral (depois governo civil) do districto de Evora em 3 de fevereiro de 1837, de cujas funcções foi dispensado em 27 de outubro seguinte, para ir reger no lyceu da mesma cidade a cadeira de philosophia racional e moral em que fôra provido por decreto de 27 de julho do mesmo anno. A este cargo veiu depois accumular-se o de bibliothecario da Bibliotheca eborense, cuja nomeação lhe foi conferida em 25 de dezembro de 1838. O estado decadente a que chegára a Bibliotheca exigia serios cuidados, e por isso a escolha de Cunha Rivara não podia ser mais acertada, porque o novo bibliothecario começou logo a dar provas d'um grande merecimento como antiquario, trabalhando com incansaveis esforços por todo o periodo decorrido de 1838 a 1853, em que desempenhou com egual solicitude as obrigações do magisterio juntamente com a gerencia da bibliotheca; e não fôram poucas as difficuldades com que teve de luctar, na epoca em que as crises politicas, reconcentrando todos os cuidados dos governos, não lhes permittiam prestar a attenção devida aos estabelecimentos de instrucção publica. Ainda assim obteve, com auxilio das autoridades locaes, os meios necessarios para a construcção d'uma nova sala na extremidade septentrional da bibliotheca, propria para accommodar mais 8:000 volumes, e que se procedesse nos telhados do edificio a importantes e indispensaveis reparos, sem os quaes era inevitavel a ruina de quasi todos os livros. Separou com paciente investigação do deposito geral das livrarias dos conventos extinctos e fez reunir á bibliotheca, para mais de 10:000 volumes, segundo consta do relatorio que enviou ao ministerio do reino em 29 de setembro de 1845, além d'um donativo de 182 volumes de obras antigas, e na maior parte raras, de que elle proprio se desapossou em beneficio do estabelecimento. Esta grande quantidade de livros foi toda classificada á custa do seu trabalho, e catalogada por sua mão, pois que na bibliotheca não havia então ajudante ou escripturario. O que, porém, attrahiu mais particularmente os cuidados de Cunha Rivara, foi a preciosa collecção de manuscriptos, na maior parte portuguezes, que ordenou e inventoriou nos respectivos armarios, começando e concluindo o catalogo d'elles na parte que nos respeita á America, Africa e Asia; formando essa parte um volume, que se imprimiu em 1850, no formato de folio, ou quarto maior. Apezar da sua muita preoccupação com os deveres dos seus cargos, Cunha Rivara ainda aproveitava algumas horas para o seu estudo particular em serviço das letras, escrevendo numerosos e instructivos artigos de historia, critica e philologia, que publicava nos jornaes litterarios, que então existiam no paiz, e de que se tornou assiduo collaborador, como o *Panorama*, *Revista Litteraria*, do Porto, *Revista Universal Lisbonense*, *Aurora*, etc. Teve ainda uma parte importante na publicação das *Reflexões sobre a lingua portugueza*, obra do P. Francisco José Freire, que a *Sociedade propagadora dos conhecimentos uteis*, publicou em 1842, de que se fez depois segunda edição, fornecendo para ella o erudito prefacio, e varias notas interessantes, taes como a *Breve dissertação sobre o que devemos entender por autores classicos*, etc. Tambem n'esse tempo auxiliou muito o conde A Raczynski nas suas investigações artisticas, e o sabio estrangeiro presta lhe no seu livro por varias vezes a homenagem do seu reconhecimento, fazendo justiça ao mesmo tempo ás suas eminentes qualidades de archeologo e de investigador. Cunha Rivara conservara se sempre alheio ás luctas politicas, e por isso causou admiração a alguns dos seus amigos, ao vêrem-n'o trocar a cadeira de professor pelo mandato de representante ás côrtes, acceitando o diploma de deputado, com que os seus concidadãos o distinguiram no anno de 1853, em que saiu eleito por Evora. Ao tomar parte nos trabalhos parlamentares, manifestou logo praticamente os seus principios de ordem e conciliação, approvando as medidas e propostas apresen-

Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara

tadas pelo governo, e que tendiam á regularisação e melhoramento do serviço de estado nos seus diversos ramos. Na camara usou algumas vezes da palavra em questões administrativas ou de instrucção publica, nas quaes a sua illustração, e a experiencia adquirida, lhe davam peso e auctoridade. Entrou em varias commissões importantes, sendo uma d'ellas a do inquerito a que por aquelle tempo se mandou proceder no Banco de Portugal. Vagando em 1854, pelo fallecimento de José Maria da Costa e Silva, o logar do escrivão da camara municipal de Lisboa, Cunha Rivara foi um dos concorrentes que então se apresentaram, e seria talvez preferido, se a camara não tomasse por fim a deliberação de que a escolha fôsse feita por accesso entre os seus empregados, resultando ser proposto ao governo, e confirmado por decreto do 16 de outubro do mesmo anno, Nuno de Sá Pamplona, a quem de direito pertencia, segundo o principio adoptado. Um destino providencial impediu decerto que Rivara lograsse por então o fim das suas aspirações, para lhe dar pouco depois outra collocação mais vantajosa, em que pudesse prestar á patria novos e valiosos serviços. Antonio Cesar de Vasconcellos Correia, visconde e mais tarde conde de Torres Novas, sendo nomeado governador geral da India, o escolheu e propoz para secretario geral d'aquello estado. A proposta foi acceita, e a nomeação conferida por decreto de 3 de junho de 1855. A partida realisou-se uo mez de setembro seguinte, e a chegada a Gôa foi no 1.º de novembro. No exercicio d'aquelle honroso cargo se conservou largos annos, sendo reconduzido polos decretos de 30 de maio de 1858, de 20 de março de 1861 e de agosto de 1859. A' sua parte e por iniciativa propria, mediante a confiança que n'elle depositavam os governadores com que serviu, cooperou valiosamente para a realisação dos melhoramentos administrativos, economicos e industriaes, que durante a sua permanencia na India se fizeram, melhoramentos em que tambem se incluiam os da educação popular e instrucção publica, que ao illustrado secretario geral não podiam deixar de merecer, pela indole que o caracterisava, a mais attenta e especial attenção. Que no desempenho do seu cargo era muito considerado, prova-o facto da reconducção, as distincções honorificas com que gradualmente foi recompensado, e as commissões especiaes, que por vezes lhe fôram confiadas. Sobre estas, sobresae a de commissario regio para a circumscripção dos bispados da India pertencentes ao padroado portuguez, regulado pela concordata de 21 de fevereiro de 1857. Dedicado e zeloso das regalias da corôa, empenhou todos os seus esforços na sustentação dos direitos que competiam ao padroado, pugnando pelo decoro e honra nacional; e isto não só nas negociações officiaes, mas ainda como escriptor publico em polemicas levantadas na imprensa, combatendo em diversos opusculos as injustas pretenções e demasias dos vigarios apostolicos. Uma honrosa portaria do ministerio da marinha, de 31 de maio de 1858, autorisou o governador geral da India a prestar a Cunha Rivara todo o auxilio para que elle pudesse, como se propunha, continuar os trabalhos historicos de João de Barros e Diogo doCouto sobre as conquistas e dominio dos portuguezes na Asia. Mandava outrosim que se lhe abonassem todas as despezas por elle feitas nas visitas que houvesse de emprehender fóra de Gôa para investigar e recolher esclarecimentos relativos aos factos e successos da epoca destinada a servir de assumpto áquella continuação, etc. Sabe-se, porém, que sem aproveitar o favor pecuniario que a portaria lhe conferia, Rivara effectivamente visitou com diligente investigação, desde Diu atè ao cabo Comorim, e desde a costa do Malabar até á de Choromandel, os logares mais notaveis onde as majestosas ruinas, ou os monumentos que existem ainda de pé, attestam os feitos gloriosos dos antigos portuguezes n'aquellas paragens Não são poucos, nem de pequena monta, os subsidios colhidos n'essas excursões. Avultam, porém, sobre todos, os que offereciam os archivos do governo geral da India, que Rivara examinou attenta e pacientemente, como se prova pelos documentos por elle extrahidos e postos ao alcance da curiosidade publica, já em volumes e opusculos separadamente impressos, já insertos no *Boletim official do governo*, no *Chronista de Tissuary*, e em outras publicações periodicas. Tendo pedido a sua demissão em 1870, indo substituil-o Thomaz Ribeiro, Cunha Rivara continuou a residir na India entregue aos seus estudos historicos, até que regressou á Europa em 1877. Cunha Rivara era socio correspondente da Academia Real das Sciencias, do Instituto Historico e Geographico do Brazil, e de outras corporações scientificas e litterarias; commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, por decreto de 4 de junho do 1860; titulo de conselheiro d'el-rei, por decreto de 11 de março de 1861, e por decreto de 14 de abril de 1865, commendador da ordem de S. Thiago, de merito scientifico, litterario e artistico, em attenção ao seu merecimento, e como testemunho da real consideração e aprêço pelo empenho com que se tem dedicado a illustrar a historia dos dominios portuguezes na Asia, colligindo e fazendo imprimir grande copia de documentos de reconhecido valor. Cunha Rivara, quando regressou da India, demorou se pouco tempo em Lisboa, seguindo então para Evora, onde falleceu, conforme dissémos. Bibliographia: Obras de composição e trabalho proprio: *Apontamentos sobre os oradores parlamentares de 1853*, por um deputado, Lisboa, 1853; *De Lisboa a Gôa pelo Mediterraneo, Egypto e Mar Vermelho, em setembro e outubro de 1858*; Carta circular que a seus amigos da Europa dirige Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, Nova Gôa, 1858; *Viagem de Francisco Pyrard de Laval*, contendo a noticia da sua navegação ás Indias Orientaes, ilhas de Maldiva, Maluco, e ao Brazil (1601 a 1611), com a descripção dos costumes, leis, usos, politica e governo, trato e commercio d'estes paizes: dos animaes, arvores, fructas e outras singularidades que ali se encontram; vertida do francez em portuguez, sobre a edição de 1679, correcta e accrescentada com algumas notas, Nova Gôa, 2 tomos; o 1.º em 1858 e o 2.º em 1862; *Analyse do folheto intitulado «O visconde de Torres Novas e as eleições em Gôa,» impresso em Lisboa no anno de 1861*; saiu anonymo Nova Gôa, 1862, *Allocução aos eleitores*, a proposito da eleição, em que se propunham para deputados Bernardo Francisco da Costa e Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos, Nova Gôa, 1865; saiu sem o nome do autor; *Ensaio historico da lingua Concani*,

Nova Gôa, 1858; O *Ensaio* propriamente dito finda a pag. 79; segue-se depois até á pag. 201 a *Bibliotheca Concani*, ou noticia dos autores que escreveram n'esta lingua; de pag. 203 até ao fim do livro são 90 documentos, extrahidos dos livros do archivo do governo da India; *Memoria sobre a propagação e cultura das cinchonas medicinaes, ou arvores de quina do Perú*, por W. Graham, etc, vertida do inglez, Nova Gôa, 1864; *Inscripções de Diu.* trasladadas das proprias em janeiro de 1859, Nova Gôa, 1865; estas inscripções sobem ao numero de 119, quasi todas escriptas em lingua portugueza; O *Chronista de Tissuary*, periodico mensal, de que foi redactor, Nova Gôa, 1866-1869, 4 tomos, em 4.°; começou a sair em janeiro de 1866, e suspendeu em junho de 1869; comprehende tambem muitos e interessantes documentos a respeito da India portugueza e dos feitos dos portuguezes na Asia. Em defeza dos direitos do padroado portuguez na India, fôram publicados anonymos muitos escriptos, porque as conveniencias e melindres diplomaticos assim o requeriam; esses escriptos, pelo menos na maior parte, são attribuidos a Cunha Rivara; elle, comtudo, não se limitou só á publicação d'esses opusculos, tambem alimentou na imprensa viva polemica, escrevendo ou mandando imprimir no *Boletim do governo da India* uma serie de artigos de maior importancia.—Obras e trabalhos alheios, publicados com prefacções e additamentos proprios: *Grammatica da lingua Concani* composta pelo P. Thomaz Estevão, e accrescentada por outros padres da Companhia de Jesus; segunda impressão correcta e annotada, a que precede como introducção a *Memoria sobre a distribuição geographica das principaes linguas da India*, por sir Erskine Peny, e o *Ensaio historico da lingua Concani*, por J. H. da Cunha Rivara, Nova Gôa, 1857; *Grammatica da lingua Concani no dialecto do Norte*, composta no seculo XVII por um missionario portuguez, e agora pela primeira vez dada á estampa, Nova Gôa, 1858; *Grammatica da lingua Concani*, escripta em portuguez por um missionario italiano, Nova Gôa, 1859; *Diccionario portuguez concani, composto por um missionario italiano*, Nova Gôa, 1868; *Archivo portuguez Oriental*, Nova Gôa, 1857 1876; 4.° e publicado em fasciculos; ali se encontram: Livro das cartas que os reis de Portugal escreveram á cidade de Gôa; livro dos privilegios da cidade de Gôa; cartas de instrucções dos reis de Portugal aos vice-reis e governadores da India no seculo XVI; e tambem as provisões, alvarás reaes e outros dos vice reis, da mesma epoca, etc. Os concilios de Gôa e o synodo de Diamper; Documentos varios do seculo XVI e do seculo XVII, etc.; *Cartas de Luiz Antonio Verney e Antonio Pereira de Figueiredo aos padres da Congregação do Oratorio de Gôa*, Nova Gôa, 1858; *Memorias sobre as possessões portuguezas na Asia*, escriptas no anno de 1623 por Gonçalo de Magalhães Teixeira Pinto, desembargador da Relação de Gôa, e agora publicadas com breves notas e additamentos, Nova Gôa, 1859; *Demonstratio Juris Patronatus Portugaliae Regum, a Clarissimo Viro D. Ludovico de Sousa, archiepiscopo, Bracharensi, apud Romanum Curiam Legato, jussu Serenissimi Principis Portugaliae Regnorum Regentis Summo Pontifici Innocentio XI anno MDCLXXVII oblata. Opus quod nunc in lucem prodit, curante J. H. da Cunha Rivara*, Nova Gôa, 1860; o prefacio latino do editor comprehende 6 paginas; segundo Rivara declara, a publicação é feita sobre um codice da bibliotheca de Evora, que elle tinha na conta de autographo, ou pelo menos de copia coeva; *Descripção dos Rios de Sena* por Francisco de Mello de Castro, anno de 17 0, Nova Gôa, 1861; *Observações sobre a historia natural de Gôa*, feitas no anno de 1784 por Manuel Galvão da Silva, e agora publicadas, Nova Gôa, 1862; *Documentos sobre a occupação da bahia de Lourenço Marques na costa occidental de Africa, que na primeira metade do seculo XVIII fizeram ou tentaram algumas nações da Europa, especialmente a hollandeza, extrahidos do governo geral da India portugueza*, Nova Gôa, 187?; *A «Deducção chronologica» vertida em chinez*; curiosa noticia, inserta no *Archivo Universal*, tomo III, 1860, pag. 289 a 291; *Algumas palavras consagradas á memoria do muito reverendo João Caetano Peres*; no mesmo *Archivo* e vol., pag. 401 a 402; *Ensaio de Topographia medica da cidade de Evora, e seus muros, relativo ao semestre de Julho a Dezembro de 1839, e formado segundo as bases dadas pelo Conselho de Saude Publica do Reino em 22 de Março de 1839*; saiu nos *Annaes do Conselho de Saude Publica*, tomo V, 1840, de pag 98 a 113. No *Panorama* de 1838 a 1854, publicou Rivara muitos artigos (incluindo os capitulos das *Memorias da villa de Arraiollos*, que depois retocou e ampliou para a impressão em separado, mas que não chegou a realisar); no *Archivo Universal*, de Lisboa, vol. de 1859 a 1861; no *Jornal de pharmacia e sciencias medicas da India Portugueza*, publicado em Gôa, 1862 e 1863; no *Archivo de pharmacia*, em 1864 a 1871; no *Instituto Vasco da Gama*, 1872 a 1874; na *Imprensa*, de Ribandar, em 1870 e 1871; no *Boletim do governo do estado da India*, 1855 a 1875. Deixou muitos manuscriptos preciosos.

Rivara *(José Joaquim)*. Doutor e lente de Mathematica na Universidade de Coimbra N. em Lisboa e fal. em Coimbra em 1825. Era filho de João Rivara Matriculou se no 1.° anno da faculdade de Mathematica em 1789 e doutorou-se em 19 de julho de 1795. Escreveu: *Resolução analytica dos problemas geometricos, e indagação da verdadeira origem das quantidades negativas*, Coimbra, 1815.

Rivoná. Pov. do conc. de Sanguem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada proximo da margem esquerda do rio de Parodá. Tem minas de ferro.

Rixalme. Pov. na freg. de S. João, de Ponte, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Roalde. Pov. na freg. de S. Martinho d'Antas, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real. Tem caixa postal.

Robaira. Pov. na freg. de S. Luiz, de Pias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Roballa. Pov. na freg. de S. Martinho, de Tavarede, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Roballo. Appellido nobre, que veiu de Biscaia, ignora-se por quem, tendo o seu solar em Penamacôr. Trazem por armas: Em campo azul, um roballo de prata, em banda, entre duas estrellas de ouro.

Roballo *(Fr. Francisco)*. Monge cisterciense, que vivia no mosteiro d'Alcobaça, onde foi professor de Rhetorica. Ignoram-se as datas do nas-

cimento e fallecimento, mas sabe-se que vivia ainda em 1800. Era muito dedicado ao marquez de Pombal. Quando, em 1794, Fr. Joaquim de Santo Agostinho apresentou á Academia Real das Sciencias a sua memoria sobre os codices manuscriptos de Alcobaça, em que accusava Fr. Bernardo de Brito e Fr. Francisco de Sá de terem commettido alguns erros voluntarios, ou em termos menos benevolos, de terem praticado incontestaveis falsificações e fraudes litterarias, Fr. Francisco Roballo acudiu logo em sua defeza, e escreveu um *Exame critico* á tal *Memoria*. Fr. Joaquim de Santo Agostinho redarguiu, o Fr. Francisco Roballo retrocou ainda n'uma obra escripta em 1800, que só veiu a imprimir se em 1817. Ambas estas obras saíram anonymas. Escreveu: *Exame critico sobre a Memoria academica que o rev.^{mo} P. M. Fr. Joaquim de Santo Agostinho offereceu á R. Academia das Sciencias de Lisboa, em 4 de julho de 1794*, Lisboa, 1799; *Exposição do verdadeiro sentido de algumas phrazes, que o autor da «Resposta ao Exame critico» accumulou, e que por isso mesmo merecem ser analysadas; em 21 de maio de 1800*, Lisboa, 1817; *Oração gratulatoria pelo descobrimento da conjuração machinada contra a vida e pessoa do ex.^{mo} sr. Marquez de Pombal*, Lisboa, 1776.

Roballo. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Amendoa, conc. de Mação, distr. de Santarem. || N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa. || S. Miguel, de Creixomil, conc. de Guimarães distr. de Braga.

Robella. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Ega, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra.

Roberto (*Antonio Gomes*). Numismata lisbonense. A sua collecção, a que se refere Aragão no vol. III da *Memoria das moedas*, a pag. 604, era rica em exemplares de moedas cunhadas na India portugueza, reunidas ali, onde estivera muitos annos.

Roberto de Lisboa (*Mestre*). Architecto, que exerceu a sua arte em Coimbra, e que vem citado n'um manuscripto do seculo XII (anno de 1168), conhecido por *Livro Preto*, de Coimbra.

Robisca. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Estreito, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Robom. Pov. na freg. de S. Martinho, de Soajo, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Roboreda. Pov. na freg. de S. Paio, de Pico de Regalados, conc. do Villa Verde, distr. de Braga.

Roboreda. V. *Reboreda*.

Roboredo (*P. Amaro*). Celebre grammatico que viveu no seculo XVII. N. em Algoso, na provincia de Traz os-Montes, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Era homem de grande erudição. O arcebispo do Evora D. Diogo de Sousa o escolheu para seu secretario, pouco depois do anno de 1610. Mais tarde teve um beneficio na egreja de N. S.ª da Salvação de Arruda, e foi encarregado de dirigir a educação dos filhos do fidalgo hespanhol D. Balthazar de Teive, que vivia em Portugal, que então estava sob o dominio da Hespanha. Passou depois a educar D. Duarte do Castello Branco, filho do conde de Sabugal. Foi por fim beneficiado na sé de Vizeu, cargo em que, segundo parece, se conservou até fallecer. Escreveu: *Declaração do symbolo para uso dos Curas, pelo sr. Cardeal Bellarmino... traduzido da lingna italiana*, Lisboa, 1614; outra edição, 1653; *Doutrina christã*, Lisboa, 1620; *Soccorro das Almas do Purgatorio*, etc., Lisboa, 1627; outra edição, 1645; *Verdadeira Grammatica Latina para se bem saber em breve tempo, escripta na portugueza, com exemplos na latina*, Lisboa, 1615; *Methodo grammatical para todas as linguas; consta de tres partes*: 1.ª *Grammatica exemplificada na portugueza e latina*; 2.ª *Copia de palavras exemplificadas nas latinas*; 3.ª *Frase exemplificada na latina*, etc., Lisboa, 1619; *Grammatica latina mais breve e facil que as publicadas até agora, na qual precedem os exemplos ás regras*, Lisboa, 1625; *Regras da Orthographia Portugueza*, Lisboa, 1615; é rarissima esta edição, mas existe uma reimpressão, que não tem data, mas que parece ter saido em 1730, pelo P. Victorino José da Costa, com o pseudonymo de Bento da Victoria. Tem por titulo: *Regras de Orthographia da Lingua Portugueza, recopiladas por Amaro de Roboredo, expostas em fórma de dialogo, novamente correctas; com a Taboada exactissima de André de Avellar, lente de Mathematica na Universidade de Coimbra, ampliadas com algumas curiosidades pelo P. Bento da Victoria*, etc.; *Raizes da Lingua Latina, mostradas em um Tratado e Diccionario, isto é, um Compendio de Calepino, com a composição e derivação das palavras, com a orthographia, quantidade, phraze d'ellas*, Lisboa, 1621; *Porta de Linguas, ou modo muito acommodado para as entender, publicado primeiro com a traducção hespanhola, agora accrescentada a portugueza, com numerosos interlineares, pelos quaes se possa entender sem mestre estas linguas*, Lisboa, 1623.

Roboredo (*Antonio Lopes da Costa e Almeida, barão de*). Chefe de divisão graduado da Armada Nacional, do conselho d'el-rei, vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar, commendador das ordens de Christo e de Aviz, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, do Instituto Historico-Geographico do Brazil, e de outras corporações scientificas, etc. N. a 27 de outubro de 1787, fal. a 14 de fevereiro de 1859. Era filho de José Bernardo da Costa e Almeida, proprietario, e de sua mulher D. Maria Thomazia da Costa e Almeida. Seguiu a carreira da marinha militar, e chegou ao posto de chefe de divisão graduado, sem que a sua carreira naval se assignalasse, comtudo, por largos serviços. O que se mostrou logo no principio da sua carreira foi grandemente perito na theoria da sua profissão, e homem de sciencia prestante. A Academia Real das Sciencias o elegeu seu socio, e mandou imprimir alguns dos seus trabalhos. Foi agraciado com o titulo de barão, por decreto de 13 de fevereiro de 1850. Casou em 24 de fevereiro de 1804 com D. Maria do Carmo Anvers da Costa Corte Real Pereira de Mello Palavra, filha de João Joaquim Pereira de Mello e de sua mulher D. Francisca de Paula Anvers da Costa Corte Real Pereira de Mello Palavra. Bibliographia: *O Piloto instruido, ou Compendio theorico—pratico de pilotagem*, — 1.ª edição saiu, parece, que em 1829, e foi successivamente correcta e augmentada pelo seu autor em outras edições, sendo a 4.ª publicada em 1851, com 4 estampas; *Compendio theorico pratico de Artilharia Naval*, Lisboa, 1829; publicado por ordem da Academia; *Tratado elementar de Geo-*

graphia e Hydrographia, redigido para uso da Aula de Geographia da Academia dos Guardas Marinhas, Lisboa, 1841; *Roteiro geral das costas, ilhas e baixos reconhecidos no globo, redigido por ordem da Academia Real das Sciencias Parte I, que comprehende as costas de Hespanha, Portugal e França desde Cabo Trafalgar até Calais, assim como as ilhas dos Açôres, Sorlingas, e as costas S E, S e O das Britannicas*, Lisboa, 1835; *Parte I, tomo II, que comprehende o resto das ilhas Britannicas, costas e navegação das ilhas Orkneis*, Lisboa, 1845; *Parte II, que comprehende as ilhas Shetland, e costas NO e N da Irlanda, e as costas da França de Calais para o N, Baltico, golfos de Livonia e Finlandia, Suecia, Noruega e Laponia*, Lisboa, 1845; *Parte III, tomos I e II, que comprehendem as costas de Hespanha, França e Italia desde o Cabo Espartel até ao estreito de Messina, e as de Africa correspondentes, que fórmam a costa S do Mediterraneo, com as ilhas adjacentes e navegação n'estes mares*, Lisboa, 1837-1838; *Parte IV, que comprehende a costa d'Africa, de Cabo Espartel até ao Cabo de Boa Esperança, com as ilhas adjacentes*, Lisboa, 1845; *Parte V, que trata da descripção da costa oriental de Africa, mar Roxo, golfos de Arabia e Persia, costa Malabar até Cabo Comorim, e ilhas adjacentes* Lisboa, 1840; *Parte VI, tomo I, que comprehende a descripção da ilha de Ceylão, costa de Coromandel, peninsula Malaia, golfo de Siam, com os estreitos de Sunda, Gaspar, Banca, e derrotas*, Lisboa, 1841; *Parte VI, tomo II, que comprehende as costas dos mares Indicos, dos estreitos até Macau, com as ilhas adjacentes e derrotas* Lisboa, 1843; *Parte VI, tomo III, que comprehende a navegação nos mares Indicos, com as derrotas, com monção e contra-monção, e pelos estreitos de E*, Lisboa, 18 4; *Parte VIII, que comprehende as costas do Pacifico desde a entrada do rio de Cantão até ao estreito de Behering, e as do Glacial até Cabo Norte, com as ilhas adjacentes e derrotas*, Lisboa, 1846; *Parte X, tomo I, que comprehende a descripção das costas da America Septentrional desde Cabo Carlos até Cabo Florido, e de volta á embocadura do Mississipi no golfo do Mexico*, Lisboa, 1842; *Parte X, tomo II, que comprehende o golfo do Mexico e costas da America, desde o rio Mississipi até Cabo Norte, com as ilhas Lucayas e Antilhas*, Lisboa, 1846; *Parte XI, que comprehende as costas do Brazil, de Cabo Norte até ao rio da Prata, com a Patagonia, Chili, e Perú, até ao isthmo de Panamá, com as ilhas adjacentes e navegação n'estes mares*, Lisboa, 1839; fez-se uma nova edição, muito acerescentada e correcta pelo autor em 1849. Na publicação successiva d'estas partes não se attendeu á sua ordem numeral, como se vê pelas datas das respectivas impressões; as partes VII e IV parece que não chegaram a publicar se; *Repertorio remissivo da Legislação da Marinha e do Ultramar, comprehendida nos annos, de 1317 até 1856*, Lisboa, 1856. Consta que fôra mandada imprimir por ordem e expensas do ministerio da marinha.

Roboredo *(Conrado Henrique Christiano de Roboredo, 2.° visconde de)*. Fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, tenente de cavallaria da reserva, 2.° secretario de legação, etc. N. a 31 de janeiro de 1851, fal. em Lisboa a 24 de fevereiro de 1911. Era filho dos 1.os viscondes de Roboredo *(V. o artigo seguinte.)*. Começou a sua carreira diplomatica como addido honorario á legação de Paris, para que foi nomeado por decreto de 23 de dezembro de 1868, vindo pouco depois para Lisboa servir na secretaria do ministerio dos estrangeiros. Em 1879 partiu para Inglaterra como encarregado de despachos, e sendo mais tarde investido no cargo de addido effectivo á legação de Paris, ali se conservou até 1885, anno em que regressou a Lisboa, ficando a fazer serviço na direcção politica do ministerio dos estrangeiros, até que em 1892 passou como addido para a legação de Portugal em Berlim, onde exerceu as funcções de encarregado de negocios durante um anno. Foi nomeado secretario de 2.ª classe da legação de Portugal em S. Petersburgo em 1893. No anno de 1894 foi collocado na legação de Vienna d'Austria, cujos negocios tambem geriu interinamente. O titulo de visconde Roboredo foi renovado por decreto de 10 de fevereiro de 1865.

Roboredo *(Joaquim Roboredo, 1.° barão e 1.° visconde de)*. Fidalgo da Casa Real, commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, do conselho d'el rei, gran cruz da ordem do Alberto o Valoroso e da Aguia Vermelha; commendador da de Dannebrog e da de Leopoldo; cavalleiro de 1.ª classe da de Ernesto Pio, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, etc. N. a 8 de dezembro de 1803, fal. em Paris a 12 de novembro de 1864 Era filho de José Miguel de Roboredo, negociante da praça de Lisboa, e de sua mulher D. Joaquina Maria. Foi-lhe concedido o titulo de barão de Roboredo, por decreto de 14 de novembro de 1851, e o de visconde por decreto de 22 de setembro de 1859. Casou em 17 de novembro de 1847 com D. Izabel Zahrtmann, filha de Christiano Christovão Zahrtmann, vice almirante na Dinamarca, e de sua mulher Sophia Izabel Donner. Por alvará de mercê nova, de 26 de março de 1860, foi lhe concedido o seguinte brazão d'armas: Em escudo azul um grypho de prata.

Roboredo *(Vicente José Maria de)*. Organista e mestre de capella na sé de Braga, e professor de musica nos dois seminarios da mesma cidade. Era natural do Porto, onde tambem fal. a 8 de março de 1831. Escreveu muitas obras de musica religiosa para o serviço da mesma sé, algumas das quaes ainda ali se cantavam ha poucos annos. Tinha fama de ser muito illustrado, e especialmente em numismatica, possuindo uma das collecções mais ricas que havia em Portugal, a qual constava de 2:000 numeros.

Roboredo Serra da prov. de Traz-os Montes, no distr. de Bragança. Começa a 3 k. ao S de Felgar, e estende se depois para O até ás proximidades de Torre de Moncorvo, onde fórma o monte Roboredo, mesmo sobranceiro á villa; ramifica-se tambem para E até á ribeira de Mós e para o S, recebendo diversos nomes até á margem direita do rio Douro. Tem 12 k. de comprimento, 5 de largura e 897 m. d'altura, sendo a sua direcção geral ENE a OSO. O monte Roboredo é abundantissimo de minas de ferro, superior em qualidade, e ainda mais em quantidade ás minas de ferro da serra dos Monges. Os sitios onde mais abunda o minerio, constituindo a maior parte do sólo, são: *Fragas dos apriscos*, *Alto do Chapéo*, *Bairro Vermelho* e *Sobralhal*, todos nos limites

da freg. da Torre de Moncorvo, e a do *Cabeço da Mina*, no distr. da freg. de Felgar. O allemão Adolpho Leuschner, engenheiro de minas, foi reconhecido descobridor legal das minas de ferro do monte Roboredo, em junho de 1876. Pelo ministerio das obras publicas e minas haviam sido encarregados os engenheiros de minas João Ferreira Braga e Pedro Victor da Costa Sequeira de examinarem estes jazigos, e segundo o seu relatorio, era necessario um capital de 700 contos de réis a qualquer empresa que tentasse aproveitar devidamente o minerio d'este monte. Parece que nunca se organisou nenhuma companhia pelas numerosas difficuldades que surgiram, e quasi impossiveis de vencer.

Roborido. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Alvito, conc. de Barcellos, distr. de Braga || S. João Baptista, de Villa Chã, conc de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Robuido. Pov. na freg. de S. Martinho, de Aguas Santas, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Robustos. Pov. na freg. de S. Pedro, de Alcanena, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Roby *(João de Faria Machado Pinto)*. Autor d'um livro intitulado: *Exposição analytica do pronunciamento do dia 17 de maio em Braga, e dos actos da Junta Provisoria nos dias 17 e 18 do dito mez*, Porto, 1846.

Roby de Miranda Pereira (*João de Faria Machado Pinto*). 2.º tenente da marinha de guerra. N. em 1875 e fal. em 1901 em combate contra os quanhamas, quando da expedição de que era chefe o capitão Aguiar. Assentou praça em 7 de novembro de 1890, tendo sido promovido a guarda-marinha em 17 de outubro de 1895, e a 2.º tenente em 2 de junho de 1897. Contava 29 annos incompletos, e era um dos officiaes da armada que mais serviços haviam prestado ao paiz, pois era aquella a sexta campanha em que entrava. Fez parte da columna de operações contra o Gungunhana, da expedição de Gaza, da que se organisou contra os namarraes, da columna de operações na Maganja da Costa e da expedição do Barué. Foi louvado em todas estas campanhas pelos brilhantes serviços prestados, condecorado com o grau de cavalleiro da Torre e Espada na expedição da Maganja da Costa, e com o grau de official da mesma ordem como premio dos serviços prestados na campanha do Barué. Na sua curta, mas brilhante carreira, contava 7 annos de permanencia na costa de Moçambique. A ultima vez, que para ali partiu, foi a 23 de maio de 1901, sendo nomeado commandante militar do Inharrime, cargo que exerceu durante alguns mezes apenas, passando a fazer serviço na divisão naval do Indico, como immediato da canhoneira *Liberal*, e indo mais tarde para o rio Zambeze commandar a lancha-canhoneira *Granada*. Completados tres annos de permanencia em Africa desde a ultima vez quo para ali partira, resolveu voltar ao reino, seguindo viagem no paquete *Zaire*, e como este tivesse tocado em Mossamedes, sabendo da expedição que se preparava contra os quanhamas, empregou altos esforços para conseguir autorisação para fazer parte da columna. Tres telegrammas enviou o governador geral Custodio Borja, pedindo a autorisação necessaria, e o ministro da marinha, que conhecia e muito apreciava João Roby, negou a na resposta aos dois primeiros telegrammas, por saber que elle havia tres annos que estava em Africa, e accedendo por fim perante a insistencia representada pelo terceiro telegramma. Chegada a hora da lucta com os quanhamas, lucta tragica que tantas vidas custou, baten-se com toda a valentia. Sobreveiu a derrota, e elle, arrastado no turbilhão dos que procuravam salvar se na fuga por terem esgotado as munições e ser impossivel triumphar, pelejando á arma branca, dos milhares negros empenhados na refrega, voltou em seguida ao combate e n'elle se deixou matar matando, para não sobreviver á derrota.

Roca. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Valle Verde, conc. de Mogadouro, distr. de Bragança || Cabo da Roca. V. *Portugal*, vol. II, pag. 562.

Roca Amador, Roque Amador, ou Recla mador. A religião ou instituto de Roca-Amador, de irmãos hospitaleiros, foi antigamente celebre e muito caritativa em Portugal, em quanto se não instituiram as Misericordias, e muitos hospitaes de Roca Amador fôram o principio ou origem das mesmas Misericordias. Os escriptores não são concordes com a etymologia d'esta palavra, e por isso ella se escrevia e pronunciava de diversos modos, porém a que parece ser mais verdadeira é a que lhe dá Viterbo, no seu *Elucidario*, tomo II, pag. 193 da 1.ª edição. Segundo este escriptor, Santo Amador era natural de Narbonna, em França, e passou os ultimos annos da sua vida n'um altissimo rochedo, separado de todo o convivio com os homens; dando se depois ao referido rochedo o nome de *Roca Amador*. A sua sepultura e despojos mortaes fôram achados em 1166, junto ao rochedo Erigiu se logo ali uma egreja com o titulo de *Santa Maria de Roca Amador*, e junto d'ella um hospital para doentes pobres, o qual era servido por varões cheios de abnegação e piedade. Os povos das terras vizinhas fizeram muitas offertas, esmolas e valiosas doações de propriedades e rendas a esta benemerita instituição, mas os abbades, em cujo districto ficava, se apropriaram de tudo, e o hospital nunca passou do que fôra na sua fundação. Comtudo, o caritativo Amador prestou um grande serviço á humanidade, porque o instituto do Roca-Amador se estendeu em breve por toda a Peninsula e por outros reinos da Europa, com o titulo de *Eremitas de Nossa Senhora de Roca Amador*. Este instituto entrou em Portugal no anno de 1189, trazido pelos cruzados que ajudaram D. Sancho I a resgatar a cidade de Silves do poder dos moiros. Em 1193 o mesmo soberano fez doação a esta ordem da villa de Sósa, junto ao mar (a velha que desappareceu sob as areias), proximo de Vagos, no districto de Aveiro. A ordem estabeleceu ali a sua séde, diffundindo-se depois pelos hospitaes de Lisboa, Porto, Coimbra, Santarem, Leiria, Torres Vedras, Guimarães, Braga, Chaves, Lamego, e outras povoações. Estes religiosos guardavam a regra de Santo Agostinho, e fôram muito respeitados dos povos, emquanto não decairam da antiga observancia; porém, com o tempo, tratando mais dos seus interesses do que da fiel administração dos hospitaes a seu cargo, D. Affonso V, em 1459, por autorisação do pontifice Pio II, fez a egreja de Sósa, que então se chamava de *Santa Maria da*

Roca de Amador, commenda da ordem de S. Thiago, e assim se extinguiu este, já então inutil, instituto. Foi substituido pelos conegos seculares de S. João Evangelista, loios, que até á sua suppressão, em 1834, exerceram com o maior desinteresse e verdadeira caridade evangelica o emprego de hospitaleiros, pelo que o povo lhes dava a alcunha de *seringas*, que os não deshonrava, antes os enobrecia, pois significava a muita caridade com que cumpriam a regra do seu instituto. Emquanto a ordem de Roca Amador cumpriu, com integridade, a sua regra, foi geralmente respeitada, conforme dissémos, e os nossos reis, com especialidade D. Affonso II, em 1221, e a rainha Santa Izabel, em 1327, lhe doaram muitas e valiosas rendas e propriedades; e o mesmo faziam muitos particulares, de modo que chegou a possuir grandes riquezas que, na sua suppressão, algumas passaram para commendadores e a maior parte para as differentes Misericordias do paiz.

Roça. Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira; Santa Quiteria, de Boaventura, conc. de S. Vicente, distr. do Funchal. || S. Thomé e conc. de Mira, distr. de Coimbra. || Santo André, de Palme, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Roçabal Pov. na freg. de Santa Maria, de Dossãos, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Roçada. Povoações nas freguezias: S. Paio, de Agua Longa, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Parada Tbodéa, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Vicente de Pereira Jusã, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || Santo André, de Villa Nune, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Miguel, de Villa Boa, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Roçadas (*José Augusto Alves*). Tenente coronel do estado maior, governador de Macau e de Angola, ajudante de campo honorario do rei D. Carlos, etc. N. em 6 de abril de 1865; assentou praça em 20 de setembro de 1882, sendo promovido a alferes em 9 de janeiro de 1889, a tenente em 24 de janeiro de 1891, a capitão em 24 de fevereiro de 1894, a major em 2 d'abril de 1903, e a tenente-coronel a 18 de maio seguinte. O seu nome illustrou-se nas campanhas d'Africa, e tão brilhantemente que, por instantes, quasi foi esquecido o nome glorioso dos seus companheiros d'armas que antes d'elle, nos ultimos tempos, e tambem no ultramar, em guerra aberta com o gentio, levantaram bem alto o nome portuguez. Escolhido para organisador e commandante em chefe da expedição militar enviada ao sul de Angola em 1907 para vingar o desastre que as nossas armas tinham soffrido no Cunene em setembro de 1904, aquella região, até então insubmissa á soberania portugueza, foi subjugada após uma série de sangrentos combates em que o gentio foi successivamente derrotado e soffreu grandes perdas, mas defendendo se sempre com tenacidade. No territorio, militarmente occupado, fôram logo estabelecidos varios fortes, entre os quaes o *forte Roçadas*. A fama de aguerridos de que os cuamatas gozavam, os seus conhecimentos militares, o seu armamento moderno e aiuda o orgulho que lhes teria causado a sua victoria de 1904, dando-lhes a convicção de que não eramos invenciveis, tornavam singularmente perigosa a missão de ir castigal os e occupar lhes militarmente o territorio, tanto mais que nunca as nossas expedições ao continente negro assombraram ninguem pelo effectivo dos combatentes, antes impressionaram pelo seu reduzido numero, e esta não se avantajava ás outras expedições. Mas Alves Roçadas tudo previu e tudo viu: avançou com a serenidade dos fortes e com a meticulosidade dos homens prudentes, applicou admiravelmente a sua tactica e a sua actividade, e venceu. A expedição do seu commando saiu de Lisboa em meados de 1907 a caminho de Angola, e mezes depois, em outubro, recebia se em Lisboa a gratissima noticia official de que o Cuamato Grande tinha sido tomado no dia 6 após grande resistencia do inimigo, e ainda com sensiveis perdas da nossa parte. A victoria fôra completa e decisiva: pouco mais de 1:000 homens, entre brancos e negros, haviam vencido cêrca 20:000 cuamatas, 7:000 dos quaes bem armados, e a maneira tenaz e intelligente por que elles se defenderam no sertão, e de que varias informações deram conta, levou a todos os espiritos a confirmação da crença em ha muito se estava no reino, de que effectivamente os cuamatas eram muito para temer, e que se não deixariam levar facilmente de vencida. Nos diversos combates travados em pleno sertão houve maravilhosos actos de valentia praticados pelas nossas tropas, e n'elles tomou uma parte saliente a cavallaria, que deu cargas brilhantissimas sob commando do tenente Martins de Lima, defendendo a infantaria estreitamente apertada pelo inimigo e voltando ao seu logar com a serenidade e com o aprumo com que o faria n'um simples exercicio d'armas combinadas. N'essa série de pelejas sangrentas, Alves Roçadas, que levava o capitão Eduardo Marques como chefe do estado maior e 2.° commandante da expedição, elevou o seu nome, graças á sua providencia e valen-

José Augusto Alves Roçadas

tia e á dedicada e intelligente cooperação de todos os seus companheiros d'armas, ás mais altas culminancias. Assegurou a posse do territorio pela construcção de fortes e de postos militares, estabeleceu 50 k. de linha telegraphica e outros 50 de linha telephonica entre o Cuamato Grande e Dunguene e d'ali ao Humbe, e submetteu uma região rebelde á nossa soberania e desdenhosa da nossa força. De regresso ao reino com as tropas que d'aqui havia levado, Alves Roçadas foi recebido em Lisboa com as maiores manifestações de enthusiasmo O seu desembarque realisou-se no dia 12 de dezembro de 1907 no arsenal da marinha, onde o foi esperar o rei D. Carlos com os seus dois filhos, e agraciou o com o grande officialato da Torre e Espada, dando lhe as proprias insignias que levava. Esta graça fôra dada por honroso decreto datado de 28 de setembro de 1907. No Porto e em varias terras do paiz, por onde depois transitou o heroe do Cuamato, como lhe chamavam, teve recepções e festivaes de grande enthusiasmo. Alves Roçadas foi mais tarde nomeado governador de Macau, sendo no decurso do seu governo suscitada pela China a questão da delimitação da fronteira d'aquella colonia Em julho de 1909 foi nomeado governador de Angola O sr. tenente coronel Alves Roçadas, além de grão-official da Torre e Espada, é tambem commendador da mesma ordem e cavalleiro da de Aviz; possue as medalhas de ouro da classe de valor militar, de prata de bons serviços e a de ouro para commemorar a campanha de Mulondo de 1905.

Roçadas. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Aboim da Nobrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Argoncilhe, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Miguel, de Morreiras, conc. e distr. de Braga. || S. Martinho, de Scalhães, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Roçadas de Espinha. Pov. na freg. de Santa Maria, de Vallega, conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

Roçadas de Villarinho. Pov. na freg de Santa Maria, de Vallega, conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

Roçado. Pov. na freg. de S. Julião, de Silva, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Roçaio. Povoações nas freguezias: S. Sebastião, de Colmeal, conc. de Goes, distr. de Coimbra. || O Salvador e conc. de Miranda do Corvo, do mesmo districto.

Rocamondo. Pov. e freg. de S. Pedro. da prov da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda; 51 fog. e 1.9 hab. Tem correio com serviço de posta rural. O prior d'Alvendre apresentava o cura, que tinha 4$000 de congrua e o pé d'altar. A terra é pouco fertil e pobre; cria bastante gado miudo, e nos seus montes apparece muita caça grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 12, com a séde em Trancoso.

Roção. Pov. na freg. de S. Pedro, de Gozende, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Roças. V *Rossas*.

Roccas do Vouga. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Douro, conc. de Sevér do Vouga, com. de Agueda, distr. de Aveiro, bisp. de Vizeu; 339 fog. e 1:381 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post. e uma fabrica de manteiga. Dista 8 k. da séde do conc. e está situada n'um monte a 2 k. da margem direita do rio Vouga. O abbade de Santa Maria de Sevér do Vouga, apresentava o cura, que tinha 6$000 reis de rendimento e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, e até 1834 perteneeu ao extincto conc. de Couto de Esteves. Em terra de Sevér, havia em dezembro de 1218 (1180 da era de Christo) uma herdade chamada da *Róca*, ou da *Rocha*, á qual D. Affonso Henriques deu n'esse anno o nome de villa, em uma sentença sobre um pleito que existia entre a sé de Vizeu e o convento de Sevér, mandando que 6 casaes da villa da Rocha ficassem para a sé de Vizeu, e outros 6 para o dito convento e para outras pessoas. A freg. do Couto de Esteves formou antigamente, com esta, uma só parochia. Roccas do Vouga foi annexada ao conc. de Albergaria a Velha por decreto de 21 de novembro de 1895, que supprimiu o de Sevér do Vouga, mas sendo este restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898, voltou a pertencer-lhe.

Rocha. Appellido nobre em Portugal, proveniente de Castella. O dr. Pedro Fernandes da Rocha veiu para Portugal, e estabeleceu o seu solar em Guimarães, onde uma sua filha casou com João Gonçalves da Ramada, e teve successão. Isto segundo os manuscriptos da casa dos duques de Palmella. Villas Bôas, porém, diz que o dr. Pedro veiu de França, e não de Castella, e teve o solar em Vianna do Castello, e que já no anno de 1126 se encontra Arnaldo da Rocha, companheiro do mestre da ordem dos Templarios D. Gualdim Paes. Tem por armas: Em campo de prata uma aspa de vermelho, e sobre ella cinco vieiras de ouro guarnecidas de azul; timbre, a aspa do escudo com uma vieira no meio.

Rocha *(Amaro)*. Cavalleiro professo da ordem de Christo e secretario de estado da India no tempo de Filippe III de Hespanha e II de Portugal. Era um curioso botanico, e escreveu uma obra acompanhada de estampas illuminadas, representando plantas orientaes e os trajos das nações do Oriente. A obra ficou manuscripta, e parece que o manuscripto se perdeu, o que se julga uma lamentavel perda. O titulo era muito extenso: *Amphitheatro oriental, onde se mostram todos os vice-reis e governadores que houve na India depois que o braço portuguez a incorporou na corôa de Hespanha e todos os seus successos compendiosamente epilogados e um vivo modelo e natural retrato de todas as fortalezas fronteiras com seus districtos e alturas e todas as armadas que os reis portuguezes de gloriosa memoria a ella enviaram depois que o almirante Vasco da Gama com os nossos primeiros argonautas (fazendo se antipodas de si mesmos no anno de MCCCCXCVII a descobriram*, etc

Rocha *(Fr. Antonio José da)*. Religioso da ordem de S. Domingos, doutor cathedratico e lente de Theologia da Universidade de Coimbra. N. em Lisboa no anno de 1767, fal. em Coimbra a 21 de setembro de 1831. Era filho de Francisco Antonio Lopes Cabral Entrou para a ordem dominicana em 1783, contando 16 annos de edade,

e seguiu depois o curso theologico, matriculando-se no 1.º anno em 1786, recebendo o capello de doutor a 27 de junho de 1790. Vindo mais tarde para Lisboa, entrou nas boas graças do marquez de Ponte de Lima, então ministro de estado, que por vezes quiz apresental-o na mais pingue das abbadias do seu padroado, ao que o dr. Rocha não accedeu, protestando o seu amor ao habito dominicano, que não desejava largar. O ministro, comtudo, insistiu em protegel-o, e conferiu lhe então uma pensão annual de 500$000 reis, imposta na mesma, ou em outra das abbadias que por esse tempo se proveram. O dr. Rocha resolveu se a seguir o magisterio na Universidade, e entrou como oppositor na faculdade de Theologia, em 1805. Foi despachado 6.º lente substituto em 29 de janeiro de 1816; da 5.ª cadeira em 5 de outubro de 1822, e 3.º lente em 15 de outubro de 1825. O bispo de Vizeu D. Francisco Alexandre Lobo, nomeado reformador dos estudos, por D. Miguel, em 1828, propoz a aposentação do dr. Rocha, que lhe foi dada com metade do ordenado em 31 de julho de 1830. D'aqui lhe provieram grandes desgostos, que o obrigaram a passar os ultimos dias n'uma quinta que possuia junto ao logar do Senhor dos Afflictos, na estrada de Lisboa, onde se conservou, até que, achando se gravemente enfermo e desenganado da vida, regressou para o collegio de Santo Thomaz em Coimbra, e ali falleceu. Diz um dos seus biographos, que, na opinião geral dos que o conheceram, o dr. Rocha era tido como homem muito instruido, não só nas doutrinas theologicas, como em outros ramos de sciencia e na litteratura propriamente dita. Como orador sagrado gozou tambem de grandes creditos, e os seus sermões eram escutados com a mais respeitosa attenção. D'elle acha-se apenas publicado: *Oração funebre nas exequias do ex.mo e rev.mo sr. D. Francisco de Lemos Faria Pereira Coutinho, Bispo de Coimbra, Conde de Arganil, reformador reitor da Universidade*, etc., Coimbra, 1822; *Sermão academico em acção de graças pela feliz restauração da Monarquia independente, que no solemne triduo celebrado pela Universidade de Coimbra na sua real capella recitou o dr. Antonio José da Rocha, prégador regio, e lente cathedratico da faculdade de Theologia, a 25 de fevereiro do anno de 1824*, Coimbra, 1824. Este sermão é por muitos considerado uma obra prima de eloquencia, e o autor conseguiu, habil e dignamente, vencer n'essa oração as difficuldades provenientes da sua situação pessoal, pois que era então notoriamente havido por constitucional, da mesma fórma que em tempos mais antigos fôra accusado de jacobino. Ao dr. Rocha é attribuido o seguinte opusculo: *Compendio chronologico, ou Ensaio politico sobre o desamor e ingratidão que a Ingtaterra tem tido contra Portugal*, escripto pelos annos de 1799 a 1802 (ao que então se disse por ordem, ou sob a influencia do duque de Lafões) depois de correr por muito tempo em copias manuscriptas, saiu primeiro no *Microscopio de verdades*, periodico publicado em Londres, onde occupa no n.º 2.º de pag. 31 a 57, reproduzido depois no *Investigador portuguez em Inglaterra*, vol. IX, de pag. 126 a 143, e pag. 296 a 315, vindo ahi acompanhado d'uma *Analyse*, que se attribue ao conde de Funchal, por ser n'essa epoca o embaixador de Portugal na côrte da Grau-Bretanha.

Rocha *(Antonio José da)*. Jurisconsulto, vice-presidente do Supremo Tribunal de Justiça, deputado, conselheiro d'el-rei, etc. N. em Ilhavo no anno de 1811, fal. em Lisboa, em 1 de janeiro de 1904. Era bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Alistado no partido progressista, foi sempre um dos seus mais dedicados membros. Foi deputado em diversas legislaturas, eleito por varios circulos, sendo presidente da respectiva camara desde 1879 a 1881, Era um magistrado integerrimo e um jurisconsulto abalisado. A sua opinião nos diversos assumptos judiciaes, submettidos á sua apreciação, era sempre acatada com respeito por todos os seus collegas, que muito o apreciavam. Contava 92 annos de edade quando falleceu, exercendo ainda as funcções do seu cargo de juiz do Supremo Tribunal de Justiça.

Rocha *(Antonio Pedro da)*. Esculptor de ornatos de madeira, muito apreciado no seculo XVIII. Foi mestre de Manuel Honorato, e fal. já muito edoso no começo do seculo XIX.

Rocha *(Antonio dos Santos)*. V. *Santos Rocha*

Rocha *(Antonio da Silva Lopes)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, conselheiro d'el-rei, advogado em Lisboa, auditor do Supremo Conselho de Justiça Militar, etc. N. em Coimbra em 1784, e fal. em 1842. Escreveu: *Injusta acclamação do Serenissimo Infante D. Miguel, ou analyse e refutação juridica do Assento dos chamados Tres Estados do Reino, etc., offerecido á muito alta e poderosa senhora D. Maria II Rainha reinante de Portugal*, Londres, 1828; *Annotações á enormissima sentença que sobre o supposto crime de lesa majestade de primeira cabeça foi proferida na cidade do Porto, no dia 21 de agosto de 1829, condemnando á morte os portuguezes que de Londres vieram ao Porto a bordo do vapor Belfast*, Paris, 1830.

Rocha *(Augusto Antonio)*. Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra, e lente cathedratico da mesma faculdade; socio correspondente da Academia Real das Sciencias. N. em Coimbra a 30 de julho de 1849, onde tambem fal. a 30 de janeiro de 1901. Era filho de Mathias da Rocha. Matriculou-se em 1867 no 1.º anno de Mathematica, philosophia natural. Foi um dos estudantes mais laureados do seu tempo, e concluiu a sua formatura em 1875, com informações distinctas Fez acto de licenceado em 20 de março de 1876, defendeu theses em 22 de junho, e doutorou-se a 9 de julho, tambem de 1876, A sua dissertação para o exame de licenceado foi considerada um trabalho notavel de sciencia. Para o grau de doutor escreveu a sua dissertação inaugural sobre o assumpto: *Amido animal.* O dr. Augusto Rocha, sendo ainda estudante, fundou em 1870, com outros seus condiscipulos, o jornal *Os estudos cosmologicos*, onde escreveu um artigo *Domesticidade e animaes domesticos* O jornal terminou no anno seguinte. Em 1872 publicou a dissertação, que escrevera para a cadeira de philosologia, cujo assumpto era *Modificações que a respiração introduz no sangue.* Em 1877 concorreu com dois outros doutores a duas cadeiras da faculdade de medicina. As suas provas fôram notaveis e grangearam-lhe renome, mas foi preterido por ser o mais moderno dos tres candidatos. Subiu ao magisterio por decreto de 5 d'abril de 1882, que o nomeou lente substituto, sendo mais

tarde nomeado lente cathedratico, cargo que exerceu até fallecer. Logo no principio da sua carreira de professor se tornou notavel, pela sua penetração e elevada intelligencia. Foi n'esse anno de 1882, primeiro da sua regencia, que começou a ensinar as theorias microbiologicas modernas no Gabinete de Histologia, desde quando data a fundação do Gabinete de Microbiologia na Universidade, isto dois annos antes de se pensar em França nos 1.os estudos de bactereologia. Foi elle o principal fundador d'esse gabinete, e quem creou o Gabinete de Analyses Chimicas, que funcionam nos hospitaes da Universidade. Fundou em 1881 a *Coimbra Medica*, revista scientifica, de que foi o redactor principal durante muitos annos, e ali sustentou questões de alta sciencia, não sendo menos importantes as controversias que levantou sobre medicina legal nos celebres processos de Joanna Pereira e do dr. Urbino de Freitas, contrariando os processos formulados pelos professores das escolas medicas de Lisboa e do Porto. Sobretudo a questão a respeito do processo de Urbino de Freitas (V. *Portugal*, vol. III, pag. 607) interessou vivamente a opinião e o mundo da sciencia pela maneira firme e segura com que os peritos portuenses combateram as opiniões do douto professor da Universidade, tendentes a alliviar aquelle individuo do crime de envenenamento, pelo qual veiu a ser condemnado. A'cêrca d'estes processos publicou o dr. Augusto Rocha os seguintes trabalhos: *Critica scientifica a respeito da questão medico-legal Joanna Pereira*, e *Analyse medico-legal no processo Urbino de Freitas*. O dr. Augusto Rocha era um dedicado membro do partido republicano; foi collaborador assiduo do *Partido do Povo*, publicado em Coimbra em 1878; fundou, com José Falcão, no mesmo anno *A Justiça*; collaborou tambem no *Jornal dos Estudos Medicos*. Era socio do Instituto de Coimbra, e um dos assiduos collaboradores do seu jornal, onde publicou artigos sobre medicina, historia e critica. O dr. Augusto Rocha viajou muito no estrangeiro, visitando as primeiras escolas de medicina e hospitaes, estudando todos os progressos da sciencia que professava, com amor e enthusiasmo. A faculdade de medicina sempre o escolheu para representar a Universidade nos congressos medicos de Lisboa, Paris, Berlim e Roma, sendo eleito presidente d'uma das sessões n'esta ultima cidade. Foi o organisador do congresso da tuberculose, realisado em Coimbra, em que trabalhou com a maior dedicação e solicitude. Uma terrivel doença o obrigou a retirar se da vida activa, e falleceu depois de mais de um anno de soffrimento. Vejam se para a sua biographia o *Annuario da Universidade*, 1901-1902, pag. 98, e o *Instituto* de Coimbra, fevereiro de 1901.

Rocha (*Duarte Rodrigues*). Genealogista, autor d'uma *Arvore genealogica da rainha D. Luiza de Gusmão e d'el rei D. João IV*, que ficou manuscripta, e serviu a D. Antonio Caetano de Sousa para a sua *Historia genealogica*.

Rocha (*D. Fr Filippe da*). Religioso da ordem da Santissima Trindade. N. em Lisboa no anno de 1609; fal a 24 de outubro de 1669. Foi lente de Theologia, e qualificador do Santo Officio. O arcebispo de Evora D. Diogo de Sousa o nomeou seu coadjutor em 6 de janeiro de 1669, com o titulo de bispo de *Madauro*. Pouco tempo gozou essa dignidade, porque falleceu n'esse mesmo anno. Escreveu muitas obras de devoção em latim, das quaes algumas se imprimiram nos annos de 1667 e 1669.

Rocha (*Fr. Francisco da*). Religioso da ordem da Santissima Trindade. N. em Lisboa em 1640; fal. em 1720. Tinha tão grande vocação para a musica e para a composição, que na curta edade de 11 annos compoz uma missa a 7 vozes sobre a escala descendente de *lá*, *sol*, *fá*, *mi*, *ré*, *dó*. Imitou muito as obras do professor João Lourenço Rebello, de quem era grande admirador, o que fez esfriar muito as esperanças promettidas pela precocidade do seu talento, por quanto se resentiu d'essa imitação, apresentando pouca originalidade. Deixou escriptos varios psalmos, missas e vilancicos, que não se publicaram.

Rocha (*D. João da*). Padre jesuita. Era natural de Lisboa, e fal. em Gôa. Entrou na Companhia de Jesus em 1603, e partiu para a India em 1623, com o titulo de bispo de Hérapolis, na qualidade de coadjutor do patriarcha da Ethiopia D. Affonso Mendes. Foi autor d'algumas das tragi comedias que os jesuitas muito apreciavam. A sua tragi-comedia *Nabuchodonosor* foi muito applaudida no seu tempo.

Rocha (*P. João da*). Jesuita, que entrou para a Companhia de Jesus em 1583, e partiu para o Oriente em 1586; estudou philosophia em Gôa e theologia em Macau. Penetrando depois na China, foi um dos que mais contribuiram para que os jesuitas fôssem afinal expulsos do imperio, porque estabelecendo se n'uma das cidades da provincia de Nankim, destruiu quantos pagodes pôde. Depois de 25 annos de missionario, falleceu em Han Chen a 21 de julho de 1623. Traduziu para a lingua chineza a *Cartilha* do P. Marcos Jorge.

Rocha (*João Francisco da*). Pintor, nascido em 1760, e fal. em 1816. Era 2.º filho do pintor Joaquim Manuel da Rocha (V. *este nome*). Foi discipulo de seu seu pae, mas não tinha tanto talento como elle nem como seu irmão mais velho Joaquim Leonardo da Rocha. Foi muito infeliz e morreu quasi na miseria. V. o *artigo seguinte*.

Rocha (*Joaquim Leonardo da*). Pintor. Nasceu em 1756, falleceu na ilha da Madeira depois do anno de 1821. Era filho primogenito do pintor Joaquim Manuel da Rocha, de quem foi discipulo. Dedicou-se tambem á musica e á litteratura. No dizer dos seus biographos, Joaquim Leonardo da Rocha era bom pintor e gravador a agua forte, e bom tocador de cravo. Pelos seus dotes artisticos e principalmente pela musica, tornou-se muito apreciado no palacio do marquez d'Alorna, onde fôra apresentado. Em 1780 partiu para a China na companhia do bispo de Pekim D. Alexandre Gouveia, mas saudoso da patria, voltou para Portugal, sendo acolhido pelo marquez d'Alorna com o mesmo valimento com que sempre o tratára, o qual lhe proporcionou um bom casamento. Em 1808 passou á ilha da Madeira, que estava então occupada pelos inglezes, receoso, talvez, de que a qualidade de protegido do marquez d'Alorna, que servia então no exercito francez com a legião lusitana, o não recommendasse muito aos que governavam em Portugal. Estabeleceu se no Funchal, e por muitos annos dirigiu ali uma aula de desenho. Para serviço dos seus discipulos escreveu o seguinte opusculo: *Medidas*

geraes do corpo humano, para uso da Real Academia de Desenho e Pintura da ilha da Madeira em 1810; publicou se em Lisboa no anno de 1813, tendo uma estampa.

Rocha *(Joaquim Manuel da)* Pintor e gravador que viveu no seculo XVIII, nascendo em 1730 e fallecendo a 28 de setembro de 1786. Foi discipulo dos professores Domingos Nunes e André Gonçalves. Era grande imitador e grande enthusiasta de Vieira Lusitano. Cyrillo Volkmar Machado diz que «o Rocha teve ao principio colorido agradavel, depois usou muito de preto de marfim a que chamava preto santo e de terra rossa que dá na côr de tijollo. Copiou quantos desenhos pôde de Vieira, e copiava-os tão bem que se equivocavam muito com os originaes.» Em 1760 pintou o panno de bocca para o theatro do Bairro Alto, panno que representava Apollo com as musas e um Tejo; mas como lhe custára muito a manejar as tintas, não quiz pintar mais a tempera, e, não pintando tectos, nem pannos para casas, nem trabalhando fóra da sua residencia, estava muitas vezes sem encommendas, e então pintava naturezas mortas, ou fazia gravuras a agua forte. Estabelecendo-se por alvará de 23 de agosto de 1781 a Aula regia de Desenho e de Figura, no edificio dos Caetanos, fôram nomeados seus benemeritos professores Joaquim Manuel da Rocha e Joaquim Carneiro da Silva. Ha muitos quadros de Rocha nas egrejas de Lisboa: Carmo, Conceição dosFreires, o daCeia do Loreto, na capella do S. S.; N. S.ª da Conceição, em Santa Izabel; o de S. Paulo 1.º eremita na portaria do convento dos Paulistas, e o de N. S.ª da Conceição, na sacristia da egreja do mesmo convento, e sobre o altar-mór da egreja de S. Paulo, representando os Apostolos S. Pedro e S. Paulo, que passa por ser um dos seus melhores quadros. D'este professor tambem ha pinturas em varias ermidas e oratorios particulares, nas egrejas da Convalescença, S. Pedro d'Alcantara, Beato Antonio, e na ilha Terceira. Manuel Joaquim da Rocha tambem se dedicou a retratos, e existem, pintados por elle, o seu, o de sua mãe, de Vieira Lusitano, de Mayne, etc. Contribuiu muito para a creação da Academia do Nú, em 1780, para o estudo do modelo vivo; e depois, em 1785, para a dos Camillos, de que foi director. Manuel Joaquim da Rocha requereu para ser encarregado dos quadros da egreja do Coração de Jesus, mas como foi preferido o italiano Pompeu Botoni, mostrou se com isso muito melindrado. Teve muitos discipulos, contando-se entre elles os seus dois filhos: Joaquim Leonardo e João Francisco da Rocha.

Rocha *(José Monteiro da)*. Doutor em Mathemathica pela Universidade de Coimbra, faculdade em que se tornou muito notavel, um dos mais celebres lentes cathedraticos da Universidade, e o primeiro que teve jubilação; commendador da ordem de Christo, conselheiro d'el rei, conego magistral da sé de Leiria, director do Observatorio astronomico e vice-reitor da referida universidade, socio e director de classe da Academia Real das Sciencias, etc. N. em Canavezes a 25 de junho de 1734; fal. em S. José de Ribamar a 11 de dezembro de 1819. Pretendem alguns dos seus biographos que foi para o Brazil ainda na infancia, cursara os estudos no collegio dos jesuitas da Bahia, professára o instituto de Santo Ignacio de Loyola, e que sendo expulsa a Companhia de Jesus, em 1759, abandonára aquelle instituto, permanecendo na mesma cidade, onde o vice-rei do Brazil o encarregára da educação de seus filhos; outros dizem que elle entrára na ordem jesuitica em Portugal, e só depois da expulsão da Companhia, é que fôra parar á Bahia, d'onde voltou ao reino alguns annos depois Sem duvida, a primeira versão é a mais verosimil, mas o que está provado é que José Monteiro da Rocha passou grande parte da mocidade na Bahia, que professou na Companhia de Jesus, e que o marquez de Pombal, sendo informado da sua elevada intelligencia e grande erudição scientifica o mandou chamar a Lisboa, quando projectou reformar os estudos da Universidade. O ex-jesuita, recebendo o convite do ministro omnipotente, apresentou-se-lhe muito receoso, e na verdade a sua situação não podia ser muito tranquillisadora, vendo-se na presença do inimigo implacavel dos jesuitas, apezar d'elle os ter abandonado. O marquez de Pombal, porém, mostrou-se muito amavel, e depois de reconhecer que estava realmente falando com um verdadeiro sabio,perguntou-lhe qual era a cadeira que se julgava mais apto para reger, ao que José Monteiro da Rocha respondeu, modestamente, que acceitaria a que os outros não quizessem. Esta resposta agradou ao ministro, que lhe redarguiu: «Socegue, que ha de ser empregado.» Desde logo grangeou a confiança do marquez, que o encarregou de collaborar nos novos *Estatutos da Universidade*; ficando a seu cargo a redacção da parte relativa a sciencias e á mathematica, que passa por ser uma das mais notaveis d'aquelles estatutos. Apenas o marquez de Pombal procedeu á reorganisação do corpo docente, foi José Monteiro da Rocha, por portarias de 3 e 7 de outubro de 1772, mandado doutorar e incorporar na faculdade de philosophia. Passou logo a reger a cadeira de sciencias physico-mathematicas, e antes de se entregar aos trabalhos originaes que tanto o immortalizaram, entregou-se ao trabalho modesto, mas essencial, da traducção dos compendios francezes indispensaveis para a regencia das aulas. Foi assim que traduziu e publicou em Coimbra, em 1773, os *Elementos de Arithmetica*, de Bezout, fazendo-lhe muitos additamentos, em que se conta um methodo especial para a extracção da raiz cubica dos numeros, que ficou conhecido pelo nome de *Methodo de Monteiro*. Outro notavel mathematico, tambem professor da Universidade, José Anastasio da Cunha, affirmava que o methodo era seu, e que Monteiro da Rocha lh'o roubára, o que, na verdade, é incompativel com a seriedade e com a incontestavel sciencia de Monteiro da Rocha, mas esses dois illustres sabios eram inimigos implacaveis e tratavam sempre de se hostilisarem, sendo bem sabido que José Monteiro da Rocha foi um dos perseguidores de José Anastasio da Cunha Os *Elementos de Arithmetica* tiveram varias reimpressões,até 1826, e parece, que foi esta a ultima publicada. Traduziu tambem o *Tratado de Mechanica*, de Mr. Maria, de que houve varias edições até 1812; o *Tratado de Hydrodynamica*, de Bezout, que se reimprimiu algumas vezes até 1813; os *Elementos de Trigonometria plana*, de Bezout, publicados em 1774, addicionados com uma numerosa serie de fórmulas, que tornaram este tratado um dos mais abundantes

e ricos entre os do seu genero, quanto a esta parte. Nenhuma das obras citadas accusa o nome do traductor. Proseguindo no cargo de que fôra incumbido, tratou José Monteiro da Rocha, de accôrdo com o professor Miguel Franzini, de organisar a faculdade de mathematica. Por essa occasião deu-se um facto pouco honroso para o notavel mathematico. Em 1773 fôra nomeado lente de geometria José Anastasio da Cunha, e apenas tomou posse da sua cadeira, principiou José Monteiro da Rocha, que então regia a de astronomia, a consagrar lhe um verdadeiro odio, que, é preciso dizer, lhe era retribuido da mesma fórma. Não houve difficuldades que não levantasse ao seu collega para o contrariar na regencia da cadeira, e, finalmente, quando o marquez de Pombal caiu do poder, e o fanatismo começou a recuperar a sua antiga influencia, foi José Anastasio da Cunha logo uma das primeiras victimas, e José Monteiro da Rocha não se livrou da fama de ter sido um dos seus mais encarniçados perseguidores, conforme dissémos (V. *Cunha, José Anastasio da*). Monteiro da Rocha foi tambem indicado para ser principal do Collegio dos Nobres, logar que era provido por tres annos, n'um officio datado de 30 de maio de 1776 para o reitor da Universidade, requisitando lhe um dos lentes mais autorisados. Quando se fundou a Academia Real das Sciencias, foi José Monteiro da Rocha nomeado, em 16 de janeiro de 1780, socio fundador, juntamente com todos os homens eminentes da sciencia do seu tempo, tendo o cargo de director de classe. Publicou então varias memorias importantissimas, como as seguintes: *Solução do problema de Kepler sobre a medição das pipas e toneis*; vem no tomo I das *Memorias* da mesma Academia; *Additamentos á regra de Mr. Fontaine para resolver por aproximação os problemas que se reduzem ás quadraturas*; nas citadas *Memorias* e tomo I; *Determinação das orbitas dos cometas*; idem, tomo II. Pela carta regia de 4 de abril de 1795 foi nomeado director perpetuo da faculdade de mathematica e do Observatorio Astronomico. A carta regia dizia, que confiava ao seu conhecido zelo, actividade e intelligencia a inspecção e direcção da obra do mesmo Observatorio, e autorisava o reitor para mandar executar todas as providencias que José Monteiro da Rocha désse, emquanto o soberano não mandasse o contrario. No anno de 1800 era vice-reitor da Universidade, e por aviso de 15 de maio foi encarregado de organisar um *regimento para a Junta da Directoria Geral dos Estudos e Escolas do reino*. N'esse regimento seriam definidos com toda a individuação os direitos e obrigações do presidente, dos deputados e do secretario respectivos, com tal perspicuidade e clareza, que assim ficassem evitadas todas as occasiões de desordens e de intelligencias arbitrarias. Na qualidade de vice reitor prestou relevantes serviços, mantendo uma severa disciplina universitaria, publicando, em 7 de novembro do mesmo anno, um regulamento para a bibliotheca da Universidade, que foi muito apreciado. Este regulamento, em fórma de edital, está publicado no *Jornal de Coimbra*, n.º XXVII, de março de 1814, pag. 196, 2.ª parte. Sobretudo, como director do Observatorio Astronómico é que José Monteiro da Rocha se tornou verdadeiramente notavel. Foi elle quem mais trabalhou nas famosas *Ephemerides astronómicas para o real observatorio astronómico da cidade de Coimbra*, *relativas ao anno de 1804*, cujo 1.º volume saiu em 1802, ficando este anno assignalado nos fastos da Universidade, com referencia ás sciencias mathematicas. No vol. V da *Historia dos estabelecimentos scientificos*, de José Silvestre Ribeiro, a pag 61, lê-se: «Tornou-se notavel a redacção das Ephemerides pelas innovações que em tal trabalho fôram introduzidas. Mereceram o juizo favoravel de um apreciador competente, nada menos do que Délambre; e mais tarde os elogios do almirante dinamarquez, Lowenorn, e do sabio astronomo Schumacher. As lisonjeiras expressões do almirante, e o magnifico presente de cartas hydrographicas e de ephemerides de Copenhague, que as acompanhava, mostram a estimação que aquelles distinctos sabios fizeram das nossas Ephemerides. O louvor que as Ephemerides receberam em Paris e em Copenhague foi devido não só ás innovações indicadas, mas tambem á variedade de excellentes subsidios astronómicos que lhes fôram accrescentados successivamente para outros annos. Essas riquezas de trabalhos fôram agenciadas, digamol-o assim, pelo primeiro director do Observatorio de Coimbra, o dr. José Monteiro da Rocha. Reunidas em um volume, traduzidas para francez e annotadas pelo Dr. Manuel Pedro de Mello, fôram elogiadas pelo já mencionado Délambre, que não se esqueceu de tambem louvar o traductor. Em 1813 publicou o dr. José Monteiro da Rocha as suas taboas astronómicas para os calculos dos logares da lua, do sol e dos planetas. Com essas taboas se fizeram, depois os calculos, sob a fiscalisação dos lentes Maia e Santa Barbara, encarregados interinamente da direcção.» Em 1804 venceu José Monteiro da Rocha a difficuldade que havia em alcançar vaccina em Coimbra, obtendo dois vidros com vaccina, um de Londres, outro de Lisboa, que offereceu á faculdade de medicina, a qual procedeu logo aos ensaios de inoculação no hospital da Universidade, alcançando bons resultados. Ainda o distincto mathematico prestou o auxilio da sua muita erudição aos trabalhos geodesicos encetados em Portugal no tempo de D. Maria I. Inventou umas reguas para medição de bases, que fôram empregadas nos novos e importantes trabalhos que se iniciaram n'esse tempo. A vasta reputação de homem de sciencia, que José Monteiro da Rocha desfructava, fez com que o principe regente D. João o chamasse á côrte, convidando o para mestre de seu filho D. Pedro, principe da Beira, e dos infantes, cargo que desempenhou até á partida da familia real para o Brazil em 1807, que se recusou a acompanhar. Sendo indispensavel nomear quem o substituisse no cargo de vice reitor da Universidade, foi nomeado por carta régia de 2 de junho de 1804, o dr. Manuel Paes de Aragão Trigoso, que era então o lente mais antigo da faculdade de leis. José Monteiro da Rocha, por carta régia de 2 de junho de 1801, foi agraciado com a commenda da ordem de Christo. E' um diploma muito honroso, de que transcrevemos os ultimos periodos: «Estando certo que o mesmo conselho (conselho dos decanos) todo unanimemente proporia para ser provido na referida commenda o dr. José Monteiro da Rocha, não só por ser elle o decano da faculdade, e director perpetuo d'ella, e do Observatorio Astronómico; *mas*

até por ter sido, e ser o mestre de todos os mestres e doutores da mesma faculdade, e ha mais de quinze annos vice-reitor da Universidade, me propunheis para o provimento da dita commenda o dr. José Monteiro da Rocha, que d'esta se fazia notoriamente digno: ao que tendo consideração, e *devendo respeito ao conhecido merecimento, uteis e distinctos serviços que tem feito á Universidade, e aos grandes progressos a que tem conduzido os estudos e o magisterio da dita faculdade o dito Dr. José Monteiro da Rocha,* etc.» Por aviso de 14 de junho de 1811 foi ordenado pelo governo que se não elegesse outro decano da faculdade de mathematica, apezar de estar ausente o dr. José Monteiro da Rocha. O notavel mathematico assistiu sereno ás tempestades da invasão franceza, e viu aproximar-se o fim d'uma longa vida, rodeado do respeito e da admiração de todos, considerado em França um dos mais illustres astronomos do seu tempo, venerado em Portugal, porque todos os homens eminentes do seu tempo fôram seus discipulos. Comprára uma quinta em S. José de Ribamar, e ali viveu os ultimos annos. Por sua morte legou á Academia Real das Sciencias todos os seus manuscriptos, os quaes fôram mandados entregar a esta corporação pela secretaria dos negocios do reino, contidos em um caixóte, a cuja abertura se procedeu em 1 de março de 1825. No inventario d'esses manuscriptos se encontrou uma *Collecção de pareceres sobre a renuncia universal das boas obras e suffragios a favor das santas almas do Purgatorio,* comprehendendo 29 cadernos de papel em folio. Encontraram se tambem alguns sermões, orações latinas, etc. Impressos existem: *Oratio in laudem Marchionis Pombaliensis,* Conimbricae, 1776; *Cartas particulares sobre assumptos litterarios e politicos a D. Francisco de Lemos, reitor da Universidade, achando se em Lisboa.* Eram autographos ineditos, que possuia o dr. Antonio José Teixeira, e que, com a devida autorisação publicou em 1866 no jornal *O Povo,* de Coimbra. Annos mais tarde, reproduziu essas cartas no *Instituto* de Coimbra, seguidas de outras que se conservavam ainda ineditas. José Monteiro da Rocha era tambem muito entendido em musica, dando até lições a José Mauricio; assim o declara este compositor na introducção do seu *Compendio de Musica,* em que testemunha o seu reconhecimento por essas lições nos seguintes termos: «O Illmo Sr. José Monteiro da Rocha, Mestre dos Sereuissimos Senhores Principe da Beira e Infantes, este Sabio Portuguez que a Providencia nos deu para Gloria da Nação, possue o melhor gosto e os mais profundos conhecimentos na musica tanto theorica como pratica. Eu devo a este homem raro um tributo de reconhecimento pelas muitas luzes e instrucções que elle teve a bondade de me communicar no decurso de muitos annos.» A respeito de José Monteiro da Rocha tem se escripto muito, e mencionaremos o seguinte: vol. VI do *Instituto* de Coimbra, pag 261, um artigo biographico, por Francisco Antonio Martins Bastos, e transcripto da *Instrucção Publica,* tomo IV, 1858, a pag. 20; *Ensaio de Historia Litteraria de Portugal,* por Freire de Carvalho; Balbi, no *Essai Statistique.* tomo II, pag. XI; *Poésie lyrique portugaise,* etc., por A. M. Sané, a pag LXXVII; *Magasin Encyclopedique,* 1.° vol., 1805, pag 217, 2.° vol.,pag.445 e 455; *Astronomie,* Lolande, pag. 871, artigo 11.°

Rocha *(Julio).* V. *Nogueira da Rocha (Julio Laureano Patricio).*

Rocha *(Lourenço da).* Official do exército ultramarino, fallecido em viagem de Angola para Lisboa no dia 28 de maio de 1881. Occupava o posto de tenente, e era governador do forte de S. João Baptista de Ajudá, na costa d'Africa, quando o rei do Dahomey amavelmente o convidou para ir á sua capital com os soldados da sua guarnição. Receando qualquer armadilha, não acceitou o convite, que foi renovado por um *cabeceira* do rei indigena que prendeu um portuguez, declarando que prenderia tambem o governador se este não quizesse ir visitar o rei. Com a idéa de interceder a favor do preso, o tenente Rocha, seguido de sete soldados, partiu para o reino de Dahomey, havendo-lhe o monarcha preto enviado uma escolta de 32 maqueiros e 32 carregadores. Recebido com muito affecto pelo rei, deu se em sua honra uma festa,que consistia principalmente n'uma horrivel chacina de desgraçados Apavorado com similhante espectaculo, pediu licença para se retirar. No dia seguinte, dois *cabeceiras* fôram ter com elle, mostrando-se muito indignados pelo acto que praticára,e obrigando-o a ir, com os seus homens, assistir á continuação da hedionda chacina. O remedio que teve foi acompanhar os delegados do rei selvagem e assistir á degolação de milhares de desgraçados e ás danças que depois se realisaram. Claro é que se absteve de qualquer signal de manifestação de desgosto, porque poderia tambem pagar com a vida a sua piedade. Durante o tempo que permaneceu no Dahomey teve occasião de estudar os usos e costumes d'aquelle povo, verdadeiramente selvagem.

Rocha *(Fr. Manuel da).* Monge da ordem de S. Bernardo. N. em Castello Branco a 19 de novembro de 1676; fal. em Coimbra a 16 de novembro de 1744. Era filho do sargento mór de auxiliares Antonio da Rocha e de D. Anna Brava. Sendo ainda muito creança ficou orphão de pae, mas sua mãe educou-o zelosamente. Em 1693 entrou para o convento de Alcobaça, professando em 1694. Estudou nos conventos da sua ordem, e doutorou-se em Theologia na Universidade de Coimbra. Foi depois nomeado abbade do convento de S. João de Tarouca, sendo em 1726 nomeado lente d'uma das cadeiras de Theologia da Universidade. Em 1791 foi eleito geral da sua ordem, sem deixar de reger a cadeira na Universidade. Quando D. João V fundou a Academia Real de Historia Portugueza em 1720, Fr. Manuel da Rocha foi eleito um dos seus membros. Em 1740, pela morte de Fr. Manuel dos Santos, succedeu-lhe no cargo de chronista-mór do reino. Escreveu: *Portugal renascido: tratado historico-critico chronologico, em que á luz da verdade se dão manifestos os successos de Portugal no seculo decimo depois do nascimento de Christo, tirados da confusão, e descobertos por escripturas authenticas e intelligencia genuina dos autores de melhor nota,* Lisboa, 1730; esta obra anda tambem no tomo X da *Collecção dos documentos e memorias da Academia de Historia.* Publicou varios sermões, em 1727, 1734 e 1737. Na *Collecção de documentos,* já citada, tambem publicou algumas contas d'estudos, e outros escriptos.

Rocha *(Manuel Antonio Coelho da).* Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, lente de

Direito na mesma Universidade, vogal do conselho superior de instrucção publica, etc. N. em Covellas, da freguezia de S. Miguel do Matto, hoje do concelho de Arouca, a 30 de abril de 1793, fal. na mesma aldeia em 10 de agosto de 1850. Era filho de José Francisco da Rocha e de Anna Maria Coelho, lavradores pouco abastados, mas o abbade de Sever do Vouga, seu parente remoto, o auxiliou muito nos seus estudos e lhe pagou a formatura em Coimbra, em cujo curso foi sempre premiado. Doutorou-se em 5 de abril de 1818. Parece que os seus principios liberaes obstaram á sua entrada para o corpo docente da Universidade, porque em 1834 ainda se encontrava como oppositor á faculdade de leis, anno em que foi nomeado pelo governo constitucional membro da Junta da Directoria dos Estudos. Na legislatura de 1836, teve assento na camara dos deputados, mas não voltou a acceitar esse cargo, consagrando-se exclusivamente á regencia da cadeira. N'esse mesmo anno publicou em Coimbra a sua primeira obra impressa: *Questão entre os senhorios e os foreiros ou o espirito do decreto de 13 de fevereiro de 1833 e resposta ás observações do conselheiro João Pedro Ribeiro.* O que lhe grangeou grande fama fôram os seus dois livros: *Ensaio sobre a historia do governo e da legislação de Portugal, para servir de introducção ao estudo do direito patrio*, Coimbra, 1841; publicou se em 1843, a *Segunda edição, revista e emendada pelo autor;* e *Terceira edição, conforme á segunda, addicionada com um breve supplemento sobre os acontecimentos posteriores á morte d'el-rei D. João VI até á restituição da Carta em 27 de janeiro de 1842, e com algumas correcções e additamentos feitos ainda pelo autor;* esta ultima observação é feita pelo editor, pois que a obra se publicou em 1851, já depois da morte do autor. O outro livro é: *Instituições de direito civil portuguez para uso dos seus discipulos*, Coimbra, 1848, 2 tomos, de que se fizeram successivas edições. O primeiro d'estes livros, que é considerado um trabalho notabilissimo, fez uma verdadeira revolução nos estudos historico-juridicos em Portugal A esse respeito publicou Alexandre Herculano uma analyse honrosissima, na *Revista Universal Lisbonense*, de 28 de outubro de 1841, pag. 58 e 59 Tambem escreveram elogiosamente sobre a mesma obra, José Silvestre Ribeiro, nos *Primeiros traços d'uma resenha de litteratura portugueza*, tomo I, 1853, pag. 71 e 72; A. P. Forjaz, n'um artigo na *Chronica Litteraria*, de Coimbra, tomo II, pag. 236. Manuel Antonio Coelho da Rocha viveu sempre entregue ás funcções do magisterio, não se envolvendo senão d'um modo muito superficial e muito rapido nas agitações da vida politica. A sua morte foi muito sentida, porque era muito estimado e considerado Na *Bibliographia da imprensa da Universidade*, dos annos de 1872 e 1873, pag. 87 e 88, escreveu a seu respeito Seabra de Albuquerque.

Rocha *(Manuel José da).* Cirurgião do exercito, e depois chefe da repartição de saude militar, etc. N. em Chacim em 1765, e fal. em Portalegre a 11 d'abril de 1830 Escreveu: *Instrucções geraes sobre a applicação do apparelho Gervasio á manufactura dos vinhos, precedida d'uma analyse dos phenomenos e productos da fermentação vinhosa*, Lisboa, 1823.

Rocha (*Manuel Ribeiro*). Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, advogado na Bahia, etc. Era natural de Lisboa, e viveu no seculo XVIII, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Escreveu; *Ethiope resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruido e libertado*; *discurso theologico-juridico, em que se propõe o modo de commerciar, haver e possuir validamente, quanto a um e outro fôro, os pretos captivos africanos, e as principaes obrigações que correm a quem d'elles se servir*, Lisboa, 1758. Deixou algumas obras, mas de pouco valor, que veem mencionadas na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado.

Rocha (*Pedro*). Autor de um opusculo que se tornou bastante raro, *Arte para bem confessar;* Braga, 1537.

Rocha (*Vicente Paulo da*). Pintor de ornatos, de que apenas se sabe que foi natural de Alhandra, discipulo de Jeronymo Gomes Teixeira, e que era artista de grande merecimento.

Rocha. Povoações nas freguezias: Santa Senhorinha, de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Thiago, de Figueiró, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Gontinhães, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Lanhezes, conc. e distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro. || N. S.ª d'Assumpção, conc. de V. N. de Portimão, do mesmo distr. || S. Martinho, de Outeiro, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Pelmá, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || S. Miguel, de Perre, conc. e distr de Vianna do Castello. || Santo André, de Victorino dos Piães, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || Ilha da Madeira; N. S.ª dos Prazeres, conc. da Calheta, distr. do Funchal. || Ribeira do distr. de Lisboa. Fórma-se das ribeiras Corona e Alvellade, corre para ENE, e entra no rio Sado, na freg. de Santa Margarida, com 10 k. de curso.

Rocha Alta. Ilha da Madeira e distr. do Funchal: povoações nas freguezias de N. S.ª d'Ajuda, de Serra d'Agua, conc. de Ponta do Sol; S. Bento, de Ribeira Brava, do mesmo concelho.

Rocha Amarella. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Rocha de Baixo Pov. na freg. de S. Martinho, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Rocha Branca. Ilha da Madeira, pov. na freg. de N. S.ª de Guadelupe, de Porto da Cruz, conc. de Machico.

Rocha e Castro *(Agostinho da).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado, jornalista, governador civil do Porto, etc. N. em Villa Real a 4 de maio de 1837, sendo filho de Manuel José da Rocha Guimarães e de D. Izabel Ignez de Castro. Depois de ter cursado as disciplinas de instrucção secundaria, que então se professavam no lyceu de Villa Real, foi para Coimbra completar os preparatorios, e formou-se na faculdade de direito em 1859. Durante alguns annos exerceu a advocacia em Villa Real e collaborou em differentes jornaes politicos e litterarios, como o *Nacional*, cuja direcção politica esteve algum tempo a seu cargo. Em 1865 foi nomeado secretario geral do districto de Villa Real,

e em 1868 foi transferido para o logar de administrador central do correio d'esta villa. Em 1871 foi eleito deputado pelo circulo da Regoa, e sendo transferido em 1873 para administrador central do correio do Porto, foi novamente eleito deputado por Villa Real, em 1874. No anno de 1877 foi nomeado governador civil do Porto, logar em que se conservou até 1878, voltando n'esse anno para administrador do correio.

Rocha Couto *(Manuel da)*. N. em Ilhavo, na rua d'Alqueidão, no ultimo quartel do seculo XVIII. Seguiu a faculdade de Canones na Universidade de Coimbra, tomando o grau de doutor em 2 d'outubro de 1802. Era filho de Luiz da Rocha Couto. Foi eleito deputado pela provincia da Beira para a legislatura de 1822 a 1823, que seguiu ás constituintes. Foi reeleito pela mesma provincia para a legislatura de 1826 a 1828. Falleceu em Lisboa em 22 de fevereiro de 1828, sendo envenenado, segundo a crença geral. E' certo que em Ilhavo, onde se encontrava, teve um aviso para vir a Lisboa e partiu, fallecendo dias depois de cá chegar. Deu-se a coincidencia de fallecer no dia em que chegou a Lisboa D. Miguel, que vinha governar o reino como logar tenente de seu irmão e em nome da Carta Constitucional. Não é para admirar aquelle facto, se fôr verdadeiro, attendendo á sua muita intelligencia e ás suas ideias rasgadamente liberaes. Já em 21 de junho de 1824 a junta expurgatoria da Universidade de Coimbra dese'ava excluil o de lente substituto, assim como a outros cathedraticos e estudantes, apezar da amnistia concedida por decreto de 5 do mesmo mez e anno. Como não tivesse pessoa de familia em Lisboa, pois que seu pae residia na villa d'Ilhavo, foi Joaquim José de Queiroz (avô de Eça de Queiroz) tambem deputado e natural de Verdemilho, proximo d'Ilhavo, quem dirigiu o funeral. Prégou no templo do convento de Jesus da cidade d'Aveiro, n'uma grande solemnidade, em honra da princeza Santa Joanna, iguorando se a data. Todavia, deveria ser na data do tricentenario da morte (1790) ou no centenario da beatificação (4 d'abril de 1793).

Rocha Dias *(Eduardo Augusto da)*. 1.º official tachygrapho aposentado N. em Lisboa, a 9 d'abril de 1852 E' filho de José Antonio Dias, um dos mais devotados apostolos do principio associativo, a quem nos referimos n'este *Diccionario*, vol. III, pag. 45. Depois de approvado nos exames de instrucção secundaria, habilitou se, como voluntario, em 1873 e 1874, com o Curso Superior de Lettras. Desde 1866 que se dedicou ao estudo da tachygraphia e durante seis annos regeu a aula de Tachygraphia theorica e pratica fundada em 1896 na camara dos pares por iniciativa do seu primeiro secretario Jeronymo da Cunha Pimentel. Promovido em 1903 a chefe da secção tachygraphica d'aquella camara, requereu em 1908 e o foi lhe concedida aposentação n'este logar por despacho publicado no *Diario do Governo* de 8 de maio d'esse anno. E' socio correspondente do Instituto de Coimbra, socio ordinario da Sociedade de Geographia de Lisboa, onde pertence a varias secções, e socio benemerito da Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes, que actualmente se denomina apenas *Associação dos Archeologos Portuguezes*, na qual exerceu durante dez annos consecutivos os cargos de secretario da meza e do conselho director, obtendo a sua exoneração em 1908. Fez parte da direcção do Monte Pio Geral em 1898 e 1899. E' membro da direcção do Albergue dos Invalidos do Trabalho, Mealheiro das Viuvas e orphãos dos operarios que morrerem de desastre no trabalho e da Associação Promotora do ensino dos cegos, asylo escola Antonio Feliciano de Castilho. Collaborou por vezes nos seguintes jornaes: *A Actualidade*, do Porto, *Gazeta Setubalense*, *Elvense*, *Zoophilo* e *Revolução de Setembro*, onde saiu a sua traducção das *Memorias de Béranger* por Savinien Lapointe. Outros trabalhos litterarios que tem dado á publicidade: *Anthropologia* (Umas breves noções geraes, extr. de Topinard), Lisboa, 1880, Typ. Sousa Neves, *Um inimigo da hypocrisia*, traducção do romance

Eduardo Augusto da Rocha Dias

de F. Sarcey,—Henri Perrier, Lisboa, 1883, Typ. Sousa Neves; *O conselheiro José Silvestre Ribeiro*, exemplo de inteira dedicação á liberdade e á patria, factos da historia nacional, Lisboa, 1888, Imprensa Nacional; *Elogio historico do conselheiro José Silvestre Ribeiro*, lido na sessão solemne da Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes em maio de 1891, Lisboa, Typ. Franco-Portugueza, 1891; conclusão do tomo XVII, organisação e revisão do tomo XVIII (indices) da *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal*, por José Silvestre Ribeiro, Lisboa, 1892 e 1893, Typ. da Academia Real das Sciencias; *Antonio Joaquim de Oliveira;* Inauguração do seu retrato no Albergue dos Invalidos do Trabalho; esboço biographico, Lisboa, 1897, Imprensa de Libanio da Silva; *Noticias archeologicas* extrahidas do *Portugal antigo e moderno*, de Pinho Leal, com algumas notas e indicações bibliographicas, Lisboa, Typ. Lallemant, tomo I, 1903, tomo II, 1905 (Separata do Boletim da Real Associação dos Architectos e Archeolo-

gos Portuguezes); Addenda I a estas *Noticias*, Lisboa, Typ. Universal, 190?; Addenda II, idem, Lisboa, 1908, Typ. da Casa da Moeda; *Monographias e outras obras referentes a varias localidades e monumentos do continente de Portugal*, Breve indicação, Lisboa, 1908, Typ. da Casa da Moeda. *O Seculo* de 28 de outubro de 1900 publicou o seu retrato e notas biographicas, quando se tratou de apreciar a organisação da Tachygraphia em Portugal.

Rocha Forte. Pov. na freg. de S. Thomé, de Lamas, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa.

Rocha de Golfeiras. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação e conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Rocha Loureiro (*João Bernardo da*). Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, escriptor, jornalista, etc. N. em Gouveia no anno de 1778, fal. em Lisboa a 20 de fevereiro de 1853. Tomou o grau de bacharel em 1805, antes, porém, fez exame publico perante a junta litteraria para professor de grammatica latina, e sendo approvado deram-lhe as cadeiras de Lamego, Thomar e Castello Branco, mas afinal foi provido na do Funchal, que n'esse tempo era uma das mais rendosas do paiz, cadeira que não acceitou por não querer ir para aquella cidade, segundo elle proprio o asseverou. Depois da sua formatura resolveu João Bernardo da Rocha seguir a advocacia, e veiu para Lisboa alguns annos como ajudante do advogado da Casa da Supplicação Joaquim José da Costa Lima. Contraindo particular amizade com o escriptor e poeta Pato Moniz, associou-se com elle, depois da expulsão dos francezes em 1808, para fundarem um jornal politico-noticioso, que intitularam *Correio da Peninsula, ou Novo Telegrapho*, o qual se publicaria duas vezes por semana em formato de 4.º, saindo o 1.º numero em 3 de julho de 1809. Os artigos de João Bernardo da Rocha eram firmados pelas iniciaes J. B., e as de Pato Moniz, pela inicial *M.* No fim d'um anno, em 1810, tiveram de suspender o jornal, por lhes ter sido negada a licença para a continuação. Não faltou quem attribuisse este procedimento do governo da regencia a intrigas promovidas pelos officiaes das secretarias, proprietarios dos privilegios da publicação da *Gazeta de Lisboa*, por vêrem n'aquelle jornal um concorrente muito prejudicial; o que parece, porém, mais provavel, é que a indisposição do governo proviesse da reconhecida tendencia que se começou a notar nos seus redactores para a propagação de certos principios e doutrinas mais liberaes do que convinha. Mas n'estas epocas de transição e de renovação social tudo serve de pretexto para a manifestação das ideias que em vão se pretendem suffocar; comprimidas d'um modo, reapparecem d'outro e ás vezes debaixo de fórmas as mais inesperadas. Foi um d'esses ensejos a questão dos sebastianistas levantada pelo padre José Agostinho de Macedo (V. *este nome*), em que Pato Moniz e João Bernardo da Rocha se collocaram no campo opposto ao do atrabiliario ex-frade, escrevendo em 1810 a *Refutação analytica do folheto que escreveu o R. P. José Agostinho de Macedo e intitulou «Os Sebastianistas,» pelos redactores do Correio da Peninsula.* O padre replicou, e os dois collaboradores voltaram á contenda com o opusculo: *Justa impugnação do celebre syllogismo, que apoiou o livro intitulado «Os Sebastianistas.»* Depois a questão correu todos os campos chegando até ao theatro, á farça em que Pato Moniz e o ex-frade José Agostinho de Macedo proseguiram na sua polemica por meio de comedias; o padre pôz em scena, caracterisados, os seus dois adversarios, e Pato Moniz fez-lhe a caricatura. Os dois ex redactores do *Correio da Peninsula*, ainda aggrediram o padre litterariamente, publicando em 1812, o *Exame critico do novo poema epico intitulado «O Gama, que ás cinzas e manes de Luiz de Camões dedicam*, etc. Pato Moniz continuou a polemica frente a frente com o ex-frade, mas João Bernardo da Rocha, que não occultava as suas opiniões liberaes, entendeu, que n'uma epoca toda de luctas e de odios não estava seguro e poderia ser victima d'alguma perseguição, tomou o partido de abandonar o paiz, e n'esse anno de 1812 saiu de Lisboa embarcando para Inglaterra, não secretamente, mas como elle conta, com passaporte mandado passar pelo ministro D. Miguel Pereira Forjaz. Chegando a Londres encontrou se com o diplomata José Anselmo Correia Henriques, tambem emigrado, que redigia o jornal portuguez *O Espelho.* João Bernardo da Rocha aggregou-se ao seu amigo, auxiliando-o na redacção. Algum tempo depois Correia Henriques deixou o jornal, e João Bernardo da Rocha, vendo-se só, ainda publicou alguns numeros, mas não lhe parecendo que o quadro d'aquelle periodico se adaptasse ás necessidades politicas da epoca e ás suas proprias aspirações, substituiu o por outro, a que deu o nome de *O Portuguez*, cujo 1.º numero saiu em abril de 1814. Comtudo, a sua separação do jornalista Correia Henriques nada teve de pacifica. Proveiu de desintelligencias e da perseguição que em Londres lhe moveu o conde do Funchal, que então era nosso ministro junto da côrte de Inglaterra. O novo jornal, *O Portuguez*, adquiriu em pouco tempo um renome extraordinario, porque combatia os abusos do governo e advogava com energia a necessidade d'uma reforma completa das instituições politicas portuguezas. Como o jornal era lido com o maior enthusiasmo, esgotando-se a edição rapidamente, a regencia de Portugal não o via com bons olhos considerando o o mais terrivel inimigo das instituições vigentes, e por isso prohibiu a sua entrada no paiz, prohibição que ainda excitou mais o desejo de ser lido. Uma portaria de 17 de junho de 1817 fulminava grandes penas contra os que introduzissem em Portugal o terrivel periodico, e João Bernardo da Rocha citava a portaria nas suas paginas como um formidavel reclamo para a sua leitura. *O Portuguez* publicou-se um pouco irregularmente, tendo grandes interrupções, até ao n.º LXXI, que appareceu em janeiro de 1822. No entretanto, triumphara a revolução de 24 de agosto de 1820 para a qual não haviam contribuido pouco os esforços do energico e destemido jornalista, e a regencia reconhecendo esse facto, quiz recompensal-o, nomeando o chronista mór do reino. Apezar da nomeação, João Bernardo da Rocha Loureiro deixou se ficar em Inglaterra todo o anno de 1821, e só no principio de 1822 é que veiu para Portugal, onde se não demorou, porque foi logo nomeado addido á legação portugueza em Madrid. Escreveu então o folheto: *Exame critico do parecer que deu a commissão especial das côrtes sobre os negocios do Brazil;* tem no fim as iniciaes *J. B. R. L.* e é datado

de 23 de março de 1822; não tem logar de impressão, mas sabe se que foi impresso em Lisboa.pouco tempo depois do autor ter chegado a esta cidade. Tratando-se n'esse anno da eleição dos deputados ás côrtes ordinarias, foi elle um dos eleitos. Combateu nas camaras nas fileiras do partido avançado, até que se deu em junho de 1823 a quéda da constituição. Cada vez mais compromettido nos successos anteriores, novamente emigrou para Londres, onde o foi alcançar o decreto da exoneração do cargo de chronista-mór do reino, o qual ia referendado por Joaquim Pedro Gomes de Oliveira, como ministro do reino, o proprio que na mesma qualidade, mas ao serviço da regencia, lhe referendára tambem o decreto da nomeação. Voltando, diz elle, *para o seu pequeno sótão de Inglaterra, com vontade renovada, continuou «O Portuguez», e então lhe sairam da penna os melhores numeros d'este jornal.* A primeira série completa do *Portuguez* fórma 12 volumes, tendo á sua frente o retrato do autor gravado em Londres. A collecção completa, até ao ultimo numero que se publicou, abrange 16 volumes. Durante a emigração continuou João Bernardo da Rocha a ser um dos mais intrepidos jornalistas emigrados. Quando se promulgou e executou a sentença, que condemnou á morte os liberaes enforcados em Lisboa, publicou em Londres, sem o seu nome, o seguinte opusculo que todos muito bem sabiam ser d'elle: *Apostillas á enormissima sentença condemnatoria, que sobre o supposto crime de rebellião, sedição e motim foi proferida em Lisboa aos 26 de fevereiro de 1829, e ahi executada em 6 de março seguinte.* João Bernardo da Rocha tambem era poeta, mas de pouco valor; escreveu algumas poesias enthusiasticas e jocosas, e n'esse anno publicou: *Ode pyndarica ao nobre feito dos leaes portuguezes nas praias da ilha Terceira, aos 11 de agosto de 1829; Dithyrambo por o santo dia 9 de novembro de 1829, quando aconteceu a fatal catastrophe ao rei de theatro Miguel primeiro.* Essa catastrophe foi o celebre desastre succedido a um carro que conduzia o infante D. Miguel, e que era puxado por duas mulas malhadas, d'onde veiu o chamarem os miguelistas *malhados* aos constitucionaes. No mesmo anno da 1829, João Bernardo da Rocha, que depois de 17 annos quasi de aturada permanencia em Inglaterra, não podia deixar de falar e de escrever correctamente o inglez, publicou o opusculo: *Letter to the Editor of the Globe*, etc. Na emigração, porém, pertencia, como sempre pertencêra, ao partido avançado, e não podia ser bem visto por D. Pedro IV e pelos seus amigos mais particulares, que não gostavam de que se fôsse mais adeante, do que elles queriam ir, divergencia que deu em resultado bastantes prejuizos á causa liberal. João Bernardo da Rocha bem manifesta as suas divergencias no folheto seguinte que publicou em 1832: *Appendice á opinião juridica do sr. dr. José Ferreira Borges sobre a questão «Quem deve ser regente de Portugal, destruida a usurpação do infante D Miguel?»* Por isso tambem D. Pedro se não apressou a abrir-lhe com todas as honras as portas de Portugal. Esse intrepido jornalista que sustentára briosamente no estrangeiro a causa liberal, nem ao menos foi logo reintegrado no logar de chronista mór do reino, logar de que fôra demittido pelas suas opiniões politicas. Só em maio de 1835 é que lhe restituiram esse cargo, e tendo sido eleito deputado ás côrtes, voltou então a Portugal occupar o seu logar no parlamento a 2 de janeiro de 18-6. Tomou parte na revolução de setembro d'esse anno, e saudou com enthusiasmo a proclamação da Constituição de 1822, sendo eleito deputado ás côrtes constituintes que fôram convocadas para reformarem esse codigo politico; mas, ou porque o azedassem os desgostos e contrariedades que padecera, ou porque o magoasse a ideia de que não tinha na camara a importancia a que lhe dava direito o seu antigo papel de jornalista, é certo que verdadeiramente aproveitou um pretexto para enviar para a mesa o seu diploma de deputado, e não lhe tendo sido acceita essa escusa, obteve ao menos, licença indefinida para se ausentar das côrtes, e foi estabelecer se em Coimbra. O pretexto, segundo um dos seus biographos, foi o ter Manuel da Silva Passos violado o artigo 31 §.IV da Constituição de 1822, que pouco antes se jurára, fazendo eleger deputados os ministros quando o paragrapho alludido os declarava inelegiveis. Indo a Constituição reformar se, e sendo essa uma disposição cuja revogação estava no animo de todos, não nos parece que houvesse commettido Manuel da Silva Passos tamanho crime que obrigasse João Bernardo da Rocha a escrever-lhe duas vigorosas cartas impressas, uma datada de 18 de novembro de 1836 e outra de 16 de janeiro de 1837, e a rasgar o seu diploma de deputado. Houvera simplesmente leviandade em se adoptar provisoriamente uma constituição que ia ser reformada. João Bernardo da Rocha deixou-se estar em Coimbra, fazendo, porém, frequentes visitas ao Porto e a Lisboa para juntar, dizia elle, os documentos precisos para escrever a historia do cêrco do Porto. Em 1838 publicou: *Apologia do chronista do reino João Bernardo da Rocha*, Coimbra; é por elle assignada, e tem a data de 8 de dezembro de 1838. O partido cartista, quando recuperou o poder pela restauração da Carta Constitucional, logo o demittiu do logar de chronista. Os motivos fôram evidentemente politicos, porque João Bernardo mostrára se muito adverso á restauração da Carta, e provára-o fazendo uma opposição violenta ao governo nas eleições de Coimbra. Vendo se pobre na terra cuja liberdade tanto advogára, resolveu procurar novamente asylo no estrangeiro, e partiu para Cadiz, onde contava alguns amigos e correligionarios politicos entre os hespanhoes que conhecera na emigração, e cujas idéas avançadas partilhava. Publicou então, em 1842, *O Portuguez em Cadiz*, pamphleto revolucionario que foi apprehendido no Algarve pela policia cabralista, como fôra *O Portuguez* pela policia miguelista. De Cadiz passou a Madrid, onde fixou residencia, porque um dos seus amigos politicos lhe assegurou meios de subsistencia, encarregando-o da educação de seus filhos Em 1851, quando o conde de Thomar perdeu a sua influencia politica, João Bernardo da Rocha sentiu desejo ardente de tornar a vêr a patria. Estava decrepito de corpo e de espirito. A *Revista de Portugal*, folheto de historia politica, que n'esse mesmo anno publicou em Lisboa, logo depois da sua chegada, denuncia a decadencia d'aquelle energico luctador. Em 1852 publicou ainda um opusculo: *Amostras poeticas dedicadas ao ill.^mo e ex.^mo sr. Francisco Antonio de Campos, barão de Villa Nova de Fozcôa*, etc. são uma simples col-

lecção de antigas poesias. A promettida *Historia do cêrco do Porto*, que deveria apparecer em 2 volumes, não consta que a chegasse a escrever. O P. José Agostinho de Macedo, que até á morte fôra sempre seu inimigo irreconciliavel, fez d'elle o protagonista do seu poema heroi-comico *Os Burros*, que appareceu pela primeira vez em 1812.

Rocha Martins *(Francisco José da)*. Escriptor e jornalista. N. em Belem a 30 de março de 1879. Fez os seus primeiros estudos no collegio da localidade, dirigido pelo professor Almada, e frequentou depois o Instituto Industrial e o Curso Superior de Letras. Tinha pouca vocação para as sciencias, mas bastante para a litteratura. Aos 17 annos tentou o commercio, e logo n'um alvorecimento marcado pelos numeros, decidiu entrar

Francisco José da Rocha Martins

na imprensa. Os seus primeiros contos fôram publicados no *DiarioPopular*, que Marianno deCarvalho dirigia, e na *Tarde*, de Hygino de Mendonça. Aos 19 annos publicou o seu primeiro romance, *Parias*, e entrou aos 20 como redactor da *Vanguarda*, onde o seu director, Magalhães Lima, o acolheu com verdadeira amizade, escrevendo mais tarde uma biographia do novo jornalista para o *Archivo Bibliographico Italiano*. Publicou em folhetins n'aquelle jornal, com um verdadeiro successo de tiragem, os seus romances historicos, onde ha paginas excellentes ao lado d'outras de menos importancia, devida á fórma precipitada como o trabalho era feito, quasi dia a dia, não permittindo um perfeito estudo das personagens e das epocas. Esses romances fôram mais tarde publicados em volume, sem as precisas modificações, pois que o seu autor, quo só pela penna de escriptor e jornalista angariava meios de subsistencia, não podia dispôr do tempo que essas modificações exigiam. Intitulavam-se os romances: *Maria da Fonte*, *Bocage* e *Madre Paula*. No *Diario*, publicou o *Mestre de Aviz*, e para a casa editora Romano Torres & C.ª escreveu especialmente os romances *Gomes Freire*. *Rei Santo*, e as biographias da *Flôr da Murta* e da *Ribeirinha*. Essa casa foi tambem que editou as outras obras acima indicadas. O seu ultimo livro, que iniciou a série de monographias historicas, que foi recebido com applausos pela imprensa e mereceu uma elogiosa carta de Theophilo Braga, chama-se: *A côrte de Junot em Portugal*, de que se está fazendo uma traducção em francez. A actividade d'este conhecido escriptor manifestou se tambem em artigos da *Illustração Portugueza*, de cuja primeira série foi o fundador, e nas chronicas nas *Novidades* e na *Imprensa*, do Rio do Janeiro, algumas das quaes de amarga critica. Foi redactor das *Novidades* e do *Jornal da Noite*, não tendo tomado attitude politica em qualquer d'elles, mas apenas de simples critica aos homens o aos acontecimentos. Rocha Martins é socio da Academia de Sciencias de Portugal.

Rocha Mazarem *(Joaquim da)*. Commondador da ordem de Christo; cirurgião da real camara, lente da cadeira da Arte Obstetrica da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, cirurgião mór da armada reformado, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, da Imperial de Medicina do Rio de Janeiro e da de Medicina e Cirurgia de Cadiz, etc. N. em Chaves a 12 de dezembro de 1775, fal. em Lisboa a 21 d'abril de 1849. Tendo frequentado no hospital de S. José o curso de cirurgia, pouco depois de o concluir foi nomeado cirurgião do hospital militar da Estrella, e em 1807 acompanhou para o Brazil a familia real, indo como primeiro cirurgião a bordo da nau *Princeza Real*. Chegando ao Rio de Janeiro foi encarregado de fazer um curso de partos, depois de reger a cadeira de physiologia, e por fim incumbido da inspecção vaccinica, até que, voltando ao reino em 1822, foi logo nomeado em 23 de setembro professor de partos na Escola Medica, então situada no hospital de S. José, escola onde fôra alumno, sendo-lhe conservada essa cadeira, quando se deu a reforma da Escola no anno de 1825. Foi provido em cirurgião do hospital em 1826, e nomeado membro da commissão medica do mesmo hospital em 1818. Mazarem foi o primeiro professor quo cumpriu os preceitos da nova lei, publicando em 1843, a *Compilação de doutrinas obstetricas em forma de compendio para a instrucção dos que se dedicam ao estudo d'esta arte*, livro que foi adoptado pelas nossas escolas medicas Escreveu: *Tratado da inflammação, feridas e ulceras, extrahido da Nosographia cirurgica de Richerand*, Rio de Janeiro, 1810; *Novo Ensaio sobre a arte de formular*, Rio de Janeiro, 1811; é traducção de Aliher; *Indagações physiologicas sobre a vida e a morte, por Xavier Bichat*, traduzidas em portuguez, Rio do Janeiro, 1812; *Annuario clinico da arte obstetrica, começado no principio de setembro de 1825, e terminado no fim de agosto de 1826*, Lisboa, 1826; *Elementos de medicina forense applicada aos phenomenos da reproducção, para uso dos alumnos da arte obstetrica*, Lisboa, 1830; *Recopilação da arte de partos, ou quadro elementar obstetrico para instrucção dos aspirantes que frequentam o curso de partos*, Lisboa, 1838; *Quadros synopticos das molestias das mulheres de parto, e dos recem-nas-*

cidos, Lisboa, 1840. Associado com o dr. Frederico Kessler publicou em 1842 o *Atlas de estampas da arte obstetrica* do dr. Busch. Escreveu tambem muitos artigos no *Jornal de Coimbra*, *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa* e no *Zacuto Lusitano*.

Rocha Nova. Povoações nas freguezias: Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra. || S. Paulo de Frades, do mesmo conc. e districto.

Rocha Páris. V. *Torre (Viscondes da)*.

Rocha Peixoto *(Alfredo Filgueiras da)*. Doutor em Mathematica pela Universidade de Coimbra, lente cathedratico da sua faculdade, 1.º astronomo do Observatorio Astronomico da mesma Universidade, deputado, par do reino, etc. N. em Ponte do Lima a 10 de julho de 1848, fal. em Coimbra a 2 de agosto de 1904. Era filho do procurador regio de Ponte do Lima, o bacharel Francisco Manuel da Rocha Peixoto, e de sua mulher D. Maria Amalia Filgueiras. Em 1864 matriculou se nas faculdades de Philosophia e Mathematica, terminando a formatura em ambas, no anno de 1869, tendo sido muito laureado durante os respectivos cursos. Em Mathematica fez exame de licenceado a 13 de julho de 1870, e acto de conclusões magnas a 12 de junho de 1871, recebendo o grau de doutor a 4 de março de 1872, perante o imperador do Brazil, D. Pedro II, que assistiu áquella cerimonia solemne. Em 1874 publicou a sua dissertação apresentada no doutoramento, intitulada: *Superficies e curvas de segunda ordem e com centro na theoria mathematica da elasticidade dos corpos solidos*. E depois, nos doutoramentos de dois bachareis, Francisco da Costa Pessoa e Antonio Zeferino Candido da Piedade, publicou, em 1875, as duas orações que recitou na presença do corpo cathedratico. Por decreto de 18 de fevereiro de 1875 foi nomeado lente substituto de mathematica, sendo cinco annos depois, em 1880, promovido a lente cathedratico, regendo a cadeira de mechanica celeste, logar que desempenhou até á data do seu fallecimento. Entrando na politica, filiou-se no partido regenerador, sendo eleito pela primeira vez deputado, em 1871, pelo circulo de Vianna do Castello, e desde essa data, reeleito repetidas vezes n'um periodo de 15 annos. Na camara apresentou varios projectos de lei, entre os quaes se destacam um sobre a reforma do Codigo Civil, e outro sobre a reforma da instrucção publica. Durante alguns annos exerceu o cargo de sub-director do Real Observatorio Astronomico da Tapada d'Ajuda, desde 1893 até 1897, e voltando depois para a Universidade, continuou a regencia da sua cadeira. Foi lhe confiada, interinamente, a direcção do Observatorio astronomico, annexo á faculdade de Mathematica, logar de que se exonerou pela nomeação definitiva do lente jubilado, dr. João José Dantas Souto Rodrigues, passando então a exercer o cargo de 1.º astronomo, que se conservou até fallecer, e em 1900 tomou parte muito activa nas observações que em Vizeu se fizeram do eclipse total do sol. O dr. Alfredo Filgueiras da Rocha Peixoto foi par do reino em 1894, sendo eleito pelos collegios scientificos; membro do Conselho Superior de Instrucção Publica, nomeado em 1890; membro do conselho de districto, procurador á junta geral do districto de Vianna do Castello; presidente da commissão de exames de livros de ensino primario; presidente do jury dos concursos para o 1.º grupo (portuguez e latim) dos professores dos lyceus, na vaga do dr. Bernardo Madureira, e presidente do jury para os 5.º e 6.º grupos (mathematica e sciencias naturaes). Em differentes epocas foi presidente do jury nos exames de saída do curso geral e complementar dos lyceus, e ainda no anno do seu fallecimento exerceu esse cargo nos exames dos alumnos externos no lyceu de Coimbra. O seu fim desastroso causou a mais dolorosa sensação em todo o paiz. O dr. Alfredo Filgueiras da Rocha suicidou-se por meio de enforcamento na propria casa da sua residencia. O funeral foi concorridissimo, sendo o cadaver conduzido para Vianna do Castello, em cujo cemiterio fica o jazigo de sua familia. A consternação era geral, porque o illustre mathematico foi um dos caracteres mais nobres do professorado portuguez e um dos lentes mais notaveis da Universidade de Coimbra. Além das obras apontadas, escreveu: *Movimento do centro de gravidade do systema planetario*; dissertação para o acto de conclusões magnas na faculdade de Mathematica, Coimbra, 1870; *Oração de Sapiencia*; foi publicada no *Annuario da Universidade* de 1887-1888, de pagina XI a XLIII, e que pelos estatutos da mesma Universidade lhe coube recitar, como cathedratico de mathematica, no impedimento do decano e director da mesma faculdade.

Rocha Peixoto *(Antonio Augusto da)*. Naturalista-adjunto do Gabinete de minerologia, geologia e paleontologia da Academia Polytechnica, e director da Real Bibliotheca Publica e do Museu Municipal do Porto, escriptor, jornalista, etc. N. na Povoa de Varzim a 18 de maio de 1868, fal. no Porto em 2 de maio de 1909. Era filho do medico dr. Antonio Luiz da Rocha Peixoto e de Constança Amelia Pereira da Costa Flôres. Depois de concluir o curso dos lyceus, matriculou se na Academia Polytechnica do Porto, manifestando desde logo decidida tendencia para o estudo das sciencias naturaes e das sciencias historicas. Dispondo d'uma vontade inflexivel e d'um lucido talento, foi accumulando durante annos vastos conhecimentos, e os seus primeiros trabalhos, ao apparecerem na imprensa periodica, rapidamente lhe crearam um nome distincto. Rocha Peixoto destacava se, precisamente, pela clareza da sua exposição, e pela vivacidade, que realçavam os seus artigos e os seus livros, onde sempre se notava uma lição util e agrupamentos de factos e de deducções, uma prosa brilhante, um certo colorido, que revelava no homem de sciencia uma forte personalidade artistica. O que individualisava Rocha Peixoto era a finura, a sagacidade e a perspicacia; e interpretadas por essa intelligencia as mais nebulosas syntheses ou as mais complicadas abstrações tornam-se perfeitamente nitidas e accessiveis a todas as comprehensões ainda as menos agudas. Assim, pelo seu aturado estudo, com uma base solida e uma orientação definida, Rocha Peixoto derivou das sciencias physico-naturaes para a archeologia, para a ethnologia, para tudo, finalmente, o que atravez das edades marca a linha ascendente do homem. Interessou-o, naturalmente, a lenta jornada do ser pensante por entre a obscuridade dos seculos findos até chegar ao esplendor da civilisação em que

hoje se encontra. Da anthropologia, a que durante muito tempo se entregou, passou, por uma associação de ideias absolutamente logica, para a prehistoria, e as suas obras n'este ramo scientifico são notaveis pelo cuidado da investigação, pela documentação flagrante o irreductivel, pela observação sagaz, e ainda pela potencia intellectiva e psychologica que o illustre escriptor teve de reconstituir figuras desapparecidas em epocas remotas, pelos fragmentos dispersos que da sua actividade nas religiões, na poesia, na estatuaria, nas industrias, na architectura, no commercio, restam aos contemporaneos. N'este campo foi que o trabalho de Rocha Peixoto se tornou deveras notavel. Com uma faculdade vivaz de analyse, com o conhecimento exacto dos meios em que as barbaras gerações ancestraes viveram, dos seus trajos, das suas armas, dos seus costumes, da sua vida familiar e guerreira e da sua existencia politica, economica e social, realisou excellentes resumos criticos e historicos d'essa humanidade desconhecida das sociedades actuaes. A sua obra ethnographica, a que tambem se dedicou com estudo profundo, egualmente se tornou notavel. Em Portugal estava ainda por fazer a historia das nossas industrias locaes na antiguidade, das nossas instituições juridicas, da nossa actividade artistica e commercial. Essa historia, foi-a compondo Rocha Peixoto pacientemente, n'uma serie de volumes em que separadamente se estudam as nossas olarias, as nossas rendas, os nossos azulejos, as nossas ceramicas, as nossas filigranas, a nossa ourivesaria, os nossos apetrechos do pesca, os nossos vestuarios, as nossas communidades e até os usos convencionaes entre povos serranos que o tempo transformou em leis fundamentaes enraizadas na alma das multidões. A bibliographia d'este homem de sciencia é muito consideravel. Desde o dia em que Eça de Queiroz, interessado vivamente pelas revelações do seu talento, o chamou para collaborar na *Revista de Portugal*, do Porto, que redigia, tornou-se Rocha Peixoto um trabalhador dedicadamente incansavel, exercendo tambem o cargo de secretario, na segunda phase da *Revista*, em 1892. Foi um dos fundadores, juntamente com Ricardo Severo e Wenceslau de Lima, da *Revista de Sciencias Naturaes*, de que se publicaram 5 volumes illustrados, Porto, 1890 a 1898. Foi tambem um dos fundadores da *Portugaliae*, revista verdadeiramente scientifica, de que ora o redactor em chefe, e onde deixou a parte mais valiosa da sua obra. Nos jornaes portuguezes de maior importancia encontram-se varios artigos seus, muito apreciados de vulgarisação scientifica nacional. Escreveu os seguintes livros, que se publicaram no Porto: *O Museu municipal do Porto; (Historia Natural)* 1888; *Catalogo do gabinete de mineralogia, geologia e paleontologia da Academia Polytechnica do Porto*, 1891; *Appendice ao catalogo anterior*, 1892; *Estações d'agricultura*; *Memoria presente do congresso pedagogico hispano portuguez-americano*, 1892; *Ensaio de um catalogo descriptivo do gabinete de mineralogia, geologia e paleontologia da Academia Polytechnica do Porto, I. Mineraes*, 1894; *Productos agricolas das colonias portuguezas* (Bibliotheca do «Portugal Agricola»), 1875; *A Terra Portugueza* (Chronicas scientificas) 1897; *A anthropometria no exercito*, 1897; *A Sociedade Carlos Ribeiro* (Noticia historica) 1898; *Guia do museu municipal do Porto* (de collaboração com Joaquim de Vasconcellos), 1902. Pertencem-lhe tambem as seguintes valiosas memorias de investigação original: *Notas sobre a malacologia popular*, 1889; *A tatuagem em Portugal*, com 23 illustrações em 8 planchas, 1892; *Os palheiros do littoral*, com 7 illustrações, 1889; *As olarias do Prado*, com 94 illustrações, 1900; *Uma iconographia popular em azulejos*, com 10 illustrações, 1901; *A Pedra dos Namorados*, com 1 illustração, 1903; *Do emprego ainda recente d'uma mó manual*, com 6 illustrações, 1905; *Sobrevivencia da primitiva roda d'oleiros em Portugal*, com 5 illustrações, 1905; *A Casa portugueza* (estudo publicado nos *Serões*, 2.ª serie), com 19 illustrações, 1905; *Uma ornamentação ceramica actual de caracter archaico*, com 1 illustração, 1906; *Tabulae votivae*, com 1 illustração, 1906; *O Communismo em Portugal*, (traduzido do francez); *As Filigranas*, etc. Rocha Peixoto era tambem professor da Escola Industrial Infante D. Henrique; socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, da Academia das Sciencias de Portugal, e do Instituto, de Coimbra. Fôram muito valiosos os serviços que prestou á Bibliotheca Publica e ao Museu, especialmente n'este ultimo, onde organisou e desenvolveu largamente as secções de archeologia o de epigraphia, adquirindo em explorações constantes materiaes de precioso valor para a historia da antiguidade preromana e para a historia portuguoza.

Rocha Peixoto (*Jorge da*). Autor do seguinte livro: *O ensino das linguas vivas na educação moderna*, separata do *Instituto*, de Coimbra, Coimbra, 1910.

Rocha da Pena. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Rocha Pitta (*Sebastião da*). Fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo na ordem de Christo, coronel de ordenanças dos privilegiados da Bahia, academico da Academia Real de Historia Portugueza, etc. N. na Bahia a 3 de maio de 1660, onde tambem fal. a 2 de novembro de 1738. Era filho de João Velho Gandin e de D. Brites da Rocha Pitta, filha do chanceller da Relação da Bahia, o desembargador João da Rocha Pitta. Estudou no collegio dos jesuitas da sua terra natal até tomar o grau de mestre em artes, e embarcando depois para Portugal, seguiu na Universidade de Coimbra, os cursos superiores, obtendo em 1692 a formatura de bacharel em Canones. Regressando logo depois ao Brazil, teve o posto de coronel no regimento privilegiado de infantaria das ordenanças, e casando se, foi viver para uma fazenda que possuia nas proximidades da villa da Cachoeira. N'aquelle retiro, no meio dos trabalhos agricolas e da paz da familia, entregou-se á leitura de todas as obras litterarias e scientificas da epoca, e como divertimento escreveu alguns canticos, sonetos, hymnos e eglogas, e em seguida na lingua castelhana um romance, imitação do *Palmeirim de Inglaterra*, sendo, porém, todas estas composições de pouco valor. Resolvendo depois escrever uma historia do Brazil, e calculando as difficuldades da empresa e as diligencias que seria necessario empregar para levar a cabo esse proposito, fez uma viagem pelo Brazil, em que gastou largos annos, examinou os documentos e manuscriptos que existiam nos conventos de S. Francisco, Carmo o S. Bento, que eram as

tres ordens que no Brazil se haviam fundado, visitou as livrarias dos collegios dos jesuitas da Bahia, Rio de Janeiro e S. Vicente, e vindo a Lisboa occupou se com a maior actividade em procurar e colligir elementos e subsidios para a obra que projectára. Não contente com as noticias que pôde obter nos documentos escriptos em portuguez e em castelhano, lingua que sabia perfeitamente, deu se ao estudo do francez, hollandez e italiano, para poder aproveitar os escriptos d'esses povos, e depois de grande trabalho e pacientes investigações conseguiu terminar, no fim de 1728, a *Historia da America portugueza desde o anno de 1500 do seu descobrimento até o de 1724*, a qual se publicou em Lisboa em 1730. Esta obra foi muito elogiada por todos os sabios d'esse tempo, a Academia Real de Historia fêl-a examinar por uma commissão de seus membros, approvando em seguida um parecer em que era muito louvado o escripto e o autor, que por isso recebeu o diploma de academico supranumerario, sendo tambem por D. João V nomeado fidalgo da sua Casa e cavalleiro da ordem de Christo. Rocha Pitta voltou para a Bahia, passando os ultimos annos de vida entregue aos cuidados e affectos da sua familia. Da *Historia da America*, fez-se já no seculo XIX uma nova edição, revista e annotada por J. G. Goes, ornada de 6 gravuras e um mappa, Lisboa, 1880; tambem se fez uma edição no Rio de Janeiro publicada sem data, e na Bahia em 1878. Escreveu mais: *Breve compendio e narração do funebre espectaculo, que na cidade da Bahia se viu na morte d'el-rei D Pedro II*, etc., Lisboa, 1709; *Summario da vida e morte da ex.ma senhora D Leonor Josepha de Vilhena, e das exequias que se celebraram á sua memoria na cidade da Bahia*, Lisboa 1721.

Rocha das Pombas Pov. na freg. do Santissimo Nome de Jesus, no conc. da Praia, archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental.

Rocha de Portimão (*Frederico da Paz Mendes, visconde da*) Rico proprietario em Villa Nova de Portimão, e consul de Italia n'esta villa.

Rocha Preta. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Rocha dos Soudos Sêrro na prov. do Algarve, situado a 1 k. de distancia, ao N, da freg. de N. S.ª d'Assumpção, d'Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro. Do alto d'este sêrro se goza um vasto panorama, vendo-se a cidade de Lagos, que fica a 50 k. de distancia. Serve de guia aos navegantes d'estes mares.

Rocha Velha. Pov. na freg. de S. Paulo de Frades, conc. e distr. de Coimbra.

Rochão. Ilha da Madeira e distr. do Funchal; pov. na freg. de S. Lourenço da Camacha, conc. de Santa Cruz, e outra pov. na freg. e conc. de S. Vicente.

Rochas de Azevedo (*João de*). V. *Azevedo* (*João Roxas de*).

Rochas de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Sebastião, de Almaceda, conc. e distr. de Castello Branco.

Rocheira. Pov. na freg. de Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Rochel. Pov. na freg. de S. Gens e conc. d'Arganil, distr. de Coimbra.

Roches (*Simão de Roches da Cunha Brum, barão de*). Fidalgo da Casa Real, director aposentado da alfandega d'Angra do Heroismo, proprietario nas ilhas do Faial e Pico. N. na referida cidade de Angra a 26 de dezembro de 1814. Era filho de Jorge da Cunha BrumTerra e Silveira, fidalgo da Casa Real, cavalleiro das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, capitão-mór da ilha do Faial, etc., e de sua mulher D. Ursula de Menezes Lemos e Carvalho. O titulo de barão de Roches foi concedido por decreto de 4 de fevereiro da 1871. Casou em 1860 com sua sobrinha D. Luiza Read, filha de João Read, vice-consul inglez na ilha Terceira, e de sua mulher D. Anna Whiton da Camara Brum.

Rochico. Pov. na freg. de S. Miguel, de Fermelã, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro.

Rochina. Pov. na freg de S. Vicente, de Giella, conc. de Arcos de Valle de Vez, distr de Vianna do Castello.

Rochinha Povoações nas freguezias: S. Marcos da Serra, conc. de Silves, distr de Faro. ‖ Ilha da Madeira; Bom Jesus, da Ponta Delgada, conc de S. Vicente, distr. do Funchal.

Rochio. Pov. na freg. de S. Miguel, de Coimbrão, conc. e distr. de Leiria.

Rochoso. Pov. e freg de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda; 232 fog. e 898 hab. Tem correio com serviço de posta rural, e dista 17 k. da séde do conc. Está situada a 1 k. da margem esquerda da ribeira de Noeime O cabido da sé da Guarda apresentava o vigario, que tinha 80$000 reis e o pé d'altar. Segundo a tradição. o nome da aldeia era *Richoso*, provindo d'um donatario muito demandista e turbulento, e por isso lhe chamavam *Rixoso*. Este nome conservou se até ao principio do seculo XIX, mas desde então, o povo preferiu que a sua freg. se denominasse *Rochoso*, e assim tem continuado A pov. pertence á 2.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Rocinal. Carga de um rocim ou cavallo pequeno. Nos foraes antigos se distinguem as cargas dos machos e cavallos das dos rocins e asnos, sendo a portagem dos primeiros o dobro da dos segundos. A carga rocinal e asnar (de burro) pagava a mesma portagem.

Rocio. Povoações nas freguezias: Santa Martha, de Bouro, conc. de Amares, distr. de Braga. ‖ S. Christovão de Nogueira, conc de Sinfães, distr. de Vizeu. ‖ S. Miguel, de Fontellas, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. ‖ S Christovão, de Macinhata do Vouga, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. ‖ S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Pedro, de Varzea de Abrunhaes, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. Tem correio com serviço de posta rural. ‖ Senhor Jesus, de Carvalhal, conc. d'Obidos, distr. de Leiria.

Rocio do Cão. Pov. na freg. de Santa Margarida, de Abrã, conc. e distr. de Santarem.

Rocio da Egreja. Pov. na freg. de S. Miguel, de Ribeira de Frades, conc. e distr. de Coimbra.

Rocio das Eiras. Pov. na freg. de S. Braz, de Figueira, conc. de Aviz, distr. de Portalegre.

Rocio da Gesteira. Pov. na freg. de N. S.ª

das Neves, do Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Rocio de S. João. Pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Lagos, distr. de Faro.

Rocio ao Sul do Tejo. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Abrantes, distr. de Santarem, bisp. de Portalegre; 336 fog. e 1:288 hab. Está situada em frente de Abrantes, na margem esquerda do rio Tejo, a 2 k. da séde do conc. Tem est. post. e telegr., escolas d'ambos os sexos, medicos, pharmacias, distillação de aguardente, fabricas de preparação de cortiça, hospedarias, estancias de madeiras, fabricas de moagens e de pregaria, agencias das companhias de seguros *Reformadora* e *Universal*, e de seguros de vida: *A Equitativa dos Estados Unidos do Brazil*; sociedades de recreio: *Centro Democratico Rociense*, *Grupo Dramatico Rociense*, *Sociedade 1.º de Janeiro*; fabrica de telha e tijolos, e muitos e diversos estabelecimentos commerciaes e industriaes. Esta freg. que esteve annexada á de S. João Baptista, de Abrantes, segundo diversos diplomas, entre elles, o *Diario do Governo* n.º 7, de 1900, faz parte agora da villa de Abrantes. Tambem é conhecida pela denominação de Rocio de Abrantes. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes.

Roço Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Caramos, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Christina, de Figueiró. conc. de Amarante, do mesmo distr. || Santo Isidoro, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, do mesmo distr. || S. Thiago, de Pinheiro, conc de Felgueiras, do mesmo distr. || S. Pedro, de Torrados, do mesmo conc. e districto.

Roda Moeda de conta da India. Antigamente fazia-se a contagem por *bazarucos* (V. *este nome*) e *rodas*. Assim a 3 réis equivaliam 2 *rodas*, ou 5 *bazarucos*. Uma *tanga*, que são 60 reis, equivalia a 40 *rodas* ou 100 *bazarucos*. Como moeda effectiva a *roda* era de calaim, sendo tambem designada por um real e meio. A moeda de calaim deixou de ter curso na India, com excepção de Diu.

Roda. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Purificação, de Asseiceira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Ilha da Madeira; S. Braz, de Campanario, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal. || N. S.ª d'Assumpção, de Cardigos, conc. de Mação, distr. de Santarem. || Espirito Santo, de Castello, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Santos Cosmes e Damião, de Garfe, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S Martinho, de Lanhellas, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. Julião e conc. de Mangualde, distr. de Vizeu || S. Miguel do Matto, conc. de Vouzella, do mesmo distr. || N S.ª da Conceição e conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || S. Bento, de Pedraido, conc. de Fafe, distr. de Braga || O Salvador, de Pombeiro, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || Santa Eufemia, de Prazins, conc. de Guimarães, distr. de Braga || O Salvador, de Valdreu, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || Rio na prov. do Douro, no conc. de Goes, distr. de Coimbra. Nasce nas Pedras do Lumiar, e vae desaguar na ribeira de Unhaes, a 3 k abaixo da mesma villa de Unhaes. || Ribeira do distr. de Beja, que nasce ao S de Moura, passa n'esta villa, e vae desaguar no rio de Brenhas, com 5 k. de curso.

Roda de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. João Baptista, de Sobral, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Roda do Cabeço Pov. na freg. de S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Roda Cimeira e Roda Fundeira Duas povoações na freg. de S. Matheus, de Alváres, conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Roda da Estrada. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Roda do Sal. Estabelecimento, junta ou repartição, para a venda do sal que produziam as marinhas do Sado, por preços fixos, fiscalisado por uma commissão composta pelos proprietarios e rendeiros das marinhas, e dos proprietarios dos barcos, evitando os monopolios dos carregadores, consignatarios dos outros portos do reino, e das embarcações estrangeiras. A junta da Roda do Sal de Setubal foi creada em tempo do cardeal-rei e mais tarde confirmada por D. João IV; representou n'essas epocas a grande emancipação da propriedade do jugo dos monopolistas, dos atravessadores, e dos carregadores de sal. Com a Roda não precisava o proprietario de malbaratar o seu genero, pois o venderia quando a escala o designasse e pelo preço que se tivesse fixado segundo a abundancia da colheita e as necessidades do mercado. Assim, o sal das marinhas do Sado que se exportasse em embarcações estrangeiras seria gradualmente fornecido áquellas embarcações segundo a *escala*, ou *roda*, formada pelas mesmas marinhas. Mais antigamente o commercio do sal era livre, e Setubal era decerto o primeiro mercado, quasi sem rival. Mas umas vezes era o governador da torre do Outão, á entrada da barra, que abusava da sua posição e autoridade para vexar os navios que lhe não comprassem o sal em que agiotava; outras era o juiz da alfandega, e o guarda-mór da saude, que compravam o sal por baixo preço aos proprietarios necessitados para depois o venderem aos estrangeiros por subido valor, difficultando a saida das embarcações que lh'o não comprassem; outras vezes eram os *linguas*, ou corretores, e os consules, que faziam o mesmo, monopolisando as vendas para o estrangeiro. Por alvará de 26 de setembro de 1570 D. Sebastião prohibira essas intervenções; por alvará de 11 de dezembro de 1578 o cardeal rei, para as evitar, determinou que todos os annos em camara se elegessem tres homens bons, donos de marinhas, os quaes em nome do povo fixassem o preço do sal. Ainda o alvará de 10 de setembro de 1579 suscitou esta ultima providencia. Os Filippes egualmente expediram diversos alvarás que se guardavam no livro *Matozo* do archivo municipal de Setubal. D. João IV, por resolução do conselho da fazenda de 19 de julho de 1641, deferindo ás representações dos povos de Setubal e Alcacer, approvou um regimento para a repartição do sal, baseado sobre os alvarás citados e o de 18 de novembro de 1595. Tão guerreado foi este regimento e o de 20 de abril do 1643 que só por alvará de 26 de julho de 1647 se conseguiu pôr definitivamente em execução, indo a Setubal o desembargador Antonio de Sousa do Macedo, por mandado do soberano, que fa-

zendo reunir todas as autoridades, donos de marinhas e povo, a todos perguntou em camara se queriam a repartição do sal. Todos responderam que sim, excepto o juiz da alfandega e outro individuo, aos quaes toda a assembléa rebateu suas razões. Encontrava-se este assento no livro *Mousinho* do archivo municipal de Setubal. Do mesmo livro constavam numerosos diplomas sobre o assumpto. Nas *Instrucções* de 6 de maio de 1659 se affirma que, tratando se das pazes com a Hollanda, se empregaram todos os esforços para que se conservasse a repartição do sal, e o mesmo se resolveu na paz com Castella. Em 5 de setembro de 1703 deu D. Pedro II novo regimento, o qual vigorou até 20 de novembro de 1851, tendo soffrido algumas alterações por decreto de 16 de janeiro de 1837. Na camara municipal havia então um archivo especial da Junta da Repartição do Sal, com muitos documentos por onde se poderia fazer uma larga historia da Roda do Sal. Em 1840 publicou-se uma *Memoria sobre os motivos que persuadem se conserve no estado em que se acha a carregação do sal na villa de Setubal, exportado pela Bandeira Portugueza*, e estas publicações repetiram se. Por decreto de 20 de novembro de 1851 foi autorisado um novo regulamento para a Roda do Sal de Setubal, o qual foi publicado n'esse anno, com um interessante relatorio. Porém, os consignatarios dos negociantes dos outros portos do reino, interessados em acabar com aquella instituição, allegaram o direito da liberdade do commercio e pediram a extincção da Roda do Sal. Grande foi a opposição de todos os povos interessados. Muito lucida é a *Memoria ácerca da Roda do Sal das Marinhas do Sado ou resposta á «Curta exposição da roda do sal de Setubal»*, por A. A. da Silva, datada de Setubal a 2 de junho de 1852. No fim traz uma *Synopsis da legislação (já indicada acima) que precedera a instituição da Roda do Sal de Setubal*. A *Memoria* foi suggerida por ter o ministro da fazenda, Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello, apresentado na camara dos deputados, em sessão de 28 de maio anterior, um projecto de lei para a abolição da Roda do Sal das Marinhas do Sado, tendo já antes interpretado contra ella uma clausula do tratado com os Estados Unidos. Na mesma sessão, e com identico fim, se distribuiu na referida camara a denominada *Curta exposição sobre a Roda do Sal de Setubal*, «assignada por um joven administrador d'uma casa vinculada, residente em Setubal, que possuia duas marinhas nas margens do Sado.» Embora sob o nome de *Simão Aranha*, a *Curta exposição* foi attribuida a Latino Coelho, bem como o folheto *Abaixo a Roda! resposta ao sr. Annibal Alvares da Silva*. Tambem João Carlos de Almeida Carvalho, que redigira o curioso relatorio historico do decreto de 1851, escreveu outra memoria, *A roda do sal e a liberdade do commercio*, ou considerações economicas ácêrca da industria e commercio do sal de Setubal, em resposta aos antagonistas da Roda, e mais particularmente a Latino Coelho, um dos mais fortes adversarios que pela imprensa pugnara contra aquella instituição. Os inimigos da Roda do Sal vieram por fim com uma representação a alcançar o decreto, datado de 5 de agosto de 1852, que a extinguiu. Redigira a representação contra a roda o conselheiro Abel Maria Jordão de Paiva Manso, advogado e academico distincto, mais tarde visconde de Paiva Manso. Para commemorar esta extincção mandaram os interessados cunhar em Inglaterra uma medalha de cobre V. *Setubal (Roda do Sal de).*, cuja descripção se encontra na *Memoria das Medalhas*, etc., de Lopes Fernandes, e é a seguinte:

AO MINISTRO DA FAZENDA O COMMERCIO DO SAL
—Figura de Mercurio.

No exergo o nome do gravador—JUVENEL—

Reverso:

V DE AGOSTO DE M D. C C C. L II.
TESTEMUNHO DE GRATIDÃO

No centro da medalha o nome do ministro da Fazenda.

A (NTONIO M (ARIA)
DE FONTES PEREIRA
DE MELLO

Rodâlho. Pov. na freg. de S. Thiago, de Cendufe, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Ródão. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Leça da Palmeira, conc. de Bouças, distr. do Porto. || S Pedro, de Sébal Grande, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra.

Rodarte (*João Maria*). Fidalgo da Casa Real; general de brigada reformado. N em Almeida a 31 de julho de 1831; fal. a 10 de dezembro de 1903. Era filho de José da Silva Romo Rodarte, e de D. Joanna Fraga Rodarte. Assentou praça em artilharia a 30 d'agosto de 1849, sendo promovido a 2.º tenente em 30 de junho de 1856, a 1.º em 4 de julho de 1858, a capitão em 19 de novembro de 1863, a major em 16 de setembro de 1874, a tenente-coronel em 6 de junho de 1877, a coronel em 2 de outubro de 1883, e reformando-se a 29 de março de 1893. Fazia serviço no estado maior. Foi governador da praça d'Elvas, esteve servindo na Escola Pratica de Artilharia em Vendas Novas, sendo considerado um dos melhores commandantes d'aquella escola. Foi reformado em consequencia da lei do limite de edade, que se estabeleceu. Era cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, e possuia a medalha de prata de comportamento exemplar. Casou em Lisboa com D. Laura dos Santos Rodarte.

Rodas. Povoações nas freguezias: S. Gonçalo e conc. de Amarante, distr. do Porto. || N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. da Louzã, distr. de Coimbra. || Santa Christina, de Tontosa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto

Rodeado. Povoações nas freguezias: S. Thiago e conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || N. S.ª d'Assumpção, de Vide, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Rodeal. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Villela do Tamega, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Rodeio. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cacella, conc. de Villa Real de Santo Antonio, distr. de Faro.

Rodelos. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Sarnadas de Rodão, conc. de Villa Velha de Rodam, distr. de Castello Branco.

Rodellos. Pov. na freg. de S. João Baptista,

de Rio Frio, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Rodello. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Roda. Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Rodil (*D. Antonio*). Musico, de origem hespanhola, mas que veiu estabelecer-se em Lisboa, depois de ter sido muito apreciado em Londres. Tocava flauta e oboé. Floresceu no seculo XVIII; entrou para a irmandade de Santa Cecilia em 1766, e fal. a 13 de julho de 1787. Era musico da real camara, e tocava na orchestra do theatro da Rua dos Condes, então o nosso theatro lyrico. Apresentava se tambem nos saraus tocando a solo.

Rodil (*Joaquim Pedro*). Musico, filho do precedente, e de sua mulher D. Rosalia Guerreiro. N. em Lisboa em 1777. Ficando orphão de pae e mãe, cantando já de soprano, obtiveram os seus padrinhos, que muito o protegiam, que fôsse admittido no Seminario Patriarchal, onde se matriculou em 12 de janeiro de 1788, e d'onde saiu em 12 de outubro de 1796. No dia 30 de agosto do citado anno de 1788 foi admittido na irmandade de Santa Cecilia. Joaquim Pedro Rodil era primeiro flauta na orchestra da theatro de S. Carlos em 1808, logar que occupou até 1825. Falleceu no anno de 1832.

Rodinho. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Altarellos, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Rodizio. Pov. na freg. de S. Pedro, de Rubiães, conc. de Paredes de Coura, distr de Vianna do Castello.

Rodizio. Moinho de agua. V. *Moinho*. ‖ Divisa de empresa de D. Affonso V, junto a um distico em parte ainda não explicado. V. *Divisa*.

Rodo Povoações nas freguezias: S. José, de Godim, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. ‖ S. Faustino e conc. de Peso da Regoa, do mesmo distr. ‖ Santa Maria, de Quintiães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. ‖ S. Miguel, de Villar de Murteda, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Rodolho. Povoações nas freguezias: Santa Christina, de Mentrestido, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Lourenço, de Pias, conc. de Louzada, distr do Porto.

Rodonho. Pov. na freg. de Santa Eulalia de Bésteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Rodovalho (*Fr. Antonio de Santa Ursula*). Religioso da ordem de S. Paulo. N. em Taubaté, provincia de S. Paulo, Brazil, a 1 de novembro de 1762, fal. a 2 de dezembro de 1817. Era filho de Timotheo Correia de Toledo e de D. Ursula Izabel de Mello. Professou no convento de S. Paulo, exercendo n'elle o cargo de guardião. Em 1781 foi nomeado lente, dedicando se ao ensino da philosophia. Eleito bispo de Angola a 5 d'abril de 1810, renunciou esta dignidade logo no anno seguinte, 1811. Era prégador muito apreciado, mas a maior parte dos seus sermões perdeu-se. Existem publicados os seguintes: *Oração funebre á memoria do Marquez do Lavradio, recitada na cathedral do Rio de Janeiro nas exequias que lhe consagraram os cidadãos da mesma cidade*, Lisboa, 1791; *Oração em acção de graças que pelo feliz e augusto natalicio da serenissima senhora D. Maria Thereza, princeza da Beira, recitou na cathedral do Rio de Janeiro, a 19 de novembro de 1793... a qual offerece á mesma senhora no anno de 1809*, Rio de Janeiro, 1809; *Tratado de philosophia*; *Numero, estado e occupações presentes dos religiosos sacerdotes em toda a provincia da Immaculada Conceição do Brazil, que consta de treze conventos*.

Rodovalho (*João Carlos da Silva*). Contra almirante reformado. N. em 14 de maio de 1837, fal. em 20 de fevereiro de 1906. Assentou praça em 15 de setembro do 1859, sendo promovido a aspirante de 1.ª classe em 4 de setembro de 1867, e commissario de 3.ª classe em 16 de junho de 1888, e commissario de 2.ª classe em 26 do mesmo mez e anno; a commissario de 1.ª classe em 19 de março de 1891, e a commissario inspector em 31 de março de 1892. Foi reformado em 24 de agosto de 1900. Durante muitos annos exerceu o cargo de inspector fiscal da 4.ª repartição da direcção geral da marinha, depois de longas commissões no ultramar como commissario naval. Serviu a bordo das corvetas *Sá da Bandeira*, *Estephania*, *Duque da Terceira* e *Sagres*, e da fragata *D. Fernando*. Foi encarregado do 3.º deposito de marinha e do deposito de material de guerra, chefe da 2.ª secção da inspecção naval, e da contabilidade do Arsenal. Era condecorado com a medalha de prata de comportamento exemplar, e cavalleiro da ordem de Aviz.

Rodrigo (*André*). Engenheiro que floresceu no seculo XVI. Foi encarregado por D. João III de construir a fortaleza de Tanger, mas construiu-a a seu bel prazer, sem se importar com as plantas approvadas pelo rei, o que não impediu o capitão de Tanger, em 1546, de lhe mandar fazer as plantas da cidade e das fortificações para as enviar ao rei.

Rodrigo (*Mestre*). Grande astronomo judeu, que formava com outro judeu, mestre Josef, e com o bispo de Ceuta D. Diogo Calçadilha, uma especie de conselho cosmographico, que funcionava junto de D. João II, e que governava em assumptos relativos ás nossas navegações e descobertas. Foi esta junta que deu a Pero da Covilhã e a Affonso de Paiva as instrucções que os dirigiram nas suas viagens, que recebeu e explicou as informações de Bartholomeu Dias, que rejeitou tambem as propostas de Christovão Colombo. Fôram tambem esses dois judeus que descobriram com Martim de Bebaim o modo de se applicar o astrolabio á navegação.

Rodrigo Affonso (*D.*) Filho d'el rei D. Affonso III, que passou sem deixar rasto na historia.

Rodrigo Sanches (*D.*) Filho natural d'el-rei D. Sancho I, e de D. Maria Paes da Ribeira. D. Rodrigo teve com Martim Gil de Soverosa, um dos fidalgos mais turbulentos e mais poderosos d'esse tempo, graves contendas, de que resultou uma verdadeira batalha entre os homens d'armas de um e outro, nas proximidades da villa da Feira a 7 de julho de 1245. D. Rodrigo Sanches combateu valorosamente, e mortalmente ferido, foi cair á porta do convento de Grijó, onde collocaram uma cruz de pedra para memoria, e, fallecendo ali, foi sepultado na egreja do convento.

Rodrigos. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Rodrigues Tanto em Portugal como em Hespanha, é patronimico do nome proprio de *Rodrigo*, se bem que em Portugal tem armas proprias,

sendo considerado appellido. Essas fôram concedidas a Martim Rodrigues, mas não foi ainda possivel encontrar-se a ascendencia d'este fidalgo, nem o motivo da referida mercê. Todavia não póde restar duvida de que se trata d'um patronimico, e tanto assim que não podendo por essa razão a ascendencia de todos os *Rodrigues* deduzir-se d'um mesmo tronco ou avoengo, juntaram sempre ao alludido patrominico um appellido ou o nome do solar, terra, etc., para assim se poderem distinguir uns dos outros e conhecer, portanto, a respectiva origem E n'estes termos citaremos, por exemplo, os *Rodrigues de Salamanca* (ou de las Varillas) e os *Rodrigues de Valdoleiros* (ou Valle de Oleiros), e citaremos tambem, fóra d'estes termos, os *Rodrigues*, do citado Martim Rodrigues, e bem assim os de Antonio Rodrigues, que, certamente, por terem armas proprias, entenderam que deviam converter o patronimico em appellido. Temos pois: de *Antonio Rodrigues*: Escudo partido em pala, tendo na primeira, em campo negro, meia aguia de ouro estendida, e na segunda, em campo de prata, uma faxa de vermelho entre duas pombas de púrpura voando. São estas as armas do bacharel Antonio Rodrigues, que pertenceu ao pessoal da casa do rei e exerceu o cargo de *rei-d'armas—Portugal* nos reinados de D. Manuel e de D JoãoIII.—*Martim Rodrigues:* não se sabe quem foi, mas decerto houve alguma razão de importancia, para lhe serem concedidas armas proprias, as quaes são: Em campo de ouro cinco flôres de liz de vermelho, postas em aspa, chefe tambem de vermelho, com uma cruz de ouro florida e vasia do campo; timbro um leão de ouro nascente, com uma das flores na espadua.—*Rodrigues de Valdoleiros*: Descendem do mesmo tronco dos Menezes, com varonia real, isto é, de D. Diogo Rodrigues, duque de Asturias, e de sua mulher a infanta D. Ximena, filha d'el rei D. Affonso V de Leão. Continuaram o mesmo patronimico do referido duque, e chamaram-se de *Valdoleiros*, como se vê da *Chronica da Conceição de Portugal,* tomo II, fol. 230, por terem estabelecido o seu solar em Val de Oleiros, logar que fica junto a Lamego. A torre d'este illustre solar acabou de desmoronar se em fins de 1700 ou pouco depois; hoje só existem ali os seus vestigios e uma pequena capella sob a invocação de S. João Baptista de Valle de Oleiros. As armas d'estes Rodrigues (mais antigas que as já descriptas e conforme se achavam gravadas n'um copo de prata que, em 1786 ainda existia na casa dos condes de Tarouca), são o escudo partido em tres palas e estas cortadas em faxa, ficando assim o escudo com seis divisões principaes: na 1.ª e 6.ª, em campo de ouro, dois lobos vermelhos e passantes: na 3.ª e 4.ª, em campo azul, tres faxas de ouro e sobre cada faxa uma flôr de liz vermelha, postas em banda; na 2.ª, cortada em faxa, tendo na de cima, em campo vermelho, dois cardos verdes com alcachofras floridas de prata, raizes e perfis de ouro, entre dois leões batalhantes e tambem de ouro, e na de baixo, em campo vermelho, seis bezantes de ouro entre uma cruz doble e uma bordadura tambem de ouro; na 5.ª, esquartelada, tendo no primeiro quartel, em campo de ouro, cinco raios, postos em aspa, no segundo quartel, em campo de prata, seis arruelas de azul em duas palas, e assim os contrarios; finalmente, ao centro um pequeno escudete em campo de ouro, com um annel do mesmo metal, perfilado de vermelho e com um rubi; timbre uma donzella nascente, vestida de brocado, cabellos soltos e com o escudete na mão direita.—*Rodrigues de Salamanca*: São os *de las Varillas*, mas em Portugal são mais conhecidos por *de Salamanca.* Procedem do illustre conde D. Vela, primeiro povoador de Salamanca e filho d'el-rei D. Ramiro I de Aragão. Foi seu filho, além d'outros, D. Rodrigues Gomes, que em 1137 ainda era vivo e cujos descendentes tomaram, em sua memoria, o patronimico Rodrigues, e, como nas suas armas estavam as varillas ou bastões dos reis de Aragão, appellidaram se *Rodrigues de las Varillas.* D'elles passou a Portugal Diogo Rodrigues de las Varillas no reinado de Filippe II, e fixou residencia em Lamego onde teve filhos, sendo um d'elles Jorge Gomes Lamego que passou a viver em Lisboa, onde casou, e foi pae de outro Diogo Rodrigues do las Varillas que tirou em Castella carta do seu brazão em 30 de março do 1627, e lhe fôram registadas em Portugal, por mercê de Filippe IV, em 26 de março de 1629. São as seguintes: Em campo de ouro quatro bastões de vermelho, postos em pala, e por orla em campo azul oito cruzes de Jerusalem; timbre (para os que passaram a Portugal) quatro pennachos, sendo os dois do meio azues e os outros vermelhos, e sobre elles uma cruz de prata como as de Jerusalem.

Rodrigues *(Adolpho de Sousa).* Pintor já fallecido. N. no Funchal em 1867. Revelando desde muito novo uma tendencia extraordinaria para o estudo das bellas artes, a junta geral do districto do Funchal resolveu subsidial o para vir a Lisboa frequentar o curso geral da Academia de Bellas Artes. O curso de pintura historica, especialidade que estudou com José Ferreira Chaves e a que se dedicuo, foi aperfeiçoal-a em Paris, em 1896, com Jean Paul Laurens e Benjamin Constant, a expensas do ministerio do reino. No curso geral da Academia obtevo sempre classificações elevadas e no curso especial de pintura historica ganhou no 3.º anno, com o seu quadro *Hero e Leandro,* a medalha de prata o premio pecuniario. Alcançou tambem no 2.º anno o premio *Annunciação.* Na 3.ª exposição do Gremio Artistico, em 1895, expôz o já mencionado quadro *Hero e Leandro*, ganhou com elle a 3.ª medalha; n'essa mesma exposição ainda expôz o quadro *Esperando o peixe* Concorreu a outras exposições em Lisboa e Porto, e collaborou por muitas vezes nos jornaes artisticos das duas cidades. Tambem expoz na Exposição Universal de Paris em 1900. Os seus trabalhos, que mereceram especial menção e louvor dos criticos de arte, são entre outros: *Hero e Leandro, Tentação de Christo, Bom samaritano, Esperando o peixe,* e *Castanheira,* sendo este ultimo adquirido pelo rei D. Carlos. Adolpho Rodrigues fez o retrato do par do reino Agostinho d'Ornellas, que é um trabalho de grande valor, e de outros cavalheiros.

Rodrigues *(Affonso).* Moedeiro de Gôa, no seculo XVI. Era fundidor da casa da Moeda d'aquella cidade. Em 1587, por contrato, ou auto, de 17 de fevereiro, foi-lhe adjudicada uma importante cunhagem de *bazarucos.* O contrato foi por 6 tangas cada quintal de cobre, sendo á sua custa as quebras e fornecimento dos materiaes. De cada quintal se faziam 9:600 bazarucos. (Accordãos da

camara de Gôa e provisão do vice-rei, D. Duarte de Menezes).

Rodrigues (*Agostinho*). Mestre canteiro das obras do paço da Ribeira, fallecido em 1653. Parece que foi artista de valor na sua especialidade.

Rodrigues (*Antonia*). Heroina, que occultando por alguns annos o seu verdadeiro sexo, adquiriu uma certa notoriedade, merecendo por isso que o seu nome figurasse no *Theatro heroico* publicado no seculo XVIII. N. em Aveiro a 31 de março de 1580, sendo filha de Simão Rodrigues, homem do mar, e de Leonor Dias. Como eram poucos os meios da casa, a mãe resolveu mandar Antonia para Lisboa, onde vivia uma outra sua filha casada, mas foi tão pouco amavel o trato que Antonia Rodrigues encontrou em casa da irmã, que dentro de pouco tempo resolveu deixar a companhia d'ella, e comprando um trajo de homem e cortando os cabellos, apresentou se ao capitão d'um navio que estava prompto a sair para Mazagão. Admittida a bordo como grumete, com o nome de Antonio Rodrigues, chegou áquella nossa praça africana, sendo, porém, ali chamad a depôr como testemunha contra o capitão da caravéla que era accusado de roubo, decidiu não voltar a Portugal no navio em que fôra embarcada, e alistou se como soldado n'um regimento de infantaria. Logo que entrou nas fileiras do exercito, dedicou-se com ardor a todos os exercicios que podiam desenvolver lhe as forças physicas e desejando entrar em combate com os moiros pediu e obteve passagem para a cavallaria, realisando assim a sua vontade de tomar parte na lucta quotidiana que então os moiros travavam com os inimigos da fé. Entretanto, diz o autor do *Theatro heroico*, algumas damas de Mazagão, enlevadas pela valentia e pela formosura do bravo soldado, disputavam entre si a honra de o terem por marido, de modo que Antonia Rodrigues julgou cortar a questão pela raiz declarando o seu verdadeiro sexo. Causou o facto grande espanto, mas por fim a ousada rapariga viu-se livre das noivas que a pretendiam, e achou um cavalleiro que lhe deu a mão de esposo e a trouxe para o reino. Filippe III que então governava em Portugal, deu lhe 200 cruzados para ajuda da despeza da viagem, uma tença de 10$000 reis e uma fanga de farinha por mez, e passados tempos deu o logar moço da camara a um filho d'esta destemida mulher.

Rodrigues (*Antonio*). Cavalleiro fidalgo e architecto do seculo XVI. Em 1565, por morte de Miguel Arruda, foi nomeado mestre das obras reaes. Fal. em 1572, indo substituil o Filippe Terzo.

Rodrigues (*P. Antonio*). Jesuita. N. em 1516. fal no Rio de Janeiro em 20 de janeiro de 1568 Foi militar, assentando praça n'uma armada castelhana, passou ao Rio da Prata, mas em 1553, influido pelas doutrinas prégadas pelo P. Manuel da Nobrega, resolveu professar na Companhia de Jesus. Dedicando-se então ás missões, entrou pela serra de Piratininga, e converteu ao Christianismo um grande numero de indios, adquirindo entre elles grande prestigio. Ao P. Antonio Rodrigues se deve a construcção de todas as aldeias, desde Camamú, 98 leguas da banda do sul da cidade da Bahia, até quasi ao Rio Real, 40 leguas d'ella para o norte. Voltando da Bahia para o Rio de Janeiro, em companhia do governador Mendo de Sá, em 1567, continuou no mesmo fervor de missionario, e indo visitar o collegio d'essa cidade, ali falleceu. Escreveu: *Duas cartas das suas missões ao provincial da Bahia, e outras aos padres da provincia de Portugal*, que fôram traduzidas em italiano, e publicadas em Veneza, 1562; *Quatro cartas escriptas ao P. Manuel da Nobrega*, impressas, juntamente com outras, tambem em italiano, em Veneza, 1559; *Carta escripta da Bahia ao P. Geral em 10 de setembro de 1559.*

Rodrigues (*Antonio Fernandes*). Artista notavel em muitos ramos. N. em Marianna, no Brazil; fal em Belem a 17 de maio de 1801, quasi octogenario. Era filho de pae portuguez e d'uma preta Mostrando talento, o pae o mandou para o Rio de Janeiro, onde estudou com um tio jesuita, o P. José Gomes Baptista, grammatica latina, e com João Gomes Baptista, abridor de cunhos, desenho e arte de modelar. Em 1758 veiu para Lisboa o joven mulato, que depois foi a Roma como pensionista do Estado, sendo apenas mais dois estudantes portuguezes que então frequentavam os *ateliers* de Roma: Joaquim Carneiro da Silva e Felix José da Rocha. Quando em 1760, em virtude do rompimento com a côrte de Roma, o marquez de Pombal deu ordem a todos os portuguezes residentes n'aquella cidade, saissem immediatamente, trabalhava Antonio Fernandes Rodrigues no *atelier* do esculptor Filippe de la Valle, e foi com os seus collegas para Florença, onde se demoraram dois annos, aprendendo Antonio Fernandes Rodrigues desenho de figura e de architectura, até que vindo para Lisboa, em 1762, deu largas ás suas multiplas aptidões, fazendo como architecto o risco da egreja de S. Vicente da cidade da Guarda, como desenhador uma estampa em honra e elogio do marquez de Pombal, que foi gravada em França por Stephano Tassard. Fundando Pina Manique, em 1781, a aula de desenho na Casa Pia, nomeou para seu professor Antonio Fernandes Rodrigues. A aula abriu-se a 23 d'abril de 1781, e Fernandes Rodrigues regeu-a durante 20 annos, até á data do fallecimento.

Rodrigues (*Antonio Joaquim*). Tenente-coronel do corpo de engenheiros, fallecido em Lisboa no mez de junho de 1818. Era um distincto mathematico, discipulo e amigo do professor José Anastasio da Cunha. Seguindo a carreira militar, chegou ao posto de tenente-coronel, mas, encarregado de acompanhar em varias missões diplomaticas D. José Luiz de Sousa Botelho, depois conde de Villa Real, viajou algum tempo em França, Inglaterra, etc. Tendo visto na *Revista de Edimburgo* uma censura aos *Principios mathematicos* do seu amigo e mestre, saiu logo em sua defeza, publicando no *Investigador portuguez*, de 1813, n.º XXV, de pag. 21 a 45, um artigo intitulado: *Reflexões em defeza dos «Principios Mathematicos» do dr. José Anastasio da Cunha, censurados na «Revista de Edimburgo» em novembro de 1812.* Deixou manuscripta uma *Historia da pintura*, cujo autographo dizem existir na *Bibliotheca Nacional de Lisboa*. Anastacio Joaquim Rodrigues foi lente da Academia Real de Fortificação, e em 1814 foi eleito socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e na primeira sessão publica, que se effeituou a 20 de janeiro de 1798, leu a descripção de um novo longimetro ou instru-

mento proprio para medir distancias inacessiveis, independentemente de calculo algum trigonometrico ou arithmetico.

Rodrigues *(Antonio Maria Bettencourt)*. Medico alienista, doutorado na faculdade de Medicina de Paris, etc. N. em Cabo Verde a 6 de março de 1854, sendo filho do juiz da Relação de Loanda, o bacharel José Julio Rodrigues. Entregou se apaixonadamente ao estudo das sciencias, de que se tornou um dos mais illustres ornamentos, assim como seu irmão mais velho José Julio Rodrigues *(V. este nome)*. Estudou na Escola Medica de Paris, doutorando-se em 1886, depois d'um curso brilhante de tres annos (1883-1884-1885), sendo considerado um dos estudantes mais laureados do seu tempo. N'esse mesmo anno publicou em Paris a sua these sobre *L'état des reflexes dans la paralysie générale des aliénés; thése de doctorat.* Para exercicios praticos, foi durante o anno de 1882 estudante externo do professor Charcot, medico do hospital da Salpêtrière, e professor de clinica das doenças do systema nervoso; sendo depois, em 1883, ajudante do serviço electrotherapico do mesmo professor no referido hospital. Com a data de 1 de julho de 1883, passou-lhe o dr. Charcot um certificado muito honroso. N'outro certificado, passado pelo dr. Benjamim Ball em 20 de março de 1886, tambem muito honroso, diz aquelle distincto professor, que o dr. Bettencourt Rodrigues exercera durante o anno de 1884, sob a sua direcção, na clinica das doenças mentaes da Faculdade de medicina de Paris, as funcções de interno em medicina; que seguira o seu curso durante tres annos consecutivos, com zelo e assiduidade, e possuia agora todas as qualidades precisas para dirigir um asylo publico de alienados. Veiu para Portugal depois de concluir os seus estudos em Paris, e na Universidade de Coimbra fez os exames para se habilitar a exercer a profissão medica em Portugal. Vindo para Lisboa, começou logo a evidenciar-se no tratamento das doenças mentaes e epilepticas, especialidade a que principalmente se dedicou. No hospital de Rilhafolles, por sua iniciativa abriu um curso livre de nevropathologia e psychiatria, tornando-se muito notaveis as suas lições, a que assistiam muitos medicos e estudantes de medicina. Tambem fôram notaveis as suas conferencias realisadas na Sociedade das Sciencias Medicas e na Escola Polytechnica de Lisboa. Apresentou-se no concurso que se fez em 1888 para o logar de medico extraordinario do hospital de S. José, em que ficou classificado em primeiro logar, mas parece que não chegou a tomar posse d'esse logar. Em 1889 foi nomeado delegado da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa ao Congresso Internacional de Medicina Mental de Paris, onde apresentou uma communicação sobre a importancia das auto intoxicações para a explosão da loucura. No Congresso Internacional de Medicina Legal de New-York, do mesmo anno, foi eleito vice presidente do Congresso. Em 1892 era director da Casa de Saude Lisbonense estabelecida em Entre Muros, e n'esse anno resolveu partir para o Brazil, no mez de setembro, para onde tambem partira seu irmão, no principio do mez d'agosto, ambos decididos a ir ali exercer a clinica. O dr. Bettencourt Rodrigues foi estabelecer-se na cidade de S. Paulo. O distincto alienista é socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa e socio da Sociedade das Sciencias Medicas da mesma cidade; membro da Société Medico-psychologique de Paris, da Medico Legal Society de New York, socio honorario da Association des Internes en Médecine des asyles d'allienés du département de la Seine, socio correspondente do State Committe on Lunacy of Pensylvania (Estados Unidos) e official da Academia de França. Bibliographia: *Do magnetismo animal: Letargia; Catalepsia; Sonambulismo*, publicado nas chronicas scientificas do *Seculo*, em 1881; *De l'tat des reflexes chez les paralytiques généraux*; no *Encéphale, journal des maladies mentales et nerveuses du Professeur Ball e du Docteur Luys*, Paris, 1885; *Accidentes hystericos; mutismo; hemianesthesia e hemiparesia, determinadas pelo choque do raio;* no *Archivo Ophtalmotherapico de Lisboa*; *Lição de abertura do curso livre de nevropathologia e de psychiatria, professado no hospital de alienados de Rilhafolles;* na *Revista de nevrologia e psychiatria*, 1888; *De l'influence des phénomènes d'auto intoxication et de la dilatation de l'estomac dans les formes dépressives et mélancoliques, memoire présenté au congrés international de médecine mentale, tenu à Paris du 5 au 10 août 1889, comptes rendus du Congrés*; *Revista de Nevrologia e Psychiatria*; jornal trimensal, de que foi redactor e proprietario, 1888 e 1889; foi o primeiro e unico jornal de molestias mentaes e nervosas, que se tem publicado em Portugal. São numerosos os seus artigos e communicações scientificas que se inseriram na *Medicina contemporanea* e no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas*. Os escriptos scientificos do dr. Bettencourt Rodrigues teem sido citados muitas vezes por escriptores estrangeiros.

Antonio Maria Bettencourt Rodrigues

Rodrigues *(Antonio Patricio Pinto)*. Escriptor

e editor activo e industrioso. Era natural de Hespanha, vindo para Lisboa no principio do seculo xix, e aqui viveu até á data do seu fallecimento, no anno de 1844, pouco mais ou menos. Tinha grande habilidade para as artes e para as letras, até para a poesia, como se vê pelo que imprimiu. Em 1880 publicou com o nome de *Antonio Patricio*, uma *Ode ao augustissimo e poderosissimo rei de Hespanha o senhor D Fernando VII*. N'esse mesmo anno publicou uma *Relação historica dos principaes successos acontecidos no reino de Portugal desde a infausta entrada dos francezes n'este reino até á restauração do seu legitimo governo* e *Chalaça de Napoleão ou protecção universal offereeida aos apaixonados dos francezes*; ambos es tes opusculos vinham firmados com as iniciaes *A. P.* Como se vê, Antonio Patricio procurava a actualidade e acompanhava a corrente da opinião publica. Antes, porém, da publicação d'estes opusculos, emprehendera, ao que parece, uma publicação de mais vulto, porque, Innocencio da Silva, no vol. VI do *Diccionario Bibliographico*, suppõe que nos annos de 1801 ou 1803 se deve referir a publicação da *Minerva Lusitana ou rapsodia periodica de litteratura, sciencias e artes*. Esta publicação foi encetada sob a sua direcção, e destinava-se, como consta do seu prospecto: «a annunciar todas as descobertas e melhoramentos feitos assim nas sciencias abstractas como nas physicas, comprehendendo as memorias e noticias que se pudessem adquirir, tanto das academias e sociedades nacionaes, como das estrangeiras.» etc. Devia tambem incluir escriptos relativos á economia politica, agricultura e commercio, analyses, extractos e juizos criticos das obras que d'estes assumptos se imprimissem, dentro e fóra de Portugal, poesias, discursos, contos e novellas moraes, e finalmente estampas coloridas das modas de Inglaterra e França O prospecto era attrahente para aquelle tempo, mas Antonio Patricio, que parece ter sido uma das primeiras pessoas que em Portugal se occuparam da tachigraphia, encheu logo os dois primeiros numeros com um escripto seu intitulado *Systema universal e completo de tachygraphia, ou Methodo abreveado de escrever*, o que fez aborrecer deveras os leitores da *Minerva Lusitana*, que só publicou mais um numero, terminando com elle a publicação. Mais tarde, não sabemos em que anno, porque a obra não tem data, começou Antonio Patricio em Lisboa a publicar um *Diccionario Geographico ou noticia historica de todas as cidades, villas, ribeiras, serras e portos de mar dos reinos de Portugal e Algarve*. Esta obra abrangeu 10 tomos, mas parou na letra *C*, porque tambem ali parava a parte impressa do *Diccionario* do padre Cardoso, do que o novo *Diccionario* era quasi uma reproducção. Antonio Patricio, que era um pouco artista, fez uns frontispicios abertos em chapa, para evitar que os impressores tirassem mais exemplares do que os ajustados. Em 1804 ou 1805, começou a apparecer uma collecção por elle emprehendida, de retratos gravados em folha grande, alguns por João Cardim, outros não se sabe por quem, tendo ao fundo da pagina um brevissimo resumo biographico do retratado. Esta publicação fez se em diversas officinas, saindo o ultimo retrato em 1825, na impressão de Alcobia. O titulo da obra era: *Retratos dos grandes homens da nação portugueza em estampas gravadas a buril, com Epitomes das suas vidas*. Antonio Patricio dedicára-se completamente á vida de editor, e em 1829 publicou uma *Collecção de estampas que representam a historia portugueza*; são 12 estampas lithographadas, desenhadas por Sendim (algumas sem o seu nome), e estampadas na officina do editor Antonio Patricio. Estas estampas eram acompanhadas d'um texto explicativo. Em 1839 publicou: *Factos memoraveis relativos á administração do grande marquez de Pombal, representados em estampas*, etc. N'esse anno começou a publicar uma *Collecção de Memorias relativas ás façanhas dos portuguezes na India*, que chegou até 1841.

Rodrigues *(Arthur Alberto Falcão)*. Coronel d'artilharia, engenheiro chefe da secção de obras publicas do corpo de engenharia civil. N. em 6 d'agosto de 1848, assentou praça em 31 de outubro de 1866, sendo promovido a alferes em 15 de dezembro de 1873, a tenente em 9 de fevereiro de 1876, a capitão a 16 de fevereiro de 1881, a major em 30 de junho de 1893, a tenente coronel em 28 de dezembro de 1899, e a coronel em 5 de junho de 1905. Serviu por muitos annos no ministerio das obras publicas, e dirigiu a 1.ª direcção de obras publicas do districto de Lisboa. Era commendador e official da ordem de S. Bento d'Aviz, e recebeu o titulo de conselho por despacho de 24 de dezembro de 1903.

Rodrigues *(Bartholomeu)*. Architecto do seculo xvi. Dirigiu as obras do palacio dos Estaus, quando foi adaptado a palacio da Inquisição. Parece que foi elle quem concluiu as obras, pois que o conde A. Raczynski, no seu *Diccionario*, pag. 249, diz que se conserva uma ordem de Bartholomeu de Paiva dirigida a Affonso Monteiro, almoxarife das obras reaes na Casa da India, pela qual o encarrega, da parte do rei, de dar a Bartholomeu Rodrigues toda a madeira que lhe fôsse necessaria para acabar o palacio da Inquisição.

Rodrigues (*Bartholomeu)*. Pintor do seculo xvi, sobrinho do pintor Francisco Henriques. Era pintor do cardeal D. Henrique, e morava na freguezia de Santa Justa. Na qualidade de perito da Inquisição, foi encarregado em 1540 de dar o seu parecer ácêrca das obras de seu tio. O conde A. Raczynski julga ser este o mesmo pintor que apparece citado com o nome *Christovão Rodrigues*, tambem sobrinho de Francisco Henriques.

Rodrigues (*Bento*). Cirurgião do hospital de Todos os Santos, admittido pela mesa para ajudante do banco e enfermarias dos feridos, em 6 de outubro de 1694.

Rodrigues *(Bento)* Sangrador no hospital de Todos os Santos, admittido pela mesa em 23 de novembro de 1719.

Rodrigues (*P. Bento)*. Jesuita. N. em Olivença, que então pertencia a Portugal, e entrou na Companhia de Jesus, no collegio de Evora, a 3 d'abril de 1644. Foi lente de Philosophia no collegio de Lisboa e de Theologia moral e escolastica na Universidade de Evora, onde recebeu o grau de doutor. Teve o cargo de cancellário da mesma Universidade, do reitor do collegio de Santarem, e era prégador muito apreciado. Fal. em Santarem, a 10 de outubro de 1685. Escreveu: *Oração funebre em as exequias do muito reverendo padre Fr. Bento Madeira, religioso do Carmo*,

que se celebraram no seu convento de Evora, Lisboa, 1691.

Rodrigues *(Bernardo)*. Escriptor. Era natural de Arzilla, sendo filho do mestro Antonio, que foi physico mór da mesma cidade. Escreveu a seguinte obra: *Tratado memorial das cousas que passaram em Africa do anno de 1508 para cá, especialmente das cousas que aconteceram em Arzilla, feito por um homem africano, desejoso de se não perder a fama dos nobres feitos e acontecimentos que na villa se fizeram pelos nobres capitães, fidalgos, cavalleiros, almocadens, e em alguns outros logares da Africa*; escripto em 1561. Lê se no *Diccionario Bibliographico*, vol. I, pag. 383. «O modo como Barbosa fala d'esta obra, dizendo que seu irmão D. José Barbosa conservava na sua livraria *um exemplar d'ella em letra gothica*, deixará alguem em duvida de que a mesma obra se imprimira; aliás é notavol descuido chamar *letra gothica* a letra de mão do fim do seculo XVI. Esse *exemplar* de D. José Barbosa, quer impresso, quer manuscripto, deveria ter passado para a Bibliotheca Nacional com os mais livros cedidos pelos padres theatinos; porém não tive ainda occasião de verificar se elle ainda existe. O que sei de facto proprio é, quo na livraria de Jesus, no gabinete 5.º, existe da referida obra uma copia de letra coeva, ou quasi, assás intelligivel, formando um codice in folio, com 414 folhas numeradas só no recto, e encadernado em capa de pergaminho. Traz uma advertencia preliminar datada em 6 de maio de 1799, escripta e assignada por Fr. Gregorio José Viegas, em que este affirma ser o manuscripto de que se trata copia da obra de Bernardo Rodrigues, citada por Barbosa. Os successos ahi conteudos ainda não avançam além do anno de 1529, mas a historia devia proseguir, segundo o autor promette em alguns logares da parte existente N'esta copia o titulo é: *Successos d'Arzilla no tempo d'el rei D. Manuel, escriptos por um curioso, que se achou em muitos d'estes feitos*. O manuscripto pertence á importante doação de livros, que o Bispo Conaculo fez á livraria d'aquella casa nos ultimos annos do seculo passado (seculo XVIII).» Consta que na Misericordia de Lisboa existe um exemplar manuscripto, annotado por Fr. Luiz de Sousa, a quem fôra emprestado por D Luiz Lobo da Silveira. Existem copias na Bibliotheca da Academia Real das Sciencias de Lisboa, na Bibliotheca Nacional de Lisboa, e na Bibliotheca Publica do Porto.

Rodrigues (*Caetano José*) Medico do hospital de S. José, nomeado em 1769, aposentado em 1801. Falleceu em 7 d'agosto de 1806.

Rodrigues *(Cesar Augusto de Campos)*. Vice-almirante, director do Observatorio Astronomico de Lisboa, socio effectivo da Academia Real das Sciencias, distincto astrónomo, grande official, commendador e cavalleiro da ordem de S. Bento d'Aviz, etc. N. em 9 de agosto de 1836, assentou praça em 29 de agosto de 1851, sendo promovido a aspirante de 2.ª classe em 21 de julho de 1853, e a de 1.ª classe a 30 do mesmo mez e anno; passou a guarda marinha em 4 de outubro de 1856, a 2.º tenente em 22 de dezembro de 1858, a 1.º em 13 d'outubro de 1869, a capitão tenente em 14 de junho de 1878, a capitão de fragata em 8 de julho de 1886, a capitão de mar e guerra em 27 de fevereiro de 1890, e a vice-almirante em 13 d'agosto de 1902, reformando-se a 19 d'agosto de 1907. Foi alumno do Collegio Militar e fez depois parte da companhia de guardas-marinhas em 1851; em seguida a varias viagens de instrucção de official, foi a bordo do brigue *Mondego*, n'esse navio que se tornou tão celebre, tristemente, nos annaes da marinha portugueza, com o seu tragico naufragio. Experimentou bem a rudeza do antigo viver dos navios de guerra, á véla. O brigue foi theatro das mais emocionantes scenas; houve as epidemias, o mau tempo, a arribada, o abalroamento, uma longa viagem de 160 dias, pelo Cabo da Boa Esperança, a Macau. Quatro longos annos durou a estação do brigue no Oriente, percorrendo este navio todos os portos da China. O sr. Campos Rodrigues assistiu ao bombardeamento de Cantão, de bordo d'uma lancha armada em guerra, que commandava; teve depois acção muito activa no aprisionamento dos temidos piratas do celebre Alen-Kai, irmão do afamado Apac, arriscando temerariamente a vida. Foi realmente, durante a estação da China que se começaram a patentear as extraordinarias qualidades de homem de sciencia e de investigador judicioso, que tanto o teem distinguido. O celebre Maury tinha dirigido uma circular aos meteorologistas do mundo civilisado, e pedido aos navegantes, que a bordo de todos os navios se fôsse constantemente registando as observações, em conformidade com o modelo dado nas importantes *Cartas meteorologicas*, que publicou. A bordo do brigue *Mondego* fôram José Castilho e Campos Rodrigues os encarregados d'essas observações, que pontualmente realisaram durante toda a viagem o estação E remettidos que fôram os resultados a Maury, por intermedio do director do Observatorio *Infante D. Luiz*, accusava elle a recepção, dizendo: «O diario nautico do brigue *Mondego* é uma peça preciosa, está admiravelmente desempenhado e dá-lhe grande credito. Collocaste Portugal na fileira mais avançada da nobre causa. No regresso á patria de tão longa estação, e n'esses dias de agonia do brigue *Mondego* e quando se ia afundando, revelou o sr. Campos Rodrigues os seus raros dotes de espirito calmo e lucido, do seu caracter altruista. Emquanto o panico se alastrava a bordo, estudava e construia uma jangada, que, infelizmente, não chegou a servir. Depois, quando tudo se ia já perder, deu se ao arduo e arriscado trabalho de salvar vidas, na unica embarcação que escapára ao naufragio: 66 pessoas estavam salvas a bordo da barca americana que providencialmente appareceu; mas 44 tinham de ficar sepultadas nas aguas que devoraram o brigue, o sr. Campos Rodrigues só por ordem muito expressa do commandante é que não foi victima, pois que generosamente se aventurava a submergir-se com a ultima embarcação que as serras do mar não tinham ainda tragado. Chegando a Portugal, fez o curso de engenheiro hydrographico, com notavel distincção. Completado o curso, entregou-se a trabalhos applicados de hydrographia, fazendo então parte do pessoal da antiga commissão geodesica. Em 1865, estabelecendo-se em Portugal o observatorio astronómico, que pelo local se passou a chamar vulgarmente o *Observatorio da Tapada d'Ajuda*, foi o sr. Campos Rodrigues investido do cargo de adjunto do astronomo Oom, passando depois ao logar de director. Sobre este assumpto, escrevia

em 1902 um dos seus biographos: «Tudo quanto ha no Observatorio da Tapada reflecte brilhantemente o traço da sua luminosa intelligencia e do seu persistente labor, desde o proprio edificio até o mais modesto apparelho. Não ha instrumento que não tenha, logo desde a montagem, começado a sentir o benefico influxo do notavel astronomo portuguez; e os processos de observação simplificam-se como por encanto, os calculos são reduzidos maravilhosamente, aperfeiçoam-se notavelmente os resultados, como em parte alguma, podemos orgulhosamente dizel-o. Os astrónomos mais eminentes que teem visitado o nosso Observatorio Astronómico de Lisboa, sáem extasiados, e mais de um tem ido pôr, em pratica nos seus paizes, o que admirou aqui. Seria extensissimo o rol de melhoramentos e até de perfeitas invenções com que o sr. Campos Rodrigues tem honrado o nome portuguez; não o podemos dar em tão breve noticia, mas referir nos-hemos ao acaso, ao sabor da memoria. Além de estudos que abrangem todos os grandes problemas da astronomia, veem nos á memoria o seu bello chronographo de tinteiro simples, os seus diagramas feitos, muitos, ainda antes da moderna exploração da monographia. O balão da hora official, construido sob as suas indicações, é, de todos, o que cáe com maior precisão; e ainda sob as suas indicações foi estabelecido o serviço da hora em S. Miguel, um dos muitos sonhos, agora realisado, do nosso prestimoso compatriota ilheu, o sr. major Chaves O seu examinador de parafusos micrometricos, feito por suas proprias mãos, e depois de profundas locubrações, é de um valor incalculavel. As observações que tem feito e aquellas que tem dirigido, são de uma notavel precisão, baseadas sobre os seus bellos processos de attenuar os erros da chamada *equação pessoal.*» Em 1904 a Academia das Sciencias do Paris, n'uma das suas sessões semanaes proclamou os premios concedidos e os nomes dos premiados, escolhidos pelas commissões especiaes d'aquella alta aggremiação, segundo as provas publicas dos seus méritos Na secção astronomica encontravam-se dois premiados. Com o premio *Lalande* o sr. Burnham, astronomo do Observatorio Verkes em Chicago, e com o premio *Valz* o sr. vice almirante Campos Rodrigues, director do Observatorio de Lisboa Esta distincção honrosissima é uma prova incontestavel da elevada consideração que tanto nacionaes como estrangeiros, dispensam ao notavel mathematico e o primeiro dos nossos astrónomos.

Rodrigues (*Damião*). Homem que, na companhia de João Machado, matou um homem no Rocio de Lisboa. Estiveram ambos presos muito tempo na cadeia do Limoeiro, sendo depois condemnados a degredo. Partindo para a descoberta da India a esquadra de Vasco da Gama, fôram ambos enviados nos navios, como era costume então, para se lhes confiarem as expedições perigosas, e para se deixarem nas terras que se fôssem descobrindo, e onde quem ficasse, corria grave perigo, pelo menos de nunca mais voltar á patria. Damião Rodrigues foi como marinheiro da nau *S. Gabriel.* Ao passarem por Moçambique, Vasco da Gama deixou em terra um dos seus degredados João Machado, e Damião Rodrigues, que era muito amigo do seu antigo cumplice, apenas o soube, atirou-se de noite ao mar, e foi a nado ter a terra com o seu amigo, que o recebeu com verdadeira alegria, que foi pouco duradoura, porque Damião Rodrigues adoeceu, fallecendo algum tempo depois. João Machado enterrou o n'um sitio proximo da cidade, e pôz na cova uma taboa com umas letras que diziam: «N'esta cova jaz Damião Rodrigues, que n'esta terra deixou Vasco da Gama, que com elle veiu degredado como marinheiro da S. Gabriel.» Pedro Alvares Cabral, ao passar por Moçambique, encontrou esta sepultura, e mandou a benzer com todo o acatamento.

Rodrigues (*Diogo*). Capitão da fortaleza de Rachol, na India, onde falleceu em 1577. Foi alcunhado o do *Forte*, tornando se celebre pelo seu fanatismo. Em 1567 mandou queimar o principal pagode de Lotolim, por faltas commettidas pelos ganeares. Os gentios queixaram-se ás justiças de Gôa, que decidiram por sentença que fôsse reedificado o pagode á custa do mesmo capitão, e este aggravou da sentença, allegando ser *contraria á lei de Deus.* Com a interferencia do arcebispo primaz e do provincial da Companhia de Jesus, convenceu-se o vice rei da iniquidade da sentença, e Diogo Rodrigues não só foi louvado pelo seu feito, mas autorisado a queimar quantos pagodes quizesse e pudesse, e assim o fez, attingindo o numero a 280, serviço que el rei D. Sebastião recompensou com uma boa tença, imposta nas terras dos pagodes demolidos. Diogo Rodrigues falleceu a 21 de abril de 1577, sendo enterrado na capella mór da egreja de Nossa Senhora das Neves, de Rachol. Na campa pôz-se a seguinte inscripção: *Aqvi iaz Diogo Rodrigves o do forte | capitão desta fortaleza, o qval derrvbov | os pagodes destas terras. Falecev | a 21 de Abril de 1577 Annos.*

Rodrigues (*Domingos*) Notavel cosinheiro que serviu na casa dos marquezes de Valença e de Gouveia, passando depois a chefe das cosinhas da Casa Real, no tempo de D. Pedro II e de D. João V. Nasceu em Villa Cova de Coelheira, bispado de Lamego, em 1637, fal. em Lisboa, a 10 de dezembro de 1719, Escreveu: *Arte de Cosinha, dividida em duas partes: a primeira trata do modo de cosinhar varios pratos de toda a casta de carne e de fazer conservas, pasteis, tortas e empadas; a segunda trata de peixes, mariscos, lacticinios, conservas e doces com a fórma de banquetes para qualquer tempo do anno,* Lisboa, 1680; outra edição em 1683; saiu em 3.ª edição, em 1693, contendo mais uma 3.ª parte: *Da fórma dos banquetes para qualquer tempo do anno e do modo como se guarnece uma mesa redonda á estrangeira.* Houve mais edições das tres partes reunidas, em 16 8, 1732, 1741, e em 1765, com o titulo seguinte: *Arte de Cosinha, dividida em tres partes, obra util e necessaria a todos os que regem e governam casa; correcta e emendada n'esta 7.ª impressão.* Fizeram se mais reimpressões, em 1792, 1836, etc.

Rodrigues (*Fr. Domingos*). Pintor do seculo XVII. Era religioso da ordem de Santo Agostinho, e tendo nascido em Portugal, partiu em 1632 para o convento de Salamanca, e ali passou a vida, pintando muitos quadros que figuram no claustro do convento, e que representam o martyrio de varios santos pertencentes á sua ordem. Fal. depois do anno do 1682.

Rodrigues (*Eugenio de Castro*) Director da Escola Central N.º 1 e professor da Escola Nor-

mal de Lisboa. Escreveu: *Méthodes d'Enseignement dans les écoles primaires de Portugal*, memoria para a Exposição Universal do Paris, em 1900.

Rodrigues (*Faustino José*). Esculptor. N. em Lisboa a 15 de feverciro de 1760, onde tambem fal. a 11 de fevereiro de 1829. Era filho de Bonifacio José Rodrigues e de Anna Diniz da Serra. Seus paes não tencionavam, depois dos primeiros estudos, applical-o às artes, reconhecendo, porém, que desde muito creança mostrava grande propensão para o desenho, foi seu pae procurar o douto professor Joaquim Carneiro da Silva, que regia a aula de gravura, pouco antes aberta na impressão regia. Não podendo Faustino Rodrigues ser admittido, por estar preenchido o numero dos alumnos, foi por conselho do professor Carneiro apresentado a Joaquim Machado de Castro, que insinuou ao pae o modo de obter a admissão d'elle na aula de esculptura, que era addida á repartição das obras publicas. Alcauça da essa admissão, matriculou se a 9 de dezembro de 1773, e começou desde logo a applicar-se com grande fervor ao estudo do desenho, sendo muito rapidos os progressos, excedendo em poucos mezes aos de muitos dos seus condiscipulos, que já contavam annos do estudo. Quando so dispunha a passar ao estudo de modelar, deu-se o fallecimento d'el-rei D. José, e estando por esse motivo fechada a aula de esculptura dois para tres annos, applicou se á pintura a oleo, e com as lições de alguns professores e com a assidua pratica chegou a tirar muito boas copias de varios quadros originaes, merecendo os elogios do seu mestre Machado de Castro, e do bem conhecido Pedro Alexandrino. Abrindo-se novamente a aula de esculptura, Faustino Rodrigues deixou para sempre os pinceis, e poucos annos fôram precisos para saber modelar e para se applicar ao trabalho de marmoro. Em outubro de 1786 foi nomeado ajudante da aula de esculptura, e frequentando tambem os estudos da academia do nú, estabelecida na Casa Pia, foi pelos professores d'ella escolhido para um dos logares de substituto em 1787, quando contava 27 annos de edade. Sendo Faustino Rodrigues o discipulo que Machado de Castro mais estimava pelo seu talento e muita applicação, auxiliou o professor no modelo grande da estatua de D. Maria I, assim como na execução da mesma estatua em marmore, nos modelos da pia baptismal e outras obras para a Basilica Patriarchal, nas estatuas para o palacio d'Ajuda, no busto do duque de Lafões, nos modelos de um monumento a D. João VI, os quaes fôram levados para o Brazil, etc. Em 1812 entrou como professor substituto para a aula de desenho, e depois accumulou esse logar com o de substituto de Machado, regendo com proficiencia notavel as duas aulas de desenho e esculptura, até fallecer. Além das obras em que coadjuvou o mestre, ás quaes já alludimos, compoz e executou: *O tumulo de D. Maria I*, existente no convento da Estrella; uma *Venus* de tamanho natural para o marquez de Bellas; dois bustos de *Virgilio* e *Camões*, para o marquez de Borba; *Quatro meninos sentados tocando varios instrumentos;* o *Grupo de Santo Estanislau Kostka recebendo a communhão das mãos dos anjos; S. José, Santa Eugenia, Santa Barbara*, e outras imagens para o mesmo fidalgo; a *Gloria*, os *Pastores da adoração*, e um bello grupo no presepio da casa d'esse titular; um *S. Caetano* para os marquezes de Penalva; as estatuas allegoricas no vestibulo do paço d'Ajuda, representando o *Amor da virtude, Amor da Patria* e a *Intrepidez*; a maior parte dos modelos de figuras humanas para a baixella offerecida a lord Wellington. etc. Na quinta do palacio da Bemposta ha um grande e bello tanque de marmore, mandado fazer por D. João VI, tendo quatro bustos maiores do que o natural, representando as quatro estações do anno, tudo trabalho do apreciado esculptor.

Rodrigues (*Fr. Fernando*). Religioso da ordem de S. Bernardo. Era natural da Castanheira e vivia no convento d'Alcobaça. Escreveu em latim varios livros sobre a historia sagrada e profana, que se não imprimiram, e cujos manuscriptos se guardavam na livraria do mesmo convento.

Rodrigues (*Filippe José*). Official de artilharia, que em 1840, pouco mais ou menos publicou: *Lições elementares de historia natural, accommodadas ao curso de introducção da Escola Polytechnica de Lisboa, contendo*: 1.º *Zoologia;* 2.º *Botanica;* 3.º *Mineralogia e Geologia*; 3 tomos.

Rodrigues (*P. Francisco*). Jesuita. N. em Odemira no anno de 1513, fal. em 17 de setembro de 1573. Era filho de Francisco Rodrigues e de Helena Jorge. Estudou na Universidade de Salamanca direito civil e canonico, em que recebeu as insignias doutoraes, vindo depois para Coimbra, attrahido pela fasciuação que exercia no seu tempo a Companhia de Jesus, e entrou n'essa ordem a 8 d'abril de 1548, sendo admittido pelo P. Simão Rodrigues de Azevedo, apesar de ser aleijado de ambos os pés, mas em attenção ao seu provado talento. Effectivamente, o P. Francisco Rodrigues foi um dos mestres mais notaveis do collegio de Santo Antão, de Lisboa, onde ensinou mathematica e theologia moral. Não se consolava, porém, de não fazer parte das missões, e, apezar do seu defeito physico, pediu licença para partir para o Oriente, e não a obtendo, recorreu ao proprio Santo Ignacio de Loyola, que lhe deu a licença pedida, e o nomeou reitor do collegio de S. Paulo de Gôa, para onde partiu a 30 de março de 1556, a bordo da nau *Graça*, chegando a Gôa em 4 de setembro. Traduziu em portuguez alguns dos livros vedicos, traducção que infelizmente se perdeu, e que seria um documento precioso para mostrar a primazia dos portuguezes em todas as investigações da civilisação oriental. No seu zelo ardente pela conversão dos indios, foi quem aconselhou as desastrosas leis, em que se ordenava a destruição dos pagodes Foi elle tambem quem dirigiu os trabalhos do primeiro concilio de Gôa, celebrado em 1567, sendo um dos principaes letrados que concorreram para a decisão dos seus decretos. O P. Francisco Rodrigues escreveu varias cartas, algumas das quaes se imprimiram, e um *Juizo sobre um eclypse da lua que houve em Gôa*, e que ficou manuscripto; um *Tratado dos contratos particulares da India, e sobre os fóros e costumes das aldeias do norte*, que tambem se não imprimiu.

Rodrigues (*P. Francisco*). Jesuita. N. em Montemór o-Velho, e fal em Braga a 26 do maio de 1654. Professou na Companhia do Jesus, no collegio de Coimbra, em 17 de novembro de 1608. Depois de ensinar letras humanas, philosophia e

theologia moral, foi procurador da Provincia Lusitana em Madrid. Voltando a Portugal, governou os collegios de Faro e de Braga. Quando estava em Madrid, escreveu: *Catalogo dos religiosos da Companhia de Jesus, que fôram martyrisados no Japão pela fé de Christo, em 1632 e 1633*, Madrid, 1633. Esta obra foi traduzída em italiano. Escreveu tambem uma *Carta de Sanfins sobre os successos da campanha da Beira*, que se imprimiu n'uma das relações das guerras d'esse tempo.

Rodrigues (*Gastão Raphael*). 2.º official da fiscalisação das Sociedades Anonymas, deputado, etc. N. em 1883, sendo filho de Raphael Antonio Rodrigues, operario tanoeiro no Arsenal da Marinha. Em 1894 deu entrada no pequeno seminario de Jesus Maria José, dirigido por padres congreganistas hespanhoes Cursou com distincção os primeiros preparatorios até 1898, anno em que abandonou o seminario, por não se sentir com vocação para a vida religiosa. Dedicou se em seguida ao commercio. No anno de 1904 fundou com diversos republicanos locaes o Centro Escolar Republicano Dr. Bernardino Machado em Alcantara, que se tornou immediatamente um dos mais fortes baluartes da Republica. Data d'essa fundação o seu inicio de propagandista republicano, evidenciando-se pela sua persistencia. Das suas conferencias e discursos realisados nos comicios e sessões de propaganda existe o relato disperso nos jornaes da epoca. Foi revolucionario organisador no movimento de 28 do janeiro do 1908. Com Ferreira Manso, jornalista já hoje fallecido, lançou as primeiras bases de organisação revolucionaria de Alcantara. Filiou se mais tarde na loja revolucionaria *Accacia*. Com outros occupou seu posto na revolução de 5 de outubro de 1910, que implantou a Republica em Portugal. Foi deputado nas Constituintes de 1911, sendo eleito pelo circulo n.º 38, de Aldeia Gallega. Exerceu as funcções de secretario do sr. dr. Bernardino Machado, quando ministro dos estrangeiros, e em 21 de maio do citado anno de 1911 foi nomeado 2.º official da fiscalisação das Sociedades anonymas.

Rodrigues (*P. Gonçalo.*) Jesuita. N. em Calheiros, nas proximidades de Ponte do Lima; fal. em Gôa no anno de 1664. Era filho de João de Prol e de Constança Velas. Entrou na ordem dos jesuitas, no collegio de Coimbra, em 22 de agosto de 1545, e partiu para a India, como missionario, a 10 de março de 1551. Chegando a Gôa em 10 de setembro, foi destinado a ir para Ormuz, onde desembarcou em 8 de dezembro do mesmo anno. Residiu muito tempo em Ormuz, procurando em vão converter ao Christianismo o principe d'aquelle estado. Em 1555 foi nomeado pelo vice-rei D. Pedro de Mascarenhas embaixador na Abyssinia, para vêr se conseguia, que o *négus* recebesse um patriarcha, que ia de Portugal, e saindo de Gôa a 7 de fevereiro d'esse anno, chegou no fim de 30 dias a Arquico, dominado n'esse tempo pelos abexins, e em 17 de maio chegou á presença do imperador, a quem entregou as cartas do rei de Portugal. Não conseguiu o que desejava, porque o *négus* continuou perseverante no seu schisma, apezar do P. Gonçalo Rodrigues escrever um grosso tratado para demonstrar a verdade da religião catholica. Voltando a Gôa, onde chegou a 30 de maio de 1556, partiu logo no anno seguinte para Salsete, e foi um dos quo mais contribuiram para excitar contra os portuguezes a colera dos indigenas pelo zelo selvagem com que lhes destruiu os pagodes. O vice rei D. Constantino de Bragança o nomeou em 1560 embaixador junto de Adel-Schak, rei do Balagate, e voltando a Gôa, recolheu se ao collegio de S. Paulo, e ali falleceu. As obras que deixou impressas fôram: o já mencionado *Tratado da primazia do Catholicismo*, que o *negus* não quiz ler, apezar de estar traduzido na sua propria lingua pelo P. Gonçalo Rodrigues; varias cartas, sendo uma d'ellas a que encerra a noticia da sua viagem á Abyssinia, e que foi traduzida em italiano; outras cartas, escriptas do Baçaim, da Ethiopia, de Taná, de Balagate, de Ormuz, de Visapor, de Cochim, de Malaca, etc. Algumas d'estas cartas imprimiram-se.

Rodrigues (*Guilherme Augusto*). Um dos directores e principal redactor do presente diccionario. N. em Lisboa a 23 de março de 1841, sendo filho de Joaquim Vicente Rodrigues, antigo empregado em casa do conde de Farrobo, e de sua mulher Maria dos Anjos Rodrigues. Matriculou-se na Escola Academica aos 9 annos, onde se conservou até 1857, em que Lisboa foi terrivelmente assaltada pela epidemia da febre amarella, e devido a essa fatalidade, por circumstancias imperiosas de familia, não pôde proseguir nos seus estudos, abandonando então a Escola Academica, aos 16 annos de edade, tendo apenas conseguido fazer os exames de instrucção primaria e de francez, ficando em ambos pleuamente approvado. Comtudo, sempre estudioso, principiou a dedicar se á litteratura e a estudos historicos. Com antigos condiscipulos escreveu nos seguintes jornaes litterarios: *O Despertador*, *Archivo Litterario*, *O Recreativo*, *Aurora Litteraria*, *A Voz da Mocidade*, e no *Album Litterario*, de que foi proprietario juntamente com João Sanguinetti. Começando em 1863 o *Commercio de Lisboa*, de quo era director politico, o bem conhecido jornalista, ha annos fallecido, Eduardo Tavares, foi chamado para ser empregado na administração, collaborando tambem no jornal, cujo 1.º numero saiu no dia 5 d'abril d'esse anno. D'ali passou á administração do *Diario de Noticias*, em março de 1865, d'onde saiu em abril de 1872, indo então para o *Diario Illustrado*, fundado em junho d'esse anno por uma empresa, organisada por Pedro Correia da Silva, que pouco tempo depois ficou sendo o unico proprietario. N'esse jornal fez parte da administração e da redacção, e mais tarde, associando se com Pedro Correia o visconde de Ribamar, que tomou a seu cargo a secção administrativa, foi Guilherme Rodrigues, sob as suas indicações, nomeado para todos os effeitos administrador do referido jornal, em 1877, conservando-se assim até, que o visconde de Ribamar se desligou da empresa, e a quem acompanhou na saida. Em 1881 entrou para o *Espectro da Granja*, jornal de que era proprietario Rosa Araujo, e director politico o já citado jornalista Eduardo Tavares. Terminando este jornal a sua publicação, foi chamado em 1885 para a *Gazeta Commercial*, propriedade tambem de Rosa Araujo, tendo por director politico o conselheiro dr. Antonio José Teixeira, lente de mathematica jubilado. Em todos estes jornaes collaborou mais ou menos, sendo mais effectivo na *Gazeta Commercial*. Publicando se n'este periodico aos domingos retratos

de vultos historicos, e alguns da actualidade já fallecidos, acompanhados das respectivas biographias, foi Guilherme Rodrigues encarregado de escrever algumas d'ellas, tendo a honra de tomar parte n'essa collaboração biographica, ao lado dos drs. Antonio José Teixeira e Cunha Belem, conselheiro Ferreira Lobo, Assis de Carvalho, Sousa Araujo, etc. Nas biographias que escreveu, destacam se como mais importantes, as de Antonio de Sousa de Macedo, Affonso d'Albuquerque, 1.º marquez de Marialva, Paschoal José de Mello, P. José Agostinho de Macedo, dr. Luiz Baldy, etc. Guilherme Rodrigues foi redactor effectivo do semanario *O Recreio*, desde a 1.ª serie até á 25.ª, ultima que se publicou. Ali inseriu muitos artigos historicos e biographias, diversos contos, uns originaes e outros traduzidos, artigos sobre diversos assumptos, etc. Constituindo se a empresa editora *O Recreio*, traduziu para a sua collecção os romances: *O Cego da Fonte de Santa Catharina*, *Piquillo Alliaga*, *O Trapeiro de Paris* e *As Mil e uma noites*. Em 1895, nas festas commemorativas do centenario antonino, escreveu o seguinte opusculo, que a referida empresa editou: *Estudo biographico de Santo Antonio e historia dos seus milagres*. Quando terminou a publicação da *Gazeta Commercial*; em 1886, o seu seu director e redactor principal o conselheiro dr. Antonio José Teixeira, reconhecendo em Guilherme Rodrigues umas certas aptidões e gosto para estudos litterarios, o convidou para o auxiliar na catalogação da sua importante livraria, encarregando-o tambem de colligir apontamentos na Bibliotheca Nacional para os trabalhos e estudos a que constantemente se entregava aquelle illustre mathematico. Honrado com tão poderosa amizade e tornando-se intimo da casa, Guilherme Rodrigues entregou se dedicadamente a esses trabalhos serios de investigação, sob as indicações do professor, sem descuidar, comtudo, os apontamentos que precisava colher para os seus proprios escriptos. Conservou-se ao serviço do dr. Antonio José Teixeira até ao anno de 1900, em que falleceu, no dia 19 de agosto, estando em Luso, onde costumava ir todos annos tomar banhos. Guilherme Rodrigues tem collaborado em outros jornaes, como *O Occidente*, *O Dão*, *O Correio de Cascaes*, de que era proprietario o jornalista Ludgero Vianna, nos almanachs do *Verdadeiro Cecilio*, que publicou em 1876, do *Recreio*, do *Occidente*, dos *Theatros*, *das Familias* do *Gymnasio*, etc. Collaborou no numero do *Imparcial*, em homenagem a Camillo Castello Branco, commemorando o dia do seu 63.º anniversario natalicio, 16 de março de 1889; no n.º do *Occidente*, em miniatura, surpreza feita ao seu proprietario, Caetano Alberto, em 7 de agosto de 1894, seu anniversario natalicio; no n.º unico do *Editor*, homenagem a Henrique Zeferino de Albuquerque, pela empresa do *Recreio*, em 12 de fevereiro de 1888; no *Artista*, n.º unico dedicado no maestro Stichini, em 31 de maio de 1889. Resolvendo a empresa editora João Romano Torres & C.ª, em 1902, publicar o diccionario *Portugal*, convidou Guilherme Rodrigues e Esteves Pereira para seus directores Desde então o modesto trabalhador tem-se dedicado zelosamente ao exercicio d'este espinhoso cargo, não se poupando a todas as investigações possiveis, indagando na bibliotheca os livros precisos para colher informações, procurando, com o auxilio do seu collega e amigo, cooperar dignamente n'uma obra, como o diccionario *Portugal*. Guilherme Rodrigues foi sempre muito dedicado ao theatro, e escreveu algumas peças, traduziu outras, representando-se as seguintes: no antigo theatro da Rua dos Condes a opera comica original em 3 actos, *Loucuras de rapaz*, com musica de Freitas Gazul, e as comedias em 1 acto, traducção: *As Contribuições indirectas* e *Um Beijo ao portador*. No antigo theatro de Variedades, a comedia drama em 2 actos, traducção, *Tempestade e bonança*, e as comedias em 1 acto, originaes, *Um Retrato photographico*, *Qual d'elles é meu filho?* e *O porteiro da casa n.º 15*, pretexto de imitações para o actor imitador Trindade. No Principe Real, hoje theatro Apollo, as comedias *Fernanda* e *A mulher no poder*, e a scena cómica *Caiu o Carmo na Trindade*, es-

Guilherme Augusto Rodrigues

criptas de proposito para o referido actor imitador; no Gymnasio, tambem como pretexto para imitações, a scena cómica *Viagem á roda do mundo em 80 dias*. Estão impressas as comedias em 1 acto: *Contribuições indirectas*, *Fernanda*, e esta mesma comedia com algumas modificações com o titulo de *Divorciemo nos; Feliz ao jogo, infelizes nos amores*, na *Encyclopedia das Familias* do anno de 1909, e no de 1910 *A Mulher da poder*. Tambem está impressa a *Tempestade e bonança*, em 2 actos. Em theatros de amadores teem se representado algumas das comedias já citadas, e as seguintes: *Sou genro de meu genro*; *Tal sogro, tal genro*, e a operetta *Os Dois Grazinas*. Entre os seus trabalhos litterarios, sabemos dos seguintes originaes; *O Arrependimento lava o crime*, drama em 5 actos; *Historia d'um par de luvas*, comedia em 3 actos; *O Governador Pantoja*, opera burlesca em 3 actos; *A Noite de Santo Antonio*, operetta em 2 actos, de

costumes populares; *Depois de pôr a luneta* e *Uma tarde nos saloios*, comedias em 1 acto. Traducções: em 5 actos e 1 prologo, os dramas: *As Noites do Boulevard* e *Princeza e favorita*; em 5 actos; *Giovani, Alberto o pintor*, e *O Vampiro*, de collaboração com José d'Aguiar Figueiredo; em 4 actos *O Sacrificio de Abrahão*; em 3 actos, a comedia *O Homem do coelho branco*; em 1 acto, *O debute d'um medico*, *Alcança quem não cança*, a operetta *O Chalet*, etc. *O Occidente* de 1909, a pag. 70, publicou o retrato de Guilherme Rodrigues acompanhado d'um artigo biographico, escripto por Esteves Pereira; na *Carteira do artista*, tambem o ha pouco fallecido Sousa Bastos lhe dirigiu algumas palavras lisonjeiras.

Rodrigues *(Heitor)*. Fidalgo que foi para a India, e nomeado feitor de Coulam, ou Quilon, em 1515, ali esteve tratando do negocio da pimenta, que tinha n'essa cidade um dos principaes centros. Não tardou a transformar a feitoria em fortaleza, mas, como o jugo portuguez era pesado, os de Quilon revoltaram se e cercaram a feitoria fortificada mas mal fortificada. Heitor Rodrigues pediu soccorro para Gôa, onde governava D. Aleixo de Menezes durante a ausencia do governador da India, Diogo Lopes Sequeira, que fôra ao mar Vermelho. D. Aleixo de Menezes só lhe pôde mandar 25 homens de retorço, e commandados por D. Affonso de Menezes. Esta insignificante guarnição defendeu a fortaleza contra milhares de indianos, e obrigou o rajah de Coulam a pedir que se renovasse a paz. Pouco tempo depois d'esta façanha, em 1520, morreu Heitor Rodrigues de doença, deixando o governo a seu genro Christovão de Barros

Rodrigues *(Heitor)*. Jurisconsulto, natural de Lisboa. Foi lente na Universidade de Coimbra desde 1543; regeu as cadeiras de vespera, do codigo e do digesto. Foi tambem lente na Universidade de Salamanca. Em 1577 ainda vivia em Salamanca, onde morreu com 80 annos de edade. Ficaram manuscriptas as suas *Postillas*.

Rodrigues *(Innocencio Camacho)*. Governador do Banco de Portugal, deputado, etc. N. em Moura a 23 de maio de 1877, sendo filho de Manuel Rodrigues da Costa e de D. Genoveva Maximo Camacho. Concluiu o curso da Escola Polytechnica em 1898, tendo obtido os primeiros premios pecuniarios na 1.ª e 10.ª cadeiras e louvor na 3.ª Frequentou na Escola Medica de Lisboa o curso de pharmacia. Foi nomeado, precedendo concurso, demonstrador de physica experimental e mathematica, na Escola Polytechnica, em 27 de abril de 1899. Tambem foi professor interino de sciencias no lyceu Camões, de Lisboa. Depois de proclamada a Republica em 5 de outubro de 1910, exerceu o cargo de secretario geral do ministerio das finanças, cargo que deixou quando foi nomeado governador do Banco de Portugal. Sempre muito activo, como propagandista republicano, tomou parte em muitos comicios e conferencias, alcançando no seu partido uma situação predominante, fazendo parte do directorio. Esteve tambem assistindo a um conselho de officiaes, quando se deu a revolta a bordo d'um dos navios de guerra surtos no Tejo, conselho em que se tomaram resoluções importantes. Na manhã de 5 de outubro de 1910, depois do dr. Eusebio Leão ter lido na varanda do edificio da Camara Municipal o auto da proclamação da Republica, o sr. Innocencio Camacho leu ao povo os nomes das pessoas que constituiam o novo governo provisorio, nomeado pouco antes. Nas côrtes constituintes reunidas em 1911 foi eleito deputado por Guimarães.

Rodrigues *(Jeronymo)*. Vigario de Cochim, que escreveu a *Relação* d'um milagre d'uma cruz de Meliapôr, que quatro ou cinco vezes mudava de côr e vertia lagrimas. D'este milagre, diz elle ter sido testemunha.

Rodrigues *(Fr. Jeronymo)*. Religioso da ordem de S. Francisco. Era natural de Extremoz, e sobrinho do profundo theologo Fr. Manuel Rodrigues, da mesma ordem seraphica. Professou na provincia de S. Thiago de Compostella. Sendo muito perito no direito canonico e em theologia moral, regeu a cadeira d'esta sciencia no convento de Salamanca, onde falleceu. Deixou em latim um compendio das *Questões regulares* de seu tio, impresso em 1634.

Rodrigues *(P. Jeronymo)*. Jesuita. N. em Montemór-o Novo, e fal. em Macau, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Professou na Companhia de Jesus, e em 1556 partiu para a India; foi depois visitador das provincias do Japão e da China, e esteve missionando na ilha de Tidor, uma das Molucas, em 1579. Nomeado reitor do collegio de Macau, ali falleceu, tendo escripto varias das conhecidas *Cartas Relatorois*, a que os jesuitas eram obrigados, e uma *Breve Relação da doutrina christã, escripta na lingua malaia*.

Rodrigues *(Jeronymo José)*. Arcediago de Barrozo na sé de Braga, e doutor em Canones. Era natural de Braga, e parece ter fallecido em 1821 ou 1822. Doutorou se em 12 de julho de 1789. Deixou impresso: *Exercicio publico de rhetorica e poetica, na sala dos actos do real collegio de Mofra, aos 16 de julho de 1782, sendo presidente D. Luiz da Senhora do Carmo, conego regular*. Escreveu mais: *Publicum certamen de Rebus Logicis, Metaphysicis et Ethicis, praeside D. Thoma Virgine Maria, canonico regulari congregationis sanctae crucis, in Real Colleg. Mafrens*, Olyssipone, 1783.

Rodrigues *(João)*. Architecto, que floresceu no seculo XV. Era filho de Martim Rodrigues (*V. este nome*). Succedeu, em 1480, a Matheus Fernandes, como mestre das obras em Santarem, e por morte de seu pae, em 1490, foi nomeado mestre das obras de Cintra.

Rodrigues *(João)*. Um dos heroes do primeiro cêrco de Diu, heroe que póde dizer se que salvou a fortaleza por um acto extraordinario de bravura. No ultimo assalto que os turcos deram á fortaleza, assalto que lh'a ia quasi entregando, porque os baluartes eram um monte de ruinas e a guarnição estava reduzidissima, appareceu João Rodrigues trazendo uma jarra de polvora com um murrão acceso e bradando: *Deixae-me passar, que levo aqui o ataúde para nós e para os inimigos*. Era tal a exaltação dos portuguezes, que ninguem lhe fez obstaculo. Todos preferiam a morte á perda do combate. Mas foi tão feliz João Rodrigues que, atirando a jarra ao meio dos inimigos, fez voar pelos ares muitas pedras da fortaleza, e com ellas mais de quarenta d'elles, ficando intacta a parte que os nossos ainda occupavam. Esta especie de milagre redobrou a coragem dos portuguezes, e com tal impeto retomaram a offensiva, tendo além d'isso a ventura

de matar um genro de Kodja-Safar, quo a segun da columna, desanimada e disimada, abandonou a fortaleza, a primeira já fôra repellida, e o assalto da terceira já foi tão frouxo, tanto porque era composta de gente menos escolhida, como por que estava desalentada com o resultado dos dois primeiros combates, quo não tiveram os nossos grande trabalho em repellil-os. Este ultimo combate foi decisivo, os turcos levantaram o cêrco, e Antonio da Silveira, o governador de Diu, pôde dizer que devia a gloria immortal que aureolou o seu nome, a João Rodrigues e á sua jarra de polvora.

Rodrigues *(João)*. Medico do seculo XVI. Era natural de Tavira. Acompanhou a Hespanha em 1526 a princeza D. Izabel, filha d'el rei D. Manuel, como seu medico, quando se realisou o seu casamento com o imperador Carlos V. N'essa occasião foi-lhe concedido o fôro de fidalgo, e tambem nos seus descendentes. Antes de sair de Lisboa escreveu uma obra em latim, refutando algumas opiniões medicas a respeito do tratamento dos plerises, que se publicou em 1550. João Rodrigues gozava da fama de ser bom medico.

Rodrigues *(João)*. Religioso, não se sabe de que ordem, nascido em Marvão; foi vigario na egreja de Santa Maria, d'esta villa. Foi musico muito afamado. Em 1560 escreveu uma obra com titulo de *Arte de musica da reformação e perfeição do cantochão e de toda a musica cantada e tangida*. Chegou a passar se alvará de licença, com a data de 5 de março de 1576 para a sua publicação, mas não chegou a imprimir se. A obra foi approvada em Roma por Antonio Bocapadula, mestre da capella pontificia, e secretario do papa Gregorio XIII, e João Pedro Luiz Penestrina, oraculos da faculdade de musica.

Rodrigues *(João)*. Sangrador e algebrista no hospital de Todos os Santos. Exercendo desde 1656 o logar de sangrador, foi nomeado algebrista em 1660, sendo despedido em 1665.

Rodrigues *(João)*. Notavel espingardeiro, natural de Lisboa, que teve uma officina n'esta cidade, juntamente com um seu irmão, José Francisco. Escreveram ambos um livro, intitulado: *Espingarda perfeita, e regras para a sua operação, com circumstancias necessarias para o seu artificio e doutrinas uteis para o melhor acero*, Lisboa, 1718. Esta obra era assignada com os pseudonymos *Cesar Fiosconi* e *Jordão Guserio*, anagrammas dos seus verdadeiros nomes. O livro tinha estampas representando a officina dos autores e varias das operações da arte de espingardeiro.

Rodrigues *(João)* Esculptor em madeira, que trabalhou muito em Setubal. N. em 1750 e fal. em 1826.

Rodrigues *(João)* Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. N. em Bandavizes, districto de Vizeu, já fallecido ha annos; Era filho de Filippe Rodrigues, e doutorou-se a 13 de julho de 1858.

Rodrigues *(João Felix)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, jornalista muito conhecido, etc. N. em Villa Franca de Xira no anno de 1831, fal. em Lisboa a 21 d'abril de 1870. Era filho de José Joaquim de Sousa Rodrigues, chefe de repartição do governo civil de Lisboa, e irmão de José Maria Pereira Rodrigues, empregado superior da alfandega, etc. *(V. Pereira Rodrigues José Maria)*. Vindo para Lisboa entrou com vivacidade na politica, sendo por muitos annos redactor do *Portuguez*, jornal de que era proprietario Manuel de Jesus Coelho (V. *este nome)*, entrando na redacção em novembro de 1856, conservando-se ali em trabalho activo até 28 de dezembro de 1866, em que o jornal terminou a publicação. Pertencendo ao partido progressista historico, luctou com ardor em defeza da sua causa, tendo por adversario politico Antonio Rodrigues Sampaio, redactor principal da *Revolução de Setembro*, e depois, Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos, sustentando vivas polemicas com estes temiveis antagonistas. Os seus adversarios politicos o alcunharam de *Tanas*, alcunha que elle adoptou como appellido por declaração publica, dizendo que não se importava em o adoptar porque o não deshonrava. Redigiu a *Independencia Naional*, que veiu substituir o *Portuguez*, desde 5 de fevereiro de 1867 até 27 do junho do mesmo anno, ultimo numero que se publicou. Foi tambem redactor do *Ecco das provincias*, correspondente do *Nacional*, do Porto, e d'outros jornaes da provincia. Collaborou no *Asmodeu*, de Marciano de Azevedo, dizendo se que eram d'elle uns artigos contra Teixeira de Vasconcellos, assim como tambem se lhe attribue um opusculo anonymo a respeito do ministro Julio Gomes da Silva Sanches. Exerceu os cargos de tabellião e de escrivão do deposito publico. Escreveu: *Concordata de 21 de fevereiro com a curia romana sobre o padroado da India*; serie de artigos insertos no *Portuguez*, de maio, junho e julho de 1857; *O ultramontanismo*; serie de artigos no dito jornal, de 14 de agosto a 24 de novembro de 1857; e outra serie, de 26 de novembro de 1857 a abril de 1858; são de viva polemica com José Maria de Sousa Monteiro, redactor do *Bem Publico*. Em controversia com Antonio Pedro Lopes de Mendonça, que estava encarregado da redacção principal da *Revolução de Setembro*, escreveu uma serie de artigos de fevereiro a abril de 18?7, dando titulos a alguns, como: *Historicos e historia*; *Historia dos historicos*; *Conselhos aos historicos; Capitulo unico; A ironia dos acontecimentos*, etc Estes artigos eram extensos, e chamaram tanto a attenção n'aquella epoca, pelos que andavam nos circulos ou centros politicos, que Lopes de Mendonça duvidou de que pertencessem ao redactor principal conhecido do *Portuguez*; João Feliz Pereira, porém, affirmou que no *Portuguez* não havia outro redactor senão elle. Escreveu mais: *As irmãs de caridade francezas*; sairam 8 artigos no mesmo jornal, de 26 de junho, 2, 7, 10, 16, 2? e 24 de julho, e 8 de agosto de 1858; *A influencia dos frades lazaristas*; artigos tambem no *Portuguez*, em 11, 12, 13, 15, 18, 21 e 26 d'agosto de 1858; *Irmãs da caridade*, artigos no citado jornal, de maio, junho e julho de 1861; *Carta ao ex.*^mo^ *sr. duque de Saldanha ácêrca do casamento civil*, 1865; *A litteratura em barulho;* serie de 29 folhetins publicada no *Portuguez*, de 9 de janeiro até 17 de maio de 1866, com a assignatura de *Satan*, que é o anagramma de *Tanas*; *Casamento civil*; 12 artigos publicados no dito jornal, de 7 de março até 20 de maio de 1865. No *Portuguez* ainda appareceu em folhetins, um romance ou narrativa, com o titulo de: *Os mysterios de Coimbra, offerecidos á briosa academia de 1854*, assignados

com as iniciaes *R. F. J.*, que se julgou serem, invertidas, as de João Felix Rodrigues.

Rodrigues *(João Gregorio)*. Medico pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa. N. n'esta cidade em 25 de maio de 1822, onde tambem fal. em 31 de agosto de 1891. Era filho d'um artista estabelecido em tempo no Chiado, com loja de bahús. Mostrou se sempre bom estudante e applicado aos estudos, e depois dos preparatorios, matriculou se na Escola Medica, cujo curso terminou em julho de 1842 Tendo-lhe fallecido duas irmãs com tisica pulmonar, e enfermando ainda outra, com alguns symptomas da mesma doença, acompanhou-a ao campo, para onde haviam aconselhado a doente que se retirasse, estando então residindo na Caxaria, onde exerceu clinica até ao mez de novembro de 1844, em que regressou a Lisboa, fixando então aqui a sua residencia. Foi o primeiro facultativo civil que compareceu no hospital de sangue de Torres Vedras, depois da batalha dada em 22 de dezembro de 1846. Tinha ido para ali por ordem do governo. Dedicou-se especialmente ao estudo das doenças gangrenosas, e em 1849 publicou o tratamento com que tinha medicado alguns doentes, n'um folheto com o titulo: *Opusculo pathologico de hyperemia maligna*, em que appareceram algumas formulas de muita utilidade para a pratica cirurgica. Nas epidemias que assaltaram Lisboa, em 1856 a cholera e em 1857 a febre amarella, prestou serviços importantes e desinteressados, não abandonando nunca a cabeceira dos doentes, nem receando o contagio da molestia. Em agosto de 1868 adoeceu gravemente, ficando impossibilitado de exercer clinica até maio de 1871. Restabelecendo-se, fundou um consultorio, offerecendo duas consultas gratuitas por semana, para fazer um estudo pratico mais amplo e obter maior numero de factos. O certo é que o seu consultorio se tornou um dos mais frequentados d'aquella epoca. Já então se dedicava, em especial, ao tratamento da tuberculose. João Gregorio Rodrigues era vulgarmente conhecido pelo *bahuleiro*, pelo facto do estabelecimento de seu pae. Ao principio era tratado como charlatão por alguns dos seus collegas, mas salvando muitos doentes que elles consideravam irremediavelmente perdidos, valeu lhe a fama justificada de que já gosava, tendo applauso d'aquelles mesmos que a principio o censuravam. Os seus serviços levaram o governo a condecoral-o com a commenda da ordem de Christo, recebendo tambem, depois d'esta mercê, outras distincções.

Rodrigues *(João José Dantas de Souto)*. Doutor em Mathematica pela Universidade de Coimbra, lente jubilado da sua faculdade, o director do Observatorio Astronomico da mesma Universidade. E' natural de Torres Novas, sendo filho de Luiz Carlos de Souto Rodrigues. Doutorou se a 31 de julho de 1869. Foi deputado, eleito por Coimbra, em varias legislaturas, sendo nomeado primeiro secretario da respectiva camara, logo na sua primeira entrada no parlamento. Tem sido procurador geral do districto de Coimbra, presidente da commissão executiva e da camara municipal da mesma cidade.

Rodrigues *(João José de Souto)*. Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra. Não se conhecem dados biographicos a seu respeito, sabe-se apenas que escreveu e publicou a seguinte *Memoria dos mais notaveis acontecimentos que houve em Leiria e seus contornos por occasião do combate dado em 5 de julho de 1808 pelo exercito francez, commandado pelo general Margaron e das antecedencias que o occasionaram;* não tem indicação de logar nem anno de impressão, mas parece ser de Lisboa e de 1808 ou 1809

Rodrigues *(Fr. Joaquim)*. Eremita da ordem de Santo Agostinho, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. no Peso da Regoa a 17 d'abril de 1750, fal. em Lisboa em 1835. Professou em 30 de outubro de 1776, e recebeu o grau de doutor em 27 de julho de 1785. Escreveu: *A voz da verdade e gratidão, ou elogio gratulatorio ao ex.*[mo] *sr. Arthur Wellesley*, etc, Lisboa, 1813; *Elogio ao ill.*[mo] *e ex*[mo] *sr. D. Luiz Innocencio Benedicto de Castro, terceiro conde de Rezende*, Lisboa, sem anno de impressão, mas é de 1824, e n'este mesmo anno se reimprimiu em 2.ª edição. Por sua diligencia, e com um prologo seu, se publicou em Lisboa em 1805, a 3.ª edição do *Oratorio sacro*, de Fr. Thomé de Jesus.

Rodrigues *(Fr. Joaquim José)*. Religioso da ordem dos carmelitas calçados, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. Era natural de Evora, sendo filho de Francisco Antonio Rodrigues. Doutorou-se a 1 de outubro de 1826.

Rodrigues *(José Candido Branco)*. Fundador dos institutos de cegos de Lisboa e Porto, director do *Jornal dos Cegos*, etc. N. em Lisboa em 18 de outubro de 1861, sendo filho de José Candido Rodrigues, thesoureiro do Banco de Portugal, e de sua mulher, D. Maria José Branco Rodrigues. Fez os seus estudos em Lisboa e em Coimbra. Dedicou se ao professorado, em 1881, leccionando as disciplinas do ensino secundario em diversos estabelecimentos, entre elles, no Instituto de Ensino Livre de Nobre de Carvalho. Em 1890, depois de ter visitado os institutos de cegos de França, instituiu na Misericordia de Lisboa uma aula para cegos, auxiliado pelo então provedor d'aquelle estabelecimento de caridade, o dr. Thomaz de Carvalho, que concedia um jantar aos cegos que iam ali aprender e ler, escrever e contar. Este curso terminou annos depois, por falta de alumnos. Em dezembro de 1894 foi nomeado pelo governo membro da commissão encarregada de regulamentar a lei, que reorganisara os serviços da instrucção primaria, nos quaes estava comprehendida a creação de escolas para o ensino de cegos, o que nunca foi levado a effeito. Em 1895 visitou os institutos de cegos de Bruxellas, Londres, Bordeus e Madrid; e nos annos seguintes os de Corunha, Barcelona, Burgos e Sevilha, em Hespanha; os de Roma, Florença, Napoles, Turim e Bolonha, em Italia; os de Palermo, na Sicilia; os de Amsterdam e Rotterdam, na Hollanda; os de Berlim, Hamburgo, Kiel, Francfort, Munich, na Allemanha; os de Lausanne e Zurich, na Suissa; os de Anvers, Liége, na Belgica; os de Marselha, Montpellier, Nantes e Toulouse, em França; o de Manchester, em Inglaterra; o de Edimburgo, Dublin, Christiania, Stockolmo, Gottemburgo, Vienna d'Austria, Buda-Pest e Copenhague. Em novembro de 1895, fundou a revista de tiflologia *Jornal dos Cegos*, impressa á custa do Estado, publicação que tem sido premiada com medalhas de prata e de bronze nas exposições do Porto em 1897 e 1903, na de Paris em 1900, na

de S. Luiz em 1904, e com a medalha de ouro, na do Rio de Janeiro em 1908. A importancia das assignaturas e da venda do *Jornal dos Cegos*, reverteu, até 1900, a favor do Asilo de Cegos de Castello de Vide, onde em 1896 se fundaram as primeiras officinas para cegos, que se crearam em Portugal, e ás quaes a direcção do asylo deu o titulo de *Officinas Branco Rodrigues*. Em 1900 fundou em Lisboa a Escola Profissional para cegos, n'um andar do edificio da Escola Rodrigues Sampaio, no palacio Mesquitella, ao Poço Novo, cedido pelo ministro das Obras Publicas Elvino de Brito. A todos os alumnos foi concedido um jantar diario pela Misericordia de Lisboa. Em junho de 1901 fôram approvados pelo governo os estatutos d'esta instituição, os quaes se reformaram em 27 de junho de 1908, dando se lhe então o titulo de *Instituto de Cegos Branco Rodrigues*.

José Candido Branco Rodrigues

Em 1903 fundou a Escola de Cegos do Porto, que em 1911 entregou á Misericordia d'aquella cidade. Em 1912 instituiu definitivamente o Instituto de Lisboa em edificio proprio n'um terreno do Estoril, doado para esse fim pela sr.ª D. Florinda Cardoso Leal. São os fins d'esta instituição ministrar o ensino intellectual e profissional a creanças cegas do sexo masculino; patrocinar o trabalho dos cegos; procurar obter collocação na vida activa aos seus antigos alumnos ou a quaes quer outros cegos. Por morte do fundador, todo o material que o Instituto possuir, assim como os haveres, legados e doações que lhe fôrem feitos, passarão para a Santa Casa da Misericordia de Lisboa que continuará a mantel-o e a administral-o. O sr. Rodrigo Velloso, na sua *Galeria de Benemeritos*, dedica o n.º 3, publicado em 1911, a Branco Rodrigues, pondo em relevo a fórma altruista como emprehendeu caridosamente o ensino aos desventurados cegos, tanto como instrucção, como no trabalho possivel de se lhes fazer executar. Os seus esforços teem sido, felizmente, coroados de bom exito, pois na verdade são inacreditaveis os beneficios colhidos para os miseros anormaes nos dois Institutos de Cegos, que Branco Rodrigues conseguiu instituir em Lisboa e Porto, sendo motivo de pasmo e admiração para todos que os visitam.

Rodrigues (*José Casaleiro da Alegria*). Militar que muitos bons serviços prestou a Portugal quando esteve em Africa. Tendo servido no exercito do reino, foi para a India em 1857, voltando á patria em 1865. Para garantir o seu futuro foi promovido a alferes para servir em commissão na provincia de Moçambique, onde se conservou até 1875, anno em que pediu a demissão. Dedicando se ao commercio, estabeleceu se em Sofala, onde travou relações com o celebre regulo Muzilia. Abandonando o commercio voltou á Europa, partindo depois para a Africa, incumbido de differentes commissões de serviço na provincia de Moçambique. Foi elle quem em 1881 conseguiu o tratado de vassalagem do celebre regulo Gungunhana, tratado que foi assignado a 19 de novembro de 1881 pelos srs. Augusto de Castilho, como representante do governo portuguez, por Alegria Rodrigues, como representante do chefe vatua. D'esse tratado resultou enviar a Portugal dois emissarios, que estiveram em Lisboa, e visitaram depois differentes cidades do paiz.

Rodrigues (*José Julio Bettencourt*). Bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra, professor de introducção no Lyceu Nacional de Lisboa, lente de chimica na Escola Polytechnica e no Instituto Industrial e Commercial da mesma cidade, professor de sciencias physico-naturaes, etc Nasceu em Gôa a 8 de maio de 1845, falleceu em Lisboa a 29 de abril de 1893. Era filho do bacharel José Julio Rodrigues, que foi juiz da Relação de Loanda. Cursou a Universidade sendo estudante distincto, e a sua formatura foi das mais qualificadas. A Universidade conferiu-lhe premios que poucos alcançam. Em 1863 veiu para Lisboa estabelecer-se no collegio do dr. Cicouro, leccionando ali introducção á historia. Ao mesmo tempo matriculava se no curso de engenharia na Escola do Exercito. Um anno depois tomava posse da cadeira de introducção no Lyceu Nacional de Lisboa, que alcançára por meio de concurso, em que obteve a primeira classificação. Em 1867, approvado por unanimidade em merito absoluto e relativo, foi provido no logar de lente substituto da cadeira de chimica na Escola Polytechnica. Empenhado em estabelecer na direcção dos trabalhos geodesicos uma secção de photographia e de heliogravura, o general Folque o incumbiu em 1872 de proceder aos respectivos estudos. A secção estabeleceu se, e José Julio Rodrigues ficou encarregado de a dirigir; porém depois, em 1879, a titulo de economias cessaram os trabalhos, passando todos os apparelhos e encargos para a Imprensa Nacional de Lisboa, em 1880, em virtude da portaria de 27 de dezembro de 1879, assignada pelo então ministro das obras publicas Saraiva de Carvalho. Foi representante de Portugal no grande congresso internacional de sciencias geographicas, reunido em Paris, em 1875, sendo ainda n'esse anno nomeado vogal effectivo e se-

cretario da commissão central de Geographia. Foi um dos signatarios e promotores em Paris, do accordo internacional assignado a 12 d'agosto de 1875, tendente a estabelecer entre os differentes estados a permutação das suas producções litterarias, scientificas e artisticas. Em 1864 publicou um compendio de mineralogia, que ficou adoptado para estudo. Procedeu a importantes melhoramentos nas ilhas dos Açôres e Madeira, tendo effeituado varias conferencias muito interessantes e de grande valor. Tirou varias photographias auxiliado com a luz do magnesio, de differentes tunneis de lava da ilha Terceira. São mais de 500 as photographias instantaneas que tirou n'uma excursão aos Açôres, formando assim uma preciosa collecção para o estudo d'aquellas ilhas. Inventou ou aperfeiçoou alguns instrumentos de estudo e de trabalho technico e scientifico, creando alguns processos novos de que tirou privilegio em Portugal e no estrangeiro. Foi encarregado de organisar o serviço chimico-legal judiciario portuguez, que não chegou a realisar por motivos politicos subsequentes. Foi deputado, sendo eleito pela India, circulo de Mapuçá, e depois pelo Funchal, e nas côrtes tratou com proficiencia uotavel do ensino technico e do ensino pratico e geral, das industrias, do fomento publico, das pautas aduaneiras, das classes pobres e trabalhadoras. Desempenhou os seguintes cargos: professor de sciencias physicas e naturaes no Lyceu de Lisboa, lente de chimica mineral na Escola Polytechnica e de chimica technologica no Instituto Industrial e Commercial; chefe da secção photographica da direcção geral dos trabalhos geodesicos; secretario effectivo da commissão central permanente de geographia, membro installador da commissão portugueza de permutações internacionaes; commissario de Portugal na exposição internacional de sciencias geographicas de 1875, em Paris; inspector technico das contribuições indirectas e presidente do conselho do Mercado Central de Productos Agricolas. Organisou ou remodelou varios serviços e estabelecimentos: Ensino experimental de sciencias physicas e naturaes no Lyceu de Lisboa; antiga secção photographica da direcção geral dos trabalhos geodesicos, considerada no seu tempo e no estrangeiro como um modelo e o primeiro no seu genero; toda a installação da secção portugueza da exposição internacional de sciencias geographicas de 1875, em Paris, ensino pratico de chimica mineral na Escola Polytechnica; laboratorio de chimica mineral na mesma escola, reputado no estrangeiro, depois da sua reorganisação, como um dos melhores; laboratorio do Mercado Central de Productos Agricolas Inventou os seguintes processos: photolitographia por meio do estanho; estampagem zincographica; phototypographia com meias tintas; polychromolithographia com tres estampagens unicas sobre cobre em talho doce, ampliação do processo Eckstein; um communicador e interruptor electrico para industriaes; processo especial para o fabrico de oleos de resina e para o de tintas negras typographicas; um viscozimetro para oleos e vernizes; varios apparelhos de estudo e de demonstração. Generalisou ou aperfeiçoou no paiz varias industrias, e procurou estabelecer e aclimar outras. D'estas citaremos o aproveitamento industrial da batata doce sob o ponto de vista do fabrico do alcool e da extracção da fécula, emprehendida em 1869, muito antes de quaesquer outros ensaios ou trabalhos portuguezes. Os ensaios technicos preliminares fôram feitos no laboratorio da Escola Polytechnica. Esta industria mais tarde explorada por diversas empresas, tornou-se uma das mais prosperas e opulentas de Portugal. A'cêrca das industrias do quinino e seus annexos, estudos feitos no laboratorio da Escola Polytechnica, emprehendeu para exame da materia, em 1885, uma viagem a S. Thomé, para onde partiu no dia 15 de maio d'esse anno, a bordo do transporte de guerra *Africa*. Ali conseguiu lavrar um accordo, para a exploração das quinas de S. Thomé, com os principaes cultivadores d'esta ilha, exploração que se não realisou n'aquella epoca, por falta de direitos aduaneiros sufficientemente protectores. Da industria do assucar de beterraba tambem muito se preoccupou. O primeiro assucar portuguez d'esta planta, foi extrahido em 18*8, no laboratorio da Escola Polytechnica, preparando-se então perto d'um kilo. Foi para este effeito organisada uma companhia com o capital, quasi todo estrangeiro, de 2:250 contos de reis, sob a garantia de um accordo ou contrato, lavrado com o governo portuguez. Não tendo, porém, as camaras deliberado a tempo sobre este contrato, ficou, por isso, de nenhum effeito. Em Lisboa fundou uma casa commercial de productos chimicos, que esteve por muitos annos no largo de Camões e que girava sob a firma de Rodrigues & Rodrigues. E' grande o numero das suas obras, das quaes citaremos as seguintes: *Estudo sobre as bases fundamentaes dos novos pesos atomicos e suas relações physicas mais notaveis*, Lisboa, 1867; *Curso elementar de sciencias physicas e naturaes para uso dos lyceus*, de collaboração com Antonio Augusto de Aguiar, Lisboa, 1868; *Breve noticia sobre a composição chimica das aguas mineraes das Pedras Salgadas, situadas a poucos kilometros de Villa Pouca de Aguiar*; de collaboração com o dr. Bernardino Antonio Gomes, Coimbra, 1871; *Breve noticia ácerca de uma nascente mineral em Traz os-Montes, perto de Rebordôchão*, Lisboa, 1871; *Descripção do processo de photozincographia, usado pela secção photographica da direcção geral dos trabalhos geodesicos*, extracto do «*Jornal de sciencias mathematicas, physicas e naturaes*, n.º XV. Lisboa, 1873; *Novo modo de evitar as matrizes negativas usuaes em muitos processos de photolithographia e de heliogravura, substituindo-os por outros em geral mais perfeitos e de facil execução*, extracto do citado jornal, n.º XVII, Lisboa, 1874; *Extracto da acta da secção da sociedade franceza de photographia, constituida em assembleia geral no dia 5 de junho de 1874 e publicada no Boletim da mesma sociedade*, reproduzido do mesmo jornal n.º XVII, Lisboa, 1874; *Secção photographica premiada com a medalha de primeira classe na ultima exposição da sociedade franceza de photographia; Primeira exposição inaugurada em 15 de abril de 1875. Varios esclarecimentos, comprehendendo a photographia applicada aos trabalhos geographicos e processo de impressão photographica com tintas gordas*, Lisboa, 1875; *Direcção geral dos trabalhos geographicos e geologicos de Portugal. Secção photographica. Documentos, apreciações e varios esclarecimentos; primeiro fasciculo*, Lisboa, 1875; *Congrés international de sciences géographi-*

ques,Paris, 1875;Catalogue de l'exposition du Portugal; *A secção photographica ou artistica da direcção geral dos trabalhos geodesicos no dia 1 de dezembro de 1876. Breve noticia acompanhada de 12 specimens*, Lisboa, 1876; *Le service photographique du gouvernement portugais. La section photographique et artistique de la direction général des travaux géographiques du Portugal*, Lisboa, 1877; *Annaes da commissão central permanente de geographia, redigidos por Luciano Cordeiro e revistos por José Julio Rodrigues*; n.º 1, dezembro, de 1876; Lisboa, 1876; N.º 2, junho de 1877, Lisboa, 1877; estes annaes conteem varios documentos e communicações, redigidos e apresentados á commissão pelo seu secretario effectivo José Julio Rodrigues; *Expedição Africo-Portugueza de 1877*; é uma serie de documentos e mappas; trabalhos que fôram o complemento da conferencia feita por José Julio Rodrigues, sobre o assumpto, na sala da Sociedade de Geographia na noite de 27 de novembro d'aquelle anno. *Exposition universelle de 1878. Portugal, Le service photographique du gouvernement portugais*, Lisboa, 1878; *Procédés photographiques et méthodes d'impressions aux encres grasses*, Lisboa, 1879; *Carta ao ill.*^mo^ *e ex.*^mo^ *sr. conselheiro Antonio Augusto de Aguiar a proposito do presente inquerito industrial e dos direitos que deve pagar a tinta estrangeira de impressão*, Lisboa, 1881; *Fabrica nacional de tintas de imprensa. Carta circular com varios documentos*, Lisboa, 1882; *Fabrica Nacionol de tintas de imprensa*; *novo processo de fabrico de tinta typographica com oleo de resina, e noticia das fórmulas e apparelhos usados n'este fabrico*, Lisboa, 1884; com uma gravura; *A fabrica nacional de tintas de imprensa*; *contribuições para a historia da industria em Portugal*, Lisboa, 1884; com 3 gravuras; *O cholera e seus inimigos, conferencia realisada no salão do theatro da Trindade, aos 20 de julho de 1884*, Lisboa, 1884; é o n.º 84 da *Bibliotheca do Povo e das Escolas*; *Lisboa e o cholera*, conferencia, etc., aos 21 de julho de 1884, Lisboa, 1884; é o n.º 88 da mesma *Bibliotheca*; *Cousas portuguezas*, idem, idem, *aos 8 de julho de 1884;* é o n.º 103 da mesma *Bibliotheca; As aguas sulphureas do Mosqueiro e de Santa Maria de Gallegos, nos suburbios de Barcellos*; *succinta noticia*, Lisboa, 1885; com uma estampa do sitio da nascente; *Exposição a proposito dos concursos ao logar de preparador da cadeira de technologia, lida perante o conselho do Instituto Industrial e a elle endereçada* (sessão de 17 de outubro), Lisboa, 1881; *Exposição ao conselho da Escola Polytechnica sobre o ensino e mais serviço da sexta cadeira, acompanhada de varias propostas tendentes a melhorarem e a reformarem o ensino da chimica mineral*, Lisboa, 1885; *Les colonies portugaises, extrait des Bulletins de la Société Royale de Geographie d'Anvers; O assucar portuguez de beterraba*; episodios d'uma industria no seu periodo de gestação; *Projecto summario de regulamento dos trabalhos e serviços do laboratorio de chimica mineral da Escola Polytechnica de Lisboa posto em execução e sob a responsabilidade do respectivo director no anno lectivo de 1889 a 1890; Dictadura regeneradora de fevereiro, março e abril de 1890; discurso proferido na camara dos senhores deputados na sessão de 7 de julho de 18.0 sobre o respectivo bill de indemnidade*; *Documentos respectivos á industria fabril e agricola de cortiça;* colligidos pelo deputado pelo Funchal, José Julio Rodrigues, para conhecimento do estado presente e do futuro d'aquellas industrias em Portugal e sua opportuna e competente apreciação. Mandado publicar pela camara dos senhores deputados em 26 de março de 1892. José Julio Rodrigues foi proprietario do *Interesse Publico*, folha diaria e politica, de grande formato, cujo 1.º numero se publicou em 15 de março de 1886, e durou aproximadamente um anno. Adstricta a esta folha, publicou-se quinzenalmente a *Revista intellectual contemporanea. O Progresso*, de Lamego, em 1901 publicou em folhetins um trabalho dramatico de José Julio Rodrigues, intitulado: *A divina luz, phantasia dramatica em 3 actos.* Com o intuito exclusivo de fomentar a riqueza indigena e o ensino da nação ou de honrar o nome portuguez em Portugal ou no estrangeiro, realisou muitas con

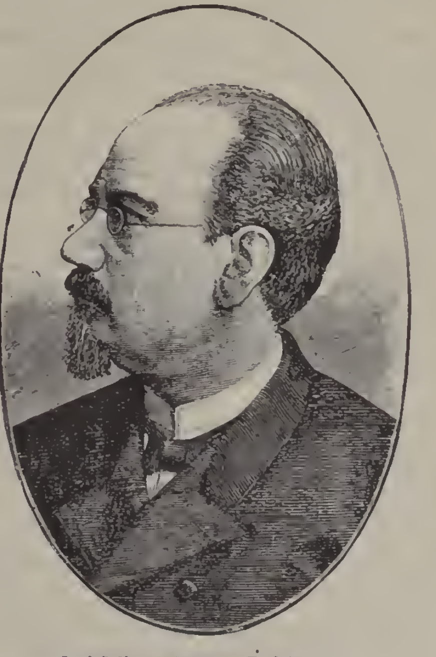

José Julio Bettencourt Rodrigues

ferencias publicas. Em Portugal fôram perto de 40, no Lyceu de Lisboa, Academia Real das Sciencias, Sociedade de Geographia, Associação Commercial de Lisboa, Associação dos Lojistas de Lisboa, Real Associação de Agricultura, Escola Polytechnica, Camara Municipal de Lisboa, Theatro do Principe Real, Antigo Colyseu, Salão da Trindade, Theatro de S. Carlos, Atheneu Commercial do Porto, Theatro do Funchal, Camara Municipal de Ponta Delgada, Salão do Governo Civil de Angra. No Estrangeiro: Paris: Sociedade de Geographia de Anvers; Hotel de Ville. O Lyceu Nacional de Lisboa deveu-lhe uma excellente collecção de apparelhos e objectos de historia natural; a Escola Polytechnica, a Academia das Sciencias, a commissão de geographia, deveram-lhe não menos de mil volumes de obras scientificas adquiridas por sua iniciativa; deveram-lhe grandes subsidios muitos estabelecimen-

tos industriaes, litterarios e scientificos do paiz. Era antigo socio correspondente da Academia Real das Sciencias, desde janeiro de 1872; socio do Instituto de Coimbra; um dos socios fundadores da Sociedade de Geographia, socio da Associação dos professores primarios, e socio honorario da Sociedade das Sciencias Medicas; commendador da ordem de S. Thiago, mercê concedida em 1875, e conselheiro. Em 1873 recebeu as insignias de official de instrucção publica de França, e em 1875 as da Legião de Honra. Pertencia tambem ás seguintes sociedades ou aggremiações scientificas: Société de Geographie de Paris, Société Chimique de Paris, Société de Geographie d'Amsterdam (socio correspondente), Société belge de Geographie (socio correspondente), Société Française de Photographie, Société de Photographie de Paris, Société de Topographie de Paris (socio honorario), Société Académique Hispano Portugaise de Toulouse (socio honorario), Société des Gens des Lettres de France. Fôram-lhe concedidas tambem as seguintes medalhas: de cobre, na exposição organisada pela Sociedade Franceza de Photographia; em 1875, *lettre de distintion*, no congresso internacional e exposição de sciencias geographicas de Paris; em 1876, medalha de prata da exposição internacional de Philadelphia; em 1878, medalha de ouro da exposição internacional de Paris; em 1884, medalha de prata, na exposição agricola da Tapada d'Ajuda. José Julio Rodrigues saiu de Lisboa no dia 3 d'agosto de 1892, embarcando para o Brazil, d'onde regressou no principio do mez d'abril de 1893, bastante doente com uma affecção biliosa, que extraordinariamente se lhe aggravou durante a viagem, e a que succumbiu a 29 d'esse mez, conforme dissemos.

Rodrigues *(José Manuel)*. Presbytero secular, e prégador apreciado, que vivia em Lisboa, nos fins do seculo XVIII. Deixou muitos sermões manuscriptos.

Rodrigues *(José Manuel)*. Major de artilharia, professor do Instituto Industrial do Porto, socio correspondente da Academia Real das Sciencias, etc. N. em 10 d'agosto de 1857. Fez o curso preparatorio para a arma de artilharia na Universidade de Coimbra, seguindo depois o da Escola do Exercito de Lisboa. Completou os estudos em dezembro de 1882, e foi tão distincto o seu exame de habilitação com que o fechou, que subiu a occupar o primeiro logar do curso. Assentou praça em artilharia n.° 1 a 8 de abril de 1880, sendo promovido a alferes em 10 de janeiro de 1883, a tenente em 28 de janeiro de 1885, a capitão em 12 de setembro de 1890, o a major em 14 de setembro de 1907. Ainda estudante na Universidade, começou a escrever no *Jornal de Sciencias Mathematicas e astronomicas*, dirigido pelo dr. Gomes Teixeira. Attrahido principalmente pelo estudo da analyse, continuou sempre no meio das suas occupações bastante absorventes, a dedicar algum tempo áquelle ramo das mathematicas. A geometria perturbava-o e exaltavam-n'o dando-lhe insomnias. Um trabalho da cadeira de artilharia na Escola do Exercito proporcionou-lhe a occasião de estudar um dos problemas mais complexos o difficeis de mechanica, resultando d'este estudo um trabalho de muito valor, que lhe valeu a entrada na Academia Real das Sciencias como socio correspondente, a *Memoria sobre a theoria balistica*. Esta obra é considerada um monumento scientifico e a Academia a mandou imprimir. O sr. major José Manuel Rodrigues collaborou na *Revista militar*, e ali publicou uma série de artigos extrahidos da referida *Memoria*, nos n.ºs 13 a 16, do anno de 1883. E' cavalleiro da ordem de Aviz, e ha alguns annos professor do Instituto Industrial, regendo a 4.ª cadeira do mathematica.

Rodrigues *(José Maria)*. Coronel de infantaria, commandante militar de Satary, etc. N. em 1829, assentou praça em caçadores n.° 1, a 30 de outubro de 1846, sendo promovido a alferes em 29 d'abril de 1851, a tenente a 3 d'agosto de 1861, e a capitão em 16 de julho de 1872. Serviu tambem em caçadores n.° 8 e n.° 12. Foi depois, com a patente de coronel, administrador fiscal e commandante militar de Satary, na India. Era um militar austero e disciplinador, e como administrador fiscal e commandante militar, foi um dos melhores administradores. Manteve sempre nos limites da ordem os ranes e dessays, e augmentou notavelmente os redditos da provincia com a sua intelligente e zelosa administração. O coronel José Maria Rodrigues era cavalleiro da ordem de Christo; ignora se a data do fallecimento, mas sabe-se que foi anterior ao anno de 1887. O seu retrato vem publicado no vol. II da *India Portugueza*, de Lopes Mendes, a pag. 21.

Rodrigues *(José Maria)*. Doutor em Theologia e lente da Universidade de Coimbra, professor da Faculdade de Letras (antigo Curso Superior de Letras), reitor do Lyceu Nacional de Lisboa,

José Maria Rodrigues

etc. N. no Cerdal, do districto de Vianna do Castello, sendo filho de Bento José Rodrigues Tendo concluido os estudos preparatorios matriculou-se na Universidade, sendo um dos alumnos mais no

taveis do seu curso, e doutorou-se a 5 de fevereiro de 1888. Havia se ordenado de presbytero. Ainda estudante, fez umas *Sebentas* de Philosophia de direito que serviram a seis ou oito gerações de academicos, que são ainda hoje compulsadas com proveito Depois de se doutorar, concorreu a uma cadeira da sua faculdade, sendo n'ella provido. A dissertação para o concurso, denominada *Pensamento e movimento*, dizem ser um trabalho de grande valor litterario e scientifico. Tomou parte activa na questão que se debateu em Coimbra entre o bispo conde e a faculdade de theologia, e envolvendo-se n'uma polemica com o grande escriptor Camillo Castello Branco por causa das apreciações por este feitas a umas *Sebentas* do professor dr. Avelino Cesar Augusto Maria Callixto, publicou differentes folhetos em defeza do seu collega no professorado: *Duas palavras ao sr. Camillo Castello Branco*; *As evasivas do sr. Camillo Castello Branco*, etc. N'esses opusculos, a que Camillo respondeu empregando a arma do ridiculo, affirmou o douto theologo notaveis qualidades de polemista. O dr. José Maria Rodrigues exerceu tambem o cargo de director da bibliotheca da Universidade, e collaborou na reforma da instrucção secundaria. Deixando o logar de lente, veiu para Lisboa, e foi aqui nomeado, por concurso, lente do Curso Superior de Letras, para a regencia da cadeira de philologia latina. Foi professor do principe D. Luiz Filippe e do infante D. Manuel, depois rei; pertencia ao Conselho Superior de Instrucção Publica. Exerceu durante 7 annos o cargo de reitor do Lyceu Nacional de Lisboa, onde prestou muitos o bons serviços.

Rodrigues *(José Vicente)*. Escriptor, nascido no Porto a 20 de fevereiro de 1743; desconhece-se a data do fallecimento e a profissão que exercia. Escreveu: *Arte de agradar na conversação, por Mr. Prevost, traduzida do francez*, Porto, 1783; *Historias proveitosas e instructivas sobre objectos moraes, traduzidas do inglez*, Porto, 1786, 2 tomos; *Historia antiga, ou historia escolhida dos factos mais memoraveis da antiguidade*, Porto, 1789; 2 tomos; *Compendio sobre as artes e sciencias, em portuguez e francez*, Porto, 1788; *Collecção de viagens e jornadas ás quatro partes do mundo traduzidas do inglez*, Porto, 1790; 4 tomos; *Elementos da civilidade e decencia, que se pratica entre gente bem creada, por Mr. Prevost, traduzidos do francez*; teve bastantes edições, sendo, parece que a ultima, em 1840.

Rodrigues *(Lourenço)*. Physico do hospital de Todos os Santos, fallecido em 1594. Foi nomeado em 14 d'abril de 1587, com o ordenado annual de 80$000 reis, 2 moios de trigo e 1 de cevada e casas dentro do hospital; em 1593 passou a ter 30$000 reis para casas, e mais como gratificação um quarto de carneiro pela Paschoa e pelos Santos, e um quarto de porco pelo Natal. Lourenço Rodrigues vivia em Beja, quando foi chamado para este logar por ser christão velho e ter aprendido em Coimbra, sendo estas as condições que a provisão de 14 d'abril de 1587 estabelecia para tal nomeação. Como em 27 de junho de 1593 declarasse não poder só tratar todos os doentes, fôram nomeados mais dois physicos, Miguel Cabreira e João Alvares Pinheiro, com o ordenado de 30$000 reis e casas ou 20$000 reis para ellas Foi n'este anno que se começaram a dar as propinas de carne pelas festas aos clinicos do hospital.

Rodrigues *(Luiz)*. Gravador em madeira no tempo d'el-rei D. Manuel. E' apenas conhecido, porque o seu nome figura no frontispicio do Regulamento do modo como os inspectores das comarcas deverão prover as capellas, hospitaes, confrarias, etc., novamente coordenado e compilado por el-rei D. Manuel, mandado imprimir por João Pedro Bonhommi de Cremona por ordem o com privilegio do rei.

Rodrigues *(Luiz)*. Professor de ensino livre, dedicando-se especialmente ao magisterio das linguas franceza e portugueza, disciplinas para que se encontra inscripto no Lyceu Central de Lisboa desde 189?. Foi antigo discipulo dos Padres da Missão e frequentou o Curso Superior de Letras. Publicou: *O primeiro livro de francez, methodo elementar da lingua franceza, leituras e exercicios graduados, para uso dos alumnos que começam o estudo d'este idioma*, Lisboa, 1892.

Rodrigues *(Manuel)*. Autor d'uma *Relação do que succedeu na provincia da Beira, depois que chegou D. Alvaro de Abranches por capitão general d'ella, e do exercito que assiste n'aquellas fronteiras*, Lisboa. 1641. Era natural de Teixoso, proximo da Covilhã. Nada mais se sabe a seu respeito.

Rodrigues *(Manuel)*. Nasceu no Funchal, ilha da Madeira, a 25 de novembro de 1697, sendo filho de Francisco Moreira Ramos e de Josepha Maria Pereira. Foi em 1710 para o Rio de Janeiro para a companhia d'um tio ali residente, o capitão Manuel Netto Barreto. Ali frequentou o seminario da Cachoeira, estudando humanidades com os padres jesuitas, revelando tão grande intelligencia, que em pouco tempo ficou sabendo a grammatica latina. Em 1716 assentou praça de soldado no regimento do mestre de campo Manuel d'Almeida Castello Branco, que guarnecia a Nova Colonia do Sacramento. Foi nomeado cabo, passando, em breve a sargento, e quando já tinha este posto resolveu entrar na ordem de S. Francisco, entrando no convento de N. S.ª d'Assumpção, de Buenos Ayres, a 25 de julho de 1718, e professando solemnemente a 26 do mesmo mez de 1719. Foi estudar philosophia no convento de Cordova, que ficava na distancia de 120 legoas de Buenos Ayres, e um anno de theologia. Acompanhou Fr. José de Cardenas na sua viagem á provincia de Santa Fé. Tendo recebido noticia da morte de seus paes, deixando na orphandade e ao desamparo tres filhas donzellas, partiu logo para Lisboa a soccorrer suas irmãs. Aqui ficou vivendo, tornando se um orador sagrado muito apreciado. Falleceu na segunda metade do seculo XVIII. Publicou alguns dos seus sermões.

Rodrigues *(Manuel)*. Cirurgião e lente da cadeira de operações no hospital de Todos os Santos, logar para que foi nomeado por decreto de 23 d'agosto de 1777. A concessão d'esta cadeira tinha as seguintes condições: «Será obrigado o dito Manuel Rodrigues a curar todos os doentes da Enfermaria ou Enfermarias, que lhe fôrem encarregadas pelo enfermeiro mór do mesmo hospital; ensinará a todos os praticantes as operações de cirurgia, que se fazem no corpo humano, para cujo exercicio o dito enfermeiro mór lhe destinará os praticantes que deve ter, de modo que nem elle, nem os outros mestres de cirurgia fiquem

prejudicados. Haverá no mesmo hospital uma estatua, que represente a figura humana, para n'ella se ensinar aos praticantes todo o genero de ligaduras proprias de qualquer operação, afim de que, exercitando se n'esta parte, saibam o que é mais essencial na cirurgia, pois o modo com que se applicam as ataduras concorre muito para o bom successo das curas. Não será pago do seu ordenado, sem que apresente certidão do enfermeiro mór de que tem cumprido tudo o que por elle lhe foi determinado, e feita a assistencia que convem ao seu emprego.» Manuel Rodrigues foi cirurgião da real camara, e parece que falleceu em 1788.

Rodrigues *(Fr. Manuel).* Bacharel em Direito civil pela Universidade de Coimbra, e depois religioso em Hespanha. N. em Extremoz em 1545, fal. em Salamanca a 25 de fevereiro de 1613. Depois da sua formatura, foi para Extremoz exercer a advocacia. Tendo mais tarde umas dissidencias com seu pae, resolveu ir para Hespanha dedicar-se á vida do claustro, e entrou na ordem dos capuchos de S. José, passando depois á de S. Thiago de Castella. Entregou se ao estudo da theologia e do direito canonico, distinguindo-se muito como canonista na Universidade de Salamanca. Jubilou-se depois como lente de theologia especulativa. Escreveu em latim 3 tomos de *Questões regulares e canonicas*, que se imprimiram em Salamanca em 1598, 1600 e 1602, reimprimindo se em Tours, 1609; em Veneza, 1611; em Colonia, 1622; em Antuerpia, 1828; em Lyão, em 1613. Os religiosos da provincia reformadora de Santo André, de Flandres, publicaram um compendio d'esta obra por aphorismos e ordem alphabetica, obra importantissima, como se prova pelas successivas reedições nos paizes estrangeiros. Todas as suas obras tiveram este acolhimento lisonjeiro. A *Explicação das bullas da cruzada, clausulas dos jubileus e confessionarios*, que elle publicou em castelhano, depois de ter sido impressa em Alcalá em 1589, foi reimpressa em Barcelona, 1591; em Lisboa, 1592; em Salamanca, 1594, 1599, 1602 e 1610. Traduzida em latim por Bartholomeu Cannial, imprimiu se em Veneza, 1638; em Barcelona, 1617. Traduzida em italiano por Julio Cesar Valentim, foi impressa em Veneza, 1610; em Palermo, 1622. A *Summa dos casos de consciencia* teve numerosas edições em Salamanca, Barcelona, Alcalá, Lisboa e Valladolid. Foi tambem traduzida em latim e em italiano. Fr. Manuel Rodrigues era um dos oraculos da sciencia canonica nos seculos XVI e XVII, não só de Portugal, ou da peninsula, mas de toda a Europa.

Rodrigues *(P. Manuel).* Jesuita. N. na Covilhã nos fins da primeira metade do seculo XVI, e fal. em Coimbra a 20 de setembro de 1612. Era filho de Francisco Gonçalves e de Guiomar Rodrigues. Entrou no noviciado da Companhia de Jesus em 27 de dezembro de 1561, para coadjuctor espiritual. Prestou relevantissimos serviços durante a peste que devastou Lisboa em 1569, e trinta annos depois, em 1599, achava se em eguaes circumstancias em Braga e em Coimbra, prestando tambem bons e desinteressados serviços aos atacados da peste, que assolou estas duas cidades. Escreveu: *Relação da peste que devastou a cidade de Coimbra no anno de 1599*, etc., que saiu na *Imagem da Virtude*, do P. Franco.

Rodrigues *(P. Manuel).* Escriptor mystico, que viveu no seculo XVIII, e imprimiu em 1716 uma obra intitulada *Despertador eucharistico*, para se demonstrar que os irmãos do Santissimo se deveriam apressar a acompanhar o viatico quando fôsse levado aos enfermos.

Rodrigues *(P. Manuel).* Jesuita. N. em Vianna do Alemtejo, em 1625, e fal. em Gôa. Era filho de Simão Rodrigues e de Catharina Dias. Professou na Companhia de Jesus em 20 de janeiro de 1642, e partiu para a India em 1647, sendo encarregado de missionar em Madure, onde esteve 20 annos. Deixou duas *Cartas ao padre André Freire que lhe dá noticia das suas missões*, impressas em parte na *Imagem da Virtude*, do P. Franco.

Rodrigues *(P. Manuel).* Padre da Congregação do Oratorio de S. Filippe Nery, de Pernambuco. Era natural de Lisboa, sendo filho de Belchior Rodrigues e de Anna Maria; fal. a 6 de julho de 1723. Entrou na Congregação em Pernambuco, e voltando a Portugal professou a 13 de julho de 1691. Regeu a cadeira de philosophia, e prégou em Lisboa. Traduziu do francez o *Compendio de prodigios e estimulo da devoção da Senhora Sant' Anna*, etc., que se publicou em Lisboa em, 1710.

Rodrigues *(Manuel Maria).* Escriptor e jornalista. N. em Valença, em 1847, fal. no Porto a 16 d'agosto de 1899. Foi para esta cidade exercendo a profissão de typographo nas officinas do *Commercio do Porto*, e pela sua applicação e muita intelligencia foi empregado em varios trabalhos de redacção, reporter, revisor, etc., até que entrou definitivamente para um logar de redactor effectivo, em que se conservou muitos annos. Collaborou em diversos jornaes litterarios e artisticos, e foi um dos fundadores da Associação dos Jornalistas. Na revista *Arte Portugueza* vem no n.º 4.º um resumo do relatorio, que Manuel Maria Rodrigues apresentou na reunião, presidida pelo sr. Joaquim de Vasconcellos, destinada a solemnisar o segundo anniversario da instituição do Centro Artistico. Apaixonado e muito versado em assumptos archeologicos, escreveu differentes artigos sobre a especialidade no *Commercio do Porto* e no *Occidente*. Escreveu os seguintes romances originaes: *As infelizes*, de costumes populares, Porto, 1865; *O que faz a ambição!* Porto, 1866; *A Rosa do adro*, Porto, 1870; teve outra edição, parece que em 1885; *Os filhos do negociante*, Porto, 1878; *Estudantes e costureiras*, Porto, 1814. Publicou tambem o opusculo *O Explicador tauromachico*, Porto, 1870, e traduziu o romance de Emilio Zola, *A Obra*, Porto, 1886. Para o theatro escreveu as operettas *Diabrete* e *Schah em Pancas*, representadas no theatro da Trindade do Porto, com musica de Alves Rente, e *Na Lua*, operetta phantastica, representada no *Principe Real*, hoje de *Sá da Bandeira*, com musica de Miguel Angelo. De collaboração com Luiz Botelho traduziu a zarzuella *Dolores*.

Rodrigues *(Martim).* Mestre das obras do palacio de Cintra, que falleceu em 1490, succedendo-lhe na direcção d'esses trabalhos, seu filho João Rodrigues. V. *este nome*.

Rodrigues *(D. Martinho).* Bispo do Porto, pertencente a uma das mais nobres familias de Portugal. Foi o 28.º que occupou a cathedra episcopal a contar de Constancio, que foi o primeiro bispo da sé portucalense. Governou a sua diocese durante 35 annos (1192 a 1227), e encontrou-

se em graves difficuldades por causa do conflicto que teve com o rei D. Sancho I. Foi em 1208 que rebentou essa lucta formidavel entre a realeza e o poderio episcopal. O bispo principiou por se indispôr com o cabido, fazendo lhe imposições que elle se recusou a acceitar, motivo porque recorreu para o rei. D. Sancho deu razão ao cabido, e o bispo enfureceu-se desacatando a autoridade do soberano. Então, o monarcha terrivel que não consentia affrontas á sua dignidade real, de tal maneira interveiu, que D. Martinho teve de fugir, sendo os seus bens confiscados e preso seu irmão Pedro Rodrigues. Enraivecido, o bispo fulminou do seu exilio excommunhões a que D. Sancho não deu importancia. O papa interveiu, e o monarcha submetteu se então. D. Martinho Rodrigues voltou para a sua cathedra episcopal, retomou posse dos seus bens e levantou as excommunhões. Comtudo, a paz não foi duradoura, porque o irrequieto bispo, allegando um vago parentesco entre D. Sancho e sua mulher D. Dulce, declarou que os não considerava esposos legitimos, visto não terem impetrado da Santa Sé a competente dispensa, e quando os soberanos passaram uma vez pelo Porto o bispo recusou-se a ir recebel os processionalmente, segundo o uso d'aquella epoca. D. Sancho irritou-se, mas esperou que se apresentasse occasião para se vingar, e essa occasião não tardou a apparecer. D. Martinho, homem ambicioso e autoritario, sustentava que o Porto era um burgo episcopal, e portanto todos lhe deviam obediencia. Os burguezes, sustentando o contrario, recusavam-se a submetter-se ao poderio do bispo, dizendo que não eram vassallos da mitra, invocando para o effeito o seu foral. O bispo allegava que os portuenses haviam desistido tacitamente dos seus privilegios, acceitando cargos administrativos da confiança do bispo. Estalou então um grave motim, porque os burguezes recorreram ás armas, em que fôram logo auxiliados pelo rei. O bispo defendeu-se, e sustentou heroicamente um cêrco dez mezes, até que se viu obrigado a render se á discreção, por lhe faltarem os elementos de resistencia, e acceitou condições tão humilhantes que, para se eximir a ellas, saiu do Porto, indo a Roma apresentar as suas queixas ao papa Innocencio III. Ali se conservou até que, por morte de D. Sancho I subiu ao throno seu filho D. Affonso II. Regressando então á sua diocese manteve se em socego, mas subindo ao throno D. Sancho II, logo saiu do seu silencio, sendo um dos primeiros prelados que dirigiram ao papa acerbas queixas contra o monarcha, e que lhe moveram a guerra implacavel, que terminou com a deposição do soberano. Essa campanha de odio foi ao principio dirigida por D. Martinho Rodrigues, mas não chegou a vêl a concluida. Fôra elle o chefe do clero e enviava queixas successivas a Gregorio IX, mas o papa enthusiasmado pela guerra contra os moiros, como D. Sancho se mostrava um brilhante combatente, não satisfazia ás reclamações do velho bispo do Porto, que entretanto morria, continuando outros n'essa campanha de odio, que só terminou pela deposição do monarcha, conforme dissémos.

Rodrigues *(Miguel)*. Militar, que serviu na India, e no segundo cêrco de Diu esteve n'esta fortaleza commandando 30 soldados, que municiava e mantinha á sua custa. Escreveu: *Carta a el rei D. João III, sobre os successos do cêrco de Diu*. Este curioso documento foi copiado do Archivo Nacional do *Corpo chronologico*, parte 1.ª, masso 78, e publicado em Lisboa, 1839, por diligencia de João Carlos Feio Cardoso de Castello Branco.

Rodrigues *(Fr. Miguel)*. Religioso da ordem da Santissima Trindade. Era natural de Elvas. Foi um theologo distincto. Viveu quasi sempre em Hespanha, e ali escreveu um *Tratado da Conceição da Virgem Maria*, em latim, que ficou manuscripto.

Rodrigues *(P. Paulo)*. Jesuita; doutor em Theologia pela Universidade de Evora. N. no Castello de Lanhoso no anno de 1580, fal. em Coimbra a 20 de maio de 1653. Era filho de Antonio Rodrigues e de Domingas Gonçalves. Entrou na Companhia de Jesus, no noviciado de Coimbra, em 22 de setembro de 1596. Foi professor da Sagrada Escriptura nos collegios de Coimbra e de Evora, onde se doutorou em 3 de fevereiro de 1630. Falleceu no collegio de Coimbra, deixando varias obras em latim, sendo algumas d'ellas impressas no estrangeiro.

Rodrigues *(Pedro)*. Fidalgo do seculo XIII, irmão do bispo do Porto D. Martinho Rodrigues. Era filho de D. Ruy das Asturias. Apaixonou se por D. Maria Paes, mulher de seu tio D. Gonçalo Gonçalves, e d'esse amor morreu, como se lê no *Livro velho das linhagens de Portugal* e no *Nobiliario do Conde D. Pedro*: «Dom Gonçalo Gonçalves foy casado com dona Maria Paes, filha de Dom Paio Curvo de Toronho em Galliza, por quem morreu de amôr Pero Roiz da Palmeira.» Este episodio forneceu ao distincto escriptor Julio Dantas o assumpto para a sua peça em 4 actos, intitulada *O que morreu d'amôr*, que se representou em 1899, no theatro de D. Amelia, hoje theatro da Republica.

Rodrigues *(Pedro)*. Pintor, que vivia no tempo do reinado de el-rei D. Manuel, pelos annos de 1489 e 1508.

Rodrigues *(Pedro)*. Medico, que escreveu uma obra intitulada *De temperamentis*, que ficou manuscripta, e de que dá noticia Barbosa Machado.

Rodrigues *(P. Pedro)*. Jesuita. N. em Evora em 1542, e fal. em Pernambuco em 1628. Era filho de Sebastião Borralho e de Catharina Rodrigues. Entrou na Companhia de Jesus em 14 de fevereiro de 1556. Dictou letras humanas por espaço de cinco annos, philosophia e theologia moral. Foi reitor dos collegios da ilha da Madeira e de Bragança, passando depois como visitador a Angola, sendo por fim nomeado provincial do Brazil. Escreveu: *Vida e milagres do Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus*, obra dividida em 3 partes; manuscripto que se conservava no collegio de Lisboa; saíu traduzido em latim pelo P. Sebastião Beretario, publicado em Lugdunum, 1617; e em castelhano pelo P. Estevão Patermina, Salamanca, 1618; e em francez, Dovay, 1619; *Annua do Brazil, sendo provincial, escripta em o 1.° de maio de 1597 ao padre assistente João Alvares*; saíu com outras que colligiu o P. Amador Rebello, Lisboa, 1598, O P. Pedro Rodrigues deixou 10 volumes de annotações a Santo Agostinho, que se conservavam no collegio de Pernambuco, e se perderam quando os hollandezes invadiram essa capitania.

Rodrigues *(Raymundo Venancio)*. Doutor em

Mathematica pela Universidade de Coimbra, e lente cathedratico, de prima da mesma faculdade. N. em Badem Sirulá de Bardez, a 13 de maio de 1813, fal. em Coimbra a 22 de novembro de 1879. Era filho de Vicente Salvador Rodrigues. Em 1832 autorisava o governo da metrópole o vice-rei da India para escolher d'entre os estudantes que frequentavam as escolas, quatro que se distinguissem pelo seu maior talento e applicação nos estudos, afim de seguirem os cursos superiores em Portugal. Raymundo Venancio Rodrigues foi um dos quatro escolhidos, e com os primeiros estudos superiores veiu de Gôa para a metrópole em 1833, matriculando-se no anno seguinte nas faculdades de mathematica e de philosophia na Universidade de Coimbra. Recebeu o grau de bacharel em 1839, e o de doutor a 26 de julho de

Raymundo Venancio Rodrigues

1840. Desejando alargar os seus conhecimentos em outra faculdade, seguiu e completou o curso de medicina, obtendo a formatura em 1843, sendo n'esse mesmo anno nomeado lente substituto extraordinario de mathematica. Pela parte que tomava na defeza das idéias liberaes desde 1842 até 1849, foi n'este ultimo anno preso com outros adversarios da politica do conde de Thomar, conduzido para a Figueira da Foz e Buarcos, e d'aqui para Lisboa, onde entrou na cadeia do Limoeiro com os seus companheiros d'infortunio. O governo não se contentou com esta violencia, e demittiu o dr. Raymundo Venancio Rodrigues do seu logar de lente substituto, nomeando para preencher a vaga outro doutor, em cuja politica podia desassombradamente confiar. A demissão foi em 1847, e só em 1851 o governo que se seguiu ao denominado periodo da Regeneração, é que reparou tão grande injustiça, nomeando o dr. Raymundo Venancio Rodrigues para o logar de lente cathedratico. O decreto d'esta nomeação tem a data de 28 de julho do mencionado anno de 1851, referendado pelo ministro do reino, o conselheiro José Ferreira Pestana. O dr. Raymundo Venancio Rodrigues exerceu diversas vezes o cargo de vereador da camara municipal de Coimbra, onde prestou muitos e bons serviços, registados e louvados nos jornaes locaes. Coimbra deve lhe grandes melhoramentos, como o alargamento da antiga rua de Coruche, que depois se chamou do Visconde da Luz, o cemiterio da Conchada, a arborisação das estradas e avenidas convizinhas da cidade, etc. No Montepio Conimbricense tambem prestou importantes serviços. O dr. Raymundo Venancio Rodrigues era commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e socio do Instituto de Coimbra. Quando os imperadores do Brazil na sua visita a Portugal, estiveram em Coimbra, houve festa solemne na Universidade, e o lente escolhido para a oração foi o dr. Raymundo Venancio Rodrigues que a proferiu brilhantemente na presença dos regios visitantes. Escreveu: *Relatorio da gerencia municipal de Coimbra dos dois biennios decorridos desde 2 de janeiro de 1858 até 31 de dezembro de 1861*, etc., Coimbra, 1861. Em 1858 havia publicado outro relatorio; *Oração de sapiencia*, recitada em 1882 pelo centenario do marquez de Pombal em acto solemne na Universidade; Coimbra, 1882; saíu tambem no *Annuario da Universidade*. No *Conimbricense* de 53 de novembro de 1879 vem publicada uma minuciosa biographia, escripta por Martins de Carvalho.

Rodrigues *(Salvador)*. Medico, que viveu no seculo XVI. Foi poeta muito apreciado no seu tempo, e escreveu varias poesias a Jeronymo Cardoso, que lhe dedicou uma das suas obras.

Rodrigues (*Sezinando*). Juiz do povo em Evora, por occasião dos tumultos em 1637, precursores da revolução de 1 de dezembro de 1640. V. *Portugal*, vol. III, pag. 234.

Rodrigues *(Simão)*. Pintor que viveu nos fins do seculo XVI e principios do XVII. Foi um dos que em 1602 compraram a capella de S. Lucas na egreja da Annunciada. Attribue-se-lhe um quadro do Nascimento de Christo que existia no refeitorio do convento de Belem, e passava por ser um dos seus melhore quadros. Attribuia-se tambem a Amaro do Valle e ao pintor allemão Marçanello. O conde A. Raczynski, citando a opinião do conego Villela da Silva de que esse quadro seja do Simão Rodrigues, não a admitte por não saber em que ella se funda. Funda-se principalmente na opinião de Felix da Costa, que é a mesma que invoca Cyrillo, que Raczynski, aliás cita no mesmo artigo.

Rodrigues *(Thomaz)*. Poeta latino de bastante merecimento, que escreveu um poema em latim e em honra das façanhas de D. Affonso Henriques, que ficou manuscripto no collegio dos jesuitas de Evora.

Rodrigues *(Vicente)*. Genealogista que viveu no seculo XVII. Escreveu a *Genealogia da familia dos Pinheiros*, que não se imprimiu.

Rodrigues (*Vicente*). Piloto mór muito conhecedor do caminho da India, que duas vezes percorreu em 1568 e em 1570. Escreveu: *Roteiro da carreira da India, dos rumos que se ha de governar em toda a viagem e dos signaes que em toda ella já se acham.* Apezar de manuscripta, esta obra

era muito conhecida e apreciada em Portugal e no estrangeiro, tendo-se provavelmente tirado grande numero de copias.

Rodrigues Ilhéo situado na costa E da ilha das Flôres, Açôres.

Rodrigues de Abreu. V. *Abreu.*

Rodrigues de Andrade (*Agostinho*). Publicou: *Chorographia historico estatistica do districto de Coimbra, baseada em documentos officiaes*, Coimbra, 1896.

Rodrigues de Azevedo (*Alvaro*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, professor e escriptor. N. em Villa Franca de Xira a 19 de março de 1825, sendo filho de Antonio Placido de Azevedo e de D. Maria Amalia de Azevedo Indo, depois de obtidos os indispensaveis preparatorios, cursar a Universidade de Coimbra, formou se na faculdade de Direito em 1849. Foi, mediante concurso, provido em 1855, na 5.ª cadeira (oratoria, poetica e litteratura) do Lyceu Nacional, do Funchal, onde se conservou por espaço de 25 annos, jubilando-se no fim de 1880. Durante este mesmo praso, exerceu no Funchal a advocacia. Escreveu em 1840 um drama em 3 actos, intitulado *Miguel de Vasconcellos*, que submetteu á approvação do Conservatorio da Arte Dramatica, e foi approvado Escreveu mais: *O Livro de um democrata*, Coimbra, 1848; *O Communismo, discurso proferido na Aula de Pratica forense da Universidade de Coimbra, em que se expõe e combate esta doutrina*, Lisboa, 1848; *Manual pratico dos testamentos*, Funchal, 1866; *Curso elementar de recitação*, Funchal, 1869; *Chorographia do archipelago da Madeira*, Funchal, 187 ; *Notas ás «Saudades da Terra» do dr. Gaspar Fructuoso, que, com este inedito, publicou*, Funchal, 1873; *Romanceiro do archipelago da Madeira*, Funchal, 18 2. Collaborou nos seguintes jornaes da Madeira: *A Discussão*, *A Madeira*, *A Madeira Liberal*, *O Oriente do Funchal*, e *Revista Judicial.*

Rodrigues de Azevedo (*Diogo*). Fidalgo que se tornou conhecido, por ter sido o portador das barbas que D. João de Castro cortára para as enviar aos senadores de Gôa, em penhor do emprestimo que pretendia levantar para a reconstrucção da fortaleza de Diu.

Rodrigues de Azevedo (*Francisco Antonio*). Presbytero secular, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, e lente cathedratico jubilado da sua faculdade. N em Coimbra a 8 de outubro de 1811, onde tambem fal. a 12 de janeiro de 1897. Era filho de Justiniano Antonio Rodrigues. Seus paes possuiam poucos meios de fortuna, e por isso empregaram grandes esforços para o educarem na carreira, que tão superiormente trilhou. Estudou preparatorios no Collegio das Artes, passando depois a estudar Theologia na Universidade, fazendo um curso distincto em que obteve as mais altas classificações Doutorou se em 22 de julho de 183. Foi nomeado lente em 2 de março de 1848, e jubilou, sendo lente de prima, decano e director da faculdade, em 5 de maio de 1870. Recebeu a carta de conselho inherente ao cargo de lente de prima com 10 annos de serviço, no referido dia 5 de maio. Foi nomeado conego mestre-escola da sé de Coimbra em 14 de abril de 1862, e professor do Seminario da mesma cidade. Governou muitos annos o bispado de Coimbra, como presidente do cabido, e foi eleito par do reino pelos estabelecimentos scientificos em 14 de julho de 1890. Era socio do Instituto de Coimbra. Recusou varias vezes o episcopado. Joaquim Antonio de Aguiar lhe offereceu o logar de vigario geral do patriarchado; o duque d'Avila, em 1868, desejou nomeal-o bispo coadjutor, com futura successão, do bispado de Coimbra; foi instado pelo governo e pela nunciatura para acceitar a mitra de Braga, e Julio de Vilhena lhe offereceu a mitra de Portalegre para o nomear patriarcha de Lisboa por morte do patriarcha D. Ignacio Pio IX dirigiu-lhe honrosissimas cartas autographas. A sua morte causou a mais profunda sensação Um dos seus biographos dirigiu á sua memoria estas sentidas phrases:

Francisco Antonio Rodrigues de Azevedo

«O dr. Rodrigues de Azevedo deixa uma pagina brilhante nos annaes da Universidade de Coimbra, um nome glorioso na historia da sciencia e do pulpito portuguez. Humanista distinctissimo, theologo eminente, professor modelo e orador consummado, eis os titulos que recommendam á posteridade a memoria illustre d'esse vulto gigante, que tão brilhantemente affirmou a sua poderosa individualidade scientifica durante o seu longo tirocinio de professor e orador sagrado. Como theologo foi o primeiro do seu tempo .. etc.» Escreveu uma *Synopsis sacrae Hermeneuticae quam in usum Scholarum coordinavit... in Univers, Coimbra, Sacrae Theologiae Prof. Pub Ord.*, Conimbricae, 18.8. Em 1864 começou a publicar um *Commentario á Synopse.* Compoz um *Juizo Critico* sobre a *Grammatica Portugueza*, que foi publicado por ordem do extincto Conselho Superior de Instrucção Publica, e tambem fôram publicadas: *Oração proferida na distribuição de premios na Universidade, por D. Pedro V*; *Oração em latim, por occasião da visita á Universidade pelo Principe, depois rei d'Italia, Humberto; Oração em latim, na abertura da Universidade em outubro de 1867.* Dos sermões que prégou, publicou os seguintes: *Sermão da Annunciação de Nossa Senhora, prégado na capella da Universidade de*

Coimbra a 25 de março de 1852, Lisboa, 1852; *Oração funebre, que nas exequias do senhor D. João III, recitou na real capella da Universidade de Coimbra, a 11 de junho de 1853*, Lisboa, 1855; com o retrato do autor; *Sermão em acção de graças pela definição dogmatica da Immaculada Conceição de Nossa Senhora, prégado na egreja de S. Domingos em 19 de agosto de 1855*, Lisboa, 1855; *Oração funebre, que recitou nas exequias que a Camara Municipal de Lisboa fez celebrar por occasião da trasladação dos ossos de Francisco Manuel (Filinto Elysio) para o cemiterio do Alto de S. João, em 19 de junho de 1856*, Lisboa, 1856; foi mandada publicar pela Camara Municipal; *Sermão da Cinza, prégado na Sé Cathedral de Coimbra no dia 9 de março de 1859*, Coimbra, 1859; foi mandado imprimir pelo bispo-conde D. José Manuel de Lemos; *Oração funebre, que recitou nas exequias que, em honra do reverendo José Vicente Gomes de Moura, fizeram celebrar as pessoas mais distinctas de Poyares no dia 26 de agosto de 1859*, Coimbra, 1859; *Oração funebre nas exequias do sr. D. Pedro V, celebradas pela Universidade de Coimbra, na sua Real Capella, em 11 de dezembro de 1861*, Coimbra, 1862; *Sermão sobre o Mysterio da Encarnação de N. S. Jesus Christo, prégado na Real Capella da Universidade de Coimbra, no dia 4 de abril de 1864*, Coimbra, 1864; *Oração funebre, recitada nas exequias celebradas na Sé Cathedral de Coimbra em 30 de janeiro de 1867, por alma do sr. D. Miguel de Bragança*, Lisboa, 1867; *Oração evangelica sobre a Egreja Catholica, prégada na Sé de Coimbra, na 3.ª dominga da quaresma, 15 de março de 18 8*, Coimbra, 1868; *Oração gratulatoria recitada na Sé Primacial de Braga no dia 17 de junho de 1868, vigesimo segundo anniversario da exaltação ao throno pontificio de Sua Santidade o Papa Pio IX*, Braga, 1869; *Oração sagrada, proferida por occasião do juramento dos lentes na Real Capella da Universidade de Coimbra no dia 1.° de outubro de 1870*; *Sermão da Soledade de Nossa Senhora, prégado na Sé de Coimbra, no dia 29 de março de 1872*, Coimbra, 1872. Estes sermões, e bem assim as manifestações de sentimento em Coimbra e fóra de Coimbra, por occasião da morte do dr. Rodrigues de Azevedo, e algumas cartas que lhe fôram escriptas sobre os seus sermões, fôram reunidos em livro pelo sr. visconde de Taveiro, hoje conde de Santar, o qual se imprimiu com o titulo: *Tributo de saudade que, á memoria do seu dedicado amigo dr. Francisco Antonio Rodrigues de Azevedo, paga o visconde de Taveiro*, Lisboa, 1897. Este livro não foi posto á venda, distribuiu se pelos amigos do dr. Rodrigues de Azevedo e do referido titular. Tambem se publicaram alguns outros sermões em jornaes litterarios.

Rodrigues de Azevedo (*João*). Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, juiz do tribunal da Relação de Lisboa. N. em 1839, fal. a 29 de setembro de 1908. Matriculando-se na referida faculdade, terminou a sua formatura em 1861, e exerceu diversos cargos, para que foi nomeado pelos seguintes decretos: do 25 de outubro de 18 6, delegado do procurador regio da comarca da ilha de S. Jorge; de 21 de novembro de 1867, egual cargo em Villa Nova de Fozcôa; de 11 de fevereiro de 1869, idem em Figueiró dos Vinhos; de 9 de junho de 1870, idem em Cintra; de 20 de novembro de 1873, idem em Abrantes; de 22 de julho de 1874, idem em Setubal; de 9 de agosto de 1875, nomeando-o juiz do direito e collocando-o na comarca de Figueira de Castello Rodrigo; de 27 de dezembro de 1877, egual cargo em Cintra; de 22 de fevereiro de 1883, nomeando-o juiz de 2.ª classe e collocando o na comarca de Moura; do 13 de dezembro do 1883, egual cargo no Cartaxo; de 18 de novembro de 1886, nomeando o juiz de 1.ª classe e collocando-o na comarca de Santarem; de 30 de dezembro do 1890, nomeando-o juiz da 1.ª vara da comarca de Lisboa; de 10 d'abril de 1894, passando para a 6.ª vara da mesma comarca; de 28 de maio de 1898, nomeando-o juiz de 2.ª instancia da Relação dos Açôres; de 30 de agosto de 1899, collocando-o na Relação do Porto; de 29 de março de 1900, collocando o na Relação de Lisboa, e por fim, pela sua doença, passára ao quadro da magistratura sem exercicio.

Rodrigues de Azevedo (*Simão*). Celebre jesuita N. em Vouzella, e fal. em Lisboa a 15 de julho de 1579. Era filho de Gil Gonçalves e de Catharina de Azevedo, pessoas principaes d'aquella terra. Ficando muito novo orphão de pae, foi com seu irmão Sebastião Rodrigues de Azevedo estudar na Universidade de Paris, e recebendo o grau de mestre em philosophia, relacionou-se intimamente com Santo Ignacio do Loyola. Foi elle um dos primeiros a ligar se ao notavel asceta, e já figurou na pequena missão da collina de Montmartre, em Paris, em que os poucos, mas ferventes, sectarios do antigo cavalleiro hespanhol fizeram voto solemne de irem á Terra Santa ou se pôrem á disposição do papa. Acompanhando Ignacio de Loyola a Veneza e a Roma, permanecendo por algum tempo em varias cidades da Italia, foi escolhido pelo chefe da nova religião para, juntamente com S. Francisco Xavier, vir a Portugal fundar a nova sociedade, e passarem ao Oriente a defender a religião de Christo. D. João III acolheu os novos padres com o enthusiasmo que lhe inspiravam todas as instituições devotas; mas na côrte nem todos so mostravam favoraveis á Companhia, e no conselho de estado, em que se decretou so os jesuitas deviam ou não partir para a India, D. Henrique, então inquisidor mór, sustentou a idéa de os deixar ir para o Oriente, onde bem poderiam servir a religião. Ao lado de D. Henrique havia, porém, no conselho, muito quem desejasse a permanencia dos padres em Portugal, e como essa era tambem a vontade do monarcha, prevaleceu a opinião de que elles ficassem. Logo em seguida D. Pedro Mascarenhas, que parece ter sido o agente particular de Santo Ignacio, mudou em parte a resolução do soberano, e Francisco Xavier embarcou para o Oriente, conservando-se em Portugal o P. Simão Rodrigues para fundar um seminario. Os jesuitas haviam chegado a Portugal em 30 de maio de 1540, e logo no anno seguinte, o rei fez doação á Companhia de Jesus do mosteiro de Carquere, a tres legoas de Lamego, e pouco depois se creou o collegio de Lisboa no mosteiro de Santo Antão o Velho, principiando a crescer rapidamente o novo instituto, graças á protecção que lhe dispensaram D. João III e os seus ministros. Apezar d'este favor, a Companhia tinha desde a sua origem inimigos e adversarios em toda a Europa, e entre nós, principalmente da Universidade de Coimbra, sairam por vezes

queixas extranhando a facilidade com que el rei abria as portas do reino e das aulas a homens novos de que se desconfiava muito, e que eram ainda pouco conhecidos. Alguns frades subiram ao pulpito, e prégaram contra as mortificações publicas que Simão Rodrigues ordenava, outros publicavam escriptos contra a Companhia, accusando a de desobediencia aos decretos apostolicos e sustentando que as unicas regras do seu governo eram as que lhe dictava a absoluta vontade de Simão Rodrigues contra quem eram principalmente dirigidas as accusações e memorias como contra o autor d'aquelle novo modo de vida e das invenções de que mais se lastimavam os mestres da Universidade. Esta guerra chegára ao seu auge em 1544, e o cardeal D. Henrique obtendo então o consentimento do rei, mandou tirar uma inquirição severa contra Simão Rodrigues e seus companheiros, incumbindo-a a Fr. Diogo de Murça, reitor da Universidade, e a outras pessoas illustres. A devassa correu os tramites ordinarios, mas o exame saiu favoravel ao novo instituto, e d'ahi por deante o cardeal inquisidor deixou de o hostilizar, as murmurações cederam ou abrandaram, os jesuitas tornaram-se mais audazes em todo o paiz, e Simão Rodrigues grangeou cada vez mais a estima e o valimento do soberano. Pretendeu D. João III fazel-o bispo de Coimbra, mas elle recusou, acceitando, porém, o logar de mestre do principe D. João, herdeiro da corôa. Quando se estabeleceu a provincia de Portugal em 1546, Simão Rodrigues occupou o logar de chefe, e d'ahi por deante cuidou activamente de robustecer o novo instituto, indo por vezes a Roma tratar de negocios relativos á sua ordem, e olhando attentamente para tudo quanto podia ser causa de influencia e predominio da milicia em que se alistára. Foi elle quem aconselhou a escolha de Luiz Gonçalves da Camara para mestre do principe D. Sebastião, e por meio d'esse agente soube inspirar ao infeliz moço os sentimentos que mais quadravam ao bem e prosperidade da Companhia. Simão Rodrigues de Azevedo falleceu na casa professa de S. Roque.

Rodrigues de Bastos (*José Joaquim*). Fidalgo da Casa Real, conselheiro, cavalheiro da ordem de Christo, bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra. N. em Vallongo a 8 de novembro de 1777; fal. no Porto em 1862. Era filho de João Rodrigues da Cruz e de D. Barbara Luiza Correia de Bastos. Tendo concluido o curso juridico, foi por algum tempo advogado do numero na Relação do Porto, e entrando depois na carreira da magistratura, em que sempre se conservou até fallecer, foi nomeado juiz de fóra da villa do Eixo, servindo em seguida diversos cargos até chegar a ser desembargador do Paço. Em 1821, foi eleito pela provincia do Minho, deputado ás côrtes constituintes, tomando assento na sessão preparatoria de 24 de janeiro d'esse anno, sendo escolhido dois dias depois, para as funcções de secretário por 47 votos, continuando a ser reeleito nas côrtes ordinarias que se succederam. Em 1827 foi nomeado intendente geral da policia da côrte e reino, pela infanta D. Izabel Maria, então regente do reino e n'essa qualidade adheriu ao governo de D. Miguel, sendo por este encarregado de varias commissões importantes. Quando em 1833 se restabeleceu o regimen constitucional, José Joaquim Rodrigues de Bastos retirou se á vida particular, entregando se exclusivamente a occupações litterarias, que lhe grangearam grande reputação. A primeira obra que publicou foi as *Meditações ou discursos religiosos*. Esta primeira edição, que saíu em 1842, em Lisboa, sem o nome do autor; comprehendia sómente os primeiros 13 capitulos. A pureza do estylo e o acerto dos conceitos tanto recommendaram a obra, que a edição se esgotou rapidamente. Seguiu-se logo no anno seguinte, 1843, a 2.ª; e em 1844 a 3.ª, augmentada com uma nova introducção, e alguns capitulos; seguiu-se a 4.ª, e a 5.ª em 1850, no Porto; assim como a 6.ª e a 7.ª em 1857. A fama d'esta obra espalhou se no estrangeiro, e chegou a França, onde se publicou uma traducção em francez, autorisada pelo arcebispo de Paris. Tambem foi traduzida em inglez e em italiano. Animado pelo notavel exito d'esta obra, que foi adoptada geralmente para livro de leitura em muitas escolas do paiz, Rodrigues de Bastos publicou em 1847 outra obra intitulada; *Collecção de pensamentos, maximas e proverbios*, em 2 tomos; teve tambem 3 edições, no Porto, sendo a 3.ª augmentada. Esta obra passa por ser a mais notavel que então existia no seu genero em Portugal. Encetando então o genero de romance religioso escreveu: *A Virgem da Polonia*; Lisboa, 1847; 2.ª edição mais augmentada, 1849; 3.ª mais augmentada do que a 2.ª, Porto, 1854. Tambem foi traduzida em francez esta obra. Escreveu mais: *Os dois artistas, ou Albano e Virginia*; teve 3 edições, sendo a 3.ª em 1857, impressa no Porto; *O Medico do deserto*, tambem teve 3 edições, sendo a 2.ª em 1857. Attribue-se lhe a *Biographia da serenissima senhora infanta D. Izabel Maria*, opusculo anonymo, sem declaração de logar nem anno de impressão. Rodrigues de Bastos tambem foi corregedor e provedor da comarca do Porto, com a graduação de desembargador. José Joaquim Rodrigues de Bastos foi um dos escriptores portuguezes que alcançaram maior celebridade em Portugal, devendo a sobretudo ao seu elevado e verdadeiro merecimento. Tem biographia e retrato na *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, vol. III, 1862, escripta por Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos; tambem se póde vêr a *Revista Peninsular*, no tomo II; *Apontamentos* insertos na *Miscellanea Litteraria*, do Porto, 1860, pag. 49 a 53, por M. B. Branco, e quanto aos seus trabalhos, como deputado em 1821, a *Galeria dos deputados*, de pag. 248 a 251. No *Commercio do Porto* de 6 de outubro de 1862, saiu um artigo necrologico.

Rodrigues de Brito (*João*). Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, desembargador da Casa da Supplicação, etc. N. em Evora, e fal. durante o governo de D. Miguel. Seguindo a carreira da magistratura, exerceu varios cargos judiciaes em Portugal e no Brazil, sendo tambem deputado ás côrtes constituintes de 1821. Como um grande numero de escriptores d'essa epoca, tratou de dar esclarecimentos ás côrtes, e escreveu: *Cartas economico politicas sobre a agricultura e commercio da Bahia*, Lisboa, 1821; um opusculo intitulado *O dedo do Gigante*, Lisboa, 1821. Rodrigues de Brito, sem ser orador notavel, occupou por varias vezes a tribuna nas côrtes constituintes. Veem alguns dos seus discursos nos *Diarios das Côrtes*, de 1821 e 1822, e

na *Galeria dos deputados*, a pag. 191 e seguintes, o juizo critico ácêrca do modo como desempenhára o mandato dos seus constituintes no congresso de que fez parte.

Rodrigues de Brito (*Joaquim José*). Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, e lente cathedratico jubilado da sua faculdade. N. em Evora em 1753 e fal. em Coimbra a 20 de novembro de 1831. Doutorou-se em 8 de julho de 1787, entrou como lente substituto na Universidade em 19 d'agosto de 1803, sendo despachado lente cathedratico em 2 de janciro de 1816, e jubilado em 1823. Escreveu: *Memorias politicas sobre as verdadeiras bases da grandeza das nações, principalmente de Portugal*, Lisboa, 1803.

Rodrigues de Brito (*Joaquim Maria*). Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, e lente cathedratico da sua faculdade. N. em Coimbra a 22 de junho de 1822, onde tambem fal. a 18 de dezembro de 1873. Era filho do dr. Joaquim José Rodrigues de Brito. Doutorou-se a 25 de julho de 1843. Foi nomeado lente substituto por decreto de 27 d'agosto de 1855, passando mais tarde a lente cathedratico. Escreveu: *Corographia do reino de Portugal, para uso das escólas de instrucção primaria*, Coimbra, 1850; *Philosophia do Direito* Coimbra, 1869; 2.ª edição, 1871; dizem que d'esta obra existe uma versão em allemão; *Resposta ás breves reflexões do ex.mo sr. dr. Vicente Ferrer sobre a «Philosophia do Direito,»* Coimbra, 1869. Na occasião do fallecimento publicou Joaquim Martins de Carvalho, no *Conimbricense* de 20 de dezembro de 1873, um artigo, elogioso do dr. Joaquim Rodrigues de Brito. Referindo-se á obra *Philosophia da historia do Christianismo*, de que chegára ainda a imprimir se 22 folhas ou 352 paginas do tomo 1, diz: «O estudo immenso e superior ás suas forças physicas, que para esta obra empregou seu illustre autor, minou lhe a existencia. Muitas vezes instámos com o sr. dr. Brito que não levasse os seus trabalhos scientificos a tamanho excesso, pois que assim abreviava os dias da vida, e não poderia concluir a sua obra querida. Tudo porém era inutil. A *Philosophia da historia do Christianismo* ficou desgraçadamente como inedita.»

Rodrigues Calixto (*Antonio*). Negociante portuguez estabelecido em Olivença, que n'essa epoca era pertencente a Portugal. Escreveu: *Lições breves e simples sobre o modo de fazer o Vinho, extrahidas das obras de Mr. Maupin; compostas na lingua castelhana, e dadas á luz na lingua portugueza*, Lisboa, 1801

Rodrigues da Camara (*Joaquim José*). V. *Camara* (*Joaquim José Rodrigues da*).

Rodrigues de Campos (*P. João*) Presbytero que viveu no seculo XVII. Era natural de Leiria e escreveu a vida das suas confessadas *Sebastiana de Jesus* e *Izabel da Encarnação, terceiras professas*. Ficaram ambas manuscriptas, mas deram elementos a Fr. Manuel da Esperança para a sua *Historia Seraphica*.

Rodrigues de Campos (*José Paulo*). D'este escriptor e poeta desconhecem-se as circumstancias da sua vida e a profissão, sabendo se apenas que foi familiar do Santo Officio, como se vê nos frontispicios d'algumas suas composições. Escreveu: *Ecloga tragico pastoril na morte do sr. D. José, principe do Brazil*, Lisboa, 1788; saiu com as iniciaes J. P. R. de C.; *O auspicio feliz: drama allegorico para se representar na abertura do theatro da Rua dos Condes*, Lisboa, 1792; *Idyllio pastoril sentimental dos pastores do Tejo na ausencia dos seus amabilissimos maioraes, etc.*, Lisboa, 180‹; com as iniciaes J. P. R. de C.; *Drama heroico-pastoril denominado: O aprasivel almoço e alegrias vivas com que os pastores do Tejo applaudiram a restauração da saude preciosissima do bom pastor* (O principe do Brazil D. João), Lisboa 1789.

Rodrigues Cardoso (*Antonio*). Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra. Era natural de Villa Real, sendo filho de João Rodrigues Cardoso. Doutorou se em 29 de julho de 1819 Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento.

Rodrigues Cardoso (*Fernando*). Medico pela Universidade de Coimbra, onde regeu algumas cadeiras da sua faculdade. Era natural de Vizeu, e fal. a 20 de junho de 1608 Dedicou se muito ao estudo, tornando-se um medico muito elogiado pelos seus contemporaneos, e considerado por Zacuto como um eximio medico. Rodrigues Cardoso regeu as referidas cadeiras até ser nomeado physico-mór do reino. Deixou umas obras escriptas em latim sobre medicina, que se imprimiram. e duas em hespanhol: *Discursos del Vesuvio* e *Vida de Lope de Vega*, que ficaram manuscriptas.

Rodrigues Carneiro (*Martim*) Cavalleiro fidalgo da casa do primeiro duque de Bragança. Foi casado, e teve de sua mulher a Ruy Martins, abbade de Valle Frexôso e homem de grande illustração, que foi muito protegido por D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga, indo com elle na embaixada a Roma, no tempo de D. João II O arcebispo o nomeou vigario perpetuo e visitador da comarca de Chaves. Foi este padre o instituidor do morgado do Anjo, em Chaves, em 1518, reinando el-rei D. Manuel, do qual foi primeiro administrador Francisco Rodrigues Carneiro, seu filho, tambem padre e abbade de Valle Frexôso. D'estes fôram filhos: Jacome Rodrigues Carneiro, segundo administrador do morgado do Anjo, e D. Francisca Rodrigues, e d'estes descendem muitas familias illustres.

Rodrigues de Carvalho (*Francisco*). Um dos collaboradores do *Parnaso de Villa Viçosa*, filho de um vedor da fazenda dos duques de Bragança, que viveu no seculo XVII n'essa pequena côrte ducal do Alemtejo.

Rodrigues de Carvalho (*Theotonio*). Cavalleiro fidalgo da Casa Real, tenente d'um dos regimentos de infantaria da Bahia, e professor de esgrima em Lisboa, que viveu nos fins do seculo XVIII e principios do XIX. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento Escreveu: *Tratado completo do jogo de florete, em o qual se estabelecem os principios certos dos exercicios offensivos e defensivos d'esta arte: obra necessaria ás pessoas que se destinam ás armas, e util áquellas que se querem aperfeiçoar; traduzido dos melhores autores francezes*, Lisboa, 1801; tem 8 estampas desdobraveis, abertas em cobre; *Breve resumo do jogo de florete em dialogo, para qualquer curioso se applicar ao estudo d'esta brilhante arte*, Lisboa, 1804.

Rodrigues Cassam (*Francisco*). Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra. N. em 1611, e fal. em Coimbra em 1701. Era um medico muito apreciado, sendo tambem mathematico distincto e bibliophilo. Foi grande adversario do tabaco, e escreveu uma *Invectiva* contra essa plan

ta, que não chegou a imprimir. Escreveu ainda um tratado em que gravemente provava que os Campos Elysios estiveram em Coriolos junto do Mondego. Tambem o não imprimiu. A sua grande fama de medico fez com que fôsse chamado a Lisboa para tratar o infante D. Pedro, depois rei D. Pedro II.

Rodrigues Castello Branco *(João)*. Contador na cidade da Guarda, e um dos que contribuiram para a vasta recopilação do *Cancioneiro* de Garcia de Rezende, cancioneiro em que figuram versos d'este fidalgo.

Rodrigues de Castello Branco *(João)*. Mais conhecido pelo cognome de *Amato Lusitano*. Medico judeu que se tornou muito celebre. N. em Castello Branco em 1508, e fal. em 1568. Foi estudar medicina a Salamanca, e tão rapidos progressos fez e tal intelligencia mostrou, que ainda mal contava 18 annos, e já lhe permittiam fazer clinica nos hospitaes d'aquella cidade. Voltou a Portugal, mas n'esse tempo tratava se do estabelecimento do tribunal da Inquisição, e João Rodrigues de Castello Branco logo viu que lhe não eram salutares os ares patrios. Partiu então para o estrangeiro, visitou Flandres, França e Italia, contrahindo relações com os homens mais notaveis do seu tempo, como Luiz Vivés e outros, que admiravam não só a sua erudição e o seu engenho, mas o methodo que seguia na sua clinica. A fama de Amato Lusitano estendeu-se por toda a Europa, e tanto o senado da republica de Ragusa como o rei da Polonia lhe mandaram offerecer grossas quantias para aproveitarem os seus serviços e a sua arte, mas Amato Lusitano affeiçoou se á Italia, e desejou fixar a sua residencia em Ancona. Escolheu mal o sitio por ser nos Estados Pontificios. Não tardou a ser perseguido como renegado, visto que elle, apezar de seguir a religião hebraica, em Portugal fôra obrigado a dar-se por christão novo, Amaro Lusitano fugiu para Pesaro, e ahi imaginou que poderia viver tranquillamente por possuir as boas graças do senhor da cidade, o duque Ubaldino de Ferrara. Logo conheceu que se enganara, e não teve remedio senão abandonar os estados christãos, indo viver para Thessalonica, no imperio ottomano, onde pôde seguir livremente a religião de seus paes, e onde morreu de peste. Este medico, um dos mais celebres do seculo XVI em toda a Europa, escreveu varias obras todas em latim: Um Indice de Dioscorides, uns commentarios do mesmo sabios, uns commentarios de Avincena, e um livro intitulado *Sete centurias de curas medicas*, em que expunha as suas doutrinas sobre a sciencia, de que foi tão eximio cultor.

Rodrigues Castro *(João Maria)*. Antigo empregado do commissariado do exercito, e depois proprietario d'uma officina typographica, que esteve por alguns annos situada na rua dos Fanqueiros, de Lisboa. N. na ilha de S. Miguel, em 1790, mas ignora se a data do fallecimento. Parece que foi elle o traductor da obra franceza *Historia completa das Inquisições da Italia, Hespanha e Portugal*, que se publicou anonyma em 1829, ornada com 8 estampas. Esta obra desappareceu rapidamente, e n'esse mesmo anno logo se fez outra edição. Era traduzida da historia escripta em francez por La Vallée e impressa em 1809.

Rodrigues das Chagas *(Cypriano José)*. Capitão do antigo regimento de milicias de Lisboa Occidental, e familiar da casa dos marquezes de Castello Melhor, onde servia de secretario e de bibliothecario. Parece que nasceu entre os annos de 1780 e 1790, e que falleceu entre os annos de 1848 e 1859. Escreveu: *A Constancia; ecloga feita nos tristes dias da horrivel traição franceza*, etc., Lisboa, 1808; *Ode ao ill.mo sr. José Sebastião Pereira Godinho, coronel de milicias*, Lisboa, 1812. No *Investigador portuguez*, parece que de 1814, publicou um artigo em refutação das pretenções do alguns escriptores francezes attribuirem a marinheiros de Dieppe a prioridade da descoberta da Guiné, artigo que reimprimiu em 1840, quando a publicação da memoria do visconde de Santarem veiu chamar de novo a attenção para esse assumpto. O artigo tinha por titulo: *Descoberta e occupação da Guiné só pelos portuguezes, ou refutação das modernas pretenções da França áquella descoberta*. Quando em 1820 rebentou a revolução liberal, Rodrigues das Chagas abraçou a com enthusiasmo, sem se deixar, porém, arrebatar por excessos de radicalismo. Logo n'esse anno, escreveu e publicou: *As Côrtes ou os direitos do povo portuguez;* em 1821, um *Compendio do governo constitucional*; e um *Elogio a S.M. o senhor D. João VI, rei do reino unido*, etc.; *Perigos descobertos, ou memorial aos representantes da Nação Portugueza em Côrtes*, a qual constava de tres partes: 1.ª sobre um obstaculo que impede a recta administração da justiça (os emolumentos dos empregados); 2.ª Sobre a nullidade e insufficiencia do direito de punir de morte; 3.ª Sobre a deshonra e funestas consequencias que resultam de abraçarmos a Constituição hespanhola.

Rodrigues Chaves *(João)*. Escriptor, nascido em Lisboa em 6 de novembro de 1701, e fal. na segunda metade do seculo XVIII. Estudou no collegio de Santo Antão. Escreveu: *Historia ecclesiastica e chronologica da primeira edade do mundo: Flores historicas, moraes e criticas*, etc., tomo I, Lisboa, 1741. Esta obra devia ter 3 tomos, mas não consta que se imprimissem os outros dois.

Rodrigues Chaves *(José)*. Actor e escriptor; homem muito habil, incansavel trabalhador, muito engenhoso, porém, sempre muito infeliz. N. em Lisboa a 29 de julho de 1852. Aos 9 annos de edade, sendo estudante, escreveu uma peça para ser representada no collegio pelos condiscipulos. Os ensaios eram nas horas de recreio, e representava se ás quintas feiras. Pouco a pouco todos os rapazes queriam entrar na peça, e Rodrigues Chaves ia escrevendo papeis novos para todos, acabando por só haver actores e nem um espectador. Aos 14 annos, ao mesmo tempo que aprendia o officio de relojoeiro, entrou para discipulo do theatro das Variedades, estreando-se na magica de Eduardo Garrido. *A Pomba dos ovos de ouro*. Passou depois ao theatro do Principe Real com a empresa Santos e Pinto Bastos, em seguida para o D. Maria II, voltando d'ali para o de Principe Real. Fez numerosos papeis, mas agradando principalmente no general Boum da *Gran-Duqueza de Gerolstein*, que fez em confronto com o actor Faria, que n'elle tinha sido notavel. Foi depois para as Variedades, escripturado por uma empresa que teve curta duração. Ficando desempregado, voltou para o theatro de D. Maria II outra vez como discipulo e ganhando ás noites. D'ahi ainda foi para o Principe

Real; esteve depois no Gymnasio n'uma empresa dirigida por José Romano, que tambem pouco tempo durou. Novamente se encontrou nas Variedades, tropeçando sempre com difficuldades. Escreveu varias cançonetas, monologos e scenas comicas, sendo a mais representada a que tem por titulo *A Duqueza por um sabio*, que representou numerosas vezes. E' de fazer com perfeição essa scena que o alcunharam de *Chaves gallego*, porque a personagem é um cidadão de Tuy. Desde essa epoca é que Rodrigues Chaves começou a luctar mais desesperadamente, mostrando as suas habilidades e aptidões, por assim dizer, excepcionaes, mas sem resultado. Apparece em Lisboa um tal Holden com os seus *fantoches* e elle trabalha dia e noite durante 16 mezes, e apresenta uma magnifica collecção de figuras arranjadas por elle, e que exibiu em Lisboa e em Hespanha, trabalho que ficou em breve inutilisado, por que a collecção teve a infelicidade de arder por completo. De volta da Hespanha, sem esse recurso, e ficando ainda compromettido com dividas, foi para o theatro dos Recreios, a fim de pagar, com o seu trabalho, o que mandára pedir para poder regressar á patria, e ali se sujeitou, além de representar, a exercer os cargos de pintor scenographo, aderecista, ensaiador, fazer reclames, etc., saindo por fim d'aquelle theatro sem recurso algum. Vê no Colyseu o ventriloquo O'Kil e executa os seus trabalhos, sendo muito applaudido, e nada mais. Quiz fazer um beneficio, transferiu o cinco vezes e acabou por desistir. Seria longa a citação dos trabalhos que o seu espirito prescrutador e imitativo, tem executado, sempre com muito louvor e applausos, mas sem resultados pecuniarios. Imitou Sarini com as desapparições de pessoas vivas; imitou Chrowther com os extraordinarios golpes de sabre, cortando barras de chumbo, carneiros, etc., imitou a prestimana Dicka com o gabinete negro; fez uma collecção de instrumentos excentricos, escrevendo elle proprio as musicas para n'elles se executarem; inventou trabalhos de prestidigitação completamente novos; pintou quadros a oleo em cinco minutos; fez caricaturas instantaneas no genero de François; fez os trabalhos de hypnotismo, suggestão e transmissão do pensamento de Onotroff, que fôram prohibidos pela auctoridade, quando lhe começavam a dar dinheiro; fez os celebres calculos mentaes do celebre Inaudi, n'uma recita em seu beneficio, tendo a infelicidade da receita não chegar sequer para as despezas da noite. Por occasião do casamento d'el rei D. Carlos, em 1886, tendo falta de trabalho, apresentou-se ao architecto Valentim Correia, e nas ornamentações, sem que nunca tivesse estudado, apresentou trabalhos apreciaveis. D'outra vez, por intermedio d'um amigo, entrou para uma fabrica de papeis pintados, e estudando muito, conseguiu fabricar um papel imitando marmore e madeira egual ao estrangeiro, mas a fabrica, quando se viu habilitada a tal melhoramento, prescindiu dos seus serviços. Rodrigues Chaves, procurando sempre os meios de subsistencia para a sua numerosa familia, tem lançado mão de toda a especie de trabalho. Já pintou um quadro sacro; em pasta tem feito innumeros trabalhos, imitando em baixos relevos objectos de arte antigos. Em tamanho natural, fez em medalhão o busto do conde de Paris, que offereceu á Rainha D. Amelia. Ha bastantes annos improvisou, na rua de D. Pedro V, o theatro *Bijou*, na intenção de apresentar os seus *Androides*, os *fantoches* que lá arderam. Depois transformou o em theatro infantil, onde deu provas da maior paciencia, ensaiando e dirigindo uma companhia de creanças, que ensinava a representar, conseguindo dar ainda bastantes recitas organisando um longo reportorio; a concorrencia ia augmentando, porque a companhia infantil agradava bastante, quando uma noite o theatro foi pasto das chammas. Continuando sempre no seu labutar incessante, luctando sempre com a adversidade, chegou ha poucos annos a um estado muito precario, e recorreu a um beneficio no theatro Etoile; trabalhou muito para apresentar um espectaculo variado, e a imprensa auxiliou-o com os seus reclamos, mas á ultima hora, faltaram-lhe alguns elementos com que contava, e o beneficio pouco rendeu, não compensando o excessivo trabalho nem os grandes esforços empregados para o realisar. Ha pouco organisou tambem uma companhia de pretos, que pôde reunir, e deu alguns espectaculos no theatro da Rua dos Condes, na epoca de verão.

Rodrigues Cheiroso *(Francisco)*. Escriptor, natural de Borba, e cujas obras ficaram ineditas. Escreveu: *Espelho de murmuradores*, *Espelho de bem casados*, *Pensil de sabios*, *Confusão de nescios*, *Descripção das artes liberaes*.

Rodrigues Chorro *(Bartholomeu)*. Presbytero secular, mestre de grammatica latina. Era natural de Mação. Escreveu a seguinte obra: *Curiosas advertencias da boa Grammatica no Compendio e Exposição do P. Manuel Alvares*, Lisboa, 1619, e mais as seguintes edições: 1623, 1665, 1672, 1675, 1677, 1694, 1710; em Coimbra, 1713; em Lisboa, 1736; em Coimbra, 1738, 1746 e 1748.

Rodrigues Coelho *(P. Manuel)*. Organista e harpista muito apreciado. N. em Elvas em 1583, mas ignora-se a data do fallecimento. Estudou musica desde os 8 annos na sua terra natal, onde chegou a ser mestre da capella da cathedral, passando depois para a sé de Lisboa, onde exerceu o cargo de professor. Em 1603, precedendo a rigoroso exame, em que foi brilhantissimo, exame que se exigia para a admissão na capella real, e a que estavam presentes o prelado e todos os capellães cantores, foi nomeado por Filippe II capellão e *tangedor de tecla* (organista) da capella real, e por carta regia do mesmo soberano, datada de 10 de junho de 1604, se lhe fez mercê da tença de 20 reales. Exercia este cargo havia 17 annos, quando imprimiu em Lisboa, em 1620, o seu livro intitulado: *Flôres de musica para o instrumento de Tecla e Harpa, compostas pelo padre Manuel Rodrigues Coelho, capellão do serviço de Sua Majestade e tangedor de tecla da sua real capella de Lisboa, dedicado a S. C. R. Majestade el rei D. Filippe das Hespanhas*. Por alvará de 13 de outubro de 1633 foi aposentado com cem mil reales de pensão, *por ter servido 30 annos continuos, e achando se muito velho não podia acudir á sua obrigação*. O livro do P. Rodrigues Coelho consta d'uma curiosissima collecção de peças de musica para orgão, eravo ou harpa; é a primeira obra de musica instrumental que se imprimiu em Portugal, e patenteia bem que o seu autor foi dos mais habeis contrapontistas da sua epoca.

Rodrigues Coelho *(Manuel)*. Pharmaceutico em Lisboa, mas nascido em Setubal, sendo baptisado a 2 de fevereiro de 1687. Ignora-se a data do fallecimento Escreveu o seguinte livro, dividido em tres partes. *Phamacopea Tubalense chimico-galenica; Parte I e II*, Lisboa, 1735; saindo reimpressas em Roma em 1760; *Parte III*, Lisboa, 1751.

Rodrigues da Conceição *(Francisco)*. Vice-inspector aposentado do corpo de bombeiros municipaes de Lisboa. N. em Lisboa a 28 de setembro de 1820, sendo filho d'um artista laborioso e honrado do arsenal da marinha. Seguiu a profissão de seu pae, sendo estimado pelos superiores e pelos companheiros. Em 1836 militou no batalhão dos operarios do referido arsenal, tomando parte nos acontecimentos politicos que por essas epocas tanto agitaram o paiz. Restituido o socego, Rodrigues Conceição voltou ao seu serviço do arsenal; porém o seu animo precisava expandir-se, e dedicou se ao serviço humanitario dos incendios, para onde entrou na qualidade de 2.º

Francisco Rodrigues da Conceição

patrão a 8 de abril de 1849, passando a 1.º a 27 de julho de 1852. Em 27 de outubro de 1853, foi louvado publicamente pelo seu inspector, pelos relevantes serviços prestados por occasião do incendio da fabrica do Dejean. Em 25 de janeiro de 1859, recebeu a honrosa distincção da medalha de prata pela sua dedicação no incendio da rua Nova do Almada. Em 9 de agosto de 1860 foi nomeado chefe da 4.ª brigada, e em 7 de janeiro de 1865 um grande incendio no largo do Barão de Quintella lhe proporcionou o ensejo de ser novamente louvado pela camara municipal e pelo seu inspector, que com a mesma honraria o distinguiu em 17 de julho de 1867, por occasião do incendio da rua da Barroca, e um anno depois, em 17 de julho de 1868, por occasião d'um incendio na rua do Loreto. Em 7 de junho d'este anno de 1868, foi nomeado inspector de manobras de bomba, cargo que deixou, quando em 1 de fevereiro de 1869 teve a nomeação de chefe da 2.ª companhia. Em 3 de janeiro de 1870 foi novamente louvado pelo seu inspector pelos serviços que prestou no incendio da travessa de André Valente. Em 15 de setembro de 1872 teve o encargo de instruir nos signaes de apito a corporação, e n'essa commissão mais uma vez revelou a sua competencia. Em 18 de maio de 1874 foi promovido a segundo ajudante, e a 10 de setembro d'esse anno, por uma portaria do ministerio do reino e pelo seu inspector, são exaltados os seus serviços no incendio da Relação Em 25 de dezembro de 1875, foi nomeado 1.º ajudante. Francisco Rodrigues da Conceição, dando sempre provas de actividade e energia, tornaram-n'o sincera e cordealmente estimado pela população de Lisboa, que se habituara a vêl o sempre o primeiro no perigo e o ultimo no descanço. A 17 de junho de 1876 recebeu a mercê d'uma medalha de prata, e os serviços que prestou em 18 de dezembro tambem de 1878, por occasião do desmoronamento de Belem, ajudando a salvar d'uma morte quasi inevitavel um homem sepultado nas ruinas, fazendo o desentulho com perigo da propria existencia para tirar d'ellas os cadaveres dos infelizes operarios, victimas d'aquella horrivel catastrophe, lhe grangearam outra medalha, que lhe foi entregue na sessão solemne da camara municipal em 19 de janeiro de 1879. A 28 de outubro de 1880 recebeu a medalha de prata, pelo seu acto de coragem n'um incendio da rua do Moinho de Vento, depois rua de D. Pedro V, concorrendo para o salvamento de duas pessoas em imminente perigo. Em 26 de dezembro de 1880, por uma portaria do ministerio do reino, foi louvado pelos serviços prestados no incendio da galera allemã *Thalia*. Francisco Rodrigues da Conceição recebeu a mercê do habito da ordem da Torre e Espada por decreto de 28 de março de 1882, pelos serviços de 32 annos consecutivos. A 4 de setembro de 1883 foi lhe concedida a medalha de prata de 1.ª classe da ordem des Chevaliers Sauveteurs des Alpes Maritimes. A 4 de setembro de 1884 recebeu a medalha de prata pelo salvamento d'um soldado de infantaria n.º 5, no incendio no quartel da Graça, e a 20 de maio de 1881. A 8 de janeiro de 1885 foi louvado pela camara municipal em sessão d'esta data, por serviços, com perigo de vida, no incendio da rua de Luiz de Camões, em 2 de janeiro d'esse anno. Em 2 de fevereiro seguinte recebeu tambem a medalha de prata pelo salvamento dos moradores d'um predio da rua de Cima. Em 1 de agosto de 1886 foi promovido a sub-inspector, sendo depois aposentado em vice-inspector. Francisco Rodrigues da Conceição foi disciplinador, intelligente, d'uma actividade rara, tornando se sempre digno da estima e do respeito dos seus subordinados. Ha muitos annos que vive afastado do serviço activo, porque a sua avançada edade de 91 annos e o seu estado de saude o não permittem.

Rodrigues Cordeiro *(Antonio Xavier)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado, escriptor, poeta, etc. N. na aldeia de Córtes, perto de Leiria, a 23 de dezembro de 1819, fal. em Lisboa a 11 de dezembro de 1896. Era filho de Joaquim Nicolau Rodrigues Cordeiro, lavrador e pequeno proprietario, e de sua mulher D. Maria José Xavier da Natividade. A' falta de meios sufficientes para poderem proporcionar a seus filhos uma carreira brilhante e digna do talento que desde creanças revelaram, foi Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro destinado á carreira do commercio, mas pouco depois, como toda a sua tentação fôsse o estudo, conseguiu seguir o curso de pharmacia, por ser

o menos dispendioso. e em que mostrou as mais decididas aptidões, concluindo-o com distincção. Tanto se avantajava nos estudos, que um tio rico, José Nicolau Rodrigues Cordeiro, irmão de seu pae, o fez substituir no serviço militar, que estava desempenhando no regimento de infantaria n.º 7, onde assentára praça em novembro de 1838, para lhe proporcionar um curso superior. No 1.º de janeiro de 1839 começou a estudar as disciplinas preparatorias, estudo que depressa concluiu, matriculando-se em 1842, na Universidade na faculdade de Direito, em cujo curso ganhou o primeiro premio pecuniario no 1.º e 2.º annos, sendo o alumno mais classificado. Em 1844 falleceu seu tio e protector, deixando-o herdeiro

Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro

de metade da sua grande fortuna. Desde então, vendo se rico e com meios de se tornar independente, descuidou mais dos estudos universitarios, dedicando-se mais carinhosamente á litteratura e á poesia, lendo os seus poetas mais favoritos. Foi então que um grupo de academicos de que elle fazia parte, fundou *O Trovador*, especie de jornal poetico, de que foi o redactor principal, e onde se estrearam muitos talentos, que depois muito se distinguiram na litteratura e na poesia. O *Trovador* era o jornal querido da mocidade estudiosa, e marcou uma epoca nos fastos academicos e nos da poesia do seculo XIX. Em 1846, quando rebentou o golpe de estado de 6 de outubro, achava-se Rodrigues Cordeiro em Leiria, no gozo de ferias, e ali ajudou muito a organisação das forças populares e marchou com ellas para Santarem. No entretanto formava-se em Coimbra o batalhão academico. Occupou o posto de major no batalhão movel da Extremadura, e depois da batalha de Torres Vedras, succedida em dezembro d'esse anno, em que tomou parte, marchou para o Porto com os restos fieis da sua gente, servindo ali até á convenção de Gramido, assignada em junho de 1847, como ajudante d'ordens de general Cesar de Vasconcellos, mais tarde conde de Torres Novas, e que então era, pela Junta, visconde do Carril. Emquanto esteve no Porto, escreveu no jornal politico *Estrella do Norte*, que publicava Antonio Luiz de Seabra, um dos membros da Junta. Terminada a campanha voltou para Coimbra a completar a sua formatura. Cordeiro era moço e poeta, mas as luctas civis o tinham levado para a politica, pertencendo ao partido alcunhado da *patuléa*, combatendo o do conde de Thomar. Foi encontrar Coimbra n'um despotismo inclassificavel. Os cartistas victoriosos perseguiam e vexavam por todas as fórmas os convencionados, sendo os principaes perseguidores os proprios agentes da força publica, o batalhão de caçadores n.º 8, que estava de guarnição na cidade. Os bandos de caceteiros aggrediam brutalmente os individuos affectos ao partido popular, e era raro o dia e a noite, em que não se praticavam nas ruas de Coimbra actos de selvageria. Os vencidos crearam então o jornal, o *Observador*, cujo primeiro numero saiu a 16 de novembro de 1847, e que mais tarde, em 24 de janeiro de 1854, tomou o nome de *Conimbricense*, sendo dirigido pelo muito considerado jornalista Joaquim Martins de Carvalho. *O Observador* manteve sempre uma defeza vigorosa contra as infamias praticadas pelas praças do referido batalhão e pelo club cabralista. O governador civil de Coimbra, visconde de Vallongo, homem de ideias moderadas, não convinha ao club cabralista, e por isso o club conseguiu afastal-o d'ali. *O Observador* soffria uma guerra de morte, e Rodrigues Cordeiro era um dos seus redactores mais energicos. Chegou a tal ponto a perseguição, que os typographos viam-se obrigados a ter armas carregadas na casa da imprensa, e o entregador, homem destemido, distribuia o jornal com um par de pistolas na algibeira. Armavam-se embuscadas aos redactores, ás casas onde se vendia, querendo impedir a circulação, até aos habitantes inoffensivos e aos estudantes. Esta perfeita anarchia obrigou uma grande parte dos cidadãos de Coimbra a dirigir uma representação ao governador civil, então Lourenço José Moniz, pedindo lhe para que retirasse d'ali o batalhão de caçadores n.º 8, porque só assim poderia haver socego na cidade. O governador civil attendeu o pedido, e em 31 de dezembro de 1847 veiu do Porto o regimento de infantaria n.º 10, e a 3 de janeiro seguinte saiu de Coimbra o batalhão de caçadores n.º 8. Tanto os officiaes como os soldados de infantaria n.º 10 eram muito disciplinados, e procuravam tornar-se agradaveis, e Coimbra teve um pouco de socego, mas de curta duração, porque o regimento partiu para Lisboa logo a 6 de fevereiro de 1848; o governador civil foi substituido por José Ricardo Pereira de Figueiredo, o proprio chefe do club cabralista de Coimbra e um dos principaes incitadores dos anarchistas. Para a guarnição da cidade foi o batalhão de caçadores n.º 7, e a cidade tornou ao mesmo vandalismo e despotismo anterior. A força publica, que devia manter a ordem, era a primeira a provocar os cidadãos pacificos. *O Observador* atacava sem contemplação os caceteiros e os excessos das praças de caçadores n.º 7. Chegou a tal ponto

aquelle estado anarchico, que os estudantes dirigiram uma representação energica ao governador civil em 24 d'abril e os habitantes, em numero superior a 500, logo no dia immediato dirigiram outra a D. Maria II, pedindo instantemente a demissão do governador civil e a retirada de Coimbra do batalhão de caçadores n.º 7. A demissão do governador deu-se em 8 de maio de 1848, retirando se elle poucos dias depois. Mas ainda a anarchia durou alguns dias, sendo espancados alguns individuos mais em evidencia, escapando quasi por milagre, Rodrigues Cordeiro, como o mais energico redactor do *Observador*, que os assassinos procuravam furiosamente. Restituida afinal a tranquillidade, Rodrigues Cordeiro concluiu a sua formatura, indo depois para Leiria, ou antes para a sua aldeia de Córtes, onde construira um lindo palacete. Em 1851 os leirienses o elegeram deputado, mas a camara dissolveu-se logo em 1852. Montou em Leiria, a expensas suas, uma typographia, e fundou o jornal bi-semanal, o *Leiriense*, onde publicou uns artigos historicos, com o titulo de *Chronicas*, que depois se publicaram em 2 volumes, com o titulo de *Serões de historia*. Fundou tambem em Leiria um montepio artistico. Em 1854 foi nomeado administrador do concelho. Dedicando-se muito á instrucção popular, foi mestre de primeiras letras pelo *Methodo portuguez de leitura repentina*, de Antonio Feliciano de Castilho, n'uma aula nocturna, creada por elle, á sua custa, em Leiria, onde vinha todas as noites de Córtes, a 5 kilometros de distancia aproximadamente. Durante dois annos se manteve esta escola, que se tornou muito sympathica, onde se cantava, para onde as creanças fugiam, e onde com amor se ensinava e se attrahia, chegando a ser um verdadeiro gremio litterario. Em 1854, os sargentos de caçadores n.º 8 consagraram uma receita e o seu rendimento á escola, tornando se esta festa uma homenagem a Rodrigues Cordeiro. O illustre professor, em testemunho de gratidão, escreveu uns versos, que intituiou *Festa de Caridade*, que elle proprio recitou no meio dos mais phreneticos applausos. Em 1856 rebentou em Leiria a cholera morbus, e uma das primeiras victimas foi o pae de Rodrigues Cordeiro, já a esse tempo octogenario. Para acudir a tão lamentavel catastrophe, pôz se denodadamente em campo, tomando todas as providencias ao seu alcance. Estabeleceu um hospital provisorio para cholericos, mandou construir macas que forneceu a todas as freguezias do concelho, para o transporte de doentes pobres, distribuindo soccorros aos indigentes. A camara municipal de Leiria, em gratidão por tão assignalados serviços, deu o nome de *Rodrigues Cordeiro* a uma das ruas da cidade. N'esse mesmo anno de 1856 demittiu-se do cargo de administrador do concelho, por ser eleito novamente deputado, para a legislatura do anno de 1857, ultima em que entrou. Na camara, a sua voz era sempre ouvida com todo o respeito e acatamento. Fez parte do grupo chamado *dos eclecticos*, que em 1858 fundou o jornal *O Futuro*. Agourava-se-lhe triumphos na tribuna parlamentar, mas a camara foi dissolvida por decreto de 25 de maio de 1858. Rodrigues Cordeiro casou em Lisboa, a 19 de setembro de 1859, com D. Maria da Piedade Moreira Freire Manuel de Aboim, pertencente a uma das mais illustres familias do paiz. Esta senhora falleceu a 23 d'agosto de 1886. Em 1861 teve o cargo de redactor das sessões da camara dos deputados, sendo depois chefe da redacção. Em 1862 começou a publicar a continuação do *Almanach de Lembranças*, que fôra fundado em 1850 por Alexandre Magno de Castilho. E' um dos mais graciosos e elegantes almanachs que tem apparecido no mundo litterario, e que se publica ainda hoje. N'aquelle livrinho principiou Rodrigues Cordeiro a publicar, desde 1872, biographias dos mais notaveis escriptores de Portugal e Brazil. Além das poesias insertas no *Trovador*, encontram-se, em grande numero, composições suas, tanto poeticas como em prosa, espalhadas por diversos jornaes litterarios e politicos. D'entre as suas poesias, mencionaremos as seguintes, que se tornaram mais notaveis: *A Doida d'Albano*, *Tasso no hospital dos doidos*, *A corrida*, *O canto do hungaro*, *O outono*, etc. No *Panorama*, tomo III da 2.ª serie, 1844, a pag. 56, o *Vôo d'alma*, e na *Revista Academica de Coimbra*, 1845, a pag. 272, a lenda popular *O conde d'Alarcos*; veja-se tambem o *Instituto de Coimbra*, tomo VI, de 1857, etc. Publicou em prosa: *Elogio historico de Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque*, sem indicação de logar nem anno de impressão, mas sabe-se que é de Coimbra, 1850; fórma o n.º 2 das *Memorias da Academia Dramatica de Coimbra*; *Epocas da vida da mulher*, no *Archivo Universal*, tomo II, pag. 148, 166 e 183; *Cesar Germanico*; é uma nota appensa á versão dos *Fastos* de Ovidio, de Castilho, tomo I, pag 255 a 260. Muitas das suas poesias, antigas e modernas, fôram por elle colleccionadas em 2 volumes e publicadas em 1889, sendo precedidas da sua biographia, escripta pelo seu particular amigo, o fallecido estadista e mimoso poeta Thomaz Ribeiro. No *Almanach de Lembranças*, para 1898, tambem se encontra a sua biographia, escripta por Antonio Xavier de Sousa Cordeiro.

Rodrigues Cordeiro *(João)*. Celebre advogado dos seculos XVII e XVIII. N. em Fonte Arcada em 1651, e fal em Moimenta da Beira em 1731. Formou-se na Universidade de Coimbra em Direito pontificio, foi advogado da mitra de Lamego, e escreveu um livro intitulado *Dubitationes in fôro frequentes*, etc., que se imprimiu em 1713.

Rodrigues da Costa *(Antonio)*. Fidalgo da Casa Real, do conselho d'el rei D. João V e do conselho Ultramarino, official maior da secretaria de Estado, secretario d'embaixadas, e academico da Academia Real de Historia Portugueza. N. em Setubal a 29 de dezembro de 1656, fal. em Lisboa a 20 de fevereiro de 1732. Era profundamente versado na lingua latina e conhecia tambem muito as linguas grega, italiana, franceza e castelhana. Foi tambem escrivão da camara da ordem de Aviz na Mesa da Consciencia e Ordens. Acompanhou como secretario ao conde de Villar Maior (depois marquez de Alegrete), quando em 1686 foi tratar do casamento de D. Pedro II com a princeza D. Maria Sophia, e com egual cargo fez tambem parte da embaixada em que Fernão Telles da Silva, depois 2.º marquez de Alegrete, foi a Vienna d'Austria ajustar o casamento de D. João V. Foi um dos primeiros 50 academicos da Academia Real de Historia Portugueza, instituida por D. João V, e na collecção dos monumentos d'essa sociedade no anno de 1721, se encontra a introducção da *Historia Ultramarina*,

em latim, que fôra encarregado de escrever. Antonio Rodrigues da Costa offereceu ao conde de Villar Maior o manuscripto *Historiarum Lusitanorum*, que pertence hoje aos ineditos da livraria do sr. conde de Tarouca. Antonio Rodrigues da Costa propoz-se a introduzir um novo invento no fabrico da moeda, mencionado no decreto de 21 de setembro de 1686, o qual parece ser no processo da fundição, mas não se encontra descripto esse invento. Escreveu: *Embaixada que fez o ex.mo conde de Villar-maior (hoje marquez de Alegrete) ao Serenissimo Principe Filippe Willelmo, conde Palatino do Rhim, Eleitor de S R. I.; conducção da Rainha Nossa Senhora n'estes reinos, festas e applausos com que foi celebrada a sua feliz vinda*, etc., Lisboa, 1694; *Conversão d'El rei de Bissau conseguida pelo ill.mo sr. D. Fr. Victorino Portuense, bispo de Cabo Verde*, Lisboa, 1695; *Relação dos successos e gloriosas acções militares obradas no Estado da India, ordenadas e dirigidas pelo vice rei e capitão general d'aquelle estado Vasco Fernandes Cesar de Menezes, em o anno passado de 1713*, Lisboa, 1715; reimprimiu-se em 1716; *Consulta do Conselho Ultramarino a Sua Majestade (*D. João V*) no anno de 1732*, manuscripto que se publicou pela primeira vez na *Revista trimensal do Instituto Historico Geographico do Brazil*, tomo VII, pag 498 e seguintes.

Rodrigues da Costa (*João*). Governador de Moçambique e vedor geral d'este estado e provedor-mór dos contos. Falleceu em 4 de abril de 1717, sendo sepultado na egreja de N. S.ª d'Ajuda, de Ribandar, na capella-mór, n'uma campa com o seu epitaphio. A carta de provedor mór dos contos da cidade de Gôa foi lhe passada a 21 de março de 1715. Não se encontra documento algum do seu governo.

Rodrigues da Costa (*João Alberto*). Musico que, apezar de não ser artista superior, gozou da maior consideração pelos muitos e importantes serviços que prestou á sua classe. N. em Lisboa em 1798, fal. em 24 d'abril de 1870. Na sua mocidade era atabaleiro na banda dos menestreis da côrte, ou, como depois se lhe chamou, *musica das Reaes Cavallariças*, corporação que elle mais tarde conseguiu transformar em *orchestra da Real Camara*. Entrou para a irmandade de Santa Cecilia em 3 de setembro de 1821, sendo classificado como tocador de trompa e contrabaixo; fez parte das orchestras do theatro de S. Carlos, da Real Camara e da Sé Patriarchal, occupando em todas o logar de primeiro contrabaixo. Tendo exercido um papel importante na politica partidaria, prestando serviços á causa constitucional e seguindo o partido cartista, obteve um emprego na alfandega, onde foi fiscal dos trabalhos braçaes. Era bom executante, e algumas vezes tocou a solo na Academia Melpomenense e no theatro de S. Carlos; em 17 de fevereiro de 1840 apresentou-se n'esse theatro tocando um duetto de contrabaixo com o celebre concertista italiano Luiz Anglois. João Alberto prestou muitos serviços á classe musical, conforme dissémos. Reorganisou a irmandade de Santa Cecilia, que chegou a estar muito decadente, desde o começo do seculo XIX, por causa da Guerra Peninsular e das continuas luctas politicas, que terminaram em 1833, conseguindo eleval a ao seu antigo estado de prosperidade. João Alberto projectou crear para a sua classe uma associação de soccorro mutuo, e formou-a em 1834, organisando-se os estatutos, que se imprimiram n'esse anno, com o titulo seguinte: *Compromisso do Montepio Philarmonico. Installado em Lisboa aos 4 de novembro de 1834.* Mais tarde esta associação, que se tornara importantissima, teve reforma nos estatutos, que se approvaram na sessão de 20 de maio de 1843, tendo a sancção regia, por portaria de 31 d'agosto, os quaes se imprimiram com o titulo de *Estatutos da Associação do Montepio Philarmonico reformados em 20 de maio de 1843.* Ao mesmo tempo que reformava o Montepio, João Alberto tornava publica, fazendo imprimir os seus primeiros estatutos, a forte associação destinada a defender os interesses da classe, que mais tarde se intitulou *Associação Musica 24 de Junho*, e que até então havia funccionado secretamente sob a fórma de loja maçonica. A Academia Melpomenense foi tambem instituida por iniciativa de João Alberto Rodrigues da Costa, em julho de 1845, sendo destinada a dar concertos e saraus em que os artistas se exercitassem, tanto na composição como na execução, ao mesmo tempo que se tornavam conhecidos e apreciados. Esta nova sociedade ficou definitivamente installada em 27 de fevereiro de 1846, começando logo os concertos e reuniões com o maior brilho. A Academia Melpomenense, n'uma reforma de estatutos em 1855, tomou o titulo de *Academia Real dos Professores de Musica*, porque el-rei D. Fernando, então regente, tinha se declarado seu protector, por alvará de 22 de dezembro de 1854 Esta academia foi dissolvida, por unanimidade de votos, na sessão de assembléa geral de 11 de julho de 1861. João Alberto, graças ás influencias de que dispunha, promoveu no paço a organisação da orchestra da Real Camara e da Capella Real. Aproveitando ainda essa influencia, conseguiu, pouco depois, que o incumbissem de organisar na Sé Patriarchal uma orchestra effectiva, que antes não existia, organisou as orchestras de todos os theatros de Lisboa, fez regulamentos impressos para essas orchestras, e creou uma caixa economica annexa ao Montepio.

Rodrigues da Costa (*João Carlos*). General de divisão reformado, governador do campo entrincheirado de Lisboa, jornalista, escriptor, etc. N. em Lisboa a 7 de setembro de 1843, sendo filho de Manuel Rodrigues e de D. Joaquina Carlota Ramos. A sua vocação para a vida militar accentuou-se logo nos estudos preparatorios, e assim, na Escola do Exercito seguiu brilhantemente os cursos de infantaria e da cavallaria, preparando-se para o curso superior de artilharia, em cuja arma assentou praça a 18 de agosto de 1860, sendo promovido a alferes em 19 de dezembro de 1865, a tenente em 15 de janeiro de 1868, a capitão em 13 de agosto de 1873, a major em 31 de outubro de 1884, a tenente-coronel em 12 de setembro de 1888, a coronel em 30 de junho de 1893, a general de brigada em 21 de outubro de 1903, sendo reformado em setembro de 1910, por ter attingido o limite da edade. Pertencia ao estado maior da sua arma. Esteve nas ilhas dos Açôres no desempenho d'uma commissão de serviço, parece que de 1868 a 1872, assistindo em dezembro de 1871 á inauguração da bibliotheca popular do Club Angrense, onde proferiu um fluente discurso. Começou ali a sua vida de jornalista, fundando em Angra do Heroismo, no anno

de 1868, o *Jornal do Gremio Litterario de Angra do Heroismo*. N'esse mesmo anno e até 1869, foi redactor e director do jornal *A Lagrima*, que en tão se fundou, tendo por companheiro na redacção o bacharel Fernando Rocha, da ilha Terceira. Depois, em 1870, ainda cooperou na redacção de outra folha litteraria, *Idéia social*, que pouco tempo durou. Voltando a Lisboa, entrou para o professorado do Collegio Militar, em 15 de outubro de 1873, tendo já o posto de capitão, leccionando a cadeira de sciencias naturaes e principios de chimica e de physica. Os seus trabalhos no magisterio, comtudo, não o impediram de continuar na sua vida jornalistica, collaborando em diversas publicações litterarias, politicas e militares, escrevendo nos seguintes jornaes: *Revista Militar*, *Galeria Militar*, *Jornal do Exercito portuguez*, *Diario do Exercito*, *Diario de Noticias*, *Commercio do Porto*, *Occidente*, *Correio da Europa*, *Diario Illustrado*, *Diario de Portugal*, etc. Em 1865 começou a escrever na *Revolução de Setembro*, tornando se depois, em 1875, seu redactor politico effectivo. N'este jornal, ao lado de Antonio Rodrigues Sampaio, seu redactor principal, vigoroso jornalista e polémista, foi muito notavel pela energia da doutrina e na controversia, em que o mestre o animava e applaudia. Depois da morte de Sampaio, em 13 de setembro de 1883, a redacção da *Revolução de Setembro* ficou inteiramente a cargo de Rodrigues da Costa e do dr. Cunha Belem. Em 1876, tendo tres annos de professor no Collegio Militar, foi incumbido de redigir a oração da abertura dos cursos, solemnidade a que assistiu el-rei D. Luiz, e por tal fórma se houve no desempenho d'este honroso encargo, que logo lhe foi conferido o grau de official da ordem de S. Thiago, de merito scientifico, litterario e artistico. Esta oração, cujo titulo é *Aspirações de progresso militar*, é dedicada ao general José Paulino de Sá Carneiro, n'essa epoca director do Collegio Militar, e imprimiu-se na Imprensa Nacional, no mesmo anno de 1876. Em 1880, Rodrigues da Costa fez parte da commissão executiva da imprensa, organisada para as grandes festas commemorativas do 3.° centenario de Luiz de Camões, as quaes se realisaram em junho d'esse anno, sendo o dia mais festivo o 10 d'esse mez, data da morte do grandioso poeta Por essa occasião tambem se fundou a primeira Associação dos Jornalistas e Escriptores Portuguezes, sendo Rodrigues da Costa e Eduardo Coelho os que mais trabalharam para se realisar aquella instituição, e n'ella teve a presidencia Rodrigues da Costa, sendo eleito presidente honorario Antonio Rodrigues Sampaio, redactor da *Revolução de Setembro*, o jornal mais antigo do paiz, o qual presidiu á primeira sessão solemne, realisada no proprio dia 10 de junho, na sala da Sociedade de Geographia, servindo de secretarios Rodrigues da Costa e Eduardo Coelho. Em 1878 foi encarregado pelo governo de ir assistir ás manobras do 14.° corpo do exercito francez commandado pelo general Bourbaki, de origem grega, que tinha prestigio n'aquelle exercito pela sua bravura na guerra da Criméa e no assalto a Sebastopol. D'esta commissão apresentou o seu relatorio no ministerio da guerra. O governo francez demonstrou-lhe o agrado em que teve a com parencia de tão distincto official n'um acampamento da França, agraciando-o com o grau de cavalleiro da Legião de Honra. Depois foi-lhe dado o commando superior do campo entrincheirado de Lisboa, em que se conservou, até ser passado á inactividade. O general Rodrigues daCosta tambem, em 1898, fez parte da commissão executiva para as festas commemorativas do centenario do descobrimento do caminho maritimo para a India. Em 1908, para dirigir os trabalhos da commemoração da Guerra Peninsular, foi nomeado pelo governo presidente de uma commissão de officiaes dos mais illustrados do nosso exercito. O illustre general teve assento na camara dos deputados, por duas vezes: a primeira na legislatura de 1882, e a segunda na de 1892. Os seus discursos nas sessões da camara, estão publicados nos respectivos *Diarios*. Escreveu: *José Maria Pacheco de Aguiar, memoria historica e biographica*, Lisboa, 1877; *Independencia e instrucção; discurso proferido na inauguração da bibliotheca popular do club popular Angrense em 1 de dezembro de 1871*. Lisboa 1872; *Discurso pronunciado na sessão solemne de 19 de dezembro de 1878 por occasião da posse do grão-mestre da maçonaria portugueza, conde de Paraty*, Lisboa, 1879. O sr. general Rodrigues da Costa é commendador e grande official da ordem de S. Bento de Aviz, official da de S. Thiago, e gran cruz do Merito Militar de Hespanha.

Rodrigues da Costa *(José Daniel)*. Um dos escriptores mais populares de Lisboa, conhecido mais vulgarmente por José Daniel. N. em Leiria a 30 de outubro de 1757, fal. em Lisboa a 7 de outubro de 1832. Contava apenas dois annos de edade quando foi trazido para Lisboa, e entregue, pelo fallecimento de seu pae, ao amparo d'umas senhoras caridosas que o educaram e sustentaram, ás quaes elle depois valeu agradecido nas suas desditas, como elle proprio declara no seu livro de *Rimas*. Não podendo cursar os estudos superiores aos de primeiras letras e grammatica latina por falta de recursos pecuniarios, acolheu-se á protecção do desembargador Antonio Joaquim de Pina Manique, administrador da Alfandega das Sete Casas, o qual lhe conferiu a administração chamada das quatro portas da cidade e ramo de Belem; e como remuneração dos serviços que prestou n'esse emprego, obteve afinal uma tença e a propriedade de um officio de escrivão e tabellião de notas em Portalegre. Foi ajudante das ordenanças de Alemquer, e promovido depois a major da legião nacional do Paço da Rainha. Casou-se quando contava 31 annos de edade. Sendo contemporaneo do poeta Bocage, quo o não podia vêr, e do P. José Agostinho de Macedo, que não lhe dispensava melhor acolhimento, teve tanta popularidade como elles, posto que o seu engenho fôsse mais reduzido; mas a verdade é que a sua veia cómica, os seus ditos e escriptos graciosos, e seu continuo bom humor e maneiras affaveis lhe conquistavam a sympathia de quantos o conheciam. Viveu por muitos annos dos proventos do seu emprego e do producto dos muitos papeis que imprimia, e que eram sempre bem acolhidos do publico. Consta que obteve do governo, para a impressão dos seus escriptos, um privilegio pelo desembargo do paço. A popularidade que alcançara José Daniel, chegou a irritar Bocage, que não disfarçava o seu ciume, troçando descaroavelmente o pobre poeta popular, quo não aspirava a conquistar a immortalidade, mas

unicamente divertir-se e divertir o povo, e arranjar recursos pecuniarios. Sabendo amoldar-se ás circumstancias politicas do tempo, escreveu successivamente a favor das ideias liberaes e do governo absoluto. D. Miguel concedeu-lhe uma pensão annual de 3 moios de trigo, que teve curta duração, porque falleceu pouco tempo depois. Entrou para a *Nova Arcadia*, o como era da praxe, adoptou um nome pastoril, escolhendo o de *Josino Leiriense* para honrar a terra da sua naturalidade. Os *Opios*, collecção de versos jocosos, os primeiros que publicou, e que eram uma critica moral dos costumes do tempo, fôram reimpressos em 1788. Seguiram-se outros folhetos, mais tarde colleccionados nas *Rimas, offerecidas ao ill.mo sr. Theotonio Gomes de Carvalho*, etc, 1.º tomo em 1795 e o 2.º em 1797. Um bello dia Bocage, aggravado pela Arcadia que tivera o mau gosto de o provocar, desatou a troçar os arcades, mettendo de tal maneira a ridiculo o pobre Josino Leiriense, que o poeta, n'uma afflicção, decidiu-se a procural-o supplicando lhe que o não desancasse mais, porque, se escrevia, não era para conquistar gloria, mas sim para ganhar dinheiro. Bocage tranquillisou-o, dizendo lhe que o deixaria em paz, promessa que não cumpriu, pois apenas viu annunciado o 2.º volume das *Rimas*, o ciume e o despeito inspiraram-lhe um soneto de troça, que fez arreliar muito o poeta, mas divertiu muito os curiosos. Bocage irritava se ao ouvir o nome de José Daniel, tinha-lhe odio, e não podia tolerar que o povo o acclamasse e o considerasse seu escriptor favorito. As producções de José Daniel Rodrigues da Costa são numerosissimas, e seria longa tarefa mencional-as todas, porque n'ellas se incluem muitos pequenos folhetos em verso e em prosa, relativos aos successos da epoca; citaremos as que mais voga tiveram, além das *Rimas* já mencionadas: *Theatro comico de pequenas peças* (serve de tomo III á collecção de *Rimas)*, Lisboa, 1797; contém 15 farças ou entremezes, todos representados nos theatros publicos: *O filho cavalleiro*; *O morgado tolo na casa de pasto*; *Esparrella da moda, O mau rabeca; Os carrinhos da feira da Luz*; *As desordens dos tafues*; *O caes do Sodré*; *Anatomia comica*; *O basofio, ou os dois doutores*; *A casa da opera dos bonecos*; *A marujada*; *A junta dos cabelleireiros*; *A casa desordenada*; *O mathematico e o naturalista*; *A menina discrepta da fabrica nova*; consta que os 3 volumes das *Rimas* fôram reimpressos em 1800; *O Almocreve de petas, ou moral disfarçada para correcção das miudezas da vida*, Lisboa, 1798 e 1799; 2.ª edição, 1819; 3 tomos; *Comboi de mentiras, vindo do reino Petista, com a fragata Verdade encoberta por capitania*, Lisboa, 1801; 2.ª edição, 1820; *O Espreitador do mundo novo*; *obra critica, moral e divertida*, Lisboa, 1802; 2.ª edição, 1819; *Barco da carreira dos tolos, obra critica moral e divertida*, Lisboa, 1803; 2.ª edição, 1820; *O Hospital do mundo*; *obra critica moral e divertida, em que é medico o Desengano, e enfermeiro o Tempo*, Lisboa, 1801; 2.ª edição, 1821; *Camara optica, onde as vistas ás avessas mostram o mundo ás direitas*, Lisboa, 1807; 2.ª edição, 1824; *Tribunal da Razão, onde é arguido o dinheiro pelos queixosos da sua falta*, Lisboa, 1814; 2.ª edição, 1837; *Roda da Fortuna, onde gira toda a qualidade de gente, bem ou mal segura*, Lisboa, 1816; *Os enjeitados da Fortuna expostos na roda do Tempo*, Lisboa, 1818; 2.ª edição, 1837; *Revista dos genios de ambos os sexos*, Lisboa, 1818; 2.ª edição, 1837; *O Balão aos habitantes da Lua; poema heroi comico em um só canto*, Lisboa, 1819; 2.ª edição, 1822; saiu reimpresso no Rio de Janeiro em 1821; *Portugal enfermo por vicios e abusos de ambos os sexos*, Lisboa, 1819; *Portugal convalecido*, Lisboa, 1820; *Conversação das senhoras, em uma sala de visitas antes do chá*, etc, Lisboa, 1822; *Segunda conversação das senhoras*, etc, Lisboa, 1822; 2.as edições, em 1824; *Noite de inverno divertida, ou variedade jocosa em differentes peças*, etc., Lisboa, 1822; *Entrada que deu no inferno a ill.ma e ex.ma sr.ª D. Constituição, que foi levada pelo diabo*, etc., Lisboa, 1823; *Collecção de todas as obras modernas, que o autor tem feito a sua real majestade o augusto sr. D. Miguel I, antes de ir para Allemanha, assim como depois do seu deseja do regresso*, etc., Lisboa, 1829; tem o retrato do autor.

Rodrigues da Costa (*Paulo*). Capitão d'uma caravéla, que foi encarregado, pelo vice rei da India D. Jeronymo de Azevedo, de o informar do sitio e costumes dos habitantes da ilha do S. Lourenço. D'esta expedição, que tovo logar em 1613, e de que se encontra larga noticia na Asia Portugueza, escreveu Rodrigues da Costa uma relação, que se conservava manuscripta no seculo XVIII na livraria do marquez de Abrantes.

Rodrigues Coutinho (*João*). Governador de Angola, nomeado por D. Filippe II em 1601. Chegou ao seu destino em 1602, e como era muito affeiçoado e bemquisto dos jesuitas que tinham embaraçado cruelmente o governo dos seus antecessores, tudo lhe correu bem, e pôde entrar desassombradamente com um pequeno exercito nas terras do Cafuxe, porém, morreu 3 dias depois de entrar em campanha, no mesmo anno de 1602. Como tinha poderes para nomear successor, deixou nomeado em testamento Manuel Cerveira Pereira.

Rodrigues Falcão (*Diogo*). Advogado, nascido em Santarem. Viveu em Roma no seculo XVI, exercendo a advocacia, e ali pronunciou uma oração funebre, em latim, d'el-rei D. Sebastião.

Rodrigues de Faria (*José*). Fidalgo da Casa Real, commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição do Villa Viçosa, 1.º official do ministerio da Fazenda, etc. N. no Porto a 8 de junho de 1811. Tinha pouco mais de 21 annos quando assentou praça no batalhão de empregados publicos, durante o cêrco do Porto. Em 1836, serviu no 7.º batalhão da guarda nacional de Lisboa; em 1840 no batalhão de voluntarios commerciaes, e em 1816, no de artilharia da Carta, no posto de capitão, sendo em 1852 exonerado, ficando com as respectivas honras. Deixando a vida militar, foi para o ministerio da Fazenda, sendo um dos seus primeiros empregados depois de estabelecido o systema representativo, e tão boa conta dava dos serviços a seu cargo, que em 1837 foi superiormente encarregado de inspeccionar as contadorias da fazenda dos districtos de Braga e Villa Real. Por decreto de 16 de dezembro de 1842 foi nomeado para, na qualidade de delegado do thesouro, proceder á transição do systema das contadorias, para o que passou a vigorar nas novas repartições de fazenda. Quando em 1842 teve o encargo d'esta commissão, já era considerado como um dos mais habeis e dos mais

distinctos empregados do ministerio da Fazenda, e a prova é, que por portaria de 23 de outubro do 1843 lhe ter sido confiado o exame nas administrações dos bairros de Lisboa, do modo como era exercida a fiscalisação sobre os respectivos recebedores. Por decreto de 3 de novembro de 1855 foi nomeado para desempenhar a commissão de delegado do thesouro do districto de Coimbra, sendo em 1857 transferida esta commissão para o districto do Porto. Por portaria da direcção geral das contribuições directas de 14 abril de 1858, foi louvado pelo bom serviço prestado como delegado do thesouro do Porto, sêndo por este motivo, e por decreto de 1 de outubro do dito anno, graduado em 1.° official. Por decreto de 16 de dezembro de 1862, foi-lhe conferida a commenda da ordem de Christo, e por portarias de 18 de agosto e de 20 de setembro de 1865, mandado louvar pelas diligencias que empregára para o descobrimento dos livros e documentos, do cartorio do extincto convento da Serra do Pilar, que se achavam extraviados. Por decreto de 23 de dezembro de 1868 recebeu a mercê da commenda da ordem da Conceição, e por carta regia de 17 de março de 1869, a do fôro de fidalgo da Casa Real, sendo em 30 de junho autorisado a usar o brazão d'armas. Por officio da direcção geral da thesouraria, de 30 de junho de 1873, foi louvado pela maneira por que realisou a operação da emissão das obrigações dos caminhos de ferro do Minho e Douro, sendo ainda pelos seus serviços, zelo e intelligencia no desempenho do serviço publico, louvado por portarias de 7 de novembro de 1874 e 24 de maio de 1875. Em 1880 foi-lhe dada a carta de conselho. Em setembro de 1883 era 1.° official do ministerio da Fazenda, onde por mais de uma vez rejeitou o logar de chefe de repartição. N'esse anno fez uma viagem ao estrangeiro, em que percorreu alguns paizes da Europa.

Rodrigues Faya (*P. Domingos*). Presbytero secular do habito de S. Pedro. N. em Portalegre. Escreveu: *Pratica do confessionario e explicação das proposições condemnadas pela santidade de Innocencio XI e Alexandre VIII, traduzido do hespanhol de Fr. Jayme da Carella*, Coimbra, 1744.

Rodrigues Fernandes (*João*). E' natural da ilha das Flôres, Açôres, filho de João Rodrigues Fernandes e de D. Marianna Luiza Furtado Fernandes. Nasceu em 1871 e pertence á mais alta nobreza de Portugal, pois descende em linha recta de Gonçalo Fernandes, cujo verdadeiro nome era D Gonçalo Affonso d'Aviz de Trastamara Fernandes, (o mascara de ferro portuguez), filho de D. Affonso V e da infeliz rainha D. Joanna de Castella, a *Excellente Senhora*, que á força obrigaram a professar em Santa Clara de Coimbra. Era a este que competia succeder no throno a D. João II, se por conveniencias de ordem politica com a Hespanha, e com receio de que o matassem, não tivessem occultado o seu nascimento, desterrando-o para a ilha da Madeira, com prohibição de lá sair, muito embora levasse ali a vida de principe que de direito lhe pertencia, nada lhe faltando da parte da Casa Real para a ostentação d'essa grandeza, enviando lhe todos os annos caravélas carregadas com tudo o que lhe era preciso. Com a morte de D. João II e com o sequestro de D. Gonçalo, quebrou se a geração real, indo por isso occupar indevidamente o throno de Portugal D. Manuel, e sendo ainda mais anomala a successão dos Bragaugas. Rodrigues Fernandes, creança ainda, foi para a ilha do Fayal, matricular-se no lyceu da mesma ilha, vindo completar em Lisboa os preparatorios no collegio Escola Nacional, passando á Polytechnica e depois ao Instituto Industrial e Commercial de Lisboa, onde tirou os cursos de conductor de obras publicas e minas. Em seguida entrou para a direcção das obras publicas do dis

João Rodrigues Fernandes

tricto de Lisboa, para fazer tirocinio, passando depois ao respectivo quadro de engenharia civil. E' secretario geral perpetuo da Associação dos Conductores de Obras Publicas e Minas, da Associação de Estudos Açoreanos, secretario da Associação da Imprensa Portugueza e socio da Associação dos Archeologos Portuguezes. Começou a sua vida jornalistica nos jornaes *Insulano* e *Faylense*, da ilha do Fayal, sendo fundador dos jornaes *O Actual*, *Academico* e do *Boletim dos Conductores de Obras Publicas e Minas*, publicação scientifica com mais de doze annos de existencia, e premiado com a menção honrosa da Exposição de Paris de 1900. Dirigiu a *Gazeta de Obras Publicas*, collaborando no *Occidental* e *Florentino*, da ilha das Flôres, e n'outros jornaes açoreanos, na antiga *Patria*, *Novidades*, *Correio da Noite; Jornal de Lisboa*, *Vanguarda*, *Diario Illustrado*, *O Diario*, *Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes*, *Seculo*, *Diario de Noticias* e varias publicações scientificas e litterarias. Instado por varias vezes e por diversas entidades para entrar na politica, nunca a isso quiz acceder, conservando-se sempre d'ella afastado.

Rodrigues Ferreira (*Simão*). Commerciante em Penafiel, onde nasceu, e fal. a 20 de agosto de 1883. Era filho d'um abastado negociante, recebeu uma regular educação litteraria, e her-

dou o estabelecimento de seu pae, que ampliou, tornando o o primeiro d'aquella cidade, e dando lhe mesmo a feição de casa bancaria, muito acreditada. Fundou tambem uma fabrica de sabões e de cal. Tendo de liquidar a sua casa, por circumstancias particulares, acceitou o emprego de cartorario da Misericordia. Dedicou se a estudos historicos e archeologicos, deixando bastantes escriptos espalhados por differentes jornaes, um volume, *Antiguidades do Porto*, publicado n'essa cidade em 1875, uma memoria ácêrca da Citania, e quando falleceu tinha em via de publicação a sua obra *As Antiguidades de Penafiel* Tambem publicou n'esta cidade em 1879 a seguinte memoria apresentada ao ministerio das obras publicas: *Extincção do phylloxera vastastrix pelo oxido de carbone*. Assistiu ao ultimo congresso anthropologico em Lisboa, e ultimamente havia-se tornado um indefesso propagandista da applicação do oxido de carbone para combater a phylloxera, chegando mesmo a experimentar no Douro, mas sem resultado, um apparelho para esse fim. Exerceu os seguintes cargos publicos em Penafiel: vice-presidente da camara, provedor da Misericordia, juiz substituto, presidente da commissão de recenseamento politico e vice consul de Hespanha.

Rodrigues da Fonseca *(Angelo)*. Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra, e lente cathedratico da sua faculdade. N. no Couto de Cocujães, do concelho de Oliveira de Azemeis, em 14 de dezembro de 1872. Recebeu o grau de licenceado em 15 de fevereiro de 1901, fez acto de conclusões magnas em 23 e 24 de janeiro de 1902, e doutorou se a 27 de abril de 1902. E' lente cathedratico desde 4 de dezembro d'esse anno. Sempre affeiçoado ao partido democratico, tem sido um trabalhador infatigavel e audacioso em defeza do seu ideal, que viu realisado finalmente em 5 de outubro de 1910, com a proclamação da Republica. Pouco tempo depois de estabelecido o novo regimen, foi nomeado director geral de instrucção secundaria superior e especial, accedendo a vivas instancias do ministro do interior, que n'elle encontrou um dos seus mais valiosos auxiliares. O dr. Angelo da Fonseca é vogal do Conselho Superior de Instrucção Publica, cargo inherente ao de director geral. Em Coimbra goza da reputação de medico muito distincto, sendo a sua clinica uma das mais importantes. São dignos de especial menção os seus estudos bacteriologicos, muitos dos quaes são bem conhecidos no estrangeiro. Foi eleito deputado, por Coimbra, para as côrtes constituintes, que se reuniram pela primeira vez em agosto de 1911, depois de ser votada a constituição e eleito o presidente da Republica.

Rodrigues Freire *(José)*. Foi o autor d'uma *Relação da conquista do gentio Xavante, conseguida pelo ill.mo e ex.mo sr. Tristão da Cunha Menezes, governador e capitão general da capitania de Goyaz*, Lisboa, 1790.

Rodrigues Gusmão *(Francisco Antonio)*. Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, reitor no lyceu de Castello Branco, medico em Portalegre, etc. N. na povoação de Carvalhal, no concelho de Tondella, a 6 de janeiro de 1815, fal. em Coimbra a 22 de fevereiro de 1888 Sendo pobres seus paes, foi para Coimbra não tendo completado ainda 2 annos, e quando chegou á edade propria começou a estudar humanidades, destinando se ao estado ecclesiastico, chegando a tomar ordens menores. Havia quasi concluido o curso quando as occorrencias politicas de 1833 o levaram a mudar de idéa, resolvendo-se então a frequentar a faculdade de Medicina na Universidade de Coimbra. Seguiu e terminou este curso, merecendo sempre as maiores considerações de seus mestres e os premios que obteve em todos os annos. Por motivos alheios á sua vontade, só pôde fazer acto de formatura em 1814, saíndo com as melhores informações, tanto ácêrca de *procedimento e costumes*, como *em merecimento litterario*. Em 1845 foi provido, mediante concurso, no logar de medico de partido da camara, e no de vice-provedor de saude no concelho de Alpedrinha, por um decreto muito honroso. Desde 1842 que principiára a escrever nos jornaes artigos em que revelava a sua erudição. Por carta régia de 6 de junho de 1853, foi nomeado commissario dos estudos e reitor do Lyceu Nacional de Castello Branco, cargo de que pediu a demissão em 1855, accedendo ao convite e instancias, que lhe fizeram as principaes pessoas de Portalegre, para se estabelecer n'aquella cidade, onde se conservou até fallecer. Por decreto de 14 de julho de 1869, e precedendo concurso, foi nomeado delegado de saude no districto de Portalegre, logar que exerceu interina e gratuitamente no impedimento d'um seu collega, durante alguns annos, em que além de outros serviços, teve de afrontar os perigos da epidemia cholera-morbus, que se manifestou em Elvas no anno de 1865. Collaborou nos jornaes scientificos e litterarios de Lisboa, Porto e Coimbra, e no jornal politico a *Nação*, escrevendo artigos sobre medicina, critica litteraria, archeologia, biographia e historia, e coadjuvou muito valiosamente Innocencio Francisco da Silva na organisação do *Diccionario bibliographico*, como elle proprio confessa a pag. 344 do vol. II. Rodrigues de Gusmão era socio correspondente da Academia Real das Sciencias e da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa; socio honorario do Instituto de Coimbra, etc. Bibliographia: *Breve noticia sobre as aguas sulfurosas de Alpedrinha*, Porto, 1850; foi transcripta no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, 2.ª serie, tomo VI, pag. 339, e na *Gazeta Medica do Porto*, n.º 204; *Breve noticia do collegio dos meninos orphãos, que vae fundar na aldeia do Louriçal o sr. Fr. Agostinho da Annunciação, seguida de algumas considerações sobre a inconveniencia do local*, 2.ª edição, Coimbra, 1852; *Bosquejos biographicos: o abbade Correia da Serra e Felix de Avellar Brotero*. Porto, 1853; *Ensaio estatistico: expostos do concelho de Alpedrinha*, Lisboa, 1853; *Summula de preceitos hygienicos, ordenada para uso dos professores e alumnos das escolas de instrucção primaria*, Porto, 1854; foi este opusculo approvado pelo Conselho Superior de Instrucção Publica, e muito elogiado por sua concisão, clareza e utilidade, no *Instituto*, de Coimbra, vol. III, n.º 2, na *Nação*, n.º 1932, no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, 2.ª serie, tomo V, n.º 5, etc.; publicou se 2.ª edição correcta e augmentada, Lisboa, 1862; *Memoria da vida e escriptos do reverendo sr. José Vicente Gomes de Moura*, Lisboa, 1854; *Memoria da vida e escriptos de Estevão Dias Cabral*, Coimbra, 1854; *O estudo das linguas grega e latina é necessario*

para o perfeito conhecimento da portugueza, Lisboa, 1856; foi transcripta no *Instituto*, vol. V, n.os 6 e 7; *Apontamentos para a historia da epidemia da cholera-morbus, que reinou em Portalegre em 1856*, Lisboa, 1857; *Estudos philologicos*; *glossario das palavras e phrases da lingua franceza .. que se tem introduzido na locução portugueza moderna*, etc., *pelo cardeal D. Francisco de S. Luiz Saraiva*, etc. foi inserto no *Instituto*, em 1851; *Brevissima noticia da parochial egreja de Santa Maria Magdalena da cidade de Portalegre*, Lisboa, 1858; *Memorias biographicas dos medicos e cirurgiões portuguezes, que no presente seculo se teem feito conhecidos por seus escriptos*, Lisboa, 1858; *Observações clinicas sobre o uso do cotyledon umbilicus na epilepsia*, Lisboa, 1850; d'este opusculo falaram com louvor o *Escholiaste medico*, vol. XII, pag. 92; *El Monitor de la Salud*, de Madrid, tomo III, pag. 257, e o *Annuaire de thérapeutique* do professor Bouchardat da Faculdade de Medicina de Paris, 1861, a pag. 67; *Considerações hygienicas sobre as carnicerias de Portalegre*, Lisboa, 1860; *A prostituição entre os romanos*, Coimbra, 1861; nota para illustrar a versão dos *Fastos* de Ovidio por Castilho, onde se encontra a pag. 583 e seguintes do tomo II; *Memoria biographica do sr. dr. Antonio Joaquim Barjona, lente cathedratico da faculdade de medicina*, Lisboa, 1866; saíu primeiro na *Gazeta Medica de Lisboa*, e depois na *Gazeta de Portugal*, de 28 de agosto do mesmo anno; *Memoria dos alcaides mó res de Portalegre*; 2.ª edição, Coimbra, 1867; foi publicada primeiramente na *Nação* em maio de 1857, etc. No *Diccionario bibliographico*, volumes II, pag. 343 a 346 e IX, pag. 258 a 261, veem mencionados muitos mais escriptos, publicados no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, Nação, Gazeta Medica de Lisboa e do Porto, Instituto*, de Coimbra, *Archivo Pittoresco, Gazeta de Portugal, Missão Portugueza, Revista Universal Lisbonense*, etc.

Rodrigues de Leão *(Antonio)*. Fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo na ordem de Christo, e rei d'armas Portugal, no reinado de D. Maria I.

Rodrigues Leitão *(Manuel)* Jurisconsulto, natural de Lisboa, e fal. no Porto a 10 do julho de 1691, com mais de 70 annos do edade. Estudou na Universidade de Coimbra, e ali se doutorou nos direitos canonico e civil, e tambem em artes. Entrou como lente na referida Universidade, regendo varias cadeiras do canones, entre outras a de direito, cadeira em que foi provido, e dando claras provas do seu notavel engenho, passou a exercer varios logares da magistratura, sendo nomeado successivamente desembargador da Relação do Porto, da Casa da Supplicação, dos Aggravos,deputado da fazenda e estado da rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboia, ouvidor geral das suas terras, do conselho d'el rei, ouvidor do priorado da Crato e provedor das capellas de D. Affonso IV, e por fim vereador do senado da camara de Lisboa. Em 1659 foi encarregado pela regente do reino, a rainha D. Luiza de Gusmão, de responder a um livro que publicára em Madrid D. Francisco Ramos del Manzano, com o titulo de *Tratado sobre la provision de los obispados de Portugal*. E' sabido que, tendo-se a côrte de Roma recusado obstinadamente a reconhecer a independencia portugueza, teve o governo portuguez de providenciar a esse respeito para que não ficassem sem pastores as differentes dioceses portuguezas. Era o procedimento do governo portuguez que Ramos del Manzano estygmatisava, e foi esse procedimento que Manuel Rodrigues Leitão defendeu no grosso volume: *Tratado analytico e apologetico sobre os provimentos dos bispados da corôa de Portugal, calumnias de Castella convencidas, resposta ao seu autor D. Francisco Ramos del Manzano; justifica se o procedimento do sr. rei D. João IV, e do senhor rei D. Affonso VI seu filho com a Sé Apostolica, offerecido ao summo pontifice Clemente IX*, Lisboa, 1715; tem uma estampa no frontispicio gravada a buril. Esta obra conservou se largos annos manuscripta, e ou o governo entendeu quo já não era precisa a sua publicação, ou a guardou como consulta para as suas negociações diplomaticas. Mas em 1715, achando se a côrte de Roma em conflicto com a côrte portugueza por causa da elevação do nuncio do Portugal, Bichi, a cardeal, nomeação pela qual muito se empenhava D. João V, foi-se desenterrar a obra de Manuel Rodrigues Leitão do fundo dos archivos e publicou se n'um volume de mais de 1:100 paginas, em 1750, havendo outra edição em 1750 Esta obra, depois da sua publicação, ficou sendo autoridade no assumpto, citada sempre e respeitada. D. Pedro II, sendo ainda regente do reino, quiz nomear Manuel Rodrigues Leitão deputado da Mesa da Consciencia e secretario de estado, mas elle recusou-se a acceitar esse cargo. Por esse tempo fundára-se a Congregação do Oratorio, que seduzia toda a gente, e Manuel Rodrigues Leitão sentiu-se fascinado pelo claustro, e no dia seguinte áquelle em que, na sua qualidade de desembargador, pronunciara uma sentença contra um padre do Oratorio, veiu pedir um logar na Congregação, onde entrou effectivamente no dia 25 de dezembro de 1675. Depois de ter assim abraçado a carreira ecclesiastica, ainda foi convidado por D. Pedro para mestre de sua filha, a infanta D. Izabel Josepha;D.Pedro tambem lhe offereceu as mitras archiepiscopaes de Gôa e da Bahia, e finalmente a mitra episcopal do Porto. Tudo recusou Rodrigues Leitão, que estava firmemente resolvido a acabar os seus dias na serenidade e no socego do claustro. Em 1680 foi escolhido para fundar no Porto uma casa nova da Congregação, o que fez effectivamente com grando prazer, por se afastar da côrte onde continuavam a importunal o com persistentes consultas. Manuel Rodrigues Leitão tambem foi preposito da Congregação, e reitor do collegio de S. Paulo.

Rodrigues Leitão Sobrinho *(João José)*. Negociante em Africa. N. em Ponte da Barca em 1813, sendo filho de Manuel Antonio Rodrigues Leitão e de D. Maria Joaquina d'Oliveira Leitão Aos 10 annos de odade foi em companhia de seu tio e padrinho, João José Rodrigues Leitão, para a ilha da Madeira, e ali fez os seus estudos até aos 18 annos, indo n'essa edade para Africa, afim de se dedicar á vida do commercio. Dirigindo-se a Loanda, foi d'ali para Landana (Cacongo), empregando se na casa commercial de Gaspar Falcão de Castro, que lhe deu sociedade dois annos depois de o ter tomado como empregado. Apezar da sua pouca edade, pois contava apenas 22 annos, seu socio entregou-lhe a gerencia da casa, e com a intelligencia administrativa de Ro

drigues Leitão a casa prosperou. Mais tarde tomou a parte pertencente ao seu socio, passando a firma, que durante muito tempo foi de Castro & Leitão, a ser só João José Rodrigues Leitão Sobrinho. Por Landana se conservou muitos annos adquirindo, não só boa fortuna, como grande preponderancia entre a colonia europêa. Do prestigio e grande preponderancia alcançada tambem entre os indigenas, pela maneira bondosa com que sempre os tratou, é prova evidente o facto succedido em 1883, quando se fez a occupação do Cacongo e Massabi. Foi n'esse anno que Rodrigues Leitão, vendo que a França pretendia assenhorear se de toda a costa, desde a sua colonia do Gabão até á margem norte do Zaire, tendo occupado já o Luango e Ponta Negra, apezar dos protestos dos commandantes dos navios de guerra portuguezes, pensou em se oppôr a este plano. Para o conseguir, solicitou do então governador geral de Angola, conselheiro Ferreira do Amaral, que mandasse fazer a occupação do Cacongo e Massabi, e foi devido ás suas reiteradas instancias que aquelle governador mandou a Landana a corveta *Rainha de Portugal*, commandada por Guilherme de Brito Capello, que era capitão tenente, afim de a effeituar. Para se fazer a occupação era preciso que os pretos pedissem o nosso protectorado, e foi isso o que o enorme prestigio de Rodrigues Leitão conseguiu que elles fizessem da maneira mais solemne. A elle se deve, pois, a occupação do Cacongo e Massabi, e como consequencia d'esse facto, a posse por parte de Portugal do enclave de Cabinda, ao norte do Zaire, que o congresso de Berlim nos concedeu devido ao Cacongo já ser portuguez. (V. *Landana*, *Portugal*, vol. IV, pag. 69). Por este grande serviço prestado ao seu paiz, foi agraciado com o titulo de visconde de Cacongo, por carta régia de 1 de agosto de 1884. Depois de effeituada a occupação, os representantes do governo encontraram sempre no visconde de Cacongo um excellente auxiliar que lhes facilitou o poderem manter boas relações com os chefes indigenas, cousa sempre difficil emquanto os pretos se não habituam ao novo regimen estabelecido. Importantes fôram os serviços que continuou a prestar ao paiz emquanto esteve em Landana, e por elles recebeu as seguintes mercês: commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, por carta régia de 29 de março de 1891; brazão d'armas, por carta régia de 24 de novembro de 1900, e moço fidalgo da Casa Real, por alvará de 12 de março de 1901. O visconde de Cacongo é casado com sua prima, D. Firmina Maria Rodrigues Leitão, e reside no Funchal.

Rodrigues Lobo (*Francisco*) Escriptor e poeta dos mais amenos e populares de Portugal, considerado como um dos nossos mais primorosos classicos. N. em Leiria na segunda metade do seculo XVI, sendo filho de Lazaro Lobo e de Joanna de Brito Gavião, pessoas de classificada nobreza e possuidoras de opulenta fortuna. Estudou na Universidade de Coimbra, onde se formou em Canones. A sua doce recordação das margens de Liz e Zena, em que nascera, e a sua passagem por Coimbra, concorreram muito para a sua primeira obra litteraria em verso, intitulada *Romances*, que foi publicada em Coimbra, 1596; sendo muitos annos depois, reimpressa em Lisboa, em 1654. Apezar da dominação castelhana, Rodrigues Lobo esforçava-se por conservar e refundir a lingua portugueza, e d'isso é prova o seu segundo livro *A Primavera*, publicado em Lisboa, 1601, de que mais tarde se fizeram mais edições, em 1619, 1633, 1645, 1650, 1670; sendo traduzida em castelhano por João Baptista Morales, publicada em Mantilla, 1629. A *Primavera*, no genero de linguagem pastoril, diz um dos seus biographos, attingiu uma altura poucas vezes egualada por classicos portuguezes não falando, está entendido, em Camões, Ferreira e Sá de Miranda. Entretanto, regressando a Leiria, depois da sua formatura, a sua agudeza de trato e a sua intelligencia o approximou do marquez de Villa Real, que o encarregou da direcção dos seus dois filhos, da sua educação litteraria, dando-lhe ao mesmo tempo a honra de o receber nos seus saraus. Em 1605 publicou as suas *Eclogas*, que como a *Primavera*, teve grande exito. Em 1608 appareceu a segunda parte da *Primavera*, com o titulo de *O pastor peregrino*, que não obteve tanto enthusiasmo. Reimprimiu-se tambem em 1651, e depois em 1721, contendo juntamente o *Desengano*. Em 1610 e emquanto a convivencia e intimidade do marquez lhe davam fóros e liberdades, o seu amor ia se comprimiudo, soffreando, ao passo que os progressos escolares dos filhos do marquez se iam accentuando, a sua lyra não dormia, e assim é que em 1610 publicava o *Condestabre de Portugal D. Nuno Alvares Pereira, offerecido ao duque D. Theodosio, segundo d'este nome*, etc. E' um poema epico em 20 cantos. Em 1614 publicou a 3.ª parte da *Primavera*, com o titulo de *O Desenganado*, e trabalhava na *Historia da arvore triste*, publicando ainda no mesmo anno o *Canto elegiaco ao lamentavel successo do Santissimo Sacramento que faltou na Sé do Porto*. Pouco tempo depois publicava a *Fenix renascida*, e o *Auto del nascimento de Christo y edito del Imperador Cesar Augusto*, que teve uma edição muito posterior, em 1676. Em 1619 publicou *A Côrte n'aldeia e noites de inverno, offerecido ao sr. D. Duarte, marquez de Franchavilla*, etc.; houve 2.ª edição em 1630, e ainda outras em 1649, 1670 e 1722. A *Côrte n'aldeia* é uma collecção de dialogos em que se trata de cousas muito variadas, mas todas interessantes para o conhecimento dos costumes do tempo em que o poeta vivia O seu nome litterario e os seus triumphos valeram lhe, além da protecção do marquez de Villa Real e d'outros nobres da côrte, a traducção de algumas das suas obras em castelhano, sendo o traductor o poeta hespanhol João Baptista Morales. A sua occulta paixão, o desejo de ser agradavel e agradecido ao marquez, que era conselheiro de estado e valido da côrte, creatura ao serviço e causa de Castella, arrastou Rodrigues Lobo, como tantos outros, a cantar o rei D. Filippe III. Querendo de certa fórma pagar o que devia em beneficios ao marquez, offerecia lhe em holocausto as suas ideias patriotas, *La Jornada que la magestad catholica del Rey Filippe III hizo al reyno de Portugal, y el triumfo y pompa con que le recebio la insigne ciudad de Lisboa, compuesto en varios romances*, Lisboa, 1623. Apezar do espirito de bajulação, Rodrigues Lobo diz que a visita foi *al reyno de Portugal*, o que vem reforçar a opinião d'aquelles que o julgam, apezar d'isso, uma alma de patriota Além das obras referidas, o illustre leiriense publicava ainda odes e sonetos, fazia traducções de cartas em varias

linguas, traducções que dizem existir no *Museu Real de Londres*. Os seus amores com a filha do marquez de Villa Real e sua discipula, animados, segundo se julga com fundadas razões, pela amizade de D. Miguel de Menezes, filho primogenito e mais tarde 2.º duque de Caminha, alastraram nos corações dos dois apaixonados como incendio devastador. O velho marquez foi naturalmente informado do procedimento do preceptor de seus filhos e protegido pela sua posição de grande da côrte, e ainda como alcaide-mór de Leiria, logares de larga jurisdicção e regalias, fez exilar o pobre poeta que se recolheu a Lisboa De vez em quando as saudades das margens dos rios que immortalisou com os seus versos, o chamavam, e elle vinha Tejo acima até Santarem, d'onde se guia por terra até Leiria. E assim foi que, em 1636, segundo todas as probabilidades, regressando de Santarem, teve a desventura de mesmo em frente d'esta cidade se virar o barco que o conduzia, impellido pelo temporal que se levantou, e Rodrigues Lobo foi sepultado nas ondas. A sua desastrosa morte causou a mais profunda sensação e foi considerada uma calamidade publica. Sendo o cadaver arrojado á praia, foi encontrado por pescadores que lhe deram sepultura na chamada capella dos *Queimados*, do convento de S. Francisco da Cidade, n'uma campa em que se gravou por epitaphio um soneto hespanhol, composto por um anonymo. Rodrigues Lobo ainda escreveu: *Canção em louvor de Fr. Bernardo de Brito;* foi copiada por Fr. Fortunato de S. Boaventura d'um dos volumes da *Monarchia Lusitana* do mesmo Brito, e inserta na *Historia Chronologica e Critica de Alcobaça*, pag. 138; e tambem nas *Memorias da Academia Real das Sciencias*, tomo VII, parte II, pag. 41. No *Sermão* que prégou Fr. Antonio dos Innocentes nas exequias de Filippe II, vem um soneto de Rodrigues Lobo em applauso do autor. Em 1723 publicou se em Lisboa: *Obras politicas, moraes e metricas de Francisco Rodrigues Lobo;* esta collecção comprehende o *Condestabre*, *Côrte na aldeia*, *Primavera*, *Peregrino*, *Desenganado*, *Romances* e *Jornada*. Em 1774 publicou-se *Obras politicas e pastoris de Francisco Rodrigues Lobo, n'esta presente edição correctas e escrupulosamente emendadas*, 4 tomos. N'esta edição sómente se incluiu a *Côrte na aldeia*, tomo I; a *Primavera*, tomo II; *O Pastor Peregrino*, tomo III; *O Desengano* e as *Eclogas*, tomo IV.

Rodrigues de Macedo (*Caetano*). Doutor em Philosophia pela Universidade de Coimbra, e lente cathedratico da sua faculdade. N. em Coimbra a 31 de janeiro de 1790; fal. em Berna a 19 de agosto de 1831. Era filho do abastado negociante José Rodrigues de Macedo Matriculou-se na referida Universidade, tomando o grau de doutor em 12 de dezembro de 1811, depois d'um curso distincto. Seguiu tambem a faculdade de Direito, na qual fez formatura, indo ler no Desembargo do Paço, sendo approvado. Entregando-se ao magisterio, que exerceu sempre distinctamente, gozou da maior consideração dos seus collegas. Foi eleito deputado nas côrtes constituintes de 1821, sendo reeleito nas que se seguiram até 1828. Nas sessões legislativas de 1821 e 1822 tomou parte importante em algumas discussões, como se póde vêr nos respectivos *Diarios da camara*. Na *Galeria dos deputados das Côrtes de 1821, epoca 1.ª*, veem mencionadas todas as discussões e votos que sustentou nas diversas questões que se ventilaram e decidiram n'esta sessão legislativa, por onde se vê que as suas ideias de liberal moderado tendiam sempre para melhor fim. Na sessão de 27 de junho mostrou desinteresse heroico, declarando que cedia a bem do estado o seu ordenado, e esta offerta, sendo então a unica, não foi admittida. Não só na primeira epoca legislativa, mas nas seguintes, desenvolveu muita energia, seguindo sempre os principios da liberdade. De convicções politicas liberaes, mas sempre moderado e tolerante, não lhe evitou, porém, o ser perseguido em 1829, obrigando-o a emigrar para França. Em 1 de julho do mesmo anno saiu disfarçado de Coimbra em direcção do Porto, mas na Vista Alegre, onde passou de noite, esteve em risco de ser preso, valendo-lhe um esconderijo que o salvou de cair nas mãos dos seus perseguidores. Conseguiu finalmente chegar ao Porto, onde embarcou para Inglaterra, passando d'ali então para França. Residiu algum tempo em Paris, assistindo á revolução dos dias 27, 28 e 29 de julho de 1830. Emquanto o seu estado de saude lh'o permittiu, cultivou com assiduidade o estudo das sciencias naturaes n'aquelle grande centro de civilisação. Possuia muitos manuscriptos que se perderam na emigração. Aggravando-se-lhe os padecimentos pulmonares, de que soffria havia muitos annos, retirou se para Berna a procurar allivios, e ali falleceu.

Rodrigues Maia *(Manuel)*. Professor regio de Grammatica latina em Lisboa, onde dirigiu tambem por muitos annos um collegio particular de educação, estabelecido em sua propria casa, na rua dos Calafates, hoje rua do Diario de Noticias. Não se conhece o local da sua naturalidade nem as datas do nascimento e fallecimento, mas suspeita-se que fallecesse em 1804 ou 1805. Dedicou-se muito ao theatro e com feliz exito, compoz muitas farças, que fôram do agrado do publico, entre as quaes avulta o *Doutor Sovina*, que teve numerosas representações, e que é considerada como um dos typos do genero. Não foi só no theatro que Manuel Rodrigues da Maia deu largas á sua veia comica. Escreveu muitos d'esses papeis jocosos, que os cegos vendiam pelas ruas no genero dos que fizeram depois a reputação do celebre José Daniel Rodrigues da Costa. O assumpto predilecto das suas satyras eram as creadas de servir e as amas de leite, como se vê nos titulos d'essas obras, que elle assignava com o pseudonymo de Matusio Mattoso de Mattos da Matta. Comtudo, no meio dos seus entretenimentos comicos, não se esquecia da sua posição de professor, e escreveu algumas obras pedagogicas, que tiveram boa acceitação. Bibliographia: *Arte da Grammatica Latina, por um methodo novo, claro e facil, para uso dos que quizerem aprendel-a breve e solidamente;* este livro já em 1805 teve 3.ª edição, e ainda se reimprimiu muitos annos depois, em 1824; *Diccionario das ellypses, que mais frequentemente se encontram nos autores classicos; interpretadas conforme o sentimento de Sanches, Perisonio, Vossio, Scioppio, e outros que trabalharam em desterrar abusos grammaticaes*, Lisboa, 1799; *A' inauguração da estatua equestre do nosso augusto monarcha o sr. D. José I; ecloga pastoril*, Lisboa, 1775; *Nova farça intitulada O Doutor Sovina*, Lisboa, sem indicação de anno; *Alcorão das amas de leite, ou marmota em que se*

vêem mais claras que a luz do dia as methaphysicas de que usam estas sanguesugas, etc., Lisboa, 1786; *Entretenimento que em uma visita tiveram duas amigas, Brazia Fagundes e Brites Martha, ácêrca das amas de leite*, Lisboa, 1786; *Entretenimento ordinario das cozinheiras, declarado na conversa que duas tiveram uma noite d'estas na janella de um saguão*, Lisboa, 1786, duas partes; *Relação do castigo e contratempos que teem supportado as duas cozinheiras Delambida e Taramella, depois que tiveram o atrevimento de murmurar de suas amas*, Lisboa, 1786; *Banhos do mar na Junqueira, e sitio de Santa Apolonia, vistos de terra pelo oculo critico de vêr as cousas como são*, Lisboa, 1786; *Raio poetico sobre as desordens e abusos, que os libertinos e gulosos tem introduzido no dia de S. Martinho*, Lisboa, 1786; *Resurreição das cozinheiras no saguão*, Lisboa, 1787; *Palestra que teve D. Farofia da Adoração com a sua visinha D. Esganiçada das Enxaquecas no dia depois de ter vindo da romaria de S. Macario*, Lisboa, 1787; *Relação joco trágico poetica dos cambapés que a desgraça pregou ao gallego Gil Braz nos dares e tomares amorudos, que teve com Brazia Fagundes da Ramela*, Lisboa, 1788. Escreveu ainda varias peças dramaticas, que parece andarem algumas impressas anonymas, e outras que ficaram ineditas, imprimindo se algumas muito depois, como *Os tres rivaes enganados*, farça, em 1835; *O aprendiz de ladrão*, farça, em 1833, etc. Das ineditas sabemos as seguintes: *A madrinha russiana*, comedia; farças: *Periquito ao ar*, *As desgraças graciosas do feirante*, *A cardadeira por vida ou os amantes embuçados*, *Relação das malogradas tremoias*, etc Deixou tambem manuscripto: *Josephinada: poema joco serio em tres cantos de oitavas rythmadas*; é uma satyra litteraria contra o poema das *Noites Josephinas* de Luiz Raphael Soyé.

Rodrigues Martins (*Manuel*). Bacharel em Theologia, que traduziu do hespanhol em 1718 uma *Pratica de exorcistas*

Rodrigues de Mattos (*André*). Cavalleiro professo na ordem de Christo, bacharel em Canones pela Universidade de Coimbra, membro das Academias dosGenerosos e dos Singulares, etc. N em Lisboa em 1638, fal. no Campo Grande a 17 de agosto de 1698. Foi muito dado á poesia, e traduziu a *Jerusalem libertada*, de Torquato Tasso, com o titulo seguinte: *O Godfredo, ou Hierusalem Libertada; poema heroico composto no idioma toscano por Torcato Tasso*, etc., Lisboa, 1682; fez se no seculo passado uma edição em Coimbra, no anno de 1859. Escreveu mais: *Triumpho das armas portuguezas, deduzido de varios versos do insigne poeta Luiz de Camões*, Lisboa, 1663; *Dialogo funebre entre o Reino de Portugal e o Rio Tejo glosando o famoso soneto: «Formoso Tejo meu, quão differente,»* etc., *á morte da sereuissima senhora D. Izabel Luiza Josepha Infanta de Portugal*, Lisboa, 1690. Algumas composições d'este escriptor, em prosa e em verso, encontram se dispersas nos 2 tomos da *Academia dos Singulares*. Nada mais consta que exista seu, quer impresso, quer manuscripto Porém, no tomo IX do *Ensaio Biographico critico sobre os poetas portuguezes* por José Maria da Costa e Silva, a pag. 241, menciona se uma obra de Rodrigues de Mattos, com o titulo de *Rimas varias*, impressa em 1651. Effectivamente este livro foi mandado recolher por causa de algumas obscenidades que continha, por decreto de 14 de agosto de 1663, em que se lê: «mandada recolher uma poesia de oitavas rimas de André Rodrigues de Mattos, em que se tratava como não devia ser a fidelidade dos moradores da cidade de Evora, e advertido o Desembargo do Paço para não dar licença, sem consultar, as obras em que se envolvessem cousas do Estado ou reputação publica.»

Rodrigues Moacho (*Matheus Cesario*). Medico-cirurgião pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, e doutor em Medicina pela Universidade de Lovaina. N. em Campo Maior a 9 de novembro de 1809, fal. em Lisboa em 1893. Foi antigo physico-mór no estado da India, membro do antigo Conselho de Saude Publica de Lisboa, director da Instituição Vaccinica annexa ao mesmo conselho, etc. Escreveu: *Formulario medico-cirurgico para uso do hospital militar de Gôa*, Pangim, 1840.

Rodrigues Montanha (*Clemente*). Freire da ordem de S. Thiago. N. em Villa Viçosa a 23 de novembro de 1667; fal. em Setubal a 9 de abril de 1741. Foi admittido no convento de Palmella a 13 de dezembro de 1696 Foi collegial do Collegio da Purificação, de Evora, e formou-se na Universidade d'esta cidade. Sendo beneficiado da freguezia de S. Sebastião, de Setubal, foi eleito prior de S. Julião da mesma cidade. Foi juiz d'aquella comarca e commissario de Santo Officio e da Bulla da Cruzada. Deixou impresso, e publicado em 1707, um sermão prégado nas exequias de D. Pedro II, na Misericordia de Setubal, em 17 de janeiro do mesmo anno.

Rodrigues Montanha (*Clemente*). Cavalleiro da ordem de S. Thiago. N em Moura, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de Bento Martins Montanha e de Beatriz Vaz. Recebeu o habito de S. Thiago, no convento de Palmella em 7 de março de 1712. Foi collegial do Collegio das ordens militares, da Universidade de Coimbra, e applicou-se ao estudo de Canones, em cuja faculdade se formou. Possuia um beneficio simples na egreja de S. Thiago d'Almada, e foi depois provido na egreja da Annunciada, de Setubal. Compoz umas *Conclusões*, divididas em 4 certames, que comprehendiam 400 questões, nas quaes se envolvia tudo quanto disseram os autores n'esta materia, accrescentando novas dissertações, que nunca tinham sido tratadas. As *Conclusões* eram em latim, e fôram colleccionadas e impressas em 1720.

Rodrigues de Moraes (*Manuel do Carmo*). Agronomo diplomado pelo Instituto Geral de Agricultura de Lisboa, antigo inspector dos serviços anti-philloxericos do reino, chefe do serviço da repartição de ensino e estatistica agricola, inspector do serviço da região agronomica do norte e chefe da delegação da fiscalisação de productos agricolas do Porto, escriptor, jornalista agricola, etc. N. em Ponte do Lima em 1845, fal. no Porto em 26 de agosto de 1909. Concluiu com grande distincção os cursos de agronomia e veterinaria em 1875. Já um anno antes havia sido escolhido para exercer o cargo de professor do curso de regentes agricolas na Quinta Regional de Cintra. Em 1877 foi provido no logar de agrónomo do districto de Villa Real, d'onde depois passou a identico logar no districto de Vianna; foi em 1878 nomeado em commissão para tomar parte nos estudos das doenças da vinha no Douro, sen-

do então incumbido de fundar e de dirigir o posto experimental de tratamento no Alto Douro. Em 1880 succedeu ao lente da Universidade de Coimbra, dr. Paulino de Oliveira, no cargo de inspector geral dos trabalhos de estudo e tratamento da vinha, desempenhando notavelmente essas funcções até 1886, anno em que foi nomeado chefe da secção technica da Direcção Geral de Agricultura. Em 1881 representou Portugal no congresso anti-philloxerico de Bordeus e na Conferencia philloxerica internacional de Berna; em 1885 foi incumbido de estudar a cultura e preparação do tabaco, no Douro, e em 1888, de estudar os meios de debellar a crise que se reproduziu na Madeira em consequencia da doença que aniquilou a cultura sacharina; em 1889 teve o encargo de escolher e contratar no estrangeiro especialistas, praticos nos trabalhos de chimica agricola, em diversas industrias agricolas, na technologia rural e na horticultura. Em 1890 foi nomeado para dirigir a Escola Central de Agricultura de Coimbra, e em 1892 de organisar e dirigir a escola pratica de Ponte do Lima. Das suas mais importantes commissões elaborou relatorios: ácêrca dos trabalhos technicos da commissão de estudos das doenças da vinha, da commissão da cultura do tabaco, da commissão dos estudos na França e na Hollanda ácêrca da planta do tabaco e preparação da folha, etc. N'um d'esses relatorios deu a noticia da presença do *mildio*, da anguillula e da cochylis, doença e parasitas até então desconhecidos no paiz. Além d'esses relatorios, escreveu e publicou os seguintes trabalhos: *Compendio elementar de agricultura*; *Viticultura Pratica Portugueza*; *Tratado Pratico de Vinificação*, obras de alto valor scientifico e escriptas no intuito attingido de instruir os agricultores portuguezes. Collaborou nos seguintes jornaes: *Archivo Rural*, em 1876; *Commercio Portuguez*, 1878 a 1882; *Agricultor do Norte de Portugal; Agricultor Portuguez; Portugal Agricola*, etc. Era o antigo redactor effectivo do seminario agricola *Gazeta das aldeias*, onde prestou relevantes serviços. Quando falleceu, trabalhava no *Novo Manual do Agricultor*, que deixou incompleto. Em junho do 1908 fôra promovido, por merito, em concurso especial, a inspector de agricultura da região agronomica do Norte, cargo que já exercia provisoriamente.

Rodrigues Navarro *(Manuel)*. Professor de Direito na Universidade de Coimbra nos fins do seculo XVI e principios do XVII. Era natural de Moura. Foi lente nas universidades de Bolonha e de Napoles.

Rodrigues Nilo (*José Romão*). Bacharel em Letras pela Academia de Tolosa e doutor em medicina pela faculdade de Paris, etc. N. em Beja em 1788 e fal. em 1881. Fez todas as campanhas da Guerra Peninsular, como cirurgião ajudante do regimento de infantaria n.º 2, sendo por isso condecorado com a medalha de distincção das batalhas de Albuhera, Victoria e S. Marçal. Terminada a campanha, em vez de regressar á patria, deixou se ficar em França, para ahi se doutorar, e voltou a Lisboa convidado pelo governo, em 1822, com a promessa de lhe ser dada uma cadeira na escola cirurgica, que então se tratava de organisar. Esta promessa não chegou a cumprir se. O dr. Nilo foi mais tarde, em agosto de 1833, nomeado director do hospital militar de S. Francisco da Cidade, logar que exerceu até setembro do anno seguinte, e no desempenho do qual prestou bons serviços. Posteriormente fundou uma casa de banhos, em Lisboa, proximo da egreja de S. Domingos, que o tornou muito conhecido na capital, e sendo reformado, reclamou contra o posto que lhe havia sido dado, mas essa pretenção não chegou a ser decidida pelo parlamento a que estava affecta, quando o dr. Nilo morreu. Era cavalleiro da Legião de Honra de França e membro de varias sociedades scientificas. Bibliographia: *Documentos relativos á molestia chamada cholera espamodica da India, que reina agora na Europa, impressos por ordem do Conselho privado de S. M. Britannica, traduzidos em castelhano, e augmentados com notas, e um appendice pelo dr. Seoane, e trasladados em portuguez*, Lisboa, 1832; *Primeiro tratamento pratico da cholera-morbo, aconselhado pelo dr. Nilo aos seus freguezes*, Lisboa, 1832; *Noticia sobre a cholera morbo, epidemia actualmente reinante em Lisboa, meios preservativos e curativos d'ella*; *offerecida aos seus concidadãos em 29 de junho de 1833*, Lisboa, 1833; *Aviso ao povo, relativamente á cholera morbo*, Lisboa, 1851; *Breve noticia sobre a utilidade dos banhos de vapor*, Lisboa, 1849; *Justificação do dr. José Romão Rodrigues Nilo, na qualidade de director do extincto hospital militar de S. Francisco, offerecida aos seus amigos e ao publico*, Lisboa, 1837. Em resposta d'este folheto publicou o dr. Francisco Soares Franco, então presidente do conselho de saude do exercito, outro com o titulo: *Resposta do conselho de saude do exercito á censura do dr. Nilo*. Em 1857 ainda publicou: *Requerimento ás Côrtes, no qual pede a revisão d'um processo, onde o conselho de saude do exercito tem sido parte e juiz.*

Rodrigues de Oliveira. V. *Oliveira*.

Rodrigues Pecheco V. *Pacheco*.

Rodrigues Penella *(P. José)*. Presbytero. N. em Faro em 1704, ignora se a data do fallecimento. Estudou Theologia em Tavira, e tomou ordens menores em Evora em 1721, sendo provido na parochia de S. Thiago do Cacem em 1736. Era presidente da Academia latino-portugueza, e n'essa qualidade proferiu um discurso intitulado *Gloria de Portugal.*

Rodrigues Pereira *(Isidoro)*. Coronel reformado do regimento de Cascaes. Escreveu: *Relação fiel da acção de patriotismo e fidelidade, que a camara e povo da cidade do Maranhão praticou em obsequio ao muito alto e poderoso rei, o senhor D. João VI*, Lisboa, 1822; *Advertencias interessantes á provincia do Maranhão*, Maranhão, 1822.

Rodrigues Pereira *(Jacob)*. No volume III d'este diccionario, a pag. 991 já se falou n'este homem benemerito, no artigo dedicado ao Instituto de Surdos-Mudos e Cegos, dando se-lhe por patria a villa de Peniche, erro que alguns escriptores commetteram, baseados no facto de se ter dito um auctor francez que Jacob Rodrigues Pereira havia nascido na *Berlenga* na Extremadura portugueza. Não sendo natural que elle tivesse nascido na ilha Berlenga, suppôz-se que os seus contemporaneos em França assim interpretassem o ter elle nascido om Peniche, que fica defronte das ilhas Berlengas. Apurou se depois que era isso um erro do escriptor francez, e que Jacob Rodrigues Pereira não nascera em *Berlenga*, mas em *Berlanga* na Extremadura Hespanhola. O *Diccio-*

nario Larousse, tomo XII, pag. 597, confirma a naturalidade hespanhola de Jacob Rodrigues Pereira, porém filho de judeus portuguezes, que para ali haviam fugido das perseguições do Santo Officio. No entretanto, apezar de ter nascido em terras de Hespanha, não deixa de caber grande gloria a Portugal, por ser filho de paes portuguezes o benemerito inventor do alphabeto manual do ensino dos surdos-mudos e cegos, que tanto se notabilisou em França, em Londres e em outros paizes estrangeiros. Ao que fica mencionado no citado volume III do *Portugal*, accrescentaremos os seguintes apontamentos biographicos: Jacob Rodrigues Pereira nasceu, portanto, na povoação de Berlanga a 11 de abril de 1715, sendo um dos 9 filhos de Abrahão Rodrigues Pereira, e de sua mulher Abigail Rihôa Rodrigues, israelitas portuguezes, os quaes haviam fugido de Portugal ás perseguições da Inquisição, mas desejosos de se não afastarem para muito longe da terra que os vira nascer, tinham ficado na referida povoação. Suppozeram antigos biographos de Jacob Rodrigues Pereira, que elle já em Hespanha se applicára á instrucção dos surdos mudos, e que abrira uma escola em Cadiz. Uma biographia escripta em 1847 por Mr. Séguin, na presença de documentos que lhe fôram ministrados pelos descendentes do celebre educador dos surdos mudos, mostra, porém, que já em 1734 elle estava em França, e era ali que se entregava á educação dos surdos mudos. A familia Pereira não pudéra por muito tempo conservar se nas proximidades de Portugal, porque a intolerancia hespanhola era pelo menos tão implacavel como a intolerancia portugueza. Fôra estabelecer-se em Bordeus. Jacob Rodrigues Pereira consagrou se ali ao estudo do ensino dos surdos mudos, adquirindo os mais proficuos resultados.

Rodrigues Portella (*Mathias*) Grammatico distincto, que escreveu um *Cartapasio* grammatical para uso dos collegios dos jesuitas, em 1738. Era natural de Parahyba do Norte, no Brazil.

Rodrigues Portugal (*Antonio*). Cirurgião, natural da cidade do Porto, onde nasceu em 1738, sabendo-se que vivia ainda em 1788. Escreveu: *Pharmacopéa Meadiana, accomodada com preceitos medicos do celebre autor Ricardo Mead, traduzida do latim, accrescentada e emendada*, Porto, 1768; *Pharmacopéa Portuense, em a qual se acham muitas das composições que estão mais em uso, tiradas das Pharmacopéas de Londres, de Edimburgo, de Paris*, etc., Porto, 1766; *Novo systema dos tumores, no qual estas doenças se reduzem em seus generos e especies, por José Jacob Plenck*, etc., *traduzido do latim*, *Primeira parte*, Porto, 1785. A segunda parte não consta que se imprimisse.

Rodrigues Ribeiro (*João*). Reitor do Lyceu de Santarem, e um dos professores mais antigos d'esta casa de educação. N. em Castello Branco, onde fez a sua carreira litteraria e cursou theologia. Ainda estudante, já se dedicava ao ensino de instrucção secundaria, leccionando os seus condiscipulos. Ordenando se ainda muito novo fez concurso para uma cadeira de latim e latinidade, obtendo ser logo despachado. O P. João Rodrigues Ribeiro póde dizer se que conhece todas as disciplinas que se cursam nos lyceus, tanto em linguas como em sciencias. Lecciona latim e portuguez no Lyceu; physica, chimica e botanica no Seminario Patriarchal. Tambem é um habil mechanico, sendo quem fabrica, por suas proprias mãos, as machinas com que praticamente explica aos seus alumnos as lições de physica e chimica. Para prova da sua habilidade mechanica, bastará dizer-se que celebra missa com um calix que elle mesmo fabricou. Em 1880 imaginou um commutador automatico, afim de ser applicado a um candieiro empregado na illuminação electrica. Este apparelho tem por fim dispensar a vigilancia e trabalho d'um homem encarregado do movimento das alavancas dos commutadores ordinarios. A disposição imaginada pelo P. Rodrigues Ribeiro é a mais simples possivel, e absolutamente nova. No *Occidente*, vol. III, pag. 24, vem o modelo do apparelho, e a sua descripção. O P. João Rodrigues Ribeiro tambem tem contribuido para os melhoramentos de Santarem. Foi elle que, com o seu saber e valor com os seus vastos conhecimentos, levantou e executou a planta da praça de touros em beneficio do hospital de Nosso Senhor Jesus Christo, d'esta cidade, que durante a sua gerencia de provedor da Misericordia de Santarem auferiu d'ali uma receita de perto de 2:000$000 reis annuaes, tendo construido a praça sem gastar dinheiro algum á Misericordia, mas valendo-se do auxilio dos seus amigos, que á porfia disputavam qual d'elles offereceria mais donativos. N'este estabelecimento de caridade introduziu grandes melhoramentos, montando uma bomba e canalisando a agua para as enfermarias, etc. A sua nomeação de reitor do Lyceu de Santarem foi em outubro de 1906, cargo que exercia ainda em 1910.

Rodrigues de Sá (*Casimiro*). Abbade de Padornello. N. em S. Pedro Fins de Parada a 24 de abril de 1873, sendo filho de Antonio Placido Rodrigues e de D. Rosa Clara de Sá, pequenos lavradores. Depois de ter feito exame de instrucção primaria no lyceu de Vianna, foi frequentar as aulas do seminario de Braga, fazendo n'elle o curso de preparatorios e o triennal de theologia, concluia em 1894. Dois annos depois foi parocho da freguezia de Vascões, em Paredes de Coura, de cuja escola primaria official foi tambem durante tres annos professor interino. Foi tambem prior da freguezia de Parada, e d'esta passou em 1902 para a de Santa Marinha, de Padornello, onde se conserva ainda. O sr. Casimiro Rodrigues de Sá foi redactor do *Jornal de Coura*, fundador e director do *Clamor do Povo*, e collaborou nos semanarios *Liberdade de Coura*, e *Voz de Coura*, todos publicados na terra da sua naturalidade. Collaborou tambem com artigos politicos e de combate em correspondencias politicas e noticiosas em varios jornaes do paiz, como *Melgacense*, *Valenciano*, *Palavra*, *Minho*, de Vianna, *Eccos de Vez*, de Arcos de Valle-de-Vez; *Primeiro de Janeiro*, *Voz Publica*, *Povo*, de Vianna; *Defeza*, de Gaia; *Voz de Ourem*, *Noticias de Coura e Valença*, de Valença, etc. Foi presidente da primeira commissão municipal republicana do concelho de Paredes de Coura. Proclamada a Republica em 5 de outubro de 1910, foi nomeado administrador do mesmo concelho. O circulo de Vianna do Castello o elegeu seu deputado para as côrtes constituintes que se reuniram em agosto de 1911.

Rodrigues Sampaio (*Antonio*) Antigo empregado em cargos de magistratura superior, antigo deputado, ministro de estado, jornalista, etc.

N. na freguezia de S. Bartholomeu do Mar, do concelho de Espozende, a 25 de julho de 1806, fal. em Cintra a 13 de setembro de 1882. Era filho de Antonio Rodrigues Sampaio e de Maria de Amorim, lavradores d'aquella localidade. Estudou primeiras letras com um clerigo da freguezia de Belinho, e grammatica latina com outro clerigo da freguezia das Marinhas. Distinguiu se tanto no latim, quo muitas vezes substituiu o proprio professor. Fez exame d'esta lingua no convento dos religiosos carmelitas de Vianna do Castello, e tomou ordens menores em 1821. No anno immediato estudou philosophia no referido convento, concluindo em 1825, na cidade de Braga, o então denominado curso de humanidades, frequentando tambem as aulas de theologia. De volta á casa paterna, por não ter ainda edade para poder tomar ordens de subdiacono, empregava os seus ocios em ensinar gratuitamente aos filhos dos lavradores das visinhanças, as primeiras letras e o latim. Como minorista, obteve licença do arcebispo de Braga para prégar, e por cinco vezes subiu ao pulpito, mas quando havia chegado á edade de tomar ordens sacras, as autoridades ecclesiasticas do Braga não lh'as quizeram conferir, sem que nunca se pudesse averiguar bem a causa de similhante procedimento. Talvez fôsse, porém, pelas suas ideias liberaes que não tardaram a manifestar se notavelmente, e assim, quando em 18.8 veiu a reacção contra a Carta Constitucional, outhorgada em 1826, e o governo miguelista iniciou as suas perseguições contra os liberaes, Sampaio, apezar dos seus 22 annos, foi uma das victimas indicadas. Começou por ser intimado a fechar a sua aula gratuita, e no dia 1 de novembro d'esse anno, estando a ajudar á missa na egreja de S. Bartholomeu, da sua terra, uma escolta de 21 soldados de infantaria n.º 22, que estava aquartelada em Braga, o foi prender, juntamente com o abbade que celebrava a missa, sendo o abbade entregue ás autoridades ecclesiasticas do bispado, e o minorista com destino á prisão do Aljube, de Braga, d'onde passou ao Aljube do Porto, estando ali preso até 21 d'abril de 1831, sendo então solto por ter a alçada dado o crime já expiado, ficando, comtudo, sujeito á vigilancia da policia. Durante o captiveiro relacionou-se com alguns presos illustres, de grande valor intellectual, que expiavam o crime de serem constitucionaes. No convivio d'esses homens se formou o seu espirito. Foi o P. Ignacio José de Macedo, redactor do *Velho liberal do Douro*, folha que se publicava no Porto nos annos de 1826 a 1828, que Sampaio se iniciou no jornalismo. Os seus primeiros artigos fôram revistos por aquelle padre liberal e lidos pelos companheiros do carcere, entre os quaes se contava o dr. Manuel José Ferreira Tinoco, advogado em Barcellos, que tanto se lhe affeiçoou, que, obtendo ambos a liberdade, levou em sua companhia Antonio Rodrigues Sampaio para o seu escriptorio de advogado, onde o instruiu nas materias de direito patrio, tirocinio juridico, que mais tarde lhe foi de grande utilidade. No seu animo juvenil e patriotico referviam as ideias liberaes, e a penosa recordação das injustiças contra elle praticadas e contra os seus companheiros de prisão nos carceres dos aljubes de Braga e do Porto, por onde arrastára mais de dois annos a epoca mais florente da sua vida, o fez aproveitar o ensejo que se lhe deparou, quando em 8 de julho do anno de 1832 o exercito liberal veiu desembarcar nas praias do Mindello e marchou triumphante para o Porto. Sampaio, enthusiasmado, correu immediatamente a alistar-se no regimento de voluntarios da rainha, e combateu denodadamente nas hostes liberaes até ao fim da campanha. Pôde então obter um logar de guarda da alfandega do Porto, em que se fez substituir por um serventuario, a quem pagava, para o que alcançou a devida autorisação, por não poder accumular aquelle serviço com os trabalhos jornalisticos, pois havia entrado para a redacção da *Vedeta da Liberdade*, folha saida no Porto em 1835, da qual era proprietario José de Azevedo Gouveia Mendanha, e redactor principal José Antonio do Carmo Velho de Barbosa, abbade de Valbom, conhecido pelo *Padre Vedeta*. Sampaio entrára para a redacção como traductor das noticias estrangeiras, mas pela saida

Antonio Rodrigues Sampaio

do abbade de Valbom, foi escolhido para o substituir no logar de redactor principal. Antonio Rodrigues Sampaio alistára-se desde logo no partido progressista, que contava Passos Manuel entre os seus caudilhos mais illustres, e que já então aspirava a uma constituição politica mais larga que a Carta Constitucional. Quando essas ideias triumpharam na revolução de setembro de 1836, e que o partido cartista foi derrubado, o joven redactor da *Vedeta da Liberdade*, não foi esquecido, e logo o novo ministerio que se formou, o nomeou secretario geral do districto de Bragança, por decreto de 19 de setembro de 1836. Foi a 27 d'esse mez e anno que casou com D. Maria Barbosa Soares de Brito, viuva do capitão de infantaria n.º 18 João de Sousa Amorim, que estivera durante o cêrco do Porto na serra do Pilar, e viera morrer a Lisboa, resultado de ferimento grave recebido na sortida das linhas a 10

de outubro de 1833, em que fôra combatente voluntario. Não foi a paixão nem tão pouco o interesse de grangear fortuna, que levou Sampaio a este enlace, foi simplesmente a gratidão pelos serviços que ambos lhe haviam prestado, quando estivera preso no Aljube, prestes a succumbir a uma pertinaz enfermidade. Esta senhora falleceu em Lisboa, em 1844. Sampaio conservou-se em Bragança até 1839, anno em que, sendo ministro Julio Gomes da Silva Sanches, foi transferido para Castello Branco como administrador geral, cargo a que se deu depois o nome de governador civil, e que elle exerceu com superior competencia e notavel energia. Tendo processado a camara municipal, que se recusára a cumprir uma resolução do conselho de districto, o governo de Lisboa, cedendo a pressões politicas, deu razão á camara, e demittiu o administrador geral, nomeando para o substituir o proprio presidente da municipalidade, João José Vaz Preto Giraldes. Esta desforra partidaria, em que o principio da autoridade ficára tão gravemente offendido, foi firmada pelo ministro do reino Rodrigo da Fonseca Magalhães. Este estadista, anniquilando o funccionario, creou o jornalista energico e destemido, que tanto se notabilisou nas lides politicas. Sampaio veiu para Lisboa em circumstancias bem difficeis. José Estevão de Magalhães e Mendes Leite fundaram a *Revolução de Setembro* em 1840, cujo primeiro numero saiu a 22 de junho d'esse anno. José Estevão, que o conhecia do tempo em que collaborara na *Vedeta da Liberdade*, o convidou para a redacção do novo jornal, convite que Sampaio acceitou, encarregando-se do noticiario e das noticias estrangeiras. Sendo, porém, reconhecido no moço jornalista um talento superior, vigoroso e energico, lhe entregaram completamente o jornal. em 1842. Desde então ficou conhecido pelo *Sampaio da Revolução*, cognome decerto muito honroso para o notavel jornalista. Entrava-se n'um periodo terrivel de encarniçada lucta. O governo continuava no caminho da restauração da Carta Constitucional, que a imprensa liberal combatia tenazmente. As perseguições começaram com as maiores violencias; a lei contra a imprensa era feroz; Costa Cabral, chefe do partido cartista, inflexivel e teimoso, não recuava deante de nenhum obstaculo Quando em 1844 se deu o pronunciamento de Torres Novas e a capitulação d'Almeida, José Estevão, que se compromettera altamente, teve de emigrar, e Sampaio ficou sendo o redactor principal da *Revolução de Setembro*, conservando sempre a autoridade e prestigio, que o partido setembrista desde o principio lhe reconhecera. O que sobretudo devia dar grande gloria e fama ao audacioso e terrivel caudilho, foi a lucta travada entre elle e o governador civil José Bernardo da Silva Cabral, que pretendia obstar á publicação do jornal. Apezar do apertado das ordens, e da intimação feita, em 1844, á imprensa para que de novo se habilitasse, a que Sampaio se recusou, a *Revolução de Setembro* não deixou de sair. Os distribuidores fôram presos, a typographia foi sequestrada, as portas fechadas e selladas, e o jornal continuou sempre a publicar-se, sendo impresso em typographia clandestina. A policia, apezar das suas fortes vigilancias e continuas pesquizas, nada conseguia descobrir. Durante 11 mezes e 4 dias ninguem pôde saber onde se imprimia e se compunha o jornal, nem onde se poderia encontrar os seus redactores. O ministro dos estrangeiros, conde de Castro, prohibiu expressamente o correio de expedir o jornal para as provincias, elle, porém, continuava a apparecer em todas ellas, como se o vento ou alguma força mysteriosa o levasse. Afinal, os tribunaes judiciaes resolveram o caso a favor da *Revolução de Setembro*, que desde então deixou de ser publicada clandestinamente. Antonio Rodrigues Sampaio foi considerado o primeiro escriptor politico do paiz, mas começou tambem para elle o periodo da maior agitação e de toda a casta de provações, chegando a ser encerrado no Limoeiro em 1846, sendo d'ali transferido para bordo da fragata *Duqueza de Bragança*, até que poucos dias depois, tendo caido o governo cabralista, o sendo chamado a organisar gabinete o duque de Palmella, foi posto em liberdade, offerecendo-se lhe o logar de secretario do governo civil de Lisboa, emprego que recusou, por lealdade com os seus amigos politicos. Dando se em 6 de outubro d'esse anno o golpe de estado, foi Saldanha encarregado de formar ministerio, e o novo governo receando a guerra implacavel de Sampaio, ordenou a sua captura, mas o intemerato jornalista havia-se prevenido a tempo, e homiziara se. Surgiu então o *Espectro*, que começou a publicar-se em 16 de dezembro de 1846, durando até 13 de julho de 1847 Anteriormente, tambem havia apparecido, como seu precursor, o *Ecco de Santarem*, de que sairam apenas 6 numeros, redigido tambem por Sampaio. O *Espectro* era uma pequena folha no formato de 4.°, e de 4 paginas, o mais revolucionario e o mais bem escripto jornal, que por aquelles tempos se publicava, e clandestinamente, tornando-se lendario o seu redactor pelas circumstancias extraordinarias e quasi mysteriosas que acompanhavam o apparecimento e distribuição do jornal, e, sobretudo, pelo empenho do governo em colher ás mãos o implacavel inimigo, que em cada numero do fatidico periodico, lhe alheava muitas adhesões e levantava novas sympathias a favor do homem que tanto expunha a sua cabeça por causa da liberdade politica dos seus concidadãos. Na verdade, era inconcebivel a fórma como o *Espectro* se distribuia em Lisboa e nas provincias, chegando a ser conhecido fóra de Portugal; os ministros encontravam n'o em sua casa e nas secretarias, ou o recebiam em carta pelo correio; nos theatros, nos cafés, nas ruas, nos passeios, mãos invisiveis o espalhavam com profusão, sem que ninguem pudesse descortinar a sua origem. Todas as noites mudava de typographia, o redactor era perseguido pela policia, mas arrostando a prisão e os rigores do poder, não desanimava no seu vigoroso ataque. Escripto n'uma linguagem violenta e aggressiva, o *Espectro* foi o demolidor terrivel da tyrannia, que então pesava sobre a nação. Terminada a guerra civil com a convenção de Gramido, em 30 de junho de 1847, Sampaio voltou a occupar o seu logar na *Revolução de Setembro*, onde sempre se conservou até fallecer. N'esse jornal fez a mais vigorosa opposição ao governo, no qual não devia entrar o conde de Thomar, nem a sua familia, nem os seus partidarios mais notaveis, como havia sido deliberado pelos gabinetes estrangeiros, sob cuja tutella tinham sujeitado o paiz. A intervenção es-

trangeira pretendia intrometter-se na nossa vida politica, a ponto de não permittir a entrada no poder a diversas individualidades. Esta prohibição, porém, não teve seguimento, e aquietados os animos, o conde de Thomar voltou ainda ao governo. Novas difficuldades surgiram, e com ellas as medidas repressivas, especialmente contra a imprensa, que pela celebre *lei das rolhas* não podia commentar os acontecimentos. Deram se então conflictos entre o marechal Saldanha e o conde de Thomar, dos quaes resultou ser o marechal despedido de mordomo-mór do Paço. Esta provocação foi fatal ao governo. O illustre militar procurou vingar se, e indo para a provincia organisou forças com que entrou triumphante em Lisboa a 15 de maio de 1851 O partido cabralista estava para sempre anniquilado pelo movimento da Regeneração, que Sampaio auxiliou energicamente, passando então a ser um dos mais dedicados e mais prestimosos caudilhos do partido regenerador. Em 1851, Lisboa o elegeu seu deputado, sendo reeleito em quasi todas as legislaturas até 185‹, ora por Lisboa, ora por outros circulos do reino, e até pela India. Por questões de imprensa teve tres duellos: o primeiro, em 1843, com o barão do Rio Zezere, ainda tenente coronel de caçadores, havendo composição accordada entre as respectivas testemunhas; o segundo, em 1845, com o capitão de infantaria n.º 7, Ayres Gabriel Afflalo, por causa d'um artigo publicado na *Revolução de Setembro*, ácêrca da segurança publica; o terceiro com Sant'Anna de Vasconcellos, redactor do *Portuguez*, tambem por causa d'um artigo inserto na *Revolução*. N'este duello não se pôde evitar o encontro pelas armas, que se realisou na manhã de 13 de setembro de 1851 no Campo Grande. O adversario de Sampaio ficou ferido, e o combate cessou immediatamente. Por decreto de 26 de setembro de 1859 foi Antonio Rodrigues Sampaio despachado conselheiro do Tribunal de Contas, sendo presidente de ministros o duque da Terceira, logar que lhe fôra já offerecido em 20 de outubro de 1857 pelos seus adversarios politicos, e que elle rejeitara. Tambem foi eleito pela camara municipal de Lisboa, em 1866, na vereação que foi dissolvida em 1868 por occasião do movimento da *Janeirinha*, não chegando a tomar posse do logar para que fôra escolhido. Para as combinações ministeriaes regeneradoras é que o seu nome ficava sempre excluido, allegando-se que o homem que tão cruelmente ferira D. Maria II, não podia ser ministro dos seus filhos Em 1866, Joaquim Antonio d'Aguiar,parece que chegou a indicar o seu nome,mas el-rei D.Luiz rejeitou-o.A este respeito, escreveu Sampaio uma longa carta ao chefe do partido regenerador, em que mostrando se desprendido de todas as ambições, se queixava, comtudo, da proscripção a que o seu partido o condemnava, exactamente por causa d'elle lhe ter prestado os mais brilhantes serviços, e de ter mostrado coragem e intrepidez, quando os outros fraquejavam. Sampaio continuou sempre fiel ao partido regenerador, e em 1867 tornou a ser eleito deputado por Lisboa, e exercia as funcções de presidente da camara electiva, quando se deu o movimento de 19 de maio de 1870 promovido pelo marechal Saldanha. Então é que pela primeira vez subiu aos conselhos da corôa, fazendo parte do ministerio organisado pelo marechal, encarregando se da pasta do reino. A sua gerencia durou apenas 12 dias, principiando a 26 de maio e terminando a 7 de junho, abandonando então o cargo por não concordar com a direcção que Saldanha pretendia dar aos negocios de estado, exercendo a dictadura que lhe repugnava e aos principios liberaes mais avançados, que sempre defendera.Sampaio, sendo presidente da camara dos deputados, não chegou, por falta de tempo, a manifestar as suas aptidões para o cargo de ministro. Em 13 de setembro de 1871, sendo chamado ao poder o partido regenerador com a presidencia de Fontes Pereira de Mello, tornou Sampaio a ser ministro do reino, conservando-se no ministerio até 5 de março de 1877. Como ministro não teve o prestigio, e sobretudo a energia do jornalista, mas manifestou sempre as mais liberaes tendencias, e um grande zelo pelo desenvolvimento da instrucção e pela manutenção das boas regras administrativas. Foi n'esta segunda vez que esteve no ministerio, que tentou iniciar as reformas que advogára como socio e presidente do *Centro Promotor dos melhoramentos das classes laboriosas*, apresentando o primeiro projecto de lei sobre a reforma da instrucção primaria, projecto que não chegou a discutir se. Sampaio foi presidente d'essa associação por mais de 6 annos, durante os quaes não descançou na propaganda util dos principios associativos, auxiliado por esses caudilhos fogosos e extrenuos que appareceram por esse tempo na arena politica, os quaes todos ali fôram prelecionar, segundo as suas aptidões scientificas. Depois, em 29 de janeiro de 1878, entrou mais uma vez para a pasta do reino, no ministerio presidido por Fontes Pereira de Mello, conservando-se até 1 de junho de 1879. Já a esse tempo tinha assento na camara hereditaria como par do reino. D'esta vez conseguiu fazer passar em ambas as casas do parlamento duas leis importantes, a da reforma da instrucção primaria, com a sancção de 2 de maio de 1878, e o novo codigo administrativo, que tambem em 6 do referido mez foi convertido em lei Em 1881, tendo-se demittido o ministerio progressista, e não querendo Fontes Pereira de Mello assumir n'essa occasião a responsabilidade franca e aberta do poder, foi Antonio Rodrigues Sampaio chamado a organisar gabinete, recebendo a presidencia do conselho, ficando tambem com a pasta do reino a seu cargo. Este ministerio começou a funccionar em 25 de março, indo em 11 de novembro do mesmo anno de 1881 Fontes Pereira de Mello substituir Rodrigues Sampaio, que se retirou então á vida particular, para continuar a exercer o seu logar de conselheiro no Tribunal de Contas. Já por mais d'uma vez tivera varios ataques que tinham posto em risco a sua existencia, mas em setembro de 1882, estando em Cintra, soffreu um abalo mais forte, vindo a morrer no dia seguinte, victima de uma pneumonia adynamica. Em 1880, quando se realisou a commemoração do 3.º centenario da morte do grande poeta Luiz de Camões, presidiu á solemne sessão inaugural da Associação dos Jornalistas e Escriptores Portuguezes, que então se fundára, cuja sessão se realisou no dia 10 de junho, sendo Sampaio eleito presidente honorario. Diz um dos seus biographos: «Sampaio era d'uma bondade inexgotavel e d'uma grandeza d'alma sem egual; a lhaneza do seu trato manifestava-a elle tanto na vida intima e

dos amigos, como nas reuniões escolares a que nunca faltou quando era ministro, porque Sampaio sentia se bem quando estava no meio do povo que amava entranhadamente. O seu verdadeiro elogio fêl-o o povo de Lisboa no dia do seu enterramento, concorrendo a população quasi toda ao cemiterio dos Prazeres onde foi inhumado, e a esse elogio se associaram bizarramente todos os partidos politicos, que depondo as armas, tristemente se enfileiraram com o partido regenerador, prestando homenagem ao ultimo heroe d'essa geração de fortes que auxiliaram a implantação do systema liberal no paiz. E a sua maior e mais pura gloria consiste na confissão espontanea dos seus adversarios, de que Antonio Rodrigues Sampaio morreu sem inimigos e pobre, porque fez bem a muitos e suavisou muitos infortunios, pelo que teve a desgraça fatal de crear tambem alguns ingratos.» Sampaio fizera, parece que em 1867, uma viagem na Europa, e escrevera para a *Revolução de Setembro* umas cartas admiraveis, que infelizmente não fôram colleccionadas em livro. No *Occidente*, de 1882, está publicada a sua biographia, escripta por Eduardo Coelho. Tambem se encontram artigos biographicos na *Gazeta Commercial*, de 14 e 15 de setembro de 1881, escriptos pelo dr. Alexandre Ferreira. Teixeira de Vasconcellos escreveu tres artigos: o primeiro com o titulo *Les Contemporains, Galerie portugaise: Antonio Rodrigues Sampaio, journaliste*, Paris, 1858; a segunda: *Livros para o povo—O Sampaio da Revolução de Setembro*, Paris, 1859; a terceira, inserta na *Revista Contemporanea*, tomo III, 1861-1862, de pag. 609 a 617, precedida de retrato. Em 1906 commemorou-se o centenario do nascimento do notavel e intrepido jornalista. O *Occidente* dedicou-lhe o seu n.º 993, publicado em 30 de julho de 1906. Alguns filhos de Espozende, em consagração da sua memoria, projectaram erguer-lhe um monumento no largo principal da villa, denominado *Largo Rodrigues Sampaio*, nomeando-se uma commissão executiva para esse fim. No *Occidente* citado, vem a gravura do projecto do monumento, elaborado pelo professor Manuel José Gonçalves Viana, sendo encarregado de modelar o busto o esculptor bem conhecido José Rodrigues Moreira Rato Junior.

Rodrigues da Silva (*Antonio*). Director e professor da Escola Industrial Domingos Sequeira (de desenho) em Leiria. N. em Lisboa em 1835, e como desde creança revelasse inclinações pela pintura, matriculou se na Academia de Bellas Artes de Lisboa, em 1857. Em dois annos apenas tirou o curso de desenho, matriculando-se em seguida no de pintura historica, que terminou com distincção e louvor em 1860, obtendo os premios de 20$000 reis nos dois desenhos de copia de gesso. No 3.º anno foi premiado com a medalha de ouro, que era rarissimo alcançar, sendo o thema do exame o quadro de pintura a oleo *Camões e o Jau na gruta de Macau*. Em 1866 foi ao concurso de pensionistas do Estado, sendo o mais classificado de todos. Em 1867, e já depois de ter casado, partiu para Paris, onde se conservou até 1871, regressando ao reino no ultimo comboio que saiu da capital franceza levando os fugitivos estrangeiros, assistindo por esse motivo a todas as peripecias do cêrco de Paris pelos prussianos. Em França continuou, com o mesmo aproveitamento e distincção que em Portugal, os seus estudos nos principaes museus e *ateliers*. De volta ao reino, deixou a familia em Lisboa, e seguiu para a Italia a continuar os estudos, estacionando em Roma, e visitando as principaes cidades da arte, como Florença, Napoles, Veneza, etc., e de regresso, com o mesmo fim, percorreu os importantes museus de Hespanha. Em 1890 foi despachado director da Escola Industrial Gonçalo Velho Cabral, de Ponta Delgada, em cuja regencia se conservou até 1896, epoca em que, a seu pedido foi transferido para a de Aveiro. Em S. Miguel empenhou-se por desenvolver o gosto pela arte, conseguindo attrahir á escola grande numero de alumnos, cuja matricula era de cento e tantos, quando de lá saíu. A par d'isto, emquanto ali se demorou, fez muitos trabalhos de valor, muitos dos quaes fôram adquiridos pelo fallecido conde de Fonte Bella e por seu irmão Amancio Gago da Camara, figurando entre esses trabalhos um quadro de grande merito e muito apreciado, representando a partida de Vasco da Gama para a India, e muitos outros subordinados a assumptos d'aquella ilha pittoresca, bem como retratos dos principaes individuos d'ali. Além de outros quadros dispersos pelo paiz, o dr. Barahona, grande colleccionador de Evora, possuia um que expressamente lhe encommendou, representando o casamento do rei D. Carlos na egreja de S. Domingos. Encarregado por el-rei D. Fernando da copia d'um quadro de Holbein, que representava a allegoria ao *Nascimento de Christo*, quadro bastante detalhado, foi na Allemanha o seu trabalho muito elogiado. D. Fernando votava-lhe verdadeira estima, e foi el-rei D. Luiz quem por sua propria mão lhe collocou a medalha de ouro com que foi premiado pela Academia de Bellas Artes. Durante o tempo que esteve em Aveiro, pintou uma linda paizagem e parte da cidade, que foi exposta em exposição na antiga livraria Gomes, ao Chiado, e que mereceu dos entendidos e criticos as mais elogiosas referencias. Sobre pintura decorativa, tambem se contam varios trabalhos de valor, como as pinturas dos palacios do duque de Loulé, marquez de Sousa Holstein, egreja de Aveiro, etc. O professor Antonio Rodrigues da Silva, de 1873 a 1887, dedicou-se muito a leccionar tanto em collegios como em casas particulares, sendo depois nomeado professor da escola de desenho de Leiria.

Rodrigues da Silva (*Estevão José*). Administrador por alguns annos da typographia de Bulhões, no principio do seculo XIX, e editor d'algumas obras que imprimia ali, cujos manuscriptos comprava para esse fim. Parece que seria d'elle alguma das seguintes: *Sentimentos patrioticos do muito honrado Juiz do Povo de Lisboa na occasião em que violentamente se mandou pelo governo francez proceder á supplica de um novo rei*, etc., Lisboa, 1808; *Historia da reforma protestante em Inglaterra e Irlanda, traduzida do inglez de Guilherme Cobbett*, Lisboa, 1827; *Exame critico e historico dos Martyres de Fox, em que se mostram os erros, falsidades e exaggerações d'aquella obra fraudulenta; traduzido do inglez Guilherme Eusebio Andrews*, Lisboa, 1828, vol. I, mas não consta que se publicasse mais nenhum.

Rodrigues da Silva (*João*). Official da secretaria da Junta do Credito Publico. N. em Ovar a 7 de setembro de 1879. Fôram seus paes: Antonio Rodrigues da Silva e Rosa Gomes d'Assum-

ção, naturaes da mesma villa. Vindo com seus paes para Lisboa, aqui fez os primeiros estudos, cursando o Lyceu e a Escola Elementar de Commercio. Em 29 de outubro de 1900 foi nomeado, precedendo concurso, aspirante da secretaria da Junta do Credito Publico. Por decreto de 25 de fevereiro de 1904 foi promovido a amanuense, passando a 3.º official em 11 de maio de 1912. Publicou: *Divida inscripta (Subsidios para a uniformisação, nos serviços da divida publica portugueza, dos principios adoptados n'outros paizes da Europa)*, Lisboa, 1911.

Rodrigues da Silva *(D. Manuel Bento)*. Conego secular de S. João Evangelista, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, patriarcha de Lisboa, etc. N. em Villa Nova de Gaia a 25 do dezembro de 1800, fal. em Lisboa a 26 de setembro de 1869. Era filho de José Bento Rodrigues da Silva. Professou no convento do Beato Antonio de Lisboa; frequentou a referida Universidade, onde se doutorou em Theologia a 30 de julho de 1826, tendo obtido informações de muito bom, por todos os vogaes. Leccionou historia no antigo Collegio das Artes, d'onde passou a lente de Theologia na Universidade, sendo tambem membro do conselho director do ensino primario e secundario. Foi vigario capitular dos bispados d'Elvas e Castello Branco, conego da Sé Patriarchal de Lisboa, provisor e vigario geral do patriarchado, com o titulo de arcebispo de Mytilene, que lhe conferiu o papa Gregorio XVI no consistorio de 24 de dezembro de 1845, recebendo a ordem episcopal na egreja de S. Vicente de Fóra, em 22 de fevereiro de 1846. Tendo vagado o bispado de Coimbra, foi proposto para elle, em 27 de outubro de 1851, e confirmado pelo papa Pio IX, no consistorio secreto de 15 de março de 1852. Pela morte do patriarcha D. Guilherme I, foi nomeado para este elevado cargo, por decreto de 16 de novembro de 1857, e confirmado no consistorio de 18 de março de 1858, tomando posse por procuração a 28 do mez de abril seguinte, e fazendo a sua entrada solemne na cathedral de Lisboa em maio do mesmo anno, sendo proclamado cardeal da Santa Egreja Romana no consistorio de 25 de junho immediato. Era par do reino e gran-cruz das ordens de S. Thiago da Espada e da Corôa Verde de Saxonia, vice presidente do Conselho Superior de Instrucção Publica e do Conselho Geral de Beneficencia, etc. Muito dedicado á leitura dos classicos portuguezes, possuia grande collecção das suas obras, tendo adquirido por alto preço os mais notaveis e raros exemplares. Na sua livraria, muito escolhida, encontrava-se o que existia de melhor e mais notavel tanto antigo como moderno. Deixou testamento, no qual, entre outros legados, destinou 10:000$000 reis em inscripções para o seminario do Porto, com a obrigação de sustentar dois ordinandos pobres, dando preferencia aos naturaes de Villa Nova de Gaia; 10:000$000 reis em acções do Banco de Portugal para o seminario de Santarem, com egual encargo, e os seus livros para o seminario do Porto, com a condição de serem franqueados aos professores e alumnos do lyceu e do seminario da mesma cidade. Escreveu: *Discurso pronunciado na sessão da camara dos dignos pares de 28 de fevereiro de 1863, ácêrca da independencia do episcopado na nomeação e approvação dos beneficios ecclesiasticos e sobre a ingerencia do poder civil, inconciliavel com as leis canonicas;* foi impresso em folheto separado, juntamente com os dois discursos, de egual natureza, proferidos pelo bispo do Porto D. João de França Castro e Moura; *Carta pastoral a todos os seus subditos ecclesiasticos e seculares, ácêrca da leitura de livros e opusculos protestantes, e outros, nos quaes se propagam doutrinas subversivas, que offendem a religião e a moral evangelica;* dada em S. Vicente de Fóra a 10 de outubro de 18?3; *Pastoral* de 15 de maio de 1865, annunciando a publicação do jubileu concedido pelo papa na *Encyclica*, de 8 de dezembro, e explicando aos fieis a doutrina da mesma *Encyclica* e ao *Syllabus* annexo; *Pastoral* de 15 de maio de 1865, regulando todo o necessario para que os fieis se aproveitem das graças concedidas no jubileu. Estas duas ultimas *pastoraes* fôram reproduzidas na *Gazeta de Portugal*, então dirigida por Teixeira de Vasconcellos, em junho do mesmo anno, e tambem na *Nação*, no dito mez.

Rodrigues da Silveira *(Antonio)*. Doutor em Canones, e poeta. N. em Evora no anno de 1570. Obteve uma cadeira de conego na sé de Evora, onde tambem foi vigario e provisor. Em 1623 teve a nomeação de promotor do Santo Officio, sendo depois nomeado deputado do mesmo tribunal. Os jesuitas o nomearam egualmente conservador da Universidade de Evora. Escreveu muitos versos, que ficaram manuscriptos, imprimindo se apenas uma ode e uns epigrammas latinos. Tambem publicou umas censuras á prosodia do P. Bento Pereira, que sairam impressas juntamente com as respostas do prosodista.

Rodrigues da Silveira *(Francisco)*. Guerreiro que militou por muito tempo na India com grande valor. Era natural de Lamego. Escreveu uma *Reformação da milicia da India Oriental*, dividida em 3 livros. Esta obra era dedicada a Filippe II, sendo o manuscripto entregue pelo autor ao conselho de Portugal em Madrid. Escreveu mais um livro intitulado: *Objecções do pontual perseguido ás Lusiadas de Camões*, que tambem se não imprimiu.

Rodrigues Sobral *(Thomé)*. Presbytero secular, cavalleiro professo na ordem de Christo, lente cathedratico de Philosophia na Universidade de Coimbra, deputado, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. Era natural de Felgueiras, mas ignora-se a data do nascimento; fal. na quinta da Cheira, proximo de Coimbra, a 20 de setembro de 1829, sendo filho de João Rodrigues. Matriculou se no 1.º anno de mathematica e de philosophia em 29 de outubro de 1779, na Universidade de Coimbra, e recebeu o grau de philosophia em Philadelphia a 26 de junho de 1783. Os serviços prestados por este insigne professor no ensino da chimica, e ao seu paiz em epocas memoraveis, fôram de tal ordem, que lhe valeram a honrosa denominação de *Chaptal portuguez*. Os sabios escriptores Link e Balbi fôram os primeiros que lhe fizeram justiça, comparando o ao grande chimico da França. Succedeu o dr. Thomé Rodrigues Sobral a Vandelli na direcção do laboratorio chimico da Universidade. D'esta sabia administração ficaram documentos importantes, que perpetuam a memoria de tão abalisado professor. O laboratorio chimico transformou se em verdadeira fabrica de munições de guerra no tempo da invasão franceza. Ali se fa-

bricou em 1808 excellente polvora, da qual absolutamente se carecia, em razão de se haverem os francezes apoderado de todas as fabricas e arsenaes E' uma das mais formosas paginas da historia portugueza a serie de factos patrioticos que a Academia de Coimbra, professores e discipulos, praticaram n'essa epoca para debellar o poderoso inimigo que nos opprimia e vexava. Os academicos alistaram-se n'um batalhão sob o commando de Tristão Alvares da Costa, lente de calculo o major de engenharia; e os lentes formaram outra secção, capitaniada por Fernando Saraiva Fragoso de Vasconcellos, 1.º lente da faculdade de canones. O vice reitor, Manuel Paes de Aragão Trigoso, tinha sido acclamado governador geral da cidade. Para tão assignalados serviços, prestados pelo corpo academico em defeza da patria, foi de grande valia o fabrico da polvora, conforme dissémos, e outros petrechos de guerra no laboratorio chimico, sob a direcção do dr. Thomé Rodrigues Sobral. Nos serviços prestados pelos voluntarios academicos, contam-se os do rendimento dos castellos da Figueira, Pederneira e Nazareth; o de guarnecer e defender a cidade de Coimbra, abrir e estabelecer as communicações com a esquadra ingleza, facilitando o desembarque do seu exercito, e incorporando-se, finalmente, mestres e discipulos, com as tropas regulares nas batalhas da Roliça e Vimeiro. A primeira polvora fabricada no laboratorio foi authenticamente experimentada por artilheiros na ponte do Mondego, o a superioridade e valentia da sua força explosiva plenamente reconhecida. O dr. Sobral não só dirigia, mas preparava por suas proprias mãos muitas munições de guerra: espoletas, tanto de peça como de granada; velas de mixto, murrões, etc., artigos todos de primeira necessidade, o que faltavam em Coimbra, emquanto não chegaram os poderosos e abundantes soccorros, que a nação ingleza se apressou a mandar. Os proprios officiaes inglezes dirigiram os maiores elogios ao director d'aquelles trabalhos chimicos Chegando a Coimbra o exercito do general Massena, e informados os francezes dos extraordinarios trabalhos feitos no laboratorio, perguntavam com empenho pela casa do *mestre da polvora* No fim d'algumas indagações descobriram as casas da quinta da Cheira, pertencentes ao dr. Sobral, e de prompto lhe lançaram fogo, não poupando nem sequer a importante livraria, formada pelos cuidados incessantes de 30 annos. O que mais magoou o infeliz professor, foi a destruição irreparavel dos seus preciosos manuscriptos, e especialmente o seu compendio de chimica, fructo de aturados estudos o meditações. Por aviso regio de 31 de outubro de 1816 mandou o governo reedificar as casas do dr. Sobral em attenção aos serviços distinctos por elle prestados na guerra da independencia. Uma pagina tambem gloriosa da historia do laboratorio chimico, e do seu director, fôram os grandes e humanitarios serviços prestados para atalhar os progressos do contagio que se declarou em Coimbra em agosto de 1809. No *Jornal de Coimbra*, de outubro de 1813, vem publicado um interessante relatorio do dr. Sobral sobre esses trabalhos. Foi o emprego de desinfectadores de chloro, acido muriatico oxigenado n'aquella epoca, que combateu com efficacia o mal, destruindo os principios mephiticos, e purificando a atmosphera. Fabricaram-se muitos desinfectadores no laboratorio, e distribuiram se gratuitamente pelas casas particulares, pelos hospitaes, pelas cadeias e até pelas ruas. Foi um grande beneficio quo livrou Coimbra e o paiz d'um terrivel flagello. No tempo da direcção do dr. Thomé Rodrigues Sobral, os trabalhos praticos do laboratorio não cessavam, não só em delicadas investigações de chimica, mas ainda nas mais importantes applicações industriaes. Faziam-se rapidas e repetidas experiencias concernentes á respiração das plantas e a outros phenomenos de physiologia vegetal; ensaiavam-se processos para a conservação das substancias animaes e vegetaes; preparavam-se sem descanço os principaes productos chimicos. Os outros professores da faculdade de philosophia e os de medicina frequentavam muito o laboratorio; auxiliavam o seu director nas mais arriscadas experiencias de chimica, e emprehendiam outros trabalhos relativos ás sciencias que ensinavam, consultando sempre e ouvindo os sabios conselhos do seu illustre collega O dr. Thomé Rodrigues Sobral foi eleito deputado ás côrtes constituintes de 1821, e por portaria de 24 de maio de 1828 foi nomeado pela Junta provisoria do Porto vice reitor da Universidade de Coimbra, cargo que não acceitou pela sua avançada edade e mau estado de saude. As principaes obras, que publicou, são as seguintes: *Tratado das affinidades chimicas: artigo que no Diccionario de chimica fazendo parte da Encyclopedia por ordem de materias, deu Mr. de Morveau; e que para commodidade de seus discipulos traduziu Thomé Rodrigues Sobral*, etc., Coimbra, 1793; esta obra foi dedicada ao principal Castro, então reformador reitor da Universidade; *Oratio academica in qua Augustissimi Antonii Beriensis Principis natalitia, coram frequenti Acad. Colimbr, solemni pro congratulatione celebrantur*, Olisipone, 1797. No *Jornal de Coimbra* publicou as seguintes memorias e artigos: *Carta ao dr. José Feliciano de Castilho, em resposta a outra, em que se tratava de uma nova applicação do gaz muriatico oxigenado*; saiu no n.º XXXIII, parte 1.ª; *Reflexões geraes sobre as difficuldades de uma boa analyse, principalmente vegetal*; no n.º XXXVI, parte 1.ª pag 251 a 266; *Noticia de differentes minas metalicas e salinas, ou recentemente descobertas ou ha pouco tempo communicadas*, no n.º XLVI, parte 1.ª, pag. 221 a 240; *Diario das operações que se fizeram em Coimbra, afim de se atalharem os progressos do contagio que n'esta cidade se declarou em agosto de 1809*; no n.º XXXII, de pag. 103 a 138; *Observações sobre um escripto intitulado «Methodo pratico de purificar as cartas e papeis procedentes de paizes contagiados ou suspeitosos;»* no n.º LVI, parte 1.ª, pag. 101 a 130; *Memoria sobre o principio febrifugo das quinas;* no n.º LXXXII, parte 1.ª, pag. 126 a 155.

Roeda. Pov. na freg. de S. Paio, de Moreira dos Conegos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Roem. Pov. na freg. de Santa Maria, de Oliveira, conc. de Arcos de Valle-de Vez, distr. de Vianna do Castello.

Rogadouro. Pov. na freg. de S. Thiago, de Cossourado, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Rogarô. Rio da India. Nasce nos Ghattes, a N E da antiga prov. de Embarbacem, atravessa em grande parte o territorio que formava a mesma antiga prov., o inclinando-se para N O, entra

no commando militar de Satary e vae desaguar no rio Madei, de que é affluente pela margem direita.

Roge. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Douro, conc. de Macieira de Cambra, com. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 442 fog. e 1:658 hab Tem esc. do sexo masc., correio com serviço de posta rural, medico, fabricas de manteiga, etc. Dista 3 k. da séde do conc e está situada na margem direita do rio Caima. A Casa do Infantado apresentava o prior, que tinha 600$000 reis de rendimento. O terreno é muito fertil em todos os generos agricolas; cria muito gado, de toda a qualidade, que exporta, e nos montes visinhos ha abundancia de caça. A egreja parochial é um templo majestoso e muito antigo, de excellente e solida construcção, e está muito bem decorado. No alto d'um monte d'esta freg. vê se a bonita capella de N. S.ª do Destino. Do terreiro d'esta capella goza se um panorama pittoresco. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

Rogel Pov. Povoações nas freguezias: Santo Estevão das Galés, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. Tem est. post. || N. S.ª da Conceição, de Alcantarilha, conc. de Silves, distr. de Faro.

Rogella. Pov. na freg. de S. Pedro, de Vaillarinho, conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

Roia. Pov. na freg. de S. Miguel, de Sapardos, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Roios. Pov. e freg. de S. João Baptista, de Roios, conc. e com. de Villa Flôr, distr. e bisp. de Bragança; 69 fog. e 178 hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. Dista 3 k. da séde do conc. e está situada a 6 k. da margem esquerda do rio Tua, entre montes. D. Affonso III deu lhe foral, com o titulo de villa. em Guimarães, a 2 de abril de 1258. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Rojão. Pov. na freg. de Santa Christina e conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real.

Rojão Grande. Pov. na freg. de Santa Cruz, de Vimieiro, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. Tem correio com serviço de posta rural.

Rojão Pequeno. Pov. na freg de S. Miguel, de Pinheiro de Azere, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu.

Rôla. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Carreiras, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Mamede, de Este, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Freiriz, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Guidões, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || O Salvador, de Monte Cordova, do mesmo conc. e distr. || S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Rolã. Pov. na freg. de N. S.ª da Annunciação, de Palhaes, conc da Certã, distr. de Castello Branco.

Rolães Pov. na freg. de S. Nicolau e conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Rolão. Pov. na freg de N. S.ª da Graça, de Padrões, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Rolas Pov. na freg. de Santo Estevão, de Urgezes, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Ilha do archipelago do Cabo Delgado, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. || Ilhéo da costa da ilha de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. Fica na costa S, fronteiro á ponta da Baleia, que é a mais meridional da ilha, e distante d'ella cêrca de 4 k Tem 2 k. de circumferencia, havendo entre elle e a ilha de S. Thomé um canal que, pela sua profundidade, é navegavel. Tem de notavel o ser cortado quasi na extremidade S pela linha equinocial. O ilhéo das Rolas, o mais importante dos que cercam a ilha de S. Thomé, é elevado, fertil, coberto de coqueiros e palmeiras. Ao N tem uma boa praia de desembarque, e n'um valle proximo uns olhos d'agua que se diz communicarem com o mar. Não tem agua doce nativa, mas, ainda assim, criam-se ali muitos porcos, cabras e gallinhas, que bebem a agua das cacimbas.

Roleira. Pov na freg. de Santo André, de Ferreira d'Aves, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Roleiras. Pov. na freg do Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Rolhão. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Rolia. Pov. na freg. de S. Miguel, de Milharado, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Roliça. Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. da Extremadura, conc. d'Obidos, com. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa; 761 fog. e 3:397 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 6 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Real, na estrada d'Obidos a Torres Vedras. Os beneficiados de S. Pedro, d'Obidos, apresentavam o cura, que tinha alguns generos e 4$000 reis de congrua A terra é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz, e pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa. A 17 d'agosto de 1808 travou-se uma renhida batalha nos limites d'esta povoação, da Columbeira e da Azambujeira dos Carros, entre o exercito anglo-portuguez e o exercito francez, obtendo o exercito alliado a primeira victoria contra os invasores. Os francezes eram inferiores em numero, mas as suas posições, quasi inaccessiveis, suppriam-lhes muito a inferioridade do numero. O exercito francez era commandado pelo general Laborde, e o anglo-portuguez por Arthur Wellesley, depois lord Wellington. Os francezes tiveram mais de 500 mortos e feridos, sendo de notar que o exercito portuguez era composto, na sua quasi totalidade, por soldados bisonhos, recrutados á pressa, que pela primeira vez entravam em fogo, e de milicias e paisanos, mal armados, e que tambem nunca tinham entrado em fogo. Os soldados inglezes, na maior parte, tomavam parte pela primeira vez n'uma batalha. Apezar de todas estas circumstancias desfavoraveis, foi admiravel a bravura, sangue frio e disciplina com que os portuguezes e inglezes atacaram e tomaram á ponta de baioneta as alcantiladas posições do inimigo. Esta batalha foi o preludio da do Vimeiro, dada logo em 21 d'agosto, tambem desastrosa para os francezes, que pouco depois tiveram de passar a fronteira. O general Loison, que estava em Abrantes, marchou sobre Otta e Alcoentro, para se unir a Laborde, e, perdida a batalha da Roliça, retirou para Torres Vedras, para se juntar ás tropas de Junot, que iam de Lisboa. Emquanto Junot occupava Torres Vedras, sir Arthur Wellesley

marchava pelo caminho da Lourinhã, com o fim de se aproximar da costa, para estar protegido pela esquadra ingleza, que andava nas aguas de Peniche e da Ericeira, tendo a sua maior parte fundeada em frente da Atalaia. O tenente-coronel G. A. F. Lake morreu na batalha, e foi sepultado n'um sarcophago que levantaram os officiaes do regimento de infantaria ingleza n.° 29, a que pertencia, e que commandava na occasião em que mortalmente fôra ferido. O monumento ainda existe. Em 1903, o zelo patriotico e nobre de Walter Custance, pae d'um official d'aquelle regimento e que se encontra na Irlanda, Alfredo Custance, promoveu e alcançou donativos da officialidade do referido regimento, actualmente o 1.° batalhão Woxestershire, para a restauração do monumento, que encima o pinaculo do monte da Columbeira, a 1 k. da Roliça, ao sudoeste, onde se deu o ataque, e em memoria d'elle se levantou um cruzeiro, que existe ainda, e se avista a grande distancia.

Roligo. Pov. na freg. de S. Thiago, de Espargo, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Rolim. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Purificação, de Cachoeiras, conc de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || S. Salvador, conc. e distr. de Santarem.

Rolim de Moura (*Agostinho d'Ornellas de Vasconcellos Esmeraldo*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, diplomata, deputado, par do reino, senhor do morgado dos Caniços, na ilha da Madeira, morgado instituido em 1499, por Alvaro Dornellas, filho d'um fidalgo de egual nome, da casa do infante D. Henrique; socio correspondente da Academia Real das Sciencias, etc. N. no Funchal a 14 de março de 1836, fal. em 7 de setembro de 1901. Era filho de Ayres d'Ornellas Esmeraldo, governador civil do Funchal e senador do reino, que falleceu em 1852. Agostinho d'Ornellas matriculou se na faculdade de Direito, e concluiu a sua formatura em 1857, tendo sido premiado no 2.° e 5.° annos do curso Em 17 de novembro d'esse anno foi despachado 2.° addido á legação de Portugal em Washington, para onde seguiu viagem em 29 de abril de 1858, voltando á Europa em fevereiro de 1859 por ter sido transferido na mesma categoria para a legação de Berlim, onde serviu como encarregado de negocios desde 1 de dezembro d'esse anno até 20 de junho de 1860. Proposto pelo seu chefe, José de Vasconcellos, para 1.° addido, em recompensa da maneira como exercera aquelle elevado cargo em edade tão nova, e não havendo vaga para essa promoção, o governo concedeu lhe o habito da ordem de S. Thiago, unica condecoração portugueza que teve na sua larga carreira diplomatica. Novamente serviu em Berlim como encarregado de negocios desde julho de 1861 até julho de 1862, sendo por decreto de 12 de setembro d'esse anno promovido a 1.° addido para a legação do Rio de Janeiro, e transferido no anno seguinte para S. Petersburgo. Agostinho d'Ornellas casou em Lisboa, a 24 de abril de 1865, com D. Maria Joaquina Saldanha da Gama, filha dos 8.os condes da Ponte, celebrando a cerimonia do casamento seu irmão Ayres d'Ornellas, deão da sé do Funchal. Em 1866-1867 serviu na legação de Londres com o conde de Lavradio, não tendo, porém, nenhuma promoção na carreira que seguira, resolveu-se a abandonal a. Em abril de 1867 publicou a sua traducção da 1.ª parte do *Fausto*, de Goethe, saindo a da 2.ª parte em maio de 1873. Por esta traducção lhe concedeu o imperador do Brazil a ordem da Rosa, e foi eleito membro honorario e mestre do Instituto Livre Superior de Frankfort, *Freis Deutsches Hochstift*, estabelecido na casa de Goethe O critico allemão Eduardo Engel, director e redactor principal do *Magazin fur die Litteratur des Auslandes*, declarava, n'um artigo publicado no n.° 17 d'esse *Magazin*, que a traducção de Agostinho d'Ornellas *era a melhor que conhecia*, sem exceptuar mesmo as traducções inglezas que pela sua affinidade com o allemão conseguiam maior proximidade na versificação e no rythmo. Dava lhe até a preferencia sobre a conhecida traducção franceza de Marc Monnier, de Genebra, e assegurava que assignalando se pela fidelidade do original e sua perfeita comprehensão, revelava um extraordinario conhecimento da lingua allemã. Deixando a diplomacia, entrou Agostinho d'Ornellas na politica, sendo eleito deputado em 19 d'abril de 1868, pelo circulo de Santa Cruz, da ilha da Madeira, tomando assento na respectiva camara na sessão de 9 de maio, e logo nas de 11 e 14 d'esse mez tomou a palavra em defeza do ministerio Avila contra os ataques dirigidos pela opposição ácêrca das eleições da Madeira. Na sessão de 1 de julho apresentou um projecto de lei para habilitar o governo a construir um porto de abrigo no Funchal, mas as camaras fôram encerradas logo no dia 14, e dissolvidas em 23 de janeiro seguinte, tendo succedido ao ministerio Avila o do bispo de Vizeu. A 24 de maio de 1869 tomava novamente assento na camara dos deputados, eleito pelo circulo da Ponta do Sol. N'essa sessão promoveu a formação d'um grupo de deputados das ilhas, alcançando que d'ellas fôsse de 10 % o augmento extraordinario da contribuição predial, votado para o reino em 20%. Apresentou tambem um projecto de lei para a construcção de levadas e canaes d'irrigação na Madeira. Nas eleições de 1870, depois de tres mezes de porfiada lucta e apezar de todos os esforços das auctoridades, foi outra vez deputado pelo mesmo circulo de Ponta do Sol. Em 9 de julho de 1871 tornou a ser eleito, e n'essa sessão obteve que o imposto do real d'agua não fôsse extensivo á Madeira; que as estradas de 1.ª classe fôssem comprehendidas no orçamento das obras publicas; que os impostos municipaes sobre o sal e liquidos fôssem cobrados na alfandega; que a contribuição predial extraordinaria acabasse em 1872, etc. Ainda conseguiu do governo o subsidio para a navegação insular. Por carta regia de 16 de maio de 1874 foi elevado ao pariato, prestando juramento e tomando posse na respectiva camara na sessão de 29 de janeiro de 1875. Em 1877 organisou a peregrinação portugueza a Roma, sendo 1.° secretario da commissão directora, presidida pelo patriarcha D. Ignacio, e sendo n'essa occasião agraciado pelo papa Pio IX com a gran-cruz da ordem de S. Gregorio Magno, de Roma. A primeira discussão de grande importancia em que Agostinho d'Ornellas tomou parte na camara dos pares, foi a do projecto de lei que introduzia nas ilhas a moeda do continente. Na sessão de 1877 a proposta do governo não fôra por deante por causa da opposição açoreana, mas no anno seguinte Agostinho d'Ornellas apresentou na ca-

mara dos pares uma proposta especial sobre a moeda no districto do Funchal; depois de grandes difficuldades esta medida passou na camara, merecendo os discursos de Agostinho d'Ornellas os elogios da imprensa especialista. Em 1882 publicava no Porto as obras de seu irmão D. Ayres d'Ornellas, que fôra bispo do Funchal e depois arcebispo de Gôa, as quaes eram precedidas d'uma noticia biographica. Esta obra deu-lhe entrada na Academia Real das Sciencias como socio correspondente, sendo eleito por unanimidade. Na sessão d'esse anno relatou na camara dos pares o tratado de commercio com a França, falando sobre os altos principios economicos e mostrando grandes conhecimentos scientificos. Por essa occasião o governo da Republica Franceza agraciou o com o grau de grande official da Legião de Honra. Na sessão de 1884, voltou novamente a instar pela construcção de um porto d'abrigo no Funchal, historiando toda a questão e indicando a fórma de a resolver, pelo processo que posteriormente foi adoptado. Conseguiu tambem modificar uma proposta ministerial ácêrca da tributação da cultura do tabaco nas ilhas. A 28 e 29 de março falava contra o projecto de reformas constitucionaes apresentado pelo gabinete de Fontes Pereira de Mello. Esses discursos mereceram geral elogio da imprensa do paiz. Em 1886 foi Agostinho d'Ornellas nomeado director politico do ministerio dos estrangeiros, tomando parte em 1887 na larga discussão havida na camara dos pares ácêrca da concordata com Roma definindo o nosso padroado no Oriente. Em 1892, por occasião do 4.º centenario da descoberta da America, redigiu uma memoria sobre a residencia de Christovão Colombo na Madeira, inserta no volume que em commemoração d'esse centenario fez publicar a Academia Real das Sciencias Essa memoria foi traduzida em hespanhol e publicada no jornal *España y Portugal*. Nomeado em 1894 enviado extraordinario e ministro plenipotenciario na côrte de S. Petersburgo, partiu para o seu novo cargo em 12 de outubro, representando el rei D. Carlos, como embaixador, nas cerimonias dos funeraes do czar Alexandre, e em 1896, juntamente com o embaixador extraordinario conde de Fiealho, assistiu em Moscou ás festas da coroação do czar Nicolau. Em 1899 era um dos plenipotenciarios portuguezes á conferencia da paz reunida na Haya; e em 1901 nomeado membro do Tribunal internacional de arbitragem creado pela mesma conferencia. N'esse anno, regressando de S. Petersburgo, chegava doente a Schlangenbad, onde fôra reunir se com a sua familia, fallecendo depois em Niederwald am Reim d'uma hemorrhagia cerebral, na data acima indicada. Os seus restos mortaes fôram trasladados em 1903 para o cemiterio das Angustias no Funchal, para o jazigo de familia. Além das distincções já mencionadas, Agostinho d'Ornellas era gran-cruz das ordens de Carlos III de Hespanha, do Merito Civil da Bulgaria, e de Sant'Anna da Russia; grande official do Osmanié, de Leopoldo da Belgica, cavalleiro da Corôa da Prussia, de Alberto o Valoroso da Saxonia, etc.

Rolim de Moura *(D. Antonio)*. Foi o 1.º conde de Azambuja. V. *este titulo*.

Rolim de Moura *(D. Francisco)*. Nasceu em Pernambuco em 1580, fal. em Lisboa em 1657. Seu pae era portuguez e chamava-se D. Filippo de Moura, e sua mãe pernambucana, D. Genebra Cavalcanti. D. Francisco Rolim de Moura foi educado em Portugal, e seguiu a carreira das armas; militou com applauso e honrosas mensões na India, em Flandres e no Brazil, tomando parte nas guerras do principio do seculo XVII, a que a Hespanha levou Portugal dominado, ou a que sob a Hespanha Portugal defendeu os seus antigos dominios. Concorreu em 1625, valorosa e energicamente para a restauração da Bahia conquistada pelos hollandezes em 1624; tinha precedido n'este mesmo anno a 30 de novembro a esquadra hispano-lusa que chegou em potente soccorro em março do anno seguinte, e trouxera a nomeação de governador civil, cargo que exerceu n'aquella mesma cidade, depois da capitulação dos hollandezes, até 1626. Recebeu muitos e grandes premios do governo portuguez, entre outros o senhorio da ilha Graciosa, nos Açôres. Em Portugal pertenceu ao conselho de Estado.

Rolim de Moura *(D. Francisco Child)*. Senhor das villas d'Azambuja e Montargil, commendador da commenda de N. S.ª d'Azambuja da ordem de Christo, presidente da Junta das Lezirias, poeta, etc. N. em Lisboa no anno de 1572; fal. a 12 de novembro de 1640. Era de familia muito nobre oriunda da Normandia. Seus paes deram lhe uma educação esmerada, obrigando o não só a completar o curso de humanidades em que se distinguiu muito no conhecimento das linguas antigas, na rhetorica, poetica e phisolophia, assim como depois nas sciencias maiores, tornando se muito perito na mathematica. Terminados os estudos entrou no serviço publico, foi admittido no paço e exerceu differentes cargos, entre elles o de presidente da Junta das Lezirias, repartição creada durante o governo dos reis castelhanos em Portugal. D. Francisco Rolim de Moura manifestou desde os primeiros annos, grande paixão pela poesia, que sempre cultivou nas horas que o deixavam livre os trabalhos da vida publica, e sempre foi muito estimado pelas suas composições poeticas, mas quasi todas se perderam, por menos assim se julga, conhecendo so apenas os *Novissimos do homem*, poema em 4 cantos, que se imprimiu em 1623, e se fez uma reimpressão no seculo passado, em 1853. Escreveu tambem grande numero de obras em prosa sobre differentes e variados assumptos: *Apologia do poema dos Novissimos*; *Advertencias sobre alguns erros de Luiz de Camões na composição dos seus Lusiadas*; a *Arte de tourear*, em que tratava largamente das regras e primores d'esse exercicio, e *Aphorismos* dirigidos a seu filho D. Manuel Child Rolim. Estas obras tambem não tiveram melhor sorte que as poeticas, publicando se sómente os *Commentarios de Juan de Vega*, impressos em 1628. D. Francisco juntou as condições de poeta e escriptor ás prendas de cavalleiro, sendo muito extremado em montar a cavallo e em esgrimir com perfeição toda a sorte de armas.

Rolim de Moura *(D. Martinho)*. Guerreiro do seculo XVI. Passando a servir no Oriente em 1562, esteve no cêrco de Gôa com o vice-rei D Luiz de Athaide no anno de 1570, e n'essa occasião e em varios outros recontros deu sempre manifestas provas de grande valor e intrepidez.

Rolland *(Francisco)*. Impressor e livreiro francez que veiu estabelecer se em Lisboa em 1770, e fundou uma importantissima typographia e li-

vraria, que editou muitas obras classicas portuguezas, e durou até mais de metado do seculo XIX. Francisco Rolland traduziu em portuguez muitas obras francezas, ou já vertidas em francez, que editou e imprimiu, taes fôram a *Clarisse Harlowe*, o *Viajante universal*, etc. Duas obras, comtudo, publicou elle firmadas com as iniciaes F. R. I. L. E. L., que, no entender de Innocencio Francisco da Silva, significam: *Francisco Rolland impressor livreiro em Lisboa*. São as seguintes: *Adagios, proverbios, rifões e annexins da lingua portugueza, tirados dos melhores autores nacionaes, e recopilados por ordem alphabetica*, Lisboa, 1780; fez-se uma reimpressão em 1841; esta obra é precedida por um prologo de Antonio Lourenço Caminha; a maior parte dos adagios alli compilados são extrahidos do *Vocabulario* de Bluteau; *Peregrinação de um christão, ou viagem para a cidade celeste, escripta debaixo da allegoria de um sonho*; é traducção do *The Pilgrin's progress*, mas parece ter sido feita da traducção franceza.

Rollo. Ilha Terceira; pov. na freg. de N. S.ª de Belem, de Terra Chã, conc. e distr. de Angra do Heroismo, Açôres.

Roma (*Carlos Morato*). Do conselho de el-rei, antigo director da Contadoria do Tribunal do Thesouro Publico, deputado, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc N. em 1797, fal. a 6 de julho de 1862. Pertencia a uma familia distincta, e parece que grangeou avultados haveres com a compra de bens nacionaes. Entregou-se com dedicação ao estudo das questões economicas, e tendo sido eleito deputado, pronunciou nas camaras, principalmente em 1841 e em 1846, alguns discursos sobre questões financeiras, em que esses assumptos eram tratados com proficiencia. Imprimiram se em folheto os que proferiu nas sessões de 5 e 9 de março de 1846 sobre as contribuições directas de repartição, e já em 1841 publicára duas memorias intituladas: *Opiniões do deputado Roma sobre as finanças de Portugal*. Em 1851, na sua qualidade de director da companhia das *Obras publicas de Portugal*, redigiu uma memoria, que foi apresentada ao ministro do reino. Em 1854 sairam na *Imprensa e Lei* uns artigos seus e que fizeram sensação, os quaes tinham o titulo de *O Orçamento de Portugal*. Esses artigos fôram depois impressos n'um volume. Em 1853 tambem publicou um folheto: *Reflexões sobre a questão financeira*. Muitos artigos e memorias se publicaram, firmados com as iniciaes *M R*. Como socio da Academia Real das Sciencias, publicou em 1861 uma memoria, que lhe offereceu, a que tinha o titulo de *A questão da moeda*. Essa memoria, que elle traduziu ou fez traduzir em francez, foi muito favoravelmente apreciada pela imprensa estrangeira.

Roma (*Francisco Morato*). Cavalleiro da ordem de Christo, bacharel em Philosophia pela Universidade de Evora, e em Medicina pela de Coimbra, medico dos reis D. João IV e D. Affonso VI, etc. N. em Castello de Vide a 4 d'outubro de 1588, fal. em Lisboa no anno de 1668. Adquiriu reputação de bom facultativo no Alemtejo, onde exercia clinica, não só pela sua sciencia, mas pela sua jovialidade que alegrava os doentes, e concorria, pelo effeito moral, para o bom resultado das curas que emprehendia. Em 1619 foi chamado a Villa Viçosa pelo duque de Bragança D. Theodosio, que o nomeou medico de sua casa. Em 1640 acompanhou para Lisboa o novo rei de Portugal D. João IV, e foi nomeado medico da real camara. N'essa qualidade tratou o rei d'uma doença que teve em Salvaterra, e conseguiu arrancal-o á morte. A doença foi grave, e o triumpho bastante glorioso para que Francisco Morato Roma o não quizesse deixar de o contar á posteridade, imprimindo se em 1653 a *Observação do achaque que sua majestade teve em Salvaterra e de que se livrou milagrosamente*. Depois da morte de D. João IV, Francisco Morato Roma continuou a ser medico do Paço, e em 1661 publicou uma obra, que teve tanta acceitação, que logo se reimprimiu em 1672, e depois em Coimbra nos annos de 1700, 1712, 1726 e 1753. Essa obra é a *Luz de medicina pratica racional e methodica, guia de enfermeiros dividida em tres partes*. Na ultima edição vem junta com o *Tratado das sezões perniciosas* e o *Compendio de varios remedios de cirurgia*, de Gonçalo Rodrigues de Cabreira.

Roma (*P. José Morato*). Presbytero secular da Congregação do Oratorio de Filippe Nery. N., segundo uns, em Marvão ou em Castello de Vide, mas presume-se, com mais probabilidade, na opinião de Innocencio Francisco da Silva, que nasceu em Lisboa entre os annos de 1750 e 1757, onde tambem fal. pouco antes de 1828. Entrou para a Congregação citada, em 29 de setembro de 1777, e não tardou em se mostrar profundamente contrario ás doutrinas que se professavam dentro d'aquelle instituto religioso, bem contrarias ao fanatismo ultramontano que lhe animava o espirito, e abandonou a Congregação em 22 de março de 1796. No anno de 1810 publicou as *Dissertações anti-revolucionarias*, que não podiam deixar de ser bem acolhidas pela reacção contra todas as doutrinas regalistas e liberaes. Taes fôram as *Dissertações* publicadas anonymamente, mas que se attribuiram, com todo o fundamento, ao P. José Morato Roma, sendo editadas pelo beneficiado João da França Ribeiro. Em 1813, querendo elle, ou algum outro individuo, publicar a 4.ª dissertação em seguida das tres anteriores, foi esta enviada á censura do P. Lucas Tavares, que a achou por tal fórma ultramontana, tão contraria aos principios que, principalmente desde o tempo do marquez de Pombal regiam a egreja portugueza, que fulminou contra ella uma censura de tal ordem, que o Desembargo do Paço não a deixou imprimir. Esta censura appareceu depois inserta no *Investigador Portuguez*, vol. XI, 1815, de pag. 517 a 560. Em 1812 havia o P. José Morato Roma imprimido em Londres, tambem sem o seu nome, outra obra, intitulada: *Conheça o mundo os jacobinos que ignora, ou exposição das verdades catholicas, contra os artigos fundamentaes do systema anarchico dos theologos regalistas do seculo XVIII, e do presente*. Esta obra foi introduzida clandestinamente em Portugal, e correu assim por algum tempo, até que chegando ao conhecimento de Ricardo Raymundo Nogueira, membro da regencia, este e o seu collega Principal Sousa fizeram expedir contra ella um aviso á Mesa do Desembargo do Paço, para que esta a examinasse. O censor escolhido foi o já citado P. Lucas Tavares, o qual veiu com uma censura muito aspera, que saiu tambem transcripta no *Investigador Portuguez*, vol. VI, 1813, de pag. 505 a 516. O procurador da corôa concordou com a censura, o Desembargo do Paço conformou-se com ambas,

e n'esse sentido fez a consulta. A regencia propoz para o Rio de Janeiro a prohibição da obra, e que o seu autor fôsse punido com penas exemplares. Parece que só um dos membros da regencia, o patriarcha eleito, fôra de voto contrario. O governo do principe regente D. João, em conformidade com a proposta mandou prohibir a obra e recolher os exemplares espalhados, o que se fez sciente ao publico por edital de 13 de março de 1815, e mandou o autor preso por 6 mezes para o castello de Lindoso, no Minho, e desterrado para essa mesma provincia por um anno. José Morato Roma, porém, tomára as suas precauções a tempo, e fugira para Hespanha, onde se conservou, até que regressou á patria em 1821, quando se proclamou a amnistia decretada pelas côrtes d'esse anno. Continuando com a lucta anterior, e sendo protegido pelo patriarcha cardeal da Cunha, como fôra antecedentemente, pelo patriarcha eleito D. Antonio José de Castro, publicou successivamente em 1823 e em 1824, o seguinte: *Peças justificativas da doutrina e autor do livro intitulado «Conheça o mundo os jacobinos que ignora», etc. Ou segunda refutação do novo theologismo colligido com o novo philosophismo para ruina do altar e do throno; Setima peça justificativa que contém as annotações á «Demonstração theologica do padre Antonio Pereira»; Oitava e ultima peça justificativa que contém tres epistolas: 1.ª Sobre indulgencias; 2.ª Sobre o culto das imagens; 3.ª Sobre a autoridade da Egreja; Liga da falsa theologia moderna com a philosophia para damno da Egreja de Jesus Christo, traduzida do italiano; Refutação theologica e philosophica das maximas irreligiosas e anarchicas, base do systema constitucional do novo cunho.* O P. José Morato Roma passou os ultimos annos da sua vida em casa do marquez de Castello Melhor, onde falleceu.

Roma Ilha da Madeira; pov. na freg. S. Salvador e conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal.

Roma du Bocage *(Carlos)*. General de divisão reformado, official ás ordens d'el rei D. Luiz, ajudante honorario dos reis D. Carlos e D. Manuel, ministro dos negocios estrangeiros, antigo deputado, par do reino, commandante da Escola Pratica de engenharia em Tancos, vogal da segunda secção de estudos do conselho general do exercito, um dos directores e vice presidente da Sociedade de Geographia, etc. N. em Lisboa a 26 de setembro de 1853, sendo filho do distincto professor dr. José Vicente Barbosa du Bocage (V. *este nome)*, e de D. Thereza Roma du Bocage. Entrando na Escola Polytechnica em 1868, alcançou os primeiros premios pecuniarios, em calculo, chimica, mineralogia, botanica e economia politica, e o segundo premio em physica. Em 23 de outubro de 1871 assentou praça em artilharia n.º 1, e sendo o primeiro classificado no curso preparatorio para as armas scientificas, entrou em 1872 na Escola do Exercito, onde concluiu o curso de engenharia militar, sempre com a mesma distincção, mantendo a classificação superior, e obtendo os premios honorificos do segundo e terceiro annos Em 5 de janeiro de 1876 foi promovido a alferes effectivo para lanceiros da rainha, e mandado servir na commissão de defeza de Lisboa e seu porto. Em 31 de janeiro de 1878 foi promovido a tenente de engenharia, e no dia 29 de maio do mesmo anno a capitão. Apresentando á Academia Real das Sciencias de Lisboa uma memoria para o concurso do premio ácêrca da defeza do reino e melhor systema da organisação militar, obteve a medalha de prata, e foi eleito socio correspondente, tendo sido tres as memorias que concorreram. O titulo da referida memoria era o seguinte: *Estudos sobre o mais efficaz systema de defeza do paiz subordinado aos meios de que podemos dispôr, discutindo os hypotheses provaveis em que possa realisar-se a aggressão, e formulando ao mesmo tempo os principios em que deve basear-se a melhor organisação e constituição do exercito portuguez de maneira que seja facil e proficua a sua mobilisação.* Em 1884 escreveu tambem um livro, que foi muito apreciado, e que a Academia Real das Sciencias mandou publicar, o qual tem por titulo *A reforma do exercito.* Em junho de 1876 foi mandado coadjuvar o conselheiro dr. Barbosa du Bocage, que era o commissario portuguez na conclusão do convenio que vigorava ainda em 1885. No anno de 1878 foi nomeado para assistir ás manobras do exercicito francez, e terminada a commissão, briosa-

Carlos Roma du Bocage

mente desempenhada, quiz accrescental-a, á sua custa, estudando as instituições militares de outros paizes, viajando na Belgica e na Hespanha, apresentando, no regresso, ao ministerio da guerra um extenso relatorio sobre aquelles assumptos. Em setembro de 1879 foi nomeado vogal d'uma commissão encarregada de organisar a arma de engenharia, e em novembro do mesmo anno foi mandado a Hespanha para estudar determinadas questões relativas aos trabalhos d'aquella commissão. Estando em Madrid, fez parte da missão extraordinaria a cuja frente estava o general Caula, encarregada de representar o rei D. Luiz no casamento do rei de Hespanha D. Affonso XII, sendo, quando regressou, nomeado official ás ordens de D. Luiz. Em 1880 fez parte da commissão encarregada de estudar, sob o ponto de vista militar, o caminho de ferro de Lisboa ao Pombal por Torres Vedras, e o seu parecer, em separado, foi citado na camara dos pares por occasião da acalorada discussão do assumpto. Em 1881 foi nomeado vogal da commissão consultiva de defeza do reino. Quando em 1883, o dr. Barbosa du Bo

cage entrou no ministerio como ministro da marinha, acompanhou seu pae como secretario, e tendo feito concurso para secretario de legação, obtendo n'elle a primeira classificação, foi nomeado em julho para a legação de Berlim, e ali assistiu ás manobras do exercito allemão, em 188¹, e acompanhou o principe real, mais tarde D. Carlos I, na sua viagem pela Allemanha. Regressando a Lisboa em outubro, continuou a servir de secretario de seu pae, que então dirigia a pasta dos negocios estrangeiros. Em maio de 1881 foi nomeado vogal da commissão de reorganisação do exercito, e exonerando se do logar de secretario de legação, foi nomeado addido militar d'ella, em Berlim. Foi pela primeira vez deputado na legislatura de 1881 a 1887, eleito pelo circulo de Portalegre, fazendo a sua estreia parlamentar na sessão de 9 de junho de 1885, tomando parte na discussão do tratado do Zaire. O novo deputado logo se manifestou um orador fluente e um parlamentar distincto. Tornou a ser deputado na legislatura de 1890 a 1894. Por occasião da conferencia de Berlim, em 1884, reoccupou o seu logar junto da legação d'aquella côrte, para coadjuvar os nossos representantes. Em dezembro d'esse anno foi mandado a Paris, para juntamente com o encarregado dos negocios em França, conhecer a attitude e as intenções do governo francez relativamente ás negociações entre a França, Portugal e a Associação Internacional, com respeito aos territorios do Zaire. Rotas as primeiras negociações entre a França e a Associação por causa das exaggeradas exigencias d'esta ultima, voltou em janeiro de 1885 para Berlim, onde permaneceu até ao fim da conferencia. Em 13 de fevereiro de 1890 foi promovido a major, em 20 de dezembro de 1893 a tenente coronel, e em 18 de junho de 1901 a coronel, pertencendo ao estado maior da sua arma. Em 1911 passou á reserva na patente de general de divisão. De 14 de maio a 22 de dezembro de 1909 fezparte do ministerio presidido pelo sr conselheiro Wenceslau de Lima, encarregando se da pasta dos negocios estrangeiros. Em novembro d'esse anno acompanhou el-rei D. Manuel na sua viagem ao estrangeiro. O sr. general Carlos Roma du Bocage succedeu a seu pae no pariato, foi commandante da Escola Pratica de Engenharia de Tancos e vogal da 2.ª secção de estudos do conselho general do exercito. E' grande official, commendador e cavalleiro da ordem de Aviz; commendador e cavalleiro da de S Thiago; commendador da Legião de Honra de França, e possue as medalhas de ouro de bons serviços, e de prata de comportamento exemplar; a cruz de 3.ª classe de Merito Militar de Hespanha, e a de 2.ª classe do Merito Naval, tambem de Hespanha.

Romadinha. Pov. na freg. de S. Clemente, de Paços de Gaiollo, conc de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Romagem Pov. na freg de N. S.ª da Graça, de Palhaes, conc. do Barreiro, distr. de Lisboa.

Romal. Pov. na freg. de S. Martinho, de Outeiro, conc. e distr. de Vianna do Castello

Romainho. Pov. na freg. de Santa Maria, de Covas de Barroso, conc. de Boticas, distr. de Villa Real.

Romalheiro. Pov. na freg. de S. Pedro, de Nariz, conc. e distr de Aveiro.

Roman. Pov. na freg. de S. Martinho, de Carrazedo, conc. de Amares, distr. de Braga.

Roman Navarro (*André Severiano*). Director geral da contabilidade publica no ministerio das finanças. Começou a sua vida burocratica sendo nomeado, por concurso, amanuense em 19 de agosto de 1878, e logo em 1880 fez parte d'uma então muito falada commissão encarregada de organisar o orçamento, nomeada pelo ministro da fazenda Barros Gomes O sr. André Navarro foi a alma d'essa commissão, e desde então ficou sendo a alma da contabilidade publica. Em 1881 publicou se o novo regulamento da contabilidade, que fez uma verdadeira revolução em todas as estações por onde correm taes serviços. Foi n'essa occasião que o sr. André Navarro revelou as suas notaveis aptidões de trabalho e intelligencia. Quasi todas as instrucções a elle relativas, fôram redigidas pelo seu punho. Em 1883 foi nomeado 2.º official. O director geral Pereira Carrilho, impressionado pelo elevado valor do notavel funccionario, conservava o sempre ao seu lado. Em 1887 teve a nomeação de 1.º official, chefe de repartição em 1893 e sub-director em 3 de fevereiro de 1897, sendo então agraciado com a carta de conselho. Tem feito parte de numerosas commissões importantes, distinguindo-se sempre a sua actividade e reconhecida competencia. Em outubro de 1901 foi nomeado director geral da contabilidade publica, logar em que se tem conservado.

Romano (*José Cesar Antonio*). Capitão-tenente da armada reformado. N. em 1835, fal. em Lisboa a 17 de novembro de 1899. Assentou praça como aspirante, em 19 de outubro de 1849, sendo promovido a guarda-marinha em 21 de março de 1860, a 2.º tenente em 28 de setembro de 1863 e a 1.º em 23 de setembro de 1873, reformando se em 25 d'abril de 1893. Entre os muitos navios em que andou embarcado, contam se a fragata *D. Fernando*, as corvetas *Porto*, *D. João I*, *Estephania*, e *Rainha de Portugal*; brigue *Pedro Nunes*, escunas *Barão de Lazarim*, *Napier* e *S. Thomé*; vapores *Marianna* e *Quelimane*. Desempenhou largas commissões de serviço em Africa, onde arruinou muito a sua saude. Por occasião do desmoronamento dos Jeronymos, prestou relevantes serviços, commandando uma força de marinheiros. José Cesar Antonio Romano possuia as medalhas da expedição a Angola em 1860, de D. Pedro V, de merito, philantropia e generosidade; de D. Maria II, de 1863; de D. Luiz e de valor militar de 1862. Era cavalleiro da ordem d'Aviz.

Romano (*José Filippe Ovidio*) Mais conhecido por *José Romano*. Escriptor dramatico ensaiador, musico, etc. N. em Lisboa a 3 de junho de 1825, onde tambem fal. a 20 d'abril de 1887. Era filho d'um musico chamado José Romano, e com seu pae aprendeu essa arte, chegando a ser o primeiro trompa do theatro de S. Carlos, logar que deixou, por lhe ser impossivel tocar o seu instrumento em consequencia de haver sido mordido por um bicho venenoso, e ter ficado aleijado na mão direita. A vida de José Romano foi muito accidentada e extraordinaria. Seis mezes antes de morrer seu pae, concluira elle os preparatorios para entrar na Universidade de Coimbra, matriculando-se em mathematica e philosophia. Valeu lhe então de muito o ter aprendido a arte musical, para poder acudir ás necessidades de sua

mãe e 5 irmãos menores, a quem a morte do chefe da familia havia collocado em tristes circumstancias. Ao mesmo tempo que exercia a profissão de musico, José Romano estudava noite e dia, e começou a escrever, não se atrevendo a apresentar os seus escriptos. Um dia fôram uns versos seus surprehendidos por José M. da Silva Vieira, e pedindo lhe para vêr quanto escrevera, o animou a que continuasse, indicando-lhe os livros que deveria ler de preferencia e estudar. Alguns mezes depois apresentou José Romano ao seu protector uma comedia original em 1 acto, *Um quadro da vida contemporanea*, que, sendo emendada, se representou no theatro de D. Maria II. Continuando a escrever, teve numerosas peças em todos os theatros, na maior parte originaes. José Romano escrevia em todos os generos, desde a cançoneta e scena comica, que fôram muitas, até á magica; desde a farça e da comedia até ao alto drama. Entre essas peças, fizeram grande successo: *Samsão ou a destruição dos philisteus*, drama biblico; *Os Martyres da Germania*, drama sacro; *29 ou honra e gloria*, drama militar; *O Corsario*, *Feio de corpo e bonito d'alma*, as parodias da *Traviata*, *Norma* e *Lucrecia Borgia*, *Casa mysteriosa*, *Simão o tanoeiro*, *Ulysses*, etc. Foi ensaiador e director de scena em todos os theatros de Lisboa e no Baquet do Porto. Acompanhou como ensaiador uma companhia organisada pela actriz Emilia Adelaide, que percorreu as provincias. Um dia lembrou se de ir a Paris, e saiu de Lisboa a pé, levando comsigo um dos antigos *pintos* (480 reis); pedindo, procurando trabalho durante o caminho, assim foi vivendo miseravelmente, mas conseguiu chegar a França depois de tres mezes de viagem, demorando-se ali tres annos, chegando a passar muitas privações, e não tendo ás vezes abrigo para se recolher de noite. Em 1848 estava em Paris, onde se bateu nas barricadas, percorrendo depois differentes provincias, realisando uns concertos que pouco lhe renderam. Regressando a Lisboa dedicou se a sor empresario, mas sempre com infelicidade. Em teudo interesses directos em qualquer empresa ou em outro negocio qualquer, a fortuna não o ajudava. Tornou-se tambem actor, para que não tinha vocação, fazendo triste figura. Houve uma epoca em que representou bastante na Rua dos Condes, sem nunca conseguir agradar, sujeitando se a soffrer pateada e troças do publico, que o não podia aturar na scena, mas que applaudia as suas producções e o estimava como autor. Apezar de tudo, José Romano não perdia a mania de representar; aborrecia se da fórma como o publico o recebia, mas continuava, até que por fim desistiu. Nas horas da adversidade, apparecia mal vestido, com o fato cebento e o chapeu alto, que nunca largava, todo amolgado; mas, empregando se, logo o viam com bom fato, e muito cuidadoso no asseio. Empregou-se tambem em cantar nas festas de egreja, para que era procurado frequentemente, por possuir uma voz muito rasoavel de baritono. José Romano escreveu dois romances, que publicou: *O brinco perdido*, e *A Converção de S. Paulo*, d'onde extrahiu um drama que se representou na Rua dos Condes. Tambem foi jornalista, publicando no *Menestrel* e no *Trovador*, criticas theatraes, especialmente criticas de operas.

Romão (*Ezequiel Anselmo*). Esculptor em madeira, que falleceu em 1820, com mais de 50 annos de edade. Em 1780 começou a aprender a sua arte com o professor Joaquim Valerio.

Romão *(Joaquim)*. Pintor muito apreciado, que floresceu nos fins do seculo XVIII e principios do XIX. Foi discipulo do professor José Antonio Narciso.

Romão. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Aves, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || N. S.ª da Expectação, de Fermedo, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Lanhezes, conc. e distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || S. Lourenço, do Touvedo, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Romãos. Pov. na freg. de S. Thiago, de Ronfe, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Romarigães. Pov. e freg de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga, 126 fog. e 495 hab. Tem esc. do sexo fem. Está situada a 2 k. da margem esquerda do rio Coura e a 11 da séde do conc. O abbade de S. Paio, de Agua Longa, apresentava o vigario, que tinha 100$000 reis de rendimento. A pov. é muito antiga, talvez do tempo dos romanos, e com certeza do tempo dos gôdos, e foi uma cidade com o nome de *Labruja*. N'esta freg. ha um monte, chamado *da Cidade* ou *Penedo do Curral das Eguas*, que mostra vestigios de uma grande fortaleza com tres linhas de muralhas e outras tantos fossos, estradas cobertas, e no centro um castello. Segundo a tradição, fôram os moiros que destruiram esta cidade ou fortaleza em 716. Seria ali a tal cidade de *Labruja?* Na *Portella da Labruja* tambem ha vestigios d'uma grande praça ou fortaleza, a que o povo dá o nome de *Cidade Murada*. A terra é muito fertil; cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus vastos montes ha abundancia de caça, grossa e miuda. Romarigães pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Romarigo. Pov. na freg. do Santissimo Sacramento, de Burgos, conc. de Arouca, distr. de Aveiro,

Romariz. Pov. e freg. de Santo Isidoro, da prov. do Douro, conc. e com. da Feira, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 353 fog. e 1:454 hab. Tem correio com serviço de posta rural, e uma romaria á Senhora dos Remedios nos dias 23 e 24 de junho. Dista 10 k. da séde do conc. e está situada a 5 k. da estrada do Porto a Coimbra, na sua maior parte, n'um valle fertilissimo, regado por varios ribeiros e cercado de montes. O papa, a mitra e o collegio da Graça, de Coimbra, apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 800$000 reis de rendimento annual. Em 1835 foi annexada a esta freg. a de S. Silvestre, de Duas Egrejas. A pov. é muito antiga, e com toda a certeza era já povoada nos tempos prehistoricos. Dizem que o seu primeiro nome foi *Crasto*, que se conserva ainda na aldeia onde está a egreja parochial. Ao SO da freg., e contigua a ella, está a de Milheiroz de Poiares, do mesmo conc. e ao logar d'esta freg. mais proximo de Romariz, vê se a aldeia chamada *Mamôa*, por ter existido ali um d'esses monumentos celticos, do qual ainda ha vestigios. Ao SE da egreja matriz, está o monte Pinheiro, já na freg. de Cesar, onde tam-

bem se encontram vestigios de construcções celtas ou pre-celtas. A freg. de Romariz é separada da de Duas Egrejas, que lhe fica ao N e NE, pela pequena serra *Monte de Mó*, da qual se extráem boas mós de moinhos, de granito porphiroide, que só servem para moer milho. Na pov. de Romariz se cria muito gado bovino, que se exporta para Inglaterra, em grande parte. A egreja matriz é d'uma architectura simples, mas denota muita antiguidade. Em volta ha um espaçoso adro, cercado por uma grande alameda, povoada de corpulentos carvalhos e castanheiros. Pertence a pov. á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Meinedo, conc. de Louzada, distr. do Porto; tem correio com serviço de posta rural. || S. Cypriano, de Nunes, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

Romãs. Pov. e freg. de N. S.ª do Valle, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Sattam, distr. e bisp. de Vizeu; 264 fog. e 1:071 hab. Tem esc. do sexo masc. e dista 8 k. da séde do conc. Está situada na lombada d'uma serra. O real padroado apresentava o reitor, que tinha 80$000 reis de congrua e o pé d'altar. N'esta freg. ha um alcantilado monte chamado o *Barrocal*. Entre uns altos e escabrosos rochedos está a capella de *N. S.ª das Romãs* ou do *Barrocal*, nome que o povo lhe dá vulgarmente, porque o verdadeiro nome da padroeira, é *N. S.ª da Purificação*. Junto da capella, ao lado N, ha um pequeno valle regado por uma fonte de crystalinas aguas. O templosinho é bonito e todo construido de pedra de cantaria. Ignora-se quando foi edificado o primitivo; o actual é uma reconstrucção desde os alicerces, feita por ordem do bispo de Vizeu D. João de Mello. A imagem da Senhora é de pedra de Ançan e tem 77 centimetros de altura; é de boa esculptura. Romãs pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Romazelhas. Pov. na freg. de Santo André, de Villa Boa de Quires, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Romba. Pov. na freg. de N. S.ª do Pé da Cruz, de Santa Cruz, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Rombo. Ilhéo do archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situado a cêrca de 10 k. ao N da ilha Brava, e fórma com outro, mais oriental e chamado Ilhéo Grande, o grupo dos Ilhéos Seccos, assim chamados por não terem agua doce. O ilhéo Rombo é branco e alto, tem perto de 3 k. de extensão, e está deshabitado e inculto. No entretanto, dá-se ali admiravelmente o algodão. Nos seus rochedos ha sal crystalisado, e á praia vae muito ambar. Existe mesmo a lenda de que um degredado, chamado João Carneiro, achou ali um tão grande pedaço d'ambar, que não só lhe grangeou o perdão como tambem lhe permittiu comprar bens consideraveis. Entre este ilhéo e a ilha Brava ha passagem para navios, mas o canal situado entre elle e o ilhéo Grande é sujo e de pouco fundo. Ha muito peixe n'essas paragens.

Rome. Pov. na freg. de Santa Martha, de Portozello, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Romeça. Pov. na freg. de S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Romeira. Pov. e freg. de S. Braz, da prov. da Extremadura, conc., com. e distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 225 fog. e 872 hab. Tem esc. do sexo fem., est. post. e medico. Está situada a 2 k. da estrada de Torres Novas a Santarem, e a 9 da séde do conc. O povo apresentava o cura, que tinha 60$000 reis e o pé d'altar. A terra é muito fertil, e pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa. || Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, Triana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Purificação, de Barcellos, conc. de Loures, do mesmo districto.

Romeiras. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, dos Caldeireiros, conc. de Mertola, distr. de Beja. || Ilha da Madeira e distr. do Funchal; Santo Antonio, conc. do Funchal; N. S.ª da Graça, de Estreito de Camara de Lobos, conc. de Camara de Lobos. || N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro.

Romeiro. Pov. na freg. do Salvador, de Grijó, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Romeiros. Ilhéo na ilha de Santa Maria, Açôres. V. *Remedios*.

Romeu. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança; 85 fog. e 325 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dis 10 k. da séde do conc. e está situada a 8 k. da margem esquerda do rio Tuella, e proximo da estrada de Bragança a Mirandella. O reitor de Mascarenhas apresentava o cura, que tinha 60$000 reis e o pé d'altar. Romeu foi até ao meado do seculo XVIII, uma aldeia da freg. de Mascarenhas, sendo então desmembrada para formar um curato independente. Tanto esta freg. como a de Mascarenhas pertenciam aos cavalleiros de Malta, pelo que tinham grandes privilegios e isenções. No alto d'um monte, que é parte d'esta freg. e parte da de Mirandella, vê-se a capella de N. S.ª de Jerusalem, á qual o povo chama tambem N. S.ª de S. Marcos, fundada pelos cavalleiros de Malta, em 1500. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Carneiro, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Martinho, de Crasto, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Romezal. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Fregim, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Pedro, de Loureiro, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. João Baptista, de Silva Escura, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Romil. Pov. na freg. de Santa Maria, de Adaúfe, conc. e distr. de Braga.

Romilla. Pov. na freg. do Salvador do Mundo, de Almoster, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Rominha. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena e conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Romisqueira. Pov. na freg. de Santa Maria, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Rompesilha. Pov. na freg. de S. Martinho das Moitas, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Roncanito. Povoações nas freguezias: Santo Antonio, de Capellins, conc. de Alandroal, distr. de Evora. || O Salvador e conc. de Odemira, distr. de Beja.

Roncão. Pov. na freg. de S. Miguel do Pinheiro, conc. de Mertola, distr. de Beja. || Rio do distr. de Villa Real. E' um affluente do rio Douro, N. na freg. de Castendo, corre para SSO, e entra no Douro, abaixo da foz do rio Tua, com 7 k de curso.

Roncão de Baixo, de Cima e do Meio. Tres povoações na freg. do Espirito Santo, conc de Mertola, distr. de Beja.

Ronco Pov. na freg. de Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Rondães Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Lamellas, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto

Ronde. Pov. na freg. de Santa Eulalia, conc de Arouca, distr. de Aveiro.

Rondufas. Pov. na freg. de Santa Eufemia, de Chancellaria, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Ronfe. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 282 fog. e 1:297 hab. Tem esc. do sexo fem., est. post. e uma fabrica de tecidos. A mitra apresentava o reitor, que tinha 100$000 reis e o pé d'altar. A terra é fertil, e pertence á 6ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Meinedo, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Ronqueira. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Ronqueiras. Pov. na freg. de S. Thiago, de Carreiras, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Roque. Freguezias na Madeira e no Faial. V. *S. Roque.*

Roque (*Antonio Bernardino*). Major medico reformado, deputado, senador, etc. N. em Lagoaça em 1858, sendo filho de Francisco Maria Roque e de D. Maria Roque Pinheiro. Foi muito novo para Cabo Verde, e n'aquelle seminario fez os seus primeiros estudos. Veiu para Lisboa em 1880, onde cursou o Lyceu, as Escolas Polytechnica e de Medicina, terminando o curso em 1889, alcançando alguns louvores. Sendo aspirante a facultativo do Ultramar, seguiu para Cabo Verde no posto de tenente, e ali serviu em commissão até principios de 1890, indo depois para Angola, a cujo quadro pertencia, conservando-se n'aquella provincia até 1903. Foi promovido a capitão em agosto de 1893 e a major sub-chefe do serviço de saude em 1901, reformando se n'esse posto, por doença, em abril do mesmo anno. Foi condecorado com a ordem da Torre e Espada por serviços prestados na expedição militar ao Bihé, da qual fez parte como medico, sem ter nenhuns auxiliares. Da sua acção como medico colonial falam os relatorios existentes no ministerio das colonias Entre outras commissões de serviço, foi nomeado em 1897 para combater a terrivel epizotia que matou perto de 80:000 bois na vasta região do Humbe. N'essa expedição é que o gentio revoltado massacrou um pelotão da companhia de dragões do planalto de Mossamedes e o seu commandante, conde d'Almoster, escapando o sr. Antonio Bernardino Roque, como por milagre, de ser trucidado, pois cercado pelo gentio apenas o livraram da morte a sua prudencia e sangue frio. Assumiu depois a direcção do serviço vaccinico contra a peste bovina em todo o planalto de Mossamedes, salvando os seus esforços os bovideos sufficientes para a agricultura, carretos e repovoamento. O sr. Bernardino Roque pertenceu sempre ao partido republicano, apezar de nunca se ter salientado na propaganda republicana no tempo da monarchia, em virtude da sua especial situação de medico militar. Quando em 5 de outubro de 1910 se proclamou a Republica, não estava em Lisboa, mas apenas pôde entrar na capital, offereceu incondicionalmente os seus serviços ao novo regimen. Foi eleito deputado pelo circulo de Moncorvo para as côrtes constituintes reunidas em agosto de 1911 e é egualmente membro do senado. Collaborou em jornaes da sua especialidade, e publicou monographias sobre a climatologia e metereologia do planalto de Mossamedes e sobre os culideos de Angola.

Roque Amador. Pov. na freg. de S. Pedro, de Gouveias, conc. de Pinhel, distr da Guarda.

Roque de Nariz. Pov. na freg. de S. Pedro, de Nariz, conc. e distr. de Aveiro.

Roque da Palhaça. Pov. na freg. de S. Pedro, de Palhaça, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

Roqueiro. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Pedrogão Pequeno, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || S. João Baptista, de Estreito, conc. de Oleiros, do mesmo districto.

Roquel. Cidade romana, que se diz ter existido na provincia da Extremadura.

Roques. Pov. na freg. de S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Roquette (*Antonio Ferreira*). Lavrador e creador de gado em Salvaterra de Magos, e na herdade da Fajarda, do concelho de Coruche. N. em Salvaterra de Magos a 27 de outubro de 1846, sendo filho de José Ferreira Roquette e de Maria Amalia de Faria Roquette. Casou com D. Josephina Libania Garin Holtreman, filha dos viscondes de Alvalade. Tendo enviuvado, casou em segundas nupcias, com D. Rita Queriol, filha de Antonio Francisco Queriol, e de D. Julia da Torre do Valle Queriol. Do 1.º matrimonio houve tres filhos: José Alfredo Holtreman Roquette, D. Julieta Holtreman Roquette e D. Luiza Hortense Holtreman Roquette. Do 2.º matrimonio houve um filho, Antonio Queriol Roquette.

Roquette (*Fr. Caetano*) Religioso da ordem carmelitana. N. em S. Martinho do Porto no principio do seculo XVIII; ignora-se a data do fallecimento. Professou em 1720, e veiu para o convento do Carmo, de Lisboa, onde foi sub prior, mestre de cerimonias e consultor da bulla da Cruzada: Publicou um sermão prégado em 1754, n'uma trasladação d'ossos que se fez na egreja de S. Paulo.

Roquette (*José Alfredo Holtreman*). Proprietario. N. em Cascaes a 10 de outubro de 1885, e foi baptisado na freguezia de S. Paulo, de Salvaterra de Magos, sendo filho de Antonio Ferreira Roquette, e de sua primeira mulher, D. Josephina Libania Holtreman Roquette; neto paterno de José Ferreira Roquette e de D. Maria Amalia de Faria Roquette, e neto materno dos viscondes d'Alvalade: Alfredo Augusto das Neves Holtreman, advogado, e D. Juliette Natalina Luiza Garin Holtreman. O sr. Holtreman Roquette é um grande enthusiasta cultivador e propagandista dos exercicios de sport, sobre o que tem escripto varios artigos em alguns jornaes

e foi o fundador do Sporting Club de Portugal, construido com o seu avô, o visconde de Alvalade, na sua quinta assim denominada, da Alameda do Lumiar, em Lisboa, um campo para «foot-ball» e dois «courts» para «law tennis», casas com sala de leitura, banhos, arrecadações de vestuario, e mais commodidades para os socios do Club. Tem-se ainda em projecto construir ali outros campos para «foot ball», para «cricket», e outros jogos desportivos de educação e instrucção physica.

Roquette *(José Ignacio)*. Polygrapho muito apreciado. N. em Alcabidéche, no concelho de Cascaes, em julho de 1801, fal. em Santarem em 1 de abril de 1870. Era filho de Antonio dos Santos Roquette, proprietario, lavrador e capitão de ordenanças, que por varias vezes foi vereador da camara municipal d'aquelle concelho. Aprendeu grammatica latina, rhetorica, philosophia e musica, tomou ordens menores com destino para clerigo secular, que era a carreira que seus paes desejavam que elle seguisse; Roquette, porém, deu preferencia á vida claustral, e professou em 1821, contra a vontade de seu pae, no convento franciscano de Santo Antonio do Estoril, tomando o nome de Fr. José de Nossa Senhora do Cabo Roquette. Continuou estudando nos conventos de Campo Maior e Portalegre, onde concluiu, em 1825, o curso triennal de philosophia, e depois, ao de Xabregas, o de theologia dogmatica e moral, em que duas vezes defendeu conclusões magnas, sendo pouco depois eleito, em recompensa da sua applicação, lente substituto da cadeira de escriptura sagrada no mesmo convento, e em 1831 lente effectivo, mediante concurso e opposição publica, cujas funcções desempenhou até 1833 cumulativamente com as de secretario da sua provincia. Em 1828, quando D. Miguel tomou posse do governo, Roquette mostrou se lhe vivamente dedicado, e foi elle quem no dia 11 de janeiro de 1829 prégou o sermão de acção de graças na festa celebrada no seu convento de Xabregas pelo restabelecimento de D. Miguel, sermão que se imprimiu n'esse mesmo anno, sendo essa a primeira obra publicada pelo P. José Ignadio Roquette. Em 1832 publicou em Coimbra, por ordem do governo miguelista, a traducção da *Consulta do Supremo Conselho de Castella sobre a «Tentativa Theologica» do P. Antonio Pereira de Figueiredo; por aviso regio de 30 de agosto de 1832*. Já em 30 de março de 1830 havia sido nomeado, pelo patriarcha D. Patricio, prégador regio da Santa Egreja Patriarchal. As demonstrações que déra no periodo decorrido de 1828 em deante, de sincera affeição ao governo de D. Miguel, do qual, assim como muitos outros, confiava que faria a felicidade de Portugal, bem que nunca approvasse nem concorresse para os desacertos e atrocidades que então se commetteram, chegaram, no entretanto, a concitar contra elle o odio de alguns, resultando-lhe ser preso tumultuariamente no dia 24 de julho de 1833, e conduzido ao castello de S. Jorge, d'onde saiu restituido á liberdade poucos dias depois, por se provar que não tinha crime. Retirou-se então para casa de seu pae, e d'ali para o Alemtejo, onde permaneceu até terminar a lucta civil, residindo ora em Extremoz, ora em Monforte. Perdida completamente a causa miguelista, e assignada a convenção de Evora Monte, Roquette veiu a Lisboa embarcar a bordo d'um paquete inglez, seguindo viagem para Londres, onde entrou a 10 de agosto de 1834. Alguns dias depois, tanto elle, como os duques do Cadaval e de Lafões, o bispo de Vizeu, e mais alguns emigrados absolutistas, fôram apresentar se ao ministro portuguez em Inglaterra, e tomaram com elle o compromisso de não pegarem em armas, nem de conspirarem contra o governo constitucional. Então a legação portugueza não teve duvida em enviar passaporte a Roquette com que saiu de Londres em direcção de França. Chegando a Paris foi bem acolhido da parte do ministro portuguez, então o visconde da Carreira, e do arcebispo de Paris que, reconhecendo n'elle um sacerdote illustrado, não teve duvida em auxilial-o collocando-o n'uma das freguezias do bairro de S. Germano, onde pouco poderia servir, em razão de lhe faltar o uso e a pratica da lingua franceza, que não conhecia ainda bem a fundo, e seria preciso tempo para chegar a prégar correntemente e com desembaraço. Deu se então á traducção e composição de varias obras, com o fim de se tornar prestavel aos seus compatriotas, e tambem de recolher para si maiores recursos dos que podiam provir-lhe dos escassos proventos do ministerio ecclesiastico. Pelo mesmo tempo e nos annos seguintes, coadjuvou efficazmente o visconde de Santarem nos trabalhos da commissão litteraria de que estava encarregado, sem que todavia recebesse por isso alguma retribuição pecuniaria do governo. Em 1848 foi nomeado vigario coadjutor da freguezia de S. Paulo em Paris, e achava-se n'esse exercicio, quando o patriarcha de Lisboa D. Guilherme o convidou para vir tomar parte no ensino dos alumnos do seminario patriarchal, que se propunha a restaurar. Não acceitando ao principio esta offerta obrigatoria, cedeu por fim em 1857 a novas e repetidas instancias do prelado, que, por uma honrosa provisão de 2 de outubro d'esse anno, o nomeara professor da cadeira de hermeneutica e eloquencia sagrada do referido seminario. Tendo fallecido pouco depois o prelado, foi confirmado n'aquella nomeação pelo seu successor, o patriarcha D. Manuel Bento Rodrigues. Voltou portanto para Lisboa o P. Roquette, onde chegou no meado de agosto de 1858. O patriarcha nomeou o tambem secretario de despacho, cujas funcções conciliava com as do magisterio. O P. Roquette era cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, por carta regia de D. Fernando, então regente do reino, de 30 de outubro de 18[illegible]4; socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, nomeado em fevereiro de 1850; cavalleiro da ordem da Rosa, do Brazil, conferida no dia 3 do mez de setembro de 1847, etc. Bibliographia: *Alphabeto portuguez, ou novo methodo para aprender a ler com muita facilidade a letra redonda e manuscripta*, Paris, 1836; *Historia do descobrimento da America, viagens e conquistas dos primeiros navegantes ao novo mundo, escripta por Campe, e traduzida em portuguez*, Paris, 1836, 2 tomos com estampas; *Museu pittoresco, ou historia natural dos tres reinos da natureza, para uso da mocidade e das pessoas que quizerem adquirir ideias geraes, das obras da creação, por Houbloup-Duval, traduzida do francez, ornada com cincoenta estampas*, Paris, 18[illegible]7; *Cartas selectas do Padre Antonio Vieira, precedidas d'um epitome da sua vida, e seguidas de um indice analytico dos assumptos e ma*

terias, Paris, 1838; *Cacographia portugueza, ou collecção de themas extrahidos dos melhores autores portuguezes, escriptos errada e incorrectamente destinados a exercitar a mocidade no estudo e applicação das regras da orthographia*, Paris, 1838; *Correcção da Cacographia portugueza, segundo a Grammatica publicada pela Junta da Directoria dos Estudos de Coimbra*, etc., Paris, 1838; *Thesouro da mocidade portugueza, ou a moral em acção; escolha de factos memoraveis e anecdotas interessantes*, etc., *obra extrahida dos melhores autores nacionaes e estrangeiros*, Paris, 1839; *Leal conselheiro, seguido da arte de bem cavalgar, por el-rei D. Duarte, dado pela primeira vez á luz sobre o manuscripto da Bibliotheca Real de Paris, com notas philologicas, e um glossario das palavras antigas, com um fac simile*, etc., Paris, 1842; *Livro de ouro dos meninos, para servir de introducção ao Thesouro da Adolescencia e da Juventude*, Paris, 1844, com estampas; *Historia dos meninos celebres desde a antiguidade até nossos tempos, compilada por M. M. Masson e Fréville, posta em linguagem, e accrescentada com uma prefacção*, Paris, 1844. 2 tomos; *Codigo de bom tom, ou regras de civilidade, e de bem viver no seculo XIX*, Paris, 1845, com estampas; *Codigo epistolar, ou regras e advertencias para escrever com elegancia toda a sorte de cartas*, etc., Paris, 1846; *segunda edição, consideravelmente augmentada e corrigida*, Paris, 1854; *Ornamentos da memoria, e exercicios selectos para formar o bom gosto e verdadeiro estylo da lingua portugueza, extrahidos dos melhores classicos em prosa e verso*, etc., 1849; *Lições de Geographia, pelo abbade Goultier, traduzidas em Paris por uma sociedade de litteratos portuguezes*, etc., Paris, 1851; nova edição augmentada, 1856; *Diccionario portuguez-francez, composto sobre os melhores diccionarios das duas linguas*, etc., dedicado á AcademiaReal das Sciencias,Paris, 1841;outras edições. em 1850 e 1854, sendo a ultima de 1858; *Diccionario da lingua portugueza de Fonseca, feito inteiramente de novo, e consideravelmente augmentado*, Paris, 1850; 2 tomos, sendo o 2º *Diccionario dos Synonymos da lingua portugueza por J. I. Roquette; Grammatica elementar da lingua franceza, e arte de traduzir o idioma francez em portuguez, com um vocabulario muito completo de idiotismos e proverbios*, Paris, 1850, nova edição, 1858. No *Diccionario bibliographico*, volumes IV e XIII, veem ainda mencionadas mais obras de instrucção e outras espirituaes e liturgicas. O P. José Ignacio Roquette tambem dispoz e annotou com observações grammaticaes, litterarias, geographicas e criticas, e seguidas de vocabularios especiaes, que dispensam o uso de outros diccionarios, as edições feitas em Paris de varios livros latinos elementares, e bem assim o texto explicativo em portuguez dos cadernos de estampas, que fórmam a collecção intitulada *O Mestre de desenho*, etc.

Rorigo. Pov. na freg. de S. Julião, de Calendario, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Roriz (*Antonio Marinho Falcão de Castro Moraes, visconde de*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; fidalgo da Casa Real; senhor da capella de Friostellos, da casa do Penedo em Pias, termo de Monsão; das casas de Nogueira e da Ponte, em Castellões; da casa de Lordello, em Carvalhosa; das casas do Paço, em Guimarães, e em Santo Estevão de Gerez, termo da Povoa de Lanhoso; da capella e casa de Ruivães, em S. Martinho do Campo; e da casa de Roriz, em S. Pedro de Roriz, no concelho de Santo Thirso, etc. N. a 29 de março de 1809, fal. a 28 de fevereiro de 1858. Era filho de Manuel Marinho Falcão de Castro Moraes, e de sua mulher D. Angelica Maria Teixeira de Carvalho e Sousa. O visconde de Roriz casou em 4 d'agosto de 1817, com D. Maria do Carmo de Araujo Martins de Gouveia Moraes Sarmento, filha de Francisco Joaquim de Gouveia Moraes Sarmento, senhor da casa da Ponte, emS Salvador deBriteiros, e de sua mulher, D. Rosa Joaquina de Araujo Martins Minetos. O titulo foi concedido por decreto de 17 de fevereiro de 1853. O seu brazão d'armas é um escudo esquartelado; no 1.º quartel, as armas dos Marinhos: Em campo de prata quatro faxas azues ondeadas: o 2.º as dos Castros: Em campo de ouro treze arruelas de azul em tres palas; no 3.º as dos Falcões: Em campo azul tres bordões de S. Thiago, de prata com nós vermelhos e ferrados de ouro, postos em pala; e no 4.º as dos Moraes: Um escudo dividido em pala: na primeira, de purpura, uma torre de prata lavrada de negro, com telhado de ouro, e grimpado d'uma bandeira de prata; na segunda, de prata, uma amoreira verde com raizes.

Roriz. Pov. e freg. de N. S.ª da Espectação, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, bisp de Bragança; 72 fog. e 3?8 hab. Tem est. post. e dista 10 k. da séde do conc. Está situada a 7 k. do rio Mente. Chamava-se antigamente *Cimo de Villa da Castanheira*, e depois *Castanheira e Roriz*. Até 1855 pertenceu ao conc. de Monforte do Rio Livre. Roriz esteve annexada por muito tempo á freg. da Castanheira, mas tornou se depois independente, sendo o reitor da Castanheira quem apresentava o cura, que tinha 50$000 reis. O seu orago era então N. S.ª da Conceição. Os seus donatarios eram os condes de Athouguia. A egreja matriz tem uma torre, de que está separada, a qual consta ser obra dos romanos. Em frente da matriz vê se a capella de S. Sebastião, que pela sua architectura mostra ter sido fortaleza moirisca. A terra é fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. ‖ Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Santo Thirso, distr. e bisp. do Porto, 282 fog. e 1:182 hab. Dista 10 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da margem esquerda do rio Vouga. O real padroado apresentava o vigario, que tinha 100$000 reis e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, foi villa e séde d'um conc., já ha muitos annos supprimido. Não teve, porém, nunca foral régio, antigo ou moderno. A terra é fertil em cereaes e muito abundante de boas aguas. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. N'esta freg. houve um convento antiquissimo, de religiosos benedictinos. Não se conhece a epoca da sua fundação, mas sabe se que já existia em 887, reinando em Portugal, Leão e Galliza, D. Affonso, o Magno, que n'esse anno o deu á condessa Mumadona. Parece que este mosteiro passou a commendatarios, e por fim, tornou á corôa, porque D. Affonso Henriques, em 20 de abril de 1173, o deu aos conegos regrantes de Santo Agostinho (cruzios) Em 1492, D. João II, por autori-

dade do papa Innocencio VIII e do arcebispo de Braga, fez d'este mosteiro uma commenda. Fallecendo em 15 0, sem successão, o ultimo commendatario, tornou o mosteiro para a corôa, o n'esse mesmo anno o cardeal D. Henrique pediu á rainha viuva D. Catharina, regente do reino, que o mosteiro, com todas as suas dependencias e rendimentos, fôsse dado á Companhia de Jesus, do collegio de S. Paulo, de Braga, ao que a rainha annuiu. Supprimida a Companhia de Jesus, em 1759, o mosteiro passou á Universidade de Coimbra, que o vendeu, ao visconde de Roriz, Antonio Marinho Falcão de Castro Moraes. A egreja, porém, continuou a ser matriz da freg. E' um templo de architectura gothica, d'uma só nave e bastante espaçoso. A porta principal é ampla e majestosa; as hombreiras são formadas cada uma por 5 columnas, das quaes a 1.ª, 3.ª e 5.ª são mais grossas e ornadas de flôres e conchas em relevo, tendo ornatos nos capiteis, terminando todos com uma cabeça de touro; as 2.ª e 4.ª são mais delgadas, e lisas. Sobre estas 10 columnas se apoia o arco, em ogiva, com ornatos em relevo. O arco cruzeiro é de architectura moderna e assenta sobre 2 pilares de cantaria, lavrados. Está ladeado por 2 bustos muito antigos, representando um moiro e uma moira. A capella mór é de abobada de pedra, muito bem conservada. Fóra da egreja e debaixo d'um portico, está um tumulo antigo, com brazão d'armas dos Mascarenhas e dos Silveiras Lobos. N'um cabeço d'esta freg., chamado *Monte do Facho*, ou *Eira Moira*, ha umas ruinas, que, segundo a tradição popular, são os restos da antiga cidade de Sanoana. Em diversos penedos existem pias quadrangulares, abertas por mão de homem, e em algumas, buracos como que destinados ao eixo de mós, e por este polidos; ha um penedo levantado e a prumo, que os visinhos chamam da *Pata do cavallo*, junto ao qual se tem feito grandes escavações em busca de thesouros, que o povo acredita existirem ali; proximo fica a Eira dos Moiros, largo espaço, cujo pavimento era todo forrado de pedra de esquadria, em grande porção já levada d'ali para diversas obras pelos moradores das freguezias em volta. No cimo do ponto mais elevado da pov. existem grandes penedos e uma como informe anta, cujo apoio de um lado já está caido. Estas e outras pedras, bem como muitos fragmentos de tijolo e objectos de barro, fragmentos e escorias de ferro, pequenos pedaços de lousa, hachas de bronze, etc, que tem apparecido por aquelles sitios, são indicios de elles terem sido habitados em tempos remotos. || Pov. e freg. do S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 191 fogos e 781 hab Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 9 k. da séde do conc. e está situada na aba da serra de Tamel. Tem annexada ha muitos annos a freg. do Salvador de Quiraz O reitor do convento de Villar de Frades apresentava o cura, que tinha 30$000 reis e o pé d'altar. A terra é muito fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Beiral do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Infesta, conc. de Paredes de Coura, do mesmo distr. || S. Martinho, de Pindo, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Sendim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Frute, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Rosa (*Antonio Firmino da*). Actor contemporaneo. N. em 25 de setembro de 1841. E' mais conhecido por *actor Firmino*. Estreou-se no theatro do Principe Real, do Porto, hoje de Sá da Bandeira, na parodia *Quem nos livra da Gran Duqueza*, entrando depois nos *Madgyares*. Passou ao theatro Baquet, onde fez um grande reportorio. Viudo para Lisboa, representou no antigo theatro dos Recreios, que foi demolido, com a companhia do Porto, a que pertencia, onde agradou bastante, e Francisco Palha convidou o para o theatro da Trindade, o que elle acceitou, debutando então ali a 16 de setembro de 1882 na opereta em 1 acto *O Néné*. Conservou se n'aquelle theatro até 1887, representando em grande parte do reportorio, voltando novamente para o Porto, sendo contratado pela empresa Cyriaco Cardoso, que funccionava no theatro Baquet. Realisava o seu beneficio na noite 20 de março de 1888, quando por fatalidade se incendiou aquelle theatro, que tantos horrores e tantas victimas causou. Firmino veiu para Lisboa, mas não tardou a voltar ao Porto, fazendo parte da companhia do actor empresario José Ricardo. Em 1907 representava no theatro de Carlos Alberto, da mesma cidade.

Rosa (*Antonio Francisco*). Architecto que succedeu a Fabri na direcção das obras do palacio d'Ajuda. Em 1821 era inspector d'essas mesmas obras.

Rosa (*P. Antonio Joaquim da*). Presbytero secular, natural de Beja, que em 1821 escreveu e publicou um folheto, intitulado: *Memoria sobre as festas constitucionaes da cidade de Beja*.

Rosa (*Augusto*). Distincto artista dramatico contemporaneo. N. em Lisboa a 6 de fevereiro de 1852, sendo filho do grande actor José Anastacio Rosa, e de sua mulher, D. Adelaide Vidoeira Rosa. Estreou se como actor no theatro Baquet, do Porto, em 31 de janeiro de 1872, sob a direcção de seu pae, na comedia em 2 actos, de Camillo Castello Branco, *O Morgado de Fofe em Lisboa*, sendo recebido pelo publico com extremo agrado. N'esse mesmo anno, a 5 de dezembro, apresentou-se no Gymnasio, de Lisboa, representando a mesma comedia, obtendo tambem um successo. Os jornaes do tempo saudaram com enthusiasmo o novel artista, vaticinando-lhe logo um glorioso futuro. No Gymnasio conservou se até maio de 1874, representando, entre outras peças, a *Côrte na aldeia*, com Emilia das Neves, *Castro & Filho*, *Campinos*, *Filho de Giboyer*, etc. Acceitando então uma escriptura para uma empresa do Porto, para ali partiu, mas não tardou a regressar a Lisboa, por ter fallido a empresa. Escripturou-se na Trindade, debutando em 30 de setembro de 1874 na comedia *A peor inimiga*. Entrou depois em differentes peças, sendo sempre muito applaudido pelo publico, que o considerava, já de ha muito, um artista de valor. O seu logar no theatro de D. Maria estava a reclamal-o, e no anno 1876 ali se escripturou, continuando na sua gloriosa carreira artistica. Salientou se muito nas peças *Illusões perdidas*, *Andrea*, *Meia Azul*, *Cunhado*, *Conspiração na aldeia*, *Familia americana*, etc. Seguiram se depois trabalhos distinctissimos, creações felicissimas, que o publico não se cançava de applaudir. Com seu irmão João Rosa e Eduardo Brazão, reunidos sob a firma Ro-

sas & Brazão, dirigiu muitos annos o theatro de D. Maria, sendo elle a alma d'essa empresa, que apresentou em scena peças magnificas, ensaiadas e representadas distinctamente n'um grande relevo d'arte. Completamente dedicados á sua profissão, o impulso que deram á scena dramatica, foi realmente fecundo, contribuindo Augusto Rosa, como ensaiador, para o brilhantismo das peças então representadas. Mais tarde vieram para o theatro de D. Amelia, quando o de D. Maria foi adjudicado a uma sociedade artistica. Augusto Rosa possue uma esmerada educação e notavel talento; é um espirito de larga cultura, conhecendo perfeitamente o theatro, a que sempre se tem entregado com dedicação, aproveitando muito das suas successivas viagens de estudo ao estrangeiro. Por decreto de 21 de novembro de 1907 foi agraciado com a commenda da ordem de S. Thiago. E' incontestavelmente um actor que dispõe de qualidades artisticas exce-

Augusto Rosa

pcionaes para se salientar em todos os generos. O reportorio do illustre artista é enorme, e em tantas peças que tem representado, será difficil encontrar alguma em que elle se não mostrasse bem conhecedor do seu papel, e sem que tenha estudado rigorosamente a personagem que representa. As principaes peças do theatro francez e as originaes dos nossos primeiros escriptores dramaticos, encontram em Augusto Rosa um consciencioso interprete, que as faz realçar com brilhantismo. Da sua illustração e valor artistico, basta dizer que representou em francez, com a illustre actriz franceza Jane Hading, tres actos da *Estrangeira*, drama de Alexandre Dumas, filho, e que o grande artista francez André Antoine o citou n'um artigo inserto no *Je sais tout*, como um dos actores mais perfeitos do theatro moderno. No theatro de D. Amelia, hoje da Republica, continua a fazer parte da companhia, de que é uma das principaes figuras. Rosa é casado com a sr.ª D. Leonor de Castro Guedes Rosa.

Rosa *(Fr. Bernardo de Santa Maria)*. Religioso franciscano. N. em Mesão Frio em 1714; ignora-se a data do fallecimento. Foi mestre de ceremonias no convento da sua ordem no Porto, e escreveu em 1750: *Espelho de perfeição religiosa a que se pódem vêr as almas... composto do cristal da innocente vida de soror Guiomar Thereza do Carmelo.*

Rosa *(Domingos da)* Pintor d'arte. N. em 1729, e fal. em Lisboa em 1796. Pintou varios quadros de egreja, e foi mestre de desenho dos infantes. Succedeu lhe nos empregos que tinha na côrte, seu filho José da Rosa.

Rosa *(Fernando Antonio da)*. Escriptor que viveu no seculo XVIII. N. em Santarem em 1700; ignora se a data do fallecimento. Escreveu uma *Relação dos festejos da Junqueira*, nos annos da princeza do Brazil em 1738, e a *Relação do estrago que fez um raio em Campo Maior em 1732.*

Rosa *(Gervasio)*. Empregado publico e poeta. Foi revisor do *Correio da Noite*. Publicou alguns versos no Almanach do Occidente, de 1895. Falleceu em Lisboa a 15 de abril de 1906.

Rosa *(João)*. Artista dramatico muito distincto, filho do grande actor João Anastacio Rosa, e de sua mulher, D. Adelaide Vidoeira Rosa. N. em Lisboa a 18 de abril de 1843, fal. em Bemfica a 15 de março de 1910. Estreou-se no theatro Baquet no Porto, em 15 de novembro de 1864, representando ao lado de seu pae na comedia *Joias de familia*, de Cesar de Lacerda, alcançando grande agrado, e vindo para Lisboa, na companhia de seu pae se apresentou pela primeira vez em publico, no theatro de S. Carlos, em 15 de agosto de 1865 no drama *Ricardo III*. Passando depois ao de D. Maria, ali debutou em 31 de outubro do mesmo anno, com o drama *Sabina Maupin* Tendo por companheiros artistas notaveis, como Emilia das Neves, Emilia Adelaide, Manuela Rey, Delphina, Tasso, Theodorico, Santos, Antonio Pedro, Domingos Ferreira, e outros, todos já hoje fallecidos, sendo alguns insubstituiveis, e tendo por mestre, seu pae, uma das glorias do theatro portuguez, João Rosa tornou se em breve um artista illustre, alliando ao seu muito talento, esmerada instrucção e muita vocação para a scena, um estudo consciencioso das personagens que tinha de reproduzir, apresentando as sem faltar ao minimo pormenor e com toda a correcção. Os valiosos conselhos de seu pae tambem contribuiram muito para se tornarem notaveis os seus trabalhos artisticos. Apezar da distincção com que desempenhava os seus papeis, ainda mais se evidenciou n'aquella epoca nas peças: *Fidalgo de Bois Doré*, *Nobres e plebeus*, *Amores de Condé*, *Lucrecia Borgia*, *Beatriz*, *Patria*, etc. João Rosa saiu do theatro de D. Maria em 1872, e foi escripturar se no Gymnasio, estreando-se ali em 18 de outubro, na comedia *Filha unica*. Entrou em seguida n'uma grande parte do reportorio, distinguindo-se principalmente no *Filho de Giboyer*, *Opinião publica* e no *Mulato*. Em 1874 entrou para a Trindade, onde esteve um anno trabalhando pouco, e não tendo nenhum papel em que o seu talento profundamente dramatico pudesse ostentar se com todo o seu brilhantismo.

Em 1875, terminada a escriptura, não a quiz renovar, e conservou-se um anno afastado da scena, representando tres comedias: *O Marquez de la Seiglière*, com seu pae e Lucinda Simões no theatro do Principe Real, e *Os intimos* e *O Sapatinho de setim*, nas Variedades, com a mesma distincta actriz e Furtado Coelho. Foi n'este anno que casou com a sr. D. Maria Carlota Teixeira Leal Rosa, senhora da nossa primeira sociedade, sobrinha dos marquezes de Penafiel. Voltando afinal, em 1876, a occupar o seu verdadeiro logar no theatro de D. Maria, ali esteve algum tempo escripturado, tomando depois a empresa de sociedade com seu irmão Augusto e o actor Brazão, empresa que dirigiu aquella sala de espectaculos durante 18 annos, girando sob a firma Rosas & Brazão. A esta gerencia deveu muito a

João Rosa

arte nacional; foi uma das epocas mais brilhantes d'aquelle theatro. Ali subiram á scena peças nacionaes, dos nossos primeiros escriptores dramaticos, e peças do mais afamado reportorio estrangeiro, cuidadosamente escolhidas, e esmeradamente ensaiadas. Havendo uma reforma no theatro normal, em 1898, o que motivou ser elle adjudicado a uma nova empresa societaria, os tres distinctos artistas vieram para o theatro de D. Amelia, hoje da Republica, conservando a sua empresa, que inaugurou os seus espectaculos em 15 de outubro de 1898, com a peça *O amigo Fritz*. João Rosa continuou na sua gloriosa carreira artistica, sempre actor irreprehensivel, fazendo creações distinctas, que o publico e a critica applaudiam com enthusiasmo. A empresa terminou, voltando Brazão para o theatro de D. Maria e conservando-se os irmãos Rosas no da Republica. Uma pertinaz doença de caracter nervoso, principiou a affligil-o, obrigando-o por vezes a afastar-se da scena. Sendo já de ha muito considerado actor de 1.ª classe, obteve a sua reforma por longos annos de serviços á arte dramatica. Era tambem professor da aula de declamação no Conservatorio, e depois da sua reforma ainda representou algumas vezes, sem ser escripturado, sendo as ultimas peças em que entrou, as *Fogueiras de S. João* e e *Solar de Veiros*. Já muito doente, ainda representou a *Ceia dos cardeaes*. Tendo-se-lhe aggravado os soffrimentos abandonou a scena por completo, e nos ultimos tempos, como a doença o impossibilitasse de subir ou descer escadas conseguindo andar sómente amparado pelo seu creado particular, foi, por conselho medico, recolher-se á casa de saude Brazil Portugal, em Bemfica, onde veiu a fallecer victima d'uma hemorrhagia cerebral. João Rosa fôra agraciado com a commenda e o collar da ordem de S. Thiago, e com a commenda de Izabel a Catholica, de Hespanha. A morte do grande artista causou a mais profunda sensação, porque João Rosa era muito estimado e considerado, não só na sua vida profissional, como pelo seu caracter bondoso e probo, fina educação, maneiras fidalgas, que o tornavam muito sympathico. A arte dramatica soffreu grande perda, uma das suas figuras mais prestigiosas e proeminentes. O cadaver foi trazido de Bemfica para a egreja dos Martyres, d'onde saiu o prestito funebre, que teve enorme concorrencia. Ao passar ao Rocio, fez uma paragem defronte do theatro de D. Maria, onde o finado artista tivera as suas maiores noites de gloria, seguindo depois para o cemiterio do Alto de S. João, sendo depositado em tumulo de familia, junto de seu pae. João Rosa, com o seu vasto saber adquirido na leitura e nas suas viagens, conhecendo perfeitamente o theatro antigo e moderno, foi o mestre admiravel que todos respeitavam e amavam. Mesmo nos palcos dos theatros, onde é tão vulgar o tratamento de *tu*, toda a gente lhe chamava o *senhor Rosa*, ou o *Mano Rosa*. Todos sentiam por elle uma reverencia natural, um acatamento que elle impunha, apezar de toda a sua affabilidade. Em todo o seu enorme reportorio, que seria difficil mencionar completo, mostrou-se sempre o actor cuidadoso e seguro, irreprehensivel de perfeição e de probidade artistica, tanto no galan amoroso apaixonado que vence no coração da mulher amada enlevando-a em liames de ternura irresistiveis, ou arrebatando-a em lances de paixão, como na variada escala de papeis de centro, protogonista dos grandes dramas ou das finas comedias, commovendo até ás lagrimas com o padre cego dos *Velhos*, ou até ao riso, fazendo vibrar a nota comica no seu papel de Bernard na *Zazá*.

Rosa (*João Anastacio*). Notavel artista dramatico. N. na villa de Redondo em 1812, fal. em Lisboa a 17 de dezembro de 1884. Era filho de José Manuel da Rosa Munhós, homem importante da sua terra, e de D. Merina do Carmo. Logo desde os mais tenros annos mostrou decidida vocação para a arte de pintura. Em vez de andar em correrias pelos campos, como as creanças da mesma edade, Rosa, mettido no sotão da sua casa rabiscava bonecos, coloria estampas, com as tintas que podia apanhar, concertava brinquedos, e depois louças e vidros, e todos os objectos quebrados que á sua habilidade precoce confiavam, de modo que aos 12 annos era o *faz tudo* da terra.

Toda a gente do sitio o achava muito apto para concertar as bugigangas ou outros objectos de louça partidos, mas ninguem o achava apto para receber dinheiro. Farto já de trabalhar sem resultado, zangou se um dia, e quebrou tudo quanto lhe tinham dado para concertar, e assim deixou de ser conhecido pelo *faz tudo* da villa. Seus paes o destinavam para a vida ecclesiastica, mas reconhecendo que não tinha vocação, quizeram que fôsse medico. Em 1828, porém, appareceu em Redondo um pintor hespanhol, levando na sua bagagem de artista uma collecção de estampas, e Rosa ficou deslumbrado; sobretudo o seu encanto era uma estampa que representava um cavallo, mas o pintor pedia muito dinheiro, e Rosa, na impossibilidade de a obter, voltou-se para outra, da mesma collecção, que figurava a cabeça de Cleopatra, e como tambem a não podia alcançar, copiou-a; mas a copia saiu com tanta arte e habilidade que principiou-lhe a crear uma certa fama entre a gente de Redondo. O pintor, vendo a propensão que o rapazito mostrava para o desenho e para a pintura, deu lhe algumas lições, admirando se dos rapidos progressos do discipulo. João Rosa, muito animado com aquelle successo, continuou com as pinturas que lhe deram celebridade na villa. A familia Rosa o mandou então para Lisboa estudar desenho na aula regia, n'esse tempo na rua do Thesouro Velho, hoje rua de Antonio Maria Cardoso. Pouco tempo ali esteve, porque o general Raposo, vendo a aptidão d'aquelle alumno, o mandou para o palacio d'Ajuda para praticar com o distincto pintor João da Cunha Taborda, director dos trabalhos artisticos d'aquelle palacio, com o ordenado de 200 reis diarios. Um outro protector desvelado encontrou João Rosa no patriarcha Fr. Francisco de S. Luiz, seu patricio, que o metteu no Jardim Botanico d'Ajuda, onde Rosa tomou conhecimento com o pintor Thomaz da Annunciação. Ali estudou com aproveitamento, dedicando as horas vagas ao mister de retratista. A guerra civil veiu desvial-o da sua carreira, obrigando-o a deixar a paleta pela espingarda. Enthusiasmado pela causa liberal, alistou-se no 5.º batalhão movel, creado para esse fim, e chegou a ter o posto de sargento. Quando terminou a guerra, abandonou a vida militar, e novamente se entregou ao trabalho de pintura, começando a dedicar se mais attenciosamente aos retratos, e com uma rapidez vertiginosa e por todos os preços, saindo uns muito bons, outros detestaveis, mas sobresaindo, entre os primeiros, o do actor Epiphanio e os das actrizes Talassi, Delfina; e tambem o da propria esposa do joven retratista, porque João Anastacio Rosa já então havia casado com D. Adelaide Vidoeira Rosa, irmã do funccionario publico e apreciado escriptor Pedro Vidoeira. Entretanto germinára no antigo theatro da Rua dos Condes uma ideia fecunda de regeneração da arte dramatica. O visconde d'Almeida Garrett, o reformador da nossa litteratura, transplantára de França para Portugal a reforma do romantismo de 1830. Um francez, Emilio Doux, procurava fazer escola d'actores e conseguia educar muitas vocações superiores, desgarradas. Os discipulos acorriam, quando não eram descobertos pela persistencia do mestre. João Anastacio Rosa vivia dos modestos recursos de seu lapis, quando um dia os jornaes annunciaram que Emilio Doux dava lições de arte de representar. Este annuncio causou uma completa revolução no espirito de Rosa, e uma enorme revolução em toda a sua vida. Enthusiasmado pelo theatro, foi immediatamente procurar Emilio Doux, e disse-lhe que desejava vêr se teria geito para representar. O mestre francez acolheu-o com affabilidade, e para o experimentar deu lhe um papel no drama *A Torre de Nesle*. Rosa estudou-o com todo o amor e boa vontade, e voltou a recital-o na presença de Emilio Doux, e de tal fórma que o mestre lhe offereceu logo uma escriptura. Esse offerecimento era o maior dos applausos, mas apoquentava-o muito. O theatro fascinava-o, mas lembrava se de seu pae, sobretudo do seu grande amigo e protector, o patriarcha Fr. Francisco de S. Luiz, que o censurariam, e hesitou por muito tempo, mas por fim a vocação venceu todas as considerações, e João Anastacio Rosa assignou a escriptura que lhe fôra offerecida. D'ali a pouco estreou se no drama *Maria Tudor*. Ninguem o notou, nem suspeitou sequer que estava assistindo á estreia d'uma futura gloria artistica. Quando Rosa se tornou saliente foi no papel de tyranno no melodrama *O Estudante de S. Ciro*. O debute de Rosa é contado espirituosamente por Andrade Ferreira, um dos seus biographos, da seguinte fórma: «Rosa tinha, como bom tyranno, de disparar uma pistola em scena; disparou-a na bocca do seu interlocutor, o velho actor Lisboa, quando este ia a falar. O Lisboa com os beiços e a lingua chamuscada correu a queixar-se a Emilio Doux, que ao mesmo tempo gritava espavorido ao ouvir grande ruido no palco: Ai, que me deitam o theatro abaixo! Era ainda o Rosa, que ao sair de scena, encontrando fechada a porta, que se lhe devia abrir de par em par, a levava deante de si. Foi um vendaval o debute do Rosa, um vendaval que deu que falar e que poz logo em evidencia o debutante, que com a sua exaggeração melodramatica satisfazia completamente as exigencias do publico de então, que morria pelos tyrannos e pelos melodramas. Rosa ficou sendo o tyranno terrivel de todas as peças que se representavam na Rua dos Condes »

João Anastacio Rosa

Foi n'esta quadra quo representou *O valido d'el-rei*, *O homem da mascara negra*, *A pobre das ruinas*, etc. O excesso de trabalho, e o desempenho d'aquelle genero de papeis que o obrigava por vezes a empregar toda a força da voz, muito o prejudicaram, e adoecendo gravemente da garganta, teve necessidade de ir a Cauterets reparar os estragos nas cordas vocaes. Corria o anno do 1846, anno em que se construiu o theatro do D. Maria, e que a companhia da Rua dos Condes, já separada de Emilio Doux e da empresa do conde de Farrobo, o explorava, constituida em sociedade. Rosa regressou a Lisboa d'aquella viagem de hygiene, com a laringe restaurada, graças ás aguas thermaes de Cauterets, e os ares de França haviam lhe tambem despertado outros ideaes artisticos E' a contar d'esse periodo, que se tornaram mais completos os seus trabalhos A primeira vez que se apresentou no palco de D. Maria, recitou a poesia de Palmeirim, então muito em voga, *O Camões*, que o publico e a critica muito applaudiram. Os primeiros trabalhos scenicos, em que Rosa se apresentou depois do seu regresso de França, já modificado completamente dos seus trausportes de exaggero, fôram o pae nobre na *Jeny*, e de Lombard no *Operario*, e o do protagonista no *Conde Hernan*. Ahi já o fogo da paixão, a impetuosidado da veia dramatica até então á solta, se submettia ao estudo minucioso da personagem, á analyse do seu caracter e feitio, do seu temperamento e individualidade. Rosa estudava a preceito uma epoca historica, com todas as minuciosidades da sua feição caracteristica, do paixões, de sentimento ou de pensamento; procurava conhecer a fundo os trajos, as mobilias, os habitos, todos os accessorios que concorrem para quo a verdade se reproduza em scena. Na *Prophecia ou a queda de Jerusalem*, Rosa deu ao papel de Tito, de que se encarregara, um alto tom artistico, que revelou conhecimento profundo dos segredos da arte de representar. Essa peça foi para Rosa, mais do que o successo do actor, foi tambem um completo successo de ensaiador, de guarda roupa, de decorador, de resuscitador d'uma epoca historica. A propriedade profunda, o supremo bom gosto, a deslumbrante riqueza com que a *Prophecia* foi posta em scena, ficaram celebres na historia do theatro portuguez. Andrade Ferreira, na *Biographia* já citada, descreve minuciosamente a magnificencia e riqueza com que aquelle drama biblico foi apresentado no palco do theatro de D. Maria. João Anastacio Rosa não era sómente actor, era um artista de raça, um temperamento especial, um idolatra do bello, onde quer que fôsse, que elle se manifesse. Por curiosidade trabalhava tambem em esculptura, sendo seu o busto de Garrett, que se vê no salão do theatro de D. Maria Vivia na intimidade de todos os grandes artistas de então, e tudo que fôsse arte, lhe era facil e agradavel. D'essa propensão natural para a pintura, d'esse grande amor da plastica que elle tinha como um atheniense, vinha lhe como actor uma outra especialidade ainda, a da caracterisação. Ninguem, n'esse tempo, se caracterisava no theatro como elle. Em 18[illegible] o governo tomou conta da administração do theatro O ministro do reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães, quo conhecia muito bem Rosa e apreciava como homem superior que era a sua grande valia e altos merecimentos, deu lhe tres mezes de licença em 1856, para ir estudar a arte dramatica, a expensas do governo, na *Comédie Française*, de Paris, com os grandes mestres. Conviveu então muito com os artistas d'aquelle theatro, tornando-se intimo amigo do notavel actor Samson, que muito se lhe affeiçoou, e com o director do Conservatorio. Regressando a Lisboa, apresentou se em D. Maria, no *Primo e o relicario*, que já anteriormente havia representado muitas vezes, mas a critica notou lhe sensiveis progressos, uma notavel transformação, que mais se accentuou brilhantemente nas creações novas que fez depois. Entre essas creações, contam-se as seguintes peças: *Dalila*, *As mulheres de marmore*, *O Cego*, *Maestro Favilla*, e o *Marquez de La Seiglière*, que foi uma das suas maiores glorias. Em 1863, por dissensões com o commissario regio, ao que se julga, abandonou o theatro, e organisou uma companhia, em que debutou seu filho João, e com ella percorreu as provincias, vindo tambem dar algumas recitas a Lisboa no theatro de S. Carlos, em 1865, com a grande peça de Shakespeare *Ricardo III* Não tardou, porém, em voltar para o seu querido theatro, e uma das primeiras peças, quo representou, foi *Os fidalgos de Bois Doré*. Quando em 1866, se fez a separação dos actores que formavam a companhia do theatro de D. Maria, indo Tasso e Santos em companhia de Francisco Palha para a Rua dos Condes, d'onde passaram para a Trindade, theatro que então se construiu, Rosa conservou-se em D. Maria com Emilia das Neves, mas pouco tempo depois reformou-se e deixou o theatro, onde só reappareceu uma ou outra vez, para representar algum dos seus antigos papeis. Por decreto de 11 de junho de 1867, foi agraciado com o grau de cavalleiro da ordem de S. Thiago. Seria impossivel numerar todas as peças do reportorio do grande mestre da arte dramatica, em que sempre revelou o mais profundo estudo da personagem que interpretava. Uma das qualidades dominantes de Rosa era a maleabilidade do seu talento, a facilidade e felicidade com que abordava os generos mais differentes e oppostos. Assim tão depressa fazia vibrar as cordas do sentimento nos *Mysterios de Paris*, no *Frei Luiz de Sousa*, no *Alfageme de Santarem*, e na *Dalila*, como obrigava o publico a rir perdidamente no *Duende* (2.ª parte), *Livro negro*, *O primo e o relicario*, e *Morgado de Fafe em Lisboa*. Foi tambem notavel no *Rei e Duque*, *Flôres e fructos*, *O trapeiro de Paris*, *Pobreza envergonhada*, *Côrte na aldeia*, *Diana de Auberteuil*, *A alegria traz o susto*, *Os amigos intimos*, etc. Rosa tambem preoccupava o seu espirito em varias aptidões, além das artes, em que se tornara notavel. Assim uma vez lembrou-so de estudar a questão do calçado, e inventou um calçado impermeavel, empregando uns poucos de annos na tarefa de fazer adoptar esse calçado no exercito. Esse calçado foi approvado em França por commissões que o examinaram, preconisado nos jornaes especiaes, mas afinal não se adoptou. Outras vezes entregava se aos estudos phrenologicos, e quando tinha essa preoccupação dominante, ninguem lhe passava ao alcance da mão que elle lhe não apalpasse as bossas e lh'o não estudasse as tendencias. Em medicina, tomava affeição pelo systema que julgava melhor de o curar. Foi allopatha, mas despeitado e dorido pelos causticos e fonticulos que lhe receitaram

quando perdeu a voz, passou-se para campo adverso, e fez-se advogado caloroso da medicina de Raspail. O celebre chimico tornou-se para elle uma divindade, e a agua sedativa e o alcool camphorado constituiram toda a sua preoccupação. Deixou esse systema, depois de vêr que a camphora lhe não afastava a doença, e passou a tratar-se pela homeopathia. Nos ultimos annos que precederam a sua morte, apoderou-se d'elle a mania do espiritismo. Era um meio ainda de entreter a sua activa imaginação. Privado das sensações do palco, tornara-se-lhe consoladora a idéa de conversar por intermedio d'uma mesa de tres pés, com as sombras dos que fôram celebres, e dos que lhe fôram caros. Os nomes que invocava de preferencia eram os de seus paes, Tasso, Epiphanio, Raphael e Hannemann, o inventor do systema homeopathico. Quando correu em Lisboa que o grande artista João Anastacio Rosa estava moribundo, a desolação foi geral, como foi depois imponente o seu enterro, em que todas as classes sociaes se fizeram representar, como homenagem brilhante de saudade, e de estima pelo illustre morto que tanto honrara a arte no seu paiz. Rosa não era só um grande actor, mas uma poderosa individualidade artistica. Além da biographia, escripta por Andrade Ferreira, já mencionada, tambem no vol. VIII do *Occidente*, de 1884, vem uma minuciosa biographia escripta por Gervasio Lobato.

Rosa (*Joaquim Antonio da*). Poeta, natural de Santarem, onde nasceu em 1712. Era irmão do escriptor Fernando Antonio da Rosa, e publicou varios sonetos.

Rosa (*José da*). General de divisão reformado. N. em 1819, e fal. em Lisboa a 1 de março de 1901. Fez a sua carreira na arma de infantaria, e serviu por muitos annos no antigo regimento de infantaria n.° 10, na guarda municipal, nos regimentos de infantaria n.os 5 e 15, e como general na 2.ª divisão militar em Vizeu e em Lisboa. Reformou-se em 20 de outubro de 1893. Era official disciplinador e energico; tinha grande habilidade para instructor de recrutas, e quando subalterno e capitão, estava quasi sempre impedido n'este serviço. Era commendador da ordem de Aviz, cavalleiro das de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa e da Torre e Espada; e possuia as medalhas de ouro de comportamento exemplar, de prata de bons serviços e a de cobre para commemorar os serviços da divisão auxiliar á Hespanha em 1835 e 1837.

Rosa (*José Anastacio da*). Tenente general, conselheiro de guerra e commandante geral de artilharia, deputado ás côrtes constituintes de 1821, etc. N. em fevereiro de 1737, e fal. a 28 de novembro de 1830. Tendo assentado praça no regimento d'artilharia de Extremoz em junho de 1761, tinha chegado ao posto de capitão, quando em 1790 se abriu a Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho. Nomeado professor d'esse novo estabelecimento de instrucção militar, regeu a sua cadeira até que, em 1793, foi como sargento-mór commandar a artilharia da divisão portugueza, que em auxilio dos hespanhoes foi combater no Rousillon e Catalunha. Voltando á patria com essas tropas em setembro de 1795, foi despachado tenente-coronel e coronel, tomou parte na guerra de 1801, e subindo a brigadeiro em 1803, foi encarregado da inspecção da artilharia das praças do Alemtejo e incumbido de tratar com um representante do governo hespanhol uma questão de limites perto da praça de Moura. Em maio de 1807 foi nomeado inspector de artilharia, pouco depois commandante das baterias da margem esquerda do Tejo, e logo que no anno seguinte fôram expulsas do territorio portuguez as tropas de Junot e se cuidou de organisar o exercito, o general Rosa trabalhou activamente para em breve se aprestarem algumas brigadas de artilharia, emquanto se não podia levar á execução a ordem da regencia, que mandava formar de novo os antigos regimentos. Apenas Beresford assumiu em março de 1809 o commando em chefe do exercito, nomeou o brigadeiro Rosa commandante geral das tropas de artilharia, e poucos dias depois encarregou o do commando de todos os ramos do serviço da arma. Durante toda a Guerra da Peninsula exerceu essa importante commissão, com a qual accumulou depois de 1816 a de inspector geral dos arsenaes reaes do exercito. Na hierarchia militar subiu a marechal de campo em 1810, e a tenente general em junho de 1816. Foi deputado nas côrtes constituintes de 1821, lendo-se a seu respeito, na *Galeria dos deputados* d'essas côrtes, o juizo seguinte: «Homem probo, de rectas intenções, e sabedor da sua profissão militar, porém quasi nullo em materias politicas, o illustre deputado Rosa tem sido regular nas votações, e guardado um superticioso silencio:» Escreveu: *Compendio das minas, dedicado ao serenissimo senhor D. João, principe do Brazil*, Lisboa, 1791; com 5 estampas. O autor compoz esta obra para servir de texto ás lições na Academia Real de Fortificação, onde então era lente.

Rosa (*José Carvalho da*). Pintor, que viveu no seculo XVIII, e trabalhou no Arsenal do Exercito, debaixo da direcção de Feliciano Narciso. Era elle quem pintava as flôres.

Rosa (*Luiza Maria*). Pintora que viveu no seculo XVIII. Era natural do Porto, e chegou a adquirir grande fama pelos seus trabalhos; abriu no Campo das Hortas uma academia, que era frequentada por grande numero de discipulos, e pintou muitos quadros, distinguindo se, entre todos, os que estavam no claustro do convento dos capuchos do Valle da Piedade.

Rosa (*Manuel Maria da*). Medico em Ponta Delgada. N. na aldeia dos Toledos, da villa da Magdalena, da ilha do Pico, a 20 de setembro de 1836, sendo filho de José Francisco da Rosa, proprietario, e de D. Maria Magdalena Sampaio. Aprendeu primeiras letras com uma professora, particularmente, na mesma aldeia dos Toledos, aperfeiçoando se durante um anno com o professor regio da villa. Os principios rudimentares de latim fôram-lhe ensinados pelo professor de instrucção primaria Manuel Lourenço de Medeiros, que residia n'uma outra aldeia distante uma legoa, onde ia todos os dias dar as suas lições. Foi depois matricular-se no lyceu de Angra do Heroismo, e ali cursou latim, francez, arithmetica, geometria e principios d'algebra. Veiu para Coimbra em 8 de julho de 1852, onde, completando os preparatorios, se matriculou na Universidade no 1.° anno de philosophia e de mathematica, entrando no curso de medicina em 1856, realisou a sua formatura n'esta faculdade e na de philosophia em 1861. Em medicina foi premiado com um

partido nos primeiros tres annos do curso, e um premio no quarto. Em philosophia teve tambem distinctas informações. Regressou á ilha do Pico em 1861, a pedido dos paes, que o desejavam ter a seu lado, e por isso deixou de ser collocado em Gôa como professor da Escola Medico-Cirurgica, logar que lhe offerecera o então ministro da marinha Mendes Leal. Não havendo partido municipal na ilha do Pico, e precisando exercer a sua profissão, foi provido no partido de Vélas, da ilha de S. Jorge, em 21 de julho de 1861, conservando-se ali até 30 d'agosto de 1863, em que foi nomeado medico do hospital de Villa Franca do Campo, na ilha de S. Miguel. Em 10 de dezembro de 1866 partiu para Ponta Delgada, sendo nomeado medico do partido municipal em fevereiro de 1867 e facultativo do banco do hospital, passando a occupar o logar de medico do hospital, do seu antigo collega, o dr. André A. Avelino. Exercia este logar ainda em 1896 Foi nomeado delegado de saude em 1886 e guarda-mór de saude em 5 de setembro de 1888. Não podendo satisfazer ao mesmo tempo os dois logares de medico municipal e de guarda-mór, desistiu d'aquelle em 1889. Vindo ao continente em 1884 e 1892, foi tambem á exposição de Paris, de 1889, procurando n'essas digressões visitar os hospitaes, aprendendo os progressos feitos na hygiene, medicina e cirurgia, especialmente quando esteve em Paris.

Rosa (*Manuel da Silva*). Musico brazileiro muito notavel pelas suas composições religiosas, uma das quaes, a *Paixão*, que durante muitos annos se cantou na côrte imperial e no convento de S. Francisco, do Rio de Janeiro. Era natural d'esta cidade, e fal. em 15 de maio de 1793.

Rosa (*Thomaz de Sousa*). Conde de Sousa Rosa. V. *este titulo*.

Rosa. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Villar, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. ‖ S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. ‖ S. Paulo de Frades, conc. e distr. de Coimbra.

Rosa Araujo (*José Gregorio da*) V. *Araujo*.

Rosa Baixa da Nascente. Ilha de Santa Maria, Açôres; duas povoações na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Villa do Porto, distr. do Ponta Delgada.

Rosa Carvalho (*José*). Pintor muito habil em decorações e flôres Collaborou com Feliciano Narciso, e sob a sua direcção, na pintura decorativa da casa da Fundição. Fal. no fim do seculo XVIII.

Rosa Machado (*Diogo*). Antigo professor de varios collegios de Lisboa. Professor de instrucção primaria e secundaria, inscripto no Lyceu de Lisboa. Cursou o Lyceu, Instituto Industrial, Conservatorio (lingua italiana) e Curso Superior de Letras, obtendo distincções. Escreveu: *Alexandre Herculano* e *A educação em geral e a educação physica pela alimentação e vestuario*.

Rosa d'Ouro. Pov. na freg de S. Thiago, de Rebordões, conc. de Santo Thirso. distr. do Porto.

Rosada. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santa Quiteria, de Boaventura, conc. de S. Vicente, distr. do Funchal.

Rosado (*Fr Antonio*). Religioso da ordem de S Domingos N. em Mertola em 1575, e fal. no convento da Batalha em 1649. Formou-se em canones na Universidade de Coimbra, e em 15 de maio de 1602, contando 27 annos de edade, entrou na ordem dominicana, onde foi mestre de theologia, consultor do Santo Officio e visitador dos navios estrangeiros em Lisboa e no Porto, e depois commissario do Santo Officio no Brazil. Publicou uns *Tratados sobre os novissimos*, uns *Tratados em louvor do Santissimo Rosario*, e uns *Tratados sobre a destruição de Jerusalem* Deixou manuscriptas umas *Vidas dos santos da ordem de S. Domingos*.

Rosado (*Carlos Damasceno*). Era filho de João Damasceno Rosado, neto de Francisco Bernardo Damasceno Rosado. N. em Tavira a 10 de janeiro de 1788. Assentou praça como cadete no regimento de infantaria n.º 14 em 24 de maio de 1803, e marchou para França (Legião de Alorna) em 4 d'abril de 1808, fazendo ali as campanhas de Austria e Russia. Da primeira não restam apontamentos, sendo certo que assistiu ás batalhas de Essling e Wagram, tendo marchado tambem até Raat. Em 19 de janeiro de 1812 saiu de Clermont-Ferrant para Lyon, incorporando se no 1.º batalhão do 2.º regimento em Coblentz (brigada Cumpere, divisão Rasout, 3.º corpo, do marechal Ney). Em 2 de março passou o Rheno em Mayence. Marchou durante os mezes de março, abril e maio, atravessando a Allemanha e a Prussia, tendo sido promovido a tenente durante a marcha a Thorn em 31 de maio. Em 25 de junho passou o Niemen e a 29 chegou a Vilna; a 22 de julho assistiu ao combate de Drissa e em 14 d'agosto ao de Kramac. A 16 d'agosto entrou na batalha do Smolensko que durou até 18. Em 19 continuou a marcha, combatendo ainda na tarde d'esse dia. Em 30 chegou a Wiarma Na marcha de Smolensko para Berodrico, passando Napoleão um dia a cavallo junto do corpo do marechal Ney, e reparando que eram os portuguezes que marchavam na frente da columna, não sendo o costume entre os francezes dar aquelle logar a estrangeiros, fez a este respeito uma observação ao marechal Ney, que lhe respondeu: «Sim, senhor, os portuguezes são os nossos guias e os que os seguirem, não se hão de desviar nunca do caminho da honra» como se lê nos *Apontamentos para a historia da Legião Portugueza ao serviço de Napoleão*, por Pereira de Mesquita. Continuando a marcha combateu em 4 de setembro e em 5 ao meio dia, fazendo parte das forças que atacaram a esquerda do exercito russo, e tomando um reducto, artilharia e prisioneiros. No dia 7 tomou parte na batalha de Moskva, (Berodino), sendo ferido na cara por uma bala e contuso na coxa direita por um caco de granada. A 14 de setembro ao meio dia entrou em Moscou, tendo chegado aos arrabaldes em 13 ao pôr do sol. Esteve ali até 19 do outubro, tendo, porém, marchado, durante este tempo, até 15 leguas além para afugentar os cossacos. Em 20 de outubro retirou por Kalouga para Smolensko, onde chegou a 7 de novembro. N'esta cidade ficou até 15, dia em que o resto do regimento sendo atacado, debandou, perdendo se então e alçançando em 16 os restos do 4.º corpo do exercito junto ao qual se bateu n'esse dia e no seguinte, continuando a marchar com elle nos dias 18 e 19, acompanhado do alferes Veiga. A 20 os cossacos tomaram as bagagens do 4.º corpo e em 21, pela 1 hora da noite, passou o Dnieper sobre o gelo morrendo ali muita gente; marchou consecutivamente até á noite de 22 em

que ficou prisioneiro pelas duas horas dentro d'um bosque onde procurava descançar. Marchou como prisioneiro até 3 de dezembro, e, tendo-lhe sido garantida a patente n'este dia, seguiu o exercito russo até 17 de outubro de 1813 em que chegou a Cronstadt, passando d'ahi a S. Petersburgo onde se demorou até 20 de junho de 1814 em que com a respectiva licença regressou a Portugal a bordo do brigue portuguez *Amisade*. Durante a campanha a que acabamos de nos referir, achando se Damasceno Rosado nas visinhanças de Moscou, commandando uma força destinada a procurar abastecimentos para o exercito, n'um sitio retirado e a alguma distancia da cidade, encontrou na sua marcha uma opulenta casa de campo, presa da cobiça de outra força franceza, que sobre ella havia caido; o roubo e outros excessos tinham já sido praticados e os habitantes da desolada estancia tocavam o extremo da pungente agonia, porque a brutal sensualidade dos seus aggressores, se propunha realisar lhes a maior affronta, insultando o pudor da esposa e de uma bellissima filha do possuidor d'aquella habitação. Comprehendida pelo nosso compatriota a situação violenta da infeliz familia russa, pelos brios do seu coração generoso interpõe se immediatamente como actor n'aquelle tristissimo drama, e empregando primeiro a persuasão, depois a força libertou emfim os seus protegidos, a quem fez acompanhar pelos soldados que mandava, até os collocar fóra do perigo e em completa segurança. Algum tempo depois, e já feito prisioneiro pelos russos, quando esperava encontrar os horrores da Siberia, reconhecido pelo homem a quem tão prestante havia sido e que na côrte occupava importante posto, foi por elle apresentado ao proprio imperador, sendo-lhe, principalmente, premiada a sua acção benemerita, a narração que d'ella fez ao monarcha o illustre cavalheiro russo, com o enthusiasmo que inspira o respeito pela virtude e o natural reconhecimento de um coração agradecido. Pelo imperador foi ao tenente Rosado assegurada a patente, como já dissémos, no serviço da Russia no qual foi muito considerado, permaneceu até que em 1814 regressou a Portugal. Durante a viagem visitou Copenhague e arribou a Elsenour A 27 de julho arribou a Falmouth onde esteve até 2 de agosto, chegando ao Porto a 10 e a Lisboa a 20 sendo-lhe dada (imposta) baixa como cadete. Em 15 de fevereiro de 1816 embarcou para o Brazil com a divisão Lecor como alferes. Fez parte da divisão de voluntarios leaes de El Rei marchando do Rio para Pernambuco em 1817, voltando ao Rio ainda n'este anno e de novo a Pernambuco fazendo parte do batalhão de granadeiros. Em 1819 foi promovido a tenente como ajudante do inspector de cavallaria na Bahia, e, na viagem para ali naufragou, andando perdido pelo matto; e, depois de varios episodios e trabalhos chegou á Bahia a 5 de outubro de 1819, onde se conservou ás ordens de differentes generaes, combatendo a revolta, tomando parte especial nos combates de 19, 20 e 21 de fevereiro de 1822. Em 2 de julho, tendo capitulado a guarnição portugueza por falta de viveres, embarcou para voltar ao reino; mas na noite de 24 para 25, tendo o navio em que vinha, *Leal Portuguez*, abalroado com o *Fenix* e não podendo seguir, foi na manhã de 25 feito prisioneiro pela fragata brazileira *Real Carolina*, que disparando a artilharia contra o navio, o obrigou a voltar para a Bahia, e ali esteve 3 mezes a meia ração a bordo de um pontão como todos os outros prisioneiros. Durante a sua estada na Bahia, diz Claudio Chaby, nos *Excerptos historicos*, vol. IV, estando de guarda no mais importante estabelecimento monetario da cidade viu se abandonado pela maior parte dos soldados que commandava, que juntos ao povo, se manifestaram em completa revolta; conservou-se Rosado com risco de vida no seu posto que manteve com dignidade e valentia contra os revoltados; e ali, quando serenado o tumulto, o encontraram as autoridades e as pessoas mais interessadas na segurança do estabelecimento, e, rejeitando briosa e dignamente a offerta de avultada somma de dinheiro com que pretendiam significar-lhe applauso e agradecimento. Voltou a Portugal com o batalhão de infantaria 5 a bordo do brigue inglez *Izabel* fretado, assim como mais dois pelos prisioneiros, á conta dos vencimentos a haver (que nunca fôram pagos). Chegou a Lisboa a 3 de dezembro de 1823. Nomeado tenente para infantaria 2 a 2 de agosto de 1828; ajudante do mesmo regimento a 22 de agosto de 1829; capitão para infantaria 17 a 29 dezembro de 1830. Preso como constitucional em 14 de março de 1832, fugiu e apresentou-se em Lisboa. ao duque da Terceira em 24 de julho de 1833. Considerado tenente, foi mandado em 22 d'agosto organisar e servir como ajudante no 5.º batalhão nacional fixo de Lisboa; capitão para o 23 em 23 de novembro de 1843. Durante o tempo que pela segunda vez foi capitão, exerceu varias commissões, terminando pela de chefe da 5.ª repartição do ministerio da guerra. Foi reformado em major a 14 de março de 1850. Depois de reformado foi thesoureiro e commandante do Asylo dos Invalidos em Runa. Morreu em 23 de junho de 1858 victima da contusão soffrida na perna de que sempre se queixou, e onde nos ultimos tempos se manifestou um kisto que não pôde ser extrahido. Viveu 70 annos, 5 mezes e 13 dias.

Rosaes. Pov. e freg. de N. S.ª do Rosario, da ilha de S. Jorge, Açôres, conc de Vélas, com da ilha de S. Jorge, distr. e bisp. de Angra do Heroismo; 414 fog. e 1:464 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada na ponta do cabo do mesmo nome, a NO da ilha, cercada de altas rochas, á beira-mar, a 6 k. da séde do conc. Começa n'uns casaes chamados Figueiras e Sarrôa, a cêrca de 2 k. ao NO da villa das Vélas, e acaba com o nome de Pontinha, estendendo-se assim pelo espaço de 5 k. Tem nos seus arredores talvez as melhores terras da ilha, a pela sua grande producção de cereaes, é, por assim dizer, o celleiro de S. Jorge. || Ponta situada ou cabo situado ao extremo NO da ilha de S. Jorge, Açôres.

Rosairinho. Pov. na freg. de N. S.ª da Boa Viagem e conc da Moita, distr. de Lisboa.

Rosal. Povoações nas freguezias: Santa Maria, dos Olivaes, 1.º bairro de Lisboa. || S. Martinho, de Sequeiró, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Rosal da Christina. Pov. na freg. de S. Jorge, de Villa Verde de Ficalho, conc. de Serpa, distr. de Beja.

Rosales (*Diogo*). Medico, que viveu no seculo XVII Escreveu: *Armatura medica*, e *Appendice cirurgico*, em latim, ás obras de Zacuto, de que foi

discipulo, segundo se julga. Deixou differentes poesias em latim, uma honra de Zacuto, e outra denominada *Carmen intellectuale de vitae termino.*

Rosalgar. Serra do conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. Tem importantes jazigos de ferro.

Rosamonde. Pov. na freg. de S. Verissimo, de Valbom, conc. de Gondomar, distr. do Porto

Rosario *(D. Agostinho do).* Religioso da ordem de Santo Agostinho (cruzios). N. no principio do seculo XVII, vestiu a murça de conego de Santa Cruz de Coimbra em 1621, e dedicando se ao estudo das antiguidades da sua ordem, escreveu uma *Chronica da congregação de Santa Cruz de Coimbra*, que ficou inedita.

Rosario *(Fr. Antonio do).* Monge da ordem de S. Jeronymo. N. em Lisboa a 20 de junho de 1682, ignora se a data do fallecimento, mas sabe-se que vivia ainda em 1747. Professou no convento dos Jeronymos em Belem em 17 de janeiro de 1702. Foi um notavel compositor de musica, e deixou manuscriptas muitas composições religiosas, entre as quaes se contavam 8 Magnificas sobre cantochão dos 8 tons; Lamentações e motetes da quaresma e semana santa a 8, 6 e 4 vozes; responsorios das matinas da Conceição, a 4 vozes; villancicos a 4 e 8 vozes; Oração nova de S. José posta em cantochão. Na bibliotheca de Evora ha d'este compositor a partitura autographa d'um *Ecce Sacerdos magnus*, a 7 vozes e orgão.

Rosario *(Fr. Antonio do).* Religioso da ordem dos carmelitas descalços, que professou em 16.1 com o nome de Fr. Antonio de Santa Maria. Era natural de Lisboa. Passou depois a presbytero secular, e por fim á ordem de S. Francisco, da provincia de Santo Antonio do Brazil, na qual professou em 1686. Exerceu muitos annos o ministerio de missionario, e morreu quando era guardião do convento da Bahia, em 8 de setembro de 1701. Publicou algumas obras mysticas.

Rosario *(Fr. Christovão do).* Religioso da ordem de S. Domingos. N. em Evora em 1610, e fal no convento de Bemfica a 24 de janeiro de 1691. Professou no referido convento em 1 de outubro de 1628. Era um prégador muito apreciado. Quando a filha de D. João IV, a princeza D. Catharina partiu para Inglaterra em 1662, para casar com o rei Carlos II, levou como seu confessor Fr. Christovão do Rosario, que não tardou, comtudo, a querer regressar ao seu paiz, pouco satisfeito com a sua residencia em Londres, onde era odiado como padre catholico, e a sua vida corria perigo, apezar da sua posição excepcional, desde o momento que andavam os animos tão exaltados, que bastava a intervenção dos catholicos para promover as mais acerbas perseguições contra os homens d'essa religião Voltando a Portugal foi nomeado deputado do Santo Officio, logar que não acceitou, allegando os seus achaques e avançada edade. De todos os seus numerosos sermões sómente publicou um que prégou em Londres na capella do ministro portuguez no dia em que ella se inaugurou.

Rosario *(Fr. Diogo do).* Religioso da ordem de S. Domingos, prior do convento de Guimarães. N. em Evora, e fal. em Guimarães no anno de 1580. Era muito considerado pelo arcebispo de Braga D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, que o chamou para junto de si, quando tomou conta da diocese de Braga, e por varias vezes o nomeou governador do arcebispado na sua ausencia. Encarregou-o tambem o arcebispo de escrever varias obras, uma das quaes, pelo menos, grangeou grande fama, sendo o primeiro *Flos Santorum* que se publicou em Hespanha e Portugal Tem por titulo: *Historia das vidas e feitos heroicos, e obras insignes dos santos*, etc., e imprimiu se pela primeira vez em Braga em 1567, 2 tomos. Fizeram-se outras edições, sempre com alterações e additamentos: em Coimbra, 1577; em Lisboa, 1590, 1622, 1617, 1681, com uma estampa gravada a buril e grande numero d'ellas em madeira intercaladas no texto. N'esta edição se accrescentaram as vidas de alguns santos, que se dizem compiladas da 3.ª parte do *Flos Santorum* do P. Ribadeneira. As de S. Pedro d'Alcantara e Santa Rosa de Viterbo são escriptas por Fr. Luiz de S. José. Reimprimiu se ainda uma vez o *Flos Santorum* por diligencias do P. José Pereira Baião, em 1741, que lhe addiccionou *cento e tantas vidas de santos novos.* Fr. Diogo do Rosario traduziu a *Summa Caietana*, com muitas annotações e decretos do concilio tridentino, Braga, 1565; *Tratado de avisos de confessores*, etc; Braga, 1578; Coimbra, 1581, e muito mais tarde, em 1748. Nos ultimos annos da sua vida foi eleito prior do convento de Guimarães, e dias depois de deixar a prelazia, falleceu, deixando manuscripta uma *Chronica da Ordem.*

Rosario *(Fr. Domingos do).* Religioso da ordem de S. Francisco. N. nos Olivaes, mas ignora-se a data do nascimento, assim como a do fallecimento. Estudou profundamente o canto liturgico na escola estabelecida por D. João V em Santa Catharina de Ribamar, indo depois para o convento de Mafra, professando em 15 de abril de 1722. Viveu n'aquelle convento, onde desempenhou o logar de primeiro vigario do coro, durante 41 annos. Era tido por insigne no conhecimento das regras e pratica do cantochão, e dotado d'uma excellente voz. Tambem foi notario apostolico e penitenciario geral da sua ordem. Escreveu a seguinte obra: *Theatro ecclesiastico, em que se acham muitos documentos de Cantochão para qualquer pessoa dedicada ao culto divino nos officios do coro e altar*, etc., Lisboa, 1743; fez-se *Segunda edição, muito addiccionada*, em 1751; seguiram-se mais seis, sendo a 8.ª em 1779, em que já o autor não era vivo, porque no titulo vem o seu nome seguido da indicação: «...primeiro vigario *que foi*...»; no fim d'esta mesma edição vem um novo alvará concedendo o privilegio da sua publicação aos religiosos da provincia da Arrabida, e n'esse alvará se lê tambem: «Fr. Domingos do Rosario, religioso da mesma provincia, e primeiro vigario do côro *que foi* do Real Convento de Mafra.» O alvará é datado de 30 de maio de 1778. Parece, portanto, que teria fallecido pouco tempo antes. Em 1817 fez-se 9.ª edição, que se julga ser a ultima.

Rosario *(D. Francisco do).* Conego da ordem de Santo Agostinho. Chamava-se no seculo Francisco de Sousa Coutinho. Era natural da villa de Ervedosa, e pertencia a uma familia fidalga. Professou no convento da Moreira em 1649. Escreveu em versos latinos a *Vida e martyrio do padre Jorge de Tavora*, que morreu victima da caridade com que tratava os pestiferos em Coimbra, em 1599.

Rosario *(Fr. Francisco do)*. Religioso da ordem de S. Francisco. Era natural do Porto, e partindo para o Brazil, em 1591, entrou como leigo no convento de N. S.ª das Neves, de Pernambuco, e leigo sempre se conservou por humildade. Aprendeu a lingua dos indios do Maranhão, e n'essa provincia missionou com bom resultado. Fal. na Bahia a 28 de junho de 1649, deixando manuscriptos um *Cathecismo da lingua brasilica*, e um *Tratado dos ritos, costumes, trajos e povoações do Maranhão.*

Rosario *(Fr. Francisco do)*. Religioso da ordem de S. Francisco da prov. dos Algarves. Era natural do Barreiro, onde nasceu em 1688; ignora se a data do fallecimento. Professou no convento de Xabregas em 1709. Estudou no convento de Valladolid, e como era muito no perito canto chão, exerceu ali o cargo de vigario do côro durante 10 annos, ensinando cantochão aos frades agostinhos descalços. Traduziu do hespanhol e imprimiu em Lisboa em 1714, os *Instantes do heroe subtil*, etc. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa existe um tratado manuscripto, evidentemente autographo, intitulado: *Methodo novo* (sendo velho), *para ensinar o Canto Ecclesiastico, aos principiantes professores d'elle.* Esta obra divide se em varias partes, e consta de 202 paginas in-folio, nas quaes está difusamente diluída toda a theoria do cantochão. Fr. Francisco do Rosario era prégador jubilado.

Rosario *(Soror Joanna do)*. Religiosa da ordem de S. Domingos. Era filha do conde de Basto, e condessa de Vimioso, por ser casada com o 3.º conde d'este titulo D. Luiz de Portugal. Tendo este fidalgo sido aprisionado na fatal batalha d'Alcacer-Kibir, foi resgatado em 1590, recebendo então o titulo. Em 1607, impressionado pela vida claustral, resolveu-se a recolher a um convento, e sua mulher seguiu lhe o exemplo, professando na ordem dominicana em 23 de agosto d'esse anno. Juntamente com seu marido fundou em 1612 o convento do Sacramento, em Alcantara, onde por tres vezes exerceu o cargo de prioresa, fallecendo em 21 de maio de 1643. Fr. Luiz de Sousa, na sua *Historia de S. Domingos*, vol. VI, pag. 95 da 3.ª edição fala d'esta senhora elogiosamente, dizendo que era muito dedicada á musica, possuindo uma bella e harmoniosa voz, e tocando com perfeição orgão e harpa.

Rosario *(Manuel José do Conde, 1.º visconde do)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, official da ordem da Rosa do Brazil, negociante e proprietario na Bahia, etc. N. na ilha Graciosa em 5 d'abril de 1817; fal. em Londres a 6 de junho de 1897. Era filho d'uns lavradores humildes d'aquella ilha, Theodosio José Conde e D. Maria de Mello Pacheco. Em 1835, contando 18 annos de edade, embarcou para o Brazil para se entregar ao commercio, e empregou-se n'uma padaria da Bahia. Em 1838 mudou o seu negocio de S. Felix para a Cachoeira, onde tambem commerciou nos productos do paiz. Em 1851 retirou se para a Europa, e regressando dois annos depois á Bahia, abriu ali escriptorio, sob a sua firma individual, que em 1872 foi substituida pela de *Manuel José do Conde & Filho*. Em 1875 foi alterada a firma, ficando *Conde Filho & C.ª*, da qual faziam parte seu filho Manuel José Conde Junior e seu genro Manuel José Machado. Em 1879 fixou definitivamente a sua residencia em Portugal. Havia casado com D. Euphrosina Ermelinda do Nascimento Conde. Em 11 de maio de 1897, depois de ter completado 80 annos, foi para Paris, seguindo logo no dia 18 para Londres, onde adoeceu e falleceu. O titulo de visconde do Rosario foi lhe concedido por decreto de 16 de dezembro de 1875, e o seguinte brazão, por alvará de mercê nova, passado a requerimento do visconde, em 15 de março de 1876: Escudo esquartelado: no primeiro quartel: Em campo vermelho, uma cruz dobre com bordadura de ouro e seis bezantes de prata; no segundo: Em campo azul, uma estrella de ouro de cinco raios de prata entre nuvens do mesmo metal, e em contra-chefe o mar e sobre elle um navio mercante de sua côr navegando á véla, tendo na pôpa em letras de ouro a palavra *Conde*; no terceiro: Em campo azul, carregado de estrellas de prata, tendo em abysmo a cruz da redempção, e encostado a ella um pelicano com quatro filhos em acção de lhe beberem o sangue; e no quarto: Em campo de prata um leão de ouro armado de azul, orla verde carregada de quatro vieiras de prata, e quatro cruzes de ouro collocadas alternativamente.

Rosario *(Fr. Paulo do)*. Religioso da ordem de S. Bento. N. no Porto nos fins do seculo XVI, e fal. do convento do Bostello, a 10 de janeiro de 1655. Professou em 1601, e passou ao Brazil, onde foi prégador, commissario geral e abbade dos conventos da Paraiba em Pernambuco e da Bahia. Voltando a Portugal, foi eleito abbade do convento de S. Miguel de Refoios, e depois dos conventos de Santarem e do Porto, indo por fim para o convento do Bostello. Escreveu: *Relação breve e verdadeira da memoravel victoria que houve o capitão-mór da capitania de Paraiba Antonio de Albuquerque, dos rebeldes de Hollanda, que com vinte naus e vinte sete lanchas pretenderam occupar esta praça de Sua Majestade*, etc., Lisboa, 1632. Deixou manuscripta uma relação dos conventos benedictinos que existem por todo o mundo com as reliquias que possuem, etc.

Rosario *(Fr. Roberto do)*. Religioso da ordem de S. Bento e apreciado poeta latino. N. em Coimbra no anno de 1640, e fal. em Santarem no de 1674. Escreveu em 1673 um poema ao Santo Crucifixo do convento de Santarem, que ficou manuscripto no livro da irmandade.

Rosario *(Fr. Roberto de Jesus Maria do)*. Religioso da ordem de S. Domingos. N. em Lisboa no anno de 1710 ou 1711; ignora se a data do fallecimento. Professou em 1728. Escreveu e imprimiu um livro mystico, intitulado: *Iman do Rosario.*

Rosario *(P. Vicente Maior do)*. Apreciado cantochanista e muito affeiçoado á musica. N. em Tavira a 11 de agosto de 1786, onde tambem fal. a 14 de outubro de 1862. Estudou musica na infancia, mas seguiu depois a carreira ecclesiastica tomando ordens sacras Em 1839 foi nomeado capellão do regimento de infantaria n.º 8, e n'esta qualidade tomou parte activa nas agitações politicas de 1846. Tambem foi capellão do batalhão n. 5, quando esteve aquartelado em Tavira, e sendo em 1847 transferido para Sagres pediu a sua demissão. Por toda a parte onde teve alguma estabilidade, principalmente em Braga, Setubal e Tavira, se dedicou quanto pôde ao exercicio e ensino da musica, e com especialidade da musica

sacra. Manteve por algum tempo em Tavira uma escola de musica de cantochão, e promovia e dirigia festas religiosas, onde cantavam os seus discipulos. Escreveu um compendio de cantochão, que tencionava publicar, mas não chegou a imprimil-o.

Rosario. Pov. e freg. de N. S.ª do Rosario, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Almodovar, distr. e bisp. de Beja; 165 fog. e 551 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Dista 10 k da séde do conc., e está situada n'uma baixa, na estrada de Almodovar a Castro Verde. O tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o capellão, que tinha alguns generos e 10$000 reis em dinheiro. A terra é fertil. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro. || Pov. e freg. de N. S.ª do Rosario, da prov. do Alemtejo, conc. d'Alandroal, com. de Redondo, distr. e arceb. de Evora; 95 fog. e 540 hab. Tem est. post. Está situada na estrada d'Elvas a Monsaraz, a 5 k da margem direita do rio Guadiana e a 12 da séde do conc. O tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o capellão, que tinha alguns generos. A terra é muito fertil em cereaes e nos mais generos agricolas. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. || Pov. e freg. de N. S.ª do Rosario, da prov. do Alemtejo, conc. de Arronches, com., distr. e bisp. de Portalegre. Dista 5 k da séde do conc. A mitra apresentava o cura, que tinha 180 alqueires de trigo. A terra é fertil em cereaes. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. || Povoações nas freguezias; Ilha da Madeira; S. Salvador e conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal. || O Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || O Salvador, de Unhão, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || O Salvador, de Bombarral, conc. de Obidos, distr. de Leiria. || N. S.ª da Graça, de Ega, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra || S. Vicente, de Cidadelhe, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Enseada situada na costa SE da ilha do Corvo, Açôres.

Rosario Frias *(Roberto Bellarmino do)*. Lente da Faculdade de Medicina do Porto N. em Arporá, districto de Gôa, India Portugueza; em 5 de junho de 1853, sendo filho de Francisco Antonio de Frias. Tendo cursado os preparatorios no lyceu nacional de Nova Gôa, formou-se na Escola Medico Cirurgica do Porto, em 1880. Nomeado em 1882 facultativo do quadro de saude da India e lente da Escola Medico Cirurgica de Nova Gôa, foi, como tal, commissionado pelo governo para ir estudar ao estrangeiro os progressos de cirurgia. Em 1887, precedendo concurso, foi nomeado lente da Escola Medico Cirurgica do Porto, hoje Faculdade de Medicina, regendo a 9.ª cadeira (clinica cirurgica) em que ainda se conserva. Em 1890 foi nomeado lente do Instituto Industrial e Commercial, da mesma cidade. Em 1893 foi socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e em 1901 presidente da sociedade de medicina e cirurgia do Porto. Escreveu: *O crime, apontamentos para a systematisação da criminalidade*; dissertação inaugural, etc., Porto, 1880; *Medicina racional*, discurso de abertura das aulas da Escola Medico Cirurgica de Nova Gôa, 1885; *Systema therapeutico dos calculos vesicaes (clinica e critica)*; these de concurso para a secção cirurgica da Escola Medico-Cirurgica do Porto, Porto, 1887; *Alimentação do operario, baseada sobre os principios da Thermodynamica*; these de concurso no Instituto Industrial e Commercial do Porto; Porto, 1890; *Compendio de chimica*, Porto, 1891; *Operação da gastro enterostomia*; memoria apresentada á Academia Real das Sciencias de Lisboa, Porto, 1893. O sr. Rosario Frias tem publicado varios artigos nos jornaes *Medicina contemporanea*, de Lisboa, e *Gazeta Medica*, do Porto.

Rosas. Pov. na freg. de Santa Eufemia e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Rosendo *(S.)*. Religioso da ordem de S. Bento. Era natural da antiga prov. de Entre Minho e Douro, e descendente de familia illustre de Portugal. Estudou no convento de Dume, de que mais tarde, pelas suas virtudes, foi nomeado bispo d'aquella diocese, passando depois ás de Mondonhedo e de Compostella Pela sua muita devoção fundou na Galliza o convento benedictino de Cella nova, onde se recolheu, vestindo o habito d'aquella ordem. Passou a vida em continuas devoções e rigorosas penitencias. Fal. em 1 de março de 977, e foi sepultado no seu convento. O papa Alexandre III o canonisou.

Rosmaninhal. Pov. e freg de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Idanha a-Nova, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 573 fog. e 1:344 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est post. Dista 25 k. da séde do conc. e está situada n'um aspero outeiro, na aba da serra do Cabeço Alto, a 9 k. da foz do rio Elga e a 7 da margem direita do Tejo. O real padroado apresentava o vigario, que tinha 40$000 reis e o pé d'altar. Foi villa e séde d'um concelho, ao qual D. Manuel I deu foral, em Santarem, a 1 de junho de 1510. Era commenda da ordem de Christo, sendo seus commendadores e alcaides móres os marquezes de Fronteira e d'Alorna Rosmaninhal foi praça d'armas, tendo castello e muralhas com os seus competentes revelins e barbacans. Dizem ter sido por esta pov., que fica aproximadamente na distancia de 8 k. da fronteira hespanhola, que entrou em 19 de novembro de 1807 o exercito francez commandado por Junot, e que vinha derrotado e faminto. A pov. é fertil em generos agricolas, e tem minas de ouro que não se exploram. Pertence á 2.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição e conc. de Mação, distr. de Santarem. || S. Francisco de Assis e conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre. || S. Miguel, de Cardosas, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

Rosmaninho. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Venade, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello.

Rossas. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. do Douro, conc. e com. de Arouca, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 207 fog. e 971 hab Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 6 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Arda Os commendadores de Rossas, da ordem de Malta, apresentavam o vigario, que tinha 20$000 reis e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, pois a povoou Odorio Espinel, ou Espinhel, em 1100 (106 da era christã). Depois fez doação das terras de Rossas a Salvador Peres. A dar-se credi

to á data em que se lê sobre a vêrga da porta principal da pequena egreja matriz, foi esta fundada em 1111 (1073 da era de Christo), o que é muito verosimil, porque em 1120 mandou a rainha Santa Mafalda construir na serra da Freita, da freguezia de Rossas, uma albergaria para peregrinos, que d'ella se quizessem aproveitar. A terra é muito fertil e produz bom vinho verde. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto. || Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Vieira distr. e arceb. de Braga; 550 fog. e 2:389 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, pharmacia, est. post. e uma feira no 1.º e 3.º sabbados de cada mez Está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Ave, a 9 k. da séde do conc. A casa dos Abreus, de Regalados, e os duques de Souto Maior, de Hespanha, apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 1:000$000 reis de rendimento. Era um dos melhores beneficios do arcebispado. Foi couto El-rei D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, a 23 de outubro de 1514. A terra é muito fertil; tem grande abundancia de gado de toda a qualidade, e nos seus montes apparece muita caça grossa e miuda. Esta freg. era dos senhores de Regalados e Valladares, mas depois passou para a corôa. Houve aqui um antiquissimo convento de monges benedictinos, que em 1195 foi doado por Fr. João Paes ao arcebispo de Braga D. Martinho, e depois passou aos Abreus de Regalados. Pertence a pov. á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias: Ilha Terceira, Açôres; Santa Luzia, conc. e distr. de Angra de Heroismo. || Santo Antonio de Ferreirim, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Bartholomeu, de Monte Redondo, conc. de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Pelagio, de Ovadas, conc. de Rezende, distr de Vizeu. || Ilha de Santa Maria, Açôres; S. Pedro, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada. || O Salvador, de Tebosa, conc. e distr. de Braga. || S. Pedro, de Vascões, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Villar, de Torno, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Rosto de Cão. Ilha de S. Miguel, Açôres Dava-se antigamente este nome a uma grande povoação, composta das freguezias de N. S.ª do Livramento e de S. Roque. A pov. está situada á beira mar, em terreno plano, ficando a freg. do Livramento a 6 k. da séde do conc., com 339 fog. e 1:541 hab., e a de S. Roque a 4 k., com 540 fog. e 2:389 hab. Tem est. post. E' terreno fertil; produz boa fructa e algum vinho. Como quasi todas as povoações da ilha de S. Miguel, esta não tem sido poupada pelos tremores de terra. Em 1652 os picos de João Ramos e do Paio cobriram-n'a de lava. Esta grande pov. pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut, e res. n.º 26, com a séde em Ponta Delgada.

Rostos. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Landal, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Rota. Pov. na freg de N. S.ª do Soccorro, de Paçô, conc. de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Rotão. Pov. na freg. de S. Thiago, de Silvalde, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Rotéa. Pov. na freg. de S. Miguel, de Sapardos, conc. de V. Nova da Cerveira, distr. de Vianna de Castello.

Rotéa dos Bois. Pov. na fre. de S. Miguel, de Sapardos, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Rotelo. Pov. da freg. de S. Christovão, de Nogueira do Cravo, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Roteiro. Livro ou descripção por escripto em que está mencionada a situação das costas, correntes, baixios, escolhos e tudo o mais que se torna util aos navegantes conhecer, descripção particularisada de uma viagem ou grande navegação feita pela primeira vez por mares desconhecidos. Em 1898, por occasião das festas commemorativas do descobrimento do caminho para a India, por mar, o fallecido erudito Gabriel Pereira publicou os *Roteiros portuguezes da viagem de Lisboa á India nos seculos XVI e XVII.* Este importante livro é a reproducção de codices raros da Bibliotheca Nacional de Lisboa, e compõe se do seguinte: *Introducção* (Explicação previa, crudita) de Gabriel Pereira; *Roteiros da India de Vicente Rodrigues e Gaspar Manuel*; *Roteiro da India de Aleixo da Motta.*

Roto. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Villa Fernando, conc. e distr. da Guarda.

Roubã. Pov. na freg. de S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria,

Roubão (*Paulo Mendes Madureira*). Poeta latino. N. em Villa Flôr; ignora se a data do fallecimento. Escreveu um poema heroico intitulado: *Progressos lusitanos*, offerecido a D. João V, por intermedio da Academia Real de Historia Portugueza. E' a narração dos feitos heroicos dos portuguezes na guerra da successão de Hespanha.

Roubão. Povoações nas freguezias: S Julião, de Moreira de Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Sauto André, de Villa Boa de Quires, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Roubins. Pov. na freg. de S. Romão, de Villa Cova de Vez de Aviz, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Rouça. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Pombal. distr. de Leiria.

Rouças Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Minho, conc. e com. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello; arceb. de Braga; 235 fog. e 942 hab. Está situada na estrada de Melgaço a Castro Laboreiro a 3 k. da séde do conc., em terreno accidentado, sendo, comtudo, os seus valles fertilissimos A mitra apresentava o abbade, que tinha 350$000 reis de rendimento. Esta parochia foi primitivamente padroado da antiga e nobre familia dos senhores do paço de Róças, que era n'esta freg., mas que ha alguns seculos pertence á de S. Paio, contigua a esta. E' n'esta freg. a grande quinta que foi do mosteiro de Fiães, d'este conc., e que ficando sobranceira á pov. é uma bellissima vivenda. Hoje é propriedade particular. A egreja matriz é das maiores, não só da comarca, mas do districto administrativo. Tem altar mór e quatro lateraes, todos ricamente adornados, e as imagens que se vêem ali, são de boa esculptura, sendo notavel a de N. S.ª da Piedade, de tamanho quasi natural, que foi offerecida á freg. por uma familia ali residente, de appellido Salgado. A torre é bastante alta, e tem dois sinos. O coro é bom, e tem um pequeno orgão. No tecto da egreja vêem-se boas pinturas, representando os apostolos e os evangelistas; e a Fé, Es-

perança e Caridade. Na parede exterior da capella-mór está embutida uma lapide com uma inscripção d'onde se collige que o templo foi fundado em 1690, á custa do abbade da freg. Braz d'Andrada da Gama. Rouças pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Rouco de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. João Baptista, de Cambas, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Roupar. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Lodares, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Roupeira. Povoações nas freguezias: Santa Leocadia e conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Clemente, de Paços de Gaiollo, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo districto.

Roupeiras de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Eulalia, de Lanhezes, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Roupeiro. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, do Airão, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Caires, conc. de Amares, do mesmo distr. || S. Pedro, de Loureiro, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Paio, de Mozellos, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Sabariz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Roupinho (*D. Fuas*). Alcaide-mór de Coimbra, e mais tarde de Porto de Moz. Foi um dos mais valorosos companheiros d'armas de D. Affonso Henriques, nas batalhas contra os sarracenos, e segundo a tradição era seu irmão natural. Em 1179, sendo o alcaide-mór do Coimbra, estava no castello de Leiria, e sabendo que o rei mouro de Merida, Gamir, se encontrava na velha alcaçova de Porto de Moz, onde muitas vezes se demorava attrahido pelas bellezas do local, declarou fazer-lhe guerra e desalojal o d'ali. Os nossos soldados, n'esta ardente e patriotica lucta, fizeram taes assombros de heroismo ao lado do valoroso alcaide D. Fuas Roupinho, que Gamir, não obstante as suas numerosas forças, caiu no poder dos soldados portuguezes, e as suas tropas ficaram quasi todas prisioneiras. Os gritos da victoria eram de enorme enthusiasmo, e o estandarte da cruz foi hasteado nas ameias do Castello, e postos por terra os pendões moiriscos. Nos paços de Coimbra foi saudado com applauso este heroico feito d'armas. A esta cidade se dirigiu D. Fuas, velho amigo do fundador da monarchia portugueza, aio e mestre de D. Pedro Affonso, filho natural do conde D Henrique, acompanhado dos seus bravos conquistadores, e ao lado d'estes Gamir e os outros guerreiros captivos. A' sua entrada em Coimbra, o povo acompanhou-o aos paços regios no meio d'uma enthusiastica ovação ao heroico D. Fuas. O soberano, que já tinha recebido do papa Alexandre II a confirmação do titulo de rei, premiou o denodado guerreiro, nomeando-o alcaide-mór de Porto de Moz. Sendo escolhido para dar caça á frota dos sarracenos, foi elle o proprio portador das ordens, para que a camara de Lisboa lhe aprompIasse uma armada com que saisse ao mar. Os navios com que demandou os contrarios, não o diz a historia. Foi em 29 de julho de 1180 que as duas frotas se encontraram uma contra a outra deante do Cabo Espichel, e travaram entre si uma das mais rijas e arrebatadoras pelejas. A sorte não esteve por muito tempo duvidosa. Não tardou que a bravura dos portuguezes supprisse a sua inexperiencia de marinhagem, as galés inimigas fôram tomadas, e o alcaide de Porto de Moz pôde entrar em Lisboa, rico dos despojos da nossa primeira batalha naval, entre os vivas phreneticos d'uma povoação inteira, que o considerava salvador da patria. Foi elle o primeiro almirante de Portugal. Reparada a frota victoriosa, e sendo provavelmente augmentada pelas galés tomadas ao inimigo, D. Fuas Roupinho saiu pela segunda vez a correr as costas de Portugal e do Algarve, e não encontrando inimigos a combater, metteu-se pelo Estreito de Gibraltar e entrou na bahia de Ceuta, onde se domorou dois dias apresando quantas embarcações inimigas ali achou, que conduziu a Lisboa. Pela terceira vez, em 1184, foi D. Fuas Roupinho correr a costa, mas levantou se um grande temporal, que o arrojou contra o porto de Ceuta, e ali combateu contra numerosas forças moiriscas, que desbaratou a nossa esquadra. Eram 21 galés christãs, contra 54 dos sarracenos. Grande parte dos portuguezes ficou prisioneira, e o valoroso alcaide de Porto de Moz, um dos mais valentes guerreiros d'aquelles tempos, ali succumbiu. D. Fuas Roupinho, quando recolheu a Porto de Moz depois da primeira batalha naval, entregou-se para descançar, aos exercicios da caça, sua diversão apaixonada, então muito em voga entre os antigos fidalgos e senhores feudaes. Foi n'uma das suas caçadas em 1182, que a tradição o fez heroe da lenda de Nossa Senhora da Nazareth, que já descrevemos no vol. V, do *Portugal*, a pag. 28.

Rouqueira. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Carvoeiro, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Rouquenha Pov. na freg. do N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Rousador V. *Ravsador*.

Roussada. Pov. na freg. de S. Miguel, de Milharado, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Roussado (*Francisco Lourenço*). Professor de grammatica latina, pela resolução regia de 10 de novembro de 1771. Fal. em Lisboa entre os annos de 1820 e 1823, em edade muito avançada. Escreveu: *Cartas de certa mãe a seu filho, pelas quaes se prova a verdade da religião catholica*, etc. traduzidas do francez, Lisboa, 1787; *O systema dos impios contra o solido fundamento dos Estados, impugnado e convencido pelas vantagens da sociedade, fundadas na religião christã*, Lisboa, 1798; *Dissertação historica e critica sobre as representações theatraes*, Lisboa, 1799; saiu com as iniciaes F. L. R.

Roussado (*Manuel Roussado, barão de*). Consul de Portugal em differentes consulados, e escriptor humoristico, jornalista, etc. N. em Lisboa a 24 de maio de 1833, sendo filho de Martinho de Lourenço Roussado. Em 24 de março de 1852 foi nomeado amanuense da secretaria da Procuradoria Geral da Corôa. Nos documentos e tracto official era conhecido pelo nome de Manuel Lourenço Roussado. Foi nomeado consul de Portugal em Cadiz em setembro de 1869, sendo depois transferido para Bordeus, Marselha, e por fim para Liverpool, onde ainda se conservava em 1910. E' cavalleiro da ordem de S. Thiago, o commendador da de Izabel a Catholica, de Hespanha, mercê recebida em 23 de fevereiro de 1871, socio correspondente da Academia Real das Sciencias, e por decreto do 3 de ju-

nho do mesmo anno, foi agraciado com o titulo de barão de Roussado. Casou em Bordeus a 4 de setembro de 1879, com D. Margarida Duvel. O seu tirocinio como jornalista data de 1856, em que escreveu alguns folhetins humoristicos no jornal *Ecco das Provincias*, publicado em Lisboa, e de curta duração. Por esta epoca, pouco mais ou menos, redigiu tambem o *Almadense*, juntamente com Eduardo Tavares e Julio Cesar Machado. Foi proprietario o redactor do *Folhetim*, jornal de critica litteraria que começou a publicar se em Lisboa no anno de 1857. Em 1860 foi collaborador effectivo do *Nacional*, do Porto, e em maio d'esse anno começou a ser redactor da *Revolução de Setembro*, sendo especialmente encarregado da parte noticiosa e critica. Como escriptor dramatico estreou se, com felicidade, aos 25 annos, compondo a revista do anno de 1855, em 3 actos e 6 quadros, *Fossilismo e progresso*, que se representou com enorme successo no Gymnasio, em 1856. Era uma satyra christosa e pungente dos acontecimentos por qualquer modo notaveis occorridos n'aquelle anno, e na qual se patenteavam relevados por traços epigrammaticos os caracteres de todos os individuos que n'elles figuraram, sem ponpar distincções ou condição social. Escreveu mais para o theatro: *Lucrecia*, comedia em 1 acto, representada no theatro de D. Maria, Porto, 1868; *Ditoso fado*, representado no Gymnasio, Trindade, etc ; *Os dois surdos*, traducção de francez, representado no theatro de D. Maria, e *Nas armas do touro*, no da Trindade, traducção do hespanhol. Tambem escreveu e publicou: *Roberto ou a dominação dos agiotas, poema heroi-comico*, parodia ao poema de Thomaz Ribeiro, *D. Jayme ou a dominação de Castella*, Lisboa, 1862; fez-se *Segunda edição copiosamente annotada por muitos dos principaes prosadores e poetas contemporaneos*, etc., *Noites de Lisboa*, sem data da impressão; *Entre estrangeiros*, Lisboa, 18·3; 3 tomos; *Cousas alegres; Folhetins humoristicos*, 1 volume de diversos folhetins publicados em jornaes assim reunidos. Manuel Roussado entrou tambem na celebre *questão coimbrã*, escrevendo o folheto: *Bom senso e bom gosto, resposta á carta que o sr. Anthero do Quental dirigiu ao ex.^mo sr. Antonio Feliciano de Castilho*, Lisboa, 1865.

Roussado Gorjão *(João Damasio)*. Administrador da Real Tapada d'Ajuda, deputado, escriptor, etc. N. em Mafra em 1777, fal. em 18 de novembro de 1856. Tendo cursado os estudos no collegio dos conegos regrantes do Santo Agostinho, no tempo em que estes occupavam o convento da referida villa, entrou em 1809 para o serviço do Contrato do Tabaco, continuando n'aquelle emprego até que em 1829 foi demittido pelo caixa geral João Paulo Cordeiro, em razão das doutrinas liberaes que professava. Retirando se para a terra da sua naturalidade, ali viveu alguns annos, sendo em 1834 nomeado administrador da Real Tapada d'Ajuda, servindo depois cargos de eleição popular, como o de presidente da camara municipal, procurador á Junta Geral do Districto. etc. Foi eleito deputado em 1748 pelo Algarve. Escreveu: *Galeria dos Deputados das Côrtes geraes extraordinarias e constituintes da nação portugueza, instauradas em 25 de janeiro de 1821;* epoca primeira, Lisboa, 1822 (sem o seu nome), a qual finda no dia 4 de julho de 1821, em que D. João VI regressou do Brazil. A continuação promettida não chegou a sair. Teve por collaborador n'esta publicação Nuno Alvares Pereira Pato Moniz; *O Argus Lusitano*, Lisboa, 1823; jornal escripto no sentido de opposição ao ministerio d'aquelle tempo, e que pouco durou, em consequencia da mudança de politica que se deu em junho seguinte; saiu anonymo; *O velho economico em observação ao «Velho Liberal»*, Lisboa, 1826; sem nome de autor; publicação feita periodicamente, e emprehendida para combater algumas doutrinas propaladas pelo dr. José Vicente Ferreira Cardoso da Costa, no jornal que então imprimia em Lisboa com o titulo de *Velho Liberal*; sairam 10 numeros e 1 supplemento; parece que todos estes numeros tiveram reimpressão; depois proseguiu o autor com o *Argus Lusitano*, diverso já se vê do de 1823; saindo apenas 7 numeros, sendo o ultimo em 28 de novembro de 182·; *Portuguezes e os factos; exposição historico chronologica, dedicada aos corações justos e generosos, por um portuguez*, Londres, 1833; obra destinada a provar que os portuguezes detestavam o absolutismo, e que toda a nação era uniforme na opinião, e nos desejos de ser governada constitucionalmente, e de vêr collocada no throno a rainha D. Maria II; posto que saisse anonymo, o autor declarou pertencer-lhe esta composição, em carta que fez inserir no *Diario do Governo*, de 16 de maio de 1844; *Interesse publico e defeza pessoal; memoria historico justificativa, dedicada ao juizo da opinião publica, e rectidão nacional*, Lisboa, 1838; *O Organisador: dedicado á rectidão do verdadeiro espirito nacional*, etc., Lisboa, 1845; *Analyse do relatorio e decreto de 19 de novembro de 1846*, Lisboa, 1849; *A Regeneração e a Reacção: resumo historico dos acontecimentos de Portugal em 1851; dedicado á illustração contemporanea, e ao juizo imparcial da posteridade*, etc., Lisboa, 1851; 2 partes; *Verdades financeiras*, Lisboa, 1854, tomo I e II; em 1856 saiu o tomo III; *Manifesto do G.·. Or.·. Lusitano contra L.·. Regeneração*, Lisboa, 1821; reimprimiu se depois com outras peças em 1823 e 1828. *O contrato dos tabacos: memoria historico demonstrativa, offerecida ao juizo imparcial da nação portugueza*, Lisboa; 1833.

Roussillon (*Campanha do*). Esta campanha, travada na ultima decada do seculo XVIII, figura brilhantemente nos annaes militares de Portugal. Foi uma consequencia logica da colligação da Europa Monarchica contra a França republicana. Por um tratado assignado com a Hespanha a 11 de março de 1778, Portugal era obrigado a auxilial-a com 6:000 homens em caso de guerra, e ella não se descuidou em fazer cumprir a letra d'esse tratado. Por elle fômos, portanto, obrigados a entrar na colligação da Europa conservadora contra a França revolucionaria, mas a verdade é que, mesmo que assim não fôsse, cedo ou tarde n'ella entrariamos, pois além de que o povo portuguez pensava como o hespanhol e o seu odio contra os jacobinos não era menor, por um tratado assignado em Londres em setembro de 1793, Portugal entrára para a colligação recusando as propostas da Convenção, a qual, por meio dos seus enviados, se tinha offerecido para guardar a nossa neutralidade. As forças auxiliares de Portugal chegaram a 9 de novembro de 1793 á bahia de Rosas, n'uma excellente occasião, porque as forças hespanholas eram já inferiores em numero ás francezas, e estavam extenuadas pela campanha,

ao passo que o inimigo continuava a receber reforços. A divisão auxiliar era commandada, no impedimento do marquez das Minas, pelo general João Forbes Skellater, fidalgo escocez ao serviço de Portugal; como 2.os commandantes os marechaes de campo D. Antonio de Noronha e D. Francisco Xavier de Noronha, e como tenente general o conde de Assumar. Compunha-se a divisão da artilharia; duas brigadas de fuzileiros, 6 regimentos de infantaria: 1.º e 2.º regimentos do Porto, regimento de Peniche, regimento de Olivença, regimento de Freire d'Andrade; e o regimento deCascaes.Como voluntarios acompanhavam a divisão varios fidalgos portuguezes e estrangeiros, entre os quaes o marquez de Niza, o duque de Northumberlaud, o principe de Montmorency e o conde de Lentau. Pouco depois de terem chegado, partiram as forças portuguezas para as linhas de Ceret, que era, por assim dizer, a chave das operações e onde se havia de decidir da campanha, linhas de que o general francez Dogobert se queria apoderar a todo o custo, e que mandou atacar no dia 26. A lucta foi encarniçada. Como tivessem o cartuchame molhado pela chuva, os portuguezes e os hespanhoes receberam os francezes na ponta das baionetas e resistiram lhes valentemente, o que não impediu que fôssem desalojados da sua posição. Retomada ella e outra vez perdida, caiu por fim nas mãos das tropas peninsulares. D. Antonio Ricardos, commandante em chefe das tropas hespanholas, aproveitando o favor das circumstancias, atacou em seguida as baterias inimigas, tomando-as uma a uma, e o dia foi coroado com a tomada do reducto de Saint Ferréol, porto que dominava todo o campo e que acabou, caindo nas mãos das forças peninsulares, por dar-lhes a victoria n'aquelle dia. As perdas soffridas nos dois campos fôram consideraveis, mas muito mais sensiveis ainda para os francezes, que tiveram de abandonar grande quantidade de munições e material de guerra, gado, etc. De parte a parte se fizeram prodigios de bravura, é certo, mas a das tropas portuguezas foi tal, apezar de não entrarem em fogo ha muitos annos, que desde logo fizeram a admiração não só dos seus alliados, como a dos proprios inimigos. Ricardos entendeu não dever descançar na lucta Dias depois Vil le-Longue foi tomada á baioneta, batendo o inimigo em retirada, e a bateria de la Locca e varias outras cairam tambem no poder dos alliados, ficando o general Courten, que servia ás ordens de Ricardos, completamente senhor do campo D'esta vez, maiores fôram ainda as perdas soffridas pelos francezes. Ricardos dispoz se então a apoderar-se de Banyuls, ponto extremo da esquerda franceza, que protegia o Roussillon juntamente com Port Vendres e Collioure, e a fortuna das armas continuou a sorrir-lhe. Aquellas praças cairam em seu poder, e o inimigo, posto em fuga, foi acolher-se ás muralhas de Perpignan. A divisão auxiliar portugueza tambem se portou com a maior bravura, merecendo os mais calorosos elogios nas ordens do dia do general em chefe. A campanha de 1793 assim terminou com a derrota completa dos francezes, e em que os soldados portuguezes, tão gloriosamente se mediram pela primeira vez com as tropas da Republica. Quando recomeçou o campanha, o commando em chefe do exercito alliado era exercido pelo conde da União, porque D. Antonio Ricardos, tendo ido a Madrid conferenciar com o seu governo, ali morrera. Os francezes, ganhando animo com os reforços que no entretanto haviam recebido, sabendo da morte de Ricardos, investiram com as posições de Montbolo, Palau, Montesquieu e Trompete, e apezar de alguns revezes que os generaes Taranco e La Cuesta lhes infligiram, avançaram sobre Seo d'Urgel, procurando desviar o campo de operações para o terreno hespanhol, e conseguiram apoderar-se de Palau, Saint André e Saint Genis, não obstante a resistencia tenacissima que os portuguezes lhes oppuzéram, e pela qual mais uma vez fôram elogiados, não só pelo general como pelo proprio governo de Madrid. Com estes desastres começou a derrota do exercito alliado, que vendo cortada a retirada pelo caminho de Bellegarde, o que o collocava n'uma situação gravissima, dirigiu-se para a Catalunha, começando a retirada a fazerse vagarosamente e na melhor ordem, apezar da grande difficuldade que havia em operal-a a descoberto, e seguido pelo inimigo. Foi n'esta retirada, que os portuguezes, salvando a artilharia e conduzindo os seus feridos, tiveram mais uma vez o arriscado encargo de cobrir a rectaguarda, o que a alguns regimentos custou grande parte do seu effectivo. Combatendo sempre, e por vezes voltando se e investindo com o inimigo, ao qual causavam perdas consideraveis, fôram os peninsulares batendo em retirada, apezar dos heroicos esforços que faziam para conterem o inimigo, como aconteceu a 28 e 29 de abril, em que, apezar de travarem combates encarniçados, mais d'uma vez tiveram de ceder o terreno. E assim as antigas posições que com tanto sacrificio haviam sido tomadas, fôram passando uma após outra para a mão dos francezes. O conde da União fez um esforço supremo e ainda quiz fazer recuar o inimigo, atacando-o na forte posição da Muga, mas as suas tropas fôram destroçadas e obrigadas a retirar para a fronteira, ficando ellas ainda mais desanimadas ao saberem que Bellegarde havia capitulado depois d'uma heroica resistencia e de ter esgotado as munições. D'ali por deante como até ali, na segunda phase da campanha, não cessou a série dos desastres para o exercito alliado. O conde da União tornou a tentar, apoiando-se na praça de Figueras, atacar as posições inimigas, mas foi mal succedido; investiu com a posição de Montrujo e então a derrota acabou por uma fuga dementada, chegando alguns regimentos hespanhoes a lançar fóra as armas para mais facilmente se pôrem a salvo. Todavia, no mesmo combate, um dos regimentos do Porto, vendo se envolvido pelo inimigo em forças muito superiores, formou o quadrado e passou a defender se á baioneta quando se lhe acabaram os cartuxos, acceitando então o offerecimento que as tropas republicanas lhe fizeram para capitular com todas as honras da guerra. Por fim, as proprias linhas de Figueras fôram forçadas após varios assaltos terriveis, em que d'um lado caiu morto o general em chefe do exercito francez Dugomier, e do outro o conde da União, que de modo algum se resignava ao desgosto de se vêr vencido em terras de Hespanha. O castello de Figueras foi entregue aos francezes, o exercito alliado passou a fronteira para a Catalunha, desmoralisado por tantas derrotas, e assim acabou a segunda parte

da campanha do Roussillon. Agora eram os francezes que, continuando a picar a rectaguarda do exercito hispano portuguez, com elle passavam a fronteira, atacavam e forçavam a linha do Fluviá e se apoderavam da praça de Rosas, substituindo n'ella o pavilhão hespanhol pela bandeira tricolor da Republica. Mas, n'esta altura, muda-se outra vez a face dos acontecimentos. Os hespanhoes enchem-se de brios e reclamam que se ataque o inimigo. Prudentemente, o general hespanhol abstem-se de attendel-os. Os dois exercitos estão em frente um do outro, apenas separados pelo Fluviá. Nos dias 1 e 2 de março os francezes decidem-se a um assalto, e são derrotados. A este ataque segue-se outro, em que de novo são derrotados e postos em fuga, o que junto á victoria alcançada pela esquadra hespanhola na bahia de Rosas tanto enthusiasma o exercito peninsular, que o general Urrutia delibera inverter os papeis, e por sua vez invadir de novo o territorio da Republica. A invasão fez-se, e com exito magnifico. A primeira praça atacada foi Ping Cerdá, que, recusando-se a capitular, foi tomada á ponta de baioneta. A Ping Cerdá seguiu se a entrega de Belver, e com tal bravura se portaram n'estas duas jornadas as tropas portuguezas, que tanto os generaes como o governo de Madrid lhes fizeram os mais altos elogios. Os francezes, de novo possuidos de panico á vista dos soldados da peninsula, debandavam por toda a parte; e tudo estava na melhor disposição para se continuar a campanha, quando a noticia do tratado de paz de Basiléa arrefeceu todos os enthusiasmos. Eram tão vantajosas as condições em que se encontrava o exercito hispano-portuguez, e de tão difficil defensão a fronteira oriental da França, que a despeito de tudo, a Republica, que por vezes se tinha recusado a acceder ao pedido de paz feito por outras nações, e que só a fez com clausulas de grande vantagem para ella, foi a primeira a propôr a paz á Hespanha, e nas mais honrosas condições. A paz entre a França e a Hespanha foi assignada a 22 de julho de 1795, e o governo hespanhol commetteu então a vilania de não pronunciar, sequer, o nome do seu alliado, ficando Portugal, assim, perante a França, como um dos seus inimigos isolados, quando, em boa verdade, só a tinha combatido em respeito á fé dos tratados. Por decreto de 20 de janeiro de 1794, mandou-se dar ás filhas e viuvas dos soldados que morreram na campanha de Roussillon, o soldo e até fardetas, e por decreto de 25 de março do mesmo anno, premios aos soldados. Por outro decreto de 17 de dezembro de 1795, deu se o soldo aos officiaes de granadeiros, preferencia a postos e bandeiras aos regimentos Tambem houve medalhas da campanha do Roussillon para recompensar a bravura e intrepidez dos militares. A'cêrca da campanha do Roussillon publicou-se em Lisboa, 1797, a seguinte: *Memoria dos successos da guerra dos Pyrineus Orientaes entre Hespanha e França, exactamente observados e examinados desde o dia do desembarque do exercito portuguez em Rozas até o seu reembarque em Barcelona em 28 de outubro de 1795; por F. D. F. L. F. official de artilharia do mesmo exercito.* A 4 de novembro de 1899 fez-se a entrega solemne, ao governo da praça de Cascaes, da historica bandeira do antigo regimento de infantaria n.º 19, que entrou na campanha do Roussillon. A instancias do governador militar, o major reformado Augusto Carlos de Sousa Escrivanis, foi confiada a guarda da referida bandeira, que acompanhou o antigo regimento de Cascaes, que teve por ultimo o n.º 19, ao governo da praça, onde em 16 de dezembro de 1737 fôra creado aquelle corpo. Aquella veneranda reliquia, testemunha presencial dos heroicos feitos praticados pelo bravo regimento n.º 19 nas campanhas do Roussillon e Catalunha, tinha o seu logar marcado no museu de artilharia, onde se conservou desde a convenção de Evora Monte, porém, existindo na capella da cidadella de Cascaes uma outra reliquia, a imagem de Santo Antonio, que acompanhou tambem aquelle bravo regimento em todas as batalhas e combates em que entrou, parecia natural juntar no mesmo local os dois documentos que recordavam uma das epocas mais notaveis da nossa historia militar. Foi por isso que o ministro da guerra, então o sr. conselheiro Pimentel Pinto, consentiu que do museu fôsse transferida para Cascaes, e collocada junto da imagem do santo protector e patrono do antigo regimento n.º 19 de infantaria, a gloriosa bandeira d'este corpo.

Rousso. Pov. no logar da Freixieira, freg. de S. Pedro de Sousa, conc. de Loures.

Routar. Pov. na freg. de N. S.ª da Annunciação, de Torredeita, conc. e distr. de Vizeu.

Rouzado (*Fr. Antonio*). Genealogista do seculo XVIII, autoridade no assumpto, citado pelo padre Luiz da Fonseca na sua historia da *Casa de Azevedo*.

Rovuma. Grande rio da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Recebe um grande numero de tributarios, provenientes das vertentes orientaes das montanhas que marginam o lago Nyassa. O seu affluente mais notavel, que bem podia, pela sua extensão, dar o nome ao rio, o Lujenda, nasce ao NE do lago Chirua, n'uma pequena lagôa, a Mtorandenga, e atravessa successivamente os lagos Chiuta e Amaramba. Ao sair d'este ultimo lago, em cujas margens as povoações são edificadas sobre estacaria, é que o rio toma o nome de Lujenda. O seu valle é muito interessante, pittoresco e fertil; no meio da torrente erguem-se numerosas ilhas altas, que não se submergem com as cheias, e algumas das quaes chegam a ter 5 k. de comprimento e são de densissima vegetação, entrelaçada pelas trepadeiras; nas margens os prados succedem-se ás florestas e o rio vae correndo sempre ao NE até que, em ligeira curva, se dirige ao N, entrando no Rovuma em um ponto situado em 222 metros de altitude. Recebe o Lujenda numerosos affluentes em ambas as margens, mas quasi todos de pequena importancia. Citaremos o Luambala na margem esquerda e o Luetése que se junta ao Luangua, o qual vae entrar no Lujenda a montante da povoação do Zarafi. Nas origens do Luetése, entre os montes Mulima, Lisingolo e Serra Maolo, ficava a povoação do celebre Mataca, destruida em 1899 pela expedição portugueza do commando do major Manuel de Sousa Machado e de que fazia parte o tenente de artilharia Terry e outros officiaes. O Lujenda é inavegavel por o seu curso ser obstruido por numerosos rapidos. O Rovuma, que não tem barra nem delta, na sua foz, é navegavel até á confluencia do Lujenda por canôas indigenas. Nasce ao Oriente a pouca distancia do Nyassa, corre em territorio de grande declive, e an-

tes de chegar á foz do Lujenda, é atravessado por uma série de rochedos graniticos, que fórmam quasi que uma barragem ao livre curso das aguas. O Rovuma foi explorado por Livingstone, na epoca da estiagem, até cêrca de 180 k. da foz, em um pequeno bote. Na quadra das cheias, pequenos vapores pódem navegar no Rovuma. Perto de Chituanga, a montante da foz do Lujenda, corre em alguns sitios por entre um largo valle coberto de ervas entremeadas por grupos de arvores, em que figuram as palmeiras, as euphorbias e os baobabs, em outros pontos deslisa apertado entre asperrimos montes e rapidos, sentindo se ao longe o rumor das aguas singrando pelo meio das penedias. O Luchiringo é outro affluente da margem direita do Rovuma que, vindo do sul, dos montes Lichingo e M'bene, passa atravez de um paiz de floresta, com um consideravel volume de agua.

Rôxa *(Pedro Augusto Martins da)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, cidade onde nasceu a 14 de novembro de 1835, sendo filho de Francisco Martins da Rocha, que foi escrivão pagador das obras publicas do Mondego, e pagador das obras publicas do districto de Coimbra. Fez a sua formatura em 1857, e em 1862 entrou, por concurso, para um logar da direcção geral da instrucção publica no ministerio do reino, de que requereu a exoneração em 1870. D'este anno até 1875, dedicou-se a trabalhos de escripturação mercantil e industrial, de 1877 a 1890 exerceu o magisterio particular primario no Porto, Coimbra e Figueira da Foz. Foi nomeado, por concurso, secretario permanente da associação commercial de Lisboa, em 1891, e em junho de 1894 chefe da contabilidade da camara do commercio e industria da mesma cidade. Fundou em Coimbra, em 1859, a Imprensa Litteraria, onde foi publicada a *Litteratura illustrada*, e se imprimiram até 1886 numerosas obras e jornaes litterarios. E' socio do Instituto de Coimbra. Tendo sido um dos mais enthusiastas apologistas do *Methodo Portuguez*, de Castilho, que tratou de simplificar a orthographia, entendeu que devia alterar o modo de escrever o seu appellido, que mudou de *Rocha* em *Rôxa*, mantendo esta deliberação desde 1854. Foi professor e primeiro bibliothecario da sociedade *Nova Euterpe*, do Porto, á qual prestou serviços, que lhe valeram ser nomeado socio correspondente do Atheneu Commercial, actual denominação d'aquella sociedade. Residindo em Coimbra editou a *Cartilha do povo*, primeira parte, para a gente do campo, livrinho de propaganda democratica, de que foi autor o dr. José Falcão, do qual fez 5 edições durante os annos de 1884 e 1885, em numero de 35:000 exemplares, que se distribuiram em todo o paiz. Tem collaborado em muitos jornaes de Coimbra, Lisboa, Porto e outras localidades, sendo os seus artigos, uns assignados, outros sem assignatura, apreciando differentes assumptos politicos, litterarios e de instrucção publica. Publicou tambem o seguinte: *Almanach de Coimbra para 1858*, Coimbra, 1857; *idem* para 1859, Coimbra, 1858; *Litteratura illustrada*, semanario de instrucção, Coimbra, 1860; foi o seu fundador e principal redactor, apparecendo o 1.° numero em janeiro, e o ultimo, o 13.° com que interrompeu a publicação, em maio do mesmo anno; *Instrucção primaria em Portugal*; estatistica, por districtos e concelhos, das escolas primarias, mantidas ou não pelo estado, segundo os dados obtidos pela inspecção de 1863 a 1864, Lisboa, 1867; *Estatistica da instrucção primaria em Portugal*, segundo as notas da inspecção feita ás escolas em 1863 e 1864; breve relatorio da sua coodernação e apuramento, Lisboa, 1867; *Estatistica da instrucção primaria em Portugal*, organisada sobre a inspecção extraordinaria de 1863 e 1864. Tabellas districtaes, Lisboa, 1867. Por todos estes trabalhos lhe foi dada uma portaria de louvôr em 20 de agosto de 1870. Publicou em 1867 um folheto politico contra a marcha do governo, com o titulo de *Brado de indignação*. Em 1874, por causa de um flagrante abuso de autoridade praticado contra elle em 1872, dirigiu ao procurador regio, junto da Relação de Lisboa, e distribuiu pelos seus amigos gratuitamente um *Protesto fundamentado*, etc. Redigiu um relatorio para a constituição da Companhia mineira e Industrial do Cabo Mondego, em 1873, e publicou um programma da sua Casa de ensino e educação em Coimbra, 1883; coordenou o relatorio da Associação Commercial de Lisboa de 1891, parte do de 1892, etc.

Róxa. Ilha da costa da Guiné, Africa Occidental, no archipelago de Bijagoz. E' das maiores e das mais altas do archipélago, e uma das povoadas, principalmente a Oeste. O seu solo, como o das outras ilhas, é arenoso e vulcanico. Ha falta d'agua potavel, mas abunda a creação de gado. Os naturaes da ilha são desconfiados, propensos ao roubo, e raras vezes andam desarmados.

Roxo. Ribeira que nasce por differentes origens nas freguezias de Mombeja e Santa Victoria, recebe as ribeiras dos Louriçaes e dos Nabos, e entra no rio Sado com cêrca de 50 k. de curso. || Cabo situado na costa da prov. da Guiné, Africa Occidental. Fica a cêrca de 20 k. ao S do rio Casamansa, e foi descoberto por Luiz de Cadamosto e Antonio de Nolle em 1447.

Rôxo. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Expectação, de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição, de Alvalade, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Rozem. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Marco de Canavezes, distr. e bisp. do Porto; 67 fog. e 279 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Dista 7 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da margem esquerda do rio Tamega. O papa e a mitra apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 400$000 reis de rendimento. A terra é fertil em todos os generos agricolas, cria gado, e tem peixe do rio Tamega e de alguns ribeiros anonymos. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 9, com a séde em Lamego.

Rozema. Ribeira da ilha de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. Nasce na vertente da serra de Guadalupe, corre em direcção á costa N, e vae desaguar ao N. da enseada de Agua Ambó, entre as pontas Figo e do Morro Carregado. E' muito caudalosa no tempo das aguas. No seculo XVI havia engenhos de assucar nas suas margens.

Rozende. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Mire de Tibães, conc. e distr. de Braga. || S. Pedro, de Raimonda, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Torquato, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Rua. Appellido em Portugal, cuja familia é oriunda das Asturias. Um membro d'esta familia casou com uma senhora da casa de Athouguia. Depois D. Ignez Martins da Rua, filha de Alvaro Annes da Rua, escudeiro do infante D. Fernando, pae do rei D. Manuel, casou com Luiz d'Athouguia, seu parente. As primeiras armas d'esta familia eram, em campo azul, tres flôres de ouro, com tulipas raiádas de púrpuras; elmo de aço aberto, e por timbre, um leão de ouro. A Francisco Martins Rua, da cidade do Porto, sendo feitor de Portugal em Flandres, lhe deu o imperador Carlos V novo brazão d'armas, o que foi confirmado por D. João III; é o seguinte: Em campo de ouro, seis rosas de púrpura, em duas palas, folhagem verde, e no meio do chefe, uma flôr de liz e azul. Elmo e timbre como os antigos.

Rua (*Luiz Martins da*) Cirurgião-mor do regimento de Mecklemburgo, que depois se denominou n.º 4. Escreveu: *Estatutos da Cirurgia de Paris, traduzidos do francez por um amante da mesma cirurgia, para conhecimento d'esta arte, e estimulo dos seus professores*, Lisboa, 1769.

Rua. Villa e freg. de S. Pelagio, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 213 fog. e 891 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post Está situada a 3 k. da margem esquerda do rio Tavora, nas proximidades da estrada de Lamego a Trancoso, e a 6 k. da séde do conc. O padroado real apresentava o reitor que tinha 40$000 reis e o pé d'altar. A pov. é antiquissima e foi a capital do conc. de Caria e Rua, supprimido em 1834, sendo incorporado no de Sernancelhe (V. *Caria*). A pov. é muito fertil em todos os fructos, especialmente em vinho, milho e trigo. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Segundo a tradição, a 500 m. da villa, no sitio chamado *S. João*, houve uma grande povoação, ou cidade, chamada *Arrochella* ou *Rochella*, da qual ainda nomeado do seculo XIX existiam vestigios, (alicerces de muros, tijolos grossissimos, e outros objectos) todos denotando grande antiguidade. Em 1872, um proprietario d'estes terrenos achou n'uma vinha, grande quantidade de moedas de cobre, pesando todas uns 6 kilogrammas Muitas d'estas medalhas são do tempo dos romanos, e outras ainda anteriores ao seu dominio na Peninsula. Umas que se encontraram entre 6 tijolos grossos, fôram offerecidos á camara municipal do Porto, que as teve em grande aprêço, e as mandou collocar no seu museu. Algumas estavam tão oxidadas, que eram completamente illegiveis. Os 6 tijolos onde haviam sido guardadas, estavam dispostos em fórma de caixa (fundo, tampa e os 4 lados). As medalhas ainda estavam bem conservadas, n'uma grande parte. No mesmo sitio teem apparecido varias sepulturas de pedra, muito bem trabalhadas. Em 18 de março de 1878, n'um monte, entre Rua e Caria, andando uns operarios a demolir os restos d'um antigo muro, acharam nos alicerces uma grande porção de moedas de prata de 20 typos diversos, mas todos romanos, e do valor, com referencia ao seu peso, de 150 a 250 reis cada uma. Das mais notaveis d'estas moedas, ha uma, que tem d'um lado o busto d'uma mulher, coroada por um diadêma, e por baixo—XXXVIII. No reverso, tem um cavalleiro correndo a toda a brida, e por baixo a legenda *L. Pisufrugi*. D'este typo acharam-se 4 moedas, mas tendo cada uma diversa inicial, e só uma tem a era de XXXIX. Na villa da Rua houve um mosteiro de frades franciscanos, fundado em 1443 cuja egreja ainda se conserva em bom estado. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Alcofra, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu || S. Vicente, de Altena, conc. de Vallongo, distr. do Porto. || S. Thiago, de Anha, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Bartholomeu, de Campello, conc. de Baião, distr. do Porto Tem correio com serviço de posta rural. || S. Romão, de Coronado, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || S. Salvador, de Dornellas, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Martinho, de Fornellos, conc. de Cinfães, distr. de Vizeu || Santa Leocadia, de Fradellos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santo André, de Frades, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || S. Martinho, de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Thiago, de Gagos, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Christovão, de Labruja, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Labrujó, do mesmo conc. e distr. || S. Martinho de Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Santo Adrião, de Padim da Graça, conc. e distr. de Braga. || S. Paio, de Parada de Tibães, do mesmo conc. e distr. || S. Thiago de Poiares, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Portella das Cabras, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || O Salvador, de Real, conc. de Amarante, distr. do Porto || Santa Maria, de Reguenga, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Reboreda, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Sanhoane, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Santa Leocadia, de Tamel, conc. de Barcellos, distr. de Braga || S. Torquato, conc. de Guimarães, do mesmo distr. . || Santa Maria, de Villa Fria, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || Santo Estevão, de Villar das Almas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Rua d'Além. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Torre de Valle de Todos, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Rua das Almas. Pov. na freg. de S. Salvador do Monte, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Rua do Araujo. Pov. na freg. do Santa Maria, de Leça do Bailio, conc. de Bouças, distr. do Porto.

Rua da Azenha. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Aguada de Cima, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Liccia, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Rua de Baixo. Povoações nas freguezias: Ilha de S. Jorge, Açôres: Santa Catharina e conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo; S. Thiago de Ribeira Secca, do mesmo conc. e distr. || S. Miguel, de Frossos, conc. e distr. de Braga.

Rua do Barco. Pov. na freg. de S. Jeronymo, de Real, conc. e distr. de Braga.

Rua da Ca[illegible]ella. Pov. na freg. de S. Salvador, de Covão do Lobo, conc. de Vagos, distr. de Aveiro.

Rua da Carreira. Pov. na freg. de S. Nicolau e conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real.

Rua da Cega. Pov. na freg. do Salvador, de Padreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Rua de Cima. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Frossos, conc. e distr. de Braga. || S. Martinho, de Lordello do Ouro, bairro occidental do Porto. || Santa Maria, de Sobradêllo da Gôma, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Rua Direita. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Rates, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || S. Mamede, de Sandiães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Ul, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Sobre Tamega, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Rua da Egreja. Povoações nas freguezias. S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Martinho, de Villa Fria, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Rua d'Elró. Pov. na freg. de S. Martinho, de Soalbães, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Rua do Forno. Pov. na freg. de S. Mathens, de Bunbeiro, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro.

Rua de Freixo. Pov. na freg. de Santa Maria, de Campanhã, bairro oriental do Porto.

Rua da Galharda. Pov. na freg. de Santa Maria, dos Olivaes, 1.º bairro de Lisboa.

Rua Longa. Ponta situada na costa N da ilha Terceira, Açôres.

Rua de Louredo. Pov. na freg. de S. Salvador do Monte, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Rua do Monte. Pov. na freg. de S. Martinho, de Balugães, conc. de Barcellos, distr. de Braga,

Rua Nova. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Atheães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Avintes, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Miguel, de Cabeços, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Ilha de S. Jorge, Açôres; Santa Catharina e conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo. || S. Pedro, de Capareiros, conc. e distr. de Vianna do Castello, || S. Thomé, de Covellas, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Martinho, de Crasto, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Espargo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de Folhada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Thiago, de Labruge, conc. de Villa do Conde, do mesmo distr || S. Thiago, de Lordello, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. João, de Loureiro, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Lustosa, conc. de Louzada, distr. do Porto || N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro. || S. Martinho, de Medello, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Paio, de Moledo, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Santo Adrião, de Oleiros, conc. de Ponte da Barca, do mesmo distr. || Santa Maria, dos Olivaes, 1.º bairro de Lisboa. || Santa Maria, de Oliveira, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Santa Leocadia, de Pedra Furada, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || Santa Maria, de Vallega, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Veatodos, conc. de Barcellos, distr. de Braga || Santo Estevão, de Villa Chã do Marão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || N. S.ª da Purificação, de Villa Maior, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Veade, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Rua de Ovelha. Pov. na freg. de Santa Maria, de Aboadella-Ovelha do Marão, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Rua da Ponte. Pov. na freg. de S. Jeronymo, de Real, conc. e distr. de Braga.

Rua de Santo Antonio. Pov. na freg. de S. Pedro, de Rates, conc. de Povoa do Varzim, distr. do Porto.

Rua de S. Martinho. Pov. na freg. de S. Martinho, de Salreu, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro.

Rua de S. Nicolau. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Fornos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Rua de S. Roque da Lameira. Pov. na freg. de Santa Maria, de Campanhã, bairro oriental do Porto.

Rua de Traz. Pov. na freg. do Salvador, de Moreira, conc. da Maia, distr. do Porto.

Rua Velha. Ilha do Fayal, Açôres; pov. na freg. de N. S.ª d'Ajuda, de Pedro Miguel, conc. e distr. de Horta.

Rua Verde. Pov. na freg. de S. Martinho, de Christoval, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Rua da Victoria. Pov. na freg. de S. Nicolau e conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real.

Ruães *(Bento Luiz Ferreira Carmo, visconde de).* Commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, negociante da praça do Porto, etc. Fal. em Braga a 15 de março de 1879. Seus paes eram lavradores, assim como os seus antepassados. Durante o cêrco do Porto, em 1832 e 1833, prestou bastantes serviços á causa da Liberdade. Casou em 16 de fevereiro de 1876 com D. Anna Carolina Jacome de Sousa Pereira de Vasconcellos, e foi agraciado com o titulo de visconde de Ruães, por decreto de 25 de setembro de 1872. Fundou em Ruães, n'uma quinta sua proximo da ponte do Prado, em 1870, uma grande fabrica de papel, que mais tarde passou a ser propriedade d'uma companhia, sendo elle e um seu sobrinho, Eduardo Luiz Ferreira Carmo, os principaes accionistas. O propulsor mechanico é o vapor, e a agua do rio. A fabrica foi muito augmentada e melhorada sob a direcção do engenheiro Thomaz Smith. Fizeram se os ensaios em 30 de janeiro de 1876, e inaugurou-se a 25 d'abril de 1877, depois da benção religiosa do ritual, feita pelo abbade de Tibães. A fabrica foi excellentemente montada, e as machinas construidas no bem conhecido estabelecimento Easton & Andresson, de Londres. O pessoal da fabrica, na data da inauguração, era de 40 homens e 60 mulheres. A empresa faliu, e a fabrica foi posta em praça em 27 de outubro de 1878, e arrematada pela quantia de 50:300$000 reis por Alberto d'Oliveira, como representante d'uma sociede de parceria, constituida por grandes capitalistas. A fabrica ainda hoje existe.

Ruães. Aldeia na freg. de S. Paio, de Merelim, conc. e distr. de Braga || Pov. na freg. de Santa Maria, de Mire de Tibães, conc. e distr. de Braga.

Ruas d'Abreu *(Sebastião José)*. Bacharel formado em Theologia pela Universidade de Coimbra, arcediago na sé patriarchal de Lisboa, etc. N. em Coimbra a 10 de março de 1861, fal. em Lisboa a 17 de março de 1903. Era filho do dr. Filippe de Abreu e de D. Maria Emilia Vieira Ruas d'Abreu. Veiu para Lisboa com sua familia, contando 2 annos de edade, e aqui fez com distincção os estudos preparatorios e ordenou-se de presbytero, indo depois para Coimbra, em 1882, seguir os estudos theologicos, matriculando se na Universidade, recebendo a 28 de junho de 1887 o grau de bacharel Ruas d'Abreu tornara se muito distiucto, não só pelo seu amor ao estudo, como tambem pelo seu porte irreprehensivel. Voltou depois para Lisboa, começando então a sua carreira ecclesiastica. Recebeu todas as ordens, conferidas pelo cardeal patriarcha D. José Netto, e exerceu o cargo de capellão da ordem da Senhora do Carmo, tornando-se tambem prégador muito apreciado. O referido prelado, reconhecendo o seu grande merito, o nomeou em 28 de fevereiro de 1888 desembargador da Relação e Curia Patriarchal. Em 6 de fevereiro de 1895 teve a nomeação de conego da sé de Lisboa, e em 5 de janeiro de 1899, arcediago da mesma sé. O cardeal patriarcha tambem o nomeou juiz dos casamentos. Zeloso cooperador do prelado na creação do pequeno seminario de S. Vicente, consagrou-lhe toda a sua energia e boa vontade, concorrendo não só com o seu trabalho, regendo gratuitamente, mas sempre com distiucção, as cadeiras de Historia e Geographia, e por fim duas de Theologia, Hermeneutica Sacra e Dogmatica Especial, mas ainda com o seu subsidio pecuniario, que era dos mais valiosos que o seminario recebia. Não era raro vêl-o dar esmolas aos alumnos pobres do seminario, e comprar-lhes livros, dando-lhes tambem dinheiro para pagarem as suas matriculas. O conego Ruas d'Abreu exerceu os cargos de promotor fiscal do patriarchado e de examinador pro-synodal. Pelos serviços prestados á Egreja, possuia a dignidade de monsenhor, por ter sido nomeado, nos seus ultimos annos de vida, pelo papa Leão XIII, Proto-Notario Apostolico *ad instar participantium*, sendo tambem condecorado com a cruz de *benemerencia*. Era muito caritativo e esmoler, e a sua morte foi muito sentida, principalmente pelas numerosas pessoas que elle soccorria, occultamente.

Rubiães. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. e com. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 250 fog. e 1:011 hab. Tem esc. do sexo masc. e está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Coura, a 10 k. da séde do conc. Os viscondes de Villa Nova da Cerveira, depois marquezes de Ponte de Lima, apresentavam o abbade que tinha 300$000 reis. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello

Rubim *(Joaquim Frederico Kiappe da Costa)*. Aventureiro que viveu no seculo XIX. N. no Porto a 6 de outubro de 1831, fal. em Corrientes, Brazil, em 1865. Estudou nos primeiros annos no collegio de Nossa Senhora da Graça, do Porto, e depois, deliberando seguir a vida militar, assentou praça no regimento de infantaria n.º 6. Querendo habilitar-se para ser com promptidão official, foi frequentar a Academia Polytechnica do Porto, mas não acabou o curso, e em 1851, julgando-se preterido, requereu e obteve dispensa do serviço. Andou dois annos sem rumo certo, até que em 1853 embarcou para o Brazil, não para se dedicar a uma carreira qualquer, mas para percorrer o Brazil á ventura, explorando e estudando as varias provincias d'aquelle immenso paiz. Umas vezes advogava, e outras fazia commercio de gado, ou creava o. Em 1857, achando se na provincia do Ceará, foi ter a uma aldeia de indios semi selvagens, e ali se estabeleceu, vivendo com elles tres annos, acompanhando-os em excursões muito longas pela serra. Em 1860 deixou os selvagens e foi para a cidade de Sobral da mesma provincia, fundar um collegio, e applicou se com tanta dedicação a este modo de vida, que logo n'esse anno escreveu um *Novo methodo de grammatica portugueza composto em verso rimado*. Este livro foi approvado pelo conselho director da instrucção publica da provincia, sendo até premiado com 500$000 reis. No anno seguinte transferiu o collegio para Portalegre, capital da provincia, e em 1862 foi encarregado pelo governo de acudir com remedios homeopathicos aos indios da serra de Ibiapaba, que elle conhecia muito por ter vivido com elles tres annos, e lhe consagravam estima e respeito, para combater a cholera-morbus que os estava atacando. Quando rebentou a guerra do Paraguay, Costa Rubim naturalisou se cidadão brazileiro, e alistou-se no 10.º batalhão de voluntarios, e chegando rapidamente a capitão, bateu se com todo o valor, recebendo alguns ferimentos a que succumbiu. No Rio de Janeiro publicou alguns opusculos e algumas comedias.

Ruça. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Panque, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Rudanã. Aldeia pertencente á divisão de Uply-Pabw, ao sul do rio Sandalcalo, no conc. de Nagar-Avely, distr. de Damão, na India.

Rufaxo. Pov na freg. de S. Pedro, de Evora Monte, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Rufino *(Manuel José)*. Imitador de marmores e madeiras, cujos trabalhos embellezam grande numero de propriedades particulares, de edificios do Estado, varias egrejas e capellas, estabelecimentos publicos e commerciaes de Lisboa e do paiz. N. na freguezia de S. Thiago, de Almada, a 27 de agosto de 1848, sendo filho de José Florencio Gonçalves e Anna Rosa. Teve por mestre ao imitador Thomaz da Silva Pereira Pinto. Dos seus melhores trabalhos merecem citar se alguns, os mais modernos: Camara dos Senhores Deputados; salão do theatro de S. Carlos; palacio de Henrique Mendonça, á Penitenciaria; dos marquezes da Praia e Monforte, no Rato; Museu de Artilharia; capella do Sanatorio de Parede; casa do despacho da irmandade do Santissimo da egreja dos Anjos, etc. A sua primeira obra de imitação de marmores foi na egreja da Encarnação. Manuel Rufino tem um filho, do mesmo nome, que é egualmente um habil imitador de madeiras.

Rufumba. Lagôa no distr. de Tete, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está situada proximo da margem esquerda do Zambeze, ao S da serra Lupata.

Ruge Agua. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria. ‖ N. S.ª d'Assumpção, de Freixianda, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem ‖ S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Ruico. Terras do distr. de Tete, Africa Oriental.

Ruilhe. Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Minho, conc., com., distr e arceb. de Braga; 95 fog. e 433 hab. Dista 8 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades do rio Este. Os condes de Redondo, depois marquezes de Borba, apresentavam o abbade, que tinha 800$000 reis. Esta freg. e a de Cunha eram obrigadas a varrer as praças e talhos de Guimarães nove vezes em cada anno. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. na freg. do Salvador, de Trandeiras, conc. o distr. de Braga.

Ruiva. Ponta situada na costa SO da ilha de S. Jorge, Açôres. || Ponta situada na costa NE da ilha das Flôres, Açôres.

Ruivaes. Pov. na freg. de S. Pedro, de Ferreiros de Tendaes, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Ruivães. Villa e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Vieira, distr. e arceb. de Braga, 359 fog. e 1:556 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., medico, e uma feira na primeira quinta feira de cada mez. Dista 15 k. da séde do conc. e está situada n'um valle d'onde se avista a serra de Cabreira e a do Gerez, a 1:500 m. da margem esquerda do rio Cávado. O reitor de Santa Maria, de Veade, apresentava o reitor, que tinha 200$000 reis. Esta freg. compõe-se das 9 povoações seguintes: Ruivães (séde da parochia), Espindo, Frades, Zebral, Quinta, Valle, Santa Leocadia, Botica e Soutêllo. As 5 ultimas aldeias formavam uma das *Sete honras de Barroso*. Era da casa de Bragança, cujo ouvidor entrava n'ella em correição, assim como o provedor da comarca de Guimarães. Até 1834 foi concelho, pertencente á prov. de Traz-os-Montes, o qual se compunha d'esta freg. e da de Campos, e das aldeias de Fafião, Pincães, Caniçô e Linharêlhos. Tinha um capitão-mór com duas companhias de ordeuanças, tendo cada uma seu capitão, 2 alferes, 2 sargentos e 4 cabos. Em 1836 era da comarca de Chaves. O conc. de Ruivães compunha-se em 1842, sendo tambem julgado, das 10 freguezias seguintes: Ruivães, Cabril, Covêllo do Gerez, Reigoso, Pondras, Villa da Ponte, Venda Nova, Salto, Campos e Ferral, Foi este conc. supprimido em 1853, e as freguezias, que o compunham, passaram a formar parte do conc. de Montalegre, menos as de Ruivães o Campos, que se uniram ao conc. e julgado de Vieira, na prov. do Minho. Ao O e proximo de Ruivães, ha uma boa ponte de cantaria, de um só arco, lançada sobre o Saltadouro, e por ella passa a antiga estrada de Braga para Chaves. Pelo centro da freg. passava uma das 5 vias militares romanas. Em 9 de setembro de 1836 a guarda nacional, de Lisboa, revoltou se e deitou por terra a Carta Constitucional, substituindo-a pela constituição de 1822. Seguiram-se alguns combates n'algumas terras da prov., dando-se em 18 de setembro de 1837 em Ruivães uma batalha, em que os cartistas ficaram derrotados. Ruivães pertence á 3.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 184 fog. e 713 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Dista 6 k da séde do conc. e está situada a 4 k. da margem direita do rio Ave. Os condes de Villa Nova apresentavam o abbade, que tinha 430$000 reis de rendimento. A terra é fertil; cria muito gado e tem caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de S Gens, conc. de Fafe, distr. de Braga. Tem correio com serviço de posta rural.

Ruival. Povoações nas freguezias: S. Pedro de Abragão, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || O Salvador, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || O Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || S. Martinho, de Rio Mau, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santo André, de Varzea da Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Ruivaqueira. Pov. na freg. do Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e distr de Leiria.

Ruivas. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. do Sinfães, distr. de Vizeu.

Ruivico. Pov. do territorio de Sena, Africa Oriental.

Ruivo. Pico da ilha da Madeira. E' o mais alto de toda a ilha, e eleva-se a 2:020 m. acima do nivel do mar.

Ruivos. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 89 fog. e 335 hab. Tem est. post. e está situada a 1 k. da estrada de Braga a Ponte da Barca, e a 5 da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 240$000 reis. A pov. é muito antiga, pois já em 1086 (1048 da era de Christo) o bispo de Braga, D. Pedro, tinha aqui uma fazenda, que n'esse anno emprazou a Anagildo Fromarigues. Chamava-se então *Ruviólos* ou *Ruivólos*. A terra é fertil, cria muito gado, e tem caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Crasto, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Joanne, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Mamede, de Troviscoso, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Ruivoz *(Francisco Saraiva da Costa Refoios, barão de)*. Marechal de campo, conselheiro d'el-rei, commendador das ordens de Christo, de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa e de Aviz; cavalleiro da da Torre e Espada, governador militar de Santarem, deputado, etc. N. na Guarda a 4 de outubro de 1779, fal. a 21 d'abril de 1842. Era filho de Pedro Saraiva da Costa Pereira de Refoios, senhor de varios morgados, e de sua mulher D. Maria Antonia d'Almeida Amado e Menezes. Foi destinado por seus paes para a vida ecclesiastica, e depois dos estudos preparatorios, foi para a Universidade de Coimbra para se formar e doutorar na faculdade de canones. Não sendo, porém, essa a sua vocação, matriculou-se em mathematica, e tornou-se tão distincto n'este curso, que obteve varios premios. Concluida a formatura assentou praça na brigada da marinha, e frequentou a Academia de Fortificação e Desenho, em que tambem foi premiado, e onde depois regeu uma cadeira na qualidade de lente. Quando em 1807 os francezes entraram em Portugal, Refoios, já então no posto do capitão-tenente, acompanhou a familia real para o Rio de Janeiro, e ali foi transferido para o exercito no posto de major, e desempenhou varias commissões, sendo

as mais importantes a da fundação da Nova Friburgo, e a de vir a Lisboa para fazer transportar ao Brazil a divisão de voluntarios reaes d'el-rei. Voltando a Portugal em 1821 com D. João VI, e achando se já no posto de brigadeiro graduado, foi em 1824 preso por occasião do movimento da abrilada, e conduzido para a praça de Peniche. No tempo da regencia da infanta D. Izabel Maria foi encarregado do governo militar de Santarem, e depois do governo das armas do Porto, do qual foi exonerado pelo infante D. Miguel, sendo substituido pelo general Gabriel Franco de Castro. O modo desusado porque este general se apossou do governo e a insistencia com que contra vontade de Refoios, mandou uma escolta de cavallaria para o acompanhar até Lisboa sob o pretexto de lhe servir de guarda de segurança contra os malfeitores, fez suspeitar que o seu audacioso intento era mandar preso para Lisboa o militar demittido, mas este, chegando a Coimbra, despediu a escolta, e por caminhos de travessia passou se a Santarem com a ideia de sair d'ali direito para o paquete inglez e transportar se a Inglaterra. Quando estava esperando o dia da saida do paquete, chegou a Santarem a noticia do movimento realisado no Porto em 16 de maio, e como a esta revolução adheriram os regimentos n.º 10 de cavallaria e infantaria então aquartelados em Santarem, o general Refoios pôz se á frente d'esses dois corpos, e com elles marchou para Coimbra, onde assumiu o commando de todas as tropas ali reunidas por ordem da regencia que se installara no Porto. Logo que o governo de D. Miguel foi informado d'esses successos, mandou marchar para Coimbra todas as forças de que podia dispôr para atacar a divisão constitucional, e a 24 de junho se travou a acção da Cruz de Morouços, mas em vista da indecisão dos membros da junta governativa e por outros motivos que nunca se esclareceram bem, as tropas liberaes tiveram ordem de se aproximar do Porto, e a retirada começou no dia 26, dando-se ainda depois no dia 28 o combate das margens do Vouga. Entretanto chegavam ao Porto Palmella, Villa Flôr, Saldanha e outros militares a bordo do *Belfast*, e havendo sido conferido a Palmella o commando das forças constitucionaes, ficou o general Refoios addido ao estado maior até que retirou com os outros chefes para Inglaterra no vapor no *Belfast*. Durante o tempo da emigração viveu retirado e estranho ás luctas dos partidos que iam nascendo, até que chegando D. Pedro á Europa e resolvendo passar aos Açôres, mandou chamar o general Refoios, que o acompanhou em 1832 para a ilha Terceira. Quando o exercito libertador se dirigiu ás costas de Portugal, foi Refoios nomeado prefeito da provincia dos Açôres, e depois por decreto de 2 de dezembro de 1832 lhe foi conferida tambem a autoridade geral militar, dando lhe poder de inspeccionar todas as repartições publicas e de resolver as duvidas que occorressem, e de dar todas as providencias que o serviço exigisse. Usando d'esta illimitada autoridade, Refoios pôz em estado de defeza as ilhas dos Açôres que d'ella são susceptiveis, e especialmente a Terceira, consolidou o systema administrativo estabelecido pelo decreto de 16 de maio de 1832. deu grande impulso a todos os ramos da administração publica, e attendeu muito particularmente á instrucção, merecendo pelo modo como se houve no exercicio do seu elevado cargo, que os habitantes do archipelago ainda muitos annos depois se lembrassem com saudade do tempo em que fôra o chefe n'essas ilhas. Resolvendo o governo dividir os Açôres em duas provincias, acabou a autoridade do general, que recolheu a Lisboa em setembro de 1833, sendo logo em seguida promovido a brigadeiro effectivo, nomeado prefeito da provincia do Minho, e no anno seguinte deputado ás primeiras camaras que se reuniram depois de restabelecido o regimen constitucional. Os trabalhos por que passára durante a vida, affectaram-lhe muito a saude, e o general Refoios, apezar de robusto e forte, foi atacado d'uma paralysia nas extremidades inferiores, a que succumbiu no fim de dois annos de soffrimento Fôra agraciado com as condecorações honorificas já citadas, e com o titulo de barão de Ruivoz por decreto de 23 de setembro de 1835.

Ruivoz. Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Sabugal, distr. e bisp. da Guarda, 48 fog. e 193 hab. Tem est. post. e dista 13 k. da séde do conc. Está situada a 3 k da margem direita do rio Côa, na estrada de Sabugal a Villar Maior. O reitor da Nave, de Sabugal, apresentava o cura, que tinha 24$000 reis e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, sendo já povoada pelos povos pré celtas, o que evidentemente o provam 5 dolmens que existiam nas proximidades da capella de S. Paulo, d'esta freg., e que ainda em 1756 estavam em soffrivel estado de conservação. Pertence a pov. á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Runa. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Torres Vedras, distr. e patriarc. de Lisboa; 234 fog. e 1:0 8 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., medico, pharmacia, e feira de S. Miguel, a 29 de setembro. Está situada junto do rio Sizandro sobre o qual ha uma ponte, a 5 k. da séde do conc. O prior da freg. de S. Pedro, de Torres Vedras, apresentava o cura, que tinha 150$000 reis. Diz se ter sido cidade no tempo dos romanos. A terra é fertil em productos agricolas que exporta em larga escala para Lisboa e outras terras, inclusivamente para a Africa e para a India, onde são muito conhecidos os seus generosos vinhos e boas fructas. A pov. pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa E' em Runa que está o importante hospital de militares invalidos. (*V. o artigo seguinte*). No dia 1.º de novembro de 1810 houve aqui um pequeno combate, entre as tropas anglo lusas e o exercito francez commandado pelo general Massena, que logo no dia 14 se retirou para Santarem, derrotado, não se atrevendo a atacar as linhas de Lisboa. Em commemoração d'este facto, foi collocado, em 1877, no alto do monte que fica entre Runa e Alhandra, um elegante padrão, sob a iniciativa e direcção do general Joaquim da Costa Cascaes. Em 24 de julho do mesmo anno de 1877, se inaugurou em Runa um bonito theatro.

Runa (*Hospital de invalidos militares de*). E' um dos mais notaveis monumentos de caridade e philantropia que existem em Portugal. Foi fundado pela princeza do Brazil D Maria Francisca Benedicta, irmã da rainha D. Maria I, depois

da morte de seu marido e sobrinho, o principe do Brazil D. José. Foi para perpetuar a sua saudosa memoria, e em consideração da verdadeira estima que o principe consagrava aos militares, que resolveu que esse monumento commemorativo fôsse um asylo, onde se pudessem recolher e sustentar todos os militares, que depois de terem servido dedicadamente a patria, estivessem impossibilitados, e não tivessem meios bastantes de subsistencia. Ainda não havia até então em Portugal, nenhum asylo de invalidos militares. Para dar principio á sua grandiosa obra, communicou o plano á rainha sua irmã, pedindo-lhe a competente approvação, e a soberana concedeu-lh'a de melhor grado, offerecendo lhe a quinta da Luz, onde se vê hoje installado o Collegio Militar, para ali estabelecer o asylo, porém a princeza não acceitou a offerta, pois desejava que toda a obra d'aquella benemerita fundação, fôsse feita completamente á sua custa. Sabendo então, quo junto a Runa se pretendia vender a quinta chamada d'Alcobaça, e que n'ella poderia construir o edificio, immediatamente a mandou comprar, o que realisou em 11 d'agosto de 1790, adquirindo outras propriedades annexas, e a quinta de S. Miguel, na freguezia de Enxára do Bispo, no concelho de Mafra, custando tudo uns 40:000$000 reis. O local é muito pittoresco, com opulentas e formosas paizagens. Foi, por conseguinte, na quinta d'Alcobaça que se fundou o real asylo dos invalidos militares. As obras começaram em 18 de junho do 1792, sob a direcção do architecto José Maria da Costa e Silva. A heroica resolução da benemerita princeza foi confirmada por decreto de 25 de julho de 1802 e alvará de 27 do mesmo mez o anno. Principiaram a trabalhar na construcção do edificio mais de 300 operarios de todas as classes, e já antes da familia roal partir para o Brazil em novembro de 1807, estava acabada uma grande parte d'elle. Mesmo estando no Brazil, a princeza promoveu com toda a força e desvelo o augmento das obras, e além dos rendimentos de sua casa, serem applicados para ellas, mandou do Rio de Janeiro repetidas vezes avultadas sommas de dinheiro, como consta d'um pequeno livro que existe no asylo. Os trabalhos estiveram sempre sob a rigorosa inspecção e vigilancia do capitão-mór de Torres Vedras Francisco Mendes Trigoso Pereira Homem de Magalhães. Quando a familia real regressou ao reino em 1821, estava o edificio bastante adeantado, o proseguindo então as obras com mais celeridade, ficou afinal concluido, destinando a fundadora o dia 25 de julho de 1827, por ser anniversario do seu nascimento, para a inauguração solemne do asylo e hospital de Runa, recolhendo se n'esse dia 16 invalidos: 1 tenente d'artilharia, 1 primeiro sargento de infantaria; 2 segundos sargentos e 12 cabos e soldados, todos pelos seus longos e bons serviços, e terem feito as guerras do Roussillon e da Peninsula. N'esse dia completava a benemerita princeza 81 annos de edade, mas não obstante andava pressurosa o alegre presidindo e dirigindo todos os actos d'aquelle grande e solemne dia, sendo ella quem no refeitorio, com a maior satisfação e caridade, serviu aos invalidos os primeiros pratos, seguindo depois o seu mordomo-mór, marquez do Lavradio, e todos os mais creados da princeza. Segundo as melhores informações e documentos, a benemerita senhora despendeu, sómente na construcção do edificio e da sua preciosa capella, mais de 600 contos de reis. Havia reservado uma parte do edificio para a sua habitação, e o resto para os invalidos e para os empregados, o quartel para a tropa. A fundadora falleceu em 18 de agosto de 1829, declarando no seu testamento o asylo seu universal herdeiro, além dos bens designados pa-

Hospital de invalidos militares de Runa

ra formar a sua dotação. D. Miguel confirmou o testamento, e fez passar a administração das rendas para um conselho administrativo, o qual, e todo o estabelecimento, é superintendido pelo ministerio da guerra, em cumprimento da ultima vontade da doadora. Um grande portão de ferro dá entrada para uma comprida rua ornada de arvores e roseiras, no topo da qual se encontra um largo espaçoso, tendo o busto de D. Pedro V, assente sob um pedestal de fino marmore. Ali se vê o majestoso edificio, que é um quadrilatero regular de architectura toscana, tendo 99 m. de comprimento na frente, sobre 61 de fundo, e 13 m. d'altura. Subindo-se por 5 degraus para um patim, que ha no centro da fachada principal, estão 3 portaes de cantaria, sendo o do meio em arco, com portas de ferro que dão ingresso para o espaçoso vestibulo, cuja abobada é sustida por 12 columnas, e onde se acham, na frente a porta da egreja, tendo aos lados imagens de fino marmore de Carrara, e em cada um dos dois lados duas portas que communicam para o interior do estabelecimento. O edificio tem 3 pavimentos com 400 casas, recebendo luz por 365 janellas. No 1.º estão o gabinete de leitura, sala de bilhar para distracção de todos os officiaes, quartel do almoxarife, do sargento ajudante, commandante do destacamento, cozinha geral, 4 grandes casernas para alojamento de praças invalidas e destacamento, officinas, fonte de Maria, deposito de madeiras, refeitorio, dispensa e pharmacia exclusiva do hospital. No 2.º pavimento são os quarteis do secretario, thesoureiro, cirurgiões e enfermarias; e no 3.º, andar nobre, ha, á frente, o quartel do commandante, a grande sala que serve de tribuna real da capella, secretaria, quartos destinados para hospedes que pernoitem no asylo e quartel do official invalido. No lado Sul a parte deshabitada do antigo palacio, onde residia a fundadora quando vinha estar no seu retiro de Runa. O palacio conserva-se deshabitado e com toda a mobilia e rica louça da India, Japão, ingleza e franceza. Estes aposentos merecem ser observados bem como o lindo oratorio. Nos lados nascente e norte são os aposentos dos capellães, um official invalido, praças graduadas e arrecadações. A egreja é sumptuosa, toda revestida interiormente de variados e excellentes marmores, extrahidos das pedreiras descobertas no logar de Figueiredo, Furadouro, e outras existentes nas immediações do asylo, as quaes forneceram egualmente a bella e abundante cantaria que se observa em todo elle, tornando se mais notavel entre os marmores, o marmore preto, tirado de Pero Negro, proximo do logar da Sapataria. A egreja é do gosto romano em fórma de cruz, tendo no cruzeiro por baixo do zimborio o throno com 4 faces, e nas bazes de duas d'ellas os dois altares que possue; nos chanfros das paredes fronteiras ás 4 quinas do throno, vêem-se, em nichos apropriados, as grandes estatuas de subido merecimento artistico, feitas de marmore de Carrara, representando Nossa Senhora da Conceição, S. José, S. Thiago e Santo Antonio; ao fundo sobre a cimalha está o grupo da Gloria, apreciada esculptura, tambem de marmore; em volta da egreja, correspondendo ao andar nobre, ha, além da tribuna real, 15 tribunas. A tribuna real, que é a grande sala que fica por cima da entrada do edificio, tem tres janellas para a egreja e outras tres para a parte da rua. Ao lado d'esta sala estão outras duas que lhe dão ingresso, fronteiras ás escadarias de pedra que communicam o terceiro pavimento com o primeiro; n'aquella sala vê-se o busto do papa Leão XII, de marmore de Carrara, e alguns quadros a oleo de grande valor, sobresaindo a todos o de S. Jeronymo. Entre os diversos objectos d'arte que tem o asylo, deixados pela generosa fundadora, merece especial menção a bella e graciosa custodia, cujo desenho foi obra da princeza. E'

Custodia existente no Asylo de Runa

um primôr artistico. Tem de altura 1,m 3; é de prata dourada, cravejada de numerosas pedras preciosas; as decorações symbolisam as tres leis: natural, escripta e da graça; assim, acham-se ali representadas, a partir da base, a arca santa, por cima o livro dos sete sellos, sobre este deitado o cordeiro paschal, com 0,m 08 de comprimento, e finalmente o resplendor que contém no circulo e meia lua que está dentro d'elle, 130 brilhantes claros de diversos tamanhos, escolhidos pela princeza entre os melhores que possuia; 43 dos do circulo são grandes e os da meia lua, dos mais finos. Dos lados da arca de alliança nascem entrelaçados dois troncos de vide com as competentes parras (esmeraldas) e cachos de uva (78 amethistas roxas e 178 brilhantes), misturadas com espigas de trigo de ouro, com grãos de bellos topasios, o que juntas com outras grandes pedras d'aguas marinhas collocadas na arca, cordeiro, etc., figuram o pão, vinho e agua, partes componentes do sacrificio da missa antes da consagração. A peanha separa-se do resplendor; havendo outra mais pequena tambem de prata dourada, que serve quando a custodia tem de ser conduzida procissionalmente, por isso que aquella maior não pó

de ser levada pelo sacerdote, não só pelo peso que tem como pelo volume que faz. O asylo possue ainda uma grande profusão de alfaias e paramentos, quer para as festividades solemnes, quer para o uso quotidiano, em prata quasi toda lavrada; tem uma alampada com 1,m 25 de altura e 0,m 60 de diametro; banqueta e crucifixo, 4 relicarios, cruz e ceriaes, bacia e jarro, campainha thuribulo e naveta, vara de juiz, 5 calices dourados, 3 pyxides, 4 purificadores, sendo 2 dourados, etc. Todos estes objectos teem a firma da princeza, de um lado, e do outro as iniciaes J. M. J. Parte d'elles estão em arrecadações e á responsabilidade de dois clavicularios do conselho administrativo e do primeiro capellão, sendo permittido mostrar todos os objectos a pessoas que visitem o asylo.

Ruo. Rio da prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' um dos tributarios do Chire e marca o limite da separação das espheras de influencia portugueza e ingleza. Nasce pelo S dos montes Milange, galgando pelos rapidos de Pacumpinga, e vae entrar no Chire junto á pov. de Chilomo. O Ruo, junto da confluente e no prolongamento da sua margem esquerda, tem na volta para o Chire, do lado do territorio portuguez, a pequena ilha Chicanzo ou Malo, separada da margem por um estreito canal. Pelo occidente d'esta ilha deslisa o Chire no seu curso para o sul.

Rupía. Moeda do Grão-Mogol, que tem curso forçado na India Portugueza, equivalente a 450 reis. São bonitas e estão excellentemente cunhadas em 1903 as rupías de prata destinadas ao estado da India. D'um lado teem a effigie do rei D. Carlos; respectiva legenda o data de 1903, e do outro lado as armas reaes portuguezas, entre graciosos ramos de carvalho e loureiro, e a legenda *India Portugueza—Uma rupía.*

Russel *(D. Ricardo)*. Bispo de Portalegre e do Vizeu. N. em Inglaterra em 1630, fal. em Vizeu a 15 de novembro de 1693. Era filho de paes inglezes, mas catholicos Fez os seus primeiros estudos em França, n'um collegio dos padres da Congregação do Oratorio, e por insinuação superior passou a Portugal para ensinar a lingua ingleza á infanta D. Catharina, filha de D. João IV e irmã de D. Pedro II, depois de tratado o seu casamento com o rei de Inglaterra Carlos II, e em Lisboa, antes de entrar no serviço do paço, estudou philosophia o theologia no collegio de S Pedro e S Paulo, seminario dos inglezes catholicos. Estando já no paço ensinando inglez á infanta, a rainha regente D. Luiza de Gusmão costumava consultal-o sobre os negocios de mais ponderação. Em 1661 a rainha regente o nomeou bispo de Cabo Verde, mas D. Ricardo não acceitou a nomeação. Em 1662 acompanhou D. Catharina a Inglaterra como seu capellão mór, esmoler e sumilher da cortina, e regressando a Portugal foi nomeado bispo de Portalegre por D. Pedro II, sendo a nomeação confirmada pelo papa Clemente X. Sagrou se em 1671, tomou posse da diocese em 17 de setembro do mesmo anno, fazendo a sua entrada solemne na diocese em março de 1672. Governou aquelle bispado durante 14 annos, até que foi transferido para o de Vizeu, tomando posse por procuração em 18 de novembro de 1684, e fazendo a sua entrada solemne em 28 de abril do 1685. Fal. na quinta de Fontello, em Vizeu, e foi sepultado na capella-mór da sua cathedral, sendo o primeiro bispo que teve ali sepultura depois do accrescentamento feito pelo bispo D. João de Mello, seu antecessor. D. Ricardo Russel era homem muito illustrado, muito zeloso no cumprimento dos seus deveres e bastante caritativo. Mandou fazer na matta do convento dos religiosos franciscanos de Santo Antonio um grande terreiro circular com assentos de pedra em volta, e um cruzeiro ao centro. Ali costumava ir passar as tardes de verão conversando com os frades professos e com os noviços, distribuindo dôces, que para esse fim levava em caixas na sua carruagem. No mesmo convento fez uma grande enfermaria, e para que nada lhe faltasse, mandou um dia aos religiosos tantas canastras cheias de cobertores, lençoes, toalhas, ligaduras, panos de linho mais pequenos, etc, que os frades ficaram espantados. E com este avultado presente, mandou tambem uma importante quantia de dinheiro para louças e outras miudezas. Em signal de reconhecimento, os frades mandaram gravar n'uma lapide sobre a porta da capella da enfermaria, uma inscripção muito lisonjeira para o prelado, mas este apenas consentiu que escrevessem: *Esta enfermaria mandou fazer Ricardo, bispo de Vizeu.* Foi durante o seu governo, que se estabeleceram em Vizeu os congregados do Oratorio.

Ruvina. Pov. e freg. de N. S.ª do Rosario, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Sabugal, distr. e bisp. da Guarda; 73 fog. e 328 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Dista 11 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da margem direita do rio Côa, na estrada do Sabugal a Villa Maior. O primitivo orago d'esta freg. foi o Espirito Santo. O reitor de N. S.ª da Conceição, de Sabugal, apresentava o cura, que tinha 50$000 reis e o pé d'altar. A terra é muito fertil em generos agricolas, e cria bastanto gado. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Ruy Pires das Neves. Cabo situado na costa do distr. do Mossamedes, prov. de Angola, Africa Occidental. Fórma o extremo da margem esquerda do rio Cunene, e em algumas cartas é chamado Ruy de Pina.

Ruy Vaz. Pov. na freg de S. Lourenço dos Orgãos, no conc. da Praia, archipelago e prov. do Cabo Verde, Africa Occidental.

S

Sá. Appellido nobre oriundo da Allemanha, e consta que o primeiro individuo de que ha noticia de que o usou, foi Braz de Sá, sobrinho de Desiderio, ultimo rei da Lombardia, filho do conde D. Mendo Rousona, irmão do dito rei. D'elle procederam os condes D. Munio de Sá e D. Bermudo de Trastamara, que o livro velho das linhagens do conde D. Pedro dá a este como genro do conde D. Henrique e sua mulher a rainha D. Thereza, e aquelle como avô materno da mesma rainha. Do conde D. Bermudo procedem os Bermudes, razão porque as armas d'estes e dos Sás são eguaes, apenas com a differeuça que as dos Sás são xadrezadas de prata e azul, tendo por timbre um meio bufalo xadrezado de preto e prata com uma argola de ouro nas ventas, emquanto que os dos Bermudes são do mesmo xadrez, feito de ouro e vermelho, como eram as armas dos reis da Lombardia, mas que Braz de Sá differençou no metal e na côr, motivo porque a côr da prata das armas dos Sás excede a dos Bermudes, representando assim grande nobreza hereditaria. O bufalo foi tomado dos reis antigos da França, que costumavam usar de semelhantes timbres e insignias medonhas para causar pavor aos seus inimigos. Todos os fidalgos d'aquella illustre familia Sá, que passaram a Portugal no tempo do conde D. Henrique e de seu filho D. Affonso Henriques, vieram estabelecer se em differentes partes do reino, edificando ali os seus solares, dando áquelles logares o nome do seu appellido, especialmente no arcebispado de Braga e districto de Guimarães, onde fôram as côrtes dos nossos primeiros monarchas. Gonçalo Rodrigues de Sá foi um rico homem, que viveu desde o reinado de D. Affonso I até ao de D. Affonso II, sendo um dos que confirmaram em 1142 a doação que D. Affonso I fez do ecclesiastico de Leiria ao convento de Santa Cruz de Coimbra; casou com D. Urraca Viegas, filha de Egas Moniz, aio do referido rei, e fôram seus descendentes D. Garcia de Sá e Paio Rodrigues de Sá, ricos homens e fidalgos poderosos. D. Garcia viveu até ao tempo de D. Affonso IV, por quem foi muito favorecido pelos grandes serviços que lhe prestou, com que mereceu ser um dos vassalos de maior estimação do dito rei, tendo sido seu rico-homem e senhor de algumas terras do seu appellido na prov. do Minho, onde exerceu os maiores empregos militares, mostrando sempre o seu grande valor e o dos seus ascendentes. Paio Rodrigues de Sá, era senhor de vastos terrenos no concelho de Lafões, não constando dos nobiliarios que fôsse casado. Rodrigues Annes de Sá, rico-homem e alcaide mór de Gaia. El rei D. Fernando deu-lhe depois os direitos reaes d'esta alcaidaria e de Villa Nova, cêrca de Gaia, com a condição de o servir na guerra com certo numero de lanças, como era uso n'aquelle tempo. No anno de 1320 foi a Roma para tratar de negocios muito importantes do reino. Casou n'aquella cidade com Cecilia Colona, senhora nobre, filha de D. Diogo Colona, que fôra duas vezes senador de Roma, tendo ascendencia muito nobre. Nos descendentes da distincta familia dos Sás houve sempre em todos os tempos cavalleiros de grande valor e de reconhecida illustração, tanto nas armas como nas letras.

Sá *(Fr. Antonio de)*. Religioso da ordem de Santo Agostinho. N. no Porto, onde tambem fal. a 4 de junho de 1726. Era filho de Sebastião Martins de Sá e de Maria de Sousa. Professou no convento da Graça, no Porto, a 25 de julho de 1670. Foi doutor em Theologia e mestre no seu convento, sendo considerado um dos maiores letrados que teve a sua ordem. Exerceu o cargo de reitor no collegio da Graça, de Lisboa, e de provincial da sua ordem, eleito em 1708. Escreveu umas obras mysticas em latim, que se não imprimiram, e cujos manuscriptos se conservavam no convento da Graça, de Lisboa.

Sá *(Fr. Antonio de)*. Religioso da ordem de S. Bento. N. no Mogadouro, e fal. na Catalunha em 10 de agosto de 1550. Formou se em Canones na Universidade de Salamanca. Vindo depois para Lisboa, seguiu a carreira da magistratura, foi desembargador do paço d'el-rei D. Manuel. Tomado, porém, d'uma subita devoção n'uma viagem que fez ao estrangeiro, entrou no convento benedictino de Monserrate, na Catalunha, onde professou, e tanto se distinguiu pelos seus talentos e sciencia, que o elegeram abbade do collegio de S. Vicente, de Salamanca. D. João III o chamou depois a Portugal para o incumbir da reforma d'alguns conventos, incluindo o de Alcobaça, que governou como commendatario, prudente e zelosamente, e tambem os conventos benedictinos de Tibães, Carvoeiro, etc. No de Tibães fez reformas importantes. Por fim voltou para o seu antigo convento de Monserrate, onde falleceu. Deixou manuscriptas umas *Memorias do convento de S. Salvador, da Torre.*

Sá *(P. Antonio de)*. Jesuita. N. no Rio de Janeiro a 26 de julho de 1617, onde tambem fal. a 1 de janeiro de 1678. Entrou na Companhia de Jesus, na Bahia, professando em 1639, mostrando se logo um poeta ameno, bom prégador, erudito philosopho e theologo. Vindo a Portugal, foi pelos seus superiores mandado a Roma, onde exerceu por alguns annos o cargo de um dos secretarios do geral dos jesuitas, encarregado especialmente de escrever as cartas para a provincia do Brazil. Regressando ao reino, tornou-se um afamado prégador, o que não era muito facil na occasião em que brilhava em Lisboa o P. Antonio Vieira, o mais eminente dos oradores sagrados de todo o mundo christão. Este próprio lhe fazia grande justiça, dizendo que se não co-

nhecia a sua falta no pulpito, quando o P. Antonio de Sá o substituia. Indo depois para o Brazil, o illustre jesuita foi por dois annos mestre de theologia no collegio da Bahia, passando depois a missionar nos sertões do Rio de Janeiro, trabalho arduo que teve de abandonar por ser muito superior ás suas forças. Foi então para a capitania do Espirito Santo, e n'aquelle collegio exerceu o cargo de reitor durante tres annos, e indo d'ali para o collegio do Rio de Janeiro, adoecendo gravemente falleceu n'esse collegio. Muitos dos seus sermões fôram publicados, sendo na maior parte reimpressos, e alguns por mais d'uma vez. Mais tarde, em 1750, um livreiro reuniu os todos n'um volume, que publicou com o titulo de *Sermões do Padre Antonio de Sá, da Companhia de Jesus*. Uma parte d'esta edição ardeu no incendio que se seguiu ao terremoto de 1.° de novembro de 1755.

Sá *(Antonio Correia de)*. Jurisconsulto e magistrado. Era natural de Coimbra, filho de Duarte de Sá, um dos nossos valentes da India, e irmão do lente de medicina Jorge de Sá Soutomaior. Frequentou direito civil na Universidade de Coimbra, doutorou se, e em 1547 tomou posse da regencia d'uma das cadeiras da faculdade. Passando depois para a magistratura, exerceu os cargos de corregedor do crime da côrte e de desembargador da Casa da Supplicação. Estava imprimindo uma obra latina de jurisprudencia, que era considerada já como obra de primeira plana, quando a morte o surprehendeu, não o deixando concluir a impressão do livro.

Sá *(Antonio Francisco Moreira de)*. Professor publico vitalicio de instrucção primaria em Lisboa, por decreto de 8 de junho de 1858, com exercicio na freguezia de Santa Cruz do Castello. N. em Lisboa a 14 d'agosto de 1825, fal. em Almada a 2 d'agosto de 1880. Era cavalleiro da ordem de Christo, possuia o habito da de Aviz, e a medalha da febre amarella, por serviços prestados em 1857 quando esta epidemia assaltou a capital. Escreveu: *Um extravagante, romance original*, Lisboa, 1846, com uma estampa; fez se nova edição em 1848 e em 1862; *Novo compendio da historia de Portugal*, Lisboa, 1852; 2.ª edição, 1854; foi approvado este opusculo pelo Conselho Geral de Instrucção Publica; fizeram se novas edições, publicando-se em 1866 a 11.ª; *Recapitulação do novo compendio de historia de Portugal*, Lisboa, 1858; tambem se reimprimiu varias vezes; *Compendio de Geographia para uso dos alumnos do quarto anno do curso do Lyceu*, Lisboa, 1859; *Compendio da historia elementar para uso dos alumnos do primeiro anno do curso do Lyceu*, Lisboa, 1861; 2.ª edição, no mesmo anno; approvado pelo Conselho Geral de Instrucção Publica; *Compendio de Chorographia portugueza*, Lisboa, 1862; 2.ª edição, 1865; 3.ª, 1866; *Compendio do systema metrico;* sairam 6 edições, sendo a 1.ª em 1854 e a 6.ª em 1856; *Compendio de Orthographia;* ha 4 edições, sendo a 1.ª em 1858, e a 4.ª em 1863; *Recapitulação do Compendio de Chorographia portugueza*, Lisboa, 1862; 2.ª e 3.ª edição, 1866; *O dia 1.ª de Dezembro de 1640, com Memoria historica dos successos em Portugal desde a morte d'el rei D Sebastião até á feliz acclamação de D João IV*, Lisboa, 1861; *Compendio da doutrina christã*, Lisboa, 1864; 2.ª edição, 1865; *Novo almanach historico para o anno de 1856, e dito para 1857*; redigidos com outro collaborador; *Novo almanach de prophecias para 1859, e dito para 1860*; tem as iniciaes C. M. e M. de S; *Novo almanach de utilidade publica para 1859*. Moreira de Sá foi redactor da *Tribuna do Operario*, e do *Jornal da Associação dos Professores;* escreveu tambem varios artigos na *Revolução de Setembro*, *Patria*, *Portuguez*; no *Oriente*, jornal do Porto, e no jornal litterario de Santarem

Sá *(Antonio José da Cunha)*. Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, deputado nas côrtes de 1856. N. em Evora a 13 de junho de 1789, ou pelo menos residiu n'aquella cidade muitos annos; fal. nos principios de 1861. Escreveu: *Discurso sobre o projecto de uma fabrica de fiação de tecidos de lã na cidade de Evora, proferido em assembléa convocada para o exame do projecto*, Lisboa, 1849.

Sá *(Antonio Maria da Costa)*. Ajudante do Observatorio da Academia Real de Marinha, logar de que se demittiu, ou de que o demittiram em 1833, quando triumphou o regimen liberal, por não partilhar d'essas ideias. Era natural de Lisboa, e fal. em 30 de novembro de 1850. Era filho do professor e distincto philologo Joaquim José da Costa e Sá. Depois da sua demissão estabeleceu, como seu pae, um collegio de educação primaria e secundaria, de que foi director. Costa Sá era socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Escreveu: *Annuncios das occultações das Estrellas pela Lua visiveis em Lisboa para os annos de 1831 até 1836*, Lisboa; 6 folhetos.

Sá *(Antonio Ramalho de)*. Magistrado que em 1836 foi nomeado juiz em Moçambique, onde por duas vezes fez parte do conselho do governo, que dirigiu interinamente a administração da provincia, passando em 1838 a desembargador da Relação de Gôa, de que foi nomeado presidente em 1839, e em 1842, pela saida do governador Lopes de Lima; governou por alguns annos a India como membro do conselho do governo. Em 1848 passou para a Relação dos Açôres, aposentou-se em 1853, e fal. em Lisboa a 29 de agosto de 1860,

Sá *(Ayres de)*. V. *Nogueira e Vasconcellos (Ayres Augusto Braga de Sá)*.

Sá *(Bernardo Valentim Moreira de)*. Distincto violinista e professor. N. em Guimarães a 14 de fevereiro de 1853, sendo filho do dr. Francisco Joaquim Moreira de Sá, antigo juiz de direito, e de D. Eduarda Emilia Moreira de Sá. A sua actividade chega a ser pasmosa. E' professor da Escola Normal, lecciona particularmente, organisa concertos com os seus discipulos, dá sessões musicaes em sua casa, escreve compendios, toma parte em saraus artisticos, escreve artigos eruditos para os jornaes de musica e administra a sua casa commercial de instrumentos de musica. Moreira de Sá é um verdadeiro apaixonado pela arte musical. Foi discipulo do antigo violinista portuense Augusto Marques Pinto, e em pouco tempo se affirmou um temperamento excepcional de violinista e um espirito independente e altivo. Por esse tempo existia no Porto a Sociedade de Musica de Camara, composta de elementos bastante heterogeneos: o violinista Nicolau Ribas, o pianista Miguel Angelo, o violoncellista Casella e Marques Pinto, viola. Moreira de Sá entrou para esse grupo como segundo violino, decidido a convencer os seus collegas de que não

bastavam a satisfazer um largo ideal d'arte os invariaveis programmas de Haydn, Mozart, Beethoven, Schumann, Chopin, etc. O moço executante queria mais: que se variassem os concertos, que se revelassem a artistas e a amadores os mais notaveis compositores estrangeiros, que se fizesse, emfim, qualquer cousa de novo para que não se dissesse que o Porto, onde sempre houve uma tendencia especial para a musica, não avançava nem mostrava desejos de progredir. A audacia escandalisou os mais rotineiros e, passados tempos, a Sociedade compunha-se de elementos novos, sendo Miguel Angelo e Casella substituidos por Alfredo Napoleão e Cyriaco Cardoso. Estes mesmos um dia sairam, porém Moreira de Sá, que não era homem para succumbir, reconstituiu o grupo com Casella, que voltara de Hespanha, e com os seus discipulos Henrique Carneiro e B. Gouveia. Quando estiveram no Porto os notaveis artistas estrangeiros Esipoff, Sophia Menter, o violoncellista Popper, os violinistas Sarasate e Sauret, Moreira de Sá soffreu a influencia d'esses grandes artistas, iniciando-se a renovação que os seus estudos das obras dos mestres eminentes tinham já devidamente preparado. Emprehendeu uma viagem á Allemanha e á França, recebendo as lições do grande mestre de violino, Joachim, ouvindo os musicos notaveis e seguindo as representações de Bayreuth. Com o pianista Vianna da Motta percorreu as principaes cidades da America, obtendo em todas ellas os mais enthusiasticos applausos. Na direcção do *Orpheon Portuense* tem affirmado a sua grande actividade e competencia, organisando concertos deveras notaveis, para os quaes tem contratado os artistas mais illustres do estrangeiro. Moreira de Sá é tambem um bom professor. Ensina musica e linguas, e publicou as seguintes obras didacticas: *Tratado de arithmetica*, com um prefacio do professor de mathematica, dr. Gomes Teixeira; *Selecta franceza; Collecção de themas de francez; Primeiro livro de francez*, etc.

Sá *(Diogo de)*. Valente official que serviu na India com grande bravura, e que foi ao mesmo tempo escriptor e erudito, distinguindo-se como jurisconsulto, mathematico e theologo. Serviu 12 annos no Oriente, distinguindo-se na batalha naval de Chaul em 1528, em que foi o primeiro que investiu com o inimigo; em 1529 na tomada de Baçaim, e na tomada da ilha do Beth em 1531 por Nuno da Cunha. Em 1530 impuzera pazes ao Scheick de Aden, e na costa de Coromandel castigou severamente os musulmanos. Era especialmente muito perito na arte de navegação e não duvidou discutir com o grande astronomo Pedro Nunes n'um livro que escreveu, intitulado *De Navigatione*, dedicado a D. João III e impresso em 1549. Imprimiu tambem em 1552 um tratado de jurisprudencia sobre o direito de progenitura. Estas duas obras fôram publicadas em Paris, e não se sabe, se tambem foi ali impressa uma obra de caracter theologico, intitulada *Tratado dos ecclesiasticos e seculares*, que foi incluida no *Indice Expurgatorio*, de D. Fernão Martins de Mascarenhas.

Sá (*Duarte de*). Director do Conservatorio de Lisboa. N. em Lisboa em 1823, onde tambem fal. em 31 de agosto de 1876. Era filho do conselheiro Duarte Cardoso de Sá, que foi celebre em Lisboa, assim como seu filho, pelos bons ditos e calembourgs. Foi educado em Paris, e regressando a Portugal convivia com a melhor sociedade lisbonense, mostrando sempre grande enthusiasmo pelo theatro. Seu pae era um distincto amador dramatico, e na sua quinta do Pinheiro, a Sete Rios, construira um pequeno theatro, onde se representaram pela primeira vez peças de Garrett, que gostava de ensaiar assim perante um publico escolhido, o effeito dos seus dramas, e que a essa prova sujeitou o *Fr. Luiz de Sousa*, peça em que o joven Duarte de Sá entrou, e até o proprio Garrett. O seu enthusiasmo pela arte dramatica o levou a estudar profundamente os principios de declamação e de arte de representar, chegando a formar um systema perfeito e completo, que lhe serviu para formar alguns discipulos excellentes, quando foi professor do Conservatorio. Cultivava com paixão *o calembourg*; era n'elle uma tendencia hereditaria, e em todas as peças que imitou do francez para o theatro, sempre mettia um grande numero de *calembourgs*. Algumas d'ellas agradaram bastante, como: *Uma hora no Cacem*, *Maria da Fonte ou a Bernarda na rua*, *Um prato d'ovos mexidos*, *Luiza*, *O mealheiro*, *Cinco pés e tres pollegadas*, *Crescente na lua de mel*, *Duas lições n'uma só*, *Um par de mortes ou a vida d'um par*, *Por um cabello*, *Os filhos do delirio*, *O Anjo da meia noite e um quarto*, *Trabalhos em vão*, *O corsario Caldeira*, etc. Traduziu tambem *La Vie parisienne*, opera burlesca, com o titulo de *O Viver de Paris*, que se representou na Trindade com grande successo. Escreveu muitas cançonetas comicas, que o actor Taborda desempenhou, entre ellas: *Dois primos*, *Boas razões*, *Os corcundas*, etc. Era admiravel ensaiador, seguindo um methodo perfeito, que conduzia os actores a uma harmonia de desempenho verdadeiramente admiravel. Duarte de Sá fôra nomeado director do Conservatorio e consagrava ao desenvolvimento d'esse estabelecimento de instrucção artistica toda a sua actividade, quando morreu quasi de repente, contando apenas 53 annos de edade. Por occasião da sua morte, escreveu Pinheiro Chagas, que o nome de Duarte de Sá devia conservar-se como o de um dos mais scintillantes e graciosos espiritos que brilharam na sociedade portugueza do seculo XIX.

Sá *(Estacio)*. Primeiro fundador da cidade do Rio de Janeiro. Era sobrinho do governador geral do Brazil Mem de Sá *(V. este nome)*. Os francezes da expedição calvinista dirigida por Nicolau Durand de Villegaignon desde 1555 até 1558, continuavam a occupar a bahia do Rio de Janeiro e com projectos de desenvolvimento e extensão de conquista. O governador geral do Brazil Mem de Sá os bateu completamente em 1560, tomou lhes e destruiu o forte *Caligney* ou *Villeganion*, mas nem pôde perseguil-os, vendo-os fugir da ilha d'esse nome para o continente, onde os tamoyos seus alliados os asilaram em florestas visinhas, nem por grande falta de recursos e de gente, deixar no Rio de Janeiro povoação portugueza fundada. Os francezes voltaram ao forte perdido, e levantaram outros em ilhas e no continente. O governo portuguez informado de similhantes factos, mandou Estacio de Sá, com forças mais do que insufficientes para o Brazil, e com a difficilima tarefa e grande responsabilidade de expulsar os francezes do Rio de Janeiro e fundar ahi uma cidade, ou estabelecimento colonial per

manente. Estacio de Sá chegou á Bahia com dois galeões, debaixo do seu commando, mas quasi sem soldados, em 1564, e teve de esperar alguns mezes a organisação da força expedicionaria, que seu tio, com o maior empenho mas á custa de muito trabalho e sacrificios, conseguiu emfim entregar ao seu commando. Em janeiro de 1565 saiu do porto da Bahia, chegou no mez seguinte ao Rio de Janeiro; examinando, porém, as fortalezas do inimigo, reconheceu que era pouca a gente que trazia, e insufficiente o numero de barcos de remos postos á sua disposição; navegou para Santos, onde ficou até ao principio do anno seguinte, emquanto lhe chegavam da Bahia e da capitania do Espirito Santo recursos e auxiliares. A 20 de janeiro de 1566 seguiu de novo para o Rio de Janeiro; a 1 de março surgiu á barra d'este nome e fez desembarcar as suas forças, fortificando-se no sitio que demora entre o Pão d'Assucar e o morro de S. João, e ahi lançou os fundamentos da projectada cidade, a que deu o nome de S. Sebastião. Até ao fim de 1566 portuguezes ajudados por indios auxiliares, e francezes por um numeroso concurso de tamoyos, seus alliados, encontraram-se em diversos combates parciaes, sangrentos, mas infructiferos. Mem de Sá, informado pelo jesuita José de Anchieta da critica situação em que se achava o sobrinho, foi em seu soccorro com outra expedição, e chegando ao Rio de Janeiro a 18 de janeiro de 1567, no dia 20, o de S. Sebastião, encetou as operações atacando a praça de Uruçumirim, que foi tomada depois de porfiada e terrivel peleja. Batendo se, como sempre, com a maior bravura, Estacio de Sá recebeu n'esse ataque uma flexada no rosto. Os francezes fôram completamente derrotados, e expulsos do Rio de Janeiro aquelles que escaparam da morte e puderam fugir com os tamoyos, ou para bordo de suas naus. Estacio de Sá morreu a 20 de fevereiro seguinte, em consequencia dos ferimentos, e o seu cadaver foi sepultado na modesta ou mesmo rude egreja de S. Sebastião, que interinamente erguera no seu povoado. Quando se fundou a cidade, e a egreja de S. Sebastião no monte, depois chamado do Castello, fôram trasladados para esta os despojos mortaes de Estacio de Sá, ficando depositados n'um tumulo na capella mór.

Sá *(Faustino Sebastiano Costa)*. Sargento mór de infantaria, cavalleiro da ordem de Christo, etc. Foi discipulo extraordinario da Academia militar da Côrte, sendo promovido em 14 de junho de 1768 ao posto de ajudante de infantaria com exercicio de engenheiro, para servir por 6 annos na ilha da Madeira. A mercê da ordem de Christo foi-lhe concedida em 1795, por decreto de 30 de março, em que se ordenava, que a ceremonia de o armar cavalleiro professo, fôsse celebrada na sé cathedral do Porto. Esta mercê era concedida com 12$000 reis de tença. Em 26 de novembro de 1796 foi nomeado governador do castello de Lobelha. Na collecção Pombalina, existente na Bibliotheca Nacional de Lisboa, encontra se um manuscripto, luxuosamente encadernado, com este titulo: *Pratica da geometria sobre o papel e sobre o terreno, de Sebastião Leclerc, que traduzida do idioma portuguez, dedica e consagra ao ill.mo e ex.mo sr. Marquez Secretario de Estado Faustino Sebastiano da Costa e Sá, ajudante de infantaria com exercicio de engenheiro e ajudante das ordens do governador e capitão general da ilha da Madeira.* Este titulo dentro d'um lindo frontispicio. A dedicatoria é datada de Lisboa a 13 de maio de 1744. Bella calligraphia, e desenhos á penna bem executados.

Sá *(Fernando de)*. Filho do celebre governador do Brazil Mem de Sá. Foi enviado por elle como commandante da expedição mandada em soccorro dos colonos da villa do Espirito Santo perseguidos pelos indios. Fernando de Sá deu batalha aos selvagens, derrotou-os completamente, matando-lhes um grande numero de chefes, mas ficou tambem morto no campo da batalha. Essa victoria, porém, foi decisiva, porque os indios não tornaram a salteiar a nascente villa do Espirito Santo.

Sá *(Francisco Diogo de)*. Capitão tenente de marinha. N. em 14 de janeiro de 1864. Assentou praça em 10 de novembro de 1882, sendo despachado guarda-marinha em 29 de setembro de 1884, e promovido a 2.º tenente em 28 de outubro de 1887, a 1.º tenente em 7 de novembro de 1891, e a capitão tenente em 27 de fevereiro de 1902. Fez a estação naval de Angola, desde novembro de 1884 até dezembro de 1887; serviu nas corvetas *Rainha de Portugal* e *Affonso d'Albuquerque;* canhoneiras *Zaire* e *Sado*, vapor *Julio de Vilhena*, e na esquadrilha de operações do districto do Congo. Durante algum tempo exerceu as funcções de consul interino de Portugal nos Estados Livres do Congo, assumindo em março de 1890 o commando interino do vapor *Vilhena*. Depois foi successivamente nomeado commandante da canhoneira *Açôr*, fiscalisação das costas dos Açôres; ajudante do corpo de alumnos da armada, adjunto da 1.ª repartição do conselho do almirantado e commandante do vapor *Neves Ferreira*. Recebeu muitos louvores pela fórma como desempenhou todas as commissões, principalmente por occasião da expedição a Luissanga, em 1885; da escolha de local para a collocação de um pharol na ilha do Principe, do grande desastre occorrido em março de 1889, a bordo da barca baleeira *Sea Fare*, fundeada na Esquininha; dos bons serviços prestados, como commandante do *Açôr*, para evitar a invasão da cholera na Horta e a emigração clandestina, etc. Um dos seus serviços mais importantes, e com risco da propria vida, foi em 1896, quando era commandante da lancha canhoneira *Neves Ferreira*. Levando esta lancha canhoneira a reboque a *Fex* e a *Capello*, saíram no dia 1 de setembro pelas 2 horas da madrugada de Lourenço Marques. Pelas 5 horas levantou-se um fortissimo pé de vento, o que surprehendeu toda a gente de bordo, que largára a barra em excellentes condições. O mar agitou se fortemente, e em tão critica situação se viram os tres navios, que pelas 8 horas da manhã se reuniu o conselho de officiaes, deliberando-se por unanimidade seguir ávante e tentar a entrada pelo Limpopo, visto ser impossivel retroceder. A principio tentou se fazer entrar só a *Neves Ferreira*. Diogo de Sá, porém, n'uma subita inspiração, resolveu antes entrar a reboque no rio, ou então irem todos para o fundo. Foi coroada do melhor exito esta arrojada tentativa, um verdadeiro feito heroico que salvou d'uma morte certa mais de 100 homens, e da perda total os tres navios. Na campanha de Lourenço Marques, em que a marinha auxiliou poderosamente a expedição do exercito, tambem muito se distinguiu pela sua bravura e intrepidez.

Em 1909 era Diogo de Sá adjunto á majoria general e vogal da 2.ª secção de estudos do Conselho General da armada Possue as seguintes honras: official da ordem da Torre e Espada; cavalleiro da de Aviz por serviços distinctos; as medalhas de prata de valor militar, de bons serviços, comportamento exemplar, serviços distinctos no ultramar, e das campanhas de Ultramar; a medalha de ouro tambem por serviços distinctos do ultramar.

Sá (*Francisco de Mattos de*). Escriptor do seculo XVII, natural de Freixo de Espada á Cinta. Era de nobre familia, e compoz um grande numero de poesias que lhe valeram, no seu tempo, a reputação de insigne poeta. Em 1620 imprimiu o *Livro de Nossa Senhora do Desterro* e o *Tratado da pura Conceição da Virgem*. Ambas escriptas em verso. Tambem escreveu em hespanhol, e publicou tambem em 1620, o seguinte opusculo: *Entrada y triumpho que la ciudad de Lisboa hizo a la C. R. M. d'el rey D. Filippe tercero de las Españas, y segundo de Portugal, etc.*

Sá (*Garcia de*). Governador da India, successor de D. João de Castro. Partiu a primeira vez para o Oriente em 1518 com Diogo Lopes de Sequeira; foi promovido no posto de capitão de Malaca, e antes de tomar posse d'esse logar, tratou de estabelecer relações commerciaes entre os portuguezes e os habitantes das Molucas, relações commerciaes importantissimas, porque d'essas ilhas é que eram originarias as tão ambicionadas e cobiçadas especiarias. Tomou posse a 28 de junho de 1522 do governo de Malaca, e exerceu-o durante o governo de D. Duarte de Menezes, regressando ao reino no fim dos tres annos regulamentares. Em 1527 voltou outra vez á India na companhia do governador Nuno da Cunha, indo provido de novo na capitania de Malaca. Levantaram-se contra elle grandes intrigas, da segunda vez que esteve como governador em Malaca, por isso mesmo que era honesto, intelligente e austero cumpridor dos seus deveres. Ora, se havia sitio no Oriente onde essas qualidades despertassem maior hostilidade, era sem duvida em Malaca, porque ferviam ali as intrigas e se accumulavam os aventureiros sôffregos de riquezas e inimigos de todo e qualquer jugo ou repressão. Como de costume tambem em Lisboa se attendeu a essas intrigas, e chegou a ir ordem para que se sequestrassem os bens de Garcia de Sá e para que elle viesse preso para o reino A injustiça era, porém, tão flagrante que Nuno da Cunha não cumpriu a ordem, e quando Garcia de Sá terminou o seu tempo de governador de Malaca, deu-lhe o commando da nova fortaleza de Baçaím, commando em que lhe succedeu Ruy Lourenço de Tavora em 1539. Dissiparam-se tambem os preconceitos da côrte contra Garcia de Sá, que chegou a receber a nomeação de governador de Ormuz, nomeação que não acceitou, pedindo que a transferissem para um dos seus dois genros D. Antonio de Noronha ou Manuel de Sousa de Sepulveda. Foi o primeiro o contemplado. Garcia de Sá era effectivamente pae de duas filhas casadas, sendo uma d'ellas a mulher de Manuel de Sousa de Sepulveda, D. Leonor, a tragica protagonista do naufragio do galeão *S. João*, do *naufragio Sepulveda* contado por Luiz de Camões nos *Lusiadas*, e a que Jeronymo Côrte Real consagrou o seu mais dramatico e mais notavel poema. Garcia de Sá achava se em Gôa no anno de 1548, quando falleceu D. João de Castro, sendo então já bastante edoso. Abertas as vias de successão encontrou-se o seu nome como o do governador que devia succeder-lhe. Tomou posse do governo no dia 7 de junho d'esse anno, e tornou-se logo extremamente bemquisto dos portuguezes, porque era muito expedito nos seus despachos, e porque trazia sempre os soldos pagos em dia, pelo menos quanto possivel. Tendo servido na India por espaço de 30 annos, Garcia de Sá bem sabia os inconvenientes que resultavam da demora nos despachos que fazia com que andassem pretendentes annos e annos requerendo em Gôa a paga dos seus serviços, e os inconvenientes mais graves ainda que provinham do atrazo dos soldos, que justificava todas as piratarias que deshonravam os portuguezes e que apressaram a queda do nosso dominio. Infelizmente Garcia de Sá pouco tempo governou. Celebrou a paz com a Hidal Khan e falleceu logo depois d'um anno de ter tomado posse, em 13 de junho de 1549.

Sá (*J. Custodio de*). Artista do seculo XVIII, de que apenas se conhece pela indicação que o patriarcha D. Francisco de S. Luiz Saraiva dá de uma estampa que viu, datada de 1750, e assignada por este nome, assim como na *Descripção dos funeraes de D. João V*, encontrou tambem vinhetas e estampas assignadas pelo mesmo nome.

Sá (*João de*). Um dos companheiros de Vasco da Gama na viagem que deu em resultado o descobrimento do caminho maritimo para as Indias, sendo escrivão da nau *S. Raphael*, que ia commandada por Paulo da Gama Em Calicut foi um dos 12 homens que acompanharam Vasco da Gama na sua primeira visita ao Samori. Foi elle que, quando os portuguezes entraram n'um templo, e suppondo se n'uma egreja christã, ajoelharam e rezaram, fez a seguinte observação chistosa: «Note-se que se estes idolos são diabos, a minha reza é dirigida ao verdadeiro Deus», observação que fez rir com vontade Vasco da Gama. Foi João de Sá um dos felizes que voltaram a Portugal, e foi a elle que Vasco da Gama confiou nos Açôres o commando do seu navio, quando, mettendo-se n'um navio que fretara, partiu para Lisboa. João de Sá foi depois nomeado thesoureiro da Casa da India.

Sá (*João Rodrigues de*). Um dos valentes companheiros d'armas do mestre de Aviz. Era filho de Rodrigues Annes de Sá e de sua mulher Cecilia Colona. Foi o 1.º alcaide-mór do Porto, senhor das terras do Barreiro, Cever, Neiva, Aguiar, Mattosinhos, do Castello de Lindoso e de Gaia. Quando em 1385 o rei de Castella pôz cêrco a Lisboa, um dos meios que tentou empregar para se assenhorear d'esta cidade, foi o entender-se com alguns dos defensores de Lisboa, e chegou a ajustar com D. Pedro de Castro a entrega do lanço de muralha que estava confiado á sua guarda. João Lourenço da Cunha, primeiro marido de D. Leonor Telles, que estava no segredo d'essa conspiração, adoecendo de molestia grave, sentiu remorsos e confiou ao confessor que entrava n'uma trama contra o Mestre de Aviz, e para obter a absolvição accedeu ás instancias do padre, que era ardente patriota, e revelou tudo, dando assim ensejo a que se frustrasse o plano dos castelhanos. Vendo falhar este meio, D. João de Castella quiz de novo tentar a fortuna das armas, e resol-

veu tomar as galés portuguezas que estavam varadas em terra. Para esse fim ordenou que a esquadra procurasse apoderar-se d'ellas, porque ficavam habitualmente pouco guarnecidas, ao passo que o conde de Mayorca por terra daria um assalto para dividir a attenção e as forças dos defensores. Falhou o projecto, graças á intrepidez do Mestre de Aviz e de muitos dos seus fidalgos, entre os quaes se distinguiu João Rodrigues de Sá, que vindo do Porto a soccorrer Lisboa, fez prodigios de valor, repellindo elle só, ajudado por um escudeiro, os castelhanos d'uma galé que já tinham empolgado, recebendo 15 feridas, uma das quaes no rosto, e sendo recebido nos braços do seu principe entre vivas e applausos d'uma nação, e com terror da outra. Por estes feitos tornou se geralmente conhecido o ousado fidalgo pelo nome de *Sá das galés*. Na batalha de Aljubarrota procedeu com grande valor, e depois quando o Mestre de Aviz foi contra Guimarães, que estava da parte de Castella, João de Sá acompanhou-o tambem distinguindo-se ainda pela sua bravura, sendo outra vez ferido gravemente. Não se esqueceu D. João I de o recompensar por tão heroica valentia e tão provada dedicação, e além de outras mercês e honras que concedeu ao seu companheiro d'armas, quando organisou a sua casa, escolheu o para seu camareiro-mór, cargo que continuaram a servir os seus descendentes João Rodrigues de Sá foi a Roma como embaixador, sendo papa Bonifacio IX, e vencendo grandes difficuldades conseguiu a dispensa para o casamento de D. João I, a que obstava o ser mestre e cavalleiro professo da ordem de Aviz. Falleceu em 29 de dezembro de 1390.

Sá *(Joaquim José da Costa)*. Philologo distincto, e que sobretudo se tornou notavel pelas suas edições de classicos latinos. N. em Lisboa em 1740, ou pouco depois, onde tambem fal. a 7 de junho de 1803. Dedicando se ao magisterio foi por largos annos professor regio de latim, lingua em que fôra discipulo do erudito P. Antonio Pereira de Figueiredo. Como a escassa remuneração que na qualidade de professor recebia, não lhe chegava para sustentar a sua numerosa familia, pois era casado com D. Anna do Nascimento Rosa de Oliveira Villas Boas, prima do arcebispo de Evora D. Fr. Manuel do Cenaculo Villas Boas, e tinha 8 filhos, estabeleceu em sua propria casa um collegio de educação, que elle dirigia, d'onde sairam muitos discipulos que lhe deram honra. Em attenção aos seus muitos serviços prestados á instrucção portugueza, obteve o logar de official da secretaria de Estado dos negocios da marinha, por aviso de D Rodrigo de Sousa Coutinho, de 11 de fevereiro de 1799. Era socio correspondente do numero da Academia Real das Sciencias. Tempos depois da sua morte as suas filhas requereram uma pensão em premio dos serviços de seu pae, e o governo mandou o requerimento a informar á Academia Real das Sciencias. Seu filho Manuel Maria da Costa e Sá, que n'esse tempo tambem já era socio da Academia, elaborou um Catalogo das obras completas de seu pae, que apresentou áquella sociedade scientifica em 1814, e José Bonifacio de Andrade e Silva, que era então secretario da academia, dando informação em janeiro de 1815 a respeito dos meritos do fallecido Costa e Sá, punha em relevo os serviços que elle prestara como professor de latinidade, com as edições dos classicos, com a publicação dos *Diccionarios*, e o apreço em que tinham sido tidos por illustres estrangeiros como Brunck e outros, alguns dos trabalhos do eminente latinista, que correm impressos. Bibliographia: Obras impressas: *Diccionario italiano e portuguez, extrahido dos melhores lexicographos*, etc., dedicado ao marquez de Pombal; 2 tomos; Lisboa, 1773 e 1774; *Elogio dedicado ao ill.mo e ex.mo sr. Marquez de Pombal no seu dia natalicio*, Lisboa, 1774; *Processo verbal do que se passou no throno de justiça, que el-rei Luiz XVI celebrou em Paris, a 12 de novembro de 1774*, Lisboa, 177-; esta traducção foi mandada fazer por ordem do governo; *Diatribes criticas sobre a latinidade poetica, extrahidas das obras de João Jorge Walquio, illustrada com muitas notas*, Lisboa, 177-; *Exercitationes grammatica-historico criticae de litteris humanioribus*, etc., Lisboa, 1775; fôram uns exames publicos de lingua latina, que se fizeram no Collegio dos Nobres no outono de 1775 com toda a solemnidade; *Rerum gestarum ad Beatissimae Virginis Matris Jesu Die VII Idus Junius Anno MDCCLXXV*; *Statua Josepho I posita Descriptio*, etc., Lisboa, 1775; anda tambem *na Academia celebrada pelos religiosos da ordem terceira*, etc.; *Letras apostolicas da extensão do jubileu universal, celebrado em Roma em 1775*; *traducção do original latino*, Lisboa, 1776; esta traducção foi lhe encarregada por ordem superior; *As particulas da oração latina, illustradas e expendidas na lingua portugueza, com observações criticas e philologicas*, Lisboa, 1776; *O heroismo da Amizade, David e Jonathas; poema traduzido do francez do abbade Bruté; seguido de outras traducções e fragmentos*, Lisboa, 1778; *Nova edição*, 1819; *O officio da Semana Santa em portuguez e latim*, Lisboa, 1779; reimprimiu-se varias vezes em diversos formatos; *Odes de Quinto Horatio Flacco, principe dos lyricos romanos, traduzidas em portuguez com o texto em frente, enriquecidas de notas e commentarios* etc.; 3 tomos, Lisboa, 1780; *Selecta das Epistolas familiares de Cicero: com um prefacio latino*, Lisboa, 1784; *segunda edição retocada e augmentada*, Lisboa, 1787, mais tarde impressa, em 1790; *Nouvelles aerologiques*; este opusculo, segundo umas cartas encontradas na Bibliotheca de Evora, foi composto uma semana antes do entrudo de 1785, sendo-lhe encommendado por Fr. Luiz de Monte Carmello, da parte do arcebispo de Thessalonica, em nome da rainha D. Maria I; pretendia se figurar uma noticia vinda de França sobre os globos ou balões aerostaticos, em que se discutisse a sua utilidade ou inutilidade, e se mostrasse já o bom exito de uns, já o mau exito de outros, etc.; foi impresso em folheto n'uma typographia dirigida, ao que parece, por Manuel José da Guerra, mas com tal disfarce, que parecia ter sido impressa em França. Tiraram-se sómente 18 exemplares, dos quaes o autor não pôde alcançar nem um sequer, nem mesmo dizendo ao Guerra que o destinava para brindar o bispo de Beja, Cenaculo Villas Boas; *Publia Virgilii Maronis Opera*; são as obras de Virgilio, illustradas com notas seletas, analyses e exercitações rhetoricas, etc., Lisboa, 1786; 2 tomos; *Segunda edição mais augmentada*, Lisboa, 1789; 3 tomos; foi ainda reimpressa de 1804 a 1806; *Diccionario das linguas*

franceza e portugueza, composto pelo capitão Manuel de Sousa, de novo coordenado, colligido e augmentado pelas taboas da Encyclopedia, etc., Lisboa, 1786, 2 tomos; *segunda edição* em 1809, dirigida e preparada pelo dr. Vicente Pedro Nolasco, que lhe accrescentou alguns termos e phrases, e especialmente a technologia chimica e botanica; *Synopse dos concilios vertida de latim em portuguez;* Lisboa, 1786; *Horatio*, Tomo I, *que contém os cinco livros das odes, illustradas com eruditas notas*, etc., Lisboa, 1787, reimpresso em 1805; tomo II, *que contém as epistolas e sátyras, illustradas com commentarios selectos*, etc., Lisboa, 1791; *Instrucção christã d'um menino pobre, ou cartilha em francez e portuguez, para educação e ensino dos filhos dos condes d'Obidos*, Lisboa, 1787; *Comedias de Terentio, enriquecidas de notas dos melhores philologos e criticos, com indices, prologo, e a interpretação dos vocabulos antigos, e phrazes mais raras na lingua portugueza*, etc., Lisboa, 1787; *Cornelio Nepote: vidas dos excellentes capitães da Grecia, illustradas com notas em latim, e um indice philologico, acompanhado da explicação portugueza, Lisboa*, 1787; reimpresso e consideravelmente augmentado, 1792; *Elogio latino ao principe do Brazil o sr. D. João, por occasião dos exames publicos feitos na aula do autor*; Lisboa, 1789; *C. Sallustii Crispi Opera, etc., com notas selectas de varios criticos, indices e explicações*, etc., Lisboa, 1790; *Eutropio, breviario da historia romana, illustrado com amplas notas na lingua portugueza*, etc., Lisboa, 1790; reimpresso com muitas correcções e augmentos, 1803; *Phoedri Augusti Liberti Fabulae Esopicae*, etc., com prefacção, indice dos vocabulos, etc., Lisboa, 1785; reimpresso com accrescentamentos e correcções, 1790; *Cicero: Os officios; Catão maior, ou de Senectute; Lelio, ou de Amicitia; Paradoxos e Sonho de Scipião; illustrado com notas, e um discurso preliminar e critico em portuguez*, Lisboa 1791; *Dissertação sobre os exercicios da eloquencia, ou pura latinidade e verdadeira imitação de Cicero, adornada com notas*, etc., Lisboa, 1791; *Arte poetica, ou epistola de Q. Horacio Flacco aos Pisões, vertida e ornada no idioma vulgar, com illustrações, notas, e regras analyticas*, Lisboa, 1794; *Diccionario portuguez francez latino, novamente compilado* etc., Lisboa, 1794; *Inscripções latinas para se gravarem na ermida da ex.ma sr.a D. Maria Francisca*; impressas sem designação de logar nem de anno. As edições citadas dos classicos latinos dirigidas por Costa e Sá, obtiveram no seu tempo, e ainda depois, geral acceitação e fôram todas varias vezes reimpressas. Elle proprio as vigiava, empregando todos os seus recursos e o conhecimento que tinha da arte typographica, para que saissem tão acuradamente feitos, quanto era possivel. As seguintes obras ficaram por completar, por causa da morte do autor. *Novos Thesauros, isto é, Novo Thesouro, ou grande Lexion latino e portuguez* etc.; foi começado em 1789; *Diccionario francez-portuguez latino*, que devia seguir-se como segunda parte ao já citado, tambem ficou interrompido na letra C.; *Lectiones latinae delectandis*, etc., isto é, *Ensaios ou lições da lingua latina*, etc.; imprimiu-se toda a parte latina, e da versão portugueza o capitulo 1.º e parte do 2.º. Das obras manuscriptas que deixou concluidas, veem muitas mencionadas no vol. IV do *Diccionario bibliographico*, a pag. 101 e 102.

Sá *(Fr. José)*. Religioso da ordem dos eremitas descalços de Santo Agostinho, organista, compositor e cantochanista. N. em Tavira no anno de 1801, fal. em 9 de setembro de 1886. Estudou musica e sciencias ecclesiasticas na sua terra natal, e depois de professar, exerceu em Lisboa o logar de organista no convento da Graça, onde tambem foi professor de philosophia e de cantochão. Escreveu alguma musica sacra e pequenos trechos para piano. Era de caracter muito bondoso, e apesar de ser pobre, quando fôram extinctas as ordens religiosas, ensinava gratuitamente piano e canto.

Sá *(José Anastacio da Costa)*. Official da secretaria da marinha, logar em succedeu a seu irmão mais velho Joaquim José da Costa e Sá *(v. este nome)*. N. em Lisboa, e fal. entre os annos de 1820 e 18 5. Escreveu: *Triumpho da Innocencia, poema*, Lisboa, 1785; 2.ª edição que saiu com o titulo seguinte: *Triumpho da Innocencia, poema epico ao serenissimo sr. D. José, principe do Brazil, por José Anastacio da Costa e Sá, Lisbonense*, Lisboa, 1827; *A Religião, poema de Mr. Racine, vertido do francez*, Lisboa, 1791; *Principios elementares da arte diplomatica*, Lisboa, 1797; *Atlas moderno, para uso da mocidade portugueza*, etc., *com um tratado da esphera... traduzido do francez*, Lisboa, 1797, com 24 estampas; *nova edição*, 1812, sem declaração do nome do traductor; *A S. A. R. o serenissimo sr. D. João, principe do Brazil*, monologo; Lisboa, sem data, mas sabe-se que é de 1793; *A S A R. a serenissima sr.a D. Carlota Joaquina, princeza do Brazil, monologo*, idem; *A S. A. R. a serenissima sr.a D. Maria Benedicta, princeza viuva do Brazil*, idem. Pela mesma occasião publicou tambem tres pequenas epistolas em versos latinos, dirigidos á mesma princeza, a D. Fr. Manuel do Cenaculo e ao dr. Francisco Tavares. Escreveu mais: *Tagideas, ou festas do Tejo na gloriosa acclamação do sr. rei D. João IV, poema dramatico para musica*, Lisboa, 1803; *A ilha de Thétis; poema dramatico para musica; consagrado á majestade augusta da senhora D. Maria I, rainha de Portugal*, Lisboa, 1786.

Sá *(José Antonio de)*. Doutor em leis pela Universidade de Coimbra e oppositor ás cadeiras da mesma faculdade, etc. Era natural de Bragança e fal. a 14 de fevereiro de 1819, em edade muito avançada, na quinta do Pinheiro, que possuia a Sete Rios, sendo sepultado na capella da mesma quinta. O dr. José Antonio de Sá recebeu o grau de doutor em 16 de maio de 1782. Tendo pensado em seguir o magisterio, resolveu depois dedicar-se á magistratura, e foi nomeado juiz de fóra de Moncorvo. Mais tarde exerceu o cargo de desembargador da Relação do Porto. Nos primeiros annos do seculo XIX foi nomeado superintendente geral das Décimas da Côrte do Reino, cargo creado de novo, para cujo desempenho estabeleceu na sua propria casa uma especie de tribunal, e d'ali expedia ordens para toda a parte em nome do soberano. Supprimindo-se este logar no fim d'algum tempo, exerceu outro similhante, sob a denominação mais restricta de superintendente geral das Décimas de Lisboa e seu termo, com jurisdicção sobre os 6 magistrados a quem incumbia essa arrecadação na capital. Conservou-se no exercicio d'este logar até á data da sua morte. Foi tambem juiz conservador da *Real Companhia do novo estabelecimento para a creação e torcidos das*

sedas mandado organisar por alvará de 6 de janeiro de 1802. Tambem accumulava um logar de director da Real Fabrica das Sedas e Aguas Livres. O dr. José Antonio de Sá era conselheiro honorario da Fazenda, por decreto de 3 de dezembro de 1811, cavalleiro professo da ordem de S. Thiago da Espada e socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Bibliographia: *Compendio de observações, que fórmam o plano da viagem politica e philosophica que se deve fazer dentro da patria*, Lisboa, 178?; *Tratado sobre a origem e natureza dos testamentos, deduzido dos principios mais solidos dos direitos divinos, natural, civil, publico e das gentes, em que se analysa a politica dos antigos povos, e se refutam as opiniões dos mais célebres doutores publicistas e civilistas*, Lisboa, 178?; *Elogio funebre do ill.^mo^ e ex.^mo^ sr D. Antonio Rolim de Moura, conde de Azambuja, tenente general*, etc., Lisboa, 1784; *Dissertações philosophico politicas sobre o tracto de sedas na comarca de Mcncorvo*, Lisboa, 1787, com uma estampa; é uma obra curiosa para o estudo d'este ramo de industria em Portugal; *Oração congratulatoria pela fausta occasião de ser elevado á alta dignidade de patriarcha de Lisboa o ex.^mo^ e rev.^mo^ sr. D. José Francisco de Mendonça*, etc., Lisboa, 178?, *Instrucções geraes para se formar o cadastro, ou o mappa arithmetico politico do reino, feitas por ordem de S. A. o Principe Regente nosso senhor*, Lisboa, 1801; *Demonstração analytica dos barbaros e inauditos procedimentos adoptados como meio de justiça pelo Imperador dos Francezes para a usurpação do throno da serenissima Casa de Bragança, e da real corôa de Portugal, etc.*, Lisboa, 1810; esta obra saiu de novo e muito mais accrescentada, com o titulo: *Defeza dos direitos nacionaes e reaes da Monarchia Portugueza*, Lisboa, 1816; 2 tomos; este livro excitou a veia humoristica do P. José Agostinho de Macedo, que na *Besta esfolada* se divertiu largamente sobre elle. Com o titulo de *Um portuguez aos portuguezes* se publicaram, sem o seu nome, umas 6 ou 7 falas, ou discursos proclamatorios, em que o autor excitava o animo de seus compatriotas para a defeza da patria, fazendo ao mesmo tempo observações e reparos politicos sobre o estado da Europa, e successos occorrentes ao tempo d'estas publicações. Sairam todos impressos, em Lisboa, 1811 e 1812. Tem tambem duas *Memorias* insertas nas collecções da Academia Real das Sciencias; *Descripção economica da Torre de Moncorvo;* vem nas *Memorias economicas*, tomo III, e *Memoria sobre a Origem e jurisdicção dos corregedores das comarcas;* nas *Memorias de Litteratura*, tomo VII, de pag. 2?7 a 3?7.

Sá *(José Francisco Ferreira de)*. Cirurgião mór do hospital do Castello, e depois mestre da sua arte no de todos os Santos. N. em Lisboa, e depois de ter estudado a lingua latina, aprendeu a arte cirurgica no hospital de Todos os Santos, sendo approvado a 27 de novembro de 1692. Escreveu: *Epitome cirurgico medicinal*; *Primeira parte*, Lisboa, 1723. Deixou manuscriptos, entre os quaes se conta um que tem a data de 5 de novembro de 1717, com o titulo de *Manifesto de remedios para varias enfermidades, que ficam em sigillo para o auctor.*

Sá *(D. Leonor Correia de)*. Escriptora N. a 7 de abril de 1779; ignora-se a data do fallecimento. Era filha do 5.° visconde d'Asseca, Salvador Correia de Sá Benevides Velasco, e de sua segunda mulher, D. Maria Benedicta de Sampaio. Em 13 de agosto de 1823 casou com Manuel Paes de Sande e Castro, moço fidalgo com exercicio no paço. Traduziu ou imitou do francez as seguintes novellas: *Archambaud e Batilde*, Lisboa, 1817; *Avisos de uma mãe a seu filho*, etc, Lisboa 1818; *Os votos temerarios, ou o enthusiasmo*, Lisboa, 1819; *O sitio da Rochella*, Lisboa, 1821; 2 tomos; *A interessante Agnés*, etc., Lisboa, 1830; *A escola de virtude*, Lisboa, 18?0.

Sá *(D. Lourenço Correia de)*. Clerigo secular, prelado da patriarchal de Lisboa, bispo do Porto. etc Pertencia á familia dos viscondes d'Asseca. Foi eleito bispo do Porto em 1793 e sagrado a 21 de maio de 1796. Faleceu em 1798. Escreveu, antes de tomar posse do bispado, a seguinte *Carta pastoral aos seus diocesanos*, Lisboa, 1796.

Sá *(Luiz de)*. Religioso da ordem de S Bernardo. N. em Obidos em 1601, fal. em Coimbra, no collegio de S. Bernardo, a 21 d'abril de 1667 Professou em 1617, doutorou-se em Theologia na Universidade de Coimbra, e em 1643 foi nomeado lente d'essa faculdade Exerceu tambem os cargos de reitor do seu collegio e de vice-reitor da Universidade. Distinguiu-se como prégador, e imprimiu sermões allusivos a differentes factos historicos como a acclamação de D. João IV, exequias do principe D. Theodosio, etc., o que torna esses sermões como documentos valiosos para a historia d'esse periodo tão interessante dos annaes portuguezes. Em latim compoz um *Officio da Virgem*, uma invectiva em verso contra o livro de Caramuel *Philippus Prudens*, uma exposição em 2 volumes de um dos capitulos de S. Matheus, um *Diadema intellectuale* composto em honra do principe D. Theodosio, um estudo sobre as palavras de Christo na Cruz, uma refutação da dontrina dos jansenistas, um tratado da graça e do livre arbitrio, e um commendatario a S. Thomaz. Quasi todas estas obras latinas ficaram manuscriptas, assim como uma obra portugueza, *Escudo Cisterciense*, em 4 tomos. Em 1628, publicou em Lisboa: *Tres sonetos em applauso da Pancarpia de Fr. Christovam Osorio.*

Sá *(Manuel de)*. Professor regio de primeiras letras em Lisboa, onde vivia nos fins do seculo XVIII. Escreveu: *Taboada pythagorica composta e accrescentada n'esta segunda edição*, Lisboa, 1785.

Sá *(Fr. Manuel de)*. Religioso da ordem dos carmelitas calçados. N. em Lisboa em 1673, e fal. no convento do Carmo, da mesma cidade a 26 de março de 1735. Professou no convento de Sant'Anna, em Collares, em 1690. Foi provincial, definidor e chronista da sua ordem, e academico da Academia Real de Historia Portugueza. Escreveu: *Memorias historicas dos illustrissimos Arcebispos, Bispos e Escriptores portuguezes da ordem de N. S.^a^ do Carmo, reduzidas a catalogo alphabetico*, Lisboa, 1724; *Memorias historicas da ordem de N. S.^a^ do Carmo da provincia de Portugal. Parte primeira*, Lisboa, 1727; *Memorias historicas, panegyricas e metricas do sagrado culto com que o convento do Carmo de Lisboa celebrou a canonisação do doutor mystico S. João da Cruz*, Lisboa, 17?8; *Triumpho carmelitano do real convento do Carmo de Lisboa, na canonisação de S. João da Cruz*, Lisboa, 1727, saiu anonymo.

Sá *(P. Manuel de)*. Jesuita. N. em Villa do Conde em 1531, fal. em 30 de dezembro de 1596

Esteve ao serviço do celebre jesuita Luiz Gonçalves da Camara como seu pagem, e seguindo-lhe o exemplo, entrou na Companhia de Jesus em 1545, sendo admittido á prova solemne do quarto voto em 1559. Apenas entrou na ordem jesuitica, deu provas de grande talento, e principalmente de grande precocidade, predicado que se admirava muito n'esse tempo. Em 1557 partiu para Roma, e ahi deu provas de prégador notavel, sobretudo de theologo eximio, qualidade que lhe valeu ser escolhido pelo papa Pio V para revisor e corrector da Biblia, que depois se imprimiu com o caracter official de livro approvado pela Santa Sé. Visitou Milão, Loreto e Genova, e sentindo-se doente quiz ir morrer no noviciado de Arona, que elle proprio fundára junto de Milão. Viveu ahi ainda 5 annos, até que fal. victima d'umas febres intermittentes. Todas as suas obras fôram escriptas em latim, menos a *Vida do padre fr. João de Texeda*, que escreveu em hespanhol. A sua obra mais tristemente celebre, foi *Aphorismi confessariorum ex Doctorum sententis collecti*, que se imprimiu em latim, Veneza, 1595. O P. Manuel de Sá era prégador notavel, e um d'aquelles, cujas doutrinas mais exarcebaram contra a Companhia de Jesus todos os homens de espirito recto. Com a sua obra acima citada, foi um dos propagadores da nefasta doutrina, pela qual os confessores jesuitas se assenhoreavam dos segredos das familias e provocavam no lar domestico entre marido e mulher, entre paes e filhos, uma sombra sinistra e desmoralisadora.

Sá (*P. Manuel de*). Jesuita. Patriarcha da Ethiopia. N. em Penedo, concelho da Torre de Moncorvo, em 1658 e fal. em Lisboa no collegio de Santo Antão, a 22 de abril de 1728. Frequentou as aulas dos jesuitas em Braga, e enthusiasmando se por aquella ordem, quiz professar, o que realisou em Coimbra em 1675. Passou depois para o collegio de Evora, onde completou a sua educação, e em 1680 partiu com 19 companheiros para a India, destinado a missionario. Nos collegios de Gôa prefez ainda os seus estudos, e passando de discipulo a mestre até ensinou particularmente humanidades ao proprio governador da India D. Rodrigo da Costa. Esteve durante 8 annos regendo theologia, e sendo nomeado deputado do Santo Officio e parocho das freguezias de Sanguali, S. Thomé e Mormugão, applicou se com todo o zelo ao desempenho d'estes seus deveres. Fundou no reino de Sonda uma egreja da Conceição, converteu muitos indigenas, e resuscitando as tradições dos antigos frades militantes marchou com o vice rei sobre Pondá e a ilha de Santo Estevão, onde as balas dos soldados de Sevagi, uma vez lhe levaram apenas o barrete, mas d'outra o feriram n'uma perna Parece que estas aventuras lhe abrandaram as velleidades bellicosas, porque mandado á China, não passou de Macau, e mandado como embaixador á côrte do Grão Mogol nem viu Agra de longe. E' verdade que, n'este ultimo caso, contava elle, fôra preso pelos barbaros, e que só conseguira escapar, graças a um moiro que elle favorecera em Gôa. O certo é, que o mesmo vice-rei que o mandára ao Grão Mogol, lhe fez a proposta mais acceitavel de o acompanhar para Lisboa, como seu confessor, e effectivamente chegaram ambos a esta cidade em 4 de novembro de 1708. Pouco tempo se demorou em Lisboa, porque logo a 4 d'abril de 1709 foi nomeado patriarcha da Ethiopia, e seguiu immediatamente para a India. Apezar de se demorar ali 18 annos, nunca tentou pôr pé no seu patriarchado, onde o negus da Abyssinia começava a tratar os patriarchas jesuitas com uma amabilidade em que tinha o algoz por intermediario, e o P. Manuel de Sá entendeu justamente, que esse modo de entrar em relações era contrario a todas as regras da diplomacia e da boa educação, e por isso não foi. Em troca, tomou parte em quantas expedições fizeram os governadores da India, Francisco José de Sampaio, D. Luiz de Menezes, conde da Ericeira, e João de Saldanha da Gama, e tendo sido eleito supranumerario da Academia Real de Historia, escreveu a narrativa da expedição de Francisco José de Sampaio contra o Angaria, e a historia do cêrco de Mombaça, onde morreu o governador Sampaio, que remetteu para a Academia, e que nunca fôram publicadas. As obras que imprimiu em 1710 são uns sermões varios prégados na India e varios assumptos. Em 1727 regressou a Portugal, e falleceu pouco tempo depois.

Sá *(Manuel José Maria da Costa)*. Fidalgo da Casa Real, conselheiro d'el-rei, commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, official da ordem da Rosa, do Brazil, etc. N. em Lisboa a 11 de maio de 1791, fal. em Cintra a 6 de outubro de 1843 Era filho do professor regio e socio da Academia Real das Sciencias, Joaquim José da Costa e Sá, e de D. Anna Rosa do Nascimento Villas Boas, prima do arcebispo de Evora D. Fr. Manuel do Cenaculo Villas Boas. Estudou com seu pae os primeiros rudimentos; ficando, porém, orphão em 1803, foi a sua educação entregue aos cuidados e direcção de seu tio José Anastacio da Costa e Sá (V. *este nome)*. Terminados os estudos da instrucção primaria, applicou se ao francez, latim, logica, rhetorica e grego; estudou inglez e desenho, tratou tambem de conhecer as linguas italiana e hespanhola, mostrando desde muito novo grande amor pelos livros, e buscando accrescentar a livraria que seu pae lhe legára. Tanta diligencia e cuidado empregou em formar a sua bibliotheca, que apezar de ter vendido para Inglaterra quasi todas as suas collecções de classicos gregos e latinos, ainda por sua morte a casa Bertrand lhe comprou perto de 6:000 volumes, entre os quaes se contavam muitos de grau de merecimento e obras especialmente sobre assumptos de historia portugueza Igualmente se deu a colligir medalhas chegando pelos seus esforços a reunir uma grande quantidade, sendo uma boa parte vendida para Inglaterra Em 1804, contando apenas 13 annos de edade, escreveu uma *Collecção de apophtegmas, ou ditos memoraveis de heroes portuguezes, extrahidos da historia nacional*, e aos 18, em 1809, compilou um *Breve diccionario geographico da Hespanha*, mas nenhum d'esses trabalhos se imprimiu. Em 1810 publicou: *Taboa de erratas e das emendas por observação, reflexão e advertencia á obra intitulada «Os Sebastianistas» attribuida ao douto e bem conhecido Fr José Agostinho de Macedo.* Saiu este opusculo com o pseudonymo de José Manuel Garcia da Cunha. Em 1815 apresentou á Academia Real das Sciencias o seu escripto: *Novos additamentos ao «Indice chronologico» do sr. João Pedro Ribeiro*, que lhe valeu a nomeação de so-

cio correspondente, em 19 de junho d'esse anno, sendo posteriormente, em 27 de novembro de 1821 promovido a socio livre, em 25 de novembro de 1824 a socio substituto de effectivo, e n'essa qualidade eleito vice-secretario em 27 de novembro de 1827. Em 10 de novembro de 1834 passou a socio effectivo, e em 19 de dezembro de 1838 a director da classe de sciencias moraes e bellas letras. Costa e Sá foi official maior da secretaria de marinha e ultramar, e deputado da Junta do Commercio, sendo demittido d'estes empregos em 1833, por motivos politicos. Por decreto de 1 de setembro de 1838 foi nomeado membro do Conservatorio Dramatico; tambem pertenceu, como socio correspondente, ao Instituto Historico e Geographico do Brazil. Por decreto de 11 de abril de 1839 foi nomeado chronista das provincias ultramarinas, e por portaria do ministerio do reino de 2 de abril de 1842, encarregado de escrever a *historia da monarchia portugueza dos ultimos periodos decorridos*. Não chegou, porém, a apresentar nenhum trabalho relativo a essas commissões, porque o assaltou uma dolorosa enfermidade a que succumbiu no anno seguinte. O seu cadaver foi depositado no cemiterio publico em Cintra em sepultura distincta, que lhe mandou preparar o ministro do Brazil, em Lisboa, A. de M. V. de Drummond, que nos ultimos annos fôra seu constante amigo e valedor. Bibliographia: obras impressas: *Elogio historico do dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, lido em sessão publica da Academia Real das Sciencia;* saiu no tomo V, parte 2.ª da *Historia e Memorias da Academia*; *Elogio historico de Sebastião Francisco de Mendo Trigoso Homem de Magalhães, lido na sessão publica da Academia Real das Sciencias de 24 de junho de 1822*. saiu no tomo IX da referida *Historia e Memorias*, 1825; *Memoria sobre a serra que serve de limite ao Brazil pelo lado das Guianas e sobre o rio Branco, que d'ella vem para o rio Negro;* saiu no tomo X, parte 1.ª da referida *Historia*, 1827, de pag. 233 a 250; *Discurso historico recitado na sessão publica da Academia Real das Sciencias do 1.º de dezembro de 1823*; saiu no tomo X, parte 2.ª idem; *Discurso que recitou no dia 1.º de março de 1828, na audiencia que no real palacio d'Ajuda foi concedida á Academia Real das Sciencias pelo seu presidente*, idem, no mesmo volume, e parte citada; *Discurso dirigido ao throno no 1.º d'agosto de 1828;* idem, no mesmo volume; *Discurso historico recitado na Academia Real das Sciencias, na sessão publica de 13 de dezembro de 1830;* idem, no mesmo vol.; *Memoria biographica do sr. Mardochai Dove*, Lisboa, 1840; saiu sem o nome do autor; *Elogio historico do ill.mo e ex.mo sr. Cypriano Ribeiro Freire*, etc.; no tomo I, parte 1.ª da 2.ª serie das *Memorias da Academia*, 1844; publicou se posthumo, bem como os seguintes: *Elogio historico de Alexandre Antonio das Neves Portugal*, etc. Idem, idem, 1844; *Elogio historico de Pedro José de Figueiredo; de José Correia da Serra, de José Banks*: os ultimos 3 sairam no tomo II, parte 1.ª das *Memorias da Academia*, 2.ª serie, 1848. D'estes e de todos os antecedentes se tiraram em separado os exemplares, que na conformidade dos regulamentos academicos pertenciam ao autor. No jornal *O Tribuno* de 17 de outubro de 1843, publicou: *Descripção do quadro dos Santos Reis Magos de Grão Vasco, que possue o sr. Luiz Teixeira Homem*. Na *Corographia historica do Brazil*, publicada pelo Dr. Mello Moraes, tomo II, 1859, de pag. 76 a 105, tambem saiu: *Compendio historico do occorrido na demarcação dos limites do Brazil, do lado da Guiana franceza, offerecido a S. M. o imperador, o sr. D. Pedro II.* — Obras manuscriptas: *Catalogo chronologico das obras de seu pae, Joaquim José da Costa e Sá*, escripto em 1811, *Uma voz sobre a entrada dos regimentos portuguezes em Lisboa no anno de 1814; Supplemento ao Compendio das epocas do P. Antonio Pereira de Figueiredo;* dizem que chegava até ao anno de 1819; *Memoria sobre os usos e costumes do reino em eleições; Brevissimo ensaio sobre os successos mais importantes occorridos na Europa desde 14 de junho de 1812 até 16 de agosto de 1813; Vida de Gomes Freire de Andrade, nobre lusitano, colligida da de Fr. Domingos Teixeira; Cartas de Eugenia ou a boa filha, opusculo moral; Projecto para um monumento consagrado a perpetuar a memoria de agradecimento de Portugal, pelos soccorros recebidos da Gram Bretanha*, etc.; *Dissertação sobre a intelligencia d'uma medalha achada em Setubal; O Genio do Christianismo de Chateaubriand, traduzido em portuguez e annotado; Varios trabalhos sobre a historia antiga, e apontamentos para a historia da guerra peninsular; Ideia abreviada do estado politico dos estabelecimentos portuguezes em Africa; Prospecto, ou apparato da Polyglota Lusitana* (ficou incompleto); *Breves annotações á Memoria do ex.mo sr. visconde de S. Leopoldo sobre os limites do Brazil;* offerecido ao Instituto Geographico Brazileiro, como se vê na *Revista trimensal* do mesmo Instituto, no supplemento ao tomo II; *Varias poesias fugitivas*. Para a biographia de Costa e Sá, veja-se o *Elogio necrologico*, lido na Academia Real das Sciencias pelo P. Recreio, impresso em 1846.

Sá *(Manuel Tavares de Sequeira)*. Magistrado que floresceu no seculo XVIII. Depois de se ter formado em Direito pela Universidade de Coimbra, foi juiz de fóra em Redondo, e passando ao Brazil, exerceu o cargo de ouvidor geral na comarca de Paranaguá, e depois no Rio de Janeiro foi secretario da Academia dos Selectos. Dirigiu a publicação de um livro impresso em 1754, intitulado *Jubilos da America*, etc., que é apenas a collecção das obras escriptas em prosa e verso pelos socios da Academia dos Selectos e por outros, que se quizeram associar a essa manifestação para festejar a nomeação de Gomes Freire de Andrade, capitão general das capitanias do sul do Brazil ao posto de mestre de campo general e de encarregado da limitação da fronteira do Paraguay.

Sá *(Martim Correia de)*. Governador do Rio de Janeiro. Era filho de Salvador Correia de Sá, primeiro capitão mór do Rio de Janeiro. Conservou-se n'aquelle governo desde 1602 até 1608, tornando a ser nomeado governador depois em 1618, tendo jurisdicção sobre a antiga capitania de S. Vicente e as terras que se fôssem descobrindo. De 1620 a 1623 governou interinamente o Rio de Janeiro Francisco Fajardo, mas n'esse anno de 1623 voltou Martim Correia de Sá a tomar posse do governo, em que se conservou até 1630, fundando então a aldeia de S. Pedro de Cabo Frio, depois de ter tratado, durante o tempo que exerceu aquelle car-

go, de fortificar muito a cidade. Em 1630 foi substituido pelo novo governador Duarte Correia Vasques Eannes. Martim Correia de Sá fal. em 1631, com 101 annos de edade, segundo affirma o *Diccionario Geographico do Brazil*, traduzido por Caetano Lopez de Moura. Era casado com D. Maria de Mendoza y Benevides, senhora hespanhola, filha do governador de Cadiz D. Manuel de Mendoza. D'este matrimonio nasceu Salvador Correia de Sá e Benevides, o restaurador de Angola.

Sá *(Mem de)*. Um dos primeiros e mais famosos governadores do Brazil. Pertencia a uma nobre e illustre familia portugueza, porque era irmão do poeta Francisco Sá de Miranda. Tratando D. João III, que dividira o Brazil em capitanias por differentes donatarios, de organisar regularmente a colonisação do Brazil e a autoridade da corôa sobre essa vasta região, nomeou primeiro governador do Brazil Thomé de Sousa, que teve como successor Duarte da Costa, seguindo se a este Mem de Sá, que já foi nomeado pela rainha viuva e regente de Portugal, D. Catharina, chegando á cidade de S. Salvador da Bahia, centro dos estabelecimentos portuguezes na America, em 1558. Teve Mem de Sá que vencer grandes difficuldades logo no principio do seu governo; luctava com falta de recursos de todo o genero, porque o Brazil pouco interessava o governo da metropole, todo empenhado na sustentação das conquistas do Oriente. Duarte da Costa deixára o Estado em lamentaveis circumstancias, os indios revoltados, e Mem de Sá teve que sustentar a guerra contra elles nas capitanias de Ilhéos e de Porto Seguro, e teve sobretudo na capitania de S. Vicente de debellar a terrivel conjuração dos tamoyos, que ameaçava sacudir para sempre os portuguezes das praias americanas. Valeu-lhe de muito n'esta ultima circumstancia o auxilio dos jesuitas, principalmente dos dois missionarios Nobrega e Anchieta, sem cujo concurso nada poderia fazer, por melhor vontade e maior energia que tivesse, o grande governador do Brazil. Além das hostilidades dos indigenas, teve ainda Mem de Sá mais terriveis difficuldades a vencer, a peste e a fome. A variola assaltou a cidade da Bahia, e os aldeiamentos dos indios amigos, devastou os, e afugentou os aterrados selvagens. As terras ficaram sem serem semeadas, e no meio d'aquella prodiga e maravilhosa natureza da America do Sul, a fome assaltou os colonos portuguezes. Mem de Sá conseguiu vencer todas as difficuldades, aggravadas pela qualidade dos colonos que de Portugal lhe remettiam, e que eram quasi todos degredados e gente dissoluta. Mem de Sá conteve os em boa ordem, e favoreceu d'um modo notavel o aldeiamento dos indios, que os jesuitas dirigiam com incontestavel zelo. O acontecimento mais glorioso, comtudo, do governo de Mem de Sá, foi a expulsão dos protestantes francezes, que se haviam estabelecido no sitio onde se erigiu depois a formosa cidade do Rio de Janeiro. Em 1555, um cavalleiro de Malta francez, chamado Nicolau Duarte de Villegagnon, que abraçára as ideias religiosas de Calvino, resolvera procurar fortuna em terras novas, e auxiliado pelo seu amigo e correligionario, o almirante Coligny, partiu para o Brazil, e estabeleceu-se n'uma das ilhas da bahia do Rio de Janeiro, a que deu o nome de *Coligny*, e onde edificou um forte que devia ser inexpugnavel pela natureza do terreno, e que se chamou *forte de Villegagnon*. O rei de França, apezar de andar envolvido com os huguenotes em accesas guerras religiosas, applaudiu esta sua tentativa de colonisação, e soccorreu-os e reforçou-os com tropas commandadas por um tal Bois-le-Comte, que chegou ao Brazil em 1557. Afinal as discordias que dividiam a França europeia, dividiram tambem a França antarctica, como os colonos francezes chamavam já ás suas possessões americanas, assim como premeditavam chamar *Henriville* á cidade que tencionavam fundar como capital da colonia. Villegagnon abandonou os seus companheiros em 1558, e partiu para a Europa, mas os francezes, que tinham estabelecido com os indigenas relações de boa amizade, ficaram senhores da terra de que se tinham apoderado. Foi em 1560 que Mem de Sá recebeu ordem para expulsar os francezes do Rio de Janeiro, ordem absurda por não vir acompanhada de quaesquer reforços. Mem de Sá, porém, não hesitou em cumpril-a, e no officio que enviou á rainha regente dizia lhe: «Eu me puz logo prestes o melhor que pude, que foi o peor que um governador podía.» Effectivamente, o exercito que Mem de Sá pudéra reunir, compunha-se de 120 portuguezes e de 140 indios auxiliares, e com este corpo expedicionario, verdadeiramente irrisorio, ia atacar uma ilha solidamente edificada, defendida por 150 bons soldados francezes, que tinham por auxiliares não menos de um milhar de indios tamoyos. Ainda assim, a energia de Mem de Sá obrou maravilhas, e um assalto dado por esse pequeno corpo de tropas poz nas mãos dos portuguezes a fortaleza, que Mem de Sá logo destruiu, não tendo gente para a guarnecer, ao passo que os francezes e os indios fugiam para o interior das florestas. Logo que Mem de Sá se retirou para a Bahia, voltaram os francezes fugitivos, tornaram a fortificar a ilha, e estabeleceram no continente o campo entrincheirado de Uruçú Mirim. Em 1564 é que chegou á Bahia seu sobrinho Estacio de Sá, que vinha em seu auxilio. *(V. Sá, Estacio de)*. Mem de Sá, depois de ter conseguido expulsar definitivamente das margens da enseada do Rio de Janeiro os francezes e os seus alliados, tratou de mudar a séde da cidade que Estacio de Sá escolhera demasiadamente proximo da entrada da bahia, e transportou a para o sitio onde depois se desenvolveu, cresceu e prosperou, que é o monte de S. Januario, hoje Monte do Castello. Depois de ter organisado a administração da cidade, cujo governo confiou a seu sobrinho Salvador Correia de Sá, partiu para a Bahia, e ali residiu ainda por 5 annos, continuando a governar o Brazil. Em 1572 chegou de Lisboa o substituto, e Mem de Sá, depois de ter governado o Brazil durante 14 annos, dispunha se a partir para a Europa, quando a morte o surprehendeu. O seu cadaver foi sepultado no cruzeiro da egreja dos jesuitas da Bahia, e o seu tumulo tornou-se por muito tempo objecto de veneração para os colonos e até para os indigenas, como o seu nome é ainda pronunciado com respeito pelos brazileiros, que lhe devem a fundação da sua capital.

Sá *(Pantaleão de)*. Capitão-mór de Sofala e Moçambique, cargo em que succedeu no anno de 1559 a Sebastião de Sá. O seu governo nada te-

ve de notavel Pantaleão de Sá veiu da India para Sofala, acompanhado por missionarios jesuitas Governou até 1562.

Sá *(Pedro Alvares de)*. Escriptor que viveu no seculo XVII. Em 1629 escreveu e imprimiu uma obra latina em defeza da immaculada concepção de Nossa Senhora, obra que publicou debaixo da fórma de uma carta a Filippo IV de Hespanha.

Sá *(Rozendo Mathias de)*. Poeta e militar. N. em 1689 junto de Torres Novas, e fal. na segunda metade do seculo XVII. Sentou praça na cavallaria da côrte, mas foi depois despachado capitão de auxiliares da comarca de Santarem Escroveu um grande numero de poesias comicas, todas em hespanhol.

Sá *(Salvador Correia de)*. Sobrinho do governador Mem de Sá e primeiro governador da cidado do Rio de Janeiro. Foi a este que Mem de Sá confiou o governo da cidade depois de ter expulso os francezes e de ter lançado os fundamentos da nova povoação. Salvador Correia de Sá esmerou se em concluir a egreja, e em 1570 entregou o governo ao seu successor Christovão de Barros Em 1576 foi do novo nomeado capitão mór do Rio de Janeiro, e durante o seu governo descobriram-se as minas de Paranaguá e do Espirito Santo. Em 1598 deixou de ser governador, por ter sido nomeado por Filippe II de Hespanha, já então rei de Portugal, superintendente das minas de ouro.

Sá *(Salvador Correia de)*. Restaurador de Angola, conhecido tambem pelo nome de Salvador Correia de Sá e Benavides. Descendia da gloriosa familia de Mem de Sá e de Estacio de Sá, os fundadores do Rio de Janeiro. N. n'esta cidade em 1594; fal. em Lisboa em 1 de janeiro de 1688. Era filho de Martim de Sá e de sua mulher D. Maria de Mendoza y Benavides Em 1612, contando 18 annos, entrou no serviço militar, distinguindo-se nas guerras contra os indios. Pouco tempo depois começaram os hollandezes a infestar as costas do Brazil, assenhoreavam-se d'aquella grande região, e Salvador Correia, que já então tinha perto de 30 annos, mostrou o que valia não só a sua bravura, como a sua pericia militar, começando por levar a salvamento de Pernambuco para Lisboa um comboio de 30 navios. Ao voltar d'esta expedição, que era arriscada porque a marinha hollandeza dominava os mares, Salvador Correia alistou na capitania de S. Vicente uns 200 homens, metteu os a bordo de duas caravélas e de tres canôas de guerra, e conduziu-os á empresa da restauração da Bahia, empresa importante para a qual no anno de 1624 saira de Lisboa uma esquadra hispano portugueza, bastante numerosa. De caminho para a Bahia, desembarcou Salvador Correia na capitania do Espirito Santo, e demorando se ali algum tempo, teve ensejo para surprehender um troço de hollandezes, que tambem haviam saltado em terra, e que fôram pelo joven heroe completamente derrotados Seguindo para a Bahia, distinguiu se muito na conquista d'essa praça, em 1 de maio de 1625, tendo chegado poucos dias antes ao campo dos sitiadores. Em 1634, Salvador Correia, que grangeára grande reputação, foi nomeado almirante dos mares do sul Tratava-se para os hespanhoes de resolver uma questão vital para o seu dominio nas margens do rio da Prata. Ardia ali ha muitos annos a rebellião que devastava principalmente a provincia de Tucuman, rebellião conhecida pelo nome de revolta dos Caléquis e dirigida por um habil chefe, D. Pedro Chamay. Salvador Correia dirigiu a campanha com tanta habilidade e energia, que, tendo ganho a batalha de Pelingarta, havendo aprisionado D. Pedro Chamay, e tendo tambem recebido um grande numero de fréchadas, porque a lucta foi aspera e rude o Salvador Correia não se poupou, conseguiu restabelecer completamento a ordem nas margens dos rios da Prata e do Paraguay. Foi então nomeado capitão general do Rio de Janeiro, dando a carta regia, que o nomeava, testemunho dos altos serviços prestados pelo agraciado á corôa de Hespanha. Foi por essa occasião tambem que Salvador Correia, filho de hespanhola, foi procurar esposa á fidalguia d'essa nação, casando com D. Catharina de Velasco. filha de D. Pedro Ramirez de Velasco, governador de Chili. Apezar d'estas relações tão intimas de parentesco que o ligavam á Hespanha, apezar de ter militado e commandado em terreno exclusivamente hespanhol, e de não ter razão de queixa pessoal do governo de Hespanha, nem por isso Salvador Correia deixava de ser essencialmente patriota e de sentir pulsar no peito um coração portuguez. Apenas chegou ao Rio de Janeiro a noticia da revolução de 1 de dezembro de 1640, logo sem a minima hesitação se proclamou n'essa cidade a realeza de D. João IV. Salvador Correia luctava com difficuldades muito graves, porque os jesuitas queriam executar as leis e as bullas que lhes concediam a liberdade dos indios, e os paulistas, que tinham indios como escravos, recusavam-se a libertal os, chegando a revoltar-se abertamente contra os jesuitas, que Salvador Correia defendia e sustentava com toda a energia, porque na verdade elles defendiam n'esse momento a causa da civilisação e da humanidade. Salvador Correia esperava que o grande successo da restauração de Portugal abrandasse os animos dos paulistas, ou pelo menos os decidissem a mandar representantes ao Rio de Janeiro com poderes bastantes para resolverem as questões que promoviam conflicto, mas os paulistas entenderam, pelo contrario, que a fidelidade de que tinham dado provas e o modo como tinham acolhido a acclamação de D João IV, os tornava crédores da gratidão do rei de Portugal, o portanto as suas pretenções deviam ser attendidas pelo capitão-mór do Rio de Janeiro. Negaram se então a consentir em quaesquer modidas que tivessem por fim a libertação dos indios. Vendo que era indispensavel ir tratar directamente com os revoltosos, Salvador Correia partiu para Santos, onde depois de largas negociações conseguiu que os paulistas elegessem 48 procuradores para tratarem do assumpto, chegando emfim a um resultado, que se não resolveu inteiramente a questão, pelo menos apaziguou a capitania. O novo governo de Lisboa depositava n'elle plena confiança, e nomeou-o successivamente om 1644 general da frota que devia escoltar os navios do commercio brazileiro ameaçados nos mares da America pelos hollandezes, nos da Europa pelos hespanhoes, delegado do conselho ultramarino, e dando-lhe finalmente amplos poderes para explorar as minas, cuja existencia e riqueza no vasto territorio que estava sob a jurisdicção de Salvador Correia já então

se presentiam. Bem conviuha o seu descobrimento ao governo de D. João IV, que fez a Salvador Correia as mais brilhantes promessas, no caso de conseguir exploral as com felicidade; porém este, com todo o desinteresse, delegou em outros a viagem das minas e o exercicio do logar para que fôra escolhido, e acceitou a commissão mais gloriosa, menos rendosa, e mais perigosa, a de comboiar os navios mercantes que iam do Rio de Janeiro para a Europa. Fez tres viagens: escoltando na primeira 57 vélas. N'essa primeira viagem prestou um alto serviço á insurreição pernambucana, porque escoltou até ao porto de Tamadaré 8 navios da Bahia que levavam a João Fernandes Vieira, que acabava de ganhar a batalha de Tabocas, um reforço de 800 homens ainda mais precioso por serem os chefes dos terços André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno, cujas heroicas espadas não haviam de contribuir pouco para a expulsão definitiva dos hollandezes de Pernambuco. Mais duas viagens fez ainda Salvador Correia até que em 1648 D. João IV o encarregou d'um emprego de alta importancia, porque se tratava de arrancar Angola ao poder dos hollandezes. A importancia de Angola era extrema, porque era d'ali que se fornecia o Brazil de escravos pretos indispensaveis para a cultura das suas terras. A empresa de a reconquistar era tanto mais difficil, quanto pela situação extravagante em que nos achavamos com os hollandezes, nossos alliados na Europa, era indispensavel que Salvador Correia encontrasse meio de tomar Angola, sem que parecesse que fôra elle que tomára a offensiva, para se não considerarem rotas as pazes com a Hollanda. Salvador Correia chegou ao Rio de Janeiro, e appellando para o pariotismo e até para os interesses proprios dos homens abastados, interesse que a perda d'esse reino prejudicava altamente, despendendo tambem com liberalidade os seus proprios dinheiros, conseguiu juntar 15 navios, 4 dos quaes fôram comprados á sua custa, e levando n'elles 900 homens de desembarque, partiu no dia 12 de maio para Angola. Nunca empresa tão importante fôra intentada com tão pequenas forças. O fim apparente da expedição era edificar um forte na enseada de Quicombo, afim de estabelecer communicações com os portuguezes, que desde a perda de Angola se tinham refugiado em Massangano. Chegou a Quicombo, mas, tomando pretexto de hostilidades que os hollandezes faziam aos restos da antiga guarnição portugueza, declarou que era isto uma quebra flagrante da paz, que o autorisava a pedir-lhes uma satisfação. Dirigiu-se para Loanda, tendo já perdido um navio por causa d'um rombo no porão, e apenas chegou á capital da provincia, participou aos hollandezes os motivos da sua vinda, as suas razões de queixa, declarando-lhes que, logo que elles não respeitavam a paz estabelecida, tambem elle se não julgava obrigado a deixar de a infringir, e portanto que exigia que elles se entregassem. Surprehendidos os hollandezes com esta audacia, avaliaram em maior do que era o poder dos assaltantes, e pediram 8 dias para tomarem uma decisão. O fim evidente era reunirem as tropas que andavam pelo campo, e Salvador Correia, percebendo-o, apenas lhes concedeu dois dias. No fim do praso marcado desembarcou em chalupas 650 soldados e 250 marinheiros, deixando 180 nos navios com muitas figuras pelas enxarcias e pelas amuradas, para que de longe se julgasse muito mais numerosa a tripulação dos navios. Os hollandezes, repellidos de todos os pontos exteriores, refugiaram se na fortaleza do Morro de de S. Miguel e no forte de Nossa Senhora da Guia, tendo abandonado tanto á pressa o fortim de Santo Antonio, que nem tiveram tempo de encravar mais do que duas peças das oito que o fortim possuia. Aproveitou as Salvador Correia, e juntando-as a quatro meios canhões que mandou desembarcar, formou uma bateria que principiou a bombardear a fortaleza, causando pouco damno, mas produzindo grande terror aos hollandezes, assombrados da rapidez com que a bateria se assentára. Viu, porém, Salvador Correia que seria demorado o exito da bateria, e apertado pela necessidade de impedir que os hollandezes fôssem reforçados, mandou no dia seguinte, 15 de agosto de 1648, dar assalto ás duas fortalezas occupadas pelo inimigo. A temeridade era incrivel e seria indesculpavel, se não fôsse a situação perigosa em que Salvador Correia se via. Tinha apenas 900 homens e ia assaltar duas fortalezas, onde a artilharia quasi nem tinha aberto brecha e guarnecidas por 1200 soldados europeus e outros tantos negros. Por isso o assalto deu resultados terriveis. Depois d'uma escalada audaciosa em que os assaltantes fôram repellidos, Salvador Correia mandou recolher as forças, e viu que perdera 163 soldados mortos e 160 feridos. Tinha por conseguinte fóra do combate mais da terça parte do seu exercito. Salvador Correia, sombrio mas resoluto, ia fazer uma segunda tentativa, quando com grande surpreza, viu apparecer um parlamentario, que vinha propôr uma capitulação, o que Salvador Correia resolveu acceitar, receando o resultado de um novo assalto, em vista das perdas enormes que já soffrera. A capitulação foi concedida com todas as honras, facilitando-lhes logo a amnistia que elles pediram para os seus partidarios, e assignada a capitulação viu-se o caso extranho de sairem rendidos de duas fortalezas, onde nem quasi havia brecha, 1100 homens e passarem, deante de menos de 600, que a essa força estava reduzida, depois do primeiro assalto, o exercito sitiador. Havia já 5 dias que Salvador Correia tomára posse das fortalezas, quando appareceu na cidade, vindo do sertão um corpo de 250 homens acompanhados por mais de 2:000 negros, subditos da rainha Ginga (V. *Portugal*, vol. III, pag. 737). Bem desejariam elles romper a capitulação, mas Salvador Correia tomára as suas precauções, fazendo logo embarcar em tres navios a guarnição hollandeza da cidade, de sorte que os recemvindos, vendo-se sós, capitularam tambem. Os negros da rainha Ginga é que não quizeram sujeitar-se, e arrojaram os maiores improperios aos hollandezes, por elles os desampararem. A guarnição de Benguella rendeu se a dois navios portuguezes sem disparar um tiro, e a da ilha de S. Thomé, apenas soube que Loanda se rendera, partiu desamparando a ilha, deixando a artilharia e munições, de fórma que os navios que Salvador Correia enviára para procurarem apoderar-se d'essa nossa antiga e importante colonia, encontraram já a bandeira portugueza arvorada nos fortes. Assim desampararam os hollandezes tambem as suas feitorias de Benguella-a Velha, de Loango

e da Pinda, de fórma que em dois mezes tinham voltado ao dominio portuguez Angola e S. Thomé. A victoria quasi miraculosa de Salvador Correia deixou de si lembrança tão viva na memoria dos povos, que ainda em 1812 se celebrava em Loanda uma festa em acção de graças no dia 15 de agosto pela victoria alcançada n'esse dia por Salvador Correia. Expulsos os hollandezes, tinha ainda de subjugar e punir os negros que haviam seguido o seu partido. Os principaes eram os subditos da rainha Ginga, e Salvador Correia, dispondo de poucas forças, alistou ao seu exercito muitos francezes, que faziam parte da guarnição hollandeza e que tinham ficado em Angola. O commando foi confiado a Bartholomeu de Vasconcellos, que facilmente subjugou os negros dissidentes, vendo-se a rainha Ginga forçada a pedir a paz, por se convencer que nada podia contra os portuguezes. No entretanto Salvador Correia dava grande impulso ás suas medidas administrativas, favorecendo o desenvolvimento de Loanda, onde se demorou até 1651, anno em que tornou a partir para o Rio de Janeiro, deixando por seu successor Rodrigo de Miranda Henriques. Por carta regia de 17 de setembro de 1658, muito honrosa para o agraciado, fôra-lhe conferido o governo das capitanias do sul do Brazil com absoluta independencia do governo da Bahia. Quando chegou ao Rio de Janeiro, achou a cidade em deploravel situação, com o commercio paralysado, as tropas mal pagas, e os cofres publicos exhaustos. Foi preciso recorrer a novos tributos, o que descontentou o povo, sendo necessario todo o prestigio de Salvador Correia para o manter na obediencia; mas quando o governador saiu da cidade para visitar a provincia de S. Paulo, deixando como seu substituto Thomé Correia d'Alvarenga, a insurreição rebentou, reclamando os insurgentes a deposição de Salvador Correia, depondo o seu delegado Alvarenga, e elegendo para os governar Agostinho Barbalho Bezerra. Quiz a camara do Rio de Janeiro obter o auxilio dos paulistas, mas estes não só não acceitaram o convite, mas offereceram-se a Salvador Correia para o ajudarem a subjugar os rebeldes. Preferiu este recorrer aos meios pacificos, e chegou a declarar a Bezerra que o consideraria como governador, se se considerasse seu delegado, mas os revolucionarios julgando vêr n'isto uma prova de fraqueza, não quizeram acceitar estas propostas pacificas, e prepararam-se para resistir á força aberta. Pouco lhes durou, porém, esta resolução, porque, vendo-se isolados, depuzeram as armas, apenas lá lhes appareceu o desembargador Pessanha, enviado da Bahia para inquirir a respeito da revolta, e Salvador Correia de Sá tomou de novo posse do governo, que exerceu até ao anno de 1662, e entregando-o então ao seu successor, partiu para Lisboa. Como succedeu a todos os grandes homens que tantos serviços prestaram á patria, a intriga conseguiu feril-o. Os seus inimigos, que não eram poucos, desde que a rainha regente D. Luiza de Gusmão creára de proposito para elle um governo independente no Rio de Janeiro, trataram de o intrigar, e de o afastar do animo dos ministros, apezar de ser muito favorito do conde de Castello Melhor seu filho mais velho, Martim Correia de Sá, que o grande ministro fez em 1665 visconde d'Asseca em recompensa dos muitos serviços de seu pae. Ainda assim maiores amarguras teve Salvador Correia de Sá, quando o conde de Castello Melhor caiu do poder porque, tendo o D. Affonso VI chamado para se aconselhar com elle, isso bastou, juntamente com a privança que seu filho tivera, para o tornar odiado do infante D. Pedro, e para o tornar alvo de tantas perseguições, que chegou a ser condemnado a degredo de 10 annos para essa mesma Africa, onde resoava ainda o écco das suas victorias. A' custa de muito dinheiro conseguiu que o deixassem ficar n'um convento, e depois que o deixassem passar á sua casa em Santos, onde se conservou preso sem menagem. Foi seu filho, que fôra ferido em Badajoz e que ficára gravemente enfermo, quem instou com elle para que requeresse esta ultima concessão, porque o heroico restaurador de Angola, profundamente ferido e desgostoso com todas estas perseguições, estava resolvido a terminar a vida n'um convento. A morte do visconde de Asseca, succedida pouco depois, e a orphandade em que ficaram os netos de Salvador Correia de Sá, fizeram com que o principe regente pensasse que era vergonhoso, realmente, que o homem que tão altos serviços prestára ao seu paiz, estivesse agora quasi octogenario preso como um criminoso, emquanto seus netos não tinham quem os amparasse e guiasse na estrada da vida. Deu ordem para que fôsse solto, e logo em seguida voltou ao logar que lhe pertencia de membro do Conselho Ultramarino. Consta que Salvador Correia de Sá escrevêra umas *Memorias da sua vida*, que infelizmente se perderam. Fal. contando 94 annos de edade, conservando até aos ultimos dias da sua vida a rijeza do corpo e do espirito.

Sá *(Salvador Correia de)*. Religioso da ordem de S. Jeronymo. N. em 1700, e fal. na segunda metade do seculo XVIII. Era filho do 2.º visconde d'Asseca, que tinha egual nome. Professou em 1717. Doutorou-se em Theologia pela Universidade de Coimbra; foi reitor do collegio da mesma cidade e geral da sua ordem. Era muito apreciado como prégador e como poeta.

Sá *(Valentim de)*. Cosmógrapho mór do reino e homem peritissimo em todos os ramos das sciencias mathematicas. Era natural de Lisboa. Escreveu: *Regimento de navegação; no qual se contém um breve summario dos principaes circulos da esphera material. Regras para se conhecer a altura do polo pelo sol e estrellas. Como se devem fazer as derrotas de um logar a outro. Como se conhecerá a variação da agulha, e se lhe dará o resguardo. Como se saberão as marés pelo aureo numero e epactas. E finalmente as festas mudaveis de todo o anno, que celebra a Egreja, conforme o kalendario gregoriano*, Lisboa, 1624.

Sá *(Valerio Pinto de)*. Genealogista bracarense. N. em Braga em 1681, e fal. depois do anno de 1759. Escreveu: *Nobiliario das familias bracarenses;* o *Catalogo dos deães, thesoureiros-móres, chantres, mestres escolas e arcediagos de Braga.* Todos estas obras ficaram manuscriptas. Na Bibliotheca Publica de Lisboa guarda-se, sob o N.º A 1, 23, uma outra obra manuscripta com o titulo *Cartas sobre as antiguidades de Braga.*

Sá. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 70 fog. e 249 hab. Dista 10 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem esquerda do rio

Vez. O abbade de Santa Maria d'Alvóra apresentava o vigario, que tinha 60$000 reis e o pé d'altar. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello || Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. e com. de Monsão, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 106 fog. e 389 hab. Tem correio com serviço de posta rural, e uma fabrica de cêra. Dista 13 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da margem esquerda do rio Minho. O arcipreste da collegiada de Vianna do Castello apresentava o vigario, que tinha 17$000 reis de congrua e o pé d'altar. Foi n'esta freg. e solar dos Cãos, a cuja familia pertencia Diogo Cão da Nobrega, descobridor de Angola e Congo, em 1485, e um dos creados do infante D. Henrique, o Navegador. Tem generos agricolas. Pertence á 3.ª div, mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do do Castello. || Pov. e freg. de Santa Maria da provincia do Minho conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 77 fog. e 315 hab. Está situada a 3 k. da margem direita do rio Lima e a 5 da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 250$000 reis, isto é, metade dos dizimos da freg. e a outra metade constituia um beneficio simples, dado tambem pela mitra. A terra é fertil; cria gado, tem caça, e peixe do rio Lima e do mar. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n. 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Aboim da Nobrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Thiago, de Aldreu, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || Santa Maria, de Alvarelhos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Miguel, de Arcozello, conc. de V. N. de Gaia, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Barrozas, conc. de Louzada, do mesmo distr. || S. Thiago, de Carvalhaes, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Thomé, de Covellas, conc. de Baião, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Covide, conc. de Terras de Bouro, conc. de Braga || S. João Baptista, de Ervões, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real. || Santa Eulalia, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural. || Santa Eulalia e conc. do Fafe, distr. do Braga. || S. Pedro, de Fragoso, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Thiago, de Gavião, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || Santos Cosme e Damião, de Gemunde, conc. de Maia, distr. do Porto. || S. Lourenço, d'Asmes, conc. de Vallongo, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Luzim, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. Martinho da Gandara, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. do Aveiro. || Santa Eulalia, de Oliveira do Douro, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Martinho das Moitas, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. Tem caixa postal. || Santa Maria, de Ovelha do Marão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, de Paços, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. Tem correio com serviço de posta rural. || S. João Baptista, de Rio Caldo, conc de Terras de Bouro, distr. de Braga. || S. Thiago, do Rio Meão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Sandim, conc. do V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Vicente, de Sangalhos, conc. de Anadia, distr. de Aveiro Tem correio com serviço de posta rural. || Santa Maria, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, do mesmo distr Tem correio com serviço de posta rural. || Santa Maria, de Sedielos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. Tem est. postal. || S. Thiago, de Sequiade, conc. de Barcellos, distr. do Braga. || Santa Maria, de Silva Escura, conc. de Maia, distr. do Porto. || O Salvador, de Souto, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || Santa Christina, de Tendaes, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santo Estevão, de Villela, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Rio da prov. do Douro. Nasce de varios arroios no conc. da Feira, e depois de atravessar diversas freguezias, tomando os nomes das povoações por onde passa, vae desaguar na margem esquerda do Douro, em Crestuma, depois de 20 k. de curso.

Sá de Albergaria (*Antonio da Costa Couto*). Professor e escriptor. N. na quinta da Lameira, da freg. de S. Miguel, concelho de Arouca, a 15 d'agosto de 1850, sendo filho do advogado Antonio José da Costa Couto e de D. Maria de Sá Rebello Vasconcellos Albergaria. Tendo feito os estudos preparatorios, sentou praça no Porto, no batalhão de caçadores n.º 9, tendo depois baixa por doença. Dedicando se ao professorado, leccionou em differentes collegios, e consagrando se á litteratura e ao jornalismo, redigiu em 1875, sob differentes pseudonymos, o jornal satyrico de caricaturas *Parvonia illustrada*. Redigiu depois, com o dr. Germano de Meirelles e Julio Gama, a *Gazeta do Porto*, jornal politico que advogava o partido regenerador. Collaborou tambem na *Gazeta Militar*, e fundou, com o caricaturista Sebastião Sanhudo, em 1878, o semanario humoristico *O Sorvete*. Fundou depois, em 1880, *O Porto comico*, jornal humoristico em que appareceu a historia dos *Carecas de Ponte do Lima*, que tanto intrigou os leitores. Sá d'Albergaria redigiu mais os seguintes jornaes: *Dez de março*, em que sustentou varias polemicas com Emygdio Navarro, Antonio Ennes, José Luciano, Pinheiro Chagas, e outros escriptores e politicos illustres; *Maria Rita*, *Palito*, e *Os pontos*, jornaes humoristicos: *Jornal de Noticias*, onde se conservava em 1907, e no qual inaugurou a secção *De raspão*, que se tornou muito popular pela graça do seu commentario, etc. Publicou as seguintes obras: *Os meus peccados*, 1 vol., 1878; *De Raspão*, collecção de artigos em dialogo, publicados no *Jornal de Noticias*; *A irmã Dorothea*, 3 volumes, 1902; *Os filhos do padre Anselmo*, 1 vol. 1904; *O segredo do eremita*, 5 volumes, 1904, etc. Tem escripto para o theatro as seguintes peças: *Henriqueta, audaz aventureira*, comedia em 5 actos, 1876; *O Porto por um canudo*, revista do anno, 1886; *O ovo da gallinha pinta*, peça phantastica, 1887; *Tim-tim por tim-tim*, revista, 1887; *As pastilhas do diabo*, revista, 1889; *O filho do diabo*, revista, 1893; *O brazileiro Pancracio*, peça de costumes populares do Minho, 1893; *O carvalho milagroso*, peça de costumes populares, 1896; *O diabo loiro*, opereta, 1897; *O seculo das luzes*, revista, 1900; *Por cima e por baixo*, revista, 1903; *Domingos, Dias, Santos & C.ª*, comedia, 1904; *O tezo*, revista, 1907. Estas peças fôram todas representadas nos theatros do Porto: Baquet, Infante D Affonso, S. João e Carlos Alberto. O *Brazileiro Pancracio* tambem se representou em Lisboa no theatro da Trindade, e o *Diabo loiro* foi a peça com que, em 1897, se inaugurou o theatro do Carlos Alberto,

no Porto. Escreveu os monologos: *O amor dos amores*; *O chocolate de Mathias Lopez; O tocador de Zabumba*; *A móça; Dois dedos de cavaco*, etc

Sá de Baixo. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Villa Fria, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Sá da Bandeira *(Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, 1.º barão, 1.º visconde e 1.º marquez de)*. Moço fidalgo da Casa Real, par do reino, ministro de Estado, marechal de campo, director da Escola do Exercito, presidente do conselho ultramarino, socio benemerito da Academia Real das Sciencias, etc. N. em Santarem a 26 de setembro de 1795, fal. em Lisboa a 6 de janeiro de 1876. Era filho de Faustino José Lopes Nogueira de Figueiredo e Silva, moço fidalgo com exercicio, desembargador da Relação e casa do Porto, alcaide mór do Cadaval, commendador da ordem de Christo, senhor do prazo de Reguengo em Santarem, etc., e de sua mulher, D. Francisca Xavier de Sá Mendonça Cabral da Cunha Godinho. Començou a sua carreira militar, assentando praça de voluntario em 4 de abril de 1810, no regimento de cavallaria n.º 11, sendo logo reconhecido cadete, e por decreto de 15 de dezembro do mesmo anno foi despachado alferes para cavallaria n.º 10. Achando-se doente em Lisboa, desde 15 de agosto de 1811, apresentou-se no deposito de Alcantara em 16 de outubro, e no regimento em 8 de novembro. Por portaria de 6 de junho de 1812; foi promovido a tenente para o regimento de cavallaria n.º 4. Entrando com distincção e bravura nas batalhas da Guerra Peninsular desde 1810, recebeu alguns ferimentos, mas na batalha de 13 de março de 1814 junto ao logar de Viella, departamento de Gers, em França, ficou horrorosamente ferido, recebendo umas poucas cutiladas na cabeça, ficando como morto na estrada, onde um soldado francez o aprisionou quasi cadaver, levando o para casa d'umas senhoras, que o trataram com tanta caridade que Sá Nogueira lhes ficou muito reconhecido, e ainda annos depois, sendo já ministro e general, se correspondia com ellas. Caíra prisioneiro quasi no fim da campanha, pois a paz geral de Paris foi feita em 30 do maio d'esse anno. Difficilmente restabelecido, mas quasi completamente surdo por effeito das terriveis cutiladas na cabeça, surdez que nunca mais o deixou, regressou com muito custo a Portugal, e pediu logo licença para estudos, que obteve em 15 de outubro de 1815 Matriculou-se na Academia de fortificação, artilharia e desenho; e frequentou os estudos mathematicos desde 1 de maio de 1816 No fim do julho de 1817 estava prompto para o serviço, mas tornou a matricular se em mathematica, sendo dado prompto para o serviço em 26 de junho de 1818, e n'esse mesmo anno, a 20 de outubro, se matriculou em mathematica e philosophia na Universidade de Coimbra. Foi promovido a capitão de cavallaria n.º 4, por portaria de 11 de maio de 1819, e dado prompto para o serviço em 1 de julho de 1820. Foi um estudante tão applicado que mereceu diversas distincções. Em 1820 declarou se liberal. No mez de abril de 1821 obteve licença de ir alistar se nas fileiras dos revolucionarios napolitanos, servindo a causa constitucional Atravessou a Hespanha e os Pyrinéos, e sabendo em França, que os revoltosos italianos haviam sido derrotados pelo rei legitimo, obteve licença para ir estudar a Paris, e frequentando na Universidade o curso de sciencias naturaes, teve ensejo de ouvir as lições dos professores Guy-Luvre e Tourcroy. Permaneceu n'aquella cidade desde 26 de agosto de 1821 até 30 de setembro de 1824, onde tambem visitou o Museu de Historia Natural e outros institutos. Regressando a Portugal, passou no posto que tinha, e como addido, ao real corpo de engenheiros, por decreto de 16 de fevereiro de 1825. Teve licença para frequentar estudos em Inglaterra por portaria de 21 do março do mesmo anno, e cursou os estudos em Londres desde o 1.º do abril até 31 de março do anno seguinte. Regressando a Portugal foi nomeado assistente da divisão de operações do commando do ministro da guerra, por portaria de 12 de outubro, e pela ordem do exercito n.º 143, de 27 de novembro, foi addido ao estado maior do general visconde de Beire governador das armas do Alemtejo. Assistiu aos combates de Coruche, da Beira Baixa, em 9 de janeiro de 18 7, e aos da Ponte do Prado, a pouca distancia de Braga, e logo em seguida a Ponte da Barca, onde os realistas ficaram derrotados, sendo obrigados a internarem se na Galliza. Sá Nogueira foi feito major graduado com distincção para o real corpo de engenheiros, sem prejuizo de antiguidade dos capitães mais antigos, e em consequencia de ter sido recommendado pelas acções de Coruche, Ponte do Prado e Ponte da Barca, por decreto de 15 de março de 1827, passando a major effectivo para o mesmo corpo, ordem do exercito n.º 89, de 19 de julho. Serviu ás ordens do conde de Villa Flôr, por aviso de 17 de agosto, commissão que exerceu desde 1 de setembro de 1827 até 10 de março de 1828 Tendo-se o infante D. Miguel proclamado rei absoluto, Sá Nogueira não adheriu de fórma alguma a esse golpe de estado, e apenas viu que as tropas do Porto e d'Aveiro se pronunciavam contra a usurpação, foi immediatamente unir se-lhes, e tomou parte com o exercito do general Saraiva Refoios nos infelizes combates de Ega, Cruz de Morouços e Vouga em que ficaram derrotados os liberaes, retirando depois para o Porto. Sá Nogueira havia sido nomeado commandante dos engenheiros na divisão volante, por portaria de 1 de junho. Chegados ao Porto, apoderou se inteiramente dos chefes d'aquella tentativa, até mesmo dos que depois se mostraram mais decididos e mais temerarios, um verdadeiro terror panico. Palmella e Saldanha, que tinham vindo do Inglaterra a bordo do vapor *Belfast*, reembarcaram precipitadamente, e o exercito, abandonado pela maior parte dos seus generaes, retirou para o Minho, afim de emigrar para a Galliza. Sá Nogueira, que saira do Porto a levar uma pequena divisão que se encontrava nas proximidades do Penafiel, ordem de se retirar para Santo Thirso, ficou espantado ao voltar ao Porto, de encontrar essa ordem de emigração, porque combinára com o general Pizarro que se não emigraria sem se tentar mais uma vez a sorte das armas. Mas o exercito havia perdido completamente a força moral, e não era possivel arriscar se uma batalha com esses elementos. A desgraçada retirada começou logo em seguida, e foi então que o nome de Bernardo de Sá Nogueira começou a tornar se verdadeiramente popular. Todos sabiam que os fugitivos do *Belfast* lhe tinham offerecido um lo-

gar a bordo, e que Sá Nogueira o recusara, dizendo quo queria partilhar a sorte dos seus camaradas. Durante a retirada foi elle quem conseguiu manter alguma ordem no exercito a ponto que os officiaes lhe supplicavam, que ficasse na retaguarda, porque o brigadeiro Pizarro, que commandava a columna, não queria saber do que se passava atraz de si. Foi Sá Nogueira, portanto, quem commandou a retaguarda, mantendo a em ordem, fazendo marchar os que iam desanimando e franqueando o caminho da deserção para os que não queriam acompanhar a emigração liberal, e que não eram senão elementos fataes de desordem e de desalento. As forças liberaes entraram finalmente na Galliza em 8 de julho. Os officiaes hespanhoes de Fernando VII, que tão favoraveis tinham sido á emigração absolutista, eram o mais contrario possivel á emigração liberal, e tratavam os infelizes emigrados com uma arrogancia e uma falta de hospitalidade verdadeiramente incriveis. Bernardo de Sá Nogueira, apezar de desarmado, manteve sempre energicamente a sua dignidade militar, respondendo a um coronel hespanhol, chamado Pereira, com uma energia que o desesperou, mas que excitou a admiração dos proprios hespanhoes que presenciaram o nobre e resoluto procedimento do official portuguez. Depois de passarem toda a qualidade de torturas, os emigrados embarcaram para Inglaterra, onde os esperavam tormentos não inferiores. Apenas, porém, constou a Sá Nogueira que a Madeira se pronunciára pela causa liberal, partiu a bordo d'um navio brazileiro para essa ilha, porque n'essa occasião contava-se muito com a Madeira, e muito pouco com a Terceira Infelizmente quando o navio brazileiro chegou á Madeira, onde se pronunciára pela causa liberal José Julio Travassos Valdez, mais tarde conde de Bomfim, já a encontraram no poder dos absolutistas, e Sá Nogueira teve de seguir para o Brazil. No Rio de Janeiro apresentou-se ao imperador D. Pedro, e contou-lhe os acontecimentos de Portugal, como testemunha presencial e um dos principaes actores do drama tristissimo que ali se representava. D. Pedro quiz retel-o ao seu lado, porém Sá Nogueira, desejoso de transmittir as palavras animadoras do imperador para os que defendiam a causa liberal, voltou a Inglaterra, e aproveitando o primeiro ensejo que se lhe deparou, foi para os Açôres, onde o conde de Villa Flôr sustentava na ilha Terceira, com admiravel denodo, a causa da rainha D. Maria II. Sá Nogueira partiu n'uma escuna ingleza, que foi tomada por um dos navios realistas do cruzeiro, e teve de esconder se, juntamente com um dos seus irmãos, debaixo do carvão de pedra da carga, e ali se conservou sete dias, sem mudar de posição, sendo protegido pelo capitão do navio Chegando á ilha de S. Miguel, até onde o navio cruzador os escoltou, Sá Nogueira, emquanto se fez a descarga, esteve escondido debaixo d'uma vela, e desembarcando emfim a occultas, esteve dois mezes refugiado na casa do consul inglez, até que teve ensejo de seguir para a ilha Terceira, onde chegou a 12 de dezembro de 1829. Já se havia dado a batalha da Villa da Praia, tão gloriosamente ganha pelo conde de Villa Flôr, e os miguelistas mantinham ainda o bloqueio, mas muito menos apertado, o que deu occasião a que Sá Nogueira pudesse desembarcar, sendo logo no dia 11 nomeado ajudante d'ordens do conde de Villa Flôr, então governador e capitão general dos Açôres. Quando este valoroso militar preparou em 1831 a expedição para tomar as restantes ilhas do archipelago, Sá Nogueira prestou-lhe valioso auxilio nos combates das ilhas do Pico, S. Jorge, Faial, S. Miguel, que conquistou depois da batalha da Ladeira Velha, em quo os miguelistas fôram postos em debandada No entretanto, D. Pedro abdicava a corôa imperial, e organisando uma pequena expedição com os emigrados dispersos por França e Inglaterra e com alguns voluntarios estrangeiros, partira para os Açôres, a tomar o commando das tropas liberaes, com o simples titulo de duque de Bragança, e apenas chegou, escolheu para seu ajudante de campo o intrepido Bernardo de Sá Nogueira, por decreto de 16 de março de 1832. N'esta qualidade, acompanhou a expedição que partiu para as costas de Portugal. Quando chegou ás alturas de Villa do Conde, o imperador mandou-o a terra para intimar o general José Cardoso, que estava ali com a sua brigada, a quo deixasse desembarcar livremente o exercito constitucional, e reconhecesse o governo do legitimo soberano de Portugal. O general miguelista recebeu o bruscamente, e disse lhe que o que devia fazer era mandal-o fuzilar. ao que o energico official respondeu: «Fuzile e ficará deshonrado á face da Europa.» Bernardo de Sá Nogueira recolheu se a bordo sem ter nada conseguido, e no dia 8 de julho do mesmo anno de 1832, desembarcava o exercito libertador, composto de 7:500 homens, nas praias do Mindello, e no dia 9 entrava na cidade do Porto, sendo recebido pela população com um enthusiasmo delirante. O governo militar da cidade foi confiado a D. Thomaz de Mascarenhas. Principiou então a lucta. O governador foi exonerado do seu cargo, por ter dado provas de extraordinaria fraqueza, quando suppôz derrotado o exercito liberal na batalha de Ponte Ferreira, indo substituil o Sá Nogueira, por decreto de 27 de julho, tendo tambem inspecção sobre os batalhões nacionaes que se organisassem ali. O valente militar merecia cada vez mais a confiança do imperador e a do exercito. Logo que tomou posse, ordenou que se occupasse e se fortificasse o convento da Serra do Pilar, confiando o commando ao general Torres, que sempre o defendeu brilhantemente. Foi promovido a tenente coronel, por decreto de 6 de agosto, pelos serviços prestados nas ilhas dos Açôres, continuando na commissão em que estava. No dia seguinte ficou derrotado o conde de Villa Flôr na batalha de Souto Redondo, e quando a noticia chegou ao Porto, D. Pedro, verdadeiramente fulminado, voltou-se para Sá Nogueira, e perguntou-lhe, o que entendia que se deveria fazer, a que o intrepido official respondeu: «Se o general inimigo manda a sua cavallaria cortar a retirada ás nossas tropas, o que lhe é facilimo, Vossa Majestade não póde fazer senão embarcar immediatamente, e eu á testa de 300 soldados escolhidos, me encarrego de proteger a retirada » Não foi necessario isso, porque o general miguelista, por uma inconcebivel hesitação, não cortou a retirada aos liberaes que entraram no Porto em desordem, mas afinal com perdas relativamente pequenas. A defeza do Porto começou então. Em 8 de setembro os miguelistas procuraram com um ataque rigoroso apoderar-

se da margem do sul do Douro, e principalmente da Serra do Pilar. Sá Nogueira commandava as tropas que defenderam com toda a energia as posições de Villa Nova de Gaia, que tiveram por fim de abandonar, excepto a Serra do Pilar, que se manteve heroicamente. Foi então que, no sitio chamado Alto da Bandeira, Sá Nogueira foi ferido com uma bala no braço direito, que teve de lhe ser amputado. Desde esse dia de dôr e de gloria, Bernardo de Sá Nogueira ficou sendo o heroico *maneta* A historia do cêrco do Porto está amplamente descripta por Oliveira Martins, Luz Soriano, Pinheiro Chagas e outros escriptores. No dia 10 de novembro ainda de 1832, era confiada a Sá Nogueira a pasta da marinha, e interinamente a do reino, por decreto do dia 18, exercendo estes empregos até 29 de maio de 1833; a 4 de abril antecedente fôra agraciado com o titulo de barão de Sá da Bandeira. As circumstancias, em que o valoroso official acceitára as pastas ministeriaes, eram bem precarias. D. Pedro julgava n'essa occasião, a causa completamente perdida. Vendo que o resto do paiz se não revolucionava em seu favor, achando-se encerrado dentro das muralhas do Porto, não encontrando nas potencias estrangeiras a adhesão e a sympathia com que contava, D. Pedro desanimou. A esquadra commandada pelo almirante inglez Sartorius, ainda era um elemento favoravel á sua causa, mas essa mesma esquadra lhe ia ser inutil, porque os marinheiros inglezes, não sendo pagos, sublevavam-se, o almirante Sartorius em constantes desavenças com os seus officiaes, não empregava a esquadra convenientemente, e afinal os navios miguelistas bloqueavam a entrada do Douro, e faziam com que no Porto começasse já a haver fome e falta das munições mais indispensaveis. Foi n'esta lastimosa crise, que o barão de Sá da Bandeira, na sua qualidade de ministro da marinha, entabolou negociações com um excellente official inglez, o seu amigo Carlos Napier, convencendo o a tomar o commando da esquadra, que sob as ordens de Sartorius mais prejudicava que defendia, salvando assim a causa da liberdade, que estava gravemente ameaçada Sartorius foi demittido por um decreto de março de 1833 Com o novo commando as cousas tomaram outro aspecto mais prometedor. Sá da Bandeira, porém, não teve a satisfação de gozar o fructo dos seus trabalhos e da sua previdencia. As intrigas ferviam no Porto, e o illustre estadista foi sacrificado, tendo de sair do poder, indo substituil-o o marquez de Loulé. Antes de se retirar, deu-se o renhido combate das Antas, no dia 24 de março, onde appareceu, ficando ferido na lucta. Comtudo, a situação da causa liberal ia melhorando, os assaltos dos miguelistas ao Porto eram constantemente repellidos, Napier tomava a esquadra inimiga na batalha do Cabo de S Vicente, o duque da Terceira desembarcava no Algarve, atravessava o Alemtejo, batia os inimigos na Cova da Piedade, atravessava o Tejo e entrava em Lisboa no glorioso dia 24 de julho, sem dar um tiro, o imperador apressava-se a vir tambem para a capital, e o barão de Sá da Bandeira, que o acompanhára, tomou parte muito activa na acção de 5 de setembro. Foi depois nomeado governador de Peniche, onde, reunindo algumas tropas, pôde inquietar a retaguarda do exercito inimigo, tomando Obidos, e marchando sobre Torres Vedras, foi com a sua divisão juntarse ao exercito constitucional, formando a quinta columna de operações que manobrou sob o commando de Saldanha. Sá da Bandeira fôra promovido a coronel por decreto de 25 de julho de 1833, contando a antiguidade de 17 de maio, e em 14 de outubro do mesmo anno foi exonerado do governo da praça de Peniche, por ir commandar uma divisão de operações no Algarve, desde o dia 17 do citado mez de outubro até 15 de novembro. Depois da batalha d'Almoster, realisada em fevereiro de 1834, foi encarregado interinamente do governo militar do Algarve, por decreto de 17 do referido mez de fevereiro, sendo encarregado de pacificar aquella provincia, onde dominavam as guerrilhas miguelistas. N'essa campanha deu Sá da Bandeira mais provas da sua temeraria bravura. Depois de ter batido os miguelistas nas proximidades de Tavira e de haver exterminado as guerrilhas, entrou no Alemtejo, e apoderou se de um grande numero de pontos importantes, obrigando os generaes miguelistas a destacarem para o sul do Tejo forças numerosas que effectivamente infligiram a Sá da Bandeira um revez consideravel no dia 24 d'abril obrigando-o a encerrar se em Faro, mas que fôram ao mesmo tempo tropas que faltaram no campo da batalha d'Asseiceira, onde o duque da Terceira ganhou a victoria final, que pôz termo áquella prolongada lucta. Do governo militar do Algarve foi Sá da Bandeira exonerado por portaria de 17 de maio, e em 26 d'este mez assignava-se a convenção de Evora Monte, que terminava as campanhas da Liberdade Sá da Bandeira, a esse tempo era já brigadeiro, e em recompensa dos altos serviços que prestou na ultima phase da guerra, foi agraciado com o titulo de visconde, por decreto de 1 de dezembro de 1834. Terminara a lucta armada entre miguelistas e constitucionaes, e ia começar entre estes ultimos a lucta politica e parlamentar. O visconde de Sá da Bandeira era tão competente para essa lucta, como fôra para a lucta militar. Tratára, sobretudo, de estudar profundamente a questão colonial, e o desejo vivissimo que tinha de acabar com a escravatura em Portugal tornára se a preoccupação predilecta do seu espirito. Infelizmente, o primeiro ministerio em que entrou como ministro da marinha, e interino do reino, por decreto de 18 de novembro de 1835, foi um ministerio perfeitamente de transição, sem força, que entrára no poder em virtude d'uma especie de pronunciamento dos officiaes contra uma medida do duque da Terceira, commandante em chefe do exercito, que durou apenas cinco mezes, e se demittiu em 19 de abril de 1835, tendo sido presidido por José Jorge Loureiro, que se encarregára tambem da pasta da guerra. Por carta regia de 1 de setembro d'esse anno, foi nomeado par do reino. Este ministerio foi substituido por outro, presidido pelo duque da Terceira; mas esse ministerio tambem não era menos fraco. e afinal a revolução ha muito latente, rebentou no dia 9 de setembro de 1836. Chamado ao poder para fazer parte d'um novo ministerio da presidencia do conde de Lumiares, Sá da Bandeira acceitou, a pedido da rainha, a pasta da fazenda e interinamente a dos estrangeiros, por decreto de 10 de setembro. Menos de dois mezes depois da revolução, tramava o partido cartista uma contra re-

volução, conhecida pela *Belemzada* (V. *este nome*), contra revolução que se mallogrou miseravelmente e quasi ridiculamente, graças á attitude da guarda nacional, e sobretudo á energia do proprio Sá da Bandeira, que se mostrou perante a contra revolução tão destemido como perante o inimigo. O ministerio caira em 4 de novembro, e a *Belemzada* teve o unico resultado de dar origem á formação d'um novo ministerio mais forte, em que o visconde de Sá da Bandeira assumiu a presidencia do conselho e a pasta dos estrangeiros por decreto de 5 de novembro, encarregando se interinamente da da guerra, por decreto de 6, e da marinha por decreto de 27 de maio de 1837. Comtudo, se a presidencia nominal pertencia a Sá da Bandeira, é certo que a alma do ministerio era Passos Manuel, que symbolisava perfeitamente as ideias da revolução de setembro, em cuja obra reformadora Sá da Bandeira collaborou dedicadamente, dando-lhe toda a força, e caindo com elle quando Passos Manuel entendeu dever pôr a sua pasta, perante o congresso constituinte, sobre a questão dos sub-secretarios de Estado; demittiu se das suas tres pastas em 1 de junho, e pediu a demissão do ministerio logo no dia 2, que lhe foi concedida. Durante esse governo, foi creada por decreto de 12 de janeiro de 1837, referendado por Sá da Bandeira e Passos Manuel, uma casa pia com a denominação de Asylo Rural Militar, *destinada exclusivamente para recolher, alimentar, e educar oitenta alumnos, filhos de praças de pret do exercito*. Este asylo teria assento no edificio do Varatojo (V. *Portugal*, vol. 1, pag. 831 e 832). Em janeiro de 1837 fundou-se a Academia Polytechnica do Porto em substituição da antiga Academia de Marinha e Commercio, e a Escola Polytechnica de Lisboa em substituição da antiga Academia Real de Marinha; em novembro de 1836 creou-se a Academia Portuense de Bellas Artes; o Conservatorio de Lisboa, por instigação de Garrett; a Academia de Lisboa de Bellas Artes; a Casa Pia de Evora, a Escola do Exercito, o Conservatorio Portuense de artes e officios; transformou os estudos da Universidade, organisou com um novo plano as escolas de instrucção primaria, deu ás escolas medico-cirurgicas de Lisboa e Porto novos regulamentos, fez regulamentos para as Academias de Bellas Artes de Lisboa e Porto, recommendava a creação de associações agricolas, fabris e industriaes nas terras mais importantes do reino, etc. Este ministerio tomou todas estas medidas, estando em dictadura. O ministerio de Sá da Bandeira e Passos Manuel foi substituido por outro verdadeiramente insignificante presidido pelo conselheiro Antonio Dias de Oliveira. No mez immediato rebentava a revolução cartista, com o fim de restabelecer a Carta Constitucional, conhecida pela *revolta dos marechaes*, porque depois de ter sido iniciada pelo barão de Leiria, assumiram a sua direcção os dois marechaes duque de Saldanha e duque da Terceira. O visconde Sá da Bandeira foi logo nomeado logar-tenente da rainha nas provincias do norte, por carta regia de 14 de julho, e ali conseguiu que a revolta se não propagasse. Combateu com os setembristas ao lado do visconde de Bomfim no Chão da Feira, e ao lado do visconde das Antas em Ruivães. A esse tempo já havia caido o ministerio Dias d'Oliveira, e o visconde de Sá da Bandeira foi chamado a presidir o novo ministerio que se organisou em 10 d'agosto, ficando interinamente com a pasta da marinha. Este ministerio foi verdadeiramente cortado de amarguras. A guarda nacional estava agitadissima, os ministros succediam-se uns aos outros, e Sá da Bandeira teve successivamente como ministros do reino Julio Gomes da Silva Sanches e Antonio Fernandes Coelho. Os clubs multiplicavam se e pretendiam governar; os cartistas e reaccionarios aproximavam se dos exaltados para embaraçar o caminho do governo setembrista. Sá da Bandeira fôra exonerado do exercicio de logar tenente da rainha por carta regia de 9 de outubro, e de ministro interino da marinha, por decreto de 25. Por decreto de 9 de novembro encarregava-se da pasta dos estrangeiros, e por decreto de 9 de março de 1838 ficou interinamente com as pas-

Marquez de Sá da Bandeira

tas da guerra e da marinha. O congresso constituinte votára a Constituição de 1838, e a execução d'essa nova Constituição, sempre em todos os casos difficil, complicava-se com a agitação da capital. A 9 de março de 1838 o batalhão do Arsenal fechava as portas d'este estabelecimento, e declarava-se uma insurreição, a que pôz termo a convenção de Marcos Filippe, assim chamada por se ter assignado no botequim de Marcos Filippe no largo do Pelourinho. Suppondo que este acto, que tivera por fim evitar a effusão de sangue, significava fraqueza, rebentou em 13 de março uma nova insurreição de alguns batalhões da guarda nacional, que foi suffocada pelo visconde de Sá da Bandeira em pessoa, o qual evitou comtudo, tanto quanto lhe foi possivel, o derramamento de sangue. Por decreto de 17 do mez d'abril seguinte deixou de ser ministro da guerra.

No dia 14 de junho de 1838, dia da procissão do Corpo de Deus, houve novas agitações; el-rei D. Fernando foi insultado quando subia para a carruagem, e José da Silva Carvalho, que voltava do estrangeiro, e que apparecia pela primeira vez em publico depois d'isso, foi perseguido pelos guardas nacionaes que o queriam matar, e a Costa Cabral, então governador civil de Lisboa, e que procurára protegel-o. Attribulada e agitadissima como foi esta situação, a que succedeu a 18 de abril de 1839 o ministerio presidido pelo barão de Sabrosa, deixou comtudo, Sá da Bandeira vinculado o seu nome á gloriosa medida, que acabava n'um praso determinado, com a escravidão das colonias portuguezas, medida que muito mais tarde ficou plenamente realisada. Além d'isso, decretou-se a colonisação das nossas possessões; lançaram-se os fundamentos á administração da fazenda publica, e promoveu-se o desenvolvimento dos assumptos mais importantes a cargo das camaras municipaes e das parochias. Sá da Bandeira, sem deixar de tomar parte nas luctas politicas, recorreu á imprensa para tratar da sua questão mais predilecta, a da abolição da escravatura. Em 1839 publicou os *Documentos officiaes relativos á negociação do tratado entre Portugal e a Gran Bretanha para a suppressão do trafico da escravatura, mandado imprimir por ordem da camara dos senadores.* Em 1840 publicou *O Trafico da escravatura e o bill de Lord Palmerston.* Por decreto de 16 de dezembro de 1840 foi Sá da Bandeira nomeado commandante militar da 7.ª divisão e governador da praça d'Elvas, sendo exonerado a seu pedido, por decreto de 12 de fevereiro de 1841. Quando no principio de 1842 Costa Cabral, que fazia parte do ministerio que governava segundo a constituição de 1838, foi ao Porto proclamar a restauração da Carta, houve ainda um momento em que a rainha fingiu que desejava resistir á insurreição cartista, e em que chamou ao poder no dia 7 de fevereiro de 1842 o duque de Palmella, que entregou a pasta da guerra ao visconde de Sá da Bandeira. O heroico general estava disposto a resistir energicamente, mas a corôa é que não estava disposta a auxilial-o. Esse ministerio, conhecido pelo nome de *ministerio de entrudo*, durou só 2 dias, sendo logo substituido no dia 9 por outro da presidencia do duque da Terceira, que reservou um logar para Costa Cabral. A Carta estava restaurada. Sá da Bandeira fez vehemente opposição aos ministerios cartistas com a sua palavra, com a sua penna, e afinal com a sua espada. Em 1845, entrou com todo o calor na discussão relativa ao direito eleitoral dos officiaes, escrevendo successivamente: *Reflexões sobre a pratica do direito eleitoral, dirigidas a s. ex.ª o marechal ministro da guerra, e aos srs. generaes e officiaes do exercito; Carta do visconde de Sá da Bandeira ao conde de Santa Maria sobre a liberdade do voto dos officiaes militares; Carta segunda. . ao Conde de Santa Maria; contém o exame das accusações que com autorisação de s. ex.ª lhe fôram dirigidas.* Quando a agitação do paiz em maio de 1846 obrigou a rainha a organisar um ministerio que offerecesse garantias liberaes, e garantia de que se cumpriria a velha promessa feita em 1842 de se convocarem côrtes constituintes para se reformar a Carta, chamou o duque de Palmella para organisar esse governo a 19 de julho de 1846, e confiou a pasta da guerra ao visconde de Sá da Bandeira, que fôra nomeado commandante geral da guarda nacional de Lisboa em 25 de junho do mesmo anno. Este ministerio foi victima da embuscada de 6 de outubro. Sá da Bandeira, indignado, pediu logo a sua exoneração, e sabendo que no Porto se organisára uma junta insurreccional, correu a offerecer lhe a sua espada, que foi acceita com enthusiasmo. Saindo do Porto á frente d'uma divisão, marchou sobre as tropas da rainha, commandadas pelo barão do Casal, e obrigou-o a retirar e a refugiar-se em Chaves, mas querendo depois attrahil o para fóra das muralhas d'essa villa, offereceu lhe batalha em Valpaços, e foi ahi batido no dia 15 de novembro de 1846, vendo se obrigado a retirar para o Porto. Querendo renovar a manobra que tão bons resultados déra em 1833, o governo da junta mandou uma expedição ao Algarve, que devia marchar sobre Lisboa. Era essa divisão commandada por Sá da Bandeira, que desembarcado no Algarve marchou a unir-se no Alemtejo com as forças populares commandadas por Celestino o pelo conde de Mello, e tomando a direcção superior, marchou sobre Setubal, encontrando se no Alto do Viso com as forças da rainha commandadas pelo barão de Vinhaes. A esse tempo, porém, já a causa da junta estava perdida. Saldanha, depois de ganhar a batalha de Torres Vedras, ameaçava o Porto, mas a intervenção estrangeira sobretudo tornava inuteis quaesquer novos esforços. Os officiaes de um navio inglez, o *Polyphemo*, que pairava nas alturas de Setubal, communicaram este facto aos belligerantes, e um armisticio pôz termo á batalha, que tambem não correra feliz para Sá da Bandeira. Este passou para bordo do navio inglez, tendo sido a sua divisão que disparou os ultimos tiros n'essa lucta relativamente titanica. Foi comprehendido nos decretos de amnistia de 28 de abril e 27 de julho de 1847, ordem do exercito n.º 62, de 30 de agosto. Por decreto de 30 de maio de 1851 foi nomeado marechal de campo, contando a antiguidade de 29 de abril, e por decreto de 8 de agosto director da Escola do Exercito. Em 1848 publicou: *Correspondencia entre o visconde de Sá da Bandeira e os Ministros plenipotenciarios, e outros agentes das Potencias signatarias do protocollo de 21 de maio de 1847, acompanhada de uma carta de Sua Majestade a Rainha, e de outros documentos.* Depois de 1851 Sá da Bandeira voltou a figurar na politica, militando no campo do partido historico. Em 1855 publicou um folheto relativo a questões coloniaes, intitulado: *Factos e considerações relativas aos direitos de Portugal sobre os territorios de Molembo, Cabinda e Ambriz, e mais logares da costa occidental de Africa.* Em 1856, caindo o ministerio regenerador, subiu ao poder o ministerio historico, presidido pelo marquez do Loulé, e Sá da Bandeira encarregou-se da pasta da marinha, e interinamente da das obras publicas, por decreto de 6 de junho, deixando esta ultima, por decreto de 25, sendo encarregado, tambem como in-

Brazão do marquez de Sá da Bandeira

terino, da pasta da guerra, por decreto de 23 de janeiro de 1857, de que foi exonerado por decreto de 8 de setembro. A 21 d'este mez teve a promoção de tenente-general. Sendo encarregado da pasta da guerra por decreto de 16 de setembro de 1858, foi exonerado d'este exercicio e do de ministro da marinha, por decreto de 16 de março de 1859. N'este anno caiu o ministerio, voltando ao poder em 1860. O visconde de Sá da Bandeira não entrou logo, mas foi no dia 3 de dezembro substituir o ministro da guerra Belchior José Garcez. Seguiu-se depois aquelle longo ministerio do marquez do Loulé, que mudou de ministros umas poucas de vezes. Sá da Bandeira acompanhou-o desde dezembro de 1860 até 14 de janeiro de 1861, em que foi exonerado da pasta da guerra. Havia sido presidente interino do conselho e ministro interino dos estrangeiros, por decreto de 12 de setembro de 1862, e exonerado d'estes exercicios, por decreto de 6 de outubro seguinte. A 4 de julho de 1864 foi promovido a general de divisão. Por decreto de 3 de fevereiro d'esse anno havia sido elevado á dignidade do marquez. Tornou a ser ministro da guerra em 1865, nomeado por decreto de 5 de março. Este ministerio teve uma vida muito curta e attribulada. A 17 do abril succedia lhe outro, em que Sá da Bandeira foi presidente do conselho e ministro da marinha. O ministro principal era Antonio José d'Avila. Este ministerio durou sómente até 5 de setembro, organisando se então o ministerio da fusão presidido por Joaquim Antonio de Aguiar. Sá da Bandeira afastára se definitivamente do partido historico, e conservou se por algum tempo extranho á politica activa, até que veiu o movimento conhecido pela *Janeirinha*, que fez cair o ministerio da fusão, tornando pronunciadas em todo o paiz as reclamações de economia dos dinheiros publicos. Voltou-se então a popularidade para o bispo de Vizeu, cuja austeridade parecia offerecer uma segura garantia de que se entraria desassombradamente n'esse caminho. O bispo de Vizeu foi chamado ao poder, mas, entendeu-se, que não se lhe podia dar a presidencia do conselho, e foi o marquez de Sá da Bandeira chamado a presidir esse ministerio chamado *reformista*, de 22 de julho de 1868, ministerio que não tendo podido realisar as suas esperanças, caiu a 11 de agosto de 1869. Por decreto de 24 de agosto de 1866 fôra nomeado ajudante de campo d'el-rei D. Luiz, e por decreto de 1 de setembro foi nomeado presidente da commissão encarregada de resolver definitivamente o systema de fortificações de Lisboa e seu porto, commissão de que foi exonerado por decreto de 21 de julho de 1868. A vida politica do marquez de Sá da Bandeira póde dizer se que terminou com a queda do ministerio do bispo de Vizeu. Ainda em 1870 os seus amigos politicos instaram com elle para que fôsse ao paço prestar ao rei D. Luiz o apoio da sua energia, do seu prestigio e da sua autoridade para dar o golpe de estado de 29 de agosto que pôz tormo á dictadura do marechal Saldanha. Presidiu então o ministerio, gerindo tambem a pasta da guerra, desde esse dia até 29 de outubro em que foi exonerado, cedendo então a presidencia ao marquez d'Avila e Bolama, retirou-se á vida particular. Ainda em 1870 escreveu em francez uma carta ao conde de Goblet d'Alviclle, escriptor belga, carta que imprimiu, e em que rectificava alguns pontos da historia contemporanea de Portugal, tratados inexactamente pelo conde. Em 1872 publicou uma carta a Latino Coelho, expondo as suas ideias ácêrca da reforma da Carta Constitucional, de que então se occupavam todos os partidos politicos. Se depois deixou descançar a penna, occupou se sempre até ao fim da sua vida com summo interesse, de todas as questões mais elevadas, que pódem preoccupar o espirito humano, questões de instrucção publica, de colonisação, de organisação social. Por carta regia de 20 de março de 1873 foi encarregado de dirigir as fortificações de Lisboa e seu porto; por decreto de 12 de maio de 1875, foi nomeado presidente da commissão encarregada de propôr o local e meios adequados para erigir uma estatua ao marechal duque da Terceira. Na *Folhinha da Terceira para o anno de 1832 bissexto*, publicada em Angra do Heroismo, pertence-lhe a parte geographica da monarquia portugueza. Em 1861 publicou: *Zambezia e Sofala; mappa coordenado sobre numerosos documentos antigos e modernos, portuguezes e estrangeiros, pelo visconde de Sá da Bandeira; a que se ajuntam extractos das narrações de alguns viajantes, acompanhados de analyse*; sairam no *Archivo pittoresco*, e depois no *Jornal do Commercio*, de 3 de janeiro de 1861. Sendo ministro da guerra publicou tambem em 1863 a carta, ou mappa geral de Angola e Benguella, em grande formato, por elle coordenado, e pelo então tenente-coronel Fernando da Costa Leal, governador que fôra da colonia de Mossamedes. Em 1866 publicou: *Memoria sobre as fortificações de Lisboa*. Attribue-se lhe o seguinte opusculo: *Cultura do algodão. Noticia sobre esta cultura, e modo de trazer o seu producto ao commercio*, Lisboa, anno de 1862; ornado com 4 estampas lithographadas. O marquez de Sá da Bandeira era fidalgo da Casa Real, por alvará de 21 de agosto de 1823; conselheiro de Estado effectivo; official da Torre e Espada, por diploma de 6 de outubro de 1832, pelo seu distincto comportamento na causa da legitimidade, e especialmente pela pericia e bravura com que no dia 8 de setembro conduziu a força que commandava na presença de forças mui superiores do inimigo, sem que soffresse a menor perda, occultando a grave ferida que recebera logo no principio da acção; commendador da mesma ordem, por diploma de 9 de julho de 1860; gran cruz das ordens de Christo, da Rosa do Brazil, de Leopoldo da Belgica, do S. Mauricio e S. Lazaro de Italia; de Carlos III e de Izabel a Catholica, de Hespanha; do Cruzeiro do Brazil, de S. Salvador da Grecia, de Francisco José da Austria, de S. Gregorio Magno de Roma, e de Santa Rosa do Merito Militar de Honduras, e grande official da Legião de Honra de França. Possuia a cruz n.º 1 de 4 campanhas da Guerra Peninsular, ordem do exercito n.º 31, de 25 de dezembro de 1820; a medalha de D. Pedro e D. Maria, algarismo 9 das Campanhas da Liberdade, ordem do exercito n.º 19, de 10 de maio. Foi elogiado na ordem Especial do dia 11 de abril de 1834, pelo bem que desempenhou a commissão de que foi encarregado, e pela pericia e conhecimentos que desenvolvera, libertando o reino do Algarve, e augmentando o conceito que merecia a Sua Majestade Imperial pelos seus feitos heroicos; elo-

giado na ordem n.º 208 do dia 12 de maio, pela maneira distincta com que se conduziu durante a acção de 24 de abril em S. Bartholomeu de Messines, e depois na retirada para a cidade de Silves. O brazão, concedido á sua familia por alvará de 21 de outubro de 1788, é o seguinte: Escudo esquartelado; no 1.º quartel as armas dos Nogueiras: Em campo de ouro uma banda xadrezada de prata e verde, de 8 ordens, com uma vergueta de púrpura, que tapa a ordem do meio; no segundo as dos Silveiras: Em campo de prata 3 faxas vermelhas; no 3.º as dos Carvalhos: Em campo azul uma estrella de ouro, entre uma quaderna de crescentes de prata; e no 4.º as dos Figueiredos: Em campo vermelho 5 folhas de figueira verdes em aspa, perfiladas de ouro. Sá da Bandeira procurou perpetuar a memoria do infante D. Henrique, o navegador, erigindo lhe, em 1839, em Sagres, um modesto monumento (V. *Sagres*). Em 1879, a fallecida sr.ª duqueza de Palmella modelou em marmore um magnifico busto do intrepido general, que mais tarde offereceu á Sociedade de Geographia de Lisboa, oude foi inaugurado em sessão real de 21 de junho de 1909. Em 1884 erigiu se um monumento na praça de D. Luiz, em Lisboa, em memoria do marquez de Sá da Bandeira, que já descrevemos no vol. IV do *Portugal*, artigo Lisboa, a pag. 383 e 384. A'cêrca do notavel estadista e valoroso militar, póde vêr se a *Revista Contemporanea*, de 1855, n.º 4, pag. 28; *O Universo pittoresco*, tomo III, n.º 13, pag. 196 e seguintes: *Periodico dos pobres do Porto*, n.º 2, de 1858; *Dictionnaire des Contemporains*, de Vapereau, pag. 1568, da 3.ª edição; *O Marquez de Sá da Bandeira; biographia fiel e minuciosa do illustre finado, redigida sobre documentos officiaes e parlamentares com o auxilio de valiosos apontamentos prestados por elle mesmo em 1873, e de outras informações fidedignas*, por André Meyrelles de Canto e Castro.

Sá da Bandeira. Villa e capital do distr. da Huilla, no conc. de Lubango, prov. d'Angola, Africa Occidental. Está situada nas origens do rio Caculovar, dentro d'uma bacia de 50 k. q. de superficie formada de pequenas collinas, das quaes a principal, chamada Cacondo, occupa o centro, e n'ella está edificada a villa. A altitude d'esta, tomada na linha média da referida colliua, é de 1:800 m. Comquanto a villa esteja encravada entre altas montanhas, que a privam do franco accesso dos ventos frescos do planalto da Humpata, o seu clima é salubre e os seus terrenos, ainda que humedecidos pela grande quantidade de regatos que fórmam as origens do Caculovar, são ferteis e produzem todos os generos agricolas europeus. A villa de Sá da Bandeira foi fundada em 1885, sendo Pinheiro Chagas ministro da marinha e ultramar. A 18 de novembro de 1880 chegou a Mossamedes o transporte de guerra *India*, levando a bordo 222 colonos madeirenses dos dois sexos. Em 1885 alcançaram os emigrantes o planalto, e escolhido o local para a fundação da colonia, deram principio aos trabalhos de construcção e á preparação do terreno para as sementeiras. No mesmo anno foi a colonia reforçada com 349 emigrantes levados pelo transporte de guerra *Africa*, sendo destacados d'estes 44 individuos que, reunidos a varias familias da Humpata, fundaram a colonia de S. Pedro da Chibia. Até 1888, os colonos eram escolhidos na Madeira entre os homens robustos, sadios, sobrios e trabalhadores do campo, que deram um grande impulso á agricultura da colonia, elevando-a a um alto grau de prosperidade. Depois, essa população laboriosa foi augmentada com outra, gafada de vicios de toda a casta, recrutada entre a escória social da Madeira, e d'ahi, uma série de reclamações dirigidas ao poder central para que fôsse prohibido o engajamento de vadios para a colonia. Os colonos madeirenses eram contratados por 5 annos, mediante um subsidio nos dois primeiros. Além das passagens e ferramentas agricolas que lhes eram fornecidas pelo Estado, recebiam na Madeira, a titulo de emprestimo, um adiantamento para a acquisição de objectos de primeira necessidade. O subsidio era de 300 reis para os homens, de 200 reis para as mulheres e de 100 reis para as creanças. A villa de Sá da Bandeira communica por meio de estradas carreteiras com as colonias da Humpata, Caculovar e Huilla. A primeira tem 17 k. de comprimento, parte do centro da colonia e alcança o planalto da Humpata atravez d'um estreito desfiladeiro praticado entre as serras da Kongola e Mukoto. A segunda tem 8 k. de extensão e segue pela margem esquerda do rio no rumo de ESE. A terceira tem 20 k. de comprimento e vae para o S, contornando a *ponta do Lubango* na vertente oriental da serra de Mukoto. Uma outra estrada segue no rumo do NE, atravessa o rio Mopunda e continúa para a aberta da Quilemba. Os edificios publicos da villa Sá da Bandeira são magnificos, e varios d'elles mesmo melhores do que os d'algumas cidades do continente. Quanto ás habitações particulares são, em geral, bem construidas, de pau a pique, com cobertura de colmo. O trabalho agricola é a principal occupação dos habitantes da villa. Todavia, como a exportação de generos para o litoral é absolutamente impossivel por causa do exhorbitante preço do transporte, a producção limita-se a pouco mais do que ao indispensavel para o consumo local. Tem est. postal, emitindo vales do correio.

Sá Carneiro *(José Paulino de)*. General de divisão reformado, ajudante de campo honorario el-rei D. Luiz, deputado em varias legislaturas, par do reino, director do Real Collegio Militar, etc. N. em Bragança a 24 de julho de 1808, fal. em Lisboa a 4 de setembro de 1891. Era filho de Antonio de Sá Carneiro e de D. Maria do O' Ferreira de Sá Carneiro. Assentou praça no antigo regimento de infantaria n.º 24, em 26 de março de 1824, e emigrou com a divisão constitucional em 1828 para a Galliza. Esteve na ilha Terceira, sendo promovido a alferes em 11 de outubro de 1831, entrou n'alguns combates, que se deram ali, vindo depois para o Porto em 1832. A 25 de julho de 1833 foi promovido a tenente. Seu pae, que em 1808 saira de Portugal para França na legião portugueza, de que era commandante o marquez d'Alorna, ficou ao serviço francez, e parece que nunca mais voltou a Portugal, sendo em 1828, capitão do regimento n.º 42, que fazia a guarnição de Perpignan. A sua carreira militar foi brilhantissima. Foi promovido a capitão a 25 de setembro de 1837, a major em 29 d'abril de 1851, a tenente-coronel em 20 de janeiro de 1860, a coronel em 24 de março de 1863, a general de brigada em 10 de novembro de 1871, e a general de divisão em 30 de maio de 1883, reformando-

se n'este posto em 5 de fevereiro de 1890. Sá Carneiro fez parte da divisão auxiliar á Hespanha em 1835, onde, assim como nas guerras civis de 1833, deu evidentes provas da sua valentia e bravura. Foi-lhe confiado o commando de varios regimentos, a principiar por infantaria n.º 7, onde se conservou alguns annos. Apezar de disciplinador austero, era justiceiro, qualidades que desde logo manifestou n'este commando, e que sempre manteve nos outros regimentos que commandou. Os soldados consagravam-lhe o maior respeito e estima, considerando o como um bom e verdadeiro amigo dos seus subordinados. Muitas outras commissões de serviço militar, muito importantes, lhe fôram confiadas, entre as quaes se conta a de director do Real Collegio Militar, em que prestou relevantes serviços. Conservou se muitos annos n'esta commissão, sendo depois exonerado por um ministerio presidido por Fontes Pereira de Mello. Quando foi promovido a general de brigada, foi commandar a 2.ª divisão militar, e d'ali passou ao Porto, para o commando da 3.ª divisão. N'este cargo evidenciou bem o general Sá Carneiro todas as suas grandes qualidades de disciplinador, de tactico, de homem que tem estudo da vida, e que conhece todo o alcance das commissões de maior importancia. Foi assim, que generalisando na divisão a instrucção militar mais conveniente e mais altamente provadora de quem a dirigia, conquistou ao mesmo tempo as sympathias da alta sociedade portuense, a boa vontade do governo e a consideração da corôa. Sendo um dos officiaes mais illustrados do seu tempo, figurou largamente na politica, que então era exaltada, e agitava as massas populares, fazendo-as viver na revolução como no seu mais favorito elemento. Em todo o periodo de lucta que se seguiu á implantação do regimen constitucional em 1833, até ao movimento da Regeneração, em 1851, Sá Carneiro tomou parte muito activa, sustentando sempre os seus brios de militar valente e illustrado. Foi deputado n'algumas legislaturas, sendo coronel, e já depois de ser general de brigada. Em 1887 teve a nomeação de par do reino vitalicio. Os seus meritos e valor eram tão reconhecidos e respeitados por todos os partidos, que sendo regenerador, em 1886, um ministerio progressista lhe confiou o commando da 1.ª divisão militar, logar que exerceu durante 4 annos, até 1890, sendo n'esse anno reformado, por assim o exigir a sua muito avançada edade. Antes da sua reforma foi victima d'um desastre, porque fracturou uma perna, não tornando a levantar-se do leito desde então, até que falleceu. El-rei D. Luiz, que muito considerava os seus elevados merecimentos, escolheu-o para a honrosissima commissão de ser o portador da espada de honra, regio presente, que no anno de 1885, enviou ao imperador da Allemanha, Guilherme I. O general Sá Carneiro collaborou em diversos jornaes, como o *Jornal do Commercio*, *Novidades*, *Revista militar*, etc. Por occasião d'um discurso proferido na camara dos deputados, a 17 de dezembro de 1865, saiu em resposta o seguinte: *Breves observações ácêrca do que do exercito, e particularmente da arma de artilharia, disse na camara dos senhores deputados o sr. deputado José Paulino de Sá Carneiro, coronel do 7.º regimento de infantaria*, Lisboa, 1866. Escreveu mais: *Resumo historico dos progressos da arte militar desde os tempos mais remotos até aos nossos dias, com as applicações nos differentes casos da guerra, tirados dos feitos d'armas e das campanhas as mais celebres, servindo de base a um curso pratico de tactica, para uso dos officiaes inferiores, e dos alumnos das escolas regimentaes, por. Mr. Ph. Fons Colombe, antigo official de cavallaria, traduzido do francez com muitas notas*, Porto, 1856; com 14 estampas explicativas desdobraveis no fim do livro. Tem uma magnifica introducção escripta pelo traductor, e é dedicado a D. Pedro V; *Ao patriotismo do povo*, Lisboa, 1868; *A guerra nos Estados Unidos da America*; saiu na *Revolução de Setembro*, de setembro a dezembro de 1869; *Considerações militares;* veiu no *Jornal do Commercio*, de 4 de dezembro de 1867. Na *Revista militar* escreveu em 1860 um apreciado artigo sobre a *Defeza de Portugal*, que o jornal *Novidades* reproduziu em 1868, nos n.os 39 e seguintes, saindo o ultimo artigo no n.º 90, de 21 de novembro do mesmo anno. O general Sá Carneiro era commendador e gran-cruz da ordem da Torre e Espada, gran-cruz da de Aviz; commendador da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, cavalleiro e commendador da de Christo, cavalleiro da Legião do Honra de França, e de Izabel a Catholica de Hespanha. Possuia a medalha n.º 9 das campanhas da Liberdade, medalha de prata para premiar os serviços prestados na divisão auxiliar a Hespanha, de 1835 a 1837, e a medalha de ouro de comportamento exemplar.

José Paulino de Sá Carneiro

Sá Chaves (*Francisco José d'Oliveira*). Major de cavallaria e escriptor militar. N. em 21 de setembro de 1859, assentou praça em 18 de outubro de 1876, sendo promovido a alferes em 10 de janeiro de 1883, a tenente em 24 de fevereiro de 1891, a capitão em 8 de agosto de 1901, a major em 19 de junho de 1910, fazendo serviço no esta-

do maior. Tendo requerido para supprimir do seu nome o qualificativo Junior, de que usava, foi-lhe permittido assignar-se sem elle, por ordem do exercito de 30 de junho de 1910. Sendo ainda capitão, teve o exercicio de major da 4.ª brigada de cavallaria E' official e cavalleiro da ordem do Aviz, o possue a medalha do prata de comportamento exemplar. Publicou em opusculo o discurso inaugural que recitou na sessão solemne da abertura dos trabalhos na Escola Pratica de Cavallaria, em 1903. Escreveu e publicou em 1907 uma obra com o titulo de *A Cavallaria nos exercitos modernos*, que foi premiada no Certamen Internacional de Estudos Militares de Madrid. Esta obra divide se em 3 partes: *Utilidade da cavallaria*; *Arma metralhadora*; e *Serviços especiaes*.

Sá Magalhães *(Francisco Bernardino de)*. Official do exercito. N. em Lisboa em 1827, sendo filho do Francisco de Sá Magalhães. Depois de concluir o curso do Collegio Militar, assentou praça em 23 d'agosto de 1845. Foi em seguida estudar na Escola Polytechnica, passou a fazer serviço. quando as aulas se fecharam por causa da revolução da Maria da Fonte, esteve no combate do Alto do Viso, e regressando depois á Escola Polytechnica, frequentou esta escola e a do exercito, onde concluiu o curso do estado maior. Como pela classificação escolar fôra destinado para artilharia, só teve ingresso no corpo do estado maior em virtude d'uma lei especial approvada pelas côrtes em 1867, e sendo em outubro d'esse anno despachado coronel, era coronel ainda em 1885. Entrando para a secretaria da guerra como adjunto em 1862, passou em 1865 a sub-chefe da 3.ª repartição, da qual em 1885 era chefe. Fez parte d'algumas commissões encarregadas do estudo de varias questões militares, especialmente das que se referem aos estabelecimentos do instrucção e a estudos, o em janeiro de 1885 foi nomeado vogal da commissão central de estatistica creada no ministerio das obras publicas. Na sua mocidade dedicou-se muito á litteratura. Em 1863 publicou um poema romantico, *O Castello de Almourol*, fundado na lenda popular d'esse castello. Fôram escriptos por Sá Magalhães as tres quadras que se lêem sobre a porta da prisão, onde esteve Gomes Freire de Andrade, na Torre de S. Julião da Barra, e que fôram ali mandadas gravar, em 1853, pelo general barão da Batalha, que então era governador d'aquella praça.

Sá e Menezes (*Arthur de*). Governador da capitania do Rio de Janeiro, 1697 a 1702. Foi o primeiro governador quo recebeu a patente chamada *ad honorem*, distincção que não era facilmente concedida. Creou a villa de Santo Antonio de Cacerubú, e emprehendeu differentes jornadas para visitar as minas que tinham sido descobertas.

Sá de Menezes (*Francisco de*). Commendador da ordem de Christo, religioso da ordem de S. Domingos, poeta, etc. Nasceu no Porto nos ultimos annos do seculo XVI ou principios do XVII, e falleceu a 27 de maio de 1664. Era filho de João Rodrigues de Sá. Poucas particularidades se conhecem da sua vida, sabe se que era commendador da ordem de Christo, conforme dissémos, e que foi casado, entrando para a ordem dominicana, depois do enviuvar, professando em 1642 no convento de S. Domingos de Bemfica, tomando o nome de Fr. Francisco de Jesus, e ali falleceu. Tornou-se celebre por ser o autor do poema *Malaca conquistada*, que muitos consideram o nosso segundo poema epico. Foi publicado em 1634. e tem por titulo: *Malaca conquistada por o grande Affonso d'Albuquerque. Poema heroico, offerecido á catholica majestade d'el-rei Filippe III de Portugal.* Este poema agradou bastante e em 1658 o autor publicou-o em 2.ª edição, com o titulo: *Malaca conquistada; poema heroico. Antigamente impresso, agora reformado, offerecido á real majestade d'el rei D. Affonso VI, nosso senhor.* Collige-se do prologo respectivo, que o autor ia já adeantado em annos, quando emprehendeu esta reimpressão do poema, no qual fez consideraveis mudanças e accrescentamentos, de modo que, só no primeiro livro dos 12 que o compõem, tem de mais 14 estancias; pelo que a segunda edição é indubitavelmente preferivel á primeira. Em 1779 publicou-se uma *Terceira edição mais correcta que as antecedentes.* Não teem sido concordes os juizos dos criticos ácêrca do merito d'este poema José Maria da Costa e Silva o tinha em grande conta, e no seu *Ensaio biographico critico sobre os melhores poetas portuguezes*, affirma que: «pelo bem architectado de sua fabula, variedade e bem sustentado dos caracteres, movimento dramatico, rica invenção dos seus episodios, formosura de suas descripções e poesia verdadeiramente epica, lhe cabe de justiça o primeiro logar entre os nossos epicos, depois de Camões:» Francisco Dias Gomes é-lhe menos favoravel, e nas suas *Obras poéticas*, pag. 40, diz: «Este poema tem tido seus panegyristas, apezar dos defeitos que desfiguram o plano da sua invenção como epopéa, das frequentes incorrecções da sua dicção, e de pouco conhecimento que teve o seu autor das cesuras, que constituem a harmonia metrica do idioma» Francisco Sá de Menezes deixou manuscriptas uma tragedia, *D. Maria Telles*, e umas *Sátyras*. Ha alguns poucos versos impressos nas *Poesias* de Paulo Gonçalves de Andrade, nas *Lacrymae Lusitanorum* de Gaspar Pinto Correia; no *Casamento perfeito*, de Diogo de Paiva d'Andrada; na *Gigantomachia* o no *Templo da Memoria*, de Manuel de Galhegos; na *Fama posthuma*, do Lope de Vega; nas *Flores del desierto*, de Fr. Paulino da Estrella.

Sá e Menezes (*João Rodrigues de*). Senhor de Sever, Mattosinhos. Paiva e Baltar, alcaide-mór do Porto, do conselho d'el rei, etc. Era filho do Henrique de Sá e Menezes e de D. Brites de Menezes. Serviu com seu tio D. João do Menezes em Azamor e Arzilla, distinguindo-se muito n'estas campanhas. Era muito erudito, conhecia muitas linguas e falava o latim e o grego com toda a correcção. Foi embaixador d'el-rei D. Manuel, em 1516, a D. Fernando o Catholico, de Hespanha, e depois, em 1521, acompanhou a Saboia a infanta D. Beatriz, quando casou com o duque Carlos III. D. João III tambem o enviou como seu embaixador a Carlos V. João Rodrigues de Sá e Menezes casou com D. Camilla de Noronha, filha de D. Martinho de Castello Branco, 1.º conde de Villa Nova, camareiro-mór de D. João III, e de D. Maria de Noronha. Não fôram, porém, os seus feitos militares nem as suas missões diplomaticas que lhe deram nome, mas sim o seu decidido amor á poesia e ás letras e o desvello com que protegia todos que as cultivavam e o

zelo com que animava o desenvolvimento das sciencias e das letras. Damião de Goes, com quem manteve intimas relações e a quem escreveu duas cartas que andam impressas nas obras d'este nosso chronista, falando d'este fidalgo diz que é homem, a quem se póde dar inteira fé pela muita e varia lição e doutrina que n'elle ha nas artes liberaes e philosophia, e experiencia das cousas que de seu tempo aconteceram n'estes reinos e n'outros. Sá de Miranda, n'uma das suas cartas tambem lhe dedica phrases elogiosas. Dos trabalhos litterarios d'este erudito fidalgo apenas fôram impressas as cartas que já citámos, uma poesia em latim, e algumas poesias que andam no *Cancioneiro* de Garcia de Rezende. Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, vol. II, assevera que João Rodrigues de Sá e Menezes fal. no Porto em 1576 com 115 annos de edade, conservando ainda o espirito completamente lucido e grande vigor no corpo a ponto de montar a cavallo com grande agilidade já depois de ter feito 100 annos.

Sá e Menezes (*João Rodrigues de*). Commendador de S. Pedro de Folgosinho na ordem de Christo, capitão-mór das naus da India, governador do castello de S. Filippe de Setubal. N. em Lisboa e fal. a 27 de dezembro de 1682. Era filho de Constantino de Sá e Noronha e de D. Luiza da Silva. Escreveu: *Rebelion de Ceylan y los progressos de su conquista en el gobierno de Constantino de Sá e Noronha, su padre*, etc., Lisboa, 1681.

Sá Menezes (*José de*). Escriptor, que foi autor das seguintes obras: *Dissertação sobre a primitiva observancia que tivera no estado ecclesiastico, e no secular a lei primeira do Codigo Theodosiano*, etc., saiu no tomo II da *Collecção da Academia Liturgica*; *Oração para a abertura* d'esta academia, publicada no tomo IV da mesma collecção.

Sá e Menezes (*D. Pantaleão de*). Fidalgo que viveu no seculo XVII. Era filho do 2.º conde de Penaguião, Francisco de Sá e Menezes, e de sua mulher, D. Joanna de Castro, sendo irmão do 3.º conde d'aquelle titulo João Rodrigues de Sá e Menezes. Quando este fidalgo foi a Inglaterra em 1652 como embaixador de D. João IV, para solicitar a alliança de Cromwell, D. Pantaleão de Sá e Menezes acompanhou-o. Sendo rapaz elegante, querido das damas e afamado duellista, teve uma pendencia em certo dia na New Exchange de Londres, com um nobre inglez chamado Thomaz Howe. A pendencia não se limitou a uma simples troca de estocadas entre um e outro, intervieram os amigos de ambos, segundo dizem com mais verosimilhança os historiadores portuguezes, ao passo que os inglezes affirmam que D. Pantaleão assalariou gente armada para assassinar o seu contendor, mas em todo o caso a policia acudiu, e D. Pantaleão foi preso. Na manhã seguinte, o conde de Penaguião procurou Cromwell, indo acompanhado de todos os embaixadores em Londres, sem exceptuar o representante do rei de Castella, mas apenas pôde conseguir que seu irmão fôsse transferido para a Torre de Londres. Poucos dias depois, uma senhora ingleza, a quem o conde da Ericeira dá o nome de madama Moen, foi ter com D. Pantaleão ao carcere e offerecer-lhe os seus vestidos, para que elle disfarçado pudesse fugir. O preso recusou, mas instado vivamente acceitou, e chegou a sair da Torre, recolhendo-se a casa d'um medico, a quem haviam dado uma importante quantia para conservar ali escondido o fugitivo, até que elle pudesse passar a França. O medico, porém, achando que tinha occasião de fazer um excellente negocio, denunciou tudo a Cromwell, sendo D. Pantaleão novamente preso e pôsto a bom recato. O conde de Penaguião fez quanto pôde para salvar o irmão, e nada conseguiu. O elegante fidalgo, que tão airosamente saira de muitas aventuras romanescas, foi justiçado.

Sá Menezes (*Sebastião de*). Fidalgo do seculo XVI. Foi capitão de Sofala, e morreu na desastrada batalha d'Alcacer-Kibir, em agosto de 1578. Era o pae do 1.º conde de Penaguião.

Sá de Miranda (*Francisco*). Doutor em Direito civil pela Universidade, n'essa epoca em Lisboa, commendador das Duas Egrejas, da ordem de Christo, e senhor da casa e quinta da Tapada, junto a Ponte do Lima, que é ainda o solar dos seus descendentes. Sá de Miranda foi um dos mais notaveis poetas portuguezes, chefe da escola classica italiana, e seu introductor em Portugal. Era filho do conego de Coimbra, Gonçalo Mendes de Sá e d'uma senhora solteira chamada Ignez de Mello. N. n'essa cidade a 27 de outubro de 1495, data em que D. Gonçalo Coutinho fixára o seu nascimento, e que os seus biographos teem seguido, mas um documento existente na Chancellaria de D. João II, datado de 5 de dezembro de 1490, se vê o equivoco de D. Gonçalo Coutinho, parecendo que o nascimento fôsse em 1485, e não em 1495. Este documento é a *Carta de legitimação de quatro filhos do Conego Gonçalves Mendes*, que transcrevemos, sem alterarmos a antiga orthographia, a parte que diz respeito a Francisco Sá de Miranda: «Dom Joham etc.. Item, outra tall carta de legitimação de *framcisquo* filho do dito gomçallo mendez e da dita Inez de mello molher solteira ao tempo de sua nascença. Dada em a cidade devora a cinquo dias do mes de dezembro. Elrey o mandou per os ditos doutores (Fernam Roiz e Ruy Boto desembargadores do paço) feita pello dito escriuam (Braz Affonso) anno de mil IIII^c e noventa.» Dos seus irmãos o mais illustre foi Mem de Sá (V. *este nome*), o afamado governador do Brazil. Sá de Miranda fal. na sua quinta da Tapada a 15 de março de 1558. Passou a meninice em Buarcos na casa de seus avós paternos. D. Filippa de Sá e João Gonçalves de Miranda e Souto Maior, irmão do 1.º conde de Caminha, D. Alvaro de Souto Maior. Embora filho espurio legitimado, não se julgava inferior aos outros ramos desta grande e illustre familia dos Sás, alludindo com desvanecimento á fidalguia dos seus avós. Na Elegia á morte do poeta Garcilasso dá-se como parente por parte dos *Souto Mayores*, e de facto, pelo *Nobiliario* manuscripto do abbade de Perozello, verifica se o casamento de uma filha de Ruy Paes de Souto Mayor com Garcia Lasso de La Vega, o velho. Por parte de sua avó, refere-se a D. Filippa de Sá, filha de Rodrigo Annes de Sá, embaixador em Roma, e ali casado com Cecilia Colona. Por certo que este parentesco influiu na sua viagem á Italia e na visita a Roma. Não era deslocada esta vaidade nobiliarchica, pois que o joven Francisco Sá de Miranda, indo frequentar os estudos na Universidade de Lisboa, tinha de

competir na côrte de D. Manuel com os seus parentes da linha legitima João Rodrigues de Sá e Henrique de Sá, celebrados poetas que figuram no *Cancioneiro geral* de Garcia de Rezende. Juntamente com o seu curso de Leis, frequentava tambem os serões do paço da Ribeira, versejando com Bernardim Ribeiro, que tambem seguia o curso juridico. Em 1516 já havia concluido os seus estudos, porque já era então tratado por doutor, e frequentava a côrte, grangeando particularmente a amizade do principe real D. João, depois D. João III. Começava n'esse tempo a lucta entre as duas escolas litterarias, uma que mantinha as tradições da edade media e da poesia nacional, outra que procurava as suas inspirações nos monumentos redivivos da litteratura classica. Em Portugal, comtudo, como em toda a parte, no primeiro quartel do seculo xvi, ainda dominava a escola nacional. Os poetas do *Cancioneiro* de Garcia de Rezende, Gil Vicente e Bernardim Ribeiro eram os ultimos trovadores, os ultimos fazedores de *mysterios* e os ultimos poetas palacianos, como Ariosto na Italia, Encina na Hespanha e Marot em França, mas em todos elles já resplandecia a aurora dos novos tempos, e a Renascença penetrava-os involuntariamente, principalmente a Ariosto, a Gil Vicente e a Marot. Sá de Miranda foi como elles, mas, enlevado na sua paixão pelas bellas letras, emprehendeu em 1521 uma viajem á Italia, onde estava no seu extremo esplendor a Renascença na sua phase philologica e artistica. Viu Roma, Milão, Florença e Veneza, gozando a convivencia dos mais insignes humanistas italianos, João Rucellai, Lactancio Tolommei, e ainda o bom velho Sanazzaro. Ahi adquiriu as modernas ideias da litteratura italiana da Renascença, e os mais bellos modelos do *Stil nuovo*, que então revolucionava as litteraturas imprimindo á rudeza ingenua do gosto medieval os supremos typos da belleza classica. Em 1526, ou pouco antes, voltou a Portugal enthusiasmado com o movimento da Renascença, e desejoso de introduzir na litteratura nacional esse poderoso elemento que se derivava da resurreição dos monumentos greco latinos. Então foi decididamente o chefe da escola classica em Portugal, da escola que pautava as suas obras comicas pelos modelos do Plauto e de Terencio, as suas elegias e cartas pelas de Horacio e de Ovidio, a que substituia a redondilha popular, até então quasi exclusivamente usada, pelo verso hendecasyllabo, e as pastoraes ainda trovadorescas de Bernardim Ribeiro pelos idyllios virgilianos e pelas imitações de Theocrito. Pouco depois do seu regresso recolheu se Sá de Miranda a Coimbra, oudo residia, quando em 1527 D. João III e a rainha D. Catharina ali se refugiaram para escaparem á peste que grassava em Lisboa. Já se deduzira esse facto d'uma carta escripta por elle a Pero de Carvalho, em que censurava muito os fidalgos quo acompanhavam a côrte o que diziam mal de Coimbra. Mas a publicação d'um discurso feito ao rei e á rainha, em nome d'aquella cidade, pelo dr Francisco Sá de Miranda, veiu confirmar a supposição já feita. Este discurso está transcripto no vol. IX do *Diccionario Bibliographico*, de Innocencio Francisco da Silva, a pag. 372. Com a residencia de D. João III em Coimbra, se liga um episodio curioso da vida do poeta, a historia das suas relações com Gil Vicente, e que se suppõe, não poderiam ser amigaveis, Gil Vicente era o homem da musa antiga, da musa popular, Sá de Miranda o homem da musa moderna, erudita e aristocratica. Emquanto Gil Vicente fazia representar os seus autos, escrevia Sá de Miranda os *Estrangeiros* á moda da comedia antiga. Além d'isso, Sá de Miranda allude desagradavelmente a Gil Vicente n'algumas passagens dos seus versos, censurando os que tratam cousas sérias em estylo chocarreiro. Gil Vicente não era homem que perdoasse estas cousas, e o *Clerigo da Beira*, julga se, uma sátyra disfarçada mas pungente, dirigida a Sá de Miranda. Em 1531 encontramol-o de novo na côrte de Lisboa, continuando D. João III a dispensar lhe o affecto que lhe consagrava em quanto principe. Por essa occasião escreveu a ecloga *Andrés*, que D. Gonçalo Coutinho diz ter sido o motivo d'elle sair da côrte. Ha opiniões desencontradas a este respeito, mas o que parece mais certo é que Francisco Sá de Miranda, amando a solidão o o retiro, como era proprio do seu genio melancholico e um pouco misantropico, possuindo poucos recursos, afflicto com a morte de uma mulher que amara profundamente, e que só é conhecida pelo nome pastoril de Celia, sollicitou a commenda das Duas Egrejas para viver dos seus proventos, a seu modo, longe do bulicio da côrte, n'uma agradavel solidão. Obteve-a, e em 1534 partiu para lá, indo em 1536 residir na quinta da Tapada, uma das quintas da commenda, depois de ter residido algum tempo em casa do seu amigo Antonio Pereira, em Basto. Na sua quinta vivia entregue á meditação, dando-se por vezes á caça e á montaria dos lobos. Visitava o solar de Crasto, dos Machados de Azevedo, e a casa dos Pereiras Marramaques em Cabeceiras de Basto, em deliciosos convivios litterarios, que elle descrevia com tanta suavidade. Os senhores de Basto viviam na sua quinta da Taipa, e ali junto da fresca fonte da Barroca liam os poetas italianos e os seus imitadores castelhanos. Frequentando a casa de Crasto conheceu ali o poeta a D. Briolanja de Azevedo, irmã de Manuel Machado, a quem pediu em casamento, realisando-se este enlace em 1536, por intervenção de D. João III. Começou para Sá de Miranda uma vida tranquilla na sua quinta de Entre Homem e Cávado. Nunca mais voltou á côrte, e ali escreveu a sua comedia dos *Vilhalpandos*, e muitas das suas inimitaveis cartas, elegias e eclogas, mantendo excellente commercio epistolar com o rei e os principes, e os homens notaveis da côrte, entre outros Antonio Ferreira, e convivendo com os espiritos esclarecidos como o de seu cunhado Manuel Machado de Azevedo, do poeta Diogo Bernardes, Antonio Pereira Marramaque, etc. Em 1545, o cardeal infante D. Henrique mandou lhe pedir as suas comedias para se representarem deante d'elle. O principe D. João, herdeiro de D João III, apaixonado pela poesia portugueza, mandou-lhe tambem pedir a collecção dos seus versos Sá de Miranda começou a trasladal-os, e em tres grupos remetteu ao principe esses versos, quo pola sua prematura morte em 1554, ficaram truncados. E' certo quo na edição de 1614 apparecem fragmentos d'essa transcripção para o principe, mas o manuscripto appareceu no nosso tempo em poder do escriptor francez Ferdinand Denis, que o facultou á illustre poetisa o escrip-

tora D. Carolina Michaellis de Vasconcellos, que por elle fez a bella edição das *Poesias de Sá de Miranda*, de 1885 Em 1553 passou o poeta por um grande desgosto. Seu filho primogenito, Gonçalo Mendes de Sá, que tinha ido servir dois annos em Africa, morreu em Ceuta a 14 d'abril d'esse anno, combatendo contra os moiros; em Tetuão morreu seu sobrinho João Rodrigues de Sá, filho de Alvaro de Sá, e o amigo particular de Camões, D. Antonio de Noronha. D. Briolanja, sua mulher, não podendo sobreviver a tão duros golpes, falleceu em 1555 em grandes angustias A morte prematura do principe D. João em principios de 1554, causara tambem em Sá de Miranda um pungente abalo, tendo de consolar o monarcha seu amigo, que sob a emoção de tamanha perda, morria em 1557. Os poetas mais intimos de Sá de Miranda procuravam consolal o com sentidas elegias, entre elles o seu grande amigo Antonio Ferreira. Sá de Miranda caiu em profunda melancholia, a que succumbiu tres annos depois do fallecimento de sua mulher. As suas obras só se imprimiram depois da sua morte. Em 1560 mandou o cardeal infante D. Henrique imprimir em Coimbra a comedia dos *Vilhalpandos*; em 1563 saiu tambem em Coimbra a comedia dos *Estrangeiros*. Ambas se imprimiram depois n'um volume em 1622, juntas com as do dr. Antonio Ferreira Em 1595 sairam em Lisboa pela primeira vez as obras completas, com o titulo seguinte: *As obras do celebrado Lusitano, o dr. Francisco de Sá de Miranda.* Seguiu-se a 2.ª edição, tambem em Lisboa, no anno de 1614: *As obras do doutor Francisco de Sá de Miranda. Agora de novo impressas, com a relação da sua calidade e vida.* Parece que ainda houve mais duas edições das *Obras*, em Lisboa, 1632 e 1677. Fôram depois reimpressas em 1784, 2 tomos, tendo o titulo: *Obras do doutor Francisco de Sá de Miranda. Nova edição correcta, emendada, e augmentada com as suas comedias.* Esta edição foi feita sobre a de 1614. Ainda se conhece outra, de Lisboa. 1804: *As Obras do celebrado Lusitano, o doutor Francisco de Sá de Miranda;* para esta serviu de texto a de 1595, faltando-lhe portanto, a vida do poeta, a comedia dos *Vilhalpandos*, etc. Em 1626 imprimiram-se no Porto as *Sátyras de Francisco de Sá de Miranda*; tem um retrato do poeta, grosseiramente gravado em chapa de metal. Innocencio Francisco da Silva, no vol. III do *Diccionario Bibliographico*, pag. 55, declara ter em seu poder uma obra manuscripta de Francisco de Sá de Miranda, *Vida de Santa Maria Egypciaca*; 1 volume de 188 paginas, encadernado em ouro, e de letra do principio do seculo XVII. Os serviços prestados por Sá de Miranda á lingua e á litteratura portugueza, são na realidade muito grandes para poderem ser contestados com visos de fundamento. Elles se acham em parte expostos e analysados na excellente *Memoria* do judicioso critico Francisco Dias Gomes, que vem no tomo IV das de *Litteratura da Academia Real das Sciencias*, de pag 26 a 305. Quasi todos as nossos criticos teem sido conformes em pagar á memoria d'este *Seneca Portuguez*, como deram em chamar lhe, o devido tributo de admiração e respeito. Entre os estrangeiros póde citar se Bouterweck, Sismondo, e principalmente Ferdinand Diniz, que lhe consagra a maior parte do capitulo VII do *Résumé de l'Histoire de la Litterature Portugaise*, pag. 50 a 59; D. Juan José Lopes de Sedano, no seu *Parnaso Español*, tomo VIII, Madrid, 1774; dois distinctos brazileiros, Dr. Fernandes Pinheiro, no seu *Curso elementar de Litteratura nacional*, pag. 31, 43, 55 e 89; e Francisco Sotero dos Reis, no *Curso de Litteratura portugueza e brazileira*, tomo I, pag. 152 e 251.

Sá Nogueira *(Antonio Cabral de)*. Bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra, conselheiro de Estado extraordinario, commendador da ordem de Christo, provedor da Moeda, commandante do 14.º batalhão da Guarda Nacional de Lisboa, deputado em varias legislaturas, etc. N. em Santarem a 7 de janeiro de 1799, fal em Lisboa em 1879. Era filho de Faustino José Lopes Nogueira de Figueiredo e Silva e de sua mulher, D. Francisca Xavier de Sá Mendonça Cabral da Cunha Godinho, sendo irmão do marquez de Sá da Bandeira. Foi por mais d'uma vez presidente da camara dos deputados, e o secretario da embaixada enviada a Londres para assistir á coroação da rainha Victoria. Foi tambem administrador geral e governador civil em diversos districtos do reino.

Sá Nogueira *(Ayres de)*. Moço fidalgo por alvará de 1 de agosto de 1823, commendador da ordem de Christo, deputado vereador da camara municipal de Lisboa, etc. N. em Santarem, a 4 de março de 1802, sendo irmão do marquez de Sá da Bandeira. Fal. a 8 de março de 1882. Matriculou-se na Academia Real de Marinha em 4 de outubro de 1819, e em 30 de janeiro de 1821 como aspirante a guarda marinha. Em 27 de maio de 1823 passou para bordo da corveta *Lealdade*; em 5 de setembro de 1825 foi nomeado brigadeiro da 2.ª brigada de guardas marinhas; em 11 de julho de 1832 embarcou de guarnição a bordo da fragata *Principe Real;* n'esse mesmo anno foi nomeado 2.º commandante da corveta *Galathea*, sendo 2.º tenente da armada real; passou depois a gozar licença, até que foi reformado, porque se dedicara á administração da grande casa de sua mulher, D. Maria do Patrocinio Vieira de Abreu e Vasconcellos, com quem casara a 31 de maio de 1830. Esta senhora havia nascido em 14 de novembro de 1803, e era filha e herdeira de Francisco Vieira de Abreu, senhor da quinta da Torre do Fato, em Caruide, fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo, etc., e de sua mulher D. Luiza Barbara de Carvalho da Fonseca e Vasconcellos. Ayres de Sá Nogueira era tambem administrador da grande casa de seu pae. Começando então a interessar se pela agricultura, foi eleito em 1828 pelos lavradores do Riba Tejo, para representar, em nome d'elles ao parlamento, ácêrca da utilidade das madeiras de choupo, na construcção dos edificios publicos. Em 1848 e 1849 fundou a *Liga promotora do desenvolvimento dos interesses materiaes do paiz*, que reuniu no salão nobre do theatro de D. Maria II, e, depois, no Tribunal do Commercio; sob a sua presidencia reuniram se 410 representantes dos municipios do continente, ilhas adjacentes e possessões ultramarinas, membros dos dois corpos legislativos, ministros de Estado, emfim, todos os que representavam a força da nação; ali se debateram os mais graves interesses nacionaes, mas Saldanha, presidente do conselho de ministros, dizendo que a *Liga* era um Estado dentro d'outro estado, protelou, de tal fórma, a approvação dos

estatutos, que a dissolveu, sem nunca se ter constituido definitivamente. Em 1851 preparou a primeira exposição agricola, que houve em Portugal, sob os auspicios do el-rei D. Fernando, a qual se estabeleceu n'um edificio pertencente ás obras publicas no Terreiro do Paço, e se inaugurou solemnemente em 1 de janeiro de 1852 A rainha D. Maria II deu começo á cerimonia, dando o braço a Sá Nogueira; uma banda de musica executou o *Hymno do Lavrador*, que fôra composto pelo maestro José Maria Christiano, e por elle offerecido ao iniciador da exposição. Ayres de Sá Nogueira mandou desenrolar o estandarte da exposição, em que se lia: *Tudo pela patria*. N'este mesmo anno realisou Sá Nogueira na tapada d'Ajuda a primeira exposição agricola, de gados, que houve em Portugal, sendo tambem inaugurada pela mesma soberana. Ainda n'esse anno de 1852 promoveu uma exposição de instrumentos agrarios que trabalharam em publico, no Campo Grande e na Tapada d'Ajuda. Por essa epoca foi premiado nas exposições universaes de França e Inglaterra, e fez distribuir gratuitamente por todo o paiz, sementes, á adaptação, que tambem mandou ensaiar nas suas propriedades. Em 1855 promoveu a *União Agricola*, cujo projecto de estatutos foi assignado, a seu pedido, por mais de 100 grandes lavradores, vendo se entre essas assignaturas a de Alexandre Herculano. D'aqui saiu a *Real Associação de Agricultura*, que o tem por fundador. Sendo vereador da camara municipal de Lisboa, foi a primeira pessoa que propôz, que se levantasse um monumento ao marquez de Pombal; ajardinou Lisboa. O passeio da Praça do Principe Real, hoje do Rio de Janeiro, foi mandado fazer por elle; promoveu exposições de flôres no antigo Passeio Publico, o qual melhorou quanto pôdo. Antes do desenvolvimento da força a vapor applicada aos comboios e á moagem, quiz tornar o Tejo navegavel até Hespanha, ideia antiga de Filippe II, e fundar moinhos fluctuantes. Tambem intentou estabelecer a irrigação dos campos marginaes do Tejo. Em 1854, com o visconde do Cartaxo, requereu ao governo concessão para semear de florestas alguns areaes; pouco depois, com José Lourenço da Luz, Thomaz Maria Bessone e José Maria dos Santos, quiz fundar uma empresa de aproveitamento dos terrenos incultos, a que sempre se oppuzeram as difficuldades burocraticas. Ayres de Sá Nogueira foi membro, desde a instituição, do Conselho Geral do Commercio, Agricultura e Industria, em que prestou relevantes serviços Escreveu um estudo de Aramanha, cidade que teria existido junto do prado do Marvão, Alemtejo, citado por Hubner. Na *Gazeta dos Lavradores*, de abril de 1882, escreveu o sr. Batalha Reis: «Quasi todas as reformas importantes, implautadas entre nós ha quarenta annos o outras que proximamento, tenho fé, se realisarão, receberam o principio iniciador do inspirado genio d'esse grande reformador. Citaremos, entre outras, algumas das mais importantes como, por exemplo, a organisação do ensino agricola, a primeira exposição agricola portugueza, que se inaugurou em 1 de janeiro de 1852, no edificio que fica ao poente do Terreiro do Paço,—o estabelecimento de uma quinta modelo, pedido por elle em agosto de 1861, -a desamortisação dos bens pertencentes a misericordias, irmandades e confrarias, com o fim de constituir, com esse producto, bens ruraes que emprestassem aos lavradores a 5 °/₀—a mobilisação da propriedade, fundando o crédito hypothecario—os seguros agricolas—e organisação da guarda rural — a colonisação do Alemtejo—a importante questão das subsistencias—o aproveitameuto dos terrenos incultos—e, por ultimo, a Companhia de Credito Agricola. Esta resenha é necessaria, e indispensavel até, porque nem todas as ideias germinadas pela pujante faculdade imaginativa que Ayres de Sá possuia, gosam da paternidade que lhes cabe.» Sá Nogueira fundou a Commissão Primeiro de Dezembro, e portanto, deve-se-lhe em grande parte, o monumento levantado aos restauradores, de 1640. Em 9 de junho de 1910 a Real Associação de Agricultura festejou o seu quinquagenario. Nas suas salas onde se reuniram diversas associações, viam se ornamentadas, assim como a escada e o atrio, de magnificas plantas, artisticamente dispostas Durante a recepção tocou um sexteto variados trechos. No dia 11, pelas 2 horas da tarde, houve sessão solemne, em que se inaugurou o retrato de Ayres de Sá Nogueira, lendo o seu elogio historico um dos socios da Associação.

Sá Nogueira *(Miguel de)*. Capitão de cavallaria, addido militar em Roma, condecorado com a medalha de prata de comportamento exemplar. N. em Lisboa a 21 de junho de 1839, fal. no Alemtejo em 12 de março de 1897. Era filho de Ayres de Sá Nogueira e de D. Maria do Patrocinio Vieira de Abreu e Vasconcellos, sobrinho do marquez de Sá da Bandeira Tendo frequentado o 1.º e 2.º annos das faculdades de mathematica e philosophia na Universidade de Coimbra, foi em fins do anno de 1860 para Italia estudar assumptos militares, entrando no anno immediato como alumno interno do curso de cavallaria da Real Academia de Turim. Foi despachado alferes d'esta arma em 1863. Chegando á Italia, os generaes duque de Gaieta e Fanti, que tinham feito a campanha liberal em Portugal ás ordens do marquez de Sá da Bandeira, o receberam o mais cordealmente possivel, ficando logo addido ao quartel general de um d'elles. Assistiu á batalha de Custosa e a outros pequenos combates. Fez a campanha de repressão e perseguição das guerrilhas nas provincias napolitanas, e a campanha de 1866 no Vineto. Terminada a guerra pelo tratado de Villa Franca, e desejando continuar no exercito italiano, conseguiu autorisação para frequentar a escola militar de Pignerole, em que se distinguiu no estudo da sciencia militar, na esgrima e na equitação. N'estas circumstancias, e dada a sua qualidade de estrangeiro, a emulação dos seus condiscipulos, membros das primeiras familias de Italia, cheios de ardor e excitados pelos triumphos da sua patria, creou lhe uma situação incommoda, da qual foi forçado a saír por um acto de necessaria violencia, de que resultou um duello, com graves consequencias para o seu adversario, recebendo Miguel de Sá Nogueira um gravo ferimento no peito. Desde então, effeituado o seu baptismo de sangue, a camaradagem com os seus companheiros tornou-se quanto possivel cordeal. Os jornaes italiauos falaram bastante d'um incidente quo valeu a Sá Nogueira alguns dias de prisão n'uma fortaleza, como castigo por ter dado algumas chicotadas no Syndico de Milão, conflicto originado n'uma questão de nacionalidade.

Em 1862, veiu a Portugal na comitiva que acompanhou a rainha D. Maria Pia, quando veiu para casar com el-rei D. Luiz, como official ás ordens do principe real Humberto. Demorou se alguns mezes em Lisboa, retirando-se tambem com o principe. Em 1867, voltou de novo a Lisboa, sendo então que teve o celebre duello com José Julio d'Oliveira Pinto, que elle desafiou em desaggravo de seu tio Antonio Cabral de Sá Nogueira, já de avançada edade, a quem José Julio dirigira no parlamento umas palavras asperas. N'este duello deu-se a fatalidade da morte d'Oliveira Pinto. A policia procurou Miguel de Sá Nogueira para o prender, porém este conseguiu escapar-se occultando-se alguns dias em casa do seu primo Francisco d'Alpoim, passando depois á de Martinho Tenreiro Homem de Brederode, embarcando d'ali para França, onde um agente consolar lhe disse, que recebera ordem para requisitar a sua captura. Voltou para a Italia, e casou com D. Ephigenia Borges de Castro, filha do visconde de Borges de Castro, ministro de Portugal em Roma, e desempenhando por alguns annos o cargo de addido militar junto áquella legação, d'ali enviou relatorios sobre assumptos militares, que não chegaram a publicar-se. Regressando a Portugal em 1871, entrou no anno seguinte no exercito portuguez, em virtude d'uma lei especial promulgada a 21 de maio de 1872. Tanto no exercito italiano como no portuguez desempenhou differentes commissões de caracter exclusivamente militares. Retirou-se mais tarde para o Alemtejo, a tomar conta da administração da sua grande casa, entregando se a trabalhos agricolas, constituindo aquella importante fazenda uma propriedade modelo no seu genero, onde, depois d'um doloroso e prolongado soffrimento falleceu. Miguel de Sá Nogueira assistiu como curioso á campanha franco prussiana de 1870, da qual escreveu a seguinte *Memoria sobre a campanha de 1870, apresentada ao general de divisão marquez de Sá da Bandeira. Primeira parte*, Lisboa, 1871, com duas estampas lithographadas. A segunda parte não chegou a publicar se. Tambem escreveu: *Relação da instituição dos potris em Italia*, Lisboa, 1888.

Sá Nogueira *(Narciso de)*. Tenente de cavallaria. N. em Santarem a 3 de julho de 1805. Era irmão do marquez de Sá da Bandeira. Entrou no exercito liberal, e tinha o posto de tenente de cavallaria, quando desembarcou ao lado de seu irmão na praia do Mindello. Menos de 15 dias depois, foi morto no reconhecimento de Vallongo a 22 de julho de 1832, contando apenas 27 annos de edade. Deixou fama de valente official.

Sá Sotto Maior *(Eloy de)*. Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra. Era natural de Lisboa, e escreveu: *Jardim do Céo dirigido a Deus nosso senhor*; *poemas varios sagrados*, Lisboa, 1607; *Cancion de la entrada de Su Majestad en Lisboa*, Lisboa, 1619; *Ribeiras do Mondego*; *dedicado a Duarte d'Albuquerque Coelho, capitão e governador da capitania de Pernambuco*, Lisboa, 1623; *Elegia latina*, feita de varios fragmentos de diversos poetas em louvor do dr. Belchior Febos, e saíu impressa no principio do tomo 1.° das suas *Decisões* e no 2.° está um epigramma sou latino, em applauso do mesmo jurisconsulto.

Sá Sotto Maior *(Jorge de)*. Commendador da ordem de S. Thiago, lente de direito canonico da Universidade de Coimbra. N. n'esta cidade, onde tambem fal. a 7 de janeiro de 1577 com 85 annos de edade. Era filho de Duarte de Sá. Quando el-rei D. Sebastião visitou Coimbra em 1570, congratulou-o em nome da cidade, pronunciando uma elegante oração, que se publicou com o titulo: *Fala que se fez ao muito alto e poderoso Rei D. Sebastião na entrada de Coimbra a 13 de outubro de 1570, dedicada ao mesmo principe*, Coimbra, 1570. Foi reimpressa na *Historia Sebastica*, de Fr. Manuel dos Santos, a pag. 199, e nas *Memorias*, de Barbosa, tomo III, liv. 1.°, cap. 26.°; *Conclusiones Medicae*, Conimbricae, 1582.

Sáavedra. Apellido nobre que veiu de Hespanha, tomado do couto de Sáavedra, no reino da Galliza. Veiu para Portugal na pessoa de D. Affonso Fernandes Sáavedra, alcaide-mór da Covilhã, feito pelo rei D. Diniz em 1290. De D. Affonso descendem muitas familias nobres de Portugal e Castella. O seu solar era na villa de Lumiares, no concelho de Armamar. As armas dos Sáavedras são: Em campo de prata, tres cóticas, em faxa, xadrezadas de púrpura e ouro, de tres ordens, sendo a do meio coberta d'uma vergueta de ouro. Elmo de prata, aberto; e por timbre um leão de prata, com as tres faxas do escudo.

Sáavedra *(Adolpho Pinto da Cunha Neville Pimentel de Sáavedra, 2.° barão de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Izabel a Catholica, cavalleiro da de Carlos III, ambas de Hespanha; cavalleiro da do Salvador da Grecia, de Bolirez de Venezuella, etc.; empregado de 1.ª classe no caminho de ferro do sul, secção dependente do ministerio das obras publicas, e em commissão no ministerio dos estrangeiros; addido á direcção politica do mesmo ministerio. N. em Lisboa a 26 de outubro de 1845, onde tambem fal. em 1903 ou 1904. Era filho do 1.º barão de Sáavedra, marechal de campo reformado, Thomaz Pinto Sáavedra, e de sua mulher, D. Carolina Van Zeller. Tinha o curso superior de letras. Casou a 25 d'abril de 1885 com D. Izabel Martha Lopes da Silva, filha de Feliciano Lopes da Silva, e de sua mulher, D. Guilhermina Rosa Duarte da Silva. O titulo foi em verificação da 2.ª vida concedida no titulo de seu pae, por decreto de 8 de abril de 1869.

Sáavedra *(José Augusto Pinto da Cunha)*. Senhor das propriedades que constituiam os morgados de seus paes, na provincia de Traz-os-Montes. N. em Provezende, e fal. ha já muitos annos. Era filho de José Pinto da Cunha Sáavedra, e de sua mulher e prima D. Maria Olympia Pinto da Cunha. Foi o ultimo morgado dos vinculos de seus paes. Casou com D. Joanna Pinheiro Leite Pereira, da illustre casa do Sauto, em Provezende.

Sáavedra *(José Pinto da Cunha)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 25 de setembro de 1835. N. em Provezende, e fal. a 19 de setembro de 1855. Herdou toda a casa de seus paes. Assentou praça em cavallaria n.° 6, e depois foi tenente de voluntarios de Amarante; cadete, alferes e capitão na Leal Legião Lusitana, e commandante do 3.° batalhão da mesma. Fez toda a Campanha Peninsular, como ajudante d'ordens dos generaes inglezes Wilson, Hamilton, Soulten e Lecór. Assistiu á batalha do Bussaco, esteve nas linhas de Lisboa, no cêrco, assalto e tomada de Badajoz, na batalha do Vitoria, onde

foi gravemente ferido, estando em risco de ser enterrado vivo por o julgarem morto. Assistiu tambem ás batalhas dos Pyrinéos, Nivelle, Toulouse, e á maior parte das que se deram n'esta campanha. Regressou a Portugal com a divisão portugueza, na qualidade de ajudante d'ordens do general Lecór. Foi condecorado pelo governo hespanhol com as medalhas de Albuhera e Vitoria; pelos governos de Portugal e Inglaterra com as dos Pyrinéos e Nivelle; e pelo da França com a flôr de liz. Possuia a medalha de ouro, n.º 6, de distincção, de toda a campanha Terminada a guerra ficou em Lisboa ás ordens do tenente general Manuel de Brito Mousinho. Foi commandante dos regimentos de infantaria n.º 13 e 20, no posto de tenente-coronel, governador da praça de Abrantes, e governador militar interino da provincia da Beira Baixa. Depois da acclamação da constituição, serviu algum tempo ás ordens do tenente-general Pamplona, visconde de Beire. Não querendo tomar parte na guerra civil de 1820, pediu a sua reforma, que lhe foi concedida no posto de coronel, por ordem do dia, de 22 de junho de 1821. Retirou-se então para a sua casa do Caes Novo, no Porto, onde falleceu. Casou com sua segunda prima, D. Maria Olympia Pinto da Cunha, que fal. a 6 de junho de 1838.

Sáavedra (*Thomaz Pinto Sáavedra, 1.º barão de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador das ordens de Aviz, da Torre e Espada e de Nossa Senhora da Conceição, sendo tambem cavalleiro d'estas duas ultimas ordens; commendador da de Izabel a Catholica de Hespanha; marechal de campo reformado. N. no Porto a 17 de julho de 1797, fal. em V. N. de Gaia a 12 de outubro de 1852. Era filho de José Pinto da Cunha Godinho Sáavedra, fidalgo cavalleiro da Casa Real, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, capitão de cavallaria, etc., e de sua mulher D. Josepha de Neville, senhora da casa de Fôjo, e de origem ingleza. Assentou praça de cadete no 2.º regimento de infantaria do Porto (n.º 18), mas em consequencia da sua pouca edade, só tomou parte na Guerra Peninsular em 1813 e 1814, sendo n'este ultimo anno despachado alferes Serviu algum tempo como assistente do quartel mestre general, e em 1820 passou á arma de cavallaria no posto de tenente. Em 1823, quando se restabeleceu o governo absoluto, foi preso e mandado responder perante a commissão em Lamego, por ser conhecidamente affecto ás ideias liberaes, e em seguida desligado dos quadros do exercito, até que foi reintegrado no mesmo posto de tenente, e collocado em cavallaria n.º 7. Servindo como ajudante de campo do general Stubbs, prestou bons serviços em 1827 por occasião da campanha contra o marquez de Chaves, merecendo por isso ser agraciado com o habito de cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição. Tomando parte na revolta de 16 de maio de 1828, teve de emigrar para Inglaterra, chegando a ser condemnado no Porto, apezar de estar ausente, á pena ultima pela alçada, na sentença proferida em 21 d'agosto. Mais tarde veiu ao Porto a bordo do *Belfast*, ás ordens do general Saldanha, e voltando para a emigração passou ás ilhas dos Açôres, vindo depois com o exercito libertador desembarcar em 9 de julho de 1832 nas praias do Mindello. Assistiu a todas as acções e combates que se travaram no cêrco do Porto, distinguindo se especialmente nas acções de 29 de setembro de 1832 e de 25 de julho de 1833, sendo n'esses dias condecorado com o grau de cavalleiro da Torre e Espada e com o habito da Conceição, porque esta ultima mercê, que lhe fôra concedida, conforme dissémos, em 1827, não chegara a ter effeito em consequencia das alterações politicas d'essa epoca. Durante o resto da guerra civil esteve nos combates de Luna, Pernes e Torres Novas, assim como na batalha de Almoster, sendo durante toda a campanha empregado como assistente do ajudante general, havendo sido promovido a capitão em 1832 e a major em 1833. No mez de julho de 1834 subiu a tenente coronel; foi membro da commissão de liquidação das contas dos militares estrangeiros, esteve empregado no reconhecimento das estradas para a organisação do itinerario militar, e em fevereiro de 1840 foi nomeado commandante da guarda municipal do Porto, onde se conservou até julho de 1846. Em 7 de outubro d'este anno foi encarregado do governo da Torre de S. Julião da Barra, serviu de ajudante general no exercito de operações que se organisou pouco depois, assistiu á batalha de Torres Vedras em dezembro ainda de 1846, sendo reformado na patente de marechal de campo em 1851. Por decreto de 11 de janeiro de 1843 foi agraciado com o titulo de barão de Sáavedra, e por decreto de 7 de junho de 1852 teve a concessão de mais uma vida n'essa mercê. O barão de Sáavedra casou a 30 de janeiro de 1842 com D. Carolina Van Zeller, filha de José Van-Zeller, consul geral da Turquia em Lisboa, e de sua mulher D. Genoveva Clamouse Browne.

Sabacha. Pov. na freg. de S. Miguel, de Creixomil, conc. de Guimarães, distr de Braga.

Sabacheira. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Thomar, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 315 fog. e 1:522 hab. Tem esc. para o sexo fem., uma fabrica de serração de madeira, e outra de serração de pedra. Está situada na margem esquerda da ribeira de Ceissa, a 3 k. da est. do caminho de ferro de Chão de Maçãs e a 10 k. da séde do conc. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha 100$000 reis e o pé d'altar. Foi commenda da ordem de Christo. A terra é fertil, e produz trigo, centeio, milho e feijão, duas vezes por anno. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15 com a séde em Thomar.

Sabadão. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Arcozello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Bartholomeu, de Monte Redondo, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo districto.

Sabagido. Pov. na freg de Santa Marinha, de Pedreira, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Saballo. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, na div. de Caluga, conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Sabão V. *Saboaria.*

Sabariz Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 74 fog. e 291 hab. Tem est. post. Dista 3 k. da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 70$000 reis e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, foi villa e couto, cujo senho-

rio teve Pedro Fernandes da Cambra; os seus descendentes trocaram o senhorio d'este couto por uma quinta e casaes junto a Braga, com os frades do convento de Rendufe. N'esta freg. houve um antiquissimo castello com sua torre, do qual foi senhor Martim Guimarães, e passou o senhorio a sua filha D. Ignez Guimarães, mulher de Pero de Araujo. Pertence esta pov. á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Carapeços, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || O Salvador, de Donai, conc. e distr. de Bragança. || O Salvador, de Macieira da Maia, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Pedro, de Paraizo, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Romarigães, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Villa Fria, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Sabbaa *(Abrahão)*. Foi uma das victimas da cruel medida tomada por D. Manuel em 1497, que expulsou de Portugal os judeus, tanto os que viviam aqui de longa data, como os que se tinham refugiado aqui no tempo de D. João II. Era natural de Lisboa, um dos mais famosos rabinos do seu tempo, e estava já muito avançado em annos, quando D. Manuel promulgou o seu terrivel decreto, mas apezar da sua velhice, não quiz deixar de acompanhar os seus correligionarios, e foi fixar residencia em Fez, onde exprimiu as saudades da terra onde vivera tantos annos, e que considerava sua verdadeira patria, paraphraseando e applicando ás suas angustias algumas palavras do Levitico. Escreveu em hebraico um Commentario ao Pentateuco, muito estimado entre os hebreus, e que foi traduzido em latim. Escreveu tambem um Commentario dos Cantares de Salomão. Fal. em Fez no anno de 1509.

Sabbadim. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 213 fog. e 823 hab. Está situada proximo da margem direita do rio Vez e da estrada dos Arcos a Valença, a 9 k. da séde do conc. Tem esc. do sexo masc. e pharmacia. Os viscondes de Villa Nova da Cerveira, depois marquezes de Ponte do Lima, apresentavam o abbade, que tinha 600$000 reis de rendimento. E' pov. muito antiga, e ignora se o seu nome primitivo; o de Sabbadim foi lhe pôsto no seculo VIII pelos arabes, que se conserva com pequena corrupção. Houve aqui um mosteiro de templarios, que depois passou para benedictinos. No seculo XV passou a commendatarios, que fôram os viscondes de Villa Nova da Cerveira. O convento estava abandonado em 1434, e ha muitos annos que já d'elle nem ha vestigios; consta que a actual matriz era a egreja do convento. O arcebispo de Braga pretendeu o padroado, mas houve demanda, que os referidos fidalgos venceram, fazendo então alguns melhoramentos na egreja, mandando tambem collocar na frontaria os seus brazões d'armas. A capella mór soffreu nova reedificação em 1733 e ficou regular. A torre soffreu reparos em 1822. Os abbades teem annexo o titulo de *Dom*, que é dos tempos em que existia o mosteiro. Sabbadim pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3 com a séde em Vianna do Castello.

Sabe. Pov. do sobado de Cabinda, na regedoria de Sóeca, distr. do Congo, prov. de Angola.

Sabe-Deus. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, na div. e sobado de Quionzo, conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Sabeiro. Pov. na freg. de Santo André, de Villa Boa de Quires, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Sablé. Circumscripção do distr. de Lourenço Marques, Africa Oriental.

Sabino *(Joaquim José)*. Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra. O verdadeiro nome d'este magistrado e escriptor era Joaquim José Sabino de Rezende Faria e Silva, mas assignando sempre só os primeiros nomes, foi assim que ficou conhecido. No *Diccionario bibliographico*, vol IV, pag. 111, diz Innocencio Francisco da Silva o seguinte: «Muitos se equivocaram ácêrca da sua naturalidade, julgando-o nascido no Brazil (onde passou a ultima e maior parte da sua longa vida) e dando-o por natural, já da provincia da Bahia, já da do Maranhão. O sr. Titara em uma nota, que vem a pag. 133 do tomo VII das suas *Poesias*, dá como cousa assentada ser elle filho do Maranhão. Porém apezar de taes affirmativas, fica fóra de toda a duvida que Sabino tivera o berço em Lisboa e para o provar sobeja, a meu vêr, um documento que existe no archivo do antigo Conselho Ultramarino, onde foi examinado não ha muito tempo pelo sr. commendador João Francisco Lisboa, que teve a bondade de communicar m'o por extracto. E' um officio dirigido ao Ministro dos Negocios da Marinha e Ultramar, e datado do Maranhão a 29 de abril de 1798, assignado por Joaquim José Sabino de Rezende Faria e Silva (era este o seu verdadeiro nome, posto que de ordinario o abreviava, supprimindo os appellidos finaes), na qualidade de Secretario do governo d'aquella capitania. N'este officio, diz elle que suspira por voltar a Lisboa *sua patria*; e acrescenta, que quando fôra nomeado para o referido logar havia onze annos que recebera o grau de bacharel em direito; oito que pelo Desembargo do Paço se habilitara para os cargos da magistratura; e outros tantos que exercia a profissão de advogado nos auditorios da côrte, tendo diversos partidos, e entre elles o do Contrato do Tabaco, etc.» Vê-se, que era natural de Lisboa; em 1798 queixava se, segundo o documento acima, de estar havia muito no Maranhão e ancioso de voltar á sua patria. Diz mais que, quando foi para o Maranhão havia 11 annos que se formára; em 1791 parece que estava ainda em Lisboa, logo é provavel que nascesse em 1759, se formasse em 1780, que em 1791 fôsse nomeado secretario geral do governo da capitania do Maranhão, logar que de certo não poderia convir extraordinariamente a um advogado que fazia avultados interesses em Lisboa, como se deprehende ser elle o advogado do Contrato do Tabaco, o que indicava uma alta posição no fôro. Os seus escriptos revelam um liberal. E' bem possivel que no periodo em que suas ideias eram tão rudemente perseguidas, principalmente depois dos acontecimentos da França, Joaquim José Sabino fôsse mandado para o Maranhão, pelo mesmo motivo porque Braga esteve preso, e por que tiveram de fugir Filinto Elysio e Avellar Brotero. Bem relacionado como devia estar, Joaquim José Sabino teve ao menos um exilio dourado, dando-se lhe aquelle logar de

secretario da capitania do Maranhão, d'onde não conseguiu sair, apezar do seu instante requerimento de 29 d'abril de 1798, pois que em 1806 ainda exercia o mesmo cargo. Em 1791 publicou em Lisboa uma tragedia intitulada *Policena*, que segundo diz Innocencio, não passa d'uma imitação da *Merope*, de Voltaire. N'esse mesmo anno partiria para o Maranhão, servindo-lhe de carta de recommendação para aquelle desterro, o seu convivio litterario com o impio Ferney. Em 1806, estando no Maranhão, escreveu uma *Epistola* em verso ao capitão general D. Francisco de Mello Manuel da Camara. Em 1818 publicou em Lisboa a tragedia *Nova Castro*. Voltára á patria, mas a sua longa permanencia no Brazil lhe creára ali tantas raizes que para lá tornou a partir, seguindo o na proclamação da sua independencia e adoptando a nacionalidade brazileira. Passou então para a carreira da magistratura, indo para o Maranhão como desembargador da Relação. Veiu a fal. em novembro de 1813.

Sable. Termo do brazão, que indica a côr verde, conforme a *Nobiliarchia Portugueza*, folha 216. Porém *sable*, em francez, indica a côr negra.

Saboaria. Fabrica ou officina de fazer sabão. Logar onde se vende sabão Antigamente as saboarias, ou fabricas de sabão, pertenciam a senhores donatarios, que d'ellas auferiam as respectivas rendas. Eram então um privilegio, como mais tarde constituiram um monopolio. D. João I concedeu ao infante D. Henrique as saboarias do reino, o qual, em virtude do direito de descobrimento, já possuia as do sabão preto na ilha da Madeira. Por carta de 19 de setembro de 1455 foi aquella doação confirmada por D. Affonso V, e a D. Garcia de Castro pelo que tocava ás saboarias do sabão preto da cidade de Lisboa, e seu termo, por carta do mesmo soberano de 11 de março de 1460. No anno de 1487 confirmou el-rei a Ruy Gonçalves a doação, que lhe fizera o infante D. Fernando, das saboarias pretas da ilha da Madeira. D. Manuel I desligou da corôa as saboarias do reino, as quaes para grande numero de donatarios. Para seu irmão mais velho, Ayres da Gama, obteve Vasco da Gama, depois do descobrimento do caminho maritimo para a India, a entrega das saboarias de Extremoz, e de Souzel, que seu pae possuira. O alvará de 10 de outubro de 1603 prohibiu o sabão branco. D. João IV doou ao infante D. Pedro as saboarias de sabão branco e preto da cidade do Porto, das villas e logares das comarcas de Traz os-Montes e Entre-Douro e Minho. Por ser interessante transcrevemos a respectiva carta: «Dom João, etc. Faço saber aos que esta minha carta de doação virem, que eu hei por bem fazer mercê ao infante D. Pedro, meu muito amado e presado filho, das saboarias do sabão branco e preto da cidade do Porto, villas e logares das comarcas de Traz os Montes, e entre Douro e Minho, assim como vagárão por D. Maria Portugal, ultima donataria que d'ellas foi, e em qualquer parte do reino onde estivesse, e isto de juro, e herdade, para o infante, e seus descendentes barões legitimos, precedendo o neto filho de filho mais velho defunto, antes de succeder ao filho segundo do possuidor, que é na forma das outras doações que lhe fiz, e o infante usando d'ellas, e haverá seu rendimento assim, e da maneira que me pertencia, e as teve a dita D. Maria Portugal e mais pessoas, pelo que mando a todos os corregedores, e juizes, justiças, officiaes e pessoas das ditas comarcas, o a quaesquer outros a que o cumprimento d'esta pertencer e fôr mostrada, que mettam o seu procurador de posse das ditas saboarias brancas e pretas; e lh'as deixem ter, e haver, e lograr, e possuir, e haver as rendas d'ellas assim como a mim de direito pertencem, nem consentir que outrem haja de vender, nem fazer ahi o dito sabão, salvo quem tiver seu poder, e as ditas pessoas rendeiro que seus poderes tiverem para por elle venderem, serão obrigados a vender pelos preços costumados, e como se contem em uma sentença que D. Nuno Manuel teve contra a cidade do Porto, em que está declarado o preço por que se ha de vender n'ella o dito sabão, e mais vão, o que assim se cumprirá e guardará inteiramente sem duvida nem encargo algum, e por firmeza de tudo mandei dar esta carta por mim assignada, e sellada do meu sello de chumbo pendente. João da Silva a fez em Lisboa a 12 de outubro de 1656. Fernão Gomes da Gama a fez escrever.» Por carta de 4 de maio de 1708 fôram as saboarias confirmadas ao conde de Castello Melhor para as poder vender nas colonias, e nas comarcas de Pinhel, Guarda, Vizeu e Lamego. No reinado de D. João V, passaram as saboarias para o neto do marquez de Castello Melhor, D. José de Vasconcellos e Sousa. No reinado de D. José o fabrico do sabão foi tirado inteiramente aos donatarios e unido á fazenda real e á corôa, por decreto de 2 de agosto de 1766. O alvará de 20 de dezembro do mesmo anno, colligiu os regimentos de 1455 e de 1460 e estabeleceu os preços e a administração das saboarias. Para compensar o donatario do sabão preto, deu-se em resgate ao conde de Castello Melhor por decreto de 4 de setembro, além do titulo de marquez, muitos bens de raiz e padrões reaes, uma grande parte da cêrca do collegio de S. Roque, que fôra dos jesuitas, com cujo terreno o novo marquez alargou a sua propriedade. Os preços estabelecidos para a venda fôram os seguintes: Sabão de pedra a 140 reis, o molle a 80 reis; nas ilhas, o primeiro a 160 reis. No Brazil a 200 reis o primeiro, e a 120 reis o segundo. Fôram nomeados administradores das saboarias os contratadores do tabaco. Para resgatar as saboarias da commenda de Jerumenha mandou o decreto de 5 de janeiro de 1771 satisfazer o seu rendimento por outro equivalente. Em 1797 fôram arrematadas as saboarias, para o que o alvará de 28 de novembro estabeleceu as condições. A legislação do seculo XIX synthetisa a historia do fabrico do sabão, pois quo varios diplomas regularam o direito exclusivo do estado, a arrecadação dos rendimentos por meio de arrematação, meios repressivos para evitar o contrabando, etc., até que, por lei de 25 de abril de 1857, foi extincto em todo o paiz, continente e ilhas adjacentes, o monopolio do sabão. Como o contrato do sabão andava junto ao do tabaco, a abolição só se tornou effectiva findo o contrato em 1 de julho de 1858.

Saboarias Pov. na freg. do Salvador, de Aramenha, do conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Saboeiro Official quo fabrica, ou vende, sabão.

Saboga. Pov. na freg. de S. José, de Lavegadas, conc. de Poiares, distr. do Coimbra.

Saboguezes. Pov. na freg. do Salvador, de Magrellos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Sabola (*P. Manuel Ferreira da Costa*). Presbytero secular, formado em Canones pela Universidade de Coimbra, desembargador da Mesa Ecclesiastica do bispado do Porto, etc. N. no Porto a 25 de setembro de 1710; ignora se a data do fallecimento. Escreveu: *Relação das solemnissimas exequias e funeraes honras do rei fidelissimo D. João V, celebradas na cidade do Porto*, Porto, 1751; saiu com o nome de Raphael de Sá Bayesca e Montarroio; *Fiel narração da passagem que fez pelo bispado e cidade do Porto, nos dias 30 de setembro e 1 e 2 de outubro de 1759, o ser.*^{mo} *sr. D. Gaspar, primaz das Hespanhas, arcebispo e senhor de Braga*, etc., Porto, 1760; *Breve noticia de applauso com que, na muito nobre e sempre leal cidade do Porto, se festejou o feliz anniversario do feliz nascimento do muito alto e muito poderoso rei D. José I*, 1757; foi publicado sem o nome do autor.

Sabola. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Odemira, distr. e bisp. de Beja; 497 fog. e 2:000 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. e hospedaria. Dista 20 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades da margem direita do rio Mira. A mitra apresentava o cura, que tinha 240 alqueires de trigo. A terra é muito fertil e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos.

Sabonete. Sabão fino aromatisado. || Pequeno relogio de algibeira. Na Exposição d'Arte Ornamental em 1882 admiravam-se varios *sabonetes*, ou relogios de algibeira, muito interessantes.

Sabor. Rio da prov. de Traz os-Montes. N. na Galliza, passa perto de Bragança, e vae desaguar na margem direita do rio Douro, na foz do Sabôr, 8 k ao SO de Moncorvo, depois d'um curso de 130 k. Ao fundo do Valle de Villariça, do lado do N, ergue-se a serra de Bornes, antigamente chamada Monte-Mel, que está 1:202 m. acima do nivel do mar. Esta altitude é tomada do ponto onde existe uma pyramide geodesica. N'uma das gargantas d'este monte, junto á aldeia da Burga, nasce a ribeira da Villariça, que atravessa, serpenteando, todo o formoso e feracissimo Valle de Villariça, entrando no rio Sabôr, proximo da sua foz.

Sabre. Especie de espada curta. Terçado. || *Sabre-baioneta*, especie de sabre curto, que póde ser adoptado á bocca da espingarda em fórma de baioneta.

Sabreos. Pov. na freg. de Santa Maria, de Rebordões, conc de Ponte do Lima, distr. de Viauna do Castello.

Sabrina. Ilha que existiu apenas durante algumas semanas junto da costa O da ilha de S. Miguel, Açôres. Surgiu do fundo do mar em 1812 em consequencia da erupção d'um fóco vulcanico submarino que parece haver ao O da ilha de S. Miguel e que já em 1658, 1691 e 1720 déra mostras da sua actividade. Posto que existisse por tão pouco tempo, o capitão do navio inglez *Sabrina* tomou logo conta d'ella em nome do rei de Inglaterra, e lhe poz o nome do seu navio. O logar onde a ilha appareceu, vem designado nas cartas inglezas com as palavras *Site of Sabrina*.

Sabrosa (*José Gonçalves Guimarães Serodio, conde de*). Tenente coronel d'artilharia reformado, governador civil de Lisboa, deputado em varias legislaturas, gran cruz e commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, cavalleiro da de Aviz, e gran cruz da ordem hespanhola de Izabel a Catholica. N. a 19 de novembro de 1855, sendo descendente d'uma nobre familia da provincia de Traz os-Montes. Assentou praça em 29 de julho de 1879, sendo promovido a alferes em 4 de janeiro de 1882, a tenente em 23 de janeiro de 1884, a capitão em 5 de junho de 1889, sendo aposentado no posto de tenente coronel em 27 de março de 1907. Militava no partido regenerador, e foi redactor do jornal *A Tarde*, orgão d'esse partido, deputado em varias legislaturas, sendo nomeado em 1901 governador civil substituto de Lisboa, tendo a effectividade no anno de 1904. Em 1901 fez parte da commissão administrativa da camara municipal de Lisboa, logar de que tomou posse em 12 de outubro.

Sabrosa. Villa da provincia de Traz-os Montes, séde de conc., julgado municipal, com. e distr. de Villa Real, bisp. de Lamego, Relação do Porto. Tem uma só freguezia, cujo orago é S. Salvador. Está situada a 15 k. da capital do distr., a 2 k. da margem do rio Pinhão, n'um degrau que ali fórma a serra da Azinheira, e a meia altura d'esta montanha, junto ás abas d'um outeiro escalvado e esteril, de rocha granitica; porém, o terreno em que assenta a villa é de formação schistosa, pertencente ao periodo siluriano. O reitor da freg. de Santa Maria, de Paços, apresentava o vigario, que tinha 80$000 reis e o pé d'altar. Apezar de, segundo a tradição, esta villa ser muito antiga, não existe aqui nenhum monumento que prove essa antiguidade. Os edificios mais antigos remontam, quando muito, aos principios do seculo XVI. Consta que os primeiros habitantes de Sabrosa vieram da pequena aldeia da Sancha, situada no fundo da montanha, e perto do rio Pinhão, mas não se sabe, em que epoca se verificou esta transferencia, se acaso existiu. E' certo que no fundo da ingreme ladeira da serra, em cuja encosta está a villa, existe a pequena aldeia da Sancha, e sobranceiro a ella, estava o antiquissimo castello de *Sancha*, totalmente fóra da vista da actual villa, e na aresta oriental da *serra do Criveiro*, nome pomposo que se dá a um outeiro granitico, esteril e alcantilado, ao longo de cuja base se estende a veiga de Sabrosa, quasi toda occupada por esta povoação. O castello era pequeno, e foi construido sobre uma saliencia do môrro do Criveiro. Pelos dois lados mais accessiveis tinha uma muralha de granito, grosseiramente trabalhada, sem cimento algum, e por fóra d'ella, o respectivo fôsso. Pela parte de baixo tinha duas ordens de muralhas, sem fossos. Ainda no principio do seculo XIX, tinham as paredes do castello, 2, 3 e algumas 4 m. de altura, e no centro os restos d'uma pequena torre circular, tendo ainda em parte 2,^{m} 20 d'altura, com 5 m. de diametro, parecendo mais uma atalaia dos antigos lusitanos ou dos antigos romanos, do que obra dos moiros. A tradição diz, que sobre a pequena e completamente destruida parte do castello, havia uma inscripção em caracteres desconhecidos, e em letras romanas a palavra *Paralio*, seguida de outras illegiveis. Com effeito, os lati-

nos davam o nome de *paralios* aos povos que habitavam nas margens dos rios, sendo por isso provavel que a ultima letra, o S, estivesse apagada, e que a palavra fôsse *paralios*. A pequena fortaleza era de fórma quasi triangular, tendo em um dos angulos, no seu ponto mais elevado, a porta da entrada, e junto d'ella a acanhada embocadura d'uma cisterna, que descia, por degraus, o morro d'uma fortaleza. Esta cisterna, morro ou galeria, ficava entre a muralha e o fosso, de maneira que em tempo de guerra, era vedada esta serventia aos defensores do castello. Segundo a tradição, a primitiva Sabrosa, formada de pobres cabanas, era situada ao N e S do tal castello da Sancha, sob as suas muralhas, e no ponto quasi opposto ao logar onde está a actual villa. Em volta do castello viam se restos da antiga pov., isto é, paredes toscamente construidas, formando pequenos casebres. N'uma escavação feita perto d'este logar, foi achada uma antiga forja de ferreiro, ainda com alguns instrumentos d'este officio, bem conservados, e um tubo de barro, que parece ter servido para conduzir agua para a officina. Um pouco mais distante encontraram se vestigios de sepulturas antiquissimas. Durante o dominio dos romanos, pertenceu Sabrosa á circumscripção da cidade de Panoyas, dentro de cuja area estava, e que muito mais tarde devia formar parte da primitiva freguezia de Santa Marinha, de Provezende, visto que a antiquissima freg. de S. Lourenço de Riba Pinhão, era cabeça de todos os povos que demoravam ao N de Sabrosa, os quaes até 1834 pagavam *um vintem de reconhecimento* por cada fogo ao parocho da sua antiga matriz de Santa Marinha. O conc. de Sabrosa foi creado por decreto de 6 de novembro de 1836. O antigo conc. do Provezende foi supprimido em 31 de dezembro de 1853 (V. *Provezende*), e annexado a este. Sabrosa nunca teve foral antigo nem moderno. A freg é abundante de boas fructas, e o conc. produz muito vinho, azeite, legumes, cereaes, fructas, etc., sendo os seus principaes artigos de commercio o vinho e o azeite. A actual egreja matriz de Sabrosa é um bom templo d'uma só nave; a primitiva era pequena e muito antiga, e foi demolida no seculo XVIII, construido se então a que hoje existe. O brazão d'armas de Sabrosa foi concedido pela rainha D. Maria II, em 12 de maio de 1837. E' o seguinte: Escudo partido em faxa; na 1.ª, em campo de prata, um chafariz, lançando agua; na 2.ª uma arvore com seus fructos pendentes, tudo alludido ás boas aguas e saborosas fructas. Timbre, um braço, empunhando uma espada, alludindo aos *serviços de muitos militares seus naturaes em pró da independencia nacional*, diz o decreto que concedeu as armas. No conc. de Sabrosa ha varias minas de differentes metaes, porém estão por explorar. Em janeiro de 1873, Ladislau Zarziehi obteve concessão definitiva de 3 minas de chumbo, nos sitios da Machucha, Agua Alta e Valle de Maceira, todos d'este conc. A villa pertence á 6.ª div. mil., 12.ª brigada, e grande circumscripção mil. N, e ao distr. de recrut. o res. n.º 13, com a séde em Villa Real; tem est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; escolas d'ambos os sexos, agencias bancarias; agentes das companhias de seguros *A Nacional*, *La Union y El Fenix Español*, *A Popular*; de vapores, *Mala Real Ingleza*; negociantes de azeite, hospedarias, hotel, medicos, pharmacias, notario, sub delegado de saude, negociantes de vinhos; feira no dia 9 de cada mez, passando ao dia seguinte, se elle fôr santificado; mercado ás quartas feiras e domingos; romaria em 8 de setembro a Sabrosa (N. S.ª do Rosario), minas de Wolfram, no valle das Gatas, na freg. de S. Lourenço, em exploração. O conc. compõe se de 15 freguezias, com 3:121 fog. e 15:254 hab.: 7:827 do sexo masc. e 7:427 do fem., n'uma superficie de 15:841 hect. As freguezias são estas: S. Braz, de Celleirós, 734 hab.: 376 do sexo masc. e 358 do fem.; S. João Baptista, de Covas do Douro, 1:437 hab.: 918 do sexo masc. e 519 do fem.; Santa Maria dos Anjos, de Gouvães do Douro, 463 hab.: 251 do sexo masc. e 212 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Gouvinhas, 811 hab.: 473 do sexo masc. e 338 do fem.; Nossa Senhora d'Assumpção, do Parada de Pinhão, 598 habitantes: 276 do sexo masc. e 322 do fem.; Santa Comba, de Paradella de Guiaes, 470 hab.: 223 do sexo masc. e 247 do fem.; Santa Maria, de Paços, 1:507 hab.: 719 do sexo masc. e 788 do fem.; S. João Baptista, de Provezende, 1:389 hab.: 657 do sexo masc. e 732 do fem.; o Salvador, de Sabrosa, 1:992 hab.: 1:002 do sexo masc e 990 do fem.; S. Christovão do Douro, 413 hab.: 242 do sexo masc. e 171 do fem.; S. Lourenço de Riba Pinhão, 935 hab.: 454 do sexo masc. e 481 do sexo fem.; S. Martinho d'Anta, 1:713 hab.: 858 do sexo masc. e 855 do fem.; Santa Comba, de Souto Maior, 1:021 hab.: 531 do sexo masc. e 500 do fem.; S. Thiago, de Torre do Pinhão, 766 hab.: 330 do sexo masc. e 435 do fem.; S. Romão, de Villarinho de S. Romão, 1:005 hab.: 527 do sexo masc. e 478 do fem. Este conc. era muito rico pela sua magnifica região vinhateira, agora prejudicada pelo phyloxera. || Pov. na freg. de N. S.ª do Reclamador, de Casaes, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Sabroso (*Carlos Infante de la Cerda Sousa Tavares, 1.º barão de*). Moço fidalgo com exercicio, coronel de cavallaria, commendador da ordem de Christo, cavalleiro da da Torre e Espada, e da ordem franceza da Legião de Honra; governador da Torre do Outão, etc. N. em Lisboa a 18 de dezembro de 1795, fal. em Paris a 22 de setembro de 1830. Era filho de João Infante de la Cerda, fidalgo da Casa Real e coronel de milicias, e de sua mulher D. Felicia Joanna de Sousa Tavares de Frias da Frota de Macedo da Costa Aguiar, ambos de conhecida e distincta linhagem. Apenas saido da infancia, determinou seguir a carreira das armas, para a qual lhe dava glorioso campo a Guerra Peninsular. Em 1810, contando apenas 15 annos de edade, assentou praça no regimento de cavallaria n.º 4, e n'elle serviu no resto da campanha, estimado de superiores e inferiores pelo seu valor na peleja e excellente caracter. Concluindo a Guerra Peninsular em 1814, regressou á patria, mas não lhe soffria o animo, impaciente de fama e devorado de nobre ambição, o socego da paz. Não tardou a offerecer-se nova occasião de alcançar a gloria que tanto desejava. A côrte do Rio de Janeiro assentou fazer guerra ás sublevadas colonias hespanholas que entestavam com os limites do sul do Brazil. Formou-se em Lisboa uma divisão escolhida de todas as armas para este fim, na qual se alistavam a flôr dos jovens officiaes portugue-

zes, e com esta foi Carlos Infante de la Cerda, já no posto de capitão. Começou a guerra de Buenos Ayres, que constou, na maior parte, de escaramuças com guerrilhas. Uma acção consideravel appareceu, porém, em que o valor e disciplina européa se mostraram o que eram e valiam. Foi a chamada *Acção de India morta*, do Rio da Prata, onde o nosso joven official mostrou tambem a bravura e o talento militar que o distinguiam. Foi ali promovido no campo da batalha ao posto de major. Voltou para Lisboa em 1821, com a familia real. Involvido nas revoluções que desde então se levantaram, conhecido pelos seus leaes e firmes principios, sempre moderados, quando se deu o movimento da *abrilada*, em 30 de abril de 1824, tanto se distinguiu, que mereceu os maiores applausos, não só dos naturaes, mas tambem dos estrangeiros, concedendo-lhe a côrte de França a mercê da cruz da Legião de Honra. O governo portuguez já o havia agraciado com o titulo de barão de Sabroso, por decreto de 26 de outubro de 1823. Sempre fiel aos seus principios não hesitou em se declarar pela causa da Liberdade e da Carta Constitucional, que do coração abraçou e com a sua espada defendeu. Já soffrendo da fatal molestia que tão cêdo o victimou, o barão de Sabroso foi, apezar d'isso, um dos primeiros a correr ás armas contra os rebeldes que no Alemtejo e no Algarve levantaram nos fins do anno de 1826 o grito da rebellião contra o soberano e contra as instituições da sua patria. N'esta primeira marcha, e sob as ordens do general conde de Saldanha, commandou uma brigada de cavallaria, composta dos regimentos n.º 1, 4 e 7. Seus padecimentos augmentaram, mas tambem augmentaram as forças d'aquella alma, que nenhuma agonia do corpo jámais pôde subjugar. O general conde de Villa Flôr marchou contra os rebeldes que de novo agitavam o paiz, e com elle marchou o barão de Sabroso commandando a brigada de cavallaria composta dos regimentos n.º 1 e 4, cujos serviços á causa liberal são bem conhecidos. Com a chegada a Lisboa do infante de D. Miguel, em 1828, e sendo acclamado rei, os absolutistas tomaram grande autoridade. Reconhecendo o novo governo no barão de Sabroso, grande capacidade, valor e talentos militares, empregaram todas as seducções e promessas as mais lisonjeiras para o attrahirem ás suas fileiras; nada o fez hesitar um momento, e apezar da sua decadente saude, preferiu o exilio e as privações, quasi a morte certa que a inclemencia das regiões do norte e as afflicções moraes do seu espirito não podiam deixar de lhe pintar em muito proximo futuro. Emigrou então para Inglaterra. Preparou-se em Plymouth a infeliz expedição, commandada por Saldanha, que a 6 de janeiro de 1829 foi d'ali demandar a ilha Terceira. Apezar dos rogos e conselhos de amigos e de parentes, que o viam n'um estado melindroso de doença, o barão de Sabroso obedeceu resignado á voz que o mandava embarcar. A expedição não pôde desembarcar pelo cruzeiro inglez o não consentir, e retirou para França. Se escapou á metralha ingleza, moralmente o feriram os incommodos do mar e as angustias do espirito, com que a sua existencia começou a tornar-se visivelmente precaria. Comtudo, chegando a Brest, foi-lhe incumbido o commando de um dos depositos portuguezes que em França se formavam, o de Laval, onde o trabalho em que era obrigado em desempenho do seu cargo e a aspereza do inverno d'aquelle anno, e em tão frigido paiz, acabaram de lhe arruinar a saude. Sendo depois dissolvido o deposito de Laval, foi lhe permittido transportar se a Paris, onde veiu a fallecer. Ao seu funeral concorreram os mais illustres compatriotas que estavam em Paris, e muitos distinctos francezes. Foi sepultado no cemiterio do Pére la Chaise; o coronel Pizarro pronunciou sobre a sepultura um discurso em portuguez, e Mr. Breton, secretario do almirante Roussin, outro em francez. Almeida Garrett escreveu uma minuciosa biographia do valoroso official, que se imprimiu em Londres no anno de 1830. Vem transcripta a pag. 278 do vol. XVI (supplemento) do *Diccionario popular*. Em 1900 publicou-se esta biographia, com o titulo de *Elogio funebre de Carlos Infante de Lacerda* (*Barão de Sabroso*), juntamente com outro elogio, tambem por Almeida Garrett, *Necrologia á morte de D. Leocadia Thereza de Lima e Mello Falcão Van-Zeller*. Este opusculo é o n.º 3 da bibliotheca da *Aurora do Cavado*, de que é editor e colleccionador o sr. dr. Rodrigo Velloso. O brazão d'armas d'esta familia, concedido por alvará de 8 de julho de 1571, é o seguinte: Escudo partido em pala; na primeira, esquartelada, sendo o primeiro quartel partido tambem em pala, tendo na primeira as armas dos Correias Aguiares: Em campo de ouro uma aguia preta estendida com uma só cabeça, e no peito carregado o escudo dos Correias; na segunda pala as armas dos Silvas: Em campo de prata um leão de púrpura armado de azul; no segundo quartel as armas dos Sousas do Prado: Escudo esquartelado: no primeiro quartel as quinas do reino sem a orla dos castellos, no segundo, em campo de prata, um leão sanguineo, e assim os contrarios. Na segunda pala as armas dos Sobrinhos: Escudo esquartelado: no primeiro quartel, em campo vermelho, uma torre de prata; no segundo, em campo verde, um casco de prata e acima d'elle uma flôr de liz de ouro, e assim os contrarios.

Sabroso (*João Infante de la Cerda de Sousa Tavares Pizarro, 3.º barão de*). Moço fidalgo com exercicio, cavalleiro das ordens de Aviz e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, capitão reformado do exercito, commandante do forte da Cruz Quebrada e proprietario. N. a 16 de março de 1823, fal. na Cruz Quebrada em 28 de julho de 1901. Era filho do 2.º barão do mesmo titulo, Simão Infante de la Cerda de Sousa Tavares, e de sua 1.ª mulher, D. Maria Antonia de Magalhães Pizarro. Casou em 1850 com D. Luiza Adelaide da Madre de Deus Soares, filha de Francisco José Soares, fidalgo da Casa Real e cavalleiro da ordem de Christo, e de sua mulher D. Joanna Maria Guilhermina Maria Marcelly. O titulo de barão de Sabroso foi renovado em verificação da 3.ª vida, concedida no diploma do 1.º barão, por decreto de 30 d'abril de 1858. E' hoje barão de de Sabroso seu filho Simão Infante de La Cerda Soares de Sousa Tavares Pizarro, moço fidalgo com exercicio, que nasceu em Lisboa a 27 de março de 1852, o qual casou em 9 de fevereiro de 1889 com D. Carolina Adriana Robido Guimarães, filha de Manuel José Fernandes Guimarães, e de sua mulher D. Laura Robido Guimarães.

Sabroso *(Simão Infante de La Cerda de Sousa Tavares, 2.º barão de).* Moço fidalgo com exercicio, brigadeiro do exercito, do conselho d'el-rei, commendador da ordem de Christo, cavalleiro da da Torre e Espada, de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa e de Aviz; condecorado com a medalha das quatro campanhas da Guerra Peninsular, governador geral da India, etc. N. a 4 de novembro de 1793, fal. na India a 14 de outubro de 1838. Era filho de João Infante de la Cerda, e de sua mulher D. Felicia Joanna de Sousa Tavares de Frias da Frota de Macedo da Costa Aguiar; irmão do 1.º barão de Sabroso, a quem succedeu no titulo por decreto de 10 de fevereiro de 1835. Emigrou em 1828 para França, d'onde passou a Inglaterra. e d'ahi á ilha Terceira, vindo a Portugal com a expedição, que veiu desembarcar em 1832 nas praias do Mindello. Nas linhas do Porto e nas de Lisboa sempre se distinguiu pela sua bravura e valor. Commandou na acção de 10 e 11 de outubro de 1833 o regimento de cavallaria. Conta José Liberato Freire de Carvalho nos seus annaes, que espalhando-se no Porto o boato de estarem os realistas do sul em Avintes o proximos a entrarem na cidade aproveitando a ausencia do exercito liberal em Ponte Ferreira, e chegando o governador da cidade, D. Thomaz de Mascarenhas, a julgar-se perdido, Simão Infante partiu para Avintes sem um unico soldado, a verificar o facto com risco de vida, voltando d'ali com a segurança de ser falso o boato, e conseguiu serenar a cidade. Sendo coronel de lanceiros, e depois do acabada a guerra civil, foi encarregado por D. Pedro IV de levar ao porto de Sines o infante D. Miguel, entregando o a bordo da fragata *Stag* a 1 de junho de 1834, tendo desempenhado, não sem graves riscos, esta commissão. Foi promovido a brigadeiro por haver sido nomeado governador civil e militar do estado da India em 2 de março de 1836. Saiu a barra de Lisboa a bordo da fragata *D. Pedro*, chegou a Gôa em 19 de novembro de 1837, tomando posse do governo 4 dias depois na capella-mór da egreja do Bom Jesus. O barão de Sabroso foi encarregado de fazer executar os decretos para a nova organisação administrativa e judicial e de publicar a amnistia aos implicados nos acontecimentos politicos de 1835 em deante. A sua gerencia governativa, apezar de curta, correu attribulada e cheia de conflictos. A 13 de junho caiu desastradamente do carrinho, de que lhe resultou a fractura d'um braço, o por se aggravar o seu estado entregou o poder ao conselho do governo em 28 de setembro de 1838, fallecendo logo no mez seguinte. Deixou escripto que dispensava toda a pompa funebre que lhe era devida, desejando ser acompanhado á sepultura pelos seus ajudantes d'ordens e conduzido pelos creados, e que mais tarde as suas cinzas viessem para Portugal. O cadaver ficou depositado na casa da confraria na egreja de Pangim. O conde das Antas, em 1842, mandou-o com grande apparato e solemnes exequias para o carneiro do extincto convento de S. Caetano, até que pela portaria de 22 de julho de 1873 se ordenou a trasladação dos restos mortaes para Portugal, o que se effeituou a bordo da corveta *Infante D. João*, embarcando a 4 de fevereiro de 1874, chegando a Lisboa a 19 d'abril, o sendo depositados no jazigo de familia a 22 no cemiterio occidental. O barão de Sabroso casou a 10 de fevereiro de 1823 com D. Maria Antonia de Magalhães Pizarro, açafata da rainha D. Carlota Joaquina, que falleceu a 24 de junho de 1835, filha de Bento Carneiro da Costa Magalhães Brandão, e do sua mulher D. Luiza Xavier Ignacia de Sousa Quevedo Pizarro. Casou segunda vez, em 7 de agosto de 1837, com D. Maria Thereza José de Mello, filha dos 2.ºˢ marquezes de Sabugosa.

Sabroso. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Filhadella, conc. e distr. de Villa Real. || O Salvador, de Pedragaes, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || N. S.ª da Natividade, de Vréa de Bornes, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real. || Monte da prov. do Minho, proximo e em frente da Citania de Briteiros. Em tempos remotos houve n'elle uma pov., o que levou o sabio archeologo, já fallecido, o dr. Francisco Martins Sarmento, de Guimarães, a exploral-o em 1877. D'esses trabalhos de exploração resultou o apparecimento de varios monumentos que pareciam ainda mais antigos dos que já precedentemente se haviam encontrado no monte de S. Romão de Briteiros, a tão falada Citania, e de muitos e variados objectos. Notou o sabio investigador, que o typo das construcções de Sabroso era em geral o da Citania, mas com suas differenças. As casas eram circulares, e algumas cercadas até certa altura por uma parede tambem circular, só com a face para o exterior. Mesmo no planalto descobriu algumas casas soterradas 2 e meio a 3 m. N'uma d'ellas que foi escavada até quasi 3 m. de profundidade, encontrou-se sempre carvão e tambem fragmentos de ossos e de louça, sem se lhe chegar á base. O dr. Martins Sarmento não encontrou n'essa primeira exploração de Sabroso fragmentos de telhas, de amphoras, de louça vermelha nem de vidro, e quasi toda a ornamentação da louça que appareceu, era da da Citania. Mas encontrou numerosos objectos de bronze, entre elles um bracelete talvez de estylo celtico, um broche, uma agulha do tamanho e fórma das agulhas albardeiras, fibulas, alfinetes, e muitos fragmentos inclassificaveis.

Sabugal *(D. Duarte de Castello Branco, 1.º conde de).* Pagem de companhia d'el-rei D. João III; embaixador a Castella por mandado d'el-rei D. Sebastião; meirinho-mór do reino, védor da fazenda, commendador de Ulme, na ordem de Christo, e senhor do morgado de Montalvão. Esteve na desgraçada batalha d'Alcacer-Kibir, em agosto de 1578, onde ficou captivo, sendo um dos 80 fidalgos que se resgataram por 400:000 cruzados. Foi depois conselheiro de Estado no tempo de Filippe II de Hespanha, que se assenhoreara de Portugal. Recebeu varias mercês, tanto d'este soberano como de seu filho, e foi um dos 5 governadores do reino deixados pelo cardeal Alberto. Filippe II o agraciou com e titulo de conde de Sabugal, por carta regia de 20 de fevereiro de 1582. Casou com D. Catharina de Menezes, filha de D. Bernardo Coutinho, alcaide-mór de Santarem, e de sua segunda mulher D. Joanna Coutinho. O brazão d'armas dos condes de Sabugal é o seguinte: Escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas reaes, e no segundo as dos Mascarenhas: Em campo vermelho tres faxas de ouro; e assim os contrarios.

Sabugal *(D. Eugenia Maria d'Assis Mascare-*

nhas Castello Branco da Costa Lencastre, 6.ª condessa d'Obidos, 7.ª condessa da Palma e 6.ª condessa de). V. *Obidos.*

Sabugal *(Fernando, ou Fernão Martins Mascarenhas, 3.º conde da Palma, 2.º conde d'Obidos, e 4.º conde de).* V. *Obidos.*

Sabugal *(Francisco Castello Branco, 2.º conde de).* Meirinho-mór do reino, e alcaide-mór de Santarem. Era filho do 1.º conde de Sabugal, D Duarte de Castello Branco, e herdou toda a grande casa de seu pae. Casou com D. Luiza Coutinho, filha e herdeira de D. João Coutinho, por alcunha o *Cavallinho*, alcaide-mór de Santarem, e de sua mulher D. Catharina de Menezes. Uma das suas filhas, D. Brites de Menezes, herdou o titulo, e foi a 3.ª condessa de Sabugal. Esta senhora casou duas vezes: a primeira com D. Nuno Mascarenhas da Costa, que serviu na restauração da Bahia, no posto de capitão de infantaria Herdou por morte de seu irmão D. Antonio, 1.º conde da Palma, o morgado da Palma, a alcaidaria-mór de Castello de Vide, titulo e mais casa. Foi commendador na dita villa, na ordem de Christo, serviu tambem na provincia do Alemtejo, e morreu na batalha do Montijo. Passou a segundas nupcias com D. João de Mascarenhas, que pelo seu casamento foi o 3.º conde de Sabugal. V. o *artigo seguinte.*

Sabugal *(D João de Mascarenhas, 3.º conde de).* Commendador d'Alpedrinha de Ares, de S Miguel de Coxa, e outras na ordem de Christo, etc. N. em Lisboa, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de D. Francisco Mascarenhas. Serviu em Flandres como capitão de cavallaria, distinguindo-se no soccorro á cidade de Arras, na recuperação de Aer, na tomada do la Bassée, na batalha de Rocroy e em varios outros recontros. Regressou a Portugal em 1645, e serviu na guerra da Restauração, foi general de cavallaria, e governador do Alemtejo, e conselheiro de guerra nomeado por D. Affonso VI. Pelo seu casamento com D. Brites de Menezes, 3.ª condessa de Sabugal, recebeu este titulo, assim como o logar de meirinho-mór. Traduziu o *Tratado do manejo e governo do cavallaria*, do conde Galeazo Geraldo Priorato, que se publicou em Lisboa, no anno de 1707, já depois da sua morte, não trazendo o nome do traductor. Compoz tambem uma comedia e deixou manuscriptas varias obras em prosa e em verso.

Sabugal *(D. Luiz Antonio d'Assis Mascarenhas, 8.º conde d'Obidos, 9.º conde da Palma e 8.º conde de).* (V. *Obidos*). A condessa D. Anna de Mello Breyner, sua mulher, falleceu em Lisboa, no seu palacio da Rocha do Conde d'Obidos em 1 de janeiro de 1904.

Sabugal *(D. Manuel d'Assis Mascarenhas Castello Branco da Costa Lencastre, 5.º conde d'Obidos, 5.º conde da Palma e 5.º conde de).* V. *Obidos.*

Sabugal (*D. Manuel Pedro d'Alcantara d'Assis Mascarenhas de Sousa Coutinho Castello Branco da Costa e Lencastre, 7.º conde d'Obidos, 8.º conde da Palma e 7.º conde de).* V. *Obidos.*

Sabugal. Villa da prov. da Beira Baixa, séde de conc. e de com., distr. e bisp. da Guarda, Relação do Porto. Tem uma só freg., cujo orago é S. João Baptista. Está situada n'um logar plano e elevado na margem direita e junto do rio Côa, a 35 k. da capital do districto e a 18 da raia de Hespanha. Esta villa compunha se de duas freguezias: S. João Baptista, que é a actual matriz, e N. Senhora do Castello, que lhe está hoje annexa; ambas eram abbadias da mitra, tendo o abbade da primeira 200$000 reis, e o da segunda 150$000 reis. E' a principal povoação do districto denominado Riba-Côa. *(V. n'este vol. pag 212).* O seu territorio pertencia á Extremadura hespanhola e ao bispado de Ciudad Rodrigo, até ao seculo XIII, Segundo a maior parte dos escriptores, Sabugal foi fundada em 1220 por D. Affonso X, rei de Castella e Leão, dando-lhe aquelle nome por causa d'uma extensa mata de sabugueiros que então ali existia, e de que ha já muito tempo não restam os menores vestigios. Por isso as suas armas são: Em campo azul um sabugueiro da sua côr, tendo á esquerda uma chave d'ouro, alludindo ao seu castello. Estas armas fôramlhe dadas pelo rei D. Diniz. Ha quem ache inverosimil que a fundação date da epoca citada, adduzindo que, em 1224 se encontraram em Sabugal os reis D Sancho II de Portugal e D. Fernando III de Castella, para terminarem as contendas suscitadas por causa da rainha D Thereza entre Portugal e Leão, e que em quatro annos não poderia fundar-se uma villa, que tivesse as commodidades indispensaveis para receber dois monarchas. Assim, pretende-se que aquella data deve referir-se á villa do Sabugal Velho, que alguns dizem ter existido junto da Aldeia Velha, e fôra reduzida á obediencia dos reis de Leão em 1139 estando no dominio dos arabes, e que a moderna villa terá sido fundada pelos habitantes d'aquelle velho Sabugal. Mas esta opinião parece pouco viavel, pois é sabido que os reis da epoca, fortes e habituados ás asperezas de jornadas e campanhas, viajavam acompanhados de tudo quanto era indispensavel á vida, incluindo tendas, viveres e cozinheiros. Sendo então Sabugal uma das villas fronteiriças de menor longitude, d'ahi proviria a razão do encontro e não do tamanho e categoria da terra. Mas accresce ainda que não está averiguada de maneira authentica a fundação do outro Sabugal em tempo algum, proximo ou remoto, e que alguns escriptores, entre os quaes Antonio Ennes, affirmam ter se effeituado no Sabugal a entrevista dos reis D. Sancho II e D. Fernando III, em 1230 ou 1231. O facto é que em 1282 Sabugal passou á corôa portugueza por fazer parte do dote da rainha de Santa Izabel; mas Fr. Francisco Brandão diz, que nos documentos referentes a esse casamento nada existe que enuncie o dote feito áquella rainha, tendo-se averiguado que o não houve, quando se contratou o casamento da infanta D. Leonor com D. Pedro de Aragão. Dizem outros que a villa passou para o dominio portuguez em virtude do casamento de D. Beatriz, filha bastarda de D. Affonso, o Sabio, de Castella, com D Affonso III de Portugal, que repudiou sua primeira mulher, a condessa Mathilde de Bolonha. Segundo conta um autor anonymo, Sabugal passou ao dominio de Portugal no anno de 1296, quando el-rei D. Diniz regressou de Castella com o seu exercito, pois que, por esse tempo se apoderou d'uma extensa área de terreno coberto de aldeias e casaes e de sete villas muito populosas e fortificadas. Sabugal, collocada como que no vertice setentrional e a léste do parallelogrammo; Alfaiates, Villar Maior, Castello Bom, Almeida, Castello Rodrigo

e Castello Melhor. Por sua parte, e confirmando a primeira versão, Pinho Leal, no *Portugal antigo e moderno*, diz que o rei D. Diniz logo que recebeu as povoações leonezas que sua mulher lhe trouxe em dote, tratou de fortificar todas aquellas que julgou serem pontos mais importantes n'um caso de guerra com os leonezes ou com os moiros e que pelo referido anno de 1296 «mandou construir o forte castello de Sabugal e no centro d'elle a torre de menagem de grande altura e de fórma pentágona.» Pinheiro Chagas, na *Historia de Portugal*, não faz qualquer referencia ao dote de D. Izabel, antes diz que ella recebeu do noivo, quando veiu, maiores arrhas do que nunca tivera rainha de Portugal. D. Diniz doou lhe as villas de Obidos, Abrantes e Porto de Mós, concedendo-lhe além d'isso, a faculdade de poder testar livremente uma parte das rendas d'essas villas; e quando pela primeira vez se encontrou com ella, deu lhe a villa de Trancoso como presente de boas vindas, realisando-se o casamento a 24 de junho de 1282. Por fim, a verdade dos factos está com Fr. Francisco Brandão e com o autor anonymo acima citado. Em agosto de 1295, D. Diniz, que frequentemente ia á Guarda, declarou guerra a Castella por motivos d'alta politica, causando este acto gravissimas preoccupações na côrte castelhana, que se debatia em luctas e difficuldades insuperaveis. E de tal natureza fôram essas preoccupações, que, não se atrevendo a dar resposta aos embaixadores e arautos, seguiu após elles o proprio infante D. Henrique, tutor do rei seu sobrinho D. Fernando IV, indo encontrar-se na Guarda com D. Diniz, que o recebeu como sempre, primorosamente, e conveiu na paz, mediante importantissimas mas justas vantagens em favor de Portugal, em setembro de 1295. Castella faltou ás condições estipuladas, a guerra surgiu de novo, e então D. Diniz alcançou pela força das armas o que diplomaticamente não tinha conseguido. Cobrou-se das custas do pleito com a conquista de Sabugal e das Terras de Riba Côa, que reedificou e fortificou, entrando ellas então no dominio portuguez, não por serem dadas em dote á rainha D Izabel, mas pela força das armas. Em 1296 mandou D. Diniz reedificar as muralhas da villa e construir o forte castello, e no centro d'elle a torre de menagem, conforme dissémos. A torre compõe se de 3 andares, sendo dois de abobada sustentada em fortes arcadas e encimada com a corôa de Portugal. A cidadella está ainda bem conservada, sobretudo a torre de menagem, cuja fórma, altura e solidez tem chamado a attenção de quantos visitam esta antiga villa. Em torno das altas muralhas da cidadella existe uma segunda muralha, menos solida, tendo, tanto uma como outra, muitos retiros. Do lado oriental ergue-se a supracitada torre, e em tres dos angulos ha fortes torreões, existindo outro, no meio do lado sul. Do recinto central da cidadella, onde é o cemiterio parochial, sobe-se para as muralhas por quatro fortes escadas de granito. A entrada principal da cidadella é pelo lado oriental, onde ha um largo portal, encimado pelas armas d'el-rei D. Manuel: um escudo com duas esferas armilares, dos lados Ha depois uma outra porta, que dá ingresso para o recinto central. Por uma ingreme escadaria sobe-se para a torre de menagem, que tem, pouco acima do muro, a entrada para o primeiro pavimento, que communica com o segundo por outra escada de pedra, o qual é assente sobre fortissima abobada de granito. Tem finalmente um outro, para o qual se sobe com grande difficuldade por ser enorme a altura. Em todos os andares ha frestas e o ultimo tem umas varandas de cantaria, com parapeitos e portal em ogiva. Diz-se que debaixo do primeiro pavimento existe um subterraneo incommunicavel, que devia ter sido um deposito d'armas e d'outras munições de guerra. No interior da cidadella havia casas para quarteis militares, armazens, casas de residencia do alcaide-mór, officiaes e muitas outras dependencias concernentes ás praças de guerra. Por fazer parte da antiga fortaleza, mencionaremos um torreão, agora torre de relogio, que serviu em differentes epocas de torre de vigia e defeza d'aquelle lado da villa. Esta torre é bastante alta, tendo na sua base, ao lado, um arco ou antes uma das entradas para a cidadella, e está bastante transformada do que era na primitiva. O relogio foi um melhoramento importante feito pela camara municipal, parece que em 1899. Sabugal teve foral dado por D. Diniz, em Trancoso, a 10 de novembro de 1296. El-rei D. Manuel deu-lhe foral novo em Lisboa, no 1.º de junho de 1515. Em guerra com D. Sancho, o Bravo, de Castella, havia-se refugiado em Portugal o poderoso fidalgo D. Alvaro Nunes de Lara, que pelas terras de Riba-Côa, fez frequentes incursões nos estados d'aquelle monarcha, levando-lhes a desolação e a ruina. Era auxiliado n'estas empresas pelo infante D. Affonso, irmão de D. Diniz, que então possuia a tenencia e governo da Guarda, e que commetteu a imprudencia de obrigar os habitantes da cidade e da comarca a pegar em armas para entrarem em campanha contra Castella, fazendo causa commum com os de Lara. Em virtude d'isto, D. Diniz, no verão de 1287, foi á Guarda com grande acompanhamento de prelados, cortezãos e homens d'armas, procurando remediar o mal feito por seu irmão, e empregando meios suaves, destituiu-o do governo da cidade e deu-lhe em compensação as tenencias de Vizeu, Lamego e Traz-os-Montes. Affirma se que por essa occasião, os reis de Portugal e Castella se entrevistaram no Sabugal, combinando ali algumas providencias contra os rebeldes. Em 1328, a infanta D. Maria, filha primogenita de D. Affonso IV e da rainha D. Brites, que ia casar com o rei de Castella D. Affonso XI, esteve em Sabugal, vindo de Coimbra acompanhada por seus paes e pela rainha Santa Izabel, sua avó. A real comitiva demorou-se n'esta villa alguns dias aguardando a infanta D. Leonor, irmã do rei castelhano, que veiu com um brilhante séquito para visitar a rainha santa, que tambem era sua avó e os reis portuguezes, seus proximos parentes Realisaram-se então pomposas festas, seguindo depois para a villa de Alfaiates, proximo da fronteira hespanhola, que então pertencia ao rei de Leão, e ali se realisou o casamento na egreja matriz. Bem pouco duraram essas festas e alegrias, porque, ainda n'esse anno, houve guerra entre as duas nações, terminando pelo casamento do infante D. Pedro, filho de D. Affonso IV, com a infanta D. Constança, filha do infante D. João Manuel. O primeiro senhor de Sabugal foi o infante D. Pedro, filho do rei D. Affonso, o Sabio, de Leão. Depois teve o senhorio o infante

D. Fernando, filho d'el-rei D. Manuel. D. Filippe II, de Hespanha, tendo se apossado de Portugal, fez conde de Sabugal a D. Duarte de Caslo Branco. Mais tarde reuniram se por enlace matrimonial as duas casas dos condes d'Obidos e de Sabugal, ficando pertencendo a esta familia desde o seculo XVI, a alcaidaria-mór da villa. A esses fidalgos dava-se vulgarmente a denominação de condes meirinhos móres. A 3 d'abril de 1811, o marechal Beresford, com uma divisão de portuguezes e inglezes, atacou o exercito francez commandado por Massena, e feriu-se sangrenta batalha nas planicies de Sabugal denominadas Pimenteira, Grabato e Boa Vista. Como quasi todas as povoações portuguezas da raia, Sabugal foi couto do reino. E' considerada como cabeça do territorio chamado Riba-Côa, ou Cima Côa, o qual, quando ficou sendo portuguez em toda a sua extensão, foi annexada ao bispado de Lamego, e depois dividido tambem pelos da Guarda e Pinhel. A ponte sobre o rio Côa, obra de grande utilidade, foi tambem obra do el rei D. Diniz. A Fonte publica é tambem de remota construcção. A cupola que a encimava, foi destruida quando começaram umas obras no largo em que está situada, com o fim de aformosear este e transformar a fonte n'um chafariz com bicas. Como praça de guerra fronteiriça, Sabugal foi importantissima até ao seculo XVII, tendo sempre um governador militar, alcaide mór e uma boa guarnição. Ainda que de clima excessivo, a terra é saudavel, e muito fertil em todos os generos agricolas do paiz. Cria muito gado de todas as qualidades, tem cêra e mel, caça grossa e miuda, e peixe do rio Côa. Pertence á 2.ª div. mil., 4.ª brigada, grande circumscripção mil. Central, e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. Sabugal tem est. post e telegr. com serviço de valores declarados, encomendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; escolas para ambos os sexos, advogados, notario, medico, pharmacias, agentes dos bancos *Commercial de Lisboa*, e *do Minho*, *G. M. Fernandes & Guimarães*, do Porto, *Banco Commercial do Porto*, *Banco de Portugal*, *Crédit Franco-Portugais*, *Economia Portugueza*, *Bancos hespanhol de Credito* e *del Rio de la Plata*; *Banco Nacional Ultramarino* e *Casa Bancaria de Borges & Irmão*; das companhias de seguros: *Fidelidade*, *Probidade*, *Reserva Mutua*, *Tagus*, *Fomento Agricola e de Portugal*, *A Nacional*, *Rendas Vitalicias e Portugal*, *Previdente;* hoteis, Misericordia, etc., feiras a 9 de junho e na 1.ª quinta feira de setembro; mercado na 1.ª quinta feira e 3.º domingo de cada mez; est. do caminho de ferro na linha da Beira Baixa, entre a da Guarda e o apeadeiro de Benespêra. Tem-se publicado em Sabugal o jornal *A Estrella do Côa*, 1900. O conc. compõe-se de 40 freguezias, tendo pelo censo de 1900, 8:384 fog. e 32:795 hab., sendo 16:077 do sexo masc. e 16:718 do fem., n'uma superficie de 101:945 hect. As freguezias são: N. S.ª da Conceição, de Aguas Bellas, 798 hab.: 403 do sexo masc. e 395 do fem.; S. Miguel, de Aldeia do Bispo, 935 hab.: 445 do sexo masc. e 490 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Aldeia da Ponte, 1:203 hab.: 599 do sexo masc. e 604 do fem.;

Castello e ponte de Sabugal

S. Pedro, da Aldeia da Ribeira, 583 hab.: 284 do sexo masc. e 299 do fem.; S João Degolado, de Aldeia Velha, 1:224 hab.: 599 do sexo masc. e 625 do fem.; S. Thiago, de Alfaiates, 1:353 hab.: 667 do sexo masc. e 686 do fem.; S. Bartholomeu, de Badamallos, 354 hab.: 169 do sexo masc. e 185 do fem.; Espirito Santo, de Baraçal, que pertencia á freg. de Villa do Touro, está agora independente; Santa Luzia, de Bendada, 990 hab.: 490 do sexo masc. e 500 do fem.; N. S.ª do Rosario, de Bismulla, 508 hab.: 252 do sexo masc. e 256 do fem; Santissimo Salvador, de Castelleiro, 1:214 hab.: 636 do sexo masc. e 578 do fem; N. S.ª da Visitação, de Cerdeira, 524 hab.: 274 do sexo masc. e 250 do fem.; S. Pedro *ad vincula*, de Foios, 682 hab.: 347 do sexo masc. e 335 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Forcalhos, 537 hab.: 271 do sexo masc. e 266 do fem.; N. S.ª das Neves, de Lageosa, 839 hab.: 390 do sexo masc. e 449 do fem.; Espirito Santo, de Lomba dos Palheiros, 299 hab.: 141 do sexo masc. e 158 do fem; S. Barnabé, de Malcata, 781 hab.: 381 do sexo masc. e 400 do fem.; S Pedro, de Moita, 375 hab: 189 do sexo masc. e 186 do fem; N. S.ª da Conceição, de Nave, 820 hab.: 353 do sexo masc. e 467 do fem; S. Nicolau, de Pena Lobo, 521 hab.: 279 do sexo masc. e 242 do fem.; O Salvador, de Pousaflores do Bispo. 1:081 hab.: 520 do sexo masc. e 561 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Quadrazaes, 1:878 hab: 864 do sexo masc. e 1:014 do fem.; S. Bartholomeu, de Quintas de S. Bartholomeu, 673 hab.: 331 do sexo masc. e 342 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Rapoula do Côa, 460 hab.: 238 do sexo masc. e 222 do fem.; Santa Catharina, de Rebolosa, 444 hab.: 208 do sexo masc. e 236 do fem; S. Sebastião, de Rendo, 888 hab.: 440 do sexo masc. e 448 do fem; N. S.ª das Neves, de Ruivoz, 193 hab.: 86 do sexo masc. e 107 do fem; N. S.ª do Rosario, de Ruvina, 328 hab.: 148 do sexo masc. e 180 do fem.; S. João Baptista, de Sabugal, 2:312 hab.: 1:129 do sexo masc. e 1:183 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Santo Estevão, 1:001 hab.: 495 do sexo masc. e 506 do fem.; N S.ª das Neves, de Seixo do Côa, 774 hab.: 383 do sexo masc. e 391 do fem; N. S.ª das Neves, de Sortelha, 1009 hab.: 508 do sexo masc. e 501 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Souto, 1:515 hab.: 751 do sexo masc. e 764 do fem.; Aldeia de Santo Antonio, de Urgeia, 739 hab.: 3 0 do sexo masc. e 379 do fem.; S. Sebastião, de Valle das Eguas, 264 hab.: 135 do sexo masc. e 129 do fem; Santa Maria Magdalena, de Valle de Espinho, 1:555 hab.: 785 do sexo masc. e 770 do fem.; N S.ª da Conceição, de Valle Longo, 266 hab: 148 do sexo masc. e 118 do fem; S. Pedro *ad vincula*, de Villa Boa, 782 hab.: 388 do sexo masc e 394 do fem; N. S.ª d'Assumpção, de Villa do Touro (juntamente com a freg de Baraçal), 1:353 hab: 628 do sexo masc. e 725 do fem; S. Pedro, de Villar Maior, 740 hab: 363 do sexo masc. e 377 do fem. O principal commercio de todo o conc. é centeio, trigo, milho, batata, feijão, vinho e azeite. | Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Revelhe, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Rio Frio, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr de Vianna do Castello || S. João Baptista, de Sobral, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || S. Pedro, de Vallongo, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Sabugo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Almargem do Bispo, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. E' muito saudavel e pittoresca, e a sua agua, dizem ser a melhor de todo o conc. de Cintra. Tem pharmacia, e est. do caminho de ferro da linha de Torres Vedras á Figueira, entre os apeadeiros de Meleças e Pedra Furada.

Sabugosa *(Antonio Maria José de Mello Cesar e Menezes, conde de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, gran cruz da ordem de Christo, commendador e gran-cruz da de S. Thiago, por decreto de 4 de dezembro de 1909; mordomo-mór da Casa Real, nomeado em abril de 1903; par do reino, nomeação de 17 de março de 1898, socio effectivo da Academia Real das Sciencias, escriptor e poeta muito distincto, etc. N. a 13 de novembro de 1851, sendo filho dos 3.os marquezes de Sabugosa. Foi tambem véador e mordomo da casa da ex-rainha D. Amelia, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario,

Conde de Sabugosa

servindo na secretaria de estado dos negocios estrangeiros, cargo de que foi exonerado, a seu pedido, por decreto de 3 de novembro de 1910. Por decreto de 15 de setembro de 1879, recebeu a mersê do titulo de conde de Sabugosa. Casou a 8 de janeiro de 1876 com a sr.ª D. Marianna das Dores de Mello, 4.ª condessa de Murça, titulo que lhe foi renovado como herdeira de seus paes, os 3.os condes de Murça: D. João José Maria de Mello Abreu Soares de Vasconcellos Brito Barbosa e Palha, e D. Anna de Sousa Coutinho Monteiro Paim. São de grande apreço os trabalhos litterarios do sr. conde de Sabugosa. Em 1894 publicou, de collaboração com o conde d'Arnoso, já hoje fallecido, um interessante livro de contos, com o titulo *De braço dado*. Em 1905 publicou o *Auto da Festa*, de Gil Vicente, folheto que encontrou na grandiosa bibliotheca do seu palacio do Calvario, e de que não havia noticia. O *Auto* saiu

n'uma nitida edição acompanhado d'um seu juizo critico, denominado *Explicação prévia*. A transcripção do *Auto da Festa* é cheia de notas explicativas e de correcção ao texto, pelo illustre escriptor, que muito illucidam. Em 1903 escreveu o livro *O Paço de Cintra, apontamentos historicos e archeologicos*; é adornado com desenhos da ex rainha D. Amelia, e mais collaboração artistica de E. Casa Nova e R. Lino. Em 1908 saiu o livro *Embrechados*, que em pouco tempo teve duas edições. Tem collaborado muito na *Revista de Portugal*, e encontram se muitos contos e versos seus em outras revistas, ou reunidos em volume. Como orador, tambem muito se distinguiu na camara dos pares do reino, na discussão de assumptos importantes O brazão d'armas dos marquezes de Sabugosa, é o seguinte: Escudo partido em pala; na primeira as armas dos Mellos: Em campo vermelho seis bezantes de prata entre uma cruz sobre a bordadura de ouro; na segunda as dos Silvas: Em campo de prata um leão de púrpura armado de azul.

Sabugosa (*Antonio Maria José da Silva Cesar e Menezes, 3.º marquez de)* Grau-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, alféres mór do reino, veador da rainha D. Maria Pia, par do reino por successão de seu avô, o 2.º marquez, prestando juramento e tomando posse na respectiva camara, na sessão de 7 de março de 1864; ministro de Estado, proprietario, etc. N. a 6 de julho de 1825, fal. em 2 de dezembro de 1897. Era filho do 9.º conde S. Lourenço, Antonio José de Mello Silva Cesar e Menezes, e de sua primeira mulher, D. Thereza Maria do Resgate Correia de Sá. Herdou toda a casa e o titulo de seu pae, sendo o 10.º conde de S Lourenço, e foi marquez de Sabugosa, por decreto de 30 de abril de 1852, titulo que herdou do seu avô paterno, o 2.º marquez José Antonio Mello da Silva Cesar e Menezes. Tornou se notavel na litteratura e na politica. Militava no antigo partido historico, de que foi sempre um dos seus prestimosos e dignos membros. Exerceu tambem os cargos de governador civil de Lisboa e de Braga, de enfermeiro-mór do hospital de S. José e de director da Companhia das Aguas, adquirindo sempre o respeito e a estima dos seus subordinados, pela affabilidade e justiça do seu caracter, e pela sua reconhecida proficiencia administrativa. Em 1872, sendo o marquez de Sabugosa director da Companhia das Aguas, deu-se um facto bem frisante de quanto o illustre fidalgo se presava na politica,censurando sempre qualquer acto ministerial que elle considerava menos digno. A Companhia obteve do governo no referido anno, a approvação d'um regulamento, que o partido historico entendeu ser vexatorio e illegal, o que manifestou por meio da sua imprensa e em comicios que tentou realisar. O marquez de Sabugosa resolveu facilmente este apparente conflicto levantado entre o seu decoro e os seus interesses, exonerando-se immediatamente do cargo de director da Companhia. Em 1873 tomou parte do ministerio presidido pelo duque de Loulé, como ministro do reino. Em 1878 era membro da commissão executiva e directora do partido progressista, e achou-se em dissidencia de opinião com alguns dos seus collegas, sobre os termos em que podiam ser discutidos na imprensa os actos do poder moderador. Respeitador das alheias como das proprias convicções, o marquez de Sabugosa não quiz servir de embaraço á acção politica do seu partido, nem abandonal o nas horas amargas da lucta e da adversidade. Demittiu se da elevada posição que adquirira entre os seus correligionarios, mas conservou se como fiel soldado nas suas fileiras.Em 1879 foi novamente ministro, a convite de Anselmo José Braamcamp, então chefe do partido progressista, n'um gabinete por elle organisado em junho d'esse anno, sendo lhe confiada a pasta da marinha e ultramar. Como par do reino, distinguiu-se pela correcção e acerto com que entrava nas discussões sobre diversos assumptos, não o cegando a ambição nem o facciosismo partidario. A sua palavra conscienciosa e insinuante conquistava sempre a attenção da camara. No principio do anno de 1879 presidiu a um comicio reunido no antigo circo de Price, a proposito da concessão Paiva de Andrada, e apresentou na camara dos pares um projecto de lei, tendente a annullar aquella concessão. Quando falleceu, havia já muitos annos que se afastára da vida publica, tendo ainda, por occasião da acclamação do rei D. Carlos, em 1889, desempenhado as funcções de alferes-mór. O marquez de Sabugosa casou a 24 de abril de 1852 com D. Maria do Carmo da Cunha Portugal e Menezes, dama honoraria da rainha D. Maria Pia, filha de D. Antonio Maria de Portugal e Menezes, moço fidalgo com exercicio, senhor do morgado de Soure e Ponte de Sôr, etc., e de sua mulher, D. Anna Mafalda da Cunha, filha dos condes da Cunha.

Marquez de Sabugosa

Sabugosa *(Antonio Maria de Mello da Silva Cesar e Menezes, 7.º conde de S. Lourenço, 4.º conde e 1.º marquez de)*. Gran-cruz da ordem d'Aviz, commendador da de Christo, alferes mór do reino, por decreto de 23 de junho de 1766; gentil homem da camara da rainha D. Maria I, conselheiro de guerra, general de infantaria, etc. N. a 31 de janeiro de 1743, fal. a 4 de junho de 1805.

Era filho da 6.ª condessa de S. Lourenço, D. Anna de Mello da Silva, e de seu marido D. João José Alberto de Noronha, pelo seu casamento, 6.º conde, alcaide mór d'Elvas e alferes-mór do reino. Fallecendo sua mãe em 23 de junho de 1744, herdou a sua casa e o titulo, sendo o 7.º conde de S. Lourenço. Recebeu depois o titulo de conde de Sabugosa, e mais tarde o de marquez, por decreto de 13 de maio de 1804. Casou em 1760 com D. Joaquina José Benta Maria de Menezes, 2.ª filha dos 4.ºs marquezes de Marialva; enviuvando, passou a segundas nupcias com D Anna Francisca de Sousa, dama da rainha D. Maria I, já viuva de D. João de Mello Homem, e 2.ª filha dos 5.ºs condes de Villa Flôr.

Sabugosa *(José Antonio de Mello da Silva Cesar e Menezes, 8.º conde de S. Lourenço e 2.º marquez de).* Gran cruz da ordem de Christo, commendador da de S. Thiago da Espada, alcaide-mór d'Elvas, alferes mór do reino, gentil-homem da camara da rainha D. Maria I, par do reino, em 1826, conselheiro de guerra, presidente do Conselho Ultramarino, deputado da Junta dos Tres Estados, governador e capitão general dos Açôres. N. a 19 de novembro de 1763, fal. a 10 de dezembro de 1839. Era filho do antecedente. Succedeu a seu pae na casa e nos titulos em 4 de junho de 1805, tendo o decreto da renovação do titulo de marquez, a data de 12 d'outubro de 1815. Casou em 12 de fevereiro de 1793, com D. Leonor Maria José de Sampaio, filha dos 1.ºs condes de Sampaio.

Sabugosa *(Luiz Cesar de Menezes, 2.º conde de).* Veador da casa da rainha D. Maria Anna d'Austria, mulher de D. João V, capitão de cavallaria, academico e censôr da Academia Real de Historia Portugueza, deputado da Junta dos Tres Estados, etc. N. a 27 d'agosto de 1698, ignora-se a data do fallecimento. Era filho do 1.º conde d'este titulo, Vasco Fernandes Cesar de Menezes, e de sua mulher, D. Julianna de Lencastre. Herdou toda a casa e o titulo de seu pae. Foi nomeado em 13 d'agosto de 1730 gentil homem da camara do principe D. José, depois D. José I. Casou a 16 de outubro de 1725 com D. Anna Mascarenhas, dama do paço, filha de Fernão Martins Mascarenhas, 2.º conde d'Obidos, e de sua mulher D. Brites Mascarenhas Costa, condessa de Sabugal. Não deixando herdeiros, passou a casa a sua irmã D. Marianna Rosa de Lencastre, que foi a 5.ª condessa de Sabugosa e 5.ª condessa de S. Lourenço pelo seu casamento com o 5.º conde d'este titulo Rodrigo Mello da Silva.

Sabugosa *(D. Marianna Rosa de Lencastre, 3.ª condessa de).* N. a 15 de dezembro de 1700, fal. a 10 de novembro de 1748. Era filha do 1.º conde de Sabugosa, Vasco Fernandes Cesar de Menezes, e da condessa sua mulher, D. Julianna de Lencastre. Herdou a casa e o titulo, em consequencia de não deixar descendencia seu irmão, Luiz Cesar de Menezes, 1.º conde. Casou em 12 de fevereiro de 1720, com o conde S. Lourenço, Rodrigo de Mello da Silva, sendo pelo seu casamento, tambem condessa d'este titulo. D'este matrimonio nasceu a 6.ª condessa de S. Lourenço, que foi mãe do 1.º marquez de Sabugosa.

Sabugosa *(Vasco Fernandes Cesar de Menezes, 1.º conde de).* Alferes-mór do reino, alcaide-mór d'Alemquer, commendador de S. João de Rio Frio e de S. Pedro de Lomar, vice rei da India e do Brazil, etc. N. a 16 d'outubro de 1673, fal. a 24 de outubro de 1741. Era filho de D. Marianna de Lencastre, e de seu marido, Luiz Cesar de Menezes, commendador das commendas já citadas, alferes-mór do reino, governador do Rio de Janeiro, capitão general d'Angola, e depois da Bahia. Teve os postos de mestre de campo dos terços de Peniche e da Armada, e de capitão de mar e guerra. Casou em 1696 com D. Julianna de Lencastre, filha de D. João Mascarenhas, conde de Santa Cruz. Em 1704 passou a sargento-mór de batalha, serviu de alferes-mór na coroação d'el-rei D. João V, e a 8 de março de 1712 foi nomeado vice rei da India, para onde partiu a 15 d'abril, chegando a Gôa a 16 de setembro. O seu governo foi um dos mais gloriosos que houve na India nos tristes tempos da decadencia. Perdera-se já todo o prestigio e autoridade, e Vasco Fernandes Cesar soube fazer respeitar de novo o nosso nome e as nossas armas O rajá Kanará tratara-nos com menos consideração; Vasco Fernandes Cesar juntou rapidamente uma esquadra de 11 embarcações, cujo commando entregou a José Pereira de Brito, e este forçou as barras de Barcelor, Caliauapor, Catapal, Moloquim, Mangalor e outras, queimou e destruiu navios e povoações, obrigando o rajá a pedir paz, e fazendo com que o rajá de Sunda, que seguira o exemplo do de Kanará, logo tambem se submettesse. O Angriá, um pirata indiano, salteiava-nos as embarcações, logo o vice-rei mandou uma esquadra de 15 navios commandada por Antonio Cardim Froes, atacar o porto de Culabo, onde o pirata se fortificára, e onde os portuguezes lhe infligiram uma lição severa. As esquadras arabes de Mascate que estavam no porto de Surate e de Rugafroy que se achava na barra do Danda, fôram igualmente destroçadas pelos nossos navios. Assim o nome portuguez voltou a ser, se não temido, pelo menos respeitado na India, e o Grão-Mogol com quem mantinhamos boas relações, cedeu-nos, em prova de amizade, o pequeno territorio de Pondá, que confinava com as possessões portuguezas. No governo ecclesiastico da India houve bastantes discordias no tempo de Vasco Fernandes Cesar, que nem sempre procedeu com a maior justiça na sua resolução. Em janeiro de 1717, Fernandes Cesar, desejoso de voltar ao reino, abriu as vias de successão, encontrando nomeado o arcebispo D. Sebastião de Andrade Pessanha, entregou-lhe o governo, e partiu para Portugal. Pouco tempo, porém, aqui se demorou. Em 1720 foi nomeado vice-rei do Brazil, que governou 15 annos, desde 23 de novembro de 1720 até 1? de maio de 1735. Tambem ali deu provas de homem energico e de sensato administrador, tanto que recebeu da côrte a recompensa de ser agraciado com o titulo de conde de Sabugosa, por decreto de 19 de setembro de 1729. Teve, comtudo, de luctar com bastantes desastres, n'este governo. Em 1724 principiou uma secca horrorosa que durou 4 annos, seguindo-se-lhe em 1728 uma invernia continuada e não menos desastrosa, que durou outros 4 annos. Esta successão de flagellos impediu o vice rei de fazer grandes melhoramentos, mas os brazileiros reconhecem sobretudo o empenho que elle mostrou para o desenvolvimento intellectual do paiz que governava. A 7 março de 1724 reuniu no seu palacio 7 dos homens mais distinctos da Bahia, o grande historiador Sebas-

tião da Rocha Pitta, o P. Gonçalo Soares da França, o chanceller Caetano de Brito de Figueiredo, o ouvidor do civel Luiz de Sequeira da Gama, o juiz de fóra Dr. Ignacio Barbosa Machado, o capitão João Brito Lima e José da Cunha Cardoso. Fôram estes os socios fundadores d'uma academia, que tomou o nome de *Academia dos Esquecidos*, e por divisa o sol com a seguinte letra: *Sol oriens in occiduo.* Esta academia era frivolissima como todas as do seu tempo, as suas sessões, que fôram 18, porque só durou um anno, eram empregadas em futeis discussões, os pseudonymos que os socios fundadores adoptaram de *Vago*, *Obsequioso*, *Nubiloso*, *Occupado*, *Laborioso*, *Infeliz* e *Venturoso*, bem mostravam qual seria a insignificancia dos trabalhos academicos, mas em todo o caso esta tentativa mostrava que o conde de Sabugosa desejava animar e proteger a litteratura brazileira, por muito futil que ella fôsse. O conde de Sabugosa retirou-se para Lisboa em 1735.

Sabugosa. Villa e freg. de N. S.ª do Pranto, da prov da Beira Alta, conc. e com. de Tondella, distr. e bisp. de Vizeu; 205 fog. e 795 hab. Tem est. post., pharmacia, escolas para ambos os sexos, feira na 2.ª quarta feira de cada mez, est. do caminho de ferro na linha de Santa Comba Dão e Vizeu, entre as de Tondella e Parada de Gonta. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. A villa dista 8 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Vizeu a S. João d'Areias. Os parochianos apresentavam o cura, que tinha 200$000 reis e o pé d'altar. A pov. é muito antiga. Em 1133, D. Affonso Henriques coutou esta freg., juntamente com outras, aos frades do convento de Lorvão. O padroeiro era então S. Mamede, e a matriz estava n'uma aldeia, que conserva ainda o nome d'este santo A matriz ainda existe, mas não passa d'uma pequena ermida, que conserva n'um dos cunhaes desde a data do foral, a medida do *guorazel*, (*hoje corazil*), que o que matava porco tinha de dar ao mosteiro do Lorvão. Segundo a tal medida, esta peça de carne devia ter «*cinco palmos de largo*, da parte de cima—*quatro palmos e tres dedos de largura* da parte de baixo—*um palmo largo* de alto. Os cinco palmos são da parte da barriga; ficando a parte mais curta da suan.» Com o tempo, porém, os frades limitaram-se a exigir apenas aquillo a que se dá hoje o nome de *corasil*, que era o rabo do porco e a extremidade posterior da espinha dorsal, com o seu competente toucinho O foral alludido foi dado por el-rei D. Manuel, em Lisboa, a 28 de junho de 1514, e segundo elle, a egreja da freg era a de S. Mamede, na aldeia d'este nome. No *Santuario Marianno*, vol. V, a pag. 414, lê se o seguinte: «A villa de Sabugosa, que dista da cidade de Vizeu quasi tres legoas para a parte do meio dia, é antiga, mas, em seus principios, devia ser muito limitada, e devia ter muito poucos visinhos; e assim, tinham a sua parochia em um logar distante um quarto de legoa, a que ainda hoje chamam Canas de Sabugosa, que lhe fica tambem quasi ao sul, e cuja matriz se intitula Santa Maria de Canas. Na villa tinham uma ermida, dedicada a Nossa Senhora do Pranto, com a qual todo aquelle districto havia mui grande devoção. Cresceu a villa em moradores, e, levando estes agramente o trabalho de ir a Canas, principalmente no inverno, a satisfazer o preceito da missa, em que lhes era forçoso passar um rio, que no inverno é caudalosissimo, fizeram seus requerimentos ao bispo diocesano, e conseguiram que a casa da Senhora do Pranto se erigisse em parochia, ficando os moradores obrigados a satisfazer ao seu novo parocho o trabalho e a assistencia. Dizem que foi isto pelos annos de 1580, pouco mais ou menos. Quanto aos principios da primeira casa de Nossa Senhora do Pranto, não ha (por ser antiquissima) quem possa dizer d'ella alguma cousa. Conseguindo os moradores da villa de Sabugosa a licença de levantarem nova parochia, edificaram de novo, *a fundamentis*, um templo capaz para o seu povo, e fizeram-lhe a porta para a parte occidental; mas como pelas costas lhe ficava a estrada real, que vae para a cidade de Coimbra, a mudaram logo para a parte do Oriente. Este novo templo dedicaram á mesma Senhora do Pranto, querendo que ella fôsse, como havia sido até ali a sua protectora e padroeira, que não era justo deixarem de a acceitar por tal.» Pinho Leal no *Portugal antigo e moderno*, vol. VIII, pag 300, diz que o foral e todos os livros antigos dão a esta freg. o nome de *Sabugosas*. Seria uma *Sabugosa* onde hoje é a actual villa e fôsse sua padroeira N. S.ª do Pranto; e outra na aldeia de S. Mamede, tendo este santo por padroeiro. A imagem da primitiva padroeira é de barro, o de uns 70 c. de alto, com seu filho morto nos braços, e apezar da sua grande antiguidade, é de bella esculptura. Polos annos de 1660 mandaram fazer uma nova imagem, e a collocaram no altar-mór, pondo a antiga n'um altar da sacristia. Construida a nova egreja, instituiram uma irmandade, cujos estatutos fôram confirmados depois, pelo doutor provisor do bispado em 2: de fevereiro de 1651. || Pov. na freg. de S Romão, de Rendufe, conc. de Guimarães, distr. de Braga

Sabugueiro. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Ceia, distr. o bisp. da Guarda; 105 fog. e 414 hab. Tem esc. para o sexo masc. Dista 7 k. da séde do conc. e está situada n'um alto da serra da Estrella, na margem direita do rio Alva, e a 1:100 m. d'altitude. O reitor de Ceia apresentava o cura, que tinha 25$000 reis o o pé d'altar. O clima é excessivo, mas saudavel, e fertil em cereaes. Cria muito gado miudo, e tem grande abundancia de caça grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Ferreira, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Pedro, de Formariz, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Gafanhoeira, conc. de Arraiolos, distr. de Evora. || S. Martinho, de Gondomar, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Paio, de Mozellos, conc. de Paredes, de Coura, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª d'Annunciação, de Pombalinho, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || Foz do canal de Alpiarça.

Sabuzedo. Pov. na freg. do S. Thiago, de Mourilhe, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Saca. Nome que se dava antigamente ao direito que se pagava das fazendas ou generos que iam por mar para o estrangeiro. Dava-se o mesmo nome á licença para transportar cousas para fóra do reino. *Eramos requeridos dos nossos natu*

raes, e de outros estrangeiros que lhe hovessemos de dar saca de pam e de gaados, pera fóra dos nossos Reynos. (Codigo Affonsino, 2.º 5.º, tit. 48 § 3.º). D'aqui vinha *sacar*, que significava levar qualquer cousa uma para outra parte. Com o andar do tempo veiu a dar-se o nome de *sacada* á contribuição, finta, fôro, renda, ou tributo; e ainda se chama *sacador* ao que se occupa na cobrança d'estas cousas. *Teverom per bem de alcançarem fintas e sacada, pelo termho da Villa de Viseu, no anno de 1336, em que casou com D. Constança, o infante D. Pedro.* (Documento de Maceira Dão). As sacadas não eram, porém, eguaes em toda a parte; regulava o antigo costume da terra. Eram isentos de sacadas todos os logares, aldeias, casaes e herdades, das egrejas, ou dos mosteiros, e todos os reguengos que pagavam fôro á corôa. Os povos da freg. de Agro-Chão (Traz-os-Montes), conc. de Vinhaes, eram, por um antigo privilegio, e por consentimento da cidade de Bragança (a cuja comarca então pertenciam) isentos do pagamento de sacadas *em remuneração de grandes serviços que em tempo de suas aperturas* (da cidade) *lhe fizeram.*

Saça. Pov. do conc. de S. Salvador do Congo, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. Fica na região do café.

Sacabollos Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Vinha da Rainha, conc. de Soure, distr de Coimbra.

Sacada. V. *Saca.*

Sacados. Pov. na freg. de S. Felix, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Sacadura. Appellido que na origem se escreveu *Secadura*, e pertencia a uma familia nobre da Beira, originaria de Ciudad Rodrigo. Procedem de D. Garcia de la Venia Albarado, *Revedor* de Ciudad Rodrigo e familiar do Santo Officio, que foi o primeiro a quem chamaram Secadura, da terra da sua naturalidade e importantes bens. Passou esta familia a Portugal (1538) com D. Pedro de Secadura Albarado, que casou em Almeida. Da ligação da filha unica d'este com Francisco Bote Pacheco, tambem da Ciudad Rodrigo, se reuniram dois vinculos com obrigação do appellido, originando a familia *Secadura Bote* ou Sacadura Botte. Tem seu solar na Aguieira da Beira. Usam por armas: Em campo de prata quatro bandas vermelhas, e é seu actual representante e ultimo morgado João de Sacadura Botte Côrte Real, fidalgo cavalleiro da Casa Real, residente em Coimbra.

Sacadura (*José Alves Cabral*). Capitão do estado maior d'artilharia, ajudante de campo do presidente do conselho de administração das fabricas e deposito de material de guerra, etc N. em 15 de janeiro de 1863; assentou praça em 28 de novembro de 1879, sendo promovido a alferes em 13 de janeiro de 1886, a tenente em 25 de janeiro de 1888 e a capitão em 18 de junho de 1901. Em 1891, sendo tenente d'artilharia, fez parte da expedição que partiu para Moçambique em janeiro d'esse anno. Quando teve a promoção de tenente, foi servir em artilharia n.º 2. O capitão Cabral Sacadura é official e cavalleiro da ordem da Torre e Espada, e cavalleiro da de Aviz; possue as medalhas de prata de comportamento exemplar e para commemorar a expedição de Moçambique em 1894 e 1895.

Sacadura (*Sebastião Cabral da Costa*). Cirurgião-medico pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa. E' natural de Abrunhosa Velha, sendo filho de José da Costa Gomes. Em 22 de julho de 1893 recebeu a carta de medico-cirurgião com approvação plena e louvor. Na 11.ª cadeira do curso, Anatomia pathologica, em 1895 e 1896, fôra premiado, tendo recebido o premio em 21 de dezembro de 1898. O sr. Costa Sacadura é antigo chefe da clinica de partos na Escola Medica de Lisboa, cirurgião dos hospitaes, medico escolar, socio correspondente da Academia das Sciencias e vogal da Academia das Sciencias de Portugal, membro titular da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa e da Sociedade Suissa de Hygiene Escolar. Bibliographia: *Applicação do azul de methylena á semiologia*, dissertação inaugural, Lisboa 1898; *Hygiene escolar*, *Educação physica*; separata do *Boletim da Direcção Geral de Instrucção Publica*; Fasc. VII-XII, julho dezembro, 1905; *Quelques considérations sur les dimensions de la tête du fœtus à terme*; Communication faite à la XIII section du XV Congrès International de Médecine à Lisbonne — 19-26 avril 1906 (Section d'obstétrique et gynécologie); *Des ouvrages d'hygiène scolaire parus en Portugal de janvier 1904 á juillet 1905*; Internationales Archiv fur Schulhygiene, Leipzig, 1906; *Breves considerações sobre a hygiene das nossas escolas*, Folheto de 15 paginas, Lisboa, agosto, 1906; *Attitudes viciosas nas escolas* (Escripta direita e escripta inclinada), com 15 gravuras, Lisboa, 1906; *Questões de hygiene escolar;* Communicação á Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, dezembro, 1906, Jornal da Sociedade; *A tuberculose e a escola*, folheto de 16 paginas; separata do *Boletim da Assistencia Nacional aos Tuberculosos*, n.º 3, 1906; *A escripta direita e a escripta inclinada*; *Sua influencia na funcção respiratoria*; Relatorio apresentado ao IV Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose—Secção especial—A tuberculose e a escola; Porto, abril, 1907; *Hygiene escolar;* Conferencia aos professores primarios de Lisboa, março, 1907; *Bibliothecas escolares e doenças contagiosas;* Relatorio apresentado ao IV Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose—Secção especial—A tuberculose e a escola; Porto, abril, 1907; *L'Hygiene scolaire en Portugal;* Memoria apresentada ao II Congresso Internacional de hygiene escolar, Londres, agosto, 1907; *Parecer sobre o ante-projecto do lyceu da 1.ª zona escolar de Lisboa*, outubro, 1907; *Parecer ácerca do horario do lyceu da 1.ª zona escolar de Lisboa em vigor no anno lectivo de 1907-1908*; publicado em apendice ao *Diario do Governo* n.º 187, 12 maio, 1909; *Lição de encerramento d'um curso de Pedologia e Hygiene escolar feito na Escola normal de Lisboa no anno lectivo de 1908 1909*; *Educação Nacional*, Porto, n.ºs 700, 701 e 702, fevereiro, 1910; *A hygiene dos estudantes na familia*, pelo professor Leo Bourgerstein de Vienna, traducção, 1910; *Questions d'enseignement au Portugal — Minerva*; Revue Internationacionale et polyglotte de Documentation Educative, Belgique, n.º 2, 3.me année, août, 1911. Na *Medicina Contemporanea*, n.º 53, de 1911 publicou o discurso que leu na Associação Protectora da Primeira Infancia, de que fez uma separata, que saiu no mesmo anno, onde tambem vem o catalogo dos seus trabalhos.

Sacadura Botte (*José d'Azevedo Pacheco*). Ba-

charel formado em Direito, fidalgo cavalleiro da Casa Real. N. na Aguieira da Beira em 27 de julho de 1751, filho do dr. Ventura Antonio d'Azevedo Pacheco de Sacadura Botte e de D. Maria Ignacia Jacinta de Sande Côrte Real. Foi um dos jurisconsultos mais eruditos do seu tempo, sendo notavel a sua bibliotheca juridica, que vinculou. Exerceu os cargos de juiz de fóra em Loulé, juiz do fisco em Evora e Coimbra, ouvidor do crime e chanceller da Casa do Porto, superintendente geral dos estudos, e desembargador da Casa da Supplicação.

Sacadura Côrte Real *(Francisco Augusto Sande)*. Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra e lente da sua faculdade. Era natural da Louzã, sendo filho do José Maria Côrte Real Sacadura. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Foi doutorado em 22 de julho de 1860. Escreveu: *Que ordem de succession legitima dos descendentes é mais conforme á justiça, e ás conveniencias da sociedade? Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas*, Coimbra, 1860.

Sacalla. Pov. da freg. de S. José, de Cabiri, na 2.ª div. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental

Sacaria. Imposto que o povo pagava para a coroa. Fernão Lopes, na *Chronica de D. João I*, parte 1.ª, cap. 151, disse ácêrca d'este monarcha: «era seu desejo fazer a cidade de Lisboa franca e livre de sacarias de alguns direitos de pequena condição, que os Reys, em ella avião, de guiza que todos vovessem sem refezes sogeiçõens, usando do livremente do que houvessem... Entonces, lhes quitou estes custumes e direitos que haviam em usança pagar e eram—Relêgo, Jugadas de pam e do vinho, Mórdomado, Anadarias, Açougagem, Selario, Mealharias, Londos e Alcavala. E que todolos vezinhos da Cidade e seu termo, não pagassem nenhum direito, de todalas mercadorias, que levassem ou trouxessem, assi pera seus mantimentos, como pera vender. E deste lhe mandoú fazer escrituras, as mais fortes, etc.»

Sacavem *(Fr. Antonio)*. Religioso da ordem de S. Bernardo, do mosteiro d'Alcobaça. N. em Santarem, e escreveu alguns sermões de temporas que ficaram manuscriptos na bibliotheca do citado convento.

Sacavem *(John Stott Howorth, barão de)*. Industrial. N. em Londres a 14 de maio de 1829, fal. em Lisboa, a 11 de dezembro de 1893. Veiu para Lisboa em 1843, contando apenas 14 annos de edade e assim que chegou, foi empregar-se como caixeiro na casa commercial ingleza estabelecida na nossa praça, sob a firma Ashworth & C.ª, os primeiros importadores de baetas n'aquella epoca. Esteve ali como caixeiro durante muitos annos, dando sobejas provas da sua intelligencia e actividade. Passados alguns annos começou negociando de sociedade com seu irmão Guilherme Howorth, e mais tarde por conta propria. Em pouco tempo, devido á sua muita actividade e honradez, conseguiu grangear um dos primeiros nomes, entre os nossos negociantes Era tambem muito emprehendedor, comprehendendo como poucos o desenvolvimento de que é susceptivel qualquer industria, quando a exploral-a se alliam intimamente a intelligencia, competencia o perseverança. Assim, mais tarde, tentou, de sociedade com outro industrial, a construcção d'um caminho de ferro de Cintra, que não chegou a funccionar, mas para o qual obteve a concessão do governo, começando mesmo a executarem-se alguns trabalhos importantes. Seguidamente foi o fundador da fabrica de moagens do Terreiro do Trigo, da Companhia do Gaz no Porto, e da Fabrica de Fiação de Xabregas. Em 1860, adquiriu a fabrica de Louça de Sacavem, estabelecida na quinta da Aranha, e que fôra fundada em 1856 por Manuel Joaquim Affonso. Constituindo uma sociedade, a fabrica tomou um enorme desenvolvimento, tornando-se uma das primeiras do paiz, empregando nos trabalhos da fabrica cêrca de 300 operarios. Os productos consistem em serviços de mesa e de toucador do faiança de pó de pedra, empregando para isso barro de Leiria e barro inglez do differentes especies. O industrial inglez era muito affeiçoado a el rei D. Fernando, que tambem lhe dedicava particular affeição. John Stott Howorth foi agraciado com o titulo de barão de Sacavem, em recompensa dos muitos serviços industriaes prestados a Portugal. Quando, em janeiro de 1890 se deu o ultimatum inglez, que causou geral indignação, o barão de Sacavem, não esquecendo que viera uma creança para Portugal, e aqui se applicára ao commercio e ao trabalho industrial e alcançára fortuna, naturalisou-se portuguez, pondo se assim ao lado do povo fraco e offendido, contra o que abusára da sua força para o opprimir.

Sacavem *(José Joaquim Pinto da Silva, visconde de)*. Proprietario e negociante de grosso tracto da Praça do Commercio de Lisboa. N. no Porto, sendo filho d'um negociante da mesma cidade, e de egual nome. Casou duas vezes: a primeira com D. Michelina Francisca de Oliveira, filha do 1.º barão de Barcellinhos, Manuel José d'Oliveira, e de sua mulher e sobrinha D. Rita Soares d'Oliveira; em 1866, passou a segundas nupcias com D. Amalia Augusta da Silva Lima, filha de Bento José da Silva Lima, negociante na cidade de Lamego, e viscondessa de Valmôr, por ser viuva do 1.º visconde d'este titulo, José Isidoro Guedes Foi agraciado com o titulo de visconde de Sacavem, por decreto de 30 de julho de 1874. Seu filho, o sr. José Joaquim Pinto da Silva Junior, tambem foi agraciado com o mesmo titulo.

Sacavem. Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. da Extremadura, conc. de Loures, com., distr. e patriarc. de Lisboa; 495 fog. e 2:308 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., est. do caminho de ferro na linha de leste, entre as dos Olivaes e da Povoa de Santa Iria; agencia da companhia de seguros *Fenix*; associação de bombeiros voluntarios, medico, pharmacias, sociedades de recreio: *Club Dramatico 8 d'agosto de 1900* e *Troupe Familiar*; fabricas de cache nez, de louça, de moagem, feira no domingo do Espirito Santo, de gado e bijouterias. A Casa de Bragança apresentava o prior, que tinha 240$000 reis. Está situada na margem do rio do mesmo nome, sobre o qual tem uma ponte, a 10 k. da séde do conc. E' de fundação muito antiga, pois já existia no tempo dos romanos. Por aqui passava uma das tres vias militares romanas, a que ia mais pelo norte, que de Lisboa, se dirigia a Merida, então capital da Lusitania. Esta estrada saía da parte oriental de Lisboa, passando por Chellas

parece que por junto do convento das freiras, tendo ali o 1.º marco milliar. Seguia por Sacavem, onde atravessava o rio por uma ponte, de que existiam ainda em 1670 algumas ruinas, ia do d'ali a Alverca, onde havia outro marco milliar. Torcia um tanto para o norte do Tejo, e passava por Alemquer, onde existiam ainda no meado do seculo passado, vestigios d'esta estrada, havendo ali um marco milliar dedicado ao imperador Trajano A primeira estação d'esta via era em *Scalabicastrum* (Santarem), e ha todas as razões para acreditar que atravessava ali o Tejo por uma ponte, da qual ha muitos annos que já não restam os menores vestigios. D'ali seguia para Almeirim e Alpiarça, tomando o rumo de S E, e ia passar a Alter do Chão, etc. No livro *Fundação, antiguidades e grandezas de Lisboa*, de Luiz Marinho de Azevedo, se lê o seguinte, a pag. 231: «Logo que os moiros, senhores dos logares visinhos de Lisboa, entenderam que estava cercada, temendo que, se a cidade se perdesse, havia elrei D. Affonso de destruil-os; intentaram soccorrel-a, para o que juntaram 5:000 de cavallo, das villas de Thomar, Torres Novas, Alemquer e Obulos (Obidos), parecendo-lhe que á ligeira, se poderiam metter dentro da cidade. Teve el rei aviso do designio dos moiros, a tempo, e mandou 1:500 dos nossos, que lhe fôssem impedir o passo na passagem da ponte de Sacavem, *de que ainda permanecem os primeiros arcos*, e alicerces de outros. Chegaram os nossos ao alto do logar de Sacavem, em que *havia um castello que estava pelos moiros*, e á vista d'elles commetteram os que acabaram de *passar a ponte* animosamente; e como eram os contrarios mais em numero, esteve algum espaço duvidosa a victoria, porque os moiros pelejavam valentemente, com mortes e ferimentos de alguns dos nossos, os quaes, animando-se mais, com um espirito sobrenatural que lhes sobreveio, fizeram perder aos infieis os brios, e voltando estes as costas, como não podiam caber pela ponte, uns se afogaram no rio, e outros fôram mortos a ferro, chegando uns e outros a 3:000. Chegou a soccorrer os moiros Bezei Zaide, alcaide do castello (de Sacavem) que vendo os seus desbaratados, se recolheu a elle, e sendo cercado pelos nossos, lh'o entregou logo, não podendo defender se. Affirmaram os que se acharam na batalha, vêr, no maior trance d'ella, muitos homens estrangeiros não conhecidos, que os ajudaram, ao tempo que imploravam o favor da Virgem Maria, Senhora nossa, á qual el rei D. Affonso attribuiu tão milagroso successo, mandando logo edificar em seu louvor uma ermida, de que o moiro Zaide foi o primeiro ermitão, convertido por uma visão maravilhosa que teve antes quo a batalha se começasse. Havia tradição confusa d'esto successo, em tempo d'el rei D. Sebastião, o qual, desejando ter d'elle mais inteira noticia, mandou por um desembargador, tirar informação, no anno de 1577, e achou um livro antigo na egreja do logar, em que se continha toda esta relação, a qual, com a ermida antiga, fundada por el rei D. Affonso, que ainda permanecia, e a fama que corria entre os moradores do logar, confirmou a memoria do livro. Esta quiz perpetuar Miguel de Moura, secretario e valido d'el-rei D. Sebastião, pedindo-lhe o logar da ermida, para fundar n'elle um mosteiro de religiosas; e sendo-lhe por elle concedido, o edificou, no logar da batalha com o titulo de Nossa Senhora dos Martyres, em memoria dos que n'ella morreram, pelejando; para o que fôram religiosas do convento da Madre de Deus d'esta cidade, que o fundaram, debaixo da regra de Santa Clara (franciscanas) imitando bem, com tal filiação, as grandes virtudes, clausura, e religião do seu instituto, que é dos mais notaveis que tem a christandade.» A batalha a que se allúde, realisou-se em 1147. No logar onde estava a ermida, vê-se hoje a ogreja do convento, que tinha a invocação de N. S.ª da Conceição dos Milagres. O papa Gregorio XIII foi quem concedeu, por um breve de 14 de junho de 1577, a Miguel de Moura e sua mulher D. Brites da Costa, a fundação á sua custa, do convento, concedendo-lhe o padroado. O cardeal rei D. Henrique, por carta de 27 de janeiro de 1580, datada de Almeirim, mandou dar execução ao breve. Miguel do Moura, em 21 de julho de 1584, doou, em Sacavem, o padroado e casas de residencia, ao convento, servindo estas, pelo seu fallecimento para residencia do physico e sangrador. Esta doação foi approvada e confirmada por Filippo I, de Portugal, por carta regia de 16 de novembro do mesmo anno. A pedra fundamental do convento foi lançada em 13 de dezembro de 1577, e a da egreja em 1 de setembro de 1596. D Sebastião, D. Filippe e mais tarde D. João IV, deram ao convento importantes donativos, dispensando lhe toda a protecção e privilegios. E' tradição, que a pia baptismal, existente na egreja, que é obra de grande valor artistico, era a cúpola de um mirante pertencente ao moiro governador do castello que existiu no local onde se deu a batalha. Por decreto de 24 de maio de 1877 foi entregue o edificio ao ministro da guerra, com exclusão da egreja, côro e algumas casas contíguas, precisas á junta de parochia e irmandade do Santissimo. Junto a este convento, a pouco mais de 1 m. de distancia, existiu outro, de frades, sendo um o vigario, e os restantes para missas no convento e serviço das religiosas, segundo dizia a instituição. Por fim chamou se a esto convento *hospedaria*, o no meado do seculo passado servia para quartel da força de engenheiros, que então trabalhava nas novas fortificações. No reinado de D. Sancho I, em 1191, fôram as prebendas da egreja parochial incluidas na divisão feita para atalhar as contendas entre o prelado de Lisboa e o seu cabido. A primitiva egreja parochial estava no largo, que depois se chamou da Saude, mas foi totalmente destruida pelo terremoto de 1.º de novembro de 1755, e não tornou a reedificar-se. Era collegiada. Desde então ficou servindo de matriz a capella de N. S.ª da Victoria, até que em 11 do abril de 1863, a requerimento da junta da parochia, passou, por concessão do patriarcha D. Manuol Bento Rodrigues, para a egreja do convento de N. S.ª da Conceição dos Milagres. Esta capella é antiquissima, e ha toda a probabilidade para crêr, que já existia no tempo dos gôdos. Parece que os moiros deixaram ali praticar os officios divinos, mediante um tributo, como fizeram em outras partes: pois quando D. Affonso Henriques cercava Lisboa. em 1147, estava a capella aberta ao culto, e se dava á sua padroeira o titulo do N. S.ª dos Prazeres, quo o rei lhe mudou para o de N. S.ª da Victoria. desde que os portuguezes ganharam a batalha, já descripta, junto ao rio de Sacavem. Estando mui

to arruinada em 1690 foi reconstruida a capella-mór á custa de esmolas do povo, e com uma avultada offerta do desembargador José Galvão de Lacerda; e o corpo da egreja á custa do rei D. Pedro II. A actual freg. de S. João da Talha era uma aldeia d'esta parochia, e d'ella foi desmembrada em 1388, constituindo-se em freguezia independente. Camarate era tambem uma pov. d'esta parochia, da qual se separou, tornando se independente, a 9 de julho de 1511. Em Sacavem ha ainda outras capellas, como a de N. S.ª da Saude, que na primitiva tinha a invocação de Santo André. Foi fundada por occasião da grande peste que assolou Lisboa, e todo o reino, em 1599. Em Sacavem, segundo a tradição, foi enorme a mortandade, e não se podendo enterrar mais gente na egreja parochial, resolveu o parocho que se levassem os defuntos a enterrar na ermida de Santo André, que fôra antigamente hospital de leprosos e albergaria de peregrinos. Cavando-se, porém, para abrir a primeira cova, se encontrou uma imagem de Nossa Senhora, que o povo levou em devota procissão por todo o logar, collocando-a na ermida de Santo André, fazendo fervorosas preces para que acabasse aquelle flagello. Pouco depois cessou a peste, e o povo começou a chamar á imagem N. S.ª da Saude, e assim ficou sendo a padroeira da antiga capella. No anno de 1700, estando a capella muito arruinada, o povo a demoliu, e construiu á sua custa uma outra com a mesma invocação. Tornou a ser restaurada, parece que pela ultima vez, em 1872, com as esmolas que a junta de parochia obteve. Ha ainda em Sacavem as seguintes capellas, que pertencem a diversas quintas particulares: N. S.ª da Conceição, Santo Antonio, N. S.ª da Piedade, N. S.ª da Purificação, N. S.ª dos Anjos, N. S.ª dos Milagres, S. Roque, Espirito Santo, Madre de Deus, S. Sebastião e S. José. Em 1766 foi edificada no largo da Saude, a capella de S. Francisco, que por estar em ruinas, foi demolida em 1876, passando a imagem do Santo para a capella de N. S.ª da Victoria, já mencionada. Na parte baixa da pov vêem-se muitos armazens, que serviram n'outro tempo de commercio de vinhos. O rio de Sacavem é navegavel até ao Tojal. Nasce na freg. de Louzã, cujo nome toma até receber o pequeno rio Covão, que vem da Malveira; recebe depois o rio do Porto, que vem do logar de Cãos, e já com o nome de ribeira de Loures recebe a ribeira de Pombaes, que vem de Odivellas, passa em Friellas, cujo nome recebe n'essa localidade, recebe a ribeira de Pinteus, que vem de Fanhões, e o rio Trancão, que vem do Freixial, e entra no Tejo com perto de 30 k. Defronte, ou proximo de Sacavem, tem sido cortado este rio por 5 pontes. A 1.ª de pedra, obra dos romanos, da qual ainda existiam vestigios em 1629, quando Miguel Leitão de Andrada escreveu a sua *Miscellanea;* a 2.ª formada de barcas pelo engenheiro Bento de Moura, e que já existia em 1745, no tempo em que João Baptista de Castro publicou o seu *Mappa de Portugal*; esta ponte foi substituida pela 3.ª, que era de madeira, que o exercito realista incendiou em 12 de outubro de 1833, quando retirou das linhas de Lisboa para Santarem; a 4.ª é a bella ponte de cantaria e ferro, construida em 1842, sobre 4 pegões, com um rodizio ao centro para passagem dos barcos. O arco é de ferro, fundido nas officinas do Arsenal do Exercito; tem 18 m. de comprimento, e uma curvatura de 2 m. d'altura ao centro. A 5.ª ponte foi construida pela companhia dos caminhos de ferro, para assentamento da linha. Veiu já feita de Inglaterra. Quando o governo tirou a empresa ao concessionario Hardy Hislop, estava esta ponte ainda por assentar, sendo encarregado d'este trabalho o engenheiro Black, autor de outras obras d'arte feitas n'esta linha. Depois de ter caido a ponte romana até se fazer a primeira ponte de barcas, passava se o rio n'uma barca, cuja portagem era dos duques de Bragança, que a traziam arrendada por 800$000 reis annuaes. Foi aqui estaleiro em tempos antigos, e n'elle se construiram, ou querenaram varios navios, e até naus de guerra. A praça de touros de Sacavem foi construida em 1875 e inaugurada em 16 de maio d'esse anno, por occasião da feira do Espirito Santo. Está situada na margem direita do rio, junto á estrada que conduz á estação do caminho de ferro. Foi em 15 de setembro de 1865 que principiaram a ser collocados na estrada de Sacavem os candieiros para a illuminação. Em Sacavem havia uma fonte, cuja nascente dará 4 pennas d'agua, e que se diz existir

Sacavem—Vista d'uma parte da villa. Sobre o rio vê-se a ponte—Syphão do canal do Alviella

ha mais de tres seculos Em 1840 projectou se fazer correr esta agua n'um chafariz á frente da estrada, na distancia de 2:756 palmos para o qual se fez um orçamento em 5 de novembro do mesmo anno, que deitava a 1:586$600 reis, além de alguns auxilios dos habitantes, e d'uma porção de cantaria offerecida pela junta de parochia. Não foi a effeito o projecto, ficando a fonte no mesmo estado, até que por deliberação da camara municipal de Lisboa a 25 de julho de 1845 se construiu o novo chafariz a 280 palmos de distancia da fonte, e em terreno cedido á camara para esse fim, por D Gertrudes Justina do Carmo Gonçalves, moradora no mesmo logar. A obra ficou acabada em 21 de fevereiro de 1846. O chafariz tem duas bicas ou tubos para correr agua. Foi em 2 do referido mez e anno que ella começou a correr, assistindo a este acto Augusto Xavier da Silva, servindo de presidente da camara municipal, as autoridades e outras muitas pessoas de distincção d'esta freg. Lavrou o competente auto o escrivão do regedor. A obra veiu a importar em 1:348$672 reis. Sacavem pertence á 1.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res n.º 5 com a séde em Lisboa. Publicou-se ali em 1897 o jornal *Correio de Sacavem*. Antigamente havia *Sacavem de Baixo* e *Sacavem de Cima*, ficando uma extra muros e outra intra-muros, mas pelo decreto de 26 de setembro de 1895 passou a parte intra-muros, que pertencia ao 1.º barão de Lisboa, a reunir-se á de extra-muros, sobre a unica denominação de *Sacavem*.

Sacco de Girahulo. Enseada situada dentro da bahia de Mossamedes, na prov. d'Angola, Africa Occidental. Fica a E da ponta Redonda, ao N da bahia.

Sacco do Sul, Enseada situada dentro da bahia de Mossamedes, na prov. d'Angola, Africa Occidental. Termina da banda de O na ponta Grossa ou do Noronha, e no seu concavo levanta-se a chamada Torre do Tombo, morro argiloso cortado a pique.

Sacões. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Teixeira, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Pedro, de Varzea, conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Sacoias. Pov. na freg. de S. Romão, de Baçal, conc. e distr. de Bragança. Foi freg. independente, tendo por oraculo N S.ª d'Assumpção, sendo o cura apresentado pelo abbade de Meixedo, o qual tinha 7:000 reis do congrua e o pé d'altar. Como a freg. era muito pequena, foi supprimida. Ao norte, d'esta pov. e a 10 k. de Bragança, fica o Castro de Sacoias, n'uma pequena collina da margem direita do rio de Egrejas, affluente do Sabor. Como todas as estações archaicas d'essa epoca, a sua situação satisfazia em grande parte ao principio tactico de difficultar, pela configuração do terreno, o accesso ao atacante; e estava protegida por duas ordens de fortificações formadas, como parece, por um fosso e por uma cintura do muralhas de pedra solta. Além d'estes restos do obras de defeza, encontram se signaes de alicerces de casas, abundantes fragmentos de tijolo, de louça, de mós de granito e de louza. E tem apparecido lapides funerarias romanas que existem no museu; moedas e um bezerrinho de bronze, que se diz ser um ex-voto, que está no museu da Sociedade de Martins Sarmento. Segundo a londa, no 1.º de dezembro de 1640, dia da 1.ª acclamação de D. João IV, repicaram os sinos da egreja, sem quo ninguem lhes tocasse. Este milagre foi authenticado pelo cabido da sé de Miranda, e constando este facto á rainha D. Luiza de Gusmão, mulher de D. João IV, mandou esta soberana á padroeira da freg. uns riquissimos vestidos de tella branca. Esta imagem está agora na sacristia da egreja do povo, mas em 1640 tinha a sua morada junto das ruinas. Quando mudaram a imagem para a sua nova morada, ella no principio, á primeira badalada das Ave Marias fugia para a sua antiga residencia, d'onde assistira aos fulgores das populações circumvizinhas, que a 15 de agosto, em que se fazia tambem uma grande feira, lhe iam levar as suas offertas em testemunho de gratidão pelos beneficios recebidos pela sua intercessão. E' esta a crença, e a grande fé que os habitantes de Sacoias consagram áquella imagem. A egreja matriz fica fóra do logar, pelo que o Santissimo está n'uma capella dentro d'elle. A egreja é antiquissima, e segundo a tradição, foi construida no tempo dos gôdos, sendo depois mesquita moirisca. Os habitantes da pov. acreditam, que o Castro de Sacoias fôsse a antiga Villa de Crodia.

Sacorelhe. Pov. na freg. de Santa Maria, de Ventosa, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Sacôta. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Cabreiras, conc. e distr. de Braga. || S. Thomé, de Covellas, conc. de Baião, distr. do Porto.

Sacotes Pov. na freg de S. Pedro e conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Sacoto e Azinhal. Appellido nobre em Portugal, como se vê dos manuscriptos de Fr. Manuel de Santo Antonio. O seu primeiro brazão d'armas foi: Em campo de ouro tres estrellas de púrpura, de 8 pontas, postas em cruz; elmo de aço aberto; e por timbre meia onça da sua côr, com uma das estrellas do escudo na espádua. No reinado de D. João II se tornou muito conhecido Gonçalo Mendes Sacoto, adail-mór do reino (*V. Adail*), o qual militou nas guerras d'Africa, onde, sendo capitão de Safim, desbaratou n'uma grande batalha 5 alcaides moiros. Em premio d'este feito heroico lhe deu el-rei D. Manuel, além d'outras mercês, um novo brazão d'armas: Em campo de púrpura 5 pendões azues, em aspa, com empunhadura de ouro, tendo cada um, um crescente de prata; timbre e elmo os antigos. Ao mesmo Gonçalo Mendes Sacoto, pelos grandes serviços prestados em Tanger e Azamôr, alcançando grandes victorias contra os moiros, deu D. João III um accrescentamento ás suas armas: ao escudo primeiro accrescentou um chefe de ouro, carregado de 4 cabeças de moiros, toucadas de azul e prata, e cortadas em sangue, timbre, um braço armado de ouro, com uma das cabeças do escudo pendurada da mão pelo turbante. Assim o refere Montarroyo, que copiou a carta de mercê, passada a 19 de junho do 1538 Outros Sacotos trazem por armas: Em campo azul, 5 estrellas de ouro, de 8 pontas, e o mesmo timbre e escudo. Depois que os Sacotos se enlaçaram com os Azinhaes, compuzeram as suas armas da seguinte fórma: Escudo esquartelado; no 1.º e 4.º quartel as armas dos Azinhaes: Em campo de prata uma azinheira da sua côr; e no 2.º e 3.º as primeiras armas dos Sacotos; o mesmo elmo, e por timbre a azinheira.

Sacozelo. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Ferral, conc. do Montalegre, distr. de Villa Real.

Sacra. Pequeno quadro com as palavras do credo e da consagração e outras orações, que está collocado no altar encostado á banqueta ou respaldo para auxiliar a memoria do sacerdote. ‖ A parte da missa em que se celebra o mysterio da consagração do corpo e sangue de Jesus Christo.

Sacra Familia *(Fr. José)*. Chamava-se no seculo José da Silva Tavares. V. *Tavares*.

Sacramentaes Chamavam-se antigamente *conjuradores sacramentaes* a 12 homens, que nos juizos feudaes juravam com o litigante, ser verdade o que elle dizia.

Sacramento Cerimonia da religião christã destinada á consagração de certos estados da vida privada dos fieis ou instituida com o fim de dar, confirmar ou de augmentar a graça. São 7 os sacramentos: baptismo, confirmação, commuuhão, penitencia, extrema uncção, ordem e matrimonio.

Sacramento *(Fr. Antonio do)*. Religioso dominicano da ordem dos prégadores. N. em Coimbra em 1675, e fal. em Lisboa a 30 de novembro de 1739. Era filho de Manuel Correia e de Maria da Costa. Professou no convento d'Aveiro a 4 d'abril de 1680. Doutorou se em Theologia na Universidade de Coimbra. Foi prior dos conventos d'esta cidade, e depois do de Lisboa; qualificador do Santo Officio, examinador synodal do arcebispado de Lisboa, e mestre do numero da ordem. Em 22 de fevereiro de 1721 foi eleito provincial, no convento de Santarem. Publicou um dos seus sermões.

Sacramento *(Fr. Antonio do)*. Religioso da ordem da Trindade. N. em Lisboa, onde tambem fal. a 15 de janeiro de 1740. Era filho de Antonio João e de Vicencia Rodrigues. Professou a 16 de abril de 1676. Foi duas vezes mestre de noviços na sua ordem, ministro do convento de N. S.ª do Livramento, e depois no de Lisboa, definidor por duas vezes, prégador geral, mestre de cerimonias e sacristão-mór por muitos annos da egreja da Trindade, de Lisboa. Escreveu um *Manual dos religiosos da Trindade*, etc., conforme os ritos do *Missal Romano*, que se imprimiu em 1730.

Sacramento *(Fr. Antonio do)*. Religioso da ordem de S. Francisco. Era filho de Christovão Teixeira Coelho, e de sua mulher Maria de Sampaio Ribeiro. N. em Villa Verde, em 1711, e ignora-se a data do fallecimento. Escreveu: *Viagem Santa, e peregrinação devota, que aos Santos Logares de Jerusalem em que se obrou a nossa redempção fez nos annos de 1739 e 1740*, Lisboa, 1748; 2 partes; *Bosque mystico e jardim divino, dispostos em considerações sobre os significados das principaes plantas da terra e flôres de que se trata na Sagrada Escriptura*, Lisboa, 1749; *Vida da Veneravel Madre e serva do Senhor, Soror Joanna Luiza do Carmo, religiosa do mosteiro de Sant'Anna de Lisboa*, Lisboa, 1751; *Ventura do homem predestinado, desgraça do homem precito*, Lisboa, 1763.

Sacramento *(Colonia do)*. Cidade fortificada da republica do Uruguay com um porto de commercio no Rio da Prata defronte de Buenos Ayres. Pelos fins do seculo XVII havia ao sul do Brazil e a leste da vice realesa hespanhola de Buenos Ayres um territorio bastante vasto, que não fôra occupado por nenhuma das potencias. Eram os territorios da margem esquerda do Rio da Prata e os terrenos superiores banhados pelo Paraná, Uruguay e Paraguay. Os hespanhoes tinham parado na margem direita do Rio da Prata e os portuguezes não tinham passado muito além de Santa Catharina, ficando por conseguinte indecisa a fronteira desde o tratado de paz de 1668. O governo de D. Pedro II, em 1680, entendeu que devia procurar a fronteira natural do Rio da Prata, e ordenou a D. Manuel Lobo, capitão general do Rio de Janeiro, que fundasse uma fortaleza em sitio que lhe assegurasse a posse da margem esquerda do Prata, e D. Manuel escolhendo a confluencia do Prata com o Uruguay fundou ali uma colonia que recebeu o nome de *Colonia do Sacramento*. O governador hespanhol de Buenos Ayres não consentiu no estabelecimento, e sem mesmo esperar as ordens da sua côrte, em agosto de 1680 expulsou os portuguezes da colonia do Sacramento, e tomou posse do forte. A noticia d'este acontecimento causou em Portugal profunda irritação e o energico modo como o regente D. Pedro procedeu, não querendo receber mais o embaixador de Hespanha, pôde fazer prevêr que rebentaria a guerra entre as duas nações peninsulares. A Hespanha, porém, necessitava n'essa occasião e muito da paz com Portugal, e deu quantas satisfações lhe exigimos assignando a 9 de maio de 1681 em Lisboa um tratado em que estipulou que nos fôsse restituida a colonia tal qual a tinhamos, e que fôsse punido o governador de Buenos Ayres, mas uem por isso deixou de ficar em aberto uma causa eterna de discordia entre Portugal e a Hespanha. O nosso governo, não sabendo aproveitar os incommensuraveis territorios de que era possuidor, andou em contenda constante com o reino visinho por causa d'uma faxa do territorio nas margens do Rio da Prata, ácêrca das quaes nunca se chegou a accordo definitivo. Em 13 de janeiro de 1750, pouco antes do fallecimento de D. João V, assignou se entre as duas côrtes um tratado de limites que Alexandre de Gusmão considerava como obra prima da sua diplomacia e que julgava a conclusão definitiva das longas discordias entre as duas corôas Ao contrario d'essas esperanças esse facto deu origem a novas disputas, mas por elle cedeu Portugal a Hespanha a colonia do Sacramento e o territorio adjacente em troca dos vastos territorios do Paraguay sobre os quaes a Hespanha tinha apenas dominio nominal, porque de facto imperavam os jesuitas que tinham organisado e sujeito ao seu poder os indios d'aquellas regiões.

Sacramento *(Fr. João do)*. Religioso da ordem dos carmelitas N. em Lisboa, e fal. a 28 de março de 1737. Chamava-se no seculo João Ribeiro, sendo filho de Antonio Ribeiro e de Maria Ribeiro. Entrou no convento dos Remedios de Lisboa, que era de carmelitas descalços, a 5 de novembro de 1681, com o nome de Fr. João dos Santos, e quando professou solemnemente a 11 de novembro de 1685, mudou o nome para o de Fr. João do Sacramento. Estudou artes no collegio de Figueiró e theologia no de Coimbra. Foi depois professor n'este collegio. Frequentou a Universidade, e mostrou se prégador muito distincto, vindo a ser um dos mais afamados do seu tempo, tanto em Coimbra como em Lisboa. Foi na sua ordem mestre de theologia e de artes. A sua provincia, pelo seu talento abalisado, o escolheu para chronista. Em cumprimento d'esse cargo escreveu o 2.º tomo da *Chronica dos carmeli-*

tas descalsos, particular da provincia de S. Filippe do reino de Portugal, Lisboa, 1721. O 1.º tomo havia sido escripto por Fr. Belchior de Sant'Anna. O 3.º tomo da continuação escreveu-o Fr. José de Jesus Maria. Em 1728 passou Fr. João do Sacramento para a ordem dos carmelitas calçados, obrigado de gravissimas causas, segundo diz Barbosa Machado, sem dizer quaes eram, e ali ensinou theologia moral. Parece, comtudo, que Fr. João do Sacramento era homem muito arrebatado e orgulhoso, porque não quiz publicar 3 tomos de sermões, que tinha promptos para a impressão por não querer emendar um ponto que o revisor da ordem queria que elle corrigisse. Seria talvez esse o motivo da sua saída da ordem dos carmelitas descalsos. Estando hospede no convento de S. João de Deus, de Lisboa, sentiu se acommettido d'uma grave enfermidade, e mandou chamar o prior do convento dos Remedios, Fr. André do Sacramento, onde havia professado, recommendando-lhe que da sua parte pedisse perdão áquella communidade do escandalo que lhe causára, quando saiu d'aquella ordem. Além do vol. 2.º da *Chronica*, Fr. João do Sacramento apenas imprimiu uma carta elogiosa a Fr. Simão de Santa Catharina, escripta a 10 de fevereiro de 1729.

Sacramento (*Fr. Leandro do*). Religioso da ordem dos carmelitas reformados de Pernambuco, botanico muito apreciado. N. na cidade do Recife na provincia de Pernambuco em 1778, fal. no Rio de Janeiro, a 1 de janeiro de 1829. Era filho de Jorge Ferreira da Silva, e de Thereza de Jesus. Foi muito doente desde creança, mas apezar d'isso, professou na citada ordem dos carmelitas em 1798, e depois de frequentar o collegio da sua ordem, passou a Portugal, matriculou se na Universidade de Coimbra, onde se doutorou em philosophia. Voltou para Pernambuco em 1806, precedido da fama do seu talento, da sua sciencia, e principalmente dos seus vastos conhecimentos botanicos, e por isso tambem, sem o solicitar nem o suppôr, foi nomeado lente de botanica na Academia Medico Cirurgica do Rio de Janeiro. Entregou-se com toda a dedicação aos seus deveres do magisterio, e para tornar mais proficuas as suas lições, não só leccionava nas aulas, mas tambem no Passeio Publico, de que era director, e onde podia mostrar aos seus alumnos os exemplares das plantas cujo organismo tinham de estudar. Muitas pessoas se juntavam para o ouvir, e Fr. Leandro do Sacramento gozava no Rio de Janeiro d'uma grande popularidade como botaniço e naturalista. Consta que compuzera então para uso dos seus discipulos um *Compendio* ou *Elementos de Botanica*, que não chegou a imprimir. Em 1824 foi nomeado director do Jardim Botanico da Lagôa de Rodrigo de Freitas. O escriptor brazileiro José Saldanha da Gama escreveu a sua biographia, que foi publicada na *Revista Trimensal*, vol. XXXII, parte II, pag. 181, em que muito engrandece os seus merecimentos, dando nota dos seus escriptos valiosos sobre botanica.

Sacramento (*Soror Maria do*). Religiosa do convento da Madre de Deus, de Lisboa, da primeira regra franciscana de Santa Clara, onde professou a 8 de setembro de 1623. Pertencia á familia dos condes de Villa Franca. Fal. a 26 de janeiro de 1679, deixando manuscriptas umas *Noticias da fundação do convento da Madre de Deus e de algumas cousas que se puderam descobrir com certeza das vidas e mortes de muitas religiosas, santas*, etc.

Sacramento (*Soror Maria Michaella do*). Freira do convento do Santo Crucifixo (Francezinhas), de Lisboa. N. n'esta cidade, onde tambem fal. em 22 d'abril de 1747, já muito edosa. Chamava-se no seculo Michaella da Silveira, e era filha natural de D. Miguel da Silveira, tenente-general de cavallaria, e neta de D. Rodrigo Lobo da Silveira, 1.º conde de Sarzedas. Aos 9 annos de edade foi obrigada a entrar no referido convento, onde depois a forçaram a professar, cerimonia que se realisou solemnemente a 25 de junho de 1683. Foi mestra das noviças e abbadessa durante 6 annos sem interrupção. Traduziu do francez, de Jeronymo de Sens, uns *Exercicios espirituaes*, etc., Lisboa, 1698.

Sacramento (*Fr. Pantaleão do*). Religioso da ordem de S. Francisco, da provincia de Portugal. N. no Porto, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de Manuel Lopes e de Izabel do Couto. Professou no convento de Santo Antonio, da Figueira, em 1633. Ensinou philosophia no convento de Santo Antonio, de Ferreirim, e theologia na Universidade de Coimbra. Foi definidor no capitulo provincial celebrado em 1682, e qualificador do Santo Officio. Dos seus muitos sermões, que publicou, apontaremos os seguintes: *Sermão nas sumptuosas festas que se fizeram no convento das religiosas de S. Bento da cidade do Porto á trasladação dos ossos do nosso patriarcha*, etc., Coimbra, 1674; *Sermão da penitencia*, Coimbra, 1650; *Sermão do grande patriarcha S. Francisco*, Coimbra, 1650, etc.

Sacramento (*Pedro do*). Conego secular de S. João Evangelista, frades loios. N. em Lisboa, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de Vicente da Costa Vidigal e de Antonia do Sacramento. Recebeu a murça de conego em 5 de maio de 1701. Foi professor de philosophia e theologia, jubilando-se n'esta ultima faculdade; reitor do convento de Santo Eloy, de Lisboa, e provedor do hospital das Caldas durante 9 annos. Em 1717 imprimiu um dos seus sermões, sobre a beatificação de João Francisco Regis.

Sacramento (*Fr. Thomaz do*). Religioso da ordem de S. Bento. N. no Porto a 7 de setembro de 1671. Professou a 8 de maio de 1688. Foi prégador geral apreciado, abbade do convento de Lisboa em 1719, e no de Santo André, de Rendufe, em 1728, procurador geral e secretario da sua congregação. Por sua morte deixou manuscriptas umas *Vidas de Fr. Jeronymo de S. Thiago e de Fr. João da Soledade*.

Sacramento (*Fr. Valerio do*) Religioso franciscano da provincia de Santo Antonio, de Portugal (capucho). N. no Campo Grande nos ultimos annos do seculo XVII. Professou no convento da Castanheira a 18 de junho de 1699. Foi visitador da provincia da Conceição do estado do Brazil, provincial da sua ordem e qualificador do Santo Officio. Em 27 de julho de 1738, D. João V o elegeu bispo de Angra, sendo sagrado na egreja patriarchal de Lisboa pelo patriarcha D. Thomaz d'Almeida, a 5 de outubro do dito anno. Fez a sua entrada solemne na ilha de S. Miguel a 3 de fevereiro de 1742, e visitou toda a sua diocese.

Escreveu: *Thesouro serafico descoberto no campo do Evangelho pelo patriarcha dos pobres N. P. S. Francisco*, etc., Coimbra, 1735; tem no fim um *Directorio dos noviços; Estatutos da provincia de Santo Antonio dos Capuchos*, Lisboa, 1737.

Sacramento. Uma das freguezias de Lisboa. V. *Santissimo Sacramento*.

Sacramento Mont'Alverne *(Fr. João do)*. Religioso recoleto da ordem de S. Francisco. N. no Porto a 20 d'agosto de 1672, ignora-se a data do fallecimento. Era filho de João Rodrigues Porto e de Izabel da Cunha. Depois de ter estudado grammatica latina e humanidades, recebeu o habito de menor no recoleto do convento de N. S.ª da Conceição, de Mattosinhos, da provincia de Portugal, a 21 de abril de 1692, e professou a 25 do dito mez do anno seguinte. Quando era commissario da ordem Terceira de Penacova, imprimiu em 1730 um sermão prégado nas exequias do duque de Cadaval, que saiu nas *Ultimas acções do Duque*, desde pag. 93 até 106; onde tambem se encontram duas *Cartas* do mesmo Fr. João do Sacramento Mont'Alverne, escriptas de Penacova, a primeira a 17 de março, e a segunda a 5 de maio de 1727, ao duque D. Jayme. Deixou alguns manuscriptos.

Sacrario. Logar ou reservatorio onde se guardam coisas sagradas ou dignas de grande veneração, como as hostias e as reliquias.

Sacutos Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pelariga, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Sades Pov. na freg. do Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Sadi. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. Fica na região do café.

Sadigo. Pov. na freg. de S. Martinho, de Pecegueiro, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Sádo. Rio do Algarve, Alemtejo e Extremadura. N. na serra de Monchique, da juncção dos tres rios Damine, Xarrama, e Sado, que se reunem no logar de Porto d'El Rei, na Extremadura. Corre junto a Alvalade, banha Alcacer do Sal, e voltando depois ao O, vae formar a grande e salifera Ria de Setubal, tendo em frente d'esta cidade 5 k de largura, formando um bom porto. A superficie da bacia do Sado é de 7:943 k. quadrados, seu curso é de 135. E' navegavel até Porto de Rei na Extremadura, por espaço de 61 k. para barcos e até Alcacer do Sal para navios de pequena lotação. A sua direcção é do sul a norte desde a origem até Porto de Rei, e de sueste a noroeste no resto do seu curso. Os seus principaes affluentes são: pela margem direita, o Roxo, o Figueira, o Odivellas, o Xarrama, o Drege, o S. Martinho e o Marateca; pela margem esquerda o Campilhas, o Corona e o Areão. O Sado lança-se no mar formando a barra de Setubal por entre a ponta do Outão e a ponta do Adaxo. O canal da barra segue o rumo do sudoeste; tem na foz profundidades de 30 a 10 m., mas não tem mais de 3 a 4 sobre o banco da barra, o qual fica a perto de 25 milhas da Torre do Outão e a sueste do forte da Arrabida Na torre do Outão ha pharol de luz branca e fixa á altitude de 34,m 4 e com o alcance de 15 milhas. Da ponta do Adaxo estende se para sueste uma especie de cabedello ou lingua de areia de quasi 9 milhas de extensão que separa do Oceano o rio Sado. O fundeadouro é defronte e ao sul da cidade. A meio do rio ha um banco que o divide em dois canaes, o do norte é mais fundo. O rio Sado teve varios nomes. No tempo dos romanos chamava-se *Calipus* ou *Calipolis*, ou *Kallipus*, e depois *Salacia*. Os arabes lhe chamaram primeiramente *Xatêr*, *Xatnêr*, ou *Xantêr*. Outros dizem que lhe davam o nome de *Chetawir*. Por fim déram-lhe o nome do *Sádo*, que ainda conserva. A Casa de Bragança possuia na margem direita d'este rio, e a 20 k. de Alcacer do Sal, uma valiosissima propriedade denominada *Herdade do Pinheiro*.

Sado *(Marinhas do)*. V. *Setubal* (*Sal de*).

Sadoncelhe, ou Sadoncelho. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Ervões, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real.

Sadonho. Serra do distr. de Villa Real. Está situada a NE de Ribeira de Pena, nas proximidades da margem esquerda do rio Tamega, em direcção geral NE a SO, fronteira á serra da Falperra e formando com ella o extenso e ameno valle de Villa Pouca de Aguiar. Tem 15 k. de comprimento, pouco mais de 7 de largura e 1:024 m. de altura.

Saely. Pov. da praganã de Nagar Avely, no distr. e com. de Damão, arcebisp de Gôa, India. Tem excellentes mattas.

Saes. Pov. na freg. de S Salvador e conc. de Rézende, distr. de Vizeu.

Safara. Pov. na freg. de Santo Thirso, de Prazins, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Safára. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Moura distr. e bisp. de Beja; 432 fog. e 1:723 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr., fabrica de farinhas, hospedarias, medico, etc. Está situada a 1 k. da margem esquerda do Sarafujo, a 5 k. da margem esquerda da ribeira de Ardilla e a 21 da séde do conc., proximo da raia de Hespanha. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o capellão, que tinha alguns generos e 20$000 reis em dinheiro. A terra é fertil em cereaes, e abundante de gado de toda a qualidade, e de caça. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos Por carta de lei de 24 de maio de 1878, foi a séde do juizo ordinario da freg. de Santo Aleixo mudada para Safára. A est. telegr post. foi creada por despacho ministerial de 6 de julho de 1904.

Safardão. Pov na freg de Santa Maria, de Atalaia, conc. de Pinhel, distr. da Guarda.

Safarija. Ribeira do distr. de Beja N. em Hespanha, corre ao NO, passa a E das freguezias de Santo Aleixo e Safára, e entra na ribeira de Ardilla com 20 k. de curso em Portugal.

Safarujo Pov. na freg. de Santo Isidoro, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Ribeira do distr. de Lisboa. N. a 2 k. ao S da freg de Villa Franca do Rosario, corre a O até á freg. de Murgueira, inclina se ali para NO, depois retoma aquella direcção, e descrevendo algumas curvas entra no Oceano com 20 k de curso.

Safi. Um dos districtos da ilha de Bissau, na prov. da Guiné, Africa Occidental. E' habitado por gentios governados por um regulo.

Safim. Cidade no imperio de Marrocos. Acha-se situada a 150 k noroéste de Marrocos e a 130 k. ao norte do Mogador, ao sul do cabo Cantin

na costa do Atlantico. E' porto de commercio, muito frequentado n'outros tempos. Diz se que fôram os carthaginezes os fundadores d'esta cidade africana, que os portuguezes occuparam des de 1508 até 1641. O seu nome encontra-se variadamente escripto nos nossos autores: Çafim, Saffi, Safim, Azafi ou Asfi, parecendo que o antigo nome seria o de Rusupis. O territorio onde está situada era entre os seus naturaes possuidores conhecido pelo nome de *Duquella*. Os limites d'esta eram o rio Tencifte, o rio Guadalabide, o rio Ommarrabi, e o Oceano; tinha de léste a oéste mais de 30 legoas, de norte a sul, mais de 24. Esta provincia era rica, e abundante de pão e gados, mas a sua gente rude e ignorante; cidades de importancia tinha duas apenas, Safim e Azamor, assentadas á beira-mar Bibliographia: *Textos em aljamia portugueza, documentos para a historia do dominio portuguez em Safim, extrahidos dos originaes da Torre do Tombo*, por David Lopes, Lisboa. 1897.

Safim *(Pelouro de)*. No Museu de Artilharia admira-se um pelouro de granito negro, tendo 0,m 573 de diametro e medindo 1,m 080 de circumferencia. Esta enorme bala de pedra foi arremessada pelos moiros contra a praça de Safim em 1534. O cêrco que os moiros fizeram á praça de Safim n'esse anno, sendo capitão general da praça D. Luiz de Loureiro, foi dos mais notaveis que os portuguezes sustentaram nas praças de Africa. Além de noventa mil homens escolhidos entre gente de pé e de cavallo e vinte mil gastadores, traziam os moiros muita e boa artilharia, talvez superior á dos portuguezes. «Trazia o xarife Hamet, diz um historiador, quantidade numerosa de peças de artilharia, então chamadas trabucos, e entre ellas vinha uma a que davam o nome de *maimona*, de tão disforme grandesa que nenhum homem podia abarcar as balas quo jogava, por maior que fôsse a sua estatura. D'estas se trouxe uma a este reino, e por memoria se conservou muitos annos no adro da egreja de S. Braz, da Ordem de Malta, hoje mais conhecida pelo orago de Santa Luzia, authentico testemunho da gloriosa defensa d'este cêrco. Era a famosa *maimona* que na praça causava maior ruina, e por effeito dos seus tiros veio a terra um grande lanço de muralha, deixando esta aberto caminho franqueado á entrada d'ella; e correndo os moiros áquella parte para nos commetterem á escala, os nossos, sem que os turbasse o temor e menos a multidão, esperaram esforçadamente os inimigos n'este logar, e, posto que com desproporcionado numero, aqui procederam com tanta valentia que não só lhes rebateram o intento, mas ficaram despedaçados muitos sobre os quaes pretendiam vencer os que restavam vivos. Na força d'estes ataques arrebentou a sua celebre *maimona*, infelicidade com que o xarife se exasperou de maneira que nem por instantes moderava a sua impaciencia». O pelouro, que por memoria se collocou no adro da egreja de Santa Luzia, ali se conservou até 1755. Reedificada aquella egreja, depois do terremoto, foi o pelouro removido para um canto do quintal da casa do capellão, felizmente ainda inteiro. Em 5 de junho de 1893 foi transportado para o museu do commando geral de artilharia, em virtude de autorização superior, a instancias do capitão de artilharia Bento Adeli no da Silveira Forte Gatto.

Safira Pov. e freg de N. S.ª da Natividade, conc. e com. de Montemór-o-Novo, distr. e arceb. de Evora; 136 fog. e 661 hab. Está situada na falda d'um monte, a 4. k. da est. de Cabrella e a 18 da séde do conc. A mitra apresentava o cura, que tinha 380 alqueires de trigo. A terra é fertil em cereaes, cria muito gado, e tem caça. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. || Ribeira do distr. de Evora. E' formada por duas ribeiras que nascem a O de Montemór-o-Novo e fazem juncção na freg de Safira, corre d'ali em curvatura para O, passa sobre uma ponte do caminho de ferro de Sueste, depois segue para SO e aproxima-se da freg. de Cabrella, onde se reune com a ribeira d'este nome, formando ambas a de Marateca. A ribeira de Safira tem um curso de 30 kilometros.

Safões. Pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Rézende, distr. de Vizeu.

Safres. Pov. na freg de S. Mamede, de Riba Tua, conc. de Alijó, distr. de Villa Real.

Safrins. Ribeira do distr de Beja. N. a 2 k. ao SO de Beringel, na freg. de Mombeja, corre a O, para proximo de Ferreira e entra na ribeira de Figueira, proximo de Alvalade, com 27 k. de curso.

Safu. Pov. do sobado de Quimbanza, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Safurdão. Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Pinhel, distr. e bisp. da Guarda; 89 fog. e 335 hab. Tem est. post. O abbade de Lamegal apresentava o cura, que tinha 6$000 reis de congrua e o pé d'altar. A terra é pobre e pouco fertil. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Saganhos. Pov. na freg. de S. Mamede, de Caniçada, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Sages. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Sago. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com de Monção, distr. de Vianna do Castello, arceb de Braga; 101 fog. e 426 hab. Tem est. post. e está situada nas proximidades da estrada de Monsão a Arcos de Valle de Vez, a 6 k. da séde do conc. O real padroado, e depois os jesuitas, apresentavam o vigario, que tinha 40$000 reis e o pé d'altar. A terra é pobre e pouco fertil, mas cria bastante gado, e nos seus montes ha muita caça Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Sagoaçal. Pov. na freg do S. Pedro, do Riba de Mauro, conc. de Monsão, distr. de Vianna o Castello.

Sagrada Familia *(D. Fr. Alexandre da)*. Bacharel formado em philosophia pela Universidade de Coimbra, bispo de algumas dioceses, o por ultimo da de Angra, etc. N. no Fayal a 23 de março de 1736, fal. em Angra a 23 de abril de 1818. Chamava-se Alexandre José da Silva, sendo filho de José Ferreira da Silva, alferes de ordenanças e proprietario, e de sua mulher, D. Antonia Margarida Garrett. Era irmão mais velho do Antonio Bernardo da Silva d'Almeida Garret, pae do grande poeta visconde d'Almeida Garrett. Entrando na Universidade, formou se em philosophia no anno de 1759, o contando 25 annos de edade, entrou como noviço, a 11 de junho de 1761, no seminario de N. S.ª dos Anjos, de

Brancanes, junto a Setubal, e professou a 13 de junho de 1762, mudando então o nome para o de Fr. Alexandre da Sagrada Familia. Era considerado no seu tempo como um prégador distincto, bom poeta, versado em toda a erudição sagrada e profana. Em 1776 prégou na festa do Corpo de Deus, em Beja, um sermão, que deu origem a uma contenda theologica entre elle e o P. M. Fr. Bartholomeu Brandão, por motivo da censura que este lhe fizera sobre alguns pontos do mesmo sermão. A fama de D. Fr. Alexandre da Sagrada Familia era já bastante, para que o governo não hesitasse em nomeal-o em 24 de outubro de 1781 bispo de Malaca, logar em que foi confirmado por bulla do 16 de dezembro de 1782, e sagrado a 24 de fevereiro de 1783. Não chegou a ir á diocese de Malaca, por ser eleito bispo de S. Paulo de Loanda, para onde foi transferido por bulla de 15 de fevereiro de 1785. Esteve em Angola tres annos, e pelo seu zelo e piedade concorreu para que o rei do Congo voltasse ao Christianismo, que abandonára, e rendesse vassalagem a Portugal. Em 1811 foi para Angra reunir se á sua familia que elle sempre muito protegera. Encontrou se ali com seu sobrinho João Baptista Leitão d'Almeida Garrett, que não conhecia ainda, e ficou maravilhado da sua precoce intelligencia, que se esmerou em cultivar, e como era homem de altissima intelligencia e muitissimo erudito, guiou admiravelmente nos seus primeiros passos o talento de Garrett. Este conservou sempre pela memoria de seu tio a maior veneração e o mais profundo respeito. D. Alexandre, que muito estremecia a familia, e para a favorecer, fez a viagem ao Rio de Janeiro, sendo já muito avançado em annos. No Brazil foi, como que forçado pelo principe regente D. João a acceitar o bispado de Angra, de que teve a nomeação em 1812. Não lhe foi facil, porém, tomar posse da diocese, levantando se uma grave contenda com o cabido, que deu logar a uma questão que ficou celebre, e cujos documentos que lhe são relativos, se encontram nos *Annaes da ilha Terceira*, de Drummond, vol. III. D. Alexandre da Sagrada Familia, cuja erudição era vastissima, escreveu immenso, mas quasi todas as suas obras ficaram manuscriptas. Apenas no *Investigador portuguez* e no *Jornal de Coimbra* se encontram algumas das suas pastoraes, nos *Annaes da ilha Terceira*, já citados, uma pastoral e as suas cartas ao cabido. Nos *Annaes*, vol. III, encontram-se a seu respeito curiosas e interessantes noticias. Em 1782 imprimiu uma *Devoção das dôres da Virgem Mãe de Deus por um seu devoto;* fez-se muito tarde outra edição, em 1837. Não traz o seu nome. Garrett affirma que elle traduzira em verso a *Merope*, de Maffei, e nas obras da marqueza d'Alorna vem uma poesia a D. Fr. Alexandre assignada com o pseudonymo de *Silvio*.

Sagres *(Carlos Benevenuto Casimiro, 1.º visconde de)*. General de divisão, commandante da 1.ª divisão militar, conselheiro de Estado, par do reino, etc. N. em Bemfica a 4 d'abril de 1804, fal em Lisboa a 10 de julho de 1885. Era filho do general Emygdio Xavier Lopes da Silva, e de sua mulher D. Marianna Casimiro da Silva. Matriculou-se no Collegio Militar, onde recebeu a instrucção secundaria e especial. Em 18.0 déra-se a revolução que tanto enthusiasmo causou, estavam reunidas as côrtes magnas, discutia se e preparava-se o primeiro codigo constitucional, que poucos mezes depois devia ser promulgado, e Benevenuto Casimiro, animado pelas suas ideias liberaes, deixou o collegio militar em 1821, e veiu assentar praça voluntariamente, como cadete, a 29 d'agosto d'esse anno, no regimento de infantaria n.º 10, sendo logo a 20 do mez de setembro seguinte promovido a alferes para infantaria n.º 11. Quando em 1826, depois da morte de D. João VI, começaram as luctas da Liberdade, Carlos Benevenuto Casimiro entrou na peleja ligado aos constitucionaes contra os partidarios absolutistas, nas batalhas e combates que se travaram em 1826, 1827 e em 1828. Assim esteve em Coruche, em janeiro de 1827, nas Pontes do Prado e da Barca, em Amarante, acção de fevereiro do mesmo anno de 1827, e no ataque de Canavezes. Em 1828 assistiu á acção da Cruz de Morouços, e aos combates de Vouga e de Braga. Em consequencia de ter tomado parte nos acontecimentos politicos do Porto, foi demittido do posto d'alferes pelo governo de D. Miguel, vendo se então obrigado, assim como muitos dos seus companheiros d'armas, a emigrar n'esse mesmo anno de 1828 para a Galliza, d'onde passou a Inglaterra, França e Belgica, embarcando depois, em 1829, para os Açôres, com o regimento de infantaria n.º 18, a que então pertencia. Ficou pertencendo á guarnição da ilha Terceira. Em 1831 fez parte da expedição que tomou as ilhas do Pico, S. Jorge, Fayal e S. Miguel. A 11 de outubro d'esse anno foi promovido a tenente, e foi nomeado para servir ás ordens do commandante militar da ilha de S. Jorge, sendo depois transferido, em 1832, para egual cargo da ilha do Fayal. Voltando ao continente, entrou nos combates de Amarante em 11 e de Castro Daire em 30 d'abril de 1834, e na batalha d'Asseiceira em 16 de maio do mesmo anno, tornando se verdadeiramente notavel, principalmente n'esta ultima batalha, em que mereceu a honra de ser agraciado com o grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada. Em 24 de julho de 1834, pertencendo a infantaria n.º 10, foi-lhe concedido o posto de capitão. Terminada a campanha com a Convenção de Evora Monte, passou ao Estado Maior em 5 de janeiro de 1835, sendo nomeado ajudante de campo do marechal duque da Terceira, exercicio em que se conservou até pedir a sua demissão do serviço que lhe foi dada em 20 de setembro de 1836 por se recusar a adherir á revolução que se deu n'esse mez. Em 1840 foi reintegrado no posto de capitão, passando a caçadores n.º 2, sendo de novo nomeado ajudante de campo do duque da Terceira, do que foi exonerado em 1841, para recolher ao corpo a que pertencia, por terem cessado as circumstancias que tinham occasionado a formação do exercito de observações. Ainda em 1841 tornou a ser nomeado ajudante de campo do marechal, que era então commandante da 1.ª divisão militar, sendo depois collocado na 3.ª secção. Em 1842 voltou ao estado maior, e foi nomeado para a commissão do corpo de operações ao norte do reino. A 19 de dezembro d'este anno teve a promoção de major. Esteve no cêrco d'Almeida em 1844, e em 1846 foi nomeado commandante interino da subdivisão militar da Horta; voltando ao reino, teve em 1847 a nomeação de chefe do estado maior da 3.ª divisão. Pouco tempo se demorou, porém, no exercicio d'esse cargo, por ser incumbido, a 28 de julho do mesmo anno,

de acompanhar do Porto a Madrid, o general D. Manuel de la Concha, marquez do Douro. Em 19 de abril de 1847 fôra promovido ao posto de tenente coronel. Em 1848 foi encarregado do governo militar do Fayal. Subiu a coronel em 29 d'abril de 1851, e a 26 de setembro de 1852 a brigadeiro. No anno de 1853 esteve encarregado interinamente do governo do castello de S. Jorge; em 1854 foi nomeado membro da commissão permanente do corpo do estado maior; em 1859 chefe da 3.ª divisão militar, composta de officiaes d'aquelle corpo e destinada a proceder aos reconhecimentos militares no sul do Tejo, reconhecimentos que não fôram levados a effeito; em 1860 chefe do estado maior da 1.ª divisão. Esteve no campo de Tancos durante a sua organisação, depois como chefe do estado maior, e por fim como commandante. Foi presidente da commissão que elaborou a tactica de infanteria. Em 15 de outubro de 1865 foi promovido a general de brigada, e a 21 de janeiro de 1876 a general de divisão. Quando falleceu o conde de Santa Maria, em 1868, ficou o visconde de Sagres commandando interinamente a 1.ª divisão militar, cargo em que ficou sendo effectivo, quando foi promovido a general de divisão. No officio do commandante da 1.ª brigada do exercito de operações do norte, de 17 d'abril de 1831, foi o illustre official recommendado pelo combate d'Amarante; e nos officios de 17 de maio do mesmo anno e do mesmo commandante, pelo combate de Castro Daire. Por decreto de 28 d'agosto de 1870 recebeu a mercê do titulo de visconde de Sagres, e em 2 de dezembro de 1878 foi nomeado par do reino. Possuia as seguintes honras: conselheiro de Estado, ajudante do campo d'el-rei D. Luiz, as gran-cruzes das ordens da Torre e Espada e S. Bento d'Aviz; as commendas das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; gran-cruz de Izabel a Catholica, e commendador de Carlos III, de Hespanha; de S. Mauricio e S. Lazaro de Italia; condecorado com a medalha das campanhas da Liberdade, algarismo n.º 9; medalha de ouro de valor militar, e as de bons serviços e de comportamento exemplar. O visconde de Sagres era casado mas não deixou successão legitima, porém, sim um filho natural, legitimado, Alfredo Casimiro de Vasconcellos e Silva, que falleceu em Madrid a 15 de dezembro de 1879, a quem foi concedido o titulo, ainda em vida de seu pae, por decreto de 22 de agosto de 1878, sendo o 2.º visconde de Sagres. Era casado com uma senhora franceza, D. Adelaide Christina.

Sagres Villa e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. do Algarve, conc. de Villa do Bispo, com. de Lagos, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 133 fog. e 574 hab. Tem est. semaphorica e telegr. post., emprezas de pesca de sardinha e de atum, pharolim, guarda-mór de saude, etc. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o prior, a quem na primitiva se dava o titulo do capellão da guarnição, o qual tinha 100$000 e o pé d'altar. Sagres é praça maritima, em fórma de peninsula, murada para o lado do terra, com seus revelins, em cujo recinto encerra as casas do governador, as que fôram residencias do infante D. Henrique, os quarteis da guarnição e a egreja matriz da freg., que foi construida em 1519, quando esta parochia se desmembrou da de Villa do Bispo. Dizem muitos escriptores que foi o infante D. Henrique o fundador de Sagres, mas está averiguado que a villa é fundação antiquissima, talvez anterior ao dominio dos romanos. Os arabes lhe chamavam *Charck-Rach*, que, segundo alguns, quer dizer *Ilha dos Rochedos*, mudando lhe ainda para *Sacrom*, que se corrompeu em Sagres O infante D. Henrique só a reconstruiu. Quando veiu de Ceuta, em 1416, com ideias de explorações maritimas, escolheu aquelle sitio arido e triste, para lançar os fundamentos da nova villa, que veiu a reconstruir-se em 1419, a que deu primeiramente o nome de *Terça*, ou *Tercena Naval*; depois tomou o nome de *Villa do Infante*, ou *Villa Nova do Infante*, pois que por todos estes nomes se tornou conhecida, chamando se por ultimo *Sagres*, nome derivado, segundo a opinião de D. Francisco Manuel, nas suas *Epaminondas*, do *Promontorio Sacrum*, nome por que na primitiva era conhecido o Cabo de S. Vicente, que lhe fica a pouca distancia Um antigo alvará dava aos habitantes de Sagres o privilegio de não pagarem meia siza do que comprassem ou vendessem. Este alvará foi confirmado por D. Affonso V, em 14 de março de 1461, e por D. João II em 13 d'agosto de 1486. Em Sagres assentou o infante a sua residencia para dirigir as descobertas que no seu tempo se fizeram no ultramar. Fundou ali o 1.º observatorio astronomico que viu Portugal, e talvez a Europa, e no seu mesmo palacio estabeleceu escolas de mathematica, nautica, geographia, astronomia, cosmographia e commercio, para as quaes convidou, com bons partidos, varios sabios portuguezes e estrangeiros, tudo á custa do infante, construíndo tambem tercenas, casas, fortes, etc. N'essas escolas se formaram os melhores navegadores d'aquelle tempo, assim como muitos estrangeiros, que vieram ali estudar pela fama dos mestres que as dirigiam. Do porto de Sagres fez o infante sair os argonautas ousados, que transpuzeram os limites do Cabo Não, na costa occidental da Africa, na latitude de 28,º 38'—e na longitude Occidental de 2.º, e 49'. Chamou-se *Cabo Não*, porque, segundo o que até então se dizia, d'elle ávante se não passava. Sagres é praça de guerra hoje desclassificada, sendo notavel pelo ponto de vista estrategico. Tem duas bahias: uma a E e outra a O da ponta que entra muito pelo mar dentro; e ambas dão seguro abrigo ás embarcações que não pódem montar o Cabo. A villa foi muito povoada e importante, mas já de ha muito que não existe nada da sua grandeza; apenas se conserva ainda a casa, de resto sem valor architectonico, onde consta ter residido o infante D. Henrique. Em 25 de maio de 1587, uma esquadra ingleza commandada pelo feroz almirante Francisco Drake, operou um desembarque em Sagres, e incendiou a villa depois depois de a ter saqueado. Em seguida foi atacar o convento do Cabo, d'onde os religiosos fugiram para Lagos, conservando se ali até que, em 1606, Filippe II o mandou reedificar, voltando para lá os frades. A contenda era entre a Hespanha e a Inglaterra, mas nem por isso nós deixámos de soffrer. O terremoto do 1.º de novembro de 1755 tambem causou graves prejuisos em Sagres, como aconteceu em todo o Algarve. Arrazou a maior parte das muralhas, que eram de cantaria com mais d'uma braça de grossura, caindo toda a entrada da porta da praça, apezar de ser obra fortissima. A egreja matriz, que estava a E, e era de abobada de pedra, ficou fendida;

fôram a terra as casas do governador e os quarteis da guarnição, bem como a residencia do parocho. Caiu ao mar toda a bateria do E, e uma peça de bronze de calibre 18, que estava ali. Muitas casas das proximidades da praça ficaram arrazadas, acontecendo o mesmo á fortaleza da Baleeira. O Oceano recuou 3 k., deixando em secco enseadas onde podiam ancorar naus; depois avançou para terra com tal violencia, que pelo lado do N montou rochedos da altura de 130 m., deitando dentro da praça grande quantidade de peixe. Pela praia do Murtinhal, que fica fronteira, a E, entrou a agua mais de 3 k. pela terra dentro, arrancando vinhas e deixando, ao recuar, a terra alastrada de peixe de varias qualidades, e grandes pedregulhos com muitos mariscos pegados. Por mais duas vezes se repetiu este fluxo e refluxo das aguas, mas com menos violencia. O termo d'esta villa comprehende algumas terras ferteis, e nos areaes, junto á praça, ha vinhas que dão bom vinho palhete. O espaço até ao cabo de S. Vicente, é pedregoso, árido, e açoitado do vento em todas as estações, mas ha aqui muita caça miuda. Todo o terreno dos arredores é cheio de rochas calcareas, e no sitio da Baleeira ha uma camada abundantissima de argila esverdeada, contendo bastante mica, que se funde com facilidade, e serve para fazer garrafas, botijas e outros objetos. No termo da villa ha finissima plombagina (graphites), ardozias escuras, amarellas e ondeadas, muito duras e susceptiveis de polimento, e muito e optimo gêsso (sulfato de cal). Dá-se tambem por estas terras muito açafrão ordinario, a que chamam aqui *açaflôr*, soda, baga de zinbro, gran de carrasco (kermes) e urzella. A villa pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos Em 1836, o marquez de Sá da Bandeira lembrou-se de perpetuar a memoria do infante D. Henrique mandando erigir um monumento em Sagres, d'onde ello déra tão grandioso impulso ás navegações e aos descobrimentos dos portuguezes. Em 8 d'abril d'esse anno, reinando D. Maria II, Sá da Bandeira assignou uma portaria, e em virtude d'ella se começaram os trabalhos do monumento no arsenal da marinha, de Lisboa, e só alguns annos depois pôde ser levado ao seu destino. O esculptor foi Manuel Simões. O monumento consta d'uma lapide de marmore com 10 palmos e meio de largura, embutida na parede sobre a porta interior da entrada principal da fortaleza de Sagres. Este corpo é dividido em 2 planos, tendo o superior, em meio relevo, o escudo das armas do infante, com a legenda *Talent de bien faire* e uma esphera armilar á direita e um navio á véla, á esquerda. O plano inferior comprehende duas almofadas, tendo a do lado esquerdo uma inscripção laudatoria em latim, muito extensa, narrando os relevantes serviços prestados pelo infante á patria, ás sciencias mathematicas e á navegação. A do lado direito tem a versão em portuguez. A collocação do monumento realisou-se no dia 24 de julho de 1840, assistindo á cerimonia a camara municipal da villa do Bispo, o governador e a officialidade da guarnição da praça, e muitas outras pessoas. Da cerimonia se lavrou o respectivo auto, que veiu publicado no *Diario do Governo*. O Promontorio de Sagres fórma uma pequena peninsula, chamada a *Ponta*, de 1:000 m. de comprimento e de 445 m. de largura. E' todo composto d'um descarnado rochedo, em quasi toda a parte minado pelo mar. || *Cabo de Sagres*. Está situado na costa da Guiné de Cabo Verde, Africa Occidental, defronte das ilhas dos Idolos ou do Loss, o extremo da ilha do Tumbo. E' de areia e fica-lhe proximo uma praia tambem de areia branca, terminada em rochedos altos e muito cortados de quebradas. Este cabo tem tambem o nome de *Ponta Tumba*, e foi descoberto por Pedro de Cintra em 1460 ou 1461, que lhe poz o nome de Sagres em memoria da fortaleza quo o infante D. Henrique mandou construir em Portugal no sitio assim chamado.

Sagua. Pov. da div. do mesmo nome (1.ª) da freg. de N. S.ª da Conceição, no conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Sahil. Pov. na freg. de S. Martinho da Cortiça, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural.

Sahim. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Chorense, conc de Terras de Bouro, distr. de Braga.

Sahimes. Pov. na freg. de S. Christovão de Espadanedo, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Saibreira. Povoações nas freguezias: Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. Mamede, de Quiaios, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Saibreiro. Pov. na freg. de S. Thiago; de Magueija, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Saibro. Pov. na freg de Santo Estevão, de Regadas, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Saibros. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Loivos da Ribeira, conc. de Baião, distr. do Porto.

Salceiras Pov. na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Said *(José Bento)*. Professor de grammatica latina em Vizeu. Em 1828 emigrou para Inglaterra, como constitucional, d'onde passou em 1829 aos Açôres. Não se sabe mais nada a seu respeito, mas é possivel que morresse durante a guerra civil, porque tudo indica ter elle pegado em armas na defeza da causa liberal. Escreveu: *Diccionario mythologico, historico, e geographico para intelligencia dos nomes proprios que se encontram em Horacio; traduzido do francez de Mr. de Batteuse*, Lisboa, 1828; *Descripção das tres cidades: Plimouth, Ston-House, e Devonport; mostra-se a sua grandeza, industria, religião, commercio, politica e costumes*, etc., Angra, 1829; *Remedio do amor, e queixas de Dido contra Enéas: traducções livres das obras de Ovidio*, Angra, 1831.

Saide. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Moita, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Rebordosa, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Saidinho. Pov. na freg. de S. Thiago, de Moita, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

Saily. Aldeia pertencente á divisão Etly-Pabw, ao norte do rio Sandalcalo, no concelho de Nagar-Avely, districto de Damão, na India.

Saima. Pov. na freg. de S. Vicente, de Sangalhos, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

Saime. Pov. de Santa Maria Magdalena, de Jolda, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Sainde. Pov. na freg. de S. Salvador, de Paderne, conc de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Saindos. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Lanhezes, conc. e distr. de Viauna do Castello.

Sainhas Praia, junto e ao O da Torre de S. Julião da Barra. Ha aqui um jazigo de pedras lithographicas, descoberto em maio de 1877 por Jorge Freire da Silva.

Saio Vestidura militar, curta, quadrada, de panno grosseiro, e com abas ou quartos. O *sainho* era um gibão redondo e sem abas. O *saio de malha* era a peça do vestido dos guerreiros, que descia da cintura até aos joelhos, e feita de escamas, ou rede de ferro, para defender o ventre. As mulheres tambem usavam de *saios* ou *sainhos*, que depois se chamaram *albornozes, roupões*, e *bajús*. A este vestido se chamou depois *mantéo*. Era um pano enrolado á volta da cintura, preso por uma fita grosseira, ou por botões ou colchetes, e serve de *saia*, palavra derivada do antigo *saio*.

Saionizio. Estipendio ou gajes que se davam antigamente aos alcaides, beleguins, esbirros, ou carrascos; e que depois se denominou *salario de mão posta*, quo era a paga de amarrarem os criminosos. (Documento de Paço de Sousa, de 1103).

Sal. As principaes marinhas de sal em Portugal são as de Lisboa, em ambas as margens do Tejo até ás alturas do Villa Franca ao norte, e ao sul desde Alhos Vedros até Alcochete; as de Setubal, em ambas as margens do Sado, desde Setubal até Alcacer do Sal; as de Aveiro, nas ilhotas e lesirias que fórmam os esteiros do Vouga em Aveiro, Ilhavo e Esgueira; as da Figueira, comprehendendo as da Figueira, Couto de Lavos e de Morraceira; as do Algarve, abrangendo as do Almargem, Tavira, Faro, e de V. N. de Portimão. V. *Memoria sobre os grandes beneficios do sal commum em geral, e em particular do sal de Setubal, comparado experimentalmente com o de Cadiz*, etc., por José Joaquim Soares de Barros e Vasconcellos.

Sal. V. *Salicultura*.

Sal. Nome com que os hollandezes designavam as ilhas que fórmam o archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental. || Rio do distr. de Gôa, India, que nasce no conc. de Salsete, atravessando-o n'uma grande extensão de N a S, passa pela villa de Margão, continúa para o S, e juntando-se com outro braço que desce de Bally, segue por entre varias aldeias a desaguar no Oceano, no extremo SO de Salsete, junto do porto e forte de Betul, que lhe defende a entrada. Tem cêrca de 30 k. de curso, é navegavel na maior parte d'elle por pequenas embarcações. || Uma das ilhas do grupo do Norte ou Barlavento, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situada no Oceano Atlantico, a 10 k da ilha de S Nicolau, que lhe fica quasi a O, e a 37 da ilha da Boa Vista, que lhe fica ao S, formando com esta ultima um grupo separado que bem poderia denominar se de Nordeste, e havendo entre ambas um canal limpo e seguro para a navegação e onde apenas se nota a violencia das correntes que vão para O. Tem 25 k. do comprimento de N a S, e 8 milhas na sua maior largura, sendo avaliada a sua superficie em 18 milhas quadradas E' arenosa e baixa ao S, e tão raza com o mar, que mesmo de dia se não avista a mais de 9 k Do lado N é montanhosa e escarpada, avistando-se a mais de 70 k. e tendo erguida um pouco para o interior uma fileira de tres pequenos outeiros, o mais alto dos quaes, o pico Martins, está no centro, a 407 m. acima do nivel do mar. Nos montes encontram-se algumas pyrites de ferro. O solo é na sua maior parte salitroso, não abunda em aguas potaveis, tendo os habitantes mais abastados de importar a que bebem, e vendo-se obrigados todos os outros a fazer uso da agua salobra, o que lhes produz doenças eruptivas e o escorbuto, que por vezes se tem desenvolvido com tal intensidade, que ainda em 1856 deixou a população muito reduzida, não obstante crear-se um hospital para tratamento dos doentes. O clima é quente, secco e salubre, considerado mais saudavel do que a da ilha de S. Nicolau, e dizendo so mesmo que é superior ao da Boa Vista. Cacimba todo o anno, e pouca chuva. A temperatura é de 25,°7 centigrados. Tem varios fundeadouros, mas em geral pouco seguros. O melhor de todos é a bahia da Mordeira, a O o a meio da ilha, excellente e abrigado dos ventos geraes, mas pouco procurado por não haver ali povoação alguma. Os outros portos mais frequentados são o de Santa Maria ou Portinho da Salina, a SO, muito frequentado por haver ali a povoação de Santa Maria e marinhas artificiaes, e por ser o local onde vão dar as vias ferreas que servem para a conducção do sal; o da Palmeira; e a furna de Pedra de Lume, na costa NE, muito seguro e o melhor para fundear quando sopram os ventos do quadrante do S, e outr'ora muito procurado para a exportação do sal que era levado para ali desde as caldeiras naturaes, a 5 k. de distancia As ribeiras principaes são a Beirona, a Madama e a Fontona. Os cabos ou pontas principaes que a ilha projecta ao mar são: a ponta do Corno ao N; a de Manuel Lopes, a da Palmeira, o ilhéo da Cabeça do Leão e a das Tartarugas a O; a da Salina ou do Sul ao S, a da Fragata a SE, a da Pedra de Lume e do Pico Martins a NE e a da Serra Negra a E. Pelas condições naturaes do terreno e pela falta d'agua, esta ilha é muito pobre no quo respeita á agricultura, sendo os habitantes obrigados a importar os generos alimenticios de primeira necessidade. A extensão das terras cultivadas não é superior a 3:700 hectares, applicados á cultura do milho, do feijão, etc. Tem, todavia, boas pastagens, e cria gado de varia especie A industria mais importante é a do sal, que deu o nome á ilha; é a fonte de quasi todos os seus rendimentos e constitue o ramo principal, ou, melhor dizendo, o unico do seu commercio. A producção regula por cerca de 9:000 moios e é do excellente qualidade, tendo augmentado muito a sua exportação em virtude dos melhoramentos que já ha bastantes annos fôram introduzidos no fabrico. As salinas principaes ficam perto da pov. de Santa Maria, e d'ellas partem linhas ferreas pelas quaes o sal é conduzido facilmonte em carros proprios do tracção animal, ou impellidos por meio do vélas quando sopra rijo o vento de NE, até ás pontes quo as casas exportadoras teem no porto de embarque. Além d'estas marcetas artificiaes, ha na ilha uma salina natural extremamente notavel, chamada da Pedra de Lume, na costa NE, formada na cavidade d'um monte que se diz ser a cratera d'um vulcão extincto. E' realmente curioso o modo como ali se fórma o sal a grande distancia do mar, n'uma caldeira que é uma obra admiravel da natureza. O terreno onde se encontra esta salina,

está a 45 m. d'altura acima do nivel do mar e a sua base fica a 13 de profundidade, coalhando-se n'ella em sal a agua das chuvas, temperada por um olho d'agua salgada que rebenta no centro da caldeira. A difficuldade da extracção do sal e da sua elevação até á parte superior das paredes da caldeira, e ainda da sua conducção aos portos de embarque, fizeram com que um proprietario abastado, o conselheiro Martins, que muito se interessou pela prosperidade da ilha, mandasse perfurar o monte de lado a lado, abrindo n'elle um tunnel, e praticando assim um caminho subterraneo mais curto e mais plano para a conducção do sal da cratera aos portos da ilha Depois, em 1837, construiu-se um caminho de ferro que foi talvez o primeiro que houve em terras de Portugal. Vencidas, porém, tantas difficuldades, a salina da Pedra de Lume foi mais tarde inteiramente abandonada por causa do estabelecimento das maretas a SO. proximo do principal ancoradouro. A ilha é extraordinariamente abundante em peixe de variadissima e excellente qualidade; quando chove, a proliferação do gado é espantosa, fornecendo magnifico leite e a mais gostosa carne. Apparece muito nos seus mares a baleia, cetaceo de colossaes dimensões, e a tartaruga, cuja carne e ovos são ali, como em toda a parte, muito apreciados A ilha do Sal constitue um conselho com uma só freg., N. S.ª das Dôres, cuja séde é na pov. de Santa Maria. Tem escolas para ambos os sexos, posto fiscal, est. post., etc. Estação de pesca da baleia. Parece que esta ilha foi descoberta em 1460 por Antonio de Nolle, que lhe deu o nome de *Lana*, ou *Llana*, por causa dos plainos d'areia que n'ella observou ao avistal-a pelo S. Este nome, que a apparencia da ilha pelo lado do N desmentia, foi trocado pelo actual logo que os primeiros exploradores acharam a salina natural de Pedra de Lume. Desde os fins do seculo XVII que a ilha serviu de residencia temporaria a pastores e a alguns escravos que mantinham ali os habitantes da Boa Vista para a fabricação do sal, trabalho este, porém, abandonado em 1705, devido á terrivel estiagem e fome que então flagellou todo o archipelago. Só mais tarde, em 1808, é que o conselheiro Manuel Antonio Martins iniciou, em fórma, a exploração regular das salinas da ilha, dispendendo centenas de contos de reis, e podendo dizer-se que só a partir de 1838 viu a ilha regularmente povoada, por isso que só n'essa epoca é que o mesmo conselheiro Martins forneceu á gente da Boa Vista casas, gado e sustento, abrindo á sua custa os poços para a regagem das salinas que lhe pertenciam por aforamento, terrenos esses onde cada um tinha direito de explorar o sal que pudesse, vendendo-lh'o a elle por um preço taxado nas condições do tratado originario, sanccionado pelo governo por decreto de 29 de novembro de 1839. As primeiras salinas exploradas no principio do seculo passado, fôram as da Pedra de Lume, situadas a E, e distantes 1 k. do porto do mesmo nome. Estas salinas, que são riquissimas e que constituem pela sua originalidade e pelo seu pittoresco, um dos locaes mais dignos de serem visitados em Cabo Verde, fôram abandonadas posteriormente por causa das más condições de segurança do porto, passando então a convergir toda a actividade para as de Santa Maria, onde primeiramente se fez o embarque de sal ás costas dos negros e onde mais tarde o conselheiro Martins fez construir pontes, assentar caminhos de ferro e construir caes, dando um desenvolvimento tal á industria do sal, que se chegou a exportar 11:000 a 12:000 moios (medida da provincia). Desde 1887, em virtude da lei proteccionista do Brazil, ponto para onde principalmente ia o sal, deixaram de apparecer navios a buscal-o, jazendo hoje esta, como as demais ilhas salineiras (Maio e Boa Vista), em grande decadencia.

Sal *(Roda do)*. V. *Roda do Sal* e *Setubal* (*Roda do Sal de*).

Sal-Rei. Porto ou bahia da ilha da Boa Vista, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situado na costa O e é muito espaçoso, medindo quasi 10 k. de abertura e 3 de concavidade, de bom fundo de areia e abrigado de todos os ventos, principalmente no ancoradouro, á sombra d'um ilhéu que lhe fica na bocca do lado do N. E' excellente em todas as estações, havendo apenas duas ou tres vezes por anno a arrebentação das maresias. Depois do Porto Grande do Mindello, na ilha de S. Vicente, é o melhor de todo o archipelago, e n'elle está estabelecida a pov. principal da ilha, Sal Rei. O porto tirou o nome d'uma salina situada a E da pov., cujo sal, de excellente qualidade, grangeou o titulo de rei. Um fortim denominado do Duque de Bragança, construido no ilheu da entrada, servia de defeza ao porto, que tambem é conhecido pelo nome de *Porto Inglez*. ‖ Pov. principal e séde do conc. da ilha da Boa Vista e da freg. de Santa Izabel, no referido archipelago e prov. Está situada na costa O, na margem da ampla bahia do seu nome, e foi n'outros tempos muito importante. Desenvolveu se e prosperou no curto espaço d'alguns annos, favorecida pela excellencia do seu porto, que é o segundo do archipelago, e pelo grande commercio de sal das suas marinhas. Pela sua importancia foi transferida para ella a capital da ilha, que era a villa de S. Roque do Rabil. O sal era de optima qualidade, mas as areias invadiram mais tarde as salinas, prejudicando muitissimo a sua exploração, e, d'ahi a decadencia da pov., que ameaçava competir com a capital do archipelago. Depois, a diminuta exportação do sal para o norte do Brazil mais aggravou a situação não só d'esta ilha, como tambem das ilhas do Sal e do Maio. A fabricação do sal, da cal, da louça de barro ordinaria e do sabão de purgueira, são os principaes ramos da actividade da população.

Sala. Pov. do sobado de Senguene, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Sala. Proximo d'Alcacer do Sal, no anno de 1905, foi descoberto um deposito de construcção romana, caracterisada pela fórma e pelo revestimento de *opus signino*. Tem a capacidade precisa para conter 17:000 litros. Julga-se ter servido de reservatorio de vinho ou de azeite. A camara municipal de Alcacer do Sal, por diligencia do seu secretario, então o sr. Joaquim Correia Baptista, que muitos serviços tem prestado á organisação do museu archeologico d'aquella villa, tomou a seu cargo a conservação d'aquella antiquissima construcção.

Sala Quitata. Pov. do conc. e a 15 k. de Cambambe, na margem esquerda do rio Cuanza, Africa Occidental.

Sala do Sombe. Pov. da Africa Occidental, na margem direita do rio Congo.

Salaborda Nova, Salaborda Velha. Duas povoações na freg. de Santa Catharina, de Villa Facaia, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Salacia ou Salaria. Cidade antiquissima da Lusitania, situada nas margens do rio Sado, no local onde hoje exi te a villa d'Alcacer do Sal. V. *este nome.*

Salado *(Batalha do).* Nome com que ficou conhecida na historia uma das victorias mais brilhantes ganhas pelos christãos contra os musulmanos, na encarniçada e continua lucta em que por sete seculos estas duas raças rivaes andaram empenhadas na Peninsula. O emir de Marrocos Abul Hassan, promettendo aos seus a reconquista da Hespanha, juntou numerosas forças e atravessando o estreito de Gibraltar em 1340, pôz cerco a Tarifa que reduziu á ultima extremidade, o que obrigou D. Affonso XI, de Castella, a pedir aos reis do Portugal e de Aragão os soccorros a quo tinha direito pelos tratados recentemente concluidos, e não se contentando em appellar para a palavra do monarcha portuguez, appellou tambem para o coração. Foi por isso que enviou a D. Affonso IV, seu sogro, a sua propria esposa a rainha D. Maria a pedir-lhe que o auxiliasse de promto, e a bondosa senhora, apezar dos aggravos que tinha do marido, veiu a Portugal da melhor vontade. O primeiro soccorro que D. Affonso IV enviou a seu genro, foi uma esquadra commandada pelo almirante Pezagno, indo logo em seguida, elle proprio com seu filho D. Pedro, mais tarde D. Pedro I, á frente d'um brilhante exercito, reunir se em Sevilha ao rei de Castella. Os exercitos dos dois reis christãos formavam reunidos um corpo de 40:000 infantes o 18:000 cavallos, mas apezar d'essa força já bastante grande, os musulmanos tinham incoutestavelmente do seu lado a superioridade numerica. Os christãos sairam de Sevilha ao encontro dos inimigos, e nas margens do Salado se travou no dia 30 d'outubro do citado anno de 1340, essa peleja gigantesca, em que mais uma vez se ia decidir a sorte da Hespanha. Pela disposição dos exercitos competia ao rei de Castella combater frente a frente o exercito africano, commandado pelo seu rei Abul-Hassan; o exercito granadino, conduzido á batalha pelo seu proprio soberano, o intrepido Yusef-Abul-Hagiag, tinha por adversario o rei de Portugal e a sua brilhante phalange. Rompeu o combate a cavallaria castelhana, que atravessou o Salado para ir sobre o inimigo; do lado dos moiros sairam a toda a brida a encontral-a os zenetas e os gomares, que eram a flôr da cavallaria musulmana. Travou se combate sanguinolento e feroz, mas os castelhanos forçaram a passagem;seguiu os logo D.Affonso XI com o corpo principal do seu exercito, a turba mauritana abalou se tambem á voz d'Abul-Hassan, e a batalha achou-se travada em toda a extensão da linha. A peleja não foi muito prolongada, mas não foi tambem tão pouco renhida, que o rei do Castella, na tomada d'uma collina que dominava o campo da batalha, não corresse perigo de vida, tendo-se lançado com o valor pessoal que o distinguia, onde mais acceso estava o perigo. Os seus nobres conseguiram salval o, e formaram em torno d'elle uma barreira compacta; ao mesmo tempo algumas cabildas alárabes, carregadas pela cavallaria christã, não puderam resistir ao impeto d'aquelles pesados cavalleiros cobertos de ferro, e debandando lançaram a desordem no exercito. Quando a hoste musulmana já vacillava, ouviram se de repente na sua rectaguarda grandes gritos e um rumor e estrepito de combate. Era a guarnição de Tarifa que saía dos seus muros e que, assaltando o arraial d'Abul Hassan, caía depois sobre a rectaguarda dos africanos e assegurava assim a victoria de D.Affonso XI. D'esse momento em deante não houve senão confusão nas fileiras africanas. A derrota foi completa. Do lado onde combatiam as forças portuguezas tinha sido a peleja mais séria, porque os adversarios de D. Affonso IV eram tambem mais difficeis de vencer. Em valor não havia decerto differença entre os granadinos e os africanos; os soldados do andaluz e doAl-maghreb eram egualmente intrepidos; tinham-n'o demonstrado frequentes vezes combatendo lado a lado ou frente a frente, mas na disciplina não succedia o mesmo. A força principal do Abul Hassan compunham n'a aquellas tribus de berebcres, e cabildas de aláhares, temiveis no investir, mas promptos no fugir, impetuosas mas desordenadas, tendo emfim todas as vantagens e todos os inconvenientes do que hoje se chamaria cavallaria irregular. Os granadinos eram hostes disciplinadas e costumadas a batalhas campaes. Depois os moiros d'Africa pelejavam pela ambição da conquista, os granadinos combatiam tambem pela defeza da sua patria; aquelles, perdendo a batalha, atravessavam nas suas galés o estreito de Gibraltar, e refugiavam-se na terra natal, onde não tinham a temer a perseguição do inimigo; os granadinos no mesmo caso, viam a sua fronteira aberta, e ficavam sériamente ameaçados pela conquista christã; Abul Hassan, vencido, não perdia o throno, Yusef Abul-Hagiag podia deixar ficar perdida a sua corôa de Granada nas margens do Wadacelito. Por isso era de esperar que os granadinos offerecessem, como offereceram, uma resistencia mais denodada; mas o valor portuguez venceu todos os obstaculos. Conseguindo afinal romper a linha que se lhe apresentava como um muro de ferro, D. Affonso IV, á frente dos seus valentes cavalleiros, introduziu a desordem nas fileiras granadinas, desordem que logo passou a ser derrota. Quasi ao mesmo tempo D. Affonso XI punha em debandada as tropas d'Abul Hassan; os fugitivos africanos e os fugitivos granadinos confundiram-se no desastre, e os dois reis christãos que lhe iam no alcance, encontraram se ainda frementos de ardor do combate e do triumpho, no campo da victoria. Nunca a houvera tão completa. O acampamento dos reis de Fez e de Granada com todas as riquezas quo continha, caiu no poder dos christãos. Foi immensa a mortandade dos moiros, e tal o terror que se apoderou dos fugitivos, que Abul Hassan n'esse mesmo dia se refugiou em Gibraltar, e de Gibraltar passou a Ceuta, e Yusef-Abul Hagiag, receando que os caminhos de terra já estivessem tomados, preferiu retirar-se por mar, metteu se nas suas galés e foi desembarcar em territorio do Granada. As perdas dos vencidos fôram enormes; os mesmos historiadores o confessaram. O acampamento moiro caiu, como dissémos, em poder dos christãos, e foi tal a somma de riquezas ali encontradas, que, segundo diz a *Chronica del rey Affonso XI*, o preço do ouro e da prata baixou em Pamplona, Valença, Barcelona, Lisboa e em outras cidades, e até mesmo em Paris, tal foi a quantidade

d'esses metaes que se arrojou á circulação na Hespanha e mesmo no estrangeiro. Deve-se mencionar um acto de nobre desinteresse e de estremada delicadeza do rei de Portugal. D. Affonso XI mandou que todos os ricos despojos do acampamento que constituiam o quinhão real e todos os prisioneiros fôssem levados para o castello de Tarifa, e ali disse cortezmente ao seu alliado que cortasse para si como entendesse a parte que lhe pertencia; D. Affonso recusou obstinadamente acceitar; mas como o rei de Castella insistiu com egual obstinação, o rei de Portugal guardou, em lembrança de tão memoravel victoria, uma cimitarra ornada de pedrarias, a trombeta do rei de Granada, e escolheu dos prisioneiros apenas um sobrinho d'Abul-Hassan, chamado Abohamo, e as 5 bandeiras que tinha ganho pela sua propria mão, acção generosa que foi egualmente applaudida pelos seus e pelos estranhos,e que a historia cita com louvor. D. Affonso XI, confundido pelo procedimento do seu sogro de quem esperava apenas algum soccorro, e de quem recebera tão amplo e generoso auxilio que nem mesmo recompensa queria, esforçou-se por lhe mostrar o seu reconhecimento pelas subidas honras que lhe prestou. Como o soberano portuguez, livre Castella já completamente do perigo que a ameaçara, communicou ao seu alliado a tenção de regressar a Portugal,D.Affonso XI veiu acompanhal-o pessoalmente até Cazalla de la Sierra, voltando depois a aproveitar a victoria, sitiando e tomando algumas praças granadinas. Em Evora houve grandes festas, quando ali entraram D. Affonso IV e seu filho D. Pedro, acompanhados dos principaes guerreiros, que tanto se haviam distinguido na batalha, e dos terços eborenses. Mais d'um mez duraram as solemnidades religiosas em acção de graças, as justas, jogos de cannas, touradas, cavalhadas, e mais demonstrações do tempo. D. Affonso IV mandou na egreja da Sé inscrever, em letras gothicas, n'uma grande lapide de marmore, que ficou embutida no pedestal, que separa a capella-mór da do Santissimo, uma extensa inscripção commemorativa da batalha do Salado, que já se encontra transcripta no *Portugal*, vol. III, a pag. 214.

Salaio Antigo imposto indirecto, que recaía sobre o pão cozido. Por carta regia de 10 de abril de 1385, em recompensa dos relevantes serviços prestados pelos habitantes de Lisboa em defeza da patria contra Castella, fôram concedidas a esta cidade algumas mercês, doações e privilegios, como a abolição dos direitos de *relego*, *jugadas* de pão e vinho, *salaio*, *anadaria*, *açougagem*, *mealharia*, etc. (V. *estes nomes*), pelos vexames que por elles soffria o povo.

Salala Pov. do sobado do Rio Bidise, no conc de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Salalla. Pov. do sobado de Zambá, na 9.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Salama. Pov. do sobado de Jalama, no caminho do Zombo, conc. de S Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Salamansa. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, no conc. e ilha de S. Vicente, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Salamonde. Pov. na freg. de S. Martinho, de Friastellas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Freg. do conc. de Vieira. V. *Sallamonde*.

Salaniana. Antiga cidade da Lusitania. Ficava a pouco mais de 5 legoas ao NE de Braga, sobre uma das 5 vias militares, romanas, que d'esta cidade ia a Astorga. Segundo o *Itinerario de Antonino*, unico escriptor que a cita, d'esta cidade a Braga eram mais de 21:000 passos, e estava na 3.ª via militar *(Geira)*.

Salanly. Pov. do conc. de Sanguem, Novas-Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Fica nas fronteiras de Chandrovaddy e de Astragar.

Salão. Freg. do conc., com. e distr. da Horta, bisp d'Angra do Heroismo, ilha do Fayal, Açôres; orago N. S.ª do Soccorro; 250 fog. e 1:089 hab. Está situada em terreno plano, á beira-mar, a SE de Cedros, a 14 k. da séde do conc. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. || Ponta situada na costa N da ilha do Fayal, Açôres.

Salauly. Povoação do torofo d'este nome, no concelho de Sanguém, districto de Gôa, na India.

Salaveça. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Montalvão, conc. de Niza, distr de Portalegre.

Salazar. Familia nobre de Hespanha, que passou a Portugal no tempo de D. João III. As suas armas são: Em campo vermelho treze estrellas de ouro em tres palas; timbre, um braço de gigante nú com um punhal de prata e os copos de ouro.

Salazar *(Francisco Emilio)*. Actor muito festejado nas plateias dos theatros de Lisboa e do Porto. N. em Coimbra a 27 de janeiro de 1843, fal. em Lisboa em 3 de dezembro de 1893. Era filho de Joaquim José Freire de Andrade Salazar, major do exercito realista, e de sua mulher D. Maria Theodora da Conceição Salazar. Esteve n'aquella cidade até aos 3 annos, vindo depois com a familia para Lisboa. A morte de seu pae, em 1853, lhe não permittiu seguir a vida militar, como o velho official desejava, ficando na orphandade aos 10 annos, entregue unicamente aos cuidados de sua mãe. Foi então aprender o officio de polidor, que concluiu e de que fez uso por algum tempo. Desde creança que sentia decidida vocação para a arte dramatica. e começou a frequentar os theatros, com especialidade o da Rua dos Condes, e muito novo ainda representou pela primeira vez, fazendo um pequeno papel na comedia *Por causa d'um algarismo*, e recitando a poesia *O Assassino*. Entrou em seguida para a sociedade d'amadores *Regosijo thaliense*, entrando com ella em duas recitas na Rua dos Condes, com o drama *A pobre das ruinas*, em que obteve um successo. A empresa d'este theatro logo lhe propoz para fazer parte da companhia, e Salazar apresentou-se pouco depois, estreando-se no drama maritimo *A Salamandra*. Entrou então nas seguintes peças: *Martyres da Polonia*, *Estrella do Norte*, em que agradou extraordinariamente; *Naufragio nas costas da Bretanha*, *Ferro velho*, etc. Salazar era sempre muito applaudido, sendo já considerado actor consumado. Foi depois para as Variedades, entrando na *Revista do anno*, tomando parte em seguida nas peças *S. Jorge*, drama sacro; *Roberto Macario*, *Nova Castro*, etc. Saindo das Variedades, tomou parte na companhia Apolinario de Azevedo, e re-

presentou no theatro de D. Luiz, de Coimbra, onde se conservou dois annos, indo tambem com a companhia a Braga, Porto, Vianna do Castello e Guimarães, recebendo sempre applausos, nas peças *O Anjo da Meia Noite*, *Supplicio d'um pae*, *Judeu errante*, *Loteria do diabo*, etc. Voltando d'aquella excursão, esteve dois mezes em Setubal, na companhia de José Romano, vindo depois para o *Principe Real*, de Lisboa, onde fez a *Conversão de S. Paulo*, drama sacro. No anno seguinte escripturou-se n'este theatro, empresa Pinto Bastos, entrando em differentes peças, evidenciando-se nos dramas *Mil Trovões*, *Corsario Negro*, etc. Foi depois para as Variedades, d'onde passou ao Porto, debutando no theatro da Trindade, no drama *Pastora d'Ivry*, entrando em grande parte do reportorio. Durante esta epoca tomou parte n'uma recita no theatro Academico, obtendo uma clamorosa ovação. Emquanto esteve no Porto o publico dispensou lhe sempre as maiores provas d'apreço, os seus beneficios eram festas enthusiasticas e concorridissimas, sendo tambem muito festejado pela imprensa. Tendo casado com a actriz Carlota Veloso, fez parte da companhia do Principe Real, e depois na da Trindade, onde elle e a mulher eram considerados os primeiros artistas. Em 1873 escripturou se na Rua dos Condes, empresa Torres, representando ali com geral agrado *Johnny o Marinheiro*, *Revista do anno*, *O Filho das ondas*, *Supplicio d'um pae*, etc. No anno seguinte esteve nas Variedades, onde representou com Furtado Coelho e Lucinda Simões, entrando na *Dalila*, *Estatua de carne*, *A vida d'um rapaz pobre*, e outras peças. Em 1875 acompanhou Antonio Pedro ao Brazil, representando no Rio de Janeiro, Santos, S. Paulo e Campinas. No Rio de Janeiro teve grande ovação no *Pedro Ruivo*. Os jornaes brazileiros falavam d'elle com o maior elogio, relatando o alto merecimento dos seus trabalhos. Regressando a Portugal, em 1876, escripturou se no Gymnasio, na empresa Santos & C.ª. Em 1877, passou com esta empresa para a Rua dos Condes, entrando na maior parte do reportorio, evidenciando-se principalmente no *Correio de Lyão*, *Judeu errante*, *Ladrões de Lisboa*, etc. Depois de estar muito tempo em Lisboa, voltou para o Porto, escripturado no Baquet, na empresa Pery & C.ª. Tambem esteve na Rua dos Condes, na empresa Pinto & Santos, e depois na empresa Salvador Marques, distinguindo-se, entre outras peças, nos *Miseraveis* e no *Carcunda*. No theatro d'Avenida agradou muitissimo no *Miguel Strogoff*. Esteve tambem algum tempo no theatro do Rato, como ensaiador. Nas duas ultimas epocas, antes de fallecer, trabalhou no theatro do Principe Real, sendo a sua ultima creação, ua peça *Cambaia & C.ª* Em 1892, apezar de já estar muito doente, ainda acompanhou os seus collegas d'aquelle theatro ao Rio de Janeiro, mas no seu regresso a Lisboa, peorou, e poucos dias viveu.

Salazar. Pov. da freg. do Salvador, de Ramalde, 2.º bairro do Porto. Pertencia á freg. de Mattosinhos, d'onde foi desannexada por decreto de 21 de novembro de 1895.

Saldanha. Appellido nobre em Portugal, vindo de Hespanha, tomado da villa de Saldanha, no reino de Leão. Procede D. Sancho Dias de Saldanha, senhor da dita villa, que em 870 fez ali o seu solar. O appellido passou a Portugal na pessoa de Diogo Lopes de Saldanha, no reinado de D. Affonso V, com o emprego de secretario da rainha D. Joanna, a *Excellente Senhora*, segunda mulher do referido monarcha, e seu mordomo-mór. Foi depois embaixador a Roma. Era casado com D. Maria Rodrigues Bovadilla, filha de Toribio Rodrigues Bovadilla, senhor de Guadalajara, que o acompanhou de Castella para Portugal. As armas dos Saldanhas são: Em campo de púrpura, uma torre de prata, coberta com uma cúpola azul, e com portas e frestas da mesma côr, lavradas de negro, com uma cruz de ouro no remate; timbre a mesma torre. Os Saldanhas d'Albuquerques trazem por armas: Escudo de púrpura com tres coticas de ouro, em faxa, e por timbre um leão de púrpura, lampassado de ouro.

Saldanha (*Antonio de*). Capitão, cujo nome figura na historia do nosso dominio no Oriente. Saiu de Lisboa em 1503, com uma esquadra de tres navios, que levava por commandantes, além de Antonio de Saldanha, Ruy Lourenço Ravasco e Diogo Fernandes Piteira de Setubal. A esquadra tinha a missão de ir cruzar no estreito do mar Roxo, esperando as naus de Meca. A tempestade dispersou os navios, que seguiram destino diverso, e Saldanha, julgando ter salvado já o Cabo da Boa Esperança, foi aportar a uma enseada, que fica ainda muito antes de lá chegar. Esta enseada, pelo motivo do capitão ali fazer aguada, tomou o nome de *Aguada de Saldanha*. Regressando depois ao reino em companhia de Lopo Soares d'Albergaria, embarcou para a India em 1505, com o cargo de capitão de Sofala, sendo o capitão mór da armada encarregada de costear no mar Roxo, dando-o em Moçambique em 1509. Antonio de Saldanha foi um dos capitães que ajudaram Affonso d'Albuquerque a ganhar a fortaleza de Benestarim. Regressou depois a Portugal como capitão-mór das naus da carreira em 1521. Esteve na tomada de Mansora com D. Antonio de Noronha, e foi um general da armada que D. João III mandou em auxilio de Carlos V para a expedição de Tunis. Antonio de Saldanha era casado com D. Joanna de Mendonça, filha de Ayres de Sousa, commendador de Alcaçova e de Rio Maior. Fal. em 6 de fevereiro de 1553.

Saldanha (*Antonio de*). Alcaide mór de Villa Real. Era filho de João de Saldanha, general da armada da costa. Serviu na India em 1633, e foi um dos acclamadores de 1640. Depois da revolução de 1 de dezembro, foi general da armada que partiu para restaurar a ilha Terceira, e por ultimo governador da Torre de Belem.

Saldanha (*D. Antonio de*). Prelado do seculo XVII, que fal. em Lisboa a 23 de julho de 1711. Era filho de João do Saldanha. Estudou no collegio de S. Paulo, de Coimbra; foi conego da sé de Lisboa, deputado da inquisição d'esta cidade, e deputado do tribunal da cruzada. Em 1692 D. Pedro II o nomeou bispo de Portalegre, sendo a nomeação confirmada pelo papa Innocencio XII, e tomou posse a 24 de janeiro de 1694, sendo transferido em 1705 para a diocese da Guarda.

Saldanha (*P. Antonio de*). Jesuita, missionario no Oriente. N. em Mazagão nos fins do seculo XVI. Era filho d'um portuguez e d'uma senhora italiana. Começando por seguir a carreira das armas, passou á India, e os jesuitas, que lhe reconheceram grande talento, o induziram a abraçar o seu instituto, em 1615, realisando a sua profissão em Gôa. Applicou-se primeiro ao estudo da

philosophia, mas uma doença grave que o pôz em perigo de perder a vista, o obrigou a deixar esse estudo. Ordenado de sacerdote, foi mandado pelos superiores para as missões de Salsete, e por esse motivo aprendeu a lingua concanica, com tanta perfeição que a falava com a maior agilidade. Andou missionando durante 40 annos, fallecendo no collegio de Rachol em 16 de dezembro de 1663. Escreveu na lingua concanica o *Tratado dos milagres, que pelos merecimentos do glorioso Santo Antonio, assim em vida do Santo como depois da sua morte, foi Nosso Senhor servido obrar: com a vida do mesmo santo, traduzidos e compostos na lingua da terra corrente, para serem de todos mais facilmente entendidos;* sem logar de impressão, mas sabe-se que foi impresso em Rachol, 1655. Escreveu mais: *Rosas e boninas deleitosas do ameno rosal de Maria, e o seu rosario, traduzido e composto com proveitos moraes para bem das almas*, Rachol, sem anno de impressão; *Fructo da arvore da vida a nossas almas e corpos salutifero, com varios moraes para proveito das almas*, etc, Rachol, tambem sem anno de impressão. Deixou alguns manuscriptos, em que se encontrava um *Vocabulario da lingua concanica.*

Saldanha (*D. Antonio do Santissimo Sacramento Thomaz d'Almeida e Silva).* Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em Palma de Cima, proximo de Lisboa, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de D. Fernando Antonio d'Almeida. Foi doutorado em 30 de maio de 1852.

Saldanha (*Ayres de).* Governador da India e seu 17.° vice-rei. Nasceu em Santarem em 1542, fal. em 1605. Era filho de Antonio de Saldanha e de D. Joanna de Mendonça. Contava apenas 16 annos quando embarcou para a India em 1558 com o vice-rei D. Constantino de Bragança, que acompanhou a Jafanapatão, distinguindo se logo, apezar da sua extrema mocidade, n'essa expedição guerreira Doze annos esteve na India, militando e adquirindo a experiencia das guerras orientaes, até que em 1570 voltou á Europa, onde casou com D. Joanna de Albuquerque, voltando para o Oriente em 1576, com Ruy Lourenço de Tavora, que ia como vice rei, o qual morreu no caminho. Levava a nomeação de capitão-mór do mar da India, e o que é curioso, é que ia designado nas vias de successão que levava comsigo Ruy Lourenço de Tavora para lhe succeder no governo da India, se este fallecesse, mas como Ruy Lourenço de Tavora morreu no caminho, fôram as vias de successão que já estavam em Gôa as que se abriram, e foi assim que D. Diogo de Menesces recebeu o governo da India em logar de Ayres de Saldanha. Este ficou com a capitania de Malaca; soccorreu as Molucas e Ternate, e fez construir á sua custa a fortaleza de Tidor. Voltando a Portugal foi nomeado governador de Tanger, cargo que exerceu durante 9 annos. Por carta regia de 21 de fevereiro de 1600 foi nomeado vice rei da India, por influencia do marquez de Castello Rodrigo D. Christovão de Moura, parente de sua mulher, D. Joanna d'Albuquerque. Saiu de Lisboa a 4 d'abril d'esse anno, chegou a Cochim em novembro, e logo passou uma provisão datada de 26 d'este mez, para o seu antecessor entregar o governo ao arcebispo D. Aleixo de Menezes, que ficaria encarregado de dirigir os negocios do estado, emquanto elle não chegasse a Gôa, o que se realisou a 25 dezembro seguinte. O arcebispo entregou-lhe logo o governo, e Ayres de Saldanha fez em seguida a sua entrada solemne na cidade. O novo vice-rei encontrou os cofres do estado individados, e apezar de procurar sómente acudir ao mais urgente, teve de luctar com immensas difficuldades Um dos maiores feitos do seu tempo foi a victoria alcançada em 1603 pelo bravo André Furtado de Mendonça contra os hollandezes em Amboino, que os expulsou das Molucas. A 19 de maio de 1605 chegou á barra de Gôa o seu successor, ao qual deu a posse, e embarcou para Portugal, porém, nas alturas da ilha Terceira falleceu, e ficou sepultado na sé de Angra, sendo mais tarde trasladado para Santarem.

Saldanha (*Ayres*). Um dos fidalgos que acclamaram el-rei D. João IV em Lisboa. Era filho de Antonio de Saldanha, um dos bravos que depois da batalha d'Alcacer Kibir, ficaram captivos em Tanger, estando 14 annos depois em Marrocos; neto do antecedente. Serviu no Alemtejo em 1641, em que soccorreu Campo Maior com 6 companhias do seu terço, e ficou governando e tratando da fortificação da mesma praça. D'ali mandou uma partida a correr os campos del Villar de Rey. Ainda n'esse anno esteve na empresa de Valverde, onde, subindo a uma trincheira, lhe caiu uma pedra sobre a cabeça, com que perdeu os sentidos. Pouco tempo depois derrotou os castelhanos em Villar del Rey, e no principio da campanha de 1642 foi armar á guarnição d'Albuquerque, desbaratando os que acudiram ao rebate. Foi morto na batalha de Montijo em 1644, na qual pelejou *largo espaço com valor insigne e acções dignas de eterna memoria*, escreve o conde da Ericeira no seu *Portugal restaurado.* Era casado com D. Izabel da Silva, filha de Luiz de Saldanha. Era tambem conhecido pelo nome de *Ayres Saldanha d'Albuquerque.*

Saldanha *(Ayres de)* Camarista do infante D. Antonio, filho de D. Pedro II, e irmão de D. João V. Esteve nas festas de 1729 celebradas em Elvas pelo casamento do principe D. José, depois D. José I. Este fidalgo era talvez o mesmo que os nobiliarios dizem ser neto do que succumbiu em Montijo; e sendo assim, era filho de João de Saldanha d'Albuquerque, teve o posto de coronel na guerra da Liga, foi governador do Rio de Janeiro em 1723, e casado com uma filha do conde de Santa Cruz, D. Maria Leonor de Moscoso.

Saldanha (*Fernão de).* Governador e capitão general da ilha da Madeira, onde falleceu em 10 d'agosto de 1626. Era filho de João Saldanha, capitão do seculo XVI, que serviu em Tanger.

Saldanha *(D. Francisco de).* Patriarcha de Lisboa. N. n'esta cidade a 20 de maio de 1723, onde tambem fal. a 1 de novembro de 1776. Era descendente dos senhores de Assequins e condes da Ponte. Foi porcionista do collegio de Coimbra. D. João V o nomeou prelado da egreja patriarchal, de que tomou posse a 15 de janeiro de 1743, passando a principal em 23 de agosto de 1755, e no anno seguinte foi elevado a cardeal pelo papa Benedicto XIV. Em abril de 1758 o mesmo pontifice o nomeou visitador e reformador geral apostolico da Companhia de Jesus em Portugal. El-rei D. José o propoz para patriarcha de Lisboa, sendo eleito a 25 de julho de 1758, tomando posse a 12 de julho de 1759, e sagrado com grande solemnidade na sua capella na Junqueira em 5

d'agosto seguinte. Foi conselheiro de Estado d'el-rei D. José, que lhe consagrava grande affeição.

Saldanha (*Gonçalo Mendes de*). Musico compositor, que floresceu na primeira metade do seculo XVII. Era natural de Lisboa, nasceu nos fins do seculo XVI, e ainda vivia em 1625. Foi discipulo do notavel professor Duarte Lobo. O catalogo da livraria D. João IV menciona d'este compositor cêrca de 50 villancicos, além de diversos motetes e psalmos. Diz Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, que na bibliotheca do duque de Lafões havia tambem do mesmo autor uma collecção de *tonos* a 4 vozes.

Saldanha (*João de*). Capitão que viveu no seculo XVI. Serviu em Tanger, esteve muitos annos na India, e assistiu ao cêrco de Goleta. Foi general da armada da costa e duas vezes capitão-mór das naus da India. Voltando do Oriente, morreu em naufragio.

Saldanha (*João de*). General, que viveu no seculo XVII Serviu nas guerras d'Africa, e depois na da Restauração, distinguindo-se na batalha de Montijo e em outras occasiões. Foi tenente general da cavallaria da provincia da Beira, e por ultimo governador das armas de Setubal e deputado da Junta dos Tres Estados.

Saldanha (*João Carlos Gregorio Domingos Vicente Francisco de Saldanha Oliveira e Daun, 1.º conde, 1.º marquez e 1.º duque de*). Marechal general do exercito, par do reino, conselheiro d'estado effectivo, presidente do conselho de ministros, ministro da guerra e ministro plenipotenciario em Londres, mordomo-mór da Casa Real, vogal do supremo conselho de justiça militar, etc N. em Lisboa a 17 de novembro de 1790, fal. em Londres e 20 de novembro de 1876. Era 9.º filho do 1.º conde do Rio Maior, João Vicente de Saldanha Oliveira e Sousa Juzarte Figueira, e da condessa sua mulher, D. Maria Amalia de Carvalho Daun, 3.ª filha dos 1.ºs marquezes de Pombal Matriculou-se na Academia Real de Marinha em 1805, fez um curso brilhante, tendo recebido distincção no 1.º anno lectivo, a sendo premiado no 2.º e 3.º A 28 do setembro de 1805 assentou praça no regimento de infantaria n.º 1, commandado então pelo marquez d'Alvito, foi reconhecido cadete, e a 24 de junho de 1806 promovido a capitão, em virtude do decreto de 8 de janeiro d'esse mesmo anno, pelo qual se determinava que os filhos militares dos conselheiros de Estado recebessem como 1.º posto o de capitão. Não tinha o agraciado ainda 16 annos completos. A 17 de agosto de 1807 era promovido de capitão addido a capitão effectivo. Quando a familia real se retirou para o Brazil em novembro d'esse anno e o general Junot entrou em Portugal á frente das suas tropas, o joven capitão Saldanha pediu a sua demissão, que a regencia do reino lhe concedeu por decreto de 25 de janeiro de 1808 Em 5 do mez de fevereiro seguinte alistou se intrepidamente n'um grupo de conspiradores que premeditavam arrancar a patria ao dominio estrangeiro. Foi na 13.ª sessão dos conjurados que o capitão Saldanha se apresentou para collaborar na restauração da patria, mas apenas se soltou o brado da independencia, e um punhado de tropas portuguezas se foi juntar ao pequeno exercito inglez que desembarcára na bahia de Lavos, Saldanha correu logo a juntar se aos soldados que se agrupavam em torno do general Bernardim Freire de Andrade, e reintegrado no seu posto por decreto do 13 de setembro de 1808, voltou a commandar a 8.ª companhia do regimento de infantaria n.º 1. Começou então a brilhante carreira militar de Saldanha. Contava sómente 18 annos, e já conquistára o prestigio que sempre depois exerceu entre os soldados, tanto que foi escolhido pelo coronel para fazer entrar na ordem uma companhia insubordinada. Nomeado ajudante de campo do general Miranda Henriques, que estava em Thomar, estudou com afinco a tactica ingleza mandada adoptar por Beresford, e mostrando-se apto para commandar por essa tactica um regimento na presença do general, este promoveu-o a major por distincção a 9 de dezembro de 1809, continuando a servir em infantaria n.º 1. Em 1810 distinguiu se notavelmente na batalha do Bussaco, improvisando uma columna com duas companhias de infantaria n.º 1 e n.º 16, e repellindo intrepidamente os francezes. Na batalha de Salamanca em 22 de julho de 1812, tornou se tão saliente que foi promovido a tenente-coronel em setembro d'esse anno, sendo por elle preteridos 23 majores, alguns d'elles inglezes, o que prova a consideração em que era tido por Beresford e Wellington.Com o seu regimento, que fazia parte da brigada Park, entrou Saldanha no combate de Carrion a 25 de setembro de 1812, na defeza da passagem de Tormes de 8 a 14 do novembro, no combate de Muñoz a 27, na batalha de Vitoria a 21 de junho de 1813, na tomada da aldeia de Viasayn a 24, na tomada de Tolosa, em Hespanha, a 25, e nos assaltos á praça de S. Sebastião nos dias 25 de julho e 31 de agosto. Depois das batalhas dos Pyreneus, em que Saldanha tomou parte, o exercito anglo portuguez entrou em França, e na batalha de Nive, a 13 de dezembro de 1813, estreou-se Saldanha no commando do seu regimento. De tal fórma se conduziu que Beresford o achou digno de lhe dar interinamente o commando d'uma brigada, composta dos regimentos n.º 12 e 24 e do batalhão de caçadores n.º 5. Tendo, porém, adoecido o general Hill, commandante d'outra brigada, foi ella tambem entregue ao joven tenente-coronel Saldanha, que assim, aos 23 annos de edade, era commandante d'uma divisão que formou a esquerda do corpo do exercito que cercou Bayona. Foi esta a admiravel estreia de Saldanha, e os seus talentos e a sua bravura fôram tão apreciados em Inglaterra, que, tendo recebido os commandantes dos regimentos que entraram na batalha de Nive, uma medalha commemorativa da victoria, a medalha que veiu para Saldanha era especial. Voltando com pouco mais de 23 annos ao paiz, João Carlos de Saldanha entrava na casa paterna com o posto de tenente coronel, com as medalhas de ouro das 6 campanhas, as medalhas inglezas do Bussaco, de S. Sebastião e de Nive, as medalhas hespanholas de Vitoria, S. Sebastião, Nive e Tolosa. Em boa conta o tinha o marechal Beresford, que foi o regimento que elle commandou, o primeiro escolhido para embarcar para a Belgica, quando lord Wellington pediu 20:000 homens a Portugal para tomarem parte na campanha terminada em Waterloo. O governo portuguez não quiz mandar os 20.000 homens reclamados, e a campanha foi rapida, e por isso o 13 de infantaria não chegou a embarcar. Entretanto Saldanha casava a 5 de outubro de 1814

com uma senhora irlandeza, Maria Thereza Horan Fitz-Gerald, filha do general Thomaz Horan e de sua mulher Izabel Fitz-Gerald, a qual, ficando orphã de seus paes, fôra educada desde os 7 annos pela condessa de Rio Maior. Organisando se a divisão que devia partir para o Brazil para tomar parte na expedição de Montevideu, foi logo Saldanha escolhido para ser um dos officiaes da divisão. Promovido a coronel e collocado como addido ao estado maior, saiu de Lisboa a bordo do navio *Despique* a 27 de julho de 1815. Recebido pelo principe regente D. João com as maximas distincções, nomeado cavalleiro da ordem de Christo e commendador da Torre e Espada, Saldanha recebeu a 7 de junho de 1816 o commando do 1.º regimento de infantaria. Foi rapida e facil a campanha de Montevideu para esses veteranos da Guerra Peninsular, e de pouco valeram as victorias de Chafalote e da India Morta para os soldados que tinham batido em Vitoria as magnificas tropas do grande Napoleão. Comtudo, se essas primeiras victorias em campina rasa, pouca importancia tiveram, entrando os nossos facilmente na cidade de Montevideu, a campanha de guerrilhas que depois se abriu, e que durou 5 annos, campanha em que tinham vantagens enormes esses destemidos *gaúchos*, que formavam a força principal do exercito de Artigas, teve séria importancia, e n'ella conquistaram louros não menos apreciaveis do que os que tinham ganho na Guerra Peninsular os soldados portuguezes. Esteve até 1818 a primeira brigada de que fazia parte o regimento de que Saldanha era coronel, encarregado do serviço exterior da praça de Montevideu e teve por isso de repellir em numerosas sortidas os ataques do inimigo. Em 1818 foi Saldanha encarregado de ir commandar na divisão do general Curado a columna ligeira com o posto de brigadeiro. Saldanha já era general aos 27 annos. Foi essa uma das mais brilhantes campanhas da sua carreira militar, debaixo do ponto de vista do valor pessoal. Na sua frente tinha a mais terrivel cavallaria irregular, esses formidaveis *gaúchos* que vivem a cavallo, que realisam nas planicies americanas a fabula dos centauros. A sua columna compunha se principalmente de cavallaria, costumada a bater-se com os dragões e os *hussards* de Napoleão, mas pouco habituada á lucta contra esses guerrilheiros phantasticos que appareciam e desappareciam n'um momento, depois de terem vibrado os seus golpes mortaes. Nos combates de cavallaria repetidos que travou com o inimigo, teve sempre Saldanha a espada em punho, lavado em sangue, acutilado e ferido. Uma manhã deu 5 cargas á frente dos seus esquadrões. Uma noite, surprehendido por um destacamento de cavallaria de Lavalleja, tendo lhe morrido o cavallo, defendeu-se a pé com toda a energia, mas deveu a sua salvação a um intrepido sargento que lhe cedeu o cavallo, e que perdeu um braço decepado por uma cutilada que ia com destino ao joven brigadeiro. Saldanha adquiriu desde logo com o seu porte n'essa campanha uma reputação gloriosissima. Escolhido, apezar de ser o brigadeiro mais moderno, para commandar a divisão do general Curado, foi, quando terminou a guerra com a fuga de Artigas, nomeado capitão-general da provincia do Rio Grande do Sul, em 1821, em substituição do conde da Figueira. Saldanha partiu para o seu governo, onde começava já a agitar-se, assim como em todo o Brazil, o espirito da independencia; porém, chegando com a sua brigada, a tudo poz cobro rapidamente, e não só impediu a revolta de rebentar, mas de tal modo conciliou as sympathias de todos, que o proprio imperador D. Pedro lhe contou, muitos annos depois, que, ao visitar as provincias de Rio Grande do Sul, não ouvira senão o seu nome repetido sempre com louvor. Saldanha entregou-se dedicadamente ao seu governo, provando que era tão habil administrador como se mostrára já valente e habil official. Quando D

O marechal duque de Saldanha

Pedro foi proclamado imperador, vendo Saldanha, os portuguezes coagidos ou a adherir á proclamação d'essa nacionalidade ou a deixar o Brazil, não hesitou um momento, e pediu a sua demissão. Empregaram todos os esforços para que elle desistisse do seu proposito, mas Saldanha conservou-se firme na sua insistencia e foi então para o Rio de Janeiro acompanhado por uma escolta de cavallaria, que lhe tinham dado a pretexto de o guardar e honrar, mas que verdadeiramente o levava preso, porque os riograndenses, perdendo a esperança de o vêr abraçar a independencia do Brazil, tambem não queriam largar de mão tão perigoso adversario. Publicou por essa occasião no Rio de Janeiro uma *Carta do brigadeiro João Carlos de Saldanha dirigida aos membros do governo provisorio da provincia do Rio Grande do Sul, pedindo a demissão dos seus empregos e passaporte para se retirar para Lisboa;* no mesmo anno de 1822 publicou 2.ª edição com o titulo de *Representação que faz João Carlos de Saldanha*, etc. No Rio de Janeiro, D. Pedro mandou-o soltar, mas tentou retel-o no Brazil, com as mais brilhantes promessas; por fim, reconhecendo que tudo era inutil, deixou o partir para a Europa a bordo do brigue *Tres Corações*, a 4

de dezembro de 1822. O que o novo imperador lhe offerecia era o titulo de marquez, o posto de major general do exercito brazileiro, de que era commandante o proprio imperador, e a propriedade de vastissimos terrenos. Tudo rejeitou, e entrou em Lisboa apenas com 25$000 reis, e nem isso traria, se não tivesse deixado no Rio Grande a mulher que fôra ter com elle á America, e os filhos que tinham ali nascido, e que pouco depois vieram para Portugal. Entretanto acontecia a Saldanha um caso muito extranho. Bem recebido em Lisboa, era immediatamente nomeado para o commando d'uma expedição que ia embarcar para a Bahia, a fim de reduzir o Brazil á obediencia da metropole. Ordenava-se lhe, porém, que embarcasse immediatamente na fragata *Perola*, onde receberia as instrucções necessarias. Saldanha correu a declarar ao ministro da guerra, então Manuel Gonçalves de Miranda, ser-lhe impossivel partir assim, sem saber as forças que lhe confiavam e a missão de que o encarregavam, mostrando o estado em que se achava o Brazil, e a necessidade, se queriam operar seriamente contra elle, de empregar n'essa empresa forças importantes. Debalde se amiudaram as conferencias, e persistindo Saldanha na sua recusa, por que via que forçosamente ia macular a sua justa reputação com desastres inevitaveis, foi enviado preso para o castello de S. Jorge, e mandado responder a conselho de guerra. Revoltado com tão flagrante injustiça, Saldanha recorreu pela primeira vez á imprensa, e escreveu e publicou: *Exposição ingenua dos motivos que decidiram o brigadeiro João Carlos de Saldanha a não acceitar o commando da expedição á Bahia*, Lisboa, 1823. A prisão realisara se em fevereiro, mas chegou o mez de maio sem o conselho de guerra se ter reunido, nem havia já vontade que elle se reunisse. O ministerio quizera apenas dar uma prova de força, quizera salvar a sua existencia, posta em risco pela desgraçada questão do Brazil, mas não queria de modo algum que Saldanha repetisse no conselho o que dissera nas conferencias com o ministro. N'esse mez de maio, com o movimento da *Villafrancada*, Saldanha recuperou a liberdade. Reclamava o conselho de guerra, mas el-rei D. João VI declarou lhe que o dispensava de dar provas da sua innocencia, que era bem conhecida, e em seguida o nomeou commandante do exercito de observações que se formára no Alemtejo em virtude dos acontecimentos de Hespanha. Esse exercito ficou dissolvido, quando Hespanha socegou, e Saldanha foi nomeado a 8 d'abril de 1825 governador das armas do Porto. Um anno depois morreu D. João VI, succedendo lhe seu filho D Pedro, com o nome de D. Pedro IV, e o novo soberano enviou do Brazil, por lord Stuart, a Carta Constitucional, que foi recebida com enthusiasmo pelos liberaes. Era regente do reino a infanta D. Izabel Maria, que se havia rodeado d'um ministerio perfeitamente reaccionario, o qual procurava todos os pretextos para impedir a publicação e o juramento da Carta. Os liberaes começaram a impacientar-se, e o Porto agitou se e reclamou energicamente protestando contra a demora. Saldanha, como governador militar, escreveu á regente e ao governo, e como as respostas tardassem, mandou a Lisboa o coronel Rodrigo Pinto Pizarro, que não só repetiu as instancias do brigadeiro Saldanha para que fôsse jurada a Carta, mas que da parte do mesmo general convidou os commandantes dos corpos a dirigirem á regente um manifesto no mesmo sentido. Era uma intimação, e tão formal que a infanta cedeu, e a 12 de julho a Carta foi publicada na *Gazeta de Lisboa*, designando-se o dia 31 para o juramento. Apenas a noticia chegou ao Porto, Saldanha foi acclamado como um heroe. Houve grandes festas para celebrar o juramento da Carta, levantaram-se arcos triumphaes em diversas ruas, realisando-se enthusiasticas manifestações. O ministerio adverso á Carta pediu a demissão logo que viu, que a regente seguia um caminho diverso do que elle lhe indicára. Por decreto de 1 d'agosto formou-se novo ministerio, e a infanta mandou chamar Saldanha para lhe confiar a pasta da guerra. No Porto repetiram-se as manifestações ao governador das armas, quando no dia 3 elle partiu para Lisboa a tomar posse do seu novo cargo. Em 20 d'outubro rebentou no Algarve uma revolta militar miguelista, e Saldanha correu pessoalmente a subjugal-a, o que pouco tempo bastou, porque os revoltosos, sendo avisados, atravessaram o rio Guadiana para a frouteira cidade de Ayamonte, na Andaluzia. Saldanha regressou logo a Lisboa, deixando ao conde de Villa Flôr o commando das tropas liberaes, mas apenas chegou uma doença grave, que o teve ás portas da morte, o obrigou a afastar-se por algum tempo do serviço publico. Graves questões se iam entretanto levantando no paiz. A regente não estava perfeitamente affecta á causa liberal, ou pelo menos deixava se dominar pelos seus adversarios. O partido vencido em 31 de julho ia recuperando pouco a pouco o seu ascendente, e no ministerio composto primeiro de homens liberaes iam entrando elementos profundamente adversos á liberdade. Todas as medidas, todas as resoluções que se tomavam, tendiam a destruir a liberdade, a Carta não se cumpria senão d'um modo perfeitamente irrisorio. Quando Saldanha, depois de 5 mezes de trabalhosa doença, entrou restabelecido no conselho de ministros, encontrou tudo completamente differente do que tinha deixado. Immediatamente, não só na sua repartição seguiu um caminho diverso, mas imprimiu no caminhar de todo o ministerio uma direcção contraria á que se estava seguindo. Promulgou uma serie de medidas, entre as quaes se contavam a substituição do redactor da *Gazeta de Lisboa*, a demissão do regedor das justiças do Porto, do intendente da policia e do presidente da Relação de Lisboa, inimigos declarados das ideias novas. Aconselhada pelos elementos absolutistas, a infanta D. Izabel Maria recusou-se a assignar estes decretos, e Saldanha pediu immediatamente a sua demissão, que lhe foi concedida a 23 d'agosto de 1827. Era exactamente o que os partidarios do governo absoluto queriam. Esta demissão significava simplesmente que o ultimo sustentaculo da causa liberal no ministerio era sacrificado pela regente ás tendencias absolutistas do resto do gabinete, e o povo tanto o comprehendeu, que n'essa mesma noite, em signal de protesto, fez uma imponente manifestação, conhecida pelo nome de *Archotada*, por ter sido feita á luz dos archotes, e que é a maior prova da immensa popularidade que Saldanha alcançára. A multidão acclamava-o, por vêr n'elle o heroico paladino da liberdade, que o

poder absoluto pretendia destruir. Esta grande manifestação popular ainda mais exacerbou o ministerio contra o seu ex collega, e excitou as suas perseguições contra todos os amigos do futuro marechal. Este, entretanto, vendo como as cousas corriam desfavoravelmente para a causa liberal, percebendo que a regencia do infante D. Miguel seria o ultimo golpe vibrado nas instituições, enviou ao Rio de Janeiro um seu ajudante, o capitão Praça, a informar D. Pedro da situação de Portugal e dos inconvenientes que arrastaria comsigo a nomeação do infante para regente do reino. Quando o ajudante de Saldanha chegou ao Rio de Janeiro, já a nomeação estava feita, e já partira com ella para Lisboa um navio. Saldanha, conhecendo que as cousas mais se complicavam, e sabendo tambem que o governo inglez chamara para Inglaterra a divisão do general Clington, deixando assim a causa liberal, não só sem a protecção das armas britannicas, mas tambem sem o prestigio do nome inglez, entendeu que nada faria em Portugal, e embarcou para Inglaterra com as tropas inglezas. Estava-se então nos fins do anno de 1827, e no principio de 1828 entrava D. Miguel em Portugal, dava o golpe de estado, e fazia-se proclamar rei absoluto. Uma parte do exercito não acceitou, porém, a nova ordem de cousas, a guarnição do Porto insurgiu-se, adheriu ao movimento uma boa parte das tropas do norte, e organisou se assim um pequeno exercito, cujo commando uma junta provisoria que logo se organisou, confiou ao general Saraiva Refoios. Saldanha e Palmella, sabendo em Londres da sublevação, suppuzeram que haveria já em Portugal serios elementos de resistencia ás tentativas absolutistas, e fretando o vapor *Belfast*, partiram para o Porto juntamente com os generaes Stubbs, Azevedo, etc. Como a cidade estava bloqueada pela esquadra de D Miguel, fôram desembarcar a alguma distancia do Porto, e entraram depois na cidade, vendo ahi que as circumstancias eram muito peores do que suppunham. O paiz permanecia inerte, ou mostrava enthusiasmo pela causa de D. Miguel. Saraiva Refoios, depois de occupar Coimbra, fôra batido n'uns poucos de recontros, e retirava sobre o Porto. Saldanha ainda tomou o commando das mãos inhabeis do general Saraiva, e postou o exercito em Grijó n'uma posição vantajosa, ao passo que Stubbs se fortificava em Vallongo, mas de repente, quando menos se esperava, Saldanha abandonou o exercito, que recuperára a confiança vendo-se commandado pelo prestigioso general, e embarcava precipitadamente no *Belfast* com os outros com quem viera. Este caso, decerto o unico censuravel da vida militar de Saldanha, não foi nunca bem explicado. Qual foi o motivo d'esta subita partida? Como é que Saldanha, o heroe de Montevideu, homem d'uma bravura nunca desmentida, assim fugia deante do inimigo, deixando os soldados, cujo commando tomára, fazerem, sem o seu general, essa triste retirada da Galliza, onde tanta e tão justa gloria adquiriu Sá da Bandeira, a quem tinham offerecido um logar a bordo do *Belfast*, e que este general recusára, permanecendo no seu posto de honra (V. *Sá da Bandeira*). Este caso do vapor *Belfast* ficou sempre mysterioso, mas apezar da má impressão que produziu nos emigrados, não diminuiu o prestigio de Saldanha, e no fim d'esse anno de 1828 já uma expedição de voluntarios se preparava em Plymouth, para sob as ordens de Saldanha ir soccorrer a ilha Terceira, onde tremulava a bandeira liberal arvorada pelo intrepido batalhão de caçadores n.º 5, que compunha a guarnição da ilha. Saldanha já então era conde, titulo com que fôra agraciado em 1827, mas que só foi confirmado por decreto de 14 de janeiro de 1833. Fôram 650 os portuguezes emigrados que se promptaram para seguir na expedição, os navios fretados eram os brigues *Susana* e *Lyra*, e as galeras *Minerva* e *Delfina*. Custou immenso ao marquez de Palmella conseguir que o governo inglez deixasse sair a expedição portugueza apezar de todas as liberdades britannicas, e ainda assim foi preciso que a expedição fôsse completamente desarmada, porque o governo de lord Wellington, secretamente favoravel á causa de D. Miguel, não queria senão encontrar um pretexto que lhe permittisse impedir a saida dos navios. A 16 de janeiro de 1829 chegou Saldanha ás aguas da Terceira, e preparava-se para desembarcar, quando foi de subito metralhado por duas fragatas inglezas. Esta rude e brutal intimação provocou da parte do conde de Saldanha e do commodoro Walpole uma troca de correspondencia, em que Walpole declarou que tinha ordem de não consentir que elle e os seus homens desembarcassem na ilha Terceira. Saldanha respondeu que n'esse caso se considerava seu prisioneiro de guerra. Debalde o commodoro procurou de todos os meios conseguir que a expedição obedecesse ás suas intimações, sem a Inglaterra parecer que praticava um acto hostil. Saldanha persistiu que ou se considerava prisioneiro de guerra do official inglez ou que desembarcava. Walpole teve de escoltar os navios do conde de Saldanha até ao cabo Finisterra. Só ahi os deixou furioso pela pertinacia do conde, que pôde formular n'um magnifico protesto as suas queixas contra o procedimento inglez. A opinião publica européa revoltou-se com esse procedimento. Saldanha, que desejára seguir para o Brazil, mas que o não pudera fazer por falta de abastecimentos, e não querendo voltar a Inglaterra, foi desembarcar em Brest, e atravessando toda a França, seguiu para Paris, encontrando por toda a parte as manifestações da mais viva sympathia. Este procedimento de Saldanha foi talvez o que facilitou um pouco a ida do conde Villa Flôr para a Terceira, obrigando o governo inglez a tomar uma attitude mais hesitante e o cruzeiro inglez nos Açôres a ser por conseguinte menos severo e menos escrupuloso. O facto effectivamente provocára a indignação de todos os liberaes. Nas camaras francezas Benjamin Constant, Lafayette, Sebastiani haviam-n'o estygmatisado com energia; na propria camara ingleza os celebres Malkintosh e Palmerston haviam censurado o procedimento do governo. Tambem Saldanha adquirira as mais vivas sympathias. Só com elle quizera o governo francez tratar as questões relativas aos subsidios a conceder aos emigrados portuguezes. Saldanha fôra tambem incançavel em acudir aos seus compatriotas. Não só obtivera subsidio para todos, até para os academicos e paizanos, não só conseguira que as senhoras francezas presididas pelo conde de Flahaut, promovessem um baile por subscripção em favor dos emigrados portuguezes, baile que rendeu 30:000 francos,

mas ainda se empenhou com o governo belga por intermedio do major Lopes de Andrade, para que valesse aos emigrados portuguezes que para a Belgica haviam partido, e logrou ainda que o governo francez subsidiasse os emigrados portuguezes que estavam em Plymouth, e que não podiam ali viver com o mesquinho tratamento que recebiam do governo inglez. Saldanha tambem vivia em tristissimas circumstancias As joias tinham-se vendido, os 90 francos (16$200 reis) mensaes que recebia do governo francez como emigrado, não chegavam para o seu sustento, de sua mulher e de seus filhos. Foi então que recorreu ao trabalho litterario, escrevendo no *Nacional*, periodico democratico redigido por Armand Carrel, e onde collaboravam alguns dos vultos mais notaveis do partido liberal de França Foi decerto a sua collaboração n'aquelle jornal e a convivencia com os democratas francezes, que n'elle escreviam, que o converteram no liberal avançado que por essa epoca foi, enfileirando entre os revolucionarios de 1820, bem differentes nas suas aspirações politicas dos cartistas de 1826. Entre esses homens estabeleceu-se uma especie de antagonismo doutrinario, que as intrigas da emigração mais aggravaram. Em conciliabulos mysteriosos os dois grupos procuravam dilacerar-se. E D. Pedro, cujas sympathias iam, naturalmente, para os partidarios dedicados á Carta, principiou a olhar com tanta desconfiança para Saldanha, que, tendo chegado do Brazil, influido pelo que ouvira contar dos projectos audaciosos do valoroso general, quando se tratou de organisar com os emigrados dispersos pela Europa a expedição de Belle-Isle para os Açôres, não o nomeou, como estava projectado, chefe do estado maior, declarando o proprio D. Pedro a Saldanha, que lhe fôra communicada da parte de Fernando VII de Hespanha, a ameaça de intervir na contenda com um exercito de 40:000 homens, se Saldanha fizesse parte da expedição. Saldanha, com a mais profunda magua, viu partir a expedição, tendo de explicar no *Nacional*, de 13 de janeiro de 1832, e n'uma circular impressa dirigida aos seus amigos, os motivos da sua forçada inacção. Já tres annos antes havia publicado umas *Observações sobre a Carta que os membros da Junta do Porto dirigiram a S. M. o Imperador do Brazil em 5 de agosto de 1828*, Paris, 1829; este folheto saiu em 1830, mais accrescentado, com o titulo: *A Perfidia desmascarada, ou carta da Junta do Porto a S. M. o Imperador do Brazil, e observações á mesma carta pelo conde de Saldanha, e por outro emigrado, com notas do editor*. Saldanha, depois da partida da expedição para os Açôres, conservou-se durante um anno assistindo de longe ás peripecias d'esse terrivel drama das luctas civis. Finalmente, nos ultimos mezes de 1832, a causa liberal esteve por tal fórma arriscada que, depois de se ter convidado o general Solignac a tomar o commando em chefe do exercito, vendo que essa nomeação não dava o minimo resultado, por ser o general francez uma mediocridade, apezar da fama que o precedia, e D. Pedro, completamente desanimado, consentiu que fôssem para o Porto todos os militares que se conservavam ainda longe da patria, com excepção do coronel Pizarro. Denunciavam-se assim claramente as intrigas facciosissimas que tinham desviado Saldanha do campo da batalha, onde se agitavam os destinos da patria. Saldanha nem um instante hesitou, apezar de saber que a causa liberal parecia tão perdida, que D. Pedro dizia para Londres a Palmella, que se não alcançasse a intervenção ingleza dentro de 30 dias, nenhum recurso lhe restaria. O cêrco do Porto, que principiou pouco depois do desembarque de D. Pedro, apertava se cada vez mais, e a cidade estava realmente prestes a ceder, quando Saldanha, Stubbs e Cabreira desembarcaram na Foz a 28 de janeiro do 1833. Solignac tivera a inhabilidade de abandonar o monte do Crasto e principalmente o moutinho do Pinhal que dominava a Foz, e cuja occupação pelo inimigo trazia inevitavelmente comsigo a perda do Porto, porque seria impossivel entrarem mais viveres ou munições na cidade sitiada. Saldanha, logo ao chegar, recebera o commando da esquerda da linha, e logo viu o erro gravissimo que se commettera. Fêl-o sentir a Solignac, e disse-lhe que era indispensavel recuperar o Pinhal. Solignac oppôz-se, respondendo que seria uma verdadeira loucura, e prohibiu-lhe até expressamente que o fizesse; mas Saldanha estava tão convencido da sua opinião que tomou a responsabilidade da desobediencia. Atacou rapidamente o Pinhal ainda mal guarnecido pelo inimigo, e assenhoreou-se d'elle quasi sem perdas. Solignac, em presença do resultado obtido, não ousou censurar a desobediencia de Saldanha, já marechal de campo, e não teve comtudo a coragem de pedir a sua demissão. Saldanha, sem mais pensar no commandante em chefe, tratou de fortificar com toda a rapidez as suas fortificações. A 4 de março foi o reducto do Pinhal atacado vivamente, porém D. Pedro que conseguira armal-o o melhor possivel, repelliu o inimigo com energia. Então é que se conheceu pela força do ataque dos miguelistas, a importancia das fortificações que Saldanha improvisára, e que eram o assombro de todos. Solignac ainda d'esta vez assistiu ao triumpho do conde de Saldanha, sem tomar parte n'elle, conservando se immovel com o resto do exercito. Que rancor ardia no peito do Solignac póde imaginar-se, sabendo que o queria mandar fuzilar, quando soube que elle tivera conferencias secretas com o general miguelista Lemos a bordo d'um navio inglez. Chamado Saldanha, explicou elle facilmente que tivera essas conferencias para pôr termo á guerra, conseguindo que pacificamente triumphasse a causa liberal sem se derramar mais sangue portuguez. Solignac deu um jantar a Saldanha no mesmo dia em que o condemnára a ser fuzilado, e ainda d'esta vez se não demittiu. Só percebeu emfim que devia pedir a demissão, quando no conselho de guerra que se reuniu para se tratar d'uma diversão que se deveria fazer, viu adoptada a opinião de Saldanha, que era uma expedição ao Algarve, contra a sua que era de se romperem as linhas miguelistas no sul do Douro. Apenas Solignac foi demittido, logo D. Pedro nomeou Saldanha chefe do estado maior, que equivalia a confiar lhe o commando em chefe do exercito Essa nomeação foi acolhida com verdadeiro enthusiasmo. Logo na acção de 5 de julho se mostrou a energia e o talento do novo commandante. O exercito miguelista, sabendo que a guarnição do Porto estava enfraquecida pela partida da expedição do duque da Terceira para o Algarve, atacou vigorosamente as linhas procurando cortar as com

municações entre a Foz e o Porto. Foi completamente repellido, e D. Pedro enthusiasmado com a pericia do seu novo chefe do estado maior, promoveu-o por distincção no campo da batalha ao posto de tenente general. Apezar da derrota, os miguelistas não desanimaram, pela chegada do marechal francez Bourmont que acompanhado por uns 100 officiaes legitimistas francezes, vinha tomar o commando do exercito que sitiava o Porto. Não tardaram a medir se os dois generaes. Em 25 de julho Bourmout deu um ataque geral ás linhas do Porto, poz em grave perigo a esquerda da linha que Saldanha defendeu brilhantemente repellindo o ataque, e presentindo que Bourmont, repellido da esquerda havia de pretender atacar a direita, provavelmente enfraquecida pela concentração de forças no outro flanco, partiu a galope para Bomfim, e ali encontrou effectivamente o regimento belga repellido e os miguelistas já dentro do Porto. O momento era critico. Os reforços não podiam chegar ainda. Saldanha, entretanto desembainha a espada, e carrega o inimigo á frente do seu estado maior e da sua escolta de lanceiros. Cae morto seu sobrinho D. Fernando d'Almeida, são feridos quasi todos os officiaes, mas o inimigo recua, e o Porto está salvo na direita como já o estava na esquerda. O imperador, em recompensa de tão assignalada victoria, confere-lhe a gran cruz da Torre e Espada. Chegam no dia 26 ao Porto as noticias da occupação de Lisboa pelas tropas do duque da Terceira; D. Pedro parte para Lisboa, deixando Saldanha commandante em chefe da guarnição do Porto. Não tardou que Bourmont, com uma parte do exercito miguelista, marchasse a cercar Lisboa, ficando em frente do Porto o general Almer. Não quiz Saldanha consentir que forças relativamente diminutas o paralysassem dentro da cidade. A 18 de agosto fez uma sortida, surprehende o inimigo, desaloja o das suas fortes posições, repelle-o em seguida nas alturas de Vallongo, e completa assim o levantamento do cêrco do Porto A cidade acclamou com ovações frementes de enthusiasmo o seu heroico salvador. Saldanha organisa então uma pequena divisão, e em 24 d'agosto parte para Lisboa, deixando o governo do Porto entregue ao tenente-general Stubbs. Chegando a Lisboa assume o commando do exercito, repelle no dia 5 e no dia 14 de setembro os ataques de Bourmont, obriga Macdonell, que substituia no commando o general francez, a levantar o cêrco da capital nos dias 10 e 11 de outubro. D. Pedro nomeou-o marechal do exercito e para lhe ser agradavel, mandou collocar de novo no pedestal da estatua de D José, no Terreiro do Paço, o medalhão do seu glorioso avô, o marquez de Pombal. Mas a lucta continuava agora ainda mais terrivel do que nunca. Povoas succedera a Macdonell, continuando a manter-se na expugnavel Santarem. Então Saldanha, deixando o duque da Terceira á frente das tropas liberaes que occupavam Cartaxo, marcha sobre Leiria com uma pequena força e toma a cidade, derrota em Torres Novas os celebres dragões de Chaves, e finalmente desbarata completamente em Pernes uma força importante, que Povoas para ali destacára na esperança de cortar as communicações dos dois marechaes. Então os miguelistas resolveram tentar um supremo esforço, o que proporcionou a Saldanha o ensejo de ganhar a mais brilhante victoria da sua carreira militar, a batalha d'Almoster, que deu um golpe mortal na causa miguelista. Projectou Saldanha, em seguida a este brilhante feito d'armas, uma expedição ao norte para se assenhorear de todo o paiz e impedir que o inimigo recebesse reforços ou auxilios das provincias affectas ao absolutismo. O plano não foi acceite, e o marechal recebeu ordem de retirar para o Cartaxo com a sua divisão. Proseguindo a campanha, os miguelistas ainda tiveram um ephemero triumpho em Alcacer, onde os constitucionaes fôram repellidos. Como aproveitassem esta insignificante victoria para novos ataques, o plano de Saldanha foi afinal adoptado, sendo a sua execução confiada ao duque da Terceira. Pouco tempo depois com a batalha d'Asseiceira, D Miguel era derrotado por completo. Em 26 de maio de 1834, assiguou-se a convenção de Evora Monte Saldanha, a quem indubitavelmente se devia o exito da campanha, foi elevado a marquez, por decreto passado logo no dia seguinte, e uma dotação de cem contos de reis em bens nacionaes. Terminada a lucta, começou o agitado noviciado constitucional do paiz. D. Pedro abriu as côrtes em 15 de agosto de 1834, e Saldanha, sendo eleito deputado, foi o chefe da opposição no primeiro ministerio de D. Maria II. Os inimigos, que antes e durante o cêrco do Porto, tanto o combateram, voltaram á sua tarefa, agora mais facil, porque na paz as intrigas pódem mais facilmente urdir-se. A 27 de maio do anno de 1835, a rainha chamou-o ao poder, confiando lhe a presidencia do conselho e a pasta da guerra, e dando lhe como collegas o duque de Palmella, o marquez de Loulé, Chancelleiros, João de Sousa Pinto de Magalhães, etc. Pouco depois entrou Rodrigo da Fonseca Magalhães para o governo, como ministro do reino. Este gabinete teve curta duração. A iniciativa de Saldanha em mandar á Hespanha uma divisão auxiliar, que se portou ali brilhantemente, contra os carlistas, as reformas projectadas na instrucção publica pelo ministro Rodrigo da Fonseca, e depois uma resolução do duque da Terceira, commandante em chefe do exercito, relativamente ao papel dos officiaes nas eleições, originaram a queda do miuisterio, que foi substituido por outro da presidencia de José Jorge Loureiro. Foi durante este ultimo ministerio, que rebentou a revolução de setembro. Saldanha conservou se um pouco afastado da politica militante, descançando em Cintra, mas quando julgou que a revolução fôra mais longe do que, no seu entender, devia ir, quando lhe pareceu que estavam em perigo as prerogativas e a dignidade da rainha, que elle sustentára sempre com tanta dedicação, pronunciou se, de accordo com o duque da Terceira, contra a marcha das cousas, marchando para o norte a 27 de julho de 1837, entrou na Beira, onde se lhe juntaram algumas tropas, muito menos do que elle imaginava, porque a revolução popular setembrista ainda tinha um grande prestigio. O barão de Bomfim foi enviado com tropas importantes contra o marechal Saldanha, mas este, com a habilidade que o distinguia, zombou do seu feliz adversario, escapando-se-lhe por uma série de marchas estrategicas, indo unir-se ao duque da Terceira e a Mousinho d'Albuquerque em Torres Vedras, onde formaram uma regencia provisoria, e mar-

chando sobre Lisboa, acamparam em Loures, ao passo que Bomfim se encontrava no Pombal. Esperavam os marechaes que Lisboa se pronunciasse a seu favor, mas não succedeu assim, tiveram por conseguinte de retirar, porque dispunham apenas de tres batalhões de voluntarios mal armados e um regimento provisorio de infantaria de linha. Tendo boa cavallaria, mas não tendo um só canhão, não podiam os marechaes atacar Lisboa. Retiraram, pois, para o norte em procura da divisão auxiliar de Hespanha, que recolhia a Portugal, por ordem do governo, o que esperavam que adherisse á sua causa. No dia 28 de agosto de 1837 encontraram se no Chão da Feira com o barão de Bomfim, e ahi se travou batalha, que terminou por um accordo entre Saldanha e Bomfim, que no meio da batalha se encontraram e deliberaram suspender a lucta para vêrem se chegavam a um accordo sobre a questão constitucional. Os marechaes retiraram para Alcobaça, Bomfim para Leiria, e em Aljubarrota se reuniram commissarios para tratarem d'um convenio. Não se podendo chegar a um accordo, romperam-se de novo as hostilidades. Aqui se mostrou mais uma vez a habilidade do marechal. A derrota em Chão da Feira era quasi inevitavel, nem Saldanha decerto acceitaria o combate, se não esperasse que as forças setembristas passassem para elle, graças ao seu antigo prestigio. Só isso aconteceu com uma parte da cavallaria, mas a infantaria formada em quadrado resistiu intrepidamente, e a falta de artilharia collocava os marechaes na mais desastrosa inferioridade. A interrupção do combate foi a salvação para elles. No dia seguinte unia-se o barão do Casal a Bomfim, e Saldanha por conseguinte não podia seguir para o norte pela estrada de Leiria. Mais uma vez, porém, illudiu os adversarios, e torneando-os por uma marcha audaciosa e feliz, foi sair a Rio Maior, passou a Santarem, depois a Thomar, e ainda Bomfim andava á procura d'elle, o já elle estava em Traz-os Montes. Ao chegarem, porém, a Chaves, souberam os marechaes que o barão de Leiria, contra as ordens expressas que recebera, tendo se-lhe reunido uma das brigadas da divisão expedicionaria de Hespanha, déra batalha em Ruivães á outra brigada commandada pelo visconde das Antas, e fôra batido. Vendo então que não podiam prolongar a lucta, assignaram uma convenção, e partiram para o estrangeiro, terminando assim a revolta, que ficou conhecida pela *revolta dos marechaes*. Saldanha foi residir para Paris até que, voltando ao reino, o governo cartista o encarregou de varias embaixadas, passando quasi todo o seu tempo até 1846, empregado na carreira diplomatica. Esteve em Londres, em Madrid e em Vienna, onde a rainha e os seus confidentes o conservaram de reserva para o momento em que fôsse preciso. Em 1846, portanto, proseguiu na vida politica, de certo um campo muito menos brilhante para elle do que a carreira militar. Já não é muito explicavel, apezar de tudo, a sua insurreição de 1837 contra a revolução liberal que devia agradar, segundo parecia ao redactor do *Nacional*, ainda se percebe menos que depois de ter sido uns dias ministro da guerra e dos negocios estrangeiros no gabinete de Palmella de 20 do maio, não recusasse cobrir com a sua responsabilidade o odioso golpe de estado de 6 de outubro de 1846, pelo qual a rainha faltava á sua palavra, e oppunha o seu *veto* ao movimento democratico do paiz. Saldanha, o homem mais popular do paiz, ia agora affrontar o movimento mais verdadeiramente popular que houve entre nós, indo servir os interesses do conde de Thomar contra os interesses legitimos do povo. Mas chegava o momento de desembainhar a espada, e o marechal recuperava o seu antigo esplendor. A revolução do Minho, promovida pela embuscada de 6 de outubro, rebentára com energia, organisára no Porto a Junta que dirigiu a revolução e o conde das Antas, á frente das tropas liberaes, marchou sobre Lisboa parando sobre Santarem, onde destacou para Alcobaça e Caldas uma divisão commandada pelo conde de Bomfim. Saldanha, deixando o ministerio para assumir o commando das tropas cartistas, occupou o Cartaxo, e vendo a imprudencia do conde das Antas, marchou sobre Bomfim que seguia para Torres Vedras, onde foi obrigado a capitular depois da batalha de Torres Vedras, em 22 de dezembro de 1846, e que é uma das mais brilhantes da carreira militar de Saldanha. Bomfim teve de se entregar com toda a divisão, Antas viu-se obrigado a retirar sobre o Porto, seguindo o Saldanha que occupou a posição de Oliveira de Azemeis, isolando assim o Porto do sul do Paiz, sem que a junta ousasse mandal o atacar até que a intervenção estrangeira pôz termo á lucta civil, pela convenção de Gramido assignada em 30 de junho de 1847. Saldanha havia sido agraciado com o titulo de duque, por decreto de 4 de novembro de 1846 fôra elevado ao pariato e nomeado mordomo mór da rainha. A 18 de dezembro de 1848 formou se um ministerio, presidido por Saldanha, presidencia que conservou até 29 de junho de 1849, em que a rainha, julgando ser tempo de acabar com aquelle ministerio que considerava de transição, chamou de novo Costa Cabral, já então conde de Thomar, aos conselhos da corôa. Saldanha feriu-se profundamente com esta resolução da rainha, e começou a fazer uma opposição furiosa ao novo governo. O conde de Thomar, procedendo com a sua habitual energia, aconselhou a rainha a que o demittisse do cargo de mordomo mór da Casa Real. Ferido tambem no seu amor proprio, o marechal pediu a demissão de todos os seus cargos de commissões, e saiu a campo, publicando em 1850 o *Requerimento e correspondencia do duque de Saldanha com o ministro da guerra, por occasião de ser demittido do officio de Mordomo mór da Casa Real.* A publicação d'este folheto deu em resultado levantar-se uma viva discussão na imprensa, e imprimiram-se avulsos varios opusculos e pamphletos, nos quaes a questão foi diversamente avaliada, saindo anonymos a maior parte d'elles. Sentia-se bem que o conde de Thomar jogára uma carta arriscada, e que Saldanha não deixaria de tirar a desforra. Esta desforra não demorou muito. O marechal resolveu, portanto, vingar-se, e a corresponder aos votos do paiz, fatigado da administração energica mas aspera do conde de Thomar. A 7 de abril de 1851 saiu de Cintra com uns officiaes do seu estado maior, partiu para Mafra, na intenção de revoltar o regimento de infantaria n.º 7, mas apenas alguns soldados tomaram o seu partido. Reuniram se-lhe apenas alguns batalhões de caçadores n.º 1, que estava em Setubal; e o n.º 5, que esta-

va em Leiria. O marechal julgou perdida á insurreição, porque todos, ou quasi todos os coroneis eram cabralistas, e haviam fugido com os regimentos ao marechal, como fizeram os commandantes do n.º 9 e do n.º 14 de infantaria e o n.º 4 de cavallaria. Entrára Saldanha já em Hespanha, e achava-se em Lobios na Galliza, quando cartas de José Estevão e de outros homens notaveis do partido progressista o chamaram a Portugal, onde triumphava o seu movimento, exactamente quando elle o suppunha perdido. A guarnição do Porto insurgira se a seu favor, e um dos coroneis que tinham tentado oppôr-se á revolta, foi morto. Saldanha entrava triumphante no Porto, onde ia reunir se lhe dentro em pouco tempo quasi toda a divisão que, debaixo do commando d'el-rei D. Fernando, saira de Lisboa para se lhe oppôr. Em Lisboa entrava pouco depois, a 13 de maio, o marechal, e a sua entrada foi festejada com delirantes ovações, illuminações, vendo se pelas ruas philarmonicas tocando um hymno composto em sua honra. Pouco fôra preciso para Saldanha recuperar a popularidade, que por um instante lhe resfriára um pouco. O marechal com as suas tropas passou em contineucia em frente do palacio das Necessidades, mais como affronta á rainha, do que como um acto do submissão. O conde de Thomar fugiu para o estrangeiro, el-rei D. Fernando entregou-lhe o bastão do commando em chefe do exercito, e a rainha teve tambem de o acclamar, quando o povo o saudava como a um triumphador. Saldanha, tomando posse do governo em dictadura, promulgou grande numero de leis. Este movimento ficou conhecido na historia pela *Regeneração*. Saldanha tinha a seu lado no ministerio Rodrigo da Fonseca Magalhães, e chamou ao poder um joven deputado de um immenso futuro, e que veiu a ser mais tarde uma summidade politica, Fontes Pereira de Mello Durante cinco annos dirigiu esta administração regenedora quo pôz termo definitivo ás luctas politicas, fez passar o Acto Addicioual á Carta Constitucional, fez entrar o paiz no camiuho do desenvolvimento material; assegurando o pagamento pontualissimo dos funccionarios, e tratando seriamente da viação publica. Em 1856 cedia Saldanha o poder ao miuisterio progressista historico, voltando a occupar-se principalmente na carreira diplomatica. Pouco tempo depois entregava se tambem a uma especialidade muito inesperada, á especialidade médica. Fazia-se em Portugal o advogado da homeopathia, publicando em 1858 o seguinte folheto: *Estado da medicina em 1858; opusculo dividido em cinco partes, dedicado a el-rei o sr. D. Pedro V, e offerecido aos homens de consciencia e superiores, que entre nós ensinam ou praticam a nobre e liberal profissão da medicina*. Este folheto promovou resposta do dr. Bernardino Antonio Gomes, travando-se entre o illustre marechal e o bem conhecido medico uma discussão vehemente. Já em 1845, estando embaixador em Vienna d'Austria, publicára um livro intitulado: *Concordancia das sciencias naturaes, e principalmente da geologia com o Genesis» fundada sobre as opiniões dos santos padres e dos mais distinctos theologos; extrahida de um trabalho do marechal marquez de Saldanha sobre a philosophia de Schelling.* Attribue se-lhe tambem um outro folheto: *Curtissima exposição de alguns factos*, Lisboa, 1847; este opusculo, concernente á explicação do movimento politico do 6 de outubro de 1846, saiu sem o nome do autor. Publicou depois um *Additamento á «Curtissima exposição de alguns factos»*, tendo a data de 3 de setembro de 1847, e por assignatura *Um portuguez*. Nos 14 annos que decorreram de 1856 a 1870 conservou-se Saldanha constantemente afastado do poder. Ministro em Roma, em Paris, ou em Londres, representava com grande esplendor o seu paiz e era em toda a parte um dos vultos mais notaveis do corpo diplomatico. Por mais d'uma vez o nome do duque de Saldanha foi indigitado para a presidencia do conselho, mas, ou porque elle se recusasse, ou porque as circumstancias politicas mudassem e não tornassem necessario o seu chamamento, é certo que sempre continuou a exercer as suas missões diplomaticas, até que em 1869, tendo vindo a Lisboa, e julgando se desconsiderado pelo ministerio progressista presidido pelo duque de Loulé, resolveu fazer sentir ao governo que, apezar dos seus 80 annos, ainda conservava o antigo prestigio no exercito e a verdura da mocidade. Deu ouvidos ás incitações do conde de Peniche e do grupo do revolucionarios que acompanhava este fidalgo, e á frente do batalhão de caçadores n.º 5 e do regimento de infantaria n.º 7, proclamou a queda do ministerio. Só a guarda municipal, alguma artilharia e um esquadrão de lanceiros deixou de unir-se aos revoltosos. Saldanha dirigiu se com a força que angariára, ao palacio d'Ajuda na noite de 19 de maio de 1870, onde uma bateria do 3 de artilharia lhe faz fogo, que é correspondido pelos caçadores revoltados, mas a resistencia durou poucos minutos e os artilheiros rendem-se, ficando apenas mortos uns 5 e egual numero de feridos. Varias balas de caçadores esmigalharam as vidraças do paço, e lhe furaram os estuques. O ministerio quer conservar-se a todo o transe, não lhe importando quo para isso corra jorros de sangue. O rei D. Luiz estava aterrado; não queria guerra, não queria derramar sangue, e estava por tudo quanto Saldanha quizesse. Mandou chamar o duque de Loulé para lavrar o decreto da demissão dos ministros, mas o duque recusa-se terminantemente a referendar tal decreto, mas vendo por fim que o rei se obstinava em não querer guerra, cedeu, e foi reunir se aos seus collegas para envidarem todos os meios de suffocarem a revolta. Finalmente o rei assignou o decreto da demissão do ministerio, e Saldanha ficou senhor da situação, o como dictador formou em 25 de maio um ministerio, em que entravam D. Antonio da Costa, marquez d'Angeja (conde de Peniche), D. Luiz da Camara Leme, José Dias Ferreira e conde de Magalhães, ficando Saldanha com a presidencia e as pastas da guerra e dos estrangeiros. Promulgou uma serie de reformas mas, em 29 d'agosto do mesmo anno de 1870, um outro golpe de estado promoveu a queda do ministerio, retirando se de novo Saldanha como ministro para Londres, onde veiu a fallecer com 86 annos de edade. O duque de Saldanha havia enviuvado em 13 d'agosto de 1855, e passou a segundas nupcias, em Londres, sendo já octogenario, com D. Carlota Izabel Maria Smith, irmã do conde da Carnota, John Smith Athelstane, já viuva do dr. Edward Binns. Possuia as seguintes honras: gran-cruz das ordens de Christo, da Torre e Espada, de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, de S. Thiago, e

de S. João de Jerusalem; das seguintes ordens es trangeiras: S. Fernando, Izabel a Catholica e Carlos III de Hespanha; da Legião de Honra, de França; de S. Gregorio Magno e de Pio IX, de Roma de Ernesto Pio, de Saxe Coburgo; de Leopoldo, da Austria; do Leão, dos Paizes Baixos; de S. Mauricio e S Lazaro, de Italia; de Leopoldo, da Belgica; de Alberto, o Valoroso, de Saxonia; do Salvador, da Grecia; da Aguia Branca, da Russia; cavalleiro da ordem do Tosão de Ouro, de Hespanha, da Santissima Annunciada, de Italia; condecorado com as medalhas do Bussaco, de S. Sebastião e de Nive; de 6 batalhas da Guerra Peninsular, da Estrella de Montevideu, etc.; socio emerito e vice presidente da Academia Real das Sciencias, membro da Sociedade Geologica de França, da Academia das Sciencias e Bellas Letras de Auvers, da Sociedade Statistica de França, e de muitas outras associações scientificas e litterarias da Europa. Por decreto de 30 de outubro de 1862, foi agraciado com as honras de parente. O seu brazão é o mesmo, que já se publicou e se descreveu, no 1.º vol. do *Portugal*, pag. 56, no artigo dedicado a seu filho, o conde d'Almoster. O brazão é egual sob coronel de duque. Saldanha foi tambem um escriptor muito considerado. Entre as obras que deixou, citaremos as seguintes: um folheto *Algumas ideias sobre a Fé;* sem designação do logar da impressão, mas tem no fim a data de Lisboa, 17 de maio de 1857; *Discursos do presidente de ministros, duque de Saldanha, proferidos nas sessões de 14 e 15 de fevereiro na camara dos dignos pares, por occasião das accusações feitas pela opposição*, Porto, 1848. Achando se em 1861 embaixador em Roma, assistiu a uma sessão da Academia dos Quirites, celebrada no palacio do principe de Alfieri, em 21 d'abril, e recitou na presença de varios cardeaes, prelados e outras personagens distinctas, a dissertação que para esse fim escrevera: *Il natale di Roma*. Em 1865, voltando aos seus estudos medicos, publicou: *Duas palavras sobre a homeopathia como preservativo e curativo da Cholera morbus*. Escreveu mais: *Carta sobre o casamento civil, dirigida ao ex.mo presidente do conselho de ministros*, Lisboa, 1865; *A Verdade*, Lisboa, 1868; constava de 4 capitulos: 1.º *Expectação universal*; 2.º *A antiguidade não realisou o ideal da perfeição humana*; 3.º *Jesus Christo, Deus e homem verdadeiro*; 4.º *Algumas ideias sobre a Fé*; teve 2.ª edição em 1869; *Carta ao sr Latino Coelho* ácêrca da razão que o impediu de assistir á inauguração da estatua de D. Pedro IV no Porto, com a exposição dos serviços que na mesma cidade prestou durante o cêrco e depois, até ao fim da lucta civil de 1834; saiu no *Jornal do Commercio*. de 26 de outubro de 1866; *Necessidade de associação catholica*, Londres, 1871; *A Voz da Natureza*, etc., publicou o 1.º vol. em Londres, 1874; o 2.º vol. saiu em 1876, no mesmo anno da morte do marechal; segundo o autor, a obra devia ter 3 vol., mas parece que o 3.º se não chegou a publicar. Em 1869 publicou em varios jornaes de Lisboa *(Diario Popular, Jornal do Commercio*, e *Diario de Noticias)*, cartas para explicar o seu procedimento politico, e que são documentos preciosos para a historia dos preliminares da revolta de 19 de maio de 1870. O duque de Saldanha tem artigos biographicos no *Dictionnaire des contemporains*, de Vapereau; no *Dictionnaire générale de biographie et d'histoire*, de Dézobry et Bachelet; na *Nouvelle biographie générale*, tomo XLIII; *Historia do marechal Saldanha*, por D. Antonio da Costa de Sousa de Macedo; *O Marechal Saldanha*, romance historico, de Cesar da Silva, publicado pela casa editora João Romano Torres & C.ª. O esculptor Alberto Nunes executou em 1880 o busto em marmore do marechal Saldanha, trabalho de muito valor artistico, que foi destinado para a camara dos pares.

Saldanha *(Monumento ao marechal duque de)*. Em 12 d'agosto de 1889 foi promulgada a lei que estatuia que fôsse erecto um monumento ao prestigioso official, *para recordar aos vindouros os seus relevantes serviços á patria e á liberdade*. Influiu na camara dos pares para que se rendesse esta homenagem, D. Luiz da Camara Leme, antigo ajudante de campo do marechal. Abriu-se um concurso para esse fim, mas ficou sem effeito. No anno seguinte houve novo concurso, em que ficou approvado o projecto apresentado pelo esculptor sr. Thomaz Costa. O contracto com o governo assignou-se em 1901, sendo o local escolhido para a collocação do monumento a rotunda das Picôas, devendo estar concluido dentro de tres annos. Os trabalhos começaram, sendo o architecto sr. Ventura Terra auxiliar do autor do monumento. Em 5 do novembro de 1904 procedeu-se á cerimonia solemne do lançamento da pedra fundamental, cerimonia a que assistiu el-rei D. Carlos, o ministerio, o bisneto do marechal, João Carlos de Saldanha Oliveira Daun, actual representante da casa, e differentes individualidades de categoria superior, quer do mundo official, quer da sociedade propriamente dita. Estando concluidos os trabalhos, tratou-se da inauguração, que se realisou a 18 de fevereiro de 1909 com imponente solemnidade, e com todo o apparato official d'estas cerimonias. Na praça, onde se levantou o monumento, e que tomou o titulo de *Praça do Duque de Saldanha*, armou-se um pavimento luxuosamente decorado para a recepção d'el-rei D. Manuel e leitura dos discursos e do auto, que foi ali assignado Aos lados d'este pavilhão armaram-se tribunas para o corpo diplomatico, deputações das casas do parlamento, camara municipal e mais convidados. Os representantes da familia do duque de Saldanha tinham logar reservado no pavilhão real; eram a sr.ª marqueza do Rio Maior, condessas de Almoster, de Cintra e da Azinhaga, os srs. marquez de Pombal, João Carlos Saldanha de Oliveira e Daun e seus irmãos José Augusto, Joaquim Pedro Quintella e Luiz Saldanha d'Oliveira Daun. Compareceram tambem á inauguração alguns veteranos da companhia de reformados de Runa, contando se entre elles, velhos que acompanharam Saldanha nas acções de Torres Vedras, do Porto, e na ultima manifestação militar do marechal, de 19 de maio de 1870. Ao descerramento da estatua por el rei, e quando a bandeira portugueza que a velava, se desprendeu, os alumnos da Escola Naval e da do Exercito, que faziam a guarda de honra junto ao pavilhão real, perfilaram as espadas, fazendo então el-rei a continencia, emquanto as bandas militares tocavam o hymno de Saldanha. Seguiu-se o discurso do sr. conselheiro Antonio de Azevedo Castello Branco, presidente da commissão executiva do monumento, a que el-rei respondeu, sendo depois lido pelo secretario da commissão,

general sr. Agostinho Maria Cardoso, o auto da entrega do monumento á Camara Municipal. A cerimonia terminou pelo desfilar das tropas da guarnição de Lisboa, que tinham formado em parada desde a Praça do Duque de Saldanha até ao Campo Grande. El rei com o infante D. Affonso, general Craveiro Lopes á esquerda e seu estado maior, passou em continencia á estatua, e a seguir marcharam as forças militares, principiando pela dos marinheiros, ao som do hymno de Saldanha, tocado pelas bandas. Era o mesmo hymno que se ouvira, quando o marechal entrou triumphante em Lisboa a 13 de maio de 1851. O monumento compõe se d'um pedestal dorico de base quadrangular, a cujas arestas adherem columnas da mesma ordem, encimadas de capiteis cannelados, desenho do sr. Ventura Terra. Concluira-se em 3 de junho de 1905; tem de altura 7,m 82, que junto á estatua de 3,m18, dá o total de 11 m. A severidade do pedestal amenisa-se um tanto com a figura allegorica da Victoria, que lhe decóra a face principal; sob esta figura vêem-se as armas portuguezas entre ramos de louro e carvalho, e nas outras faces do pedestal destacam se cabeças de leões sustendo da bocca panoplias decorativas com a inscripção: *Campanhas da Liberdade*, etc. Tanto estas decorações como as estatuas, tudo em bronze, fôram fundidas no Arsenal do Exercito com a perfeição de outros trabalhos d'este genero ali feitos varias vezes. A estatua de Saldanha ficou acabada em 15 de setembro de 1906, e tem o peso de 2:354 k. Pousa sobre um socco assente no entablamento do pedestal. De pé, a mão direita indicando um ponto do horisonte, na mão esquerda a espada. No braço esquerdo um manto traçado garbosamente.

Monumento ao marechal duque de Saldanha

A estatua allegorica da Victoria tem o peso de 1:920 k.; empunha na mão direita a espada vencedora e na esquerda a palma gloriosa. N'esta face do pedestal, na parte superior está a seguinte inscripção: *Ao marechal duque de Saldanha, 1909.*

Saldanha *(João Carlos de Saldanha d'Oliveira e Daun, 2.º conde, 2.º marquez e 2.º duque de).* Addido de legação, tenente-coronel do 3.º batalhão movel de atiradores de Lisboa; commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, cavalleiro da da Torre e Espada e

da Legião de Honra de França, e da de Carlos III, de Hespanha; grau-cruz da de S. Gregorio Magno de Roma. N. no Porto a 30 de novembro de 1825, onde tambem fal. a 23 de setembro de 1880. Era filho 2.° do marechal duque de Saldanha, e de sua primeira mulher D. Maria Thereza Margarida Horan Fitz Gerald. Foi agraciado com os titulos de seu pae, por decreto de 11 de dezembro de 1876. Seu irmão mais velho, Augusto Carlos de Saldanha de Oliveira e Daun, fôra agraciado com o titulo de conde d'Almoster (*V. este titulo*). O 2.° duque de Saldanha havia casado a 16 de maio de 1865 com D. Julia Pereira Alves de Sousa Guimarães, 4.ª filha dos 1.°ˢ condes de Bolhão: Antonio Alves de Sousa Guimarães e D. Francisca Fausta do Valle Pereira Cabral.

Saldanha *(Joaquim José de Sousa Rocha)*. Escriptor que parece ter sido militar, que viveu no seculo XVIII. Escreveu: *Operas segundo o gosto do theatro portuguez, que se intitulam: Viriato na Lusitania, Fallaris em Athenas, Cassiopea na Ethiopia, Atlante na Mauritania, Sacrificio de Efigenia*; tomo I, Lisboa, 1761. Não consta que se publicassem mais tomos.

Saldanha *(José de)*. Engenheiro que serviu principalmente na colonia do Brazil. Era bacharel em philosophia pela Universidade de Coimbra, formado em mathematica, geographo e astronomo. Foi um dos officiaes encarregados em 1784 da demarcação de limites meridionaes entre os territorios de Portugal e de Hespanha, para a execução do tratado de 1777. N'essa occasião tinha o posto de tenente coronel de engenheiros No archivo militar do Rio de Janeiro ha muitos mappas do tenente-coronel Saldanha, entre outros um aguarellado que mostra toda a fronteira do commando do Rio Pardo. Na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro tambem estão o *Diario geral das operações topographicas e observações astronomicas da primeira divisão da demarcação da America Meridional, campanha quinta de 1787 para 1788. A's ordens do brigadeiro governador do continente do Rio Grande de S. Pedro, e principal commissario Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Camara*, e a *Continuação do Diario Geographico*, etc *A Revista Trimensal do Instituto Geographico* publicou do mesmo José de Saldanha o *Diario do reconhecimento dos campos de novo descoberto sobre a serra geral nas cabeceiras do Rio Pardo*. No Archivo do Instituto Historico ha de José de Saldanha umas *Memorias sobre o sal de Glauber*, que tem a data de 1798.

Saldanha *(José Mendes de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. n'esta cidade a 30 de novembro do 1758, onde tambem fal. a 3 de novembro de 1796. Escrevou: *Breve tratado de miniatura*; saiu posthumo no *Jornal de Coimbra*, vol. VI, parte 2.ª, n.° 28, 29 e 30, e vol. VII, parte 2.ª, n.°ˢ 31 e 32.

Saldanha *(Manuel)*. Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra; conego da sé de Lisboa. Era filho de Fernão de Saldanha, governador e capitão general da ilha da Madeira. Em 1671 foi nomeado bispo de Vizeu, dignidade que não chegou a exercer, pois que falleceu n'esse mesmo anno a 2 ; de dezembro.

Saldanha *(D. Manuel de)*. Licenciado em Canones pela Universidade de Coimbra, reitor d'este estabelecimento scientifico, deputado da inquisição de Evora e de Lisboa, bispo de Vizeu e de Coimbra. Foi nomeado reitor a 11 do setembro do 1638, vindo a tomar posse do seu cargo a 2 de fevereiro de 1639. A 19 de maio de 1640 teve a nomeação de reformador dos Estatutos, cargo de que fôra exonerado D. André d'Almada, e por carta regia de 5 de setembro do mesmo anno lhe foi significado que, sendo reformador dos Estatutos e não da Universidade, não havia de preceder ao cancellario. Foi depois reconduzido n'este cargo por D. João IV a 14 do novembro de 1641, e a 17 de maio de 1642. Presidiu ás festas universitarias da acclamação de D. João IV, e na guerra da independencia, como general das tropas academicas, superintendeu na materia das armas e levas de soldados em todos os coutos da Universidade e sobre todos os seus vassallos, ou por qualquer via privilegiados,sem intervenção de pessoa alguma. A 28 de julho de 1646 realisou-se com toda a solemnidade o acto do juramento da immaculada Conceição, commemorado por uma inscripção embutida no transepto da real capella. Chamado a côrtes como representante da Universidade, ali lhe foi dado logar, por esta categoria, abaixo do presidente da Mesa da Consciencia, que se seguia immediatamente aos condes. Foi bispo eleito de Vizeu e de Coimbra, cargo que exerceu até á data da sua morte, a 15 ou 16 de agosto de 1659.

Saldanha. Pov. e freg. de S. Nicolau, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança; 116 fog. e 508 hab Dista 20 k. da séde do conc. e está situada a 3 k. da margem esquerda da ribeira de Angueira, na estrada da villa da Bemposta á villa d'Algoso. O abbade de Travanca apresentava o cura, que tinha 6$000 reis de congrua e o pé d'altar. A terra é pouco fertil e pobre; cria bastante gado, e nos seus montes apparece muita caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.° 10, com a séde em Mirandella. || Pov. na freg. do Salvador, de Ruivães, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Saldanha e Albuquerque *(Gaspar de)*. Reitor na Universidade de Coimbra, para que foi nomeado a 29 de dezembro de 1757, sendo depois reconduzido no mesmo cargo a 20 de fevereiro de 1761, e n'esta foi occasião agraciado com o titulo, poderes, vencimentos e honras de reformador, como os seus antecessores. Exerceu o cargo de reitor até ao anno de 1767.

Saldanha e Albuquerque *(Pedro)* Governador da provincia de Moçambique. Acompanhou ao Oriente seu irmão, o conde da Ega, Manuel Saldanha d'Albuquerque, que fôra nomeado vice rei da India em março de 1758, para servir como brigadeiro de infantaria do exercito da India, mas para substituir Davide Marques Pereira, que fôra exonerado do governo do Moçambique, teve a nomeação de governador d'aquella provincia em 5 de agosto, feita por seu irmão, a qual ficou confirmada pelo decreto de 28 do maio de 1759. *(V. Pereira, Davide Marques)*. O governo de Saldanha e Albuquerque durou até 6 de janeiro de 1763. Em cumprimento da lei de 3 de setembro de 1759, que expulsou a Companhia do Jesus dos dominios portuguezes, extinguiu todas as casas que ella possuia na Africa Oriental, confiscou-lhe todas as suas propriedades a favor da corôa de Portugal, e mandou para Gôa os jesuitas debaixo de prisão, sendo as egrejas entregues

ao administrador da prelasia. Saldanha e Albuquerque mandou construir o forte de Santo Antonio na ilha de Moçambique e em Mussuril, no logar onde existia uma faxina feita por ordem de Francisco de Mello e Castro, e um forte, cujo trabalho confiou ao engenheiro Gregorio Thaumaturgo de Brito. Encarregou o secretario do governo, Ignacio Caetano Xavier, de concluir a Carta geral da provincia, começada pelo engenheiro Antonio José de Mello, e tanto estas cartas e planos como a *historia d'esta parte de Africa, extrahida pelo referido secretario da livraria dos padres de S. João de Deus, fôram remettidas para o governo em dezembro de 1758*. As copias de todo este trabalho ficaram na secretaria do governo de Moçambique, n'um livro proprio e para isso destinado, que se julga ter-se perdido. A egreja e fortaleza de Inhambane fôram acabadas no tempo d'este governador, e a instancias suas permittiram os regulos Zudazuda e Chiengue, visinhos de Tete, que os portuguezes povoassem as suas terras, e como entendeu ser esta franqueza uma doação, tomou posse d'ellas, distribuindo-as em sesmaria pelos moradores de Tete. Restabeleceu a feira de Mixonga que tornou a perder em 1761; mandou estabelecer boias na barra de Quilimane para mais segurança dos navios na sua entrada; protegeu o commercio da bahia de Lourenço Marques, d'onde, apezar d'um estabelecimento hollandez, extrahiu ferro, cobre e arroz; animou muito a agricultura n'aquella epoca tão desprezada, que precisou usar de rigor para obrigar os moradores a empregarem se n'ella para ao menos evitarem que até o pão e a mandioca lhes viessem de fóra. Desejando muito o augmento da provincia, concluiu um tratado de commercio com o rei de Quiloa Suttane-Assane, e pediu ao rei D. José que mandasse vir de Macau 3 ou 4 mil mulheres, que necessariamente deviam ser chinezas, para povoar Moçambique; mas apezar de toda a sua autoridade perdeu Sansa Ambarar, Inhampárapára, Mano, Mixonga, e o reino de Tambarara na capitania de Rios de Sena. Saldanha e Albuquerque foi agraciado com o titulo de conselheiro em 28 de março de 1760, e com a patente de governador e capitão general de Moçambique, Rios de Sena e Sofala, em 2 de abril do mesmo anno. Foi nomeado segunda vez governador por decreto de 4 de janeiro de 1782, sendo-lhe passada a carta patente em 15 de fevereiro, e tomou posse a 21 d'agosto do mesmo anno. Fal. a 24 de novembro de 1783.

Saldanha de Oliveira e Daun *(Domingos de)*. Cavalleiro da ordem da Torre e Espada, commendador da de Christo, e governador de Angola. N. a 3 de setembro de 1800, fal. a 21 d'agosto de 1836. Era filho do 1.° conde de Rio Maior, e irmão do marechal duque de Saldanha. Tomou posse do governo de Angola em fevereiro de 1836, e logo principiou com grande zelo e dedicação a cumprir as suas instrucções; organisou um batalhão de infantaria nacional, e encetou muitas providencias de utilidade, entre ellas a organisação d'uma *Companhia de Agricultura e Industria*, de Angola e Benguella, as quaes não pôde levar ao cabo, porque indo visitar o sertão, falleceu d'uma febre ataxica no presidio das Pedras de Pungo ou Dongo, n'aquelle mesmo anno.

Saldida. Pov. na freg. de Santa Maria, de Murtosa, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro.

Saldonas. Pov. na freg. de S. Pedro, de Mouraz, conc. de Toudella, distr. de Vizeu.

Saldonha. Pov. da freg. de S. Martinho, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. d'Alfandega da Fé, distr. e bisp. de Bragança; 75 fog. e 266 hab. Tem esc. do sexo fem. Está situada a 8 k. do rio Sabor e a 14 da séde do conc. O abbade de Castro Vicente apresentava o cura, que tinha 8$000 reis de congrua e o pé d'altar. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.° 10 com a séde em Mirandella.

Sale. Pov. do sobado de Ialama, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Salela Territorio do distr de Inhambane, Africa Occidental. Tem uns 600 hab. e dispõe de 200 homens de guerra armados de arco e frecha.

Saleli. Pov. do commando mil. de Satary, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Fica nas abas da montanha de Morlenchogor.

Salely. Aldeia da circumscripção militar de Onda, provincia de Satary, districto de Gôa, na India.

Salêm. Pov. na freg. de Santa Maria, de Airães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Pov. do conc. de Sanquelim, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Fica proximo da margem esquerda do rio de Chaporá. || Regedoria do conc. de Sanquelim, distr. de Gôa, na India.

Salema. E' appellido nobre em Portugal, e mais antigo do que era a monarchia. Em 1193 era vassallo de D. Sancho I Pero Salema. O solar d'esta familia ficava na herdade denominada Salema, no Alemtejo. As suas armas são: Em campo vermelho um castello de ouro, coberto do mesmo metal, lavrado, com portas e frestas de negro: orla azul, carregada de sete salemas *(peixes)* de prata. Elmo de aço aberto, e por timbre o castello do escudo. Outros Salemas trazem por armas: Em campo de púrpura 5 achas d'armas, de ouro, em aspa; e o mesmo elmo e timbre.

Salema *(Alvaro de Magalhães Mexia)*. Capitão do corpo do estado maior. N. a 7 de janeiro de 1866, fal. a 16 de fevereiro de 1901. Era filho do conselheiro Antonio de Magalhães Mexia Baião da Lança Salema, e de D. Maria Francisca de Zéa. Assentou praça no regimento de caçadores n.° 2, em 21 de novembro de 1886. Matriculou-se na Escola Polytechnica em 1884, concluindo o curso geral da mesma escola com distincção em 6 de outubro de 1888 Frequentou depois a Escola do Exercito, onde completou o curso do estado maior em 26 de dezembro de 1890. Foi promovido a alferes para o regimento n.° 4 de cavallaria, em 8 de fevereiro de 1891, a tenente em 25 de fevereiro de 1893 e a capitão do corpo do estado maior em 7 de junho de 1900. Desempenhou diversas commissões, e quando falleceu, estava encarregado de trabalhos topographicos nas proximidades de Oeiras.

Salema *(Antonio de)*. Jurisconsulto. N. em Alcacer do Sal, onde tambem fal. em 1586. Licenciou-se em Leis na Universidade de Coimbra, onde ficou como lente de direito. Passando depois á magistratura, foi desembargador da Casa da Supplicação e depois desembargador dos Aggravos. Foi tambem governador de S. Thomé e do

Rio de Janeiro. Deixou manuscripto um *Tratado da conquista que fez do Cabo Frio contra os francezes e o gentio Tamoyo que n'elle estiveram fortificados.*

Salema *(João Sande Magalhães Mexia)*. Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, e lente da sua faculdade. N. em S. Pedro de Moitas de Villarinho, concelho da Louzã, a 25 de dezembro de 1812, fal. em Coimbra a 21 de outubro de 1873. Era filho do desembargador Joaquim de Magalhães Mexia Macedo e de D. Catharina José Baião de Sande Salema. Matriculou se na Universidade em 1829, mas só veiu a proseguir os estudos mais tarde, pela interrupção occasionada pela guerra civil. Fez a sua formatura, e pouco depois doutorou-se, a 25 de janeiro de 1837. Entrou logo no magisterio, sendo nomeado lente substituto de direito e de theologia. Em 1841, sendo lente substituto, publicou o 1.° vol. dos *Principios de Direito politico, applicados á constituição politica da monarchia portugueza de 1838; ou a theoria moderada dos governos monarchicos constitucionaes representativos.* Não agradou a obra ao autor depois que a viu impressa, porque lhe pareceu que n'ella se sentia demais a inexperiencia da mocidade; de fórma que não só não publicou o 2.° volume, mas recolheu quantos exemplares pôde encontrar do primeiro. Escreveu em latim: *Ad Juris ecclesiastici studium*, Coimbra; ficou incompleto este livro; entrou no prélo a 1 de agosto de 1857, e só se imprimiram 38 folhas, mas apezar de não estar concluido, foi compendio na 8.ª cadeira de theologia, e 10.ª de direito no 4.° anno d'estas faculdades, onde se lê o *Direito ecclesiastico commum e privativo da Egreja portugueza, com seu respectivo processo.* Em 1861 publicou, tambem em latim, *Institutiones Juris publici Ecclesiastici*, que serviram de texto na sua aula. Mas no intervallo lançára se ardentemente na politica, mostrando se devotado sectario do partido conservador, e sendo frequentes vezes eleito deputado. Depois recolheu de novo á Universidade, onde foi lente de prima, decano director da faculdade de direito e professor de direito ecclesiastico e canonico no 4.° anno das duas faculdades de theologia e de direito. Conservou se na regencia das suas cadeiras até que falleceu. Deixou tambem impressa a oração de sapiencia, que pronunciou na abertura das aulas em 1870, que tem por titulo: *Pro Studiorum instauratione oratio postridie idus octobris anno MDCCCLXX in maximo conimbricensis academiae gymnasio*, etc. O dr. Mexia Salema era conselheiro, commendador da ordem de Christo, e tenente coronel honorario do batalhão de caçadores de Coimbra.

Salema *(José de Sande Magalhães Mexia)*. Juiz do Supremo Tribunal de Justiça e par do reino. Formou se em Direito pela Universidade de Coimbra em 1811, e foi logo despachado delegado do procurador regio da comarca de Reguengo de Monsaraz, sendo depois transferido para Setubal. Mais tarde foi despachado ajudante do procurador regio junto da Relação do Porto, onde tambem serviu de procurador regio. Em 1817 foi nomeado capitão dos regimentos de Coimbra e de Setubal. Em 1851 saiu despachado juiz de direito da comarca d'Arganil, onde teve de se occupar do celebre processo dos Brandões, pela morte do ferreiro de Candosa. Foi transferido para Lisboa em 1855, servindo nas tres varas criminaes e na 3.ª e 6.ª civeis. Em 1870, a 16 de julho, foi para a Relação dos Açôres, vindo depois para a de Lisboa, da qual foi vice-presidente e presidente, passando em março de 1884 a juiz do Supremo Tribunal. Em 1887, no gabinete Avila, foi ministro da justiça. Anteriormente fôra eleito deputado por Soure. Fôra agraciado com a carta de conselho, e diversas cruzes, tendo lhe sido dada tambem a medalha da febre amarella. O ultimo cargo, que exerceu, foi o de vice presidente da camara dos pares.

Salema *(Pedro de Sande)* Fidalgo alemtejano do seculo XVII; foi capitão-mór da villa de Torrão, e entregando-se ao estudo da historia, deixou manuscriptas varias obras sobre assumptos, historicos e genealogicos: *Vidas de Santa Ursula e suas companheiras; Historia de D. Vetaça; Miscellanea de varia historia* e *Familias do Alemtejo.*

Salema *(Vasco Correia)*. Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo. Era natural de Alcacer do Sal, sendo filho de Mem Gonçalves Salema, que fez muitos serviços em Africa e no reino, e instituiu um grande morgado. D. Elias, tronco dos Correias Salemas, e Sousas da villa d'Alcacer do Sal, que se juntaram com os Mascarenhas, foi um fidalgo francez que se encontrou na tomada de Alcacer com o bispo D. Sueiro. Foi pessoa muito autorisada, e vassallo muito leal, porque andando n'uma batalha, mataram o cavallo a el rei, e ficando em poder dos moiros, D. Elias rompeu por entre elles e lhe deu o seu cavallo, ficando a pé; e d'estes mais se foi defendendo até se metter com os outros christãos, os quaes em uma lagôa d'agua escaparam á morte. Consta tudo o referido de documentos authenticos, que se acham em poder dos seus descendentes, que são os Salemas, Correias e Sousas de Alcacer, e muitas casas illustres da côrte.

Salemas Pov. na freg de S Pedro, de Louza, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Salga. Açôres; ilha Terceira; pov. na freg. de S. Sebastião, conc. e distr. de Angra do Heroismo || Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Achadinha, conc. de Nordeste, distr. de Ponta Delgada. Tem uma ermida com a invocação de S. José. E' fertil em generos agricolas.

Salgada. Ribeira da ilha do Principe, na prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental.

Salgado. E' appellido originario da Galliza, que passou a Portugal. As suas armas são: Em campo verde uma fortaleza de duas torres com uma muralha no centro tudo de prata, e uma cadeia de ouro lançada de uma aguia da sua côr, e abaixo da aguia sobre a muralha um saleiro de ouro; timbre, a aguia com o saleiro no bico, Alguns ramos trazem só por armas a aguia com o saleiro no bico em campo verde e o mesmo timbre.

Salgado *(Antonio José da Cunha)*. Coronel de cavallaria. N. na freg. d'Ajuda a 10 de janeiro de 1823, fal. em Casellas a 25 de setembro de 1881. Era filho do capitão de engenheiros de egual nome, e sendo destinado á carreira das armas, entrou para o Collegio Militar em 5 de outubro de 1831, aproveitando a regalia de ser filho de official. Completou o curso a 29 d'agosto de 1840,

tendo assentado praça no dia anterior no regimento de cavallaria n.º 2, então denominado de lanceiros da rainha, sendo reconhecido aspirante a official, em 24 de setembro seguinte. Em 26 de novembro era Cunha Salgado promovido a alferes, para caçadores n.º 27, em virtude d'uma medida geral que mandou passar á arma de infantaria todos os aspirantes de cavallaria, por ser necessario elevar o exercito, em virtude d'uma supposição de rompimento de hostilidades com Hespanha. De 1838 a 1842, primeiro como estudante e depois como alferes, aproveitava os momentos de descanso em redigir o jornal *A Galeria Pittoresca* e o *Cosmorama Litterario* da Sociedade Philomatica, gremio de estudantes de todas as escolas do paiz. Mais tarde resolveu esta utilissima sociedade dar alguns cursos nocturnos, publicos e gratuitos, de differentes disciplinas, e Salgado foi encarregado do de geographia, publicando então, em 1843, o *Curso elementar de geographia*. Frequentou algumas aulas da Escola Polytechnica. Em janeiro de 1843 passou ao batalhão de caçadores n.º 3, e em julho de 1844, sendo escolhido para servir de ajudante na organisação do batalhão de caçadores n.º 9, que mais tarde passou a ser n.º 1, deixou esta commissão em outubro de 1845. Como alferes d'aquelle corpo, assistiu ás campanhas de 1846, e na de Torres Vedras, em dezembro d'esse anno, ficou ferido gravemente n'uma perna, quando pelejava valorosamente, pelo que foi agraciado com o grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada, lendo se no respectivo decreto: *pelo seu distincto comportamento e relevantes serviços prestados em campanha*. Em 19 d'abril de 1847 foi promovido a tenente, e em 1 de fevereiro de 1848 nomeado adjunto á repartição do quartel mestre general. Impossibilitado de continuar a servir em infantaria por causa dos ferimentos recebidos na batalha de Torres Vedras, foi mandado passar á arma de cavallaria em outubro do referido anno, e nomeado ajudante d'ordens do chefe do estado maior general, em fevereiro de 1850, até que o commando em chefe do exercito se extinguiu em setembro de 1859. Por decreto de 26 de junho de 1851 foi graduado no posto de capitão. Em 1852 publicou a sua obra: *Noções geraes da guerra*. Salgado foi encarregado de diversas commissões importantes de serviço, em que mereceu sempre os maiores elogios dos seus superiores. Em 1853 teve o encargo de fazer experiencias comparativas com as armas de fogo portaveis dos diversos systemas em uso nos exercitos europeus No anno immediato foi encarregado de organisar a escola central de tiro em Vendas Novas, que funccionou nos mezes de verão de 1854 e 1855. O que elle fez n'essa escola, as difficuldades com que luctou, as contrariedades que teve de vencer, para que esse estabelecimento vivesse durante dois annos, constam do relatorio publicado em 1855. Acêrca d'esta escola, escreveu D. Pedro V, n'uma carta dirigida ao marechal Saldanha, as seguintes palavras religiosas: «Peço-lhe que communique ao Salgado os meus louvores pelo seu trabalho.» N'esse anno de 1855 acompanhou o general Barreiros n'uma excursão scientifica ao estrangeiro, em que percorreu a Inglaterra, Belgica, Prussia, Austria, Italia, Hespanha e França. D'esta viagem, em que tambem se entregou a estudos militares, apresentou relatorios, que fôram muito apreciados, onde se lia a descripção minuciosa de tudo quanto examinára, propondo as medidas que julgava necessarias para o aperfeiçoamento do nosso exercito. Em 1856 voltou ainda a Inglaterra. Foi tambem nomeado addido militar na embaixada de Paris Quando em 1859 se creou o deposito geral de recrutas em Mafra, foi o capitão Salgado nomeado commandante da escola complementar d'esse deposito; em 1861 encarregado de crear e dirigir a padaria militar de Lisboa, á testa da qual se conservou até 1868, estabelecimento de que se tiraram grandes vantagens para a alimentação do soldado, e ao mesmo tempo notavel economia para o orçamento do ministerio da guerra; creou em 1863 o asylo dos filhos dos soldados, o qual commandou até 1870, e que elle bem desejava transformar n'uma escola de officiaes inferiores, bem necessaria no exercito. Para defender a existencia do asylo, que estava ameaçada por algumas criticas que appareceram na imprensa, publicou Salgado, então já no posto de major, um pequeno opusculo: *Breves apontamentos e considerações sobre o asylo dos filhos dos soldados*, e para uso dos alumnos escreveu muitos compendios, que fôram autographados nas officinas d'este estabelecimento. Alguns annos antes, sendo no parlamento o representante do circulo de Mafra, pronunciou nas sessões de 27, 28 e 30 de abril uns discursos notaveis, na discussão do orçamento do ministerio, discursos quo prenderam a attenção da camara, e nos quaes o distincto official patenteou a vastidão e solidez dos seus conhecimentos nas questões militares. Ainda n'esse anno de 1866, por occasião de se formar o campo de manobras, o major Salgado revelou uma actividade e força de vontade maravilhosa, e apezar das censuras de que então e depois por muito tempo foi victima, é innegavel que difficilmente se poderiam reunir as tropas no acampamento na epoca em que para ali marcharam, e que portanto essa instituição não chegava talvez a existir, se não fôssem as diligencias do chefe da administração militar do campo e o ardor com que elle se dedicou a essa commissão. Organisado em 1868 o batalhão expedicionario á Zambezia, com a escoria da soldadesca, cheia de castigos, e que os differentes commandantes querem expulsar dos corpos, tentou este sublevar-se em Alcantara, onde estava aquartelado, pelo que foi mandado para Mafra, onde conseguiram revoltar-se. Cunha Salgado suffocava a revolta auxiliado por alguns dos alumnos mais corajosos, mandando assentar a bateria do asylo contra os amotinados, conseguindo assim dispersal os, pelo que foi louvado na ordem do exercito de 20 de abril de 1869, *pela activa dedicação e acertadas providencias que adoptou*. Salgado foi algum tempo director do Collegio Militar, pedindo a sua exoneração, por não ter sido approvada pela camara a organisação dada a esse estabelecimento, e promulgada pela dictadura do marechal duque de Saldanha, de 1870. No principio do anno de 1871 foi incumbido de elaborar um projecto de reforma da instrucção da cavallaria, sendo mezes depois nomeado membro d'uma commissão para estudar armas portateis, em 1872 encarregado de dirigir a segunda repartição do ministerio da guerra. A' realisação d'aquellas duas commissões dedicou todos os seus cuidados e todo o tempo que as outras commis-

sões lhe deixavam livre. As suas ideias a esse respeito consignou-as primeiro na *Exposição dirigida ao ministro da guerra sobre o projecto de reforma da instrucção da arma de cavallaria*, impressa em 1871, e depois na *Questão da cavallaria*, que publicou em 1877, e na qual se descrevem as resistencias que no decurso da sua carreira havia encontrado sempre que queria implantar entre nós uma ideia adquirida, já pelo trato dos livros que compulsava, já pela observação do que encontrava estabelecido nos paizes estrangeiros. Em 1874, foi promovido a coronel, sendo lhe confiado o commando do regimento de lanceiros n.º 1. Ainda n'esse anno fez parte da commissão que redigiu o novo regulamento disciplinar, e foi mandado em missão á Beira para vigiar a fronteira na occasião em que os acontecimentos politicos de Hespanha reclamavam toda a attenção do nosso governo. Em 1875 foi nomeado membro da commissão que devia assentar as bases d'uma ordenança de cavallaria, em 1877 encarregado da inspecção da padaria militar, e transferido para lanceiros n.º 2, em cujo commando se conservou até fallecer. Em 1878 teve a incumbencia de redigir com mais dois officiaes a nova ordenança de cavallaria, e ainda n'esse anno foi mandado a França para assistir ás grandes manobras de outono. Em 1879 entrou na commissão nomeada para estudar uma organisação de reserva, em fins de 1880 escolhido para membro da commissão de defeza do reino. A primeira parte da *Ordenança* elaborada pelo coronel Salgado juntamente com dois officiaes de cavallaria, foi afinal mandada adoptar em 1880, mas em consequencia das observações feitas por alguns commandantes dos corpos, o governo resolveu submetter essas representações a uma commissão, nomeada em abril de 1881, que rejeitou uma das bases do novo regulamento, que por esse motivo foi suspenso O desgosto que esses factos causaram no brioso coronel, abalaram lhe profundamente a saude, e pouco tempo depois falleceu. O coronel Cunha Salgado era cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, official da da Torre e Espada, commendador de Aviz, da Legião de Honra de França e de Izabel a Catholica de Hespanha, e cavalleiro de Leopoldo da Belgica.

Salgado *(Eduardo Augusto)*. Jornalista e escriptor. Era natural do Porto, onde nasceu em 1833, sendo filho de José Augusto Salgado. Fal. na mesma cidade em janeiro de 1870, com 37 annos de edade. Dedicando-se á vida jornalistica, foi redactor do jornal *Emancipação*, e depois collaborador do *Commercio do Porto*. Tomando parte com outros escriptores na polemica litteraria que em 1865 e 1866 se suscitou, provocada por Anthero do Quental a Antonio Feliciano de Castilho, publicou por essa occasião e a esse proposito um folheto com o titulo de *Litteratura de ámanhã. Duas palavras ácêrca d'um livro do sr. Anthero do Quental*. Escreveu: *Os Apostolos, por Ernesto Renan, traducção*, Porto, 1866; *Vida de Jesus, por Ernesto Renan, traducção feita sobre a undecima edição, por F. J. Vieira de Sá e E. Salgado*, Porto, 1861; *Systema metrico para todos, ou clarissima exposição do systema legal francez*, Porto, 1859; com mappas.

Salgado *(Heliodoro)*. Jornalista e escriptor. N. em Bougado, concelho de Santo Thirso, em 1861, fal. em Lisboa a 12 de outubro de 1906. Era filho de Eduardo Augusto Salgado, engenheiro e jornalista *(V. este nome)*. Ficando orphão de pae, na edade de 6 annos incompletos, foi internado no Collegio dos Meninos Orphãos do Porto, onde recebeu a primeira educação. Saindo do collegio continuou, conforme pôde, a estudar, dedicando se ao professorado como meio de vida, e depois entregou se ao jornalismo, entrando com vontade na lucta das ideias avançadas, estreando-se no jornal socialista *Protesto*, que se publicava no Porto. Heliodoro Salgado era um democrata convicto, e serviu o seu partido desinteressadamente, prestando-lhe grandes serviços. Jornalista vigoroso, fez parte da redacção de quasi todos os jornaes republicanos, como *O Diario da Tarde*, *Voz do Operario*, *Ecco Socialista*, *A Portugueza*, que elle dirigiu, sendo continuação da *Republica Portugueza*, *Norte*, *Paiz*, *Lanterna*, *Federação*, *Obra*, *Voz da Officina*, *Germinal*, *Metallurgico*, *Reacção*, *Jornal de Abrantes*, *Combate*, *Vintem das escolas*, *Benaventense*, *Mundo legal e judiciario*, *Livre Exame*, *Marselheza*, *Patria*, *Alarme*, *Despertar*, *Vanguarda*, *Seculo*, *Lucta*, *Folha do Povo*, *Mundo*, etc. N'este ultimo jornal foi redactor effectivo, sendo depois, até que falleceu, collaborador assiduo dirigindo as duas secções permanentes: *Commemorações historicas*. assignadas com o pseudonymo de *Ivanhoé*, e *Evangelho do dia*, com o de *Ismael*. Durante muito tempo foi correspondente politico, em Lisboa, do *Norte*. Pertenceu ao *Seculo*, quando este jornal era dirigido por Magalhães Lima, e quando se deu a revolta do Porto de 31 de janeiro de 1891, combateu na imprensa ao lado de João Chagas. Por duas vezes soffreu a prisão por delictos de imprensa, sendo a primeira no periodo agitado de 1890 e 1891, cumprindo a sentença d'um mez a que fôra condemnado por causa d'um artigo publicado na *Patria*; a segunda vez em 1897, cumprindo a sentença de 5 mezes de prisão por ter escripto uns artigos na *Batalha*. Pouco tempo antes de morrer, iniciára Heliodoro Salgado uma serie de folhetos de propaganda democratica, destinados a auxiliar com o seu producto as escolas do Centro Rodrigues de Freitas. Quando dirigia no Porto o *Alarme*, sustentou n'aquelle jornal uma violenta campanha contra a policia d'aquella cidade, continuando-a depois no *Despertar*, quando o *Alarme* esteve suspenso por questões de liberdade de imprensa. Havia muitos annos que se filiára na Maçonaria, escolhendo a *Loja Elias Garcia*, onde chegou a pertencer ao conselho da ordem. Deixou differentes livros, entre os quaes um relativo á revolta de 31 de Janeiro, e outro intitulado *Mariolatria*. Salientou se muito como conferente e orador de comicios, tomando parte em quasi todos que se realisaram em Lisboa e Porto, promovidos pelo partido republicano. Heliodoro Salgado fez parte da commissão da exposição da imprensa realisada nas salas do Atheneu Commercial de Lisboa, em 1898, por occasião das festas commemorativas do centenario do descobrimento do caminho maritimo para a India.

Salgado *(João Joaquim Salgado, visconde de)*. Consul geral de Portugal em diversas côrtes Foi um dos alumnos mais applicados e estudiosos do Curso Superior de Letras. Seguindo a carreira diplomatica, foi consul geral em Pernambuco,

Maranhão, Rio Grande do Sul, Bahia, e por fim no Rio de Janeiro, onde se conservava ainda em 1910. No anno de 1896 veiu a Lisboa com licença no mez de agosto, voltando depois ao Brazil no exercicio do seu cargo diplomatico. Por decreto de 11 de outubro de 1906 foi agraciado com o titulo de visconde de Salgado em sua vida. Dedicando se tambem á litteratura, publicou em 1896,em Pernambuco, um romance de costumes portuguezes, *Os Silverios*, que mereceu os francos applausos da imprensa brazileira

Salgado *(José Augusto)*. Bibliophilo; bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, secretario da Academia Polytechnica do Porto, e tenente de um batalhão provisorio durante o cêrco da mesma cidade em 1832. N. na quinta de S. Marcos, em Villa Nova de Gaia a 8 de maio de 1807, e fal. a 25 de junho de 1855. Era filho de João Salgado d'Almeida e de D. Francisca Felicia da Silva Salgado. Escreveu: *Bibliotheca Lusitana escolhida, ou catalogo dos escriptores portuguezes de melhor nota, quanto a linguagem, com a relação das suas principaes obras; colligido de diversos autores*, Porto, 1841.

Salgado *(José Velloso)*. V. *Velloso Salgado*.

Salgado *(Luiz Antonio)*. Capitão de milicias, natural do Porto, e fal. no Rio de Janeiro a 16 de janeiro de 1865. Em 1828, sendo capitão de milicias, illustrou a sua vida por um acto de energia, de civismo e de bom senso, de que teve em recompensa a perseguição que o obrigou a expatriar se. Quando na ultima sessão da junta provisoria do Porto, em 2 de junho, se resolveu por unanimidade que a tropa que estava do lado do sul do Porto retirasse para a margem do norte e depois se cortasse a ponte de barcas, que então havia, como as principaes pessoas implicadas no movimento se refugiassem a bordo do *Belfast*, houve na cidade grande panico, e Salgado teve a resolução de manter elle só a disciplina do regimento e de assumir a responsabilidade de sustentar a ordem publica, para o que não hesitou em assignar ordens do dia em fazer a distribuição do serviço e tomar a superintendencia da policia da cidade. Mas, vendo no dia 3 molhos de carqueja espalhados sobre a ponte e inquirindo o motivo d'isso, soube, que como se puzessem objecções á ordem de cortar a ponte por não haver pessoal para o fazer, Sá da Bandeira, então major, n'um d'aquelles repentes do seu genio que não conhecia obstaculos, a mandou queimar. Então o capitão Salgado, vendo o grande risco que os barcos incendiados, soltando-se uns dos outros e indo rio abaixo á mercê da corrente, levariam aos navios fundeados no porto, e a grande perda inutil de fazendas e por ventura de vidas, começou a concitar todos que passavam a que o ajudassem a evitar tão grande risco, auxiliando-o no empenho de cortar a ponte, o que effectivamente se fez. Não tardou, porém, que tivesse o premio da sua dedicação, sendo deportado, e quando os negociantes portuenses, reconhecidos ao serviço prestado, quizeram impetrar a revogação da ordem, elle não consentiu; tendo, porém, poucos dias depois de fugir, quando o avisaram de que pelas ordens do dia, por elle assignadas, se fazia prova para o processo que ia entrar em julgamento, e cuja sentença podia ser inexoravel. Escondido no porão d'um navio carregado de sal, saiu a barra do Porto, a salvo das perseguições, e demandou a hospitalidade do Brazil, tendo perdido no Porto toda a sua casa e bens. No Rio de Janeiro viveu estimado e considerado até que falleceu, sem ter voltado á patria.

Salgado *(P. Mathias Antonio)*. Presbytero secular, doutor em direito pela Universidade de Coimbra, e vigario da egreja matriz de S. João d'El-Rei, na provincia de Minas Geraes. N. em Lisboa em 1699 ou 1700; ignora-se a data da sua morte. Foi primeiramente jesuita, passando depois ao estado de presbytero secular. Era considerado bom prégador, mas parece que publicou apenas, em 1751, a *oração funebre* que pronunciou nas exequias que o senado da camara da villa de S. João d'El Rei, em Minas Geraes, celebrou pela morte de D. João V.

Salgado *(Pedro)*. Poeta comico que viveu no seculo XVII. N. em Peniche, e serviu nas guerras da Restauração. Escreveu: *Dialogo gracioso, dividido em tres actos, que contém a entrada que o Marquez de Terracusa, general de Castella, fez na campanha da cidade d'Elvas, tratando de a conquistar, e o forte chamado de Santa Luzia, junto á dita cidade; e a retirada que fez á de Badajoz, com perda de muita gente sua, e de reputação*, Lisboa, 1645; é escripto em versos octosyllabos, dos quaes a maior parte são na lingua castelhana, e o resto em portuguez, conforme os interlocutores que figuram no dialogo, sendo uns d'estes portuguezes e outros hespanhoes; *A maior gloria de Portugal, e a affronta maior de Castella: comedia politica, que contém a verdade de tudo o que succedeu na campanha do Alemtejo este presente anno de 1663, e a gloriosa restauração da cidade de Evora*, etc; sem designação do logar nem anno da impressão; dizem ser tambem composta em versos portuguezes e castelhanos: *Theatro do mundo: comedia moral e jocosa, com uma relação no fim, da preza que os maltezes fizeram na mãe do Gran Turco*, Lisboa, 1645; *Hospital do mundo, e segunda parte do theatro d'elle, dialogo moral e jocoso*, Lisboa, 1646; *Relação verdadeira da entrada que fez em Castella Fernão Martins de Ayala, tenente da companhia de Manuel da Gama Lobo; e da preza que fizeram, trazendo prisioneiro o conde Sarguen, general de cavallaria, que vinha ser*, Lisboa, 1646; *Relação verdadeira das festas que na cidade de Lisboa se fizeram na restituição do principe D. Carlos II aos reinos da Gran-Bretanha*, Lisboa, 1660.

Salgado *(P. Vicente)*. Religioso da ordem Terceira de S. Francisco; antiquario, historiador e numismata. N. em Lisboa a 5 de abril de 1732, onde tambem fal. a 30 d'abril de 1802. Habilitado apenas com os estudos menores, entrou na ordem de S. Francisco, professando no collegio de S. Pedro, de Coimbra, a 25 de agosto de 1748. Ali cursou as aulas superiores, tendo por mestre Fr. Manuel do Cenaculo, depois bispo de Beja e arcebispo de Evora. Estudou a paleographia com o professor padre José Pereira, e adquiriu sufficientes conhecimentos de numismatica no Museu Bejense. Applicou-se com particularidade ao conhecimento das antiguidades nacionaes e da sua ordem, tornando-se umas e outras assumpto especial da predilecção. Foi prégador geral jubilado, secretario do conselho, cartorario, prelado dos conventos de Arraiollos e de Vianna do Alemtejo, primeiro reitor do collegio de Evora, profes-

sor de latinidade em Silves, chronista da sua congregação, nomeado em 13 de junho de 1787, e ministro geral, eleito no capitulo de 1789. Fal. no convento de Jesus, depois d'uma vida de trabalho e de amor ás letras. Deixou impressas as seguintes obras: *Breve instrucção sobre as medalhas romanas, para os primeiros estudos do novo curioso*, Lisboa, 1780; saiu com as iniciaes F. V. S.; foi reimpressa, trazendo o seu nome por extenso, em 1784; *Conjecturas sobre uma medalha de bronze, com caracteres desconhecidos, e com os latinos Vetto*, Lisboa, 1784; *Memorias ecclesiasticas do reino do Algarve, offerecidas ao ex.mo e rev.mo sr. bispo de Beja*, etc.; tomo I, Lisboa, 1786; *Origem e progresso das linguas orientaes na Congregação da terceira ordem de Portugal, offerecido ao ex.mo e rev.mo sr. bispo de Beja*, etc., Lisboa, 1790; *Agradecimento ao ill.mo e rev.mo monsenhor Octaviano Acciajuoli, presidente do capitulo em 1789*, Lisboa, 1789; n'este concilio fôra Fr. Vicente Salgado eleito para um alto grau da hierarchia franciscana; *Compendio historico da Congregação da terceira ordem de Portugal*, Lisboa, 1793. As suas obras manuscriptas, dizem ser muito mais importantes que as impressas; existem todas ou quasi todas, na livraria do extincto convento de Jesus, hoje pertencente á Academia das Sciencias. São as seguintes: *Memorias para a historia ecclesiastica do Algarve*, 4 tomos, além do 1.º que está impresso; *Collocação dos monumentos romanos, descobertos no reino de Portugal e Algarve, extrahida de varios autores, e da curiosidade do collector, com um discurso no principio sobre a mesma materia*, escripto em 1796; *Descripção das medalhas e moedas de ouro e prata do museu do convento de N. S.ª de Jesus, appellidado «Museu Maynense,»* 1795; *Catalogo historico dos escriptores da Congregação da terceira ordem;* 1797; *Memorias da fundação dos conventos da Congregação da terceira ordem*, 3 volumes; *Memorias do real collegio do Espirito Santo da cidade de Evora, e do conselho litterario no convento de Lisboa*, em 1777; *Memorias politicas do tempo de agora*, 1789; é uma collecção de decretos, avisos, cartas, sentenças, etc.; *Manual de documentos veridicos, para servirem á chronica da Congregação da ordem Terceira;* 3 tomos, 1790; *Catalogo do cartorio do convento de N. Senhora de Jesus*; 1793; *Collecção de monumentos para a historia da Congregação da terceira ordem de Portugal*, etc., contém breves, bullas, doações, alvarás, etc ; *Collecção de algumas cartas familiares do ex.mo e rev.mo sr. Bispo de Beja; Collecção de varias censuras latinas e portuguezas, impressas e não impressas, como tambem de cartas do mesmo ex.mo Bispo*, 1771; *Discursos sobre alguns livros historicos, lido na assembléa litteraria que se fazia no interior do convento de Lisboa*, em 1761; *Catalogo historico dos manuscriptos da livraria de que tem o uso, assim de folha como de quarto, a maior parte dos quaes fôram copiados por elle mesmo*; *Enchiridion historico-miscellaneo, ou Mercurial de divertimento erudito*, 1754; *Bibliotheca manual e curiosa alphabetica*, 1762; *Extracto de alguns pergaminhos antigos do cartorio da cidade de Silves no Algarve.*

Salgado. Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves e conc. de Borba, distr. de Evora. ‖ N. S.ª da Victoria, de Famalicão, conc. de Pederneira, distr. de Leiria ‖ Santa Maria, de Lamas, conc. da Feira, distr. de Aveiro. ‖ S. Martinho, de Villa Jusã, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real.

Salgado Araujo (*João*). V. *Araujo*.

Salgado Zenha (*Manuel Salgado Zenha, barão de*). Negociante, um dos membros mais distinctos da colonia portugueza no Brazil. Era natural de Braga, onde nasceu em 1837, e fal. no Rio de Janeiro em principios de junho de 1894. Foi para o Brazil onde se dedicou á vida commercial. Ainda muito novo associou se á importante firma João José dos Reis & C.ª, depois conde de S Salvador de Mattosinhos. Dotado de intelligencia pouco vulgar e de grande actividade, fez depois parte da firma commercial da praça do Rio de Janeiro Hime Zenha & Salgado, que durou mais de 20 annos, e a que succedeu a de Zenha & Silveira. Sendo esta casa liquidada, dedicou-se inteiramente aos negocios bancarios, e quando falleceu era presidente do Banco Nacional Brazileiro. A maior parte da sua vida foi passada no Rio de Janeiro, em que prestou relevantes serviços, assim como á colonia portugueza existente n'aquella cidade, e aos institutos portuguezes, para cuja fundação e prosperidades sempre muito concorreu. O governo portuguez agraciou-o com a commenda e a gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, com o titulo de conselheiro e o de barão de Salgado Zenha. O governo brazileiro tambem lhe conferiu o officialato da ordem da Rosa.

Salgados. Povoações nas freguezias de S. Lourenço, da Camacha, e de N. S.ª da Luz, de Gaula, ambas do conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal, ilha da Madeira. ‖ Pov. na freg. da Sé, conc. e distr. de Faro.

Salgão. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Oldrões, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Salginem Pov. do conc. de Sanguem, Novas Conquistas, no distr. e arceb de Gôa, India

Salgueira. Povoações nas freguezias: S Simão, de Arões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro ‖ N. S.ª da Purificação, de Freixianda, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. ‖ S Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. ‖ S Thiago e conc. de Sardoal, distr. de Santarem. ‖ S. João Baptista, de Tocha, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. ‖ Ribeira que nasce entre o valle Junco e ribeira de Venda, e vae lançar se na ribeira de Sôr com cêrca de 70 k. de curso.

Salgueiraes Pov. e freg de N. S.ª das Neves, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Celorico da Beira, distr. e bisp. da Guarda; 117 fog. e 506 hab. Tem esc. do sexo masc , est. post. e uma fabrica de queijos Está situada a 1:500 m. da estrada de Celorico da Beira a Oliveira do Hospital, a 16 k. da séde do conc. O prior da villa de Linhares apresentava o cura, que tinha 8$000 reis de congrua e o pé d'altar. A terra é pouco fertil, mas cria muito gado e tem caça. Pertence á div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Salgueiral. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Barreiros, conc. de Amares, distr. de Braga ‖ N. S.ª da Consolação, do Chão de Couce, conc. de Ancião, distr. de Leiria. ‖ S. Miguel, de Coja, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. ‖ Santa Eulalia, de Couto de Baixo, conc. e distr. de Vizeu. ‖ O Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Mi-

guel, de Creixomil, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Martinho, de Escariz, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Espite, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || S. Miguel e conc de Ferreira do Zezere, distr de Santarem. || S. José, de Godim, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. João Baptista, de S. João de Loure, conc. de Albergaria a Velha, distr. de Aveiro || S Miguel, de Lageosa, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || N. S.ª d'Assumpção, de Lamegal, conc. de Pinhel, distr. da Guarda. || S. Thiago, de Santa Lucrecia de Algeriz, conc. e distr. de Braga. || N. S.ª da Natividade, de Luso, conc. da Mealhada, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Pombeiro, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco. || S. Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real.

Salgueiral de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Christovão e conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

Salgueiras. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Real, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Salgueirinha. Pov. na freg. de Santa Maria, de Ul, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Salgueirinhas. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Vinha da Rainha, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Salgueirinho. Povoações nas freguezias: S. Jorge, de Airó, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Arcozello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Gondar, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Pedro, de Merelim, conc. e distr. de Braga. || S. Paio, de Pouzada, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco.

Salgueirinhos Povoações nas freguezias: S Pedro, de Castanheira, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S Thiago, de Lustosa, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Miguel, de Martinxel, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || S. Lourenço, de Navarra, conc. e distr. de Braga || O Salvador, de Real, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Mamede, de Ribeirão, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Miguel, de Villarinho, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Salgueiro *(Adrião Antão Barata).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Escreveu: *Refutação do memorial de D. Joanna Ullman Veiga sobre a questão do casamento de sua filha D. Paulina Francisca da Veiga com Antonio Alves de Sousa,* Lisboa 1860. N'este opusculo se encontram reunidas todas as peças e correspondencias que ácêrca d'esta questão se imprimiram, quer avulsas, quer insertas nos jornaes, por ambas as partes conteudoras.

Salgueiro *(Diogo Marques).* Freire da ordem militar de S. Thiago, prior da villa de Mertola, e depois capellão do mosteiro de Santos, de Lisboa Ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Escreveu: *Relação das festas que a Religião da Companhia de Jesus fez em a cidade de Lisboa na beatificação do Beato Francisco de Xavier, segundo padroeiro da mesma companhia e primeiro apostolo dos reinos do Japão, em dezembro de 1620,* Lisboa, 1621.

Salgueiro *(P. Francisco).* Jesuita. N. em Tanger, onde seus paes viviam, e com elles veiu para Portugal, provavelmente quando Tanger foi abandonada pelos portuguezes. Entrou para a Companhia de Jesus no collegio de Evora, em 1676. Doutorou se na Universidade d'esta cidade, esteve depois em Angra, leccionando humanidades, vindo novamente para o collegio de Evora, onde ensinou philosophia e rhetorica, passando por fim ao collegio de Coimbra, como professor de theologia e escriptura. Em 1704 foi admittido na Universidade de Evora, no numero dos doutores e lentes, sendo ali lente de escriptura. Em 1719 esteve em Lisboa governando, como reitor, o collegio de Santo Antão, e d'aqui passou a Faro, onde se tornou notavel pela caridade com que tratava os enfermos, n'uma peste que devastou aquella cidade, morrendo victima do seu zelo christão a 17 de setembro de 1721. Foi um prégador distincto no seu tempo, mas publicou apenas o seguinte: *Sermão das exequias do serenissimo rei D. Pedro II, celebradas na sé de Evora, em 21 de janeiro de 1707,* Evora, 1707.

Salgueiro *(Joaquim José Marques Torres).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em Beja, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Consta que serviu alguns cargos de magistratura. Escreveu: *Pensamentos avulsos sobre idéas liberaes,* N.º 1, Lisboa, 1826. Saíram como este mais 6 numeros successivos constando de 32 pag. cada um, e contando ao todo 207 paragraphos, que deviam alongar-se até 2:700, conforme a promessa do autor. Não se sabe o motivo porque se suspendeu esta publicação, a qual tinha por fim, segundo se dizia, encaminhar o espirito politico dos povos em harmonia com os principios e doutrinas da Carta Constitucional, pouco antes jurada.

Salgueiro *(José de Faria Pinho e Vasconcellos Soares de Albergaria, 2.º barão de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Christo, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado pelo districto de Leiria em diversas legislaturas, governador civil de Castello Branco, e proprietario em Leiria N. a 23 d'agosto de 1837, sendo filho do 1.º barão de Salgueiro, Manuel José de Pinho Soares de Albergaria, e de sua mulher D. Maria Benedicta de Faria Vasconcellos. Foi o chefe do partido progressista em Leiria. O titulo de barão de Salgueiro foi renovado por decreto de 17 de junho de 1859. Casou a 16 d'abril de 1874 com D. Luiza de Athaide, filha de Luiza da Silva de Athaide. O seu brazão, concedido a um dos seus antepassados, o sargento-mór de ordenanças Manuel Soares de Albergaria e Oliveira, por alvará de 5 de maio de 1791, é o seguinte: Escudo esquartelado; no 1.º quartel as armas dos Soares de Albergaria; em campo de prata uma cruz vermelha vazia e floreteada, e uma bordadura de prata, perfilada de negro, carregada com 8 escudetes das quinas do reino; no 2.º quartel, as armas dos Oliveiras: em campo vermelho uma oliveira verde, com azeitonas de ouro e raizes de prata; o 3.º quartel é partido em pala, tendo á direita as armas dos Leites: em campo verde tres flôres de liz de ouro em roquete; á esquerda as armas dos Pereiras: em campo vermelho uma

cruz do prata floretcada, vasia do campo; no 4.º quartel as armas dos Mattos: em campo vermelho um pinheiro verde perfilado de ouro entre dois leões do mesmo metal, armados de azul.

Salgueiro. *(Manuel Antão Barata)*. Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra; era natural de Alvaro, concelho de Thomar, sendo filho de Antonio Antão. Doutorou se em 11 de junho de 1820.

Salgueiro *(Manuel José Pinho Soares de Albergaria, 1.º barão de)* Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, conselheiro, bacharel formado em direito pela Universidade do Coimbra, antigo magistrado, e por fim juiz de direito. N. no logar de Moradal, do concelho da Feira, em 1799, e fal. a 6 de outubro de 1868. Era filho de Domingos José de Pinho, capitão de ordenanças no concelho de Cambra, e de sua mulher D. Anna Joaquina Soares Leite. O titulo de barão de Salgueiro foi concedido por decreto de 17 de dezembro de 1864. Casou a 29 de junho de 1834 com D. Maria Benedicta de Faria e Vasconcellos, filha de Francisco José Pereira Cleto de Vasconcellos, e de sua mulher D. Joanna Candida de Faria.

Salgueiro Pov. e freg de S Pedro, da prov. da Beira Baixa, conc, com. e distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 426 fog. e 1:646 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. Está situada a 2 k. da margem esquerda do rio Tripeiro, na estrada de Castello Branco a Oleiros e a 10 k. da séde do conc. O rei, pelo tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens, apresentava o vigario, que tinha 170$000 reis. A terra é fertil, cria gado e tem caça. Pertence á 2.ª divisão mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21 com a séde em Castello Branco. || Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Fundão, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 330 fog. e 1:237 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada a 2 k. da margem direita da ribeira Meimôa, a 25 k. da séde do conc. O vigario da freg. de S. Bartholomeu da Covilhã, apresentava o cura, que tinha 250$000 réis o o pé d'altar. A terra é fertil; tem grande abundancia de gado e de caça Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Airão, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Cardiellos, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Senhor Jesus, de Carvalhal, conc. de Obidos, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Annunciação, de Codeceiro, conc. e distr. da Guarda. || S. Pedro, de Condeixa-a-Velha, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra. || Santa Eulalia, de Crespos, conc. e distr. de Braga. || S. João Baptista e conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria || S. Pedro, de Folques, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || Santa Maria, de Lamas, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Magrellos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Pedro, de Manhouce, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || N. S.ª do Rosario, de Marinha Grande, conc. e distr. de Leiria. || O Salvador, de Medrões, conc. do Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Moreira de Geraz do Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Paulo, de Palheiros, conc. de Murça, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Paradolla, conc. de Mogadouro, distr. de Bragança. || S. Pedro, de Pardilhó, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de Pelariga, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Thiago, de Prestimo, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Thiago de Riba d'Ul, conc. de Oliveira de Azemeis, do mesmo distr. || S. Miguel, de Sôza, conc. de Vagos, do mesmo distr. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Pedro, de Vallongo, conc. de Agueda, do mesmo distr. || S. Faustino, de Viaris, conc. de Baião, distr. do Porto.

Salgueiro da Lomba. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, do Aguda, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Salgueiro da Ribeira. Pov. na freg. do N. S.ª da Graça, de Aguda, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Salgueiros. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Campanhã, 1.º bairro do Porto. || S. Paio, de Casaes, conc. de Louzada, do mesmo distr. || Santos Cosme e Damião, de Garfe, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Romão, de Mouriz, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Pedro, de Ossella, conc. de Oliveira de Azemeis, distr de Aveiro. Tem caixa post. || S. Clemente, de Paços de Gaiollo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Pindello, conc. de Oliveira do Azemeis, distr. de Aveiro. Tem caixa post. || O Salvador, de Real, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santo André, de Tuizello, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

Salicos. Pov. na freg. do N. S.ª da Luz, e conc. de Lagôa, distr. de Faro.

Salicultura. A industria da extracção do *sal marinho* (chloreto de sodio) é muitissimo antiga entre nós. Do anno de 959 ha documento relativo ás salinas de Aveiro Quando os portuguezes conquistaram Alcacer (do Sal), encontraram já ali a industria em plena laboração pelos arabes. Quanto á existencia das marinhas do Ribatejo, o primeiro documento authentico, que se conhece, é o emprasamento d'uma salina do Tojal, chamada a *Carvalha*, feito em 1412 pelo mosteiro de S. Vicente de Fóra a Senhorinha Annes, camareira da rainha D Leonor. No reinado de D. João I o sal produzido em Lisboa já excedia o consumo interno, como se vê de uns artigos requeridos em Coimbra por parte dos fidalgos que se julgavam lesados pelos rendeiros do Estado na cobrança de uma *imposiçom* lançada por aquelle monarcha sobre o sal. Este estado regular da salicultura em Lisboa continuou nos reinados de D. Duarte e D. Affonso V, como se deprehende d'uma carta privilegio d'este ultimo rei, dada á cidade do Porto a 20 de janeiro de 1466, para que nenhum extrangeiro pudesse comprar nas provincias d'Entre Douro e Minho, Traz-os-Montes e Extremadura, excepto vinho, pescado e *sal*. Entre o reinado de D. Affonso V e o de Filippe II houve um periodo de decadencia para as marinhas do Tejo, como se infere d'um alvará promulgado a 18 de outubro de 1597, no qual se regulava o modo por que se venderia *o sal que entrasse o rio de Lisboa* Do reinado de D. João IV até aos fins do seculo XVIII

fôram as salinas do Ribatejo regularmente exploradas. No meado do seculo XIX a salicultura em Setubal soffreu grandemente com a liberdade do commercio do sal e extincção da Roda do Sal. V. *este nome*. Como a salicultura exige locaes da maior serenidade, não póde por isso estabelecer se nas costas, e tem de se exercer principalmente em terrenos banhados por aguas salobras, o que demanda maiores superficies de evaporação e mais tempo para esta se completar. Assim em Portugal existem salinas, ou *marinhas de sal*, na parte mais larga da ria d'Aveiro, entre Ilhavo e a foz do Vouga; na Figueira; na margem direita do Tejo, na Povoa de Santa Iria; em Alcacer do Sal e em Faro. As mais importantes em productos são as de Alcacer do Sal e Aveiro. Uma salina, ou marinha, consta de um *viveiro*, onde são recolhidas as *aguas-mães*, e de um ou dois *taboleiros* quadriculados; a agua vae passando de um para outro d'estes reservatorios, cada vez mais carregada em salinidade, até que no ultimo começam a formar-se os cristaes que são successivamente colhidos e depostos em pequenos monticulos nas divisorias das salinas, e mais tarde reunidos nas *eiras* em montes de rigorosas fórmas geometricas. O trabalho das salinas exige muitos cuidados. O conjunto das salinas d'uma região offerece espectaculo especial com aquella extensão, por vezes vasta, de terreno quadriculado, onde as aguas serenas reproduzem as imagens como espelhos, e com os montes de sal alvinitente a quebrar a monotonia da paizagem. Para exemplo, eis os principaes elementos da industria salineira em Aveiro. Em geral o *proprietario* da marinha dá a de exploração a um *marnoto* (o operario industrial propriamente dito), e os dois partilham os lucros liquidos. Uma marinha de grandeza regular exige o trabalho de 1 marnoto e um moço; quando a abundancia é maior, é necessario o auxilio de um outro moço e de 1 mulher carregadeira. Além do sal, ainda as marinhas produzem moliço, o que dá um accrescimo de lucro, mas tambem um accrescimo de trabalho para a limpeza. Tambem é origem de lucro o peixe que entra nos *viveiros*, e que em Aveiro é colhido de dois em dois annos. Em 1888 existiam em Aveiro cêrca de 400 marinhas, empregando, pois, normalmente 800 homens além dos que fazem os serviços de carga e descarga dos barcos e manobra d'estes; n'essa época o valor do sal produzido em Aveiro: era calculado em 64 contos. O sal portuguez adquiriu a justificada fama de ser do melhor do mundo; por isso era elle procurado pelas outras nações; desde o seculo XV Setubal deve ao commercio do sal grande parte do seu desenvolvimento. Mas com o decorrer dos tempos, e principalmente a partir da segunda metade do seculo passado, essa procura tem diminuido muito, devido, ao que parece, e em relação aos paizes do norte da Europa, ao desenvolvimento da exploração do sal mineral (sal gemma) e do seu emprego. Da *Estatistica do commercio e navegação* extrahimos os seguintes elementos da nossa exportação de sal em 1905: quantidade—81.866 toneladas; valor—87 contos; principaes paizes importadores: Hollanda—27.000 t., França—13.500 t., Suecia—12.000 t., Hespanha—8.000 t., Inglaterra—7.500 t., Allemanha—7.000 t., Noruega—4.500. Bibliographia: *Museu technologico, revista das industrias portuguezas e estrangeiras*, etc. Director M. da Maia Alcoforado, Lisboa, 1877. N'esta revista se trata dos processos technicos das marinhas de todo o paiz. || *Memoria sobre as Marinhas de Portugal* por Constantino Botelho de Lacerda Lobo, *Memorias Economicas*, vol. XII, folha III. N'um quadro appenso a esta memoria se faz a historia das antigas marinhas de Aveiro, Figueira, Rio Maior, Lisboa, Setubal, Faro, Tavira, Villa Nova de Portimão e Alvor, Castro Marim, Entre Douro e Minho. Outra *Memoria*, do mesmo autor, trata da analyse do sal commum das marinhas de Portugal. Acha se a pagina 233 do citado volume das *Memorias Economicas*. || *Regimento da repartição, extracção e arrecadação dos direitos do sal das villas de Setubal e Alcacer*, Lisboa, 1703. Na *Tabola* do sal de Setubal tinham assentamento nos seculos XVIII e XIX diversos ordenados, tenças e juros, conforme os respectivos livros archivados na Junta do Credito Publico. || *Artigos das sizas*, capitulo 58.º relativo ao sal. || *Memoria sobre os grandes beneficios do sal commum em geral e em particular do sal de Setubal comparado experimentalmente com o de Cadix*, etc. por José Joaquim Soares de Barros e Vasconcellos, no tomo I das *Memorias Economicas*, citadas, 1781. || A'cêrca das marinhas antigas de Peniche veja se a nota 26 do livro *A Industria de Peniche* por Carvalho Figueira. || *Recordações*, de Jacome Ratton, Londres, 181?, referem-se a pag. 63 á marinha da Barroca d'Alva. A pag 167 fala do estabelecimento de salinas, que decretou o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho. || *Alvará de 17 de junho de 1769*, mandando emprazar os sapaes incultos e as marinhas de Tavira, o qual encerra indicações curiosas. || V. *Roda do Sal* e *Setubal (Roda do Sal de)*.

Saligão. Regedoria do concelho de Bardez, districto de Gôa, na India.

Saligo. Pov. na freg. de S. Martinho, de Pecegueiro, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Salina. V. *Salinas*.

Salina. Pov. na freg. de S. Thiago, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Porto situado na costa da ilha do Sal, no mesmo archipelago e provincia. || Porto da ilha da Boa Vista, idem, idem. || Ponta situada na costa S da ilha do Sal, idem, idem Tambem é chamada *Ponta do Sul*.

Salinas. E' um appellido nobre, que veiu de Hespanha, tomado da villa de Salinas, na Guipuscoa. Não se sabe quem o trouxe a Portugal. As suas armas são: Em campo de prata, uma asna de púrpura firmada, entre 3 flôres de liz do mesmo metal; elmo d'aço, aberto; timbre, o pescoço e a cabeça d'um unicornio, da sua côr, com a ponta de prata.

Salinas. A agua salgada, sendo recolhida em reservatorios e taboleiros convenientemente construidos, passando de uns para outros, e evaporando-se ao ar livre, deposita por crystalisação o sal das cozinhas, ou chloreto de sodio. Dá se o nome de marinhas ou salinas a estes reservatorios, que as aguas salgadas percorrem, para se evaporarem e deporem o sal. Os trabalhos da salinação principiam geralmente em junho, fazendo se principalmente a colheita em julho e agosto. A agua recebida directamente do mar produz mais sal que a dos rios e lagos e salgados, por isso as marinhas mais proximas da foz dos rios são mais rendosas, porque é maior a

salinagem das aguas. E' nas marés vivas de cada mez, que a producção salina é mais abundante, porque vem do Oceano maior porção de agua salgada. Esta industria é uma grande riqueza para Portugal, porque não só abastece com abundancia os mercados nacionaes, mas constitue um ramo de grande exportação para paizes estrangeiros, onde o sal das marinhas portuguezas tem muita acceitação. V. *Sal* e *Salicultura*.

Salinas Ponta situada na costa SO da ilha do Maio, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Porto ou abrigada da ilha do Fogo, idem, idem. || Ponta situada na costa do distr. de Benguella, prov. de Angola, Africa Occidental. || Roça da ilha do Principe, Africa Occidental.

Salineiro. Pov. na freg. do Santissimo Nome de Jesus, conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Salir (*Fr. Xisto do*). Monge de Cister e abalisado theologo. Era natural de Salir dos Mattos, proximo das Caldas da Rainha. Professou no convento de Alcobaça, e escreveu uma obra theologica, que se não publicou, mas obtivera grande reputação, chamada *Vidua Sereptana moraliter explanata*.

Salir. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. do Algarve, conc. e com. de Loulé, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 1:008 fog. e 4:630 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., lagares d'azeite, deposito de farinhas, tabacos e de minas de cobre e d'outros metaes no logar d'Almargem do Rei, pharmacia, etc. Está situada a 1 k. da margem esquerda da ribeira de Salir, a 2 da estrada de Loulé a Almodovar, e a 12 da séde do conc. A mitra apresentava o prior, que tinha 720 alqueires de trigo de renda por anno. A pov. é muito antiga. Foi villa no tempo dos moiros, e praça fortificada. A egreja é pequena e nada tem de notavel. A terra é fertil, e são muito apreciados os seus vinhos, chamados d'Alicaute; produz boa laranja que exporta para Inglaterra. Fabrica se aqui muita aguardente de medronhos, e ha vastos montados, onde se criam muitos porcos, e são abundantes de caça. A pov. pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro. || Serra do Algarve. || Ribeira do distr. de Faro, que nasce na freg. de Salir, corre a SE, e entra na ribeira de Quarteira com 5 k. de curso.

Salir dos Mattos. Villa e freg. de Santo Antonio, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Caldas da Rainha, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa; 459 fog. e 1:935 hab. Tem esc. do sexo masc. e est post. Está situada n'uma charneca. na estrada de Leiria ás Caldas da Rainha, e a 10 k. da séde do conc. O abbade geral do convento d'Alcobaça apresentava o vigario, que tinha 120$000 reis e o pé d'altar. E' pov. antiquissima, foi villa e séde de conc. do seu nome (couto de Alcobaça), tendo juiz ordinario, apresentado pelo D. abbade d'Alcobaça El-rei D. Manuel I deu-lhe foral, em Lisboa, em 1 de outubro de 1514, dando-lhe o nome de *Salir do Matto* A pov. ficava a pouca distancia da antiga cidade *Eburobriga*, da Lusitania. Foi habitada pelos romanos, o que prova uma lapide, mencionada pelo allemão dr. Emilio Hubner, nas suas *Noticias archeologicas de Portugal*, a pag. 56. A pov. pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa.

Salir do Porto. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Extremadura, conc. e com. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa; 148 fog. e 541 hab. Tem caixa post. Está situada a 1 k. da enseada da freg. de S. Martinho e a 7 da séde do conc., para onde tem estrada. O prior de S. Pedro, de Obidos, apresentava o cura, que tinha diversos generos. Foi villa e séde de conc. (couto d'Alcobaça), com juiz ordinario, capitão mór e uma companhia de ordenanças. O antigo nome d'esta freg. era *Salir da Foz*, nome que tem no foral que lhe deu el-rei D. Manuel, em Lisboa, a 10 de março de 1515. A terra é abundante de peixe do mar, que lhe fica a 3 k. ao NO. A pov. é muito antiga, e ficava, como a antecedente, a pouca distancia da antiga cidade da Lusitania, *Eburobriga*. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa.

Salla. Pov. da 1.ª div. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Salla ou Sallae. Cidade antiquissima da Lusitania, na prov. do Douro, da qual ainda ha vestigios no sitio chamado Sá, da freg. do Couto, conc. de Santo Thirso. V. *Couto*.

Sallamonde. Pov. e freg. de S. Gens, da prov. do Minho, conc. e com. de Vieira, distr. e arceb. de Braga; 148 fog. e 576 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada a 11 k. da margem esquerda do rio Cávado, na estrada de Braga a Chaves, a 10 k. da séde do conc. O papa e a mitra apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 440$000 reis de rendimento annual. A pov. é muito antiga, e foi uma cidade com o nome de *Salacia*, que ficava sobre a via mil. romana, que de Braga seguia para *Aguas Flavias* (Chaves). D'esta antiga cidade só ha noticia por vir mencionada no *Itinerario* de Antonino Pio. E' uma freg. grande, rica e abundante de todos os generos agricolas, assim como de gado, de caça e peixe, que lhe vem do rio Cávado, que está proximo. E' notavel por ser muito montanhosa e cheia de precipicios, e pelo grande numero dos seus pequenos vales. Em 15 de março de 1809 deu-se aqui um pequeno combate entre as tropas portuguezas e as do general francez Soult, que vinha da Galliza. Os portuguezes, que eram poucos, tiveram de retirar, e Soult marchou para a frente, entrando em Braga logo no dia 20, e no Porto a 29. Wellesley, com o exercito alliado, expulsou Soult do Porto, em 12 de maio do mesmo anno, e vindo em perseguição dos francezes, ainda lhes offereceu batalha, no dia 17, que elles não acceitaram, e depois de trocados alguns tiros entre o regimento de infantaria 10 e os francezes, estes fugiram para Galliza, onde entraram no mesmo dia 17. Sallamonde pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 8 com a séde em Braga.

Sallão. Ilha da Madeirra e distr. do Funchal; povoações nas freguezias de Santo Antonio e S. Roque, conc do Funchal; N. S.ª da Piedade, de Canha e N. S.ª da Luz, de Ponta do Sol, conc. de Ponta do Sol; N. S.ª da Luz, de Gaula, conc. de Santa Cruz; S. Pedro, de Ponta do Pargo, conc da Calheta; N. S.ª da Conceição e conc. de Porto Moniz. || Pov. na freg.ª de S. Gens e conc. d'Arganil, distr. de Coimbra.

Sallão de Baixo e de Cima. Duas povoa-

ções na freg. de N. S.ª do Pranto, de Dornes, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Salles *(Alberto Jacqueri de)*. Um dos estrangeiros que o marquez de Pombal chamou a Lisboa para trabalharem com elle na obra da civilisação portugueza, que elle emprehendera com tanta energia e perseverança. Salles era natural da Suissa, e tendo sido educado na religião calvinista, converteu-se ao catholicismo, e veiu para Portugal ser lente da aula do commercio, substituindo n'esse cargo João Henriques de Sousa, que fôra o primeiro lente d'aquella aula. Vencia de ordenado annualmente 1:200$000 reis. Foi tambem director da fabrica das sedas. Era cavalleiro da ordem de Christo e um homem muito erudito em mathematica e sciencia commercial. D'este professor conta Jacome Ratton algumas particularidades curiosas nas suas *Recordações*, a pag. 524 e seguintes. Escreveu: *Oração que com o motivo da abertura do quarto Curso da Aula do Commercio fez em 15 de fevereiro de 1771*, Lisboa, 1771; *Oração para a abertura do quinto curso da Aula do Commercio, pronunciada em 21 de agosto de 1776*, Lisboa, 1776.

Salles *(Francisco de)* Professor regio de Rhetorica e Poetica em Lisboa, cargo que exerceu muitos annos com grande reputação. N. em 1735, segunde uns em Pernambuco, segundo outros em Lisboa. Foi socio da Arcadia Ulyssiponense, com o nome de Tityro Partheniense. Fal. em 1800 ou 1801. As suas obras, que eram numerosas, desappareceram, ou se extraviaram de tal modo que ninguem sabe o destino que levaram. Entre ellas contava-se uma versão completa dos tres livros *De Oratore* de Cicero, na qual vinham apontados todos os logares de que se serviu Quintiliano para as suas *Instituições rhetoricas* José Maria da Costa e Silva affirma ter visto uma volumosa collecção dos seus versos, contendo lyras, sonetos, cançonetas, idylios, e algumas fabulas, ou poemetos mythologicos, entre os quaes era um o seguiute, unico que consta se imprimisse, e ainda assim foi publicado sem o nome do autor: *Fabula de Orpheu e Eurydice*, idylio; saiu primeiramente na *Miscellanea curiosa e proveitosa*, tomo VI, Lisboa, 1784, pag. 337 a 352; reproduzida com algumas variantes e tambem anonyma, no *Jornal Encyclopedico*, caderno de abril de 1789, de pag. 106 a 122, e por fim no *Parnaso Brazileiro*, caderno 2.º a pag. 17 e seguintes. Suppõe-se que sejam d'elle outras poesias, entre as muitas anonymas, que se comprehendem nos diversos tomos da referida *Miscellanea*. Attribuem-se lhe as notas que acompanham as versões de Longino e Luciano, feitas pelo P. Custodio José de Oliveira. Existem algumas cartas que Francisco de Salles escreveu para criticar uns discursos pronunciados na Academia das Sciencias de Lisboa pelo P. Theodoro d'Almeida, e mais duas cartas sobre assumptos diversos e pouco interessantes.

Salles *(Fr. Francisco)*. Religioso da ordem Terceira de S. Francisco, leitor de theologia e reitor do collegio de Coimbra. N. em Lisboa a 8 de fevereiro de 1714; fal. em Elvas a 17 de novembro de 1764. Era filho do sargento-mór João da Cruz Lisboa e de sua mulher D. Eugenia Thereza; irmão primogenito do poeta Antonio Diniz da Cruz e Silva. Indo por conselho dos medicos para casa de seu irmão em Elvas, onde elle era auditor, procurar ali allivios aos seus soffrimentos, pelo contrario estes se aggravaram, até que falleceu. Deixou as seguintes publicações: *Applauso Marianno; Triumpho seraphico*; *breve relação do solemnissimo culto da collocação da imagem da Senhora do Patrocinio no convento de N. S.ª de Jesus*, Lisboa, 1748; saiu anonymo; *Panegyrico festivo na profissão da Madre Soror Maria Rosa da Consolação, no mosteiro de N. S.ª da Consolação junto a Sacavem*, Lisboa, 1749.

Salles *(P. Francisco de)*. Presbytero secular e capellão da Misericordia de Lisboa. N. n'esta cidade em 1806; fal. d'uma congestão cerebral a 12 de janeiro de 1864. Escreveu, ou publicou, o seguinte opusculo: *Memoria do descobrimento e achado das sagradas reliquias do antigo santuario da egreja de S. Roque, com a noticia historica da fundação da mesma egreja e santuario; e com o catalogo e relação individual das reliquias, e d'outros monumentos religiosos e artisticos, novamente restaurados, da mesma egreja e santuario*, Lisboa, 1843.

Salles *(Fr. Francisco da Apresentação de)*. Conego secular de S. João Evangelista. N. em Santarem, e fal. em 1733. Entrando n'aquella congregação, distinguiu se pelo seu talento, e foi reitor do convento de Evora, procurador da sua ordem em Lisboa, visitador do convento de Xabregas e provedor do hospital das Caldas da Rainha, cargo que exerceu durante 12 annos; lente de theologia moral no convento de Xabregas, qualificador do Santo Officio e examinador das tres ordens militares. Deixou impressos alguns sermões e em manuscripto um compendio de theologia moral em latim.

Salles *(José Vicente)*. Gravador. Foi discipulo de Queiroz. Em 1820 fez o retrato do infante D. Miguel, quando elle veiu do Brazil para Portugal, e o infante o mandou estudar em Paris para se aperfeiçoar na sua arte. N'aquella cidade gravou o retrato da infanta D. Izabel Maria, e voltando para Portugal em 1828, ou pouco depois, fez um novo retrato de D. Miguel. Nada mais se sabe a seu respeito.

Salles Pov. na freg. de S. Thiago, de Silvalde, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Salles Ferreira *(Francisco de)*. Conhece-se este nome pelo seguinte escripto publicado em Lisboa, 1896: *Minas em Angola: ouro, prata e carvão no Golungo Alto e Cambambe; Memoria historica*.

Salles Ramos da Costa *(Francisco de)*. Coronel de artilharia, deputado, director da fabrica de material de guerra, em Braço de Prata, etc. N. em Lisboa a 29 de janeiro de 1855. Fez o curso preparatorio para a arma d'artilharia na Escola Polytechnica, e o curso da mesma arma na Escola do Exercito, o qual concluiu em 1878. Assentou praça em 31 de outubro de 1871, sendo promovido a 2.º tenente em 29 de dezembro de 1877, a 1.º tenente em 24 de janeiro de 1880, a capitão em 31 de outubro de 1884, a major em 25 de outubro de 1900, a tenente coronel em 24 de junho de 1905, e a coronel em janeiro de 1909. Tem desempenhado varias commissões officiaes de serviço extraordinario, e entre ellas foi incumbido de presidir a uma commissão para continuar o fabrico do material de guerra em Braço de Prata, e escolher os machinismos necessarios para o fabrico de todas as munições de artilharia que se

manufacturam hoje ali. Foi depois encarregado de receber na Allemanha as referidas machinas e de dirigir a sua montagem de installação. Concluida esta e sendo então director da extincta fundição de canhões, foi nomeado director da fabrica de Braço de Prata, cargo em que se conserva. N'esta fabrica organisou uma cooperativa e uma cantina para uso dos seus operarios. Foi nomeado presidente d'uma commissão para a escolha d'uma installação para o fabrico nacional de espingardas, sendo depois e por tal motivo elogiado em ordem do Arsenal do Exercito pelo respectivo inspector. Fez parte da grande commissão que elaborou a ultima organisação do exercito. Em 1909 foi á sua custa representar o ministerio da guerra no congresso que se realisou em Copenhague, organisado pela Sociedade Internacional d'ensaios de materiaes de construcção, elaborando um relatorio que foi publicado na *Revista d'Artilharia*. O sr. coronel Ramos da Costa tem collaborado no *Diario de Noticias, Seculo* e no citado jornal *Revista d'Artilharia*, de que foi já director. Para as côrtes constituintes de 1911, o circulo de Setubal o elegeu seu representante. E' commendador da ordem de Aviz, e condecorado com a medalha da Cruz Vermelha, e a medalha de prata de comportamento exemplar.

Salli. Pov. do sobado de Cabinda, na regedoria do Povo Grande, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Sallões. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S Gonçalo, distr. do Funchal.

Sallões e Levada da Magdalena. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Canhas, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Salmães. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Salmanha. Pov. na freg. de Santo Aleixo, de Villa Verde, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Saloio. O habitante dos arredores de Lisboa. Julga se geralmente que a etymologia d'esta palavra vem do árabe *çala* ou *salah*, que significa oração, rogativa ou deprecação. A çala era resada pelos moiros, 5 vezes por dia: 1.ª ao romper d'alva, o se chamava *salat el sobbi*, que significava *oração da madrugada;* 2.ª ao meio dia, e se chamava *salat el dôrhi*, oração do meio dia; 3.ª ás 4 horas da tarde, e se chamava *salat el arsi*, oração da tarde; 4.ª ao sol posto, e se chamava *salat el megreb*, oração do sol posto; 5.ª ás 8 ou 9 horas da noite, e se chamava *salat el dxé*, oração da noite. De fazerem a *çala* se deu aos moiros o nome de *saloios*. Quando D. Affonso Henriques tomou Lisboa em 1147, não quiz misturar os christãos com os moiros, nem com os judeus, para evitar as continuas rixas e desordens, em que sempre os christãos ficavam vencedores. Aos judeus foi-lhes designado para sua habitação o bairro da Ribeira Velha, que por esse motivo se ficou chamando *Judiaria*, e aos moiros o terreno, que se chamou tambem, pola mesma razão, *Moiraria*, designação que se conserva ainda hoje (V. *Judiaría* e *Moiraria*). Os moiros fôram-se convertendo pouco a pouco ao Christianismo, e se ligaram a familias christãs, o que lhes facultou estenderem-se pelos arredores de Lisboa, além dos limites marcados na primitiva. Tambem se julga que *çala* venha de *çalaio*, tributo que pagavam do pão cozido os padeiros saloios, e que depois se estendeu a todos os padeiros, quer do termo, quer de Lisboa.

Salrém. Pov. do commando mil. de Satary, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Fica nos contrafortes dos Gbattes.

Salreu (*Domingos Joaquim da Silva, visconde de*). Proprietario em Salreu, concelho de Estarreja. Offereceu ao Estado, em 1907, um excellente edificio, destinado ás escolas primarias de Salreu, pelo que foi louvado, em 14 de setembro do referido anno.

Salreu. Pov. e freg. do S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Estarreja, distr. do Aveiro, bisp. do Porto; 911 fog. e 3:855 hab. Está situada em terreno levemente accidentado e muito fertil; cria muito gado de toda a qualidade, e a ria de Aveiro e o mar lhe dão abundancia de peixe. Fica a 2 k. da séde do conc. Tem escolas d'ambos os sexos, correio com serviço de posta rural e pharmacia. A abbadessa do convento de Lorvão apresentava o prior, que tinha do rendimento annual 2:400$000 reis. A egreja matriz é muito espaçosa, de 3 naves, bons passaes e bella casa da residencia parochial. Foi restaurada em 1878, obtendo-se do governo um subsidio de 600$000 reis. No alto d'um monte está a capella de N. S.ª do Monte, que é um templo elegante, de boa cantaria, e muito antigo; ignora-se quando e por quem foi construido. E' grande, e tem capella-mór com seu altar, e dois no corpo da egreja. Do terreiro que circumda a capella, se gozam magnificos pontos de vista. A imagem da padroeira é de marmore, e de boa esculptura e tem 1 m. de alto. Ainda se faz uma romaria a esta capella no dia 15 de agosto, que costuma ser muito concorrida. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

Salsang. Pov. de gentios buramos ou papeis no conc. e ilha de Cacheu, prov. da Guiné, Africa Occidental.

Salsas. Pov. e freg. do S. Nicolau, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 238 fog. e 989 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post. e est. do caminho de ferro, na linha de Tua a Bragança, entre a de Rossas, e a do Chãos. Está situada proximo da estrada de Bragança a Mirandella, a 20 k. da séde do conc. A mitra apresentava o reitor, que tinha 60$000 reis e o pé d'altar. O clima é excessivo, mas saudavel e fertil. Cria muito gado e tem caça. Pertence á 6.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Salsellas. Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 197 fog. e 851 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post., e estação do caminho de ferro, na linha de Tua a Bragança, entre as de Azibo o Sendas. Está situada a 2 k. da nascente do rio Azedo e a 8 da séde do conc. O abbade do Valle da Porca apresentava o cura, que tinha 6$000 reis de congrua e o pé d'altar. O clima é excessivo, mas saudavel e fertil. Tem gado e caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Ribeira que nasce nas abas da serra de Nogueira, na freg. de Salsas, e reune se ao Azibo com perto de 17 k. de curso.

Salsete. Ilha do mar d'Oman, na costa de

Konkan, India Occidental, separada d'ella pelo Ghor Benderet e pelo estreito de Thana, ao N da ilha de Bombaim. Os portuguezes a occuparam no começo do seculo XVI; foi tomada pelos maratas em 1739 e pelos inglezes em 1774, aos quaes pelo tratado de Salbai, em 1782, a deu definitivamente.

Salsete-Angediva. Antiga prov. continental, e depois um dos tres concelhos em que estão divididas as Velhas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India E' limitado ao N pelo rio de Mormugão ou de Zuarim, que o separa do conc. das Ilhas, e ficou lhe adjuntas as ilhas de S. Jorge e do Secretario ou de S. Jacinto, aquella no Oceano Indico e esta na bahia de Mormugão. O seu clima, comquanto saudavel em alguns pontos, está, comtudo, muito longe de ser bom na maior parte do territorio. O solo, que é fertilissimo, abunda em palmeiras e coqueiros, e está consideravelmente aproveitado na cultura do arroz, principal alimento de todas as raças e castas da India. A exportação do sal é tambem importante e constitue uma industria valiosa e um dos mais importantes ramos de commercio. A industria pecuaria é egualmente valiosa, contando-se n'ella muitos milhares de cabeças de gado vaccum e suino. Como nas outras partes do distr., houve em Salsete muitos pontos fortificados, alguns dos quaes deixaram de ter importancia desde que foi adquirido para a soberania de Portugal o territorio que fórma as Novas Conquistas. A sua fortaleza de maior valor militar era a de Mormugão, considerada praça de guerra de 1.ª ordem, situada n'uma excellente posição no extremo da peninsula que o concelho fórma a NO O forte de Betul, na entrada do rio do Sal, o forte de Collá e a fortaleza de Rachol fôram abandonados como pontos militares pela ultima reorganisação das praças de guerra da India. O conc. de Salsete é o primeiro em população do districto, e o quarto em grandeza territorial. Tem 3,385 k. q. de superficie, incluindo a pequena ilha de Angediva, que conta apenas 1,5. Compõe-se d'uma villa, Margão, que é a séde do conc. e da com., com 31 freguezias, e 60 aldeias, com um total de 27:437 fog. e 126:647 hab. A religião predominante é a catholica, seguindo-se-lhe a hindustanica e a mahometana. Em 1902 deu-se começo á construcção dos novos paços do concelho, edificio magnifico, e talvez o mais importante, no genero, de todo o distr. O seu custo foi orçado em 60:000 rupias (24:000$000 reis), e por esta mesma quantia foi arrematada a construcção. Além das repartições proprias, o traçado do edificio foi delineado de molde a dar installação ao tribunal judicial, á administração do conc., das communidades e das confrarias, e á conservatoria do registo predial. Este territorio passou á soberania de Portugal em 1544, por cessão que d'elle fez Acedican, rei de Narsinga, confirmada no anno seguinte por Ibrahim Can, neto do Idalcão. A primeira missa que se celebrou em Salsete, foi no tempo do vice rei da India, D. Affonso de Noronha, em 1 de maio de 1553, segundo consta d'uma legenda inscripta na base da cruz que existe ainda junto á egreja de S. Filippe e S. Thiago da aldeia Cortolim: «N'este logar se disse a primeira missa e se pôz a primeira cruz em Salsete. E as almas do Purgatorio pedem a seus devotos se lembrem d'ellas com um Padre Nosso e Ave Maria. Isto foi em o 1.º de Maio de 1553.» O vice-rei Luiz Xavier de Menezes, conde da Ericeira, levantou na prov. de Salsete uma formidavel barreira ás invasões dos maratas, mandando plantar na raia um espesso bambual de 8 braças de fundo e 2 e meia legoas de extensão; saiu a despeza da finta de 20:000 xerafins sobre as aldeias, concorrendo o conde de Conculim com os gastos no resguardo das suas terras, e o restante foi á custa dos jesuitas. Começou a plantação em julho de 1719 na aldeia de Cavorim, junto á margem do rio, e terminou em 1720 proximo ao rio de Cavanguem, edificando-se tambem um fortim e quartel militar. Depois do vice-rei embarcar para o reino, ardeu o bambual, e do fortim e quartel apenas existiam ha annos, na casa da administração de Conculim uma pedra com uma inscripção, que vem publicada, por Filippe Nery Xavier, no *Bosquejo historico das communidades das aldeias dos concelhos das Ilhas, Salsete e Bardez*, parte II, pag. 31, nota 131. Em Salsete teem-se publicado os seguintes jornaes: *Convicção (A)*, 15 janeiro, 1887; *Goamitra*, 1882; *Opinião liberal (A)*, 2 julho, 1873; *Opinião Publica (A)*, 5 julho, 1873, a 29 de setembro, 1875; *Periodico do Povo*, 18 outubro, 1883 a 1888; *Sentinella da Liberdade*, 7 outubro, 1864 a 31 dezembro, 1869. Numero unico: *O Mundo*, 1895.

Salsinha. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Estremoz, distr. de Evora.

Salta Fôra. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Saltadouro. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Cepões, conc. e distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Pardilhó, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Tavarede, concelho de Figueira da Foz, districto de Coimbra. || Rio da prov. do Minho, que nasce nas vertentes setentrionaes da serra da Cabreira, no conc. de Vieira. Despenha se apertado entre alcantilados rochedos, formando bellas cascatas e muitas cachoeiras. Vae desaguar no rio Cávado com o curso de 9 k. E' atravessado por duas pontes: uma em Ruivães e outra no Saltadouro. Este rio serviu antigamente de divisão das provincias do Minho e Traz os-Montes.

Salto. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 312 fog. e 1:519 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post., e mina de wolfram no monte da Borralha. Está situada no entroncamento das duas estradas de Guimarães e da ponte de Cavez a Montalegre, a 25 k. da séde do conc. E' freg. muito antiga. Existia, segundo consta, com o titulo *Ad Saltum*, no tempo que os suevos occupavam o norte de Portugal. Tambem consta, que em um livro antigo, impresso em Hollanda, ha uma estampa em que está o logar de Salto com a sua egreja e toda a freg., estendida entre dois rios. N'um documento do seculo XIII se lê que a rainha D. Thereza deu á egreja de Santa Maria de Salto, no julgado de Barroso, uma herdade, da qual a dita egreja recebe o terrádigo e el rei as direituras. Até ao reinado de D. Pedro I a pov. pertenceu á corôa. Este monarcha a annexou á abbadia de Santa Senhorinha de Basto, cujo abbade apresentava o reitor de Salto. Depois passou a ser da Casa de Bragança, e commenda de D. Luiz Gonçalves da

Camara Coutinho, que apresentava o reitor, o qual tinha 200$000 reis de rendimento annual. Tendo sido lançada a excommunhão a Portugal pelo nuncio apostolico em tempo d'el-rei D. Affonso Henriques, não se enterravam os mortos nas egrejas, e os habitantes d'esta freg. sepultavam os seus defuntos no adro da capella, ali existente, dedicada a N. S.ª do Pranto. Durante a interdição não se exercia o culto divino na egreja matriz, pelo que se foi ella arruinando e enchendo de silvas. Quando a excommunhão foi levantada, o povo decidiu transformar a capella em egreja parochial, ficando ella servindo de capella mór, e lhe fizeram um corpo da egreja; mas correram as obras com tanta demora que só vieram a concluir-se no fim do seculo XVII. O sacrario foi collocado na egreja em 1606, á custa dos devotos, que davam 2 almudes de azeite; e o commendador dava 1 almude, que consignou na renda em 1686. No altar-mór está a imagem da Senhora do Pranto, que é de pedra e de estatura pouco menos que o natural, pois estando sentada com o filho no regaço, tem 1 m. d'altura. No paredão do adro da egreja matriz estão 7 moimentos, ou sepulturas antigas de pedra bem lavrada. Datam, pelo menos, do anno de 1300, segundo consta d'uma memoria escripta em letra gothica muito antiga. A mais importante tem os marcos das cabeceiras lavrados e distantes um do outro 18 palmos. Dizem ser d'um gigante que existiu na Revoreda. A imagem festeja se ainda hoje com uma romaria no dia 15 d'agosto, que costuma ser muito concorrida. A freg. compõe-se de 19 povoações; existem aqui 14 capellas publicas e 3 particulares. Apezar das 19 povoações estarem situadas entre ramos destacados das 3 serras: Alturas, Cabreira, Gondiães ou Seixa, o seu terreno não é accidentado demais, e produz centeio e muita batata, e em muitas povoações bastante milho e feijão. Cria bons gados, principalmente vaccum. Ao norte d'esta freg. passava uma das mais antigas vias romanas, que decorriam da chancellaria de Braga para *Aguas Flavias*, hoje Chaves A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. ‖ Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro. ‖ S. Marcos da Atahoreira, conc. de Castro Verde, distr. de Beja.

Salto Abaixo e Salto Acima. Duas povoações na freg. de S. Miguel, no conc. de Santa Catharina, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Salto do Carvalho. Pov. da freg. de S. Martinho, conc e distr. do Funchal, da ilha da Madeira. Tem caixa postal.

Salto do Pastor. Cachoeira do Douro, de grande celebridade. O Salto do Pastor é formado por dois enormes rochedos. Diz se que tem este nome porque um pastor o transpoz de um salto, salvando o rio a uma altura vertiginosa, e passando assim de Portugal para Castella. O Salto do Pastor fica proximo da cidade de Miranda.

Salto da Pêga. Pov. na freg. de S. Julião, conc. e prov. de Portalegre.

Salto da Sardinha. Cachoeira do rio Douro, logo acima da Barca d'Alva, onde termina a subida dos barcos.

Saluimba. Pov. do sobado de Quipembe, na 6.ª div. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. de Angola, Africa Occidental.

Salvação *(Medalhas de)*. V. *Merito, philantropia e generosidade.* Bibliographia: *Medalhas de salvação portuguezas* por Arthur Lamas, Lisboa, 1905. V. *Soccorros a Naufragos.*

Salvada. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. do Alemtejo, conc., com., distr. e bisp. de Beja; 956 fog. e 3:557 hab. Tem esc. do sexo fem., est. post. e pharmacia. Está situada a 10 k. da margem direita do rio Guadiana, proximo d'um affluente do rio Terges, a 13 k. da séde do conc. A mitra apresentava o cura, que tinha 420 alqueires de trigo, renda annual. Diz-se que em outubro de 1874, andando um trabalhador a desaterrar o pavimento d'uma casa, achou a um metro de profundidade uma janella cheia de moedas arabes, perfeitamente conservadas. A pov. pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. Tambem é conhecida officialmente pela denominação de *N. S.ª da Conceição da Salvada*. Por decreto de 11 de abril de 1901, fôram desannexadas d'esta freguezia diversas herdades e montes, para constituirem, para effeitos ecclesiasticos e de justiça, a freg. de novo creada, N. S.ª da Rocha, com a séde no logar de Cabeça Gorda; e por decreto de 22 de novembro do mesmo anno foi tornada independente tambem para effeitos civis, nos mesmos termos em que já o era para effeitos ecclesiasticos e de justiça, com a designação de *Cabeça Gorda*. ‖ Pov. na freg. de S. Thiago, de Amorim, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto.

Salvado *(D.)*. Um dos 72 conegos regrantes de Santo Agostinho, que o prior S. Theotonio admittiu no conveuto de Santa Cruz, de Coimbra, quando o fundou em 1132. Escreveu em latim a *Vida de S. Martinho, abbade do convento de Sousa*, que se conservava no livro dos Testamentos de Santa Cruz.

Salvador *(Soror Catharina do)*. Religiosa da ordem de S Francisco. N. em Villa Viçosa em 1597, sendo filha d'um couteiro-mór da Casa de Bragança. Professou em 1611 no convento da Esperança, de Villa Viçosa, onde se conservou até fallecer, em 1621. Deixou uma *Oração com que gratificava a Deus os beneficios recebidos*, oração que Jorge Cardoso imprimiu no *Agiologio*.

Salvador *(Fr. Francisco)*. Religioso da ordem de S. Francisco N. em Barcellos em 1629, e fal. em Guimarães em 1710. Professou no convento de Santarem, e fundou em Guimarães o recolhimento de Santa Izabel e o da Madre de Deus. Deixou manuscripta uma *Memoria* ácêrca d'essa fundação.

Salvador *(Fr. Sebastião)*. Religioso da ordem de S. Jeronymo. N. em Lisboa e fal. em 1705. Professou no convento d'Alemquer em 1668, e foi prior d'esse convento em 1691. Adquiriu fama de bom philosopho, theologo, prégador e poeta, compondo versos tanto em latim como em portuguez Deixou impressos apenas um dos seus muitos sermões

Salvador *(Fr. Vicente)*. Religioso da ordem franciscana, capucho. Era natural da Bahia e floresceu no seculo XVI e principios do XVII. Foi afamado prégador, e esteve em Portugal assistindo a um capitulo da sua ordem. Escreveu em 1618 uma *Chronica da Custodia do Brazil*, que ficou manuscripta.

Salvador. Pov. e freg. de N. S.ª da Oliveira, da prov. da Beira Baixa, conc. de Penamacôr, com. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 275 fog. e 959 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Está situada na estrada de Penamacôr a Penha Garcia, a 12 k. da séde do conc. N'esta freg. ha a quinta do Cerrado, que foi dos condes de Belmonte, e é n'esta quinta que está a egreja matriz. Segundo a tradição, a imagem da padroeira appareceu no concavo d'uma oliveira, e por isso se lhe deu tal invocação. Por estar em propriedade dos condes de Belmonte, ficaram estes fidalgos com o padroado da egreja. Quasi todos os habitantes d'esta freg. eram caseiros dos condes. A egreja é muito antiga, e estando em ruinas foi a imagem transferida para a egreja de Santa Maria Magdalena, matriz da freg. da Aldeia de João Pires, que era então annexa a esta, e a egreja da Senhora da Oliveira foi demolida. A imagem conservou se alguns alguns annos n'aquella aldeia, porque os condes de Belmonte se recusaram a reconstruir a egreja que fôra fundada pelos seus ascendentes. O povo, em vista d'esta recusa, construiu á sua custa a nova egreja, que hoje existe, não no local primitivo, mas n'uma elevação proxima. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Povoações nas freguezias: O Salvador, de Aramenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre. || Santissimo Sacramento, de Burgo, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Vicente, de Cercal, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa. || S. João Baptista, de Silveiras, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Salvador do Monte. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. de Amarante, distr. e bisp. do Porto; 172 fog. e 775 hab.ts Tem correio com serviço de posta rural. Dista 5 k. da séde do conc. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Salvador do Mundo. Regedoria do conc. de Bardez, distr. de Gôa, na India.

Salvadores *(D. Pedro)*. Bispo do Porto, chefe do movimento clerical que arrancou do throno D. Sancho II. Era filho de Salvador Oleiros, e tendo sido provido no mestre-escolado da sé do Porto, foi em 1223 elevado á categoria de bispo d'essa diocese, em substituição de Martinho Rodrigues, cujas tradições energicas de resistencia á autoridade civil manteve com todo o rigor. Pedro Salvadores começou logo o seu episcopado bradando contra a desmoralisação do seculo, e pedindo aos dominicanos, ordem de instituição recente, que viessem salvar a sua diocese das chammas do peccado; mas como o povo se enthusiasmou pelos frades, começou a derivar para esse lado a torrente de dadivas que ia até ahi para o lado episcopal, Pedro Salvadores não tardou a achar menos corruptos os costumes dos seus diocesanos e muito menos necessarios os frades, tanto assim que, depois de os chamar por uma carta latina que Fr. Luiz de Sousa transcreveu na sua *Historia de S. Domingos*, prohibiu-lhes o exercicio do seu ministerio. Como D. Sancho II reforçara a lei de D. Affonso II, que prohibia ao clero a acquisição de bens de raiz, Pedro Salvadores e Silvestre Godinho, arcebispo de Braga, voltaram se contra elle e principiaram a tremenda lucta, de que resultou D. Sancho II ser desthronado. Foi Pedro Salvadores o chefe do clero n'este movimento, foi elle quem mais energicamente apellou para o papa, o que o não impediu n'um momento de tregoas de arrancar a D. Sancho II importantes doações. Pedro Salvadores morreu em 1247, tendo visto a victoria definitiva da sua causa, e precedendo pouco tempo no tumulo ao infeliz monarcha, que fôra victima da sua ambição e das suas intrigas.

Salvadores. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Sobrosa, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Salvaterra. Ilha de Santa Maria, Açôres; pov. da freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada.

Salvaterra do Extremo. Villa e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 435 fog. e 1:851 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Está situada a 2 k. da margem direita do rio Elga, e a 27 da séde do conc. O rei, pelo tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens, apresentava o vigario, que tinha 40$000 reis e o pé d'altar. Foi séde de conc. do seu nome, que se supprimiu por decreto de 24 de outubro de 1855, formando se então o de Idanha-a-Nova. Tem Misericordia, e a terra é fertil. Foi praça de guerra, cercada de muralhas, com seu castello, mandado construir pelo rei D. Diniz em 1290. Salvaterra do Extremo tem foral dado por D. Sancho II, na Guarda, a 2 de maio de 1229, e foral novo, por D. Manuel I, em Santarem, no 1.º de junho de 1510. Em 24 de julho de 1810 houve aqui um pequeno combate entre as tropas portuguezas e as francezas, commandadas pelo general Massena. A villa pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. Ha aqui estradas para Penha Garcia, Zibreira, Idanha a-Nova e Rosmaninhal.

Salvaterra de Magos *(Luiz Ferreira Roquete, barão de)*. Fidalgo da Casa Real, proprietario e lavrador. N. a 19 d'abril de 1823, e fallecido já ha annos. Era filho de Antonio Ferreira Roquete, proprietario e lavrador, e de sua mulher D. Rita de Mello Travassos. Casou em 1848 com D. Maria Izabel de Magalhães, filha de Domingos José de Magalhães, e de sua mulher, D. Maria Augusta de Carvalho. Foi agraciado com o titulo de barão por decreto de 29 de agosto de 1870.

Salvaterra de Magos. Villa da prov. da Extremadura, séde do conc., com. de Benavente, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa. Tem uma só freg., S. Paulo, e está situada n'uma planicie, na margem esquerda da ribeira de Magos, a 1 k. da margem esquerda do rio Tejo e a 30 da capital do districto. A mitra apresentava o vigario, que tinha 60 alqueires de trigo, e 70$000 reis em dinheiro. Foi fundada por el-rei D. Diniz em 1295, e a egreja parochial pelo bispo de Lisboa D. João Martins de Soalhães, em 1296. O seu primeiro foral tem os privilegios de Santarem, mas não tem data, sabendo se, comtudo, que lhe foi dado por D. Diniz. Este mesmo soberano lhe deu outro foral, em Coimbra, no 1.º de junho de 1295. D. Manuel I lhe deu foral novo, em Lisboa, a 20 d'agosto de 1517. Em Salvaterra de Magos havia uma grande coutada da Casa Real com um majestoso palacio, mandado construir pelo infante

D. Luiz, filho d'el rei D. Manuel o de sua segunda mulher, a rainha D. Maria. O palacio tinha uma fachada elegante, com seus torreões nas extremidades, constituindo o solar da realeza. D. Pedro II accrescentou o palacio, o mandou fazer bonitos jardins, em 1690. Este palacio, no tempo deD. João VI, achando se fechado por não estar a familia real vivendo na villa, foi destruido completamente por um terrivel incendio, ficando aquelle local reduzido a um montão de ruinas, conservando-se, porém, as paredes desamparadas até grande altura. O terremoto de 11 de novembro de 1858 desmoronou o paredão da fachada, caindo aos bocados até meia altura. Em 1862 as ruinas do palacio real fôram arrematadas em hasta publica, em Lisboa, sendo então demolidos os grandes paredões, aproveitando se a pedra e a caliça para as calçadas e estradas do concelho. Na tapada de Salvaterra faziam os nossos monarchas frequentes caçadas. Dizem, que existe ainda o edificio da Falcoaria para a caça de altaneria. A capella do palacio existe ainda, e dizem ser digna de se visitar; foi ha poucos annos restaurada pelo prior Francisco Moreira Coelho de Carvalho, auxiliado com importantes donativos que pôde obter dos parochianos da localidade. Tem altar mór e mais 2 lateraes, sendo muito notaveis pela perfeição dos quadros e pela sua obra de talha magnifica. As pinturas do tecto da capella mór são tambem bastante apreciaveis. Supportam o tecto 8 columnas completamente lisas, dando-lhe o aspecto d'uma pequena egreja de tres naves. No altar mór vê se a imagem do Senhor Jesus do Bomfim, bella esculptura em madeira, quasi do tamanho natural; e a da Senhora da Piedade, tambem de muito merecimento. Ainda se vêem imagens apreciaveis nos altares lateraes. Os primeiros donatarios da villa fôram os condes da Atalaia, e a deram ao referido infante D. Luiz, recebendo em troca a villa da Asseiceira e outros logares. O palacio de Salvaterra tornou-se notavel principalmente pela morte do conde dos Arcos, filho do marquez de Marialva, n'uma tourada realisada na praça da villa (V. os titulos de *Arcos de Valle de Vez*, e *Marialva*). Este lamentavel desastre é narrado por Luiz Augusto Rebello da Silva no seu livro *Ultima corrida de touros em Salvaterra*. Outro facto se deu no mesmo palacio, foi a morte do 1.º marquez de Loulé, em 28 de fevereiro de 1824, que appareceu morto junto á casa da opera (V. *esse titulo*). Em Salvaterra ha um paul, chamado dos *Magos*, que deu o sobrenome á villa, o qual D. João IV mandou abrir em 1650. N'esta villa e cercanias são muito frequentes as cheias do inverno, ficando bom gravada a de 1877, em que se inundou a egreja da Misericordia, indo ainda inundar diversas casas das ruas de Santo Antonio, Direita e S. Paulo, sendo os prejuizos muito importantes. Pelo terremoto na tarde de 23 de abril de 1909, ficou esta villa arrazada quasi por completo. Acha-se já porém, reconstruida, realisando-se em 16 de setembro de 1910 a reabertura da antiga capella real, que passou a ser a egreja matriz, por causa do estado de damnificação em que se encontra a primitiva egreja. Em 1582, andando Portugal em guerra com a Hespanha, que foi afinal, bem desastrosa para os dois belligerantes, assignou se em Salvaterra o tratado de paz, pelo qual a infanta D. Beatriz, filha de D. Fernando I e de D Leonor Telles, e promettida ao principe de Cambridge, veiu a casar em maio de 1383 com D. João I, de Castella. Nos arredores da villa houve combate a 25 d'agosto de 1643, em que os hespanhoes fôram repellidos, os quaes, voltaram a cercal-a a 23 do mez seguinte, sob o commando do cardeal Spinola, fôram derrotados pelo conde de Castello Melhor O conc. de Salvaterra de Magos compõe-se unicamente d'esta freg. e dadeN. S.ª daConceição, de Muge, com 1:671 fog. e 8:416 hab., sendo 4:403 do sexo masc., e 4:013 do fem., n'uma superficie de 21:079 hect. Salvaterra de Magos tem 4:640 hab.: 2:447 do sexo masc. e 2:193 do fem.; a de Muge, 3:776 hab.: 1:956 do sexo masc. e 1:820 do fem. O principal commercio do concelho é agricultura cerealifera e viticola. A villa pertence á 1.ª div. mil., 1.ª brigada, grande circumscripção mil. S e ao distr. de recrut. e res. n.º 2, com a séde em Lisboa; tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes e cobrança de titulos, letras e vales; agencias dos seguros *Alliance*, *Internacional*, *Phenix*, *Previdencia*, e *Tagus*; dos seguros de vidas *Portugal Previdente* e *New-York Life Insurance Company*; associação de soccorros mutuos, creadores de gado, hotel, fiscalisação dos impostos, medico, pharmacia, Misericordia, subdelegado de saude, productores de vinhos e aguardentes, feira de gado a 13 de maio, e de quinquilharias até ao dia 17.

Salvo-conducto. Permissão por escripto que se dá a alguem para ir a qualquer logar e para poder ali demorar se ou sair de lá com segurança de não ser preso ou retido. Licença que um chefe de exercito ou autoridade militar concede a alguem para poder passar livremente pelos postos militares. ‖ Ao salvo-conducto que os portuguezes nos seculos XVI e XVII davam na Asia aos amigos da nação, para navegarem seguramente, chamava-se *cartaz* (carta grande), naturalmente por ser este diploma passado em um papel de formato maior do que o das cartas. Ha exemplos de um objecto qualquer servir de salvo conducto. Na Exposição d'Arte Ornamental, em 1882, viu-se, exposta por el-rei D. Luiz, uma chapa do boldrié, de prata, com as armas hollandezas, suspensa em uma cadeia de ouro em fusis. A chapa tinha na orla fitas de prata com a seguinte legenda: PRO PATRIA ET SOCIET. IND. ORIENT. No tempo em que Portugal andava em guerra com a Hollanda, foi dada esta chapa pelo governador de uma possessão hollandeza na India a uns naufragos portuguezes para lhes servir de salvo conducto no encontro da armada inimiga; o vice-rei da India devolveu-a com uma carta de agradecimento, e tendo sido conservada pelos descendentes do governador hollandez, foi offerecida a el-rei D. Luiz.

Salzeda. Pov. na freg. de Santa Maria, de Azias, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Salzedas. Pov. e freg. do Santissimo Nome de Jesus, da prov. da Beira Alta, conc. de Tarouca, com. e bisp. de Lamego, distr. de Vizeu; 405 fog. e 1:591 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e pharmacia. Está situada nas proximidades da ribeira de Salzedas, a 10 k. da séde do conc. O D. abbade do mosteiro de Salzedas apresentava o cura, que tinha 60$000 reis e o pé d'altar. A pov. é muito antiga e foi couto. Tem foral ve-

lho, sem data, que existe na Torre do Tombo, mas sabe-se que é do começo da monarchia, que lhe dá o nome de Salzeda. Em 1152 D. Affonso Henriques fez doação do couto de *Argeriz*, que depois foi de Salzedas, a Fernandus Cativus, *curiae dapifer* (mordomo-mór da Casa Real). Em 1155 o mesmo soberano fez doação de todos os direitos do varias terras ao mosteiro de Santa Maria de Salzedas Em 1164, o bispo de Lamego D. Mendo fez renuncia, por escriptura publica, dos direitos reaes episcopaes do couto de Salzedas, ao mosteiro d'esta freg. Este convento era da ordem de Cister e o maior e o mais rico dos monges portuguezes, depois do de Alcobaça. A egreja ficou sendo depois a matriz da freg., ainda no tempo dos frades. E' um majestoso templo, construido em fórma de cruz, com tres altas e amplas naves. Tem 14 altares, ou capellas, além do altar-mór. O retabulo do camarim, representando a Assumpção de Nossa Senhora, e attribuido a Paschoal, é obra muito apreciada. Na capella, parece que existe ainda o coro dos frades, com duas ordens de cadeiras de pau santo, e bem lavradas. Andava em construcção o frontispicio da egreja, quando os francezes invadiram Portugal commandados por Junot, em 1807, pelo que as obras pararam, e nunca mais se concluiram, segundo dizem. As duas cêrcas do mosteiro fôram vendidas depois de 1834. Antes da egreja do convento ser elevada a matriz, a egreja parochial era uma capella dedicada ao nome de Jesus, e tinha só um altar. A freg. é muito abundante em trigo, milho, painço, centeio, azeite, vinho e castanhas. Cria muito gado, e nos seus montes ha boa quantidade de lebres, ovelhas e perdizes. A pov. pertence á 2.ª div. e ao distr. do recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Foi annexada ao conc. de Armamar por decreto de 26 de junho do 1896, que supprimiu o de Mondim da Beira, a que pertencia; e passou ao de Tarouca, que fôra restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. || Ribeira do distr. de Vizeu. Nasce a E do Sever, corre a NO por espaço de 10 k. e entra na ribeira Barosa, pouco abaixo da egreja parochial da freg. de Salzedas.

Salzedo. Pintor que floresceu no seculo XVI. Pintou varios quadros para a egreja de Belem. Attribuiam-se-lhe uma *Annunciação* e uma *Assumpção*, que se attribuiram tambem a Fernão Gomes. A rainha D. Catharina, viuva de D. João III, legou á viuva de Salzedo o usofructo d'algumas casas.

Sama. Pov. da jurisdicção do reino de Laleia, na ilha de Timor, Oceania; 5:000 almas, sendo 50 christãos.

Samaiões. Pov. e freg. de N.ª da Expectação, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 150 fog. e 651 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada a 2 k. da estrada de Chaves a Villa Pouca d'Aguiar, e a 5 da séde do conc. O vigario do Salvador, de Villar de Nantes, apresentava o vigario, que tinha 70$000 reis e o pé d'altar. Desde o meado do seculo XVII que lhe está annexada freg. de Outeiro Jusão. (*V. este nome*). Pertence á 6.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Samão V. *Gondiães e Samão*.

Samara. Pov. na freg. de S. Paio, de Merelim, conc. e distr. de Braga.

Samarão. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Longos Valles, conc. de Monsão, distr. do Vianna do Castello.

Samardã. Povoações nas freguezias: S. Gens, de Boelhe, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Martinho, de Villarinho de Samardã, conc. e distr. de Villa Real. Tem apeadeiro do caminho de ferro, na linha do Porto a Vidago, entre as estações de Fortunho e Tourencinho.

Samarim. Pov. na freg. de Santa Maria, de Idães, conc de Felgueiras, distr. do Porto.

Samarra. Especie de tunica ou batina de ecclesiastico, com mangas, que antigamente usavam em casa ou em passeio. || Antiga vestimenta campezina feita de pelles de ovelha, conservando a lã.

Samarra Pov. na freg. de S. Vicente e conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Quinta na freg. de Alcabideche, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa.

Samba. Pov. da freg. de S. José, no sobado de Calumbu, 4.ª div. de Quilendc, conc. de Calumbo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. da 1.ª div. do conc. da Barra do Dande, no mesmo distr. e prov. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, da div. e sobado de Caculo Cabango, conc. de Muxima, do mesmo distr. e prov. || Pov. do sobado de Senze, na freg. de N. S.ª da Victoria, conc. de Massangano, do mesmo distr. e prov. || Pov. do sobado de Hui iá Cava, na 8.ª div. do conc. d'Ambaca, do mesmo distr. e prov. || Pov. do sobado de Calanga, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, do mesmo distr. e provincia.

Samba Cajú. Pov. do sobado de Cahenda, na 9.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Samba Calange. Pov. do sobado de Quitalla, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental

Samba Calombo. Pov do sobado de Cacullo, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Samba Cango. Div. do conc. do Duque de Bragança, no distr. de Lunda, prov. d'Angola, Africa Occidentcl. Comprehende numerosos sobados.

Samba Cariombua. Pov. do sobado de N'Gonga Quilambo, na 8.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Samba Conze. Pov. do sobado de Samba Lucalla, na 8.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Samba Gulgo. Pov. da 1.ª div. do conc. d'Ambaca, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Samba Lumbo. Pov. da freg. de S. Joaquim, na 8.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. do Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Samba N'Gando. Pov. do sobado de Luaxi, na 8.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Samba N'Vulla. Pov. do sobado de N'Golome N'Golla N'Dambi, na 8.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Sambada Pov. na freg. de S. Martinho, de Estoy, conc. e distr. de Faro.

Sambade. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. d'Al-

fandega da Fé, distr. e bisp. de Bragança; 282 fog. e 1:174 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, pharmacia e est. post. Está situada proximo da serra de Monte Mel, a 9 k. da séde do conc. O real padroado apresentava o reitor, que tinha 110$000 reis e o pé d'altar. A terra é fria, mas saudavel e muito fertil, produzindo abundantemente bom vinho, batatas, castanhas, trigo, centeio, milho, feijão, hortaliças e fructas. Esta pov. era notavel antigamente pelas fabricas de lã que sustentava. A egreja matriz é muito apreciada tanto pela extensão como pela obra d'arte. O granito dos seus cunhaes e cornijas é primorosamente gravado; tem uma torre elegante, uma boa sacristia e 5 altares. A egreja actual não é a primitiva; essa era muito mais pequena. A egreja moderna concluiu se em 1798, segundo a data que se lê sobre a porta lateral da sacristia. Em Sambado ha mais 3 capellas: a de N. S.ª do Rosario, com um rico altar dourado, e de muita antiguidade; a de Santo Antonio, tambem muito antiga; e a de S. Sebastião, que foi reedificada entre os annos de 1867 e 1869, sobre as ruinas d'uma outra capella muito antiga. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Urrô, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Serra do distr. de Bragança, situada entre os rios Sabor e Tua, a 10 k. d'Alfandega da Fé. Tem 15 k. de comprimento e 1:102 m. d'altura maxima.

Sambado. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Sambarvanim. Aldeia pertencente á divisão Etly-Pahw, ao norte do rio Saudalcalo, no concelho do Nagar-Avely, districto de Damão, na India.

Sambe Andua. Pov. da freg. de S José de Encoge, no conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Sambenito. Habito que consistia n'uma especie de saco formado por duas peças de baeta amarella e vermelha que se enfiava pelo pescoço, e que os penitentes levavam vestido quando caminhavam para as execuções dos autos de fé.

Sambia. Pov. da freg. de S. José de Cabiri, na 2.ª div. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Sambo. Territorio da Africa Occidental, a O das Terras de Moma e do Bihé e a E do distr. de Benguella, na prov. d'Angola. Estende-se por entre os rios Lumeue e Cobango, entre as terras de Huambo e de Moma, e foi explorado em parte pelo major Serpa Pinto na sua viagem atravez da Africa. Ao N das terras do Sambo, o grande planalto da Africa austral fórma um enorme descampado a que chamam na região a *Enhana de Ambamba*, terreno alagadiço, onde nascem 5 rios importantes, 2 dos quaes vão ao N e 3 ao S. Dos que vão ao N, um é o Cuvo e o outro o Cutato dos Gangaias, affluente do Cuanza. Os 3 que correm ao S são o Cunene, o Cubango e o Cutato das Ganguellas, que se une ao Cubango. Os povos do Sambo são muito aguerridos e independentes.

Sam-ceriz ou S. Cyriaco. Villa e freg. de S. Cyriaco, da prov, de Traz-os-Montes, ha já muitos annos annexada á cidade de Bragança. A mitra apresentava o cura, que tinha 6$000 reis de congrua e o pé d'altar. A pov. é antiquissima; el rei D. Diniz deu-lhe foral, em Lisboa, a 21 de junho de 1285, e D. Manuel lhe deu foral novo, sem data. Este foral remette se ao foral de Miranda, que foi dado em Santarem, no 1.º de junho de 1510. Sam-ceriz foi séde de conc., com casa da camara, vereadores, juiz, escrivão e mais officiaes de justiça. Na sua camara existia um freio com que se castigavam as *mulheres bravas, maldizentes*, ou *mexeriqueiras*. Tinha *lingua* para a boca, argola para o queixo de baixo, *cambas* para pôr sobre o nariz, tudo de ferro. Havia tambem cabeçada, com *sobre testa* (testeira) para prender o freio á cabeça, com uma fivella que fechava para traz; e redeas. Nas camaras de Murça, Mór, e outras de Traz os Montes havia o mesmo instrumento para o mesmo fim. Os taes freios desappareceram de todo em 1834.

Samelce. Pov. e freg de S. Martinho, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Ceia, distr. e bisp. da Guarda; 210 e 774 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada na estrada de Ceia a Ervedal, a 8 k. da séde do conc. O rei, pelo tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens, representava o prior, que tinha 300$000 reis do rendimento. A terra é fertil; cria muito gado de toda a qualidade, e tem caça grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Sameiro. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Baixa, conc. de Manteigas, com., distr. e bisp. da Guarda; 133 fog. e 520 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post., productores de carvão, productores de cera e mel, etc. Está situada n'um valle da serra da Estrella, na margem esquerda do rio Zegue, na estrada de Manteigas a Verdelhas, a 5 k. da séde do conc. O commendador da Covilhã, da ordem de Malta, apresentava o cura, que tinha 50$000 reis e o pé d'altar. A terra é abundante de castanhas e batatas, do mais é pouco. Tem gado e muita caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Castellões, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Martinho, de Sande, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Monte da prov. do Minho, na freg. de S. Martinho, de Espinho, conc., com., distr. e arceb. de Braga, a 2 k. do Bom Jesus do Monte. E' fragoso e ingreme, mas revestido de permanente verdura. E' muito elevado, e do seu cume se descobrem varias cidades e villas, como Braga, Vianna do Castello e Guimarães, Barcellos e Espozende, etc. A' custa dos devotos se construiu aqui um monumento dedicado á Senhora da Conceição, lançando-se-lhe a primeira pedra a 14 de junho de 1863, dia anniversario d'aquelle em que, no anno de 1637, se jurou em Braga, em synodo celebrado pelo arcebispo D. Sebastião de Mattos e Noronha, a crença da Immaculada Conceição de Maria Santissima. A imagem, do marmore, da Virgem, collocada no monumento, chegou a Braga a 6 d'agosto de 1869, foi benzida solemnemente pelo arcebispo D. José Joaquim de Azevedo e Moura, a 29 do mesmo mez, depois de já estar collocada no seu logar desde o dia 12. E' obra do esculptor Emygdio Carlos Amatucci, do Porto. A 9 de janeiro de 1883, por occasião d'uma trovoada, uma faisca electrica destruiu o monumento; que tem-

po depois foi reedificado. Ainda á custa dos devotos, começou se em 31 d'agosto de 1863 a construir no Sameiro um templo em fórma de cruz romana, tambem dedicado á Senhora da Conceição. Este templo ainda não está concluido, apezar do largo periodo já decorrido, principalmente por falta de recursos.

Samel. Pov. na freg. de S. Miguel, de Villarinho, de Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

Sâmil. Pov. e freg. do N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz-os-Montes, conc, com., distr. e bisp. de Bragança; 90 fog. e 339 hab. Tem esc do sexo fem. Está situada proximo da estrada de Bragança a Mirandella, a 3 k. da séde do conc. O prior de Santa Maria, de Bragança, apresentava o cura, que tinha 8$000 de congrua e o pé d'altar. A terra é pouco fertil; tem gado e caça Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Povoações nas freguezias: O Salvador, de Fervença, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga || S. Pedro, de Villa Chã, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. Tem caixa postal.

Samiólo. Pov. do sobado de Quingello, na 7.ª div. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Samis. Pequena ilha do rio Casamansa, na prov. da Guiné, Africa Occidental. Está situada proximo da margem esquerda do rio, que se estreita muito n'aquelle ponto, e muito dentro da sua foz. || Pequena ponta da ilha do mesmo nome o a mais oriental d'ella, no rio Casamansa, prov. da Guiné, Africa Occidental. || Pequeno rio ou esteiro que leva as suas aguas ao Casamansa pola margem esquerda, na prov. da Guiné, Africa Occidental.

Samo. Pov. de Santa Maria, de Villa Cova, conc. de Barcellos, distr. do Braga.

Samo Cambo. Pov. do conc. de Cacongo, no distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Samoça. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Arentim, conc. e distr. de Braga. || S. Martinho, de Ariz, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Lourenço, de Golães, conc. de Fafe, distr. do Braga. || S. Martinho, de Leitões, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Christovão, de Refoios de Riba d'Ave, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Pedro, de Roriz, do mesmo conc. e districto.

Samodães (*Francisco Teixeira de Aguilar de Azeredo, 2.º visconde e 3.º conde*). Bacharel em Mathematica pela Universidade de Coimbra, engenheiro civil e militar, deputado, par do reino, ministro de estado, presidente da camara municipal do Porto, escriptor, etc. N. em Cambade, freg. e conc. de Villa Nova de Gaia, a 16 de julho de 1828, sendo filho do 1.º visconde e 1.º conde do mesmo titulo (V. o *artigo seguinte*). N'esse anno revolto da nossa historia politica, sua mãe achava-se homiziada n'aquelle logar, e seu pae estava no exilio com outros homens illustres que tinham emigrado, fugindo ás perseguições do partido absolutista. Educado carinhosamente por sua mãe nos mais austeros principios religiosos, frequentou depois o Collegio da Lapa, do Porto, e o Lyceu do Lisboa, onde fez os seus exames de humanidades, que repetiu mais tarde em Coimbra, em cuja Universidade se matriculou em 1843, nas faculdades de mathematica e philosophia, formando se na primeira em 31 de maio de 1849, sendo premiado em todos os annos e obtendo no ultimo anno as mais distinctas informações. Destinado á carreira militar, assentou praça em infantaria n.º 6 a 1 de setembro de 1844, sendo promovido a alferes para infantaria n.º 18 a 4 d'abril de 1846. N'esse anno, dando-se a revolta da *Maria da Fonte*, e sendo a Universidade encerrada em 10 do maio, foi addido a caçadores n.º 8, retirando então de Coimbra sob o ataque das forças populares. Vindo para Lisboa com o regimento de infantaria n.º 16, recolheu no mez de julho ao corpo a que pertencia, entrando em differentes operações militares contra os revoltosos. Reaberta a Universidade, ainda em 1846, novamente se matriculou. De curta duração fôram, porém, os cursos, porque os successos do Porto

Conde de Samodães

decidiram o governo a encerrar mais uma vez aquelle estabelecimento scientifico. Preso por suspeito e deportado para Ovar, conseguiu fugir e refugiar-se a bordo do brigue hespanhol *Ligeiro*, surto no rio Douro, passando depois para o pequeno vapor *Peninsula*, tambem hespanhol, que recolhia os perseguidos pela Junta. N'este barco effeituou uma arriscada travessia até Vigo, onde o *Peninsula* chegou com agua aberta. D'ali seguiu para Valença, onde se apresentou ao conde de Casal, que commandava as forças que se conservavam fieis ao governo de Lisboa. Constituido um batalhão com os officiaes que se haviam evadido do Porto, onde funccionava a Junta, serviu n'esse batalhão, seguindo mais tarde, por mar, para Lisboa. Addido a infantaria n.º 7, foi depois nomeado ajudante do barão da Ponte da Barca, e quando este deixou a divisão, passou, na mesma qualidade, a servir com o barão

de Almofalla. Entrando no Porto, em 7 de julho de 1847, com as forças commandadas por Saldanha, em seguida á convenção de Gramido, foi collocado em infantaria n.º 8, e sendo reaberta a Universidade, seguiu para Coimbra a completar o seu curso, por duas vezes interrompido. Em outubro de 1849 matriculou-se no curso geral da Escola do Exercito, que abrangia os cursos das armas especiaes e de engenharia civil, seguindo ao mesmo tempo o curso complementar da Escola Polytechnica. Pouco depois era promovido a tenente para infantaria n.º 6. Quando houve o movimento da Regeneração em 1851, feito por Saldanha, já o conde de Samodães era capitão. Comparecendo n'uma reunião que se realisou no palacio da Torre da Marca, do Porto, ali proferiu um discurso no qual se pronunciou contra o illegal procedimento do governo que tinha convocado côrtes para reformar a Carta Constitucional contra os preceitos que a mesma Carta havia estabelecido. Esta attitude, d'uma tão notavel altivez o independencia, valeu-lhe uma transferencia para infantaria n.º 5, aquartelada em Angra do Heroismo. Como, porém, esta transferencia parecesse não obstar a que continuasse os estudos, matriculou se no ultimo anno da Escola do Exercito. Não era bem assim porque, passados dias, sendo-lhe cassada a licença que obtivera para estudar, recebeu ordem de partir immediatamente. O moço militar, que se atrevera a dizer o que sentia, era perseguido exactamente por se haver affirmado um espirito resoluto e independente. Cumprir a ordem era acceitar um castigo, que em sua consciencia considerava injusto. N'este lance melindroso o altivo e brioso official tomou a resolução de se demittir do exercito, e assim fez. Pediu a demissão, que o governo lhe deu em 12 de novembro de 1851. Este acto violento causou geral indignação, e como se approximasse o periodo eleitoral, Lamego elegeu o seu representante ás côrtes constituintes. Requereu então para concluir o curso de engenheiro, como paisano, o que não lhe podia ser recusado, concluindo esse curso em 1852. Como deputado tomou parte nas mais importantes discussões que se ventilaram na camara, foi nomeado para differentes commissões parlamentares, nas quaes affirmou sempre a sua alta competencia. A vingança de que tinha sido victima em 1851, por causa do discurso proferido no palacio da Torre da Marca, continuava a preoccupar a opinião, que sinceramente lamentava que um acto de proposítado acinte cortasse uma carreira tão brilhantemente encetada. O illustre militar, recusando-se a partir para Angra, não praticara um acto de indisciplina; reconhecendo a injustiça do castigo não quiz sujeitar-se a elle, preferindo despir a farda que tanto havia nobilitado. No intuito de reparar esta affronta, 66 deputados de todos os lados da camara votaram por que o seu illustre collega fôsse reintegrado no exercito. Mas de nada valeu esta manifestação. O marechal presidente do conselho não consentiu que a proposta fôsse por deante, e a camara entendeu que não devia reagir contra aquella imposição, que bem claramente patenteava a má vontade de Saldanha. Acabada a sessão legislativa, o sr. conde de Samodães recolheu á sua casa do Porto. Em 1855 foi eleito senador da camara municipal d'aquella cidade, cuja presidencia occupou. Pelo fallecimento de seu pae, em 1857, foi elevado a par do reino, por successão, prestando juramento e tomando posse na respectiva camara na sessão de 18 de novembro de 1858. Militando no partido progressista, exerceu o cargo de governador civil do Porto, em 1868, e quando o bispo de Vizeu organisou ministerio, foi nomeado ministro da fazenda, de que se exonerou em agosto de 1869. No anno seguinte tornou a ser governador civil do Porto. Afastando se pouco a pouco das agitações da vida politica, apenas em 1879 e 1881 foi relator das mais importantes questões de fazenda. Dotado d'uma actividade extraordinaria, o sr. conde de Samodães tem o seu nome ligado a todas as instituições de importancia que existem no Porto. Durante 40 annos foi inspector da Academia de Bellas Artes; assumiu a presidencia da Associação Catholica durante 20 annos; é presidente da Sociedade Humanitaria ha mais de 30 annos; provedor da Santa Casa da Misericordia durante 7 annos. Foi tambem ministro da ordem de S. Francisco, presidente da Sociedade de Estudos e Conferencias, vogal da junta litteraria da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, presidente da Sociedade Camoneana, director do Palacio de Crystal, membro das commissões phyloxerica, da cultura do tabaco, das exposições industriaes e agricolas que se teem realisado no Palacio do Crystal, etc. Em 1907 era director da Companhia Vinicola do Norte do Portugal, de que fôra fundador. No desempenho d'estes cargos escreveu sempre, e pontualmente, desenvolvidos relatorios, muitos dos quaes constituem valiosos documentos para a historia moderna do Porto. E' espirito de larga cultura; falando quasi todas as linguas, andando sempre a par do movimento scientifico e litterario de todo o mundo culto, o conde de Samodães é um verdadeiro sabio. Quando, em 1898, estiveram no Porto os jornalistas estrangeiros que vieram ao Congresso da imprensa realisado em Lisboa, fôram visitar os vastos depositos da Companhia Vinicola da Serra do Pilar, onde a direcção lhes offereceu um primoroso *lunch*. O illustre titular, na qualidade de director da Companhia, fez-lhes as honras devidas, e na occasião dos brindes, saudou em francez, em inglez, em allemão e em italiano, os jornalistas pertencentes áquellas nacionalidades, acabando por dirigir em latim uma saudação a um jornalista hungaro, que, maravilhado de tanta erudição, se dirigiu ao sr. conde n'aquella lingua. Como jornalista, iniciou se em 1847 escrevendo no *Boletim Cartista*, que então se publicava em Coimbra, collaborou depois no *Periodico dos pobres*, *Lei*, *Imprensa e Lei*, *Braz Tisana*, *Nacional*, *Jornal do Porto*, *Primeiro de Janeiro*, *Palavra*, *Correio Nacional*, *Boletim da Liga dos Lavradores do Douro*, *Douro agricola*, e n'uma infinidade de revistas litterarias, scientificas e agricolas. E' grande o numero de livros que tem publicado. Além dos relatorios e de differentes estudos sobre finanças, traduziu do allemão a *Apologia do Christianismo*, 5 volumes, e imprimiu *A Seraphina do Carmelo*, obra religiosa a respeito de Santa Thereza de Jesus; *O marquez de Pombal, cem annos depois da sua morte*; *Memoria historica do Palacio de Crystal*; *Apontamentos biographicos de Francisco de Paula de Azeredo, conde de Samodães*, etc. Como escriptor catholico, a causa da Egreja deve-lhe muitos serviços, e me-

receu de Pio IX e de Leão XIII as mais amaveis e penhorantes referencias e distincções. O sr. conde de Samodães foi vogal do Conselho Superior de Instrucção Publica, pela Academia de Bellas Artes do Porto, em 30 de novembro de 1907. Fez parte da commissão promotora das festas do centenario do infante D. Henrique, no Porto em 1894. E' gran cruz da ordem de Carlos III, de Hespanha, e foi agraciado com o titulo de visconde, renovado no de seu pae, por decreto de 28 de fevereiro de 1810; e no de conde, por decreto de 1 de março de 1849. Em 1901, como vogal da commissão que foi á exposição de Paris de 1900, recebeu o grau de official da Legião de Honra. O sr. conde de Samodães casou em 7 de janeiro de 1859 com D Henriqueta Adelaide Vieira de Magalhães, filha dos viscondes d'Alpendurada: Antonio Vieira de Magalhães e D. Maria das Neves Correia Leal. Seu filho Francisco de Paula Azeredo foi ministro da fazenda no ministerio de 1907. O seu brazão consta do seguinte: Escudo esquartelado; no 1.º quartel as armas dos Azeredos: Em campo azul oito contrabandas de ouro; no segundo as dos Teixeiras: Em campo azul uma cruz de ouro potentea e vazia; no terceiro as dos Carvalhos: Em campo azul uma estrella de ouro, entre uma quaderna de crescentes de prata; no quarto as dos Aguilares: Em campo de ouro uma aguia negra; timbre, o dos Azeredos: um leão rompante de azul, contracotisado de ouro.

Samodães (*Francisco de Paula de Azeredo Figueira de Carvalho, 1.º visconde e 1.º conde de*). Tenente general, par do reino, conselheiro, commandante da 1.ª divisão da Beira Baixa, da Beira Alta e do Porto, governador das praças d'Almeida e d'Elvas, conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça Militar, etc. N. em Samodães a 14 de janeiro de 1770, onde tambem fal. a 9 de setembro de 1857. Era filho de Francisco Antonio de Carvalho Teixeira d'Albuquerque e Costa, senhor dos morgados de Samodães e Gogim, do conc. d'Armamar, e fidalgo da Casa Real, e de sua mulher, D. Joaquina Leocadia de Azeredo Correia da Silva. Era descendente d'uma nobre familia que entre os seus ascendentes contava, pelo lado paterno, um chanceller-mór do reino no tempo d'el-rei D. Manuel, e pelo lado materno Henrique Correia da Silva, o patriotico general que no Algarve proclamou em 1640 a restauração de Portugal. Tinha apenas 20 mezes quando perdeu seu pae, fallecido em 31 de outubro de 1771, sendo elle o mais novo dos seus irmãos, que ao todo eram 7, e de cuja educação sua mãe se encarregou desveladamente, indo habitar para a sua casa de Goynos, onde fôram os melhores mestres ensinar-lhes as doutrinas que constituem hoje a instrucção secundaria. Destinado á vida ecclesiastica, Francisco de Paula de Azeredo foi para Coimbra frequentar a faculdade de direito canonico, mas estava apenas no 2.º anno quando falleceu sua mãe, a 4 d'abril de 1787. Seu irmão primogenito começou logo em contendas com os irmãos por causa de partilhas, de que resultaram prolongadas demandas, sendo o primeiro inconveniente d'essas discordias vêr-se Francisco de Paula de Azeredo desamparado e não poder concluir a sua formatura. Teve por conseguinte de pensar n'outra carreira, e preferindo a das armas, assentou praça em 31 de janeiro de 1792 no regimento de infantaria de Almeida, sendo reconhecido cadete, logo que deu as suas provas de nobreza. Algum tempo depois veiu para Lisboa, onde o seu regimento vinha substituir no serviço da guarnição os corpos nomeados para a campanha do Roussillon, regressando a Almeida em 1795. Tendo se creado em 1796 os logares de porta bandeira, foi Francisco de Paula de Azeredo despachado porta bandeira do seu regimento, sendo promovido a alferes em 4 d'abril de 1797. Durante a campanha de 1801 fez o regimento d'Almeida parte da guarnição da praça, sendo o exercito n'aquella fronteira, commandado pelo marquez d'Alorna. Esperava se que recaisse ali todo o peso da guerra, porque fôra sobre essa fronteira que marchára o exercito francez commandado por Leclerc, mas o governo consular quizera apenas fazer uma demonstração sobre Portugal, e as tropas francezas não sairam dos seus acantonamentos, de fórma que o alferes Azevedo, que commandava um posto avançado em valle de La Mula, ainda d'essa vez não pôde vêr o fogo. O decreto de 19 de maio de 1806, que deu numero aos regimentos, deu o n.º 23 ao de Almeida, a que Azeredo continuava a pertencer, apezar de ter sido promovido a tenente em 4 d'agosto de 1805. Quando veiu a invasão franceza em novembro de 1807, Azeredo não quiz servir ás ordens de Junot, nem tampouco entregar a sua espada, e por isso se escapou d'Almeida, indo para sua casa, d'onde passou a residir algum tempo em Celorico de Basto, na casa d'uma sua irmã casada, suppondo que terminára a sua carreira militar, porém, pelo contrario, agora é que ella começava. Effectivamente, em 9 de junho de 1808 rebentou a insurreição portugueza, e o tenente Azeredo, sabendo que em Amarante se pegára em armas, partiu para lá a offerecer os seus serviços e instruindo e disciplinando á pressa um bando armado de paisanos, já com elle pôde picar a retaguarda de Loison, que saira d'Almeida para subjugar a insurreição, e que encontrando-a muito mais geral do que suppunha, teve de retirar, ou antes, de fugir, acossado por guerrilhas, algumas das quaes, como a do tenente Azeredo, o molestaram bastante. Formando se em Vizeu uma junta governativa para dirigir a insurreição na Beira, tratou ella immediatamente de reorganisar o regimento n.º 23, sendo Azeredo nomeado seu ajudante e fazendo parte esse corpo da divisão, do general Bacellar. A 14 de janeiro de 1809 era despachado capitão para o mesmo regimento n.º 23, e escolhido pelo coronel Lecor, commandante d'uma brigada de operações para o cargo de major de brigada. Durante a campanha de 1809 a divisão de Bacellar esteve de observação na Beira Alta. Em 1811 a brigada de Lecor occupou as posições de Murcella durante a batalha do Bussaco, e durante a retirada do exercito sobre as linhas de Torres Vedras foi essa mesma brigada encarregada de cobrir a retaguarda. Seguiu-se depois a defeza das linhas, e Azeredo, que de vez em quando vinha a Lisboa com licença, sympathisando com as ideias liberaes que principiavam então a inflammar todos os animos, iniciou-se n'uma loja de *franc-maçons*, o que não o impediu de ser depois liberal sim, mas dos mais moderados, muito avêsso ás ideias revolucionarias, e com mais predilecção pelo *credo* conservador. Nos combates de Redinha, Pombal, Casal-Novo

e Sabugal, tomou uma parte brilhante a brigada do major Azeredo. Tambem esteve na batalha de Fuentes Oñoro, e na tomada de Castello Rodrigo, mas n'esta ultima acção não tomou parte o capitão Azeredo, porque tendo sido nomeado a 2 de janeiro de 1812 major effectivo do regimento n.º 23, a que sempre pertencera, teve de abandonar a brigada de Lecor, em que exercia as funcções, mas a que o seu regimento não pertencia. Em compensação esteve na tomada de Badajoz, em que foi até elle que abriu a primeira parallela e em que se distinguiu muito a brigada de que fazia parte, composta dos regimentos n.os 11 e 23, commandada pelo brigadeiro Harvey. No combate do Caniçal em que teve um cavallo morto debaixo de si, distinguiu-se tanto o major Azeredo, que teve uma menção honrosa na participação de lord Wellington ao ministerio inglez. Na batalha de Salamanca, ou dos Arapiles, commandou o regimento, teve dois cavallos mortos e duas balas lhe levaram a espada e a barretina. Na batalha de Vitoria, em junho de 1813, portou se de tal modo que foi promovido a tenente-coronel no campo da batalha, e que tendo sido gravemente ferido na perna esquerda, já no fim da acção, por um dos tiros da artilharia franceza, os marechaes Beresford e Wellington mandaram informar se do seu estado Terminou aqui a Guerra Peninsular para Azeredo, porque o ferimento não lhe permittiu que acompanhasse o exercito, e quando se restabeleceu, já a campanha estava concluida. Em 1814 foi nomeado commandante de infantaria n.º 8, que estava em Castello de Vide, o qual dentro em pouco apresentou um grau de disciplina e instrucção, que o tornaram um dos melhores do exercito. Apresentando-se como voluntario para seguir a Montevideu, foi nomeado por decreto de 12 de junho de 1815 coronel, addido ao estado maior, e quando chegou ao Rio de Janeiro, teve o commando do batalhão de voluntarios, que na ilha de Santa Catharina recebeu ordem para seguir o caminho de terra e entrar no territorio do Uruguay pela fronteira do Rio Grande do Sul. Chegando a Montevideu foi a primeira brigada, a que pertencia o batalhão do coronel Azeredo, encarregada da guarnição da praça, passando no anno de 1818 a render a 2.ª brigada que fazia até ahi o serviço externo, e que era commandada por Saldanha, então coronel. Azeredo, promovido a brigadeiro graduado, não tardou a tomar o commando d'essa brigada, distinguindo-se muito na serie de combates que teve de sustentar, e nos ataques que por mais d'uma vez dirigiu sobre os inimigos. Mas, uma indisposição grave com o general Lecor, de quem fôra até então amigo intimo, e o clima que lhe reverdecera a ferida e o fazia soffrer immenso, o obrigaram quando a lucta se pôde dizer terminada, a pedir uma licença de tres mezes para regressar ao Rio de Janeiro, e chegando-lhe a licença no fim de julho de 1819, a 7 de agosto seguinte entregou o commando da brigada a Antonio Feliciano Telles Apparicio, brigadeiro graduado, e seguiu para o Rio de Janeiro a bordo d'um navio mercante inglez. Depois de 14 dias de viagem, chegou áquella cidade: D. João VI tratou-o com muita consideração, e promovendo o em 13 de maio de 1820 a brigadeiro effectivo, já por decreto de 1 de julho de 1817 lhe havia sido concedida a ordem de S. Bento d'Aviz, e em 5 de fevereiro de 1820 lhe concedera a commenda da ordem de Christo com a tença de 300$000 reis, emquanto se não designasse a commenda. Tambem em 1820 se lhe deu a propriedade do officio de escrivão do juizo da corôa, da cidade do Porto, com o rendimento de 500$000 reis. D. João VI offereceu-lhe a capitania geral de Goyaz, que elle não acceitou, e depois de 10 mezes de continuas sollicitações conseguiu licença para regressar a Portugal, havendo permanecido por mais de 4 annos na America. O general Azeredo entrou em Lisboa dias depois de ter rebentado a revolução de 1820, e o seu papel n'esse periodo foi simplesmente o papel de soldado. Recebeu as ordens da regencia, que ainda então suppunha, que poderia contentar os revolucionarios com a demissão dos officiaes inglezes, e que o encarregou de ir substituir o general Elder no commando d'uma brigada estacionada no Alemtejo; não chegou, porém, a partir, porque a revolução rebentou em Lisboa e o novo governo liberal lhe deu o commando d'uma brigada estacionada na capital, composta dos regimentos de infantaria n.º 4 e 16. Nomeado membro d'uma commissão encarregada de reorganisar o exercito, o general Azeredo foi nomeado governador das armas da Beira Baixa, passando em seguida para o governo da Beira Alta. Não auxiliou as manobras feitas contra a Constituição, mas acceitou os factos consummados, e recebendo a noticia do movimento da *Villa-francada*, restabeleceu a autoridade do rei absoluto, o que o não impediu de ser demittido e mal recebido pelo infante D. Miguel, quando veiu a Lisboa. D. João VI, que muito o apreciava pela sua lealdade, o aconselhou a afastar se por algum tempo da côrte e do bulicio da politica, e ordenou que se lhe desse licença para se retirar á sua casa da provincia. Azeredo partiu effectivamente para Samodães, mas não tardou a que fôsse ali preso, vindo debaixo de escolta para Lisboa onde esteve no segredo do castello de S. Jorge, até que foi julgado e declarado innocente das culpas que se lhe attribuiam, que eram as de estar tramando uma rebellião contra o systema estabelecido. Graças á intervenção do monarcha, o processo foi julgado com toda a brevidade, e Azeredo absolvido. Esta affeição de D. João VI, que procurou retribuir acautelando-o contra os manejos que deram em resultado o movimento da *Abrilada*, e de que acaso teve vago conhecimento, não favoreceram o general Azeredo no animo de D. Miguel, e elle seria preso sem duvida no dia 30 de abril, mas apressou a sua sorte procurando ir collocar se ao lado do rei preso no paço da Bemposta, e ali, no proprio paço, foi tambem preso e conduzido para a torre de Belem. Mais tarde transferiram-o para Peniche, mas felizmente salvou o a reacção que fez com que D. Miguel fôsse exilado. Recebendo o encargo de classificar os officiaes que voltavam do Brazil, depois de proclamada a independencia d'aquelle imperio, o general Azeredo foi em seguida nomeado governador do forte da Graça, logar que exercia quando morreu D. João VI, e quando se proclamou a Carta Constitucional em 1826. Seguindo os seus principios de lealdade militar, não só se não prestou ás intrigas dos absolutistas, mas suffocou varias tentativas de revolta das tropas da guarnição, e pôde conservar o forte em obediencia ao governo legi-

timo. Nomeado em seguida commandante da força armada que no Alemtejo perseguia os insurgentes absolutistas, logo depois governador da praça d'Elvas, foi finalmente nomeado general das armas da provincia da Beira Alta. A sua posição era deveras espinhosa, porque a infanta regente D. Izabel Maria fôra organisando o seu ministerio com os elementos mais reaccionarios ficando completamente absolutista, póde dizer-se, quando Saldanha foi demittido. Azeredo não se importava com isso; jurara defender a Carta, defendeu-a, apezar de perceber mais de uma vez que os seus adversarios tinham a cumplicidade occulta do proprio governo que elle servia. Telles Jordão capitaneava os revoltosos n'essa provincia, o general Azeredo, vendo que todos os regimentos de milicias estavam affectos á causa dos insurgentes, nunca conseguiu do governo que lhe mandasse reforços, nem que lhe permittisse mudar os commandantes d'esses regimentos de milicias em quem não podia ter confiança. Apezar de tudo, apezar do marquez de Chaves ter proclamado em Lamego a realeza de D. Miguel, apezar do proprio general Azeredo se ter visto obrigado a abandonar Vizeu porque o regimento de milicias d'esta cidade tambem se insurgiu, Azeredo manteve-se sempre na Beira Alta chegando a ter apenas comsigo 100 homens armados, tendo visto o general Pego entregar aos rebeldes a praça d'Almeida, a principal da provincia, e toda a provincia em fogo por assim dizer. Como o governo continuava a não enviar nem um soldado, lembrou-se de appellar para o patriotismo dos estudantes, que logo organisaram o batalhão academico em defeza da causa liberal. O conde de Villa Flôr marchava entretanto do Alemtejo para a Beira, mas a sua posição seria critica, se o general Claudino, que estava com uma divisão nas proximidades do Porto, não marchasse a unir-se lhe. Tomou a responsabilidade de lhe dar essa ordem, que o governo lhe não dava, o general Azeredo. A isso se deveu a victoria de Coruche e a derrota dos insurgentes, mas o general Claudino foi demittido do seu commando e intimado para ir tomar assento nas côrtes, porque fôra eleito deputado. Azeredo recebeu uma reprehensão por ter dado similhante ordem, e não foi comprehendido n'uma promoção que se fez, o que o obrigou a queixar se directamente á infanta regente, que fez com que elle fôsse promovido a marechal de campo, com a antiguidade de 28 de dezembro de 1826, data da promoção em que elle não fôra incluido. Depois de dispersos os rebeldes, Azeredo recebeu ordem para se collocar ás ordens do general inglez Clington, e em 4 de junho de 1827 casou com sua prima D. Maria do Carmo de Lemos Teixeira de Aguilar, filha de Francisco Teixeira Bravo Cardoso Pacheco de Aguilar, senhor de varios morgados, e capitão mór de Castro Daire, e de sua mulher, D. Maria Ludovina de Lemos Alvim e Carvalho. Em 1823, logo que D. Miguel deu o golpe de estado proclamando-se rei absoluto, o general Azeredo foi demittido de todos os seus cargos, e tratou de emigrar, indo para Inglaterra. Ali recebeu convite do marquez de Palmella de embarcar a bordo do vapor *Belfast* e vir restabelecer com outros generaes, ao Porto, que se insurgira a favor da Carta Constitucional, o governo legitimo do seu paiz. (V. *Saldanha* e *Sá da Bandeira*). Voltando de novo para Londres, a bordo do mesmo vapor, fez parte d'uma commissão encarregada de regular as pretenções dos emigrados, e depois, a pedido do marquez de Palmella, tomou a direcção do commando do deposito de emigrados que estavam na Belgica, em Ostende, deposito que elle depois transferiu para Bruges. Graves dissabores que teve n'esta commissão, como não podia deixar de acontecer, quando precisava de manter a ordem e a disciplina n'um grupo de homens, que não estavam presos por laços alguns regulares, e a quem se não podia impôr, pela falta de recursos, as mais crueis privações, desgostos de toda a ordem que então soffreu, o obrigaram a pedir a sua demissão, e contribuiram decerto para o papel singularissimo que elle representou durante a campanha da Liberdade. Effectivamente, depois de ter acompanhado o imperador aos Açôres, depois de ter exercido por algum tempo, na ausencia do conde de Villa Flôr, o governo de Angra, depois de ter preparado em grande parte a expedição de Portugal, sabendo que D. Pedro tencionava deixal-o nos Açôres como governador do archipelago, teve com isso um grande desgosto e despeito, tanto que, allegando os seus adeantados annos, pediu a dispensa de todo o serviço como official general, e licença para servir sómente como voluntario da rainha, o que lhe foi concedido. Azeredo vestiu a simples jaqueta de voluntario, e durante o resto da campanha assim combateu, sendo comtudo tratado pelo imperador com toda a consideração e deferencia, assistindo a quasi todos os conselhos que se reuniam para se tratar de operações militares. Em fevereiro de 1833 foi promovido á effectividade do posto de marechal de campo, e em dezembro de 1834 a tenente general. Nomeado governador das armas da provincia da Beira Alta, só em abril de 1834 tomou posse do seu governo; foi eleito deputado por essa mesma provincia, e quando voltou a reassumir o governo das armas recebeu da rainha D. Maria II o titulo de visconde de Samodães, por decreto de 20 de maio de 1835. Rebentando a revolução de setembro de 1836, o visconde de Samodães foi demittido e retirou se para o Porto, onde auxiliou tanto quanto pôde a revolta cartista dos marechaes. Reformado violentamente no posto de tenente general, em 1837, protestou contra essa medida, e ainda contra a emenda que o conde de Bomfim quiz fazer, reformando-o em marechal do exercito. Entretanto fôra o visconde de Samodães eleito senador, e exerceu por algum tempo a presidencia d'esse corpo politico. Tempos depois, em 1841, annulava-se o decreto da sua reforma e da sua promoção a marechal do exercito, e voltava o visconde de Samodães ao posto de tenente general effectivo, que era o que elle queria. Em 1842 achava-se no Porto, quando ali foi Costa Cabral com o intuito de restaurar a Carta, e o visconde de Samodães foi um dos seus efficazes collaboradores, e quando o barão de Santa Maria marchou para Lisboa, para fazer proclamar a Carta na capital, ficou commandando todas as divisões militares do norte. Logo depois da restauração da Carta foi nomeado par do reino, por carta regia de 3 de maio de 1842, e elevado ao titulo de conde por decreto de 26 de julho do mesmo anno. O conde de Samodães seguiu com todo o cuidado as sessões da camara, e em 1847,

depois de rebentar a revolução da Junta, foi preso em Lamego pelos insurgentes, por ser reconhecido como decidido cartista. Solto depois, partiu para Lisboa, onde foi nomeado presidente do Supremo Conselho de Justiça Militar. Em 1851 o conde de Samodães não viu com bons olhos o movimento de Saldanha, e em 1852 foi um dos 17 pares que votaram contra o acto addicional, não porque fôsse opposto em absoluto a reformas politicas, mas porque entendia que essa reforma se não fizera segundo as formulas estabelecidas pela propria Carta Constitucional. Em 1857 assaltou-o a doença, que o devia victimar, e querendo ir morrer á sua casa de Samodães onde nascêra, para ali partiu, e ali falleceu com mais de 87 annos de edade. O conde de Samodães era gran cruz da ordem de Aviz, cavalleiro da Torre e Espada, commendador da de Christo, condecorado com as medalhas da Guerra Peninsular n.º 5; da campanha de Montevideu; do commando da batalha de Salamanca; do assalto do Badajoz; com a cruz de ouro da Gran Bretanha, e com a da batalha da Vitoria, pelo governo hespanhol.

Samodães. Pov. e freg. de S Pedro, da prov. da Beira Alta, conc., com. e bisp. de Lamego, distr. de Vizeu; 160 fog. e 691 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. Está situada na margem esquerda do rio Douro, a 7 k. da séde do conc. O D. abbade do mosteiro de S. João de Tarouca, da ordem de S. Bernardo, apresentava o abbade, que tinha 600$000 reis de rendimento annual. A pov. é muito antiga, e foi das que D. Thedon e D. Rousendo resgataram do poder dos moiros, no seculo XI. Chamava-se então *Çamudaens* ou *Zamudães*. O documento mais antigo, que se tem encontrado d'esta pov., é uma carta de doação que D. Affonso Henriques fez, em 1133, a Mendes Viegas, da pov. de *Çamodães com todos os seus logares e termos, assim como partia com Pena Judéa* (hojo Penajoia), *Avões*, *Paço*, e outras terras. Era do padroado real em 1258. Contava então 25 casaes, que davam ao rei, no 1.º de maio, 8 varas de bragal e outros fóros. D. Manuel I deu lhe foral novo, em Lisboa, a 26 de julho de 1514. Era reguengo, e sempre pertenceu ao termo o jurisdicção de Lamego. A terra é fertil em todos os generos agricolas do paiz, o cria muito gado de toda a qualidade. Nos seus montes ha bastante caça miuda, e o rio Douro fornece lhe bom peixe, com especialidade saveis e lampreias. No tempo do exclusivo da Companhia geral da agricultura das vinhas do Alto Douro, era esta pov. comprehendida na demarcação dos *vinhos de feitoria*, sujeitos á inspecção da companhia. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, em Lamego.

Samões. Pov. e freg. de S. Braz, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. do Villa Flôr, distr. e bisp. de Bragança; 153 fog. e 627 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Dista 3 k. da séde do conc. Entre esta freg. e a de Candoso, no sitio dos Barreiros, houve durante a guerra da Restauração do 1640, uma grande batalha entre portuguezes e hespanhoes, ficando estes derrotados. Em memoria d'esta batalha so ficou chamando a uma fonte, que existe ali, *a fonte de Mil Almas*, que tantos fôram os inimigos, que ficaram mortos no campo. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Samonde. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Portozello, conc. e distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Thiago, de Soppo, conc. de V. N. da Cerveira, do mesmo districto.

Samora Correia (*Carlos Ferreira Prego, 3.º barão de*). Commendador da ordem de Christo, proprietario e abastado lavrador em Alcochete, terra em que nasceu no anno de 1857; fal. em Lisboa a 12 de julho de 1902, sendo filho unico do 2.º matrimonio de seu pae, o 2.º barão do mesmo titulo. Era extremamente bemquisto na nossa primeira sociedade, pelo seu caracter bondoso, caritativo e esmolor. No seu testamento, datado de 5 d'abril de 1902, legou á Misericordia d'Alcochete a quantia do 20:000$000 de reis para a construcção d'um asylo do velhos e velhas, denominado *Asylo do Barão de Samora Correia*, que deveria ser construido no palacio e dependencias que possuia na mesma villa. Deixou á mesma Misericordia a Marinha e herdade da Bella Vista e Marinha Nova da Bomba, computada em 100 a 200 contos de reis, para com o seu rendimento sustentar o mesmo asylo. Em 1906 começou a tratar se da construcção do edificio, sendo o architecto da camara municipal encarregado de elaborar o respectivo projecto. O barão de Samora Correia casou a 29 de junho do 1889 com D. Laura Rica. O titulo foi renovado por decreto de 12 de dezembro de 1878. O seu brazão consta: Escudo esquartelado: no primeiro quartel as armas dos Ferreiras: Em campo vermelho quatro faxas de ouro; no segundo as dos Gomes: Em campo azul um pelicano de ouro ferindo o peito, e tres filhos bebendo o sangue quo sae das feridas; no terceiro as dos Prégos: Em campo verde uma ponte de tres arcos de prata, sobre ella tres torres do mesmo metal, o por baixo da ponte agua da sua côr; orla tambem verde com oito ameias do prata; no quarto as dos Fernandes: Em campo azul, uma torre do ouro com seis bombardas da sua côr, duas em baixo e quatro em cima.

Samora Correia (*João Ferreira Prego, 1.º barão de*). Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo, proprietario e lavrador. Nada mais se sabe a seu respeito. Teve o titulo de barão, por decreto de 22 de agosto de 1846.

Samora Correia (*José Ferreira Prego, 1.º barão de*). Fidalgo da Casa Real e commendador da ordem de Christo. N. a 7 de janeiro do 1810, e fal. a 16 d'outubro de 1866. Era filho bastardo, legitimado, do 1.º barão de Samora Correia. Casou duas vezes: a primeira com D. Marianna Victoria do Carmo Rocha, que falleceu em 1854; a segunda, em 7 de janeiro de 1856, com sua prima D. Maria da Madre de Deus Correia Godinho, filha do 1.º visconde Correia Godinho. O titulo foi renovado por decreto do 30 de janeiro de 1850.

Samora Correia. Villa e freg. de N. S.ª da Oliveira, da prov. da Extremadura, conc. e com. do Benavente, distr. de Santarem, arceb. de Evora; 499 fog. e 2:063 hab. Tem esc. do sexo fem., est. post. e telegr., com serviço de encommendas; productores de cortiça, medico, pharmacia, fabrica de telha e tijolo, productores do vinho, etc.; feira fixada definitivamente nos dias 9, 10 e 11 de maio, segundo a deliberação da camara municipal de Benavente, de 4 de março de 1907. Está situada a villa n'uma pla-

nicie, na margem esquerda da ribeira de Santo Estevão, a 2 k. d'um braço do rio Tejo que limita as lezirias pela parte E, a 8 k. da séde do conc. O rei, pelo tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens, apresentava o prior, que tinha diversos generos e 20$000 reis em dinheiro de renda por anno. A pov. é muito antiga, e foi dos duques de Aveiro, que tinham por estas terras, e em outros pontos, muitas quintas, herdades e fóros, que tudo perderam com a sua prisão e morte em 1759. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz, e cria muito gado, e tambem touros bravos para as corridas; tem mattas que produzem muita lenha, e criam muita caça. E' tambem abundante de peixe do rio Tejo, e cria muitos porcos que exporta. El-rei D. Manuel I lhe deu foral, em Santarem, a 13 de abril de 1510. Foi collegiada *(priorado)* com dois beneficiados, da ordem de S. Thiago, de Palmella, da qual era commenda. Tem Misericordia e hospital, e até 1834 teve uma companhia de ordenanças com os respectivos officiaes. Junto ao porto onde fundeiam os barcos, está a capella de N. S.ª de Guadalupe, que fica a 3 k. de distancia da villa, junto a uma grande quinta que pertenceu aos condes de Sarzêdas. E' templo antigo; não se sabe o anno em que foi construido, mas calcula-se que fôsse no terceiro quartel do seculo XVI. Em 1632, estando muito arruinado, se reconstruiu, e em 1700 se lhe fez uma rica tribuna de talha dourada. O templo é grande, com capella-mór e seu altar, e no corpo da egreja dois altares lateraes. Tem um bonito alpendre, com um grande átrio, e ao pé as casas para residencia do ermitão, que até 1759 era apresentado pelos duques de Aveiro, e desde então pelo parocho da freguezia. Os temporaes do inverno de 1876 para 1877 causaram muitos prejuizos no concelho de Benavente; na Varzea de Samóra Correia subiram as aguas a grande altura, e cobriram a grande estrada que a atravessa. No viaducto, as *bermas* (sapatas) e taludes de ferro, do lado do juzante, fôram levados pela cheia; e nos aterros junto das obras d'arte, houve grandes rasgões, interrompendo-se a viação A villa ficou incommunicavel com a capital do conc. Esta inundação causou grande miseria nos habitantes pobres da freguezia. Com o tremor de terra de 23 d'abril de 1909 tambem esta villa soffreu consideraveis estragos. Pertence a villa á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 2, com a séde em Lisboa.

Samorim. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Villa da Egreja, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Samorinha. Pov. e freg. de Santa Cruz, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Carrazeda de Anciães, distr. e bisp. de Bragança. Está situada na falda da serra de Reborosa, a 3 k. da séde do conc. Tem caixa post. e uma ermida dedicada a N. S.ª da Graça. O reitor de Anciães apresentava o vigario, que tinha 40$000 reis e o pé d'altar A terra é pouco fertil; cria bastante gado de toda a qualidade, e é abundante de caça grossa e miuda. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. na freg. de S. Thomé, de Travassos, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Samoro. Reino do distr. e ilha de Timor, Oceania, na região central dos Bellos, comprehendido no commando mil. das Allas. E' um dos reinos de Lute e fica a 3 dias de jornada de Dilly. A sua população é de 9:000 habitantes, sendo 500 christãos, comprehendendo as suas jurisdicções. Diz se existir ali um pequeno vulcão e haver nascentes de petroleo.

Samouco. Pov. e freg. de S. Braz, da prov. da Extremadura, conc. d'Alcochete, com. de Aldeia Gallega do Ribatejo, distr. e patriarc. de Lisboa; 244 fog. e 956 hab. Tem caixa postal. Está situada a 4 k. da margem esquerda do rio Tejo e a 5 da séde do conc., em logar muito aprazivel. O rei, pelo tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens, apresentava o capellão, que tinha de rendimento diversos generos e 12$000 reis em dinheiro. Esta freg. foi desmembrada da de Alcochete, a que pertencia, para se tornar independente, no seculo XVI. Foi, como Alcochete, commenda da ordem de S. Thiago, de Palmella. E' terra muito fertil em todos os generos agricolas do paiz, principalmente em cereaes; cria muito gado, e é abundante de peixe, do rio Tejo e do mar. Samouco tem uma bonita praia, e nos arredores ha muitas quintas, vinhas e pomares, que tornam a região formosa. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 2, com a séde em Lisboa. Tendo sido annexada ao conc. de Aldeia Gallega por decreto de 26 de setembro de 1895, que extinguira o de Alcochete, voltou para este, que ficou restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1698. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Samoura. Pov. na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Sampaio. A familia d'este appellido procede de Vasco Pires Sampaio, filho de Pedro Alvares Osorio, senhor da casa de Villa Lobos, conde de Trastamara, e 1.º marquez de Astorga, em Galliza, que passando a Portugal, por matar em duello um fidalgo poderoso d'aquelle reino, prestou muitos e grandes serviços nas guerras d'aquelle tempo, aos reis D. Fernando e D. João I, que lhe deram as villas de Villa Flôr, Chacim, Mós, Anciães, e outras terras, direitos e jurisdicções na provincia de Traz-os-Montes, que permaneceram nos seus descendentes. Deixando com a patria o appellido dos seus avós, tomou o da Honra de Sampaio, junto a Villa Flôr, onde fez a sua primeira residencia. As armas d'esta familia são: Escudo esquartelado; no primeiro quartel, em campo de ouro uma aguia de púrpura estendida, armada de preto; no segundo enxequetado de ouro e azul, de meudas peças, e uma bordadura vermelha cheia de SS de prata, e assim as contrarias; timbre a mesma aguia.

Sampaio *(Adrião Pereira Forjaz de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real por successão a seus maiores, do conselho da rainha D. Maria II, de D. Pedro V e de D. Luiz I, commendador da ordem de S. Thiago, doutor e lente de prima jubilado de Direito na Universidade de Coimbra, vogal do Conselho Superior de Instrucção Publica, socio correspondente da Academia Real das Sciencias, do Instituto de Coimbra, e do Conservatorio da Arte Dramatica, etc. N. em Coimbra a 10 de fevereiro de 1810, fal. na Figueira da Foz a 11 de setembro de 1874. Era filho do desembargador José Maria Pereira Forjaz de Sampaio e de sua mulher D. Maria do Carmo Freire Pimentel de Mesquita e Vasconcellos. Desde o alvore-

cer da vida se revelou em Adrião Forjaz uma grande intelligencia; que o gosto pela leitura, o amor ao trabalho e o estudo aturado na maior verdura da mocidade, ainda mais lhe desenvolveram. Ainda muito novo já colligia dos livros da sua leitura graude copia de pensamentos, que mais tarde publicou por differentes vezes com o titulo de *Fructo das minhas leituras*, que fórmam uma collecção preciosa. Só por este precoce desenvolvimento se póde explicar o facto pouco vulgar, de estar habilitado aos 14 annos de edade para todos os preparatorios necessarios para estudos superiores, sendo para isso preciso supplemento de edade, que lhe foi concedido por *Aviso* de 19 de setembro de 1823, para cursar umas das faculdades da Universidade; matriculou-se nas do mathematica e philosophia, tendo n'esta o premio pecuniario. Seu pae destinara-o, porém, ao estudo de direito, e a frequencia do 1.º anno d'aquellas outras faculdades tivera só por fim avigorar-lhe o espirito, como era conveniente em tão verdes annos. Matriculou-se pois aos 15 annos na faculdade de Leis, ainda separada da de Canones, porque só mais tarde, a reforma do ensino superior de 1836 refundiu n'uma só faculdade, a de Direito, as duas de Leis e de Canones. O seu curso foi dos mais brilhantes, em todos os annos, recebendo, ao concluil-o, as melhores informações e as mais distinctas classificações. Durante a guerra civil esteve a Universidade fechada, a qual reabriu em outubro de 1834, e Adrião Forjaz recebeu o grau de doutor, em 14 de junho de 1835, das mãos de seu tio, o dr. Manuel de Serpa Machado, que recolhendo do exilio apenas restaurado o governo de D. Maria II, havia sido nomeado lente de prima da faculdade de Leis. Desde logo, e ainda como simples doutor, foi chamado ao serviço do professorado, sendo-lhe dada a regencia da cadeira de Economia Politica e de Estatistica, quo na faculdade de Direito se creara pela reforma de 1836, e de que elle foi o primeiro lente. Tendo subido por escala todos os degraus do professorado da sua faculdade, e completando sem interrupção 30 annos de bom e effectivo serviço desde o seu primeiro despacho para lente substituto até ao logar, o ultimo, superior a todos, de lente de prima, decano e director da mesma faculdade, foi jubilado em 1868. O dr. Adrião Forjaz nunca se dedicou á politica, nunca se envolveu em luctas partidarias, nunca o seu nome figurou nos certamens politicos, a que poderiam tel-o chamado o seu grande genio e vastos conhecimentos; a sua voz autorisada, sempre fluente, nunca se fez ouvir fóra dos certamens litterarios, onde o chamavam os seus deveres do professorado, ou d'outra analoga posição social. Foi por muitos annos presidente do asylo da infancia desvalida de Coimbra, que enriqueceu com alguns livrinhos sobre instrucção primaria. Casou em 1842 com D. Leonarda Thereza Leite Freire, filha de Cypriano Leite Ribeiro Freire, fidalgo da Casa Real, commendador da ordem do Christo, ministro plenipotenciario de Portugal em Madrid e Suecia, etc., e de sua mulher, D. Eulalia Carolina Godinho Ribeiro Freire. Bibliographia: *Memorias do Bussaco:* 1.ª Parte, Coimbra, 1838; 2.ª Parte, idem, 1839; imprimiram se ambas reunidas em 1850; incluindo tambem *Uma viagem á serra da Louzã no mez de julho de 1838*, que se havia publicado n'esse anno; houve 3.ª edição feita no Porto em 1864; *Pensamentos, memorias e sentimentos, fructo de minhas leituras: e Roma e seus arrabaldes, do Visconde de Chateaubriand, colligidos e traduzidos em portuguez*, Paris, 1838; *Elementos de Economia Politica*, Coimbra, 1839; 2.ª edição, 1841; *Primeiros Elementos de Sciencia d'Estadistica*, Coimbra, 1841; estas duas obras sairam em nova edição reformada e augmentada, com o titulo seguinte: *Elementos d'Economia Politica e Estadistica*, Coimbra, 1845; outra edição: em 1852: em 1856 publicou-se com o titulo de *Novos Elementos de Economia Politica e Estadistica;* em 1868 publicou uma edição novissima dos *Elementos de Economia Politica*, em 3 volumes, edição que foi até se extinguir, como o tinham sido as antecedentes, a obra, pela qual fôram lidas as disciplinas da respectiva cadeira na Universidade; *Geographia da Infancia para uso das escolas*, Coimbra, 1850; outra edição, 1855; *Grammatica da Infancia*, idem, 1851; idem, 1855; *Arithmetica da Infancia*, idem, 1850; idem, 1855; *Introducção do Amigo dos meninos;* idem, 1854, *Estudos de Economia Politica;* não concluidos, idem, 1853; idem, 1855; *Estudos sobre os primeiros elementos da Theoria da Estadistica*, idem, 1855; *Brevissimo Resumo da Historia Sagrada*, idem, 1853; *Cathecismos da Doutrina Christã, adoptados nas Dioceses de Coimbra, Bragança, Vizeu, Lamego e Beja*, Coimbra, 1854; *Pequeno Cathecismo (*resumo antecedente*)*, idem, 1854; *Cathecismo da Historia Sagrada*, idem, 1857; *Grammatica franceza da Infancia*, idem, 1856; *Das irmãs da Charidade*, idem, 1857; *Pro Fidelissimo Rege Ludovico Primo*, etc., *pela fausta exaltação de el-rei fidelissimo o sr. D. Luiz I ao throno de Portugal; oração recitada na sala grande dos actos da Universidade de Coimbra no dia 22 de dezembro de 1861*, Coimbra, 1861; texto latino com a versão portugueza; *Aos senhores deputados da Nação Portugueza sobre o requerimento apresentado pelo sr. Sanches na sessão de 27 do proximo janeiro 1835*, Coimbra. N'este breve arrazoado tratou o autor de justificar-se da accusação que lhe fôra feita, em razão de haver incluido nas *Theses* que defendera para o acto de conclusões magnas a proposição de que o *governo absoluto era o melhor*. Responde egualmente a outras arguições que se dirigiam em desabono do seu comportamento politico durante o periodo de 1828 a 1834. O dr. Adrião Forjaz publicou varios artigos no *Instituto*, de Coimbra, e em outros jornaes litterarios. Escreveu tambem: *Exposição dos principios sobre a Constituição civil do clero, pelos bispos deputados á Assembleia Nacional, vertida em linguagem, e acompanhada d'uma curta noticia dos principaes successos que lhe são relativos*, Lisboa, 1836; saiu anonyma

Sampaio *(Alberto)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade do Coimbra, escriptor notavel. N. em Guimarães em 1841, e fal. na freguezia de Cabeçudos, do concelho de Villa Nova de Gaia, em 1 de dezembro de 1908. Foi companheiro e amigo de Anthero do Quental nos estudos em Coimbra, e com elle fez uma viagem aos Estados Unidos, e recolhendo-se por fim á terra onde nascera, ali se entregou apaixonadamente ás investigações historicas, fazendo uma obra consideravel e sob todos os pontos de vista preciosa, apezar de pouco conhecida. Os bens de fortuna, de que dispunha, permittiam-lhe trabalhar

sem canceiras nem fadigas e applicar aos seus estudos todo o tempo indispensavel para as reconstituições historicas e que se consagrára, e assim é que os seus estudos ficaram como primaciaes no genero. Escreveu e publicou: *As villas do norte de Portugal*, notavel estudo das origens da propriedade nos tempos da dominação dos romanos e dos visigodos; saiu primeiramente na *Revista de Portugal*, de Eça de Queiroz, na *Revista das sciencias naturaes e sociaes*, na *Revista de Guimarães*, e, depois, refundido e corrigido, nos primeiros tomos da *Portugalia; Hontem e hoje*, commentario á situação economica do paiz, no qual se demonstra que a crise de caracter economico existe em Portugal desde os primeiros tempos da fundação da monarchia; na mesma revista *Portugalia*; *As Povoas maritimas do norte de Portugal;* tambem na *Portugalia*, 1907; tres grandes capitulos de *As praias do litoral*, investigação das origens da população da costa portugueza desde Caminha até Villa Nova de Gaia; idem; *A propriedade e a cultura no Minho*, admiravel estudo sobre economia rural; *O norte maritimo*, excellente introducção ao estudo da origem e exito das navegações portuguezas; *Relatorio da exposição industrial de Guimarães*, trabalho egualmente de valia; e varios artigos em revistas sobre assumptos historicos e economicos, bem como um estudo sobre Anthero do Quental no volume *In Memoriam*.

Sampaio *(Albino Forjaz de)*. Poeta contemporaneo, que tem publicado poesias muito apreciadas pela imprensa, das quaes mencionaremos: *Versos do reino*, em 1903; *Ao cair da folha*, soneto que tem sido traduzido em diversas linguas; 1904; *Sol do Jordão; Palavras cynicas*, 1905.

Sampaio *(Alfredo Silva)*. Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, guarda-mór de saude em Angra do Heroismo, escriptor, etc. N. n'esta cidade em 19 de setembro de 1862, sendo filho do dr. José Augusto Nogueira Sampaio. Matriculando se na Universidade, foi sempre um estudante distincto, recebendo alguns premios em alguns annos do curso. Voltou para Angra em 1888 a exercer a clinica, estabeleceu consultorio distinguindo-se como medico e como habil operador. Em 1896 foi nomeado guarda-mór de saude, nomeação acolhida com o maior enthusiasmo, porque o sr. dr. Alfredo da Silva Sampaio goza das mais legitimas sympathias pelo seu bondoso caracter, e pela desvelada protecção que tem sempre dispensado caridosamente aos pobres, não só com os recursos da sua sciencia, como com os da sua bolsa, quandos os doentes vivem em grande pobreza. No lyceu d'Angra já por mais d'uma vez tem regido interinamente as cadeiras de physica e de mathematica. Como escriptor tambem se distinguiu pelo valioso livro que publicou em 1906,com o titulo *Memoria sobre a ilha Terceira*, que mereceu as mais elogiosas apreciações da imprensa Esta obra abrange 5 partes: *Geologia, Flora, Fauna, Topographia* e *Historia politica da ilha Terceira*. Pelo que o autor escreve no prefacio do livro, vê-se que o plano da obra foi traçado por seu pae, a quem a morte surprehendeu, não o deixando concluir o trabalho, ficando apenas feito e principiado a imprimir a *Flora* e a *Geognosia* da ilha Terceira, sendo, portanto, o restante, trabalho do sr. dr. Alfredo da Silva Sampaio.

Sampaio (*Fr. Antonio de)*. Religioso da ordem da Trindade, theologo e poeta. N. em Santarem em 1564, fal. no convento de Lisboa em 1654. Exerceu varios cargos na sua ordem. sendo um d'elles o de prégador geral. Escreveu versos em portuguez, latim e em hespanhol. Das suas poesias fala com muito louvor Fr. Ignacio de Santa Thereza.

Sampaio (*Antonio José da Costa)*. Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, em 1844; guarda-mór da saude e medico do hospital de Santo Antonio, do Porto, etc. N. no Porto a 21 de fevereiro de 1816. Escreveu: *Noticia e ensaios sobre as aguas mineraes da villa de Monção*, Porto, 184 ; *Uma ideia relativa á industria agricola*, Porto, 1848.

Sampaio (*Antonio Luiz de Sampaio e Mello e Castro, 3.º conde de)* Era o 5.º filho varão dos 1.os condes de Sampaio. N. a 2 de outubro de 1782, e fal. a 31 de março de 1842. Casou com sua sobrinha, D. Violante Maria Rita de Sampaio e Albuquerque de Mendonça Furtado Mello e Castro Moniz Torres de Lusignano, 3.ª condessa de Sampaio, por ser filha e herdeira de seu irmão, o 3.º conde do mesmo titulo. Esta senhora era dama das rainhas D. Maria II e D. Estephania, e dama da ordem de Santa Izabel. N. a 22 de maio de 1789 e fal. a 31 de maio de 1859. Antonio Luiz de Sampaio assentou praça no 1.º regimento do infantaria, e deu baixa quando o principe regente D. João se retirou para o Brazil em 1807. Tornou depois a entrar no serviço militar, servindo na Guerra da Peninsula ás ordens do marechal Beresford, e seguindo os postos foi coronel de cavallaria e sub-inspector geral da arma; cavalleiro da ordem da Torre e Espada, veador da princeza D. Maria Francisca Benedicta e da infanta D. Izabel Maria. Em 1826 foi nomeado par do reino, com manifesto prejuizo do chefe da casa, seu irmão mais velho e sogro, o 2.º conde de Sampaio. Seguiu depois o partido do infante D. Miguel, pois que se fez representar nas côrtes dos Tres Estados, convocadas pelo infante em 1828. Recebeu o titulo de conde por decreto de 1 de dezembro de 1834, data tambem do decreto em que seu irmão foi elevado a marquez de Sampaio. No pariato succedeu-lhe seu filho Manuel Antonio de Sampaio que foi elevado á categoria de marquez de Sampaio, como herdeiro de seu tio e avô.

Sampaio *(Antonio Pedro Maria da Luz de Sampaio e Albuquerque de Mendonça Furtado Mello e Castro Moniz de Torres de Lusignano, 5.º conde de)*. Official mór da Casa Real por decreto de 23 de janeiro de 1879. N. em S. Lourenço d'Alhos Vedros, na sua quinta do Posto, a 29 de junho de 1845. Era filho do 4.º conde de Sampaio, e de sua primeira mulher, D. Maria Francisca da Luz de Carvalho Daun e Lorena. Casou a 29 de junho de 1868 com D. Francisca Bernarda da Silva Pessanha, filha de D. Antonio da Silva Pessanha, moço fidalgo com exercicio, e de sua mulher, a condessa das Alcaçovas D. Rita de Cassia Izabel de Noronha, já viuva do 1.º conde d'este titulo D. Francisco de Salles de Lencastre. Foi lhe renovado o titulo de conde de Sampaio por decreto de 7 de dezembro de 1876. Tendo fallecido já ha annos, succedeu-lhe no titulo o sr. Manuel Antonio de Sampaio e Mello e Castro, que nasceu a 22 de maio de 1869, sendo o 6.º conde de Sampaio.

Sampaio *(P. Antonio Pereira de)*. Theologo. N. no Porto em 1691, e fal em 1738. Foi parocho da freguezia de Santo André de Gião. Traduziu do hespanhol uma obra intitulada: *Pratica do confessionario*, accrescentando a traducção com a explicação de alguns casos reservados. Não chegou a publical-a por saber que já estava a imprimir-se outra traducção da mesma obra

Sampaio *(Antonio Rodrigues)*. V. *Rodrigues Sampaio*.

Sampaio *(Antonio de Sampaio Mello e Castro Moniz Torres de Lusignano, 1.° conde de)*. Era o 14.° senhor de Villa Flôr Foi agraciado com o titulo de conde de Sampaio por decreto de 18 de dezembro de 1764. Casou a 27 de fevereiro de 1759 com D. Thereza Violante Eva Judith de Daun, 3.ª filha do 1.° marquez de Pombal. Fal. em 14 de novembro de 1805. O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo partido em tres palas; na primeira as armas dos Sampaios *(V. n'este* vol. pg 519); na segunda as dos Mendonças: escudo esquartelado; na parte alta e baixa uma banda com perfiles do ouro em campo verde, e nos outros dois angulos letras azues de *Ave Maria* em campo de ouro; na terceira pala as dos Albuquerques: escudo esquartelado: no primeiro quartel as armas de Portugal inteiras com um filete negro em contrabanda: no segundo cinco flôres de liz, e assim os contrarios.

Sampaio *(P. Antonio da Silva)*. Presbytero secular. N. em Lisboa em 1691, fal. depois do anno de 1759. Estudou humanidades no collegio de Santo Antão dos padres jesuitas, e no da Congregação do Oratorio philosophia; passando á Universidade de Coimbra formou se em direito pontificio. Tomou ordens de presbytero, veiu advogar para Lisboa, adquirindo grande fama, e foi nomeado pelo papa Clemente XII protonotario apostolico, sendo depois escolhido para promotor da justiça na Relação Ecclesiastica de Lisboa. Escreveu: *A Flôr de Florença, ou vida da extatica Virgem Santa Maria Magdalena de Pazzi*, Lisboa, 1730; *Elogio funebre do doutor Manuel Pereira da Silva Leal, cavalleiro da ordem de Christo, lente de Canones na Universidade de Coimbra*, etc., Lisboa, 1744. Deixou manuscriptas uma *Vida de S. Vicente de Paula* e uma *Compilação do direito canonico*, commentarios aos 5 livros das decretaes, illustrado com o direito das instituições do arcebispado de Lisboa e ordenação do reino.

Sampaio *(Fr. Constantino de)*. Religioso da ordem de S. Bernardo. N. no termo de Trancoso, e fal. em Lisboa no convento do Desterro em 1675. Doutorou se na Universidade de Coimbra, e foi depois secretario do geral Fr. Lourenço Botelho, sendo em 1660 eleito abbade do convento do Desterro, e em 1669 geral da ordem. Foi elle que mandou construir o santuario das reliquias que existiam no convento d'Alcobaça. Foi nomeado arcebispo da Bahia, mas não chegou a sagrar se nem a partir para a Bahia. Deixou escripta uma *Relação das reliquias que se guardam no convento d'Alcobaça*, que não chegou a imprimir se.

Sampaio *(Diogo de Carvalho)* Ministro plenipotenciario, ou enviado extraordinario á côrte de Madrid pelo fim do seculo XVIII; cavalleiro da ordem de Malta, socio correspondente da Academia Real das Sciencias, etc. N. em Lamego a 7 de junho de 1750, e pertencia á nobre familia da Casa do Poço da mesma cidade, em cujo palacio existe o seu retrato. Foi admittido como cavalleiro da ordem de Malta a 5 de novembro de 1785. Em 1787 publicou a memoria: *Tratado das côres, que consta de tres partes, analytica, synthetica e hermeneutica, offerecido aos amadores das sciencias naturaes*, etc.; com estampas Em 1788 outra memoria, sobre o mesmo assumpto: *Dissertação sobre as côres primitivas, como um breve tratado da composição artificial das côres;* com duas estampas Em 1790 publicou em Madrid: *Elementos de Agricultura*, de cuja edição se tiraram apenas 100 exemplares, conforme a declaração que vem no fim do volume. Este livro, que é muito original, foi traduzido em hespanhol, em 1795, por D. José Maria Calderon de La Barca, cuja edição difficilmente se encontra á venda. Em Madrid tambem publicou, em 1791, o opusculo: *Memoria sobre a formação natural das côres*, com uma estampa. Diogo Carvalho de Sampaio possuia propriedades importantes na provincia do Douro. Desempenhou varias commissões diplomaticas, sendo a mais importante a sua embaixada em Madrid, sendo ali ministro quando se deu a guerra desgraçada de 1801. Fal. depois de 1807 e antes de 1812.

Sampaio *(Diogo de Mello de)*. Aventureiro do seculo XVII, filho de Luiz de Mello Sampaio que morreu combatendo valorosamente em 1639. Já havia muito tempo que servia na India, quando seu pae falleceu Esteve no cêrco de Damão, onde foi ferido, e recebendo do vice rei João da Silva Tello o commando d'um navio, veiu a Portugal beijar a mão de D. João IV, e seguiu para o Alemtejo a combater contra os hespanhoes. Voltando á India ficou em Baçaim, onde seu irmão Francisco de Mello Sampaio estava como capitão da fortaleza, e ali viveu muito considerado por todos, e, ao que parece, rico, porque matou o ouvidor Antonio Carrilho, por elle lhe sequestrar injustamente as aldeias que possuia. Este crime obrigou-o a fugir com seu irmão Francisco de Mello Sampaio para a côrte de Aureng Zeb, o grão mogol, que aproveitou os serviços dos dois portuguezes, dando lhes altos cargos na sua côrte. Diogo de Mello Sampaio não se esqueceu de que era portuguez, e aproveitou a sua influencia na côrte do grão-mogol para valer aos portuguezes e impedir a ruina do Estado da India que já com difficuldade se mantinha. Voltando a terras portuguezas foi viver para Baçaim, achando-se já livre das perseguições a que fugira, e sendo até convidado pelo vice rei conde de S. Vicente para ir como embaixador ao grão-mogol, cargo que não acceitou. Em Baçaim, e em 1682, sendo já bastante idoso, concluiu um poema mystico que mandou offerecer ao infante D. Pedro, mas que ficou manuscripto. O poema constava de 29 cantos e em honra da arvore da cruz, sendo em parte um pretexto para elle o acompanhar com a a apologia em prosa do seu procedimento. Parece que falleceu nos ultimos annos do seculo XVII

Sampaio *(Fr. Estevão de)*. Religioso da ordem de S. Domingos, que se tornou celebre pelo papel que representou nas aventuras de Marco Tulio Catizoni, que se fez passar por el-rei D. Sebastião N. em Guimarães, e vestiu o habito dominicano no convento de Lisboa, onde não tardou a adquirir grande fama como homem de ta-

lento e de sciencia. Sendo muito affeiçoado á casa de Vimioso, foi partidario tambem de D. Antonio, prior do Crato, e por isso o prenderam os hespanhoes n'um medonho carcere, d'onde conseguiu fugir com alguns religiosos da sua ordem, passando a França, e indo parar á cidade de Tolosa, aproveitou o ensejo para frequentar as aulas da Universidade d'aquella cidade, doutorando-se em theologia. Como era um notavel latinista, foi encarregado pelos superiores para traduzir para latim as chronicas e livros portuguezes que se occupassem da ordem de S Domingos ou de varões insignes que a ella pertenceram. Tratou logo de cumprir essa ordem, quando ainda estava em Tolosa, traduzindo para latim a *Vida de S. Gil*, a de *S. Gonçalo de Amarante*, a *Conversão de S. Pedro Gonçalves*, a *Vida de fr Payo, primeiro prior de Coimbra*, a de *D. Lourenço Mendes*, e a de *Fr. Pedro*, porteiro do convento de Evora, traducções que se imprimiram em Paris no anno de 1586, n'um livro a que Fr. Estevão de Sampaio deu o titulo de *Thesaurus arcanus in lusitania genius refulgens*, e que se dedicou ao bispo de Angers, capellão de Carlos IX e de Henrique III reis de França. No fim d'essa obra vem um *Stemma selectissimum, ornatissimunque sacri ordinis fratrum praedicatorum*, obra que contém a lista dos geraes da ordem, e dos cardeaes e dos varões insignes, que pertenceram á ordem, etc. Em 1596 tambem Fr. Estevão de Sampaio editou em Paris um commentario de S. Thomaz de Aquino aos dois livros dos Machabeus, commentario a que antepôz um prefacio, que foi reproduzido nas edições das obras completas de S. Thomaz de Anvers e de Paris. No meio dos seus trabalhos litterarios não deixava Fr. Estevão de Sampaio de se occupar activamente da restauração do reino do poder de Castella. Todos os seus planos, porém, se mallograram, e começava a desanimar, quando teve noticias de que apparecera em Veneza, um homem que dizia ser el-rei D. Sebastião, e cuja prisão o embaixador de Hespanha immediatamente exigira D João de Castro, um sebastianista acerrimo, poz se logo em campo antes mesmo de saber o que o homem era, advogando com a maior tenacidade a sua causa, decidindo Fr. Estevão de Sampaio ir a Veneza reconhecer a sua identidade. Partilhou Fr. Estevão completamente as esperanças do D. João de Castro e dos outros portuguezes, e no meado de 1599 chegou a Veneza, depois de ter feito no caminho a mais activa propaganda a favor do preso. quando pôde finalmente, depois de muitas difficuldades, falar a Marco Tulio Catizoni, que era este o supposto D. Sebastião, teve um cruel desengano, porque o impostor calabrez poucas ou nenhumas similhanças tinha com D. Sebastião, mal falava a lingua portugueza, e mostrava ignorar os usos mais vulgares da nossa patria, mas era ao mesmo tempo habil e audacioso, e Fr. Estevão de Sampaio já avançara tanto que não podia facilmente recuar, e achou melhor ir por deante. Passava se isto já em 1600, e n'esse mesmo anno publicava Fr. Estevão de Sampaio em latim uma obra sobre o milagre de Ourique, obra de propaganda a favor da causa nacional. Convencido intimamente de que Marco Tulio era um impostor, não deixou, comtudo, de o aproveitar, principalmente porque as suas aventuras mysteriosas, as perseguições dos hespanhoes, lhe estavam dando um grande prestigio em Portugal. Quando Marco Tulio foi de novo preso pelos hespanhoes e encerrado n'um dos castellos de Napoles, Fr. Estevão de Sampaio trabalhou muito para o libertar, chegando a fretar um navio em Marselha para favorecer a sua evasão; mas o governo hespanhol teve conhecimento do facto, e apressou o processo de Marco Tulio, que foi condemnado a galés perpetuas, embarcando para San Lucar de Barrameda em 1602. Fr. Estevão continuou a trabalhar a seu favor, a mandar lhe dinheiro para as galés onde trabalhava, mas o preso é que parecia pouco disposto a entrar em novas combinações politicas. Sabendo os hespanhoes o que se passava, D. Christovão de Moura conseguiu prender em Traz-os Montes Fr. Estevão, que foi remettido para San Lucar de Barrameda. Ali se instaurou immediatamente processo contra Marco Tulio e Fr. Estevão, que se defendeu allegando a sua boa fé, o que de nada lhe valeu, porque foi condemnado á morte executado em San Lucar de Barrameda no dia 30 de agosto de 1603. Embora protegesse um impostor, Fr. Estevão de Sampaio tornou-se digno da consideração dos portuguezes, porque foi levado a fazer tudo quanto fez pelo vivo desejo de restituir a independencia á sua patria.

Sampaio *(Francisco Coelho de Sousa)* Cavalleiro da ordem de Christo, doutor em Leis e lente da historia do direito romano e patrio na Universidade de Coimbra, desembargador da Relação do Porto, juiz dos feitos da Corôa e Fazenda, etc. N. no meado do seculo XVIII, e fal. em Lisboa entre os annos de 1820 e 1823, sendo já octogenario. Escreveu: *Prelecções do Direito Patrio, publico e particular, offerecidas ao serenissimo senhor D. João Principe do Brazil Primeira e Segunda parte, em que se trata das Noções preliminares e do Direito Publico Portuguez*, Coimbra, 1793; *Terceira Parte Em que se trata do livro II das Ordenações Filippinas pelo methodo synthetico compendioso demonstrativo*, Coimbra, 1794; *Observações ás Prelecções do Direito Patrio publico e particular, offerecidas ao serenissimo senhor D. João, Principe Regente*, Lisboa, 1805. Esta obra foi escripta para servir de compendio na cadeira que o autor regia

Sampaio (*Francisco Ludovino de Sousa Freitas*) Cavalleiro das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; tabellião em Lisboa, e poeta. N. n'esta cidade em 1810, onde tambem fal. em janeiro de 1879. Frequentou o curso da aula de commercio em 1828 e 1829, mostrou-se muito affecto á causa liberal, a que prestou grandes serviços. Escreveu: *Observações sobre a educação, offerecidas aos paes de familia*, Lisboa, 1835; *Elegia á morte de S. A. R. o principe D. Augusto, duque de Leuchtemberg*, etc., Lisboa, 1835; *Elegia á lamentavel morte dos cinco infelizes padecentes, Alexandre Manuel Moreira Freire, José Gomes Ferreira Braga, Ignacio Perestrello Marinho Pereira, Jayme Chaves Scarnichia, e Antonio Pereira Chaby, victimas da usurpação, executados em Lisboa no caes do Sodré, a 6 de março de 1829*, Lisboa, 1837; *Ode ao regresso de S. M. I. a senhora D. Maria II á capital em 31 de outubro de 1843*, Lisboa, 1843; *A' sentida morte do ex.mo sr. conselheiro Silvestre Pinheiro Ferreira, Canção funebre*, Lisboa, 1846. Publicou algumas poesias no *Romancista*, jornal saido em

Lisboa em 1839, no tomo I, pag. 29 e 111, etc. Tendo obtido um cartorio de tabellião, foi um dos tabelliães mais conhecidos e procurados, mas irregularidades graves de que foi accusado, fizeram com que o governo o privasse do seu logar de tabellião, que nunca lhe foi restituido, nem quando os tribunaes o absolveram; chegou a estar na mais profunda miseria, e obteve por fim um logar de ajudante do cartorario da Casa de Bragança Em 1866 publicou: *O tabellião Francisco Ludovino de Sousa Freitas Sampaio perante a opinião publica, e a imprensa illustrada.* N'esta memoria apologetica, distribuida gratuitamente, e que foi muito bem acolhida pela imprensa de todas as côres e partidos, tratou o autor de tornar extensiva ao publico a defeza que produzira ante os tribunaes, e de que resultara inteira absolvição na culpa que primeiro lhe havia sido imputada. No tempo em que desempregado e sem outros recursos de subsistencia para si e sua familia, que os provenientes da espontanea liberalidade do seus antigos collegas, se viu em lucta com privações e desgostos de todo o genero, procurou no trabalho litterario, de que outras occupações o haviam desterrado tantos annos, alguma distracção aos pezares que o affligiam, e juntamente os meios de minorar as suas necessidades. Com este intuito emprehendeu em 1869 uma publicação, de que parece chegou a sair 3 tomos, com o titulo: *Bibliotheca familiar: collecção de romances, dramas, poesias, etc., originaes, versões, e imitações.*

Sampaio *(Francisco Xavier Ribeiro de).* Cavalleiro da ordem de Christo, bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Miranda do Douro a 13 de agosto de 1741, fal. entre os annos de 1812 e 1814. Era filho do capitão de ordenanças Luiz Ribeiro de Sampaio, e de sua mulher D. Leonor da Costa. Seguiu o curso da Universidade desde 1757 até 1762, anno em que se formou na faculdade de Leis. Leu no desembargo do paço em 1764, e em 1767 foi despachado juiz de fóra e provedor da fazenda real da capitania do Pará, logar que exerceu até 1772, sendo n'este anno despachado provedor da fazenda real e intendente de agricultura da comarca do Rio Negro, onde esteve até 1779, voltando á Europa no principio de 1780. Obteve então ser nomeado provedor da comarca de Miranda do Douro, creando ali a conservatoria da fabrica de sedas de Bragança e formulando o seu primeiro regulamento. Em 1794 foi despachado desembargador da Relação do Porto, passando em 1800 a desembargador da Casa da Supplicação. Era socio da Academia Real das Sciencias. A unica obra que publicou em sua vida, foi a seguinte: *Memoria sobre as ruinas do mosteiro de Castro de Avellans, e do monumento e inscripção lapidar, que se acha na capella-mór da antiga egreja do mesmo mosteiro;* saiu no *Jornal Encyclopedico*, caderno de maio de 1790. e no tomo V das *Memorias de Litteratura da Academia Real das Sciencias*, 1793. Deixou grande numero de obras manuscriptas, das quaes se publicaram as seguintes depois da sua morte: *Diario da viagem, que em visita e correição das povoações da capitania de S. José do Rio Negro fez, sendo ouvidor e intendente geral da capitania, nos annos de 1774 e 1775*, Lisboa, 1825; *Appendice ao mesmo Diario*; saiu no tomo VI da *Collecção de Noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas*, de pag. 87 a 142; *Extracto da segunda viagem, que em visita e correição*, etc.; saiu no tomo I, pag. 97 e seguintes, da *Revista Trimensal do Instituto do Brazil; Relação geographico historica do rio Branco da America portugueza, que compoz sendo ouvidor da capitania de S. José do Rio Negro*; saiu na mesma *Revista*, tomo XIII, pag. 200 a 273; *Observações sobre a primeira formação das linguas do differente genio das originaes e compostas, traduzidas do inglez de Adão Smith, e annotadas*, Lisboa, 1816; *Oração á memoria de Pedro o grande imperador da Russia; traduzida da lingua russa para a ingleza, e d'esta para a portugueza*, Lisboa, 1816. Ficaram ainda manuscriptas as seguintes, segundo consta: *Representação dirigida a S. M. F.*, datada do Rio Negro; *Papel feito por ordem de Martinho de Mello* em 1780; tres *Dissertações* sobre jurisprudencia, escriptas em latim e dedicadas com uma carta egual mente latina ao visconde de Villa Nova da Cerveira; *Parecer sobre o que tinham feito José Feijó de Mello e Albuquerque e outros; Discurso* que devia recitar quando tomasse posse do governo do Pará D. Rodrigo de Menezes.

Sampaio *(João de Mello).* General reformado. N. a 10 d'abril de 1832, fal. em Nova Gôa em fevereiro de 1909. Era filho de Diogo de Mello Sampaio, fidalgo da Casa Real, capitão do corpo de engenheiros e lente da Escola Mathematica e Militar de Gôa, e de D. Maria Rosa de Lemos Telles e Menezes. Os seus ascendentes fôram para Nova Gôa, onde se estabeleceram ha talvez tres seculos, occupando elevadissimos cargos publicos em Gôa, Baçaim, Manar, e outros pontos da Asia portugueza, prestando os mais relevantes serviços ao paiz. Sendo educado pelo seu avô paterno, que tinha egual nome, chegou a ser official do real corpo de engenheiros, lente da antiga Escola Mathematica e Militar de Gôa, como seu pae; foi tambem director e lente da cadeira de agricultura do Instituto Profissional de Nova Gôa; chefe da repartição militar da secretaria do governo d'aquelle Estado; provedor da Misericordia, vice-presidente da camara municipal das Ilhas, vogal e presidente de um grande numero de commissões de serviço publico. Havia-se reformado poucos annos antes em general de brigada. Era commendador das ordens de S. Bento do Aviz e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, cavalleiro de diversas ordens militares; condecorado com as medalhas de comportamento exemplar e de bons serviços; socio da Sociedade de Geographia de Portugal; do Instituto Archeologico de Pernambuco, e d'outras sociedades litterarias e scientificas. Assignalou-se por trabalhos de valor em varios ramos de conhecimentos litterarios, scientificos, e com especialidade nos agricolas. Casou a 27 de novembro do 1856 com D. Maria Thomazia Leonor da Silveira e Lorena, filha dos 6.os condes de Sarzedas: D. Bernardo Heitor da Silveira e Lorena e D. Luiza Pereira Garcez. Escreveu: *Um novo documento prehistorico achado na India pelo dr. em medicina Carlos Marchesetti, traduzido do italiano e annotado*, etc., Ribandar, 1877; com duas estampas, sendo a 1.ª a planta de Gôa e ilhas adjacentes; *Duas palavras em resposta ao discurso recitado na sé primacial de Gôa pelo sr. juiz José de Vasconcellos Guedes de Carvalho no dia da acclamação de sua*

majestade el-rei D. Pedro V, Nova Gôa, 1855; *Poesia dedicada ao ill.*^{mo} *e ex.*^{mo} *sr. visconde de Torres Novas*, Nova Gôa, 1856; *Algumas considerações (de um amigo da paz) ácêrca da opposição acalorada dos jornaes da India á eleição do sr Ferrer por Gôa*; tem a data de 18 de junho; Nova Gôa, 1861; sem o nome do autor; *Um testemunho insuspeito*, Nova Gôa, com as iniciaes J. M.; é a respeito d'um artigo de *Belgaum mesunger* que tratava do caracter e dos actos do governador geral visconde de Torres Novas; *Dominico Cima rosa, por madame Polko, versão do francez*, Nova Gôa, 1867.

Sampaio *(João de Mello Pereira)*. Moço fidalgo com exercicio, cavalleiro da ordem de Christo, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, etc. N. em 1 de maio de 1793, fal. em Braga em 7 d'agosto de 1844. Era filho de João Filippe de Mello Pereira de Sampaio, e de sua mulher D. Brigida Maria de Barbosa e Lima. Seu tio Paulo de Mello Pereira de Sampaio, irmão de seu pae, conego secular da collegiada de Guimarães, lhe cedeu este canonicato em 1811, mas que em 1819 João de Mello desistiu em favor de seu irmão Luiz de Mello, por ter de succeder á casa e vinculos de seu pae, pela morte de seus irmãos mais velhos. Foi depois juiz de fóra de Montemór o-Novo por carta de 24 de julho de 1821; agraciado com o tratamento de senhoria por alvará de 3 de agosto de 1823; juiz de fóra de Vianna do Castello por carta de 12 de abril de 1826; agraciado com a medalha da Realeza em 26 de outubro de 1823; corregedor de Valença por carta de 2 de dezembro do 1830, cargo de que tomou posse em 22 de junho de 1831. Casou em 6 de fevereiro d'este anno com D. Anna Margarida de Freitas do Amaral e Mello, filha de José de Freitas do Amaral, morgado de Sezim, e outros, e de sua mulher D. Antonia da Silva de Souto e Freitas. D'este consorcio, entre outros filhos, houve Paulo de Mello Pereira Sampaio Freitas do Amaral, que foi barão de Pombeiro de Riba Vizella. V. *este titulo*.

Sampaio *(Joaquim Urbano de)*. Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra. Era natural d'esta cidade, sendo filho de Manuel José de Sampaio. Doutorou-se em 13 de janeiro de 1822, e foi nomeado lente da Universidade.

Sampaio (*Fr. José de*). Religioso da ordem dos eremitas calçados de Santo Agostinho. Doutor em theologia pela Universidade de Coimbra Era natural de Guimarães, sendo filho de Manuel de Freitas e Sampaio. Doutorou-se a 25 de julho de 1831.

Sampaio *(José da Cunha)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em Villa Nova de Famalicão a 5 de fevereiro de 1841, fal. no começo de março de 1901. Era filho do dr. Bernardino de Sampaio Araujo e de D. Ermelinda da Cunha Sampaio. Seu pae, que falleceu sendo juiz de direito em Celorico de Basto, soffreu perseguições por ser liberal, mas depois de restabelecido o regimen constitucional, foi deputado nas côrtes de 1836. José Sampaio fez a sua educação litteraria nos lyceus de Braga e de Coimbra, entrando na Universidade em 1858 para seguir o curso de direito, que só terminou 6 annos depois, porque, quando frequentava o 2.° anno d'essa faculdade, foi riscado por se envolver n'uma d'essas vulgares luctas entre novatos e calouros Sendo readmittido na Universidade, concluiu a sua formatura em 1865. Durante o curso, pertenceu ao directorio da Sociedade do Raio, juntamente com alguns dos seus condiscipulos e companheiros, sociedade que se tornou muito conhecida, e tomou parte na celebre *questão de Coimbra*. Pertenceu ao grupo denominado da *Unha preta*; mas a politica não o seduzia, e ao deixar a Universidade não se filiou em nenhum partido politico, preferindo a tranquillidade da vida de avogado, que encetou em Guimarães, no anno de 1867, e em que muito se distinguiu. N'aquella cidade casou com D. Maria José Leal de Sampaio, da casa do Mosteiro de Landim, do concelho de Guimarães. José Sampaio foi tambem escriptor e jornalista distincto, assignalando-se em Guimarães nas luctas contra o juiz de direito Francisco Henriques de Sousa Secco. Foi o 1.° presidente da Sociedade Martins Sarmento, dedicada á instrucção, cargo que exerceu por diversas vezes, sempre com entranhado amor á sua obra e cordeal affecto a Martins Sarmento, que a nobilitou com o seu nome.

Sampaio (*José Joaquim Pereira de*). Vice almirante reformado. N. a 4 d'abril de 1840, fal. em Lisboa a 10 de dezembro de 1903. Assentou praça em 8 de setembro de 1853, sendo promovido a aspirante de 2.ª classe em 28 de julho de 1857; a aspirante de 1.ª classe em 8 de setembro de 1858, a guarda-marinha em 17 de maio de 1860, a 2.° tenente em 19 de maio de 1862, a 1.° tenente em 26 de março de 1873, a capitão tenente em 5 de junho de 1884, a capitão de fragata em 7 de junho de 1888, a capitão de mar e guerra em 5 de abril de 1894, reformando se no posto de vice-almirante em 19 d'agosto de 1900. Commandou as canhoneiras *Rio Minho* e *Tavira* na esquadrilha fiscal da costa; as escunas *S. Thomé* e *Napier*, e a corveta *Bartholomeu Dias*, navio de deposito. No ultramar commandou o deposito da estação naval de Angola, e foi capitão do porto de Loanda, e chefe do estado maior da divisão naval da Africa Occidental. Em Portugal exerceu as seguintes commissões de serviço: ajudante do corpo de marinheiros e commandante da 3.ª divisão do mesmo corpo; ajudante do chefe do departamento maritimo do sul, 2.° commandante do corpo de marinheiros, inspector fiscal da entrega das responsabilidades no inventario do 1.° deposito do Arsenal, e nos termos do artigo 6.° da portaria de 15 de fevereiro de 1890; commandante da 1.ª divisão do corpo de marinheiros; presidente da commmissão nomeada para formular um projecto de alterações de uniformes para as praças do corpo de marinheiros e escola de torpedeiros, e presidente da commissão do serviço da reserva da armada; vogal do conselho fiscal da administração do fundo permanente da defeza nacional, presidente da commissão encarregada de formular o regulamento de saude naval, e commandante do estado naval do Atlantico Sul. Em 1898 era director da Cordoaria Nacional. Durante a sua carreira recebeu varios louvores officiaes. Era commendador e cavalleiro da ordem de Aviz, e possuia as medalhas de prata de bons serviços e de bons serviços no ultramar, e a de ouro de comportamento exemplar.

Sampaio (*José Maria Pereira Forjaz de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, bacharel formado

em Leis pela Universidade de Coimbra, desembargador da Casa da Supplicação e da Relação do Porto, etc. N. na quinta do Cedro, nos arredores de Coimbra, em 20 de janeiro de 1773, onde tambem fal. a 21 de janeiro de 1858. Era filho de Diogo Pereira de Sampaio. Dedicando se á magistratura, foi nomeado juiz de fóra da villa de Gouveia em 1800, onde esteve até 1805; depois exerceu o cargo do eivel de Coimbra, onde era corregedor. N'estes cargos atravessou as crises da invasão franceza e da guerra da Restauração. No desempenho d'elles, tão melindrosos pelas difficeis circumstancias da epoca, e pela forçada accumulação de funcções judiciaes administrativas, fiscaes e judiciaes, grangeou merecido credito de intelligencia, integridade, incansavel actividade e inalteravel rectidão e desinteresse, sempre bemquisto, respeitado por nacionaes e estrangeiros, recebendo por isso repetidos louvores das superiores autoridades civis e militares, especialmente de lord Wellington. Depois da paz geral, de 1814, fez entrar nos cofres do Estado alguns centos de contos de reis, que jaziam perdidos depois de pagos pelos contribuintes, tendo de luctar para isso com interessados poderosos. Rejeitou rendosos empregos de fazenda, que lhe fôram offerecidos em remuneração dos serviços prestados. Instado por lord Wellington para pedir as graças que desejasse, limitar-se a entregar um requerimento, pedindo ao principo regente D. João *o logar que competisse por sua antiguidade e graduação.* Em 1819 foi agraciado com o habito de Christo, e em 1821 despachado desembargador da Relação do Porto. D'ali veiu para Coimbra tomar parte na commissão nomeada para fazer os codigos penal e do processo crimiual, que devia funccionar n'esta cidade. Discordando, porém, de seus collegas nos pontos principaes d'esta reforma, metteu hombros á grande empresa, e terminando-a no anno seguinte, a publicou em 1823, com o titulo de: *Extracto do projecto de codigo de delictos e penas, e da ordem do processo criminal, offerecido á censura da opinião publica para emenda e redacção do original, e em particular á de seus companheiros na Commissão especial do projecto commum.* Avançando com o seu espirito muito além d'essa epoca, apparece ahi, entre outras novidades, um ponto luminoso, que destaca das ideias d'esses tempos; reprovava absolutamente a pena de morte. E modesto, como em todos os mais actos da sua vida publica e particular, havia-se dirigido, pedindo conselho, não só aos velhos encanecidos no serviço publico, mas aos novos que deviam um dia presidir aos destinos do paiz. D'entre os estudantes que então cursavam distinctamente a Universidade, foi Manuel da Silva Passos, já n'essa epoca conhecido, a par de grande intelligencia, por grandes ideias avançadas, um dos que se apressaram em acudir ao appello. Aquelle estudante, que mais tarde havia de deixar um respeitavel nome uos fastos politicos, ficou desde então dedicadamente affeiçoado a José Maria Forjaz, e mais tarde aos filhos d'este. O autographo d'aquelle projecto deve existir na secretaria do ministerio da justiça, onde, dissolvida a commissão, o entregara o autor, sendo então ministro da justiça Marinho Falcão Consta que no archivo particular da familia Forjaz, existe uma copia d'este projecto, escripta pelo proprio punho do autor, e a resposta, extensa e fundamentada, de Manuel da Silva Passos José Maria Forjaz, quando era juiz de fóra de Gouveia, casou com D. Maria do Carmo Freire Pimentel, filha de José Freire Pimentel de Mesquita e Vasconcellos, fidalgo da Casa Real, capitão de ordenanças em Gouveia, etc., e de sua mulher, D. Maria Barbosa Machado de Carvalho, irmã do 1.° visconde de Gouveia. Esmerou-se em levantar a fortuna, que tinha recebido dos seus maiores, já bastante compromettida. N'esse intuito, e no de habilitar seus filhos para uma vida honradamente independente, dirigiu todos os seus passos, como bom chefe de familia e bom pae. Falleceu com 85 annos de edade, sendo sepultado na freguezia de Santo Antonio dos Olivaes, nos arredores de Coimbra. Ainda aos 84 annos, sentado constantemente á sua banca de trabalho, advogava em jornaes e folhetos os interesses dos proprietarios e dos cultivadores dos campos marginaes do Mondego e das circanias de Coimbra. Escreveu tambem o seguinte folheto: *Apontamentos especialmente offerecidos aos senhores deputados pelo districto de Coimbra, ácêrca do districto em geral, dos seus olivaes, campos, rio Mondego, e barra da Figueira,* Coimbra, 1853. Escreveu muitos artigos relativos aos interesses agrarios de Coimbra e de seus campos, que publicou em diversos jornaes da mesma cidade. Além do habito de Christo, José Maria Forjaz teve o fôro de fidalgo cavalleiro, que lhe foi *restituido*, por decreto de 22 de abril de 1841, *em attenção aos seus longos e bons serviços e a que seus descendentes desde remotos tempos até seu bisavô, Diogo de Sampaio, gozaram do mesmo fôro.*

Sampaio (*José Pereira de*). Bibliothecario e conservador do museu da Bibliotheca do Porto; publicista distincto mais conhecido no mundo das letras pelo pseudonymo de Bruno. N no Porto a 30 de novembro de 1857, sendo filho de José Paes de Sampaio e de D. Anna Albina Pereira Barroso. Em 1867, contando apenas 10 annos de edade, entrou para o Lyceu, onde começou os estudos preparatorios para o curso de medicina quo desejava seguir, os quaes concluiu em 1876. Frequentou depois a Academia Polytechnica, de 1877 e 1878, vendo se obrigado a interromper os estudos, como já antes succedera, por motivos de saude. Sampaio principiou muito novo a revelar-se. Aos 14 e 15 annos já collaborava nos jornaes *Vampiro* e *Laço branco*, de curta duração, fundados e escriptos por estudantes, em 1871 e 1872, saindo do 1.° só 6 numeros, e do 2.° apenas 4. Ainda assim o *Vampiro* tornou-se tão célebre que foi chamado aos tribunaes. Mas a lei vendo deante de si o redactor, Sampaio, um rapazito de 15 annos, sorriu com benevolencia e mandou-o embora. Redigiu depois outros jornaes, e entre elles a *Gazeta do Realismo*, semanario em que collaboravam os rapazes, que todos os dias se reuniam na rua do Bomjardim, do Porto, no estabelecimento industrial dos paes do moço escriptor, centro de toda a actividade mental quo largamente ali se desenvolvia. N'esse tempo já Sampaio era olhado com o respeito que merecem aquelles que nos excedem em saber. Em 1874, aos 17 annos, publicou o seu erudito trabalho: *Analyse da crença christã, estudos criticos sobre o Christianismo,* um livro irreverente cheio de citações, d'uma critica e d'uma philosophia que levantaram enormes

protestos e provocaram tremendos debates. O philosopho de 17 annos, com o seu livro ousado e demolidor, aterrou toda a gente, que principiou a olhal-o como um hereje, cuja presença devia ser evitada. Mas o livro vendeu-se, exgotou-se, e Sampaio preparou se para novos trabalhos, continuando a estudar com o mesmo ardor que desde sempre desenvolvera. Nas suas obras: *Geração nova*, *Notas do Exilio*, *A ideia de Deus*, *O Encoberto*, *Brazil mental*, e *Portuenses illustres*, largamente se affirma a extraordinaria cultura do seu autor, e os numerosos conhecimentos que possue. Tambem publicou a *Historia de Portugal*, do allemão Schaefler, e o *Manifesto dos emigrados da revolução republicana de 31 de janeiro de 1891*. Sampaio, estando implicado n'aquelle movimento, emigrou para Paris, onde escreveu aquelle notavel documento e colheu os dados para a

José Pereira de Sampaio

sua obra, já citada, *Notas do Exilio*. Tem collaborado em muitos jornaes litterarios e politicos, firmando sempre os seus artigos com o pseudonymo de *Bruno*, que adoptou, e pelo qual se tornou muito conhecido. Militando no partido republicano, é sem duvida, uma das suas mais prestigiosas figuras, e um dos mais illustres dos nossos escriptores contemporaneos. *No Diario da tarde* publicou o seu romance *Os tres frades*, e na *Revista de Portugal e Brazil* um estudo intitulado *As memorias de madame Lafarge*. Na *Galeria republicana* saiu o seu retrato acompanhado de biographia. Em 1907 saiu no Porto o seu livro *A Questão religiosa*. Na collecção intitulada *Os nossos escriptores*, por José Agostinho, publicada do Porto, o n.º III é dedicado ao distincto publicista *José P. Sampaio* (*Bruno*).

Sampaio (*Luiz Lourenço de*). Militar que viveu no seculo XVII, e que combateu com valor na Guerra da Restauração de 1640, chegando ao posto de mestre de campo. Era natural de Beja, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Escreveu: *Discurso politico e militar emblema, que mostra com evidencia advertidos acertos para a conservação do principe e seu Estado, quando preciso lhe seja mover a guerra defensiva e offensiva, com subsistencia contra outro, posto que mais poderoso*, Lisboa, 1670. Deixou manuscripta a seguinte obra, que era dedicada ao conde de Castello Melhor: *Dictames de Marte e acertos de Bellona*.

Sampaio (*Luiz de Mello de*). Um dos mais distinctos officiaes do seculo XVIII Serviu no ultramar e foi governador interino de Moçambique, Recebeu do vice-rei da India João de Saldanha da Gama a missão de reconquistar Mombaça. Em 21 de dezembro de 1727 commandou a expedição que partiu com esse intuito, e dirigiu-a com tanto acerto, que a 13 de março de 1728 obrigou aquella praça a capitular, tomando conta do seu governo Antonio Caetano de Mello de Castro, logo que sairam as tropas arabes. A 24 de agosto foi assignado o tratado de alliança, em que o rei de Pate, Banatamo Bubacar Bina Mahameth, se tornava vassallo e tributario de Portugal, mas 14 annos depois o governador Mello de Castro teve de abandonar Mombaça por falta de gente e munições para reprimir a sublevação arabe, e nunca mais reconheceram o nosso dominio. Em 1696, por morte do governador D. Francisco de Noronha, ficou Luiz de Mello de Sampaio governando interinamente Moçambique.

Sampaio (*Manuel*). General de brigada reformado. N. em 1821, fal. em 12 de outubro de 1902. Fez a sua carreira na arma de infantaria, servindo por bastantes annos no antigo regimento de caçadores n.º 5, onde era muito estimado de chefes e de inferiores. Foi bastante agitada a sua vida, porque desde 1837 tomou parte em todas as luctas civis, por dedicação ao marechal Saldanha, de quem era sobrinho, tendo estado emigrado em Hespanha, de que ainda nos ultimos annos de vida conservava saudades, apezar da miseria que supportou, das marchas forçadas a que teve de sujeitar se. Era parente muito proximo dos marquezes de Sampaio. Fôra promovido a coronel em 1887, sendo depois reformado em general de brigada. Era condecorado com as ordens de Christo e de Aviz.

Sampaio (*Manuel Antonio de Sampaio e Albuquerque de Mendonça Furtado Mello e Castro Moniz e Torres de Lusignano, 4.º conde e 2.º marquez de*). Official mór da Casa Real, par do reino, commendador da ordem de Christo, official da da Torre e Espada, commandante dos corpos do Commercio e Empregados Publicos; coronel honorario, commendador do grau extraordinario da ordem de Carlos III, de Hespanha, etc. N. em Lisboa a 23 de junho de 1813, onde tambem falleceu a 15 de fevereiro de 1876. Era filho da 3.ª condessa de Sampaio D. Violante Maria Rita de Sampaio e Albuquerque de Mendonça Furtado Mello e Castro Moniz Torres de Lusignano, e de seu marido e tio Antonio Luiz de Sampaio Mello e Castro. Fez as campanhas de 1833 e 1834 como ajudante d'ordens do marechal duque de Saldanha. Casou duas vezes: a primeira a 17 de junho de 1844, com D. Maria Francisca da Luz de

Carvalho Daun e Lorena, filha dos 3.os condes da Redinha: Nuno Gaspar de Carvalho e D. Maria Victoria de Sampaio Mello e Castro; a segunda vez com D. Maria Alexandrina de Portugal Barros e Vasconcellos. Esta senhora nasceu a 19 d'abril de 1819, e fal. a 17 de setembro de 1903. Depois da morte de seu marido recolheu-se no convento das commendadeiras de Santos-o-Novo, onde mais tarde foi nomeada abbadessa, a 30 de junho de 1897. Era uma fidalga distinctissima, senhora muito virtuosa, muito considerada e respeitada no mosteiro. El rei D. Luiz a havia agraciado com a commenda da ordem de S. Thiago.

Sampaio *(Manuel Antonio de Sampaio Mello e Castro Moniz e Torres de Lusignano, 2.º conde e 1.º marquez de).* Senhor de Villa Flôr, veador da princeza D. Maria Francisca Benedicta, tenente-general, inspector geral de cavallaria, conselheiro de guerra, gran cruz da ordem da Torre e Espada, mordomo-mór de D. Maria II, etc. N. em Lisboa a 6 de janeiro de 1762, onde tambem fal. a 23 de setembro de 1841. Foi feito conde de Sampaio por mercê de D. Maria I, decreto de 15 de março de 1777. Era filho dos 1.os condes de Sampaio: Antonio de Sampaio Mello e Castro e D. Thereza Violante Eva Judith e Daun, neto materno do 1.º marquez de Pombal. Seguindo a carreira das armas, não tardou, graças á sua elevada gerarchia, a receber o posto de tenente-general, e inspector geral de cavallaria, logar que estava exercendo na occasião da infeliz campanha de 1801. Succedeu a seu pae em 1805, e em 1807, quando a familia real embarcou para o Brazil, por causa da invasão dos francezes, foi nomeado secretario da regencia do reino que então se nomeou, a qual se tornou humilde servidora das ordens de Junot; e que este general depois dissolveu, para nomear um ministerio francez, collocando ao lado de cada ministro um conselheiro portuguez. O conde de Sampaio teve a fraqueza de acceitar este cargo, sendo ao lado de Magendie conselheiro dos ministerios da guerra e da marinha. Por esse motivo, quando os francezes fôram expulsos do reino, não só não entrou na nova regencia que se organisou, como teve de sair do paiz. Em 1810 foi absolvido do crime de ter acceitado um cargo na administração franceza, mas só em 1820 é que voltou a figurar na politica, e foi um dos membros do conselho de Estado electivo, creado pela Constituição votada nas côrtes de 1820. Em 1826, apezar de ser chefe da sua casa, não foi nomeado par do reino, sendo em seu logar seu irmão e genro, o conde de Sampaio, Antonio (V. o 3.º *conde de Sampaio)*, mas conservou se sempre fiel ao partido liberal, sendo mais tarde elevado ao pariato, e ao titulo de marquez, mercê de D. Maria II, por decreto de 1 de dezembro de 1834. Em 1821 havia sido nomeado por D. João VI conselheiro de Estado. O marquez de Sampaio casou duas vezes: a primeira, a 31 de dezembro de 1783, com D. Joaquina Maria Rita José Eustaquia de Mello, que fal. a 29 de novembro de 1785, filha dos 1.os marquezes de Sabugosa: Antonio Maria de Mello da Silva Cesar e Menezes e D. Joaquina José Benta Maria de Menezes; a segunda vez, a 24 d'agosto de 1788 com sua prima D. Maria Ignez de Mendonça, filha de seu tio João Antonio de Sampaio Mello e Castro, porteiro-mór do reino, e de sua mulher, D. Violante Maria de Mendonça, que herdou o titulo, sendo a 3.ª condessa de Sampaio.

Sampaio *(Manuel de Castro).* Capitão da guarnição de Macau e Timor. N. no Porto a 25 de agosto de 1827, fal. em Lisboa em junho de 1875. Entrando na vida militar a 22 de outubro de 1844, ficou impossibilitado de cursar os estudos com regularidade, adquirindo, comtudo, noções sufficientes em alguns ramos de instrucção secundaria, cultivando ao mesmo tempo a poesia com especial predilecção, dando-se á leitura dos escriptores classicos nacionaes, tanto em prosa como em verso. Viveu alguns annos em Elvas, e depois de ter servido em varios corpos de linha, pertencia em 18?0 á companhia de Saude do Exercito. Publicou em Badajoz no anno de 1858, um livro de versos, *Ensaios poeticos.* Fundou em 1859 um semanario politico, litterario e noticioso, no formato de folio, com o titulo *A Voz do Alemtejo.* Foi o primeiro jornal que na provincia do Alemtejo se publicou. Os primeiros 8 numeros sairam em Badajoz, mas desde o n.º 9, publicado em fevereiro de 1860, proseguiu a impressão em typographia especial, introduzida n'esse tempo pela primeira vez na cidade d'Elvas. Indo depois para Macau, fez parte da guarnição d'aquella cidade, e em 1863 auxiliou a fundação do *Ta-ssi-yang kuo*, sendo um dos redactores mais effectivos durante a publicação d'este jornal. Esteve em uma commissão no governo de Timor, e era socio correspondente da real sociedade asiatica de Londres. Ainda antes da sua partida para Macau, publicou em Valença, 1852, a *Pobreza envergonhada*, de que se fez outra edição em Lisboa no mesmo anno. Escreveu mais: *Os climas em Macau,* Houg Kong, 1867; com uma estampa representando o bazar de Macau; *Compendio de hygiene popular*, por D. Francisco Ramires Vaz, traducção livre; 1.ª edição, Elvas, 1860; 2.ª edição, Lisboa, 1863; *Memoria dos festejos realisados em Macau no fausto nascimento de S. A. o sr. D. Carlos Fernando*, Macau, 1864; *Compendio de orthographia*, Macau, 1864. Escreveu tambem relatorios officiaes das commissões que desempenhou n'aquella provincia.

Sampaio *(Manuel Côrte Real de).* Governador de Moçambique, conselheiro de Estado da India. N. em Gôa, sendo filho de Antonio Côrte Real de Sampaio, e de sua mulher D. Margarida de Lencastre. Teve alvará de approvação para exercer cargos na India em 14 de março de 1653, e começou a governar em Moçambique a 18 de janeiro de 1657, em que se conservou até 1658. A 7 de novembro de 1668, na capella mór da egreja do Bom Jesus de Gôa e junto ao cadaver do vice rei fallecido, João Nuno da Cunha, conde de S. Vicente, foi aberta a 1.ª via de successão, datada de 20 de março de 1666, e n'ella se encontraram os nomes de Antonio de Castro, Luiz de Miranda Henriques e Manuel Côrte Real de Sampaio, os quaes prestaram juramento, e tomaram posse do governo, mas Luiz de Miranda Henriques não chegou a ter ingerencia no governo por já ter fallecido em março de 1668. Antonio de Mello e Castro e Manuel Côrte Real de Sampaio entregaram o governo ao seu successor a 22 de novembro de 1671. Por carta regia de 3 de março de 1690 teve Côrte Real de Sampaio a mercê das capitanias de Damão e de

Gôa, nas vagas dos que tinham sido nomeados Casou com D. Francisca da Cunha, de quem houve descendencia. Na 4.ª sala do palacio de Pangim conservava-se o seu retrato com a cabeça descoberta, tendo por baixo uma longa inscripção.

Sampaio *(Manuel Henriques das Neves)*. Conhece se o nome d'este escriptor sómente pela seguinte obra: *Viagens de Gibraltar a Tanger. Salé. Mogador, Santa Cruz, Tarudante, Monte Atlas e Marrocos; compostas em inglez, por Guilherme Lampriére, cirurgião; trasladadas em vulgar, e illustradas com addições e notas*, Lisboa, 1794. Tem um mappa do imperio de Marrocos, gravado por Lucio.

Sampaio *(Miguel Antonio de)*. Pintor do seculo XVIII, chefe d'uma dynastia de pintores distinctos. Seus filhos Joaquim José Sampaio e José Ignacio Sampaio fôram discipulos de Pedro Alexandrino, e tambem pintores distinctos.

Sampaio *(Salvador do Couto de)*. Promotor da justiça ecclesiastica no bispado da Guarda. Era natural d'esta cidade, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Escreveu: *Relação dos successos victoriosos, que na barra de Gôa houve dos hollandezes Antonio Telles de Menezes, capitão geral do mar da India, nos annos de 1637 e 1638*, Coimbra, 1639.

Sampaio *(D. Sebastião de)* Conego regrante de Santo Agostinho. Era natural do Porto, fal. em Roma, mas ignora se a data da morte. Professou no convento de Santa Cruz de Coimbra em 21 de julho de 1701, tomando o nome de D. Sebastião da Gloria. N'este convento foi durante alguns annos lente de theologia mas passando a viver em Roma, retomou o seu appellido de Sampaio. Escreveu: *Compendio da vida do glorioso pontifice S. Pio V, illustrada com reflexões moraes, politicas e predicaveis*, Roma, 1728. Deixou prompta para a impressão desde 1731, mas não chegou a imprimir-se, uma *Historia dos reis de Chypre da casa de Lusignan*. Consta que o papa Benedicto XIII lhe quiz dar uma cadeira de sapiencia, que elle não acceitou.

Sampaio *(Sebastião Cardoso de)*. Quando se creou a Casa da Moeda no Porto por alvará de 9 de junho de 1688, a pedido da camara municipal d'aquella cidade, foi encarregado da sua superintendencia, a 18 do mesmo mez, o dr. Sebastião Cardoso de Sampaio, que tambem havia sido nomeado chanceller da Relação.

Sampaio *(Simão Cardoso de)*. Conego prebendado da sé da Guarda. Parece que viveu no seculo XVII, e que era natural da Guarda. Escreveu um *Catalogo dos prelados que teve a cathedral da cidade da Guarda*, que se não imprimiu.

Sampaio. Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. do Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança. Está annexada para effeitos civis á freg. de Azinhoso. ‖ Pov. e freg. de Santo André, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Villa Flôr, distr. e bisp. de Bragança. Está annexada civilmente á freg. de Villa Flôr. Tem esc. do sexo fem. e est post. ‖ Povoações nas freguezias: S. Pedro e conc. de Castro Daire, distr de Vizeu. ‖ N. S.ª da Consolação, de Cezimbra Castello, conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa. ‖ S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. ‖ O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, do mesmo distr. ‖ S. Pedro, de Samodães, do mesmo conc. e distr. ‖ O Salvador, de Varzea, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. ‖ O Salvador e conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real. ‖ S. João Baptista, de Villa do Souto, conc. e distr. de Vizeu.

Sampaio dos Arcos *(Gaspar de Azevedo Araujo e Gama, visconde de)* Do conselho d'el-rei, commendador da ordem de Christo, governador civil de Vianna do Castello. N. a 11 de junho de 1792; ignora-se a data do fallecimento. Casou a 26 de setembro de 1810 com D. Emilia Delfina Barreto de França, filha de Martim Affonso Barreto de França, cavalleiro da ordem de Christo, etc. Foi agraciado com o titulo de visconde por decreto de 11 de julho de 1853.

Sampaio e Castro *(Francisco José de)*. Vice-rei da India. Era filho de Francisco de Sampaio e de D. Joanna de Tavora. Depois de ter militado na guerra da successão de Hespanha, com tanta distincção que subiu ali todos os postos até ao de sargento-mór de batalha, foi nomeado governador das armas da provincia da Beira, cargo que exerceu desde 1717 até 31 de março de 1720, data em que D. João V o nomeou vice rei da India, fazendo-o n'esse mesmo anno conselheiro de Estado por carta regia de 8 de abril. Saiu da barra de Lisboa a 13 d'abril, entrando em Gôa em 9 de setembro, tomando posse na egreja do Bom Jesus no dia 11, fazendo a sua entrada solemne na cidade a 23 tambem do citado mez de setembro. Durante o seu governo, Francisco de Sampaio e Castro, alliando-se aos inglezes, pôz termo ás depredações do pirata Angriá *(V este nome)*. Recebendo ordem do governo da metropole para enviar á Academia Real de Historia copia dos documentos que ella reclamou para as suas investigações, cumpriu zelosamente essa ordem. Sampaio e Castro falleceu de repente no palacio da Casa da Polvora a 13 de julho de 1723, e foi sepultado na egreja do Bom Jesus Havia casado com D. Jeronyma de Bourbon. Durante o seu governo tivera graves discordias com o arcebispo D. Fr. Ignacio de Santa Thereza. Na sala do docel do palacio do governo de Pangim existe o seu retrato com a cruz da ordem de Christo ao pescoço.

Sampaio Effrem *(João Gerardo de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em Pombal a 5 de julho de 1830, fal. em Alemquer a 18 de outubro de 1867. Era filho de José Cupertino Effrem e de D. Norberta Christina Sampaio. Formou se em 1852, e foi juiz interino do tribunal do commercio de 1.ª instancia, secretario interino do tribunal commercial da 2.ª instancia, e advogado em Lisboa, onde adquiriu fama de ser profundamente versado na sciencia juridica. Era socio da Associação dos advogados de Lisboa, a que prestou relevantes serviços. Na *Gazeta de Portugal* de 22 de outubro de 1867, vem publicada uma carta de Alemquer, em que se dá com muito sentimento a noticia da morte d'este illustre advogado. No *Elogio historico*, escripto e recitado pelo advogado Carlos Valeriano Pires, e inserto nos *Annaes da Associação dos advogados de Lisboa*, fasc. de 1869, pag. 32, mencionam se com louvor os serviços que Sampaio Effrem prestou á dita associação, e o modo como honrou o fôro portuguez Poucas cousas deixou impressas, mas passam por ser no-

taveis os seus estudos juridicos, entre os quaes se conta o seu parecer: *Se a acção particular no crime de morte passa do accusador para os herdeiros?*

Sampaio e Mello (*Constantino José Marques de*). Mais conhecido só pelo nome de *Constantino, o rei dos floristas*. N. em Moncorvo a 18 d'agosto de 1802 ou 1801, fal. em Paris em 1874. Era filho bastardo, mas de boa familia, tanto da parte do pae como da parte da mãe. Esta senhora, desejando encobrir a sua falta, o mandou, apenas nascido, a crear se na aldeia de Larinho, proximo da villa, sem se dar a conhecer como sua mãe. Acabada a creação, foi a creança entregue aos cuidados d'um tendeiro de Alfandega da Fé, chamado Antonio José Candido, em cuja casa passou os annos da infancia. Chegando á adolescencia, voltou para Moncorvo, e exerceu o serviço de creado grave n'algumas casas particulares. Umas tias paternas o chamaram então, e querendo que elle fôsse frade, o entregaram no convento de S. Francisco de Moncorvo, como noviço, recebendo a intimação das mesmas senhoras para professar quando acabasse o noviciado. Constantino desde creança amava muito as flôres, e inclinara se a estudal-as, conseguindo fazel-as artificiaes. Na cêrca do convento haviam os frades, que eram muito dados á cultura das flôres, formado um lindo jardim onde creavam as mais raras e mimosas plantas Era ali na cêrca que o violentado noviço achava lenitivo ás austeridades da clausura, a que não podia sujeitar se, e foi ali que elle começou a estudar com mais dedicação a natureza nas formosas paginas da vegetação, e onde se revelou a sua alma de verdadeiro artista. Estando proximo a terminar o anno de noviciado, as tias lhe declararam terminantemente, que, se não professasse, lhe fechariam para sempre as portas de sua casa; Constantino, preferindo tudo quanto lhe pudesse acontecer, a seguir a vida claustral, fugiu do convento, e foi ter a Vizeu, onde assentou praça no batalhão de caçadores n.º 5, que estava então temporariamente n'aquella cidade. Pouco depois de so alistar, rebentou no Porto a revolução liberal de 24 d'agosto de 1820, e caçadores n.º 5, pugnando sempre pela liberdade, foi um dos corpos mais denodados da divisão que bateu o general Silveira, conde de Amarante, quando este, á frente das tropas reaccionarias fez a contra revolução de Traz-os-Montes. Na batalha em que o general Silveira foi perseguido até ao interior da Hespanha, onde se refugiara com as suas tropas, foi Constantino promovido a cabo de esquadra por distincção, comtudo, não professava as ideias do batalhão a que pertencia. Quando, a divisão regressou a Lisboa, em 1823, estava restaurado o governo absoluto, pelo que o batalhão, considerado o mais perigoso, foi desarmado, sendo todas as praças remettidas para a ilha Terceira de que era governador o general Stockler. Constantino seguiu a sorte dos seus camaradas. Aprendeu então a fazer flôres de pennas, trabalho que lhe rendeu algum dinheiro, e assim foi vivendo como pôde, entregue à vida de florista. Quando em 1828, o conde de Villa Flôr tomou a ilha Terceira, os soldados que não quizeram reconhecer a causa constitucional, fôram mandados embora, vindo parte d'elles para Lisboa, e Constantino aproveitando o ensejo, embarcou tambem, e apenas chegou á capital, alistou se no batalhão de voluntarios realistas de Villa Flôr, marchando depois para o cêrco do Porto, em 1832, com o posto de segundo sargento, sendo feito alferes porta bandeira no combate de 29 de setembro d'esse anno. Quando acabou o cêrco do Porto, em 1833, veiu combater nas linhas de Lisboa, e seguiu o exercito miguelista até á convocação de Evora Monte. Foi elle um dos poucos companheiros que teve D. Miguel, quando embarcou em Sines para o exilio. Chegando a Genova a 5 de junho de 1834, Constantino viu se sem recursos, e passando um dia ao acaso por uma das ruas de Genova, despertou-lhe a curiosidade o mostrador da loja de Madame Vieillard, a primeira florista d'aquella cidade,e occorreu-lhe a ideia de recorrer ao seu trabalho predilecto. Nas provincias que percorrera, nunca se esquecera de colher os exemplares mais raros e mimosos que se lhe deparavam. Entrou, pois, na loja da franceza, e offereceu-se para fazer um ramo de flôres de pennas á moda da ilha. Mas aquellas flôres não eram apreciadas na Italia, pelo que Madame Vieillard apenas o empregou em lhe preparar as tintas para uma encommenda que n'esse dia recebera. Começava a desassombrar-se da miseria que o opprimia, quando o governador de Genova publicou um edital mandando sair da cidade todos os estrangeiros que não justificassem ter modo de vida conhecido; Constantino estava comprehendido n'esta proscripção, porque a florista franceza receou abonal-o. Apresentou-se então ao governador, descreveu lhe a sua situação, e conseguiu commovel o a ponto de alcançar um subsidio emquanto se demorasse em Genova. Foi então que se resolveu a ir procurar a Paris, capital do mundo artistico, a confirmação do seu talento para a arte, que desde a infancia lhe sorrira. Na casa de Madame Vieillard havia-se aperfeiçoado no trabalho das flôres, aprendendo tambem todos os segredos da confecção das tintas, Madame Vieillard lhe deu outra carta de recommendação para Mr. Flamet, grande fabricante de flôres artificiaes. Saiu de Genova, visitou as principaes fabricas de Turim e Leão, e chegou a Paris a 13 de dezembro de 1834. Flamet recebeu o muito bem, e lhe encommendou um ramo de flôres de pennas, que causou tanta admiração em Paris, que a guarda nacional o comprou a Flamet por 500 francos, para o offerecer á rainha Amelia, que ficou encantada com a offerta. Não deixou este facto de causar inveja aos floristas parisienses, porque Flamet, em vez de lhe dar trabalho como lhe promettera, o mandou para uma florista chamada Guérion, tão orgulhosa que depois de lhe dizer que em Paris havia floristas de mais, o aconselhou a que se deixasse de similhante profissão, em que nunca faria fortuna. Mr. Chagot, a quem Constantino se dirigiu, fez-lhe uma encommenda de 300 francos de flôres, que o nosso artista aprompton a crédito, mas quando lh'a foi levar, Chagot a rejeitou. Humilhado por esta injustificavel recusa, viu-se obrigado a vender as flôres, pelo preço que lhe offerecessem, e apenas achou quem lhe désse 80 francos, o florista Lofort, que prometteu indemnisal o do prejuizo se as pudesse vender pelo seu valor. E com effeito, tres semanas depois, foi a casa de Constantino levar-lhe 20 francos, e fez-lhe uma nova encommenda. A fortuna, porém, não lhe era propicia, apezar da perfeição dos seus trabalhos. Ten-

tara estabelecer se, mas não achava socios nem capitaes. A um acaso deveu elle, o que não pôde conseguir com pedidos e diligencias. Indo uma noite levar a Mr. Lefort um ramo quo lhe encommendára, perdeu se nas ruas de Paris, e dirigiu-se a um sujeito que ia passando, o qual não só o conduziu á fabrica de Lefort, mas acompanhou-o a casa. Constantino revelou-lhe as intenções com que fôra a Paris, e as desillusões por que tinha passado. No dia seguinte, o descouhecido foi a casa de Constantino, e offereceu-lhe dinheiro para poder trabalhar por sua conta, offerta que o apreciado artista acceitou. Um mez depois voltou o desconhecido, que era Mr. Isidore, e propôz-lhe uma sociedade para trabalharem em commum. Desde então nunca mais Mr. Isidore se separou de Constantino. Ao capital que lhe foi fornecido, e ao zelo do seu socio, e ao de Mr. Coquerel, guarda-livros d'esta sociedade, deveu Constantino a fundação e progressos do seu magnifico estabelecimento. Todos tres trabalharam dedicadamente para assegurar o engrandecer esta empresa, e só no fim de 10 annos é que fizeram repartições de lucros. Assim quo o nosso artista começou a expôr a sua muito variada flora, logo as principaes casas de Paris, e mais que todas a de Batón, lhe fizeram grandes encommendas, especialmente de rainunculos de pennas e grinaldas de madresilva As camelias de pennas, feitas por Constantino, fôram consideradas verdadeiras maravilhas. Em 1839 foi nomeado fornecedor da Casa Real. Encommendou-lhe a rainha Amelia uma corôa de laranjeira para o casamento d'uma das suas filhas, Constantino lhe apresentou duas, uma natural e outra feita por elle, pedindo á rainha que escolhesse a que mais lhe agradava, sem lhe dizer que uma era artificial e outra natural. Vendo a rainha perplexa na escolha, deixou ambas, dizendo que no dia seguinte iria buscar a rejeitada. Passadas 24 horas foi ao paço, e então a rainha lhe disse estas palavras, que todos os jornaes, não só de França, como de todas as outras nações, repetiram: «As suas flôres teem apenas uma differença das naturaes, é que estas murcham, e as suas não.» Em 1844, na Exposição de Paris, obteve as mais altas distiucções. Expuzera flôres artificiaes misturadas com as naturaes de tal fórma que o publico só conheceu a differença, quando as naturaes murcharam, conservando as artificiaes todo o seu brilhantismo. Constantino alcançou n'esta exposição o primeiro premio, e o seu nome foi um dos proclamados pelo rei no palacio das Tulherias. Antonio Feliciano de Castilho, n'um artigo da *Revista Universal*, dando noticia d'esta victoria alcançada por Constantino na capital do mundo artistico, foi quem primeiro lho chamou *rei dos floristas*, titulo que obteve a geral confirmação, e pelo qual ficou sendo desde então conhecido e nomeado. Trabalhando sempre no desenvolvimento da sua fabrica, Constantino saiu de Paris para ir estudar a botanica pratica em differentes regiões. Esteve em Inglaterra, na Allemanha, Napoles, Roma, e em outras cidades da Italia. Foi, porém, nos Altos Pyrinéos que elle fez mais abundante colheita, e onde tambem correu grandes perigos. Sendo informado de que na corôa e pelos pincaros do Vignemalo floresciam plantas muito raras e exquisitas, abalançou-se a tão perigosa ascensão. Poucas pessoas até então a haviam effeituado, incolumes. Constantino, cuja imaginação se exaltara com a experança de novos descobrimentos para a sua arte, não se atemorisou. Metteu se a caminho acompanhado de dois guias; na descida, porém, o que se tornava ainda mais perigoso, deu uma desastrosa queda, de que lhe resultou nunca mais ter saude perfeita. No entretanto, conseguiu uma preciosa colheita de plantas raras. Regressando a Paris, saiu então da sua fabrica uma copiosa variedade de flôres dos Pyrinéos até ali não vistas, o que lhe grangeou ainda maior fama, e o ser preferido para fornecedor das principaes casas reinantes. O abalo que produziu a revolução franceza de 1848 obrigou os fabricantes de Paris a despedirem dois terços dos seus operarios. Constantino tinha a esse tempo 72, entre homens e mulheres, o todos conservou, apezar dos grandes sacrificios que fez, chegando até a vender a sua baixella de prata. No fim d'esse anno foi a Allemanha cobrar as dividas que tinha em aberto, para poder sustentar a fabrica de Paris. N'esta viagem, indo a Berlim, foi convidado para dar lições da sua arte á princeza real, que o presenteou com uma taça de ouro de muito lavor, tendo gravada a sua firma e as armas reaes da Prussia. Saudades da patria, d'onde emigrara havia já 25 annos, o determinaram, apezar de se sentir bastante doente, a emprehender, em 1850, uma viagem a Lisboa, onde chegou a 23 de junho, tendo uma recepção affectuosa, digna do seu grande talento artistico, e da fama que o precedera. Toda a imprensa festejou a sua chegada; fôram numerosos os convites que teve da nobreza para jantares e reuniões. Os escriptores e artistas da capital deram-lhe um jantar no Hotel de Italia, que então existia no largo das Duas Egrejas, a que presidiu Almeida Garrett. A rainha D. Maria II e el-rei D. Fernando o recebe ram com muita affabilidade no paço das Necessidades, e Constantino offereceu á soberana um magnifico ramo de rosas e uma grinalda de flôres rarissimas. Foi depois ao Porto, onde tambem recebeu manifestações de enthusiasmo. Seguiu a Moncorvo, onde uma deputação da camara municipal o foi cumprimentar á sua chegada, entregando-lhe a seguiute allocução: «A camara municipal d'esta villa faltaria ao seu dever, como representante dos sentimentos d'esta povoação, se não manifestasse o jubilo que lhe causa vêr entre os seus compatriotas o rei dos floristas Constantino José Marques.» Quando se despediu de Moncorvo, assistiu a uma missa cantada em sua honra na egreja matriz, a que tambem assistiu a camara municipal e os notaveis do concelho, e ao partir entregou uma avultada esmola para os pobres. Regressando a Paris, demorou-se alguns dias em Madrid, onde teve a honra de ser recebido pela rainha de Hespanha e pelas mais pessoas da familia real. Quando chegou á sua fabrica em Paris, começou logo os trabalhos para a exposição de Londres em 1851. N'elle empregou 7 mezes e todo o pessoal da sua officina, que se compunha então de 62 pessoas. Assim que se abriu o Palacio de Crystal, onde se realisava a exposição, todos concorreram a admirar a maravilhosa collecção de Constantino. O jury coroou dignamente os esforços do notavel artista portuguez conferindo-lhe a grande medalha, depois de o ter proclamado como o primeiro de todos os floristas. Os jornaes de Londres e os correspouden-

tes dos de Paris, exaltaram com extremos louvores os trabalhos de Constantino, e referiram as honras que lhe concederam os soberanos e os principes estrangeiros. Constantino concorreu tambem para realçar a exposição de Portugal em Londres. Sendo convidado pelo conde de Thomar, então presidente do conselho de ministros, para tomar parte na exposição dos productos portuguezes que se deviam de remetter para Inglaterra, Constantino hesitou por já ser expositor de Paris; mas por um impulso de amor patrio, annuiu convite por uma carta, quo foi publicada e applaudida pelos jornaes de Lisboa. Era necessario, porém, que as flôres viessem primeiro a Portugal, e não havia tempo para satisfazer esse requisito Constantino tinha já declarado á commissão real de Paris, que remetteria para Londres 10 caixas. Não era permittido augmentar este numero, e só n'essas se podiam metter as flôres para a exposição portugueza, que não estavam ainda começadas e faltavam apenas 6 semanas para findar o praso da remessa. Constantino, em desempenho da promessa feita ao governo portuguez, rompeu todos os obstaculos; trabalhou em segredo de dia e de noite com os seus operarios, a quem augmentou os salarios, e em 5 semanas estava tudo concluido. Em 8 caixas enormes metteu Constantino toda a exposição franceza, e em duas mais pequenas as flôres para a exposição portugueza. Foi por este modo astucioso que elle fez nas 10 caixas ambas as remessas Logo que tudo chegou ao Palacio do Crystal, pôde artificiosamente transportar da secção de França para a de Portugal as flôres e a estufa. Durante a sua estada em Londres, Constantino alugara magnificos salões em Regent-Street para a venda dos seus artefactos, e era ali a reunião da aristocracia européa. As familias reaes de Inglaterra, França, Russia, Belgica, Prussia, etc., ali fôram admirar e adquirir por altos preços os primôres da arte floristica. Regressando a Paris, Constantino recebeu a medalha ingleza das mãos de Luiz Napoleão, presidente da Republica, e depois Napoleão III, na solemne distribuição que se fez na sala do circo dos Campos Elysios. A manifestação mais gloriosa de Constantino foi o memorial dirigido a Luiz Napoleão pelos principaes floristas de Paris, pedindo lhe que désse a Constantino a Legião de Honra. Allegavam os floristas francezes, que Constantino levantara d'um modo notabilissimo a industria artistica das flôres artificiaes, que antes de Constantino se estabelecer em Paris o commercio de flôres artificiaes representava um valor de 3 milhões de francos, o que em 18 annos esse valor subira a 15 milhões, o que elles lealmente confessavam, que se devia sobretudo a Constantino; que essa industria, empregava 10 mil operarios, e finalmente que, se não fôsse Constantino, a victoria da exposição de Londres caberia incontestavelmente aos inglezes, o que fôra so a elle que a arte franceza devera ter obtido a grande medalha, portanto entendiam que era um acto do justiça conferir-se-lhe a Legião de Honra. Pouco tempo depois tentava Constantino retirar se á vida particular, porque os medicos lhe aconselhavam que saisse de Paris, e effectivamente, em 1854, trespassou a fabrica aos antigos floristas *Marchais Fréres*, e veiu para Portugal. Esteve algum tempo em Lisboa e na sua provincia, mas sentindo-se melhor, e desejando ainda concorrer á exposição universal de Paris, que devia abrir-se em maio de 1855, voltou a Paris, e conseguiu que ainda por sua direcção e em seu nome, se expuzessem maravilhosos ramos de flôres artificiaes. Terminada a exposição, tomou novamente posse da fabrica de Paris, por causa d'uma pendencia que teve com os seus successores, a qual venceu, sendo então rescindido o contrato. Mas essa renovação do trabalho activo foi altamente prejudicial á sua saude, e Constantino teve de retirar-se definitivamente, passando a fabrica, e indo viver dos rendimentos que grangeára com o seu incontestavel talento artistico Com a guerra franco prussiana, do 1870, o depois com a communa, soffreu graves prejuizos, que lhe augmentaram ainda mais os antigos soffrimentos, vindo a fallecer n'uma quinta que possuia em Terey, quando tencionava liquidar os restos da sua fortuna, e vir morrer na sua terra natal.

Sampaio e Mello (*Lopo Vaz de*). V. *Vaz de Sampaio e Mello*.

Sampaio Pimentel *(Diogo Pereira Forjaz de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, do conselho de D. Luiz I, commendador da ordem de S. Thiago, doutor e lente de prima jubilado, decano e director da faculdade de direito na Universidade de Coimbra, deputado, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, do Instituto de Coimbra, e socio correspondente da Academia de Jurisprudencia e Legislação de Madrid, etc. N. em Coimbra a 2 de outubro de 1817, onde tambem fal. a 6 de maio de 1885. Era filho de José Maria Pereira Forjaz de Sampaio, e de sua mulher D. Maria do Carmo Freire Pimentel de Mesquita e Vasconcellos. Doutorou-se em 19 de julho de 1840. A commenda da ordem de S. Thiago foi-lhe concedida em 9 do fevereiro do 1870 Foi deputado om varias legislaturas. Casou com D Maria José de Serpa Pimentel, filha de Manuel de Serpa Machado, par do reino, doutor e lente de direito na Universidade de Coimbra, e de sua mulher D. Anna Rita Freire Pimentel. Escreveu: *Memorias do Bom Jesus do Monte*, Coimbra, 1844, com 7 estampas e o retrato do autor; teve mais tarde 2.ª edição, tambem com estampas; *Annotações aos titulos VII e VIII do livro II da Parte 1.ª do Codigo de Commercio Portuguez*, Coimbra, 1855; *Annotações aos titulos IV, secção I do livro 1.º da Parte 1.ª e XI, XII e XIII, da mesma Parte 1.ª do Codigo de Commercio Portuguez*, Coimbra, 1856; *Annotações ao livro I da Parte 1.ª do Codigo de Commercio Portuguez, que se inscreve «Das pessoas do Commercio»* Coimbra, 1857; *Da Sciencia do Direito romano e canonico da Allemanha desde 1815*, etc.

Sampayo V. *Sampaio*

Sampembeza. Pov. do territorio dos Maganjas, proximo do confluente do Chire com o Zambeze. Africa Oriental.

Sampo. Pov do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Sampriz Pov. o freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. o com. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 130 fog. e 537 hab Tem est. post. e está situada a 2. k. da estrada de Braga a Ponte da Barca, e a 4 da séde do conc. Foi do real padroado, passando depois para os cruzios de Villa Nova da Muhia, e por fim para os senhores da Barca, que apresen

tavam o abbade, que tinha 480$000 reis de rendimento annual. N'esta freg. ha um alto monte, inaccessivel por um lado, e de difficil accesso pelos outros. Na corôa do monte existiu o castello da Nobrega, fundado no tempo do conde D. Henriquo, ou de seu filho D. Affonso Henriques. Segundo a tradição, D. Ourigo, ou Enrigo, congnominado *o velho da Nobrega*, era um fidalgo tão nobre pelo sangue, como distincto pelas acções de extremado valor que praticou contra os moiros Foi elle o primeiro alcaide-mór do castello da Nobrega. Quando Sampriz foi villa, era o castello da Nobrega a cabeça do julgado, e n'elle se faziam as audiencias e as sessões da camara. Depois a séde do conc. mudou-se para a villa da Barca. A pov. é muito antiga, e até alguns pretendem que foi fundada por Brigo, 4.º rei de Hespanha, que lhe deu o nome de *Nóbriga*, ou *Anobriga*. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Gondufe, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Samucar. Ilha do Archipelago de Cabo Delgado, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Samuco. Pequena pov do continente, no distr. de Cabo Delgado, Africa Oriental.

Samuel. Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. do Douro, conc. e com. de Soure, distr. e bisp. de Coimbra; 542 fog. e 2:002 hab. Tem esc. do sexo masc. e medico. O D. abbade cisterciense do mosteiro de Ceiça, apresentava o vigario, que tinha 140$000 reis, e o pé d'altar. Foi villa, assim como a pov. de Urmar, que lhe está annexa, que em tempos antigos teve um castello, que depois se converteu em hospicio do mosteiro de Santa Cruz, de Coimbra. Estas duas freguezias eram da casa dos duques de Aveiro, que lhes deu foral em 1714. Em 1759, sendo extincto o ducado de Aveiro, passaram para a corôa. A terra é muito fertil. Tem caça, e peixe do rio Mondego. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. || Pov. na freg. de S. Vicente, de Branca, conc. de Albergaria a-Velha, distr. de Aveiro.

Samusca. Ponta situada na costa O da ilha de Santa Maria, Açôres.

Sanatorio. E' um estabelecimento situado n'um meio particularmente salubre, no campo, á beira-mar, ou na montanha, meio de si proprio curativo e independente dos medicamentos e das intervenções cirurgicas que pódem, secundariamente, juntar se á sua acção curativa e preventiva. Os doentes fazem n'elles sobretudo *curas d'ar*, coadjuvadas e completadas pelo emprego methodico e judicioso de todos os recursos da hygiene. Os principaes sanatorios são na Suissa e em França. Em Portugal existem os seguintes: O sanatorio maritimo de Carcavellos, construido n'um forte abandonado, o do *Junqueiro*, fundado pelo dr. José d'Almeida. (V. *este nome*); o da Covilhã, na freg. de Unhaes da Serra; tem est. post. e telegr. com serviço de encommendas e valores declarados; o da Guarda, de construcção recente; o do Monte Estoril, em construcção, (anno de 1912), feito por iniciativa do grande artista Rey Collaço; o sanatorio para militares tambem no Monte Estoril, obra feita por iniciativa do visconde da Lançada, destinado a receber militares regressados das possessões ultramarinas e atacados de doenças tropicaes; o da antiga Torre de Outão, proximo de Setubal (V. *Outão*); o de *Santa'Anna*, na Parede, importante edificio, fundado por D. Amelia Biester (V. *Parede*); *Sanatorio dos cegos do Instituto Branco Rodrigues*, em S. João do Estoril; doação feita por D. Florinda Cardoso Leal, ao referido Instituto, destinado aos alumnos cegos para ali passarem a estação de inverno; o de Seixoso, sanatorio servido pela estação de Cahide, na linha do caminho de ferro do Douro, situado na vertente meridional do monte de Seixoso; o da Serra da Estrella, a 3 k. de Manteigas (V. *este nome*); o de *Sousa Martins*, inaugurado e 18 de maio de 1907, junto da cidade da Guarda. E' um grandioso edificio com magnificas galerias, d'onde se desfructam lindos pontos de vista, destinado a tuberculosos curaveis. Possue 3 pavilhões grandes para doentes de 1.ª, 2.ª e 3.ª classe, e 6 chalets para familias que queiram estar independentes; o de Teixoso, situado a 4 k. da Covilhã, tratamento ao ar livre, tem est. telegr. post. Para aproveitamento do clima atlantico da ilha da Madeira, foi indicada pela missão medica á empresa do principe Hohenlohe, que se propoz a construir sanatorios n'esta ilha, na faxa do litoral da bahia do Funchal.

Sança. Sub-circumscripção dos territorios de Manica e Sofala, Africa-Oriental. Prazo do distr. de Sena, Africa Oriental, proximo ao territorio dos landins.

Sancha (*D.*). Filha de D. Raymundo, conde de Coimbra. N. n'esta cidade em 1094. Foi fazer peregrinação a Jerusalem e a Roma, o voltando á peninsula, fundou no bispado de Plasencia o convento de Espina, onde falleceu com fama de santa.

Sancha (*D.*). Filha do conde D. Henrique, e de sua mulher D. Tareja, ou Thereza; casou com Fernão Mendes de Bragança, senhor de Bragança e cognominado *O Bravo*.

Sancha (*D.*). Filha de el-rei D. Affonso Henriques, de quem apenas consta que falleceu no dia 14 de fevereiro, sem se saber ao certo de que anno.

Sancha (*D.*). Filha de D. Affonso III. N. a 2 de fevereiro de 1264, e fal. em Sevilha em 1302. Foi perfilhada por sua tia D. Constança Sanches, que lhe doou um grande numero de terras. Tinha apenas 5 annos de edade, quando passou para Castella com a rainha sua mãe. O seu cadaver veiu para o convento d'Alcobaça, onde foi sepultado.

Sancha (*Beata D.*). Filha de D. Sancho I. Foi lhe deixado por seu pae o senhorio de Alemquer, e de outros logares importantes. D. Affonso II, que não queria de modo algum vêr disperso o patrimonio da corôa, não quiz cumprir o legado, como não quiz tambem cumprir os legados que seu pae deixára a suas irmãs D. Thereza e D. Mafalda. Esta cedeu as suas propriedades á ordem dos hospitalarios, esquivando-se assim á lucta. D. Sancha, porém, da mesma fórma que D. Thereza, resistiu e chamou em seu auxilio os cavalleiros portuguezes, e sustentou por bastante tempo a guerra com seu irmão, até que se viu obrigada a ceder diante da vontade de ferro de D. Affonso II. Morrendo, porém, este monarcha, e succedendo-lhe seu filho menor, D. Sancha e D. Thereza reclamaram de novo o senhorio das

suas villas. A morte de D. Sancha, occorrida a 13 de março de 1229, foi só o que impediu que ella aproveitasse as tristes circumstancias de seu sobrinho para lhe arrancar Alemquer. D. Sancha fundou n'esta villa o primeiro convento de religiosos franciscanos que existiu em Portugal, e a egreja de Redonda. O convento de Cellas de Coimbra tambem foi fundação sua, e ali viveu monacalmente, e a Egreja beatificou-a.

Sanche. Pov. e freg. de Santo Isidoro, da prov. do Douro, conc. e com. de Amarante, distr e bisp. do Porto; 226 fog. e 8;8 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada entre os rios Ollo e Ovelha, a 7 k. da séde do conc. Era do antigo conc. de Santa Cruz de Riba Tamega, que foi supprimido em 24 de outubro de 18 5. As religiosas do convento dos Remedios, Piedade e Madre de Deus, de Braga, apresentavam o vigario, que tinha 80$000 réis de rendimento. A terra é fertil, e produz bom vinho. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Thomar.

Sancheira Grande. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de A dos Negros, conc. de Obidos, distr. de Leiria. Tem caixa postal.

Sancheira Pequena. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de A dos Negros, conc. d'Obidos, distr. de Leiria.

Sanches. Appellido nobre e patronimico de Sancho. Esta familia tem a sua origem em Hespanha. Durante o reinado de D. João III passaram a Portugal tres irmãos d'este appellido. Não se conhecem os nomes, mas é por isso que ha differentes brazões d'armas. Fr. Manuel de Santo Antonio diz que vira, em livros antigos dos reis d'armas d'este reino, os brazões dos Sanches: O 1.º é dos Sanches de Ciudad Rodrigo (Hespanha) e é: Em campo de prata uma torre de negro, saindo do alto d'ella um braço, com uma espada azul, em acção de descarregar o golpe, e arrimada á torre uma espada da sua côr. Timbre, o braço com a espada. Villas Boas lhe dá uma estrella no chefe.—o 2.º brazão é: Escudo dividido em pala: na 1.ª, de púrpura, uma torre de prata, com porta e frestas d'azul; na 2.ª, de púrpura, um pendão, ou bandeira, com haste e lança de ouro, que aponta para a direita do escudo, e por baixo do pendão uma caldeira, do mesmo metal. Timbre, um braço armado de prata, com o pendão na mão, e este, cheio de bandas de ouro e púrpura. Assim as achou Fr. Manuel de Santo Antonio, na *carta de brazão* que passou o rei d'armas João de Hespanha, no reinado de Filippe II, a Diogo Mendes de Brito, em 23 de julho de 1590.—O 3.º escudo dos Sanches, cujo brazão foi passado pelo rei d'armas Pedro de Sousa, é: Escudo dividido em pala: na 1.ª, de azul, sete estrellas de ouro, de 8 pontas, em 3 palas; na 2.ª, tambem de azul, banda de púrpura, perfilada de ouro, entre duas flôres de liz, do mesmo metal. Timbre, uma das estrellas do escudo.—o 4.º brazão d'este appellido, segundo consta da carta de brazão que o rei d'armas Francisco Gonçalves Correia passou a Bernardo Sanches Pereira em 15 de junho de 1683, é: ao escudo antecedente accrescentada uma orla de púrpura, carregada de 8 áspas de ouro, com a orla das armas dos Azevedos. Timbre, uma áspa do escudo carregada d'uma estrella azul.

Sanches (*Affonso*). Piloto do seculo XV. N. em Cascaes, e fal depois do anno de 1480. Dirigindo uma pequena caravéla foi surprehendido nos mares d'Africa por uma série de temporaes, que o levaram ás regiões occidentaes. Tendo assim aportado a algumas das Caraibas voltou á Europa, e em 1480 chegou á ilha da Madeira com a sua embarcação em pessimo estado, e trazendo a bordo 3 ou 4 marinheiros extenuados pelas fadigas e pelas privações. Diz-se que estando Christovão Colombo n'essa occasião na Madeira, obteve de Affonso Sanches varias noticias que lhe fôram de grande auxilio para o descobrimento do Novo Mundo.

Sanches (*D. Affonso*). Filho natural de el rei D. Diniz. V. *Affonso Sanches*.

Sanches (*D. Antão Alvares*). Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra. N. no começo do anno de 1564, fal. a 24 de novembro de 1631. Era filho de Miguel Peres das Antas, architecto do cardeal infante D. Henrique, e de sua mulher D. Catharina Alvares Sanches, que casara contra a vontade de seus paes, D. Gil Alvares Sanches e D. Catharina Landim. Depois dos estudos preliminares, matriculou-se em Leis na Universidade, em que se doutorou. Seguiu a carreira da magistratura, começando por ser nomeado juiz de fóra de Arronches, em 14 de julho de 1590; egual cargo em Elvas, em 1593; corregedor de Lagos em 17 de dezembro de 1594; desembargador da Relação do Porto, em 12 d'agosto de 1605; procurador dos orphãos e residuos de Lisboa em 16 de março de 1607; desembargador da Casa da Supplicação, em 15 de setembro de 1609; corregedor do civel da côrte, em 10 de dezembro de 1616; teve assento no conselho de Estado em 1622; juiz das confiscações pelo crime de heresia e apostasia. Habilitou se para receber o habito da ordem de Christo em 1625, e nos autos d'esta habilitação consta quem eram seus paes e avós. Professou na ordem de Christo em 1627, e na mesma ordem teve 20$000 reis de tença. Instituiu capella com jazigo perpetuo para si e sua familia, na egreja de Santo Antonio da Sé, vinculando-lhe o casal do Lagarteiro em Villa Nova da Baléa. Casou duas vezes: a primeira com D. Germana Rosa, que morreu a 29 de agosto de 1621, filha de Diogo de Mattos Figueirôa; a segunda em 24 de outubro de 1622 com D. Catharina Pereira Sodré, filha de João de Mure, e de sua mulher D. Joanna Pereira Sodré.

Sanches (*Fr. Athanasio*). Religioso da ordem da Trindade Era natural de Lisboa, sendo filho do apreciado poeta latino Pedro Sanches, e de sua mulher D. Maria Rosales, ambos de alta nobreza. Creou se no palacio de D. João III, teve o fôro de moço fidalgo e foi cavalleiro da ordem de S. Thiago. Era venerado por toda a côrte pelo seu talento e bom caracter. Renunciou, porém, ao mundo, para seguir a vida claustral, professando no convento da Trindade de Lisboa; passando depois a Coimbra, estudou sciencias escolasticas. Foi tão afamado orador sagrado que a rainha D. Catharina o nomeou seu prégador. Exerceu o cargo de reitor do collegio de Coimbra, e nos conventos de Lisboa, Santarem e Ceuta. Fal. em 22 de maio de 1595. Foi tambem, como seu pae, bom poeta latino. Estando no convento de Ceuta, fez a pratica na occasião em que D. Sebastião entrou n'aquella cidade, a qual saiu no tomo III das *Memorias historicas d'el rei D. Sebastião*, por Barbosa Machado, a pag. 601. Tem

o titulo seguinte: *Oração recitada na presença d'el rei D. Sebastião, quando entrou na praça de Tanger no anno de 1574.*

Sanches (*P. Ayres*). Jesuita. N. em Lisboa em 1529, e fal. no Japão em 1590. Dedicou-se á vida commercial, e foi negociar ao Japão, onde os jesuitas o induziram para entrar na Companhia de Jesus, e effectivamente professou em 1561. Passou o resto da vida a missionar com grande proveito no Japão. Deixou varias cartas escriptas aos padres da Companhia de Jesus, as quaes fôram publicadas.

Sanches (*D. Constança*). Filha natural d'el rei D. Sancho I, e de D. Maria Paes Ribeira. Viveu no mosteiro de S. João das Donas de Santa Cruz de Coimbra. Fundou junto a este mosteiro o convento de S. Francisco. Morreu com fama de santa em 8 d'agosto de 1269. Foi muitos annos prioreza do convento de S. João das Donas, e sepultou-se na egreja de Santa Cruz, n'uma capella, que tambem havia fundado, consagrada a Santo Antonio. Quando se reedificou a egreja de Santa Cruz, no tempo d'el-rei D. Manuel, encontrou se o corpo de D. Constança inteiro e incorrupto, sendo então trasladado para o tumulo de D. Sancho I, sendo posto em ataude separado.

Sanches (*Fernão*). Filho natural de el-rei D Diniz. Do seu nascimento nada consta, mas sabe-se que era o terceiro filho na ordem dos illegitimos d'este monarcha, depois de D. Affonso Sanches e de D. Pedro Affonso, e que já era nascido em 1289, porque no anno de 1290, el rei seu pae lhe fez doação dos bens confiscados por dividas a Pedro Eannes, almoxarife de Lisboa, por carta dada na villa de Santarem a 28 de fevereiro. Em creança o confiou seu pae ao cuidado e direcção de D. João Simão, seu grande valido e meirinho mór de sua casa, nomeando este fidalgo, pela muita confiança que lhe dispensava, por tutor e geral administrador de todas as cousas a elle pertencentes. Casou com D. Froilhe Annes de Briteiros, filha de D. João Rodrigues de Briteiros, rico homem, e de D. Guiomar Gil de Soverosa, fidalgos muito distinctos, cuja ascendencia era da principal nobreza do reino. Foi senhor da aldeia de Recardães, e d'outras terras do julgado de Vouga, por doação que seu pae lhe fez em 1294; além d'estas aldeias lhe doou tambem, em 1300, a herdade de Orta de Numão, que fôra de Egas Mendes, escudeiro, sobrinho do bispo de Lamego. A 29 de agosto de 1303 lhe deu as Lezirias dos Portos no termo de Santarem, para si, e seus successores legitimos, se os houvesse; tres annos depois lhe deu, da mesma fórma, o Reguengo de Oliveira do Conde. Acha-se tambem memoria de Fernão Sanches em algumas escripturas, em que vem assignado, como na de doação d'el rei D. Diniz fez da villa da Athouguia á rainha Santa Izabel, sua mulher, passada na propria villa a 19 de outubro de 1307; e assim confirma em outra doação feita a D. Izabel, filha do infante D. Affonso, seu tio, de algumas villas no Alemtejo, passada em Lisboa a 7 de outubro de 1315 Nas desavenças que se deram entre el-rei D. Diniz e o infante D. Affonso, sempre acompanhou seu pae, apezar de não ser tão bem visto por elle, como eram seus irmãos D. Affonso, que foi mordomo mór, e D. Pedro Affonso, alferes-mór, a quem seu pae se mostrava mais affeiçoado Foi por extremo liberal, particularmente com seus irmãos, a quem, como não tinha filhos, fez doação de muitas aldeias e rendas em varias partes do reino, a D. João Affonso, por carta passada em Santarem a 31 de janeiro de 1323, e da mesma sorte das herdades que possuia em Santarem, a seu irmão, el-rei D. Affonso IV, que elle deu á rainha D. Brites, sua mulher, e fôram annexadas ás capellas e hospital, que instituiu na sé de Lisboa; e por ultimo, no anno de 1327, a 13 de novembro, doou outros bens que lhe restavam ainda, ao mesmo D. Affonso. Ignora-se o anno da sua morte, como o do nascimento. Foi sepultado na egreja de S. Domingos, de Santarem, na capella dos Santos Cosme e Damião, que elle instituira. Sobre a campa estava a sua imagem em vulto formada da mesma pedra, e juntamente com as suas armas.

Sanches (*Francisco*). Celebre medico, e ainda mais celebre philosopho. N. em Braga, e fal. em Tolosa em 1632. Era filho de Antonio Sanches, medico de origem judaica. Saiu de Portugal, para fugir ás perseguições da Inquisição, e passou a França com seu pae. Ali estudou medicina, e tomou os graus na universidade de Montpellier, onde regeu uma cadeira de medicina, depois de ter feito uma viagem á Italia, e de por algum tempo ter residido em Roma. Como em Montpellier havia grandes contendas religiosas, Francisco Sanches, que a intolerancia banira de Portugal, não quiz envolver-se n'essas discordias e foi para Tolosa exercer o professorado ensinando medicina e philosophia, e durante 30 annos foi director do hospital. As suas obras fôram publicadas posthumas por seus filhos Dionisio e Ignacio, em Tolosa, no anno de 1632, sendo reimpressas em Rotterdam em 1749. O que tornou para sempre celebre o nome de Francisco Sanches, e deu a Portugal a gloria de ter sido berço d'um grande homem que occupa na historia dos conhecimentos humanos um logar de honra ao lado de Bacon e Descartes, fôram os seus estudos philosophicos. Francisco Sanches tornou-se muito afamado em toda a Euroga, mas em Portugal passou o seu nome quasi completamente desconhecido.

Sanches (*D. Gil Alvares*). Cavalleiro de S. Thiago, em Hespanha, que por haver commettido um homicidio em pessoa de consideração, por desaffronta da propria honra, teve de vir da villa de Albuquerque a abrigar-se em Villa Viçosa, sob a protecção do duque de Bragança, D. Jayme, de quem, segundo a opinião d'alguns escriptores, ainda era parente. Ligado d'este modo á Casa de Bragança, legou aos seus descendentes egual affeição e amor a essa poderosa casa fidalga, que tinha honras quasi reaes ainda mesmo antes de ter subido ao throno de Portugal, entrelaçando se as successivas gerações dos Sanches, quasi sempre com senhoras addictas ao serviço das duquezas. D. Gil casou com D. Catharina de Landim, moça da camara da duqueza de Bragança, e filha de Fernão Rodrigues de Landim, cavalleiro da ordem de Aviz e fidalgo da casa dos duques de Bragança, e de sua mulher D. Catharina Leitão. Seu filho, Diogo Alvares Sanches, cavalleiro da ordem de S. Thiago, em 1520, gozou de elevada consideração publica e de particular estima da casa de Bragança, a cujo serviço esteve por largos annos. Fal. em Villa Viçosa, onde tambem nascêra, e onde casou com D. Maria Rodrigues de Lemos. D'este casamento hou-

ve 3 filhos: Gil Alvares Sanches, que foi servir nas Indias, morrendo sem geração; D. Ignez Alvares Sanches, que professou no mosteiro de Santa Cruz, de Villa Viçosa, e o dr. Pedro Alvares Sanches, nascido em 1547, que foi o pae do dr. João Sanches de Baêna. V. *este nome*.

Sanches *(João da Costa de Brito)*. Capitão general e governador de Moçambique. Succedeu ao governo provisorio, sendo despachado por decreto de 3 de maio de 1819, tomando posse a 14 de setembro do mesmo anno. Ligado com aquelles que mais haviam ultrajado e desobedecido aos seus antecessores, não foi muito prudente nem honesto, e tão errado andou que, em 5 de dezembro de 1820, tentaram contra elle, e no proprio palacio, um assassinio, do qual escapou. Perseguiu e prendeu muitas personagens respeitaveis, em que se contavam o physico-mór Antonio José de Lima Leitão, o major Cavalcanti e o P. José Francisco da Veiga. Quando chegou a Moçambique a noticia de ter vingado na metropole a revolução liberal de 1820, a tropa e o povo revolucionaram se em 25 de junho de 1821, reclamando a constituição, e depoz o governador, que pouco tempo depois foi substituido, ainda em 1821, por João Manuel da Silva.

Sanches *(Julio Gomes da Silva)*. Gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, cavalleiro da da Torre e Espada, ministro de Estado e conselheiro de Estado effectivo, deputado, par do reino, juiz e presidente da Relação de Lisboa, etc. N. em Gumiei, na freguezia de Ribafeita, conc. de Vizeu, em 3 de janeiro de 1803; fal em Lisboa a 23 de abril de 1866. Era filho de Manuel Gomes da Silva Sanches, e de sua mulher D. Paschoa Maria de Jesus Machado. Tendo sido destinado pela familia para a carreira da magistratura, matriculando-se em em 1820 na faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, e tendo frequentado as aulas com distincção recebeu premio no 2.° anno. Teve de interromper o curso no 4.° anno, porque em consequencia dos seus manifestos sentimentos liberaes, foi em 24 de agosto de 1824 condemnado a degredo para a ilha do Fôgo, em Cabo Verde, e a ser perpetuamento riscado da Universidade. Conseguiu, porém, sempre escapar-se de quantas diligencias se fizeram para o prender, e sujeitou-se a um rigoroso e cruel homisio, desde fevereiro d'aquelle anno, até junho de 1825, e sendo comprehendido no indulto que D. João VI concedeu aos perseguidos por opiniões politicas, voltou em dezembro para a Universidade a continuar os seus estudos, fez acto do 4.° anno, e matriculando se no 5.° fez a sua formatura em 4 de julho de 1826. Quando em 1827 se começou a tramar contra a Carta Constitucional e a legitimidade do throno, para se substituirem pelo regimen absoluto, Silva Sanches, em novembro d'esse anno, alistou se no corpo academico, fez parte das 4 companhias que nos ultimos dias de dezembro marcharam de Coimbra a unir-se nos campos de Ceia com a divisão do conde de Villa Flôr, e depois abriu banca de advogado em Midões. Quando em 1828 D. Miguel se fez acclamar rei absoluto em differentes terras do paiz, Silva Sanches obstou a que se fizesse a acclamação em Midões, e não contente ainda, impediu tambem que na proxima villa do Couto se assignasse o auto, que já estava lavrado, quando elle chegou á casa da camara. Rebentando no Porto a revolução de 16 de maio, cuidou logo o moço advogado de ir juntar se aos defensores da causa liberal, e emigrando para Inglaterra, passou á Belgica e a França, fez parte da expedição de Belle-Isle para a ilha Terceira, e com o exercito libertador, na qualidade de academico, veiu desembarcar em 8 de julho de 1832, nas praias do Mindello. Logo que D. Pedro IV entrou no Porto, foi Silva Sanches nomeado membro e secretario d'uma commissão encarregada de apresentar um projecto de reforma dos foraes, mas declinando essa honra preferiu continuar a defender o partido liberal como soldado academico, e marchou para a Serra do Pilar em 10 de setembro com a 2.ª peça da brigada de montanha, a que pertencia. No renhido combate de 14 de outubro portou-se com bravura e intrepidez, ga-

Julio Gomes da Silva Sanches

nhando n'esse dia o habito da Torre e Espada, e depois nas linhas de Lisboa deu novas provas do seu valor e coragem, sustentando em 5 de setembro de 1833 a importante posição do jardim do provedor dos armazens em S. Sebastião da Pedreira. Resolvido trocar a farda de soldado academico pela toga da magistratura, foi nomeado logo em novembro seguinte juiz de direito da Figueira, e em abril de 1834 juiz de fóra da mesma villa até poder entrar no exercicio das funcções do primeiro cargo; partiu para o seu destino em fins de maio, mas desempenhou pouco tempo as funcções de magistrado, porque logo nas primeiras eleições de deputados, em julho de 1834, foi eleito pela Beira Baixa. N'essas primeiras côrtes que se reuniram depois de terminada a guerra civil, foi Silva Sanches um dos ornamentos da opposição parlamentar, em que tomou parte muito activa. Continuou depois a ser reeleito em todas as legislaturas, menos nas de 1840 a 1842 e de 1848 a 1851, em que por motivos particulares deixou

de ter assento na camara. Em 1852 tornou a ser deputado, sendo presidente da camara e consecutivamente em 1853; reeleito por unanimidade em 1854, e para a eleição tambem de 1855 só lhe faltou um voto. Em 1836 haviam tentado os seus amigos politicos nomeal-o conselheiro do tribunal de justiça, logar que não só peremtoriamente recusou, mas egualmente o de juiz da Relação de Lisboa, até serem providos em despacho geral todas as vagaturas que existiam nas diversas Relações. Por carta regia de 5 de março de 1853 foi nomeado par do reino; tambem n'esta camara presidiu diversas vezes, no impedimento do presidente e do vice-presidente. Em 1837 entrou no ministerio, pela primeira vez, no gabinete presidido por Sá da Bandeira, então ainda visconde, tomando a seu cargo a pasta do reino, conservando se no ministerio desde 10 de agosto d'aquelle anno até 9 de março de 1838; em 1839 dirigiu a mesma pasta no gabinete que se organisou com a presidencia do barão da Ribeira de Sabrosa. No ministerio constituido em maio de 1846, sendo presidente o duque de Palmella, foi confiada a Silva Sanches a pasta da fazenda, que dirigiu desde julho até outubro, em que a largou em consequencia do golpe de Estado 6 d'esse mez. Em 1851 recusou a pasta do reino ou da fazenda, que o duque de Saldanha lhe offerecera n'um ministerio por elle organisado e presidido depois de ter triumphado a Regeneração. Silva Sanches tornou ainda a ser ministro do reino e da fazenda em junho de 1856, no ministerio do partido historico, que se demittiu em 1857. Novamente subiu ao poder em abril de 1865, como ministro do reino e interino da fazenda, até setembro do mesmo anno, de que era presidente o marquez de Sá da Bandeira. Como magistrado, depois de ter sido nomeado juiz da Relação de Lisboa, estava exercendo o logar de presidente d'esse tribunal, quando falleceu. Estando na emigração, publicou em 1831 um folheto, intitulado *Irreflexão*. Escreveu tambem: *Resposta á carta que Panonio mandou inserir na «Minoria Constitucional» n.º 5*, Coimbra, 1823; *Algumas inexactidões do «Additamento á curtissima exposição de alguns factos,»* Lisboa, 1847. Silva Sanches casou em 27 de novembro de 1845 com D. Carolina Augusta da Gama da Silva Sanches, filha de Faustino da Gama, par do reino, conselheiro, commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e de sua mulher D. Maria Adelaide. Essa senhora nasceu a 8 de setembro de 1828. Depois de enviuvar foi agraciada com o titulo de condessa da Silva Sanches, em duas vidas, por decreto de 1 de maio de 1871. Por sua morte, ficou herdeira sua filha D. Carolina Julia da Gama da Silva Sanches, que nasceu a 19 de julho de 1847, e foi a 2.ª condessa d'esse titulo. A Julio Gomes da Silva Sanches foi concedido o seguinte brazão d'armas, por alvará de mercê nova, de 20 de maio de 1865: Escudo esquartelado; no 1.º e 4.º quartel as armas dos Silvas: Em campo de prata, um leão de púrpura armado de azul; no 2.º as dos Sanches: Em campo de prata uma torre de negro, saindo do alto d'ella um braço, com uma espada azul, em acção de descarregar o golpe, e arrimada á torre uma escada da sua côr; no 3.º as dos Gomes: Em campo de azul um pelicano de ouro ferindo o peito, e 3 filhos bebendo o sangue que sae das feridas. Na *Revista Contemporanea*, vol. I, 1855, vem uma minuciosa biographia de Silva Sanches.

Sanches (*Pedro*) Commendador da ordem de Christo, secretario do desembargo do Paço da repartição das justiças, poeta latino muito apreciado no seu tempo. Era natural de Lisboa, sendo filho de Luiz Sanches, castelhano, que acompanhou a Lisboa a infanta D. Catharina, que casou com el rei D. João III. Vivendo em Evora, quando a côrte ali estava, abriu em sua casa uma academia, onde em certos dias se reuniam os mais celebres professores da Poetica e da Oratoria, que recitavam as suas obras. Pedro Sanches era casado com D. Maria Rosales. Fal. em Lisboa no mesmo dia e á mesma hora em que fal. tambem sua mulher, e fôram ambos sepultados no convento da Trindade da mesma cidade de Lisboa. Ignoram-se as datas do nascimento e da morte. Deixou alguns manuscriptos em latim.

Sanches (*Pedro Alvares*). Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra. N. em Villa Viçosa em 1547, fal. em janeiro de 1619. Era filho de Diogo Alvares de Sanches, cavalleiro da ordem de S. Thiago, e de sua mulher D. Maria de Lemos. Depois de estar algum tempo ao serviço de D. Theodosio, da Casa de Bragança, que falleceu sendo bispo de Evora, como collegial de S. Paulo, passou a frequentar os estudos juridicos da referida Universidade, recebendo o grau de bacharel a 12 de novembro de 1570. Habilitou-se para os logares de letras; fez o seu tirocinio na magistratura, principiando por juiz de fóra de Serpa, em 1574, e successivamente egual cargo em Abrantes e Pinhel, ouvidor e provedor das obras de Campo de Ourique em 1592; provedor de Castello Branco, em 1597; corregedor da comarca de Santarem; desembargador da Relação do Porto, em 1603; desembargador da Casa da Supplicação, em 1606; aggravista, em 1609, etc. Teve a capitania da armada da corôa, por alvará de 14 d'agosto de 1618, e o cargo de vereador do senado da camara de Lisboa, por despacho de 14 de setembro de 1617. Achou se na alçada de Evora, sendo juiz de fóra, tocando-lhe a honra de pegar a uma vara de pallio, quando em 1581 Filippe I fez a sua entrada n'aquella villa; e egual sorte lhe coube em 1619, por occasião da chegada a Lisboa de Filippe II. Teve carta de brazão d'armas da familia do seu appellido, passada em Madrid a 15 de setembro de 1613, e registada no archivo da Torre do Tombo. Pedro Alvares Sanches foi tido por um grande letrado e magistrado incorruptivel. Casou duas vezes: a primeira, em Beja, com D. Maria de Faria, filha de Ruy Fernandes Paes, e de sua mulher D. Gracia de Faria; a segunda com Maria de Baêna e Barbudo, filha de D. Francisco de Baêna, vereador da camara de Odemira, e de sua mulher D. Leonor de Barbudo; a terceira vez com D. Ignez Carneiro de Sousa, já viuva de Manuel Alvares Quaresma Freire, e filha de Gaspar Carneiro, que foi governador e capitão general da cidade de Parahiba do Norte, no Brazil.

Sanches de Baêna (*D. Augusto Romano Sanches de Baêna e Farinha d'Almeida Portugal Silva e Sousa, 1.º visconde de*). Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, fidalgo de cota d'armas, de antiquissima linhagem, regios troncos e de solares conhecidos, como declara a carta de bra

zão d'armas que lhe foi conferida; doutor em medicina pela Universidade de Philadelphia, cavalleiro da soberana e militar da ordem de Malta, de Roma; commendador das ordens de S. Gregorio Magno e da do Santo Sepulchro; socio correspondente da Academia Real das Sciencias; membro do Instituto de Coimbra; socio da Real Academia Sevilhana de Bellas Letras; membro honorario da Academia Hispano-portugueza de Tolosa; membro honorario do Instituto Luso-Indiano, de Bombaim; laureado com a medalha de socio fundador da Associação dos Jornalistas e Escriptores portuguezes; com a de fundador da Sociedade de Geographia de Lisboa; com a de protector da Sociedade Central de Agricultura Portugueza; com a da Real Sociedade dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes; com a de socio effectivo da Commissão Central 1.º de Dezembro de 1640; com a da Real Sociedade Humanitaria do Porto; com a de honorario do Instituto de Vizeu; com a da Associação dos Cavalleiros Pontificeaes de França; com a de honorario do Instituto Heraldico de Roma; com a de benemerito da Caixa de Soccorros D. Pedro V, do Rio de Janeiro; com a Philantropica de Ouro do Lyceu Litterario Portuguez da mesma cidade; com a da cruz humanitaria da Sociedade Portugueza de Beneficencia, tambem do Rio de Janeiro; com a da Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes Mechanicas e Liberaes, idem; com a de honra da Sociedade d'Encouragement au Bien, de França; com a de fundador, promotor e benemerito da Escola Dantesca Napolitana; com a de honorario, benemerito e cooperador da Associação de Salvatori, e com varias outras de prata e bronze concedidas pelos jurys de algumas exposições industriaes e artisticas, etc. N. na freg. de S. Salvador, de Vairão, no concelho de Villa do Conde, a 25 de setembro de 1822, fal. no palacio de Bemfica a 8 do agosto de 1909. Era filho do José de Sousa da Costa, fidalgo da Casa Real, vice-consul de Hespanha, no Porto, tenente do regimento de milicias na Maia, e inspector das obras publicas de Miragaia, e de sua mulher D. Maria do Carmo Baêna Coimbra Portugal. A sua ascendencia é da mais distincta e antiga nobreza. Era neto paterno de João da Costa Santos, cavalleiro professo da ordem de Christo e cavalleiro fidalgo da Casa Real, e de sua mulher D. Maria da Assumpção Santos; o materno de Francisco da Silva Coimbra de Carvalho, cavalleiro professo da ordem de Christo, e de sua mulher D. Maria Fortunata Agostinha de Portugal; bisneto por parte de seu avô materno de Manuel da Silva Coimbra de Carvalho, bacharel formado em direito, moço fidalgo da Casa Real e cavalleiro professo na ordem de Christo, e de sua mulher D. Joaquina Thereza Froes de Brito; bisneto por parte de sua avó materna de Antonio Sanches de Baêna e Farinha, doutor em Direito, e de sua mulher D. Anna Joaquina de Lemos. Os vinculos da casa Sanches de Baêna eram 10; o 1.º instituido por Diogo Alvares Sanches; 2.º pelo desembargador Pedro Alvares Sanches; 3.º pelo desembargader do paço João Sanches de Baêna; 4.º por Gaspar Carneiro, capitão general da provincia da Parahiba do Norte, do Brazil; 5.º Por Estevão Rebello, 6.º por D. Joanna Freire de Sousa; 7.º pelo embaixador por muitos annos em Roma, João do Sousa; 8.º pelo desembargador Pedro Luiz Alvares Sanches de Baêna; 9.º pelo dr. Luiz Sanches de Baêna; 10.º por Luiz de Barbudo. Na familia Sanches de Baêna e Farinha andavam os seguintes cargos honorificos: Administradores da Real Casa da Nazareth desde 1669 até 1715; alcaides-móres da ilha do Fayal e Graciosa, desde 1674 até 1737; alcaides móres da villa do Barreiro; alcaides móres dos duques de Bragança em Villa Viçosa; capitães da armada da corôa desde 1618 até 1668; capitães da guarda dos archeiros dos duques de Bragança, em Villa Viçosa; couteiros-móres, idem idem; guardas-roupa, dos mesmos duques, idem; secretarios, idem, idem; e do desembargo do paço na repartição das justiças desde 1530 até 1730; senhores donatarios das ilhas do Fayal e da Graciosa, desde 1674 até 1737; senhores donatarios do Seixo Amarello na comarca da Guarda; tenentes na guarda dos archeiros dos duques de Bragança em Villa Viçosa; thesoureiros da Arca da Junta dos Tres Estados, desde 1650, etc.; vereadores do Senado da Camara de Lisboa desde 1618 até 1662. O visconde do Sanches de Baêna foi herdeiro de toda a casa de seus paes e avós, herdando tambem o titulo de marquez, de juro e herdade, conferido ao seu 3.º avô D. Luiz Francisco de Assis Sanches de Baêna pelo papa Benedicto XIV em 1740. Este titulo havia sido nos ultimos annos confirmado ao illustre visconde. De alguns membros d'esta nobre e antiquissima familia, que mais se distinguiram, tratamos em artigos separados (V. *Sanches*, *Sanches de Baêna* e *Sanches de Baêna e Farinha*). Tendo cursado as aulas de instrucção primaria e secundaria na Academia da Graça da cidade do Porto, viu-se obrigado a suspender os estudos, quando D. Pedro IV entrou no Porto, desembarcando nas praias do Mindello, e emigrou com seus paes, que professavam as ideias do absolutismo. Não tendo vocação para a vida ecclesiastica a que seus paes o destinavam, embarcou para o Brazil, onde por algum tempo se dedicou ao commercio, mas não se sentindo com disposições para proseguir n'essa carreira, passou a estudar sciencias naturaes, habilitando-se em pharmacia, e depois em medicina. No anno de 1859 estabeleceu no Rio de Janeiro um laboratorio chimico pharmaceutico, em tão vastas proporções que ficou sendo conhecido como o maior da America. Teve o titulo de pharmaceutico da casa imperial, e foi socio do Imperial Instituto pharmaceutico; na grande exposição do Brazil em 1861 fôram os productos do seu estabelecimento premiados com medalhas e menções honrosas. Quando em 1860 a cidade de Rio de Janeiro foi atacada novamente pela cholera morbus, Sanches de Baêna distinguiu-se notavelmente, já levando os necessarios auxilios ás casas dos doentes, já offerecendo aos consules das diversas nações os medicamentos precisos para o tratamento dos seus compatriotas menos favorecidos da fortuna, e em geral a todos os necessitados, como se vê nos jornaes d'aquella epoca, e principalmente no *Jornal do Commercio*, n.º 112 e seguintes. Luctando a Sociedade Portugueza de Beneficencia do Rio de Janeiro com difficuldades na sustentação do seu hospital, offereceu-lhe Sanches de Baêna o fornecimento gratuito por 6 mezes do todas as drogas e medicamentos de que precisasse, além d'uma rica alcatifa, que importou em 800$000 reis para a capella do mesmo hospital; por espaço de 6 annos auxiliou a Pro-

vedoria dos Soccorros Publicos, montando a importancia d'este auxilio em perto de 200$000 reis annuaes. Offereceu por espaço d'um anno todas as drogas e medicamentos que fôssem necessarios ao Imperial Instituto dos Meninos Cegos, donativo que, só por si, representava a somma d'um conto de reis annual; fez egual donativo á Imperial Sociedade Amante da Instrucção, que tem por fim asylar e instruir um avultado numero de meninas pobres, donativo que se póde calcular em quantia egual ou superior á do anterior, promoveu entre a classe pharmaceutica, quando houve a questão entre o Brazil e a Inglaterra, uma subscripção que passou de 2 contos de reis; concorreu para a fundação da Caixa de Soccorros de D. Pedro V, para a qual não só agenciou grande numero de socios, como tambem fez um importantissimo donativo de medicamentos e drogas, desde 1863 até 1868, o qual foi avaliado em mais de 3:500$000 reis; auxiliou o governo nos soccorros ás viuvas e orphãos dos mortos na tomada de Paysandú e offereceu ao governo uma ambulancia de medicamentos para o 1.º corpo de voluntarios da patria, organizado para seguir para a guerra do Paraguay, como consta do *Diario Official* de 15 de fevereiro de 1865, officio do ministro da guerra e certidão do escrivão do hospital; entrou nos cofres publicos com o donativo em dinheiro de 1:167$256 reis para as urgencias do estado n'aquella epoca; ainda n'esse anno de 1865 pôz á disposição do governo imperial, os medicamentos necessarios para o tratamento dos pobres accommettidos pela cholera morbus, aproveitando-se d'este auxilio 2:535 indigentes, que dispenderam termo medio 1$000 reis cada um. Quando em 1865 foi eleito provedor da irmandade de Nossa Senhora da Cabana, foi um dos que promoveu e fundou no logar do mesmo nome uma escola gratuita de ensino primario. Concorreu para a fundação de associações uteis ao Brazil, auxiliando todas com os seus serviços e bens; foi socio fundador do Imperial Instituto de Agricultura, e da Imperial Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, da qual, em 1852, foi eleito conselheiro da directoria, e em 1863 membro da secção geologica applicada á chimica industrial. Em 1869 foi eleito conselheiro da mesa da Sociedade Auxiliadora das Artes Mechanicas, Liberaes e Beneficentes; do Asylo dos Invalidos da Patria; da Sociedade União e Beneficente; da Sociedade de Beneficencia Perfeita Amizade; da Sociedade Propagadora das Bellas Artes; da Imperial Associação Municipal de instrucção da infancia desvalida; vice-presidente da Real Sociedade Portugueza Amante da Monarchia e Beneficente; da antiga Sociedade Madrepora; fundador e conselheiro da Sociedade 1.º de Dezembro de 1640, no Rio de Janeiro; fez parte tambem de muitas irmandades que no Brazil praticam a beneficencia, como da Sociedade de Beneficencia do Rio de Janeiro; da Imperial Sociedade Amante da Instrucção. Foi socio honorario da Sociedade Beneficente Memoria a Egas Moniz, do Rio de Janeiro, etc. Regressando a Portugal em 1867, depois de tão longa ausencia, deixou livres 8 escravos do seu serviço domestico. Este acto humanitario consta dos registros das cartas de alforria insertas nos livros das notas dos tabelliães do Rio de Janeiro. Trouxe para Portugal uma riquissima collecção de objectos artisticos, entre os quaes sobresaía um punhal, obra de Benevenuto Cellini, que fez presente a el rei D. Luiz, e que foi collocado no seu gabinete particular de raridades. Presenteou a Bibliotheca Nacional de Lisboa com uma collecção importantissima de 800 exemplares de relatorios apresentados pelos differentes ministros ás camaras legislativas do imperio do Brazil, desde a sua independencia até ao anno de 1866, inclusive, collecção que era já então muito difficil obter no Brazil. Da sua caridade e devoção religiosa assignalarem os varios actos que muito enobrecem a sua memoria. Inscreveu-se como protector do Asylo de Santa Catharina, de Lisboa; benemerito da Associação de Soccorros na inhabilidade; foi presidente da Commissão promotora das Escolas de ensino primario, na freguezia de Bemfica; presidente da Associação de Instrucção Popular 1.º de Dezembro; membro do Conselho administrativo da Sociedade Promotora de Bellas Artes; socio fundador da Sociedade Brazileira de Beneficencia, em Lisboa; membro de varias associações religiosas em differentes freguezias de Lisboa, e em todas as da sua residencia, onde exerceu o cargo de juiz, promovendo a decencia do culto; mandou restaurar á sua custa a egreja de Bemfica, que estava muito deteriorada. O visconde de Sanches de Baêna foi tambem vice-presidente da Associação Central de Agricultura Portugueza, eleito em 1880; membro honorario do Conselho Heraldico de França; membro titular da Sociedade dos Antiquarios da Picardia; membro da Sociedade Franceza de Numismatica e Archeologia; fundador da Sociedade de Ethnographia de França; membro adherente do Congresso Internacional de Geographia Commercial, de França; socio de merito do Lyceu Artistico e Litterario de Granada; socio correspondente da Academia Central das Sciencias, bellas letras e nobres artes de Cordova; da Real Sociedade Economica de Sevilha; da Sociedade Industrial Portuense; vogal perpetuo do Gabinete Portuguez de Leitura, no Rio de Janeiro; fundador e director da Associação dos Albergues Nocturnos, de Lisboa; benemerito e protector da Sociedade Martins Sarmento; socio honorario da Bibliotheca Valenciana; membro effectivo da Sociedade da Cruz Vermelha; vogal da assembleia dos cavalleiros portuguezes da ordem de Malta, em Portugal; 1.º secretario da Commissão Central 1.º de dezembro de 1640, que levou a effeito a inauguração do monumento dos Restauradores; membro do Congresso Internacional das Sciencias Ethnographicas, reunido em Paris em 1889. Em 1903 foi nomeado socio do Instituto Historico e Geographico do Brazil, e em 1905 socio honorario do Conselho Heraldico de Roma. D'esta illustre corporação, cujo orgão mensal é uma das melhores publicações no genero, é presidente honorario o cardeal Pedro Respigh, vigario geral do papa, e presidente effectivo o distincto escriptor italiano, conde de Ferruccio Pasni Frassoni. No meio da sua laboriosa vida ainda teve tempo para investigações historicas nos archivos do Rio de Janeiro, com que elaborou a relação das mercês concedidas por D. João VI durante a sua estada no Brazil, de 1808 a 1822, que cedeu a Innocencio Francisco da Silva, e com outros ácêrca da ascendencia da sua familia, que serviram ao distincto escriptor e bibliophilo, para escrever, em 1868, no

Archivo Pittoresco, os apontamentos biographicos do desembargador do paço, o dr. João Sanches de Baêna, seu 6.º avô, um dos mais prestantes cooperadores da Restauração de Portugal, de 1640; e por decreto de 13 de fevereiro de 1869, sendo presidente de ministros o bispo de Vizeu D. Antonio Alves Martins, foi agraciado com o titulo de visconde de Sanches de Baêna, em duas vidas, lendo se no diploma ser esta mercê, além dos merecimentos proprios, tambem para perpetuar a memoria dos muitos serviços prestados ao paiz pelos seus antepassados, e especialmente os que o seu 6.º avô João Sanches de Baêna prestou a favor da Restauração de 1640. O illustre fidalgo foi tambem um curioso collecionador de moedas e medalhas. Começou a reunil as no Rio de Janeiro; continuando mais tarde em Lisboa, chegando a possuir uma soffrivel collecção, que vendeu depois em leilão no anno de 1869; para esse fim distribuiu se um catalogo impresso. A collecção constava de 7 moedas gregas, 82 romanas, 286 antigas portuguezas para o continente, e 140 para as colonias; 302 moedas estrangeiras; 42 medalhas portuguezas, 61 de varias nações, e 22 jetons. Tendo em 1871 de fazer uma digressão ao Rio de Janeiro, levou uma importante offerta de obras litterarias de muito valor para o Gabinete Portuguez de Leitura d'aquella cidade. Obteve n'aquella capital levantar entre os seus amigos uma subscripção, que subiu, com os juros accumulados, a cêrca de 20 contos de reis fortes, para se erigir o monumento aos Restauradores de 1640, e para o que subscreveu elle proprio em 3 contos de reis, como consta pelos jornaes da epoca. Voltando a Lisboa em 1873, presenteou a Bibliotheca Nacional com a continuação dos relatorios, em que já falámos, para o complemento da collecção até áquella data. Continuando sempre a prestar soccorros tanto ao Brazil como ao seu paiz, fez parte, em 1886 d'uma commissão de soccorros para as victimas do temporal e inundações, que poucos annos antes tinham succedido, tomando tambem parte nos trabalhos da direcção da exposição agricola que se realisou na tapada d'Ajuda em 1884. Foi egualmente membro da commissão administrativa do fundo africano e da secção de geographia agricola, junto da Sociedade de Geographia de Lisboa. Na sua visita ao Rio de Janeiro, em 1878, conseguiu obter para a Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes uma copiosa collecção de moedas, medalhas e mappas de muito valor intrinseco e maior estimativo, assim como obteve tambem o presente de alguns livros para a Sociedade de Geographia. Dos seus amigos do Brazil tambem alcançou duas esmolas para as asylos da Mendicidade de Lisboa e do Porto, na importancia de 859$330 reis, moeda forte. O visconde de Sanches de Baêna casou no Rio de Janeiro a 5 de março de 1859 com D. Felismina Constança Manuel Salgado, filha de Luiz Antonio Salgado, que fôra capitão de milicias no Porto, e um dos homens mais devotados á causa constitucional em 1828, pelo que emigrára para o Rio de Janeiro, e de sua mulher D Maria José Manuel. Esta ultima senhora era sobrinha direita do marechal do exercito brazileiro Francisco Manuel das Chagas Santos, prima dos senadores do imperio e por varias vezes ministros de Estado; Manuel Felizardo de Sousa e Mello e Candido Baptista de Oliveira. Quando em 1867 regressou a Lisboa, onde fixou residencia, entregou-se ás suas investigações na Torre do Tombo, sobre genealogias, publicando varios trabalhos de muito valor. O seu brazão d'armas, concedido por carta de 24 de maio de 1867, é o seguinte: Escudo esquartelado: no 1.º quartel, as armas dos Sousas do Prado: Escudo esquartelado, tendo no 1.º quartel as quinas do reino sem a orla dos castellos e no 2.º: Em campo de prata um leão sanguinho, e assim os contrarios; no 2.º quartel do escudo as armas dos Costas: Em campo vermelho 6 cotas de prata postas em faxa; no 3.º quartel, as dos Sanches: Escudo dividido em pala, tendo na 1.ª, de púrpura, uma torre de prata com portas e frestas de azul; e na 2.ª, de púrpura, um pendão, ou bandeira, com baste e lan-

Visconde de Sanches de Baêna

ça de ouro que aponta para a direita do escudo, e por baixo do pendão uma caldeira, do mesmo metal; no 4.º as dos Baênas: Escudo partido em pala, tendo na 1.ª, em campo de prata 12 lisonjas vermelhas, e na 2.ª, em azul, um leão de ouro rompante, orla de ouro carregada de 8 arruelas de vermelho; tendo por supportes 2 leões do escudo sustentando nas garras cada um d'elles uma bandeira com as armas da familia de Portugal, sendo a haste e lança de ouro; timbre, o leão do escudo das armas dos Sousas. Bibliographia: *Diccionario aristocratico, que contém todos os alvarás de foros de fidalgos da Casa Real, medicos, reposteiros, porteiros da Real Camara; titulos, e Cartas do Conselho: fiel extracto dos livros do registro das mercês existentes no Archivo publico do Rio de Janeiro, desde 1808 até setembro de 1822*, etc., Lisboa, 1867; saiu com as iniciaes A. R. S. B. F.; *Archivo Heraldico-genealogico*, 2 grossos volumes em grande formato; *Apontamentos ácêrca da biographia do notavel architecto da Basilica Real, Palacio e Convento de Mafra*; *Biographia de um*

homem de bem; Catalogo numismatico; Discurso proferido por occasião da abertura do Congresso Pomologico, na cidade do Porto; Familias nobres do Algarve; Fastos historicos da Commissão Central 1.º de Dezembro de 1640, ou o Monumento dos Restauradores; Gil Vicente; Guia Medica ou Manual de Saude; Memorial therapeutico, etc.; por estas duas ultimas obras foi galardoado pela Universidade de Philadelphia com o titulo de doutor honorario em medicina, como no diploma se declara; *Memorias Historico Genealogicas dos duques portuguezes do seculo XIX; Memorias de Tolentino (o poeta); Notas e documentos ineditos para a biographia de João Pinto Ribeiro; Noticia historica e genealogica da familia, ascendentes e allianças do general Palmeirim; Noticias e excerptos, subsidiarios para a historia de Portugal, publicados em varios periodicos; O Descobridor do Brazil, Pedro Alvares Cabral; O Poeta Bernardim Ribeiro; Relatorio apresentado á Commissão Central 1.º de Dezembro de 1640; Resenha das Familias titulares e grandes de Portugal, Resenha Genealogica da familia de Pedro Alvares Cabral; Resumo historico e genealogico da familia do grande Affonso de Albuquerque; Noticia sobre Perestrellos e Colombos; O poeta Francisco Rodrigues Lobo.* Parece que o ultimo trabalho, que publicou, foi sobre *Gil Vicente e a Custodia de Belem.*

Sanches de Baêna *(Francisco de Assis)*. Moço fidalgo, fidalgo cavalleiro e fidalgo escudeiro, commendador de Santa Maria, de Vouzella, thesoureiro-mór da Arca da Junta dos Tres Estados, thesoureiro-mór do reino, etc. N. em Lisboa a 15 de junho de 1622, fal. em 1674. Era filho do dr. João Sanches de Baêna, e de sua mulher D. Guiomar Carneiro de Sousa Freire. Foi feito moço fidalgo em 1655 e nomeado thesoureiro da Arca da Junta dos Tres Estados em 1650, e desde esse anno até 1662, deu contas de 3:559:225$214 reis em dinheiro, além de 800 vestidos de munição e de outros objectos Teve depois a propriedade d'este officio, mas, perdeu a em consequencia do um assento de côrtes e demandando a corôa lhe fôram julgados 300$000 reis por anno, que era o equivalente do ordenado. Serviu de thesoureiro mór do reino durante 6 annos, por alvará de 1665. Embarcou em 1644 na armada que foi aos Açôres, esteve em Elvas quando o marquez de Torrieusa pretendeu cercar essa praça, e em 1655 recebeu o habito de Christo Casou em 17 de outubro de 1647 com D. Marianna de Rozende, com escriptura de dote e instituição de morgado, etc.

Sanches de Baêna *(João)*. Doutor e lente de Canones, na Universidade de Coimbra, juiz da Relação do Porto, desembargador da Casa da Supplicação, promotor das justiças, conselheiro da Fazenda, procurador da Corôa, alcaide-mór de Villa do Conde, etc. N. em Villa Viçosa, sendo baptisado em julho de 1581; fal. em 12 de junho de 1643. Era filho de Pedro Alvares Sanches, e de sua segunda mulher D. Maria de Baêna e Barbudo. João Sanches de Baêna foi um dos mais benemeritos compatriotas de 1640. Era filho terceiro, mas por morte de seus irmãos mais velhos, ambos fallecidos de pouca edade, veiu a herdar os morgados de seus paes e avós, dedicando-se desde muito moço ainda aos estudos juridicos na Universidade de Coimbra, em que deu provas significativas do seu genio activo e da sua elevada intelligencia, tanto que, a 13 de junho de 1600, tendo então de edade 19 annos incompletos, obteve formatura em jurisprudencia, cujo diploma lhe foi conferido pela celebre universidade de Salamanca. Como era muito novo para entrar na vida pratica, escudado, pelo seu honroso diploma, tendo ainda vivo seu pae, á testa da administração da casa, e desejoso de proseguir na carreira do estudo, voltou outra vez para Coimbra; a 19 de junho de 1602 tomou o grau de bacharel em canones e a 2 de junho de 1605 o de licenceado. A 8 do mesmo mez e anno, sendo previamente submettido a um exame privado, foi lhe lançado o capello de doutor na mesma faculdade, achando-se declarado nos autos d'estas formaturas que os graus obtidos eram por incorporação ao que tinha de bacharel em jurisprudencia. Em 1 de junho de 1606 foi eleito lente de canones no Collegio Real de S. Paulo na Universidade de Coimbra, tomando posse a 3 do mesmo mez e anno. Teve carta de brazão d'armas da familia Baêna, de que tambem era representante por parte de seu bisavô materno, D. Fernando de Baêna, passada em Madrid a 2 de julho de 1613. Passando da profissão do magisterio, que exerceu perto de 8 annos, para a da magistratura, foi despachado por carta de 31 de janeiro de 1614, desembargador da Relação do Porto, e d'ahi a 3 annos, para a mesa dos aggravos da mesma relação, por carta de 15 de janeiro de 1617. A intelligencia e honradez, de que deu subidas provas no exercicio das suas funcções de julgador, lhe valeram a mercê do habito da ordem de Christo, com que foi agraciado a 19 de junho de 1619 com 20$000 reis de tença, como, passado pouco tempo, a promoção a desembargador da Casa da Supplicação de Lisboa, por carta de 18 de fevereiro de 1621. Conseguindo por suas nobres qualidades o tornar-se cada vez mais digno de maiores empregos, foi successivamente nomeado: promotor das justiças em 3 de dezembro de 1621; desembargador aggravista em 17 de julho de 1623; conselheiro da fazenda em 18 de setembro de 1632; procurador da Corôa; juiz das justificações do reino, e desembargador do paço por carta de 29 de abril de1637. Aos proventos resultantes d'estes honrosos cargos sobreexcediam os dos bens proprios que possuia, transferidos por legitimas heranças na maior parte vinculadas, além de importantes padrões de juros, que por compras havia adquirido, e tal era a importancia dos seus haveres, que o seu rendimento annual montava a 20:000 cruzados, como ainda hoje se prova pelos autos de partilhas, que se guardam no archivo da Relação de Lisboa. Devido á sua independencia de caracter, escusou-se de ser procurador de Filippe III, no feito que corria no fôro com respeito a uns certos juros que o mesmo rei devia, como consta d'uma carta que existe no Real Archivo, dirigida ao dito rei pelo dr. Fernando Cabral, em que lhe dá parto d'isso. Conservou sempre a obrigação que seus avós deviam á Casa de Bragança, e dos senhores d'ella foi sempre tratado com particular amizade, a que lhes correspondeu expondo a vida e uma brilhante posição ao empenho de lhes restituir a corôa portugueza. Quando em 1638 o emissario do duque de Richelieu veiu a Lisboa tratar da nossa emancipação politica, o dr. Sanches de Baêna, d'accôrdo com o chanceller das tres ordens militares, o dr. João Pinheiro, seu

compadre e amigo intimo, cooferenciaram com Mr. de Saint-Pé, e trataram de levar ao conhecimento do duque de Bragança varias propostas áquelle fim, e tanto assim foi, que o proprio duque pedia a Sanches de Baêna, que lhe mandasse rascunhos do que devia de responder a simi lhante respeito. Na posição elevada a que Sanches de Baêna havia chegado, vieram encontral-o as primeiras tentativas da Restauração, e foi em virtude d'esta, que indo D João a Almada em 1639, lhe mandára communicar, por João Pinto Ribeiro, as primeiras noticias das disposições que já então se tomavam para a Restauração, sendo recommendado ao mesmo Pinto Ribeiro que houvesse de conferir com elle e seguir o seu parecer. Tudo quanto fica referido, consta de documentos já publicados, pelos quaes se conclue que Sanches de Baêna foi o primeiro artifice da Restauração de Portugal de 1640. A razão de não ter assistido á ultima sessão dos conjurados, e a unica em que ha verdadeira noticia, foi por se encontrar em Coimbra com seu filho Pedro Alvares Sanches de Baêna que tinha adoecido, estando para se formar. No prestito solemne em que o rei D. João IV foi á Sé render acções de graças pela sua acclamação, foi pelo mesmo rei escolhido João Sanches de Baêna para pegar n'uma das varas do pallio. Reconhecendo o governo de Madrid a cooperação e serviços relevantes prestados por Baêna á causa da Restauração da nossa independencia, instaurou-lhe um processo em que foi condemnado á morte, por traidor, e queimado em estatua. A'cêrca da parte importantissima que João Sanches Baêna tomou n'essa gloriosa lucta, escreveu o Sr. Nicolau Florentino (Antonio Maria de Freitas) um curioso livro acompanhado de muitos documentos comprovativos, intitulado *Pleito historico entre Sanches de Baêna e João Pinto Ribeiro*, publicado em Lisboa, 1891. Em seguida á Restauração, foi Sanches de Baêna despachado juiz da Inconfidencia, cargo, cuja provisão só recahia em individuos de provada competencia e confiança. Em 26 de fevereiro de 1641 foi agraciado com o fôro de fidalgo cavalleiro, primeira mercê d'este genero concedida depois da revolução, e teve a alcaidaria-mór de Villa do Conde para seu filho mais velho, assim como apresentado na commenda hereditaria de Povos e Sousa, na ordem de S. Thiago, pela renuncia que lhe fizeram os administradoras da referida commenda. Por pouco tempo lhe foi dado gozar d'estas vantagens, e ganhar o direito, por novos serviços, a outras maiores. Padecendo nos ultimos annos da sua vida ataques periodicos de rheumatismo gotoso, succumbiu a um d'elles que lhe sobreveiu com maior intensidade. Foi sepultado em jazigo proprio na egreja de Santo Antonio da Sé. O dr. João Sanches de Baêna casou com D. Guiomar Carneiro de Sousa Freire, filha de Manuel Alvares Quaresma Freire, commendador de S. Miguel d'Oliveira, na ordem de Christo, e de sua mulher D. Ignez Carneiro de Sousa, que, depois de viuva, foi a 3.ª mulher do desembargador Pedro Alvares Sanches. Para tornar mais salientes os serviços prestados pelo desembargador do paço João Sanches de Baêna á causa da independencia de Portugal, quiz D. João IV significal-os á viuva, mandando passar uma portaria, 30 dias depois da morte d'aquelle benemerito, fazendo mercê a sua mulher D. Guiomar Carneiro de 80$000 reis de tença em cada anno, pelos mencionados serviços á corôa e ao paiz. N'aquelle tempo a somma de 80$000 reis póde computar-se, em relação á moeda actual, perto de 1:200$000 reis. D. Guiomar Carneiro fal. a 15 de outubro de 1643.

Sanches de Baêna (*João*). Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, cavalleiro professo na ordem de Christo, commendador de Santa Maria de Vouzella, na mesma ordem; familiar do Santo Officio, etc. N. em 1667, e fal. em 6 de fevereiro de 1715. Era filho do dr. Luiz Sanches de Baêna, e de sua mulher e 2.ª prima, D. Maria Francisca d'Almada; neto paterno do dr. João Sanches de Baêna. Herdou, na qualidade de filho mais velho, os morgados da casa de seus paes e avós; succedeu a seu pae na administração da Real Casa da Nazareth, na alcaidaria mór de Villa do Conde, no morgado instituido pelo dr. Filippe de Barbudo; foi capitão de cavallaria, organisando á sua custa no Alemtejo, uma companhia de 80 cavallos, a que no anno de 1697 accrescentou mais 20, com a condição de lhe ser permittida a transferencia do aquartelamento d'aquella tropa da praça de Extremoz para a de Peniche, o que lhe foi concedido por decreto de 7 de novembro do mesmo anno de 1697. Foi tambem governador do castello de S. Filippe, de Setubal, onde em 1711 recebeu a visita d'el-rei D. João, e dos infantes seus irmãos, como se lê n'uma lapide commemorativa collocada na bateria do mesmo castello. Casou em 13 de fevereiro de 1706 com D. Violante Maria Antonia de Portugal, filha de D. Luiz d'Almeida Portugal, mestre de campo, commendador de S. Salvador d'Elvas na ordem de Christo, e alcaide mór de Borba, e de sua mulher, D. Maria Josepha Joanna de Mello Côrte Real.

Sanches de Baêna (*Luiz*). Moço fidalgo com exercicio, nomeado em 1641, escrivão da camara e deputado da mesa do desembargo do paço, etc. N. no Porto em 1618, ignora se a data do fallecimento. Era filho do dr. João Sanches de Baêna, e de sua mulher D. Guiomar Carneiro de Sousa Freire. Seguiu os estudos na Universidade de Coimbra, obtendo o grau de bacharel em canones a 30 de maio de 1643. Foi conego secular na Sé de Lisboa, carreira que teve de abandonar por occasião da morte de seu irmão primogenito, o dr. Pedro Luiz Alvares Sanches de Baêna, que não deixando successão, o deixou herdeiro de todos os vinculos da casa de seus paes e avós, e da alcaidaria-mór de Villa do Conde, assim como do morgado de Sousa, que fôra do seu 3.º avô materno, João de Sousa, a quem chamaram de alcunha, o *Romanisco*, por haver estado muitos annos em Roma, na qualidade de embaixador de Portugal, sendo ao mesmo tempo do conselho d'el rei; commendador e padroeiro perpetuo de Povos e Sousa, etc. Herdou tambem por seu avô Gaspar Carneiro, capitão-general da provincia de Parahiba do Norte, Brazil, os dois engenhos de assucar que este ali possuia, e varias outras heranças e mercês. Foi administrador da casa de Nossa Senhora da Nazareth, cujos negocios se encontravam no estado mais lastimoso ao tempo da sua nomeação para aquelle logar. Nos 15 annos, que n'elle serviu, desempenhou toda a prata da egreja; que nem por isso fôra respeitada pelo vandalismo das administrações anteriores. Ropa-

rou o edificio que estava quasi arruinado, mandando-o forrar de azulejos, fazer sinos, concertar e renovar o relogio, acabar os alpendres, fazer tendas para rendimento da casa e um parapeito, que se vê ainda ali hoje servindo de supporte á povoação da Nazareth denominada *Sitio*, sobranceira á *Praia*, propriamente dita, que fica lá em baixo, ao fundo d'uma rocha elevadissima. Antes d'esta ultima obra repetiam se amiudadas vezes os desastres, causando victimas em quasi todos os annos. Outros muitos melhoramentos ainda fez desinteressadamente, sendo valiosos os serviços que prestou. Luiz Sanches de Baêna casou em 1664 com sua 2.ª prima, D. Maria Francisca d'Almada, filha de Pedro Sanches Farinha, secretario do desembargo do paço, e da Casa de Bragança, etc., e de sua mulher D. Luiza de Baêna.

Sanches de Baêna *(D. Luiz Francisco de Assis)*. Moço fidalgo com exercicio, commendador de Santa Maria, de Vouzella, alcaide mór de Villa do Conde, etc. N. em Lisboa a 17 de fevereiro de 1707, fal. em Madrid a 30 de janeiro de 1782. Era filho de João Sanches de Baêna, e de sua mulher D. Violante Maria Antonia de Portugal. Assentou praça aos 19 annos, e foi capitão de 1.º plana em 1741, n'um regimento de infantaria da côrte, não querendo em 1742 acceitar o posto de coronel para seguir n'uma expedição de tropas para o Rio de Janeiro. Foi tambem familiar do Santo Officio por carta de de 1737. Casou em 1741 com sua prima D. Violante Josepha Henriques d'Almada. Essa união, da qual não houve filhos, foi julgada nulla em 1755, e D Violante passou no anno seguinte a segundas nupcias com seu tio D. Antão d'Almada, nascendo d'esse casamento o 1.º conde d'Almada. O processo para desfazer aquella ligação foi importante; na relação de *Sentenças* publicada no vol. VII, do *Diccionario bibliographico*, a pag. 234, encontra-se, com a data de 25 de agosto de 1744, *manuscripta*, a Sentença da Relação de Lisboa desnaturalisando e privando de todas as honras e dignidades, etc., o réo Luiz Francisco Sanches de Baêna, que achando-se degredado em Miranda, fugiu de lá para Castella, casando-se sem licença d'el-rei. Sanches de Baêna era escriptor e poeta. Residiu perto de 10 annos em Roma, onde entreteve com o papa Benedicto XIV, o *Sabio*, as mais intimas relações de amizade. Do mesmo papa teve, além de outras graças, o titulo de marquez de juro e herdade. Possuia a casa mais importante em haveres d'aquelle tempo, constituida quasi toda em morgados.

Sanches de Baêna *(Pedro Alvares)*. Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, cujo grau recebeu em 23 de outubro de 1640. Era o filho mais velho do dr. João Sanches de Baêna, e de sua mulher D. Guiomar Carneiro de Sousa Freire. Fal. a 15 de julho de 1662. Em 1641 foi investido no fôro de moço fidalgo com exercicio. Teve depois as seguintes nomeações: a 24 de outubro de 1642, desembargador da Casa da Supplicação; alcaide-mór de Villa do Conde; por alvará de 7 de maio de 1652, vereador do senado da camara de Lisboa; em 1657 familiar do Santo Officio. Foi nomeado cavalleiro da ordem de Christo, com promessa d'uma commenda de réis 100$000 de dote, em 1652. Na sua qualidade de filho primogenito herdou toda a casa vinculada de seu pae. Casou em 1646 com D. Paula Pacheco, filha de Antonio Rodrigues Pacheco, fidalgo da Casa Real, e de D. Catharina de Late, neta de Gaspar Pacheco, tambem fidalgo da Casa Real, instituidor d'um morgado, o de sua mulher, D. Catharina Henriques de Sena. Fallecendo sem successão, foi herdeiro seu irmão Luiz Sanches de Baêna.

Sanches Farinha de Baêna *(Pedro)*. Moço fidalgo, nomeado em 1671; bacharel formado em Canones, e reitor da Universidade de Coimbra, etc. N. em Lisboa na segunda metade do seculo XVII, e fal. em Coimbra a 25 de março de 1722. Era filho de Luiz Sanches de Baêna, e de sua mulher D. Maria Francisca d'Almada; neto de dr. João Sanches de Baêna. Tomou ordens sacras em 1680, foi collegial do Real Collegio de S. Paulo, na referida Universidade, recebendo em 1692 o grau de bacharel em Canones; foi conego da sé de Lisboa, e, renunciando o canonicato, foi provido na cadeira de mestre escola da mesma cathedral. Em 1696 teve a nomeação de desembargador da Relação do Porto, passando depois á Casa da Supplicação o dos Aggravos. Foi tambem deputado na Mesa da Consciencia e Ordens, em 1715; deputado do Santo Officio de Lisboa. Em 1 de junho de 1719 foi nomeado reitor da Universidade, cargo de que tomou posse a 14 de novembro de 1720, e em que se conservou até ao seu fallecimento. No tempo da sua reitoria se determinou que o corpo docente da Universidade tomasse parte nas festas da rainha Santa Izabel. Sanches de Baêna era cavalleiro das ordens de Christo e de S. Thiago, e do conselho de D. João V. Foi um dos homens mais illustrados do seu tempo, e o mais notavel orador sagrado que então existia. Fal. estando a assistir a uma festividade na egreja do castello da Graça.

Sanches Farinha de Baêna *(Rodrigo)*. Senhor douatario das ilhas do Fayal e Graciosa, capitão e alcaide-mór das mesmas ilhas; donatario do Seixo Amarello, na comarca da Guarda, etc. N. em Lisboa a 5 de outubro de 1653, fal. a 18 de setembro do 1730. Era filho de Pedro Sanches Farinha, e de D. Luiza de Baêna. Succedeu aos vinculos de seus paes e avós, e á commenda de Santo André, da Esgueira, em 11 de junho de 1653; teve carta de familiar do Santo Officio em 28 de abril de 1671. O senhorio do Seixo Amarello foi-lhe dado por carta de 2 de dezembro de 1703. Casou duas vezes: a primeira com D. Izabel Francisca da Silva, dama da rainha D. Maria Francisca de Saboia, filha de D. Luiz de Almada, e de sua mulher D. Luiza de Menezes; a segunda vez com D. Maria Josepha Benta de Lencastre, filha dos 2.ºˢ condes de Castello Melhor: João Rodrigues de Vasconcellos e D. Marianna de Lencastre e Vasconcellos.

Sanches de Baêna Farinha *(D. Antonio)* Moço fidalgo com exercicio na Casa Real; doutor em Leis pela Universidade de Coimbra; commendador de Santa Maria de Vouzella na ordem de Christo, por cedencia que seu pae lhe fez em vida. N. em Lisboa a 14 de março de 1750, fal em 1781. Era filho natural de D. Luiz Francisco d'Assis Sanches de Baêna, e de D. Joanna Michaella Rosa Falcão, sendo legitimado por bulla do papa Benedicto XIV, de 29 de agosto de 1746, e confirmada por carta regia de D. José I. Casou duas

vezes: a primeira com D. Maria José Umbelina, viuva do sargento-mór Gaspar José d'Almeida, cavalleiro professo na ordem de Christo, e filha de Antonio d'Almeida Ribeiro; a segunda vez com D. Anna Joaquina de Lemos, filha de Bernardo de Lemos de Carvalho, e de sua mulher D. Julianna de Menezes.

Sanches de Baêna Rezende *(Luiz)*. Moço fidalgo, cavalleiro da ordem de Christo, etc. N. em Lisboa em 1650, onde tambem fal. no anno de 1711. Era filho de Francisco Sanches de Baêna, e de sua mulher, D. Marianna de Rezende; neto do dr. João Sanches de Baêna. Foi nomeado moço fidalgo em 1655, sendo acrescentado a fidalgo escudeiro e fidalgo cavalleiro em 1662. Succedeu a seu pae na commenda de Santa Maria de Vouzella, que trocou com seu primo João Sanches de Baêna, por uma tença de 100$000 reis. Em 1675 embarcou como soldado no galeão *S. Thiago Maior* da armada do general visconde da Fonte Areada, que andou cruzando nas costas de Hespanha e Berberia; serviu como soldado do terço do marquez de Marialva, e na mesma qualidade foi em soccorro de Oran.

Sanches de Castro *(Caetano Pereira)*. General de divisão reformado. N. em Villa Nova da Cerveira a 21 de outubro de 1822, fal. em Vianna do Castello a 3 de agosto de 1908. Era filho de Sebastião Sanches de Castro, proprietario na provincia do Minho, e empregado na provedoria de Caminha. Destinado á vida militar, assentou praça a 9 d'abril de 1839, começando n'esse mesmo anno a cursar as mathematicas na Escola Polytechica. Foi despachado alferes a 19 d'abril de 1847, sendo promovido a tenente a 23 de janeiro de 1851, a capitão em 13 de maio de 1864, a major em 8 de novembro de 1871, a tenente-coronel em 6 de maio de 1874, a coronel em 19 d'abril de 1876, a general de brigada em 15 de julho de 1885, a general de divisão em 30 de junho de 1892, reformando-se n'este posto a 19 de maio de 1892. Em 1846, no anno anterior á sua promoção a alferes, rebentou no norte do paiz a revolução chamada da *Maria da Fonte*, que se generalisou até ás provincias do sul. O exercito do conde das Antas foi batido em Torres Vedras pelo marechal Saldanha, a Junta do Porto organisou outro exercito, que ás ordens de Sá da Bandeira foi desembarcar no Algarve, e reunir se ás forças do general conde de Mello no Alemtejo, e entrando em Setubal, se preparou para avançar sobre Lisboa. Sanches de Castro, fiel ao governo da rainha D. Maria II, fez parte da columna de operações ao sul do Tejo, sendo alferes addido a caçadores n.º 5, e com este corpo entrou na acção do Alto do Viso, no 1.º de maio de 1847. N'esta occasião desenvolveu uma actividade extraordinaria, desempenhando ao mesmo tempo serviço de ajudante e de quartel mestre. Em agosto do mesmo anno marchou com o citado batalhão em expedição á ilha de S Miguel, sendo nomeado secretario da subdivisão militar de Ponta Delgada, apenas ali chegou. A' energia do barão da Batalha e á valiosa e dedicada cooperação de Sanches de Castro, se deveu o bom exito da expedição Suffocou se a revolução sem se derramar sangue. Desempenhou muitas commissões de serviço, incluindo a do commando do batalhão de engenheiros, em que por muito tempo serviu como ajudante. Em portaria de 9 de setembro de 1871 foi nomeado membro da commissão encarregada de apresentar o plano geral das obras para o melhoramento do porto de Lisboa, e engrandecimento da cidade. Esta commissão publicou o resultado dos seus trabalhos em memoria, que se imprimiu em 1874. Foi membro da commissão da defeza de Lisboa e seu porto desde 1862, sendo nomeado chefe em 1870. No anno de 1873 foi o general Sá da Bandeira nomeado director geral de fortificações, e assim a presidencia da commissão de defeza ficou a cargo de Sanches de Castro, e mesmo depois da morte d'aquelle general, ainda por muito tempo serviu de presidente, até que foi nomeado o general Manços para aquelle logar, continuando Sanches de Castro a exercer o de chefe. Em 1874 foi nomeado presidente d'uma commissão encarregada de estudar em França, na Belgica e na Inglaterra, os systemas de fortificação e seu artilhamento, os fortes couraçados, e os torpedos, Dos seus estudos n'aquelles paizes deu minuciosa resenha nos relatorios que apresentou no ministerio da guerra. A' sua iniciativa se deveram os valiosos trabalhos de reconhecimento das posições defensivas de Lisboa desde Peniche até Santarem, e d'ali até ao Sado Foi membro da commissão consultiva das fortificações de Lisboa; fez parte da grande commissão de defeza do reino, da qual era presidente o director geral da arma de engenharia. Pertencendo ao partido regenerador, foi eleito deputado em varias legislaturas, pelo circulo de Valença. Em 1881 tomou parte no ministerio presidido por Antonio Rodrigues Sampaio, dirigindo a pasta da guerra. O general Sanches de Castro era do conselho d'elrei, cavalleiro, commendador e grau cruz da ordem de Aviz; e gran cruz da ordem de Merito Militar de Hespanha Possuia as medalhas de prata de bons serviços e de comportamento exemplar.

Sanches de Castro (*José Pereira*) Juiz de direito na comarca occidental do Funchal, ilha da Madeira, juiz do Tribunal do Commercio, e depois juiz da Relação dos Açôres. Fal. em março ou abril de 1869. Escreveu: *Observações sobre o contrato de colonia na Madeira*, Funchal, 1856; *Collecção de sentenças*, etc.

Sanches Coelho *(Affonso)*. Pintor, nascido em 1525, e fal. em 1590, que pelos seus estudos e genero de talento pertence á escola hespanhola. Filippe II, como se vê na correspondencia d'este principe, costumava chamar-lhe o *Ticiano portuguez*, e até em algumas das suas cartas lhe dá o tratamento affectuoso de *meu caro filho*. Coelho fez os seus primeiros estudos em Roma na escola de Raphael, e apezar da sua residencia na Italia não ter sido de longa duração, conservou toda a sua vida, na fórma e na disposição das suas figuras, as tradições do pintor de Urbino. Os mestres hespanhoes que teve deante dos olhos, deram-lhe essas violencias de claro escuro, esses tons vigorosos que distinguem essa escola. Mas no que d'elle resta, não é visivel a influencia de Ticiano, e o quadro de Madrid que geralmente se invoca em favor da opinião de Filippe II, opinião pela qual se modelaram as de todos os seus biographos, nada prova no entender de muitos criticos autorisados, porque essa tela de nenhum modo lembra o Ticiano. Deixando a Italia, Coelho foi para Hespanha, entrou no *atelier* de Antonio Moro, e compoz alguns quadros bons que

chamaram para elle a attenção. Deveu a esse primeiro successo ser chamado a Portugal por D. João III, que o acolheu com muita distincção. Quando este monarcha falleceu, sua nora D. Joanna, irmã de Filippe II e mãe d'el rei D. Sebastião, levou comsigo para Hespanha Affonso Sanches Coelho, que substituiu na côrte Antonio Moro, seu mestre. O rei o recebeu maravilhosamente; mandára preparar para o artista um aposento sumptuoso e muito proximo dos seus aposentos, afim de mais facilmente conversar com elle durante o trabalho. As suas visitas se fôram tornando tão frequentes e tão longas que a côrte toda estava muitas vezes reunida no *atelier* do pintor. Sanches Coelho fez muitos retratos do rei. Os papas Gregorio XIII e Xisto V, os duques de Florença e de Saboia, e cardeal Farnesio e outras personagens contemporaneas mostraram lhe de mil fórmas a maior estima pelo seu caracter e a mais viva admiração pelo seu talento. Coelho fundou em Valladolid um hospicio de enjeitados. Fal com pouco mais de 65 annos de edade. Fizeram-lhe exequias regias, e Lope da Vega foi encarregado de compôr o seu epitaphio. Os artistas perderam n'elle um amigo serio, um bemfeitor que se não cançava de os obsequiar. Os numerosos quadros de santos que pintou, no Escurial, são celebres. *Santo Ignacio*, sobretudo, é uma grande e bella figura d'um caracter estranho e impressionador. Na egreja de S. Jeronymo, de Madrid, vê-se o *Martyrio de S. Sebastião*, pintura que se diz parecer se com a de Ticiano, já acima citada.

Sanches de Frias *(David Correia Sanches de Frias, visconde de)*. Fidalgo cavalleiro, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa e da ordem italiana da Cruz Branca, negociante no Pará, socio da Sociedade de Geographia de Lisboa, e da Associação dos jornalistas e escriptores portuguezes, proprietario, escriptor, etc. N. em Pombeiro da Beira a 2 de outubro de 1845, sendo filho de Antonio Correia de Frias, e de sua mulher D. Anna do Sacramento Machado Sanches. Foi muito novo para o Brazil entregar-se á vida commercial, sendo mais tarde socio da firma commercial Camara, Frias & C.ª; passou depois ao Pará, fundou uma casa com a firma de Frias & Nogueira. Dedicou-se á litteratura e ao jornalismo. Veiu para Portugal em 1880, onde continuou a dedicar se ás letras e aos jornaes. Casou no Pará, em 31 d'agosto de 1872, com D. Maria Joanna Carreira Guerra, filha do negociante Joaquim Marcos Carreira Guerra, e de sua mulher, D. Ricarda Maria de Abreu. Foi agraciado com o titulo de visconde, em duas vidas por decreto de 25 de agosto de 1887, e carta de 3 de novembro do mesmo anno. Escreveu: *A Mulher, sua infancia, educação e influencia na sociedade*; *O Sêllo da roda*, drama extrahido do romance d'este titulo, de Pedro Ivo; *Jorge d'Aguilar*, drama extrahido do *Remorso vivo; Guia de contabilidade, para uso do commercio e das escolas*; *Horas perdidas*, collecção de poesias; *Uma viagem ao Amazonas*, livro sobre a fauna, flora e costumes d'essa localidade; *Maria de Frias*, memorias biographicas, dedicadas a sua esposa; *Notas a Lapis*, passeios e digressões peninsulares, revista amena de viagens e visitas a logares, cidades, paizagens e monumentos do Portugal e Hespanha; *Quadros á penna*; *O senhor de Foyos; Pombeiro da Beira*; *O poeta Garcia*; *Memorias litterarias, apreciações e criticas*, etc. Collaborou nos seguintes jornaes: *Correio da Noite*, *Progresso*, *Novidades*, *Atlantico*, *Jornal da Infancia*, *Capital* e *Globo*, de que foi proprietario e redactor effectivo.

Sanches Goulão *(Antonio)*. Commendador da ordem de Christo; doutor e lente cathedratico de philosophia na Universidade de Coimbra, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. em Castello Branco a 27 de novembro de 1805, fal. em Coimbra a 26 de setembro de 1857. Era filho do antigo professor do Collegio das Artes Manuel Sanches de Goulão. Matriculando-se na Universidade, em breve interrompeu os estudos, alistando-se no corpo academico, onde serviu em toda a campanha da Liberdade, de 1826 até 1833, e terminada a lucta em 1834, voltou para a Universidade a concluir os seus estudos, sendo encarregado da regencia da cadeira de physica no anno lectivo de 1835-1836, ainda antes do seu doutoramento na faculdade de philosophia, o que se realisou no dia 19 de junho de 1836, pela sua intelligencia e serviços prestados ás letras e á Liberdade, a mercê especial de receber o grau de doutor gratuitamento. Tomou tambem o grau de bacharel em medicina. Desde então teve sempre effectivo serviço no magisterio, como lente cathedratico, regendo com muita distincção varias cadeiras da faculdade, especialmente as de chimica, agricultura e physica. Por mais de 20 annos exerceu o magisterio, regendo a maior parte d'este tempo, a cadeira de physica, dando, porém, ao ensino uma direcção mais mathematica do que experimental, e sendo temido dos estudantes pela sua severidade. Em 1852 publicou uns *Principios geraes de mechanica indispensaveis para o estudo da physica experimental*. Com esta publicação prestou um grande serviço ao ensino. N'este livro elementar sobresae principalmente a correcção da linguagem, a excellencia do methodo, a clareza e até a originalidade das demonstrações. A secção das sciencias mathematicas da Academia das Sciencias, tendo de dar parecer a respeito d'esta obra, elogiou a muito, notando apenas que o seu autor empregava como unico meio de demonstrações as proporções, reconhecendo, porém, ao mesmo tempo que, attendendo-se á ordem em que estava collocada a cadeira de physica na faculdade de philosophia não podia o professor recorrer a principios mais elevados. O dr. Antonio Sanches Goulão recebeu pelos seus serviços litterarios a commenda da ordem de Christo, e a Academia das Sciencias o nomeou seu socio correspondente. Escreveu varios artigos scientificos no *Instituto* e em outros jornaes de Coimbra, e auxiliou com muita efficacia o autor das *Lições de philosophia chimica*, animando o com os seus conselhos, revendo muitas paginas, e reformando alguns pontos de doutrina com a competencia e autoridade scientifica, resultado dos seus longos e profundos estudos. O dr. Goulão tinha escripto um volumoso curso de physica, a que apenas faltavam alguns capitulos do magnetismo. Os tratados de calorico, acustica e optica eram os que elle havia redigido com mais cuidado e esmero. Estes trabalhos ineditos, destinados a ser publicados com brevidade, desappareceram mysteriosamente na occasião do fallecimento do dr. Goulão. Foi uma grande perda para a Universi-

dade o para o paiz. Contava quasi 52 annos de edade, quando foi atacado por um ataque de hydropsia, que em 15 dias o victimou

Sanches Goulão *(Manuel)*. Latinista muito apreciado, professor de rhetorica e poetica no Collegio das Artes na Universidade de Coimbra Era natural de Alcains, do concelho de Castello Branco. Ignora-se a data do nascimento. Foi no intervallo de 1828 a 1833 expulso da cadeira, como desaffecto aos principios politicos que n'essa epoca predominavam, e saiu de Coimbra, onde nunca mais voltou; parece que foi viver para a sua terra natal, fallecendo antes de 1834. Escreveu: *Recreações do homem de bem, ou discursos sobre a vida e costumes dos homens em geral; traduzidas e imitadas de diversos escriptores inglezes de melhor nome*, Coimbra, 1821; 2 tomos; *In die natalitio Augustissimi Domini Petri Quarti, Portugaliae et Algarbiorum Regis. Oratio habita Conimbricae in Gymnasio Maximo; Nos faustissimos annos do muito augusto senhor D. Pedro IV, rei de Portugal e dos Algarves. Discurso recitado em Coimbra, na sala grande da Universidade, a 12 de outubro de 1825*, Coimbra, 1826. O discurso em latim, com a sua traducção, que termina com o nome do autor, é, como pediam a occasião e o logar, um elogio constante do monarcha, cujo anniversario se celebrava, e da nova Carta Constitucional por elle outhorgada n'esse anno. E' muito de suppôr, que d'esses louvores e mais apreciações politicas, com que Sanches Goulão affirmou n'aquelle acto as suas opiniões de liberal moderado, lhe proviessem depois a expulsão do emprego e a necessidade de emigrar de Coimbra.

Sanches de Mello *(Luiz)*. Jurisconsulto que viveu no seculo XVII. Era natural de Lisboa, e foi advogado da Casa da Supplicação de Lisboa, e depois em Sevilha e Malaga. Ainda vivia em 1648. Escreveu em latim um tratado sobre divisas, do qual se fizeram 3 edições. Publicou mais: *Invectiva poetica contra cinco vicios: soberba, invidia, ambicion, murmuracion y ira, y elogios de las virtudes contrarias*, Malaga, 1641; poema em 8.ª rima; promettia no prologo a segunda parte; *Invectiva contra a gula, sensualidade e negligencia*; mas parece que não chegou a imprimir se; *Romance á morte da rainha de Castella D. Izabel de Bourbon, mulher de Filippe IV*, Madrid, 1642.

Sanches de Miranda. V. *Sousa de Miranda (Annibal Augusto Sanches de)*.

Sanches da Silva *(José)*. Sargento-mór de infantaria com exercicio de engenheiro na côrte de Lisboa. N. em Lisboa a 12 de novembro de 1688; ignora se a data do fallecimento. Era filho de Antonio da Silva e de Maria Petronilla Sanches. Desde os primeiros annos seguiu a vida militar, assistindo aos sitios de Valença, Albuquerque, e na conquista d'Alcantara, onde ficou prisioneiro. Achou-se no combate naval, que se deu no estreito de Gibraltar entre francezes e inglezes em 1705. De ajudante e capitão passou a sargento mór de infantaria. Era muito perito nas disciplinas mathematicas, principalmente em artificios de fogos. Deixou manuscriptas umas obras em 2 tomos, que compôz, sendo da Academia Militar; *Obra pyrotechnica dividida em tres tratados: comprehende Arithmetica por numeros, e parte de Geometria especulativa e pratica, e o uso dos fogos artificiaes militares por mar e terra, e suas partes de que se compõem, e o uso dos fogos festivos, e recreativos, suas partes, e medidas de que se compõem, e no fim o appendice dos fogos antigos dos Egypcios*; tomo I, O tomo II. *da Arte de deitar bombas, que comprehende as bombas, e sem movimento segundo a figura, que descrevem, como das Granadas, e Morteiros, e mais uso das mesmas bombas, e no fim um Appendice do Petardo.*

Sancho I *O Povoador*, 2.° rei de Portugal e 2.° filho d'el-rei D. Affonso Henriques e da rainha, sua mulher, D. Mafalda. N. em Coimbra a 11 de novembro de 1154, fal. a 27 de março de março de 1212. Tendo ficado herdeiro do throno depois da morte de seu irmão primogenito, D. Henrique, que nascêra em 1147 e morrera creança, deu desde verdes annos provas de grande valor e de rara energia. No combate de Arganal contra os leonezes, em que seu pae foi derrotado, manifestou pela primeira vez D. Sancho a sua grande bravura, porque livrou o exercito portuguez d'um destroço completo. Em 1175, aos 21 annos de edade, casou com D. Dulce, filha de Raymundo Berenguer, conde de Barcelona e principe de Aragão. Continuou, apezar do casamento, a ser um guerreiro infatigavel, a ponto de substituir seu pae, já prostrado pela edade, nas suas constantes correrias contra os musulmanos. Em 1178, á frente d'um pequeno exercito, entrou pela Hespanha arabe, e teve a ousadia de ir até Sevilha, assentando arraiaes no arrabalde de Triana, repellindo uma sortida de moiros, cujo emir estava então em Africa, e voltando depois triumphante e carregado de despojos para Portugal. Esta audaciosa invasão provocou uma desforra, e Jussuf-bem-Iacub, o emir musulmano, veiu com um formidavel exercito, commandado, debaixo das suas ordens, por 37 walis, invadir Portugal, chegando a pôr cêrco a Santarem, emquanto uma formidavel esquadra vinha fundear defronte de Lisboa, esperando que o emir, depois da tomada de Santarem, viesse cercar esta cidade, mas Santarem era defendida pelo principe D. Sancho, que sustentou briosamente o cêrco, até que seu velho pae foi em seu soccorro, e debaixo dos muros de Santarem, o rei e o principe derrotaram completamente o exercito invasor, ficando o emir gravemente ferido, tanto que falleceu pouco depois em Algeciras, ou de consequencias da ferida, ou do desgosto e humilhação da derrota. Fallecendo D. Affonso Henriques, foi D. Sancho acclamado rei de Portugal no dia 6 de dezembro de 1185, contando então pouco mais de 31 annos de edade. Começou logo o seu reinado por conceder grande numero de foraes a diversos concelhos, por proteger o estabelecimento de preceptorias e bailiados das ordens militares, o que era n'aquelle tempo um poderoso elemento de povoação, porque agrupava em torno dos castellos dos intrepidos o infatigaveis fronteiros os colonos que desejavam cultivar com tranquillidade as suas terras. Nos 4 primeiros annos do seu reinado não pôde D. Sancho cuidar na ampliação das suas fronteiras, por causa das discordias, ainda que pouco duradouras, com o rei de Leão, e as escaramuças contra as tropas do novo emir Iacub, que ainda tentou inquietal o, conservando-o em continuo sobresalto, mas que tambem não duraram muito. Entretanto preparava se uma nova cruzada, e D. Sancho desejou ir até á Terra San-

ta, mas reflectiudo do melhor, entendeu que em vez de ir sepultar no Oriente os seus briosos soldados, seria preferivel aproveitar para conquistar aos moiros as terras do Occidente, o zelo e o ardor das aveuturas que arrastavam para o Oriente tautos soldados dos paizes septentrionaes. Effectivamente, em 1189, tendo aportado a Lisboa uma esquadra transportando 10 ou 12 mil frisões e dinamarquezes, commandados por um sobrinho do rei de Dinamarca, D. Sancho instou com elles para que o acompanhassem n'uma empresa contra os moiros do Al-Faghar, nome que tinha então a provincia do Algarve. Accederam os cruzados,incitados pela esperança do saque, e na verdade elles e os portuguezes tomaram, saquearam e reduziram a ciuzas o castello de Alvor. Essa expedição toi preludio de outras mais importantes. Outra esquadra, que passou, commandada pelo landgrave de Thuringia e pelos condes de Bar e de Braine prestou se a acompanhar D. Sancho I á conquista da importantissima praça de Silves ou *Chelb*, que era a principal povoação do Al Faghar. Combinou se que a cidade seria para os portuguezes, e os despojos para os cruzados. A praça tomou-se effectivamente, mas os allemães desenvolveram uma tal soffreguidão no saque e praticaram taes violencias, que D. Sancho se viu obrigado a contel os na ordem á frente das tropas nacionaes, e á frente d'essas mesmas tropas teve afinal de expulsar da cidade conquistada os seus insubordinados alliados, que depois de terem saqueado completamente a cidade, começaram a desbaratar até as provisões do proprio exercito portuguez. D. Sancho voltou para Coimbra, tomando pelo caminho algumas praças musulmanas, que ainda campeavam no Alemtejo, ao passo que o governador, que deixára em Silves, se assenhoreava d'uma grande parte do Algarve, como consequencia inevitavel da perda da cidade mais importante d'essa provincia. O emir Iacub resolveu vingar se, e reunindo um exercito poderosissimo, foi cercar Silves, que não pôde tomar, mas deixando esta cidade isolada, atravessando o territorio que constitue hoje a provincia do Alemtejo, atravessando o grande rio que banha Lisboa, invadiu a Extremadura e a Beira até quasi Coimbra. D. Sancho I só teve tempo de entrar em Santarem, e o mestre da ordem do Templo, Gualdim Paes, em Thomar,assimilhando-se estas duas cidades no meio da invasão musulmana a duas fortalezas batidas pelas ondas. Uma esquadra ingleza de 60 e tantos navios aportara então a Lisboa, e os seus commandantes, sabendo o perigo em que D. Sancho se encontrava, lhe mandaram 500 homens em seu auxilio. O inimigo, em vista d'este soccorro inesperado e da invasão das febres que se desenvolveram, e principiavam a devastar o seu exercito, viu se obrigado a levantar o cêrco. Apenas D. Sancho I se viu livre dos inimigos, teve de reprimir, como em Silves, os desmandos dos alliados. Os navios inglezes que iam chegando uns após outros, tratavam Lisboa, que n'essa occasião estava sem rei, como terra conquistada. D. Sancho, apenas soube do que se passava, veiu de Santarem para Lisboa, e depois de ter empregado os meios suasorios, sem resultado, viu-se obrigado a recorrer á força. Fechou as portas da cidade, prendeu quantos inglezes encontrou, e não lhes restituiu a liberdade senão depois de elles terem entregado os roubos que tinham feito. O emir não desistira da sua empresa, e desejoso de consolidar de novo o poder dos arabes em Hespanha, iuvadiu em 1191 outra vez Portugal com um exercito poderoso, mas d'esta vez obteve melhor exito.Silves caiu no poder dos musulmanos, todo o Alemtejo, menos Evora, se perdeu; os moiros assentaram outra vez os seus arraiaes defronte de Lisboa, recuperando Palmella e Almada, retomando Alcacer do Sal. O Tejo ficou sendo, como d'antes, a fronteira de Portugal, apparecendo Evora apenas no meio do Alemtejo, como uma sentinella perdida. Vendo assim cerceado o reino, D. Sancho entendeu que, em primeiro logar deveria fortalecer o reino e a autoridade real, em vez de se abalançar a recuperar o que perdera e a continuar nas conquistas. O poder dos arabes parecia ter adquirido a sua autiga força. Em 1193 triumphou a invasão de Castella, que foi ainda mais terrivel por ser coroada pela grande victoria de Alarcos ganha pelos musulmanos. Para cumulo de desventuras, os reinos christãos estavam divididos, e ua guerra que se seguiu alguns se alliaram aos arabes. D. Sancho sempre se conservou ao lado dos christãos, percebendo que nunca se poderiam expulsar os arabes, se uma forte solidariedade não unisse entre si, pelo menos contra esse inimigo commum, os principes christãos. Ao mesmo tempo cuidava de povoar o reino com a maxima actividade, punha bem defendida a frouteira, concedendo aos cavalleiros das ordens militares varios castellos á beira do Tejo, enriquecendo essas ordens com muitas doações, dando foraes ás villas, mandando vir do estrangeiro, principalmente do norte, colonos que em Portugal se estabeleceram, fundando villas, o que lhe grangeou na historia o cognome de *Povoador*. Transferiu para Silves a residencia dos bispos, que antigamente tinha sido na cidade de Ossouoba; fundou em Silves a egreja cathedral. O assento da séde do bispado deu se no anno de 1190, por um breve do papa Clemente III, sendo o 1.º bispo D. fr. Nicolau, confessor do monarcha e conego de Santa Cruz, de Coimbra, o qual, poucos mezes depois de tomar posse, teve de abandonar o bispado, por se perder a cidade no auno de 1191. D. Sancho tambem confirmou e ampliou as doações que seu pae fizera aos conventos de Santa Cruz, de Coimbra, e d'Alcobaça. Se desde 1191 se conservou Portugal em plena paz com os moiros, figurando apenas tropas auxiliares portuguezas na batalha de Alarcos; se a entrada nas luctas internas da Hespanha christã foi de curta duração e de pouca importancia, em compensação teve D Sancho I de começar a sustentar uma lucta formidavel que se protrahiu durante os reinados dos seus successores, afim de manter a independencia do poder temporal perante o clero, a integridade da autoridade regia perante as pretenções da Santa Sé. O poder da egreja era n'esse tempo importantissimo. O interdicto lançado sobre um paiz era então uma das maiores desgraças que o podiam fulminar. Na sua lucta com o papa tinham se visto obrigados a curvar-se os reis mais poderosos da christandade, o de França e o de Inglaterra, e o imperador da Allemanha. Era audacia da parte d'um paiz pequeno o arriscar-se á lucta, tanto mais que D. Sancho I tinha na sua frente um papa intrepido e energico, que sabia manejar com efficacia as

terriveis armas espirituaes de que dispunha. Era Innocencio III, um das vultos mais notaveis da edade media. N'esta lucta em que a espada se tornava inutil, sendo forçoso recorrer ás armas da dialectica, D. Sancho I, o rude batalhador de Santarem e de Silves, seria de todo vencido, porque não era elle o mais habilitado para essas batalhas da penna, elle que provavelmente mal sa beria escrever, se não tivesse ao seu lado um mi nistro illustrado e intelligente, astuto e finissimo, o chanceller Julião, que em toda esta lucta foi o seu braço direito. Mas D. Sancho, com a energia do seu caracter, lhe deu toda a força para que não esmorecesse deante das ameaças do pontifice, genero de coragem bem raro na edade media. A primeira partida ganhou a o pontifice. Tratava-se de receber o censo annual, que D. Affonso I se compromettera a pagar a Roma por si e por seus successores, censo em que nunca mais

D. Sancho I

se pensára. Os papas tinham reclamado, mas D. Affonso allegava que o estrondo das batalhas com os sarracenos não lhe deixava ouvir as reclamações. D. Sancho seguiu-lhe o exemplo. Innocencio III, porém, não era homem que se contentasse com evasivas. Insistiu, obstinou-se. Debalde o chanceller Julião tentou esquivar-se, debaixo de todas as fórmas, o pontifice não o deixou respirar, e D. Sancho, vendo-se já em serios embaraços com as discordias castelhanas, não queria aggravar a sua situação malquistando se com o papa, e sujeitou-se. Os censos atrazados fôram todos pagos. Succedeu este facto em 1198, e durante 10 annos não se renovou a lucta. N'este lon go prazo entreteve se D. Sancho nos seus traba lhos predilectos: povoação de terras, outhorga de foraes e levantamento de castellos. Fundou-se a cidade da Guarda, no local em que actualmente se encontra; vieram estabelecer se no reino novas colonias setentrionaes a convite do monarcha. O reino atravessava uma crise importantissima. As luctas com Leão, ainda que obscuras e sem resultado, consumiam gente e devastavam os campos fronteiros, a perda de bons terrenos do Alemtejo, a fome que durante esse periodo grassou na Europa e que não poupou Portugal, haviam-lhe esgotado os recursos. Era preciso o es forço energico de D. Sancho e a habilidade do chanceller Julião para obstar a tantos males. A 1 de setembro de 1198 falleceu a rainha D. Dulce. No anno de 1208 recomeçou a lucta com o clero. Martinho Rodrigues, bispo do Porto, tivera graves dissenções com o cabido, este appellou para D. Sancho I, que interveiu rudemente O bispo reagiu, mas D. Sancho marchou contra elle, e não tardou a que o bispo fugisse da sua diocese. Ainda d'esta vez interveiu o papa com resultado. Martinho Rodrigues voltou á sua diocese, mas profundamente resentido contra o rei, a primeira vez que passaram pelo Porto o principe D. Affonso e sua mulher D. Urráca, que tinham casado no anno de 1209, não quiz recebel-os com as honras devidas, a pretexto de serem parentes em grau prohibido pela egreja, que n'esse tempo era d'um inaudito rigor na prohibição des casamentos. D. Sancho não era homem que perdoasse estas injurias, e na primeira contenda que o bispo do Porto teve com os burguezes da sua cidade, fez causa commum com elles, cercou o bispo no seu burgo senhorial, zombou perfeita mente dos seus interdictos e das suas excommunhões, e se o bispo não achasse meio de fugir para Roma, não seriam pouco rigorosas as condições da paz. O clero não podia deixar passar despercebido o desprezo que D. Sancho mostrára pelas excommunhões do bispo do Porto, sob pena de quebrar nas suas proprias mãos a arma mais terrivel de que podia dispôr. O arcebispo de Braga, comtudo, creatura do rei, não levàntou a luva, mas o bispo de Coimbra não só censurou o procedimento de D. Sancho com relação ao bispo do Porto, mas não receou atacar alguns actos da sua vida particular. D. Sancho respondeu com rudeza a estas provocações, o bispo de Coimbra fulminou o interdicto, o arcebispo de Braga, por intimação do rei, levantou-o, o clero de Coimbra não quiz obedecer, D. Sancho reprimiu o brutalmente e até com atrocidade. O bispo cedeu para poder fugir para Roma. A' primeira tentativa de fuga, D. Sancho encarcerou o. O papa Innocencio III, irritado com este desprezo do rei pelas immunidades ecclesiasticas, escreveu-lhe uma carta violentissima. A resposta, porém, escripta pelo chanceller Julião, foi por tal fórma energica e acerba, que o papa teve de recorrer á brandura na replica que fez. Mas a egreja afinal não tardou a triumphar. Quando D. Sancho I se viu proximo da morte, que parece ter sido precedida por uma longa e dolorosa agonia, desfalleceu, renegou o seu passado, humilhou se deante do bispo do Porto e do papa, procurando resgatar com as dadivas generosas, que deixava em testamento, a sua attitude independente perante o clero. D. Sancho tambem deixou no testamento numerosos legados a seus filhos legitimos e bastardos, que eram numerosissimos, o que indignou o seu successor, cioso como ninguem da regia autoridade e do poderio da corôa, e que, vendo-se despojado por esse testamento de seu pae, não cum-

priu muitas das suas clausulas, o que promoveu serias discordias e dissidencias. Os seus filhos legitimos fôram D. Constança, que falleceu com 20 annos, ainda em vida de seu pae; a infanta Beata Thereza, que casou com Affonso IV de Leão; Beata Sancha; D. Affonso, o herdeiro do throno; D. Pedro, que foi conde de Urgel; D. Fernando, que foi conde de Flandres; D. Henrique e D. Raymundo que morreram creanças; D. Mafalda, casada com Henrique I, de Castella; D. Branca; e D. Berengaria que casou com Waldemar, rei da Dinamarca. De duas amantes, que a historia tem conhecimento, D. Maria Annes e D. Maria Paes Ribeira, teve bastantes filhos. D. Sancho I foi um dos reis que melhores serviços prestaram ao paiz; consolidou o que seu pae ganhara, e desenvolveu as grandes fontes de riqueza do paiz. Apezar de se ter curvado no fim da vida ao clero, a lucta que sustentou sempre contra elle foi de grande utilidade para a nação, porque habituou os governos a uma politica de resistencia que deu os melhores resultados.

Sancho II *O Capêllo*; 4.º rei de Portugal, filho de D. Affonso II, e de sua mulher, D. Urraca. N. em Coimbra a 8 de setembro de 1210, fal. em Toledo em janeiro de 1248. Diz Faria e Sousa, que lhe chamaram o *Capello*, porque *siendo enfermo en su niñez la reina librando su salud en su devocion, le traia vestido en el habito de ordem del gran Padre i dotor de la iglezia San Agostin.* Tambem se diz que o cognome do *Capello*, foi porque D. Sancho se filiára, como S. Luiz rei de França, n'uma ordem de frades mendicantes. D. Sancho era ainda creança, quando falleceu D. Affonso II, em 1223, ficando a governar na sua menoridade, como regentes, em seu nome, os ministros de seu pae; o chanceller Gonçalo Mendes, o mordomo-mór Pedro Annes, e o deão de Lisboa mestre Vicente. Apezar de terem sido elles os que auxiliaram D. Affonso II na sua lucta energica contra as pretenções do clero e as de seus irmãos legitimos e illegitimos, não tinham agora para os sustentar na continuação da lucta o prestigio e a autoridade do soberano, e soffriam todas as incortezas da menoridade sem terem ao menos a autoridade de regentes, por não haverem sido nomeados, e governarem debaixo, por assim dizer, da presidencia nominal do rei. Por isso soffreram as maiores humilhações. Viram-se forçados a conceder ao arcebispo de Braga avultadas indemnisações, a castigar os que tinham sido agentes da corôa na lucta com o arcebispo; a indemnisar tambem quantas egrejas e mosteiros haviam soffrido com as energicas reivindicações de D. Affonso II, a restituir ás irmãs d'este soberano as villas e senhorios quo estes lhes arrancára; finalmente, a sujeitar-se ás condições d'uma concordia humilhante celebrada pelo clero de Coimbra. Apezar de tudo isso, um dos ministros, Pedro Annes, foi expulso O joven rei passou a outras mãos, as da familia Mendes de Sousa, e ainda que faltam documentos directos da anarchia que lavrou n'este periodo do reinado de D. Sancho II, os documentos posteriores que se referem ao tempo em que *el-rei D. Sancho andava roubado*, provam que a anarchia existia, e que as diversas facções arrancavam umas ás outras o monarcha infantil para em seu nome se assenhorearem do governo. Finalmente, começou D. Sancho a ter vontade propria e a sustentar os ministros de seu pae. Infelizmente, porém, era exactamente o contrario de D. Affonso II. A este faltára o animo bellicoso, e sobejára a energia para as luctas civis. D. Sancho, rei cavalleiro, brilhava nas arrancadas contra os moiros, e era incapaz de sustentar uma lucta insignificante contra um bispo. O modo como se manifestou o governo pessoal de D. Sancho II, foi alliando-se com Fernando III, de Castella, para invadirem as terras musulmanas. D. Sancho II capitaniou a expedição, em 1226, e tomou Elvas, dando logo mostras de grande valor. A sua vontade pessoal conta-se tambem nas nomeações de ministros, que voltaram a ser os ministros de D. Affonso II. Comtudo, a anarchia em que estivera o reino, continuava, e os ministros procuravam debalde dominal-a, porque D. Sancho II tinha a espada de D. Affonso I, e não tinha o pulso do D. Affonso II. A lucta com o clero recomeçou.

D. Sancho II

Martinho Rodrigues, bispo do Porto, queixou-se ao papa Gregorio IX, e este enviou a Portugal um legado João Abbeville, homem mais prudente e conciliador, que de tal modo se houve no desempenho da sua missão, que durante tres annos D. Sancho viveu tranquillamente, occupando se no desenvolvimento da agricultura e da povoação do reino. Seu irmão, o infante D. Affonso, descontente, mas não encontrando junto de si elementos que o ajudassem, saiu do reino, indo para França acompanhado por alguns fidalgos descontentes. Comtudo, o socego do reino não podia durar muito tempo. Novamente os prelados investiram atrevidamente contra o poder real, travando-se lucta entre os ministros e o bispo de Lisboa D. Sueiro. O prelado appellou para o papa, mas Gregorio IX, enthusiasmado pela guerra santa, tudo perdoava a D. Sancho, quando este monarcha declarava guerra aos moiros. Ora, preci-

samente n'essa epoca, D. Sancho completava a conquista do Alemtejo, tomando d'um lado Serpa e Moura, e do outro Aljustrel, e estabelecendo na fronteira meridional d'essa provincia, de um lado os cavalleiros de S. Thiago dirigidos por Paio Peres Correia, do outro os cavalleiros do Hospital, dirigidos por Affonso Peres Farinha, que não tardaram a ir pouco a pouco arrancando aos moiros varias praças do Algarve, sendo reconquistada a praça de Silves pelo fronteiro mór Paio Peres Correia. Mas a côrte de D. Sancho II tomava, no entretanto, um aspecto differente, que dava ao clero a esperança de rehaver o que perdera, e de assegurar definitivamente o seu dominio. Os antigos ministros de D. Affonso II haviam desapparecido já em 1235; Gonçalo Mendes morrera, Pedro Annes saira do poder por motivos ignorados, e mestre Vicente, o chanceller, nomeado bispo da Guarda, passára-se ao inimigo. Os cavalleiros moços que rodeavam D Sancho, turbulentos e desatinados, zombaram das immunidades do clero, e praticavam actos reprehensiveis, como o seu irmão, o infante D. Fernando, conhecido pelo nome de *infante de Serpa*, que estabeleceu á força na sé de Lisboa um bispo que a côrte queria vêr eleito, maltratando o quo o capitulo elegera regularmente, violando uma egreja, etc. O peor foi que depois D. Sancho, temendo as consequencias do procedimento de seu irmão, humilhou se perante os bispos e do papa, deu quantas satisfações lhe exigiram, pagou quantas indemnisações quizeram, e o infante de Serpa foi pessoalmente a Roma implorar o perdão pontificio. Estas desigualdades e violencias seguidas por similhantes humilhações, contribuiram para a desgraçado fim que teve o pobre rei. Irritavam o clero sem lhe quebrarem as resistencias. Para cumulo de infelicidade, um casamento fatal não tardou a fazer perder a D. Sancho o prestigio do cavalleiro que resgatava os erros do soberano. Aiuda em 1238 e em 1239 D. Sancho II fez duas expedições brilhantes, em que tomou Mertola, Alfajar da Pena e Ayamonte, Cacella e Tavira, mas a sua paixão por D. Mecia Lopes de Haro, filha do fidalgo biscainho Lopo Dias de Haro, e já viuva de Alvaro Peres de Castro, paixão seguida pelo casamento, o desviou para sempre dos campos da batalha, o deu occasião a que o clero, que já o accusava causador das violencias praticadas contra a egreja, o accusasse tambem incapaz de governar. Occupava então o solio pontificio o papa Innocencio IV, que não receara declarar privado do throno o imperador Frederico da Allemanha, o que estava disposto a dar outro exemplo á Europa com a deposição de D. Sancho II. Tratava-se de encontrar um principe que se prestasso a ser o executor das ordens do pontifice Existiam tres parentes proximos de D. Sancho: D. Pedro, seu tio, que estava todo absorvido nas guerras do Aragão; D. Fernando, seu irmão, que fôra um dos que mais tinham provocado as iras clericaes; D Affonso, que partira para França, como dissémos, e ali casara com a condessa de Bolonha. Foi a esse que se dirigiram, e D. Affonso acceitou o encargo sem a mais pequena hesitação. Para isso teve em Paris umas conferencias com os prelados encarregados d'essas negociações, D. João Egas, arcebispo de Braga, e D. Tiburcio, bispo de Coimbra O tratado que o conde de Bolonha acceitou era o mais humilhante possivel para a e corôa, e o clero que em Portugal não conseguira até então exercer nem o mais leve dominio, suppunha que teria agora o que tanto ambicionava, um rei completamente sujeito ás suas vontades, obediente e submisso. Enganaram-se, porque o infante quiz apenas alcançar a corôa, e depois soube manter-lhe os direitos (V. *Affonso III*). O desenvolvimento d'esta intriga foi repugnaute. D. Sancho era um rei fraco e inhabil, deixára que se commettessem violencias que até certo ponto justificavam as reclamações do clero; com valimentos pouco acertados descontentára muitos fidalgos, e levantára grandes discordias na côrte; não tratára de desenvolver os concelhos que lhe dariam força se d'elle tambem a recebessem; esquecera nos braços de D. Mecia a sua missão guerreira, e o dever quo tinha, e que no principio do seu reinado tão bem soubera cumprir de alargar as fronteiras portuguezas; mas é digno realmente de toda a compaixão e de toda a sympathia, quando se vê o modo infame como lhe pretendiam tirar a corôa. O alto clero perseguia-o por o encontrar receoso e timido; o papa Innocencio IV ameaçava-o, porque bem sabia, que elle não era capaz de firmar a carta ultima, com que D. Sancho I fulminára o orgulho de Innocencio III. O bispo do Porto, Pedro Salvadores, um dos chefes do movimento contra elle, aproveitou o terror que as ameaças do papa haviam produzido no animo do infeliz monarcha, para lhe arrancar algumas doações valiosas, e continuar depois a tramar a sua deposição. Seu proprio irmão, D. Affonso, vinha desthronal o, e hypocritamente, porque fingia armar-se para a cruzada promovida por S. Luiz, rei de França, e vir depois, com autorisação do papa, cumprir o seu voto a Hespanha, combatendo contra os moiros, para com esse fingimento apanhar seu irmão desprevenido. O papa descia ao indecoroso artificio de fingir, que autorisava uma cruzada, quando autorisava uma guerra fratricida. Não póde deixar de inspirar compaixão e sympathia o homem que foi victima de tão cobarde e traiçoeira aggressão. D. Affonso, effectivamente, conseguiu apanhar seu irmão de surpreza. Quando desembarcou em Lisboa, D. Saucho nem sequer suspeitava da traição. D. Affonso tomou o titulo de visitador e curador do reino, assenhoreou-se do dinheiro que encontrou, e com elle comprou quantos alcaides-móres de castellos, que se quizeram vender, para o auxiliarem a expulsar do throno, seu irmão. O que depois se passou n'essa guerra entre os dois irmãos, pouco se sabe, porque a historia é pouco explicita a esse respeito Conhecem-se apenas os cêrcos de Obidos, de Guimarães, do Castello de Faria, pouco distante de Barcellos, de Celorico da Beira e de Coimbra, que offereceram grande resistencia soffrendo as amarguras d'um rigoroso cêrco, rendendo se os seus alcaides só depois de perdidas todas as esperanças Martim de Freitas, alcaide-mór de Coimbra, dedicadissimo a D. Sancho II, só depois de se certificar da morte do rei, no exilio, em Toledo, pediu a D. Affonso, que o deixasse ali ir, e lá foi entregar nas mãos cadavericas do monarcha, já encerrado no tumulo, as chaves do seu castello. (V. *Freitas, Martim de*). Tambem se conta a estrategia de Fernão Rodrigues Pinheiro, alcaido mór de Celorico da Beira, a celebre lenda da tru-

ta, tão commum na edade media (V. *Pinheiro, Fernão Rodrigues*). Sabe-se emfim, que Raymundo Viegas Porto Carrero raptou de Coimbra a rainha D. Mecia e a levou para o castello de Ourem, (V. *D. Mecia Lopes de Haro)*, rapto que Herculano suspeita, com bastantes razões, de que a propria rainha foi cumplice, abandonando tambem seu marido, seguindo assim o exemplo de tantos outros. D. Sancho appellou então para o auxilio de Castella, e conseguiu que o principe D. Affonso, que depois foi Affonso X, viesse em seu soccorro no principio do anno de 1247. Mas D. Affonso teve medo da excommunhão do papa, e quando Innocencio IV lhe escreveu sustentando a resolução que tomára com relação a D. Sancho II, o principe castelhano retirou se para Castella, e o pobre D. Sancho vendo se desamparado do succumbiu, e foi viver para Toledo, onde falleceu com 37 annos de edade, pungido pelas mais crueis angustias.

Sancoale. Freg. do conc de Salsete, na India.

Sancordá Pov. do conc. de Sanguem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, na India.

Sancordém. Aldeia séde da primeira circumscripção do concelho e commando militar de Sanguem, districto de Gôa, na India, comprehendendo a aldeia de Aglot, do torofo de Sancordém, e aldeia de Surla do torofo d'este nome. || Pequeno rio do distr. de Gôa, India. Corre no conc. de Sanguem, e é um dos numerosos rios que engrossam com as suas aguas o rio Madei.

Sancule. Cabo situado na costa do distr. e prov. de Moçambique, Africa Oriental. Com a pouta de Bajona, que lhe fica ao S, fórma a pequena bahia de Mocambo. || Pov. do territorio chamado das terras firmes, fronteira á ilha de Moçambique, no distr. e prov. d'este nome, Africa Oriental. Fica junto da bahia de Mocambo e proximo da ponta de Sancule, em terreno fertil.

Sanda. Pov. do sobado de Bamba, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Quimbumbuge Quintanda, no mesmo conc., distr. e provincia.

Sanda Huanga. Pov. do sobado de Cazemba, na 11.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Sandalcalo. Rio do distr. de Damão, India. N. nas moutanhas de Guzerate e separa o territorio das duas praganãs de Nacr, ou Damão Grande e Colana Pavory ou Damão Pequeno, separando egualmente as duas divisões N e S ou Uply Paty e Etly Paty da praganã Nagar-Avely.

Sandamil. Pov. na freg. de S. Miguel, de Nogueira da Montanha, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Sandão Pov. na freg. de S. Miguel, de Ribeiradio, couc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Sandarão. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Sernelhe, conc. e distr. de Braga.

Sand-Bar. Uma das bocas do rio do Pichel, na costa da Guiné de Cabo Verde, Africa Occidental. Fica n'uma região muito insalubre, como todo o delta do rio, e das uumerosas bocas do Pichel só ella e a de Mud-Bar dão entrada a navios.

Sand Cliff. Barreira situada na costa do distr. de Mossamedes, prov. de Angola, Africa Occidental, a 11 k. ao S do cabo Negro. Tem cêrca de 40 k. de comprimento, e embora seja bojante, não se lhe póde dar o nome de cabo. Sand-Cliff, ou Barreira Branca, é balisa do porto de Pinda ou porto Alexandre, que termina ali.

Sande. Appellido nobre, vindo de Hespanha, e tem o seu solar no castello de Sande, na Galliza. Não se sabe quem o trouxe a Portugal, mas já no reinado de el-rei D. Diniz foi notavel, pelo seu valor, Fernão de Sande, que tinha o seu solar na quinta de Saude, comarca de Guimarãos. Suas armas são: Em campo de púrpura, leão de ouro, armado de prata, lampassado de azul, entre quatro flôres de liz, d'ouro, postas, em cruz; elmo de prata, aberto; e por timbre, meio leão de púrpura, com uma das flôres de liz do escudo, na cabeça. Segundo outra opinião, o primeiro Sande que veiu para Portugal, foi Lopo Affonso de Sande, no reinado de D. João I; o que consta d'um brazão d'armas, concedido por D. Manuel I, em fevereiro de 1513, a Francisco de Sande. Esta familia se estabeleceu na provincia do Minho, onde reedificou o convento de S. Martinho de Sande, de monges benedictinos. Julga-se que este Lopo Affonso de Sande foi descendente de Fernão de Sande, acima citado, porque as suas armas são as mesmas já descriptas. Outros Sandes trazem por armas: Em campo de ouro, uma águia negra, e na orla um cordão pardo. Outros do mesmo appellido usam o brazão seguinte: Em campo de prata, águia negra, e de roda, do escudo, seis estandartes e seis bandeiras. Estas armas são as principaes, por serem as dos Sandes da Galliza, progeuitores dos de Portugal.

Sande *(Antonio de Castro)*. Governador de Moçambique. Tomou posse do seu cargo em 6 de janeiro de 1667. Era filho de Antonio Paes de Sande, que foi governador da India. V. o *artigo seguinte*.

Sande *(Antonio Paes de)*. Governador da India. N. em Extremoz, sendo filho de Jeronymo da Gama de Saude e de D. Maria Garcia Cabreira. Em 1643 começou a servir a patria militando na guerra da Restauração, distinguindo se no assalto da praça de Badajoz, na tomada de Villa Verde e em outras batalhas. Nomeado governador de Monsão, passou depois a ser provedor das armadas do reino, e por carta de 24 de março de 1666, foi despachado secretario geral do estado da India. Doze annos exerceu esse cargo, sendo nomeado successivamente: guarda mór da Ribeira de Gôa, por carta de 24 de março de 1671, conselheiro de Estado em 2 de junho seguinte, e vêdor geral da fazenda de Gôa em 24 de março de 1677. Tendo em 24 de janeiro de 1678 o conde de Assumar, D. Pedro d'Almeida, resignado o governo da India, abriram se as vias de successão, e encontraram se nomeados o arcebispo Fr. Antonio Brandão, o secretario geral Antonio de Sande e o chanceller Fr. Francisco Cabral. Como este ultimo já era fallecido, tomaram os outros dois posse do governo, e fallecendo o arcebispo em 6 de julho do referido anno de 1678, ficou governando a India sómente Antonio Paes de Sande até 12 de setembro de 1681, auno em que entregou o governo ao seu successor, e partiu para a Europa, sendo nomeado, em Portugal, conselheiro ultramarino. Foi depois nomeado governador do Rio

do Janeiro, cargo de que tomou posse a 22 de fevereiro de 1685, e que exerceu até fallecer, em 1695. O seu retrato conserva so na quarta sala do palacio do governo em Pangim, tendo a cabeça coberta e a cruz da ordem de Christo pendente do peito. Por baixo vê se uma longa inscripção.

Sande (*Fr. Diogo de*). Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho; philosopho moralista do seculo XV, prior do convento de Villa Viçosa. Escreveu uma obra intitulada *De bonis morbus*, que se guardava, escripta em pergaminho, na bibliotheca dos duques de Bragança.

Sande (*Fr. Diogo de*). Religioso da ordem carmelitana. N. em Moura e fal. em Lisboa no anno de 1637. Professou em 1601; estudou artes no collegio do Evora, de que foi professor no collegio de Coimbra, e mais tarde, professor de theologia em Lisboa. No anno de 1625 foi prior no convento de Beja; em 1634 custodio da provincia, e em 1637 regente dos estudos no convento de Lisboa, onde falleceu. Era orador sagrado muito apreciado no seu tempo, e deixou manuscripto 1 volume de *Sermões varios panegyricos e moraes*, o qual se conservava no convento do Carmo, de Lisboa.

Sande (*P. Duarte de*). Celebre missionario jesuita. N. em Braga a 4 de dezembro de 1531, fal. em Macau a 22 de junho de 1600. Estudou humanidades, professando em seguida na casa professa de S. Roque, de Lisboa, no anno de 1562. Foi mestro de rhetorica no collegio de Coimbra, indo depois, em 1578, para as missões do Oriente, onde se conservou 22 annos, até que falleceu, missionando com zelo e efficacia, e depois de ter sido reitor de Baçaim passou ao do Macau. Em 1588 escreveu ali uma carta ao geral da ordem ácêrca da missão da China, de que fôra nomeado superior. Em 1590 escreveu em latim uma obra que se imprimiu em Macau, intitulada: *De missione legatorum japonensium ad romanam curiam, rebusque in Europa ac totum itinere animadversos dialogos ex ephimeride ipsorum legatorum collectus, et in sermonem latinum versus de Eduardo Sande, sacerdote societatis Jesu.* Barbosa Machado cita esta obra como escripta em portuguez, com o titulo de *Itinerario de quatro principes japonezes, mandados á santidade de Gregorio XIII e de tudo quanto lhes succedeu até se restituirem ás suas terras.* Innocencio da Silva suppõe com boas razões que nunca similhante obra se escreveu em portuguez, o que a de Duarte de Sando foi por elle extratada para o latim da relação japoneza. O que é certo é a obra existir em latim e n'uma traducção hespanhola, e posteriormente n'uma traducção portugueza d'uma parte da obra feita por Antonio José do Figueiredo, publicada por elle no *Archivo Pittoresco*, vol. VI, 1862, serie de artigos com o titulo de *Primeira embaixada do Japão á Europa.* Duarte Sande deixou manuscripto um *Cathecismo chinez.*

Sande (*P. Francisco de*). Jesuita. N. em Veiros, fal. om 1726. Era filho de familia nobre, e professou no collegio de Evora em 1676. Cursou as aulas da Universidade d'essa cidado, doutorou-se em theologia no anno do 1706, o foi lente do prima, e conselheiro, até que falleceu. No mesmo anno da sua morte imprimiu uma obra theologica intitulada *Candidatus eborensis ad lauream theologicam instructus*, que era de grando auxilio para os que desejavam formar se em theologia na Universidade de Evora. Deixou promptos para a impressão 3 volumes de philosophia e 1 de theologia.

Sande (*Francisco de Mello e Torres, 1.º conde da Ponte e 1.º marquez de*). Diplomata muito distincto. N. em Lisboa, e morreu assassinado a 7 de dezembro de 1667. Era filho do Garcia de Mello e Torres, cavalleiro da ordem de Christo, capitão de Sofala, védor da fazenda da India, etc., o de sua segunda mulher D. Margarida de Castro. Desde muito novo revelou grande engenho, e depois de aprender a fundo latim e humanidades, foi no collegio dos jesuitas estudar mathematica, sciencia em que foi muito perito, escrevendo mais tarde varias obras sobre assumptos astronomicos. Era aiuda muito moço, quando a revolução de 1.º de dezembro de 1640 chamou ás armas todos os homens que deveras amavam a sua patria. Francisco de Mello e Torres não faltou ao chamamento, e partiu para o Alemtejo, onde com o posto de mestre de campo commandou um dos regimentos ou terços, como então se dizia, que ganharam a victoria de Montijo, a primeira batalha que se ganhou n'esse longo periodo de 28 annos de combate. Governou depois Olivença, e exerceu o posto de general de artilharia, n'aquelles 8 annos, mortos, por assim dizer, que vão de 1648 a 1656, e em que as campanhas se cifravam apenas em assedios de praças o em escaramuças de pouca importancia. O governo de D. Luiza de Gusmão que ficara regente do reino depois da morte de D. João IV e na menoridade de D. Affonso VI, entendeu que eram muitos os generaes que podiam defender Olivença e commandar a artilharia, mas não eram egualmente numerosos os homens de grande engenho e de grande illustração que se podiam empregar em missões diplomaticas, de que dependia tanto ou mais que das batalhas, a sorte do paiz. Era necessario em Londres um homem de fino tacto, que pudesse restabelecer a cordialidade de relações, que a execução de Pantaleão de Sá, irmão do conde de Penaguião, embaixador portuguez junto de Oliveiro Cromwell, attenuára bastante, e que ao mesmo tempo soubesse dirigir-se com destreza bastante para se não malquistar com o protector, que era então Ricardo Cromwell, que herdára o poder, mas não herdára o talento nem a energia de seu pae, resalvando ao mesmo tempo a sympathia que a côrte portugueza não podia deixar de sentir pela causa dos Stuarts. Francisco de Mello e Torres correspondeu perfeitamente ao que d'elle se esperava, estreitou as relações entre Portugal e a republica ingleza, e comtudo dirigiu as cousas de fórma que, logo que se restaurou a monarchia dos Stuarts e Carlos II subiu ao throno, foi elle ainda quem pôde ser enviado á côrte do Londres a felicitar o novo soberano, com o titulo de conde da Ponte, que lhe fôra conferido em remuneração dos serviços prestados juntos de Cromwell, por mercê de D. Affonso VI, de que tirou a carta a 16 de maio de 1661. Mais tarde, por carta de 10 de outubro de 1665, foi lhe dado de juro o mesmo titulo dispensado na lei mental, duas vezes a seu filho Garcia de Mello e Torres, que foi o 2.º conde da Ponte. Voltando a exercer o cargo de embaixador junto da côrte ingleza, o conde da Ponte foi logo encarregado de propôr ao novo soberano o casa-

mento da infanta D. Catharina. Para decidir o rei de Inglaterra a casar com a princeza do vacillante reino de Portugal, cuja existencia era ainda então muito problematica; para resolver o libertino Carlos II a casar com uma senhora feia e devota, era preciso incontestavelmente muita diplomacia, e o conde da Ponte ia encarregado de offerecer um dote de 2 milhões de cruzados, a cedencia de Tanger e de Bombaim, e a liberdade de commercio para os inglezes na India e no Brazil. A offerta era magnifica, e o governo de Carlos II não hesitou em acceital a; não pôde conseguir, porém, o conde da Ponte que Carlos II declarasse guerra á Hespanha, declarando elle comtudo, que prestaria soccorros a Portugal, e repelliria energicamente a Hespanha, se esta repellisse esses auxilios. Voltando o conde da Ponte a Lisboa com essa resposta, foi acolhido com tanto enthusiasmo, que recebeu logo o titulo de marquez de Sande, por carta de 21 de abril de 1662. O negocio, comtudo, esteve perdido, porque o ministro hespanhol em Londres, barão de Buttavilla, trabalhou quanto pôde para desfazer a obra do marquez de Sande, e conseguiu effectivamente convencer Carlos II, primeiro que a infanta era muito feia e intoleravel pelo seu meticuloso catholicismo; segundo, de quo Portugal não poderia pagar o dote que promettia. Quando o marquez tornou a Londres, encontrou tudo mudado, o Carlos II resolvido a acceitar alguma das noivas que a Hespanha lhe propunha; valeu, porém, ao embaixador portuguez, o alliado com que menos contava, Luiz XIV. O joven rei de França, já bastante perspicaz, apezar de ter casado com uma princeza hespanhola, entendeu que a sua politica havia de ser anti-iberica, e insinuou a Carlos II que despozasse a princeza portugueza. O marquez de Sande dava ao mesmo tempo todas as garantias a Carlos II, de que seriam cumpridas as promessas, que Tanger seria entregue, tanto que já se mudára o governador da praça, porque se receava que o antigo, o conde da Ericeira, não a quizesse ceder, e que o dote seria pago com tanta certeza, que a rainha D. Luiza de Gusmão já tratava de vender as suas joias e de pedir emprestada a prata dos conventos para pagar o dote. Conseguiu se emfim o que se desejava, que foi um sério golpe para a Hespanha. O marquez de Sande acompanhou a nova rainha de Inglaterra, que uma esquadra ingleza, commandada pelo conde do Sandwich veiu buscar a Portugal. Alguns annos residiu o marquez em Londres, mas tratando se do casamento de D. Affonso VI, o ministro conde de Castello Melhor, que o considerava como o mais habil dos nossos diplomatas, encarregou o de negociar esse casamento com alguma das princezas da casa de França. O marquez, estando ainda em Londres, tratou de obter a mão da grande *Mademoiselle*, prima de Luiz XIV, e n'essa pretenção era auxiliado pelo proprio rei de França, mas a princeza, apaixonada pelo duque de Lauzun, resistiu a todas as instancias, e até ao exilio, a que Luiz XIV recorreu para a obrigar a acceitar o rei de Portugal para marido. Então o duque de Guise escreveu ao marquez de Sande propondo lhe para rainha de Portugal mademoiselle de Nemours e Aumale, casamento que Luiz XIV approvava, e tanto que estava prompto a auxiliar a casa de Nemours no pagamento do dote. Approvava tambem este casamento o marechal de Turenne, de cuja boa vontade o governo portuguez se queria assegurar. O marquez de Sande recebeu procuração de D. Affonso VI para o representar na ceremonia do casamento, a qual se realisou a 27 de maio de 1666 na Rochella, embarcando depois com a rainha para Portugal. Não havia muito tempo que estava no reino, quando lhe aconteceu um desastre singular que pôz termo aos seus dias. Recolhendo-se na noite de 7 de dezembro de 1667, da capella real para sua casa, caiu aos golpes de assassinos mysteriosos, que, segundo se disse depois, faziam uma espera a outra personagem, e por engano mataram o marquez de Sande. O illustre diplomata foi tambem commendador da ordem de Christo, em que teve diversas commendas, senhor da villa da Ponte, alcaidemór de Terena, do conselho de Estado e de guerra. Casou com D. Leonor Manique, filha e herdeira de Affonso de Torres, o celebre genealogico, commendador de Montemór-o-Novo na ordem de Christo. Escreveu: *Introducção geographica:* 3 tomos: o 1.º contém a *essencia da esfêra:* o 2.º os *principios geographicos;* 3.º *questões geographicas, com um compendio mathematico; dedicado a D Francisco Barreto, bispo do Algarve, em o anno de 1638; Astronomia moderna, escripta em o anno de 1637; Summa politica, tirada de varios autores, e dedicada ao principe D. Filippe; Negociações das suas embaixadas,* 8 tomos; as cartas concernentes á negociação do casamento da infanta D. Catharina, acham se publicadas, quer na integra, quer por extracto, no tomo XVII do *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal*, coordenado por Luiz A. Rebello da Silva, de pag. 148 até 278. As obras anteriores ficaram manuscriptas. Publicou se em 1661, em Lisboa, o seguinte: *Relação da fórma com que a majestade d'el-rei da Gran-Bretanha manifestou a seus reinos tinha ajustado o seu casamento com a serenissima infanta de Portugal, D. Catharina.*

Sande *(João de Campos Navarro de Andrade, barão de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, do conselho d'el-rei, commendador da ordem de Christo, medico da real camara, physico mór do reino. lente jubilado da faculdade de medicina da Universidade de Coimbra, director da antiga Academia de Marinha e Commercio da cidade do Porto, etc. Ignoram-se as datas do nascimento e do fallecimento. Era filho do dr. Sebastião Navarro de Andrade, medico em Guimarães, e de sua mulher D. Anna Luiza de Campos Pereira Foi deputado pela Universidade para o acto da coroação de D. João VI. Casou com D. Maria Leonor Cabral de Aragão Calmon, filha de Francisco Xavier Cabral da Silva, do conselho da rainha D. Maria I, commendador da ordem de Christo, conselheiro da Fazenda no Rio de Janeiro, e de sua mulher D. Anna Romana de Aragão Calmon, 1.ª condessa e 1.ª baroneza de Itapagipe no Brazil, dama da imperatriz, o que acompanhou a rainha D. Maria II em 1828 á Europa. O titulo foi concedido por D. João VI, por decreto de 9 d'agosto de 1823.

Sande *(Ruy de).* Embaixador d'el rei D. Manuel a Castella, onde entre outros serviços, que prestou ao paiz, se conta a conclusão das negociações do casamento do referido monarcha com a infanta D. Izabel, filha dos reis catholicos D.

Fernando e D. Izabel. Foi bom poeta, e muitas das suas poesias se encontram publicadas no *Cancionero generale de España*, Anvers, 1570.

Sande. Pov. e freg. de S Clemente, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e ar ceb. de Braga; 175 fog. e 748 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e uma fabrica de tecidos. Está situada a 5 k. da margem direita do rio Ave e a 10 da séde do conc. O reitor de S. Martinho, de Sande apresentava o vigario, que tinha 120$000 reis de rendimento annual. A terra é muito fertil; cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus montes ha bastante caça. Pertence á 6.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 147 e 626 hab. Tem escolas d'ambos os sexos. Está situada a 6 k. da margem direita do rio Ave e a 12 da séde do conc. O reitor de S. Martinho, de Sande, apresentava o vigario, que tinha 80$000 reis de rendimento. A terra é fertil; cria gado e tem caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n º 20, com a séde em Amarante. || Pov e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 260 fog. e 1:146 hab. Está situada junto da estrada de Braga a Guimarães, a 10 k. da séde do conc. Tem escolas d'ambos os sexos. A mitra apresentava o reitor, que tinha de rendimento 160$000 reis. A terra é muito fertil, cria muito gado e tem caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. Houve aqui um mosteiro de monges benedictinos, de fundação antiquissima. Em 1596 ou 1597, o arcebispo de Braga, D. Fr. Agostinho de Castro, deu este mosteiro aos eremitas de Santo Agostinho, do convento do Pópulo, em Braga, e estes, passado pouco tempo, o reduziram a abbadia secular. Foi depois commenda da ordem de Christo. Estas tres freguezias: S Clemente, S. Lourenço e S. Martinho formaram até ao seculo XVI uma só parochia. Dividiram se depois em 3 curatos, mais tarde em vigararias, filiaes das de S. Martinho, e é por isso que o reitor d'esta apresentava o parocho das outras duas. || Pov. e freg de Santa Maria—Villa Nova—, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb de Braga; 76 fog. e 307 hab. Está situada a 1 k. da margem direita do rio Ave, e a 9 da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 700$000 de rendimento. A terra é fertil, e fundação muito antiga. Pertence á 6 ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho, conc. e com de Villa Verde, distr e arceb. de Braga; 123 fog. e 450 hab. Está situada a 2 k. do rio Homem e a 8 da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 400$000 reis. A terra é muito fertil, cria muito gado, e ha muita caça grossa e miuda nos seus montes. A fundação é muito antiga, muito anterior á fundação da monarchia. O primeiro nome d'esta freg., segundo dizem, foi *Babo*, corrupção de *Babou*, que significa *Porta*. A pov. pertence á 3 ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Marco de Canavezes, distr. e bisp do Porto; 380 fog. e 1:441 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post. e medico, Está situada a 500 m. da margem direita do rio Douro e a 15 da séde do conc. O padroado real apresentava o abbade, que tinha 700$000 reis. A terra é muito fertil; cria gado de toda a qualidade. A pov. é muito antiga. Já em 1277 era abbadia, pois n'esse anno o abbade d'esta freg. appellou do bispo do Porto, D. Vicente, por aqui ter constituido um beneficiado. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n. 13, com a séde em Villa Real. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. da Beira Alta, conc., com. e bisp. de Lamego, distr. de Vizeu; 160 fog. e 632 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. Está situada a 1 k. da margem esquerda do rio Balsemão e a 2 da séde do conc., em logar muito aprazivel. O vigario de S João Baptista, de Avões, apresentava o vigario, que tinha 100$000 de renda. Foi villa e séde de conc.. com justiças proprias, vereadores e mais empregados municipaes, que ha muitos annos foi supprimido. El rei D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, a 17 de maio de 1514 O documento mais antigo que se encontra d'esta freg., é um praso feito pelo bispo de Lamego D. Egas Paes e seu cabido, em 1251, a João Pires e sua mulher Ouroana Egas, do *casal do Lagêdo*, da freg. de Sande. Depois ha outro documento (de Tarouca), que é uma carta de *escambo* d'el-rei D. Diniz, feita em 1306, pela qual dá ao mosteiro de Tarouca a *villa de Sande* e outros bens, pela terça parte da villa (hoje cidade) de Aveiro, que até então era do mosteiro. A egreja matriz d'esta freg. é um bom templo, e mostra muita antiguidade. Pertence a pov. á 2 ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 9, com a séde em Lamego || Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Areias, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Thiago, de Figueiró, conc. de Amarante, do mesmo distr. || Santa Maria, de Landim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Christovão, de Refojos de Riba d'Ave, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Trute, conc. de Mousão, distr. de Vianna do Castello

Sandelhas. Pov. na freg. de S. Pedro, de Goes, conc. de Villa Verde, distr. de Braga

Sandes Pov. na freg. de S João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Sandiães Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arcebisp de Braga; 88 fog. e 411 hab. Está situada a 2 k. da margem esquerda do rio Neiva, e a 15 da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 350$000 reis de rendimento. A terra é fertil; cria muito gado, tem caça, e peixe do rio Lima e do mar. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello || Pov. na freg. de S. Pedro, de Castello de Penalva, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu.

Sandim. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. de V. N. de Gaya, com., distr. e bisp. do Porto; 499 fog. e 2:116 hab. Tem esc. do sexo masc., correio com serviço de posta rural, fabrica de papel de embrulho, tabellião e pharmaceutico. Está situada a 7 k. da margem esquerda do rio Douro, e a 14 da séde do conc. As religiosas do mosteiro de S. Bento da Ave Maria, do Porto, apresentavam o reitor, que tinha 240$000 reis de rendimento. A terra é muito fer-

til, e uma das maiores e mais ricas freguezias do conc. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto. || Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Chorente, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Romão, do Edral, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. || S. Martinho, de Friastellas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Terroso, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || Ribeira da ilha do Principe, na prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental E' das mais caudalosas da ilha, e no seu valle vêem-se vestigios d'um vulcão extincto.

Sandinha. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Cadafaz, conc. de Goes, districto de Coimbra.

Sandoeira. Povoações nas freguezias: S. Pedro, do Rego da Murta, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || N. S.ª da Natividade, do Rio de Couros, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Sandomil (*Pedro Mascarenhas, 1.º conde de*). Vice-rei da India; commendador das commendas de Santa Eugenia de Ala, dos Dizimos do Paúl de S. Vicente de Fornellos, no arcebispado de Braga, da ordem de Christo, e dos Fornos dos testos da Praça de Setubal, na ordem de S. Thiago, etc. N. a 9 de novembro de 1670, fal. em Lisboa a 3 d'agosto de 1745. Era filho de Fernão Mascarenhas, commendador de Alcacer do Sal e de outras commendas na ordem de Christo, e serviu na guerra da acclamação, sendo coronel d'um regimento, com que esteve na batalha do Ameixial; e de sua mulher, D. Antonia do Bourbon. Os condes de Sandomil perteneiam a uma das mais nobres familias de Portugal, pois era a mesma dos duques de Aveiro, marquezes de Fonteira, de Gouveia e de Alorna; condes da Torre, de Assumar, d'Alva e de Cucolim. Foi do conselho de guerra, governador das armas na provincia do Alemtejo, posto em que tinha servido na guerra de 1701 contra a Hespanha; no posto de general de batalha, depois no de general d'artilharia, mestre de campo general dos exercitos, posto em que serviu na Catalunha no exercito commandado pelo marquez das Minas, o qual depois commandou, tendo por diversas vezes mostrado prudencia e valor, que já havia manifestado em Ceuta, quando ali foi mandado com o terço de infantaria do Algarve para soccorrer aquella praça. Por carta de 12 de março de 1720 o agraciou D. João V com o titulo de conde de Sandomil. Foi depois nomeado conselheiro de Estado, vice rei e capitão general da India, para onde partiu, saindo de Lisboa a 26 d'abril de 1732. Não era já na avançada edade de 62 annos, que poderia governar a India utilmente no estado em que ella então se encontrava, e na verdade o governo do conde de Sandomil, que durou mais de 8 annos, foi desastroso, sem que se lhe possa attribuir a culpa, em grande parte Encontrou as fortalezas n'um estado ruinoso, recebia de Portugal, em vez de tropas, grande numero de padres missionarios, e se queria fazer um recrutamento na India, encontrava-se com uma nova difficuldade, a que resultava de serem quasi todos os naturaes leigos e minoristas, porque eram o que faziam, para se esquivarem ao serviço dos terços. Logo no começo do seu governo ponderou o conde de Sandomil a D. João V, em carta datada de Gôa a 19 de janeiro de 1734, os inconvenientes de tantos missionarios na India, mas sem resultado, pois que em Lisboa tratava se sómente de ganhar a bem-aventurança eterna, mesmo á custa das glorias da terra. O fanatismo ia desmoralisando o povo, que de contínuo se via ameaçado com a Inquisição. Para remediar os inconvenientes precisava-se d'um homem energico, e essa energia não podia esperar se de Pedro de Mascarenhas, que na sua mocidade fôra apenas um official intrepido. O seu governo foi effectivamente desastroso, porque em 1739 se perdeu Baçaim, cidade tão importante que lhe chamavam a côrte do norte; perdeu se a ilha de Karanjá, Trapôr, etc. Foi desde então que na costa do norte ficámos só com o que ainda hoje possuimos, Damão e Diu. A invasão dos maharatas, que assolaram as terras de Bardez o de Salsete, que puzeram Gôa em risco de se perder e as victorias do pirata Angriá que em 1740 destruiu a esquadra portugueza, completaram a serie de infortunios que assignalaram o governo do conde de Sandomil. As causas principaes d'esses desastres, foi a inercia e desleixo do governo de Lisboa, a falta de energia do vice-rei, a guerra surda que lhe promovia o arcebispo francez, que era um homem intoleravel, e as intrigas dos inglezes. A 18 de maio de 1741 entregou o governo ao seu successor, o marquez do Louriçal, e a 6 de janeiro de 1742 regressou á Europa, chegando a Lisboa em novembro do mesmo anno. O conde de Sandomil era casado com D. Margarida Juliana de Tavora, já viuva de Francisco Barreto de Menezes, e filha do 2.º conde de S. Miguel, Alvaro José Botelho de Tavora. Os condes de Sandomil tinham por armas: Em campo de púrpura tres faxas de ouro; timbre, um leão tambem de púrpura, armado e lampassado de ouro. Este governador mandou cunhar 30:000 *xerafins* de prata em moedas de *cruzado*, *meio cruzado* ou *tostão* para correrem em Moçambique. O seu retrato está na sala do docel do palacio do governo de Pangim, vestido de armadura com a cruz da ordem de Christo pendente no peito, tendo na mão um papel desenrolado, em que se vê uma inscripção ácêrca da sua nomeação e permanencia na India.

Sandomil. Villa e freg. de S Pedro, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Ceia, distr. e bisp. da Guarda, Relação do Porto; 453 fog. e 2:255 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., medico, viveiros de videiras. Está situada junto da margem do rio Alva, a 15 k. da séde do conc. e a 300 m. d'altitude. O padroado real apresentava o prior, que tinha 350$000 reis. A pov. é muito antiga, e foi conselho, tendo casa da camara, vereadores e mais justiças, cadeia e pelourinho, o qual se supprimiu por decreto de 24 de outubro de 1855, sendo o pelourinho demolido em 1876. Foi donataria d'esta villa uma senhora chamada D. Urraca Fernandes, que lhe deu o seu primeiro foral, e el-rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 10 de fevereiro de 1514. A terra é fertil, tem grande abundancia de gado de toda a qualidade, e muita caça, grossa e miúda. A egreja matriz foi incendiada em 1760, e não se reconstruiu, ficando desde então servindo de matriz uma capella que está no centro da villa. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto.

Sandonho Serra da prov. de Traz os-Montes, a NE de Ribeira de Pena, na margem esquerda do rio Tamega Segue a direcção NESO, mede cêrca de 15 k. por 7 e eleva-se a 1:065 m. na costa da Bulgueira.

Sandoval *(Candido d'Almeida)*. V. *Almeida andoval*

Sandrigo. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Villa Chã do Marão, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Sandy. Bahia situada na costa de Benguella, Africa Occidental.

Sanfalhos. Pov. na freg. de S. Pedro, de Pedroso, conc. de Villa Nova de Gaia, distr. do Porto.

Sanfins. Pov. e freg. de S. Felix, da prov. do Minho, conc. e com. de Valcuça, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 93 fog. e 371 hab. Está situada na estrada de Valença a Arcos de Valle de-Vez, a 9 k. da séde do conc. Foi couto e villa, unido a Coura até ao reinado de D. Sebastião. Tinha juiz ordinario, 2 vereadores, procurador do conc., etc., por eleição triennal do povo, a quo presidia o corregedor. Houvo aqui um convento de benedictinos chamado *S. Fins das Friestas*, que já existia em 566. D. Affonso Henriques coutou este convento e a freguezia, em 1172, dando o couto aos frades. Os abbades eram seus senhores no espiritual e no temporal, mas depois vinha a justiça de Coura fazer aqui audiencias de 15 em 15 dias. O convento passou no fim do seculo XIV, ou XV, a poder de commendatarios, que com as suas extorsões reduziram a communidade a 3 ou 4 monges em 1515, em que D. João III deu o couto e mosteiro, que já então era do padroado real, á Companhia de Jesus, para fundar o seu collegio de Coimbra. O papa Paulo III confirmou esta doação, em 1548, tomando os jesuitas posse de tudo, n'esse mesmo anno. Os frades benedictinos d'este convento eram senhores do direito de *condado*, pelo que recebiam o 1.° veado, côrça ou javali, que no couto se matasse, em cada anno, bem como o 1.° salmão, sôlho ou truta marisca que fôsse pescada no rio Minho, dentro do territorio do couto, tambem em cada anno. Tinham o privilegio de não morar n'este couto homem poderoso; os seus habitantes não eram obrigados a ir á guerra, senão com o rei em pessoa, mas tinham obrigação de defender dos gallegos, leonezes e castelhanos *O Vau de Carrexil*. Depois de pertencer aos jesuitas, iam todas as rendas do convento para o seu collegio de Coimbra, ficando apenas a congrua para um superior e 2 ou 3 monges, que residiam aqui ordinariamente. A matriz primitiva era a egreja dos Remedios; depois passou a ser a do mosteiro, e por fim, tornou a primitiva a ser parochial, por exigencia do abbade. O povo oppôz se a esta mudança, por a egreja de convento ser mais vasta e melhor. Correu demanda com o abbade, que ficou vencido por uma sentença que determinou que a matriz fôsse a egreja do convento. E' esta de architectura gothica, tendo sobre a porta do lado direito gravado o anno de 1518. A pov. é fertil em cereaes, e produz muito pasto para os gados Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. do S. Pedro *ad Vincula*, da provincia de Traz os-Montes, conc. e com. do Chaves, distr. de Villa Real, bispado de Bragança; 120 fog. e 531 hab. Está situada a 5 k. do rio Mente, na estrada de Chaves a Pinheiro Novo, e a 8 k. da séde do conc. o annexada á freg. de Cimo da Villa da Castanheira. O real padroado apresentava o cura, que tinha 150$000 reis de rendimento. Chama-se tambem a esta freg. *S. Fins do Castanheiro*. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 19, com a séde em Chaves || Pov. e freg. de S. Pedro Fins, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Valpaços, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 89 fog. e 342 hab. Tem esc. do sexo fem Está annexada á freg. de Vassal, e situada na margem direita do rio Torto, a 4 k. da séde do conc. Tem exportadores de vinho e de azeite. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 19, com a séde em Chaves. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. da Feira, distr de Aveiro, bisp. do Porto; 123 fog. e 576 hab. Dista 2 k. da séde do conc. Tambem é conhecida vulgarmente por *Sanfins de Sub-Feira*. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 21, com a séde em Aveiro || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Alcofra, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || S. Pedro Fins, de Bellinho, conc. de Expozende, distr. de Braga. || S. Felix, de Marinha, conc. de Villa Nova de Gaia, distr do Porto. || S. Thiago, de Paçô, conc. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu. || S Thiago de Piães, conc. de Sinfães, do mesmo distr. Tem caixa postal. || S. Pedro Fins, de Pondras, conc de Montalegre, distr. de Villa Real. || S. João Baptista, de Rocas do Vouga, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. Tem caixa post. || O Salvador, de Sabbadim, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Christina, de Serzedello, conc. de Guimarães, distr. de Braga || S. Martinho, de Travanca, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Thomé, de Travassos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || O Salvador, de Varzea, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Salvador, de Maiorca, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural. || Ribeira que nasce a S O de Beringel, na freg de Mombeja, e entra na ribeira Figueira, com cêrca de 28 k. a NO de Canhestros. || Denominação d'um antigo conc., situado na Beira Alta sobre a margem direita do rio Paiva, que lhe fica a O. e a esquerda do Douro, que lhe fica a NO. Este conc. era da comarca de Rezende, e foi supprimido em 24 de outubro de 1855, sendo então creada a comarca de Sinfães, passando as freguezias que o formavam, para o novo conc. e com. de Sinfães. El-rei D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, a 20 de novembro de 1513.

Sanfins do Douro. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Alijó, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 555 fog. e 2:507 hab. Tem escolas para ambos os sexos e est. post. Está situada a 4 k. da margem esquerda do rio Pinhão e a 7 da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 600$000 reis de rendimento annual. A terra é fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res. n.° 13, com a séde em Villa Real.

Sanfins de Ferreira Pov. e freg de S. Pedro, do conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. V. *Portugal*, 3.° vol., pag. 116.

Sanfippo. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Ega, conc. de Condeixa a Nova, distr. de Coimbra.

Sanga. Sobado da div. de Amboim, no conc. de Novo Redondo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de N'Lalla Quissaquina, na 1.ª div do conc. d'Ambaca, do mesmo distr. e prov. || Ponta situada na costa do antigo distr. de Cabo Delgado, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Entre ella e o Cabo Delgado, fica a bahia de Pungue, cujo direito de posse tem sido disputado em parte a Portugal.

Sangage. Rio da prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' frequentado durante o anno por pangaios e batéis que vão ali buscar generos coloniaes em troca de mercadorias proprias para os indigenas.

Sangalho. Medida de pão quo constava de 5 selamins, segundo documentos dos frades cruzios dos conventos de Grijó e da Serra do Pilar.

Sangalhos. Villa e freg. de S. Vicente, da prov. do Douro, conc. e com. de Anadia, distr. de Aveiro, bisp. do Coimbra; 671 fog. e 2:571 hab. Tem escolas para ambos as sexos, correio com serviço de posta rural, fabricas de adubos de cal, de adubos chimicos, de cal parda, de arrufadas o pão de ló, e de moagem e serragem; advogado, agentes das companhias de seguro: *Alliança* e *Douro*; productores de aguardente, de arroz, de azeite, de vinhos; hoteis, minas de gesso, pharmacia, sociedades do recreio: *Tuna de Amoreira* e *Tuna de Sá*. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. O mosteiro de freiras franciscanas do convento de Santa Clara, de Coimbra, apresentava o vigario, que tinha 20 $000 reis de rendimento. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 24 de agosto de 1514. A pov. é muito antiga, porque já existia com certeza no tempo dos gôdos, pois no anno de 1040, os frades do mosteiro da Vaccariça (Mealhada) fizeram uma justificação, pela qual provaram, que já antes da invasão dos moiros em Portugal, no anno 716, lhe perteneiam as seguintes povoações, com suas egrejas: *Monçarros*, *Villar de Coreixa*, *Barrô*, *Sangalhos*, *Morangaus*, *Tamengos*, *Horta*, *Ventosa*, *Cepins*, e outras mais. D. Fernando III, *O Magno*, que tinha resgatado Coimbra e o seu territorio do poder dos moiros em 1037, confirmou as doações que os reis gôdos haviam feito aos frades da Vaccariça, e lhes deu as citadas freguezias. A villa está situada a 6 k. da margem esquerda do rio Certoma e a 7 da séde do concelho.

Sangalhos da Egreja. Pov. na freg. de S. Vicente, de Sangalhos, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

Sangalhos da Villa. Pov. na freg. de S. Vicente, de Sangalhos, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

Sangar ou Sangara. Prazo no distr. de Tete, Africa Oriental.

Sangay. Pov. de negros situada junto á margem esquerda do rio Caramansa, na Guiné, Africa Occidental. Fica a meia distancia entre os portos Io e Bofada.

Sange. Pov da freg. de N. S.ª da Conceição, na div. e sobado de Caculo Cahango, conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Sangemil. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Lageosa, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Genesio, de Insua, conc. de Penalva do Castello, do mesmo distr. || S, João, de Ponte, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Sangi á Lomba. Divisão do conc. do Duque de Bragança, no distr. da Lunda, prov. d'Angola, Africa Occidental. Comprehende numerosos sobados.

Sangidos. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Golães, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Sango Pov. da 8.ª div., Bote, do conc. de Pemgo-Andongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. da 1.ª div. do conc. de Cambambe, no distr. de Loanda, da mesma provincia.

Sangoddá. Povoação do concelho de Sanguém, distr. de Gôa, na India.

Sangoldá. Pov. da regedoria de Guirim, no concelho de Bardez, na India.

Sangor Pov. do conc. de Sanguem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India.

Sangrador. Officio quo tinha regimento de officio mechanico na Collecção organisada pelo senado de Lisboa em 1572. Bibliographia: *Arte Phlebotómica, anatomica e cirurgica para sangradores*, etc., por Antonio Gomes Lourenço, Lisboa, 1741; *Tratado de Phlebotómia, pratica racional e directorio de principiantes*, por Ferreira Roque, Evora, 1722; *Pratica de barbeiros em quatro tratados, em os quaes se trata de como se ha de sangrar, e as cousas necessarias para sangria*, etc., por Manuel Leitão, Lisboa, 1604; houve edições em 1618, 1657, 1677, e 1744; houve tambem em Coimbra, 1693; *Arte de sangrar*, por Manuel José Leitão, Lisboa, 1789; fez-se outra edição em 1828.

Sangue. Pov. do sobado de Bembe, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Sanguedo. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Douro, conc. e com da Feira, distr. do Aveiro, bisp. do Porto; 244 fog. e 1:012 hab. Tem esc. do sexo fem Está situada na estrada, quo vae de S. Pedro do Sul entroncar na do Porto a Coimbra, a 11 k. da séde do conc. O real padroado apresentava o reitor, que tinha 170$000 reis e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, pois, segundo os documentos que existiram no mosteiro de Pedroso, freg. no conc. de V. N. de Gaia, já existia antes da invasão dos moiros na Lusitania. A egreja é um bonito templo, e apezar de muito antigo, está muito bem conservado, em razão dos bons materiaes de que é construida. Está situada a egreja n'uma planicie, d'onde se gozam bellos pontos de vista. A terra é fertil em todos os generos da agricultura, e cria muito gado bovino, que exporta. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

Sanguella. Pov. da freg. de N. S.ª da Victoria, na 11.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Sanguém Um dos concelhos e commandos militares do distr. e arceb. de Gôa, na India. E' formado pelas extinctas provincias de Embarbacém e Astragar, e tem a sua séde em Sanguém. Comprehende uma freg. e 51 aldeias. Divide-se em 11 circumscripções. || Freg e séde do conc. do mesmo nome, Novas Conquistas. Está situada na margem direita do rio Sanguem, na fronteira de Cacorá, e fez parte da extincta prov. de Embar-

bacém Tem escola. || Rio do distr. e arceb. de Gôa, India. N. nos Ghattes de Condol e Netur lim, junta-se com o rio de Parodá, toma com este o nome de Rachol, e com elle fórma proximo do Oceano o rio de Zuarim.

Sanguesuga. Pov. na freg. de S. Domingos, de Cabril, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Sangui. Pov. do sobado do mesmo nome, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Sanguila. Pov. do sobado de Lunguesi, no conc. de S. Salvador, e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Sanguinha. Pov. na freg. de S. Martinho, de Campo, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Sanguinhães. Pov. na freg. de S. Thiago, de Carvalhosa, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Sanguinhal. Povoações nas freguezias: Senhor Jesus, de Carvalhal, conc. d'Obidos, distr. de Leiria. Tem caixa postal || S. Simão, de Junqueira, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto || Região do Valle das Furnas, tão celebre pelas suas aguas mineraes, na ilha de S. Miguel, Açôres. As aguas do Sanguinhal são liquidas, inodoras, de sabor acidulado. Brotam 3 nascentes d'estas aguas no leito da ribeira que atravessa a aldeia, e é tão grande o seu caudal e tal a sua temperatura, que fizeram dar á ribeira o nome de *Ribeira Quente*. Por communicarem uma côr rubra a estas aguas, como se n'ella houvesse sido lançado sangue, receberam a denominação de *Sanguinhal*. Alimentaram n'outro tempo um pequeno estabelecimento de banhos, que ha mais de 70 annos foi soterrado por um derrocamento.

Sanguinheda. Pov. na freg. de S. Martinho da Cortiça, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || Aldeia, da prov. do Douro; pov. muito antiga, que foi villa, e hoje nem freg. é, pois está ha muitos annos annexa á freg. do Bom Jesus, de Carapinha. Foi antigamente séde do conc., com justiças proprias. El-rei D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, a 2 de novembro de 1513.

Sanguinhedo. Aldeia da prov. de Traz os Montes, na freg. de Codeçoso do Arco, no conc. de Montalegre, distr. de Villa Real, freg. que está ha muitos annos annexa á de Santa Marinha, de Ferral. Sanguinhedo é uma pov. muito antiga, e foi freg. independente, mas supprimiu se ha muitos annos, unindo se á de Codeçoso do Arco. D. Sancho II, achando a abandonada, a mandou povoar em 1223. E' terra fertil em pão e em vinho; cria muito gado de toda a qualidade, e é abundante de caça. Por esta aldeia passava uma das 4 vias militares romanas, que de Braga iam a Astorga. Ainda no fim do seculo XVIII existia aqui um marco milliar, dedicado ao imperador Claudio, segundo a inscripção que ainda se conservava. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro || S. Pedro, de Côtta, conc. e distr. de Vizeu. || O Salvador, de Eiró, conc. de Boticas, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Lordosa, conc. e distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Mostoiro, conc. de Vieira, distr. de Braga || O Salvador, de Monçós, conc. e distr. de Villa Real. || S. João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Simão, de Venda Nova, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Sanguinheira. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. João Baptista, de Carvoeiro, conc. de Mação, distr. de Santarem. || N. S.ª da Graça, de Enveudos, do mesmo conc. e distr. || S. Paio, de Requeixo, conc. e distr. de Aveiro.

Sanguinheira de Baixo. Povoações nas freguezias: N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição, de Febres, do mesmo conc. e districto.

Sanguinheira de Cima. Povoações nas freguezias: N. S.ª do O', do Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição, de Febres, do mesmo conc. e districto.

Sanguinho. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Sanhoane. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. de Traz os Montes, conc. e com. de Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança; 69 fog. e 280 hab. Tem est. post. e está situada na estrada do Mogadouro a Miranda, a 15 k. da séde do conc. O real padroado apresentava o cura, que tinha 80$000 reis de congrua e o pé d'altar. A terra é pouco fertil; tem muito gado e caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. o res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de Santo André, da prov. de Traz-os Montes, conc. de Santa Martha de Penaguião, com. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real, bisp. do Lamego, 251 fog. e 1:155 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Tendo sido annexada ao conc de Peso da Regoa, por decreto de 26 de setembro de 1895, que supprimiu o do Santa Martha de Penaguião, voltou para este, quando foi restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. || Povoações nas freguezias: Santa Senhorinha, de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N de Gaia, distr. do Porto.

Sanhudo (*Jeronymo José*). Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. Era natural de Aveiro, sendo filho de José Sanhudo. Doutorou-se a 27 de outubro do 1822.

Sanir. Um dos reinos d'Oeste do distr. e ilha de Timor, Oceania. Está comprehendido no commando mil. de Batugadé.

Sanizos. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Sanjamonde. Pov. na freg de S. Pedro, de Arcos, conc. de Ponte do Lima, distr. do Vianna do Castello.

Sanjopelle. Pov. do sobado de Quingallo, na 7.ª div. do concelho de Caconda, distr. de Benguella, prov. de Angola, Africa Occidental.

Sanjurge. Pov. e freg. de Santa Clara, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 72 fog. e 309 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada a 2 k. da estrada real de Chaves a Braga, e a 4 da séde do conc. O reitor de Bobadella apresentava o vigario, que tinha 50$000 reis e o pé d'altar. A terra é fria e pouco fertil. Pertence á 6.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Sanque. Pov. na freg. de S. Martinho, de Friastellas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Sanquelim. Freg. e séde do conc. do mesmo nome, nas Novas Conquistas, distr. e arceb de Gôa,

India. A sua fortaleza foi considerada e mantida por muito tempo como praça de guerra de 1.ª ordem. Conquistada pela primeira vez aos maratas em 1746 pelo marquez de Alorna, foi abandonada como ponto militar ha muitos annos, depois d'uma das reorganisações da força publica do Estado da India. Antes de feito o tratado luso britannico, esta freg. era séde d'uma das 10 alfandegas do Estado da India, sendo o movimento d'essa alfandega relativamente consideravel. Pela div. administrativa approvada por decreto de 11 de dezembro do 1880, Sanquelim era séde d'um conc. que comprehendia as provincias de Bicholim e de Satary; depois, por portaria de 30 de outubro de 1897, esta ultima foi-lhe desannexada para passar a constituir um commando militar. Sanquelim foi capital da mesma prov. de Satary, estando então comprehendida na 2.ª div. das Novas Conquistas. Sanquelim permuta vales do correio com o reino || Um dos 6 concelhos em que fôram divididas as Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India, por decreto de 14 de dezembro de 1880. Comprehendia as antigas provincias de Bicholim ou Batagrama e Satary, como fica dito. Compõe se de 2 freguezias e de 30 aldeias, comprehendendo 18 regedorias.

Sanradella. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Villar de Maçada, conc. do Alijó, distr. de Villa Real.

Sanradellas. Pov. na freg. de S. Martinho, de Soalhães, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Sansamo. Pov. do sobado de N'Gando, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Sansão. Territorio dos arrabaldes da villa de Cacheu, na prov. da Guiné, Africa Occidental. E' d'uma fertilidade prodigiosa.

Sansi. Pov. do sobado de Bum, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Sanssanssona. Pov. do sobado da Cataracta do Quisulo, no conc. de S. Salvador e districto do Congo, provincia do Angola, Africa Occidental.

Santa. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Carvalhaes, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Santa Marinha, de Forjães, conc. de Exposende, distr. de Braga. || Santa Maria e conc. do Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Santa Adelaide. Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Sant'Anna *(Fr. Belchior de)*. Religioso da ordem dos carmelitas descalços. Chamava-se no seculo Belchior Correia, e era irmão do grande latinista Gaspar Pinto Correia. N. no logar do Garajal, no bisp. de Lamego, em 1602, fal. no collegio do Coimbra a 9 de novembro de 1664. Depois de cursar os primeiros estudos, professou no convento do Carmo, de Lisboa, em 1618. Movido por um sentimento de fanatismo ascetico e religioso, foi para o celebre valle das Baltussas na prov. de Salamanca, valle profundo e deserto. Os seus superiores não quizeram, porém, deixar de aproveitar o seu grande talento, e chamaram-n'o para exercer o logar de lente de artes no collegio de Figueiró, passando depois a ser lente de theologia no collegio de Coimbra, cadeira que regeu durante 12 annos. O provincial Fr. André da Annunciação, reconhecendo a sua grande erudição historica, o nomeou chronista da ordem. Foi tambem conciliario, prior do convento de Adalbalvo e reitor do collegio de Coimbra, logar que exerceu apenas anno e meio, porque a morte o surprehendeu. Escreveu: *Chronica dos carmelitas descalços, particular do reino de Portugal e provincia de S. Filippe*; 1.º tomo, 1657. A sua chronica é muito apreciada. Não chegou a completal a, e escreveram a continuação, que são o 2.º e 3.º tomo, fr. João do Sacramento e fr. José de Jesus Maria, os quaes são considerados muito inferiores ao 1.º, porque fr. Belchior de Sant'Anna é considerado como classico. Escreveu tambem um livro intitulado *Historia portugueza desde o nascimento de Jesus Christo até aos nossos tempos*, que não chegou a imprimir se.

Sant'Anna *(Fr. Diogo de)*. Religioso da ordem de Santo Agostinho. N. em Lampazes, povoação proximo de Bragança, fal. em Gôa a 6 de outubro de 1646. Professou no convento da Graça, de Lisboa, em 1594, depois de se formar na Universidade de Salamanca. Em 1595 partiu para a India, na companhia do arcebispo de Gôa, D. Fr. Aleixo de Menezes. Consagrando-se á vida de missionario, partiu para a Persia, onde foi prior do convento da sua ordem, que se fundára em Ispahan, e ali converteu ao catholicismo o patriarcha da Armenia David, 5 bispos seus suffraganeos, e 103 sacerdotes. Foi depois nomeado administrador do convento das Monicas, de Gôa, que reconstruiu, porque um incendio o devorára. Foi tambem deputado da inquisição de Gôa, mestre dos noviços, reitor do collegio de Santo Agostinho, e por fim provincial da congregação da India. Rejeitou a reeleição para este cargo e o bispado de Meliapor. Além d'umas allegações, que ficaram manuscriptas e em que sustentava a causa das freiras monicas n'uma demanda que ellas tiveram com a camara de Gôa, e que foi causa de grandes discordias, escreveu e publicou: *Verdadeira relação do grande e protentoso milagre que aconteceu em o santo crucifixo do coro da Egreja aas freiras de Santa Monica de Gôa, em 8 de fevereiro de 1636*, Lisboa, 1640. Tambem deixou manuscriptos alguns sermões, uma *Instrucção para a oração*, e um *Vocabulario*. Quando houve as grandes dissensões relativas ao convento das Monicas, tanto o seu provincial como o vice-rei conde de Linhares o mandaram embarcar para o reino, e as respostas que elle lhes deu, tambem se imprimiram.

Sant'Anna *(Fr. Estevão de)*. Religioso da ordem carmelitana. N. em Campo Maior em 1558, fal. a 26 de julho do 1630. Professou no convento do Carmo de Lisboa, em 1585. Doutorou se em theologia na Universidade de Coimbra, foi custodio, primeiro definidor, reitor do collegio de Coimbra, vigario provincial, presidente de capitulo, e provincial da ordem, cargo para que foi eleito em 1621. Escreveu e imprimiu em Coimbra, no anno de 1612, um *Sermão prégado no auto da fé que se fez em Lisboa*, etc. Reimprimiu se depois em 1618.

Sant'Anna *(Fr. João)*. Religioso carmelita. N. em Lisboa no seculo XV, e fal. em 1525. Foi eleito provincial em 1506, sendo nomeado vigario geral da provincia, mas não tardou a resignar os cargos para ir viver no convento de Collares, onde grangeou fama de santo. Deixou manuscri

pto 1 volume intitulado *Ceremonial e constituições da ordem.*

Sant'Anna *(Fr. João de).* Religioso da ordem de S. Francisco, professor de theologia, bibliothecario da basilica de Mafra, etc. Ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Em 1823 publicou um sermão, que prégou em Mafra, no dia 5 de outubro, em acção de graças pela feliz restauração de Portugal á restituição de D. João VI ao perfeito goso das prerogativas inherentes á dignidade real, etc. Em 1827 publicou outro sermão, prégado na abertura do Asylo dos militares invalidos em Runa, realisada em 25 de julho. Em 1828, outro sermão prégado tambem em Mafra em acção de graças do regresso de D. Miguel a Lisboa.

Sant'Anna *(Joaquim José de).* Cirurgião medico, e lente no hospital de S. José, de Lisboa. Ignora-se a sua naturalidade e a data do seu nascimento. Por decreto de 15 de fevereiro de 1783 foi nomeado cirurgião e lente oculista no referido hospital, com o ordenado de 110$000 reis Em 4 de maio de 1789 teve o vencimento de 440$000 reis, ordenado que recebera o seu mestre, que exercera a mesma profissão, Filippo David Schwartz, tendo a obrigação de, além do tratamento dos enfermos, ensinar sem outra paga, os discipulos que frequentavam as aulas do hospital, *assim na theoria como na pratica, e bem assim a composição de seus remedios* sem d'elles fazer segredo. Em 29 de outubro do 1810 foi supprimido o logar de lente oculista, continuando-se, porém, a pagar o indicado ordenado. Este logar de cirurgião oculista ou catarateiro, existia no hospital desde 1587, e algumas vezes foi exercido por habeis operadores Em 1813 foi aposentado com o ordenado por inteiro. Joaquim José de Sant'Anna era considerado como um dos melhores cirurgiões oculistas do seu tempo, sendo tambem operador notavel na sua especialidade, deixando alguns instrumentos cirurgicos, por elle inventados. Escreveu um livro intitulado *Elementos de cirurgia ocular*, Lisboa, 1783, com 3 estampas, que teve outra edição em 1794. E' um livro valioso, que, segundo os entendidos, mostra sufficiente instrucção e conhecimento da philosophia medica do seu tempo, e que não lhe eram extranhas as theorias dos mais distinctos oculistas da Allemanha, Inglaterra e França, mostrando se egualmente conhecedor das sciencias accessorias. Sant'Anna fal. em edade muito avançada, a 17 de setembro de 1814, com a gloria de ter sido o primeiro oculista de Portugal, e o que levantou esta parte de medicina a uma altura até então desconhecida.

Sant'Anna *(José Joaquim).* Official do corpo de engenheiros, que exerceu tambem as funcções de architecto no Rio de Janeiro. Escreveu: *Memoria sobre o enxugo geral d'esta cidade do Rio de Janeiro, feita e apresentada a sua alteza real o principe regente em 4 de março de 1811; addicionada e novamente apresentada ao mesmo augusto senhor em 15 de maio de 1815*, etc., Rio de Janeiro, 1815. Mais tarde publicou em Lisboa: *Memoria sobre o estado actual do dique de Lisboa, methodo de o concertar e conservar interna e externamente*, etc., 1825.

Sant'Anna *(Manuel Alves Guerra, 1.º barão e 1.º visconde de).* Commendador da ordem de Christo, official da de S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia; cavalleiro da de Leopoldo, da Belgica, negociante na ilha do Fayal, administrador do tabaco. N. em Lisboa a 4 de setembro de 1814. Era filho de Manuel Alves Guerra, commerciante em Lisboa, e de sua mulher, D Maria do Carmo. Succedeu a seu irmão mais velho, Rodrigo Alves Guerra. Foi agraciado com o titulo de barão de Sant'Anna, por decreto de 20 de julho de 1863, sendo elevado ao de visconde por decreto de 16 de agosto de 1870, pela sua muita dedicação por tudo quanto é patriotico e humanitario. As suas armas são: Escudo esquartelado: no 1.º quartel as armas dos Guerras das Asturias: Em campo verde, um castello de prata com chammas de fogo que lhe saem dos alicerces e o rodeiam; orla de ouro com a letra em azul; *Ave Maria, gratia plena;* no 2.º e no 4.º, partido em pala as armas dos Ribeiros, tendo na primeira, em ouro, 4 bastões sanguinhos firmes; na segunda, em preto, tres faxas veiradas de prata e sanguinho; no 3.º quartel, as armas dos Pereiras: Em campo vermelho, uma cruz de prata florida e vasia de campo: timbre, a fortaleza de prata sobre chammas das armas dos Guerras. Este brazão, foi concedido em 1862, por alvará de mercê nova.

Sant'Anna *(Manuel Alves Guerra, 2.º barão de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem do Christo, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, commendador da Corôa de Ferro, de Austria; official da de S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia; cavalleiro da de Leopoldo, da Belgica; bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, etc. N. na cidade de Horta, ilha do Fayal, em 1 de novembro de 1831. Era filho de Rodrigo Alves Guerra, administrador dos tabacos na cidade da Horta Succedeu no titulo de barão a seu tio Manuel Alves Guerra, por decreto de 9 de fevereiro de 1870. Foi enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Portugal nos Estados Unidos, e ali casou em 16 de setembro de 1861 com D. Luiza de Bowndir de Melsbroeck, filha de Fernando de Bowndir de Melsbroeck, e de D Filippina de Jonghe Seu filho, de egual nome, nasceu a 8 de outubro de 1861, e foi 3.º barão de Sant'Anna, por decreto de 25 de agosto de 1871, sendo o titulo elevado a visconde, por decreto de 15 de julho de 1882. Chama se tambem Manuel Alves Guerra o actual visconde de Sant'Anna, titulo com que foi agraciado por decreto de 30 de novembro de 1901.

Sant'Anna. Pov. e freg. de Sant'Anna, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Serpa, distr. e bisp. de Beja; 35 fog. e 213 hab. Dista 3 k. da séde do conc. Era da Casa do Infantado; é terra muito fertil, e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17. com a séde em Lagos. Passa por esta pov. o rio Guadiana. Está annexada para effeitos civis á freg. de Santa Maria, de Serpa. || Pov. e freg. de Sant'Anna, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Portel, distr. e arceb. de Evora; 158 fog. e 662 hab. Tem est. post Está situada na falda do monte Mendro ou Cabeça Gorda, a 5 k. da margem esquerda da ribeira de Odivellas, e a 12 da séde do conc. Pertence á Casa de Bragança, á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 11, com a séde em Setubal. || Villa da ilha da Madeira, séde do conc., com. de S. Vicente, distr. e bisp. do Funchal. Tem uma só freg., cujo orago é Sant'Anna. Dista cêrca de 27 k. da capital do distr. Pertence ao commando

mil. da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.º 27, com a séde no Funchal. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. telegr. post., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; medicos, notario, fabricas de aguardente e de manteiga; hospedaria. O conc. compõe-se de 5 freguezias, com 2:215 fog. e 9:336 hab., sendo 4:587 do sexo masc. e 4:749 do fem. As freguezias são as seguintes: S. José, de Arco de S. Jorge: 585 hab.: 259 do sexo masc. e 326 do fem.; N. S.ª da Natividade, do Fayal, 2:724 hab.: 1:361 do sexo masc. e 1:363 do fem; Sant'Anna, 3:007 hab: 1:448 do sexo masc. e 1:559 do fem; S. Jorge, 2:219 hab.: 1:116 do sexo masc. e 1:103 do fem.; S. Roque do Fayal, 801 hab.: 403 do sexo masc. e 398 do fem. O principal commercio de todo o conc. é aguardente de canna dôce, viveres, trigo, batata, milho e vinho. Os logares mais importantes são o de Farrobo, na freg. de S. Jorge, ponto muito visitado por estrangeiros, d'onde se avista toda a costa da Madeira; e Queimadas, ponto sobranceiro á pov., bastante admirado pela sua frondosa arborisação e bonitas paisagens. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Bagunte, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr de Faro. || Santa Leocadia, do Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Cabanellas, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Lourenço, de Cabril, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || Sant'Anna, de Carnota, conc. de Alemquer, districto de Lisboa. || N. S.ª do Rosario, de Cepões, concelho de Lamego, districto de Vizeu. || N. S.ª da Consolação e conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa. || O Salvador, de Delães, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. Tem caixa post. || Santa Eulalia, de Ferreira a Nova, conc de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. Tem est. post. || S. Faustino, de Guinfães, conc. de Maia, distr. do Porto. || Santa Maria, de Leça do Balio, conc. de Bouças, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Paio, de Moledo, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Ilha da Madeira, distr. do Funchal: N. S.ª do Monte, e S. Roque, ambas freguezias do conc. do Funchal. || S. Romão, de Mouriz, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Romão, de Neiva, conc. e com. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Parada, de Gatim, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Mamede, de Ribeirão, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || Ilha de Santa Maria; N. S.ª d'Assumpção e conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada. || Pov. na freg. do S. João Baptista, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, do mesmo conc. e provincia. || Freg. do conc., com e ilha de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. Está situada na costa E, á beira-mar, na enseada fronteira ao ilhéo do seu nome, a 10 k. ao SO da cidade de S. Thomé e a pouco mais de 7 da ponta do Prayão. E' a terceira pov. da ilha quanto ao numero de fogos, tendo as suas habitações melhor apparencia do que as de Guadelupe e da Magdalena. Estende-se por um outeiro cuja parte mais elevada tem 40 m. d'altitude, n'uma posição pittoresca e lavada d'ares, em terreno fertil. Passada a freguezia encontra-se a celebre fazenda Agua-Izé, e pela pov. estão disseminadas outras propriedades importantes onde se cultiva café, cacau, milho, etc. || Ilhéo situado na costa da ilha de S. Thomé, na prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. Fica fronteiro á freg. e á enseada do seu nome, na costa E. E' um rochedo elevado, com algumas arvores e uma notavel cortadura para o lado de terra. || Enseada da ilha de S. Thomé, na prov. de S. Thomé e Principe. Está situada na costa E, e fica-lhe em frente o ilhéo do mesmo nome, e na praia a freg. de Sant'Anna. || Ponta situada na costa da Guiné, Africa Occidental. Fórma a extremidade da margem N do rio do mesmo nome. || Rio da costa da Guiné, Africa Occidental. E' apenas um braço do rio de S. João, confluente do Casamansa, enchendo-lhe a sua foz grande numero de bancos, e entre elles o ilhéo dos Passaros. || Villa no littoral da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. || Roça na ilha do Principe, Africa Occidental. || Pov. que dá o nome a uma est. do caminho de ferro de Leste, entre as de Setil o Vallo do Santarem.

Sant'Anna d'Azinha. Pov. e freg. de Sant'Anna, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda; 113 fog e 545 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Sant'Anna de Cambas Pov. e freg. de Sant'Anna, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Mertola, distr. e bisp. de Beja, 874 fog. e 2:877 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e uma feira no ultimo domingo do mez de julho. Está situada na margem direita da ribeira de Chança, a 12 k. da séde do conc. Era da corôa. O bispo de Beja apresentava o cura, que tinha de renda 180 alqueires de trigo e 60 de cevada. A terra é abundante de trigo e centeio; cria muito gado nos pastos communs, portuguezes e castelhanos. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro.

Sant'Anna do Campo Pov. e freg de Sant'Anna, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Arraiollos, distr. e arceb. de Evora; 107 fog. e 540 hab. Tem est. post. Está situada a 5 k. da margem esquerda da ribeira Degebe, a 8 da margem direita do rio Guadiana, na estrada de Reguengos a Moura, e dista 6 k. da séde do conc. A capella-mór da egreja matriz, toda construida de pedras lavradas de desmarcada grandeza, consta ser obra dos romanos, o que parece provarem umas inscripções, que se vêem n'algumas das pedras. Em 1730, quando se accrescentou a egreja, achou-se debaixo da terra uma grande pedra, tendo dentro um metal, que era uma mistura de cobre e estanho, e uma sepultura que parecia d'um gigante, tendo dentro só uma caveira, muito grando, quebrada, e uma amphora de barro vidrado. N'esta freg. passa a ribeira de *Divor*, e ha aqui duas pontes de pedra, a do Vimiciro, de dois arcos, e outra de quatro, arruinada. Pertence a pov. á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal.

Sant'Anna Daia. Pequeno rio, da prov. do Minho. N. na freg. de Borba da Montanha e Maceira. Chamava-se primitivamente *Daia*, e por passar pela capella de Sant'Anna, lhe tomou o nome. Tem uma ponte de cantaria no sitio do Fundego, feita em 1740, por uma enchente ter destruido uma antiga, que existia perto da nova. Toma o pequeno ribeiro d'Aboim, e mette-se no

rio Tamega, entre as freguezias da Chapa e Galão, no sitio das Insuas, pouco distante do seu nascimento.

Sant'Anna da Serra. Pov. e freg. de Sant'Anna, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Ourique, distr. e bisp. de Beja; 476 fog. e 2:237 hab Tem esc. do sexo masc, est. post, lagar de azeite e de cêra, productores de cereaes e de mel, hospedaria, *Gremio Santanense* e *Philarmonica Santanense*; mercado no ultimo domingo de julho. A mitra apresentava o cura, que tinha 330 alqueires de pão meiado. A pov. está situada na raiz d'um monte, na margem d'um affluente do rio Mira. A egreja é de tres naves. A terra é fertil; cria muito gado de toda a qualidade, tem muitas colmeias, e bastante caça Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro.

Sant'Anna e Silva *(Fr. Joaquim de)*. Eremita da Congregação do S. Paulo da Serra d'Ossa. N. em Lisboa a 26 do julho de 1720, onde tambem fal. a 26 de dezembro de 1783. Professou a 15 de outubro de 1736. Foi doutor em theologia pelas Universidades de Coimbra e de Evora, oppositor ás cadeiras da mesma faculdade, qualificador do Santo Officio, consultor da Bulla da Cruzada, deputado da Real Mesa Censoria, examinador das ordens militares, socio da Academia Liturgica Pontificia, etc. Escreveu e publicou alguns sermões; uma *Dissertação critica, historica e liturgica, sobre a nota do prelado Nicolau Antonelli ao antigo missal romano monastico lateranense, em o dia 22 de fevereiro*, etc., Lisboa, 1761; *Resposta e reflexões á carta que D. Clemente José Collaço Leitão, bispo de Cochim, escreveu a D. Salvador dos Reis, arcebispo de Cranganor*, etc., saiu sem o nome do autor.

Santa Barbara *(Fr. Antonio de)*. Religioso grillo, prégador muito apreciado, bacharel formado em mathematica e philosophia Imprimiu um sermão prégado na profissão de D. Maria do O' n'um convento do Porto em 10 de fevereiro de 1819, o outro em acção de graças pela conciliação da Junta do Porto com a de Lisboa depois da revolução de 1820, prégado tambem no Porto, e uma oração academica recitada em 1823 na Sociedade Patriotica do Porto.

Santa Barbara *(Antonio José Machado, visconde de)*. Residia em Ponta Delgada este titular, quando falleceu a 23 de setembro de 1907. Era cunhado do general de artilharia Antonio Augusto de Sousa e Silva.

Santa Barbara *(Antonio Manuel da Fonseca e Sá Moraes Pereira do Lago, 2.º barão)*. Major graduado e cavalleiro da ordem de Aviz. N. a 8 de setembro de 1806, e fal. a 20 de novembro de 1869. Era filho do 1.º barão do mesmo titulo. Foi agraciado por decreto de 9 de abril do 1855, como renovação do titulo de seu pae.

Santa Barbara *(Bernardo Baptista da Fonseca e Sousa e Sá Moraes Pereira de Lago, 1.º barão de)*. Brigadeiro reformado; commendador da ordem de Aviz e condecorado com a medalha de 4 campanhas da Guerra Peninsular. N. a 4 de junho de 1784, fal. a 4 de junho de 1858. Casou a 20 de outubro de 1800 com D. Anna Correia de Sá Castro e Sepulveda, filha de Manuel Jorge Gomes do Sepulveda, alcaide-mór do Trancoso, tenente general do conselho de guerra, etc., e de sua mulher D. Joanna Correia de Sá Castro Vasques e Benevides. Foi agraciado com o titulo de barão de Santa Barbara, por decreto de 20 de outubro de 1840.

Santa Barbara. Pov. e freg. de Santa Barbara, da prov. do Alemtejo, conc. de Borba, com. de Villa Viçosa, distr. e arceb. de Evora; 45 fog. e 190 hab. Está situada n'um alto monte, d'onde se vê Borba, Jurumenha, Marvão, Portalegre e outras terras. O cabido da sé de Evora apresentava o cura, que tinha 2 moios de trigo e o pé d'altar. Nas visinhanças da egreja fica um alto monte, em que antigamente se tirava prata e pedras preciosas (esmeraldas) pelo que se lhe chama *Outeiro da Mina*. Pelo E a egreja é cercada por uma tapada, dentro da qual ha 2 paços reaes, tendo habitado n'um d'elles el rei D. Duarte, e no outro D. João I. A tapada é muito abundante de aguas, e tem muita caça grossa e miuda. Vêem-se ali 3 entradas ou portas: a do *Carro*, *a de Ferro*, e a de *Santa Barbara*, passando por ellas 2 ribeiras, a de Borba e a de Lagos, indo ambas morrer no rio Guadiana. Na tapada havia um couteiro mór, 6 couteiros de pé e um de cavallo. A freg. é muito fertil, e cria toda a qualidade de gado. Esta freg. foi annexada á de N. S.ª das Neves, de Borba, por decreto de 3 de dezembro de 1891, e desannexada da mesma por decreto de 13 de janeiro de 1898. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. || Pov. e freg. de Santa Barbara, da ilha Terceira, conc., com., distr e bisp. de Angra do Heroismo; 471 fog. e 2:195 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Esta freg. é tambem conhecida pela denominação de *Nove Ribeiras*. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. 25, com a séde em Angra do Heroismo. || Pov. e freg. de Santa Barbara, do conc. do Villa do Porto, na com. e ilha de Santa Maria, distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo, Açôres; 286 fog. e 1:087 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 26, com a séde em Ponta Delgada. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, do Oliveira, conc de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || S. Miguel e conc. de Armamar, distr. de Vizeu. || Pov. e freg de S. João Baptista, no conc da ilha Brava, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Serra no Algarve, no conc. de Alcoutim, e proximo ao N d'esta villa. E' bastante elevada e tem uma extensa vista de terra e mar. Apenas cria matto e poucas arvores. No seu cume ha vestigios de fortificações que denotam grande antiguidade. Junto a este e ainda mais proximo de Alcoutim, ha outra serra ainda mais alta. Aqui se postaram peças de artilharia, na guerra dos 27 annos, com que metralhavam a villa hespanhola de S. Lucar do Guadiana, que fica fronteira e além do rio. || Serra na prov. de Traz-os-Montes, a 7 ou 8 k. a OSO de Chaves. Em 10 de abril de 1823, o general conde de Amarante, depois marquez de Chaves, derrotou aqui a divisão liberal do general Luiz do Rego, aprisionando alguns corpos de caçadores e de infantaria.

Santa Barbara de Nexe. Pov. e freg. de Santa Barbara, da prov. do Algarve, conc., com. e distr. de Faro, bisp. do Algarve; 926 fog. e 4:850 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e pharmacia. Está situada num barrocal, em um valle, entre duas serras, a de Guelhim, freg. de Es-

toy, e a da Goldra, com outro ao N, chamado Nexe, que dá o nome á freg. A egreja é de 3 naves. O bispo do Algarve apresentava o prior, que tinha 300$000 reis, havendo um coadjutor com 60$000 reis. A terra produz algum trigo e cevada, e é muito abundante do azeite, figos, alfarroba e algum vinho. A pov. pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro.

Santa Barbara dos Padrões. Pov. e freg. de Santa Barbara, da prov. do Alemtejo, conc. de Castro Verde, com. de Almodovar, distr. e bisp. de Beja; 384 fog. e 1:113 hab. Tem esc. do sexo fem., est. post., fabrica de mantas alemtejanas. Era da ordem mil. de S. Thiago E' situada em planicie elevada, d'onde se vê Beja e Castro Verde. A mesma ordem apresentava o cura, pelo tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens, e tinha alguns generos. A terra é muito abundante de trigo e cevada; tem grandes montados de bolota com que cria muitos porcos, que exporta Cria toda a qualidade de gado. A pov. pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro.

Santa Carolina Ilha do archipelago de Bazaruto, na prov. de Moçambique, Africa Oriental Está situada proximo da costa, no meio da bahia de Punga, e foi a capital do estabelecimento e a primeira occupada quando se determinou a colonisação do archipelago. E' plana, tendo apenas do lado de NE uma pequena elevação formada pela accumulação das areias. Tem boa agua de poços, e nas praias muita pedra que serve para a construcção das casas. Estava deshabitada antes da fundação do presidio.

Santa Catharina *(Balthazar Rebello Borges de Castro, 1.º visconde de)*. Commendador da ordem de Christo o proprietario em Ponta Delgada. Fal. em 1881. Era casado com D. Clara Borges de Medeiros. Foi agraciado com o titulo de visconde de Santa Catharina, por decreto de 13 de fevereiro de 1879. Seu filho, Manuel Rebello Borges da Camara Leme, succedeu-lhe na casa e no titulo, que lhe foi renovado, por decreto de 13 de julho de 1887, sendo o 2.º visconde de Santa Catharina.

Santa Catharina *(Fr. Lucas de)*. Religioso dominicano da ordem dos prégadores, chronista da sua provincia, academico da Academia Real de Historia Portugueza, etc. N. em Lisboa em 1660, fal. a 6 de outubro do 1740. Professou no convento de S. Domingos, de Bemfica, em 1680, e ahi estudou com proveito e demonstrações de grande talento, que o indigitaram no seio da sua ordem para o cargo de chronista, logar de muitissima responsabilidade, porque fôra desempenhado brilhantemente por Fr. Luiz de Sousa, e que o recommendaram a D. João V para o escolher para um dos 50 primeiros socios da sua Academia Real de Historia. A Academia encarregou-o de escrever a historia da ordem de Malta, e a sua ordem de continuar a historia de S. Domingos, de fr. Luiz de Sousa. Fr. Lucas de Santa Catharina era um poeta muito apreciado, compondo versos com a maior facilidade tanto em portuguez como em castelhano. Dizem tambem, que era um excellente conversador, de veia facil e jovial. Escreveu: *Estrella dominica novamente descoberta no céu da egreja*; *historia panegyrica e ornada com todo o genero de erudição*, etc., Lisboa, 1709. Tomo I; em 1713 publicou o tomo II; estes livros tratam da vida e milagres da princeza portugueza Santa Joanna; *Historia de S. Domingos, particular do reino e conquistas de Portugal;* 4.ª parte, Lisboa, 1733; as tres partes anteriores fôram escriptas, conforme dissémos, por fr. Luiz de Sousa; A 4.ª parte, saiu reimpressa juntamente com as primeiras, Lisboa, 1767; *Memorias da ordem militar de S. João de Malta, offerecidas a el rei D. João V*, tomo I, Lisboa, 1734, com uma carta geographica da ilha de Malta; esta obra, escripta por ordem da Academia de Historia, ficou incompleta, pois não consta que se publicasse mais nenhum volume; *O Racional da Graça*; *trezena predicativa de Santo Antonio*, etc., Lisboa, 173?; *Serão politico, abuso emendado, dividido em tres noites para divertimento dos curiosos*, Lisboa, 1704, outra edição, 1723; saiu com o pseudonymo de Felix Castanheira Turacem; *O Oriente illustrado, provincias gentilicas*, Lisboa, 1727. Na *Collecção dos Documentos e Memorias da Academia Real*, veem varias *Contas* dos seus estudos, e alguns discursos recitados na mesma academia sobre diversos assumptos. Além das obras citadas, parece que fr. Lucas de Santa Catharina escrevera muitas mais, tanto em prosa como em verso, que ficaram ineditas; entre estas conta se o *Parnaso jocoserio do M. R. P. M. Fr. Lucas de Santa Catharina, da ordem dos prégadores, chronista da sua religião e academico*, etc., consta de farças, lôas, entremezes, etc. Querem tambem que fr. Lucas de Santa Catharina fôsse o collector e editor dos volumes, que se publicaram em diversas edições, com o titulo de *Anatomico jocoso*. Esta collecção saiu primeiro em 2 volumes, dizendo-se colligida e publicada pelo dr. Pantaleão d'Esgarcia Ramos; a que se juntaram depois 3.º e 4.º em nome de fr. Francisco Rey de Abreu Matta Zeferino.

Santa Catharina (*Fr. Manuel de*). Bispo de Angola, eleito em 1720. Concorreu muito para a prosperidade de Loanda.

Santa Catharina *(Fr. Melchior de)*. Fundador da custodia da ordem de S. Francisco, do Brazil. Nasceu em Ponte do Lima em 1536, falleceu em Lisboa a 18 de outubro de 1610. Era filho de Antonio Pereira de Vasconcellos e de D. Catharina da Silva. Professou no convento de S. Francisco, de Vianna, a 5 de janeiro de 1562. Foi eleito guardião d'um convento da ordem e em 1584 nomeado pelo seu general custodio e commissario em Pernambuco e em todo o Brazil com poderes plenissimos. Instava muito por essa fundação o donatario da provincia Jorge deAlbuquerque Coelho, dando a entender no requerimento que para esse fim fez ao rei, que os membros de uma outra ordem punham estorvos a essa fundação por motivos particulares, e sendo incontestavelmente ess s religiosos os jesuitas. Comtudo, fr. Melchior de Santa Catharina partiu acompanhado por alguns frades da sua ordem, e depois d'uma longa e trabalhosa viagem, em que tiveram uma arribada a Cabo Verde e em que fôram salteados por epidemia, chegaram a Olinda, onde fr. Melchior fundou o seu primeiro convento e um seminario para indios convertidos, tratando logo em seguida de fundar conventos na Bahia, em Iguarassú, na Parahyba, de cuidar da conversão dos gentios etc. Foi eleito definidor, e fal. no convento de Santo Antonio, de Lisboa.

Santa Catharina *(Fr. Simão Antonio de)*. Religioso da ordem de S. Jeronymo; poeta comico muito apreciado no seu tempo. N. em Lisboa em 1676, ou talvez antes, e fal. a 16 de maio de 1733 Chamava-se no seculo Simão Lopes, sendo filho de Thomé Lopes e de Magdalena do Espirito Santo. Professou no convento dos Jeronymos, de Belem, a 3 de junho de 1696. Viveu sempre no seu convento, onde foi lente de theologia moral. Era socio das academias dos Anonymos, Portugueza, Escolastica, e outras. Dizem ter sido excellente musico, tanto theorico como pratico; tocava viola e orgão, e compunha peças de musica. Como poeta jocoso foi, porém, que se tornou muito afamado, triumphando nas academias de que era socio, onde recitava com muitos applausos versos e prosas divertidissimas Escreveu: *Orações academicas, dedicadas ao retrato do senhor infante D. Antonio, que o autor tem na sua cella*, Lisboa, 1723; *Rimas sonoras; segunda parte das obras academicas*, etc., *dedicadas ao sr. José Antonio da Matta Coutinho e Sousa*, Lisboa, 1731; este livro publicou-se com o pseudonymo de Simeão Antunes Freire; *Relação metrica das solemnissimas festas com que os religiosos carmelitas de Lisboa celebraram a canonisação de S João da Cruz, em setembro de 1727*, Lisboa, 1729; *Cithera sagrada de nove casos tirados do psalterio de David nos nove versos do psalmo CXI e tocada em cada corda uma bemaventurança do doutor maximo S. Jeronymo*, Lisboa, 1758. Publicou ainda alguns versos, cujos titulos veem na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. III, pag. 709, e deixou manuscriptos 2 tomos de *Orações academicas*, 2 de *Orações evangelicas*, *Obras escusadas de Fr. Simão*, *Manual de orações academicas*, *Poema a uma eleição em nove cantos*, etc. Traduziu do hespanhol, de João Martins de la Parra, uma obra theologica em 4 volumes, intitulada: *Luz da verdade*.

Santa Catharina. Uma das freguezias de Lisboa. A sua primitiva egreja estava situada sobre um monte, que ficava unido ao alto das Chagas, o qual se chamava *Monte do Pico* ou do *Belver*. Foi fundada em 27 de maio de 1557 por el-rei D. João III, e pela rainha D. Catharina, dando lhe a invocação de *Santa Catharina do Monte Sinay*, em homenagem ao nome da soberana. Mais tarde, em 22, ou a 28 do julho de 1597, um terrivel terremoto subverteu tres ruas n'aquelle local, partindo o monte ao meio, ficando então separados, como hoje se vê, os altos de Santa Catharina das e Chagas A egreja foi construida a instancias de fr. Miguel de Valença, mongo de S. Jeronymo. A rainha deu a sua administração á corporação dos livreiros, a qual se transferiu da ermida de Santa Catharina de Ribamar, onde havia tido a sua primeira installação desde 1460. O novo templo foi constituido em parochia,a instancias de D.Catharina,com o beneplacito da sé metropolitana, por escriptura feita em 9 de outubro de 1559, e separando-se parte da freguezia dos Martyres, começou a exercer as suas funcções parochiaes no 1.º de janeiro de 1560. A rainha possuia a no seu real padroado, continuando, porém, a administração na antiga congregação ou irmandade dos livreiros. Tinha esta a attribuição de prover annualmente, como donataria, 1 cura, 3 coadjutores e 1 thesoureiro. Na egreja havia 5 irmandades, 9 capellães e 1 confraria da Senhora da Nazareth. O rendimento tornou se grande, não só pela extensão da freguezia, que augmentava muito o valor da fabrica, mas pelos legados, predios, fóros, etc., que se incorporavam na irmandade. A maior parte d'estas regalias ficaram perdidas para a congregação depois que a freguezia se transferiu para o convento dos Paulistas. A egreja estava voltada para o sul, descobrindo-se uma grande parte do rio Tejo e a barra de Lisboa. Era de simples architectura. Na fachada tinha sobre a porta principal uma janella que dava para o côro; a um dos lados era a porta que dava para a sacristia, e do outro, junto á fachada, a torre dos sinos. O interior da egreja era em arcadas lateraes, á maneira de naves. Além da capella mór, tinha 4 altares lateraes, incluindo a capella do Santissimo Sacramento. No altar-mór estava a imagem da padroeira, Santa Catharina do Monte Sinay, bella esculptura, que fôra dada pela rainha á corporação dos livreiros. Nos outros altares tambem se viam imagens em vulto, não tendo nada de notavel a sua esculptura, assim como as pinturas. O terremoto do 1.º de novembro de 1755 arruinou a egreja consideravelmente. O prior passou logo a estabelecer a freguezia na ermida do Espirito Santo do Recolhimento dos Cardaes, mas não tendo a ermida sufficiente capacidade, foi recolher-se o Santissimo Sacramento na barraca, que provisoriamente se armara para os religiosos da ordem Terceira de Jesus. Os livreiros restauraram á sua custa o edificio, e a 23 de novembro de 1757, se transferiu a freguezia para a sua antiga egreja. Em 1833, conhecendo se que o templo de Santa Catharina não era dos melhores de Lisboa e além d'isso, estava muito arruinado, o governo mandou transferir a parochia para a egreja do antigo convento dos Paulistas, d'onde os frades haviam saido pela extincção das ordens religiosas, passando para ali tambem a irmandade dos livreiros e todas as outras annexas A transferencia fez se com uma solemne procissão em 1835. Para a descripção da egreja *(V. Convento dos Paulistas, Portugal*, vol. IV, pag. 259*)*. A antiga egreja foi logo profanada, dando-se em seguida para o quartel do 16.º batalhão da Guarda Nacional. Sendo extincto em 1838 este batalhão, a corporação dos livreiros, como donataria da egreja, desejando por um impulso de devoção que a fazenda nacional não a incluisse na lista dos bens nacionaes, para ser vendida em hasta publica, sollicitou ao governo que lh'a cedessem, para a mandarem reedificar, o que obtiveram por uma portaria, em 1842, que lhe mandava restituir a egreja e todas as suas pertenças. A corporação, porém, vendo se sem os sufficientes recursos, desanimou, confessando a impossibilidade de fazerem a reedificação, e pedindo licença para proceder á venda do terreno e do material existente. O templo foi completamente demolido em 1862. As ruinas fôram compradas pelo importante capitalista Collares, proprietario da fabrica *Perseverança*, que existia então no largo do Conde Barão, o qual construiu o elegante palacio, que se vê ainda hoje, sendo sua viuva a actual proprietaria.

Santa Catharina. Villa e freg. de Santa Catharina. da prov. da Extremadura, conc. e com. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa; 369 fog. e 1:738 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada n'um outeiro

junto d'uma ribeira, que a fertiliza. Foi uma das 13 villas dos coutos d'Alcobaça, sendo, portanto, seu donatario o D. abbade dos frades bernardos, de cujo mosteiro era senhor, só no temporal, o que lhe dava grande rendimento. Santa Catharina foi conc. e até 1884, tinha no seu termo 38 aldeias e casas; juiz ordinario, que era tambem das sizas e orphãos, camara com 3 vereadores, procurador do conc., etc.; duas companhias de ordenanças com os seus competentes capitães e mais officiaes. El-rei D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, no 1.º de outubro de 1518. Os parochianos apresentavam annualmente o cura, que tinha 250$000 reis de rendimento. A villa tem Misericordia e hospital. E' terra muito fertil, muito saudavel, abundante d'aguas e produz boas fructas. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa. Sendo transferida para o conc. de Alcobaça por decreto de 21 de maio de 1896, voltou para o das Caldas da Rainha, por decreto de 13 de janeiro de 1898 || Conc. da prov. de Cabo Verde, Africa Occidental, com. de Sotavento, bisp. suffraganeo de Lisboa, na ilha de S. Thiago, de Cabo Verde. Foi creado por alvará do 1834. Desde o pico ou monte de Santo Antonio até á porta do Tarrafal tem 50 k. de comprimento, e desde o porto da Calheta até á ribeira do Inferno tem cêrca de 40 k, de largura. Comprehende as 5 freguezias: S. Miguel, S. Salvador, S. Amaro, S. João Baptista o Santa Catharina. O solo, regado de excellentes aguas, é fertilissimo. A Ribeira da Barca, situada no porto assim denominado na costa occidental da ilha, é a unica pov do conc. que merece tal nome. Na freg. de Santo Amaro estão as terras chamadas: Chada, Thomaz e Mourão; e na de S. João Baptista as da Bella ou da Rainha, muito aproveitaveis para a cultura. || Ponta ou cabo na costa S da ilha do Pico, Açôres. || Pequeno rio ou esteiro do distr. da Guiné, Africa Occidental, alimentado pelas aguas dos rios Empernal e Jatta. Separa a ilha Bucis da de Jatta, e esta das ilhas Caio. || Uma das terras do rio Zambeze, na costa da prov. de Moçambique, Africa Oriental. || Enseada na costa da ilha de S. Thomé, Africa Occidental, entre a margem esquerda do rio Santa Catharina ao N e a ponta Allemã ao S. || Rio da ilha de S. Thomé; vae desaguar pela vertente O da ilha ao S da ponta ou cabo de Diogo Vaz, na bahia de Biafra. || Cabo situado na costa de Loango, Africa Occidental. Foi visto pela primeira vez em 1464 por João de Sequeira, cavalleiro da casa de D. Affonso V, que deu ao cabo o nome de Santa Catharina por ter sido descoberto no dia em que commemora esta santa. || Serra do distr. de Leiria. Começa se na freg. da Egreja Nova do Sobral, conc. de Ferreira do Zezere, e estendendo se para O vae entroncar com a de Guimareira, correndo entre ambas a ribeira de Pias. Tem 7 k. de comprimento, 5 de largura e 382 m. de altura. || Serra do distr. de Braga. Começa no Arco do Pombeiro e vae acabar em Santa Marinha da Costa, na freg. de S Thomé, de Abação, a SE da cidade de Guimarães. Tem 7. de comprimento e 3 de largura, na direcção geral NE a SSO. || Roça na ilha de S. Thomé, Africa Occidental. || Povoações nas freguezias: S. Christovão, de Cabeçudos, conc. de V. N. de Famalicão, distr de Braga. || S. Thiago, de Carapeços, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || N. S.ª do Reclamador, de Casaes, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Ilha da Madeira; S. Salvador e conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal. || S. Martinho, de Lordello do Ouro, 1.º bairro do Porto. || S. Clemente e conc. de Loulé, distr. do Faro. || Santa Marinha, de Louzado, conc. de V. N de Famalicão, distr. de Braga. || S. Miguel, de Villela, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo districto.

Santa Catharina do Matto Pov. do conc. e ilha do Fogo ou S. Filippe, com. de Sotavento, archipelago o prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Santa Catharina da Serra. Pov. e freg. de Santa Catharina, da prov. da Extremadura, conc., com. e distr. de Leiria, bispado de Coimbra; 441 fog. e 2:104 hab. Tem esc. do sexo fem., est. postal, feira de productos agricolas aos domingos, e de gados a 28 de cada mez; philarmonica no logar do Salgueiro. A egreja matriz está situada n'um monte, d'onde se vêem varias aldeias. Os parochianos apresentavam o cura, e lhe davam diversos generos e 4$000 reis em dinheiro. A terra é muito fertil e abundante d'aguas, cria muito gado e tem muita caça. Pertence à 5 div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria.

Santa Cecilia. Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Santa Christina. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr do Porto. || S. Pedro, de Espinho, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Folgosa, conc. de Maia, distr. do Porto. || Santa Christina e conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || S. Vicente, de Vacariça, conc. de Mealhada, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Valle, conc. da Feira, do mesmo distr. || Santa Maria, de Veade, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Pedro, do Azueira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Santa Citta. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Asseiceira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Santa Clara *(Fr. Anastacio de)*. Eremita augustiniano, da congregação dos reformados, mais conhecidos vulgarmente pelo nome de *Grillos*. Viveu nos fins do seculo XVIII. Escreveu: *Guia de viajantes, ou roteiro de Lisboa para as côrtes e cidades principaes da Europa*; *villas e logares mais notaveis de Portugal e de Hespanha*, etc,, Lisboa, 1791; foi reimpresso em 1807.

Santa Clara *(Fr. Antonio de)*. Religioso da ordem dos agostinhos descalços. N. em Lisboa a 12 de agosto do 1676, fal em 1730. Estudou latim o humanidades, professando depois no convento de Monte Olivete em 1692. Doutorou-se em theologia, sciencia em que se tornou muito apreciado, e de que foi lente, assim como de artes. Exerceu os cargos de prior dos conventos de Santarem e de Monte Olivete, depois vigario geral durante 4 annos. Tendo passado a Roma conquistou as boas graças dos papas Clemente XI e Innocencio XIII, e alcançaria de certo um bispado italiano, se as dissensões que n'essa occasião havia entre a curia romana e a côrte de Portugal o não impedissem, não só de acceitar qualquer favor pontificio, mas até mesmo de permanecer em Roma, d'onde saiu para Genova, passando depois a Hespanha, indo residir em Sevilha, no convento de N. S.ª do Populo, de agostinhos calçados,

onde fal. victima d'uma hydropesia. Deixou umas *Reflexões sobre o juramento que solemnemente se fez no real convento de Santa Cruz de Coimbra dos conegos regulares de Santo Agostinho em 8 d'abril de 1720, promettendo defender a bulla Unigenitus, expedida pela santidade de Clemente XI, em portuguez e italiano*; obra impressa em Roma no anno de 1721. Deixou manuscripta uma traducção em portuguez dos sermões do papa Benedicto XIII.

Santa Clara *(Fr. Francisco de)*. Liturgista e cantochanista. N. no Cartaxo e fal. em Lisboa a 10 de fevereiro de 1702. Professou na ordem de S. Francisco, e durante 29 annos foi vigario do côro do convento de Lisboa. Deixou manuscripta uma obra intitulada: *Leviticus seraphicus ceremoniarum religionis franciscanae tam fratribus quam monialibus ordinis Santae Clarae, choro in ferventibus, praecise necessarius*; e outra chamada *Ceremonial da provincia, com exposição das rubricas e missal romano e seraphico.*

Santa Clara (*Francisco de Paula*). Latinista e bibliophilo notavel. N. em Elvas a 2 de maio de 1836, onde fal. repentinamente a 4 de outubro de 1902. Concluidos na Universidade de Coimbra os respectivos estudos, recebeu o grau de bacharel em Direito a 11 de junho de 1859. Em 9 de março d'esse anno havia sido eleito socio do Instituto de Coimbra. Regeu com a maior proficiencia o durante mais de 20 annos, em Coimbra, uma escola particular da lingua latina. Sendo ainda estudante, começou logo a distinguir se no conhecimento e pratica da lingua latina, na qual escrevia com a maior facilidade, tanto em prosa como em verso. O dr. Santa Clara era muito dedicado á sua terra natal, empregando toda a sua solicitude, a tudo quanto respeitava ao bom nome e engrandecimento de Elvas, já rememorando nas paginas dos seus jornaes, em interessantes artigos, as gloriosas tradições da cidade, já rebuscando nos archivos, e recolhendo, e annoando tudo quanto pudesse contribuir para a historia de Elvas, ficasse bem conhecida, sendo baseada em antigos documentos de valor, e já descobrindo, reconstruindo á sua custa, e conservando veneraudas reliquias do passado, taes como a *porta arabe*, denominada do *Templo*, ou *Trempe*, que é um dos poucos restos do dominio musulmano em Portugal, e que está encravada na propriedade onde elle falleceu. O dr. Santa Clara era considerado por todos que se entregam ao estudo das linguas classicas, como o nosso primeiro latinista. Era um bibliophilo apaixonado; havia colligido uma selecta o valiosa livraria de mais de oito mil volumos, onde se encontram exemplares de livros raros; todas as chronicas monarchicas, muitas chronicas religiosas, etc. Era tambem um notavel amador de antiguidades, encontrando se na sua casa valiosos exemplares da industria portugueza dos seculos XVII e XVIII. Deixou impressos diversos opusculos em latim e nos jornaes da localidade, e interessantes estudos de investigação historica. Mencionaremos as seguintes: *Sapientissimo ac clarissimo viro Joanni Chrysostomo Amorim Personae, sacrae Theologiae Facultatis Professori*, etc ; *Oden Supplicam*, Conimbricae, 1857; *Poemata ad locutionesque duae*, Lisboa, 1857; *Imitação do Episodio do Canto Terceiro dos Lusiadas, immortal poema de Luiz de Camões, em versos latinos*, Coimbra, 1875; *Ensaios poeticos latinos*, Coimbra, 1860; *Indice dos chantres da sé d'Elvas, fundamentado em documentos authenticos e ineditos*, Elvas, 1887; *O Deado da sé d'Elvas*, indice publicado no *Elvense*, dos annos de 1884 e 1885. Varios artigos a respeito dos mais salientes individuos do corpo ecclesiastico elvense, publicados por Victorino d'Almada. Este escriptor publicou em 1888 um esboço biographico de Francisco de Paula Santa Clara. Deixou tambem *Elementos para um Diccionario de Geographia e Historia portugueza*. Na *Estreia Litteraria*, jornal academico, encontram-se algumas poesias latinas e varios artigos em portuguez. No *Instituto* de Coimbra publicou: *Valerio Maximo*; *primeira traducção portugueza*; no vol. XI, pag. 157. Quando falleceu tinha prompta para a impressão, uma edição critica, amplamente commentada, do *Hyssope*, poema heroe comico de Antonio Diniz.

Santa Clara. Pov. e freg. de Santa Clara, da prov. do Douro, conc., com., distr. e bisp. de Coimbra; 457 fog. e 1:916 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, correio com serviço de posta rural, fabricas de bolacha e biscoito, do lanificios e de sabão, casa de saude, pharmacia, feira de gado no sabbado anterior ao dia da festa da rainha Santa Izabel, e quando não haja festejos, realisa se no primeiro sabbado de julho; a feira de S. Bartholomeu, de 20 a 31 d'agosto, de artigos do vestuario, sapataria, ourivesaria, cutelaria, quinquilharias, etc ; ás terças feiras ha outra exclusivamente de gado suino; mercado de generos alimenticios na terça feira depois dos festejos da rainha santa; e na primeira terça feira de cada mez, de cereaes. Está situada a freg. n'um outeiro, junto da margem esquerda do rio Mondego, a 1 k. da séde do conc. E' aqui a quinta das Lagrimas tão celebrada por Camões nos *Lusiadas*. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23 com a séde em Coimbra. || Povoações nas freguezias: Santa Clara, de Alcaravella, conc. de Sardoal, distr de Santarem. || S. Thiago, conc. e distr. de Beja. || Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental. || Pov. da freg. do S. João Baptista, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Santa Clara Brandão (*Fr. Joaquim de*). Monge e conego benedictino, doutor e lente de theologia na Universidade de Coimbra, arcebispo de Evora, etc. N. no Porto a 30 d'agosto de 1740, fal. em Evora a 11 de janeiro de 1818. Era filho de paes abastados Valerio José Lopes e Jacinta do Nascimento. Os seus primeiros estudos fôram dirigidos pelo celebre lexicographo transtagano, P. Antonio Vieira, autor do bem conhecido *Diccionario portuguez e inglez*, então muito adoptado nas escolas, o qual lhe ensinou as linguas ingleza e franceza, e os principios da mathematica e da philosophia. Estudou em seguida as linguas latina, grega e hebraica nas quaes adquiriu grande fama de erudito. Preparado com tão profundos conhecimentos tomou o habito e professou no mosteiro do Tibães da ordem de S. Bento, recebendo em Coimbra, ordens de presbytero no dia 24 do maio de 1766, conferidas pelo bispo d'aquella diocese, D. Miguel da Annunciação. Passou depois aos estudos theologicos na Universidade de Coimbra, recebendo o grau de bacharel a 17 de julho de 1771. Emquanto se preparava a reforma dos estudos universitarios,

que se realisou no anno seguinte, fôram estes suspensos, e o P. Santa Clara trabalhava com o maior successo na instrucção dos monges benedictinos, seus confrades, no collegio da sua ordem, sendo elle o primeiro que lhes deu lições de grego e de hebraico, e um dos primeiros mestres que propagou as doutrinas de philosophia, então chamada *moderna*, combatendo publicamente as ideias recebidas da escola peripatetica Era esta a grande lucta litteraria d'aquella epoca, e como se tratava activamente da reforma dos estudos, que havia de sanccionar a philosophia moderna e proscrever os antigos methodos, fizeram estrondoso ecco em todo o paiz as lições do P. Santa Clara. O marquez de Pombal, aproveitando tão opportuna occasião de abrir caminho aos novos planos de estudos, fez expedir uma ordem ao principal Almeida, então director geral dos estudos, em outubro de 1770, para o que o P. Santa Clara admittisse entre os seus ouvintes todos os estudantes seculares, que se quizessem aproveitar das suas lições Mais de 80 estudantes concorreram das diversas provincias ás lições do abalisado professor, e o attestado d'aproveitamento por elle passado a muitos dos seus discipulos foi um titulo bastante para que, dispensados da frequencia na Universidade, fôssem admittidos a exame publico e approvados nas disciplinas do 1.º anno dos dois cursos philosophico e mathematico que n'aquelle tempo comprehendiam a philosophia racional e moral, a arithmetica e a geometria. No anno de 1772, em que se constituiu a Universidãde reformada, frequentou o P Santa Clara o curso do 6.º anno theologico. Taes eram os seus creditos que, ainda antes de haver recebido o grau de doutor, foi admittido como oppositor ás cadeiras vagas de theologia no concurso geral de 1777. Essa admissão levantou grande celeuma, e os seus competidores não lhe pouparam as injurias e as invectivas, querendo aproveitar a queda do marquez de Pombal para desconceituarem o homem que professava as doutrinas das novas escolas theologicas, comtudo, taes provas deu da sua superior capacidade. que os vogaes do mesmo concurso, além de o honrarem com distinctas informações, o propuzeram unanimemente para lente substituto extraordinario das duas cadeiras exegeticas. Contra aquellas accusações e invectivas foi mandado fazer, e fez em poucas horas, breve apologia, a qual remettida á secretaria d'estado, foi ali muito bem acceita.Só em 28 de outubro de 1778 é que o P. Santa Clara pôde fazer os seus actos grandes, e receber os graus de licenceado e de doutor, porque durante os primeiros 5 annos depois da reforma da Universidade, estiveram suspensos por ordem do governo estes actos e graus em todas as faculdades. Em 1780 foi nomeado, e pouco depois confirmado, professor substituto da cadeira de hebraico, vaga pelo seu 1.º professor D. Paulo Hoddar, cujo cargo exerceu até ser em 1793 despachado lente cathedratico da faculdade de theologia, na qual por sua antiguidade chegou a ser lente de prima e decano. Por alvará, de D. Maria I, de 17 de fevereiro de 1790, foi nomeado prégador da real capella da Bemposta, de Lisboa. Ninguem o excedeu, nem talvez o egualou no exacto cumprimento dos deveres do seu magisterio, e no methodo com que ensinou a theologia. No longo periodo de mais de 30 annos foi incançavel no exercicio do seu cargo, que lhe grangeou a maior reputação pela clareza e lucidez das suas prelecções, e pela sua vasta sciencia. O dr. Santa Clara juntava ao perfeito conhecimento de muitas linguas mortas e vivas, e ao dos mais ramos da philologia e humanidades, uma não vulgar instrucção nas sciencias mathematicas e physicas, e tal era a sua predilecção desde os seus primeiros annos, que ainda depois de doutor e de lente, não só procurava adeantar n'esta parte os seus conhecimentos conferindo muitas vezes com os professores respectivos, mas chegou a frequentar aulas, não lhe escapando a da anatomia, e assistir noites inteiras ás observações astronomicas no observatorio da Universidade. Foi socio da Academia Real das Sciencias desde a sua fundação, e correu successivamente as categorias de socio correspondente, livre e honorario. Nos seus serviços academicos occupou se tambem de investigações philologicas e bibliographicas, tendo sido por sua intervenção que a Academia obteve o manuscripto da *Vida do infante D. Duarte*, de André de Rézende. Foi tambem socio da Academia de Lovaina. O que, porém, lhe deu maior celebridade, fôram os seus sermões, e com especialidade o sermão que prégou nas exequias do marquez de Pombal, realisadas na villa d'este nome, no seu funeral, que lhe acarretou tambem as mais fortes perseguições. Na verdade, pronunciar um sermão rasgadamente elogioso, louvar o ministro caido deante dos seus perseguidores triumphantes, era uma prova de rara coragem. Quando os que mais deviam ao marquez se retraíam, quando não renegavam abertamente a memoria do grande homem, vinha o modesto lente de theologia da Universidade, que devera ao marquez apenas o ter sabido aprecial-o, proferir desassombradamente sobre o seu caixão amaldiçoado pelos odios e pelas vinganças dos inimigos a benção solemne, prenuncio do julgamento do futuro. Essa coragem amargou a cruelmente o grande orador. Este sermão, que é tido como um modelo de eloquencia no seu genero, produziu no auditorio tal impressão, que em certa altura o orador viu se na necessidade de mudar de voz e de estylo para moderar os excessos do povo, prestes a romper em grandes acclamações ao illustre e proscripto defunto. O sermão saiu publicado, annos depois, no *Investigador Portuguez*, n.º 73, de julho de 1817, porém muito modificado. Fôra já publicado anonymo, com o titulo de *Elogio ao marquez de Pombal*, em 1813, no Rio de Janeiro. No anno de 1850 se reimprimiu em Lisboa por diligencia de Antonio José de Sousa Pinto. Na occasião em que pronunciou aquelle eloquente discurso funebre, o dr. Santa Clara ficou mal visto, mas valeu-lhe a protecção e bom senso do confessor da rainha, D. Fr. Ignacio de S. Caetano, arcebispo de Thessalonica. A' sua congregação benedictina prestou muitos e relevantes serviços. Com a reforma da Universidade se deu tambem a reforma nos estudos das ordens seculares, que muito influiam nas ideias e opiniões do mundo secular, por isso foi um dos primeiros cuidados dos homens empenhados n'aquella grande reforma nivelar as escolas monasticas pelas do seculo. Na congregação benedictina coube naturalmente este encargo ao P. Santa Clara, pela sua reconhecida competencia. Em 1786 foi eleito director geral dos estudos da sua congregação

no capitulo geral reunido n'esse anno, e não tardou a apresentar um plano de estudos tão bem acabado e tanto em harmonia com o progresso dos conhecimentos, que foi plenamente approvado e sanccionado pelo governo como lei vigente da mesma congregação. A nova reforma, porém, nem se conformava com as ideias dos afferrados ás opiniões da velha escola, nem as attribuições do director geral dos estudos deixavam de fazer grande sombra á suprema autoridade monastica. Estas causas eram sufficientemente fortes para levantarem contra o plano e o seu autor toda a casta de opposição, e o P. Santa Clara, não padece duvida, que se viu só em campo para defender a sua obra contra todo o poder e influencia monachal. Achou protecção no governo, e portanto fez triumphar sempre o novo plano, sob o qual se crearam na congregação benedictina tantos homens benemeritos das letras e das sciencias, que chegou a ser uma das mais florentes de Portugal. Os serviços do illustre professor prestados ás letras concentraram-se sómente no claustro benedictino e na Universidade. Sendo extincta a *Mesa Censoria*, foi creada a *Mesa da commissão geral sobre o exame e censura de livros*, e foi o P. Santa Clara nomeado deputado d'este tribunal, em 1794, exercendo sempre este cargo até que elle se extinguiu, sendo então encarregado de tomar conta de todos os papeis, livros, e moveis do tribunal, e fazer de tudo uma exacta distribuição e rigoroso inventario, trabalho difficil e aborrecido em que se empregou assiduamente durante 8 mezes, com inteira satisfação da autoridade que lh'o encarregára. Depois ainda lhe fôram confiados outros trabalhos importantes. Com a extincção da *Mesa da commissão geral*, emquanto se cuidava d'um novo plano de censura, foi elle o unico censor em Portugal, e durante 8 mezes se conservou e corrigiu todos os livros e escriptos que se imprimiram e entraram no reino. Posto em pratica o novo plano de censura, no qual tambem trabalhou muito, foi nomeado primeiro censor. Em 1799 creou se em Coimbra a *Real Junta da directoria geral dos estudos*, e o P. Santa Clara, que nunca era esquecido, foi despachado 2.° deputado, e com tanta efficacia e dedicação trabalhou, que o novo tribunal o encarregou successivamente: de fazer um novo plano de organisação para as escolas de Lisboa; de ir pessoalmente visitar estas mesmas escolas; e finalmente de exercer o cargo de seu commissario na côrte e provincia da Extremadura. Logo no principio da reforma da Universidade, o P. Santa Clara foi encarregado de traduzir na lingua portugueza os *Elementos de analyse, e de calculo differencial e integral*, de Bezout, que depois fôram correctos e augmentados nas seguintes edições pelo dr. José Joaquim de Faria. Dos seus numerosos sermões apenas se publicaram dois: o das exequias do marquez de Pombal, já citado, e outro do *Coração de Jesus*, prégado em 11 de junho de 1790 no convento da Estrella, fundado pela rainha D. Maria I. De theologia publicaram-se os opusculos: *Conspectus Hermeneuticae Sacrae Novi Testamenti; Analysis Hermeneutica Historiae Harmonicae quatuor Evangeliorum*; *Analysis generalis Evangeliorum, secundum Lucam et secundum Joannem*; todos tres destinados para uso dos estudantes theologos. Deixou manuscriptos varios sermões, contas de estudos, pareceres, memorias, etc., pela maior parte sobre assumptos respectivos aos empregos, que serviu, ou á sua congregação. Dos seus escriptos o que adquiriu maior celebridadade fôram as suas theses de philosophia nacional e moral, que não puderam imprimir se por causa da reprovação que sobre ellas fulminou a Mesa Censoria em conferencia de 29 d'abril de 1773. Este tribunal, ao passo que se empenhava em firmar a reforma dos estudos, receava no entretanto mais a liberdade de philosophar do que a resurreição da antiga escola; desejava o progresso, mas um progresso que lhe fôsse possivel dirigir e dominar. Cerceava portanto sempre com as suas censuras quanto tendia a sair fóra da orbita que tinha delineado ao pensamento. O P. Santa Clara, então moço, d'uma instrucção solida e variada, d'um espirito isento e livre, peudia naturalmente para a liberdade philosophica e não sujeitava o seu pensamento ao jugo da autoridade e dos systemas. As theses philosophicas, nas quaes desenvolveu a mais fina e apurada critica, e uma abundante e profunda erudição, fôram reprovadas porque elogiavam o nosso Verney, e pelo achaque, que lhe puzeram, de pyrrhonismo na parte que defendia que as verdades mathematicas são mais evidentes que as physicas e moraes. A Mesa Censoria não se limitou só a negar a licença para a impressão das theses e a condemnar as suas proposições, escreveu tambem ao reitor da Universidade; «que o advertisse e admoestasse para reformar e melhorar o systema, informando-se dos livros de que usa o dito religioso, por constar que tem algumas obras inglezas, que pódem ser de mau caracter, e que o conduzam a precipicio, e que d'estas, quando as haja, mandará fazer apprehensão e remettel-as á secretaria da Mesa, e determinadamente o livro em duodecimo *De la primauté du Pape*.» Nem o reitor da Universidade, D. Francisco de Lemos, nem o marquez de Pombal, iam de accôrdo com similhantes preoccupações, e o reitor respondeu á Mesa Censoria, que os livros do P. Joaquim de Santa Clara eram um objecto de louvor e não de reprehensão. Havia já muito tempo, quo pela opinião publica era designado o dr. Santa Clara para subir ao grau do episcopado, quando em aviso de 25 de julho de 1814 lhe foi communicado pela secretaria de estado do Rio de Janeiro, que o principe regente D. João o nomeara arcebispo de Evora, cuja sé se encontrava vaga pelo fallecimento de D. Fr. Manuel do Cenaculo Villas Boas, e em data de 3 de março de 1815 mandou o governo ao seu embaixador em Roma, que tratasse de fazer expedir as letras apostolicas e mais despachos necessarios para a confirmação do novo arcebispo. Quando o embaixador, o commendador José Manuel Pinto de Sousa, começou a desempenhar-se d'este cargo, achou o papa, então Pio VII, e toda a curia romana, summamente indispostos contra o arcebispo eleito, e decididos a negarem-lhe a confirmação requerida. A emulação, achando agora opportuno ensejo para se desforrar, havia manejado a formidavel arma da intriga, e denunciado á curia romana o arcebispo eleito como um theologo menos orthodoxo; havia suscitado a memoria do elogio funebre do marquez de Pombal. E a curia romana, cujo orgulho este grande ministro abatera com a sua energia, e que recentemente tinha restabelecido a Companhia de Jesus, a quem o mesmo ministro fize-

ra guerra de morte, estava resolvida firmemente a negar a confirmação ao novo arcebispo. O commendador Pinto de Sousa luctou diplomaticamente com a côrte de Roma, e ainda que pôde desfazer e deslindar grande parte das intrigas, não apagou, comtudo, a impressão que os malevolos fizeram no animo do pontifice, senão com duas condições: 1.ª escrever lhe o arcebispo uma carta na conformidade do despacho confidencial que lhe foi remettido em copia; 2.ª, que na costumada pastoral feita ao entrar no exercicio do ministerio episcopal fôssem inscridos os sentimentos quo na mesma nota confidencial vinham indicados. Na carta ao papa devia o arcebispo: 1.º reprovar tudo aquillo que disse contrario aos sãos principios no elogio funebre do marquez de Pombal, mostrando o seu desprazer de se encontrarem n'aquella sua composição maximas extranhas de tal natureza; 2.ª acceitar e submetter-se plena e sinceramente á bulla dogmatica de Pio VI, que principia—*Auctorem fidei*—pela qual foi condemnado o pseudo concilio de Pistoia; 3.º subjeitar-se plenamente á autoridade e aos juizos da Santa Sé, fazendo conhecer o seu arrependimento por qualquer feito ou dito seu que pudesse inspirar suspeitas ácêrca da sua doutrina no animo do Santo Padre; e promettendo uma verdadeira obediencia, e sincero e respeitoso acatamento á Santa Sé Apostolica, pedisse reverentemente a Sua Santidade a sua canonica instituição Na 1.ª pastoral, publicada pela imprensa, devia introduzir um discurso que tivesse por fim reparar claramente qualquer escandalo que tivesse dado, e assegurará o publico sobre sua maneira de pensar. O embaixader, cedendo á força das circumstancias, aconselhava o arcebispo eleito em duas cartas, uma em 7, e outra em 16 de fevereiro de 1816, que cedesse, receando as consequencias da recusa, de que poderia resultar um rompimento entre as duas côrtes e o dr. Santa Clara, vendo se assim instado, receoso de causar embaraços ao governo, resignou-se, mas não completamente, e escreveu em 4 de abril do mesmo anno uma carta ao papa, na qual sem se confor mar com a minuta que lhe fôra remettida, se desculpava comtudo da melhor fórma que podia ácêrca das duas arguições mais essenciaes, que versavam sobre os principios politicos emittidos no elogio do marquez de Pombal, e sobre a adhesão á doutrina condemnada do pseudo concilio de Pistoia. Esta carta foi bem aceita na curia romana, e o papa mandou declarar ao arcebispo eleito, em data de 30 do maio, que tinha recebido com satisfação as suas declarações e protestos, recommendando novamente que as mesmas declarações e protestos saissem a publico, como d'antes lhe havia insinuado, na 1.ª pastoral. Finalmente, vencidas todas as difficuldades, vieram as bullas da confirmacão, e o arcebispo foi sagrado em Lisboa a 21 de setembro de 1816, tomou posse da mitra em 3 de outubro seguinte, fazendo a sua entrada solemne em Evora a 6 de novembro. Não pôde, porém, resistir por muito tempo aos assiduos trabalhos inherentes á sua alta dignidade, e quando se dispunha a visitar o seu arcebispado, falleceu depois d'uma curta doença de 4 dias.

Santa Clara-a-Nova. Pov e freg de Santa Clara, da prov. do Alemtejo, conc. e com de Almodovar, distr. e bisp. de Beja; 291 fog. e 1:236 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post. e uma fabrica de destillação do medronhos Está situada na serra de Monchique, a 8 k. da séde do conc. A egreja era da ordem de S. Thiago, e a Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o capellão, quo tinha alguns generos. A terra é fertil em trigo, cevada e centeio Nos seus vastos montados criam-se muitos porcos, que se exportam. Ha tambem muita caça Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 4, com a séde em Faro.

Santa Clara a-Velha. Pov. e freg. de Santa Clara, da prov do Alemtejo, conc. e com. de Odemira, distr. e bisp. de Beja; 404 fog e 1:718 hab. Tem esc. do sexo fem., est. post., hospedaria; feira a 1 e 2 de setembro Está situada na margem direita do rio Mira. O ordinario apresentava o cura, que tinha alguns generos. A terra é fertil em trigo e centeio; cria gado e tem caça. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr de recrut e res n.º 17, com a séde em Lagos

Santa Clotilde. Roça da Ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Santa Comba. Pov. e freg. de Santa Comba, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de V. N. de Fozcôa, distr. da Guarda, bisp de Lamego; 202 fog e 740 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est post e mina de cobre. Está situada na margem d'uma pequena ribeira, affluente da de Massueime. O antigo orago era N S.ª dos Prazeres. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o cura, que tinha de rendimento 40$000 reis A terra é fertil e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. e freg. de Santa Comba, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 63 fog e 297 hab. Tem esc. do sexo fem A egreja parochial está situada proximo da margem direita do rio Luiza, a 5 k. da séde do conc. O vigario era apresentado pela abbadessa das religiosas do Valle de Pereiros, e depois pela mitra, e tinha 290$000 reis de rendimento A terra é fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 3, com a séde om Vianna do Castello. || Pov. e freg. do Santa Comba, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Ceia, distr. e bisp. da Guarda; 219 fog. e 1:015 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e feira no dia 31 de dezembro. Está situada n'uma campina junto da margem direita da ribeira do mesmo nome, a 3 k da séde do conc. O marquez de Penalva, ou conde de Tarouca, senhor donatario d'esta freg, apresentava o prior, que tinha 300$000 reis de rendimento. A terra é fertil em cereaes; cria muito gado, principalmente ovelhas e cabras. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Povoações nas freguezias: S. Julião, de Cambra, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || O Salvador, de Real, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Miguel, de Refojos de Basto, conc de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S Pedro, de Sobreira, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Santa Comba-Dão (*José Maria de Sousa Macedo Almeida e Vasconcellos, barão de)* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, senhor de varios morgados, commendador da ordem de Christo, coronel das extinctas milicias de Tondella, governa-

dor e capitão general de Angola, deputado ás côrtes constituintes de 1820. N. em Santa Comba Dão a 25 de junho de 1787, fal. a 4 de setembro de 1872. Era filho de Antonio de Sousa de Macedo Almeida e Vasconcellos, fidalgo da Casa Real, capitão mór de Santa Comba Dão, coronel commandante do batalhão de voluntarios realistas de Arganil, e de sua mulher D. Maria Hypolita Cassiana da Flôr da Rosa da Cunha Gusmão e Figueiredo. Casou por procuração, na villa de Santa Comba Dão, a 28 de abril de 1825, com D. Maria Benta de Miranda e Horta. Esta senhora teve por graça especial, devido aos serviços de seu pae, o titulo de barão para o homem que com ella se casasse, por decreto de 7 do dezembro de 1824, por ser filha herdeira de Antonio José Correia de França e Horta, fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo, tenente general dos reaes exercitos, conselheiro de fazenda, governador e capitão general da provincia de S. Paulo, Brazil, e de sua mulher D Luiza Catharina Schibbert. O titulo de barão foi então concedido a Almeida e Vasconcellos, pelo seu casamento, por decreto de 8 do setembro de 1825. No periodo constitucional de 1826 a 1836, mostrou-se o barão de Santa Comba Dão hostil á Carta Constitucional, e adheriu em 1828 ao golpe de estado do infaute D Miguel. Sendo nomeado em 1829 governador d'Angola, para ali partiu, e empregou alguns esforços para melhorar a situação d'aquella colonia ultramarina, procurando desenvolver e generalisar a cultura do café, mas a falta de auxilio que recebia da metropole fez com que as finanças da provincia chegassem ao mais deploravel estado. Conservou-se 5 annos no governo d'Angola, até que em 25 de junho de 1834 se proclamou ali a realeza de D. Maria II, e o barão de Santa Comba-Dão regressou á patria, e afastou se completamente da vida publica, indo residir para a sua casa em Santa Comba Dão, onde falleceu. O seu brazão d'armas consta: Escudo esquartelado: no 1.º quartel as armas dos Sousas: escudo esquartelado, tendo no 1.º quartel as quinas do reino, sem a orla dos castellos, e no 2.º em campo de prata, um leão sanguinho; e assim os contrarios; uo 2.º quartel do escudo, as armas dos Almeidas: Em campo vermelho 6 bezantes de ouro entre uma cruz dobre, com bordadura de ouro; no 3.º as dos Vasconcellos: Em campo negro tres faxas veiradas de prata e vermelho, sendo a prata da parte de cima, e o vermelho da de baixo; e no 4.º as dos Macedos: Em campo azul 5 estrellas de ouro, de 5 pontas cada uma postas em santor.

Santa Comba-Dão Villa da prov da Beira Alta, séde de conc. e de com., distr. e bisp. de Vizeu, Relação do Porto. Tem uma só freg., cujo orago é N. S.ª d'Assumpção. Está situada n'uma bonita e fertil planicie, no alto da margem direita do rio Dão, a 2 k da margem esquerda do rio Criz, e dista 30 k. da capital do distr. Era dos bispos de Coimbra, como condes de Arganil, os quaes primitivamente fôram condes d'esta villa. Do condado de Santa Comba Dão gozou o bispo D. João Galvão, antes de ser conde de Arganil. Este prelado assignava-se *Bispo de Coimbra e conde de Santa Comba Dão*, como se vê de uma provisão de 25 de novembro de 1471, cujo original foi visto e examinado no archivo da collegiada do Salvador, em Coimbra, por João Pedro Ribeiro, como elle declara nas suas *Reflexões historicas*, parte 1.ª, pag. 41 e 42. Os bispos de Coimbra apresentavam o prior, que tinha réis 260$000. A pov. é muito antiga, mas ignora-se quando foi fundada e o nome do fundador, sabe-se, comtudo, que já existia no tempo dos godos, com a denominação de *Santa Colomba*. Parece que os arabes lho não mudaram o nome. O conde D. Henrique e sua mulher, a rainha D. Thereza, deram lhe foral em outubro de 1102, e D. Manuel I lhe deu foral novo, em Lisboa, a 12 de setembro de 1514. Santa Comba, padroeira antiga d'esta villa e que lhe deu o seu nome, foi abbadessa d'um convento de religiosas benedictinas, que existiu em tempos remotos nas proximidades de Lamego, a qual soffreu o martyrio, juntamente com as suas religiosas, a 19 do fevereiro de 982, por ordem do rei de Cordova Almansor. Passa por esta villa a ribeira de Santa Comba Dão, que nasce na fonte do Salgueiral, 5 k. acima da villa. Esta ribeira alimenta no curso, desde o seu viaducto, solidamente construido e um dos pontos mais frequentados nas noites calmosas, differentes açudes que servem de motor a algumas azenhas, até se despenhar no rio Dão. Este rio é atravessado por uma grandiosa ponte de cantaria, com varios arcos. Do lado de cima existe a capella das Almas, e do lado de baixo está uma memoria, ou padrão, com a inscripção seguinte:

FOI ESTA PONTE CORTADA
EM 20 DE SETEMBRO DE 1810
PELA INVASÃO DO EXERCITO FRAN-
CEZ COMMANDADO POR MASSENA.
FORAM REEDIFICADAS AS SUAS RU-
INAS E DE NOVO FEITAS ESTAS COR-
TINAS DOS LADOS E A ESTRADA
E CALÇADA DA PARTE DO SUL MEDI-
ANTE O PATERNAL DESVELO
DO EXCELSO IMPERADOR E REI
O SENHOR D. JOÃO VI EM 1825
E GASTARÃO SE 3:898$(5)
ANNO DOMINI
MDCCCXXV

As margens do rio, que em parte são cultivadas e em parte cobertas de viçoso arvoredo, são muito amenas e ferteis. Durante o longo periodo em que a maior parte da provincia da Beira Alta, para ir aos grandes centros, como Lisboa e Porto, se servia da estrada que conduz á Mealhada, Santa Comba teve um grande elemento de vida commercial, por ser ali o ponto forçado de descanço para os passageiros. Com a abertura da linha ferrea da Beira Alta, cessou por completo aquelle curso do transito entre a referida provincia e esses centros, derivando d'isso um enorme prejuizo para a povoação. Entretanto tem-lhe valido a facilidade na exportação dos seus productos agricolas. E' no largo do antigo bairro das Lages, que se realiza no 3.º domingo de cada mez, um mercado abundante em generos variadissimos; no mesmo dia, n'um largo que lhe fica junto, se realisa tambem uma importante feira de gado. O actual edificio da Misericordia, que substituiu o que existia no local onde é hoje a residencia do parocho, fundado em 1571, começou a construir-se em 1737 sob o plano e direcção do architecto Gaspar Ferreira, de Coimbra, no quin-

tal que pertencia a Manuel da Veiga. Em 11 de julho de 1755 fez se a transferencia para o novo edificio, e n'esse mesmo dia se celebrou a primeira missa na nova egreja Até aos fins do seculo XVII a Misericordia tinha hospital, mas como o seu rendimento era escasso, um alvará de 14 de outubro de 1664 autorisou a mesma Santa Casa a esmolar pela freguezia, e ainda por *tres legoas em redor para acudir aos doentes do seu hospital.* O medico tinha 4$000 réis de partido, mas em 1719 foi supprimido este logar, por já não existir o hospital, provavelmente por falta de meios para o sustentar O edificio é espaçoso, o templo elegante e possue boas alfaias. Na casa da camara municipal funccionam todas as repartições e o tribunal judicial e cadeia. O edificio foi construido nos annos de 1872 a 1876, no sitio onde existia uma casa denominada de *Pombal*; é amplo e de architectura simples. Defronte da casa da camara ergue se o pelourinho, constituido por uma columna de granito torcida assente n'uma base quadrangular sobre tres degraus. No alto termina em pyramide quadrangular, tendo uma esphera armillar de ferro no extremo. A egreja matriz é um bom templo. No passeio junto ao adro existe um coreto de ferro feito por subscripção publica e doado á camara municipal. A' direita da estrada e perto da egreja vê se um antigo palacio, vulgo a casa dos arcos, ou a casa do Barão. Pertence actualmente ao sr. Albino Vieira das Neves. O edificio tinha capella e acha-se muito arruinado. O portico brazonado tem na verga a seguinte inscripção:

No anno de 1692 honrou esta casa a S. M. S.ª D. Caterina R. da Gran-Bretanha. No de 1701 o S. M. O. S. R. D. Pedro II de Portugal e 2 dias depois o S M. D. S. Carlos III hoje imperador dos romanos. No de 1738 o S. D. Manuel, infante de Portugal, fazendo todos grandes honras aos possuidores d'esta casa, permittindo lhe pegacem no estribo e servicem á Mesa. 1738.

O brazão d'armas differe do já descripto no artigo anterior por ter no 2.º e 4.º quarteis do primeiro quartel do escudo, em logor do leão sanguinho, uma quaderna de crescentes, e assim os contrarios. Não fica longe das Pedras Negras, a ponte do rio Criz, um dos affluentes do rio Dão, em cujas proximidades houve uma modeste instituição de caridade, que se denominava *Albergaria de S Paulo da Ponte do Criz*, que se deveu a um velho, Fernão Mendes, que vivia n'uma pobre casa proximo da ponte do Criz, e ao qual D. Sancho I fez doação d'um largo trato de terreno n'aquelle sitio, por occasião d'uma caçada das muitas que este monarcha, saindo dos paços de Coimbra, realisava nas margens dos rios Dão e Criz As obrigações impostas pelo instituidor aos seus descendentes que gozassem aquelle terreno, era de possuir a albergaria *em quanto o mundo durasse.* O ultimo administrador d'esta albergaria foi o conde da Lapa, para cuja casa fôram os respectivos bens em razão do casamento de Braz d'Almeida e Vasconcellos, 11.º donatario da casa de Mossamedes, com D. Joanna Clara de Almeida Leitão, da casa de S Pedro do Sul, familias depois representadas pelos condes da Lapa. Poucos annos depois da invasão franceza, fundou se um theatro em Santa Comba Dão, por iniciativa de alguns academicos, sendo os principaes José da Silva Carvalho, Gabriel Borges da Gama e José Correia Godinho A primeira recita deu se em commemoração da queda do poder napoleonico em Portugal. Em 27 de setembro de 1857, outros academicos inauguraram outro theatro, commemorando a batalha do Bussaco, representando se o drama de Camillo Castello Branco, *Espinhos e flôres.* Este theatro ainda hoje existe. Santa Comba Dão pertence á 2.ª div. mil., 3.ª brigada, circumscripção mil. Central, e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, de que é séde. Tem escolas d'ambos os sexos, est. telegr. post., com serviço do valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; advogados, agencias dos bancos *Alliança*, *Commercial de Lisboa*, *Banco do Minho*, *Crédit Franco-Portugais*, *Portugal*, *Commercial do Porto*; das companhias de seguros *Fidelidade*, *Portugal*, *Previdencia*, *Sociedade Portugueza* e *Tagus*; *Associação de Soccorros mutuos dos operarios de Santa Comba Dão*; hospedaria, hoteis, productores de azeite, medicos, notarios, pharmacias, *Gremio de Santa Comba Dão*, etc. Tem se publicado os seguintes jornaes: *Beira Alta*, 26 de maio de 1901, e *O Dão*, 4 d'agosto de 1889. O conc. comprehende 8 freguezias, com 2:878 fog. e 11:115 hab., sendo 4:848 do sexo masc. e 6:267 do fem., n'uma superficie de 8:687 hect. As freguezias são: Santa Columba, de Couto do Mosteiro, 1:281 hab.: 546 do sexo masc. e 735 do fem; S. Martinho, de Ovoa, 1:101 hab.: 496 do sexo masc. e 605 do fem.; S. Miguel, de Pinheiro de Azere, 895 hab: 323 do sexo masc. e 572 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Santa Comba Dão, 1:820 hab.: 834 do sexo masc. e 985 do fem.; S. João Baptista, de S. Joanninho, 1:038 hab: 416 do sexo masc. e 622 do fem.; S. João Baptista, de S. João d'Areias, 2623 hab: 1:167 do sexo masc e 1:456 do fem.; N. S.ª da Assumpção, de Treixedo, 1:617 hab: 710 do sexo masc. e 907 do fem; Santa Cruz, de Vimieiro, 740 hab.: 356 do sexo masc. e 381 do fem. O principal commercio do conc é azeite, cereaes, madeiras e vinho.

Santa Comba de Rossas. Pov. e freg. de Santa Comba, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com., distr. e bisp do Bragança; 50 fog e 202 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada na estrada de Bragança a Mirandella, a 18 k. da séde do conc. O reitor de S. Nicolau, de Salsas, apresentava o cura, que tinha 8$000 reis de congrua e o pé d'altar. A terra é pouco fertil o pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Santa Comba de Villariça. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Villa Flôr, distr. e bisp. de Bragança; 131 fog. e 586 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e pharmacia. Está situada na margem direita da ribeira de Villariça, e dista 10 k. da séde do conc. O abbade do convento de bernardos, de Santa Maria, de Bouro, apresentava o vigario, que tinha 11$000 reis e 22 alqueires de trigo, cria gado e tem caça. A terra é fertil; pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. Ha aqui grande cultura de bicho de seda.

Santa Combinha. Pov. e freg. de Santa Comba, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragan-

ça; 40 fog. e 152 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada proximo da estrada de Bragança a Mirandella, a 8 k. da séde do conc. O cabido de Bragança apresentava o abbade, que tinha 100$000 reis. A terra é fertil, tem muita caça e muito gado. Esta freg. pertencia ao conc. de Bragança, mas passou para o actual por decreto de 14 de agosto de 1895. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Santa Cruz *(Antonio Manuel de Noronha, visconde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de S. Bento de Aviz, cavalleiro da da Torre e Espada, ministro de Estado, vice-almirante da armada, vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar, governador d'Angola, deputado, condecorado com a medalha da Estrella de Ouro de Montevideu. Falleceu em 1860. Era chefe de esquadra, quando exerceu por algum tempo o cargo de ministro da marinha em 1827, e almirante, quando em janeiro de 1839 foi nomeado governador geral de Angola. Desenvolveu uma grande actividade, pôz em execução o decreto da abolição da escravatura, creou uma sociedade para a exploração das minas, mandou o suisso Dr. Lang explorar as minas de petroleo do Dande, a serra de Libongo e o sertão de Mossamedes, deu ordem para se fazerem varias explorações maritimas, começou uma boa estrada do alto das Cruzes para o Bengo, quiz vêr se restabelecia as feiras, mandou ir para Angola os primeiros camellos que ali appareceram, ordenou culturas novas, fez com que a camara de Loanda illuminasse a cidade, comprasse bombas de incendio, e uma machina artesiana; finalmente, foi no seu tempo, que Chateauneuf, governador de Benguella, fez uma guerra feliz no Dombe Grande da Quinsamba, e creou a companhia de commercio, agricultura e pescarias da provincia de Benguella. Tudo isto feito no espaço de um anno revelava uma grande actividade da parte do governador, mas a agitação produzida pela repressão do trafico preoccupou-o muito, e depois de ter prendido e processado o juiz de direito, metteu-se a 23 de novembro de 1839, n'um hiate de guerra, e partiu para Lisboa, depois d'um governo de 10 mezes. Em 1844 foi eleito deputado. Por decreto de 15 de outubro de 1851, recebeu a mercê do titulo de visconde de Santa Cruz. Havia casado em 10 d'agosto de 1810 com D. Marianna Luiza Beaumont, filha de João Beaumont e de Izabel Kair.

Santa Cruz *(D. Francisco Mascarenhas, conde da Horta, e 1.º conde de)*. Governador de Chaul e de Sofala, vice-rei da India, etc. N. entre os annos de 1530 e 1535, fal. a 4 de setembro de 1607. Era filho do capitão de Diu D. João Mascarenhas e de D. Margarida Coutinho, filha dos primeiros condes de Borba; neto de D. Fernando Martins Mascarenhas e de D. Violante Henriques. Descendentes dos Mascarenhas, cuja varonia é uma das mais illustres do paiz, remonta ao tempo de D. Sancho I, em que se encontra Estevão Rodrigues, senhor do logar de Mascarenhas, na provincia da Beira, por mercê do dito monarcha. D'este logar tomaram o appellido todos os seus descendentes, entre os quaes se conta o citado D. Fernando Martins Mascarenhas, que foi capitão dos ginetes da guarda de D. João II e de D. Manuel I, senhor de Lavre e Estepa. D'esta familia descendem os condes de Santa Cruz, marquezes de Gouveia, onde se conserva a progenitura da familia Mascarenhas, os condes d'Obidos, marquezes de Fronteira, condes da Torre, Coculim, Sandomil, e outras casas illustres. D. Francisco Mascarenhas serviu na India, como capitão do mar e como governador de Chaul, e quando estava governando esta fortaleza, em 1562, teve alvará de successão para o governo da India, no caso de morrer o conde de Redondo D. Francisco Coutinho. Em 1563 foi nomeado governador de Sofala, mas só esteve ali até 1564, regressando então ao reino, onde ainda se conservava, quando em 1578 organisou el rei D. Sebastião a malfadada expedição africana. Feito prisioneiro na batalha d'Alcacer Kibir, onde combateu intrepidamente como capitão de ginetes, seguiu, ao voltar ao reino, o triste exemplo de seu pae, tornando se como elle partidario de Castella. Em recompensa teve a mercê do titulo de conde da Horta, e a nomeação de vice-rei da India, partindo para Gôa em 1581, indo substituir Fernão Telles de Menezes. De caminho proclamou em Moçambique a realeza de D. Filippe, de Hespanha e Portugal. Durante os tres annos do seu governo nada houve de notavel, a não ser o cêrco posto pelo Grão Mogol á fortaleza de Damão, que resistiu com felicidade, intrepidamente commandada por Martim Manso de Mello. Muito conhecedor da India, o conde da Horta governou aquelles estados com prudencia, e entregou os intactos ao arcebispo, que governou interinamente até poder tomar posse D. Duarte de Menezes, o novo vice rei, que chegára doente. O conde da Horta regressou ao reino em 1584, foi um dos 5 governadores de Portugal que se seguiram ao cardeal archiduque Alberto, e em 1593 trocou o titulo de conde da Horta pelo de Santa Cruz, villa da ilha das Flôres, de que era donatario. Era casado com D. Leonor de Athaide, filha do morgado de Oliveira. Tendo-se quebrado a varonia dos Mascarenhas, foi renovada por ter casado sua neta D. Brites Mascarenhas, com seu primo 2.º, D. João Mascarenhas, que teve o titulo de 3.º conde de Santa Cruz. As armas d'estes fidalgos são: Em campo vermelho, tres faxas de ouro, e por timbre um leão vermelho armado de ouro.

Santa Cruz *(D. João Mascarenhas Lencastre, 3.º conde de)*. Commendador de Mertola, alcaide-mór de Montemór-o Novo e de Alcacer do Sal, senhor de Lavre e de Estepa, védor da casa de D. João IV e mordomo mór das rainhas D. Luiza Francisca de Gusmão e D. Maria Francisca Izabel de Saboia. N. em Lisboa, onde tambem fal. a 15 de fevereiro de 1658. Era filho de D. Fernão Martins Mascarenhas, commendador de Mertola, na ordem de S. Thiago, alcaide mór de Montemór o-Novo e d'Alcacer do Sal, etc., e de sua mulher, D. Maria de Lencastre. Cultivou a poesia, tornando se poeta muito apreciado. Casou com D. Brites Mascarenhas, filha herdeira de D. Martinho Mascarenhas, 2.º conde de Santa Cruz. Tendo enviuvado, passou a segundas nupcias com D. Maria de Tavora, viuva de D. Antonio Mascarenhas da Costa, 1.º conde da Palma, filha de Luiz Alvares de Tavora, conde de S. João.

Santa Cruz *(D. João Mascarenhas, 5.º conde de)*. Mordomo mór da casa de D. Pedro II, por morte de seu tio, o marquez de Gouveia, D. João

da Silva, como herdeiro da sua casa. Fal. em 12 de agosto de 1691. Era filho dos 4.os condes de Santa Cruz, D. Martinho Mascarenhas e D. Juliana de Lencastre. Casou em Castella com D. Thereza de Moscoso Osorio, que foi marqueza de Santa Cruz, aia do principe D. José e dos infantes seus irmãos, a qual fal. em 13 d'abril de 1724, filha de D. Gaspar de Moscoso, 5.° marquez de Almazan, conde de Monte Agudo, que fal. a 23 de maio de 1664. Seu filho, D. Martinho Mascarenhas, foi o 3.° marquez de Gouveia, e 6.° conde de Santa Cruz. V. *Gouveia*.

Santa Cruz *(D. Martinho Mascarenhas, 2.° conde de)*. Conselheiro de Estado e presidente do desembargo do Paço. Era filho do 1.° conde do mesmo titulo.

Santa Cruz *(D. Martinho Mascarenhas, 4.° conde de)*. Procurador e capitão general da praça de Mazagão, do conselho d'el-rei, e senhor de toda a casa de seus avós. Era filho do 3.° conde de Santa Cruz, D. João Mascarenhas de Lencastre, e de sua primeira mulher, D. Brites Mascarenhas. Fal. em 1676. Casou com D. Juliana de Lencastre, filha de D. Henrique da Silva, 1.° marquez, de Gouveia, e da marqueza D. Maria de Lencastre, filha dos duques de Aveiro: D. Alvaro e D. Juliana de Lencastre.

Santa Cruz *(Fr. Rodrigo de)*. Philosopho, e religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho. N. em Lisboa, ou em Coimbra, e fal. em 1509. Foi confessor do D. João II e de D. Manuel I, provincial da sua ordem em 1498, lente de philosophia na Universidade de Lisboa, e no cumprimento d'este cargo compoz umas *Lectiones in Aristotelem et magistrum sententiarum*, que ficaram manuscriptas.

Santa Cruz. Pov. e freg. de N. S.ª do Pé da Cruz, da prov. do Alemtejo, conc. e com. d'Almodovar, distr e bisp. de Beja; 404 fog. e 1:766 habit. Tem esc. do sexo fem., est. post. e uma fabrica de distillação de medronhos. Está situada na margem esquerda da ribeira de Vascão, na estrada de Almodovar para Alcoutim, a 15 k. da séde do conc.. A egreja matriz é um antigo templo de 3 naves. Era da ordem mil. de S. Thiago e a Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o prior, que tinha diversos generos e 12$000 réis em dinheiro. O prior apresentava o cura, mas este era pago pelo povo e aquelle pela commenda. A terra é muito fertil, e cria muito gado e colmeias. Pertence á 4.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.° 4 com a séde em Faro. || Pov. e freg. de Santa Cruz, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Vinhaes, distr. e bisp de Bragança, 70 fog. e 295 habit. Tem correio com serviço do posta rural. Está situada proximo da margem direita do rio Tuella, a 8 k. da séde do conc. O reitor do Quintella, de Vinhaes, apresentava o cura, que tinha 8$500 réis em dinheiro e diversos generos. A torra é muito fertil, sobretudo em linho, do qual produz em grande quantidade. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.° 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de Santa Cruz, da prov. da Extremadura, conc. e com. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa, bisp. de Beja; 113 fog. e 539 habit. Foi primitivamente dos duques de Aveiro, depois, no seculo XVII, passou para a corôa. Está situada em terreno montanhoso. Era da ordem mil. de S. Thiago, pelo que a Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o capellão, que tinha diversos generos o 10$000 réis em dinheiro, tudo pago pela commenda da villa. A terra é fertil em cereaes e vinho. Tinha juiz de vintena com seu escrivão, nomeados pela villa de S. Thiago do Cacem. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 11, com a séde em Setubal. || Ilha da Madeira; villa e séde de conc. e de com. distr. e bisp. do Funchal. Tem uma só freg., cujo orago é S. Salvador. Está situada á beira-mar, na parte leste da ilha, assente na encosta de altos montes. E' a mais importante da Madeira, sendo tambem de todas a mais pittoresca. Tem esc. de ambos os sexos, est. post. e telegr., com serviço do valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, lettras e vales; advogado, agencias de vapores; barcos de cabotagem, Misericordia, medicos, pharmacia, fabricas de cal, de cortumes, de gazosas, de manteiga, de moagens, distillação e fabricação de aguardente, e de sabão, notarios, casa de pasto, sociedades de recreio: *Gabinete de Leitura Santacruzense*, o duas philarmonicas, etc. Pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.° 27, com a séde no Funchal. Em Santa Cruz ha bonitos passeios: a *Praça de D. João d'Alarcão*, junto á egreja matriz; o da *Praça do General Norberto Jayme Telles*. e um jardim municipal. A villa foi creada em 1515, e a egreja matriz é de construcção manuelina. Ha um mercado de peixe, e duas fortalezas, a de *S. Fernando* e a de *S. Francisco*, hoje em ruinas. Fazem parte d'este conc as ilhas Desertas *(V. Portugal*, vol. III, pag *30)*. O conc. constitue se de 6 freguezias, com 2:766 fog. o 16:277 habit. sendo 7:941 do sexo masc. e 8:336 do fem.. As freg. são as seguintes: S. Lourenço, de Camacha, 3:305 habit.; 1:603 do sexo masc. e 1:702 do fem.; Espirito Santo e S. Antão, do Caniço, 3:793 hab: 1:880 do sexo masc. e 1:913 do fem.; N. S.ª da Luz, de Gaula, 2:521 hab.: 1:192 do sexo masc. e 1:329 do fem.: S. Salvador, de Santa Cruz, 5:891 hab.; 2:880 do sexo masc. e 3:011 do fem.; Santo Antonio da Serra, 2.ª parte, 767 hab.: 386 do sexo masc. e 381 do fem.. A 1.ª parte d'esta freg. pertence ao conc. de Machico. A freg. do Santa Beatriz, de Agua de Pena, tambem pertence uma parte ao conc. de Santa Cruz, e outra parte ao de Machico. O principal commercio de todo o conc. é madeiras, lenha, aguardente, manteiga, fructas, cebolas, batata doce, etc. || Povoações nas freguezias: S. Lourenço, de Alvellos, conc. do Barcellos, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Argella, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Burgães, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Maria, de Esmoriz, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || N S.ª da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, do mesmo distr. || S Miguel, de Outeiro Secco, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || S Pedro, do Queimadella, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Ilha do Pico; Santa Barbara, do Ribeiras, conc. do Lagens do Pico, distr. de Horta. || O Salvador, de Roge, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || S. Pedro ad Vincula, de Sanfins, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || O Salvador, de Souto, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção, de Vialonga, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Sant'Anna, do Vimieiro, conc. e distr. de Braga. || Santa Ma-

ria o conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Pov. da 1.ª div do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Porto da ilha da Madeira, a E da ponta do Garanjau. || Ponta ou cabo no extremo N da ilha de Porto Santo, Madeira. || Bahia ou porto situado na costa E da ilha das Flôres. abrigado dos ventos do N a SSO por O, e limitado pelas pontas ou cabos de Santa Cruz e Cabreira. || Ponta ou cabo na costa E da ilha das Flôres. || Bahia situada na costa N da ilha Graciosa, Açôres. || Nome primitivo da villa da Ribeira Grande, cap. da ilha de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde. O nome de Santa Cruz provinha dos condes d'este titulo, antigos donatarios da ilha || Regedoria e freg. do conc das Ilhas, do distr. das Ilhas, India. || Roça da ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Santa Cruz (*Praia de*). E' uma das mais aprazíveis praias da nossa costa. Está situada no conc. de Torres Vedras, terminando para o norte n'uma extensão de 6 k, nas armações valencianas de Porto Novo; para o sul tem a praia Formosa com 3 a 4 k, seguindo-se a praia da Foz com 6 k. Merece menção o Alto da Vela d'onde se desfructa um soberbo panorama, divisando-se ao longe as torres de Mafra e o palacio da Pena em Cintra. O Penedo do Guincho é uma das curiosidades de Santa Cruz, pois tem de altura 30 m. por 100 de circumferencia. Na base, na praiamar, dá passagem de norte a sul por em tunnel, obra da natureza, muito parecido com os das nossas linhas ferreas. Da praia de Santa Cruz se avistam, em dias claros, as ilhas das Berlengas, Peniche e a praia da Consolação. Santa Cruz, segundo a *Descripção historica e economica da villa e termo de Torres Vedras*, foi uma grande povoação no tempo dos romanos. Com o andar dos seculos descaiu da sua grandeza, chegando a ter uns 7 a 8 fog. e uns 20 a 30 moradores, sendo o terreno arido e coberto, na maior parte, de areias que os ventos teem acarretado para a terra. Desde o meado do seculo passado começou a praia a florescer, a ser concorrida de banhistas, e assim se foi desenvolvendo. Em 1861 já se via ali maior numero de habitações, e de então para cá teem augmentado bastante, tornando se aquella praia predilecta dos moradores da villa e do termo de Torres Vedras, não só pelos banhos, como em passeios, gozando dos seus bonitos pontos de vista. Vêem-se ali as magnificas vivendas Miranda e Bacellar, um elegante casino, onde durante a epoca balnear se passam agradaveis noites. Ha tambem o Hotel Havanez, de José Maria Porto. Existe em Santa Cruz a egreja de Santa Helena; é um templo muito antigo, que alguns pretendem ter sido a matriz da freguezia de Athouguia da Baleia. O seu primitivo assento foi junto ao mar, que a arrazou, pelo que se construiu em 1874 a actual ermida Na antiga existia uma lapide romana, que foi tampa da *sepultura de Caio, filho de Quinto .. que falleceu de 25 annos de edade. Foi mandado fazer á custa de Valerio e Julia...* tendo na ultima linha as letras usadas em todos os tumulos romanos—S. T. T. L. (A terra te seja leve). O sargento-mór Felix José da Cunha, do Turcifal, mandando construir proximo da ermida uma casa para banhos, fez da tal lapide um assento, que collocou junto á casa, n'um poial, casa, que em 1880 pertencia ao negociante de Torres Vedras, Manuel Francisco da Veiga. Para attestar a antiguidade da praia de Santa Cruz, e de ter ali existido uma cidade ou grande povoação romana, que o mar fôsse pouco a pouco levando, teem apparecido perto da ermida muitas sepulturas romanas com ossadas. A pittoresca praia de Santa Cruz, proximo de Torres Vedras, era antigamente conhecida por *Santa Cruz de Ribamar*.

Santa Cruz dos Angolares. V. *Angolares*.

Santa Cruz do Bispo Pov. e freg. de Santa Cruz, da prov. do Douro, do antigo conc. de Bouças, hoje de Mattosinhos, com., distr. e bisp. do Porto; 241 fog. e 1:114 hab Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. O ordinario apresentava o cura, ao qual dava de congrua 2 carros (80 alqueires) de pão, 10$000 reis em dinheiro e o pé d'altar. Está situada a 2 k. da margem direita do rio Leça. N'um sêrro, entre as capellas do Livramento e de S Sebastião, achou se uma estatua de Hercules, tendo na mão uma maça, e aos pés um leão. O vulgo chama lhe o *homem da maça*. Por esta freg. passa o rio Leça. A terra é muito fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto. E' n'esta freg. a extensa quinta de recreio dos bispos do Porto. Segundo uns, foi esta quinta hospicio dos frades benedictinos em eras remotas, passando depois a ser dos templarios. Segundo outros, foi feita pelo bispo do Porto D. Rodrigo Pinheiro Havia aqui uma bella e rarissima matta de gigantescos buxos, os maiores de Portugal e o maior ornamento da quinta. Sendo bispo do Porto D. Jeronymo José da Costa Rebello, fôram destruidos e exterminados estes formosissimos e admiraveis buxos, que tinham muitos seculos de existencia, os quaes se venderam em 1844 aos torneiros do Porto. Esta freg. chamava-se antigamente *Santa Cruz da Maia*, mas depois dos bispos do Porto terem aqui a quinta, é que se chamou do *Bispo*. Esta freg. era da corôa e foi dada por D. Mafalda, mulher de D. Affonso Henriques, aos bispos do Porto, para os compensar dos prejuizos que a sua Sé tinha nos proventos dos enterros, pois que a maior parte das pessoas que morriam na cidade do Porto, eram por seus parentes mandados enterrar no convento de S. Domingos, da mesma cidade, mesmo as que eram da freg. da Sé.

Santa Cruz do Castello. E' a segunda freguezia, que se instituiu em Lisboa, sendo a primeira a dos Martyres. Já existia em 1168, segundo documentos antigos existentes no archivo da Torre do Tombo. A egreja está collocada dentro da praça do castello de S. Jorge, n'um pequeno largo, ao fim da rua de Santa Cruz. Dizem que foi mesquita dos moiros, tornada em egreja christã logo depois da tomada de Lisboa; outros pretendem que foi construida por mandado de D. Affonso Henriques. A fachada do templo é de simples architectura. A porta principal está voltada para o sul, sobre a qual se vêem tres janellas que dão para o côro Ao lado, um pouco mais afastada, se vê a torre dos sinos. Aos lados do altar mór vêem se duas grandes imagens, sendo a do lado da Epistola, S. Jorge, que antigamente acompanhava a procissão do corpo de Deus da cidade, e a do lado do Evangelho Sant'Anna. No tecto da capella-mór nota se um bello quadro allegorico á Santa Cruz. No corpo da egreja ha 6

altares lateraes, incluindo a capella do Santissimo Sacramento, onde no retabulo se vê um quadro representando a *Ceia de Christo com os apostolos*, que dizem ser dizem ser de valor. Nos altares ha imagens em vulto, sendo as esculpturas mais apreciadas as de Santo Antonio, Santa Barbara, S. José, N. S.ª da Conceição e N. S.ª do Rosario. Na casa do despacho da irmandade tambem se vê um quadro, que dizem ser de valor. O tecto do corpo da egreja tinha pintados muitos paineis, mas hoje, está todo completamente em branco, sem nenhum ornato. Nas paredes da capella-mór e do corpo da egreja, vêem-se muitos quadros pequenos com o retrato dos apostolos e de muitos outros santos. A egreja tinha prior, apresentado pelos arcebispos de Lisboa, 5 beneficiados, cura e thesoureiro. Possuia uma reliquia do Santo Lenho, e antigamente existia ali uma irmandade dos soldados do Terço da Armada, que festejavam solemnemente a invenção da Santa Cruz, orago da egreja. O terremoto de 1 de novembro de 1755 arruinou muito o edificio, mas o prior,que então parochiava, mandou construir provisoriamente no mesmo adro uma ermida de madeira, onde se exerceram as funcções parochiaes, até á reedificação do edificio, que foi completa, bem como o frontispicio, sendo o director dos trabalhos, e quem elaborou o risco, o architecto das obras publicas João Paulo. Posteriormente, tornou a ser reconstruida, destruindo-se então o cemiterio que lhe ficava contiguo. Pouco depois de 1838, organisou-se ali a Praça Nova Militar. Dizem, que a espada que se vê na imagem de S. Jorge é de grande valor pela sua muita antiguidade, o pela riqueza dos copos. Consta que a imagem, na sua primitiva, estava na egreja de S. José, vindo depois para o castello, porém ainda antes do tempo de D. João I, pois foi no reinado d'este monarcha que principiou a ser incorporada na procissão, com o seu sequito, e collocada sobre um cavallo ricamente ajaezado, pertencente á Casa Real.

Santa Cruz do Douro. Pov. e freg. de Santa Cruz, da prov. do Douro. conc. e com de Baião, distr e bisp. do Porto, 458 fog. e 1:910 hab. Tem escolas d'ambos os sexos. Está situada no centro do conc. de Baião, em sitio elevado. O abbade de Soalhães era quem apresentava o abbade, depois passou o direito da apresentação a ser dos viscondes de Villa Nova da Cerveira. O abbade tinha 3:500 cruzados (1:400$000 reis). Esta egreja pertencia aos arcebispos de Braga, dada pelo papa Eugenio III em 1147 ao arcebispo D. João, o que foi confirmado pelo papa Adriano IV, em 1150. A terra é muito abundante d'aguas e muito fertil em cereaes e vinho Cria muito gado. Atravessam a freg. os ribeiros Eiras de Lazarim e Trancoso, indo ambas desaguar na margem direita do rio Douro. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. Esta freg. foi annexada para effeitos administrativos á de Covellas, por alvará de 20 do março de 1902.

Santa Cruz das Flôres. Villa da ilha das Flôres, Açôres, séde de conc. e de com., distr de Horta, bisp de Angra do Heroismo. Tem uma só freg., N. S.ª da Conceição. E' a capital da ilha. Tem um porto um tanto desabrigado, e um pequeno forte. Está situada á beira mar sobre uma planicie a E da ilha. As pequenas povoações ou logares denominados Além da Ribeira, Pampulha e Valas, são suas dependencias. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; agencias de seguros e de vapores; vice-consul de Inglaterra, França, Noruega, Suecia, Dinamarca, Brazil, Hespanha e Italia; fabrica de manteiga, Misericordia, notario, pharmacia, etc. O conc. compõe-se de 4 freguezias, com 914 fog. o 3:620 hab, sendo 1:573 do sexo masc. e 2:047 do fem. As freguezias são: N. S.ª do Livramento, de Caveira, 174 hab.: 74 do sexo masc. e 100 do fem.; S. Roque, de Cedros, 325 hab : 139 do sexo masc. e 186 do fem.; S. Pedro, de Ponta Delgada, 882 hab.: 379 do sexo masc. e 503 do fem ; N. S.ª da Conceição, de Santa Cruz das Flôres, 2:239 hab : 981 do sexo masc. e 1:258 do fem. O principal commercio do conc. é vinho, aguardente e cereaes.

Santa Cruz da Graciosa. Villa da ilha Graciosa, Açôres; séde de conc. e de com., distr. e bisp. de Angra do Heroismo. Tem uma só freg, que é Santa Cruz. Na costa ha duas bahias, nas quaes estão duas villas: Santa Cruz, que é a capital da ilha e a séde do conc., como fica dito, e Praia. (V. *Portugal*, vol V, pag. 1040). Santa Cruz está situada á beira-mar, voltada para o N, e proximo da ponta Occidental. O seu porto, que está protegido por uma fortaleza, é muito perigoso. Pico Negro, Pico Vermelho e Restinga, são pequenas povoações ou logares dependentes d'esta villa. O conc. compõe-se de 4 freguezias, com 2:542 fog. e 8:394 hab. pelo censo de 1 de dezembro de 1900, sendo 3:813 do sexo masc. e 4:581 do fem. As freguezias são: N. S.ª de Guadalupe, de Guadalupe, 2:722 hab : 1:263 do sexo masc. e 1:459 do fem.; N. S.ª da Luz, de Luz-Sul, 1:902 hab.: 864 do sexo masc. e 1:038 do fem ; S. Matheus, de Praia da Graciosa, 1588 hab.: 695 do sexo masc. e 893 do fem ; Santa Cruz, de Santa Cruz da Graciosa, 2:182 hab : 991 do sexo masc. e 1:191 do fem. A villa pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. Tem escolas d'ambos os sexos, estação telegrapho-postal com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales, advogados, agencias de seguros; *Açoriana* e *Occidental dos Açôres*; de vapores; *Empresa Insulana de Navegação;* consul de Inglaterra, hospital, hotel, deposito de madeiras, medico, pharmacias, notario, *Philarmonica Liberdade*, e *Theatro Graciosense*, etc. Tem-se publicado os seguintes jornaes: *Futuro (O)*, 15 fevereiro a 4 d'agosto de 1856; *Graciosense*, 16 de julho de 1898; *Ilha Graciosa (A)*, 30 de setembro de 1894; estes dois ultimos ainda se publicam. O commercio principal de todo o conc. é vinho, aguardente e cereaes. Conhecida a necessidade de dividir a Graciosa em duas freguezias, fez-se isso no principio do seculo XVI pelo Mestrado de Christo, sob proposta d'algum dos visitadores d'esta ordem, antes ainda da creação do bispado de Angra do Heroismo. Fez-se isto de accôrdo entre os habitantes de Santa Cruz e os da Praia, que estabeleceram entre si linha divisoria: *Alto do Quitadôr á Serra da Ermida e d'aqui ao Castelete*. Todo o territorio a

oeste d'esta linha, ficou sendo a area de Santa Cruz, e a leste a da Praia, cuja parochia se instituiu na ermida de S. Matheus, com vigario, cura e thesoureiro. A'cêrca da fundação da matriz de Santa Cruz da Graciosa, transcrevemos do jornal *Ilha Graciosa*, de 27 de dezembro de 1906, o seguinte artigo, firmado por A. A. Alvim: «Ha já um quarto de seculo que o sr. Antonio Borges do Couto Moniz, em artigo publicado no *Archivo dos Açôres* (vol II, pag. 369-371), sob a epigraphe *Uma cruz historica na ilha Graciosa*, suscitou duvida que convem esclarecer. Diz o sr. Moniz: «A egreja matriz d'esta villa foi fundada em 1500 e é n'este mesmo anno que D. Manuel elevou á categoria de villa a povoação de Santa Cruz... Se a matriz, como se presume, foi a terceira egreja da ilha fundada em 1500, o se antes d'ella apenas existiam as duas ermidas de Santo André e S. Pedro, que o povo edificou á sua custa, como se explica o facto do infante D. Henrique no seu testamento feito em 1460 (b) declarar solemnemente que *ordenou* e *estabeleceu* uma egreja na Graciosa? Que egreja seria esta?.. » A supra chamada (b) corresponde a uma nota que cita o *Archivo dos Açôres*, pag 334, vol. I, em que vem alludida a verba testamentaria do infante. Ouçamos agora Fr. Agostinho de Mont'Alverne: «Havendo duas villas n'esta ilha, esta de Santa Cruz foi a primeira, que fez el rei D. João II, no anno de 1486. Tem camara e capitão maior que a governam com muita nobreza, com ouvidor ecclesiastico, de toda a ilha, que n'ella assiste Chama-se Villa de Santa Cruz, além de entrarem n'ella os novos povoadores no dia da invenção da Santissima Cruz, quando foi feita villa era almoxarife um cavalleiro da casa d'el-rei, chamado Nuno Martins Palha, natural de uma aldeia, no Alemtejo, que se chama Vera Cruz. No anno de 1500, foi feita a casa do concelho, que tem, e o tanque acima da villa» (*Chronicas*. . vol. I, pag. 363-361). A descoberta da Graciosa está comprehendida entre 1432, anno em que, pela ilha de Santa Maria foi iniciada a descoberta do archipelago (*Archivo dos Açôres*, vol. I, pag. 2:4; vol. IV, pag. 195) e 1139, segundo as criteriosas *Considerações* de Ernesto do Canto (*ibidem*, vol. I, pag 249. A Graciosa estava ainda por povoar em 22 d'agosto de 1460, como se sabe pela carta de doação, que, da ilha, D. Henrique fez ao sobrinho D. Fernando (*Archivo* . vol. I, pag. 10 13), com o que bem se conjuga a seguinte asserção do nosso conscienciosissimo chronista Mont'Alverne: «Não foi logo povoada; sendo das sete ilhas, a ultima descoberta» (*Chronicas* . vol. I, pag. 363). Assim, temos que: E' ao anno de 1438, ou pouco antes, que deve attribuir so a descoberta da Graciosa, visto como é a ultima, das primeiras sete, que foi encontrada. Em 1460, a 22 d'agosto, ainda ella estava por povoar; mas 52 dias depois, a 13 d'outubro, diz o infante D. Henrique, em seu testamento: «Item ordenei e estabeleci a egreja do Jesu Christo na ilha de Jesu Christo: *e outra egreja na ilha Graciosa* » Baseando se aquellas datas em documentos irrefragaveis, mister é conjugal as, considerando que o facto do infante D. Henrique não citar a invocação, parece dar a entender que a egreja não estava ainda *estabelecida*, embora já *ordenada*, parecer que muito bem se consolida com a propria brevidade do tempo. E', pois, no fim do anno de 1460, ou no principio do immediato, que devem ter sido iniciadas as inadiaveis obras da egreja, e não em 1500. A data de 1486, em que D. João II elevou a villa o nosso logar de Santa Cruz, é que fulmina a hypothese da creação da egreja em 1 00, porquanto, além d'esta differença de 14 annos, é obvio que a categoria de villa não teria sido conferida senão a logar povoado e parochiado já ha alguns annos, pelo menos (25 ou 26, n'este caso); hypothese que, ao que parece, não passa de vaga e confusa tradição que já recebeu tambem publicidade em folhetim d'*O Velense* n.º 90 de 23 d'agosto de 1883, bem como na *Aurora povoacense*, n.º 28 de 20 d'outubro seguinte, que transcreveu aquelle folhetim Vê-se, pois que a villa tambem não foi decretada em 1500, e muito menos por D. Manuel. N'aquelle anno de 1500, o que se fez ou, talvez melhor, o que se concluiu, fôram os paços do concelho, com o que vem confundindo-se, chronologicamente, a data da fundação da Matriz (1461?) e a da creação da villa (1486) de Santa Cruz da Graciosa.» A egreja matriz obedeceu á generosidade dos devotos, e ao gosto e pericia dos architectos de então. Tem um adro espaçoso A torre foi começada em 1732 e concluida em 1743. A egreja é de tres naves Na do lado do Evangelho, além da baptismal, em estylo gothico, ha, faciando com a parede do templo, as capellas do *Espirito Santo* e *Almas*, e fundas, as do *Senhor Jesus*, *Santo Antonio* e *Santissimo Sacramento*. São de merecimento as pinturas da *Descida do Espirito Santo sobre os apostolos* e das *Almas do Purgatorio*. Tambem ali se vêem imagens em vulto A nave central é espaçosa, tem ao fundo a capella-mór, que conserva ainda as suas 12 cadeiras coraes. No retabulo do altar, todo dourado, mas sem relevos, ha sómente a imagem de *Jesus Crucificado*, mas notam-se 4 quadros, que dizem ser de valor, representando: *Jesus levando a Cruz* e *Descimento da Cruz*, do lado do Evangelho; O *Imperador Heraclio* e a *Invenção da Santa Cruz*, do lado da Epistola. Ao fundo da nave da parte esquerda, ha a capella da *Senhora do Rosario*, imagem de boa esculptura. Descendo, encontram se as capellas lateraes da *Senhora da Conceição*, *dos Passos*, *Senhora da Esperança* e de *Sant'Anna*. Esta ultima foi edificada em 1741, pelo P. Domingos da Silva Ha em Santa Cruz da Graciosa o majestoso monte da Ajuda; na freg. da Luz existe uma furna, que denominam *Baldeira*, que é o assombro de todos que a visitam Muitas pessoas ali teem ido propositamente para visitar a furna, sendo algumas de grande distincção. O principe de Monaco visitou-a pela primeira vez em abril de 1879, visitou a depois varias vezes, e em 1909 foi visitada por outro principe, de naturalidade ingleza

Santa Cruz do Lima. Pov e freg. de Santo André, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 100 e 383 hab. Tem est post. O arceb. de Braga apresentava o abbado. que tinha 400$000 reis. Pela freg. passa o rio Lima A terra é muito fertil, e pertence á 3.ª div. mil e ao distr. de recrut e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Santa Cruz de Lumiares Villa e freg de Santa Cruz, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Armamar, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego;

80 fog. e 329 hab. Tem esc. do sexo fem. O real padroado apresentava o vigario, que tinha 40$000 reis e o pé d'altar. Teve categoria de villa, e foral dado por D. Manuel, em Lisboa, a 9 de março de 1515. Foi séde de conc., com camara e justiças proprias. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Santa Cruz da Trapa. Villa e freg. de S. Mamede, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S Pedro do Sul, distr. e bisp. de Vizeu; 322 fog. e 1:403 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est post., e pharmacia. Está situada a E na margem direita do rio Vouga, a 6 k. da séde do conc. As Misericordias de Vizeu e de Vouzella e outros padroeiros seculares apresentavam o abbade, que tinha 600$000 reis de rendimento annual. A villa é muito antiga. Foi mais de 600 annos séde d'um concelho quo se supprimiu, tendo camara municipal e justiça, autoridades e empregados respectivos. Não consta que tivesse tido foral nem antigo nem moderno. A 3 k. ao sul da villa, entre altissimas serras e grandes mattas, está o mosteiro da Trapa. Foi na primitiva, convento duplex, de monges o monjas benedictinas, funda do em 865. Christovão João o sua mulher Maria Rabaldis o reconstruiram em 1120, pois estava abandonado, e o deram aos conegos regulares de Santo Agostinho (cruzios). Julga se que os conegos se não deram bem n'este sitio inhospito, porque em 1135, passou a ser dos monges benedictinos, como no principio, mas seguindo a regra de S. Bernardo, que era uma reforma benedictina. Foi D. Affonso Henriques que ampliou este convento, e obteve do papa Innocencio II a mudança da ordem, mas apezar dos cruzios estarem aqui pouco tempo, a villa ficou com a denominação de *Santa Cruz da Trapa*. A villa pertence á 2.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Santa Comba Dão.

Santa Engracia (*Antonio Esteves de Carvalho, 1.º barão de*). Commendador da ordem de Christo, cavalleiro da da Torre e Espada; commendador da de S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia, etc. N. a 25 de maio de 1818, fal. a 4 d'agosto de 1864. Era filho de João Esteves de Carvalho, proprietario e negociante de Lisboa, e de D. Anna Maria Vaz. Foi presidente da Camara Municipal de Lisboa, o o 1.º presidente da Commissão Central 1.º de Dezembro de 1640. Pelos serviços prestados em 1857, durante a epidemia da febre amarella, recebera a medalha commemorativa que a Camara Municipal então instituiu. Foi agraciado com o titulo de barão, pelo decreto de 5 de novembro de 1862. Por alvará de 13 de julho de 1863 teve a concessão do seguinte brazão: Escudo partido em pala: na 1.ª as armas dos Carvalhos: Em campo azul uma estrella de ouro, entre uma quaderna de crescentes de prata; na 2.ª as dos Martins: Campo partido em faxa; na 1.ª, de ouro, tres flôres de liz de púrpura, em faxa; na 2.ª, de preto, duas faxas de ouro.

Santa Engracia. Uma das freguezias mais populosas de Lisboa. No campo de Santa Clara, para a parto occidental, existiu a primitiva egreja de Santa Engracia. A infanta D. Maria, filha d'el-rei D. Manuel e de sua terceira mulher, a rainha D. Leonor, celebre pelas suas virtudes e amor ás letras, tinha o seu palacio n'aquelle local, e foi quem impetrou do papa Pio V a fundação d'uma nova freguezia, a qual se organisou por um brevo pontificio de 30 de agosto de 1568, e com o consentimento do arcebispo eleito em Lisboa D. Jorge do Almeida, em 2 de dezembro de 1569. A nova freguezia constituiu-se com uma parte que se desannexou da de Santo Estevão, ficando, porém, o parocho d'esta freguezia com a maior parte na repartição dos dizimos. A egreja reconstruiu-se por meio d'uma finta paga pelos parochianos da parte desannexada. O arcebispo dividiu então a renda da egreja em 9 partes, das quaes fôram 4 para o reitor de Santo Estevão, 3 para o de Santa Engracia, e as outras duas para os 2 coadjutores de ambas as parochias. De 8 beneficiados que havia em Santo Estevão, separou 3 para a nova freguezia, com o consentimento d'elles, os quaes tinham de rezar no côro, e celebrar as missas cantadas dos anniversarios e capellas que tinham em Santo Estevão, e as da semana que lhes pertenciam om Santa Engracia. Depois a freguezia de Santa Engracia tinha o prior, apresentado pelo patriarcha, o qual recebia 500$000 reis, e 1 beneficiado coadjutor com a congrua de 180$000 reis. Tinha varias irmandades e confrarias. Em janeiro de 16 0 deu-se um grande desacato na egreja do Santa Engracia, que causou o maior terror em toda a cidade. (*V. o artigo seguinte*). Em penitencia e para desaggravo, esteve lausperenne durante 8 dias na Sé, ordenado pelo arcebispo de Lisboa D. Affonso Furtado de Mendonça. A egreja estava toda ornamentada com os *pannos reaes da tomada de Tunis*; e havia missas, officios e sermões. Terminando este oitavario n'um domingo, fez-se n'esse dia uma solemne procissão, a que concorreram o clero, a nobreza e o povo, sendo tanta a gente que principiando a sair da Sé ao meio dia, só á noite chegou a Santa Engracia, depois de ter percorrido muitas ruas. Na egreja de Santa Engracia conservou-se o lausperenne outros 8 dias, sendo a festa de cada dia á custa de differentes fidalgos. A egreja ficou depois interdicta, passando a freguezia para a ermida de N. S.ª do Paraizo. Instituiu-se então uma grande confraria de fidalgos, intitulada dos *Escravos do Santissimo Sacramento*, sendo os estatutos assignados no dia 19 de maio de 1630. O presidente era o rei, e os irmãos eram apenas 100 fidalgos, que se obrigavam debaixo de juramento, a não consentir que para ella entrasse quem tivesse raça, ou sequer fama, de christão novo. Todos os annos, nos dias 16, 17 e 18 de janeiro, por ser o primeiro d'estes dias anniversario do desacato, faziam uma festa ao Santissimo Sacramento, assistindo el rei, o patriarcha e seu cabido, sendo no primeiro dia á custa da familia real, e nos outros dois á custa da propria irmandade, terminando a festa d'este triduo por uma procissão, em que as pessoas reaes se incorporavam. Quando os irmãos assistiam ás festas do desaggravo, trazia cada um d'elles uma medalha pendente de fita escarlate. A medalha era de cobre dourado representando o sacrario arrombado, uma custodia com o Santissimo Sacramento, o varios anjos. No reverso lia-se:

BENEDITO
E LOUVADO SE-
JA O SANTISSI-
MO SACRAM-
ENTO

Como a ermida do Paraizo, onde estava a freguezia, era muito pequena, as festas celebravam-se na egreja de S. Vicente, e depois do terremoto de 1755, na capella real d'Ajuda. A irmandade dos Escravos resolveu construir um majestoso templo no sitio onde havia a antiga egreja, tambem consagrada a Santa Engracia Começaram as obras activamente, mas quando estavam quasi concluidas, abateu o edificio arruinando se de tal fórma que foi preciso construir outro inteiramente de novo. Principiaram as obras com differente risco em 1682, sendo lançada a primeira pedra nos alicerces por D. Pedro II, com a maior solemnidade. O novo edificio era de tão vastas proporções que no fim de muitos annos de trabalhos seguidos e de perto de seculo e meio de esforços mais ou menos interrompidos, pararam de todo as obras, ficando as paredes do templo na altura da cimalha real, porque entre os archite-ctos houve receio de que sobrepondo-lhe as abobadas para se collocar a cupola, ou zimborio, as paredes não pudessem resistir, e se désse outra lastimosa derrocada. O terremoto de 1.º de novembro de 1755 não lhe causou ruina, no entretanto, esta catastrophe paralisou as obras por muito tempo, e assim o povo se habituou a chamar obras de Santa Engracia a todas aquellas a que não via fim. O edificio está situado em logar elevado proximo do campo de Santa Clara. Devia o templo ser todo coberto com uma elevada cupola ou zimborio, ao centro da qual havia de corresponder um altar com 4 frentes, collocado debaixo d'um baldaquino. Este colossal edificio, em que se gastaram centos de contos de reis, é grandioso, apezar da sua architectura ser pesada. Exteriormente é todo de cantaria, e no interior, guarnecido de bellos marmores multicôres, e ornado de boas esculpturas. O plano da cupola era soberbo. Foi um pensamento audacioso, e a sua execução seria um grande arrojo. Em 1816 o principal Silva mandou tirar uns desenhos dos retabulos das capellas, que eram trabalhos do architecto Honorato José Correia. N'essa epoca continuaram as obras por algum tempo, collocando se no seu logar toda a cantaria, que estava lavrada, e depois tornaram a parar por falta de recursos pecuniarios. O plano do templo era totalmente differente de todos os templos do paiz; se se acabasse ficaria com 4 torres e zimborio ao centro. Assim, por acabar, foi aproveitado para deposito de material de guerra, como armazem pertencente ao Arsenal do Exercito. A antiga egreja, depois de profanada, foi demolida por dentro bem como a sua antiga torre, e serviu para quartel do 2.º batalhão da Guarda Nacional de Lisboa. A irmandade dos Escravos dissolveu-se no tempo das luctas de D. Pedro e D. Miguel; a festa do desaggravo continuou a fazer-se todos os annos na Sé, mas ultimamente, parece que só se fazia a commemoração do desaggravo, estando lauspe-renne na egreja do convento de Santa Clara, nos dias 16, 17 e 18 de janeiro. A freguezia de Santa Engracia conservou-se durante 200 annos na ermida de N. S.ª do Paraizo, e a 5 d'abril de 1835 passou para a egreja do convento de N.S.ª da Conceição da Porciuncula dos missionarios barbadinhos italianos, no districto da mesma freguezia. A transferencia fez-se em solemne procissão, em que as irmandades e confrarias conduziram o Santissimo Sacramento, a imagem de Santa Engracia, e todas as outras que adornavam a ermida do Paraizo. A actual egreja parochial de Santa Engracia é elegante; entra-se por um espaçoso adro, fechado por gradaria, para onde deitam tres portões de ferro que dão ingresso a um pequeno vestibulo, entrando-se então na egreja. Logo á entrada, se vê um pequeno altar do lado da Epistola, tendo outro do lado do Evangelho, um pouco maior, ficando em parte occulto por um confessionario. Tem a capella mór e mais 4 capellas no corpo da egreja, duas de cada lado. Os altares das capellas, incluindo a da capella mór, são todos decorados de boa madeira com trabalhos magnificos de talha, e em todos se vêem imagens em vulto. Sobre o altar mór está o sacrario, tendo aos lados as imagens de Santa Engracia e de Santo Antonio. O retabulo do altar mór representa a Senhora da Conceição, padroeira do antigo convento, e nas paredes lateraes da mesma capella se vêem dois quadros, representando um o casamento da Virgem com S. José, e o outro a Apresentação do Menino Jesus no templo. A egreja tem um só pulpito, do lado do Evangelho, e defronte, no lado da Epistola, está um pequeno altar com a imagem do Senhor dos Passos, tendo na parte superior uma especie de nicho com a imagem de S. Sebastião. No 2.º altar do lado do Evangelho venera-se o busto de Santa Engracia, que é de muita devoção, uma obra d'arte, toda em prata, notavel não só pelas suas dimensões, como pelo cinzelado, que é da maior perfeição. Este busto foi legado á fabrica da egreja, em 15 de julho de 1577, pela infanta D. Maria, fundadora da parochia.

Santa Engracia *(Desacato na egreja de)*. No dia 16 de janeiro de 1630, ao abrir da egreja, encontrou-se arrombada a porta do sacrario, e viu-se que tinha sido d'ali roubado um cofre de tartaruga cintado de prata, onde estavam 10 particulas e uma hostia; um vaso de prata dourada contendo tambem 25 particulas e uma hostia; e uma cruz de prata que servia de remate ao mesmo vaso, o qual appareceu quebrado. A fechadura do sacrario tambem fôra tirada, juntamente com a metade d'uma cortina grande do altar mór, uma toalha do altar de Santa Izabel, e metade d'outra do altar de Santo Antonio. Appareceram partidas as mãos da imagem de S. Fructuoso, que estava no altar-mór, incidente que se attribuiu á precipitação com que o roubo fôra feito Esta noticia espalhou-se immediatamente por toda a cidade, causando o maior terror. Procedeu se logo ás mais rigorosas investigações para se encontrar o criminoso, e pôde saber-se, que na vespera, ás 10 horas da noite, haviam sido vistos 4 homens mascarados nas proximidades da egreja. Fôram presas algumas pessoas por suspeitas, mas nada se descobriu As desconfianças recairam então sobre um pobre homem de boa condição, chamado Simão Pires Solis, ou Lopes Solis, que era tido por christão novo, que fôra encontrado nas visinhanças da egreja de Santa Engracia, na noite seguinte, a cavallo, levando os cascos do cavallo entrapados, para que se lhe não sentisse o tropear. Esta accusação era gravissima, e Solis foi preso no dia 18. Começou então o processo que durou um anno, findo o qual, sem que houvesse provas definitivas, nem testemunhas que affirmassem a culpabilidade de Solis, foi lavrada a sentença em 31 de janeiro de 1631,

condemnando o infeliz a que lhe fôssem cortadas as mãos e queimadas á sua vista, sendo em seguida elle proprio amarrado a um mastro bem elevado, para quo pudesse ser visto pelo povo, e ali queimado, lançando-se depois ao mar as cinzas, para que d'elle não restasse o menor vestigio; e sendo confiscados os bens que possuia, em favor da egreja de Santa Engracia. Esta sentença foi executada a 3 de fevereiro de 1631 no campo de Santa Clara, pouco depois do meio dia. Muitas causas concorreram para que fôsse provada a criminalidade de Solis, apezar d'este sempre negar o crime, mesmo no meio da tortura a que o sujeitaram. Houve quem o visse algumas noites disfarçado pelos sitios de Santa Engracia, mas era publico e notorio que o infeliz requestava uma freira do convento de Santa Clara, e ia falar-lhe a horas mortas da noite. Dizia se tambem que um dos motivos para a condemnação, fôra a freira sua amante rejeitar as amabilidades d'um dos juizes, e este vingar-se. Ha até uma lenda, que a freira do convento de Santa Clara mandára á prisão de Solis dois melões, acompanhados de um bilhete em que se lia *o calado é o melhor*, e isto aggravara a situação do preso, porque se interpretára que era recommendação para que elle guardasse profundo segredo sobre o crime. Solis, mesmo no meio das torturas, para não compromettor a freira, nunca declarou o motivo porque se encontrara áquella hora em tal logar, caiudo em varias contradições, que serviram de principal pretexto para a sua condemnação. Tambem foi parte aggravante do processo uma carta, que se juntou aos autos, e que Solis escrevera e remettera para o Brazil, no proprio dia em que se descobrira o crime, e em quo o infeliz contava minuciosamente o desacato; um bilhete, que elle tambem escrevera a um seu irmão, que era frade, e que para não ser descoberto, collocára dentro d'um pastel; infelizmente o irmão, que de nada desconfiava, não comeu do pastel, e entregou o a outros frades, de que resultou o bilhete ir parar ás mãos de pessoa que o remetteu para o tribunal. N'um manuscripto existente na Bibliotheca Nacional, na collecção Moreira, L. B 16—11, pag. 211, em additamento á sentença e outros documentos curiosos, descreve Fr. Thomaz Maciel, religioso da ordem de S. Domingos, a estatura e o caracter de Solis, seu supplicio e muitas mais circumstancias, que se deram n'aquelle acto tenebroso, de que foi espectador. Segundo Fr. Thomaz Maciel, o paciente soffreu tudo com a maior resignação, e com a maior presença de espirito, chegando até a beber vinho por uma garrafa de vidro, estando já preso ao mastro onde devia ser queimado. Causou tanto horror este supplicio em toda a gente, que chegou a haver desmaios entre o povo, quando, pelo contrario, o fanatismo levava ás vezes a crueldade a ponto de serem até apupados os condemnados que caminhavam para a fogueira, accusados de heresia ou de apostasia. N'um dos manuscriptos citados, tambem se lê, que el rei D. Filippe, que então dominava em Portugal, mandára o perdão ao criminoso com a condição d'elle confessar quem eram os seus cumplices, e Solis respondera *que não podia confessar o que não fizera*. O dr. Diogo Gomes Carneiro, por muitas vezes dizia, que *fôra esta sentença de Solis a mais iniqua que se havia dado depois da paixão de Christo*. O P. André Gomes, que acompanhou o condemnado até ao ultimo extremo, tambem declarou que o julgava innocente, e André Rodrigues da Cunha, o advogado, que tinha promettido provar a innocencia do réu, ou então queimaria os livros, cumpriu a promessa, deixando a advocacia, e de tal fórma se apaixonou que, adoecendo gravemente, pouco tempo sobreviveu á execução. No convento de Santa Clara existiam tres irmãs de Solis, e duas endoideceram no proprio dia do supplicio; o irmão, que era frade, renegou da religião, e fugiu para a Hollanda. A innocencia de Simão Pires Solis foi justificada, mas, infelizmente, já muito tarde. Tres ou quatro annos depois, foi enforcado nas Ribeiras do Minho, cidade de Orense, na Galliza, um rapaz que, segundo consta, tinha sido creado do convento dos Loyos, de Lisboa, o qual fôra accusado de ter roubado uns castiçaes de prata n'uma egreja. Esse infeliz no caminho do supplicio, confessára ter sido o autor do desacato da egreja de Santa Engracia, e que Simão Solis morrera innocente. No local onde se realisou o supplicio, foi collocado um padrão commemorativo, que em 1831 a camara municipal mandou demolir.

Santa Escholastica (*Fr. Antonio de*). Theologo e poeta apreciado. N. em Lisboa e professou na ordem dos Jeronymos no convento de Belem em 1684. Foi lente de theologia e de philosophia, e distinguiu-se ao mesmo tempo como poeta latino, castelhano e portuguez. Foi prior do convento da Pena, em Cintra, e visitador geral da sua ordem. Fal. na segunda metade do seculo XVIII. Deixou manuscriptos um *Tratado da penitencia*, outro dos Sacramentos, ambos em latim; 1 compendio de toda a theologia com o titulo de *Flosculus theologicus*. Escreveu tambem um *Panegyrico* em verso heroico ao filho primogenito do D. Pedro II, que falleceu em creança e se chamava João, como se chamou o immediato, que foi D. João V. Escreveu egualmente uma comedia na lingua castelhana, intitulada *Lo que pueden las estrellas*. O quo d'elle se imprimiu fôram apenas uns epigrammas laudatorios e um soneto dirigidos a Fr Simão de Santa Catharina, e que sairam nas obras d'este ultimo religioso.

Santa Eufemia. Pov. e freg. de N. S.ª da Nazareth, conc. e com. de Piuhel, distr. e bisp. da Guarda; 147 fog. e 512 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. e uma romaria a N. S.ª das Fontes em 8 de setembro. Está situada a 2 k. da margem direita da ribeira de Massueime, e a 10 da séde do conc. O abbade de Souropires apresentava o cura, quo tinha 6$000 reis de congrua e o pé d'altar. O antigo orago d'esta freg. era Santa Eufemia. A terra é fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. na freg. do Salvador, de Souto, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga.

Santa Eufemia de Prazins. V. *Prazins*.

Santa Eugenia. Pov. e freg de Santa Eugenia, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Alijó, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 158 fog. e 698 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Está situada n'um valle, nas proximidades da margem esquerda do rio Tinhella, a 12 k. da séde do conc. O cabido da collegiada da freg. de Oliveira, de Guimarães, apresentava o cura, que tinha 10$000 reis. A terra pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13,

com a séde em Villa Real. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Bella, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Santa Eulalia *(Aleixo Queiroz Ribeiro de Soutto Maior de Almeida e Vasconcellos, conde de)*. Esculptor, e depois consul de Portugal em Chicago. Pertence a uma nobre familia da provincia do Minho, e nasceu em 1870. Dedicando se por curiosidade á esculptura, para que sentia muita vocação, parece que estudou na escola industrial de Vianna do Castello. Uns seus trabalhos, que apezar de terem ainda bastantes incorrecções, revelavam boa disposição para aquella arte, fôram muito considerados, o que animou Queiroz Ribeiro a proseguir os seus estudos, e podendo dispôr de beus de fortuna, lembrou-se de lhes dar mais latitude indo estudar em Paris, e para ali partiu no anno de 1892, e obteve tal successo, que logo em 1893 teve admissão no *Salon*, onde expôz um trabalho em gesso, *Cabeça de estudo*, que revelava as suas boas aptidões e dedicada applicação. Em 1894 fôram-lhe tambem aceeitos no *Salon* dois bustos de bronze: *Romano* e a cabeça de *Christo*, *flet*, *orat*, *obit*. N'este pouco tempo de estudo frequentou a escola das artes decorativas de Paris, a academia *Julien* com o professor Puech, na escola de bellas artes o *atelier* Barrias, estudando anatomia com Mathias Duval. Os seus trabalhos apresentados em publico em Paris, não passaram tão desapercebidos, que não obtivessem algumas palavras lisonjeiras e animadoras de Charpentier, Charles Jacqout e Ernest Dubois. Dedicando se depois á diplomacia foi nomeado consul em Chicago, logar que desempenhava ainda em 1909.

Santa Eulalia *(Antonio Augusto de Mello e Castro d'Abreu, 1.º visconde e 1.º conde de)* Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, conselheiro, senhor dos vinculos do Espirito Santo e capella da mesma invocação na sé de Vizeu, do de N. S.ª da Conceição e capella da mesma invocação; dos do Couto e Samorim; bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, opulento proprietario e capitalista. N. no logar de Santa Eulalia, da freg. de S. Martinho do Pindo, no bispado de Vizeu, a 8 de março de 1805, fal. a 24 de setembro de 1886. Pertencia a uma das mais illustres e opulentas familias de Vizeu, sendo filho de José de Mello e Castro d'Abreu Pereira, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, coronel de milicias, governador das armas da provincia da Beira Alta, etc, e de sua mulher, D. Theodora Umbelina Viçoso de Vilhena Botelho da Veiga. Foi agraciado com o titulo de visconde de Santa Eulalia, por decreto de 15 de julho de 1862, sendo elevado ao de conde por decreto de 10 de novembro de 1870.

Santa Eulalia. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Douro, conc. e com. de Arouca, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 322 fog. e 1:522 hab. Tem esc. do sexo fem. Está situada no valle de Arouca, em terreno plano, a 1 k. da margem direita do rio Pedonde, e a 2 da séde do conc. Eram donatarias as freiras bernardas do convento de Arouca, que recebiam dois terços dos dizimos, sendo o outro terço para o abbade. Era este convento que apresentava o abbade. A egreja matriz é espaçosa e elegante, e está situada ao centro da freg. Foi construida nos fins do seculo XVII, quando as aldeias que constituem a freg., fôram desmembradas da de S. Salvador do Burgo e S. Bartholomeu da Villa, para formarem a nova parochia A pov. é antiquissima, mas como freg. é a mais moderna do Valle de Arouca. A terra é muito abundante de todos os generos agricolas, e de boa agua; cria muito gado bovino e algum lanigero; tem colmeias e muito bom azeite. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto. ‖ Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Ceia, distr. e bisp. da Guarda; 137 fog. e 539 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada n'um valle, na margem d'uma ribeira, a 8 k. da séde do conc. O prior era da apresentação do real padroado, e tinha de rendimento 280$000 reis. A terra é fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. ‖ Pov. e freg de Santa Eulalia, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Elvas, distr. de Portalegre, arceb de Evora; 475 fog. e 2:034 hab. Tem escolas d'ambos sexos, est. post., medico, pharmacia, e uma fabrica de telha e tijolo. Está situada n'uma planicie, a 6 k. da margem direita do rio Caia, e a 20 da séde do conc. Tem est. do caminho de ferro, na linha de leste entre as de Assumar e de Elvas. A mitra apresentava o prior, que tinha alguns generos. A terra é muito fertil em cereaes, e produz bom azeite. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. ‖ Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Almargem do Bispo, conc. de Cintra, distr de Lisboa. ‖ Santo Estevão, de Gallés, conc. de Mafra, do mesmo distr. ‖ S. Martinho de Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. ‖ S. Martinho, de Pindo, conc. de Penalva do Castello, do mesmo distr. ‖ Santa Maria, de Refojos do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. ‖ O Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. Tem caixa postal. ‖ S. João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. ‖ Santo André, de Souzello, do mesmo conc. e distr. ‖ N. S.ª d'Assumpção, de Vialonga, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. ‖ Santo Estevão, de Villa Chã do Marão, conc. de Amarante, distr. do Porto. ‖ O Salvador, de Fanzeres, conc. de Gondomar, do mesmo distr. Tem correio com serviço de posta rural.

Santa Eulalia de Barrosas. Villa e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Douro, conc. e com. de Louzada, distr. e bisp. do Porto; 285 fog. e 1:098 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada n'uma aprazivel campina entre os dois pequenos montes Choqueiro e Pena Vesteira. Esta villa é de creação moderna, assim como o seu conc., que tinha 1:740 fog. e que pouco tempo durou, sendo supprimido em 1855. O prior de Santa Maria da Costa apresentava o cura annualmente, que tinha 50$000 reis. A terra é fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Santa Eulalia de Bésteiros. Pov. e freg. da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Tondella, distr e bisp. de Vizeu; 293 fog. e 1:180 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., pharmacia, e uma feira muito importante de gado bovino, na ultima quinta feira de cada mez. Está situada n'uma planicie, no começo do valle de Bésteiros, na raiz da serra do Caramullo, a 8 k da séde do conc. O abbade era da apresenta-

ção do padroado real, e tinha de renda 400$000 reis. A terra é muito fertil, como todo o valle do Bésteiros. Produz bom vinho de embarque, muita castanha, e boa fructa. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Santa Gertrudes *(Fr. Manuel de)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho, mestre de theologia na sua ordem e commissario da ordem terceira. N. em Lisboa a 12 d'agosto de 1719, onde tambem falleceu a 26 de junho de 1788. Professou em 1743, foi tambem reitor dos collegios de Braga e de Coimbra. Em 1782 publicou anonimamente a traducção do breve de Clemente XIV, que suprimiu a Companhia de Jesus. Em 1788 publicou tambem: *Elogio funebre do conde de Valle de Reis, Lourenço Filippe de Mendoça e Moura, pronunciado nas exequias que lhe mandou fazer a ordem Terceira augustiana.*

Santa Gertrudes. Ponta situada na costa do distr. de Mossamedes, prov. d'Angola, Africa Occidental. Fórma o extremo S da bahia de Obaba, dividindo-a da do Mucuio.

Santa Helena *(Fr. José de)*. Religioso da ordem de S Francisco. Foi natural da ilha de S. Miguel, ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Professou no convento de Ponta Delgada. Relacionou-se em S. Miguel com o conde Sabugal, que estava ali exilado por ordem do governo, e dedicou-lhe uma obra intitulada: *Discursos sobre a Graça*, etc., Lisboa, 1815. Movido pelo desejo de viver em mais solidão o penitencia, conseguiu ser transferido, em 1816, para a ordem dos arrabidos, para onde foi viver, tomando o nome de Fr. José de Santa Maria d'Arrabida, no convento da Serra, junto a Setubal. Doixou manuscripta a seguinte obra, que escreve ra em 1822: *Doutrina perpetua da Egreja sobre a administração dos sacramentos da penitencia e eucharistia*, etc.

Santa Helena. Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Santa Ignez *(D. Fr. Manuel de)*. Bispo de Angola, arcebispo da Bahia, etc. N. em Cascaes, e fal. em 1771. Professou na ordem carmelitana. Em 1745 foi nomeado bispo de Angola, e partiu para a sua diocese; em 1748, por morte do governador João Jacques de Magalhães, foi presidente do governo provisorio, que regeu a colonia seis mezes, havendo n'esse periodo entre os seus membros perpetua desunião. Em 1761 foi nomeado arcebispo da Bahia, e partiudo para a sua nova diocese, teve ahi tambem de assumir o governo interinamente, por haver sido nomeado vico rei do Brazil o governador da capitania, conde d'Azambuja. Nomeado a 31 d'outubro de 1767, entregou o governo a 19 d'abril de 1768 ao marquez de Lavradio, e assumiu a direcção da sua diocese, até que falleceu

Santa Ignez. Povoação da regedoria de Taleigão, no concelho das Ilhas, districto de Gôa, na India.

Santa Iria *(D. Luiz Roque de Sousa Coutinho Monteiro Paym, 3.º conde d'Alva e 1.º marquez de)*. Alcaide-mór de Rio Maior, 6.º senhor do morgado d'Alva, gentil-homem da camara de D. Maria II, par do reino, nomoado em carta regia de 30 de abril de 1826, de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara na sessão de 3 de janeiro do 1827; gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; commendador da de Santa Maria de Gimonde, do Santa Maria de Campanhã o do S. Bento das Comedeiras, do logar dos Trinta, todas na ordem de Christo; cavalleiro da da Torre e Espada; gran-cruz da ordem do Ernesto Pio de Saxonia, da de Izabel a Catholica de Hespauha, grando official da Legião de Honra de França; commendador da de Leopoldo da Belgica; tenente general do exercito, inspector geral da arma de cavallaria, governador das armas da provincia do Algarvo, governador militar da ilha de S. Miguel, etc. N. em Paris a 1 de fevereiro de 1783, fal. em Lisboa a 5 d'abril de 1850, Era filho do diplomata D. Vicente Roque José de Sousa Coutinho de Menezes Monteiro Paym, e de sua segunda mulher, D. Luiza Ignez Izabel de Montboissier Beaufort de Canilliac. (V. *Paym*). Foi baptisado no proprio dia do nascimento por não mostrar condições de vida, recebendo depois os santos oleos na capella do palacio de Versailles, a 8 de setembro do 1783, sendo padriuhos os reis de França: Luiz XVI e Maria Antonieta Succedeu na casa d'Alva a seu pae, em 8 de maio de 1792, e no titulo de conde a sua tia materna, D. Constança Luiza Monteiro Paym, viuva do 1.º conde d'Alva, D. João Diogo de Sousa Athaide (V. *Alva*). A mercê do titulo foi concedida por decreto de 9 de junho de 1797. Seguindo a carreira das armas, sustentou a causa nacional durante a Guerra da Peninsula, merecendo ser condecorado com a medalha de commando om tres batalhas, e com a medalha hespanhola pela batalha de Albuhera, succedida a 16 de maio de 1811. Posteriormente, nas campanhas da Liberdade, tambem se distinguiu logo no principio da lucta, a ponto de ser preso por occasião dos tumultos que ficaram conhecidos na historia pela designação de *archotada*, emigrou, e passando ás ilhas dos Açôres com o conde de Villa Flôr, exerceu o logar de governador na ilha de S. Miguel, logo desde o desembarque, em 1 de agosto de 1831, até á partida do exercito libertador para Portugal, a 27 de junho de 1832. Antes da emigração fôra governador das armas do Algarve, inspector geral de cavallaria, governador das armas na Extremadura, presidente e mombro de varias commissões militares. Por decreto de 4 de abril de 1833, foi elevado ao titulo de marquez de Santa Iria. Casou em Lisboa, a 5 de maio de 1800, com sua sobrinha D. Marianna Vicencia de Sousa Holstein, 1.ª filha do D. Alexandre de Sousa Holstein, conselheiro do Estado, capitão da Guarda Allemã, etc., e de sua mulher, D. Julianna do Sousa Coutinho Monteiro Paym. O brazão d'armas é o mesmo dos condes d'Alva, o qual já está descripto no 1.º volume do *Portugal*, a pag. 317.

Santa Iria. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Dossãos, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Silvestre, de Chãos, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem || Santa Maria e conc. de Serpa, distr. de Beja. || S. Pedro, conc e distr. de Villa Roal.

Santa Iria d'Azoia. Pov. e freg. do Santa Iria, da prov. da Extremadura, conc. de Loures, com., distr. e patriarc. de Lisboa; 1:505 hab. Tem est. post. e telegr., est. do caminho de ferro, na linha de léste, entre as de Sacavem e d'Alverca; fabricas de adubos, de moagens, e de productos chimicos; associação de soccorros mutuos, Gre-

mio Dramatico Povoense, philarmonica Sociedade 1.º de Junho, etc. Está situada sobre a margem direita do rio Tejo, em bonita posição. O prior da freg. de Santo André, de Lisboa, apresentava o cura, que tinha 150$000 reis annuaes. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 5, com a séde em Lisboa.

Santa Iria da Ribeira de Santarem. Pov. e freg. de Santa Iria, da prov. da Extremadura, conc., com. e distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa. Tem 1:427 hab., esc. do sexo masc., estação post. com serviço de encommendas, medico, pharmacia, hotel, commerciante de cortiça. Está situada sobre a margem direita do rio Tejo, e fórma um bairro da cidade de Santarem, vulgarmente chamado da *Ribeira*. A collegiada de Santa Maria d'Alcaçova, de Santarem, apresentava o vigario, que tinha 180$000 reis. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa

Santa Izabel *(Joaquim Honorato Ferreira, 1.º visconde de)*. Commendador da Ordem de Christo, conselheiro, antigo deputado, e proprietario. Foi agraciado com o titulo de visconde por decreto de 28 d'abril de 1858. Casou com D. Adelaide Sophia Pinto. D'este consorcio houve uma filha, D. Maria Adelaide Ferreira, condessa de Calhariz do Bemfica, pelo seu casamento com o conde d'aquelle titulo, Luiz Augusto Martins; Julio Augusto Ferreira, que foi o 2.º visconde de Santa Izabel, fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Carlos III de Hespanha, e enviado extraordinario de Portugal, junto da Confederação Helvetica. O titulo foi-lhe renovado por decreto de 6 de março de 1867. Fal. em Berne, a 26 do maio de 1874, sem successão, ficando herdeiro da casa e do titulo, seu irmão Joaquim Honorato Ferreira, que fal. a 20 de fevereiro de 1900. O titulo de visconde foi renovado por decreto de 22 d'agosto de 1878 sendo mais tarde elevado ao de conde.

Santa Izabel. Uma das freguezias que pertencem ao 4.º bairro de Lisboa. Foi instituida pelo cardeal patriarcha D. Thomaz d'Almeida, em 1741, em vista do desenvolvimento que tivera a população nos suburbios da cidade. A nova freguezia foi constituida desmembrando se uma parte das que lhe ficavam circumvisinhas: Santos, S. Sebastião da Padreira, Santa Catharina e S José Decretou-se a sua instituição em 15 de março do referido anno de 1741, tendo principio a administração dos sacramentos para os parochianos d'aquella nova freguezia, na ermida de Santo Ambrosio,que havia pouco fôra construida proximo do convento do Rato, havendo-se celebrado a primeira missa no dia anterior. O Sacramento foi collocado no sacrario com toda a solemnidade. O prelado ordenou que a ermida ficasse desde então considerada egreja parochial com o titulo de Santa Izabel, rainha de Portugal, em quanto se não construisse egreja propria, e que os parochianos reconhecessem por seu parocho o P. Felisberto Leitão de Carvalho, a quem constituiu com o caracter de primeiro reitor O mesmo prelado procedeu á fundação da egreja, onde se deveria estabelecer definitivamente a freguezia. Foi escolhido o antigo sitio de Campolide, n'um largo que tomou o nome de Santa Izabel, assim como a rua que se seguia até á Boa Morte, chamada actualmente rua de Saraiva de Carvalho. A pedra fundamental nos alicerces do novo edificio foi lançada com o devido cerimonial, em 4 de julho de 1742, pelo principal Almeida, sobrinho do prelado. As obras começaram, e seguiram regularmente,mas ao chegar-se á cimalha real do edificio, descobriu se no desenho alguns excessos, em que ao principio se não reparara, e accrescendo tambem a falta de capital para a conclusão das obras, suspenderam-se os trabalhos por alguns annos. O patriarcha, desejoso de vêr terminada a egreja em cuja construcção tanto se empenhara, offereceu generosamente a 27 de outubro de 1753 á irmandade do Santissimo, que se havia organisado, a sua preciosa copa de prata. a qual, sendo vendida, rendeu os recursos sufficientes para que as obras pudessem proseguir, sendo então emendado quanto possivel o risco primitivo. Quando se deu a lamentavel catastrophe do terremoto do 1.º de novembro de 1755, ainda o templo estava por acabar, mas felizmente não soffreu ruina nenhuma, e as obras, depois de pequena paragem, continuaram, ficando concluidas em breve tempo, sendo então o templo aberto á adoração dos fieis, vindo em solemne procissão o Sacramento e as imagens da antiga ermida de Santo Ambrosio para a nova egreja de Santa Izabel. O templo é elegante e majestoso. No frontispicio vêem-se tres portas que lhe dão ingresso, tendo por cima tres janellas que deitam para o côro. Aos lados ha duas boas torres tendo uma os competentes sinos, e a outra o relogio. A capella-mór é espaçosa; aos lados do camarim, onde se expõe o Santissimo Sacramento, vêem-se quatro columnas douradas; nas paredes lateraes vêem-se, de cada lado, duas tribunas tambem douradas. Sobre o altar-mór está a imagem da rainha santa, coroada, e com o seu regaço de rosas. No corpo da egreja ha 10 altares, incluindo a capella do Santissimo, onde no retabulo se vê a Ceia de Christo. Todos os quadros d'estes altares são adornados com molduras douradas. O tecto da capella mór não tem pintura nenhuma, mas no do corpo da egreja vêem se grupos de anjos e de nuvens, e a imagem da rainha Santa Izabel. Entre a capella do Santissimo e uma das portas que dão para a sacristia, ha um pequeno altar com a imagem do Senhor dos Passos. Na capella que lhe fica fronteira, está a imagem de Christo Crucificado, e a da Senhora das Dôres, tendo por baixo, dentro d'uma maquineta, a do Senhor morto. A imagem de Santa Izabel, que se vê no altar mór, é de madeira e de boa esculptura. Nas dos outros altares tambem se encontram algumas dignas de attenção. A sacristia é muito vasta, notando se ali um grande arcaz de boa madeira, com ornatos em relevo. Sobre o altar está um pequeno sacrario. A egreja de Santa Izabel tinha prior e 4 curas para o coadjuvarem, um thesoureiro, e mais 16 capellães. Toda essa grandeza foi depois muito reduzida.

Santa Izabel. Povoações nas freguezias: S. Sebastião, de Alfarellos, conc. de Souro, distr. de Coimbra. ‖ Santa Marinha, de Lodares, conc. de Louzada, distr. do Porto. ‖ N. S.ª d'Assumpção, de Pendilhe, conc. de V. N. de Paiva, distr. de Vizeu. ‖ Roça da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. ‖ Freg. do conc. e ilha de Boa Vista, no archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental.

Santa Izabel *(Ordem de)*. Foi instituida pela rainha D. Carlota Joaquina de Bourbon, mulher

de D. João VI, então ainda principe regente, em 4 de novembro de 1801. Por decreto passado depois, em 17 de dezembro do mesmo anno, o principe regente autorisava a princeza sua mulher a determinar as insignias, o numero e a qualidade das damas, e as suas obrigações. Esta ordem tinha a designação de *Ordem das Damas Nobres de Santa Izabel*, e o seu fim era a antiga devoção que n'estes reinos se votava á rainha santa. Os seus estatutos fôram-lhe conferidos e approvados pelo alvará de 25 d'abril de 1801. Esta ordem era composta de toda a familia real, e mais 26 damas nobres, casadas, ou sendo solteiras, contarem 26 annos completos. Tinha por obrigação visitar pelo seu turno, uma vez por semana, o hospital dos expostos, e a observar os artigos pertencentes ao regimen particular e governo economico do hospital. A rainha de Portugal era a gran-mestra Esta ordem tinha por insignia ou venera uma medalha de ouro com a imagem de Santa Izabel, aos pés da qual se lê a legenda seguinte em laço de esmalte azul: *Pauperum solatio;* no reverso se lêem as iniciaes J. C. com a data da fundação, na parte inferior, e este exergo: *Real Ordem de Santa Izabel.* Esta medalha termina pela corôa real; e traz-se suspensa n'uma banda, ou charpa côr de rosa e orlas brancas, lançada do hombro direito ao lado esquerdo sobre o vestido. D'esta fórma se usava nas festas da ordem, nos dias de gala e em todas as funcções publicas.

Santa Joanna. Roça da Ilha do Principe, na Africa Occidental.

Santa Josephina. Roça da Ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Santa Julia. Roça da Ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Santa Justa. Pov. e freg. de Santa Justa, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. d'Alfandega da Fé, distr. e bisp. de Bragança; 22 fog. e 114 hab. Tem uma fabrica de queijos. Dista 10 k. da séde do conc. O D. abbade do mosteiro de Bouro, de frades bernardos, apresentava o cura, que tinha de congrua 8$000 reis, e o pé d'altar. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de Santa Justa, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Arraiollos, distr. e arceb. de Evora; 104 fog. e 460 hab. Tem est. post, e uma fabrica d'azeite. A mitra apresentava o capellão, que tinha alguns generos. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. || Pov. e freg. de Santa Justa, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Coruche, distr. de Santarem, arceb. de Evora. Tem est post. e dista 21 k. da séde do conc. O prior da Erra apresentava o cura, que tinha 40$000 reis. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 2, com a séde em Lisboa. || Pov. na freg de N. S.ª da Conceição, de Martim Longo, conc d'Alcoutim, distr. de Faro. || Serra na prov. do Douro, freg. de Vallongo, conc. de Gondomar. Ha n'esta serra profundos poços e extensas galerias, que evidenceiam a grande extracção de metaes que fizeram aqui os antigos. Suppõe se que os primeiros, que procederam a trabalhos de mineração, fôram os phenicios, depois os romanos, e por fim os arabes.

Santa Justa e Rufina. Uma das tres primeiras freguezias que o bispo D. Gilberto fundou em Lisboa em 1137, logo depois da tomada d'esta cidade por D Affonso Henriques. Esta egreja foi a que recebeu primeiro o corpo de S. Vicente, quando se trasladou do Algarve para Lisboa. As reliquias do santo sabia se que estavam escondidas n'uma das montanhas do Algarve. Depois de conquistada Lisboa, D. Affonso Henriques empregou grandes diligencias para descobrir as venerandas reliquias, mas não o conseguiu. Dois morasabes, p rém, é que declararam ser exacto existir o corpo escondido, incitando os habitantes de Lisboa a irem procural-o. Muitas pessoas devotas emprehenderam então a viagem, levando as indicações e signaes que os dois mosarabes lhes forneceram As sagradas reliquias fôram encontradas n'um promontorio inhospito, que a natureza fizera castello pelas asperezas do logar, e que se denominava *Promontorio dos corvos*, por se reunirem ali muitas d'aquellas aves carnivoras. Mais tarde, em attenção a ter servido de deposito do corpo do santo martyr, tomou o nome de *Cabo de S. Vicente.* No dia 15 de setembro de 1173 entrava finalmente no Tejo um navio trazendo a seu bordo as sagradas reliquias. Para evitar alvoroços e tumultos populares pelo enthusiasmo que causaria similhante noticia, conservou se o maior segredo a este respeito. Esperou-se que anoitecesse, e o navio penetrou pelo braço do Tejo que se estendia pelo valle que fórma hoje a cidade baixa, e foi lançar ferro proximo á Mouraria, junto ao arco do Marquez de Alegrote; era ali que terminava o braço do Tejo. As reliquias fôram levadas para a egreja de Santa Justa, que era a freguezia que ficava mais perto, e para maior disfarce e cautella guardaram-se primeiro na casa do prior, porém, segundo conta a tradição, uns corvos que tinham acompanhado o navio desde o local onde estava guardado o sagrado deposito, começaram a esvoaçar por cima do telhado da casa do prior, que segundo parece, fazia parte da egreja. No dia seguinte divulgou-se a noticia, e a concorrencia ás portas do templo foi enorme, chegando a haver tumultos entre o povo, e grandes altercações entre as autoridades, porque a egreja não podia comportar toda a gente que buscava anciosa vêr e adorar o corpo do santo martyr. Estabeleceram-se fortes questões sobre o sitio para onde deviam ser trasladadas as reliquias. Havia opiniões de que fôssem para o convento de S. Vicente de Fóra por ser consagrado ao glorioso martyr; o cabido da Sé pretendia que fôssem para a sua egreja, por ser a principal e a mais considerada de Lisboa; e o prior de Santa Justa teimava em que devia conservar se ali, por ser n'aquelle templo que se recolhera na vinda do Algarve. D. Affonso Henriques não estava em Lisboa, e foi esse um poderoso motivo de que se valeu o governador da cidade, D. Gonçalo Viegas, para apaziguar os animos, mostrando toda a conveniencia da presença do rei, e conseguiu afinal resolver os discordantes a esperarem pela decisão real. O cabido da Sé, porém, apenas viu restabelecido o socego, sem attender á vontade do soberano, trasladou as reliquias em solemne procissão para a sua egreja, na tarde do proprio dia da chegada á de Santa Justa. Esto templo estava situado proximo das escadinhas de S. Christovão n'uma calçadinha chamada de *Santa Justa.* Era d'uma só nave, tendo a porta principal para o poente e outra para o norte. Na capella-mór via-se uma excellente tribu-

na, estando o sacramento sobre o altar, entre as imagens de Santa Justa e Rufina, padroeiras da freguezia. No corpo da egreja tinha 6 capellas lateraes, vendo-se em todas bonitos retabulos e imagens de madeira. O templo não consta que fôsse decorado com objectos d'arte; as paredes e o tecto eram simplesmente guarnecidos de branco. Na egreja existiam differentes confrarias e irmandade, como a chamada dos *Clerigos ricos*, com a invocação da Santissima Trindade, que primitivamente fôra fundada na egreja da Sé, em 1247, pelo padre Pedro Domingues; a do Santissimo, que possuia avultados rendimentos, tendo por juiz perpetuo o duque de Cadaval; a de Santa Justa, que era dos Oleiros; a de S. Marçal, dos pasteleiros, e a de Santa Cecilia, dos musicos, que tambem existia ali em 1763. O priorado era por concurso, e tinha 8 beneficiados, que depois se extinguiram, um cura, um thesoureiro e sacristão. O templo resistiu ao terremoto de 1 de novembro de 1755, celebrando se ainda n'esse dia a missa conventual, havendo sermão, permanecendo incolume até á noite. No dia seguinte, porém, observando o prior que um incendio se havia manifestado implacavel, acommettendo a egreja por quatro partes, tratou primeiro que tudo de pôr a salvo o Sacramento, e pegando nos dois vasos sagrados que estavam no sacrario, um da sua parochia, e outro da de S. Nicolau, que na vespera ali se havia recolhido pela ruina da sua egreja, encaminhou se processionalmente para a proxima praça do Rocio. Promptamente organisou ali um tabernaculo ou barraca, apezar de humilde, mas decente, defronte da egreja do hospital de Todos os Santos, em que se depositaram os vasos sagrados, e d'aqui ministrou o viatico a muitas pessoas feridas perigosamente nas ruinas, que desde o Terreiro do Paço e Ribeira, e d'outros pontos, eram conduzidas por caridade áquelle improvisado templo, que tambem foi aproveitado para n'elle se recolherem o Santissimo da egreja do hospital real e o do hospicio, ou enfermaria dos religiosos arrabidos ali existentes. Dois mezes e meio esteve a freguezia no supradito tabernaculo, ou barraca, exercendo-se ali o culto e as funcções parochiaes. Crescendo, porém, a inundação das aguas do inverno, transferiu se a freguezia para a ermida de S. Camillo, situada no palacio que fôra do marquez de Cascaes ao Poço do Borratem, onde esteve até á vespera do domingo de Ramos de 1757, em que se mudou para a antiga egreja, n'uma acommodação que n'ella se fez, e que custou mais de 5:000 cruzados, onde existiu algum tempo, até que se mandou deitar abaixo, por causa do novo plano da cidade, e fez se nova acommodação n'outro local, que decerto ficava muito proximo do antigo, porque em 1834, estava a egreja situada junto á calçadinha de Santa Justa, local já citado. O adro espaçoso por onde se entrava para a egreja, foi demolido em 1835 por mandado da camara municipal. Em 1834 foi transferido o Sacramento em solemne procissão para a egreja do convento de S. Domingos, que ficara vago pela extincção das ordens religiosas, procissão que se fez com a maior pompa, e a que assistiu a rainha D. Maria II. Na procissão iam tambem as imagens das padroeiras Santa Justa e Santa Rufina, e outras que existiam na antiga egreja. A egreja de S. Domingos começou a servir de parochia em 1835. O antigo templo estava então já muito arruinado, existindo ainda a capella-mór, mas incompleta. Aproveitou se para servir de quartel ao 7.º batalhão da Guarda Nacional de Lisboa, cujo batalhão se havia estabelecido no convento dos Camillos, mas tendo-se vendido o convento, passou então para a antiga egreja de Santa Justa. Este batalhão foi extincto por occasião das evoluções politicas de 1838, e a egreja velha, já depois de completa ruina, foi vendida, não sabemos a quem, mas no anno de 1849 tornou a mudar de dono, sendo comprada pelo fallecido negociante Francisco Rodrigues Batalha. Construiu-se então ali um theatro, com o titulo de D Fernando, o qual se inaugurou em 29 de outubro do mesmo anno, anniversario do fallecido rei D. Fernando, marido de D. Maria II. A companhia compunha-se de bons actores dirigida pelo afamado ensaiador francez Emilio Doux. O arco da capella-mór foi deitado abaixo, para alargar mais o palco, pois n'aquella capella é que se formou a caixa do theatro, destinando se o resto da egreja para as plateias, camarotes, ficando a loja de bebidas na casa que faz esquina para a antiga calçadinha de Santa Justa. Dez annos durou aquelle theatro, sendo sempre infelizes todas as empresas que tentaram exploral-o, apezar de terem ali representado boas companhias estrangeiras; mas parecia que mau fado o perseguia. Depois de 1859, foi o edificio vendido ao rico industrial Manuel dos Santos, proprietario d'uma loja de louças, vidros e porcelanas, situada na esquina da rua de Santa Justa para a rua da Prata. O theatro servia então de arrecadação, e a plateia e os camarotes viam-se repletos de louças e vidros. O edificio transformou-se n'uma propriedade, onde no 1.º e no 2.º andar se estabeleceu *Hotel Pelicano*, tendo nas lojas o deposito d'uma fabrica de tabacos; depois esteve o *Hotel Suisso* occupando as lojas uma succursal da Companhia da Fabrica de Papel do Prado, que se conserva ainda, estando no resto da propriedade estabelecido o *Hotel Madrid*. A'cêrca da egreja actual da freguezia de Santa Justa e Rufina, V. *Convento de S. Domingos*, *Portugal*, vol. IV, pag. 270.

Santa Juzenda. Pov. na freg. de S. Thiago, da Ribeira de Alhariz, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real.

Santa Leocadia. Pov. e freg. de Santa Leocadia, da prov. de Traz os Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb de Braga; 229 fog. e 811 hab. Dista 10 k. da séde do conc. O seu antigo orago era N. S.ª d'Assumpção. A Casa de Bragança apresentava o reitor, que tinha 160$000 reis annuaes. A egreja matriz é muito antiga. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Braga. ‖ Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Taboaco, distr de Vizeu, bisp. de Lamego; 135 fog. e 386 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Pertence á 22.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 9, com a séde em Lamego. ‖ Pov. na freg. de S. Martinho, de Ruivães, conc. de Vieira, distr. de Braga

Santa Lucrecia de Algeriz. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb de Braga; 105 fog. e 478 hab. Tem est. post. Dista 5 k. da séde do conc. Um dos conegos da sé de Braga apresentava o vigario, que tinha 50$000 reis. Pertence á 3.ª div. mil. e ao

distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Santa Luzia *(D. Fr. Jorge de)*. Religioso da ordem de S. Domingos. Bispo de Malaca e arcebispo de Gôa. Era natural de Aveiro, e fal. a 18 de janeiro de 1579. Quando em abril de 1560 se crearam as dioceses de Cochim e de Malaca, foi D. Jorge de Santa Luzia nomeado 1.º bispo de Malaca, sendo sagrado a 4 de fevereiro de 1568, partindo para o seu destino no anno seguinte. Durante 10 annos se conservou n'aquella diocese, governando depois por 14 mezes o arcebispado de Gôa. Desejando morrer só entregue aos cuidados da sua ordem, renunciou o bispado, e retirou-se para o convento de S. Domingos de Gôa. Fundou e dotou o convento d'Almada, da mesma ordem, e sem querer ter o titulo de seu fundador, o deu ao padre mestre fr. Francisco Foreiro, de quem era muito amigo. Viveu até á data do fallecimento em evangelica pobreza.

Santa Luzia *(José Duarte Machado Ferraz, 1.º visconde de)*. Commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, conselheiro, bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, etc. N. em Guimarães em 1774, fal. em Lisboa a 8 de setembro de 1861. Seguindo a carreira judicial foi em 1826 nomeado corregedor da comarca do Funchal, ilha da Madeira. Tendo se, porém, manifestado adepto ás doutrinas liberaes, teve de emigrar, e foi viver em Paris, onde se conservou até ao restabelecimento do regimen constitucional. Regressando a Lisboa, proseguiu na magistratura, e chegou a ser vogal do Supremo Tribunal de Justiça, logar que exercia quando falleceu. Foi agraciado com o titulo de visconde do Santa Luzia, por decreto de 26 de março de 1871, no mesmo anno da sua morte. Escreveu: *Exame sobre o jury, em que se analysa a historia e theoria d'esta instituição*, Paris, 1834; *Commentarios sobre a legislação criminal, que organisou o systema do jury segundo a Carta*, Lisboa, 1836; *Commentarios á lei de 19 de maio de 1832, sobre a competencia do Supremo Tribunal de Justiça*, Lisboa, 1840; *Commentarios á lei de 19 de dezembro de 1843, que trata das novas attribuições concedidas ao Supremo Tribunal de Justiça*, Lisboa, 1844; *P. Lucrecio Caro: Da natureza das cousas. traduzido em verso*, Lisboa, 1850. Pouco tempo depois de impressa a dita versão, publicou se outra do mesmo poema, feita pelo dr. Lima Leitão, e a proposito das duas traducções escreveu um opusculo, que saiu anonymo em 1852, com o titulo de *Obrigações critico analyticas sobre as duas traducções do poema de Lucrecio «Da natureza das cousas» feita pelos srs. Ferraz e Lima Leitão; por um transtagano.*

Santa Luzia *(José Joaquim Machado Ferraz, 2.º visconde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real e commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. N. a 18 de novembro de 1825. Era filho do Antonio Duarte Machado Ferraz e de sua mulher D. Anna Peixoto Pimentel; sobrinho do 1.º visconde de Santa Luzia, de quem herdou o titulo. Casou a 30 d'agosto de 1853 com D. Carolina Candida de Sousa Pereira de Magalhães, filha de Felix Pereira do Magalhães, ministro, par do reino, etc., e de sua mulher D. Ponciana Maria de Sousa.

Santa Luzia *(Fr. Manuel de)*. Religioso da ordem da Trindade. Professou no convento de Lisboa em 1723. Parece que incorreu no desagrado do marquez de Pombal, porque falleceu estando preso á ordem do grande ministro, a 14 de maio de 1773. Escreveu: *Nobiliarchia Trinitaria; catalogo de varões illustres em letras, virtudes e nascimento, filhos por profissão da ordem da Santissima Trindade da provincia de Portugal, tomo I*, Lisboa, 1766. A continuação da obra não se imprimiu, mas parece que existe em manuscripto no Archivo Nacional.

Santa Luzia. Pov. e freg. de Santa Luzia, da prov. do Alemtejo, conc. de Ourique, com. de Almodovar, districto e bispado de de Beja; 178 fog. e 750 hab. Tem esc. do sexo masculino, estação postal, productores de cortiça, hospedaria, fabrica de rolhas, sociedade *União Musical Luziense*, etc. Dista 26 k. da séde do conc. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o prior que tinha diversos artigos, annualmente. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro. || Ilha do Pico; pov. e freg. de Santa Luzia, conc. de S. Roque do Pico, com. da ilha do Pico, distr. de Horta, bisp. de Angra do Heroismo; 267 fog. e 986 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Airães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Maria, de Airão, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Paio, de Azões, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Pedro, de Azurem, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || Santa Maria, de Cauedo, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || Santa Maria, de Christello Côvo, concelho do Valença, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Fonte Arcada, conc de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. da Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. || O Salvador, do Monte Cordova, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || O Salvador, de Moreira, conc. de Maia, do mesmo districto. || O Salvador, de Paço de Sousa, concelho de Penafiel, do mesmo districto. || S. Martinho, do mesmo concelho e districto || S. Bartholomeu, de Veiros, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Ilha Terceira; Santa Cruz e conc. de Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo. || Ilha de Santa Luzia, em Cabo Verde, Africa Occidental. Faz parte do conc. de S. Nicolau. || Pov. da freg. de N. S.ª da Luz, no conc. e ilha de S. Vicente, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pequena abra ou praia na costa do distr. de Mossamedes, prov. d'Angola, Africa Occidental. Fica ao S da enseada de Quiromance, ou Quirrimane. || Denominação de 4 roças na ilha do S. Thomé, Africa Occidental, pertencentes a particulares. || Serra situada a pouca distancia de Vianna do Castello. E' uma montanha encantadora que se está convertendo n'uma estancia das mais aprazíveis e pittorescas do paiz. A serra de Santa Luzia que passa ao norte da cidade de Vianna do Castello, tem 10 k de extensão, 1 de largura, e 553 m. de altura. Consta que uma grande commissão está tratando de introduzir os maiores melhoramentos, afim de, aproveitando a belleza natural da serra, se torne uma povoação agradavel onde se possa passar

commodamente o verão. Entre os melhoramentos já realisados, nota-se o grande Hotel de Santa Luzia, edificio elegante, d'onde se goza um panorama vastissimo.

Santa Mafalda. Roça da ilha do S. Thomé, na Africa Occidental.

Santa Manga. Prazo no territorio de Sena, Africa Oriental.

Santa Margarida (*Fr. João de*). Religioso da ordem de Santo Agostinho, descalço. N. em Lisboa em 1690, e fal. em edade muito avançada na segunda metade do seculo XVIII. Professou no convento de Monte Olivete em 1708. Regeu theologia e philosophia nos conventos de Lisboa e de Santarem; leu theologia moral aos clerigos de Almada e de Caparica, foi prior de alguns conventos, ontre outros do convento da Piedade de Santarem. Era prégador muito considerado no seu tempo, e imprimiu alguns dos seus sermões.

Santa Margarida. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. do Faro. || S. Matheus, do Alvâres, conc. de Góes, distr. de Coimbra. || S. Pedro e conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria. || S. Thiago e conc. de Tavira, distr. de Faro. || Roça da ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Santa Margarida do Arrabal. V. *Arrabal*.

Santa Margarida da Coutada. Pov. e freg. de Santa Margarida, da prov. da Extremadura, conc. de Constancia, com. d'Abrantes, distr. do Santarem, bisp. de Portalegre; 192 fog. e 1:181 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada em sitio elevado, proximo da margem esquerda do rio Tejo, a 5 k da séde do conc. O vigario de S. Julião, de Constancia, apresentava o cura, que tinha varios generos, 6$000 reis em dinheiro e o pé d'altar. Passa aqui o rio Alcolabra. A terra é fertil, e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. Tendo sido annexada ao conc. de Abrantes, por decreto de 12 de novembro de 1895 que extinguiu o de Constancia, voltou a este restaurado por decreto de 13 de janeiro do 1898.

Santa Margarida de Sádão. Pov. e freg. de Santa Margarida, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Ferreira, distr. e bisp. de Beja; 113 fog e 452 hab. A mitra apresentava o cura, que tinha varios generos annualmente. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos.

Santa Maria (*Fr. Agostinho de*). Religioso dos agostinhos descalços. N. em Extremoz a 28 d'agosto de 1642, fal. no convento da Boa Hora, de Lisboa, a 2 d'abril de 1728. Chamava se no seculo Manuel Gomes Freire, e era filho de Antonio Freire de Catharina Gomes. Quando professou, tomou o nome de Fr. Agostinho de Santa Maria. A ordem dos agostinhos descalços, que era uma reforma da ordem de Santo Agostinho, estabelecia so então em Portugal, sendo Manuel Gomes Freire o seu primeiro noviço. Por esse motivo, a rainha D. Luiza de Gusmão, que muito protegia aquella reforma, quiz que a cerimonia do recebimento do habito se realisasso na egreja das religiosas do convento do Grillo, onde esta estava residindo, e assistiu pessoalmente á cerimonia, que se effeituou a 18 de dezembro de 1665. A profissão foi no convento de Monte Olivete, um anno depois, a 19 de dezembro de 1666. Fr. Agostinho de Santa Maria, estudou no convento de Evora, com grande aproveitamento, d'onde veiu a ser prior; exerceu tambem os cargos de secretario da provincia e seu chronista, definidor por varias vezes, e vigario geral de toda a congregação. Foi homem extremamente estudioso, e deixou uma quantidade espantosa do livros, uns de valor, outros insignificantes, mas sendo os manuscriptos de todos elles de sua mão, porque nunca se serviu, apezar de escrever até á hora da morte, e de morrer com 86 annos, nem do oculos nem de secretario. Escreveu: *Historia da fundação do real convento de Santa Monica da cidade de Gôa*, etc., Lisboa, 1699; *Historia da vida da madre soror Brigida de Santo Antonio*, etc, Lisboa, 1701; *Vida de Santa Ludovina, escripta em latim por Fr. João Brugmano, novamente traduzida e disposta em fórma de historia na lingua portugueza*, Lisboa, 1703; *Santuario Marianno*, em 10 tomos, que se publicaram em Lisboa, o 1.º e o 2.º, em 1707; o 3.º em 1711; o 4.º em 1712; o 5.º em 1716; o 6.º em 1718; o 7.º, contém um supplemento aos 6 tomos antecedentes, 1721; o 8.º em 1720; o 9.º em 1722 e o 10.º em 1723; é a historia das imagens da Virgem, que se veneram em Portugal e seus dominios, e no Brazil, nas differentes invocações por que é consagrada; *Exame de consciencia particular e geral*, Lisboa, 1701; *Rosas do Japão, candidas açucenas, e ramalhete de fragrantes e peregrinas flôres, colhidas no Jardim da Egreja do Japão, sem que os espinhos da infidelidade e da idolatria as pudessem murchar*, Lisboa, 1709; *Parte II*, 1721; é uma especie de martyrologio dos christãos d'aquelles paizes: *Adeodato contemplativo, e Universidade da Oração, dividido em tres classes pelas tres vias, purgativa, illuminativa e unitiva, em estylo de parabola*, etc, Lisboa, 1713; *Breve disposição espiritual, que deve fazer todo o christão*, etc, *traduzido do italiano*, Lisboa, 1716; *Affectos e considerações devotas sobre os quatro novissimos*, etc., *traduzido do hespanhol*, Lisboa, 1716; houve outra edição, em Coimbra, em 1751; *O Penitente instruido; obra do rev.mo P. Paulo Seneri, da Companhia de Jesus, traduzido da lingua toscana para a castelhana, e novamente na lingua portugueza*, Lisboa, 1725; *O Confessor instruido*, etc., Lisboa, 1714; *O Triumvirato espiritual e historico nas prodigiosas vidas de tres insignes varões. um martyr, um pontificie e um confessor: o ven. P. Diogo Ortiz: o ven. D. Fr Agostinho de Corunha; e o irmão Bartholomeu Lourenço, portuguez*; Lisboa, 1722; *O Caminhante christão, traduzido da lingua latina*, Lisboa, 1721; *O Inferno aberto*, etc., *traduzido do italiano*, Lisboa, 1724; *Compendio de graças e indulgencias*, etc., Lisboa, 1714; *Historia Tripartita, comprehendida em tres tratados*, etc., desde 1212 até 1724; Lisboa, 1724; *Meditações e suspiros, de Santo Agostinho*, Lisboa. 1727; *Celeste e devota Filothea, e thesouro de espirituaes riquezas de santos exercicios*, etc., Lisboa, 1727. Fr. Agostinho de Santa Maria ainda publicou outros escriptos, e deixou muitos ineditos. Era um escriptor muito erudito, e considerado como um dos nossos classicos.

Santa Maria (*Fr Agostinho de*). Religioso da ordem da Trindade. N. em Lisboa, e fal. em 1736. Professou no convento de Santarem em 1705. Foi lente de theologia e protonotario apostolico; e prégador muito apreciado no seu tempo. Tornou-

se notavel pelos seus sermões e tambem como poeta latino e improvisador. Publicou 2 sermões: o da *Senhora da Quietação*, e a de acção de graças pela celebração d'um capitulo provincial da Trindade em Lisboa, o panegyrico funebre da condessa de Pontével; a *Grinalda de varias flôres*, livro composto em louvor do papa Benedicto XIII, quando subiu ao solio pontificio. Deixou manuscriptos uns *Commentarios* em latim ao cantico *Nunc dimittis*.

Santa Maria *(Alvaro Gomes de)* Poeta do seculo XV, conselheiro de D. Affonso V, que deixou manuscripta uma obra poetica intitulada *Das virtudes e dos vicios*, a qual se conservava no seculo XVIII na Bibliotheca Real.

Santa Maria *(D. Fr. André de)*. Religioso da ordem de S. Francisco, bispo de Cochim, etc. N. em Lisboa na primeira metade do seculo XVI, e fal. em Gôa a 10 de novembro de 1618. Passou á India como soldado, tendo apenas 18 annos de edade. Militeu com muita distincção, até que se resolveu a professar na ordem franciscana no convento de Cochim. Estudou n'esse convento, e depois leccionou theologia e latim, sendo muito versado em canones. Foi depois deputado e consultor da Inquisição, guardião do seu convento, sendo em 1585 eleito custodio da provincia de S. Thomé. Foi confessor do vice rei D. Luiz de Athaide. Filippe I, de Portugal, tendo conhecimento da sua muita erudição e virtudes, o nomeou bispo de Cochim, sendo a nomeação confirmada por Xisto V em 1587. D. Fr. André de Santa Maria recusou tenazmente este elevado cargo, até que se viu obrigado a acceitar por obediencia. Regeu aquelle bispado durante 28 annos com extrema moderação e prudencia, cumprindo religiosamente os seus deveres prelaticios, visitando amiudadas vezes a sua diocese, edificando templos e construindo escolas, defendendo energicamente os direitos da jurisdicção ecclesiastica, e distribuindo esmolas. Em 1616 renunciou ao bispado, e recolheu-se ao convento da Madre de Deus, em Gôa, onde falleceu, sendo sepultado na capella de S. Thomé, da egreja do mesmo convento. Escreveu uma *Carta pastoral*, que mandou traduzir na lingua do Ceylão, uma *Exposição sobre a regra de S. Francisco*, e uma obra em latim intitulada: *De Testamentis*, que desappareceu, da mesma fórma que a anterior.

Santa Maria *(Fr. Angelo de)*. Religioso da ordem carmelitana, philosopho e prégador muito considerado. N. em Castro Marim, no anno de 1664, e fal. na segunda metade do seculo XVIII. Chamava-se no seculo Duarte de Figueiredo e Gusmão, sendo filho de Gaspar Lourenço de Gusmão. Estudou primeiro em Tavira, e em 1680 foi estudar canones na Universidade de Salamanca, onde professou na ordem dos carmelitas, quando estava para se graduar na faculdade que frequentava. Continuou depois os estudos, aprendendo philosophia em Avila, theologia em Salamanca, e moral em Segovia, fazendo sempre grandes progressos. Voltou mais tarde a Portugal, esteve algum tempo no convento de Evora, e foi depois nocionar theologia moral no convento de Vianna. Foi secretario da provincia, reitor do collegio de Coimbra, definidor geral tres vezes, e sempre escriptor incansavel veiu a fallecer em edade muito avançada. Deixou em latim um *Breviario de moral carmelitana*, e outras obras na mesma lingua, que se publicaram nos annos de 1734, 1735 e 1736. Deixou em manuscripto, em portuguez, algumas obras e alguns sermões.

Santa Maria *(Fr. Antonio de)*. V. *Rosario (Fr. Antonio do)*.

Santa Maria *(Fr. Antonio de)*. Religioso minorista da provincia da Madre de Deus da India, o commissario do convento de Malaca, que viveu no seculo XVII. Missionou muito no Oriente, e passou de Manilla, nas Filippinas, com umas freiras para a Cochinchina; teve uma viagem tormentosa, que narrou em 1645, n'uma carta escripta ás freiras de Santa Clara de Macau, impressa por Fr. Jacinto da Madre de Deus, no seu *Vergel de plantas e flôres*.

Santa Maria *(Fr. Antonio de)*. Religioso arrabido. N. em 1603, fal. no convento d'Arrabida em 1645 Chamava se no seculo Antonio Sanches Farinha, sendo filho de Pedro Sanches Farinha, fidalgo muito nobre e de alta posição social. Adquiriu grande fama de poeta, merecendo os maiores elogios dos poetas Manuel de Galhegos e Jacinto Cordeiro. Casou com sua prima D. Antonia d'Almada, e serviu algum tempo como escrivão da camara d'el-rei na Mesa do Desembargo do Paço da repartição das justiças, logar que fôra desempenhado por seu pae, e tambem foi administrador do hospital real da Misericordia. Fallecendo sua mulher, sentiu uma dôr tão profunda que resolveu recolher se ao claustro, vestindo o habito de monge da Arrabida, sem se lembrar que tinha um filho e duas filhas que precisavam dos seus carinhos paternaes. O provincial Fr. Francisco de Santa Maria quiz dissuadil-o d'aquelle proposito, na verdade bem de lastimar, pois que seus filhos eram de tenra edade, que a morte havia privado dos cuidados de mãe, e o claustro ia roubar lhes os de pae. Antonio Sanches Farinha insistiu na sua ideia, sem querer ouvir observações, e professou em 1636. Não quiz nunca passar de leigo, entendendo que servia melhor a Deus fazendo a cozinha dos frades arrabidos, do que educando os filhos. Quando seu pae falleceu, foi a Madrid solicitar o cargo de escrivão para seu filho, o que promptamente conseguiu, mas, segundo consta, para cumprir esse dever, foi preciso que os seus collegas instassem muito, porque elle estava ancioso por voltar ao convento a fazer a cozinha dos frades e a pedir esmola para a sua ordem pelas ruas de Lisboa, chegando a tal ponto a sua humildade, que o peixe, que lhe davam na Ribeira, elle proprio o levava ás costas para o hospital real. A paixão pela morte de sua mulher levara o a um idiotismo fradesco, e assim falleceu, sendo sepultado no convento de S. José de Ribamar. Deixou manuscripto um volume de poesias.

Santa Maria *(Fr. Antonio de)*. Religioso dos menores reformados da provincia de Santo Antonio de Portugal. N. em Bretiande, e fal. em Miranda a 1 de setembro de 1688. Exerceu varios cargos importantes até ao de provincial, que desempenhou de 1669 a 1671. D. Pedro II o nomeou deão da capella real, nomeação que foi confirmada pelo papa, em 1678, dando-lhe o titulo de bispo do Diocesarea. Quando se creou o bispado do Maranhão, foi eleito o seu primeiro bispo, sendo transferido em 1685 para o de Miranda, que governou até fallecer.

Santa Maria *(Fr. Antonio de)*. Religioso mi-

norista, e prégador muito afamado. N. no Rio do Janeiro, e professou em 1714. Foi mestre de theologia, e deixou manuscripto um *Sermonario de varias festividades solemnisadas no Rio de Janeiro*.

Santa Maria *(Fr. Antonio de)*. Religioso da ordem de S. Francisco, e considerado prégador. N. em Lisboa e professou no anno de 1699 no convento de S. Francisco, de Ponte do Lima. Passando ao Brazil, foi commissario geral do Pará, examinador synodal d'aquelle bispado, procurador geral, secretario e custodio da sua provincia, e pro-ministro no capitulo geral que se celebrou em Roma no anno de 1723. Foi enviado mais tarde á ilha da Madeira, como visitador da provincia da Piedade. Imprimiu 2 sermões, em 1730 e 1732, sendo ambos em louvor de Santo Antonio e prégados em Lisboa.

Santa Maria (*D. Basilio de)*. Conego regrante de Santo Agostinho. N. em Arcos de Valle de Vez, no principio do seculo XVII, e fal. a 17 de setembro de 1685. Professou no convento de Santa Cruz, de Coimbra, a 7 de março de 1626. Escreveu: *Sermão no prestito que a Universidade faz a 7 de junho para dar a Deus graças pelo nascimento do sr. rei D João III, seu instituidor*, Coimbra, 1641; *Sermão prégado em Santa Cruz na procissão que em dia de S. Sebastião costuma fazer a cidade*, Coimbra, 1642.

Santa Maria (*Fr. Braz de)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho. Foi confessor do arcebispo de Gôa D. Aleixo de Menezes, que acompanhou em 1593 na sua viagem ás serras do Malabar. Escreveu umas *Informações* ácêrca d'esta viagem, que se não imprimiram, mas serviram a D. Fr. Antonio de Gouveia para compôr a historia d'essa digressão.

Santa Maria (*Fr. Christovão de)*. Religioso da ordem de S. Jeronymo, e celebre theologo. N. em Lisboa e fal. em Coimbra a 6 de março de 1712. Professou no convento de Belem a 7 de julho de 1667. Doutorou-se em theologia na universidade de Coimbra, e passou a reger uma cadeira d'essa faculdade em 1696. Foi reitor do collegio de Coimbra. Deixou impresso um *Sermão prégado n'um auto da fé que se celebrou em Coimbra a 25 de julho de 1706*.

Santa Maria *(Fr. Diogo de)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho da Congregação da India. Era medico, cuja profissão exerceu na India. Deixou manuscriptas algumas obras de medicina.

Santa Maria *(D. Fr. Diogo Soares de)*. Religioso da ordem de S. Francisco, e grande theologo. N. em Lisboa no principio de dezembro de 1551, e fal. em Paris, a 28 de maio de 1614. Em 1567 vestiu o habito de porcionista do S. Paulo, que abandonou no mesmo anno, indo professar na ordem de S. Francisco. Tornou-se prégador notavel, mas desanimado por algumas censuras que fizeram ás suas obras, foi em 1580 para Paris, e doutorou se na Universidade d'esta cidade e na de Lovaina Henrique III o nomeou lente de controversia em Paris, e depois em Lovaina. Entrou na lucta energica entre catholicos e protestantes, e pelas triumphantes controversias contra os herejes, os francezes o denominaram *O Açoite dos herejes*. Roberto Claudio, na sua *Gallia Christã*, lhe chama *O Grande Portuguez*. Fr. Diogo Soares de Santa Maria tornou-se muito afamado prégador em Paris, prégando em todas as suas egrejas, sendo sempre ouvido com enthusiasmo. Foi prégador e conselheiro de Henrique IV, bispo *in partibus infidelium*, e depois bispo de Séez, nomeado em 1612. Foi sepultado no coro do convento de S. Francisco, de Paris Escreveu e publicou, em França, no anno de 1585, os *Commentarios sobre o Genesis* e sobre os primeiros tres capitulos do Apocalypse; em 1598 imprimiu um volume de sermões em latim, muito elogiados pelo arcebispo de Lyão, e que se reimprimiu em 1605; imprimiu em 1607 outros sermões tambem em latim. Escreveu o *Thesaurus Quadragesimalis* em francez que depois elle proprio traduziu para latim, e publicou em 1610. Francisque Michel, no seu livro *Les Portugais en France*, dirige palavras muito elogiosas a D. Fr. Diogo Soares de Santa Maria.

Santa Maria *(Fr. Eusebio de)*. Religioso da ordem de S. Francisco. Era natural de Lisboa, onde nasceu em 1675; ignora-se a data do fallecimento. Professou no convento de S. Francisco, de Lisboa, em 1695, contando 20 annos de edade. Foi depois lente de theologia e de philosophia em differentes conventos da sua ordem. Sendo custodio da ordem, foi presidir aos capitulos dos seminarios de Brancanes e do Varatojo. Tinha fama de bom prégador, mas parece que publicou sómente um sermão, que prégou a 13 de fevereiro de 1725.

Santa Maria *(Fr. Fernando de)*. Religioso da ordem de S. Domingos. N. em Villa Viçosa em 1516, fal. em Gôa em setembro de 1586. Formou-se em theologia na Universidade de Coimbra, e passou depois á India como prelado d'uma missão, e evangelisou ardentemente a fé christã, com especialidade no reino de Cambodge e na ilha de Solor, merecendo o cognome de *varão apostolico*. Foi prior do convento de Gôa, e vigario geral da Congregação da India. Escreveu a *Relação da vida e martyrio de fr. Jeronymo da Cruz*, que mandou em 1569 ao geral da ordem, em Roma, que a mandou traduzir em latim e imprimir em 1571. Escreveu tambem uma *Historia do cêrco de Gôa*, sustentado brilhantemente pelo vice rei D Luiz de Athaide, a qual ficou inedita.

Santa Maria *(Fr. Francisco de)*. Conego secular de S. João Evangelista. N em Villa do Conde, e fal. em Braga, a 6 de setembro de 1596. Era filho de Alvaro Fernandes, escudeiro da Casa de Bragança Foi conego no mosteiro de Villar o reitor geral da sua congregação. Serviu de vigario do arcebispo de Braga, teve o titulo de bispo de Fez, e recusou a mitra de Gôa, que D. Filippe lhe offereceu. Pelas suas virtudes mereceu o nome de *bispo santo*.

Santa Maria (*Fr. Francisco de)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho, numismata e prégador muito apreciado. N. em Lisboa a 23 de setembro de 1677, fal a 12 de janeiro de 1745. Professou no convento da Graça, de Lisboa, a 9 de dezembro de 1696. Resolvera elle professar na ordem dos frades capuchos, mas sendo instado por um seu condiscipulo para que preferisse a ordem dos eremitas de Santo Agostinho, recusou se, mas dizendo-lhe elle, que o motivo da recusa seria talvez o receio dos rigorosos exames que era preciso fazer para ser admittido no convento da Graça, Fr. Francisco de Santa Maria, inflammado pelo natural brio, rapidamente pôz

em versos latinos a regra da ordem, remettendo-a depois ao provincial juntamente com o requerimento para ser admittido. Este poema causou grande enthusiasmo entre os eremitas agostinianos, e logo em seguida foi o requerente examinado e aceeito com o maior exito para o seu talento. O poema publicou se em 1739 n'um livro, que tem por titulo *Funiculus triplex* Fr. Francisco de Santa Maria foi logo nomeado para reger humanidades no collegio de Villa Viçosa. Em 1699 passou a estudar philosophia e theologia, primeiro em Coimbra e depois em Evora, sendo mestre de theologia no convento da sua ordem n'esta ultima cidade, cadeira que regeu até 1716. Foi tambem regente dos estudos. Depois de 13 annos de magisterio, e depois de ter defendido publicamente 12 conclusões magnas com grande esplendor, foi jubilado, nomeado em 1737 reitor do collegio de Coimbra, definidor, chronista da ordem e bibliothecario do convento da Graça em Lisboa, e em 1740 foi eleito provincial, cargo que exerceu por mais de tres annos e meio, assignalando o seu governo, de um modo notavel, com muitas edificações nos differentes conventos Em 1711 escreveu e publicou um *Sermão do desaggravo do Santissimo Sacramento*, prégado na egreja de Santa Engracia, e em 1734 as *Novas notas da Analyse Benedictina*. Esta obra de polemica fradesca é uma resposta a outras que se imprimiram anteriormente. A questão resumia-se n'uma obra que Manuel Baptista de Castro publicára, procurando demonstrar que a ordem dos jeronymos tinha sobre todas as outras uma grande preeminoncia. Acudiu a refutal-o, e a sustentar a preeminencia da ordem de S. Bento Fr. Manuel dos Santos, escrevendo a *Analysis Benedictina*, e a esta responderam Fr. Jacinto de S. Miguel e Fr. Francisco de Santa Maria, pugnando tambem pela ordem augustiana. Em 1699 escreveu varios epigrammas latinos em louvor d'um sermão de Fr. Manuel de S. Carlos, e em 1711 outros versos tambem latinos em homenagem funebre ao bailio do Leça D. Fr. Filippe de Tavora. Ha tambem versos latinos seus, gravados nas pedras da sacristia da Graça. No tomo IV da *Historia genealogica da Casa Real* vem um *Memorial das moedas de ouro, prata e cobre que se tem lavrado n'este nosso reino de Portugal desde o seu principio até ao presente*. Ainda escreveu outra memoria sobre este assumpto, mas que não se imprimiu. Deixou muitas obras manuscriptas, entre as quaes citaremos as seguintes: *Apologia historica e critica sobre os milagrosos ossos de D. João Marcos;* outra sobre a antiguidade dos eremitas portuguezes; uns *Annaes eremiticos augustinianos portuguezes;* umas *Notas* ao *Crisol purificativo* de Fr. Manuel Leal; *O Promontorio sacro augustiniano*; umas notas a reparos ao livro de biographias dos varões illustres da ordem de Santo Agostinho, escriptos por Fr. Antonio da Purificação; additamentos latinos ao *Bullario augustiniano*, um *Alphabetum eucharistico*, uma Memoria sobre a fundação e origem do convento da Graça, etc.

Santa Maria (*Fr. Francisco de*). Religioso da ordem Terceira de S. Francisco, que nasceu em Torres Vedras a 10 de dezembro de 1681, fal no convento de Lisboa, a 16 de setembro de 1755. Foi muito versado em ritos ecclesiasticos. Escreveu: *Prolusão latina; em que mostra os fundamentos e autoridade que tem os presbyteros seculares professos na terceira ordem de S. Francisco, vivendo no seculo, para poderem resar pelo calendario dos religiosos claustraes da mesma ordem*, Lisboa, 1750.

Santa Maria (*P. Francisco de*). Conego regrante de S. João Evangelista, e illustre escritor. N. em Lisboa a 11 de dezembro de 165?, onde tambem fal. a 3 de novembro de 1713. Era filho do capitão Manuel Correia e de D. Maria da Silva de Azevedo. Estudou latim e humanidades no collegio de Santo Antão, e como déra provas de grande talento, os jesuitas quizeram angarial-o, e conseguiram que, sem licença paterna, elle vestisse a roupeta da ordem. Mas afinal seus paes obtiveram que elle saisse da Companhia, e foi então professar na ordem dos conegos regrantes de S. João Evangelista. Passou o noviciado no convento de Xabregas, foi estudar depois theologia no collegio de Coimbra, e n'esse mesmo collegio regeu as cadeiras de artes e de theologia, mas não podendo, por motivos de falta de saude, continuar no magisterio, voltou para Lisboa, sendo nomeado chronista da congregação, consultor e qualificador do Santo Officio, o examinador das tres ordens militares. Muitos outros cargos elevados lhe fôram offerecidos e todos rejeitou, preferindo o estudo ás grandezas. Assim quando a fama dos seus sermões, que chegou a ser tão grande, que muitos não duvidavam consideral-o superior ao P. Antonio Vieira, quando essa fama o tornou celebre na côrte, a ponto de serem seus constantes ouvintes D. Pedro II e sua irmã a rainha D. Catharina de Inglaterra, lembrou-se o rei de lhe offerecer a mitra de Macau, que elle rejeitou, não tanto por falta de ambição, porque entretanto era provedor do hospital das Caldas da Rainha, reitor do convento do Santo Eloy em Lisboa e geral de toda a congregação, como porque nada lhe custava tanto como afastar-se dos seus livros e da quietação da sua cella. A obra mais conhecida do P Francisco de Santa Maria é o *Anno Historico, diario portuguez, noticia abreviada de pessoas grandes e cousas notaveis de Portugal.* Esta obra deixára a elle composta e promta para a impressão, quando falleceu, em 1713, e logo em 1714 saiu o 1.º volume, cuja impressão parece ter sido ainda dirigida por elle O P. Lourenço da Annunciação Justiniano reimprimiu este volume em 1744, imprimiu pela primeira vez o 2.º, precedendo-o d'um prologo em que defende o autor d'algumas censuras que lhe fizera D. José Barbosa, accusando-o de erros e inexactidões. No mesmo anno se publicou o 3.º volume, sendo todos tres ampliados e accrescentados pelo P. Lourenço da Annunciação, tanto que se referem no 3.º volume factos relativos ao anno de 1737, tendo, o P. Francisco de Santa Maria fallecido no de 1713. As outras obras do illustre escriptor são as seguintes: *O Céo aberto na terra, historia das sagradas congregações dos conegos seculares de S. Jorge em Alga de Veneza, e de S. João Evangelista em Portugal*, Lisboa, 1697; *Justa defensa em tres satisfações apologeticas a outras invectivas, com que o P. Fr. Manuel dos Santos saiu á luz no seu livro «Alcobaça illustrada» contra a Chronica da Congregação Evangelista*, Lisboa, 1711; *Saphira Veneziana e Jacinto Portuguez*; *vida, morte, heroicas virtudes de S. Lourenço Justiniano, e do V. P. Antonio da Con-*

ccição, Lisboa, 1677; *A Aguia do Empyreo, excel lencias do Discipulo amado, reduzidas a um compendioso panegyrico*, Lisboa, 1687; *Sermões varios*, 3 tomos, Lisboa, 1689; sairam mais os tomos 4.º e 5.º, depois da sua morte, Lisboa, 1738. Publicou ainda mais sermões, separadamente, em 1680, 1685 e 1709, e um do *Acto da Fé que se celebrou no Rocio de Lisboa em 1706*. Deixou muitas obras manuscriptas.

Santa Maria *(Fr. Guilherme de)* Religioso da ordem dos agostinhos descalços. N. em Tavira e professou em 1672 Foi chronista da sua ordem e prior dos conventos de Porto de Moz e de Montemór. Falleceu no hospital real de Loulé, deixando manuscripta uma *Chronica da Congregação dos agostinhos descalços do reino de Portugal*, em 2 tomos.

Santa Maria *(Fr. Guilherme de)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho. N. em Lisboa em 1550, e fal. em 1634. Era filho do conde de Linhares D. Fernando de Noronha, mordomo-mór da rainha D. Catharina, mulher de D. João III. Professou no convento da Graça em 1570. Foi reitor do collegio de Coimbra, provincial eleito em 1594, visitador geral da ordem por provisão do nuncio passada em 1615. Deixou manuscripta a seguinte obra: *Expositiones in VIII libros physicorum una cum Simonis de visitatione in libros metoerum et coelo commentariis.*

Santa Maria *(D. João de)*. Conego regrante de Santo Agostinho. N. na villa de Terena, nos fins do seculo XVI, fal. no convento de Grijó a 12 de março de 1654 Viveu no convento de S. Vicente de Fóra, em Lisboa, onde foi mestre de capella. Escreveu *Tres livros de Contraponto*, que offereceu a D. João IV, quando ainda não era rei, sendo, porém, já grande enthusiasta amador de musica.

Santa Maria *(Fr. João de)*. Conego secular de S. João Evangelista. N. em Thomar, e fal. a 10 de maio de 1518. Foi escolhido para chefe da 1.ª missão portugueza enviada ao Congo Partiu com Fr. João de Portalegre, Antonio de Lisboa, Rodrigo de Deus e Vicente dos Anjos na frota de Gonçalo de Sousa, em dezembro de 1490, levando os primeiros negros que trouxera Diogo Cam. Chegando ao Congo a 29 de março de 1491, fôram muito bem recebidos pelo rei, que logo mandou edificar uma egreja, e que recebeu o baptismo, assim como o seu successor e grande numero de negros. Morrendo Fr. João de Portalegre e Fr. Antonio de Lisboa, voltou ao reino com os outros, e em 1508 voltou de novo ao Congo com esses e mais 10 companheiros. Dispersou-os por diversos pontos, e elle partiu para o interior com Fr. Luiz de S. Miguel, mas não se entenderam com os indigenas por differenças de lingua, e ali falleceu. El rei D. Manuel o havia nomeado bispo de Vizeu, mas elle não chegou a sabel-o.

Santa Maria *(Fr. João de)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho. N. em Evora em 1503; ignora-se a data do fallecimento. Foi um celebre humanista que honrou no estrangeiro o nome da sua patria. Professou no convento de Villa Viçosa, e em 1521 foi estudar theologia para a Universidade de Paris. Ali distinguiu-se muito, e a instancias do superior do convento parisiense. onde assistia, escreveu o seguinte: *Aurelii patria Augustini Ecclesiae doctoris celeberrimi, ac eremitici ordinis principillaria ducis ecclesiae quondam hypponensis antistitis regula ex soluta ac pedestri oratione.* Foi esta obra impressa á custa de Bernardo Aubry em 1521.

Santa Maria *(Fr. José de)*. Religioso da ordem de S. Domingos. Era natural de Lisboa. Professou no convento de S. Domingos em 1575. Doutorou-se em theologia, e foi lente d'essa faculdade no collegio de Coimbra e no de Lisboa. Em 1625 imprimiu o 1.º vol. do seu *Tractatus thomisticus de libero arbitrio.*

Santa Maria *(Fr. José de)*. Religioso da ordem da Trindade e abalisado prégador. N. em Lisboa em 1620, onde tambem fal. a 16 de maio de 1676. Era filho de paes nobres. Professou em 1637, doutorou-se em theologia, e foi depois para Roma, onde esteve 14 annos exercendo o cargo de procurador geral da ordem. Foi tambem visitador geral. Pregou em 1655, e imprimiu no anno seguinte o sermão da solemne procissão do Resgate geral, que se celebrou a 23 de dezembro do referido anno de 1655.

Santa Maria *(Fr. José de)*. Religioso da ordem de S. Bernardo. N. em Lisboa em 1618. Chamava-se no seculo Paschoal de Andrade. Era padre secular, e aos 40 annos entrou na ordem cisterciense, professando no convento de Maceiradão em 1658, mudando então o nome para Fr. José de Santa Maria. Foi confessor do convento da Nazareth em Lisboa, passando depois a ser enfermeiro no convento d'Alcobaça, onde fal. pouco depois de 1687, deixando um estudo sobre a *Fundação do convento da Nazareth*, que fôra escripto primeiro por Fr. Vivaldo de Vasconcellos, mas que elle refundiu e ampliou.

Santa Maria *(Fr. José de)*. Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Amarante, e professou em 1726. Foi um dos 7 mestres escolhidos para se organisar os estudos no convento de Mafra, onde regeu philosophia 7 annos. Restituido á sua provincia, foi reger philosophia em 1741 para o convento de Guimarães. Escreveu varias obras theologicas em latim, que se não imprimiram.

Santa Maria *(D. Fr. Lourenço de)*. Arcebispo de Gôa. N. na freg. de S. Pedro, de Avellãs, sendo filho de Antonio Luiz de Mello e de D. Michaela de Sampaio Pereira. Tomou o grau de mestre em artes na Universidade de Coimbra, e entrou para o seminario do Varatojo a 23 d'abril de 1728, professando na ordem de S. Francisco a 25 d'abril de 1729. Foi nomeado arcebispo de Gôa a 2 d'agosto de 1742, e não lhe sendo admittida a recusa que apresentou, foi confirmado por Clemente XIV a 26 de novembro do mesmo anno; foi sagrado a 7 de junho de 1743, embarcou para a India a 9 de março de 1744, e chegando a Gôa a 19 de setembro do mesmo anno, tomou posse solemnemente na sé, a 4 de outubro. Mais tarde, renunciou ao arcebispado e partiu para o reino com o marquez d'Alorna, em 9 de fevereiro de 1751, a bordo da nau *N. S.ª da Conceição e S. Francisco Xavier*, e desembarcou em Lisboa a 4 de janeiro do anno seguinte. Foi depois nomeado bispo do Algarve, e morreu em Faro a 5 de dezembro de 1783.

Santa Maria *(Fr. Manuel de)*. Religioso da ordem de S. Francisco, da provincia dos capuchos. N. em Fragozella, freguezia do bispado de Vizeu; fal. a 19 de novembro de 1617. Acompanhou ao Brazil seu irmão Fr. Francisco dos San-

tos, que fôra nomeado custodio d'essa provincia. Fr. Manuel era apenas corista quando partiu para a America, e ali cursou os estudos, e começou a exercitar se no pulpito e a grangear fama de prégador, até que voltando a Portugal foi eleito guardião do convento de Lisboa, e em 1637 nomeado custodio do Brazil, para onde novamento partiu em 1638. Era o seu destino a Bahia, mas como teve de arribar ao Rio de Janeiro, e os ventos contrarios o não deixavam seguir para a Bahia, aproveitou o tempo, indo fiscalizar a fundação de dois conventos novos em Santos e em S. Paulo, de modo que só chegou á Bahia em 1639. Governou 4 annos com bastante acerto, e uma das obras uteis, que fez, foi a organisação dos cartorios dos conventos e de um especialmente a que chamou *cartorio custodial*, e onde se guardavam importantes manuscriptos. Voltando a Portugal foi residir no convento de Vizeu, por ficar perto da sua terra, e ali falleceu. Escreveu um livro mystico, intitulado *O Peregrino desterrado*, que se publicou posthuma, em 1653. Deixou manuscriptas umas *Observações mathematicas*.

Santa Maria *(Fr. Martinho de)*. Instituidor da ordem da Arrabida V. *Portugal*, vol. I, pag. 737.

Santa Maria (*Fr. Martinho de*). Religioso da ordem dos carmolitas. N. em Lisboa em agosto de 1585, fal. a 13 de novembro de 1653. Era filho de Jeronymo Moniz de Lusignan e de D. Elvira de Alarcão. Vestiu o habito da ordem do Carmo em 1599, e professou em 1601. Formou se em Coimbra na faculdade de theologia, e dedicou-se depois ao pulpito em que se tornou muito afamado, e foi duas vezes eleito provincial, em 1624 e 1625, e sêl-o ia terceira vez se tivesse acceitado o cargo. A sua indole conciliadora fez com que repetidas vezes o escolhessem para acalmar discordias entre religiosos, e foi assim que interveiu como visitador, nomeado pelo papa, dos conegos regrantes que andavam em dissensões por causa da eleição do prior, e depois pacificador das freiras de Sant'Anna e de Santa Clara, de Coimbra. Em 1641, quando se celebrou a cerimonia da acclamação de D. João IV, como se chegou tarde á egreja para elle poder dizer o sermão, imprimiu o por ordem do rei em 1642. Rejeitou as mitras de Angra e do Porto. A unica obra que imprimiu, foi o sermão citado. Na egreja do Carmo, depois da sua morte, celebraram-se sumptuosas exequias.

Santa Maria *(Fr. Miguel de)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho. N. em Penamacôr a 2 d'abril de 1657, e fal. a 29 d'abril de 1728. Era filho do védor geral do exercito da Beira. Veiu estudar para Lisboa no collegio dos jesuitas de Santo Antão, e professou no convento da Graça em 1677. Regeu theologia no collegio de Coimbra da sua ordem. Era homem de grande erudição, e D. João V o escolheu para ser um dos membros da Academia Real de Historia Portugueza. Incumbiu-se de escrever a historia da disciplina ecclesiastica em Portugal, e chegou a fazer os preliminares d'essa obra. Foi prior do convento de Santarem, secretario e chronista da provincia. Fal. victima de um ataque apopletico. Escreveu e imprimiu em 1722: *Dissertatio historica de primo, potuis unico Evangelii praedicatore in Lusitania nostra, totaque Hispania*. Com esta obra fez Fr. Miguel de Santa Maria grande escandalo por se ter aproximado um pouco da verdade. Sustentava elle que S. Thiago nunca viera a Hespanha, mas sustentava tambem que em vez de S. Thiago, quem viera fôra S. Paulo. Esta affirmativa de Fr. Miguel de Santa Maria, exarada nas publicações da Academia Real da Historia, levantou grande contestação, respondendo-lhe o seu collega D. Jeronymo Contador d'Argote, que nas proprias *Memorias e documentos da Academia*, inseriu uma *Dissertação sobre a vinda de S. Thiago a Hespanha;* não ficaram silenciosos os hespanhoes, e acudiram logo em defeza da antiga doutrina uns poucos de escriptores, e entre elles o proprio bibliothecario-mór do rei de Hespanha João Ferreras. Fr. Miguel de Santa Maria respondeu lhes com um volume em portuguez, impresso em 1726, intitulado: *Voz da verdade que proferida pela bocca dos antiquissimos e santissimos pontifices romanos, dos santos e antiquissimos padres da Egreja, dos martyrologios de ambas as egrejas latina e grega, dos não menos antigos e sapientissimos theologos e expositores, parte expressamente, parte por evidentes discursos, clama que não o apostolo S Thiago Maior, mas S. Paulo maior apostolo que S. Thiago e um dos principes do apostolo é o que illustrou a Hespanha com as primeiras luzes do Evangelho*. Apezar d'elle morrer d'ali a 2 annos, não deixou D. Manuel Caetano de Sousa de lhe responder n'um livro que só foi impresso em 1732, 4 annos depois da morte de Fr Miguel de Santa Maria, o qual se intitulava: *Expeditio hispanica S. Jacobi maioris asserta*. Este deu-se ao trabalho de comparar a dissertação latina de Fr. Miguel com a *Voz da verdade*, do mesmo autor, e encontrou graves contradições, que lhe serviram muito para a sua argumentação. Fr. Miguel de Santa Maria deixou alguns manuscriptos latinos em prosa e em verso.

Santa Maria *(D. Nicolau de)*. Conego regrante, de Santo Agostinho. N. em Lisboa nos fins do seculo XVI, fal. a 7 de novembro de 1675. Pertencia á illustre familia dos Coelhos. A 5 de dezembro de 1615 vestiu a murça de conego no convento de Santa Cruz de Coimbra. Foi prior do convento da Serra do Pilar, visitador da sua congregação. Sendo eleito chronista entregou-se a largas investigações para escrever a chronica da sua ordem, revolveu os cartorios, e imprimiu a 1.ª e 2.ª parte da sua *Chronica dos conegos regrantes do patriarcha Santo Agostinho* no anno de 1668. Apezar de ter tido á sua disposição não só os valiosos archivos da ordem, mas ainda os trabalhos manuscriptos do cartorario de Santa Cruz D. José de Christo, trabalhos que elle aproveitou sem a minima cerimonia, D. Nicolau de Santa Maria, empenhado sobretudo em exaltar a sua ordem com a falta de escrupulos que distingue os escriptores do seculo XVII, falsifica documentos, cita inexactamente e de fórma que já no seu tempo levantou energicos protestos, como foi o de Fr. Ignacio de S. Bento, monge benedictino, que escreveu contra elle uma *Apologia paranetica*, dedicada a S. Bento e destinada a reivindicar para este illustre patriarcha a incontestavel gloria, que D. Nicolau de Santa Maria queria attribuir a Santo Agostinho, de ter sido o instituidor dos monges do Occidente. Tambem Christovão Alão de Moraes escreveu umas *Advertencias* refutando

largamente a obra de D. Nicolau de Santa Maria, mas todas estas refutações ficaram manuscriptas Quasi seculo e meio depois João Pedro Ribeiro, nas suas *Dissertações chronologicas* e nas suas *Observações diplomaticas*, notou os gravissimos erros de D. Nicolau, e em tempos mais modernos lhe fez accusação egual Diogo Kopke nos seus *Apontamentos archeologicos*. D. Nicolau de Santa Maria escreveu ainda uns *Officis propria sanctorum*, etc., que imprimiu em 1618, e reimprimiu em 1657.

Santa Maria *(Fr. Pedro de)*. Religioso da ordem de S. Domingos. N. em Lisboa no anno de 1577, pouco mais ou menos. Professou no convento do Bemfica em 3 d'abril de 1594. Escreveu: *Tratado da boa creação e policia christã, em que os paes devem crear seus filhos*, Lisboa, 1633; *Pratica para acompanhar os padecentes*, sem signação de anno e do logar da impressão.

Santa Maria *(P. Pedro de)*. Conego secular da Congregação de S. João Evangelista. N. em Braga em 1496, fal. no convento do Porto a 10 de fevereiro do 1564. Professou no convento de Villar, e passando depois para Lisboa, prégou com austeridade na côrte. O infante D. Luiz quiz que elle fôsse seu confessor, mas o P. Santa Maria recusou-se, e voltou para o Porto, onde se entregou muito ao ensino da doutrina christã, com o maior zelo, congregando nas praças publicas as creanças para ouvirem as suas lições. O interesse com que se entregava a estes exercicios lhe deu o nome de *Padre Doutrina*, porque era popularmente conhecido. Escreveu a primeira cartilha de doutrina, que se publicou em Portugal. Ha d'elle duas obras impressas: *Confessionario e instrucção de confessores e penitentes*, 1551; *Tratado e compendio mui proveitoso da doutrina, e regimento da vida christã, composto e ordenado na cidade do Porto, e dedicado ao bispo do Porto D. Rodrigo Pinheiro*, Coimbra, 1555.

Santa Maria *(Fr. Victorio de)*. Religioso da ordem dos eremitas descalços de Santo Agostinho. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Professou como leigo, e foi depois para Roma, onde viveu muitos annos no hospicio da ordem. Escreveu e imprimiu, em 1771, um livro chamado *Doutrina christã e Rosario de Nossa Senhora;* Em 1776, publicou 2.ª edição, com o augmento de muitas orações, dedicando-o a D. Jacinto de Oliveira e Lima, governador da egreja e hospital de Santo Antonio dos portuguezes, em Roma. Houve em 1780, 3.ª edição consideravelmente augmentada.

Santa Maria. Ilha do Oceano Atlantico, no grupo S do archipelago dos Açôres. Tem 117 k. quadrados de superficie o 18 de comprimento por 10 de largura. E' de origem vulcanica, como todas as outras do archipelago, e entre as suas rochas se vê em muitas partes uma pedra calcarea, pouco resistente, de origem submarina, contendo muitas conchas e molluscos. Posteriormente á sua formação pareco que o solo da ilha não mais foi abalado por qualquer erupção vulcanica, todavia, pela configuração das rochas da costa o dos 4 ilhéos que a circumdam como pela do baixo das Formigas, situado a NEN, e provavelmente destacado da ilha em epoca muito anterior á da sua descoberta por Gonçalo Velho Cabral, suppõe-se, que soffreu violentas commoções subterraneas que lhe levaram uma parto consideravel do solo. Principalmente na região occidental, a ilha é bastante montanhosa, sendo a maior elevação o chamado *Pico Alto*. O littoral é inteiramente bordado de rochedos quasi escalvados, profundo e sem recifes; o seu desenvolvimento total é do 46 k. Encontra-se areia preta em algumas praias. A ilha tem duas bahias: a de S. Lourenço, quo se abre na costa N e que é a melhor, embora esteja exposta aos ventos NE e a de Santa Maria, na costa S, muito exposta tambem aos ventos que sopram d'esta banda. No littoral d'esta bahia está edificada a Villa do Porto, que é a capital (V. *Villa do Porto*). Na ilha de Santa Maria contam-se os seguintes cabos: dos Cedros, do Castello, dos Mattos, de Malmerendas, dos Frades, de Marvão, das Lagoinhas, o do ilbote dos Frades, do Cabrestante e o de Ponderados. A bahia de S. Lourenço está situada entre a ponta dos Cedros e a dos Mattos, e a de Santa Maria entre a ponta de Malmerendas e a de Marvão. Fórma um conc. de 4.ª ordem com 4 freg: Santa Barbara, Espirito Santo, S. Pedro e Villa do Porto; uma com., e pertence ao distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo. A séde do conc. da comarca é na Villa do Porto, tendo o concelho esta ultima designação. Na ilha ha ainda as seguintes povoações: Almagreira, Arrifes, Carreira, Valverde, etc. O clima é saudavel e aprazivel, e as aguas são excellentes. O terreno produz milho, trigo, centeio, cevada, batatas, inhame, ervilhas, feijão, fava, limão, laranja, banana, vinho, etc. Cria gado bovino, ovino, caprino e suino, que chega para o consumo local e para exportar, e dispõe de grandes pastagens, constituidas pelos terrenos pedregosos que as copiosas chuvas de inverno puzeram a descoberto. Na industria contam-se os seguintes ramos: o da olaria, que é considerada a molhor dos Açôres: o da manteiga o o do queijo; o do barro que é exportado em grande quantidade para as outras ilhas do archipelago, para a Madeira e para o continente do reino, onde é manufacturado. A ilha de Santa Maria foi descoberta a 15 d'agosto de 1431 por Gonçalo Velho Cabral, commendador de Almourol, que lhe deu o nome de Santa Maria, pola solemnidade d'aquelle dia. Foi esta a primeira ilha do archipelago que Velho Cabral, seu primeiro possuidor e donatario de juro e herdade, visitou, desembarcando ali na praia de Lobos. Ao general Braz Soares de Sousa, descendente de aquelle e muito affeiçoado a Hespanha, tirou D. João IV a posse da ilha Esta foi por varias vezes ataeada o saqueada por corsarios argelinos e europeus, principalmente hollandezes e inglezes. || Ilhéo da costa S da ilha do S. Thiago, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situado na bahia da Praia, quasi á entrada d'ella, entre as pontas Temerosa e da Mulher Branca, da qual dista pouco mais de 500 m., podendo-se na baixa-mar transpôr a vau o espaço comprehendido entre elle e a ilha. Tem cêrca de 800 m. de comprimento por 160 de largura, corre na direcção NS e é deveras importante para um systema de defeza maritima; mas pela sua visinhança da terra póde ser prejudicial ao commercio licito e aos interesses do Estado pelo contrabando que por ali se póde fazer facilmente. Em tempo começou a ser construida n'ella uma bateria razante que nunca foi concluida, e quo o tempo se encarregou do destruir por completo. || Agru-

pamento de povoações no conc. do duque de Bragança, distr. de Lunda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Ilha do distr. de Lourenço Marques, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está situada situada á entrada da bahia d'aquelle nome, e separada do cabo dos Fumos, por um estreito canal de fundo rochoso. || Cabo da costa de Mossamedes, na prov. de Angola, Africa Occidental. Em 1486 Diogo Cam fundou n'ello o seu segundo padrão. || Cabo da costa do territorio de Sofala, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. || Pov. da freg. de N. S.ª das Dôres, no conc. da ilha do Sal, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Cabo formado pela extremidade S d'uma ilha d'areia na costa do Algarve, defronte do Faro. Fica entre Faro e Olhão. || Angra situada a NE do cabo do mesmo nome de Santa Maria, Africa Occidental. Tem cêrca de 500 m. de extensão e perto de 6:000 de ponta a ponta. Bom surgidouro para embarcações costeiras. || Porto da ilha do Sal, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. E' muito frequentado, e dista da cidade da Praia, capital da provincia, cêrca de 1·4 k. || Denominação de 2 roças pertencentes a particulares, na ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Santa Maria d'Arrifana (*José Antonio Gomes Leite Rebello, 1.º visconde de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, cavalleiro e commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, etc. N. em Santa Maria d'Arrifana, do concelho da Feira, a 2 de março de 1819, sendo filho de Francisco Antonio Gomes Leite, e de sua mulher, D. Maria Albina Candida de Menezes. Foi presidente da camara municipal em tres biennios, primeiro substituto do juiz de direito da comarca por varios annos, e procurador da junta geral do districto. Foi agraciado com o titulo de visconde por decreto de 5 de janeiro de 1888. O seu brazão d'armas é o dos Rebellos, concedido á sua familia, por alvará passado a 27 d'abril de 1804: Em campo azul tres cotias de ouro, em faxa, cada uma carregada de sua flôr de liz, de púrpura, ficando todas tres em banda

Santa Maria de Jesus (*D Fr. José de*). Bispo de Cabo Verde. N. em Evora a 8 de novembro de 1670, fal. no convento de Xabregas a 7 de junho de 1736. Professou n'este convento, da ordem de S. Francisco, em 1695, e pediu logo para ser transferido para o seminario do Varatojo. Mostrando grande vocação para missionario, quiz o governo aproveitar-lhe o zelo n'uma das prelazias das colonias, e nomeou o em 1720 bispo de Cabo Verde Partindo para a sua diocese, tratou com muito zelo das suas obrigações, visitando todas as freguezias, forçando os parochos remissos a entrarem na ordem, e procurando corrigir os costumes, o que lhe acarretou semsaborias n'uma epoca por tal fórma revolta e inquieta e corrompida, que dois ouvidores se revoltaram um apoz outro contra a autoridade legitima, um em 1720, outro em 1726. D. José de Santa Maria de Jesus visitou todas as ilhas, e foi depois visitar a Guiné, o que raros prelados tinham feito. Voltando d'ali, naufragou, caiu ao mar, salvou-o um navio que por acaso passava, e que ia de caminho para a Bahia, onde o pobre bispo de Cabo Verde desembarcou, sendo acolhido com a mais cordial e franca hospitalidade pelo arcebispo. Quando partiu para o reino a frota das naus dos quintos, partiu o bispo de Cabo Verde tambem e foi descançar de tantos dissabores e fadigas no seminario do Varatojo, e d'ali passou para o convento de Xabregas, onde veiu a fallecer. Em 1731 imprimiu uma obra destinada especialmente aos seus diocesanos, intitulada: *Brados do pastor ás suas ovelhas*, e que encerra umas praticas doutrinaes. Como esta edição se esgotasse toda em Cabo Verde, o prelado reimprimiu a sua obra em 1735, muito correcta e melhorada.

Santa Maria Magdalena. Villa no interior da ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Santa Maria Maior Freguezia estabelecida na Sé patriarchal. Foi D. João V quem constituiu na capella real esta parochia, em 24 d'agosto de 1709, por um breve do papa Clemente XI, e considerada a egreja com esta regalia, tinha um cura apresentado pelo patriarcha como capellão-mór com 300$000 reis, um coadjutor, provido pelo mesmo prelado, com a congrua de 150$000 reis. A irmandade do Santissimo Sacramento foi tambem fundada pelo referido monarcha, na mesma data. Ao cura pertencia administrar os sacramentos a todas as pessoas que servissem e residissem no palacio real da Ribeira, ou fôssem seus creados ou familias, e creados dos mesmos creados, com tanto que todos tivessem residencia no paço, e posto quo tambem lhe pertencesse o direito referido, pelo que respeitava ás proprias pessoas dos creados dos reis dispersos pela côrte. Tambem eram parochianos todos os ministros e pessoas que serviam a egreja patriarchal e capella real. Antes do terremoto de 1755 lhe pertenciam os moradores nos Cobertos da Ribeira das Naus, que eram mais de 400 pessoas, por terem sua residencia dentro dos muros do paço. Hoje a freg do Santa Maria Maior continúa a exercer na egreja da Sé as suas funcções parochiaes, sendo constituida por algumas das ruas que lhe estão proximas.

Santa Marinha. Esta antiga freguezia, que desde 1835 está installada na egreja da Graça, foi fundada no seculo XIII, assim como a sua egreja. Esta antiguidade é affirmada pela inscripção que existia ao lado da porta da egreja, da parte do Evangelho, na qual se lia que ella fôra sagrada a 12 de dezembro de 1222. Estava situada no largo de Santa Marinha, no cimo d'um outeiro, que por esse motivo, ficou sendo o nome primitivo da freguezia, *Santa Marinha do Outeiro.* A porta principal era voltada para o poente. A sua architectura nada tinha de singular, mas tornava se notavel pela sua antiguidade, tanto no exterior como interiormente. Junto da egreja ficava a torre dos sinos. Dizem alguns escriptores, que fôra antiga mesquita dos moiros, purificada depois da tomada de Lisboa. Tinha a capella-mór, tendo sobre o altar a imagem de Santa Marinha, e mais 4 capellas no corpo da egreja, incluindo a do Santissimo, e a de Santa Catharina. Tornava se notavel esta capella por ser toda de cantaria, om estylo gothico, e muito antiga. A egreja, interiormente, ora de grande simplicidade, guarnecida de branco, tendo as paredes grande altura de azulejos. A esculptura das imagens nada tinha de recommendavel. A egreja tinha prior, 5 beneficiados, cura e thesoureiro. Foi do padroado real, que el-rei D. Diniz deu a Pedro Salgado, que tinha ali fundado algumas capellas; depois pertenceu á ordem de Christo.

Em 20 de janeiro de 1834 foi supprimida a freguezia, ficando annexada á de Santo André, e ambas reunidas fôram em solemne procissão, em 31 de maio de 1835, para a egreja da Graça. Em 1838 a camara municipal mandou destelhar a egreja de Santa Marinha, conservando se por muito tempo as capellas desfeitas e as paredes em ruinas, até que se demoliu de todo, construindo-se n'aquelle local uma propriedade.

Santa Marinha. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. da Beira Baixa, conc. e com de Ceia, distr. e bisp. da Guarda; 300 fog e 1:101 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., e feira no 4.º domingo de cada mez. Dista 4 k. da séde do conc. O papa e o bispo apresentavam alternativamente o prior, que tinha 300$000 reis. A pov. é muito antiga. D. Affonso Henriques deu-lhe foral em junho de 1150, e D. Manuel I, foral novo, em Lisboa, a 15 de maio de 1514. A pov. foi couto com juiz e 1 vereador, que ha muitos annos se extinguiu. A terra é fertil; tem grande abundancia de gado de todas as qualidades, e de caça grossa e miuda. Tambem produz muito mel e cêra de boa qualidade. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Ferral, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Calvello, conc de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Fervença, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Villa Real. || S. Miguel, de Nogueira da Montanha, concelho de Chaves districto de Villa Real. || S. Pedro, de Pedroso, concelho do V. N. de Gaia, districto do Porto. || O Salvador, de Pena maior, conc. de Paços de Ferreira, do mesmo distr. || Santa Marinha o conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || Santa Marinha, de Rio Tinto, conc. de Expozende, distr. de Braga. || O Salvador, de Rossas, conc. de Vieira, do mesmo distr. || O Salvador, de Sabbadim, conc. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Sandim, conc. do V. N. de Gaia, distr. do Porto || O Salvador, de Tangil, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S João Baptista, de Villa Chã, conc. de Ponte da Barca, do mesmo distr. || Ribeira do distr. de Bragança. N. ao N da freg. de Felgueiras, corre a E e depois a SE, e entra na ribeira de Mós, perto da villa d'este nome, com 12 k. de curso.

Santa Marinha de Tropeço. V. *Tropeço.*

Santa Marinha do Zezere. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Douro, conc. e com de Baião, distr. e bisp. do Porto; 511 fog. e 2:276 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Em 1514 era da apresentação dos jesuitas, depois passou para o collegio de Coimbra da mesma ordem, que muitos annos receberam todos os dizimos, até que estes fôram divididos pelo collegio dos jesuitas de Evora, e pelo convento benedictino de Travanca. Extincta a Companhia de Jesus em 1759, passou a parte que ella recebia, para a Universidade de Coimbra. Em 1768 era da apresentação alternativa do papa, da mitra e do convento de Travanca, rendendo para o abbade 400$000 reis. A pov. está situada na extremidade SSE do conc. de Baião ao longo da margem direita do Douro e da sua linha ferrea; é banhada pelos rios Douro e Teixeira, e pelos 2 rios mais pequenos: Silva Rosa e Zezore, atravessando a este ultimo de norte ao sul, e passando junto da egreja matriz, que a pov. tomou o nome d'elle. A egreja fica em sitio elevado, alegre e vistoso, na margem direita do Zezere. E' d'uma só nave, muito irregular e pouco elegante. Era muito pequena, mas foi restaurada e ampliada no primeiro quartel do seculo XVIII, ficando então um bom templo, bastante espaçoso e muito luxuoso. A capella mór é pequena, mas tem boas decorações de talha antiga e dourada O corpo da egreja tem 4 altares lateraes; um bom pulpito com cupola de talha dourada; côro espaçoso, e junto d'elle um pequeno orgão. Do lado do norte estão a sacristia, a casa da fabrica e a torre dos sinos, tendo um bello relogio. O tecto é interiormente apainelado e todo cheio de pinturas a oleo, representando os 12 apostolos, varios mysterios da vida de Jesus, etc. A pov é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde em Villa Real

Santa Martha (*José de Sousa Pereira de Sampaio Vahia, 2.º visconde de*). Marechal de campo, commendador das ordens de Aviz e da Torre e Espada, cavalleiro da Legião de Honra, de França, condecorado com a medalha da Guerra Peninsular, etc. N. em Villa Pouca de Aguiar a 3 de junho de 1790, fal. em Santa Martha de Penaguião a 13 de fevereiro de 1847. Era filho do 1.º visconde do mesmo titulo, Manuel Gregorio de Sousa Pereira Sampaio, e de sua mulher, D. Antonia Victorina Teixeira de Magalhães e Lacerda. Quando em 1808 rebentou na sua provincia o grito contra os francezes, José de Sousa correu a alistar-se entre os defensores da independencia da patria, e sendo logo despachado alferes, serviu nos batalhões de caçadores n.ºs 3 e 4, durante a Guerra Peninsular, com muita distincção, o que lhe valeu ser condecorado. Terminada a campanha, offereceu-se para fazer parte da expedição de Pernambuco, em 1817, n'um dos batalhões da divisão dos Voluntarios Leaes d'El-Rei, commandada pelo capitão general Luiz do Rego. Embarcou então com o posto de major, e tomou parte na guerra de Montevideu. Alguns annos depois regressou a Portugal, e foi collocado com o posto de coronel graduado no estado maior. N'esta situação o veiu encontrar o movimento liberal do Porto de 24 d'agosto de 1820, e José de Sousa, abraçando com ardor os novos principios, mereceu ser nomeado ajudante general do exercito organisado pela junta suprema, e teve parte activa nos acontecimentos do 11 de novembro de Lisboa. D'ahi a annos, sendo já brigadeiro graduado e commandante do regimento n.º 23, foi elle quem levantou o grito da revolta que ficou conhecida na historia pelo nome de *Villafrancada*, o que deu em resultado a queda da constituição nascida da revolução de 1820. Nos fins de maio de 1823, em vista dos successos de Hespanha, o governo resolveu formar um exercito de observação na fronteira da Beira, para o qual foi nomeado o regimento n.º 23, que estava de guarnição no castello de S. Jorge, em Lisboa. Na madrugada do dia 27 esse corpo saiu do quartel para marchar ao seu destino, mas logo nas immediações da capital revoltou-se contra o systema constitucional, e quando o infante D. Mi-

guel, que saira de Lisboa para Villa Franca n'essa noite, se lhe reuniu, os soldados romperam em vivas ao rei absoluto, o que não está muito de accôrdo com a carta que pouco antes o brigadeiro escrevera ao general Sepulveda, governador das armas da côrte, e na qual dizia: «General do coração e amigo. O meu partido está tomado. Ministerio actual demittido. El rei com dignidade e constituição que faça a ventura e o socego geral e não a guerra civil. Finalmente, nada de facções que atraiçôem o rei e a nação. União e esquecimento do passado é o que quer o regimento n.º 23. Tu queres de certo o mesmo e vale á anarchia. Sousa » D'ahi a alguns dias D. João VI partiu tambem para Villa Franca, regressou a Lisboa no meio d'um grande triumpho, e nomeando seu filho D. Miguel commandante em chefe do exercito, passou José de Sousa a ser agraciado com o titulo de visconde de Santa Martha, e a exercer o cargo de sub-chefe do estado maior general. Posteriormente, em 1828, quando rebentou no Porto a revolução liberal, era o visconde de Santa Martha commandante das divisões ligeiras das provincias de Traz os Montes e Minho, e quando em 1832 o exercito de D. Pedro veiu desembarcar no Mindello, era esse general commandante da 4.ª divisão militar cujo quartel general era na cidade do Porto. A chegada das tropas liberaes á visinhança do Porto foi uma verdadeira surpreza para as autoridades miguelistas. Os empregados publicos, os cofres, os cartorios e até os presos politicos, tudo lá se conservava sem ideia alguma de poderem ser atacados, nenhuma providencia se dera para levantar a ponte das barcas e nem mesmo da parte de Villa Nova de Gaia se havia feito uma só cortadura ou trincheira, o castello de S. João da Foz continuava artilhado e guarnecido como em tempo de profunda paz e o convento da Serra do Pilar, apezar da sua posição, não estava fortificado nem mesmo o general pensava em guarnecel-o. O visconde de Santa Martha, que ao ter a noticia da aproximação da esquadra constitucional, ficára na incerteza do ponto de desembarque e que como tal dava ordens e contra ordens ás tropas do seu commando, não teve mais sangue frio na occasião do perigo, e na manhã do dia 8 de julho mandou encaixotar á pressa os dinheiros publicos e os da Companhia dos vinhos do Douro, destacou para as praias de Villa do Conde a 3.ª brigada da sua divisão, debaixo das ordens do brigadeiro João Cardoso de Menezes, recommendando lhe que se conservasse ao sul da mesma villa, e elle proprio saiu com o regimento das milicias de Braga e uns 70 cavallos do regimento de Chaves em direcção ás praias de Lavre. Vendo que já haviam saltado em terra algumas tropas liberaes e que não podia obstar ao desembarque, retirou Santa Martha sobre Mattosinhos em frente dos atiradores de D. Pedro, e pela noite recolheu ao Porto ordenando a evacuação da cidade. Logo em seguida retrogradou para Grijó, e no dia 11 foi estabelecer-se com a 1.ª e 2.ª brigadas em Oliveira de Azemeis, onde esperava as outras duas brigadas da sua divisão que se lhe reuniram no dia immediato o o auxilio da 2.ª divisão do commando do general Pessoa para operarem sobre o Porto. Avançando novamente sobre Villa Nova de Gaia e fazendo passar as suas tropas para a margem direita do Douro, foi contra os soldados do visconde de Santa Martha que combateram no reconhecimento de Vallongo e na batalha de Ponte Ferreira, depois das quaes o antigo ajudante do 23 de infantaria foi dispondo as suas forças para fechar as communicações da cidade pelo lado do norte ao passo que o general Povoas occupava posição ao sul do rio Nomeado commandante em chefe do exercito miguelista, depois dos infructiferos ataques dirigidos pelo general Gaspar Teixeira que exercia esse cargo, resolveu o visconde de Santa Martha limitar se á estricta defeza das posições que occupava, buscando principalmente tornar effectivo o bloqueio e cortar aos sitiados toda a communicação por onde podiam abastecer se de provisões de guerra e de bocca. Persistindo n'este seu systema de obrigar os defensores do Porto a capitular pela falta de recursos e oppondo se inteiramente a que se realisasse um grande ataque sobre as linhas foi o general exonerado do commando a 21 de fevereiro de 1833, e d'ahi por deante nenhum papel importante representou nas operações militares Ainda antes de acabada a lucta deixou as bandeiras do absolutismo, e apresentou-se a D. Pedro, e desde então até fallecer viveu obscuramente.

Santa Martha *(Manuel Gregorio de Sousa Pereira de Sampaio, 1.º visconde de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Christo, capitão de cavallaria da 1.ª Plana da Côrte, deputado da Companhia do Alto Douro. etc. N. em Villa Pouca d'Aguiar a 29 de novembro de 1766, onde tambem fal. a 21 de outubro de 1844. Era filho natural, legitimado por carta de 17 de março de 1774, de José de Sousa Pereira Guedes Valha de Sampaio, senhor da casa de Santa Martha de Penaguião, e mestre de campo do Terço Auxiliar de Chaves. Succedeu em toda a casa de seu pae, e em 1801, levantou para a Guerra Peninsular um corpo de infantaria de voluntarios, na provincia de Traz os Montes, pago, armado, fardado e sustentado á sua custa durante 15 mezes. Casou a 8 de setembro de 1790 com D. Antonia Victorina Teixeira de Magalhães e Lacerda, filha de Antonio Teixeira de Magalhães e Lacerda e de sua mulher D. Anna Thereza Pereira Pinto de Azevedo Soutto Maior. O titulo foi-lhe concedido por D. João VI, por decreto de 3 de julho de 1823.

Santa Martha *(D. Theodosio de).* Conego secular de S. João Evangelista, doutor em theologia pela Universidade deCoimbra, chronista geral da sua congregação, etc. N. em Lisboa, e f. no convento de Xabregas a 21 de julho de 1761. Tomou a murça de conego no convento de Santo Eloy, de Lisboa, a 4 d'outubro de 1700 Ensinou theologia no seu convento, e foi a Coimbra doutorar-se n'essa faculdade Foi qualificador do Santo Officio, e em 1737 eleito geral da sua congregação. Teve depois a nomeação de chronista, mas não chegou a escrever livro algum sobre este assumpto, porque as obras que imprimiu, fôram apenas alguns dos seus sermões. Escreveu tambem: *Elogio historico da illustrissima e excellentissima casa de Cantanhede Marialva dos esclarecidos Menezes e Telles, dedicado ao illustrissimo senhor D. Diogo de Noronha III marquez de Marialva, V conde de Cantanhede,* Lisboa, 1751. Deixou manuscripta uma obra latina sobre direito canonico, e um commentario latino a uns psalmos.

Santa Martha. Pov. e freg. de Santa Martha, da prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. do Porto; 90 fog. e 372 hab, Tem esc. do sexo fem. O *D.* abbade benedictino do mosteiro de Bustello, proximo a Penafiel, apresentava o cura, que tinha 20$000 reis e o pé d'altar. A pov. dista 4 k. da séde do conc. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: O Salvador e conc. d'Alcoutim, distr. de Faro. || N. S.ª do Monte Sião, de Amora, conc. de Seixal, distr. de Lisboa. || S. Martinho, de Lago, conc. de Amares, distr. de Braga. || O Salvador, de Lordello, conc. de Paredes, distr. do Porto. || O Salvador, de Rossas, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. Pedro, de Valle de Nogueiras, conc. e distr. de Villa Real. || Pov. da freg. do Santissimo Nome de Jesus, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Serra do distr. de Santarem E' uma ramificação da serra de Minde, a O da pov. de Malhou.

Santa Martha de Laurentim. Pov. na freg. de S. Miguel, de Lobrigos, conc. de Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

Santa Martha da Montanha. Pov. e freg. de Santa Martha da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 68 fog. e 300 hab. Dista. 9 k. da séde do conc. A mitra apresentava o reitor, que tinha 200$000 réis de rendimento. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n. 19, com séde em Chaves.

Santa Martha de Penaguião. Villa da prov. de Traz os Montes, séde de conc. do seu nome, ou denominação legal de um dos concelhos da comarca de Peso da Regoa, distr. de Villa Real e bisp. de Lamego. A séde está na freg. de S. Miguel, de Lobrigos. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; medicos e pharmacias; pertence á 6.ª div. mil., 12.ª brigada, grande circumscripção mil. N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. A pov. é muito antiga. Teve foral dado por D. Affonso III, na Guarda, a 19 de setembro de 1256, e el-rei D. Manuel lhe deu foral novo, em Evora a 15 de dezembro de 1519 Este conc. teve até 1834 dez companhias de ordenanças, commandadas por um capitão-mór, sujeito ao general da provincia de Traz os Montes. A freg. de S. Miguel, de Lobrigos, onde se encontra a séde do conc., chamava-se antigamente *S. Miguel de Penaguião. (V. Lobrigos)*. O conc. compõe se de 10 freguezias, com 2:840 fog. e 11:372. hab., sendo 5:494 do sexo masc. e 5:878 do fem., n'uma superficie de 7:154 hect. As freguezias são: Santo Antonio, de Alvações do Corgo, 554 hab.: 258 do sexo masc. e 295 do fem.: Santo Adrião, de Cever, 1:374 hab.: 667 do sexo masc. e 707 do fem.; Santa Eulalia, de Cumieira, 1:394 hab : 644 do sexo masc. e 750 do fem.; S. Thiago, de Fontes, 1:992 hab : 916 do sexo masc. e 1:076 do fem.; S. Sebastião, de Fornellos, 513 hab.: 242 do sexo masc. e 271 do fem.; S. João Baptista, de Lobrigos, 1:481 hab.: 776 do sexo masc. e 705 do fem.; S. Miguel, de Lobrigos, 957 hab.: 462 do sexo masc. e 495 do fem.; N. S.ª da Purificação, de Louredo, 822 hab.: 403 do sexo masc. e 419 do fem.; S. Salvador, de Medrões, 1:130 hab ; 554 do sexo masc. e 576 do fem.; Santo André, de Sanhoane, 1:155 hab.: 572 do sexo masc. e 583 do fem. O principal commercio de todo o conc é vinho, mas produz tambem azeite, trigo, centeio, milho, castanhas, etc. Este conc foi supprimido por decreto de 23 de setembro de 1895, e annexado parte ao de Villa Real e parte ao do Peso da Regoa, mas foi restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898 com as mesmas freguezias que o constituiam

Santa Martinha. Pov. na freg. de Santa Martha, de Portuzello, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Santa Monica *(Henrique O'Neil, 1.º visconde de)*. Bacharel formado em Direito pela Univesidade de Coimbra, director geral do ministerio da justiça, do conselho de el-rei D. Luiz, preceptor de seus filhos, então o principe real D. Carlos e o infante D. Affonso; oficial mór da Casa Real, veador da rainha D. Maria Pia; procurador geral da corôa e fazenda, gran-cruz de ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e da ordem da Rosa, do Brazil; da Corôa, de Italia; commendador da Legião de Honra, de França, etc. N. em Lisboa a 3 de maio de 1821; onde tambem fal. a 5 de novembro de 1889. Era descendente d'uma familia nobre da Irlanda. (V. *O'Neil*). Matriculou se na Universidade de Coimbra, onde tomou o grau de bacharel em direito. Estava na Allemanha, em Gœttingue, onde ensinava a lingua portugueza, quando recebeu uma carta do ministro da justiça, então o conselheiro Martins Ferrão, em que o convidava para vir occupar um logar de chefe d'uma das repartições da respectiva secretaria Regressou então á patria, e exerceu com o maior zelo o logar que lhe fôra offerecido, de chefe da segunda repartição da direcção central *(estatistica)* da secretaria da justiça; foi depois conselheiro director geral do mesmo ministerio, preceptor dos principes, conforme dissémos, socio da Academia Real das Sciencias e do Instituto de Coimbra. Quando a doença o impossibilitou de continuar a ser preceptor dos principes, foi dispensado de todo o serviço do paço e passados annos nomeado ajudante do procurador geral da corôa e fazenda. O seu brazão d'armas vem já descripto no artigo O'Neil, *Portugal*, vol. V. pag. 254. O titulo de visconde de Santa Monica foi lhe concedido por decreto de 28 de dezembro de 1876 Henrique O'Neil era muito intimo de Alexandre Herculano e do visconde de Castilho *(Antonio Feliciano de Castilho)*, que muito o respeitavam como poeta e escriptor. Em Coimbra foi um dos collaboradores do *Trovador*, livro de poesias dos nossos primeiros poetas do seu tempo de estudante. Imprimiu successivamente as *Fabulas de Lessing*, cuja 2.ª edição foi adquirida pela livraria Ferreira, da rua do Ouro; o *Fabulario*, o *In Memoriam*, a *Feira da Ladra* e a *Turra de Dois Caturras*. De quasi todas estas obras se fizeram diversas edições, que, á excepção das *Fabulas de Lessing*, nunca poz á venda.

Santa Ovala. Pov. e freg. de N.ª da Expectação. da prov do Douro, conc. e com. de Oliveira do Hospital, distr. e bisp. de Coimbra; 97 fog. e 497 hab. Tem esc. do sexo masc., correio com serviço de posta rural; productores de azeite, de vinho e de milho. Dista. 8 k. da séde do conc. O cabido de sé de Coimbra apresentava o cura,

que tinha 9$000 reis de congrua e o pé d'altar. Entre esta freg. e a Aldeia das Dez, está a ponte das Tres Estradas, na confluencia da Ribeira d'Alva com a da Lariga. E' toda de cantaria e muito antiga. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr do recrut e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. || Povoações nas freguezias: Santa Leocadia, conc. de Chaves, distr. de Villa Real || S. Vicente, de Louredo, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Santa Ovaia de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cannas de Sabugosa, conc. de Tondella. distr. de Vizeu.

Santa Ovia. Serra do distr. de Vianna do Castello. E' uma ramificação da serra da Labruja, a está situada a N N O de Ponte do Lima, em direcção N a S. Tem 236 m. d'altura.

Santa Quiteria *(José Antonio Soares Real, 1.º barão e 1.º visconde de)*. Fidalgo da Casa Real, diplomata, commendador das ordens de Christo, Torre e Espada o Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, condecorado com a medalha n.º 6 da campanha da Liberdade; gran-cruz das ordens estrangeiras: Corôa de Ferro, Francisco José e Leopoldo, da Austria, Aguia Vermelha, da Prussia; Ernesto Pio de Saxe Coburgo-Gotta Carlos III, de Hespanha; cavalleiro da Estrella Polar, da Suecia. etc. N. na quinta do Carvalhal, da freguezia da Espiçandeira, concelho de Alemquer, a 20 de julho de 1810, fal. em 1873. Assentou praça de cadete no regimento de infantaria n. 4, em 1824, e tomou parte na revolta d'este corpo, a 21 de agosto de 1831, que foi dominada no curto espaço de tres horas. Emigrou depois para Londres a bordo d'um navio inglez, d'ondo passou á ilha Terceira, regressando ao reino em julho de 1832; fez a campanha liberal até 1834, e quando ella terminou, dedicou-se á vida diplomatica. Foi nomeado nosso ministro na Austria, e quando ali estava exercendo o seu elevado cargo, teve a infelicidade de, no regresso d'um baile, em Baden-Baden, de se voltar a carruagem que o conduzia, e o visconde quebrou uma perna em mais d'uma parte. Não consentindo que lh'a amputassem, sobreveiu-lhe um tetano, quo o victimou. Foi agraciado com o titulo de barão de Santa Quiteria por decreto de 8 de agosto de 1855, sendo elevado a visconde pelo decreto de 4 de agosto do 1859. Casou a 21 de setembro de 1852 com D. Nathalia Julia Axelina, baroneza de Laucken Wakenitz, filha dos barões de Lacken Wakenitz, na Dinamarca.

Santa Quiteria *(D. Maria Emilia Soares Leal, 2.ª viscondessa de)*. Era filha do antecedente. N. a 6 de julho de 1854, e fal. na sua quinta da Boa Vista, nos arredores de Alemquer, a 13 de novembro de 1888. Foi lhe renovado o titulo por decreto de 14 de Junho do 1878, onde se liam estas palavras elogiosas: «em memoria dos bons serviços prestados na carreira diplomatica por seu pae, o 1.º visconde do mesmo titulo, etc.» Casou na Allemanha com Carlos Wachs, capitão chefe de esquadrão, do 2.º regimento de dragões de Baden, que obteve a mercê de usar tambem do titulo de sua mulher.

Santa Quiteria. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santo Antonio, conc. e distr. do Funchal. || Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Fontes, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Santa Eulalia, de Margaride, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Santa Quiteria de Mêca. V. *Méca*.

Santa Rita *(Fr. Antonio de)*. Monge benedictino, doutor em Theologia e lente na Universidade de Coimbra, arcebispo de Gôa, etc. N. em Alvações do Corgo, em 1779, fal. em Gôa, no 1.º de fevereiro de 1839. Chamava so no seculo Antonio Feliciano de Santa Rita Carvalho, sendo filho de Mathias Rodrigues de Carvalho. Professando na ordem benedictina tomou o nome de Fr. Antonio de Santa Rita. Doutorou-se em Theologia na Universidade a 17 de julho de 1814, e em 1831 foi provido n'uma cadeira de lente. Em 1836 foi eleito arcebispo de Gôa, e partindo para o Oriente não duvidou entrar em lucta aberta com a Santa Sé, que se recusou a confirmal-o. Por isso tambem o capitulo o elegeu, já depois do eleito arcebispo, vigario capitular da archidiocese. Tendo adoecido gravemente o barão de Sabroso em agosto de 1838, ficou dirigindo os negocios da India o conselho do governo, que se transformou em conselho governativo, debaixo da presidencia do arcebispo D. Antonio Feliciano de Santa Rita Carvalho, quando o barão de Sabroso morreu em outubro d'esse anno O arcebispo exerceu quatro vezes essa presidencia. Escreveu e publicou em Gôa 3 folhetos sobre a questão do padroado portuguez na India, em 1838, que dizem serem muito interessantes sobre o assumpto.

Santa Rita *(Fr. Constantino de)*. Religioso Franciscano, capucho. Era egresso em 1835, quando houve em Gôa uma revolta para ser deposto o marechal Correia, que então governava a India. Constantino de Santa Rita foi escolhido pelos revoltosos para fazer parte do governo, e tomou posse juntamente com os seus collegas a 3 de março de 1835. Falleceu a 7 de dezembro de 1836, estando ainda no poder.

Santa Rita *(Guilherme Augusto de)*. Jornalista contemporaneo, 2.º official do ministerio das Obras Publicas, deputado etc. N. em Lisboa a 21 de outubro de 1859, onde tambem fal. a 9 de março de 1905. Tinha o curso superior de letras, approvado sempre com distincção Dos 16 aos 20 annos esteve, como empregado de carteira, na casa commercial de Oliveira Soares. Aos 20, em 1879, foi nomeado amanuense no Tribunal de Contas, por meio de concurso, sendo classificado em primeiro logar. Em 1884 fez concurso para o logar de 2.º official no ministerio das Obras Publicas, obtendo tambem a primeira classificação, sendo nomeado em 1885. No anno seguinte casou com D. Palmyra Cau da Costa, filha do conselheiro Cau da Costa, par do reino e presidente do Supremo Tribunal Administrativo. Aos 24 annos, sendo ainda amanuense no Tribunal do Contas, publicou o seu primeiro livro de versos, intitulado *Vacillantes*. Fez varias conferencias publicas no Atheneu Commercial de Lisboa, entregando-se em especial á defeza dos interesses dos empregados do commercio. Em 1887 escreveu o drama *O Bezerro de Ouro*, que pretendeu fazer representar no theatro normal , o que não pôde conseguir, mas que mais tarde appareceu no palco do theatro do Principe Real, hoje Apollo, o que deu logar a uma irritante questão que se debateu muito nos jornaos da epoca. Escreveu

outro drama em verso *O Estigma*, que dedicou á rainha D. Amelia, e offereceu á Assistencia Nacional aos Tuberculosos. Dedicou se tambem muito a estudos economicos, publicando entre outros, um livro sobre a *Habitação do operario*, e outro sobre o *Soccorro Mutuo* Em 1895 escreveu o *Poema d'um morto*, prefaciado por Gomes Leal. Dirigiu á illustre escriptora, que se assigna com o pseudonymo de *Caiel*, uma brochura, com o titulo de *A Guerra*, em que advogava calorosamente o ideal da paz ou da cessação da guerra, ideias de que a escriptora Caiel era ardente propagandista. Entrando na politica, filiou se no partido regenerador, de quem era então chefe o estadista Hintze Ribeiro, e duas vezes foi eleito deputado, em 1900 pelo circulo de Torres Novas, e em 1902 pelo de Santarem. Em março de 1903 adoeceu gravemente, e retirou-se para a sua propriedade do Estoril, onde esteve anno e meio, e como o seu estado de saude continuasse sempre melindroso, mudou-se para o Lumiar e passados alguns mezes falleceu. Já bastante doente ainda escreveu um drama historico *Sagres e Tanger*, que não chegou a concluir.

Santa Rita Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Cacella, conc. de Villa Real de Santo Antonio, distr. de Faro. Tem apeadeiro na linha de caminho de ferro, de Lisboa ao Algarve, entre as Estações de Cacella e Conceição || Santa Maria de Evora Monte, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Roça da Ilha do Principe, Africa Occidental.

Santa Rita de Cassia (*Fr. José de*). Religioso franciscano da provincia de Santo Antonio, lente de theologia e philosophia, e prégador regio. Era um exaltado partidario de D. Miguel, e publicou tres dos seus sermões: um que prégou na Bemposta no dia dos annos do infante; outro em 1827, em acção de graças pela noticia da sua vinda de Vienna d'Austria, e o outro em 1828, por occasião da benção da bandeira dos privilegiados de Mafra. Escreveu tambem um *Regulamento para a casa de Desaggravo do Sacramento da Eucharistia, novamente erecta em Lisboa*, Lisboa, 1826.

Santa Rita Lisboa (*Fr. Vicente de*). Prégador, muito apreciado. N. em Lisboa, em 1776, pouco mais ou menos, onde tambem fal. em 1842 Professou na ordem franciscana, mas deixou o convento, alcançando para isso um breve do papa, e passando a presbytero secular, grangeou grande fama como prégador, que lhe valeu a sua nomeação de prégador régio Em 1820 mostrou-se affeiçoado á causa liberal, e por isso foi perseguido, depois de 1823, chegando afinal a ser preso em 1830, sendo encerrado nos carceres do Aljube, onde permaneceu sem nenhum processo, recuperando só a liberdade no dia 24 de julho de 1833, com a entrada do duque da Terceira em Lisboa, que abriu as portas das cadeias a todos os presos politicos. Depois serviu como parocho encommendado n'algumas freguezias de Lisboa, e estava parochiando a das Mercês, quando falleceu. Dos muitos sermões que prégou no longo periodo de 40 annos, publicou os seguintes: *Discurso recitado na benção das bandeiras do regimento de voluntarios reaes do commercio*, 1809; *Homilia evangelico panegyrica, prégada na capella real de Queluz, no dia 1.º de janeiro de 1801*, 1817; *Homilia*, etc., *prégada no dia 4 de outubro em S. Francisco da Cidade*; 1816; *Sermão prégado na egreja dos Martyres, a 20 de dezembro de 1808, na feliz restauração do reino*; 1812; *Sermão de acção de graças, pelo feliz ajuntamento dos representantes da nação portugueza, e installação das Côrtes, prégado na basilica de Santa Maria Maior*; 1821; *Oração funebre nas exequias do muito alto e poderoso senhor D. Pedro de Alcantara, imperador do Brazil, rei, regente e restaurador de Portugal, recitado no dia 24 de outubro na basilica de Santa Maria Maior, na presença da rainha D. Maria II*; 1834.

Santa Rita Marques e Silva (*Fr. José de*). Professor e compositor de musica muito distincto, mais vulgarmente conhecido por Fr. José Marques. N. em Villa Viçosa em 1780, ou pouco antes, fal. em Lisboa a 5 de fevereiro de 1837. Estudou musica desde a primeira infancia, no seminario de Villa Viçosa, sendo o seu primeiro mestre, segundo se julga, o P. Joaquim Cordeiro Gallão. Quando contava 22 annos de edade, veiu para Lisboa, professou na ordem de S. Paulo, no convento dos Paulistas, e ali ficou exercendo o logar de organista. Ao mesmo tempo ia se aperfeiçoando no contraponto, estudando com João José Baldi, que era então mestre no Seminario Patriarchal e organista da capella real da Bemposta. Em 1808, falleceu Luciano Xavier dos Santos, mestre da capella, foi Baldi substituil o, e chamou para o logar de organista o seu discipulo Fr. José Marques, que mais tarde, em 1816, tambem passou a exercer as funcções de mestre da referida capella. Cêrca de 1810 foi ao Brazil. indigitado pelo mesmo Baldi, para ser organista na capella real do Rio de Janeiro, mas pouco tempo ali se demorou, regressando então a Lisboa. No anno de 1816 falleceu Baldi e em 1819 Leal Moreira, ambos mestres no Seminario Patriarchal, e Fr. José Marques requereu um dos logares vagos, em concorrencia com Antonio José Soares, que tambem era pretendente O inspector do Seminario, José Joaquim Barba de Menezes, protegia muito o Soares, e deu as mais favoraveis informações a seu respeito, mas ácêrca de Fr. José Marques, mandou um officio para a côrte do Rio de Janeiro, dizendo que dois mestres eram de mais no Seminario, por haver poucos alumnos, e por isso achava melhor reduzir a um só professor. A má vontade contra o frade paulista era bem visivel, assim como a protecção concedida a Antonio José Soares, que se tornou escandalosa, porque o seu merito era muito inferior ao do seu concorrente. No fim de muitas delongas, e de se ter procedido a um concurso, em vista d'uma ordem vinda do Rio de Janeiro, o qual se realisou em 5 de junho de 1820, em que todas as vantagens fôram para Fr. José Marques, ainda mais uma vez se manifestou a má vontade do inspector, que empregou todas as evasivas a favor do seu protegido. Mas parece que Fr. José Marques moveu bem os seus empenhos, e se impôz de fórma, que da côrte do Rio de Janeiro veiu ordem positiva para serem dados os 2 logares vagos aos 2 pretendentes, sendo feita a nomeação em 6 de outubro de 1820. Para que Fr. José Marques tivesse mais completo triumpho, conservaram-lhe o logar na capella real da Bemposta, de que o inspector do Seminario lembrou insidiosamente que o devia perder, mas que não deixou de o exercer. senão quando em 1834 aquella capella foi extin-

cta. Como era um dedicado partidario de D. Miguel, refugiou-se n'esse anno de 1834, juntamente com outros receosos do novo regimen constitucional, na quinta do Bomjardim, pertencente aos condes de Redondo, onde graças á sua valiosa cooperação, se realisaram festas religiosas esplendidas. (V. *Redondo, condes de*; e *Bomjardim*). Um dos primeiros cuidados do regimen liberal foi transformar o Seminario Patriarchal em Conservatorio, e Fr. José Marques ficou incluido no numero dos professores d'esse estabelecimento, tendo o encargo de dirigir *a aula de orchestra*. porém, nunca se apresentou para o exercicio d'esse logar. Perdendo assim os seus proventos officiaes e certos, ficou reduzido aos adventicios que podia adquirir com as lições e festas religiosas. Foi tambem incumbido de arranjar a musica para um jornal que por esse tempo começou a publicar se, cujos primeiros numeros sairam com o titulo de *Semanario Filarmonico*, que depois se mudou para *Semanario Harmonico*. Este jornal durou alguns annos, e publicou composições para piano de Fr. José Marques, tendo tido successivamente por directores, depois d'este, Joaquim Casimiro e Santos Pinto. A falta de recursos e a paixão que teve pela mudança de governo, pois era um exaltado miguelista, abalaram-lhe profundamente a saude, e pouco tempo sobreviveu. Fr. José Marques era muito dedicado ao ensino, e produziu muitos e bons discipulos, entre os quaes se contam os professores Joaquim Casimiro, Xavier Migoni, Miró, Manuel Innocencio dos Santos, etc. Na musica sacra foi d'uma fecundidade pasmosa. Uma grande parte foi escripta na quinta do Bomjardim, em 1834 e 1835, outras musicas fôram escriptas para a basilica de Mafra e para a capella da Bemposta, principalmente entre os annos de 1821 e 1830. A totalidade das composições de Fr. José Marques, todas autographas, que dizem existir no cartorio dos condes de Redondo, é a seguinte: 13 missas, incluindo uma de *requiem* e outra em estylo pastoril para a noite do Natal, 11 matinas a saber: para 4.ª, 5.ª e 6.ª feira Santas; officio de defuntos; para as festas de S. Vicente de Paula, Coração de Jesus, Sacramento, Epiphania, Exaltação da Cruz, e duas para o Natal; 26 Psalmos, e 6 *Te-Deums*. Outros hymnos, 7; motetes, 5, ladainhas, 3. trezenas de Santo Antonio, 3; 1 novena da Conceição, 1 *Stabat Mater* e 1 grande solo de *Laudamus*, para contralto e córos. Além d'estas obras existem em poder d'algumas pessoas, diversas matinas, responsorios, uma symphonia para 6 orgãos, curiosa composição feita para se executar em Mafra. Na Bibliotheca da Ajuda ha a partitura autographa d'uma missa, credo e motetes a 4 vozes, sendo o acompanhamento de orgão *ad libitum*. Na egreja do Sacramento ha umas matinas escriptas expressamente para a festa do orago, matinas que Joaquim Casimiro orchestrou pouco tempo antes de fallecer, e que durante muitos annos se executaram. Quasi toda a musica sacra de Fr. José Marques é a 4 vozes e com orgão. Algumas escriptas para a basilica de Mafra são para tenores e baixos, com acompanhamento de mais de um orgão. Em 1825 compoz uma missa para 5 coros de homens e 5 orgãos; outra é para 3 córos e 6 orgãos. Uma das maiores missas é dedicada á marqueza de Borba em 1821; outra missa é dedicada ao conde de Redondo, assim como o são as matinas de S. Vicente de Paula e diversas outras composições. Escreveu tambem muita musica para piano, sonatas, themas variados, valsas, marchas, etc. Uma symphonia que compoz para orchestra e era tida em estimação no seu tempo, foi publicada em reducção para piano com este titulo: *Sinfonia para forte piano composta e dedicada a S. M. F. o Senhor D. Miguel I*. Outra composição d'ello se imprimiu, intitulada: *Marcha funebre para piano forte, que na triste occasião da infausta morte de S. M. F. A. S.ª D. Maria I, compoz Fr. José Marques e Silva. Anno de 1816.*

Santa Rosa (*Fr. Faustino de*). Religioso da ordem de S. Francisco e profundo philosopho. N. em Loures a 24 de fevereiro de 1694; fal. na segunda metade do seculo XVIII. Estudou no collegio de Santo Antão, dos jesuitas, e professou no convento de S. Francisco, de Lisboa, em 1709. Foi lente de philosophia no seu convento, e quando em Villadolid se celebrou em 1740 um capitulo geral da sua ordem, presidiu a umas conclusões onde se discutiram as mais arduas questões da theologia. Foi commissario visitador apostolico da custodia da Immaculada Conceição da ilha de S. Miguel, Açores. Deixou manuscripta uma obra philosophica, e outra de theologia, em que estavam as conclusões que elle defendera no capitulo geral de Valladolid.

Santa Rosa (*Fr. Felix de*). Religioso da ordem dos agostinhos descalços. N. em Lisboa a 20 de fevereiro de 1708; ignora se a data do fallecimento. Professou no convento de Monte Olivete em 1717. Leccionou artes, como substituto da respectiva cadeira, no convento da Boa Hora de Lisboa, e no convento do Santarem; foi tambem lente de theologia e prégador afamado. Só publicou um dos seus sermões, prégado na Egreja da Boa Hora em acção de graças pelo restabelecimento do infante D. Antonio, irmão de D. João V.

Santa Rosa (*D. Fr. Hilario de*). Religioso franciscano da provincia d'Arrabida, bispo de Macau, etc. N. em Lisboa em 1695; ignora-se a data do fallecimento. Professou no convento d'Arrabida em 1719; foi lente de theologia no convento de Leiria, e no de Mafra onde tambem leccionou philosophia. Sendo guardião do convento de S. José de Ribamar em 1739, foi nomeado bispo do Macau, para onde partiu em 1742. De todos os seus sermões, publicou apenas um, que prégou na egreja de S. Nicolau, de Lisboa, n'uma das domingas da quaresma de 1739.

Santa Rosa de Viterbo. V. *Viterbo*.

Santa Sophia. Pov. e freg. de Santa Sophia, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Montemór-o-Novo, distr. e arceb. de Evora; 91 fog. e 4?4 hab. Está situada na estrada de Montemór-o-Novo a Evora. A mitra apresentava o cura, que tinha alguns generos. A terra é muito fertil em cereaes, cria muito gado, produz bastante azeite, e nos seus montes ha muita caça grossa e miuda. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. Esta freg. foi annexada á de Montemór-o-Novo—Castello, por decreto de 19 de março de 1891. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Olalhas, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Santa Suzana. Pov. e freg. de Santa Suzana, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Redondo, distr. e arceb. de Evora; 112 fog. e 510 hab. Es-

tá situada na margem esquerda da ribeira de Freixo, a 13 k. da sédo do conc. Tem cse do sexo fem., e est. post. A mitra apresentava o cura, que tinha alguns generos. A terra é fertil em cereaes, gado e caça. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. || Pov. e freg. de Santa Suzana, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa, arceb. de Evora; 112 fog. e 559 hab. Está situada junto d'um affluento da ribeira de Sitimos, a 12 k. da séde do conc. O rei, pelo tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens, apresentava o capellão, que tinha alguns generos e 10$000 reis em dinheiro. A terra é fertil em cereaes, azeite, vinho, gado e caça. No logar da Córte do Pereira, d'esta freg., ha uma mina de zinco argentifero, da qual foi reconhecido proprietario legal, em 10 de janeiro de 1877, Mr. Charles Hyne. A pov. pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. || Povoações nas freguezias: S. Barnabé, conc de Almodovar, distr. de Beja || S. Domingos, de Fanga da Fé, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Ribeira que nasce ao NO da freg. de Santa Suzana, e ao NO de S. Christovão, e se lança na ribeira de Sitimos, com cêrca de 18 k. de curso.

Santa Tecla de Basto V. *Basto*, *Portugal*, vol. II, pag. 202.

Santa Thereza *(Fr. Filippe de)*. Religioso da ordem carmelitana. N. em Lisboa em 1681; ignora-se a data do fallecimento. Professou no convento do Carmo em 1701, formou-se na Universidade de Coimbra, e recebeu o grau de doutor em theologia no seu convento de Lisboa, onde tambem leccionou essa faculdade, assim como nos conventos de Moura e de Coimbra Foi eleito prior do convento de Lisboa em 1735, e provincial em 1744. Tornou se muito apreciado prégador, mas de todos os sermões só imprimiu o de S. Luíz Gonzaga.

Santa Thereza *(Fr. Francisco de)*. Religioso carmelitano, e theologo abalisado. N. no Funchal, e fal. em 1698. Professou no convento do Carmo, de Lisboa, em 1670. Doutorou-se em theologia na Universidade de Coimbra, e era um dos melhores oppositores ás cadeiras da faculdade, que não pôde reger, porque falleceu ainda muito novo. Era bom poeta latino, portuguez e hespanhol, bom orador. Deixou apenas um volume incompleto e manuscripto: *Alphabetum Theologicum*.

Santa Thereza *(Fr. Francisco Xavier de)*. V *Xavier de Santa Thereza (Fr. Francisco)*.

Santa Thereza *(D. Ignacio de)* Arcebispo de Gôa N. no Porto a 22 de novembro de 1682; fal em Faro a 15 de abril de 1751. Era filho de Domingos Fernandes de Sousa e de D. Maria Magdalena Jacome Torres. Fez os primeiros estudos no collegio dos jesuitas de S. Lourenço, do Porto, e deu provas de tão elevado talento que os padres o quizeram angariar para o seu instituto, porém o noviço, que tinha um tio conego regrante de Santo Agostinho, preferiu vestir a murça d'esta congregação, o que realisou em 1698. Doutorou-se em theologia na Universidade de Coimbra em 1711 e os conegos, querendo aproveitar a sua intelligencia, crearam de proposito para elle reger, uma cadeira de philosophia Tornou-se tão grande a sua fama de erudito, que D. João V o nomeou em 1720 arcebispo primaz do Oriente, dignidade em que foi confirmado pelo papa no anno de 1721. Partindo para Gôa, teve logo com o vice rei Francisco José de Sampaio e Castro as mais asperas contendas. Allegava o vice-rei que o procedimento do arcebispo era verdadeiramente intoleravel; que era demasiado o seu fanatismo religioso, o que não impedia de ser ao mesmo tempo apaixonado pelos prazeres mundanos, a ponto de andar em serenatas pelo rio tocando viola, e de ir acompanhado nas visitas pastoraes por bandos de rapazes e de bailadeiras. Muitas outras accusações graves ainda lhe faziam, a que o arcebispo respondia energicamente, encontrando apoio na côrte, porque apezar de todas as recommendações de Sampaio e Castro, foi indicado para governador da India, juntamente com D. Christovão de Mello e Christovão Luiz de Andrade, quando aquelle vice-rei morreu. Estes tres governaram a India desde 13 de setembro de 1723 até 28 de outubro de 1725, sem nada fazerem, não attendendo sequer as sollicitações de Muinha Hameth Vanasquipay, que vinha pedir que arrancassem Mombaça ao jugo arabe. Em 1725 chegou o novo vice-rei João Saldanha da Gama, e teve com o arcebispo exactamente as contendas que elle tivera com o seu antecessor, o que provava ser a culpa effectivamente do arcebispo. Saldanha da Gama queixou-se asperamente do arcebispo, e nada conseguiu. A côrte continuava a protegel-o, e quando o vice rei partiu para o reino, foi ainda D. Ignacio de Santa Thereza que ficou governando interinamente com D. Christovão de Mello e Thomé Gomes Moreira. Nada fizeram tambem, regendo apenas a India desde janeiro até novembro de 1732. Chegou então o conde de Sandomil e com elle se renovaram as contendas. D'esta vez, porém, D. João V deixou de o defender, e a instancias do conde de Sandomil, foi D. Ignacio transferido para o bispado do Algarve em 1739. Saiu de Gôa em fevereiro de 1740, chegou a Lisboa a 6 d'abril de 1741, e logo em seguida partiu para a sua diocese, que governou 10 annos, sempre em contenda com todas as auctoridades, até que falleceu. No seu testamento ordenava que o seu cadaver fôsse transportado para Tavira, e sepultado na egreja dos carmelitas descalços, para cuja construcção muito contribuira. Fôram numerosissimas as suas obras, porque era grandemente erudito e muito trabalhador, latinista de primeira força, poeta agradavel o theologo eminente. Em 1728 imprimiu umas *Resolutiones morales pro statu religiosi*. As suas discordias na India com os vice-reis, o bispo de Malaca, o vigario geral de Gôa, e outros ecclesiasticos e seculares que provocaram uma decisão do papa que theologicamente lhe foi favoravel, originaram uma serie de obras, escriptas por elle, e que ficaram quasi todas manuscriptas. Eram manifestos, allegações e replicas, que circulavam em manuscripto, e só uma d'estas obras, o *Tractatus theo juridicus de utroque recursu* foi impresso em Londres em 1750, o que prova ou que D. Ignacio de Santa Thereza, contraíra na India relações de amizade com alguns inglezes e que assim lhe fôsse mais facil a impressão em Londres, ou que em Lisboa a censura lhe não permittiria sair com estes livros á publicidade. E' certo que tambem em Londres imprimiu a *Crisispadoxa* sobre o famoso Tratado do Padre Antonio Vieira, *Clavis*, *Prophe-*

tarum, assumpto melindroso, que sendo tratado por um espirito tão irrequieto como o de Ignacio do Santa Thereza, podia effectivamente excitar os reparos da censura. Ficaram ainda do arcebispo de Gôa manuscriptos em portuguez uns poucos de tomos do sermões, as *Noticias do estado da India desde 1723 até 1735*, *Estado do Estado da India*, um *Compendio das noticias e documentos* quo o arcebispo extraiu por ordem do governo do cartorio de Santa Cruz, de Coimbra, quando em 1718 se tratou da canonisação de D. Affonso Henriques, e em latim um volume de epigrammas sacros, a *Oração funebre do papa Benedicto XIII*, um opusculo de theologia, etc. Tambem compoz em latim a *Oração funebre d'el-rei D. João V*, que se imprimiu em Lisboa, 1750.

Santa Thereza *(Fr. José de)*. Religioso da ordem dos carmelitas descalços Fal. no convento do Corpus Christi, de Lisboa, em 1724. Chamava-se no seculo José dos Reis, e professou em 1685. Formou-se em theologia na Universidade de Coimbra, e no collegio d'esta cidade foi lente de Escriptura. Recusou o cargo de prior do convento de Figueiró. Era afamado prégador, mas publicou apenas um dos sermões que lhe grangearam grande fama, em louvor do Santissimo Sacramento.

Santa Thereza *(Fr. Luiz de)* Religioso da ordem dos carmelitas descalços, que publicou em Coimbra no anno de 1761 um *Trotado de geometria pratica e portugueza, em que se trata da definição das linhas, e do modo e fórma de traçar as figuras rectilineas e curvilineas, e de medir quaesquer figuras, tanto de corpos solidos, como de superficies*.

Santa Thereza *(Fr. Paulo de)*. Religioso da ordem de S. Francisco, que viveu no convento do Varatojo. N. na Guarda em 1669, e fal. no hospicio, de Lisboa, a 20 d'abril de 1742. Seguiu primeiramente a carreira de medico, mas aos 26 annos de edade abandonou a para se dedicar ao claustro, e professou no convento do Varatojo. Percorreu depois o reino como missionario evangelico, até que falleceu em Lisboa, como fica dito. Deixou composta uma collecção de sermões intitulada: *Flagello do peccado*, que se publicou em 3 volumes depois da sua morte, em 1731, 1736 e 1738.

Santa Thereza *(Porphyrio de)*. E' conhecido este frade pelo seu invento de foguetes, a que deu o nome de *granadas volantes*, carregando os tubos com um mixto de que fazia segredo. Chegaram a carregar se alguns d'estes foguetes, dos quaes se conserva um exemplar no respectivo museu.

Santa Thereza *(Fr. Roque de)*. Religioso da ordem dos carmelitas calçados. N. em Leça do Balio, e fal. no convento do Carmo, de Lisboa, a 20 de fevereiro de 1728. Aprendeu grammatica no Porto, e professou no convento de Beja em 1663; regeu theologia nos conventos de Setubal e de Moura, e no collegio de Coimbra, de que veiu a ser reitor. Passando a Lisboa, foi mestre dos noviços no conveuto do Carmo. Sendo depois nomeado commissario reformador e visitador das vigararias do Brazil, para ali partiu em 1702. Quando regressou a Lisboa foi eleito definidor para o capitulo que se celebrou em 1708. Escreveu: *Fé estabelecida sobre a Cruz de Christo triumphante*; *composto pelo doutor Fr. Hieronymo Savonarola de Ferrara, em lingua latina e toscana; traduzido na castelhana, e na portugueza, e accrescentado*, Lisboa, 1698. No prologo dá o traductor razão da obra, e das mudanças e accrescentamentos que n'ella fez.

Santa Thereza. Rio do conc. de Dombe Grande, distr. de Benguella, prov. de Angola, Africa Occidental. Só despeja no mar em quadrante de chuvas, no meio da bahia de Equimina. Fóra d'essas occasiões, as suas aguas infiltram-se por sob a areia. As margens são guarnecidas de frondoso arvoredo que produz madeira de magnifica qualidade. Cacimbas abertas no seu leito podem fornecer boa aguada, e a região viziuha póde abastecer de lenha qualquer navio, assim como de alguns mantimentos, como hortaliças e fructas. ‖ Roça da ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Santa Thereza de Jesus. Roça da Ilha do Principe, na Africa Occidental.

Santa Valha. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Valpaços, distr. de Villa Real, bisp. de Bragança; 233 fog. e 950 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada a 2 k da margem direita do rio Calvo e a 9 da séde do conc. O padroado real apresentava o vigario, que tinha reis 1:000$000 de rendimento annual. Apezar do clima excessivo, a terra é fertil e saudavel, e abundante d'aguas. Cria muito gado de toda a qualidade, e apparece muita caça grossa e miuda. Fica proximo da raia de Hespanha. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Santa Victoria Pov. e freg. de Santa Victoria, da provincia do Alemtejo, conc., com., distr. e bisp. de Beja; 289 fog. e 1108 hab. Está situada junto d'um affluente da ribeira do Roxo, na estrada de Beja a Alvalade, a 15 k da séde do conc. Tem esc. do sexo masc. est. post., o est no caminho de ferro, de Lisboa ao Algarve, entre a de Figueirinha e o apeadeiro de Reprezas. A mitra apresentava o cura, que tinha diversos generos. A terra é muito fertil em cereaes e azeite; cria muito gado e tem caça. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos.

Santães. Pov. na freg. do S. Miguel, de Gemezes, conc. de Exposende, distr. de Braga. Tem correio com serviço de posta rural.

Santagões. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. de Villa do Conde, distr. do Porto, arceb. de Braga. Está annexada á de Santa Maria, do Bagunte, sendo actualmente denominadas *Bagunte* e *Santagões*. As religiosas benedictinas do mosteiro de Vairão apresentavam o vigario de Santagões, que tinha reis 40$000 e o pé d'altar. A terra é fertil e fica perto do rio Ave.

Santalha. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. de Traz-os-Montes, conc e com. de Vinhaes, distr. e bisp. de Bragança; 160 fog. e 721 hab. Tem esc. do sexo fem., est. post. e feira no dia 11 de cada mez. Está situada a 2 k. da margem esquerda do rio Rabaçal e a 11 da séde do conc. A mitra apresentava o prior, que tinha 80$000 réis e o pé d'altar. Foi capital do antigo conc. da Lomba, ao qual el rei D. Diniz deu foral, em Lisboa, no 1.º de fevereiro de 1311. O mesmo soberano lhe deu outro foral, confirmando e am-

pliando o 1.º, em Lisboa, a 22 d'agosto de 1324. El rei D. Manuel deu lhe foral novo, em Lisboa, a 4 do maio de 1512. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Santão. Pov. e freg. de Santo Adrião, da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto; 105 fog. e 441 hab. Tem esc. do sexo mac. e correio com serviço de posta rural. Está situada na encosta d'um monte, junto d'um affluente do rio Sousa, a 9 k. da séde do conc. Era commenda da ordem de Malta, e o commendador apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis e pé d'altar. A terra é fertil, e cria muito gado. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Mancellos, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Santar (*José Pedro Paulo de Mello de Figueiredo Paes do Amaral da Cunha Eça Abreu e Sousa de Menezes Pereira de Lacerda Lemos e Vasconcellos*, 2.º *visconde de Taveiro, e 1.º conde de*). Fidalgo da Casa Real. N. a 22 de dezembro de 1853, sendo filho dos 1.ºs viscondes de Taveiro: José de Mello Paes do Amaral de Sousa Pereira de Vasconcellos e Menezes, e D. Maria Rosa de Figueiredo da Cunha d'Eça Abreu e Mello Pereira de Lacerda e Lemos. Casou em Lisboa a 10 de novembro de 1875 com D. Margarida Vieira de Magalhães, filha dos condes de Magalhães: Antonio Vieira de Magalhães e D. Antonia Maria do Orta. O titulo de visconde de Taveiro foi-lhe renovado no de seu pae, por decreto de 11 de julho de 1878, sendo elevado á grandeza d'estes reinos com o titulo de conde de Santar, em sua vida, por decreto de 23 de janeiro de 1904.

Santar. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Val-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga. Está annexada á freg. de S. Thiago, de Tabaçô, denominando se *Tabaçô e Santar*. Era commenda da ordem de Malta, e o commendador de Tavora apresentava o vigario, que tinha 115$000 e o pé d'altar. A terra é muito fertil e saudavel, e está situada proximo da confluencia do rio Lima com o de Vez. A egreja matriz primitiva era antiquissima, mas foi demolida no seculo XVII, sendo depois reconstruida. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Alta, conc. de Nellas, com. de Mangualde, distr. o bisp. de Vizeu; 639 fog. e 2:478 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. Misericordia, advogados, pharmaceutico, e mercado no 2.º domingo de cada mez. Está situada na estrada de Nellas a Vizeu, a 2 k da margem esquerda do rio Dão e a 6 da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 380$000 réis de rendimento. A freg. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. || Pov. na freg. de S. Mamede, de Villarinho, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Santarem. Appellido nobre, que procede de João Guilherme de Santarem, que tomou este appellido, por ser d'aqui natural, no reinado de D. Diniz, porém D. João I foi quem o armou cavalleiro, na batalha d'Aljubarrota. O mesmo soberano lhe deu por armas: Escudo esquartelado, tendo no 1.º e 4.º quartel, de negro, um leão de prata, armado de purpura; no 2.º e 3.º, tres coticas de ouro, em pala; elmo d'aberto, e por timbre, o leão das armas, com uma cotica de purpura no costado.

Santarem (*João de*). Navegador a quem se attribue o descobrimento das ilhas de S. Thomé e Principe, e d'uma boa parte da costa d'Africa Occidental. Em cumprimento do contrato que fizera com D. Affonso V, Fernão Gomes da Mina mandou em 1740 Pedro de Escobar e João de Santarem descobrir novas terras. As que descobriram fôram a costa da Mina, a de Benim, a do Calabar e a do Gabão, e além d'isso as ilhas de S. Thomé e Principe. Depois nunca mais appareceu na historia o nome de João de Santarem.

Santarem (*João Diogo de Barros Leitão de Carvalhosa, 1.º visconde de*). Senhor de Pontével, Ereira, e Lapa, alcaide-mór de Santarem, senhor do morgado de Vaqueiros; commendador da ordem de S. Thiago; cavalleiro da de Christo, guarda roupa da rainha D. Maria I e do D. João VI, e seu guarda joias; thesoureiro do bolsinho, guarda-tapeçarias, apontador dos fóros dos reposteiros e moços da camara; inspector da quinta de Belem e de todos os paços reaes, escrivão da fazenda da Casa de Bragança, secretario da do Infantado, guarda-mór do Lastro, etc. N. em Santarem a 18 de abril de 1757, fal. a 12 de janeiro de 1818. Succedeu á casa de seu pae a 15 de março de 1806. Casou em 1788, com D. Marianna Rita Xavier Porcille Okelly Ribeiro Rangel, filha herdeira de Antonio Bernardo Xavier Porcille, fidalgo da Casa Real, do conselho de D. Maria I, cavalleiro da ordem de Christo e desembargador do senado da camara de Lisboa, e de sua mulher D. Marianna Okelly. Fallecendo sua mulher a 16 de novembro de 1794, passou a segundas nupcias com D. Maria José de Sampaio, filha de Ignacio José de Sampaio Freire de Andrade, fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo, escrivão da fazenda da junta da Casa de Bragança, e de sua mulher D. Angelina Ignacia Pereira de Aguirre. O titulo de visconde de Santarem, foi concedido por decreto de 17 de dezembro de 1811. A sua residencia em Lisboa era na rua de Buenos Ayres, mas estavam quasi sempre em Paris.

Santarem (*Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa, 2.º visconde de*). Senhor de Pontével, Ereira e Lapa, alcaide-mór de Santarem, Gollegã e Almeirim; senhor do morgado de Vaqueiros, official-mór da Casa Real, guarda roupa de D. Maria I, commendador das ordens de S. Thiago e da Torre e Espada, e gran cruz da de Christo; gran-cruz da de Carlos III, de Hespanha, official do Cruzeiro do Brazil; ministro de estado, guarda-mór da Torre do Tombo, socio das Academias Reaes das Sciencias de Lisboa e de Berlim; do Instituto de França, das Sociedades de Geographia de Berlim, Francfort, Londres, Paris, e S. Petersburgo; do Instituto Historico e Geographico do Brazil, etc. N. em Lisboa a 18 de novembro de 1791, fal. em Paris a 17 de janeiro de 1855. Era filho do 1.º visconde do mesmo titulo, e de sua primeira mulher. Orphão de mãe aos 3 annos incompletos de edade, foi aos 11 collocado por seu pae no Collegio dos Nobres em 24 de janeiro de 1803, onde frequentou os estudos até 23 de outubro de 1807. Partindo a familia real em novembro seguinte para o Brazil, o joven estudante tambem embar-

cou, indo na companhia de seu tio por afinidade, Francisco José Rufino do Sousa Lobato, guarda-roupa de D. Maria I, e depois 1.º barão e 1.º visconde de Villa Nova da Rainha, casado com D. Maria Leocadia Barbosa de Sousa, irmã do 1.º visconde de Santarem, e açafata da rainha D. Maria I. No Rio de Janeiro começou logo a manifestar grande dedicação por investigações historicas, com especialidade, as referentes á diplomacia, nos archivos do Estado, sendo egualmente um dos mais assiduos frequentadores o estudiosos do gabinete de manuscriptos e da Bibliotheca Real d'aquella cidade, cujos livros haviam constituido a preciosa bibliotheca d'Ajuda, começada a organisar por el rei D. José e que fôram enviadas ao Brazil por ordem do principe regente D. João em 1811. Em 1809 principiou a colligir e a classificar por ordem chronologica e a dividir por potencias todos os apontamentos e noticias dos documentos diplomaticos que encerram as nossas relações com as nações estrangeiras. Em 1814 foi nomeado conselheiro de embaixada para acompanhar o ministro plenipotenciario Antonio Saldanha da Gama, mais tarde conde de Porto Santo, ao congresso de Vienna d'Austria. Passaram-se ordens, para quo fôsse conduzido na corveta que devia trazel-os para a Europa. Mas dias depois, tendo se considerado que estando elle encarregado da redacção de varias memorias sobre os limites das nossas possessões ao sul da America o sobre Olivença para serem enviadas tanto a Londres como Vienna, em consequencia das disputas que então tinhamos com a côrte de Madrid, se decidiu que ficasse no Brazil, e que só mais tarde fôsse preencher uma das missões vagas. Continuando pois a residir no Brazil, entregue aos seus trabalhos predilectos, enamorou se pouco depois de D. Maria Amalia de Saldanha da Gama, filha do 6.º conde da Ponte, João de Saldanha da Gama, governador da Bahia, já então fallecido, e sobrinha do já citado Antonio de Saldanha da Gama, com quem veiu a casar a 30 de novembro de 1816, na capella real do Rio de Janeiro. Em setembro do 1817 foi nomeado conselheiro de embaixada em Paris, e voltando ao Brazil no fim d'esse anno, o ministro dos estrangeiros, João Paulo Bezerra, lhe participou, que lhe estava reservada uma das commissões da Europa, excepto a de Turim, por estar destinada ao conde de Linhares. Por decreto de 6 de fevereiro de 1818, dia da acclamação de D. João VI, sendo ainda desconhecida no Rio de Janeiro a morte do 1.º visconde de Santarem, foi concedida ao filho uma vida no titulo de seu pae, decreto que depois foi confirmado pelo de 28 do mesmo mez o anno. Succedeu a toda a casa paterna e nos cargos que seu pae exercia, sendo em 1819 autorisado a tomar posse por seu bastante procurador. Resolvendo se estabelecer com a Dinamarca, como antigamente, relações diplomaticas entre os dois paizes por enviados extraordinarios, foi nomeado o visconde de Santarem, por decreto de 22 de janeiro do citado anno de 1819, para servir na côrte de Copenhague com o caracter de encarregado de negocios. Tendo de ir desempenhar este cargo, ou pelo menos ir tomar posse, o visconde de Santarem saiu do Rio de Janeiro para a Europa a 9 de abril d'esse anno, tendo então já colligido um tão grande numero de documentos diplomaticos, que a este tempo já constituiam 80 volumes, na maior parte *in-folio*. Em julho ou agosto achava-se em Inglaterra, onde fez varias excursões pelo interior, visitou a bibliotheca publica de Plimouth, e passou a Lisboa, fixando aqui residencia para se occupar dos negocios de sua casa, agora mais complexos por causa de inventario e partilhas, e para poder entregar-se a novas investigações diplomaticas nos abundantes e riquissimos documentos archivados na Torre do Tombo, onde por decreto de 31 de março de 1819, havia ordem para lhe serem dadas todas as copias que elle pedisse. Foi durante a sua residencia em Lisboa, que recebeu de D. João VI a mercê da alcaidaria mór de Santarem, em sua vida, por alvará de 25 d'agosto do mesmo anno, e carta de 19 de abril de 1820. Os acontecimentos politicos de 1820, a que não adheriu, mostrando grande predilecção pelos ideaes absolutistas, o obrigaram a abandonar Portugal, saindo a muito custo com 8 pessoas de familia a 30 de setembro d'esse anno em direcção á Inglaterra, e chegando a Falmouth a 15 do mez seguinte, seguiu para Londres, e d'ahi para Paris onde chegou a 21 de novembro. Durante a sua permanencia n'esta cidade entregou se a um trabalho espinhoso, examinando 74 códices da Bibliotheca Real, além dos manuscriptos da Bibliotheca do Pantheon, da Bibliotheca Mazarini e outros archivos de França. Foi por este tempo que nos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, publicados em Paris, comecaram a apparecer alguns escriptos do visconde de Santarem. Na Austria realisava-se então o congresso de Larjbac, e o illustre diplomata foi quem em Paris recebeu do Brazil certas ordens e instrucções, que deviam ser transmittidas ao plenipotenciario de Portugal que fôsse assistir áquelle congresso. Entretanto rebentou no Rio de Janeiro a revolução de 25 de fevereiro de 1821, que obrigou a familia real a voltar para Lisboa. O visconde de Santarem, tendo se demittido do seu cargo, regressou tambem a Lisboa. A Academia Real das Sciencias o admittiu como socio correspondente, a 12 de dezembro de 1821. Dois annos depois foi-lhe participado pelo conde de Palmella (nomeado ministro dos estrangeiros em julho de 1823), que o governo o nomeara enviado extraordinario e ministro plenipotenciario para os Estados Unidos. Os diplomas, porém, não chegaram a ser assignados em consequencia da recusa persistente e terminante do visconde em acceitar essa missão. Os motivos da escusa apresentados a D. João VI, fôram por este benevolamente acceitos, de sorte que não só os acolheu, como tambem lhe mandou declarar que não o consideraria fóra da carreira, e que logo que houvesse uma missão vaga na Europa, seria elle o nomeado, conservando-lhe, portanto, as honras inherentes. Por proposta de Palmella, já então com o titulo de marquez, foi nomeado guarda-mór da Torre do Tombo, pelos decretos de 13 e 27 de julho de 1824. Tendo fallecido D. João VI, e tomando a regencia do reino a infanta D. Izabel Maria, o visconde de Santarem foi nomeado ministro do reino por decreto de 8 de junho de 1827, accumulando depois os negocios d'esta pasta com os de marinha e ultramar por decreto de 14 do agosto do mesmo anno, de ambos os quaes, porém, veiu a ser exonerado por decreto de 5 do mez seguinte. Entregue a regencia do reino ao

infante D. Miguel em fevereiro de 1828, foi distribuida ao visconde de Santarem a pasta importantissima do ministerio dos estrangeiros, por decreto de 13 de março do mesmo anno, conservando a mesmo depois de D. Miguel ter passado de regente a rei. Começou então uma epoca de verdadeiro martyrio para esse espirito intelligente e elevado, que tinha bastante lucidez para dar os melhores conselhos, mas que não tinha bastante energia para os fazer triumphar. Via os erros que se commettiam, e não os podia remediar, e envolvia assim a sua responsabilidade effectiva, posto que muitas vezes não tivesse realmente a responsabilidade moral dos erros praticados. Este proceder do illustre ministro acarretou lhe a má vontade dos collegas, que repelliam os seus conselhos, e as intrigas que se forjaram contra elle, fôram se avolumando, chegando a tal ponto que D. Miguel ao partir para Santarem, em 1833, o demittiu, nomeando ministro dos estrangeiros o conde de S. Lourenço, a esse tempo ministro da guerra. Julga se que uma das causas principaes d'este desvalimento, fôra o celebre parecer dado por elle ao duque de Lafões em officio de 24 de março de 1833, ácêrca da fórma de conceder uma capitulação a D. Pedro, que chegára a pensar n'essa resolução extrema, n'um momento em que vira a sua causa completamente perdida. Esse officio que os liberaes encontraram na secretaria em Lisboa, e que foi publicado na *Chronica Constitucional* de 17 de setembro de 1833, faz honra ao visconde de Santarem, á lucidez do seu espirito e á sua perspicacia politica, mas não contribuiu pouco, decerto, para que no campo dos miguelistas fôsse apontado como constitucional declarado e perigoso. D. Pedro, regente em nome de D. Maria II, tambem o exonerou do cargo de guarda mór da Torre do Tombo em julho de 1833. Na noite do 24 para 25 d'este mez, José Joaquim dos Reis e Manuel Vaz Parreiras, por ordem vocal que lhes foi dada pelo encarregado da policia, se dirigiram á casa do visconde do Santarem, o aprehenderam toda a correspondencia que encontraram. O auto da diligencia e inventario dos papeis aprehendidos fôram remettidos em 8 de agosto a Candido José Xavier por Bernardim de Sousa o Luiz Teixeira Homem de Brederode, sendo nomeada uma commissão para proceder ao exame d'esses papeis. Apezar do procedimento severo que D. Miguel tivera com o visconde de Santarem, quando D. Miguel se viu obrigado a acceitar a convenção de Evora Monte e a partir para o exilio, o visconde veiu a Lisboa, reconheceu o governo constitucional, e pedindo regularmente o seu passaporte, que lhe foi passado a 14 do junho de 1834, retirou se para Paris, e nunca mais voltou a Portugal. Vendo se então n'aquella cidade, livre dos cuidados da politica, e tendo á sua disposição as mais ricas o selectas bibliothecas, voltou a occupar-se dedicadamente dos seus predilectos estudos, e principiou essa longa e admiravel campanha a favor dos direitos e da gloria dos portuguezes na Africa, e em geral nas provincias por elles descobertas. O governo aproveitou o seu talento e o seu estudo para o encarregar de missões puramente litterarias, encarregando o em 1842 de publicar o *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas em Portugal com as diversas potencias do mundo*, etc., e em 1846 o *Corpo diplomatico portuguez*. São duas publicações valiosas e interessantissimos os prologos e as notas com que o autor precede e acompanha cada um dos seus volumes, mas os seus estudos cosmographico-historicos é que são realmente de extraordinario valor. Manejando perfeitamente a lingua franceza que empregava de preferencia nas suas publicações de historia, de geographia, o visconde de Santarem foi o denodado campeão dos direitos portuguezes, e tão profundamente estudou e conheceu esses assumptos, que apezar de não ter posição official, era elle sempre o consultado pelo nosso ministro em Londres, conde de Lavradio, que de aquella cidade ia a Paris de proposito para o consultar, sempre que tinha alguma questão importante colonial para discutir com o governo inglez. Quando el rei D Pedro V andou viajando esteve em Paris, assistindo nas Tulherias com o imperador Napoleão III a uma recepção official, não conhecia pessoalmente o visconde de Santarem, que tambem ali se encontrava confundido na multidão. O imperador, notando isso, apresentou o ao monarcha portuguez, e D. Pedro V pediu lhe desculpa de lhe não ter falado, mas que sómente o conhecia de nome. Instou para que o procurasse todos os dias no pavilhão de Flora, onde eram os seus alojamentos, para conversarem largamente nos assumptos que formavam a preoccupação do visconde, e que eram uma das grandes preoccupações do moço e estudioso soberano. N'essas longas conversações, D. Pedro V muitas vezes insistiu com o visconde para que voltasse a Portugal, a que elle constantemente se eximiu a acceitar o convite, allegando que estava em Paris no meio dos seus manuscriptos, dos seus mappas, e que difficilmente encontraria em Lisboa os elementos de estudo que tinha na capital franceza. A razão principal da recusa, era, que o visconde de Santarem, mesmo por estar queixoso do D. Miguel a ponto de ter quebrado todas as suas relações com o principe proscripto, não queria acceitar mercê ou graça que pudesse implicar como que uma recompensa d'esse procedimento que só o resentimento lhe inspirava. A obra com que o visconde de Santarem parece ter-se estreado na sua longa carreira de erudito, é a *Analyse historico-numismatica de uma medalha de ouro do imperador Honorio, do quarto seculo da era christã*. Foi escripta no Rio de Janeiro em 1818, o imprimiu se depois em Falmouth, mas não se sabe em que anno. Por esse tempo trabalhava o visconde ardentemente nos seus estudos diplomaticos, e segundo consta, já em 1822 colleccionara os tratados celebrados por Portugal até aos fins do seculo XVI, collecção que abrangia 21 volumes. A sua missão de Copenhague, depois os successos politicos que se seguiram, desviaram-lhe a attenção dos estudos em que andava empenhado, o só em 1825, depois, de ter sido nomeado guarda-mór da Torre do Tombo, é que escreveu e imprimiu um novo livro intitulado: *Memorias chronologicas e authenticas dos alcaides-móres da villa de Santarem, desde o principio da monarchia até ao presente.* Essa *Memoria* tratava de um assumpto, por assim dizer pessoal, pois que a alcaidaria-mór de Santarem fôra dada a seu pae juntamente com o viscondado. Membro da Sociedade Geographia Franceza, o visconde de Santarem foi um dos seus mais activos relatores, occupando-se sempre com grande predilecção das cousas portuguezas Seu-

do tão apreciado no estrangeiro como era em Portugal, não só pertencia, conforme dissémos, á Academia Real das Sciencias, de Lisboa, como tambem a Academia e á Sociedade dos Antiquarios de Paris, e ao Instituto de França, honra que difficilmente alcança um estrangeiro. Era membro de muitas sociedades scientificas, já acima citadas. Bibliographia: *Noticia dos manuscriptos pertencentes ao direito publico externo diplomatico de Portugal, e á historia e litteratura do mesmo paiz, que existem na Bibliotheca Real de Paris, e outras da mesma capital, e nos archivos de França, examinados e colligidos*, etc., Lisboa, 1827; foi reimpressa em 1865; *Memoria para a historia e theoria das Côrtes geraes, que em Portugal se celebraram pelos tres estados do reino; ordenadas e compostas no anno de 1824*, Parte I, Lisboa, 1827; Parte II, 1828; a estas se juntam 2 opusculos, publicados em 1828 com o titulo de *Alguns documentos para servirem de prova á primeira parte*, etc. e *Alguns documentos*, etc., de prova á segunda parte; *Lettre a M. Mielle, officier de l'Université de France*, etc., *sur son projet de l'Histoire religieuse et litteraire des Ordres monastiques et militaires*, Paris, 1835; a esta carta accrescentava em 1836; *Notes additionelles de Mr. le Vicomte de Santarem à la Lettre qu'il adresse a Mr. le Baron Mielle; De l'introduction des procédés relatifs à la fabrication des étoffes de soie dans la Peninsule hispanique sous la domination des Arabes*, Paris, 1838; *Analyse du Journal de la navigation de la flotte qui est allée à la terre du Brésil em 1530 a 1532 pour Pedro Lopes de Sousa, publiée pour la première fois á Lisbonne par Mr. de Varnhagen*, Paris, 1840; *Introducção e notas á Chronica do descobrimento e conquista da Guiné, por Azurara*, etc., Paris, 1841; *Memoria sobre a prioridade dos descobrimentos portuguezes na costa de Africa Occidental, para servir de illustração á «Chronica da Conquista da Guiné,» por Azurara*, Paris, 1841; foi mandada imprimir pelo governo em numero de 500 exemplares, tirando se 1:000 da que se publicou em francez, mais ampliada, com o titulo: *Recherches sur la priorité de la découvert e des pays situés sur la côte Occidental d'Afrique, au-délà du cap Bojador, et sur les progrés de la science géographique, aprés les navigations des portugais au XV siécle, acompagnées d'un Atlas composé de mappe-mondes, et de cartes pour le plupart inedites, dressées depuis le XI jusqui'au XVII siècle*, Paris, 1842; *Notice sur André Alvarez d'Almada et sa Description de la Guiné*, Paris, 1842; *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo, desde o principio da monarchia portugueza até aos nossos dias;* Paris: tomo I e II; 1842; tomo III, e tomo IV (*1.ª parte*), 1843; tomo IV (*2.ª parte*), 1844; estes 5 volumes incluem os documentos que dizem respeito ás relações de Portugal e Hespanha; tomo V, 1845; tomo VI, 1850; tomo VII, 1851; tomo VIII, 1853; n'este volume ficou interrompida a serie dos documentos concernentes ás relações de Portugal com a França, vendo-se o autor obrigado por motivos imprevistos a espaçar a continuação, e a occupar se immediatamente do que dizia respeito á Inglaterra, e n'essa conformidade, imprimiu o tomo XIV, Paris, 1853; foi o ultimo tomo que se publicou em vida do visconde, saindo posthumos o XVI e seguintes, cuja publicação o governo commetteu á Academia Real das Sciencias; *Corpo diplomatico portuguez, contendo todos os tratados de paz, de alliança, de neutralidade, de tregua, de commercio, de limites, de ajuste de casamentos, de cessões de territorio e de outras transacções entre a corôa de Portugal e as diversas potencias do mundo, desde o principio da monarchia até aos nossos dias;* tomo I. *Portugal e Hespanha*, Paris, 1846; *Notice sur la vie et les travaux de M. da Cunha Barbosa, secrétaire perpetuel de l'Institut historique et géographique du Brésil*, etc. (Extrait du *Bulletin* de la Société de Géographie, Mars, 1847), Paris; *Mémoire sur la question de savoir aquelle époque l'Amérique meridionale a cessé d'être réprésentée dans les cartes géographiques comme une ile d'une grande étendue* (Extrait du *Bulletin* de la Société de Géographie, Mars, 1847), Paris; *Examen des assertions contenues dans un opuscule intitulé «Sur

Visconde de Santarem

la Publication des Monuments de la Géographie»* publié au mois d'Aout, 1847; Paris; *Florida Blanca* (Le Comte de); extrait de *l'Encyclopédie des gens du monde*, tomo XI, *1.ª partie*, Paris; *Recherches historiques, critiques et bibliographiqes sur Americ Vespuce et ses voyages*, Paris, sem data; o autor publicara anteriormente um esboço d'este seu trabalho, com o titulo: *Recherches sur Améric Vespuce, et sur ses prétendues découvertes em 1501 et 1503* (Extrait du *Bulletin* de la Société de Géographie, n.º 11) Paris, 1836; *Notice sur l'état actuel de la publication de l'Atlas de Mr. le Vicomte de Santarem, composé de mappe-mondes, de portulans et de cartes historiques, depuis le VI jusqu'au VIII siécle, pour la plupart inedites, tirées des manuscripts des différents bibliotéques de l'Europe, pour servir de preuves à l'Histoire la Géographie du moyen-age, et à celle des découvertes des portugais,*

Paris, 1846; *Rapport lu par M. le Vicomte de Santarem à la Societé Géographique sur l'ouvrage de M. Lopes de Lima intitulé: «Ensaios, etc.» – Essais statistiques sur les possessions portugaises en outre-mer* (Extrait du *Bulletin* de la Societé de Géographie, Mars, 1846), Paris; *Note sur la veritable date des instructions donnés a un des premiers capitaines qui sont allés dans l'Inde aprés Cabral, publiées dans les Annales Maritimes de Lisbonne*, cahier, n.º 7, 1815 (Extrait du *Bulletin* de la Société de Géographie, septembre, 1816); *Rapport sur une Mémoire de M. da Silveira, relativement á la découverte des terres du Prétre Jean de la Guiné e pour les portugais*, Paris, 1846; a obra de que se trata, intitula-se: *Memoria chronologica ácêrca do descobrimento das terras do Preste-João das Indias*, etc., *coodernada por Albano da Silveira; Essai sur l'histoire de la Cosmographie et de la Cartographie pendant le moyen age, et sur les progrés de la Géographie après les grandes découvertes do XV siécle, pour servir d'introduction et d'explication á l'Alas composé de mappemondes et de portulans, et d'autres monuments géographiques, depuis le VI siécle de notre ére jus qu'au XVII*, Paris, tomo I, 1849; II, 1850; III, 1852, De cada um d'estes volumes, impressos por ordem do governo, tiraram-se 600 exemplares. O autor pretendia encerrar toda a obra em 4 tomos. José da Silva Mendes Leal foi encarregado, por decreto de 7 de outubro de 1857, da sua continuação, e parece que se tomára a deliberação de amplial a até 6 tomos; *Demonstração dos direitos que tem a corôa de Portugal sobre os territorios situados na costa Occidental d'Africa, entre o 5.º grau e 12 minutos e o 8.º de latitude meridional*, Lisboa, 1855. O governo mandou fazer uma traducção em inglez, Londres, 1855, que depois se reimprimiu em 1877. A Sociedade de Geographia de Lisboa dedicou á memoria do viscoudo de Santarem uma sessão solemne, em 14 de janeiro de 1907, na majestosa sala Portugal, a que assistiu el-rei D. Carlos, sendo inaugurado o retrato de aquelle illustre portuguez, que especialmente se dedicou ás sciencias geographicas, deixando-nos notaveis e valiosas obras. O retrato foi offerecido á Sociedade de Geographia por seu neto, o actual visconde de Santarem. O Elogio historico foi feito pelo vice-presidente da Sociedade, o sr. Vicente Almeida d'Eça. Nos *Boletins* da Sociedade de Geographia de 1904 e 1905, veem publicadas algumas cartas ineditas do visconde de Santarem. Em 1909, o sr. Antonio Baião, director da Torre do Tombo, publicou em Coimbra, o seguinte opusculo: *O visconde de Santarem, como guarda-mór da Torre do Tombo*. E' uma verdadeira homenagem historica, onde se põem em relevo os notaveis serviços que o illustre diplomata e escriptor prestou áquelle archivo. O seu neto, 3.º visconde de Santarem, publicou em Lisboa, 1910, o seguinte: *2.º Visconde de Santarem: Opusculos e Esparsos, colligidos e coordenados por Jordão de Freitas, e novamente publicados pelo 3.º visconde de Santarem;* são 2 grossos volumes.

Santarem (*Manuel Francisco de Barros Saldanha da Gama Sousa Mesquita Macedo Leitão e Carvalhosa, 3.º visconde de*). Filho do 2.º visconde de Villa Nova da Rainha, Antonio de Barros Saldanha da Gama Sousa Mesquita Macedo Leitão e Carvalhosa e de D. Sophia Elisa Morales Valverde, viscondessa de Villa Nova da Rainha. Neto paterno do 2.º visconde de Santarem foi-lhe concedido este titulo por D. Carlos I. Incliuado á vida diplomatica, cursou o curso superior de letras e foi addido á legação de Portugal em Paris. Mantendo um fervoroso culto pelo seu illustre avô, o 2.º visconde de Santarem, publicou em 1910 dois grossos volumes com os opusculos e artigos esparsos d'aquelle graude patriota e diplomata.

Santarem (*Pedro de*). Diplomata. N. em Santarem, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Foi um jurisconsulto distincto, e no tempo d'el rei D. Manuel I agente dos negocios de Portugal, ou como hoje se diz, consul portuguez em Florença, Pisa e Leorno. Escreveu um *Tractatus perutilis et quotidianus de asecuratosnitus et sponsionibus mercatorum*, que se imprimiu em Antuerpia em 1554, em Lyão em 1579 e 1585. Saiu tambem nas miscellaneas intituladas: *De Mercatura*, edição de Lyão, 1593; Veneza, 1584; e Colonia em 1609. Saiu finalmente junto com o *Tractatus de Mercatura*, de Benvenuto Strach, impresso em Amsterdam em 1669. Esta serie de edições prova que Pedro de Santarem era autoridade em materia de seguros e de outros assumptos commerciaes.

Santarem. Um dos districtos administrativos da antiga provincia da Extremadura, limitado ao N pelo de Leiria, o NE pelo de Castello Branco, a E pelos de Portalegre e Evora, ao S pelos de Evora e Lisboa, e a O pelos de Lisboa e Leiria. Tem de superficie 686:468 hect., e é apenas accidentado a NO pelas ramificações da serra da Estrella formando o planalto da serra de Aire, que se eleva a 600 m. e se prolonga na direcção de SO para ir terminar na serra de Cintra. O valle do Tejo e a região por este rio banhada é em geral plano, abrangendo grandes campinas. O districto é atravessado pelo rio Tejo, que correndo a principio na direcção de O, toma a jusante de Constancia a direcção de SO até entrar no distr. de Lisboa, proximo de Salvaterra de Magos. Muitos dos affluentes d'este rio se encontram tambem no districto. Os principaes são o Zezere que fórma parte da fronteira dos districtos de Santarem e Castello Branco, o Almonda, que nasce na serra de Aire, o Alviella, que nasce na serra da Mendiga, o Asseca, que vem da serra do Rio Maior, o Mugem, o Sorraia e o Almansor. O districto comprehende 18 concelhos, tendo, pelo censo de 1 de dezembro de 1900, o total de 283:676 habitantes, sendo 139:661 do sexo masc. e 144:015 do fem. Os concelhos são os seguintes: Abrantes, Almeirim, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Constancia, Coruche, Ferreira do Zezere, Gollegã, Mação, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Santarem, Sardoal, Thomar, Torres Novas, Villa Nova da Barquinha e Villa Nova d'Ourem. Abrange o districto extensões de terreno largamente productivas. Abundam os cereaes, vinho, azeite e fructa, e é importante a creação de gado. Os campos banhados pelo Tejo são de grande fertilidade. As inundações do rio, principalmente quando não são violentas, contribuem muito para accrescentar a feracidade do solo. Pela natureza das culturas, poderia o districto dividir-se em tres regiões agricolas distinctas: a do valle do Tejo, comprehendendo as planicies formadas dos terrenos de alluvião, que se destinam principalmente á cultura cerealifera; a do norte, na

parte mais montanhosa, e onde predomina a vinha e a oliveira; o a do sul, ou charneca, formada pelos terrenos arenosos, aproveitados em parte na cultura da vinha, oliveira e pinheiro, e no resto em pastagens para o gado. A primeira região é a mais rica e n'ella se comprehendem os campos marginaes do Tejo e do Sorraia. São conhecidos pela sua fertilidade os campos da Gollegã, Pombalinho, Reguengo, Santarem e Vallada, na margem direita do Tejo; os de Arripiado, Chamusca, Alpiarça, Mugem, Salvaterra de Magos e Benavente, na margem esquerda; bem como os campos de Coruche, na margem do Sorraia Os campos d'esta região são muito escassamente arborisados. Comprehendem se n'ella os mouchões, ilhas formadas pelo deposito de areias no meio do Tejo, e que se vão tornando excellentes terrenos de pastagem e de producção de milho e de legumes. A região do norte é menos rica quanto á cultura; tem, comtudo, uma grande parte cultivada de vinha e olival. E' cortada pelos rios Asseca, Almonda, Alviella, Nabão e Zezere, que atravessam em geral um sólo calcareo. A região do sul, á excepção da que está proximo do valle do Tejo, e das margens dos affluentes d'este e do canal de Alpiarça, é composta de charnecas. A cultura mais frequente nos terrenos mais productivos é a da vinha e do elival. Cultiva-se nas margens dos rios arroz e algum milho. A producção é das mais valiosas do districto, com especialidade os vinhos do Cartaxo, que se transportam em grande quantidade para Lisboa, para o Brazil e para França. Os de Torres Novas e Thomar, que tambem são múito apreciados; os de Santarem e Almeirim, sendo, porém, estes ultimos destinados em grande parte á distillação. A creação do gado cavallar é importante. Nos mercados da Gollegã e de Santarem effectuam-se valiosas transacções em cavallos, sendo ali que geralmente se adquirem os destinados á remonta. A raça mais vulgar é a ribatejana, e os cruzamentos de Alter. No gado bovino figuram as raças bravas do Ribatejo, sendo os bois destinados primeiramente a serem corridos nas praças, e depois castrados e sujeitos á charrua para o serviço da lavoura e outros. As condições climatericas do districto variam conforme as differentes regiões. As inundações do Tejo e a conservação de terrenos apaulados são na rogião do valle de aquelle rio causa de por vezes serem pouco favoraveis as condições hygienicas. A região montanhosa é saudavel. Na região do sul o clima é quente e por vezes abrazador, especialmente por occasião das queimadas. Desde 1849, em que se creou a superintendencia das obras do Tejo, teem se feito muitos trabalhos no sentido de regular melhor o regimen d'esto rio, ha, porém, ainda muito que fazer para evitar quo as grandes cheias redundem em innundações que destruam as sementeiras, e causem graves prejuizos aos lavradores A abertura do canal d'Alpiarça o outras obras teem contribuido para augmentar a área da cultura, acabando com muitos terrenos sujeitos a repetidas inundações. O districto de Santarem é atravessado pelo caminho de ferro do Norte o Léste, tendo as estações de Sant'Anna, Santarem, Matto de Miranda, Torres Novas, Entroncamento, Tramagal, Abrantes e Bemposta, na linha de Léste; e as do Payalvo, Chão de Maçãs e Caxarias, na parte da linha que segue para o norte. As estradas de primeira classe construidas são: os lanços de Santarem a Payalvo; os da Varzea Pequena ao limite do districto; a estrada do Rocio de Abrantes á Portella do Barro, com ramaes para Abrantes e Sardoal; o da Barquinha ao limite do districto em direcção a Coimbra; a de Thomar á margem direita do rio Zezere; a de Santarem a Casal dos Valles; a do Cartaxo a Rio Maior, com ramal para o Rio das Patas; a de Santarem a Almeirim; da Ribeira de Muge a Coruche; ramaes do Santarem para a estação e outros pontos. As estradas districtaes construidas são as de S. Jorge á Chamusca, Venda de Raparigas a Rio Maior, Congeitaria a Ferreira, Moinhos a Alcanede. Ponte da Asseca aos Moinhes, Cabeça Gorda á Barquinha, Ponte da Asseca ao Cartaxo, Benavente a Gatinheiras, Alpiarça ao ribeiro de Arraiollos, Barreiras ao Portão de Braga e Casal dos Frades a Ourom. Ha tambem estradas municipaes nos concelhos de Abrantes, d'Almeirim, Villa Nova da Barquinha, Cartaxo, Chamusca, Constancia, Gollegã, Mação, Santarem, Sardoal, Thomar, Torres Novas, e Villa Nova d'Ourem. O concelho de Santarem é constituido de 27 freguezias, com 10:235 fog. e 41:947 hab., sendo 20:836 do soxo masc. e 21:111 do fem. As freguezias são: N. S.ª da Conceição, do Abitureiras, 1:917 hab : 953 do sexo masc. e 964 do fem : Santa Margarida, de Abrãa, 1:414 hab.: 709 do sexo masc. e 735 do fem ; Santa Maria, de Achete, 2:600 hab.: 1:282 do sexo masc. e 1:318 do fem.; N. S.ª da Purificação, de Alcanede, 3:563 hab.: 1:815 do sexo masc. e 1:718 do fem.; Santa Martha, de Alcanhões, 1:870 hab.: 950 do sexo masc e 920 do fem.; Santa Maria, de Almoster, 2:965 hab.: 1485 do sexo masc. e 1:480 do fem.; N. S.ª da Graça, do Amiães de Baixo; 1:292 hab.: 592 do sexo masc. e 700 do fem ; S. Lourenço, de Arneiro, 898 hab.: 454 do sexo masc. e 444 do fem ; N. S.ª da Conceição, de Azoia de Baixo, 466 hab : 234 do sexo masc. e 232 do fem : N. S.ª da Graça, de Azoia de Cima, 601 hab.: 305 do sexo masc. e 296 do fem.; Santa Maria, de Cazével, 1:252 hab.: 630 do sexo masc. e 622 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Louriceira, 443 hab : 204 do sexo masc. e 239 do fem.; Espirito Santo, de Malhou, 976 hab.: 480 do sexo masc. e 496 do fem.; N. S.ª da Purificação de Pernes, 1:184 hab.: 568 do sexo masc. e 616 do fem ; Santa Cruz, do Pombalinho, 821 hab.: 378 do sexo masc. e 443 do fem.; N. S.ª da Luz, de Povoa de Gallegos, 638 hab.: 316 do sexo masc. e 322 do fem.; S. Braz, de Romeira, 873 hab.: 448 do sexo masc. e 425 do fem.; Santa Iria, de Santa Iria da Ribeira de Santarem, 1:427 hab.: 673 do sexo masc. e 754 do fem.; Marvilla, Santarem, 3:536 hab.: 1:635 do sexo masc. e 1:901 do fem.; S. Nicolau, de Santarem, 2:004 hab.: 1:018 do sexo masc. e 986 do fem.; S. Salvador, de Santarem, 3:164 hab.: 1:727 do sexo masc. e 1:437 do fem ; S. Vicente, de S. Vicente do Paul, 1:914 hab.: 986 do sexo masc. e 928 do fem.; S. Thiago, de Tremez, 1:773 hab.: 895 do sexo masc. e 878 do fem ; S. Domingos, de Valle de Figueira, 803 hab : 398 do sexo masc. e 405 do fem ; N. S.ª da Expectação, de Valle de Santarem, 1:505 hab.: 697 do sexo masc. e 808 do fem.; Santa Maria, de Vaqueiros, 353 hab.: 173 do sexo masc. e 180 do fem ; N. S.ª da Conceição, do Varzea; 1:665 hab.: 801 do sexo masc. e 864 do feminino.

Santarem. Cidade da prov. da Extremadura, séde do conc., do com. e de distr., patriarc. e Relação de Lisboa. Tem tres freguezias: S. Salvador, S. Nicolau. e N. S.ª de Marvilla, mas antigamente tinha 13, as quaes eram: Santa Maria da Alcaçova, N. S.ª de Marvilla, Santa Cruz, Santa Iria, S. Salvador, S. Julião, S. Matheus, S. Nicolau, S. João do Alfange, Santo Estevão ou Santo Milagre, S. Martinho, S. Lourenço e S. Thiago. Está situada sobre a margem direita do rio Tejo, quasi no centro da prov. da Extremadura, assentando a sua parte principal no alto d'um monte, que do lado E é cortado quasi perpendicularmente sobre o valle do Tejo. Ao fundo fica o antigo bairro do Alfange, primitivamente chamado *Alhanse*, e mais além o da Ribeira, onde a 500 m. de distancia está a est. do caminho de ferro do norte, que fica entre as de Valle de Santarem e Valle de Figueira. Santarem é uma das povoações mais antigas e mais nobres do paiz. A historia da sua fundação perde se em tempos remotos, e anda tão envolvida em lendas e fabulas, que se torna impossivel restabelecer a verdade sobre a origem d'esta povoação, que foi uma das mais importantes da Lusitania. D'ella se occuparam eruditos investigadores antigos e modernos que, bem longe de conciliarem os seus trabalhos, de continuo os contradictaram, e assim a historia da antiquissima povoação ainda mais se complicou. A lenda dos primeiros tempos subsistiu, mais ou menos, por falta de noticias positivas que a destruissem. Em 1372, antes da era christã, Baccho, filho de Seméle, á frente de uma numerosa legião de gregos, entrou na Lusitania, pouco depois da morte de Sic-Ulo, filho de Luso, e que, segundo varios escriptores, foi o 20.º e ultimo rei indigena. Não entrou em som de guerra, antes pelo contrario tratou leal e generosamente os lusitanos, que acceitaram para seu rei o grego Lysias. A este seguiu-se Lycinio Caco, e a este Gergoris, ou Gorgoris, filho de Palatuo. Em 1215, antes de Christo, reinando Gorgoris, entrou no Tejo Ulysses, rei de Itaca, com alguns navios, guarnecidos de tropas gregas, que andavam pirateando pelos mares Mediterraneo e Atlantico, depois da tomada e destruição de Troya. Gorgoris, com um numeroso exercito de lusitanos, dirigiu se a Ulysseia, nome que fôra dado á actual Lisboa, para atacar Ulysses, mas este astucioso grego, em vez de tentar uma resistencia, que lhe seria fatal em vista da inferioridade numerica dos seus soldados, propoz a paz aos lusitanos, dando ao seu rei muitos e valiosos presentes, pelo que Gorgoris se tornou seu verdadeiro amigo, deixando o senhor de Lisboa e do seu districto. Segundo a *Historia de Santarem edificada*, do P. Ignacio da Piedade e Vasconcellos, Ulysses seduziu Calipso, filha de Gorgoris, e d'esta união nasceu Abidis, ou Abidos. Gorgoris, furioso contra Ulysses, o foi atacar a Ulyssea, mas o grego não esperou os lusitanos, e embarcando com a maior parte dos seus, fugiu para o Levante, o nunca mais voltou Calipso ficou em Ulyssea com o resto dos gregos. Gorgoris os atacou, e ficando vencedor agarrou em Abidis, e mandou-o lançar a uma caverna que havia entre penhascos para ser devorado pelas féras. Depois, mudando de idéa, o mandou metter n'uma cêsta e deitar ao Tejo A maré trouxe-o pelo rio acima, até umas brechas que serviam de covil a uma cérva, e esta amamentou a creança. Diz se que Abidis foi creado n'um sitio escabroso, entre Alcaçovas e o Pereiro (Santarem). Cresceu o joven principe, e foi-se creando por aquelles desertos, dormindo nas suas cavernas, e fugindo dos caçadores, unicas pessoas que por ali appareciam. Um dia, porém, pôde ser apanhado, e foi levado, como raridade, á presença de Calipso, que por certos signaes que tinha a creança, o reconheceu como o filho que lhe fôra roubado, e o conservou junto de si. Faria e Sousa, no capitulo II da parte I do *Epitome de las historias*, conta isto com algumas variantes. Diz elle que os gregos, abusando da generosidade dos lusitanos, corriam os seus mares, pirateando, pelo que os lusitanos lhe fizeram guerra, expulsando-os quasi todos. Referindo se á historia da gruta, e da cêsta que chegou à villa de Santarem, diz que tendo Gorgoris noticia de tão extranho caso, sem imaginar que o menino selvagem podia ser seu neto, mandou que lhe armassem laços, e caçando o, o trouxeram ao rei, que *por notorias señales, vino à conocerlo*. Gorgoris tomou grande affeição á creança, e o domesticou dando lhe aios e mestres, que o tornaram illustre, em varias artes Não tendo já filhos, reconheceu Abidis por seu successor, e este chegou a ser um grande rei, governando toda a Peninsula. No meio das suas grandezas, nunca se esqueceu das brechas incultas onde passára os primeiros annos da infancia, e decidiu fazer do aquelle covil de féras uma cidade magnifica, e capital do seu reino. Mandou pois construir uma formosa povoação, que cercou de muros com suas torres, e lhe deu o nome de *Esca-Abidis*. Esta fundação começou 1141 annos antes da era christã. Abidis foi um rei sábio, que amou a justiça, muito liberal, por isso era estimado dos seus povos. Foi o 26.º rei de todas as Hespanhas, pela successão continuada de Tubal, e reinou 35 annos. Segundo a lenda, é esta a origem da cidade de Santarem, muito nobre pela sua muita antiguidade, qualquer que ella seja, pelos seus venerandos monumentos, e pelos factos importantissimos da historia do paiz, que se deram ali, desde que ha documentos escriptos. Com a morte de Abidis, a Lusitania esteve quasi despovoada e sem rei, por espaço de 146 annos em razão d'uma enorme estiagem que assolou o paiz. Quando terminou esta grande calamidade, os lusitanos regressaram á sua patria, trazendo comsigo um grande numero de gallos-celtas que augmentaram muito a população. A fama da fertilidade e salubridade do nosso clima, attrahiu outros povos das Gallias, e atraz d'elles gregos e chaldeus, mas Santarem esteve sempre possuida pelos lusitanos. Em 954, antes de Christo, os phenicios chegaram á Peninsula, e Santarem conservou se na posse dos seus naturaes; e o mesmo aconteceu, quando em 592 os carthaginezes invadiram o littoral da Lusitania. Em 305 foi que os celtas se apossaram de Santarem, mas sem guerra, e cruzaram se com os lusitanos por meio de casa-

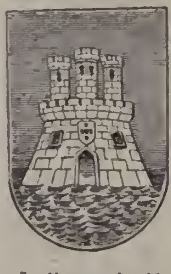

Brazão d'armas da cidade de Santarem

mentos. No anno 200, o senado romano dividiu a Peninsula hispanica em duas provincias: *Citerior*, desde da margem direita do rio Ebro até aos Pyrenéos; *Ulterior*, desde a margem esquerda até ao mar. Até ao anno 153, conservou Santarem o seu primitivo nome de *Esca-Abidis*, que se corrompeu em *Escalabis*. Em 63, ainda antes da era christã, os romanos tornaram-se senhores da Lusitania, depois d'uma guerra de 149 annos. Tendo edificado, ou, o que parece mais provavel, reconstruido as velhas fortificações de Santarem, pondo-lhe o nome de *Scalabi Castro*, e dando-lhe privilegios de colonia romana, e depois constituindo-a *municipio do antigo direito latino*, Julio Cesar vindo á Lusitania, honrou com o seu nome a povoação, ordenando que d'ali em deante se chamasse *Praesidium Julium*, e elevou a a séde de um dos quatro *conventos juridicos* em que foi dividida a Lusitania, e abrangendo esta todo o territorio das actuaes provincias das duas Beiras, Extremadura, e ainda parte da Extremadura hespanhola. Os santarenos, reconhecidos, lhe edificaram um templo, que veiu a ser mesquita de moiros, e que depois os christãos purificaram, e D. Affonso Henriques deu aos templarios. E' a egreja de S. João d'Alporão. Tinha este templo romano uma varanda, da qual se leu ao povo o celebre édito de Augusto: *ut adscriberetur universus orbi*, quando nasceu Jesus Christo. Os romanos construiram majestosos edificios e uma sumptuosa ponte de cantaria sobre o Tejo, em frente de Santarem, na via militar que de Lisboa ia a Mérida, então capital da Lusitania. Foi então que Santarem attingiu o supremo grau de importancia e grandeza, tornando-se uma das tres cidades principaes da Lusitania (Lisboa, Braga e Santarem). No anno 42, Octavio Augusto, um dos melhores imperadores romanos, dividiu a Lusitania em 4 chancelarias, que fôram Mérida, Beja, Braga e Santarem, e todas estas cidades lhe erigiram estatuas. No anno 74 da era christã, imperando Vespasiano, que muitos beneficios fez á Lusitania, construiram-se obras magnificas, soberbas pontes e magnificas estradas. Succedeu lhe seu filho Tito Vespasiano, e veiu para questor da Lusitania o grande escriptor Plinio, que a dividiu em 3 comarcas: Lérida, Beja e Santarem. Já então havia na Lusitania grande numero de municipios romanos, muitas colonias, e uma numerosissima população. Em 395, os barbaros do norte, wisigodos, vandalos, suevos, alanos, selingos, e outros, vindos das selvas e montanhas da Gothia, Suecia, Noruega e Germania, invadiram a Peninsula hispanica, assolando e destruindo a ferro e fogo quanto encontravam na sua passagem, e em 405 entraram na Lusitania, onde os primeiros annos do seu dominio foram uma epoca de terror, pelas atrocidades que commetteram. Nas partilhas que entre si fizeram os barbaros, pertenceu aos alanos esta parte da Lusitania. Os alanos e suevos debalde tentaram tomar Santarem, cujos habitantes lhes oppuzeram sempre a mais tenaz resistencia, mas em 418, finalmente, foi que a cidade caiu no poder dos invasores, que arrazaram quasi tudo, que pudesse recordar o dominio dos romanos, e foi então que os seus mais nobres e sumptuosos edificios deixaram de existir. Até o nome romano foi proscripto, sendo-lhe restituido o antigo *Scalabis*. A amenidade do clima, a fertilidade do solo, e os costumes dos lusitanos, fôram pouco a pouco domesticando os barbaros, de maneira que em 424 já o seu dominio era preferido ao dos romanos. Quando o rei gôdo Eurico veiu á Lusitania em 500, já os barbaros e os aborigenes formavam um só povo. Em 585, Leovigildo, rei dos godos da Gallia Narbonense, usurpou o throno de Eburico, filho de Ariamiro, rei da Lusitania e Galliza, e ficou senhor de toda a Peninsula. Foi no anno 631 ou 632, que teve logar em Nabancia, hoje Thomar, o martyrio de Santa Iria, ou Iréne (V. *Portugal*, vol. III, pag. 998), vindo o cadaver, segundo a lenda, ter á Ribeira de Santarem. No anno 653, o rei godo Recceswintho, que era catholico, tomou aos alanos a cidade de Santarem, e em memoria da santa martyr, lhe mudou o nome para *Santa Irene*, que facilmente se mudou em *Santarem*. Novo periodo de calamidades esperava esta povoação. Destruido o exercito godo em 713, na desastrosa batalha de Guadalete, e morto ou perdido o seu ultimo rei, D. Rodrigo, deixou de existir o imperio dos gôdos na Lusitania, succedendo lhe a dominação dos arabes, que lhe chamaram *Chantarin* ou *Chantareyn*. Estes tomaram d'assalto a cidade, em 715, assassinando ou captivando os seus habitantes. Os moiros estiveram 38 annos senhores de Santarem. Pela morte do rei catholico, de Oviedo, D. Affonso, succedeu lhe seu filho D. Frucla I, que logo no começo do seu reinado ganhou na Galliza grandes victorias sobre os arabes, commandados por Omar, filho de Abd-el Rahman, kalifa de Cordova, e entrando na Lusitania derrotou tambem Ali Aben-Tarif, resgatando em 753 toda a Extremadura portugueza e o Algarve. Em

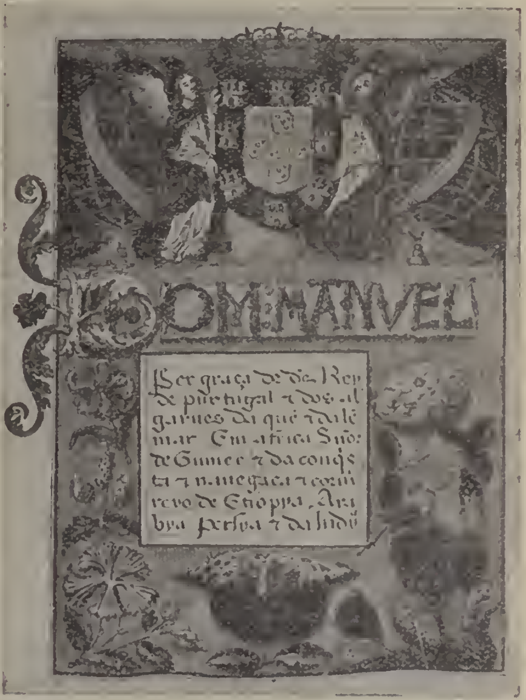

Santarem—Principio do Foral de El-Rei D. Manuel

760 Abd-el-Rahman tornou a conquistar Lisboa, Evora, Beja, Santarem, todo o Alemtejo e o reino do Algarve, sendo por esse tempo que Aben-Cri, senhor de Santarem, reconstruiu e ampliou as fortificações romanas d'esta praça. Em 824, D. Ramiro I, vendo o seu reino invadido pelos moiros, saiu a campo, obrigando Al-Hamar, rei moiro de Coimbra, a fazer-se tributario dos christãos, tomou Santarem e outras povoações da Extremadura. Em 850 tornou Santarem a cair no poder dos moiros, commandados por Mahomet, rei do Cordova, conservando se no seu dominio pelo espaço de 100 annos, até que D. Ordonho III, filho de D. Ramiro II, lh'a tomou em 950 á força d'armas. Em 1067, D. Fernando Magno, por sua morte dividiu as Hespanhas pelos seus tres filhos; dando a D. Sancho a Castella; a D. Affonso, Leão, e a D. Garcia, Portugal e Galliza. Esta divisão não agradou aos dois primeiros, por que qualquer d'elles pretendia para si sómente o imperio das Hespanhas. Houve guerra renhida entre os irmãos, vindo, finalmente, em 1071 a ficar D. Sancho rei de Portugal, Castella e Galliza, depois de ter aprisionado e martyrisado seu irmão D. Garcia. Esta usurpação, porém, durou pouco tempo, porque em 1072, estando D. Sancho a cercar sua irmã D. Urraca, em Zamora, á qual tambem pretendia usurpar a herança paterna, foi morto n'um dos ataques que deu áquella cidade. Succedeu-lhe seu irmão D. Affonso VI, que ficou sendo o unico senhor de Portugal, Castella, Leão e Galliza, e tomou o titulo do imperador. Em quanto durou esta guerra fratricida, os moiros tornaram a apoderar se de Santarem. Em 21 do abril do 1093 D. Affonso conseguiu expulsar os moiros da cidade, tendo os já expulsos d'outras terras da Extremadura Portugueza, e continuando ainda a derrotal-os em outros pontos. Affirma-so quo foi n'aquelle anno que D. Affonso, resgatando varias povoações situadas em torno de Santarem até Almourol e Zezere, lhes arrasou todos os seus castellos e as muralhas, que só d'ahi a quasi um seculo foi reconstruido por Gualdim Paes, mestro da ordem do Templo. No mesmo anno de 1093 deu D. Affonso VI o reino de Portugal e tudo quanto se pudesse resgatar do poder dos moiros até á margem direita do Guadiana, a sua filha D. Thereza, casada com o conde D. Henrique. A 13 de novembro do 1095, os novos donatarios deram o 1.º foral a Santarem. Suppõem alguns escriptores, quo n'esto mesmo anno, os templarios começaram a fundação da egreja de Santa Maria da Alcáçova, ou pelo menos, o fizeram nos 16 annos em quo os portuguezes estiveram de pos se de Santarem; outros, porém, pretendem quo já havia no local um templo romano, que os arabes converteram em mesquita, o que os cavalleiros do Templo demoliram, para com os seus materiaes edificarem a nova egreja christã. Em 1110, Cyro, rei arabe, pôz a Santarem um cêrco apertado, e depois d'uma defeza heroica a praça rendeu se pela falta do mantimentos, ficando novamente sob o seu dominio, até quo, em 1147, D. Affonso Henriques a tomou d'assalto por surpreza. Ha divergencia na data d'esta conquista, querendo uns quo fôsse a 8 de maio, outros a 15 do março, o ainda outros a 29 do setembro. Pelo seu lado, Pinho Leal, no *Portugal antigo e moderno*, sustenta quo ha toda a certeza do que foi a 8 do maio, porquanto, durante muitos seculos o senado da camara ia n'este dia com uma procissão á ermida de S. Miguel, fundada na Alcáçova por D. Affonso I, dar graças pola milagrosa conquista da cidade; e tambem porque, além d'outras razões, no frontispicio da mesma ermida foi collocada uma estatua de D. Affonso Henriques, toscamente cinzelada no tempo do mesmo rei, no pedestal da qual se gravou a seguinte inscripção:

EL-REI D AFFONSO HENRIQUES
QUE ESTA TERRA TOMOU AOS MOIROS
EM DIA DE S. MIGUEL
OITO DE MAIO DE 1147.

Segundo se diz, no ousado emprehendimento entraram apenas 250 homens, que D. Affonso dividiu em duas secções, uma das quaes commandada por olle proprio, e a outra por seu irmão D. Pedro Affonso, sendo o valoroso cavalleiro D. Mem Moniz, auxiliado por 5 companheiros, quem arrombou a golpes de machado a porta de Atamarma, por onde entrou logo D. Affonso Henriques, e sendo por esta acção que o rei mandou logo quo o mesmo Mem Moniz e todos os seus descendentes usassem do appellido *Machado*. A carnificina foi espantosa a dentro dos muros da praça, não attendendo os assaltantes ao sexo nem á edade dos arabes, que lhes caíam nas mãos, e conta so que D. Affonso Henriques se distinguiu de todos os seus companheiros d'armas. não só pela sua intropidez, como tambem pelos terriveis golpes do seu montante. Poucos fôram os moiros que escaparam á chacina, a despeito da tenacissima resistencia que oppuzeram aos portuguezes, o esses mesmo que escaparam, deveram á fuga a sua salvação. Assim caiu a cidado no poder de D. Affonso Henriques, dando elle aos templarios que o ajudaram na tomada a praça, todo o ecclesiastico de Santarem, como premio da sua bravura, e fazendo lhes varias outras doações. Os moiros, todavia, não podiam resignar-se á perda de tão formidavel praça do guerra, e assim foi que em 1131 appareceu Al-Bujaque, ou Al-Baraque, a pôr lhe um apertado cêrco, sendo desbaratadas as suas forças pelo valento capitão Lourenço Viegas, filho de Egas Moniz, que com 190 cavalleiros e 1:800 infantes saiu a dar lhes batalha, e o mesmo Al Bujaque, que era rei de Sevilha, reappareceu em 1185 com um formidavel exercito a assaltar Santarem, mas sem mais feliz resultado, antes bem mais desastroso em perda de vidas e trem de guerra. Foi esto o ultimo ataque que os moiros tentaram para a reconquista de Santarem. D Affonso Henriques enriqueceu sempre esta povoação até ao fim do seu reinado, não só com grandes privilegios, mas tambem com majestosos edificios. Deu lhe foral, em Coimbra, em maio do 1179, o qual foi confirmado mais tarde por D. Affonso II, em Santarem, a 8 d'abril de 1214; e segunda vez confirmado e ampliado pelo mesmo soberano, em Coimbra, a 12 de novembro de 1217. Tem tambem a cidade uma sentença de foral, datada do 25 de maio de 1444; ha ainda outra sentença de foral a favor do Santarem contra o marquez de Villa Real. El rei D. Manuel I deu-lhe foral novo, em Almeirim, no 1.º de fevereiro de 1506; D. Pedro I reconstruiu os paços da Alcá

çova. D. Manuel construiu templos magnificos, fontes, calçadas, a ponte d'Asseca e outros edificios. A 18 de novembro de 1319 celebrou-se em Santarem o acto solemne da acceitação da bulla do papa João XXII, que confirmou a ordem de Christo, successora da de Templo e sua herdeira na maior parte dos seus edificios, quintas e mais propriedades, rendas, fóros e privilegios. Foi ceremonia de grande e pomposa magnificencia, a que assistiu el-rei D. Diniz, a familia real, toda a côrte, e as pessoas mais qualificadas da villa, quer pela sua nobreza, quer pela sua illustração. Por uma carta d'el-rei D. Diniz, dada no anno de 1323, e em cumprimento do foral de Santarem, se determinava o seguinte: «Quando a alguma mulher casada fôsse applicado a castigo de açoites, lh'os daria em casa seu marido, na presença da justiça, e *tamanhos como os costumava dar o alvazil. E se o marido assim os não désse, a justiça lh'os daria a elle.*» Na mesma carta se ordenava, que toda a madeira que da Galliza passasse para Lisboa, pagasse o dizimo em Santarem. Os generos que de Lisboa iam para Santarem não pagavam portagem. A cidade é dividida em 3 bairros: Marvilla, antigamente *Maravilhas*, Ribeira e Alfange. Marvilla occupa a parte superior do monte, e é a parte principal e mais nobre da cidade. Ali se vêem os melhores edificios e os monumentos mais respeitaveis da sua historia. De quasi todos os pontos d'este bairro se gozam magnificas e extensas vistas, sobretudo do alto de S. Bento, das Portas do Sol, da torre do Seminario, e do monte dos Cravos. Os bairros do Alfange e da Ribeira estendem-se pela margem direita do rio Tejo e pelo declive da encosta, orlando as calçadas que sobem para Marvilla, sendo a mais notavel a da Atamarma, que vae ter á ponte e á porta do mesmo nome. Estes dois bairros tambem são antiquissimos, e fôram egualmente cercados de muralhas guarnecidas de torres. Ha n'elles grande movimento commercial e industrial, porque são o deposito de todos os generos que a cidade importa e exporta, pelo Tejo, de que estão proximos. Em Santarem houve as seguintes portas e postigos: de *Atamarma*, no alto da calçada do seu nome, sobre a qual foi construida uma ermida consagrada a N. S.ª da Victoria, por ter entrado pela mesma porta D. Affonso Henriques, quando tomou Santarem.—*Leiria*, junto da egreja de N. S.ª da Piedade.—*Mansos*, com uma ermidinha consagrada á Senhora do Bom Successo; motivo por que depois se chamou Arco do Bom Successo —*Vallada* ou *Madre de Deus*, e por cima uma ermida com esta invocação: As capellas, que estavam sobre estas 4 portas, fôram mandadas construir por D. Affonso Henriques.—*S. Thiago*, junto á porta do antigo convento da Alcaçova.—*Sol*, situada mesmo no castello, e sobre o despenhadeiro perpendicular ao Tejo.—*Alfange*, antigamente *Alhanse*.—*S. Gens*, deu se-lhe este nome, por ter, segundo a tradição, entrado por ali o santo d'este nome a prégar o Evangelho aos santarenos; ou segundo outros pretendem, por aquelle santo soffrer ali o martyrio no tempo dos romanos; ignora se o nome primitivo.—*Postigo de D. Margarida*, fica a O; ignora-se qual foi o seu primeiro nome, mas chamou se depois assim, por haver junto d'elle umas casas ou um palacio, onde muitos annos residiu D. Margarida, mulher de D. Martinho Affonso de Castro, vice rei da India, e mãe de D. Francisca de Tavora e Castro, mulher de Fernão Telles de Menezes da Silveira, 1.º conde de Unhão. Todas estas fôram construidas pelos romanos, e depois os godos as guarneceram de fortes baluartes e cubélos. D'ellas restam apenas hoje as do Sol e de S. Thiago, pois que as vereações que se tem succedido em Santarem, mandaram demolir as outras. N'esta cidade tem se reunido côrtes 11 vezes: em 1263, dizendo-se terem sido as 4.ªˢ que houve no paiz; em 1331 (as 11.ªˢ); em 1334 (as 13.ªˢ); em 1394 (as 14.ªˢ); em 1406 (as 37.ªˢ); em 1418 (as 44.ªˢ); em 1430 (as 46.ªˢ); em 1434 (as 47.ªˢ); foi a publicação da *lei mental;* em 1451 (as 57.ªˢ); em 1468 (as 65.ªˢ); e em 1483 (as 74.ªˢ do reino, e as ultimas que fôram convocadas em Santarem. Foi por varias vezes côrte dos nossos reis, até 1834, e todos a distinguiram muito; alguns aqui viveram grande parte do seu reinado, nos paços reaes de Alcaçova, mandados fazer por D. Affonso I, junto á capella real da mesma denominação, reedificados pelos cavalleiros do Templo, sobre as ruinas d'um templo romano. Santarem pertenceu sempre á corôa. Foi o 1.º assento do tribunal da Relação e casa do civel d'este reino, estabelecido em 1385 por D. João I; depois a pedido das côrtes foi mudado para Lisboa. Até ao fim do seculo XVIII, Santarem foi governada pelo senado da camara e por um vigario geral, com jurisdicção tanto no temporal como no espiritual. O governo do rei não podia intervir nos negocios municipaes senão depois de concluidos, e para acudir-lhes com dinheiro do thesouro publico; isto em razão dos seus antigos privilegios. Até ao anno de 1834, o senado da camara era composto de 3 vereadores, 1 procurador do concelho, 2 misteres, (procuradores dos officios da cidade) 1 alferes, 1 escrivão, 1 thesoureiro, 1 syndico, 2 almotacés com seus escrivães (um do bairro de Marvilla e outro do da Ribeira), 1 agente, 1 pagem e 1 porta-chaves. O alferes tinha assento no senado em cadeira de espalda; era chanceller e guarda-sêllos da camara, e levava a bandeira municipal nos actos solemnes. Tinha Casa dos Vinte e Quatro, com juiz do povo, escrivão e 1 almotacé de limpeza. A alcaidaria mór da cidade andava na casa dos condes de Assumar, depois marquezes de Alorna e de Fronteira. Até ao principio do seculo XV houve em Santarem grande numero de hospitaes para pobres, que D. João II annexou ao de Jesus Christo, fundado no reinado de D. João I por D. João Affonso de Santarem. No ponto mais elevado da povoação, e sobranceiro ao Tejo, está a antiga cidadella da Alcaçova, com a sua cêrca de muralhas, portas e postigos. Teve antigamente uma ponte levadiça, á entrada da porta principal. Dentro da cidadella estavam os paços reaes chamados da Alcaçova. Santarem tinha jurisdicção sobre 16 villas e grande numero de freguezias; e voto em côrtes, com assento no banco primeiro, ao lado de Lisboa, Porto, Evora, Coimbra e Elvas. Houve em Santarem muitas *emparedadas*, sendo as de maior fama em santidade, Maria Domingues, D. Gontina, D. Maria Bernardes, Elvira Paes e Elvira Durôa. O seu brazão d'armas consta d'um escudo, tendo em campo azul um castello de prata com 3 torres, sobre um rio, vendo se sobre a porta do castello as armas de Portugal. Tinha Santarem desembargador juiz do tombo das ter·

ras da corôa, e 1 procurador da mesma corôa, sendo ambos ministros de béca, com seu escrivão. A torre mais alta, que havia em Santarem, era a *torre do Bufo*, que se suppõe ter sido construida pelos romanos, ou pelo menos, pelos arabes. Era na Alcaçova, e foi demolida em 1640, para com os seus materiaes se reconstruirem as muralhas da praça. Na Alcáçova tambem a *Torre Albarran*, que tambem se demoliu, e era tão antiga como a do *Bufo*. A torre do Relogio, ou torre das Cabaças, que ainda existe, foi mandada edificar por el-rei D. Manuel. E' uma peça de alvenaria quadrada, com 22 m. d'altura, e é rematada por uma cúpola, sobre a qual está um grande sino, que é o sino das horas, sustentado por 4 robustos varões de ferro, estribados obliquamente nos 4 angulos da torre e revestidos de pucaras de barro, da olaria local, destinadas a ampliar a sonoridade do bronze no bater das horas e dos signaes de rebate. Esta torre serviu por muitos annos de camara municipal, depois que o tribunal da Relação, que na mesma torre effeituava as suas funcções, foi mudado para Lisboa. A praça onde está a casa da camara e a egreja de Santa Maria de Marvilla, foi o artigo *tabolado* de Santarem, onde se faziam justas, torneios, jogos de cannas e corridas de touros. O mar e o Tejo abastecem Santarem e a maior parte do seu districto, de magnifico peixe de varias qualidades. Ao sul do Tejo se vêem vastos pinhaes e longas cordilheiras de serras, e ao fundo os bairros da Ribeira e do Alfange, mais além o arrabalde que ainda conserva o nome arabe de *Assacaias*, e o das *Omnias*, estendendo-se pela margem direita do Tejo. Tambem se vê uma grande extensão de linha ferrea. Omnias chamava-se a um terreno plantado de hortas e pomares, e que produzia toda a qualidade de fructas. Nos arrabaldes da cidade ha muitas quintas, extensas e magnificas, todas muito ferteis. Nos seus campos cria-se toda a qualidade do gado, principalmente cavallar, que exporta em grande escala. Tambem são abundantes de caça, e no inverno acode muita, de arribação, ás lezirias, de que se fazem grandes e divertidas caçadas. Foi no reinado d'el-rei D. Luiz I, que Santarem recuperou a sua antiquissima categoria de cidade, por carta de lei de 24 de dezembro de 1868, em que se lêem phrases muito elogiosas, enaltecendo as suas memorias nobilissimas, de todos os tempos, e a veneranda primazia, de que já gozava no tempo dos romanos. O Campo de Mourão, tambem conhecido por *Mouchão d'Alfange*, fica na margem esquerda do Tejo, em frente de Santarem. E' uma extensa veiga, onde se criam diversas qualidades de gado. Os olivaes de Santarem começam proximo da cidade, cercando a pelo E, NE, N, NO e O, e dilatam-se por valles e outeiros, estanciando por entre elles muitas hortas e pomares, quintas e casaes. Os que lhe ficam a O fôram muito damnificados tanto pelos realistas como pelos liberaes, desde outubro de 1833 até maio de 1834. Em 1876 teve começo a obra para a ponte que hoje vêmos sobre o rio Tejo. Foi a 6 de junho d'esse anno, que no Tejo, em frente de Santarem, se lançaram tres caixões de ferro para os fundamentos do primeiro pilar da ponte que liga a cidade com o Alemtejo. Antes da conclusão d'esta monumental obra d'arte, a travessia do rio fazia-se por meio d'uma barca que a camara trazia arrendada por 2:000$000 reis annuaes. A ponte foi inaugurada a 17 de setembro de 1881. O local onde existiu a maior parte da cidadella da Alcáçova, senão toda, é hoje um passeio publico ajardinado, propriedade da camara municipal, e é o logar mais interessante para os visitantes pela belleza do ponto de vista. Este passeio tem agora o nome de *Pedro Alvares Cabral*. Para este passeio vem do centro da cidade uma larga e elegante avenida, a que a camara deu o nome de

Santarem — Portas do Sol

Conde do Alto Mearim. Santarem pertence á 1.ª div. mil., 2.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa. Tem est. telegr. post., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobranças de titulos, letras e vales; a guarnição mil. é o regimento de artilharia n.º 3 e o batalhão de caçadores n.º 6; escolas centraes d'ambos os sexos e collegios; Escola pratica d'Agricultura; advogados; casas bancarias, agentes de muitos bancos de differentes pontos do paiz; de differentes companhias de seguros; Associação Commercial, e associações de Soccorros Mutuos, asylos, Misericordia, lagares de azeite, bombeiros municipaes e voluntarios, fabricas de cortumes, de gaz, de gelo, de guitarras, de manteiga, de telha de Marselha, de refrigerantes; hospicio municipal, hospital de Jesus Christo, hoteis, medicos, pharmacias, livrarias, lyceu, notarios, presidio mil., restaurantes, Seminario Patriarchal, sociedades de recreio: *Banda dos Voluntarios de Santarem, Gremio Guilherme d'Azevedo, Gremio Ribeirense;* theatros: *Ribeirense, Rosa Damasceno, Taborda;* solicitadores, typographias, muitos estabelecimentos industriaes e commerciaes, etc., feiras: no domingo da Paschoela e no 2.º domingo de outubro, denominadas do *Milagre* e da *Piedade;* mercado no 2.º domingo de cada mez, especialmente de gados de todas as especies; romarias: a N. S.ª dos Anjos (domingo do Espirito Santo), e a N. S.ª da Saude, no 1.º domingo d'agosto e 2.ª feira de Paschoa, durante 2 dias. Em Santarem tem-se publicado os seguintes jornaes: *Adolescente* (*O*), 24 fevereiro, 1888; foi continuado pelo jornal *Guilherme d'Azevedo; Album Photographico de Portugal*, 1894; *Alfageme (O)*, 15 junho, 1871; *Alma Nova*, 1897; *Alvorada*, 24 outubro, 1907; *Aurora*, 1877; *Aurora de Santarem*, 5 março, 1866; *Aurora do Tejo*, agosto a 27 dezembro de 1875; veiu do *Ecletico; Boletim do Exercito de Operações*, 1 a 15 dezembro de 1846; seguiu se ao *Boletim Official de Santarem;* e havia sido publicado pelo exercito setembrista; *Boletim Official do Districto Administrativo de Santarem*, 13 janeiro, 1873; *Boletim Official de Santarem*, 26 de maio a 6 de junho, 1846; foi seguido pelo *Boletim do Exercito de Operações;* a primeira publicação periodica d'esta cidade; *Caloiro (O)*, 5 setembro, 1891; *Chronica (A)*, junho 1888 a maio de 1889; *Campeão Litterario (O)*, janeiro a abril de 1857; *Commercio de Santarem*, setembro, 1888; *Correio da Extremadura*, 9 abril, 1891; *Correio de Santarem*, 5 julho, 1894; *Debate* (*O*), 5 setembro, 1907; *Districto de Santarem*, 29 abril, 1880 a 28 outubro, 1886; *Districto de Santarem*, 1 julho, 1905, *Ecletico* (*O*), 1 maio a 19 julho, 1875; veiu da *Revista Mensal* e foi seguido da *Aurora do Tejo; Gazeta Agricola*, janeiro, 1885; *Guilherme d'Azevedo*, 19 abril, 1888; veiu do *Adolescente; Jornal Academico*, 1 dezembro, 1884 a 22, fevereiro, 1885; *Jornal de Santarem*, 12 janeiro, 1854; *Litterario (O)*, 1856; *Recreio* (*O*), 1895; *Recreio Litterario*, 1857; *Revista Mensal*, janeiro a abril, 1875; foi seguido do *Ecletico; Scalabitano* (*O*), 13 novembro, 1856 a 3 julho, 1857; *Santareno (O)*, 12 janeiro, 1889; *União* (*A*), 6 janeiro, 1907. Numeros unicos: *Deus e Patria*, 19 dezembro, 1897; *Guilherme de Azevedo*, 6 abril, 1889; *Preito de Homenagem da Associação dos Empregados no Commercio de Santarem ao illustre publicista e erudito professor conselheiro Bernardino Machado*, 17 de julho de 1904. Os principaes artigos de commercio de todo o concelho são: cereaes, azeite, vinho, gado e fructa.

Santarem — Presidio militar

Santarem. *Bibliographia: Monumentos e lendas de Santarem*, por Zepherino N. G. Brandão, *As cidades e villas*, de Vilhena Barbosa; *Monumentos Nacionaes*, por Mendes Leal; *Historia de*

Santarem edificada, pelo P. Ignacio da Piedade e Vasconcellos; *Memorias historicas da Collegiada de Santa Maria de Alcáçova, da villa de Santarem*, pelo P. Luiz Duarte Villela da Silva; *Memorias chronologicas authenticas dos alcaides móres de Santarem*, etc., pelo visconde de Santarem; *Historia critica e apologetica do Santissimo milagre de Santarem*, por Fr. Manuel de Sant'Anna Braga: *Noções elementares de Archeologia*, por Possidonio da Silva; *Relatorio ácêrca dos edificios que devem ser classificados monumentos nacionaes; Vista geral de Santarem, claustro do convento de S. Francisco, Seminario patriarchal*, etc., na *Revista pittoresca e descriptiva*, por Possidonio da Silva; *Panorama*, de 1859 e de 1853, *Das antiguidades de Santarem;* de 1855, *Tumulo de D. Duarte de Menezes;* de 1866, *Convento de S. Domingos; Noticia da fonte das Almas, situada no termo da villa de Santarem*, pelo P. Luiz Montez Mattoso; *Os monumentos da antiguidade em Portugal*, por Vilhena Barbosa; a pag. 316 dos seus *Estudos historicos e archeologicos*, tomo II; *Arte Portugueza*, n.º 2 (*O claustro e a egreja de S. Francisco; Sepultura de Pedro Alvares Cabral*) por Zepherino Brandão; *O culto da arte em Portugal*, pelo sr. Ramalho Ortigão; *Lisboa antiga*, pelo visconde de Castilho (Julio); vol. I *dos Bairros Orientaes*, *Les arts en Portugal*, pelo conde Raczynski; *As Misericordias*, por Costa Goodolphim; *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*, por Emile Cartaillac; *Atravez Santarem*, por João d'Arruda; *Portugal*, por Ferdinand Denis; *Occidente*, volumes I, IV, V, VIII e XXIII, publicam noticias sobre Santarem, assim como no *Archeologo Portuguez*, tomo I, III, V; Fr. Luiz de Sousa, na sua *Historia de S. Domingos;* e *Historia de Portugal*, de PinheiroChagas Em muitos jornaes tambem se encontram descripções curiosas de Santarem, como na *Revista archeologica*, tomo IV; *Revista Illustrada*, 1892; *Archivo Pittoresco*, tomo III e IV; *Revista de Setubal*, de 1893; etc. *Noticias archeologicas*, etc. por Eduardo Rocha Dias, Lisboa 1903 a 1906.

Santarem (*Conventos de)*. Houve muitos conventos n'esta cidade, tanto de frades como de freiras, estando muitos hoje aproveitados para diversos serviços ou para varios fins de utilidade publica, tendo sido outros vendidos e trasformados em propriedades particulares. Citaremos os seguintes:

Convento de Santo Agostinho, dos eremitas calçados, tambem chamados *gracianos*. Foi fundado em 1376, segundo uns, ou 1380, segundo outros, por D. Affonso Tello de Menezes, conde de Ourem. Tem uma boa egreja, que se conserva ainda com o titulo de egreja da *Graça*. E' de architectura gothica, de 3 naves, tendo na fachada principal um formoso portico, sobre o qual se vê um grande e bonito espelho ornado de varias esculpturas. No meio da capella-mór esteve o tumulo do fundador, e de sua mulher, D. Guiomar de Villa Lobos, bisneta de el-rei D. Sancho, de Castella. Em 1725 o tumulo foi removido para a entrada da egreja, do lado esquerdo de quem entra. Nas capellas da egreja estão os tumulos dos condes de Vianna, netos do fundador, de Pedro Alvares Cabral, e d'outras pessoas illustres. Ha tambem um quadro de S Nicolau Tolentino, que se attribue a Josepha d'Obidos. O tumulo de Pedro Alvares Cabral é um monumento nacional, e

Santarem — Egreja da Graça

foi legado pelo commendador Silverio Alvares da Cunha á irmandade dos Passos. O convento foi vendido depois de 1834, e hoje está ali installado o Asylo de Santo Antonio, por legado do mesmo commendador.

Convento de Nossa Senhora da Piedade; de agostinhos descalços. E' construcção muito antiga; junto d'elle existia a ermida da Piedade, tambem muito antiga, não se sabendo a data da fundação, nem o nome de fundador. Em 1661, D. Affonso VI lançou em 25 de janeiro a primeira pedra da nova egreja do convento, procedendo se a uma apparatosa cerimonia. Na pedra foi lavrada uma extensa inscripção latina. Esta construcção foi em acção de graças pela victoria da

batalha do Amoixial. A egreja ainda se conserva, pertencendo á irmandade de N. S.ª da Piedade. Parte do convento foi vendida depois de 1834 e está reduzida a casas de habitação, e a outra parte ficou pertencendo á referida irmandade.

Convento de N. S.ª da Oliveira, de religiosos dominicanos da ordem dos prégadores Foi fundado em 1211, por D. Affonso II, sendo o 1.º d'esta ordem que existiu em Portugal. Em 1604, achando-se muito arruinado, foi a egreja demolida, menos a capella-mór, que por estar bem conservada, ficou, e reconstruiu-se desde os fundamentos. A egreja era de 3 navos, e encerrava muitas sepulturas de homens illustres, contando-se entre ellas a de Martim d'Ocem, chanceller-mór d'el rei D. João I. O tumulo é um grande monumento de pedra com a estatua do chanceller deitada sobre a tampa. Na capella de S. Frei Gil, no cruzeiro da mesma egreja estava o sumptuoso mausoléo de marmore, d'este santo. Esta egreja foi profanada depois de 1834, e fôram destruidos sacrilegamente todos os tumulos e outros primores d'arte. O Marquez de Penalva, como descendente do santo, reclamou o corpo e conservava o na sua capella particular em Lisboa. No edificio do convento estabeleceu a camara municipal o Matadouro, e uma praça de touros, que é propriedade da Misericordia de Santarem.

Convento de Santo Antonio dos Capuchos. Foi completamente demolido, o o terreno que occupava a egreja, o convento e parte da cêrca, foi aproveitado para o cemiterio publico.

Convento de S. Francisco; de religiosos franciscanos, foi fundado por D. Sancho II em 1242. Mais tarde el rei D. Fernando reconstruiu o e augmentou. A egreja é do architectura gothica, de 3 naves, e de grandes dimensões. Jazem no côro, n'um grande mausoléo, todo coberto de muitos lavôres, el-rei D. Fernando, e sua mãe, D. Constança, primeira mulher de D. Pedro I. N'uma das capellas da egreja, estava um grande tumulo de architectura gothica, que mandou erigir a condessa de Vianna, D. Izabel de Castro, para n'el le recolher, encerrado n'um pequeno estojo, um dente, como unico despojo que lhe ficára de seu marido, o valente D. Duarte de Menezes, 3.º conde de Vianna, morto em Africa pelos mouros. Este tumulo em que avulta a estatua do conde, é uma obra d'arte digna de ser admirada. Na mesma capella jazem em mausoléos de marmore e em sepulturas rasas, muitas pessoas d'esta illustre familia. Depois de 1834, a egreja ficou profanada, sendo convertida em palheiro, sendo despresados e em parte destruidos os tumulos que encerrava. O edificio do convento serviu muitos annos de quartel de cavallaria n.º 4, e depois d'este regimento vir para Lisboa, passou a ser quartel de artilharia n.º 3, assim como o convento da Trindade, que lhe fica junto. O tumulo de D. Duarte de Menezes está actualmente muito bem restaurado por artistas da Batalha, no museu districtal de S. João d'Alporão, de Santarem, e a camara da cidade conserva sob a sua guarda um dente do grande guerreiro, unica reliquia que, segundo dissémos, possuia a sua viuva, encerrado n'um estojo que lhe foi depôr no tumulo.

Convento da Trindade; de religiosos trinos. Foi fundado por el-rei D. Affonso II em 1218, sendo o 1.º d'esta ordem que existiu em Portugal. O povo de Santarem tambem concorreu com avultadas esmolas para esta obra. D. João III, em 1554, reedificou o convento, que ficou sendo o mais sumptuoso da villa. Foi fundado n'um espaçoso terreiro junto ao convento das *Emparedadas*. A egreja primitiva foi demolida, o reconstruida desde os fundamentos em 1710. Esta egreja, depois do 1834, ficou servindo de capella militar de cavallaria n.º 4, que se aquartelou no convento, assim como no de S. Francisco, servindo ambos depois de quartel de artilharia n.º 3.

Collegio de N. S.ª da Conceição da Companhia de Jesus. Foi fundado no antigo convento dos conegos de Santo Antão, em 1621, por D. Duarte da Costa, armeiro-mór, que depois se fez jesuita. O convento fôra fundado em 1410, passando de-

Santarem—Portico do Convento de S. Francisco

pois aos padres jesuitas. Era em Marvilla, junto aos paços reaes, onde depois existiu a ermida de Santo Antão. Só em 1621, conforme dissémos, é que os jesuitas para aqui vieram. D. João IV doou depois aos jesuitas o paço real, que estava junto da porta do Leiria, e para elle se mudou o collegio. A egreja é muito boa, e a sua capella-mór notavel pela bella obra de mosaico, feito de marmores de varias côres. Era esto collegio um dos mais ricos da sua ordem. No antigo convento de Santo Antão está installado o Seminario Patriarchal. Nos claustros do Collegio da Conceição funcciona o Lyceu da cidade.

Convento de N. S.ª de Jesus, de terceiros de S. Francisco, fundado em 1617 n'um palacio arruinado da mitra archiepiscopal de Lisboa, onde se reuniam os conspiradores do duque de Vizeu, no tempo de D. João II. Foi o arcebispo de Lisboa D. Miguel do Mattos que fez a doação d'aquelle palacio aos religiosos em 1592. A egreja é fabrica mais moderna, pois se concluiu em 1722. Foi Joanna Coelho, natural de Cabo Verde, quem das suas rendas custeou a despeza do templo, hoje conhecido pela *Egreja do Sitio*, e que se conserva ainda como um dos melhores templos de

Santarem, com o seu grande arco abatido do côro, a sua ampla sacristia, onde ha bons quadros e ornamentos valiosos, os seus altares em custoso trabalho de talha, e, contiguo, o seu claustro de solida construcção em cantaria lavrada, tudo dependencias do Hospital de Jesus Christo, que está hoje installado no antigo convento. Este hospital foi fundado em virtude do testamento de João Affonso de Santarem, fidalgo da casa de D João I, feito a 16 de dezembro de 1426, n'umas casas que elle possuia na freguezia de S. Nicolau. D. João I confirmou esta doação em 1431. Mais tarde D. João II annexou a este hospital um grande numero de estabelecimentos de caridade que existiam em Santarem. Em 1835 é que se mudou para o convento de N. S.ª de Jesus.

Convento de Santa Thereza, de carmelitas descalços, construido em 1648 no local do palacio de D. Fernando Mascarenhas, conde da Torre, no sitio da Pedreira, sendo padroeiras do convento a condessa de Faro, e sua filha a duqueza de Caminha. A egreja acabou-se em 1707. O edificio do convento que estava completamente arruinado, depois de 1831, foi dado pelo governo á junta geral do districto em setembro de 1873, e depois de convenientemente reconstruido, ali se installaram as repartições do governo civil, da administração do concelho, sendo o pavimento terreo destinado para a cadeia.

Convento de S. Bento dos Apostolos; era de monges benedictinos Edificou-se em 1571 sobre um monte fóra da villa, no local onde havia uma ermida, que a infanta D. Maria, filha d'el-rei D. Manuel, deu aos monges para esse fim. Depois de 1845 foi totalmente demolido, sendo empregados os seus materiaes em differentes obras.

Convento de S. João Baptista, ou *S. João do Pereiro*, de frades arrabidos. Foi fundado no anno de 1590 no sitio onde os duques de Bragança tinham os seus paços. Lançou a primeira pedra nos alicerces o duque de Bragança, D. Theodosio II. Ficava extramuros, no local de Santa Catharina dos Olivaes. A egreja havia sido fundada por D. Affonso V em 1469. Já ha muito tempo que não existe.

Convento de S. Domingos das Donas, de religiosas dominicanas. Foi fundado em 1280. Na capella-mór da egreja era o jazigo dos condes de Unhão. Na primitiva eram conegas de Santo Agostinho, e por isso se chamavam *Donas*, mas em 1287 mudaram para a ordem de S. Domingos; mas apezar de dominicanas, usavam o habito de Santo Agostinho até 1298, tomando então n'esse anno o habito de S. Domingos. A mudança da ordem foi confirmada em 1305 pelo papa Clemente V. As freiras não perderam nunca a sua primitiva denominação de *Donas*. O convento foi extincto nos ultimos annos do seculo XIX pela morte da prioreza, e o edificio cedido pelo governo para instituto educador de meninas, que tomou o nome de Collegio de S. José; ultimamente transformou-se em quartel de caçadores 6.

Convento de Santa Clara, de freiras da ordem de S. Francisco. Foi fundado por D. Affonso III em 1259. A sua egreja é vasta e tem ricas capellas. E' de tres naves, e as columnas de pedra, que as sustentam, são cobertas de arabescos dourados. O côro é tão espaçoso, como se fôsse uma grande egreja, sendo adornado de quadros de pintura antiga. No fundo do côro está o mausoléo de D. Leonor Affonso, filha natural de D. Affonso III, que foi freira n'este convento. Na casa que dá entrada para a sacristia, vê-se outro tumulo muito antigo, assente sobre leões, com muitos lavôres e as armas de Portugal. Sobre a campa tem a estatua d'um cavalleiro com a mão direita no punho da espada. Ignora se a quem pertencia este tumulo, só se sabe que deve pertencer a filho de rei, em vista do escudo real que o adorna. Pela morte da ultima freira, foi demolido em 1907, sendo o terreno concedido á camara municipal para a construcção d'um bairro operario.

Santarem—Tumulo de D. Duarte de Menezes

Convento de freiras capuchas dos Innocentes; foi fundado em 1290 pela rainha Santa Izabel. Actualmente está ali installado o Conservatorio.

Santarem *(Egrejas de)*. A Real Collegiada de Santa Maria d'Alcáçova é o principal edificio d'esta cidade, tanto pela sua categoria, como pela sua muita antiguidade. Foi fundada ou reedificada pelos templarios, que ajudaram D. Affonso Henriques na conquista de Santarem em 1147. Ha,

porém, quem pretenda, que a fundação se realisou, pela mesma ordem do Templo, em 1095, quando o conde D. Henrique conquistou Santarem aos moiros, a qual se conservou no poder dos portuguezes durante 16 annos, sendo então reedificada em 1154. O que está provado é que elles concluiram as obras n'esse anno, com a concessão de D. Affonso Henriques. A egreja estava situada na Alcaçova, ou cidadella, de quo tomou o nome, e ficava contigua ao paço regio, onde a côrte costumava por vezes residir, tendo communicação interior, e as honras e privilegios de capella real. A collegiada foi instituida pouco depois de 1280, no tempo de el-rei D. Diniz, que deu o padroado da egreja ao seu grande valido *Mestre Pedro Chanceller*, medico e clerigo muito rico, e que em attenção ao soberano o á familia real, fez importantes obras na egreja, dando-lhe muitas propriedades e fóros, para a manutenção da collegiada constituida, composta de 17 conegos, 4 meios conegos, e mais 3 dignidades: chantre, mestre-escola e thesoureiro, numero que fôra estabelecido por autorisação do papa Honorio IV. Até 1834 o prior da egreja da Alcaçova era freire da ordem de Aviz, cargo que andava sempre na pessoa do sacristão-mór do convento d'esta ordem. A egreja é de 3 naves, sustentadas por columnas da ordem toscana, e interiormente revestida de azulejo muito antigo. A capella mór é de abobada, com cintas de marmore, muito bem lavradas. Do lado do Evangelho está um sepulchro de marmore embebido na parede, onde está sepultado D. Rodrigo Affonso, prior d'esta egreja, e filho natural de D. Affonso III. No corpo da egreja ha 4 capellas lateraes. Junto á porta travessa e ás escadas do côro, está na parede uma inscripção latina, que indica ter sido ali a sepultura de Mendo Affonso. No adro estão duas lapides com inscripções romanas. Eram commendadores d'esta egreja os condes de Unhão, e foi o conde D. Rodrigo Telles de Menezes, que mandou reedificar á sua custa a egreja, por estar ameaçando ruina, começando as obras em 1715 e terminando em 1724.

Egreja de Santo Estevão. E' mais conhecida por *Santo Milagre*. Está situada no local mais alto de Santarem, dentro dos muros que cercam a principal povoação. Ignora-se quando foi construida, e só se sabe que é muito antiga, e que se sagrou a 16 de fevereiro de 1241. Suppõe se que fôsse instituida em parochia no anno de 1240. Foi sempre do padroado das rainhas, que apresentavam o prior, e este apresentava 8 beneficiados. A egreja é de 3 naves, sustentadas por 10 columnas da ordem toscana, 5 de cada lado, tudo de boa cantaria, com suas esculpturas, e entre ellas varios bustos. Tem 2 altares lateraes e o altar-mór, onde está n'um bonito sacrario o Santo Milagre. Ornam a egreja 4 paineis de pintura antiga, em que se vê representada a historia do Santo Milagre. No 1.° vê se a mulher que fez o sacrilegio, recebendo n'esta egreja a communhão. No 2.° vae a dita mulher de caminho de sua casa, levando escondida a sagrada particula. No 3.° mostra se a arca em que a mulher guardou a particula, toda cercada de resplendores e de anjos. No 4.° representa a procissão com que foi levada solemnemente a hostia da casa da mulher para a egreja de Santo Estevão, que desde então o povo começou a chamar do *Santo Milagre*. Refere a lenda, que esta mulher, em vez de consumir a hostia a trouxera para casa com o fim de a entregar a uma judia, que lhe promettera, sob esta condição, fazer com que d'ali em deante fôsse estimada do marido, que a tratava muito mal. Recolhendo a sacrilega a hostia n'uma arca para no dia seguinte a dar á judia, acordando de noite o marido viu que da arca saíam resplendores. Então a mulher confessou tudo, e fôram ambos logo de manhã dar parte do caso, vindo depois toda a cleresia e pessoas notaveis da villa conduzir em devota procissão a hostia para a referida egreja. A irmandade do Santo Milagre, instituida havia muitos annos, teve o titulo de *Real* em 22 de maio de 1903.

Tem havido em Santarem muitas egrejas e ermidas, de mais ou menos importancia, algumas das quaes já desappareceram completamente. Mencionaremos as 3 actuaes egrejas parochiaes:

Santa Maria de Marvilla, antigamente *das Maravilhas*. Consta que já existia no tempo dos godos, mas ignora se a data da fundação. D. Affonso Henriques a deu aos templarios que a reedificaram. Em 1149, D. Gilberto, primeiro bispo de Lisboa, oppoz se a que os mesmos templarios fôssem senhores das egrejas que no tempo dos godos haviam sido do bispado de Lisboa, e houve uma renhida demanda, cuja solução foi por fim submettida á curia romana. O rei, para pôr termo á contenda, e tambem porque o papa tinha sentenciado a favor da mitra, deu aos templarios, em troca do ecclesiastico de Santarem, a terra Nullius de Cera (hoje Thomar), cedendo o bispo, por si e seus successores, todo e qualquer direito que pudesse ter de presente ou de futuro, nas egrejas que já estivessem construidas ou viessem a construir se n'aquelle vasto territorio. O mesmo bispo elevou a egreja de Marvilla a collegiada com cónegos e 1 parocho com o titulo de vigario. Em 25 de novembro de 1244, estando em Santarem o bispo de Lisboa, D. Fr. Ayres Vasques, que tinha sido cruzio, se obrigaram os conegos de Marvilla, por escriptura publica, a viverem em commum, comendo no refeitorio como os frades. A collegiada ficou então composta de 10 prebendas e 9 conegos prebendados, sendo um d'elles escolhido para vigario perpetuo, com prebenda dobrada. Tinha mais 5 beneficiados, com 3 prebendas para todos. A egreja é uma das melhores e mais vastas da cidade. E' de 3 naves sustentadas por 12 columnas jonicas de 8 m. de altura. O portico da porta principal é de architectura gothica, com laçarias e festões de boa esculptura, revelando muita antiguidade. A capella mór é de abobada, com laçaria e fechos de marmore, tudo adornado de primorosos lavôres, e com as armas do rei D. Manuel, que foi o reedificador d'este majestoso templo, dando-lhe mais amplidão do que tinha o antigo. No corpo da egreja ha dois altares lateraes e 2 capellas. Sobre a antiguidade e preferencia d'esta egreja e da de Alcaçova, houve no principio do seculo XVII grandes demandas, pretendendo cada um dos parochos provar que a sua egreja era mais antiga, mas pelos documentos apresentados pelas duas partes litigantes se viu que as duas egrejas tinham a mesma antiguidade. Fez-se então uma concordata, decidindo-se que nenhuma d'ellas se intitulasse matriz, nem pudessem ir as suas cruzes e insignias, nas procissões, senão a par, indo os de Alcaçova á direi-

ta e os de Marvilla á esquerda, e que a procissão do Corpo de Deus saisse alternadamente das duas egrejas. Qualquer d'ellas que quebrasse a concordata, pagaria á outra de multa, de cada vez, 40$000 reis. Da egreja de Marvilla repartiam se os Santos Oleos, não só para todas as outras egrejas de Santarem, como tambem para todo o arcediago. Casavam se n'ella os presos do Aljube, confessavam-se por desobriga os viandantes. El rei D. Sebastião reuniu ali, em 1573, o capitulo geral da ordem de Christo. N'esta egreja notam se numerosas inscripções sepulchraes. Em 1879 foi restaurada, sendo aberta ao culto a 15 do agosto d'esse anno, com uma festa sumptuosa.

Egreja do Salvador. E' tambem muito antiga. Não se sabe com certeza quando, nem por quem foi fundada, mas ha boas razões para acreditar que foi D. Affonso Henriques que a mandou reconstruir. Quando em 1218 Fr. André de Agramonte fundou em Santarem o conveuto de frades trinitarios, havia já muitos annos que existia esta egreja, com o seu prior e raçoeiros, que administravam a ermida da Senhora da Abobada, a qual serviu de primitiva egreja d'aquelles religiosos. D. Affonso Henriques, não querendo que a villa se despovoasse, e desejando que os moiros, que d'ella tinham fugido, se convertessem mais tarde ou mais cedo ao christianismo, deixou-lhe as fazendas que lhes pertenciam, e lhes deu uma parte da freguezia do Salvador para a sua residencia *(moiraria)* com a obrigação de pagarem o dizimo dos fructos á respectiva egreja parochial. Segundo a tradição e alguns documentos quo ainda existem ou existiram no cartorio da mesma egreja, foi ella construida pelos godos, muitos annos antes da Lusitauia cair no poder dos arabes. Depois, ou porque se arruinasse pela sua muita antiguidade, ou porque os moiros a desmantelassem, estava em ruinas em 1147, e foi demolida para no mesmo logar se edificar a actual egreja. O que se sabe com certeza é que foi sagrada a 5 de maio de 1335 pelo bispo de Evora D. Fr. Domingos Soares, religioso dominicano, que lhe deu diversas reliquias. A egreja era de 3 naves, mas estando muito arruinada, em 17 de maio de 1692 se mudou o Santissimo para a Ermida do Espirito Santo, para se demolir, principiando logo as obras, que se concluiram em 1725, e a 9 de setembro d'esse anno se mudou o Santissimo para a nova egreja dos jesuitas, onde esteve alguns dias, até se mudar, com toda a solemnidade para a actual egreja, edificada no local da antiga. E' esta d'uma só nave e de abobada de tijolo, sendo as paredes até á cimalha, de cantaria lavrada. Foi toda feita á custa do povo, e importou em mais de 60 mil cruzados (24 contos de reis). As paredes lateraes são tão grossas, que pelo vão d'ellas se estende um comprido corredor com grandes janellas que dão luz á egreja. Tem 4 boas capellas de cada lado, e a capella mór é majestosa. Sobre o seu arco, em um nicho de marmore, foi collocada a imagem do Salvador do Mundo, de 3 m d'altura A irmandade do Santissimo teve muitos annos por juizes os reis de Portugal, quando residiam no paço real, dentro dos limites d'esta freguezia. Esta egreja foi priorado até 1440, reduzindo-se depois a commenda da ordem de S. Thiago, do padroado da casa das rainhas de Portugal. A egreja do Salvador ficou completamente arruinada pelo tremor de terra de 23 d'abril de 1909, e está a ser demolida, havendo ideia de se aproveitar a egreja profanada do extincto convento de Santa Clara, para ali se installar a freguezia.

Egreja de S. Nicolau Está situada no centro da cidade. Ignora se a data da fundação, porque, ardendo em 1600, se queimaram todos os papeis do seu archivo. Sabe se, porém, que já existia no seculo XIII. Foi reedificada em 1513. E' um templo claro e elegante de 3 naves, sobre 8 arcos, 4 de cada lado, da ordem toscana. Tem capella-mór e 2 altares lateraes. No corpo da egreja ha 5 capellas, 3 á diroita e 2 á esquerda de quem entra.

Santarem (*Factos historicos de*). Em 1383 foi Santarem a primeira povoação de Portugal, depois de Lisboa, que acclamou o Mestre d'Aviz como rei de Portugal D. João I, *apezar de alguns fidalgos da villa pretenderem estorvar a revolução por se terem vendido aos castelhanos*. Em 1384, D. João I, de Castella, e sua mulher D. Beatriz, saíram de Hespanha com um bom exercito, na firme teução de destruirem os partidarios do Mestre de Aviz. Fizeram a sua *entrada solemne* em Santarem, e no dia 12 de janeiro foi ali acclamada *pelos castelhanos e alguns fidalgos da villa*, D. Beatriz, rainha de Portugal. Os castelhanos marcharam sobre Lisboa, mas fôram batidos. Retiraram para Santarem, onde, passados poucos dias, chegou a noticia da derrota monumental que os castelhanos soffreram na batalha dos Atoleiros, a 29 de janeiro do mesmo anno de 1384. O rei castelhano, desesperado com esta derrota, reuniu um grande exercito, e com elle tornou sobre Lisboa, ao mesmo tempo que uma boa esquadra entrava no Tejo. Derrotado em ambas as partes, partiu para Torres Vedras, e de lá para Hespanha. Durante este guerra, Santarem soffreu muitas vexações sob o dominio dos castelhanos, até á 2.ª retirada de Lisboa. Em 21 de junho de 1580, D. Antonio, prior do Crato, que tinha chegado na vespera, foi acclamado rei de Portugal, contra a opinião de alguns fidalgos da terra. Organisou se logo na cidade um bom corpo de populares em defeza do infante. Animado por este primeiro triumpho, D. Antonio passou immediatamente a Lisboa; foi, como rei de Portugal, residir nos paços da Ribeira, promulgou leis, mandou cunhar moedas, e exerceu todos os mais actos majestaticos. Havendo nova investida dos hespanhoes, deu-se a batalha d'Alcantara, em que o infante D. Antonio, ficando completamente derrotado, fugiu para as provincias do norte, partindo mais tarde para Inglaterra. Santarem, em 1640, foi a segunda terra do reino que fez a acclamação official de D. João IV, a qual se realisou no dia 5 de dezembro com o maior enthusiasmo. Em 1810, o general Massena, perdendo a esperança de romper as linhas de Torres Vedras, entrou em Santarem a 14 de novembro, e ali se conservou até 5 de março de 1811, flagelando os moradores com toda a sorte de roubos e de atrocidades, para se desforrar da grande derrota que soffrera na batalha do Bussaco, e da cobarde retirada, sem combate, das referidas linhas. A 29 de maio de 1823, o infante D. Miguel, á frente d'algumas tropas, com o fim de derrubar a constituição de 1820 entrou em Santarem, e pouco depois viu coroados do melhor exito os seus propositos. A 14 d'agosto do 1833, em pleno periodo da guerra civil, uma

divisão da vanguarda do exercito realista, que sitiava o Porto, entrou em Santarem, onde foi recebida com luminarias e repiques de sinos, marchando depois para o cêrco de Lisboa. A 15 de outubro do mesmo anno, D. Miguel e o seu exercito voltaram a Santarem em retirada do cêrco de Lisboa, estabelecendo o infante a sua residencia no palacio do provedor das Lesirias. A toda a pressa trataram os realistas de reconstruir as velhas fortificações da cidade, ao passo que se construiam outras de novo, de sorte que em pouco tempo a praça offerecia um asylo seguro. Santarem tornou-se então a côrte e o quartel general dos realistas, e o seu governo d'ali expedia ordens para todo o paiz. Entretanto desenvolveu se na cidade uma terrivel epidemia do typho, que victimou mais de 5:000 homens do exercito realista, e de 2:500 pessoas da classe civil. O governo mandou sair para os arrabaldes de Santarem a maior parte das tropas, mas a epidemia continuava. O commandante em chefe, Macdonell, mandou vir do Porto uma brigada para supprir as baixas, porque, além dos que tinham morrido, os hospitaes estavam cheios de doentes, havendo dias em que occorriam mais de 100 obitos. Na noite de 17 de maio de 1834, os realistas abandonaram a praça de Santarem, assistindo D. Miguel á passagem do Tejo, e sendo elle um dos ultimos que atravessaram o rio para a margem esquerda, e no dia seguinte de manhã D. Pedro e os seus ajudantes, o marechal Saldanha e o seu estado maior que tinham sido precedidos da brigada do general Bento da França, entraram na cidade, que encontraram preparada para uma resistencia tenaz, tal era o estado das obras de defeza, mas n'uma desoladora decadencia por falta de viveres, e no mais deploravel estado hygienico. A 27 de maio assignava se a convenção de Evora Monte, que pôz termo á guerra civil, e Santarem, como todas as outras terras, pôde gozar, emfim, de paz e tranquillidade.

Santarem (*Museu industrial e districtal de*). Foi este museu creado por alvará de 16 de fevereiro de 1876. A iniciativa da fundação d'este estabelecimento foi do governador civil, então, do districto, o conselheiro José Ferreira da Cunha e Sousa. Pelo referido alvará foi creado um *Museu archeologico* e uma *Exposição permanente dos productos industriaes* do districto. No mesmo dia da data do alvará foi nomeada uma commissão, que logo no dia seguinte deu principio aos trabalhos de que fôra encarregada. A 17 de março tinha ella concluido e approvado o seu regulamento organico. O programma dos trabalhos era o seguinte: Colleccionar todos os objectos notaveis pelo valor artistico ou pela incontestavel antiguidade; expôr permanentemente os productos de todos os ramos de industria do districto de Santarem, comprehendendo materias primas, suas transformações e processos relativos; vigiar pela conservação dos monumentos e objectos d'arte que existissem no districto; promover pesquizas archeologicas e realisal as todas as vezes que fôsse possivel; fazer acquisição de machinas, instrumentos aperfeiçoados, sementes, plantas, modelos, etc.; mandar fazer estudos sobre diversos productos, etc. A commissão, para ampliar a esféra da sua acção, resolveu nomear representantes seus nos concelhos do districto, apezar dos *auxiliares natos* (administradores de concelho e presidentes das camaras municipaes) que o documento constituitivo da sua existencia determina O governo concedeu em 1 de julho de 1876, para a installação definitiva do museu, a antiga egreja de S. João d'Alporão, da antiga ordem militar de S. João do Hospital, de Jerusalem, depois ordem de Malta, que ameaçava imminente ruina. A egreja, depois de ter sido profanada, fôra concedida em 1849 provisoriamente pelo governo para ali se construir um pequeno theatro. Em 11 de julho de 1876, a commissão tomou posse do edificio, e logo se procedeu

Santarem — Antiga egreja de S. João d'Alporão Museu districtal)

á restauração piedosa e artistica do monumento, respeitando todas as suas feições caracteristicas. Os trabalhos começaram a 16 de abril de 1877, e acabaram poucos annos depois. O Museu industrial e districtal tem prosperado desde então, e é hoje um repositorio precioso de objectos archeologicos e artisticos.

Santarem (*Seminario patriarchal de*). Este seminario foi estabelecido em Lisboa por D. João V. Em 1779 o cardeal patriarcha eleito, de commum accôrdo com todo o clero secular da sua diocese, se dirigiu á rainha D. Maria I, pedindo o edificio que fôra dos jesuitas em Santarem, afim de ser para ali mudado o Seminario patriarchal. A rainha attendeu o pedido, e por carta régia de 2) de janeiro de 1780, datada da villa de Salvaterra de Magos, fez *pura, perpetua e irrevogavel doação*, ao cardeal patriarcha de Lisboa e seus successores, do edificio e egreja da invocação de N. S.ª da Conceição, na villa de Santarem, para

n'elle se installar definitiva e perpetuamente o collegio patriarchal. Senhor d'este majestoso edificio, principiou logo o Seminario a tomar um progressivo desenvolvimento, e augmento de creditos em seus reitores, professores e seminaristas, durante todo o tempo decorrido até aos acontecimentos politicos que alteraram sensivelmente a ordem publica desde 1828 até 1834, e muito contribuiram para o enfraquecimento da ordem e disciplina estabelecida até áquelle tempo. Em 1834, quando em maio entrou em Santarem o exercito liberal, ficou o edificio de todo abandonado, tendo de se retirarem apressadamente o reitor, professores e todo o mais pessoal. Nos primeiros tres dias foi um perfeito vandalismo, principalmente na egreja e livraria, dando so n'aquella roubos de imagens e algumas alfaias de valor, sendo até os sinos vendidos para a ilha Terceira Deu fim ao vandalismo a necessidade de estabelecer ali um hospital militar para receber os doentes da colera-morbus, quo estava fazendo grande numero de victimas. Terminada a epidemia, cessou o hospital, e fôram estabelecidas no edificio todas as repartições do governo civil o administração, que se conservaram ali até 1853, anno em que foi restaurado o Seminario. O edificio actual é vasto e espaçoso, está collocado no meio das antigas muralhas que defendiam Santarem, na parte do norte, junto á porta chamada de Loiria. Contém 2 corredores principaes: o 1.º e o mais antigo, chamado *corredor nobre*, é do magnifica elegancia o apparencia; corre de nascente a poente, e em cada um dos extremos tem uma larga janella conventual; para o lado da frente do norte ha 15 espaçosos quartos, divididos em 3 grupos, por duas largas janellas conventuaes; do lado fronteiro ha 8 quartos eguaes. O 2.º corredor, que fica para o lado do sul, data d'uma epoca mais moderna, foi feito em 1796; não tem a mesma belleza e majestade do primeiro, mas é dividido em 2 andares, que contém 27 quartos. Ha outros corredores internos que communicam com estes 2 principaes, mas sem importancia artistica, com um grande numero de quartos que servem de habitações. Nos pavimentos superiores contém todo o edificio 112 casas de habitação, e salas para differentes misteres A casa da livraria é grande e bem disposta, ventilada por 3 grandes janellas, que fazem symetria com as da fachada principal do edificio do lado do nascente. Esta livraria contém perto de 7:000 volumes. A egreja é um templo majestoso, collocado entre os 2 corredores principaes; a fachada da frente fica entre as duas faces do edificio, em linha recta e symetrica para o lado do nascente, deitando para o largo, quo se chama hoje *Largo do Seminario*. O conjuncto d'estas 3 partes constituem a fachada principal do edificio quo é, no seu todo harmonico, elegante e majestoso. A parte do centro pertencente á egreja, contém 5 largas janellas para a luz do templo, ficando duas de cada lado, sobranceiras uma á outra, o a 5.ª no centro; ao lado de cada uma das 4 janellas fica um nicho de boa cantaria, contendo cada um a estatua d'um santo. Partindo da cimalha real guarnecida de quartellas a rematar a fachada, ha um outro nicho com maiores proporções, onde está collocada a imagem da Senhora da Conceição, padroeira do antigo collegio dos jesuitas, hoje Seminario. Toda a fachada da egreja é de boa cantaria, com lavôres de troncos e ramos em meio relevo. A egreja é espaçosa e d'uma só nave. A capella-mór é abobadada de tijolo com bellas pinturas a fresco. O arco cruzeiro é de bom marmore, imbutido com florões lisos, de differentes côres O altar mór, a tribuna, e todas as partes de que se compõem são de rico mosaico, artisticamente trabalhado. No corpo da egreja ha 4 altares de cada lado; os 2 primeiros de cada lado são de talha antiga dourada; o 3.º altar, do lado da Epistola é de muito valor e merecimento, não só pela materia prima do que é construido, mas ainda pela bellissima esculptura e boa divisão de todas as partes de que se compõe; a base é de finissimo

Santarem—Egreja do Seminario

marmore preto, encimado por uma larga faxa de marmore rosado, até á *mesa;* a banqueta é tambem de marmore rosado, o em cima d'esta assenta um tumulo de N. S.ª da Boa Morte, guarnecido de grinaldas de flôres, e 4 anjos que o sustentam; toda esta peça, de excellento esculptura, é de finissimo marmore branco, e no centro ha uma imagem de Nossa Senhora, resguardada por um vidro a todo o comprimento; segue se para cima o retabulo, que representa a meio relevo a cidade de Jerusalem, e no alto, tambem a meio relevo, a imagem de Nossa Senhora cercada de anjos a subir para o céo. Toda esta parte e todas as mais de que se compõe este altar, como columnas, capiteis e figuras do anjos, que os embellezam, são do marmore branco Os outros tres altares

restantes são no gosto moderno, sem notavel merecimento artistico. O tecto da egreja é forrado de madeira, mas com uma admiravel pintura; aos 4 cantos vêem-se delineadas e bem coloridas as 4 partes do mundo em figuras allegoricas; e no centro, em tarja apartada, a figura de Nossa Senhora, subindo ao céo acompanhada de anjos. Correspondente aos 8 altares do corpo da egreja ha ao lado de cima 8 tribunas, communicadas entre si por um largo corredor no centro da parede; na capella-mór ha tambem 4 tribunas, 2 de cada lado. No Seminario contam-se tres classes de alumnos: ordinandos pensionistas, collegiaes seculares ou porcionistas, e ordinandos gratuitos. Este estabelecimento, que vive em grande parte de rendimentos proprios, recebendo apenas um pequeno subsidio da bulla da cruzada, é sem duvida o primeiro do seu genero que existe no paiz.

Santarem. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Cabril, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || S. Thiago, conc. de Alandroal, distr. de Evora. || S. João Baptista e conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || Roça da Ilha de S. Thomé, Africa Occidental. || Pequeno rio da ilha de S. Thomé, na prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. Tem o seu curso nas freguezias de Santo Amaro e da Magdalena, ás quaes serve de limite.

Santarem dos Tojos. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Santarinho. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de S. Salvador, conc. distr. de Vizeu.

Santas. Pov. na freg. de S. Sebastião e conc de Setubal, distr. de Lisboa.

Sante. Povoações nas freguezias: Santo Antonio, de Lomba, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Salvador, de Paderne, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Santegãos. Pov. na freg. de S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Santeiro. V. *Imaginario.*

Santeiro. Pov. na freg. de Santa Maria, de Leça do Balio, conc. de Bouças, distr. do Porto.

Santiães. Pov. na freg. de S. Martinho, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Santiago. V. *São Thiago.*

Santinha. Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Dornellas, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Figueiredo, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Santinho. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Fontoura, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, do mesmo districto.

Santissima Trindade *(Fr. Thomaz da).* Religioso da ordem dos carmelitas descalços. N. em Lisboa no anno de 1679, fal. em 1751. Professou em 1694. Era apreciado theologo. Foi mandado para a Bahia, onde regeu a cadeira de theologia, vindo depois regel a no convento de Vianna do Castello, onde morreu. Deixou manuscripta uma obra intitulada *Vividarium theologiae moralis.*

Santissima Trindade. Villa e freg. do conc. e ilha de S. Thomé, na provincia de S. Thomé e Principe, Africa Occidental, situada na região do N. no interior da ilha, a 10 k da cidade de S. Thomé, sobre um monte que a domina, n'uma posição agradavel, e occupando o centro d'uma região fertil e salubre. Consta de varias ruas e fórma-lhe porto o rio Agua Grande, que o abastece. E' uma das povoações mais importantes da ilha de S. Thomé. E' povoada de roças ou fazendas que produzem a maior parte do café que se exporta de S. Thomé, cacau e quina.

Santissimo Nome de Jesus. Freg. do conc. da Praia, na ilha de S. Thiago, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situada na costa S da ilha, á beira-mar, na enseada da Ribeira Grande, cercada por serras a pique, em terreno insalubre a cêrca de 15 k. ao O da cidade da Praia. N'outros tempos foi uma cidade muito populosa e importante, com o nome de Ribeira Grande. Em 1580 era já capital da prov., ignorando-se a data em que foi elevada á categoria de cidade. Teve optimos edificios, tanto civis como religiosos, entre elles uma majestosa cathedral, o paço episcopal, o seminario, um hospicio de capuchinhos, egreja e hospital da Misericordia, todos de boa cantaria e de marmore do reino. Ficava na base d'uma alta montanha cortada a pique, onde se erguia a cidadella, obra de fortificação regular, construida pelos hespanhoes, com aquartelamentos, paioes e cisterna, e flanqueada por 4 bastiões. A cidade, que ostentava orgulhosamente os seus edificios, fazia tambem um commercio consideravel, e era tal a sua reputação de riqueza que se tornou o alvo dos ataques dos piratas, principalmente inglezes, que a saquearam em 1582 e 1595. Depois, a cidade da Ribeira Grande decaiu completamente do seu antigo esplendor, porque o commercio começou a preferir a villa da Praia, não tanto pela melhoria do seu porto, como pela maior facilidade que as embarcações tinham de concorrer ali. Foi grande a rivalidade entre a capital commercial da ilha e a capital politica. Em 1612 o governo da metropole transferiu para a Praia a séde do governo de toda a prov., mas a transferencia foi difficil e só se effeituou verdadeiramente mais de seculo e meio depois, em 1780, concorrendo muito para isso o ataque e roubo dos francezes em 1712, que levaram a desolação e a morte á já decadente cidade, apressando-lhe a ruina. Assim, a outr'ora florescente cidade da Ribeira Grande é já desde ha muitos um simples logarejo, séde da freg. do Santissimo Nome de Jesus, e que mostra apenas nas ruinas d'alguns edificios os esplendores da sua antiga grandeza.

Santissimo Sacramento *(Fr. Francisco do).* Religioso da ordem dos carmelitas descalços. N. em Lisboa a 4 de outubro de 1610, onde tambem fal. a 12 de fevereiro de 1689. Chamava-se no seculo Francisco Teixeira, e era filho de um negociante. Seu pae quiz que elle seguisse honradamente a sua carreira, e como se mostrára habil nos primeiros estudos, incumbiu-o de ir a Sevilha tratar d'um negocio da sua casa. Desempenhou perfeitamente a missão de que se encarregára, mas no regresso a Lisboa, dominou o a tal ponto o fanatismo, que resolveu entrar no claustro e professou na ordem dos carmelitas descalços em 1629; foi estudar philosophia em Figueiró e theologia em Coimbra. Durante 19 annos exerceu o cargo de procurador geral da ordem em Lisboa; foi prior dos conventos de Adolhalvo, Santarem e de Lisboa, provincial eleito, por duas vezes, e tendo assistido com muita competencia a 6 capitulos geraes, quizeram nomeal-o geral, a

que elle se recusou. Foi amigo particular do conde de Castello Melhor, ministro de D. Affonso VI, e a esse célebre ministro escreveu uma *Carta politica*, que se não publicou, e dedicou-lhe: *Epitome unico da dignidade do grande e maior Ministro da puridade, e da sua muita antiguidade e excellencia*, Lisboa, 1666. Do valimento, que tinha, serviu se o religioso carmelita em beneficio da sua ordem, para fundar conventos, impedir que fôsse derrubado o convento do Porto, e para conseguir que a Universidade fizesse préstito no dia de Santa Thereza. Em 1665 foi nomeado chronista da sua ordem. Deixou manuscriptas as seguintes obras: *Nobiliario das familias d'este reino; Arvore genealogica dos marquezes de Niza; Defensorio apologetico do monachato eliano; Miscellanea dos tratados moraes e historicos, genealogicos e epistologicos; Mysticas dos senhores reis de Portugal; Fragmentos historicos; Varios pareceres sobre materias genealogicas*; etc.

Santissimo Sacramento. Freguezia pertencente ao 2.º bairro de Lisboa. Teve principio no convento da Trindade, n'uma capella á direita de quem entrava na egreja, no anno de 1584, sendo arcebispo de Lisboa D. Jorge d'Almeida. Foi constituida por uma parte das freguezias de S. Nicolau e dos Martyres, cuja população havia enormemente augmentado. Em 1664 deram-se umas discordias entre os religiosos e a irmandade do Santissimo da nova freguezia, de que resultou recolher se a irmandade na egreja do recolhimento das Convertidas, situado na rua da Horta Secca, onde estiveram pouco tempo, e a 21 d'abril de 1666 passaram para uma pequena capella a modo de ermida, que se construiu e se benzeu, celebrando se ali a primeira missa, recebendo a capella o titulo de Santissimo Sacramento. Havia-se já dado principio a uma nova egreja para servir de parochia, no sitio fronteiro ao palacio do marquez de Arronches, lançando-se a primeira pedra nos alicerces a 26 de novembro de 1667. Estando as obras já muito adeantadas, foi o edificio demolido por embargos do referido fidalgo, até que o conde de Valladares offereceu liberalmente o terreno proprio defronte do seu palacio para a construcção d'um novo templo, que é a actual egreja, começando as obras em 1671, as quaes vieram a concluir-se em 1685, e para ali se transferiu solemnemente o Santissimo Sacramento no domingo da quinquagesima d'esse anno, vindo da egreja do Carmo, onde estivera depositado 40 dias. O terremoto do 1.º de novembro de 1755 arruinou totalmente a egreja, fazendo 75 victimas, salvando se apenas a pyxide com o Sacramento. O prior passou o logo á ermida de N. S.ª da Conceição dos Cathecumenos, refugiada e erecta no telheiro das Aguas Livres, onde esteve tres mezes, mudando-se depois para o convento do Rato, conservando se n'aquella casa religiosa até se transferir para a nova accommodação que se fez junto á egreja, até que esta se reconstruiu. O templo está situado na calçada do Sacramento, voltado para o nascente. A architectura do edificio é de grande merecimento. Tem um espaçoso adro com escadaria, que dá accesso á porta da entrada, sobre a qual se vê em baixo relevo gravado um emblema do Sacramento. Em parte mais elevada vêem-se tres grandes janellas, que deitam para o côro. A' direita da egreja ha um portão de ferro, que dá entrada a uma escadaria por onde se entra tambem para a egreja; do lado esquerdo é a entrada para a sacristia. A egreja é toda de cantaria. A capella-mór é espaçosa, e sobre o altar se vê um sacrario, representando o orago. O retabulo figura a Ceia de Christo com os apostolos, e nas paredes vêem-se 8 quadros de assumptos sacros, 4 de cada lado. Junto ao arco da capella mór ha 2 altares, sendo o do lado do Evangelho, N. S.ª da Conceição, onde está o sacrario com o Santissimo Sacramento, e o do lado da Epistola N. S.ª da Piedade. No corpo da egreja ha mais 6 altares, 3 de cada lado. No tecto, tanto da capella-mór, como da egreja, são allegorias ao Santissimo Sacramento, e dizem serem trabalhos do apreciado pintor Pedro Alexandrino. Todos os altares são de boa cantaria, com relevos e graciosas columnas, sobre os quaes se vêem 8 largas tribunas. O parocho tinha o predicamento de cura, ficando mais tarde como reitor, e donatario da egreja, coadjutor e thesoureiro. Actualmente, a egreja conserva todo o seu esplendor, realisando se ali pomposas solemnidades.

Santissimo Salvador do Mundo. Logar e freg. do conc. da Praia, com. de Sotavento, na ilha de S. Thiago, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Alguns tratos de terreno estão cultivados de canna saccharina, café, milho, feijão, batatas e mandioca. Tem escolas.

Santo. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Gestaçô, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Vicente, de Irivo, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Gontinhães, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Infesta, conc. de Paredes de Coura, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Nogueira e S. Claudio, conc. e distr. do Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Rio de Moinhos, conc. de Arcos de Valle-de Vez, do mesmo distr || S. Martinho, de Salreu, conc. de Estarreja, districto de Aveiro || O Salvador, de Villa Cova da Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Santo Agostinho *(Fr. Antonio de)* Religioso da ordem de S. Francisco, da provincia de Portugal. N. em Lisboa, onde tambem fal. em 1700 Exerceu alguns cargos importantes na sua ordem, sendo presidente do convento do Nossa Senhora da Porta do Céu, procurador e commissario geral dos Logares Santos de Jerusalem, e duas vezes assistiu como representante da sua provincia ao capitulo geral celebrado em Roma. Foi prégador muito considerado no seu tempo. Escreveu: *Relação verdadeira do celeberrimo triumpho e victoria que conseguiu a religião franciscana, recuperando os santos logares de Jerusalem usurpados pela nação grega scismatica*, Lisboa, 1691. A lucta que elle revelava n'este opusculo de 23 paginas, ainda se travava em 1855, dando origem á guerra da Criméa.

Santo Agostinho *(Fr. Fernando de)*. Religioso da ordem de S. Jeronymo. N. em Lisboa e professou no convento do Belem em 1647. Duas vezes foi a Roma, como procurador, tratar negocios da sua ordem, e quando voltou, foi eleito geral. Fal. a 2 de novembro de 1709, repentinamente, estando no côro da egreja de Belem cantando o officio de defuntos. Deixou impressos alguns dos seus sermões

Santo Agostinho *(D. Fr. Francisco de)*. Bispo

de Cabo Verde, cargo para que foi nomeado em 1709. O seu governo durou 10 annos, e fal. em 1719. Edificou a capella da Trindade, e ali foi sepultado.

Santo Agostinho (*Fr. João de*) Religioso da ordem de S. Francisco, apreciado litturgista. N. em 1681, proximo de Paços de Ferreira; ignora-se a data do fallecimento. Professou no convento de Guimarães. Foi o segundo commissario da ordem Terceira do convento de Lisboa e o primeiro no convento de Santarem; mestre de cerimonias no de S. Francisco da Cidade de Lisboa Escreveu um *Ceremonial minorita e romano*, etc., que imprimiu em 1737.

Santo Agostinho (*D. Miguel de*). Conego regrante de Santo Agostinho e escriptor. N. em Evora em 1557, e fal. em Lisboa a 29 de outubro de 1650. Professou no convento de Santa Cruz, de Coimbra, em 1577, e foi quatro vezes geral da sua congregação. Esteve em Roma, e quando regressou a Lisboa foi escolhido para presidir a um capitulo dos frades benedictinos e para visitar e reformar os conegos de S. João Evangelista. Deixou manuscriptas as seguintes obras, que se conservavam na livraria do convento de Santa Cruz: *Doutrina moral de principes, superiores, conselheiros, ministros e julgadores; Noticias do reino de Portugal e da ordem canonica augustiniana.*

Santo Agostinho (*Fr. Miguel de*). Religioso da ordem de S. Domingos, que floresceu no seculo XVIII. Era natural de Lisboa, e passou á India como missionario. Professou em Gôa, e depois de completar os estudos, passou a Moçambique, onde esteve como parocho d'uma freguezia, indo depois missionar para o interior da Africa, para o imperio de Monomotapa. Regressando a Portugal, foi a Roma, onde referiu á congregação da Propaganda os serviços que prestára, e que fôram recompensados pelo geral da ordem. Escreveu uma *Historia das christandades de Moçambique e imperio de Monomotapa*, que offereceu ao marquez d'Abrantes, embaixador de Portugal junto da Curia Romana, mas que se não imprimiu

Santo Agostinho de Macedo (*Fr. Francisco de*). Erudito que adquiriu grande celebridade no seu tempo, a quem Barbosa Machado, na sua *Bibliotheca Lusitana*, chama *varão verdadeiramente encyclopedico*, e João Baptista de Castro, *Bibliotheca viva*. N. no logar de Botão, nas cercanias de Coimbra, em 1596, fal. em Padua a 1 de maio de 1681. Se acreditarmos os seus antigos biographos, revelou desde muito novo grande intelligencia e prodigiosa memoria, a ponto de, qnando tinha apenas 11 annos de edade, repetir fielmente a *Eneida* de Virgilio, e compôr já algumas poesias, que esses escriptores dizem ser metrificadas com elegancia e valentia. Destinado por seus paes á vida ecclesiastica, entrou a 22 de maio de 1610 para o Collegio da Companhia de Jesus, de Coimbra, onde cursou os estudos com admiração dos seus mestres, que desde logo lhe reconheceram grande talento e assombrosa memoria. Explicou depois rhetorica e philosophia nos collegios da Companhia em Lisboa e Coimbra. Publicou então as suas primeiras obras, que fôram: *De primis solemnibus et pompa triumphali habita in apotheosi divi Francisci Xavierii epico carmine lib III*, Lisboa, 1621; e *Apotheosis Sanctae Elisabethae reginae Lusitaniae*, Coimbra, 1625. Convidado pelo rei Filippe III, passou a Madrid, e foi nomeado mestre de humanidades no collegio imperial d'aquella cidade, e ahi imprimiu: *Theses rhetoricae omni eruditione refestae*, 1628; *Historia de los martyres del Japon*, 1632; *Vida del gran D. Luiz de Athayde tercero conde de Atouguia*, 1633 (saiu com o nome supposto de José Pereira de Macedo); e *Epitome chronologico desde el principio del mundo hasta la venida de Christo*, 1-33. Voltando a Lisboa, prégou na capella real um *Sermão de S. Thomé, padroeiro da India*, que se publicou em 1637. Este sermão reimprimiu se mais tarde, tambem em Lisboa, no anno de 1807. Pouco tempo depois largou a Companhia de Jesus, sem que nunca se pudesse averiguar bem as razões que o obrigaram a isso, e foi acolher se na casa do conde da Ericeira, no Louriçal, onde esteve dando lições aos filhos d'este fidalgo, e ainda ali se conservava em 1640, quando se deu a acclamação de D. João IV. O ex jesuita, apenas teve noticias d'este acontecimento, dirigiu ao rei uma especie de *Manifesto* em que se achavam comprehendidas as razões que justificavam a subida do duque de Bragança ao throno de Portugal, e fez acompanhar esse trabalho, que mais tarde desenvolveu em outros escriptos que publicou, d'uma carta em que dava conselhos ao novo monarcha sobre o systema de governo que devia seguir, etc. Esses documentos, decerto que não desagradaram a D. João IV nem aos seus ministros, porque logo em 1641 o ex-jesuita partia para França, acompanhando os embaixadores que fôram áquella côrte participar a acclamação do novo monarcha. Durante o tempo que esteve em Paris auxiliou os enviados portuguezes, compondo alguns escriptos, destinados exclusivamente a sustentar a causa da nossa independencia. Passando de Paris a Roma com o nosso embaixador, D. Miguel de Portugal, ali publicou varios livros latinos, principalmente elogios, e voltando depois á patria, aqui professou em dezembro de 1642 na ordem de S. Francisco, tomando então o nome de Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo, pelo qual ficou conhecido. Eleito pouco depois prégador da ordem, foi mandado para lêr philosophia e theologia, no collegio da Pedreira na Universidade de Coimbra, onde permaneceu até 1645. Durante este periodo imprimiu, em 1643, um *Sermão nas honras que a nação franceza celebrou á memoria do christianissimo rei Luiz XIII o Justo, na sua capella real d'esta cidade de Lisboa;* um outro em 1645, *Sermão da Soledade;* um *Officio de S. João Evangelista*, em latim, para instrucção do principe D. Theodosio, e uma composição poetica, egualmente em latim, celebrando a victoria do Montijo. Chamado á côrte por D. João IV em meados de 1645, largou o collegio, e encaminhando-se para Lisboa, dirigiu se logo ao paço, e como fez tudo isso sem licença do seu prelado e essa falta lhe foi notada, pediu a renuncia dos logares que tinha na ordem, dando como razão o desejo ardente de se encommendar a Deus, sem entender mais que nas cousas da alma, pedindo-lhe que fôsse permittido retirar se para Vizeu. Estas allegações não passavam d'um pretexto, porque passando logo para a provincia da Observancia, chamada de Portugal, e cujo habito conservou até á morte, voltou a occupar se de assumptos politicos, e n'esse mesmo anno de 1645 imprimiu um livro contra Filippe IV de Castella, ao qual deu por isso o titulo de *Filippica portu-*

gueza, contra a invectiva castelhana, Pouco depois foi novamente para Paris, onde esteve em casa do nosso embaixador, marquez de Niza, e apezar de não ter grandes conhecimentos da lingua franceza, não se acanhou de prégar até na presença da côrte, e conseguiu o titulo de prégador ordinario de S. M Christianissima. Durante esta segunda permanencia em Paris, imprimiu ainda varios panegyricos e elogios, e outras obras em latim. Foi tambem que, pela primeira vez, entrou nas questões que principiava a levantar o *Augustinus* de Jansenio, publicando com esse intento duas obras, nas quaes sustentava as ideias do célebre bispo de Ypres. Voltando novamente a Portugal figurou tristemente no processo de Manuel Fernandes de Villa Real, de quem foi o primeiro denunciante, e para a morte do qual n'uma fogueira da Inquisição contribuiu poderosamente (V. *Fernandes Villa Real, Manuel*). Em 1652 acompanhou o conde de Penaguião á Gran-Bretanha, e n'esse paiz dedicou-se principalmente ás questões religiosas, que então andavam em voga, publicando a esse respeito varias obras em latim, contando-se entre ellas a intitulada *Mens Divinitus inspirata sanctissimo patri Domino Innocencio X super quimque propositiones Jansenii*, que era dedicada ao cardeal Barberini, e em que o autor, mudando as ideias que sustentára anteriormente, tratava de provar que Jansenio proclamára as cinco famosas proposições, no sentido em que o papa Innocencio X as condemnava, foi muito bem acceito pela curia, e o pontifice tanto se agradou d'esse livro, que mandou chamar Fr. Francisco de Santo Agostinho, e lhe deu os logares de mestre controversia no collegio da *Propaganda Fide*, lente de historia ecclesiastica na Sapiencia de Roma, e consultor da inquisição universal. Quando, por morte de Innocencio X, subiu ao solio pontificio Alexandre VII, Fr. Francisco de Santo Agostinho não se esqueceu de compôr logo um elogio do novo papa, e segundo dizem todos os seus biographos, gozou de grande valimento junto d'esse pontifice, até que perdeu todo esse favor por não querer condescender com o papa na emenda d'uma palavra que este queria riscada n'um epitaphio que por sua ordem Macedo compuzera para o mausoléo d'um seu domestico. Emquanto residiu em Roma, publicou um grande numero de obras em latim; e sustentou em 1658, theses publicas de *Omne scibili*, nas quaes respondeu de improviso em versos latinos a uma infinidade de questões que lhe propuzeram sobre os mais variados assumptos. Ainda depois de perder a estima do papa, se conservou em Roma, mas nos ultimos tempos esteve preso n'um carcere, segundo parece deprehender se das expressões dos seus biographos, porque, sobre elle recairam suspeitas d'um roubo. Debaixo da cama do erudito religioso appareceu uma porção de prata que tinha sido roubada, e, embora, para o justificar, digam que tudo isso foi obra dos seus inimigos e emulos, Alexandre VII não o entendeu assim, e mandou-o prender. Fallecendo o pontifice, o seu successor Clemente IX, o mandou soltar. Fr. Francisco de Santo Agostinho dirigiu se então a Veneza, onde renovou o acto de vaidade que praticara em Roma, defendendo na presença do doge e de toda a nobreza veneziana, durante 8 dias successivos, a começar de 26 do outubro de 1667, conclusões publicas sobre differentes pontos de theologia e historia antiga, etc. Affirmam os seus biographos que elle respondeu a tudo quanto lhe perguntaram e arguiram, sem hesitações, não se equivocando n'uma só palavra, antes pelo contrario, emendando a um dos arguentes um texto da escriptura que erradamente citára, lembrando a outro um verso de Virgilio, que lhe esquecera, e descobrindo a outro a falsidade com que allegava certo e determinado autor, apontando-lhe logo em seguida diversos autores em que pudesse ter fundamento a sua opinião. Referem ainda esses biographos que, no fim d'esse monstruoso certame, o religioso portuguez recitára extemporaneamente mil versos latinos com um epigramma em louvor da republica de Veneza, e que, arrebatando o auditorio com essas consecutivas provas da sua erudição e saber, recebeu as honras de cidadão veneziano, e teve o seu retrato collocado na bibliotheca de S Marcos Pouco depois obteve a cadeira de philosophia moral na Universidade de Padua, da qual tomou posse em dezembro de 1667, e a esse respeito contam ainda os seus biographos alguns factos curiosos, que provam bem o caracter pouco serio do padre e até mesmo o espirito da epoca, porque mostram até que ponto eram pueris muitas das questões que tratavam e em que se empenhavam os homens mais doutos e eruditos. Quando se oppoz á cadeira, pediu o religioso portuguez que lhe dessem os seus antagonistas os pontos sobre que havia de falar, obrigando se a responder de prompto e concedendo aos seus competidores o prazo de 2 dias para estudarem as materias sobre que haviam de discorrer. Chegou o dia do certame, e um dos concorrentes lhe deu para assumpto a vida dos primeiros 30 pontifices, mas elle, achando que era cousa facil, perguntou ainda se queria que respondesse em prosa ou em verso. Escolhido o verso, compoz de improviso o seu discurso, e em seguida falou em prosa ácêrca das republicas, como lhe oppuzéra um outro dos oppositores. Macedo não se limitou só ao exercicio das suas funcções de professor, antes, pelo contrario, escreveu um grande numero de obras de varios generos, e foi até n'essa epoca que elle sustentou com vantagem graves questões com alguns conhecidos theologos. Fr. Francisco do Santo Agostinho era, com effeito, um excellente humanista, conhecia como suas proprias as linguas hebraica, grega e latina, todos os grandes escriptores da antiguidade que lhe eram familiares, e as obras de muitos sabia as de cór Profundo theologo, poucos o igualaram no conhecimento dos livros sagrados, e no de todas as suas disciplinas ecclesiasticas que por muitos annos professou. Era um escriptor fecundissimo. No fim da sua obra *Myrochium morale*, impressa em 1675, encontra-se um catalogo dos seus trabalhos, confeccionado por elle proprio, onde declara, que até então tinha composto: 53 panegyricos, 60 discursos latinos, 62 orações funebres, 123 elogios, 115 epitaphios, 212 epistolas dedicatorias, 700 epistolas familiares, 2:600 poemas epicos, dos quaes 48 tinham sido recitados em publico, 500 elegias, 110 odes, 3:000 epigrammas ou pequenas composições em verso, 4 comedias latinas, 2 tragedias, 1 satyra hespanhola, ao todo 150 mil versos, sem falar n'um grande numero de consultas sobre theologia, direito e outras materias. O religioso franciscano

escrevou nos ultimos tempos da sua vida a seguinte obra: *Picturae Venetae urbis ejusque partium in tabulis latinis*, para cuja composição obteve licença de consultar os archivos da republica, e como n'elles encontrou uma bulla, relativa á eleição do patriarcha grego, bulla de que ninguem se lembrava e que se não cumprira, não resistiu á tentação de ir a Roma accusar a existencia d'esse documento. A curia aproveitou a indicação logo que se deu a vaga no patriarchado, exigiu o cumprimento da obsoleta bulla; mas o senado, descobrindo a parte que Macedo tivera n'esse negocio, metteu-o n'uma prisão, onde esteve dois annos, e d'onde saiu unicamente por intervenção do imperador Leopoldo. Ainda mais uma vez foi encarcerado, mas o motivo d'esta ultima prisão não se sabe, porque os antigos chronistas se limitam a dizer, que para isso teve a republica de S. Marcos razões de estado e de politica. Depois d'uma vida tão agitada, falleceu o erudito franciscano com 85 annos de edade, mandando lhe os seus religiosos erigir um mausoléo com epitaphio que celebra o grande talento e a vasta erudição do seu confrade. O catalogo completo das numerosas obras de Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo, occupa umas poucas de paginas da *Bibliotheca Lusitana*, do Barbosa Machado, 2.º volume. Deixou tambem uma grande quantidade de trabalhos ineditos, dos quaes mencionaremos a traducção dos *Lusiadas* em verso latino, cujo manuscripto existia no poder do cardeal Fr. Francisco de S. Luiz, que foi publicado em 1880, por ordem do ministerio do reino, sendo impresso na Imprensa Nacional, e a edição revista pelo já fallecido erudito conselheiro Antonio José Viale.

Santo Aleixo. Villa e freg. de Santo Aleixo, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Moura, distr. e bisp. de Beja; 505 fog. e 1:892 hab Tem esc. do sexo masc., est. post., hospedaria. e 1 fabrica de gazozas. Dista 30 k. da séde do conc. Era terra da Casa do Infantado. A egreja está fóra da villa, n'uma elevação e dentro d'um castello, forte por arte e natureza. Em 11 d'agosto de 1644, os castelhanos a atacaram com grandes forças. Defenderam so os da villa heroicamente, mas vendo as muralhas arrazadas, se metteram dentro da egreja, d'onde continuaram a resistir ao inimigo; porém, como este era muito superior em forças, os venceu, fazendo nos portuguezes uma horrivel matança, mesmo dentro da egreja, que ficou quasi destruida, mas em 1683 foi reedificada. Em 1704 foi a fortaleza novamente atacada pelos castelhanos, que á força de artilharia destruiram outra vez a egreja, menos a capella-mór, que ficou intacta. Em 1733 o povo desfez a egreja por se não poder reconstruir, conservando a capella-mór, e em 1731 procedeu á reedificação. Era antigamente de 3 naves, mas depois ficou de uma só. A egreja pertencia á ordem de Aviz, que a administrava. A villa tinha muitos privilegios, sendo um d'elles o não dar soldados. Foi esta villa praça d'armas, que ficava situada, bem como o castello de Noudar, n'uma estreita ponta que faz o territorio, mettida no de Castella, servindo ambas estas praças de atalaia ás de Serpa, Moura e Mourão. Hoje está tudo em ruinas. Era uma boa fortaleza com cubêllos, revelins, cortinas, fossos, etc., e com os competentes armazens para petrechos de guerra. A 1:200 m. para o O sobre o rio Safareja, se encontra um castello com sua muralha, sobre uma eminencia; e a outros 1:200 m. ao S, em outra eminencia sobre o rio Safarejinho, está outro castello, onde se descobriram vestigios de fortificações muito antigas. Entre estes castellos, a 5 k. de distancia, fica outro sobre a ribeira Fagildos. A distancia de 3 k d'este, sobre um penhasco, junto ás margens do rio Mortigão, vê se ainda outro castello, em logar de enorme altura. No meio tem uma cisterna toda aberta a picão em rocha viva. Existiam n'esta villa umas casas muito antigas, que serviam de albergaria, mas não tinham rendas proprias. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas, e tem muitas e boas pastagens. Dizem que a sua agua é a melhor do Alemtejo. Pertence á 4.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. || Pov. e freg. de Santo Aleixo, conc. e com de Montemór o-Novo, distr. e arceb. de Evora; 58 fog. e 371 hab Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal || Pov. e freg de Santo Aleixo, da prov. do Alemtejo, conc. de Monforte, com., distr. e bisp. de Portalegre. Tem esc. d'ambos os sexos, est post, medico, e uma fabrica de telha e tijolo. Tendo sido annexada ao conc. de Fronteira por decreto de 26 de setembro de 1895, passou ao de Extremoz por lei de 21 de maio de 1896, voltando ao de Monforte que foi restaurado por decreto do 13 de janeiro de 1898. A pov. pertence á 4.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. || Pov. que dá o nome a um apeadeiro, da linha do caminho de ferro de Coimbra a Figueira da Foz, entre os de Fontella e de Lares. || Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Barcos, conc de Taboaço, distr. de Vizeu || N. S.ª da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Piedade, de Monte Redondo, conc. e distr. de Leiria.

Santo Aleixo d'Além Tamega V. *Além Tamega*.

Santo Amador. Pov. e freg de Santo Amador, da prov. do Alemtejo, conc. e com. do Moura, distr. e bisp. de Beja; 193 fog. e 759 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post Dista 12 k. da séde do conc. e está situada n'uma campina. Era da Casa do Infantado. A terra é muito fertil e cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes || Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, conc. de Castello de Vide, distr. de Portalegre.

Santo Amaro. Pov. e freg. de Santo Amaro, da prov. do Alemtejo, conc. e com de Fronteira, distr. de Portalegre, arceb. de Evora; 122 fog. e 582 hab. Tem esc. de sexo fem e dista 12 k da séde do conc. Está situada n'uma baixa. Até 1834, os parochos eram da ordem de Aviz, apresentados pela Mesa da Consciencia e ordens. A terra é fertil e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res n.º 22 com a séde em Abrantes || Pov. e freg. de Santo Amaro, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de V. N. de Fozcôa, distr. da Guarda, bisp. de Lamego; 76 fog. e 385 hab. Tem esc. de sexo masc. e est. post Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12 com a séde em Trancoso. || Ilha de S. Jorge, Açôres; pov. e freg. do Santo Amaro, conc. de Vélas, com. da mesma ilha, distr. e bisp. de Angra do

Heroismo; 252 fog. e 1:129 hab. Tem escolas de ambos os sexos e fabricas de laticinios. Está situada n'um terreno elevado e agreste, a 2:?00 m. do mar, e a egual distancia a NE da Villa de Vélas. Produz muito boa laranja. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. || Ilha do Pico, Açôres; pov. e freg. de Santo Amaro, conc. de S. Roque do Pico, com da mesma ilha, distr. de Horta, bisp. de Angra do Heroismo, 248 fog. e 1:100 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Pertence ao commando. mil dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25; com a séde em Angra do Heroismo. || Nome d'um apeadeiro na linha do caminho de ferro de Cascaes, entre as estações de Paço d'arcos e Oeiras. || Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Maria, de Abbade de Neiva, conc. de Barcellos do mesmo distr. || Santa Maria de Airães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Ilha da Madeira; freg. de S. Antonio, conc. e distr. de Funchal. || S.Thiago, de Beduido, conc. de Estarreja, distr de Aveiro || S. Pedro Fins de Belinho, conc. de Espozende, distr. de Braga || S. Bartholomeu, de Campello, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Thiago, de Candoso, conc. de Guimarães, distr. de Braga || S Thiago, de Carreira, conc. de V. N de Famalicão, do mesmo distr. || O Salvador, de Ceivães, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Ilha Graciosa, Açôres; Santa Cruz e conc. de Santa Cruz da Graciosa. distr. de Angra do Heroismo. || Santa Maria, de Gallegos, conc. de Barcellos, distr. de Braga || S. Vicente, de Mascotellos, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || N. S.ª das Neves, de Midões, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || N. S. da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || Ilha da Madeira; N. S.ª da Luz e conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || S. Pedro, de Reimonda, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Lourenço, do Prado, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello || Ilha Terceira, Açôres; S. Pedro, de Ribeirinha, conc. e distr. de Angra do Heroismo || S. Miguel, de Thaide, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || O Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Santo Amaro Abbade. Logar e freg. do conc. de Santa Catharina, com. de Sotavento, na ilha de S. Thiago, archipelago, prov. e bisp. de Cabo Verde, Africa Occidental. Cultura de algodão, tabaco, milho, batatas e mandioca. Tem escolas.

Santo Amaro da Amoreira. Pov. na freg. de S. Pedro, de Alhadas, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Santo Amaro da Bouça. Pov. na freg. de S. Salvador, de Maiorca, conc. e distr. de Coimbra.

Santo Ambrosio *(Fr Francisco de)*. Religioso da ordem de S. Francisco, da provincia do Algarve. N. em Lisboa, e fal. no convento de Setubal em 1700. Professou no convento de Varatojo em 1656. Foi guardião dos conventos de Odemira, Evora, Faro e Xabregas; qualificador do Santo Officio, examinador synodal do Algarve, e por fim capellão do convento das Flamengas. Tinha fama de grande prégador; dos seus numerosos sermões só imprimiu o de S. Pedro e o de Santa Clara; 1 volume de sermões varios, outro de sermões prégados nas tardes de quaresma e reunidos com o titulo de *Ultimo fim da vida.*

Santo Ambrosio *(Francisco Antonio Namorado, barão e visconde de)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, cavalleiro da ordem da Torre e Espada, condecorado com a medalha da febre amarella, instituida pela Camara Municipal, medico da Casa Real, deputado, proprietario, jornalista, etc. N. em Elvas a 17 de setembro de 1828, fal. em Lisboa a 2 de julho de 1904. Era filho de Antonio Joaquim Namorado, cirurgião militar, proprietario, e de sua mulher, D. Marianna Amalia d'Oliveira. Matriculou-se na Escola Medica, e defendeu these a 21 de julho de 1846, contando apenas 20 annos de edade. Em 7 de dezembro de 1851 foi-lhe conferido o diploma de socio effectivo da Sociedade de Sciencias Medicas. Em 24 de abril de 1860 teve a nomeação de cirurgião medico da Casa Real. Por carta régia de 2 de maio de 1871 recebeu o titulo de barão de Santo Ambrosio, sendo elevado a visconde por decreto de 17 de fevereiro de 1881. Casou a 23 d'este mez e anno com a viscondessa de Freixo, D. Laurinda Ribeiro Louzada, viuva do visconde do mesmo titulo, Antonio Affonso Vellado, filha de Caetano José Ribeiro Louzada, proprietario e negociante, e de sua mulher D. Genoveva Maria da Conceição. Pertencia ao partido regenerador, e foi deputado em varias legislaturas até 1868, sendo influente eleitoral nas freguezias de Santa Izabel, S. Mamede e Mercês. Em 2 de setembro de 1862 foi lhe concedido o grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada. Em virtude dos serviços prestados por occasião da epidemia da febre amarella, em 1857, teve tambem a medalha de prata que a Camara Municipal de Lisboa mandára cunhar para galardoar os feitos de valor e caridade que então se praticaram. Dedicando-se ao jornalismo, escreveu em alguns jornaes do seu partido.

Santo Ambrosio *(Fr. Manuel de)*. Religioso carmelita descalço, que fal. entre os annos de 1807 e 1812. Escreveu: *Epitome da vida do ex.mo e rev.mo sr. D. Fr. Ignacio de S. Caetano, confessor da Rainha nossa senhora, arcebispo de Thessalonica, inquisidor geral, ministro assistente do despacho, etc.*, Lisboa, 1791.

Santo André *(Antonio Justino da Costa, visconde e conde de.)* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, mercê concedida em 23 de setembro de 1863, proprietario em Montemór o Novo, etc. N. a 28 de julho de 1822. Era filho de Cypriano Justino da Costa, bacharel em direito e mathematica, deputado, etc., e de sua mulher D. Maria Eugenia Vinagre. Casou em 1844 com D. Maria Eduarda da Motta, filha de Manuel Joaquim da Motta e de D. Elysiaria Rita. Foi agraciado com o titulo de visconde de Santo André por decreto de 11 de junho de 1874, sendo elevado ao de conde por decreto de 24 de fevereiro de 1887. O seu brazão d'armas consta do seguinte: Escudo esquartelado; no 1.º e 4.º quarteis as armas dos Cunhas: Em campo de ouro 9 cunhas de azul em tres palas; no 2.º as dos Eças: e escudo com as quinas de Portugal, sendo cercado do cordão de S. Francisco; no 3.º as dos Costas: Em campo de ouro 6 costas de prata, postas em tres faxas.

Santo André. Era uma das mais antigas fre-

guezias de Lisboa, sendo do padroado real. El-rei D. Diniz fez d'ella doação em 1 de agosto de 1286 a Ayres Martins e a sua mulher Maria Esteves, attendendo ao merecimento do dito Ayres Martins, que foi escrivão da puridade e chanceller do referido monarcha, e tambem aos rogos do bispo de Lisboa D. João Martins de Soalhães, seu particular amigo. Estava a egreja situada junto do becco do Açougue, defronte da egreja do Menino Deus, n'um pequeno largo, que ainda hoje conserva o nome de *Santo André*, tendo a frente para a barra de Lisboa. Era toda de cantaria, e a fachada de simples architectura, tendo por cima da porta principal uma janella para o côro, ficando ao lado a torre dos sinos. Na capella mór via-se sobre o altar a imagem do orago. No corpo da egreja havia 4 capellas lateraes, sendo as mais importantes a de Santo Ambrosio, fundada por Ayres Martins, onde elle e sua mulher fôram sepultados, pondo-se-lhe sobre as campas um epitaphio em latim; e a da Senhora da Vida, instituição do prior Bartholomeu Vaz de Lemos. Das imagens existentes na egreja, era a da Senhora da Vida considerada de maior valor, e de muita antiguidade. Em pintura não tinha nada de notavel. N'este templo havia 5 beneficiados, cujos cargos eram dados pelo prior como donatario da egreja. Com o terremoto de 1 de novembro de 1755, desabou o corpo da egreja até á porta da entrada, escapando a capella mór, o cruzeiro, a sacristia e as capellas de Santo Ambrosio e da Senhora da Vida. A egreja estava cheia de devotos que felizmente todos se salvaram, fugindo pela serventia que da egreja ia para a residencia do prior. A imagem da Senhora da Vida foi para a egreja do Menino Deus, assim como o Santissimo Sacramento. Ali se conservou até que o prior mandou fazer á sua custa e dos beneficiados uma decente accommodação de madeira dentro da mesma egreja parochial arruinada, e na parte que não tivera ruina fez collocar outra vez o Sacramento e a imagem da Senhora no altar mór, e principiou os officios divinos no dia 8 de dezembro, em que se festeja a Senhora da Conceição. A egreja reedificou-se depois. Era d'uma só nave. Na capella mór existia dentro d'um cofresinho uma reliquia de Santo André, e outras mais. Em 1834 se lhe reuniu a freguezia de Santa Marinha *(V. este nome)*, sendo d'aqui ambas reunidas transferidas em 1835 para a egreja da Graça em solemne procissão. Os templos fôram profanados, e mais tarde completamente demolidos. As sepulturas de Ayres Martins e de sua mulher fôram tambem trasladadas para a referida egreja. Em Santo André havia na capella da Senhora da Vida uns antigos azulejos de grande merecimento, e quando começou a demolição do edificio, José Valentim, desenhador das obras publicas, muito curioso em antiguidades, sabendo da existencia d'aquelles azulejos, chamou para elles a attenção do architecto da camara municipal Malaquias Ferreira Leal. Este falou no assumpto na camara, e pouco depois, o professor de esculptura da Academia de Bellas Artes, Assis, foi com outro artista examinar os azulejos. Baixou então uma portaria das obras publicas mandando arrancar e conservar os azulejos. No dia 7 de janeiro de 1845 começaram-se a arrancar os azulejos, que se encaixotaram, tendo sido primeiramente desenhados por José Valentim, e estiveram assim encaixotados no ministerio das obras publicas até 1861. N'este anno, alguem teve noticia d'elles e quiz compral-os, mas não lh'os quizeram vender, e fôram remettidos como objectos de arte para a Bibliotheca Nacional de Lisboa, sendo então Mendes Leal o bibliothecario-mór. No corredor da Litteratura, em frente d'uma janella, vê-se um quadro d'estes azulejos, que parece ter sido restaurado.

Santo André. Pov. e freg. de Santo André, da prov. da Extremadura, conc. e com. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa, bisp. de Beja; 311 fog e 986 hab. Tem esc. do sexo. masc. e e dista 6 k. da séde do conc. || Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Areias, conc. de Barcellos, distr. de Braga || Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Santo André de Barroças e Taias, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Thomé, de Friande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Salvador, de Lama, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Julião e conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão. distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Moure, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Thiago e conc. de Vagos, distr. de Aveiro. || Santo André, de Villar de Perdizes, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Santo André de Poiares. *V. Villa Nova de Poiares.*

Santo Angelo *(Fr. Antonio de).* Religioso da ordem do Carmo. N. no Porto, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Professou em Lisboa no convento de N. S. dos Remedios em 1716, foi lente de theologia escolastica e moral na Bahia, secretario do visitador do Brazil Fr. Julião da Cruz, superior do convento de Pernambuco, e depois mestre dos professos do Porto. Escreveu a seguinte obra, que imprimiu em 1738: *Director dos Directores para o governo das almas.*

Santo Angelo *(Fr. Estevão de).* Religioso da ordem carmelitana. N. em Lisboa a 5 do novembro de 1671, fal. em 1760. Professou no convento do Carmo, de Lisboa, em 1688. Foi lente de theologia e de philosophia, procurador geral da provincia e presidente d'um capitulo celebrado em Lisboa; provincial, commissario visitador geral, e definidor geral no capitulo celebrado em Ferrara, Italia, em 1728. Escreveu: *Jardim Carmelitano; historia chronologica e geographica, noticias sagradas domesticas e estranhas de varios successos da religião carmelitana; composto na lingua italiana por Fr. Egydio Leoindelicato; novamente cultivado, traduzido e addicionado no idioma lusitano*; *1.ª e 2.ª Parte*, Lisboa, 1741, 2 tomos. Traduziu ainda outras obras, que veem citadas por Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, 1.º volume.

Santo Antão. Ilha do archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. E' a maior e mais productiva ilha do archipelago, depois da de S. Thiago. Tem 43 k de comprimento, 22 de largura, e 546 k. q. de superficie. E' muito montanhosa e formada de rochas basalticas, trachyticas, e lavicas, cortadas a prumo. O pico mais alto, denominado Pão de Assucar, eleva-se a 2:250 m. acima do nivel do mar. Tambem é muito elevado o monte Caldeira, situado no centro da ilha. N'este monte ha uma larga cratera de vulcão extin

cto, onde algumas vezes sopra o vento com tanta violencia que expelle os objectos lançados para dentro. A ilha tem minas de chumbo, estanho e cobre, e tambem se encontram n'ella amethistas e topasios, bons marmores, pedra de cantaria, pedra pomes em abundancia o terra bituminosa onde a gente pobre abre cavernas para habitar. E' cortada em todas as direcções por grande numero de ribeiros que, no tempo das chuvas, se tornam em correntes impetuosas que se despenham pelas quebradas das serranias. Abundam as aguas potaveis, que são excellentes, e com especialidade as das ribeiras de Paul, das Patas e da Ribeira Grande. Tambem são muitas as aguas ferreas e mineraes, que se apresentam de tal fórma saturadas que enegrecem por completo certos objectos que por ellas são passados. O clima é saudavel o o solo de grande fertilidade, principalmente em resultado da abundancia de agua. São maus quasi todos os fundeadouros da ilha. A ribeira do Tarrafal, que nunca sécca e cujas margens são muito ferteis, indo desembocar no mar, fórma o porto do mesmo nome, situado no extremo SO da ilha. E' o melhor para fazer aguada, por ser protegido dos ventos nos mezes de novembro até maio. Além de muito fundo, o seu aspecto é pittoresco, porém majestosamente medonho. O porto dos carvoeiros, fronteiro á ilha de S. Vicente, collocado a SE, é apenas adequado para embarcações de pequena lotação. Ao N, distante 5 k. da Ribeira Grande, ha a pequena abra de Ponta do Sol, exposta sómente aos ventos do quadrante de NO o com pessimo desembarque, principalmente quando o mar rebenta no Cavallo Branco, restinga que se estende muito pelo mar dentro. Ha ainda a pouco importante bahia da Synagoga e o porto de Paul. A ilha estava dividida em 2 concelhos: Ribeira Grande o Paul, que fôram substituidos pelo conc de Santo Antão, tendo a sua séde na villa Maria Pia. Faz parte da com. de Barlavento, pertencente ao distr. ou Relação de Lisboa. Santo Antão é das ilhas do archipelago de Cabo Verde uma das que offerece mais condições naturaes de fertilidade, e onde a agricultura póde alcançar mais largo desenvolvimento. A variedade do solo e as circumstancias do clima adaptam-se á cultura das principaes plantas e fructos dos tropicos. Faz se n'ella um grande cultivo de canna saccharina, café, milho, batata doce, mandioca, feijão, etc. O anil cresce em larga abundancia. A creação de gados é consideravel. Quanto á industria fabril, é insignificante. Ignora se a data certa do descobrimento da ilha, suppondo-se comtudo, que foi antes de 1495 E' historicamente lembrada por ter sido um dos pontos determinados na linha de demarcação fixada pelo celebre tratado de Tordesillas, confirmado pelo papa Alexandro VI em 7 de julho de 14?4, no qual se marcavam os limites dos descobrimentos dos portuguezes e dos hespanhoes. || Conc. da ilha de Santo Antão, no archipelago e prov de Cabo Verde. Africa Occidental E' composto das freguezias de S. Pedro Apostolo, Santo Antonio das Pombas, Santo Crucifixo, N. S.ª do Rosario, N S.ª do Livramento e S. João Baptista. Este conc. passou a substituir os do Ribeira Grande e do Paul, como fica dito. E' fertil em generos agricolas; tem café do excellente qualidade, cuja cultura se tem desenvolvido muito nos ultimos annos. Tem escolas, est. post., etc. || Pov. do conc. da Ribeira Grande, distr de Ponta Delgada, ilha do S. Miguel || Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Lanhezes, conc, e distr. de Vianna do Castello. || S Miguel, de Messegães, conc. de Monsão, do mesmo distr. || S. Thiago, de Sendim, conc. do Felgueiras, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição, de Sinde, conc. de Taboa, distr. do Coimbra. || Ilha de S. Jorge, Açôres; N S.ª do Rosario, de Topo, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo || Serra no distr. de Portalegre.

Santo Antão Abbade Pov. e freg. da ilha de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental, conc. de Ribeira Grande, com. de Barlavento.

Santo Antoninho. Pov. na freg de S. João Baptista de Coruche, distr. de Santarem.

Santo Antonio. V. *Antonio (Santo).*

Santo Antonio *(Fr. Aleixo de)* Freire professo na ordem de Christo, formado em Canones pela Universidade de Coimbra N em Punhete, hoje V. N de Constancia, em 1558, fal. no convento de Thomar a 7 de dezembro de 1610 Professou n'este convento a 6 de janeiro de 158?. Era considerado grande philosopho e profundo theologo Foi 30 annos mestro dos noviços, reitor do collegio de Coimbra e definidor da ordem. Escreveu: *Commentarios sobre os Evangelhos que se costumam cantar na Egreja Romana nas domingas do Advento*, etc., Coimbra, 1610; *Philosophia Moral, tirada de alguns proverbios ou adagios*, etc., Coimbra, 1610.

Santo Antonio *(D. Fr Bernardino de).* Religioso da ordem do S Francisco. Era natural de Serpa e morreu em Evora em 1699. Professou no convento de Tavira em 1641; foi lente de theologia no seu convento, guardião no de Coimbra, custodio da provincia, guardião do convento de Evora, e depois bispo de Arga *in partibus infidelium*, dignidado que obteve por ter sido chamado pelo arcebispo de Evora D. Diogo do Sousa, a ser seu coadjutor. Foi tambem deputado do Santo Officio de Evora, e fal. no convento de S. Francisco d'esta cidade, deixando manuscriptos varios dos seus sermões.

Santo Antonio *(Fr Bernardino de).* Religioso da ordem da Trindade. N em Lisboa em 1571, fal. no convento de Santarem a 5 de junho de 1642. Professou no convento de Lisboa, onde foi lente de theologia e duas vezes provincial da sua ordem Escreveu: *Epitome generalium redemptionum captivorum quae a fratribus ordinis Sanctissimae Trinitatis sunt facto*, impresso em 1634; *Summaria Relação da vida e morte do grande servo de Deus o Reverendissimo P. Mestre Fr Simão de Rojas, religioso da ordem da Santissima Trindade*, etc, Lisboa, 1625; *Devocionario de Nossa Senhora*, etc, Lisboa, 1626. Deixou alguns manuscriptos, em que se conta a *Chronica da ordem da Santissima Trindade da provincia de Portugal.*

Santo Antonio *(Brigida de)* Religiosa do convento das freiras inglezas de Santa Brigida N. em Lisboa em 1576 e chamava se no seculo D. Leonor Mendanha; fal. a 29 do julho de 1655. Era filha de nobre e opulenta familia Tendo morrido seu irmão, os paes a quizeram casar; ella, porém, fanatisada pelo seu confessor Fr. Antonio da Conceição, conhecido pelo nome de *Beato Antonio*, preferiu entrar em 1601 no referido conven-

to, o que fez contra a vontade de sua mãe; exerceu os cargos de provisora, sacristã, zeladora, enfermeira, mestra de noviças, e por fim abbadessa; residiu algum tempo no convento da Esperança, quando em 1651 ardeu aquelle em que vivia, e conseguiu fundar o de Marvilla. Como era excessivamente ascética, passava por santa e profetisa, e consultavam n'a os personagens mais elevados da côrte, indo tambem procural a a rainha D. Luiza de Gusmão. Quando falleceu, repartiram-se pelo povo as suas reliquias, e o seu cadaver fo idisputado entre os conegos regulares de S. João Evangelista e o cabido da sé de Lisboa. Finalmente, D. João IV decidiu que se sepultasse no convento onde a freira vivera. O marquez de Gouveia mandou-lhe fazer um caixão magnifico, e Fr. Agostinho de Santa Maria escreveu a sua biographia. Deixou manuscriptas varias obras mysticas, e 16 cartas ao bispo eleito de Evora D. Pantaleão Rodrigues Pacheco, etc., que tudo foi publicado na referida biographia.

Santo Antonio *(D. Caetano de)*. Conego regrante de Santo Agostinho, grande botanico e pharmaceutico. N. em Buarcos, e fal. em Lisboa a 10 de outubro de 1730. Professou no convento de Santa Cruz, de Coimbra, a 26 de outubro de 1698, e vindo para Lisboa para o convento de S Vicente de Fóra, da sua ordem, aqui desempenhou as funcções de pharmaceutico, pois se havia dedicado muito a estes estudos e aos de botanica. Escreveu: *Pharmacopéa Lusitana. methodo pratico de preparar os medicamentos na fórma galénica, com todas as receitas mais usuaes*, Coimbra, 1701; mais tarde publicou a 2.ª edição, com o titulo *Pharmacopéa Lusitana reformada, methodo pratico de preparar os medicamentos na fórma galénica e chymica*, Lisboa, 1711; 3.ª edição; Lisboa, 1725, e 4.ª edição, em 1754; *Pharmacopéa Bateana, na qual se contém quasi 800 medicamentos, tirados da pratica de Jorge Bateo, proto-medico de Carlos II Rei de Inglaterra;* traduzida do latim, Lisboa, 1713.

Santo Antonio *(Fr. Clemente de)*. Religioso da ordem Terceira de S. Francisco. N. em dezembro de 1602, de fal. em Coimbra em 1648. Professou no convento das Mercês, estudou no collegio de Coimbra foi eleito para ir a Roma defender um litigio em que a sua ordem se empenhava; voltando a Portugal foi ministro de dois conventos, custodio da provincia e reitor do collegio de Coimbra Deixou manuscriptos os *Successos memoraveis da provincia da terceira ordem de Portugal*, e o principio da *Chronica da provincia seraphica da ordem terceira da penitencia*.

Santo Antonio *(Fr. Francisco de)*. Religioso da ordem dos menores da provincia de S. Thomé, na India. Foi missionario na ilha de Ceilão, e deixou um grande numero de livros que escreveu sobre a doutrina christã para a conversão dos gentios.

Santo Antonio *(Gaspar de)*. Conego secular de S. João Evangelista, reitor dos conventos de Arraiollos, Evora e Lisboa; foi visitador geral, prégador muito apreciado, e morreu no convento de Santo Eloi, de Lisboa, em 1710. Traduziu do italiano para o hespanhol uma vida de Santa Brigida da Suecia, traducção que se publicou em Lisboa, 1711, já depois da sua morte.

Santo Antonio *(Fr. Henrique de)*. Eremita da ordem de S. Paulo. N. em Cascaes a 11 de outubro de 1682; fal. a 8 de dezembro de 1713 Professou no mosteiro da serra d'Ossa no convento do Sacramento de Lisboa, vulgo *dos Paulistas*, a 28 de novembro de 1697, deixando então o nome de Manuel Annão, que tinha no seculo. Regeu a cadeira de theologia até se jubilar, prégou com muita acceitação, foi qualificador do Santo Officio, examinador synodal do patriarchado e das ordens militares, consultor da bulla, reitor do mosteiro de Lisboa, chronista e duas vezes geral da congreganda, dando começo ao collegio de Coimbra. Escreveu: *Chronica dos eremitas da Serra d'Ossa no reino de Portugal, e dos que floresceram em todos os mais ermos da christandade*, etc , Lisboa, tomo I, 1745; tomo II, 1752. O tomo III, que o autor chegou a completar, ardeu no incendio que se seguiu ao terremoto de 1755.

Santo Antonio *(Fr. João Baptista de)*. Religioso da ordem de S. Francisco da provincia de Portugal. N na freg. de S. Miguel, de Gemeos, da villa de Basto, em 1683; ignora se a data da sua morte. Professou como leigo no convento de S. Francisco da Cidade, em Lisboa, a 22 de dezembro de 1714, devendo a sua admissão ao zelo com que tratou em Guimarães da demanda das freiras capuchas d'esta cidade com o arcebispo de Braga, Moura Telles Foi vice-commissario e procurador geral dos logares santos de Jerusalem. Occupou-se com muito zelo de angariar esmolas para a Terra Santa, e juntou um grande numero de relações e documentos, que lhe serviram de base para a composição da sua obra: *Paraiso Seraphico plantado nos santos logares da Redempção, regado com as preciosas correntes do Salvador do Mundo Jesu Christo, guardado pelos filhos do patriarcha S. Francisco, com a espada do seu ardente zelo;* 3 Partes, Lisboa; a 1.ª em 1734; 2.ª 1741; 3.ª 1749.

Santo Antonio *(Fr. José de)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho. N. em Lisboa, onde tambem fal. a 29 de junho de 1727. Professou no convento da Graça em 1688. Foi lente de theologia no seu convento, e foi o primeiro que em Portugal seguiu as doutrinas de Egidio Colonna. Exerceu o cargo de vigario geral da sua ordem. Escreveu: *Flos Santorum Augustiniano, dividido em 6 partes*, etc., Lisboa, 1.ª Parte, 1721; 2.ª em 1723, e a 3.ª em 1726; da 4.ª parte por diante foi escripta por Fr. Manuel de Figueiredo. *Iman espiritual attractivo dos corações ao amor, veneração e sequito da terceira ordem Augustiniana*, etc., Lisboa, 1726. Imprimiu ainda outras obras sem importancia.

Santo Antonio *(Fr. José de)*. Religioso da ordem dos eremitas de S. Paulo. N. em Evora, fal. em Lisboa em 1710. Professou no convento de Ossa, em 1668, doutorou se em theologia na Universidade de Evora, foi prégador apreciado, fazendo se ouvir em todo o paiz, e na capella real de Lisboa; foi reitor do collegio de Evora e no convento de Setubal, secretario visitador da sua congregação e examinador das tres ordens militares. Estava escrevendo a chronica da sua ordem, quando falleceu. Deixou impressos varios sermões, e manuscripto o *Retiro manifesto da vida eremitica*, obra em que fazia a historia de 18 seculos de vida eremitica.

Santo Antonio *(Fr. Manuel de)*. Religioso da

ordem dos eremitas do Santo Agostinho. N em Lisboa, e falleceu na segunda metade do seculo XVII. Professou em 1700. Escreveu: *Subida do monte Calvario pela sagrada via dos sete passos que em beneficio dos peccadores discorreu Jesus-Christo*, etc., Lisboa, 1722-1724.

Santo Antonio (*Fr. Manuel de*). Mongo de S Jeronymo N na freg. de Calhandriz, proximo de Alhandra, em 1690; fal. depois do anno de 1759. Professou no convento dos Jeronymos, de Belem em 1706. Era poeta latino muito apreciavel, e muito conhecedor das linguas grega, hebraica e syriaca. Foi eleito prior do convento de Valbemfeito, proximo de Obidos, e a 17 de maio de 1745, geral da sua congregação. Traduziu do grego a *Arte Historica*, de Luciano, traducção que corre impressa juntamente com a de Fr. Jacinto de S. Miguel.

Santo Antonio (*Fr. Manuel de*). Monge benedictino. N. em Lisboa a 22 de janeiro de 1671; fal. em Coimbra a 6 de agosto de 1749. Professou no convento da Victoria, do Porto, em 1691, doutorou-se em theologia na Universidade de Coimbra, onde foi lente d'essa mesma faculdade; em 1734 foi reitor do collegio de Coimbra e no de Lisboa. Escreveu: *Pontifical monastico da Congregação de S. Bento d'este reino de Portugal*, etc, Coimbra, 1730. Fr. Manuel de Santo Antonio entrou tambem no celebre debate que entre jeronymos e benedictinos se travou por causa de precedencias na procissão do Corpo de Deus e em outros actos a que concorriam as ordens regulares. O livro com que entrou na lucta foi o *Escudo benedictino, ou dissertação historica, escolastica e theologica, em defeza da Analyse Benedictina de Fr. Manuel dos Santos*, 1736.

Santo Antonio (*Fr. Norberto de*). Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho. N. em Lisboa a 6 de julho de 1690; fal. depois de 1759. Estudou no collegio dos jesuitas, e foi lente de theologia em Braga, Coimbra e Lisboa N'esta ultima cidade foi reitor do collegio do Santo Agostinho, o figurou como definidor no capitulo celebrado em Perugia, em 1726; foi secretario da provincia e mestre de noviços. Era prégador muito notavel no seu tempo, e foi escolhido com poucos mais para prégar nas solemnidades com que se celebrou em Lisboa a canonisação de S Camillo de Lelis, para as quaes D. João V desejava convocar os prégadores de maior fama Só imprimiu este sermão.

Santo Antonio (*Fr. Pedro de*). Religioso da ordem de S Francisco, da provincia da Arrabida. N. em Lisboa em 1571; fal a 19 de setembro de 1641. Foi guardião de varios conventos, definidor e visitador da provincia da Piedade. Deixou impresso unicamente um livro, intitulado: *Jardim espiritual tirado da doutrina dos santos e varões espirituaes*, Lisboa, 1632.

Santo Antonio (*Pedro Antonio Rebocho Freire de Andrade e Albuquerque, 1.º barão e 1.º visconde de*) Tenente general, vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar, gran cruz da ordem de Aviz; cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e da Torre e Espada; condecorado com a medalha de ouro de cinco campanhas da Guerra Peninsular, com as de Honra de Albuera, Vitoria e Orthez, com a de ouro, de Montevideu, e a das campanhas da Liberdade, etc. N. em Almeida a 1 de março de 1791, onde tambem fal. a 24 de fevereiro de 1868. Era filho do José Pedro Rebocho, tenente-coronel de infantaria, e de sua mulher, D. Maria Delfina Freire de Andrade e Albuquerque Assentou praça em Almeida, a 6 de julho de 1803 no regimento de infantaria n.º 23; e sendo reconhecido cadete em 1 de agosto d'aquelle anno, foi promovido a alferes a 10 de julho de 1809. Com o seu regimento assistiu á restauração de Lisboa e tomou parte na acção do Vimeiro. Esteve depois nas batalhas do Bussaco e de Albuera, e no cêrco de Badajoz. Aqui, na noite de 6 de abril de 1812, subindo á brecha do centro do baluarte da Trindade com a companhia de granadeiros, caiu gravemente ferido por cinco balas. Pelos actos de bravura que então praticou, foi promovido a tenente por distincção. Mal curado ainda dos ferimentos recebidos em Badajoz, carregou valentemente os francezes na batalha de Salamanca, e não menos valor mostrou na acção de Vitoria, bloqueio da praça de Pamplona e batalha de Orthez, sendo n'esta ultima outra vez ferido. Entrou depois em todas as acções em que tomou parte o seu regimento, infantaria n.º 23, e só não esteve na fileira o tempo em que os ferimentos o retiveram nos hospitaes de sangue. Por tantos e tão valiosos serviços recebeu a medalha de ouro de cinco campanhas, acima citada, e a medalha hespanhola de Albuera e Vitoria. Mais tarde, seguiu na divisão expedicionaria de Montevideu e Rio da Prata, entrou nas campanhas liberaes de 1826 o de 1827, concorreu muito para a revolução do maio de 1828, pelo que foi condemnado em sentença de 18 de setembro de 1829 pela Alçada, no Porto, a que com baraço e pregão fôsse conduzido pelas ruas publicas até á Praça Nova (depois praça de D. Pedro, e hoje praça da Liberdade), onde em alto cadafalso, que seria ali levantado, morresse de morte natural de garrote, e depois de lhe ser decepada a cabeça, fôsse o mesmo cadafalso, com o seu corpo, reduzido a cinzas, que seriam lançadas ao mar, para que d'elle e da sua memoria não houvesse mais noticias. O bravo militar era então major de caçadores n.º 10. A sentença felizmente não se executou, porque o major Pedro Antonio Rebocho conseguiu emigrar para Inglaterra, e tendo se mallogrado a expedição de Saldanha á ilha Terceira, d'onde em 1832 saiu para os Açôres com o chamado *batalhão das calças encarnadas*, cujo commando o imperador D. Pedro lhe confiara em Belle-Isle. Nas campanhas da Liberdade fôram numerosos e importantissimos os serviços prestados pelo valente guerreiro, sendo ainda ferido n'um dos combates. Terminada a campanha pela convenção de Evora Monte, em 1834, seguiu os postos militares, até ao de tenente general, exerceu elevados cargos militares, sendo agraciado com as ordens de Aviz, Conceição o Torre o Espada. Casou em Aveiro a 4 de junho de 1826 com D. Anna Izequelina d'Oliveira, filha de Antonio de Oliveira Pinto, e de sua mulher D Anna Bernardina Leite de Faria. Foi agraciado com o titulo do barão de Santo Antonio por decreto de 16 de julho de 1845, sendo elevado ao de visconde por decreto de 8 de outubro de 1851. E' o seu brazão d'armas um escudo esquartelado, tendo no 1.º o 4.º quarteis as armas dos Freires de Andrade: Em campo verde uma banda do vermelho fileta la de ouro, saindo da bocca de duas serpes; no 2.º e 3.º

as dos Albuquerques: Escudo esquartelado: no 1.º quartel as armas de Portugal inteiras com um filete negro em contrabanda; no 2.º cinco flôres de liz de ouro em campo vermelho, e assim os contrarios.

Santo Antonio *(Fr. Sebastião de)*. Religioso da ordem de S. Francisco da provincia da Arrabida, e escriptor. N. em Lisboa, pouco mais ou menos, por 1720, e fal. no fim do seculo XVIII. Era filho de Manuel de Sousa Campello e de Joanna Galvôa. Professou no convento de Mafra a 12 d'abril de 1737. Escreveu: *Ensaio de Rhetorica conforme o methodo e doutrina de Quintiliano, e as reflexões dos mais celebres e modernos que trataram d'esta materia, Lisboa 1779; Conversações familiares sobre a eloquencia do pulpito*, Lisboa, 1762; saiu com o nome de *Um religioso da P. de S. M. da A; Sermões do P M. Fr Sebastião de Santo Antonio*; publicados por José Rodrigues Torres, Lisboa, tomo I, 1779; tomo II, 1784; *Ensaios de Eloquencia sobre diversos assumptos interessantes*, Lisboa, 1791; saiu anonymo, mas sabe se com certeza que é obra sua.

Santo Antonio *(Fr. Urbano de)*. Religioso carmelita calçado. N. em Lisboa e professou no Rio de Janeiro. Foi estudar a Andaluzia, e voltando a Portugal foi superior dos conventos de Beja e de Camarate, onde falleceu em 1711. Tinha fama de abalisado prégador e deixou impressos grande numero de sermões.

Santo Antonio *(Fr. Vicente de)*. Eremita da ordem de Santo Agostinho. N. em Lisboa, e chamava se no seculo Vicente de Carvalho. Mostrando grande propensão para as linguas classicas e para a musica, partiu para o Mexico em 1620, e ali professou na ordem dos agostinhos descalços, para acompanhar Fr. André do Espirito Santo, que ia missionar no Japão. Residiu muito tempo em Nangasaki, até que principiaram as perseguições e foi preso em 1629 e martyrisado pelos japonezes, e morreu queimado em 1632. Sairam impressas algumas cartas suas escriptas a um seu parente e aos christãos do Japão.

Santo Antonio. Pov. e freg. de Santo Antonio na ilha do Pico, Açôres, conc. de S. Roque do Pico, com. da mesma ilha, distr. de Horta, bisp. de Angra do Heroismo; 1:380 hab. Cria gado e produz bom vinho. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. e telegr. Pertence ao commando mil dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25 com a séde em Angra do Heroismo. || Pov. e freg. de Santo Antonio na ilha de S. Miguel, conc., com. e distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo; 2:424 hab. Tem est. post Produz cereaes e cria bom gado. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 26, com a séde em Ponta Delgada || Pov. e freg. de Santo Antonio, da ilha da Madeira, conc, com., distr. e bisp. do Funchal; 7:274 hab. Pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.º 27 no Funchal. || Cidade da ilha do Principe, na Guiné, Africa Occidental, situada na bahia do mesmo nome. *(V. Principe, ilhado, Portugal*, vol. V, pag 1:052) || Monte na ilha de S. Thiago, archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental. Mede 2:250 m. acima do nivel do mar. || Ponta e limite O da bahia de Angra, na ilha Terceira, Açôres; tem um fortim, e excellente e bem defendidas baterias. || Monte situado a NE da ilha de Maio, archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pov. do conc. de Nordeste, ilha de S. Miguel. Tem est post.. || Pov. do conc. de Vélas, ilha de S. Jorge. Tem est. post. Açôres. || Povoações nas freguezias: N. S.ª dos Martyres e conc. de Arraiollos, distr. de Evora. || S. Julião e conc. de Constancia, distr. de Santarem. || Santa Eulalia, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Frossos, conc. e distr. de Braga. || Santo Estevão, de Geraz do Minho, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || O Salvador, de Grijó, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santa Maria, de Lamas, conc. e distr. de Braga. || Santo André, de Molares, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || Ilha Madeira: Senhora do Monte, de Monte, conc. e distr. do Funchal. || S. Pedro, de Ossella, conc de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro || S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Portalegre. || S. Sebastião, de Queiriga, conc. de V. N. de Paiva, distr. de Vizeu || S. Pedro, de Rates, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || S. Thiago, de Rio Meão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Eulalla, de Valle Maior, conc. de Albergaria-a-Velha, do mesmo distr. || Santo Estevão, de Villar das Almas, conc. Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Ilha do Pico: S. João, conc. de Lagens do Pico, distr. de Horta || Ilha de Santa Maria; N. S.ª da Purificação, do Espirito Santo, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada. || Rio afluente do Zaire, na costa Occidental da Africa, perto de Ponta Redonda, na costa do Marfim. Tem 14 m. d'altura, || Bahia da costa occidental da Africa, onde em 1617 se levantou o forte de S. Filippe de Benguella, e que hoje se chama bahia de Benguella. Estende se desde a ponta do Cavaco até á ponta do Sombreiro. || Rio do distr. e prov. de Moçambique, Africa Oriental. Vae desaguar no canal de Moçambique.

Santo Antonio de A dos Francos. Pov. na freg. de S. Silvestre, de A dos Francos, conc. de Caldas da Rainha distr. de Leiria.

Santo Antonio de Alvéga. Pov. na freg de S. Pedro, de Alvéga, conc. de Abrantes, distr de Santarem.

Santo Antonio do Cantaro. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Carvalho, conc. de Penacova, districto de Coimbra.

Santo Antonio da Charneca. Pov na freg. de N. S.ª da Graça, de Palhacs, conc. do Barreiro, distr. de Lisboa.

Santo Antonio de Fóra Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Palmeira de Faro, conc. de Esposende distr. de Braga.

Santo Antonio da Maçã Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação e conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa.

Santo Antonio dos Olivaes. Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. do Douro, conc., com., distr. e bisp. de Coimbra; 1:249 fog. e 5.187 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, correio com serviços de posta rural, medicos, pharmacias, fabrica de tecelagem de algodão, mina de chumbo, intitulada de *Barbadalhos*, proximo do logar de Misarella, em exploração. Dista 2 k. de Coimbra. Esta antiga pov. começou por uma pequena ermida, com o nome de Santo Antonio, que pertencia á rainha D. Urraca, mulher de D. Affonso II, a qual no anno de 1217 ou de 1218 a deu aos frades franciscanos, e estes religiosas fundaram junto á ermida um pobre hospicio, onde vieram

Fr. Otho e seus 4 companheiros, vulgarmente co checidos pela denominação dos 5 *Martyres de Marrocos*. Ali viveu Santo Antonio de Lisboa, que tinha tomado o habito de S. Francisco, e pretendia entregar-se á mais austera penitencia. Foi em memoria do santo thaumaturgo que mais tardo a invocação do convento se mudou para *Santo Antonio dos Olivaes*. Em 1247 os frades deixaram o humilde convento, e fôram habitar em outro, que se havia acabado de construir junto á ponte e que depois veiu a chamar-se de *S. Francisco Velho*. Comtudo, a devoção do povo continuou ao conventinho dos Olivaes, e a cidade edificou aqui uma egreja dedicada a Santo Antonio de Lisboa, onde no dia 13 de junho de cada anno se celebrava uma pomposa festa, e a uma cellasinha terrea muito estreita, que, segundo a tradição, habitava o santo, concorriam os povos da cidade e visinhanças, com toda a devoção. Em 1539 emprehendeu-se uma nova edificação. Ajudados por D. João III e por D. Alvaro da Costa, fundaram aqui os frades franciscanos da provincia da Piedade um novo convento que depois veiu a pertencer á da Soledade, que se separou d'aquella em 1673. Por occasião d'esta nova fundação se reedificou a veneranda cellasinha, que foi transformada em casa do capitulo. Em 1835 foi o edificio vendido, sendo comprado pelo Padre Manuel Antonio Coelho da Rocha, doutor em leis, e vice-reitor da Universidade. Em 11 de novembro de 1851 ardeu o edificio, ficando apenas quasi intacta a egreja e a sacristia e pouco mais. O dr. Coelho da Rocha já havia fallecido, e a propriedade pertencia a uma sua sobrinha e herdeira. Dá entrada á egreja um portico de antiga architectura, de volta ogival, que se suppõe ter pertencido ao primitivo convento. A sacristia é pequena; tem vistosas pinturas e varios quadros representando passagens da vida de santo thaumaturgo.

Santo Antonio do Paul. Conc. que faz parte da com. de Barlavento na ilha de Santo Antão, archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental. Tem duas freguezias: Santo Antonio das Pombas e S. João Baptista. E' dependente do bisp. suffraganeo da prov. metropolitana de Lisboa. Produz café, canna d'assucar, batatas, mandioca, milho e feijão.

Santo Antonio das Pombas. Freg. do conc. e ilha de Santo Antonio, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Santo Antonio da Serra. Ilha da Madeira; pov. e freg. de Santo Antonio. Esta freg. está dividida em duas partes, pertencendo uma ao conc. de Machico, e a outra ao de Santa Cruz, distr. e bisp. do Funchal. Em ambas as partes tem est. post. tendo a de Machico. esc. do sexo masc., medico, produtores de cereaes, etc. Pertencem ambas ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. 27, com a séde no Funchal.

Santo Antonio de Travassos. Pov. na freg. de S. Cypriano, de Senharei, conc. de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Santo Antonio de Valle da Piedade. (*Antonio José de Castro e Silva, visconde de*). Do conselho de D. Maria II, de D. Pedro V e de D. Luiz I; commendador das ordens de Christo, e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, tenente-coronel do extincto batalhão nacional de caçadores de Villa Nova de Gaia, proprietario, sr. da Quinta de Santo Antonio de Valle da Piedade, situada na margem esquerda do rio Douro, frente á cidade do Porto, antigo negociante de grosso tracto da praça commercial do Porto, etc. N. a 24 d'abril de 1788, e fal. na referida quinta a 23 de outubro de 1878. Era filho de José de Castro e Silva, negociante no Porto, e de sua mulher D. Josepha Thereza de Castro e Silva. Casou a 3 de novembro de 1811, com D. Rita Angelica de Cassia Pereira, filha de Manuel Antonio Pereira, negociante, e de sua mulher D. Maria Angelica de Cassia. Foi agraciado com o titulo de visconde por decreto de 11 de setembro de 1855. Era pae do visconde de Castro Silva, Antonio José de Castro e Silva. O seu brazão já está descripto no vol. II de *Portugal*, a pag. 942.

Santo Antonio Velho. Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Serpa, distr. e bisp. de Beja; 14 fog. e 44 hab. Está situada n'um valle. Pertencia á Casa do Infantado. A 800 m. da egreja matriz, está a Fonte dos Banhos, onde, por costume antigo, ia a camara do conc. todas as manhãs de S. João, acompanhada dos habitantes da villa *fazer capellas* e correr cavalhadas. Este costume acabou pelos fins do seculo XVI. A pov. pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos.

Santo Antonio do Zaire. Pov. situada proximo da foz do rio Zaire, prov. e bisp. de Angola, distr. e conc. do Congo e séde da circumscripção administrativa do mesmo nome. Fica perto da ponta do Padrão, assim chamada, porque foi ali que Diogo Cão mandou collocar o padrão da descoberta do Zaire, quando em 1484 descobriu o grande rio (*V. Padrão*). O primitivo já não existe e conta se que não ha muitos annos elle servira d'alvo aos tiros d'artilharia d'um navio de guerra inglez, que estivera ali fazendo exercicios. Algumas pedras do antigo padrão guardam-se na Sociedade de Geographia de Lisboa, e ha poucos annos foi, no mesmo local do primitivo, mandado collocar outro monumento que é visto por todos os navios que demandam o porto de Santo Antonio. A primitiva povoação de Santo Antonio fica na terra firme muito distante do porto em que fundeiam navios de grande lotação, e por isso depois do Congresso de Berlim, 1884-1885, quando Portugal occupou parte do Congo que lhe deixaram nas partilhas, escolheu se para residencia das autoridades uma pequena ilha que fica proximo do porto, se bem que ainda a bastante distancia d'ella. Até essa ilha só chegam vapores de pequena lotação e palhabotes, porque o canal que a liga ao porto exterior tem pouco fundo. A poucas milhas da moderna pov. de Santo Antonio fica o Pinda, onde em tempos passados tivemos feitoria de grande importancia, indo até lá os nossos galeões tratar de negocios e fazer aguada. Tambem ali existiu o convento de Santo Antonio dos Barbadinhos de que já nenhuns vestigios restam, mas ainda não ha muitos annos se viam algumas velhas imagens, incluindo a do santo padroeiro, e objectos de culto, que os pretos conservavam com todo o respeito e veneração em um chimbeque situado a pouca distancia do logar em que existiu o antigo convento. Santo Antonio tem pouca importancia commercial. O indigena (*mussorongo*) é, como a maior parte dos

pretos, muito indolente e não tira da terra, que é excellente para a cultura, os productos que d'ella devia tirar. O principal negocio é feito em ginguba (a que no Brazil chamam amendoim e na Guiné mancarra) mas as colheitas são muito incertas, pois dependem das chuvas e quando estas falham os pretos deixam morrer as plantações, apezar de terem perto a agua do rio com que as podiam regar. Tambem ali vão vender o fructo das palmeiras (coconote e oleo) mas em pequenas quantidades. Hoje o principal negocio de 4 ou 5 casas commerciaes que existem ali, é feito em madeiras e lenha do mangue que os pretos veem vender já cortada em achas e de que se abastece grande parte do sul da provincia d'Angola, vendo-se ali constantemente embarcações de Mossamedes, Benguella e Loanda que se empregam na conducção da lenha. Importa alcool d'Hamburgo e riscados, algodão e outras fazendas de Manchester. De Lisboa recebe vinho, batatas e cebolas, algumas conservas e poucas cousas mais. Como se disse, a séde da circumscripção administrativa de Santo Antonio do Zaire, é no distr. do Congo, tendo como autoridade superior um residente que tem categoria de administrador do conc. e ao mesmo tempo juiz ordinario, chefe de est aduaneira, etc. A circumscripção é importante, pois abrange toda a margem esquerda do rio, que nos pertence, e vae no littoral até á Cabeça da Cobra, tendo 4 delegações suas subordinadas, que são: Quipanga, Congo Yala, Mussuco e Noqui, administradas pelo delegado do residente.

Santo Athanasio *(Fr. João de)*. Missionario, religioso franciscano capucho, que floresceu no seculo XVII, no tempo de D. Pedro II. Foi presidente da missão do Maranhão e seu procurador, ministro da junta das missões d'esse estado. Escreveu um *Roteiro moral para missionarios feito para a côrte do Maranhão, e que póde servir para as mais conquistas da corôa lusitana*, etc. Não chegou a imprimir-se.

Santo Crucifixo. Freg. do conc. e ilha de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Santo Egydio. Pov. na freg. de S. Martinho, de Outeiro Maior, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Santo Elias (*Fr. Antão de*). Religioso da ordem dos carmelitas. N. em Lisboa em 1680, onde tambem fal. a 27 de dezembro de 1748. Professou no convento do Carmo da Bahia a 8 de abril de 1696. Voltando a Lisboa, exerceu os logares de mestre da capella do convento da sua ordem, e de harpista na sé de Lisboa Foi no convento do Carmo professor de musica e de contraponto. Escreveu diversas obras de musica religiosa, entre ellas um *Te-Deum* a 4 córos para se cantar no ultimo dia do anno na egreja de S. Roque. Escreveu tambem uma cantata para festejar o casamento de D. João V, e diversos villancicos, em que se contava um que se cantou nas festas de Santa Cecilia em 1721 e 1722.

Santo Elias (*Fr. Manuel de*). Religioso da ordem de S. Paulo, 1.º eremita. Era mestre de musica muito considerado no fim do seculo XVIII. Entrou para a irmandade de Santa Cecilia a 25 de setembro de 1767. Foi mestre de musica na aula publica que a sua ordem sustentava, no convento dos Paulistas. Compoz muita musica religiosa, que na primeira metade do seculo XIX ainda se executava frequentemente em Lisboa.

Santo Eliseu *(Fr. Antonio de)*. Religioso carmelita descalço. N. em Ançã em 1662, fal. em Carnide a 17 de setembro de 1736. Professou no convento de N. S.ª dos Remedios, de Lisboa, em 1680. Foi mestre de philosophia, prior dos conventos de Setubal e Carnide, reitor do collegio de Coimbra, definidor, conciliario e duas vezes provincial. Deixou impressos 3 volumes de sermões.

Santo Emilião Pov. e freg. de Santo Emilião, da prov. do Minho, conc. e com. de Povoa de Lanhoso, distr. e arceb. de Braga; 100 fog. e 456 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. O cabido da collegiada de Guimarães apresentava o cura, que tinha 40$000 reis. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. na freg. de Santo Emilião, de Mariz, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Santo Ericio. Pov. na freg. de S. Martinho, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Santo Espirito. Freg. de N. S.ª da Purificação do conc. da villa do Porto, com. da ilha de Santa Maria, distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo; 475 fog. e 1:963 hab. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 26, com a séde em Ponta Delgada. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Dista 15 k. da séde do concelho.

Santo Estevão *(D. Fr. Antonio de)*. Religioso dominicano da ordem dos prégadores; bispo de Angola, etc. Fal. em 1609. Foi prégador muito afamado, e enfermeiro do hospital da Saude, onde prestou relevantes serviços por occasião da grande peste de Lisboa, compondo então uma obra de muita utilidade. fructo da sua experiencia de enfermeiro, mas que ficou manuscripta, a qual se chamava *Regimento da Saude*. Filippe II de Hespanha e I de Portugal o nomeou bispo de Angola em substituição de Fr. Miguel Rangel.

Santo Estevão *(Fr. João de)* Conego regular de S. João Evangelista. Era natural de Condeixa; escreveu em 1496 umas *Memorias historicas* da sua ordem, que depois serviram muito ao padre Francisco de Santa Maria.

Santo Estevão. Antiga freguezia pertencente ao 1.º bairro de Lisboa. A egreja é fundação d'el-rei D. Diniz, e talvez a freguezia. O documento mais antigo, que se encontra, é uma provisão passada em 18 de maio de 1295, pelo referido monarcha para ser collado na freguezia, como prior, o Mestre João, physico da rainha D. Brites, mulher de D. Affonso III, sendo o ultimo prior que teve esta egreja no padroado real, porque D. Diniz, em 8 de julho do mesmo anno, fez mercê do padroado ao bispo de Lisboa D. João Martins de Soalhães, em reconhecimento d'alguns serviços que o prelado prestára á corôa. O padroado ficou pertencendo desde então á mitra, que apresentava o parocho, por concurso, o qual tinha predicamento de prior, e recebia 400$000 reis. A egreja está situada na parte mais elevada do bairro d'Alfama, n'um espaçoso largo ou terreiro d'onde se desfructa um lindo ponto de vista sobre o rio Tejo. A porta principal está voltada ao poente, e a fachada é elegante. Entra se

para a egreja por tres grandes portas, sobre as quaes se vêem tres grandes janellas, que deitam para o côro, e por baixo d'ellas outras mais pequenas. Nos corpos dos lados, sobre um dos quaes está a torre dos sinos, tambem se notam em cada um d'elles uma grande janella, e outra mais pequena na parte inferior. A egreja era vastissima; tinha 5 naves, com columnas pelo meio; a capella-mór muito elegante e espaçosa, tendo sobre o altar o sacrario com o Santissimo Sacramento; boa tribuna, feita de talha dourada, que passava por ser uma das melhores de Lisboa. A custodia para a exposição do Sacramento era d'uma altura colossal, obra singular no valor e no feitio, a qual nunca se tirava da tribuna, por não se poder mover com facilidade. Na irmandade havia outra, de tamanho regular, que se conserva ainda hoje, para servir nas procissões e nas festividades, a qual se collocava dentro da outra de grandes dimensões. A tribuna era adornada com dois cherubins do Propiciatorio, tendo aos lados uns nichos com as imagens de Santo Estevão e de S. Lourenço Levita. E' tambem rica a maquineta da exposição, que foi offerecida por uma familia devota. Os dois altares colateraes eram da mesma architectura do altar-mór, com tribuna dourada; o da parte do Evangelho N. S.ª da Consolação, e o da parte da Epistola Santa Thereza de Jesus. No corpo da egreja havia mais 6 altares, 3 de cada lado, tendo todos imagens de tamanho regular. Sobre a tribuna da capella-mór existia um grande grupo de pedra, bella esculptura, trabalho do esculptor José de Almeida, representandoChristo crucificado,tendo e lados dois anjos de adoração. Dizem que foi feita esta esculptura para o convento de Mafra, sendo depois collocada na egreja de Santo Estevão. A imagem do santo padroeiro é trabalho de Nicolau Pinto; das outras imagens, dizem que a de maior valor é a pequena imagem da Senhora Mãe dos Homens, que está actualmente no segundo altar do lado da Epistola. Consta que na antiga egreja havia uma reliquia de Santo Estevão encerrada n'uma ambula de prata dourada, que se expunha á adoração dos devotos no dia da festa do orago. Os quadros a oleo que adornavam o templo, segundo a opinião d'alguns escriptores, fôram as primeiras pinturas do afamado pintor Pedro Alexandrino de Carvalho. Na sacristia notavam se uns grandes caixões de angelim bronzeados, onde se guardavam os paramentes. A freguezia tinha prior, cura, coadjutor, thesoureiro e sacristão. Em tempo mais antigo teve 8 beneficiados, apresentados alternativamente pela Sé Apostolica e pelo prelado da diocese, os quaes todos os dias compunham o côro; estes beneficios fôram depois divididos pela freg. de Santa Engracia, como filial, até que se extinguiram. Proximo á egreja existe a capella de N S.ª dos Remedios, quo foi uma das mais ricas de Lisboa, onde existia a irmandade dos navegantes. (V. *Portugal*, vol. IV, pag. 326). Com o terremoto do dia 1 º de novembro de 1755 desabou a estatua de pedra de Santo Estevão que estava na fachada, a qual na sua queda arruinou o côro, estrago que depois se reparou Apeou-se parte da torre que ameaçava ruina, e receando-se maior catastrophe, passou a parochia para a ermida da Senhora do Rosario, situada no sitio das Galés. Depois de 1833, a egreja estava muito arruinada, e procedeu-se a uma reforma radical. Emquanto duraram as obras, que fôram importantissimas, esteve a parochia installada na capella dos Remedios. Ficando concluidas, voltou para a sua antiga casa, a 5 de outubro de 1848, em solemne procissão constituida pelas irmandades ali reunidas. A egreja ficou transformada por completo. E' de tres naves e espaçosa. A' entrada da capella-mór vêem-se dois elegantes pulpitos, um de cada lado. Sobre o altar-mór está a imagem de Santo Estevam, tendo aos lados em dois nichos, as de S. José e S. João. Sobre a tribuna está a antiga esculptura já descripta. Nos dois altares colateraes, estão, no lado do Evangelho, o sacrario e N. S.ª do Rosario, e no do lado da Epistola, o Senhor dos Passos. Tem mais dois altares de cada lado, com bastantes imagens, tendo alguns o fundo de talha dourada, e todas umas columnatas e relevos de pedra. No tecto da capella mór vêem-se uns quadros, que parece serem alguns dos antigos, que fôssem retocados. A egreja, porém, tem caido em grande decadencia. A custodia colossal foi vendida ha mais de 50 annos, e com o seu producto compraram se algumas alfaias para o culto. A ambula que encerrava a reliquia do santo padroeiro tambem já não existe, assim como os caixões de angelim, que se viam na sacristia. Hoje vêem se aqui uns grandes arcazes, com gavetões, um grande armario e outro mais pequeno; todos estes tres moveis de boa madeira e com ornatos. Junto do armario maior ha um alçapão que dá entrada a uma casa subterranea que serve de arrecadação. Na sacristia tambem ha alguns quadros antigos. No adro ou terreiro, já citado, existe um modesto cruzeiro, firmando-se a cruz, que não tem valor nem imagem, n'um sóco de 1,m 50 de altura, sobre dois degraus. O singelo monumento terá, ao todo, cêrca de 4 m. d'altura Na face do sóco voltada para a egreja, ha uma inscripção muito difficil de se lêr, em que se declara ter sido feito por um devoto no anno de 1669.

Santo Estevão. Pov. e freg. de Santo Estevão, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Extremoz, distr. e arceb. de Evora, 104 fog. e 403 hab. A mitra apresentava o cura, que tinha 180 alqueires de trigo e 90 de cevada. A terra é muito fertil, e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. Dista 7 k. da séde do conc., e corre por ella a ribeira de Perna Secca, affluente da de Souzel. Foi annexada, para effeitos administrativos, por decreto de 5 de janeiro de 1893, á freg. de S. Bento do Cortiço ‖ Pov. e freg. de Santo Estevão, da prov. do Algarve, conc. e com. de Tavira, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 487 fog. e 1:956 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Está situada na estrada de Loulé a Tavira, a 6 k. da séde do conc. A mitra apresentava o cura, que tinha de rendimento alguns generos. Chamava-se d'antes *Santo Estevão do Cachopo*. Esta freg. está espalhada por montes, e é no Barrocal, em terreno agreste e muito accidentado. Produz alfarrobas, excellente vinho, muita lenha e carvão. A terra é pobre, mas tem muita caça. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. o res. n.º 4, com a séde em Faro. ‖ Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Sabugal, distr. e bisp. da Guarda; 281 fog. e 1:001 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada na estrada de Sabugal á Covilhã, a

10 k. da séde do conc. A mitra apresentava o prior, que tinha 130$000 reis A terra é fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Pov e freg. de Santo Estevão, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Benavente, distr. de Santarem, arceb. de Evora; 205 fog e 832 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post., medico, pharmacia, productores de queijos e de cortiça. Está situada na margem da ribeira do mesmo nome, a 16 k. da séde do conc. E' fertil em generos agricolas. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 2, com a séde em Lisboa. Esta freg. soffreu grande ruina com o terremoto de 23 d'abril de 1909. || Povoações nas freguezias: N. S.ª dos Prazeres, de Abravezes, conc. e distr. de Viseu. || Santa Maria, de Arrifana, conc. da Feira, distr. de Aveiro, || N. S.ª da Purificação, de Cachoeiras, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || Santo Estevão, de Gião, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Santa Eufemia e conc. de Penella, distr. de Coimbra. || N S.ª da Conceição e conc. de Silves, distr. de Faro.

Santo Estevão das Barrozas. Pov. e freg. de Santo Estevão, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Louzada, distr. e bisp. do Porto; 81 fog. e 321 hab. A mitra apresentava o cura, que tinha 215 alqueires de trigo e 68 de cevada. A terra é muito fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Santo Estevão de Bastuço. V. *Bastuço*.

Santo Estevão de Falões. Pov. e freg. de Santo Estevão, da prov. de Traz os Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 380 fog. e 1:697 hab. Tem est. post. Está situada a 3 k. da margem esquerda do rio Tamega e a 4 da séde do conc. A camara ecclesiastica de Braga apresentava o reitor, que tinha 120$000 reis. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Santo Estevão das Galés. V. *Galés*.

Santo Estevão de Rates. Ilha do conc. e com. das Ilhas, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India.

Santo Ignacio *(Fr. Domingos de)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho, e apreciado latinista. N. em Santarem no anno de 1668, e revelou desde tenros annos uma vocação extraordinaria para a poesia latina, improvisando poemetos n'essa lingua com a maior facilidade. Professou no convento da Graça, de Lisboa, e fal. pouco tempo depois, tendo apenas 24 annos, em Villa Viçosa, deixando em manuscripto uma collecção de poesias latinas que compuzera aos 19 annos.

Santo Ignacio de Carvalho *(Fr. Francisco de)* Religioso da ordem de S. Francisco. Era natural da freg. da Annunciada, onde nasceu a 9 de setembro de 1770, onde tambem fal. a 1 de julho de 1836. Chamava se no seculo Francisco Xavier de Carvalho, sendo filho de João Ignacio de Carvalho e de Jacinta Ignacia. Entrou na ordem franciscana da prov. do Algarve, mudando então o nome. Passado o anno do noviciado foi mandado concluir os estudos no collegio da sua ordem, em Coimbra, onde muito se distinguiu como estudante. De Coimbra veiu para o convento de Xabregas, e ali esteve como guardião. Foi depois transferido para diversos conventos da sua ordem, e n'elles ensinou philosophia e theologia, chegando a ser eleito custodio, cargo monastico de muita distincção. Recolheu-se ao convento franciscano proximo a Setubal, dedicando-se á cultura das letras, especialmente da poesia. Traduziu do latim em versos portuguezes varios hymnos do *Breviario romano*, e *Sequencia de defuntos*. Em 1834 saiu do convento, em virtude da extincção das ordens religiosas, e foi viver para uma pequena casa no bairro de Troino, na companhia de duas parentas, já de edade muito avançada. Ali escreveu bastante, mas não se sabe que trabalhos fôram, pois que, fallecendo, as taes parentas, por falta de recursos, venderam a peso todos os manuscriptos, escapando sómente as suas *Descripções enigmaticas, ou Divertidas adivinhações*, etc., que se imprimiram no Rio de Janeiro, por intervenção de Francisco Eduardo Gomes Cardim, natural de Setubal. Esta obra é precedida d'uma rapida, mas commovedora biographia do autor, escripta por Manuel Maria Portella.

Santo Ildefonso. Uma das freguezias da cidade do Porto. Está situada na extremidade da praça da Batalha, no largo de Santo Ildefonso. A fundação da egreja conta-se do seguinte modo: Fóra das muralhas da cidade, e no centro d'um grande souto de carvalhos houve, em tempos remotos, a ermida e hospicio de Santo Alifon. A ermida era muito venerada, e o souto um dos logares mais apreciados pelos moradores do Porto, para passeio, visto gozar se ali boa sombra e extensos panoramas. O decorrer dos annos arruinou a velha ermida, e os devotos quizeram edificar no mesmo sitio, em 1730, o templo de Santo Ildefonso. A freguezia é que não pudemos averiguar quando foi constituida. A egreja é de graciosa architectura, tendo na frente uma elegante escadaria, de cantaria lavrada. A fachada é da maior singeleza. Sobre os corpos dos lados estão as torres Interiormente é de fórma octogonal, e possue pinturas de Joaquim Raphael e de João Correia. O painel do altar-mór foi pintado em Paris, por Guilherme Correia, artista portuguez, que residia ali. A capella mór é notavel pela sua riqueza e sumptuosidade. As pinturas do tecto tambem são de valor. Ao lado existia o cemiterio, que pertencia á egreja, e que está hoje transformado em jardim. N'este jardim encontram-se devidamente resguardados e expostos á veneração dos devotos alguns dos curiosos cruzeiros que antigamente se viam disseminados pelas ruas do Porto. Em 1855 foi a egreja restaurada.

Santo Ildefonso. Pov. e freg. de Santo Ildefonso, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Elvas, distr. de Portalegre, arceb. de Braga; 49 fog. e 267 hab. A mitra apresentava o vigario, que tinha 180 alqueires de trigo e 90 de cevada. A terra é fertil. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes.

Santo Isidoro. Pov. e freg. de Santo Isidoro, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Mafra, distr. e patriarc. de Lisboa; 438 fog. e 1:758 hab Tem esc. do sexo fem. e estação postal. Está situada na margem da ribeira do Cuco. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa. || Pov. e freg.

de Santo Isidoro, da prov. do Douro, conc. e com. de Marco de Canavezes, distr. e bisp do Porto: 141 fog. e 697 hab. Dista 6 k. da séde do conc O arcebispo de Braga apresentava o abbade, que tinha 400$000 reis. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. || Pov. na freg. de Santa Cruz do Bispo conc. de Bouças, distr. do Porto.

Santo Isidro. Pov. na freg. de S. Thiago, de Sabariz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Santo Officio. V. *Inquisição*.

Santo Ovidio. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Aveleda, conc. de Louzada, distr do Porto. || N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || Santa Eulalia c conc. de Fafe, distr. de Braga. Tem correio com serviço de posta rural.

Santo Quintino. Pov. e freg. de N. S.ª da Piedade, da prov. da Extremadura. V. *Quintino*.

Santo Thirso. Villa da prov. do Douro, séde de conc. e de com., distr , bisp. e Relação do Porto. Tem uma só freguezia, cujo orago é Santa Maria Magdalena. Está situada em terreno pouco elevado e cercado de arvoredo, e é uma das povoações mais formosas da provincia pelo conjunto de bellezas naturaes e artisticas que encerra. E' banhada ao norte pelo rio Ave, sobre o qual tem uma ponte que a põe em communicação com a est. do caminho de ferro de Guimarães ao Porto, e pelo S estende-se sobre uma pequena elevação, ladeando a estrada que segue do Porto para Villa Pouca d'Aguiar. O D. abbade benedictino do mosteiro d'esta freg. apresentava o vigario regular, triennal, que era um dos monges do mesmo convento, o qual tinha 40$000 reis de congrua e o pé d'altar. O antigo nome d'essa freg. era *Santa Maria Magdalena;* só no principio do seculo XIX foi que se denominou *Santo Thirso*. A pov. é muito antiga, e talvez que já existisse no tempo dos romanos. O conc. chamava se Refojos de Riba d'Ave, depois é que tambem tomou o nome actual. No reinado de el-rei D. Diniz teve uma sentença de foral, em 14 de janeiro de 1307. D. Manuel I deu foral ao conc, ainda com o nome do Refojos de Riba d'Ave, em Lisboa, a 1 de outubro de 1513. O mosteiro de Santo Thirso alcança a uma antiguidade remotissima, pois, segundo alguns escriptores, foi na sua origem templo romano, e ali foi sepultado Silvano, capitão d'uma legião romana. Não se sabe quando passou a ser egreja catholica, nem quando se fundou o edificio do mosteiro benedictino, duplex, mas com certeza já existia no tempo dos suevos. Conjectura-se que o fundador fôsse S Fructuoso, mas segundo alguns pretendem, foi S. Martinho de Dume, que viveu no seculo VI. Ignora se se os monges o abandonaram em 716, ou se, mediante algum tributo, os moiros consentiram n'elle o culto catholico, o que se sabe, é que em 927, D. Alboazar Ramires, filho de Ramiro II, rei de Leão, e sua mulher D. Helena Godina, achando o mosteiro bastante arruinado o reedificaram, dotando-o com boas rendas. O convento teve o senhorio de varios coutos, mas por fim só conservava os de Santo Thirso e S. João da Foz do Douro Em 1569 o reformou. D. Fr. Pedro Chaves por ordem da princeza D. Joanna mãe d'el-rei D. Sebastião A egreja do convento, ficou servindo de matriz, depois que se extinguiram as ordens religiosas. A facbada deita para um largo espaçoso, tendo ao centro um elegante cruzeiro de marmore côr de rosa. E' um templo vastissimo, construido com toda a solidez. O claustro é a parte mais antiga do edificio. Tem 27 m. de comprido por 25 de largo. Os seus 4 lanços são abertos em arcos, sustentados por 122 duplas columnas, cujos capiteis mostram grosseiros relevos, cabeças de moiros, harpias, leões, e differentes ornatos, todos variados. No centro ha um elegante chafariz de pedra, com boas esculpturas, obra do principio do seculo XVIII. A galeria superior do claustro pertence á reedificação geral do mosteiro, que principiou, aproximadamente, em 1650. A inferior é manifestamente do seculo XII ou XIII. Foi o architecto Fr. João Turrcano, monge benedictino, quem delineou e dirigiu esta reconstrucção. Depois de 1834, vendeu se a cêrca e parte do edificio do convento, sendo o resto destinado para o tribunal das audiencias do juiz de direito, administração do concelho e suas dependencias. No conc. de Santo Thirso ha minas de ferro e d'outros metaes. Em dezembro de 1874 fôram manifestadas na camara municipal, por Thomé Bento da Silva, as seguintes: 1.ª no logar de Sobradêllo; 2.ª no monte da Abelha; 3.ª no logar de Gueidavo. Em março de 1875 manifestadas 7 minas de ferro, manganez, plombagina e antimonio, no logar da Enfermaria, freg. de Burgães, por Hermann Leuscher, que tambem manifestou outras 3 dos mesmos metaes no monte das Covas, freg. d'Agua Longa; outra dos mesmos metaes no logar de Sobradêllo, da mesma freguezia; outra similhante no monte da Abelha, e outra no logar de Guidães Ainda n'esse anno de 1875 se manifestaram mais minas, mas não se teem explorado. A villa tem magnificos edificios de construcção moderna, e deve muitos dos seus mais importantes melhoramentos ao fallecido conde de S. Bento, um benemerito, que sempre estava prompto, com a sua grande fortuna, a concorrer para a prosperidade da terra, onde nascera Os habitantes reconhecidos lhe levantaram uma estatua perpetuando a sua memoria. Santo Thirso pertence á 3.ª div. mil, 5.ª brigada, grande circumscripção mil. N. e ao distr. de recrut e res. n.º 8, com a séde em Braga, tem escolas d'ambos os sexos, est. telegr. post., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras o valles; advogados, agencias bancarias e de seguros, bombeiros voluntarios, *Montepio Thirsense*, fabrica de fiação e de tecidos, Asylo Agricola Conde de S. Bento, hoteis, medicos, Misericordia, notarios, pharmacias, *Club Thirsense*, Santuario de N. S.ª d'Assumpção, situado no monte fronteiro á villa, est. do caminho de ferro na linha de Guimarães, entre a de Caniços e o apeadeiro de Lousado, etc. Tem-se publicado aqui os seguintes jornaes: *Album do Minho*, maio a agosto, 1886; *Aurora Thirsense*, 3 fevereiro, 1892; *Jornal de Santo Thirso*, 11 maio, 1882, ainda em publicação; *Semana Thirsense*, 1 janeiro, 1899, ainda em publicação. O conc. compõe-se de 32 freguezias, com 6:814 fog. e 28:497 hab., sendo 13:122 do sexo masc. e 15:375 do fem., n'uma superficie de 20:440 hect. As freguezias são as seguintes: S. Pedro, de Agrella, 605 hab.: 251 do sexo masc. e 354 do fem.; S. Julião, de Agua Longa, 741 hab.: 341 do sexo masc. e 400 do fem.; Santa Maria, de

Alvarelhos, 1:017 hab.: 456 do sexo masc. e 561 do fem.; S. Thiago, de Areias, 621 hab: 285 do sêxo masc. e 336 do fem.; S. Miguel, de Aves, 1:483 hab: 642 do sexo masc. e 841 do fem.; S. Martinho, de Bougado, 1:535 hab: 740 do sexo masc. e 793 do fem.; S. Thiago, de Bougado, 1:661 hab.: 780 do sexo masc. e 881 do fem.; S. Thiago, de Bugeãs, 862 hab.: 421 do sexo masc. e 441 do fem; S. Martinho, de Campo, 839 hab.: 385 do sexo masc. e 454 do fem.; S. Salvador, do Campo, 170 hab.: 86 do sexo masc. e 84 do fem.; S. Thiago, de Carreira, 486 hab.: 218 do sexo masc. e 268 do fem; S. Mamede, de Coronado, 1:184 hab.: 550 do sexo masc. e 634 do fem.; S. Romão, de Coronado, 667 hab.: 296 do sexo masc. e 371 do fem.; Santa Christina, de Couto, 698 hab: 307 do sexo masc. e 391 do fem.; S. Miguel, do Couto, 159 hab.: 73 do sexo masc. e 86 do fem.; S. Martinho, do Covellas, 475 hab.: 239 do sexo masc. e 236 do fem.; S. João Baptista, de Guidões, 688 hab.: 315 do sexo masc. e 373 do fem.; S. Paio, de Guimarei, 462 hab.: 205 do sexo masc. e 257 do fem.; S. Miguel, de Gama, 380 hab.: 189 do sexo masc. e 191 do fem; Santa Eulalia, de Lamellas, 641 hab: 273 do sexo masc. e 368 do fem.; O Salvador, de Monte Cordova, 1:313 hab.: 582 do sexo masc. o 731 do fem.; S. Christovão, de Muro, 559 hab: 274 do sexo masc. e 285 do fem; S. Mamede, de Negrellos, 693 hab: 323 do sexo masc. e 370 do fem.; S. Thomé, de Negrellos, 1:238 hab: 567 do sexo masc e 671 do fem; Santa Eulalia, de Palmeira, 4 6 hab.: 231 do sexo masc. e 215 do fem; S. Thiago, de Rebordões, 1:281 hab.: 581 do sexo masc. e 700 do fem.; S. Christovão, do Refojos de Riba d'Ave, 770 hab.: 342 do sexo masc. e 428 do fem.; Santa Maria, de Reguenga; 841 hab.: 382 do sexo masc. e 459 do fem.; S. Pedro, de Roriz, 1:182 hab.: 565 do sexo masc. e 617 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Santo Thirso, 3:584 hab: 1:660 do sexo masc. e 1:924 do fem; S. Martinho, de Sequeiró, 457 hab.: 204 do sexo masc. e 253 do fem.; S. Miguel, de Villarinho, 758 hab: 356 do sexo masc. o 402 do fem. O commercio principal em todo o conc. é vinhos e cereaes. || Povoações nas freguezias: S. João Baptista, do Arnoia, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Margarida de Sádão, conc. de Ferreira do Alemtejo, distr. de Beja.

Santo Thomaz (*Fr. Bento de*). Religioso da ordem de S. Domingos. N. no Porto, e fal. em Lisboa a 18 do janeiro de 1687. Professou a 4 de agosto de 1614. Foi celebre theologo, mestre na ordem, qualificador do Santo Officio, e prior no convento de Aveiro. Recusou o logar de inquisidor de Gôa, que D. Verissimo de Lencastre lhe offerecia. Imprimiu uma *Oração em louvor da Bemaventurada Rosa de Santa Maria*, prégada em 1669, e um *Sermão do desaggravo de Santa Engracia*, em 1671; prégou tambem um *Sermão do auto da fé em Coimbra*, 1673, que ficou manuscripto.

Santo Thomaz (*Fr. Domingos de*). Religioso da ordem Terceira de S. Francisco. Era natural de Vianna do Alemtejo, onde nasceu em 1640; fal. em 1679. Professou no convento de Santarem em 1658, doutorou se na Universidade de Evora em 1674, foi reitor do collegio de Coimbra. D. Verissimo de Lencastre nomeou-o inquisidor de Gôa, mas não acceitou o cargo, que já havia sido recusado por Fr. Bento de Santo Thomaz. Deixou impressos uns versos dirigidos ao Santo Christo dos Cardaes.

Santo Thomaz *(Fr. Domingos de)*. Religioso da ordem de S. Domingos. N. em Lisboa, o fal. em 1675. Professou em 1623. Passava por ser o mais abalisado theologo do seu tempo. D. João IV, á hora da morte, o chamou para seu confessor. Foi prégador d'este monarcha, e dos seus dois filhos, D. Affonso VI e D. Pedro II. Era muito profundo em latim, e era bom musico e bom poeta. Foi prior do convento de S. Domingos, e mandou ornar a egreja com o maior apparato, confiando ao grande pintor Bento Coelho a pintura de 24 quadros de santos da sua ordem. Deixou impresso um *Tyrucinium theologiae*, e com o titulo de *Manuale thomisticum* escreveu uma obra em 7 volumes, compendio de toda a theologia. Imprimiu ainda os sermões da beatificação de Pio V, e uma predica sacramental.

Santo Thomaz *(Fr. Francisco de)*. Conego do S. João Evangelista. N. no Porto a 29 d'agosto de 1661, e fal. no convento de Xabregas a 30 do setembro de 1726. Foi um ardente missionario no seio do paiz, cumprindo ao mesmo tempo com zolo o dever de acompanhar até ao patibulo os reus sentenciados á morte. Foi examinador synodal nos bispados de Lamego e do Porto, e prégador muito apreciado. Deixou impressos alguns dos seus muitos sermões, e outras obras manuscriptas.

Santo Thomaz (*Fr. João de*). Religioso carmelitano. N. em Coimbra em 1570, e fal. em 1645. Professou em 1587. Foi enviado a Roma para defender os privilegios da sua ordem, e conseguiu que em 1613 fôsse confirmada uma bula que interessava a ordem. Prior do convento de Lisboa e provincial em 1617 destinou o convento de Collares para recoleta da sua ordem. No convento do Carmo recebeu o grau de doutor das mãos do bispo de Targa D. Fr. Thomé de Faria, seu particular amigo Foi nomeado reformador da Mesa da Consciencia. Escreveu umas *Allegações* para bom exito da sua missão a Roma, um commentario da Escriptura, e os Estatutos do convento de Collares. Ficou tudo manuscripto.

Santo Thomaz *(Fr. Leão de)*. Monge benedictino. N. em Coimbra no anno de 1574, fal. a 6 do junho de 1651. Professou no convento de Santo Thirso em 1590, e em 1617 foi nomeado lente de theologia na Universidade de Coimbra Passava por ser um distincto polemista. Sendo reitor do collegio de Coimbra, duas vezes foi geral da sua ordem, eleito em 1627 e em 1638. Nomeado chronista geral da ordem de S. Bento, escreveu a *Benedictina Lusitana*, que publicou em 2 tomos, em Coimbra, o 1.º em 1644 e o 2.º em 1651. Esta obra teve immensa reputação no seu tempo.

Santo Thomaz (*Fr. Pedro de*). Religioso da ordem de S. Domingos. N. em Rézende, e fal. em Lisboa no anno de 1744. Professou em 1706, e doutorou-se na Universidade de Coimbra, onde foi tido como grande theologo. Foi prior do convento de S. Domingos, de Lisboa, onde falleceu. Deixou impressa uma memoria latina sobre a questão de saber se podiam ser admittidos aos canonicatos doutoraes das cathedraes os professores de leis.

Santo Thomaz d'Aquino (*D. Fr. Paulo de*). Religioso da ordem de S. Domingos do convento

de Gôa. N. em 1773, fal. a 20 de dezembro de 1823. Depois de professar, passou a Macau, e estava ali em 1817 quando se celebraram exequias por D. Maria I, em que elle proferiu a oração funebre, que imprimiu, com o titulo: *Oração funebre da Senhora D. Maria I, rainha fidelissima, pronunciada em 7 de maio de 1817 nas exequias que o Senado de Macau fez celebrar na cathedral da mesma cidade;* sem logar, nem anno, mas indica ter sido impressa em Macau ou na India. Em 1819, estando no convento de Gôa, foi nomeado arcebispo de Granganor, sendo sagrado já no anno de 1821, e n'esse mesmo anno foi chamado pelos revoltosos que tinham expulso a primeira junta provisoria organisada em Gôa depois da revolução de 1820, para membro da segunda junta. N'essa qualidade valeu muito ao arcebispo D. Fr. Manuel de S. Galdino, que pelas suas tendencias pouco liberaes esteve exposto a serias represalias. Em 1822 deixou o governo para ir percorrer o Malabar, e morreu em Olicaré, suburbios de Coulão, na residencia do bispo de Cochim, D. Thomaz de Noronha, que estava então em Portugal.

Santo Varão *(D. Emilia Candida Alves Ribeiro, viscondessa de).* N. a 5 de março de 1819, sendo filha de José da Costa Alves Ribeiro, negociante em Lisboa, e de D. Thereza Joaquina da Silva. Casou a 25 de março de 1840 com o desembargador Faustino Ferreira de Noronha Oliveira e Faro, cavalleiro professo da ordem de Christo, que falleceu a 4 de setembro de 1843. Depois de viuva foi agraciada com o titulo de viscondessa, por decreto de 28 de janeiro de 1871.

Santo Varão. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Montemór o-Velho, distr. e bisp. de Coimbra; 324 fog. e 1:231 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. com serviço de posta rural; feira de gado nos dias 1 e 2 de novembro. Foi couto muito antigo dos bispos de Coimbra. O juiz ordinario tinha sómente jurisdicção no civel, porque no crime e orfãos pertencia ao juiz de fóra de Montemór o-Velho. Santo Varão foi séde d'um conc. d'este nome, pertencendo á camara de Soure, o qual se supprimiu por decreto de 27 de julho de 1853. As freguezias, que o constituiam, ficaram pertencendo ao conc. de Montemór-Velho, menos a de Figueiró do Campo, que foi para o de Soure. A serra de Santo Varão é uma das mais altas d'estes sitios. A pov. está situada sobre a margem direita do rio Mondego, a 8 k. da séde do conc. E' terra fertil, e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria.

Santo Xisto. Povoações nas freguezias: N. S.ª do Rosario, do Vallo do Figueira, conc. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu. || N. S.ª das Neves, de Villarinho dos Freires, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real.

Santorum. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Santos *(Fr. Antonio dos).* Oriundo d'uma familia muito illustre do Algarve. Fal. em Braga em 1641. Foi o primeiro prior do convento do Santo Agostinho na ilha de S. Miguel. D. Fr. Aleixo de Menezes, arcebispo de Braga, o escolheu em 1616 para seu coadjutor, e foi confirmado com o nome de bispo de Nicomedia. Foi sepultado na sacristia da egreja de N.ª S.ª do Populo.

Santos *(Fr. Antonio dos).* Religioso da ordem de S. Francisco. Era natural de Moimenta da Beira, e fal. a 30 de março de 1666. Professou na ordem menor de S. Francisco da provincia de Portugal, e entregando-se a praticas d'uma devoção exaggerada, começou a grangear fama de inspirado, a ponto que D. João IV o attendia, quando elle da ilha da Madeira, onde se encontrava, se lembrava com suppostas revelações, de lhe denunciar varias intrigas da côrte. Francisco de Mello, quando foi a Paris em 1641 como embaixador, o escolheu para seu capellão. Voltando a Portugal, Fr. Antonio dos Santos continuou a ser frade milagreiro, e muito querido de D. João IV e seus filhos. Quando fallecou, os seus confrades o enterraram muito á pressa, porque recearam algum tumulto do povo, querendo apoderar-se das reliquias de *santo*. O rei extranhou muito essa precipitação dos frades. Em 1666, o typographo João da Costa publicou a 2.ª edição de uma obra de Fr. Antonio dos Santos, com o titulo de *Mensa espiritual na qual se offerecem sete iguarias para os sete dias da semana, conforme ao extatico e insigne doutor Dionysio Cartusiano; traduzido do latim em portuguez*, etc. Tambem traduziu do latim as *Revelações de Santa Brigida*, dividida em duas partes. Em 1665 imprimiu a traducção do *Cantico Te matrem Dei Laudamus, composto por S. Boaventura, com outras orações.*

Santos *(Antonio Florencio dos).* Fundador e director da Escola Academica. N. em Lisboa a 20 de abril de 1823, onde tambem fal. a 21 de setembro de 1891. Era filho de paes humildes. Sendo muito estudioso e com muito boa vontade de se instruir, aproveitou a educação que lhe proporcionaram, deixando nota de bom estudante em todas as disciplinas, até á aula de commercio, que frequentou. Contava 13 annos de edade quando principiou a dedicar se ao professorado com a maior solicitude, conseguindo leccionar nos principaes collegios de Lisboa. Em 1847, aos 24 annos, fundou a Escola Academica na praça de D. Pedro, onde ha tempo está estabelecido o Hotel dos Dois Irmãos Unidos. D'ali mudou-se para a calçada do Sacramento, em 1851 pouco mais ou menos, para a propriedade que faz esquina para a rua Garrett e que torneja para a rua do Carmo, onde fórma 2.º andar. Mais tarde, parece que em 1855, houve uma nova mudança para o largo de S. Roque, 2.º andar, esquina da travessa da Queimada, onde está hoje uma repartição dos Caminhos de Ferro do Estado. Annos depois, em 1863, adquiriu um terreno na calçada do Duque para a construcção d'um edificio essencialmente destinado para collegio, com todas as condições hygienicas e acommodações proprias para as aulas, gabinetes, escriptorio, sala de jantar, dormitorios, casas de banhos, etc. Começaram as obras activamente, e concluidas no anno seguinte, realisou-se a inauguração a 8 de janeiro de 1865, em sessão solemne, com a assistencia dos reis D. Luiz e D. Fernando, infante D. Augusto, membros do ministerio de então, altos funccionarios do estado, representantes do professorado secundario e superior, imprensa, e de muitos outros convidados. Desde o seu começo a Escola Academica foi frequentada por muitos discipulos, por ser Antonio Florencio dos Santos, muito conhecido no professorado pelo bom regimen no ensino

e a fórma cuidadosa com que tratava os discipulos, o que influiu muitas familias a mandarem educar os filhos n'aquelle estabelecimento de instrucção. A Escola Academica tinha em todas as disciplinas os melhores professores d'aquella epoca, tudo devido ao infatigavel trabalho do seu director, no intuito de elevar a Escola ao maior engrandecimento e prosperidade. Os seus esforços fôram bem recompensados, porque a concorrencia de educandos augmentava successivamente, o que obrigou Antonio Florencio dos Santos a alargar as dimensões do seu collegio, motivando assim as mudanças citadas, até conseguir ser proprietario d'um collegio modelar, como ainda hoje é a Escola Academica. A fama adquirida, não só em Lisboa, como em todo o paiz, colonias, e até no estrangeiro, fez com que muitas familias africanas e brazileiras ali tenham mandado educar seus filhos ou tutelados. Pelos bancos da Escola Academica passaram muitos homens, que depois muito se evidenciaram nas sciencias e na politica, até alguns ministros, e em todos elles contava Antonio Florencio dos Santos um amigo, que por vezes visitavam o seu antigo director, e a quem elle, quando educandos, aconselhava e tratava com dedicação paternal. As suas numerosas relações, comtudo, não se limitavam aos que occupavam elevadas posições sociaes, tambem na classe dos humildes contava amigos, pelo seu caracter bondoso e affavel, porque na sua escola tão affectuoso o disciplinador era para o rico como para o pobre, e muitos encontraram ainda a sua desinteressada protecção, porque alguns estudantes houve, que depois fôram bem collocados, que a elle deveram a sua educação, que não a poderiam obter, sem a sua bem conhecida philantropia. Os grandes serviços prestados á instrucção publica por aquelle incansavel trabalhador, comprehendeu-os um dos governos do paiz, que o agraciou com uma commenda, em prova de consideração e gratidão. A morte de Antonio Florencio dos Santos, contando elle apenas 68 annos, foi muito sentida e lastimada. O funeral esteve concorridissimo, apezar do extincto, sempre isento de soberbas e vaidades, ter deixado escripto por seu proprio punho que queria e enterro o mais modesto possivel, determinação que a familia respeitou. Antonio Florencio dos Santos era casado com madame Elisabeth Mauperrin, filha do antigo professor de francez Gustavo Adolpho Mauperrin. Hoje é proprietario da Escola Academica seu filho, o sr. dr. Jayme Mauperrin Santos, medico distincto, que tem continuado a sustentar os bons creditos d'aquelle estabelecimento modelar de educação, tendo-lhe por vezes introduzido modernos melhoramentos importantissimos.

Santos *(Antonio Isidoro dos)* Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra. N. n'esta cidade em janeiro de 1743; ignora-se a data do fallecimento. Foi professor de Rhetorica em Coimbra, logar que depois trocou pelo de bedel na propria faculdade em que era formado. Era poeta de pouco valor, e deixou algumas poesias mediocres.

Santos *(Antonio José dos)*. Gravador, discipulo do professor João do Figueiredo; nos fins do seculo XVIII foi collocado no paço de Belem na qualidade de desenhador de historia natural.

Santos *(Antonio Maria de Azevedo Machado)*. Capitão de mar e guerra, deputado, etc. N. em Lisboa a 10 de janeiro de 1875, sendo filho de Mauricio Paulo Victoria dos Santos e de D. Maria d'Assumpção Azevedo Machado Santos. Alistou-se om 29 de outubro de 1891, foi promovido a aspirante do 2.ª classe em 1892, a commissario naval de 3.ª classe em 1895, e a commissario naval de 2.ª classe em 1911; tendo a promoção, por distincção, de capitão de mar e guerra, em 6 de julho de 1911. Possue as medalhas de comportamento exemplar e a de campanhas do ultramar. Muito dedicado ao partido republicano pelas suas ideias avançadas, foi em agosto de 1907 entrevistado por alguns seus correligionarios, que lhe expuzeram a necessidade d'uma revolta para a implantação da Republica. N'essa epoca já os

Antonio Maria de Azevedo Machado Santos

animos andavam muito agitados; começaram-se os trabalhos preparatorios nos movimentos revolucionarios, sendo Machado Santos um dos mais activos e audaciosos. Preparou-se a revolta de 28 de janeiro de 1908, que se mallogrou Por causa d'um artigo publicado no jornal *Radical*, de que era director o jornalista Marinha do Campos, respondeu Machado Santos em conselho de guerra, e sendo absolvido, foi mandado para Angola no *Pero d'Alemquer*, e ali se demorou 6 mezes, causando esta ausencia algum atrazo ao trabalho revolucionario. Regressando a Portugal, redobraram de actividade os preparativos. Machado Santos escreveu então os *Barbadões*. Havendo informação de que no dia 1 de abril a guarda no palacio real era favoravel aos republicanos, foi proposto que n'essa noite se realisasse a prisão do rei, sendo apenas precisa a adhesão dos officiaes de caçadores n.º 2 o de infantaria n.º 2. Deram-se porém varias circumstancias, que obrigaram a adiar o plano. Em outubro de 1910 suc-

cedeu a aggressão a tiro do dr. Miguel Bombarda, um dos chefes revoltosos, o qual, transportado de Rilhafolles para o hospital de S. José, na tarde do dia 3 já estava moribundo. O dr. João de Menezes, que occorrera com outros vultos politicos ao hospital de S. José, deu a Machado Santos a noticia do estado desesperado do dr. Bombarda, sendo essa noticia como o inicio do movimento revolucionario. Machado Santos dirigiu-se n'essa noite ao quartel de infantaria n.º 16 acompanhado pelo seu grupo. Sublevado o regimento, mortos o coronel e um capitão, que tentaram dominar a revolta, uma parte do regimento saiu em direcção do quartel de artilharia n.º 1, e fazendo quasi todo esto regimento causa commum com os seus camaradas de infantaria, a revolução teve ali o seu começo. Depois de incidentes varios, Machado Santos assumiu o commando das forças revolucionarias do exercito e armada, estabelecendo se na Rotunda da Avenida. N'um extenso relatorio, que corre impresso, Machado Santos faz uma larga exposição dos antecedentes da revolta, desde 1907 até 1910. Fundou o jornal *Intransigente*, que se publica ainda hoje, do qual é propriotario e director politico. Nas primeiras constituintes reunidas depois do estabelecimento do novo regimen, foi eleito deputado por um dos circulos de Lisboa.

Santos *(Bernardo dos)*. Gravador do seculo XVIII, que se conheceo apenas por ter gravado grosseiramente o retrato do padre Francisco Soares, autor d'uma obra *El doctor eximio*, etc., impressa em 1730 em Coimbra.

Santos *(Carlos)*. Artista dramatico muito apreciado, actualmente no theatro Nacional. N. em

Carlos Santos

Lisboa a 5 do novembro de 1872, sendo filho do grande actor o mestre da arte José Carlos dos Santos e de sua mulher, a antiga actriz, Amelia Vieira, que tanto se distinguiu e tanto enobreceu a scena portugueza, de que ha annos está afastada. Assentou praça de aspirante de marinha, seguindo o curso, de que mais tarde pediu a demissão, no intuito do se dedicar ao theatro, para que tinha decidida vocação. Desejando, porém, prevenir-se com um curso litterario que aproveitasse á profissão de actor, matriculou se no Curso Superior de Letras, onde defendeu these em 1893, anno em que debutou no theatro de D. Maria, hoje Nacional, na empresa Rosas e Brazão, na comedia em 1 acto *O Leque* e na de 3 actos *A Kermesse*. Depois da morte de seu pae, em 1886, a sua educação litteraria foi custeada até ao fim por el-rei D. Luiz e D. Carlos. No theatro de D. Maria continuou a desempenhar diversos papeis, sendo sempre muito estudioso e festejado pelo publico, entrando no *Salto mortal*, *Alcacer-Kibir*, *Sociedade onde a gente se aborrece*, *Intimo*, *Segredo de confissão*, etc Em 1894 passou ao Gymnasio, estreando-se na comedia em 1 acto *Os primos de minha mulher*. Ali se conservou alguns annos, fazendo progressos, e representando na maior parte do reportorio, distinguindo-se em alguns papeis, recebendo sempre applausos do publico, que já o apreciava como actor consagrado, e digno successor de seu pae. Em 1898 voltou para o theatro normal, onde se tem conservado até hoje, não desmerecendo dos seus bons creditos artisticos. Em quasi todo o reportorio d'aquelle theatro tem figurado vantajosamente. Mencionaremos as seguintes peças: *Peraltas e secias*, *Catharina*, *Lucta intima*, *Velhos*, *Amôr de perdição*, *Morgadinha de Val Flôr*, *Amôr á antiga*, *Rei Lear*, *Dolores*, *Romanescos*, *Suave milagre*, *Tartufo*, *Avarento*, *A' margem do Codigo*, *Marido ideal*, *Lei do divorcio*, *Kean*, *Maria da Graça*, *Pupillas do sr. reitor*, *Vinte mil dollars*, etc. Tem feito varias *tournées* ao Brazil, n'algumas como director de scena, e d'uma das vezes n'uma companhia que levava como primeiras figuras sua mãe, Amelia Vieira, e a já boje fallecida Georgina Pinto. Em uma das *tournées* tambem desempenhou pela primeira vez papeis nas peças *Mancha que limpa*, *Extrangeira*, *Tosca*, *Fedora*, e *Voluntario de Cuba*. Carlos Santos é muito intelligente e instruido, dedica-se com amor á sua arte, de que é um distincto ornamento. E' casado com D. Emilia de Carvalho Santos, filha do antigo ensaiador do Gymnasio Leopoldo de Carvalho.

Santos *(Duarte Joaquim dos)*. Pianista muito apreciado, que se estabeleceu em Londres, onde gozou boa reputação como professor. Entrou para a irmandade de Santa Cecilia, com a classificação de organista, em 20 de fevereiro de 1823. Além de piano e orgão, tocava tambem harpa. Em 1826 foi ao Porto, dando um concerto no theatro de S. João em 19 de setembro, no qual se apresentou tocando um concerto de piano um solo de harpa e umas variações de flauta e piano, com João Parado, tudo composições de Duarte Santos Por essa occasião propuzeram lhe ir para Londres ser professor n'um collegio de meninas, e tendo acceitado a proposta, para ali partiu, levando uma carta de recommendação escripta por Bomtempo. Duarte Santos publicou em Londres muitas composições ligeiras para piano, a duas e a quatro mãos, como valsas, polkas, quadrilhas de contradanças, etc. Quando a rainha D. Maria II esteve em Londres antes de vir para Portugal,

deu com elle lições de piano. Nos ultimos annos da sua vida foi residir para a ilha da Madeira, onde compoz alguma musica religiosa. Fal. em 1855.

Santos *(Fernando Mattoso dos)*. Bacharel formado em philosophia e medicina pela Universidade de Coimbra, lente do Instituto Superior Technico, deputado, par do reino, ministro de estado, etc. N. em Campo Maior no anno de 1849, sendo filho do dr. Antonio Maria Rodrigues dos Santos e de D. Maria Victoria Mattoso. Revelando desde muito creança uma intelligencia privilegiada, sendo sempre muito dedicado aos livros, começou os estudos com o maior aproveitamento, e concluidos os preparatorios, matriculou-se na Universidade, onde foi um dos estudantes mais distinctos do seu tempo, formando-se nas faculdades de philosophia e de medicina, sendo esta ultima em 1874. Era medico de partido na Gollegã, quando se propôz ao concurso da cadeira de Zoologia e Anatomia comparada na Escola Polytechnica, no qual alcançou a primeira classificação, e provido lente proprietario da mesma cadeira no anno de 1880. Tempo depois foi provido lente da 2.ª cadeira do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa (Mercadorias). Fez parte da vereação da camara municipal de Lisboa, começando d'ahi a sua importancia politica, tendo sido já filiado no partido progressista. Em 1887 entrou pela primeira vez na camara dos deputados, sendo eleito pelo circulo da Gollegã, e reeleito depois em successivas legislaturas pelos circulos do Cartaxo, Covilhã, Horta, e mais tarde pelo de Abrantes. Em 1891 era inspector do serviço technico das alfandegas, membro do conselho geral das alfandegas, e da commissão das pautas ultramarinas. Tambem foi par do reino electivo, por Aveiro. Em 1900, n'uma recomposição do ministerio regenerador, presidido pelo conselheiro Hintze Ribeiro, foi convidado por este estadista para a pasta da fazenda, em substituição do conselheiro Anselmo d'Andrade, que saira do ministerio. O sr. conselheiro Mattoso dos Santos desempenhou muitas commissões de serviço publico, e das mais importantes e difficeis, em que se houve superiormente, nas quaes se conta a negociação d'um tratado de commercio com a Republica dos Estados Unidos do Brazil, para o que teve de ir ao Rio de Janeiro, tratado que chegou a ser assignado, mas não foi ratificado nem publicado.

Santos *(Francisco dos)* Celebre piloto, natural de Lisboa, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de Raphael dos Santos, mestre da carreira da India, e de Maria Varella Depois de estudar humanidades no collegio de Santo Antão, dos jesuitas, applicou-se logo em seguida á arte da construcção dos navios, em que se tornou muito perito, escrevendo uma obra que ensina a nomenclatura das differentes partes do navio, a quantidade de prégos, linho, estopa, chumbo, breu, azeite e alcatrão que o navio leva. Esta obra tem o titulo de *Renautica*. No livro, que era manuscripto e existia na bibliotheca de D. João IV, a quem o autor a dedicára, havia os desenhos de todas as partes do navio, e os retratos de todos os vedores de fazenda que houve na India, desde a acclamação do mesmo soberano.

Santos *(Fr. Francisco dos)*. Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Setubal; ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Professou na ordem franciscana da Madre de Deus, da India Oriental. Partiu para a India em 1632 a bordo da nau *S. Gonçalo*, commandada pelo capitão Fernão Lobo de Menezes. O navio naufragou na bahia Formosa ao pé do Cabo da Boa Esperança, e fr. Francisco dos Santos, tendo escapado milagrosamente, seguiu para a India onde governava então o vice-rei D. Miguel de Noronha, conde de Linhares, e foi ainda mestre dos noviços e presidente do convento da Madre de Deus em 1642, e definidor em 1646. Deixou manuscripta uma relação do seu naufragio.

Santos *(Francisco Xavier Ribeiro dos)*. Desembargador e primeiro juiz de fóra de Oeiras. Este magistrado era amigo do marquez de Pombal, e figurou muito na politica do seu tempo.

Santos *(Fr. João dos)*. Religioso da ordem de S. Domingos, e chronista muito apreciado em Portugal e no estrangeiro. N. em Evora, e fal. em Gôa em 1622. Professou a 5 de novembro de 1584. Era filho de Bartholomeu Fernandes e de Beatriz Ferreira. Frequentou as aulas do seu convento, e seguiu depois para o Oriente. Chegando a Moçambique, encontrou ali um confrade, fr. João Madeira, que estava missionando, e que o convidou a acompanhal o. Fr. João dos Santos acceitou a proposta, e durante 11 annos percorreu os rios de Cuama, Tete e Sena, trabalhando com grande efficacia, já convertendo e baptisando gentios, já fundando seminarios e conventos. Voltou a Portugal em 1607, mas pouco se demorou na Europa, porque logo recebeu ordem de voltar ás suas missões, em que proseguiu activamente, até que passando para o convento de Gôa em 1622, ali falleceu. Escreveu: *Ethiopia Oriental e varia historia das cousas notaveis do Oriente, em que se dá relação dos principaes reinos d'esta larga região, dos costumes, ritos e abusos dos seus habitadores, dos animaes, bichos e feras que n'ellas se criam, de suas minas e cousas notaveis que tem ainda no mar como na terra, de varias guerras e victorias insignes que houve em nossos tempos n'estas partes entre christãos, moiros e gentios*, Evora, 1609. Esta obra é dividida em duas partes, muito curiosa e instructiva. Foi traduzida em francez pelo clerigo theatino Gaetan Charpy que a resumiu, dando-lhe o titulo de: *Histoire de l'Ethiopie orientale, traduite du portugais de R. Pére Jean dos Santos, religieux de l'ordre de Saint Dominique*, Paris, 1684; saiu 2.ª edição em 1603. Fr. João dos Santos deixou manuscripto o *Commentario da região dos rios de Cuama*, que Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, declara que foi dado pelo autor a Antonio Bocarro, chronista-mór da India, que assim o diz nas suas *Décadas*, e que effectivamente parece ter aproveitado largamente o trabalho de fr. João dos Santos. Escreveu tambem a *Relação do descobrimento das minas de prata de Chicova*, em 1618.

Santos *(João Antonio dos)* Cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, secretario da camara municipal de Lisboa, e escriptor. N. em Lisboa a 3 de janeiro de 1791, onde tambem fal. a 18 de fevereiro de 1837. Era filho d'um contraste de ouro e pedras preciosas, e estudou os preparatorios para a faculdade de medicina, mas quando os concluiu, não

pôde entrar na Universidade, porque a invasão franceza obrigára aquelle estabelecimento scientifico a fechar as suas aulas. Em vista d'este contratempo frequentou a aula do commercio, e dedicou-se a estudos de theologia com a ideia de seguir a carreira ecclesiastica, mas para satisfazer a vontade paterna, entregou se á profissão de ourives por algum tempo. Assim que falleceu seu pae, liquidou o negocio, e dedicou se inteiramente ás letras, entrando para a redacção do *Portuguez*, depois da revolução de 1820. Foi escolhido para bibliothecario e redactor dos *Annaes da Sociedade promotora da industria nacional.* Coordenou os tres primeiros volumes dos *Annaes*, e tendo esses sido extinctos depois de 1823 e reorganisada a sociedade no tempo da regencia da infanta D. Izabel Maria, João dos Santos voltou a occupar o seu antigo cargo. Em 1826 e 1827 escreveu de novo no *Portuguez*, em que collaboravam então Garrett e Paulo Midosi, e passando unicamente entregue ao estudo todo o tempo do governo de D. Miguel, foi em 1834 nomeado secretario da camara municipal de Lisboa. Em 1836 publicou a sua biographia, escripta por elle proprio, e em 1837 a traducção das *Epocas da natureza*, de Buffon, e nos ultimos tempos da sua vida começou a imprimir um volume de *Ensaios poeticos*, que só vieram a publicar se depois da sua morte.

Santos *(João Antonio Correia dos)*. Capitão do estado maior de infantaria, lente do Collegio Militar. N. a 14 de março de 1874. Assentou praça a 27 de junho de 1890, sendo promovido a alferes em 12 de março de 1896, a tenente em 15 de março de 1900, e a capitão a 9 d'abril de 1908. Foi nomeado professor do Collegio Militar pelo fallecimento do major Fernando Maia. Possue a medalha de prata de comportamento exemplar. Tem collaborado n'alguns jornaes politicos, e no *Brazil-Portugal*.

Santos *(João Ferreira dos Santos Silva, 1.º barão de)*. Consul da Belgica na cidade do Porto, e addido honorario á legação de Madrid; conselheiro, commendador das ordens de Christo, de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e da de Izabel a Catholica, de Hespanha; negociante matriculado nas praças de Lisboa e do Porto. N. a 5 de novembro de 1799, fal. a 5 de dezembro de 1858. Era filho de João Ferreira dos Santos, capitão das antigas milicias, e de sua mulher, D. Maria Thomazia Narcisa. Casou a 9 de dezembro de 1826 com D. Carolina Augusta de la Rocque, filha de João Luiz de la Rocque, negociante na praça do Porto, e de sua mulher D. Rosa Albertina de Mello. D'este matrimonio houve tres filhos: o 2.º barão de Santos, o bispo do Porto D. Americo, e o barão de Ferreira dos Santos. O seu brazão já veiu descripto no artigo d'este seu 3.º filho, *Portugal*, vol. III, pag. 437. O titulo foi concedido por decreto de 8 de abril de 1850.

Santos (*João Ferreira dos Santos Silva*, 2.º *barão de)*. Moço fidalgo, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, diplomata aposentado, commendador das ordens de Christo, e da Legião de Honra, de França; gran cruz da ordem do Leão e do Sol da Persia, par do reino, etc. N. a 1 de janeiro de 1828, fal. a 8 de abril de 1903, em Fontenay aux-Roses (França). Era filho do antecedente e pertencia ao corpo diplomatico. Esteve durante alguns annos na legação de Portugal em Paris, como 1.º secretario, sendo em 1870 elevado a ministro plenipotenciario junto da côrte da Russia, onde se conservou até pedir a sua aposentação em 1899. Por occasião da coroação do czar Alexandre II, foi investido na qualidade de embaixador. Era par do reino, cargo de que prestou juramento e tomou posse na respectiva camara na sessão de 4 de fevereiro de 18-2. Casou em 1871 em Paris com madame Cornelia Figdor, viuva d'um abastado banqueiro de Vienna d'Austria. O titulo foi renovado no de seu pae, por decreto de 14 de junho de 1860.

Santos *(João José dos)*. Gravador. N. em 1806, e dedicando-se á gravura, foi aggregado á aula de gravura historica da Academia de Bellas Artes. Em 1846 foi encarregado de gravar um quadro representando as façanhas do mestre da ordem de S. Thiago, Paio Peres Correia. Amigo particular do conde Raczynski, acompanhou o nas suas digressões pelas provincias de Portugal, dando-lhe os esclarecimentos indispensaveis a um estrangeiro, fazendo para elle os desenhos e gravuras de que Raczynski necessitava, prestando-lhe emfim os maiores serviços, de que Raczynski reconhece nas suas Cartas e no seu *Diccionario historico-artistico*. Escreveu: *Discurso funebre em memoria do sr. Francisco de Paula Cerqueira*, etc., Lisboa, 1856; *Exame critico do opusculo «Reforma da Academia das Bellas Artes de Lisboa» pelo sr. José Maria de Andrade Ferreira, offerecido á dita academia*, Lisboa, 1860; *Os dois concursos, ou a Academia das Bellas Artes de Lisboa; resposta ao artigo escripto no jornal «A Nação,» pelo sr. Estevão José Pereira Palha*, Lisboa, 1860; *Discurso que deverá ser recitado na Academia das Bellas Artes de Lisboa por occasião da sessão solemne triennal em 29 de março de 1862; offerecido á mesma academia*, Lisboa, 1862; *Catalogo dos livros da bibliotheca da Academia das Bellas Artes de Lisboa*, Lisboa, 1862; *Biographia do sr. Alexandre Fernandes da Fonseca, fundador da Sociedade dos Artistas Lisbonenses, primeira em Portugal;* Lisboa, 1865; com retrato gravado pelo autor; *Biographia artistica de Joaquim Raphael, primeiro pintor*, etc., Lisboa, 1868; tambem com retrato gravado pelo autor; *As quedas de Mr. Renan;* saiu no *Amigo da Religião*, de 1864, em capitulos successivos, a contar do n.º 212, de 9 de julho, e depois em separado, com o titulo seguinta: *As quedas de Mr. Renan. Aos meus irmãos de trabalho. O. D. João José dos Santos*, Lisboa, 1864.

Santos *(Joaquim Manuel dos)*. Cirurgião e latinista distincto. N. em Lisboa em 1829, onde tambem fal. a 6 de abril de 1860, apenas com 31 annos de edade. Cursou a Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. Escreveu: *Tratado de synonymos e differenças de palavras da lingua latina, offerecido ao ill.mo sr. José Maria da Silveira Almendro*, etc., Lisboa, 1854.

Santos *(Fr. José dos)*. Religioso da ordem da Trindade. N. em Lisboa, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Professou no anno de 1718. Doutorou-se em theologia na Universidade de Coimbra. Era afamado theologo e prégador muito apreciado em Coimbra e em Lisboa, mas dos seus sermões apenas publicou um, prégado por occasião das festas da canonisação de S. João Baptista Regis.

Santos *(José Bento dos)*. Latinista. N. no Campo Grande em 1718. Aprendeu grammatica e rhetorica, o em 1735, contando apenas 17 annos de edade, fugiu de casa do pae, desejoso de vêr mundo, percorreu toda a Italia, parte da França, e em Arles foi roubado por uns desertores hespanhoes. Teve do proseguir a pé na viagem para Pamploua, onde foi preso por suspeitas de ser desertor, e obrigado a servir no exercito hespanhol, até que de Lisboa lhe mandassem a necessaria fiança. Mas entretanto decorreram dois annos em que elle foi subindo postos, e em que entrou na guarda em Fuenterabia, d'onde pensou em fugir. Emfim veiu a fiança acompanhada por uma excommunhão do prelado de Lisboa, fulminada contra os que puzessem obstaculos á volta de José Bento dos Santos para sua casa, porque fôra elle reclamado como addicto á egreja parochial do Campo Grande. Ainda não estavam terminadas as suas amarguras, porque embarcando a bordo d'um navio inglez que o trouxesse a Portugal, caiu nas mãos d'uns corsarios hespanhoes, que o levaram para a Corunha, d'onde elle se escapou, regressando a Portugal; em 1743 publicou uma composição latina consagrada a exaltar as glorias de D. Valerio da Costa Gouveia, arcebispo de Lacedemonia e coadjutor de Portalegre.

Santos *(José Carlos dos)*. Illustre artista dramatico, mestre da arte de representar, uma das glorias do nosso theatro. N. em Lisboa a 13 de janeiro de 1833, onde tambem fal. a 8 de fevereiro de 1886. Era filho de José Cypriano dos Santos e de D. Maria da Conceição Marrocos. Frequentou as aulas de instrucção secundaria, e os seus condiscipulos deleitavam-se com o talento dramatico que o joven estudante revelava, sobretudo quando imitava actores conhecidos. Essa estreia familiar do futuro artista dramatico, tinha por theatro quasi sempre a casa Anjos a S. Mamede, familia com quem Santos conviveu muito. O palco foi sempre o seu unico enlevo. Já em creança, improvisava em casa theatrinhos, escrevendo, ensaiando e representando pequenas peças, que faziam as delicias das pessoas que expressamente ali se reuniam para assistirem a essas festas infantis. Logo que a edade lh'o permittiu, começou a frequentar os theatros e os botequins onde costumavam juntar se os actores e escriptores dramaticos. Essa convivencia alcançou-lhe boas relações, e alguns dos seus condiscipulos o apresentaram um dia em casa do poeta e escriptor Gomes de Amorim, que então morava proximo do theatro de D. Maria. Gomes de Amorim sympathisou muito com elle, e conhecendo-lhe muita vontade e vocação para a scena, o levou ao palco d'aquelle theatro, apresentando o a Garrett e ao actor Epiphanio. Ambos apreciaram muito a decidida inclinação de Santos para a arte dramatica, e Gomes d'Amorim destinou lhe um pequeno papel no seu drama *Ghigi*, que se representou pela primeira vez a 31 de maio de 1851. Como Santos era baixo e bastante nutrido, Gomes d'Amorim começou a tratal-o por *Santos pitorra*, alcunha que, mais ou menos, sempre conservou. O novo actor contava 18 annos de edade, mas um discipulo no theatro de D. Maria, por muito talento que tivesse, não podia fazer carreira, e demais a mais tendo pronunciada tendencia para os papeis comicos. Santos entendeu, que mais depressa se tornaria conhecido, se entrasse para um theatro exclusivamente de comedia. Pouco tempo se demorou, portanto, em D. Maria desempenhando pequenos papeis, e passou á Rua dos Condes. Ali, póde dizer-se, é quo verdadeiramente começou a sua carreira artistica, encarrogando-se já de partes mais importantes. Ainda nos lembra o papel do estudaute Mendonça, no *Perdão d'acto em perspectiva*, em que era inexcedivel de graça. Veiu para o theatro de D. Fernando, que já não existe ha muitos annos, onde entrou em varias peças, representando tambem n'algumas comedias suas, que muito agradaram, como a *Missão*, em 3 actos; *O Anjo da paz*, em 2 actos; *Saia de balão e collarinho de papel*, engraçado aproposito em 1 acto, etc. D'ali veiu para o Gymnasio, no principio de 1856, e n'este theatro é que o seu trabalho se tornou deveras distincto. Debutou na magica *O Cabo da Caçarola*, no papel do principe Alfenim, e seguiu-se uma infinidade de peças, em que sempre tinha papeis importantes, como *A Probidade*, *Mysterios sociaes*, *O Afilhado de toda a gente*, *O Defensor da Egreja*, *Os filhos dos trabalhos*, *Casamento singular*, *Trabalho e honra*, etc. O genero em que se tornou então mais distincto, foi o de galan comico. Nas epocas que se conservou no Gymnasio apresentou muitas peças suas, umas originaes, outras traduzidas ou imitadas, trabalho a que já se dedicava antes de ter entrado para o theatro, que as emprezas acceitavam gostosamente, e que as plateias applaudiam. Em quasi todas essas peças elle representava, como a *Novella em acção*, *Não é com essas*, *Convido o coronel*, *Uma chavena de chá*, *Lucta matrimonial*, *O segredo d'uma familia*, *Por causa d'uma causa*, *O vinho do Batalha*, *Uma lua de fel*, *O Homem das cautellas*, etc. O seu talento artistico a cada instante se manifestava d'um modo notavel, e D. Luiz, que muito o apreciava, o mandou estudar a Paris, á sua custa, os grandes mestres da arte dramatica. Conhecendo bem o francez, e dotado do vivissima intelligencia, Saatos procurou os modelos mais perfeitos, seguiu com a maior attenção os espectaculos da *Comedia*, leu os melhores criticos theatraes, o assim reuniu muitos conhecimentos valiosissimos. Quando regressou de Paris, podia dizer-se affoitamente o nosso primeiro actor moderno. A critica e a imprensa o receberam com verdadeiro enthusiasmo. Reorganisado o theatro de D. Maria, a instancias de Francisco Palha, o governo o nomeou commissario regio e seu director. Francisco Palha recebeu n'aquelle theatro, que passou a ser verdadeiramente normal, os actores que mais distinctos se mostravam nos diversos theatros, e Santos tambem foi escripturado. As peças de Sardou e de Alexandre Dumas filho, tiveram n'elle um interprete admiravel. Era o *dizeur* por excellencia, verdadeiramente primoroso, e obteve um successo delirante em peças, como a *Por causa d'uma carta*, *Demi-monde*, que se representou com o titulo de *Posições equivocas*, *A Tentação*, *Córa*, e muitas outras, dos principaes escriptores francezes, entrando ao mesmo tempo em peças originaes portuguezas, de Mendes Leal, Garrett, Ernesto Biester, Pinheiro Chagas, Ricardo Cordeiro, etc. Mas o seu maravilhoso talento ia mostrar mais um novo aspecto, *Desjenais* das peças francezas, onde esse nome servia para caractorisar um genero espe-

cial, ia mostrar que tinha folego para o drama, e que o galan comico podia tambem ser um distincto galan dramatico. O modo como elle representou o Maximo Odiot da *Vida d'um rapaz pobre*, foi uma revelação extraordinaria. Em 1866, Francisco Palha deixou de ser commissario regio, e abandonou o theatro normal para fundar o novo theatro da Trindade com os artistas que o quizessem seguir. A companhia era uma das mais completas, como nunca se vira em theatro algum portuguez. Era um brilhante conjuncto de actores e actrizes tanto dramaticos como comicos. Os principaes artistas que seguiram Francisco Palha, fôram: Emilia Adelaide, Delfina, Emilia Letroublon, Santos, Tasso, Isidoro e Joaquim d'Almeida. Santos escripturára-se como primeiro actor e ensaiador Emquanto duraram as obras da construcção do novo theatro, Francisco Palha tomou

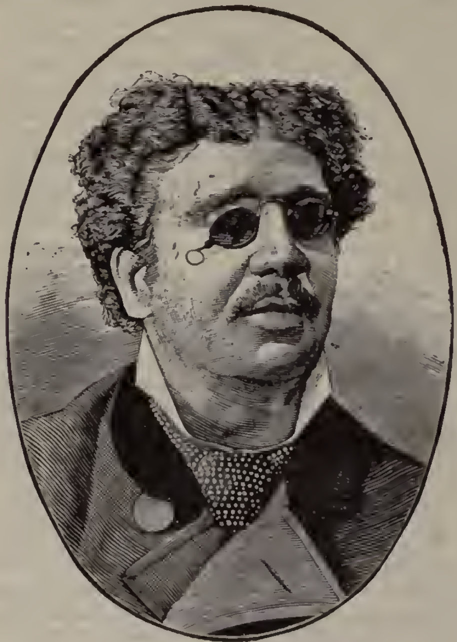

José Carlos dos Santos

o da Rua dos Condes, onde realisou provisoriamente os espectaculos, apresentando, entre outras peças, *A familia Benoiton*, *O Demonio do jogo*, *Monjoie*, que fôram novos triumphos para o notavel actor A companhia ainda representou em S. Carlos os dramas *A Cigana* e *Alva Estrella*. Algumas divergencias com Francisco Palha fizeram com que Santos abandonasse a companhia, não chegando mesmo a seguir para a Trindade, que inaugurou os seus espectaculos regulares em 30 de novembro de 1867. Santos associou se com o antigo empresario Pinto Bastos, tomando o theatro do Principe Real Principiou então uma nova phase na existencia de Santos, e que foi decerto a mais brilhante, porque reuniu assim todas as maravilhosas condições do seu talento Em primeiro logar, mostrou-se um habilissimo empresario. Foi elle que teve a ideia de tornar conhecidas do publico as operetas de Offenbach que estavam fazendo furor no estrangeiro. Não tinha cantores nem actores costumados áquelle genero, nem publico habituado tambem a elle. Santos, porém, resolveu todas as difficuldades, escolheu a *Gran Duqueza de Gerolstein*, ensaiou-a a primor, dirigiu a *mise-en-scéne* de um modo notavel, e a *Gran-Duqueza* obteve um exito colossal, e deu grandes lucros á empresa. Foi elle tambem que teve a audacia de trazer ao seu theatro a companhia do grande italiano Ernesto Rossi, que se fazia pagar bem caro. O successo tambem foi enorme, vendo-se todas as noites reunida n'aquelle theatro a nossa primeira sociedade. Constituiu-se depois da partida do actor Rossi, uma companhia dramatica, que inaugurou os espectaculos com o drama *João carteiro*, que foi um novo triumpho para Santos, assim como as peças que se seguiram *Os Solteirões*, *O Juiz*, *Vida d'um rapaz pobre*, *Serafina*, etc. N'esta epoca brilhante foi que se notabilisou Antonio Pedro, que muito se evidenciaram as actrizes Virginia e Amelia Vieira, e que debutou o actor Alvaro, que teve tambem a sua epoca gloriosa. Saindo Pinto Bastos da empresa, Santos chamou para seu socio José Joaquim Pinto. Em 1868, quando as reformas economicas do bispo de Vizeu prejudicaram sensivelmente o theatro normal, o governo deliberou adjudical o ao proponente que o tomasse em condições mais vantajosas para o Estado. Francisco Palha arrendou o então, reunindo a companhia á da Trindade, dando assim espectaculos em ambos os theatros; reconhecendo, porém, a impossibilidade de os dirigir ao mesmo tempo, no fim de dois annos resolveu abandonar o de D. Maria, e de commum accôrdo o entregou á empresa Santos e Pinto, que então deixaram o theatro do Principe Real, que proseguiu com o empresario Pinto Bastos. Santos revelou de novo a sua poderosa iniciativa, o seu fino gosto e o seu genio artistico O theatro normal voltou ás antigas glorias. Representaram se as peças de Moliére, traduzidas por Antonio Feliciano de Castilho. A prime ra foi o *Tartufo*, que Santos, no desempenho do protogonista, teve uma das suas mais notaveis creações. Foi elle que poz em scena o drama historico de Giacommetti, *Maria Antonieta*, peça em que conquistou a maior victoria dramatica da sua vida, desempenhando com rigor e sentimento indescriptiveis o papel de Luiz XVI. Pôz tambem em scena a grande peça historica de Sardou *Patria*, que obteve sobretudo um grande successo de *mise en-scéne*, e em que Santos proporcionou a Emilia das Neves o ensejo de ter talvez o seu ultimo triumpho. Correndo com uma facilidade extraordinaria pelos generos mais differentes, desempenhou Santos com ardor arrebatado o papel ultra romantico do *Antony*, na celebre peça d'este nome de Alexandre Dumas pae, e o papel completamente diverso do duque de Richelieu na *Mademoiselle de Belle-Isle* do mesmo escriptor, e não deixando de representar peças portuguezas, desempenhou em 1873 brilhantemente o Alberto de Magalhães na *Magdalena*, de Pinheiro Chagas, e em 1875 o papel de Paulo no *Drama do povo*, do mesmo fallecido escriptor. Parece ter sido esta a sua ultima creação. Havia tempos que principiava a sentir os effeitos d'uma doença grave, que devia victimal o. A vista perturbava-se-lhe, e já lhe era difficil representar. Fôram lhe aconselhados cuidados hygienicos e

descanço, mas a sua situação aggravava se cada vez mais. Por esse tempo, 1876, veiu feril-o um golpe que muito o magoou. No concurso que se abrira para a adjudicação do theatro normal, fôra-lhe preferida a empresa de D. João do Menezes e Ernesto Biester, que organisara uma nova companhia. Não era questão de dinheiro, era questão da organisação da companhia. Preferirem qualquer outra áquella em que entre os seus artistas contava José Carlos dos Santos, era um golpe deveras rudo, e quo o não podia deixar de ferir profundamente, por lhe mostrar o que se pensava já da sua doença. Retirou se então do theatro de D. Maria, e veiu para o Gymnasio. A vista ia-lhe fugiudo; já não podia representar, mas ainda ensaiava, já quasi sem poder vêr. Apezar de tão triste situação, a sua mão de mestre fez se sentir no desempenho do *Sargento mór de Villar*, em que Antonio Pedro, no papel do *De profundis*, obteve um novo triumpho. Em 1877 deixou o Gymnasio com os actores que o tinham acompanhado, e passou á Rua dos Condes. Foi ali que pela ultima vez ensaiou, ou antes, que pela ultima vez ensinou as inflexões aos actores que o escutavam com verdadeiro respeito. Em 1878 havia cegado de todo. Começou então uma longa e tristissima agonia que durou 8 annos. As primeiras difficuldades com que teve de luctar, fôram difficuldades pecuniarias. Nunca soubera fazer economias, e achava se sem recursos alguns, não podendo já ganhar como actor nem como ensaiador. Havia creado familia. Recebera por esposa a actriz distinctissima, Amelia Vieira, que fôra sua discipula intelligente, e que tambem não podia continuar a tirar lucros da sua arte, porque tinha de ser a enfermeira constante e dedicadissima do pobre cego, que sempre a encontrou solicita até que falleceu. Ao mesmo tempo, um facto que muito nobilitou o coração e o caracter do Santos, vinha tornar ainda mais intensamente tragica a sua situação. Emilia Letroublon, a sua antiga companheira de gloria e de triumphos, pungida d'uma doença atroz, perdera a razão, e caira n'um estado de idiotismo sereno, de quo veiu a fallecer já depois da morte de Santos, e o desditoso cego entendera nobremente que não lhe devia faltar com o necessario, e mantinha-lhe casa á parte, o quo obrigava a duplicar as suas despezas. Para maior infelicidade, Santos não estivera o tempo preciso para poder ser reformado como actor, segundo a lei, mas o caso era tão excepcional e tão digno de attenção, que Pinheiro Chagas, sendo deputado, apresentou na camara o requerimento de José Carlos dos Santos, acompanhado de palavras tão justas e commovedoras, que a pensão lhe foi concedida como artista de primeira classe, na importancia de 72$000 reis mensaes, que recebeu até á data do fallecimento Santos fôra nomeado professor de declamação no Conservatorio, e conservou esse logar, augmentando ainda os seus recursos alguns beneficios nos theatros, em que apparecia recitando poesias, sempre com o seu dizer encantador. A poesia que recitou no Porto, em que tomava por assumpto a sua cegueira, foi escripta por Pinheiro Chagas; era um primor do sentimento e de saudade, que muito sensibilisou o publico. Santos que sempre conservou vehementes saudades do palco, quiz ainda um dia representar uma peça. Bastava-lhe para isso um papel de cego. Encontrou um na *Irmã do cego*, drama em 3 actos que representou no theatro do Principe Real, em 12 de maio de 1880, ao lado de Amelia Vieira; depois entrou pela ultima vez na *Leitura*, tambem com a sua dedicada esposa. Não estava, porém, ainda esgotado o seu calice de amargura. A cegueira era acompanhada por um estado pathologico sempre preoccupador, que actuava no seu physico e no seu moral. Não tinha alegria; o esforço que fizera para representar a *Leitura* quebrara lho completamente as forças. Depois sobreveiu-lhe uma doença terrivel dos ossos, que os tornava d'uma fragilidade extrema, de que resultava, ao mais pequeno movimento que fazia, quebrar um braço ou uma perna. Este estado afflictivo amargurou-lhe cruelmente os ultimos dias de existencia. Santos fôra agraciado com a cruz da ordem de S. Thiago e a commenda de Izabel a Catholica, de Hespanha. Nos seus tempos de gloria, representou, principalmente no theatro de D. Maria, com a actriz Emilia Letroublon, uma serie de comedias, em que só elles entravam, e Santos traduzira, as quaes correm impressas, e são as seguintes: *Depois do baile*, *Comedia em casa*, *As pragas do capitão*, *Onde irei passar as noites?*, *Dois n'um*, *Um sujeito e uma senhora*, *Um homem e metade d'uma mulher*. O seu enorme reportorio seria difficil mencional-o. Conforme dissémos, José Carlos dos Santos escreveu muitas peças originaes e traduziu outras, contando-se entre ellas a *Taberna*, drama traduzido do *Assomoir*, de Zola, e que se não publicou, a *Lucta matrimonial*, etc., as impressas que conhecemos, além das já citadas, são: originaes em 3 actos: *A missão*, *O segredo d'uma familia*, *O pae prodigo*, *Novella em acção*, *Não é com essas*, *Gil Braz de Santilhana;* em 2 actos: *O homem das cautellas*, *O Anjo da paz*, e *Um fidalgo pobre;* em 1 acto: *Convido o coronel*, *A saia de balão e o collarinho de papelão;* traducções em 3 actos: *A Herança d'um tio russo;* em 2 actos: *Maria ou o irmão e a irmã;* em 1 acto: *Historia d'um homem bonito*, *O bom homem d'outro tempo*, *Joaquim o Terra Nova*, *As infelicidades d'um marido feliz*, *Uma chavena de chá*, *A medalha da Virgem*. *O vinho do Batalha*, *A mania das recordações*, *Amor e marmellos*. Em 1885, pouco antes de fallecer, publicou um livro illustrado por Bordallo Pinheiro, intitulado *Album do actor Santos*, *Repositorio de curiosidades dramaticas*.

Santos (*José Joaquim dos*). Um dos mais notaveis compositores de musica portuguezes que floresceram no seculo XVIII. N no sitio do Senhor da Pedra, no termo d'Obidos, em 1745, pouco mais ou menos, e fal. em 1801. Era filho de Manuel Gonçalves e de Victoria Luiza. Foi um dos melhores discipulos do professor David Peres. Estudou no Seminario Patriarchal, para onde entrou a 24 de junho de 1751. No registo da sua entrada no Seminario, lê-se esta nota: «Deu-se-lhe o tempo por acabado no 1.º de janeiro de 1763, mas deixaram-n'o ficar no mesmo Seminario para substituto do Padre mestre da Solfa, com o ordenado de 40$000 reis por anno e tudo o mais como qualquer outro seminarista » Conservou-se, portanto, quasi toda a vida no Seminario, onde em 1757 passou a professor effectivo, logar que desempenhou até fallecer. Pertencia á irmandade de Santa Cecilia. No cartorio da Sé ha muita musica d'este compositor, em grande parte autographa,

e com datas comprebendidas entre os annos de 1774 e 1793. Consta de 15 motetes, 25 psalmos, 1 *Stabat Mater*, 1 Hymno, 1 *Miserere* e 3 *Te Deuns*. Na Bibliotheca d'Ajuda, existem tambem composiçõcs de José Joaquim dos Santos: 1 *Te Deum* a 8 vozes, em estylo palestriniano, e outro *Te Deum* a 4 vozes, no mesmo estylo. Na Bibliotbeca Nacional ha um Responsorio com a data de 1768 No meado do seculo passado ainda se cantavam algumas das suas composições. como 1 *Novena da Conceição*, algumas *Missas*, 1 *Te Deum*, umas *Matinas*, umas *Ladainhas*, etc. José Joaquim dos Santos escreveu musica para duas cantatas executadas na Academia Real das Sciencias, que annualmente festejava a Conceição da Virgem, em 8 de dezembro, cantatas cujos libretos se imprimiram na mesma Academia, com os titulos seguintes: 1.ª *Ecloga pastoril com musica, em que falam os pastores Albano Silvio e Theophilo, para recitar-se na Academia, celebrada em louvor da Immaculada Conceição da Santissima Virgem Maria Nossa Senhora, no dia em que a Egreja celebra este singular e devoto mysterio no anno de 1786*, etc. 2.ª *A' Immaculada Conceição de Maria Santissima Senhora Nossa. Cantata pastoril para representar-se na sessão da Academia que se celebra no dia em que se festeja este soberano mysterio em 1787*.

Santos *(José Maria Carreira dos)* Pintor d'arte, que falleceu nos principios do anno de 1882. Era natural dos Olivaes e foi alumno da Casa Pia de Lisboa Cursou a Academia de Bellas Artes, sendo seu professor Antonio Manuel da Fonseca, e obteve a medalha de prata n'um concurso de pintura, em que se apresentou, quando terminou os estudos. Auxiliou o seu professor na restauração dos tectos de algumas egrejas, como o da capella-mór da Encarnação, dos Martyres e do Sacramento, em Lisboa. N'uma exposição realisada em Madrid, apresentou os retratos d'el rei D. Luiz e da rainha D. Maria Pia, e fez presente d'este ultimo ao principe Amadeu, então rei de Hespanha. Executou grande numero de retratos, em que se contam alguns de D. Luiz para diversas camaras municipaes, e o de José Maria Eugenio d'Almeida. Quando falleceu, andava concluindo um quadro da *Ceia do Senhor* para a egreja de Jesus. O pintor Malhôa foi depois quem o terminou.

Santos *(José Miguel dos)*. Professor de instrucção secundaria, premiado em França, socio da Associação dos jornalistas e escriptores portuguezes, etc. N. em Lisboa em 7 de janeiro de 1838, e já falleceu ha annos. Era filho do escrivão do concelho do Seixal, do mesmo nome, e de sua mulher, D. Anna Clementina dos Santos. Foi director e thesoureiro da referida associação, de que foi por vezes reeleito, e socio da Sociedade de Geographia de Lisboa. Era socio honorario da Associação dos escriptores e artistas de Madrid, da Real Escola Italiana de Jurisprudencia de Roma, e do Atheneu de Sciencias e Letras, de Italia; membro titular da Academia de Montréal de França Escreveu: *Manual de conversação em portuguez e francez para uso dos portuguezes e brazileiros*, etc, Lisboa, 1876; *Grammatica franceza conforme o programma official do curso dos lyceus*, Lisboa, 1878; 2.ª edição, *approvada pelo governo para uso das aulas de francez*, Lisboa, 1882; *Mysterios da lingua franceza ou diccionario de locuções francezas, cuja traducção em portuguez não póde ser feita á letra*, Lisboa, 1878; *Resumo da grammatica franceza para uso dos principiantes*, Lisboa, 1879; *Diccionario dos verbos irregulares defectivos francezes*, Lisboa, 1879; *Elementos de versificação franceza approvados pelo governo para uso das aulas de francez*, Lisboa, 1880.

Santos *(José Verissimo dos)*. Professor regio de philosophia, em Thomar. Escrevou a seguinte obra: *Historia critica da composição oratoria, d'onde se dão em compendio as regras que n'esta parte da rhetorica deixaram escriptas Aristoteles, Cicero, Quintiliano, Batteux*, etc., Coimbra, 1773.

Santos *(Fr. Leonardo dos)*. Religioso da ordem da Trindade. N. em Ceuta, que então pertencia a Portugal, nos fins do seculo XVI. Recebeu o habito na sua terra, e veiu professar a Lisboa em 1610. Estudou profundamente philosophia e theologia, e regeu essas cadeiras no seu convento. Escreveu em latim um commentario de Jonas, que ficou manuscripto. Fr. Leonardo dos Santos era muito perito na exegése catholica das Escripturas. Foi definidor e ministro na sua ordem. Fal. em 1666.

Santos *(Fr. Manuel dos)*. Religioso da ordem de S. Domingos. Quando em 1593 se deliberou mandar á India uma missão dominicana, foi fr. Manuel dos Santos com mais 5 religiosos na companhia do vigario fr. Francisco de Faria. A' volta seguiu o caminho de Babylonia, Veneza e Roma, e deixou manuscripta n'um livro a descripção da sua viagem, com o titulo *Curioso itinerario*.

Santos *(Fr. Manuel dos)*. Religioso da ordem dos eremitas de S. Paulo, e musico muito apreciado. N. em Lisboa em 1570, fal. tambem n'esta cidade a 19 de setembro de 1737. Professou no convento do Sacramento (Paulistas) em janeiro de 1686. Aprendeu contraponto com o celebre mestre da capella real Antonio Marques Lesbio, e, segundo diz Barbosa Machado, «chegou a ser entre os professores de musica o mais perito, assim pela novidade das ideias, como collocação das vozes sempre regulada conforme os preceitos da arte com que dispunha as suas composições» Foi compositor da capella real de D. Pedro II. Fr. Manuel dos Santos era conhecido, não só como compositor eminente, cujas obras se tocavam e cantavam em todas as egrejas de Lisboa, mas como primoroso organista. Quando falleceu, gozava do titulo de mestre de capella da côrte, compositor e organista da capella real. As suas obras são as seguintes: *Texto das Paixões de Domingo de Ramos, Terça, Quarta e Quinta feira da semana santa*, a 4 vozes; *Lições de Santo Agostinho e S. Paulo, das matinas de Quinta feira, sexta e sabbado da semana santa*, a 8 vozes; *Responsorios das Matinas de Quinta, Sexta e Sabbado da semana santa*, a 8 vozes; *Miserere*, a 3 córos; *Te Deum*, a 3 córos, para recebimento da rainha D. Maria Anna d'Austria, mulher de D. João V, na capella real em 1708; *Villancicos da Conceição, Natal e Reis*, a 8 vozes, para se cantarem na capella real.

Santos *(Fr. Manuel dos)*. Monge da ordem de S. Bernardo, chronista mór do reino e da sua congregação, etc. N. no logar de Outentão, termo de Cantanhede, a 8 de novembro de 1672, fal. no convento d'Alcobaça a 29 de abril de 1760. Era filho de Sebastião Jorge Perna e de Maria

Pereira. Vestiu o habito cisterciense no convento d'Alcobaça em 18 de março de 1686. Estudou ali as sciencias escolasticas, e foi mestre de Reparações no collegio de S. Bernardo, de Coimbra, e de theologia moral no convento de Santa Maria do Douro, do bispado de Lamego. Entregando-se com muito ardor aos estudos e ás investigações historicas no riquissimo archivo do mosteiro d'Alcobaça, adquiriu grande conhecimento da historia cisterciense e da historia portugueza, e em 1710 foi eleito pelos seus confrades chronista da ordem, e nomeado por D. João V a 6 de fevereiro de 1726 chronista-mór de Portugal, sendo escolhido ao mesmo tempo para academico supra-numerario da Academia Real de Historia Portugueza. Dedicou-se então ardentemento á publicação de diversas obras, e imprimiu em Coimbra, 1710, a *Alcobaça illustrada; noticias e historia dos mosteiros e monges insignes cistercienses da congregação de Santa Maria de Alcobaça; Primeira parte: contém a fundação e progresso do mosteiro d'Alcoboça até á morte do cardeal rei D. Henrique, com muitas noticias antigas e modernas do reino, e serenissimos reis de Portugal.* D'esta obra nunca publicou Fr. Manuel dos Santos senão a primeira parte, porque a segunda foi escripta muito depois por Fr. Fortunato de S. Boaventura. Fr. Manuel dos Santos referiu-se n'esta obra um pouco acrimoniosamente a D. Francisco de Santa Maria que cantando, no *Ceu aberto na terra*, os louvores da sua congregação do S. João Evangelista, não poupára algumas satyras a varias cousas do convento d'Alcobaça e da ordem de Christo. Estimulado pela resposta de Fr. Manuel dos Santos, D Francisco de Santa Maria acudiu a replicar com a sua *Justa defeza*, que provocou uma outra replica de Fr. Manuel dos Santos, que já denuncia no azedume do titulo a afinação em que estava essa disputa entre frades. A replica de Fr. Manuel dos Santos, impressa em 1714, intitula-se: *Alcobaça vindicada; resposta a um papel que com o titulo de «Justa defesa» publicou o P. Francisco de Santa Maria contra as chamadas invectivas, tiradas da Historia d'Alcobaça illustrada, e contra o seu autor*, etc. Como chronista-mór do reino, encarregou se Fr. Manuel dos Santos de continuar a vasta compilação da *Monarchia Lusitana.* Fôra esta obra começada em 1597 por Fr. Bernardo de Brito, que escreveu as primeiras duas partes que abrangem os primordios da historia portugueza até ao tempo do conde D. Henrique. Seguiu-se-lhe o grande historiador Fr. Antonio Brandão, que escreveu a 3.ª e 4.ª partes, que abrangem até D. Affonso III; a 5.ª e a 6.ª fôram escriptas por Fr. Francisco Brandão, que narrou a historia de el-rei D. Diniz; a 7.ª escreveu-a Fr. Raphael de Jesus que narrou a historia de D. Affonso IV, finalmente Fr. Manuel dos Santos escreveu a 8.ª parte, que abrange a historia do rei D. Fernando, e a do interregno até á cleição de D. João I em 1385. Esta 8.ª parte foi publicada em 1727. Fr. Manuel dos Santos ainda escreveu a 9.ª e a 10.ª partes, que ficaram manuscriptas. Quando se tratava de defender os privilegios da sua ordem, Fr. Manuel dos Santos era sempre prompto e energico. Fr. Manuel Baptista de Castro fizera imprimir em Madrid um folheto intitulado *Crisis doxologica y apologetica por el musachato legitimo del maximo padre S. Geronimo en sus congregationes de España, Portugal y Lombardia.* Tratava o frade de sustentar a preeminencia da ordem dos jeronymos sobre a dos frades bentos, reclamando para ella a precedencia na procissão do Corpo de Deus em Lisboa. Fr. Manuel dos Santos, apezar de não ser propriamente frade bento, porque a ordem de Cister é uma derivação e uma reforma da ordem benedictina, acudiu em defeza da congregação de que a sua era, por assim dizer, suffraganea, e imprimiu tambem em Madrid, 1732, a *Analysis Benedictina. Conclue por documentos e razões verdadeiras que a sagrada e augusta ordem de S. Bento é a primeira das religiões e a mais antiga com precedencia a todas; e defende as sentenças dadas em Lisboa sobre a mesma precedencia, a favor dos reverendissimos monges negros contra os reverendos padres do real convento de Belem.* Esta contenda prolongou se por alguns annos, seguindo-se ás respostas de umas novas impugnações dos outros, e invectivando-se todos os adversarios reciprocamonte por modo bem diverso da piedade religiosa, e ainda menos conforme á humildade christã. A obra principal de Fr. Manuel dos Santos é a *Historia Sebastica*, que publicou em Lisboa, 1735, com o titulo de *Historia Sebastica: contém a vida do augustissimo principe o senhor D. Sebastião, rei de Portugal, e os successos memoraveis do reino e conquistas no seu tempo.* Escreveu ainda a *Vida e apologia do chronista-mór Fr. Bernardo de Brito*, que Fr. Fortunato de S. Boaventura publicou posthuma, na sua *Historia de Alcobaça*, de pag. 107 a 121. Deixou tambem manuscripta a 2.ª parte da *Alcobaça illustrada.*

Santos *(Manuel Innocencio Liberato dos)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador das ordens de Christo, de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; cavalleiro da de S. Thiago, e de S. Gregorio Magno, offerecido pelo papa Pio IX, a quem elle dedicára uma com posição sacra; musico e compositor distincto, professor das pessoas reaes, etc. N. em Lisboa a 23 de agosto de 1805, onde tambem fal. a 11 de novembro de 1887. O seu nome completo era Manuel Innocencio Liberato dos Santos Carvalho e Silva. Seu pae foi musico da Real Camara e do theatro de S. Carlos, em cujas orchestras occupava o logar de clarim; entrára para a irmandade de Santa Cecilia em 10 de maio de 1790, com o nome de Manuel Innocencio de Carvalho, mas depois adoptou o nome de Manuel Innocencio dos Santos Senior; sua mãe chamava-se D. Januaria Balbina Hirsch. Manuel Innocencio Junior estudou musica desde a mais tenra edade, entrando para a irmandade de Santa Cecilia a 22 de dezembro de 1814, contando apenas 9 annos de edade. Estudou com o professor Fr. José Marques, tornando-se bom harpista, bom organista, bom pianista, e muito conhecedor da arte do canto. Sendo ainda muito novo foi apresentado no paço, onde promptamente ganhou a sympathia e a estima da côrte, não só pelo adeantamento que mostrava no estudo, como pela gravidade do porte e mais dotes de cortezão, que sempre conservou em larga escala. Em 1823 era já organista da capella real, e n'esse anno, por alvará de 4 de agosto, recebeu a nomeação de fidalgo cavalleiro A 7 de outubro de 1826 foi nomeado mestre da familia real. N'esta qualidade teve por discipulas a propria regente, infanta D. Izabel Maria, que referendára o alva-

rá, e suas irmãs, as infantas D. Anna de Jesus Maria e D. Maria d'Assumpção. Apezar de D. Miguel não ser nada inclinado á musica, durante os cinco annos do seu governo, soube Manuel Innocencio conservar as boas graças da côrte, e compoz um *Hymno militar realista*, que se imprimiu para canto e piano. Depois do restabelecimento do governo constitucional, Manuel Innocencio esteve por algum tempo na sombra, mas em 1842, depois da morte do professor Bomtempo, voltou a exercer as funcções de mestre da Capella Real. Tratando D. Maria II de escolher um mestre de musica para seus filhos, a infanta D. Izabel Maria recommendou-lhe com muita instancia Manuel Innocencio, que effectivamente foi nomeado para esse logar por alvará de 10 de junho de 1844. Assim teve por discipulos D. Pedro V, D. Luiz, os infantes D. Augusto, D. João e D. Fernando, e as infantas D. Maria Anna e D. Antonia. Tendo obtido esse honroso logar, não deixou de dar testemunho publico de respeito pela memoria do chefe da nova familia reinante, pois que escreveu uma peça para piano assim intitulada: *Grande phantasia e variações sobre um thema original de Sua Magestade Imperial o sr. D Pedro, duque de Bragança*, a qual foi impressa pela casa editora Lence & C.ª. Em 1839 apresentou no theatro de S. Carlos uma opera, *Ignez de Castro*, que se cantou pela primeira vez a 8 de julho d'esse anno. Esta opera imprimiu-se para canto e piano, mas não conseguiu agradar. Em 22 de fevereiro de 1811 cantou-se no mesmo theatro outra opera sua, *O Cerco de Diu*, que foi melhor recebida, mas que tambem não obteve grande exito. Manuel Innocencio escreveu um *Te Deum* a 4 vozes e grande orchestra, que se executou na egreja de S. Domingos por occasião do casamento de D. Pedro V, em 1858, e outro para o de D. Luiz, em 1862; os dois hymnos officiaes d'estes monarchas, outro hymno de D. Pedro V, sendo ainda principe herdeiro, outro, quando em 1855 regressou da sua viagem ao estrangeiro; um hymno da regencia de D. Fernando, na menoridade do referido monarcha, e outro de D. Fernando. Escreveu muita musica religiosa para o serviço da capella real, cujas partituras autographas existiam na Bibliotheca d'Ajuda. Deixou tambem uma opera inedita *Il Conte di Leicester*. Na referida bibliotheca consta, que existe manuscripta uma pequena obra didactica com o titulo: *Grammatica Musical ou Theoria dos Principios elementares de Musica, redigida e compilada segundo as regras de Azioli e de outros autores classicos, por Luigi de Macchi Edição enriquecida de taboas demonstrativas, e posta em linguagem portugueza por M I dos Santos, Musico da Real Camara de Sua Magestade Fidelissima*, 1856. Manuel Innocencio sobresaía muito no piano, seu instrumento favorito. El-rei D. Fernando apreciava-o muito, e pedia-lhe amiudadas vezes que fôsse ao seu palacio para o ouvir, e para lhe offerecer musicas especiaes que expressamente mandava vir da Allemanha. Innocencio era um repentista sem rival; não havia musica, por mais difficil, que resistisse á sua execução prodigiosa. D. Fernando encommendava, pois, as variações mais intrincadas para o surprehender n'uma hesitação, mas o executante saia sempre victorioso. Quando em março de 1887 a princeza D. Antonia esteve em Lisboa, Manuel Innocencio foi ao paço cumprimental-a, e a princeza, sentando-se ao piano, fez-se acompanhar pelo seu velho professor, que estava commovido e tremulo. Dias depois D. Antonia recebia das proprias mãos do maestro uma *Ave Maria*, que expressamente compuzera para lhe offerecer. Foi esta a sua ultima composição musical. Manuel Innocencio era casado com D. Rita Joaquina da Fonseca Santos.

Santos *(Manuel Joaquim dos)*. Musico da Real Camara, professor de musica, etc. N. no Porto em 1800, fal em Lisboa a 16 de março de 1863. Vindo para esta cidade, aqui se estabeleceu, cêrca de 1835. N'este anno era segundo violeta na orchestra do theatro de S. Carlos, e mais tarde passou a primeiro, logar em que se conservou até fallecer. Foi musico da camara real, da Sé Patriarchal, e membro da sociedade do Conservatorio. Traduziu as seguintes obras que estão publicadas: *Grammatica da Musica ou Elementos d'esta bella arte compilados por D. Nicolau Eustachio Cattaneo, com um artigo sobre a maneira de estudar a musica*, Bruxellas, 1861; *Principios geraes de musica do sr. Joaquim Rossini*, Lisboa, 1842; *Alguns principios de Harmonia absolutamente necessarios para quem toca algum instrumento, extrahidos do Methodo dedicado a S. M o Rei da Prussia por L Drouet*, Lisboa. Arranjou tambem a opera completa *Lucia* para 4 flautas, e um *pot-pourri* da opera *Zampa*, para 3 flautas; estes dois arranjos fôram publicados pela casa Ricordi de Milão. Tambem publicou em Lisboa alguns trechos para flauta só, e para flauta e piano.

Santos *(Manuel Luiz dos)*. Engenheiro constructor do Arsenal de Marinha. Era homem de merecimento, e foi quem construiu a nau *Rainha*. Tendo, porém, seguido o partido de D. Miguel, foi exonerado em 1833. Construira uma escuna denominada *Real*, por mandado de D. Miguel, e cuja descripção minuciosa elle fez n'uns poucos de folhetos. No 1.º, publicado no Porto a 14 de novembro de 1831, descrevia o casco da escuna real; no 2.º, publicado ainda no Porto a 1 de dezembro do mesmo anno, descrevia as divisões internas das camaras e ante camaras; no 3.º, impresso em Lisboa, 1832, vem a descripção historica das figuras allegoricas, mythologicas de que se compõe o baixo relevo que orna o exterior da *Real Escuna;* no 4.º, impresso como o 3.º e o 5.º em 1832, em Lisboa, faz a descripção historica da camara real e todo o interior da *Real Escuna;* no 5.º fez o inventario do casco, apparelhos e mais utensilios assim de uso como os sobrecellentes da *Real Escuna* Parece que Manuel Luiz dos Santos foi readmittido no Arsenal, ou pelo menos continuou a occupar-se de construcções navaes, porque em 1841 escreveu uma *Memoria sobre os planos inclinados para querenar os navios em terra*. Em 1848 escreveu e imprimiu: *Segunda memoria sobre o plano inclinado para querenar os navios em terra*. Este folheto faz parte d'um opusculo que se imprimiu em Lisboa com o titulo de *Sociedade do estaleiro doka no porto de Lisboa*. Fal. em 1870, pouco mais ou menos

Santos (*Manuel Reinaldo dos*). Um dos architectos que se occuparam da reedificação de Lisboa, depois do terremoto de 1755. Foi o architecto da egreja dos Martyres, da do Coração de Jesus, e do chafariz das Janellas Verdes. Succedeu em 1775, como architecto das obras publicas,

a Miguel Angelo de Velasques, e foi encarregado do transporte da estatua equestre de D. José para o Terreiro do Paço. Fal. em 1790.

Santos *(Manuel Rodrigues dos)*. Architecto do seculo XVIII, que alcançou grande reputação em Napoles e em Roma, onde dirigiu as brilhantes ornamentações para as exequias que se celebraram por D. João V na egreja de Santo Antonio dos Portuguezes, em 1751. Os trabalhos, que então realisou, fôram gravados em 20 estampas.

Santos *(Fr. Martinho dos)*. Religioso arrabido, que se tornou notavel pelas suas austeridades e penitencias. A infanta D. Maria, filha d'el-rei D. Manuel, movida pela reputação de virtude e santidade de Fr. Martinho dos Santos, o escolheu para seu confessor, cargo que o frade acceitou, apezar de não ser muito compativel a vida do paço com a sua austeridade. Fal. a 1 de maio de 1571.

Santos *(Miguel Arthur da Costa)*. Medico-cirurgião da Escola medico-cirurgica do Porto. N. em Felgueiras no anno de 1845, onde tambem fal. a 24 de outubro de 1882. Tendo concluido o curso em 1877, foi nomeado, precedendo concurso, em 1880, lente substituto da mesma escola. Adquirira grande fama, não só pelo seu merito como homem de sciencia, mas pela sua eloquencia. Na abertura das aulas na Escola Medica em 1880, proferiu um brilhante discurso. Foi um dos fundadores da *Revista Scientifica*, onde publicou muitos e valiosos escriptos. Era um dos medicos effectivos do Instituto Sanitario Hydrotherapico, annexo ao Grande Hotel do Porto. Escreveu: *Da pathogenia da febre, dissertação inaugural*, Porto, 1877; *Estudo sobre separação organica*; *dissertação de concurso*, Porto, 1880; *Nervos vaso dilatadores*, saiu na *Revista Scientifica*; *Ensino pratico na reforma de Pombal*, na mesma *Revista*.

Santos *(Simão Francisco dos)*. Gravador e abridor de cunhos. N. em Lisboa em 1759, e fal. em 1829. Foi discipulo de José Gaspard e aprendeu a modelar com Joaquim Machado de Castro em 1787. Principiou como aprendiz a abrir pedra fina em 1774, e depois de completos os 6 annos n'estes trabalhos com aproveitamento, passou a abrir nos metaes. Despachado praticante do numero da casa da moeda por decreto de 29 de janeiro de 1795 no logar vago pela morte de Alberto Maguo, passou em 28 de setembro de 1797 a terceiro abridor de cunhos, e em 1821 requereu ser primeiro abridor da casa da moeda; não ha certeza, porém, de que fôsse provido n'esse logar. Por sua morte ficou incompleto o punção para as moedas de 7:500, sendo a 10 de fevereiro de 1830 encarregado de o concluir Domingos José da Silva. Na *Collecção de memorias*, de Cyrillo, diz se que em 1802, por desenho de Sequeira, abriram José Gaspard, Antonio José do Valle, Xavier de Figueiredo e Simão Francisco o punção do retrato do principe regente para as peças e medalhões de bronze. Ainda na mesma *Collecção de memorias* se lê que este artista executou além das obras da casa da moeda, grande numero de outras obras em metaes como em pedras finas para a maior parte dos grandes do reino, e para os tribunaes da côrte tendo egualmente aberto cruzes, escudos e sellos para reinos estrangeiros.

Santos *(Valentim Marcellino dos)*. Juiz de direito, e jornalista. N. em Poiares, em 1794, e fal. em Fronteira no fim do anno de 1861 ou principio de 1862. Formou se na Universidade de Coimbra na faculdade de Leis ou de Canones, em 1826. Seguiu a carreira da magistratura; sendo, porém, affeiçoado aos principios liberaes, só em 1834 é que foi nomeado juiz de fóra de Freixo de Espada á Cinta. Foi decerto um dos ultimos d'estes magistrados, porque pouco tempo depois nova organisação judicial acabava com esses cargos. Em 1837 foi eleito deputado ás côrtes constituintes, e em 1838, fundou, juntamente com José Estevão e Manuel Antonio de Vasconcellos, o jornal politico *O Tempo*, que mais tarde se transformou em *Revolução de Setembro*. Em 1841, teve o despacho de juiz de direito effectivo, e em 1846, estando no Porto, collaborou em varios jornaes politicos, de opposição á politica do conde de Thomar. Escreveu: *Cartas ao sr. Joaquim Jeronymo da Silva, ácêrca da archi-confraria do Santissimo Coração de Maria*, Porto, 1846.

Santos. E' uma das freguezias do 4.º bairro de Lisboa, pertencendo ao 3.º bairro para os effeitos do registo civil. A sua origem foi uma pequena ermida que fundaram os christãos em honra dos tres irmãos santos, Verissimo, Maximo e Julia, naturaes de Lisboa, filhos de paes nobres e ricos, os quaes tinham sido martyrisados n'aquelle local em 307, e ali sepultados. Durante o dominio dos moiros conservou se intacta a ermida, porque assim foi concedido aos christãos, por meio d'um tributo, para exercerem o culto religioso. Depois da conquista de Lisboa, D. Affonso Henriques transformou a ermida em uma grande egreja com o nome de *Santos*, que deu aos cavalleiros da ordem de S. Thiago da Espada, e seu filho D. Sancho I lhes construiu um convento para a sua residencia. Seculos depois, D. João II, em 1470, fundou outro convento, que ficou conhecido por *Santos-o-Novo*, para onde se transferiram as commendadeiras da referida ordem de S. Thiago, que então habitavam o antigo convento de Santos, a que se ficou dando o nome de *Santos-o-Velho*. A egreja foi mais tarde elevada a parochia, em 1566, pelo cardeal infante D. Henrique, então arcebispo de Lisboa, a qual se constituiu com uma parte que se desmembrou da freguezia dos Martyres. O edificio do convento, ficou vago, sendo mais tarde transformado n'um bello palacio, que foi paço real, estando já ha bastantes annos ali a legação franceza (V. *Portugal*, vol. IV, pag. 303 e 367). A egreja está situada no fim da calçada do Marquez d'Abrantes. A porta principal é voltada para o poente, e deita para um pequeno vestibulo, fechado por um portão de ferro. Sobre a porta ha uma grande janella que deita para o côro. Na fachada tem aos lados as torres dos sinos. A egreja tem outra porta d'entrada, no lado do norte. Um grande adro rodeia estas duas frentes, para onde se entra por dois portões de ferro. No lado da fachada principal vê-se um elegante jardim, que ha annos a camara municipal mandou organisar. A egreja é de uma só nave. A capella-mór é dedicada aos oragos, vendo-se sobre o altar as imagens dos 3 santos Verissimo, Maximo e Julia. Tem 2 altares collateraes: do lado do Evangelho onde está o Santissimo Sacramento, e do lado da Epistola N. S.ª da Conceição. Junto a este altar está embebida na parede uma pedra tumular, com um epitaphio, que indica estar ali sepultada pessoa da familia de D. Filippa de Vilhena. A egreja tem mais 6 altares lateraes, 3 de

cada lado: sendo o 3.º do lado do Evangelho dedicado á senhora da Piedade. No lado da Epistola, vê-se no 1.º altar N. S.ª da Bonança dentro d'uma maquineta dourada; e no 2.º N. S.ª de La Salete, que veiu do convento das Albertas. Todos os altares são adornados com umas pequenas columnas de relevos de madeira branca e dourada. Os pulpitos são de madeira, assim como a teia que adorna a egreja, sendo esta muito elegante e de pau santo. A frente do côro tambem é revestida de teia de pau santo dourado. O tecto é todo pintado em pequenos quadros, com emblemas diversos. Na capella mór ha 6 grandes contigua ao convento dos Mariannos Depois se recolheu á sua propria egreja, continuando o exercicio das suas funcções parochiaes. Junto á porta principal, dentro do vestibulo, ha uma boa capella dedicada aos oragos santos martyres, debaixo da qual existia outra, onde, dizem, quo os santos haviam sido sepultados. Esta ultima era, segundo consta, revestida de azulejos valiosos, mas que n'umas obras que se fizeram na egreja, por conta das obras publicas, os azulejos fôram arrancados, e remettidos para qualquer outro local, que hoje se desconhece, sendo a capella entulhada, ficando unicamente á veneração a ca·

Egreja de Santos

tribunas, 3 do cada lado. Tem duas sacristias; na dos padres vêem se uns arcazes com relevos de madeira; a da irmandade está mais bem adornada; sobre o altar vê se uma imagem do Santo Christo de marfim, sobre uma cruz de pau santo toda revestida de prata lavrada; nas paredes estão alguns quadros a oleo, e tres espelhos de moldura dourada. A parochia tinha antigamente um vigario do padroado da mitra, so qual rendia 1:000$000 reis; não tinha beneficios, mas 12 capellães com obrigação de missa quotidiana o de resarem no côro os officios divinos, cada um dos quaes recebia 80$000 reis. O terremoto do 1.º de novembro de 1755 causou pequeno prejuizo á egreja, porque sómente se sentiu alguma ruina no côro, de facil reparação, no entretanto, foi tal o susto n'aquelles primeiros dias, que por cautela, receando-se maior estrago, mandou o prior que se mudasse o Sacramento para uma ermida ou barraca das casas de D. Rodrigo de Noronha, pella superior, que é fechada com uma porta de madeira, tendo na frente um portão de ferro, a qual só está patente no dia 1 de outubro, em que se festejam os oragos. N'esta capella ha umas boas imagens dos referidos santos. Em 1876, estando a egreja muito arruinada em consequencia d'uns tremores de terra, ficando assim exposta ao rigor do tempo, que de dia para dia ainda mais a deteriorava, esteve sentenciada a ser demolida, e segundo a voz publica, havia alguem que pretendia aproveitar o edificio para uma empresa especulativa, porém o governo presidido por Fontes Pereira de Mello, entendeu que o grandioso templo não devia servir para a especulação d'alguns homens de negocio, indo supplantar os interesses geraes de milhares de cidadãos que solicitavam a permanencia da egreja parochial no mesmo sitio onde ha tantos seculos existia. A egreja foi então reconstruida á custa obras publicas, como monumento nacional, vene-

rando pela sua antiguidade o recordações historicas. Em substituição d'umas casas antigas da Irmandade do Santissimo se edificou em 1901 ou 1902, uma propriedade, mesmo junto á egreja, destinada para habitação do parocho, mas parece, que ultimamente essa concessão foi retirada, tendo o prior de procurar nova residencia.

Santos. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Tremez, conc. e distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição e conc. de Mação, do mesmo distr. || Pov. da freg. de S José do Cabiri, na 1.ª div. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Santos Banha *(Fortunato dos)*. Este nome só é conhecido pela seguinte obra publicada em Lisboa, 1801: *O Perfeito coudel; arte de estabelecer e conservar uma coudelaria perfeita; e demonstração anatomica da organisação e formação do corpo do cavallo*, etc.

Santos Cardoso *(Henrique José dos)*. Antigo jornalista, um dos que tomaram parte na revolta do Porto, em 31 de janeiro de 1891. N. em Santa Comba e Villariça em 1843, e fal. em Vizella em 5 de agosto de 1899. Era filho de João José dos Santos Cardoso e de D. Thereza de Jesus dos Santos Cardoso No Porto, onde passou uma grande parte da sua vida, foi uma das figuras mais salientes do jornalismo popular. Fundou a *Justiça Portugueza*, em 1880, jornal de combate, de que era tambem proprietario e redactor. Ali sustentou muitas e tenszes campanhas contra as instituições monarchicas. O desafogo e a energia d'essa attitude creou-lhe muitos admiradores nos que professavam as suas ideias avançadas, mas tambem lhe creou muitos inimigos figadaes. Comtudo, Santos Cardoso não desanimava, continuando sempre no seu ataque sem tregoas, até que a revolta de 31 de janeiro de 1891 o apresentou ao Porto e ao paiz sob o aspecto de revolucionario O *ultimatum* da Inglaterra de 11 de janeiro de 1890 e o tratado com aquella nação de 20 d'agosto do mesmo anno, haviam impressionado profundamente a maior parte dos portuguezes, e Santos Cardoso chegou ao convencimento de que só a republica é quo poderia salvar o paiz do abysmo em que se ia despenhando cada vez mais. D'ahi, de accôrdo com os principaes chefes do partido republicano, trabalhou para a queda da monarchia e para a proclamação da republica, sendo um dos mais activos chefes e instigadores da revolta de 31 de janeiro. Tendo so mallogrado aquelle movimento, Santos Cardoso foi preso como muitos outros, e julgado nos tribunaes marciaes de Leixões, sendo condemnado pelo 1.º conselho na sessão de 23 de março do mesmo anno de 1891 á pena de prisão maior cellular por 4 annos, seguida de degredo, a qual só em parte cumpriu por ter sido amnistiado. Voltando do degredo, recomeçou a publicação do seu jornal *Justiça Portugueza*, e n'elle atacou duramente varios dos seus correligionarios em evidencia, por motivos que se prendiam com a organisação e insuccesso da revolta. Mais tarde, porém, suspendeu a publicação do jornal, e recolheu-se á vida privada Viveu algum tempo em Lisboa, e só regressou ao Porto, de vez, quando a doença, de que falleceu, começara a apoquental-o mais Indo a Vizella tratar-se, ali falleceu.

Santos Carneiro *(Augusto Neves dos)*. Bacharel formado em direito e theologia pela Universidade de Coimbra, secretario director geral do Supremo Tribunal de Justiça, etc. N. em Varzea de Goes a 12 de maio de 1841, onde tambem fal. a de maio 12 de 1904. Era filho de Domingos dos Santos Carneiro. Foi par do reino electivo e deputado durante 14 legislaturas, sendo a ultima vez eleito em 1901, pelo districto do Braga. No parlamento fez sempre brilhante figura, principalmente quando se levantou em 1902 a questão religiosa, para cuja commissão de syndicancia fôra nomeado secretario, tendo feito um relatorio, que foi muito apreciado. Encarregou se d'outras commissões de serviço, em que sempre se houvo com a maior competencia, sendo uma d'ellas a reforma do Codigo Penal, em 1874, de cuja commissão fez parte. Era socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa e do Instituto de Coimbra, e ultimamente dirigira, com o dr. J. de Castro Lopes, a *Collecção official dos accordãos doutrinarios do Supremo Tribunal de Justiça*, para o que foi encarregado por decreto de 7 de julho de 1900, que creou esta publicação. Militou sempre no partido regenerador, em quo era muito considerado. Possuia a commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e a gran-cruz das ordens de Izabel a Catholica de Hespanha, e da corôa real de Sião; grande official de Nizhan (Tunis).

Santos Chaves *(Francisco José dos)*. Medico-inspector reformado com a graduação de contra-almirante. N. em 28 de dezembro de 1833, fal. a 29 de janeiro de 1907. Assentou praça em 4 de agosto de 1859, como medico naval de 2.ª classe; foi promovido a 1.ª classe em 22 de fevereiro de 1860, a medico naval sub-chefe em 5 de janeiro de 1869, a chefe em 20 de outubro de 1880, e a medico inspector a 26 de novembro de 1885, reformando-se no posto de contra almirante em 12 de fevereiro de 1895. No anno de 1857 prestou muitos e relevantes serviços por occasião da epidemia da febre amarella Em 1860 e 1861, estando em commissão em Loanda, tornou se notavel pela fórma como egualmente combateu esta doença. Em 1870 fez tambem algumas curas da cholera-morbus, evitando com grande esforço, que esta epidemia se propagasse. Foi chefe da 5.ª repartição do extincto conselho do almirantado; em 20 de setembro de 1892 foi presidente do conselho superior de saude naval, em 12 de setembro de 1892 foi nomeado director do posto medico do arsenal, do hospital de marinha, presidente e vogal da junta consultiva de saude naval; foi vogal da commissão incumbida de estudar as reformas do serviço de saude naval; membro do jury da classificação dos candidatos ao logar de pharmaceutico naval o chefe do serviço de saude do commando geral da armada. Serviu tambem no corpo de marinheiros e em varios navios de guerra, e nas divisões navaes do Indico e do Atlantico Sul. Santos Chaves era cavalleiro, official e commendador da ordem de S. Bento de Aviz; cavalleiro da Torre e Espada, commendador da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e da ordem da Rosa, do Brazil. Possuia as medalhas de ouro do serviços no ultramar; de prata, de comportamento exemplar, e a medalha da febre amarella, instituida pela camara municipal.

Santos Cosme e Damião. Pov. e freg. de Santos Cosme e Damião, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle do-Vez, distr. do Vian-

ua do Castello, arceb. de Braga; 74 fog. e 269 hab. Dista 8 k. da séde do conc.. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Santos Costa *(Amelia Cardia dos)*. Medica contemporanea. Desde a infancia que revelou uma extraordinaria lucidez de espirito. Era uma creança pallida e triste, e apezar das advertencias dos medicos, a familia obstinava-se em lhe aproveitar a natural tendencia para o estudo, que era a sua occupação favorita. Internada n'um recolhimento, ali permaneceu até aos 14 annos, casando depois da sua saida d'aquella casa de educação. Os primeiros annos que se seguiram ao seu enlace, fôram aquelles em que, apezar de perturbações persistentes de saude, pôde, por condições especialissimas, entregar se com ardor á leitura de bons livros. Embora sem methodo e sem guia, fez estudos que lhe permittiram revelar a sua pujante e culta intelligencia em publicações periodicas litterarias.Estudou os classicos portuguezes e latinos nos originaes, e com particular desvelo critica philosophica. Adquirido insensivelmente o habito do trabalho, quando as vicissitudes da fortuna lho fizeram prever a futura necessidade de se entregar a uma occupação remunerada, tomou resolutamento e sem custo a deliberação de optar pela mais gloriosa, embora mais ardua. Fez rapidamente os exames de instrucção secundaria, por cada um dos quaes conta uma distincção, e em 1882 matriculou se na Escola Polytechnica. O profundo desgosto que lhe causou a morte de sua mãe, D. Justa Mathilde de Carvalho e Costa, parteira diplomada pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa, succedida em 18 do novembro de 1884, e a amamentação d'um filho a obrigaram a suspender os estudos. A sua irrequieta actividade intellectual, porém, reagia contra as dôres e as fadigas, e foi durante longas vigilias á cabeceira de sua mãe, muito tempo agonizante, que compôz e publicou em folhetins no *Diario de Noticias* um romance intitulado *A Judia*. Nos dois annos immediatos seguiu as aulas da Escola Polytechnica com boas classificações, e entrou para a Escola Medica em 1886 N'esse anno sustentou com um medico distincto, em successivos artigos publicados no *Diario Illustrado*, uma polemica notavel em que advogava a causa da mulher medica com os mais bellos recursos da sua vastissima erudição. Depois d'esta questão que lhe exalçou o nome, tornando-a bastante considerada na classe medica, consagrou-se inteiramente aos seus estudos, o fez um curso dos mais distinctos, que concluiu no anno de 1891. Era a primeira vez que uma mulher se apresentava na sala dos actos d'uma escola superior a argumentar sobre pontos de doutrina scientifica. Assidua ás melhores clinicas do hospital, habituou se rapidamente a observar doentes, e tendo sido nomeada interna das enfermarias de mulheres, mostrou-se durante o seu internato d'uma applicação, e ao mesmo tempo de uma caridade inexcediveis, internato que terminou, quando concluiu o curso. A sua predilecção pelo estudo das doenças nervosas levou a a escolher uma d'estas para assumpto da sua dissertação, quo foi muito apreciada A sr.ª D. Amelia Cardia continua exercendo clinica, sendo o seu consultorio muito concorrido.

Santos Couvreur *(Jayme Agnello dos)*. General de divisão reformado. N. em Lisboa a 5 de maio de 1842. Assentou praça em artilharia a 14 de agosto de 18 8, sendo promovido a alferes em 4 de julho de 1859, a tenente em 5 de janeiro de 1868, a capitão em 23 de setembro de 1873, a major em 31 de outubro de 1884, a tenente coronel a 23 do outubro de 1888, a coronel em 30 de dezembro de 1893, sendo reformado no posto de general de divisão em 12 de outubro de 1900. E' filho de Guilherme Augusto da Silva Couvreur, que esteve como adjunto á escola e serviço de torpedos em 1891; teve a commenda da ordem de Aviz, e as medalhas de prata de bons serviços o de comportamento exemplar. Escreveu: *O Metal Gruson; relatorio apresentado ao ministerio dos negocios da guerra, em 28 de abril de 1880*, Lisboa, 1881. Este relatorio é o resultado d'uma commissão, quo elle e outro official de artilharia desempenharam em Buchan Maydeburg, onde fôram por ordem do governo examinar na fabrica Gruson um modelo de bateria couraçada proposta por este industrial para as fortificações russas do Mar Negro. O sr. general Couvreur tem sido um colleccionador intelligente e importantissimo de moedas portuguezas e possue muitos exemplares de primeira raridade.

Santos Cruz *(Francisco Ignacio dos)*. Bacharel formado em medicina pela Universidade de Coimbra, conselheiro, vice presidente do Conselho Superior de Saude Publica do Reino, etc. N. em Santarem a 10 de outubro de 1787, fal. em Lisboa a 30 de março de 1859. Era filho de Manuel dos Santos Cruz e de D. Anna Joaquina. Foi destinado por seu pae á vida ecclesiastica, e com esse intuito estudou humanidades no Seminario Patriarchal. Sendo, porém, demovido d'esse proposito por dois de seus tios, matriculou so na Universidade de Coimbra em 1804, no 1.º anno do curso mathematico e philosophico, preparatorios da medicina. Levado pelo amor da sciencia não se limitou ao simples estudo dos tres annos de philosophia que os estatutos prescreviam, frequentou ainda o 4.º, que era então o ultimo dos quo a faculdade comprehendia. Seguiu tambem no curso de mathematica a phronomia, distinguindo-se por tal modo em sciencia tão difficil que á sua explicação se soccorriam frequentes vezes os condiscipulos. Tambem foi distincto na carreira da medicina; percorreu a com approvação plenissima, recebendo o grau de bacharel em 11 de junho de 1813, e formando se em 31 do julho de 1814. Durante a Guerra Peninsular, de 1808 a 1810, serviu no batalhão academico, empregando se depois n'uma repartição do commissariado inglez, deixando por isso de frequentar a Universidade em 1811. Exerceu clinica em Santarem até 1815, indo depois estabelecer-se em Punhête, hoje Villa Nova do Constancia, e ali viveu 21 annos. Vindo então para Lisboa, entrou no Conselho de Saude Publica do Reino, de quo foi nomeado vice-presidente por decreto de 7 de janeiro de 1837, servindo de presidente desde 1838 até 1845. Em 9 de junho de 1846 foi novamente nomeado presidente. Sendo antigo socio effectivo da Academia Real das Sciencias, pediu a sua demissão por motivos particulares, pouco depois da nova reorganisação. Escreveu: *Descripção economica de certa porção consideravel do territorio da comarca de Thomar, e proximo á*

margem do Tejo; saiu sem o seu nome, no tomo VIII, parte II das *Memorias da Academia das Sciencias*, de 1823, de pag. 43 a 134; esta *Memoria* obteve o *accessit* da Academia em sessão publica de 24 de junho de 1821, com a medalha de prata, e mereceu ao autor a nomeação de socio correspondente; *Descripção topographico-medica da villa de Punhête;* saiu no *Jornal de Coimbra*, n.º LXXXV, parte 1.ª, de pag. 5 a 21; saiu de novo muito ampliada, segundo as bases descriptivas propostas pela Academia, e adoptadas da obra *Histoire et Mémoires de la Société Royale de Médecine de Paris*, tomo I; acha-se com o titulo de *Topographia Medica da villa de Constancia, antiga Punhête, e de suas povoações immediatas*, no tomo IV dos *Annaes do Conselho de Saude Publica do Reino*, 1839, de pag. 252 a 306, com um mappa estatistico no fim, de profissões e população; *Annaes do Conselho de Saude publica do reino;* foi redactor e principal collaborador d'esta publicação, começada em 1838 e continuada nos annos seguintes, formando ao todo 5 tomos; *Da prostituição da cidade de Lisboa, ou considerações historicas e administrativas em geral sobre as prostitutas, e em especial na referida cidade, com a exposição da legislação portugueza a seu respeito, e proposta de medidas regulamentares necessarias para a manutenção da saude publica e da moral*, Lisboa, 1841; com varios mappas estatisticos; *Ensaio sobre a topographia medica de Lisboa, ou considerações especiaes relativas á sua historia* etc., Lisboa, 1843-1844, 2 tomos; *Memoria sobre os differentes meios de atalhar os incendios, de salvar as pessoas e os objectos d'elles ameaçados, e de os prevenir quanto possivel*, Lisboa, 1850; *Elogio historico necrologico do dr. Francisco Thomaz da Silveira Franco*, Lisboa, 1856; tambem saiu no tomo III, parte I da 2.ª serie das *Memorias da Academia; Trabalhos academicos, litterarios e scientificos*, Lisboa, 1851; trata da illuminação da cidade e da sua historia; *Opinião sobre a sorte futura de Lisboa em o verão de 1858*, Lisboa, 1857; *Febre amarella no Porto em 1856, ou exposição de factos, documentos e considerações criticas para servir de resposta á chamada Memoria da Associação Commercial do Porto*, Lisboa, 1858.

Santos Cruz *(Manuel dos)*. Bacharel formado nas faculdades de medicina e philosophia pela Universidade de Coimbra, examinador de medicina na physicatura-mór do Reino, deputado, poeta, etc. N. em Santarem a 14 de outubro de 1792, fal. em Lisboa a 19 de junho de 1853. Era filho de Manuel dos Santos Cruz e de D. Maria Genoveva Henriques de Carvalho; irmão do antecedente. Depois de estudar humanidades no Seminario Patriarchal, matriculou-se na Universidade em 1809 no 1.º anno de mathematica. Interrompendo o curso por ter adoecido gravemente, voltou aos estudos em 1814, e concluiu a formatura de philosophia a 29 de maio de 1819 e a de medicina a 2 de agosto de 1823, tendo sido sempre premiado em todas as cadeiras, tanto d'uma como d'outra faculdade. Exerceu clinica em Santarem até 1832, com grandes créditos, e depois em Lisboa por occasião da cholera morbus em 1833. Foi deputado nas côrtes constituintes de 1837, tornando-se notavel n'esta assembleia pelas suas ideias extremamente populares, mantendo-se dignamente, entrando nos debates mais importantes. Annos depois, desgostoso da politica, saiu de Lisboa em 1841, esteve em França, viveu alguns annos em Marselha, indo por fim estabelecer-se em Canaveral, entre Caceres e Placencia, Hespanha. Em 1850 regressou a Portugal, e fixou residencia em Lisboa, exercendo clinica até á data do fallecimento. Manuel dos Santos Cruz era homem de profundo talento, muito erudito, e de rigidas convicções democraticas; não pediu nunca, nem acceitou titulos, postos, condecorações ou cargos publicos, a não ser o de medico do Terreiro do Trigo, que serviu desde 1837 até 1840. Escreveu e publicou anonymos os seguintes opusculos, todos de assumptos politicos: *A Europa sem véo; ultimatum aos gabinetes, ou nenhuma politica senão as garantias de facto; a politica das nacionalidades; escripto para os povos por um amigo do povo*, Lisboa, 1834; *Eu e o estrangeiro; ou o expectador em Portugal; entretenimento civico, para adormecer velhos e acordar rapazes*, Lisboa, 1835; *Teremos nós outra Constituição em Portugal, ou reintegrar-se-ha a guerra civil ???* Lisboa, 1836: tem no fim a assignatura: *um antigo deputado provinciano; Manifesto á Europa sobre a revolução de Lisboa* 9 de setembro), Lisboa, 1836; tem por assignatura: *um guarda nacional; Manifesto de um cidadão aos ministros da corôa e á nação sobre a revolução*, Lisboa, 1838; tem por assignatura: *M. S. Cruz; Projecto de Constituição politica, apresentado ás Côrtes em 1837*, Lisboa, 1837. Manuel dos Santos Cruz e Mathias Botelho de Mendonça fôram redactores de uma folha politica, com o titulo de *Hercules Lusitano*, que se publicou em Lisboa no anno de 1836. No anno seguinte ao da morte, seu irmão Francisco Ignacio dos Santos Cruz, publicou uma collecção completa dos seus escriptos, incluindo os que tinham sido já impressos e os ineditos, a qual saiu com o titulo: *Collecção de obras politicas, romantico poeticas, e medicas de Manuel dos Santos Cruz*, etc., Lisboa, 1854; 5 tomos.

Santos Evos. Pov. e freg. de Santo Isidoro, da prov. da Beira Alta, conc., com., distr. e bisp. de Vizeu; 309 fog. e 1:288 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Está situada na margem direita do rio Sattam, e a 9 k. da séde do conc. O provisor do bispado apresentava o cura, que tinha 6$000 reis de congrua e o pé d'altar. A primitiva egreja matriz existiu no local onde se vê a cruz do Calvario, logar deserto e longe da povoação. Era dedicada a Santo Ivo, presbytero, pequena e só com um altar. D. João Manuel, bispo de Vizeu mandou demolir a egreja, e construiu em 1600, á sua custa, a actual junto á povoação. No sitio onde existira o antigo templo, mandou collocar para memoria uma cruz de pedra. Desde então ficou sendo Santo Isidoro o padroeiro da freguezia. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Santos Farinha *(Manuel José dos)*. Bacharel formado em Theologia pela Universidade de Coimbra, orador sagrado contemporaneo. Fez a sua educação na Escola Academica; estudou depois philosophia e theologia no Seminario de Santarem, e em 1890 matriculou-se na Universidade de Coimbra em theologia, onde foi distincto em todos os annos, obtendo em 1895 a classificação final de bom, com a informação numerica mais elevada que n'aquelle anno se conferiu no seu curso. De junho a 28 de setembro d'esse anno foi

capellão do recolhimento do Calvario, sendo então prior encommendado da freguezia da Magdalena em 1898. Como orador sagrado e escriptor tem evidenciado a sua actividade e competencia sem prejuizo dos deveres parochianos No seminario de S. Vicente de Fóra, já hoje extincto, leccionou lingua e litteratura portugueza, lingua e litteratura hebraica, e dos seus trabalhos é digno de menção as annotações á Biblia Sagrada, traduzida por Antonio Pereira de Figueiredo. Em 1903 foi nomeado secretario da Commissão do patronato de Lisboa, logar em que muito se tem distinguido pelo zelo dispensado a favor dos presos, para cujos filhos pensava então em fundar um albergue. N'esse anno tambem tomou posse em 6 de dezembro da egreja de Santa Izabel, onde fôra apresentado prior, cargo em que se conserva ainda hoje. Este acto foi revestido da maior solemnidade, celebrando-se um *Te Deum* a grau de instrumental.

Santos Guerra *(Delfim dos)*. Escriptor nascido em Sattam no anno de 1868. E' autor de: *No paiz dos vatuas, Historia da campanha de Lourenço Marques, Conventos e collegios*, etc.

Santos Idos. Pov. na freg. de N. Sr.ª da Conceição, de Giesteria, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Santos Illos. Pov. na freg. do Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, distr. do Porto

Santos Junior *(Antonio dos)*. Antigo empresario do Colyseu dos Recreios. Depois de abandonar diversas carreiras, entre ellas a de jornalista, foi secretario da empresa Dias no antigo Circo de Price e nos Recreios Whittoyne. N'esta casa tornou-se saliente nas assembléas geraes, em que elle tudo revolucionava. Fez-se depois emprezario, ou só ou com sociedade, mas sendo elle sempre quem tudo dirigia. Já de ha muito que se fez emprezario do Colyseu dos Recreios e do Colyseu da Rua Nova da Palma, que poucas vezes funcciona. Ninguem lhe póde negar um fino tacto administrativo na gerencia das suas empresas. De qualquer parte insignificante, dos espectaculos que prepara, tira um enorme partido, que traduz em bellas receitas. O Colyseu dos Recreios começou com infelicidade, porque todas as empresas, que o arrendavam, não podiam sustentar se, queixando se até muitos empresarios da impossibilidade d'aquelle circo dar lucros, pelos enormes compromissos a que eram obrigados Santos Junior, porém, o arrojado empresario, não se importou com essas difficuldades, e conseguiu arrendar o Colyseu. Empregando todos os seus esforços, toda a sua competencia e actividade, viu emfim coroados os seus desejos, alcançando attrahir successivas enchentes, apresentando ao publico, já muito seu conhecido, espectaculos variados e cheios de attractivos. Companhias de cavallinhos, para que sempre contrata as celebridades que apparecem n'aquelle genero, equilibristas, gymnastas, trabalhos de equitação e d'outros generos; companhias hespanholas de zarzuella, companhias italianas de opera comica e de opera lyrica, companhias infantis, etc. No Colyseu, têem se visto operas postas em scena com o maior deslumbramento de scenario o vestuario, teem ali cantado artistas que ostentam grande reputação nos theatros estrangeiros. Nos intervallos d'esses contratos, organisa espectaculos com sessões de esgrima e de luctadores, e qualquer excentricidade que descobre, que apresenta ao seu publico. Santos Junior é na verdade um empresario trabalhador e incansavel. Todos os annos procura no estrangeiro elementos que offerecem trabalhos de novidade, para organisar as suas companhias. Santos Junior tambem, em tempo foi autor dramatico, pois que escreveu, entre outras peças, a comedia *O pagem do Baile de mascaras*, o drama historico *Miguel de Vasconcellos*, o a magica *O Castello da Rocha Negra*.

Santos Lima *(José Guilherme dos)*. Escriptor e jornalista. N. em Lisboa a 22 de junho de 1828, oude tambem fal. a 4 de março de 1880. Seguiu a profissão do commercio, mas todas as horas vagas as dedicava á litteratura, para que tinha grande vocação. Foi collaborador de diversos jornaes, como a *Democracia, Archivo pittoresco, Jardim Litterario, Boudoir*, etc. Escreveu para o theatro diversas peças que se representaram nos theatros de D. Maria, D. Fernando e Rua dos Condes, em 1853 e 1854. Filiara-se no partido republicano, e dedicara se com ardor á propaganda democratica. Dos seus trabalhos litterarios estão impressos: *Era uma vez um rei*, comedia em 3 actos, Lisboa. 1857; *Modesta*, drama em 2 actos, Lisboa, 185?; *Uma mulher por duas horas*, em 1 acto, Lisboa, 1858; *Rochedos de constancia*, em 1 acto, Lisboa, 1860; *Zizania entre o trigo*, em 1 acto, Lisboa, 1850; *A morte do gallo*, em 1 acto, traducção, Lisboa, 1864; *O Renegado*, romance; saiu no *Archivo Pittoresco*, tomo II, 1859; *O Ermitão*, romance, idem, tomo I, 1858. Publicou mais contos em diversos jornaes litterarios, que depois reuniu em volume, com o titulo de *Contos largos*, Lisboa, 1867. Publicou tambem na *Revista del Medio-dia* um artigo *Sobre a pena de morte*.

Santos Moura (*P. José Adão dos*) Presbytero secular. N. na pov. de Cortiços, freguezia de Cervos, em 1814, fal. em 13 de outubro de 1874. Era filho de José dos Santos Dias. Foi provido na freguezia de S. Vicente de Chã, em 1840; nomeado arcipreste da comarca de Monte Alegre em 1845, parochiou na sua egreja durante 34 annos, até que falleceu. Collaborou na *Revista Universal Lisbonense*, na *Atalaia Catholica*, no *Almanach de lembranças*, e *Archivo Pittoresco*, saindo alguns artigos anonymos. Foi por muitos annos correspondente do *Bracarense*.

Santos Mello Barbosa *(Fr. Diogo dos)*. Escriptor, que primeiramente foi carmelita calçado, e depois passou a presbytero secular, e alcançou os logares de prégador regio e de beneficiado da Patriarchal. Fal. em 1830. Dos seus sermões, sómente publicou em 1784 um *Panegyrico que ao serenissimo principe do Brazil o sr. D. José consagra no dia dos seus annos*, etc.

Santos Pinto *(Francisco Antonio Norberto dos)*. Notavel compositor de musica, professor do Conservatorio, etc. N. em Lisboa a 6 de junho de 1815, onde tambem fal. a 6 de janeiro de 1860. Era filho de José Antonio dos Santos e de D. Marianna do Carmo da Gama Pinto Borralho. Desde a primeira infancia se dedicou á musica, aprendendo os rudimentos da arte com o cantor da capella real da Bemposta, Theotonio Rodrigues. Possuindo uma boa voz de soprano e excellente disposição, pôde logo iniciar a carreira profissional, cantando nas festas de egreja. Ainda na infancia estudou violino com o musico José Maria Morte, e trompa com o mestre da ban-

da das Reaes Cavallariças Justino José Garcia, que era um bom trompista. N'este instrumento se tornou habilissimo, e aos 15 annos já pertencia á mesma banda. Admittido na irmandade de Santa Cecilia em conferencia de 30 de setembro de 1830, foi n'essa mesma conferencia dispensado de exame por ser musico das Reaes Cavallariças. Recebeu tambem lições de harmonia do velho mestre Eleutherio Franco Leal, e mais tarde de Manuel Joaquim Botelho, que lhe foi dedicado conselheiro nas primeiras tentativas de compositor. Em 1832 contratou-se como primeiro corneta de chaves na banda da Guarda Real da Policia. Apezar das suas ideias absolutistas, nunca se metteu em politica, e quando em 1833 as tropas de D. Miguel abandonaram Lisboa, recolheu tranquillamente para sua casa, e não hesitou depois em acceitar o cargo de mestre em algumas bandas dos batalhões constitucionaes que por esse tempo se organisaram, escrevendo até um hymno que era ouvido com enthusiasmo, e se intitulava *Marcha dos Voluntarios da Carta*. Já então havia começado a trabalhar como compositor de pequenos trechos para banda militar. Ao mesmo tempo entrou para a banda do theatro de S. Carlos como primeiro trompa, passando pouco depois para a orchestra, onde occupou alternativamente em diversas epocas os logares de primeiro clarim e terceiro trompa. Quando a musica das Reaes Cavallariças se fundiu na orchestra da Real Camara, Santos Pinto ficou fazendo parte d'essa orchestra como primeiro clarim. N'aquelle tempo as partes de clarim eram usualmente desempenhadas na corneta de chaves. Foi em S. Carlos que Santos Pinto mais se desenvolveu como compositor, tendo por guia Manuel Joaquim Botelho, que occupava o logar de segundo flauta; nos intervallos dos espectaculos e dos ensaios o activo discipulo estudava e escrevia as lições que o dedicado mestre alli mesmo tambem revia e emendava. A observação propria e a leitura assidua dos tratados theoricos completaram um estudo, que por se realisar d'uma fórma tão anormal não deixou de ser profundo, graças á grande força de vontade do estudioso musico. A sua primeira composição para o theatro foi o bailado de Vestris, intitulado *Adoração do Sol*, que se executou pela primeira vez a 17 de outubro de 1838, repetindo-se no anno seguinte. Agradou muito a musica, e Santos Pinto desde então, e durante perto de 20 annos, foi encarregado de escrever grande numero de bailados para aquelle theatro e para o de D. Maria. Mais tarde o choreographo italiano Francisco York comprou lhe as partituras de muitos bailados, as quaes fez executar nos theatros estrangeiros onde depois esteve Santos Pinto, por esse tempo, compunha tambem musica para diversas peças que se representavam em outros theatros, sendo a primeira o drama *Os Dois renegados*, de Mendes Leal, representado na Rua dos Condes em 7 de julho de 1839 N'essas peças dramaticas figura *O Alfageme de Santarem*, que tinha córos, coplas e harmonias na primeira epoca, no anno de 1842, porém mais tarde foi supprimida; *A Rainha e a Aventureira*, cuja musica obteve um exito enorme; *O Tributo das cem donzellas*, *O Alcaide Faro*, etc. Não obstante ter produzido grande quantidade de musica para dramas, comedias, peças phantasticas e bailados, Santos Pinto não escreveu uma unica opera comica propriamente dita; apenas attingiu as proporções d'essa especialidade, sem comtudo ser n'ella classificada pelos autores, uma comedia em 3 actos, *A Casa Mysteriosa*, de José Romano, representada no theatro de D. Maria em 8 de dezembro de 1850. Santos Pinto teve então ensejo de escrever com largueza e abundancia peças concertantes, arias e córos como se fôsse uma verdadeira opera comica. A musica agradou immenso, sendo o compositor muito applaudido e chamado ao proscenio, caso pouco vulgar n'aquelle tempo. Santos Pinto, incansavel trabalhador, continuou escrevendo musica, dedicando se tam-

Francisco Antonio Norberto dos Santos Pinto

bem á egreja, sendo numerosas as suas composições religiosas. Da mais notavel destacam-se duas grandes missas a 4 vozes e orchestra, um *Te Deum* dedicado a el-rei D. Fernando, uns officios grandes para a semana santa, com *miserere* e lamentações. Foi tambem muito apreciado um motete escripto expressamente para o tenor italiano Nery Baraldi cantar na festa de Santa Cecilia, em 1856, com acompanhamento só de violoncellos, violas e clarinete. O *Te Deum* que dedicou a D. Fernando teve uma memoravel execução em 17 de outubro de 1863, já depois da morte do distincto compositor, na solemnidade que a colonia italiana mandou celebrar na egreja do Loreto, em acção de graças pelo nascimento do principe, depois D. Carlos I. Na execução tomaram parte os primeiros cantores e a orchestra de S. Carlos. Santos Pinto, além da musica propriamente para a egreja e para o theatro, escreveu uma enorme quantidade de trechos diversos e com varias applicações; em primeiro logar as aberturas para orchestra, que se calcula serem mais de 35, que por muitos annos se executaram frequentemente tanto nos theatros como nas fes-

tas de egreja. A mais notavel de todas é a que elle dedicou a Liszt, quando este pianista esteve em Lisboa em 1845; tambem são notaveis a que em 1848 dedicou a sua filha, as dos dramas *Templo de Salomão*, *Prophecia ou a Queda de Jerusalem* e a da *Casa Mysteriosa*. Escreveu egualmente solos e peças concertantes para diversos instrumentos, marchas, themas variados, arias e modinhas para canto, etc. E como se os trabalhos de musica lhe não bastassem, tambem se dedicou ás letras. Em 1855, tendo as duas cantoras Alboni e Castellan creado dois partidos entre os frequentadores do theatro de S. Carlos, partidos que se degladiavam nos jornaes, Pinto entrou na lucta como campião da Alboni publicando alguns artigos na *Revista dos espectaculos* contra Emilio Lami que defendia a Castellan na *Revista de Lisboa*. Em 1856 começou a publicar n'um jornal com o nome de *Rigoleto*, uma serie de artigos sobre a historia da musica, mas não a concluiu, por ter o jornal suspendido a publicação. Em 1854 obteve por concurso o logar de professor de instrumentos de latão no Conservatorio, logar que tinha vagado pela morte de Francisco Kuckembuk Em 1857 passou a ser mestre director em S. Carlos, alcançando com este logar a mais elevada posição que podia attingir, mas que pouco tempo gozou, porque o veiu surprehender a morte, contando apenas 45 annos de edade. Santos Pinto era estimadissimo entre a sua classe, á qual prestou bons serviços. Foi um dos fundadores da Associação Musica 24 de Junho e da Academia Melpomenense, onde occupou diversos cargos, assim como na irmandade de Santa Cecilia e Montepio Philarmonico Pinto era casado com D. Maria Casimira da Nazareth, que falleceu em 1867. No *Diccionario biographico de musicos portuguezes*, de Ernesto Vieira, vem publicada uma minuciosa biographia, no vol. II pag. 173 e seguintes, do que extrahimos estes apontamentos, e a numerosa lista das suas composições, que por ser muito extensa não transcrevemos.

Santos Rocha *(Antonio dos)* Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, advogado na Figueira da Foz, fallecido em março de 1910. Foi presidente da camara municipal d'esta cidade por muitos annos. Era muito erudito em archeologia. Entre os melhoramentos com que dotou Figueira da Foz, conta se o museu que elle conseguiu organisar pelos seus esforços, e cuja boa ordem e boa direcção sempre conservou. Escreveu algumas obras archeologicas, impressões exactas das suas repetidas viagens em Portugal e no estrangeiro. Em 1888 publicou: *Antiguidades prehistoricas do concelho da Figueira da Foz; memoria offerecida ao Instituto de Coimbra*; 5 volumes illustrados com muitas lithographias. O dr. Santos Rocha exerceu muito tempo a advocacia na Figueira da Foz, e era sobretudo uma autoridade no campo do direito commercial.

Santos e Silva *(D. Americo Ferreira dos)*. Bispo do Porto e cardeal, doutor em theologia pela Universidade de Coimbra, professor no Seminario de Santarem, etc. N. em Massarellos, Porto, a 16 de abril de 1830, fal. no paço episcopal da mesma cidade a 21 de janeiro de 1899. Era filho do 1.º barão de Santos, João Ferreira dos Santos e Silva, e de sua mulher D. Carolina Augusta la Rocque. Em 1840, tendo 10 annos de edade, foi levado para Paris a educar no collegio fundado em Fontenay-aux-Roses pelo portuguez fr. José da Sacra Familia, chamado no seculo José da Silva Tavares. N'aquelle collegio permaneceu até 1843, anno em que regressou á patria, concluindo ali os preparatorios que o habilitaram a entrar na Universidade, matriculando-se em 1845 na faculdade de theologia, que frequentou com distincção, doutorando se a 23 de maio de 1852. Em setembro d'esse anno tomou ordens de presbytero, celebrando a sua primeira missa no mez de novembro. Em outubro de 1853 foi nomeado professor de theologia no Seminario Patriarchal de Santarem. Em 1854 acompanhou a Roma, na qualidade de secretario, o patriarcha de Lisboa D. Guilherme, que ia tomar parte no concilio do Vaticano ácêrca do dogma da Immaculada Conceição. D. Americo recebeu então o titulo de *monsenhor*, e o papa Pio IX o nomeou seu camarista secreto supranumerario. Em 1856 foi tambem professor de francez no lyceu de Santarem, conservando o seu logar no seminario até 1858, anno em que teve a nomeação de conego capitular da Sé Patriarchal de Lisboa, e em fevereiro de 1861, de reitor e commissario dos estudos, do districto de Santarem, logar de que pediu a exoneração pelo seu mau estado de saude. Desempenhou com solicitude e elevada competencia varias commissões de que foi encarregado, em que se conta a do governo do patriarchado, de que o incumbiu o patriarcha D. Manuel Bento Rodrigues em 1865, logar em que se conservou até 1868; já então D. Americo era desembargador e juiz da relação ecclesiastica e curia patriarchal. Em 1869, foi eleito por unanimidade vigario capitular, *séde vacante*, pelo fallecimento do cardeal patriarcha D. Manuel Bento Rodrigues Exerceu este cargo até 18 de junho de 1871. Em 20 do dezembro de 1869 foi eleito bispo do Porto, confirmado por Pio IX no consistorio de 26 de junho de 1871, sendo sagrado em Lisboa em setembro do mesmo anno. No Porto foi recebida com o maior enthusiasmo a noticia da eleição do novo prelado seu patricio, e quando elle tomou posse, fizeram lhe as mais profundas demonstrações de sympathia, realisando se festas em sua homenagem. Em 1896, 25 annos depois, se celebrou no Porto 25.º anniversario da sua sagração. As pastoraes do bispo D. Americo eram modelos de boa doutrina e de boas letras, affirmando o pastor exemplar, o fino gosto litterario e o bom portuguez amante da sua patria. A familia real manifestava sempre especial consideração pelo digno bispo do Porto, e el rei D Luiz o escolheu para confessor dos principes. Foi ainda el-rei D. Luiz que, usando do direito de escolher um cardeal além do patriarcha, indicou D. Americo, resolução muito bem acceita pelo papa Leão XIII, sendo feito cardeal no consistorio de 12 de maio de 1879, realisando se a imposição do barrete cardinalicio no dia 1 do junho seguinte no paço d'Ajuda, com pomposa solemnidade. Foi D. Americo que fundou o seminario dos Carvalhos, o qual se inaugurou a 16 de novembro de 1884. A provisão que publicou em fevereiro de 1890, por occasião do *ultimatum* da Inglaterra, é de grande merecimento, e um padrão inolvidavel do seu valor. Do seu bolso particular dispendeu importantes quantias para a educação de aspirantes aos graus ecclesiasticos, e é muito para louvar o cuidadoso esmero que desenvolveu no seminario dos

Carvalhos, animando todos com a sua presença, e despertando brios em clerigos e simples estudantes.

Santos e Silva *(Carlos Ferreira dos)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador das ordens de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, da Rosa do Brazil e de Carlos III de Hespanha, official da Legião de Honra de França, vogal do conselho do commercio e presidente da Associação Commercial de Lisboa. N. no Porto a 27 de outubro de 1828, fal. em Lisboa a 2 de junho de 1885. Era filho do 1.º barão de Santos, João Ferreira dos Santos e Silva, e de sua mulher D. Carolina Augusta de la Rocque; irmão do bispo do Porto D. Americo, do 2.º barão de Santos e do 1.º barão de Ferreira dos Santos. Principiou os seus estudos no collegio do Corpo da Guarda, de Massarellos, e na companhia dos seus irmãos passou em seguida a França a frequentar o collegio instituido em Fontenay aux-Roses para brazileiros e portuguezes especialmente pelo mestre fr. José da Sacra Familia, que pouco antes havia emigrado por causa dos successos politicos d'aquella epoca. Ali foi sempre um estudante distincto, e estando pela sua familia destinado á vida do commercio voltou para Portugal a pratical-a com seu pae, tendo então 18 annos de edade, e passando logo em seguida, a convite de seu tio Henrique de la Rocque, a occupar no Pará um logar na casa d'elle, da qual, pelo seu merecimento, não tardou a ser socio, conjuntamente com Miguel José Raio e Sebastião José d'Ahreu. No Brazil casou Carlos Ferreira dos Santos com D. Adelaide Guilhermina da Costa Sampaio, filha do opulento banqueiro do Pará, Francisco Gaudencio da Costa. Poucos annos esteve fóra do paiz, depois do seu casamento. Em 1860 regressou a Lisboa, onde seu pae, tendo se estabelecido desde 1844 quando veiu ás côrtes como deputado, acabava de fallecer quasi repentinamente. Sua mãe havia o chamado por essa triste occasião. Habituado ao trabalho, Carlos Santos não podia estar ocioso, e logo se associou com os capitalistas Antonio Joaquim Pinto da Fonseca e Francisco Isidoro Vianna, dando origem á importante casa commercial, com a firma *Fonseca Santos & Vianna*. A este forte estabelecimento deve o commercio e a industria valiosos serviços, a partir das suas primeiras operações que fôram effeituadas com o empreiteiro Salamanca dos caminhos de ferro do norte e leste. Durante a sua presidencia na Associação Commercial, desenvolveu Carlos Santos a mais energica propaganda a favor da reorganição do ensino do commercio, conseguindo que se augmentassem as cadeiras do Instituto na secção respectiva, aproximando a nossa escola das estrangeiras da mesma natureza. Quando se fundou a *Empresa Nacional de Navegação*, para facilitar as relações da metropole com a Africa Occidental, Carlos Santos, que já era representante das companhias *Brazilian submarin telegraph*, *West of India Portuguese garanted railway company*, o director da companhia dos caminhos de ferro do norte e leste, aproveitou as suas relações no paiz e no estrangeiro, para conseguir a formação de aquella empresa desafogadamente, e de modo que pudesse garantir os grandes interesses nacionaes que era destinada a desenvolver. Por este e por outros serviços relevantes prestados ao paiz, o especialmente á classe commercial, a associação que a representava inaugurou solemnemente, no principio de 1885, na sala das suas sessões, o retrato de Carlos Santos, seu presidente. O illustre capitalista foi por espaço de 21 annos redactor da *Correspondencia de Portugal*, na secção da revista financeira, mostrando ahi as suas ideias sobre economia politica e fazenda, e apreciando os factos e operações commerciaes com muito criterio e grande imparcialidade. A elle se deve a propagação d'estes conhecimentos, até então quasi ignorados em Portugal, e que tão uteis se tornaram nas praças de Lisboa e do Porto.

Santos e Silva *(Jacintho Isla dos)*. Official de artilharia. N. em 9 de junho de 1862, sendo filho de João Antonio dos Santos e Silva, antigo deputado. Assentou praça em 1 de outubro de 1880, foi promovido a alferes em 4 de janeiro de 1888, a tenente em 23 de janeiro de 1890, e a capitão em 30 de dezembro de 1903. E' um dos officiaes mais illustrados e intrepidos do nosso exercito. E' formado pela Universidade de Bruxellas e pelo Real Collegio dos medicos cirurgiões de Edimburgo, pela faculdade de medicina de Glasgow e vaccinador pelo Real Instituto de Edimburgo, e foi lente da Escola Medica de Nova Gôa, India. Distinguiu se em 1894 na guerra da Guiné, pelo que foi agraciado com o officialato da ordem da Torre e Espada, e tambem fez parte da expedição Caldas Xavier a Manica, onde prestou relevantes serviços. Quando se deu a revolta dos ranes e maratas na India, em 1895 e 1896, foi na expedição que partiu para aquelle estado sob o commando do infante D. Affonso, e offereceu se como voluntario para fazer parte da columna volante que se organisou ali, e que saiu do Pangim dois dias depois de terem chegado as forças do reino. Fez parte da columna de operações desde a primeira organisação, entrou no combate de Cudnem, onde foi louvado pelo commandante Gomes da Costa, esteve no reconhecimento de Marcella, foi na marcha para Nanuz, bateu-se no Ambiganto, e esteve tambem no reconhecimento de Surta. Commandou a força indigena da columna volante, e o seu valor e a sua coragem fôram os predicados que o recommendaram ao capitão Gomes da Costa para a escolha que d'elle fez para a columna. Tendo servido em Moçambique, foi louvado no *Boletim Official* por ter aprisionado o commandante e a tripulação d'um pangaio negreiro, libertando 54 escravos que iam a bordo. O valente official recebeu em paga dos seus muitos serviços, além da Torre e Espada já citada, a medalha de ouro de valor militar, e as medalhas de prata para commemorar a expedição á India em 1895, para commemorar a campanha de Timor em 1896, e para commemorar as operações de guerra de Timor em 1900.

Santos e Silva *(João Antonio dos)*. Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, director da Alfandega Municipal de Lisboa, deputado, etc. N. na villa da Moita a 16 d'abril de 1824, fal. no Lumiar a 13 d'abril de 1874. Era filho de Antonio dos Santos Silva e de Rosa Maria da Conceição. Figurou muito na politica do seu tempo, sendo deputado em differentes legislaturas. Quando em 1865 se organisaram os quadros das alfandegas do reino, era Santos e Silva director da Alfandega Municipal, e ficou com o cargo de chefe de serviço na de Lisboa.

Antes, porém, de entrar na carreira burocratica, exercera a medicina em Portalegre e Castello de Vide. Era escriptor fluente, e na imprensa jornalistica mostrára-se polemista vigoroso. Na camara electiva entrou em muitas discussões importantes, conquistando um logar brilhante na tribuna parlamentar, como já o tivera em comicios populares. Em attenção aos eminentes serviços prestados ao seu partido politico, o antigo progressista historico, de que era dos mais considerados ornamentes, foi depois do seu fallecimento aberta uma subscripção em todo o paiz, a favor da sua familia que ficára sem recursos, subscripção que produziu uma avultada somma, com que se constituiu um razoavel rendimento que pôz ao abrigo da miseria a sua viuva e 7 filhos. Todos os jornaes de Lisboa, Porto, Coimbra, e ainda de outras terras, dedicaram saudosos artigos, lamentando a morte de tão prestante cidadão, enaltecendo o seu caracter e os seus elevados merecimentos. *O Paiz*, de 14 de abril de 1874 appareceu tarjado de luto. Santos e Silva deixou alguns discursos notaveis no *Diario da camara dos senhores deputados*, e numerosos artigos ácêrca de diversos assumptos economicos e de politica militante no *Portuguez*, *Gazeta do Povo*, de que fôra um dos redactores, e por fim no orgão do partido progressista, *O Paiz*, que depois tomou o titulo de *Progresso*. Na *Revista Academica* de Coimbra, tambem se encoutram artigos seus. Sendo ainda estudante da faculdade de medicina, escreveu a seguinte obra: *Revista historico-politica de Portugal, desde o ministerio do marquez de Pombal até 1842; precedida d'uma rapida exposição dos factos principaes da revolução franceza de 1789, até á invasão dos francezes em Portugal*, Coimbra, 1852. Fez parte de uma commissão nomeada para estudar a fórma de estabelecer em Portugal as sociedades cooperativas, por por portaria de 25 de julho de 1867, sobre a qual escreveu o seguinte *Relatorio ácêrca das sociedades cooperativas*, que appareceu primeiro no *Diario de Lisboa*, sendo depois transcripto no *Jornal do Commercio* e em outras folhas, no anno de 1868, e afinal foi incluido n'um opusculo mandado imprimir pelo ministerio das obras publicas, com o titulo de *Collecção de documentos ácêrca de sociedades cooperativas*, 1871.

Santos e Silva *(João Monteiro dos)*. Engenheiro civil, jornalista, etc. N. em 1867, e fal. em Lisboa a 15 de outubro de 1911. Era filho do antecedente. Serviu durante annos na Direcção Geral de Estatistica, foi depois intendente geral no Chinde, logar que exerceu distinctamente até á proclamação da Republica em outubro de 1910. Veiu depois para Lisboa, sendo nomeado pelo governo provisorio para a commissão de limitação dos terrenos baldios de Salvaterra do Extrêmo. Como jornalista, foi director do jornal *O Correio*, redactor do *Dia*, e durante alguns annos redactor do *Correio da Noite*, onde se conservou até á sua partida para Africa Era tambem proprietario da typographia *A Publicidade*. Tendo vivido no Porto na epoca mais agitada que teve ali o partido republicano, entrou nas luctas politicas com Duarte Leite e Bazilio Telles, distinguindo se pelo brilho e eloquencia da sua palavra em varias reuniões publicas n'aquella cidade Casou com D. Helena de Aguiar de Andrada, filha do fallecido barão de Aguiar de Andrada.

Santos e Silva *(Thomaz Antonio dos)*. Escriptor e poeta. N. em Setubal a 12 d'abril de 1781, fal. em Lisboa a 19 de janeiro de 1816. Era filho de Manuel Antonio dos Santos e de Francisca Ignacia, pessoas muito humildes e pobres. Foi baptisado em casa, por se julgar em perigo de vida, pois nascêra aleijado de ambos os pés, e de compleixão fraca e valetudinaria, que promettia pouca duração. Teve por padrinho o desembargador Thomaz da Costa de Almeida Castello Branco, a cuja conta correu a sua educação, cursando em Setubal particularmente os estudos primarios e secundarios, e os da chimica e pharmacia, com o destino de seguir na Universidade de Coimbra, os da medicina, a fim de se formar n'esta faculdade. O fallecimento imprevisto de seu padrinho e protector veiu destruir os seus projectos d'uma futura posição independente. Este profundo golpe, anniquilava completamente as suas esperanças, mas teve de se couformar com a sua infeliz sorte, e procurar algum expediente para haver os meios de subsistencia que lhe faltavam no desamparo em que ficára. Occorreu-lhe por mais prompto o de tirar partido da pharmacia, no qual adquirira instrucção bastante. Entrou então como praticante n'uma pharmacia mesmo de Setubal, onde esteve alguns annos trabalhando a troco d'uma paga mesquinha, que mal lhe chegava para as primeiras necessidades. O estudo a que tão cedo se habituara, continuou a ser-lhe occupação nos momentos que lhe sobravam dos seus enfadonhos trabalhos profissionaes. Os livros lhe serviam de conforto, e no cultivo da poesia achava alivio e distracção. Afastado de amigos illustrados com quem pudesse aprender e discutir, teve de soccorrer-se unicamente a si, e dever tudo aos proprios esforços. O amor, porém, não tardou em prender nos seus laços o coração de Santos e Silva. Namorou-se d'uma senhora sua patricia, foi correspondido, e lisonjeava-se de vêr em breve coroados os seus desejos de casamento, quando a morte se apressou em roubar lhe a futura noiva, que succumbiu a uma dolorosa enfermidade. Essa perda foi para elle uma das mais profundas desventuras, e a saudade de tão afflictivo lance descreveu o poema elegiaco *Sepultura de Lesbia*, talvez o primeiro que n'aquelle genero se escreveu em portuguez, e que na opinião dos entendidos, embora muito longe de se julgar perfeito, é comtudo um dos melhores florões da sua corôa de poeta. Não podendo já permanecer n'uma terra, que de continuo lhe apresentava tão amargas recordações, desejoso de melhorar de fortuna, e illudido, segundo diziam, pelas promessas d'um vulto importante que lhe offerecia amparo e protecção, Santos e Silva resolveu vir para Lisboa,o que realisou, pouco mais ou menos, no anno de 1781. Contava elle 30 annos, ou pouco mais. Não se sabe quaes fôssem as esperanças que se lhe frustraram, depois de passar pelas humilhações proprias do triste papel de requerente, que representou em Lisboa, até que, desenganado, entrou por fim como official n'uma pharmacia da rua de S. Paulo. Uma vida de servidão, mais que laboriosa, e retribuida com mesquinhez, devia tornar se por força insupportavel ao infeliz setubalense. Resolveu, portanto, procurar outra occupação mais conforme ás suas inclinações. Saiu da pharmacia, e auxiliado pelo credito d'alguns amigos, alugou

um quarto proximo da Casa da Moeda, e ali estabeleceu uma aula de francez e inglez. Não teve de arrepender-se, porque a concorrencia e o aproveitamento dos discipulos começaram em breve a justificar a competencia do mestre. Por aquelle tempo era empresario e director do theatro do Salitre, Antonio José de Paula, que tomara relações d'amizade com Santos e Silva, e conhecedor do seu talento, tratou de persuadil-o a que se applicasse á poesia dramatica. Sendo acceito o alvitre, Santos e Silva começou a escrever alguns dramas e comedias em prosa e em verso, que o seu amigo fez representar, e fôram recebidas com applauso Animado por este successo, o poeta continuou a escrever para o theatro peças originaes, e outras traduzidas ou imitadas dos mais celebres dramaturgos estrangeiros. Taes fadigas eram coroadas pelo bom acolhimento do publico. O producto dos seus dramas reunido ao que lhe rendia as lições aos discipulos, deram-lhe sufficientes recursos para viver em decente mediocridade. Grande era a reputação de Santos e Silva como poeta e autor dramatico, para que o seu nome escapasse aos fundadores da associação poetico litteraria, que sob o titulo de *Academia das Bellas Letras*, ou *Nova Arcadia*, se instituiu em Lisboa no anno de 1790; foi portanto seu socio com o nome poetico de *Tomino Sadino*. Nas intrigas que a discordia começou a fomentar, dividindo os academicos em parcialidades, e convertendo os de consocios e amigos em adversarios rancorosos, que afinal tiveram de separar se, perdidas as esperanças de paz e de reconciliação, Santos e Silva agrupou-se do lado de Bocage, que além de patricio era tambem seu amigo. Declarando-se seu partidario, acarretou com as iras do P. José Agostinho de Macedo, que capitaniava a parcialidade contraria, e que se mostrava implacavel para com todos os que se recusavam reconhecer a sua supremacia. O infeliz Tomino ficou sendo uma victima expiatoria consagrada á vingança de Macedo. D'ahi a multiplicidade dos ditos satyricos e insultuosos, e de não poucas allusões malignas, que a seu respeito se encontram nas obras do virulento padre, e talvez menos nas impressas, do que em certo poema inedito, onde lhe deu logar acclamando o na primeira plana dos seus heroes burlescos. Annos depois achou-se repentinamente acommettido d'uma pertinaz ophtalmia. Falto de recursos para combater a molestia, sem poder ter agasalho de familia, ou de pessoas que por elle velassem para lhe administrarem os remedios e confortos precisos em tão arriscada crise, teve de recorrer á caridade publica, buscando abrigo no hospital de S José, para onde entrou a 17 de dezembro de 1798. Conduzido para a enfermaria de Santo Antonio, ali jazeu muitos mezes no leito de dôr, onde o seu estado peorava de dia para dia, apezar dos soccorros da sciencia, caindo afinal em completa cegueira, que os medicos disseram ser incuravel. N'esta infelicissima situação, desvalido, cego aos 45 annos e condemnado a passar o resto da vida nas mais amarguradas trevas, condoeu-se d'elle o enfermeiro mór do hospital, o compassivo monsenhor D. Lourenço de Lencastre, que muito o apreciava pelo seu talento, e resolveu suavisal-a do modo possivel, concedendo lhe habitação permanente no proprio estabelecimento. Destinou lhe um quarto separado na extremidade da enfermaria de S. Lazaro, para onde passou a 10 de dezembro de 1800, e mandou lhe fornecer rações diarias, a elle e a um criado que o acompanhasse e servisse. Favorecido com tal soccorro, Santos e Silva teve coragem e resignação para se conformar com os rigores do destino. Parece até que a sua imaginação cobrára melhores forças, pois são d'esse periodo as suas melhores poesias. Impossibilitado de consultar livros, e obrigado a aproveitar-se de amanuenses taes quaes podia havel-os, isto é, sempre maus, e ás vezes pessimos, é facil de calcular o trabalho que deveriam causar lhe as suas composições E não fôram poucas as que se imprimiram, e mais ainda as que por circumstancias teve de deixar manuscriptas. Logo em 1801 fez imprimir uma pequena collecção dos seus versos, que mais tarde, em 1806, appareceu reproduzida e notavelmente augmentada n'um volume de perto de 400 paginas, com o titulo: *Poesias, originaes, e traducções, impressas debaixo dos auspicios de Sua Alteza Real, o Principe Regente nosso senhor*. A este volume deveriam seguir-se mais tres, que elle promettia no prologo, e a promessa teria sido cumprida, se a invasão franceza do anno seguinte, e os successos subsequentes não fizessem addiar indefinidamente a sua execução, de fórma que nunca mais se realisou. Porém a falta da publicação d'esses volumes como que foi supprida pela multidão de folhetos e versos impressos avulsamente, suscitados pelas occorrencias do tempo, a proposito dos acontecimentos notaveis da guerra da independencia, ou destinados a celebrar diversos personagens que n'ellas intervieram. A batalha d'Austerlitz a 2 de dezembro de 1805, que parecia rematar a gloria de Napoleão I, por quem todos esperavam vêr então consolidada a paz geral e o socego da Europa, despertou o enthusiasmo de Santos e Silva. e inspirou lhe o sentimento de brindar a sua patria com uma nova epopeia, cujo assumpto fôsse a referida batalha e a victoria das armas francezas. Começou a escrever o poema que intitulou *Napoleada*, e chegára a composição ao canto undecimo, quando Junot invadiu Portugal á frente das suas tropas. Então o poeta, que amava muito a sua patria para cantar os que pretendiam opprimil-a, supprimiu logo a sua obra, que só depois da restauração por um esforço do genio quasi incomprehensivel no seu estado, refundiu e acabou, mudando completamente a acção, sob o titulo de *Braziliada*. D. Lourenço de Lencastre havia fallecido, mas a sorte de Santos e Silva não peorou, porque o novo enfermeiro-mór D. Francisco d'Almeida Mello e Castro, depois conde das Galveias, ainda excedeu para com o poeta, em agasalho e carinho, as deferencias que tivera com elle o seu antecessor. Em principios de 1812 viu-se Santos e Silva transferido do seu antigo quarto para outra casa mais espaçosa, melhor arejada, e até independente das enfermarias. A ração que lhe distribuiam, passou a ser mais delicada e nutritiva; gosou emfim por algum tempo, de todas as commodidades a que nas suas circumstancias podia aspirar Infelizmente D. Francisco d'Almeida pouco tempo se demorou, porque teve de ausentar-se de Portugal em 1814, chamado ao Brazil pela côrte do Rio de Janeiro. A nova administração, embora não desmerecesse a outros respeitos, houve-se para com Santos e Silva d'um

modo que a muitos pareceu injustificavel. Ordenou que o infeliz cego, em quem iam crescendo os annos e os achaques, fôsse logo desapossado do seu commodo alojamento, dando-se-lhe em troca outra habitação, que, por desabrigada e de ruins condições, se tornou insupportavel a um homem em taes circumstancias. Não podendo obter a revogação do decreto, preferiu sair do hospital, e alugar á propria custa uma casa proxima, chamando para a sua companhia duas irmãs que ainda conservava em Setubal, augmentando assim com ellas uma despeza impossivel de supprir. Posto que o hospital lhe continuasse a fornecer a ração, era esta insufficiente para manter tres pessoas. N'este estado tornou se taciturno e melancolico; fugia da sociedade, e passava na cama dias, e ás vezes semanas inteiras. Amortecia-lhe o estro, e foi pouco a pouco descaindo, até chegar a uma quasi total imbecilidade. A morte successiva de suas irmãs acabou de o derrotar, e cedendo á sua afflicção, aggravada a enfermidade, teve de recolher se ao hospital, onde d'esta vez foi recebido com absoluta indifferença, dando se-lhe uma cama na extremidade das enfermarias. Ali permaneceu durante alguns mezes, privado de todo o movimento da cintura para cima, entregue a um desleixo imperdoavel, soffrendo frio, faltando-lhe até as mais simples commodidades, até que falleceu. Bibliographia: *Estro de Thomaz Antonio dos Santos e Silva, cetobricense, socio da Academia das Bellas Letras de Lisboa*, tomo I, Lisboa, 1792; foi o unico que se publicou; esta collecção contem tambem o poema elegiaco *Sepultura de Lesbia*, de que se fizeram depois varias edições em separado, 1817, 1818 e 1827; *Silveira, poema heroico em quatro cantos, offerecido ao ill.mo e ex.mo sr D. João, marquez das Minas, etc.*, Lisboa, 1809; *Braziliada, ou Portugal immune e salvo; poema epico em XII cantos; composto debaixo dos auspicios do ex.mo sr. D. Francisco de Almeida Mello e Castro, enfermeiro-mór do hospital real de S. José*, Lisboa, 1815; *El rei D. Sebastião em Africa, tragedia em cinco actos*, Lisboa, 1817; saiu posthuma; *Ecloga de Balbino e Lilia, composta e offerecida á ill.ma sr.a D. Izabel Joanna Rita Borba de Vera Pacheco de Mesquita Pimentel*, Lisboa, 1783; *Ao muito respeitavel publico: prefacção para recitar se sobre a scena em a noite que se destinar ao meio beneficio de Thomaz Antonio dos Santos e Silva*, Lisboa, 1805; *Congratulação de Portugal aos manes dos seus primeiros heroes pela nova liberdade*, Lisboa, 1808; *Contando a amabilissima rainha D Maria I nossa senhora o seu plausivel 74.° anno de edade em 17 de dezembro de 1808; ode*, Lisboa, 1808; *Ao muito insigne e muito illustre Palafox, canção real*, Lisboa, 1809; *Painel da guerra, desenhado em commum, com seus toques em particular; satyra*, Lisboa, 1809; saiu anonyma; *Canção real por occasião do armamento mandado em donativo por Sua Majestade Britannica ao muito honrado corpo dos voluntarios reaes do commercio*, Lisboa, 1810; *Canção livre á sumptuosa magnanimidade da Gran Bretanha, e do seu monarcha Jorge III*, Lisboa, 1811; *Elogio funebre por occasião do sempre deploravel fallecimento do ex.mo sr. D. Pedro Caro e Sureda, marquez de la Romana, capitão general dos exercitos de S. M C*, etc., Lisboa, 1811; *A saudade dos pastores Silvio, Sancho, Benti; ecloga*, Lisboa, 1789. Na Bibliotheca de Evora, consta existir o manuscripto autographo, de Thomaz dos Santos e Silva, d'um *Appendice indispensavel da grammatica latina*.

Santos Viegas. V. *Viegas*.

Santosinhos de Baixo e Santosinhos de Cima. Duas povoações na freg. de S. Thiago, de Rebordões, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Santulhão. Pov. e freg. de S. Julião, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Vimioso, distr. e bisp. de Bragança; 246 fog. e 898 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Está situada a 2 k. da margem direita da ribeira das Maçãs, na estrada de Vimioso a Macedo de Cavalleiros e dista 8 k. da séde do conc. Um dos conegos da sé de Miranda apresentava o cura, que tinha 8$000 reis de congrua e o pé d'altar. E' pov. muito antiga, pois já existia antes da fundação de Bragança Quando D. Sancho I fundou esta cidade em 1185 com o nome de *Bemquerença*, era o territorio em que assenta a povoação e seus arrabaldes do mosteiro de Castro de Avellans, e o rei deu aos religiosos, em troca d'estas terras, as villas de Santulhão e Pinelo. Foi commenda da ordem de Malta, que lhe deu foral, em Leça do Balio, a 4 de julho de 1288. N'este foral se lhe dá o titulo de villa. O seu nome actual é corrupção ou contracção de S. Julião. A terra é fertil em cereaes, e cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 10, com a séde em Mirandella.

Sanvorchem. Pov. do commando militar de Satary, Novas Conquistas, no distr. o arceb. de Gôa, India, ao S de Nanuz, e proximo á margem direita do rio Madei.

Sanvordem. Pov. do commando militar de Satary, Novas Conquistas, no distr e arceb. de Gôa, India, proximo á margem direita do rio Madei.

Sanza. Rio do conc. de Malange, prov. de Angola, Africa Occidental, confluente do Quige. || Pov. do sobado de Cabinda, na regedoria do Povo Grande, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. da 24.ª div. do conc. de Malange, no distr. da Lunda, prov. de Angola, d'Africa Occidental. Tem numerosos sobados. Posto militar.

Sanzalla. Pov. da freg. de N. S.ª da Victoria, no sobado de Hebo a Quembi, 5.ª div. do conc, de Massangano, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Sanzambe. Pov. do Congo, Africa Occidental, no itinerario de Bembe para S. Salvador.

São Barão da Horta. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja.

São Barnabé. Pov. e freg. de S. Barnabé e Santa Suzanna, da prov. do Alemtejo, conc. e com. d'Almodovar, distr. e bisp. de Beja; 260 fog. e 1:258 hab. Tem est. post. e fabricas de distillação de medronhos. Está situada entre montes a 21 k. da séde do concelho. Antigamente eram duas freguezias independentes, S. Barnabé de e Santa Suzanna, mas reuniram se no seculo XVII; conservam se ainda as duas egrejas, ambas em sitio ermo, sendo a principal a de S. Barnabé. A de Santa Suzanna fica a 9 k. d'esta. O parocho era apresentado pela Mesa da Consciencia e Ordens, por ser da ordem de S. Thiago, e tinha alguns generos e 10$000 reis em dinheiro, tudo pago pela commenda de Almodovar A terra produz muito trigo, cevada e centeio Pertence á 4.ª

div. mil c ao distr. de recrut. e res. n. 4 com a séde em Faro. Por decreto de 23 de maio de 1879 foi annexada a esta freg. a de Santa Clara a Nova.

São Bartholomeu (*José Joaquim Lobo, visconde de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, funccionario publico muito considerado, etc. N. em Lisboa a 28 de outubro de 1793, onde tambem fal. a 26 de dezembro do 1868. Tendo concluido os cursos de humanidades e da aula do commercio, principiou, logo na edade de 18 annos, a sua carreira publica, entrando em 6 de julho de 1811 para escripturario da contadoria da Junta Liquidataria da Companhia do Pará e Maranhão; em 8 de agosto de 1818 dopois de assiduos e constantes serviços, foi nomeado official maior d'essa junta, e 4 annos depois, em 1 d'agosto de 1822, teve o encargo de servir cumulativamente na de Pernambuco e Parahiba. Em 29 de julho de 1824, nomeado official supranumerario da secretaria da Mesa da Consciencia e Ordens, e tenente da 2.ª companhia da Legião Nacional do Rocio; em 17 de fevereiro de 1825 passou a 2.º official, sendo em 15 de fevereiro de 1826 promovido a official maior da mesma secretaria Em 3 de novembro de 1827 foi despachado escrivão da administração dos fundos e rendas do collegio dos Meninos Orphãos; em 23 de janeiro de 1830 escrivão do cofre das quartas partes das commendas sequestradas; em 28 de fevereiro de 1831 escrivão do almoxarifado e direitos reaes da commenda da villa d'Arruda; em 13 de novembro de 1832 foi commissario de policia do bairro do Castello; em 3 de setembro de 1833 foi nomeado sub-director do Thesouro Publico; em 2 de outubro do mesmo anno deputado das companhias do Gran Pará e Maranhão, e em 27 de novembro ainda de 1837, contador das referidas companhias. Em 7 de junho de 1837 foi encarregado de receber do Banco de Portugal os objectos pertencentes á Bemposta que estavam ali depositados. Em 24 de abril de 1837 teve o encargo de propôr a reforma da contabilidade publica, e de assignar todo o expediente do thesouro; em 25 de janeiro de 1840 foi encarregado de dirigir a thesouraria do ministerio da fazenda, e em 9 de março de 1842 teve a nomeação de director geral do thesouro. Em 24 de janeiro de 1845 foi encarregado de representar o governo junto da Companhia da Canalisação Lateral do Tejo, e em 2 de maio do mesmo anno a incumbencia de propôr a reforma de todas as repartições do ministerio da fazenda. N'esse anno de 1845 tambem foi elevado á categoria de conselheiro extraordinario do thesouro ficando em 13 de março de 1846 conselheiro effectivo; em 11 de novembro ainda de 1846, foi encarregado de conhecer das reclamações sobre a dispensa do serviço militar dos funccionarios publicos; em 18 de fevereiro de 1847, vogal da commissão inspectora e fiscal do theatro de D. Maria II; em 3 de fevereiro de 1848, encarregado de propôr a simplificação dos impostos e respectiva arrecadação; em 14 d'agosto, de propôr a simplificação do orçamento geral do Estado; e em 5 de setembro seguinte vogal da commissão do cadastro; em 11 de maio de 1849 foi encarregado de exame das contas da Companhia das Obras Publicas de Portugal; e em 30 de junho seguinte commissario regio da Companhia União Commercial; em 10 de novembro conselheiro do Tribunal de Contas e director geral da Contabilidade do Thesouro Publico; em 23 de setembro de 1850, encarregado de examinar as contas da Companhia dos Canaes d'Azambuja; em 20 de junho de 1851 vogal da commissão de fazenda; em 14 d'agosto de 1853 encarregado de propôr a reforma da contabilidade; em 31 de outubro de 1854 de organisar um projecto de pensões; em 31 de março de 1855 encarregado de dar parecer sobre a pretenção do Banco de Lisboa para a prorogação do praso de privilegio; e em 24 de julho do mesmo anno foi nomeado vogal de commissão liquidataria das obrigações e direitos entre o Estado e a Casa de Bragança; em 6 d'agosto de 1856, encarregado de examinar as contas da Camara Municipal de Lisboa com a Companhia do Gaz; em 1861 incumbido d'um projecto de regulamento do Tribunal de Contas. e em 23 de outubro de 1863 membro da commissão do regulamento da Contabilidade Publica; em 16 de novembro de 1864 foi elevado a presidente do Tribunal de Contas, e em 1868 membro da commissão de reforma do mesmo tribunal. O titulo de visconde de S. Bartholomeu foi lhe concedido por decreto de 7 de novembro de 1863. O illustre e prestimoso funccionario recebeu louvores, em 1824 o 1828, por duas vezes; em 1833, por tres vezes; em 1848, 1850, 1859, e 1865. Eram estes os titulos que mais o satisfaziam; o reconhecimento publico dos seus incontestaveis meritos e o agradecimento nacional pelo seu manifesto zelo e bem provada assiduidade. Em 24 de abril de 1837 recebeu a carta de conselheiro; por decreto de 9 de março de 1832 foi agraciado com o grau de cavalleiro da ordem de Christo, e por decreto de 3 de maio de 1838, com a commenda da mesma ordem; em 2 de dezembro de 1836 recebeu tambem a mercê de cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição do Villa Viçosa, e em 28 de abril de 1841, a de commendador da mesma ordem; e em 1847 foi tambem agraciado com a commenda da Aguia vermelha, da Prussia. Recebeu mercês honorificas o louvores nos reinados de D. João VI, da infanta regente D. Izabel Maria, D. Pedro IV, D. Maria II, D. Fernando, regente; D. Pedro V e de D. Luiz I. Foi sempre consultado pelos ministros acêrca de assumptos importantes. Não pertenceu nunca a nenhum partido politico, assim como não militou em nenhuma facção. Rejeitou por mais d'uma vez a proposta de representante da nação, recusando tambem o pariato que lhe foi offerecido. O visconde de S. Bartholomeu havia casado em 1850 com D. Maria Benedicta, viuva de João José dos Reis e filha de José Ribeiro Coelho, e de sua mulher D. Ignez Joaquina França.

São Bartholomeu. Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. do Alemtejo, conc. de Arronches, com., distr. e bisp. de Portalegre. Está situada a 3 k. da margem esquerda do rio Caya, e a 10 da séde do conc. O cura era apresentado pela mitra, e tinha de rendimento 180 alqueires de trigo. A terra é fertil em cereaes, e cria bastante gado de toda a qualidade. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. || Povoações nas freguezias: Santa Martha, de Bouro. conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Faro. || N. S.ª da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || S. Lourenço, conc.

e distr. de Portalegre. ‖ Serra do distr. de Portalegre. Corre entre as villas de Souzel e Extremoz.

São Bartholomeu de Azevedo *(Pedro Augusto de)*. Conservador do Archivo Nacional da Torre do Tombo; archeologo, professor e escriptor. N. em Santarem a 24 de agosto de 1869. E' filho de Ventura Faria de Azevedo, natural de Thomar, antigo professor do lyceu de Lisboa, e de sua legitima mulher D. Gertrudes da Piedade Fonseca. Em 24 de novembro de 1890 foi-lhe passada carta do curso superior de bibliothecario archivista. Em janeiro de 1888 nomeado praticante de amanuense da Direcção Geral das Bibliothecas e Archivos, onde se conservou tres annos, até ser promovido a amanuense paleographo do Archivo Nacional da Torre do Tombo. Em 28 de junho de 1902 foi nomeado 1.º conservador do mesmo Archivo, logar que exerce juntamente com o de professor de geographia. Por decreto de 30 de novembro de 1907 foi nomeado vogal do Conselho Superior de Instrucção Publica. Pertence á Academia das Sciencias de Lisboa, como socio correspondente desde 1911, á Associação dos Archeologos de Lisboa, á Sociedade de Geographia da mesma cidade. E' um dos fundadores da Sociedade Portugueza de Estudos Historicos. Escriptor consciencioso, habil ledor da escripta antiga, investigador zeloso e intelligente, tem publicado numerosos artigos na *Revista Lusitana*, *Archeologo Portuguez*, *Boletim da 2.ª classe da Academia de Sciencias*, *Tradição (A)*, de Serpa, *Boletim das Bibliothecas e Archivos*, *Archivo Historico Portuguez*, *Revista de Historia*, etc. As suas principaes publicações são as seguintes: *Alguns sêllos antigos do concelho de Santarem; Nomes de pessoas e nomes de logares; Um inventario do sec. XIV; Dois fragmentos de uma vida de S. Nicolau; Documentos relativos aos Açôres; As cartas do Padre Antonio Vieira*; *Doença e morte de D. Pedro II; Documentos de Vairão*; *Uma carta de Affonso de Albuquerque; Os de Vasconcelos*; *Os Escravos*; *Os antepassados do marquez de Pombal*; *Livro dos bens de D. João de Portel*, precedido de uma Noticia historica por Braamcamp Freire. Acham-se esgotados: *O territorio de Anegia; Os antepassados de Camillo.*

São Bartholomeu dos Gallegos. Pov. e freg de S. Lourenço, da prov. da Extremadura, conc. e com. da Lourinhã, distr. e patriarc. de Lisboa; 185 fog. e 778 hab. Tem est. post. Está situada n'um monte d'onde se descobre uma vasta campina, a 5 k. da séde do conc. Os principaes da Sé Patriarchal e o prior e beneficiados de Obidos, apresentavam simultaneamente o cura, que tinha um moio de trigo, meio de cevada e um tonel de vinho. A pov. era da Casa das Rainhas. A terra é fertil, e pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa.

São Bartholomeu de Messines *(José do Espirito Santo de Battaglia Ramos, visconde de)*. Concedido este titulo em attenção aos serviços prestados ás letras patrias por seu fallecido pae o grande poeta João de Deus, por decreto de 22 de julho de 1905; commendador da Ordem Pontificia do Santo Sepulcro, por bulla de 26 d'agosto de 1903; condecorado com a Cruz Pro Ecclesia et Pontifice, por diploma de 2[illegible] de novembro de 1901; official da secretaria geral das Bibliothecas, por decreto de 24 de dezembro de 1901, repartição que anteriormente se denominava Inspecção Geral das Bibliothecas, e para onde havia sido nomeado archivista, por decreto de 16 de agosto de 1895. N. em Lisboa a 4 d'abril de 1875. Dedicando-se á litteratura, tem escripto e publicado os seguintes trabalhos: *Breve Noticia sobre a ordem do Santo Sepulcro*, Lisboa, 1899, um folheto em 8.º, de 14 paginas, illustrado com as photogravuras do *Santo Sepulcro, S. E. R. Monsenhor Luiz Piavi, Patriarcha de Jerusalem, Grão-Mestre da ordem do Santo Sepulcro; nova edição*, Lisboa, 1909, um folheto em 8.º de 15 paginas, illustrado com o retrato do autor, dedicado á memoria do fallecido escriptor francez Oscar de Poli, e acompanhado de uma carta de felicitações, a proposito da primeira edição, do referido prelado; *A Republica de S. Marino*, estudo historico, por Oscar de Poli, versão do francez, Lisboa, 1902, um folheto em 8.º, de 27 paginas; *nova edição*, 1909, um folheto em 8.º, de 36 paginas, illustrado com o retrato do autor, dedicado ao conselheiro João Franco, e acompanhado de uma carta de felicitações, a proposito da primeira edição, do secretario d'estado dos negocios estrangeiros da Republica do S. Marino, Domenico Fattori.

São Bartholomeu de Messines. Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. do Algarve, conc. e com. de Silves, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 1:356 fog. e 3:445 hab. Tem professores d'ambos os sexos, est. post., medico, pharmacias, hoteis, fabrica de rolhas, est. do caminho de ferro, no ramal de Portimão, entre as de Meia Legoa e Olhão; foira a 20 de setembro. A pov. dista 15 k. da séde do conc. A mitra apresentava o prior, que tinha 300$000 reis de rendimento. E' uma grande pov. situada nas faldas meridionaes da montanha do Penedo Grande, que está coberta de oliveiras, alfarrobeiras, com algumas fontes e pequenas hortas. A egreja matriz é muito antiga. A serra está coberta de zambujeiros, e tem alguns montados, onde se criam bastantes porcos. Cria tambem muito gado de toda a qualidade, e nos seus montes ha abundancia de caça grossa e miuda. Ha aqui nascentes d'agua que regam grande parte do terreno. A freg. é regada por algumas ribeiras, sendo as principaes a do *Gavião* e a de *Arade*. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17 com a séde em Lagos. N'esta freg. houve um combate entre constitucionaes e realistas em 24 d'abril de 1834, em que os realistas ficaram vencedores.

São Bartholomeu do Outeiro. Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Portél, distr. e arceb. de Evora; 112 fog. e 504 hab. Tem est. post. e dista 19 k. da séde do conc. O arcediago de Evora, e depois o de Beja, apresentavam o cura, que tinha alguns generos de rendimento. O terreno é muito fertil, mas cria muito gado, principalmente suino, e nos seus montes ha muita caça. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal.

São Bartholomeu dos Regatos. Pov. e freg de S. Bartholomeu, da ilha Terceira; conc., com., distr. e bisp. de Angra do Heroismo, Açôres; 184 fog. e 2.019 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo.

São Bartholomeu da Serra. V. *Serra*.

São Bento *(Fr. Antonio de)*. Religioso da ordem de S. Bento. N. em Vianna do Castello e fal. no Porto em 1657. Professou no convento de Tibães em 1619, doutorou-se em theologia na Universidade de Coimbra, foi reitor do collegio d'esta cidade em 1644, abbade do convento em 1650, e depois geral da sua ordem em 1657. Foi lente da Universidade, prégador e poeta. Quando falleceu, tinha promptos para a impressão varios sermões.

São Bento *(Fr. Gil de)*. Monge benedictino, chronista da sua ordem, etc. N. em Vouzella, e fal. em 13 de novembro de 1664. Professou no convento de Tibães em 1615, e entregou-se com grande ardor á investigação dos cartorios e archivos das cathedraes e conventos da sua ordem e por isso foi eleito chronista. Emquanto se entregava ao estudo severo principalmente da historia da religião benedictina, não deixava de cultivar a poesia, tanto em portuguez como em hespanhol. Era tambem genealogista na sua qualidade de historiador, porque a genealogia então se considerava parte essencial da historia. Fal no convento de Santa Marinha da Costa, perto de Guimarães, pertencente á ordem de S. Jeronymo, quando estava investigando o seu cartorio. As suas investigações dirigiram-se principalmente ao estudo da origem da ordem de S. Bento, que era mais antiga que a de Santo Agostinho, e n'esse sentido escreveu a seguinte obra: *Satisfação apologetica, e quinta essencia de verdades averiguadas e apuradas em cinco respostas pacificas, com que o autor satisfaz em tudo ás cinco extraordinarias opiniões, que de novo deu á imprensa em sua chronica contra a religião benedictina o padre fr. Antonio da Purificação, etc*, Lisboa, 1657. Fr. Gil de S. Bento deixou manuscripta a segunda parte d'esta obra, assim como a *Corôa de Portugal*, livro de historia portugueza, e a *Chronica da monastica congregação da ordem de S. Bento de Portugal*, que ficou muito em principio, e a *Arvore genealogica da familia dos Machados*.

São Bento *(Manuel José Ribeiro, 1.º visconde e 1.º conde de)*. Moço fidalgo com exercicio, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, etc. Nasceu em Santo Thirso a 2 de agosto de 1807, onde tambem falleceu a 26 de março de 1893. Era filho de Domingos José Ribeiro e de D. Rosa Maria Martins. Aos 11 annos de edade, e tendo recebido a simples educação da escola da freguezia, foi para o Brazil, mas durante a viagem foi o navio assaltado por uns piratas, e teve de voltar á patria. Um anno depois embarcou de novo, e chegando ao Pará, foi obrigado a pegar em armas na guerra da independencia, apezar da sua curta edade. Finda a guerra é que se dedicou ao commercio, conseguindo empregar-se n'uma boa casa; desenvolvendo se no trabalho, para que mostrava grande vocação e muita actividade, a fortuna auxiliou-o, podendo assim juntar avultados cabedaes, tornando-se conhecido em muitas praças estrangeiras, onde gozava do melhor credito. Em 1865 visitou as principaes cidades da Europa, e vindo a Portugal, demorou se em Santo Thirso alguns mezes, voltando então novamente ao Brazil, onde se conservou dois annos, regressando depois definitivamente á sua terra natal. Estabeleceu ali a residencia, mandando depois construir e mobilar uma casa para aulas de ambos os sexos. Além d'este, muitos outros melhoramentos foz em Santo Thirso, como a edificação d'um hospital, com o competente mobiliario, que ficou sustentando á sua custa, incluindo as despezas do medico e pharmacia; mandou restaurar a capella do Senhor dos Passos, cedeu preciosas alfaias á egreja da villa; cedeu gratuitamente á camara municipal uma porção de terreno da quinta do Mosteiro para alargar a praça, que tem hoje o seu nome, e tambem alguns terrenos para serem abertas novas ruas; fez construir uma capella junto ao edificio do hospital, concorreu para a construcção d'uma casa para se installar o Club Thirsense, etc. Em 20 de janeiro de 1881 foi-lhe concedido o titulo de visconde S. Bento, sendo elevado a conde a 6 de maio de 1886; a 9 d'agosto de 1890 recebeu a medalha de ouro de instrucção nacional. Por alvará de mercê de 8 de julho de 1881, foi-lhe concedido o seguinte brazão: Escudo esquartelado; no 1.º quartel: em campo vermelho 5 besantes de ouro em santor; no 2.º, em campo de ouro uma faxa de azul carregada de 3 estrellas de prata; no 3.º em campo de prata uma palmeira de sua côr; e no 4.º, em campo verde um caducéo de ouro; e por supportes dois leões de ouro armados de azul. Antes da construcção do hospital, era o conde de S. Bento quem sustentava os doentes pobres, pagando todas as despezas. Mandou ensinar musica e fardar á sua custa um grupo de rapazes, que se constituiram em philarmonica. Fóra da villa de Santo Thirso tambem fez as seguintes doações: a reconstrucção da egreja de S. Thiago da Carreira, do concelho de Villa Nova de Famalicão; a da egreja matriz de S. Thiago dos Arcos do conc. de Santo Thirso; a construcção d'uma grande capella em Santa Christina proximo da villa; a d'uma capella em S. Thiago de Bougado, e outra da Senhora das Dôres, perto da estação do caminho de ferro, em Trofa; deu tambem uma verba importante para a construcção da capella do Coração de Jesus em Lozado, do concelho de Villa Nova de Famalicão. Os habitantes de Santo Thirso em homenagem á sua memoria, erigiram-lhe uma estatua, que solemnemente foi inaugurada a 29 d'agosto de 18?2.

São Bento *(Fr. Miguel de)*. Religioso benedictino e apreciado theologo. N. em Penafiel, e fal. em Coimbra a 6 de abril de 1718. Professou no convento de Tibães em 1662, doutorou-se em theologia na Universidade, onde foi lente. Sendo abbade do collegio de Coimbra, falleceu, deixando manuscriptos em latim uns *Commentarios do Mestre das Sentenças*.

São Bento *(Ordem de)*. V. *Benedictinos*.

São Bento. Ilha Terceira, Açôres; pov. e freg. de S. Bento, conc., com., distr. e bisp. de Angra do Heroismo; 314 fog. e 1:395 hab. Tem escolas d'ambos os sexos. Dista 1 k. da séde do conc. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição e conc. de Alandroal, distr. de Evora. || N. S.ª da Consolação, dos Alvados, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || O Salvador e conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Balugães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª das Neves, de Bella, conc. de Monsão, distr de Vianna do Castello. || Santa Maria Maior e conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || Santo Emilião, conc. de

Povoa de Lauhoso, distr. do Braga. || S. Miguel, de Fiscal, conc. de Amares, do mesmo distr. || O Salvador, de Joanne, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. João Baptista, de S. João do Vêr, conc. da Feira, distr. de Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural. || Santo Antonio, de Oliveirinha, conc. e distr. de Aveiro. || N. S.ª da Esperança, do Ribeira de Niza, conc. e distr. de Portalegre. || S. Pedro, de Seixas, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro Fins, de Tamel, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Turiz, conc. de Villa Verde do mesmo distr. || S. Pedro, de Valbom, do mesmo conc. e distr. || Santa Maria, de Vallega, conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

São Bento de Anna Loura. Pov. e freg. de S. Bento, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Extremoz, distr. e arceb. de Evora; 83 fog. e 407 hab. Está situada a 2 k. da estrada de Portalegre a Extremoz, e a 7 da séde do conc, n'um valle muito fertil. Corre aqui a ribeira que lhe deu o nome, que nasce mesmo n'esta freg. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n. 22, com a séde em Abrantes.

São Bento d'Aviz *(Ordem de).* V *Aviz.*

São Bento da Contenda Pov. e freg. de S. Bento, da prov. do Alemtejo, conc. de Alandroal, distr. de Evora. Está situada n'um monte, d'onde se descobrem muitas povoações portuguezas e hespanholas. O ordinario apresentava o cura, que tinha 10$000 réis em dinheiro N'esta freg está a capella de Santo Amaro, fundada nas abas da serra de Mouxarra. Dizem que em tempos remotos existiu n'este sitio uma grande povoação. A terra é fertil. O nome de *Contenda* provém, segundo consta, das contendas que se deram por quererem os hespanhoes que pelo meio da egreja matriz passasse a linha divisoria de Portugal e Hespanha; e na verdade, dentro da egreja se puzeram os marcos que dividem os dois paizes Os marcos de Hespanha estão, um na capella-mór, da parte do Evangelho, outro na pia baptismal; os de Portugal estão, um na capella-mór do lado da Epistola, e o outro está sustentando a pia d'agua benta. Esta freg. está desde ha muito tempo annexa á de S. Braz dos Mattos.

São Bento do Cortiço. Pov. e freg. de S. Bento, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Extremoz, distr. e arceb. de Evora; 114 fog. e 570 hab. Dista 10 k. da séde do conc. Está situada n'uma campina. O arcebispo de Evora apresentava o cura, quo tinha alguns generos. A terra é muito fertil em cereaes, e cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes.

São Bento do Matto. Pov. e freg. de S. Bento, da provincia do Alemtejo, conc., com, distr. e arceb. de Evora; 287 fog. e 1:239 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., fabricantes de cortiça, medico, pharmacia, est. do caminho de ferro de Lisboa a Villa Viçosa, no logar de Azaruja, entre as de Machede e de Valle do Pereiro. A mitra apresentava o capellão, que tinha alguns generos e 30$000 em dinheiro. A terra é muito fertil em cereaes, tem gado do toda a qualidade, e muita caça. Pertence á 4.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 11 com a séde em Setubal.

São Bernardino *(Fr. Antonio de).* Religioso da ordem de S. Francisco da provincia dos Algarves. N. em Beja; fal. em Lisboa a 22 de janeiro de 1673. Foi lente de theologia na sua ordem e definidor, e tornou-se tão afamado, que a princeza D. Catharina, filha de D. João IV, o levou na sua companhia como prégador, quando partiu para a Gran Bretanha a realisar o seu casamento com o rei Carlos II. Parece que pretendeu fazer proselytismo em Inglaterra, e quando rebentou em Londres a perseguição aos catholicos, que tomava por protextos umas suppostas conspirações papistas, a rainha, vendo o seu prégador em perigo, porque ella propria o chegou a estar, mandou-o retirar para Portugal em 1671. Fr. Antonio de S. Bernardino, no seu regresso, aggregou se á provincia de Santo Antonio Emquanto esteve em Londres imprimiu ali a *Vita minoritica ad pristinum statum restituta*, o *Caminho do céo, descoberto aos viadores da terra pela determinação dos tempos*, etc, 1665; reimprimiu-se muito mais tarde, em Lisboa, 1730, com um accrescentamento de fr. Manuel de Deus. Escreveu mais as seguintes obras que deixou manuscriptas: *Tratado sobre a regra dos frades menores; Tratado do nascimento, vida e morte do Doutor João Pissarro, prior da egreja parochial de S. Nicolau, de Lisboa.* Esta ultima publicou se em 1741, edição posthuma feita por diligencia do prior da mesma egreja João Antunes Monteiro.

São Bernardino *(Fr. Gaspar de).* Religioso da ordem de S. Francisco, da provincia de Portugal. N. em Lisboa, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Professou no convento de Leiria a 25 de maio de 1593. Partiu como missionario para a India, d'onde regressou com outros companheiros a bordo d'um navio que naufragou na ilha de Madagascar. Levaram-n'o os pretos para Mombaça, e d'ali determinou fr. Gaspar de S. Bernardino visitar as terras da Palestina, passando então a Melinde; indo no caminho caiu no poder dos cafres que o levaram a Pate, onde foi bem recebido pelo soberano d'essa terra, succedendo lhe o mesmo em Ampaga. Seguiu depois para o Mar Vermelho, e foi fazendo as observações, que lhe permittiram escrever mais tarde o seu interessante livro. No golfo persico soffreu um grande temporal, a que conseguiu escapar, indo desembarcar em Ormuz, d'onde seguiu viagem por terra para Jerusalem. Demorou-se algum tempo em Babylonia, e depois de vêr a Terra Santa, foi embarcar em Alexandria n'uma fragata veneziana. Acompanhou o no Mediterraneo a má ventura que o perseguira no mar das Indias e no golfo persico, porque apanhou uma horrorosa trovoada, causando a morte a 8 homens a bordo fulminados pelos raios, trovoada a que se deveu, segundo se affirma, ter convertido um turco e um gentio. Chegou a Chypre a 14 de fevereiro de 1606, e d'ali passou a Jerusalem. Seguindo depois para a Europa, visitou Veneza, Otranto, Napoles, a ilha da Sardenha, e foi desembarcar em Denia na Hespanha; passou a Gandia, Valencia e Madrid, d'onde seguiu para Lisboa, indo recolher se no convento de S Francisco, onde fal. muitos annos depois. Quando esteve em Madrid, contou á rainha D. Margarida d'Austria, mulher de Filippe III, algumas das suas aventuras, e foi ella que o animou a escrever a narrativa da sua viagem, o que fez e publicando em Lisboa, 1611, com o titulo: *Itine-*

rario da India por terra até este reino de Portugal, com a descripção de Jerusalem, dedicado a essa mesma rainha. Esta 1.ª edição tem um frontispicio gravado bastante imperfeitamente por Bras Nunes. Só se imprimiu a 1.ª parte, que vae até á chegada do Fr. Gaspar de S. Bernardino á ilha de Chypre; a 2.ª parte que a autor promettia, não chegou mesmo a ficar manuscripta. No meado do seculo passado fez-se uma nova edição, em 1842, e depois outra, em 1855.

São Bernardino *(Fr. João de)*. Religioso da ordem de S. Francisco, da provincia de Portugal, profundo conhecedor da lingua hebraica, e prégador muito apreciado. N. em Lisboa em 1577, onde tambem fal. em 1655. Professou no convento de S. Francisco da Cidade em 1594, e teve logo ensejo de dar provas de zelo e de caridade christã, servindo de enfermeiro aos seus confrades fulminados pela peste que n'aquella epoca devastou Lisboa. Depois de estudar philosophia, theologia e rhetorica, applicou se ao estudo da lingua hebraica, e logrou sabel-a com perfeição. Depois de reger por algum tempo a cadeira de theologia, foi escolhido para secretario do commissario geral da ordem para áquem dos Pyrinéus, Fr. Bernardino de Sena; acompanhou-o a Roma, e ahi grangeou fama de prégador, como já a obtivera em Portugal e em Hespanha, contando entre os seus principaes admiradores o papa Urbano VIII, em cuja capella prégou muitas vezes. Quando Fr. Bernardino de Sena foi eleito geral, nomeou fr. João procurador geral da ordem em Roma, e ali teve este de sustentar questões importantes, principalmente quando os franciscanos francezes e hespanhoes quizeram separar se do resto da ordem. Depois de residir em Roma mais de tres annos, voltou a Portugal, e foi eleito provincial em 1629. Sendo em 1640 acclamado rei D. João IV, foi Fr. João de S. Bernardino o primeiro a felicital-o do alto do pulpito, prégando no dia 8 de dezembro d'esse anno, na festa da Conceição, um sermão em acção de graças pela Restauração de Portugal. Este e outro que prégou sobre o mesmo assumpto logo no dia seguinte, fôram impressos em 1641, e em seguida traduzidos em francez e italiano, correram a Europa toda. Tambem publicou em 1650 o sermão que prégou nas exequias do infante D. Duarte na sé de Lisboa, e redigiu as *Constituições dos cavalleiros da Conceição, instituidos em 1625*, confirmadas por Urbano VIII.

São Bernardino. Pov. na freg. de S. Leonardo, de Athouguia da Baleia, conc. de Peniche, distr. de Leiria. Tem est. postal.

São Bernardo *(Fr. Bento de)*. Religioso da ordem cisterciense. N. em Castro Daire em 1621; ignora-se a data do fallecimento. Professou no convento de Salcedas em 1641; foi confessor das freiras do convento da Piedade de Tavira, secretario do geral Sebastião de Sotto Maior, reitor do collegio de Coimbra, abbade do convento de Salcedas, e bibliothecario do convento d'Alcobaça. N'esta qualidade prestou verdadeiros serviços, pondo em ordem os livros e escrevendo o catalogo em latim, que publicou em 1684 com o titulo: *Radius Bibliothecae*, etc; foi elle tambem que reformou o Breviario da sua ordem, publicando esse Breviario reformado em Antuerpia e em Lisboa. Deixou manuscriptos um *Collectaneo*, que compoz quando era noviço, a historia da fundação do convento de S. Bernardo, de Tavira, o summario do cartorio do convento d'Alcobaça em 1676, e o do cartorio de Salcedas em 1680, e finalmente um formulario de cartas, alvarás e provisões que tinham de ser expedidos pela secretaria do convento de Alcobaça.

São Bernardo *(Francisco de)*. Conego secular de S. João Evangelista. N. em Lisboa, e fal. a 8 de março de 1727. Era filho d'uma nobre familia. Professou no convento de Xabregas; doutorou se em theologia na Universidade de Coimbra, e foi durante 6 annos geral da sua congregação, e durante o seu governo fez muitas obras no seu convento. Deixou impressa uma *Oração funebre de D. Pedro II*, e outra do arcebispo de Lisboa D. João de Sousa. Deixou reputação de bom prégador e de eminente theologo, louvando-se muito a energia com que discutia na polemica, sem deixar nunca de manifestar a mais perfeita urbanidade.

São Bernardo *(Fr. Manuel de)*. Religioso da ordem de S. Francisco, cujo habito vestiu no convento do Porto em 1726. N. em Barcellos a 9 de janeiro de 1708, fal. na segunda metade do seculo XVIII. Foi mestre de philosophia no convento da Guarda, d'onde passou a reger theologia em Mafra, e guardião no convento de Santarem. Deixou manuscriptas as orações de sapiencia que proferiu em latim no convento de Mafra, e varios tratados theologicos tambem em latim.

São Boaventura *(Fr. Agostinho de)*. Religioso da ordem dos eremitas de S. Paulo. N. em Alhandra a 27 d'agosto de 1676, fal. na segunda metade do seculo XVIII. Professou no convento da Serra d'Ossa, em 1696, onde ensinou philosophia e theologia. Foi prégador afamado e poeta muito apreciado; duas vezes geral da sua congregação, e seu chronista. Deixou impresso unicamente um dos seus sermões que prégou na canonisação de S. Luiz Gonzaga e Santo Estanislau. Quando falleceu andava trabalhando nos annaes da sua congregação que não chegou a publicar.

São Boaventura *(Fr. Antonio Caetano de)*. Religioso franciscano da provincia de Portugal. N. em Lisboa em 1669, onde tambem morreu em 1749. Professou no convento d'esta cidade, onde ensinou philosophia e theologia, chegando a ser um dos mais abalisados theologos do seu tempo. Foi guardião do collegio de S. Boaventura de Coimbra, do convento de S. Francisco de Lisboa, e confessor do convento da Esperança, e definidor d'um capitulo celebrado em Roma. Escreveu e publicou um sermão das exequias do duque de Cadaval, uma obra em latim acêrca da sua ordem, *O Paraiso mystico*, etc., Coimbra, 1750; *Itinerario mystico de uma alma para o céo*, Coimbra, 1750, e mais algumas outras obras em latim.

São Boaventura *(Boaventura Gaspar da Silva Barbosa, visconde de.)* Secretario do Conservatorio de Lisboa, jornalista, escriptor e poeta. N. em Lamego no anno de 1855, fal. em Cintra a 17 de novembro de 1910. Era filho d'um magistrado respeitavel, e desde muito creança começou a dar provas de grande talento. Irrequieto e audacioso, mostrando ardentes desejos de saber, entrou no collegio da Roseira onde fez os primeiros estudos, passando depois ao seminario e ao lyceu de Braga, continuando sempre com o maior aproveitamento. Frequentou depois a Universidade de Coimbra, tendo por condiscipulos homens que

muito se evidenciaram, como Antonio Candido, Gonçalves Crespo, Bernardo Pindella, João Penha, Antonio Feijó, e outros. Resolveu mais tarde embarcar para o Brazil, onde então se arremessou ao trabalho como energico luctador, revelando os complexos recursos do seu talento e a sua prodigiosa actividade. Redigiu, auxiliou, fundou um grande numero de jornaes, em S Paulo, Campinas, Soroeaba, Franca e Uberaba,sobresaindo a todos o *Diario Mercantil*, d'um tão accentuado cunho artistico,que chegou a ser um dos jornaes mais bem escriptos e populares do Brazil. N'esse tempo estava muito preponderante a campanha pela libertação dos escravos, e o visconde de S. Boaventura, com o mais sympathico enthusiasmo, quiz fazer sua a causa dos infelizes opprimidos. Deixou então o commodo remanso do seu gabinete, para se internar á ventura pelos sertões, prégando a verdadeira, a sã doutrina, espontaneo procurador dos servos, arriscando a saude, a fortuna, a vida, tudo esquecendo, tudo deixando por esse novo apostolado, em que havia duros corações a converter e uma outra especie de odiosa barbarie a derruir por completo. Não lhe faltaram por isso emboscadas, intrigas, perseguições, desgostos, mas o destemido apostolo não se deixou intimidar, conseguindo finalmente um triumpho completo. N'esta benemerita cruzada teve o visconde de S. Boaventura por companheiro o escriptor brazileiro Raul Pompeia, autor do livro *O Atheneu*. Quando o dr. Antonio Bento, o chefe do movimento abolicionista de S. Paulo, depois da victoria historiou a campanha emancipadora, foi o nome do visconde de S. Boaventura que elle mais carinhosamente recommendava á gratidão do Brazil. Voltando a Portugal, manteve o illustre titular relações de affectuosa camaradagem com os principaes homens de letras do Brazil. Como escriptor, possuia as mais brilhantes qualidades litterarias, e estava conhecedor de quanto mais culminante ou sensacional assignalava o movimento critico e litterario contemporaneo. Affirmou-se como poeta no seu estimado livro de lyricas, *O livro de Luiza;* como polemista e prosador, na *Viagem á roda da Litteratura*, prefaciada por Assis Brazil; *Carta d'um emigrado* e *Balzac de S. Miguel de Seide*, em que terçou com Camillo Castello Branco, no pamphleto *Revolução no Brazil*, na sua notavel obra *O Brazil actual*, da qual muitos capitulos fôram transcriptos por diversos jornaes de Paris. Com o titulo de *Impressões estheticas*, publicou em 19 5 um opusculo, que constituia as provas de habilitação dadas para o cargo de secretario do Museu Nacional de Bellas Artes O illustre escriptor foi agraciado com o titulo de visconde de S. Boaventura pelo fallecido rei D. Carlos, era cavalleiro das ordens de Christo e de S. Thiago, e official da ordem da Rosa do Brazil; possuia tambem as palmas da Academia de França. Foi um dos proprietarios do *Correio da Manhã*, e secretario do Conservatorio, logar que exercia quando falleceu. Collaborou em diversos jornaes tanto em verso como em prosa.

São Boaventura (*Fr. Dyonisio de*) Religioso da ordem de S. Francisco, onde professou em 1615. N. em Unhos no anno de 1599, fal. em Alemquer em 166). Sabia bem umas poucas de linguas, e seguiu a profissão de missionario; consta que converteu Lourenço Schitt, embaixador da Suecia em Portugal, conseguindo até que elle professasse na ordem franciscana com o nome de Fr. Lourenço de S. Paulo. Foi commissario dos terceiros em Thomar, e de S. Francisco em Santarem. Deixou apenas manuscripta uma vida de Fr. João de S. Bernardino.

São Boaventura *(D. Fr. Fortunato de)*. Prelado célebre pela sua vastissima erudição, pelo seu infatigavel trabalho de escriptor, e tambem pelo papel que desempenhou na politica n'uma epoca bem calamitosa para Portugal. N. em Alcobaça em 178?, fal. em Roma no mez de dezembro de 1844. Era filho d'um livreiro d'Alcobaça, chamado Manuel Antunes. Professou no convento da sua terra, da ordem de S. Bernardo, a 25 d'agosto de 1795. Revelando desde muito novo elevada intelligencia, foi para Coimbra frequentar os estudos preparatorios, matriculando-se depois na Universidade no curso de theologia, em que se doutorou a 8 de julho de 1810. Foi então nomeado professor no Collegio das Artes. Havia já escripto muito com a violencia que sempre o distinguiu, sendo os francezes, quando invadiram Portugal, o alvo das suas cóleras de pamphletario Mais tarde, durante o governo constitucional do 1820, conservou-se silencioso, mas apenas triumphou a reacção em 1823, desabafou todo o odio reprimido, e fez se jornalista acerrimo da escola do P. José Agostinho de Macedo, desbragado e virulento. Publicou então successivamente o *Punhal dos corcundas*, de que sairam 33 numeros em 1823, o *Maço de ferro anti maçonico*, publicado tambem n'esse anno, o *Mastigoforo periodico*, de que sairam só 4 numeros. Fôra no meio d'essas agitações politicas eleito chronista da sua ordem, e entregava-se com ardor aos estudos necessarios para continuar e concluir a obra de Fr. Manuel dos Santos. Revolveu o cartorio do convento, e assim se habilitou para escrever um livro latino muito curioso e interessante: *Commentarium de Alcobacensi Manuscriptorum Bibliotheca libri tres*. D'esta obra não fez unicamente um simples e resumido catalogo, deu tambem noticia de muitos codices, e excerptos d'alguns d'elles Foi publicada em 1827, imprimindo-se ainda n'este anno a *Historia chronologica critica da real abbadia de Alcobaça*, continuação da de Fr. Manuel dos Santos. Sempre profundamente estudioso, Fr. Fortunato já havia publicado em 1814 a sua *Memoria para a vida da beata Mafalda*, que devia ser acompanhada de documentos justificativos, que não chegaram a sair. Entregue aos estudos mais ou menos bem dirigidos, mas incessantes, deixou passar com má vontade o regimen da Carta Constitucional, porém, quando D. Miguel, em 1828, deu o golpe de Estado, encontrou em Fr Fortunato de S. Boaventura um apologista exaltado. Subiu logo ao pulpito em Coimbra, e a 25 d'abril prégou um sermão em acção de graças pela chegada de D Miguel, prégando em seguida outro na festa mandada celebrar em nome dos habitantes da cidade. Estabelecendo se n'esse anno em Coimbra o governo absolutista, novamente Fr. Fortunato subiu ao pulpito para entoar hymnos em louvor da rainha D. Carlota Joaquina e de D. Miguel, nos dias dos seus anniversarios natalicios, e quando se abençoou a bandeira concedida pelo novo governo a caçadores n.º 8 Não podia D. Miguel deixar de recompensar Fr. Fortunato, que em 1829 viera a

Lisboa continuar a publicação do *Mastigóforo*, de que sairam mais 8 numeros, substituindo-o n'esse anno pelo *Defensor dos jesuitas*, jornal que foi acompanhado em 1830 pela *Contra mina*. Fr. Fortunato de S. Boaventura e o P. José Agostinho de Macedo eram dois adversarios terriveis dos liberaes, a quem fustigavam no seu jornalismo pamphletario No entretanto todos eram concordes em affirmar, até os seus proprios inimigos, que Fr. Fortunato era homem de costumes puros, de vida morigerada, de animo benevolo e compassivo.Contam se muitos factos em que se prova a sua caridade, como por exemplo o facto que se affirma, sendo elle apenas professor do Collegio das Artes em Coimbra, e não dispunha então de largos meios, de repartir todos os dias o seu jantar com umas senhoras velhas e pobres, que lhe enviavam um cesto, onde o frade com as proprias mãos acommodava o jantar, e tambem o facto de dotar muitas noviças pobres, etc. Por isso tambem não fez escandalo a sua nomeação para reformador geral dos estudos em substituição do veneravel D. Francisco Alexandre Lobo, bispo de Vizeu, feita em 27 de agosto de 1831, e pouco mais d'um mez depois, a 29 de setembro, a sua nomeação de arcebispo de Evora, em que foi confirmado pelo papa Gregorio XVI, sendo sagrado a 3 de junho do 1832, tomando logo em seguida posse. D. Fr. Fortunato que escrevera o ultimo numero da *Contra mina* a 2 de abril de 1832, e que de Lisboa dirigira a saudação pastoral aos seus diocesanos, redigiu n'esse mesmo anno uma instrucção pastoral prégando a obediencia a D. Miguel, como poderoso rei. Pouco tempo, porém, se conservou n'aquella elevada dignidade. A marcha triumphal do duque da Terceira, que em 1833 atravessava o Alemtejo a caminho de Lisboa, obrigou D. Fr. Fortunato a abandonar Evora, deixando como governador do arcebispado o dr. José Joaquim Poças. Então, acompanhando o exercito miguelista, proscripto da sua diocese, enviava ainda aos seus diocesanos duas pastoraes, uma datada do Pombal a 15 de setembro de 1833, e a outra de Condeixa a 21 do seguinte mez de outubro A 2 de abril de 1834 achava se em Extremoz, e a 10 d'esse mez em Borba, não como arcebispo, mas como refugiado. A causa miguelista estava perdida, dias depois assignava-se a convecção de Evora Monte, D. Miguel partia para Genova, e o seu fiel prelado para Roma. Em 1823 collaborara Fr. Fortunato nos *Archivos da religião christã*, jornal que se publicou em Coimbra Sendo socio da Academia Real das Sciencias, inseriu na collecção das Memorias Academicas 3 memorias ácêrca da vida e escriptos dos chronistas-móres: Fr. Bernardo de Brito, Fr. Antonio Brandão e Fr. Francisco Brandão: uma sobre o progresso e decadencia da litteratura grega, e outra sobre a da litteratura hebraica desde o principio da monarchia até ao tempo d'el-rei D. José. Fôram estas as 5 memorias que sairam impressas, mas sabe-se que, antes de 1824, offerecera á Academia uma memoria sobre o celebre theologo e politico Diogo Lobo Rebello, outra com particularidades ácêrca de Fr. Bernardo de Brito, e o *Ensaio d'um indice das palavras, proverbios, sentenças moraes, e phrazes que a lingua portuguesa tomou da grega sem intermedio da latina*. A vida do pobre arcebispo de Evora foi muito atribulada em Roma. Cada vez mais apaixonado e intransigente, abandonado, sem recursos, porque a sua extrema caridade não lhe permittira enriquecer-se, sem receber as rendas da mitra, cuja administração o governo liberal confiara a uma junta, e sem encontrar protecção nos seus correligionarios, chegou a passar privações. Escrevia muito, tanto em portuguez como em italiano, mas as suas obras em Portugal seriam mal acolhidas, na Italia não tinham alcançado sufficiente reputação, comtudo o nome de D Fr. Fortunato era conhecido na Italia. O cardeal Mai elogiara o *Catalogo dos manuscriptos de Alcobaça* no seu *Spicilegium Romanum;* a sua pastoral de 15 de setembro de 1833 fôra traduzida em italiano na *Voce della verità*, jornal de Modena. D. Fr. Fortunato manejava com facilidade a lingua italiana; n'essa *Voce della verità* escreveu numerosos artigos, sendo um d'elles uma censura á expulsão das ordens religiosas de Portugal em 1834, outro uma replica a Francisco Freire de Mello que escrevera contra uma das suas pastoraes um pamphleto intitulado *Resposta á infame pastoral do arcebispo de Evora* A replica de D. Fr. Fortunato tem por titulo *I libelli antisinchelista.* Apezar de estar distante, o arcebispo continuou a escrever pastoraes aos seus diocesanos; ha noticias de muitas d'ellas, que parecem ter sido traduzidas e publicadas no referido jornal de Modena. Em 1838 sairam tambem no Porto uns folhetos denominados *Voz da egreja*, *Clamores e providencias do pastor supremo*, etc., varias cartas de D. Fr. Fortunato sobre assumptos ecclesiasticos Estando ainda em Portugal dirigira uma publicação importantissima: *Collecção de ineditos portuguezes dos seculos XIV e XV, que ou fôram compostos originalmente, ou traduzidos de varias linguas por monges cistercienses d'este reino. Ordenada e copiada fielmente dos manuscriptos do mosteiro de Alcobaça por Fr. Fortunato de S. Boaventura* Continuando em Italia a occupar se d'essas importantes edições, publicou em Modena, 1836, a *Formula honestae vitae* de S. Martinho de Dume, arcebispo de Braga, copiada d'um codice do Vaticano, emendando assim a que servira de texto á edição de Flores e á traducção de Antonio Caetano do Amaral. Das emendas que fez, dá conta no erudito commentario e nas excellentes notas com que precede e acompanha a edição. No Vaticano tambem encontrou Fr. Fortunato um codice latino contendo a vida do infante santo, que traduziu em portuguez, e imprimiu em Modena, 1840. Trabalhando sempre, supportando com animo sereno as privações mais crueis, viveu em Roma 10 annos, encerrado quasi sempre na bibliotheca do Vaticano, até que falleceu, sendo enterrado na egreja de S. Bernardo, onde nem um epitaphio, nem uma lapide o relembram. As obras de D. Fr. Fortunato de S. Boaventura são numerossimas. No *Diccionario Bibliographico*, vol. II, pag 303 a 315, e no vol. IX do *Supplemento*, pag. 235 a 238, vem uma minuciosa relação d'essas obras. D. Fr. Fortunato, que era um excellente hellenista, teve grande parte na composição d'um *Diccionario grego latino*, *Selecta dos autores gregos* e *Compendio de grammatica da lingua grega*, que se publicaram em Portugal. Deixou grande numero de manuscriptos importantes. V. *Portugal e Italia* de Antonio de Portugal de Faria, Leorne, 1905.

São Boaventura *(Fr. João de).* Monge benedictino. N. no Porto em 1786; fal. no Brazil, mas ignora se em que anno. Foi mestre de theologia na sua ordem, prégador régio, e professor de rhetorica e poetica no Collegio dos Nobres. Prégou em Lisboa em 1817 e em 1826 nas exequias de D. Maria I e de D. João VI, sermões que se imprimiram nos referidos annos. Depois de se mostrar por muito tempo um dos mais constantes adeptos do governo absoluto e fervoroso propugnador dos direitos de D. Miguel á corôa portugueza, lançou-se repentinamente em 1833 no partido constitucional, prestando lhe todo o serviço que pôde. Esta imprevista mudança, custosa de acreditar aos que pouco antes estavam habituados a ouvil o declamar nos pulpitos e nas conversações, vociferando contra os mesmos a quem agora se ligara, foi causa de se vêr malquisto com todos, e vêr-se em 1834 exposto á vindicta de alguns, que lhe attribuiam particularmente as perseguições que tinham sido victimas no regimen anterior. Para se pôr em segurança, teve de occultar-se durante algum tempo, até que emigrou para o Brazil. Além dos sermões já citados, escreveu e publicou mais o seguinte: *Resposta aos anonymos de Lisboa, ou tunda geral sobre os pedreiros livres*, Lisboa, 1823; *Sermão de acção de acção de graças pelas melhoras de sua majestade o sr. D. Miguel*, Lisboa, 1829; *Reflexões sobre a carta do conde da Taipa, na parte que diz respeito á Junta do Exame do estado actual e melhoramento das ordens religiosas*, Lisboa, 1834; *Panegyrico de sua majestade imperial o senhor D. Pedro, duque de Bragança, regente em nome da rainha a senhora D Maria II*, Lisboa, 1834. A este respeito lê se no *Diccionario Bibliographico*, vol. III, pag. 331: «O autor ignorava sem duvida ao tempo em que imprimira este seu opusculo, que já desde 1815 estava impresso e corria no publico o *Panegyrico do Marquez de Pombal*, por Francisco Xavier de Oliveira. Se o soubesse, de certo se não affoitaria a dar á luz como obra propria o que não passa de mero e successivo plagiato d'aquelle *Panegyrico*, não tendo elle mais trabalho que o de transcrever a fio paginas e paginas seguidas, sem outra mudança que não fôsse a de substituir o nome *Duque de Bragança* a *Sebastião* que estava no original. Quem o quizer verificar, confronte uma com a outra as duas peças, e depressa se dará por convencido, se o julgar duvidoso.» Escreveu tambem: *Hypocrisia religiosa de D. Miguel e dos seus sequazes*, Lisboa, 1831; *Declaração de Fr. João de S. Boaventura, por occasião do que se diz d'elle no «Boletim do governo usurpador;»* tem a data de 22 de novembro de 1833. Estas duas publicações deram logar a que um anonymo escrevesse e imprimisse o seguinte: *Carta dirigida ao ill.mo e ex.mo sr. fr. João de S. Boaventura, em que se descrevem alguns factos seus do tempo da usurpação e se analysam varios paragraphos das suas obras, principalmente da «Hypocrisia religiosa de D. Miguel,»* etc. *Por um constante liberal*, Lisboa, 1831

São Boaventura *(Fr. Roque de)* Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Santarem em setembro de 1603; fal. a 3 de maio de 1651 Professou em 1623 no convento do Vimieiro. Estudou no collegio de S. Pedro de Coimbra, foi ministro do convento de Villa Nova da Erva, secretario do ministro provincial Fr. Duarte da Conceição, e por fim definidor apostolico Deixou nos *Commentarios* em latim a respeito do evangelista S. Matheus, e uma *Pratica da religião* em portuguez ácêrca do modo como os prelados haviam de proceder com os crimes dos seus subditos

São Braz. Pov. e freg. de S. Braz, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Serpa, distr. o bisp. de Beja; 29 fog e 110 hab. Está situada na margem d'um affluento do Guadiana, a 2 k. da margem esquerda d'este rio, e a 5 da séde do conc. Era da Casa do Infantado O arcebispo de Evora apresentava o cura, que tinha alguns generos de rendimento. Pertence á 4.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. || Povoações nas freguezias: Santo André, de Barcellinhos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho, de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto || S Pedro, de Merelim, conc. e distr. de Braga. || Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Ilha de S. Miguel; N. S.ª da Graça, de Porto Formoso, conc. de Ribeira Grande, distr. de Ponta Delgada, Açôres || S. Braz, do Romeira, conc. e distr. de Santarem. || Monte de S. Braz é um sitio, onde se venera a imagem d'este santo, n'uma capellinha, na freg. e conc. do Rézende, distr. de Vizeu, proximo de Vinhós e de Lafões. || Pov. da freg. do Santissimo Nome de Jesus, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Cabo situado na costa do territorio não avassalado do Quissama, na prov. de Angola, Africa Occidental, a 43 k. do rio Longo. E' pedregoso, sem vegetação, cortado a pique e de altura mediana. Figura nos mappas antigos com a denominação de *Ponta das Cambôas.* || Presidio situado ao N da ilha de Gôa, cêrca de 7 k. da Nova Gôa, India. || Bahia do conc. de Quissama ou Quissamba, no distr. e prov. de Angola, Africa Occidental, cujo extremo N é o cabo de S. Braz N'esta bahia, chamada *Sandy Bay* pelos inglezes, vão desaguar dois pequenos rios, um d'elles o Quesimi Tem um desembarcadouro rasoavel, mas muito desabrigado. || Freg. da ilha de Cumbayua e da prov. de Gandaulim, do distr. da ilha de Gôa, na prov do mesmo nome, India. || Regedoria do concelho das Ilhas, no districto de Gôa, na India, comprehendendo as povoações de S. Braz e Combarjua.

São Braz d'Alportel. Pov. e freg. de S. Braz, da prov. do Algarve, conc., com. e distr. de Faro, bisp do Algarve; 2:402 fog. e 11:112 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post, agentes das casas bancarias: *Banco Economia Portugueza, Banco de Lisboa & Açôres, Casa Tota & C.ª*; das companhias de seguros: *Commercial do Porto, Commercio e Industria, Fomento Agricola, Previdencia e Royal, Reformadora, Sociedade Portugueza de seguros, Tagus, Portugal Previdente, Ultramarina*; fabricas de cêra, do polvora e de rolhas; medicos, pharmacias, hospedaria; sociedades de recreio e de instrucção: *Centro escolar Republicano* e *Club Recreativo Primeiro de Dezembro*. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro. S Braz de Alportel está situada n'um alto, mas cercada de elevações aiuda maiores, a 17 k. da estação de Faro. Foi da Casa das Rainhas. Tem minas de cobre, já exploradas no tempo dos romanos. O terreno produz bom vinho e muito boas fructas.

A egreja matriz é elegaute e formada por 3 naves, de altas e imponentes columnas, bellas capellas da pezada talha dourada, que muito caracterisam a epoca em que fôram construidas. A parte moderna do templo é um apreciado trabalho do estucador Silva Meira. Houve ali um grande edificio, que está hoje completamente arruinado, o palacio episcopal. Era digno de vêr se, principalmente pelo magnifico jardim que lhe ficava annexo, cheio do frondoso arvoredo, do cristallinos lagos, de flôres vicejantes, da sua grande piscina, em cujas aguas viviam as mais variadas especies de peixes. Esse grande tanque era alimentado por uma extraordinaria abundancia de agua, e tinha um reservatorio coberto por um alto e elegante zimborio, mandado construir em 10 de junho de 1757 por D. Antonio Pereira da Silva, da familia Bertiandos. ‖ Pequena serra do distr. de Faro, na freg. do mesmo nome. E' ramificação da serra de Mú, e tem 382 m. d'altitude.

São Braz dos Mattos. Pov. e freg. de S. Braz, da prov. do Alemtejo, conc. e com. do Alandroal, distr. e arceb. de Evora; 105 fog. e 413 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada n'uma campina, a 5 k. da séde do conc. A egreja era da ordem de Aviz, e o cura apresentado pela Mesa da Consciencia e Ordens, o qual recebia dos parochianos diversos generos. O terreno cria muito gado de toda a qualidade, que exporta. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n. 22, com a séde em Abrantes.

São Braz do Regedouro. Pov. e freg. de S. Braz, da prov. do Alemtejo, conc., com., distr. e arceb. de Evora; 48 fog. e 238 hab. Está situada a 3 k. da margem esquerda da ribeira das Alcaçovas e a 20 da séde do conc. A mitra apresentava o cura, que tinha de rendimento alguns generos. A terra é fertil em cereaes, e produz algum azeite, e bons fructos. Cria gado e tem caça. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal.

São Brissos. Pov. e freg. de S. Brissos, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Montemór-o-Novo, distr. e arceb. de Evora, 57 fog. e 182 hab. Dista 25 k. da séde do conc. O arcebispo de Evora apresentava o cura, que tinha de rendimento alguns generos pagos pelos parochianos. E' muito fertil em trigo, centeio e cevada. Perto da egreja passa a ribeira de S. Brissos, que morre na do Ourega, no sitio do Moinho do Cavalleiro, freg. de Regedouro. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. ‖ Pov e freg. de S. Brissos, da prov. do Alemtejo, conc., com., distr. e bisp. de Beja; 78 fog. e 422 hab. Está situada n'uma campina, a 11 k. da séde do conc. Era dos arcebispos de Evora, que apresentavam o cura, que recebia de rendimento alguns generos pagos pelas herdades. E' fertil em cereaes. Cria algum gado bovino, porcos, e muitas cabras e ovelhas. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos.

São Caetano *(D. Antonia de)*. Conega regrante da ordem de Santo Agostinho. N. em Lisboa, e fal. em 1705. Era filha do dr. Cibrão, medico de D. Affonso VI. Professou no convento de Chellas em 1659. Tinha uma memoria prodigiosa, tanto que sabia de cór o Apocalypse e o Evangelho de S. João, repetindo os do meio para o principio, do fim para o meio, etc. Era tambem poetisa, mas deixou apenas algumas poesias impressas no *Rosario do Santissimo Sacramento*, e nas collecções poeticas das academias do seu tempo. Ficaram manuscriptas algumas obras suas, em que se incluia um *Catalogo dos escriptores que trataram da historia de Portugal.*

São Caetano *(Fr. Antonio de)*. Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Santarem, mas não se conhecem as datas do nascimento e fallecimento. Antes de pertencer á ordem de S. Francisco, fôra conego regrante de Santo Agostinho da congregação de Santa Cruz de Coimbra. Era poeta cortezão, e cantou em largas sylvas o casamento de D. João V com a rainha D. Maria Anna d'Austria, o nascimento do seu segundo filho, e a festa do Sacramento em Santarem. Imprimiu tambem um *Breve Epitome da vida dos martyres de Marrocos.*

São Caetano *(D. Eugenia Nunes Vizeu, viscondessa de)*. Senhora natural do Vizeu, de grande respeitabilidado, e muito venerada pelo seu caracter bondoso, e pela sua extrema caridade para com os pobres. Fal. em Vizeu a 4 de julho de 1888. Era filha unica de D. Eugenia da Silva Mendes, e de seu marido e primo Henrique Nunes Vizeu. Esta senhora era filha natural de Francisco Antonio da Silva Mendes, e foi creada por sua avó, a baroneza da Silva, que a educou primorosamente o lhe deu um grande dote em dinheiro, terras e joias quaudo a casou com seu primo. D. Eugeuia da Silva Mendes falleceu contando pouco mais de 30 annos, deixando a sua unica filha entregue aos cuidados de seu pae. D. Eugenia Nunes Vizeu recebeu tambem uma primorosa educação, e por muitos annos depois da morte de sua mãe, acompanhou seu pae em viagens por toda a Europa, estando tambem em Lisboa, frequentando os salões aristocraticos, onde era muito considerada. Fallecendo seu pae, herdou toda a sua grando casa, e foi agraciada com o titulo de viscondessa de S. Caetano, por decreto de 20 de setembro de 1882, pela sua liberalidade com os pobres e desvalidos, pois sendo solteira o dispondo de graudes rendimentos, gastava os em grande parte em soccorrer os mendigos, os presos da cadeia de Vizeu, as viuvas e orphãos. Repetidas vezes lhes dava de jantar, a que presidia, roupas e esmolas avultadas, chegando a causar assombro tanta caridade e generosidade. Vivia na sua quinta de S. Caetano, freguezia de Ranhados, a meio kilometro de Vizeu. A sua morte foi profundamente sentida, e muitos jornaes, principalmente os de Vizeu e do Porto, lhe dedicaram sentidos necrologios, enaltecendo as suas virtudes, e narrando muitos actos de beneficencia, que enobreceram a sua memoria.

São Caetano *(Fr. Ignacio de)*. Religioso da ordem dos carmelitas descalços, bispo de Penafiel, arcebispo titular de Thessalonica, confessor da rainha D Maria I, inquisidor geral, etc. N. em Chaves a 31 de julho do 1719, fal. no paço de Queluz a 29 de novembro de 1788. Era filho de Pedro Alvares de Teixeira e de Izabel Rodrigues, lavradores abastados. Assentou praça por ordem de seus paes no regimento de infantaria de Chaves, tendo, porém, mais vocação para os estudos do que para as armas, passou secretamente a Salamanca resolvido a seguir o curso da Universidade. Ordens terminantes do pae o

obrigaram a voltar para Chaves, onde frequentou humanidades, convencendo a familia de que lhe não convinha seguir a vida militar, e que lhe permittissem a vida ecclesiastica. Professou então em Lisboa no convento dos Remedios da ordem carmelitana a 6 de janeiro de 1736, e seguiu o curso de artes no collegio de N. S.ª dos Remedios, de Evora. Passou depois, em 1739, a estudar theologia, em Coimbra, no collegio de S. José, e em 1745 foi nomeado lente de theologia no collegio de Braga, onde regeu durante dois annos a cadeira de Escriptura. Em 1746 passou á categoria de leitor da sagrada pagina, e o arcebispo primaz D. José de Bragança, enthusiasmado pela erudição do moço carmelita, fêl-o muito seu valido. Em 1754 foi eleito prior do collegio de Braga, no capitulo da sua ordem, celebrado em S. Pedro do Pastrana Fr. Ignacio de S. Caetano já adquirira grande reputação de theologo, porque n'um definitorio celebrado em Braga foi escolhido pelo geral Fr. José de Jesus Maria José para responder a umas duvidas que se tinham apresentado em Allemanha a respeito le predestinação. Nomeou o por essa epoca seu confessor o arcebispo primaz. Fr. Ignacio acompanhou o prelado na sua visita á diocese, visita em que o arcebispo falleceu em Ponte de Lima no anno de 1756. N'esse mesmo anno, reunindo se em Pastrana o capitulo geral da ordem, foi Fr. Ignacio escolhido para o substituir Assistiu ao capitulo, e ali o nomearam prior de Carnide, logar de que tomou posse nos meados do 1757, e em que principiou a formar a sua preciosa livraria enriquecida depois com as dadivas de D. Pedro III e dos seus dois irmãos bastardos, D. Antonio e D. José Como foi que Fr. Ignacio se encontrou com o marquez de Pombal, não está bem averiguado, o facto, porém, é que por indicação do ministro de D. José e contra a vontade de muitos, Fr. Ignacio recebeu em 1759 a nomeação de confessor da princeza da Beira, depois rainha D. Maria I, logar que vagára pela expulsão dos jesuitas confessores do paço, e depois da morte de Fr. José de Sant'Anna. O marquez tinha bastante confiança no frade carmelita para o nomear membro da real Mesa Censoria, em 1768, e Fr. Ignacio correspondeu a essa confiança acompanhando o na sua politica anti-reaccionaria, e não hesitando em fulminar, juntamente com os seus collegas Cenaculo e Pereira Ramos, a pastoral sigillista do bispo de Coimbra D. Miguel da Annunciação por sentença de 1769. Tendo se creado os novos bispados de Beja, Penafiel, Pinhel, Castello Branco e Aveiro, foi em 1770 provido no de Penafiel. Desejou Fr. Ignacio tomar posse do seu bispado, abandonando a côrte, onde se não dava bem, mas a princeza não queria do modo algum afastar se do seu director espiritual, e não se pôde conseguir d'elle que deixasse o seu retiro de Carnide para vir viver no Paço, ao menos não lhe consentiu que cumprisse os deveres de residencia episcopal não lhe permittindo que fôsse para Penafiel. Foi durante esse periodo que Fr. Ignacio de S. Caetano publicou em 1761 e 1762 *O Portugal agradecido* e a *Gratidão desempenhada*, sermões prégados por elle em dias de festa da côrte, e em 1773 a *Dissertação critica e apologetica da authenticidade do primeiro concilio bracarense, celebrado em 411, vindicada contra os vãos esforços que para provar a sua supposição fizeram Gaspar Estaço, P. M. Macedo, o dr. Manuel Pereira da Silva Leal, e ultimamente um sabio moderno, Autor Lusitano Philopatrio.* Com este livro deu se um caso curioso. Fr Caetano pretendia refutar n'essa obra varios escriptores, e entre elles um *sabio moderno.* Ora esse sabio era Antonio Pereira de Figueiredo, que procurára demonstrar a falsidade do sobredito concilio n'uma *Dissertação* que nunca pôde publicar, porque a Mesa Censoria a que pertencia fr. Ignacio, não lhe deu as necessarias licenças. De fórma que se publicou a refutação d'uma obra quo ficou inedito. Morrendo em 1777 el rei D. José, caiu o marquez de Pombal, e subiu ao poder D. Maria I, e com ella os inimigos do grande estadista, que lhe não pouparam injurias nem calumnias. Valeu de muito ao marquez o ter collocado ao lado da princeza como confessor o homem que fizera bispo de Penafiel, e que, apezar de se mostrar addicto á politica do marquez, soubera conservar grande prestigio e autoridade no espirito de D. Maria I. Não ia ella tão longe que pudesse contrariar a reacção que se levantava desenfreada de todos os lados contra o marquez de Pombal, nem o bispo de Penafiel quereria, apezar do tudo, que ficasse no poder o homem de quem teria de ser servo, quando todas as circumstancias concorriam para o fazer a elle, confessor da rainha, senhor omnipotente; mas a sua presença no Paço não só concorreu muito para que a perseguição ao marquez não fôsse tão violenta como podia ser, mas bastou para impedir actos de reacção, que prejudicariam gravemente o progresso da civilisação portugueza. A elle se deve, mais do que a ninguem, o não terem voltado n'esse tempo os jesuitas a Portugal, a elle e a João Pereira Ramos se deve o não se ter publicado a sentença de rehabilitação dos Tavoras, publicação que seria uma nodoa eterna estampada na fronte de D. José pela sua propria filha O que dava força ao arcebispo era exactamente a pouca vontade, que elle mostrava ter de viver no Paço e de desfructar a omnipotencia que tinha realmente. A muito custo conseguira a rainha, depois de subir ao throno, que elle deixasse a sua predilecta habitação de Carnide, e fôsse residir para o Paço. Como definitivamente não podia, como desejava, exercer as suas funcções episcopaes, pediu á rainha que o exonerasse d'esse encargo, e depois de muitas instancias, alcançou emfim que o papa Pio VI acceitasse a sua resignação, supprimindo ao mesmo tempo o bispado de Penafiel, cuja inutilidade era evidente. Em compensação nomeou-o arcebispo de Thessalonica *in partibus infidelium* e concedeu lhe por sollicitações da rainha, que ficasse com uma pensão de 10 mil cruzados tirada das rendas da mitra, com a quinta do Prado e com a residencia episcopal. Tambem sem o solicitar nem parecer desejal-o, foi nomeado inquisidor mór, e a sua influencia no espirito da rainha tornava-se tanto maior quanto menos elle parecia desejar conserval a. E' curiosa, mas profundamente verdadeira, esta influencia exercida nos espiritos fracos por aquelles que os maltratam. O arcebispo de Thessalonica era declaradamente anti jesuitico, e a rainha consagrava aos jesuitas a maior veneração; o arcebispo era conhecido anti-ultramontano e a rainha tinha um respeito cego pelo vigario de Christo; longe de se comprazer em mysticismos o arcebispo tratava ru-

demente as beatas da côrte; a rainha era essencialmente mystica, o arcebispo fôra um dos que tinham condemnado a pastoral sigillista do bispo de Coimbra, e a rainha tratava esse mesmo bispo com a veneração que se deve aos santos e aos martyres; o arcebispo era francamente odiado pela nobreza, e a nobreza exercia no animo de D. Maria I uma influencia predominante, como victima que fôra do systema pombalino que a rainha detestava acima de todos; o arcebispo longe de favorecer as tendencias devotas da rainha, reprehendia-a asperamente por esses mysticismos exaggerados, e apezar d'estas contradicções constantes, o arcebispo exercia tal influencia no animo da rainha, que esta não só lho não levava a mal as suas predilecções pelo genio administrativo de Pombal e os seus conselhos anti-reaccionarios, mas ouvia-o e attendia-o sempre e em tudo, dava-lhe força contra todos, não podia passar sem elle, e morrendo o arcebispo n'um periodo em que varias desgraças de familia pungiram a rainha, foi a perda do arcebispo a que ella mais do que todos sentiu E foi realmente a mais desastrosa de todas, porque da morte do arcebispo resultou a loucura da rainha. Na verdade, D. Maria I era um espirito fraco atacado da monomania religiosa; longe de lhe animar as tendencias, o arcebispo reprimia-lh'as, e prestava lhe assim o serviço que o medico da casa de saude presta ao alienado que reprime, exercendo sobre ella a mesma influencia soberana que o medico exerce sobre o doido Morrendo o arcebispo de Thessalonica, succedeu lhe no cargo de confessor da rainha o bispo do Algarve D. José Maria do Mello, que procedeu de modo diverso. O resultado foi a rainha enlouquecer pouco tempo depois A morte de D. Fr. Ignacio de S. Caetano está envolvida n'um certo mysterio. Diz-se que uns sicarios assalariados por cortezãos que o não viam com bons olhos pela fórma altiva com que elle os tratava, o esperaram em Queluz, quando a côrte ali estava, n'um sitio pittoresco e retirado chamado a *Mattinha*, onde o arcebispo costumava ir descançar, e armados de saccos de areia, o moeram de fórma tal, que o prelado foi encontrado n'aquelle recinto sem fala, pelos serviçaes, que o conduziram para o leito onde succumbiu Foi esta a versão que correu, mas tambem se lhe attribue a morte a um ataque apopletico. Além das obras já citadas, D. Fr. Ignacio de S. Caetano ainda escreveu: *Compendio de theologia moral evangelica, para formar dignos ministros do sacramento da penitencia*, etc., Lisboa, 1776; 6 tomos; reimpresso em 1781, *notavelmente accrescentada n'esta segunda edição; Ideia d'um perfeito parocho, instruindo as suas ovelhas na solida piedade*, Lisboa, 1772; 5 tomos; *novamente accrescentada em segunda edição*, 1785. Estas obras fôram publicadas sem o nome do autor.

São Caetano. Povoações nas freguezias: S Pedro e conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || Pov. na freg. da Sé de Evora. || Santa Maria, de Pinheiro Grande, conc. da Chamusca, distr de Santarem. || S. João Baptista, de Ponte, conc de Guimarães, distr. de Braga.

São Carlos *(Fr. Francisco de)*. Religioso franciscano da provincia reformada da Conceição, no Rio de Janeiro, definidor da mesma provincia, examinador da Mesa da Consciencia e Ordens, prégador regio de grande fama, etc. N. no Rio de Janeiro a 13 d'agosto de 1763, fal. em Lisboa a 6 de maio de 1829. Entrou aos 13 annos de edade na ordem serafica, professando no convento da provincia da Conceição. Cursou com a maior distincção todas as aulas que ella possuia, completando a sua educação theologica e litteraria. Em 1782 foi mandado para o convento de S. Boaventura, da villa de Macarú, austero asylo, em que se entregou a profundos estudos, nas obras dos padres da egreja, dos philosophos antigos e modernos, e dos grandes poetas e oradores grogos, latinos, francezes, italianos e portuguezes. Voltando ao Rio de Janeiro principiou logo a distinguir-se como orador sagrado, sendo em 1801 nomeado pela sua ordem professor de eloquencia sagrada. Em 1808, chegando a familia real ao Rio de Janeiro, Fr. Francisco de S. Carlos prégou na sua presença o sormão de graças por tão fausto acontecimento, e o principe regente D. João logo o nomeou prégador da real capella, declarando que era elle o mais eloquente orador que tinha ouvido. Desde então a vida de Fr. Francisco de S. Carlos foi uma continuada serie de triumphos na tribuna sagrada Quando a familia real regressou ao reino, o afamado prégador acompanhou-a, chegando a Lisboa a 3 de julho de 1821, e aqui, cercado da estima de todos, correu tranquilla a sua existencia, até que falleceu. Escreveu: *A Assumpção: poema composto em honra da Santissima Virgem*, Rio de Janeiro, 1819. Publicou mais a *Oração funebre* nas exequias de D. Maria I, Rio de Janeiro, 1816; e um sermão em acção de graças pelo nascimento de D. Maria da Gloria, princeza da Beira, que foi depois rainha D. Maria II, que publicou tambem no Rio de Janeiro de 1819.

São Carlos. Praça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

São Christovão *(José Marcellino da Costa e Sá, visconde de)*. Moço fidalgo com exercicio, commendador da ordem de Christo, guarda roupa honorario da Casa Real. N. a 25 d'abril de 1820; ignora-se a data do fallecimento. Casou duas vezes: a primeira, em 1844, com D. Anna Thereza de Oliveira, que fal. em 1860, filha de Marcos Thomaz de Oliveira e de sua mulher D. Rosa Angelica: a segunda vez em 1863, com sua cunhada D. Thereza Adelaide Oliveira. Foi agraciado com o titulo de visconde por decreto de 4 de novembro de 1868 Por alvará de mercê nova, de 17 de junho de 1869, foi lhe concedido o seguinte brazão: Escudo esquartelado; no 1.º quartel, em campo vermelho 6 castellos de prata em duas palas; no 2.º, campo encadrezado de prata o azul celeste; e assim os contrarios.

São Christovão Antiga freguezia de Lisboa, pertencente ao 1.º bairro. N'uma escriptura de 1308, apparece assignado Vasco Pires, reitor da egreja de S Christovão. D. João I deu depois o padroado ao bispo de Coimbra D. Martim Affonso Pires, que o uniu ao morgado que tinha instituido, denominado da Patameira, e fôram estes morgados que ficaram apresentando o prior, que tinha 600$000 reis. Em 1415 é que parece ter sido instituida a freguezia pelo mesmo D. Martim, já então arcebispo de Braga, o qual era conselheiro do referido monarcha, a quem acompanhou na batalha d'Aljubarrota. D. Martim falleceu em Lisboa a 23 de março de 1416, como consta do tumulo onde foi depositado, que existe ainda

hoje na sacristia da irmandade. E' alto, com relevos e uma mitra, tudo gravado na pedra, sendo já difficil de lêr a inscripção. Além d'este prelado, fôram tambem ali sepultados D. Fernando Gonçalves de Miranda, bispo de Vizeu, e outros membros da familia Miranda, que fôram padroeiros da freguezia. Estas sepulturas estão debaixo dos altares, e em alguns outros pontos da egreja. O prior de S. Christovão apresentava annualmente o cura da freguezia de S. Lourenço. O templo foi construido n'um pequeno monte, proximo á Costa do Castello, tendo a entrada principal para o poente. Com o andar dos tempos foi se reformando aquelle sitio, ficando o templo no largo de S. Christovão, tendo na sua frente as escadinhas do mesmo nome, que descem á rua da Magdalena, e uma porta travessa para a rua de S. Christovão, ficando pela parte de traz a calçada do Marquez de Tancos. Para a porta principal entra-se por um pequeno portico, encimado por uma bonita architectura. Superiormente vêem-se tres janellas que deitam para o côro. Sobre os corpos dos lados estão as torres, tendo sinos só uma d'ellas. Antigamente sobre o altar-mór estava a Senhora da Conceição como padroeira do reino, imagem muito antiga. Aos lados da capella-mór, ha dois altares, sendo o do lado do Evangelho o do Santissimo Sacramento, e do lado da Epistola o de S. Christovão; este altar está construido sobre uma rocha. A egreja tem mais 5 altares lateraes; sendo 3 do lado da Epistola, e 2 do lado do Evangelho, ficando a porta travessa fazendo symetria ao outro altar. A imagem de S. Christovão com o menino Jesus sobre os hombros é colossal, uma das maiores imagens de madeira que se tem visto em Lisboa. A egreja é ornada de quadros a oleo com assumptos sacros, sendo os da capella-mór de grandes dimensões; o painel quo occulta a tribuna, representa a ceia de Christo. O tecto da egreja e o da capella mór tambem são em differentes quadros. Todos os trabalhos de pintura, consta que são do pintor Bento Coelho da Silveira. Nos annos, entre 1830 e 1840 fôram retocados e lavados, porque já se não viam as pinturas pela muita poeira de que estavam cobertos. A egreja foi completamente destruida por um incendio no reinado de D. Manuel I, mas reconstruiu-se; parece quo tornou a arruinar-se, porque a irmandade do Santissimo procedeu a obras, pelo que lhe foi dada a propriedade da egreja, em 1610, como consta do archivo da referida irmandade. Pouco tempo antes do terremoto de 1755, tornou a ser incendiada, mas o prejuiso então foi pequeno. Com o terremoto tambem pouco soffreu, sendo os estragos mais nas torres. Como a antiga egreja parochial de S. Mamede, que estava situada onde existe a calçada do Conde de Penafiel, ficasse completamente em ruinas com o terremoto, e nunca mais se reconstruisse, passou parte da freguezia para a de S. Christovão. Até 1834 houve collegiada, composta de 5 beneficiados com 100$000 reis cada um, prior, coadjutor e thesoureiro, e varias capellanias, administradas por devotos. Depois de 1839, estando a egreja muito arruinada, foi reedificada completamente, menos a capella mór que se tinha conservado em melhor estado. Fez-se lhe um novo adro, sendo as obras feitas por conta do governo. Depois d'essa epoca ainda soffreu obras por duas vezes: uma por conta d'uma devota, e a outra pelas obras publicas. A egreja actual conserva-se pouco mais monos como a antiga; os altares são todos ornamentados de talha dourada; os pulpitos, que eram tambem assim ornamentados, tendo uma bella cupola, são hoje simplesmente de madeira, em fórma de grade; a teia que cerca a egreja e as grades das janellas que ficam sobre os altares, são de madeira preta. No altar-mór vê-se hoje o sacrario, tendo aos lados n'uns nichos em columnas douradas, do lado do Evangelho a imagem de Jesus Resuscitado, e do lado da Epistola uma pequena imagem de S. Christovam. Figuravam ambas na procissão que antigamente se fazia no domingo de Paschoa. No altar collateral do lado do Evangelho está actualmente a Senhora dos Prazeres, imagem dada por D. João VI a um antigo prior, quo a cedeu á egreja. Esta imagem tem vestidos muito ricos e uma corôa de prata colossal, que estão no poder da irmandade. Na sacristia vê-se um grande arcaz com os seus gavetões, formando-se sobre elle o altar. A sacristia da irmandade é muito simples; ali se vê o tumulo do fundador, já citado, e uns armarios de madeira de grande simplicidade. A freguezia é muito pobre; actualmente só tem o prior, que tambem exerce as mesmas funcções parochiaes na freguezia de S. Thiago.

São Christovão Pov. e freg. de S. Christovão, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Montemór o Novo, distr. e arceb. de Evora; 107 fog. e 511 hab. Tem esc. do sexo fem., est. post. e mercado e feira annuaes, no domingo da Santissima Trindade. Está situada na margem direita da ribeira do mesmo nome, a 18 k. da séde do conc. O arcebispo de Evora apresentava o cura, que tinha alguns generos de rendimento. O terreno é fertil em cereaes, cria muito gado e tem caça. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. || Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira; Santa Quiteria, de Boa Ventura, conc. de S. Vicente, distr. do Funchal. || N. S.ª d'Assumpção (Sé), conc. e distr. de Faro. || S. Pedro de France, conc. e distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Oliveira, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Nome primitivo da ilha da Boa Vista, do archipelago de Cabo Verde, dado por D. Antonio de Nolle, navegador genovez ao serviço de Portugal, quando a 3 de maio de 1460 a descobriu, ao voltar da Guiné. || Ribeiro do distr. de Evora. Nasce na serra de Monfurado e vae desaguar na ribeira das Alcaçovas, depois de 30 k. do curso.

São Christovão do Douro. Pov. e freg. de S. Christovão, da prov. de Traz os-Montes, conc. de Sabrosa, com. e distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 103 fog. e 413 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Dista 10 k. da séde do conc. e está situada a pequena distancia da margem dita do rio Pinhão e da margem esquerda do rio Douro. Um dos conegos da sé de Braga apresentava o vigario, que tinha 60$000 reis. El-rei D. Manuel deu lhe foral, em Lisboa, no 1.º de setembro de 1513. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

São Christovão de Lafões. Pov. e freg. de S. Christovão, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. Pedro do Sul, distr. e bisp. de Vizeu; 81 fog. e 371 hab. Tem esc. do sexo fem. Dista 9 k. da séde do conc. Pertence á 2.ª div. mil. e

ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

São Christovão de Nogueira. Pov. e freg. de S. Christovão, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Sinfães, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 646 fog. e 2:209 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., advogado, pharmacias, productores de cereaes, de madeiras e de vinhos. Está situada sobre a margem esquerda do rio Douro, na encosta septentrional da serra do seu nome. O real padroado apresentava o reitor, que tinha 120$000 reis de rendimento, além do pé d'altar. E' pov. muito antiga; foi villa e couto com justiças proprias. D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, no 1.º de setembro de 1513. Passa aqui o rio do seu nome, que morre no Douro. E' atravessado, proximo ao logar de Lourédo, por uma ponte de pedra muita antiga. O seu territorio é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz; cria muito gado de toda a qualidade que exporta. Tem muita abundancia d'aguas e o clima é muito saudavel. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

São Cibrão. Povoações nas freguezias: S. Genesio, de Cellas, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. || S. Thiago, de Andrães, conc. e distr. de Villa Real. Tem est. postal.

São Claudio. Pov. na freg. de S. Thiago, de Anta, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

São Clemente *(Clemente José dos Santos, barão de)*. Fidalgo da Casa Real, conselheiro, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, membro da commissão administrativa do Asylo de Santa Catharina, director geral e lente de tachigraphia na camara dos deputados, socio da Academia Real das Sciencias, escriptor, etc. N. em Villa Franca de Xira a 5 de janeiro de 1818, fal. em Lisboa a 2 d'outubro de 1892. Foi educado na Casa Pia, onde cursou com muito aproveitamento. Quando d'ali saiu, foi estudar para a aula de tachigraphia, adjunta ao Parlamento. Tornando se muito conhecido e considerado, foi depois nomeado professor da mesma escola, e chefe do serviço de tachigraphia. Durante os 40 annos que serviu no Parlamento, sempre estudioso e investigador, inteirou se tão minuciosamente da historia parlamentar no regimen constitucional, que colleccionou documentos, que publicou em 8 grossos volumes, de mais de 800 paginas, com o titulo de *Documentos para a historia das côrtes geraes da nação portugueza*. Escreveu ainda outra obra importante, *Memorias e biographias parlamentares*. Esta obra parece que não chegou a concluir, por a morte o ter surprehendido. O titulo de barão foi-lhe concedido por decreto de 16 de julho de 1887. Casou a 13 de julho de 1846 com D. Rosa Loureiro dos Santos. Nas duas casas do Parlamento recebeu por diversas vezes o illustre titular manifestações, as mais honrosas, de oradores de todos os partidos, que muito o estimavam e respeitavam. Era um auxiliar indispensavel das presidencias e dos deputados, nas questões mais difficeis do regimento.

São Clemente. Povoações nas freguezias: Santo Estevão e conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Espirito Santo, de Lamas, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra || S. Miguel, de Leça da Palmeira, conc. de Bouças, distr. do Porto.

São Clemente de Basto *(João José de Magalhães, visconde de)*. Foi agraciado com o titulo por decreto de 10 de novembro de 1881, e por alvará de Mercê Nova de 10 de dezembro de 1882, foi-lhe concedido o seguinte brazão: Escudo esquartelado; no 1.º quartel: Em campo verde uma cruz de ouro floreteada e dentro d'ella outra cruz d'azul simples; no 2.º: Em campo azul uma estrella de ouro de cinco pontas entre quatro bezantes de prata; assim os contrarios.

São Colmado. Pov. na freg. de Santa Maria, de Teixeiró, conc. de Baião, distr. do Porto.

São Cornello. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Olivaes, 1.º bairro de Lisboa || S. Bartholomeu, de Travancas, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

São Cosmade. Povoações nas freguezias: S. Cosme, de Aldeias, conc. de Gouveia, distr. da Guarda. || S. Martinho, de Couto de Cima, conc. e distr. de Vizeu. || Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, do mesmo districto.

São Cosmadinho. Pov. na freg. de S. Julião e conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

São Cosmado. Villa e freg. de S. Cosme e Damião, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Armamar, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego, 319 fog. e 1:401 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., medico e pharmacia. Dista 8 k. da séde do conc. e está situada na estrada d'Armamar a Moimenta da Beira. Foi concelho, que se supprimiu a 24 de outubro de 1855, ficando a ser julgado, conc. e com. de Armamar. Os Silveiras eram os donatarios d'esta freg. Até 1834 tinha juiz ordinario, vereador, procurador do concelho e dois escrivães, apresentados pelo rei. A primeira matriz era a actual capella de S. Sebastião, ao fundo da villa. O rei apresentava o abbade, que tinha 600$000 reis de renda. A pov. era muito antiga, talvez do tempo dos romanos, e com certeza dos arabes. Depois da victoria alcançada pelos irmãos D. Thedon Ramires e Rauzendo, ou Rozendo Ramires, nas margens do rio Tavora, continuaram elles a conquista de terras moiriscas, no *reino de Lamego*, e uma d'ellas foi S. Cosmado. Proximo a esta freg. e sobre a margem do rio Tédo, fundou D. Thedon um forte castello, em 1062 ou 1063, o qual se chamava *Castello de D. Thedon*. A villa tem foral dado por composição antiga, e reformado por D. Manuel em 1516. A freg. é muito vasta e rica. Na villa de S. Cosmado ha bons estabelecimentos commerciaes. A terra é fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

São Cosme *(João Nepomuceno de Macedo, barão de)*. Commendador das ordens de Aviz e da Torre e Espada; brigadeiro do exercito, condecorado com as medalhas da Guerra Peninsular, e com a Estrella de Ouro do Rio da Prata; inspector geral de cavallaria, etc. N. a 15 de maio de 1793, fal. a 28 de agosto de 1837. Era filho de Antonio Elyseu Raymundo de Macedo, e de D. Thereza Faustina Calhamar. Alistando se no exercito tomou parte na Guerra Peninsular, no regimento de cavallaria, onde tinha o posto de tenente quando acabou a guerra. Offerecendo se para entrar na divisão de *Voluntarios do Principe*, que se organisou em 1815 com destino a Montevideu, foi promovido a capitão para o primeiro corpo de cavallaria d'essa expedição, e em no-

vembro do mesmo anno embarcou para o Rio de Janeiro. D'esta cidade seguiu á ilha de Santa Catharina, e d'ali por terra para Montevideu fazendo parte da columna da vanguarda que, sob o commando do general Sebastião Pinto de Araujo Correia, foi como era natural, a primeira a entrar em fogo com os insurgentes d'aquella provincia. No combate da India Morta a 19 de novembro de 1816, sendo gravemente ferido o primeiro commandante dos dois esquadrões que entraram na acção, e morto o major Duarte de Mesquita, recaiu o commando no capitão Macedo, que carregou o inimigo com grande bravura e intrepidez, merecendo por isso ser graduado no posto de major. Investido logo em seguida do commando d'essa força do cavallaria, conservou o até ao dia 1.º dezembro de 1817 em que se desmembrou a columna da vanguarda, e sendo a 22 de janeiro de 1818 promovido a major effectivo, foi nomeado em junho commandante do 1.º regimento de cavallaria da divisão portugueza Pela fórma notavel como se houve em todos estes serviços, foi repetidas vezes elogiado pelos seus chefes, e tendo assistido, além de muitos outros combates, ás acções de Passo do Coelho e de Passo de Areias, deu as mais decididas provas de lealdade e bravura nas difficeis circumstancias em que esteve durante os annos de 1822 e 1823 a posição de Montevideu, entrando em todos os combates que se travaram contra as forças dissidentes do Brazil e sustentando com a maior intrepidez e estrategia a posição de Casavalle, que defendeu brilhantemente com uma columna movel, cuja direcção lhe foi entregue. Regressando a Portugal tambem se distinguiu na campanha da Liberdade, devendo se-lhe um dos mais arrojados feitos na lucta travada nas linhas do Porto. Na manhã de 29 de setembro de 1832 os miguelistas deram um grande ataque á cidade, e uma das columnas vindas de Campanhã, não só se assenhoreou das cortaduras exteriores da quinta do Prado, mas conseguiu até alcançar as pallissadas que os seus sapadores pretenderam derrubar. O combate continuou sempre com vantagem para as tropas de D. Miguel e os sitiantes tomando uma barreira que estava collocada na estrada de S. Cosme, penetraram segunda vez nas trincheiras ganhando o principio da rua do Prado. O momento era extremamente critico e o perigo enorme quando João Nepomuceno de Macedo, então coronel graduado e commandante do corpo de guias, sem attender ao risco que corria e pensando unicamente em salvar a causa da Liberdade, carregou impetuosamente o inimigo á frente dos 25 homens que tinha comsigo no largo do Bomfim. Deante d'esse punhado de bravos, os miguelistas recuaram, os constitucionaes recuperaram animo, e o Porto era salvo pelo heroismo do destemido coronel. O homem que tantas vezes arrostara as balas e que por ellas havia sido poupado, caiu mortalmente ferido na pequena acção do Chão da Feira em 1837, quando á frente da cavallaria cartista carregava o batalhão de caçadores que fazia parte das forças do barão de Bomfim. O valente militar foi agraciado com o titulo de barão de S Cosme, por decreto de 12 de outubro de 1835. Era casado com D. Josepha Castanheda de Moura, filha de D. Romão Ximenes Castanheda e de D. Francisca de Moura. D'este consorcio houve, entre outros filhos, João Nepomuceno de Macedo, que nasceu em 1825, e foi deputado nas legislaturas de 1861 a 1864. Uma sua filha, chamada D. Josepha Henriqueta Girão de Macedo, foi quem herdou o titulo de seu avô, sendo a segunda baroneza de S. Cosme, por decreto de 24 de outubro de 1878. Esta senhora casou a 28 de agosto de 1889, na Chamusca, com D. Antonio de Portugal.

São Cosme. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Gavea, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello || S. Thomé, de S. Thomé do Castello, conc e distr. de Villa Real.

São Cosme do Valle (*Bernardino Ferreira da Costa e Sousa, conde de*). Natural de Villa Nova de Famalicão, onde tambem fal. em 25 de outubro de 1909. Indo muito novo para o Brazil dedicar se ao commercio, ali residiu muitos annos, conseguindo adquirir uma avultada fortuna. Regressando depois á sua terra natal, o illustre titular a dotou com muitos melhoramentos, e fundou uma escola, cujo edificio se completou e se inaugurou no dia do seu anniversario natalicio, em 12 de março de 1902.

São Cypriano. Pov. e freg de S. Cypriano, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Rèzende, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 293 fog. e 1:184 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. O ordinario apresentava o reitor por concurso synodal, que tinha 300$000 reis. A terra é fertil, e tem bom vinho verde. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Pov. e freg. de S. Cypriano, da prov. da Beira Alta, conc., com., distr. e bisp. de Vizeu; 281 fog. o 1:281 hab. Tem esc do sexo masc. O cabido e as freiras benedictinas de Vizeu apresentavam alternativamente o vigario, que tinha 40$000 reis. A terra é fertil e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Santa Comba Dão.

São Cyrillo (*Fr. Thomaz de*). Religioso da ordem dos carmelitas descalços. N. em Lisboa em 1568, onde tambem fal. a 25 de janeiro do 1652. Foi prior dos conventos de Evora, Coimbra e Figueiró, e por ultimo eleito provincial em 1640. Foi elle o fundador e o primeiro vigario do convento do Bussaco. Deixou publicado um sermão que prégou no auto da fé, celebrado no Terreiro do Paço, a 11 de março de 1640.

São Damaso (*Fr. Manuel de*). Religioso franciscano na ordem dos menores, N em Guimarães a 3 de janeiro de 1688; fal. a 22 de janeiro de 1768. Professou no convento da sua terra natal. Foi bibliothecario do convento de S. Francisco de Lisboa, secretario, custodio e chronista da sua provincia, visitador da custodia de S. Thiago na ilha da Madeira e dos seminarios do Varatojo e Brancanes, o fóra do claustro exerceu o logar de consultor da bulla, e foi membro da Academia Real de Historia Portugueza. Escreveu: *Epitome das indulgencias plenarias e parciaes, que os filhos da veneravel ordem Terceira de S. Francisco pódem ganhar e obter depois da bulla de Benedicto XIV*, etc, Lisboa, 1763; *Verdade elucidada, e falsidade convencida, de cujas demonstradas conclusões consta com evidencia haver tido a Santa Inquisição Lusitana dois inquisidores geraes successivos, ambos com o nome de Fr. Diogo da Silva, um da sagrada religião dos Minimos de S Francisco de Paula, outro da serofica religião*

dos Menores de S. Francisco, etc., Lisboa, 1730. Foi escripta para servir de contestação ao que no referido ponto escrevera Fr. Pedro Monteiro na *Historia da Inquisição*.

São Diniz (*Theotonio Borges Diniz, barão de*). Fidalgo da Casa Real, e commendador da ordem da Rosa do Brazil. N. em Angra do Heroismo em 1815, fal. no Rio de Janeiro em 1910. Era filho de Antonio Borges Diniz, e de sua mulher D. Delfina Candida Diniz. Fallecendo em Lisboa seu irmão, Manuel Diniz Colombo, abastado proprietario, a 15 de junho de 1867, casou com a viuva, sua cunhada, D. Adelaide Alberto Kennedy, filha do commendador da ordem de Christo, Francisco Alberto dos Santos, e de sua mulher D. Marianna Russel Kennedy, senhora pertencente a uma nobre familia irlandeza. (V. *Kennedy*, *Portugal*, vol. III, pag. 1084). O titulo de barão de S. Diniz foi conferido em 1870 por el-rei D. Luiz. A baroneza nascera a 9 de maio de 1848, e fal. em Paris a 11 de dezembro de 1879. Casara em primeiras nupcias a 1 de julho de 1863. Era irmã de D. Laura Kennedy de Avellar Falcão, que casou duas vezes: a primeira com o dr. Antonio de Avellar Severino, bacharel em Mathematica e doutorado em Philosophia pela Universidade de Coimbra, a 5 de julho de 1868; em segundas nupcias casou a 14 de setembro de 1870 com o dr. Lucas Fernandes Falcão (V. *Portugal*, vol. III, pag. 268). O barão de S. Diniz, quando enviuvou, foi para o Rio de Janeiro com sua filha e enteadas, conservando-se ali até fallecer. Tem por brazão um escudo esquartelado, tendo uma bordadura vermelha com 10 flôres de liz de ouro: no primeiro e quarto quartel, em campo azul um leão de ouro; no segundo, em campo d'ouro uma banda azul; e no terceiro, em campo de ouro, uma cruz azul. Timbre, um leão de ouro.

São Diogo (*D. Fr. Francisco de*). Bispo resignatario de Cabo Verde. N. em Serpa, e fal. em Evora, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Professou na ordem de S. Francisco da provincia dos Algarves. Foi lente no seu convento, sendo depois chamado por D. Pedro II para seu prégador, este monarcha o nomeou bispo de Cabo Verde em 1668, para succeder a Fr. Lourenço Garra. Resignou Fr. Francisco de S. Diogo immediatamente a mitra que lhe fôra conferida. Deixou impresso um dos seus muitos sermões, o que prégou na canonisação de Santa Magdalena de Pazzi na egreja do convento do Carmo, de Lisboa, em 1672.

São Domingos (*Fr. Antonio de*). Religioso da ordem de S. Domingos, e lente de theologia na Universidade de Coimbra. N. n'esta cidade e fal. em 1596. Professou em 1547. Nomeado em 1568 vice reitor do convento de Lisboa, quando principiava a declarar se a peste que assolou a cidade, portou se com a maior coragem e abnegação; foi qualificador e deputado do Santo Officio, e favoreceu tanto quanto pôde D. Antonio, prior do Crato, que na carta que escreveu ao papa Gregorio XIII, o denominou *homem de grandes letras e erudição*. Deixou impressa a traducção da *Vida de S. Domingos* e do *Compendio de algumas chronicas da ordem*, obras latinas de Santo Antonino, arcebispo de Florença; e manuscriptos uns *Commentarios* latinos de toda a theologia, e um tratado dos *Novissimos do homem*.

São Domingos (*Ordem de*). V. *Dominicanos*.

São Domingos. Pov. e freg. de S. Domingos, da prov. da Extremadura, conc. e com. do S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa, bisp. de Beja; 354 fog. e 1:447 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Dista 15 k. da séde do conc. e está situada entre grandes arvoredos n'uma varzea do rio do mesmo nome. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o capellão, que tinha alguns generos de rendimento. A terra é fertil em cereaes, e cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. || Apoadeiro na linha do caminho de ferro de Cintra, entre as estações da Cruz da Pedra e Bemfica || Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Argoncilhe, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Domingos, de Fanga da Fé, conc. de Mafra, distr. de Lisboa || S. Pedro, do Friões, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real. || Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Thomé, de Penalva d'Alva, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Purificação, de Podentes, conc. de Penella, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco. || Santo Antonio, de Salir de Mattos, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || S. Silvestre, do Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Serra do distr. de Vizeu. Passa a S E da villa do Valdigem, no conc. de Lamego. Tem 15 k. de comprimento, 8 de largura e 713 m. de altura. No seu cume ha uma capella da invocação de S. Domingos. || Serra do distr. de Villa Real. Corre nas visinhanças de Provezende e ao N da margem direita do rio Douro. Tem 8 k. de comprimento, 5 de largura e 856 m. d'altura. || Ribeira do distr. de Lisboa. E' formada de varias ribeiras procedentes das immediações de S. Thiago do Cacem, que se juntam na freg. de S. Domingos, e lança-se na ribeira de Campilhas, depois 20 k. de curso. || Baluarte que protege o isthmo que une a peninsula de Mormugão, onde está situada a praça de guerra do mesmo nome, á provincia de Salsete, India. Este baluarte faz parte do systema de fortificações que defendem a praça. || Fortaleza da cidade de Dilly, capital da região da prov. dos Bellos, na ilha de Timor, Oceania. || Um dos bairros da cidade de S. Sebastião, capital da ilha, distr. e prov. de Moçambique, Africa Oriental. || Praso do distr. de Sena, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está situado na margem do rio Zambeze, proximo da villa de Sena. || Primeiro estabelecimento que os portuguezes fundaram na costa da Guiné, Africa Occidental. Estava na margem do rio de S. Domingos, ou de Cacheu, em terras dos felupes. Foi abandonado, e hoje nem vestigios restam d'elle. Não obstante, este estabelecimento foi como que o nucleo do que mais tarde se fundou em Cacheu. || Extenso valle povoado da ilha de S. Thiago, archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental. E' um dos mais deliciosos valles da ilha, por ser muito rico em vegetação. O seu fundo está cheio de hortas em que se vêem bosques de anonas, grande abundancia de laranjeiras, limeiros, cafezeiros, bananeiras, papaias e coqueiros, bem como milho, feijão, legumes, canna saccharina, batata doce, mandioca e bons pastos. Tem 5 k. de extensão e umas 200 habitações que aqui e além surgem por entre o arvoredo, formando o

conjuncto o mais pittoresco golpe de vista. || Ribeira da ilha de S. Thiago, archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental. Nunca sécca. Vae desaguar no Oceano Atlantico, e na epoca das chuvas transforma-se em rio caudaloso. || Freg. do conc. da Praia, com de Sotavento, bisp. suffraganeo de Cabo Verde, na ilha de S. Thiago, archip e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Entre esta freg. e o extremo N da ilha, n'uma extensão de 80 k, ha todo o genero de plantação e sementeiras, o constante verdura nos sitios dos Leitões Grandes e Pequenos, Monfaleiro, Orgãos, Picos, Santa Catharina, e outros. Esta freg. está situada no interior da ilha e o seu clima é mais salubre que o do littoral. || Rio do conc. de Cacheu, no distr. da Guiné, Africa Occidental. Está situado ao S do rio Casamansa e em contacto com elle por meio de pequenos rios, canaes e esteiros, e do mesmo modo communica com os rios Jatta e de Geba. Vao desaguar por 2 canaes no Oceano Atlantico, e é navegavel até ao logar onde foi levantado o presidio e estabelecimento de Farim, no interior e para o E na margem esquerda, a cêrca de 300 k. da foz. Este rio banha a villa e praça de Cacheu, que fica na margem esquerda, a 10) k. da barra, recebendo por isso o rio de S. Domingos o nome de rio Cacheu. N'um esteiro aberto para além da praça de Cacheu e em terras de negros banhus, está Bujendo. Junto d'um outro esteiro, no logar denominado Poilão do Leão, foi levantado pelos portuguezes um estabelecimento agricola. Na margem direita e á entrada d'elle, fica Bolor. A foz do rio de S. Domingos está obstruida por numerosos recifes que entre si fórmam canaes intrincados o perigosos, nos quaes só pódem passar lanchas de cabotagem. O rio S. Domingos é dos da Guiné onde especialmente abundam os cavallos marinhos, que não raro se juntam aos centos, causando bastantes estragos tanto nas plantações como nas lanchas, que instantaneamente fazem virar. O crocodilo negro do Senegal é tambem um dos mais terriveis e perigosos habitantes d'este rio. Tanto a pelle como os dentes do cavallo marinho, cuja côr nunca se altera, e que além d'isso, são do mais rijo marfim, teem grande procura no commercio. Nas margens do rio, que produzem milho, arroz e mancarra, ha florestas de mangues o outras arvores muito proprias para construcções, e notaveis ainda pela diversidade de gommas que dão; no emtanto, as arvores da margem direita distinguem se das da esquerda pelo seu vigor e corpulencia, havendo algumas de cujo tronco os gentios fazem canôas para mais de 20 pessoas. N'estas margens, recortadas de portos e enseadas, ha varias povoações, entre elles Gedas, Cacheu e Farim, aldeias e reinos de gentios cassangas e balantas. Estes gentios são em geral doceis e dados ao trabalho e á cultura das terras O rio de S. Domingos ou de Cacheu tem varios confluentes ou esteiros, taes como, na margem direita os rios Saco e Om, situados acima do Bolor, e Soar e Genico, que recebem estes nomes das tribus e portos por onde passam; e na margem esquerda da Jol, cujas margens são habitadas pelo peor gentio d'aquellas paragens, Baóla, Nagas, Cachoffa, e os reinos e portos de Bujabo, Cafaras e Batur. Até depois de 1640, antes de serem declarados livros, o seu commercio e navegação eram arrendados pelos capitaes móres de Cacheu. O rio de S. Domingos, um dos principaes da Guiné, foi descoberto em 1446 por Antonio de Nolle e Luiz de Cadamosto. || Banco á entrada do rio de S. Domingos, Africa Occidental, entre os Baixos do Norte e do Sul, proximo ao lado oriental dos bancos de Cacheu, e separados d'elles por um canal com 2 a 3 m. de profundidade. || Esteiro dos mais importantes do rio de S. Domingos ou de Farim, Africa Occidental, o qual recebe este ultimo nome proximo do presidio assim chamado. As suas margens estão povoadas, sendo as principaes povoações Bugundo, Bichangor e Guinguim. || *Ribeira de S. Domingos*. Pov. do conc. de S. Nicolau, com. de Barlavento, prov., archipelago e bisp. suffraganeo de Cabo Verde, Africa Occidental. || Roça da ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

São Domingos de Anna Loura Pov. e freg. de S. Domingos, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Extremoz, distr. e arceb. de Evora; 137 fog. e 641 hab. Está situada nas proximidades da estrada de Elvas a Extremoz, junto da margem esquerda do rio de Anna a Loura, a 10 k. da séde do conc. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes.

São Domingos de Carmões. V. *Carmões*.

São Domingos de Rana. Pov. e freg. de S. Domingos, da prov. da Extremadura, conc. de Cascaes, com, distr. e patriarc. de Lisboa; 764 fog. e 2:677 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. Está situada n'uma agradavel planicie a 7 k. da séde do conc. O povo apresentava o cura, que tinha 90$000 reis. Na Torre de Guilha, d'esta freg., ha excellentes marmores vermelhos. D'elles se fez a capella de Manique de Baixo, freg. d'Alcabideche, que foi dos marquezes das Minas, a egreja da Graça, de Lisboa, e outras obras. A egreja matriz era muito antiga, não se sabendo quando foi fundada, nem o nome do fundador. Estando arruinada, e além d'isso, sendo de pequenas dimensões para a população, foi demolida para se reconstruir. As obras começaram em 10 de maio de 1710, e concluiram-se com certa grandeza. E' d'uma só nave; tem capella mór e 6 altares lateraes. Na frente da tribuna do altar-mór ha um bom quadro de Pedro Alexandrino, representando a *Ceia de Christo*. O tecto da capella-mór é de abobada de pedra, e o do corpo da egreja, de estuque. Tem bonitas grades de pedra, circumdando a egreja, e a adornar o côro e as 6 tribunas. Tambem n'esta egreja ha um retabulo de Pedro Alexandrino representando Nossa Senhora e São Domingos recebendo o rosario. Sobre a fachada se vêem duas grandes torres, tendo uma os sinos e a outra o relogio. A terra é fertil em varios generos de agricultura. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa.

São Domingos da Roda. Pov. na freg. de S. Thiago o S. Matheus e conc. de Sardoal, distr. de Santarem.

São Facundo. Pov. e freg. de S. Facundo, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Abrantes, distr. de Santarem, bisp. de Portalegre; 285 fog. e 1:036 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada a 10 k. da margem esquerda do rio Tejo, e a 15 da séde do conc. O vigario de S. João Baptista, de Abrantes, apresentava o cura, que tinha 70$000 reis. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em

Abrantes. || Pov. na freg. do Santo Agostinho, de Antuzede, conc. e distr. de Coimbra.

São Fagundo. Povoações nas freguezias: S. Julião, de Mouronho, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || Santa Maria Maior, do mesmo conc. e districto.

São Faustino. Povoações nas freguezias: S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro. || S Faustino, de Fridão, conc. de Amarante, distr. do Porto.

São Felix. Pov. e freg. de S Felix, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. Pedro do Sul, distr. e bisp. de Vizeu; 132 fog. e 502 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. Dista 5 k. da séde do conc. O real padroado apresentava o vigario, que tinha 50$000 reis.

São Filippe de Benguella. V. *Benguella*. (*S. Filippe de*).

São Filippe Nery (*Congregação de*). vulgo *Congregação do Oratorio*. V. *Portugal*, vol. II, pag. 1119.

São Fins Povoações nas freguezias: Santo Estevão, de Cantelães, conc. de Vieira, distr. de Braga. | Santo André, de Rendufe, conc. do Amares, do mesmo districto.

São Francisco (*Fr. Basilio de*). Religioso da ordem dos carmelitas descalços. N. em Santarem, e fal. a 29 do dezembro de 1654. Professou em 1618. Foi missionar na Persia, e estava no convento de Ispahan, quando o geral da ordem lhe mandou edificar um convento em Bassora, onde explicou os dogmas christãos em persa, arabe e turco, e onde foi por 13 annos superior do convento que fundára. Passando a Roma para assistir ao capitulo geral, foi nomeado prior d'um convento na Calabria, depois prior do convento de Monte Carmello, onde morreu. Deixou uma *Relação historica da fundação do convento de Bassora, escripta no 2 de fevereiro de 1636*, em italiano, e dedicada ao cardeal Barberini; ficou manuscripta, e foi traduzida em portuguez por Miguel de França, irmão do autor. A traducção tambem se não publicou

São Francisco (*Fr. Carlos de*). Religioso da ordem de S. Jeronymo. N. em Lisboa, fal. já avançado em annos, a 4 de março de 1727. Chamava-se no seculo Francisco Osorio de Almada, e era filho do desembargador Francisco Cabral de Almada e de Christino de Almeida. Professou no convento de Belem a 26 de setembro de 1666. Foi prégador de grande fama, procurador geral e visitador da sua congregação. Dos seus muitos sermões, publicou só dois: um da paixão prégado em 1679, e outro da exhortação á penitencia, em 1684.

São Francisco (*Fr. João de*). Religioso da ordem de S. Francisco da provincia do Algarve. N. em Lisboa, e fal. no convento de Xabregas em 1675. Professou no convento de Setubal a 23 de março de 1629. Foi na sua ordem, mestre de philosophia e theologia; guardião dos conventos de Beja, de Montemór e de Xabregas; commissario da côrte e definidor da provincia. Era grande improvisador, e por isso lhe chamavam no convento *o poéta*. Foi, tambem prégador muito apreciado. Em 1663 teve a desgraça de cair prisioneiro dos piratas da Barbaria, que o levaram a Argel, onde só esteve alguns dias, porque foi resgatado sob palavra, ficando um inglez por seu fiador. Deixou publicados alguns sermões. Escreveu mais: *Festas annuaes nas maiores solemnidades dos sagrados mysterios da nossa fé*, etc., Lisboa, 1671; *A Primavera sagrada, ordenada de flôres espirituaes de doutrina christã*, etc., 1675; *Poema heroico, victorioso successo e gloriosa victoria do exercito de Portugal sobre a hostilidade da cidade de Evora*, Lisboa, 1663. Deixou manuscripta uma *Memoria, instituição e noticia especial da antiga e regular administração da provincia dos Algarves*, etc., que em 1647 escreveu por ordem do provincial Fr. Diogo Cesar.

São Francisco (*Fr. Luiz de*). Religioso da ordem de S. Francisco. Era bom theologo e prégador apreciado, doutor em Canones e lente na Universidade de Coimbra, e tambem na de Salamanca. N. em Lisboa, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Chamava se no seculo Luiz Affonso, sendo filho de paes pobres. Foi capellão fidalgo do infante cardeal D. Affonso e de D. João III, e possuia uma rica abbadia na provincia de Traz-os-Montes. Tudo isso deixou para vestir o habito de S. Francisco em Compostella. Estudou então theologia especulativa, e por conselho do bispo D. Jeronymo Osorio, estudou a lingua hebraica aos 50 annos de edade. Residiu muito tempo em Roma onde alcançou grande fama, e deixou as seguintes obras: *Globus canonicum et arcanorum linguae sanctae ac divinae scripturae*. Saiu em 1586, dedicado ao cardeal Fernando de Medicis, depois grão duque da Toscana. E' o fructo dos estudos hebraicos do seu auctor e foi obra muito applaudida pelo celebre hebraisanto Fr. Lucas Wadding; *Oratio funebris in obita fr. Marcii Valladori*, etc., impressa em Roma, 1587.

São Francisco (*Fr. Luiz de*). Religioso da ordem de S. Francisco. Era natural de Lisboa e chamava-se no seculo Luiz Pinheiro, sendo filho do procurador da corôa e chanceller mór do reino Thomé Pinheiro da Veiga. Fal. a 5 de novembro de 1695. Formou-se na Universidade de Coimbra em direito civil. Graças á alta posição de seu pae, foi nomeado desembargador da Relação do Porto. Deixando-se, porém, seduzir pelas prédicas de Balthazar Guedes, reitor do seminario dos Meninos Orphãos no Porto, abandonou o mundo para vestir o habito franciscano a 3 do outubro de 1652. Exerceu depois o cargo de commissario da ordem terceira no Porto, e tornou se um considerado prégador. A convite do bispo de Coimbra D. João de Mello, mudou-se para S. Martinho do Bispo, onde falleceu, sendo enterrado no convento de S. Francisco da Ponte, em Coimbra. Deixou publicados alguns dos seus sermões, e mais o seguinte: *Livro da origem, regra, estatutos, cerimonias da ordem terceira*, etc., Lisboa, 1674; outra edição em 1684; *Epitome da vida de Santa Rosa de Viterbo*, Coimbra, 1675; outra edição, Lisboa, 1684; *Quintilhas e sextilhas*, etc, Coimbra, 1682; *O thesouro do céo*, etc, Coimbra, 1675; Lisboa, 1685; *Penitologio moral*, Lisboa, 1691.

São Francisco (*D. Fr. Matheus de*). Religioso da ordem terceira de S. Francisco; capellão mór das Armadas, bispo eleito de Meliapor e de Angola, etc. N. em Lisboa a 18 de setembro de 1591, e fal. a 21 de maio de 1653. Nada mais se sabe a seu respeito, senão que publicou em Lisboa, 1619, um *Sermão de Nossa Senhora da Naza*

reth, prégado em Pernambuco na segunda oitava do Natal.

São Francisco *(Fr. Pedro de).* Religioso da ordem de S. Francisco, cujo instituto professou em 1718. N. em Santa Comba de Eiras em 1697, ignora se a data do fallecimento. Foi lente de theologia moral em Mafra, guardião do collegio de S. Boaventura de Coimbra, definidor da provincia, etc. Imprimiu um *Sermão de preces pela doença de D. João V*, outro em acção de graças pelas suas melhoras em 1742, e ainda outro na trasladação d'uma imagem de S. Francisco em Coimbra.

São Francisco. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || Logar na freg. de S. João Baptista e conc. de Alcochete, distr. de Lisboa. Está situado na estrada que vae d'esta villa para Aldeia Gallega. Este logar tem tido ultimamente grande desenvolvimento; fica junto ás ruinas do antigo convento de religiosos recoletos dedicado a N. S.ª da Cebonha, e mais tarde a N. S.ª do Soccorro, fundado em 1475 || Nome d'um apeadeiro do caminho de ferro do Algarve, entre as estações de Faro e de Garganta. || Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Banco fronteiro ao forte do mesmo nome da cidade de Macau. || Antiga fazenda *Batalha*, sita no Dombe Grande, Africa Occidental, pertencente a Sousa Lara & C.ª Por aviso publicado no *Diario do Governo* de 11 de setembro de 1903 é que mudou de titulo. || Ribeira da ilha de S. Thiago, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Torna-se caudal na epoca das chuvas. || Enseada ou angra na costa do conc. de Dombe Grande, distr. de Benguella, prov. de Angola, Africa Occidental. Vae ali desaguar o rio Copororo. || Bahia ou porto da ilha de S. Thiago do archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental, na costa de S E. E' frequentado, principalmente por pequenas embarcações ou lambotes. Praia de areia e seixo, muitas palmeiras e algumas casas. || Roça da ilha de S. Thomé, Africa Occideutal.

São Francisco Abaixo. Pov. da freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

São Francisco de Assis *(Ordem de).* V. *Franciscanos.*

São Francisco de Paula Cartaxo *(Fr. Antonio de).* Religioso da ordem de S. Francisco da provincia de Portugal, lente de theologia na sua ordem, examinador synodal, etc. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Escreveu: *Discursos christãos, para o verdadeiro arrependimento dos peccadores*, Lisboa, 1804; *Discursos moraes e evangelicos sobre vicios e virtudes, para instrucção da vida christã;* Lisboa, tomo I e II, 1783 e 1786; tomo III, 1789.

São Francisco do Penedo. Praça de guerra no conc. e distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. Protege a cidade e o porto de Loanda. Deriva o seu nome de ter sido primitivamente um fortim de 6 peças levantado sobre um penedo proximo da praia. Começada a construir, a actual fortaleza, em 1765, tem casas para o governador, sendo uma na praça e a outra fóra, contigua á entrada. Tem a fórma d'um pentagono irregular. Foi mandada construir pelo governador D. Francisco Innocencio de Sousa Coutinho para ligar o penedo com a terra firme, obra que conseguiu realizar em 17 mezes.

São Francisco da Serra. Pov. e freg. de S. Francisco, da prov. da Extremadura, conc. e com. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa, bisp. de Beja; 236 fog. e 1:173 hab. Tem esc. do sexo fem., e est. post. Dista 12 k. da séde do conc. O Tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o capellão, que tinha de rendimento alguns generos, e de 10$000 reis em dinheiro. A terra é fertil em cereaes, e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal.

São Frangil. Povoações nas freguezias: S. Martinho. de Villa Juzã, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || O Salvador, de Canedo, conc. de Ribeira de Pena, do mesmo districto.

São Fructuoso. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Ceira, conc. e distr. de Coimbra. || Apeadeiro, na linha do caminho de ferro do Minho, entre o do Leandro e a est. de S. Romão.

São Gabriel. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Fontoura, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria e conc. de Manteigas, distr. da Guarda. Tem est. postal.

São Galdino *(D. Fr. Manuel de).* Arcebispo primaz do Oriente. N. em Lisboa, no bairro d'Alfama, em 1769, fal. em Gôa a 15 de julho de 1831. Professou na ordem de S. Francisco, da provincia d'Arrabida. Foi bom prégador, e deveu a isso a sua elevação ao episcopado. Em 1801 foi nomeado bispo de Tonkin, sendo transferido pouco depois para Macau. Sagrado em março de 1803, partiu para a sua diocese, onde chegou em setembro do mesmo anno. Nomeado coadjutor e futuro successor do arcebispo de Gôa, D. Fr. Manuel de Santa Catharina, foi á India a 14 de março de 1806. A 10 de fevereiro de 1812 falleceu aquelle prelado, e Fr. Manuel de S. Galdino tomou o baculo primacial do Oriente. Foi essencialmente e energicamente reformador no seu governo. Aos parochos que exigiam dos seus parochianos honorarios excessivos, inflingia taes multas que conseguiu acabar com aquelle abuso. Apezar das resistencias do fanatismo acabou tambem com as festas supersticiosas. Pôz cobro nos fingidos milagres, não consentiu que tomassem ordens os que não tivessem estudos regulares nem vida decente, estabeleceu normas para as orações, afim de proscrever os mysticismos exagerados, vigiava o pulpito, fiscalisava o confessionario, impunha a si proprio e aos seus subordinados a frugalidade e a modestia, sendo redigidas as cartas pastoraes com um ardor em que mostrava quanto era profunda a sua convicção. N'uma pastoral de 27 de julho de 1812 entrava nas mais minuciosas observações para impedir os parochos de fazerem despezas excessivas com as suas visitas episcopaes. Para manter os bons costumes no clero da sua diocese, D. Fr. Manuel de S. Galdino chegava a ser inquisidor, notando n'um livro especial os vicios dos seus subordinados, livro que queimou antes de morrer. A caridade era a sua virtude predominante, e o dinheiro que não dispendia em largas esmolas, empregava o nas necessidades do culto, ou no melhoramento das propriedades da mitra. Construiu e dotou á sua custa as egrejas de S. José do Areial e de S. Jacinto de Salsete, a de Marcella em Pon-

dá, duas na provincia de Canácona o uma em Pernem. Comprou e embellezou o palacio archiepiscopal de Panelim. Sustentou nos seminarios muitos estudantes pobres, acudiu generosamento a muitas familias indigentes, e a uma familia nobre que se via reduzida á pobreza em Custorem, doou uma propriedade, que para esse fim arromatou, no valor de um conto de reis. Foi aos pobres que legou os seus bens, que não fôram muitos, porque durante a vida antecipadamente os repartira em esmolas. A par de tantas virtudes, D. Fr. Manuel do S. Galdino era homem arrebatado, e as suas convicções absolutistas o levaram a praticar violencias, que pareciam dever ser incompativeis com a alta comprehensão que tinha da sua missão episcopal. Quando chegou á India a noticia da proclamação da constituição portugueza, e que logo se organisou uma junta liberal, teve esta no prelado um inimigo tão violento quo chegou a excitar á revolta a provincia de Bardez. A junta estava resolvida a proceder severamente contra elle, e valeu-lhe n'essa occasião D. Fr. Paulo de S. Thomaz do Aquino, arcebispo de Cranganor e seu amigo, que era membro da junta, mas D. Fr. Manuel de S. Galdino tanto sentiu que não estava em segurança, porque o exercito principalmente reclamava o seu severo castigo, que saiu de Gôa e refugiou-se em Sauquelim na India Ingleza, onde esteve anno e meio. Em 1825 fez parte do governo provisorio, que depois da morte do vice rei D. Manuel da Camara, esteve regendo a India até outubro de 1826; o que lhe não agradou foi a proclamação da Carta Constitucional, mas a proclamação de D. Miguel encontrou n'elle um ardente enthusiasta, porque não tinha esse principe em todos os seus dominios mais ardente partidario. Extremamente erudito, fez com que os estudos ecclesiasticos florescessem na sua diocese, defendeu eruditamente os direitos do padroado portuguez, e as suas pastoraes fôram sempre escriptas n'uma fórma correcta e em linguagem classica. D. Fr. Manuel ufanava se do seu talento de escriptor e de prégador; tinha porém grande desdem pelos prégadores da sua diocese, e a pastoral sobre o modo de desempenhar dignamente o mister de orador sagrado, impressa em Calcuttá em 1818 á custa do commerciante José Barreto, feriu-os mortalmente. Os frades reagiram, e sobretudo o vigario geral dos dominicanos teve com o arcebispo uma correspondencia azêda. Não se limitaram a isso as hostilidades, e um dominicano imprimiu no Rio deJaneiro em 1823 um pamphleto violento, a *Pastoral examinada*, que aggredia vivamente o arcebispo. O prelado só imprimiu outra pastoral, a de 1813; o seu magnifico *Regulamento dos estudos* imprimiu-se posthumo em 1847 no *Jornal da Santa Egreja Lusitana do Oriente.* Attribue se-lhe tambem um opusculo que saiu em Lisboa, 1810, com o titulo *Entrevista entre o ex-abbade Sieyés e Talleyrand.* D. Fr. Manuel de S. Galdino dedicou-se muito ao estudo da lingua concani, e diz se que escreveu uma grammatica n'essa lingua. Fal. d'um ataque de cholera-morbus, epidemia que se declarou om Gôa, e que fez numerosas victimas. No *Archivo Pittoresco*, vol. X, publicou a sua biographia Barreto de Miranda. Tambem em Nova Gôa, se publicou em 1862: *São Galdino (D. Fr. Manuel), arcebispo de Gôa e primaz do Oriente; breves apontamentos biographicos ordenados por Miguel Vicente de Abreu.*

São Gemil e Lageosa V. *Lageosa.*

São Gens. Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. do Minho, conc. e com. de Fafe, distr. e arceb. de Braga; 375 fog. e 1:441 hab. Tem esc. do sexo masc. Dista 4 k. da séde do conc. O cabido da collegiada de N. S.ª da Oliveira, de Guimarães apresentava o vigario, que tinha 200$000 reis annuaes. A egreja matriz é a que pertenceu a um antigo convento de benedictinos, que existiu aqui, fundado por D. Rodrigo Forjaz. A terra é muito fertil, cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus montes ha bastante caça miuda. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. Gens, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Montemór-o-Novo, distr. e arceb. de Evora; 99 fog. e 423 hab. Tem est. post. e dista 5 k. da séde do conc. A mitra apresentava o cura, quo tinha alguns generos de rendimento. A terra é muito fertil em cereaes. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a sédo em Setubal. || Povoações nas freguezias: S. Miguel, do Barrio, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Gens, de Calvos, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Miguel, de Freixo de Cima, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria Maior, do Almacave e conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || O Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. do Coimbra. || Santa Maria, de Miro de Tibães, conc. e distr. de Braga. || S. Salvador e conc. do Rezende, distr. de Vizeu.

São Geraldo *(José Gerardo Rodrigues, barão de).* Graude capitalista. N. em Vouzella a 7 do janeiro de 1842, onde tambem fal. na sua casa da Ventosa, a 14 dezembro de 1907. Era filho de paes pobres, e muito creança foi para o Porto, onde esteve alguns annos n'uma alfaiataria. Resolveu depois ir para o Pará, onde com rigorosa economia e muito trabalho conseguiu estabelecer-se com uma alfaiataria. Esteve ali mais de 30 annos, adquirindo avultada fortuna. Regressou então ao reino, casou com D. Thereza Rodrigues d'Almeida. Pugnou sempre pelos interesses da sua freguezia e do concelho de Vouzella. Militando no partido progressista, acompanhou a Lisboa uma commissão, na maioria regeneradora, que veiu pedir aos poderes publicos a annulação do decreto que creou a comarca de Oliveira de Frades, e a restituição a Vouzella da sua autonomia. O barão de S. Geraldo não se poupava a despezas nem a sacrificios para o bem e engrandecimento do concelho de Vouzella. Era despido de todas as vaidades, e a sua bolsa estava sempre aberta para acudir a quem a elle recorria. Recebeu o titulo de barão para não fazer offensa a quem o conseguiu em segredo, para lhe fazer surpreza quando não tel-o ia recusado.

São Geraldo. Pov. e freg. de S. Geraldo, da prov. do Alemtejo, conc. o com. de Montemór-o-Novo, distr. e arceb. de Evora; 141 fog e 703 hab. Tem est. post Dista 13 k. da séde do conc. o foi annexada á matriz de Montemór-o Novo, por decreto de 19 de março de 1891. E' fertil em generos agricolas. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Con-

ceição, de Covas, conc. de Taboa, distr. de Coimbra || S. Thomé, de Lanhas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Bartholomeu, de Veiros, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro.

São Gião. Pov. e freg. de S. Julião, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Oliveira do Hospital distr. e bisp. deCoimbra;415 fog. e 1:571 hab.Tem escolas d'ambos os sexos, est post, uma fabrica de fiação, productores de azeite e de milho. Pertencia ao conc. de Ceia e ao distr. da Guarda, e passou ao de Oliveira do Hospital por decreto de 13 do janeiro de 1898. O vigario de Penalva de Alva apresentava annualmente o cura, que tinha 25$000 reis e o pé d'altar. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. || Povoações nas freguezias: S. Julião, de Agua Longa, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

São Gil Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira; S. Salvador e conc. do Santa Cruz, distr. do Funchal. || S. Miguel, de Perre, conc. e distr. de Vianna do Castello.

São Gonçalo *(Fr. Patricio de)*. Religioso da ordem de S. Francisco. Chamava se no seculo Luiz de Magalhães Coelho, nasceu em Amarante e fal. em Florença, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Assentou praça de soldado no exercito que foi combater na guerra da Successão de Hespanha. Era capitão de infantaria, quando resolveu professar na ordem franciscana. No seu convento empregou se em tratar os enfermos, e querendo visitar a Terra Santa, passou a Roma, e depois a Jerusalem, visjando em seguida pelo Egypto, até que voltou a Roma em 1716. Fal. em Florença nos braços do celebre bispo do Porto D. José Maria da Fonseca e Evora, e deixou um *Itinerario da Terra Santa e do Egypto*, que ficou manuscripto.

São Gonçalo. Ilha da Madeira; pov. e freg. de S. Gonçalo, conc., com., distr. e bisp. do Funchal; 3:979 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est post. e medico. Pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. do recrut. e res n.º 27, com a séde no Funchal. || Povoações nas freguezias: S. Matheus, de Bunheiro, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro || S. Martinho, de Cavallões, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Thiago, do Lustosa, conc do Louzada, distr. do Porto. || Santa Maria, de Vallega, conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

São Gonhedo Pov. na freg. de Salvador, de Monçós, conc. e distr. de Villa Real.

São Gregorio. Pov. e freg. de S. Gregorio, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Arraiollos, distr. e arceb. de Evora; 168 fog. e 611 hab. Tem est. post., fabrica de telha e tijolo, e creador de cera e mel. A mitra apresentava o capellão, que tinha de rendimento alguns generos. A terra é muito fertil em cereaes, e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. || Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Christoval, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. Tem est. post. || O Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, do mesmo distr. || S. Miguel, de Lavradas, conc. de Ponte da Barca, do mesmo districto.

São Gregorio de Fanadia. V. *Fanadia*.

São Jacinto. Ilha do conc., distr. e com. das Ilhas, prov., arceb. de Gôa, India. Tambem é conhecida pelo nome de *ilha do Secretario*. || Pov. e freg. do conc., distr. e com. das Ilhas, prov e arceb de Gôa, India, na ilha de S. Jacinto, || Baluarte na praça de Mormugão, na prov. de Gôa, India. Está situado na costa NO da peninsula de Mormugão. || Freg. do conc. de Salsete, India.

São Januario *(Januario Correia de Almeida, barão, visconde e conde de)*. Bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra, general de divisão, ministro de Estado, par do reino, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, socio fundador da Sociedade de Geographia da mesma cidade e seu primeiro presidente, vice-presidente da Sociedade dos Architectos e Archeologos Portuguezes, e seu socio de merito, governador de Cabo Verde, da India, Macau, etc.. N. em Paço d'Arcos a 31 de março de 1829, onde tambem fal. a 27 de maio de 1901. Era filho de Januario Correia d'Almeida, fidalgo cavalleiro da Casa Real e thesoureiro geral da armada, e de sua mulher D. Barbara Luiza dos Santos Pinto Correia d'Almeida. Principiou os seus estudos no antigo Collegio dos Nobres. Assentou praça na companhia dos guardas-marinhas, passando depois á arma de cavallaria, em 4 de novembro de 1842; mais tarde matriculou-se na Escola Polytechnica, seguindo os estudos com muita distincção, completando o curso em 1845, aos 16 annos de edade. No anno seguinte, por occasião dos successos politicos, entrou em operações com o seu regimento, e achando-se na batalha de Torres Vedras, em 22 de dezembro de 1846, portou-se tão garbosamente, que foi promovido a alferes por distincção para o regimento de lanceiros n.º 1 Em 1849 matriculou se na faculdade de mathematica na Universidade de Coimbra, e sendo premiado em todas as cadeiras d'essa faculdade e da de philosophia, recebeu o grau de bacharel em 1853. A 29 d'abril de 1851 fôra promovido a tenente, e em 1854 passou ao serviço do estado maior, no qual fez toda a sua carreira militar, sendo promovido a capitão em 19 de março de 1863; a major em 21 de janeiro de 1876; a tenente-coronel em 3 de setembro de 1879; a coronel em 11 de junho de 1884; a general de brigada em 30 de junho de 1893; a general de divisão a 13 de maio de 1896. Passou para o quadro auxiliar, por ter attingido a limite de edade, em 7 de janeiro de 1898. Sendo nomeado director das obras publicas do districto de Cabo Verde, percorreu todas as ilhas d'este archipelago e a costa da Guiné, e escreveu a respeito d'essa possessão um livro notavel, *Um mez na Guiné*, que se publicou em Lisboa, 1859. Em 1860 foi nomeado governador geral interino da mesma provincia, d'onde se retirou em 1861 por ter findado a sua commissão, offerecendo lhe os povos de Cabo Verde uma espada de honra e uma medalha de ouro, como reconhecimento dos muitos beneficios que lhe deviam. Como director das obras publicas levou a effeito o caes no porto da Praia da ilha de S. Thiago, a casa da camara, quarteis e estradas na mesma ilha, as alfandegas nas ilhas de S. Vicente e do Fogo, a estrada da Ilha Brava, e outras obras importantes, e como governador instituiu o lyceu na capital da provincia, regularisou

o serviço do correio, o reformou outros muitos serviços Regressando a Portugal foi nomeado director das obras publicas nos districtos de Braga o de Vianna do Castello, onde já em 1855 e 1856 fizera largo estudo de estradas e outros melhoramentos. Em 15 de janeiro de 1862, estando no exercicio d'essa commissão, foi nomeado governador civil do Funchal. Como as dissenções politicas tinham ali promovido conflictos, teve de adoptar medidas de conciliação para restabelecer o socego. Voltando a Lisboa, depois de alguns mezes de administração, ao requisitar os meios necessarios para a realisação de obras importantes, foi instado para acceitar o logar de governador civil de Braga, onde havia rebentado uma revolta militar. A 20 d'outubro do mesmo anno de 1862 tomou posse do seu novo cargo, em que se conservou até ao fim do anno de 1861. Em fevereiro d'este anno foi nomeado commissario regio do districto de Villa Real, para syndicar as irregularidades accusadas nas eleições municipaes, e houve se por fórma, que mereceu louvores no parlamento Transferido para o governo civil do districto do Porto a 26 de otubro de 1864, ali realisou importantes melhoramentos, e promoveu, de accôrdo com a direcção do Palacio de Crystal a exposição internacional de 1865. O conde de S. Januario militava no partido progressista, e n'esse anno de 1865, pediu a sua exoneração em 20 de maio, declarando que não apoiava o novo governo; foi então eleito deputado pelo Porto, por parte da opposição na legislatura que principiou em 30 de julho de 1865 e terminou a 14 de janeiro de 1868. Depois da queda d'aquello governo, tornou a ser nomeado governador civil do Porto a 8 de setembro tambem de 1865, logar de que foi exonerado a 7 de janeiro de 1868. Durante este seu governo occasionou a descoberta e a captura dos fabricantes de moeda falsa do Brazil, e reprimiu com todo o rigor os tumultos de abril de 1867. Já fôra agraciado com o titulo de barão de S. Januario por decreto de 10 de fevereiro de 1866, sendo elevado ao de visconde por decreto de 9 de setembro de 1867. Em 1870 partiu como governador geral para a India, indo acompanhado pelo seu secretario particular Pedro Gastão Mesnier. Reorganisou ali a administração, fez cunhar moeda nova, reprimiu os successos dos bandidos afamados que traziam a provincia em sobresalto, visitou todo o nosso dominio indiano; e projectava, entre outros melhoramentos, estabelecer uma linha ferrea entre Mormugão e a India Ingleza, quando rebentou no luso indiano a revolta militar, pegando toda a guarnição em armas para exigir pela força o que não podia solicitar em termos legaes Encarando de frente a situação, o illustre militar soube fazer-se respeitar até que chegaram de Lisboa os soccorros que pedira, os quaes constava da corveta *Estephania*, e do vapor *India*, que conduzia a bordo o batalhão de caçadores n.º 1, sob o commando do infante D. Augusto. Em tão melindrosa e difficil conjuntura o destemido governador houve-se com tanta sensatez, que, desembarcando as forças expedicionarias, quasi não foi preciso empregar a violencia para metter na ordem os revoltosos. Em Bombaim publicou, em 1872, um livro intitulado: *Duas palavras ácêrca da ultima revolta do exercito da India*, obra que foi muito apreciada pela sinceridade e côr local com que estava escripta Em 1872 foi nomeado governador de Macau e Timor, o ainda no desempenho d'esto cargo affirmou as suas qualidades de energia o prudencia, defendendo Macau, quando foi invadida pelos piratas chinezes. Nomeado em 1874 ministro plenipotenciario na China, Japão e Sião, conseguindo que a China reconhecesse os direitos de Portugal na peninsula de Hai Nan, organisou o serviço consular portuguez no Japão. N'uma visita que fez a Baugkok, capital de Sião, serviu de medianeiro, a pedido do governo inglez, na questão que se originou entre os dois reis, impedindo a guerra civil e recebendo, pela fórma como se houve, os maiores testemunhos de admiração e reconhecimento Voltando a Lisboa em 1875, foi um dos fundadores da Sociedade de Geographia, do que ficou sendo presidente hono

Conde de S. Januario

rario. Em 1878 foi nomeado encarregado de negocios junto de todas as republicas da America do Sul, com as quaes effeituou 16 tratados. Fôram assignados com os seguintes paizes: Uruguay, Paraguay, Argentina, Chili, Bolivia, Perú o Mexico. Ao mesmo tempo, estabelecia o serviço consular na America do Sul; assegurava assim o desenvolvimento do commercio portuguez, abrindo-lhe novos mercados, e permittindo-lhe entrar em concorrencia em tudo egual ás outras nações Estudava tambem as condições economicas, geographicas e politicas dos estados da America do Sul, consagrando a cada um d'elles uma relação das mais completas, verdadeiro guia do commerciante e do industrial portuguez nos mercados que acabava de lhes facilitar. A 20 de janeiro de 1880 foi nomeado par do reino, tomando posse na respectiva camara na sessão de 2 de março Em 2 de julho d'esse anno foi ministro pela primeira vez, n'um gabinete presidido por Anselmo Braamcamp, n'uma situação progressista, sendo-lhe confiada a pasta da marinha e ultramar, em substituição do marquez de Sabugosa Conservou se no seu elevado cargo até ao dia 25 de março de 1881, em que o ministerio se demittiu. Voltou ao poder em 1886, n'um gabinete presidido pelo sr. conse-

lheiro Luciano de Castro, encarregando-se da pasta da guerra, de que tomou posse no dia 20 de fevereiro. A 21 de junho de 1887 foi elevado a conselheiro de Estado. Em 1896, teve o commando da 1.ª divisão militar. Quando foi ministro da guerra, creou a escola pratica de infantaria na villa do Mafra. Foi tambem commandante geral do estado maior e da Escola do Exercito. Em 1896 tomou parte, como presidente, na commissão encarregada de organisar o exercito colonial e de todos os serviços militares nas colonias. Era membro do conselho fiscal do Banco Ultramarino. Foi deputado em varias legislaturas, além da de 1865 a 1868. Por decreto de 26 de abril de 1889 recebeu o titulo de conde. Em 26 de novembro de 1885 casou com D. Maria Clementina de Lencastre Lemo de Macedo e Vasconcellos Côrte Real, filha de Manuel Cardoso Rangel de Quadros Côrte Real, e de sua mulher D. Maria Thereza Vieira de Leme de Macedo de Lencastre Sousa e Vasconcellos Côrte Real. Possuia as seguintes distincções: conselheiro d'elrei D. Luiz e seu ajudante de campo honorario; gran-cruz das ordens de Christo e da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, commendador da Torre e Espada, cavalleiro de S Bento de Aviz; condecorado com a medalha de ouro de bons serviços, e com a de prata de comportamento exemplar; gran cruz das seguintes ordens estrangeiras: Izabel a Catholica e de Merito Militar de Hespanha, Corôa de Italia, da Real Ordem de Cambodge, Leopoldo da Belgica, S. Mauricio e S. Lazaro de Italia, da Espada da Succia, do Sol Nascente do Japão, dignitario da Rosa do Brazil, grande official da Legião de Honra de França, e official da Instrucção Publica franceza. Era tambem socio correspondente da *Academia Indo Chinoise* O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo esquartelado; no 1.º quartel as armas dos Correias: Em campo de ouro fretado de correias sanguinhas repassadas umas por outras de 6 peças, 3 em banda e outras 3 em contrabanda; no 2.º as dos Almeidas: Em campo vermelho com bordaduras de ouro, 6 bezantes de ouro entre uma cruz dobre; no 3.º as dos Pintos: Em campo de prata 5 crescentes de púrpura, em aspa; e no 4.º: Em campo de sangue uma espada de ouro de ponta alçada. Em 1880 tambem o conde de S. Januario publicou: *Missão do visconde de S. Januario nas republicas da America do Sul, comprehendendo a descripção das republicas do Paraguay, Uruguay, Argentina, Bolivia, Perú, Chili e Mexico.* Collaborou em alguns jornaes politicos e scientificos.

São Januario. No Humpata, prov. d'Angola, Africa Occidental

São Jeronymo *(Basilio Alberto de Sousa Pinto, visconde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, conselheiro, par do reino, commendador das ordens de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa e de S. Thiago; da do S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia; reitor da Universidade do Coimbra, doutor e lente de prima jubilado da faculdade de direito, etc. N. em Fundaes a 16 de março de 1793, fal. em Coimbra a 16 de dezembro de 18·1. Era filho de José de Sousa Ribeiro Pinto, doutor em Leis e proprietario, e de sua mulher, D Bernarda Maria Correia Brito. Matriculando se em 1811 na Universidade, depois d'uma frequencia que se assignalou por distincções repetidas, formou-se nas faculdades de canones em 1816, tomando o grau de doutor na de leis a 2 do julho de 1817. Os seus provados talentos não tardaram a recommendal o aos concidadãos, e por isso quando em seguida á revolução de 1820 se fizeram eleições para as côrtes constituintes, foi eleito pela cidade do Porto, e desempenhou ali o logar de secretario. Para as côrtes ordinarias de 1822 tornou a ser eleito. Entre outros serviços relevantes, devem-se lhe a promulgação da constituição de 23 do setembro d'esse anno de 1822, a abolição de odiosos privilegios do clero e da nobreza, a extincção do tribunal do Santo Officio, e a lei da liberdade da imprensa de que foi relator. A contra-revolução de Villa Franca, de 1823, derrubou as côrtes, mas o dr. Basilio Alberto de Sousa Pinto foi um dos deputados que tiveram a coragem de protestar contra essa reacção do absolutismo. Havia-se habilitado opposi tor em 1818, e fôra admittido em 1823 como collegial do collegio de S. Pedro, mas com a queda da constituição, viu-se obrigado a andar durante 6 annos de serra em serra, vagueando pelas mais agrestes paragens das duas Beiras, para escapar ao desterro, a que fôra condemnado. Só por decreto de 2 de julho do 1834 é que foi despachado lente cathedratico da faculdade de leis; em 1841 era bibliothecario interino da Universidade, em 1842 foi nomeado vogal do conselho geral, director de ensino primario e secundario, e em 1845 vogal do conselho superior de instrucção publica, sendo depois vice presidente. Foi tambem fiscal do estado e fazenda da Universidade, deputado da junta da mesma fazenda. Em agosto de 1858 passou a lente de prima e decano da faculdade de leis, e em 7 d'abril de 1859 foi elevado a reitor da Univeriidade, de que tomou posse no dia 23 d'abril do mesmo anno. Durante o seu governo recebeu a visita de D. Pedro V e de seus irmãos D. Luiz e D. João, em novembro de 1860. Em outubro do 1862 esteve em Coimbra, hospedado no paço das Escolas, o principe Humberto de Italia, que mais tarde foi rei d'aquella nação, que tambem visitou a Universidade. Por decreto do 4 de setembro de 1860 foi jubilado com o accrescentamento da terça parte do ordenado, e com todas as honras e prerogativas de lente de prima e decano da faculdade de direito, por decreto do 6 de dezembro do mesmo anno. Nas legislaturas de 1853 e 1857, tornara a ser deputado eleito por Coimbra. Por decreto de 5 de novembro de 1862 foi agraciado com o titulo de visconde de S. Jeronymo. A rigidez do seu caracter que o levava a fazer observar os estatutos e regulamentos da Universidade, levantaram-lhe grandes desgostos e em vista d'umas manifestações hostis da academia, pediu a demissão de reitor, que lhe foi concedida a 22 do julho de 1863. Entregou-se então á vida particular. Bibliographia: *Memoria sobre a fundação e progressos do Real Collegio das Ursulinas de Pereira*, Coimbra, 1850; saiu anonymo; *Lições de direito criminal, redigidas segundo as prelecções oraes do sr. Basilio Alberto de Sousa Pinto no anno lectivo de 1844 1845, e adaptadas ás Instituições de Direito Criminal Portuguez de Paschoal José de Mello, por Francisco d'Albuquerque e Couto e Lopo Dias de Carvalho*, Coimbra, 1845; *Lições de Direito Criminal segundo as prelecções oraes*, etc., *redigidas por um bacharel formado em Direito*,

Lisboa, 1857; *Lições de Direito Criminal portuguez*, etc., por *A. M. Seabra Albuquerque*, Coimbra, 1861; *Memoria do concelho de Ferreiros de Tendaes*, Coimbra, 1856; *Apontamentos de Direito administrativo com referencia ao Codigo administrativo de Portugal de 18 de março de 1842; redigidas segundo as prelecções oraes, etc., feitas no anno de 1844 a 1845, por Lopo José Dias de Carvalho e Francisco de Albuquerque Couto, estudantes do mesmo anno.* Coimbra, 1849. Em 1871 publicou-se em Coimbra: *Discursos recitados em côrtes como deputado e na Universidade como professor e reitor, pelo ex.mo sr. dr. Basilio Alberto de Sousa Pinto, visconde de S. Jeronymo,* colligidos por Antonio Maria Seabra e Albuquerque. Mais tarde, em 1881, o dr. José Freire de Sousa Pinto publicou outros trabalhos do visconde de S. Jeronymo, com o titulo de *Discursos recitados em algumas assembleias populares, na camara dos pares e na Universidade pelo visconde de S. Jeronymo.*

São Jeronymo *(Fr. Francisco de)*. Monge benedictino. N. em Evora a 4 de março de 1692; ignora-se a data do fallecimento, mas sabe-se que vivia ainda em 1747. Professou no convento dos Pinheiros em 1715, e em 1728 renovou a profissão no convento dos Jeronymos em Belem. Aprendeu musica no claustro da sé de Evora, debaixo da direcção do mestre da capella, Pedro Vaz Rego, um dos mais notaveis mestres do seu tempo. Occupou depois o logar de mestre de capella do convento de Belem. As suas composições musicaes ficaram todas manuscriptas, e são as seguintes: *Responsorios das matinas de S. Jeronymo*, a 4 córos; outras a 4 vozes; um *Responsorio da semana santa*, outro das *Matinas do Evangelista S. João*, que se cantaram no convento dos conegos seculares de S. João Evangelista no jubileu secular d'este santo, uma *Missa a 8 vozes obrigadas;* um *Te Deum*, etc. Algumas composições conservavam se na Bibliotheca Real de Musica. No archivo da Sé Patriarchal, dizem que existem algumas composições de Fr. Francisco de S. Jeronymo.

São Jeronymo *(Ordem de)*. V. *Jeronymos.*

São Jeronymo. Fortaleza do conc. e ilha de S. Thomé e Principe, Africa Occidental, á beira-mar e a E da cidade de S. Thomé, capital da ilha. Está em ruinas. || Baluarte que faz parte do systema de fortificações da praça de Mormugão, na peninsula d'este nome, distr. de Salsete. prov. de Gôa. India. E' um dos 5 bastiões sobranceiros á grande muralha que protege a referida praça do lado O, e o isthmo de Mormugão. || Pov. e freg. do conc., com. e ilha de S. Thomé, na prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental, na região O da referida ilha. O solo é fertil.

São Joanne. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Freixo de Baixo, conc. do Amaranto, distr. do Porto. || S. João Baptista, de S. João da Serra, conc. de Oliveira de Frades, distr. do Vizeu.

São Joannes. Pov. na freg. de Santa Martha, de Serzedello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

São Joannico. Pov. na freg. de Santo André, de Valle de Frades, conc. de Vimioso, distr. de Bragança.

São Joanninho. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Castro Daire, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 178 fog. e 763 hab Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada na margem d'uma pequena ribeira, a 8 k. da séde do conc. O reitor da freg. da Ermida do Paiva apresentava o cura, que tinha 8$800 reis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil em cereaes, gado e caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Pov. e freg. de S João Baptista, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Santa Comba Dão, distr. e bisp. de Vizeu; 268 fog. e 1:038 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e pharmacia. Está situada n'uma campina a 5 k da séde do conc. A mitra apresentava o prior, que tinha 350$000 reis do rendimento annual. A terra é muito fertil; produz bom vinho, cria gado e tem caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Santa Comba Dão. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Natividade, de Villa Cova de Sub Avô, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || S. Miguel o conc. de Armamar, distr. de Vizeu.

São João *(Diogo Berenguer da França Neto, visconde de)*. Fidalgo da Casa Real, proprietario na ilha da Madeira N no Funchal a 8 d'abril de 1812; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Diogo Berenguer da França Neto, fidalgo da Casa Real e senhor de varios morgados, e de sua mulher, D. Anna Anastacia d'Ornellas e Vasconcellos. Casou em 1835 com D. Mathilde Leopoldina Correia Henriques, filha de João Ferreira Correia Henriques, e de sua mulher D. Anna Izabel de Mendonça e Vasconcellos. Foi agraciado com o titulo de visconde de S. João por decreto de 3 de maio de 1871.

São João *(D. Gaspar de)*. Conego regrante de Santo Agostinho, professando no convento de Santa Cruz, de Coimbra, em 1598. Era natural de Leiria, e fal. em Coimbra a 15 de fevereiro de 1634. Doutorou se em theologia na Universidade, e era considerado um grande theologo. Foi procurador geral da sua congregação em Roma, onde obteve do papa Urbano VIII que o prior geral de Santa Cruz pudesse conferir ordens menores Deixou manuscriptos uns commentarios latinos aos threnos de Jeremias.

São João. Ilha do Pico; pov. e freg. de S. João, conc. das Lagens do Pico, com. da mesma ilha, distr. da Horta, bisp. de Angra do Heroismo, Açôres; 321 fog. e 1:033 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est post. E' uma pov. pequena, levantada em terreno pedregoso. Cultura de cereaes, pesca e creação de gado. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Adaufe, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago, de Anha, conc. e distr. de Vianna do Castello || S. Miguel, de Barrio, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || Ilha da Madeira; S. Braz, de Campanario, conc. da Camara de Lobos, distr. do Funchal. || S. João Baptista, de S. João da Corveira, conc. do Valpaços, distr. de Villa Real. || Santa Maria, do Gallegos, conc. de Barcellos, distr. de Braga || Santa Eulalia, de Gondar, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Jugueiros, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Christovão e conc. do Ovar, distr. de Aveiro. || S. Thiago e conc. de S. Thia-

go do Cacem, distr. do Lisboa. || S. Cosme, do Valle, conc. de V. N. do Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria, de Vallega, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || Roça da ilha do Principe, Africa Occidental. || Pico ou monte da ilha da Madeira. Está sobranceiro á bahia e cidade do Funchal, e é coroado por um castello chamado do *Pico de S João,* o qual faz parte do systema de fortificações que protegem a mesma cidade pelo lado occidental. || Ponta ou cabo da costa meridional da ilha do Pico, Açôres. || Porto ou angra da costa meridional da ilha do S. Thomé, archipelago o prov. do S. Thomé e Principe, Africa Occidental. Está situada ao N da ponta do Ilhéo Grande, entre a ponta Agua a NE e o pico Macurú a SO. Tem 2:777 m. de bocca e perto de 1 m. de fundo até ao ponto mais reentrante. E' o melhor porto da ilha, não só por estar abrigado dos ventos, excepto dos do quadrante do S e SE, mas tambem por poderem fundear n'elle cerca de 20 navios de qualquer lotação. N'este porto onde se desaguam duas graudes ribeiras, ha um extenso areal. Nas terras visinhas habitam os angolares. || Cabo da costa do Gabão, Africa Occidental. Fica ao norto da ilha do Corisco. || Cabo da costa occidental d'Africa. E' um dos limites do golfo dos Mafias. || Reducto que faz parte da linha de defeza da praça de Lourenço Marques, no distr. do mesmo nome, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Foi mandado construir em 1867 por Frederico Augusto Gourgell, governador do districto. || Fortaleza da ilha do Iho, archipelago e distr. de Cabo Delgado, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está situada na costa a NO da ilha junto á praia, assente sobre rocha firme, e é construida de terra, cal o pedra lavrada. Faz parte do systema de fortificações que protegem dos ataques do gentio, não só a ilha como tambem a villa do S. João de Ibo, e tem a fórma d'uma estrella do 5 faces, cada uma das quaes tem 50 m. de comprimento. No recinto da fortaleza estão edificadas a capella de S. João de Iho e 4 casernas que pódem dar alojamento a 300 praças. Tem officinas, armazens, casa da guarda e calabouços. || Ilhéo da costa da Senegambia, Africa Occidental. Fica ao S da ilha Cerine ou Sarne, o proximo do cabo Mirik. || Rio do conc. do Dombe Grande, no distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental. N. no sertão do distr. o vae desaguar no Oceano Atlantico. Tambem é chamado *Rio do Padrão.*

São João d'Areias *(Francisco de Serpa Saraiva, 1.º barão de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, conselheiro, par do reino, antigo senador, successor dos vinculos de seus paes, commendador da ordem do Christo, juiz da Relação do Porto, de quo foi presidente, sendo aposentado com honras de conselheiro do Supremo Tribunal do Justiça, etc. N. a 7 do outubro de 1781, e fal. a 2 de fevereiro de 1850. Era filho do Bernardo do Serpa Saraiva Castello Branco, bacharel em Leis, senhor de varios vinculos; e de sua mulher, D. Anna Violante de Sequeira Machado. Casou com D. Josepha Raymundo de Paiva, filha do José de Paiva Ribeiro, e de sua mulher D. Maria Joaquina de Paiva e Sousa. O titulo foi lhe concedido por decreto de 1? d'agosto de 1845. Tem o seguinte brazão d'armas: Escudo esquartelado; no 1.º quartel as armas dos Serpas: Em campo vermelho um leão do ouro batalhante entre duas torres do prata guarnecidas de preto, o ao pé uma serpe de ouro voando; no 2.º as dos Pimenteis: Em campo verde 5 vieiras de prata (conchas), em aspa, realçadas de negro; no 3.º as dos Machados: Em campo vermelho 5 machados de prata com os cabos do ouro, postos em santor; no 4.º as dos Freires: Em campo verde uma banda vermelha coticada de ouro, saindo das boccas de duas serpes, do mesmo metal, armadas de sanguinho. Timbre, o dos Serpas: uma das torras do escudo com a serpe nascento no alto.

São João d'Areias (*Manuel de Serpa Pimentel, 2.º barão de*). Moço fidalgo com exercicio, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, juiz do Supremo Tribunal de Justiça, aposentado, etc. N. a 19 de outubro de 1818, fal. no seu solar da Guarita, em S. João de Areias, a 27 de setembro de 1910. Era filho de Manuel de Serpa Machado, doutor e lente de prima na Universidade de Coimbra, e de sua mulher D Anna Rita Freire Pimentel; irmão do 2.º visconde do Gouveia, e do fallecido estadista Antonio de Serpa Pimentel. Foi adjunto ao juiz relator do tribunal superior de guerra e marinha, passando depois a juiz do Supremo Tribunal do Justiça, logar em quo se aposentou por decreto do 10 de novembro de 1887. Fal. com 92 annos de edade. Foi herdeiro de seu tio o 1.º barão de S. João d'Areias, sondo-lhe renovado o titulo por decreto do 4 de julho de 1866. Casou a 4 de maio de 1886, com D. Maria Maximina do Mendonça Falcão e Povoas.

São João d'Areias. Villa e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Alta, conc. e com. do Santa Comba Dão, distr. e bisp. de Vizeu; 6?3 fog. e 2:623 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr., com serviço de valores declarados o de encommendas postaes. Tem feira no 1.º domingo do cada mez. Está situada n'uma campina raza na margem direita do rio Mondego, a 9 k. da séde do conc. Pertenceu ao arcyprestado de Bésteiros, sondo depois da corôa, e foi séde d'um conc. que so aboliu por decreto de 7 de setembro de 1895, ficando annexado ao de Santa Comba Dão. D. Manuel I deu lhe foral, em Lisboa, a 10 d'abril de 1514. O parocho era apresentado pela mitra de Vizeu, e tinha de rendimento 40$000 reis A terra é fertil e pertenco á 2.ª div. mil. o ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. Publicou-se n'esta villa o jornal *Norte do Mondego*, 2 d'abril de 1894.

São João d'Azenha. Pov. da freg. de S. Vicente, de Sangalhos, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

São João Baptista *(Fr. Francisco de).* Religioso da ordem do S. Bento. N. na casa de Telhó, na freg. de S. João d'Arnoia, a 12 de fevereiro de 1773; fal. em Lamego, a 15 de junho do 1844. Chamava-se no seculo Francisco de Moura Coutinho, e ora conhecido por *Mestre Arnoia*, sendo filho de Francisco de Moura Teixeira da Cunha e Castro, capitão-mór de Basto, e do sua mulher D. Candida Angelina de Vasconcellos, irmão do ultimo bispo do Lamego, D. José do Moura Coutinho Tomou o habito no mosteiro do Tibães a 25 d'abril do 1788, professando a 26 do fevereiro de 1789. Em 27 de setembro de 1795 foi mandado para Coimbra frequentar as aulas da Universidade. Em 20 de julho de 1799 entrou em opposição para as cadeiras de philosophia,

sendo approvado para mestre. Em 18 d'abril de 1801 foi obrigado a deixar a Universidade, por causa d'uma grave doença, indo depois para o collegio de Basto, como substituto de philosophia, sendo mudado em outubro do mesmo anno, e com o mesmo emprego, para o mosteiro de Rendufe. Em 4 de outubro de 1806 foi nomeado leitor do collegio que se abriu no mosteiro de Basto Em outubro de 1810 tornou para Rendufe no mesmo emprego. Em 21 de maio de 1812 foi eleito procurador geral da congregação, na côrte do Rio de Janeiro, e commissario geral da provincia do Brazil, chegando ao Rio de Janeiro a 30 de outubro do mesmo anno. Pediu e obteve em fevereiro de 1817 licença para regressar a Portugal, chegando ao Porto a 17 de maio e a Tibães a 14 de junho. Foi mandado para o mosteiro de Basto, e d'ahi para primeiro leitor do collegio de philosophia de Rendufe. Em maio de 1819 foi eleito geral da sua congregação, sendo reeleito em 1822. Tendo-se jubilado, entrou em março de 1828 para o convento d'Alpendurada, e ali se conservou até 1834, em que, pela extincção das ordens religiosas, teve de abandonar o convento, indo então residir para a sua casa de Telhó. Em 10 de junho de 1844 partiu para a Cumieira, e no dia 12 para Lamego, na intenção de viver na companhia de seu irmão bispo, mas fal. 3 dias depois, victima d'uma apoplexia. Fr. Francisco de S. João Baptista, o *Mestre Arnoia*, era muito erudito nas sciencias mathematicas, e conta se que de Paris lhe fôram enviadas varias questões e problemas para elle resolver. Era muito considerado por D. João VI, quando a côrte estava no Rio de Janeiro, e queria propôl-o para bispo do Maranhão, mas o benedictino lhe supplicou que o dispensas se de tão elevado cargo.

São João Baptista, Pov. e freg. de S João Baptista, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Portel, distr. e arceb. de Evora; 27 fog. e 133 hab. A mitra apresentava o cura, que tinha alguns generos de rendimento. Esta freg. está annexa á de Portel. || Pov. na freg. de S Pedro, de Sub Portella, conc. e distr de Vianna do Castello || Pov. e freg. do conc. de Paul, com. de Barlavento, na ilha de Santo Antão, prov., bisp. e archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental. Cultura de canna saccharina para o fabrico de aguardente, melaço e assucar, de milho, mandioca, batata, café e tabaco. || Pov. e freg. do conc. da Boa Vista, com. de Barlavento, da ilha da Boa Vista, prov., bisp. e archipelago e de Cabo Verde, Africa Occidental. Culturas de algodão, feijão, milho e batata || Pov. e freg. do conc. da ilha Brava, com. de Sotavento, na prov., bisp. e archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situada na costa O da ilha, em terreno elevado e fronteiro á ilha do Fogo, e occupa uma área de 3 k E' uma pov encantadora, com bons e asseados edificios rodeados de jardins, manifestando se por toda a parte uma opulenta vegetação. A maioria da população é branca, e a restante é amulatada. As mulheres são geralmente bonitas, e os homens de feições regulares. N'esta freg, como na de N. S.ª do Monte, cultiva-se a canna saccharina para o fabrico de aguardente e de melaço, a batata, o milho, o café e o tabaco. A pov. do mesmo nome é o centro mais populoso da ilha, e dista 4 k. do porto da ilha da Furna. || Pov. e freg. do conc. da Praia, com. de Sotavento, na ilha de S. Thiago, prov, bisp. e archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental. Plantações de canna saccharina, de milho, feijão, mandioca, batata, café e tabaco. O algodão dá-se espontaneamente. || Pov. e freg. do conc de Santa Catharina, com. de Sotavento, na ilha de S. Thiago, prov., bisp. e archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental. Terras incultas denominadas *Chada da Bella ou da Rainha*. || Freg. da ilha de Cazeange, situada ao S da ilha de Loanda, no conc. e com. d'este nome, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental || Nome do do castello da cidade de Angra do Heroismo, Açôres. Abrange dentro das suas muralhas todo o monte Brazil, e serviu de residencia, durante 5 annos, a D. Affonso VI.

São João Baptista de Ajudá. V. *Ajudá*.

São João Baptista do Norte. Freg. do conc. e ilha da Boa Vista, com. de Barlavento, archipelago, prov. e bisp. de Cabo Verde, Africa Occidental.

São João da Boa Vista. Fortaleza do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Occidental. Fica ao S da ilha de Inhambane, em logar elevado, e está cercada por uma muralha.

São João dos Caldeireiros Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Mertola, distr. e bisp de Beja; 241 fog. e 910 hab. Tem esc do sexo fem. Dista 12 k. da serra do conc A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o capellão, que tinha de rendimento alguns generos. A terra é fertil em cereaes, e cria muito gado de toda a qualidade, Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 4, com a séde em Faro.

São João de Calvos Pov. na freg de S. Thiago, de Lordello, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

São João do Campo V. *Campo do Gerez*.

São João do Campo Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. do Douro, conc., com, distr. e bisp. de Coimbra; 244 fog. e 1:065 hab. Dista 8 k da séde do conc. Está situada n'uma bella e fertil planicie. O real padroado apresentava o reitor, que tinha de rendimento 60$000 reis. Tem correio com serviço de posta rural, escolas d'ambos os sexos, medico, pharmacia, e Associação de Soccorros Mutuos *Instituto de N. S.ª da Graça*. Esta freg. chamava-se antigamente *Cióga do Campo*, mas como esta pov. era a principal da freg., os parochianos requereram que ella tomasse a denominação de *S. João do Campo*, o que lhes foi concedido por decreto de 15 de março de 1880. Foi n'esta pov. que existiu a antiga matriz, cujo orago era então *S. João Evangelista*. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 23, com a séde em Coimbra.

São João de Canellas (*Jacinto Pinto Ferreira Guerra, barão de*) Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, etc. N. na freg. de S. João de Canellas, conc. de V. N. de Gaia, a 19 de janeiro de 1836; já fallecido ha annos. Era filho de Antonio Pinto, proprietario e capitalista, e de sua mulher D. Maria Ferreira. Foi laureado, por haver prestado meritorios serviços, com a medalha de honra da Caixa de Soccorros de D. Pedro V, do Rio de Janeiro, e em Portugal, por portaria de 16 de fevereiro de 1883, do governo civil do Porto, foi mandado louvar, pelos valiosos donativos com que

havia concorrido para a fundação e auxilio d'uma escola de instrucção primaria na freguezia de Paranhos. Casou no Porto a 10 de dezembro de 1874, com D. Adelaide Virginia da Silveira, filha de Antonio José Alves da Silveira, abastado proprietario, e de sua mulher, D. Antonia Augusta Coelho. Foi agraciado com o titulo de barão por decreto de 9 de agosto de 1883. O seu brazão é o seguinte: Escudo cortado em duas partes, sendo a primeira partida em pala com as armas dos Pintos: Em campo de prata 5 quadernas de crescentes de púrpura em aspa; e as dos Ferreiras: Em campo vermelho 4 faxas de ouro. Na segunda parte, as armas dos Guerras: Em campo de prata, os 5 escudetes de azul em côres, os das ilhargas com os redondos para o centro, carregados cada um de 9 besantes de prata com 3 palas com um cordão como o de S. Francisco com os nós de ouro, postos em cruz e em aspa e sem orla que cubra 4 dos besantes em cada escudo, excepto no do meio que passa por baixo d'elle.

São João de Conchel Serra do distr. de Coimbra E' uma ramificação da serra da Louzã.

São João das Covas. Pov. na freg de N. S.ª da Purificação, de Montelavar, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

São João do Deserto. Aguas mineraes. V. *Aljustrel.*

São João da Fontoura. V. *Fontoura*.

São João da Foz do Douro. Uma das freguezias da cidade do Porto. V. *Foz*.

São João da Fresta Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu; 158 fog. e 651 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 18 k. da séde do conc. O abbade de Santa Maria das Chans apresentava o cura, que tinha 6$000 reis de congrua e o pé d'altar. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

São João do Grillo. Pov. na freg. do Santo Estevão, de Grillo, conc. de Baião, distr. do Porto.

São João das Lampas. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Cintra, distr. e patriarc. de Lisboa; 816 fog. e 2:397 hab. Está situada n'uma campina proxima do mar, na distancia de 10 k. da séde do conc. Tem esc. do sexo masc., est. post. e pharmacia. A mitra apresentava o vigario, que tinha 66 alqueires de trigo e 6$600 reis em dinheiro, que lhes davam os conegos da sé de Lisboa, e 1$300 reis da egreja de S. Martinho, de Cintra. A terra é fertil e pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa.

São João do Latrão. Ilha da Madeira e distr. do Funchal: povoações nas freguezias: N. S.ª da Luz, do Gaula, conc. de Santa Cruz; S. Gonçalo, conc. do Funchal.

São João de Loure. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Douro, conc. e com. de Albergaria a Velha, distr. do Aveiro, bisp. do Porto; 504 fog. e 1:850 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. Está situada na margem direita do rio Vouga, a 12 k da séde do conc. As religiosas do convento de Jesus, de Aveiro, apresentavam o reitor, que tinha 50$000 reis e o pé d'altar. A terra é muito fertil; cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

São João do Loureiro (*Manuel Soares de Oliveira Cravo, barão de*) Fidalgo cavalleiro da Casa Real; commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. N. em Valverde, a 11 de fevereiro do 1844, sendo filho de Manuel Soares Cravo, e de sua mulher D. Thereza Joaquina Alves. Casou duas vezes: a primeira com D. Maria Thereza da Conceição, que fal. em 11 de dezembro do 1875, filha de Francisco José da Silva e de sua mulher D. Maria Thereza de Jesus. A segunda vez a 4 de janeiro de 1880, com D. Joaquina Rosa Nunes da Silva, filha do Antonio Nunes da Silva, e de sua mulher D. Anna da Silva Figueiredo. Foi agraciado com o titulo de barão por decreto de 18 de novembro de 1886.

São João da Lourosa. V. *Lourosa*.

São João da Madeira. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Douro, conc. e com. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 649 fog. e 3:110 hab. Está situada na estrada que vae do Porto a Coimbra, a 8 k. da séde do conc. A mitra e o abbade do convento de S. Bento, do Porto, apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 600$000 reis. A pov. é muito antiga, pois já existia com o nome de Madeira, ou freg. da Madeira, em 1251, porque está mencionada nas inquirições tiradas do mez de agosto d'esse anno, para provarem a existencia do foral velho sem data, que D. Sancho I deu á Terra da Feira, no fim do seculo XII. A agricultura, o commercio e a industria tem prosperado extraordinariamente desde o principio do segundo quartel do seculo XIX, que sendo então apenas uma pequena aldeia, se tornou uma bonita e grandiosa povoação. e uma das freguezias mais importantes do districto de Aveiro. A sua principal industria é o fabrico do chapéos de feltro e lã. A fabrica de chapéos do lã foi estabelecida em 1858, pertencendo mais tarde a José Antonio da Costa; outra fabrica do mesmo fabrico foi fundada em 1872, pertencendo depois a Francisco Dias Pinho; tambem ha fabricas de chapéos de feltro, a vapor, com officinas de aprendizagem. Todas estas fabricas empregam numerosos operarios. Ha ainda muitos operarios que trabalham em casa ou em pequenas fabricas, onde o trabalho é persistente Tambem n'esta freg. se manipúla manteiga especial, indo todas as semanas para o Porto consideravel porção. Além d'isso, a freguezia exporta em grande escala para o Porto, Extremadura, Alemtejo e Hespanha, os seus chapéos de lã de primeira qualidade, e só para o Porto gado bovino para embarque, generos agricolas, madeiras, lenhas, etc.. Em S. João da Madeira ha mercado aos domingos e uma feira no ultimo domingo de cada mez. Tem correio, agencias bancarias e agentes dos bancos *Alliança*, *Commercial do Porto*, do *Minho* e de *Portugal;* da companhia de seguros *Tagus;* professores d'ambos os sexos, hospedaria, medicos, pharmacias, muitos estabelecimentos commerciaes e industriaes, etc. Além das fabricas apontadas, tambem ali existem umas d'aguardente e de cêra. Tem as associações: *Da classe dos operarios chapeleiros*, *de Soccorros Mutuos*, e *Montepio restaurador de Soccorros Mutuos*. Tem se publicado aqui o jornal *O Trabalho*, começado em 1 de janeiro do 1904. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

São João Monte. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Tondella, distr. e bisp. de Vizeu; 311 fog. e 1:497 hab. Tem escolas p'ambos os sexos e est. post. Está situada na aba da serra do Caramullo, a 25 k. da séde do conc., em terrreno accidentado, mas fertil; produz bom vinho, e tem muita caça. Foi séde d'um conc. que se supprimiu por decreto de 24 de outubro de 1855. O prior do mosteiro de Santa Cruz, do Coimbra, apresentava o reitor, que tinha annualmente 160$000 reis. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. o res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. || Povoações nas freguezias: S. Thomé, de Correlhã, conc. do Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello, || N. S.ª d'Assumpção, de Senhorim, conc. de Nellas, distr. de Vizeu.

São João dos Montes. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Villa Franca de Xira, distr. e patriarc. do Lisboa; 393 fog. e 1:695 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Dista 5 k. da séde do conc. A mitra apresentava o vigario, que tinha de congrua alguns generos e 5$000 reis em dinheiro, além do pé d'altar. A terra é fertil, e pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa.

São João de Negrilios Pov. e freg. de S João Baptista, da prov. do Alemtejo, conc. de Aljustrel, com., distr. o bisp. de Beja; 242 fog. e 1:123 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post., lagares de azeite, e estalagens. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o capellão, que tinha annualmente alguns generos. A egreja parochial está situada a 1 k. da margem direita da ribeira de Roxo, no encruzamento das estradas de Alvalade a Beja o de Ferreira a Aljustrel, a 8 k da séde do conc. Pertence á 4.ª div. mil. o ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos.

São João Nepomuceno *(Antonio Maria d'Almeida, visconde de)*.Chefe da repartição tachygraphica da camara dos pares, logar em quo foi aposentado aos 63 annos de edade, a 4 de junho de 1901. Era capitalista e proprietario.Collaborou em alguns jornaes politicos, com especialidade em jornaes regeneradores, partido a que pertencia. Foi agraciado com o titulo de visconde, por el-rei D. Luiz I. Fal. a 2 de dezembro de 1903.

São João da Pesqueira *(Antonio Luiz de Tavora, 2.º conde de)*. O primeiro conde d'este titulo foi Luiz Alvares de Tavora (*V. adeante*), descendente de D. Ramiro II de Leão, e de sua terceira mulher, a moira Zahara, que depois de baptisada se chamou Artida ou Artiga, irmã de Alboaçar-Al Bocadão, senhor moiro de Gaia. Foi filho de Artida o infante D. Alboazar Ramires, casado com D. Helena Godina, paes de D. Hermigio Alboazar Ramires Noel, que casou com D. Dordia Osores, paes de D. Rauzendo Hermigues, casado com D. Urraca. Fôram estes os primeiros senhores de Tavora, e paes de D. Thedon, tronco dos Tavoras. Antonio Luiz de Tavora, foi filho do 1.º conde de S. João da Pesqueira, e do sua mulher, D. Martha de Vilhena. Era o 16.º senhor da casa de Tavora, e fal. a 20 de abril de 1653. Casou com D. Archangela Maria de Portugal, filha de D. Miguel do Noronha, 4.º conde de Linhares, e da condessa D. Ignacia de Menezes.

São João da Pesqueira *(Antonio Luiz de Tavora, 4.º conde de)* Foi o 2.º marquez do Tavora. V. *este titulo*.

São João da Pesqueira *(Luiz Alvares de Tavora, 1.º conde de)*. Foi o 5.º neto do Pedro Lourenço de Tavora, 9.º senhor d'esta nobre casa, e a quem el rei D. Fernando fez doação perpetua de juro e herdade, para filhos e filhas, das villas de S. João da Pesqueira o de Ranhados, com todos os seus termos, e com muitas isenções. D. João I, de quem foi reposteiro mór, lhe deu em 1385 a terra ontre os rios Tua e Pinhão, e a terra de Aguiar do Sousa, etc. Foi alcaide mór de Miranda, Castro Verde de Gallegos o Lervelho; serviu este monarcha na guerra contra Castella, o esteve na batalha d'Aljubarrota. Casou com D.Beatriz Annes, filha de João Esteves de Azambuja, particular d'el-rei D. Pedro I. D'este fidalgo foi o 5.º neto, conforme dissémos, e herdeiro d'esta casa, Luiz Alvares de Tavora, 1.º conde de S. João da Pesqueira, por mercê de Filippe III, de Hespanha, então dominador de Portugal, em carta de 21 de março de 1611, uma das muitas villas de que era senhor. Casou com D. Martha de Vilhena, filha de Joanne Mendes de Oliveira, senhor do morgado de Oliveira, e de D. Brites de Vilhena.

São João da Pesqueira *(Luiz Alves de Tavora, 3.º conde de)*. Era filho do 2.º conde de S. João da Pesqueira, e foi o 1.º marquoz de Tavora. V. *este titulo*.

São João da Pesqueira *(Luiz Bernardo de Tavora, 5.º conde de)*. Mestre de campo d'um terço de infantaria, general de batalha, e mestre de campo general da cavallaria, postos em que serviu na guerra da Successão de Hespanha, com bravura e intrepidez, e na de 1709. N. a 2 d'abril de 1676· Era filho do 4.º conde de S. João da Pesqueira e 2.º marquez de Tavora, Antonio Luiz de Tavora, o de sua mulher D. Leonor Maria Thereza de Mendonça. O valente guerreiro foi feito prisioneiro no combate da Godinha. Depois de estabelecida a paz tevo o encargo de governador das armas em Traz os-Montes, e depois em Setubal. Fal. ainda em vida de seu pae a 22 de fevereiro de 1718. Casou a 20 de agosto de 1695 com D. Anna de Lorena, filha de D. Nuno Alvares Pereira de Mello, duque deCadaval, e da duqueza D. Margarida de Lorena. Esta senhora, depois de viuva, tomou o habito do mosteiro das descalças da Madre de Deus, a 2 de outubro de 1721, onde protessou a 4 de outubro de 1722, e fal. a 9 de agosto de 1748. Estes fidalgos fôram os paes de D. Leonor do Tavora, 6.ª condessa de S. João da Pesqueira e herdeira da casa de Tavora, por morte de seu irmão Antonio Bernardo de Tavora, a qual casou com seu tio D. Francisco de Assis do Tavora, sendo ambos supplieiados em Belem a 13 de janeiro de 1759

São João da Pesqueira *(Luiz Maria de Sousa Vahia Rebello de Miranda, 1.º visconde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador de S. Vicente do Goadromil na ordem de Christo e commendador da Torre e Espada; marechal de campo, do conselho de D. João VI, condecorado com a Cruz de Distinção d'Inglaterra, com a da campanha da Guerra Peninsular, com a hespanhola pela batalha de Albuera, e com a da Valorosa Revolução transmontana, governador das armas das provincias da Beira, Minho e Traz-os-Montes, etc. N. a 3 de janeiro de 1779; fal. a 13

d outubro do 1811. Era filho de Francisco José de Sousa Rebello de Miranda, senhor de varios morgados e capitão mór de S. João da Pesqueira, e de sua primeira mulher, D. Rosa Leonor de Araujo Borges. Succedeu na casa de seu pae a 10 de maio 1816. Seguindo a carreira das armas tomou parte activa na Guerra da Peninsula, distinguindo se algumas acções como commandante de infantaria n.º 10, sendo condecorado com as medalhas acima citadas. Elevado depois ao generalato, foi feito marechal de campo por D. João VI em 21 de março de 1821. Exerceu os logares de governador das armas da Beira, do Minho e de Traz-os Montes. Sendo decidido partidario das ideias absolutistas, recebeu a mercê de visconde por decreto de 3 de julho de 1823, logo em seguida ao movimento que promoveu a queda do governo constitucional. Sendo em maio de 1829 governador da Beira Baixa, foi nomeado commandante da 3.ª divisão do exercito de operações, que se formou para suffocar a revolução do Porto, e com essa força entrou no combate da Cruz de Morouços. Pelo governo de D. Miguel foi promovido a tenente general graduado, em 12 de outubro de 1830. Posteriormente, em julho de 1832, quando o exercito libertador veiu desembarcar nas praias do Mindello, o general visconde de S. João da Pesqueira, que era então governador das armas em Traz os Montes, desceu logo para os lados do Porto afim de observar esta cidade pelo norte, e depois postou-se na estrada de Guimarães, ao passo que o visconde de Montalegre, general do Minho, occupava a estrada de Braga. Continuando a tomar parte importante na guerra civil, era governador da praça de Abrantes, quando a 16 de maio de 1834 entregou esta praça aos liberaes, dirigindo n'essa occasião ao ministro da guerra de D. Pedro um officio notavel pelas expressões que empregava a respeito de D. Miguel e dos seus partidarios, entre as quaes por tantos annos militara com grande ardor. Depois de terminada a lucta viveu completamente retirado dos negocios publicos até que falleceu. Havia casado, a 29 de junho de 1801, com sua prima D. Maria Emilia de Moraes de Madureira Lobo, filha de Manuel de Moraes de Madureira Lobo, coronel do regimento de infantaria n.º 12 da praça de Chaves, e de sua mulher, D. Maria Joanna de Sotto Maior e Castro.

São João da Pesqueira *(Luiz de Sousa Vahia Rebello Moraes, 2.º visconde de.* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, senhor dos morgados de Santo Antonio de Trevões e de S. José de Soutello; alferes honorario do exercito, habilitado com o curso do Collegio Militar. N. a 16 de julho de 1817, e fal. no Porto a 25 de maio de 1879. Era filho do antecedente. Casou a 16 de julho de 1839 com D. Henriqueta Augusta Vieira Borges de Castro, filha de Gaspar Joaquim Borges de Castro, e de sua mulher D. Joaquina Vieira de Magalhães, filha dos 1.ºs viscondes de Alpendurada. O titulo de visconde foi lhe renovado por decreto de 8 de março de 1842 E' actualmente visconde de S. João da Pesqueira, seu filho, Luiz Maria de Sousa Rebello Vahia, que reside no Porto, o qual nasceu a 27 de novembro de 1852. O sr. visconde tem-se dedicado á diplomacia, e fez parte da embaixada portugueza junto do Vaticano. Escreveu um livro, que a imprensa apreciou muito, intitulado *Palazzola, convento portuguez na Italia.* E' uma larga noticia illustrada de um convento portuguez, na encosta da montanha pittoresca e melancholica Palazzola, onde n'outro tempo foi a antiga Alba-Longa, a grande cidade do Lacio, e que precedeu 5 seculos a fundação de Roma.

São João da Pesqueira Villa da provincia da Beira Alta, séde concelho e de comarca, districto de Vizeu e bispado de Lamego. Tem uma só freguezia, S. João, á qual estão annexadas as de S. Pedro e de S. Thiago da Pesqueira. Está situada em terreno elevado, proximo da margem esquerda do rio Douro e na direita do rio Torto, a 87 k. da capital do distr. A pov. é muito antiga. Segundo Viterbo, *Elucidario*, tomo II, pag. 2 8, já D. Fernando, bisavô de D. Affonso Henriques, havia dado foral a esta villa O que está provado é que no tempo dos romanos já existia esta pov. Ignora-se o seu antigo nome, apenas consta que no anno de 900, achando-se abandonada, D. Affonso III de Leão a mandou povoar de christãos, o lhe concedeu varios privilegios, que depois o conde D. Henrique e sua mulher D. Thereza confirmaram e augmentaram. O 1.º foral foi dado á villa por D. Affonso Henriques, sem data; o 2.º por D. Sancho I, em 6 d'abril de 1198; o 3.º por D. Affonso III, datado da Guarda, no 1.º de setembro de 1256, confirmado por D. Fernando I, em 1376. O rei D. Manuel lhe deu foral novo no 1.º de junho de 1510. Teve a villa um convento de frades franciscanos, fundado em 1571 por Belchior de Sousa, o qual para si reservou apenas o padroado da capella-mór. O territorio da villa é fertil em todos os generos agricolas do paiz, e cria bastante gado de toda a qualidade. Em S. João da Pesqueira ha bons edificios, e a matriz é um bom templo. Na margem esquerda do Douro tem um porto conhecido pelo Cachão da Baleira. Em 1770 iniciou se a sua demolição, ponto que se tornava mais difficil á navegação do Douro desde o principio dos seculos, pelo poço de mais de 60 palmos, que existia ali do penedio, sobresaindo tres grandes boccas em que uma d'ellas toma quasi toda a largura do rio. Só mais tarde, em 22 de outubro de 1789, é que os primeiros barcos subiram e desceram o rio, n'este ponto até então inaccessivel, e ali se encontra uma especie de padrão commemorando esta obra, onde sobresae um varão de ferro e se lê a seguinte inscripção: *Imperando D. Maria I, se demoliu o famoso rochedo que, fazendo aqui um cachão inaccessivel, impossibilitava a navegação desde o principio dos seculos. Durou esta obra des de 1780 até 1792.* S. João da Pesqueira pertence á 2.ª div mil., 3.ª brigada, grande circumscripção mil. Central, e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Tem esc. d'ambos os sexos, e est post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; advogados, agentes das companhias de seguros: *A Mercurio, A Portugueza, Atlantica e Portugal, Previdente, Sociedade Portugueza; Associação dos Bombeiros Voluntarios*, productores de azeite, hospedarias, medicos, pharmacias, Misericordia, notarios, *Philarmonica A Pesqueirense, Theatro Gil Vicente*, estabelecimentos diversos, etc., mercados todos os domingos, terças e quintas feiras de cada mez. Tem se publicado os seguintes jornaes: *A Aurora*, 20 de novembro de 1902; *Correio da Pesqueira*, 27 de

maio de 1888 a outubro de 1890; foi impresso successivamente no Porto, Mirandella e Penafiel, *A Esperança*, 12 de outubro de 1890; *O Pesqueirense*, 12 de novembro de 1891; em 1910 publicava se *O Defensor do Douro*. O conc. compõe-se de 16 freguezias, com 3:773 fog. e 13:115 hab., sendo 6:510 do sexo masc. e 6:605 do fem., n'uma superficie de 27:850 hect. As freguezias são as seguintes: S. Sebastião, de Casaes do Douro, 578 hab.: 415 do sexo masc. e 163 do fem.; N. S.ª da Assumpção, de Castanheiro, 788 hab.: 410 do sexo masc. e 378 do fem.; S. Vicente, de Ervedosa do Douro, 1:850 hab.: 1:006 do sexo masc. e 844 do fem.; N. S. da Conceição, de Espinhosa, 434 hab.: 205 do sexo masc. e 229 do fem., Santa Maria Magdalena, de Nagozello, 648 hab.: 302 do sexo masc. e 346 do fem.; S. Bartholomeu, de Paredes da Beira, 1:049 hab.: 457 do sexo masc. e 592 do fem.; O Salvador, de Pereiros, 289 hab.: 135 do sexo masc. e 154 do fem; S. João da Pesqueira, 2:148 hab.: 1:033 do sexo masc. e 1:115 do fem.; S. Miguel, de Riodades, 816 hab.: 403 do sexo masc. e 443 do fem.; O Salvador, de Sarzedinho, 176 hab.: 90 do sexo masc. e 86 do fem.; N. S.ª das Neves, de Soutello do Douro, 1:008 hab.: 522 do sexo masc. e 486 do fem; Santa Marinha, de Trevões, 1:078 hab.: 482 do sexo masc. e 596 do fem.; N. S.ª do Rosario, de Valle de Figueira, 760 hab.: 400 do sexo masc. e 360 do fem.; Santa Catharina, de Vallongo dos Azeites, 367 hab.: 174 do sexo masc. e 193 do fem.; Espirito Santo, de Varzeas, 280 hab.: 125 do sexo masc. e 155 do fem.; S. Bartholomeu, de Villarouco, 816 hab.: 351 do sexo masc. e 465 do fem. O principal commercio de todo o conc. é vinho, azeite, lãs e cereaes.

São João da Praça Antiga freguezia do 1.º bairro de Lisboa, que ha muitos annos foi annexada á da Sé. A egreja teve principio n'uma ermida que instituira ali Martim de Bulhões, pae de Santo Antonio. A freguezia data do seculo XIV, porque em 1317 o bispo de Lisboa D. Fr. Estevão II, collou a 28 de setembro o prior, a quem el rei D. Diniz fizera mercê do padroado da egreja, com a dedicação a S. João o Degolado, dando se lhe depois a invocação de S. João da Praça em memoria de n'aquelle local ser a praça, onde os condemnados á fôrca iam cumprir as suas sentenças. D. Affonso IV concedeu tambem o padroado a um capellão da capella real, como consta dos livros dos padroados existentes na Torre do Tombo. D. Pedro II fez tambem mercê do padroado a D. Pedro José de Noronha, 1.º marquez d'Angeja. A egreja antes do terremoto de 1755, rendia 400$000 reis para o prior, e 100$000 reis, pouco mais ou menos, para cada um dos 4 beneficiados que existiam então. A egreja está situada no largo de S. João da Praça, para onde tem a fachada principal, tendo tambem porta para a rua do mesmo nome. A fachada é de grande simplicidade; uma porta de entrada, vendo-se superiormente uma janella que deita para o côro. O terremoto do 1.º de novembro de 1755 e o incendio que se lhe seguiu, arrazaram completamente o edificio. A' vista de tão lamentavel fatalidade, a mesa da irmandade do Santissimo Sacramento, juntamente com o parocho, resolveram que o sacrario se collocasse n'uma ermida que existia na travessa da Veronica, emquanto se cuidava em melhor accommodação, o que depois se fez erigindo-se uma decente ermida no caes de Santarem, onde provisoriamente esteve a freguezia, que se constituiu de novo com perto de 2:300 habitantes pertencentes aos antigos bairros da Ribeira, Rocio e Alfama. A egreja reedificou-se quasi dos alicerces. E' oitavada e d'uma só nave, mas de pequenas dimensões e de simples construcção. A torre tem 7 sinos com relevos dourados, e com a inscripção de *José Domingues da Costa, anno de 1813*. Na capella-mór, sobre o altar, vê-se a imagem do padroeiro, que antigamente estava dentro d'uma maquineta. Em 2 nichos ao lado do altar, estão Sant'Anna e S. S. João Evangelista com o corvo aos pés. De cada lado da capella ha 3 boas tribunas. A egreja tem mais 6 altares, sendo os 2 colateraes o do Santissimo com a imagem da Senhora da Conceição, e fronteiro o da Senhora da Encarnação. Nos outros 4 altares, estão diversas imagens, em que se contam a da Senhora das Dores, o o do Senhor Jesus dos Afflictos, que dizem, que acompanhava os condemnados ao supplicio; Santo Antonio, S. Raphael, que pertenceu ao antigo convento d'esta invocação, e se transportou para esta egreja em 1834, depois da extincção das ordens religiosas; e a da Senhora da Salvação, que estava n'uma ermida, ao Terreiro do Trigo, assim conhecida, e que já não existe. No tecto da egreja havia pintado um quadro allegorico, representando S. João baptisando Jesus Christo. Hoje o tecto é completamente branco. Tem a egreja boa sacristia e duas casas de despacho pertencentes á irmandade. Esta freguezia foi annexada ha talvez 30 annos á da Sé, passando para ali o archivo parochial. Em 3 de maio de 1896 pelas 5 horas da tarde, um terrivel incendio, quo teve principio n'uma fabrica de moagens na rua do Barão, seguindo pelas dependencias da mesma fabrica, se communicou á egreja por uma das suas dependencias, onde era a habitação do prior da Sé. Pôde arrombar se a porta da sacristia, não para evitar o andamento do fogo, o que era impossivel, mas para se salvarem as imagens, o sacrario e outros objectos do culto. Conseguiu-se livrar da furia do incendio as imagens, jarras, ciriaes, e outros diversos ornamentos. O sacrario tambem se salvou, ficando tudo depositado n'uma escada da rua de S. João da Praça, guardada por uma força de sargento da guarda municipal. O sacrario foi então levado pelo prior para a egreja de S. Miguel, indo mais tarde para a Sé. O tecto da egreja ardeu quasi todo, abateudo em parte; a capella-mór ficou completamente destruida, indo encontrar-se ali, sem o mais leve estrago, a imagem do S. João Evangelista acima citada. Ficaram intactos os 6 altares lateraes, a torre, os sinos, o orgão, o côro, pia baptismal, os pulpitos e 3 lampadas. Salvaram-se tambem 3 mesas de marmore com embutidos, que estão hoje na sacristia, trabalho antigo de grande valor. N'uma das paredes existe uma lapide com uma inscripção, testemunho de agradecimento aos muitos beneficios feitos á egreja por Antonio Condeixa, que foi irmão benemerito da irmandade do Santissimo. Esta lapide tem a data de 1891. Alguns dias depois do incendio, formou-se uma commissão de parochianos e d'outras pessoas importantes, para resolverem a reedificação da egreja, indo ás camaras pedir auxilio para que os trabalhos fôssem feitos pelas obras publicas. As

obras começaram effectivamente, sendo então ministro das obras publicas o sr. conselheiro Campos Henriques, e terminaram em 1898, sendo benzida a egreja no mez de junho, realisando-se a sua inauguração no dia 24, com solemne festividade a S. João Baptista, seu padroeiro. N'uma lapide que então se collocou junto á porta da sacristia, da parte de dentro, á entrada para a egreja, se lê n'uma inscripção, a data do incendio, o nome do ministro que autorisou a obra da reedificação e a data do reabertura da egreja

São João de Rei. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. e com. de Povoa de Lanhoso, distr. e arceb. de Braga; 100 fog. e 491 hab. Tem est. post. Está situada na margem esquerda do rio Cávado, a 9 k. da séde do conc. A terra é fertil, cria gado e tem muita caça. O real padroado apresentava o abbade, que tinha 200$000 reis annuaes. Foi séde e denominação d'um antigo conc. que se supprimiu pelo decreto de 21 de dezembro de 1853. El rei D. Manuel I deu-lhe foral, em Lisboa, a 25 dezembro de 1514. No monte do *Castro*, que fica por cima da egreja matriz, ha ruinas de fortificações romanas. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

São João da Ribeira. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Rio Maior, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 505 fog. e 2:073 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e pharmacia. Está situada na margem esquerda do rio Maior, a 17 k. da séde do conc. O reitor dos conegos seculares de S João Evangelista, loios, de S. Bento de Xabregas, apresentava o vigario, que tinha 150$000 reis annuaes. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa. ‖ Pov. na freg de N. S.ª da Graça, de Almagreira, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

São João da Rua. Pov na freg. do Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e distr. de Leiria.

São João de Segade. Pov. na freg. de S. Torquato, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

São João da Serra Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Oliveira de Frades, distr. e bisp. de Vizeu; 152 fog. e 649 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Está situada proximo da margem direita do rio Vouga, a 10 k. da séde do conc. O reitor de Oliveira de Frades apresentava o cura, que tinha 9$500 reis de congrua e o pé d'altar. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

São João da Talha. V. *Talha*.

São João de Tarouca. Pov. e freg. de S Braz, da prov. da Beira Alta, conc. de Tarouca, com. e bisp de Lamego, distr. de Vizeu; 351 fog. e 1:374 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Dista 1 k. da séde do conc. Pertencia ao conc. de Mondim da Beira, que foi supprimido por decreto de 26 de junho de 1896, passando então para o de Armamar, e depois para o do Tarouca, que fôra restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. Houve aqui um convento de frades bernardos, fundado pelo abbade João Cirita, em 1139, e já em 1140 estava concluido. D. Affonso Henriques o coutou e deu aos religiosos no mesmo anno. Em 1141 os eremitas de S. Thiago de Cever, no bispado de Vizeu, cujo mosteiro havia fundado o mesmo João Cirita se uniram ao convento de Tarouca, dando-lhe a sua ermida, que tambem o mesmo soberano coutára em novembro de 1140. A egreja do convento é hoje a matriz da freguezia. E' de 3 naves e majestosa. Ali existe o tumulo do infante D. Pedro, filho d'el-rei D. Diniz. Tem em cima uma figura collossal, e aos pés um cão; dos lados vêem-se em relevo, cães, javalis, e outros animaes. Junto a este tumulo estão mais duas sepulturas pequenas, que dizem ser de pessoas reaes. A terra é fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

São João da Varzea. V. *Varzea.*

São João da Venda. Pov. situada junto d'uma ribeira, est. do caminho de ferro, na linha do sul, entre as de Almancilhe-Nexe e Diogal.

São João de Ver *(João Augusto da Cunha Maia, conde de)*, Medico pela escola do Porto, capitalista, etc. Descendente da nobre familia da casa da Torre, na freg. de S. João de Ver, concelho da Feira, nasceu n'este solar a 21 de março de 1857, sendo filho de Caetano Augusto da Cunha Sampaio Maia e de D. Luiza Theodora de Pinho Correia. Fez os seus estudos preparatorios na Academia Polytechnica do Porto, com muito aproveitamento, matriculando se depois na Escola Medico-Cirurgica, seguindo o curso com a maior distincção, obtendo varias classificações honrosas, e por fim o premio pecuniario conhecido por barão de Castello de Paiva, por ter sido creado por este titular, terminando os estudos em 1883. Recolheu então á sua casa de S. João de Ver, onde exerceu clinica com muita acceitação. Casou com D Emilia Augusta de Sá Couto Moreira, filha de José Moreira Pinto e sobrinha do commendador Joaquim de Sá Couto, considerado o maior benemerito do concelho da Feira, que fundou o hospital de Nossa Senhora da Saude, da freguezia de Oleiros. O sr. conde de S. João de Ver entrou na politica, filiando-se no partido progressista, a que prestou bons serviços. E' muito considerado e respeitado na villa da Feira, onde reside. Por decreto de 25 de julho de 1901, foi agraciado pelo fallecido rei D. Carlos, com o titulo de conde de S. João de Ver.

São João de Ver. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Douro, conc. e com. da Feira, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 451 fog. e 1:958 hab. Tem esc. do sexo masc., feira a 17 de cada mez no sitio de Souto Redondo; apeadeiro do caminho de ferro, na linha de Valle de Vouga, entre os de rio Meão e de Cavaco. Dista 6 k. da séde do conc. A terra é muito fertil, e cria muito gado de toda a qualidade. A mitra apresentava o abbade, que tinha 800$000 reis annuaes. Souto Redondo é uma boa pov., que pertence metade a esta freg. e a outra metade á das Caldas de S. Jorge. Em 7 de agosto de 1832, deu-se aqui uma batalha entre realistas e liberaes, sendo estes batidos. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

São Joaquim Pov. do conc. de Golungo-Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. E' composta de numerosissimas povoações dependentes de varias divisões e sobados. ‖ Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

São Jomil. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Vinhaes, dis-

tr. e bisp. de Bragança; 47 fog. e 191 hab. Tem est. post. Está situada junto da margem esquerda do rio Mente, a 28 k. da séde do conc. O reitor do Edral apresentava o cura, que tinha 6$500 reis de congrua e o pé d'altar. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

São Jordão. Pov. e freg. de S. Jordão, da prov. do Alemtejo, conc., com., distr. e arceb. de Evora; 46 fog. e 162 hab. Dista 13 k. da séde do conc e está situada na margem da ribeira de Azambuja, e annexada civilmente á freg. de S. Manços. A mitra apresentava o cura, que tinha de rendimento alguns generos. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Rego da Murta, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

São Jorge *(Fr. Pedro de)*. Conego secular de S. João Evangelista. Professou em 1492; doutorou-se em Canoues na Universidade de Paris. Foi reitor no Porto do convento de Villar de Frades, e em Lisboa do convento de Santo Eloy. Reformou as Constituições da sua ordem, que assim reformadas se publicaram em Lisboa, 1540.

São Jorge. Pov. e freg. de S. Jorge, da prov. do Douro, conc. e com. da Feira, distr. de Aveiro, bisp. do Porto. V. *Caldas de S. Jorge.* || Pov. e freg. de S. Jorge, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 376 fog. e 1:251 hab. Tem est. post. Está situada junto da margem direita do rio Lima, a 6 k. da séde do conc. Os parochos eram da apresentação do convento de Santa Cruz deCoimbra, e dos viscondes deVilla Nova da Cerveira. A matriz é um bom templo e foi muito melhorado no anno de 1779. A terra é muito fertil e abundante de agua. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: S. João do Baptista, de Fontoura, conc. de Rézende, distr. de Vizeu. || N. S.ª d'Assumpção, de Freixianda, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Santo André, de Marecos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. João Baptista e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || S. Pedro, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª da Graça, de Torre de Valle de Todos, conc. de Ancião, do mesmo distr. || S. Sebastião, de Degracias, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || S. João Baptista, de Seixo de Gatões, conc. de Montemór-o-Velho, do mesmo distr. || Ilha da Madeira; pov. e freg. de S. Jorge, conc. de Sant'Anna, com. de S. Vicente, distr. e bisp. do Funchal; 580 fog. e 2:219 hab. Tem professores d'ambos os sexos, est. post., fabrica d'aguardentes e um porto de mar com serviço semanal de vapores da navegação costeira. Pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.º 27,com a séde no Funchal. || Uma das ilhas dos Açôres, situada no Oceano Atlantico. Faz parte do grupo das ilhas chamado Central, mede 46 k. de comprimento de SE a NO, e 4 de largura média, sendo a sua superficie de 220 k. q e de 162 k. o desenvolvimento total da costa. Fica a 35 k. ao S da Graciosa, a quasi egual e a SS da Terceira, a 20 k. ao N da ilha do Pico, a 150 ao NO da de S. Miguel, a 215 de Santa Maria, a 30 ao E do Fayal, a 165 ao ESE das Flôres e a 170 do Corvo. A sua capital é a villa das Velas, que foi fundada em 1517. Esta ilha é de origem vulcanica, e está cortada em toda a sua extensão por uma cordilheira pouco elevada. Sujeita a tremores de terra, registram-se n'ella erupções notaveis, como as de 1580, 1757 e 1808, em que a torrente de lavas, que durou alguns dias, correu até ao Oceano. O littoral está circumdado de rochas alcantiladas, negras e altas, cortadas a prumo, o que lhe dá um aspecto triste. Não obstante, a costa N é d'uma belleza selvagem e na costa S o effeito produzido pelas quedas d'água das muitas ribeiras que se precipitam no Atlantico, é surprehendente. As enseadas accessiveis a embarcações são poucas; entre os principaes portos contam-se o das Velas, Calheta e Topo, havendo no primeiro um excellente caes a que pódem atracar navios d'alto bordo. A costa S é menos escabrosa que a costa N. As pontas ou cabos mais notaveis são: a ponta Ruiva, o Morro Grande, a Queimada, Castelletes, Cabreira, Vicente Dias, Calheta e Pontinha, nas costas SSO e SE; Topo, ponta dos Cubres, das Vinhas, Redonda, da Caldeira, Fajan do Bello, Norte Grande, Norte Pequeno, Furada, Gonçalo e Norte, e na costa N; ponta dos Rosaes, no extremo NO. Perto d'esta ultima ha uma ilhota, e proximo da Pontinha ha outra, chamada ilhéo do Topo. A ilha de S. Jorge fórma uma comarca; tem 2 concelhos: Calheta e Velas, e pertence ao distr. e bisp. de Angra do Heroismo. O pequeno porto da villa de Velas está abrigado entre as pontas da Queimada e do Morro Grande, e offerece um bom desembarque ao sopé das suas ribas cobertas de vegetação, vendo se a villa ao fundo, muito limpa e de ruas alinhadas, entre a ramaria das suas araucarias. Os Rosaes, freg. de mais d'uma legoa de extensão e chamada o *celleiro da ilha*, tem boa agua, excellentes semeaduras e muito gado. A Beira, um terreno elevado, produz gado e cereaes. Santo Amaro, em logar alto e desabrigado, tem na Fajan, que passa pelo pouto mais aprazivel da ilha, soberbas laranjeiras. A Urzelina produz bons vinhos brancos, fructa, gado de boa qualidade e pela sua posição á beira mar emprega-se muito na pesca. O mesmo se póde dizer quanto á aldeia das Manadas, que fica a uma milha a SE da Urzelina. A Calheta, pov. muito marinheira e até constructora naval, entrega se á pesca e á creação de gado e produz cereaes e vinho. A Ribeira Secca, famosa pelos seus inhames, que são os melhores dos Açôres, cultiva cereaes, vinho, e cria gado. O Topo, villa grande e logar memoravel por ter sido o ponto de desembarque e o primeiro assento dos povoadores da ilha, cria gado, cultiva ceceaes e tambem se dedica á pesca; enriqueceu-se antigamente com a cultura do pastel e do tabaco. O Norte Grande cria gado, e produz os melhores queijos do archipelago. A industria reduz-se ao fabrico de bons pannos de linho e de lã, e ao de queijo e da manteiga. A ilha de S. Jorge é a 4.ª na ordem dos descobrimentos, diz-se que a 26 de abril de 1450, dia do padroeiro da Inglaterra. Descobriu-a o capitão donatario de Angra, Vasque-Annes Côrte Real, a quem foi doada, e tornou se, no decorrer dos tempos, a vaccaria, a leitaria, a queijaria do archipelago açoriano, graças ás suas fertilissimas pastagens. Em 1708, andando o corsario francez Du Guay-Trouin a na-

vegar pelas cercanias dos Açôres a vêr se conseguia apoderar-se d'um comboio de naus portuguezas que vinham do Brazil carregadas de ouro, depois de longa espectativa e suspeitando que a esquadra que esperava, tinha já passado a salvo a caminho de Lisboa, determinou-se a fazer uma sortida a uma das ilhas. Tendo passado o canal entre o Fayal e o Pico, viu em S. Jorge um porto ao fundo do qual apparecia uma pequena povoação, defendida por uns fortins que dominavam a ribeira. Era a villa das Velas, e, como o local pa recesse propicio, o conde d'Arquien, immediato do corsario, saltou em terra com 700 homens, tendo se primeiro operado do lado opposto da ilha um desembarque simulado para illudir a população. Das casas, das quintas e dos mosteiros da villa, a debandada foi geral para o interior da ilha. E assim os piratas francezes puderam fazer mão baixa em tudo quanto quizeram, provêr se d'agua e fazer-se de vela outra vez. Na ilha de S. Jorge tem se publicado os seguintes jornaes: *Ecco Jorgense (O)*, 1 dezembro, 1883; em 1889 continuava; *Gazeta de Annuncios*, 1898; *Gazeta Judicial*, 22 agosto a 5 de setembro, 1886; *Gazeta de Noticias*, 1893; *Ilheu (O)*, 1 novembro, 1896; *Informador (O)*, 11 maio, 1894; *Insulano (O)*, 15 março, 1893; *Jorgense (O)*, 15 fevereiro, 1871 a 15 de novembro de 1879; este jornal foi o primeiro aqui publicado; *Jorgense (O)*, 24 abril de 1880 a 1882; *Jorgense (O)*, 24 outubro, 1886; em 1889 publicava-se; *Justiça (A)*; 26 novembro de 1891; *Pomo Prohibido (O)*, 15 agosto a 15 setembro, 1883; *Respingador (O)*, 5 julho, 1883; em 1889 contiuuava; *Velense (O)*, 8 dezembro, 1879 a dezembro, 1885; foi o continuador do *Boletim Judicial de S. Roque do Pico; Verdade (A)*, 30 de abril, 1882; em 1889 existia; *Verdade*, 1889 || Ilha do conc. e com. de Salsete, distr. e arceb. de Gôa, India. Fica ao S da praça de Mormugão || Ponta da ilha Terceira, Açôres. Está situada na costa O. || Ponta da costa da prov. d'Angola, Africa Occidental. || Bahia da costa SE da ilha de S. Nicolau, no arceb. e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental, entre o monte Formoso e o porto da Preguiça. Tem um bom ancoradouro. Foi n'essa bahia que em tempos esteve o pretendido Arsenal Real da Marinha de El-rei. || Ponta na costa N da ilha da Madeira. || Ilha do distr. e prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está situada á entrada da barra de Moçambique e fronteira á ilha de Gôa, do mesmo distr. || Pov. da freg. de N. S.ª da Graça, conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pov. da freg. de S. Lourenço, no conc. da ilha do Fogo, no mesmo archipelago e provincia.

São Jorge de Arroios. Freg. no 2.º bairro de Lisboa. V. *Arroios*.

São Jorge da Mina. Feitoria e fortaleza situada no territorio fanti da costa da Mina, Africa Occidental. A fortaleza foi fundada em 1482 por ordem de D. João II, construida por Diogo de Azambuja e tomada pelos hollandezes em 1637. Foi cedida pela Gran-Bretanha com as demais possessões que a Hollanda tinha na costa occidental d'Africa.

São José *(Fr. Antonio de)* Celebre theologo. N. em Serpa, e fal. no convento do Espinheiro de Evora, em 30 de maio de 1691. Professou em Sevilha na ordem de S. Jeronymo, e depois com autorisação do papa Alexandre VII foi aggregado á ordem dos prégadores, passando a residir no convento do Espinheiro em Evora, d'onde teve transferencia para o collegio de Coimbra, onde foi lente de theologia, sendo jubilado a 8 de junho de 1684, por estar completamente cego. Ainda assim continuou a reger a cadeira, citando de cór os textos sem nunca se enganar. Foi tambem vice-reitor da Universidade de Coimbra e reitor do collegio da sua ordem, e voltando para o seu convento, fal. Escreveu em latim sobre toda a theologia, mas os manuscriptos que se conservaram, fôram os que consagrou á Trindade, ao Voluntario e involuntario, á Bondade e malicia das acções humanas, aos Vicios e peccados, á Ignorancia como causa do peccado, ás perfeições e affeições da vontade humana, e finalmente uns commentarios do mestre das sentenças.

São José *(Fr. Bento de)*. Monge benedictino. Foi professor de mathematica no collegio da sua ordem de Coimbra. Em 1801 publicou uns *Elementos de Mathematica* do abbade de La Caille, que traduziu em portuguez. Este compendio teve grande acceitação no seu tempo.

São José *(Fr. Caetano de)*. Religioso da ordem dos carmelitas descalços. N. em Lisboa a 7 d'agosto de 1657, fal. no convento de Figueiró dos Vinhos a 15 de maio de 1745. Chamava-se no seculo Caetano de Faria, sendo filho de Caetano de Faria Mauriz e de Serafina d'Oliveira. Estudou com muita felicidade as primeiras letras no collegio de Santo Antão, da Companhia de Jesus. Os jesuitas, conhecendo lhe grande talento, o quizeram chamar á sua ordem, mas o moço estudante preferiu a ordem carmelitana, e tomou o habito no convento dos Remedios a 16 de março de 1672, aos 14 annos de edade, professando a 10 d'agosto de 1673 com o nome de Fr. Caetano de S. José. No mez de setembro seguinte passou ao estudo da philosophia no collegio de Figueiró. Em 1676 foi mandado proseguir os estudos de theologia em Coimbra. N'este mesmo anno subiu ao primeiro grau de mestre. Em 1679 foi escolhido para defender as conclusões do capitulo, teve occasião de mostrar o seu talento, e recebeu applausos de grande parte da Universidade Quizeram promovel-o a lente, mas teve o obstaculo de não ser ainda sacerdote. Pediu licença para viver no Bussaco, e preparar-se para o sacerdocio em 1681, e saindo a receber as ordens do bispo conde D. Alvaro de S. Boaventura, voltou para o Bussaco, e cantou a primeira missa a 15 d'agosto do mesmo anno. Sendo já sacerdote lhe ordenaram que lêsse philosophia, mas não acceitou. Permanecendo em Coimbra na vida particular, cumpria exactamente as obrigações monasticas, e findas ellas, a sua habitação era a livraria. Estudou geometria e physica, e entrou na curiosidade de fazer machinas, chegando a fazer telescopios com perfeição. Aprendeu as linguas, grega, franceza, allemã, ingleza e italiana. Em 1680 tornou a ir viver para o Bussaco com o proposito de viver na clausura do ermo. D'aqui o arrancou a obediencia de 15 de junho de 1691, pois sendo chamado a Coimbra pelo provincial, teve de acceitar o cargo de leitor de theologia. Tres annos se conservou n'este exercicio, fazendo vulto a sua sciencia, especialmente nas conclusões capitulares a que presidiu, e desistindo d'elle em 1694, foi mandado para o convento dos Remedios, de Lisboa. A reputação do

seu talento sobresaiu tanto, que D. Pedro II o nomeou seu prégador, o em 10 de janeiro de 1698 lhe mandou passar provisão de examinador das egrejas, e beneficios das 3 ordens militares, e em 1714, a de qualificador e revisor do Santo Officio. Em 1717 retirou se para o convento de Santarem, indo no anno seguinte para o de Figueiró, onde permaneceu até fallecer. Fr. Caetano de S. José recusou o bispado de Lisboa que D. Pedro II lhe offereceu; o mesmo soberano tambem intentou dar-lhe a nomeação de cardeal, o quo elle egualmente não acceitou. Correm impressos d'este religioso 2 sermões, 1 por occasião do nascimento do principe D. Pedro, em 1713; outro no auto da fé, de 14 de outubro de 1714.

São José (*D. Fr. Gerardo de*). Religioso da ordem de S. Domingos, bispo de Malaca, etc. N. em Almada; ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento, mas parece que vivia em 1760. Partiu de Lisboa para a India, e professou no convento de Gôa em 1715. Depois do estudar as sciencias escolasticas, foi mestre de theologia, qualificador do Santo Officio, e prior no citado convento. Foi eleito bispo de Malaca em 1748. Escreveu: *A fortuna do estado portuguez da India Oriental aggravada e desagravada. Sermão panegyrico, que no solemnissimo desaggravo da gloriosa Santa Catharina, padroeira da cidade de Gôa, prégou e offerece á augusta majestade d'elrei D. João V*, etc., Lisboa, 1742.

São José (*Fr. Gonçalo de*). Religioso da ordem de S. Francisco da provincia de S. Thomé da India Oriental, e definidor da sua ordem. Escreveu e publicou em 1642: *Jornada que Francisco de Sousa de Castro, fidalgo da casa de sua majestade e do seu conselho, commendador de S. Miguel de Louradas, fez ao Achem com uma importante embaixada pelo viso rei da India Pero da Silva no anno de 1638*. Escreveu tambem a *Relação das festas da Senhora da Conceição na India em 1647* e a *Relação do baptismo geral em Gôa em 1648*.

São José (*Fr. Jacinto de*). Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho. Era natural de V. N. de Gaia, mas ignoram-se as datas do nascimento e falecimento. Professou no convento da Graça, de Lisboa, em 1702. Foi prégador muito considerado, professor de humanidades no convento de Villa Viçosa e de philosophia no collegio de Coimbra. Doutorou-se em theologia na Universidade, e regeu uma das cadeiras d'essa faculdade. Imprimiu dois dos seus sermões.

São José (*Fr. Jeronymo de*). Religioso da ordem da Trindade, chronista da sua ordem, etc. N. em Guimarães a 4 de outubro de 1719, fal. em Lisboa a 2 d'abril de 1809. Era filho de Pedro Duarte e de Escolastica da Silva. Professou no convento de Santarem a 28 d'abril de 1728 e foi regedor e visitador apostolico da ordem. Como chronista escreveu a *Historia chronologica da esclarecida ordem da Santissima Trindade e Redempção de captivos da provincia de Portugal*, que se imprimiu em 2 tomos, em 1789 e 1794. N'esta obra se encontram muitas noticias curiosas e documentos importantes; tambem se encontram amplos esclarecimentos ácêrca da fundação da irmandade da Misericordia de Lisboa, com varias particularidades; a lista nominal de todos os provedores que governaram a irmandade desde a sua instituição em 1498 até 1783, etc. Publicou mais: *Appendice de algumas cousas mais notaveis, que occorreram a esta nova Historia Chronologica da Ordem da Santissima Trindade de Portugal*, Lisboa, 1807; reimprimiu-se em 1820; *Panegyricos e discursos*, 1.º tomo, Lisboa, 1804; *Directorio aureo para instrucção aos terceiros e confrades da ordem da Trindade*, Porto, 1760; publicou tambem 2 tomos de *Sermões*.

São José (*Fr. Joaquim de*). Religioso da ordem Terceira de S. Francisco. Era natural de Lisboa, onde nasceu a 20 de março de 1707; fal. a 23 de outubro de 1755. Chamava-se no seculo Joaquim José Crespo, sendo filho de Domingos Fernandes Crespo, morgado da quinta das Flôres, e de D. Brigida Maria Soares Gamboa. Estudou no collegio dos jesuitas, e aos 16 annos vestiu o habito franciscano. Foi durante 15 annos professor de philosophia na sua ordem, o jubilando no fim d'esse tempo, exerceu o cargo de visitador apostolico da provincia, sendo em 1750 eleito definidor geral da ordem no capitulo celebrado em Roma. No desempenho d'essas funcções introduziu grandes melhoramentos na sua religião, applicou para o augmento do collegio de Coimbra boas porções do peculio da provincia empregando-o em muitos e escolhidos livros, na fabrica do novo claustro e da nova bibliotheca, e em auxilios a 4 religiosos para se elevarem ao grau de doutor em theologia. Em março de 1755 o geral Fr. Pedro João de Molina o elegeu seu commissario delegado no governo da provincia. Pouco tempo sobreviveu a esta nomeação, porque falleceu pouco depois. O arcebispo de Evora D. Manuel do Cenaculo, que foi discipulo e amigo d'este religioso, escreveu e imprimiu um *Elogio funebre* á sua memoria, o qual saiu acompanhado d'um retrato desenhado e gravado por Antonio Joaquim Padrão. Ácêrca dos trabalhos que Fr. Joaquim deixara escriptos, lê-se no citado *Elogio*: «Este douto, capaz de escrever em toda a materia, sómente nos deixou impresso um elegante sermão que prégou nas exequias do grão mestre de Malta o eminentissimo Fr. D. Antonio Manuel de Vilhena; capazes de vêr a luz na região dos sabios, temos varias composições do poesia, cartas, pensamentos, doutrinas particulares em diversos assumptos o elegantes orações de estylo academico e boa latinidade; o itinerario da sua jornada a Roma escripto, bastantes sermões de gosto expugnado e parto de um curso de philosophia que principiára.»

São José (*D. Leonardo de*). Conego regrante de Santo Agostinho. N. em Lisboa a 8 de janeiro de 1619, fal. a 28 de fevereiro de 1703. Chamava-se no seculo Leonardo de Saraiva Coutinho. Professou no convento de Grijó em 1634. Estudou no collegio de Coimbra, e acompanhado por D. José de Christo e D. Antonio de Christo partiu para a Irlanda, indo encarregados de reformar a congregação de S. Patricio, mas n'esse tempo governava Cromwell a Gran Bretanha e a Irlanda, e por isso era arriscada essa tentativa. Apressaram-se então a retirar para Paris, onde D. Leonardo viveu algum tempo em casa do marquez de Niza, nosso embaixador, e com elle voltou para Lisboa sendo então aqui durante 9 annos procurador geral da sua congregação. Adquiriu grande fama de orador sagrado, e foi nomeado prégador regio. Era um liturgista de primeira ordem, poeta, o nos ultimos 30 annos da sua vida

foi capellão do Pilar na egreja de S. Vicente de Fóra. Falleceu com 84 annos de edade, deixando impresso um poema em oitava rima em honra da Senhora da Conceição, recitado na Academia dos Generosos e impresso em 1663 por occasião da victoria do Ameixial; uma canção em applauso da victoria de Montes Claros; e algumas obras religiosas. Tambem escreveu uma comedia intitulada: *Contra si faz quem mal cuida*, que tem por assumpto a morte de D. Maria Telles.

São José *(Fr. Luiz de)*. Religioso franciscano, e prégador muito afamado. N. na freg. de S. Domingos de Carmões em 1626, fal. a 27 de março de 1704 no convento do Lisboa. Professou na ordem dos capuchos de Santo Antonio da Castanheira em 1644. Foi guardião do collegio de Coimbra, commissario da provincia do Brazil, visitador da do Algarve, definidor geral, e provincial eleito em 1687. Deixou impressa uma collecção dos seus sermões com o titulo de *Silva Concinatoris*, além de outros que se imprimiram em separado, tres dos quaes fôram traduzidos em hespanhol.

São José (*Fr. Manuel de*). Eremita da ordem de Santo Agostinho. Era natural de Lisboa, e professou no convento da Graça em 1653. Foi poeta e collaborador da *Phenix renascida*. Tendo sidó prior na cidade de Angra do Heroismo, passou a Madrid a ser confessor de Filippe IV, e ali falleceu, sendo partidario dos hespanhoes. Deixou manuscripto um *Sermão da Soledade* e um *Tratado do juramento*.

São José Uma das antigas freguezias de Lisboa. No anno de 1532 se principiou na egreja do Santa Justa a confraria de S. José, que foi a primeira d'este reino, formada por carpinteiros e pedreiros e outros pertencentes ao mesmo officio, como consta d'uma inscripção quo está no frontispicio da mesma egreja. A 27 d'abril de 1546 se mudou a confraria para uma ermida, que os mesmos confrades haviam fundado á sua custa, em 6 do julho de 1545, com o titulo de S. José de Entre as Hortas, e com licença do arcebispo de Lisboa D. Fernando de Vasconcellos e Menezes, fôra dos muros da antiga cidade um pouco adeante das portas de Santo Antão. Em 1567, o infante D. Henrique, então arcebispo de Lisboa, vendo que o territorio da freguezia de Santa Justa e Rufina era demasiadamente extenso, determinou desmembrar uma parte para constituir uma nova freguezia, e pediu á confraria de S. José para ella se estabelecer na sua ermida. Sendo satisfeito o pedido, ficou assente que a confraria apresentasse o coadjuctor com a approvação do prelado, o qual devia cantar a missa no dia da festa do seu santo. As funcções parochiaes começaram então a ser exercidas a 20 de novembro do mesmo anno de 1567. O territorio da nova freguezia era, na maior parte, uma matta cerrada, com algumas hortas, oliveiras e quintas, mas apenas a ermida se tornou parochia, a confraria tratou, á custa dos parochianos, de alargar a egreja; fôram tambem crescendo as edificações, de sorte que no seculo XVIII ja o districto estava muito povoado. A egreja renovada ficou mais espaçosa, tendo a fachada voltada ao poente, e situada no fim da rua de Santo Antão, logo passado o largo d'Annunciada. Tem a capella-mór, tendo sobre o altar as imagens de Jesus Maria José, de que são padroeiros os irmãos da antiga irmandade, estando na mesma capella o sacrario com o Santissimo, que os irmãos concederam á respectiva irmandade, que se formou em 1571, consentindo tambem que fôsse aberta uma porta na mesma capella para serviço da sacristia. A irmandade fez uma casa para a mesa e outra para os padres. São 4 os altares lateraes, tendo da parte da epistola os do Santissimo e de S. Miguel e Almas; da parte do Evangelho os da Senhora da Conceição e da Senhora da Fè. O parocho tinha predicamento de vigario, apezar do alvará da fundação da freguezia pelo infante D. Henrique, lho dar o titulo de cura. Era apresentado pela mitra e tinha mais de 500$000 reis. A irmandade administrava a capella-mór e a da Senhora da Fé, tendo 7 capellães. Com o terremoto de 1.º de novembro de 1755 teve pequena ruina a egreja, ficando a fachada um pouco arruinada, por cujo motivo a irmandade do Santissimo mandou fazer no campo da Horta, por detraz do palacio de Marco Antonio, uma barraca de madeira para se collocar o sacrario, e se exercerem as funcções parochiaes. A freguezia ali se conservou até 22 de junho de 1757, indo n'esse dia, por ordem do patriarcha, para a sua antiga egreja, a qual a confraria dos carpinteiros e pedreiros reformou e melhorou, quanto á architectura da fachada, onde fizeram esculpir 2 padrões: o do lado do Evangelho dizendo que a irmandade do Santissimo a havia melhorado depois do terremoto; debaixo d'este padrão estão gravados na mesma pedra, os utensilios do officio de pedreiro. O 2.º padrão, da parte da Epistola, tem a data em que principiou a confraria e a de quando saiu de Santa Justa para a sua casa; por debaixo vêem-se esculpidas as ferramentas do officio de carpinteiro. A entrada para a egreja é por um adro espaçoso, fechado por dois portões de ferro, que tem marcada a data de 1830. A porta principal é encimada por uma bonita architectura e o busto do S José, tendo na parte superior 3 janellas que deitam para o côro. Sobre um dos corpos do lado está a torre dos sinos. A capella-mór é toda de pedra, feita já no seculo XIX; o tecto é pouco elevado, e o seu retabulo foi reedificado pouco antes de 1840. Na egreja vêem-se quadros antigos. com boas molduras douradas. Os altares todos teem imagens de madeira, mas na maior parte muito antigas. Em 1793 projectou-se erigir no local da antiga egreja do convento d'Annunciada, que o terremoto de 1755 havia completamente arrazado, uma nova egreja para se installar a freguezia de S. José. O architecto Antonio Fernandes Rodrigues fez um apparatoso projecto que se não executou por demandar grandes despezas. Fez-se depois um novo projecto, que não sendo tão custoso, era comtudo elegante. Muitos annos depois, em 1862 ou 1863, começaram as obras, e em 1883, apezar dos trabalhos não estarem acabados, pois faltava ainda construir o corpo da egreja e e côro, para ali se transferiu a freguezia a 15 de agosto do referido anno de 1883, ficando a antiga egreja de S. José entregue á sua antiga irmandade, continuando ali a exercer-se o culto. Parece que divergencias que se deram entre esta irmandade e a do Santissimo, abreviou a mudança da freguezia. O novo templo não se concluiu até hoje, estando as obras paralysadas. Tem a capella-mór, onde sobre o altar está a imagem de S. José, e o arco cruzeiro com um elegante

zimborio. No cruzeiro tem do lado do Evangelho o altar do Santissimo e fronteiro o da Senhora da Conceição. O local onde se deveria construir o corpo da egreja, fórma um pequeno atrio, em parte ajardinado. A sacristia é espaçosa e tem uma bella entrada para a rua de S. José.

São José Povoações nas freguezias: S. João Baptista e conc. de Castello de Vide, distr. de Portalegre. || O Salvador, de Castellões de Cepeda, conc. de Parede, distr. do Porto || Santa Maria, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Conceição e conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora. || Uma das 3 fortalezas da ilha de Ibo, no districto de Cabo Delgado, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está situada n'um logar arenoso e elevado. || Fortaleza da ilha de S. Thomé, na provincia de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. Está situada na ponta N da bahia de Anna Chaves, e é um pequeno reducto que defende o porto da cidade de S. Thomé. Os seus fogos cruzam se com os da fortaleza de S. Sebastião. || Freguezia do conc. de Calumbo, no distr. e com. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental. E' composta de numerosas povoações, algumas das quaes pertencem aos sobados de Calumbu, Cahuia, Quibexi, N'Golome e Hui. || Freg. do conc. de Lubango, no distr. de Huilla, prov. d'Angola, Africa Occidental. E' formada das povoações de Lubango e Cacolovar. || Pov. da freg. de S. José, do conc. de Calumbo, distr. de Loanda, prov d'Angola, Africa Occidental. || Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, divisão de Caluge, conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Freg. do conc. dos Dembos, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. Sobados de N'Gimbo, aluquem e de Pungo aluquem. || Nova denominação da roça Pinqueté, da ilha do Principe, Africa Occidental.

São José do Ambriz. Freg. do conc. do Ambriz, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. Sanzallas e fazendas.

São José do Areal V. *Areal.*

São José e Azevedo *(D. Fr. Carlos de).* Religioso da ordem de S. Francisco, bispo da Guarda, etc. N. na aldeia de Sobrão, da freg. de Meixomil, distr do Porto, a 4 de novembro de 1767, fal. em Lisboa a 5 d'abril de 1828. Era filho do dr. Manuel de Azevedo Moura, advogado, e de D. Anna Joaquina da Silveira. Entrou no convento de S. Francisco, de Guimarães, a 8 de junho de 1784, e ali professou a 7 de junho de 1785. Na qualidade de prégador da capella real, acompanhou para o Brazil as pessoas reaes, em novembro de 1807. Foi eleito bispo de Cuyabá e Matto Grosso, no Brazil, a 19 d'abril de 1821, porém não acceitou esta mercê por ficar a diocese muito longe da sua patria. D. João VI lhe prometteu então o primeiro bispado que vagasse em Portugal, e como fôsse o da Guarda, foi nomeado seu bispo em 25 de julho de 1823, sendo sagrado a 15 de fevereiro de 1824 na capella do paço da Bemposta, em Lisboa, assistindo a esta solemnidade o rei, e toda a familia real, que muito o estimavam e consideravam. A 5 de agosto de 1825 fez a sua entrada solemne na sé da Guarda. O bispo D. Fr. Carlos de S. José e Azevedo foi par do reino em 1826. Fal. muito pobre, sendo sepultado no convento de S. Francisco da Cidade.

São José de Bissau V. *Bissau.*

São José de Bolama. Pov. e freg. do conc. e com. de Bolama, prov. da Guiné, bisp. de Cabo Verde, Africa Occidental, na ilha de Bolama, archipelago de Bijagoz. O terreno da freg. é muito fertil. Tem abundancia de mancarra, amendoa de palma, milho e arroz.

São José de Cabiri. Freg do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. E' composta de numerosas povoações, dependentes de varios sobados.

São José do Cano. Pov. na freg da Sé, conc. e distr. de Evora.

São José de Encoge. V. *Encoge.*

São Julião Antiga freguezia de Lisboa, pertencente ao 2.º bairro. A egreja estava situada, pouco mais ou menos na rua do Arsenal, proximo da Patriarchal, então junta ao paço da Ribeira, no actual Terreiro do Paço. No adro da egreja ficava a capella da Senhora da Oliveira. Tinha o templo a fachada principal para o lado do poente, tendo outra porta para o lado do norte. Era de 3 naves, e uma das mais opulentas da cidade. Chamava se antigamente *S. Gião* Parece que existira ali uma ermida dedicada a Santa Barbara, pertencente aos bombardeiros ou artilheiros allemães. Segundo alguns escriptores, a freguezia já existia em 1200, tendo se aproveitado a ermida por concessão dos allemães, para n'ella se installar. Foi ali baptisado Pedro Julião, nascido na freguezia em 1220, que mais tarde subiu ao solio pontificio, sendo o papa João XXI. Tendo sido a ermida ampliada, formando se um bom templo, foi este, segundo consta, sagrado em 1241, no reinado de D. Sancho II. El rei D. Diniz, annos depois, fez doação do padroado ao cabido da sé de Lisboa. Quando el-rei D. Manuel mandou edificar o majestoso paço da Ribeira, como ficava dentro dos limites da freguezia de S. Julião, honrou aquella egreja com muitos beneficios, reconstruiu-a, porque estava muito arruinada, e ordenou que os sacramentos precisos aos enfermos no paço, fôssem todos ministrados por aquella parochia, não obstante haver sacrario na capella real de S. Thomé, e para salvar os privilegios do capellão-mór, e livremente poder exercer estas funcções dentro do paço o prior de S. Julião, o monarcha lhe fez mercê do titulo de capellão regio. El-rei D. Sebastião, pelo seu embaixador em Roma Lourenço Pires de Tavora, alcançou do papa Pio IV, em 20 de outubro de 1560, um breve para que a confraria do Santissimo da freguezia se annexasse á que existia em Roma na egreja do convento de Minerva, e lograsse os mesmos privilegios e indulgencias, e pudesse communical-as ás outras confrarias de Portugal, ficando por este facto com o titulo de archi-confraria. D. Sebastião ainda mandou dar 20 arrobas de cêra, de 4 em 4 annos, e sendo esta esmola extincta no tempo do dominio hespanhol, D João IV a renovou, querendo juntamente ser admittido como confrade o principe D. Theodosio, que em 1645 a archi confraria elegeu para seu juiz, ficando desde então por estylo eleger se juiz perpetuo uma das pessoas reaes, que costumavam mandar pagar todos os annos á freguezia 8$000 reis pelas conhecenças a que eram obrigadas como seus parochianos as pessoas que viviam no paço. Constituida, porém, no reinado de D. João V a capella real em parochia

propria de toda a regia familia por um breve do papa Clemente XI de 24 de agosto de 1709, e erigindo-se n'ella uma nova confraria do Santissimo, o monarcha mandou, por decreto de 27 de março de 1710, que as 20 arrobas de cêra que se davam á confraria de S. Julião, passassem para a da capella real, retribuindo a falta d'esta mercê com uma vantajosa esmola. O prior era apresentado pelo patriarcha, e tinha 600$000 reis, pouco mais ou menos; havia 6 beneficiados, apresentados alternativamente pelo papa e pelo prelado, tendo cada um 50$000 reis; mais 2 curas apresentados pelo prior, e 2 thesoureiros, sendo um da egreja e outro da irmandade, que esta apresentava. A archi-confraria era opulenta, possuia paramentos riquissimos. Provia e administrava 23 capellas de varias instituições, etc. Tinha a sua sacristia, por cima da qual ficava a casa do despacho, havendo outra sacristia onde se guardavam es ornamentos. No altar-mór viam-se as imagens dos padroeiros, S. Julião e Santa Bazalissa. A 1.ª capella do lado do Evangelho, pertencia aos allemães com o titulo de S. Bartholomeu, os quaes tinham na egreja a 7.ª parte,por ter sido no principio a ermida de Santa Barbara,cuja imagem se conservava no altar, e por terem concedido a ermida,conforme dissémos, para se installar ali a freguezia, conservavam a dita 7.ª parte com grandes privilegios. Por baixo da capella existia a sacristia com uma porta para a rua, que era a porta travessa da egreja. A 2.ª capella era a de S. Sebastião, que entrava ainda na 7.ª parte, pertencente á confraria dos sapateiros, cujo juiz devia ser allemão. No lado da Epistola, a 1.ª capella era a da Senhora da Purificação, o por estar unida e incorporada no cabido de S. João Lateranenso de Roma, gozava dos seus privilegios. A sua confraria era a dos alfaiates de medida; seguiam-se es capellas de Santa Catharina, dos alfaiates de calcetaria; a de Sant'Anna, dos tanoeiros, a de Santo Eloi, dos ourives de ouro; a de S.Thiago, dos sombreireiros. etc. Todas as capellas tinham privilegio real, porque não podiam nenhum dos officios que lhes pertenciam entrar na Casa dos Vinte e Quatro, sem primeiro terem servido nas referidas confrarias ou irmandades. O terremoto de 1.º de novembro de 1755 arrazou completamente a egreja, assim como a patriarchal e o paço da Ribeira, fazendo bastantes victimas. Toda a opulencia e grandeza do templo ficou reduzida a um montão de ruinas, escapando apenas, apezar de ficar debaixo do entulho, a casa do despacho da irmandade da Senhora da Purificação, e a fabrica da capella de Santo Antonio. O prior tomou a previdente resolução de erigir no Terreiro do Paço uma barraca de madeira, onde se exerceram as funcções parochiaes e o culto, até 8 de janeiro de 1758, em que so fez a transferencia para a nova egreja que se construiu. Foi esta construcção feita pela irmandade do Santissimo, em terreno que comprou, proximo do antigo edificio, e onde ficava o adro da patriarchal, que por ser muito extenso chegava áquelle local. E' onde se vê a actual egreja. Constava a egreja de 9 altares, contando com o altar-mór. A 15 de outubro de 1816 realisaram-se na egreja symptuosas exequias por alma de D. Maria I. Armara se um catafalco muito elevado, como então era costume n'estas cerimonias funebres, ficando o simulacro do tumulo dentro d'uma grandiosa maquineta ricamente adornada. Infelizmente, as luzes das velas que rodeavam o catafalco incendiaram as armações, communicando rapidamente o fogo por todo o edificio, que ficou reduzido a cinzas, sendo apenas poupada a sacristia do lado da Epistola, que ainda hoje existe. Das imagens sómente escapou a da Senhora das Dôres, que estava no altar da referida sacristia. Procedeu se depois á reedificação do templo, passando provisoriamente a freguezia para a ermida da Senhora d'Oliveira, que o terremoto tambem destruira, mas que se havia reconstruido em local proximo ao antigo onde estava situada. O antigo edificio era todo de cantaria, assim como o actual. As obras duraram muitos annos, sendo os trabalhos dirigidos pelo architecto Honorato José Correia, e o plano elaborado pelo mestre das obras do palacio d'Ajuda. Concluiram-se em 1854, realisando-se n'esse anno a benção e a reabertura da egreja com sumptuosa festividade, em que prégou o notavel prégador P. Malhão, vindo o Santissimo Sacramento em solemne procissão da ermida da Oliveira para a nova egreja. Está esta situada no largo de S. Julião, junto á praça do Municipio, tendo a fachada principal voltada para o poente, vendo se por cima das 3 portas, que lhe dão entrada, 3 janellas para o côro Nas ruas de S Julião e do Commercio, entre as quaes está situada, ha entrada para as duas sacristias, sendo uma do lado da Epistola, (rua do Commercio) em cujo altar se vê a imagem de S. Sebastião, e a outra do lado Evangelho, (rua de S. Julião) com a imagem de Santa Barbara, que no dia da sua festa é collocada no altar-mór. As primitivas imagens dos padroeiros eram de pedra, mas ficaram todas quebradas: estavam collocadas em duas misulas aos lados do altar-mór; as actuaes são de madeira, e estão sobre o altar. A egreja tem duas capellas no arco cruzeiro; do lado do Evangelho a do Santissimo, e do lado da Epistola a de S. Bartholomeu, dos allemães, que concederam á irmandade, que collocasse ali a imagem do Senhor dos Passos O quadro do altar representa S. Bartholomeu. Nos outros 6 altares lateraes estão as imagens do Senhor Jesus (dos serigueiros), a da Senhora da Boa Hora, Santa Catharina, Senhora das Dôres, Santo Antonio e Santa Rita, imagem de muita devoção, que a irmandade festeja sumptuosamente todos os annos. O baptisterio é moderno, tendo um quadro representando S.João Baptista. A pia baptismal escapou ao terremoto e ao incendio de outubro de 1816, e foi tambem reconstruida. As confrarias já não existem; indo a da Senhora da Purificação para a ermida da Victoria. A torre dos sinos é muito moderna, e tem um bom carrilhão; emquanto se não construiu, os sinos estavam mettidos n'uma janella de grades para a rua do Commercio. Os allemães continuam a tratar da sua capella, que é propriedade da Allemanha, e frequentemente se vê visitando a egreja de S. Julião, allemães que veem a Lisboa, mesmo só de passagem.

São Julião. Pov. e freg. de S. Julião, da prov. do Alemtejo, conc., com , distr. e bisp. de Portalegre; 271 fog. e 1:093 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada entre serras, a 19 k. da séde do conc. A mitra apresentava o cura que tinha alguns generos e 2$000 reis em dinheiro. A terra é muito fertil em cereaes. Per

tence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. || Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Capellas, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Martinho, de Lagares, do mesmo conc. e distr. || Serra do distr. de Aveiro. Corre proximo á freg. de Branca, no conc. de Albergaria a Velha, com 3 k. de extensão e 1 de largura || Pequena praia situada na costa do distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental.

São Julião da Barra. V. *Torre de S. Julião da Barra.*

São Julião de Montenegro. Pov. e freg. de S. Julião, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 104 fog. e 433 hab. Está situada na margem esquerda do rio Rabaçal, a 9 k. da séde do conc. A mitra apresentava o prior, que tinha 80$000 reis Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Chaves.

São Julião dos Palacios. Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. de Traz-osMontes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 154 fog e 701 hab. Tem esc. do sexo fem. O cabido da sé de Braga apresentava o reitor, que tinha 42$000 reis e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

São Julião Pereiro *(Ordem de)* Foi instituida pelo conde D. Henrique, em 1093, pouco mais ou menos. Foi decaindo até que de todo se extinguiu, mas passou á Hespanha, onde tomou o nome de *ordem d'Alcantara.*

São Lazaro. Povoações nas freguezias: Santa Maria Magdalena, de Agadão, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Matto, conc. de Arouca, do mesmo distr. || Ribeiro do distr. de Braga, que juntamente com o Herdeiro, fórma o rio Celinho.

São Lourencinho. Pov. na freg. de S. Lourenço do Bairro, conc. de Anadia, distr. d'Aveiro.

São Lourenço *(D. Anna de Mello da Silva, 6.ª condessa de).* Foi filha unica do 5.º conde de S. Lourenço, Rodrigo de Mello da Silva e de sua mulher, D. Marianna Rosa de Lencastre. N. a 20 d'abril de 1725, e fal. a 23 de junho de 1744 Succedeu no titulo e em toda a casa de seu pae, tendo apenas mezes quando elle falleceu. Casou a 5 de março de 1742 com D. João José Ansberto de Noronha, filho dos 2.ºˢ marquezes de Angeja, que pelo seu casamento foi o 6.º conde de S. Lourenço, alcaide mór de Elvas e 6.º alferes-mór do reino. (V. *adeante*). O brazão d'estes fidalgos já está descripto, n'este vol., pag. 463. V. *Sabugosa.*

São Lourenço *(Antonio Joaquim da Costa Carvalho, barão de).* Commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, cavalleiro da da Torre e Espada; commendador da de Izabel a Catholica, de Hespanha, e de S. Mauricio e S. Lazaro de Italia, conselheiro, etc. N. a 19 de maio de 1800, fal. a 20 de junho de 1874. Era filho de Gabriel da Costa Carvalho, negociante da praça do Porto, e de sua mulher D. Maria Joaquina d'Oliveira. Foi membro honorario do Tribunal de Contas, director da Alfandega do Porto, presidente da commissão reguladora da agricultura e commercio dos vinhos do Alto Douro, e coronel honorario do extincto batalhão dos empregados publicos do Porto. Recebeu a mercê do titulo de barão de S. Lourenço, por decreto de 5 de outubro de 1848.

São Lourenço *(Antonio José de Mello Silva Cesar e Menezes, 9.º conde de).* Brigadeiro reformado; commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; cavalleiro da de S. Thiago, socio da Academia Real das Sciencias, condecorado com as medalhas dos Pireneos, Orthez e Toulouse, e com as de 3 campanhas da Guerra Peninsular. N. a 17 de novembro de 1794 e fal. a 14 de setembro de 1863. Era filho do 8.º conde de S. Lourenço e 2.º marquez de Sabugosa, José Antonio de Mello da Silva Cesar e Menezes, e de sua mulher D. Leonor Maria José de Sampaio. Alistando-se no exercito em 1801, foi em breve despachado capitão e ajudante d'ordens de seu pae, que fôra nomeado governador e capitão general dos Açôres. Voltando ao continente foi collocado no regimento de cavallaria n.º 4, com o qual tomou parte na Guerra Peninsular; escolhido depois para ajudante de campo do marechal Beresford foi promovido a major e tenente-coronel, e n'essa situação permaneceu, até á retirada do seu general para Inglaterra em 1820. Sendo contrario ás idéas liberaes, foi deportado em 1822, mas logo depois da queda do governo constitucional foi promovido a coronel, commandando o seu antigo regimento até agosto de 1826. Quando o infante D. Miguel chegou a Lisboa em fevereiro de 1828, restituiu o commando ao conde de S. Lourenço, e depois nomeou-o governador das armas do partido do Porto, onde esteve até ser encarregado da pasta da guerra. Desempenhou este cargo por largo tempo, deixando-o apenas para tomar o commando em chefe do exercito miguelista desde a exoneração concedida ao visconde de Santa Martha em fevereiro de 1833, até á chegada do general Bourmont em julho d'esse mesmo anno. Terminada a guerra civil viveu afastado dos negocios politicos até fallecer, havendo sido reformado no posto de brigadeiro em 1851. O conde de S. Lourenço casou duas vezes: a primeira a 18 d'agosto de 1811 com D. Thereza Maria do Resgate Correia de Sá, que falleceu a 13 de novembro de 1832; a segunda a 11 d'abril de 1836 com D. Maria Victoria do Resgate Correia de Sá; ambas suas primas, filhas do 5.º visconde d'Asseca.

São Lourenço *(Antonio Maria de Mello da Silva Cesar de Menezes, 7.º conde de).* Foi o 1.º marquez de Sabugosa. V. *este titulo.*

São Lourenço *(Antonio Maria Vasco de Mello Silva Cesar e Menezes, conde de).* Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, camarista do fallecido rei D. Carlos, cargo para que foi nomeado em 1905. N. a 13 de novembro de 1851, sendo filho do 3.º marquez de Sabugosa, Antonio Maria José da Silva Cesar e Menezes, e de sua mulher, D. Maria do Carmo da Cunha Portugal e Menezes. Foi agraciado com o titulo de conde de S. Lourenço por decreto de 15 de setembro de 1879. Casou em 8 de janeiro de 1876 com a condessa de Murça D. Marianna das Dôres de Mello.

São Lourenço *(Francisco Bento Maria Targini, barão e visconde de).* Commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, do conselho da rainha D. Maria I, etc. N. em Lisboa a 16 de outubro de 1756, fal. em Paris em 1827. Era filho d'um italiano. Começou a sua carreira entrando como cai-

xeiro e subindo depois a guarda livros d'uma casa de commercio em Lisboa, foi se elevando, graças ao seu talento, acompanhou ao Brazil a familia real, em novembro de 1807, e ali foi nomeado conselheiro do estado e conselheiro de fazenda, sendo agraciado com o titulo de barão de S. Lourenço por decreto de 17 de dezembro de 1811, e mais tarde com o de visconde por decreto de 3 de maio de 1819. Considerado como absolutista, foi um d'aquelles que ao regressarem a Portugal com D.João VI, não tiveram licença para desembarcar, e retirando-se para Paris, ali fal leceu. Apezar dos acontecimentos de 1823, o visconde de S. Lourenço, quo tambem fôra thesoureiro mór do real erario no Brazil, não quiz voltar a Portugal. Escreveu: *A' memoria de Bartholomeu Montano, medico do hospitol de S. José; ode*, Lisboa, 1793; *O Paraiso perdido; poema epico de J. Milton, traduzido em verso portuguez, com reflexões e notas*, Paris, 1823; 2 tomos com estampas; *Ensaio sobre o homem, de Alexandre Pope, traduzido verso por verso; dado á luz por uma Sociedade Litteraria da Gran-Bretanha*, Londres; 3 tomos. Esta versão é acompanhada com o texto inglez, e de notas muito extensas e muito eruditas.

São Lourenço (*D. João José Ansberto de Noronha, 6.º conde de*). Um dos mais eruditos fidalgos do seu tempo. N. a 8 de agosto de 1725, fal. a 22 de janeiro de 1804. Conde de S. Lourenço por ter casado com a 6.ª condessa d'este titulo. Sendo eleito academico da Academia Real de Historia Portugueza e escolhido pelos seus collegas para censor da academia, ali recitou em 1756 um discurso que se imprimiu em 1757. Era gentil homem da camara do infante D. Pedro, mas isso não impediu o marquez de Pombal de o considerar como implicado na conspiração contra el rei D. José, e do o encarcerar no forte da Junqueira, onde esteve 17 annos, desde 1760 até 1777. Não foi, porém recebido tão bem como imaginava pelo seu antigo amo, já então rei D. Pedro III. Irritado, pediu a sua demissão de camarista, e retirou se á vida particular, dando mostras de que o longo encarceramento lhe alterára um pouco a razão. Ia passar largo tempo no convento das Necessidades, e tinha uma mania muito similhante á do conde de S. Germano, a de affirmar que tratara com os homens mais eminentes da Europa, embora tivessem fallecido antes d'elle nascer. A sua vasta erudição favorecia o desenvolvimento d'essa mania. Diz-se que escrevera na sua prisão um *Tratado para a educação do principe*, e em 1792, quando a loucura da rainha obrigou o principe a assumir a regencia, o conde de S. Lourenço combateu a resolução tomada, n'um opusculo que ficou manuscripto, e em que se manifesta o odio que votára aos ministros José de Seabra e Sousa Coutinho. Os ultimos annos da sua vida passou-os recolhido na casa do Espirito Santo da Congregação do Oratorio.

São Lourenço (*José Antonio de Mello da Silva Cesar e Menezes, 8.º conde de*). Foi o 2.º marquez de Sabugosa. V. *este titulo*.

São Lourenço (*Luiz de Mello da Silva, 3.º conde de*). Senhor do toda a casa e commendas de seu pae. Védor da casa das rainhas D. Maria Francisca de Saboia e D. Maria Sophia de Neuburgo. Era filho dos 2.ºs condes de S. Lourenço Martim Affonso de Mello e D. Magdalena da Silva. Serviu algum tempo no Minho nos ultimos tempos do governo do conde de Castello Melhor, e tambem foi depois alcaide mór d'Elvas. O 3.º conde de S. Lourenço, seu irmão Manuel de Mello e os filhos do 2.º conde de Castello Melhor, fôram os principaes motores da notavel assaltada a Luiz Alvares de Tavora, conde de S João da Pesqueira, dada a 1 de abril de 1655 no Jogo da Pella, onde mataram o 6.º conde de Vimioso D. Luiz de Portugal, e por similhante facto andaram todos homiziados por França e Italia, até que por morte de D. João IV voltaram pouco a pouco a Portugal, á proporção que o caso ia esquecendo. O conde de S. Lourenço era casado com D. Filippa de Faro, filha de Bernardino de Tavora e Sousa, reposteiro-mór, e de sua mulher D. Leonor de Faro. A condessa, depois de enviuvar, foi camarista da rainha d'Inglaterra, a princeza D. Catharina, filha de D. João IV.

São Lourenço (*D. Magdalena da Silva, 2.ª condessa de*). Filha e herdeira de toda a casa do seu pae, o 1.º conde de S. Lourenço, Pedro da Silva. Casou com seu primo Martim Affonso de Mello, que por este casamento ficou sendo 2.º conde de S. Lourenço, commendador da ordem de Christo. Já era viuvo, tendo casado a primeira vez, na India, com D. Francisca da Guerra, filha de Duarte da Guerra Caldeira, e de sua mulher D. Guiomar Peixoto, senhora já viuva do Gonçalo Abranches Antes do seu segundo casamento fôra na India capitão de Mascate e do Cabo de Çamorim, e regressando ao reino, achou se na acclamação de D. João IV em 1640. Exerceu os cargos de coronel d'um terço de Lisboa, governador das armas do Alemtejo em 1642; membro do conselho de Estado e de Guerra; védor da fazenda; gentil homem da camara do principe regente, depois D. Pedro II; senhor da villa do Bispo, dos Reguengos, de Sagres e Elvas; alcaide mór d'esta cidade; commendador da Magdalena, de Elvas, de S. Thiago de Lobão, S Thiago de Pentalvos e do Rio Torto, todas as commendas na ordem de Christo. Esteve algum tempo preso no castello de Lisboa pela morte do 6.º conde de Vimioso, na assaltada, em que estavam compromettidos seus filhos (V. o *3.º conde de S. Lourenço*). Havendo afinal renunciado todos os postos militares, fal. em Lisboa a 31 de julho do 1671.

São Lourenço (*Martim Antonio Affonso de Mello, 4.º conde de*). Herdou toda a casa de seu pae, e serviu na guerra da Restauração. Era filho do 3.º conde de S. Lourenço Luiz de Mello da Silva, e do sua mulher D. Filippa de Faro. Foi mestre de campo do terço de Campo Maior, tenente general de cavallaria do Alemtejo, governador e capitão general do Algarve. Apenas D. João IV subiu ao throno, nomeou-o governador de Cascaes. Commandou o exercito do Alemtejo, em substituição de Mathias d'Albuquerque, quando em 1641 foi preso por suspeito de tomar parte na conspiração do marquez de Villa Real. Em nada se distinguiu. Em 1642 as intrigas dos cortezãos promoveram a sua demissão, e foi nomeado governador do Algarve, logar quo não tinha importancia. Em 1647, depois da morte de Mathias d'Albuquerque, voltou a tomar o commando do exercito do Alemtejo, mas em nada se distinguiu o seu commando, quo durou tres annos, e que todo se resumiu em escaramuças, em cêrcos e em defezas de pequenas praças. Em 1650 foi

substituido pelo conde de Soure. Voltando á côrte, metteu-se tambem na celebre pendencia do Jogo da Pella, em que mataram o 6.º conde de Vimioso, pendencia em que figuravam varios fidalgos e em que entrava tambem seu pae. Por esse motivo esteve preso, saindo da cadeia quando falleceu D. João IV. Novamento tomou o commando do exercito do Alemtejo; mas foi infeliz nas suas estrategias de guerra, do que resultou perder uma tentativa sobre Badajoz, e algumas praças. Esta fatalidade desconceituou-o muito na opinião geral, e perdeu tanto o prestigio no espirito dos soldados, que foi preciso substituil-o em 1658, por Joannes Mendes de Vasconcellos, que tambem não foi dos generaes mais felizes. O conde de S. Lourenço morreu em Lisboa a 21 de fevereiro de 1718. Havia casado em 1695 com D. Magdalena de Lima, dama da rainha D. Maria Sophia de Neuburgo, filha do viscondo de Villa Nova da Cerveira, D. João de Lima. Não tendo successão, passou a casa e o titulo para seu irmão Rodrigo de Mello da Silva, quo foi o 5.º conde de S. Lourenço.

São Lourenço *(Pedro da Silva, 1º conde de).* Era alcunhado *O Duro.* Serviu nas armadas e em Africa, e depois na India, onde foi capitão d'uma nau no tempo do vice-rei Martim Affonso de Castro. Foi tambem governador da Mina, e mais tardo do Brazil, estados que defendeu com valor. Por taes serviços foi agraciado por Filippe IV de Hespanha e III de Portugal, com o titulo de conde de S. Lourenço, por carta de 25 de junho de 16.0, e mais com a commenda de Santa Olaia de Pentalvos e a de S. Lourenço de Villela, ambas na ordem do Christo. Serviu de regedor da Casa da Supplicação, na ausencia de seu sobrinho Luiz da Silva. Casou com D. Luiza da Silva, filha e herdeira de Fernão da Silva, alcaide mór de Silves, e de sua mulher D. Magdalena de Lima. D'este matrimonio houve tres filhas, duas das quaes fôram freiras d'Odivellas, e a mais velha. D. Magdalena da Silva, herdou toda a casa de seu pae, sendo a 2.ª condessa de S. Lourenço. *(V. este titulo).* O illustre fidalgo viveu os ultimos annos da sua vida retirado na sua casa de Odivellas, onde veiu a fallecer completamente cego.

São Lourenço *(Rodrigo de Mello da Silva, 5.º conde de).* Filho do 3.º conde d'este titulo, Luiz de Mello da Silva, e de sua mulher, D. Filippa de Faro. Fal. a 19 de setembro de 1725. Foi porcionista do Collegio Real de Coimbra, mestre escola da collegiada de Santarem, e arcediago de Neiva, Tendo fallecido seu irmão mais velho, o 4.º conde, sem deixar successão, abandonou aquella carreira, por ser herdeiro da casa e do titulo, sendo o 5.º conde de S. Lourenço, gentil-homem da camara do infante D. Antonio, deputado da Junta dos tres estados, 6.º alcaide mór de Elvas, commendador de S. Salvador de Joanne, de S. Lourenço de Seladeiro, de Santa Olaia de Pentalvos, do S. Thiago de Lobão, de S. Paulo de Masans, e do Torrão d'Alfarrobe em Elvas, todas na ordem de Christo; senhor do morgado de Monchique, e padroeiro do mosteiro dos religiosos terceiros da dita villa. Casou a 13 de fevereiro de 1720 com D. Marianna Rosa de Lencastre, filha de Vasco Cesar de Menezes, 1.º conde de Sabugosa e 4.º alferes mór do reino, e de sua mulher, D. Juliana de Lencastre. D'este consorcio houve uma unica filha, D. Anna de Mello da Silva, que foi a 6.ª condessa de S. Lourenço.

São Lourenço. Uma das antiquissimas freguezias de Lisboa. Foi fundada a egreja em 1296, da era de Cesar, 1258 da era christã, por Pedro Nogueira, clerigo do conselho de D. Affonso III, que foi ali sepultado. As obras principiaram em 1220 e levaram mais de 30 annos a concluir. A memoria authentica da antiguidade da egreja. é um padrão de pedra com letras antigas, do qual consta quo o bispo do Lisboa D. Matheus, na era de 1309, que corresponde a 1271 da era de Christo, requerera por suas mãos na dita egreja um altar em honra da senhora da Victoria, a rogos de Vicente Martins, vigario de el rei e Alvaro de Lisboa, que o edificaram. Os padroeiros da egreja eram os viscondes de Villa Nova da Cerveira, depois marquezes de Ponte de Lima, que apresentavam o prior com 2:500 cruzados. A collegiada tinha 4 beneficiados apresentados polos mesmos fidalgos, os quaes tinham 130$000 reis cada um. A egreja é d'uma só nave e tinha antigamente no altar da capella-mór o sacrario com o Sacramento, tendo aos lados em dois nichos as imagens de Santo Antonio e S. Domingos. No corpo da egreja havia 8 capellas, sendo a mais importante a do *Descimento da Cruz,* pertencente aos condes dos Arcos, e fronteiro a do Espirito Santo. A capella da Senhora da Piedade foi mandada construir pelo patriarcha de Lisboa D. Thomaz d'Almeida no tempo em que era prior de S. Lourenço. Todas as capellas tinham obrigação de côro. Os padroeiros eram administradores do morgado dos Nogueiras e da capella de Sant'Anna, que tem a sua tribuna para a egreja, que portonce hoje aos marquezes de Castello Melhor. N'esta tribuna, na parede parallela á linha longitudinal da egreja, vê-se a seguinte inscripção: «Sepultura de Pedro Nogueira, que foi do conselho de el-rei D. Affonso III, e fundou esta egreja no anno de 1295.» E em seguida lê-se: «Dom Lourenço de Lima de Brito Nogueira, oitavo visconde de Villa Nova da Cerveira, do conselho de Estado e despacho, presidente da justiça, mandou fazer esta capella da invocação da gloriosa Sant'Anna, para melhorar a sepultura do fundador e instituidor da dita egreja e morgado no anno do 1648.» Effectivamente, vê se na capella um bonito quadro representando Santa Anna e a Virgem, sobre um altar, onde em epocas differentes se exerciam as funcções parochiaes, estando a capella-mór em obras. O terremoto do 1.º de novembro de 1755 causou graves projuizos, caindo o côro e quasi metade do tecto da egreja, desde a porta principal, deixando sómente illesa a capella mór, havendo a fortuna de não morrer ninguem n'esta grande derrocada. O Sacramento mudou se para a egreja do Menino Deus, e dentro da cêrca do palacio dos viscondes de Villa Nova da Cerveira se levantou um altar em que se celebraram os officios divinos por alguns dias, em quanto, por ordem d'aquelle fidalgo, se preparou em capella e adornou com muita decencia uma das salas do palacio, para onde foi levado o Sacramento. A egreja reconstruiu se depois, ficando situada n'um pequeno largo, chamado de S. Lourenço, proximo da antiga egreja e convento de S. Camillo de Lollis, então situado junto ao local onde se vê hoje a praça da Figueira, e junto ao palacio dos referidos fidalgos. A fachada é de

muito simples architectura, e voltada para o poente; uma porta de entrada, tendo por cima uma janella para o côro, vendo-se ao lado a torre dos sinos. Para se entrar na egreja, que ficava na altura d'um primeiro andar, subiam se 18 degraus. Na capella mór via-se a imagem de S. Lourenço. A egreja tinha mais 4 altares lateraes. Em 1867 foi o templo reedificado, sendo aberto o culto ao publico em 24 de novembro do mesmo anno. São d'esta epoca os 4 sinos da torre, fundidos pelo conhecido industrial Candido Roiz Bellas. As capellas eram adornadas com imagens de esculptura de madeira, de muita veneração, estando a de S. Camillo de Lellis n'um pequeno altar, a qual fôra trazida para esta egreja em solemne procissão da egreja do convento de S Camillo em 1836. Com as reedificações posteriores o local do altar da Senhora da Victoria ficou muito occulto, estando quasi n'um subterraneo. Ha poucos annos novamente se renovou a egreja, e com a abertura da nova rua do Marquez de Ponte de Lima, para que foi preciso fazer algumas demolições, desappareceu o antigo e pequeno largo e a escadaria que dava entrada para a egreja, ficando esta ao nivel da nova rua, e muito mais bem situada. No altar da capella-mór está a imagem da Senhora da Pureza, que pertencia á antiga capella do palacio dos marquezes de Castello Melhor, na Avenida da Liberdade, e por ter sido demolida a ermida, para ali se transferiu a 5 de fevereiro de 1902. Aos lados do altar-mór, collocadas em duas misulas, estão as imagens de S. Lourenço e de S. Sebastião. Aos lados da capella-mór estão dois tumulos pertencentes a pessoas da familia do nobre fundador. A egreja tem mais 3 altares; o do Santissimo no lado do Evangelho, e Santo Antonio e Senhora das Dôres do lado da Epistola. O corpo da egreja está revestido de bons quadros de azulejos, composição bem delineada, côres finas, sendo o fabrico do azulejo de grande perfeição. O assumpto dos quadros são alguns passos da vida do S. Lourenço, padroeiro de Roma, vendo se n'um d'elles a basilica de S. Lourenço, existente n'aquella cidade, cuja architectura se suppõe ter sido reproduzida na primitiva egreja de Lisboa. O orgão, que está no côro é talvez um dos melhores do seu tamanho o genero, feito em 1806 pelo afamado organeiro Antonio Xavier Machado e Cerveira. A sacristia é tambem de simplicidade, tendo no seu altar a Senhora da Conceição A freguezia de S. Lourenço esteve muitos annos annexada á de S Christovam, mas tornou se independente em 1893 ou 1899.

São Lourenço Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Elvas, distr. de Portalegre, arceb. de Evora. Esta freg está annexada á da Sé de Elvas. O ordinario apresentava o capellão, que tinha de rendimento diversos generos e 30$000 em dinheiro. || Povoações nas freguezias: S. Lourenço, de Cabril, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || N. S.ª da Expectação, de Eiras, conc. de Chaves, do mesmo distr. || N. S.ª d'Assumpção e conc. do Grandola, distr. de Lisboa. || S Miguel, de Paçô, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || O Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, do mesmo distr. || Espirito Santo, de Pera, conc. de Silves, distr. de Faro. || S. Martinho, de Quinchães, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Terroso, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || S. Vicente do Pereira Jusã, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Villar de Andorinha, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Pov. e freg. do conc. e prov. de Macau, Asia. || Freg. e conc. da ilha do Fogo ou de S. Filippe, na com. de Sotavento, archipelago, prov. e bisp. de Cabo Verde, Africa Occidental. Produz milho, feijão, batatas, mandioca, canna d'assucar, tabaco e algodão. || Freg. do conc. e com. das Ilhas, distr. e arceb. de Gôa, India. || Cabo situado na costa N E da ilha do Porto Santo, archipelago da Madeira || Bahia da costa E da ilha de Santa Maria, Açôres. E' muito desabrigada dos ventos do quadrante de NO, e está situada entre a ponta dos Cedros e a dos Mattos. Proximo d'ella fica o ilhéo basaltico dos Romeiros, que tem 84 m. d'altura. || Cabo situado na costa E da ilha da Madeira. Dista uns 1 k. do porto de Machico, e recebeu o nome do navio em que Gonçalves Zarco foi pela primeira vez á Madeira. Farol no logar chamado Ilhéo de Fóra, construido em 1870. || Cabo da costa N da ilha do Faial. Açôres. || Pov. que dá o nome a uma est. do caminho de ferro na linha de Mirandella, entre as do Amieiro e Tralhão.

São Lourenço do Bairro Villa e freg. de S. Lourenço, da prov. do Douro, conc. e com. do Anadia, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 535 fog. e 2:090 hab. Tem esc. do sexo masc., correio com serviço de posta rural, e pharmacias. Está situada n'um valle, na margem d'uma ribeira affluente do rio Certoma A pov. é muito antiga, mas não se sabe por quem foi fundada. Em tempos remotos, juntamento com Santo André, de Ois do Bairro, formavam ambos uma só freguezia Pertenceu ao bispo de Merida, e depois passou ao bispo de Coimbra. Fôram donatarios d'esta villa os marquezes de Cascaes, que apresentavam o prior, o qual tinha do rendimento 400$000 reis. D. Manuel I deu lhe foral em Lisboa, a 5 de abril de 1514. A terra é muito fertil, principalmente em bom vinho. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. S. Lourenço do Bairro foi séde e denominação d'um conc. que se supprimiu por decreto de 21 de dezembro de 1853.

São Lourenço do Douro. Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. do Douro, conc. e com. de Marco de Canavezes, distr. e bisp. do Porto; 134 fog. e 526 hab. Tem esc. do sexo masc. Dista 17 k. da séde do conc. O prior do mosteiro de Villa Bôa, de conegos regrantes de Santo Agostinho, o o abbade benedictino do convento de S. João do Alpendurada, apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 150$000 reis. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

São Lourenço dos Francos. Denominação porque é tambem conhecida a freg. de Miragaia (S Lourenço dos Francos) do conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa.

São Lourenço dos Gallegos. Denominação porque é tambem conhecida a freg. de S. Bartholomeu (S. Lourenço dos Gallegos) do conc. da Lourinhã, distr de Lisboa.

São Lourenço de Mamporcão. Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Extremoz, distr. e arceb. de Evora; 140

fog. e 735 hab. Tem est. post. Dista 7 k. da séde do conc. e está situada na margem d'uma pequena ribeira affluente da ribeira de Anna Loura. O arcebispo apresentava o cura, que tinha alguns generos de rendimento. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes.

São Lourenço dos Mattos. Pov. na freg. de S. João Baptista e S. Lourenço d'Almansil, conc. de Loulé, distr. de Faro.

São Lourenço dos Orgãos. Freg. do conc. da Praia, na com. de Sotavento, ilha de S. Thiago, archipelago, prov. e bisp. de Cabo Verde, Africa Occidental. Produz assucar, café, batata, man dioca, milho, feijão, etc.

São Lourenço de Riba Pinhão. Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. de Traz-os Montes, conc. de Sabrosa, com. e distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 230 fog. e 955 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Dista 8 k. da séde do conc. A mesa archiepiscopal de Braga apresentava o reitor, que tinha 100$000 de renda. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

São Luiz (*Fr. Antonio de*) Religioso da ordem de S. Francisco. Era natural de Penafiel. Foi commissario da ordem Terceira no convento de Lisboa, da custodia de S. Miguel, e provincial eleito a 9 de outubro de 1621. Trabalhou muito para alcançar a canonisação da rainha Santa Izabel. Escreveu: *Regra dos irmãos seculares da Santa e veneravel ordem terceira da Penitencia*, etc., Lisboa, 1630; 2.ª edição, 1643; Coimbra, 1686.

São Luiz (*Eduardo Pinto Soveral, visconde de*). Fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores commendador da ordem de Christo; gran-cruz da Izabel a Catholica, e commendador de Carlos III, ordens hespanholas; enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Portugal á Turquia, etc. Era filho de Luiz de Soveral Vassallo de Sousa, fidalgo da Casa Real e proprietario, e de sua mulher D. Anna Candido Pinto; irmão do 1.º visconde de Soveral, Luiz Augusto Pinto de Soveral. Casou com D. Maria da Piedade Paes de Sande e Castro, filha de Manuel Paes de Sande e Castro, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, e de sua mulher, D. Leonor Correia de Sá Benevides. Foi-lhe concedido o titulo de visconde de S. Luiz, por decreto de 4 de novembro de 1877. Tem o seguinte brazão d'armas: Em campo de ouro 3 faxas de vermelho, carregada cada uma de tres estrellas de prata, de 6 raios, em faxa; timbre, 3 espadas nuas em roquete com as pontas fincadas no virol, com os copos de ouro e punhos sanguinhos.

São Luiz (*D. Fr. Francisco de*). Mais conhecido pelo nome de *cardeal Saraiva*. V. *este nome*.

São Luiz (*Fr. Manuel de*). Religioso da ordem de S. Francisco da provincia dos Açôres. N. em Villa Franca do Campo, da ilha de S. Miguel, a 29 de agosto de 1660; fal. a 14 de agosto de 1736. Professou no convento franciscano de Ponta Delgada em 1679, foi guardião do convento da Villa da Praia, e por fim provincial da provincia de S. João Evangelista e examinador synodal do bispado de Angra do Heroismo. Escreveu: *Rudimentos concinnatorios*, etc., Lisboa, 1708; *Instrucções moraes e asceticas, deduzidas da vida e morte da veneravel Madre Francisca do Livramento, abbadessa que foi no mosteiro da Esperança em Ponta Delgada*, etc., Lisboa, 1731; 2 tomos.

São Luiz. Pov. e freg. de S. Luiz, da provincia do Alemtejo, conc e com. de Odemira, distr. e bisp. de Beja; 460 fog. e 1:783 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post. e hospedaria. Está situada na serra do Cercal na estrada de Sines a Odemira a 14 k. da séde do conc. A mitra apresentava o cura, que tinha 180 alqueires de trigo e 12$000 reis em dinheiro. A terra é muito fertil em cereaes, e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. || Povoações nas freguezias: Ilha Terceira, Açôres; S. Bento, conc. e distr. de Angra do Heroismo. || N. S.ª d'Assumpção (Sé), conc. e distr. de Faro. || Colonia portugueza fundada em 1869 a meio caminho da fronteira do Transvall, na Africa Oriental, por iniciativa de João Albazini.

São Luiz de Braga (*Luiz de Braga Junior, visconde de*). Antigo empresario de theatros do Brazil, e um dos fundadores do theatro de D. Amelia, de Lisboa, hoje da Republica, e seu director e administrador. N. no Rio Graude do Sul a 26 de março de 1850, sendo filho de paes portuguezes. Foi ponto de theatro, e depois socio de uma empresa artistica no theatro Recreio Dramatico, do Rio de Janeiro. Mais tarde fez-se empresario, tendo adquirido o espolio da empresa de Esther de Carvalho. Com a companhia que organisou, percorreu o Brazil do norte ao sul, ganhando principalmente com as operettas *O Periquito* e *D. Juanita*. Depois associou se com Celestino da Silva n'algumas empresas, e n'ellas teve lucros. Com o advento da Republica do Brazil, envolveu-se em diversos negocios de fundos e incorporação de companhias commerciaes, conseguindo reunir avultados meios de fortuna. Veiu então para Lisboa, onde fixou residencia, continuando sempre a tratar de negocios theatraes, sua paixão predilecta. Juntamente com Guilherme da Silveira, com quem travára relações no Brazil, tomou parte na empresa que por iniciativa d'aquelle antigo e bem conhecido actor fundou o theatro de D. Amelia, hoje theatro da Republica. A empresa compunha-se, além dos já citados, dos capitalistas Celestino da Silva, empresario no Brazil, Antonio Ferreira Ramos e Miranda, negociantes do Rio de Janeiro. O theatro abriu a 22 de maio de 1894 (V. *Portugal*, vol. IV, no artigo *Lisboa*). Sendo agraciado com o titulo de visconde pelo fallecido rei D. Carlos, continuou empregando todos os esforços para o engrandecimento do seu theatro, tomando a direcção technica da empresa. Todos os annos costuma fazer uma viagem ao estrangeiro, procurando escripturar todas as celebridades em evidencia para as apresentar no palco do theatro da Republica, tornando o assim muito conhecido e acreditado no estrangeiro. Graças ao seu infatigavel empenho, o publico de Lisboa tem podido admirar artistas notaveis, como a Sarah Bernard, Duse, Granier, Novelli, Jane Harding, Antoine, Sada Yacco, Rejane, Zacconi, Emmanuel, Mimi Aguglia, etc., além das melhores companhias hespanholas de zarzuela, franceza e de opera comica italiana. A'cêrca da companhia portugueza, tem ali sempre reunido os nossos melhores artistas, apresentando originaes portuguezes de reconhecido merito, e peças do theatro moderno francez, cuja traducção é sempre confiada aos

escriptores mais considerados. No theatro da Republica, tambem tem organisado varias festas em favor de instituições de beneficencia, festas a que toda a imprensa sempre se tem associado Ultimamente ali se apresentou mais uma grande novidade para Lisboa, a *troupe* do Gran-Guinhol.

São Luiz Gonzaga Freg do conc. de Angoche, distr e prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem 37:200 k. q. e compõe se d'uma villa e de 8 aldeias.

São Luiz Rebello *(Fr. Francisco de)* Eremita da congregação de S. Paulo da Serra d'Ossa. Era natural de Lisboa, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Professou a 9 de agosto de 1723. Doutorou se em theologia na Universidade de Evora em 1738, foi lente de theologia e de philosophia no seu convento, e adquiriu grande fama de prégador. Foi eleito geral da ordem em 1752. Escreveu: *Sermão no outavario com que a casa de S. Roque, da Companhia de Jesus, celebrou a canonisação de S João Francisco Regis*, etc.; saiu no livro *Voz em Roma e Ecco em Lisboa; Sermão da procissão de preces por agua, prégado na egreja da Encarnação a 16 d'abril de 1750*, Lisboa, 1750. Quando houve o attentado contra el rei D. José, Fr. Francisco de S. Luiz Rebello prégou no dia de Reis, 6 de janeiro de 1759, na egreja d'Ajuda, na presença da familia, um sermão, que imprimiu n'esse mesmo anno com o titulo de *Brado do zelo, para respeito dos monarchas e confusão dos rebeldes*, etc. Publicou ainda o tomo I d'uma collecção de sermões, etc

São Macario. Pov. na freg. de N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa. || Alta e ingreme montanha, na prov. do Douro, na terra de Lafões. E' um ramo da serra da Gralheira Cria muita caça grossa e miuda, e n'ella nascem varios ribeiros e regatos.

São Mamede. Antiga freguezia de Lisboa, que teve a sua primitiva egreja proximo ao Castello de S. Jorge, e que por esse motivo era capella real no tempo em que os nossos primeiros monarchas viviam no paço da Alcaçova. Segundo D. Rodrigo da Cunha, a parochia estabeleceu-se no tempo do bispo D. Estevão II, o qual estando em Avinhão a 16 de maio de 1312, commettera a Martim Matheus e a Pedro de Formão a sua instituição No *Mappa de Portugal*, do P. Baptista de Castro, lê se que n'uma escriptura encontrada no seu antigo cartorio, se dava a perceber, que a freguezia já estava crepta om 1220, porque n'esse anno instituiu n'esta egreja Maria Pires, mulher de Pedro Martins de Bulhões, irmão de Santo Antonio, uma missa cantada em sua vida todas as sextas feiras á honra da Santa Cruz, por 4 soldos de esmola. Quasi da mesma antiguidade era o sepulchro de pedra, em que por tradição jazia o pae do mesmo santo thaumaturgo, o qual estava collocado debaixo d'um arco junto aos degraus do adro d'esta egreja, segundo o antigo uso de aquelles tempos, e que ficou da parte de dentro da sacristia, quando se procedeu a umas obras em 1665. A egreja era do padroado real, que rendia 250$000 reis, e cada beneficio, dos 4 que havia, era de 30$000 reis, sendo os beneficiados apresentados pelo prior. A egreja tinha 7 capellanias: 1 do Santissimo com 70$000 reis; duas das Almas, do 50$000 reis cada uma; uma que instituira a condessa de Valladares, de 48$000 reis; outra do correio-mór Antonio Gomes da Matta, de 50$000 reis; outra de João Ribeiro, instituida na capella do Bom Jesus, com a congrua de 30$000 reis. O terremoto de 1755 e o incendio que se lhe seguiu, destruiram quasi totalmente o templo, e as propriedades que constituiam grande parte da freguezia, fallecendo n'aquelle lamentavel desastre 40 pessoas, que se haviam refugiado na egreja. A perda foi tão importante, que em 1756, dos 300 fogos que tinha a freguezia, sómente possuia 12 porque os mais estavam arrazados, ou se passaram para a freguezia de S. Christovão, e para outras confinantes. Mais tarde, achou se intacta entre os escombros a imagem de S. Sebastião da Saude, que era de grande devoção. A parochia foi acolher se em S. Christovão, onde esteve até 1761, passando n'esse anno para a egreja do collegio de S. Patricio, emquanto se não fazia a divisão das novas parochias. Os parochianos e o prior ambicionavam ter casa propria, e tendo acabado umas antigas confrarias com o terremoto, representaram em 1760 ao patriarcha, para que aquelle rendimento fôsse aproveitado á fabrica da egreja. A despeito de repetidas e instantes supplicas, só 8 annos depois é que a freguezia teve casa sua, em 1769, na ermida de N. Senhora Mãe de Deus e dos Homens, na rua do Abarracamento de Valle de Pereiro, a qual tinha sido fundada em 1755 por José Ribeiro, n'uma quinta, que possuia n'aquelle local. Em 1770, a irmandade do Santissimo, que estava desorganisada por desintelligencias causadas polas muitas vicissitudes soffridas, foi novamente instituida por determinação do patriarcha, e os irmãos ainda não satisfeitos com a ermida por ser muito acanhada para o desenvolvimento da freguezia, começaram a pensar em construir uma nova egreja, o que pelas muitas difficuldades com que tiveram de luctar, só conseguiram 13 annos depois Foi em 1783 que a parochia veiu para a nova egreja, que fôra edificada n'um terreno cedido por mercê regia, pelo Collegio dos Nobres em 1781. A construcção da egreja estava a cargo da irmandade do Santissimo, e era apenas a capella mór do templo actual, sobre um pequeno mouticulo, tendo mais tarde uma especie de barracão, que só em 1860 se transformou no corpo egreja. Os terrenos sobre que assentava a capella primitiva, comprehendiam parte da quinta e casa do capitalista Anjos, largo de S. Mamede, e ainda uns terrenos isolados na fabrica das sedas. Todos elles fôram vendidos ou trocados, não restando hoje mais que o adro. Pela parte de traz era o cemiterio, e para a esquerda havia terrenos com arvores de fructo e parreiras. Na *Lisboa antiga*, do sr. Julio de Castilho, vol. V da edição de 1904, vem minuciosamente descripta tanto a antiga como a nova egreja de S. Mamede, as contrariedades que soffreu, e as enormes difficuldades com que teve de luctar, para conseguir que a egreja chegasse ao seu actual estado. Requereram por vezes os irmãos que lhe fôsse cedida a egreja do antigo Collegio dos Nobres, hoje Escola Polytechnica, para ali installarem a freguezia, mas não a puderam nunca alcançar. Em 1851 a irmandade conseguira do governo a cedencia das alfaias, imagens e outros objectos de culto, de que a egreja estava muito necessitada, que estavam na posse dos terceiros da ordem de S Francisco, e que haviam pertencido á egreja de S João Nepomuceno; n'esse mesmo anno tam-

bem a irmandade teve a offerta de 4 caixas com vidros de côres, roxos e amarellos, para as janellas lateraes do templo, e para as do côro. Em 18 d'agosto do 1860 abriu-se a egreja ao culto dos fieis, para não demorar mais esta solemnidade, e não porque estivesse concluida, tanto que em 1863, o prior Neto e Vasconcellos, desejando vêr acabadas aquellas eternas obras, deu á irmandade fabriqueira 4 inscripções no valor de 2:600$000 reis; sobre esta offerta deram-se novas peripecias, que veem narradas no referido vol. V da *Lisboa antiga*. Uma portaria de 26 d'agosto de 1878, autorisou o ministerio das obras publicas a concluir os trabalhos. Foi então nomeado o engenheiro Bento Antonio Leça. Houve a luctar ainda com os estragos que o tempo havia já feito na parte já prompta da egreja; finalmente em 1880 fôram considerados justissimos todos os requerimentos feitos do mau estado do templo, e principiaram novamente as obras, sendo sómente feitos os concertos precisos em 1883, que em agosto d'esse anno se solicitaram. Em 1903 por instancias do novo parocho, o sr. dr. José Maria da Silva Livramento, fôram pelo ministerio das obras publicas começadas as obras de reconstrucção do corpo do norte adjacente á egreja, que ameaçava ruina por ter sido assaltada pela formiga branca; procedeu-se então á renovação do soalho, pintura do tecto e dos altares, e outros restauros indispensaveis Entretanto a parochia passou a funccionar desde agosto do mesmo anno de 1903 na egreja do Rato, até que as obras se terminaram. A egreja de S. Mamede está situada n'um sitio elevado, com espaçoso adro para onde se sobe por uma escadaria semi-circular. A facbada é d'um só corpo, ladeado por duas pilastras jonicas, sobre as quaes corre uma architrave, de simples e modesta apparencia, A frontaria termina em bico, tendo no centro um mezannino circular, sobrepujada de cruz, e entre dois fogaréos altos que se erguem nos angulos da base triangular. Tem uma só porta de entrada, sobre a qual se vêem tres largas janellas que deitam para o côro. A egreja é d'uma só nave, com o tecto abaulado adornado de pinturas singelas. No altar-mór vê-se a imagem de S. Mamede, tendo aos lados, em dois nichos. S. Joaquim e Nossa Senhora. Na capella-mór, vêem-se de cada lado duas tribunas com janellas envidraçadas de caixilhos dourados. No corpo da egreja ha 4 capellas, duas de cada lado: a do Santissimo, Senhora das Dôres, que veiu para esta egreja transferida d'uma casa da rua de S. Bento onde estava; Nossa Senhora da Conceição da Escola, imagem que foi salva no incendio do antigo Collegio dos Nobres, e recolhida n'esta egreja; Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens; S Sebastião da Saude, a unica imagem que se salvou da antiga, Nos altares ainda se vêem mais algumas imagens. Na sacristia da irmandade ha entre outros, um painel grande representando o encontro de Nossa Senhora e Santa Izabel, tendo sobre o altar a imagem da Senhora da Soledade. Na sacristia dos padres, do lado direito, está um altar com Nossa Senhora dos Anjos, esculptura de pedra, ainda em branco; é de cinzel allemão, e veiu tambem da antiga egreja de S. João Nopomuceno.

São Mamede Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Borbella, conc. e distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Canedo, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Mamede, de Cuide de Villa Verde, conc. de Ponto da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Villa Verde, districto de Braga. || Santa Eulalia, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Fajões, conc. de Oliveira de Azemeis, do mesmo distr || S. Simão, de Junqueira, concelho de Villa do Conde, districto do Porto. || S. Miguel, do Lavradas, concelho de Ponte da Barca, districto de Vianna do Castello. || Nossa Senhora da Expectação, de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || S. Thiago, de Lustosa, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Maria, de Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || N. S.ª da Purificação, de Roliça, conc. de Obidos, distr. de Leiria. || Santo Estevão, de Vinhós, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Logar que dá o nome a uma est. do caminbo de ferro na linha de Torres Vedras, entre as de Bombarral e Obidos. || Serra do distr. de Portalegre. Tem 1:025 m. d'altura e é a continuação d'um dos ramos da cordilheira celtiberica ou cantabrica, prolongando se em Hespanha com os nomes de Guadalupe, Montanhez e montes de Toledo. Liga-se pelas planuras da Povoa á serra de Niza a NO, e com a serra d'Ossa que fica ao sul.

São Mamede de Riba Tua. Villa e freg. de S. Mamede, da prov. de Traz-os-Montes, conc e com. de Alijó, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 447 fog. e 1.541 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, pharmacias e est. post. Dista 6 k da séde do conc. Tem est do caminbo de ferro na linha do Douro, entre a de Tua, e o apeadeiro de Castedo. A mitra apresentava o abbade, quo tinba 100$000 reis. A terra é muito fertil; produz laranjas que são consideradas as melhores do paiz, e vinhos do superior qualidade, tintos e brancos, que na sua maior parte são exportados para o estrangeiro. Tem grandes adegas, e bons edificios de construcção moderna. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 13, com a séde em Villa Real.

São Mamede de Sádão Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Grandola. distr. de Lisboa, bisp. de Beja; 67 fog. e 312 bab. Tem esc. do sexo masc. e est post. Dista 23 k. da séde do conc A Mesa da Consciencia o Ordens apresentava o capellão, que tinha alguns generos e 10$000 reis em dinheiro. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 11, com a séde em Setubal.

São Manços Pov. o freg. de S. Manços, da prov. do Alemtejo, conc., com , distr. e arceb. de Evora; 258 fog. e 1:153 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada n'um valle na margem esquerda d'um affluente da ribeira de Azambuja, a 19 k. da séde do conc. A mitra apresentava o cura, que tinha alguns generos de rendimento. A terra é fertil em cereaes, e cria muito gado. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res n.° 11, com a séde em Setubal. || Pov na freg de S Martinho e conc. do Pombal, distr. de Leiria.

São Marçal (*Thomaz Quintino Antunes, visconde e conde de*). Antigo typographo, proprietario da Typographia Universal, e um dos proprietarios e fundadores do *Diario de Noticias*. N. em

Lisboa no anno de 1820, oudo tambem fal. a 16 de fevereiro de 1898. Era filho de paes humildes. Frequontou a aula de primeiras letras regida pelo mestre Felix, realista exaltado, que foi assassinado na noite de 21 d'agosto de 1831, n'uma revolta liberal pelos revoltosos de infantaria n.º 4. Continuou depois a sua educação litteraria nas aulas da Congrogação do Oratorio no convento das Necessidades, concluindo ali os estudos que formavam o denominado curso de portuguez. Desde muito creança que uma vocação irresistivel o chamava para a arte typographica, e aos 14 annos de edade, a 4 d'abril de 1834, entrou como apreudiz, para a Imprensa Nacional, de que era então administrador Rodrigo da Fonseca Magalhães. D'ali passou para o quadro typographico da *Guarda avançada*, um dos primeiros jornaes politicos que appareceram depois da campanha da

Conde de S. Marçal

Liberdade, e de que eram redactores os irmãos Castilhos, Antouio, José e Augusto, o qual se imprimia na typographia de Romão Rodrigues da Costa. O jornal deixou de ser ali feito, passando a outra typographia, mas Thomaz Quintino Antunes conservou-se, ficando empregado na composição de diversas obras. Mais tarde, faltando o trabalho, foi para a typographia de Autouio Sebastião Coelho, onde se imprimia *O Independente*, folha diaria, de que eram redactores e proprietarios Antonio Luiz de Seabra, depois visconde do Seabra, e Antonio d'Oliveira Marreca. Terminando a publicação do *Independente*, conseguiu ser admittido na typographia da Academia Real das Sciencias, onde se conservou até agosto de 1840. Thomaz Quiutino Antunes, desde muito novo encantado pelas ideias liberaes e detestando todas as oppressões e despotismos, estava sempre ao lado dos partidos mais avauçados, e conspirou nas varias revoltas democraticas que se deram n'essa epoca em Lisboa, taes como a de 14 de agosto de 1840, que tinha por fim apoiar o movimento das provincias para derribar o ministerio Costa Cabral, e que chegou a invadir o deposito d'armas do Arsenal do Exercito, abortando com a prisão de 52 dos seus principaes influentes. Entro esses contava se Thomaz Quiutino Antunes, que então estava no quadro typographico da Academia das Sciencias, onde era o compositor predilecto do erudito escriptor D. Fr. Francisco de S. Luiz. Pertenceu á guarda nacional, e foi alferes da 8.ª companhia do 18.º batalhão nacional. Saindo da prisão no fim de 4 mezes, e depois d'algumas vicissitudes resultantes da sua attitude politica, contava ser readmittido na Academia, mas não o conseguiu pela opposição que lhe fez o guarda mór da Academia Manuel José Pires. N'esta epoca, a typographia atravessava uma crise medouha. Escaceava o trabalho em toda a parte, e o pouco que havia, era pago por menos da terça parte do seu valor. Por fortuna vagou n'esta occasião o logar de director technico da typographia do *Portugal Velho*, e conseguiu ser ali admittido, depois de algumas difficuldades que se levantaram, por ser um jornal miguelista, e Thomaz Quintino Antunes ser conhecido como constitucional. Aquella empresa jornalistica era composta dos homens mais respeitaveis do partido realista. Pouco depois de acabar a publicação d'esso jorual, foi convidado pelo dr. Holtremann para se encarregar da direcção da typographia da *Gazeta dos Tribunaes*, de que era proprietario este distincto advogado, juntamente com o dr. Antonio Gil Mais tarde o dr. Holtremann adquiriu a propriedade da *Revista Universal Lisbonense*, cuja redacção estava confiada a Antonio Feliciano de Castilho. Um anno depois, Castilho foi convidado para dirigir em S. Miguel o jornal *Agricultor michaelense*, e partiu para aquella ilha, sendo substituido na *Revista* por José Maria da Silva Leal. No fim de dois annos a *Revista* passou a ser redigida por Sebastião José Ribeiro de Sá, o qual comprando a imprensa do *Panorama*, de que era então proprietario Sautos Monteiro, a juntou á typographia da *Gazeta dos Tribunaes*, ficando Thomaz Quintino Antunes director do estabelecimento. Aqui, associado com José Maria de Seabra, publicou uma edição das obras do Padre Antonio Vieira. Mais tarde, em 1854, Ribeiro de Sá, associando se com Rebello da Silva, adquiriu a propriedade da Typographia Universal, na rua dos Calafates, hoje do *Diario de Noticias*, e ali reuniram as typographias que já possuiam, Ribeiro de Sá a da *Revista Universal*, e Rebello da Silva a da *Imprensa e Lei*. Thomaz Antunes foi convidado para administrador do estabelecimento, encargo que elle acceitou de accôrdo com o dr. Heltremann. Imprimiram se então ali diversas folhas politicas, como a *Regeneração*, *Civilisação*, etc. Mezes depois, Rebello da Silva abandonou a sociedade, o Ribeiro de Sá tomou um novo socio, Albano da Silveira Pinto. Esta nova sociedade durou pouco tempo, porque Ribeiro de Sá, no ultimo periodo da sua existencia, soffreu gravissimos transtornos, e viu-se envolvido n'um desgraçado processo, porque teve de responder nos tribunaes, sendo demittido do logar que exercia, e achando se

sem recursos teve de abandonar a parte que tinha na empresa, ficando Silveira Pinto o unico proprietario. A typographia começou a decair muito, e Silveira Pinto propoz a Thomaz Antunes o ceder-lhe a propriedade, o qual a adquiriu por negociação feita em 1855. Desde então, vendo se sómente senhor da administração, dedicou-se ardentemente ao desenvolvimento da typographia. Os trabalhos começaram a affluir em tão grande escala que o seu producto o habilitou em pouco tempo para poder reformar o material, adquirir novas machinas e comprar o edificio, o que realisou em 1862, fazendo lhe alterações radicaes. Pouco a pouco foi adquirindo as propriedades contiguas, e as da rua do Norte, que ficam nas trazeiras do edificio, podendo assim alargar muito a typographia, escriptorios e todas as mais dependencias, tornando o um dos mais importantes estabelecimentos congeneres existentes em Lisboa. Ali chegou a reunir ao mesmo tempo 5 jornaes diarios: *O Conservador*, *O Paiz*, *O Jornal de Lisboa*, *O Commercio de Lisboa*, e *O Progresso e Ordem*. Era então redactor litterario do *Conservador* o já muito conhecido jornalista Eduardo Coelho, e do seu convivio com Thomaz Antunes, nasceu o plano da fundação d'um jornal diario independente, noticioso e inoffensivo, e d'esse plano appareceu em 29 de dezembro de 18?4 o 1.º numero do *Diario de Noticias*, sendo dentro em pouco o unico jornal diario que ali se publicava. A folha agradou muito, as assignaturas concorriam extraordinariamente. O novo jornal trazia a novidade para Lisboa, de se vender pelas ruas a 10 reis, pelos pequenos varinos, que ao principio se recusavam a esse exercicio, e que por fim acceitaram, depois de grandes esforços empregados para os convencer. Tambem o grande desenvolvimento dos annuncios se deve ao *Diario de Noticias*, porque veiu despertar aos commerciantes o desejo e a conveniencia de se annunciarem os estabelecimentos para os tornarem assim mais conhecidos. A typographia Universal tambem se desenvolveu muito mais em edições e numerosas publicações, que, com os recursos de que dispõe, saem sempre as impressões nitidas, o que muito contribue para attrahir a concorrencia. A classe typographica deveu-lhe numerosos serviços, e são elles tão conhecidos e considerados, que sem haver solicitações officiosas, mas por espontanea distincção dos altos poderes do Estado, Thomaz Quintino Antunes foi agraciado, em 30 de junho de 18?9, com a commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; com o titulo de visconde de S. Marçal, em 20 de agosto de 1885, sendo elevado ao de conde, em 7 de novembro de 1891. Recebeu tambem outras distincções civicas dos eleitores de Lisboa, sendo em 1878 eleito membro da Junta Geral do Districto.

São Marçal Pov. na freg. de S. Pedro, de Esmeriz, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Roça da ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

São Marcos. Povoações nas freguezias: Santa Cruz e conc. de Albergaria a-Velha, distr. de Aveiro || Santa Maria de Castello, de Evora Monte, conc de Extremoz, distr. de Evora. || S. Luiz, de Pias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem || N. S.ª de Belem, de Rio de Moiro, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, distr. de Faro.

São Marcos da Abobada. Pov. e freg. do S. Marcos, da prov. do Alemtejo, conc., com., distr. e arceb. do Evora; 64 fog e 247 hab. Dista 15 k. da séde do conc. A mitra apresentava o cura, que tinha de rendimento alguns generos. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. o res. n.º 11, com a séde em Setubal.

São Marcos d'Atabueira Pov. e freg. de S. Marcos, da prov. do Alemtejo, conc. de Castro Verde, com. de Almodovar, distr. e bisp de Beja; 281 fog. e 927 hab. Tem esc. do sexo masc., est post., fabrica de cêra com lagar e branqueio. Está situada na estrada de Beja a Tavira, na margem direita d'um affluente do rio Cobre, a 13 k. da séde do conc. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o capellão, que tinha diversos generos e 10$000 reis em dinheiro. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro.

São Marcos do Campo. Pov. e freg. de S. Marcos, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Reguengos de Monsaraz, distr. e arceb. de Evora; 2:192 hab Tem esc. do sexo masc, est. post.; fabricas de cadeiras de alandro, de linho, e uma feira annual a 25 d'abril. A mitra apresentava o cura, que tinha de rendimento alguns generos. A terra é fertil e cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal.

São Marcos da Serra. Pov. e freg. de S. Marcos, da prov. do Algarve, conc. e com. de Silves, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 452 fog. e 2:081 hab. Tem esc. do sexo fem, est post, medico, est. do caminho de ferro, na linha de Lisboa ao Algarve, entre a de Messines e o apeadeiro de Pereiras. Está situada no alto da serra, mas rodeada de cabeços em sitio aspero e agreste. A mitra apresentava o cura, que tinha 150$000 reis do rendimento. A egreja matriz é muito antiga. A pov. produz algum trigo e centeio; tem montados onde se criam bastantes porcos, cêra, mel, gado de toda a qualidade e caça. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos.

São Martinho *(Antonio Ascenso de Siqueira Freire de Sousa Chichorro de Abreu Magalhães Cardoso Castro Calvos Vaz Martins do Quental Serniche, 2.º conde de)*. Moço fidalgo com exercicio no paço, por alvará de 25 de outubro de 1821. N. a 2 de setembro do 1803, e fal. a 22 de agosto de 1833, Era filho do 1.º conde do mesmo titulo e de sua mulher D. Maria das Necessidades Figueiredo Cabral. Casou com D. Maria da Graça Lobo da Silveira, filha dos 3.ºs marquezes barões d'Alvito, D. José Antonio Placido Lobo da Silveira Quaresma e D. Izabel Vicencia Iguez da Cunha e Lorena.

São Martinho *(Ascenso Antonio da Madre de Deus de Siqueira Freire de Sousa Chichorro de Abreu Magalhães Cardoso Castro Calvos Vaz Martins do Quental de Serniche, 3.º conde de)*. Fidalgo da Casa Real. N. em Lisboa a 28 de dezembro de 1829, onde tambem fal. a 11 de agosto de 1907. Era filho do antecedente. Ficou orphão de pae aos 4 annos de edade, e entregue aos cuidados de sua mãe, de quem recebeu uma educação esmeradissima, assim como de seu tio, o respeitavel fidalgo José Antonio de Siqueira. Na regencia de D. Miguel recebeu a confirmação do titulo de conde de S. Martinho em 26 de outubro de 1832. Era

muito illustrado e de elevada intelligencia, falando com toda a correcção varias linguas que apreciava, não esquecendo o latim que muito conhecia e traduzia bem. Reunia á sua vasta erudição a maior modestia, recusando sempre quaesquer distincções honorificas, mesmo as que lhe fôram propostas pela Santa Sé. Herdou de seus paes avultada fortuna, mantendo, até fallecer, fidelidade ao principe proscripto D. Miguel, que sempre considerou o seu verdadeiro rei. Em 1851 foi a Londres com o unico intento de lhe beijar a mão, voltando em 1862 para affirmar mais uma vez os seus protestos á causa legitimista. O conde de S. Martinho tomou parte na deputação que foi assistir em Brombach ás honras funebres prestadas ao seu monarcha, voltando ali depois varias vezes a visitar a familia proscripta. Casou aos 29 annos de edade com sua prima D. Maria Domingas Antonia de Siqueira.

São Martinho *(Ascenso de Siqueira Freire de Sousa Chichorro Abreu Cardoso Castro Calvos Serniche, 1.º conde de).* Moço fidalgo com exercicio no paço, por alvará de 11 d'abril de 1775, do conselho da rainha D. Maria I, commendador de S. Vicente da Beira, na ordem de Christo; senhor do solar de Cardoso, em S. Martinho dos Moiros e dos morgados de Christello e Bairro, e de outros em Elvas, instituidos por Gaspar de Siqueira e Vasconcellos, governador e capitão general da ilha da Madeira, official de cavallaria. Nasceu a 23 de agosto de 1765, falleceu a 8 de agosto de 1823. Casou em 1792 com D. Maria das Necessidades Figueiredo Cabral, filha de D. Pedro da Camara Figueiredo Cabral, fidalgo escudeiro, veador de D. Maria I, alcaide mór das villas da Certã e Pedrogão Pequeno, etc., e de sua mulher, D. Marianna de Menezes. Fôram os paes do 1.º conde de Belmonte, D. Vasco Manuel Figueiredo Cabral da Camara. Esta illustre familia é representante de Vasco Martins de Sousa Chichorro, o heroe que transpoz a nado o rio Douro, para levar ao principe D. João, depois D. João II, a bandeira que esteve em risco de ficar no poder dos hespanhoes, na occasião do revez succedido a D. Affonso V. E' descendente de D. Diogo Lobo de Siqueira, governador da India, e de D. Ascenso de Siqueira Vasconcellos, que em Elvas promoveu a acclamação de D. João IV.

São Martinho. A fundação d'esta parochia é reputada entre as mais antigas de Lisboa, porque, segundo D. Rodrigo da Cunha, já em 1168 se encontra n'uma escriptura memoria a seu respeito. Na mesma egreja existia um documento authentico da sua antiguidade, pois que entre a capella de S. Francisco e o cunhal do arco do côro estava um nicho, que fôra feito para confessionario, no qual se lia uma inscripção latina, cuja traducção em portuguez é a seguinte: «No dia 13 das kalendas de fevereiro (20 de janeiro) Jeronymo Ramires primeiro prior d'esta egreja falleceu na era de 1221 (anno do 1183).» Esta capella, nos ultimos tempos, era consagrada a Jesus Maria José, e pertencia á irmandade dos cegos. A egreja lograva a preeminencia de priorado. Tambem consta que no primeiro de maio de 1191 assistira o prior d'esta egreja ao synodo, que fizera na cathedral o bispo D. Sueiro Annes. A egreja estava situada, onde hoje se vê um pequeno largo, que fazia parte do terreno em que então assentava o edificio, tendo defronte o palacio onde foi morto o conde de Andeiro, havendo um um passadiço para o palacio que depois se transformou em cadeia do Limoeiro. Com o correr de longos annos foi se arruinando a egreja, chegando no seculo XVII a um estado lastimoso. O conde de Villa Nova de Portimão, D. Gregorio Thaumaturgo de Castello Branco, prestou-se a custear a despeza da reedificação, e dando se principio aos trabalhos, lançou se a primeira pedra a 11 de novembro de 1631, dia do santo padroeiro da freguezia. Dizem que esta pedra fôra a mesma que servira nos alicerces do primitivo edificio. O prior era n'essa epoca o dr. Simão Torrezão Coelho, deputado do Santo Officio e lente da Universidade de Coimbra. A egreja era d'uma nave, com a fachada voltada para o poente, sendo as rainhas suas donatarias, que apresentavam o prior, que tinha 400$000 reis, pouco mais ou menos. Havia 4 beneficios, sendo 3 de 80$000 reis cada um, e o outro de 40$000 reis, os 4 beneficiados eram da apresentação do prior. No altar mór estava o sacrario com o Santissimo, vendo se aos lados do altar as imagens de S. Martinho e Santa Catharina. No corpo da egreja havia 4 capellas, todas com imagens, sendo de mais devoção a capella da Senhora da Piedade, que fôra instituida pelo citado conde de Villa Nova. A imagem era muito antiga e de muita devoção. Segundo constava, na grande peste que assaltou Lisboa em 1569, fazendo numerosas victimas, os habitantes horrorisados recorreram á Senhora da Piedade com preces e lagrimas levaram a imagem em procissão por todas as ruas da cidade, pedindo que os livrasse de tão terrivel flagello. A imagem pertencia então á irmandade dos maritimos. O terremoto do 1755 arrazou todo o edificio e muitas propriedades que estavam contiguas, assim como umas que lhe ficavam na frente, e a prejudicavam um pouco, e parte do Limoeiro. Aos terriveis abalos, cairam algumas porções das abobadas e paredes, e precipitaram se os sinos e a sua torre, que se fez em pedaços. O corpo da egreja com a abobada e os encontros, tudo ficou illeso e seguro. A sacristia, casas da irmandade, e escada, tiveram pequeno prejuizo. Passado um mez installou-se a parochia na ermida de Santa Barbara, ás Fontainhas, onde se conservou 9 mezes, juntamente com a de S. Jorge, de Arroios, que tambem ficara com a egreja muito arruinada; exerciam ali ambas as freguezias as suas funcções parochiaes, e os officios divinos por turnos. A egreja reconstruiu se, e em 8 de setembro de 1756 se restituiu á antiga freguezia o seu prior, então Rodrigo José Dourado de Mariz Sarmento. A capella mór fôra toda feita de novo, sendo estucada em vez de abobada, de que era antes. O antigo passadiço, que communicava com o Limoeiro, foi destruido já nos primeiros annos do seculo XIX. No altar-mór estava a imagem de S. Martinho. A egreja tinha mais 4 altares: Santissimo, Senhora da Piedade, Menino Jesus da irmandade dos cegos, e S. Miguel. A ultima missa, que se celebrou na egreja, foi no anno de 18 5. A freguezia reuniu se á de S. Thiago, como se conserva ainda hoje, por ordem do governo, por portaria de 17 de outubro de 1836, fazendo se a transferencia em solemne procissão, em que fôram levadas todas as imagens, ficando a de S. Martinho ao lado do altar mór n'um nicho do lado da Epistola, tendo do lado do Evangelho o

padroeiro da egreja de S. Thiago. A Senhora da Piedade foi collocada n'uma linda capella fronteira á do Santissimo, continuando a ser de muita devoção. As duas irmandades do Santissimo, de S. Martinho e de S. Thiago, tambem se reuniram formando uma só Em 1837 resolveu-se a demolição da antiga egreja,construindo-se n'aquelle local algumas propriedades

São Martinho. Pov. e freg de S. Martinho, da prov. da Beira Baixa, conc e com. de Ceia, distr. e bisp. da Guarda; 212 fog. e 787 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada proximo da ribeira de Ceia a 4 k. da séde do conc. O reitor do Ceia apresentava o cura, que tinha 8$000 reis de congrua e o pé d'altar. Chamava se antigamente *S. Martinho a par de Ceia* A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. da Extremadura, conc. e com. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa, arceb. de Evora; 80 fog. e 396 hab Dista 21 k. da séde do conc. A Mesa da Consciencia o Ordens apresentava o prior, que tinha de rendimento diversos generos e 10$000 em dinheiro. A terra é muito fertil, e pertence á 4.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. || Ilha da Madeira; pov. e freg. de S. Martinho, conc., com., distr. e bisp do Funchal; 1:111 fog. e 5:550 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post, medico, e uma philarmonica. Pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.º 27, com a séde no Funchal. || Povoações nas freguezias: N. S.ª de Con duzende, de Adorigo, conc. de Tabuaço, distr. de Vizeu. || Santa Eulalia, de Aguada de Cima, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Thomé, de Aguiã, conc de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador e conc. de Alcoutim, distr. de Faro. || Santa Maria, de Alvora, conc. de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello || S. Claudio, de Barco, conc. de Guimarães, distr. de Braga || S. Sebastião, de Barroca, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco. || Santo Estevão, de Barros, conc. de Villa Verde, distr. de Braga || Santa Tecla, de Basto, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr || S. Martinho, do Bougado, conc. do Santo Thirso, distr. do Porto. || S Martinho, de Carvalhos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro de France, conc. e distr. de Vizeu. || Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra || Santa Maria, de Idães, conc de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Cruz, de Jovim, conc. de Gondomar, do mesmo distr. || S. Miguel, de Lama, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || S. Thiago, de Lobão, conc da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Margaride, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Sant'Anna, de Orgens, conc e distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Ossella, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, distr. do Porto N S.ª d'Assumpção, de Peva, conc. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu. || S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, do mesmo distr. || S. Martinho, de Sequeiró, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santo Adrião, de Cever, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Martinho, de Soengas, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Santo André, de Telões, conc. do Amarante, distr. do Porto. || Ribeira do distr. de Evora. Nasce na freg. de S. Romão, corre a O até á freg. de S. Martinho, inclina-se depois para SO e entra no rio Sado, junto da sua foz, com 17 k. de curso. || Ribeira da ilha de S. Thiago, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Ponta da ilha de Bissau, na prov. da Guiné, Africa Occidental. Está situada na costa S da ilha e a E da ponta Bium, da qual dista cêrca de 3 k. || Pequena enseada da ilha de S Thiago, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. E' apenas frequentada por embarcações de pequena lotação, que vão carregar milho. || Nome geralmente pouco conhecido da villa de Quelimane, actualmente séde do distr. de Zambezia, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

São Martinho d'Além. Pov. na freg. de S. Pedro, de Villar do Paraizo, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

São Martinho das Amoreiras. V. *Amoreiras.*

São Martinho de Angueira. Pov. e freg. de S Pedro, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Miranda do Douro, distr. e bisp. de Bragança; 165 fog. e 731 hab. Tem esc. do sexo masc., est post., hospedaria, e minas de estanho, pertencentes á sociedade belga *L'Etain* Está situada na margem esquerda da ribeira Angueira, a 10 k da séde do conc., n'um valle que fórmam varias montanhas Era séde da commenda da ordem de Christo, de que eram commendadores os marquezes de Louriçal. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 10, com a séde em Mirandella.

São Martinho d'Anta. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Sabrosa, com. o distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 358 fog e 1713 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, medico, est. post. e uma feira a 22 de ca mez Dista 5 k. da séde do conc. Foi reitoria da mitra. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

São Martinho d'Ornellas. Pov. na freg. de Santa Maria, de Olival, conc. de V. N de Gaia, distr. do Porto.

São Martinho de Arvore. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc., com, distr. e bisp. de Coimbra; 101 fog. e 505 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Está situada em planicie na margem d'um affluente do rio Mondego, e na falda d'um monte, a 12 k. da séde do conc. A abbadessa do convento de Lorvão apresentava o vigario, que tinha de rendimento 70$000 reis. E' muito abundante d'aguas, o que a torna muito fertil. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23 com a séde em Coimbra.

São Martinho do Bispo. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com, distr. e bisp. de Coimbra; 1:014 fog. e 4:362 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, correio com serviço de posta rural, Escola Nacional de Agricultura, medicos, pharmacias, etc. Está situada a 1 k. da margem esquerda do rio Mondego, e a 4 da séde do conc. O bispo conde de Coimbra, apresentava o vigario, que tinha 200$000 reis de rendimento. E' uma freg. grande, rica e fertil em todos os generos agricolas, produzindo muito bom vinho. Tem abundancia de peixe do rio Mondego, que lhe fica proximo, e do mar, o que lhe vem pela Figueira da Foz. Pertence á 5.ª div. mil. e ao

distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra.

São Martinho do Campo. V. *Campo*.

São Martinho de Cedofeita. V. *Cedofeita*.

São Martinho das Chãs. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Armamar, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 305 fog. e 1:100 hab Dista 12 k. da séde do conc. O bispo de Lamego apresentava o vigario. que tinha de rendimento 40$000, e o seu coadjutor 8$000 reis, tudo pago pela commenda da ordem de Christo. A pov. é fertil em milho, centeio, vinho e azeite. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 9, com a séde em Lamego.

São Martinho da Cortiça. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Arganil, distr. e bisp. de Coimbra; 478 fog. e 1:844 hab Tem est. post, esc. do sexo masc., pharmacia e hospedaria. O conde de Pombeiro, marquez de Bellas, apresentava o prior, que tinha de rendimento annual 40$000 reis, e o pé de altar. A terra é muito fertil e cria muito gado. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. o res. n.º 23, com a séde em Coimbra.

São Martinho de Dume *(Duarte Ferreri de Gusmão, 2.º barão de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Christo, coronel honorario do extincto batalhão nacional de Braga, etc. N. a 15 de fevereiro de 1820; fal. a 5 de janeiro de 1850. Era filho do 1.º barão do mesmo titulo (V. o *artigo seguinte*). Era proprietario em Braga e presidente da camara municipal da mesma cidade. Casou em 2 de fevereiro de 1842 com D. Anna Augusta Peixoto de Sousa Villas Boas, filha de Manuel Pinto Peixoto Villas Boas, fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo e proprietario, e de sua mulher D. Anna Pinto de Sousa Freire. Foi lhe renovado o titulo no de seu pae, por decreto de 9 de outubro de 1841. Tem por brazão as armas dos Gusmões, o qual foi concedido por alvará de 9 de maio de 1825: Escudo franjado; no 1.º e ultimo quartel, em campo azul duas caldeiras com duas azas xadrezadas de ouro e vermelho, e nos encaixes das azas cada uma com 3 cabeças de serpe de ouro; orla de prata com 8 arminhos de negro, timbre; 3 pescoços de serpe de ouro retorcidos.

São Martinho de Dume *(Duarte Guilherme Ferreri de Gusmão, 1.º barão de)*. Cavalleiro professo, e commendador da ordem de Aviz e da Torre e Espada; brigadeiro reformado, condecorado com a cruz de ouro da Guerra Peninsular, etc. N. a 23 de março de 1778, fal. a 10 de abril de 1844. Era filho de Francisco Ferreri, coronel do regimento de infantaria n.º 21. Seguindo a carreira das armas tomou parte activa na Guerra da Peninsula, como official de artilharia, sendo no fim da campanha condecorado com a medalha n.º 4. Foi presidente do conselho militar reunido no Porto a 18 de maio de 1828, e dias depois vice presidente da Junta Provisoria contra o governo de D. Miguel, pelo que teve de emigrar, voltando só 4 annos mais tarde com o exercito liberal, que veiu dos Açôres com D. Pedro. Foi agraciado com o titulo de barão de S. Martinho do Dume, por decreto de 4 de abril de 1837. Casou a 29 de julho de 1818 com D. Izabel Rita Pinto Bastos Ferreira, já viuva de Theodoro Allen, e filha de Domingos Ferreira Pinto Bastos, e de sua mulher, D. Maria da Costa.

São Martinho de Gandra. V. *Gandra*.

São Martinho Grande. Pov. da freg. do Santissimo Nome de Jesus, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

São Martinho de Moiros Villa e freg. de S. Martinho, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Rezende, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 615 fog. e 2:188 hab. Tem est post., pharmacias, notario, etc. Está situada na margem direita d'um affluente do rio Douro e na esquerda d'este rio, nas abas d'uma serra, a 8 k. da séde do conc. A Universidade de Coimbra apresentava o reitor, que tinha 30$000 de congrua, e o pé d'altar. A freguezia é muito antiga, e julga-se que data de tempos ainda mais remotos, que o do dominio dos moiros, e que já fôra povoada pelos gôdos e romanos. Houve aqui a *honra dos Cardosos*, da qual foi morgado Luiz Vaz Cardoso de Menezes, tronco dos Cardosos do Amaral, e dos Moraes Cardosos, dos Olivaes, no termo de Lisboa, de Vizeu e de outras terras. A villa de S. Martinho de Moiros foi séde de conc. desde os primeiros tempos da monarchia, sendo supprimido por decreto de 24 de outubro de 1855. A rainha D. Thereza, regente do reino na menoridade de seu filho D. Affonso Henriques, deu foral a esta villa, no 1.º de março de 1121, e D. Manuel deu lhe foral novo, em Lisboa, a 20 de outubro de 1513. A freg. é populosa, contendo um extenso territorio. O seu clima é ameno e saudavel até meia encosta do monte, mas áspero e desabrido d'ahi para cima, até á raia de Penêda, comprehendendo parte da serra das Meadas, que de inverno está coberta de neve, emquanto na parte inferior da freg. (margem do rio) se goza d'uma temperatura agradavel. A egreja matriz é um bom templo de construcção gothica, e muito antigo, mas bem conservado, por ser todo de granito. O orgão, que existe aqui, passa por ser o melhor de toda a diocese. Um dos monumentos que mais distingue esta freg., é o Santuario do Senhor do Calvario, na aldeia da Feira Nova, onde se fazia uma romaria em agosto, que costumava ser muito concorrida pelos habitantes das freguezias visinhas. A villa pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

São Martinho das Moitas. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. Pedro do Sul, distr. e bisp. de Vizeu; 179 fog. e 1:011 hab. Tem escolas do sexo fem. e dista 18 k. da séde do conc. A terra é fertil, tem muito gado e caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

São Martinho Pequeno. Pov. da freg. de N. S.ª da Graça, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

São Martinho do Peso. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov de Traz os Montes, conc. e com de Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança; 245 fog. e 933 hab. Tem esc. do sexo masc. Está situada na margem d'um affluente de Angueira, na estrada de Mogadouro a Algoso. O real padroado apresentava o abbade, que tinha de rendimento 100$000 reis. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

São Martinho do Porto. Villa e freg. de S. Martinho, da prov. da Extremadura, conc. e com.

d'Alcobaça, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa; 378 fog. e 1:370 hab. Está situada n'um logar elevado, junto d'uma barra que fica entre duas serras, por onde entra um braço de mar que fórma enseada em frente da villa de Salir do Porto Dista 18 k da séde do conc. Tem escolas para ambos os sexos, est. post., hospedaria, medico, pharmacia, notario, muitos estabelecimentos commerciaes e industriaes, est. do caminho de ferro na linha de Lisboa á Figueira da Foz, entre as de Bouro e Cella. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 7, com a séde em Leiria. O D. abbade geral do Alcobaça apresentava o prior, por ser uma das villas dos seus coutos, o qual tinha do rendimento 1 alqueire de trigo de cada fogo. Esta antiga e pittoresca villa teve foral, que lhe deu em 1295 o D. abbade d'Alcobaça, e el rei D. Manuel I lhe deu foral novo, em Lisboa, no dia 1 de outubro de 1518. Tem porto de mar, e a sua barra está entre duas serras formadas de grandes penhascos Em epocas remotas era importantissimo este porto, pois que affluiam muitas embarcações, estendendo se então as margens da enseada até á villa de Alfeizirão, como constava do cartorio do mosteiro de Alcobaça Diz-se que no principio do seculo XVI, indo ali um syndico d'aquelle mosteiro, encontrou 80 navios fundeados. Consta que no fim do seculo XVII se construiram n'este porto, as naus *N. S.ª da Nazareth*, e a *Oliveirinha*, ambas de 60 peças, e que no principio do seculo XVIII tambem aqui se fizeram 2 fragatas, de mais de 50 peças cada uma, sendo constructores Antonio da Silva e Manuel Vicente. Diz se que fôram egualmente fabricados aqui a maior parte dos vasos de guerra com que D. Sebastião foi á infeliz jornada a Africa em 1578, que deu em resultado a desastrosa batalha d'Alcacer-Kibir. A villa de S. Martinho do Porto foi séde d'um conc., que se supprimiu por decreto de 24 de outubro de 1855, ficando então pertencendo ao de Alcobaça. Sendo este conc supprimido em 1895, passou a villa ao das Caldas da Rainha por decreto de 7 de setembro d'esse anno, voltando para o de Alcobaça, depois de ter sido restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. A villa tem uma bella praia de banhos, que costuma ser muito frequentada na estação propria. Tem-se publicado aqui os jornaes: *O Arauto*, 1900; *O Domingo*, março de 1890. Em S. Martinho ha um estaleiro de inspecção de madeiras, onde se preparam os postes telegraphicos para as linhas do Estado; e ha mais uma serração mechanica a vapor, uma fabrica de productos resinosos em que se faz a distillação da gomma colhida no pinhal, obtendo-se terebentina, pez loiro e resina amarella, e mais uma fabrica de alcatrão e pez obtidos pela distillação das raizes o dos cepos dos pinheiros.

São Martinhos. Boca no canal de Alpiarça.

São Matheus. Pov. e freg. de S. Matheus, conc. e com. de Montemór o-Novo, distr. e arceb. de Evora; 194 fog. e 750 hab. Tem est post. Dista 3 k. da séde do conc. e está annexada civilmente á freg. do Castello, de Montemór o-Novo. A mitra apresentava o cura, que tinha alguns generos de rendimento. A terra é fertil em cereaes. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11 com a séde em Setubal. || Pov. e freg. de S. Matheus, da ilha do Pico, conc. da Magdalena, com. da mesma ilha, distr. do Horta, bisp. de Angra do Heroismo, Açôres; 363 fog. e 1:418 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e as seguintes sociedades de recreio: *Gabinete de leitura de Camillo Castello Branco*, *Lyra recreativa picoense*, e *Nova Lyra picoense*. Dista 15 k. da séde do conc., e tendo sido annexada ao de Lagens do Pico por decreto de 18 de novembro de 1895, que supprimiu o de Magdalena, voltou para este, quando foi restaurado por decreto de 13 de janeiro do 1898. O terreno é proprio para a cultura da vinha e de cereaes. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. || Povoações nas freguezias: S. Lourenço do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Rego da Murta, conc. de Alvaiazere, distr. de de Leiria. || S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra. || Pov. do conc. de Santa Cruz, no distr. e bisp. do Angra do Heroismo, ilha Graciosa, Açôres || Pov. da freg. de Vélas, no distr. de Angra do Heroismo, Ilha de S. Jorge, Açôres. || Ponta situada na costa da ilha Terceira, Açôres || Ponta situada na costa S da ilha do Pico, Açôres. Fica nas proximidades da pov. do mesmo nome || Roça na ilha do Principe, Africa Occidental.

São Matheus da Calheta. Pov. e freg. do S. Matheus, da ilha Terceira, Açôres, conc., com., distr. e bisp. de Angra do Heroismo; 488 fog. e 2:312 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Dista 5 k da séde do conc. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo.

São Mathias *(Fr. Manuel de)* Religioso da ordem de S Francisco. Ignora se o local e a data do nascimento. Partiu para o Oriente, e professou em Gôa, na ordem franciscana da provincia de S Thomé. Missionou em Ceylão e no continente da India. Foi elle o negociador da paz celebrada entre Ayres de Saldanha e o soberano de Jafanapatão. Esteve como prior do convento de Gôa, e ali fal. em 1632.

São Mathias Pov. e freg. de S. Mathias, da prov. do Alemtejo, conc, com, distr. e bisp. de Beja; 182 fog. e 789 hab. Tem esc. do sexo masc. o est. post. Está situada no cruzamento das estradas que vão de Cuba a Serpa e de Beja á Vidigueira, na margem direita da ribeira do Odearce. A mitra apresentava o cura que tinha de rendimento alguns generos. A terra é fertil e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. || Pov. e freg. de S. Mathias, da prov. do Alemtejo, conc., com., distr. e arceb. de Evora; 132 fog. e 610 hab. Dista 10 k. da séde do conc. e a sua egreja matriz fica na estrada de Evora a Montemór-o-Novo. A mitra apresentava o cura, que tinha do rendimento alguns generos. A terra é fertil, e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal || Freg. do conc. das Ilhas, no distr. e arceb de Gôa, India. Tem escola.

São Miguel (*Alvaro José Botelho de Tavora, 2.º conde de*). Commendador das commendas de Santa Maria da Arruda, Santa Maria do Miranda, no arcebispado de Braga, S. Miguel de Auriade, no de Lamego, e S. Julião de Azurara no de Vizeu, todas na ordem do Christo. Era filho do 1.º conde do mesmo titulo, Francisco Nuno Alvares Botelho, e de sua terceira mulher, D. Cecilia de Tavora. Fal. a 22 de abril de 1724. Casou com

D. Antonia de Bourbon, viuva do Fernandes Mascarenhas, commendador d'Alcacer do Sal, na ordem de Christo, filha de D. Thomaz do Noronha, 3.º conde dos Arcos, do conselho do Estado e presidente do ultramarino, e de sua mulher, a condessa D. Margarida do Bourbon. O brazão d'armas d'estes fidalgos é um escudo partido em pala, na primeira as armas dos Botelhos: Em campo do ouro 4 baudas do vermolho; na segunda, as dos Tavoras: Em campo do ouro 5 faxas de azul ondadas d'agua, e entre as ondas um delfim de sua côr; por orla a legenda *quascunque findit;* timbre, um meio leão com as armas dos Botelhos.

São Miguel *(Alvaro José Xavier Botelho de Tavora, 4.º conde de).* Governador e capitão general da ilha da Madeira e governador dos goyazes, para que foi nomeado em janeiro do 1750. N. a 26 d'abril de 1708 e fal. a 21 d'abril de 1789. Era filho primogenito dos 3.os condes do mesmo titulo, a quem succedeu em toda a sua importante casa Casou em 8 de novembro de 1731, com D. Luiza de Noronha, filha dos 5.os condes dos Arcos. Foi lhe concedido o titulo a 3 de setembro de 1750.

São Miguel *(Alvaro José Xavier Botelho de Portugal Coronel Sousa e Menezes de Noronha Correia de Lacerda, 6.º conde de).* Commendador da ordem de Christo, coronel de infantaria na Legião Portugueza em França; par do reino em 1826, etc. N. a 16 de dezembro de 1771, fal. a 21 do agosto do 1850. Era filho do 5.º conde do mesmo titulo e de sua mulher, D. Anna Izabel de Portugal. Succedeu a seu avô no titulo, a 21 d'abril do 1789, e a sua mãe, na casa, a 28 de janeiro de 1793. Casou duas vezes: a primeira a 14 de janeiro de 1795, com D. Constança Leonor da Camara e Menezes, que fal. a 28 de fevereiro de 1827, filha do D. Pedro da Camara de Figueiredo Cabral, e de D. Marianna de Menezes; a segunda vez, a 18 de fevereiro do 1836, com D. Rosalia Desirée Bucôt, filha de Carlos Bucôt e de Margarida Briot.

São Miguel *(Fr. Bernardo de).* Monge de Cister. N. em Villa Nova da Cerveira, parece que em 1634, fal. no convento d'Alcobaça em 1697. Professou n'este convento em 1652. Fr. Antonio das Chagas pediu ao geral da sua ordem, para que fr. Bernardo o acompanhasse na sua peregrinação evangelica pelo reino, e foi assim que elle se tornou o companheiro predilecto d'aquelle grande missionario. Retirou se para o solitario convento de Lafões, vindo por fim para o de Alcobaça, até que falleceu. Escreveu o seguinte livro mystico: *Espelho da razão, amor acertado,* etc., Lisboa, 1690.

São Miguel *(Fernando Xavier Botelho de Tavora, 5.º conde de).* Cavalleiro da ordem de Christo, coronel do regimento de infantaria de La Lippe. N. a 8 d'agosto de 1737, e fal. a 1 de fevereiro de 1785. Era filho dos 4.os condes de S. Miguel, e, como falleceu ainda em vida de seu pae, passou depois o titulo a seu filho Alvaro José Botelho, que foi o 6.º conde de S. Miguel. Casou em 1 de setembro de 1767 com D. Anna Izabel de Portugal Correia de Lacerda Coronel de Sá e Menezes, senhora dos morgados de Gafete, Toloza e Comieira no priorado do Crato, filha herdeira de Manuel Joaquim Correia de Lacerda Sá e Menezes, senhor dos referidos morgados, e de D. Bernarda Gabriella de Vilhena de Sousa.

São Miguel *(Francisco Nuno Alvares Botelho, 1.º conde de).* Era filho unico do Nuno Alvares Botelho, capitão general das armadas do Alto bordo, que falleceu em maio de 1630, e de sua mulher D. Brites do Lima. Esta senhora, tendo enviuvado, passou a segundas nupcias com Francisco de Sá e Menezes, 2.º conde do Penaguião. Filippo III, dominando Portugal, concedeu o titulo de conde de S. Miguel a Francisco Nuno Alvares Botelho, por carta de 25 de junho de 1633; titulo tomado da quinta de S. Miguel, que elle possuia junto a Aldeia Gallega O monarcha deu-lhe tambem a fortaleza de Moçambique para satisfazer as suas dividas, e os bens que gozasse da corôa perpetuos e os das ordens em 4 vidas. O 1.º conde de S. Miguel succedeu em toda a casa de seu pae, e fal. em 1687. Casou com D. Izabel de Mendonça, que falleceu a 16 de maio de 1642, filha de Francisco de Sá, conde de Penaguião, camareiro mór e seu padrasto, e de sua primeira mulher, a condessa D. Joanna de Castro. Casou segunda vez, clandestinamente, com D. Ignez de Almeida, filha do Manuel Cardoso Castanho, de quem teve filhos, que não herdaram a casa, por se não ter provado o matrimonio Casou terceira vez com D. Cecilia de Tavora, filha herdeira de Alvaro Pires de Tavora, e de sua mulher D. Izabel de Castro.

São Miguel *(Sebastião Guedes Brandão de Mello, 9.º conde de).* Official-mor da Casa Real, moço fidalgo com exercicio no paço; veador da rainha D. Maria Pia, gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, cavalleiro da Torre e Espada, commendador de numero extraordinario de Izabel a Catholica e cavalleiro de Carlos III, ambas ordens hespanholas; cavalleiro de Sant'Anna, da Russia, de Leão Neerlandez dos Paizes Baixos, de Alberto da Saxonia, de Leopoldo da Belgica, de S. Gregorio Magno de Roma, de S. Mauricio e S. Lazaro de Italia, commendador da Corôa de ferro da Austria, da Legião de Honra da França, de S. Salvador da Grecia; official de Instrucção Publica de França, etc., bacharel formado em direito e habilitado com o curso administrativo da Universidade de Coimbra, distincto diplomata, etc. N. a 7 de maio de 1842 nos paços da mesma Universidade, onde n'essa epoca era reitor seu bisavô o conde de Terena, mais tarde marquez; fal. em Lisboa, no seu palacio a S Lourenço, a 25 do dezembro de 1904. Era filho de Francisco Brandão de Mello Cogominho, moço fidalgo, major d'artilharia, que fal. a 27 de março do 1854, filho do 2.º conde de Terena, e de sua mulher e prima D. Maria da Natividade Guedes de Portugal e Menezes, filha dos 1.os viscondes da Costa. Começou a sua carreira diplomatica sendo nomeado addido á legação de S. Petersburgo em 1868; foi transferido em 1869 para a do Bruxellas, onde serviu como encarregado do negocios até ao fim do mesmo anno, passando depois para a embaixada em Roma. Foi elle quem n'esta côrte tomou parte activa nos trabalhos da congregação do hospicio de Santo Antonio dos Portuguezes, e mais tarde fez parte da commissão executiva nomeada pelo marquez de Thomar, então ministro do Portugal junto da Santa Sé, para administrar o referido hospicio e proceder á organisação de novos estatutos. Recebera já a promoção a 2.º secretario. Vindo depois para Lisboa servir na secretaria dos negocios es-

trangeiros. Em 1872 teve transferencia para a legação em Vienna, onde serviu como segundo secretario, voltando depois a fazer serviço no gabinete do ministro dos negocios estrangeiros. N'esse anno foi nomeado official mór da Casa Real. Em 1874 voltou ao seu posto em Vienna d'Austria, tendo primeiro sido encarregado d'uma missão especial na côrte de Madrid. Por portaria de 16 de agosto de 1878, sendo encarregado de negocios em Paris, foi incumbido de formular um relatorio ácêrca do ensino popular em França e de colligir e colher, na exposição universal, que n'esse anno se realisou em Paris, todos os elementos que julgasse necessarios para o desenvolvimento do ensino industrial e agricola, relatorio que apresentou a 18 de junho de 1879, que é um documento de notavel valor, que serviu de base á reforma da nossa instrucção publica. N'essa epoca desempenhou, juntamente com as funcções do seu cargo, as de delegado por parte de Portugal, na conferencia monetaria internacional reunida em Paris, para o que fôra nomeado por decreto de 13 de abril de 1881. Como enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto do presidente da confederação da Suissa assignou em Berne a troca das ratificações da convenção phylloxerica internacional, por parte de Portugal, para o que lhe foi passado o pleno poder em 1 de julho de 1882, e negociou com o conselho federal, revelando superior criterio, a convenção consular que concluiu e assignou em Berne a 25 de agosto de 1883. Em 1886, por occasião do casamento de D. Carlos, então principe real, com a rainha D. Amelia, foi o conde de S. Miguel, sendo ministro em Haya, convidado a deixar a carreira diplomatica, para juntamente com a condessa, sua mulher, formar a côrte dos reaes principes, onde permaneceram alguns annos. Teve então a nomeação de veador da rainha D. Maria Pia, ficando ao serviço da princeza real. Esteve depois em S. Petersburgo como ministro, sendo muito bem recebido pelo imperador da Russia, e muito apreciado por aquella grandiosa côrte. Em julho de 1892 foi nomeado ministro de Portugal na côrte de Madrid, onde teve ensejo de tomar parte na organisação d'um importante tratado de commercio entre Portugal e Hespanha. No começo do inverno de 1904, regressou d'uma viagem ao estrangeiro, mas adoecendo gravemente com uma pneumonia infecciosa, falleceu poucos dias. Conta-se o seguinte caso, que muito enobrece a memoria do illustre fidalgo. Contando apenas 14 annos de edade, estando na quinta dos Costas, de seus avós maternos, na freguezia de Mancellos, concelho de Amarante, attrahiu lhe a attenção o toque dos sinos, dando signal de fogo. Correu logo ao local do incendio e ouviu as vozes lacrimosas d'uma pobre mãe, que pedia que lhe salvassem dois filhos que se encontravam na casa toda em chammas; ninguem se atrevia a soccorrel-os, e ali teriam perecido horrorosamente, se o joven fidalgo não entrasse com arrojo na casa, conseguindo salvar as creanças. Este acto de heroicidade valeu lhe ser condecorado com a Torre e Espada, lavrando o respectivo decreto o duque de Saldanha, então ministro, que assim quiz recompensar o pequeno heroe. O conde de S. Miguel casou em 14 do novembro de 1867 com D. Marianna da Madre de Deus José Paulina de Noronha e Brito, dama da rainha D. Maria Pia, filha e herdeira do 10.º conde dos Arcos, e tambem herdeira do titulo dos condes de S. Miguel e dos vinculos da mesma casa. O titulo foi lho concedido por decreto de 20 novembro do 1871. A'cêrca dos 7.º o 8.º condes d'este titulo, não podemos obter nenhum esclarecimento.

São Miguel *(Thomaz José Botelho de Tavora, 3.º conde de)*. Commendador das commendas na ordem de Christo, já citadas, gentil homem da camara do infante D. Antonio. N. em fevereiro de 1689, ignora-se a data do seu fallecimento. Era filho dos 2.ºs condes de S. Miguel. Casou com D. Julianna de Lencastre, dama do paço, filha do 2.º conde de Unhão, Fernão Telles de Menezes e Castro, e de sua mulher, D. Maria de Lencastre.

São Miguel. Uma das ilhas da archipelago dos Açôres. Está situada no Oceano Atlantico, a 70 k. da ilha de Santa Maria, a 100 da Terceira, a 145 do S. Jorge, a 160 do Pico, a 170 da Graciosa, a 205 do Fayal, a 585 das Flôres, a 590 do Corvo e a 1:240 do cabo da Roca, a contar da ponta NE, chamada da Ribeira. E' a maior das ilhas que fórmam o grupo oriental, e está a NNO da de Santa Maria. Tem 61 k. de comprimento e 14 de largura média, e o desenvolvimento da sua costa é de 130 k. Em toda a sua extensão é está accidentada por uma cordilheira de montanhas vulcanicas, que fórmam nos extremos da ilha dois massiços distinctos, separados por uma depressão entre a Ribeira Grande e a Ponta Delgada. O monte mais alto da serrania, bem como de toda a ilha, é o Pico da Vara, que tem 1:700 m. d'altitude. A O d'este pico estende-se uma ampla cumiada chamada dos Graminhaes e a serra Achada das Furnas, seguindo-se-lhe outra tambem muito elevada, a Agua de Pau. Aqui deprimido, o planalto eleva-se mais adeante e fórma o massiço occidental das Cumieiras da Bretanha, onde ha a famosa Lagôa das Sete Cidades, cratera d'um vulcão extincto, cujo fundo é occupado pela Lagôa Grande, que tem 2 k. de diametro, pela Lagôa Azul, pela Caldeira Grande e pela Caldeira Pequena. O fundo da cratera está a 264 m. acima do nivel do mar, e o Pico da Cruz, que se levanta na circumferencia d'ella, a 817 m. A cratera tem 5 k. de diametro No massiço oriental tambem ha crateras extinctas, substituidas por lagôas: taes são a Lagôa do Congo, a Lagôa das Furnas e a Caldeira, da qual se sáe a ribeira da Agua Quente, d'aguas de temperatara elevada. Tem origem n'esta elevada serrania varios rios que, comquanto de pequena extensão, se transformam em torrentes inpetuosas no tempo das chuvas. As principaes são duas: a Ribeira Grande na costa N, e a Ribeira da Agua do Pau na costa S. A costa da ilha é geralmente sinuosa, alta e alcantilada, principalmente na parte correspondente áquellas serras, e rasgada aqui e além por pequenas enseadas, quasi todas desabrigadas e batidas dos ventos As principaes são: na costa N, Porto Formoso, Ribeira Grande. e Capellas; na costa NE, a pequena enseada dos Mosteiros; na de SO, Ponta Delgada, onde ha um porto artificial, e na costa S a bahia de Agua de Pau e o porto de Villa Franca, abrigado por um ilhote. As pontas principaes que avultam na costa são: na do NE, a ponta do mesmo nome; na N, a ponta d'Ajuda, a do Cidrão, proximo da qual

está edificada a villa da Ribeira Grande, a ponta da Senhora da Luz e a Furada; na de NO, as pontas da Bretauha e dos Mosteiros; na do SO, as da Ferraria, da Candelaria, da Festeira e Ponta Delgada, proximo da qual está a importante cidade do mesmo nome; na do S, as pontas de Agua de Pau, da Galera, da Garça o do Fayal; e no extremo SE a ponta Retorta. O clima da ilha é bastante temperado e sadio, e sendo em geral o archipelago excessivamente humido, nota-se n'ella muito menos humidade do que nas ilhas Terceira e Graciosa Como todas as outras do archipelago açoriano, a ilha de S. Miguel é d'origem vulcanica, claramente demonstrada pelas formidaveis convulsões que tem soffrido, pelas vastas cratéras dos seus vulcões extinctos, pelos seus geysers e pelas rochas que o fórmam. Assim é que, em varias epocas, os phenomenos sismicos se fizeram sentir n'ella duramente, destruindo lhe algumas povoações e levando lhe a desolação com a ruina. De 1844 a 1845 uma terrivel erupção destruiu uma grande montanha na parte O, e as aguas quo encheram duas das suas cratéras formaram as lagôas das Sete Cidades. Em 1552 um grande tremor de terra desmoronou os moutes do Rabaçal e do Louriçal, que cairam sobre a povoação do Villa Franca, então a mais importante da ilha, e que ficou soterrada, perecendo no pavoroso cataclysmo 4:000 pessoas. Em 1563, o Pico dos Sapateiros lançou lavas por espaço de muitos dias Em 1720 e 1755, outros tremores de terra arruinaram algumas povoações, e, finalmente, na noite de 7 para 8 de fevereiro de 1881, formidaveis terremotos que se sentiram em quasi toda a ilha, arruinaram grande parte da villa da Povoação, da Ponta da Garça o de Villa Franca do Campo, assumindo a catastrophe taes proporções que foi preciso que a metropole acudisse com soccorros immediatos, e que se abrisse tambem uma subscripção publica, para suavisar a afflictiva situação das povoações mais prejudicadas Na costa O, e a pequena distancia da ponta da Ferraria, existe ou parece existir um vulcão submarino que manifestou a sua actividade em 1638, 1691, 1720 e 1812, anno em que fez sair do fuudo das aguas uma ilhota que desappareceu algum tempo depois, e que foi chamada *Sabrina* pelo capitão d'um navio inglez quo d'ella tomou posse em nome do seu rei. Em 1867 houve uma nova erupção, mas sem que a corrente vulcanica attingisse a superficie do mar, observando se uma erupção de gazes e a projecção de substancias solidas. Bem ao contrario do que se dá nas outras ilhas açorianas, n'esta abundam as aguas potaveis e as mineraes do valle das Furnas são riquissimas. Brotam de immensas fendas e nascentes, a meio da concavidade d'uma antiga cratéra, mas são só tres as aldeias principaes, verdadeiros geysers repuxantes no dizer d'um observador, que lançam columnas do vapores aquosos e enormes jactos d'agua a ferver quo attingem 1 m. d'altura n'uma d'essas tres caldeiras. A maior encontra se no valle das Furnas; a segunda está junto da lagôa, na base do Pico de Ferro; e a terceira na parte E do Pico de Duarte Pacheco. As aguas d'estas tres sulfataras reduzem se a duas especies. agua salina queute o agua acidula fria conhecida por *agua azeda*. São demasiadamente conhecidos os seus effeitos therapeuticos, e d'ahi a justa fama do que gozam. A ilha de S. Miguel é uma das mais cultivadas do archipelago, sendo por isso consideravel a sua riqueza agricola. Produz trigo, milho, cevada, centeio, legumes, batatas, inhame, cera, mel, nozes, castanhas, muita e optima laranja, aguardente, viuho, vinagre, etc. No concelho de Lagôa ha fabricas de ceramica e de destillação de alcool; na de Ponta Delgada ha fabricas do cerveja, de destillação, de sabão, de serralharia, de tabacos e tecidos. Principaes artigos do commercio: cereaes, alcool, ananazes e laranja. No conc. da Povoação ha fabricas de cal e do telha, muitas estufas d'ananazes e o commercio principal é o dos cereaes No conc. da Ribeira Grande ha fabricas de destillação e de serrar madeira, e cultiva-se e manipula-se o chá Canto, que tem uma grande extracção dentro e fóra do paiz. Commercio principal: trigo, milho, fava, vinho, alcool e chá. No conc. do Villa Franca do Campo ha fornos de cal e fabrica de louça; o seu principal commercio consiste em tecidos diversos, ananazes, batata doce, laranja e vinho. A ilha de S. Miguel pertence ao distr administrativo do Ponta Delgada, um dos tres das ilhas adjacentes, e está dividida em 6 concelhos: Lagôa, Nordeste, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande e Villa Franca do Campo, com 41 freguezias pertencentes ao bispado do Angra do Heroismo. As povoações mais notaveis da ilha são a cidade de Ponta Delgada, Ribeira Grande e Villa Franca do Campo. A instrucção publica é facultada em numerosas escolas. Descoberta por Gonçalo Velho Cabral a 8 de maio de 1444, dia em que a egreja romana celebra a apparição de S. Miguel, esta ilha teve como seu primeiro donatario o proprio descobridor, sendo o logar denominado Povoação aquelle que primeiro foi habitado. Bibliographia: *Ilha de S. Miguel*, por Luiz da Silva Mousinho d'Albuquerque o Iguacio Pitta de Castro Menezes.

São Miguel. Freguezia de Lisboa, no bairro de Alfama Segundo alguns escriptores, a antiguidade da egreja remouta ao tempo d'el-rei D. Manuel; porém, no *Portugal antigo e moderno*, vol. IV, pag 216, diz Pinho Leal que a egreja foi fundada por D. Affonso Henriques em 1150 e reedificada por seu neto, D. Affonso II, em 1220. A parochia instituiu se muito mais tarde, mas já o estava em 1550 ou 1551, porque d'ella faz menção Christovam Rodrigues de Oliveira, no seu *Summario*, impresso n'esse anno. O P. Antonio de Carvalho, no tomo III da *Chorographia portugueza*, affirma que em 1674 se reedificou a egreja desde os alicerces. Era o templo do padroado real, que rendia 300$000 reis, tendo 4 beneficios de 70 a 80$000 reis cada um, com obrigação de côro, sendo os beneficiados apresentados pelo prior. A egreja soffreu bastante com o terremoto de 1755, porque arruinando-se o tecto, que ficava sobre o côro, o abateu com tudo quanto ali estava. Tambem a derrocada das torres, não só fez estremecer as paredes do lado esquerdo, mas quasi as de toda a egreja. A parochia, em vista de tão desastroso estrago, passou para umas casas fronteiras ao Campo da Lã, d'ondo voltou para a sua egreja, depois de reparada quanto foi possivel. Antes do terremoto, a freguezia constava de 870 fogos, ficando depois reduzida a metade, porque as melhores propriedades de casas, que estavam no ambito da freguezia, ficaram summamente ar-

ruinados, e os inquilinos e os proprietarios passaram para outros territorios. A egreja está situada no pequeno largo de S. Miguel, com a fachada voltada ao sul e um pequeno adro tendo 3 portas de entrada, e na parte superior 3 janellas para o côro. Encimando a fachada vê se ao centro um nicho de pedra, tendo sobre elle uma cruz, e dentro a imagem de S. Miguel. Aos lados estão as duas torres dos sinos A egreja é d'uma só nave; a capella-mór é toda adornada de bons trabalhos de talha dourada, figurando entre os ornatos as estatuas colossaes dos 4 evangelistas. Sobre o altar-mór estava antigamente a imagem da Senhora da Conceição, tendo em nichos aos lados as de S. Miguel e de S. José Actualmente vê-se S. Miguel sobre o altar, imagem que foi restaurada em 18?3, tendo nos referidos nichos a Senhora da Estrella e S. José. Na egreja ha 2 altares collateraes, onde estão as imagens da Senhora da Soledade e da Conceição; e mais 6 lateraes, sendo no arco cruzeiro o do Santissimo; no 2.º do lado da Epistola vê se a Senhora das Dôres, que veiu do convento de Xabregas, em 1835, para esta egreja, por terem sido extinctas as ordens religiosas. N'um dos outros altares havia o Senhor da Pobreza, que era de grande devoção, mas que já não existe. A antiga collegiada foi extincta ha muitos annos. Os altares são todos de talha dourada como a capella-mór. Ha dois bonitos e antigos pulpitos. O corpo da egreja é adornado com muitos quadros, sendo alguns, segundo se julga, trabalhos do pintor Bento Coelho, que floresceu no seculo XVII. O tecto é todo de ornatos antigos. A sacristia é modesta e tambem muito antiga.

São Miguel. Povoações nas freguezias: S Mamede, de Caniçada, conc. de Vieira, distr de Braga. || O Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || O Salvador, de Figueiredo, conc. e distr. de Braga. || S. João Baptista, de S. João de Areias, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Lobão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Miguel de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Miguel, de Loureda, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra || Santa Maria, de Olival, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Christovão e conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Pena, conc. e distr. de V. Real. || S. Pedro, de Penude, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Riba de Moiro, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Christina, de Serzedello, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e distr. de Leiria. || Ilhéo da prov. de S Thomé e Principe, Africa Occidental, no golfo dos Mafras, a pequena distancia da costa O da ilha de S. Thomé. Está situada ao S do ilhéo Formoso e a O do ilhéo Gabado, com os quaes fórma um triangulo cujo vertice é constituido pelo ilhéo Formoso e a base pelos de S. Miguel e Gabado. || Pequena enseada da ilha de S. Thiago, archipelago e prov. do Cabo Verde, Africa Occidental. E' frequentada por alguns barcos de grande lotação que vão carregar milho || Freg. do conc. e com de Villa Franca do Campo, distr. de Ponta Delgada, bispo de Angra do Heroismo, na ilha de S. Miguel, Açôres. || Freg do conc. da Praia, com. de Sotavento, na ilha de S. Thiago, archipelago e prov. do Cabo Verde, Africa Occidental. Excellentes plantações de café e sementeiras de milho. Clima benigno. || Roça da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. || Porto da ilha de S. Thomé, na prov. do S. Thomé e Principe, Africa Occidental. || Freg. da circumscripção de Manhiça, no distr. de Lourenço Marques, prov. de Moçambique, Africa Oriental. || Freg do conc de Santa Catharina, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Compõe se de numerosas povoações. || Pov. da freg. do conc. de S. Roque, no distr. de Horta, com. da ilha do Pico; bisp. de Angra do Heroismo, Açôres. Creação de gado. Cereaes e vinho.

São Miguel da Acha. Pov. e freg de S. Miguel, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Idanha a Nova, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 369 fog. e 1:605 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Está situada proximo da margem esquerda da ribeira de Ceife na estrada de Idanha a Nova a Alpedrinha, a 13 k. da séde do conc. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha 40$000 reis e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, posto que já existia no tempo dos moiros, mas pouco se sabe a seu respeito. Ha aqui uma mina de chumbo. A terra é fertil, e nos seus montes apparece bastante caça grossa e miuda. Tambem cria gado de toda a qualidade. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

São Miguel o Anjo. Pov na freg. de Santa Maria, de Sandim, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Ilha do Pico, Açôres; pov. na freg. de S. Roque e conc. do S Roque do Pico, distr. de Horta. Tem caixa postal.

São Miguel de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S Cosme de Gondomar, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

São Miguel de Diante Pov. na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

São Miguel do Matto Pov. e freg. do S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. de Arouca, distr. de Aveiro, bisp. do Porto, 205 fog. e 731 hab Tem esc. do sexo masc Dista 25 k. da séde do conc. Pertenceu ao antigo conc. de Fermedo, que foi supprimido em 1855. O real padroado e a mitra apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 400$000 reis de rendimento. Está situada a pov. n'um terreno accidentado, mas os seus pequenos valles são muito ferteis, por serem abundantes d'agua Cria se aqui muito gado bovino que se exporta para Inglaterra. A egreja matriz é muito antiga e pequena. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 6, com a séde no Porto || Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Vouzella, distr. e bisp. de Vizeu; 285 fog. e 1:069 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Dista 9 k da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha do rendimento 300$?00 reis. A terra é muito fertil em toda a qualidade de fructas. Cria muito gado, e nos montes apparece muita caça Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

São Miguel do Outeiro. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Tondella, distr. e bisp de Vizeu; 258 fog. e 991 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post.

Dista 9 k. da séde do conc. O real padroado apresentava o vigario, que tinha de rendimento 100$000 reis. Foi antigo conc. que se supprimiu por decreto de 4 de outubro de 1855. El-rei D Diniz deu-lhe foral, em Coimbra, a 20 de maio de 1288. Não teve foral novo. A villa de S. Miguel de Outeiro é muito antiga, mas ignora se quando foi fundada e o nome do fundador. Pertence á 2.ª div. mil.' e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

São Miguel do Pinheiro. Pov. e freg. de S Miguel, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Mertola, distr. e bisp. de Beja; 458 fog. e 1:596 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Dista 12 k. da séde do conc A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o capellão, que tinha algun generos de rendimento A freg. é rica e fertil. Cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 4.ª div. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro.

São Miguel de Polares. V. *Poiares*.

São Miguel do Rio Torto. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Abrantes, distr. de Santarem, bisp. de Portalegre; 558 fog. e 2:128 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post. e uma fabrica de cortiça e rolhas. Está situada a 2 k. da margem esquerda do rio Tejo, e a 5 da séde do conc. O vigario da freg. de S. João Baptista, de Abrantes, apresentava o cura, que tinha 50$000 reis de rendimento. A terra é fertil e pertence á 2.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes.

São Miguel de Seide *(Nuno Castello Branco, visconde de)*. Foi lhe concedido este titulo, por decreto de 7 de julho de 1887, em attenção aos muitos serviços prestados á litteratura portugueza por seu pae, o grande romancista Camillo Castello Branco, visconde de Correia Botelho.

São Miguel de Seide. V. *Seide*.

São Mil. Pov. na freg. de S. Martinho, de Parada Thodéa, conc. de Paredes, distr. do Porto.

São Neutel. Serra do distr. de Coimbra, que entronca na de Ajuda.

São Nicolau. E' esta freguezia uma das antigas de Lisboa, e uma das mais opulentas. Não só pela tradição, mas pela *Historia Ecclesiastica* d'esta diocese, consta que o bispo D. Matheus a mandou de novo erigir no anno de 1280, pois que n'esse tempo estava ausente em Italia. E sendo certo que D. João I, em 1430, annexára a renda dos fructos d'esta egreja á Universidade, então em Lisboa, se infere que já antecedentemente estava estabelecida, e que era do padroado real. Passados muitos annos foi preciso reedificar-se, e emquanto duraram as obras se transferiu o Sacramento e a freguezia para a ermida da Senhora da Victoria, onde permaneceu até 8 de agosto de 1627, dia em que voltou em solemne procissão para a sua egreja, já reedificada, a qual se acabou de rebocar em 1650, como constava da seguinte inscripção d'uma pequena pedra, que estava collocada na parede da parte de fóra da mesma egreja, nas costas da capella de S. Bartholomeu: «Aos 8 de agosto de 1627 passou o Santissimo Sacramento de Nossa Senhora da Victoria para esta egreja de S. Nicolau, e se rebocou com o dinheiro que o procurador e o thesoureiro do reino alcançaram da finta passada d'esta egreja 1650.» O padroado era das rainhas, e rendia, antes do terremoto de 1755, 1.440$000 reis, não pertencendo tudo ao prior, por tocar uma terça parte á Universidade de Lisboa, por lhe ser annexa, conforme se disse. A collegiada compunha se de 10 beneficiados, que o prior apresentava, com obrigação de côro, havendo tambem 6 capellães cantores com differentes vencimentos A irmandade do Santissimo apresentava 26 capellanias, tambem de congruas diversas, e a das Almas apresentava 14 capellas de 48$000 cada uma. Entre as outras irmandades aqui estabelecidas, era veneravel por ser muito antiga, a da Senhora das Mercês, porque trazendo a sua origem de uma romagem que certos devotos, tomando o exemplo da festa instituida em Alemquer pela rainha Santa Izabel, faziam todos os annos, indo de Lisboa á egreja da Merceana com um cirio, no anno de 1431, não querendo admittil-os os mordomos da Merceana por causa da peste, que então affligia Lisboa, os confrades voltando descontentes, estabeleceram a mesma confraria em S. Nicolau com o novo titulo da S.ª das Mercês, e fazendo o seu compromisso, não só lh'o approvou o nuncio Jeronymo Riceno, a 27 de janeiro de 1538, mas lhe deu faculdade para erigirem capella com adro e sino. O compromisso foi depois confirmado por D Jorge d'Almeida em 28 de agosto de 1565. No anno de 1728 se aggregou esta irmandade á archi-confraria de Santo Adrião, de Roma, para participar das muitas graças e indulgencias que os papas lhe tem concedido. A egreja era d'uma só nave, com a fachada para o poente; tinha a capella-mór, tendo sobre o altar o sacrario, do lado da Epistola S. Nicolau, e do Evangelho a Senhora da Lembrança. Havia mais 10 capellas lateraes, todas com boas imagens. O terremoto de 1755 e o incendio que se seguiu causaram á egreja uma hororosa e total destruição, perdendo se todas as preciosidades que ella encerrava. E para mais dolorosa desgraça, victimou perto de 4:000 pessoas dentro dos limites da freguezia, ficando d'esta fórma os 2:325 fogos que existiam, reduzidos apenas a 912. O prior passou a estabelecer a freguezia na ermida da Senhora da Pureza, da calçada da Gloria, onde se conservou muito tempo, tendo estado nos dois primeiros mezes depois da horrivel catastrophe, unida com a parochia de Santa Justa n'uma barraca que se armara no Rocio. A egreja antiga estava situada, pouco mais ou menos, onde se vê a actual, na rua da Victoria, tornejando para as ruas dos Douradores e da Prata. As obras da construcção do novo templo fôram muito demoradas, vindo a concluir se completamente em 1850. A fachada é de simples architectura, sendo voltada para o norte. Por um espaçoso adro para onde se sobe por alguns degraus, chega se ás 3 portas que dão entrada á egreja, tendo superiormente 3 janellas que deitam para o côro. Na capella mór vê se sobre o altar a imagem de S. Nicolau; ha ali tambem 4 vastissimas tribunas. Tem 8 altares lateraes, sendo no arco-cruzeiro do lado do Evangelho o do Santissimo, e fronteiro o da Senhora da Caridade. Nos outros, vêem se as imagens do Santo Christo Milagroso, a Senhora da Soledade que pertenceu ao convento de Corpus Christi, que ficava proximo, e que foi para ali em 1835. No altar da sacristia da irmandade está a imagem da Senhora do Monte do Carmo que perten

ceu ao mesmo convento, vindo tambem para esta egreja em 1835. Todas as pinturas do tecto da capella-mór e da egreja, são do pintor Pedro Alexandrino de Carvalho. Na sacristia dos padres está sobre o altar a imagem de S. Nicolau. Sobre uns bons arcazes vêem-se uns bons ornamentos dourados com diversas reliquias do santos, mettidas n'umas especies de nichos. A irmandade do Santissimo, depois do anno de 1834, obteve do governo ecclesiastico os melhores paramentos que possuiam os conegos seculares de S. João Evangelista; recebeu tambem duas banquetas de bronze dourado, e 3 sinos para a sua pequena torre, e outros muitos objectos proprios para adorno, bem como diversas armações.

São Nicolau. Freguezia da cidade do Porto, pertencente ao 2.º bairro (Occidental). Foi creada em 1853 pelo bispo D. Fr. Marcos de Lisboa, bispo do Porto. A mitra apresentava o abbade, e em séde vacante, era feito por concurso synodal. Tinha 500$000 reis de rendimento annual. A egreja é um templo regular; tem muitas e boas alfaias. A extenção e população da freguezia precisava d'um templo vasto, e quando em 1834 foram extinctas as ordens religiosas em Portugal, e ficou devoluto a magnifica egreja do convento de S. Francisco, falou-se em arvoral-a em matriz, com o que muito lucrava a parochia, mas a ideia não vingou. Não está bem averiguado se, quando o bispo D. Fr. Marcos de Lisboa creou a freguezia, se já no local havia algum templo, ou se foi elle tambem quem o mandou construir. E' certo, porém, que a primitiva matriz devia ser um templo bem pequeno, pois da camara ecclesiastica (maço unico de Breves de Oratorios e outros documentos) consta que, em 1655, o prelado comprou duas moradas de casas, contiguas á egreja de S. Nicolau, para sobre o chão d'ellas accrescentar a dita egreja, que era muito pequena. Fr. Manuel da Esperança, na sua *Chronica dos frades menores de S. Francisco*, tomo I, pag. 406, diz que no local d'esta egreja de S. Nicolau existia desde tempos remotos uma capella da mesma invocação, e cita uma escriptura de venda, datada de junho de 1247, da qual constava que os leprosos venderam a João Pires uma cortinha (campo) na Ribeira, junto do caminho que ia para S. Nicolau. Esta egreja foi reedificada e com certeza alargada o melhorada, pelo bispo D. Nicolau Monteiro, aproximadamente em 1671, e quando em seguida ao desastroso incendio que a devorou toda, em 12 de agosto de 1758, a confraria e os parochianos a restauraram No incendio perdeu-se tudo quanto na egreja havia do mais precioso, e na reedificação não só se fizeram de novo as paredes da capella mór, mas parte do pano da frente que ficára em ruinas, e na reconstrucção da frente se alterou o risco anterior, dando o prelado para esta obra 200$000 reis, que a confraria acceitou, mandando esta proseguir com obras da restauração, decorações, etc , por conta propria, mas declarando que muito espontaneamente tomára sobre si tal encargo, pois que toda a despeza com a restauração devia ser feita pela mitra, como fabriqueira. em harmonia com o estipulado pelo bispo D. Fr. Marcos de Lisboa, na escriptura quo, fizera em 24 de julho de 1740. Emquanto duraram as obras esteve o Santissimo na capella de N. S.ª, ao Terreiro de Alfandega (a velha) para onde fôra transferido no dia seguinte ao incendio, e já em 1762 a egreja estava restaurada, e a 19 de setembro d'aquelle anno, foi para ali transferido o Santissimo em solemne procissão, celebrando-se na egreja restaurada e ricamente armada, uma pomposa festividade. O retabulo da capella mór foi feito de novo. A confraria teve muitas offertas, tanto em dinheiro como em objectos de decoração e do culto. Em 1761 comprou so, por subscripção, um orgão. O que existe actualmente foi mandado fazer no anno de 1800. N'um altar lateral da egreja, do lado da Epistola, foi collocado no dia 21 de dezembro de 1785 o corpo de S. Vicente martyr, que Thomaz da Rocha Pinto, cavalleiro da ordem de Christo e rico negociante, mandára vir de Roma com grande pompa, á sua custa. Na freguezia de S. Nicolau estão situados os importantes edificios: o palacio da Bolsa, a Caixa filial do Banco de Portugal, a Casa do Banco Commercial na rua de Ferreira Borges, Banco Alliança, no antigo palacete da familia Pachecos Pereiras, e outras casas bancarias, o hospital da ordem Terceira de S Francisco, etc.

São Nicolau. Uma das ilhas do grupo N ou de Barlavento, archipelago, prov. e bisp. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situada no Oceano Atlantico, a 105 k. da ilha do Sal, que lhe fica quasi a E, e a 31 ao SE da ilha de Santa Luzia. Fórma com esta um canal em que se levantam os ilhéos Branco e Raso, havendo comtudo passagem entre ella e os ilhéos e entre estes e a ilha de Santa Luzia. Com esta ultima ilha e com as de S. Vicente e de Santo Antão, que lhe ficam proximas, fórma um grupo especial que bem podia ser classificado de Noroeste, cabendo a S. Nicolau o extremo S do grupo e á de Santo Antão o extremo N. A ilha de S. Nicolau tem 47 k. do comprimento maximo, desde a ponta da Pedra da Enxova, a E, até á praia Branca, a O, e 25 na sua maior largura, desde a ponta dos Camarões, ao N, até a ponta Vermelharia, ao S. Bastante montanhosa vêem-se n'ella montes destacados d'apparencia vulcanica. Tem duas cadeias do montes: uma a E, entre a ponta Dagú e a da Coruja, e outra ao S, desde a Vermelharia até ao monte Gordo, a O da Ribeira Brava. Mas ao centro da ilha notam-se apenas ligeiras ondulações. Ha n'ella marquezitas e pyrites de cobre, muita o boa pedra de cantaria e alguma calcarea, o na ponta da Vermelharia algum crystal de rocha, caparosa e magnesio. A ilha é cortada por pequenas ribeiras que no tempo das chuvas se transformam em torrentes caudalosas. As aguas potaveis são poucas. O clima parecer ter sido excellente n'outro tempo, depois grassaram ali as febres endemicas o as dysenterias, principalmente na Ribeira Brava, a epidemia da cholera de 1856 matou quasi um terço da população, e a estas outras epidemias se seguiram, como a de 1860, que tambem lhe causaram consideraveis estragos. Os portos mais importantes da ilha são: S. Jorge ou Porto Velho, na bahia de S. Jorge, a S E e a 300 m. da terra; o porto da Preguiça, a cêrca de 3 k. d'este, um pouco mais ao S, formado por uma especie de furna, muito frequentado por navios mercantes nacionaes e estrangeiros, no qual houve, no começo do seculo passado, um arsenal de marinha que foi supprimido por não ter material sufficiente para func

cionar; o do Tarrafal, a O, desabrigado e distante da villa; o da Lapa, o mais antigo e melhor de todos no tempo das brizas, e onde se estabeleceram os primeiros povoadores da ilha; o do Carriçal, que tem este nome talvez pelo carriço que n'elle abunda; e a bahia da Praia Branca, onde ha uma pequena povoação. Os cabos ou pontas principaes são: o dos Camarões ao N, o das Queimadinhas a NE, o dos Castelhanos e o da Pedra da Enxova a E, o da Pataca e o do Guincho a SE, e o da Vermelharia e o do Fidalgo ao S. A ilha de S. Nicolau é a unica do archipelago d'onde se avistam todas as outras quando ha bom tempo; mas os nevociros são ali tão frequentes e cerrados, que nem deixam vêr o ilhéo Raso. Produziu muito café, e foi a primeira terra do archipelago que o cultivou, deixando-o depois pela canna saccharina. O cafezeiro foi introduzido na ilha em 1790, e d'ella passou para as outras. Hoje, a população tem de importar o café que consóme, porque os cafezeiros fôram destruidos. A purgueira e o algodão dão-se ali bem, sendo este de duas qualidades: branco e amarello. O anil indigena é de boa qualidade. As outras producções da ilha são: milho, feijão, mandioca e a canna de regadio e de sequeiro, que dão uma producção média de 600 pipas de aguardente, mais de metade das quaes são consumidas pela população. O gado abunda, bem como a pescaria e a fructa, sendo aquelle de excellente qualidade. No Carriçal ha uma estação para a pesca da baleia. Quanto á industria, é de pequena importancia: produz alguns tecidos e cortumes, e pouco mais. A ilha de S. Nicolau fórma um conc. com a séde em Ribeira Brava, composto de duas freguezias: N. S.ª do Rosario e N. S.ª da Lapa. A ilha de Santa Luzia é considerada como uma dependencia d'ella. Tem seminario-lyceu, escolas primarias, alfandega, etc Não se sabe quando foi descoberta esta ilha. O seu primeiro douatario e povoador foi o duque de Vizeu em 1465, segundo uns, ou o conde de Portalegre, segundo outros; mas tanto o seu primitivo possuidor como os que se lhe seguiram, pouca attenção lhe deram, porquanto ainda em 1731 a população da Ribeira Brava era apenas de 260 hab. e só em 1754 se começou a povoar o sitio das Queimadas, formando-se ali uma pequena povoação. Os moradores, porém, vendo-se continuamente assaltados pelos corsarios hespanhoes, retiraram-se para o interior, onde fundaram a Ribeira Brava. || Freg do conc., com. e distr. de Mossamedes, na prov. de Angola, Africa Occidental. || Rio da costa da Guiné, Africa Occidental. Parece ser um dos braços em que se separa para E o rio Quorra ou Niger. Tem mais de 1 k. de largura na boca e communica com o rio Real ou de Calabar por differentes esteiros a E. || Bahia da costa do distr de Mossamedes, na prov. de Angola, Africa Occidental. Ao fundo d'ella corre uma enfiada de outeiros por cima da qual se estende uma serrania para o interior do sertão. Feitorias. || Rio do distr. de Mossamedes, na prov. de Angola, Africa Occidental. N. na serra da Chella, atravessa e separa o territorio dos mucoissos e dos mundombes e entra no Oceano, desaguando na bahia de S. Nicolau. Nas suas margens ha grandes plantações do algodão. || Roça da ilha do S. Thomé, Africa Occidental.

São Nicolau Tolentino. Freg do conc. da Praia, ilha de S. Thiago, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Tem escolas.

São Paio. Pov e freg. de S. Pelagio, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Gouveia, distr. o bisp. da Guarda; 240 fog. e 1:340 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post. e uma fabrica de lanificios. Está situada n'uma baixa, nas abas da serra da Estrella, com uma boa egreja, e em agradavel e salubre posição. E' freguezia muito antiga Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Christellos, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Romão, de Corgo, conc. do Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Thiago, do Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Romão, de Fonte Coberta, conc de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, do Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || S. João Baptista, de Longos Valles, conc de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Lourenço, de Asmes, conc. de Vallongo, distr. do Porto || Santo Isidoro, de Sanche, conc. de Amarante, do mesmo distr. || S. Paio, de Lide, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria, do Sequeira, conc. e distr. de Braga. || S. Miguel, de Soutello, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || Santo André, de Villa Bôa de Quires, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

São Paio de Farinha Pôdre. Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Douro, conc. e com. de Penacova, distr. e bisp. de Coimbra; 115 fog. e 360 hab. Tem esc do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Pertenceu ao antigo conc. do Farinha Pôdre, que se supprimiu em 1855, passando depois ao de Tabua, sendo depois annexada aó de Penacova por decreto de janeiro de 1898. Está situada a 3 k. da margem esquerda do Rio Mondego, e a 17 da séde do conc. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n. 24, com a séde em Coimbra.

São Paio de Gramaços. Pov. e freg. de S. Pelagio, da prov. do Douro, conc. e com. de Oliveira do Hospital, distr. e bisp. do Coimbra; 157 fog. e 656 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, correio com serviço de posta rural, e productores de vinho, azeite, e do milho. Está situada n'um valle profundo junto do rio Alva, a 6 k. da séde do conc. Chamava-se antigamente São Paio de Codessos. A terra é fertil, e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra.

São Paio de Melgaço Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Minho, conc. e conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 210 fog. e 1:019 hab Tem esc. do sexo masc E' uma das duas freguezias que constituiam a villa de Melgaço, mas que depois se tornou independente. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

São Paulo. Diz o P. Baptista de Castro, no *Mappa de Portugal*, vol. III, que, podendo se dar credito a uns versos latinos, que em fórma de incripção estava sobre uma das portas da antiga egreja, abertos na pedra, esta parochia foi erecta em 1412. Mas o *Summario* de Christovão Rodrigues do Oliveira, publicado em 1551, nada fala a este respeito, o que faz acreditar que n'essa epoca ainda não existia nem a paro-

chia nem a egreja, e que a memoria mais antiga que n'ella se encontra, data de 1572, de que faz menção Jorge Braunio no *Mappa de Lisboa*, e assim não se póde fixar com certeza a ep ca verdadeira da sua primitiva origem. Pinho Leal, no *Portugal antigo e moderno*, vol. IV, pag. 217, diz ter sido a freguezia erecta em 1412 n'uma ermida com a invocação do Espirito Santo, situada no becco do *Carvão*, que ha muitissimos annos não existe. Os parochianos construiram á sua custa uma nova egreja, para onde em 1572 se transferiu a parochia. Pinho Leal não declara d'onde tirou esta informação, que, na verdade, está em harmonia com o que diz Baptista de Castro, ácêrca da inscripção em versos latinos, na antiga egreja. Póde ser que no archivo da egreja, antes do terremoto, existisse algum documento a esto respeito, mas como o archivo se perdeu completamente n'essa lamentavel catastrophe, se tornasse depois difficil esta averiguação. No actual archivo da irmandade ha a copia de muitos documentos antigos, que existem na Torre do Tombo, copias que se tiraram por ordem d'el-rei D. José, a pedido da irmandade e dos parochianos. No livro citado estão esses requerimentos, e nas copias que se fizeram, ha dois importantes alvarás, do tempo de el rei D. Sebastião um datado do 29 do outubro do 1566, o outro de 1568. N'elles se declara que o cardeal D. Henrique, sendo arcebispo de Lisboa, instituira esta nova freguezia, desmembrando parte da dos Martyres e outra parte da de Santos-o-Velho, e que se construiu a egreja á beira-mar, na praia da Boa Vista, com o nome de S. Paulo. Por este documento authentico, parece não haver duvida, que só em 1566 se erigiu a freguezia e que na antiga ermida do Espirito Santo fôsse sómente fundada a irmandade de S. Paulo. O donatario era o cardeal patriarcha, que apresentava o prior, o qual tinha o predicamento de vigario, rendendo-lhe a egreja 600$000 réis. O mesmo prelado apresentava o coadjuctor, tendo de congrua a quarta parte do rendimento da egreja. A irmandade do Santissimo apresentava 10 capellas, das quaes a maior era de 65$000 reis. A das Almas provia 16, de 50$000 réis cada uma; a da Senhora da Piedade com 4 capellas de réis 50$000 cada uma; a da Senhora da Boa Viagem, quo pertencia aos soldados da Junta de Commercio, que formava um dependencia, ficando contigua á egreja, para onde tinha porta, havendo outra porta para a rua. O terremoto de 1755 arruinou muitissimo o edificio, causando a morte a mais de 60 pessoas. O fogo que immediatamente se lhe seguiu, acabou de o arrasar, destruindo todas as preciosidades que a egreja encerrava, e o archivo da irmandade, conforme dissémos. Escapou milagrosamente o Santissimo, que foi levado para a egreja de S. João Nepomuceno, que ficava nas proximidades, onde esteve só um dia, passando logo para a egreja de Santa Izabel, viudo outra vez para S. João Nepomuceno, até que, construindo se uma egreja de madeira, junto da antiga, para ali foi o Santissimo na vespera do Corpo de Deus de 1757. O antigo templo, segundo a *Chorographia Portugueza* do P. Antonio Carvalho da Costa, era majestoso, tendo o tecto todo apainelado de primorosa pintura, sobre o arco da capella-mór um quadro com a conversão de S. Paulo, pintura de Stopo. Havia mais 8 capellas com diversas imagens, assim como outros quadros, do apreciado pintor do seculo XVII Marcos da Cruz. A antiga egreja ficava mais ao poente, que a actual e proximo ao rio Tejo. A moderna, principalmente desde o meado do seculo passado com a construcção do Aterro, ficou-lhe muito mais distante. A sua construcção foi executada segundo o plano do architecto Remigio Francisco do Abreu. O frontispicio tem uma certa elegancia; consta d'uma parte central ressaída, acompanhada de dois corpos estreitos, sobre os quaes estão as torres dos sinos, com os seus relogios. O avançamento central é coroado de frontão, incluso entre duas pilastras doricas, assentando sobre ellas uma cornija de banda a banda da fachada. O tympano do frontão abre se n'uma luneta gradoada de fórma ellyptica. Sobre a intercessão das empenas levanta se uma cruz de ferro apeanhada n'um pequeno acroterio, e nos extremos inferiores dois vasos de remate pyriformes. A' frente da egreja ha um adro gradeado, que dá entrada no templo por tres portas, tendo na parte superior tres altas janellas que deitam para o côro. A porta do centro é coroada d'um medalhão em baixo relevo representando a conversão de S. Paulo; sobre as duas portas dos lados estão as estatuas de S. Paulo e S. Pedro, esculpturas do professor Antonio Machado. Na capella-mór, sobre o altar ha um bello quadro, significando o encontro de S. Pedro com S. Paulo, trabalho do pintor Joaquim Manuel da Rocha. Esta capella foi reedificada em 1833, pouco mais ou menos, sendo tambem n'essa occasião restaurado o tecto da egreja, que passa por ser um dos melhores dos templos de Lisboa. E' uma vasta composição executada pelo pintor de ornatos Jeronymo de Andrade, auxiliado por José Thomaz Gomes, Vicente Paulo e Gaspar José Raposo. O estuque de relevo da capella-mór e da sacristia da irmandade são feitos por João Grossi. Sobre o altar-mór está a imagem de S. Paulo, tendo aos lados, em dois nichos, as da Senhora da Divina Providencia e S Caetano, que pertenciam á extincta egreja dos Caetanos. Além da capella do Santissimo, que é muito espaçosa, ha mais tres altares lateraes, com imagens, e com quadros de Pedro Alexandrino de Carvalho, sendo do mesmo afamado pintor o quadro que está no baptisterio, representando S. João Baptista baptisando Jesus Christo. Sobre o arco da capella-mór, vê-se, dentro d'um nicho, Jesus Crucificado. Junto á egreja, para onde tem uma porta, logo á entrada do templo no lado esquerdo, está a capella da Senhora da Boa Viagem, que tambem tem porta para a rua que sempre se conserva fechada. Na capella ha um quadro de grandes dimensões dedicado á Senhora da Boa Viagem. Sobre o altar está uma bella imagem da Senhora da Piedade, e no logar do frontal uma maquineta com o Senhor morto. Na egreja existe outra imagem da Senhora da Piedade, porém muito mais pequena, que era d'um antigo oratorio de pedra, junto da Moeda, mandado construir por D. João V, o qual, sendo demolido em 1837, foi a imagem para S. Paulo, trazida pelo prior ás 10 horas e meia da noite de 5 de outubro do mesmo anno. Esta imagem está hoje sobre o altar da sacristia da irmandade, entre as de Santo André Avelino e S. Carlos, que tambem pertenciam á extincta egreja dos Caetanos, assim como a do Senhor

dos Passos, que está na egreja n'um altar volante.

São Paulo. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de Carvalho, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || S. Sebastião, de Cumieira, conc. de Penella, do mesmo distr. || S. Pedro, de Jugueiros, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. do Coimbra || Cabo situado na margem esquerda do rio Volta, no mar da Guiné, Africa Occidental. Fórma o limite O da enseada de Benim, terminando n'ello a costa da Mina e começando a de Benim. || Nome dado a uma ribeira que corta a cidade do Funchal na ilha da Madeira. Inteiramente sem importancia no tempo secco, é uma torrente impetuosa no inverno. As suas aguas, juntamente ás de Santa Luzia e João Gomes, teem causado grandes inundações.

São Paulo de Frades. Pov. e freg. de N. S.ª do Rosario, da prov. do Douro, conc., com., distr. e bisp. de Coimbra, 312 fog. e 1:218 hab Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. Está situada junto d'um affluento do rio Botão, a 7 k da séde do conc. O seu primeiro orago foi S. Paulo, apostolo. A terra é muito fertil, e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra.

São Pedrinho. Povoações nas freguezias: Santo Estevão, de Barros, conc. do Villa Verde, distr. da Braga. || O Salvador e conc. de Odemira, distr. de Beja. || Santa Eulalia, de Sande, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

São Pedro. *(Daniel de Ornellas e Vasconcellos, 1.º barão de)*. Commendador da ordem de Christo, par do reino, bacharel formado em Direito, e proprietario na ilha da Madeira. N. a 22 de julho de 1800; fal. a 24 de fevereiro de 1878. Era casado com D. Carlota d'Ornellas Frazão Carvalhal, viuva de Francisco João de Vasconcellos. Foi-lhe concedido o titulo de barão de S. Pedro por decreto de 12 de agosto do 1845. O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo partido em pala; na 1.ª as armas dos Ornellas: Em campo azul, banda de ouro, carregada de tres flôres de liz de púrpura, entre duas sereias da sua côr, com caudas de prata, e com um espelho de caixilho de ouro na mão direita; na 2.ª pala as dos Vasconcellos: Em campo negro, tres faxas veiradas de prata e vermelho, sendo a prata da parte de cima, e o vermelho por baixo. Timbre, o dos Ornellas, uma das sereias do escudo.

São Pedro *(Pedro de Castello Branco Manuel, 2.º barão de)*. Fidalgo da Casa Real, bacharel em letras e em sciencias pela faculdade de Paris, doutor pela faculdade de medicina da mesma cidade, official de instrucção publica em França, associado provincial da Academia Real das Sciencias de Lisboa, commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, commendador da de Carlos III de Hespanha; grande official da Santa Rosa de Hunduras, diplomata muito distincto, etc. Era natural do Funchal, mas ignora se a data do seu nascimento; fal. em Lisboa a 15 de Dezembro de 1911. Foi longa a sua carreira publica, em que prestou muitos serviços ao paiz, a qual findou com a proclamação da Republica, em outubro de 1910. Retirou se então á vida particular, tendo pedido a sua aposentação. Casara com D. Josephina d'Ornellas e Vasconcellos, filha unica e herdeira do 1.º barão de S. Pedro, sendo-lhe, pelo seu casamento, renovado o titulo por decreto de 8 de agosto de 1878. Em 6 de maio de 1865 foi nomeado visitador dos correios, sendo depois transferido para o logar de chefe da secção central da direcção geral dos correios o postas do reino, em 19 do abril de 1866. Foi requisitado por despacho do ministro dos estrangeiros de 16 de outubro de 1868, para servir temporariamente n'aquelle ministerio. Pela portaria de 26 de agosto do 1869 foi nomeado para coadjuvar o conde d'Avila, mais tarde duque d'Avila e Bolama, plenipotenciario por parte do Portugal, para dirigir as negociações entaboladas com a Inglaterra sobre a questão da ilha do Bolama submettida á arbitragem do presidente da Republica dos Estados Unidos da America. N'esta commissão serviu desde a data da sua nomeação até á da sentença arbitral proferida sobre a referida questão, em 21 d'abril de 1870, e regressando depois á mesma secretaría dos estrangeiros, ali continuou a servir em commissão até que passou, na mesma secretaría, a exercer o logar de official traductor do ministerio, para que fôra nomeado por decreto de 21 d'agosto de 1869. Teve a promoção de 2.º official, da direcção politica do mesmo ministerio, em 4 de junho de 1873; e a 21 de fevereiro de 1874 foi nomeado para na categoria de 2.º official servir na repartição do gabinete do respectivo ministerio, onde se conservou até ser nomeado em 15 d'agosto d'esse anno, para acompanhar, como secretario, o conselheiro Eduardo Lessa, plenipotenciario para assistir ao congresso postal, que se realisou em Berne no mesmo anno de 1874, para onde partiu a 28 d'agosto. Em 18 de março de 1875 partiu para a legação de Madrid no desempenho d'uma commissão que lhe foi commettida n'essa mesma data Sendo depois nomeado para outra commissão de serviço á côrte de Roma, para ali partiu a 2 de fevereiro de 1878. A 8 d'abril do mesmo anno foi, em gozo de licença, fazer uma viagem á Allemanha, Hespanha e França. No regresso das suas commissões, vinha occupar o seu logar na repartição do gabinete do ministerio dos estrangeiros. Foi depois nomeado para, na qualidade de encarregado de despachos, ir ás legações de Paris e de Bruxellas, partindo a 21 de março de 1879. Finda esta commissão voltou para Lisboa em fins de julho, e a 16 de fevereiro de 1881, seguiu para Berlim, por ter sido nomeado para acompanhar, como secretario, o conde de Rilvas na commissão especial de que este diplomata fôra encarregado n'aquella côrte. Por decreto de 15 de dezembro d'esse anno fez parte da commissão encarregada das permutações internacionaes estabelecida no mesmo ministerio. Promovido a 1.º secretario da embaixada a Roma, em 4 de maio de 1882, partiu no dia 29, apresentando se a 12 do seguinte mez de junho, servindo até 11 de outubro, em que regressou a Lisboa com licença. Partindo novamente para Roma a 15 de dezembro, reassumiu as funcções do seu cargo no dia 25, desempenhando tambem o logar de administrador do instituto de Santo Antonio dos Portuguezes em Roma, inherente ao cargo de 1.º secretario da mesma embaixada, até 3 d'abril de 1883, em que regressou a Lisboa por ter sido

exonerado d'aquelle logar e collocado na disponibilidade, por decreto de 7 de março do mesmo anno. Em 4 de junho ainda do anno do 1883, partiu para Paris como encarregado do despacho e no desempenho d'uma commissão de serviço do que fôra encarregado A 25 de julho seguinte foi nomeado para fazer parte d'uma commissão encarregada da classificação e collocação dos amanuenses militares nas diversas repartições do estado. Em 15 de dezembro de 1883 foi nomeado, como encarregado de negocios interinos, para servir temporariamente na legação em Berlim, partindo para aquella côrte logo no dia seguinte. Ali exerceu as referidas funcções do encarregado de negocios interino, desde 3 de janeiro de 1884 até 1 de julho, com interrupção do mez de fevereiro, em que esteve na côrte de Dresde, mandado pelo governo, na qualidade de encarregado de negocios de Portugal. Tendo feito entrega, em 1 de julho, da legação interinamento a seu cargo ao novo chefe d'aquella missão, continuou a servir na mesma legação em Berlim, como 1.º secretario, até 1 do seguinte mez do agosto, em que veiu para Lisboa a occupar o seu antigo logar na repartição do gabinete do ministerio dos estrangeiros. Mais tarde foi nomeado para servir temporariamente na legação de Haia como encarregado de negocios interino, para onde partiu a 3 de junho de 1885, e n'ella se conservou até 26 d'abril de 1886, e fazendo n'esta data entrega da legação a seu cargo ao chefe d'aquella missão, passou a servir na mesma legação como 1.º secretario até 19 do mez de maio, em que tornou a reassumir as funcções de encarregado de negocios interino, no exercicio das quaes esteve até 11 d'agosto, em que novamente fez entrega da legação ao novo chefe da missão. Regressando depois a Lisboa, partiu a 9 de julho de 1887 para a Allemanha em gozo de licença. Em 19 de dezembro do mesmo anno partiu para Roma no desempenho d'uma commissão especial de serviço para que fôra nomeado. Ali serviu até 23 de fevereiro de 1888, em que partiu para Lisboa, retomando o seu logar antigo no ministerio dos estrangeiros, conservando-se ali até 16 de julho em que seguiu para o estrangeiro em gozo de licença. O decreto de 13 de janeiro de 1890 o promoveu a enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, junto ao imperador dos ottomanos, mas partiu para Constantinopla só mezes depois, a 2 de julho, e tendo tomado posse da legação a seu cargo no dia 26 d'esse mez, fez, dias depois, entrega das suas credenciaes e das insignias da banda das tres ordens militares,de que fôra portador, em missão especial, offerecidas pelo rei D. Carlos ao imperador d'aquella côrte. Ali exerceu as funcções do seu cargo até fins de agosto seguinte em que, recebendo ordem para regressar a Lisboa, se apresentou no ministerio dos estrangeiros no dia 12 de setembro, sendo lhe ordenado, por portaria d'esta ultima data, que continuasse a fazer serviço na repartição do gabinete, até que as côrtes fixassem as despezas da legação de Portugal em Constantinopla.

São Pedro *(D. Fr. Sebastião de)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho. N. em Condeixa a Nova, professou em 1582, e depois de ter estudado canones, e passando á India foi mandado missionar á Persia, sendo depois nomeado bispo de Meliapor. Voltou á India em 1607, e o primeiro acto episcopal que praticou, foi tomar á viva força com um terço de soldados, a fortaleza de Palicate guarnecida de hollandezes que elle aprisionou. Foi em recompensa transferido para a sé de Cochim, sendo depois nomeado arcebispo de Gôa. Fal. em 1627, deixando manuscriptas duas obras.

São Pedro. Povoações nas freguezias: Santa Eufemia, de Agilde, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga, || S. Miguel, de Anreade, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Arcos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Bartholomeu e conc de Arouca, distr. de Aveiro || S. Pedro, de Arreigada, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S Pedro, de Avelãs de Cima, conc. de Anadia, distr. d'Aveiro. || S. Christovão, de Espadanedo, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Fiscal, conc. de Amares, distr. de Braga || S. Miguel, de Gondufe, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Ilha de S. Miguel e distr. de Ponta Delgada, Açôres; N. S.ª do Rosario e conc. de Lagôa; Espirito Santo, de Maia, conc. de Ribeira Grande. || Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Bento, de Meirinhos, conc. do Mogadouro, distr. de Bragança. || Santa Comba, de Moira Morta, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || O Salvador e conc. de Odemira, distr. de Beja. || S. Bartholomeu, de Parambos, conc. de Carrazeda de Anciães, distr. de Bragança. || S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Thiago e conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Rio Caldo, conc. de Terras de Bouro, do mesmo distr. || O Salvador, de Rossas, conc. de Vieira, do mesmo distr. || O Salvador, do Souto, conc. do Guimarães, do mesmo distr || S. Thiago e conc. de Tavira, distr. de Faro || S. Pedro, de Veiga de Lilla, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real. || Ilha de S. Jorge, Açôres; S. Jorge e conc. de Velas, distr. de Angra do Heroismo. || Santo André, de Victorino dos Piães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || S. Pedro, de Gafanhoeira, conc. de Arraiollos, distr. de Evora. || Pov. da freg. de N. S.ª da Graça, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Logar da freg. de Santa Maria, de Campanhã, Porto, em virtude do decreto de 13 de janeiro de 1898, que o desannexou da de Valbom, do conc. de Gondomar, do mesmo distr. || Ponta situada na costa N da ilha de S. Miguel, Açôres. || Pequena enseada situada na costa O da ilha das Flôres, Açôres || Rio da costa da Guiné, Africa Occidental. E' apenas um braço do rio S. João, confluente do Casamansa, e a sua foz está obstruida do recifes. Corre de NNE a SSO, e só se percebe do mar pela arrebentação na embocadura. Segundo uns, foi descoberto em 1445 por Diniz Dias, e segundo outros, em 1446 por Antonio de Valle e Luiz de Cadamosto, tres dias depois de dobradas as ilhas de Cabo Verde. || Bahia da costa da Guiné de Cabo Verde, Africa Occidental. O seu extremo N é formado pela ponta de Congniour, e o seu extremo S pela ponta de S. Pedro. No reconcavo da bahia lança se o rio de S. Pedro; ao fundo d'ella crescem vastas palmeiras, e a sua profundidade diminue gradualmente desde a entrada. || Ponta situada na costa da Guiné

de Cabo Verde, Africa Occidental. Fórma o extremo S da bahia de S. Pedro, é pouco saliente e constituida de collinas muito ingremes de areia amarella. || Freg. do conc. e com. das Ilhas, distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada ao N da ilha de Gôa, na margem esquerda do braço do rio Mandovi. || Pov. da freg. do Santissimo Coração de Jesus, conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pov. da freg de N. S.ª da Luz, no conc. da ilha de S. Vicente, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Freg. do conc. de Villa do Porto, com. da ilha de Santa Maria, distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo, na ilha de Santa Maria, Açôres. Está situada á beira-mar sobre uma rocha, a cêrca de 3 k. ao NO da Villa do Porto. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 26, com a sé de em Ponta Delgada. || Porto da ilha de S. Vicente, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Fica na costa SO da ilha, distante do Mindello ou do Porto Grande cêrca de 8 k E' abrigado no tempo das brizas, e tem capacidade para pequenos e grandes navios, mas o fundeadouro não serve no tempo chamado das aguas.

São Pedro de Agostem. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 390 fog e 1:491 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada a 1 k da estrada de Chaves a Villa Pouca d'Aguiar, e a 6 da séde do conc. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

São Pedro em Alcantara Esta freguezia, pertencente ao 4.º bairro de Lisboa, teve a sua primitiva instituição no bairro d'Alfama. Na *Historia ecclesiastica* do cardeal D. Rodrigo da Cunha, encontram se ácêrca d'esta parochia e da sua egreja, duas memorias. Na vida do bispo D Sueiro Annes, cap. 18, diz que no anno de 1191, reinando D. Sancho I, déra este prelado á fabrica da Sé a egreja de S. Pedro d'Alfama, e na vida do bispo D. Vasco Martins, cap. 90, affirma que este prelado, estando em Santarem, commettera em 21 de abril de 1344 a D. Diogo, seu vigario geral, a instituição da egreja de S. Pedro d'Alfama. D'onde parece inferir se, diz Baptista de Castro, no tomo III do *Mappa de Portugal*, que a egreja tivera duas instituições, ou que a segunda fôra reformação da primeira, mas em todo o caso a egreja era antiquissima, tendo sido sempre do padroado das rainhas, as quaes apresentavam o prior que tinha 200$000 reis, e dois beneficios, de 60$000 reis cada um, sendo os dois beneficiados apresentados pelo prior. A irmandade do Santissimo apresentava 11 capellas de varios instituidores, e de differentes congruas. A de Santa Cruz e Almas provia 3 de 50$000 reis, e a do Senhor Jesus dos Afflictos uma de 40$000 reis. Com o terremoto de novembro de 1755 soffreu a egreja total ruina, ficando sómente a parede da parte do Evangelho, ao norte, com a capella de Santa Cruz e Almas, sendo victimas n'esta horrorosa catastrophe mais de 100 pessoas. A mesma destruição soffreram quasi todas as propriedades que constituiam a freguezia, porque, constando ella de 108 antes do terremoto, só ficaram 6 capazes de serem habitadas. Os habitantes fugiram para os campos dos arredores da cidade, fabricando abrigos e barracas para se acolherem. O prior, vendo se em tão miseravel situação, recorreu a el-rei D. José, e o monarcha lhe mandou dar um armazem ao chafariz do rei para n'elle se erigir o sagrado tabernaculo, e administrar os sacramentos ao povo. O prior mandou logo adornar a casa com toda a decencia, transformando-a em capella, e para ali mandou conduzir os vasos sagrados, na vespera do Natal do mesmo anno de 1755. Sendo, porém, mais tarde, precisa aquel a casa para se poder continuar a planta da nova alfandega, mandou o referido monarcha, que a Junta do Bem Commum e Commercio fizesse a decente accommodação para a parochia, a qual se fez exactamente no local da antiga egreja com toda a promptidão, grandeza e segurança, transferindo se o Santissimo em solemne procissão a 19 de março de 1757. Quando se procedeu á nova divisão das freguezias, foi a de S. Pedro mudada para o sitio d'Alcantara, constituindo-se ali de novo Edificou se então um novo templo pelo risco, em ponto pequeno, da basilica do Coração de Jesus (Estrella), o qual está situado no principio da calçada da Tapada, n'um pequeno largo á esquerda. Tem uma unica porta de entrada, sobre a qual se vê uma janella que deita para o côro. Ao lado está a torre dos sinos Sobre o altar-mór está a imagem da Senhora da Conceição, tendo S. Pedro com a theara pontificia, n'um nicho do lado do Evangelho, e em symetria, do lado da Epistola, outro santo, tambem no seu nicho. Na capella-mór ha 6 quadros, e no tecto uma allegoria a S. Pedro. No tecto do corpo da egreja ha outro quadro representando uma allegoria dedicada a Nossa Senhora. A egreja tem mais 4 altares lateraes, sendo um d'elles o do Santissimo. No cruzeiro vê se um elegante zimborio, cujo fecho arremata em ornatos, tendo ao centro as armas pontificias, tudo em estuque de relevo. Esta freguezia, por decreto de 24 de agosto de 1910, passou a denominar se Parochia Civil de Alcantara.

São Pedro d'Alva. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Penacova, distr. e bisp. de Coimbra; 599 fog. e 2:177 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr , notario, pharmacias, fabrica de moagem, serração, telha e tijolo systema Marselha; mercado em todos os domingos. Está situada proximo da margem esquerda do rio Mondego, a 14 k. da séde do conc. O real padroado apresentava o vigario, que tinha 180$000 reis. E' séde d'um distr. de paz com um tabellionato, e d'um partido municipal Com o nome de Farinha Pôdre foi villa e séde d'um conc. que se supprimiu em 31 de dezembro de 1853, ficando então pertencendo ao de Penacova, mas sendo supprimido este conc. por decreto de 7 de setembro de 1895, passou ao de Taboa, voltando ao de Penacova, quando elle foi restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. O actual nome foi lhe dado por decreto de 21 de fevereiro de 1889. Nunca teve foral. A terra é fertil e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra.

São Pedro Apostolo. Freg. do conc. e ilha de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Tem escola. O terreno é fertil e bem cultivado.

São Pedro dos Arcos. Pov. na freg. de Santa Eufemia, de Calheiros, conc de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. Em 1 de agos-

to de 1908 foi ali creada uma escola primaria elementar para o sexo masculino.

São Pedro da Cadeira. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Torres Vedras, distr. e patriarc. de Lisboa; 836 fog e 3:912 hab. Tem esc. do sexo masc., est. postal., medico e pharmacia. Dista 12 k. da séde do conc. A terra é fertil, e pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa.

São Pedro da Cova. Pov. e freg. do S. Pedro, da prov. do Douro, conc. do Gondomar, com., distr. e bisp. do Porto; 483 fog. e 2:229 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post. e productor de vinhos. Parte da freg. está situada n'uma baixa, d'onde lhe vem o nome de *Cova*, e o resto em terreno accidentado. Fica proximo da villa de Vallongo. A terra é muito fertil, e exporta para o Porto cereaes e fructas, com quo faz grande commercio Foi couto dos bispos do Porto, e tinha juiz ordinario feito por votos pelo povo e confirmado pelo bispo. N'esta villa ha as grandes minas de carvão fossil, do Estado, descobertas em 1802, das quaes se extrahem annualmente alguns milhares de carros de carvão da especie chamada *anthracite*. Estas minas são em Ervedosa, Passal de Baixo, Passal de Cima, e Ribeiro da Murta. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto.

São Pedro de Fins. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. da Maia, com., distr. e bisp. do Porto; 138 fog. e 419 hab. Tem esc. do sexo fem., correio com serviço de posta rural. Está situada a 5 k. da estrada do Porto a Braga, a 1 da estrada do Porto a Guimarães, e a 7 da séde do conc. O seu terreno é muito fertil, e o clima temperado e saudavel. Pertence a pov. á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto.

São Pedro de Muel Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Marinha Grande, conc. e distr. de Leiria. Tem praia de banhos.

São Pedro de Pomares. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Alemtejo, conc., com., distr. e bisp. de Beja Está annexada para effeitos civis á de Baleisão, do mesmo concelho.

São Pedro do Rio Secco. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Baixa, conc. e com de Almeida, distr. e bisp. da Guarda, 158 fog. e 652 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. Está situada a 1 k. da margem esquerda da ribeira de Tourões, na estrada de Malpartida a Alfaiates, a 12 k. da séde do conc. E' pov. muito antiga. A primeira noticia que se encontra, a seu respeito, é uma *carta de povoação da herdade do Rio Sêcco*, passada no anno de 1222, por D. Affonso II. Pertence á 2.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

São Pedro de Serracenos. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz-os-Montes; 120 fog e 555 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada na estrada de Bragança a Mirandella, a 6 k. da séde do conc. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

São Pedro de Solis. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Mertola, distr. e bisp. de Beja; 187 fog. e 754 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post.; feira a 29 do junho. Está situada a 7 k. da margem esquerda da ribeira Vascão e a 28 da séde do conc. E' terra pobre e pouco fertil. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro.

São Pedro de Souto. Pov. na freg. do S. Pedro, de Páus, conc. de Rézende, distr. de Vizeu.

São Pedro do Sul *(Francisco de Mello Sousa da Cunha e Abreu, visconde de)*. Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, conselheiro, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, proprietario abastado na cidade da Guarda e na villa de S. Pedro do Sul, etc. N. em S. Pedro do Sul a 17 d'agosto de 1829, sendo filho de José Xavier de Sousa Mello, moço fidalgo com exercicio, senhor d'um morgado instituido em S. Pedro do Sul e Queirã; sargento-mór das extinctas ordenanças de Lafões, etc., e de sua mulher D. Thomazia Guilhermina Duarte da Fonseca Lobo de Sousa. Fal. na Guarda em 1894. O visconde de S. Pedro do Sul foi governador civil da Guarda, desde 1875 a 1879, procurador e presidente da Junta Geral desde 1873 a 1874, e de 1874 a 1886. Casou em 1867 com D. Anna Augusta da Cunha Pignatelli de Tavares Osorio, filha de Joaquim Pignatelli, juiz de direito em varias comarcas, e de sua mulher D. Maria José de Tavares Osorio, proprietaria na cidade da Guarda e no conc. de Sabugal. O titulo foi-lhe concedido por decreto de 23 de outubro de 1872, por alvará de 17 de outubro de 1775, e aos seus ascendentes o seguinte brazão: Escudo esquartelado: no primeiro quartel, as armas dos Mellos: Em campo vermelho seis bezantes de prata entre uma cruz sobre a bordadura de ouro; no segundo as dos Cunhas: Em campo de ouro novo cunhas de azul èm tres palas; no terceiro as dos Abreus: Em campo vermelho 5 cotos de aguia de ouro em aspa, cortados em sangue, e os cotos virados para a direita do escudo; e no quarto as dos Sousas: Escudo esquartelado: no primeiro quartel as armas do reino; no segundo, em campo de prata um leão sanguinho.

São Pedro do Sul. Villa da prov. da Beira Alta, séde de conc. e de com., distr. e bisp. de Vizeu, Relação do Porto. Tem uma só freg., S. Pedro, e está situada n'um vallo muito pittoresco e ameno, na confluencia dos rios Sul e Vouga, que se juntam no meio da villa, onde tem duas boas pontes, cercada de formosas quintas e pomares, que a tornam uma das mais bellas e importantes villas da Beira Alta, que mereceu desde ha muito o cognome de *Cintra da Beira*. E' de fundação muito antiga, e anterior ao dominio dos romanos. Caindo no poder dos arabes, era senhor d'ella em 1010 o moiro Alafun, ou Alafoin, em premio de ter entregado o castello de Vizeu ao rei de Castella, D. Affonso, o Magro. Foi de Alafun, que a actual comarca de Vouzella tomou o seu antigo nome de *Alafões*. Ignora-se o seu nome primitivo, e o que tinha no tempo dos romanos. S. Pedro do Sul foi primitivamente uma pov. proxima, ou no sitio do Banho, onde tambem de data antiquissima existem as afamadas caldas de Lafões, hoje chamadas Caldas de S. Pedro do Sul, ou Caldas do Banho, situadas n'um local notavel pela belleza da região e pela grandeza dos panoramas. Estas aguas thermaes bro-

tam proximo á margem do rio Vouga. São varias as nascentes, sendo a principal a que sae sob a fórma d'um forte jorro do meio d'uma rocha vulcanica. Algumas das outras emergem no alveo do rio, e só no verão se acham a descoberto. Na distancia de 2 k., no sitio de Váo de Vouzella, ha outra nascente conhecida pelo nome de *Caldellas*, e mais adeante uma outra, no logar do *Poço de Volta*. Nas Caldas de S. Pedro do Sul ha vestigios de antigos balnearios celto romanos, mostrando terem ellas sido utilisadas por estes povos. No seculo XI eram muito frequentadas pelos gafos, e parece que é d'esse tempo a actual villa de S. Pedro do Sul. O rei D. Affonso Henriques, para se curar de atrozes dôres que tinha junto ao callo da fractura da perna que fizera ao cair d'um cavallo em Badajoz, foi ali em setembro de 1175 procurar cura aos seus males, para o que mandou construir uma piscina, a qual depois

S. Pedro do Sul—Estabelecimento thermal

serviu para as princezas suas filhas D Urraca e D. Mafalda, que padeciam de dyspepsia e rheumatismo. Como todas essas doenças fôram debelladas nas preciosas thermas, D. Affonso, muito reconhecido, lhes fez doação de bastantes privilegios, e deu o foral de Banho a D. Fernando Pedro, senhor de toda a terra de Alafões, por alvará de agosto de 1190. Mandou depois construir duas piscinas, uma para homens e outra para mulheres, as quaes ainda hoje existem fóra do serviço, deleitando-se em vêr tomar banhos os doentes, d'uma tribuna que fica superior á piscina dos homens, na qual ainda se conserva o logar da tribuna. Alguns seculos depois, el rei D. Manuel tambem ali foi curar-se da sua doença de pelle, e tão agradado ficou que dotou aquellas thermas com um hospital e um reguengo que se compunha de 22 casas Deu a provedoria das Caldas a Duarte d'Almeida, o *Decepado*, senhor da Casa da Cavallaria de Vouzella, confirmando D. João III esta mercê em 1527. D Sebastião, em 1557, nomeou para o cargo de administrador das Caldas do Banho, Sebastião Rodrigues de Azevedo, com todas as suas rendas e jurisdicções. Filippe II de Hespanha, em 1583, fez mercê d'ellas a Manuel de Azevedo d'Almeida, filho do citado Sebastião Rodrigues de Azevedo. Presentemente as Caldas estão na posse da camara municipal de S. Pedro do Sul. O actual estabelecimento balnear é de construcção moderna. Consta de duas alas de banhos, de 10 banheiras cada uma, sendo 10 de marmore (1.ª classe), e outras tantas de azulejo (2.ª classe). No rez-do-chão ha salas de espera, posto medico e vestibulo. O andar nobre concluiu-se depois. Na retaguarda do edificio existem dois grandes tanques cobertos, para deposito de aguas, que são conduzidas para as tinas de banho por canos apropriados. Não havia banho de *duche*, mas para esse fim se construiu em 1893 uma torre quadrangular, de ferro, que mede 15 m. de altura, no vertice da qual estão dois depositos de agua, quente e fria, para dar graduação e pressão sufficientes. A agua é elevada para ali por intermedio d'uma bomba aspirante premente. Na povoação das thermas ha dois bons hoteis e muitas casas para alugar. A rainha D. Amelia escolheu este sitio para os seus banhos e ali foi alguns annos, sentindo sempre melhoras consideraveis. A população recebia-a sempre com o maior enthusiasmo, e a camara municipal mandou collocar na sala de espera do estabelecimento uma lapide de marmore com o busto em alto relevo da rainha com a data do decreto que concedia áquelle local o nome de *Thermas da Rainha D. Amelia, 15 de maio de 1895*. Estas aguas thermaes fôram examinadas na Exposição Universal de Paris, em 1867,

e n'esse anno analysadas pelo dr. Agostinho Lourenço; sob a direcção do illustre chimico Ferreira da Silva, Bernardo Arede Lopes da Costa fez no Laboratorio da Academia Polytechnica do Porto o ensaio qualitativo e quantitativo das aguas das Caldas de S. Pedro do Sul. O emprego dos banhos d'estas aguas é altamente vantajosos no tratamento do rheumatismo, doenças da pelle e catarros das vias respiratoricas. Bibliographia especial: *Chronographia medicinal das Caldas de Alafoens*, por Antonio Pires da Silva, medico que foi das ditas Caldas, Antuerpia, 1696; *Memoria estatistica sobre o concelho de Lafões*, por Joaquim Baptista, nos *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional*, tomo I, Lisboa, 1822; *Memoria sobre as Caldas de S. Pedro do Sul*, pelo dr. Baptista de Sousa, no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, tomos VII e XI, pag. 273 e 311, 1810; *Segunda memoria sobre as Caldas de Lafões, escripta em 1827 pelo dr. Joaquim Baptista de Sousa*, no referido jornal, tomo XII, agosto, 1840, pag. 61; *Memoria da antiga villa do Banho e Caldas de S. Pedro do Sul*, por Oliveira Mascarenhas, Vizeu, 1885. Na villa de S. Pedro do Sul ha bons predios particulares, sendo alguns notaveis pela sua antiguidade; possue tambem alguns edificios publicos, entre os quaes o extincto convento dos carmelitas descalços e respectiva egreja, onde se acham installadas as repartições da camara municipal, a administração do concelho e a da fazenda. Nos arredores ficam as ermidas da Senhora da Nazareth e da Senhora da Guia. O santuario da Nazareth foi edificado em 1504, por Antonio Luiz Pombo, segundo consta d'uma inscripção, que existe sobre a porta principal da ermida. O santuario fica no logar de Lourosa de Baixo, sobre uns rochedos escalvados, imminentes ao rio Vouga, e n'um sitio muito alegre e pittoresco. Faz se-lhe annualmente uma romaria no dia 8 de setembro. O santuario da Guia ergue-se no cimo d'um monte na freguezia de Baiões. A villa pertence á 2.ª div. mil., 3.ª brigada, grande circumscripção mil. Central, e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. Tem est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; feira no 2.º domingo de cada mez e na segunda feira immediata ao 3.º domingo de cada mez; escolas d'ambos os sexos, advogados, agentes das casas bancarias: *Economia portugueza*, *Portugal*, *Alliança*, e *Commercial do Porto;* das companhias de seguros: *Fenix*, *Fidelidade*, *Internacional*, *Popular*, *Tagus*, *Urbana Portugueza;* seguros de vida: *Equitativa dos Estados Unidos*, *Nacional*, *Portugal Previdente;* Hospital da Misericordia, hoteis, medicos, pharmacias, notarios, sociedades de recreio: *Club de S. Pedro do Sul*, *Gremio de Lafões*, e *Philarmonica harmonia;* muitos estabelecimentos commerciaes e industriaes, etc. Tem se publicado os seguintes jornaes: *A Comarca*, 1898; *Gazeta de S. Pedro do Sul*, 12 de fevereiro de 1905; *O Lafonense*, 1 de janeiro de 1891; *O Progresso*, setembro de 1902; *O Vouga*, 1898; ainda se publica: *Cintra da Beira*, semanario, saía em 1910; *Jornal de Lafões*, semanario, 1911. O conc. compõe-se de 20 freguezias, com 4:888 fog. e 21:612 hab., sendo 9:513 do sexo masc. e 12:099 do fem., n'uma superficie de 33:982 hect. A villa dista 20 k. da séde do distr. As freguezias são as seguintes: Santa Eulalia, de Baiões, 335 hab.: 156 do sexo masc. e 179 do fem.; S. João Baptista, de Bordonhos, 607 hab.: 270 do sexo masc. e 337 do fem.; N. S.ª da Natividade, de Candal, 393 hab.: 154 do sexo masc. e 239 do fem; S. Thia-

S. Pedro do Sul—Fachada principal do extincto Convento dos Franciscanos e Camara Municipal

go, de Carvalhaes, 1:849 hab.: 796 do sexo masc. e 1:053 do fem.; S. Facundo, de Covas do Rio, 531 hab.: 261 do sexo masc. e 270 do fem.; S. Pedro, de Covello de Paivô, 298 hab.: 141 do sexo masc. e 157 do fem.; S. Salvador, de Figueiredo d'Alva, 883 hab.: 412 do sexo masc. o 471 do fem.; S. Pedro, de Manhouce, 1335 hab: 503 do sexo masc. e 832 do fem.; N. S.ª dos Milagres, de Pindello, 793 hab.: 381 do sexo masc. e 412 do fem.; S. João Baptista, de Pinho, 865 hab.: 382 do sexo masc. e 483 do fem.; S. Mamede, de Santa Cruz da Trapa, 1:403 hab.: 567 do sexo masc. e 836 do fem.; S. Christovão, de S. Christovão de Lafões, 371 hab.: 147 do sexo masc. e 224 do fem.: S. Felix, 502 hab.: 211 do sexo masc. e 291 do fem.; S. Martinho, de S. Martinho das Moitas, 1:011 hab: 447 do sexo masc. e 564 do fem.; S. Pedro, de S. Pedro do Sul, 2:920 hab.: 1:275 do sexo masc. e 1:645 do fem.; S. Salvador, do Serrazes, 1:494 hab: 663 do sexo masc e 831 do fem.; Santo Adrião, de Sul; 2:641 hab.: 1:220 do sexo masc. e 1:421 do fem.; N. S.ª da Expectação, de Valladares, 1:302 hab.: 565 do sexo masc. e 737 do fem.; N. S.ª da Expectação, de Varzea, 870 hab.: 406 do sexo masc. e 464 do fem.; N. S.ª da Purificação, de Villa Maior, 1:209 hab.: 556 do sexo masc. e 653 do fem. O principal commercio de todo o conc. é fazendas de lã, algodão e varias industrias, entre as quaes o fabrico do afamado pão do ló e outros doces.

São Pedro da Torre. Pov e freg. de S Pedro, da prov. do Minho, conc e com. de Valença, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 274 fog. e 734 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e est. do caminho do ferro, na linha do Minho, entre as de Segadaes e de Carvalha. Está situada a 1 k. da margem esquerda do rio Minho, a 5 k. da séde do conc., n'um terreno quasi plano. E' pov. muito antiga, pois em 1125, a rainha D Thereza o seu filho D. Affonso Henriques, a deram, com o titulo de villa, a D. Affonso, bispo de Tui, com todos os direitos reaes. Durante a guerra dos 27 annos, D. Vicente Gonzaga, vice-rei da Galliza, se apossou traiçoeiramente d'estes sitios, e para os conservar, mandou fazer sobre a margem do rio Minho um forte de terra e *seixos rolados*, que denominou de *S. Luiz*. Os portuguezes tambem fizeram dois fortes no sitio da Gandra, chamados *Belem* e *S Francisco*. Com a paz feita com Castella em 13 de fevereiro de 1668, todos estes fortes fôram arrazados. Em tempos muito remotos eram estes sitios muito mais povoados, e ainda se vêem indicios d'uma grande pov. pelo meio da qual passava a estrada de Valença para V. N. da Cerveira a Caminha. Era aqui o assento primitivo da villa da Torre. Segundo a tradição, em uns pantanos a E do referido forte do S. Luiz, houve uma grande batalha dada pelos portuguezes contra o tal D. Vicente Gonzaga, que ficou derrotado com o seu exercito, sendo tanto o sangue derramado, que tingiu as aguas d'um regato, confluente do ribeiro da Veiga do Mira, que lhe deu o nome de Rio Tinto, que ainda conserva. Na bocca d'este regato é que estava a barca de passagem na qual fugiu para a Galliza o Gonzaga com os poucos dos seus que sobreviveram. Esta freg. é fertilissima em todos os generos agricolas do paiz, o muito saudavel. Além do rio Minho, que a banha e a rega pelo N, é atravessada pelos ribeiros da Ponte e Veiga de Mira, confluentes do Minho, que a regam e fertilisam. A egreja matriz é um templo muito decente. N'esta pov. ha uma nascente de agua mineral, desde longinquas datas, que o povo utilisa, o conhecida pelo nome de *aguas da pelle*. A nascente brota no meio de uma verdejante e extensa paizagem, ao fundo da qual se vêem terras da Galliza. As aguas são frias, limpidas e transparentes, o fôram analysadas pelo chimico Carl von Bonhorst. São muito applicadas no tratamento das doenças da pelle, espo-

S. Pedro do Sul—Ponte sobre o rio Vouga

cialmente nas vesiculosas e escamosas, o também n'alguns casos do escrofulismo. Usam se em banhos ou lavagens, e mais geralmente em bebida. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

São Pedro de Valle do Conde. Pov. da freg. de S. Gens, de Marnellos, conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

São Pedro da Veiga de Lilla. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz os Montes, conc. e com. de Valpaços, distr. da Villa Real, arceb. de Braga; 160 fog. e 528 hab. Está situada na estrada de Mirandella a Villa Pouca de Aguiar, a 13 k. da séde do conc. Tem est. post. e é fertil em generos agricolas. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

São Pedro Velho. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança; 174 fog. e 775 hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. Está situada entre os rios Rabaçal e Tuolla, a 1:500 m. da margem direita d'este, a 4 k. da margem esquerda d'aquelle, e a 20 da séde do conc. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

São Romão. Pov. e freg. de S. Romão, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Montemór-o-Novo, distr. e arceb. de Evora; 70 fog. e 356 hab. Tem est. post. Dista 11 k. da séde do conc. A terra é muito fertil em cereaes. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. || Pov. e fre. de S. Romão, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Villa Viçosa, distr. e arceb. de Evora, 263 fog. e 1:172 hab. Tem est. post., e fabricas de polvora e de tijolos. Está situada a 2 k. da margem direita da ribeira de Asseca, a 7 da margem direita do Guadiana, e a 8 da séde do conc. A terra é muito fertil em cereaes, e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. || Villa e freg. de N. S.ª do Soccorro, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Ceia, distr. e bisp. da Guarda; 470 fog. e 2:003 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., fabricas de lanificios, medico e pharmacia. Está situada junto da serra da Estrella, na estrada de Ceia a Alvoco da Serra, e na margem direita do rio Alva, a 4 k. da séde do conc. Foi villa e couto, ao qual el-rei D. Manuel I deu foral, em Lisboa, a 24 de janeiro de 1514. A terra é fertil, tem grande abundancia de gado, principalmente miudo, muita caça, grossa e miuda, e peixe do rio. O referido monarcha deu o senhorio d'esta villa ao 1.º conde de Portalegre, D. Diogo da Silva, mas depois voltou para a corôa. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. e freg. de S. Romão, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Armamar, distr. de Vizeu, e bisp. de Lamego; 113 fog. e 470 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada n'uma encosta, d'onde se descobre um vasto horizonte que abrange parte da Beira Alta até ao rio Douro, e de Traz os Montes até muito além de Villa Real, a 4 k. da séde do conc. Está n'esta freg a capella da Senhora do Direito, vulgarmente chamada Senhora da Costa, por estar n'um serro. Junto d'esta capella, e em sitio arejado e salubre, é que foi construido o cemiterio parochial, bastante espaçoso. A pov. é antiga; o seu territorio é fertil em milho, centeio, cevada, etc. Em 1811 foi saqueada pelas hostes francezas, soffrendo grandes damnos. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Pov. e freg. do conc. de Vagos, distr. de Aveiro, muito antiga, pois já existia no tempo do conde D. Henrique, pae de D. Affonso Henriques. O seu orago era S. Romão. D. Sancho I deu o senhorio d'esta freg. a D. João Fernandes, e D. Fernando João, filho d'este, doou o senhorio ao santuario da Senhora de Vagos, em 1202. Depois passou o santuario e o senhorio de S. Romão para o convento dos conegos regrantes de Santo Agostinho, de Grijó. Esta pov. foi villa e couto, ao qual D. Sancho I deu foral, em 1190, quando a deu a João Fernandes. || Freg. de Santo Thirso, onde ha uma est. do caminho de ferro do Minho, entre as de Trofa e da Ermezinde. || Povoações nas freguezias: S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro. || S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || N. S.ª do Desterro, de Pousos, conc. e distr. de Leiria. || Monte da prov. do Douro, distr. do Porto, conc. de Paços de Ferreira Corre nos limites das freguezias de Eiriz e S. Pedro Fins, e está situado a 3 k. ao S dos rios Ave e Vizella. E' bastante alta, e deve o nome a uma ermida do S. Romão que n'elle existiu, e da qual ainda ha vestigios. No seu cume ha um planalto onde houve em tempos remotos uma cidade ou povoação e a cujo sitio o povo chama *Cidade Velha*. Era defendida por uma muralha d'uns 1:500 m. de circumferencia, e ainda no começo do seculo passado se viam as suas ruinas, bem como as de casas e vestigios de ruas estreitas e ladrilhadas. No centro tinha um castello ou fortaleza de fórma circular, e de boa cantaria.

São Romão de Aregos. Pov. e freg. de S. Romão, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Rezende, distr. de Vizeu; 159 fog. e 636 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Dista 5 k. da séde do conc. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 9, com a séde em Lamego.

São Romão de Sàdão. Pov. e freg. de S. Romão, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa, arceb. de Evora; 251 fog. e 950 hab. Dista 19 k. da séde do conc. Era commenda da ordem de S. Thiago. E' terra muito fertil. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal.

São Roque *(José Antonio Cardoso d'Oliveira Torres, 3.º barão de)* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, etc. N. a 21 de dezembro de 1835, sendo filho do 2.º barão do mesmo titulo *(V. o artigo seguinte)*. Foi viceconsul de Inglaterra em Caminha, Ponte do Lima e Arcos de Valle-de-Vez. Casou a 8 de setembro de 1867 com D. Maria Rita de Almada Freire Caldas Ferraz, filha unica de Luiz Freire de Caldas Ferraz, senhor dos vinculos de S. José de Marrancos, no concelho de Villa Verde, do de Covellos, no concelho de Barcellos, das Carvalhêdes, em Gondoriz, etc., e de sua mulher D. Antonia Rita Pereira d'Almada. O titulo foi-lhe re

novado por decreto de 16 de dezembro de 1867. O brazão d'armas: Escudo partido em pala; na primeira as armas dos Oliveiras: Em campo vermelho uma oliveira verde com azeitonas de ouro e raizes de prata; na segunda as dos Torres: Em campo vermelho cinco castellos de ouro postos em santor.

São Roque *(José d'Oliveira Torres, 2.º barão de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Christo, e da de Izabel a Catholica, de Hespanha; condecorado com a medalha n.º 4 da Guerra de 1834, e vice consul de Inglaterra e de Hespanha, em Caminha. N. a 25 de dezembro de 1810, fal. a 27 de novembro de 1867. Era filho do 1.º barão de S. Roque (V. o *artigo seguinte*).

São Roque *(José Pereira Torres, 1.º barão de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, vice consul de Inglaterra em Caminha. N. a 3 de junho de 1774, fal. a 17 de setembro de 1860. Casou a 9 de fevereiro de 1800 com sua prima D. Marianna Francisca d'Oliveira, filha de José Rodrigues de Oliveira, e de sua mulher D. Joanna Maria Torres. Foi agraciado com o titulo de barão de S. Roque por decreto de 7 de julho de 1852.

São Roque. Pov. e freg. de S. Roque, na ilha da Madeira, conc., com., distr. e bisp. do Funchal. 592 fog. e 2:752 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.º 27, com a séde no Funchal. || Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Forjães, conc. de Espozende, distr. de Braga. Tem est. post. || Santa Maria, de Alvarelhos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Paio, de Merelim, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Cypriano, de Refontoura, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santo Antão, de Tojal, conc. de Loures, distr. de Lisboa. || S. Verissimo, de Valbom, conc. de Gondomar, distr. do Porto. Tem est. post. || Pov. da freg., conc. e distr. de Ponta Delgada, ilha de S. Miguel, Açôres. Tem est. post. || Cabo situado na costa do distr. de Mossamedes, prov. de Angola, Africa Occidental. E' mais conhecido pelo nome de Santa Maria, e foi n'elle que em 1486 Diogo Cão collocou o segundo padrão.

São Roque de Fayal. Ilha da Madeira; pov. e freg. de S. Roque, no conc. de Sant'Anna, com. do S. Vicente, distr. e bisp. do Funchal; 164 fog. e 801 hab. Tem est. post., esc. do sexo masc. e fabricas de destillação de aguardente e de manteiga de leite. Dista 12 k. da séde do conc. Pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.º 27, com a séde no Funchal.

São Roque do Pico. Villa da ilha do Pico, séde de conc., com. da mesma ilha, distr. da Horta, bisp. do Angra do Heroismo, Açôres. Está situada na costa N, á beira mar, em terreno plano. Nos seus arrabaldes tem os logarejos de S. Miguel do Caes, onde houve em tempo um convento da ordem de S. Francisco. Os seus terrenos são muito ferteis. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. do recrut. e res. n.º 25, com a sédo em Angra do Heroismo. Tem est. post. e telegr., advogados, agencias bancarias, de navegação e de seguros; delegação d'Alfandega, medico, pharmacia, escolas d'ambos os sexos, productores de aguardente, notarios, jornaes: *Imparcial* e *Picoense;* sociedades de recreio: *Gabinete de leitura Marquez de Pombal, Gremio Picoense, Philarmonica União Artista, Theatro Talia.* O conc. compõe se de 5 freguezias, com 1:681 fog. e 6:283 hab., sendo 2:827 do sexo masc. e 3:456 do fem. As freguezias são: N. S.ª d'Ajuda, de Prainha, 1:414 hab.: 629 do sexo masc. e 785 do fem.; Santa Luzia, 986 hab.: 445 do sexo masc. e 541 do fem.; Santo Amaro, 775 hab.: 350 do sexo masc. e 425 do fem; Santo Antonio, 1:380 hab.: 607 do sexo masc e 773 do fem.; S. Roque do Pico; 1:728 hab: 796 do sexo masc. e 932 do fem. O commercio principal de todo o conc. é lenha, fructas, gado, vinho, aguardente, azeite de spermaceti, queijos, esteiras de juncos e chapéos de palha.

São Salvador. Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. da Beira Alta, conc., com., distr. e bisp. de Vizeu; 372 fog. e 1:634 hab. Tem escolas d'ambos os sexos o correio com serviço de posta rural. Dista 2 k. da séde do conc. Deu-selhe o nome de S. Salvador, porque teve principio n'uma ermida dedicada ao *Salvador do Mundo*, mandada construir por um fidalgo, que possuia n'estes sitios muitas propriedades. A ermida está situada n'um local pittoresco, cercado de vinhas e pomares de boa fructa. Em torno se fôram construindo diversas casas, que formaram a pov. Pertence á 2.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. || Pov. e freg. (Transfiguração), da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança; 87 fog. e 349 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. Está situada proximo da margem esquerda do rio Tua, a 6 k. da séde do conc. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. o res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Soalhães, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Freg. do conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Uma das 5 antigas divisões do reino do Congo, Africa Occidental. Comprehendia a região de NE, limitada ao N e O pelo rio Zaire, ao S pelo distr. de D. Pedro V e a E pelo sertão. A sua principal pov. era a cidade de S. Salvador, capital, não só do distr., mas de todo o reino. || Antiga cidade capital do reino do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental, na região central do distr. de S. Salvador, e 5 dias de viagem de Noqui, assento n'um extenso planalto limitada a E pelo valle do Loeche e dos outros lados por terrenos uniformemente accidentados, sem arvoredos e cobertos de capim. Foi uma pov. de certa importancia nos seculos XV e XVI, mas pouco tempo durou a sua prosperidade, porque os negros a invadiram e destruiram por mais d'uma vez. A mais terrivel d'essas invasões occorreu em 1558, e dos 11 templos que havia na cidade, nem um só escapou á furia dos selvagens. Tambem ali houve um palacio episcopal, uma fortaleza com um fortim, quartel para 50 praças, e capella. Muitos dos edificios fôram começados no fim do seculo XV, e ainda se vêem as ruinas d'elles. Hojo a antiga cidade de S. Salvador, capital do reino do Congo, é uma simples pov. com 175 fog. e 878 hab., convindo dizer, comtudo, que em 1880 não havia ali 100 cubatas com tecto de côlmo. A 1 de de-

zembro de 1881 inaugurou se na pov. o assentamento d'uma casa de madeira que fôra da Europa, destinada a uma missão portugueza. V. *Congo.*

São Salvador do Congo. Conc. do distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. Compõe-se de centenares de povoações distribuidas por numerosos sobados. A séde do distr. a que pertence, é em Cabinda. Permuta malas com a metropole.

São Salvador no Campo. V. *Campo.*

São Salvador de Mattosinhos *(João José dos Reis, 1.º visconde e 1.º barão de).* Opulento capitalista e grande proprietario. N. em Mattosinhos a 11 de maio de 1820, fal. no Rio de Janeiro a 17 de outubro de 1883. Era filho de Francisco José dos Reis e de D. Rita Rosa da Silva Reis, modestos lavradores de Bouças. Em 1833 foi para o Brazil, contando apenas 13 annos de edade, e ali se dedicou á carreira commercial, para que tinha particular inclinação, o que lhe valeu em poucos annos estabelecer uma casa commercial importantissima, que dirigiu por mais de 50 annos, tornando-se notavel a sua administração entre a classe commercial, que lhe dispensou toda a confiança e a mais espontanea consideração. Casou no Rio de Janeiro em 1842, com D. Josephina Maria do Amaral Reis, filha do major Antonio José do Amaral. Em 1847 enviuvou, passando no anno seguinte a segundas nupcias, com D. Henriqueta Jannaria da Silva Reis. O conde de S. Salvador de Mattosinhos foi um verdadeiro benemerito. Como trabalhador incansavel via-se á frente das principaes companhias e estabelecimentos bancarios do Rio de Janoiro. Muitos annos foi presidente da Companhia Brazileira de Navegação a vapor, e do Banco Commercial do Rio de Janeiro. Foi o principal fundador do *Brazilian, Portugueze Bank*, actualmente *English Bank of Rio de Janeiro*, cuja séde é em Londres, com filiaes em Lisboa, Porto e Rio de Janeiro. Foi tambem um dos fundadores das companhias de seguros *Garantia*, *Confiança*, *Fidelidade*, *Bonança* e outras, além da Companhia Commercio e Lavoura. Socio e presidente honorario das Associações Commercial do Porto e de Lisboa. Muito tempo occupou o logar de director secretario do Banco do Brazil e da Associação Commercial do Rio de Janeiro, além de muitas outras commissões. Tambem foi membro da commissão consultiva do consulado geral de Portugal no Rio de Janeiro, sendo louvado varias vezes pelo governo portuguez. Foi socio benemerito do Gabinete Portuguez de Leitura do Rio de Janeiro, a mais antiga sociedade fundada por portuguezes no Brazil; do Lyceu Litterario Portuguez, presidente honorario e protector da Associação Homenagem ao conde de S. Salvador de Mattosinhos; socio honorario da Associação industrial do Rio de Janeiro, socio correspondente da Sociedade de Geographia de Lisboa, tendo feito parte da commissão installadora da secção d'esta sociedade no Rio de Janeiro. Creou o Asylo Profissional da Beneficencia Portugueza para os filhos dos portuguezes pobres, fallecidos no Rio de Janeiro. Durante mais de 20 annos foi presidente da Sociedade Portugueza de Beneficencia no Rio de Janeiro, recebendo mais tarde o titulo de seu presidente perpetuo e protector; socio protector da caixa de Soccorros de D. Pedro V, dos Albergues Nocturnos de Lisboa, e presidente da commissão promotora de donativos para o albergue, socio da Sociedade Beneficente Lusitana, em Montevideu, e de muitas outras sociedades de beneficencia e de instrucção, a que sempre prestou os seus valiosos serviços. Na grande epidemia da febre amarella no Rio de Janeiro em 1873, assumiu a presidencia da commissão dos hospitaes, creados n'aquella occasião para soccorrer os doentes. Foi egualmente presidente da commissão de soccorros aos inundados de Portugal em 1876, e á sua influencia se deve a importante somma que foi enviada para Lisboa e entregue á rainha D. Maria Pia. Como membro da Companhia Confiança, tomou a iniciativa de propôr o rateio de 5$000 reis por acção, proposta que foi approvada, produzindo o rateio 87:500$000 reis, que fôram divididos em partes eguaes e distribuidos por 8 instituições de caridade, em que foi contemplada a confraria do Bom Jesus de Mattosinhos. Foi um dos protectores da Officina de S. José, do Porto. Os serviços d'este benemerito portuguez, prestados tanto em Portugal como no Brazil, fôram recompensados pelos governos das duas nações. O governo portuguez, em differentes epocas, agraciou o com a mercê de fidalgo cavalleiro da Casa Real, gran-cruz e commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, carta de conselho, titulo de visconde de S. Salvador de Mattosinhos por decreto de 5 de junho de 1873, sendo elevado ao de conde, por decreto de 29 de janeiro de 1880. Pelo governo brazileiro teve a mercê de cavalleiro e commendador da ordem de Christo, commendador da Rosa; a Caixa de Soccorros de D. Pedro V offereceu-lhe uma medalha de honra, e a Associação humanitaria do Porto tambem lhe offereceu uma medalha de ouro. Seu filho primogenito, João José dos Reis Junior, nasceu no Rio de Janeiro a 25 de julho de 1845, ficou com a administração e a direcção da casa de seu pae, no Brazil, e foi o proprietario do jornal *O Paiz*, que se publica no Rio de Janoiro. Casou com D. Elisa Habbert. Recebeu o titulo de visconde, renovado no de seu pae, por decreto de 15 de abril de 1886, e o de conde por decreto de 14 de março de 1889. Esta familia usa do seguinte brazão: Escudo partido em pala: na primeira o brazão da confraria de S. Salvador de Mattosinhos, que é um escudo partido em pala: na primeira as armas de Portugal, e na segunda, em campo vermelho, 5 chagas vermelhas em aspa; a segunda pala cortada em faxa; no primeiro quartel, em campo azul, uma estrella de ouro de 8 pontas em abysmo, que são as armas dos Reis; no segundo, em campo de prata, uma aspa vermelha firme, carregada de 5 vieiras de ouro, brindada de azul com uma arruella de ouro que são as armas dos Rochas.

São Salvador de Mattosinhos. V. *Mattosinhos.*

São Saturnino Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

São Sebastião *(Luiz Henriques Charters de Azevedo, 2.º visconde de).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, director geral aposentado da Junta do Credito Publico, deputado, etc. Descende d'uma das mais distinctas familias de Leiria, sendo filho do 1.º visconde do mesmo titulo, José Henriques de Azevedo Reis,

e de sua mulher D. Maria Izabel Charters de Azevedo. Fez parte do curso juridico da Universidade em 1877, anno em que se formou. Filiado no partido regenerador liberal, exerceu alguns cargos de confiança, entre elles o de governador civil de Leiria. para que foi nomeado mais d'uma voz, e em que prestou valiosos serviços. O circulo do Extremoz o elegeu deputado em diversas legislaturas. Casou com uma senhora pertencente a uma nobre familia do Alemtejo. Seu pae fôra agraciado com o titulo do visconde de S. Sebastião por decreto de 8 do agosto de 1872, e foi renovado em seu filho por decreto de 30 do julho de 1874. Por alvará de mercê nova de 2 de maio de 1880, recebeu a mercê do seguinte brazão d'armas: Escudo cortado em faxa, sendo a primeira partida em pala, e na primeira d'estas: Em campo de prata uma aguia azul armado de vermelho; na segunda: Em campo vermelho 5 estrellas d'ouro postas em santor; a segunda faxa: Em campo de ouro, mantelada, tendo nos dois campos superiores um leão de negro armado de vermelho.

São Sebastião. Villa e freg. de S. Sebastião, da ilha Terceira, Açôres, conc., com., distr. e bisp. de Angra do Heroismo; 498 fog. e 1:963 hab. Tem escolas d'ambos os sexos o est. post. Está situada em terreno plauo, cercado de altas montanhas, a quasi 2 k. do mar e a cêrca de 12 da séde do conc. Encontra se n'ella o melhor barro dos Açôres, o cultivou n'outro tempo em larga escala o pastel o o tabaco. Foi fundada em 1503, e formou com a freg. de Porto Judeu o conc. de S. Sebastião, quo foi supprimido em 1855. E' fertil em generos agricolas Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Angra do Horoismo. || Povoações nas freguezias: S. Thiago e conc. de Almada, distr. de Lisboa. || S. Thiago, de Anha, couc. e distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Areias de Villar, conc. do Barcellos. distr. de Braga. || Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro || Sauta Maria e conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || O Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, distr. do Vianna do Castello. Tem correio com serviço de posta rural. || Ilha da Madeira; S. Salvador e conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal. || N. S.ª d'Assumpção, do Enxara do Bispo, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Figueiredo, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Pedro, de Gondorem, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Leça do Balio, conc. de Bouças, distr. do Porto. || S. Martinho, de Gandra, conc. de Poute do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Palmeira, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, do Penha Longa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Prado, conc. do Villa Verde, distr. de Braga. || S. Christovão, de Rio Tinto, conc de Gondomar, distr. do Porto. || S. Pedro, de Seixas, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. Podro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco || S. Vicente, de Tavora, conc. de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Travanca, couc. de Amarante, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || N. S.ª dos Anjos e conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Villa Boa de Quires, conc. do Marco de Canavezes, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || Pov. da freg. do Santissimo Coração de Jesus, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Cabo situado na costa do distr. de Inhambane, prov. do Moçambique, Africa Oriental. Fica a E da bahia de Inhambane ao S das ilhas de Bazaruto. E' de consideravel altura e muito coberto de matto. || Ponta situada na costa da ilha do S. Thomé, Africa Occidental. Fórma o extremo S da bahia de Anna de Chaves, e está fortificada. || Ponta situada na costa da ilha Terceira, Açôres. Fórma o E da bahia de Angra do Heroismo.

São Sebastião de Baixo, de Cima e do Meio. Tres povoações na freg. do Salvador, de Cabreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. do Vianna do Castello.

São Sebastião dos Carros Pov. e freg de S. Sebastião, conc. e com. de Mertola. distr. e bisp. de Beja; 112 fog e 461 hab. Está situada a 2 k. da margem direita do Guadiana, na estrada de Castro Verde para a referida margem, em frente de Pomarão, a 10 k. da séde do conc. A terra é fertil em cereaes, e pertence á 4.ª div. mil. o ao distr. de recrut. e res n.º 4, com a sédo em Faro.

São Sebastião da Feira. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. do Douro, conc. e com. de Oliveira do Hospital, distr. e bisp. de Coimbra; 79 fog. e 286 hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. Está situada na margem direita do rio Alva, a 6 k. da séde do conc. Chamava se antigamente *S. Sebastião de Riba d'Alva*, e é este o nome que tem no foral, que lhe deu el-rei D. Manuel, em Lisboa, a 12 de setembro de 1514. Tem uma ponte sobre o rio Alva. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra.

São Sebastião de Moçambique. V. *Moçambique.*

São Sebastião da Pedreira. Freguezia do 3.º bairro de Lisboa: Antigamento, quando existia o concelho de Belem, pertencia-lhe a parte da freguezia chamada *extramuros*, por ficar fóra das antigas portas da cidade. N'aquelle local existia uma ermida dedicada a S. Sebastião, que era dos carpinteiros da rua das Arcas, a qual se suppõe ter sido fundada nos primeiros tempos da monarchia. Para junto d'aquella ermida veiu morar o patriarcha das Indias D. João Bermudes, quando regressou a Portugal em 1559, durante a regencia da rainha D. Catharina, viuva de D. João III. O santo varão trouxera de Roma uma imagem da Senhora da Saude, que deu á referida ermida, e fallecendo em 1570, pediu para ser ali sepultado. Depois da construcção da egreja parochial, fôram os seus ossos trasladados para o novo templo, por ordem de sua sobrinha D. Filippa de Tavora, a 16 de outubro de 1653, figurando no cruzeiro da capella-mór em sepultura raza, tendo sobre a campa as suas armas esculpidas e com simples epitapaio. Foi no reinado de D. João IV, estando o cabido em séde vacante, que se estabeleceu, em 1652, a parochia, sendo a egreja construida junto da antiga ermida, á ousta dos parochianos, auxiliados com algumas esmolas do referido monarcha. Para ali passou a imagem de S. Sebastião,

que é de pedra, e a já citada Senhora da Saude. A egreja é d'uma só nave, e está situada n'um sitio elevado proximo das antigas portas da cidade, e das estradas de Palhavã e das Laranjeiras. A fachada é voltada ao poente, tendo á frente um adro com escadaria, por onde se entra para a porta principal, sobre a qual se vê um emblema de pedra, e mais acima duas janellas que deitam para o côro. Ao lado está a torre dos sinos. A egreja tem mais duas portas de entrada, uma para o norte e outra para o sul. A capella-mór é toda adornada de bonitos relevos de pedra, tendo-se sobre o altar a imagem de S. Sebastião. Junto ao arco d'esta capella ha dois altares collateraes, tendo o do lado do Evangelho a imagem de Santa Rita de Cassia, imagem de muita devoção, que pertencia aos frades grillos, e que veiu para esta egreja em 1834; o do lado da Epistola tem o Senhor Crucificado. Na egreja, do lado do Evangelho, está a capella do Santissimo, muito espaçosa, e fronteira outra capella com uma alta imagem de S. José. A frente do côro e as columnas que o sustentam. são embellezadas com elegantes ornatos de pedra. As paredes são revestidas de bons azulejos, até certa altura, e na parte superior vêem se quadros com ricas molduras douradas, havendo em cada um o seu santo com o martyrio que soffreu. Não se conhece o nome dos seus autores. A pintura do tecto tambem é de effeito. O terremoto de 1755 não causou damno algum á egreja, que se conserva ainda hoje, como na sua primitiva, tendo soffrido alguns reparos, pelos estragos causados pelo decorrer dos annos. O prior tinha o predicamento de vigario, e era apresentado pelo patriarcha, recebendo a importancia de 550$000 reis. Havia as seguintes irmandades: a do Santisimo que apresentava 3 capellas, uma de 7 $000 reis, e 2 de 60$000 reis cada uma; a das Almas provia 8 capellas, 7 de 60$000 reis cada uma, e 1 de 50$000 reis. Hoje parece que existe apenas a do Santissimo. Na egreja ainda se conserva uma reliquia de S. Sebastião, que veiu de Roma; é um osso do santo martyr, que costuma expôr-se á veneração dos devotos, no dia em que se celebra a sua festa.

São Sebastião dos Sobrados. Pov. na freg. de Santa Maria, de Passos, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real.

São Seriz. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Macedo de Mato, conc. e distr. de Bragança.

São Silvestre. Pov. e freg. de S. Silvestre, da prov. do Douro, conc., distr. e bisp. de Coimbra; 302 fog. e 1:205 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, correio com serviço de posta rural, medico e pharmacia. Esta situada a 2 k. da margem direita do rio Mondego, na estrada de Coimbra a Tentugal, Montemór e Figueira, a 9 k. da séde do conc. Tem um convento, de S. Marcos, que foi de frades jeronymos. Tem generos agricolas. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. || Povoações nas freguezias: S. João, de Bastuço, conc. de Barcellos, distr. de Braga || S. Matheus, de Bunheiro, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || N, S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || S. Silvestre, de Bezelga, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

São Simão. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Aboim da Nobrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Matheus, de Bunheiro, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Carregueiros, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || S. Simão, de Novaes, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria e conc de Taboa, distr. de Coimbra || Santa Maria de Turiz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santo André, de Victorino dos Piães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Villa Frescainha, conc. de Barcellos, distr. de Braga || N. S.ª da Graça, de Aguda, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

São Simão de Alferrarede. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Sardoal, distr. de Santarem.

São Simão de Litem. Pov. e freg. de S. Simão, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Pombal, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 614 fog. e 3:182 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 11 k. da séde do conc. e está situada junto do rio Arunca. A terra é fertil e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar.

São Theotonio. Pov. e freg. de S. Theotonio, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Odemira, distr. e bisp. de Beja; 818 fog. e 3:761 hab. Tem est. post., escolas d'ambos os sexos, hospedaria, medico, pharmacia, sociedades de recreio: *Philarmonica Santatoniense*, *Recreativa Santatoniense*, *Theatro Santatoniense*. Está situada na aba da serra do rio Mira, a 13 k. da séde do conc. A terra é fertil e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. Serra do distr. de Faro. E' uma ramificação da serra do Monchique para a parte NO, e está situada entre Odemira e Odeseixe, no conc. de Aljezur, e muito proximo da freg. de S. Theotonio, do conc. do Odemira. Tem 212 m. d'altura.

São Thiago (*Fr. Francisco de*). Religioso da ordem de S. Francisco da reformada provincia da Conceição, passando depois para a da Soledade, da qual foi chronista. Era natural de Barcellos, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Escreveu e publicou em 1762 o 1.º tomo da *Chronica* d'essa provincia. O 2.º tomo foi escripto pelo seu successor no cargo, Fr. Manuel da Mealhada, mas não chegou a publicar se.

São Thiago (*Fr. Francisco de*). Religioso da ordem dos carmelitas calçados. N. em Lisboa, e fal. em Sevilha a 13 de outubro de 1646. Professou em Hespanha, e exerceu os logares de mestre da capella nas cathedraes de Placencia e de Sevilha. Foi um dos mais notaveis compositores de musica, que floresceram na peninsula durante a primeira metade do seculo XVI. Era muito estimado por D. João IV, com quem conviveu muito em Villa Viçosa. Na bibliotheca de musica de aquelle monarcha conservavam-se muitas composições de Fr. Francisco de S. Thiago, assim como o seu retrato pintado em tamanho natural.

São Thiago (*Fr. Jeronymo de*). Monge da ordem de S. Bento, doutor em theologia pela Universidade de Coimbra. N. em Penafiel em 1644, fal. em Lisboa a 15 d'agosto de 1720. Professou em 1622, no convento do Porto. Doutorou-se tambem em Mathematica na mesma Universidade, e regeu, como lente substituto, algumas cadeiras nas duas faculdades. Em 1691 foi abbade no con-

vento de Lisboa; no seu governo ardeu o convento, mas Fr. Jeronymo immediatamente o reedificou. Foi depois nomeado arcebispo de Cranganor, cargo que rejeitou. Escreveu: *Tratado do Cometa que appareceu em dezembro passado de 1680, offerecido a D. Simão da Gama, reitor da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1681. Publicou tambem em 1696 um *Sermão de S. Bento*.

São Thiago *(Joaquim Trigueiros Martel, visconde de)*. Foi o 1.º conde de Castello Branco. V. *este titulo*.

São Thiago *(Fr. Jorge de)*. Bispo de Angra Professou na ordem dominicana em Salamanca, e passando a Paris doutorou se na sua Universidade, em theologia. Esteve como theologo no concilio de Trento, e foi nomeado bispo de Angra em 1553. Fez redigir as *Constituições synodaes* da sua diocese, que publicou em 1560. Fal em 1561. Tambem publicou uma *Oração latina* que proferira no concilio de Trento.

São Thiago. Por um documento authentico, que se conserva na Torre do Tombo, e por outro que existe no cartorio da egreja, o qual trata de uma composição que o prior e os beneficiados fizeram entre si no anno de 1337, parece que a freguezia e a egreja se fundaram então, sendo bispo de Lisboa D. João Affonso de Brito, que fallleceu em 1341. Tambem ha memoria da existencia da parochia em 1371, por um documento do seu prior João de Soure, vigario geral do bispo D. Agapito Colona. O *Summario*, de Christovão Rodrigues de Oliveira, publicado em 1555, refere se a ser o temploo ude começou a correr os assentos no livro mais antigo dos baptisados, conserva, porém, a tradição de ter sido a freguezia erecta pelo primeiro bispo de Lisboa D. Gilberto, por causa da mitra que se vê gravada na pia baptismal. O parocho tinha o titulo honorifico de prior, sendo a egreja do padroado das rainhas, e recebia 250$000 reis, e cada um dos dois beneficios que existiam, rendia 80$000 reis cada um, sendo os beneficiados apresentados pelo prior. O terremoto de 1755 causou pequenos estragos ao edificio, que de prompto se repararam. Em 1773 foi reedificada A egreja é d'uma só nave, e toda de cantaria lavrada na ordem covinthia. Está situada no largo de S. Thiago, proximo da cadeia do Limoeiro. A fachada é de architectura elegante, tendo em remate uma cruz sobre um acroterio do bonito relevo. Ao lado está a torre dos sinos. A' frente ha um adro por onde se sóbe por alguns degraus até á sua unica porta de entrada, que é encimada por um baixo relevo gravado na pedra, representando as armas de S. Thiago, com a legenda da reedificação de 1773. Na parte superior estão tres janellas que deitam para o côro. Na capella-mór vêem se aos lados do altar, em duas misulas, as imagens de S. Martinho e de S Thiago, oragos das duas freguezias que estão ali reunidas. No lado da Epistola está a grande e antiquissima capella da Senhora A Franca, construida n'uma especie de nave, cuja entrada fórma um arco, e faz frente aos 3 altares que lhe ficam fronteiros. N'esta nave ha uma porta para a sacristia, e é tambem adornada com quadros. Esta capella pertencia á antiga confraria ou irmandade dos cerieiros. Junto á capella, do lado da entrada egreja, vê se o baptisterio, e do lado da capella-mór o altar da Senhora da Piedade, que é do graude devoção, e veio da demolida egreja de S. Martinho. O tecto da egreja é pintado pelo apreciado pintor Pedro Alexandrino, representa pequenos quadros, tendo ao centro um de maiores dimensões, allegorico a S. Thiago. Em todos os altares ha imagens de esculptura de madeira, sendo uma das melhores a da Senhora da Piedade, que passa por ser uma das mais antigas que tem havido em Lisboa. A' entrada da egreja, ao lado direito, está o cartorio, onde se vêem tambem alguns quadros. A pintura do tecto é de bonito effeito. O prior, coadjutor e thesoureiro, suppriam as duas freguezias reunidas, sendo a de S Martinho quem administrava os sacramentos aos presos do Limoeiro. Hoje a freguezia parece ser só uma, e o prior tambem tem a seu cargo a de S Christovão. Por portaria de 7 desetembro de 1836 ordenou o governo, que se transferisse para aqui a freguezia de S. Thomé, e ficassem ambas reunidas. Sendo costume em taes occasiões fazer se uma procissão de trasladação, o prior de S. Thiago entendeu essa ordem da maneira seguinte. No domingo do mesmo setembro foi o prior de S. Thomé celebrar a missa habitual, e n'esse acto deu a freguezia por extincta aos seus parochianos. Os membros da junta de parochia de S. Thomé, reunindo se em sessão, representaram ao governo o procedimento irregular do prior, e foi então ordenado pela portaria de 17 de outubro seguinte, que o prior de S. Thomé voltasse á sua antiga casa, e fôsse em procissão trasladar a freguezia para a egreja do Menino Deus, levando comsigo tambem a do Salvador, que deixára de ter egreja propria. O governo ordenava tambem que a parochia de S Martinho se reunisse á de S Thiago, e assim se fizeram as trasladações S. Thomé e S. Salvador, reunidas n'uma só, passaram mais tarde para a egreja de S. Vicente.

São Thiago, Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Ceia, distr. e bisp. da Guarda; 275 fog. e 1:298 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Está situada na estrada de Ceia a Ervedal, a 3 k. da séde do conc. A egreja matriz está ao centro da pov., e logo mais acima a ermida de Santo Amaro, no cume d'um outeiro pyramidal. Pertence á 2.ª div. mil. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Armamar, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 124 fog. e 499 hab. Tem esc. do sexo fem. e feira no 1.º domingo de cada mez. Dista 5 k da séde do conc. A terra é fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Povoações nas freguezias. N. S.ª dos Prazeres, de Abravezes, conc. e distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Aldreu, conc de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago, do Atthariz, couc. de Valpaços, distr. de Villa Real. || O Salvador, de Barbeita, conc. de Monsão, distr. do Vianna do Castello. || Ilha da Madeira; N S.ª da Piedade, do Canha, conc. do Ponta do Sol, distr. do Funchal. || S. Thiago, de Castello do Neiva, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Cepães, conc. de Fafe, distr. de Braga || N. S.ª do Rosario, de Cepões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Pedro, do Fragoso, conc. do Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago, de Margueja, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Meires, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Thia-

go, de Modelos, conc. de Paços de Ferreira, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Oliveira do Douro, conc. do V. N. de Gaia, do mesmo distr. || Santa Christina, de Padreiro, conc. de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello || S. Martinho e conc. de Penafiel, distr. do Porto. || O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, dis tr. de Vizeu. || S. Miguel, de Rebordosa, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Remelhe, conc de Barcellos, distr. de Braga. || S. Salvador e conc. de Rézende, distr. do Vizeu. || Santa Marinha e conc. de Ribeira do Pena, dis tr. de Villa Real. || S. Martinho, de Gande, conc. do Marco do Canavezes, distr. do Porto. || S Martinho, de Soalhães, do mesmo conc. e distr. || S. Thiago, de Valladares, conc. de Baião, do mesmo distr. || N. S.ª d'Assumpção, de Villa d'Alva, conc. de Mogadouro, distr. de Bragança || S. Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Valle muito fertil da ilha do mesmo nome, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occinental. Fica a 10 k. a E da cidado da Praia. || Freg. da ilha de S. Thiago, conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Tem numerosas povoações. Escolas o generos agricolas. || Ponta situada na costa E da ilha do mesmo nome, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental Fica ao S da enseada das Malaguetas. || Pequeno porto situado na costa E da ilha do mesmo nome, no archipelago o prov. de Cabo Verde, Africa Occidental, junto da ponta de S. Thiago. E' pouco seguro por ser directamente batido na bocca por brisas fortes de NE, e é apenas frequontado pela navegação de cabotagem || Serra do distr. de Villa Real. Parece ser uma ramificação da serra da Garraia, e está situada ao N de Murça, ao longo da margem esquerda do rio Tinhella, seguindo em direcção N a S Tem 10 k. de comprimento, 5 de largura e 762 m. d'altura.

São Thiago *(Ordem de)*. Quasi todos os nossos antigos escriptores remontam a fundação d'esta ordem militar ao seculo IX, segundo a lenda da batalha de Clavijo, ganhada aos infieis por D. Ramiro I de Leão, na qual se diz que o apostolo S. Thiago entrára na peleja bem montado n'um cavallo branco acutilando e derrubando centenares de moiros, pelo quo D. Rodrigo instituira esta ordem, e que os cavalleiros trouxessem por insignia uma espada, tendo d'uma parte do punho meia lua e uma estrella, e da outra o sol. Esta insignia foi depois simplificada, sendo reduzida a uma cruz rôxa em fórma de espada, com o punho em coração, e as extremidades das guardas em flôr de liz, pendente d'um collar de tres cadeias de ouro. Os cavalleiros eram obrigados a trazer sempre esta insignia, não só sobre o manto branco da ordem, nos actos publicos, mas até nos tatos caseiros. A opinião hoje mais seguida, abstraindo a lenda do auxilio sobrenatural de S. Thiago, é que a ordem foi instituida em 1170, com o nome de S. Thiago da Espada durante o reinado de D. Affonso VIII de Castella, e de D. Fernando II de Leão, acceitando os cavalloiros que n'ella professavam, uma fórma de vida religiosa, fazendo votos de arriscarem a vida o o seu patrimonio na continuação da guerra contra os moiros. A instancias do 1.º mestre da ordem, D. Pedro Fernandes, expediu o papa Alexandre III uma bulla de confirmação, a 5 de julho de 1175 O primitivo logar da ordem foi o convento de Santo Eloi, do cónegos regrantes de Santo Agostinho, na Galliza, onde deram obediencia os cavalleiros de S. Thiago, acceitando a sua regra e institutos. D. Fernando de Leão os favoreceu de modo, quo em breve se dilataram pelas outras

Habito de S. Thiago

provincias de Hespanha, onde se fundaram e dotaram muitas casas d'esta ordem. Em Portugal foi admittida esta nova milicia logo do seu principio, porque os cavalleiros, cumprindo o seu voto, sabendo que D. Affonso Henriques estava cercado em Santarem pelo rei moiro de Sevilha com um poderoso exercito, o fôram soccorrer, e se houveram com tanto valor o intrepidez que D. Affonso Henriques, por gratidão, os recebeu no seu reino, fazendo lhes doação de muitas villas e logares. Foi portanto instituida em Portugal a nova ordem militar de S. Thiago da Espada em 1177, ficando dependonte do mestrado da Galliza. O seu primitivo assento foi em Lisboa no mosteiro de Santos o-Velho, onde pormaneceram os

Collar official de S. Thiago

cavalleiros até ao tempo de D. Affonso II, em que se mudaram para Alcacer do Sal, quando esta villa se conquistou aos moiros, os quaes tomaram posse do castello o sagraram a mesquita de que fizeram convento para a ordem, obra sumptuosa, de que já não restam vestigios. No rei-

nado de D. Sancho II passaram para Mertola, que havia sido conquistada, tornando a o mouarcha uma praça d'armas e fronteira da Andaluzia, ordenando que os cavalleiros a defendessem, e passassem para ella o seu convento. Esteve aqui a séde d'esta milicia religiosa desde 1239 até 1423, em que D. João I, sendo mestre da ordem o infante D. João, seu filho, mandou que o convento mestral e cabeça da ordem fôsse no castello de Palmella. Os cavalleiros estiveram sujeitos aos mestres de Castella até ao reinado de D. Diniz, em que alcançaram uma bulla de isenção expedida pelo papa Nicolau VI no anno de 1288, foi porém deferida a sua execução até 1291, em que estes cavalleiros elegeram por seu primeiro mestre a D. João Fernandes. Os papas Celestino V e Bonifacio VIII uniram de novo a ordem de Portugal á do Castella, movidos pelas instancias do mestre castelhano; reclamando, porém, os portuguezes contra esta sujeição, obtiveram outros breves e favores dos mesmos pontifices, com que fôram continuando a eleição dos seus mestres, até que averiguados pelo papa João XXII os fundamentos que havia para se eximirem da obe

Commenda de S. Thiago

diencia de Castella, expediu a bulla de separação em 1320. As obras do convento de Palmella fôram muito demoradas, porque só se concluiram em 1482, concorrendo muito para esta conclusão o principe D. João, depois rei D. João II, que foi o 14.° mestre da ordem. N'este convento residia o prior-mór da ordem, que era dignidade prelaticia, tendo mitra, sendo sempre providas n'este cargo pessoas muito classificadas. Em 1608 fez tambem importantes obras no convento o prior-mór D. Jorge de Mello, nas quaes dispendeu á sua custa muitos mil cruzados. Na sua primitiva instituição deviam residir no convento 25 freires e 1 prior mór. A rainha D. Catharina, mulher D. João III, accrescentou lhe mais 2. A ordem era donataria de 47 villas, 150 commendas rendosas, principalmente as de Setubal, Alcacer do Sal, Mertola, Ferreira, Ourique, S. Thiago do Cacem, e Algarve; 75 padroados de egrejas, mas as rendas especiaes do convento importavam n'uns 12:000 cruzados. No decorrer dos tempos modificou-se muito a indole d'esta ordem, que de militar passou a ordem de merito litterario e scientifico. Essa reforma foi feita no reinado de D. Maria I, por carta de lei de 19 de junho de 1789, que a designou para recompensa do merito civil, deixando de ter a designação de *S. Thiago da Espada*, intitulando-se—*Ordem de S. Thiago*. Por alvará do 31 de outubro de 1862 foi novamente reformada esta ordem, por el-rei D. Luiz, ficando com o titulo de: *Antiga, nobilissima e esclarecida ordem de S Thiago, do merito scientifico, litterario e artistico*. O distinctivo da ordem ficou sendo uma cruz vermelha, em fórma de espada, tendo em volta a seguinte legenda: *Sciencias, letras e artes*, e pendente do fita rôxa. Os graus e dignidades são: grão mestre, que será sempre o soberano; o commendador-mór, que será sempre o herdeiro presumptivo da corôa; 8 gran cruzes: 6 portuguezes e 2 estrangeiros; 30 commendadores: 25 portuguezes e 5 estrangeiros; 50 officiaes: 40 nacionaes e 10 estrangeiros; 70 cavalleiros: 60 nacionaes e 10 estrangeiros. Era de uso que a dignidade de gran cruz nunca fôsse conferida a pessoa que não tivesse já a de commendador, e esta a quem não estivesse condecorado com o grau de official. O mesmo se praticaria na promoção dos officiaes, os quaes seriam tirados sempre do numero dos cavalleiros. Se concorressem, porém, circumstancias especiaes que, por extraordinarios e eminentes serviços tornassem alguma pessoa digna de lhe ser desde logo conferido o grau mais elevado da ordem, ou algum dos outros, o grão-mestre concederia a dispensa, fazendo juntamente a mercê do grau de cavalleiro o official e da dignidade de commendador, ao gran cruz, e a dos dois graus de cavalleiro e de official ao commendador. A ordem de S. Thiago, depois da mercê feita, seria sempre conferida pelo grão-mestre em sessão solemne do capitulo geral. Os agraciados podiam usar desde logo das insignias do seu grau ou dignidade, requerendo a devida permissão. Com o advento da Republica, em outubro de 1910, foi abolida esta ordem, assim como todas as demais ordens militares.

São Thiago d'Antas V. *Antas*.

São Thiago de Boduldo (*Antonio de Carvalho e Mello Daun Albuquerque e Lorena, 5° conde de*), Foi o 6.° marquez de Pombal. V. *este titulo*.

São Thiago de Beduido. V. *Beduido*.

São Thiago de Bésteiros. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. da Beira Alta, conc.° e com. de Tondella, distr. e bisp. de Vizeu; 485 fog. e 1:770 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e pharmacia. Está situada junto d'um affluente da ribeira de Anciāo, a 7 k. da sede do conc. O vigario era da apresentação regia. Era commenda da ordem de S. Thiago, a qual rendia 180$000 reis. A terra é muito fertil e produz muito bom vinho. Corre pela freg. um ribeiro anonymo e o rio Misarella. Este nasce no alto da serra do Caramullo e corre por entre penhascos. N'esta freg. tem uma cascata ou catadupa, a que chamam aqui *Salto da Misarella*, ou *Bica da Agua Alta*, que tem 67 m de alto. D'aqui continúa a correr por entre penedias, até se incorporar com uma fonte chamada da *Fonte Fria*. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 14, com a séde em Santa Comba Dão.

São Thiago de Cabo Verde E' uma das ilhas do grupo S ou de Sotavento do archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situada no Oceano Atlantico, a 56 k. da ilha do Fogo, que lhe fica a E, e a 24 da ilha do Maio, que lhe fica o O, formando com ambas dois ca-

naes limpos e seguros para a navegação. E' a principal ilha do archipelago. Tem 56 k. no seu maximo comprimento, entre a ponta do Tarrafal ao N e a ponta da Ribeira Grande ao S, e 27 na sua maior largura, desde a ponta de S. Francisco a E e a da Ribeira do Inferno a O, diminuindo, porém, muito a sua largura para o N e algum tanto para o S. Tem 718 k. q. de superficie segundo uns, e, segundo outros, cêrca de 979, ou, ainda, 928. E' muito montanhosa, tendo consideraveis elevações, sobretudo no sentido de NS, rumo em que é atravessada por uma cordilheira de basalto com camada de argila, lavas e bancos calcareos, quasi ao centro da qual se levanta, a 1:485 m. acima do nivel do mar, o famo pico da Antonia, de fórma quasi cónica, mas com maior escarpa ao S do que ao N, e que é o mais alto de toda a ilha. D'elle seguo para o S a serra dos Orgãos e para o N a montanha dos Picos ou Leitões, para além da qual se erguem os montes do Tarrafal, 2 outeiros redondos que o navegante primeiramente avista a grande distancia quando vae do norte. Como todas as ilhas montanhosas do archipelago de Cabo Verde, esta é cortada por muitas e pequenas ribeiras que se transformam em correntes caudalosas no tempo das chuvas. Ao contrario, porém, das outras ilhas, abunda em aguas potaveis. S. Thiago é uma das ilhas do archipelago que tem maior numero de portos de mar, mas só 2 servem para navios d'alto bordo. O principal e o mais frequentado é o da cidade da Praia, na costa S, limpo e seguro no tempo das brisas, e perigoso e de levante no tempo das aguas. O outro, na costa N, chamado do *Tarrafal*, é tambem limpo, seguro e abrigado por um recife, mas menos frequentado, apezar de se poder fazer n'elle uma excellente aguada. Além d'estes, era tambem muito frequentado pela navegação d'alto bordo o porto da Ribeira Grande ou da Cidade Velha, situado na costa S, no tempo em que a capital da ilha era a cidade da Ribeira Grande. Mencionaremos ainda: o porto de S. Thomé, o de S. Domingos ou Pedra Badejo, o Porto Fundo, a Calheta de S. Miguel, a Ribeira da Prata e a Ribeira da Barca, o Rincão, Gouveia, e a Calheta de S. Martinho. Os cabos ou pontas mais notaveis que a costa projecta ao mar são: ao N, a do Tarrafal; a E, as de S. Thiago, e a de S. Francisco; ao S, a das Bicudas e a da Temerosa, que fórmam a entrada do porto da cidade da Praia, havendo ainda a ponta da Ribeira; e a O, as pontas da Ribeira do Inferno, a do porto da Antonia e a da Ribeira da Barca. Dentro do porto da cidade da Praia fica o ilhéo de Santa Maria, onde um estabelecimento particular abastece d'agua e de carvão os navios, e na ponta Temerosa está situado o pharol Maria Pia, que presta excellentes serviços á navegação. A ilha de S. Thiago é a mais importante do archipelago, não só pela sua superficie e população, como tambem pela sua vida commercial e agricola. A capital do archipelago tem andado sempre, desde tempos remotos, n'esta ilha, o que lhe dá tambem o primeiro logar sob o ponto de vista politico. Essencialmente agricola, o seu solo adapta-se facilmente a todo o genero de cultura, e a ilha é uma das do archipelago onde os terrenos estão mais aproveitados, occupando as plantações grandes superficies nos valles fertilissimos, chamados *Ribeiras*, irrigados por grande numero de riachos. A creação do gado na ilha é tambem importante, figurando n'ella o vaccum, o asinino, o cavallar, o muar, o caprino, o ovelhum e o suino, n'uma totalidade de cabeças que colloca a ilha, no que respeita á industria pecuaria, não só muito acima das outras do archipelago, mas tambem na situação de, por si só, possuir quasi da metade da riqueza pecuaria da provincia. A industria é em pequena escala e explorada geralmente nas regiões do interior, notando se especialmente entre as pequenas industrias as do fabrico de tintas, cordas, esteiras, cestos, colchões, louça grosseira, barro e cal. Em varios pontos encontra se muita pedra calcarea, occa e gesso, o que muito póde facilitar o desenvolvimento d'algumas d'estas industrias. A costa abunda em excellente coral, e é facilima a sua pesca, sem o emprego de grandes capitaes. São, porém, os estrangeiros que exploram esta industria, e são elles, portanto, que lhe auferem os optimos proventos, porque é consideravel a quantidade de coral que annualmente mandam para os mercados europeus. O principal ramo de commercio consiste na exportação dos productos agricolas locaes, e na importação de varios artigos e generos precisos para o consumo dos habitantes, e em annos de sécca tambem importa generos alimenticios. Em fins de 1884 foi esta ilha dotada com o importante melhoramento do cabo telegraphico submarino, que a liga com S. Vicente, e, portanto, com a metropole e com todos os paizes. A ilha constitue 2 concelhos, que são o de *Santa Catharina*, abrangendo a parte N, e o da *Praia*, que é o mais importante e abrange a parte S. O primeiro tem a sua séde na villa Maria II, no Tarrafal, e o segundo na cidade da Praia. (V. *Portugal*, vol. V, pag. 1039 e vol. VI, pag. 565). A ilha é séde da com. de Sotavento, pertencente ao distr. judicial ou Relação de Loanda, e tem por capital a cidade, que o é tambem de toda a prov. de Cabo Verde, residindo portanto n'ella o governador geral e as principaes autoridades. (V. *Praia*, no vol. V e pag. 1039, já citadas). A ilha de S. Thiago foi descoberta, segundo a opinião mais geralmente seguida, em 1 de maio de 1460 pelo genovez Antonio de Nolle, juntamente com a ilha do Maio ou Maias, e a do Fogo ou de S. Filippe. A' ilha de S Thiago foi então dado o nome de *S. Jacob*. No anno seguinte foi como capitão donatario d'ella o seu descobridor, que levou alguns casaes do Algarve para a povoar, o que não foi difficil com a introducção dos negros da costa da Guiné. Em 1489 foi doada como todas as outras ilhas do archipelago, ao duque de Beja, sendo então dividida em duas capitanias: a do Norte e a do Sul, a que tambem se chamava da Ribeira Grande, continuando assim até 1505, anno em que foi supprimida a capitania do Norte. Depois sobreveiu o dominio dos Filippes, sendo em 1591 constituida a ilha em capital de todo o archipelago de Cabo Verde. Sobre a ilha de S. Thiago tem passado algumas calamidades como a da estiagem successiva de 10 annos, seguida d'uma fome horrivel que reduziu muito a população em 1775.

São Thiago do Cacem *(Antonio Paes Champalimaud de Mattos Moreira Falcão, visconde de).* Foi o 2.º conde de Bracial. V. *este titulo*.

São Thiago do Cacem. Villa da prov. da Extremadura, séde de conc. e de com., relação e

distr. de Lisboa, bisp. de Beja. Tem uma só freg., S. Thiago. Está situada na vertente oriental de uma collina, ramificação das serras da Grandola e de S. Theotonio. No alto d'essa collina está a egreja matriz, e junto d'ella as ruinas do antigo castello. A origem da villa é muito confusa e duvidosa. Se dermos crédito a alguns escriptores, foi fundada pelos phenicios, ou pelos gregos, com o nome de *Merobriga*. Sendo pelos phenicios, dataria a fundação do anno 3200 do mundo, ou 804 antes de Christo; e sendo os gregos os fundadores, seria maior a antiguidade, pois remontaria aos annos do mundo 2640, ou 1364 annos antes de Christo. O que é incontestavel é que S. Thiago do Cacem foi colonia romana, desde a era primeira de Cesar, 38 annos antes de Christo, até 405 da era christã, em que os gôdos a occuparam. Junto á ermida de S. Braz, que está no cume de um monte ao E da villa, se vêem ainda os restos informes d'uma antiga fortaleza. Aqui se tem achado cippos com inscripções e medalhas romanas, e estatuas de divindades pagãs. D. Fr. Manuel de Cenaculo Villas Boas, sendo ainda bispo de Beja, mandou explorar as ruinas d'este velho castello em 1808. Descobriu se então uma escada de pedra, que conduzia a uma casa abobadada, cujas paredes eram coroadas por uma cimalha primorosamente lavrada. Achou-se uma grande porção de medalhas romanas, de ouro, prata e cobre, do tempo da republica, e de muitos imperadores, desde Augusto até á divisão do imperio. No mesmo recinto do castello fôram achadas 5 lapides com inscripções romanas, que fôram collocadas junto do chafariz da Senhora do Monte. Qualquer que seja a antiguidade d'esta povoação, não padece duvida que os romanos a dominaram por mais de 350 annos, desde Julio Cesar até ao anno 405 ou 406 da era christã, conservando-lhe o seu antigo nome, limitando se apenas a alatinisal-o, como praticaram com todos os nomes a que elles chamavam barbaros, chamando-lhe *Merobrica*. Invadida a Peninsula Iberica pelas hordas viudas do norte, logo nos primeiros annos do seculo v, coube esta parte da Lusitania a Gunderico, rei dos vandalos, até que, depois de porfiadas guerras entre as varias nações invasoras, em 585 Leogevildo, rei dos gôdos, venceu os outros barbaros, e se tornou senhor de toda a Hespanha. A villa continuou com o seu antigo nome *Merobriga*, até que em 716 foi invadida toda a Lusitania pelos arabes, que levando tudo a ferro e a fogo, se tornaram senhores d'ella em breves dias. Fôram, portanto, estes invasores, que não podendo pronunciar varios nomes de povoações, ou os adulteraram ou mudaram, que deram á villa o nome de *Cacem*, que ainda conserva, a qual esteve em seu poder 4 seculos e meio, até que foi resgatada pelos templarios em 1157, caindo, porém, logo no poder dos moiros em 1185, commandados pelo Miramolim de Marrocos A ordem militar de S. Thiago fôra sido introduzida em Portugal em 1175, e em pouco tempo formou uma brilhante e numerosa legião de guerreiros aguerridos que prestaram á patria os mais relevantes serviços, e recuperaram grande parte do territorio que estava ainda em poder dos moiros. Fôram esses valorosos cavalleiros que resgataram a villa do Cacem em 1186, edificando ou reconstruindo o seu castello, e dando á villa o nome do seu padroeiro, a qual desde então se denominou *S. Thiago do Cacem* Em 1191 o Miramolim de Marrocos invadiu Portugal com um poderoso exercito, e reconquistou o Algarve, que já estava no poder dos christãos, e muitas outras terras entrando tambem S Thiago do Cacem. Em 1217, o intrepido bispo de Lisboa D. Sueiro com os cavalleiros do Templo e os de S. Thiago, resgataram Alcacer do Sal e outras terras, vindo novamente S. Thiago do Cacem a pertencer aos christãos A villa conservou-se no poder da ordem até ao fim do seculo xv, em que passou a propriedade particular do grão mestro da ordem D. Jorge de Lencastro, filho natural de D. João II, e por morte d'elle continuou nos seus descendentes, os duques de Aveiro, sendo o seu ultimo donatario o duque D. José de Mascarenhas, que em 1759 foi suppliciado por implicado no crime dos Tavoras. A villa foi então incorporada na corôa. El-rei D. Manuel I lhe deu foral, em Santarem, a 20 de setembro de 1512. O primeiro alcaide-mór o commendador da villa foi Micer Carlos Pessanha, o primeiro almirante que teve o paiz. O seu brazão d'armas é um escudo de prata, tendo no centro o apostolo S. Thiago a cavallo, empunhando com a mão direita a espada, em acção de batalhar, e com a esquerda envergando um escudo em que se vê a cruz da ordem Sobre o cavallo está o céo com algumas nuvens, e no terreno aos pés do cavallo, jaz estendido um mouro. O vetusto castello, cujas ruinas ainda hoje se vêem, fica proximo da pov. Tem a fórma d'um parallelogramo, de uns 190 m. de comprido por 35 do largo. Era guarnecido por 10 torres, das'quaes ainda existiam 9 ha talvez 30 annos, 5 redondas e 4 quadradas, porque a outra foi demolida em 1796, quando se reedificou a egreja. Cada uma d'estas torres tinha 9,^{m}50 d'altura. A cortina que ligava estas torres tinha 7 m. d'altura e 2,^{m}22 de espessura. No centro do castello estão as paredes das casas dos alcaides móres, ameiadas e muito altas. Esta residencia constava de salas abobadadas, com janellas para todos os 4 lados; a ultima sala, á esquerda de quem entra, communicava com a torre de menagem, que tinha 21,^{m}60 de alto, com duas cobertas e por cima um terraço, d'onde se gozava um vastissimo panorama. N'uma das torres esteve o relogio, que em 1667 se mudou para uma torre, construida na villa para esse fim. A muralha ainda conserva uma porta para o lado da villa, sobre a qual se vê, á direita, a insignia da ordem de S. Bento de Aviz; no centro a de S. Thiago, e á esquerda as quinas de Portugal. Havia outra porta, que foi demolida, com um grande lanço de cortina, quando se reedificou a egreja, que lhe fica contigua. N'esta porta se via, á direita o habito da ordem de S. Thiago com as competentes vieiras; no centro as armas de Portugal sobre a cruz da ordem do Aviz, e á esquerda um escudo com 6 bandas, 3 em faxa e 3 em pala. Até 1834 pertenceu a villa á comarca de Ourique, depois passou a formar a parte da comarca d'Alcacer do Sal, até que em 1874, por decreto de 15 de dezembro, foi o concelho de S. Thiago do Cacem elevado á categoria de comarca. Em novembro de 1871 collocaram-se os postes e arame electrico entre Sines e Grandola, passando por S. Thiago do Cacem, começou o telegrapho a funccionar em fevereiro de 1872. A illumiuação publica da villa data tambem de dezembro de 1871. N'este anno, no mez de setem-

bro, se fez a obra do chafariz de N. S.ª do Monte, pela repartição das obras publicas, dando a camarca do concelho os materiaes Ficou a obra concluida em março de 1872. A egreja matriz é espaçosa e de 3 naves, assentes em 10 columnas octogonas de pedra. Pela disposição das columnas, pelas figuras e symbolos que tem esculpidos, faz crer que foi um templo do paganismo, fundado anteriormente ao dominio romano, sendo construcção grega ou phenicia. Parece que este edificio não foi logo depois da conquista pelos christãos, purificado e transformado em egreja catholica, porque junto do alcaça, ainda se vêem os restos de um edificio, que parece ter sido a primitiva capella dos cavalleiros de S. Thiago. A egreja matriz teve a sua entrada para o interior do castello, e era cercada de muralha, o que demonstra ter pertencido aos cavalleiros. Não se sabe quando a egreja foi convertida em templo christão, e apenas consta que foi reedificada em 1530, sendo mestre da ordem Alonso Peres Pantoja, como constava d'uma lapide com a inscripção em caracteres dourados, que estava na parede do côro, que caiu pelo terremoto de 1755. Foi uma vez reedificada em 1704, por provisão de D. Pedro II, á custa da commenda da villa. Novamente se reconstruiu, principiando as obras em 1796, e acabando em 1830, tambem á custa da referida commenda. Na villa ainda ha varias egrejas, incluindo a da Misericordia, que parece ter sido construida em 1499, pouco depois da d; Lisboa. Foi reedificada em 1698, e sendo arruinada em 1755 pelo terremoto, foi logo reparada no anno seguinte. O hospital, contiguo, fez-se em 1760, e reedificou-se em 1844. Além da fonte da Senhora do Monte, já citada, ha mais 3 chafarizes publicos: o de S. Sebastião, o Chafariz Fidalgo, e o *Chafariz da Asneira*, que antigamente se chamava *Poço do Freixo*. Nos arrabaldes da villa ha muitas fontes de boa agua potavel. A actual casa da camara foi construida em 1781, no chão de 2 predios que os vereadores compraram. Em agosto de 1863 inaugurou se o novo edificio onde funcciona a administração do conc., repartição de fazenda, aula de instrucção primaria para o sexo feminino, e residencia da respectiva mestra. No livro do registo da camara, no anno de 1710, consta que n'esse anno se explorou uma mina de galêna (chumbo) na herdade das minas, freg. de S. Francisco por ordem de D. João V datada de 12 de dezembro de 1709. Durou pouco o trabalho da exploração, porque o seu producto não dava para a despeza. O mesmo aconteceu em 1816, quando uma empresa particular tentou esta exploração. S. Thiago do Cacem tinha voto em côrtes, com assento no banco 16.º Pertence á 4.ª div. mil., 7.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. Tem est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; escolas d'ambos os sexos, advogados, agencias bancarias e de seguros, Associação Commercial, Industrial e Agricola; Sociedade de Cortiças limitada; estalagens, hospedarias, medicos, pharmacias, fabrica de moagens e descasque de arroz, notarios, *Club Recreativo* com philarmonica; *Sociedade Harmonia*, com philarmonica e theatro, productores de vinho, etc.; feira de gado de todas as especies, nos dias 8 e 9 de setembro. Em S. Thiago do Cacem ha aguas hyposodicas denominadas da *Balsa*. O conc. comprehende 10 freguezias, com 4:256 fog. e 18:358 hab., sendo 9:146 do sexo masc. e 8:912 do fem., n'uma superficie de 10 :703 hect. As freguezias são: N. S.ª d'Assumpção, de A Bella, 1:336 hab : 788 do sexo masc. e 648 do fem ; N. S.ª da Conceição, de Alvalade, 996 hab.: 533 do sexo masc. e 463 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Cercal, 2:774 hab.: 1:415 do sexo masc. e 1:359 do fem.; Santa Cruz, 539 hab.: 286 do sexo masc. e 263 do fem.; Santo André, 986 hab.: 432 do sexo masc. e 554 do fem ; S. Domingos, 1:447 hab : 815 do sexo masc. e 632 do fem ; S. Francisco da Serra, 1:173 hab.: 620 do sexo masc. e 553 do fem.; S. Thiago, de S. Thiago do Cacem, 4:107 hab.: 1:974 do sexo masc. e 2:133 do fem.; S. Bartholomeu, de Serra, 890 hab.: 476 do sexo masc. e 414 do fem.; S. Salvador do Mundo, do Sines, 4:010 hab.: 2:107 do sexo masc. e 1:903 do fem. O principal commercio de todo o conc. é cortiça, arroz, cera, mel, trigo, vinho e feijão.

São Thiago de Cassurrães V. *Cassurrães*.

São Thiago de Escoural. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Montemór-o Novo, distr. e arceb. de Evora; 225 fog. e 1:753 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., medico e pharmacia; mercado e feira annuaes, no 4.º domingo de julho, importante em gados e outros artigos. N'esta freg. ha as minas de bom ferro, na serra dos Monges. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal.

S. Thiago de Figueiró. V. *Figueiró*.

São Thiago da Guarda Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. de Ancião, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 654 hab. e 2:580 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post. e uma feira a 25 de julho Está situada junto d'um affluente da ribeira de Ancião, a 7 k da séde do conc. A terra é fertil, e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar.

São Thiago de Litem. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Pombal, distr. de Leiria, bisp de Coimbra; 362 fog. e 2:585 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post Dista 9 k da séde do conc. e está situada junto do rio Arunca. A terra é fertil, e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar.

São Thiago de Lobão *(Lino Henriques Bento de Sousa, visconde de)*. Opulento capitalista, natural da freguezia de Lobão. Partiu muito novo para o Brazil, dedicando-se á vida commercial, conseguindo pelo seu muito trabalho e perseverança ajuntar avultada fortuna. Foi lhe concedido, em sua vida, o titulo de visconde por despacho de 10 de março de 1806.

São Thiago de Lordello *(José Machado de Abreu, barão de)*. Doutor e lente de leis, na Universidade de Coimbra; bacharel em canones, reitor da mesma Universidade, conselheiro, vogal do Conselho Superior de Instrucção Publica, commendador da ordem de Christo. etc. N. em Negrellos a 11 d'abril de 1794; fal. em Coimbra a 21 de novembro de 1857. Era filho de Antonio José Martins Machado, proprietario, e de sua mulher D. Thereza Maria de Abreu. Formou-se na faculdade de canones, e doutorou se em leis a 2 de julho de 1818. A 10 de janeiro de 1849

foi nomeado reitor da Universidade, de cujo logar tomou posse apenas a 17 de janeiro de 1850. Deixou de exercer o cargo em setembro de 1851, e foi exonerado a 1 de julho de 1853. No seu tempo, em abril de 1852, recebeu a Universidade a visita de D. Maria II, e d'el rei D. Fernando, o principe D. Pedro e o infante D. Luiz. Em abril de 1851, quando era reitor, deu se o movimento da Regeneração, e como se mostrasse pouco affeiçoado ao marechal Saldanha e ao novo governo, foi afastado do cargo a pretexto de licença em setembro d'esse anno, e afinal demittido. Consta ter sido esta a causa da sua exoneração. O titulo foi-lhe concedido por decreto de 11 de julho de 1852. Casou duas vezes: a primeira a 4 de setembro de 1820 com D Thereza Benedicta Gomes, filha de João Baptista Gomes e de sua mulher D. Anna Benedicta Gomes; a segunda vez a 15 de setembro de 1818 com D. Thereza Emilia Ferreira Machado d'Abreu, sua sobrinha, filha de Joaquim José Ferreira da Cunha Guimarães, e de sua mulher D. Mathilde Candida Machado d'Abreu.

São Thiago Maior. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Alemtejo, conc. de Alandroal, com de Redondo, distr. o arceb. do Evora; 501 fog. e 1:857 hab. Tem escola do sexo fem., est. post., fabrica de ladrilhos e de telha. Está situada na estrada do Alandroal a Reguengos, a 18 k da margem direita do rio Guadiana e a 22 da séde do conc. A terra é muito fertil em cereaes, e cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes.

São Thiago do Monte. Pov. na frog de S. Miguel, de Nogueira da Montanha, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

São Thiago de Outão. V. *Outão*.

São Thiago de Piães. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. da Beira Alta, conc e com. do Sinfães, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 530 fog. e 2:220 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., philarmonica e productores de cereaes e de vinho. Está situada na margem d'uma pequena ribeira affluente do Douro, a 6 k da séde do conc. Foi villa e séde de conc., cuja capital era a pov. de Cresconha. O territorio é muito fertil em todos os generos agricolas, muito abundante d'aguas, e produz muito boas madeiras, que exporta para o Porto. Nos seus montes apparece muita caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

São Thiago de Riba d'Ul *(José Joaquim Godinho, visconde de)*. Importante e antigo negociante na praça do Rio de Janeiro, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, etc. N. na freg. de S. Thiago de Riba d'Ul, concelho de Oliveira de Azemeis; a 12 de dezembro de 1836, fal. no Rio de Janeiro a 11 de junho de 1885. Era filho d'uns pobres e honrados lavradores. Aos 11 annos de edade foi para o Brazil por indicação d'um seu tio, Joaquim Antonio Ferreira da Silva, capitalista e antigo negociante que lhe encaminhou os primeiros passos da sua carreira. A sua intelligencia e applicação ao commercio em breve lhe grangeou meios de se poder estabelecer, e em poucos annos se distinguia muito favoravelmente entre a grande colonia portugueza do Rio de Janeiro. Em 1855 já elle empregava os seus bons serviços em favor da patria, obtendo donativos para acudir aos habitantes de Cabo Verde, então victimas da fóme pola grande sécca que assolou aquella região. D'esta data em deante entrava Godinho na vida activa da colonia portugueza, prestando a sua cooperação ás sociedades portuguezas fundadas no Rio de Janeiro, desempenhando importantes cargos em grande parte d'ellas. Foi mordomo do hospital da Sociedade de Beneficencia Portugueza do Rio de Janeiro, estabelecimento que elle ajudou com valiosos donativos; presidente da direcção do Lyceu Litterario Portuguez; vice-presidente do Gabinete Portuguez de Leitura; director do Banco Rural e Hypothecario, e muitas outras commissões. Em todas as grandes subscripções promovidas no Rio de Janeiro com destino a Portugal, quer para occorrer ás calamidades, como foi a cheia de 1876, ou para instituições de caridade, como os Albergues Nocturnos, tomou sempre parte muito activa. Não esqueceu a terra da sua naturalidade, dotando-a com uma escola e enchendo-a com outros beneficios. A patria distinguiu-o com a commenda da ordem da Conceição, já citada, e com o titulo de visconde, por decreto de 3 de fevereiro de 1882. Possuia a cruz humanitaria da Sociedade Portugueza de Beneficencia do Rio de Janeiro, da qual foi presidente e socio benemerito, e a medalha de honra da Caixa de Soccorros de D. Pedro V, da mesma cidade. Casou a 31 do agosto de 1861 com D. Alexandrina Rosa de Sousa, filha do João Nepomuceno de Sousa, e de sua mulher D. Joaquina Rosa da Silveira.

São Thiago de Riba d'Ul. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. de Oliveira do Azemeis, distr. de Aveiro e bisp. do Porto; 309 e 1:171 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post, fabricas de cortumes, e de gommas do Cercal; philarmonica, etc. Está situada proximo da ribeira de Ul, a 3 k. da séde do conc. A parochia é muito antiga, e segundo a tradição, houve aqui um convento de freiras benedictinas, que foi destruido pelos moiros em 718. No logar de Villa Cova, d'esta freg., ha vestigios d'uma antiquissima torre, no sitio ainda hoje chamado, por esse motivo, a *Torre*. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

São Thiago de Rio de Moinhos. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Alemtejo. conc. de Borba, com. de Villa Viçosa, distr. e arceb de Evora; 360 fog. e 1:648 hab. Tem esc. do sexo masc. e est post. Está situada junto d'um affluente do rio Lucefece a 1:500 m. da estrada de Extremoz a Alandroal, e a 7 k. da séde do conc. A terra é muito fertil em cereaes, e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 22, com a séde em Abrantes.

São Thiago dos Velhos, Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. da Extremadura, conc. do Arruda dos Vinhos, com. de Villa Franca do Xira, distr. e patriarc. de Lisboa; 235 fog. e 1:052 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Dista 10 k. da séde do conc. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 5, com a séde em Lisboa. Tendo sido annexada ao conc. de Villa Franca de Xira por decreto de 26 de setembro de 1895 que extinguiu o de Arruda dos Vinhos,

voltou para este, depois de ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898.

São Thiaguinho. Pov. na freg. de S. Vicente de Lafões, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

São Thomé. Moeda de ouro mandada cunhar por Garcia de Sá, na India.

São Thomé. Não se póde averiguar a origem d'esta egreja de Lisboa, mas remonta a grande antiguidade. Do 1.º livro dos privilegios e mercês de reis e principes, a folhas 25, que se conservava no cartorio de Santa Maria, constava que el rei D. Diniz e a rainha Santa Izabel, sua mulher, fizeram doação do padroado da egreja de S. Thomé, pelos annos de 1320, ao mosteiro de Alcobaça. Em 1411, por morte do seu prior Gomes João, tomou posse d'ella a Universidade, que estava então em Lisboa. Posteriormente ha memoria da sua existencia no anno de 1551, segundo o *Summario* de Christovão Rodrigues de Oliveira, impresso n'esse anno. A mitra, com reserva da Sé Apostolica, apresentava o prior, que tinha 300$000 reis, depois de tirada a terça em todos os rendimentos, exceptuando offertas, capellas e laudemios que pagava á Universidade. Tinha 5 beneficiados que o prior apresentava, com obrigação de côro diario, rendendo cada beneficio 80$000 reis. A egreja de S. Thomé, tambem se chamava do Penedo, por estar fundada sobre um rochedo. O seu local era o largo de S. Thomé, proximo da egreja de Santo André, que já não existe, e da do Menino Deus. A sua fachada era de simples architectura, encimada por uma cruz; havia só uma porta de entrada, tendo na parte superior uma grande janella, e aos lados outras mais pequenas, deitando todas para o côro. A egreja era d'uma só nave. Na capella-mór estavam sobre o altar as imagens de S. Thomé e da Senhora da Paz, havendo mais 6 altares lateraes, todos com imagens, sendo uma das de maior devoção a do Senhor Jesus do Penedo, que tinha a sua irmandade. O terremoto de 1755 causou alguma ruina na egreja, mas não derrubou senão algum estuque, a pintura da abobada da capella mór e azulejos do côro, havendo a felicidade de não morrer ninguem dentro da egreja. A imagem do Senhor Jesus do Penedo, que era de barro, muito antiga e feita na India, caindo do altar onde estava, se fez em pedaços, mas a sua irmandade mandou fazer outra do mesmo tamanho, que se collocou solemnemente no mesmo altar em 3 de maio de 1757. Os cultos parochiaes celebraram se ao principio na mesma egreja, mudando se depois o Santissimo para a do Menino Deus, onde se conservou até 24 de agosto do 1762, dia em que voltou para a antiga egreja. A imagem e irmandade do Senhor Jesus do Penedo estão na egreja do Menino Deus, desde a demolição da de S. Thomé. Possuia esta algumas pinturas antigas. No tecto da egreja viam-se as armas do fundador coloridas. Esta freguezia, juntamente com a do Salvador, a que estava reunida, passou para o Menino Deus em 1836, sendo mais tarde em 1837, trasladadas para S. Vicente, onde se conservam. (V. *São Thiago*) N'esse mesmo anno se demoliu a egreja, onde então se encontrou a seguinte memoria n'um marco de pedra que estava no cunhal da capella-mór: «Aos 10 dias do anno de 1619 se lançou a primeira pedra para se reedificar esta egreja do Apostolo S. Thomé.»

São Thomé. Povoações nas freguezias: S. Thomé, de Priscos, conc. e distr. do Braga. || S. Pedro, de Teixeira, conc. de Baião, distr. do Porto. || Santa Marinha, do Verdoejo, conc. do Valença, distr. de Vianna do Castello. || Ilha de S. Jorge, Açôres; N. S.ª do Rosario, do Topo, conc da Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

São Thomé Esta ilha, juntamente com a do Principe, constitue a provincia de S. Thomé e Principe, uma das mais prosperas provincias ultramarinas de Portugal. São ambas banhadas pelo golpho da Guiné. A fertilidade do seu solo e as circumstancias geographicas em que estão collocadas tornam estas duas ilhas d'um alto valor agricola, cujo desenvolvimento nos ultimos 20 annos tem sido deslumbrante, como o provam as estatisticas. Estas duas ilhas são o maior centro productor de cacau de todo o mundo. A'cêrca da ilha do Principe V. *Portugal*, vol. V, pag. 1050. A ilha de S. Thomé, capital da provincia, é de maior riqueza agricola que a do Principe, tanto em extensão, como na fertilidade do solo. E' quasi certo que estas ilhas, bem como as do golpho da Guiné, fôram desconhecidas dos antigos navegadores carthaginezes, e que fôram os portuguezes que pela primeira vez pizaram o seu solo em 1470. Pedro de Escobar e João de Santarem são os 2 navegadores portuguezes sobre quem cáe o maior numero de probabilidades de terem descoberto a ilha de S. Thomé no dia 21 de dezembro de 1470, dia em que a Egreja venera o apostolo S. Thomé. Ou porque a descoberta não merecesse importancia ao monarcha, que outros assumptos lhe prendiam a attenção, ou porque as noticias que se espalharam ácêrca do clima de S. Thomé fôssem muito más, é certo que só 23 annos depois da descoberta, em 1483, é que Alvaro de Caminha, fidalgo cavalleiro de D. João II, foi com os primeiros colonos desembarcar em *Angobó*, ou *Agua-Ambó*, pequena bahia situada ao noroeste da ilha de S. Thomé, que foi n'esta epoca elevada a *capitania*, e os primeiros colonos que acompanhavam Alvaro Caminha iam com grandes privilegios concedidos por D. João II. A demora dos colonos em Angobó foi de curta duração, pois que as construcções, que existiam ali, fôram todas provisorias. A estreiteza da bahia e a pouca agua motivaram a mudança do primeiro estabelecimento para a bahia de Anna Chaves, ampla e relativamente abrigada, e onde vae desaguar o rio *Agua Grande*, um dos maiores da ilha. D'esta fórma teve a sua origem a actual cidade de S. Thomé, que começou por uma pequena povoação em torno da actual egreja da Graça, edificada pelos primeiros colonos, que se entregaram desde logo ao cultivo dos terrenos proximos da bahia. Em pouco tempo se espalhou a fama da fertilidade dos terrenos da ilha e taes esperanças D. João II alimentou a respeito da sua futura prosperidade que mandou para S. Thomé um grande numero de artistas, condemnados e filhos de judeus, a quem fôram distribuidas terras e escravos para as arrotearem. Naturalmente houve cruzamentos entre os colonos e os escravos, que déram origem ás antigas familias de S. Thomé. Todos estes elementos de trabalho deram em breve tempo um resultado brilhante, pois que, passados annos, S. Thomé possuia um grande numero de engenhos d'assucar e preparava madeiras que exportava. N'um periodo de 255 annos,

isto é, desde 1500 até 1753, soffreu esta ilha alternativas do prosperidade e decadencia. Assim, vêmos que por duas vezes a cidade foi destruida pelo fogo; uma em 1510 e outra em 1585. Foi varias vezes atacada e saqueada por corsarios francezes que pagaram bem caro as barbaridades quo commetteram, pois que depois de roubarem templos e terem saqueado propriedades particulares, morreu grande parte d'elles, porque os habitantes envenenaram a agua. Em 1640 foi a ilha de S. Thomé tomada por uma esquadra hollandeza depois de ter capitulado a força que guarnecia o forte de S. Sebastião. Foi, porém, de curta duração a occupação hollandeza: em janeiro de 1644 foi novamente a ilha occupada pelas tropas portuguezas. Uma das causas que mais contribuiram para uma das epocas de decadencia de S. Thomé foi certamente a grande invasão dos chamados *angolares*. Presume-se que pelo anno de 1545 deu á costa no sul da ilha um navio qno conduzia escravos idos de Angola. A principio estabeleceram se elles longe do contacto com os antigos colonos, que occupavam o norte da ilha, e augmentaram tanto em numero que em 1574 causaram uma verdadeira revolução, tanto na agricultura, que ficou em grando parte destruida pelo incendio, como na cidade, que soffreu varios ataques d'aquelles barbaros. Fôram repellidos, é certo, por isso que as suas armas consistiam apenas em flechas, mas depois de motivarem uma crise profuuda na florescente agricultura da ilha. Os antigos colonos, receosos de novas invasões. retiraram se com os seus haveres para o Brazil, e os engenhos mais distantes da cidade ficaram completamento abandonados. As luctas entre as autoridades, movidas pela intriga e pela sêde de riqueza, fôram outras causas não menos poderosas que determinaram os periodos de decadencia de S. Thomé. Em 1753 foi mudada a séde do governo para a ilha do Principe, dizendo o alvará de D. José I que o motivo da mudança era a insalubridade do clima. Fôsse este ou não o motivo, o facto é que as autoridades, tanto civis como ecclesiasticas, continuaram a fazer os mesmos desatinos e a decadencia foi cada vez maior, chegando a cidade a estar quasi despovoada em 1821 e a braços com a miseria. Depois, as luctas fôram rareando; começou a cultura do café e pouco depois a do cacau, e em 1852 passou novamente a capital da provincia para a ilha de S. Thomé, que desde então começou a mostrar a sua verdadeira importancia pela brilhante exportação do seu café e do seu cacau. A ilha está hojo cortada por estradas mais ou menos regulares em differentes sentidos. Em todo o caso, é ainda um problema de resolução demorada o dos transportes. Os elementos não abundam e a natureza do terreno, junta ás grandes chuvas, ainda complica mais este importantissimo assumpto, que é um dos grandes embaraços para a economia agricola da colonia. A provincia de S. Thomé e Principe está sob a jurisdicção d'um funccionario da confiança do governo da metropole com a denominação de governador da provincia, tendo sob as suas ordens o governador do Principe, a administração militar, e com superintendencia na administração da fazenda e obras publicas. A provincia está dividida em 2 concelhos, onde ha tambem duas camaras municipaes, um concelho em cada uma das ilhas, e os concelhos em freguezias. Na ilha de S. Thomé ha 9 freguezias: 2 na cidade e as 7 restantes nas villas da Trindade, Magdalena, Sant'Anna, Santo Amaro, Neves, Guadalupe e S. João dos Angolaros. D'estas 7 villas, apenas 2 teem alguma imporcia, que são a da Trindade e Sant'Anna. A cidade de S. Thomé é o unico centro de população importante e onde está a capital da provincia. Apezar de não ter sido este o primeiro ponto occupado da ilha, é quasi tão antigo como a descoberta. Está situada na bahia de Anna Chaves na parte NE da ilha e no sitio onde o rio Agua Grande vae lançar-se na mesma bahia. Os indigenas dão o nome de *poson* (corrupção de povoação), á parte actual da cidade que fica ao N do rio, mas parece que a primitiva povoação começou ao S, em torno da egreja da Graça, que ainda existe. O logar não foi bem escolhido, porque a cidade está rodeada de pantanos d'onde sáem nuvens de mosquitos de varias especies, abundando entre estas e *anophelis* em grande numero, o que torna a cidade um perigo imminente para os europeus descuidados e para os que não teem meio de se precaver contra esta calamidade. D'ahi, a fama terrivel que tem a ilha de S. Thomé de ser um dos peores climas africanos. Os edificios mais importantes são o palacio dos governadores, a Sé, e a antiga fortaleza de S. Sebastião, que fica na parte sul ea bahia de Anna Chaves. O hospital civil e militar, se tivesse sido concluido e se desde o seu inicio houvesse para com elle as attenções quo deve ter um edificio d'este genero, poderia ser hoje um bom edificio, porque a sua situação é boa. Espalhados pela cidade ha alguns edificios d'alvenaria, mas as habitações são na grande maioria feitas de madeira, quo ainda se encontra em grande quantidade, principalmente ao S da ilha. Uma grande parte d'estas casas não é pintada; principalmente as habitações dos indigenas duram em geral pouco tempo, porque a madeira sujeita á acção do tempo, facilmente apodrece, e d'ahi o aspecto triste e repugnante que apresentam certos pontos da cidade. As duas ilhas de S. Thomé e Principe são de natureza eruptiva, e quem observar com attenção as ilhas que desde a montanha dos Camarões se estendem na direcção SW, vê que as ilhas de Fernando Pó, Principe, S. Thomé e Anno Bom, estão todas na mesma linha recta, o que indica terem pertencido a uma cordilheira de montanhas do natureza eruptiva, talvez do antigo *continente tropical* da era primitiva. Em toda a ilha do S. Thomé se encontram rochas porphyroides: basaltos, trachites, phonolites, variados productos vulcanicos. Ondo se accentua d'uma fórma notavel a natureza eruptiva d'esta ilha, é na sua parte S. Encontram-se ali verdadeiras curiosidades geologicas. As duas agulhas de basalto conhecidas pelo *Cão Grande* e *Cão Pequeno*, são raras pela sua disposição. O Cão Grande é uma agulha vertical do 300 m. d'altura que se eleva no meio d'uma planicie. Toda a ilha é cortada por numerosas ravinas. A sua parte mais alta é o chamado *pico de S. Thomé*, 2:023 m. acima do nivel do mar. O systema orographico é muito dificil de definir com rectidão, attendendo á natureza dos terrenos; mas parece que o pico de S. Thomé e mais ao S o monte de Cabombey constituem um mesmo contraforte. Depois ha uma grande depressão

de terreno onde nascem os rios mais importantes da ilha, erguendo-se em seguida para léste outro systema de montanhas de que fazem parte a lagôa Amelia (dá-se este nome a uma cratera d'um antigo vulcão), o pico de Anna Chaves, pico Formoso, indo morrer na extensa bocca dos Angolares. Os rios mais importantes são o Io Grande, o Agua Grande, o rio do Ouro, o Contador e o rio Abbade; numerosos ribeiros cortam a ilha em differentes sentidos. Em torno da ilha ha um grande numero de bahias, sendo a mais ampla a de Anna Chaves, Sant'Anna, S. João, Praia Grande e a pittoresca bahia de S. Miguel. Nos mares que banham a ilha encontram se muitas variedades de peixe, sendo as do N e O muito saborosas. A fauna da ilha é pouco rica em variedades. Ha, porém, alguns exemplares tão antigos, que quasi se confundem com a epoca da descoberta: o *ossobó*, ave de lindas côres verde e amarello, a viuva *d'obó* (matto) e algumas ribeirinhas e pernaltas. O gado cavallar, suino e asinino, dá-se muito bem n'esta villa. Ha mesmo uma raça de cavallos indigenas de marca pequena, mas muito resistentes. Toda a ilha de S. Thomé, de N a S, está dividida em fazendas agricolas a que dão o nome de *roças*, naturalmente de maior ou menor área. No principio da occupação vimos que as primeiras culturas occupavam uma área pouco extensa e limitavam-se á canna saccharina, exportando a ilha apenas assucar que saía dos engenhos e algumas madeiras das mattas que cobriam toda a ilha. A cultura da canna teve altas e baixas; depois foi ensaiada a cultura do café, sendo as experiencias coroadas do optimo resultado. Espalhou-se em quasi toda a ilha a rica cultura do café, a que se deu toda a attenção até 1890. No anno de 1880 ensaiou se tambem a cultura da arvore da quina, mas esta não deu nunca o resultado que se esperava e pouco extensa é hoje a área plantada, mesmo porque este genero de arvores só póde dar-se com proveito em regiões superiores a 600 m. d'altitude. As attenções da agricultura estão hoje voltadas para o cacau. Desde 1888, a producção tem augmentado extraordinariamente. Ensaiou se a cultura do cacau pela primeira vez em 1822, indo os primeiros exemplares da ilha do Principe, onde já existia. As condições geographicas d'esta ilha, conjugadas com o seu clima, são as mais apropriadas para a cultura do cacau; ha, porém, algumas regiões voltadas para o SE, onde tambem se plantou o cacueiro, mas sem resultado remunerador, tendo sido abandonadas algumas roças. Em toda a ilha do S. Thomé da beira mar até 750 m. d'altitude, exceptuando algumas regiões na parte sudoeste, o cacuoiro dá-se optimamente e só assim se explica o desenvolvimento que esta cultura tem tomado. As principaes roças da ilha são: *Diogo Vaz*, *Rio de Ouro*, *Agua Izé*, *Uba-budo*, *Boa Entrada*, *Monte Café*, *Colonia Açoriana*, *S. João dos Angolares* e *Porto Alegre*. Muitos outros productos se cultivam na ilha: bastante fructa, e entre ella uma grande variedade do bananeiras E' até uma d'estas variedades, a *banana pão*, que constitue a base alimenticia do indigena. A principal exportação da ilha é o cacau, segue se lho o café, a casca de quina, coconote e outros artigos do pequena importancia. Em S. Thomé ha correio e telegrapho, advogados, agencia do Banco Ultramarino, e de diversas companhias de seguros e de navegação; fabricantes d'aguardente, de gelo, do luz electrica, de conservas alimenticias, de sabonetes e perfumarias, e de tartaruga; cabo submarino, Caixa Economica do S. Thomé, capitania dos portos e pharoes, consulado de França, de Italia e da Allemanha, hoteis, hospodarias, Imprensa Nacional, medicos, pharmacias, escolas d'ambos os sexos. Tem-se publicado os jornaes: *Boletim Official do Governo da Provincia de S. Thomé e Principe*, 31, outubro, 1857, em publicação; *Correio de S. Thomé*, 14, agosto, 1887; *O Equador*, 6, outubro, 1869; *Folha de annuncios*, março, 1895; *Jornal de S. Thomé e Principe*, 15, agosto, 1881; ainda se publicava em 1889. Numero unico: *Para os pobres*, setembro, 1884.

São Thomé do Castello Pov. o freg. de S. Thomé, da prov. de Traz os-Montes, conc., com. e distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 378 fog. e 1:566 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Dista 13 k. da séde do conc. O castello que dá o nome a esta freg., está situado sobre o cume do mais alto picôto que ha na pov., e sobre a margem esquerda do rio Córgo, quasi ao nivel da serra do Marão. A fundação do castello é tão antiga que não ha memoria de quem fôram os seus edificadores. A tradição attribue a construcção aos antigos lusitanos, no 1.º ou 2.º seculo do Christianismo, e alguns a atiribuem aos romanos. Hoje está reduzido a um monte de ruinas. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

São Torquato (*Luiz Augusto Perestrello de Vasconcellos, visconde de*). Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo, cavalleiro das de S. Bento de Aviz e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; commendador da de Izabel a Catholica, de Hespanha, etc. N. a 4 de fevereiro de 1822, fal. a 3 de janeiro do 1907. Pertenceu á arma de infantaria, tendo sido reformado na patente de general de brigada a 7 de janeiro de 1885 Era filho de João Perestrello do Amaral Ribeiro de Vasconcellos Fernandes e Sousa, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, coronel das antigas milicias, etc., e de sua mulher D. Anna Joaquina da Costa e Sousa de Macedo. Foi addido militar á legação de Portugal em Londres, e ajudante d'ordens do marechal duque de Saldanha. O titulo de visconde de S. Torquato foi conferido por decreto de 25 do maio de 1870 O illustre fidalgo casou a 28 de outubro de 1858 com D. Maria Francisca da Conceição Raposo, que já era viuva do barão do mesmo titulo. (*V. o artigo seguinte*). Não teve successão. O seu brazão d'armas é o dos Perestrellos: Escudo partido em pala: na primeira, em campo de ouro um leão de púrpura; na segunda, em campo de prata, uma banda real carregada de 3 estrellas de ouro de 8 pontas entre 6 rosas da sua côr; timbre, o leão do escudo com uma das estrellas na espadua.

São Torquato (*Placido Antonio de Abreu, barão de*) Commendador da ordem de Christo e cavalloiro da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa N. no logar de Bugalhos, freguezia de S. Vicente de Mascotellos, junto a Guimarães, a 1 de novembro de 1795; fal. no Porto a 15 de agosto do 1852. Casou no Rio do Janeiro a 1 de fevereiro de 1833 com D. Francisca Maria da Conceição Raposo, filha de Antonio Coelho Raposo, e de sua mulher D. Rosa Maria da Concei-

ção. A baroneza de S. Torquato casou segunda vez com o visconde do mesmo titulo (V. o *artigo antecedente*). A mercê do titulo de barão foi concedida por decreto de 22 de outubro de 1851.

São Torquato. Pov. e freg. de S Torquat, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 458 fog. e 1:890 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post., pharmacia, e uma grande romaria no 1.º domingo de julho, que é a mais importante de toda a provincia, muito concorrida, mesmo de povos distantes. Foi villa o couto, já ha muito tempo supprimidos. A egreja é sumptuosa, e o local onde está situada muito ameno e pittoresco. A freg. é fertilissima em todos os generos agricolas, e cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a sède em Amarante.

São Verissimo. Pov. e freg. de S. Verissimo, da prov. do Douro, conc. e com. de Amarante, distr. e bisp. do Porto; 136 fog. e 598 bab. Tem est. post. e 1 fabrica de moagens. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Figueiredo, conc. de Amares, distr. de Braga.

São Vicente *(João Alberto da Cunha de Tavora, 3.º conde de)*. Era filho dos 2.ºˢ condes do mesmo titulo. N. em 1667. Serviu na guerra, subindo varios postos, chegando a ser general de batalha. Fal. em combate valorosamente, em Brossos, em 1706. Casou com D. Bernarda de Tavore, sua sobrinha, filha de Antonio Luiz de Tavora, 2.º marquez do Tavora. Não tendo geração, passou o titulo a seu irmão Manuel Carlos da Cunha e Tavora, que foi o 4.º conde de S. Vicente.

São Vicente *(João Nunes da Cunha, 1.º conde de)*. Vice rei da India, commendador da ordem de Christo, conselheiro de estado e de guerra, etc. N. em Lisboa em 1619, fal. em Gôa a 7 de novembro de 1668. Era filho de Nuno da Cunha e de D. Francisca de Lima, descendente do lado paterno, de Nuno da Cunha, que foi governador da India. Foi deputado da Junta dos Tres Estados, gentil homem da camara do principe D Theodosio, filho de D. João IV, e governador de sua casa, do conselho de guerra, e depois de estado de D. Affonso VI, e do principe D. Pedro regente do reino, e gentil-homem da sua camara. Era senhor de Gestaçô e de Panoias, commendador de Castellejo, S. Romão do Herdal, o de Santa Maria de Vouzella, na ordem de Christo. D. Affonso VI o nomeou vice rei da India, por carta regia de 11 de março do 1666, e a 2 de abril do mesmo anno recebeu o titulo de conde de S. Vicente. Embarcando para o Oriente, tomou posse do seu cargo a 17 de outubro. Entrando no exercicio das suas funcções começou logo por organisar uma forte armada, com a qual foi ao estreito de Ormuz na intenção de bater os arabes e de tomar Mascate; os grandes temporaes que assaltaram a esquadra, fôram, porém, a causa de se mallograr essa empresa. Trabalhando sempre quanto podia para restaurar o nosso antigo prestigio no Oriente, adoeceu gravemente em fins de outubro de 1668, fallecendo no mez seguinte. Foi muito valoroso e erudito, censor o presidente da Academia dos Generosos. Imprimiu um *Panegyrico* a D. João IV, em 1666, e a *Vida de D Pedro o Cruel de Castella*. Deixou manuscriptas muitas obras de mathematica e poeticas. Casou com D. Izabel do Bourbon, filha dos 2.ºˢ condes dos Arcos, de quem teve uma unica filha, D. Maria Caetana da Cunha, que foi a sua herdeira, e a 2.ª condessa de S. Vicente, a qual casou com Miguel Carlos de Tavora, que teve o mesmo titulo, pelo seu casamento. (V. *adeante*). O brazão d'esta familia é o mesmo que o dos marquezes de Tavora: Em campo de prata um delfim da sua côr em 5 ondas de azul: Na orla o distico: *Quascunque findit*.

São Vicente *(Manuel Carlos da Cunha e Tavora, 4.º conde de)*. Senhor da villa de S. Vicente, de Gestaçô e de Panoias, e dos morgados de Refoios e Coutadinha, commendador de S. Romão de Herdal, Santa Maria de Castellejo, Santa Marinha de Moreira, S. Pedro de Seixas, e da commenda e alcaidaria-mór de Azambuja, todas na ordem de Christo, e da Espada na ordem de S. Thiago. N. em 1682, fal. a 13 de fevereiro de 1743. Era filho dos 2.ºˢ condes de S. Vicente, e irmão do 3.º conde, de quem herdou a casa e o titulo. Serviu na guerra com o posto de mestre de campo, e sendo elevado a tenente general de batalha, lhe deram o mesmo exercicio na marinha, e serviu como almirante na armada que foi soccorrer o papa Clemente XI e venezianos contra os turcos no anno de 1716, e depois na batalha naval de 1717, entre o cabo de Matapam e Santo Angelo, e pelo seu valor e intrepidez teve o posto de almirante da Armada Real. Casou em 23 de outubro de 1707 com D. Izabel de Noronha, dama da rainha D. Maria Sophia, filha de D. Marcos de Noronha, 4.º conde dos Arcos, e de sua mulher D. Maria Josepha de Tavora.

São Vicente *(Manuel Carlos da Cunha e Tavora, 6.º conde de)*. Grande do reino, vice-almirante, conselheiro de guerra, etc. N. a 29 de janeiro de 1729, fal. a 4 de fevereiro de 1795. Era filho do 5.º conde de S. Vicente, Manuel da Cunha e Tavora, e recebeu o titulo, ainda em vida de seu pae, a 3 de setembro de 1754. Casou com D. Luiza Caetana de Lorena, da casa dos duques de Cadaval.

São Vicente *(Manuel José Carlos da Cunha Silveira e Lorena, 8.º conde de)*. Senhor de Gestaçô e Panoias, dos morgados de Refoios e da Ladeira, par do reino em 1826, commendador da ordem do Christo, coronel do regimento de milicias de Lisboa Occidental e coronel do regimento de voluntarios realistas. N. a 9 de março de 1807, fal. a 14 de novembro de 1835. Era filho do 7.º conde de S. Vicente, de quem herdou a casa em 11 do julho de 1806, ainda antes do seu nascimento. Casou a 12 de setembro de 1826 com D. Joaquina Maria José d'Almada, filha dos 1.ºˢ condes de Carvalhaes. O titulo foi-lhe renovado por decreto do 13 do junho de 1811. D'este matrimonio houve um unico filho, José Manuel da Cunha Silveira e Lorena, quo nasceu a 26 de outubro do 1830, e não quiz acceitar o titulo dos governos constitucionaes. Seu filho Antonio José Carlos da Cunha Silveira e Lorena era o representante d'esta illustre familia, e fal. no Porto, em março de 1910.

São Vicente *(Miguel Carlos da Cunha Silveira e Lorena, 7.º conde de)*. Senhor dos morgados da familia, 1.º tenente da armada. N. a 29 de novembro de 1775, fal. a 11 de julho de 1806. Era

filho dos 6.os condes de S. Vicente, e succedeu a seu pae em toda a sua casa o no titulo. Casou em 1797 com D. Izabel Fausta Candida José de Mello, dama da rainha D. Maria I e da ordem de Santa Izabel, filha dos 1.os marquezes de Sabugosa. Esta senhora, tendo enviuvado, passou a segundas nupcias, a 11 de novembro de 1815, com D. José Fernando do Menezes Alarcão de Brito Cabral Freire de Andrade, major de cavallaria reformado. A esta senhora foi-lho concedido, por decreto de 31 de agosto de 1820, o continuar a usar do titulo do seu primeiro marido no sou 2.º matrimonio. Falleceu a 20 de novembro do 1831.

São Vicente (*Miguel Carlos de Tavora, 2.º conde de*). Capitão general d'armada. N. a 21 do janeiro de 1641. fal. a 14 de novembro de 1726. Era filho 2.º de Antonio Luiz do Tavora, 2.º conde de S. João, e de sua mulher, D. Archangela Maria de Portugal. Foi 2.º conde de S. Vicente por ter casado com a filha unica do 1.º conde, D. Maria Caetana da Cunha. Seguindo a carreira das letras, estudou algum tempo em Coimbra, sendo porcionista no collegio de S. Pedro; sentindo-se, porém, com mais vocação para as armas, abandonou os estudos, e passou a servir na guerra contra Castella com o conde Luiz Alvares de Tavora, seu irmão, sendo capitão de cavallaria na provincia do Minho. Ficou prisioneiro dos hespanhoes em 1661; mais tardo voltou a Portugal, e foi elevado a general de batalha, e a general de artilharia, postos em que serviu na guerra e na paz. Foi tenente coronel do regimento da armada, do que era coronel o principe D. Pedro, Em 1682 embarcou como almirante na esquadra que foi a Saboia, e conselheiro de guerra. Em 1798 teve o posto de capitão general da armada, cargo que exerceu por muitos annos. Em 1704 passou a governador das armas na provincia do Alemtejo. D. Pedro II o nomeou conselheiro de Estado, logar que conservou no tempo de D. João V. Tambem foi presidente do conselho ultramarino, e commendador das commendas já citadas, da casa dos condes de S Vicente. Assistiu á batalha das Linhas d'Elvas, em que foi ferido, e á de Montes Claros.

São Vicente (*Miguel da Cunha e Tavora, 5.º conde de*) Capitão de cavallaria no regimento de Olivença, coronel de infantaria. N. a 22 d'agosto de 1709; ignora se a data do fallecimento. Era filho dos 4.os condes de S. Vicente, de quem herdou a casa e o titulo. Casou em 26 de setembro de 1728 com D. Rosa Leonor de Athaide, filha de D. Jeronymo Casimiro de Athaide, 9.º conde de Athouguia, e de sua mulher, D. Marianna Thereza de Tavora.

São Vicente. Moeda antiga de ouro, mandada cunhar por D. João III, a qual tinha d'um lado a figura d'este santo com uma nau na mão esquerda, uma palma na mão direita, e em volta a legenda: *Zelator usque ad mortem* (zelador da fé até á morte). Da outra parte via se o escudo real coroado e em volta a legenda *Joannes Tertius Rex Portu. & Al* (João III, Rei de Portugal e dos Algarves). D'este cunho se lavrou outra mais pequena, com as mesmas insignias, mas valendo metade, e por isso se chamavam *Meios Vicentes*. O titulo de *zelador da fé*, que se via n'estas moedas e de que usou D. João III, foi-lhe dado pelo papa Urbano III em attenção ao zelo e ás instancias com que pediu e obteve para Portugal o estabelecimento da Inquisição.

São Vicente. Esta parochia estabeleceu-se dentro do antigo convento dos conegos regrantes de Santo Agostinho, de S. Vicente de Fóra. Os conegos apresentavam o cura. Sobre esta jurisdicção houve grandes demandas com a mitra, que vieram por fim a resolver-se no anno de 1541 em que o arcebispo de Lisboa, D. Fernando de Vasconcellos julgou ser a nova parochia isenta da jurisdicção ordinaria, que Paulo III confirmou em 12 de junho no anno 8.º do seu pontificado. A egreja do convento ficou sendo a séde da freguezia, como ainda é hoje, estando ali reunidas, desdo 1857, as de S. Thomé o Salvador. O prior dos conegos regrantes apresentava o prior, que tinha 250$000 reis. A irmandade do Santissimo apresentava 4 capellas de 45$000 reis cada uma, e as das Almas provia 2 da mesma congrua. Existiam ainda na egreja as irmandades da Senhora do Pilar e Senhora das Necessidades.

São Vicente. Pov. e freg. do S. Vicente, da prov. do Alemtejo, conc. e com. do Elvas, distr. de Portalegre, arceb. de Evora. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Estando annexada ás freguezias do S. Pedro, Aventosa e Caia, passou a constituir com a Aventosa uma nova parochia com a séde em S. Vicente, por alvará de 20 de dezembro de 1901. Dista 10 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie, na estrada de Elvas a Arronches. A egreja matriz é um edificio singelo e nada tem de notavel; foi construido em 1586. Não tem torre, mas apenas um simples campanario. A terra é fertil em cereaes, cria muito gado suino, e grandes manadas de gado cavallar e muar, e grandes partidas de gado bovino. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. || Pov. e freg. de N. S.ª da Natividade, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, bisp. de Bragança; 168 fog. e 713 hab. Está situada a 5 k. do rio Mente e a 21 da séde do conc. A terra é muito fertil. Pertence á 6.ª div. mil. o ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a sédo em Chaves. || Villa da ilha da Madeira, séde de conc. e de com., distr. e bisp. do Funchal, Relação de Lisboa. Tem uma só freg., S. Vicente. Está situada á beira-mar, a N O da séde do distr, Tem est. post e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; escolas d'ambos os sexos, fabricas de destillação de aguardente de canna d'assucar, de manteiga de leite; productores do cereaes e de vinhos; medicos, notarios, mina do pedra calcarea, em exploração; solicitadores, etc. Pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrut. o res. n.º 27, com a séde no Funchal O conc. compõe se de 3 freguezias, com 1:972 fog. e 8:136 hab , sendo 3:978 do sexo masc. e 4:158 do fem. As freguezias são: Santa Quiteria, de Boa Ventura, 1:940 hab.: 390 do sexo masc. o 1:010 do fem ; Senhor Jesus de Ponta Delgada, 1:297 hab.: 611 do sexo masc. e 686 do fem ; S. Vicente, 4:899 hab.: 2:437 do sexo masc. e 2:462 do fem. O principal commercio do concelho é gado, feijão, ervilha, batata, trigo, aves, madeiras de til e vinhatico, aguardente, vinhos e ovos. || Povoações nas freguezias: Ilha do Pico, freg. de Santo Antonio, conc. de S. Roque do Pico, distr. de Horta. || Santa Maria, do Caires, conc. de

Amares, distr. de Braga. || S.Vicente, de Chã, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || S Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Vicente, de Louredo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Christina, de Meadella, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Rio Frio, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria || Pov. e freg. de N. S.ª da Victoria, 7.ª div., no conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov de Angola, Africa Occidental. || Serra do distr. de Evora. Corre ao S da villa de Vianna do Alemtejo, na direcção NS; tem 5 k de comprimento, 3 de largura e 387 m. d'altura. || Roça na ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

São Vicente. Ilha do archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Tem 25 k. de comprimento, 20 de largura a 219 k. q. de superficie. Pertence ao grupo de Barlavento, formando com as de Santo Antão, Santa Luzia e S. Nicolau o grupo NO. Fica proximo da ilha de Santo Antão, havendo entre ellas um canal de cêrca de 15 k. na parte mais estreita, e da ilha de Santa Luzia, sendo de 9 k. a largura do canal que as separa. E' montanhosa e de natureza vulcanica. Ao longo da costa W e S borda-a uma serie de montanhas de 600 m. de altitude media, as quaes deixam ao centro da ilha um grande valle cuja abertura termina no Porto Grande. A costa NW é tambem montanhosa. O monte mais alto da ilha ó o Monte Verde, que tem 700 m. de altitude. A O da ilha fica o ilhéo dos Passaros. Esta ilha tem varios portos e bahias, mas todos de pequena importancia, á excepção do Porto Grande, que é excellente e considerado o melhor do archipelago. Fica a NO, é muito espaçoso e fórma uma optima bahia. A sua entrada tem cêrca de 6 k. de largura e fica em frente da ilha de Santo Antão, o que contribue para a collocar ao abrigo do vento. Os outros portos, por importancia descrescente, são a bahia de S. Pedro e a bahia das Gatas. Ao Porto Grande e ás suas condições geographicas deve a ilha o ter-se tornado porto de escala para grande parte dos vapores que fazem carreiras entre a Europa, a America do Sul e a Africa Occidental. O clima é quente e secco, mas salubre, sendo o vento dominante o N E. A chuva é incerta e muito irregular. O reino mineral não tem valor na ilha. Apenas se aproveita nas construcções alguma pedra calcarea e algum granito. Tem-se encontrado jazigos de marmore, e nas rochas basalticas ha algum ferro, Citaremos ainda os ocres e as terras ferruginosas, que se empregam na tinturaria. A flora é pobre e os terrenos são, em geral, pouco aptos para a cultura. D'ahi, o estado rudimentar da sua agricultura, aggravado ainda pela falta de agua. As suas producções naturaes e culturaes são o milho e o feijão, os melões e as melancias, o anil, a urzella, o algodoeiro, a purgueira, a palma christi, a laranjeira e a papaeira. Abunda em gado, mas não ha n'ella nenhuma especie que não seja vulgar nas outras ilhas do archipelago. A costa é muito piscosa, e grande a variedade de peixe. As baleias frequentam aquellas paragens, e são, em geral, pescadas pelos americanos. As ribeiras principaes são as de S. Julião e a da Areia Branca, a ribeira da Caixa e a ribeira de Salamanza. A ilha de S. Vicente só começou a ter importancia em 1850. Em 1832 ainda, a população reduzia-se a 300 habitantes. Então havia ali apenas algumas casas cobertas de palha, e no Porto Grande só raramente surgia algum navio. Em fins de 1882 já a ilha contava 4:920 hab., e em 1908 orçava por 8:000, n'uma só freguezia *(N. S.ª da Luz)*. Os indigenas são, em geral, pacificos mas indolentes, podendo ser divididos em 5 grupos: 1.° negros descendentes dos balantas, papeis e bijagoz, mas com o typo modificado pelo clima da montanha; 2.° mulatos escuros, cruzamento dos familiares dos povoadores da ilha; 3.° mulatos claros, mestiços oriundos de terceira geração; 4.° brancos nascidos na ilha, filhos de europeus; e 5.° brancos europeus que fôram fixar se na ilha, promovendo a colonisação. Comtudo, preponderam os mulatos claros, oriundos de terceira geração. A população está quasi toda concentrada na cidade do Mindello, capital da ilha. Esta fórma o conc. do seu nome, composto da cidade e de 25 povoados n'uma só freguezia. *(V. Mindello)*. O movimento commercial é pouco importante, sobretudo no que respeita a exportação. O commercio de importação faz se de Portugal, da Inglaterra e da America do Norte. De Portugal recebe vinho, azeite, legumes, generos de mercearia e tecidos; da Inglaterra, carvão de pedra, ferro, bebidas alcoolicas e tecidos; da America do Norte recebe farinha, bolacha, petroleo, tabaco, madeira e algodão. Das outras ilhas do archipelago recebe varios generos alimenticios que n'ellas se produzem. O mais importante artigo de importação é o carvão de pedra, do qual vão abastecer se os navios que fazem escala pela ilha, e que é o seu principal ramo de commercio, tendo para isso grandes depositos, bem como um vasto deposito d'agua para abastecimento da cidade e tambem dos navios. Os principaes edificios são os paços do concelho, o palacete do governo e o quartel militar. Tem agencias diversas, alfandega, companhias de artilharia e de policia, est. postal. Companhia das aguas, hoteis, numerosas casas de commercio, officinas do Estado *(trabalhos em ferro)*, padarias, pharmacias, escolas para ambos os sexos, etc. Hospital civil e militar de S. Vicente. Representantes consulares de varios paizes. Estação do cabo submarino. Boas pontes de desembarque nos depositos de carvão.

São Vicente *(Cabo de)*. Na provincia do Algarve, formado por uma pequena peninsula de 80 m. de comprimento, sendo bastante notavel pela sua posição, pelas lendas que o cercam e pelos factos ali occorridos. As suas margens são rochedos cortados a pique, tendo em partes mais de 60 m. de altura sobre o nivel do mar, e na sua summidade um convento de frades capuchos, extincto em 1834, e construido sobre tres pincaros de rocha nua, por entre os quaes passa o mar, que é ali muito fundo e escuro. Quando as ondas embravecem, batem nos rochedos e saltam por cima dos telhados do convento e mesmo do pharol, que está collocado sobre a capella-mór, onde foi construido, de uma á outra banda. Aqui appareceu o corpo de S. Vicente, martyr, sendo trazido para Lisboa em 1173, como resa o *Breviario Bracarense*, impresso em 1549. Suppõe se que a apparição das reliquias do santo martyr deu origem a mudar se para *Cabo de S. Vicente*, o nome de *Promontorio Sacro*, que desde tempos

remotissimos era dado a este pontal. O convento acima citado, teve por origem uma casa que D. Affonso III mandou construir aqui, em 1260, para se abrigarem os quo iam em romaria a S. Vicente. Posteriormente, el rei D. Diniz ordenou ao bispo de Silves D. Affonso Anues, por carta regia de 24 de setembro de 1316, que visitasse esta casa, que foi então confiada aos frades jeronymos, que a augmentaram muito, tornando-a em convento, ao qual o bispo do Algarve D. Fernando Coutinho fez doação de varios *herdamentos*, confirmada por carta regia de D. Manuel, de 5 de março do 1514. No anno de 1516 passou o convento aos frades capuchos, aos quaes ainda mesmo o bispo, por escriptura publica, feita em Silves, a 21 de julho de 1520, doou varias propriedades, com casas e cêrca para o convento, *salvas aquellas em que estava a torre do pharol*, para cuja conservação applicava os rendimentos, pedindo aos frades que o mandassem accender, *para salvação e guia d'aquelles que ao dito Cabo de S. Vicente vem ter*. D. Manuel confirmou esta doação, em 7 d'agosto do mesmo anno. Em 1587 fôram incendiados todos os edificios de Cabo pelos inglezes, escapando apenas uma pequena capella, que não ardeu por ser de abobada, pelo que os frades abandonaram o convento, recolhendo se a Lagos e Portimão, ficando aqui só a guarnição das baterias, em algumas casas que fôram reparadas. Depois do reedificado o convento, os frades voltaram a occupal o até á extincção das ordens religiosas em 1834. Desde então, tanto o convento como as baterias, ficaram abandonados, até que em 1846 o governo tomou conta do edificio e seus annexos, e a rainha D. Maria II mandou construir um pharol catóptrico, que funccionou até 1904. Em dezembro de 1903, devido ao mau estado do pharol e a reiteradas instancias do capitão do porto de Lagos, começou a construcção, em madeira, d'um pharol provisorio para funccionar em substituição do antigo, emquanto durassem os trabalhos da adaptação da velha torre para ser collocado o definitivo. Este pharol é de 3.ª ordem, pequeno modelo e mostrando grupos de clarões brancos de 10 em 10 segundos; começou a funccionar em 22 de maio de 1904. Em setembro do mesmo anno começou o trabalho da adaptação da torre para receber o novo pharol hyperradiante que ficou concluido em janeiro de 1907, sendo inaugurado a 25 de março de 1908. Este pharol é um dos melhores e mais luminosos da costa.

São Vicente da Beira. Villa da prov. da Beira Baixa, conc., com. e distr. do Castello Branco, bisp. da Guarda; orago N. S.ª d'Assumpção; 686 fog. e 2:758 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., hospedarias, Misericordia, medico, pharmacia, productores de azeite, etc. Está situada na falda da serra da Gardunha, na margem esquerda do rio Ramalhoso. Foi séde d'um conc. do seu nome, que se supprimiu por decreto de 7 de setembro de 1895. D. Sancho I deu-lhe foral em março de 1195, o qual D. João II, sendo ainda principe regente, confirmou, em Coimbra, a 20 de agosto de 1469. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 22 de novembro de 1512. A egreja matriz está situada ao centro da villa; é muito espaçosa e foi reedificada, em 1831, exceptuando a capella mór, que é muito antiga A egreja da Misericordia, contigua aos paços do conc., é menos ampla, e foi reedificada em 1643. O terreno é muito fertil, e a villa é muito abundante de agua. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

São Vicente de Ferreira. Pov. e freg. de S. Vicente, da ilha de S. Miguel, Açôres, conc., com., distr. de Ponta Delgada, bisp. d'Angra do Heroismo; 395 fog. e 1:452 hab. Tem est. post. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 26, com a séde em Ponta Delgada.

São Vicente de Lafões. Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Oliveira de Frades, distr. e bisp. de Vizeu; 189 fog. e 738 hab. Tem esc. do sexo masc. e dista pouco mais de 2 k. da séde do conc. A actual egreja matriz foi construida de 1845 a 1846; tem altar mór com tribuna e sacrario, onde está o Santissimo, e 2 altares lateraes com retabulos de talha dourada antiga, pertencentes á antiga egreja que se demoliu, quando esta foi construida. O retabulo do altar-mór foi feito em 1872 a 1873. Tem uma boa torre de sinos. A terra é bastante fertil; cria-se muito gado bovino. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

São Vicente do Paúl. Pov. e freg. do S. Vicente, da prov. da Extremadura, conc. com. e distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 433 fog. e 1:914 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Esta freg. é priorado, e a sua egreja matriz está isolada a pouco mais de 1 k. a E do casal do Bairrinho, e a 15 k. de Santarem. A terra é fertil, sobretudo em cereaes e azeite. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16 com a séde em Lisboa.

São Vicente de Pereira. V. *Pereira Jusã*.

São Vicente de Portas Pov. na freg de Santo Estevão, de Geraz do Minho, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

São Xisto. Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Valle de Figueira, conc. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu.

Saona Rio no distr. de Mossamedes, Africa Occidental. E' talvez o curso superior do Bero.

Saonda. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Aguda, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Sapainho. Pov. na freg. de S. Verissimo, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Sapambèze. Ilha pertencente ao prazo Gaia, na margem direita do Zambeze.

Sapardos. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov, do Minho, conc. e com. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 129 fog. e 472 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Está situada a 3 k. da margem direita do rio Coura e a 10 da séde do conc. A terra é muito fertil; cria muito gado de toda a qualidade, e é abundante de peixe, do mar e do rio. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Tendo sido annexada ao conc. de Valença pelo decreto de 12 de junho de 1895, que supprimiu o de V. N. da Cerveira, voltou para este, que foi restaurado pelo decreto do 13 de janeiro do 1898.

Sapataria. Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. da Extremadura, conc. de Sobral de Monte Agraço, com. de Torres Vedras, distr. e

arceb. de Lisboa; 304 fog. e 1:208 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Está situada n'uma baixa, banhada pela ribeira do seu nome, a 5 k. da séde do conc. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 5, com a séde em Lisboa Tendo sido annexada ao conc. de Torres Vedras por decreto de 26 de setembro de 1895, que extinguiu o conc. do Arruda dos Vinhos, a que pertencia, veiu para o do Sobral do Monte Agraço, a que já tinha pertencido por decreto de 13 de janeiro de 1898.

Sapateira. Povoações nas freguezias: S. Domingos, de Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. do Leiria. || S. João Baptista, do Prova, conc. de Mêda, distr. da Guarda.

Sapateiro. Este officio tinha regimento na collecção dada pelo Senado de Lisboa em 1572.

Sapeira. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Castello, conc. da Certã, distr. de Castello Branco

Sapiãos Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz os Montes, conc. e com. de Boticas, distr. de Villa Real, arceb. do Braga; 205 fog. e 812 hab Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. Está situada na aba da serra de Cervos, a 4 k. da séde do conc. E' pov. muito antiga. D. Affonso III lhe deu foral em março de 1251, dando lhe o nome de *Sapiães*. Foi commenda da ordem de Christo. A terra é muito fertil em generos agricolas; cria bastante gado de toda a qualidade, principalmente vaccum. Corre pelo centro da pov. na direcção de NE a SO o rio Térva, que entre Sapiões e Sapellos, é atravessado por uma ponte de cantaria, denominada Ponte Pedrinha A pov. tambem é atravessada pela estrada de Chaves a Braga. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Chaves.

Sapiões. Pov. na freg. de S. Thiago, de Mondrões, conc. e distr. de Villa Real.

Sabogães Pov. na freg. de Santa Maria, de Terroso, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto.

Sapogal. Pov. na freg. de Santa Leocadia, de Fradellos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Sapos. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Pedome, conc de V. N. de Famalicão, distr dé Braga. || Sant'Anna, de Cambas, conc. de Mertola, distr. de Beja.

Sarabagos. Pov. na freg. do S. Martinho, de Fornellos, conc de Sinfães, distr. de Vizeu.

Saragoça. Vallado real do oesto na leziria grande de Villa Franca de Xira.

Saragoçal. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc de V. N de Portimão, distr. de Faro.

Saraiva Este appellido é nobre em Portugal. Tem a sua origem na villa de Saraiva, na Biscaia, Hespanha, onde é o seu solar. Passou a Portugal, no reinado do D. João I, nas pessoas de D. Vicente Fernandes e D. Antão Saraiva, que vieram acompanhar sua irmã, dama da rainha D. Leonor, filha de D. Fernando I, de Aragão, que casou com o principe D. Duarte, depois rei 1.º de nome. Fizeram o seu solar na villa de Trancoso, e d'ali passaram alguns dos seus descendentes a estabelecer se na Guarda, em Lamego e em outras partes. Os Saraivas trazem por armas um escudo dividido em faxa, tendo na 1.ª de veiros de prata e azul, e a 2.ª ondada de agua da sua côr; orla vermelha em que apparecem as pontas de uma cruz de ouro floreada. Elmo de prata, cerrado; timbre, meio peixe sorra, da sua propria côr, com a serra de prata.

Saraiva *(D. Fr. Francisco de S. Luiz*, mais conhecido pelo *Cardeal)*. Religioso da ordem de S. Bento, illustre prelado e notavel escriptor. N em Ponte do Lima a 26 de janeiro de 1766, fal. em Marvilla, no antigo palacio patriarchal, a 7 de maio de 1845. Chamava-se no seculo Francisco Justiniano Saraiva, sondo filho de Manuel José Saraiva e de D. Leonor Maria Correia de Sá. Começou muito creança a estudar, pois aos 5 annos já aprendia as primeiras letras com o mestre Thomaz da Silva Campos, e aos 8 estudava latim, disciplina de que havia uma cadeira em Ponte do Lima. Vestiu o habito benedictino no convento de Tibães, a 6 de abril de 1780, aos 14 annos de edade, e a 29 do janeiro de 1782 professou, passando então a chamar-se Fr. Francisco de S. Luiz. Estudou humanidades no collegio da ordem em Rendufe, tendo por mestre Fr. José de Santa Escholastica, que mais tarde foi arcebisdo da Bahia. Com elle aprendeu tambem philosophia, algebra e physica. N'uns apontamentos auto biographicos, que deixou, diz Fr. Francisco de S. Luiz: «Sem outro magisterio mais que os livros dei me a estudar os principios geraes da litteratura, acompanhando este estudo das correspondentes leituras dos poetas, oradores e historiadores que me era possivel haver á mão.» O estudioso frade tambem aprendeu sem mestro as linguas franceza o italiana Em 1785 passou para o collegio de S. Bento em Coimbra, onde aprendeu o grego e o hebraico, principiando depois a estudar theologia na Universidade, doutorando-se com distincção n'esta faculdade em 1791, tendo sido premiado todos os annos, desde que se instituiram premios na Universidade. Emquanto cursava as aulas, ia-se exercitando no magisterio, regendo algumas cadeiras no collegio da sua ordem, sendo uma d'ellas a de álgebra, geometria e trigonometria. No capitulo geral da ordem celebrado em 1790, foi eleito secretario geral da congregação, sendo depois nomeado successivamente companheiro do D. abbade geral, abbade do collegio de Coimbra, visitador geral por duas vezes, e chronista mór da ordem. Percorreu então os mosteiros benedictinos do reino, fazendo as mais minuciosas investigações nos opulentos archivos e livrarias da ordem. Considerado como oppositor á faculdade de theologia, depois do concurso de 1805, foi em 1807 nomeado professor de philosophia no collegio das Artes. N'esse anno, porém, succedeu a invasão franceza, e Fr. Francisco de S. Luiz, que fô a sempre essencialmente patriota, não podia decerto contemplar com serenidade as desventuras do seu paiz. Em 1808 foi passar algum tempo com a familia na sua casa de Ponte do Lima, e ali estava quando rebentou no Minho o grito do guerra contra os invasores. Em Vianna do Castello formou se uma junta de resistencia, de que fez parte o destemido frade. Constituida a Junta do Porto, dissolveram-se as juntas provisorias, incluindo-se tambem a de Vianna do Castello, que muito havia contribuido para a defeza do paiz. Desde então até ao fim da Guerra Peninsular, Fr. Francisco de S. Luiz assistiu com ardente enthusiasmo ao despertar energico do povo portuguez, dividindo el

le o seu tempo entre as obrigações da regencia da sua cadeira e os seus predilectos estudos historicos, a que se entregava, sobretudo no convento de Tibães, onde os seus trabalhos eram ajudados pelas riquezas bibliographias e documentaes da livraria o cartorio ali existentes. Em 1820, estava elle na companhia da familia no Minho, onde fôra passar alguns dias na povoação do Prado, quando rebentou no Porto a revolução de 24 de agosto, e foi elle escolhido, apezar de ausente, para ser um dos membros da junta do governo que n'essa cidade se organisára, encargo que acceitou, apezar de não ter nenhuma parte no movimento revolucionario, como elle affirmava. Todos, porém, consideravam que Fr. Francisco de S. Luiz havia de sympathisar com o movimento liberal, porque o seu illustrado espirito não podia deixar de acceitar o desenvolvimento e progresso das ideias modernas. No decurso de toda a sua vida provou o douto benedictino ser um liberal sincero; inimigo dos excessos demagogicos, franco e lealmente monarchista, foi sempre n'esse sentido que dirigiu o seu voto e o seu procedimento. Nas primeiras tormentas por que teve de passar o governo revolucionario, aconselhou sempre prudencia e moderação. Reunidas as côrtes extraordinarias em janeiro de 1821, trataram immediatamente de escolher quem substituisse o rei na sua ausencia, e nomearam uma regencia, em que elle figurava, juntamente com o marquez do Castello Melhor, conde de Sampaio, José da Silva Carvalho e João da Cunha Sotto Maior. Foi n'essa regencia que Fr. Francisco de S. Luiz mostrou deveras as suas altas qualidades de politico, porque, tomando o encargo de redigir as bases d'uma constituição que pudesse ser apresentada ao principe real D. Pedro, que se esperava que chegasse ao reino de um momento para o outro, o douto frade traçou um esboço d'uma monarchia verdadeiramente liberal e representativa, tão afastada do absolutismo como da demagogia. Não foi, porém, esta constituição que as côrtes approvaram, sendo preferida uma constituição republicana, em que a realeza figurava como um enxerto impossivel. Tornou-se por conseguinte inevitavel a revolução ou a reacção conforme fôsse mais forte ou o povo ou o soberano, e foi este o mais forte, apparecendo a *Villafrancada*. Com a chegada de D. João VI a Portugal em 1821 acabaram as funcções da regencia, e tendo elle entrado em Lisboa a 4 de julho, logo no dia 21 d'esse mez foi Fr. Francisco de S. Luiz nomeado coadjutor e successor de D. Francisco de Lemos na sua dupla qualidade de bispo de Coimbra, e de reitor reformador da Universidade, tendo a nomeação d'este ultimo cargo a data de 27 de agosto seguinte, entrando em exercicio no mez de outubro, porque D. Francisco de Lemos, velho e doente, pedira a sua exoneração; a mitra deveria tomal-a a 16 d'abril de 1822, pelo fallecimento de D. Francisco de Lemos, se a curia romana não estivesse fazendo a mais viva opposição á sua nomeação, pouco desejosa de sanccionar a entrada no episcopado de um homem que não duvidara associar se aos pedreiros livres no governo do paiz, e firmar um projecto de constituição liberal e tolerante. Emfim, o governo procedeu com energia, e na segunda metade do anno de 1822, conseguiu da curia as bullas indispensaveis Pouco tempo antes, e logo 6 dias depois do fallecimento de D. Francisco de Lemos, fôra Fr. Francisco de S. Luiz eleito vigario capitular da diocese de Coimbra, e a 15 de setembro d'esse anno sagrado bispo por D. Fr. Vicente da Soledade, arcebispo da Bahia. Fr. Francisco de S. Luiz dedicou-se cuidadosamente ao cumprimento dos seus deveres de reitor, trabalhanbo com o maior zelo; reprimiu muitos abusos, pôz cobro a muita relaxação, elle proprio com a sua letra escreveu centos de officios e de provisões, que tinham por fim o restabelecer a ordem no chaos em que se encontrava a Universidade, proveu o laboratorio chimico de utensilios que lhe eram indispensaveis, deu um balanço á typographia. fazendo entrar a sua administração em caminho direito. Não pôde egualmente applicar-se ás obrigações episcopaes, como lhe cumpria, de que elle ingenuamente se queixava, porque lhe era difficil, sendo só, cumprir essa dupla tarefa.

Cardeal Saraiva

Outro encargo o veiu impedir ainda mais de realisar o seu desejo de trabalhar como bispo. Eleito por tres collegios eleitoraes deputado ás côrtes ordinarias„ teve de vir tomar assento nas camaras, onde, como acontece a todos os homens moderados e sensatos, se viu exposto á animadversão dos partidos extremos. A maioria revolucionaria não lhe perdoava o ter querido fazer uma constituição viavel e monarchica; e os reaccionarios tambem lhe não perdoavam o ter querido inserir na constituição um artigo que excluia o catholicismo do seu dominio despotico sobre as consciencias portuguezas. Os revolucionarios nem se que o elegeram membro da commissão ecclesiastica, a maioria reaccionaria jurou castigal-o severamente quando soasse para ella a hora do triumpho. Não tardou essa hora, porque veiu a reacção de 1823 e a Villafrancada, e as côrtes, sendo expulsas, dispersaram-se arrojando um protesto inutil, que D. Fr. Francisco de S. Luiz acon-

selhára que se não fizesse. Esse conselho não o tornou mais bemquisto dos absolutistas; se D. João VI mostrou sempre estimal-o, o governo não lhe poupou dissabores. D. Fr. Francisco de S. Luiz apressou-se a pedir a sua exoneração do cargo de reitor reformador da Universidade, que lhe foi logo concedida; mas não contentes com isso, insinuaram lhe que renunciasse a mitra, e o prelado renunciou a; ainda não satisfeitos, ordenaram lhe que se recolhesse ao convento de Montes Claros, mas depois, parece que por pedido do rei, consentiram-lhe a escolha do logar do exilio, com tanto que fôsse fóra do patriarchado, e D. Fr. Francisco de S. Luiz escolheu o convento da Batalha. Ali esteve dois annos, todos occupados pelos estudos historicos da sua predilecção, em que todo se absorveu na investigação do riquissimo cartorio do convento. e em que pôde escrever algumas das suas obras mais justamente apre ciadas. Em 1825 permittiram-lhe que se retirasse para Ponte do Lima a reunir se á familia, onde estava quando morreu D. João VI, e quando chegou a Portugal a constituição outhorgada por D Pedro IV. Em 1826 foi eleito deputado e presidente da camara, e desempenhou com acerto essas espinhosas funcções, então espinhosissimas n'essa quadra de fingido regimen constitucional, em que uma maioria, facciosa e obediente ás ordens do governo, não consentia nem o mais leve respiro aos deputados verdadeiramente liberaes. Veiu a nova reacção de 1828, a reacção miguelista, e D. Fr. Francisco de S. Luiz, que parece ter tido no conde de Basto um inimigo pessoal, de novo sentiu o rigor das perseguições absolutistas. D'esta vez não teve as branduras da escolha do seu retiro; foi preso, e conduzido entre uma escolta de soldados ao mosteiro da serra d'Ossa, cenobio dos eremitas de S. Paulo, um dos mais agrestes do paiz. Acompanhava o um magistrado. Chegando ao mosteiro, já de si apartadissimo de todo o povoado, disseram-lhe que estava, por ordem superior, incommunicavel com todos a não ser com os frades; muitas vezes se lhe prohibiu de dar um passeio na cêrca, e impuzeram-lhe algumas restricções ainda mais humilhantes. Ali passou os 6 annos do governo de D. Miguel, e d'este tempo, todo dedicado á medita ção e á leitura passou as longas horas do desterro, escrevendo, e d'essa clausura datam muitas das suas numerosissimas obras. Só em maio de 1834, depois de se ter assignado a convenção de Evora Monte, que punha termo á guerra civil, o prelado foi restituido á liberdade pelo duque da Terceira, e logo no mez seguinte foi nomeado guarda-mór da Torre do Tombo. N'essa mesma occasião foi eleito deputado, e recebeu a presidencia da camara electiva, que já exercera em 1826. A 15 de agosto abriam-se as camaras, a 24 de setembro morria D. Pedro IV, e n'esse mesmo dia a rainha D. Maria II nomeava o seu primeiro ministerio, sendo escolhido para gerir a pasta do reino D. Fr. Francisco de S. Luiz, que pouco tempo estevo no poder, porque o ministerio caiu logo no dia 17 de fevereiro de 1835. Comtudo, n'esse pouco tempo deu sufficientes mostras da rectidão do seu caracter e do seu entranhado amor ás justas liberdades; foi elle que pôz termo ás prisões e ás condemnações arbitrarias que continuaram ainda depois de restabelecido o regimen da Carta. No mesmo dia em que largou o ministerio recebeu a nomeação de par do reino, sendo eleito na respectiva camara supplente á presidencia. Já tomara posse da sua cadeira de par, quando rebentou a revolução de setembro do 1836, a que se mostrou manifestamente hostil. Liberal convicto, mas cartista decidido, tendo pela memoria de D. Pedro uma veneração quasi superstíciosa, estranhava muito que se quizesse tocar na constituição que elle firmára. Para provar o seu pouco amor á revolução de setembro, começou por se demittir do seu cargo de guarda-mór da Torre do Tombo, e foi um dos pares do reino quo protestaram contra os acontecimentos politicos de 9 de setembro. Apresentando á rainha a sua demissão de guarda mór da Torre do Tombo, foi leval-a pessoalmente, fazendo lhe sentir que não podia deixar de ser fiel á Carta que 5 vezes jurara. Apezar da profissão de fé cartista, D. Fr. Francisco de S. Luiz foi eleito deputado ao congresso constituinte do 1837 pelos circulos de Vianna e de Lisboa. Apresentou-se no congresso, e presidiu como decano a mesa provisoria, até que se elegeu a mesa definitiva a 9 de janeiro d'esse anno. Logo em seguida D. Fr. Francisco de S. Luiz apresentou a sua demissão de deputado, que lhe não foi acceita, em virtude d'um parecer honrosissimo redigido pelo estadista Rodrigo da Fonseca Magalhães, dando a camara plena liberdade a D. Fr. Francisco de S. Luiz para que comparecesse quando pudesse nas sessões do congresso. Comtudo, apezar da sua constante hostilidade á nova constituição o governo ainda o nomeou para presidir uma commissão encarregada de propôr os meios conducentes ao restabelecimento das relações amigaveis entre Portugal e a curia romana. Em 1840, tendo fallecido o patriarcha D. Patricio, apresentou-o o governo na sé vaga de Lisboa. O bispo recusou com energia e insistencia, mas tanto a rainha, como o governo desejavam tanto essa nomeação, que sustentaram com elle uma lucta tenaz, e o impelliram finalmente a declarar que acceitava. Só a 29 de abril de 1843 recebeu, comtudo, a confirmação; no consistorio de 19 de junho foi proclamado cardeal, a 18 de julho recebeu o pallio na sua capella metropolista, a 26 do mesmo mez recebeu na capella das Necessidades o barrete cardinalicio, e finalmente a 11 d'agosto do 1844, tendo se installado na vespera a nova sé patriarchal, fez a sua entrada solemne n'essa egreja. Deve-se dizer em honra do novo cerdeal, sempre amante da justiça e subordinado aos dictames da mais sã moral que, apezar do seu ardente cartismo, do seu affecto á rainha, que o estimava sinceramente, não deixou de censurar com severidade o golpe de Estado de 1842, pelo qual Costa Cabral, ministro da constituição de 1838, derrubou no Porto essa mesma constituição e restaurou a Carta. D. Fr. Francisco de S. Luiz era senador e acompanhou os seus collegas na censura ao golpe de Estado, como acompanhara os seus collegas na camara dos pares em 1836 na censura á revolução Apezar d'isso, não só obtove o pariato como prelado da Egreja Lusitana, e conselheiro de Estado, mas recebeu a vice-presidencia da camara dos pares, porque, apezar de reprovar os meios irregulares que tinham promovido a restauração da Carta, estimava bem vêr de novo triumphante este codigo politico. A sua morte foi considerada como um verdadeiro

luto nacional. O cardeal Saraiva, como se tornou depois mais conhecido, era socio da Academia Real das Sciencias desde 1791, e seu vice-presidente em 1838. Enriqueceu as collecções academicas com eruditas memorias. A collecção das suas obras é numerosissima, o vem minuciosamente descripta no *Diccionario Bibliographico*, de Innocencio da Silva, vol. II, de pag. 423 a 434, e no vol. IX, de pag. 323 a 325. Comprehendem estas obras assumptos de historia geral, e principalmente de Portugal e Hespanha, desde os mais remotos tempos até ao seculo XVI, tanto secular como ecclesiastica; philologia e linguistica, particularmente respectiva aos dialectos da peninsula, com os glossários das palavras e phrases estrangeiras introduzidas na nossa linguagem; litteratura, critica littoraria, e analyse comparativa do estylo de alguns escriptores classicos portuguezes; consultas e pareceres sobre negocios da administração interna do paiz, e documentos relativos a alguns successos da historia contemporanea; archeologia e antiguidades, inscripções, e letreiros pela maior parte latinas, no solo lusitano, e finalmente, miscellanea litteraria, historica, bibliographica, e correspondencia. Latino Coelho escreveu o *Elogio historico de D. Fr. Francisco de S. Luiz, recitado em sessão publica da Academia Real das Sciencias de 19 de novembro de 1856*. Foi publicado n'esso mesmo anno.

Saraiva *(João Baptista Pinto)*. Governador civil do Porto, deputado, jornalista, poeta, 1.º official redactor da camara dos pares, etc. N. no Porto a 16 d'agosto de 1863. A sua familia era originaria da provincia de Traz-os-Montes. Na sua terra natal fez os primeiros estudos e, ainda estudante de preparatorios, publicou em 1886 o seu primeiro livro de lyricas, as *Serenatas*. Em 1890 publicou um segundo livro com o titulo de *Lyricas*, e em 1896 um outro *Mocidade*. Collaborou em diversos jornaes e revistas, tendo feito as suas primeiras armas na *Folha Nova*, quo ao tempo se publicava no Porto, sob a direcção de Emygdio de Oliveira. Collaborou nas *Novidades* e em varios outros jornaes, e com o pseudonymo de *Rivol* publicou varias satyras de caracter politico na *Parodia*, de Bordallo Pinheiro, no *Jornal da Noite*, etc. Entrou na politica de 1901, por occasião da scisão Hintze-Franco, ligando-se a este ultimo, e alistando se no seu partido regenerador liberal. Quando o conselheiro João Franco subiu ao poder, em 1906, confiou a João Saraiva a chefia do districto de Villa Real, que abandonou para entrar nas camaras por ter sido eleito deputado. Nas camaras, como membro da Commissão de Administração Publica, foi relator do projecto de lei, approvado em côrtes, sobre liberdade de associação. Entrou na discussão do projecto de lei sobre liberdade de imprensa, etc. Dissolvidas as côrtes, foi mezes depois nomeado governador civil do Porto.

Saraiva *(José da Cunha Castello Branco)* Doutor em medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa a 18 de abril de 1848; fal. em 11 do setembro de 1288. Era filho de Ignacio José Saraiva Walter e de D. Maria José da Cunha Saraiva. Depois d'um curso brilhante, doutorou se em 1876. Exerceu a clinica em Lisboa, tornando-se afamado, tanto pela sua competencia, como pela sua humanidade e dedicação com que tratava desinteressadamente os pobres. Republicano convicto, fazia a sua propaganda educando o povo, procurando unil o na communidade de interesses e sem violencias, seguindo os exemplos de Elias Garcia e de Sousa Brandão, confiava tudo na ideia que o tempo se encarregaria de transformar em facto Foi assim que elle apostolou o principio da associação entre o povo, e deu força e trabalhou quanto em si coube para fundar as associações dos *Carpinteiros, pedreiros, e artes correlativas; Instrucção Guilherme Cossoul; Soccorros Mutuos Onze de Dezembro; Humanitaria dos operarios lisbonenses; Auxiliar dos inhabilitados no trabalho*, etc Deu-lhe o seu trabalho, a sua bolsa, a sua intelligencia, e acabou por lhe dar a propria vida, porque o excesso de fadiga a que se entregou mais lhe abreviou a existencia, affectando lhe a sua construcção debil. Fundou, collaborou e administrou, sendo ainda estudante, os *Estudos Cosmologicos*, que eram collaborados pelos mais distinctos academicos. Foi tambem um dos fundadores do *Club Fernandes Thomaz*, onde se fizeram algumas conferencias publicas de propaganda republicana que despertaram a attenção das autoridades. Uma d'essas conferencias fez com que o governador civil, então o conselheiro Arrobas, mandasse fechar o Club e prender o prelector e a presidencia. Castello Branco Saraiva, por este facto, teve de responder em juizo, e soffreu a condemnação de 10 dias de cadeia. Esta pena valeu lhe uma calorosa ovação quando recuperou a liberdade, e a sua popularidade ainda augmentou. Elle continuou imperturbavel na sua obra, como um crente na emancipação do proletario. Foi delegado de saude em Lisboa, e escreveu importantes relatorios, que deviam existir no ministerio do reino.

Saraiva *(Matheus)*. Medico formado na Universidade de Coimbra. N no Rio de Janeiro nos fins do seculo XVII ou principios do XVIII, Depois de estudar os preparatorios na sua terra, é que veiu matricular se na Universidade, voltando em seguida ao Rio de Janeiro a exercer clinica, distinguindo-se tanto pela sua sciencia como pela sua caridade. Escreveu a *Polyanthéa brazilica medico historica*, em quo trata das molestias e epidemias caracteristicas do Rio de Janeiro. Tambem se occupou de assumptos alheios á medicina, e escreveu a *Polyanthéa physócósmica* ou *Instrucção moral, politica, doutrinal e historica*, obra de educação. Fal. na segunda metade do seculo XVIII.

Saraiva. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

Saraiva de Carvalho *(Augusto)* Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, distincto parlamentar e estadista. N. em Lisboa a 25 de julho de 1839, onde tambem fal. a 29 de novembro de 1882. Era filho de Francisco Saraiva de Carvalho e de D. Jacinta Saraiva de Carvalho. Em 1857 matriculou se no 1.º anno de direito na Universidade, que cursou com a maior distincção, sendo laureado com premios em todos os annos. Completando a formatura em 1862, veiu estabelecer-se na capital como advogado. Em Lisboa tornou se notado pela primeira vez com uma conferencia no Gremio Litterario a 23 de maio de 1868, sobre a questão de economia politica *A População*. Esta conferencia foi verdadei-

ramento notavel, e chamou a attenção publica, mostrando logo quanto havia a esperar do seu talento. Os acontecimentos de 1867 e 1868 deram occasião á sua entrada na politica. O movimento da *Janeirinha* em janeiro de 1868, recebeu d'elle um grande impulso. Foi um dos promotores e oradores do grande comicio celebrado n'esse tempo na praça do Campo de Sant'Anna, indo em seguida ao Porto em commissão concertar-se com os organisadores d'aquelle movimento n'aquella cidade. O ministerio reformista presidido pelo bispo de Vizeu, que entrára no poder com o intuito de reorganisar as finanças, não o conseguiu, sendo pelo contrario a sua gerencia desgraçadissima. Em menos de um anno tivera 2 ministros da fazenda, Carlos Bento da Silva e conde de Samodães, e nenhum as melhorara, antes aggravára. Estava proximo já da sua queda o bispo de Vizeu, quando se lembrou d'esse moço de

Augusto Saraiva de Carvalho

30 annos, que estava sendo bemquisto e gozava d'um certo prestigio. Chamou-o, então, ao ministerio n'uma recomposição que fez, para lhe dar a pasta da fazenda, como chamou Mendonça Cortez para lhe dar a pasta da justiça. Um o outro só estiveram no poder apenas 9 dias. Ao ministerio reformista succedera um ministerio historico, viera depois, o 19 de maio de 1870, em seguida o golpe de Estado de agosto que pôz termo á dictadura de Saldanha, e o marquez d'Avila foi chamado ao poder com um gabinete meio progressista, meio indefinido, em quo o bispo de Vizeu recebia a pasta do reino, e Augusto Saraiva de Carvalho a da justiça. Tambem poucos mezes esteve no poder, porque a nomeação que fez do bispo do Algarve D. Ignacio para patriarcha de Lisboa desagradou ao marquez d'Avila, que achava reaccionario o prelado, e d'ahi resultou logo no primeiro semestre de 1871 uma crise ministerial em que os dois ministros reformistas resignaram as suas pastas. Em 1868 foi deputado pela primeira vez, eleito pelo circulo da Encarnação, entrou depois em outras successivas legislaturas até 1875, representando Lisboa. De 1875 a 1879 esteve fóra da camara. N'este anno, tendo caido o ministerio regenerador, organisou-se um gabinete progressista presidido por Anselmo Braamcamp, e Saraiva de Carvalho foi encarregado da pasta das obras publicas. A sua gerencia o que demonstrou, principalmente, foi elle ser um grande trabalhador. Demittiu se com os seus collegas em março de 1881, e ainda em 1882, apezar de já se sentir bastante doente, voltou ás camaras, sendo eleito pelo circulo da Covilhã. Distinguiu se muito nas questões que ali se agitaram, principalmente a questão do caminho de ferro de Salamanca em que pronunciou um notavel discurso. No verão e outono d'esse anno aggravaram se consideravelmente os seus soffrimentos, fallecendo pouco depois, contando 43 annos de edade. Saraiva de Carvalho estava ligado a varias empresas commerciaes, tendo sido o restaurador da *Companhia das minas de Huelva*, de que era director, e que a elle devia a prosperidade extraordinaria em que se encontrava na occasião da sua morte.

Saramaga. Povoações nas freguezias: Santa Clara, de Alcaravella, conc. de Sardoal, distr. de Santarem. || S. Francisco, da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Saramago. Ilha da Madeira; pov. na freg. e conc. de S. Vicente, distr. do Funchal.

Saramagueira. Ilha de S. Jorge, Açôres; pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Topo, conc. de Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Sarau. Um dos reinos de L do distr. e ilha de Timor, Oceania. Está comprehendido no commando mil. de Veimasse.

Sarcina. Pov. na freg. de S. Gens e conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Sardaça. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Sobrosa, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Sardadello. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Regadas, concelho de Fafe, districto de Braga.

Sardal. Pov. na freg. de S. Miguel, de Alvarães, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Sardão. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Aguada de Cima, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Pedro e conc de Cantanhede, distr. de Coimbra. || Santa Eulalia, de Oliveira do Douro, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Miguel, de Recardães, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || O Espirito Santo, de Sendim da Ribeira, conc. de Alfandega da Fé, distr. de Bragança.

Sardeiras de Baixo e Sardeirás de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Conceição e concelho de Oleiros, districto de Castello Branco.

Sardinha. Appellido do que ha noticia em Portugal desde o principio da monarchia. As suas armas são: Em campo verde uma banda ondada de prata e azul com 5 sardinhas da sua côr; timbre, uma cabeça de baleia da sua côr com a bocca aberta e dentro d'ella algumas sardinhas.

Sardinha *(Christovão)*. Celebre medico do seculo XVII, natural de Elvas. Formou se em Coimbra e foi medico do duque de Bragança, adquirindo grande fama de clinico pelo Alemtejo. Escreveu em latim um *Compendio de toda a medicina*, que se não imprimiu.

Sardinha. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro.

Sardinha do Couto (*Fernão*). Medico do Hospital de Todos os Santos, nomeado em 1634, saindo em 1636. Foi cavalleiro da ordem de Christo e medico de D. Affonso VI.

Sardo *(Manuel Luiz da Rocha).* Notavel jurisconsulto. N. em Evora em 1705, formou se na Universidade d'esta cidade, e depois na de Coimbra em 1733. Escreveu um livro de direito intitulado *Peculium juris*, disposto por ordem alphabetica, que dizem ser um verdadeiro *Diccionario de jurisprudencia*.

Sardoal *(José de Figueiredo Frazão e Castello Branco, 1.° visconde).* Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Aviz, general de divisão reformado, condecorado com a medalha de 3 campanhas da Guerra Peninsular, com a de 4 campanhas de 1834, com a de Honra d'Andaluzia e do Victoria, com a do distincção da divisão auxiliar á Hespanha em 1836, com a militar do ouro de bons serviços, com a de ouro de comportamento exemplar, e com a de prata, por valor militar, etc. N. a 27 de abril de 1795, fal. a 20 de janeiro de 1878. Era filho de Gregorio José Pedroso Frazão Castello Branco, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, e de sua mulher, D. Gervasia de Figueiredo. Casou em 1856 com D. Anna Jacinta Pimenta d'Avellar, filha de Manuel Joaquim Pimenta, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, e de sua mulher D. Jacinta Burget Heitor. D'este consorcio houve um unico filho, José de Figueiredo Pimenta de Avellar Frazão, quo nasceu a 16 de dezembro de 1858, proprietario e agricultor no Sardoal, e casou em 10 de julho de 1881 com D. Maria da Natividade Trigueiros Martel, filha dos 1.os viscondes do Outeiro. O titulo de visconde foi concedido por decreto de 17 de abril de 1866, sendo renovado em seu filho, pelo decreto de 2 de agosto de 1878. O seu brazão de armas é o seguinte, que foi concedido aos seus ascendentes por alvará de 6 de abril de 1753: Escudo esquartelado; no 1.° quartel as armas dos Frazões: Em campo de prata, um chaveirão de prata, firme entre 3 flôres de liz, de ouro; no 2.° as dos Castelbrancos: Em campo azul um leão de ouro armado de vermelho; no 3.° as dos Cardosos: Em campo vermelho, 2 cardos de verde floridos, com flôres e raizes de prata entre 2 leões de ouro batalhantes, armados de vermelho; no 4.° as dos Figueiredos: Em campo vermelho 5 folhas de figueira, verdes em aspa, perfiladas de ouro.

Sardoal. Villa da prov. da Extremadura, séde de conc., com. de Abrantes, distr. de Santarem, bisp. de Portalegre. Tem uma só freg. S. Thiago e S. Matheus. Está situada na margem direita do rio Tejo, n'uma baixa, junto da ribeira de Sardoal, a 11 k. da séde da comarca, e a 56 da capital do districto. Os marquezes de Abrantes apresentavam o vigario, que tinha 40$000 reis de congrua e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, mas não se sabe quando foi fundada nem o nome do fundador Teve a categoria de villa, concedida por D. João V, em Evora, a 10 d'agosto de 1532. Tem Misericordia e hospital, que foi fundada em 1400, sendo a fundação confirmada pelo papa Innocencio VI, em 1554, sob a denominação dos *Conegos de Santa Maria do Hospital*, e que alcançou bom rendimento com as esmolas de irmãos da Misericordia e d'outros devotos, e varios legados. Até 1834 esteve o hospital proximo da egreja matriz, sendo depois mudado para o convento de N. S.ª da Caridade, sito no alto do monto sobranceiro á villa, e que pertencera aos frades menores da ordem de S. Francisco da provincia da Soledade. O local é aprazivel e muito saudavel. Além d'outras ermidas, existentes na villa e nos seus limites, houve tambem a antiquissima ermida de S. Matheus, que consta ter sido a primitiva matriz da freguezia. N'este concelho ha grande numero de nascentes d'aguas mineraes, porém as duas mais importantes, tanto pela sua abundancia como pela sua mineralisação, estão proximas da villa D'estas nascentes tratou o medico de Mirandella, Francisco da Fonseca Henriques, no seu *Aquilegio medicinal*. A mais antiga, denominada *Fonte de Ferro*, tem uma lapide com a data de 1710. Rebenta de uma rocha granitica na margem esquerda d'um ribeiro, logar abaixo d'uma ermida dedicada a S. Sebastião. A outra nascente, abundantissima, appareceu por occasião do terremoto de 1755. Parece mais mineralisada que a anterior, e foi em 1791 canalisada para o chafariz da villa, a expensas dos seus habitantes. Ambas são usadas como bebida commum, mas á primeira d'ellas attribuem-se lhe propriedades lithontripticas Parece quo estas aguas não fôram ainda competentemente analysadas, mas demonstram ser mineralisadas pelo carbonato de ferro. Em 1879, a camara municipal d'este conc dotou a villa com um melhoramento ha muito reclamado, que foi a acquisição d'um abundantissimo manancial d'agua potavel, que lhe fica a 3 k. de distancia, aproximadamente, e que foi logo canalisada para a villa em manilhas de terro. No conc. ha minas de chumbo e ferro; em abril de 1876 foi manifestada n'esta camara uma mina de cobre por Francisco José da Fonseca Moraes, e em 1876 se descobriu uma de prata. A importancia agricola d'este concelho é muito consideravel, mas o que constitue a sua principal riqueza é a producção do azeite, de muito boa qualidade, sendo o terreno dos olivaes tão productivo quo ainda sob o arvoredo dá trigo, milho, feijão e outros fructos. A 12 k. de Sardoal, ou a 10 k. da est. do caminho de ferro da Cerdeira, ha as thermas denominadas de *Cró*. E' uma nascente na margem direita da ribeira do mesmo nome. E' um agradavel sitio que já vae sendo muito concorrido, apezar de não ter ainda as commodidades precisas para os que necessitam fazer uso d'aquellas aguas. Sardoal pertence á 4.ª div. mil., 7.ª brigada, grande circumscripção mil. S e ao distr. do recrut. e res. n.° 22, com a séde em Abrantes. Tem est. post. e telegr., escolas d'ambos os sexos, agencias bancarias, e de companhias de seguro, lagares de azeite, caldeiras de distilação, productores de cortiça, hospedarias, medicos, fabrica de moagem de farinha de milho a vapor, notarios, pharmacias, *Club Sardoalense*, philarmonicas: *Orchestra Sardoalense 8 de Dezembro*, *Sardoalenses* (Nova e Velha), *Sociedade dos Artistas Sardoalenses; Theatro Sardoalense*, feira a 28 e 29 de outubro e no 2.° domingo de janeiro; e no 2.° domingo de cada mez, de gados e mercadorias. O concelho compõe-se só de duas freguezias, com 1:463 fog. e 5:816 hab., sendo 2:820 do sexo masc. e 2:816 hab., sendo 2:829 do sexo masc. e 2:987 do fem.; n'uma su-

perficie de 6:771 hect. As freguezias são: Santa Clara, de Alcaravella, 1:055 hab.: 515 do sexo masc. e 540 do fem; S. Thiago e S. Matheus, do Sardoal, 4:761 habitantes: 2:314 do sexo masc. e 2:447 do fem. Os logares mais importantes da villa são: Andreus, Cabeça de Mós, Mogãos e Valhascos. || Povoações nas freguezias:. S. Pedro, de Abragão, conc. de Penafiel, distr, do Porto. || Santissimo Sacramento, de Burgo, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santo André de Codeçoso, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga || S. Thiago, de Gagos, do mesmo conc. e distr. || S. João Baptista, de S João de Areias, conc. de Santa Comba-Dão, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Conceição e conc. de Mação, distr. de Santarem. || Santo Estevão, de Oldrões, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Leocadia, de Pedra Furada, conc. de Barcellos, distr. do Braga. || S. Thiago, de Pinheiro, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Ribeira do distr de Santarem. N a cêrca de 3 k. ao NE da villa do Sardoal, corre a SSO, banha esta villa, e entra na ribeira de Alferrarede, com 7 k. de curso.

Sardoeira. Pov. na freg. de Santa Maria, de Penha Longa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Sardoura Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc e com de Castello de Paiva, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 295 fog. e 1:236 hab. Tem esc. do sexo masc e est. post. Está situada junto da ribeira do mesmo nome, nas proximidades da margem esquerda do rio Douro, a 4 k. de Sobrado de Paiva. A terra é fertil em todos os generos agricolas do paiz; cria muito gado de toda a qualidade. O terreno d'esta freg. e o da seguinte é sobremodo accidentado, mas os seus valles são fertilissimos, porque além do rio Sardoura, são regados por varios arroios e aguas de minas. No centro do *Valle de Sardoura* elevam se 2 picos de fórma pyramidal e de grande altura, um chamado *S. Gens* e o outro *S. Paulo*. Esta freg. e a seguinte formavam uma só, da qual se desmembrou parte para formar nova parochia, tomando por padroeiro S Martinho, mas ficando curato filial d'esta de Santa Maria. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto, assim como a freg. seguinte. || Pov. e freg. de S. Martinho, da mesma prov., conc. e distr. que a antecedente; 138 fog. e 624 hab. Tem est. post. e está situada tambem junto da margem esquerda do rio Douro, a 3 k de Sobrado de Paiva. E' fertil em generos agricolas.

Sargaça. Povoações nas freguezias: S. Thomé, de Estorãos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || O Salvador, de Unhão, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Sargaçaes. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Souto de Aguiar da Beira, conc. de Aguiar da Beira, distr. da Guarda.

Sargaçal. Pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Lagos, distr. de Faro.

Sargeal. Pov. na freg. de S. Miguel, de Baltar, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Sargedas *(Chrispiniano Pantaleão da Cunha)*. Actor muito distincto, que fez parte da companhia do theatro normal, por muitos annos, sendo considerado o primeiro actor comico da sua epoca. N em Lisboa a 27 de julho de 1813, onde tambem fal. a 12 de novembro de 1866. Era filho de Manuel Antonio Sargedas, negociante de cabedal e mestre examinado no officio de sapateiro. Conta se que o motivo do seu nome ser tão excentrico, fôra por uma promessa que o pae fizera de baptisar um filho com o nome d'um dos santos da bandeira do seu officio, *Chrispim* ou *Chrispiniano*, logo que elle fôsse eleito juiz. O facto é que ficou vencedor na eleição dos fins de dezembro de 1812, e no cumprimento da sua promessa deu o nome de *Chrispiniano* ao filho que lhe nasceu no anno immediato, e como a folhinha resava no dia do nascimento, 27 de julho, de *S. Pantaleão*, reuniu o como sobrenome ao de Chrispiniano. Era uma creança doente e fraca por isso se não atreviam a mandal-o á escola, mas o pequeno lá ia aprendendo a ler quasi sósinho, até que em 1819 foi estudar primeiras letras. N'esta epoca tinha já grande vocação para o theatro, sentindo o maior prazer quando uma sua tia o levava a qualquer espectaculo Vindo a Lisboa uns parentes que viviam em Moura, o rapazito acompanhou os contra a vontade paternal, e foi n'aquella villa que principiou o seu noviciado theatral, recitando versos que decorava, e cantando modinhas para entreter a bella sociedade dos seus parentes, como então se dizia Ali se demorou até 1822, voltando então para Lisboa por se sentir doente, e mesmo porque o pae teimava em que elle viesse para a sua companhia. Em 1823 começou a estudar latim na aula dos Congregados, mas sabendo que seus paes o destinavam ao sacerdocio, reagiu contra isso, e pediu para entrar na aula de desenho, onde foi discipulo do professor Faustino José Rodrigues, e do architecto Germano de Magalhães. Em 1827, porém, foi suspenso por uma travessura que fez, d'onde lhe resultou cortar a carreira, adoecendo gravemente seu pae, Sargedas, que no fundo era bom, percebeu que precisava ganhar para se ajudar os seus, e entrou como caixeiro na loja da viuva Mendes & C.ª Em 1833 assentou praça no 2.º batalhão movel do commercio, e fez as campanhas da defeza das linhas de Lisboa, e as ultimas da Liberdade. Querendo voltar para casa dos antigos patrões, achou tomado o seu logar, e vendo se desempregado e sem recursos, lançou meio de ganhar dinheiro, já pintando casas, fazendo as contas d'um alfaiate, até que veiu a ser guarda livros d'uma casa commercial. Comtudo, a paixão pelo theatro nunca o abandonara. Tendo Emilio Doux, o grande mestre da arte dramatica, annunciado que dava lições de declamação, concorreu a ellas, e com tal aproveitamento que em maio de 1837 estreou-se no *Anniversario*, alcançando um brilhante exito, sendo em breve considerado como actor distinctissimo, no desempenho das peças *Pae d'uma actriz*, *Duas educandas*, *Gaiato de Lisboa*, etc. Como ganhava pouco, aproveitava as horas vagas trabalhando como alfaiate. Entretanto, Almeida Garrett affeiçoava se ao novel actor, animou o, levou-o á sua intimidade lendo-lhe as peças que escrevia, e ouvindo d'elle, com aquelle ouvido de fino observador, as historias do mestre sapateiro, seu pae, e que o grande poeta aproveitou na principal personagem das *Prophecias do Bandarra*. Estava, portanto, Sarzedas no galarim da fama, e quando se constituiu a sociedade dos actores na Rua dos Condes, foi eleito secretario da direcção, e mais tarde, quando o governo deu

á sociedade o theatro de D. Maria, acabado de construir, e classificou os actores societarios, Sargedas obteve a classificação de primeiro cómico com um bom ordenado para aquella epoca. Em 1846 rebentou a revolução da Maria da Fonte, e o theatro fechou, vendo-se Sargedas obrigado a andar entre companhias ambulantes pelas provincias, para ganhar meios de subsistencia. Intercalados nas suas digressões, teve alguns periodos em que trabalhou em Lisboa no Gymnasio, até que em 6 de outubro de 1853 foi readmittido no theatro normal, onde se conservou até ao fim da sua vida artistica, conquistando muitos applausos, distinguindo se principalmente, além das suas antigas creações, nas peças *O Roubo*, *Prophecias do Bandarra*, *Retrato vivo*, etc. Nos ultimos annos, Sargedas teve a infelicidade de perder completamente a memoria, de modo que não podia decorar papeis novos, e só a custo recordava os antigos, muito amparado pelo ponto. Isto motivou, que estivesse posto um pouco de parte; no entretanto conservava os fóros de primeiro cómico, e não tinha, no theatro de D. Maria quem lhe fizesse sombra no seu genero. Sargedas morreu de repente n'uma loja maçonica, na Carreirinha do Soccorro, hoje rua Fernandes da Fonseca, deixando ao desamparo duas filhas, de que seu irmão, o padre Sargedas, tomou conta com um carinho verdadeiramente paternal.

Sargedas *(Joaquim Vital da Cunha)*. Actor, funccionario publico, militar, e por fim padre. N. em Lisboa a 28 de abril de 1812, onde tambem fal. a 10 de outubro de 1878. Era irmão do antecedente. Depois de fazer exame de instrucção primaria entrou em 1823 para a aula dos Congregados do Espirito Santo, onde aprendeu latim, indo em seguida estudar rhetorica para S. Vicente de Fóra Em 1827 entrou como noviço na Congregação do Oratorio, e ali estudou philosophia, mathematica e theologia. Com a extincção das ordens religiosas, em 1834, dedicou-se ao professorado, sendo mais tarde, em 1839, nomeado amanuense do thesouro, precedendo concurso Em 1840 passou para a administração geral de Santarem. Em 1846 voltou para Lisboa, sendo empregado na repartição das contribuições directas. Tendo se desempregado pouco tempo depois, assentou praça em 27 de outubro do mesmo anno como sargento do 2°. batalhão do commercio, passando a 20 de maio de 1847, como brigadas para o batalhão do 2.° movel. Por este tempo representava em theatros particulares, porque consagrara sempre a maior sympathia á arte dramatica. Era um dos mais festejados amadores d'aquelle tempo, e sendo reconhecido o seu valor para a scena, fôram offer cer lhe uma escriptura para o antigo theatro de D. Fernando, que elle acceitou, estreando se em 1850, com o mais feliz exito na opera comica em 3 actos *A Barcarola*. Saindo depois d'aquelle theatro percorreu as provincias fazendo parte de diversas companhias, e em 1851 escripturou-se no Gymnasio, onde se conservou algum tempo, distinguindo-se n'alguns papeis, como no *Gabriel e Lusbel ou o Thaumaturgo*, vulgo *Santo Antonio*, *Porta falsa*, *A capa do José*, *A Parteira e o dentista*, etc. N'essa epoca era tambem revisor no *Jornal do Commercio* e collaborador d'alguns jornaes. Em 1856 resolveu abandonar o palco, e seguir a vida ecclesiastica, recordando-se dos tempos em que fôra noviço. Ordenou se de presbytero, e celebrou n'esse anno a sua primeira missa na egreja da Encarnação. Dedicando se ao pulpito, prégou pela primeira vez na egreja dos Caetanos, hoje demolida, na festa do orago, N. S.ª da Divina Providencia Em 1857 foi nomeado cantor da Sé, e n'esse mesmo anno prestou relevantes serviços por occasião da epidemia da febre amarella, pelo que recebeu a mercê do grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada, e a medalha de prata, conferida pela Camara Municipal de Lisboa. Como prégador, tornou-se muito afamado. Era extremamente caritativo, sendo amparo dos seus parentes. Perteneu á Maçonaria como inspector geral do grau 33, membro effectivo do Supremo Conselho, veneravel e fundador da Loja Capitular União Independente.

Sargento-mór Povoações nas freguezias: N. S.ª do O' de Barcouço, conc. da Mealhada, distr. d'Aveiro. || S. Thiago, de Souzellas, conc. e distr. de Coimbra.

Sarges. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Saril. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Rossas, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Sarilhos Grandes. Pov. e freg. de S. Jorge, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Aldeia Gallega, distr. e patriarc. de Lisboa; 286 fog. e 1:381 hab. Tem esc. do sexo fem., est. post., Academia Musical União e Trabalho, e uma feira no 3.° domingo de cada mez. Dista 5 k. da séde do conc. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 2, com a séde em Lisboa. Na egreja matriz de S. Jorge ha trabalhos do pintor decorador Pereira Junior.

Sarilhos Pequenos. Pov. na freg. de N. S.ª da Boa Viagem e conc. da Moita, distr. de Lisboa

Sarinhães Pov. na freg de S. Pedro, de Fajózes, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Sarmento. Familia oriunda de Castella, cujas armas são: Em campo vermelho 13 bezantes de ouro em 3 palas.

Sarmento *(Anselmo Evaristo de Moraes)*. N. em Aveiro e fal. no Bussaco a 8 de junho de 1900. Proprietario da *Imprensa Portugueza*, uma das melhores que existem no Porto, fundou o jornal *A Actualidade*, que pelo seu aspecto material e pela bella collaboração, foi um dos diarios que tiveram mais preponderancia. Publicou tambem *O Jornal de Noticias* e a *Era Nova* que tiveram vida ephemera, e editou a *Historia da Litteratura*, de Theophilo Braga, e differentes romances e livros de versos. Publicou egualmente uma edição popular das poesias de Bocage, o drama *Camões*, de Cypriano Jardim, representado em 1880 por occasião das festas do tri centenario do grande poeta, etc. Das suas officinas sairam bellos trabalhos typographicos, taes como a *Renascença*, etc. Anselmo de Moraes (nome por que era mais conhecido) deu uma primorosa educação a suas filhas; tres formaram se em medicina e uma habilitou-se com o curso de engenharia civil na Escola Polytechnica do Porto. Foi um industrial intelligente e activo, um caracter immensamente compassivo, repartindo largamente com os pobres os bens que adquiriu pelo seu trabalho.

Sarmento (*P. Antonio de Castro Moraes*). Apezar de ser padre, foi commissario de trigos no

Terreiro, e fal. em 18 0. No anno de 1820 pertenceu á seita reaccionaria, escrevendo o *Maçonismo confundido*, publicado em 1821; *Um grito ao padre Macedo*, que saiu em 1822, *Triumpho da monarchia e gloria na nação portugueza*, glorificação da Villafrancada, que saiu em 1823. Apezar de ser adverso ao regimen constitucional, não deixou, como tantos outros, de dar alvitres ás côrtes, e por isso em 1821 imprimiu um *Plano apresentado ás côrtes sobre a reforma do Terreiro do Trigo*. Tomára a peito esse assumpto, e até parece que entendia que só para isso se elegiam côrtes constituintes, porque, eleitas as de 1837, appareceu com outro folheto que imprimiu n'esse mesmo anno, com o titulo de *Memoria sobre a conservação e reforma do Terreiro Publico*.

Sarmento *(Antonio Florencio)*. Compositor e lente de musica na Universidade de Coimbra, aula que depois foi annexa ao lyceu da mesma cidade. A sua nomeação fôra feita por decreto de 28 de agosto de 183c. N. em Coimbra a 6 de novembro de 1805, onde tambem fal a 20 de novembro de 1867. Tendo tomado parte nos primeiros movimentos liberaes contra o governo de D Miguel, em 1828, foi preso em 7 de outubro d'esse anno, sendo solto a 16 do outubro de 1831. No desempenho do seu cargo de professor na Universidade, escreveu um pequeno compendio, que publicou em Coimbra, 1849, com o titulo: *Principios elementares de musica, destinados para as lições da aula da cadeira de musica da Universidade de Coimbra*. Florencio Sarmento escreveu alguma musica religiosa, como uns *Responsorios de Quinta feira maior*, com orgão obrigado a orchestra; um *Te-Deum* a 3 vozes; escreveu tambem marchas, hymnos, etc. Foi socio do Instituto de Coimbra e do Conservatorio de Lisboa.

Sarmento *(Christovão Pedro de Moraes)*. Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, commissario geral da policia civil de Lisboa, auditor do conselho de Estado, commendador das ordens de Estanislau, da Russia, da Corôa de Italia, e de Izabel a Catholica, de Hespanha. N. em Londres a 3 de janeiro do 1837, fal no Dáfundo a 25 de setembro de 1906. Era filho do 1.º visconde da Torre de Moncorvo, Christovão Pedro de Moraes Sarmento e de sua primeiro mulher D. Amalia Jerdan. Foi educado em Londres, d'onde veiu aos 18 annos para Lisboa, indo depois matricular se no 1.º anno de direito na Universidade de Coimbra. Foi algum tempo empregado nos caminhós de ferro. Em 1867 teve a nomeação de commissario da 3.ª divisão policial, e em 1874 a de commissario geral, na vaga deixada por D. Diogo do Sousa. Exerceu este logar até 1893, data em que foi reorganisada a policia, sendo então nomeado inspector da policia administrativa, em que se conservou até março de 1905, sendo então reformado, devido ao seu precario estado de saude. Moraes Sarmento conhecia como poucos os assumptos policiaes, possuindo grande numero de livros e tratados. Rejeitou sempre condecoracões portuguezas, acceitando unicamente a carta de conselho. Era casado com D. Maria das Dôres Sequeira.

Sarmento (*Domingos dos Santos de Moraes*). Calligrapho do seculo XVIII, e que falleceu pouco antes de 1817. Era natural do Fundão. Excellente desenhador á penna, esta habilidade foi a sua perdição. Um dia lembrou-se de fazer apolices do Real Erario, o tão perfeitamente as imitou, que se confundiam com as verdadeiras. Descoberto o crime foi condemnado a prisão perpetua, não o sendo á morte por lhe valerem muitas pessoas de representação que o apreciavam pelo seu engenho e se condoêram do seu infortunio.

Sarmento (*Florencio Lago)*. Publicista e escriptor dramatico. N. em Lisboa a 7 de novembro de 1827, onde tambem fal. a 13 de janeiro de 1910. Fez os seus cursos no antigo lyceu de S. João Nepomuceno, na Escola Polytechnica e Aula do Commercio, e ao commercio se dedicou, sendo por muitos annos guarda-livros da Companhia de Lanificios de Torres Novas. Dedicou-se muito a estudos economicos, e no *Jornal do Commercio* publicou, em 1860 varios trabalhos de valor sobre a economia social e politica. Em 1906 publicou um livro de muita utilidade para o commercio, revolando um profundo estudo, o qual tem o titulo de *Estudo dos praticos de Economia e Administração Commercial e Industrial*. No *Jornal do Commercio*, entre outros artigos, publicou um ácêrca da cedencia das Aguas, combatendo essa cedencia, e propondo para que fôsse a Camara Municipal que realisasse esse grande melhoramento de abastecer as casas de Lisboa com agua, a primeira necessidade hygienica da população, com que teriam sobre tudo a lucrar as classes pobres. Publicou tambem no *Occidente*, vol. 27°, pag. 126, um trabalho sob o titulo de *Estudos sociaes, Alvitres para instituição de uma caixa nacional de pensões*, acompanhados do respectivo projecto, sem encargos para o thesouro publico, e só dependente da administração do Estado, trabalho importante que foi muito apreciado. Florencio Sarmento tambem se dedicou á litteratura dramatica, escrevendo as seguintes peças: *No tempo dos francezes*, comedia drama em 4 actos e 6 quadros, representada pela primeira vez no theatro de D. Maria em 7 de dezembro de 1864, no beneficio da actriz Delfina; *A Condessa de Villar*, comedia em 3 actos, representada pela primeira vez no theatro do Principe Real a 30 de dezembro de 1865, em beneficio da actriz Margarida Clementina. Ambas estas peças obtiveram bom exito. *A Varinha de condão*, comedia phantastica em 4 actos e 9 quadros, representada no mesmo theatro em 1866, é que não agradou. Desanimado por esto infeliz successo, Florencio Sarmento não apresentou em publico mais nenhuma das outras peças que escrevera, as quaes, segundo nos consta, eram as seguintes: *O cabelleireiro poeta*, drama em 5 actos, e as comedias: *Caçadores de casamentos*, 4 actos; *As Aguas Livres*, 5 actos; *Nicolau Tolentino*, 5 actos; *Na feira do Campo Grande*, 2 actos; *Em casa do Sr. Rebello*, 3 actos; *O compadre Barnabé*, 1 acto.

Sarmento *(Fr. Francisco de Jesus Maria)*. Religioso da ordem terceira de S. Francisco. N. em Seixo, a 12 de setembro de 1713, fal. no convento do Lisboa a 3 do junho de 1790. Chamava-se no seculo Francisco Sarmento de Moraes, sendo filho de Francisco Xavier de Maria Sarmento. Em 1722, tendo apenas 9 annos, foi estudar para Coimbra, e em 1730 tomou o grau de mestre em Artes, e o de bacharel em Direito civil. Professou no convento do N. S.ª de Jesus, de Lisboa, a 17 de junho de 1732, trocando o nome para o de Fr. Francisco de Jesus Maria Sarmento. Estudou theologia, desenvolveu grande talento no pulpito, co

meçando a prégar em 1737, o que o tornou tão afamado que era sempre o orador nas funcções mais solemnes e mais pomposas. Foi commissario visitador da sua ordem, consultor da Bulla da Cruzada e examinador das tres ordens militares. Na sua ordem exerceu todos os cargos de honra, até ser eleito ministro provincial em 1777. Tudo quanto pôde adquirir por suas composições litterarias e por seus amigos, empregou no serviço do culto divino, deixando no convento do Lisboa riquissimas alfaias, e uma boa renda do producto das suas multiplicadas composições destinado para fundo e subsistencia do collegio da sua ordem em Coimbra. São numerosos os seus trabalhos litterarios, consagrados exclusivamente a obras de devoção, impressos em livros e em opusculos, cuja descripção minuciosa se encontra no *Diccionario Bibliographico*, do Innocencio da Silva, vol. II, pag. 394 a 396. Uma das obras que tiveram mais voga foi o *Flos Santorum* ou *Santuario doutrinal*, etc., que se publicou em 2 tomos, 1789; em 2.ª edição, 1818, e muito mais tarde, em 1859, por ordem da Academia Real das Sciencias.

Sarmento *(Francisco José)*. Fidalgo da Casa Real e cavalleiro professo da ordem do Christo. N. em Vimioso, em 1700; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Podro Ferreira de Sá Sarmento. Foi sargento-mór do regimento de dragões de Castello Branco, mais conhecidos na nossa historia militar pelos dragões de Chaves. Subiu depois ao posto do coronel, e em 1762 era general e govornador da prov. de Traz os-Montes, quando veiu a invasão hespanhola, que elle sustentou briosamente Escreveu: *Instrucção militar para o serviço da cavallaria e dragões*, Lisboa, 1723; com um mappa.

Sarmento *(Francisco Martins de Gouveia de Moraes)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, distincto archeologo e escriptor. N. em Guimarães a 8 de março de 1833, onde tambem fal. a 9 d'agosto de 1 99. Era filho de Francisco Joaquim de Moraes Sarmento e de D. Joaquina Rosa de Araujo Martins. Recebeu o grau de bacharel a 10 de julho de 1853. Dedicando-se depois aos estudos archeologos, a 10 do julho do 1874 deu começo ás celebres explorações da Citania, no monte de S. Romão, na freg. de Santo Estevão de Briteiros, do concelho de Guimarães, e em 1877 alargou esses trabalhos atè ao monte fronteiro, denominado de Sabroso, ruinas e vestigios pre-historicos, que fôram visitadas no 1.º de outubro de 1880 pelos sabios estrangeiros e nacionaes que celebraram o congresso anthropologico, inaugurado em Lisboa a 20 de setembro d'esse anno. Por essa occasião foi-lhe rendida n'um titulo honrosissimo uma brilhante e valiosa homenagem de justiça assignada por muitos congressistas eminentes. O dr. Martins Sarmento cultivou tambem a poesia, e deixou numerosos artigos em diversas revistas e em muitos jornaes. Depois da sua morte, a camara municipal de Guimarães, em memoria do seu illustre compatriota, deliberou substituir a denominação de *Largo do Carmo*, local onde residira o fallecido, pela de *Praça do Archeologo Francisco Sarmento*. Entre os seus livros, citaremos: *Os Lusitanos*, *Os Argonautas*, *Hora maritima*, *Lygures e celtas*, etc. A' *Sociedade Martins Sarmento*, instituida em Guimarães no anno de 1882, e que tão relevantes serviços tem prestado aos trabalhos de archeologia portugueza, legou o illustre escriptor a sua bibliotheca, apparelhos, photographias e clichés, a quinta do Carvalho para assegurar a continuação e conservação das excavações da Citania e outros monumentos archeologicos, e o palacete da sua residencia para ali estabelecer qualquer instituição em harmonia com os seus fins. Martius Sarmento foi um dos mais notaveis archeologos do seu paiz, muito considerado nos centros scientificos estrangeiros pelos seus conhocimentos e pelos valiosos serviços que prestou a tão importante assumpto.

Sarmento *(Ignacio Pizarro de Moraes)*. Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo, escriptor, etc. N. em Bobeda a 22 de novembro de 1807, fal. em Chaves a 17 de maio de 1870. Entrou nas luctas politicas, mas como pertenceu ao partido dos vencidos, afastou-se da vida publica, vivendo quasi sempre nas suas terras de Traz-os Montes, indo á capital sómente para se não afastar completamente do movimento litterario e da convivencia social. Era muito estimado em Lisboa e no Porto. Camillo Castello Branco prestou homenagem ao seu caracter e talento, no estudo que lhe consagrou e que vem publicado nos seus *Esboços de apreciações litterarias*. Pizarro escreveu para o theatro 3 dramas historicos, em 5 actos, que se publicaram no Porto, em 1839: *Lopo de Figueiredo ou a côrte de D. João II*; *Diogo Tinoco ou a côrte de D. João II em 1484*; *Henriqueta, ou o Proscripto*; em verso. Em 1841 publicou o 1.º volume do *Romanceiro portuguez, ou collecção de romances de historia portugueza*, com o retrato do autor e 3 estampas litographadas. Os contos singelos em verso, que este livro contém, obtiveram o mais enthusiastico successo, animando o autor a publicar o 2.º volume do *Romanceiro*, quo saiu em 1845, ou nova collecção de pequenos romances em verso, que tambem alcançou grande exito. Em 1846 Ignacio Pizarro empenhou se na lucta civil, que o fez publicar no Porto, n'esse anno o *Memorandum de Chaves, relativo aos acontecimentos do mez de maio de 1846*. N'esse anno publicou mais 2 romances, mas om prosa: *O Enjeitado* e *O Cantaro d'agua, chronica do seculo XIV*. Ainda em 1850 publicou uma farça, *A filha do sapateiro*, no 1.º tomo do *Pirata*, jornal do Porto, começando no n.º 22 e findando no n.º 37.

Sarmento (*Jacob de Castro*). Um dos mais célebres medicos do seculo XVIII, não só de Portugal, como de toda a Europa. N. em Bragança em 1691, sendo filho de Francisco de Castro Almeida e de Violante do Mesquita. Recebeu no baptismo, porque, apezar de ser de familia judaica obrigava a legislação portugueza d'esse tempo a entrar no gremio do catholicismo, recebeu pois no baptismo o nome de Henrique, e foi para Mertola, onde passou a infancia e aprendeu as primeiras letras e humanidades, passando depois á Universidade de Evora, estudando ali a philosophia de Aristoteles. Revelou um talento assombroso, e passou muito adeante dos condiscipulos, recebendo o grau de mestre em Artes em 1710, contando apenas 19 annos. Estudou depois medicina na Universidade de Coimbra, onde em 1717 recebeu o grau de bacharel. Não podia conter-se no estreito ambito de Portugal devoto e jesuitico de D. João V o grande espirito do estudioso portuguez, que ambicionava estudar a sciencia

verdadeira, conhecer os factos e processos experimentaes, quebrar emfim com a tradição escolastica. Precisava, portanto, sair de Portugal, e passou a Inglaterra em 1721, indo fixar a sua residencia em Londres. Viu logo que precisava refazer completamente a sua educação intellectual, aprendendo de novo as sciencias que aprendera mal e superficialmente no seu paiz. Estudou novamente philosophia, a grande philosophia experimental quo ali se ensinava; aprendeu tambem mechanica, chimica, philosophica e analytica, e frequentou a aula de anatomia. Em 1725, depois de ter feito os seus exames de anatomia, economia animal, e medicina theorica e pratica, foi admittido no collegio real de Londres. Já a esse tempo Henrique de Castro Sarmento abjurára o catholicismo, voltando a abraçar o culto dos seus paes, com grande escandalo dos seus lentes de Evora, e para dar uma prova evidente de sinceridade com que abraçara essa religião perseguida, exilando-se assim para sempre de Portugal, trocou o nome de Henrique pelo nome de Jacob. Foi logo uma das glorias da synagoga portugueza de Londres, e no ardor da sua conversão, es escreveu immediatamente o *Exemplar de penitencia, dividido em tres discursos predicaveis para o dia santo de Kipur, dedicados ao grande e omnipotente Deus de Israel*, Londres, 1724. Continuou depois escrevendo outras obras sobre sciencias, sendo muito consideravel o seu numero, todas ellas publicadas em Londres. Apezar de judeu e das circumstancias em que adoptara essa religião, e que pareciam que o deviam pôr completamente fóra do convivio dos devotos portuguezes do tempo de D. João V, pôde ainda dedicar á Academia Real de Historia Portugueza um livro manuscripto que traduzira em portuguez, e não hesitou em remetter ao secretario da mesma academia, o marquez d'Alegrete, Manuel Telles da Silva, a sua dedicatoria em latim, muito lisonjeira, assignando se medico Jacob de Castro Sarmento. A dedicatoria foi acceita com reconhecimento pelo marquez de Alegrete, o publicada no tomo X do *Documentos e Memorias da Academia Real de Historia Portugueza*. A obra não se publicou, e Jacob de Castro Sarmento não foi eleito socio. Em 1730 a Sociedade Real de Londres elegeu o para seu socio, e em 1739 a Universidade de Aberdeen na Escocia o escolheu para ser um dos seus doutores, enviando-lhe um diploma extremamente honroso. Foi tambem socio do Collegio dos medicos de Londres. O dr. Jacob de Castro Sarmento fal. em 1762. Do valor d'este célebre medico occupou-se detidamente o cardeal Saraiva, D. Fr Francisco de S. Luiz, na *Memoria da vida e escriptos de Jacob de Castro Sarmento* e na *Noticia acêrca de Jacob de Castro Sarmento*, insertas nos *Annaes da Sociedade Litteraria portuense* e no *Museu Portuense*, o colligidas depois nas obras completas do douto prelado. Dos trabalhos scientificos do illustre Jacob de Castro Sarmento destaca se a *Materia medica*, livro que á clareza da exposição allia grande rigor scientifico.

Sarmento *(Jeronymo de Moraes)*. Coronel reformado. N. om 15 de janeiro do 1810; fal. a 4 de março de 1829. Era filho de Sebastião de Moraes Sarmento, descendente d'uma illustre familia, que tem o seu solar na provincia de Traz os Montes, e que depois se estabeleceu no Porto. Moraes Sarmento tomou parte activa em toda a campanha que originou o movimento revolucionario no Porto de 16 de maio de 1828. Tendo-se mallogrado a revolução, teve de emigrar com outros companheiros para a Galliza em 4 de julho d'esse anno, passando depois a Inglatorra. Em fevereiro de 1829 embarcou para os Açôres, fazendo parte do batalhão de voluntarios da rainha, e foi desembarcar na ilha Terceira. Assistiu á batalha da Villa da Praia da Victoria a 11 de agosto de 1829, depois fez parte da expedição, que saiu da Terceira para estabelecer o governo liberal nas ilhas de S. Jorge, Pico o Fayal, entrando nos combates de S Jorge. Organisando-se a expedição que veiu desembarcar nas praias do Mindello, passou ao batalhão de caçadores n.º 2, sendo ali declarado cadete em março de 1832. Foi esto batalhão o primeiro a desembarcar no dia 8 de julho d'aquelle anno. Fez todo o cêrco do Porto, assistiu a todas as batalhas que se deram, sendo ferido na de Souto Redondo. Em Ponte Ferreira distinguiu-se por modo tal que foi condecorado com a Torre e Espada na primeira promoção feita por D. Pedro IV depois do sor reformada esta ordem. Em 26 d'agosto de 1832 foi promovido a alferes, por um decreto muito honroso, em que se dizia haver sido *por serviços relevantes nas ilhas dos Açôres, e por seu comportamento distincto nas acções que tiveram logar nas mesmas ilhas e bem assim na campanha do continente*. Depois da acção de 18 de agosto de 1832 marchou para Lisboa com a expedição do Porto, tomando tambem parte em todas as acções que se feriram na capital. Foi depois incorporado na columna de operações que se bateu em Pernes e em Almoster, passando ao Alemtejo, onde estove até á Convenção de Evora Monte. Durante o periodo das agitações civis que se seguiram a 1834, Jeronymo de Moraes Sarmento foi um dos partidarios mais firmes e dedicados, acompanhando José Estevão, Passos Manuel, e todos os mais patriotas que defenderam a causa popular. Por occasião da revolta dos marechaes, em 1837, entrou na batalha de Ruivães, e mais tarde, em 1846, esteve na batalha de Torres Vedras, e foi perto de si que caiu mortalmente ferido o intrepido Mousinho d'Albuquerque. Ficando prisioneiro, foi deportado para Africa, embarcando no briguo *Audaz* com os generaes conde de Bomfim, Celestino Soares, e outros officiaes que tinham entregado as suas espadas mediante um convenio feito pelo marechal Saldanha, e que o governo não respeitou. A intervenção estrangeira fez com que os deportados regressassem ao paiz, vindo a bordo d'um navio inglez, *Terrible*. Em 1847, nas eleições que então se realisavam, trabalhou tão activamente pela causa popular, que foi logo apresentado para alvo da vingança dos adversarios. Em pleno dia, o no centro da cidade do Porto, caminhando só e inerme, foi tão violentamente espancado, quo caiu sem sentidos, sendo julgado morto. O medico que o tratou, desde logo declarou que os violentos traumatismos soffridos na cabeça haveriam do futuro ter consequencias desagradaveis; e na verdade, porque desde então se pronunciou menos actividade no valente militar. Mal restabelecido ainda, escreveu um protesto energico contra as violencias de quo fôra victima. Não esfriando, comtudo, o seu amor á causa da Liberdade, ainda tomou parte em todos os trabalhos que precederam

o movimento da Regeneração em 1851, vindo então para Lisboa com o marechal Saldanha, no regimento de infantaria n.º 2. Teve a promoção de major a 22 d'agosto de 1852, sendo em seguida addido ao 2.º batalhão de veteranos, situação em que se conservou até ser reformado no posto de coronel por carta de lei de 10 de maio de 1878, que teve origem no parecer da commissão de guerra da camara dos deputados, em que honrosamente se commemoraram os brilhantes serviços prestados á causa da Liberdade. Possuia, além da Torre e Espada já citada, a medalha da ordem de Aviz, e a n.º 7 das campanhas da Liberdade. O coronel Jeronymo de Moraes Sarmento foi pae do sr. general de brigada José Estevão de Moraes Sarmento. V. *este nome*.

Sarmento *(João Evangelista de Moraes)*. Bacharel em Medicina pela Universidade de Coimbra, poeta muito apreciado, etc. N. no Porto a 16 de dezembro de 1773, onde tambem fal. a 20 de outubro de 1826. Era filho de Francisco José de Gouveia de Moraes Sarmento, official da Thesouraria Geral das Tropas. Em 1787 falleceu seu pae, ficando João Evangelista, tendo apenas 14 annos de edade, entregue aos cuidados de sua mãe, que desejava que elle seguisse a carreira de medicina. Estudou humanidades do Porto, e aos 18 annos era já conhecido entre os condiscipulos como poeta apreciavel, quando partiu para Coimbra, um pouco contrafeito mas para obedecer aos desejos de sua mãe, e tomou o grau de bacharel em 1801. Voltou então para o Porto a exercer a clinica, e não tardou a grangear fama de bom medico, sendo tido ao mesmo tempo por um dos mais talentosos poetas d'essa cidade. Sobretudo, tornou-se um distincto improvisador, e por isso estimado nas salas, onde era então moda glosarem se em decimas e sonetos os motes que as damas procuravam fazer finos e conceituosos. Além d'isso possuia grandes qualidades oratorias, e como lhe eram inuteis n'uma epoca em que não havia assembleias deliberativas, e em que só lhe estavam abertos por conseguinte os campos do fôro e do pulpito, em que ainda assim não podia entrar por não ser advogado nem padre, desabafou escrevendo varios sermões que fôram prégados por alguns padres, que os recitavam, como seus, nos pulpitos de Guimarães e do Porto. Era excessivamente nervoso e fraco, soffria muito, e em 1823 teve um primeiro ataque de paralysia, de que se curou, ficando, comtudo, bastante arruinado, sempre n'um tremor convulso, e quasi não podendo sair. Não tardou a repetir-se o ataque, enclausurando o de todo, até que, sobrevindo outras doenças, falleceu. Foi casado duas vezes, mas de nenhum dos matrimonios teve successão. João Evangelista publicou poucos dos seus versos, mas 20 annos mais tarde, em 1847, alguns amigos que viviam ainda, e possuiam a collecção dos seus versos, revista e emendada por elle mesmo antes de morrer, resolveram publical a, precedida da biographia do autor. O livro tem por titulo: *Poesias de João Evangelista de Moraes Sarmento, colligidas por varios amigos seus, revistas pelo autor poucos tempos antes da sua morte, e dadas á luz por alguns dos seus admiradores*, Porto, 1847. Quando João Evangelista ainda era estudante, escreveu uma ode para ser recitada no dia em que os alumnos da Universidade tencionavam celebrar a noticia de se achar gravida a princeza do Brazil D. Carlota Joaquina. Os editores das *Poesias* não puderam encontrar um exemplar d'essa ode para a incorporar no livro publicado. Foi, porém, encontrada por Barbosa Marreca, que a publicou textualmente na *Revista Universal*, tomo VI, n.º 45, pag. 538, mandando tambem tirar alguns exemplares em separado, e no formato do livro da *Collecção de Poesias*, para a esta se juntarem. O titulo é o seguinte: *Ode, que para recitar no dia em que os estudantes academicos celebravam a feliz gravidação da s r.ma princeza do Brazil, a sr.a D. Carlota Joaquina, compoz João Evangelista de Moraes Sarmento, estudante da mesma academia; Coimbra, Imprensa da Universidade, anno de 1793.*

Sarmento *(João Ferreira Sarmento, barão, visconde e conde)*. Gentil-homem da camara d'el-rei D Fernando, conselheiro, general de divisão, etc. N. em Vinhaes a 24 de junho de 1792, fal. a 10 de junho de 1865. Pertencia a uma familia nobre da provincia de Traz os Montes, e destinava se á carreira das letras, chegando a estudar os preparatorios indispensaveis para a matricula na Universidade, mas a guerra com os francezes levou-o ás fileiras do exercito, e assentando praça em cavallaria n.º 12 nos principios de 1810, foi no anno seguinte despachado alferes, e ainda durante a campanha obteve o posto de tenente. Promovido a capitão em 1820 foi preso em Cezimbra pelo seu affecto ás ideias liberaes, logo depois da chegada do infante D. Miguel a Portugal em 1828, e emigrando para o estrangeiro foi juntar se aos bravos que nos Açôres defendiam a causa constitucional. Organisada depois a regencia, quando o ministro Luiz da Silva Mousinho d'Albuquerque teve de sair da séde do governo, foi João Ferreira encarregado da repartição dos negocios da guerra, como secretario da mesma regencia, e desempenhou este cargo desde 14 de janeiro até 2 de julho de 1831. Acompanhando o exercito libertador para Portugal, tomou parte activa na guerra civil como official do estado maior, e tendo sido durante a lucta elevado a major e a tenente coronel, foi em julho de 1834 promovido a coronel. Nomeado em 1836 ajudante de campo d'el rei D. Fernando, conservou-se n'essa situação até á data do seu fallecimento. Durante este periodo subiu todos os postos da hierarchia militar até ao de general de divisão. Foi agraciado com o titulo de barão de Sarmento pelo decreto de 29 de outubro de 1853; com o de visconde, por decreto de 15 de setembro de 1855, e com o de conde a 30 de setembro de 1862. Foi tambem ajudante de campo de D. Pedro IV e do principe D. Augusto de Leuchtenberg; e possuia as seguintes distincções: gran-cruz da ordem d'Aviz, commendador das do Christo, Torre e Espada, e Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; condecorado com as medalhas de duas campanhas da Guerra Peninsular. Possuia tambem a gran-cruz das ordens estrangeiras de Ernesto Pio de Saxo Coburgo Gotha, de Constantino das Duas Sicilias, de S. Mauricio e S. Lazaro da Italia, de Izabel a Catholica de Hespanha, a de Leopoldo da Belgica; grande official da Legião de Honra de França, e commendador das ordens da Corôa do Carvalho dos Paizes Baixos, da Aguia Vermelha da Prussia, de Carlos III de Hespanha, etc. Casou duas vezes: a primeira em 1 de janeiro de 1835 com D. Car-

lota Maria Nogueira, que falleceu a 6 de janeiro de 1836, filha de João Raymundo Nogueira, e de sua mulher D. Maria Innocencia Garcia; a segunda vez, a 7 de março de 1859 com D. Maria da Conceição do Valle de Sousa e Menezes Botelho Mexia, a dama da rainha D. Maria II, que nasceu a 10 de dezembro de 1826, filha de José do Valle de Sousa de Menezes Mexia, fidalgo da Casa Real, bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra, e de sua mulher D. Maria Antonia Constança de Lima Feio. Familias descendentes de nobre linhagem A condessa de Sarmento sobreviveu ao seu marido bastantes annos, vindo a fallecer a 28 de julho de 1907.

Sarmento *(D. José Alarcão Velasques)*. V. *Velasques Sarmento (D. José de Alarcão)*.

Sarmento *(José Estevão de Moraes)*. General de brigada, ministro de Estado, par do reino, director do Collegio Militar, distincto escriptor, etc. N. em Lisboa a 12 de outubro do 1843, sendo filho de Jeronymo de Moraes Sarmento, brigadeiro reformado, e de D. Maria Emilia de Moraes Sarmento. A 24 de agosto do 1861 assentou praça de voluntario no batalhão de caçadores n.º 5; seguiu os cursos do Collegio Militar, o de cavallaria e de infantaria nas escolas Polytechnica e do Exercito. A 8 de julho de 1862 foi promovido a alferes graduado para o mesmo batalhão, e em 1 de agosto de 1864 a alferes effectivo para o batalhão de caçadores n.º 11. Por portaria de 14 de maio de 1868 foi mandado exercer as funcções de secretario do Collegio Militar. A 16 de fevereiro de 1869 foi promovido a tenente, e no anno de 1872 pediu a sua exoneração do cargo de secretario. Em 1873 fez parte da commissão encarregada de colleccionar todas as leis e disposições de execução permanente; em 1874 foi nomeado adjunto á direcção geral da secretaria da guerra, e em 1875 defensor officioso perante o 2.º conselho de guerra permanente da 1.ª divisão militar. N'esse anno, a 18 de agosto, foi promovido a capitão. A 12 de outubro de 1880 teve a nomeação de promotor de justiça perante o referido conselho de guerra. Foi promovido a major em 31 de outubro de 1884, conservando-se no estado maior da sua arma até 11 do dezembro de 1885, data em que foi nomeado chefe da 4.ª repartição da administração geral das alfandegas. Pouco tempo se demorou n'este cargo, porque em 14 de junho de 1886 era exonerado d'elle, a seu pedido, e collocado no estado maior de infantaria. A 17 de junho d'esse anno foi nomeado promotor de justiça junto do 1.º conselho de guerra permanente da 1.ª divisão militar. A 7 de novembro de 1888 foi promovido a tenente-coronel, em 30 de junho de 1893 a coronel, e em 18 de abril de 1901 a general de brigada. Exerceu ainda muitas mais commissões, como a encarregada de estudar, examinar e dar parecer sobre o valor da obra *Serviço em campanha* escripta por um capitão de artilharia, em que foi vogal; egual cargo teve na commissão central dos trabalhos preparatorios para a exposição universal de Paris, nomeada em 1897; vogal da commissão encarregada de estudar os meios para que as aulas regimentaes pudessem corresponder ao fim da sua creação, etc. No desempenho de todas estas commissões de serviço foi muitas vezes louvado pelo zelo e intelligencia com que se houve, merecendo geraes elogios pela maneira como esclareceu e resolveu os assumptos sujeitos ao seu criterio. Eleito deputado á sessão legislativa de 1890 a 1893, destacou se notavelmente na camara pela correcção da sua palavra e pelo modo superior como encarava e apreciava as questões parlamentares. Em 1893 foi nomeado, por proposta da camara, para supprir o eventual e simultaneo impedimento do presidente e vice-presidente da camara. Foi tambem promotor da justiça junto do tribunal superior de guerra e marinha, commandante da Escola Pratica de infantaria, etc. Em 1894 foi novamente eleito deputado, e em abril de 1896 tomou parte no ministerio, encarregando se da pasta da guerra, de cuja gerencia se demittira o sr. conselheiro Pimentel Pinto. Por esta occasião foi nomeado ajudante de campo honorario d'el-rei D. Carlos I. Exonerado do ministerio em 1897, tornou a ser deputado na legislativa de 1897 1900, sendo elevado ao pariato em 1901. Em 1898 foi nomeado director do Collegio Militar, cargo em que se houve com a maior competencia, occupando se desveladamente da educação physica e moral dos alumnos, redigindo o actual regulamento interno do collegio. Foi durante a sua direcção que em 1903 se celebrou o primeiro centenario da fundação do Collegio, solemnidade a que a imprensa se referiu largamente com louvores para o illustre militar. Exerceu ainda os cargos de vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar, vogal da secção do exercito do Supremo Conselho de defeza nacional, presidente do conselho de administração da Manutenção Militar e deposito central de fardamentos, presidente da direcção do Montepio Official, etc. Como politico, militou nas fileiras do partido regenerador, a que pertenceu seu pae, amigo intimo do grande tribuno José Estevão Coelho de Magalhães, de quem o general Moraes Sarmento é afilhado de baptismo. D'este partido se separou quando se deu a scisão entre Hintze Ribeiro e João Franco, acompanhando este estadista, no novo partido que se formou, regenerador liberal Fôra agraciado com as seguintes distincções: gran-cruz e grande official da ordem de Aviz por serviços distinctos; commendador e cavalleiro da mesma ordem; commendador do S. Thiago, e cavalleiro da Torre e Espada. Possue as medalhas de ouro de bons serviços e de comportamento exemplar; gran cruz da ordem de Merito Militar, de Hespanha Nas festas celebradas ha poucos annos em commemoração da Guerra Peninsular, foi o presidente da commissão da imprensa. O sr. general Moraes Sarmento é socio do Instituto de Coimbra; collaborou muitos annos na *Revolução de Setembro*, onde publicou muitos artigos politicos, e dirigiu por largos annos a *Revista Militar*, em que escreveu notaveis artigos e estudos militares, sendo dignos de menção os que dizem respeito á importante questão da defeza nacional e da reorganisação do exercito. Além d'estes artigos, expendeu as suas ideias no livro *A defeza das costas de Portugal e a alliança luso-ingleza*, trabalho muito apreciado, que foi traduzido em inglez. Bibliographia: *Estudo de direito criminal—Das offensas corporaes contra superiores*, Porto, 1875; *A formatura fundamental na cavallaria*, Porto, 1877; *Relatorio e projecto de regulamento para as escolas regimentaes*, Lisboa, 1879; *Escolas regimentaes—Curso da classe de cabos*, 2.º

grau, Lisboa, 1880; *Elementos de historia militar*, Lisboa, 1883. Esta obra não chegou a ser concluida, por o autor deixar de pertencer á commissão encarregada de elaborar os compendios para as escolas regimentaes, afim de exercer o cargo de secretario da commissão que elaborou a organisação do exercito em 1884; *Relatorio do projecto de organisação do exercito elaborado pela commissão nomeada por portaria de 26 de maio de 1884*, Lisboa, 1884; *Legislação penal militar—Constituição dos tribunaes militares e respectiva fórma de processo—Codificação mandada fazer pelo ministerio da fazenda para uso do corpo da guarda fiscal*, Lisboa, 1886; *Da responsabilidade criminal dos alienados e especialmente dos epilepticos. Accusação sustentada perante o 1.º conselho de guerra permanente da 1.ª divisão militar no processo do alferes alumno do regimento de infantaria nº 16, Antonio Augusto Alves Marinho da Cruz*, Lisboa, 1887; *O Real Collegio Militar*, Lisboa, 1888; *Instrucções relativas á espingarda 8mm (K) 1886 e carabina para sapadores*, approvadas por portaria de 6 de agosto de 1898; *Portugal e a neutralidade defensiva da Hespanha*, Lisboa, 1891; *Revolta e rebellião—Oração pronunciada no tribunal superior de guerra e marinha em sessão de revisão dos processos instaurados e julgados nos conselhos de guerra na 3.ª divisão militar e relativas aos acontecimentos occorridos na cidade do Porto em 31 de janeiro de 1891*, Porto, 1891; *Responsabilidade ministerial. Parecer da commissão de infracções da camara dos senhores deputados ácêrca da proposta de accusação do ex ministro da fazenda sr. Marianno Cyrillo de Carvalho*, Lisboa, 1892; *Congresso pedagogico hispano-portuguez americano—As Escolas Regimentaes em Portugal*, Lisboa, 1892; *Estudo sobre o recrutamento dos cirurgiões militares*, Porto, 1898; *Real Collegio Militar—O rejuvenescimento da nação pela educação da mocidade—Discurso lido na sessão solemne da abertura das aulas e distribuição de premios do anno lectivo de 1898-1899*, Lisboa, 1898; *O projecto de reorganisação do exercito—Discursos pronunciados na camara dos deputados*, Lisboa, 1899; *Real Collegio Militar—O Internato—Discurso lido na sessão solemne de abertura de aulas e distribuição de premios no anno lectivo de 1899-1900*, Lisboa, 1899; *Exercicio de marcha e combate para prova de aptidão e accesso*, Lisboa, 1900; *Camara dos dignos pares do reino—O limite de edade applicado aos officiaes em serviços extranhos ao ministerio da guerra e o projecto de lei de promoções—Discurso pronunciado na alludida camara*, Lisboa, 1901; *A defeza das costas de Portugal e a alliança luso ingleza*, Lisboa, 1903; *Os direitos politicos dos militares e a organisação da defeza nacional—Discurso pronunciado na Camara dos dignos pares do reino*, Lisboa, 1904.

Sarmento (*José Evaristo de Moraes*). Medico pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa. N. em Lisboa, a 29 de janeiro de 1870, sendo filho do antecedente. Defendeu these a 25 de julho de 1894, tendo-se já anteriormente habilitado na mesma escola como pharmaceutico de 1.ª classe, em 7 de outubro de 1892. Foi nomeado, precedendo concurso, professor proprietario da Escola de Pharmacia de Lisboa, por decreto de 2‹ de julho de 1903. E' medico assistente do Instituto Bacteriologico Camara Pestana, cirurgião director da enfermaria de Santo Antonio, do Hospital de S. José, e socio titular da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa. Rege a 1.ª cadeira da Escola de Pharmacia, desde 28 de outubro de 1903. Escreveu: These inaugural: *A epidemia de Lisboa na primavera de 1894*, Lisboa, 1894; These de concurso: *Sobre os fermentos soluveis do leite*, Lisboa, 1903.

Sarmento (*Pedro Mariz de Sousa*). Almirante. Nasceu entre os annos de 1742 e 1745; e falleceu a 25 de março de 1822. No anno de 1792 era chefe de divisão quando o governo resolveu enviar ao Roussillon uma divisão auxiliar para soccorrer a Hespanha contra as forças da Republica franceza. Sousa Sarmento foi encarregado de commandar a esquadrilha composta das naus, *Medusa*, *S. Sebastião*, *Bom Successo* e da fragata *Venus*, que saiu do Tejo a 20 de setembro de 1792 escoltando um comboio de 14 navios de transporte que levava a divisão portugueza. Foi triste a viagem. Ventos ponteiros, tempestades, doenças a bordo a fizeram prolongada e fatigante. Saidos de Portugal a 20 de setembro só a 9 de novembro desembarcaram os nossos soldados em Rosas, na Catalunha. Sousa Sarmento não continuou a exercer commandos importantes. Em 1789 imprimiu um livro intitulado: *Preceitos de construcção de navios e de sua mastreação e nomenclatura dos termos technicos de mastreação e diccionario d'elles em francez.*

Sarmento Carvalho (*Ignacio*). Capitão general de mar e terra no sul da India Oriental. Ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. A 11 de abril de 1650 foi approvado para exercer cargos na India, e D. João IV o nomeou successivamente governador de Baçaim, Damão e Rachol. Em 1658 foi nomeado commandante da armada do norte, depois recebeu a capitania de Gôa e diploma de conselheiro do Estado da India, e o governo de Moçambique em 1667.

Sarmento da Fonseca (*Antonio*). Tenente-coronel de engenharia, inspector das fortificações, commandante do serviço de torpedos fixos. N. em Coimbra a 14 d'abril de 1854; fal. em Lisboa em 1 de maio de 1907; assentou praça em 19 de julho de 1871, sendo promovido a alferes em 8 de janeiro de 1879, a tenente em 3 de fevereiro de 1881, a capitão em 26 de agosto de 1885, a major em 13 de dezembro de 1901, e a tenente coronel em 24 de dezembro de 1903. Foi tambem vogal da commissão de defeza de Lisboa, tendo feito tambem varios projectos de edificações. Quando falleceu era redactor da commissão executiva da *Revista de Engenharia Militar* e director do Centro Nacional de Esgrima, Era cavalleiro da ordem de Aviz, e official por distinctos serviços, da mesma ordem, e cavalleiro da de S. Thiago. Possuia a medalha de prata de comportamento exemplar.

Sarmento Osorio (*D. João d'Alarcão Velasques*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, governador civil de varios districtos, ministro de Estado, ajudante do procurador geral da Corôa e Fazenda, reitor da Universidade, par do reino, deputado, etc. N. em Espinhal, e tomou o grau de bacharel em 1876. Sendo ainda estudante começou defendendo o partido progressista, a que prestou muitos e valiosos serviços. Em 1886 foi nomeado governador civil da Guarda, e mais tarde exerceu o mesmo cargo no Funchal Foi deputado pelos circulos da Guarda

e no Funchal. Foi nomeado ajudante do procurador geral da corôa, por decreto de 13 de janeiro de 1890, cargo de quo tomou posse no dia 18 do referido mez e anno, conservando-se no serviço effectivo mais de 11 annos. Foi nomeado governador civil de Lisboa em 1898, logar que exerceu até 1900, e sendo mais tarde novamente nomeado, conservando-se no exercicio das suas funcções até 1905, em que foi chamado ao poder para a pasta das obras publicas n'uma recomposição ministerial no gabinete presidido pelo sr. José Luciano de Castro, recomposição promovida pela saida do sr. conselheiro Pereira de Miranda. A sua nomeação tem a data de 26 d'abril de 1905, sendo exonerado, a seu pedido, por decreto de 27 de dezembro do mesmo anno. Em

D. João d'Alarcão

1898 foi nomeado par do reino, tomando posse na respectiva camara a 17 de março Quando ha annos se deu a greve dos estudantes de Coimbra, de que resultaram alguns conflictos, greve que se generalisou em todo o paiz, foi o sr. conselheiro D. João d'Alarcão nomeado reitor da Universidade, e pela sua prudencia e bom criterio conseguiu apaziguar os animos exaltados, e harmonisar as cousas de fórma que a greve terminou em condições as mais respeitaveis tanto para a Universidade como para a academia. O sr. conselheiro D. João d'Alarcão é um apreciavel jornalista, tendo bellas qualidades de argumentador, sempre correcto e erudito. Escreveu em diversos jornaes, com especialidade no *Correio da Noite*, que dirigiu durante muito tempo.

Sarnada. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de S. João d'Areias, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. || S. Christovão, de Macinhata do Vouga, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || Santo Isidoro, de Santos Evos, conc. e distr. de Vizeu.

Sarnadas. Pov. e freg. de S. Simão, da prov. da Beira Baixa, conc. de Oleiros, com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 120 fog. e 496 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada na encosta d'uma serra, na estrada de Oleiros a Castello Branco, a 2 k. da margem direita da ribeira de Magucija, a 10 da margem esquerda do rio Zezere, e a 15 da séde do conc. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco || Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, do Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Barnabé e Santa Suzana, de S. Barnabé, conc. de Almodovar, distr. de Beja. || N. S.ª d'Assumpção, de Cardigos, conc. de Mação, distr. de Santarem. || S. Domingos, de Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Sarnadas d'Alem e Sarnadas d'Aquem. Duas povoações na freg. de S. Thiago, de Alvaro, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Sarnadas de Rodam. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Beira Baixa, conc. de Villa Velha de Rodam, com. e distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 340 fog e 1:158 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e est. do caminho de ferro, na linha da Beira Baixa, entre as de Villa Velha de Rodam e Castello Branco; minas de ferro e outros metaes. Está situada n'uma pequena elevação, na estrada de Castello Branco a Villa Velha de Rodam, a 14 k. da séde do conc A terra é fertil e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco

Sarnadella. Pov. na freg. de Salvador, do Pombeiro, conc. d'Arganil, distr. de Coimbra.

Sarnadello. Povoações nas freguezias: Santa Maria e conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || S. Vicente, de Vaccariça, conc. de Mealhada, do mesmo distr. Tem correio com serviço de posta rural.

Sarnadinha. Povoações nas freguezias: S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição e conc. de Villa Velha de Rodam, distr. de Castello Branco. || S. Pedro, de Villarinho, conc. da Louzã, distr. de Coimbra. || S Sebastião, de Gomes Ayres, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Sarnado. Povoações nas freguezias: Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Thiago, de Burgães, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || S Thiago, de Monquim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Sarolla. Pov. na freg. de Santa Maria, de Verim, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Sarradas. Pov. na freg. de N. S.ª de Belem, de Rio de Moiro, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Sarralva. Pov. na freg. de Santa Maria, de Valle, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Sarrão. Pov. na freg. de S. Mamede, de Villa Maior, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Sarrape. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Ville, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello.

Sarraquinhos. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga, 225 fog. e 993 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada na estrada de Montalegre a Chaves, a 15 k. da séde do conc. O terreno é muito arenoso e desabrigado do norte, mas apezar d'isso produz muito centeio, batatas, linho, e algum trigo e milho. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Sarrasqueira Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco. || N. S.ª da Conceição e conc. de Villa Velha de Rodam, do mesmo districto.

Sarrazella. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Villa da Egreja, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Sarrazina. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Ega, conc. do Condeixa a Nova, distr. de Coimbra.

Sarrazinhos. Pov. na freg. de S. Clemonte, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Sarrazola. Pov. na freg. de S Julião, de Cacia, conc. e distr. de Avoiro. || Ribeira do distr. de Portalegre. N. nas proximidades do Alter do Chão, corre para SO, passa perto de Benavilla onde tem ponte, e entra na ribeira de Seda com 35 k. de curso.

Sarreira. Pov. na freg. do N. S.ª da Purificação, do Sapataria, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa.

Sarrião. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Paião, conc. de Figueira da Foz, distr. do Coimbra

Sarsfield *(Alexandre José)*. Coronel do estado maior de infantaria. N. a 17 de setembro de 1856; assentou praça em 12 de setembro de 1874, sendo promovido a alferes em 27 de dezembro de 1876, a tenente em 11 de junho de 1888, a capitão em 21 do novembro do 1889, a major em 14 de setembro de 1900, a tenente-coronel em 28 de novembro de 1906, e mais tarde promovido a coronel. Foi promotor no 1.º conselho do guerra da 1.ª divisão militar; official das ordens da Torre e Espada, S. Thiago e de Aviz por serviços distinctos, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; possue as medalhas do prata e de comportamento exemplar, de serviços no ultramar, e para commemorar a expedição de Moçambique em 1891 e 1895. E' gran-cruz da ordem de Izabel a Catholica, do Hespanha, o official da Legião de Honra de França. Possue tambem a cruz de 2.ª classe da ordem hespanhola de Merito Militar. O sr. coronel Sarsfield tem ultimamente presidido aos tribunaes militares de Santa Clara. Em 1903 publicou um livro com o titulo do *Leitura para meus filhos*.

Sarvona. Povoação da regedoria de Carapur, conc. de Sanquelim, districto de Gôa, na India.

Sarzadella. Pov. na freg de N. S.ª da Conceição e conc. do Ancião, distr. de Leiria.

Sarzeda Pov, o freg. de Santa Luzia, da prov. da Beira Alta, conc. de Sernancelhe, com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 129 fog. e 444 hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. Está situada na ostrada de Sernancelhe a Penedono, a 3 k. de séde do conc. A terra é fertil em cereaes, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Rebordões, conc. e distr. de Bragança.

Sarzedas *(Antonio Luiz de Tavora, 4.º conde de)*. Tenente general, governador da capitania de S. Paulo e Minas, etc. Era filho do 1.º conde de Alvôr, Francisco de Tavora e de sua mulher D. Ignez Catharina de Tavora; irmão do 2.º conde de Alvôr, Bernardo Filippe Nery de Tavora. Foi 4.º conde de Sarzedas pelo seu casamento com D. Thereza Marcelina da Silveira, filha e herdeira do 3.º conde d'esse titulo, D. Rodrigo Lobo da Silveira. Antonio Luiz do Tavora distinguiu-se muito na guerra da successão de Hespanha, sendo ferido no combate da Godinha, e foi nomeado coronel d'um dos regimentos que o rei de Inglaterra levantou á sua custa em Portugal. Despachado tenente general, foi em 1732 nomeado governador da capitania brazileira de S. Paulo o Minas, capitania immensa, que não só abrangia as duas provincias indicadas, mas ainda as de Matto Grosso e Goiaz. Em 1736 foi, por ordem que recebeu da côrte, fundar na provincia do Goiaz uma villa nova, mas nas margens do rio Tocantino, foi assaltado pela morte, e fal. a 29 de agosto de 1737, sem ter podido cumprir a sua missão. O titulo foi lhe concedido por mercê de D. João V em junho de 1730.

Sarzedas *(D. Bernardo José Maria Lorena e Silveira, 5.º conde de)*. Moço fidalgo com exercicio nomeado em 3 de fevereiro do 1766; gran cruz da ordem do S. Thiago e commendador da de Christo; capitão general de Minas Geraes o vice rei da India. N. no Campo Grande a 20 d'abril de 1756, fal. no Rio de Janeiro em 1818. Era filho do Nuno Gaspar de Lorena, moço fidalgo, veador da rainha D. Maria I, tenente general, governador das armas do Alemtejo, etc., e de sua 2.ª mulher, D. Maria Ignacia da Silveira. Em 1786 recebeu a carta de conselheiro, e a 19 de agosto d'esse mesmo anno foi nomeado governador da capitania de S. Paulo no Brazil, cargo de que só tomou posse a 5 de junho de 1788. O seu governo durou 9 annos, até 28 de junho de 1797, dia em que o entregou a Antonio Manuel de Mello Castro e Mendonça, indo render o conde de Barbacena no governo da provincia de Minas. Ali fundou a cidade de Campanha, e, concluida em 18[illegible]5, esta commissão, foi agraciado com o titulo de conde de Sarzedas, nomeado successivamente conselheiro de capa e espada do conselho ultramarino, deputado da junta o administração do tabaco, e finalmente a 17 de setembro de 1806 vice-rei da India. Entrou a barra de Gôa a 27 de maio de 1807, sendo recebido com muito enthusiasmo por vir investido na dignidade do vice rei, que em 1774 fôra supprimida pelo marquez de Pombal. Achavam se ainda em Gôa uns trinta mil o tantos soldados inglezes que tinham vindo occupar a cidade, sob pretexto do a proteger contra as possiveis empresas dos francezes. Comtudo, durante o governo de Veiga Cabral, antecessor do conde de Sarzedas, eram os inglezes que governavam. Não succedeu, porém, assim com o conde, que soube mostrar dignidade e força de caracter. Só a 1 de novembro de 1810 começaram os inglezes a retirar se, e a 2 d'abril de 1813 saiu do Gôa o ultimo regimento britanico. O conde de Sarzedas governou a India durante 9 annos, e entregando o governo ao seu successor a 29 de novembro de 1816, retirou se para o Rio de Janeiro, onde estava a côrte, até que falleceu.

Sarzedas *(D. Bernardo Heitor da Silveira e Lorena, 6.º conde de)*. Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, commendador da ordem de Christo e cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição do Villa Viçosa, official mór honorario da Casa Real, conselheiro, etc. N. a 7 d'abril de 1810, fal. em Gôa a 12 de dezembro de 1871. Era filho de D. Francisco d'Assis de Lorena e Silveira, governador e capitão general do Matto Grosso, o de sua mulher D. Maria Rita d'Almei-

da de Sousa e Faro. Era neto do 5.º conde de Sarzedas, de quem herdou o titulo. Casou com D. Luiza Pereira Garcez, que falleceu em Panguim a 22 de abril de 1881. O titulo de conde foi-lhe renovado por decreto de 21 de outubro de 1862.

Sarzedas *(D. Francisco de Assis da Silveira e Lorena, 7.º conde de)*. Fidalgo da Casa Real, official do exercito da India, commendador de varias ordens nacionaes e estrangeiras. N. a 4 de abril de 1835, fal. em Gôa a 4 de novembro de 1886. Era filho do 6.º conde do mesmo titulo, o qual lhe foi renovado por decreto de 13 de março de 1879. Era casado com D. Maria da Graça Correia da Silva e Gama Rolim de Moura Barreto, filha do marechal Manuel Correia da Silva e Gama, um dos bravos do Mindello.

Sarzedas (*D. José Maria da Silveira e Lorena, 8.º conde de)*. Official de armada. Foi agraciado com o titulo de conde de Sarzedas, em janeiro de 1907, por ter succedido a seu tio, o 7.º conde, que falleceu sem descendencia. Seu pae chamava se D. Bernardo Heitor da Silveira e Lorena, moço fidalgo com exercicio, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e thesoureiro geral da Junta da Fazenda de Gôa.

Sarzedas (*Luiz Lobo da Silveira*, 2.º *conde de)*. Governador do Algarve, védor da fazenda e conselheiro de Estado. Era filho do 1.º conde, D. Rodrigo Lobo da Silveira, de quem herdou a casa e o titulo. Casou com D. Marianna de Lencastro, filha e herdeira de João Gomes da Silva, regedor das justiças.

Sarzedas (*D. Rodrigo Lobo da Silveira, 1.º conde de)*. Conselheiro de Estado, governador de Tanger, vice rei da India, etc. N. nos fins do seculo XVI, fal. a 3 de janeiro de 1656. Era filho de D. Luiz Lobo da Silveira, senhor de Sarzedas, descendente de Geraldo Geraldes, o *Sem Pavor*, e de sua mulher D. Joanna de Lima. Em 1625 fez parte da expedição que foi arrancar a Bahia das mãos dos hollandezes. Filippe IV, de Hespanha e III de Portugal, o agraciou com o titulo de conde de Sarzedas por decreto de 21 de outubro de 1630. Annos mais tarde ainda o agraciou com o titulo de marquez de Sobreira Formosa, mas a mercê não teve effeito, por ser concedida já depois de 1640. O conde de Sarzedas foi governador e capitão general de Tanger, presidente do senado de Lisboa, e fez parte do conselho de guerra que D. João IV instituiu. Em 1644 foi nomeado capitão do Ceilão, em 1646 capitão-mór de viagem, e em 1655, a 3 de março, vice-rei da India. Estava então governando esse Estado D. Braz de Castro, que dois annos antes se apossara violentamente do poder, expulsando o conde d'Obidos. O conde de Sarzedas, encarregado de prender o intruso e os seus cumplices, cumpriu rigorosamente as ordens que levava, porque tendo chegado a 21 de agosto de 1655, logo no dia 23 mandou prender na fortaleza da Aguada a D. Braz de Castro e a 6 dos seus cumplices, conservando-os incommunicaveis, e depois de lhes sequestrar os bens, remetteu os presos para o reino. O conde de Sarzedas pouco tempo governou a India; tratava de salvar as possessões mais ameaçadas pelos hollandezes, quando falleceu, havendo suspeitas de que fôra envenenado. Era casado com a filha segunda do 4.º conde de Linhares, D. Miguel de Noronha.

Sarzedas (*D. Rodrigo Lobo da Silveira, 3.º conde de)*. Deputado da Junta dos Tres Estados, tenente-general e capitão das guardas de D. Pedro II, que muito se distinguiu na guerra da succesão de Hespanha. Era filho do 2.º conde de Sarzedas, D. Luiz Lobo da Silveira, e de sua mulher, D. Marianna de Lencastre. Herdou a casa de seus paes e o titulo de conde de Sarzedas. Fal. em 1730. Casou duas vezes: a primeira com D. Ignacia de Noronha, filha dos condes dos Arcos; a segunda com D. Bernarda de Tavora, filha dos marquezes de Tavora. Do 1.º matrimonio houve duas filhas e do 2.º não houve successão. A primeira filha casou com D. Affonso de Noronha, e falleceu sem filhos, pouco depois de casada. A segunda, D. Thereza Marcellina da Silveira, ficou sendo herdeira da casa e do titulo, e casou com Antonio Luiz de Tavora, que por este casamento ficou sendo o 4.º conde de Sarzedas.

Sarzedas. Villa e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc., com e distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 1:184 fog. e 5:183 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada em terreno fragoso, na estrada de Abrantes a Castello Branco, a 20 k da séde do conc. A fundação é muito antiga, e diz-se que foi o seu fundador D. Gil Sanchos, filho bastardo de D. Sancho I, no anno de 1212, em que lhe deu foral, no mez de janeiro, com os privilegios do da Covilhã. El rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 1 de agosto de 1512. D. Diniz lhe mandou construir um forte castello, em 1300, aproximadamente, já ha muitos annos em ruinas. A villa pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Sarzedas de S. Pedro. Pov. na freg de S. Domingos, da Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Sarzedas de Vasco. Pov. na freg. de S. Domingos, da Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Sarzedinha. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença-a Nova, distr. de Castello Branco.

Sarzedinho. Pov. e freg. do Salvador, da prov. da Beira Alta, conc. e com. do S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 74 fog. e 176 hab. Tem medico, productores do azeite, e de vinho. Está situada a 2 k. da margem esquerda do rio Douro e a 12 da séde do conc., n'um valle, perto dos rios Douro e Torto. A pov. é muito antiga, pois já existia no tempo dos gôdos, mas o documento mais antigo que se encontra é uma carta do aforamento do mosteiro de S. Pedro das Aguias em 1227, pelo qual pagavam os habitantes de Sarzedinho ao dito mosteiro 6 *quarteiros* do pão terçado (trigo, centeio e cevada). O clima é mau. A pov. é abundante de peixe dos citados rios, e produz bom vinho e azeite, e é abundante de caça miuda e de porcos montezos. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Sarzedo (*Antonio Ribeiro de Carvalho Abreu Pessoa de Amorim Pacheco, visconde de)*. Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, cavalleiro da Torre e Espada, administrador dos vinculos de Sarzedo e Algaça, bacharel formado em Di-

reito pela Universidade de Coimbra, e proprietario. N. a 6 d'abril de 1807; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de José Antonio Ribeiro de Carvalho, antigo magistrado e capitão de ordenanças d'Arganil, e de sua mulher D. Anna de Abreu Pessoa de Amorim Pacheco. Casou com D. Maria Maxima Homem Freire de Andrade, filha de José Thomaz Cardoso Homem Freire de Andrade, e de D. Maria Emilia do Figueiredo. Foi agraciado com o titulo de visconde de Sarzedo por decreto de 14 e carta de 16 de abril de 1858. O seu brazão d'armas é um escudo esquartelado, tendo no 1.º quartel as armas dos Carvalhos: Em campo azul uma estrella de ouro, entre uma quaderna de crescentes de prata; no 2.º as dos Abreus: Em campo vermelho 5 cotos de aguia de ouro em aspa, cortados em sangue, e os cotos virados para a direita do escudo; no 3.º quartel as dos Pessoas: Em campo azul 6 crescentes de ouro em duas palas, orla azul, carregada de 8 estrellas de prata, de 6 pontas; no 4.º as dos Amorins: Em campo vermelho, 5 cabeças de moiros da sua côr, em aspa, cortadas em sangue, com trunfas de prata e azul, e com as barbas de ouro.

Sarzedo. Pov. da freg. de S. João Baptista da prov. do Douro, conc. e com. d'Arganil, distr. e bisp. de Coimbra; 228 fog. e 876 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Está situada na margem esquerda do rio Alva, a 2 k. da séde do conc. A terra é fertil nos generos agricolas do paiz, e cria bastante gado de toda a qualidade. Pertence á 5.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. || Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Covilhã, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda, 169 fog. e 656 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Está situada no declive d'uma serra, ramificação da serra da Estrella, a 2 k. da margem direita do rio Zezero, e a 14 da séde do conc. Foi villa. A terra é pouco fertil; cria, porém, muito bom gado, principalmente miudo, e é abundante de caça, grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 146 fog. e 519 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Está situada na estrada de Lamego a Moimenta da Beira, a 7 k. da séde do conc. E' de fundação moderna, como parochia, pois, segundo consta, existem documentos no archivo da Casa de Sarzedo, que teem a data de 1524, pelos quaes se mostra ser então Sarzedo uma quinta, pertencente a esta nobre e antiga casa. A egreja matriz é muito elegante, apezar da sua architectura singela. A terra é muito fertil, principalmente em milho, fructa, castanha e amoreiras. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Sarzorá. Pov. na freg. de Chinchinim, conc. de Salsete, distr. e arceb. de Gôa, India.

Sassa. Pov. da 4.ª div do conc. da Barra do Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. na freg. de S. José de Encoge, no sobado de Mandaude, conc. do Encoge, distr. de Loanda, e prov. de Angola. || Duas povoações na freg. de S. José de Encoge, no conc. de Encoge, no mesmo distr. e prov. || Pov. da 2.ª div. do conc. do Alto Daude, no mesmo distr. e prov. || Pov. da freg. do S. Joaquim, no sobado de Cariata, 6.ª div. do conc. de Golungo Alto, do mesmo distr. e prov. || Pov. do sobado de N'Golla Quissueia, na 2.ª div. do conc. de Ambaca, do mesmo distr. e provincia.

Sassa de Manguambo. Pov. na freg. de S. José de Encoge, no conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Sassa Quibnmba. Pov. do territorio de Mossulo, ao S do conc. de Ambriz, na margem esquerda do Honso, Africa Occidental.

Sassa Quimbongo. Pov. da freg. de S. José de Encoge, conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Sassalemba. Pov. do conc. da Barra do Bengo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Sassetti *(João Baptista)*. Musico e fundador da casa editora de musicas, que existe ainda em Lisboa. N. em Cintra em 1817, e fal. em Lisboa a 3 de outubro de 1899. Estudou musica no Seminario Patriarchal e tornou se um excellente pianista, tendo tido por mestre Fr. José Marques. Activo e emprehendedor, entendeu-se com um capitalista que lhe forneceu os meios de estabelecer uma casa para venda de pianos e musicas, casa que se inaugurou na rua do Carmo, onde ainda existe, em principios de 1848 A casa prosperou, e Sassetti foi progressivamente alargando o seu commercio, tornando-se tambem editor. Estabeleceu uma officina de gravura de musica, pelo processo da calcographia, e fez publicar grande quantidade de obras em todos os generos, especialmente para piano e canto. Sassetti falleceu, deixando aos seus herdeiros uma boa fortuna e um nome muito considerado pela sua importancia e probidade commercial.

Sassueiros. Pov. na freg. de S. Domingos de Rana, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa.

Sata. Rio do distr. de Mossamedes, prov. de Angola, Africa Occidental. N. na serra de Munda, corre para o NS, e leva as suas aguas a Caculovar.

Satary. Antiga prov. da 2.ª div. das Novas Conquistas, e desde 30 de outubro de 1897, commando mil. incluido no distr. e arceb. de Gôa, India. Tem a séde em Valpoy, e está dividido em 6 circumscripções: Valpoy, Onda, Cotorém, Caranzol, Coddal e Quelaudém. Pequeno senhorio dos ranes de Querim e Gugulém, feudatario do Bunsoló, a antiga prov. de Satary deriva o seu nome de *Sotor-gão*, que em marata quer dizer *70 aldeias*. Separada ao norte pelos Gattes de Quelaulem, Chorlem, Porvor e Satrem, ao oriente pelos de Quelgate, Bergui Caranzol, limita-se pelo sul com o conc. de Sanguem, e pelo occidente com o de Sanquelim. Montanhosa na essencia, os seus locaes mais baixos estão acima do nivel do mar 687 pés, e, observados dos pontos mais culminantes, apresentam o aspecto de enormes planicies ellipticas, cortadas de abundantes rios, que fazem parte dos terrenos primitivos que quasi parallelamente se estendem á costa do Hindustão, desde o cabo Comorim até á margem esquerda do rio Papty, nos dominios britanicos. As principaes montanhas de Satary são 4: *Sanzogôr*, situada entre o Acri-Concri e as aldeias de Codovol e Pendral do nosso Estado, e Mendil e Quelá do territorio britannico, eleva-se

a 3:827 pés acima do nivel do mar.—*Collanchimanly*, entre as nossas aldeias de Satrem e Dorodem, e Amegão da fronteira ingleza, eleva se apenas a 194 pés.—*Vaguerrim*, quo começa no Gattes de Chorlem, prolonga-se, com a altitude de 3:000 a 3:500 pés, até ás alturas de Querim e Zormem.—*Morlemchogór*, está situada entre as aldeias de Querim, Morlem, Salaly e Zorman, e attinge 3:400 pés acima do nivel do mar. Os rios são 5, as correntes 19, o mais de 40 os regatos que banham a superficie das terras, os quaes engrossam abundantemente na epoca das chuvas, que em Satary são mais copiosas que em outro qualquer local da nossa India, chegando mesmo a attingir 200 pollegadas portuguezas. O rio Maddey é o principal; nascendo em territorio inglez, atravessa as aldeias de Tonol e Mendil, banha Codovol, corre junto a Nanuz, segue por Conquirim e vae desaguar no Mandovy. O seu curso dentro do commando militar é pouco mais ou menos de 27 k. Tem affluentes de 1.ª e 2.ª categoria, sendo elles, em primeiro logar, o Torlinoy, o Vellusnoy e o Rogoró; em segundo, o Panchoro, e Arporó, o Carambely, o Buzuruco, o Barazaua, o Cotorem, o Lonaulim e o Vantrem. Do territorio portuguez brotam: o *Torlinoy*, que tem como affluentes o Satrem, o Ambechegar, o Derodem, o Codal e o Vanguinim; o *Vellasnoy*, com o concurso do Massordemchvalo, do Vangano valo, de Satrem, de Vellus e do Nandy; o *Rogoró* não tem affluentes. As alcantiladas montanhas dos Gattes apresentam enormes desfiladeiros, o são na sua maioria de natureza schistosa, com tufos calcareos, interpostos em suas laminas. Satary abunda em terrenos terciarios, encobertos e confundidos com os vulcanicos, e em terrenos plutonicos, nos quaes os outeiros são em geral occultos por densissima vegetação, que chega a formar cerradas florestas que por vezes, o com grande prejuizo, teem sido queimadas para a formação de *cumerins*, terrenos applicados á cultura de legumes e cereaes. A agricultura continua quasi no seu estado primitivo, devido a que os hindús, em geral, não supportam que se lhes alterem os principios estabelecidos e herdados dos seus antepassados E assim succede em quasi todos os ramos da sua industria. Os terrenos das Novas Conquistas são na sua maioria excellentes e fertilissimos, produzindo tudo quanto d'elles se queira tirar, e abundando em madeiras magnificas, que nascem espontaneamente, como a teca, sissó, nanou, quiuzol, jambó, ébano, assen, mareta branca e vermelha, afóra aquellas que se poderão colher das suas florestas virgens, onde o tigre, o urso, a hiena, o chacal, o veado, a côrça, o javali, a chitella e o bufalo bravo, vivem em harmonia com os mais asquerosos reptis, entre os quaes as mortiferas cobras alcatifa e de capello teem a primeira distincção. Não obstante as chuvas torrenciaes, que tanto validam e favorecem aquelles terrenos, as aguas não são sufficientemente aproveitadas para fazer face ao sol abrazador dos mezes de abril e maio. As trovoadas são frequentes e violentas, como em nenhuma outra parte da nossa possessão. Se os campos do Satary fôssem submettidos a irrigações, facil seria combater os prejuizos que o estio acarreta, o que as grandes chuvas do inverno, por si só, não conseguem impedir; talvez devido a essa circumstancia, e deveras importante, é que varias companhias inglezas, tentando por vezes, e em outros tempos, as plantações de café, cacau, algodão, gengibre e chinchona, com favoraveis auspicios, abandonaram as empresas, não sem grande dispendio de capitaes. Nos terrenos baixos e de regadio, semeia se arroz e legumes, e ali se encontram verdejantes hortas, frondosos palmares, extensos, copados e frescos arecaes. O commando militar de Satary comprehende uma superficie de 440 m. q. e tem 1:714 fog. e 12:500 hab., na sua grande maioria não catholicos. O territorio que fórma este commando foi tomado aos maratas em 1746, durante o governo do marquez de Alorna, e perdido depois, só entrando definitivamente em 1755 nos dominios portuguezes.

Sátrem. Aldeia da circumscripção mil. de Codal, na prov. de Satary, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Fica proximo da margem do rio de Selus.

Sattam. Denominação legal d'um conc. e com. da prov. da Beira Alta, distr. e bisp. de Vizeu, tendo a séde na Villa da Egreja. A freg. da séde do conc. é N. S.ª da Graça, antigo orago da referida Villa da Egreja. Sattam é uma pov. antiquissima, que já existia no tempo dos gôdos, mas o seu actual nome foi posto pelos moiros. O documento mais antigo que se encontra com respeito a Sattam, que existiu no cartorio do mosteiro de Alpendurada, é uma doação do conde D. Henrique e de sua mulher, a rainha D. Thereza, datada de 1111, a favor de Bernardo Franco, de 5 casaes em Villa Bôa de Sattam, livres de todo o direito real, e mesmo da jugada. N'este mesmo anno, em 9 de maio, deu lhe foral o referido conde e sua mulher, foral que foi, mais tarde, confirmado, em Santarem, por D. Affonso II a 31 de janeiro de 1218. D. Sancho II deu lhe outro foral, confirmando o antecedente, e augmentando-lhe os privilegios, na Guarda, a 10 do julho de 1240. El-rei D. Manuel deu-lho foral novo, em Lisboa, a 6 de maio de 1514. Em 1708 era a Villa da Egreja vigararia do padroado real e commenda da ordem de Christo, contava 276 fog. e o vigario apresentava o curato de S. Pedro de Mioma, freg. de 126 fog., que com a da Villa da Egreja constituia o antiquissimo conc. de Sattam, pertencente á com. de Vizeu e provedoria da Guarda. O conc. comprehendia apenas 402 fog. e tinha 2 juizes ordinarios, 3 vereadores, 1 procurador do conc., escrivão da camara, 1 juiz dos orphãos com seu escrivão, 2 do judicial e notas, 1 alcaide, 2 companhias de ordenanças e um capitão mór. Em 1736, segundo se lê na *Chorographia*, de D. Luiz Caetano de Lima, contava esta parochia 297 fogos 972 habitantes, e o conc. de Sattam 744 fog. e 1:506 hab., pertencendo á freg. do Mioma 180 fog. e 534 hab. Em 1768 contava a freg da Villa da Egreja 312 fog., era vigararia do padroado real e rendia para o vigario 100$000 reis. O conc. do Sattam foi elevado a com. em fevereiro de 1876. Compõe se de 12 freguezias, com 3:196 fog. e 12:781 hab., sendo 6:158 do sexo masc. e 6:623 do fem. As freguezias são: Espirito Santo, de Aguas Boas; Santa Luzia, de Forles; estas duas freguezias conteem 471 hab.: 220 do sexo masc. e 251 do fem; S. Pedro, de Decermillo, 760 hab: 373 do sexo masc. e 387 do fem.; Santo André, de Ferreira de Aves, 3:675 hab.: 1:752 do sexo masc. e 1:923 do fem.; S. Pedro, de Mioma, 472 hab.: 236 do sexo masc. e 236 do fem; S. Mi-

guel, de Rio de Moinhos, 1:458 hab.: 675 do sexo masc. e 783 do fem ; N. S.ª do Valle, de Romãs, 1:071 hab.: 515 do sexo masc. e 556 do fem ; S. Miguel, de Villa Boa, 1:506 hab.: 753 do sexo masc. e 753 do fem.; S. Jeronymo, de Silvã de Baixo, 371 hab.: 184 do sexo masculino e 187 do fem ; S. Silvestre, de Silvã de Cima, 665 hab.: 306 do sexo masc. e 359 do fem ; N. S.ª da Graça, de Villa da Egreja, 2:054 hab.: 1:007 do sexo masc. e 740 do fem ; N. S.ª da Graça, de Via Longa, 278 habitantes: 137 do sexo masculino, e 141 do feminino. A Villa da Egreja está situada na margem esquerda do rio Vouga e na direita do Sattam, distando do Vouga perto de 7 kilometros, para S, e 8 do Sattam, confluente do rio Dão, para NO. Passa n'esta freg. a estrada districtal de Vizeu a Lamego. A egreja matriz, pela sua architectura, indica ser obra do tempo dos romanos. O unico edificio brazonado existente na freg. é o dos novos paços do conc., mas o brazão não é o do conc., é o da familia a quem a propriedade foi comprada, aproximadamente em 1876, pouco depois da creação d'esta comarca. Ali funcciona o tribunal, e estão installadas quasi todas as repartições publicas do conc. e da com. A villa é uma pov. pequena. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; advogados, medicos, pharmacias, casas de pasto, fabrica de manteiga, etc. As producções dominantes são centeio, trigo, milho, batatas, vinho, hervagens, gado e caça. A pov. pertence á 2.ª div. mil., 3.ª brigada, grande circumscripção mil. C e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Ribeira no distr. de Vizeu. N. a SE da Villa da Egreja, corre para SO, passa nas proximidades de Povolide, tem uma parte da estrada de Vizeu a Mangualde, e entra no Dão com 15 k. de curso.

Satte. Pov. no conc. de Pungo Andongo, na margem esquerda do Quige, a 15 k. da sua confluencia com o Cuanza, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Saty. Pov. da 14.ª div. do conc. de Malange, no distr. da Lunda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Saudade. Roças da ilha de S. Thomé, e da do Principe, na Africa Occidental.

Saúde Sitio entre o forte da Arrabida e Setubal, séde d'um posto fiscal dependente da secção de Setubal. || Pov. da propriedade rústica do mesmo nome, na freg. de Santo André de Brancavará, do conc. de Diu, India.

Sauvinet *(Carlos Adolpho)*. Musico compositor. N. em Lisboa em 1836, onde tambem fal. a 25 de maio de 1905. Era filho de Luiz Sauvinet, apreciado violinista. Seu avô, Claudio Sauvinet, filho d'um rico negociante e armador de navios, natural de Bayona, que foi guilhotinado na epoca da revolução, veiu estabelecer se em Lisboa em 1820, aproximadamente, e aqui se tornou tambem negociante muito considerado. Apaixonado por musica e tocando bem clarinete, a sua casa em Valle de Pereiro era um dos pontos de reunião dos principaes amadores n'aquella epoca. Frequentavam-n'a tambem alguns officiaes do exercito, e naturalmente, os intervallos das horas consagradas á musica eram entretidos com a politica, então em estado de effervescencia; este facto custou caro ao dono da casa, porque em 1831 foi preso e encerrado na Torre de S. Julião da Barra, d'onde resultou, em parte, a intervenção do governo francez e a entrada no Tejo da esquadra commandada pelo almirante Roussin. Claudio Sauvinet pouco tempo sobreviveu a estes acontecimentos. Seu filho Luiz tocava bem violino, e era egualmente grande amador de musica. Continuou as reuniões musicaes em sua casa, onde eram sempre recebidos todos os artistas que vinham a Lisboa. Casou com uma senhora muito illustrada e uma cantora muito distincta. Seus filhos Ernesto, Carlos Adolpho e Henrique fôram educados n'este meio artistico. Ernesto foi um notavel violoncellista (V. o *artigo seguinte)*, Carlos Adolpho, compositor muito apreciado, e Henrique um distincto violinista. Dedicando se á carreira commercial, Adolpho Sauvinet residiu no Rio de Janeiro desde 1868 até 1875, como guarda livros d'uma casa bancaria. Apaixonado amador de musica, realisou ali differentes concertos, nos quaes cantou de tenor o de baritono. Regressando a Lisboa, dedicou-se ao piano, e a sua inspiração o levou a compôr musicas, entre as quaes se conta a opora *Flavia*, que se cantou pela primeira vez em S. Carlos em beneficio das Créches, e pela segunda vez, por distinctos amadores no Salão da Trindade. Além d'estas composições ainda notaremos as suas Odes symphonicas *Murmurios do Mondego* e *Serra de Cintra*, quo fôram executadas pela banda da guarda municipal. Quando se commemorou o centenario Antonino, em 1895, escreveu uma *Missa*, que se cantou em S Vicente, e em que tomaram parte cerca de 250 executantes, entrando grande numero de córos, na maioria amadores distinctos. Escreveu tambem a operetta *O Principe Rubim*, que se cantou no theatro da Trindade com grande exito, e no de D. Affonso, do Porto, em Braga, Coimbra e Rio de Janeiro, representada no theatro Apollo pela companhia de José Ricardo Deixou ineditas duas operettas, *Os Galuchos* e *Mão de Ferro*, a primeira traduzida por Francisco Pinto e Raphael Ferreira, e a segunda por Eduardo Garrido. Adolpho Sauvinet era condecorado com a ordem de S. Thiago.

Sauvinet *(Eugenio)*. Filho mais velho de Luiz Sauvinet, nasceu em Lisboa a 24 de julho de 1833, onde tambem fal. a 25 de maio de 1883. Desde verdes annos mostrou grande enthusiasmo pela musica, e dedicou-se ao estudo do violoncello. Foi seu primeiro mestre João Luiz Cossoul, dando mais tarde tambem lições com Cesar Casella, que muito o estimava e lhe dedicou muitas das suas mais notaveis composições. N'uma viagem de instrucção que fez a Londres, Bruxellas e Paris, teve occasião de aproveitar lições dos mais célebres violoncellistas do seu tempo, e fez se ouvir em varios concertos de beneficencia. Em Bruxellas recebeu lições de Servais, e em Paris de Franchomme. Este principalmente estimava o muito, e ensinou-lhe todas as suas composições mais importantes, as quaes Eugenio Sauvinet ficou tocando d'uma fórma arrebatadora. Em 1874 esteve no Porto, e tomando parte n'um concerto de amadores, realisado no Palacio de Crystal e dirigido por Dubini, foi alvo de enthusiastica ovação. A primeira vez que se apresentou em publico era ainda creança, pois contava apenas 12 annos; foi n'um concerto de caridade, em que executou um tercceto com mademoiselle Sophia Cos-

soul e Vicente Mazzoni. O seu talento precoce e brilhante despertou vehementes applausos. Ernesto Sauvinet compoz alguns trechos para o seu instrumento, e uma valsa para piano intitulada *Juliette* que a casa Sassetti publicou.

Savariz. Pov. na freg. de S. Martinho, do Reriz, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Sazes. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Alhadas, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Graça, de Almagreira, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Sazes da Beira. Pov. e freg. de N. S.ª do Rosario, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Ceia, distr. e bisp. da Guarda; 159 fog e 572 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada a 800 m. d'altitude a 14 k. da séde do conc. O clima é excessivo e o terreno pouco fertil. Cria muito gado de toda a qualidade, principalmente caprino e lanigero. Nos seus montes ha muita caça, grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Sazes de Lorvão. Pov. e freg. de Santo André, da prov. do Douro, conc. e com. de Penacova, distr. e bisp. de Coimbra; 227 fog. e 888 hab. Tem esc. do sexo masc e correio com serviço de posta rural. Dista 9 k. da séde do conc. E' pov muito antiga, mesmo como freguezia. A terra é fertil e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra.

Sazes Velho. Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Sazes da Beira, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Schaumbourg Lippe *(Guilherme).* Conde soberano de Schaumbourg, marechal general do exercito portuguez. N. em Londres a 24 de janeiro de 1724. Depois de ter estudado em Leyde na Hollanda, e em Montpellier na França, entrou no serviço das guardas inglezas, sendo em breve despachado alferes, e tendo apenas 19 annos assistiu á batalha de Dettiragen, com seu pae, então general ao serviço da Hollanda. Alistando-se na marinha ingleza em 1744, deixou pouco depois essa carreira por falta de saude, e mais tarde entrou em nova campanha ás ordens do general austriaco conde de Schulembourg, largando em seguida a vida militar. Viajou durante dois annos, e tendo 24 annos de edade foi chamado ao governo dos seus estados. Em 1757 uniu se com a sua tropa ao exercito hanoveriano de cuja artilharia foi nomeado grão-mestre pelo rei de Inglaterra, e n'esta qualidade tomou parte em algumas batalhas. Em 1762 o marquez de Pombal, vendo imminente a guerra entre a nossa côrte, e as de Hespanha e França, ao mesmo tempo que pedia soccorro á Inglaterra, cuidou de contratar um general estrangeiro para commandante em chefe do nosso exercito, e por indicação do rei de Inglaterra foi escolhido para essa elevada commissão o conde Schaumbourg Lippe. A 3 de julho do referido anno se expediu o decreto nomeando-o marechal general dos exercitos, e encarregando o do governo das armas de todas as tropas de infantaria, cavallaria, dragões e artilharia, e director geral de todas ellas. Chegando a Lisboa, o conde de Lippe tratou logo de vêr quaes as tropas solidas com que podia dispôr, e reconheceu que apurando as bem não tinha para compôr o exercito de operações mais de 7 ou 8 mil inglezes e outros tantos portuguezes, porque o resto das tropas nacionaes era preciso para guarnecer as praças ou formado de recrutas mais prejudiciaes do que uteis nas marchas que deviam constituir as manobras principaes da defensiva. Tendo apenas essa diminuta força para se oppôr ao exercito franco hespanhol, que constava de 42:000 homens e 93 canhões, o marechal decidiu se a limitar as suas manobras a conservar-se na defensiva, procurando apenas inquietar a marcha dos invasores, e tendo as suas tropas concentradas lançal-as n'um momento imprevisto sobre algum ponto fraco do inimigo, imitando assim o systema de guerra do grande Frederico. Entretanto o marquez de Sarria atravessava o rio Coa, tomava Castello Rodrigo, e marchava sobre Almeida, e o conde de Lippe logo que teve conhecimento d'essas operações concentrou as suas tropas em Abrantes, esperando ensejo para uma empresa qualquer. Em breve se apresentou esse ensejo, e o marechal, notando que os hespanhoes, parecendo prepararem se para invadir o Alemtejo, depois da tomada d'Almeida, começaram para isso a dispôr armazens de viveres pela fronteira de Badajoz e mantinham ahi em observação uns 3 ou 4 mil homens, concebeu o audacioso projecto de lançar no Alemtejo um corpo de tropas que fôsse surprehender esses armazens e esses destacamentos inimigos e cortar ao mesmo tempo da sua base de operações o exercito que sitiava Almeida. Para levar a cabo este plano dividiu o marechal o seu exercito em 5 fracções ou corpos, estabelecendo-se o 1.º sob o commando do conde de London em Vizeu, tendo por missão especial defender as provincias do norte; o 2.º ás ordens do conde de Santiago foi enviado para Castello Branco e depois para a Guarda afim de cobrir a Beira Baixa e a Extremadura; o 3.º ficou em Abrantes para acudir onde fôsse preciso; o 4.º commandado pelo coronel Bougoyne devia marchar secretamente pelo Alemtejo, lançar o terror pela Extremadura hespanhola, tomar ou incendiar os depositos de viveres e cortar quanto pudesse as communicações de Badajoz com o exercito que sitiava Almeida, o 5.º finalmente, que constituia o grosso do exercito, devia, protegido pelas operações de Burgoyne, penetrar em Hespanha e cortar o exercito do marquez de Sarria da sua base de operações. Uma condição essencial para o exito d'este plano era que Almeida se não rendesse tão depressa, e para prevenir esse desastre ordenou o conde de Lippe ao governador que defendesse a praça até á ultima extremidade. Dispostas assim as cousas, no dia 24 de agosto pela manhã Burgoyne passou o Tejo em Abrantes, e dirigindo se secretamente a Castello de Vide, entrou em Hespanha, tomou de surpreza Valencia d'Alcantara, aprisionou ou dispersou 5 ou 6 companhias do regimento de Sevilha e 40 dragões que vinham servindo de escolta ao marechal de campo Balanza, que tambem ficou prisioneiro. No mesmo dia 24 pôz-se tambem a caminho, atravessando o Tejo o grosso do exercito, mas a pasmosa imprevidencia da administração dos viveres por tal fórma demorou a marcha, que ainda as nossas tropas estavam a duas jornadas de Hespanha, quando veiu de subito a noticia da capitulação de Almeida. D'este modo estavam perdidas todas as combinações do conde de Lippe, e o nosso exercito corria risco muito serio de ser cortado pelos hespanhoes, que avan-

çando rapidamente podiam separar as forças que estavam no Alemtejo das que occupavam a Beira Alta e a Beira Baixa. Felizmente o conde andava com prudencia, e valendo-se dos regimentos que conservara em Abrantes para proteger a juncção das tropas de Loudon com o grosso do exercito, deu ordem ao conde do Santiago para incommodar as communicações do inimigo emquanto pudesse, e para se internar nos desfiladeiros entre o Tejo o o Zezere logo que isso se tornasse necessario, reforçou as tropas de Burgoyne, deixando as em observação entre Portalegre e Villa Velha e ao mesmo tempo trouxe rapidamente para Abrantes os regimentos que estavam em Niza promptos a invadir a Hespanha. Apezar do tudo, se os generaes hespanhoes manobrassem com rapidez, podiam n'essa occasião ter alcançado grandes resultados; mas, felizmente para nós, as operações dos invasores fôram dirigidas com tal demora que o conde de Lippe pôde concentrar as suas tropas e tomar as disposições convenientes para se oppôr ao exercito franco hespanhol que de Castello Branco, onde se reunira, parecia querer passar o Tejo em Villa Velha. O marechal chamou então Burgoyne a Villa Velha e encarregou-o de defender a margem do Tejo, construindo baterias em todos os escarpados das montanhas que por ali orlam o rio e aproveitando emfim o proprio castello da Villa quo apezar de ser um mau recinto, tinha a vantagem de ser de muito difficil accesso. Collocados serios obstaculos que impediriam o inimigo de marchar para o Alemtejo, tratou o conde de Lippe de defender tambem os desfiladeiros das montanhas que entre o Zezere e o Tejo vão ter a Abrantes, mas ao mesmo tempo com certo desejo de que os inimigos desistindo de atravessarem o rio seguissem o caminho d'esses desfiladeiros, cuja defeza foi confiada ás tropas do conde de Santiago, chamadas á pressa da Beira Baixa. Depois de ter perdido muito tempo o conde de Aranda, que substituira o marquez de Sarria no commando do exercito hespanhol, marchou para Villa Velha e tomou o castello, o que obrigou o conde de Lippe a retrogradar em pouco das posições que occupava, indo então postrar se em frente de Abrantes. Os inimigos, porém, quasi nada aproveitaram com aquella vantagem, porque tendo na sua frente o marechal com as tropas em posição fortissima, eram fatigados por combinadas excursões, e tinham de viver e marchar n'esse paiz devastado e sem estradas, e onde todas as operações de guerra eram difficilimas. O conde de Santiago recebera ordem para fazer retirar da Beira tudo o que pudesse servir á subsistencia o marchas do invasor, e o conde de Lippo para augmentar os embaraços do inimigo, mandou contramarchar o conde de Loudon e reforçando-se com mais algumas tropas, deu lhe ordem de marchar para Penamacor afim de cortar as communicações aos invasores. Entretanto o conde do Lippe não cessava de fortificar a sua magnifica posição, de a guarnecer e fornecer com artilharia e de estabelecer communicações com a margem sul do Tojo, afim de se ligar com o corpo de Burgoyne. Ao mesmo tempo o outono auxiliava-o, as tempestades haviam começado, o exercito hespanhol exposto ás intemperies da estação com falta de viveres e de commodidades, atacado incessantemente pelos destacamentos portuguezes, começou a achar-se em posição muito critica. Ao saber que o conde de Loudon apparecia no Fundão, o condo de Aranda, vendo que não podia tomar Abrantes, recuou e foi novamente occupar Castello Branco côm a intenção de emendar o erro que commettera, e do passar ao Alemtejo em vez de proseguir á invasão pela Beira Baixa. O conde de Lippe pôz se logo em movimento para estorvar o plano do adversario, mas o mau tempo difficultou a operação, e o conde de Aranda voltou para Hespanha. A guerra, porém, estava a findar. A Hespanha fôra infeliz nas suas tentativas contra Portugal, infelicissima no mar e nas colonias, a França tambem supportara graves perdas maritimas, no continente Frederico II obtivera a neutralidade dos russos, e depois de muitas alternativas d'essa guerra dos Sete Annos, conseguira ganhar sobre os austriacos nova victoria decisiva. Em Fontainebleau reuniram-se os plenipotenciarios discutindo o tratado de paz, e em vista d'isto o conde de Aranda o o conde de Lippe concordaram entre si um armisticio que foi assignado no dia 1 de dezembro de 1762, e quo terminou no dia 11 com a chegada do proprio condo de Oeiras, que vinha trazer a noticia de que no dia 3 de outubro se assignára em Fontainebleau a paz entre a França, Inglaterra, Hespanha e Portugal. A 7 de março seguinte foi proclamada a paz definitiva, e no dia 20 do abril o conde de Lippe partiu para Lisboa. Esta campanha de 1762 teve uma grande importancia para Portugal, porque d'ella datou a reorganisação do nosso exercito, e porque o conde de Lippe desenvolveu n'essa guerra um grande tacto militar. Terminada a lucta, o marquez de Pombal occupou-se de reorganisar o exercito, e n'esse empenho o ajudou poderosamente o conde do Lippe. A disciplina e a instrucção das tropas mereceram a principal attenção do marechal, que publicou os conhecidos *Regulamentos de infantaria, cavallaria*, e os artigos de guerra que se conservaram em vigor por muitos annos, sendo depois substituidos por um novo codigo de justiça militar Da defeza do paiz e do melhoramento das fortificações, tambem se não esqueceu o conde de Lippo, o a elle se deve a construcção do forte junto a Elvas, chamado hoje *forte da Graça*, mas que por muito tempo conservou o nome de *Forte de Lippe*. O conde voltou então á sua patria, elevado por D. José á dignidade de principe de sangue com o tratamento de alteza, e recebendo n'essa occasião valiosos presentes, que consistiram em 6 canhões de ouro pesando cada um 32 libras montados em reparos de ébano chapeados de prata, e um botão e uma presilha de brilhantes.

Schiappa de Azevedo *(João Baptista)*. Engenheiro. N. em Lisboa a 24 de junho de 1828, onde tambem fal. a 11 d'agosto de 1882. Era filho de José Pedro Schiappa de Azevedo, descendente de um dos irmãos genovezes Pedro e João Baptista Schiappa Pietra que em 1765 vieram para Portugal, sob o impulso do marquez de Portugal, afim de estabelecerem uma fabrica de serralheria. Estudou as disciplinas de instrucção primaria e secundaria, revelando desde muito novo grande intelligencia, e quando em 1845 ou 1846 lhe falleceu seu tio João Francisco Rogis Schiappa de Azevedo, quo era empregado no thesouro publico, foi Schiappa Azevedo, em attenção aos serviços e merecimentos d'esse seu parente, admit-

tido como amanuense na mesma repartição. Em attenção ainda a seu tio foi-lhe permittido continuar o curso da Escola Polytechnica onde se havia matriculado em 1844 devendo, porém, nas horas que lhe sobrassem das aulas ou nos dias em que as não houvesse, ir fazer o serviço no thesouro. Apezar de todas as contrariedades e á custa de grandes esforços e de uma decidida tenacidade e perseverança concluiu o curso de engenharia e frequentou ainda a cadeira de montanistica e docimasia, que n'essa epoca se creou na Escola Polytechnica, sendo um dos primeiros em Portugal a adquirir essa habilitação. Concluidos esses estudos e sendo já 3.° official do thesouro, passou em 1855 para o ministerio das obras publicas, e havendo se relacionado nos ultimos annos de escola com Carlos Ribeiro e com Delgado, que se dedicavam aos estudos geologicos, foi por elles levado a entregar se ao ramo de minas e, pedindo para entrar n'essa especialidade, foi como adjunto a Carlos Ribeiro, ainda em 1855, visitar algumas minas no Alemtejo. Continuando ao serviço do ministerio foi nomeado inspector de minas, tendo por isso de montar o serviço do lançamento do imposto sobre o rendimento das minas, em 1858 ou 1860 foi incumbido de estudar na Hespanha a mineração do ferro, quando se estabeleceram as inspecções permanentes dos districtos mineiros foi nomeado chefe do districto do norte, fez parte da commissão do jury da exposição universal do Porto, e em 1866 nomeado para fazer parte da commissão encarregada do estudo da hydrologia do reino. Em 1880 foi escolhido para chefe da repartição das minas e desempenhando esse logar até 1881, passou então para a junta de obras publicas. Desde 1873 regia a cadeira de mineralogia e geologia do Instituto Industrial; publicou com os outros membros da commissão de hydrologia um relatorio sobre a geologia do Minho e Traz-os Montes; sendo relator d'uma commissão encarregada de propôr o methodo a adoptar na arqueação e medição dos navios, escreveu e imprimiu sobre esse assumpto um trabalho muito interessante, e foi elle quem iniciou os trabalhos d'uma carta minerographica de Portugal.

Schiappa Monteiro *(Alfredo Augusto)*. V. *Carvalho (Alfredo Augusto Schiappa Monteiro de)*.

Schomberg *(Frederico Armando, conde e depois duque de)*. Conde de Mertola e mestre de campo general em Portugal, marechal de França, generalissimo das tropas da Prussia, etc. N. na Allemanha em 1618, sendo filho de Hans Meynard (ou Armando), conde de Schomberg, marechal do Alto e Baixo Palatinado, etc. Estreou-se na carreira das armas, militando nas fileiras do exercito sueco, então ao serviço de Richelieu, o assistiu a diversas batalhas o a quasi todas as acções e recontros do periodo, chamado francez, da guerra dos Trinta Annos. Em 1636 passou ao serviço da França como capitão de uma companhia de cavallos ligeiros, tomou parte na campanha de Franche Comté, acompanhou o marechal de Qantzau á Allemanha, e foi chamado para junto de Henrique de Nassau, que o nomeou seu logar tenente. Voltando depois á França, em 1650, comprou o logar de capitão da companhia dos guardas escocezes, e d'ahi a dois annos foi feito marechal de campo. Entrou em diversos combates na guerra da Fronda; serviu ás ordens de Turenne com o posto de tenente-general, foi governador da praça de Saint-Julien, que defendeu em 1657; assistiu á batalha das Dunas e ao cêrco de Dunkerque, e em 1660 veiu para Portugal com uns 600 companheiros, a maior parte officiaes de cavallaria, artilharia e engenharia, para tomar parte na guerra da Restauração. Como é sabido, o cardeal Mazarin, ajustando a paz dos Pyreneus, abandonou vergonhosamente a causa da nossa independencia, e por isso o conde de Soure, embaixador portuguez na côrte de França, recebeu ordem de voltar apressadamente á patria, afim de evitar a affronta de o mandarem sair. Segundo as instrucções que recebeu do go

Conde de Schomberg

verno, devia tratar apenas de aliciar particularmente o maior numero de bons officiaes e um general habil, embarcando para Lisboa logo que tivesse cumprido esta missão. Para o conseguir foi o nosso diplomata muito auxiliado pelo marechal de Turenne, que lhe indicou officiaes que tinham servido debaixo das suas ordens, entre outros o coronel Jeremias, Jovet, e o general conde de Schomberg, que mais facilmente podia tomar o serviço de Portugal, porque apezar de ter militado nos exercitos francezes era allemão de nascimento. Esta negociação foi conduzida secretamente em casa do duque d'Albrect, rapaz de 19 annos e sobrinho do Turenne, em cuja casa esteve escondido o conde de Soure. A 29 d'outubro de 1660 embarcou finalmente no Havre o nosso diplomata acompanhado do conde de Schomberg e dos officiaes que vinham servir nos exercitos portuguezes, e a 11 de novembro seguinte che-

gavam ao porto de Lisboa. Não foi isto muito bem visto pelos generaes portuguezes, e principalmente pelo marquez de Marialva, que se ufanava da sua victoria das Linhas d'Elvas. A 17 de dezembro foi o conde de Schomberg nomeado para o posto de mestre de campo general da provincia do Alemtejo, com o soldo de mil cruzados por mez, na fórma que tinha sido contratado em França pelo conde de Sourc, partiu pouco depois para essa provincia, cujo governo supremo havia sido dado ao conde de Athouguia. No anno immediato as operações militares n'essa fronteira fôram de pouca importancia, mas o conde de Schomberg deixou ali assignalada a sua presença pelos esforços que fez para o nosso exercito adoptar o habito de marchas de costado, que já se usava na Europa, mas era cá desconhecido, para acabar com os privilegios que certos terços gozavam de formarem na vanguerda ou em determinados postos e para introduzir na formatura e disciplina das nossas tropas melhoramentos e principios que lhe facilitassem a victoria. Essas novidades fôram mal acceitas, custaram muito a ser seguidas, e os chefes superiores levados de ciume eram os primeiros a fazerem opposição ás ideias do conde de Schomberg D'ahi resultaram ao official estrangeiro varios desgostos que elle supportou sem quebra de zelo, e continuou a servir sempre com ogual valor e actividade, ainda depois de vêr o marquez de Marialva substituir o conde de Athouguia, faltando assim o governo á promessa que fizera de lhe dar o mando superior do Alemtejo. Na campanha de 1662 tambem o conde de Schomberg teve occasião de se assignalar, porque fôram de pouca monta as operações realisadas pelo nosso exercito no Alemtejo, e alguns successos infelizes, que ali soffremos, pódem até certo ponto attribuir-se á turbação produzida no animo do marquez de Marialva pola ideia de que um general estrangeiro podia murchar-lhe os louros da sua victoria das Linhas d'Elvas. Durante todo esse anno, apezar da má vontade do chefe, proseguiu o conde de Schomberg no intento de melhorar a disciplina do exercito e na marcha d'Elvas para Extremoz, em que o marquez de Mariava despresou as indicações do conde, se não estivesse cego pelo ciume, poderia reconhecer a vantagem de seguir á risca o que propunha para as marchas do homem que militára largos annos nas fileiras dos exercitos bem organisados e adestrados. Em 1663 foi o conde de Villa Flôr, D. Sancho Manuel, encarregado do governo das armas do Alemtejo, e com esse parece terem subido de ponto as desintelligencias com Schomberg, porque, segundo consta, mais d'uma vez esteve este ultimo para se retirar para França, sendo preciso todo o zelo do general D. Luiz de Menezes para que os dois generaes se reconciliassem, e quando o exercito saiu de Extremoz para Evora, o plano de campanha foi estabelecido com perfeito accôrdo dos dois. Ao chegarem a Evora Monte e serem informados da queda de Evora, tiveram os nossos de modificar o projecto traçado, e o exercito portuguez marchou rapidamente contra D. João de Austria para vêr se conseguia surprehendel-o. Quando as nossas tropas chegaram quasi perto dos castelhanos, ainda uma pequena pendencia se levantou entre Villa Flôr e Schomberg, porque estando já proxima a noite, queria este ultimo que o exercito passasse a noite em ordem de batalha e aquelle que a passasse á vontade cobrindo-se com os carros. Schomberg, que conhecia por experiencia os inconvenientes de ter que formar as tropas na presença do inimigo, insistiu e como todos os officiaes o apoiassem, Villa Flôr cedeu, e desde então foi o mestre de campo general sempre o encarregado de escolher as posições que o exercito devia occupar desempenhando se admiravelmente d'essa incumbencia. Não tardou a dar-se a batalha do Ameixial, em que as nossas tropas ficaram vencedoras. (V. *Ameixial*). Ainda durante a campanha, o mestre de campo general conde de Schomberg, no cêrco de Evora, teve ensejo de revelar os seus conhecimentos militares nos entrincheiramentos militares que levantou para cobrir o exercito sitiador, e depois quando o marquez de Marialva e o conde de Villa Flôr regressaram a Lisboa, ficou á testa do governo militar do Alemtejo até ser no anno seguinte nomeado para esse importante posto o marquez de Marialva. Todos os generaes portuguezes se mostravam ciosos do conde, mas principalmente o marquez de Marialva. Além d'isso, Schomberg irritou se deveras por lhe não darem o commando, dizendo que no contrato que fizera, vindo para Portugal, se lhe assegurara que servia unicamente debaixo das ordens do conde de Athouguia para se não demittir o general que estava commandando quando elle veiu, e que tendo cedido já duas vezes do seu direito para não suscitar embaraços ao governo, considerava offensiva a persistencia em não lho darem o commando. Ninguem se atrevia a dizer-lhe a verdade, que era não haver general portuguez que se prestasse a servir debaixo das suas ordens. Acceitavam-n'o como mestre de campo general, exercendo muitas vezes ua sombra o verdadeiro commando, mas queriam que pertencesse a um compatriota o titulo de general em chefe. Em 1664 o marquez de Marialva foi o mais exigente, o que ainda mais desesperou Schomberg, não o acceitando nem para mestre de campo general, sendo preciso que se creasse para elle um novo posto, *commandante das tropas estrangeiras ao serviço da corôa portugueza*. Ainda assim as discordias continuaram, mas felizmente aplanaram-se no principio do anno immediato, e em junho de 1665 o marquez de Marialva e o conde de Schomberg podiam repartir equitativamente a gloria da batalha de Montes Claros, porque se o primeiro sustentou inabalavel á frente da 2.ª linha o impeto do inimigo, e se reconhecendo com segurança e rapidez o enfraquecimento da esquerda correu a supportal a, ao conde de Schomberg se deve a boa formatura com que as nossas tropas marchavam e a presteza com que fazendo passar a cavallaria quasi toda da esquerda á direita, pôde offerecer uma importante massa ás cargas dos esquadrões castelhanos (V. *Montes Claros)*. Em 1666 obteve afinal o conde de Schomberg o governo das armas do Alemtejo. A Guerra da Restauração ainda se alongou até 1668, mas sem grande calor nem feitos dignos de menção, e concluida a paz voltou o conde de Schomberg para França, onde recebeu em 1674 o commando do exercito da Catalunha, sendo elevado a marechal de França no anno seguinte.

Schroeter (*Ernesto Driesel)*. Nasceu em Portugal, sendo filho de pae austriaco. Viveu alguns

annos na Austria, conservando sempre a sua nacionalidade portugueza. Mais tarde voltou para Portugal, tornando se então muito conhecido no mundo commercial e financeiro, onde fez a sua carreira. Foi durante muitos annos director do Banco Commercial de Lisboa, e em 1887 eleito director do Banco de Portugal, sendo nomeado pelo governo em 1891 vice governador do mesmo banco, cargo em que foi reconduzido em 1896. Foi tambem nos ultimos annos da *régie* dos tabacos seu administrador, substituindo em seus impedimentos o presidente, que era Oliveira Martins. Em fevereiro de 1906 foi eleito presidente da Associação Commercial de Lisboa. Foi tambem vogal do conselho superior do commercio, do conselho de tarifas, e das pautas ultramarinas O sr. conselheiro Schroeter foi representar a Associação Commercial em Londres na inauguração da Camara de Commercio Anglo Portugueza, no principio do anno de 1906. N'este mesmo anno fez parte do 1.º ministerio que se organisou no partido regenerador liberal, presidido pelo sr. conselheiro João Franco, a 19 do mez de maio Encarregou-se da pasta da fazenda. A sua nomeação levantou grande polemica na imprensa da opposição e no parlamento, em que se discutiu a nacionalidade do novo ministro, querendo uns que elle fôsse portuguez e outros que fôsse estrangeiro. Comtudo, o sr. conselheiro Schroeter ainda se conservou no poder perto d'um anno, sendo exonerado a seu pedido, por decreto de 2 de maio de 1907.

Schwalbach *(João Pedro)*. General de brigada, commandante em chefe das guardas municipaes de Lisboa, commendador das ordens d'Aviz, da Torre e Espada, etc. N. em Lamego a 12 de novembro de 1817, fal. em Lisboa a 9 de maio de 1878 Era filho de João Schwalbach, visconde de Setubal (*V. este titulo)*, e de sua mulher D. Antonia de Moraes e Castro. Em 1830 emigrou com seu pae para o Brazil, e passando depois á Terceira, em 1831, sentou praça em caçadores n.º 3. Desembarcou com D. Pedro IV nas praias do Mindello, e tamanho era o seu valor que aos 15 annos já possuia a Torre e Espada, ganha no combate de Ponte de Ferreira. Ferido em 1832 no Monte das Antas, a cicatriz que lhe ficou claramente affirmava o seu alto merito e o seu reconhecido patriotismo. Acompanhou a expedição do duque da Terceira ao Algarve, e depois de entrar em todas as batalhas d'essa campanha e na defeza das linhas de Lisboa, foi servir como ajudante d'ordens do seu illustre pae. Commandou os batalhões de caçadores n.os 7 e 9, este aquartelado no Porto, e aquelle em Valença; em 1875 foi promovido a general de brigada, e nomeado commandante das guardas municipaes. Militar disciplinador e integro, foi uma das mais bellas figuras do nosso exercito. Casou a 5 de março de 1870 com D. Christina Augusta Pereira d'Eça e Albuquerque.

Schwalbach Lucci (*Eduardo Frederico)*. Jornalista, escriptor dramatico, director do Conservatorio de Lisboa, socio correspondente da Academia das Sciencias, commendador da ordem de S Thiago, 1.º official redactor da extincta camara dos pares, etc. N. em Lisboa a 18 de maio de 1860 Destinado á carreira militar, abandonou a quando cursava a Escola do Exercito. Conseguiu depois um logar de conservador na Bibliotheca Nacional. Tendo fallecido em dezembro de 1893 o director do Conservatorio Luiz Augusto Palmeirim, foi elle nomeado para exercer esse cargo, cargo em que se conservou até ser proclamada a Republica em outubro de 1910. Dedicando-se ao jornalismo collaborou nos jornaes: *A Plateia*, *Revista Theatral*, *Brazil Portugal*, *Occidente*, *Seculo*, etc. Foi redactor e director do jornal politico *A Tarde*, e da *Revista do Conservatorio*. Escreveu na *Revista Litteraria, Scientifica e Artistica*, que o *Seculo* em tempo publicava ás segundas feiras. Foi correspondente do *Jornal de Noticias do Porto*, e collaborador do *Noticias de Lisboa* e do *Correio da Manhã*. Em politica filiou se no partido regenerador, sendo deputado n'algumas legislaturas, eleito pelo circulo da Horta. Na litteratura dramatica tem sido fecundissimo o seu trabalho. A sua primeira comedia, *As Surprezas*, escreveu-a n'uma noite, e repre-

Eduardo Frederico Schwalbach Lucci

sentou-se no Gymnasio, no beneficio do actor Taborda. Animado pelo exito que obteve, escreveu *O Intimo*, comedia em 3 actos, que se representou pela primeira vez no theatro de D. Maria a 13 de novembro de 1891. Este seu trabalho tambem obteve grande successo, e toda a imprensa o apreciou vantajosamente. Desde então tem apparecido em todos os theatros peças suas, granjeando phreneticos applausos, tornando se apreciaveis pelo seu bom e gracioso criterio, ditos espirituosos e inoffensivos. Alguns dos seus trabalhos denotam grande observação do costumes e ridiculos, principalmente nas revistas, sem que na sua critica se encontre a menor offensa. A sua obra é numerosissima, da qual apontaremos as seguintes peças: comedias: *Anastacia & C.ª*, 3 actos; *O Filho da Carolina*, 4 actos; *Quanto mais agua...*, 1 acto; *Alegrias da paternidade; Os Pimentas*, 3 actos; *A Sr.ª Ministra*, 3 actos; *Flôr da laranjeira*, 3 actos; *A Bisbilhoteira; A minha nóra*; *O Burro em Pancas*, peça, escripta de collaboração com D. João da Camara, Maximiliano de Azevedo, Henrique Lopes de Mendonça, etc, representada no theatro da Avenida; *Os Postiços*, 5 actos. Dramas: *Santa Umbelina*, 3 actos; *A Cruz da esmola*, 3 actos. Opera comica. *Os Filhos do Capitão Mór*, 3 actos, com musica de Thomaz Del Negro e de Augusto Machado.

Operettas: *Hotel da Barafunda*, 3 actos, traducção de collaboração com Eduardo Garrido; *O Kiki*, 3 actos; *O Poeta de Xabregas*, 3 actos, musica de Filippe Duarte; *O João das Velhas*, 3 actos, de collaboração com D. João da Camara. Revistas em 3 actos: *Retalhos de Lisboa*, do anno de 1895; *O Rei Carrapato*; *O Reino da Bolha*, do anno de 1896; *Formigas e formigueiros*, do anno de 1897; *Retalhos*, revista de 1899; *Agulhas e alfinetes*, do anno do 1898; *O Barril do lixo*, de 18.9; *Nicles*, do anno de 1900; *A Lamparina*, rapazia da em 1 acto, escripta expressamente para ser desempenhada pelos academicos de Lisboa no Colyseu dos Recreios, em 18 de maio de 1898, com musica de Filippe Duarte. Escreveu tambem a magica, em 3 actos, *O Dente de Maçarico*. Traduziu *A Botija*, que se representou no theatro da Trindade. No anno de 1911 fez-se emprezario no theatro Apollo, o ali se representou a peça em 3 actos, de costumes, *O Chico das pêgas*, que obteve um enorme successo. Eduardo Schwalbach casou em 17 de julho de 1880 com D. Marianna de Resgato de Lencastre, filha do 4.° conde da Louzã, D. João José de Lencastre Basto Baharem, e de sua 2.ª mulher, D. Carlota Imsess. Tendo enviuvado, passou a segundas nupcias em 3 de fevereiro de 1885, com sua cunhada, D. Maria Julia d'Assumpção de Lencastre.

Sciencias de Portugal *(Academia de)*. Foi fundada por iniciativa do mathematico Antonio Cabreira. A primeira sessão realizou-se em 16 de abril de 1907 e a inauguração solemne foi no salão nobre dos Paços do Concelho de Lisboa, em 22 de abril de 1908. Os diplomas officiaes que a regem são o Decreto de 26 de outubro de 1910, que lhe reconhece os serviços prestados á Sciencia e lhe approva os Estatutos, e o Regulamento Geral de 27 de janeiro de 1911, que desenvolve e completa as disposições dos mesmos Estatutos. A Academia é caracterisada por uma funcção eminentemente moderna, pois que, visando a integração philosophica de todos os ramos do saber humano, applica o respectivo criterio ao estudo dos problemas nacionaes, pondo, assim, directamente, a Sciencia ao serviço da Patria. Para esse effeito, desdobra-se na Classe Mathescologica, quo visa ao estabelecimento da ordem physica e da ordem organica, e na Classe Sociologica, que visa ao estabelecimento da ordem moral ou humana. A primeira Classe compõe-se das Secções de Phoronomia, de Cosmologia e de Biologia; a segunda é constituida pelas Secções de Sociologia, de Moral e de Diacosmologia. A Secção de Phoronomia occupa-se da Analyse Mathematica, Geometria e Mechanica. A Secção de Cosmologia occupa-se da Astronomia, Physica e Chimica. A Secção de Biologia occupa-se da Hygiene, Histologia, Physiologia, Pathologia e Psychologia. A Secção de Sociologia divide-se em oito Sub-Secções: a primeira trata da Anthropologia, Archeologia Pre-historica e Ethnologia; a segunda trata da Geologia, Paleontologia, Climatologia e Colonisação; a terceira trata da Estatistica e Ethologia; a quarta trata da Agricultura, Industria fabril, Commercio e Economia Publica; a quinta trata da Jurisprudencia e Direito Internacional, Historia da Civilisação, Politica e Instituições comparadas; a sexta trata da Esculptura, Architectura, Pintura, Musica e Philosophia da Arte; a setima trata da Linguistica, Philologia, Litteratura, Hierologia e Mythographia; e a oitava trata da Pedagogia. O primeiro volume dos *Trabalhos da Academia de Sciencias de Portugal*, que foi publicado em 1908, reflecte a actividade da notavel corporação, no primeiro periodo da sua existencia, que vae do 16 de abril de 1907 até 4 de agosto d'aquelle anno, durante o qual se realisaram quarenta e cinco communicações acerca dos principaes assumptos que constituem o objecto da Academia pelo dr. Theophilo Braga, Mello e Simas, dr. Aurelio da Costa Ferreira, general Alfredo Schiappa Monteiro, dr. Athayde de Oliveira, Azevedo Albuquerque, dr. Antonio Cabreira, coronel Abel Botelho, dr. Xavier da Cunha, Alvaro de Mello Machado, dr. Julio Henriques, dr. Antonio Joaquim Ferreira da Silva, Antonio Ferrão, Costa Goodolphim, Pereira de Sampaio (Bruno), dr. Alfredo da Cunha, Carlos de Mello, Thomaz Cabreira, Julio Neuparth, padre Himalaya, dr. Annibal de Bettencourt, dr. Sousa Viterbo, dr. Julio de Bettencourt Ferreira, Julio Moreira, dr. Cunha e Costa, Agostinho Fortes, Costa Motta e Emilio Augusto Vecchi. O segundo volume dos mesmos *Trabalhos*, cuja primeira parte foi publicada em 1911, insere estudos do dr. Antonio Cabreira, general Alfredo Schiappa Monteiro, Mello e Simas, dr. Aurelio da Costa Ferreira, José Ramos Coelho, general Adolpho Loureiro e Augusto Machado, estando no prelo, para sahir nos proximos tomos, memorias e communicações do dr. Theophilo Braga, dr. Aurelio da Costa Ferreira, padre Himalaya, Carlos de Mello, dr. Xavier da Cunha, Mello e Simas, dr. Antonio Cabreira, dr. Julio de Bettencourt Ferreira, dr. Vieira Guimarães, Alvaro de Castro, Levy Bensabat, Vieira Natividade, Gabriel Pereira, Antonio Ferrão, coronel Abel Botelho, Adães Bermudes, general Alfredo Schiappa Monteiro, Mello de Mattos, Oscar de Pratt, Patrocinio Ribeiro, Arthur Schiappa de Carvalho, Julio Augusto Ferreira, dr. José de Castro, Virgilio Bugalho Pinto, D. Olga Moraes Sarmento, dr. Carneiro de Moura, dr. Alves dos Santos, dr. José Julio Rodrigues, Agostinho Fortes, Jacintho Pedro Gomes, Pereira de Sampaio, José Augusto Coelho, capitães de fragata Augusto Ramos da Costa e Carlos Viegas Gago Coutinho e Frederico Mariares. Os trabalhos originaes apresentados e as communicações realisadas pelos academicos, desde 16 de abril de 1907 até 31 de dezembro de 1912, attingem já o importantissimo numero de duzentos e dezoito, constituindo muitos d'elles verdadeiros descobrimentos de elevado alcance scientifico e social. Esses trabalhos teem produzido optima impressão no estrangeiro, onde as principaes Academias continuam a solicital-os. Mas a Academia de Sciencias do Portugal não tem só honrado o paiz, produzindo uma brilhante e vasta obra, que lança nova e fecundissima luz nos principaes campos da actividade mental: tem realizado uma intensa acção educativa, por meio de conferencias, nas quaes expõe e justifica as soluções dos problemas que se prendem com o resurgimento moral e economico da nacionalidade. O povo e as classes mais illustradas acolheram enthusiasticamente essa preciosa evangelisação, onde se distinguem o dr. Alves dos Santos, Carlos de Mello, Antonio Ferrão, padre Himalaya, Agostinho Fortes e dr. Carneiro de

Moura. Deve-se ainda mencionar, a proposito da benefica propaganda mantida pela Academia, os relevantissimos serviços que ella prestou por occasião do panico produzido pelos terremotos de 1909 e pela approximação do cometa de Halley, em 1910. Assim, a benemerita corporação promoveu conferencias publicas, que foram realizadas por Mello e Simas e padre Himalaya, onde se explicaram os referidos phenomenos, sob varios pontos de vista, e em ordem a serem comprehendidos até pelas intelligencias menos cultas, indicando-se ainda o material e a forma de construcção a empregar com o fim de evitar os desastres produzidos pelos sismos. Para tranquillisar a população das provincias, que receava um cataclysmo com a passagem d'aquelle cometa, publicou a Academia um Manifesto, demonstrando a sua inocuidade, Manifesto que foi reproduzido em appendice ao *Diario do Governo* de 4 de maio de 1910, do qual se fez depois uma *separata* de alguns centenares de exemplares, que foram profusamente distribuidos por todas as freguezias do paiz, dando como resultado o cessar, por completo, o terror que dominava. As duas primeiras sessões da Academia realizaram se na sala Moçambique da Sociedade de Geographia; depois a corporação passou a reunir, successivamente, na Associação dos Jornalistas e no Gremio Lusitano, effectuando-se as sessões publicas nos Paços do Concelho. Por despacho do antigo Ministro das Obras Publicas, Barjona de Freitas, datado de 31 de julho de 1909, foi a Academia autorisada a funccionar na séde do Conselho dos Monumentos Nacionaes. Sendo extincto este Conselho, o Governo da Republica, por iniciativa do dr. Affonso Costa, decretou, em 23 de agosto de 1911, a cedencia á Academia de uma parte do edificio do Sacramento, a Alcantara, cuja posse lhe foi dada pelo Ministro da Justiça, dr. Diogo Tavares de Mello Leote, em 16 de outubro de 1911, conquista essa devida ás pertinazes diligencias do dr. Antonio Cabreira. A publicação da serie de volumes, intitulada *Trabalhos da Academia de Sciencias de Portugal*, foi resolvida, em 12 de novembro de 1907, sob proposta do dr. Antonio Cabreira, que elaborou o plano do primeiro tomo. Este foi editado por Gomes de Carvalho com auxilio do dr. Antonio Cabreira, sendo autorisada a publicação dos seguintes, por conta do Estado, na Typographia da Casa da Moeda, em virtude de despacho do antigo Ministro da Fazenda, Soares Branco, datado do 18 de junho de 1910, que assim attendeu ás bem fundadas solicitações de Schiappa Monteiro e Antonio Cabreira. Tão justa concessão foi revogada pelo Ministro das Finanças, José Relvas, que entendeu que essa publicação deveria ser transferida para a Imprensa Nacional, para o que, d'accordo com o Conselho de Ministros, se lavrou o respectivo decreto, que apesar de ser assignado pelo Ministro do Interior, dr. Antonio José d'Almeida, não chegou a publicar-se no *Diario do Governo*, pelo facto do director geral da instrucção superior, Angelo da Fonseca, se ter obstinadamente recusado a envial-o para aquella Imprensa, com o pretexto de não ter sido consultado sobre a sua redacção. A interrupção da publicação dos *Trabalhos da Academia*, devida a tão extranho incidente, foi interpretada no estrangeiro como uma má vontade da Republica Portugueza ao progresso das Sciencias, o que levou a Academia, principalmente por espirito patriotico, a renovar as suas instancias junto do ministerio João Chagas, para que lhe fossem assegurados os meios de dar á estampa as notaveis communicações e memorias que constituem o objecto das suas sessões, muitas das quaes poderiam, aliás, figurar já nos Boletins das Academias estrangeiras a que os autores pertencem, se não fôra o desejo ardente que elles teem de as verem publicadas sob a rubrica de Portugal. Sendo baldados todos os esforços junto d'aquelle ministerio, a Academia não foi mais feliz com o que lhe succedeu. D'ahi resultou o senador dr. José de Padua apresentar um projecto de lei, propondo um subsidio annual de um conto de reis para as publicações, importancia que a Commissão de Instrucção do Senado elevou a 2:500$000 réis, n'um desenvolvido e bem fundamentado parecer, altamente elogioso para os serviços da Academia, e que está subscripto pelos drs. Sousa Junior e Ladislau Piçarra e por Silva Barreto. A Commissão de Finanças, reconhecendo tambem a benemorencia dos mesmos serviços, manifestou se, todavia, pela verba primitivamente proposta, a qual foi approvada no Senado, em sessão de 5 de março de 1912, ficando depois o respectivo projecto pendente na Camara dos Deputados. Em 28 de julho de 1908, resolveu-se, por proposta do padre Himalaya, crear premios para os autores das soluções mais efficazes de alguns importantes problemas de economia e hygiene publica. O escriptor João Maria Ferreira subscreveu com 50$000 réis para um d'esses premios, tendo apenas concorrido ao respectivo concurso um candidato, cuja memoria ainda não foi julgada. Em 24 de janeiro de 1911, a Academia declarou, respectivamente, Primeiro Presidente Perpetuo e Primeiro Secretario Perpetuo, os vogaes fundadores dr. Theophilo Braga e dr. Antonio Cabreira, em virtude dos relevantes serviços que teem prestado á corporação (Artigo 42.º do já citado Regulamento Geral de 27 do mesmo mez e anno). Nos termos do artigo 75.º d'este diploma, a Academia está organisando um Museu, do qual já faz parte a caneta e a penna com que o presidente do governo provisorio, dr. Theophilo Braga, assignou a Constituição da Republica, votada pela Assembléa Nacional Constituinte. A Bibliotheca da Academia é principalmente constituida pelas publicações enviadas por instituições estrangeiras com quem mantem permuta. Suppõe-se existir uma certa rivalidade entre a Academia de Sciencias de Portugal e a antiga Academia Real das Sciencias de Lisboa, rivalidade que Antonio Cabreira pretendeu destruir na sessão d'esta ultima Academia, realizada em 4 do maio de 1911, declarando que, ao offerecer os Estatutos da Academia de que tem a honra do ser fundador, lhe cumpria significar que era absurdo qualquer antagonismo entre as duas corporações, porquanto teem funcções perfeitamente diversas, visto que a mais antiga pertence ao typo classico das Academias, com elevada actividade especulativa, e a mais nova se destina a colher na integração philosophica de todos os ramos do saber humano um criterio logico que permitta resolver efficazmente os problemas sociaes que agitam o espirito moderno. O vice pre-

sidente da antiga Academia Real das Sciencias, dr. Silva Amado, acolheu com sympathia as palavras do dr. Antonio Cabreira, fazendo votos para que as duas Academias trabalhassem juntas no generoso empenho de levantar o espirito nacional. Tal intuito parece existir tambem no animo dos poderes publicos, como prova o § 2.º do artigo 70.º da Reorganisação da Escola de Arte de Representar, decretada em 22 do mesmo mez e anno, que equipara as duas Academias, desde que determina que ambas elejam um só delegado ao Conselho Theatral. Em maio de 1912, a Academia publicou um Manifesto, onde compendia o direito publico africano, com o fim de demonstrar que a integridade das nossas colonias está garantida por diversos tratados entre Portugal e a Inglaterra, a Allemanha e a França, recordando ainda a acção colonisadora dos portuguezes. Esse documento, que foi transcripto por quasi toda a imprensa do paiz, está assignado pelo dr. Theophilo Braga, general Schiappa Monteiro, dr. Affonso Costa, dr. Antonio Cabreira, Levy Bensabat o dr. Carneiro de Moura, relator. Em 16 de julho seguinte, a Academia, mantendo sempre o patriotico intuito de collocar a Sciencia ao serviço da Nação, desde que se trame contra os seus direitos, resolveu, por proposta do Antonio Cabreira, dirigir uma Mensagem á Real Academia Hespanhola, significando-lhe que seria de justiça essa doutissima corporação mostrar, perante o seu paiz, a necessidade moral e juridica de o governo respeitar todos os principios de direito internacional, que teem sido violados, por occasião das incursões monarchicas. Essa Mensagem, que foi tambem redigida pelo dr. Carneiro de Moura e teve um exito não inferior ao do referido Manifesto, synthetisa a evolução do direito internacional, refere-se aos conflictos em que o papel dos neutros se tem affirmado com inteira correcção, ainda mesmo no tempo em que tal papel não estava claramente definido, concluindo por mostrar que a infracção perpetrada pelo governo do Hespanha não tem precedentes na historia das relações juridicas entre povos cultos. Em 25 de novembro seguinte, a Academia dirigiu uma Mensagem ao Senado, que foi publicada no *Summario das Sessões* d'esta Casa do Parlamento, por proposta do Presidente Anselmo Braamcamp Freire, em que expõe os seus votos acerca do projectado Ministerio de Instrucção Publica, no sentido de oste ficar constituido por uma Secretaria Geral, polas Direcções Geraes de Instrucção Primaria, Secundaria e Superior, Artistica e de Ensino Technico e pelo Conselho Superior de Instrucção Publica, formado pelos representantes das Academias e Escolas, com attribuições disciplinares, de contencioso e de consulta e iniciativa referentes aos problemas que interessam ao ensino, e de receber o concurso das Academias de Sciencias e de Bellas Artes, Conselho dos Monumentos Nacionaes e diversas Commissões a instituir, taes como as de aperfeiçoamento aos diversos graus de ensino, vulgarisação do ensino agricola e colonial, e destinadas aos estudos philologicos, ethnicos, historicos e artisticos. Este trabalho foi composto pelo dr. Antonio Cabreira, engenheiro Mello de Mattos, professor Antonio Ferrão e architecto Adães Bermudes. Em 12 de dezembro, a Academia enviou á Camara dos Deputados uma Mensagem, assignada pela Mesa, e redigida pelo dr. Antonio Cabreira, apreciando, segundo um criterio rigorosamente scientifico, as propostas de finanças, apresentadas pelo ministro Vicente Ferreira, em que acceita as referentes á sustação das despezas e á conversão da divida publica e combate as relativas á contribuição predial, reforma do contracto com o Banco emissor e imposto sobre o cacau de S. Thomé. Em 31 do mesmo mez, a Academia approva outra Mensagem á mesma Camara, tambem elaborada pelo dr. Antonio Cabreira, analysando sob os pontos de vista mathematico, juridico e economico, o parecer da Commissão de Finanças acerca da proposta que trata da contribuição predial e propondo que a razão da progressão estabelecida pela lei de 4 de maio de 1911 seja 0,5. A Camara dos Deputados por proposta do seu Presidente, dr. Victor Macedo Pinto, resolveu inserir ambos esses documentos, respectivamente, no *Summario* e no *Diario das Sessões*, tendo tambem sido transcriptos pela imprensa de maior circulação e recebido o applauso de diversas entidades, das quaes se destaca a Camara Municipal de Vianna do Castello, pelos termos em que enalteceu a patriotica iniciativa da Academia. Esta corporação, ainda no referido dia 31 de dezembro, resolveu, sobre proposta do dr. Antonio Cabreira, instituir, na Universidade Livre, uma Missão composta de Mello e Simas, dr. Carneiro de Moura, Agostinho Fortes, Antonio Ferrão, Carlos de Mello, Adães Bermudes e Eduardo Dario da Costa Cabral, destinada a manter cursos e conferencias de caracter popular, estando já funccionando os que tratam de Economia Social e expansão de Portugal nos tropicos, Litteratura Portugueza e Historia das Religiões, respectivamente, regidos pelo segundo, terceiro e quarto d'aquelles academicos. O *Diario do Governo* de 19 de julho de 1912 publicou pelo Ministerio do Interior, Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior o Especial, o primeiro additamento ao Regulamento Geral da Academia, que accentua expressamente o caracter official da corporação e lhe permitte organisar institutos annexos, e os regulamentos do Instituto Theophilano e do Instituto Superior de Cursos Publicos, que pertencem a essa categoria. O primeiro dos referidos institutos tem como fim coordenar, continuar e diffundir a obra do dr. Theophilo Braga, e o segundo, ministrar, sob um plano harmonico, os principaes ramos do saber humano, e, em especial, os que interessam á Nação Portugueza. O quadro dos vogaes da Academia é de 120, dos quaes 40 deverão residir em Lisboa, sendo illimitado o numero do correspondentes. Todos os academicos assumem, por escripto, o compromisso de honra de cumprir os deveres regulamentares, e teem, como insignias, uma medalha de ouro, suspensa de uma fita vermelha, e um uniforme, composto de casaca azul, de botões dourados com o emblema nacional, de gola levantada, tendo palmas bordadas a ouro, na mesma gola, sobre a cintura e os canhões; collete branco com abotoadura dourada, calças azues com lista de ouro, guarnecendo as costuras lateraes; chapeu armado, de pasta, com laço nacional, presilhas e borlas de ouro, guarnecido de plumas brancas; e florete de copos e guarnições douradas, em talim de seda verde. O emblema

da corporação foi composto por Adães Bermudes, Simões de Almeida (Sobrinho) e Tertuliano Marques. A Academia é dirigida e administrada por um Conselho que é, actualmente, constituido pelo dr. Theophilo Braga, Primeiro Presidente Perpetuo; general Alfredo Schiappa Monteiro, Segundo Presidente; dr. Antonio Cabreira, Primeiro

Emblema da Academia de Sciencias de Portugal

Secretario Perpetuo; Levy Bensabat, Segundo Secretario e Thesoureiro interino; Manuel Soares de Mello e Simas, Presidente da Secção de Cosmologia; dr. Julio de Bettencourt Ferreira, Presidente da Secção do Biologia; dr. Affonso Costa Presidente da Secção de Sociologia; e dr. José de Castro, Presidente da Secção de Moral.

Scrips Pequenos titulos ou certificados das importancias de dois terços dos juros que deixaram de ser pagos aos coupons do divida externa portugueza do exercicio de 1892-1893, quando o juro foi reduzido a um terço. Pela lei da conversão de 14 de maio de 1902 foi abonado a esses titulos 10 por cento da sua importancia. Os *scrips* fôram emittidos pelas agencias do governo no estrangeiro.

Sé. Povoações nas freguezias: S. Jorge, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Unhão, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Seabra. Os antigos e muito illustres senhores da villa de la Puebla de Senabria em Hespanha, tomaram por appellido o referido nome de Senabria, e d'elles passou este appellido a Portugal no tempo de D. Fernando I na pessoa do Mem Rodrigues de Senabria Este illustre fidalgo e seus filhos prestaram a Portugal valiosos serviços, pelos quaes receberam do referido monarcha a mercê das villas de Montalegre, da Feira, e d'outras rendas e regalias. O appellido tomou em Portugal nova fórma, transformando se em Seabra, e com elles se encontram pessoas de muito merecimento e virtude, e alguns homens eminentes na politica e na magistratura. D'esta familia descendem, para não citar outros, José de Seabra da Silva, distincto homem de Estado e que tão vivamente foi perseguido pelo marquez de Pombal, e Antonio Luiz de Seabra, visconde de Seabra, ministro o secretario de Estado, autor do nosso Codigo Civil, e um dos maiores jurisconsultos do seu tempo. As suas armas são: Em campo vermelho dois leões de ouro batalhantes, tendo entre elles superiormente um *S* tambem de ouro, com uma corôa real, egualmente de ouro; orla de prata, formada por uma cadeia preta fechada em baixo com um cadeado da mesma côr; timbre, um leão do escudo.

Seabra (*Antonio de*). O seu nome completo era Antonio de Seabra da Motta e Silva. Varão de generoso e magnanimo caracter, magistrado integerrimo e muito erudito. N. em Mogofores no 2.° quartel do seculo XVIII, fal. em Villa Flôr, nos principios do 2.° quartel do seculo XIX. Era filho de Jacinto de Seabra da Motta e de D. Thereza Joaquina da Silva, naturaes e lavradores em Mogofores. Foi cavalleiro professo da ordem de Christo, ouvidor na villa do Principe, provincia de Minas Geraes, Brazil. Quando falleceu, era corregedor da comarca de Moncorvo. Foi sepultado na capella de N. S.ª do Rosario, entre Roios o Villa Flôr, a qual pereence á familia Magalhães Pegado, sua descendente. Casou com D. Dorothea Bernardina de Sousa Lobo Barreto, dama muito illustre, de quem teve os seguiutes filhos: D. Josepha, que casou com José Antonio de Oliveira Pegado, fidalgo da Casa Real e senhor da casa e morgado de Mogadouro, de quem procedem os Pegados de Traz-os-Montes; Antonio Luiz, visconde de Seabra (*V. o artigo seguinte*); D. Anna, que casou com seu primo co-irmão Manuel Ferreira de Seabra do Motta e Silva, 1.° barão de Mogofores, juiz do Supremo Tribunal de Justiça, etc., com descendencia (*V. Mogofores*); D. Domitilla e D. Carlota Joaquina, sendo esta ultima senhora afilhada de D. João VI e da rainha D. Carlota Joaquina, fallecendo em Mogofores no estado de solteira, D. Felicidade Perpetua, casada com Francisco Leite Pereira de Almeida, official do dragões, fidalgo do geração, natural e senhor da casa vinculada em Villa Flôr, onde jaz sepultado, de que procede a familia Leite Pereira Seabra.

Seabra (*Antonio Luiz de Seabra, visconde de*). Notavel jurisconsulto, ministro de Estado, bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, reitor da mesma Universidade, juiz da Relação do Porto, deputado, par do reino, juiz aposentado do Supremo Tribunal de Justiça, etc. N. em 2 de dezembro de 1798 nas alturas de Cabo Verde, a bordo da nau *Santa Cruz*, em que seus paes se dirigiam ao Rio de Janeiro (*V. o artigo antecedente*). Foi baptisado a 5 de fevereiro de 1799 no oratorio do coronel Manuel Alves da Fonseca, residente na referida cidade do Rio de Janeiro, sendo padrinhos sua irmã D. Josepha Emilia do Seabra, e Luiz Beltron de Gouveia de Almeida, chanceller da Relação d'aquella cidade; fal. em Mogofores no seu solar e quinta de Santa Luzia em 29 de janeiro de 1895, com 95 annos de edade. Vindo para Portugal fez os seus estudos preparatorios, matriculando-se depois, na Universidade de Coimbra, em 1815, formando-se na faculdade de Leis em 1820. Desde verdes annos manifestou sempre a maior dedicação á causa da Liberdade, e a revolução de 24 d'agosto de 1820 inspirou-lhe um soneto que imprimiu na Imprensa da Universidade. Foi um dos fundadores e redactores do jornal mensal *O Cidadão Litterato, periodico de politica e litteratura*, cujo 1.° numero saiu em janeiro de 1821, em Lisboa, continuando depois a publicação em Coimbra. Em agosto d'esse anno foi despachado juiz de fóra da Alfandega da Fé, e fôram taes os serviços que prestou n'este cargo que o ministro da justiça, José da Silva Carvalho, lhe expediu uma porta

ria, a 3 de dezembro ainda de 1821, louvando-o muito. Em consequencia da queda do governo liberal em junho de 1823, pediu a sua exoneração logo no mez de julho immediato, e indo para a sua casa paterna em Villa Flôr, ahi se occupou durante 3 mezes na traducção das *Satyras e Epistolas* de Horacio Flacco, e durante dois annos nos estudos de rhetorica e philosophia racional e moral. Em 1825 foi nomeado juiz de fóra em Montemór o-Velho. Em 1826 escreveu uma *Ode*, dedicada á infanta D. Izabel Maria, que publicou em Coimbra. N'esse mesmo anno fundou o jornal *O Observador*, do qual só sairam 2 numeros, por embaraço da censura. Ao visconde de Seabra se deve a publicação feita em Coimbra, em 1826, do poema didactico de Candido Lusitano, intitulado o *Mentor de Philandro*, como elle proprio declara nas notas á satyra 3.ª do livro I do Horacio. Como tomára parte muito activa na revolução contra o governo de D. Miguel, em 1828, viu-se obrigado a emigrar para o estrangeiro, regressando a Portugal só em 1833. Durante esse tempo publicou alguns opusculos ou *pamphletos*, suscitados pelas circumstancias e occorrencias do tempo, tornando-se então notavel o seguinte, que saiu em Bruges no anno de 1830: *Exposição apologetica dos portuguezes emigrados na Belgica, que recusaram prestar o juramento d'elles exigido no dia 26 de agosto de* 1830; era seguida de 2 appendices, não trazendo o nome do autor. Voltando da emigração em 1833, conforme dissémos, foi nomeado por decreto de 25 do outubro d'esse anno, procurador regio junto da relação de Castello Branco, e simultaneamente exerceu o cargo de corregedor interino de Alcobaça. No collegio eleitoral da provincia de Traz os Montes, foi eleito deputado ás côrtes, que se abriram a 15 de agosto de 1834. Em 1835 publicou em Lisboa as *Observações do ex corregedor de Alcobaça, Antonio Luiz de Seabra, sobre um papel enviado á camara dos senhores deputados, ácêrca dos bens do mosteiro de aquella villa*, no qual refutava algumas calumnias que então contra elle levantaram alguns dos seus inimigos politicos. Em 1836 fundou em Lisboa o jornal politico *O Independente*, de que foi redactor, e n'esse mesmo anno foi novamente deputado, não chegando a exercer as suas funcções por causa da revolução de setembro. Em 9 de dezembro de 1838, porém, tomou assento em côrtes como deputado eleito por Penafiel, e mais tardo pelo circulo do Porto. Em 1846 publicou o visconde de Seabra n'aquella cidade as *Satyras e Epistolas de Quinto Horacio Flacco traduzidas e annotadas;* 2 tomos adornados com duas estampas. A'cêrca d'esta traducção, a primeira em verso que se publicou d'aquella parte das obras do lyrico latino na nossa lingua, veja-se o largo juizo critico e analytico, que saiu no *Diario do Governo* de 13 de agosto de 1846, e a *Revista Universal Lisbonense*, no tomo V, pag. 273. Em 1846 tambem fundou no Porto o jornal *A Estrella do Norte*. O visconde de Seabra foi membro da Junta do Porto, quando se deu a revolução de 10 de outubro de 1847, á qual prestou valiosos serviços. Em 1849 publicou em Lisboa um opusculo com o titulo: *Observações sobre o artigo 630.º da Novissima Reforma Judiciaria*, e em 1850, em Coimbra, o 1.º volume da sua obra, *A Propriedade, Philosophia do Direito; para servir de introducção ao Commentario sobre a lei dos foraes.* Por decreto do 8 de agosto d'esse anno, foi encarregado da honrosa e importantissima missão de organisar o projecto do *Codigo Civil Portuguez* Em 1857 publicou em Lisboa a 1.ª parte do *Projecto* d'esse Codigo, e em 18:8, em Coimbra, uma *Apostilla ás observações do ill.mo e ex.mo sr. Alberto Antonio de Moraes de Carvalho sobre a primeira parte do projecto do Codigo Civil Portuguez.* Em 1859 concluiu o visconde de Seabra o seu projecto, que entregou ao governo, e logo começou a ser largamente discutido por uma commissão, até que por lei de 1 de julho de 1867 foi approvado e promulgado em codigo civil. Com referencia a estas discussões, publicou o seu autor: *Resposta do autor do Projecto do Codigo Civil ás Observações do sr. dr Joaquim José Paes da Silva*, Coimbra, 1859; *Resposta ás «Reflexões» do sr. doutor Vicente Ferrer Neto Paiva sobre os sete primeiros titulos do Projecto do Codigo Civil portuguez*, idem, idem; *Novissima apostilla em resposta á diatribe do sr.*

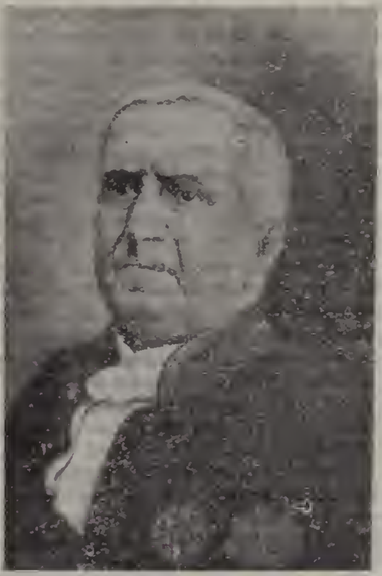

Visconde de Seabra

Augusto Ferreira de Freitas contra o Projecto do Codigo Civil Portuguez, idem, idem. O visconde de Seabra foi novamente deputado em 1851, eleito por Aveiro, e nomeado em 4 de março de 1852 ministro da justiça e dos negocios ecclesiasticos, cargo que exerceu até 19 d'agosto do mesmo anno. Ainda n'essa epoca, dissolvidas as côrtes, o elegeram deputado pelos circulos de Aveiro e do Moncorvo, e passados os 4 annos do seu mandato, voltou ás camaras, deputado por Aveiro, o bem assim em 1858. Mais tardo, em 1861 foi representante do circulo de Anadia, sendo em 1862 presidente da camara dos deputados e nos annos seguintes até 1868, em que sendo elevado ao pariato, tambem foi presidente da camara alta. Por decreto do 25 d'abril do 1865 recebeu a mercê do titulo de visconde. A 26 de julho de 1866 foi nomeado reitor da Universidade, logar de que tomou posse a 14 do mez d'agosto seguinte. Sendo elle reitor veiu hospedar-se no paço das Escolas

o infante D. Augusto, em julho de 1868, para assistir ás festas da rainha Santa Izabel. A 24 de julho de 1868 foi exonerado do cargo de reitor por ter sido outra vez chamado aos conselhos da corôa, encarregando-se da pasta da justiça e dos negocios ecclesiasticos. Quando já cego o no ultimo quartel da vida traduziu de Ovidio: *O adeus do proscripto*, (excerpto da versão das *Tristezas*); *A Tempestade no mar Adriatico* e *A mensageira*, egualmente excerptos das *Tristezas*, que fôram publicados no Instituto de Coimbra A ultima publicação do illustre jurisconsulto é do anno de 1893, e tem por titulo: *A colombiada ou a fé levada ao novo mundo*; *Epopéa de Madame du Bocage, vertida em linguagem vernacula e offerecida a sua Majestade a Rainha D. Amelia de Orleans e Bragança pelo socio emerito da Academia Real das Sciencias de Lisboa, visconde de Seabra.* Deixou por concluir um romance, quo poucos annos antes de fallecer havia começado, *Antonio Homem ou o Mestre infeliz.* O trabalho em que mais se notabilisou na historia politica do paiz foi o *Codigo Civil* O visconde de Seabra era commendador da ordem de Christo, grau-cruz das ordens estrangeiras de S. Mauricio e S. Lazaro de Italia, e da Rosa do Brazil; cadete honorario dos dragões de Minas Geraes, feito no berço por D. João VI. Quando falleceu era juiz aposentado do Supremo Tribunal de Justiça D'um seu illustre panegyrista o fallecido dr. Dias Ferreira, transcremos o seguinte: «Como litterato e como poeta, conseguiu nacionalisar, pelas suas primorosas e correctissimas versões, Homero e Ovidio, fazendo-os falar com pureza e elegancia a lingua de Camões. Com um organismo excepcionalmente vigoroso e persistente, espalhou as harmoniosas e fulgurantes irradiações de um cerebro portentoso, de uma das mais robustas intelligencias, que a patria regista ao lado de Herculano, Garrett, Castilho e Latino Coelho. Mas nenhum d'estes deixou herança mais opulenta Nenhum d'estes personificou melhor o talento e o trabalho. Como jurisconsulto, o seu nome attinge a gloria dos maiores jurisconsultos do seu tempo, tendo para cingir a luminosa fronte, como corôa augusta de talento e de trabalho, a obra monumental do Codigo Civil, talvez o primeiro da Europa. O seu nome rebrilhará perpetuamente na insignissima obra que nos legou, e para fixar no juizo da posteridade, isso vale mais do que as melhores estatuas, feitas de marmore ou fundidas em bronze.» O visconde de Seabra foi casado duas vezes: a primeira com sua prima D. Dorothea Honorata, irmã do 1.º barão de Mogofores, e a segunda com D. Anna de Jesus Teixeira, já viuva de Manuel José Teixeira e com filhos do primeiro matrimonio. Do seu primeiro casamento teve o visconde de Seabra 3 filhos: Dr. Antonio Luiz de Seabra, casado, e com successão; Alvaro Ernesto, desembargador da Relação de Lisboa, já fallecido, e Francisco Luiz, prior da freguezia de Cacia, que tambem já não existe. Do segundo casamento houve apenas um filho, Aristides de Seabra, que em 1909 vivia em Mogofores, no estado de solteiro.

Seabra *(Eurico de Couto Nogueira)*. Professor e 1.º official da direcção geral dos negocios da justiça, e escriptor. E' natural do Porto, sendo filho de Julio Cesar Nogueira Seabra. Cursou a Universidade de Coimbra. E' autor dos seguintes livros: *A Egreja e o Estado*. publicado no Porto, em 1907; este trabalho foi muito apreciado pela imprensa; *Mulheres de Portugal; Historia summaria de Portugal;* tambem publicadas no mesmo anno, no Porto; *Tristes amores*, peça em I acto, Porto, 1907; o seu livro *Chorographia Summaria* foi approvado em 28 de janeiro de 1911. Em 1912 escreveu o *Ouro do Brazil*, romance, que tambem a imprensa muito apreciou.

Seabra *(Jorge Leite Pereira d'Almeida.)* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, procurador á Junta Geral do districto de Bragança, presidente da camara de Villa Flôr, deputado, etc. N. a 11 de agosto de 1835 na casa de seus paes em Villa Flôr, tendo por padrinhos seus tios paternos Francisco Antonio de Moraes Sotto Maior e Castro e D Luiza Rita Leite Pereira d'Almeida, senhores da casa e do morgado da Praça n'aquella villa. Fal. em Vinhaes a 15 de março de 1906. Era filho de Francisco Leite Pereira de Almeida, fidalgo de linhagem, official de dragões e senhor de casa vinculada em Villa Flôr, e de D. Felicidade Perpetua de Seabra. A sua ascendencia é muito nobre e distincta. Seus avós: Francisco Leite Pereira, official do regimento de infantaria de Bragança, natural e senhor de casa em Favaios, e D. Rosa Rita d'Almeida Machado e Lemos, senhora de casa vinculada em Villa Flôr; 2.ºs avós: Miguel Ferraz de Magalhães Leite Pereira, natural do Sucçães, fidalgo da Casa Real, e sargento mór de Favaios, e D. Monica Teixeira de Barros Beça da Mesquita, filha do capitão-mór e morgado do Espirito Santo, em Favaios, Gonçalo de Barros Beça da Mesquita; 3.ºs avós: Miguel Rebello Leite Pereira de Meyrelles, fidalgo da Casa Real e senhor da nobre casa do Telhado, no Arco de Baúlhe, em Basto, e D. Francisca Teixeira de Magalhães Ferraz da Fontoura, natural de Sucçães; 4.ºs avós: D. Anna Alvares Leite Pereira e Balthazar Leite Pereira Rebello de Meyrelles, senhor da casa já citada, fidalgo da Casa Real, 6.º neto de D. Fr. Alvaro Gonçalves Pereira, 6.º grão prior do Crato, senhor dos castellos da Amieira, Belver e Flôr da Rosa, fidalgo illustre e descendente dos reis gôdos, pae de 32 filhos, sendo um d'elles o celebre condestavel D. Nuno Alvares, tronco da casa de Bragança. Jorge de Seabra, matriculando-se na Universidade foi um dos estudantes mais considerados do seu curso, o qual concluiu em 1858, tomando o grau de bacharel. Foi deputado na legislatura de 1870, pertencendo ao partido progressista, mas nos ultimos tempos havia abandonado a politica. Além dos cargos já citados, foi recebedor da comarca de Vinhaes, exerceu a advocacia com muita distincção nas comarcas de Moncorvo, Mirandella, Macedo de Cavalleiros e Vinhaes. Era muito versado em litteratura e estudos historicos. Casou com D. Candida Francisca Fernandes Falcão, filha de Jeronymo Falcão, antigo empregado da fazenda e senhor da casa de Pousaflôres, do quem houve, além d'outros filhos que morreram creanças, o dr. Anthero Falcão Leite Pereira de Seabra, casado com D. Graça Grillo de Seabra, o qual em 1905 era juiz de direito da comarca de Vide; D. Lavinia da Purificação, solteira, e D. Constança Lucilia, casada com Zeferino da Veiga e Magalhães, escrivão-notario em Villa Flôr, com larga descendencia.

Seabra (*Vicente Correia*). V. *Telles* (*Vicente Correia Seabra Silva*).

Seabra da Silva (*José*). Fidalgo cavalleiro e moço fidalgo com exercicio na Casa Real, por alvará de 20 de setembro de 1753, grande estadista, etc. N. em Villola a 31 de outubro do 1732, fal. a 13 de março de 1813. Era filho de Lucas Seabra da Silva (V. o *artigo seguinte*), e de sua mulher D. Josepha do Moraes Ferraz. Aprendeu em casa os estudos preparatorios da Universidade debaixo da direcção de um douto ecclesiastico chamado Manuel do Sousa, e passou depois a matricular-se na Universidade de Coimbra, quando apenas contava 12 annos, como consta de dois documentos authenticos, transcriptos por um neto do estadista Antonio de Seabra n'um folheto que publicou para responder a algumas asseverações feitas por Simão da Luz Soriano na sua *Historia do reinado de D. José*. Um d'esses documentos é a copia da certidão do baptismo, que o declara nascido na data já mencionada, o outro é a certidão da matricula o do doutoramento que prova que elle se matriculou na faculdade do Leis a 1 de outubro de 1744, e que se doutorou a 24 d'abril de 1751, tendo por conseguinte 12 annos quando entrou na Universidade, e 19 quando se doutorou Deve notar-se, porém, que isto se passava antes da reforma da Universidade feita pelo marquez de Pombal. Vindo para Lisboa, onde seu pae era desembargador, fez logo a 1 de março de 1752 o seu exame vago ou de *jure aperto*, como se dizia, o com tal brilho que o marquez declarou nas respostas aos quesitos que se lhe fizeram, quando se lhe instaurou processo depois da sua queda, que tendo assistido a esse exame, desde logo o distinguiu e prometteu a si mesmo empregal-o em cargo de confiança. Não o favor que desde logo adquiriu de Sebastião, que estava bem longe então de ser omnipotente, mas os privilegios que n'essa epoca desfructavam os filhos dos altos magistrados judiciaes, fizeram com que fôsse logo despachado desembargador do Porto por alvará de 1 de janeiro de 1753, quando ainda não completara 21 annos do edade. Logo, porém, que o marquez de Pombal começou a adquirir mais preponderancia, não se esquecendo nunca dos homens para quem fôra deitando as vistas como seus auxiliares prestantes que podiam ser, chamou José de Seabra para junto de si, e primeiro, como elle proprio diz, encarregou-o simplesmente de ser o seu amanuense particular, de lhe minutar os papeis de menos segredo. Auxiliando o vivamento na sua campanha contra os jesuitas, foi conquistando cada vez mais as boas graças de Sebastião de Carvalho, que o fez seu ajudante do estado, e que principiou a pensar em o nomear ministro adjunto á sua pessoa, uma especie de snb secretario de Estado. Em 1765 foi nomeado procurador da corôa, e n'essa qualidade continuou a ser um poderoso auxiliar do marquez de Pombal na sua guerra contra os jesuitas e contra os jacobinos ou sigillistas. Por isso, tendo sido nomeado a 25 de abril de 1765, foi logo a 11 de novembro do mesmo anno nomeado chanceller da Casa da Supplicação, a 29 de abril de 1766 guarda-mór da Torre do Tombo, sendo já desde 1757 fiscal da companhia do Grão Pará e Maranhão, desde 1760 executor da real fazenda da rainha D. Maria Anna. A carta regia de 25 de janeiro de 1770 fazia o desembargador do Paço, e finalmente a 3 de junho de 1771 era nomeado ministro de Estado adjunto ao marquez de Pombal. José de Seabra esteve no poder tres annos, merecendo sempre a confiança mais completa do grande ministro, até que de repente desabou sobre elle a mais extraordinaria e implacavel calamidade que é possivel imaginar-se. A 17 de janeiro de 1774 ia a familia real partir para Salvaterra, e José de Seabra, que costumava acompanhal-a, chegou ao caes do Belem quando o rei já estava na galeota. José de Seabra, chegou se á beira do caes, beijou a mão a el-rei, e pediu lhe as suas ordens. D. José, porém, sem lhe dizer como ello esperava: Venha, disse lhe apenas: Vá recebel-as do marquez de Pombal. José de Seabra ficou suspeitando apenas que haveria algum negocio urgente de que não tinha ainda conhecimento, quando o rei outra vez o chamou só para lhe apertar as mãos mostrando-se commovido. Então é que José de Seabra se começou a perturbar, percebendo que havia novidade do maior vulto. Assim que el-rei partiu, correu a casa do marquez; esto mandou o entrar, e apenas se viram sós, lhe lançou os braços ao pescoço, e disse-lhe tambem commovido que estava demittido e desterrado. Perguntou lhe José de Seabra o motivo de tão inesperada desgraça, e o marquez só lhe respondeu, que cumpria com o mais vivo pezar as ordens positivas e terminantes d'el-rei. A ordem era a seguinte: «Cumpre ao meu real serviço que haja como hei por escuso de todos os empregos que n'elle occupou o doutor José de Seabra da Silva, e lhe ordeno que no termo de quarenta e oito horas haja de sair da cidade de Lisboa e seu termo, o no de quinze dias peremptorios se apresente no Valle de Bésteiros para d'elle não sair até segunda ordem minha. O marquez de Pombal, do meu conselho de Estado e secretario e ministro dos negocios do reino, o tenha assim entendido e faça executar, registando-se este decreto no livro a que pertence, e averbando se os que por elle ficam reduzidos de nenhum valor. Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em 17 de janeiro de 1774.» Fulminado com esta ordem e sem a poder perceber, recebia ao mesmo tempo a ordem verbal de sair de Lisboa sem o dizer sequer á familia. Cumpriu a ordem rigorosamente como fôra dada, porque bem sabia o risco que corria se ousasse faltar fôsse em que fôsse. Foi para Valle de Bésteiros e ali esteve tres mezes. De repente recomeça a perseguição. A 26 de abril de 1774 uma ordem escripta toda pelo proprio punho do marquez de Pombal, manda ao juiz de fóra de Tondella que auxilie no desempenho d'uma importante e urgente commissão de serviço o corregedor de Evora João Baptista da Fonseca Teixeira Coelho Cardoso Essa commissão é a de ir prender na sua casa de Vallo de Bésteiros o desterrado José de Seabra. Chegam os dois magistrados acompanhados por uma força de cavallaria a sua casa no dia 30 de abril, e levam-n'o preso para S. João da Foz no Porto, onde chegou no dia 4 de maio, deixando-o ali sepultado nas masmorras do castello. E entretanto em Lisboa promulgava el rei D. José outro decreto ainda mais aspero que o primeiro: «Por quanto, dizia o decreto de 6 de maio de 1774, pelo decreto de 17 do janeiro do corrente anno houve por escuso de todos os empregos quo no meu real serviço occupa-

va o doutor José de Seabra da Silva, sou servido que na secretaria do Estado dos negocios do reino seja lavrado o decreto original de 6 de julho do 1771, que pelo sobredito ficou de nenhum ef feito o que o registo d'ello seja trancado e abolido, de sorte que mais se não possa ler, e que este decreto seja registado no livro a que pertence, guardando se o original na fórma do estylo. O marquez de Pombal, do meu conselho, e secretario e ministro dos negocios do reino, tenha assim entendido e faça executar. Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, etc.» Ainda aqui não parou a perseguição. O corregedor de Evora, quando o prendeu, confiscou lhe o dinheiro que elle tinha em casa, e que eram 3:0 0 cruzados. A 4 de outubro foi tirado do castello de S. João da Foz, e conduzido debaixo de prisão para um navio que seguia para a Rio de Janeiro, não levando comsigo nem dinheiro nom fato quasi como se fôsse um marinheiro qualquer. Chegando ao Rio de Janeiro foi mandado para a ilha das Cobras, até que o metteram n'uma sumaca armada em corveta, e o despacharam para Angola, chegando a Loanda a 1 de março de 1775. Não era aiuda o termo da sua viagem, porque foi mandado para Pungo-Andongo, ou presidio das Pedras Negras. Era esse o desterro mais cruel, que então se podia dar a um homem. Além das intemperies do clima, chegou a soffrer privações, e quasi que padeceu fome, e padecel a-ia de certo, se o governador D. Antonio de Lencastre lhe não valesse. Qual era o motivo, porém, d'esta tão inesperada catastrophe? E'esse um dos enigmas mais insoluveis da nossa historia. Apenas correu em Lisboa a noticia da queda de José de Seabra, circularam varios boatos a respeito do motivo de tão repentino desastre, mas no que mais se insistiu, que se considerou até adquirido para a historia, e que Jacome Ratton consignou nas suas *Recordações*, foi que José de Seabra tinha conhecimento de um plano que o marquez de Pombal formára, de combinação com D. José, para afastar do throno a princeza D. Maria, o para fazer subir a elle o principe D. José, neto do soberano, e muito estimado pelo marquez, e deixára transpirar esse segredo, e que fôra d'ali que resultara a queda do infeliz ministro. Muitas razões, ainda assim, fazem com que se acredite ser falso tambem esto boato. Dizia-se que o cardeal da Cunha o intrigára para com el rei; o facto é que nunca se pôde averiguar o verdadeiro motivo de tão atroz perseguição. Sabendo José de Seabra que em 1777, pela morte do rei o acclamação de D. Maria I, podia voltar ao reino, partiu logo. Foi em outubro de esse anno que a noticia chegou ás Pedras Negras, e foi no fim d'esse mez que ello partiu para Loanda, a 20 de dezembro do mesmo anno que saiu de Loanda para a Bahia, onde chegou a 29 do janeiro de 1778. Depois de ali se demorar alguns dias embarcou para Lisboa, sendo aqui recebido com verdadeira ovação, indo immensa gente acompanhal-o á sua casa do S. Sebastião da Pedreira. Poucos dias depois dirigiu uma representação á rainha, em que pedia que lhe fôssem restituidas as honras de ministro que lhe cabiam por ter exercido esse cargo, o que o indemnisasse do que perdera, como fôsse do seu real agrado. N'essa representação não se queixava do marquez do Pombal, e declarava quo nunca fôra reu do crime honrado que lhe imputavam, de ter revelado o segredo em que se pretendia excluir do throno a rainha D. Maria I. Tornou-se isso menos importante á soberana, e o certo é, que tendo se proposto em conselho de ministros uma pensão 6:000 cruzados por anno para José de Seabra, a rainha extranhou a quantia, o afinal concedeu-se a commenda de S. Miguel de Oliveira do Azemeis, da ordem de Christo, que rendia apenas 2:250 cruzados. José de Seabra retirou-se descontente para uma quinta proximo da Figueira, onde começou a passar uma vida patriarchal com sua mulher. O infeliz ministro havia casado em 1764 com D. Anna Felicia Coutinho Pereira de Sousa Tavares da Horta Amado Cerveira, filha unica e herdeira de Nicolau Pereira Coutinho de Sousa Menezes da Horta Amado e Cerveira, senhor de diversos morgados, e de sua mulher D. Francisca Maria Tavares do Sousa Coutinho. No seu retiro, comtudo, muitas vezes o consultavam como homem experiente e pratico das cousas da administração. Em 1784 foi surprehendido pela nomeação de presidente da junta do codigo; finalmente, em 1788, tendo fallecido o visconde de Villa Nova da Cerveira e Ayres de Sá, ministros do reino e dos estrangeiros, foi José de Seabra da Silva chamado ao ministerio juntamente com Luiz Pinto de Sousa Coutinho, indo este para a pasta dos estrangeiros e da guerra, e aquelle para a do reino. Não foi feliz esto ministerio, porque foi exactamente o que teve de dirigir os negocios do paiz quando rebentou a revolução franceza, o não os dirigiu com acerto. O ministerio do reino comprehendia tambem então as actuaes pastas da justiça e negocios ecclesiasticos e obras publicas. Tendo encontrado já creada a Academia Real das Sciencias, tomou varias providencias a seu favor; com relação á Universidade de Coimbra, mandou lhe entregar os titulos dos bens que tinham pertencido aos jesuitas, o procedeu a outras medidas do importancia. Creou o logar de superintendente geral e a junta directora dos estudos, tomou varias providencias com relação ao Jardim Botanico, Museu, Laboratorio e casa de risco d'Ajuda, mandou formalisar a descripção geographica e economica do Minho, nomeou uma commissão para estudar scientificamente o Brazil e mandou estudar ao estrangeiro alguns moços de talento, e finalmente foi elle o fundador da Bibliotheca Publica. Em obras publicas tambem fez cousas importantes, consignando avultadas verbas para as obras da barra do Porto, mandou fazer as estradas de Lisboa ao Porto, do Porto á Foz, e a do Alto Douro, etc. Aboliu as ouvidorias, determinou o demarcou as novas comarcas. Perto de 11 annos durou o ministerio de José de Seabra, mas de subito novamente caiu sobre ello o desagrado regio. Fôra a 15 de dezembro de 1788, quo entrára no governo, e foi a 15 d'agosto do 1799, que foi de novo demittido. As causas d'esta vez são conhecidas e honrosissimas para José de Seabra. Em 1792, achando se completamente louca a rainha D. Maria I o incapaz de se applicar de qualquer fórma aos cuidados do governo, José de Seabra e os seus collegas deliberaram em conselho, depois do ouvidos os medicos, que era indispensavel que o principe D. João assumisse a regencia, mas entendeu José do Seabra, e á exhortação que elle lhes fez n'esse sentido adheriram completamente os seus collegas, que o principe entrasse a

governar o reino, mas sem tomar abertamente a regencia, como em Inglaterra se fazia tambem com a loucura do Jorge III. Assim se resolveu, e as cousas n'este sentido caminharam por mais de 7 annos, recebendo José de Seabra constantes provas de estima e de consideração do principe, sendo uma d'ellas o titulo de visconde da Bahia conferido a seu filho primogenito Manuel Maria Coutinho Pereira de Seabra e Sousa a 16 de junho de 1796, titulo que foi conferido ao filho e não a elle, porque era o filho que descendia, pelo lado materno, dos primeiros donatarios da Bahia de Todos os Santos. Em 1799, porém, resolveu o principe D. João assumir a regencia, e José de Seabra opinou em conselho que a regencia não se podia assumir sem a convocação das côrtes. Foi uma barreira que desde logo se levantou entro o principe regente e José de Seabra. O principe D. João dominava o uma preoccupação constante, o medo que lhe acontecesse o mesmo que a Luiz XVI. Falar se-lhe em convocar as côrtes,

José Seabra da Silva

quer dizer falar-se lhe em fazer o mesmo que Luiz XVI fizera convocando os Estados Geraes, era o mesmo que annunciar lhe que viria atraz de si uma Assembléa Constituinte, a republica e o cadafalso. Por isso, com uma severidade que não estava nos habitos do principe, apenas José de Seabra proferiu o fatal conselho, com que os outros ministros não concordaram, foi logo demittido pela segunda vez de todos os seus cargos, e mandado para fóra de Lisboa, para a sua quinta do Canal junto da Figueira com a prohibição de voltar á côrte. Surprehendidos por esta subita resolução, os amigos de José de Seabra intercederam por elle. Animados ao vêrem que se permittia ao visconde da Bahia que frequentasse o Paço, animavam tambem o ministro exilado, dando lhe esperanças de que o principe reconsiderasse e o tornasse a chamar. José de Seabra consolava se com essa esperança, vendo demais a mais que, a pedido de sua mulher, o principe consentira que elle se transferisse para a sua quinta de S. João da Ribeira, por ser mais socegada. Com tal rigor procedeu o principe regente, que nem permittiu a José de Seabra em 1803 que viesse a Lisboa assistir ao casamento do visconde da Bahia, seu filho, com uma filha dos condes de Rio Maior. O governo começou a precisar muitas vezes do recorrer aos seus conselhos, como succedeu quando D. Carlota Joaquina se quiz assenhorear da regencia, dando seu marido por incapaz de governar. N'essa epoca, porém, já José de Seabra estava em Lisboa, porque, em attenção á sua provecta edade, fôra lhe permittido que se recolhesse á sua casa de São Sebastião da Pedreira, em março de 1801, mas continuando a ser-lhe prohibida a entrada na côrte. José do Seabra nunca mais foi recebido pelo principe. As suas obras publicadas fôram todas escriptas no desempenho dos seus deveres officiaes como procurador geral da corôa. Além da *Petição de recurso*, que apresentou á rainha, conforme dissémos, e que publicou, em 1767 imprimiu tambem em 1769 um *Memorial sobre o schisma do sigillismo.*

Seabra da Silva *(Lucas de)*. Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra e lente da mesma faculdade. N. em Lobão, a 6 de outubro de 1691, fal. em Lisboa a 12 do dezembro de 1756. Era filho de Gregorio Seabra da Silva, capitão de ordenanças da comarca de Vizeu, e abastado proprietario, e de sua mulher D. Antonia Ribeiro Pinto. Foi o instituidor dos morgados de Fail e Lobão, collegial de S. Pedro, de Coimbra, do conselho de D. João V e D. José, conselheiro de fazenda, nomeado em 1745, desembargador da Casa da Supplicação com exercicio na Relação e Casa do Porto, deputado da Bulla da Cruzada, cavalleiro professo da ordem de Christo. Casou a 25 de novembro de 1731 com D Josepha Thereza de Moraes Ferraz, filha do dr. Manuel Velho da Costa Marmelleiro, e de sua mulher D. Bernarda Thereza de Moraes Ferraz. Em 1748 publicou uma *Allegação de direito a favor de D. José de Mascarenhas, marquez de Gouveia, oppoente da successão da casa e estado d'Aveiro.*

Seada. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. do Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Seara. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Minho, conc. e com. do Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 72 fog. e 314 hab. Está situada na estrada de Ponte do Lima a Darque, a 2 k. da margem esquerda do rio Lima e a 5 da séde do conc. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a sé de em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: Santa Christina, de Pousa, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho, de Avessadas, conc. de Marco do Canavezes, distr. do Porto. || N. S.ª d'Assumpção, de Barrô, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Bico, conc. de Paredes de Coura, distr. do Vianna do Castello. || S. Thomé, de Caldellas, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Chavão, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Coucieiro, conc. do Villa Verde, distr. de Braga. || S. Thiago, de Cruz, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo

distr. || Santa Maria, de Esmoriz, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S. Thomé, de Friande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Miguel, de Frossos, conc. e distr. de Braga. || S. José, do Godim, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || Santa Eulalia, do Lanhezes, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Lordello, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Izabel, de Monte, conc. de Terras do Bouro, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Oliveira do Douro, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santa Maria, de Ovelha do Marão, conc. de Amarante, do mesmo distr. || S. Clemente, de Paços de Gaiollo, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || S. Miguel, de Poiares, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Rio Caldo, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || Santa Maria, de Salto, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Sub-Portella, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria dos Anjos e conc. de Valença, do mesmo districto.

Seara Velha Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 97 fog. e 351 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada na estrada de Bragança a Chaves, a 7 k. da margem esquerda do rio Tamega e a 9 da séde do conc. A terra é pouco fertil, mas cria muito gado de toda a qualidade, e ap parece por estes sitios muita caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Pov. na freg. de N. S.ª do Livramento, do Curral das Freiras, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal, ilha da Madeira.

Searas. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Searas de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Romão, de Carvalhosa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Sebadelhe Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de V. N. de Fozcôa, distr. e bisp. da Guarda; 130 fog. e 531 hab. Está situada a 2 k. da margem direita da ribeira Teja, a 10 da margem esquerda do rio Douro, e a 16 da séde do conc. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. N'esta freg. ha grande abundancia de azeite e vinho, muita fructa, gado e caça.

Sebadelhe da Serra. Pov. e freg. de Santa Margarida, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Trancoso, bisp. da Guarda; 109 fog. e 596 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada ante duas serras a 15 k. da séde do conc. Era commenda de Malta, e tinha grandes privilegios, como todas as terras que pertenciam a esta ordem. E' pov. muito antiga, e D. Affonso II lhe deu foral, no Guardão, conc. de Tondella, em fevereiro de 1220. Não tem foral novo. A terra é fertil em cereaes e castanhas. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Sébal Grande. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Condeixa-a-Nova, distr. e bisp. de Coimbra; 398 fog. e 1:513 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, correio com serviço de posta rural, pharmacia, feira no dia 19 de cada mez, e uma fabrica de telha e tijolo. Está situada n'uma campina, entre o rio dos Moiros e um seu affluente, a 3 k. da séde do conc. E' pov. muito antiga, mas não se sabe quando foi fundada, nem o nome do fundador, nem a origem do nome de Sébal. Foi pov. muito importante no tempo dos romanos, porque o seu nome se vê em varias moedas d'aquelles dominadores do mundo, que tem apparecido n'estes sitios. Tambem attestam a sua antiguidade as majestosas ruinas e vestigios de alicerces que se viam por aqui, ainda no meado do seculo passado. Tambem se prova a importancia que teve esta freg., no imposto de 36$000 reis de *jugada*, que pagava annualmente ao sonado de Coimbra, e que foi abolido no principio tambem do seculo passado. Esta quantia era muitissimo importante, attendendo á época em que foi imposta. A actual villa de Condeixa-a-Nova, pertencia a esta freg. antigamente, constituindo metade do seu territorio, tendo o nome de *Casal do Outeiro*, só depois de 1831 é que pôde conseguir formar parochia independente. A egreja matriz de Sébal, construida pelos antigos padroeiros, os conegos de S. João Evangelista (loios) e cabido de Coimbra, é um templo vasto e de boa architectura. Tem 7 capellas, todas de bella talha dourada, sendo duas capellas de abobada de cantaria, com esculpturas muito boas. Tinha muitos e ricos objectos de prata, que fôram quasi todos roubados pelos francezes, em 1807, e os que puderam escapar aos invasores fôram roubados na noite de 14 de maio de 1837. A invasão franceza foi funestissima para os povos d'esta freg. Em 1810 uns fugiram para as serras limitrophes, outros para além do Mondego, e até alguns vieram para Lisboa. São d'esta freg. as seguintes aldeias: Avonal, Barreira, Ribeira, Rapoula, Sébal Pequeno, Sobreiro e Venda da Luiza. Regam e fertilisam esta freg. os dois ramos do grande manancial de Alcabideque, e tambem o abundante da Arrifana, que, além de regarem, fazem mover as rodas de muitos moinhos e lagares. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra.

Sebastião I *O Desejado*, 16.º rei de Portugal. N. em Lisboa a 20 de janeiro de 1544, sendo filho posthumo do principe D. João, o unico filho varão sobrevivente de D. João III, e de D. Joanna, filha do imperador Carlos V. D. João III tivera 10 filhos, legitimos e 1 bastardo, mas todos morreram em vida de seu pae, só o principe D. João, que nascêra em 1537, chegára á adolescencia, e por isso, apenas elle completou 15 annos seu pae o casou com D. Joanna, filha de Carlos V, mas a sorte fatal que perseguira os outros filhos do monarcha, tambem o não poupou, e o principe D. João falleceu a 2 de janeiro do 1554, deixando sua esposa gravida e proximo do termo da gravidez. Esperavam todos com anciedade o nascimento do neto de D. João III, porque a corôa achava-se ameaçada de ficar sem successão, e uma clausula fatal inserida nas escripturas do casamento da infanta D. Maria de Portugal com o principe D. Filippe de Castella, attribuia aos filhos d'este matrimonio a herança da corôa portugueza no caso de faltarem herdeiros directos. Era a união iberica sempre temida e sempre detestada pelos portuguezes, portanto, todos espe-

ravam com grande inquietação o nascimento do filho posthumo do principe D. João, e foi com a maior alegria quo se soube, a 20 de janeiro d'esse anno de 1554, que acabára de nascer um filho, que ia receber o nome de Sebastião, por ter nascido no dia em que a egreja resa d'esse santo. Pelo enthusiasmo com que aquella noticia fôra recebida, se deu ao futuro rei o cognome de *Desejado*. Não fôram os menos contentes os avós, que se viam na perspectiva de ficar sem descendencia. D. João III, porém, pouco tempo sobreviveu, porque morreu tres annos depois, deixando a herança da corôa a essa debil creancinha, unica esperança da nacionalidade portugueza, e que estava predestinada para nos ser tão fatal. D. Sebastião, começou, pois, a reinar desde 11 de junho de 1557, com tres annos e meio de edade, e foi logo acclamado rei. Levantaram-se duvidas a respeito da regencia, que o cardeal D. Henrique reclamava como tio-avô do joven monarcha, e que a avó, a rainha viuva D. Catharina, assumiu em virtude d'um testamento mais ou menos authentico de D. João III. A regente, porém, era uma senhora que não deslustrava a familia a que pertencia, era digna irmã de Carlos V. Intelligente e sagaz chamou para seu auxiliar o cardeal D. Henrique, no proposito reservado de o aniquilar, o que facilmente conseguiu. Para o consolar, trabalhava em Roma para que o elegessem papa, mas no governo do reino annullou-o completamente. Comtudo, D. Henriquo intrigava, e a rainha para acabar com esse estorvo, lembrou-se de dizer que lhe entregava completamente a regencia do reino. Apanhado de improviso, o cardeal infante não se atreveu a acceitar; a sua recusa foi logo acceita e sancionada pelas côrtes, que para esse fim se reuniram, e D. Catharina ficou então na posse indisputada e completa da regencia. Comtudo, D. Henrique tinha um poderoso auxiliar, que eram os jesuitas, a cuja astucia confiou o exito da sua causa Contra elles é que D. Catharina nada pôde conseguir. Os jesuitas tanto intrigaram que afinal a rainha, em 1567, depois de 10 annos de regencia, viu se obrigada a cedel-a definitivamente a D. Henrique. Esta regencia durou, porém, só até 1568, anno em que D. Sebastião, tendo completado 14 annos de edade, foi declarado maior. D. Henrique não era homem capaz de só por si luctar contra a sua intelligentissima cunhada. Esta cedêra, mas não tardou a tomar a sua desforra. Apenas D. Sebastião chegou aos 14 annos, a rainha-avó tanto se moveu quo conseguiu que fôsse proclamada a maioridade. A regencia do cardeal durára apenas um anno. Que esperanças podia o novo soberano inspirar ao povo, e qual seria a sua educação. Ficára orphão de pae, ainda antes do nascer; sua mãe partira para Hespanha, mostrando-se muito despeitada por lhe não ser confiada a regencia, quando morreu D. João III A rainha D. Catharina, avó do monarcha, podia ser excellente educadora, e mostrou o resistindo por algum tempo á nomeação que lhe queriam arrancar d'um jesuita para mestre do seu neto, a que afinal cedeu A Companhia de Jesus era já n'esse tempo um colosso. O preceptor foi o padre Luiz Gonçalves da Camara. Para aio escolheu-se D. Aleixo de Menezes, homem de são criterio e espirito superior. Os que detestavam a influencia jesuitica imaginaram que D. Aleixo de Menezes, com a sua autoridade, exerceria maior influencia no animo do discipulo. Mas não succedeu assim Sem o querer, é certo, D. Aleixo contribuiu para completar a educação do jesuita. O padre Camara fez de D. Sebastião um monge, e D. Aleixo um militar brioso; essas duas educações combinadas deram em resultado esse monge militar coroado, esse templario enthusiasta, que arrastou Portugal á ultima cruzada, e que n'essa cruzada o perdeu. Com o seu temperamento ao mesmo tempo guerreiro e contemplativo, D. Sebastião facilmente recebeu as lições do preceptor e do aio. O padre Camara desenvolvia no seu espirito o fervor ascetico e religioso para poder fazer do rei, confiado aos seus cuidados, o fiel escravo da Companhia; D. Aleixo de Menezes, cumprindo o seu dever, ensinava lhe os brios cavalheirescos que eram proprios de um rei, e com as suas li-

D. Sebastião I

ções e com os exemplos gloriosos da sua vida ensinava-o a prezar a gloria das armas e a não temer os perigos. Ao mesmo tempo ouvia o joven monarcha a cada instante em torno de si lamentar a resolução de D. João III, que entregára aos moiros algumas praças que tinham sido conquistadas pelos nossos á custa de tanto sangue; era bem creança ainda, mas já com o espirito aberto a todas as impressões, pela sua notavel precocidade, quando a defeza heroica de Mazagão exaltou o reino todo e precipitou dentro das muralhas da praça africana a flôr da fidalguia portugueza. Tudo isto concorria para o exaltar e para o excitar. Muito intelligente, muito impressionavel, aprendendo tudo de relance, D. Sebastião era por isso mais accessivel do que qualquer outro á influencia de todas estas causas. Dividia o seu tempo pelas caçadas, pelos exercicios religiosos e pela leitura de livros de historia, principal

mente da historia portugueza. O seu grande prazer era desafiar o perigo e procurar as agruras e os descommodos da vida montezina. Ia de inverno para Cintra, de verão para Salvaterra o Almeirim, em dias de temporal é que elle folgava de embarcar nas galés o de ir fóra da barra contemplar, da pôpa dos navios, o mar embravecido. Fugia do amor com uma insensibilidade notavel, tanto porque julgava esse sentimento effeminado incompativel com os seus habitos guerreiros, porque o seu espirito religioso lho fazia vêr o ideal da vida humana na castidade ascetica Tudo concorria pois para perder o rei e o paiz; as qualidades de D. Aleixo de Menezes e os defeitos de Luiz Gonçalves da Camara, os seus habitos de caçador semi-selvagem que lhe faziam desprezar a um tempo o amor e o perigo o que o impediram de deixar um herdeiro da corôa e de salvar se por occasião da derrota de Alcacer-Kibir, quando isso lhe era ainda tão facil. D. Sebastião tornou se completamente um escravo dos jesuitas, que tudo tinham feito por lhe desenvolver o fervor religioso, que animavam o seu afastamento das mulheres, porque a influencia d'uma mulher, esposa ou amante, destruiria para sempre a influencia do confessor. Este, sempre habil, emquanto precisou de ter quem o escudasse, favoreceu o cardeal D. Henrique, creatura sua, contra a rainha D. Catharina, o quando viu que já lhe não era preciso, tratou de o inutilisar, servindo so para isso do despeito do D. Catharina, e foi proclamar a maioridade de D. Sebastião. D. Henrique, profundamente despeitado, recolheu se ao convento d'Alcobaça, e D. Catharina, vendo logo que não podia nada em seu neto, porque, tendo-lho pedido quo nomeasse vedor da fazenda Pero d'Alcobaça, homem de grande importancia e merecimento, teve o desgosto de vêr a sua recommendação postergada, sendo escolhido para esse logar D. Martinho Pereira, homem perfeitamente nullo, para escrivão da puridade Martim Gonçalves da Camara, irmão do confessor, e para secretario Miguel de Moura, tambem uma inutilidade, de fórma que os Camaras eram verdadeiramente omnipotentes no conselho de D. Sebastião. Havia outra influencia poderosa no animo de D. Sebastião, quo o jesuita trataria de destruir se a morte lhe não poupasse esse trabalho. Era o velho aio D. Aleixo de Menezes, que falleceu logo em 1569, deixando ao seu pupilo umas recommendações, que ello nunca cumpriu. Aconselháva lho quo não désse ouvidos aos aduladores que pretendessem afastal o de seu tio e de sua avó o fôram esses aduladores omnipotentes no seu espirito; que se não entregasse nas mãos dos fidalgos moços, e foi logo o que elle fez d'ahi a breves annos; que se não lançasse em emprezas temerarias e improficuas para o reino, e houve a expedição lamentavel a Alcacer-Kibir; que não entregasse os cuidados do governo a religiosos, e quem governava em Portugal eram dois padres; finalmente lhe aconselhava, que não promulgasse pragmaticas incommodas para os seus vassallos, e D. Sebastião, com as tendencias do seu espirito monastico, a primeira cousa que fez, foi promulgar uma pragmatica severissima. Como as côrtes insistiam para que el-rei escolhesse noiva entre as princezas européas, D. Sebastião resignou-se, e principiou a negociar-se o seu casamento com a celebre Margarida de Valois, irmã de Carlos IX. A Hespanha oppôz se vivamente a esse casamento, e tratou de offerecer a archiduqueza Izabel, mas, depois por uma mudança de politica, Filippe II casou esta princeza com o proprio rei de França, Carlos IX. D. Sebastião resentiu-se d'essa desfeita, e tomou o caso como pretexto para se recusar absolutamente a entabolar novas negociações para o seu casamento. Estavam, por conseguinte, seguros os jesuitas; ainda assim receavam que a avó recuperasse sobre elle o seu antigo imperio, mas para se livrarem d'esse receio, foi sufficiente insinuarem lhe que D. Catharina queria continuar a governar á sombra d'elle, para que o irritavel monarcha se despeitasse de fórma, quo inflingiu á avó taes desfeitas que D. Catharina se retirou escandalisada para o palacio de Xabregas, emquanto D. Sebastião passava em Santos ou na Alcaçova o pouco tempo que residia em Lisboa. Queixavam se muito d'essas constantes saidas os habitantes da capital, e com mais razão se queixaram ainda, quando, sobrevindo a terrivel peste de 1569, D. Sebastião os abandonou completamento, fugindo da epidemia com a maior cobardia, elle quo tantas provas dera de louca e temeraria audacia. E' porque em D. Sebastião o valor era uma questão de temperamento e não de consciencia; não tinha o valor reflectido, que affronta os perigos para cumprir um dever, tinha o valor brutal do caçador o do soldado, a quem o perigo embriaga como um vinho ardente. Durante uma viagem que fez pelas provincias, fugindo da peste de Lisboa, praticou as maiores extravagancias. Mandava abrir os tumulos dos reis sous antepassados, extasiava-se deante dos que tinham sido guerreiros, mostrava o mais completo desdem pelos pacificos, principiando a inspirar a todos os mais serios receios esta sua indole destemperada e bravia quo se curvava ao jugo dos jesuitas. Por esso tempo veiu um novo facto actuar no seu espirito. D. João d'Austria ganhara a gloriosa batalha de Lepanto, o essa victoria tivera ecos infinitos na christandade. Sentiu-se um pouco estimulado, os louros do moço principe hespanhol, seu tio, lhe perturbaram o somno. N'esse tempo veiu a Portugal um legado do papa, o cardeal Alexandrino, convidar D. Sebastião para uma cruzada contra os turcos. O monarcha abraçou com enthusiasmo essa ideia. Affirmou á republica de Veneza que marcharia immediatamente em seu auxilio, escreveu ao schah da Persia para que elle atacasse pelo Oriente o imperio turco emquanto os christãos o atacariam pelo Occidente. Emfim, chegou ao ponto do mandar dizer a Carlos IX de França, que acceitaria a mão de sua irmã Margarida de Valois se elle quizesse entrar na sua cruzada contra os turcos. Não só se resignava a esse casamento, como recusava o doto de 400:000 cruzados, e se comprometti a dar outros 400:000 mil a Carlos IX para elle guerrear os huguenotes do seu reino. O rei de França não pôde acceitar esse vantajosissimo negocio, porque Margarida de Valois já era noiva de Henrique do Navarra. D. Sebastião resolveu passar á India, mas dissuadiram-n'o d'essa ideia; quiz então passar á Africa, de quo tambem o dissuadiram; pensou em aprestar uma frota para ir soccorrer Carlos IX nas suas guerras contra os huguenotes, mas a matança da noite sangrenta da Saint-Barthélemy dispensou esse auxilio. O rei do Portugal resol-

veu de novo ir ao Oriente, mas teve de desistir d'esse projecto, porque as tempestades no proprio rio Tejo lhe dispersaram a frota. D. Sebastião continuou a dar prova da mais rematada loucura. O peior, porém, foi a primeira expedição a Africa, em que logo se sentiu a que loucas temeridades se poderia arrojar essa creança coroada. Em agosto de 1574 embarcou secretamente e passou a Africa, sem prevenir pessoa alguma. Houve grande terror, quando se soube da sua desapparição, sem se poder suspeitar para onde elle fôra. Finalmente appareceu uma carta regia, em que participava a sua expedição, nomeando regente do reino na sua ausencia o cardeal D. Henrique. As pessoas mais autorisadas lhe mandaram supplicas repetidas, pedindo-lhe que voltasse. D. Sebastião voltou, mas não foi por esse motivo, foi porque nem em Ceuta nem em Tanger encontrou occasião de combater. Os marroquinos, apenas souberam da sua chegada, retrairam-se suppondo que D. Sebastião era acompanhado de todas as suas forças do reino. D. Sebastião regressou por conseguinte a Portugal, mas decidido a voltar em estado de tentar empresas sérias. O resultado mais importante d'esta expedição africana foi a convivencia mais intima que travou com uns fidalgos moços e com D. Alvaro de Castro, que, sem ser moço, era o chefe do partido juvenil, convivencia de que resultou o golpe de estado que deu apenas chegou a Lisboa, e pelo qual Martim Gonçalves da Camara caiu no regio desagrado. A influencia passou então a D. Alvaro de Castro, mas D. Sebastião que em nada se importava com os negocios publicos, que tudo deixava entregue aos seus ministros, só n'uma cousa era intransigente, no que dizia respeito á expedição africana. Esse era o seu grande, o seu decidido empenho. Voltando de Tanger não pensava n'outra cousa. Os seus validos agora eram D. Alvaro de Castro e Pedro d'Alcaçova Carneiro. Foi este ultimo encarregado de ir negociar com Filippe II um tratado de alliança contra Marrocos, e logo viu que o soberano hespanhol não pensava nem por sombras em fazer uma cruzada africana, mas como habil politico, não querendo ficar com a responsabilidade do mallogro de uma negociação em que o rei estava empenhado, soube fazer acceitar a D. Sebastião a ideia de uma conferencia com seu tio D. Filippe. Foi a celebre conferencia de Guadalupe no Natal do 1576. N'essa conferencia D. Sebastião insistiu no seu projecto, allegando como pretexto politico que era indispensavel tomar Larache aos moiros. D. Filippe, primeiro, tentou dissuadil-o, mas depois começou a entrever as vantagens que da realisação d'esse projecto lhe poderiam talvez resultar, e tratou então unicamente de se não envolver a si proprio no desastre. Por essa occasião appareceu um inesperado ensejo, que até certo ponto parecia justificar os planos de D. Sebastião. Disse-lhe o bispo do Algarve, D. Jeronymo Osorio, que não desapprovava a ideia de uma cruzada contra os moiros, mas que achava inconveniente de todo o ponto a occasião, e que devia aproveitar-se o momento em que houvesse discordias graves entre os moiros. Ora essas discordias deram-se, e tão graves que um principe, Muley-Moluk, tio do soberano reinante Muley-Hamed, expulsou-o do throno, e este appareceu em Portugal pedindo soccorro ao rei, a quem promettia em compensação as mais largas concessões de territorios. Para prova da sua boa fé, um seu partidario entregou logo aos capitães portuguezes a praça d'Arzilla que D. João III abandonara. D. Sebastião ficou contentissimo com este fausto successo, e deliberou logo sem a mais leve hesitação, empenhar todas as forças do reino em soccorrer Muley-Hamed. Debalde todos, sem excepção, instaram com elle para que desistisse de tão louco intento; debalde o conselho de Estado unanimemente lhe declarou que não approvava similhante procedimento; debalde a rainha D. Catharina lhe supplicou e o cardeal D. Henrique e o senado da camara de Lisboa e os proprios embaixadores de Filippe II instaram com elle, que desistisse do intento, debalde o proprio Muley-Moluk lhe offereceu as condições mais honrosas para que a paz se não rompesse, de ninguem fez caso na sua extraordinaria monomania. Ao conselho de Estado disse que o reunira, não para deliberar sobre a questão de se saber se era ou não opportuna a sua passagem á Africa, essa já não admittia discussão, estava perfeitamente resolvida. Do que se tratava era de se saber o modo como se havia de realisar a expedição projectada. A Muley-Moluk exigiu que lhe entregasse primeiro umas poucas de praças, dictando condições a um inimigo poderoso, mas prudente, como as dictaria a um vencido. So a empresa era insensata, o modo de a levar a effeito foi mais insensato ainda. No levantamento do dinheiro preciso para a expedição commetteram-se as maiores exacções que irritavam o povo extraordinariamente. Depois fizeram se grandes levas no estrangeiro a peso de ouro, e reuniram se terços hespanhoes, allemães e irlandezes, com todos os inconvenientes das tropas mercenarias, recrutaram se no reino uns 9 mil soldados bisonhos, fracos, que não offereciam a minima garantia. O corpo de voluntarios da nobreza era brilhante, sem duvida, pela bravura dos que o compunham, mas era ao mesmo tempo indisciplinado, e depois equipava-se com um luxo completamente improprio para uma expedição militar. D. Sebastião, não só tolerava esse luxo, apezar das severas pragmaticas que promulgara em tempo, mas animava-o. Apezar de ser acima de tudo cortezão, Pedro de Alcaçova não pôde deixar de escrever uma *Memoria*, apontando os inconvenientes da expedição, e o modo desastroso como estava sendo preparada. D. Sebastião havia nomeado general da armada a D. Luiz de Athaide, homem de bom conselho e de muita circumspecção, e que sempre se havia opposto a esta temeraria empresa; mas por isso mesmo o rei o mandou por vice rei para a India, e deu o commando a D. Diogo de Sousa. Completamente desvairado, tendo-se munido da espada de D. Affonso Henriques que mandara pedir a Santa Cruz de Coimbra, e de uma corôa de ouro que devia collocar na cabeça quando se proclamasse imperador de Marrocos, partiu finalmente a 25 de junho com uma armada de 800 velas e um exercito de 18:000 homens, em que entravam soldados de todas as proveniencias, que já em Lisboa haviam tido varias e gravissimas rixas. Ao chegar a Africa, as loucuras continuaram. Foi D. Sebastião quem tudo quiz dirigir. Para tomar Larache, que é um porto de mar, desembarcou em Tanger a 17 de julho de 1578, e seguiu por terra, passando por Arzilla o Alcacer-

Kibir. A marcha em agosto era pesadissima para os nossos soldados, que ao chegarem a Alcacer-Kibir iam já mortos de fadigas. Seguiu-se a batalha desastrosa de 4 de agosto, que já está descripta minuciosamente n'esta obra, vol. I, pag. 149; accrescentaremos que D. Sebastião, apenas sentiu o cheiro da polvora, esqueceu tudo, os seus deveres de commandante, as ordens que déra, e arrojou se ao inimigo de espada em punho, praticando verdadeiros prodigios de valor. Quando a derrota começou, D. Sebastião nem deu por ella, mas de repente, quando percebeu que as hostes portuguezas estavam em completa debandada, comprehendendo então a enormidade dos seus erros, soube expial-os heroicamente. Era um novo erro, porque a sua morte ia deixar o throno vago, sem successão. Soube morrer com brio, com uma intrepidez verdadeiramente extraordinaria. Acompanhado apenas por uma porção de fidalgos, arrojou-se loucamente ao inimigo, procurando salvar a artilharia que os marroquinos levavam. Não o conseguiu, e os fidalgos que o rodeavam, esquecendo tambem a sua propria salvação, resgatando tambem heroicamente as culpas da sua temeridade, não pensavam senão em dar a vida para o salvar. O prior do Crato, a pé, com a espada embotada dos golpes que vibrára, todo coberto de sangue, indicava-lhe um claro nas fileiras musulmanas por onde podia ainda salvar-se, mas D. Sebastião não o attendia. Já não tinha a exaltação febril da coragem, mas a resolução fria de lavar com todo o seu sangue a sua culpa enorme. Já não podia fugir, mas podia comprar a vida com a perda da liberdade. Rendei vos, senhor, dizia-lhe D. Francisco de Mascarenhas, e elle, meneava triste e negativamente a cabeça. Só nos resta morrer, acudiu D. João de Portugal. Morrer, sim, respondeu o monarcha com voz abafada, morrer, sim, mas devagar. Christovão de Tavora, querendo salval-o á viva força, acenou a um moiro que viu proximo, para que viesse tomar lhe a espada, mas D. Sebastião percebendo, disse bruscamente: Não, não a liberdade real só se ha de perder com a vida. E mettendo esporas ao cavallo com verdadeira furia, sumiu-se nas fileiras musulmanas vibrando para um e outro lado as mais formidaveis cutiladas. Debalde, os fidalgos tentaram seguil-o, mas D. Sebastião tomára-lhes tão grande avanço, que foi impossivel alcançal o. Desappareceu, e da sua sorte nunca mais se soube. O povo não quiz acreditar na sua morte, e formou se em torno do seu nome, não só uma lenda, mas uma seita, que ficou conhecida por *Sebastianistas*. Mas a morte do infeliz monarcha foi officialmente reconhecida, e a corôa caiu por infelicidade em seu tio, o cardeal D. Henrique. Em 1582 o cadaver supposto ou verdadeiro, veiu para Portugal, e foi enterrado n'um tumulo da egreja de Belem, onde se escreveu um pequeno epitaphio em latim, que deixa transparecer a duvida, porque diz: *Aqui jaz, si vera est fama...* ‖ Entre as diversas obras, que se tem escripto ácêrca do reinado do D. Sebastião, conta se a *Historia Sebastica*, de Fr. Manuel dos Santos, publicado em 1735. D. Sebastião usava a *empresa* de umas estrellas de cinco pontas com a legenda *Celsa serena favent*. Esta se encontra numa medalha que lhe foi dedicada, reproduzida na *Memoria das Medalhas* de Lopes Fernandes.

Sebastião Fernandes. Pov. da freg. de S. Miguel, no conc. de Santa Catharina, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. ‖ Antiga povoação que havia no territorio dos Biafares, na Guiué, nas margens do rio Grande de Guinolá ou de Biguba. Hoje dá-se este nome ao territorio em que ella existiu.

Sebenta. Nome que dão em Coimbra os estudantes ás lições ou explicações lithographadas dos compendios.

Sebolido. Pov. e freg. de S. Paulo, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. do Porto; 187 fog. e 781 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada a 1 k. da margem direita do rio Douro e a 20 da séde do conc. A terra é fertil em todos os generos agricolas, e abundante de bom peixe, do rio Douro. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20 com a séde em Amarante.

Séca. Pov. do sobado de Tanda, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Secca. Ilhota proximo da costa da Cabaceira Pequena, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Seccarias. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. do Douro, conc. e com. de Arganil, distr. e bisp. de Coimbra; 92 fog. e 369 hab. Tem esc do sexo fem. e est. post. Está situada em terreno montuoso, mas com alguns valles ferteis, a 3 k da séde do conc. E' muito abundante de caça, grossa e miuda, e cria bastante gado de toda a qualidade. Esta pov. soffreu muito em fevereiro e março de 1811, com os grandes roubos e devastações feitos pelos francezes. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. ‖ Pov. na freg. da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Seccario. Pov. na freg. de S. João Baptista, do S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Seccas. Pov. na freg. de S. Vicente, de Giella conc. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello.

Secco. *(Antonio Luiz de Sousa Henriques)*. V. *Henriques Secco*.

Secco *(P. Diogo)*. Jesuita. N. na Covilhã em 1575, fal. a 4 de julho de 1623. Entrou na Companhia no noviciado de Coimbra, em 1590. Foi latinista muito apreciado, o quando era mestre no collegio de Lisboa, escreveu uma d'essas tragedias latinas, que constituiam a litteratura especial dos jesuitas, e que em 1601 foi representada na presença do bispo de Coimbra D. Affonso de Castello Branco, quando este prelado foi nomeado governador de Portugal. Essa tragedia tinha por assumpto a vida de Santo Antão. Foi mestre de philosophia e theologia, e em 1618 o escolheram para ser em Roma o revisor dos livros da Companhia. N'aquella cidade tambem leccionou theologia, e recebeu a nomoação de bispo de Nicea *in partibus*, para successor do patriarcha da Ethiopia, Affonso Mendes. Voltou então a Lisboa, e foi sagrado em 1623. Seguiu logo para o seu destino na nau *Santa Izabel*, commandada por D. Diogo de Castello Branco. A peste assaltou a nau, fazendo victimas, entre as quaes se contam o commandante e o novo bispo de Nicea. Além da tragedia de Santo Antão, tambem compoz um poema latino sobre a serra da Arrabida,

intitulado *Arrabida Mons*. Ainda deixou manuscriptos mais algumas obras em latim.

Secco *(Fernando Alvares)*. Mathematico muito considerado que floresceu no seculo XVI. Levantou um mappa de Portugal, com o titulo de *Tabula geographica Portugaliae*, que se imprimiu em 1560, sendo dedicada por Achilles Estaço ao cardeal Guido Sforza. Reimprimiu se em Amsterdam no anno de 1600.

Secco *(João)*. Licenceado e cirurgião, do hospital de Todos os Santos Foi nomeado em 1570 sendo aposentado no anno de 1580.

Secco *(Pedro Alvares)*. V. *Alvares Secco*

Secco. Pov. na freg. de S. Pedro, de Britello, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Seccos. Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Souzella, conc. de Louzada, distr. do Porto. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Fajã de Baixo, conc. e distr. de Ponta Delgada, Açôres. ‖ Ilhéos situados na costa da ilha Brava, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Dista cêrca de 10 k. da costa N da ilha, sendo chamado *ilhéo Grande* o mais oriental e *ilhéo do Rombo*, o outro. Estão rodeados de muitos outros rochedos, mas os navios teem passagem facil por entre elles por ser muito grande a profundidade n'aquellas paragens. O ilheo Grande tem 5 k. de extensão, e o do Rombo pouco mais de 2. Ambos estão deshabitados e não tem agua, d'onde lhe provém o nome de *Seccos*. Todavia, dá-se bem n'elles o algodão; ha sal crystallizado nos rochedos, e, ao que se diz, tambem ali se encontra agatha e ambar. E' grande a quantidade de passaros que frequentam aquellas costas, e os habitantes da ilha Brava costumam ir ali caçal os para fazerem oleo.

Securio. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição de Abitureiras, conc. e distr de Santarem.

Secreta. Armadura defensiva da cabeça. V. *Cervilheira*.

Seda. V. *Sericicultura*.

Seda. Villa e freg. de N. S.ª do Espinheiro, da prov. do Alemtejo, conc. de Alter do Chão, com. de Fronteira, distr. de Portalegre; 168 fog. e 992 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, Misericordia e est post. Está situada nas proximidades da margem esquerda da ribeira do mesmo nome, em terreno elevado, cercado de muros bastante altos, sem ameias, e um castello chamado Armiuho construido n'um pedregoso cabeço, quasi a prumo sobre o rio Seda. Fica a 12 k. da séde do conc. A pov. é muito antiga, e foi muito importante no tempo dos romanos. O seu primeiro assento era no sitio, que depois se chamou *Alparrajão*, que fica a 12 k. de distancia. As continuas guerras da edade media a destruiram. Os portuguezes tomaram a fortaleza em 1160 aos moiros, que offereceram fraca resistencia. D. Affonso Henriques a mandou reedificar, mas no sitio actual, com os materiaes da antiga pov. Fr. Simão Soeiro, mestre da ordem de Aviz, lhe deu o primeiro foral, em Aviz, a 18 de maio de 1271. D João I lhe deu tambem foral e a categoria de villa, em 30 de outubro de 1427, com grandes privilegios e isenções, que mais tarde el-rei D. Manuel confirmou, dando-lhe foral novo, em Santarem, no 1.º de outubro de 1510. A villa é banhada pela ribeira do seu nome, tendo uma boa ponte, chamada *Ponte de Villa Formosa*, que é um monumento grandioso, pela solidez da construcção. Tem resistido ás maiores enchentes sem que se lhe conheça o minimo detrimento. E' obra dos romanos. Por esta ponte vae até Alter do Chão o celebre e antiquissimo alicerce da via militar romana de Lisboa a Merida. No districto d'esta freg. ha 6 capellas, sendo a mais notavel a de N. S.ª dos Prazeres, de Alparrajão, que é um templo espaçoso muito antigo e de boa architectura, com capella-mór e 2 altares lateraes. A' entrada da porta principal tem um bom alpendre. Diz se que esta egreja era a matriz da primitiva villa de Seda, quando aqui estava situada. Pertence a villa á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. ‖ Ribeira do distr. de Portalegre. Fórma se de muitas ribeiras que nascem ao S d'aquella cidade, e as quaes todas tem pontes na estrada que vae da mesma cidade para Extremoz. Corre a O, passa proximo do Crato, onde tem ponte, assim como na estrada que vae d'esta pov. para a villa de Seda; muda depois a direcção para S O passa por debaixo da ponte da linha ferrea de Leste, e bem assim das da estrada de Alter do Chão e de Aviz para a Ponte de Sôr. Recebe a Ribeira Grande e da Almadafe e junta-se depois com a de Tera, formando com ella a ribeira Raia, tendo até ali 90 k. de curso.

Sedas. Pov. na freg. do Espirito Santo, conc. de Mertola, distr. de Beja.

Sederma. Pov. na freg. de S. José, de Godim, concelho de Peso da Regoa, districto de Villa Real.

Sediellos. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 794 fog. e 3:244 hab. Tem est. post. e está situada na aba da serra do Marão, a 11 k. da séde do conc. Esta freg. é fertil e rica e a maior do conc., depois do Peso da Regoa. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Sedões. Pov. na freg. de S. Thiago, de Bougado, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Sedoura. Pov. na freg. de S. Vicente, de Boim, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Sedouro. Pov. na freg. de S. Pedro, de Vade, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Segadães. Villa e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Agueda, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 112 fog. e 456 hab. Tem esc. do sexo masc. e fabricas de telha. Está situada a 1 k. da margem esquerda do rio Vouga, e a 6 da séde do conc. O rei D. Manuel lhe deu foral novo, em Lisboa, a 20 de março de 1516. Foi dos duques de Aveiro até 1759, passando então para a corôa, assim como tudo quanto era d'esta grande casa. A terra é fertil em todos os generos agricolas do paiz, cria muito gado, e é abundante de peixe, do mar e do rio Vouga. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. ‖ Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Baiões, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. ‖ Santa Maria, de Christello Côvo, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. Est. no caminho de ferro, na linha do Minho, entre as de S. Pedro da Torre e Valença.

Segade. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Carreira, conc. de Santo Thirso, distr. do Por-

to. || S. Torquato, conc de Guimarães, distr. de Braga.

Segade de Cá e Segade de Lá. Duas povoações, na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Semide, conc. do Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Sege. Carruagem, a modo de coche pequeno, com duas rodas e tirada por um cavallo. Usou-se do seculo XVI ao XIX. Tinha logar para duas pessoas e para um creado atrás. A caixa assentava sobre correias e era coberta por um folle, que descia até meio, com aberturas quadrangulares de cada lado, em vez de janellas. Essas aberturas podiam fechar-se por meio de cortinados de couro, com vidraças redondas. Na parte trazeira havia tambem uma abertura egual, munida de vidraça.

Segirei. Pov. na freg. de N.ª Senhora da Natividade, de S. Vicente, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Segirem. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Loivo, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Segodim. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Monte Real, conc. e distr. de Leiria.

Segões. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 76 fog. e 287 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada na estrada que do Fragoas vae entroncar com a de Lamego para Celorico da Beira, na margem esquerda do rio Paiva, a 15 k. da séde do conc. A terra é muito fria, mas produz muitos cereaes, e tem caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 9, com a séde em Lamego.

Segolva. Pov. na freg. de S. Salvador, do Thuias, conc. do Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Sègre *(Fr. Antonio).* Religioso carmelita. N. em Lisboa, e professou no convento do Carmo em 5 de maio de 1626, tendo tomado o habito do noviço em 1 de maio de 1625. Foi musico distincto e mestre da capella do mesmo convento, onde tambem por muitos annos exerceu o cargo de sub-prior. Fal. em setembro de 1658. Accrescentou e emendou o Processionario de que usavam os religiosos e as religiosas carmelitas, composto por Fr. Gaspar Campello o impresso om 1610. A edição reformada por Fr. Antonio Ségre imprimiu-se em Lisboa em 1642, e foi reimpressa em Veneza em 1717.

Segude. Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Minho, conc. o com. de Monsão, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 162 fog. e 539 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada na margem esquerda do rio Minho, a 10 k. da séde do conc. A terra é fertil; cria muito gado, e nos seus montes ha muita caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Seguier *(Jayme de Amorim Sieuve de)* Consul geral em Paris. N. em Barcellos a 26 de março de 1860, sendo filho de Carlos da Silva Seguier e de D. Maria Casimira Soares de Seguier Depois de cursar com aproveitamento as disciplinas de instrucção secundaria, matriculou-so no Curso Superior de Letras. Fez a sua estreia no jornalismo, em 1874, contando apenas 14 annos, no *Jornal da Noite*, de quo era proprietario e principal redactor Antonio Augusto Teixeira do Vasconcellos, um dos primeiros jornalistas e publicistas do seu tempo, que muito se lhe affeiçoou, escrevendo alli apenas com pequenas interrupções até fevereiro de 1880. Tanta confiança merecia a Teixeira do Vasconcellos a sua collaboração, que por vezes, tendo de ausentar se de Lisboa, o encarregou da direcção litteraria do jornal, assim como das secções de critica bibliographica e dramatica. Na sua collaboração poetica, sobresairam as poesias *Leviathan* e *Ignotae Deae*, esta ultima por occasião da celebrada guerra do Parnaso, que fôram recebidas e apreciadas como a manifestação d'um vigoroso talento. Na *Revista Litteraria*, do Porto appareceu em 1877, pela primeira vez, o seu pseudonymo *Iriel*, subscrevendo longa composição sob o titulo *A Poesia moderna*, que comprehendeu mais do 50 quadras, e que fôram transcriptas em diversos jornaes. Collaborou tambem na *Revolução de Setembro*, *Diario da Manhã*, *Diario de Noticias*, *Diario de Portugal*, *Occidente*, *Reporter*, *Economista*, *Revista de Coimbra*, etc. No *Diario de Portugal*, em 1880, encarregara se da secção de *Critica dramatica*, usando do pseudonymo do *Oberon*. Em 1883 era correspondente da *Folha nova*, jornal do Porto, assignando-se com o pseudonymo de *Iriel*; no *Jornal do Domingo*, redigiu a secção *Actualidades*; no *Pantheon*, do Porto, teve a seu cargo a chronica quinzenal; e no *Economista*, dirigiu a *Secção theatral*, com o mesmo pseudonymo de *Oberon*. Dedicando-se á vida diplomatica, foi nomeado consul de Portugal em Bordeus, por despacho de 20 do abril de 1881, tomando posse a 6 de julho do mesmo anno. Jayme Seguier foi delegado do nosso governo ao congresso de Bruxellas, para a protecção da propriedade industrial; fez tambem parte do Congresso Viniecla Nacional, promovido pela Associação da Agricultura, e realisado nos dias 5, 6, 7 e 8 de fevereiro de 1900. Em 1909 ainda exercia o cargo de consul em Bordeus, sendo depois nomeado consul geral em Paris, onde ainda se conserva. Escreveu: *O revolver Klentgen*, conto, publicado no *Brinde dos assignantes do Diario de Noticias em 1875*, Lisboa, 1876; *A Camões*, poesia escripta para ser recitada no sarau litterario do Gabinete Portuguez do Leitura do Rio de Janeiro, na solemnidade do 3.º centenario de Luiz de Camões; Lisboa, 1880; *Allegros e Adagios*, livro do versos; Lisboa, 1883. Traduziu as comedias em 1 acto, *O Desquite*, imitação em verso da peça *Chez l'avocat*, representada no theatro normal, Lisboa, 1881; *O Ramo de lilazes*, representada no mesmo theatro. Traduziu tambem o libreto da opera comica *Os Dragões de Villar*, etc. Como funccionario consular, tem publicado muitos relatorios, enviados ao ministerio dos negocios estranjeiros.

Seguineau *(D. Celestino).* Clerigo regular theatino. N. em Baçaim, na India, a 7 de maio de 1675; fal. em Lisboa a 31 do outubro de 1747. Chamava se no seculo Antonio Luiz, sendo filho de pae francez o de mãe portugueza. Seu pae chamava-se João Seguineau, era medico e foi nomeado physico mór da India; sua mãe, D. Leonor Tenreiro, nascera em Colombo, na ilha de Ceilão. Passou os primeiros annos da sua vida com seus paes em Gôa, e vindo com elles para a metropole, vestiu em Lisboa em 1691 o habito

de clerigo regular theatino, no convento dos Caetanos. Tendo sido mestre no seu cenobio, foi escolhido por D. Pedro II para mestre dos seus filhos bastardos D. José e D. Miguel. Passou depois a ser mestre dos noviços, preposito e examinador das tres ordens militares. Prégou e imprimiu: *Oração funebre nas exequias reaes do Christianissimo Rei de França Luiz XIV, celebradas na sua real capella d'esta cidade*, Lisboa, 1716. Escreveu tambem uns versos latinos em louvor do duque do Cadaval e de D. João V; muitos sermões, um poema latino em honra de D. Miguel, 3 volumes de epigrammas latinos, etc. Traduziu do italiano, por ordem régia, a *Anatomia do corpo humano*, de Bernardo Santucci.

Seguinhos. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Ribateita, conc. e distr. do Vizeu.

Seguino *(D. Pedro)* Conego de Santa Cruz de Coimbra. Foi depois bispo de Orense, e trasladou para a sua cathedral o corpo de Santa Eufemia, que estava no logar do Rio Caldo Fal. a 9 de julho de 1169, deixando traduzida em dialecto gallego a *Historia da Galliza*, de Servando, bispo de Orense, e uma relação da trasladação do corpo de Santa Eufemia.

Segundeira. Pov. na freg. de Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra.

Segura. Villa e freg. de N. S.ª do Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. do Idanha a-Nova, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 240 fog. e 955 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada n'um logar alto, proximo da fronteira de Hespanha, a 2 k da margem direita do rio Elga e a 23 da séde do conc. Esta villa e freg. foi uma das que a rainha Santa Izabel trouxe para Portugal em dote, no anno de 1282. O rio Elga divide aqui Portugal da Hespanha; sobre este rio, no distr. da freguezia de Segura, ha uma ponte, que é metade portugueza e metade castelhana El rei D. Diniz lhe mandou construir um castello em 1288, que está todo em ruinas. D. Manuel I lhe deu foral, em Lisboa, no 1.º de junho de 1510. Na villa ha minas de chumbo. Em janeiro de 1879 fôram concedidas provisoriamente duas d'estas minas a João Christiano Keil, uma no sitio da Lagarêta e outra no ribeiro da Ferranheira, ambas n'esta freg. Esta villa e seu termo, assim como outras muitas. pertenceu á ordem dos templarios; sendo esta ordem extincta em 1311, passaram os seus immensos bens, fóros e castellos para a ordem de Christo, fundada por el rei D. Diniz em 1319. Ficou, portanto, desde então, a villa de Segura formando parte d'uma commenda d'esta ordem, e os nossos reis, como grãos mestres de todas as ordens militares do Portugal, tomaram conta d'esta villa e apresentavam os parochos pelo tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens A terra é fertil e saudavel; o rio Elga fornece algum peixe miudo. Cria muito gado, e nos seus montes ha bastante caça. Pertence á 2.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Segús. Pov. na freg. de Santa Maria, de Landim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga

Seide. Pov e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 77 fog. e 210 hab. Tem esc. do sexo masc. e está situada a 4 k. da margem direita do rio Ave e a 6 da séde do conc. A terra é fertil e cria muito gado bovino, que exporta para Inglaterra. Pertence á 13.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. Era n'esta pov. a quinta de S. Miguel de Seide, onde durante muitos annos residiu o gran de romancista Camillo Castello Branco, visconde de Correia Botelho, e foi ali que elle se suicidou em junho de 1890. || Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. do Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 69 fog. e 282 hab. Está situada a 3 k. da margem direita do rio Ave e a 8 da séde do conc. Assim como a freg. antecedente, tambem é fertil, e cria muito gado, que exporta para Inglaterra. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Braga.

Seidões. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Fafe, distr. e arceb. de Braga; 102 fog. e 466 hab. Está situada a 4 k. da estrada do Fafe á Ponte de Cavez, e a 5 da séde do conc. A terra é fertil; tem muito gado e caça. Pertence á 6 ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Seirós. Pov. na freg. do Salvador, de Canedo, conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real.

Seirrãos. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Beça, conc. de Boticas, districto de Villa Real.

Seis bazarucos. V. *Bazaruco*.

Seis peças. V. *Dobra de 24 escudos*.

Seis Ribeiros Ilha Terceira, Açôres; pov. na freg. de Santa Barbara, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Seisal *(José Mauricio Correia Henriques, 1.º barão, 1.º visconde e 1.º conde)*. Gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; gran-cruz das seguintes ordens estrangeiras: Sant'Anna e S. Estanislau da Russia, Leopoldo da Belgica, Leão Neerlandez dos Paizes Baixos, Corôa do Ferro da Austria, Alberto o Valoroso da Saxonia, S. Mauricio e S. Lazaro da Sardenha. etc , par do reino, conselheiro, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario ás côrtes de S. Petersburgo, Bruxellas, Haya, Londres e Paris. N. a 5 de novembro de 1802; fal. a 7 de fevereiro de 1874. Era filho de José Anselmo Correia Henriques (V. *Portugal*, vol. II, pag. 909). Casou duas vezes: a primeira, em 2 de dezembro de 1820, com D. Adele Louise, condessa de Paoli-Chagny, que falleceu a 10 de abril de 1838, filha de Francisco Eugenio Estevão Augusto, conde de Paoli-Chagny, e de sua mulher D. Sibilla, baroneza de Braun. Casou a segunda vez, em 4 de agosto do 1839, com D. Aline Stjernval, dama de honor da imperatriz da Russia, filha do Carlos Stjernval, governador de Wiburgo na Finlandia, e de sua mulher, D. Eva, baroneza de Willebrandt. Foi agraciado com o titulo de barão por decreto de 20 de maio de 1843, com o de visconde por decreto de 10 de janeiro de 1854, e com o de conde, por decreto de 26 de janeiro de 1871. O seu brazão d'armas é um escudo partido em pala, tendo na primeira as armas dos Correias: Campo de ouro fretado de correias sanguinhas repassadas umas por outras de 6 peças, 3 em banda e outras 3 em contrabanda: e na segunda as dos Henriques: campo esquartelado, sendo os 2 campos superio res de prata, e em cada um d'elles um leão ver-

melho batalhante, e o campo de baixo vermelho com um castello de ouro.

Seisal (*Pedro Mauricio Correia Henriques, 2.º visconde e 2.º conde de*). Tenente coronel de engenharia, com o curso da Escola Militar da Belgica; official as ordens d'el-rei; veador de serviço da duqueza de Bragança, com honras de ajudante de campo do infante D. Augusto, par do reino, por successão; commendador da ordem de Aviz; gran-cruz das ordens da Estrella Polar da Suecia e de Izabel a Catholica de Hespanha, cavalleiro da de Leopoldo da Belgica, etc. N. em Ploen, no ducado de Holstein, a 27 de novembro do 1846, sendo filho do antecedente. Casou duas vezes: a primeira a 24 de janeiro de 1876, com D. Carolina Maria de Castro Pereira, que fal. a 5 do dezembro de 1878; a segunda vez, a 28 de abril de 1884, com sua cunhada D. Maria Germana de Castro, dama camarista da rainha D. Maria Pia, ambas filhas de Rodrigo Delfim Pereira e de sua mulher D. Carolina Bregaro. O titulo de visconde foi-lhe renovado por decreto de 13 de março de 1860, e o de conde por decreto do 19 de maio de 1886.

Seitella. Pov. na freg. de S. Martinho, de Mozellos, conc. da Feira, distr de Aveiro.

Seivada. Pov. na frog. de S. Mamede, do Villa Verde, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Seixa Povoações nas fregnezias: Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. ‖ S. Miguel, de Campia, conc. de Vouzella, distr de Vizeu.

Seixal. Villa da prov. da Extremadura, séde de conc. e de com., distr., patriarc. e Relação de Lisboa. Tem uma só freg., cujo orago é N. S.ª da Conceição. Está situada na margem esquerda do rio Tejo, juuto do esteiro que vae á Amora e a Arrentella, no ponto mais pittoresco, mais central, e de mais facil accesso para Lisboa. Segundo a tradição, a origem da villa é a seguinte: Vendo pessoas competentes que o sitio era asado para construcções navaes em grande escala, e que estava em facil communicação com os operarios da fabrica da Ribeira das Naus, que estava então estabelecida a E, para o lado da villa de Côina, fundaram aqui alguns estabelecimentos, dependentes do arsenal da marinha, e pouco a pouco, os mestres e operarios d'elle, aqui fôram construindo casas do habitação. Diz se que no principio, os moradores do Seixal pagavam os dizimos ao infante D. Antonio, commendador de Almada, e quo depois esta commenda passou a ser do condestavel D. Nuno Alvares Pereira, por mercê de D. João I. Posteriormente, o condestavel a deu aos religiosos carmelitas do Lisboa, quando construiu n'esta cidade a egreja o o convento do Carmo. Consta que D. Manuel, em uma das frequentes visitas que fazia aos estaleiros de Côina durante os aprestos das naus que fôram em descobrimento e conquista da India, esteve no Seixal, e muito agradado do logar o elevou á categoria de villa, concedendo lhe foral, e ordenando que de futuro lhe ficassem chamando Villa Nova do Seixal. D'isto existia ainda no meado do seculo passado uma inscripção gravada n'uma pedra sobre a verga d'uma porta da rua do Paço. O nome de Seixal provém por haver n'aquelle sitio grando abundancia do seixos. Aproximadamente om 1500, construiu-se ali uma ermida dedicada á Senhora da Conceição. Passados muitos annos, com o crescimento da população, e sendo incommodo estarem ligados á parochia d'Arrentella a que a villa pertencia, os habitantes do Seixal cuidaram de construir um templo espaçoso, que de futuro pudesse servir de egreja parochial, e por provisão do primeiro patriarcha de Lisboa D. Thomaz de Almeida, de 29 de março de 1726, se alcançou licença para esta edificação, sendo a primeira pedra lançada pelo parocho do Arrentella, em 22 de abril do mesmo anno. Todo o povo do Seixal, sem distincção de categoria, sexo nem edade, trabalhou n'esta construcção, e os que eram ricos, além das grandes esmolas que deram, se puzeram á frente dos operarios, trabalhando com elles, distinguindo-se José Bravo, quo hypothecou todos os seus haveres, até ao completo pagamento de todas as despezas da obra. Os homens fintaram-se voluntariamente, na terça parte de todos os seus lucros. A cerimonia da abertura do novo templo realisou-se a 25 de dezembro de 1728, com grande solemnidade. Trataram depois do processo de se desmembrarem d'Arrentella, o que soffreu grande opposição da parte do prior d'esta freguezia, sendo finalmente ordenada a desmembração por provisão do cardeal patriarcha, datada de 25 de junho de 1734, sujeitando se o povo da nova freg. á sustentação da fabrica da egreja, e ao pagamento da congrua do parocho. O primeiro prior da nova freg. foi escolhido pelo povo, o P. Manuel Simões da Estrella, da villa de Pombalinho, que tomou posse em 27 de julho do mesmo anno de 1734, e em seguida a 27 de agosto, se celebrou com majestosa pompa a installação religiosa da parochia, ordenando para isto uma procissão, que saiu da ermida da Boa Viagem, propriedade dos religiosos da ordem da Trindade. A confraria do Santissimo, que logo se instituiu, desejando adquirir as graças e indulgencias de que goza a archi confraria da parochia do S. Julião, de Lisboa, solicitou patente de aggregação, que a dita archi confraria lhe concedeu, por accordam de 24 de abril do 1755. O terromoto do 1.º de novembro d'este anno, damnificou muito a villa, muitas propriedades se arruinaram, assim como a egreja matriz, ficando sepultadas sob as suas ruinas muitas pessoas. As inundações quo se seguiram ao terremoto, puzoram om fuga todos os habitantes da villa, que procuraram abrigo, ao S da parochia, no sitio chamado *Barrocas do conde de Villa Nova.* O Santissimo foi conduzido em procissão para a ermida dos frades trinos. Tratando de reedificar a primitiva ermida, por ser obra de menos despeza, andaram com tanta solicitude, que depressa arranjaram dinheiro, concluindo se a obra a ponto, de se celebrarem já ali os officios da semana santa em 1756. A reconstrucção da egreja matriz foi mais dispendiosa e demorada, terminando em 1762, celebrando-se a sua abertura com grando esplendor em 21 do fevereiro de esse anno. A torre dos sinos só se concluiu em 1776, collocando se lhe logo 3 sinos e 1 relogio. Como o anno do 1784 fôsse propicio aos pescadores, pela grande abundancia de pescaria quo então houve, resolveu esta corporação adquirir uma imagem da padroeira, do tamanho proporcionado ao templo, e ajustaram em Lisboa com o esculptor Nicolau Pinto, o fazer-lhes uma imagem do Senhora da Conceição, do madeira, de 7 palmos d'altura, que foi collocada no altar-mór, so-

bre a banqueta, e debaixo d'um rico docel de talha dourada. A imagem antiga passou para o 1.° altar lateral, do lado do Evangelho. A imagem do Senhor dos Mareantes é muito antiga, e consta que foi offerecida por um devoto que a tinha n'um oratorio d'uma sua quinta no districto d'esta freg. Até 1833 se enterravam os defuntos na egreja parochial Depois é que a camara adquiriu o terreno do actual cemiterio, que fica a S da villa, e para o qual se comprou uma casa com o seu quintal, e mais uma porção de terreno que foi offerecido generosamente. Em 1856 novamente se reparou a egreja matriz, que póde rivalisar com muitos dos mais importantes templos de Lisboa, tanto na perfeição da talha dourada a ouro fino, como na perfeição das imagens e riqueza dos paramentos e alfaias. Importou esta reparação em 11:000$000 reis. O corpo da egreja foi modernamente decorado pelo distincto pintor e decorador, Pereira Junior. Por essa occasião se adquiriram os actuaes sinos, que são 9. A villa do Seixal tem estação telegraphica do 1.ª classe, aberta ao serviço publico em 28 de setembro de 1878; est. post. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobranças de titulos, letras e vales; advogados, agentes das companhias de seguros: *Equidade*, *Reformadora* e *Sociedade Portugueza*; associações: da *Classe Piscatoria*, *Montepio Piscatorio e artistico da Villa do Seixal*, *Progresso humanitario*, *Soccorros mutuos Alliança Operaria*, *Soccorros mutuos dos pescadores do alto mar Seixalenses*, *Centro Escolar Democratico Seixalense*; escolas d'ambos os sexos, hoteis, casas de pasto, fabricas de cortiça, na quinta dos francezes; de cortumes, de sola, de rolhas, de telha e tijolo, de lanificios e de vidros na Amora (*V. estes dois nomes*); medicos, pharmacias, notarios, *Theatro Timbre Seixalense*, *Club Recreativo Seixalense*, *União Seixalense*; productores de vinhos, sécca e preparação de bacalhau, emprezas de viação, muitos estabelecimentos commerciaes e industriaes, etc. Pertence á 1.ª div. mil., 1.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.° 2, com a séde em Lisboa Em Seixal ha carros para Amora, e para Arrentella, Torre da Marinha, e Aldeia de Paio Pires, para Cezimbra, etc. Seixal é um dos mais importantes centros mercantis da margem esquerda do Tejo, a sua população é, na maior parte, composta de pescadores do alto mar. A principal industria é a pescaria, e o pescado de Cezimbra transita todo pela villa, occupando uma grande colonia de maritimos. Tem-se publicado ali os jornaes: *O Seixalense*, 1902; *Sul do Tejo*, 19 de setembro de 1901. Os logares mais importantes são: a *Azinheira*, dependencia do arsenal de marinha, depositos de madeiras para construcções navaes; arrecadação das galeotas reaes, mastreação e embarcações miudas dos navios de guerra: *Côina*, onde ha uma fabrica de telha e tijolo; *Correr de Agua; Corroios; Fernão Ferro; Fóros d'Amóra; Torre da Marinha*. Em *Valle do Milhaço*, fabrica de polvora. Durante as luctas da independencia e da liberdade, foi o Seixal uma das povoações que mais patrioticamente deixaram o seu nome nobremente vinculado com o auxilio que os seus habitantes prestaram, e com os grandes sacrificios que fizeram pela liberdade. O conc. compõe-se de 4 freguezias, com 1:639 fog. e 6:779 hab., sendo 3:754 do sexo masc. e 3:025 do fem., n'uma superficie de 9:070 hect. As freguezias são: N. S.ª d'Annunciada, de Aldeia de Paio Pires, 1:027 hab.: 582 do sexo masc. e 445 do fem.; N. S.ª de Monte Sião, do Amora, 2:103 hab.: 1:230 do sexo masc. e 873 do fem.; N. S.ª da Consolação, de Arrentella, 1:430 hab.: 758 do sexo masc. e 672 do fem; N S.ª da Conceição, do Seixal, 2:219 hab.: 1:184 do sexo masc. e 1:035 do fem. O principal commercio e industria de todo o conc. é azeite, vinhos, cereaes, fructas, cortiça, rolhas, moagens, garrafas, polvora e sola. Este concelho foi extincto pelo decreto de 26 de setembro de 1895, e restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. || Pov. e freg. de Santo Antão, na ilha da Madeira, conc. de Porto Moniz, com. do S. Vicente, distr. e bisp. do Funchal; 257 fog. e 1:143 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. E' porto de mar. Tem carreiras de vapores costeiros; fabrica de aguardente, e é fertil em generos agricolas. Pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.° 27, com a séde no Funchal. Esta pov. foi annexada ao conc. de S. Vicente, por decreto de 18 de novembro de 1895 que supprimiu o de Porto Moniz, voltando para este, depois de restaurado, por decreto de 13 de janeiro de 1898. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, da Ericeira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, do mesmo distr. || N. S.ª da Annunciação e conc. da Lourinhã, do mesmo distr. | S. Miguel, de Milheirós de Poiares, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || Santo André, de Palme, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || Pov. do distr. e ilha de Timor, Oceania. Pertence á jurisdicção de Okussi. || Ribeira do distr. de Lisboa N. a 10 k. ao S da villa do seu nome, corre para o N e vae entrar na enseada que n'aquelle ponto fórma o Tejo.

Seixas. A familia d'este appellido era da Galliza, e parece que passou a Portugal, no tempo de D. João I, na pessoa de Vasco Gomes de Seixas. Tem por armas: Em campo verde 5 seixas de prata voando, a mais alto, e a mais baixa de contrabanda com os olhos armados de verde; timbre, uma das seixas das armas voando.

Seixas (*Antonio José de*). Opulento proprietario e capitalista, antigo deputado, etc. Fal. a 19 de fevereiro de 1894, com 77 annos de edade. Foi um dos fundadores do Banco Ultramarino e seu administrador geral, vereador da camara municipal de Lisboa, vogal da Junta do Credito Publico, desde 15 de junho de 1867 até 22 de junho de 1879, membro da Junta Consultiva do Ultramar, administrador geral do Credito Predial, director de varios bancos e companhias. Collaborou no *Commercio de Portugal* e no *Jornal do Commercio*, escrevendo diversos artigos, assignados com um *S.*, occupando-se n'alguns d'elles das questões coloniaes, de que tinha profundo conhecimento, assim como no parlamento. Era um orador fluente e muito considerado, prestou muitos serviços, quando fez parte da vereação da camara, e a todo o commercio em geral. Antonio José de Seixas falleceu repentinamente, quando assistia no Banco Hypothecario a uma sessão em que discursava ácêrca da nossa Africa.

Seixas (*Gregorio José de*). Bacharel formado em mddicina e philosophia pela Universidade de Coimbra, provedor da Casa da Moeda, deputado, escriptor, etc. N. em Silves a 27 de janeiro de 1763, e fal. em Lisboa, em egual dia do anno de 1830. Era filho de Antonio José de Seixas Frequentou a Universidade, e depois da sua formatura veiu para Lisboa exercer a medicina, e entregando se mais especialmente á chimica, traduziu do francez as *Taboas synopticas de Chymimica, ou compendio de lições chimicas para as escolas de Paris, por A. F. Fourcroy*, que publicou em 1802. Publicou em 1812, como anonymo, um opusculo intitulado: *Politica particular de Bonaparte*, etc. Sendo incumbido pelo governo de escrever um *Diccionario de artes e officios*, foi para servir de preludio a esse *Diccionario*, que traduziu e publicou em 1813, a *Technologia do doutor Beckmann*, porque e *Diccionario* não chegou a imprimir-se por falta de auxilio pecuniario. Era elle n'essa occasião demonstrador de docimasia e de pharmacia na Casa da Moeda, e ao mesmo tempo ajudante do laboratorio chimico e docimasico, sendo tambem incumbido de um grande numero de commissões de analyses chimicas. Por decreto de 5 de junho de 1820, foi-lhe concedido como tença metade do ordenado, e em 1821 foi nomeado provedor da Casa da Moeda. Eleito deputado pelo Algarve em 1822, foi um dos signatarios do protesto das camaras contra a violenta dissolução que resultou da villa francada, e por isso foi mandado retirar para Silves, d'onde voltou a Lisboa em 1824, já muito quebrado de saude. Ainda arrastou uma vida pouco agradavel durante 6 annos, até que falleceu.

Seixas (*Fr. João de*). Religioso da ordem de S. Bernardo. N. em Vizeu em 1612, fal. em Lisboa a 20 de agosto de 1674. Professou em Salvaterra no anno de 1627. Foi doutor em theologia, abbade do collegio de S. Bernardo, de Coimbra, em 1651, do convento de Salzedas em 1657, secretario do geral Fr. Gabriel de Almeida, e depois escolhido para bispo do Funchal na ilha da Madeira. Voltando a ser abbade de Salzedas, o governo de D. Affonso VI o encarregou de ir a Roma sollicitar do papa Alexandre VII a confirmação dos bispos portuguezes. Regressando a Portugal foi eleito visitador geral e abbade do convento do Desterro, de Lisboa, onde veiu a fallecer, deixando manuscriptos uns commentarios a S. Thomaz.

Seixas (*João da Cunha*). Bacharel formado em direito pela Universidade do Coimbra, juiz da Relação do Porto e do Supremo Tribunal de Justiça, etc. Era oriundo d'uma distincta familia do concelho de S. João da Pesqueira, onde nasceu em 1835; fal. em Lisboa a 14 de maio do 1908. Matriculando se na Universidade fez a sua formatura em 1857, e no anno de 1864 foi nomeado delegado para a comarca de Pinhel, d'onde passou exercendo as mesmas funcções, para a da Regoa em 1867. Pouco depois foi nomeado juiz auditor em Vizeu, passando d'ahi ao Porto, como auditor das divisões militares. Mais tarde, em virtude do novo codigo de justiça militar, regressou ao exercicio judicial civil, sendo juiz de primeira instancia em Sinfães, Villa do Conde, Lamego, Bragança e Fafe. Em 1892 foi collocado na Relação dos Açôres, passando em 1894 á do Porto, onde exerceu as funcções de presidente, vindo depois, em 1906, para Lisboa nomeado juiz do Supremo Tribunal de Justiça. O conselheiro João da Cunha Seixas era casado com a sr.ª D. Thereza Josephina Lopes Guilherme e Seixas.

Seixas (*João Nepomuceno de*). Cavalleiro da ordem de Christo, professor do Lyceu de Lisboa, e de rudimentos historicos e recta pronuncia nas escolas do Conservatorio da mesma cidade, etc. Não sabemos a data do nascimento, mas falleceu em 1873. Era cego, infelizmente. Escreveu, em collaboração com Francisco Martins de Andrade, um *Opusculo ácêrca da lingua portugueza*, etc., publicado em 1844. No jornal *Instrucção Publica*, em 1855 e 1856, escreveu varios artigos sobre *Educação*, e varios outros assumptos; *Discursos* e *Orações* recitados nos actos solemnes do collegio de Nossa Senhora da Conceição, etc. Attribuese-lhe o seguinte opusculo, que saiu sem o nome do autor: *Portugal e a sua autonomia em relação ao novo principio das nacionalidades, segundo as raças*, Lisboa, 1871. Nos *Boletins*, ou *Annaes* do referido e antigo collegio de Nossa Senhora da Conceição, estabelecido na rua da Esperança, em Lisboa, de que era proprietario e director Joaquim Lopes Carreira de Mello, vem publicados tambem diversos discursos proferidos por occasião da festa da distribuição dos premios e abertura solemne das aulas do respectivo collegio, ou a menção das suas conferencias como professor de litteratura. Na 3.ª serie d'esses *Annaes*, n.º XII, pag. 6, se diz: «E' uma maravilha este cego, que vê tanto... O sr. Seixas tem discursado em muitas assembleias, e como escriptor e publicista, attestam seu merito seus muitos artigos nos jornaes litterarios e politicos...» A pag. 12: «E' um cego (Seixas). Fronte pendida pelo peso dos annos e profundo meditar. Pensando sempre, como homem que vê apenas o mundo do pensamento, tem n'esse campo colhido flôres, cultivado arbustos, que só medram bafejados pelo estudo.»

Seixas (*José Antonio Carlos de*). Notavel organista e cravista. N. em Coimbra a 11 de junho de 1704, fal. em Lisboa, apenas com 38 annos de edade, a 25 de agosto de 1742. Era filho de Francisco Vaz o de Marcellina Nunes. Ainda muito novo deu taes provas de grande talento e vocação para tocar orgão, que vindo para Lisboa aos 16 annos para tomar ordens ecclesiasticas, tinha-o precedido a fama de grande organista, pelo que foi convidado para exercer esse cargo na Basilica Patriarchal. Carlos de Seixas foi cavalleiro da ordem de Christo, o occupou na de S. Thiago, a dignidade do contador do Grau-mestrado. Quando falleceu, os frades do convento da Graça fizeram-lhe pomposas exequias, a que assistiu a maior parte da nobreza residente em Lisboa. Deixou muitas musicas manuscriptas, das quaes ha noticia de: 10 missas a 4 e a 8 vozes, com orchestra; 1 *Te Deum* a 4 coros, que se cantava na egreja de S. Roque no ultimo dia do anno; varios motetes e quantidade enorme de tocatas para cravo e para orgão. Na bibliotheca da Universidade existe um livro manuscripto contendo muitas d'essas tocatas, e na da Ajuda ha outro. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa tambem se guardam 2 livros de tocatas para cravo, tendo um d'elles 3 e outro 7 composições de Carlos de Seixas.

Seixas *(José Maria da Cunha)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado em Lisboa, jornalista, escriptor, etc. N. em Trevões a 26 do março de 1836. Matriculando-se na Universidade, seguiu o curso com distincção, obteudo nos 2.º, 3.º, 4.º e 5.º annos honras de *accessit* o informações distinctas, concluindo os estudos e fazendo a sua formatura a 27 de julho de 1861. Ainda estudante, collaborou activamente no *Viriato*, de Vizeu, e fundou, em Coimbra, no anno de 1860 um jornal com o titulo de *Academico*. No mesmo anno de 1864 publicou em Coimbra um livro, cuja edição depressa se esgotou, a que deu o titulo de *Estreias*, o qual continha cinco partes: 1.ª *Poesias diversas*, 2.ª *Traducções ou imitações*, em verso; 3.ª *Lamentações*, em prosa; 4.ª *Esboços moraes e politicos*, 5.ª *Considerações sobre o iberismo*, em que se defende calorosamente a independencia de Portugal Veiu depois para Lisboa exercer a advocacia. Entrando na politica, filiou se no antigo partido historico, mas não quiz adherir á fusão politica de 1865, e como redactor da *Independencia Nacional*, jornal de Manuel de Jesus Coelho, defendeu a autonomia municipal, a descentralisação administrativa e outras ideias democraticas. Depois do pequeno movimento do 1868 que não correspondeu ás suas aspirações democraticas, absteve-se da politica até se reconstruir o partido historico, sob a presidencia do duque de Loulé, em que se insereven. Quando se fez a fusão dos partidos reformista e historico, d'onde saiu o partido progressista, oppoz-se a que se votasse o programma sem discussão, e effectivamento discutiu quasi todos os artigos, indicando emendas, muitas das quaes lhe promotteram, seriam attendidas. Indo ao poder o partido progressista em 1880, exigiu durante um anno, no *Diario do Commercio*, o cumprimento do programma e as reformas politicas, mostrando-se dissidente do governo por esse motivo, mas não do partido. Durante esse ministerio discutiu na imprensa quasi todas as propostas dos diversos ministros, e especialmente as do ministro Barros Gomes. Vendo que o governo se não resolvia a fazer as reformas politicas, despediu-se do partido, abstendo se desde então por muitos annos da politica militante, continuando no exercicio da advocacia. Como jornalista, escreveu, além dos já citados, nos seguintes jornaes: *Jornal de Lisboa, Commercio de Lisboa, Jornal do Commercio, Diario Illustrado, Districto de Beja, Commercio, Economista, Commercio de Portugal, Progresso, Imparcialidade, Gazeta de Portugal* e em ainda em outros muitos jornaes politicos e litterarios, publicando muitos artigos sobre varios assumptos criticos e juridicos. Cunha Seixas era socio do Instituto de Coimbra, da Sociedade de Geographia do Lisboa, da academia Mont real de Toulouse, da Associação dos Jornalistas e Escriptores Portuguezes, para a qual escreveu em 1881 um extenso relatorio ácêrca da liberdade da imprensa e das immunidades de que esta deve gozar, documento que passou para a ropresentação enviada pela mesma associação ás côrtes, etc. Bibliographia: *Estreias*, etc., Coimbra, 1864; *A dotação do culto e do clero catholico, exposição e analyse do projecto de lei do ex.mo sr. Levy Maria Jordão*, Lisboa, 1865; saiu primeiro em diversos artigos da *Gazeta de Portugal*, a começar em 19 do março de 1865; *A Phenix ou a immortalidade da alma human, fragmento d'um livro inedito*, Lisboa, 1870; *Principios geraes de philosophia da historia*, Lisboa, 1870; *Galleria de sciencias contemporaneas*, Porto, 1884; *Phantazias de amor*, Lisboa, 1880; *Theoria das acções de filiação illegitima*, Lisboa, 1883; *O Pantitheismo na arte, canticos e poesias*, Lisboa, 1883; *Ensaios de critica philosophica ou reposição do estudo actual da litteratura*, Lisboa, 1883; *Estudos de litteratura e de philosophia, segundo o systema pantitheista*, Lisboa, 1884; *Principios elementares de direito civil portuguez para uso dos lyceus; Elementos de moral para uso das escolas normaes*, Lisboa, 1885; *Locubrações historicas*; *Curso de philosophia elementar* Cunha Seixas o o sr. dr. Armelim Junior, fôram os directores do *Almanach Primeiro de Dezembro para 1888*, publicado em 1887. Cunha Seixas interessou-se sempre pelas questões sociaes, defendondo no *Progresso*, em 1868, n'uma serie de artigos, a instituição do jury; om 1882, no *Commercio de Portugal* a reforma das recebedorias de comarca, depois com um longo relatorio reduzido a projecto lei e entregue ao deputado Lencastre, que apresentou o projecto na sessão de 13 do março do mesmo anno.

Seixas *(Roque Augusto de Seixas, barão e conde de)*. General de brigada reformado, bacharel em philosophia pela Universidade de Coimbra, professor do Collegio Militar, importante proprietario, etc. N. em Coimbra a 18 de fevereiro de 1850; fal. em Lisboa a 8 do novembro de 1907. Assentou praça em infantaria a 15 de setembro de 1865. Ainda muito novo concluiu com distincção o curso da sua arma, alcançando premios, sendo o primeiro classificado no seu curso. Foi promovido a alferes a 4 do janeiro do 1871, sendo collocado n'um dos corpos da guarnição da capital; a tenente em 19 de abril de 1876 Depois de alguns annos de serviço, conseguiu ser adjunto ao commando militar de Coimbra, afim de se poder matricular na Universidade, onde desejava seguir livremente os seus estudos, pois era já proposito seu não abandonar a arma de infantaria, e cujos estudos especiaes tanta sympathia lhe haviam despertado. Frequentando as faculdades de mathematica e de philosophia, em que se formou, mais uma vez a sua dedicação e intelligencia se manifestaram, obtendo premios durante o curso. Como professor interino, regeu por vezes cadeira na Universidade, e como membro das gerações academicas, com que se encontrou, foi sempre um dos homens mais prestimosos e considerados. Ficaram bem conhecidos os seus serviços em beneficio da Sociedado Philantropica Academica; o extraordinario desenvolvimento a que chegou o antigo Club Academico, já ha bastantes annos em ruinas, e sobretudo a manifestação mais brilhante da academia de todos os tempos feita em 1880 pela occasião do tricentenario de Camões, de que Roque de Seixas foi o principal iniciador. O seu nome era sempre escolhido para fazer parte das listas organisadas pelos corpos dirigentes da Academia, e nas tradicionaes luctas eleitoraes do antigo Club Academico teve a consagração o o respeito que se devia ao seu talento. Não desejando abandonar a carreira militar, voltou a Lisboa, e fez parte d'um dos regimentos da guarnição da capital, pondo assim de parte a ideia de entrar na facul-

dade para que fôra convidado. Em 31 de outubro de 1884 foi promovido a capitão. Pouco tempo depois teve a nomeação por concurso, para a Escola do Exercito, exercendo ali durante alguns annos o logar de bibliothecario. Promovido a major em 30 de dezembro de 1893, e não podendo continuar na commissão que exercia, foi collocado em infantaria n.º 17, sendo pouco depois chamado a Lisboa, e convidado a acceitar o logar de professor do Collegio Militar, que ainda exercia no anno do 1900. A 7 do julho de 1897 foi promovido a tenente-coronel, a 18 de agosto de 1900 a coronel, sendo reformado no posto de general de brigada no anno de 1905. Casou em 7 de novembro de 1888, com D. Marianna Motta Velho d'Aragão Ribeiro, sendo agraciado por el-rei D. Luiz I com o titulo de barão de Seixas, por decreto de 18 do antecedente mez de outubro, titulo que se elevou ao de conde por decreto de 24 de dezembro de 1906. Como publicista são bem conhecidos os seus trabalhos litterarios e jornalisticos, e nomeadamente um estudo que corre impresso, *Colonias agricolas*, e outro, publicado em 1900, com o titulo: *Questões de agricultura. Drenagem.* O conde de Seixas ora socio do Instituto de Coimbra, e das principaes sociedades scientificas nacionaes e estrangeiras. Possuia as seguintes distincções: official e cavalleiro da ordem de Aviz, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, commendador da do Sol Nascente do Japão, e cavalleiro da ordem Equestre do Italia.

Seixas. Pov. e freg. de S. Martinho, na prov. da Beira Baixa, conc. e com. de V. N. de Fozcôa, distr. da Guarda, bisp. de Lamego; 109 fog. e 433 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada a 4 k da margem esquerda do rio Douro, a 2 da margem direita da ribeira Teja, e a 15 da séde do conc. A pov. é muito antiga, parece que do tempo dos gôdos, e já era parochia antes do reinado de D. Affonso Henriques. Houve aqui um convento de frades benedictinos, construido no seculo VII, e que o feroz Almansôr destruiu em 981, assassinando todos os religiosos de que pôde lançar mão. Segundo a tradição, a primitiva egreja matriz era a d'este convento, e a actual é uma reedificação, desde os alicerces, da antiga. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. o res. n.º 12, com a séde em Trancoso || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. e com. de Caminha, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 524 fog. e 2:041 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr., pharmacia, fabricas de cal e de moagem e massas; apeadeiro no caminho de ferro na linha do Minho, entre as estações de Coura e S. Sebastião. Está situada na margem esquerda do rio Minho, a 3 k. da séde do conc. Foi em epocas remotas do termo de V. N. da Cerveira, e ainda lá pertencia, quando D. Affonso III, estando em Coimbra, lhe deu foral a 1 do novembro de 1262. E' esta freg. uma das mais formosas e bem situadas da margem esquerda do Minho, muito fertil em todos os fructos, cria muito gado, e tem grande abundancia de bom peixe, do mar que lhe fica a 1:500 m. a O, e dos rios Minho o Coura, que a limitam, o primeiro pelo N e o segundo pelo SO e O. São de Seixas quasi todos os barcos que navegam no rio Minho, conduzindo passageiros e mercadorias para V. N. da Cerveira, Valença, Monsão e Seixeira, ou Ponte do Moiro, a 6 k. acima de Monsão. Atravessa esta freg. a estrada de mac-adam de primeira classe que sae de Lisboa até Melgaço, construida em 1857. O apeadeiro do caminho de ferro foi concedido a 15 de agosto de 1879, sendo a competente casa construida em janeiro de 1880. No meio do rio Minho, mesmo em frente de Seixas, está a insua da *Canosa*, metade portugueza, metade gallega, que dá uma qualidade de herva, o que no Algarve chamam *murraça*, a qual serve de alimento ao gado. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. A maior parte dos habitantes d'esta freg. vivem das pescarias e das viagens fluviaes. || Povoações nas freguezias: Santa Marinha e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || Santa Eulalia, de Santalha, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. || S. Pedro, de Seixo de Ervedal, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || S. João Baptista, de Villa Chã, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Seixas Castello Branco *(Joaquim Antonio de Lemos)*. Cavalleiro da ordem de Christo, professor regio de primeiras letras em Lisboa, etc. N. pelos annos de 1778, e morreu aproximadamente em 1840. Fundou em Lisboa, em 1815, um collegio de educação, de que foi director. Em 1816 foi o principal fundador d'uma sociedade, ou corporação denominada Montepio Litterario, de que foi eleito provedor. Era uma instituição de previdencia para professores, que não pôde ir por deante, e quo succumbiu em 1829. O *Compromisso* d'essa sociedade fôra publicado por Joaquim do Lemos no anno em que se fundára, o qual se intitulava: *Compromisso de um Montepio, que em seu commum beneficio e de suas mulheres, filhos, paes e irmãos instituem os professores e mestres, assim regios como particulares, licenceados na côrte.* Em 1809 havia publicado o seguinte folheto: *Breve, mas circumstanciada noticia do governo e constituição da Gran Bretanha, com uma noticia geral de todas as revoluções que tem acontecido aos reis, e á nação.* Absolutista declarado, publicou em 1823 o *Antidoto ou verdadeiro preservativo contra as maximas e doutrinas do presente seculo*, e durante o governo absoluto: *Memoria justificativa, em que se pretende provar a legitimidade dos direitos do sr. D. Miguel á corôa e sceptro de Portugal*, Lisboa, 1831; *Mais uma tosa nos liberaes, ou verdadeiras ideias de um realista, portuguez puro*, etc. Lisboa, 1831. Era uma especie de folha periodica, que parece ter saido apenas 4 numeros. Depois da queda do governo realista, foi advogado de provisão, o em 1837 publicou uma *Allegação de direito*, etc.

Seixe. Ribeira do distr. de Faro. N. a 1 k. ao NO de Monchique, no monte Foia, corre a N O até á freg. de Odeseixe, o depois a O até desaguar no Oceano. Tem 25 k. de curso.

Seixedo. Povoações nas freguezias: S. Christovão do Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S Pedro, de Padrella, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real

Seixezello. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. de V. N. de Gaia, com., distr. e bisp. do Porto; 151 fog. e 653 hab. Tem esc. do sexo masc. Está situada junto d'um affluente do rio Douro, a 12 k. da séde do conc. E' terra fertil; cria bastante gado bovino, parte do

qual exporta para a Inglaterra. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto.

Seixido. Povoações nas freguezias: S. Pedro de Alhadas, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Santa Maria, de Mire de Tibães, conc. e distr. de Braga.

Seixinha. Pov. na freg. de S. Thiago, de Villa Chã, conc. da Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Seixo (*Antonio d'Almeida Coutinho e Lemos, barão de*). Fidalgo da Casa Real, cavalleiro da Torre e Espada, proprietario e negociante na praça do Porto. N. a 21 de setembro de 1818, fal. a 3 de março de 1869. Era filho de Manuel d'Almeida Caiado, proprietario no Alto Douro, e de sua mulher, D. Anna Candida de Azevedo e Lemos. Casou a 23 de fevereiro de 1846 com D. Carolina Rosa de Faria, filha de Francisco Ribeiro de Faria, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher D. Rosa Margarida de Barros Lima. A mercê do titulo de barão de Seixo, foi concedida por decreto de 19 de julho de 1845.

Seixo. Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. da Beira Alta, conc. de Sernancelhe, com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 76 fog. e 318 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada na margem d'um affluente do rio Tavora, a 8 k. da séde do conc. Teve foral dado por D. Manuel I, em Lisboa, a 9 de fevereiro de 1514. A terra é fertil e pertence á 2.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Povoações nas freguezias: N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || Santo André, de Campeã, conc. e distr. de Villa Real. || N. S.ª da Conceição, de Carvalho, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || Santa Eulalia de Bésteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Fanzeres, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Pedro, de Goudarem, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Geraldo, de Loivos, conc. de Chaves, do mesmo distr. || S. Mamede, de Matta Moirisca, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Thomé e conc. de Mira, distr. de Coimbra. || Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Mamede, de Recezinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Ribeira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello || S. Christovão, de Rio Mau, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Mamede, de Talbadas, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || N S.ª da Expectação, de Villar, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa. || Logar da freg. da Infesta, conc de Bouças, distr. do Porto, que foi desannexado do de Ramalde por decreto de 21 de novembro de 1895. || Comoro no vallado do paul de Belmonte, no rio Tejo.

Seixo Alvo. Pov. na freg. de Santa Maria, de Olival, conc. de Villa Nova de Gaia, distr do Porto.

Seixo Amarello. Pov. e freg de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda, 160 fog. e 601 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada a 7 k. da margem esquerda do rio Zezere, no meio de uma serra, a 12 da séde do conc. Ha n'esta freg. e proximo da aldeia de Seixo, a ermida de N. S.ª das Cabeças, construida sobre um monte, em parte arborisado, e em parte cultivado, havendo junto da ermida uma fonte de boa agua potavel. E' espaçosa e alegre, com capella mór e 2 altares lateraes no corpo da egreja. E' muito antiga, e foi feita á custa da freguezia. Pertence a pov. á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Seixo d'Anciães. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. de Carrazêda de Anciães, distr. e bisp. de Bragança; 289 fog e 1:072 hab. Tem est. post. e está situada n'um alto, na margem direita do rio Douro, a 10 k. da séde do conc. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Seixo de Baixo. Pov. na freg. de Santa Maria, de Vallega, conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

Seixo Branco. Pov. na freg. de Santa Maria, de Vallega, conc. de Ovar, distr. d'Aveiro.

Seixo de Cima. Pov. na freg. de Santa Maria, de Vallega, conc. de Ovar, distr. d'Aveiro.

Seixo Cimeiro. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Castello, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Seixo do Côa. Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Sabugal, distr. e bisp. da Guarda; 209 fog. e 774 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Côa, a 17 k. da séde do conc. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Seixo do Ervedal. Villa e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Oliveira do Hospital, distr. e bisp. de Coimbra; 712 fog. e 2:883 hab. Tem esc. do sexo masc., pharmacia e correio com serviço de posta rural. Está situada na margem esquerda da ribeira de Côa, a 13 k da séde do conc. E' pov. muito antiga, e el-rei D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, a 9 de fevereiro de 1514. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra.

Seixo Fundeiro. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Castello, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Seixo de Gatões. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Douro, conc. e com. de Montemór o-Velho, distr. e bisp. de Coimbra; 345 fog. e 551 hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. Está situada em terreno plano, na estrada de Montemór-o Velho a Cantanhede, a 11 k. da séde do conc. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria.

Seixo de Manhoses. Pov. e freg. de Santa Barbara, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Villa Flôr, distr. e bisp. de Bragança; 116 fog. e 452 hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. Dista 7 k. da séde do conc. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Seixô. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Lanhezes, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Seixomil. Pov. na freg. de S. Salvador, de Campo, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Seixos. Pov. na freg. de S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Seixos Alvos Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Areias, conc. de Barcellos, distr. de Braga. ‖ Santa Maria Maior e conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Seixosa. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Castellões de Recezinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. ‖ Santa Maria, de Christello Côvo, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Martinho, de Courel, conc. de Barcellos, distr. de Braga. ‖ S. Matheus, do Grimaucellos, do mesmo conc. e distr. ‖ S. Martinho, de Moure, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. ‖ S. João Baptista, de Ribeira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Seixoso Pov. na freg. de Santa Marinha, de Figueiras, conc. de Penafiel, distr. do Porto. ‖ Sanatorio do Seixoso. V. *Sanatorio*.

Sejães. Pov. e freg. de S Martinho, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Oliveira de Frades, distr. e bisp. de Vizeu; 81 fog. e 351 hab. Tem esc. do sexo masc. o correio com serviço de posta rural. Está situada em terreno accidentado a 3 k. da séde do conc, mas tem valles muito ferteis, cria muito gado, e é abundante de caça Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. ‖ Pov. na freg. de Santa Maria, de Terroso, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto.

Selele. Pov. do conc. de Cabinda, na delegação de Chiavalla, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Selella. Pov. do sobado de Muinza, na 9.ª div do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, Africa Occidental.

Selhariz. Pov. e freg. de N. S.ª da Expectação, da prov. do Traz os Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 116 fog. e 414 hab. Está situada a 1 k. da estrada de Chaves a Villa Pouca de Aguiar, e a 14 da séde do conc. A terra é fertil, tem gado e caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Selho. Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. o arceb. de Braga; 85 fog. e 340 hab. Tem esc do sexo fem., e está situada junto da margem esquerda do rio Selho, a 3 k. da séde do conc. A terra é fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr do recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. ‖ Pov. e freg. de S. Christovão, do mesmo conc., distr. e arceb. que a antecedente; 99 fog. e 459 hab. Tem esc. do sexo fem. e está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Selho, a 5 k. da séde do conc. A terra é fertil e pertence tambem á 6.ª div. mil. o ao distr. de recrutamento o res. n.º 20, com a séde em Amarante. ‖ Povoação e freguezia de S. Jorge, egualmente da mesma prov., conc., distr. e arceb.; 287 fog. o 1:170 hab. Tem esc. do sexo masc. e fabricas de tecidos. Está situada a 2 k. da margem esquerda do rio Avo e a 4 da séde do conc. A terra é fertil e pertence á mesma div. mil. e ao distr. de recrut. o res., que as antecedentes. ‖ Rio da prov. do Minho. N. no conc. de Guimarães e morre no Vizella, com cêrca de 10 k. do curso.

Selir *(João Carlos da Horta Machado, conde de)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, ministro plenipotenciario do Brazil, etc., N. em 1857, fal. em Lisboa a 15 de dezembro de 1910. Era filho do conde d'Alte, que foi embaixador em Roma. Começou a sua carreira diplomatica como addido á nossa embaixada junto do Vaticano, e passando, successivamente, como segundo e primeiro secretario, pelas legações de Vienna d'Austria, Rio de Janeiro, Madrid e Paris, foi promovido a ministro plenipotenciario e collocado na Haya, onde por muitos annos exerceu com distincção as funcções do seu cargo, até que, em 1908, foi nomeado nosso ministro no Brazil. Pouco tempo depois de ali ter chegado, adoeceu gravemente com uma congestão pulmonar, e esteve prestes a succumbir; melhorando d'esta enfermidade, mas ficando sempre com a sua saude abalada, regressou a Lisboa, e não tardou a peorar até que falleceu. O titulo de conde de Selir fôra-lhe concedido por decreto do 20 de maio de 1886.

Conde de Selir

Selir. V. *Salir*.

Sella. V. *Cella*.

Sella Mansa. Enceada na ilha de S. Vicente, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situada na costa N, e offerece abrigo seguro ás embarcações pequenas.

Sellada. Pov. na freg. de Santa Eulalia, conc. de Arouca, distr. de Aveiro ‖ Pov. e freg. do conc. de Santa Catharina, na ilha de S. Thiago, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Selladinha. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Moldes, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Selladinhas. Pov. na freg de S. Matheus, de Unhaes o Velho, conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Sellão. Povoações nas freguezias: N S.ª do Assumpção, de Collares, conc. de Cintra, distr. do Lisboa ‖ N. S.ª dos Martyres, de Serra do Bouro, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Sellão Branco. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. do Monchique, distr. de Faro.

Selles. Divisão do conc. do Novo Redondo, no distr. de Loanda, prov. do Angola, Africa

Occidental. Comprehende 5 sobados. || Pov. da freg. de S. José de Cabiri, no sobado de N'Guimbi, 6.ª div. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Vasto territorio da região N do distr. de Benguella, na prov. d'Angola, Africa Occidental. Tem minas do ferro e correm n'elle os rios Quicombo, Tapado e Egito, quo o atravessam.

Sellim. Povoações nas freguezias: S. Pedro, do Couto, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Gondoriz, do mesmo conc. e districto.

Sello. Como imposto a primeira lei que o regulou foi o alvará quo creou o papel sellado (V. *este nome*). A sua cobrança por meio de sello adhesivo, ou estampilha, foi auctorisada por lei de 26 de abril de 1861. Com o titulo generico de *estampilhas fiscaes* se tem unificado differentes sellos, existindo por vezes mais de dezoito padrões e variadissimas taxas, com as designações de *de contribuição industrial, decima de juros, propinas, leis sanitarias, alienados* (passaportes), *consulados* e *vice-consulados, justiça, fosforos, tabaco despachado, bilhetes de theatro, cartazes, especialidades pharmaceuticas nacionaes, e estrangeiras*, e *imposto do sello*, além dos sellos das *cartas de jogar*, das *letras*, e do *papel sellado*. Os primeiro sellos, em 1862, eram quadrangulares, com a effigie do soberano e foram destinados a *recibo* ou *quitação*, sendo da taxa de 20 réis No mesmo anno so crearam os sellos de *letra* com as taxas de 50, 100, 300, 500 o 1$000 réis. Por mais de uma vez se tem unificado os diversos sellos sob a designação do *estampilhas fiscaes*.

Sello. V. *Sfragistica*.

Sellões. Pov. na freg. de S. Thiago, conc. de S. Thiago do Cacem, districto de Lisboa. V. *Selões*.

Sellú. Roça na Ilha do Principe, na Africa Occidental.

Selões. Sitio no limite da freg. de Monte Redondo, Torres Vedras.

Selmes. Pov. e freg. de Santa Catharina, da prov. do Alemtejo, conc. da Vidigueira, com. de Cuba, distr. o bisp. de Beja; 365 fog. e 1:027 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada nas proximidades da margem direita da ribeira de Odearce, a 6 k. da séde do conc Fertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 17, com a séde em Lagos.

Selores. Pov. e freg. de S. Gregorio, da prov de Traz os-Montes, conc. e com. do Carrazêda de Anciães, distr. e bisp. de Bragança; 121 fog. e 484 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada n'um alto, na margem direita do rio Douro, e entre duas pequenas ribeiras affluentes do mesmo rio, a 6 k. da séde do conc. A terra é pobre, mas cria muito gado, de toda a qualidade Tem caça. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Campia, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Ossella, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Selty. Aldeia pertencente div. á de Uply-Pahw, ao S do rio Sandalcalo, no conc. de Nagar-Avely, com. o distr. de Damão, arceb. de Gôa, India. Tem mattas que produzem madeira de excellente qualidade.

Selunga. Pov. do sobado do mesmo nome na 2.ª div. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Selvagens. Ilhas do archipelago da Madeira, no Oceano Atlantico São duas, a maior das quaes de fórma quasi circular, tem 7 k. de superficie, levantando se-lhe ao centro um monte conico. A segunda dista 15 k. da primeira e tem cêrca de 5 de comprimento por 1 de largura. Produzem muita urzella e barrilha, mas são quasi unicamente frequentadas por caçadores. Estas ilhas, cuja posse a Hespanha nos disputou já por mais d'uma vez, pertenciam a um morgado do Funchal chamado João Teixeira Cabral de Noronha.

Semarreira. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Joldra, conc. do Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Semblano (*Gonçalo da Madre de Deus*). Conego secular de S. João Evangelista. N. no Porto, e fal. em Lisboa a 20 de outubro de 1705. Era filho de Antonio Dias e de Izabel do Amaral. Applicando-se na primeira edade á arte musical, fez grandes progressos como cantor, tocando tambem alguns instrumentos. Foi admittido na referida congregação dos conegos seculares, em 1651, indo para o instituto de Villar do Frades, onde estudou as sciencias severas. Esteve depois na Universidade de Coimbra, recebendo o grau de doutor em theologia. No collegio de Coimbra foi reitor e professor de philosophia e de theologia. Em 1677 exerceu tambem o cargo de reitor do convento de Santo Eloy, do Porto, em 1695 foi nomeado provedor do hospital das Caldas da Rainha e examinador das Tres Ordens Militares, e em 1698 passou para a casa de Santo Eloy, de Lisboa, onde falleceu D. Pedro II o nomeou prégador da capella real e tornou se um dos mais notaveis oradores sagredos do seu tempo. Existem impressos alguns dos numerosos sermões, que prégou por espaço de muitos annos, os quaes veem mencionados na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. II, pag. 395 e 396.

Semedeiro. Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu, de Messines, conc. do Silves, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição o conc. de Monchique, do mesmo districto.

Semedo (*P. Alvaro de*). Jesuita; um dos homens que mais relevantes serviços prestaram á sciencia e á propaganda civilisadora. N. em Niza em 1585; fal. em Cantão a 6 de maio de 1658. Era filho de Fernão Gomes e de Leonor Vaz. A 30 de abril de 1602 entrou na Companhia de Jesus, no collegio de Evora, contando 17 annos de edade, e quando andava cursando philosophia, sentiu se de tal fórma atacado do vivissimo desejo de partir para o Oriente, que alcançou licença dos seus superiores para seguir viagem ainda antes de concluidos os estudos, que foi completar em Gôa. Não era o descanço da metropole portugueza no Oriente que lhe agradava, o que elle queria era misssonar, saborear esse prazer intenso da conquista espiritual de novos paizes, devida á superioridade intellectual e á força de vontade dos padres. Partiu, portanto, para a China, o por ali andou prégando a fé e conquistando adeptos, até que em 1617 se levantou contra os christãos e os missionarios uma perseguição terrivel. Achava-se Alvaro Semedo doente em Nankim. Sem attenderem ao seu estado lamentavel, os perseguidores o arrancaram do casa e o

encerraram n'uma masmorra, d'onde o passaram para uma gaiola de ferro, tão pequena que nem lá dentro podia estender o corpo. N'essa gaiola o transportaram para Cantão e depois para Macau, não lhe poupando, durante os 30 dias que durou a viagem, os maus tratos e as injurias. Tinha um organismo privilegiado o P. Alvaro de Semedo, porque, achando-se gravemente enfermo quando o prenderam, e não sendo realmente feita a viagem em condições muito hygienicas, que chegou a Macau semi-morto, não tardou a recuperar a saude, e sem se deixar quebrantar pela memoria de tão terriveis perigos como os que passára, mudou de nome e de vestuario, entrou de novo na China, e voltou a Naukim a continuar a sua obra outra vez de propaganda evangelica, colhendo ao mesmo tempo uma ampla cópia de informações, que lhe serviram para os seus livros preciosos, os quaes bem se póde dizer que revelaram a China á Europa. Eleito procurador perante a curia romana, partiu para a Europa, demorou se pouco tempo em Portugal, seguindo logo para Roma em 1642. Havia 34 que estava ausente da Europa, porque estava em Gôa desde 1608. Reuniu em Roma missionarios, e partiu logo em seguida novamente para a China, onde chegou em 1644, tendo sido nomeado provincial e visitador das missões da China. Fal. com 73 annos de edade e 50 de missionario. O seu nome é venerado como o modelo dos missionarios, e tambem como o modelo dos exploradores, porque no seu trabalho de alcançar adeptos para a fé, não se esquecia tambem de colher valiosas investigações para a sciencia. Compoz em portuguez uma *Relação* das suas viagens, que Manuel Faria de Sousa traduziu em hespanhol, e imprimiu com o titulo de *Imperio de la China y cultura evangelica en el, por los religiosos de la Compañia de Jesus. Sacado de las noticias del P. Alvaro Semedo, de la propria Compañia*, Madrid, 1642. Esta obra é dividida em 3 partes, tratando a 1.ª da descripção do paiz e das suas provincias, da sua situação e das suas qualidades; a 2.ª do seu governo e dos costumes dos seus habitantes, e a 3.ª das missões jesuiticas e introducção do Christianismo no imperio Esta obra foi acolhida em toda a Europa com verdadeiro enthusiasmo. Logo a traduziu em italiano o P. Giattini com o titulo de *Relazione della grande monarchia della Cina*, Roma, 1643; adornada com o retrato do autor, sendo reimpressa em 1653. Em francez foi traduzido por L. Coulon, com o titulo de *Histoire Universelle du royaume de la Chine*, Paris, 1645, suppondo o traductor que a obra fôra composta originalmente em italiano. Reimprimiu se em Lyon em 1667. Tambem a traduziu em inglez um anonymo, com o titulo de *History of the great and redowned monarchy of China*, London, 1655; illustrada com o retrato do autor, e mappas Foi reimpressa em 1665. O P. Alvaro Semedo ainda escreveu umas *Cartas annuas de 1622*, enviadas de Nankim. Sairam em italiano na edição de Corbelletti Começou a escrever um *Diccionario sinico-lusitano e lusitano sinico*, que não pôde concluir. As *Cartas* fôram traduzidas em francez pelo P. Machault. O Diccionario de Larousse consagra a este illustre portuguez um pequeno artigo, em que faz justiça ás eminentes qualidades do grande explorador, que revelou á Europa os mysterios da China.

Semedo *(Belchior Curvo)*. V. *Torres de Sequeira (Belchior Manuel Curvo de Semedo)*.

Semedo *(João Curvo)*. Cavalleiro professo da ordem de Christo, licenceado na faculdade de medicina pela Universidade de Coimbra, medico da Casa Real, etc. N. em Monforte a 1 dezembro de 1635, fal. em Lisboa em 26 de novembro de 1719, sendo filho de Domingos Curvo e de Ignez Alvares. Era familiar do Santo Officio, distincção que por muitos annos foi solicitada ardentemente pelos nossos medicos, que muito a presavam como um salvo conducto, para arredarem de si o labéo de *christãos novos*, lançado, com razão ou sem ella, sobre outros seus collegas. Curvo Semedo estudou em Lisboa, no collegio de Santo Antão, as primeiras letras, e foi depois formar se em medicina na Universidade, vindo em seguida para Lisboa exercer a clinica, grangeando fama como inventor de remedios, cujas qualidades therapeuticas se pódem avaliar, quando se souber que o remedio mais celebre que inventou foi o bezoartico contra as febres malignas. Casou com D. Izabel Guilherme, irmã de Fr. Manuel Guilherme. Curvo Semedo era parente do apreciado poeta, mais conhecido por Belchior Curvo de Semedo, sendo o seu nome completo Belchior Curvo Semedo Torres de Sequeira. Foi autor da celebre obra *Polyanthea medicinal, noticias galenicas, e chimicas repartidas em tres tratados, dedicados á memoria do em.º sr. Cardeal de Sousa*, etc , Lisboa, 1695; com o retrato do autor; saiu segunda vez, accrescentada, em 1703, e em terceira edição, tambem augmentada, em 1716; ainda se publicou pela quarta vez, em 1727. Esta obra foi muito elogiada, principalmente pelo grande erudito D. Raphael Bluteau Escreveu mais: *Tratado da peste; offerecido ao ill.mo e ex.mo sr. Manuel Telles da Silva, conde de Villar Maior*, Lisboa, 1680; *Atalaya da vida contra as hostilidades da morte, fortificada e guarnecida com tantos defensores, quantos são os remedios, que no decurso de cincoenta e oito annos experimentou o doutor*, etc., Lisboa, 1720; consta que existe na bibliotheca da Escola-Medico-Cirurgica de Lisboa uma edição de 1754; *Observações medicas doctrinaes de cem casos gravissimos, que em serviço da patria, e das nações extranhas escreve em lingua portugueza e latina o doutor*, etc., Lisboa, 1707; esta edição tambem existe na referida escola; 2.ª edição, 1727; 3.ª 1741; na Bibliotheca Nacional de Lisboa existe uma edição em latim, de 1718; *Manifesto feito aos amantes da saude, e attentos ás suas consciencias*, Lisboa, 1706; *Memorial de varios simplices, que da India Oriental da America e outras partes do mundo vem ao nosso reino para remedio de muitas doenças*, Lisboa, 1727; *Manifesto em que se prova, com gravissimos autores, que se podem dar purgas, estando os humores crús*, etc , sem data de impressão; *Tratado do ouro diaphoretico, sua preparação e virtudes*, sem data. Estas obras, como se vê, fôram publicadas posthumas. Muitos annos depois, em 1783, imprimiu-se em Lisboa o seguinte opusculo: *Compendio dos segredos medicinaes, ou remedios Curvianos, mandado imprimir por Manuel José Curvo Semedo, actual manipulador e administrador dos ditos remedios*; são extrahidos textualmente da Polyanthea.

Semedo. Pov. da freg. de N. S.ª da Concеição, na div. de Mucha-Cassôa, conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Semedo Cardoso *(João José)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra N. em Cabo Verde em 1852, fal. em 5 de setembro de 1904 Era filho de Pedro Semedo Cardoso e de D. Maria Albertina Frederico Hopfer Semedo Cardoso. Terminou o curso da Universidade em 1876, fazendo a sua formatura, e pouco depois foi nomeado delegado do procurador regio para a comarca de Benguella, sendo em 1885 despachado juiz para Timor, onde se conservou até 1895, anno em que foi promovido a juiz de 2.ª instancia, e collocado na Relação de Moçambique, logar de que só tomou posse no anno seguinte. Esteve ali 3 annos. Em 1899, como fôsse bastante precaria a sua saude, veiu para Lisboa, e submetteu-se a uma operação no hospital de S. José, sendo lhe amputada a perna esquerda. Depois de restabelecido, foi residir com sua mulher, D. Ricardina de Sá Froos Semedo, para Cabanas, na Beira Alta, d'onde mais tarde teve de regressar a Lisboa por se lhe terem aggravado os padecimentos, e aqui falleceu.

Semelhe. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc., com, distr. e arceb. de Braga; 88 fog. e 427 hab. Está situada a 4 k. do rio Este, a 5 k da margem esquerda do Cávado e a 4 da séde do conc. E' freg. muito antiga, e já habitada no tempo dos romanos. No tempo do conde D. Henrique, chamava-se *Villa de Samuel*, ou de *Samuelle*. Depois chamou se *Samuel-Real* o-*Novo*, e por abreviatura, *Real-o-Novo*. Na *Veiga de Sandarão* e na quinta de *Real Novo*, pertencentes a esta freg., n'umas excavações que se fizeram ha muitos annos, encontraram-se restos de edificios romanos, grande porção de tijolos muito grossos, e varias medalhas dos imperadores Tiberio e Néro. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Semide Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. do Douro, conc. de Miranda do Corvo, com. de Louzã, distr. e bisp. de Coimbra; 839 fog. e 3:396 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada junto da serra do mesmo nome, a 2 k. da margem esquerda do rio Ceira, a 1 da estrada de Louzã a Coimbra, e a 8 da séde do conc. A pov. é muito antiga, pois já existia no tempo dos arabes. D. Manuel I deu-lhe foral, em Lisboa, a 13 de janeiro de 1514. No alto da serra de Semide está o santuario do Senhor da Serra, que é muito concorrido. Foi senhor d'esta villa D. Antão da Estrada, fidalgo asturiano, fiel companheiro do conde D. Henrique de seu filho D. Affonso Henriques. Foi tambem senhor de Góes e seu termo. Teve dois filhos, D. João Anaya, que foi bispo de Coimbra, e D. Martinho d'Anaya, que com seu sobrinho, D. Gonçalo Dias *(o Cid)* fizeram prodigios de valor na batalha de Ourique, em 25 de julho de 1139. Estes dois irmãos, além do que tinham em Semide, compraram terras a João Mehores e fundaram o mosteiro da ordem de S. Bento para religiosas, em 1154. Este mosteiro e sua cêrca e dependencias foi coutado por D. Affonso I no mesmo anno. As freiras apresentavam o cura da freg, que tinha o rendimento annual de 60$000 reis. A terra é fertil, o pertence á 5.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. Semide foi séde e denominação d'um antigo conc., que se suppri miu por decreto de 31 de dezembro de 1853. ‖ Serra do distr. de Coimbra. Está situada entre Louzã e Miranda do Corvo, na margem esquerda do rio Ceira, e a sua projecção horizontal é uma curva irregular, que tem cêrca de 18 a 20 k. de contorno.

Seminario. Casa onde se educam estudantes que se destinam á vida ecclesiastica. O concilio de Trento impoz nos bispos a obrigação de estabelecerem, nas suas dioceses, collegios em que os futuros sacerdotes pudessem receber uma educação religiosa e a formação clerical O bispo tem o direito de nomear e demittir o director, ou os professores, e tambem o encargo de provêr á manutenção dos professores e dos alumnos. E' lhe ordenado que se faça prestar contas todos os annos da administração temporal dos seus seminarios, em presença de dois conegos e de dois padres pertencentes ao clero da cidade episcopal. Em Portugal fundaram-se muitos seminarios, nas seguintes terras, Braga, Coimbra, Guarda, Lamego, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Sernache do Bomjardim, Vizeu, no Funchal, ilha da Madeira; em Gôa, etc., dos quaes ainda existem alguns, sendo o mais importante o Seminario Patriarchal, instituido em Lisboa por D. João V, na Egreja Patriarchal, e que ha muitos annos se transferiu para Santarem. *(V. este nome)*. O programma dos estudos dos grandes seminarios comprehende a philosophia, particularmente a philosophia escolastica, muitas vezes algumas sciencias não estudadas no pequeno seminario, sempre theologia dogmatica e moral, escriptura sagrada, direito canonico, historia ecclesiastica e prédica. Os alumnos de philosophia fórmam, em algumas dioceses, uma divisão especial e occupam mesmo locaes particulares. A duração dos estudos do grande seminario é, em média, de 5 annos, no decurso dos quaes o seminarista recebe successivamente a tonsura, as ordens menores, o sub diaconato, o diaconato, e, emfim, no termo dos estudos, o sacerdocio.

Semitella. Pov. na freg de S. Thiago, de Leomil, conc. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu.

Semo. Pov. do sobado de Lolo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Semodães Pov. na freg. do Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto.

Semterra Pov. na freg. de S. Thiago, de Tremez, conc. e distr de Santarem.

Sena *(Fr. Antonio de)*. Religioso da ordem de S. Domingos, doutor em theologia pela Universidade de Lovaina, onde regeu algumas cadeiras da mesma faculdade. N. em Guimarães, e fal em Nantes a 1 de fevereiro de 1584 Professou no convento dominicano de N. S.ª da Misericordia, de Aveiro. Estudou philosophia em Lisboa, theologia em Coimbra, e foi lente de artes no convento de S. Domingos, de Lisboa Chamaram n'o os seus superiores á Universidade de Lovaina, nos Paizes Baixos, onde esteve 11 annos, recebendo o grau de doutor a 25 de junho de 1571. Celebrando se em Barcelona um capitulo geral da ordem em 1574, foi eleito regente geral dos estudos do convento da sua ordem em Lovaina. Em 1575, anno de jubileu, foi a Roma, e percorreu a Italia toda, em viagem erudita, não deixando de visitar bibliothecas ou archivos dos conventos da sua ordem, para se preparar com o estudo dos documentos para as muitas obras que escreveu.

Com o mesmo fim consultou as livrarias de França e de Inglaterra, vendo quantos manuscriptos pôde, nas viagens que fez por esses paizes na companhia de D. Antonio, prior do Crato, do quem foi fiel servidor. Fal. no convento do Carmo, em Nantes. Fr. Antonio de Sena foi um verdadeiro polygrapho, mas era sobretudo um theologo eminente. Escreveu um grande numero de obras em latim, das quaes se imprimiram as seguintes: *Chronica da ordem dos frades prégadores*, *Bibliotheca da ordem dos frades prégadores*, *Commentarios da theologia de S. Thomaz d'Aquino*, todas em latim. Para escrever esta ultima gastou 3 annos e meio em procurar, nos textos de todos os autores citados ainda que muito vagamente por S Thomaz de Aquino, os pontos que a este serviram de autoridade. Dedicou essa obra predilecta ao prior do Crato. Annotou a um theologo de Lovaina, e imprimiu-se em Antuerpia em 1569, reimprimiu se depois em 1575, sendo então dedicada a D. Luiz Reguesens, commendador-mór de Castella e governador dos Paizes Baixos. Escreveu ainda, sempre em latim um estudo sobre as questões de S. Thomaz, que se imprimiu em Roma, n'uma edição das obras do mesmo santo. Ainda escreveu a respeito de S. Thomaz uma obra intitulada *Catenaurea*, que teve umas poucas de edições. Quando estava em Londres traduziu do portuguez em latim varias obras religiosas, escreveu tambem em latim as vidas de S. Domingos, S. Pedro Martyr, S. Vicente, Santa Catharina de Sena, Santo Antonio, S. Raymundo, Alberto Magno, Santa Margarida da Hungria, S. Thiago d'Allemanha. Deixou ficar manuscriptas varias obras de theologia, uma *Historia geral* desde o anno 1000 até ao seu tempo, uma *Historia de Portugal*, que era a unica em portuguez, e ainda muitas vidas de santos da ordem. Escreveu tambem em latim uma vida da princeza de Santa Joanna, que Fr. Antonio da Silveira traduziu em portuguez. As obras de Fr. Antonio de Sena, como de um dos mais calorosos partidarios do prior do Crato, fôram prohibidas em Portugal no tempo de Filippe II.

Sena. Pequena ilha situada na costa da ilha de Moçambique, na provincia d'este nome, Africa Oriental. ‖ Antigo commando mil. do distr. de Quelimane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental, e em 1907 uma das circumscripções em que está dividido o districto de Manica e Sofala, administrado pela Companhia de Moçambique. Comquanto montanhoso em grande parte, todo o seu territorio é fertilissimo, e encerra no seu sub solo grandes riquezas. A região que comprehende é banhada por muitos rios que vão affluir ao Zambeze. A séde da circumscripção é na pov. do mesmo nome. Delegação da alfandega. ‖ Antiga ilha do distr. de Quelimane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental, e em 1907 séde da circumscripção do mesmo nome, pertencente aos territorios comprehendidos no distr. de Manica e Sofala, administrados pela Companhia de Moçambique. Está situada na margem direita do rio Zambéze, a cêrca de 240 k. do mar, a meia distancia das ilhas de Quelimane e Tete, e no sopé da serra Baramuana. A margem em frente da villa é alta e pedregosa, até 2 k. a jusante, onde vae desaguar o rio Liué-Lilué; no alto do monte Baramuana houve uma bateria chamada Camarede, e na villa existe ainda a antiga fortaleza de S. Marçal, que serve de presidio, embora esteja arruinadissima. N'uma inscripção que tem collocada sobre a porta da entrada, lê-se, que «Sendo capitão-general d'esta conquista D. João Fernandes de Almeida, mandou fazer esta fortaleza na era de 1504 contribuindo para as suas despezas com muita parte da sua fazenda» —Occupando se d'ella, diz uma testemunha occular que é «a reproducção exacta de todos os outros estabelecimentos penaes da provincia, e que a influencia moral que exerce sobre os negros é tão grande, que ainda hoje, apezar de ter simplesmente duas paredes, nenhum dos prisioneiros ousa escapar-se lhe.» Emquanto séde da importante capitania de Rios de Sena, foi uma villa consideravel: residiam n'ella o capitão-mór e muitas familias distinctas que viviam em palacetes, que ha já muitos annos cairam em ruinas. Tinha então 4 egrejas, fabricas de anil e de fiação, e o seu trafico commercial era notavel. Depois começou a decair, não obstante dispôr de grandes condições de vida se o seu solo fôsse convenientemente explorado, e foi pobre o arruinada que passou para a administração da Companhia de Moçambique. Ignora-se a data da sua fundação. Quando em 1569 o governador Francisco Barreto, que ia para a conquista do imperio de Monomotapa, chegou com o seu exercito ás alturas de Sena, encontrou já ali algumas casas cobertas de palha e uma egreja edificada pelos mercadores portuguezes que traficavam por aquellas paragens. Sena foi inaugurada villa em 1763, tendo sido elevada a esta categoria por carta régia de 9 de maio de 1761.

Sena *(Rios de)*. V. *Rios de Sena*, n'este volume a pagina 316. Ha um livro com o titulo de: *Descripção dos Rios de Sena*, escripto por Francisco de Mello de Castro, anno de 1750, publicado por Cunha Rivara, Nova Gôa, 1861.

Sena. V. *Senna*.

Senado de Lisboa. V. *Camara Municipal*, *Portugal*, vol. IV, pag. 235. No *Summario de varia historia*, do dr. Ribeiro Guimarães, vol. III, publicado em 1873, pag. 123 a 126 e no vol IV, em 1874, pag. 43 a 49, encontra-se curiosas noticias âcêrca do antigo senado da camara de Lisboa. V. *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*.

Senadores *(Camara dos)*. A Constituição politica da monarchia, acceita e jurada a 4 d'abril do 1828, determinava, quanto ao poder legislativo, que as côrtes se compuzessem de duas camaras de eleição directa popular; camara dos deputados e camara dos senadores, sendo o numero d'estes pelo menos egual a metade do numero dos deputados; que a camara dos senadores seria renovada em metade dos seus membros no caso de dissolução da dos deputados ou quando houvesse de proceder se a eleições geraes, e que na primeira renovação seria a sorte que decidiria quaes dos senadores haviam de sair da camara e na seguinte a antiguidade da eleição de cada um. Um artigo transitorio da mesma constituição dispunha que as côrtes ordinarias que primeiro se reunissem depois de dissolvido o Congresso Constituinte poderiam decidir se a camara dos senadores havia de continuar a ser de simples eleição popular ou se de futuro os senadores haviam de ser escolhidos pelo rei sobre lista triplice proposta pelos circulos eleitoraes. A este respeito, porém, não houve depois resolução alguma parla·

mentar. A primeira reunião da camara dos senadores realisou-se a 9 de dezembro de 1838, e funccionou até 2 de janeiro de 1839, e este dia até 21 de junho, em que as côrtes se encerravam. Começou novamente a funccionar no dia 2 de janeiro de 1840 até 25 de fevereiro, em que foi dissolvido a camara dos deputados, e n'esse mesmo dia, depois de lido o decreto da dissolução, se procedeu ao sorteio dos senadores que tinham de sair da camara nos termos da lei. Reuniu-se depois em 25 de maio de 1840 e funccionou até 30 de novembro, em que se realisou o encerramento das côrtes. A 2 de janeiro de 1841 tornou a reunir-se, sendo por decreto de 22 de março addiada para 25 de maio, e terminou os seus trabalhos em 18 de novembro, data em que se encerraram as côrtes geraes. A 2 de janeiro de 1842 foi a abertura das côrtes, mas por decreto da mesma data fôram addiadas para 21 de feverciro, sendo a 10 d'este mez essas côrtes julgadas extinctas por n'esse dia se declarar em vigor a Carta Constitucional de 1826 e revogada, portanto, a Constituição de 1838. Por estas notas se vê que o senado, como parte integrante do poder legislativo, apenas existiu existiu de 9 do mez de dezembro de 1838 até 10 de fevereiro de 1842, em que deixou de vigorar a Constituição de 1838. A eleição directa dos senadores deu em resultado serem escolhidos para esse cargo os homens mais notaveis do paiz e que mais valiosos serviços haviam prestado á causa constitucional. A eleição do presidente era da unica competencia dos senadores. Occuparam esse elevado cargo o duque de Palmella e Manuel Duarte Leitão, (presidentes), e visconde de Samodães, visconde de Sobral e Anselmo José Braamcamp (vice-presidentes). Depois da proclamação da Republica em 5 de outubro de 1910, sendo extincta a camara dos pares do reino, do regimen monarchico, foi novamente instituida a camara dos senadores, que funcciona no antigo palacio das Côrtes, assim como a camara dos deputados.

Senande Pov. na freg. de S. Romão, d'Aguiar de Sousa, conc. de Paredes, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Seacadas. Pov. na freg. de S. Thiago, de Amorim, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto.

Senda. Pov. da div. de Quissanga, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Sendal. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Moreira, conc. de Maia, distr. do Porto. || Santa Maria, de Pombeiro de Riba Vizella, conc. de Felgueiras, do mesmo districto.

Sendão. Pov. na freg. do Salvador, de Figueiras, conc. de Lonzada, distr. do Porto.

Sendas Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz os-Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 194 fog. e 550 hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. Está situada proximo da estrada de Bragança a Mirandella, a 25 k. da séde do conc. E' terra fertil, cria muito gado, e tem caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Villa Maior, conc. de S. Pedro do Sul. distr. de Vizeu.

Sende. Pov. da freg. de S. Joaquim, no sobado de Quiluange Quiamuhende, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. da freg. de S. Joaquim, no sobado de Quambatta, 1.ª div. do mesmo conc, distr. e provincia.

Sende Quinhonjo. Pov. da freg. de S. Joaquim, na 1.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Sendelgas Pov. na freg. de S. Martinho de Arvore, conc. e distr. de Coimbra.

Sendiães. Pov. na freg. de S. Matheus, de Grimancellos, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Sendim. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto; 198 fog. e 732 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. é muito antiga, e muito fertil. Pertence á 6.ª div. militar e ao districto de recrutamento e reserva n.º 20, com a séde em Amarante. Segundo alguns escriptores, ainda nos primeiros seculos no Christianismo existiu n'este logar a antiquissima cidade de Aufragia, da qual foi governador Leuciano. Seus paços estavam ao sopé do monte Columbino (em portuguez, Pombeiro, ou dos pombos) e é a actual quinta de Cergude, á qual estão annexas muitas rendas e uma extensa matta. Aufragia foi arrazada pelos moiros no principio do seculo VIII. E' certo, porém, que por estes sitios se tem achado em diversas epocas, vestigios de edificios, que denotam ser construcções de eras muito remotas. Ao poente do valle de Sendim ergue-se o monte de Santa Quiteria, onde, segundo a tradição, esta santa foi martyrisada e sepultada. A quinta e casa de Cergude, hoje em ruinas, assim como uma elevada torre, era a nobre residencia dos Coelhos, senhores donatarios de Felgueiras, e n'essas ruinas nada se descobre que apparente o typo architectonico das habitações romanas; a torre, ao passo que era certamente um abrigo para occasiões de guerra, devia ser tambem um padrão de nobreza, d'aquella illustre familia, porque o ter torre só era permittido ás familias mais nobres, em tempo de moiros e nos principios da nossa monarchia. que foi quando ellas mais se usaram. A existencia da antiga Aufragia em Sendim é muito duvidosa, e muito mais tendo a categoria de cidade com governador, ostentando palacios, guarnecida de tropas, etc. A casa de Cergude, que pertenceu, conforme dissémos, aos Coelhos, senhores donatarios de Felgueiras, parece que foi fundada, depois que D. João I fez mercê do senhorio de Felgueiras e Vieira, e outras terras mais, a Gonçalo Pires Coelho, descendente de Egas Moniz, aio de D. Affonso Henriques. A referida casa, hoje em ruinas, era um edificio de construcção singela, d'um só andar, com a entrada principal abrindo para um atrio espaçoso, ao qual ia dar uma larga avenida. Do outro lado do atrio, em frente á casa, está a capella, onde se encontram dois tumulos. N'um d'elles foi sepultado Bernardiuo José Teixeira Coelho Pinto de Mesquita; no outro sua esposa, D. Francisca Maria da Silva, senhora da casa do Bomjardim. Ambos os tumulos ostentam brazão esquartelado, e no de Bernardino Teixeira Coelho vê se a seguinte legenda: *Nos venimus á sanguine regum et nostro veniunta sanguierogens.* || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. de Miranda do Dou

ro, distr. e bisp. de Bragança; 573 fog e 1:500 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est postal e uma fabrica de rolhas. Está situada a 3 k. da margem direita do rio Douro e a 18 da séde do conc. A terra é muito fertil, e cria muito gado de toda a qualidade Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella || Villa e freg. de Santa Maria, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Tabuaço, distr. e bisp. de Vizeu; 437 fog. e 1:640 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post., fabricas de polvora e de fogos de artificio. Está situada a 2 k. da margem esquerda do rio Tavora, na vertente oriental da serra de Sendim, e a 10 da séde do conc., ficando a maior parte da freg. em planicie, sendo muito abundante em todos generos agricolas, principalmente em bom vinho. A pov. é muito antiga, foi povoada pelo moiro Zadam-Aben Win, regulo de Lamego, em 1030 Este moiro poderosissimo povoou muitos outros logares da Beira Alta. A Universidade de Coimbra apresentava o reitor, que tinha 70$000 reis e o pé d'altar; a mesma Universidade recebeu os dizimos, até 1833, sendo ella que construiu no seculo XV, ou principio do XVI, a actual egreja matriz sobre uns rochedos nas ruinas d'um templo antiquissimo, talvez mesquita moirisca, junto á qual ha tumulos arabes abertos na rocha, que prova ter havido aqui um almocabar de moiros. Fica esta egreja n'um dos pontos mais elevados da freguezia, na vertente occidental do monte de Santa Luzia. E' um templo espaçoso, de architectura dorica. Tem a frente voltada ao S, com um portico em estylo romano, com fecho de laçaria, e um pelicano no centro. Defronte ha um cruzeiro de pedra, de bom trabalho artistico. A egreja tem duas portas travessas, uma ao O, e outra ao E, chamando se esta a *Porta do Sol*. Sobre a base d'uma torre, que foi demolida em 1778, construiu-se um campanario com duas ventanas. O adro é vasto e bem murado, tendo na frente um portão com 4 obeliscos, e 2 na retaguarda. A egreja tem altar-mór e 4 lateraes; sobre o arco cruzeiro lê-se 1777, que parece ser a data de alguma reconstrucção parcial, porque o templo é, evidentemente, muito mais antigo. No centro do tecto estão as armas de Portugal, em talha dourada. Havia collegiada, que acabou com a extincção dos dizimos, o que diminuiu muito o esplendor do culto. D. Affonso III deu foral á villa, em 1250. Sendim foi conc. que se supprimiu em 1834, tendo camara, juiz ordinario e mais autoridades e empregados; um capitão de ordenanças, com a sua companhia, sujeito ao capitão mór de Paredes da Beira A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego || Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Anha, conc. e distr. de Vianna do Castello || S. Nicolau e conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || O Salvador, de Mattosinhos, conc. de Bouças, distr. do Porto || Santa Maria, de Padornellos, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Sendim de Baixo e de Cima Duas povoações na freg. de S. Thiago, de Castello do Neiva, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Sendim da Ribeira Pov. e freg. do Espirito Santo, da prov. de Traz os Montes, conc. e com. d'Alfandega da Fé, distr. e bisp. de Bragança; 70 fog. e 247 hab. Tem est post. Está situada na margem do rio Zacharias, a 7 k. da séde do conc. E' terra fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Sendim da Serra Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com de Alfandega da Fé. distr. e bisp. de Bragança; 55 fog. e 228 hab. Tem est. post. Está situada na falda d'um monte e a pouca distancia do rio Sabor, a 6 k. da séde do conc. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 10, com a séde em Mirandella.

Sendinho de Santo Amaro. Pov. na freg. de S. Thiago, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Sendinho da Senhora. Pov. na freg. de S. Francisco de Assis, de Amieira, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Sendos. Pov. na freg. de S. Julião, de Silva, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Seneadas Pov. na freg. do Santo André, de Fermentellos, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Senegambia V. *Guiné*.

Senem. Pov. na freg de S. Martinho, de Crasto, conc de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Senga Pov. da freg. de Encoge, no conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Senge. Pov. do sobado de Quingollo, na 7.ª div do conc. de Caconda, distr de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Sengue. Pov. do sobado do Quivando, no conc. do S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Quimalo, no mesmo conc., distr e prov. || Pov. no sobado de Lumbo, idem, idem || Pov. do sobado de Quinpalo, idem, idem. || Div. (1.ª) do conc. do Pungo-Andongo, no distr. do Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. Comprehende 10 sobados. || Pov. da div. de Quicombo, conc. de Ambrizete, distr. do Congo, prov d'Angola, Africa Occidental || Pov. da freg de S José de Encoge, conc. de Encoge, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Senguene. Pov. do sobado do mesmo nome, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Senguerim. Rio affluente do Mandovi, na India.

Senharei. Pov. e freg. do S. Cypriano, da prov. do Minho, conc e com. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 145 fog. e 515 hab. Está situada proximo da estrada de Paredes aos Arcos, a 7 k da séde do conc. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz, cria muito gado de toda a qualidade, e exporta muitos bois para a Inglaterra. Tem caça e peixe do rio Vez. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Senhas V. *Contos*.

Senhor. Povoações nas freguezias: S. Thomé, de Lanhas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || O Salvador, de Ruivães, conc do V. N. do Famalicão, do mesmo districto.

Senhor dos Afflictos Pov. na freg. de Santa Clara, conc. e distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural.

Senhor d'Além Nome d'uma capella situada na margem esquerda do rio Douro, no conc. de V.

N. de Gaia, quasi na base da encosta da serra do Pilar e em frente do Porto. Diz uma versão que ella data de 1140, e que ficava primitivamente apenas a uns 2 m. acima do nivel do rio, sendo trasladada em 1877 para o logar actual para deixar de estar exposta ás cheias que por muitas vezes a invadiram e damnificaram, e que em 1738 foi fundado proximo d'ella o hospicio do Senhor d'Além, tomando posse d'uma e d'outro a 5 de março de 1739 cinco frades carmelitas descalços, que estavam no confessionario desde o nascer do sol até ao meio dia. Outra versão diz: No monte ou serra do Quebrantões, hoje serra do Pilar, houve um mosteiro de freiras da ordem do Santo Agostinho (gracianas), chamado de *S. Nicolau das Donas*, e fundado em 1140 pelo bispo do Porto D. Pedro Rabaldes. No alto do monte havia uma ermida consagrada a S. Nicolau, no logar onde depois foi edificado o grande mosteiro de conegos regrantes de Santo Agostinho (cruzios), e junto d'essa ermida foi achado no referido anno um crucifixo que foi recolhido n'ella e que desde logo passou a ser objecto de grande devoção para o povo d'aquelles sitios. D. Pedro Rabaldes quiz fundar ali um mosteiro de freiras, e como tinha sido frade cruzio do convento de Grijó, deliberou que esse convento seria de agostinhas. O mosteiro foi effectivamente construido e ainda existia em 1.00, extinguindo se depois, e das suas rendas fez-se um beneficio simples que durou pelo menos até 1552, com o padroado da capella de S. Nicolau. Quando os frades de Grijó edificaram o mosteiro hoje chamado da serra do Pilar, vedaram o monte de Quebrantões ou de S. Nicolau, e, para que não ficasse dentro da cêrca a capella da invocação d'este santo, obtiveram licença de D. Fr. Balthazar Limpo, bispo do Porto, para a mudarem para a raiz do monte, á beira rio, licença que lhes teria sido concedida a 17 de junho de 1539. Edificada a nova capella, fôram para ella trasladadas a 24 de agosto de 1540 as imagens do Senhor Crucificado, de S. Nicolau e de S. Bartholomeu, continuando o templo a ter ainda por muitos annos a invocação de S. Nicolau, mas perdendo a por fim pouco a pouco para tomar a do Senhor d'Além.

Senhor do Bomfim. Pov. na freg. de S. Lourenço, conc. e distr. de Portalegre.

Senhor da Pedra. V. *Golpilhares.*

Senhor Roubado. Assim se denomina um pequeno largo na calçada do Carriche, freg. do Lumiar, onde ha um padrão, em fórma de capella, erguido para commemorar o desacato que no meado do seculo XVII se deu na egreja parochial de Odivellas, que lhe fica proximo. Segundo resam os antigos chronistas, foi na noite de 10 para 11 de maio de 1671 que se commetteu aquelle sacrilegio, sendo roubadas umas contas d'ouro da imagem da Senhora do Rosario, os vestidos do menino Jesus, pertencentes á mesma imagem; o espaldar do docel do altar-mór foi cortado, aberta violentamente a porta do sacrario, sendo d'ali tirados os vasos sagrados, e quebrada á força a cruz do remate. Nos outros altares da egreja tambem fôram roubadas as vestimentas d'outras imagens, e um pedaço de tafetá encarnado que envolvia o Santo Sudario. Desappareceu a bola da lampada da capella mór e uma toalha do altar, onde se embrulhou todo o roubo. Na manhã seguinte, foi que o prior viu a profanação que se commettera n'aquella madrugada, e chamando o povo á egreja, lhe deu parte do acto sacrilego, sendo a noticia recebida com extraordinarias manifestações de sentimento e de horror. Ao principe regente do reino, mais tarde rei D. Pedro II, tambem foi communicado o crime, e elle ordenou que o Tribunal da Inquisição e o cabido da Sé tirassem a mais minuciosa devassa e fizessem as possiveis diligencias para a descoberta do roubador. Tudo, porém, foi baldado. Apenas se averiguou que alguem penetrara na egreja ardilosamente pela porta da torre, e que na manhã seguinte ao crime uns christãos novos se haviam embarcado apressadamente n'um navio francez, atraz do qual se mandou uma caravella, sem lograr alcançal o. Em 16 de julho se descobriu, casualmente, n'um silvado e matta de caniços, onde se vê hoje a referida *Memoria*, os dois vasos sagrados, atados n'um lenço, faltando no dourado a cruz do remate. Tambem se encontraram aqui n'uma trouxa, os vestidos das imagens, e os mais objectos roubados. Mas, por mais diligencias que procederam todas as justiças civis e ecclesiasticas, nada se pôde descobrir, continuando o mysterio sobre o criminoso. Tanta commoção causou em todo o paiz este sacrilegio, que muita gente se vestiu de luto, havendo por toda a parte procissões de desaggravo. Vinte dias depois foi o principe regente com a côrte a Odivellas, e do convento levou o Sacramento á egreja profanada, com toda a pompa, facto que se celebrou em todo o reino com grandes festas. Afinal o acaso fez mais tarde descobrir o criminoso. Na noite de 16 de outubro do mesmo anno foi preso um rapaz que andava a furtar gallinhas dentro da cêrca do convento de Odivellas. Chamava se Antonio Ferreira, e contava 23 annos incompletos, vindo se a saber que era christão novo por parte do pae e da mãe. Encontraram lhe n'uma algibeira a cruz de prata do remate do vaso sagrado. Estava finalmente descoberto o ladrão sacrilego. Sendo entregue aos tribunaes competentes, tudo confessou, dizendo que se occultára na egreja debaixo d'uma meza, e de madrugada, vendo se só, fizera o roubo, e saindo em direcção a Lisboa, como já ia rompendo o dia, entrára no silvado e matta de caniços, já acima mencionado, e ali escondera o roubo, na ideia de o ir buscar em outra occasião. O réo foi condemnado a baraço e pregão, sendo arrastado pelas ruas de Lisboa até ao Rocio, onde lhe decepariam as mãos e as queimariam á sua vista, subindo depois a um mastro onde seria garrotado, devendo em seguida ser queimado o seu corpo, e as cinzas lançadas ao mar, para que d'elle nunca mais houvesse memoria. Esta sentença foi por accordão da Relação, de 20 de novembro do mesmo anno, e executada logo no dia 23. No sitio ou de o roubo estivera escondido, se espetou no chão uma cruz de pau, mas como apodrecia em pouco tempo, collocaram outra n'uma oliveira. Em outubro de 1742, indo para a pedreira de Paradella o frade da ordem do S. Paulo Fr. Antonio dos Santos Prazeres, passando á calçada de Carriche, viu uma matta de caniços, algumas cêpas de vide e uma oliveira, na qual estava pregada uma cruz, feita de estreita taboa, pintada de vermelho. Entendeu que a cruz indicava o sitio onde morrera algum christão, e lhe resou por alma. Na volta, pelo mesmo sitio, encontrou ali um lavra-

dor que lhe disse a significação d'aquella cruz Não consentia o animo do bom frade que se conservasse quasi esquecido e com tão pouca decencia o logar onde tantos dias haviam estado os objectos sagrados do culto christão, e por muitas vezes scismou nos meios de construir um padrão mais duradouro, que recordasse o facto. A primeira cousa que fez foi o risco para a *Memoria*. Depois dirigiu se a casa do escrivão da camara, na Mesa do Desembargo do Paço, que era o senhor da terra onde estava a cruz, a pedir-lhe licença para fazer a obra. O escrivão ficou de pensar, e por fim respondeu ao frade, no fim de tres dias, que não só lhe dava licença para construir o monumento, como tambem concorreria com o que pudesse, para ajuda das despezas. O frade foi pedir autorisação ao patriarcha, que promptamente lh'a concedeu, assim como o prelado do seu convento, a quem tambem pediu autorisação Obtidas todas as licenças indispensaveis, faltava ao bom religioso o dinheiro para a obra, mas não esmoreceu. Na pedreira de Paradella todos os cabouqueiros lho offereceram da melhor vontade toda a pedra precisa, e os lavradores de aquelles sitios se promptificaram a transportal-a gratuitamente. A condessa do S. Thiago de Beduido, D. Leonor do Menezes, lhe emprestou uma das casas da sua quinta de Odivellas, para n'ella habitar o bondoso frade, e lavrar ali a cantaria, ordenando ao caseiro que lhe désse tudo quanto elle precisasse; a abbadessa do convento de Odivellas lhe mandou o sustento emquanto durou a obra. Em 14 de maio de 1744 começou Fr Antonio dos Santos Prazeres a lavrar por suas proprias mãos as principaes peças do padrão; os pedreiros lavravam as outras mais simples, a que elle pagava com esmolas recebidas dos devotos. Estando tudo concluido se assentou o padrão em 5 de novembro de 1744. Esta *Memoria* assenta n'um plano todo lageado. Elevam-se 4 columnas de cantaria, com os seus capiteis, que fórmam um quadrilongo, assentando sobre as columnas uma cupola que sustenta a figura da Fé em grande vulto. No centro d'estas columnas se eleva um grupo inteiramente destacado, que sóbe até quasi tocar a cupola, tudo de cantaria muito lavrada, sendo a ultima cousa um Senhor Crucificado. N'este grupo se vêem muitos anjos, vasos sagrados, e outros emblemas. N'um espaço se lê:

AQUI
OCCULTOU A INGRATIDÃO
DO MAIOR ROUBO A INSOLENCIA,
MAS LEVANTOU A CLEMENCIA
A MEMORIA DO PERDÃO.

Em outro espaço mais abaixo, tem o seguinte:

ESTE PIEDOSO PADRÃO
COM ETERNA DÔR SE LEIA;
AQUI UM ATROZ LADRÃO,
A'S DUAS DA NOITE E MEIA,
O CÉO ENTERROU NO CHÃO.

Caso de Odivellas—anno 1671.

Finalmente ha um pedra que figura o altar, e tem na sua frente:

ESTE PADRÃO SE FEZ NO ANNO 1744.

A' esquerda da *Memoria* vê-se um pequeno padrão, levantado no proprio logar onde se encontraram enterradas as sagradas reliquias. O padrão acaba em ponta aguda, servindo-lhe de remate uma bola de cantaria, onde gravaram as seguintes letras, que já se não pódem ler:

LOGAR DO ENTERRO

O muro do lado do norte, tem no centro, e em linha recta com a *Memoria*, uma porta, que depois se tapou a pedra e cal, sobre a qual se vê n'uma pedra uma inscripção, em que se lê, que a obra foi feita com esmolas dos fieis em 1744. O muro é todo coberto de azulejos, e dividido de cada lado da porta em 6 paineis, que mostram em figuras o que dizem os letreiros que cada painel tem por baixo. Estes letreiros contam minuciosamente toda a historia. O logar do Senhor Roubado pertence ainda á area da cidade de Lisboa, que vae até á estrada militar, por decreto de 25 d'agosto de 1903.

Senhor da Serra. Pov. na freg. de N. S.ª de Assumpção, de Semide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Senhora. Pov. na freg do Salvador, de Figueiras, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Senhora d'Ajuda Povoações nas freguezias: S. Lourenço, de Arranhó, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. do Lisboa. ‖ Santa Christina, de Meadella, conc. e distr. do Vianna do Castello. ‖ Freg. do conc. da ilha do Fogo, archipelago e prov. do Cabo Verde, Africa Occidental. Tem generos agricolas.

Senhora Apparecida. Pov. na freg. do S. Pedro Fins, de Torno, conc de Louzada, distr. do Porto. V. *Carnaxide*.

Senhora d'Assumpção. Freg. do conc. de Malange, no distr. de Lunda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Senhora do Campo. Pov. na freg. de S. Martinho d'Argoncilhe, conc. da Feira, districto de Aveiro.

Senhora da Conceição Freg. do conc. de Novo Redondo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. ‖ Freg. do conc. do Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. E' a unica freg. do conc. e conta alguns sobados e 12 divisões. ‖ Freg. do conc. da ilha do Fogo, archipelago e prov. de Cabo Verde.

Senhora das Dôres. Freg. do conc. do Sal, archipelago o prov. de Cabo Verde.

Senhora de Guadelupe. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Redinha, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Senhora da Gloria. Pov. na freg de Santa Eufemia, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Senhora da Guia. Pov. na freg. de S. Martinho o conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Senhora da Hora. Pov da freg. de Mattosinhos, conc. de Bouças, distr. do Porto. Tem uma grande fabrica de carrinhos do algodão, fabrica de moagem, bonitos *chalets* e casas de campo; restaurante, correio com serviço de posta rural; est. do caminho de ferro do Porto á Povoa e Famalicão, entre a de Mattosinhos o o apeadeiro de Matalto. E' fertil em generos agricolas.

Senhora da Lapa. Pov. na freg. de S. Lourenço, do Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Senhora do Livramento. Freg. do conc. e ilha de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Senhora da Luz. Pov na freg. de Santa Marinha, de Arcozello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Ponta situada na costa N da ilha de S. Miguel, Açôres, entre o porto da Ribeira Grande e a enseada das Capellas.

Senhora do Populo. Freg. do conc. e distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental. E' a unica freg. do conc., e além da cidade de Benguella, comprehende varias povoações.

Senhora das Preces. Pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Senhora da Ribeira. Povoações nas freguezias: S. Miguel, do Pinheiro de Azere, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. || S. Sebastião, de Seixo do Anciães, conc. de Carrazeda do Anciães, distr. de Bragança.

Senhora do Rosario. Freg. do conc. e ilha de S. Nicolau, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Freg. do conc. e ilha de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Comprehende na sua área a antiga villa da Ribeira Grande (N. S.ª do Rosario e Santo Antão, abbade), que foi séde do extincto conc. da Ribeira Grande e capital da ilha de Santo Antão. V. *Ribeira Grande*.

Senhora da Saude. Pov. da freg. de S. Miguel, de Laundos, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Senhora da Silva. Pov. na freg. do S. João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Senhora da Victoria. Freg. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. E' a unica freg. do conc., e é formada de numerosas aldeias, muitas das quaes constituem sobados.

Senhoria. Direito, poder, autoridade que uma pessoa tem sobre a terra de que é senhor. Tratamento que se dava aos soberanos até ao reinado do D. Manuel I, *Real Senhoria*, sendo então esse tratamento substituido pelo de *Alteza*, e mais tarde, no tempo d'el-rei D Sebastião, por *Majestade*. A lei de 16 de setembro de 1597 mandava dar tratamento de *Senhoria* ao regedor da justiça da Casa da Supplicação e governador da relação do Porto, vedores da fazenda, e presidentes dos tribunaes. Pelo alvará de 28 de julho de 1736, foi concedido quo aos 3 secretarios de estado se desse tambem esto tratamento, e o do illustrissimo e excellentissimo senhor, só pela lei dos tratamentos de 29 de janeiro de 1739. Esta lei foi promulgada por D. João V, por causa dos abusos que se haviam introduzido, dando-se geralmente tratamentos maiores ás possoas que vinham mencionadas na lei de 16 de setembro do 1597, e dar tratamento de Senhoria a pessoas de que a lei não fazia menção. Pela lei de 29 de janeiro de 1739, se ordenava que aos grandes ecclesiasticos e seculares se falasse e se escrevesse por *Excellencia*; este tratamento se poderia dar tambem ao regedor da justiça da Casa da Supplicação, ao governador da Relação do Porto, aos védores da fazenda, e aos presidentes do Desembargo do Paço, da Mesa da Consciencia e Ordens, do conselho ultramarino, e do Senado da Camara de Lisboa; mas dentro dos tribunaes em quo presidissem, fôssem todos obrigados a darlhes o dito tratamento, e a todos os sobreditos não pudesse alguem dar menor tratamento quo o de *Senhoria*. A muitas outras dignidades, como embaixadores, vice reis da India e Brazil, etc. tivessem o mesmo tratamento de Excellencia; mas aos bispos que assistissem no reino, não sendo nomeados pelo rei, o aos ministros da Egreja Patriarchal do habito prelaticio, se falasse e so escrevesse por *Senhoria Illustrissima*. Que aos viscondes e barões, officiaes das casas do rei, da rainha e das princezas, aos gentis-homens da camara dos infantes, filhos e filhas dos viscondes e barões, dos officiaes da casa real, etc., a todos so désso o tratamento de *Senhoria*. Que aos priores móres das ordens militares, a algumas dignidades ecclesiasticas, ao reitor da Universidade de Coimbra, o aos cabidos das egrejas archiepiscopaes e episcopaes, se falasse e se escrevesse por *Senhoria*. A muitas mais pessoas de elevada posição se ordenava este tratamento, dando-so tambem ás mulheres casadas o mesmo tratamento quo ficasse determinado aos seus maridos; ás camareiras-móres, aias, damas de honor, damas do paço, se tratassem por *excellencia*. No alvará, ordena-se que ninguem acceite de modo algum os tratamentos mencionados, senão ás pessoas a quem esta lei respectivamente os determina, ou permitte. Para quem não cumprisse e respeitasse esta lei, mandava o rei que, sendo fidalgo até cavalleiro, incorresse pela primeira vez na pena do 100$000 reis, metade para o accusador e a outra metade para os captivos, o se o accusador prescindisse da sua parte, ser toda para os captivos; pela segunda vez, incorresse na pena de 200$000 reis, com a mesma applicação; sendo pessoa de menor qualidade, pela primeira vez, 20$000 applicados da mesma fórma, e em dois annos de degredo fóra do logar e termo; pela segunda vez, 40$000 reis com a mesma applicação, e 5 annos de degredo para Africa; e os que não tivessem bens com que pagassem as penas pecuniarias, pela primeira vez prisão por dois mezes, pela seguuda quatro, não podendo estas penas ser moderadas, nem commutadas por juiz, ou tribunal algum, e sendo os culpados comprehendidos mais vezes, se lhes impuzessem maiores penas, segundo o arbitrio do julgador. Uma copia d'este alvará foi mandada a todos os corregedores o ouvidores, com a obrigação de as fazerem publicar nas suas comarcas, o quo tambem fariam os provedores nos logares, onde os corregedores não pudessem entrar por correição.

Senhoriagem Direito que se pagava em reconhecimento do senhorio. || Direito que o rei recebia pela fabrica da moeda. ¶ Differença entre o valor real e nominal da moeda.

Senhorim. Villa e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Alta, conc. de Nellas, com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu; 594 fog o 2:399 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e está situada a 3 k. da margem do rio Mondego e a outros tantos da séde do conc. A pov. é muito antiga. D. Affonso Henriques deu lhe foral em 1140, o D. Manuel, foral novo, em Lisboa, a 30 de março de 1514, que era o foral de Nellas. Senhorim foi séde de um conc., do seu nome, que se supprimiu em 1853. A freg. chamava se *Senhorim*, mas a povoação, séde do conc. tinha antigamen-

te o nome de *Villa*, e existia desde o principio da monarchia. No reinado de D. Manuel mudou-se a casa da camara, cadeia e pelourinho, para a pov. de Villar Secco, por diligencias de D. Luiz da Cunha e de seu irmão D. Pedro da Cunha, senhores da casa de Santar. Passados annos, tornou a pov. Villa do Senhorim a ser séde de conc. até á sua suppressão. Tem generos agricolas. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Senhorinha *(Santa)*. Viveu no seculo x, nascida, ao que parece, em Basto, no anno de 924, segundo uns, e em Athei, segundo outros. Era filha dos condes D. Hufo e D. Tareja, de quem se presume, que descende a familia dos Sousas. Teve o seu nome de Domitila, mas em Portugal foi sempre conhecida pelo nome de Santa Senhorinha. Era rica, mas destinando se ao claustro, para que tinha grande vocação, abandonou o mundo, e entrou no convento benedictino de S. João de Vieira, onde era abbadessa sua tia, Santa Godina. Ali foi educada, sendo muito respeitada pela austeridade da sua vida, e por morte de sua tia, foi eleita abbadessa. O seu desejo era ir soffrer o martyrio como missionaria entre os povos barbaros, mas não o podendo conseguir, flagelava se a si propria com todo o rigor, e fazendo austeras penitencias, fal. em abril de 982, com a fama de santa, que a Egreja mais tarde ratificou, canonisando-a. E' a padroeira da freguezia de Santa Senhorinha de Basto, no districto de Braga.

Senhorinha. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural.

Seninha. Pov. na freg. do Salvador, de Valdreu, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Senna *(Antonio Maria de)*. Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra, e lente n'essa faculdade, medico alienista, director do hospital do Conde de Ferreira, no Porto, par do reino electivo, vogal da secção permanente do Conselho Superior de Instrucção Publica, etc. N. em Ceia a 2 de janeiro de 1845, fal. na Granja a 14 de outubro de 1890. Era filho de Antonio Maria de Senna e de D. Anna Josepha d'Almeida Mello, proprietarios e agricultores modestos na referida villa. Seu pae o destinava á carreira ecclesiastica, e o dr. Senna fez os seus primeiros estudos no Seminario de Coimbra, e chegou mesmo a cursar na Universidade a faculdade de theologia até ao 4º anno, com muita distincção, onde tomou o grau de bacharel, vendo, porém, que faziam opposição a que elle se doutorasse n'essa faculdade, além d'isso, sentindo-se sem a menor vocação para a carreira a que o destinavam, foi matricular se no anno lectivo de 1867-1868 em mathematica e philosophia, obtendo os primeiros premios do curso n'estas faculdades. Matriculou-se depois na de Medicina. Conhecendo bem a mathematica elementar, lançou-se então no ensino livre d'esta sciencia, e foi assim, fazendo cursos de algebra e de geometria, preparando por um fatigante trabalho de muitas horas em cada dia successivas gerações de estudantes para os exames d'essas cadeiras, que elle conseguiu os meios materiaes de levar a termo o seu curso de medicina, que veiu a concluir, obtendo sempre as primeiras classificações. Doutorou se a 9 de julho de 1876, depois d'uma brilhante defeza da these *Analyse espectral do sangue*, e logo em 1877 entrou no professorado universitario, passando a reger a cadeira na ausencia temporaria do dr. Costa Simões. Sendo pouco tempo depois escolhido pelos seus collegas da faculdade para estudar no estrangeiro os adiantamentos da histologia nervosa e da physiologia experimental, foi o dr. Senna autorisado a essa viagem scientifica pela portaria de 7 de agosto de 1878, o partiu em outubro d'esse anno para Paris, Vienna d'Austria e Berlim, d'onde regressou no anno immediato. D'essa vaigem scientifica existe impresso um pequeno *Relatorio* incompleto, documento official que poucos conhecem, fugitivamente escripto nos laboratorios francezes e allemães, sob a immediata impressão das noções colhidas dia a dia e visando sómente a justificar perante a faculdade e o governo a applicação do seu tempo no estrangeiro. Em 1882 foi nomeado pela Misericordia do Porto director do hospital de alienados que se inaugurou um anno depois. O dr. Senna devotou-se desde então á causa dos alienados,

Dr. Antonio Maria de Senna

especialisando se nos dominios da psychiatria e estudando com empenho, com amor, com fervorosa solicitude o problema complexo da beneficencia publica d'esta ordem de doentes. Desejoso de se instruir sobre as condições propriamente nacionaes da questão que o reclamava, principiou por estudar a historia dos alienados portuguezes, seguindo atravez de esquecidos ou ignorados documentos todo o largo periodo que decorre desde as primitivas e incompletas installações especiaes do hospital de S. José, descriptas pelo dr. Marchand em 1844, até á creação no Porto do amplo asylo que perpetúa a memoria do Conde de Ferreira. Em seguida estudou as disposições da nossa legislação civil em materia de loucura, e colheu os dados necessarios para avaliar a cifra aproximada dos alienados portuguezes. Este vasto e interessante trabalho de historia e estatistica constitue o 1.º volume da obra *Os alienados em Portugal*, publicado em 1884. Causou uma viva impressão nos circulos medicos do paiz esse volume em que pela primeira vez entre nós á erudita exposição documentada de

miserias desconhecidas ou olhadas com indifferença se juntava o commentario nobremente apaixonado da incuria e desleixo officiaes A parte do volume que descreve Rilhafoles como installação material e instrumento de assistencia medica aos alienados, foi, sobretudo, discutido. O 2.º volume de *Os alienados em Portugal*, publicado em 1885, contém uma detalhada memoria descriptiva do hospital do Conde de Ferreira, á qual o autor juntou, como complemento natural, o Regulamento que elaborara em 1883, e o governo approvou por um decreto de 14 de maio do mesmo anno. Merece tambem ser mencionado outro trabalho do dr. Senna, o *Relatorio* dos serviços medico e administrativo do Hospital do Conde de Ferreira nos annos de 1883 a 1885. Além das informações que é de uso conterem documentos officiaes d'esta natureza, o *Relatorio* offerece aos estudiosos da psychiatria paginas de interesse sobre a nosographia mental. Em 1887 foi eleito par do reino pelo districto de Vianna do Castello, e aproveitando a sua qualidade de membro do parlamento, o dr. Senna estudou um projecto de lei creando novos hospitaes e asylos de alienados no continente e ilhas; depois, por um pertinaz trabalho de successivas reclamações do governo, de instancias junto dos politicos de todas as côres partidarias, de suggestões á imprensa, conseguiu que esse projecto, apresentado em côrtes pelo sr. conselheiro José Luciano de Castro, então presidente do conselho de ministros, fôsse approvado com ligeiras emendas, depois d'uma breve discussão nas duas casas do parlamento, em junho de 1888. Da sua curta carreira parlamentar, o dr. Senna deixou dois notaveis discursos a proposito do systema penitenciario, proferidos na camara alta em 7 de maio de 1888. N'esses discursos reproduz as doutrinas de Lombroso sobre o *Delinquente-nato* e a repressão penal. A parto propriamente pessoal d'esses discursos é aquella em que se analysa a procedencia da maioria dos criminosos destinados aos carceres penitenciarios e se mostra quanto lhes é inaplicavel o regimen estabelecido na lei de julho de 1867. Virgilio Rossi fez encomiasticas referencias a esta parte dos discursos, as quaes, como os discursos citados, se encontram n'um opusculo publicado de 1889 pelos brazileiros Teixeira & Irmãos. No estio de 1888 o dr. Senna principiou a experimentar d'um modo bem evidente os symptomas da doença que havia de prostral-o, que dia a dia augmentava de gravidade, mas só em maio de 1889 é que se decidiu a pedir uma licença prolongada para se ausentar do serviço hospitalar. Infelizmente, o desenlace fatal fez-se sentir pouco tempo depois, victimando um dos homens mais illustres da sciencia medica, um sabio, em toda a extensão da palavra, conhecido e admirado entre nacionaes e estrangeiros. Foi-lhe levantada uma estatua por subscripção entre os seus amigos e admiradores, em frente do Hospital do Conde de Ferreira, em homenagem á saudosa recordação do benemerito director d'aquelle importantissimo manicomio. O dr. Antonio Maria de Senna era casado com D. Izabel Maria Carneiro de Moraes, tambem já fallecida, pertencente a uma familia muito distincta de Coimbra.

Senna Fernandes *(Bernardino de Senna Fernandes, barão de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Christo, cavalleiro da Torre e Espada, commendador da ordem do Elephante de Sião, condecorado com a medalha de prata de merito e philantropia, consul de Sião e da Italia em Macau, negociante, proprietario, major honorario, etc. N. a 20 de maio de 1815, e é já fallecido ha annos. Era filho de Vicente José Fernandes, e do sua mulher, D. Ricarda Constantina de Senna. Casou a 11 de julho de 1862 com D. Anna Thereza Vieira Ribeiro, filha de Justo Vieira Ribeiro, e de sua mulher, D. Francisca Antonia do Rego. Foi agraciado com a titulo de barão do Senna Fernandes por decreto de 25 de outubro de 1888. O seguinte brazão d'armas foi-lhe concedido por alvará de mercê nova, passado a 11 de maio do 1871: Escudo carregado com uma aguia bifronte de negro estendida, armada de vermelho, e com um crescente de prata apontado para cima sobre o peito; orla de vermelho carregada com 4 cruzetas de ouro entre 4 crescentes de prata, sendo estes acantonados e aquellas nos centros do chefe, contrachefe e lateraes; timbre, uma aguia de negro andante e armada de vermelho.

Senna Freitas *(Bernardino José de)*. Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo, official do ministerio da marinha e ultramar, logar em que se reformou; associado provincial da Academia Real das Sciencias de Lisboa, membro d'outras corporações scientificas e litterarias. N. no Rio de Janeiro a 31 de outubro de 1812. Viveu muitos annos nos Açôres, onde, parece, que falleceu. Bibliographia: *Uma viagem ao valle das Furnas, na ilha de S. Miguel em junho de 1840;* Lisboa, 1845; *Memoria historica sobre o intentado descobrimento d'uma supposta ilha ao norte da Terceira nos annos de 1649 e 1770, com muitas notas illustradas e documentos ineditos*, Lisboa, 1845; *Collecção de memorias e documentos para a historia do Algarve*, Faro, 1846; *Breve noticia da trasladação da imagem de Santa Barbara do convento de N. S.ª da Esperança para o castello de S. Braz de Ponta Delgada no dia 24 de junho de 1847*, Ponta Delgada, 1847; *O Retrato d'El-rei D. Sebastião na ilha Terceira, de que dá noticia o commendador*, etc., Angra do Heroismo, 1848; *O Catholico Terceirense, jornal religioso e litterario*, Angra do Heroismo; começou a publicar-se em 1857 e sairam 43 numeros; *Os tributos na ilha de S. Miguel, precedido d'uma breve noticia dos tributos de Portugal desde os fundamentos da monarchia*, Lisboa, 1815; *Relatorio historico sobre a classificação do archivo existente no antigo edificio do Hospital da Santa Casa da Misericordia da cidade de Angra do Heroismo*, etc., Angra do Heroismo, 1856; *Noções numarias, em que historicamente se trata da moeda fraca e moeda forte nas ilhas dos Açôres*, etc., Angra, 1858; *Religião e patria, o papado e a revolução; curiosa collecção de escriptos e documentos historicos e diplomaticos do direito publico e canonico, religiosos, philosophicos e moraes*, etc., Angra, 1860 a 1861; *A exposição archeologica do Palacio de Crystal na cidade do Porto, e os diversos objectos da Sé primacial de Braga*. Innocencio da Silva, no seu *Diccionario*, vol. VIII, pag. 386 e 387, dá uma nota de diversas obras, que Senna Freitas lhe enviou em 1859 de Angra do Heroismo, e não sabe se existem impressas ou manuscriptas. Senna Freitas collaborou em Lisboa n'alguns jornaes litterarios, e principalmente na *Revista*

Universal Lisbonense e no tomo I da *Semana*, em 1850.

Senna Freitas *(P. José Joaquim de)*. Conego da Sé Patriarchal de Lisboa; escriptor religioso, etc. N. em Ponta Delgada em 1840. Reconhecida desde muito creança a sua vocação para a vida ecclesiastica, veiu para o continente, e entrou no Seminario de Santarem, onde cursou os preparatorios, que foi completar no seminario de Coimbra. Foi depois para Paris matricular-se no Grande Seminario de S. Lazaro, e ali concluiu em 4 annos de aturado estudo o curso de theologia, recebendo depois ordens sacras. Entrando immediatamente na congregação das missões, foi mandado de Paris para o Brazil, percorrendo, ora como missionario, ora como professor, as provincias do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Geraes e Ceará. De constituição extremamente debil, foi prostrado pela doença, e teve de renunciar aos pesados trabalhos de missionario. Regressou a Portugal, procurando n'este benefico clima allivios á sua deteriorada saude. Não lhe permittiu, porém, o animo, o repouso absoluto, e por isso, tendo de conservar se no paiz, começou a leccionar philosophia e linguas no collegio de Santa Quiteria de Felgueiras, atéque foi admittido como capellão no hospicio do Terço e Caridade no Porto. Desde o seu regresso das missões até 1882 percorreu a França, Italia, Hespanha, Suissa, Inglaterra, Escossia, Irlandia, etc. Como lhe eram muito familiares quasi todas as linguas vivas, aproveitou o ensejo das suas viagens para prégar em differentes paizes na lingua propria, sendo os seus sermões todos considerados verdadeiros primores de eloquencia sagrada, thesouros inestimaveis de estylo, modelos de rhetorica. Quando voltava a Portugal, costumava visitar sempre as provincias do Minho e do Douro, como missionario, tendo de desistir d'este arduo trabalho por não lh'o permittir a sua precaria saude pela permanencia no interior da America do Sul. Nas horas do descanço cultivava as bellas letras, conquistando o logar muito honroso na litteratura portugueza de escriptor vernaculo. Collaborou muito tempo nos jornaes politicos-religiosos *Palavra*, *Commercio do Minho* e *Progresso catholico*, sendo durante alguns annos redactor d'este ultimo jornal. São tambem notaveis os seus discursos, que por differentes vezes proferiu nas associações catholicas do Porto e de Braga, e depois no Congresso Catholico. Em 1884 voltou ao Brazil, dedicando se ao ensino, e fundou um collegio em S. Paulo. Mais tarde regressou de novo a Lisboa, estabelecendo aqui residencia, onde tambem estabeleceu um collegio. Foi nomeado conego da Sé Patriarchal, e entregando-se ao ensino e ás suas obras litterarias, que são numerosas, se conservou aqui até que, depois da proclamação da Republica em 1910, seguiu outra vez viagem para o Brazil. D'essas obras, mencionaremos as seguintes: *No presbyterio e no templo*, 2 tomos, 2.ª edição, 1881; *Escriptos catholicos de hontem*; *A tenda do mestre Lucas*, romance religioso; *Os lazaristas pelo lazarista Antonio Ennes; A carta e o homem da carta; A critica á critica; Dia a dia de um espirito christão; Os Santos da egreja catholica*; *A Palavra do Semeador, sermões, orações funebres, discursos, conferencias, alocuções, pronunciados no templo e fóra d'elle*; (1867 1903); 2 volumes, 1905 e 1906; *Psychologia politica do conselheiro João Franco*, Lisboa, 1909. Quando ha annos appareceu um livro, traduzido do italiano, com o titulo de *Christo nunca existiu*, o P. Senna Freitas publicou um seu trabalho de muito valor, cheio de erudição, refutando as doutrinas ali apresentadas, trabalho a que deu o titulo de: *A Historicidade do Christo.* Traduziu *O Evangelho segundo Renan*, de Lasserre, e *Os jesuitas*, de Paulo Féval, com annotações.

Senouras. Pov. e freg. de Santa Catharina, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Almeida, distr. o bisp. da Guarda; 56 fog. e 205 hab. Tem correio com serviço de posta rural, e está situada a 2 k. da margem esquerda do rio Côa, e a 10 da séde do conc. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 2, com a séde em Trancoso.

Senra. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Cavallões, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santo André, de Frades, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || S. Pedro, de Fragoso, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Claudio, de Geme, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Mamede, de Gamide, do mesmo conc. e distr. || S. Jorge, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Lamaçães, conc. e distr. de Braga. || S. João Baptista, de Lamas de Moiro, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello || S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, do mesmo distr. || S. Miguel, de Messegães, do mesmo conc. e distr. || S. Martinho, de Moimenta, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. João Evangelista, de Nespereira, conc. de Louzada, distr. do Porto. || O Salvador, de Parada e Barbudo, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || S. Julião, de Silva, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || S. Thomé, de Travassos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Cosme, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || Santo André, de Varzea da Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Villar de Pinheiro, conc. de Villa do Conde, do mesmo districto.

Senradellas. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Senrella. Povoações nas freguezias: S. Julião, de Badim, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Oliveira, conc. e distr. de Braga.

Sentido *(Gaspar Chaves)*. Moço da camara do duque de Bragança D. Theodosio II. Era natural de Portel e viveu no seculo XVII. Escreveu em 1620 a seguinte obra: *Successos tragicos do reino de Portugal, procedidos da infeliz jornada de el rei D. Sebastião em Africa, e das alterações que succederam, e entrada do exercito de el rei de Hespanha D. Filippe II e sua successão.* Não se chegou a publicar, e constava de 33 capitulos. Deixou outra obra manuscripta; *Jardim real de armas, e genealogia dos reis christãos do mundo e outros successos de Portugal por morte do cardeal-rei.* Era dedicada a D. João IV.

Sentinella. Povoações nas freguezias: S. Thiago, conc. de Alandroal, distr. de Evora. || Espiri-

to Sauto, de Azinhal, conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Senze. Pov. do sobado do mesmo nome, na freg. de N. S.ª da Victoria, 15.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Sepada. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Sepães. Pov. na freg. de S. Pedro, de Adães, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Sepidellos. Pov. na freg. de S. João Evangelista, de Athães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Sepins. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Douro, conc. e com. de Cantanhede, distr. e bisp. de Coimbra; 260 fog. e 935 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Dista 9 k. da séde do conc. E' fertil em generos agricolas e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria.

Sepoza. Pov. na freg. de Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Septentrional. Ponta situada na costa N da ilha do Fogo, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Ponta situada na costa N da ilha de Maio, idem, idem. arch. e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Sepulchro *(Fr. Manuel do)*. Religioso da ordem de S. Francisco. N. em V. N. de Portimão a 23 de maio de 1596, fal. em Lisboa a 22 de março de 1674. Era filho de Antonio Barroso, que tendo sido ferido e caido prisioneiro na batalha de Alcacer Kibir, conseguiu escapar se, sem ser resgatado e voltar a Portugal. Mostrou desde creança grande vocação para a poesia, e aos 15 annos ganhou em Coimbra o premio n'um torneio poetico. Era muito baixo e muito myope, e por essas razões o não queriam admittir na ordem de S. Francisco, onde quiz professar, mas afinal tanto instou que conseguiu entrar no convento de S. Francisco, de Lisboa, onde professou a 16 de janeiro de 1613. Em 1628 foi nomeado mestre de philosophia, que regeu no convento de Santo Antonio do Ferreirim, e de theologia no convento de Lisboa. A' força de estudo e de applicação perdeu completamente a vista, supprindo o transtorno que isso lhe causava com a sua vastissima memoria. Consultavam-n'o como oraculo em quaesquer difficuldades, e diz se que Filippe IV de Hespanha e III de Portugal não quiz prover uma cadeira da Universidade sem ouvir o seu parecer. Em Coimbra regeu o collegio de S. Boaventura, e em 1641, n'uma especie de torneio poetico que ali se realisou para celebrar a acclamação de D. João IV, Fr. Manuel do Sepulchro se distinguiu escrevendo, debaixo do véo do anonymo, varias poesias em portuguez, latim e italiano. Foi eleito presidente d'umas conclusões que se haviam de sustentar em Roma n'um capitulo geral; mas indo para Roma com outros frades a bordo d'uma nau franceza, foi esta tomada por um navio inglez, junto da ilha de Mallorca, e Fr. Manuel de Sepulchro despojado de tudo quanto possuia, de fórma que, desembarcando n'uma das Baleares, não pôde fazer mais do que arranjar meios para regressar á patria. Foi custodio da provincia e confessor das freiras do convento de Santa Clara, de Lisboa. Escreveu: *Refeição espiritual para a mesa dos religiosos e de toda a devota familia*, etc., 2 tomos, Lisboa, 1669; saiu em 2.ª edição, *novamente additada com a vida do autor*, em 1742. Escreveu tambem a *Vida de Santa Rosa de Viterbo*, Lisboa, 1677. Imprimiu versos seus na collecção dos que a Universidade publicou em louvor da coroação de D. João IV, etc.

Sepulchro (*Ordem militar e canonica do Santo*). Teve principio em 1048 n'um mosteiro benedictino, com um hospital para peregrinos, estabelecido em Jerusalem. Mais tarde foi fundada uma nova congregação, com o titulo de *Freires do hospital de S. João Baptista de Jerusalem*, ficando então mais conhecida por este nome. Em Portugal foi introduzida no tempo do conde D. Henrique, e em 1123, sua mulher, a rainha D. Thereza, lhe deu a villa de S. Paio de Gouveia, tambem chamada S. Paio da Serra, que seu filho, D. Affonso Henriques, depois coutou, dando-lhe tambem a de Paços de Penalva, e a de Ladairo, que depois D. Sancho I coutou. Os cavalleiros d'esta ordem estabeleceram-se primitivamente, com o nome de ordem do *Santo Sepulchro*, em Villa Nova de Penalva, que por isso tomou por titulo a designação da ordem. Esta villa ficava sobranceira ao rio *Om*, hoje *Dão*, e na sua margem: pertencia á freguezia de Trancozellos, que esteve annexa á de Castello de Penalva, e é hoje do concelho de Penalva do Castello. Ainda no sitio onde existiu a Villa Nova do Sepulchro, se vê a antiquissima egreja, e os vestigios do mosteiro da ordem, em uma grande quinta, que foi da commenda de Cezures, e que se chama ainda *Quinta do Mosteiro*. A ordem do Santo Sepulchro, ou de Jerusalem, tomou mais tarde o nome de ordem de Malta V. *Portugal*, vol. V, pag. 782 e 783.

Sepulveda. Appellido nobre em Portugal, proveniente de Hespanha, tomado da villa de Sepulveda, na Castella Velha, cuja familia tinha o seu solar em Segovia, na mesma provincia. Passou a Portugal na pessoa de Martim de Sepulveda, um dos 24 regedores de Sevilha, que sendo governador do castello de Noudar, ou Nodar, na prov. do Alemtejo, por D. Fernando, de Castella, e seguindo o partido de D. Affonso V, de Portugal, o entregou ao principe D. João, depois rei D. João II, o qual, em recompensa lhe deu a villa de Buarcos e outras rendas. Martim de Sepulveda casou com D. Joanna Henriques, filha de D. Diogo Henriques, e teve successão. As armas dos Sepulvedas são: Em campo de púrpura, uma oliveira verde, perfilada de ouro, com raizes de prata, entre dois leões de ouro, trepantes, e uma estrella de prata, de sete pontas, em cada canto do chefe; timbre, meio leão de escudo.

Sepulveda *(Bernardo Correia de Castro)*. General, commendador da ordem da Torre e Espada, cavalleiro da de Aviz, etc. N. em Bragança a 20 d'agosto de 1791, fal. em Paris a 9 de abril de 1833. Era filho do tenente general Manuel Jorge Gomes de Sepulveda (V. *adeante*), e de sua mulher D. Joanna Correia de Sá Vallasques e Benevides. Seguindo como seu pae a carreira das armas, tomou parte activa na Guerra Peninsular, e chegando ao posto de coronel, estava em 1820 commandando o regimento de infantaria n.º 18, que chegou ao Porto no dia 16 d'agosto. Convidado para tomar parte no synedrio que preparava e levou a effeito a revolta politica de 24 de

agosto d'esse anno, mas que então ainda não estava designado o dia, Sepulveda acceitou o convite, entrando para o synedrio no dia 18, com o n.º 13, vindo d'este modo a ser o ultimo d'essa notavel assembleia, um dos mais dedicados e generosos partidarios do systema constitucional. Na marcha do exercito revoltoso para Lisboa, foi elle o que na frente da junta partiu para o Vouga, Coimbra e Vizeu. Em todos os pontos intermedios e muitas vezes só, foi elle que fez desenvolver nos povos o enthusiasmo pela causa da revolução, e foi ainda Sepulveda que, passando depois á Extremadura, marchou sempre nos postos avançados, desfazendo e quebrando todos os obstaculos e difficuldades que a junta tinha de vencer para chegar a Lisboa Foi depois eleito deputado ás côrtes constituintes, promovido a brigadeiro, e depois nomeado, em 1823, commandante da força armada na capital. Achava-se no exercicio d'este logar, quando se deu a Villafrancada em maio d'esse anno, que causou a queda da constituição, e Sepulveda, receando como tantos outros, a marcha da revolução, voltou para o partido dos adversarios do governo constitucional, e na tarde de 30 de maio dirigiu-se ao castello de S. Jorgo, o pondo-se á frente da guarnição d'aquella fortaleza, levou ao infante D. Miguel um reforço de 2:700 homens. D. Miguel recebeu-o mal, entendendo que elle chegara tarde, e que devia ter pela sua posição prestado muito maiores serviços á causa absolutista, e por isso o mandou preso para Peniche, onde Sepulveda se conservou, tendo a praça por homenagem, até que em 1824 foi solto ao mesmo tempo que os presos da Abrilada. Embarcando para Havre em agosto d'esse anno, seguiu para Paris, onde veiu a fallecer, sem ter voltado mais a Portugal, ficando malquisto com os liberaes e absolutistas. Escreveu e publicou em Lisboa, sem data, mas parecendo ser em 1821, um opusculo com o titulo: *Alicerces da regeneração portugueza. Memoria das providencias e operações a bem da regeneração nacional, que o brigadeiro, etc., então coronel do regimento de infantaria n.º 18, praticou em 24 de agosto de 1820, e posteriormente na qualidade de deputado da Junta Suprema provisoria do Governo do reino*, etc.

Sepulveda *(P. Francisco Xavier Gomes de)*. Abbade de Rebordãos, escriptor, etc., N. em Hespanha, em 1760 pouco mais ou menos, mas veiu ainda muito creança para Bragança, onde foi creado e educado, ali fallecendo em 1851 com mais de 90 annos de edade. Era irmão do tenente general Manuel Jorge Gomes de Sepulveda (*V. o artigo seguinte*). Entrou activamente na politica do seu tempo. Escreveu e imprimiu em 1803 uma *Dissertação historico-critica sôbre a communhão frequente e quotidiana, em que se expõe a doutrina dos Santos Padres, do concilio Tridentino, dos Summos Pontifices e dos melhores theologos e mysticos para servir de antidoto á obra intitulada «O pão nosso de cada dia» traduzida em portuguez pelo padre Fr. Caetano da Transfiguração*, etc. Em 1809 imprimiu uma *Memoria abreviada e veridica dos importantes serviços que fez á nação o ex.mo tenente general Manuel Jorge Gomes de Sepulveda na feliz origem e progresso da revolução que salvou Portugal.* Foi muito contestada a gloria de ter sido Manuel Jorge Gomes de Sepulveda quem primeiro soltou o grito de insurreição contra os francezes, e por isso saiu no anno de 1813 outra obra, que se attribue tambem a este padre, mas que saiu anonyma, em Londres intitulada: *Sepulveda patenteado, ou voz publica e solemne depositada em documentos authenticos, que devem servir para resolver a questão: Quem foi o primeiro chefe a proclamar a revolução transmontana em 1808?* Esta obra traz o retrato do tenente general. Em 1815 traduziu do francez um *Resumo historico da vida e pontificado de Pio VI, por Mr. Blanchard.* Por occasião da revolução de 1820, o abbade de Medrões, Innocencio Antonio de Miranda, escreveu o seu *Cidadão lusitano*, e contra essa obra se publicaram 3 folhetos criticos intitulados: *Cartas de Ambrosio ás direitas ao sr. abbade de Medrões.* O aggredido attribuiu, com razão ou sem ella, essas cartas ao abbade de Rebordãos, e n'essa supposição lhes respondeu. Deu isso origem a que o padre Sepulveda saisse em defeza propria com o folheto *Apologia do abbade de Rebordãos, contra ás invectivas e calumnias do sr. abbade de Medrões, Innocencio Antonio de Miranda, e do sr. doutor theologo D. A. do W, empregado em prior de Baleizão.* Apezar de não ser affecto ao systema liberal, quando depois de 1834, alguns padres e ex-frades do norte quizeram provocar um schisma, acudiu a combater com a penna essa tentativa refutando *A Voz da verdade aos portuguezes seduzidos pela mentira*, de Sebastião de Santa Clara, missionario do seminario de Vinhaes, com um *Exame critico* d'esse folheto; publicando-se depois em 2.ª edição com um *appendice*, Lisboa, 1838; *O Appendice* publicou se tambem em separado. Em 1839 escreveu um folheto intitulado: *Gemidos da Egreja Lusitana, offerecidos á Rainha fidelissima e ás camaras legislativas*, em que se deplora a ruptura com a Sé Apostolica, a extincção dos dizimos e a extincção das ordens religiosas, etc. O padre Gomes de Sepulveda falleceu muito considerado e estimado, porque nunca fôra partidario apaixonado, nem padre intolerante.

Sepulveda *(Manuel Jorge Gomes)* Fidalgo da Casa Real, por alvará de 6 de setembro de 1789, em virtude do seu posto de marechal de campo, nos termos da lei de 14 de julho de 1758; do conselho de D. Maria I e de D. João VI, conselheiro de guerra, administrador dos vinculos de Mirandella e Amendoeira, gran cruz da ordem da Torre e Espada, commendador de S. Martinho de Soeira na ordem de Christo, tenente general, etc. N. a 16 de abril de 1735, fal. a 28 de abril de 1814. Era filho de Antonio Gomes de Sepulveda, cavalleiro professo da ordem de Christo, sargento-mór de cavallaria n.º 11, e de sua mulher, D. Maria Luiza Pereira. Succedeu nos vinculos e casa de seu pae a 13 de março de 1755. Seguindo a carreira militar, foi alcaide-mór de Trancoso, chegou ao posto de tenente-general, e além d'outras commissões importantes exerceu o cargo de governador da provincia do Rio Grande do Sul no Brazil, e o de governador das armas de Traz os-Montes. Prestou valiosos serviços n'aquella provincia brazileira, defendendo com valor as fronteiras. Dentro da sua jurisdicção creou 7 freguezias, erigiu recolhimentos e seminarios de educação. Gomes de Sepulveda ficou, principalmente, conhecido na historia do paiz, pela parte que tomou na restauração do reino em 1808, e a respeito d'essa epoca, diz Luz Soriano: «N'uma Mo-

moria abreviada dos serviços prestados pelo tenente general Manuel Jorge Gomes Sepulveda, diz se que foi elle o primeiro chefe da acelamação do governo legitimo em Traz os-Montes, tendo o seu primeiro rompimento no dia 11 do citado mez de junho, d'onde rapidamente se espalhou e repetiu pelas mais terras d'aquella provincia como Miranda, Torre de Moncorvo, Ruivães e Villa Real, a respeito das quaes se imprimiram tambem relações especiaes dos factos que em cada uma d'ellas se passaram por aquella occasião. Sepulveda, posto que de avançada edade, desenvolveu a favor da revolução que começara, bastante actividade e energia. A noticia da que primeiramente tivera logar no Porto chegára a Bragança pelas 5 horas da tarde do citado dia 11 de junho. Sepulveda, pondo se immediatamente á frente de alguns patriotas, procedeu logo á acclamação do principe regente, dirigindo elle mesmo o povo que tinha sido o primeiro a romper os vivas. N'esse mesmo dia 11 chamou o general ás armas, todos os transmontanos e os milicianos a quem se tinha dado baixa por ordem dos francezes. Acudindo os povos a este chamamento, Sepulveda passou logo a organisar alguns corpos de linha e de milicias, e não obstante o esmorecimento que a este respeito causou o desmancho do que se tinha feito no Porto, todavia a firmeza e prudencia do velho general nada afrouxaram n'elle, a ponto de que pela sua parte fez sempre progredir o movimento começado, installando se no dia 21 uma junta de governo que no principio se chamou junta suprema, e depois se denominou provincial, da qual elle general foi presidente N'esse mesmo dia, Sepulveda tornou a renovar o chamamento de tod s os cidadãos ás armas, sem excepção de pessoa, contra o inimigo commum, ordenando a par d'isto que todos os francezes saissem da provincia no praso de 3 dias. Além d'estas medidas tomou tambem as que lhe pareceram adequadas para o estabelecimento de uma linha de defeza no Douro, para cujo fim se combinou com os generaes Pignatelli e Cuesta, commandando aquelle em Zamora e este em toda a Castella como capitão general. Desde então a revolução rebentou com todo o enthusiasmo em todas as terras do Minho e algumas da Beira, concorrendo muito para isto o exemplo, as participações e os convites feitos pelo mesmo Sepulveda nos respectivos generaes e governadores militares.» Em consequencia da sua edade avançada, o general Sepulveda não pôde tomar parte activa na Guerra Peninsular. Havia casado no Rio de Janeiro em 24 de setembro de 1781 com D. Joanna Correia de Sá Vallasques e Benevides, filha de Martim Correia de Sá, fidalgo da Casa Real e alcaide-mór do Rio de Janeiro, e de sua mulher e prima D. Izabel Correia de Sá. De este consorcio, entre outros filhos, houve Antonio Correia Gomes de Sepulveda, marechal de campo, que foi o 1.º visconde de Ervedosa (*V. este titulo*), e Bernardo Correia de Castro de Sepulveda, um dos heroes de 1820. V. *este appellido*.

Sepulveda (*Manuel de Sousa de*). Fidalgo que se tornou celebre pelo deploravel e lastimoso naufragio, que inspirou a Jeronymo Corte Real o seu formoso poema, e que se tornou para sempre celebre na historia dos desastres maritimos. Manuel de Sousa de Sepulveda nasceu entre os annos 1500 e 1505, destinava se para clerigo, e chegou a ser provido n'uma conezia da sé de Evora. Tendo seduzido uma rapariga d'essa cidade e sendo perseguido pelos irmãos da seduzida, abandonou a murça de conego, e embarcou para a India em 1528. Conta Camillo Castello Branco, fundando-se em deducções logicamente estabelecidas, que para casar com D. Leonor, não duvidou desembaraçar-se do seu rival, Luiz Falcão, mandando-o assassinar por dois sicarios. Se o crime existiu, lavou o decerto a sua immensa desgraça. Em todo o caso, Manuel de Sousa de Sepulveda era tido como um dos mais briosos valentes e brilhantes fidalgos, que militaram na India durante os governos de D. João de Castro, Garcia de Sá, Jorge de Cabral, e no principio do governo de D. Affonso de Noronha. Em setembro de 1548 casou com D. Leonor de Alhuquerque, filha do governador da India, Garcia de Sá. Em 1550, nomeado para uma expedição á ilha de Bardella, deu provas do seu valor e da sua pericia militar, que ainda mais resplandeceram na batalha de 14 de fevereiro de 1551, quando 8:000 nayres vieram assaltar Cochim, e que elle os repelliu, auxiliado pelo capitão da fortaleza e o ex-governador Jorge Cabral. Ainda se distinguiu bastante na jornada de Chembé, onde acompanhou D. Affonso de Noronha, e finalmente a 3 de fevereiro de 1552 partiu para o reino com sua mulher D. Leonor, dois filhinhos creanças de peito, e um filho bastardo de 10 annos. Ia commandando o galeão *D. João*, que levava a seu bordo 7:500 quintaes de pimenta, 200 portuguezes e mais de 300 fidalgos. A 13 de abril estavam na altura do Cabo da Boa Esperança, mas ahi salteiaram-n'os as tempestades com tal violencia, fazendo os primeiros desandar 150 legoas, desarvorando o navio, e tornando-o o joguete das ondas que no dia 8 de junho naufragaram. Conseguiram comtudo desembarcar, apezar da braveza das ondas, n'uma costa inhospita, onde tencionavam construir com as reliquias do navio um caravellão, que os levasse a Moçambique ou a Sofala, mas entretanto o galeão fez-se em pedaços, e morreram 110 pessoas, das quaes eram 40 portuguezes e 70 escravos. Com o destroço do galeão estava perdida a esperança de construirem uma embarcação qualquer. Resolveram então fazer a jornada a pé, que deram começo no dia 7 de julho, sendo ainda o seu numero de 380 pessoas. Mas na penosa jornada, salteados pelos tigres, pela fome e pelos cafres, passaram horridos tormentos, e o seu numero foi se pouco a pouco resumindo. Quem ficava para traz padecia morte certa e angustiosa, sem que nenhum dos seus companheiros ouzasse ir procural-o. Foi assim que falleceu o filho bastardo de Manuel de Sousa de Sepulveda, e o pobre pae quasi louco de dôr, teve de resignar-se a desampara l o, para não abandonar aos mesmos perigos a mulher e os outros dois filhinhos, que só o tinham a elle por protector. No fim de tres mezes chegaram aos dominios de um régulo que lhes deu agasalho e hospitalidade, e onde podiam esperar a chegada de algum navio portuguez, se o desejo ardente de se vêrem livres de aquelle aspérrimo paiz, e de poderem regressar á patria ou encontrar patriotas, os não incitasse a acceitar todos os perigos. Mas os padecimentos de todos redobraram a cada momento, ua nova marcha que emprehenderam, Manuel de Sousa de Sepulveda quasi que enlouquecera de todo, e D. Leo-

nor é que animava os seus companheiros, mostrando lhes quanta energia varonil póde caber no peito de uma fraca mulher, que sente que da sua coragem depende a existencia dos seus filhos. Chegaram finalmento extenuados e semi-mortos aos dominios d'um régulo, que, tão cruel como o primeiro fôra benevolo, os separou, roubou, maltratou, deixando-os completamente nús, expostos á fome e á intemperie do clima. Tevo Manuel de Sousa do Sepulveda a dôr intensa do vêr morrer diante dos seus olhos os seus dois filhinhos e a sua estremecida esposa. Elle mesmo por suas mãos os enterrou na areia e depois, inerte, sem pensamento, sem animo, sem esporança, ali ficou sobre a sepultura d'esses entes adorados, até que os tigres o devoraram, arrancando lhe com as garras e com os dentes o frouxo resto de vida que palpitava ainda no seu coração dilacerado. Jeronymo Côrte Real tomou esse desgraçado successo para thema do seu poema: *Naufragio e lastimoso successo da perdição de Manuel de Sousa de Sepulveda e de D. Leonor de Sá, sua mulher e filhos, vindo da India para este reino na nau chamada o galeão grande, S. João, que se perdeu no Cabo da Boa Esperança, na terra do Natal e a peregrinação que tiveram, rodeando terras de cafres mais de trezentas legoas até á sua morte, composto em verso heroico e oitava rima*, que foi impresso depois da morte do autor por diligencia de Antonio de Sousa, seu genro. Reimprimiu-se em 1783 e em 1842.

Sepulveda (*Victor Leite*). Primeiro tenente de marinha. N. a 15 de dezembro de 1867, assentou praça em 10 de outubro de 1886, sendo promovido a aspirante de 2.ª classe a 7 do novembro de 1888, e a de 1.ª classe a 14 de egual mez de 1891; guarda marinha a 15 de junho de 1892, 2.º tenente a 20 de dezembro de 1893, e a 1.º tenente a 27 de fevereiro de 1902. Foi adjunto da direcção das Construcções Navaes, e ajudante instructor da Escola Naval. Sendo 2.º tenente, fez parte, em 1894, da officialidade da corveta *Rainha de Portugal*, a esse tempo de estação em Lourenço Marques. N'esse anno, os pretos animados pela falta de forças regularmente constituidas, chegaram a bloquear a cidade n'uma furia de verdadeiros selvagens. N'estas circumstancias era urgente acudir aos habitantes de Lourenço Marques atemorisados pelo atrevimento dos indigenas, e portanto foi mandada desembarcar uma força de 50 praças de marinhagem da referida corveta, sob o commando do 2.º tenente Victor Sepulveda. Dos serviços prestados por essa força, e da fórma por que foi commandada, falam elogiosamente os relatorios officiaes, remettidos então para o governo da metropole. Sepulveda portou se como um verdadeiro heroe, não havendo cansaço que o vencesse, nem fadiga a que succumbisse. Passou 46 noites, ou para melhor dizer, 52, nas barricadas ao relento, debaixo de grossas bategas de agua não poucas vezes, depois de ter passado o dia inteiro sob um sol ardentissimo, tendo-lhe sido confiados os postos de maior responsabilidade, como era sem duvida o da Ponta da Linba contiguo ao quartel general e outros mais distantes. N'elles teve algumas vezes de fazer fogo sobre os negros, que protegidos pelas sombras da noite procuravam envolver o destacamento de marinheiros do seu commando. Pouco tempo depois commandava uma columna que dava caça aos pretos, aprehendendo importantes munições de guerra. Mais tarde foi-lhe dado o commando da lancha canhoneira *Xefina*, e subia o Incomati, mettendo no fundo uma lancha armada em guerra, da qual cautelosamente tinham pouco antes fugido os tripulantes. Mas os pretos, da margem, sem duvida revoltados por este facto, começaram fazendo fogo com encarniçamento sobre a *Xefina*, ficando tres marinheiros feridos. Os pretos fôram destroçados, e o reconhecimento do rio fez-se, recolhendo a lancha a Lourenço Marques. Em janeiro de 1895 foi o tenente Sepulveda nomeado para proceder aos estudos em Kionga para delimitação das fronteiras entre o territorio portuguez e o territorio allemão, e em dezembro do mesmo anno partiu de novo para o referido ponto para proceder a varias rectificações, seguindo depois a Oeste em direcção do lago Nyassa, para avassalar alguns régulos rebeldes d'aquella região, colhendo simultaneamente quaesquer dados geographicos necessarios á commissão de cartographia. O tenente Victor Sepulveda foi agraciado com as seguintes distincções: official e cavalleiro da ordem da Torre e Espada; de Merito Industrial; cavalleiro das ordens de Aviz de S. Thiago; da ordem do Merito Naval de Hespanha (1.ª classe); medalhas de prata: de serviços distinctos no ultramar, de comportamento exemplar, das campanhas do ultramar, de philantropia e caridade. Era official ás ordens honorario do ex-rei D. Manuel.

Seque. Pov. do sobado de Quanza, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. ‖ Pov. da 5.ª div. (*Lutete*) do conc. de Pungo-Andongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. ‖ Pov. do sobado de Quiangala, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Sequege Pov. do sobado de Cazemba, na 11.ª div. do conc. de Ambaca, distr. do Loanda, prov. do Angola, Africa Occidental.

Sequeira. Appellido nobre em Portugal, cuja familia descende de Gonçalo Annes Redondo, casado em segundas nupcias com D. Maria Fernandes, dotada com a quinta de Sequeira, na freguezia de Santa Maria, de Sequeira, hoje do concelho do Braga. Os seus descendentes tomaram por appellido o nome da quinta, onde fizeram o seu solar. Tem por armas: Em campo azul cinco vieiras de ouro, em aspas, realçadas de negro. Elmo de aço aberto, e por timbre quatro plumas azues, guarnecidas de ouro, com uma das vieiras das armas no meio.

Sequeira (*Ascenso de*). Commendador de S. Vicente da Beira. Era filho de Ruy Vaz de Sampaio, governador do Maranhão. Entregou se muito aos estudos genealogicos, e escreveu o *Livro das familias d'este reino*, que muito serviu a D. Antonio Caetano de Sousa, para a sua *Historia Genealogica*.

Sequeira (*P. Bento de*). Jesuita e orador sagrado de grande reputação. N. em Arronches em 1588, fal. em Evora a 20 de julho de 1664. Professou no collegio d'essa cidade em 1604. Ensinou humanidades, e entregou-se depois ao exercicio do pulpito. Governou os collegios do Porto, Funchal, Lisboa e Coimbra, foi provincial no Alemtejo em 1655, e esteve na oitava congrega-

ção da Companhia de Jesus em Roma, e fal. no convento de Evora. Publicou alguns dos seus numerosos sermões.

Sequeira *(Diogo Lopes de)*. V. *Lopes de Sequeira*.

Sequeira (*Domingos Antonio de*). Illustre e distincto artista, o pintor mais notavel não só de Portugal como de toda a Europa, e talvez o maior do seu tempo. N. em Belem a 10 de março de 1768; fal. em Roma a 7 de março de 1837. Era filho de paes humildes, Antonio do Espirito Santo e Rosa Maria de Lima. Foi do seu padrinho, Domingos de Sequeira Chaves, que recebeu o nome proprio, e que mais tarde adoptou o appellido. Desde muito creança manifestou uma viva intelligencia e uma grande vocação artistica. O pae, vendo aquelle talento que alvorecia tão auspicioso, desejou dar-lhe uma posição mais elevada e estudos superiores, destinando-o para medico, mas afinal, por conselho dos que admiravam a vocação tão decidida que a creança manifestava para o desenho, condescendeu em aproveitar. Fundando-se em 1781 uma aula régia do desenho, o futuro pintor matriculou se, sendo um dos primeiros alumnos, a 2 de dezembro do mesmo anno, figurando no respectivo livro da matricula com o nome de Domingos Antonio do Espirito Santo, appellido de seu pae. Foi seu mestre Joaquim Manuel da Rocha, pintor mediocre, mas zeloso e muito affeiçoado aos discipulos, entre os quaes se contavam os dois maiores pintores portuguezes, Domingos Antonio de Sequeira e Vieira Portuense. Estudou ali durante 5 annos, sendo por vezes premiado,passando depois á aula de pintura do professor Francisco José da Rocha, mais conhecido por Francisco de Setubal, que tambem pouco o poderia guiar, porque apezar de ser pintor de grande talento, era muito leviano e pouco sabia. Alcançara, porém, grande fama, e recebia muitas encommendas, e para as satisfazer, aproveitava os discipulos para o auxiliarem Dois annos, quando muito, seguiu Domingos Antonio de Sequeira as lições d'este professor. O marquez de Marialva, que morava em Belem e era visinho e apreciador do talento do joven artista, recommendou o á rainha D. Maria I, e obteve lhe uma pensão de 300$000 reis do regio bolsinho, para que fôsse a Roma, a cidade das artes, aperfeiçoar-se, onde já se encontravam alguns artistas estudando, mandados pelo intendente de policia, Pina Manique. Constituiam estes estudantes uma Academia Portugueza, organisada pelo modelo da Academia franceza da villa Medicis. Quando Sequeira chegou a Roma em 1788, foi hospedar-se na casa do embaixador portuguez, no palacio Cimarra, indo depois viver na casa d'um seu amigo chamado Cometti. Nas aulas da Academia Portugueza continuou a mostrar se alumno distinctissimo, e logo em 1789 alcançou o segundo premio. Pouco tempo, porém, esteve seguindo o estudo official da Academia, e aproveitando a faculdade que era permittida aos alumnos de escolherem professor, foi seguir as lições de Antonio Cavallucci, um dos mestres da nova escola de pintura, que afastando se completamente da escola do convencionalismo, pretendia aproximar se da natureza, não directamente ainda, mas procurando na arte antiga os seus principaes modelos. Sequeira trabalhava, e trabalhou muito, e frequentes vezes sentiu o desalento invadil o, ao vêr que tinha de refazer completamente os seus estudos para se accommodar com a disciplina severa do seu novo mestre, mas os quadros, que então pintou, revelavam um notavel progresso, que o devia compensar largamento das fadigas a que tivera de sujeitar-se, porque em 1791 obteve o primeiro premio da Academia de S. Lucas; o assumpto proposto á emulação dos artistas fôra o milagre da multiplicação dos pães e dos peixes. Em 1794 era admittido como academico emerito, apresentando por esta occasião o seu bello quadro da *Degolação de S. João Baptista*. Sequeira estudou deveras, e com afinco e ardor, visitando incessantemente museus publicos e particulares, fazendo cópias do antigo, e passando as noites a estudar anatomia e adquirir outros conhecimentos indispensaveis para a sua profissão, que afinal adoeceu gravemente,sendo-lhe necessario, para se restabelecer, fazer uma viagem em que visitou Parma, Bolonha, Milão e Veneza. Voltando a Roma, já o seu talento começou a ser tão apreciado que o encarregaram de trabalhos para varias egrejas e palacios. Roma estava sendo para Sequeira a sua segunda patria. Conhecia muito bem, não só a lingua italiana, como tambem os dialectos romanos, e valeu-lhe isso de muito n'uma aventura que ia sendo para elle extremamente grave. Rebentára a revolução franceza, e os seus principios eram pouco estimados na cidade dos papas entre a plebe fanatica. O odio aos francezes estava sendo uma das paixões mais ardentes do populacho. Uma tarde, voltando do Colyseu, foi Sequeira assaltado por um bando de populares aos gritos de: «Morra o francez!» Sequeira, sem perder o sangue frio, explicou-lhe no mais puro transteverino que não era francez, mas sim portuguez de nascimento e romano pelo affecto. Deixaram n'o, mas Sequeira julgou então prudente ir residir de novo para o palacio do embaixador, porque percebeu que n'essa occasião os estrangeiros em Roma precisavam de ser protegidos pelas immunidades dos embaixadores. Mas os acontecimentos politicos que revolviam a Europa, levaram o governo portuguez a fechar a Academia em Roma e a chamar á patria os artistas portuguezes. Sequeira obedeceu, e partiu na esperança de tornar em breve para Roma, e cheio de distincções com o diploma de academico da Academia de S. Lucas, e os de socio das academias de Bolonha e de Florença, e tendo sido muito affectuosamente recebido pelo papa Pio VI, que lhe enviou uma reliquia de Santo Antonio, honraria insigne não só pelo valor religioso da offerta realçada pela fineza de ser a reliquia d'um santo portuguez, mas tambem porque, sendo essa uma distincção que os papas faziam ás pessoas que queriam obsequiar, eram essas dadivas levadas aos agraciados por um camareiro n'um coche de gala, o que realmente devia ser uma honra notavel para um simples artista pensionado pelo seu governo. Regressando a Portugal, Domingos Antonio de Sequeira percorreu de novo a Italia do Norte, e embarcou finalmente em Genova em outubro do 1795, chegando no anno seguinte a Lisboa, depois de 8 annos de ausencia. Foi aqui recebido admiravelmente. O principe D. João, regente do reino, concedeu-lhe uma pensão annual de 60 moedas e casas pagas, sem prejuizo das remunerações que houvesse de receber por cada

uma das obras que executasse. Affluiram encommendas tanto da familia real, conventos e particulares, como dos proprios estrangeiros amadores das bellas artes, entre os quaes avultava o opulento e intelligentissimo Beckford. Mas Domingos Antonio de Sequeira vinha habituado aos preços elevados de Roma, de fórma que aquella affluencia decaiu rapidamente. Todos queriam ter um quadro do eminente pintor, mas recuavam perante a exaggeração dos preços que elle pedia Exaggeração para os costumes de Portugal, mas não para os preços que já então lá fóra obtinham as obras de arte. Quando o conde de Valle de Reis encommendou 10 quadros de batalhas para as suas antecamaras, e que Sequeira lhe pediu mil moedas de ouro (4:800$000 reis), o conde ficou espantado e desistiu da sua ideia. Sequeira, que era orgulhoso, estimulou-se, quiz colligar se com os outros artistas para obter que se levantassem as cotações do mercado artistico, mas os outros, que já o invejavam, ciosos do seu grande valor, recusaram-se. Sequeira, que contava enriquecer rapidamente para voltar a Roma e casar com Nannina Cometti, senhora por quem estava enamorado, entristeceu. Sempre fôra religioso, os dissabores aggravaram lhe a sua tendencia ascetica, e saiu da capital, indo occultar o seu desanimo e desespero no ermo da serra do Bussaco, d'onde passou para a Cartuxa de Laveiras, estando n'aquelle convento como noviço, muito seriamente disposto a professar. Ali esteve desde o fim do seculo XVIII até ao anno de 1802, pintando uns quadros todos allusivos ao estado que desejava tomar, representando episodios da vida de S. Bruno, etc. Afinal, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informado da deploravel resolução de Sequeira, conseguiu arrancal-o do convento, e intercedendo com o principe regente, mostrando-lhe a perda irreparavel que seria para a arte portugueza a falta de Sequeira no mundo artistico, o principe, por decreto de 28 de junho de 1802, o nomeou primeiro pintor da côrte com um ordenado de 2:000$000 reis, e com obrigação de dirigir juntamente com Francisco Vieira Portuense as decorações artisticas do paço d'Ajuda. Foi n'essa occasião que Domingos Antonio de Sequeira deliberou fundar uma academia de desenho e pintura ligada com as obras d'Ajuda, como em Mafra se fundára em tempo uma aula de esculptura ligada com as obras do convento. Sequeira, comtudo, parece que não tinha paciencia para o ensino, porque abandonou muito a aula, como abandonou tambem as obras d'Ajuda, cuja direcção lhe fôra confiada, e que afinal fôram feitas quasi todas por Taborda e Fuschini. De Sequeira havia apenas a pintura de um tecto, que desappareceu por se terem transformado as decorações da sala onde esse tecto estava, e uns quadros pintados sobre téla, que a familia real levou para o Brazil, quando para ali foi em 1807, fugindo aos francezes, e por lá ficaram. Representavam episodios da vida de D. Affonso Henriques Os directores das obras da Ajuda, Sequeira e Vieira Portuense, abandonaram ambos aquelle encargo, Vieira porque teve de ir para a Madeira, onde falleceu. Sequeira, porque tinha muitas cousas em que occupar-se, e estava grangeando avultados rendimentos Ganhava 2:000$000 reis como primeiro pintor da côrte, continuava a receber a pensão de 60 moedas annuaes que lhe fôra arbitrada quando regressou de Roma, e continuava a ter casas pagas; tendo sido agraciado com o habito de Christo, recebia a tença de 12$000 reis, que lhe andava annexa. Foi escolhido para mestre de desenho dos infantes, e cumpria-lhe exercer gratuitamente esse cargo, na sua qualidade de primeiro pintor da côrte, mas dava lhe direito a ter sege montada por conta do paço, o que equivalia a um bom ordenado, finalmente foi nomeado director da aula de desenho, que a junta da Companhia das vinhas do Alto Douro fundára no Porto, e que fôra annexa á Academia de Marinha e Commercio da mesma cidade, logar pelo qual recebia o ordenado de 600$000 reis annuaes, tendo apenas a obrigação de ir passar todos os annos tres mezes no Porto para superintender os trabalhos de que era director. Chegara se ao anno de 1807, e viera a invasão franceza; Sequeira fôra ao Porto no desempenho dos seus deveres de director da aula de desenho. Entretanto as obras d'Ajuda eram suspensas pelo governo de Junot, por ordem de 9 de dezembro de 1807, que mandava despedir os operarios, mas a 21 do mesmo mez, foi nova ordem mandando que tudo continuasse como até ahi. Sequeira, chegando a Lisboa em janeiro de 1808, encontrou tudo no mesmo estado em que deixára, e naturalmente affeiçoado a estrangeiros pela sua longa residencia na Italia e extranho completamente á politica, relacionou se com o conde de Forbin, grande amador das artes, e que foi depois no tempo da Restauração director das bellas artes em França. Este conde, que tambem pintava, e pintava com certo gosto, era n'esse tempo ajudante d'ordens de Junot. Quiz fazer uma digressão artistica em Portugal, e Sequeira acompanhou-o á Batalha e a Alcobaça, onde Forbin desenhou o tumulo de D Ignez de Castro. Por intermedio de Forbin, relacionou se com outros officiaes francezes e com o proprio Junot. Acceitou e executou encommendas para alguns d'elles, e não duvidou tambem, e está aqui a sua culpa, fazer para Junot, que lhe promettia pagar uns mezes do seu ordenado que estavam em divida, o seguinte quadro: «Lisboa amparada pelo Genio das Nações e pela Religião, mas triste e melancholica, era consolada pelo vulto de Junot; a um lado Marte symbolisando a França, fulminava Neptuno, que representava a Inglaterra.» Dizia-se que este quadro fôra pintado com tintas corrosivas, para durar pouco tempo. Esta versão não parece verdadeira, porque se o fôsse, não deixaria de a allegar o advogado de Sequeira na *Memoria Justificativa* que teve de escrever em defeza do grande pintor, quando este foi processado por esse e outros factos. E' certo que Sequeira não se esquivou a executar o trabalho, e pouca attenção merecem realmente as suas desculpas. Allegou que, se Junot não fôsse obedecido, o castigaria com severidade. Mas sujeitou se ao castigo. Mais lhe valia o ter estado preso durante o dominio francez por não ter querido cumprir as ordens do estrangeiro, do que estar, como obteve depois, oito mezes encarcerado por não ter manifestado sufficiente patriotismo. E não foi só um quadro que Sequeira pintou para glorificação dos invasores. O conde do Farrobo possuia um esboço firmado por Sequeira, e que representava um genio pairando com um ramo de saudades n'uma das mãos, e com um medalhão na ou-

tra, medalhão onde se lia em letras microscopicas a legenda *Duque de Abrantes*. Em baixo deussas nuvens, sobre as quaes pousava uma aguia branca de azas fechadas, abriam a scena, que representava vagamente Lisboa e a torre de Belem, onde fluctuava tambem d'um modo quasi indistincto a bandeira tricolor. Bem conscio estava das suas culpas o grande pintor, porque foi um dos primeiros que acudiram com donativos para auxilio da guerra contra os francezes, cedendo tudo quanto recebia, como pensão, do regio bolsinho, que eram a esse tempo 688$000 reis, e mais um conto dos dois do ordenado que recebia como primeiro pintor da côrte, mas ao mesmo tempo que se conservasse a dadiva secreta, e é por isso que não figura na lista de donativos que appareceram na *Gazeta*. Mostra isso quo Sequeira, em primeiro logar, quiz, pelo valor da offerta, desarmar as iras do governo, e ao mesmo tempo temia que a apparição do seu nome fizesse lembrada de todos a sua transigencia com o governo intruso. Não lhe valeu essa precaução. O povo revoltou-se contra elle, e a regencia viu-se obrigada a mandal o prender. Effectuaram a prisão com alguma violencia, na noite de Natal de 1808 uns soldados de cavallaria n.º 4, que o levaram para o corpo da guarda do regimento, e d'onde passou ao Limoeiro, até que foi solto no principio de setembro de 1809. Se houve processo, com absolvição ou condemnação, desappareceu completamente. O que parece mais provavel é que os protectores de Sequeira, que os tinha muitos e poderosos, puzessem pedra em cima da questão. O que aconteceu, em todo o caso, é que Sequeira deixou a direcção das obras do paço d'Ajuda, não demittido officialmente, mas não lhe sendo permittido assumir a direcção effectiva, que foi confiada a Angelo Fuschini. Em 1818 quizeram que elle de novo tomasse a direcção d'essos trabalhos, mas Domingos Antonio de Sequeira oppôz difficuldades. Em 1814, tendo sido concluida a guerra com os francezes, foi Sequeira encarregado pela regencia de desenhar e dirigir a factura da magnifica baixella de prata, com que esse governo presenteou lord Wellington. Em 1820, quando rebentou a revolução em 24 de agosto, Sequeira mostrou-se sinceramente enthusiasmado pelas novas ideias liberaes então proclamadas, e parece que foi encarregado de dirigir um monumento que se projectava erigir no Rocio Em 1822 teve tambem a incumbencia de fazer os desenhos da medalha da Sociedade da Industria Nacional. Em 1823, quando se discutia o orçamento, alguns deputados quizeram que se lhe supprimisse o ordenado de 2:000$000 reis. Defendeu-o Borges Carneiro, pondo em relevo os serviços que elle prestára á sua patria, illustrando-a e honrando-a no estrangeiro. Foi grande o debate que se travou, e por elle se sabe que Sequeira estivera em Inglaterra, provavelmente quando se tratou da baixella para lord Wellington, e que a esse tempo a imperatriz da Russia lhe offerecera 16:000$000 reis para elle ir trabalhar para os seus dominios, e que Sequeira rejeitara. Apezar de todos estes louvores, as côrtes sempre lhe fôram cerceando os vencimentos, supprimindo lhe a pensão de 400$000, e reduzindo lhe o ordenado a 1:600$000 reis. No entretanto, quando veiu a reacção d'esse anno de 1823, Sequeira, lembrando-se da sua prisão em 1808, quiz por força sair de Portugal. Debalde o marquez de Palmella, que fazia parte do novo governo, instou com elle para que não saisse do reino, assegurando-lhe que nada tinha a recear, Sequeira insistiu, e então o marquez de Palmella lhe foi levar pessoalmente a casa os seus passaportes. A 7 de setembro de 1823 partiu para Paris, onde chegou a 20 do outubro. Ali privado dos recursos que lhe dava na patria a sua posição official, trabalhou incansavelmente, e fez alguns dos seus mais bellos quadros, entre elles o da *Morte de Camões*, que inspirou a Garret o seu immortal poema, e que elle offereceu a D. Pedro, n'esse tempo imperador do Brazil, que o agraciou com o habito da ordem do Cruzeiro. Sequeira demorou se em Paris até 15 de setembro de 1826, dirigindo se n'esse anno para Roma, onde chegou a 1 de novembro. Os 10 annos e meio que passou n'aquella cidade das artes, fôram os ultimos da sua vida, e por ventura os mais bem aproveitados no estudo, e os mais gloriosos para o distincto artista. Além de muitos desenhos e

Domingos Antonio de Sequeira

retratos, que lhe eram pedidos com instancia, executou em Roma não menos de 14 quadros, que em seguida mencionamos, dos quaes os 4 ultimos, que só de per si faziam a reputação de qualquer pintor, elevaram Sequeira no conceito e estimação dos entendidos á categoria de um talento de primeira ordem. Eis a nota dos 14 quadros citados: *O Baptismo do Salvador* e a *Crucificação do Christo*, pertencentes ao duque de Braciano; *A Fé*, propriedade da gran-duqueza Helena, existente em S. Petersburgo; *A Santa Veronica*, encommendado para um convento de Roma; *O Caminho da Cruz*, que está na egreja da Paz em Roma; *A Sacra Familia; A Virgem*; *O Anjo Raphael e Tobias, pae e filho; Santo Antonio prégando aos peixinhos*, e *O Salvador*, que pertencem ao cavalheiro Migueis; *O Calvario*, executado em Castello Gandolfo, no curto espaço de tres mezes, no verão de 1827, *A Adoração dos Magos*, egualmente executado em tres mezes e durante o verão do 1828; *A Ascensão* e o *Juizo Universal*, fôram começados e pintados, quando o grande

artista já se achava gravemente enfermo da doença que o victimou. Além das composições que apontamos, consta que na quinta das *Aguas Ferreas*, no Porto, existe um esboceto representando *Christo* sobre os joelhos da Virgem e de Santa Maria Magdalena; na galeria da casa dos duques de Palmella, além dos 4 quadros: *O Calvario*, *A Adoração dos Magos*, a *Ascensão* e *O Juizo Universal*, que fôram comprados em Roma pelo primeiro duque de Palmella em 1845, ha mais duas bellas composiçõesinhas de Sequeira, representando uma *Suzana saindo do banho*, a outra *Loth* deitado, o nú até á cintura com duas filhas ao lado. Nas Academias das Bellas Artes de Lisboa e do Porto, na casa do antigo conde do Farrobo, na da condessa d'Anadia, e outras muitas, existem, ou existiram, obras de Domingos Antonio de Sequeira. O conde de A. Raczynski, o distincto diplomata e grande amador das artes, dedica um longo artigo elogioso ao notavel pintor portuguez no seu *Dictionnaire Historico Artistique du Portugal*.

Sequeira *(Eduardo)*. V. *Vieira Coelho de Sequeira* (*Eduardo Henrique*).

Sequeira *(D. Fr. Fernando Rodrigues de)*. Mestre da ordem d'Aviz; foi commendador mór em 1370, tomou a administração da ordem como mestre, pouco depois do anterior, D. João, filho bastardo d'el-rei D. Pedro I, subir ao throno, isto é, em 1386. Veiu no seu tempo a Portugal o mestre de Calatrava D. Gonçalo Nunes de Guzman, para reclamar a obediencia que a ordem portugueza devia, pela sua instituição, á ordem hespanhola, mas viu mallogrados os seus intentos, porque os cavalleiros de Aviz recusaram-se completamente a reconhecer a supremacia do grão-mestre hespanhol, que se queixou ao concilio de Basiléa, e effectivamente alcançou um breve em 1436 para que a ordem de Aviz se collocasse na dependencia da de Calatrava; mas o embaixador portuguez junto do concilio, D. Affonso Pereira, alcançou do papa Eugenio IV uma bulla, pela qual ficou a ordem de Aviz separada para sempre da de Calatrava. Já a esse tempo não existia D. Fernando Rodrigues de Sequeira, que morrera em 1431, sendo este o ultimo mestre que saiu da ordem, d'entre os cavalleiros, porque lhe succedeu logo o infante D. Fernando, e d'ahi por deante o mestrado de Aviz, como successivamente o fôram sendo todos os mestrados das ordens militares, ficou annexo á Casa Real.

Sequeira (*Francisco Martins de*). Cavalleiro professo da ordem de Christo, feitor d'Alfandega de Lisboa, e poeta muito apreciado no seu tempo. Era natural de Lisboa, onde tambem fal. em 1654, sendo filho do desembargador Luiz Martins de Sequeira. Escreveu uma poesia patriotica: *Na felice acclamação do invictissimo rei D. João IV de Portugal*, Lisboa, 1641. Escreveu outra poesia, mas em hespanhol, dedicada á morte de D. Maria de Athaide; umas *Burlas y Veras*, contando os louvores do rei de Hespanha, por occasião do nascimento de seu filho e de uma victoria sobre os francezes. Depois escreveu e publicou em Lisboa, 1647, uma *Invectiva a Castilla al Rey Filippe IV*.

Sequeira (*Gaspar Cardoso de*) Mestre em Artes pela Universidade de Alcalá, e professor de mathematicas em Lisboa, Coimbra e outras cidades de Portugal e Hespanha. Era natural de Murça, na provincia de Traz-os Montes. Ignora-se a data do seu fallecimento, mas ainda vivia no anno de 16 1. Escreveu: *Prognostico lunario para o anno de 1605*, Lisboa, 1604; *Thesouro de prudentes*; contem 4 livros: 1.º *Computo ecclesiastico, com algumas annotações para os parochos*; 2.º *Tem dois tratados: primeiro de cousas tocantes á agricultura, segundo de cousas importantes á medicina e cirurgia, com alguns remedios experimentados; terceiro, da Arithmetica, com varias curiosidades, a ella pertencentes; quarto, da esphera, maneira de fazer quadrantes para tomar a altura, fabricar relogios diurnos e nocturnos, medição das horas planetarias, preparação das figuras usadas na astronomia judiciaria, ...e outras cousas semelhantes*, Lisboa, 1612; 2.ª edição, 1626; publicou-se mais, em Coimbra, 1651, accrescentado com o *Prognostico e Lunario Perpetuo*; outra edição em 1664; em Lisboa, 1673; Evora, 1675; Lisboa, 1685; em Evora, 1700; Lisboa, 1701 e em 1712. E' esta a obra capital de Cardoso de Sequeira. Escreveu mais: *Primeira e segunda parte de Segredos da Natureza, tirados de regras philosophicas, não menos uteis que curiosas*, etc, Lisboa, 1631; outra edição em 1673, e ainda em Coimbra, 1704.

Sequeira *(Gustavo de Mattos)*. Archeólogo distincto, secretario da Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes, etc. N. em 1880, sendo filho do conselheiro Joaquim Germano de Sequeira. *(V. o artigo seguinte)*. Continuou a erudita obra do sr. visconde de Castilho *(Julio)*, *Lisboa antiga*, com o titulo *Depois do terremoto*, em via de publicação em volume, tendo já saido no *Occidente* muitos capitulos. Em separata do *Boletim* d'aquella associação publicou-se d'este escriptor uma interessante noticia historica, ornada de fotogravuras, da antiga villa *Noudar* na raia hespanhola (Guadiana), e ha esparsos por grande numero de jornaes diversos escriptos do mesmo genero. E' funccionario superior da Alfandega de Lisboa.

Sequeira *(Joaquim Germano)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, juiz do Supremo Tribunal de Justiça, etc. N. em Villa Franca de Xira a 4 de setembro do 1827, fal. em Lisboa, a 10 de setembro de 1909 Era filho de João Anselmo de Sequeira e Figueiredo e de D. Ignacia Germana do Carmo da Fonseca; neto paterno do Bernardo José de Sequeira, ultimo alcaide mór e juiz executor dos direitos reaes da villa de Olivença. Cursando os primeiros estudos em Lisboa, no collegio do P. Cicouro, matriculou-se em Coimbra, e em 1844 tomou parte, ao lado de Casal Ribeiro, e de outros, no movimento revolucionario de Coimbra, e em 1848 alistou-se no batalhão academico, encorporado depois na divisão do conde das Antas. Dissolvido o batalhão, abandonou a milicia e em 3 de julho de 1848 tirou carta de bacharel, vindo para Lisboa praticar como advogado no escriptorio do dr. Holtremann. Exerceu em seguida a advocacia em Alemquer e em Villa Franca, e d'este ultimo concelho foi nomeado administrador interino por alvará de 1 de dezembro de 1852, e confirmado por decreto de 7 de março de 1853. Em agosto de 1854 teve transferencia para o concelho de Cascaes, e sendo exonerado a seu pedido, por decreto de 20 de maio de 1855, voltou para Alemquer, onde continuou no exercicio da sua advocacia, exercendo ali tambem differentes cargos

de eleição e de nomeação, taes como presidente das mesas eleitoraes, do Real Montepio Agrario, provedor da Misericordia e vice-presidente da camara municipal. Entrando na carreira judicial, foi nomeado, em 26 de dezembro de 1860, delegado do procurador regio para a ilha de Santa Maria, d'onde foi transferido, por seu pedido, para Porto de Moz no anno seguinte e depois para Mafra, por decreto de 16 de abril de 1863, e ainda para Torres Vedras, por decreto de 8 de junho de 1865. Em 1871 foi promovido a juiz e collocado na comarca de Redondo por decreto de 31 d'agosto, d'onde tevo transferencia em 1874 para as Caldas da Rainha. Promovido á 2.ª classe em 23 de novembro de 1876 foi collocado em Alcobaça, e no anno seguinte foi promovido á 1.ª classe para o Funchal, por decreto de 3 de novembro. Annullado este decreto, foi transferido para Silves, e por nova annullação para Castello Branco em 1881, estando ali até outubro de 1882, em que voltou novamente para Torres Vedras.

Joaquim Germano Sequeira

Em 1885 foi transferido para a 2.ª vara de Lisboa por decreto de fevereiro, e n'esse mesmo anno eleito director do Montepio Official, em consideração dos serviços prestados áquelle estabelecimento no augmento do subsidio annual do governo. Transferido para a 5.ª vara em 1887, foi depois, em 1891, por despacho de 3 d'outubro, nomeado para a Relação dos Açôres, do quo tomou posse por procuração, e por decreto de 11 de janeiro de 1892 teve transferencia para a Relação de Lisboa; em 1895 foi nomeado membro do Conselho Superior da Magistratura Ultramarina, e successivamente feita egual nomeação em 1899 e 1902 Por carta regia de 28 de dezembro de 1900 foi agraciado por serviços distinctos com a gran-cruz e commenda de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e em 1901 nomeado membro do tribunal de verificação de poderes para a eleição de deputados, e em abril de 1904 vice presidente da Relação de Lisboa; finalmente em 24 de abril de 1906 ascendeu ao mais elevado grau da hierarchia judicial, com a nomeação de juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça. O conselheiro Joaquim Germano de Sequeira entrou na politica activa em 1885 como devotado partidario do estadista Fontes Pereira de Mello, de quem foi tambem particular amigo, acceitando em 1886 a candidatura de deputado pelo circulo de Mafra, que espontaneamente lhe fôra offerecida pelos proprietarios e influentes d'aquella villa, sendo eleito deputado a despeito da hostilisação que o governo lhe mandara fazer. Nas seguintes legislaturas foi reeleito pelos seus numerosos partidarios, sempre e simplesmente por influencia pessoal e em signal de gratidão pelos serviços prestados ao circulo no conseguimento do uma verba fixa destinada, como subsidio do governo, á conservação da Basilica de Mafra. No proprio parlamento foi distinguido em 1891 com a eleição para a presidencia da junta preparatoria da camara e do collegio eleitoral para a eleição dos pares do reino, e foi tambem supplente á presidencia e vice-presidencia da camara, e em 1892 tendo sido eleito par do reino pelo districto de Fayal, deixou a sua cadeira de deputado, não chegando entretanto a ser confirmada a eleição por se ter encerrado o parlamento e ter sido dissolvida a parte electiva da mesma O conselheiro Joaquim Germano de Sequeira tambem era fidalgo da Casa Real. Como deputado foi autor de varios projectos de leis, algumas das quaes fôram leis do paiz. As suas decisões como magistrado judicial primaram sempre pela clareza e rigorosa applicação das leis. Havia casado duas vezes: a primeira com D. Barbara Elisa de Oliveira e Carmo, e a segunda com a sr.ª D. Adelaide Margarida Franco de Mattos.

Sequeira *(José da Costa)*. Professor substituto de architectura, jubilado, da Academia de Bellas Artes. N. na freguezia de Ajuda 21 de dezembro de 1800, e fal em Lisboa a 6 de novembro do 1872 Era filho de Pedro Victor da Costa Teixeira, official do regimento de infantaria n.º 1, morto em Grenoble em 1808, quando ia fazer parte da legião portugueza, que foi depois á campanha da Russia, e de sua mulher D. Marianna Rosa das Dominações. Ficando orphão de pae, ainda tão creança, foi educado a expensas de seu tio, irmão de sua mãe, o notavel pintor historico Domingos Antonio de Sequeira, de quem adoptou o appellido, com licença d'este seu tio. Antes de completar 15 annos foi admittido como praticante da casa do risco das obras do paço d'Ajuda, entrando ali a 23 de fevereiro de 1815, já com os estudos preparatorios e conhecedor do desenho. Teve por mestres Francisco Xavier Fabri e Antonio Francisco Rosa, sendo sempre discipulo applicado e assiduo, obtendo grande copia de noções theoricas e praticas da sua dilecta arte. Depois de promovido a ajudante architecto supranumerario, em 1821, passou da casa do risco d'Ajuda para a repartição das obras publicas em março de 1824. Durante tres annos successivos foi encarregado de differentes obras, nos quarteis do Cascaes e nas estradas de Cezimbra a Runa, merecendo ser nomeado, em 1832, ajudante architecto de 2.ª classe. Foi membro da commissão encarregada de redigir o projecto dos estatutos para o estabelecimento da Academia de Bellas Artes em Lisboa, e, quando ella se creou,

foi nomeado secretario o professor substituto da aula de architectura civil, por decreto de 27 de maio de 1857, attento o seu já provado merecimento e optima reputação. N'este periodo da vida do Sequeira ha um facto que denota, não só a sua nimia modestia, mas a elevação do seu caracter. Cedeu em favor do collega, que com elle foi nomeado professor da aula de architectura, o logar de proprietario que lhe offereciam, não porque no seu intimo deixasse de reconhecer-se superior em habilitações, porém, o seu collega era mais antigo no serviço e mais edoso, o Sequeira via no offerecimento do governo uma injustiça e um motivo de melindre aos seus brios de homem probo. Acceitou para si o logar de substituto e n'elle morreu com 35 annos de serviço effectivo, apezar de ter sido jubilado em 28 de novembro de 1861. Além d'isso, Sequeira exercia tambem, conforme dissémos, as funcções de secretario da Academia, encargo que teve por 9 annos nos primeiros periodos da existencia d'este estabelecimenso, e por 5 a segunda vez que o exerceu, resignando o logar em fevereiro de 1870. Em 1835 e 1836 desempenhou varias commissões dependentes da repartição a que pertencia, como o levantamento da planta da rua do duque de Bragança, obras da rua das Côrtes, prolongamento das do Ferregial de Baixo e do Outeiro, etc. N'este ultimo anno foi nomeado membro da commissão que creou o Pantheon consagrado á memoria dos grandes homens de Portugal. Delineou e dirigiu as obras do jardim de S. Pedro d'Alcantara, e foi vogal da commissão que examinou os planos para o concurso do edificio dos Paços do Concelho na praça de D. Pedro, como um dos architectos mais competentes do seu tempo, concurso que se effeituou em setembro de 1839. Comprehendendo bem toda a importancia do seu logar de professor, e sabendo que não havia então em Portugal livros elementares para ensino da sua arte, escreveu n'esse anno, e publicou os seus primeiros trabalhos: *Noções theoricas de architectura civil, seguidas de um breve tratado das cinco ordens de architectura de J. B. Vinhola, traduzidas e compiladas, etc.; Compendio de geometria pratica*, etc., com tres estampas; fez-se outra edição em 1850. Estes livros eram offerecidos aos discipulos da Academia, e cuja propriedade offereceu bizarramente em 1843 á mesma Academia, e que por muitos annos fôram adoptados no ensino da architectura, ali, em differentes estabelecimentos do Estado, como no Collegio Militar; e ainda fóra do reino, na Academia Imperial do Rio de Janeiro e outras escolas de desenho. A esta offerta addicionou Sequeira no citado anno o seu outro livro, publicado em 1842, *Elementos de perspectiva theorica e pratica, para instrucção preliminar dos architectos, pintores, esculptores*, etc. E' avultada a somma que o thesouro auferiu com esta offerta, e por ella foi Sequeira louvado em portaria do ministerio do reino de 25 de janeiro de 1843. Em junho de 1845 foi encarregado do plano e direcção do edificio do quartel para o extincto batalhão naval, quartel, que depois ficou pertencendo ao corpo de marinheiros militares, em Alcantara, obra a que se deu principio n'esse anno. Dirigiu em 1852, com o esculptor Francisco Paula d'Araujo Cerqueira, seu collega na Academia, os trabalhos para a construcção do monumento á rainha D. Maria I, modificando o projecto primitivo feito em Roma por João José de Aguiar. Pertenceu á commissão, que delineou e orçou as obras para a conclusão do palacio d'Ajuda, commissão em que trabalhou com muito interesse e merecimento, de maio de 1862 a julho do anno seguinte. Em dezembro de 1853 confiaram-lhe o plano e direcção do jazigo real em S. Vicente de Fóra, e tendo outras commissões foi, em 1854, incumbido de pôr em execução a obra do Observatorio astronomico de Lisboa, pelos planos que o governo da Russia enviou para Portugal, cópia dos do observatorio de Pulkova. Sequeira foi socio fundador e primeiro secretario da Associação dos Architectos Civis Portuguezes, onde prestou serviços valiosos. Ao seu merecimento o provados conhecimentos d'architectura deveu ser escolhido pelo illustre publicista Silvestre Pinheiro Ferreira para redactor em chefe da secção artistica da *Encyclopedia Portugueza*, e o poeta viscoude de Castilho pediu-lhe a sua valiosa collaboração nas riquissimas notas da traducção dos *Fastos de Ovidio*, escrevendo Sequeira a *Dos theatros gregos e romanos comparados com os modernos*, que vem no tomo II, pag. 502 a 523. Foi presidente da secção de *Historia da Architectura e de Esthetica*, e membro da commissão da redacção do jornal *Archivo de Architectura Civil* da Associação dos Architectos Civis, já citada. Era socio honorario da Associação dos Artistas de Coimbra, membro correspondente da Academia Imperial de Bellas Artes do Rio de Janeiro o cavalleiro da ordem de S. Thiago. Visitou a exposição de Paris em 1867, como um dos artistas escolhidos pelo governo para esta viagem que elle subsidiou por uma singular excepção, estando então na Italia e em Hespanha, vendo, com verdadeiro interesse de artista os principaes monumentos d'estes paizes. Além dos livros já mencionados, escreveu: *Methodo graphico para se aprenderem com muita facilidade os elementos de geometria pratica, e o desenho linear, applicado ás bellas artes, ás profissões mechanicas e industriaes, e em geral a todas as classes scientificas e estudiosas*, Lisboa, 1857; *Relatorio que o professor substituto de Architectura, servindo de secretario da Academia das Bellas Artes de Lisboa, leu no dia 30 de novembro de 1840, em que teve logar a sessão magna da mesma Academia; Memoria descriptiva do projecto para o monumento que se pretende consagrar á memoria de S. M. I. o senhor D. Pedro, duque de Bragança, offerecido aos amigos dos artistas nacionaes*, Lisboa, 1842; *Relatorio dos trabalhos, effeituados no segundo semestre de 1866 pela Associação dos architectos portuguezes, lido na sessão solemne de 25 de março de 1867*, etc., Lisboa, 1867; Ineditos deixou: *Estudos de Architectura Civil*, 2 tomos com 200 figuras; *Vocabulario de termos de bellas artes; Compendio de perspectiva e projecção de sombras.*

Sequeira *(Luiz Lopes de)*. Capitão mór d'Angola, que se tornou celebre no seculo XVII pelas victorias successivas que ganhou sobre os negros do sertão africano; serviu com os governadores André Vidal de Negreiros, Tristão da Cunha, Francisco de Tavora, Ayres de Saldanha e João da Silva e Sousa. A 1 de janeiro de 1666 derrotou completamente o rei do Congo, dando assim uma feliz conclusão ao governo de André Vidal de Negreiros. Tendo em 1670 soffrido um grave desastre os portuguezes, por impericia do seu

commandante João Soares de Almeida, acudiu Lopes de Sequeira a salvar a situação, e depois de bater os regulos pretos em successivos combates, inflingiu-lhes duas derrotas completas, uma a 29 do agosto o outra a 18 de novembro de 1671. Finalmente, em 1681, coroou a sua brilhante carreira, e pacificou Angola, derrotando o rei de Matamba n'uma batalha em que o rei preto foi morto e em que morreu tambem Luiz Lopes do Sequeira, assassinado, segundo se diz, por mãos portuguezas, terminando assim a sua carreira no meio dos triumphos esse valente official, que é denominado pelos seus contemporanoos o «invicto e o famoso».

Sequeira (*Pedro Victor da Costa*). Bacharel em mathematica e philosophia pela Universidade de Coimbra, engenheiro do minas, official mór e administrador da Casa Real, deputado, par do reino, ministro de Estado, jornalista, etc. N. em 1846, e fal. em Lisboa a 4 de dezembro de 1905. Assim como seu pae, que era general, Pedro Victor quiz seguir a vida militar, cursando na Universidade as faculdades de mathemathica e philosophia, mas terminando esses estudos, resolveu seguir o curso de engenharia civil, para o que deu baixa no exercito, indo concluir este curso em Paris, em que se houve distinctamente. Regressando a Portugal, occupou um logar na exploração e administração de varias minas do districto de Beja, sendo-lho tambem dado o logar de vogal da junta consultiva de obras publicas. Filiando-se no partido regonerador e fixando residencia em Beja, teve ali um jornal, e pouco tempo depois fundou em Lisboa *O Diario de Portugal*, do sociedade com alguns amigos, folha em que escreveu alguns artigos notaveis ácêrca das obras do porto de Lisboa. Mais tarde collaborou tambem na *Gazeta de Portugal*, dirigida por Antonio de Serpa, no *Reporter*, de que foi o director politico, *Correio da Manhã* e *Jornal do Commercio*. N'estes jornaes combateu a situação progressista de 1879 a 1881. Quando n'este ultimo anno subiu ao poder o partido regenerador, formando se um ministerio presidido por Antonio Rodrigues Sampaio, foi Pedro Victor nomeado governador civil de Beja, revelando as maiores qualidades de administrador. Em 1884 fez parte das côrtes constituintes como deputado por Mertola, e nas eleições progressistas de 1887 foi eleito por Beja, em opposição ao governo, voltando a ser deputado, eleito pelo mesmo circulo, em 1889 e em 1890 nas eleições extraordinarias do partido regenerador. Em 1901 foi nomeado par do reino. No parlamento tambem muito so distinguiu, tomando parte importante na discussão das obras do porto de Lisboa, e do projecto de estradas por empreitadas geraes, affirmando n'essa discussão os seus vastos conhecimentos de engenharia. Tomou parte activa nos trabalhos das commissões das camaras, em que foi relator dos projectos do monopolio dos tabacos, dos alcooes e outros. Foi ministro, n'uma recomposição que se deu no gabinete presidido pelo conselheiro Dias Ferreira, encarregando se da pasta das obras publicas, por decreto de 27 de maio do anno de 1892. Para isso foi muito instado, seguindo as indicações do partido regenerador, cuja attitude era benevola para a situação presidida pelo citado estadista. Como ministro, evidenciou largos conhecimentos dos complexos assumptos a cargo d'aquella pasta, e alguns dos quaes conhecia praticamente pela sua situação de engenheiro ao serviço do ministerio das obras publicas. O desenvolvimento agricola do paiz mereceu-lho particular attenção; dedicou á hydraulica os maiores desvelos, reorganisou os serviços de obras publicas, fez a reforma da engenharia, transferiu para o poder central muitas das obras municipaes. Saindo do governo, quando caiu o gabinete Dias Ferreira, em 1893, recebeu d'el rei D. Carlos a nomeação de administrador da Casa Real, logar que vagara pela morte de Santos Nazareth. N'aquelle importante cargo continuou evidenciaudo as altas qualidades de administrador. Pedro Victor era um dos socios mais antigos e mais dedicados da Sociedade de Geographia de Lisboa, ondo exercia o cargo de presidente da secção do Agricultura. Havia casado em Beja com a sr.ª D. Amelia Sequeira, filha do medico dr. Resado

Sequeira (*D. Rosa Maria de*). Heroina brazileira. N. em 1690 na cidade do S. Paulo, sendo filha de Francisco Luiz Castello Branco e de D. Izabel da Costa e Sequeira, pessoas ricas e nobres. Casou com o desembargador Antonio da Cunha Sotto Maior, que a levou comsigo para a Bahia, e com ella passou em 1714 para a Europa, embarcando na nau *Nossa Senhora do Carmo e Santo Elias*, que a 20 do março d'esse anno foi assaltada nas alturas das Berlengas por tres naus argelinas. Apezar da desigualdade da lucta, o capitão da nau quiz resistir, e começou o combate, mas uns judeus que iam a bordo, e que viam no captiveiro argelino muito melhor destino do que aquelle que os aguardava nos carceres e nos autos da fé da Inquisição, começaram a bradar que era uma temeridade a resistencia; e que não fazia senão irritar os vencedores. Começava a acobardar-so a marinhagem e a soldadesca, quando Rosa de Sequeira, essa juvenil senhora de 24 annos, lhes lançou em rosto a sua fraqueza, e animando-os e confortando-os, tanto fez que a nau defendeu-se todo o dia, andando a joven esposa do desembargador em constante azafama, levando cartuchos a este, armas áquelle, animando uns o outros com a sua voz argentina e suave. Quando caiu a noite a nau ainda resistia, mas faltava o cartuxame. D. Rosa de Sequeira, auxiliada por duas escravas africanas e duas indias velhas, esteve toda a noite a fazer cartuxos, dando ao romper da manhã 300 á guarnição. O combate continuou e durou ainda todo o dia. Cinco vezes os argelinos deram abordagem á nau portugueza, cinco vezes fôram repellidos, combatendo D. Rosa de Sequeira como um soldado, sendo mais valioso para a defeza o seu exemplo e o seu prestigio do que a sua bravura. O certo é, que ao alvorecer a manhã do terceiro dia, as naus argelinas desistiram, e a nau portugueza entrava incolume em Lisboa, onde D. Rosa de Sequeira foi alvo da curiosidade e dos elogios de todos, esquivando se ella modestamente á popularidade que rodeava o seu nome, e voltando á obscuridade tranquilla e modesta do seu viver domestico, tanto que se não sabe a data da morte da heroica e gentil senhora.

Sequeira (*Thomaz Victor da Costa*). Chefe de repartição da direcção geral da Caixa do Depositos e Economia Portugueza, deputado, jornalista, etc. N. em Braga a 20 de janeiro de 1850, fal.

em Lisboa a 23 de abril de 1898. Era filho do general Costa Sequeira, e irmão do conselheiro Pedro Victor da Costa Sequeira *(V este nome)*. Foi alumno do Collegio Militar, e nos ultimos annos do seu curso, estando na aula de gymnastica a trabalhar n'um trapezio, caiu tão desastradamente que deslocou a espinha. Impossibilitado de seguir a vida militar a que se destinava, concluiu ainda o curso do collegio, e depois foi matricular se no Curso Superior de Letras, fazendo com distincção este curso, assim como o do Commercio, no Instituto Industrial e Commercial de Lisboa Começou a sua vida publica por empregado da contadoria da Misericordia, onde serviu com toda a competencia desde 1870 até 1895. Foi depois secretario da Penitenciaria de Lisboa, substituindo diversas vezes o director. Serviu de secretario particular de seu irmão, Pedro Victor, sendo este estadista ministro das obras publicas, e quando depois foi ao poder Carlos Lobo d'Avila, Thomaz Sequeira continuou n'este logar, a muitas instancias do novo ministro. Tomou assento na camara dos deputados em diversas legislaturas, sendo eleito por Moçambique, Loanda e Beja. Por decreto de 19 de julho de 1890 foi nomeado secretario da commissão encarregada de proceder ao exame do regimen da casa de detenção e correcção. Por decreto de 6 de outubro do mesmo anno foi nomeado vogal da commissão encarregada da revisão das pautas ultramarinas. Em 17 de março de 1876 foi á exposição de Philadelphia, como adjunto á commissão da secção industrial. Na sua vida jornalistica tambem provou o seu muito valor, como redactor principal do *Diario de Portugal*.

Sequeira *(Victor José de)* Magistrado, nascido em Lisboa, e que viveu no seculo XVIII. Formou-se na Universidade de Coimbra, em 1730. Foi nomeado desembargador da Relação de Gôa Por motivos quaesquer, que se desconhecem, esteve suspenso 10 annos, e foi restituido pelo marquez de Alorna ao exercicio de seu cargo, o que lhe agradeceu, recitando na sua presença uma oração latina, que depois se imprimiu em Lisboa em 1748.

Sequeira. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 211 fog. e 427 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e uma fabrica de cotins e riscados. Está situada junto da estrada de Barcellos a Braga, a 4 k. da séde do conc. A terra é fertil em todos os generos agricolas do paiz, e cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga || Pov. na freg. da Sé, conc. e distr. da Guarda.

Sequeira Oliva e Sousa Cabral *(Luiz de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra e escriptor, etc. N. em Casfreires, hoje do conc. do Sattam, em 1778 pouco mais ou menos; fal. no Lumiar no 1.º de junho do 1815. Terminando a sua formatura, estabeleceu banca de advogado em Vizeu, mas não se sentindo com vocação para as occupações forenses, resolveu seguir outra carreira. Fez uma viagem a Paris, a expensas proprias, e ali começou a applicar-se ao estudo da chimica, tendo por mestre o celebre professor Vauquelin. Concluido o curso de sciencias chimicas e physicas, regressou a Portugal, e querendo o governo empregal o no fabrico da polvora, nomeou-o director de uma fabrica de refinação de salitro que existia na villa de Moura, dando lhe o posto de 1.º tenente de engenheiros. Quando em 1807 Portugal foi invadido com as tropas francezas, Sequeira Oliva mostrou grande indignação patriotica, e em 1808, depois de expulsos os francezes, mostrando se decidido patriota, resolveu defender a independencia nacional com a penna, emquanto os seus camaradas o faziam com a espada, e com este intuito publicou varios escriptos, e redigiu o *Lagarde portuguez, ou gazeta para depois de jantar*, que saiu desde novembro até dezembro de 1808, saindo em continuação n'esse mez outro jornal intitulado *Telegrapho portuguez, ou gazeta anti-franceza*, que durou até junho de 1809. Sendo então interrompida a publicação por motivo da ausencia temporaria do redactor, veiu a continuar em janeiro de 1812, e proseguiu sem interrupção até ao fim da lucta, em dezembro de 1814. Uma dysenteria rebelde que o atacou, e tomou o caracter de chronica, atormentou o nos ultimos annos da sua existencia, até que falleceu. Em seu testamento deixou á Academia Real das Sciencias, de que era socio, um legado humanitario de 400$000 reis, destinado para dar de premio a quem apresentasse um systema de curar radicalmente as dysenterias chronicas, premio que nunca se distribuiu, porque nunca appareceu *Memoria* que pudesse obter o premio. Sequeira Oliva escreveu: *Verdadeira vida de Bonaparte até á feliz restauração de Portugal*, Lisboa, 1808; *Dialogo entre os principaes personagens francezes, no banquete dado a bordo da Amavel por Junot no dia 27 de setembro de 1808*, Lisboa, 1808; *Dialogo entre Bonaparte e seu irmão José, Buthier, e Lannes, ácêrca da declaração de guerra pela Austria*, Lisboa, 1809; *Restauração dos Algarves, ou os heroes de Faro e Olhão, drama historico em 3 actos*, Lisboa, 1809; *Carta dirigida a S A Mr. Massena, general em chefe da expedição contra Portugal*, etc, Lisboa, 1810; *Memoria lida na Academia Real das Sciencias de Lisboa, sobre a fabrica de salitre que se estabeleceu na villa de Moura;* saiu no *Investigador Portuguez*, n.º XV, pag. 457 a 461.

Sequeiras. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Lodares, conc. de Lousada, distr. do Porto.

Sequeiro. Povoações nas freguezias: S. Thomé, de Caldellas, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Pedro, de Manhouce, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Sequeiro Longo. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Sequeiró Pov. e freg. do S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Santo Thirso, distr. e bisp. do Porto; 117 fog e 457 hab. Está situada junto da margem direita do rio Avo, a 3 k. da séde do conc. A terra é muito fertil; cria muito gado bovino, que exporta para Inglaterra. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Lustosa, conc de Lousada, distr. do Porto. || Santa Maria e conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello || Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Sejães, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Souto, conc. de Terras do Bouro, distr. de Braga.

Sequeiros. Familia nobre de Portugal. E' seu

solar o Paço e torre de Sequeiro, no couto de Gondufe, com. de Ponte do Lima. Tem por armas: Em campo azul, cinco vieiras de ouro em aspa, perfiladas de preto, timbre, cinco pennachos azuos com uma vieira de ouro no meio. Na Galliza ha tambem uma casa nobre com esto nome, fundada por um filho segundo da familia portugueza, e da qual descendem os maiores titulos da Hespanha.

Sequeiros (*Paço e torre de*). Casa antiquissima, cuja fundação remonta aos primeiros annos da monarchia. E' um dos genuinos solares portuguezes. Dado por el rei D. Affonso Henriques, com vastissimos senhorios, a D. Egas Fafes de Lanhoso, na linhagem d'este insigne fidalgo se continuou até nossos dias, em que ultimamente era senhor d'elle D. Francisco de Vasconcellos e Sousa de Castro e Mello de Sequeiros de Abreu, residente em Vianna do Castello. O Paço de Sequeiros acha se situado na encosta d'um alto monte, na freguezia do Couto do Goudufe, a poucos kilometros de Ponte do Lima. Assolado pelos castelhanos durante a guerra da Independencia, longo tempo permaneceu em ruinas, vindo a reedificar-se nos ultimos annos do seculo XVIII.

Sequeiros. Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Minho, conc. e com. de Amares, distr. e arceb. de Braga; 77 fog. e 310 hab. Está situada a 1 k. da margem esquerda do rio Homem e a 10 da séde do conc. em terreno accidentado. A terra è fertil. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Aguiar da Beira, distr. e bisp. da Guarda; 120 fog. e 436 hab. Tem cst. post. e ostá situada a 2 k. da margem esquerda do rio Tavora e a 5 da séde do conc. A terra é pouco fertil e pobre. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || S. Paio, de Brunhaes, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Miguel, de Celavisa, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || Santo Isidoro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Luzim, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. Martinho das Moitas, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizou. || Santa Maria, de Moreira do Castello, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || O Salvador, de Mouçós, conc. e distr. de Villa Real. || S. Miguel, de Palhacana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || N. S.ª do Pranto, de Poço do Canto, conc. de Mêda, distr. da Guarda. || S. Thiago e conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de Rossas, conc. de Arouca, distr. d'Aveiro. || S. João Baptista, de Silva Escura, conc. de Sever do Vouga, distr. d'Aveiro.

Sequeiros de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto.

Sequeirós. Villa comprehendida na area da freg. de Chamoim, sédo do conc. de Terras de Bouro. Tem caixa postal.

Sequelle. Pov. da 2.ª div. do conc. da Barra do Bengo, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Sequiade. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 70 fog. e 327 hab. Está situada a 4 k. da estrada de Barcellos a V. N. de Famalicão, a 3 da de Barcellos a Braga, e a 8 da séde do conc. A terra é fertil. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Serabigães. Pov. na freg. de S. Martinho, de Espiunca, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Serafão. Pov. e freg. de S. Julião, da prov. do Minho, concelho e comarca de Fafe, districto e arcebispado de Braga; 288 fog. e 1:112 hab. Tem esc. do sexo masc. Está situada na estrada de Guimarães a Vieira, a 11 k. da sédo do conc. A terra é muito fertil, e cria muita qualidade de gado, exportando muitos bois para Inglaterra. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Seramena. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa.

Seramil. Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Minho, conc. e com. de Amares, distr. e arceb. de Braga; 70 fog. e 285 hab. Está situada a 2 k. da margem direita do rio Cávado e a 7 da séde do conc. Tem generos agricolas, cria muito gado e caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a sédo em Braga.

Seramil de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Paio, de Seramil, conc. d'Amares, distr. de Braga.

Serangonha. Sitio no limite de Valle Godinho, freg. de Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Serapicos. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz os Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 169 fog. e 743 hab. Tem esc. do sexo masc. o est. post. Está situada a 9 k. da margem direita do rio Sabor, a 5 da estrada de Bragança a Mirandella, e a 20 da séde do conc. E' terra muito fertil, e pertence á Casa de Bragança, e á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Miraudella. || Pov. e freg. de Sant'Anna, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Valpaços, distr. de Villa Real, arceb. de Braga, 97 fog. e 428 hab. Está annexa á freg. de Albariz, e situada na estrada de Murça a Chaves, a 11 k. da séde do conc. E' terra pobre, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Povoações nas freguezias: Santo André, de Valle de Frades, conc. de Vimioso, distr. de Bragança. || S. Gonçalo, de Vallongo, conc. de Murça, distr. de Villa Real.

Seraulim. Freg. do conc. de Salsete, no distr. e arceb. de Goa, India.

Seravigões. Pov. na freg. de S. Martinho, de Espiunca, conc. do Arouca, distr. do Aveiro.

Sercal. Pov. na freg. de Santa Cecilia, de Bemfeita, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Serdedello. Pov. e freg. de Santa Martha, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 1 0 fog. e 539 hab. Está situada a 1 k. da estrada de Ponte do Lima a Braga, e a 5 da séde do conc., entre os montes de Lousado e Agrella. E' fertil e tem muita caça. Pertence á 3.ª div. mil. o ao distr. de recrut. o res n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Houve aqui um mosteiro de religiosas benedictinas, fundado no seculo XI ou XII. O arcebispo D. Fernando da Guerra, com breve do papa Martinho V, o converteu em abbadia secular, em 1425, unindo-lhe a freg. de Suconforto (S. João). As freiras, com a sua abbades-

sa, vieram a fallecer pedindo esmola por Ponte do Lima. A egreja do convento passou pouco depois a ser uma commenda da ordem de Christo.

Serejo. A familia d'este appellido tem por armas: Em campo de ouro uma arvore cerejeira do verde com fructos vermelhos, orlada de prata com quatro leões vermelhos, em cruz; timbre, um dos leões.

Serejo. V. *Cerejo.*

Serelho. Pov. da freg. de S. Salvador, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Serem *(D. Fernando Mascarenhas, conde de).* Senhor da villa de Serem, marechal de campo, etc. Era filho de D. Jorge de Mascarenhas, marquez de Montalvão, e de sua mulher, D. Francisca de Vilhena. Tendo acompanhado seu pae ao Brazil, quando elle fôra nomeado vice-rei de aquelle estado, com o posto de marechal de campo, foi mandado a Portugal com a noticia do que D. João IV fôra ali acclamado. O soberano deu lhe então o posto de mestre do campo de infantaria e a villa de Serem com o titulo de condado por carta de 18 d'abril do 1643. Depois foi conselheiro de guerra e general na provincia da Beira. Fal. em outubro de 1643. Casou com D. Leonor de Menezes, que nasceu em Lisboa, filha e herdeira de D. Fernando de Menezes, commendador e alcaide-mór de Castello Branco, e de D. Joanna de Toledo, filha de D. Manuel da Camara, 2.° conde de Villa Franca, e de D. Leonor de Toledo. Esta senhora foi muito instruida, sendo muito perita nas linguas latina, franceza e castelhana; estudou philosophia, mathematica, musica e poetica. Tendo enviuvado, casou em segundas nupcias com D. Jeronymo de Athaide, 6.° conde de Athouguia. Falleceu a 4 de setembro de 1664. Em 1655 publicou, em Lisboa, com o pseudonymo de Laura Mauricio, uma novella em prosa, intitulada *El desdechado mas firme.*

Serem. Pequena villa na prov. do Douro, na freg. de Macinhata do Vouga, conc. de Agueda, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra. El rei D. Manuel I lhe deu foral, em Lisboa, a 3 de maio de 1514. A pov. é antiquissima, e foi cidade, se não no tempo dos romanos, pelo menos no dos gôdos. A villa de Serem foi desde tempos antigos, cabeça d'um conc., com camara, juiz, escrivão, casa de senado, cadeia e pelourinho. Foi supprimido no principio do seculo XIX. Teve um convento de capuchos de Santo Antonio, fundado por Diogo Soares, sendo lançada a primeira pedra em 16 d'abril de 1635, e concluidas as obras por Miguel Soares, filho do fundador. A villa está situada na margem direita do rio Vouga; é atravessada pela estrada de Lisboa ao Porto, Barcellos, Vianna, Caminha, V. N. da Cerveira, Valença, Monsão e Melgaço. Pelo leito d'esta mesma estrada passava a antiquissima estrada moirisca. A ponte sobre o Vouga, em Serem, é muito elegante. Foi mandada construir por D. João V em 1713. Hoje Serem é apenas uma povoação da referida freg. de Macinhata do Vouga.

Serena. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Oliveira do Bairro, distr. d'Aveiro.

Serenada. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Serevigo. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Codeçoso, conc. de Boticas, distr. de Villa Real.

Serges. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Pedreira, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Sergio de Sousa *(Antonio Sergio de Sousa, visconde de).* Vice almirante supranumerario, ajudante de campo d'el rei D. Luiz I, governador geral da India, etc. N. em Belem a 19 de fevereiro de 1809, fal. em Gôa a 3 de maio de 1878. Era filho de Zeferino José de Sousa. Mostrando desde tenros annos muita inclinação para a vida do mar, foi-lhe conferido, em 21 de novembro de 1826, um partido de aspirante de piloto, completando o curso da Academia de Marinha em 22 de maio de 1829, com premios no 1.° e 2.° annos. Em 12 de junho de 1831, para se subtrair ás violencias com que eram opprimidos n'aquella epoca todos os homens, como elle, manifestamente affectos ás ideias liberaes, emigrou para Inglaterra, onde a 21 do mesmo mez se apresentou ao ministro de Portugal em Londres, assentando praça de voluntario de marinha em março de 1832, e partindo para a ilha Terceira, a bordo do vapor *Superb*, um dos navios da esquadra que conduziu para aquella ilha o exercito libertador. Tratava se de organisar a marinha da restauração, e por isso eram queridos os corajosos marinheiros que, no deposito de officiaes, ali estabelecido, davam garantias do muito que opportunamente havia de servir a sua nobre dedicação, o seu generoso esforço. Transformaram se então á pressa, e com os limitadissimos recursos de que podia lançar mão o arsenal maritimo do Fayal, pobres e arruinados navios mercantes, e em transportes de guerra empregados no serviço do cruzeiro. N'esses navios improvisados juguetes das ondas alterosas d'aquelles indomitos mares, em presença, muitas vezes dos cruzadores inimigos, obravam se prodigios de temeridade. Ali ganhou os primeiros louros de marinheiro, Sergio de Sousa, a bordo da barca *Regencia de Portugal.* N'esse navio desempenhou diversas commissões nos Açôres, do modo mais brilhante para o seu nome e mais proficuo para a causa a que se dedicara, emquanto se preparava a heroica expedição do *Mindello.* A 27 de junho de 1832 levantava ferro a flotilha expedicionaria composta de 2 fragatas, 2 brigues, 3 escunas e 40 transportes, com 8:300 homens de desembarque. Entre estes vinha Sergio de Sousa, conduzindo á costa de Portugal, parte d'aquelle grupo de heroes, a bordo da sua barca. Assistiu ao desembarque nas praias do Mindello, em 8 de julho de 1832, e entrou a 10 no rio Douro. Foi gloriosa a parte que tomou no cêrco do Porto. Em agosto d'esse anno, fez parte das guarnições da escuna *Coquette* e da galera *Alegria*, e n'estes navios affrontou juntamente com outras embarcações liberaes, as baterias miguelistas da margem sul do rio. N'esse periodo foi nomeado aspirante a guarda marinha, sendo promovido á effectividade d'esto posto em 3 de setembro do mesmo anno. Embarcado, ora na corveta *Villa da Praia*, ora no brigue *Mindello*, já participava d'estes perigos inauditos, distinguindo-se entre os seus distinctos camaradas; já tomava parte no fogo vivissimo com que os poucos navios da esquadra liberal frustravam os intentos do exercito assaltante, cruzando se com a artilharia da serra do Pilar. Em 11 de dezembro passou para a guarnição do brigue-escuna *Liberal.* Foi este um dos navios que mais brilhante papel representou nos trabalhos homericos de

aquella grande lucta. Pouco antes fôra preciso removel-o do logar do combate, em frente das praias de Villa Nova, para a praia de Massarellos, tantos eram os rombos que tinha no costado. Agora coube-lhe proteger, com o fogo da artilharia e fusilaria de bordo, a força militar que passou ao sul do rio Douro, em 17 de dezembro, para realisar o embarque e remessa de viveres para a cidade do Porto. A maneira como Sergio de Sousa se portou, n'este arriscado feito de armas, valeu-lhe o ser louvado na ordem do dia n.º 23 de 1832, *pela sua distincta conducta, zelo e coragem*. D'este navio passou para a corveta *Constituição*, em fevereiro de 1833, e logo em 23 de março do mesmo anno, partiu a bordo da fragata *Rainha* para o cruzeiro na costa do Algarve. Em 5 de julho, já 2.º tenente, assistiu ao combate naval, em frente do cabo de S. Vicente, entre a esquadra da rainha D. Maria II e a miguelista, e com tanta valentia e denodo se houve, que recebeu os maiores louvores do almirante Napier, commandante da esquadra liberal, e foi promovido a 1.º tenente por distincção. Em 4 de junho d'esse anno tinha sido encarregado pelo major general interino da armada, de averbar nas relações de marinhagem portugueza, pertencente ás fragatas *Rainha*, *D. Pedro* e *D. Maria II* e ao brigue *Villa Flôr*, quaesquer alterações que occorressem, recebimentos de soldos e fardamentos, e tudo o mais que exige uma perfeita contabilidade. Em 11 de julho passou á nau *D. João VI*, e em 21 de dezembro embarcou para o brigue *Providencia*, que fazia parte da esquadrilha do Ribatejo, e taes serviços prestou n'esta commissão que mereceu officialmente os maximos louvores. Foi promovido a 1.º tenente effectivo a 15 de março de 1834, embarcando em 12 de junho seguinte na corveta *Portuense*, que transportou tropa á ilha da Madeira. Este navio naufragou pela uma hora da manhã de 16 de setembro d'esse anno, quando regressava da sua commissão de serviço, ao entrar a barra de Lisboa. Foi louvado em *Ordem da Armada*, n.º 33 de 1837, *pela maneira distincta com que se conduziu, no cruzeiro da costa da Galliza, ganhando a estima dos habitantes, os elogios e particulares recommendações das autoridades d'aquelle paiz.* Foi novamente louvado na *Ordem da Armada*, n.º 83 de 1841, *pela actividade e acerto com que se houve no cruzeiro da costa do Algarve, commandando a escuna Amelia.* Sergio de Sousa exerceu os seguintes commandos: da nau *Cabo de S. Vicente*, da fragata *D. Pedro*, da escuna *Amelia*, da escuna *Nympha*, da corveta *Oito de Julho* e estação naval de Angola; da esquadrilha do Ribatejo, do brigue *Audaz*, que foi conduzir presos politicos a Angola em setembro de 1847; da corveta *D. João I*, da corveta *Bartholomeu Dias* em commissão especial á America do Sul e Africa Occidental, por portaria de 6 de abril de 1863; da *Divisão Naval de reserva e instrucção*, por portaria de 1 de setembro de 1864, na qual desempenhou as seguintes commissões: Viagem de instrucção na costa de Portugal, viagem á America do Sul, viagem a Bordeaux, conduzindo el-rei D. Luiz; e finalmente foi 2.º commandante do corpo de marinheiros. Official austero e disciplinador, mais de uma vez deu provas relevantes d'estas virtudes militares. Assim foi que, em 9 de abril de 1840 passou a Loanda do brigue *Tejo* para a fragata *D. Pedro*, sendo pelo commandante da estação naval nomeado commandante d'aquella fragata, cuja tripulação se havia revoltado em Benguella, contra o seu commandante o capitão tenente Fortunato José Ferreira. A's suas acertadas disposições se deveu o restabelecimento da disciplina, a manutenção da ordem. A 14 de dezembro de 1842 naufragou a escuna *Amelia*, ao baixo á entrada da bahia de Mossamedes, portando-se Sergio de Sousa com inexcedivel coragem e consummada pericia deante de similhante desastre. Em 2 de março seguinte, foi com a guarnição de aquella escuna para Benguella, onde chegou a 5, destacando logo em seguida contra o gentio da Catumbella. Adoeceu ali perigosamente de febres, e teve de recolher se ao brigue *Audaz* para se tratar. Foi promovido a capitão-tenente em 22 de abril de 1845, a capitão de fragata, supranumerario, em 19 de abril de 1849, occupando o seu logar no quadro em outubro de 1854. Durante esse tempo foi nomeado governador de Mossamedes, por decreto de 10 de setembro de 1849; governador interino de Angola por decreto de 8 de março de 1851, sendo exonerado d'essa commissão em 21 de novembro de 1852. Foi louvado na *Ordem da Armada* n.º 264 de 1854 pelo bom serviço que prestou no desastroso incendio da noite de 4 de novembro de 1854, e pelo quanto cooperou para obstar á sua continuação; na *Ordem* n.º 292 de 1855 pelo prompto e acertado serviço que prestou por occasião da cheia que inundou os campos do Ribatejo, não só na salvação das vidas dos habitantes d'aquelles campos, como na administração dos soccorros que lhes fôram enviados; na *Ordem* n.º 327 de 1857 pelo bom serviço que prestou no desastroso incendio na noite de 29 de junho de 1857, no predio da rua dos Retrozeiros, proximo á egreja da Conceição Nova, empregando os maiores esforços para a extincção do incendio, sem attender muitas vezes aos perigos que lhe estavam imminentes; e pelo quanto cooperou por obstar a continuação do mesmo incendio. Foi egualmente louvado pelo zelo, acerto e prudencia com que cabalmente desempenhou a commissão á America do Sul, com a divisão naval de reserva, tornando se merecedor dos elogios das autoridades portuguezas. Em 15 de setembro de 1857 embarcou para o brigue *Pedro Nunes*, como ajudante d'ordens do infante D. Luiz, mais tarde rei, e n'este navio fez uma viagem a Gibraltar e andou cruzando na costa do Algarve. Passou depois na mesma qualidade para bordo da corveta *Bartholomeu Dias*, em 15 de junho de 1858, e n'este navio desempenhou as commissões seguintes: Viagem á Madeira e Açôres; buscar o principe Jorge Frederico a Inglaterra para o seu casamento com a infanta D. Maria Anna, e em seguida conduzir os regios esposos tambem a Inglaterra; concorrer com as esquadras alliadas a Tanger; conduzir a expedição de guerra a Angola; viagem á Madeira e Gibraltar, ás ordens do imperador d'Austria; buscar o principe Leopoldo de Hohenzolern-Sigmaringen a Southampton, acompanhar o vapor *Mindello* que conduziu D. Pedro V do Porto a Lisboa; conduzir a Antuerpia a infanta D. Antonia e seu esposo, o referido principe. Em portaria de 16 de maio de 1860 foi nomeado chefe do estado maior do infante D. Luiz, commandante da divisão expedicionaria a Angola. Tendo fallecido em

11 de novembro de 1861 o rei D. Pedro V, e subido ao throno seu irmão D. Luiz, o novo monarcha deu logo testemunho da sua estreita sympathia e muita affeição pelo companheiro das suas viagens, nomeando o seu ajudante de campo. Coube-lhe a promoção de capitão de mar e guerra em abril de 1862, e foi graduado contra-almirante em 31 d'outubro de 1866. Em portaria de 18 de janeiro de 1868 foi exonerado do commando da divisão naval de reserva e instrucção, com a declaração de que desempenhara todas as commissões e deveres a seu cargo, com provado zelo, intelligencia e dedicação. Em portaria de 27 do mesmo mez e anno foi nomeado vogal da commissão encarregada de propôr todas as reformas exequiveis nos serviços dependentes do ministerio da marinha e ultramar, com o duplo fim de reduzir a despeza e tornar mais facil e expedito o andamento dos negocios. Por decretos de 13 de maio e 3 de junho de 1868 foi nomeado governador geral da provincia de Macau e Timor e enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto dos imperadores da China e do Japão, e do rei de Siam, sendo promovido a contra almirante supranumerario, em virtude d'aquella nomeação. Em 19 de janeiro de 1872 foi exonerado a seu pedido do governo de Macau e Timor, com declaração de que servira com muito zelo. Em portaria de 20 de novembro de 1874 foi nomeado presidente da commissão encarregada de examinar os trabalhos de engenharia, feitos pelo conde de Linhares, para a construcção da canhoneira *Cuanza*, pelo systema *composite*, e as cavernas, sobre quilhas, etc., da mesma canhoneira, e dar parecer ácêrca do estado em que se encontrava a referida canhoneira. Foi promovido a vice almirante supranumerario em 25 de julho de 1877, data em que recebeu a sua nomeação de governador geral da India. Sergio de Sousa foi agraciado com o titulo de visconde por decreto de 30 de junho de 1877. Era gran cruz da ordem de Aviz, commendador da Torre e Espada, e cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; condecorado com a fita de distincção pelo combate naval de 5 de julho de 1833; com a medalha de D. Pedro e D. Maria, algarismo 4; com as medalhas de prata para commemorar os serviços da expedição auxiliar a Hespanha; a da expedição a Angola em 1860; e com as medalhas de ouro de bons serviços e valor militar. Possuia as seguintes honras de ordens estrangeiras: gran cruz de Izabel a Catholica e de Carlos III, de Hespanha; de S. Mauricio e S. Lazaro de Italia; da Cruz e Espada da Suecia; grande official da Legião de Honra de França; de Leopoldo da Belgica, e do Merito da Baviera; commendador da Aguia Vermelha, 1.ª classe, da Corôa da Prussia; da Alberto o Valoroso da Saxonia; official da ordem de Hohenzolern-Sigmaringen. O visconde de Sergio de Sousa casou tres vezes: a primeira com D. Maria do Pilar Leite, filha de Manuel da Silva Leite, e de sua mulher D. Mathilde da Conceição Leite; a segunda com sua sobrinha D. Maria Eduarda de Sousa Salter, filha do capitão tenente da armada Ernesto José Salter, e de sua mulher D. Maria Zeferina de Sousa; terceira vez com D. Emilia da Cunha Vianna, filha de Antonio Vianna, e de sua mulher D. Maria do Espirito Santo.

Sergio de Sousa (*Antonio*). Vice almirante, commandante do corpo de marinheiros e ajudante de campo honorario do fallecido rei D. Carlos. N. em Lisboa a 22 de outubro de 1842, onde tambem fal. a 18 de agosto de 1906. Era filho do antecedente e de sua primeira mulher, D. Maria do Pilar Leite. Assentou praça na marinha em 1 de agosto de 1855, e matriculou-se na Escola Polytechnica a 1 de outubro de 1859. Foi promovido a aspirante de 2.ª classe em 11 de julho de 1861; a aspirante de 1.ª classe em 15 do mesmo mez e anno, a guarda-marinha em 17 de março do anno de 1863; a 1.º tenente em 1 de agosto de 1865; a 1.º tenente em 16 de agosto de 1876; a capitão-tenente em 8 de julho de 1886; a capitão de fragata em 24 de julho de 1889; a capitão de mar e guerra em 26 de outubro de 1895; a contra-almirante em 3 de outubro de 1902, sendo promovido ao posto de vice almirante poucos dias antes do seu fallecimento. Exerceu muitas commissões de serviço, sendo as mais importantes na armada, a de secretario do extincto conselho do almirantado e a de corpo de marinheiros do transporte *Africa*. No ultramar foi governador de Diu, Damão e Congo, administrador do concelho de Loanda, secretario geral do governo de Macau, Timor e da India, onde foi tambem vogal do conselho governativo; commissario regio na delimitação de fronteiras no Baixo Congo, entre Angola e o Estado Independente do Congo; vogal da commissão para formular os regulamentos para a execução do tratado de commercio com a Hespanha; ajudante de ordens do governador de Angola, de Macau e Timor; vogal da commissão organisadora do serviço maritimo da policia do porto de Macau; capitão do porto de Loanda; diretor do trem de Loanda, diretor do observatorio d'aquella cidade; presidente do conselho superior de Justiça militar na mesma cidade; encarregado de uma syndicancia na alfandega de Ambriz; vogal da commissão incumbida de arbitrar a indemnisação aos proprietarios de salinas na India portugueza por occasião do tratado com a Inglaterra, e encarregado de formular as cartas das provincias ultramarinas. Sergio de Sousa era socio da Sociedade de Geographia de Lisboa, desde 1885, onde foi presidente da secção de sciencias navaes e communicações maritimas em 1903, sendo vogal da mesma até á data do seu fallecimento, pertencendo tambem n'essa data á commissão asiatica. Possuia as seguintes distincções: cavalleiro, official, commendador e grande official da ordem de Aviz; commendador da de Christo, de S. Lazaro de Italia, e da Aguia Vermelha da Prussia; medalhas de ouro de comportamento exemplar, de bons serviços e de serviços no ultramar; medalhas de prata de comportamento exemplar e da expedição a Angola; e a medalha de cobre de soccorros naufragos. Sergio de Sousa casou na India com D. Anna Henriques de Brito, filha do coronel e governador da praça da Aguada, Ignacio de Brito, e de sua mulher D. Julianna Henriques.

Sergoçosa. Pov. na freg. de Santa Luzia, de Pomares, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Sergude. Pov. na freg. de S. José, de Godim, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real.

Sergudo. Pov. na freg. de S. João da Boa Vista, de Oliveira de Fazemão, conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Sergueiros. Pov. na freg. do Salvador, de Perosinho, conc. de Villa Nova de Gaia, distr. do Porto.

Sericicultura. Reunião das operações ou processos relativos á producção da seda. Arte do fabrico da seda. Do grande valor da industria sericicola já o desvelado e erudito padre Raphael Bluteau dizia pelos fins do seculo XVII: «E' uma agricultura, esta da seda, com que no espaço de tres mezes se faz a colheita. E' negocio com que, sem correr mares e arriscar vidas, sem embaraçar mercancias, nem esperar retornos, na propria casa, com os domesticos se trata. E' uma mechanica, sem a qual não poderia trajar a nobreza, nem com mil castas de paramentos luzir a egreja. E' uma fabrica em que cada morador, sem portas nem janellas faz no ar uma casa, em que certos dias se agasalha. E' uma vindima, cujos obreiros deixam aos donos o fructo e se contentam com a folha. E' uma officina em que os officiaes naturalmente são tecclões, e a seu tempo, de dia e do noute trabalham. E' uma feira em que só um genero tem sahida e em todas as casas tem entrada. Finalmente é uma mina de ouro em fio; e tão rica, que seu preço tem tudo quanto d'ella se tira.» A lavra das sedas é muitissimo antiga entro nós. Portugal foi o primeiro paiz christão da Europa que produziu a seda. Pelos principios do seculo VIII, os arabes trouxeram á peninsula as primeiras sementes do sirgo. A' implantação da creação do bicho da seda nos califados de Cordova e de Granada, parece terem succedido muito proximamente as primeiras tentativas no norte do paiz. Do resultado que tiveram essas experiencias dá prova abonatoria o foral que, em 1233, o arcebispo de Braga D. Silvestre Godinho, de passagem em Chaves, deu aos acoutados de Ervededo, ordenando que a folha da amoreira se não vendesse para fóra do couto e estabelecendo, entre muitas outras disposições, que do sirgo que se creasse lhe pagariam a sua parte em casulos. Foi, pois, em Traz-os Montes que em Portugal nasceu esta industria. Ahi continuaram sempre a creação do sirgo e o fabrico da seda. Attestam n'o as tradições, porque esta industria se tem perpetuado de paes a filhos. Em 1472, pediram os povos a D. Affonso V se ordenasse á plantação de amoreiras, tal era a emulação que a riqueza do reino de Granada, com a sua espansão serigena, causava entre os nossos maiores, que reconheciam ser o reino portuguez bastante apto para o desenvolvimento do sirgo. Mandou o soberano ás comarcas do reino determinação para que todos os seus visinhos e moradores plantassem cada um vinte pés de amoreira ou as enxertassem em figueiras. E parece que sortiu effeito esta ordenação, porquanto outras noticias do mesmo reinado confirmam o notavel incremento que tomou a industria das sedas, estendendo se do norte do paiz ao sul, como se vê de uma carta de privilegio passada em 25 de agosto de 1542 a uns tecedores de sirgo residentes em Evora. Dos reinados de D. João II, D. Manuel e D. Sebastião ha tambem algumas noticias, demonstrando a importancia que sempre se ligou á industria sericicola. Em Villa Viçosa havia por este tempo uma fabrica de sedas. Durante a regencia do infante D. Pedro, o vedor da fazenda, D. Luiz de Menezes, conde da Ericeira, promoveu bastante a creação do sirgo. Nos archivos das camaras de Lisboa, Setubal e Coimbra, guardavam se cópias das provisões e decretos expedidos a tal respeito. Todavia, tantos esforços viram se falseados, e, no reinado do D. João V, tendo liquidado a fabrica fundada por D. Luiz de Menezes, appareceu em Lisboa um francez de nome Roberto Godin, que tratou do organisar uma companhia para o estabelecimento de uma fabrica de sedas na Fonte Santa, a qual depois se transferiu para a rua de S. Bento e mais tarde para o suburbio do Rato, onde hoje se vê ainda a fachada do grande edificio. A administração não podia ser peor e d'ahi o haver passado em breve a fabrica para o governo. O marquez de Pombal continuou promovendo a industria serigena, e entre muitas providencias convém registar as seguintes: os regulamentos, os privilegios, e a instituição da direcção geral das fabricas de seda, graças ás quaes as nossas regiões serigenas lograram então pleno desenvolvimento. Traz-os-Montes, a região sericicola por excellencia do nosso paiz, viu se então dotada com a fabrica de Chacim, e os defilatorios de Lobução, Sanfins, Valle Passos, Villarolhos, etc., cujos insuccessos já no reinado de D. Maria I se patenteavam, embora o principe regente lhe prestasse a maior attenção. Por alvará de 6 de janeiro de 1802 foi autorizada a creação d'uma medalha especial para premiar os individuos benemeritos da lavra das sedas. No Porto e Santo Antonio da Castanheira, as não muito antigas tentativas de dois particulares illustres não lograram melhor resultado. As ultimas providencias sobre sericicultura merecem referencia especial. Em 1889 determinou se a elaboração de um projecto de sirgaria central, destinada a produzir semente sã dos bichos da seda para se fornecer ás sirgarias particulares, afim de por ellas se restabelecer a nossa industria serigena. Em outubro de 1891, creou-se uma estação sericicola em Mirandella, destinada especialmente a habilitar pessoal nos serviços de incubação e creação de sirgo, na producção de casulo e na semente, como tambem no conhecimento das doenças mais vulgares do bicho da seda e na cultura da amoreira. Estudos especiaes feitos no estrangeiro teem demonstrado serem as larvas portuguezas, de entre todas as conhecidas, as mais resistentes ás doenças que flagellam as sirgarias. Em 1894, já a estação sericicola de Mirandella destacou para Coimbra tres raparigas lá educadas e que foram incumbidas de dirigir a sirgaria do sr. Costa Lobo, o qual para a sua iniciativa conseguiu licença para se servir da folha das amoreiras que ha no poetico Choupal. Para a cidade da Guarda, partiram de Mirandella, em maio de 1894, tambem umas quatro mulheres com a sua competencia ali provada e aprendizagem feita para procederem á selecção do casulo e outras operações sericicolas na provincia da Beira. Até 1901 a Direcção Geral de Agricultura envidou os maiores esforços em favor da sericicultura || *Bibliographia:* Na impossibilidade de citar todas as obras relativas á lavra das sedas em Portugal, indicaremos apenas os nomes dos autores que mais particularmente escreveram sobre o assumpto e que são: Raphael Bluteau, Accursio das Neves, Fradesso da Silveira, Simão de Oliveira Osorio, Menezes Pimentel, M. Roque da Silva, etc.

Serigo. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Co-

deçoso, conc de Boticas, distr. de Villa Real. || Serra da prov. da Beira Alta, ao S de Penedono. Segue a direcção geral NNO-SSO, e eleva-se a 1:004 m. acima do nivel do mar.

Sermanha. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, distr de Villa Real. || Rio, que nasce na serra do Marão na raiz d'um imponente penedo chamado a *Fraga da Ermida*, e d'ahi desce até á freguezia de Sediellos, atravessando a. Tem tres affluentes chamados *Rio da Ponte*, *Cajados* e *Cóvo*, que é um pequeno ribeiro. Os dois primeiros veem desaguar na margem direita, o o terceiro na esquerda. O rio Sermanha banha, na sua margem direita, as seguintes freguezias: Sediellos, Villa Marim e Cidadelhe; na margem esquerda as de Sediellos, Moira-Moita, Oliveira, e tambem a Villa Marim. Faz mover 71 rodas de 54 moinhos, que tem desde o seu nascimento até á sua foz, no logar do *Granjão*, na margem direita do rio Douro. Tem o rio Sermanha pouca variedade de peixes, sendo os mais vulgares esqualos, enguias, eirozes e robalinhos. E' atravessado por 17 pontes, que são: 1.ª *Ponte da Fraga*, feita de pedra e de um só arco; 2.ª *Ponte de Passagem*, de um só arco e feita de madeira, assim como as seguintes: 3.ª *Ponte da Varzea*, 4.ª e 5.ª *Ponte de Villa Nova*; 6.ª *Ponte da Portella*, 7.ª *Ponte do Minho Alveiro*, 9.ª *Ponte de Nostim*, 10.ª *Ponte de Pego Alto*, 11.ª *Ponte das Derruidas*, 14.ª *Ponte do Moinho d'Azenha*, a 8.ª é a *Ponte Cavatlar*, de um só arco, feita de pedra de cantaria. E' muito antiga e celebre, pois se attribue a sua construcção aos romanos, porque ficava na estrada romana, que ia de Cidadelhe ás terras de *Panoias*. A 12.ª *Ponte dos Martinhos*, é de um arco, feita de pedra de cantaria, muito antiga, e hoje quasi desfeita. A 13.ª *Ponte dos Gigantes*, de um arco, feita de madeira; a uma duzia de metros desviada, a juzante d'esta ponte, ha um penedo na margem direita, de difficil accesso, que tem a lenda de o *Diabo ali vir fazer audiencia á meia noite*. A 15.ª *Ponte Velha*, de um arco, de pedra de cantaria, tambem muito antiga. A 16.ª *Ponte do Granjão* ou *Ponte Nova*, de um arco, feita de pedra de cantaria, sobre a qual passa a estrada de macadam, que vae do Porto para o Alto Douro, feita pela antiga Companhia das Vinhas d'aquella região. A 17.ª *Ponte*, ou *Viaducto da Sermanha*, de 5 pégões e 2 encontros, feitos de cantaria, sobre os quaes assenta o taboleiro e carris do caminho de ferro da linha do Douro.

Serminhã. Pov. da freg. do Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Paredes, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Sermogão. Pov na freg. de N. S.ª de Assumpção e conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Sermonde. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro. conc. de V. N. de Gaia, com., distr. e bisp. do Porto; 87 fog. e 351 hab. Tem pharmacia, e está situada a 11 k. da séde do conc. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. o ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto.

Sernabatim. Pov. na freg. de Colvá, conc. de Salsete, no distr. o arceb. de Gôa, India. Fica no litoral.

Sernache. Esta familia teve principio em Alvaro Eannes de Sernache, ou Cernache, que se suppõe ser um fidalgo da familia dos Vieiras, e que os genealogistas dão como natural da villa de Sernache, junto a Coimbra, da qual tomou o nome. (V. *Sernache dos Alhos*). Viveu em tempo de D. João I e tomou parte na batalha d'Aljubarrota, onde se distinguiu como *alferes* que foi da bandeira na celebre *Ala dos Namorados*, e achou-se tambem com o mesmo rei na tomada de Ceuta, onde pelas mãos d'elle foi armado cavalleiro. Chegou pelos seus grandes serviços a ser *Anadel-mór* dos *Bésteiros de cavallo e de garrucha e conto*, e el-rei lhe fez doação do senhorio de Gaia de juro e herdade, juntamente com outros bens. Fundou um hospital em Sernache, sua patria, mas viveu em Gaia, onde fundou os paços da quinta de Campo Bello. Foi sepultado na egreja do mosteiro das religiosas dominicanas de Corpus-Christi, em V. N. de Gaia, em tumulo levantado, encimado pelas armas dos Sernaches, e com uma inscripção indicando o seu nome e outras circumstancias a elle relativas. As armas de esta familia são: Em campo vermelho cinco bastões de ouro em pala, orla azul com oito vieiras de prata, e por timbre um leão vermelho com uma vieira das armas na espadua. A quinta de Campo Bello, onde esta familia ficou estabelecida, passou successivamente a seus descendentes. A Alvaro Eannes succedeu Fernão Alvares de Sernache, seu filho e de Clara Eannes, o qual foi cavalleiro do 1.º duque de Bragança D. Affonso, e anadel mór dos besteiros. El-rei D. Affonso V lhe confirmou a casa de juro e herdade. Casou com D. Leonor Affonso de Alvim, e morreu pelejando na batalha do Alfarrobeira. Foi sepultado no mosteiro de S. Domingos do Porto. Alvaro Eannes de Sernache, filho do precedente e de sua mulher e seu successor, foi senhor de Gaia, como seu pae e avô, e acha se memoria d'elle nos livros de D. Affonso V. Casou duas vezes, não tendo successão no primeiro matrimonio; sua segunda mulher foi D. Briolanja de Castro, filha de Gonçalo Vaz Pinto, senhor de Ferreiros de Tendaes, e de D. Mecia de Mello, sua mulher, de quem teve Gregorio de Sernache, que foi senhor de Gaia e da restante casa de seu pae, e juiz da Alfandega do Porto; e casando com D. Joanna de Noronha, filha unica e herdeira de D. Sancho do Noronha, teve D. Fernando Vaz Sernache de Noronha, que foi tambem juiz da alfandega do Porto, sendo egualmente senhor de Gaia, tendo a commenda de S. Martinho de Sueiro, na ordem do Christo. Casou com D. Brites Pereira, filha de Rui Leite, thesoureiro da moeda em Lisboa, feitor e capitão de mina, e de sua primeira mulher D. Joanna Pereira. Foi elle o instituidor do vinculo que possuem os seus herdeiros e descendentes em Santa Eulalia de Macieira de Sarnes. Foi irmão de Gregorio de Sernache o notavel D. Fr. Christovão de Sernache, cavalleiro professo da ordem dos hospitalarios de S. João de Jerusalem, bailio do Beça, grão-chanceller de Rhodes, preeminente ao priorado do Crato, commendador de Poiares e da villa de Freixiel, do conselho d'el rei e fidalgo da sua casa, que se acha em sepultura nobre no mosteiro de Leça de Bailio D. Martim Vaz de Sernache foi filho de D. Fernando Vaz Sernache de Noronha, e seu successor no senhorio de Gaia, casa e quinta de Campo Bello, e mais bens. Fez importantes obras nas referidas casa e quinta. Casou duas vezes,

não tendo successor de nenhum dos matrimonios. Teve dois irmãos varões: D. Rui Vaz de Sernache, que morreu em Roma, sem geração, em 1579; e D. Gregorio Sernacho de Noronha, que acompanhou el rei D. Sebastião a Alcacer Kibir, e ali morreu, sem descendencia, depois de haver pelejado valorosamente na bandeira dos aventureiros. Houve tambem uma irmã, D. Genebra de Noronha, quo succedeu na casa de seu irmão, depois da sua morte, e a ella pertenceu a quinta de Campo Bello, com todos os vinculos dos seus antepassados, ficando, porém, vago para a corôa o senhorio do Gaia grande, que mais tarde passou para a casa do marquez de Fontes e Abrantes.

Sernache. Ribeira que nasce na parte NE da freg. de Bendafé, banha Sernache e passando perto de Auobra e Arzilla, vae lançar-se no rio Mondego, a juzante da pov. do Pereira, com cêrca de 22 k. de curso.

Sernache dos Alhos. Villa e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. do Douro, conc., com., distr. e bisp. de Coimbra; 737 fog. e 2:881 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, correio com serviço de posta rural, pharmacia, e tem por principal industria, moagem de cereaes. Está situada n'uma grande campina, na estrada que vae de Coimbra a Leiria, a 10 k. da séde do conc. Era dos condes d'Athouguia. D. Manuel I lhe deu foral, em Lisboa, a 15 de setembro de 1514 Foi conc., tendo camara, 2 juizes ordinarios, procuradores do conc., escrivães e mais beleguins; juiz dos orphãos e seu escrivão, tabellião, alcaide e uma companhia d'ordenanças Dizem que a denominação de *alhos* é por haver n'aquella villa grande abundancia d'elles. A villa é fertil em outros generos agricolas, e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra.

Sernache do Bomjardim. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Beira Baixa, conc. e com da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 806 fog. e 3:698 hab. Está situada n'uma planicie fertil e aprazivel, a 5 k da margem esquerda do rio Zezere, a 3 da margem direita da ribeira Grande, e a 10 da séde do conc. E' do grão-priorado do Crato. A sua abundante vegetação, ricos mananciaes de excellente agua potavel, as suas lindas e pittorescas vivendas, as suas grandes bellezas naturaes, e a amenidade do clima, tudo concorre para que Sernache do Bomjardim seja uma das mais apreciaveis e importantes povoações da Beira. Dizem que foi aqui que nasceu o grande condestavel D. Nuno Alvares Pereira. N'esta freg mandou D. João VI, sendo ainda regente, construir nos fins do seculo XVIII, um seminario destinado, especia'mente, para educar missionarios para as nossas colonias. E' um edificio majestoso, tendo á frente um grande pateo. A egreja d'este collegio é ampla, sumptuosa e magnificamente adornada. Tem uma espaçosa e fertilissima cêrca muito abundante de agua. Este seminario é actualmente o *Collegio das Missões Ultramarinas*, o qual foi creado a 12 d'agosto de 1855, segundo o artigo 1.º da lei d'essa data, *para educação, instrucção e preparação de missionarios, para as dioceses e missões do real padroado, Asia, Africa e Oceania*. N'esta freg. ha tambem a linda vivenda *Quinta das Aguias*, que foi convento de frades, cujo edificio se transformou em palacio, e a vasta cêrca n'uma quinta muito fertil e abundante d'aguas A egreja matriz foi reedificada, sendo solemnemente benzida no 1.º de novembro de 1874. Sernache do Bomjardim pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. o telegr., advogados, casas bancarias, agencias das companhias de seguros: *Bonança*, *Equidade*. *Fidelidade*, *Internacional* e *Reformadora;* productores e negociantes de azeite, productores de cereaes, de mel e de cera; fabrica de fogos do artificio, casas de pasto, hotel, medicos, pharmacias, *Club Bomjardim*, *Club Progresso*, *Philarmonica Bomjardim*, e *Theatro Taborda*, etc.

Sernada. Povoações nas freguezias: S. Romão, de Aguiar de Sousa, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Thiago, de Prestimo, conc. do Agueda, distr. de Aveiro. || S. Vicente de Lafões, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Sernadas. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Covas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santo Antonio, de Marmeleiro, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || S. Gens, de Palla, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Rio Mau, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Sernade. Pov. na freg. de Santo André, de Mosteiró, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural.

Sernadella. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Caldellas, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Miguel, do Refojos de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, do mesmo distr. || Santo Estevão, de Vinhós, conc. do Fafe, do mesmo districto.

Sernadinha. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Cercal, conc. do S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa || S. Pedro, de Manhouce, conc de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu || S. Thiago, de Prestimo, conc. de Agueda, distr. d'Avoiro. || S. Vicente de Lafões, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Sernado. Pov. na freg. de S. Pedro, de Portella, conc. d'Amares, distr. de Braga.

Sernados. Pov. na freg. de Santa Maria, de Anjos, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Sernalha. Pov. na freg. de N. S.ª de Assumpção, de Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, distr. de Faro.

Sernancelhe. Villa da prov. da Beira Alta, séde de conc., com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego. Tem uma só freg., S. João Baptista. Está situada n'um alto, a 2 k. da margem direita do rio Tavora, e a 14 da capital do distr. A pov. é antiquissima; estando abandonada pelos arabes, João Viegas e Egas Gozendes, ou Gondezendiz, a povoaram, e lhe deram foral a 16 de outubro de 1124. N'esse mesmo anno, tambem reedificaram o seu antigo castello, que está ha muitos annos desmantelado, tendo-se depois transformado em cemiterio parte do seu terreno interior. Este castello fica na maior eminencia da pov.. e d'elle foi alcaide mór o conde de Pontével. Tinha duas torres, e dentro da fortaleza a capella de S. Pedro, que foi arrazada depois de 1834. Em 1158 se concertaram os habitantes da villa com D. Affonso, offerecendo a pagar-lhe annualmente 200 libras com

a condição de nunca ser a villa dada a ricos homens ou senhores particulares, mas andar sempre na corôa. D. Affonso II lhe deu foral, em Pinhel, em fevereiro de 1220, confirmando os privilegios que o foral anterior lhe concedia. Tem ainda uma sentença de foral dada por D. João I em 27 de junho de 1430. D. Manuel lhe deu foral novo, em Lisboa, a 10 de fevereiro de 1514. Sernancelhe foi commenda da ordem de Malta, que rendia mais de 1:600$000 reis. O vigario era apresentado pelo commendador, dos quaes o ultimo foi D. João de Mello e Faro. A matriz, que é antiquissima, teve collegiada, com 4 beneficiados simples, que apresentava o commendador. A villa tinha capitão-mór. A casa da camara, tribunal judicial, e administração do concelho, estão estabelecidos na grande casa que foi das Cortezes de Carvalho, de Tabosa, e depois pertenceu aos condes da Anadia A terra é abundante de optimas aguas, sendo muito notavel pela sua abundancia a que nasce n'uma collina ao E da villa, e vae desaguar no regato de Medreiro, e este no Tavora. No archivo da camara da villa, existiam muitos documentos antigos, que se dosencaminharam em 1834; todavia, não se póde duvidar que Sernancelhe é uma das mais antigas povoações da Beira Alta. Pelo menos, ha dois indicios da presença dos romanos, sendo um o achado d'uma medalha de ouro do tempo dos imperadores, outro, os restos da via militar romana que passava pelo meio da villa, indo pela Veiga até á Ponte do Rio, e d'ahi por Entre Vinhas, subia até entrar na villa, pela rua do Curral até onde se encontra a estrada que vem da Cruz da Calçada Mesmo desde o principio da monarchia foi sempre Sernancelhe uma villa importante. Em 1823 foi ella uma das primeiras terras da provincia, onde se deu o grito da restauração a favor de D. João VI, para a queda da constituição de 1820. A terra é muito fertil em trigo, centeio, cevada, milho, feijão, linho, castanha, vinho, e muita e boa fructa. Cria muito gado, e é abundante de caça. A 3 k. da villa está o convento de freiras franciscanas, nas faldas do monte de Sernancelhe, em sitio plano e fertil, banhado pelo rio Tavora e por outros regatos. E' o convento de N S.ª da Conceição, mais vulgarmente denominado *N. S.ª da Ribeira de Tavora.* O local é cercado de montes, uns escalvados e alcantilados, outros cobertos de arvores e plantas de varias especies. Foi fundado o convento por Fr. Pedro da Ameixoeira em 1460 Foi na primitiva, de frades da mesma ordem, mas em 1520, D. Maria Pereira, da casa dos condes da Feira, tomou esta casa aos frades, e o fez convento de freiras da referida ordem, professando ella e sendo a sua primeira abbadessa. O convento foi supprimido em 1873, saindo então as senhoras seculares que estavam ali asyladas. Sernancelhe pertence á 2.ª div. mil., 3.ª brigada, grande circumscripção mil. Central, e ao distr. de recrut e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Tem feira nas 2.ªˢ segundas feiras de cada mez, e a 17 e 15; escolas d'ambos os sexos, est. telegr. post. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; advogados, agente da companhia de seguros *Alliança*; hospedaria, casas de pasto, medico, pharmacia, etc. O conc. compõe se de 18 freguezias, com 2:726 fog e 10:752 hab., sendo 5:090 do sexo masc. e 5:662 do fem, n'uma superficie de 22:506 hect. As freguezias são: N. S.ª da Conceição, do Arnas, 615 hab.: 292 do sexo masc. e 323 do fem.; Espirito Santo, de Carregal, 881 hab.: 443 do sexo masc. e 438 do fem.; S. Miguel, de Chozendo, 520 hab.: 247 do sexo masc. e 273 do fem.; S. Fagundo e Santo Eustaquio, de Cunha e Tabosa das Arnas, 603 hab.: 287 do sexo masc. e 316 do fem.; S. Domingos, do Escurquella, 321 hab.: 147 do sexo masc. e 174 do fem.; S. Martinho, de Fala, 371 hab.: 185 do sexo masc. e 186 do fem.; Santo Estevão, de Ferreirim de Fonte Arcada, 825 hab.: 268 do sexo masc. e 457 do fem.; N. S.ª da Assumpção, de Fonte Arcada, 915 hab.: 430 do sexo masc. e 485 do fem.; S Miguel, de Freixinho, 532 hab.: 270 do sexo masc. e 262 do fem.; N. S.ª das Candeias, de Granjal, 728 hab.: 323 do sexo masc. e 405 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Lamosa, 477 hab.: 186 do sexo masc. e 291 do fem.; N. S.ª da Apresentação, de Macieira, 395 hab.: 187 do sexo masc. e 208 do fem ; S Sebastião, de Penso, 566 hab : 276 do sexo masc. e 290 do fem.; S. João Baptista, de Quintella da Lapa, 513 hab.: 230 do sexo masc. e 283 do fem ; Santa Luzia, de Sarzeda, 444 hab.: 202 do sexo masc. e 242 do fem ; Santa Maria Magdalena, de Seixo, 318 hab.: 157 do sexo masc. e 161 do fem.; S. João Baptista, de Sernancelhe, 1:165 hab : 575 do sexo masc. e 590 do fem.; N. S.ª do Ameal, de Villa da Ponte, 563 hab.: 285 do sexo masc. e 278 do fem. O principal commercio de todo o conc. é centeio, milho, trigo, feijão, batatas, vinho, algum azeite e castanhas.

Sernande. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto; 102 fog. e 374 hab. Tem esc. do sexo masc., medico e correio com serviço de posta rural. Está situada junto do rio Sousa, a 3 k. da séde do conc. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 20, com a séde em Amarante. ‖ Povoações nas freguezias: S. Martinho, do Candoso, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ S. João Baptista, de Grillo, conc. de Baião, distr. do Porto. ‖ Santa Marinha, de Pinheiro Novo, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

Sernandello. Pov. na freg. do S. João Baptista, de Raiva, conc. de Castello de Paiva, distr. d'Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural.

Sernê. Pov. do conc. de Ambriz, nas margens do rio Loge, prov. de Angola, Africa Occidental.

Sernelha. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Figueira de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Sernige. V. *Cernige.*

Serôa. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Douro, conc. e com. de Paços de Ferreira, distr. e bisp. do Porto; 292 fog e 553 hab. Tem esc. do sexo masc. e está situada a 1 k. da estrada de Paços do Ferreira a Vallongo, e a 7 da séde do conc. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 18, com a séde no Porto

Serodia. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Villa Cã, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Serodio. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Seroles. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Seromenha. Rio do distr. de Villa Real. N. a O da freg. de Sanboane, corre na direcção S, tem ponte na estrada de Peso da Regoa a Mesão Frio, e entra no rio Douro com 7 kilometros de curso.

Serpa. E' appellido nobre em Portugal, que procede do infante D. Fernando, 4.º filho de D. Affonso II, o qual se dominava D. Fernando o *infante de Serpa*, por ter estabelecido a sua residencia no Alemtejo, na terra d'este nome, cujo senhorio lhe déra seu irmão, o rei D. Sancho II. Mais tarde passou a Castella, e guerreou contra os sarracenos, casando ali em 1241 (V. *Portugal*, vol. III, pag. 383). Não consta que de Hespanha viesse algum seu descendente para Portugal, mas em Serpa deixou um filho natural, que instalou ali o seu solar, sendo elle o progenitor dos Serpas. Um seu descendente D. Jorge de Serpa, foi fronteiro mór da Beira no tempo do cardeal rei D. Henrique. As armas dos Serpas são: Em campo verde, um leão de ouro, lampassado de púrpura, entre duas torres de prata lavradas de negro, e por baixo do leão uma serpe de ouro, volante; elmo d'aço aberto. e por timbre uma das torres do escudo, com a serpe nascendo do alto d'ella. Outros Serpas trazem por armas: Em campo verde, leão de ouro, tendo junto um abutre, e quatro torres de prata, acantonadas Timbre o elmo como os antecedentes. E' preciso tambem notar, que muitas pessoas usam este appellido, ou por terem nascido em Serpa, ou pelo terem herdado de seus paes, sem que descendam do Infante de Serpa, D. Fernando.

Serpa (*Fr. Antonio de*). Religioso da ordem de S. Francisco, da prov. da Piedade. N. em Serpa, e fal. em Coimbra em 1664. Foi confessor do marquez de Niza, que acompanhou a Paris, onde aquelle fidalgo esteve como embaixador extraornario de D. João IV. Foi guardião do convento de Santo Antonio dos Olivaes, em Coimbra, rejeitou a mitra de Cochim, para que fôra nomeado, e fal. no referido convento. Escreveu: *Eucharistica chronologia abipso mundo per figuras legis naturae depicta et ennarrata*, que se imprimiu em Paris no anno de 1648.

Serpa (*Antonio Ferreira de*). Escriptor e genealogista. Consul de diversas nações. Natural da cidade da Horta, ilha do Fayal. N. em 13 de junho de 1865, sendo seu pae Thomaz Ferreira de Serpa, consul do reino de Hawaii e vice-consul das republicas Argentina e de Uruguay, e D. Rosa Guilhermina da Silveira Pereira Linhares. Seu avô materno, José da Silveira Pereira Linhares, foi uma das victimas do absolutismo miguelista, pois sendo um dos assaltantes do castello de Santa Cruz, da cidade da Horta, ficou prisioneiro. Encerrado n'um medonho calabouço, a agua chegava aos joelhos do preso, a pouco trecho achou se tomado de reumatismo e tuberculose. Antonio de Serpa aos dez annos de idade matriculou se no lyceu da Horta, veiu continuar os seus estudos no de Lisboa em 1881 e em 1882 encetava o do Curso Superior de Letras, que concluiu em 1886. Tem publicado os seguintes trabalhos: *O general D. José Santos Zelaya, Presidente da Republica de Nicaragua* (biographia, 1896.); *A Ilha do Fayal porto franco e porto-militar*, memoria apresentada ao Congresso Maritimo Nacional, 1903; *A Importancia Estratégica da ilha do Fayal*, 1903; *Revolta de Flamengos, separata* do artigo publicado no n.º 4 da 22.ª serie do Boletim da Sociedade de Geographia, de Lisboa, 1901; *Martin Behaim* (Martinho de Bohémia) *separata*, artigo publicado no n.º 9 de 22.ª série do Boletim da Sociedade de Geographia, de Lisboa, 1904; *A Ilha do Pico e a Tuberculose*, Carta Aberta a Sua Magestade a Rainha Senhora D. Amelia, 1905; *Contribuição para resolver o problema economico portuguez*, conferencia realisada na Associação Commercial dos Lojistas de Lisboa, em 27 de novembro de 1908; *Influencia do canal de Panamá no movimento dos portos portuguezes*, conferencia effectuada na Liga Naval Portugueza, em 14 de março de 1910, em nome da *Liga de Defeza dos Interesses Publicos; Os Dois Pôlvos*, conferencia ácêrca do monopolio da panificação e da carne, em 24 de maio de 1910; *O accôrdo Luso Brazileiro*, conferencia na Sociedade de Geographia, em 6 de junho de 1910. «Dados genealogicos e biographicos de algumas familias fayalenses, *Arriaga*,» 2 volumes, 1910. Está publicando, com anotações, no Boletim da Associação dos Archeólogos, e sob o titulo *Dois inéditos ácêrca das ilhas do Fayal, Pico, Flôres, Côrvo*, a parte dos manuscriptos do dr. Gaspar Fructuoso e frei Diogo das Chagas, que tão sómente se refere áquellas ilhas açorianas Concluiu, estando proxima a sua apparição, uma monographia sobre os *Berquós*, continuação dos *Dados genealogicos e biographicos*, já citados; as biographias do almirante-general do Estreito Ormuz e do Mar Rôxo, Antonio de Figueiredo e Utra, e do *bandeirante*, capitão Antonio da Silveira Peixôto, o conquistador de Tibagy, e «Armaria Hortense», collecção de brazões de armas de familias da ilha do Fayal. Em preparação tem os *Materiaes para a historia da ilha do Fayal*. Collaborou em varios jornaes e revistas, taes como o *Interesse Publico, Jornal do Commercio, Seculo*, pagina litteraria onde publicou dois artigos sôb a epigraphe: *Homizio de Fidalgos* e *Um donatario bigamo, por mercê de El-Rei; Correio de Lisboa, Serões, Boletim* da Sociedade de Geographia de Lisboa, Boletim da Liga Naval Portugueza; *Illustração Portugueza, Gazeta dos caminhos de ferro*, etc. Faz parte da *Sociedade de Geographia*, da *Propaganda de Portugal*, de que foi um dos fundadores, por ser membro da commissão organisadora e da dos estatutos; é o socio n.º 31, e foi fundador da Liga de Defeza dos Interesses Publicos em 23 de junho de 1906, tendo sido sempre seu 1.º secretario, sendo da sua lavra todos os trabalhos da mesma Liga, as suas representações, manifestos, a *Carta Aberta* ao principe Alberto Monaco a respeito de um observatorio meteorologico na ilha do Pico, etc. Os trabalhos da Liga encontram-se publicados em tres relatorios, acompanhado por numerosos documentos. No comicio publico da mesma Liga realisado em 26 de julho de 1908, presidido pelo sr. Anselmo Braamcamp Freire, para reclamar do governo que mandasse proceder á eleição municipal de Lisboa, occupou o logar de secretario, e presidiu a outro comicio promovido pela mesma Liga, e que teve logar no Paraiso de Lisboa, rua da Palma, em 20 de fevereiro de 1910, para reclamar a abolição do limite do numero de padarias e talhos. Por causa d'este comicio endereçou lhe uma *Carta aberta*, que os jornaes publicaram, o sr. conselheiro Bernardino Machado, explicando, porque, quando ministro das obras publicas li-

mitára, por decreto, o numero de padarias em Lisboa. Na commissão organisadora do grande congresso nacional de 1910 propôz e foi approvado que os relatores das differentes theses apresentadas fizessem conferencias preparatorias, afim de chamar a attenção publica sobre taes assumptos, esclarecendo-os antes da reunião do congresso, e offerecendo-se, por parte da Liga da Defeza dos Interesses Publicos, de que era representante n'aquella commissão, para realisar uma conferencia sobre a influencia do canal do Panamá no movimento dos portos portuguezes, o que se effectuou a 14 de março de 1910. No *Portugal Contemporaneo*, pag. 238, 241, publicação do jornal *O Malho*, do Rio de Janeiro (1905), vem um artigo de Antonio Ferreira de Serpa intitulado *Os Açôres*, que é uma resumida noticia d'este archipelago e que foi dedicado ao marquez de Avila e de Bolama. O geógrapho viajante belga Henry Hauttecoeur, dedicou-lhe a sua monographia sobre a Ilha de Karpathos, publicada em 1901. (Imprimerie Vanderanwera & C.ª Bruxellas, 59, Rue de la Montagne). O sr. Ferreira de Serpa é o unico portuguez que possue o titulo hereditario de *patricio* da Republica de San Marino, *Nobile Patrizio Sanmarinese*, com brazão de armas e o tratamento de dom, que lhe foi conferido pelos *Generale Consiglio Principe e Sovrano ed i Capitani Regenti della Repubblica di San Marino*, em 3 de dezembro de 1896. O brazão é assim descripto no diploma respectivo: *di verde, al dragone d'argento con tre trifogli del medesimo ordinati in capo.* «Esso scudo sará cimato di elmo di patrizio (un cerchio d'oro liscio, brunito al margine inferiore e sormontato da quattro punte di lancia alternate con quattro globetti simili a perle, moventi da altrettante basse punte, il tutto d'oro. Suo lazzi: di verde e d'argento. Motto: *Semper pluribus impar.* Le femine porterano lo scudo colla sola corona di Nobili a cinque punte.» Tambem lhe fôram conferidos os titulos de doutor em philosophia e letras pelo *Reale Istituto Monreale di Studi Superiori*, de Palermo, 10 de abril de 1909; e de doutor em philosophia pela Universidade Hispano Americana, 16 de novembro de 1909. Possue as seguintes distincções honorificas: Medalha de prata da Cruz Vermelha de Hespanha, 1 de setembro de 1893; Medalha de ouro da Cruz Vermelha de Hespanha, 13 de novembro de 1893; *Caballero Hospitalario de San Juan Bautista*, de Hespanha, 30 de janeiro de 1894; 3.ª classe (commenda) da ordem *del Busto del Libertador de Venezuela*, 12 de agosto de 1895; Knight Commander of the Liberian Humane Order of African Redemption, 23 de junho de 1897; Medalha commemorativa da coroação de D. Affonso XIII, 19 de julho de 1902; Official da ordem civil do Merito Agricola de Portugal, de 17 de agosto de 1905; Medalha de Honra da Instrucção Publica de Venezuela em 11 de outubro de 1905; Official da ordem civil do Merito Industrial, de Portugal, 3 de agosto de 1907; Medalha de prata da Cruz Vermelha do Japão, 4 de fevereiro de 1909. Tem desempenhado as seguintes funcções: Consul do reino de Hawaii, 9 de junho de 1886; Consul geral do reino de Hawaii, 19 de abril de 1888; *Delegado* da «Union Ibero-Americana», de Madrid, ao Congresso Juridico de Lisboa, de 1889, 29 de abril de 1889; Consul dos Estados Unidos de Venezuela, 21 de junho de 1889; Consul geral da Republica de Nicaragua, 11 de novembro de 1891; Delegado official do reino de Hawaii ao projectado congresso de orientalistas, que devia reunir em Lisboa de 23 de setembro a 1 de outubro de 1892, 30 de agosto de 1892; Consul geral da Republica de Hawaii em 17 de agosto de 1894; Consul da Republica de Haiti em Lisboa em 9 de novembro de 1894; Consul geral da Republica de Honduras em 30 de agosto de 1895; Secretario da Commissão Americana da Sociedade de Geographia de Lisboa, 20 de dez. de 1895; Consul geral da Republica Mayor de Centro-America (federação de Honduras, Nicaragua e Salvador) em Portugal com residencia em Lisboa, 11 de novembro de 1896; vogal da commissão de Paz e Arbitragem da Sociedade de Geographia, de Lisboa, em 26 d'abril de 1897; *Commissioner of the Trans-Mississipi and International Exposition in and for the Kingdom of Portugal* em 26 de agosto de 1897; Consul da Republica do Equador em Portugal com residencia em Lisboa a 29 de janeiro de 1898; Delegado official da Republica do Haiti nas festas commemorativas do 4.° centenario do descobrimento da India, realisadas em Lisboa, em maio de 1898, em 5 de março de 1898; *Delegado* da *Prensa Asociada* do Mexico, no Congresso da Imprensa, de Lisboa, em maio de 1898, em 7 de março de 1898; Delegado official da Republica do Equador nas festas commemorativas do 4.° centenario do descobrimento da India, realisadas em Lisboa em maio de 1898, em 30 de março de 1898; Delegado official da Republica Mayor de Centro-America (federação de Honduras e Nicaragua e Salvador) nas festas que se celebraram em Lisboa, por occasião do 4.° centenario do descobrimento da India, em 30 de março de 1898; *Delegado da Sociedad Mexicana de Geografia y Estadistica*, nas festas commemorativas do 4.° centenario do descobrimento da India, realisados em Lisboa, em maio de 1898, 14 de abril de 1898; Consul geral da Republica do Equador em 27 de maio de 1898; Delegado official da Republica do Equador nos congressos da Paz e da Imprensa que deviam realisar-se em Lisboa em 1898, 13 de agosto de 1898; Delegado official com Zofimo Consiglieri Pedroso, da Republica Mayor de Centro America (federação de Honduras, Nicaragua e Salvador), nos congressos da Paz, da Imprensa e uma Conferencia Interparlamentar da Paz, que deviam reunir em Lisboa em 1898, 27 de agosto de 1898; Consul geral da Republica de Liberia, 1899; Consul geral da Republica de Nicaragua em Portugal com residencia em Lisboa (Ratificação da primitiva nomeação) em 13 de julho de 1899; Consul geral da Republica de Honduras em 19 de setembro de 1899 (Ratificação da primitiva nomeação). Consul geral da Republica Dominicana em 14 de maio de 1900; Consul da Republica da Colombia em Lisboa em 8 de junho de 1901; Delegado da Associação Commercial de Vianna do Castello no Congresso Colonial Nacional, de Lisboa, 30 de novembro de 1901; Delegado da Sociedade *União Fayalense*, nos festejos a Almeida Garrett, realisados em 3 de maio de 1903, 14 de abril de 1903; Vogal da sub commissão americana da Sociedade de Geographia de Lisboa, 11 d'abril de 190·; Consul geral da Republica de Guatemala, em Lisboa, 7 de julho de 1895; Consul geral dos Estados Unidos de Vene-

zuela em Portugal, com residencia em Lisboa, 7 de julho de 1905; Consul geral da Republica do Perú em Portugal com a residencia em Lisboa, 30 de dezembro de 1905; Consul da Republica do Panamá, 1905; 1.º secretario da Secção de Letras do Real Instituto de Lisboa, 5 de fevereiro de 1906; Vogal da commissão reorganisadora da Sociedade Propaganda de Portugal, 1 de março de 1906; Vogal da commissão financeira da Sociedade Propaganda de Portugal, 5 de dezembro de 1906; Vogal da commissão de communicações maritimas, da Sociedade Propaganda de Portugal, 19 de janeiro de 1907; Consul geral da Republica de Colombia, 1 de julho de 1908; Consul geral da Republica de Haiti, 10 de fevereiro de 1909; Delegado Especial da *Universidad Hispano Americana* em Portugal, 17 de março de 1909; Vogal da commissão organisadora do Grande Congresso Nacional de 1910, como delegado da *Liga da Defeza dos Interesses Publicos*, 1909-1910; Vogal daGrande Commissão destinada a angariar donativos para as victimas das inundações do norte do paiz, presidida pelo sr. Anselmo Braamcamp Freire, presidente da camara municipal de Lisboa, delegado por parte da *Liga da Defeza dos Interesses Publicos*, 5 de janeiro de 1910. Delegado da Associação de Soccorros Mutuos *Esmorigense*, de Esmoriz (Ovar) ao Congresso Nacional de Mutualidade, reunido em 15 de abril de 1911; Delegado geral da «Oriental University of Virginia» (Washington) em Portugal, 28 de fevereiro de 1912. E' socio honorario e correspondente de varias agremiações litterarias e scientificas, cuja relação é a que segue: *Real Academia de Buenas Letras*, de Barcelona, 13 de junho de 1891; *Club Lusitano*, de Hongkong, 18 de dezembro de 1891; *Real Academia Sevillana de Buenas Letras*, de Sevilha, 12 de fevereiro de 1892; *Sociedade Colombina Onubense*, de Huelva, 29 de março de 1892; *Sociedade Economica Sevillana de Amigos del Pais*, de Sevilha, 16 de junho de 1892; *Conseil Héraldique* de França, 6 de julho de 1892; *Sociedad Economica de Amigos del Pais*, de Santa Cruz de La Palma, Canarias, 18 de janeiro de 1893; *Consejo Generale de la Dirección de la Exposicion Universal Internacional*, de Madrid, presidido por D. Alejandro Pidal y Mon, 4 de outubro de 1894; *Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, de Pernambuco, 12 de outubro de 1894; *Istituto Araldico Italiano*, de Roma, 11 de março de 1895; *Asociacion de Escritores y Artistas Españoles*, de Madrid, 24 de abril de 1895; *Société de Geographie*, de Marselha, 4 de maio de 1895; *Real Academia de Jurisprudencia y Legislacion*, de Madrid, 16 de novembro de 1895; *Union Ibero-Americana*, de Madrid, 22 de janeiro de 1896; *Sociedad Mexicana de Geografia y Estadistica*, 23 de abril de 1896; *Instituto Luso Indiano*, de Bombaim, 13 de agosto de 1897; *Sociedad Economica de Amigos del Pais*, de Málaga, 25 de agosto de 1897; Membro titular do 3.º congresso Catolico de Sevilha, 1 de outubro de 1897; *Bibliotheca Lusitana*, de Hongkong, 31 de janeiro de 1898; *Prensa Asociada*, de México, 26 de fevereiro de 1898; *Sociedade Geografica de Madrid*, 30 de junho de 1898; *Sociedad Geografica*, de Lima, Perú, 10 de fevereiro de 1899; *Real Sociedad Montillana de Amigos del Pais*, de Montilla, 27 de fevereiro de 1899; Societatea de Cultură Macedo Română, de Bucarest, 24 de março de 1899; *Ateneulŭ Românŭ*, de Bucarest, 26 de abril de 1900; Sociedad Ecuatoriana de Socorros Mútuos, de Valparaiso, 30 de setembro de 1900; *Academia Nacional de la Historia*, de Caracas, Venezuéla, 9 de janeiro de 1901; Société Royale de Géographie, Anvers; 30 de janeiro de 1902; *Gremio Cientifico Literario Minerva y Apolo*, de San Salvador, America Central, 14 de julho de 1902; Sociedad Geográfica, de La Paz, Bolivia, 31 de março de 1903; *Real Sociedade Humanitaria*, do Porto, 19 de maio de 1904; Sociedad Colombiana de Jurisprudencia, de Bogotá, 15 de julho de 1904; *Sociedad Geografica*, de Colombia, 20 de outubro de 1904; *Ateneo*, de Guatemala, 20 de jan de 1905; *Gabinete de Leitura Camillo Castello Branco*, de S. Mateus, ilha do Pico, 25 de janeiro de 1905; *Academia Nacional de Historia*, de Bogotá, Colombia, 1 de maio de 1905; *Real Sociedad Cordobesa de Amigos del Pais* de Córdoba, 20 de julho de 1905; Sociedade de Geographia, de Athenas, 10 de novembro de 1905; *Academia de Derecho y de más Ciencias Sociales*, de Bilbáo, 20 de dezembro de 1905; Associação de Jornalistas e Homens de Letras, do Porto, 2 de janeiro de 1906; *Sociedade de Archeologia Christã*, de Athenas, 21 de janeiro de 1906; *Parnassos*, de Athenas, 22 de janeiro de 1906; *Instituto Geographico Argentino*, 30 de março de 1906; *Société Biographique de France*, de Bordeaux, 5 de abril de 1906; *Real Diputacion Arqueologica y Geografica del Principe Don Alfonso*, de Almeria, 13 de junho de 1906; *Association Syndicale de la Presse Périodique de Bordeaux et Sud Ouest*, 14 de junho de 1906; Real Sociedad Economica de Amigos del Pais, de Almeria, 27 de junho de 1906; *Ilustre Colegio de Abogados*, de Lima, Perú, 3 d'agosto de 1906; *Ateneo*, de Santiago de Chili, 15 de setembro de 1906; *Ateneo*, de Panamá, 28 de março de 1908; *Sociedad de Estudios geograficos y historicos*, de Santa Cruz de la Sierra, Bolivia, 31 de maio de 1907; *Centro de Ciencias y Letras*, de Santiago de Chile, 15 de outubro de 1907; *The American Administration of Mining Securities*, de New-York, 1 de abril de 1909; *Buena Prensa*, de Sevilha, 19 de maio de 1909; *Sociedad geografica* «Sucre» de Sucre, Bolivia, 5 de março de 1910; *Sociedade de Geographia*, do Rio de Janeiro, 25 de maio de 1910.

Serpa (*Elyseu Xavier de Sousa*). General de divisão, administrador geral das alfandegas, etc. N. em Abrantes a 31 de março de 1838, fal. em Lisboa a 22 de dezembro de 1903. Era filho de Simão de Sousa Serpa e de D. Maria José de Sousa Serpa. Foi alumno muito distincto do Collegio Militar, e completando o curso da arma de infantaria, alistou-se em 20 de agosto de 1855 como voluntario no batalhão de caçadores n.º 5, com a graduação de 1.º sargento aspirante. Em 29 de julho de 1856 foi promovido a alferes graduado para o mesmo batalhão, e em 1857 matriculou-se, como alferes alumno, na Escola Polytechnica, onde em 1862 completou o curso de artilharia, sendo collocado como 2.º tenente em artilharia n.º 1. Promovido a 1.º tenente em 1864, foi transferido para o regimento de artilharia n.º 4, sendo mais tarde nomeado secretario da commissão do aperfeiçoamento da arma de artilharia. Em 1867 obteve a promoção de capitão para artilharia n.º 1, occupando n'esse posto os seguintes logares: adjuncto do commando geral de artilharia, membro do jury de exames dos alumnos do curso de cavalla-

ria e infantaria, sub-chefe da 1.ª repartição da direcção geral de artilharia, vogal da commissão de tiro, adjunto da Escola Pratica do Polygono em Vendas Novas e chefe interino da repartição de gabinete da secretaria da guerra, quando foi ministro o general João Chrysostomo de Abreu e Sousa. Em 1880 foi eleito deputado por Valença, onde era muito estimado. Em 1882 foi nomeado vogal da commissão consultiva da defeza do reino. Promovido a major, em 1883, foi nomeado commandante da Escola Pratica de Artilharia, e mais tarde director geral do deposito de material de guerra. Em 1884 ascendeu ao posto de tenente coronel, sendo nomeado commandante geral da guarda fiscal, por decreto de 16 de setembro de 1886, cargo que exerceu até 1894, tendo sido promovido a coronel em 1890. O decreto da sua nomeação para administrador geral das alfandegas e contribuições indirectas, que estava exercendo quando falleceu, é de 27 de setembro de 1894, tendo servido o logar de chefe da 4.ª repartição da mesma administração por decreto de 15 de junho de 1886. Foi promovido a general de brigada em 1897 e a de divisão em 21 de outubro de 1903. O general Elyseu de Serpa era conselheiro, ajudante de campo honorario do fallecido rei D. Carlos, cavalleiro, official, commendador e grande official, por serviços distinctos, da ordem de S. Bento de Aviz. Possuia as medalhas de prata de comportamento exemplar e de bons serviços.

Serpa (*João Gomes de*). Diplomata que floresceu no seculo XVII. N. em Santarem, e fal. em Lisboa a 25 de janeiro de 1665. Era formado em direito civil pela Universidade de Coimbra. Foi auditor geral da armada, e desembargador da Relação do Porto. Compunha versos em varias linguas, e tendo sido nomeado secretario da embaixada que D. João IV mandou á rainha da Suecia em 1650, embaixada que tinha por chefe José Pinto Ferreira, publicou em Stockolmo, e pouco depois de ali chegar, em novembro de 1655, uma obra intitulada: *Christinae coronatae Reginae invictae felici, serenissimae pro ejus felicissimo et augustinissimo coronationis acto anagrammata quatuor*. Esta obra compunha se de versos latinos, portuguezes, castelhanos e italianos. Compoz ainda outra obra intitulada *Historia fabulosa*, que ficou manuscripta.

Serpa (*José Machado de*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. na Praia do Norte, na ilha do Pico, Açôres, a 9 de março de 1864, sendo filho do fallecido e abastado proprietario José Antonio de Serpa e de D Izabel Olinda de Serpa. Vindo para o continente, matriculou se na Universidade de Coimbra, na faculdade de direito, tomando o grau de bacharel em 1 de julho de 1886, depois d'um curso distincto. Seguindo a carreira da magistratura, foi nomeado delegado do ministerio publico, cargo que exerceu na cidade de Horta, durante 15 annos, e 3 em Lisboa. Promovido a juiz para a ilha das Flôres, foi ali tomar posse, passando depois ao quadro da magistratura, achando-se na inatividade no anno de 1905. Tendo regressado aos Açôres, pouco depois da sua formatura, publicou a seguinte obra litteraria: *A industria piscatoria nas ilhas do Fayal e Pico*, que dedicou a seu pae. E' uma serie de estudos sobre os interesses açoreanos e da vida especial d'aquelles povos. Tem collaborado em diversos jornaes, e foi director e redactor principal da *Folha Insulana*, que teve curta existencia. Tendo sido deputado pelo districto da Horta ás Constituintes de 1911, pertence actualmente ao senado.

Serpa Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc. e de com. Relação de Lisboa, distr. e bisp. de Beja. Tem duas freguezias: Santa Maria e o Salvador Está situada n'uma elevação a 4 k. da margem esquerda do rio Guadiana e a 25 da capital do districto, correndo-lhe ao pé a ribeira Choucbou. E' das terras mais ricas do Alemtejo, sendo a sua fundação antiquissima, ainda anterior á vinda de Christo. Alguns antiquarios pretendem que os seus fundadores fôssem os celtiberos túrdulos, pelos annos 480, antes de Christo, os quaes lhe deram o nome de Serpa, que se conservou no dominio dos romanos, dos godos e dos arabes, e é ainda actualmente o seu nome. O que parece caso averiguado é ter sido uma antiga e importante cidade da Betica. Nas invasões e sob o dominio dos povos do norte, e dos arabes, Serpa, assim como as terras da Lusitania, soffreu muitos vexames e prejuizos de todo o genero, que a despojaram da sua antiga importancia. Esteve debaixo do jugo dos moiros durante 4 seculos e meio, até que D. Affonso Henriques a resgatou em 1166; não podendo, porém, o monarcha distrair-se das lides contra os moiros, em que se empenhava mesmo no centro do seu reino, Serpa foi novamente tomada pelos moiros do Algarve e da Andaluzia, que sobre ella carregaram com numerosas hostes. Mais tarde, D. Sancho I é que a reconquistou, em 1191. Serpa ainda voltou ao poder dos sarracenos e só no anno de 1230 foi novamente conquistada, por D. Sancho II e pelo bravo D. Paio Peres Correia, e desde então se conservou pertencendo a Portugal. Comtudo, apezar de se vêr livre dos moiros, não quiz o destino que esta infeliz terra gozasse por muito tempo socego e liberdade. Os castelhanos apoderaram se d'ella, e a tiveram sujeita, até que el-rei D. Diniz a restaurou para a corôa portugueza em 1295. Tantas guerras e tão grandes oppressões reduziram Serpa a um ermo e a um montão de ruinas. A esse estado desgraçado acudiu D. Diniz, mandando-a reedificar e povoar, e para attrahir habitantes, concedeu lhe, estando em Beja, foral em 9 de dezembro d'esse anno, com todos os grandes privilegios que desfructava a cidade de Evora. Para a pôr em mais segurança contra qualquer aggressão a cercou de muralhas ameiadas, e fortaleceu a com um bom castello. Nas muralhas havia cinco portas: de *Moura*, de *Sevilha*, da *Corredoura*, de *Beja* e *Porta Nova*. Na guerra da successão de Hespanha foi sitiada a villa de Serpa pelas tropas hespanholas commandadas pelo duque de Ossuna. No fim de porfiosa resistencia, em que tanto a guarnição da praça como os habitantes obraram prodigios de valor, rendeu se por capitulação a 26 de maio de 1707. No anno seguinte o inimigo foi constrangido a largar a sua presa, mas pouco antes de a abandonar, demoliu o castello e as 5 portas da cêrca das muralhas. No antigo regimen, Serpa tinha voto em côrtes com assento no banco 7.º Foi senhor d'esta villa o infante D. Fernando, geralmente chamado o *Infante de Serpa*, filho d'el rei D. Affonso II, e por sua morte, voltou a villa para a corôa. Mais tarde foi dado

esto senhorio ao infante D. Luiz, filho de el-rei D. Manuel, voltando novamente para a corôa, quando elle falleceu. D. João IV, instituindo em 1641 a Casa do Infantado na pessoa de D. Pedro, seu filho, que depois foi regente e rei, deu-lhe tambem o senhorio de Serpa. D. Manuel I deu foral novo á villa, em Lisboa, a 28 de junho de 1513. O brazão d'armas de Serpa é um castello com ameias e guaritas, em campo azul, sobre terreno montuoso. A villa era commenda da ordem de Aviz. Tinha o convento de Nossa Senhora da Conceição, de eremitas de S. Paulo, começado em 1440, sendo construido fóra da villa, no sitio chamado *Provencia*, que fica a 4 k. Fôra fundado por Fr. Matheus Fróes, eremita da serra d'Ossa. Houve outro convento, fundado pelo rei D. Manuel em 1502, para religiosos franciscanos capuchos. Na capella-mór da sua egreja, tinham o seu jazigo os ascendentes dos marquezes de Ficalho. Os arrabaldes da villa são muito fertois e aprazíveis, comprehendendo grande numero de hortas, pomares, searas e olivaes, regados pela ribeira Chouchou. O terreno da villa é bastante accidentado, mas os seus valles são bem cultivados e muito productivos. No termo da villa, em um valle proximo de *Santo Antonio Velho*, está a fonte denominada dos *Banhos*. A egreja de Santa Maria é majestosa, e data do tempo de el-rei D. Diniz. Nas *Memorias Historico-Economicas do concelho de Serpa*, escriptas pelo sr. dr. Graça Affreixo, lê-se que esta asserção é corroborada pelo facto de existirem, na cornija da columna onde começa o segundo arco da esquerda, as armas de Portugal usadas nos reinados de D. Affonso II e de D. Diniz; que quem attentamente examinar as arcadas que limitam a nave central, não deixará de notar que altas paredes d'alvenaria, que sobrepõem os arcos, indicam que o actual templo foi construido sobre os vestigios de uma edificação anterior que poderia ser uma mesquita arabe. Em Serpa ha Misericordia e um bom hospital. Ha tambem as ermidas de *S. Roque*, *S. Pedro*, *Senhora dos Remedios*, todas na villa. e ficando-lhe proximo a egreja da *Senhora da Saude*, que é um templo majestoso. Entre as villas de Serpa e Mértola, fórma o rio Guadiana uma temerosa catadupa, que se despenha com horrivel estrondo, aturdindo e atemorisando os que a ella se aproximam. Duarte Nunes do Leão, tratando d'esta catadupa (*Descripção do Reino de Portugal*), escrevia em 1599: *Ali onde se despenha (*O Guadiana*) se chama Assonjo (*catadupa, cascata, cachoeira, salto, etc.*) por o grande ruido e estrondo, que a agua faz; caindo de logar tão estreito, e tão alto, que d'ahi ao pégo são desaseis braças.* Com effeito o rio cáe n'um pégo que tem uns 100 m. de largo e 173 de altura, correndo pouco antes, por 2 canaes tão estreitos que cada um não tem mais de 1 m. de largo; e juntando se logo, passam por baixo d'uma ponte, formada pela natureza, e que dá passagem de uma para a outra margem do rio. A esta catadupa se dá o nome de *Salto de Lobo* (V. *Guadiana*, no vol. III do *Portugal*, pag. 849). A maior parte da população emprega-se na agricultura, e bastante no commercio e na industria. Para auxiliar os lavradores menos favorecidos da fortuna, ha na villa um antigo *Monte de piedade* (celleiro commum) de emprestimos de cereaes, que tem sido de grande utilidade publica. Em 7 de março de 1840 foi este celleiro transformado em Banco Rural. Serpa pertence á 4.ª div. mil., 8.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. Tem est. post. e telegr., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales. A est. telegr. foi inaugurada com toda a pompa e geral regosijo a 16 de setembro de 1879. Tem est. do caminho de ferro, na linha de Lisboa a Moura, entre as de Quintos e de Pias; escolas d'ambos os sexos, agentes do *Banco de Portugal* e *Economia Portugueza*, Bibliotheca Publica *Correia da Serra;* medicos, pharmacias, associações de soccorros: *Soccorros mutuos Serpense*, *Operaria Correia da Serra*, *Associação de classe dos trabalhadores ruraes de Serpa;* hoteis, moinhos de moagens, fabricantes de queijos, sociedades de recreio: *Grupo Musical 5 de Outubro*, *Gymnasio Club*, *Sociedade Academica Musical Serpense*, *Theatro Thalia; Syndicato Agricola do concelho de Serpa*, feira annual, de 24 a 26 de agosto, importante em transacções de gado, muitos estabelecimentos commerciaes e industriaes, etc. Tem-se publicado em Serpa os seguintes jornaes: *Alemtejano (O)*, 2 abril a 17 julho 1884; *Ecco Artistico*, 1878; *Estrella Artistica*, 11 junho 1863; publicaram-se 21 numeros; *Serpense (O)*, 21 de setembro de 1884; *Sul do Alemtejo*, 12 de novembro, 1903; *Tradição (A)*, janeiro, 1899. Durou 3 annos. O conc. compõe se de 10 freguezias, com 4:526 fog. e 17:744 hab., sendo 8:783 do sexo masc. e 8:961 do fem., n'uma superficie de 67:580 hect. As freguezias são as seguintes: S. Bento, de Aldeia Nova, 3:299 hab.: 1:627 do sexo masc. e 1:672 do fem.; N. S.ª das Neves, de Brinches, 1:958 hab.: 955 do sexo masc. e 1:001 do fem ; Santa Luzia, de Pias e Orada, 3:806 hab.: 1:971 do sexo masc. e 1.835 do fem.; Santa Anna, 213 hab.: 135 do sexo masc. e 78 do fem;. Santo Antonio, de Santo Antonio Velho; 44 hab.: 21 do sexo masc. e 23 do fem.; S. Braz, 110 hab.: 53 do sexo masc. e 57 do fem ; O Salvador, de Serpa, 3:447 hab : 1:642 do sexo masc. e 1:805 do fem ; Santa Maria, de Serpa, ?:749 hab.: 1:271 do sexo masc. e 1:478 do fem.; S. Sebastião, de Valle de Vargo, 1:001 hab : 528 do sexo masc. e 473 do fem.; S. Jorge, de Villa Verde de Ficalho, 1:117 hab.: 580 do sexo masc. e 537 do fem. O conc de Serpa é um dos mais ferteis e importantes da provincia do Alemtejo, sendo os seus principaes productos agricolas, cereaes, azeite e vinho. Produz tambem legumes, cêra, mel, e muita variedade de boa fructa. Tem vastos montados, onde se criam e engordam muitos milhares de porcos, que constituem um importantissimo ramo de commercio.

Serpa Leitão Pimentel (*D. Fernando de*). Capitão de mar e guerra. N. em 20 de junho de 1851, sendo filho do 2.º visconde de Gouveia, José Freire de Serpa Pimentel, e de sua mulher, D. Julia Petronilla Pereira Leitão de Carvalho. Tem o curso da Escola Naval. Assentou praça em 10 de dezembro de 1869, sendo promovido a guarda-marinha em 2 de outubro de 1872, a 2.º tenente em 3 de maio de 1876, a 1.º tenente em 5 de junho de 1884, a capitão tenente em 10 de abril de 1890, a capitão de fragata em 28 de julho de 1898, e a capitão de mar e guerra em 14 de abril de 1906. Foi commandante do hiate *D. Amelia*, e n'essa qualidade acompanhou a rainha,

e os seus filhos, em 1903 á sua viagem pelo Mediterraneo. Em 1894, foi um dos representantes de Portugal nos funeraes do presidente da Republica franceza Sadi-Carnot, realisados em 1 de julho. Era vogal addido da commissão de cartographia, ajudante de campo effectivo do fallecido rei D. Carlos. Foi condecorado com as seguintes distincções: commenda ordem de Aviz

D. Fernando de Serpa Leitão Pimentel

e com o grau de cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; com a cruz de 2.ª e 3.ª classe da ordem de Merito Naval de Hespanha, a medalha de prata de comportamento exemplar, e a de cobre de philantropia e caridade. Casou a 7 de julho de 1878 com D. Maria Anna de Sousa Coutinho, filha dos 3.os condes de Linhares.

Serpa Machado *(Manuel de)*. Doutor e lente de prima na Universidade de Coimbra, bibliothecario o director da mesma Universidade, senador nas camaras legislativas do 1838, deputado, par do reino, etc. N. na quinta da Guarita, comarca de Vizeu, a 4 de dezembro de 1784, onde tambem fal. a 2 de agosto de 1858. Era filho de Bernardo de Serpa Saraiva Castello Branco, proprietario e bacharel formado na antiga faculdade de canones na referida Universidade, e de sua mulher D. Anna Violaute Sequeira Machado. Matriculando-se na faculdade de Leis, fez um curso muito distincto, doutorando-se em 27 de julho de 1806. Foi habilitado oppositor por unanimidade de votos, no anno de 1809, e nos seguintes regeu diversas cadeiras, e algumas d'ellas por annos inteiros, segundo lhe fôram distribuidas pelo respectivo conselho academico, ou extraordinariamente designadas pelo reformador reitor, o juntamente desempenhou na Universidade outros importantes serviços, como o de vice-conservador por differentes vezes em 1813, 1814 e 1815 e o de fiscal da fazenda e estado da Universidade desde 1816 até 1823, já por nomeação provisoria feita pelo bispo conde reformador-reitor, em 4 de março de 1816, já por nomeação definitiva por carta regia de 30 de julho de 1817. Foi despachado lente substituto da sua faculdade, por carta regia de 5 de maio de 1823, logar que exerceu até 1828, em que, por motivos politicos, foi removido, e depois esteve preso longe de Coimbra. Depois do restabelecimento do regimen constitucional, em 1834, foi, por decreto de 14 de julho e carta regia de 15 de novembro, promovido ao logar de primeiro lente da faculdade de leis, quo poucos annos exerceu, até passar para a faculdade de direito, novamente constituida pela reunião das duas faculdades juridicas, de leis o de canones, onde começou por desempenhar o logar do lente de vespera, pois que havia na faculdade de cánones um lente mais antigo, que tomou o logar de lente de prima da nova faculdade, até que por fallecimento d'elle, foi nomeado Manuel de Serpa Machado, por carta regia de 11 d'agosto de 1843, lente de prima, decano e director da faculdade de direito, exercendo este cargo até 1857, em que, por carta regia de 15 de julho, lhe foi concedida a jubilação. No conselho dos decanos, e ainda nas reuniões do claustro da Universidade, não só era tido o seu voto em muita consideração, mas era quasi sempre commettido o encargo da redacção das representações dirigidas aos poderes de Estado, e de outros documentos que houvessem de ser expedidos sobre os assumptos importantes ou melindrosos. Foi por muitos annos, desde agosto de 1834, bibliothecario da Universidade e encarregado da direcção da imprensa da mesma Universidade, até que, não podendo continuar no exercicio de aquelles cargos, em consequencia das graves enfermidades quo o accommetteram e impossibilitaram completamente, obteve emfim a sua exoneração em 1858. Na visita que em 24 de abril de 1852, a rainha D. Maria II, el rei D. Fernando, e os seus dois filhos, o então principe D. Pedro e o infante D. Luiz, foi o decano da faculdade de direito Manuel de Serpa Machado o encarregado da oração gratulatoria, que recitou em portuguez na sala grande dos actos. O illustre professor, na sua qualidade de bibliothecario, tomou parte por muitos annos, nos trabalhos da commissão ou commissões successivamente encarregadas de tomar conta dos livros das extinctas corporações religiosas, removel-os para local apropriado, collocal-os e catalogal-os. Com os primoiros serviços universitarios de Manuel de Serpa Machado ligam-se alguns serviços militares em defeza da patria, pois quo na Guerra Peninsular serviu no corpo militar academico, em 1808 e 1809, como 2.º e 1.º tenente, e depois capitão commandante de artilharia, o n'esta qualidade, com os seus briosos academicos, denodadamente ajudou a expulsar os francezes, desde o Porto até á fronteira de Hespanha, onde, tendo adoecido, se viu obrigado a separar se dos seus valentes camaradas. Na sua agitada carreira politica, tornou-se notavel na defeza dos principios da liberdade e ao mesmo tempo da manutenção da ordem, tolerancia e generosidade. A' sua influencia e boas relações com as principaes familias e autoridades de Coimbra, e aos esforços que, do combinação com elle, empregou seu irmão, juiz do fóra d'esta cidade, Bernardo de Serpa Saraiva, se deve em grande parte e affectuoso acolhimento que tiveram em Coimbra os emissarios e tropas da junta provisional do governo supremo

do reino, estabelecida na cidade do Porto em 24 de agosto de 1820, o a espontaneidade e enthusiasmo com que, em 31 d'esse mez, a camara de Coimbra, convocada e presidida pelo juiz do crime, o mencionado Bernardo de Serpa, como juiz interino do civel, celebrou o auto da acclamação d'aquelle supremo governo, e lhe prestou o com petente juramento de obediencia, juntamente com o juiz do povo, *mesteres da mesa*, e com todas as autoridades civis, militares, academicas e ecclesiasticas, pessoas classificadas, representantes das corporações, etc. Em dezembro de 1820, foi Manuel de Serpa Machado eleito deputado, pela provincia da Beira, para as côrtes constituintes, onde tomou assento a 26 de janeiro de 1821. N'estas côrtes em que os presidentes eram mensaes, teve a honra de ser eleito e occupar a presidencia desde 25 de janeiro até 25 de fevereiro de 1822. Em 1822, foi eleito deputado ás côrtes ordinarias por dois circulos ou divisões, o de Coimbra e o de Arganil, sendo tambem nomeado para substituto de deputado pelo circulo de Vizeu; tomou assento na camara em 1 de dezembro do citado anno de 1822. Em 1826 foi eleito deputado pela provincia da Beira, tomando posse a 6 de novembro. Durante a vigencia da constituição politica de 1838 foi eleito senador. Restabelecida a Carta Constitucional foi nomeado par do reino, por carta regia de 3 de maio de 1842, e nos annos de 1848 e 1849 nomeado supplente á presidencia da camara dos pares. Em todos estes parlamentos dos diversos periodos constitucionaes, repetidas vezes fez ouvir a sua palavra facil e fluente, com especialidade nas questões mais graves e delicadas, e nas occasiões mais difficeis, em que a sua voz autorisada foi sempre ouvida com attenção Foi principalmente nas côrtes constituintes de 1821 e nas ordinarias de 1822, e ainda nas de 1826 a 1828, quando no vigor dos annos, que um decidido fervor pelas ideias liberaes, associadas sempre com os principios de ordem e com os sentimentos de muita tolerancia e generosidade, se revelou nos seus discursos o nos seus actos, e tornou patente a energia e firmeza de caracter de que era dotado. Na importante collecção de *Documentos para a historia das côrtes geraes da nação portugueza*, tomo I, pag. 695 e 696, vem transcripto o breve discurso de Manuel de Serpa Machado, como vogal d'uma deputação das côrtes, proferido na presença do D. João VI, por motivo da saída do infante D. Miguel para Villa Franca, em occasião, portanto bem melindrosa, na ante-vespera do golpe de estado que acabou com o regimen parlamentar emanado da revolução de 1820. Ali se encontra tambem, a pag. 707 e 708, o discurso por elle proferido na camara, no dia 31 de maio de 1823, em que a esta foi officialmente communicada a saída do proprio monarcha do seu palacio da Bemposta, com o proposito já conhecido de acabar com as côrtes. No protesto de muitos deputados contra aquelle golpe de estado, foi tambem inscrever o seu nome Manuel de Serpa Machado. Não cuidou nunca em imprimir em separado quaesquer dos seus discursos parlamentares. Diversos titulos honorificos lhe fôram concedidos, como o de cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, por decreto de 12 de outubro de 1836, o que elle não quiz acceitar, como tambem o fôro de fidalgo o a carta de conselho, por diploma de 13 de março de 1840, e a commenda da mesma ordem de Nossa Senhora da Conceição, em 13 de maio de 1853. Publicou sómente: *Discurso pronunciado na solemne distribuição dos premios no dia 8 de dezembro de 1845*, Coimbra, 1845; *Oração recitada na sala dos doutoramentos, na presença de sua majestade a rainha e mais familia real, no dia 24 de abril de 1852, em conformidade com o artigo 8 do programma para a recepção de suas majestades por parte da Universidade*, Coimbra, 1852. O dr. Manuel de Serpa Machado casou em março de 1813 com D. Anna Rita Freire Pimentel, filha de José Freire Pimentel de Mesquita e Vasconcellos, e irmã do 1.º visconde de Gouveia (*V. este titulo*). D'este consorcio houve, entre outros, os seguintes filhos, que muito se notabilisaram: Antonio de Serpa Pimentel, chefe do partido regenerador; o 2.º visconde de Gouveia, José Freire de Serpa Pimentel; dr. Bernardo de Serpa Pimentel, o barão de S. João de Areias, Manuel de Serpa Pimentel, e 2.º barão de S João d'Areias, Eduardo de Serpa Pimentel. V. *estes nomes e titulos*.

Serpa Pimentel (*Antonio de*). Bacharel formado em mathematica pela Universidade de Coimbra, lente na Escola Polytechnica, deputado, par do reino, conselheiro de Estado effectivo, ministro e chefe do partido regenerador, presidente do Tribunal de Contas, coronel de infanteria, escriptor, jornalista, poeta, etc. N. em Coimbra a 20 de novembro de 1825, fal. em Lisboa a 2 de março de 1900. Era filho de Manuel de Serpa Machado (*V. este nome*). Cursou a Universidade, tomando o grau de bacharel, como fica dito, e assentou praça como aspirante de infantaria, em 4 de março de 1842, sendo promovido a alferes em 16 de fevereiro de 1844, e a tenente em 6 de dezembro de 1848. Depois da sua formatura veiu para Lisboa matricular-se no curso de engenharia na Escola do Exercito, o qual não chegou a completar, por ter sido nomeado, em 1851, precedendo concurso, lente de algebra e de calculo na Escola Polytechnica. N'esse mesmo anno, a 24 d'abril, foi promovido a capitão. Ainda em 1851, por proposta de Alexandre Herculano, teve a nomeação de socio da Academia Real das Sciencias. Encetou a sua vida jornalistica, redigindo em 1848 e 1849, com Latino Coelho, um pequeno jornal, *O Pharol*. Collaborou na *Opinião* com Alexandre Herculano e Andrade Corvo, no *Portuguez*, onde foi um dos primeiros redactores, e em outros jornaes como *O Paiz*, *O Jornal do Commercio*, *Correspondencia de Portugal*, etc. em que se fôram revelando os seus dotes litterarios e de polémista. São d'essa epoca de actividade mental, que em diversos jornaes litterarios se manifestou bom poeta, publicando apreciaveis poesias, especialmente xacaras e solaus Em 1851 appareceu publicado o seu livro *Poesias*; em 1856 a comedia em 3 actos, *Casamento e despacho*, que se representou no theatro Normal; em 1857 o drama em 4 actos e 6 quadros, *Dalila*, representado tambem no mesmo theatro. Foi deputado pela primeira vez, em 1856, eleito pelo circulo de Oliveira de Azemeis, sem compromissos politicos, até que em 1858 se declarou abertamente contra as ideias financeiras do governo d'esse tempo, que poucos mezes depois pedia a demissão. Organisando se em 1859 um novo ministerio presidido pelo duque da Terceira, foi Antonio de Ser-

pa Pimentel convidado para ministro das obras publicas, logar que exerceu até 4 de julho de 1860. A sua passagem pelo poder não foi assignalada por grandes emprehendimentos. A sua natureza sentimental e melancholica de bardo romantico, decerto não tinha a tempera d'um luctador e d'um reformador. Além d'isso, a epoca era de continuos sobresaltos e pouco estaveis as situações politicas. Essa falta de estabilidade foi talvez causa da sua recusa, quando em 1865 o convidaram com instancia para entrar no gabinete Aguiar Fontes, e em 1870, quando Saldanha tambem o convidou para o ministerio por elle organisado Em 1867 foi nomeado conselheiro do Tribunal de Contas, e depois de ter representado em côrtes varios circulos em differentes legislaturas, foi nomeado par do reino por carta régia de 28 de dezembro de 1871 tomando posse na respectiva camara na sessão de 12 de janeiro de

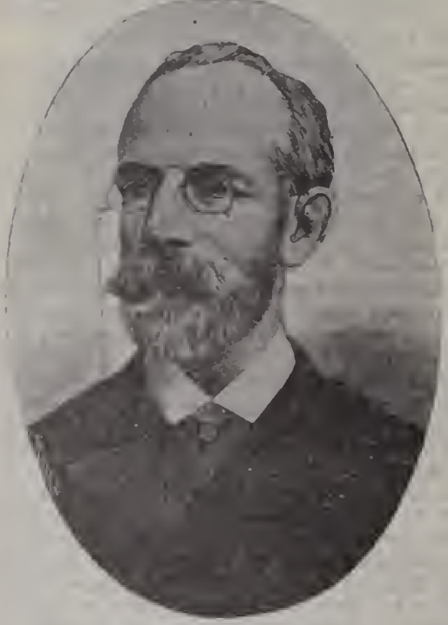

Antonio de Serpa Pimentel

1872. N'esse anno, Fontes Pereira de Mello conseguiu vencer a resistencia que Antonio de Serpa Pimentel manifestava para voltar a encarregar-se de qualquer pasta, e entregou lhe a da fazenda, que elle dirigiu desde 11 de outubro do mesmo anno até 5 de março de 1877. Em 10 de setembro de 1873 foi promovido a major, e em 21 de janeiro de 1876 teve a nomeação de conselheiro de Estado, sendo promovido a tenente-coronel em 4 de outubro d'esse anno N'outra situação organisada em 1878, sob a presidencia de Antonio Rodrigues Sampaio, tornou a ser ministro da fazenda desde 29 de janeiro até 1 de junho de 1879, e em 1881, n'um gabinete presidido por Fontes Pereira de Mello, encarregou-se da pasta dos negocios estrangeiros desde 14 de novembro até 24 de outubro de 1883. Em 26 de janeiro de 1881 havia sido promovido ao posto de coronel. Pouco depois de ter saido do ministerio em 188?, foi nomeado delegado especial do governo á conferencia de Berlim, onde se tratou da constituição do Estado Livre do Congo. Em 12 de agosto de 1886 foi nomeado presidente do Tribunal de Contas. Fallecendo em janeiro 1887 o chefe do partido regenerador e notavel estadista Fontes Pereira de Mello, o partido dividiu-se em dois grupos, sendo Antonio de Serpa eleito, em julho d'esse anno, chefe dos regeneradores que seguiam as tradições conservadoras do partido, e que formavam o maior numero. O outro grupo, que tendia para medidas mais avançadas, tomou o nome de *Esquerda Dymnastica*, e teve por chefe o estadista Barjona de Freitas. Assim viveu o partido durante algum tempo, até que a fracção menos conservadora, reconhecendo a impossibilidade de constituir um partido forte, com elementos para se affirmar na vida constitucional do paiz, acabou por se submetter á chefatura do successor de Fontes Pereira de Mello. Em 1890, nos tempos difficeis que se seguiram ao *ultimatum* inglez de 11 de janeiro, foi Antonio de Serpa encarregado de organisar ministerio. D'esse encargo desempenhou-se arrostando muitas difficuldades, assumindo a presidencia, e com as pastas do reino e da guerra, mas pouco depois, quando se discutia o tratado com a Inglaterra, pediu a demissão collectiva do gabinete. Em 1892 foi a Paris tratar do convenio, que assignou a 24 de maio, com os comités inglez, belga, allemão, francez e hollandez. No desempenho d'essa ardua missão, cheia de enormes difficuldades, fôram notaveis os serviços que prestou ao paiz. A sua saude, já bastante abalada, resentiu-se bastante. O excessivo trabalho a que se entregara em edade já tão avançada, foi por assim dizer o que o matou, depois d'uma vida constantemente laboriosa. Tanto que já em 1893 se não sentiu com forças de formar um novo gabinete, e delegou em Hintze Ribeiro esse encargo, prestando se comtudo, a ajudar o novo governo com a sua experiencia e o seu conselho. Conservando-se mais ou menos afastado da politica, não deixou, no entretanto, de occupar o seu logar na camara dos pares. Enfraquecido pela doença e pelo trabalho, nos ultimos annos da sua vida pouca influencia exercia como chefe do partido regenerador. Era, por assim dizer, o chefe nominal d'aquelle partido tão numeroso e tão preponderante. A noticia do fallecimento do notavel estadista causou a maior consternação em todo o paiz. Nas duas casas do parlamento prestaram-lhe as homenagens devidas. Todos, amigos e adversarios politicos, fizeram inteira justiça á sua alta e culta intelligencia, á sua actividade no trabalho e ao seu bondoso caracter. A imprensa foi unanime em publicar saudosos artigos e esboços biographicos, lamentando a morte d'um homem que tanto honrara as letras e a politica do seu paiz. Antonio de Serpa Pimentel era gran-cruz da ordem da Torre e Espada, e das ordens estrangeiras: Legião de Honra de França, S. Mauricio e S. Lazaro de Italia, Rosa do Brasil, Estrella Polar da Suecia, Santo Alexandre da Bulgaria, Carlos III de Hespanha; condecoração de 2.ª classe do Busto Libertador dos Estados Unidos de Venezuela, e possuia a medalha de cobre para galardoar os serviços prestados pelos socios da Associação de Soccorros a Naufragos. Era socio effectivo da Academia Real das Sciencias, socio

correspondente da Real Academia das Sciencias de Turim, e da Academia Hespanhola de Madrid. Casou a 16 de julho de 1862 com D. Anna Zoée Bernex Philipon, filha de Theophilo Bernex Philipon, subdito dos Estados Unidos da America, e de Madame Marie Louise Marguerite Lami Pivot.

Serpa Pimentel *(Bernardo de)*. Doutor e lente de prima jubilado da faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, bibliothecario e vice reitor da mesma Universidade, par do reino vitalicio, por carta regia de 29 de dezembro de 1881, socio effectivo do Instituto de Coimbra, etc. N. a 26 de abril de 1817, e já falleceu ha bastantes annos. Era filho do Dr. Manuel de Serpa Machado e irmão do antecedente. Casou a 7 de novembro de 1859 com D. Zilia Xavier Machado de Almeida e Castro, filha e herdeira de Martinho de Mello Machado Corte Real, fidalgo da Casa Real, juiz de direito, e de sua mulher D. Zilia Justa de Castro Cardoso de Castilho. Foi doutorado em 5 de julho de 1840.

Serpa Pimentel *(Eduardo de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, juiz do Supremo Tribunal de Justiça, conselheiro, par do reino por nomeação regia de 1902, etc.. N. a 18 de agosto de 1828, sendo filho do dr. Manuel de Serpa Machado, e irmão do grande estadista Antonio de Serpa Pimentel. Foi antigo governador civil, vogal do conselho geral penitenciario, e encarregado de outras importantes commissões de serviço publico, socio do Instituto de Coimbra e socio honorario da Associação dos Advogados. Casou a 4 de maio de 1852 com D. Maria Joanna Gomes da Silva, filha de Manuel Gomes da Silva, bacharel em medicina e um dos membros da antiga Junta do Supremo Governo do Reino, no Porto em 1820, e de sua mulher, D. Maria Adelaide Gomes da Silva.

Serpa Pimentel *(Jayme Pereira de Sampaio Forjaz)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 26 de julho de 1886, por direito de successão, tambem por direito de successão tem o titulo de *Dom*, proveniente dos seus maiores, de que não faz uso, apezar de lhe pertencer; capitão de fragata, antigo governador de Damão, Congo e Moçambique, conselheiro, etc.. N. na quinta da Guarita, em S. João d'Areias, solar da familia Serpa, a 9 de dezembro de 1855, sendo filho do Dr. Diogo Pereira Forjaz de Sampaio Pimentel, e de sua mulher D. Maria José de Serpa Pimentel. Pertence a uma familia nobilissima, da velha aristocracia portugueza, e representada em todos os tempos por seu avô paterno, o desembargador José Maria Pereira Forjaz de Sampaio; por seu avô materno o dr. Manuel de Serpa Machado; por seu tio avô o 1.° visconde de Gouveia; por seu pae; seu tio e sogro Adrião Pereira Forjaz de Sampaio; seus tios: o 2.° visconde de Gouveia, Antonio de Serpa Pimentel, Bernardo de Serpa Pimentel, o 2.° barão de S. João do Areias, e Eduardo de Serpa Pimentel *(V. estes nomes e titulos)* que todos honraram e honram ainda as tradições da familia e os seus illustres antepassados, os quaes, pelo lado de seu pae, conta como 10.° avô, Diogo Alvares Pereira, irmão do condestavel D. Nuno Alvares Pereira, descendente do conde D. Mendo, tronco dos Pereiras, e do conde D. Berman Froiaz ou Froylaz; e como 12.° avô, de Vasco Pires de Sampaio, senhor da Honra de S. Paio, junto a Villa Flôr, e d'outras mais terras, etc. O sr. conselheiro Forjaz de Serpa Pimentel assentou praça na marinha em 9 de novembro de 1875, sendo promovido a guarda-marinha em 28 de novembro de 1878, a 2.° tenente em 13 de julho de 1882, a 1.° tenente em 7 de junho de 1888, a capitão-tenente em 28 de maio de 1896, e a capitão de fragata a 18 de janeiro de 1906. Tem exercido muitas e importantes commissões, contando-se entre ellas a do commando das canhoneiras *Limpopo* e *Zambeze*. A sua carreira pelas colonias é muito brilhante e honrosa, tendo provado a sua muita competencia governativa, o seu muito patriotismo e amor civico, o seu zelo e bom senso, quando delegado portuguez nas questões de Cabinda e Molembo, onde a sua muita firmeza e diplomacia fez evitar em 1884 e 1885 as graves difficuldades que se levantaram para a occupação pacifica d'estes e de outros territorios que hoje constituem o districto

Jayme Pereira de Sampaio Forjaz Serpa Pimentel

do Congo; quando governador de Damão, onde provou tanta capacidade que o seu nome é sempre citado como autoridade em todas as questões que se referem áquella parte da India Portugueza; quando governador do Congo, onde em circumstancias muito difficeis, assignalou as suas excepcionaes faculdades de intelligencia e de trabalho; e como governador de Moçambique, para que foi nomeado em 1902, onde a sua administração foi notavel em todos os ramos, devendo-lhe o paiz, entre outros serviços valiosos, a larga occupação da costa para repressão do trafico da escravatura e contrabando, uma já larga expansão do nosso dominio, um largo desenvolvimento da viação publica, a montagem das linhas telegraphicas, os muitos trabalhos hydrographicos da costa, a balisagem do porto de Moçambique, a subjugação d'algumas tribus rebeldes e o anniquilamento do poderio do sultão de Angoche, do bando Farelay e de outros regulos hostis a Portugal e a honrosa solução das questões motivadas pelo apresamento de pangaios negreiros. O sr. conselheiro Forjaz de Serpa Pimentel é tambem um escriptor muito distincto, e sempre

que desempenha commissões de confiança no Ultramar, tem publicado estudos importantissimos sobre as nossas colonias ultramarinas, honrando-se a si e prestando um bom serviço ao paiz. São muito apreciaveis os seus livros sobre Damão e sobre o Congo, cheios de documentos de muito valor e de subsidios valiosos para o estudo da sua flóra, fauna, climatologia, etc.. O seu trabalho sobre Moçambique, de elevado valor, o seu interessante livro de linhagens, os seus numerosos artigos sobre assumptos maritimos e coloniaes, publicados em diversos jornaes e revistas scientificas, os seus importantes relatorios, alguns dos quaes mereceram portaria de louvor, provam bem o seu valor litterario e a sua especial competencia para trabalhos de investigação ácêrca dos dominios ultramarinos. Em 1889 escreveu um livro *Noticias biographicas*, reformando as de 1866 escriptas por seu tio e sogro o dr. Adrião Pereira Forjaz de Sampaio. Ha poucos annos constava, que o sr. conselheiro Forjaz Serpa Pimentel trabalhava n'um desenvolvido estudo historico biographico-genealogico, que tencionava publicar. Foi chefe da repartição do conselho superior da marinha; secretario do conselho general da armada, vogal extraordinario da Junta Consultiva de Ultramar. E' membro d'algumas sociedades scientificas, nacionaes e estrangeiras, e possue as seguintes condecorações e medalhas: habitos das ordens de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa, de Christo e de Aviz; official das de S. Thiago e de Aviz; commendador d'esta ultima ordem, por serviços distinctos, por decreto de 1 de janeiro de 1909; medalhas de prata de bons serviços, de comportamento exemplar, de serviços relevantes e de assiduidade no ultramar; commendador das ordens de S. Gregorio Magno, de Roma (Santa Sé); de Izabel a Catholica, de Hespanha, e Cruz Vermelha de Oir, tambem hespanhola; Cruz de 2.ª classe do Merito Naval de Hespanha (distinctivo branco), e do Busto de Libertador, de Venezuela. Em 1901 foi agraciado com o titulo de conselheiro. E' casado com sua prima, a sr.ª D. Eulalia Maria Thereza Forjaz de Serpa Pimentel.

Serpa Pinto (*Alexandre Alberto da Rocha Serpa Pinto, visconde de*). General de brigada; notavel explorador do continente negro, etc. N. na freguezia de Tendaes, concelho de Sinfães, em 20 de abril de 1846; fal. em Lisboa a 28 de dezembro de 1900. Era filho do dr. José da Rocha Miranda de Figueiredo, medico pela Universidade de Coimbra, e de sua mulher, D. Carlota Cacilda de Serpa Pinto. Tendo 2 annos e meio acompanhou seus paes para o Brazil, e na Bahia estudou instrucção primaria. Em 1855 voltou a Portugal, continuando a sua educação litteraria no *Collegio Ortigão* (Lyceu da Lapa) na cidade do Porto, até aos 12 annos, em que veiu para Lisboa, matriculando se no Collegio Militar em 1858. Seguiu os estudos com distincção e obtendo os primeiros premios. Assentou praça em infantaria n.º 7, em 12 de agosto de 1863, sendo promovido a alferes em 11 de julho de 1864. Em maio de 1869 offereceu-se para fazer parte da columna, que ia atacar, nas margens do Zambeze, o rebelde Bonga. Commandava a expedição o general Tavares de Almeida. Dobrou ella o Cabo da Boa Esperança, correu pela costa occidental, e enteston com a barra de Quilimane. Pela parte do norte, mesmo á entrada, estendendo se para o mar, fica a Ponta de Tangalane. Foi ali que um barco poz em terra Serpa Pinto e o conde de Bomfim, engenheiro da expedição, com mais 2 homens. Deviam construir um acampamento, mas o tempo tornou-se de repente tempestuoso, e o navio teve de sair da embocadura do rio dirigindo se para Moçambique. Foi por isso que Serpa Pinto, o conde de Bomfim e 2 soldados tiveram de viver 5 dias, abandonados, n'aquella Ponta deserta, sem recursos alguns, sustentando-se dos caranguejos que o mar lhes levava. Só no fim de 5 dias, como ninguem apparecesse em Tangalane, se decidiram os 4 abandonados a subir no barco, que lhes haviam deixado, até Quilimane. Eis o modo aventuroso porque debutou em Africa, o que tinha de ser, 10 annos depois, um dos heroes da sua exploração. Serpa Pinto, commandante dos cipaios da columna de ataque, tomou n'esta campanha, de resto pouco feliz, uma parte notavel, principalmente nos combates de 23, 24 e 25 de novembro. Na noite d'esse mesmo dia 25 tornou se forçoso retirar de Massangano. Serpa Pinto, pela sua dedicação, conseguiu salvar o commandante da columna de ataque e uma parte do batalhão da India a que o resto da expedição recusava dar transporte. Nos conselhos de guerra, de que Serpa Pinto fez parte, foi sempre do parecer de se aprovisionarem em Tete para voltar contra o inimigo a debelal-o. Mas a sua opinião não foi ouvida e o grosso da expedição retirou, descendo o Zambeze. Dirigindo-se então a Moçambique, mas arrastado no sentido contrario, pelo tempo, voltou a Inhambane, percorrendo uma parte proxima do interior, caçando antilopes. D'ahi voltou a Quilimane, subiu o Zambeze e o Chire até Chibissa junto das grandes cataractas. Acompanhava o o celebre caçador inglez Henry Folcner. Estava Serpa Pinto em Moçambique quando a cholera devastou a cidade. Então, com Augusto Castilho fez uma viagem ás ilhas Camurús, ás Almirantes, ás Seichelles, passando d'ali á India e a Gôa. Em 1871 voltou á Europa, passando a servir, sem pedir uma collocação especial nos corpos que guarneciam os pontos mais diversos do paiz: infantaria n.º 9 em Lamego, caçadores n.º 6 em Leiria, caçadores n.º 10 em Angra, e caçadores n.º 12 no Funchal. Havia sido promovido a tenente em 12 de agosto de 1870. Estava no Funchal ao tempo da viagem do inglez Cameron através a Africa, de Zanzibar pelo Tanganica até ao Bihé e a Benguella. Muito ligado então com um dos mais distinctos e estudiosos officiaes do exercito, o sr. Daniel Simões Soares professor de mathematica, combinou com elle uma viagem de exploração á Africa Austral, que chegou a formular se em termos de exposição ás camaras e ao governo, e a enviar-se a um dos deputados das nossas colonias. Passaram se estes acontecimentos quando ainda a commissão permanente de geographia não estava formada, mas o deputado colonial esqueceu-se, ao que parece, de apresentar o projecto, e só tempos depois, quando Serpa Pinto, que fôra promovido a capitão em 4 de outubro de 1876, estava em Tavira servindo em caçadores n.º 4, foi que o ministro Andrade Corvo levou ás camaras o projecto da exploração. Por carta de lei de 12 de abril de 1877 foi o governo auctorisado a organisar e subsidiar uma expedição scientifica destinada a explorar os territorios com-

prehendidos entre as provincias de Angola e Moçambique, e para esta expedição fôram nomeados Serpa Pinto, Brito Capello e Roberto Ivens, por decreto do dia 11 de maio do mesmo anno. Os dois primeiros tiveram antes o encargo de ir a Paris organisar o material de estudo que devia servir á expedição, e d'esta commissão se desempenharam no curto espaço de 19 dias. Partiram os tres exploradores africanos a bordo do paquete *Zaire*, e a 7 de junho chegavam a Africa. Em novembro seguiram para Benguella e dirigiram se ao interior, mas, já no sertão, Serpa Pinto, separado dos seus companheiros, tentava a sua arrojadissima viagem até á costa oriental, em quanto Capello e Ivens, seguiam nos estudos para que haviam sido nomeados Durante longos mezes não houve noticias d'elle, e a anciedade já era grande, quando se soube que o arrojado explorador chegara a Pretoria em 12 de fevereiro de 1879, depois de haver completado uma das famosas viagens de que resa a historia. Esta boa noticia causou o mais vivo enthusiasmo. Toda a imprensa estrangeira celebrou a viagem estraordinaria que um portuguez acabava de realisar com tanta coragem e tanta felicidade atravez de Africa. Serpa Pinto tornou se então um nome celebre no mundo, e celebre por um feito que, antes d'elle, o com os intuitos que o dirigiam e os resultados que obteve, só puderam praticar uns tres homens. Convidado pelas sociedades geographicas do Paris e Londres, ali foi fazer suas conferencias sobre o que vira n'essas regiões quasi desconhecidas dos europeus. Por essa occasião offereceram-lhe medalhas de ouro as mais importantes sociedades scientificas da Europa. Regressando a Portugal, foi deveras imponente a recepção quo lhe fizeram, quando desembarcou em Lisboa a 20 de abril de 1879, vindo a bordo do vapor francez *Oronoque*. Fôram esperal-o os ministros da marinha e da fazenda e a Sociedade de Geographia. Todas as corporações o felicitaram O numero de homenagens que recebeu, foi enorme, como fôram muitas as distincções com que foi galardoado Quasi todos os municipios do paiz deram a ruas e largos dos seus concelhos o nome do illustre e valente explorador. Serpa Pinto, durante muito tempo, era o heroe que todos acclamavam com enthusiasmo. Foi tambem sollicitado pelas sociedades de geographia de Marselha e de Bordeus, para fazer conferencias sobre os episodios da sua viagem. A Sociedade de Anvers conferiu lhe o diploma de socio honorario. Serpa Pinto publicou em 1881, uma curiosa obra em 2 volumes, sobre a sua viagem, com o titulo de *Como eu atravessei a Africa, do Atlantico ao mar indico, viagem de Benguella á outra costa, atravez regiões desconhecidas; determinações geographicas e estudos ethnographicos*. Serpa Pinto foi promovido a major em 16 de setembro de 1885, a tenente coronel em 12 de setembro de 1890, a coronel em 19 d'abril do 1891, o a general do brigada a 25 do seguinte mez de maio, sem prejuizo, por ter sido governador geral de Cabo Verde. Ha muito que se conhecia a conveniencia de reconhecer por uma expedição scientifica nacional, uma communicação directa entre o lago Nyassa e a nossa costa de Moçambique, no norto do Zambeze, explorando a região intermedia, ainda na maior parto desconhecida. Urgia levar a bandeira portugueza ás margens d'esse lago, por interesse e segurança do direito e da expansão politica da soberania portugueza na costa oriental, que d'aquelle lado crescentemente ameaçavam, desde muito, as missões e explorações inglezas, ao mesmo tempo que o commercio importantissimo da região se ia escoando na direcção de Zanzibar. Annos se passaram, e então a Sociedade de Geographia insistia, junto do governo por diversas medidas de segurança e de civilisação das nossas provincias africanas. Nada, porém, se conseguiu, até que, em 1884, por uma nova representação da referida sociedade, se resolveu a expedição, sendo Serpa Pinto encarregado pelo ministro da marinha, então o fallecido Pinheiro Chagas, de partir, como consul de Zanzibar, para estudar e executar a expedição pedida. Serpa Pinto preparou e organisou habilmente a expedição que, no dizer d'uma autoridade estrangeira, era a melhor organisada que se internava em Africa, e acceitou para seu companheiro um moço official de marinha quo se lhe offerecera com enthusiastica vontade, e no

Visconde de Serpa Pinto

qual se revelavam as melhores aptidões. A escolta recrutada causou verdadeira surpreza; compunha-se de 100 vatuas. A expedição seguiu do Mussuril para o norte em 1884, ao longo do litoral, e na epoca das chuvas, entrando pelo paiz de Matibano, em direcção á bahia de Fernão Velloso, seguindo depois até a Quissanga e Ibo, e fazendo de toda esta zona um levantamento primoroso e interessantissimo, apezar das crueis provações porque tove de passar. De Ibo a expedição voltou a Mutepuezi, em direcção a Mêdo, onde Serpa teve de ser conduzido para a costa, quasi moribundo. Partindo de Mêdo, a expedição seguiu para Metarica, a encontrar o notavel rio Lienda, e inflectindo para oeste, attingiu o Nyassa nas terras de Cuirassia, arvorando ali com a possivel solemnidade e com perfeito accordo dos indigenas a bandeira portugueza. Do lago desceu por Blantyre, dirigindo se para leste, passando o Ruo ou Luo, junto do moute Melango, e vindo sair a Quilimane, tendo feito um trajecto total de 2:500 k. Foi durante esta expedição, que se deu

o conflicto anglo-portuguez, de que resultou o *ultimatum* de 11 de janeiro de 1890, conflicto promovido por um acto de valor de Serpa Pinto, em que os jornaes de então muito falaram, com palavras elogiosas para o illustre explorador africano. A' chegada a Lisboa de Serpa Pinto e Victor Cordon houve tambem enthusiasticas manifestações. Quando constou, no dia 20 de abril de 1890, que o vapor Loanda, que os conduzia, demandava a barra, noticia que rapidamente se espalhou, embarcaram no vapor *Victoria* a direcção e os socios da Sociedade de Geographia, as familias dos dois illustres africanistas, representantes da imprensa, etc., ouvindo se muitos vivas a Serpa Pinto, a Victor Cordon e á patria. O desembarque foi commovedor; as felicitações eram geraes, o presidente da Sociedade Geographia fez uma breve allocução em nome da mesma Sociedade. Serpa Pinto e Cordon agradeciam muito commovidos, e abraçavam com effusão os amigos que se lhes aproximavam. Depois d'estas manifestações, Serpa Pinto, Cordon e o presidente da Sociedade de Geographia embarcaram no escaler a vapor dos aspirantes de marinha, para os conduzir ao Arsenal. Ali, no caes da superintendencia os esperavam muitos officiaes de marinha e outros funccionarios, achando-se tambem presente o ministro da marinha, então o sr. conselheiro Julio de Vilhena, o qual offereceu a sua carruagem aos exploradores africanistas, que seguiu por entre a multidão, que os victoriava com estrepitosas salvas de palmas e enthusiasticos vivas. Serpa Pinto era ajudante de campo honorario do fallecido rei D. Carlos, commendador das ordens da Torre e Espada, de Aviz e S. Thiago; possuia a medalha de prata de comportamento exemplar; era tambem cavalleiro da Legião de Honra, de França, commendador da Roza do Brazil, gran-cruz de Medjié, e membro da Academia Franceza (secção de astronomia). Fôra em 1891 agraciado com o titulo de visconde de Serpa Pinto.

Serpente. Pov. na freg. do Salvador, de Villar de Andorinho, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Serpins. Villa e freg. de N. S.ª do Soccorro, da prov. do Douro, conc. e com. de Louzã, distr. e bisp. de Coimbra; 522 fog. e 1:967 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post,, pharmacia e feira em todas as segundas feiras. Está situada em terreno plano, na margem direita do rio Ceira, a 9 k. da séde do concelho E' povoação antiquissima, já existindo, pelo menos, no tempo dos moiros. O documento mais antigo que se encontra d'esta villa, é uma doação feita em 961 ao mosteiro de Lorvão, que então era de frades. Conquistada segunda vez pelos moiros, D. Affonso Henriques a resgatou pouco depois, e a deu a um seu cavalleiro chamado Pelagio Alvitis, ou Pelagio Mosselido, com a condição de a deixar, por sua morte, ao referido mosteiro, o que a viuva de Pelagio e seus filhos não cumpriram. D. Affonso Henriques mandou, em 1159, que por morte dos filhos de Pelagio, a villa de Serpins fôsse livre para o mosteiro. Passando depois o convento a ser de freiras, era a abbadessa quem apresentava o prior em Serpins, o qual tinha 600$000 reis de rendimento annual. D. Manuel I deu-lhe foral, em Lisboa, a 27 do fevereiro de 1514 Serpins foi concelho já ha muito extincto. O seu territorio é muito fertil em toda a qualidade de fructos. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra.

Serquido. Pov. na freg. de Santo André, de Palme, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Serra. Appellido nobre em Portugal, cuja familia procede das Asturias, sendo o seu solar uma quinta chamada da Serra Em Aragão houve um Pedro Serra, que foi bispo de Catanea, e cardeal do papa Benedicto XIII. Em Sardenha e na França ha familias d'este appellido, pelo que, não se sabe de qual d'estas tres partes viessem os Serras portuguezes. As suas armas são: Em campo de púrpura, castello de prata, sobre um monte da sua côr, entre duas cabeças de serpe, verdes, salpicadas de ouro; elmo d'aço, aberto, e timbre, um braço, vestido de púrpura, com uma espiga d'ouro na mão.

Serra (*Antonio de*). Pintor d'arte, que viveu nos seculos XVI e XVII, e que era cognominado *O Velho*. Era pintor de architectura e de ornato, de 1670 a 1728, anno em que falleceu. Foi professor de seu filho, Victorino José da Serra, a quem chamavam *O Moço*, que seguiu a mesma carreira de seu pae, mas com maior successo.

Serra (*Francisco Ferreira*). Funccionario publico, jornalista e escriptor dramatico. N. em Lisboa a 19 de fevereiro de 1837, sendo filho de Antonio Ferreira da Silva e de D. Margarida Antonia Xavier da Serra. Começou a sua carreira jornalistica, ainda de curta edade, fundando em 1855, com Julio Cesar Machado *O Ecco Litterario*, de que foi redactor, jornal que durou até 1856. N'esse anno teve um jornal semanario musical e de theatros, com o titulo de *Rigoleto*. Associado depois com Albano Coutinho, fez parte da redacção dos jornaes politicos, *Doze de Agosto*, de 1862 a 1865: e do *Correio da Europa*, que principiou a publicação em 1867. Depois em 1868 e 186? foi redactor das *Novidades* Além d'estes jornaes, ainda escreveu, como redactor ou como collaborador, nos seguintes: *Jornal da Noite*, *Diario Illustrado*, *Jornal Illustrado*, *Santo Antonio de Lisboa*, *Gazeta de Portugal* e *Viriato*. Para o theatro escreveu, traduziu e imitou muitas peças, que em grande parte se representaram em todos os theatros da capital, sendo algumas d'ellas publicadas. Mencionaremos as seguintes: em 3 act.s: *O amor e o dever*, *O creado de dois amos*, *o doutor Paz*, *Dever e ambição*, *O importuno*, *Casa com duas portas é má de guardar*, *A Boceta de Pandora*, *O Mestre de canto*, *A mocidade de Nun'Alvares*; em 5 actos: *O que faz a depravação*, *A filha do capitalista*, *A Providencia*; em 1 acto: *De noite todos os gatos são pardos*, de collaboração com Eduardo Garrido e Alfredo Athaide; *Genro e criado*, *A' cata de um namorado*, *A carteira de Mauricio Lopes*, *O que o berço dá...* *Quadros familiares*, *Os dois afilhados*, *Uma experiencia*, *Não tenham lá padrinho*, *O Escravo e o senhor*, *Rosa d'Amor*, *Um quarto alugado a dois*, *O medo guarda a vinha*, *Fausto*, scena comica, parodia da opera *Fausto*. Sem designação de actos: *Revista de 1856*, *As Sete mulheres do Barba Azul*, *O atrevido na côrte*, *O casamento de Joanninha*, *A perola de Andaluzia*, *O Rei Sol*, *Medêa*, parodia; *A Lenda do Diabo*, peça phantastica, etc. O sr. Francisco Serra é cavalleiro da extincta ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa.

Serra (*José Dionysio*). Official do nosso exercito. N. em Lisboa a 9 de outubro de 1772; fal. a 14 de julho de 1836 Tendo froquentado as aulas da Academia de Fortificação, foi em 1803 despachado alferes de infantaria, e passando depois á arma de engenheiros chegou ao posto de coronel. Desde as primeiras tentativas feitas em Portugal para aqui se implantar o systema constitucional, mostrou-se Dionysio da Serra affecto aos novos principios, e sendo major em 1828, quando se deu a revolução do Porto, emigrou, e foi reunir-se aos defensores da causa liberal nos Açôres. Em 10 de outubro de 1831 foi nomeado ministro e secretario de estado da regencia na repartição dos negocios do reino, ecclesiasticos, de justiça e da fazenda, e exerceu esse cargo até que o duque de Bragança chegou á Terceira e assumiu a regencia em 3 de março de 1832. Encarregado da inspecção dos quarteis e obras em todo o archipelago dos Açôres, veiu para Portugal com o exercito libertador, tomou parte na defeza das linhas do Porto; e depois de levantar o cêrco d'essa cidade foi nomeado inspector geral dos quarteis, cargo que exercia quando falleceu. Era official da ordem da Torre e Espada; cavalleiro e commendador da de Aviz. Publicou: *Epicedio na morte do ex.*^{mo} *sr. D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares*, etc., Lisboa, 1813; saiu com as iniciaes J. D. S ; *Epistola ao ill.*^{mo} *e ex.*^{mo} *sr. marquez de Campo Maior, marechal general dos reaes exercitos*, etc , Lisboa, 1819; *Epicedio feito e recitado em 1822 no anniversario da sempre lamentavel morte do general Gomes Freire de Andrade*, Angra do Heroismo, 1831, Paris, 1832; *Charadas que á ill.*^{ma} *e ex.*^{ma} *sr.*^{a} *duqueza da Terceira O. D. C., etc.*, Lisboa, 1834.

Serra (*José Francisco Correia da*). Presbytero secular, fidalgo da Casa Real, do conselho da rainha D. Maria I, conselheiro da Fazenda, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, cavalleiro da de Christo, doutor em direito canonico pela Universidade de Roma, conselheiro de legação e agente diplomatico em Londres, ministro plenipotenciario de Portugal junto ao governo dos Estados Unidos, deputado nas côrtes ordinarias de 1822, socio fundador e secretario perpetuo da Academia das Sciencias, socio da Sociedade Real de Londres, da Linneana e da dos antiquarios da mesma cidade; membro correspondente do Instituto de França, da Sociedade Philomatica de Paris, das Academias de Turim, Florença, Bordeaux, Leão, Marselha, Liége, Sena, Mantua e Cortona; e das Sociedades Reaes de Agricultura do Piemonte e da Toscana; e da Economia de Valença, sabio naturalista, etc. Em França e em todo o mundo scientifico era mais geralmente conhecido pelo simples nome de *Abbade Correia*. N. em Serpa a 6 de junho de 1750, fal. nas Caldas da Rainha a 11 de setembro de 1823 Era filho do doutor em medicina pela Universidade de Coimbra Luiz Dias Correia, e de sua mulher D. Francisca Luiza da Serra. Tendo seu pae que de ir para Roma, levou comsigo toda a familia, e ali José Correia da Serra começou a sua educação, revelando desde os primeiros annos muito engenho e agudeza, e taes fôram os progressos que fez nos estudos, que, contando apenas 14 annos de edade, imprimiu a sua primeira obra consagrada a S. José. Dedicou-se especialmente á botanica e ás antiguidades, mas as linguas fôram n'essa epoca o principal objecto das suas attenções, chegando a ser tão insigne no conhecimento das linguas, que lhe eram familiares a franceza, ingleza, allemã, arabe, grega, italiana, latina, hespanhola e portugueza, e empregando no estudo tão grande assiduidade, que muitas vezes o proprio pae o obrigava a interromper o trabalho receando que tamanha applicação lhe prejudicasse a saude. Por esse tempo viajava na Italia o duque de Lafões D. João de Bragança, que na Universidade de Coimbra travára relações intimas com o dr. Luiz Dias Correia, e descobrindo as raras qualidades e disposições litterarias de que era dotado José Correia da Serra, pediu ao pae licença para o levar comsigo na viagem que projectava, viagem que durou um anno, e durante a qual se contraiu entre elles a mais intima e verdadeira amizade, que nunca se interrompeu, e muita influencia exerceu na próspera e adversa fortuna de José Correia da Serra. Em 1771 regressou a Portugal o

José Francisco Correia da Serra

dr. Luiz Dias Correia, deixando a familia em Roma, onde seu filho, destinado á carreira ecclesiastica, tomou as ordens menores e todas as mais até ás de presbytero, celebrando a sua primeira missa na majestosa basilica de S. Pedro em 1775, dizem que sob os auspicios d'aquelle illustre fidalgo. No anno seguinte seu pae o chamou a Lisboa, porque o marquez de Portugal, que lhe dispensava a sua protecção, lhe promettera um emprego rendoso para o filho. A' ordem do seu pae saiu logo de Roma José Correia da Serra, desprezando grandes partidos que lhe offereceram em Italia, preferindo a tudo o serviço da patria. Não achando navio que viesse para Portugal, embarcou a bordo d'um que saía para Cadiz, vindo de lá por terra para Portugal acompanhado de sua familia. Em Cadiz soube da morte d'el-rei D. José, e em Mertola, onde chegou a 29 de março de 1777, soube que seu pae havia morrido havia pouco mais d'um mez, e que o marquez de Pombal já fôra demittido do governo. A sensação cau-

sada por estes imprevistos desgostos, lhe abalou profundamente a saude, mas como já era conhecido no paiz pela sua reputação de grande erudito, foi muito bem recebido e geralmènte estimado em Lisboa. Em 3 de janeiro de 1779 chegou o duque de Lafões, e por offerta d'este seu illustre amigo, acceitou a hospedagem no seu palacio, depois de concluidos alguns negocios com a sua familia. Foi ali, e sob a influencia benefica do duque, que José Correia da Serra delineava a organisação e os estatutos da Academia Real das Sciencias, que o seu patrono conseguiu immediatamente crear, sob a protecção da rainha D. Maria I, por aviso regio de 24 de dezembro de 1779. O duque de Lafões ficou sendo o presidente, e secretario o visconde de Barbacena, mas resignando este fidalgo o cargo, assumiu-o José Correia da Serra, que lhe cabia com toda a justiça, porque se póde considerar o verdadeiro fundador de essa corporação scientifica. O seu incontestavel merecimento, a estima de estranhos e naturaes, e a amisade com que o distinguia o duque de Lafões, chamaram sobre Correia da Serra muitos odios e invejas, e os inimigos aproveitaram a occasião opportuna que lhes offereceu o animo bondoso do distincto academico. Tinha chegado a Lisboa o celebre naturalista Boussonet, fugido de França, onde fôra envolvido na perseguição movida aos girondinos, e Correia da Serra recommendando-o ao duque de Lafões, pôde conserval-o escondido n'um quarto do edificio da academia, onde pequeno numero de homens de letras era admittido a visital-o. Apezar d'esta precaução o governo soube da estada em Lisboa do emigrado francez, e o ministro visconde de Villa Nova da Cerveira deu a entender a Correia da Serra, que a rainha não estava satisfeita com o modo porque elle procedera com esse estrangeiro. Ou bastassem essas simples advertencias ou na realidade, como alguns querem, mandasse o intendente Pina Manique passar ordem de prisão contra Correia da Serra e contra o seu protegido, é certo que elle, passando ao Algarve e de ahi a Gibraltar embarcou juntamente com Broussonet para Inglaterra sem passaporte nem licença, e não conseguindo dissuadil o as satisfações que o visconde de Villa Nova da Cerveira lhe deu ainda cá nem as que lhe enviaram para Londres. N'esta cidade recebeu o illustre academico o mais benevolo acolhimento de todos os homens de sciencia, e em especial do presidente da Sociedade Real de Londres, o celebre José Baukt, e ahi do novo se entregou aos estudos botanicos, publicando nas *Transações philosophicas* alguns trabalhos de grande valor, que fôram devidamente apreciados por todos os cultores d'essa sciencia e a proposito de um dos quaes o professor dr. Candole escreveu na sua *Theorie elementaire de la botanique*: «O termo (symetria) foi empregado pela primeira vez por Linneu e o seu emprego indica que o celebre naturalista sueceo tinha ideias muito justas sobre e methodo natural; porém Correia da Serra foi o primeiro que nas *Memorias da Sociedade Lineana* desenvolveu realmente sobre esta materia considerações novas, fecundas, e de que eu tenho feito uso n'esta discussão.» Pela mudança politica que houve em Portugal no anno de 1801, subindo o duque de Lafões ao logar de ministro assistente ao despacho, foi em 18 d'abril d'esse anno Correia da Serra nomeado conselheiro da legação portugueza em Londres e encarregado de negocios n'aquella côrte, onde era embaixador D. Lourenço de Lima, mas taes fôram os dissabores que este diplomata soube suscitar-lhe procurando fazer acreditar ao nosso governo que o abba de Correia da Serra era pouco limpo de mãos, que este teve de deixar Londres e passar a Paris onde permaneceu até 1813, sendo muito bem acceito de todos os homens eminentes nas letras e nas sciencias, e ali se empregou nos seus estudos favoritos de botanica, consagrando os ocios a varios trabalhos de litteratura e á collaboração da *Biographie Universelle* publicada por Michaud. A respeito da consideração em que era tido em França o illustre sabio portuguez, diz Teixeira de Vasconcellos na biographia que escreveu: «E tão nacional seu o fôram querendo os francezes o ostentando aos estrangeiros que o era ou que merecia sel o pela excellencia de talento, pela variedade copiosa de instrucção, pelo amor do trabalho e pela conhecida vantagem das suas indagações, que o nome do abbade Correia, ao estylo de França, ficou sendo o do nosso compatriota em todas as partes do mundo onde depois esteve, e ainda hoje serve para o designar entre nós e nos reinos estrangeiros.» Em 1813 foi para os Estados Unidos, e obrigado pela falta de meios, que já o incommodara em França, e devido á falta de communicações e ao descuido dos administradores dos seus bens, abriu aula de botanica em Philadelphia, e assim obteve os meios precisos para a subsistencia até que em 31 de janeiro de 1816 a côrte do Rio de Janeiro o nomeou ministro plenipotenciario junto do governo da União. No exercicio d'este logar difficil o bastante melindroso, prestou serviços importantes e valiosos, sendo remunerado com a commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa em 28 de maio do 1819; n'esse mesmo anno foi nomeado conselheiro de Fazenda. Havia já sido agraciado em 6 de agosto de 1807 com o habito da ordem de Christo. Desejoso de voltar á patria, embarcou para Londres em 1820, e em agosto do anno seguinte chegou a Lisboa, sendo reintegrado no seu antigo logar de secretario da Academia das Sciencias. A cidade de Beja o elegeu em 1822, deputado ás côrtes, mas nem o seu genio nem a sua saude já muito quebrada lhe permittiram tomar parte importante nos trabalhos parlamentares, e indo ás Caldas da Rainha buscar allivio aos seus soffrimentos, ali falleceu com 73 annos incompletos. O *Diccionario Bibliographico*, de Francisco Innocencio da Silva, vol. IV, a pag. 338 e 339, traz mencionadas as obras de José Correia da Serra. Na sala das sessões d'Academia das Sciencias existe um quadro a oleo do grande naturalista. O *Elogio historico* de José Correia da Serra foi recitado por Manuel José Maria da Costa e Sá na sessão publica da Academia no 1.º de dezembro de 1829, vindo a publicar se em 1848 no tomo II, parte 2.ª da segunda serie das respectivas *Memorias*. Em 1903, por iniciativa do sr. João Camacho Pimenta, de Serpa, organisou-se n'esta villa uma bibliotheca publica com o nome de *Bibliotheca Correia da Serra*, em homenagem ao nome glorioso do illustre sabio portuguez.

Serra *(José de Mattos Ferrão Castello Branco)*. Doutor em Cánones pela Universidade de Coim-

bra. Era natural de Villa Chã de Poiares, sendo filho de Mattos Ferrão Castello Branco. Doutorou-se em 25 de julho de 1801.

Serra *(Ricardo Franco de Almeida)*. Sargento mór de engenheiros Em 1788 achava se em Matto Grosso, Brazil, como capitão de infantaria, com exercicio de engenheiro, sendo promovido n'essa epoca a sargento mór. Consta que falleceu em Coimbra em 1508, no posto de coronel. Em 1786 fôra encarregado de fazer o reconhecimento do Paraguay e do Cayabá, e o diario veiu a ser publicado na *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*, No Archivo Militar do Rio de Janeiro ha, de Almeida Serra, alguns mappas originaes. No *Patriota*, jornal litterario e politico que começou a publicar-se no Rio de Janeiro anteriormente a 1814, sairam os seguintes escriptos: *Descripção geographica da capitania de Matto Grosso; Discurso sobre a urgente necessidade de uma povoação na cachoeira do salto do rio Madeira para facilitar o util e indispensavel commercio, que pela carreira do Pará se deve fomentar para Matto Grosso, etc; Diario da diligencia do reconhecimento do Paraguay, desde o logar do Marco da boca do Jaurú até abaixo do Prezidio de nova Coimbra*, etc ; *Diario resumido sobre a configuração do Rio Paraguay desde* o *Marco e Foz do Rio Jaurú até abaixo do presidio de Nova Coimbra*, etc.; *Novo diario da viagem dos Rios da Madeira, Mamoré e Guaporé até Villa Bella, Capital do governo de Matto Grosso*, etc.; *Diario do rio Madeira. Viagem que a expedição destinada a demarcação de limites fez do rio Negro até Villa Bella.*

Serra *(Victorino Manuel da)*. Pintor d'ornamentos. N. em 1692, fal. em 1747. Chamavam lhe o *Moço*, e era filho do pintor Antonio da Serra, o *Velho*. Seguiu o mesmo genero de trabalho que seu pae adoptara. Nem este, nem seu pae dirigiram os differentes trabalhos que fizeram, mas trabalhavam debaixo da direcção de outros pintores. Os seus trabalhos encontravam se n'algumas egrejas de Lisboa, que já hoje não existem, como na egreja da Boa Hora, capella da Senhora do Monte do Carmo na rua Formosa, no convento da Graça, e no hospital de Todos os Santos. Das egrejas ainda existentes, vê-se no tecto e por cima da porta principal da Pena, e no Menino Deus. Era um imitador de Boccarelli.

Serra. Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Thomar, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 908 fog. e 3:428 habit Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e pharmacias. Está situada a cêrca de 3 k da margem direita do Rio Zezere, e a 12 da séde do conc. A terra é fertil em todos os generos agricolas. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res. n.º 15, com a séde om Thomar. || Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. da Extremadura, conc. e com. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa, bisp. de Beja; 192 fog. e 890 habit. Tem esc. do sexo masc. e est. post Está situada em terreno montuoso, a 8 k. da séde do conc. A terra é fertil, e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com séde em Setubal. || Pov. e freg. de Santa Margarida, da prov. da Extremadura, conc. de Grandola, com de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa, bisp. de Beja; 155 fog. e 716 hab. Tem est. post. e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde om Setubal. || Povs. nas freguezias: S. Pedro, de Alhadas, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || S. Martinho, de Arco de Baúlhe, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Ilha da Madeira e distr. do Funchal: S. Braz de Campanario, conc. de Camara de Lobos; N. S.ª da Graça, de Estreito de Camara de Lobos, do mesmo conc.; Santissima Trindade, de Tabua, conc. de Ponta do Sol; S. Vicente e conc. de S. Vicente. || Sant'Anna, de Carnota, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. de Ancião, distr. de Leiria, || S. Cypriano, de Chapa, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Chavão, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção, de Collares, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || S. Cosme, de S. Cosme de Gondomar, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || O Salvador, de Covas, conc. de Villa Nova da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Covello, conc. de Gondomar, distr. do Porto || S. Estevão, de Galés, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Lovelhe, conc. de Villa Nova da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Sebastião e conc. de Loulé, distr. de Faro || S. Christovão, de Louredo, conc. de Paredes, distr. do Porto || Santa Marinha, de Louzado, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria e conc. de Marvão, distr. de Portalegre. || N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição e conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || S. Julião, de Paços, conc. e distr. de Braga. || S. Lourenço, de Prado, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santo Estevão, de Pussos, conc. de Alvaiazere, distr de Leiria. || S. Mamede, de Quiaios, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Pedro, de Rates, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || Ilha Terceira, Açôres: S. Pedro, de Ribeirinha, conc. e distr. de Angra do Heroismo. || Santo Adrião, de Santão, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Martinho, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Vandoma, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Nome d'um ilhéo situado na costa da ilha do Porto Santo, archipelago da Madeira.

Serra d'Agua. Ilha da Madeira, distr. e bisp. do Funchal: Pov. e freg. de N. S.ª d'Ajuda, conc. e com de Ponta do Sol; 365 fog. e 1:631 habit. Tem esc. do sexo masc., est. post. e uma fabrica de Manteiga. Pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.º 27, com a séde no Funchal; povoações nas freguezias: Sant'Anna e conc. do mesmo nome; S. Braz, do Arco da Calheta, conc. da Calheta; Santa Quiteria, de S. Boa Ventura, conc. de S. Vicente; N. S.ª da Natividade, de Fayal, conc. de Sant'Anna; N. S.ª da Conceição e conc. de Machico; Santo Antão, de Seixal, conc. de Porto Moniz.

Serra do Alamo. Sitio na freg. de Mosteiros, conc. de Arronches, distr. de Portalegre.

Serra d'Alrota. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Bucellas, conc. de Loures.

Serra do Alvorge. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alvorge, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Serra dos Arados. Pov. na freg. de S. Domingos, de Fanga da Fé, conc. de Mafra, distr. do Lisboa.

Serra d'Ayres. N'outro tempo *Mata d'Ayres*. Herdade nas proximidades da ribeira d'Alcaraviça, pertencente segundo parece ao conc. d'Elvas, e depois encorporada na freguezia de Santo Aleixo, concelho de Fronteira, e hoje concelho de Monforte, por decreto de 3 de abril de 1871. O nome d'esta herdade parece provir de d'Ayres Martins, a cuja viuva Maria Esteves e a seu filho Estevam Ayres deu carta de couto D. Diniz em 1319. Em 16 de março de 1345, foi coutada a Teresa Annes. Mais tarde confirmou el Rei D. Fernando a coutada a Maria Annes, mulher que foi d'Affonso Domingues. D. João I fez passar carta identica a favor de Rui Gonçalves d'Olivença, seu escudeiro, a 2 de março de 1391: e ainda outra foi dada a Affonso Mendes por el Rei D. Duarte a 5 de dezembro de 1433, confirmada por D. Affonso V a Ayres Fernandes, a 19 de março de 1450, e por D. Manuel a Pero Caldeira e a Pero Correia, a 9 de janeiro de 1497. N'esta herdade legou depois Isabel Fuseira, natural de Villa Viçosa, á Misericordia d'Elvas a sexta parte que n'ella tinha, por testamento de 30 d'agosto de 1553, de que a dita santa casa tomou posse a 14 de março do anno seguinte, com a obrigação de 180 alqueires de trigo á Misericordia de Villa Viçosa. D. Garcia Henriques tinha n'esta herdade a maior parte, e pagava á Misericordia d'Elvas 1$000 réis annuaes em vez de pitanças. Em 1767 era de D. João Henriques, rendia 180$000 réis e tinha ainda de pensão 30$000 rs á Misericordia de Villa Viçosa.

Serra d'Azola. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Cezimbra Castello, conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa.

Serra de Baixo. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sabacheira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Serra das Balas. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Serra dos Baleeiros. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Serra de Banha. Pov. na freg. de S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Serra da Boa Viagem. Pov. na freg. de S. Pedro, de Buarcos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Serra de Borges. Pov. na freg. de S. Pedro, de Ramella, conc. e distr. da Guarda.

Serra de Bouro. Pov. e freg. de N. S.ª dos Martyres, da prov. da Extremadura, conc. e com. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa; 527 fog. e 2:306 habit. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada a 2 k. do Oceano, e a 7 da séde do conc. A terra é fertil, e abundante de peixe. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa.

Serra do Calvo. Pov. na freg. de N. S.ª da Annunciação e conc. de Lourinhã, distr. de Lisboa.

Serra de Castros. Pov. na freg. de S. Salvador, de Maiorca, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Serra da Caveira. Logar do conc. de Grandola, onde ha minas de cobre.

Serra da Charca. Pov. na freg. de S. Pedro de Almargem do Bispo, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Serra de Cima. Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Castanheira do Vouga, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Conceição, de Sabacheira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Serra de Dentro. Archipelago da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Piedade e conc. de Porto Santo, distr. do Funchal.

Serra de El Rei. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Extremadura, conc. de Peniche, com. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa; 263 fog. e 1:047 habit. Tem est. post. e pharmacia. Está situada n'uma pequena elevação, na estrada de Athouguia a Obidos, a 12 k. da séde do conc. E' pov. muito antiga, e diz se que a egreja foi originariamente um templo romano dedicado a Neptuno pelo consul Decio Junio Bouto, em memoria do triumpho que elle obteve contra os povos de Eburobritium. Houve aqui, em epocas muito remotas, um convento de eremitas descalços de Santo Agostinho, dedicado a S. Julião, martyr. Passou depois para ordem de S. Bernardo. Em 1191, houve uma grande peste, e os frades, que eram poucos, morreram d'essa epidemia, e desde então o convento ficou pertencendo ao de Alcobaça. O rei D. Pedro I mandou construir em 1360 na aldeia da Matta d'El Rei, pertencente a esta freguezia, uns paços graudiosos, onde este monarcha, e mais tarde D. João I residiram grandes temporadas entretendo-se em caçadas e pescarias. Estes soberanos concederam á pov. muitos privilegios, que os seus successores confirmaram. Ha aqui tambem a antiquissima ermida dedicada á Senhora do Amparo. A pov. pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1 com a séde em Lisboa. || Serra do distr. de Leiria, situada na freg. do mesmo nome, no conc. de Peniche, a ESE da villa de Athouguia da Baleia, em direcção NE a SO. Tem 5 k. de comprimento, 3 de largura e 171 m. d'altura.

Serra de Fóra. Archipelago da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Piedade e conc. de Porto Santo, distr. do Funchal.

Serra de Joanneanes. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Zambujal, conc. de Condeixa a Nova, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural.

Serra de Louro. Pov. na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Serra dos Mangues. Pov. na freg. de S. Martinho do Porto, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Serra de Megide. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Canellas, conc. de Villa Nova de Gaia, distr. do Porto.

Serra do Monsanto. V. *Monsanto*.

Serra do Monte. Pov. na freg. de S. Pedro, de Rates, conc. de Povoa do Varzim, distr. do Porto.

Serra e Moura (*Thomaz Nunes da*). Juiz conselheiro de Supremo Tribunal de Justiça, desembargador da Relação de Lisboa, par do reino, etc. E' natural da villa de Montemór o Velho, e em 1843 matriculou-se na faculdade de Direito na Universidade de Coimbra. Concluida a frequencia do 3.º anno do curso, alistou se no batalhão academico em 1846, por occasião da revolta da Maria da Fonte. Fez parte da expedição do Algarve. Desembarcou em Lagos e foi por terra

para Faro, onde soube que fôra despachado commissario civil da secção de Tavira. Acabada a guerra civil, voltou á Universidade a concluir os seus estudos, formando-se na referida faculdade em 1849. No anno seguinte estabeleceu banca de advogado em Alemquer, em 1860 foi nomeado, precedendo concurso, juiz de direito da comarca de Bardez, e em 1861, precedendo tambem concurso, foi nomeado procuradôr da corôa da fazenda junto da Relação de Gôa. Regressou ao continente em 1867, e pediu, por motivo de interesses de familia, a sua collocação no reino, sendo nomeado então juiz de direito da comarca de Castro Daire. Escolhido esse ponto militar para a sublevação de 1870, conduziu-se com toda a competencia, conforme attestam os seus relatorios, que fôram lidos na camara dos deputados pelo sr. conselheiro José Luciano de Castro, então ministro do reino. Em 1872 voltou á India, onde exerceu, durante 5 annos, o cargo que já ali havia exercido, sendo nomeado em 1877 juiz da Relação da Nova Goa. Mais tarde era presidente da mesma Relação. Pelos valiosos serviços prestados no Estado da India, foi agraciado em 1862 com a commenda da ordem de Christo, e em 1867 com a carta de conselho. Regressando ao reino, em 1882, foi agregado á Relação de Lisboa como juiz da instancia, e logo collocado na effectividade. Em 1884 acceitou a commissão de governador civil do Funchal, e pouco depois era nomeado juiz da Relação de Lisboa. Em 1887 foi elevado a par do reino. Por decreto de 27 de dezembro de 1893 foi nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça. Em 1909 foi nomeado presidente do mesmo Tribunal, cargo de que tomou posse em 21 de dezembro.

Serra do Mouro. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Serra Negra. Ponta situada na costa E da ilha do Sal, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Monte da ilha do Sal, no mesmo archipelago e provincia. Está situado proximo da costa onde fica a ponta do seu nome. E' de fórma oblonga e não muito elevado.

Serra do Paião. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Paião, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Serra da Pescaria. Pov. na freg. de N. S.ª da Victoria, de Famalicão, conc. de Pederneira, distr. de Leiria.

Serra do Pilar *(José Antonio da Silva Torres Ponce de Leão, barão do Pico do Celleiro e visconde da)*. Tenente general. N. em Santarem a 16 de março de 1782, onde tambem fal. a 6 de setembro de 1848. Era filho de Lazaro da Silva Torres, cavalleiro da ordem de Christo e correio mór de Santarem, e de sua mulher D. Feliciana Rosa d'Oliveira. Assentou praça em cavallaria, tomou parte na Guerra Peninsular, sendo promovido a capitão de cavallaria n.º 1 em 1810, e elevado a major em 1814. Pelos serviços que prestou durante a guerra, recebeu as medalhas das batalhas de Albuera e de Vitoria, e a cruz de ouro da Guerra Peninsular, algarismo n.º 4. Promovido posteriormente a tenente-coronel para o regimento de cavallaria n.º 2, e em 1824 a coronel, servia em cavallaria n.º 8 quando se deu a 16 de maio de 1828, a revolução liberal do Porto, a que adheriu, sendo nomeado commandante geral de todas as forças da sua arma que obedeciam á junta que se organisou n'aquella cidade. Depois de entrar nos combates da Cruz dos Morouços, em 24 de junho, Marnel em 28, e Ponte do Vouga em 29 do referido mez de junho, como as forças da junta ficaram derrotadas, teve o coronel Torres, com os seus, de retirar para o Porto. Vendo os principaes chefes das revoluções que a sua causa estava perdida, emigraram para Inglaterra a bordo d'um navio inglez. O coronel Torres passou em seguida á ilha Terceira a juntar se aos poucos mas valentes soldados que sustentavam ali a causa constitucional. Nomeado commandante da columna composta dos contingentes de caçadores n.º 2 e 5, combateu com esta força, ganhando a batalha do Pico do Celleiro, que deu em resultado submetter-se toda a ilha ao governo liberal. O destemido official foi membro da Junta Provisoria, governador do castello de S. João Baptista, e membro da Junta Consultiva. Regressou ao reino com o exercito liberal em 1832, desembarcando nas praias do Mindello em 9 de julho, e tomou parte no cêrco do Porto, assistindo ás acções de Ponte Ferreira em 22 e 23 d'esse mez, e á de Souto Redondo a 7 de agosto do mesmo anno de 1832. Sendo despachado brigadeiro recebeu o governo da Serra do Pilar, e ali se defendeu com a maior valentia contra os ataques dos absolutistas, sendo o primeiro a dar o exemplo, vigiando constantemente, adestrando e disciplinando as tropas inexperientes que tinha ás suas ordens para a defeza da cidade do Porto. Os seus serviços fôram recompensados com o titulo de barão do Pico do Celleiro por decreto de 4 de abril de 1833, e mais tarde, por decreto de 1 de dezembro de 1834, com o de visconde da Serra do Pilar, recordando esses dois titulos os pontos em que mais se illustrou e distinguiu na campanha da Liberdade. Deixando o governo da Serra do Pilar em 20 de agosto de 1833, veiu para Lisboa, e sendo encarregado de fortificar e defender a Torre de Belem e fortificações adjacentes durante o tempo em que os absolutistas estiveram em frente de Lisboa, foi exonerado em novembro, devendo partir immediatamente para o Porto afim de ser empregado no exercito de operações, declarando a portaria da exoneração que o general Torres cumprira o serviço com grande zelo e actividade, dando assim mais uma prova do interesse com que se empregou no serviço da causa constitucional. Incumbido em março de 1834 do commando da divisão de operações, saiu do Porto com essa força de 4 a 5:000 homens na noite do dia 25, e depois dos combates de Santo Thirso e da Lixa, em que os miguelistas ficaram vencidos, e entrou em Amarante sujeitando ao governo liberal todas as terras até ao rio Tamega. As primeiras noticias do bom resultado d'estas operações e o das que Napier, por seu lado conseguira tambem, deram força á antiga ideia d'uma diversão em força nas provincias do norte, e partindo para ahi o duque da Terceira, tomou este general o commando geral das forças ao passo que o general Torres regressava ao Porto para assumir o governo militar da provincia do Douro e interinamente da do Minho. Em agosto de 1834 deixou o exercicio d'esta commissão para voltar a Lisboa; foi em dezembro d'esse anno nomeado par do reino, e em julho de 1835 tenente-rei da Torre de Belem. Posteriormente su-

biu a marechal de campo e tenente general. Além das distincções já mencionadas era tambem official da ordem da Torre e Espada.

Serra do Pilar. V. *Pilar.*

Serra do Pinheiro. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Serra do Porto d'Urso. Pov. na freg. de S. João Baptista, do Monte Real, conc. e distr. de Leiria.

Serra da Povoa Palhaça. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Fatella, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco.

Serra de Santa Catharina. Pov. na freg. do Espirito Santo, da Egreja Nova do Sobral, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Serra de Santa Marinha. Pov. na freg. de S. Mamede, de Quiaios, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Serra do Santo Antonio. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Minde, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Serra de S. Bartholomeu. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça e conc. de Souzel, distr. de Portalegre.

Serra de S. Bento. Pov. na freg. de S. Salvador, de Maiorca, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Serra de S. Domingos. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. da Certã, districto de Castello Branco.

Serra de S. Julião. Pov. na freg. de N S.ª da Luz, de Carvoeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Serra de S. Thiago. Ilha Terceira, Açôres. Pov. na freg. de S. Miguel, de Lages, conc. da Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo; pov. na freg. de Santa Cruz, de Praia da Victoria, do mesmo conc. e districto.

Serra da Torre. Sitio no logar da Freixieira, freg. de S. Pedro de Lousa, conc. de Loures

Serra de Tourega *(Estevão Antonio Tormenta Pinheiro, visconde e conde da).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa e commendador da do Christo; gran cruz de Izabel a Catholica de Hespanha, commendador de S. Gregorio Magno, de Italia, socio effectivo da Associação de Agricultura, membro da Sociedade de Geographia de Lisboa, condecorado com a medalha de merito agricola de França, grande proprietario, etc. N. em Evora a 29 d'agosto de 1856, fal. em Lisboa a 15 d'abril de 1911. Era filho do abastado lavrador do Alemtejo Antonio Bernardo Pinheiro, e de sua mulher D. Gertrudes Angelica Tormenta Pinheiro. Exerceu alguns cargos em Evora, como o de presidente da camara municipal, mesario e provedor da Misericordia, procurador da Junta Geral do districto, etc. Foi tambem vogal do Conselho Superior de Agricultura, e deputado em 1898, eleito por Evora Estava filiado no partido progressista. Quando fez parte da camara municipal de Evora, prestou muitos serviços o promoveu muitos melhoramentos n'aquella cidade. Foi agraciado com o titulo de visconde Serra de Tourega, por decreto de 5 de fevereiro de 1880, sendo elevado ao de conde com grandeza, por decreto de 26 de dezembro de 1889. Casou com D. Maria Joaquina de Sande de Pinheiro, filha dos illustres morgados de Sande de Extremoz e de Vianna. Tendo enviuvado, passou a segundas nupcias com D. Maria das Dores Saavedra Martins.

Serra da Villa. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Torres Vedras, districto de Lisboa.

Serrada. Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Villar do Monte, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de Tancos, conc. de V. N. da Barquinha, distr. de Santarem.

Serrada da Freixiosa. Pov. na freg. de Santa Eufemia e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Serrada da Matta. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Serradas. Pov. na freg. de S. Pedro. de Beberriqueira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Serradella Roça na ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Serradello. Povoações nas freguezias: S. Paio, de Casaes, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Raiva, conc. do Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Serradinho do Moinho. Limite do Cheira. Sitio na freg. de Podentes, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Serrado *(Francisco de Mello Lemos e Alvellos, visconde de).* Moço fidalgo com exercicio, conselheiro, bacharel formado em Direito pela Universidade do Coimbra, governador civil do distr. de Vizeu, proprietario, etc. N. a 15 de dezembro de 1823. Era filho de Henrique de Mello Lemos Alvellos, marechal de campo reformado, e de sua mulher D. Anna Maxima de Mello Castello Branco Casou com D. Cacilda Candida da Costa Castello Branco, filha de Diogo da Silva Castello Branco, general de divisão, e de sua mulher D. Maria Emilia de Mesquita e Costa. Foi agraciado com o titulo de visconde do Serrado por decreto de 8 de maio de 1873. Tem brazão de armas: Escudo com as armas dos Alvellos: Em campo vermelho 5 estrellas de ouro de 7 pontas; timbre, um urso nascente, da sua côr, com uma das armas no peito.

Serrado. Pov. da freg. do Santissimo nome de Jesus, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pov. na freg. de S. Lourenço dos Orgãos, no mesmo conc., archipelago e provincia.

Serrado de Asno. Pov. na freg. de S. João Baptista, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Serrado de Santa Cruz. Pov. na freg. de S. Thiago Maior, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Serradouro. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Folgosa, conc. de Maia, distr. do Porto. || S. Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real.

Serralhal Ilha da Madeira; pov na freg. de Santo Antão, de Caniço, conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal.

Serralheiro. Officio que tinha regimento na collecção dada pelo senado de Lisboa em 1572.

Serralva. Povoações nas freguezias: S. Pedro,

de Canedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Valle, do mesmo conc. e districto.

Serralves. Pov. na freg. de S. Martinho, de Lordello do Ouro, no bairro occidental do Porto

Serrano *(Alfredo)*. Jornalista, escriptor e poeta. N. em Lisboa em 1875, e fal. em Bolonha (Italia) em 16 de setembro de 1904. Ficando orphão de pae foi educado na Casa Pia, por falta de recursos de familia. Cursou depois o Lyceu, passando ao Curso Superior de Letras. Sendo estudante no Lyceu, foi um dos mais enthusiastas iniciadores da manifestação de homenagem a João de Deus, em março de 1895 e era já alumno do Curso Superior de Letras, quando o seu ideal politico principiou a manifestar se, tornando-se um dos mais valorosos defensores do partido legitimista, a que o ligavam tradições de familia. Foi ainda nos bancos do Lyceu que compoz os seus primeiros versos, obtendo mais tarde grande exito o seu livro de prosa intitulado *Horas de Sol*, e sendo tambem muito bem recebido pela critica a sua serie de poesias *Manhã dourada*, prefaciadas pelo sr. dr. Theophilo Braga e dedicadas a João de Deus. Foi redactor effectivo da *Nação*, da *Palavra* e collaborou em outros jornaes, como o *Portugal Velho*, *A Cabra*, *Elmano*, *Cezimbrense*, etc. No *Seculo*, em assidua collaboração, deixou muitos escriptos valiosos, e nas chronicas que simultaneamente escreveu para muitos jornaes brazileiros. D. Miguel de Bragança o convidou para professor de lingua portugueza de seus filhos D. Miguel e D. Francisco José, dando lhe assim um testemunho de grande consideração e apreço pelos seus dotes intellectuaes e pelos seus serviços. Alfredo Serrano partiu para Austria, e houve-se com tal merito no desempenho d'essa missão que mereceu o elogio e o applauso do principe que o convidara para aquelle elevado cargo de confiança. Durante a sua permanencia na Austria, Serrano instruiu-se e illustrou-se muitissimo, regressando e Portugal com um vasto reportorio de conhecimentos que tornavam muito aprazivel a sua conversação. Ultimamente puzera de parte os seus estudos para se consagrar á historia da arte e á critica da pintura, e n'este intuito percorria os principaes centros artisticos do estrangeiro, visitando os melhores museus da Europa, e n'essa viagem veiu surprehendel o a morte. Em janeiro de 1904, anno em que falleceu, ainda realisou na Sociedade de Geographia umas conferencias sobre arte, que foram muito apreciadas. Alfredo Serrano deixou muitos ineditos, entre os quaes se conta um drama inspirado no *Blanchette*.

Serrano *(José Antonio)*. Professor da Escola Medico Cirurgica de Lisboa. N. em Castello de Vide a 1 de outubro de 1851, fal. em Lisboa a 7 de dezembro de 1901. Era filho unico de José Pedro Serrano, e de sua mulher D. Anna Catharina Serrano Veiu para Lisboa estudar no collegio Europeu, passando depois á Escola Polytechnica, e matriculando-se por fim na Escola Medica. Seguindo sempre os estudos com muita distincção, defendeu these em 22 de dezembro de 1875, a qual publicou e tem por titulo: *Nervos vaso motores. Factos e theorias physiologicas*. Precedendo concurso, foi nomeado preparador e conservador do museu de anatomia, por decreto de 12 de março de 1878, logar que exerceu até subir ao magisterio. Em 23 de janeiro de 1879 foi nomeado interinamente cirurgião do banco do hospital de S. José, serviço que deixou em 25 de novembro do mesmo anno. Novamente foi admittido, tambem interino, em 24 de abril de 1883, e definitivamente por decreto de 16 de julho de 1885, passando a cirurgião extraordinario em 26 de janeiro de 1888. Por decreto de 13 de maio de 1880 foi demonstrador da secção cirurgica da Escola Medica; preparador e lente substituto d'essa secção por decreto de 19 de setembro de 1881, e lente proprietario por decreto de 12 de dezembro de 1889, sendo-lhe incumbida a 1.ª cadeira (anatomia descriptiva) por transferencia do professor Boaventura Martins d'esta cadeira para a de anatomia pathologica. Desde 1882-1883 até á data do seu fallecimento regeu esta cadeira. Por decreto de 28 de julho de 1898 foi nomeado secretario e bibliothecario da Escola. Cumulativamente exerceu os cargos de director da enfermaria do hospital de S. José (Santo Amaro Desterro), director da repartição de estatistica medica do mesmo hospital e professor da 10.ª cadeira da Escola de Be'las Artes (anatomia artistica e hygiene de edificios). Foi tambem director da Casa da Saude Lisbonense, juntamente com os doutores Sousa Martins e Bettencourt Pita, e clinico da Santa Casa da Misericordia. O dr. Serrano foi o primeiro cirurgião portuguez que praticou a operação da hysterectomia abdominal (28 de julho de 1889), e tambem o que entre nós obteve por meio de laparatomia a primeira cura d'um tumor solido do ovario, o qual n'este caso pesava 2150 grammas (24 de abril de 1889). Era socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, presidente da assembleia geral da Associação dos Medicos Portuguezes e da Caixa de Soccorros a Estudantes Pobres, socio da Sociedade de Geographia de Lisboa, socio titular e vice-presidente da Sociedade das Sciencias Medicas, socio correspondente do Instituto de Coimbra, membro da Academia Etrusca de Cortona, da Sociedade de Medicina e Cirurgia de S. Paulo e da Academia Nacional de Medicina e Cirurgia de Cadiz, socio da Assistencia Nacional aos Tuberculosos, e vogal da sub-commissão de divulgação, presidente da commissão de legislação da Liga Nacional contra a Tuberculose. Era collaborador assiduo de muitas revistas de medicina, tendo predilecção pelos estudos anatomicos, e publicando algumas obras sobre os mesmos estudos. Bibliographia: *Estudos de anatomo-pathologia geral segundo o transformismo, nutrição, inflammação, neoformação. These de concurso ao logar vago de demonstrador da secção cirurgica da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa*, 1880; *Os ossos da mão e do pé*, 1887; *O darwinismo e Const. James*, 1887; *Programma dos cursos de anatomia na Escola Medica de Lisboa*, 1886; *Manual synoptico de anatomia descriptiva*, 1893; *Tratado de teologia humana, Morphologia, phylogenia e ontogenia*, 1895, obra que foi laureada pela Academia Real das Sciencias e obteve o premio D. Luiz I; *Collecção anatomica da bibliotheca da Escola Medica de Lisboa; Indice dos nomes proprios da terminologia anatomica actual*; *O ensino da anatomia na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa*; *O professor Arantes*, etc. O dr. Serrano era além d'um homem de sciencia um erudito, um apreciado litterato, deixando d'is

so prova nos elogios que escreveu sobre o doutor Sousa Martins e dr Arantes Pedroso. Fez parte da expedição scientifica á Serra da Estrella, organisada pela Sociedade de Geographia, e executou por essa occasião importantes trabalhos anthropometricos.

Serranos Pov. na freg. de S. Miguel do Pinheiro, conc de Mertola, distr. de Beja.

Serrão Appellido nobre, que procede de Vasco Martins Serrão de Moura, ao qual a rainha D. Brites, mulher de D. Affonso III, deu a villa de Moura. As armas dos Serras são: Em campo de prata um leão de púrpura armado de negro, sobre um monte da sua côr; elmo d'aço, aberto, e por timbre meio leão do escudo

Serrão *(Domingos Vieira)*. V. *Vieira Serrão.*

Serrão *(Francisco)*. Navegante a quem se attribue o primeiro descobrimento na Australia no principio do seculo XVI.

Serrão *(Jeronymo Freire)*. Bacharel em Direito Civil pela Universidade de Coimbra, juiz de fóra na villa de Montemór-o Novo N. em Evora, e ali fal. em 1651. Tinha muita vocação para a poesia e para o estudo da historia sagrada e profana. Escreveu: *Discurso politico da excellencia, aborrecimento, perseguição, e zelo da verdade*, etc., Lisboa, 1647.

Serrão *(João)*. Presbytero secular, protonotario apostolico, e prior da freg. de S. Thomé, em Lisboa. Era formado em Canones pela Universide de Coimbra. N. em Lisboa, onde tambem fal. em 1697. Foi vigario geral do arcebispado. Por sua morte deixou a sua avultada fortuna para a fundação d'um collegio de missionarios em Arroios. Escreveu: *Defensão do kalendario da resa do anno de 1661; dedicada ao muito reverendo Cabido Séde vacante da Santa Sé metropolitana de Lisboa*, Lisboa, 1662; *Reportorio das constituições novas do arcebispado de Lisboa*, que se imprimiu em 1661.

Serrão *(João)*. Piloto que acompanhou Fernão de Magalhães na sua viagem de circumnavegação; quando Magalhães foi assassinado nas Filippinas, os sobreviventes escolheram para seus chefes o cunhado do fallecido, Duarte Barbosa, e o piloto João Serrão. Fôra o régulo da ilha de Matan quem se insurgira contra os europeus, mas o régulo de Zebú esse sujeitara-se completamente; quando, porém, viu o que fizera o seu visinho, determinou insurgir-se tambem, mas recorreu á astucia. Convidando para um banquete João Serrão e uma numerosa comitiva, o perfido gentio armou-lhes uma cilada, e á falsa fé matou 24 castelhanos juntamente com João Serrão, que, arrastado á praia mal ferido, debalde supplicava aos seus que lhe valessem. Estes faziam se apressadamente á véla, receosos de egual destino.

Serrão *(João Martins)*. Governador e cabo dos cavalleiros de Alcacer do Sal no anno de 1300.

Serrão *(P. Joaquim Silvestre)*. Organista e compositor muito apreciado. N. em Setubal a 16 de agosto de 1801, fal em Ponta Delgada a 20 de fevereiro de 1877. Era filho de Antonio Leocadio Serrão e de D. Anna Luiza da Conceição. Frequentou as aulas de instrucção primaria e secundaria em Setubal. Depois de cursar os estudos preparatorios para o ministerio ecclesiastico a que se destinava, pronunciou-se-lhe muito uma vocação decidida para a arte musical, cujos primeiros ensinos obteve do P. José Julio de Almeida, mestre da capella em Setubal, proseguindo no conhecimento das regras da harmonia em que foi perfeitamente instruido pelo afamado contrapontista Athanasio José da Fonseca, grande tocador de diversos instrumentos, principalmente de arco. Frequentou depois no convento de Palmella as aulas de theologia dogmatica e moral, rhetorica, philosophia e outras disciplinas, tendo como mestre o dr. João Paes de Lima Leal Castel Branco e Manuel Francisco Arez. Não tinha ainda completos os 18 annos, quando vagou o logar de organista no convento, e abrindo-se concurso, Serrão apresentou se fazendo um brilhante exame na presença de conspicuos professores, sendo elle o preferido entre os mais concorrentes, e nomeado por despacho regio organista do convento dos freires da ordem de S. Thiago da Espada. No dia 1 de junho de 1819 entrou para freire, e concluido o anno do noviciado, professou em egual dia de 1820. Começou então, como organista, a desenvolver grande actividade na composição de musicas religiosas. Compoz missas e responsorios em que seguia a tradição dos grandes mestres, como Haendel e Bach. O sentimento religioso era um estado poetico mas constitutivo da sua alma. Serrão obteve, em 1823, o logar de mestre de capella do convento; em 1824, ordenou-se presbytero; foi despachado para um beneficio simples, por antiguidade e serviços em 1825, sendo elevado a freire capitular da mesma ordem, cujos membros eram tambem commendadores, em 1825. Desempenhou varios cargos que no convento se consideravam honorificos, como escrivão da celleiraria, contador, etc., durante os 15 annos que ali residiu. Em 1833, por haverem as tropas liberaes occupado o castello de Palmella, os freires de S. Thiago fôram transferidos para o convento dos Jeronymos em Belem, e ali encontrou Serrão, um bello e grandioso orgão em que deu largas ás suas inspirações. Ainda lhes concederam que fôssem para o convento de Rilhafolles, onde se conservaram até ser assignado o decreto da extincção das ordens religiosas. O P. Serrão fixou a sua residencia em Lisboa, vivendo secularmente, tendo rejeitado o logar de organista da Sé Patriarchal que lhe offereceram, e para angariar meios de subsistencia entregou se ao trabalho das lições particulares. Manteve relações com o illustre compositor Fr. José Marques, então a maior autoridade musical, que o examinou a fundo em todos os problemas, e lhe revelou os mais intimos segredos da arte. Tantos desgostos e contrariedades lhe abalaram a saude, e alguns medicos o aconselharam que viajasse, que mudasse de terra. Achando-se então em Lisboa o bispo dos Açôres, D. Fr. Estevão de Jesus, com quem Serrão travara relações e que muito se lhe affeiçoara, o convidou a ir estabelecer se na ilha de S. Miguel, onde poderia recuperar a saude, e viver mais tranquillamente. Serrão, no fim de algumas instancias, acceitou o convite, e a 5 de março de 1841 desembarcava na cidade de Ponta Delgada, sendo logo recebido com a mais franca hospitalidade e com a maior consideração. Encontrou ali um seu presado amigo e distincto pianista Antonio Maria Eduardo Fuschini. Serrão sentia-se animado, e muito mais por ter achado certa cultura musical que o encantou. As musi-

cas de Soares eram ali cantadas com esmero. O bispo D. Fr. Estevão manifestou a sua grande sympathia. conseguindo que elle fôsse nomeado organista da egreja matriz, logar que vagára, por ter saido da ilha o que o occupava. O prelado tambem o proveu na capellania do recolhimento de Santa Barbara, cargo que exerceu com a maior dignidade até ao anno de 1868, não deixando, comtudo, de attender ás suas lições particulares de musica. A sua actividade de compositor ainda mais se evidenciou, desde 1843 até 1862. Para a egreja matriz escreveu as suas principaes composições, dispondo das mais preciosas vozes dos ordinandos, que estudavam musica para serem agradaveis ao bispo, e para as vozes femininas, para as quaes escrevia as Matinas do Espirito Santo. O P. Serrão, encontrando na ilha os orgãos das egrejas de todo deteriorados por falta de quem os soubesse concertar, dedicou-se tambem a esse trabalho, ensinando ao mesmo tempo um ajudante João Nicolau Ferreira, que se tornou habil organeiro. Em 1850, aproximadamente, dirigiu a construcção completa d'um orgão para a cathedral de Angra, que dizem ter ficado um bom instrumento. No anno de 1868 não pôde continuar no desempenho dos seus cargos, por ter sido atacado por uma paralysia, que lhe tomou todo o lado direito. Ficando impossibilitado de tocar orgão, continuou, porém, nas suas composições, habituando-se a escrever com a mão esquerda, e ainda mais se dedicou áquelle trabalho. Assim viveu, paralytico, durante 9 annos, até que falleceu. Durante este tempo o beneficiado Jacinto da Ponte substituiu-o, entregando-lhe sempre os honorarios que lhe competiam. A morte do P. Serrão produziu geral sentimento. Realisaram-se umas solemnes exequias, em que tomou parte grande concurso de pessoas de todas as classes da sociedade, recitando a homilia funebre o P. Manuel José Peres, que lhe descreveu os traços biographicos, como patenteou o seu elevado valor artistico e as virtudes que o enobreciam, como sacerdote e como cidadão. As composições musicaes do P. Serrão são numerosas e tidas como de elevado merecimento, especialisando se entre ellas as que compoz para: Officio da semana santa, matinas de Nossa Senhora da Conceição, matinas dos Sagrados Espinhos, matinas do Espirito Santo, motetes de Santa Cecilia, do Santissimo Sacramento, de S José, etc. Nas suas obras, torna-se notavel uma *Ouverture* a dois pianos, de que se pódem tocar as partes separadas, ficando cada uma d'ellas regular, não obstante serem diversas. Foi dedicada aos viscondes da Praia, e mandada lithographar em França por D. Maria Borges, sua discipula, com o titulo de *Os alliados na Criméa*. Em Ponta Delgada lhe levantaram no cemiterio de S. Joaquim um monumento sepulchral, em que em 1882 foi posta a sua estatua. Martino Roeder, violista e chefe de orchestra allemão, que esteve em Ponta Delgada como regente da companhia lyrica do empresario Casella, publicou a biographia do P. Serrão acompanhada d'um retrato lithographado, na *Gazeta Musical de Milão*, a qual foi transcripta nos jornaes açorianos: *Gabinete de estudos*, *Persuasão* e ainda outros. O dr. Theophilo Braga fez d'ella assumpto para um dos artigos que reuniu no seu livro intitulado *Questões d'arte*. Em 1906 tambem este illustre professor realisou uma conferencia na Academia de Estudos Livres, com o titulo: *Joaquim Silvestre Serrão e a musica religiosa em Portugal*, que foi publicada no mesmo anno. No *Occidente* de 20 de agosto de 1906 tambem o dr. Theophilo Braga publicou um artigo, com o nome de *Joaquim Silvestre Serrão*, acompanhado de retrato e da gravura do monumento erigido no cemiterio de Ponta Delgada.

Serrão (*P. Jorge*). Jesuita e grande theologo. N. em Lisboa em 1530, fal. em Coimbra a 8 de agosto de 1590. Entrou na Companhia de Jesus, em Coimbra, no anno de 1544. Foi o primeiro mestre jesuita de philosophia que teve a Universidade de Coimbra, e tambem o primeiro lente de theologia da Universidade de Evora, onde foi depois chanceller, sendo mais tarde reitor de Coimbra, preposito da casa professa de S. Roque, em Lisboa, e provincial. Foi a Roma tomar parte na congregação celebrada por morte de Santo Ignacio, e ali recebeu o doutorado em sapiencia. Exerceu o cargo de deputado do Santo Officio, sendo um dos mais severos. O P. Jorge Serrão foi quem deu ao cardeal D. Henrique a noticia de que ia subir ao throno por morte de el rei D. Sebastião. Deixou umas obras que são uns commentarios latinos de Santo Thomaz.

Serrão *(Lopo)*. Medico da camara de el rei D. Sebastião. N. em Evora, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Dedicou-se tambem muito á cultura da poesia latina, imitando especialmente Ovidio. Escreveu uma obra intitulada: *De senectute, et aliis utriusque sexus etatibuso et moribus*, dividida em 14 livros, e impressa em Lisboa em 1597. Publicou se muito mais tarde, em 1745, uma outra obra tambem sua, sobre o captiveiro dos israelitas em Babylonia e a sua saída para o Egypto.

Serrão *(Luiz)*. Segundo governador d'Angola, que falleceu em 1591. Tendo acompanhado o seu antecessor, Paulo Dias de Novaes, na conquista de Angola, este o nomeou capitão mór do campo, e tanta confiança lhe mereceu que no seu testamento o deixou nomeado seu sucessor, no caso de elle morrer em Angola, facto que aconteceu em 1589, e Luiz Serrão foi reconhecido como governador, com plena satisfação de todos. Paulo Dias de Novaes, quando morreu, andava empenhado n'uma expedição contra o rei de Angola, e Luiz Serrão entendeu que devia proseguir no entendimento do seu antecessor, mas não foi feliz, porque, tendo-se juntado todos os regulos pretos com o de Angola, deram sobre as forças portuguezas e as desbarataram completamente no dia 20 de dezembro de 1590. Luiz Serrão, com o resto do seu pequeno exercito, retirou sobre Massangano, e reuniu se ao alferes Luiz Mendes em Bamba Antungo, cousa de duas leguas de Massangano, mas não puderam ali chegar, porque os pretos os não deixaram. Afinal, conseguiram manter se na Bamba Antungo e dispersar um pouco os pretos, de fórma que puderam recolher-se a Massangano. Foi Manuel Jorge de Oliveira pedir soccorro a Loanda, onde chegou depois de correr muitos perigos e de supportar muitas fadigas O soccorro que obteve foi insignificantissimo, mas ainda assim bastou para obrigar os pretos desanimados a abandonarem o cêrco. Luiz Serrão pouco mais d'um mez sobreviveu.

Serrão *(Manuel da Rocha)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho, mais conheci-

do ultimamente pelo *conego Serrão*. N. em Arraiollos em 1798, fal. em Lisboa no mez de março de 1889. Entrou na referida ordem, e quando em 1834 se extinguiram as congregações religiosas, passou a ser padre secular, sendo depois conego prebendado da sé de Evora, e figurando como advogado nos auditorios da côrte e districto da Relação de Lisboa. Era cavalleiro das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. Sempre muito estudioso, possuia alguns livros de valor, de que se desfez nos ultimos annos em que viveu, por falta de recursos. Consta que escrevera um tratado de assumptos militares e uma versão completa das *Odes* de Horacio, feita em verso rimado, que se não chegaram a publicar. Prégou na sé da cidade da Guarda um sermão em homenagem a D. Pedro V, e outro em Lisboa na ermida das Mercês, em homenagem ao duque de Saldanha, os quaes se imprimiram. o 1.º em 1858 e o 2.º em 1862. O conego Serrão era um homem bastante excentrico, e nos ultimos annos de vida habitava completamente só n'uma casa da calçada dos Caetanos, em circumstancias muito extraordinarias. Fal. com 91 annos, n'um quarto particular do hospital de S. José, onde se recolhera.

Serrão de Castro (*Antonio*). Poeta do seculo XVII. N. em Lisboa em 1610, e ainda vivia em 1683. Foi membro de diversas academias, entre ellas a dos Singulares. Era judeu, e tinha uma vida muito desbragada, que deu pretexto á Inquisição para o metter nos seus carceres, onde esteve preso alguns annos, e onde escreveu um poema satyrico intitulado: *Os Ratos da Inquisição*, que o levaria á fogueira, se Serrão de Castro não tivesse evidentemente altos protectores. Comtudo, tomou muita cautella em si, e conservando inedito o seu poema satyrico, principiou a fazer versos orthodoxos. Os *Ratos da Inquisição* chegaram manuscriptos até ao seculo passado, e Camillo Castello Branco os publicou em 1883. Além de varias poesias, que andam nas collecções da *Academia dos Singulares*, na *Fenix renascida*, e no *Forasteiro admirado*, escreveu em verso a relação das festas com que os religiosos da ordem dos prègadores festejaram as canonisações de S Luiz Beltrão e Santa Rosa Maria, e a beatificação de Santa Margarida de Saboia, no anno de 1671.

Serrão. Ilha da Madeira: pov. na freg. do Santa Quiteria, de Boa Ventura, conc. de S. Vicente, distr. do Funchal. || Pov. na freg. de S. Martinho, do Dume, conc. e distr. de Braga.

Serrãos. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Beça, conc. de Boticas, distr. de Villa Real.

Serraquim. Pov. na freg. de S. Miguel de Villa Boa, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Serraria Pov. na freg de N. S.ª dos Milagres, de Milagres, conc. e distr. de Leiria || Roça da ilha de S. Thomé, Africa Occidental

Serras Pov. na freg. de Santa Leocadia, de Fradellos, conc de V. N de Famalicão, distr. de Braga.

Serras dos Picos. Serras da ilha do Principe, na prov. de S Thomé e Principe, Africa Occidental. Fórmam o extremo S E da cordilheira que do centro da ilha corre a NO e a NE.

Serrasqueiro (*José Adelino*). Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Castello Branco a 22 de dezembro de 1855, sendo filho de Francisco José Serrasqueiro. Seguiu em Coimbra o curso com distincção, recebendo premios em diversas cadeiras, formando-se em 1880. Dedicou se depois ao ensino particular. E' socio do Instituto de Coimbra e professo de mathematica no lyceu da mesma cidade. Escreveu: *Elementos de arithmetica compostos segundo os artigos do programma official para o ensino d'esta sciencia nos lyceus*, Coimbra, 1869; 2.ª edição em 1876; 3.ª, com o titulo *Tratado elementar de arithmetica*, etc., 1879; 4.ª em 1881; 5.ª em 1882; 6.ª em 1883; *Tratado de geometria elementar, composto segundo o programma official*, etc, Coimbra, 1879; 2.ª edição, 1882, 3.ª 1881; *Tratado de algebra elementar, composto segundo o programma official*, etc,, Coimbra, 1878; 2.ª edição, 1883; *Elementos de trigonometria rectilinea, composto segundo os artigos do programma official*, etc., Coimbra, 1877; 2.ª edição com o titulo: *Tratado elementar de trigonometria rectilinea*, etc., 1882; *Elementos de arithmetica para uso do 1.º anno dos lyceus*, Coimbra, 1881; 2.ª edição, 1882; 3.ª, 1884; *Elementos de geometria plana para uso do 1.º anno dos lyceus*, etc.. Coimbra, 1881; 2.ª edição, 1884; *Elementos de algebra para o ensino de esta sciencia no 3.º anno dos lyceus*, Coimbra, 1882

Serrazes. Pov. e freg. do Salvador, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. Pedro do Sul, distr. e bisp. de Vizeu; 315 fog. e 1:494 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada a 1 k. da margem direita do rio Vouga, na estrada de S Pedro do Sul a Oliveira de Azemeis, a 7 k. da séde do conc. A terra é fertil, cria muito gado e tem abundancia de caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Serrazina. Pov. na freg. de S. Martinho de Gandara, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Serredade Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Febres, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Serreira. Pov. na freg. de S. Lucas, de Freiria, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Serreleis. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc., com. e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 131 fog. e 613 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada nas proximidades da margem direita do rio Lima, a 6 k. da séde do conc. A terra é fertil e pertence á 3.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. N'esta pov. ha uma mina de chumbo argentifera, que foi manifestada em 1873.

Serreta. Ilha Terceira, Açôres; pov. e freg de N. S.ª dos Milagres, conc., com, distr. e bisp de Angra do Heroismo; 221 fog. e 867 hab. Escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada á beira mar, n'uma rocha, na ponta NO da ilha, e virada a SO, a 20 k. da séde do conc. E' fertil em generos agricolas, e cria muito gado. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. || Ponta situada na costa NO da ilha Terceira, Açôres.

Serrinha. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Quinchães, conc. de Fafe, distr. de Bra-

ga. || Santa Maria, de Voadc, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || Santa Maria, de Antime, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Lourenço, de Golães, do mesmo conc. e distr. || O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Mamede, de Recezinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Seixo do Gatões, conc. de Montemór o-Velho, distr. de Coimbra. || S. Martinho, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || S. Thiago, de Figuciró, conc. d'Amarante, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Serro. Povoações nas freguezias: O Salvador e conc. d'Alcoutim, distr. de Faro. || N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, do mesmo distr. || Santa Maria, de Beiral do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro. || S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Cumieira, conc. do Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. João Baptista, de Guidões, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Marcos da Serra, conc. de Silves, distr. de Faro. || S. Christovão, de Nogueira do Cravo, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Visitação, de Odeleite, conc. de Castro Marim, distr. de Faro. || Santa Maria, de Ul, conc. d'Oliveira de Azemeis, distr. d'Aveiro.

Serro de Aguia. Povoações nas freguezias: N S.ª da Conceição e conc. d'Albufeira, distr. de Faro. || N. S.ª da Piedade, de Algoz, conc. de Silves, do mesmo districto.

Serro d'Alfeição. Pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Serro d'Alportel. Pov. na freg. de S. Braz de Alportel, conc. e distr. de Faro.

Serro Alto. Povoações nas freguezias: S. Sebastião e conc. de Loulé, distr. do Faro. || S. Sebastião, de Salir, do mesmo concelho e districto.

Serro d'Apra. Pov. na freg. de S. Clemente, e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Serro do Botelho. Pov. na freg. de S. Braz de Alportel, conc. e distr. de Faro.

Serro do Bruxo. Pov. na freg. de S. Pedro conc. e distr. de Faro.

Serro das Casas. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Serro do Concelho. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Serro da Corte. Pov. na freg. de Nossa Senhora d'Assumpção, de Querença, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Serro das Covas. Pov. na freg. de N. S.ª de Assumpção, de Querença, conc. de Loulé, distr. do Faro.

Serro de Gil Varzino. Pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Serro Gordo Pov. na freg de N. S.ª da Conceição, de Ferragudo, conc. de Lagôa, distr. de Faro.

Serro do Leiria. Pov. na freg. de Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Serro do Lobo. Pov. na freg. de S. Martinho, de Estoi, conc. e distr. de Faro.

Serro de Manuel Viegas. Pov. na freg. de S. Martinho, de Estoi, conc. e distr. de Faro.

Serro da Mesquita. Pov. na freg. de S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro.

Serro do Mocho Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Serro do Monte Secco. Pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Serro dos Negros. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Ferragudo, conc. de Lagôa, distr. de Faro.

Serro do Ouro. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Paderne, conc. d'Albufeira, distr. de Faro.

Serro do Outeiro. Pov. na freg. de S. Silvestre, de Abobreira, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Serro das Palmeiras. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Serro do Passarinho Pov. na freg de N. S.ª d'Assumpção, de Querença, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Serro das Pias. Pov. na freg. de S. Salvador e conc. d'Ourique, distr. de Beja.

Serro do Paço da Amoreira Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, districto de Faro.

Serro Redondo do Valle Judeu. Pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Serro do Roque. Pov. na freg, de N. S.ª da Esperança, de Paderne, conc. d'Albufeira, distr. de Faro.

Serro de S Vicente. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Esperança, de Paderne, conc. d'Albufeira, distr. de Faro.

Serro da Ursa Pov. na freg. de S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro.

Serro do Valle Judeu. Pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Serro Ventoso. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Porto de Moz, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa; 255 fog. e 930 hab. Tem esc. do sexo masc, e est. post. Está situada entre as serras do Carvalho e dos Penedos Negros, n'uma alta portella muito ventosa, a 6 k. da séde do conc. E' freg. muito antiga, e por a egreja matriz estar muito arruinada, teve de ser completamente demolida em 1610, aproveitando se parte dos seus materiaes para a actual, principiando o culto em 1613. Ao O da serra está um alto cabeço, e no seu topo uma fonte, e outras pela sua encosta, todas abundantes d'aguas que regam e fertilisam a pov. No logar das Varzeas d'esta freg. manifestou em julho de 1866, Arthur H. Ivens, negociante de Lisboa, uma mina de carvão fossil. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria. Esta pov. foi annexada ao conc. de Alcobaça pelo decreto de 7 de setembro de 1895, que extinguiu o de Porto de Moz, mas voltou a este por ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. || Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Samuel, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Serro da Vinha de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. do Espirito Santo, de Pereiro, conc. de Alcoutim, distr. de Faro.

Serrôa Ilha de S. Jorge, Açôres; pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Rosaes, conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo. || S. Jorge, de Vélas, do mesmo conc. e districto.

Serrões. Pov. na freg. do Santa Maria, de Fregim, conc. d'Amarante, distr. do Porto.

Serros Verdes. Pov. na freg. de N. S.ª da Caridade, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora.

Sertainha. Pov. da freg de S. Miguel, de Rio de Gallinhas, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Sertal. Pov. na freg. de S. Miguel, de Boivães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Sertão. Ilha do Pico, Açôres; pov. da freg. de Santa Maria Magdalena e conc. de Magdalena, distr. de Horta. || Povoações nas freguezias: Santa Maria de Ferreiros, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Thiago, de Tabaçô, conc. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello.

Serva Morta. Pov. na freg. de Santa Martha, de Bouro, conc. de Amares, distr. de Braga.

Servecla. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Ordem, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Serventia. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Arrimal, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Serviçaria. Pov. na freg. de S. Miguel, de Rio de Moinhos, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Serviçaria de Paços Pov. na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto.

Serviços civis *(Medalha de)*. V. *Liberdade (Campanhas da)*.

Serviços no Ultramar. Medalha instituida por el-rei D. Carlos I em 11 de janeiro de 1891, destinada a galardoar serviços assiduos ou relevantes prestados no ultramar á patria, á civilisação e á humanidade, por todos os individuos pertencentes, quer ás forças de terra e mar, quer á classe civil. E' de fórma circular, tendo de um lado a effigie real, em volta a legenda *D. Carlos I, rei de Portugal*, e no reverso a outra legenda *Serviços no ultramar;* é de cobre, prata ou ouro, conforme a classe, pendente de fita de seda ondeada, de 0m,03 de largura, dividida longitudinalmente em nove faxas iguaes, sendo quatro *pretas* e cinco *encarnadas*, e usa-se no lado direito do peito. A concessão d'esta medalha é feita pelo ministerio da marinha, conforme está determinado no regulamento de 18 de janeiro de 1893 (ordem do exercito n.º 18).

Servos. Pov. na freg. do Salvador, de Pombeiro, conc. de Arganil, distr de Coimbra.

Serzedello. Pov. e freg. de Santa Christina, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 220 fog. e 851 hab. Tem esc. do sexo fem. Está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Ave, a 8 k. da séde do conc A matriz é a egreja d'um antigo convento de monges benedictinos, que houve aqui em tempos antigos. Passou no seculo XV a abbadia secular e por fim a reitoria. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. e com. do Povoa de Lanhoso, distr. e arceb. de Braga; 239 fog. e 902 hab Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada a 1 k. ao NO da estrada de Braga a Chaves, a 4 da margem esquerda do rio Cávado e a 10 da séde do conc. Passa aqui um ribeiro, que nasce na freg. de Santo Adrião de Soutêllo e morre no rio Ave A terra é fertil em cereaes, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias: S. Cypriano, conc. e distr. de Vizeu. || O Salvador, de Valdreu conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Argoncilhe, conc. da Feira, distr. d'Aveiro.

Serzedo. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 118 fog. e 468 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 8 k. da séde do conc. Passa aqui o rio Vizella. A terra é fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Douro, conc. do V. N. de Gaia, com., distr. e bisp do Porto; 525 fog. e 2:398 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e fica a 9 k. de distancia da séde do conc. Tem uma estrada que entronca na do Porto a Coimbra. Passava aqui a antiga estrada moirisca. A terra é fertil em generos agricolas, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto. || Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Longos Valles, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Refojos de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Sesmaria. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição e conc. de Albufeira, distr. de Faro. || N. S.ª da Piedade, de Monte Redondo, conc. e distr. de Leiria. || Nossa Senhora da Conceição, de Olalhas, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Sesmaria da Cerveira Pov. na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Canha, conc. d'Aldeia Gallega, distr. de Lisboa.

Sesmaria Nova. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Sesmarias *(Lei das)*. Foi D. Fernando I quem promulgou esta lei, que fez desenvolver e prosperar a agricultura e beneficiar os lavradores. D. João I, não só a confirmou, como deu aos sesmeiros, e mesmo aos lavradores em geral, varios privilegios. Dava se o nome de *sesmarias* ás doações de terras, casaes, pardieiros, etc., que estavam abandonados, e dos quaes, os seus directos senhorios, depois de competentemente avisados, não tratavam de, por qualquer fórma, fazer cultivar. A corôa dava então estas propriedades *de sesmaria* (ou permittia que as camaras as dessem), dando *o sesmeiro* (o que as ficava possuindo) a 6.ª parte dos fructos. A esta 6.ª parte chamava primitivamente, a *sesma*, e depois o *sesmo*. Dava-se a denominação de *terra de sesmo*, não só a que já estava cultivada de sesmaria, como á inculta, que podia ser assim dada. O dr. Vicente Antonio Esteves de Carvalho escreveu e publicou em Lisboa no anno do 1815, sobre este assumpto umas *Observações historicas e criticas sobre a nossa legislação agraria, chamada commummente das sesmarias*.

Sesmarias. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de A Bella, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, do mesmo distr. || S. Pedro, de Melides, do mesmo conc. e distr. || S. João Baptista, de Peso, conc. de Villa do Rei, distr. do Castello Branco.

Sesmil. Pov. na freg. de S. Pedro do Agostem, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Sesminho. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco.

Sesmo. Povoações nas freguezias: N. S.ª do Amparo, de Carvalhal, conc. da Certã, distr. de Castello Branco || N. S.ª da Conceição e conc. de Sarzedas, do mesmo distr. Tem correio com serviço de posta rural.

Sesnando ou **Sisnando** (*D.*) Conde e governador de Coimbra. Foi um dos mais benemeritos lusitanos do seculo XI, que, além das grandes victorias que obteve contra os moiros, fundou muitos edificios e instituições de utilidade publica D. Sesnando era mosarabe, e nasceu em Coimbra, onde tambem fal. a 25 d'agosto de 1091, sendo filho de David, senhor de Teutugal e de outras terras visinhas. Na sua juventude fez guerra aos christãos, e apresentando se na côrte de Sevilha, em tempo de Ibn-Abbad, chegou pelo seu talento e serviços a ser *wasir* no divan, isto é, membro do supremo conselho do emir serraceno. Desgostoso da côrte do emir, entrou no serviço de D. Fernando Magno, rei de Leão e Castella, e tanto se distinguiu pela sua intelligencia e bravura, que D. Fernando o fez conde (governador) das terras portuguezas ao sul do Douro, ás quaes serviam de limite, pelo E, a linha de Lamego, Vizeu e Ceia, e de fronteira pelo SE a vertente N da serra da Estrella, cujo territorio formava então o condado de Coimbra. Era tambem senhor das Terras de Santa Maria, hoje Terra da Feira. Os 27 annos que D. Sesnando governou o seu condado foi uma epoca de prosperidade para os portuguezes, pois que elle, além de muitas obras de utilidade publica que fez construir,não só conservou a integridade do territorio que lhe fôra confiado, mas ainda o alargou á custa dos arabes. Não foi só a cidade de Coimbra objecto dos seus cuidapos, adornando a de bellos edificios e fortalecendo-a de torres e muralhas; outras muitas povoações lhe devem assignalados serviços. Reedificou Castanhede, Tentugal e Montemór o Velho; edificou os castellos de Foz de Arouce e Penella, e reedificou ou ampliou outras povoações. Fundou e dotou muitas egrejas, edificou o mosteiro de S. Jorge (cruzios), e deu ao de Vacariça o logar de Otta, e á Sé de Coimbra muitas terras além do rio Mondego. A D. Sesnando se deve o primeiro seminario ecclesiastico que existiu em Portugal, que fundou junto da sé cathedral do Coimbra. Apezar de D. Sesnando reconhecer a soberania dos reis de Leão e Castella, era todavia, senhor livre e independente das terras do seu condado, dando as a quem queria, sem dependencia da autorisação do rei castelhano. D. Sesnando foi sepultado n'um tumulo de pedra calcarea, sob um arco, na parede exterior da Sé Velha de Coimbra.

Sestaes. Pov. na freg. de S. Miguel, de Varziella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Sesteiro Nome que se dava á antiga medida de dois alqueires ou duas teigas, mas um *sesteiro* de trigo, outro de milho, porque o sesteiro de vinho era a medida de dois cantaros. Na Terra da Feira davam o nome de *raza* á medida de dois alqueires

Sexto. Pov. na freg. do S. João Baptista, de Longos Valles, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Sete. Pov. na freg. de S. Julião, conc. e distr. de Portalegre.

Sete Alcarias. Pov. na freg. de Santa Barbara dos Padrões, conc. de Castro Verde, distr. de Beja.

Sete Cabeças. Cachopos situados na costa N O da ilha do Fogo, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Ficam em frente da ponta da Graça, perto de 800 metros de distancia.

Sete Casas. V. *Alfandega municipal*, n'esta obra, vol. I, pag. 198.

Sete Casas. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Sete Casinhas. Pov. na freg. de S. Thiago Maior, conc. d'Alandroal, distr. de Evora.

Sete Castellos. Pov. na freg. do Beato Antonio, 1.º bairro de Lisboa.

Sete Cidades. Ilhas dos Açôres; povoações na ilha de S. Miguel: freg. de S. Sebastião, de Ginetes, conc. e distr. de Ponta Delgada; N. S.ª da Conceição, de Mosteiros, do mesmo conc e distr.; N. S.ª das Candeias, de Candelaria, do mesmo conc. e distr. || Ilha do Pico, Santa Maria Magdalena e conc. de Madaglena, distr. de Horta.

Sete Cidades (*Lagôa das*). Famosa cratera de um vulcão extincto, nas cumieiras da Bretanha, ou massiço O da ilha de S. Miguel, Açôres. O fundo da cratera está occupado por 4 lagôas: a *Grande*, com 2 k. de diametro: a *Azul*, a *Caldeira Grande* e a *Caldeira Pequena*, e está a 264 m. acima do nivel do mar, ficando a circumferencia da cratera a 847 m. A lagôa das Sete Cidades offerece uma admiravel perspectiva

Sete Fontes. Povoações nas freguezias: Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição, de Ourentã, conc. de Cantanhede, do mesmo distr. || S. Martinho das Moitas, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real.

Sete Pedras. Rochedos situados na costa S da ilha de S. Thomé, na prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. Ficam a 7 k. ao S E da Angra de S. João.

Sete Ribeiras. Ilha Terceira, Açôres; pov. na freguezia de Santa Barbara, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Sete Serras. Serras do conc. do Ambriz, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. Fórmam uma cordilheira visinha do mar, paralela á costa, de montes arredondados, que, vistos do norte, lembram ilhas, pelas alturas da enseada do Mossulo Grande e rio Lonzo.

Seteaes. No caminho de Collares, indo da villa de Cintra, existia entre a estrada dos Pisões e a quinta da Penha Verde, um grande terreiro chamado dos Seteais, que era perfeitamente plano, apezar de estar situado no dorso da serra de Cintra. Aquelle terreiro era publico, e servia de passeio e passatempo aos habitantes de Cintra, em todos os domingos e dias santificados; as ordenanças da villa e termo, tambem costumavam em um dos domingos de cada mez, aproveitar o terreiro dos Seteais para os seus exercicios. Desde tempos remotos que aquelle local se tem tornado bastante curioso pelos eccos, que repercutem distinctamente ao longo as palavras que se proferem, e as gargalhadas que se soltam; os rapazes e raparigas tinham grande predilecção por

este divertimento, e entretinham-se tardes inteiras com aquelle innocente brinquedo. N'um artigo publicado no vol. X do *Archivo Pittoresco*, diz Vilhena Barbosa, que «pela disposição dos pincaros da serra, formando um reconcavo no fundo do terreiro, as palavras proferidas em voz alta, na extremidade norte do mesmo terreiro são repetidas pelo ecco com muita clareza e por varias vezes. Dizem que n'aquelles tempos a palavra mais usada em taes exercicios era um *ai*, e que d'aqui viera o nome ao rocio, denominando-o *Senteais*, na opinião de uns, por parecer que a serra os sente e expressa: os *S'teais*, segundo outros, crendo que o ecco repete sete vezes a mesma palavra. Fôsse, porém, qual fôsse a etymologia do nome, o que é certo, é que foi este ultimo o que prevaleceu.» No seculo XVIII, já depois de 1755, veiu estabelecer se em Lisboa um negociante estrangeiro chamado Gildmestre, e que tinha fama de muito rico. Foi aquelle estrangeiro que comprou ou aforou á camara de Cintra os terrenos que circumdavam o terreiro dos Seteais pelo lado do norte e oeste, para fundar um palacio e quinta de recreio. O terreiro foi alindado e regularisado; orlaram n'o com uma espaçosa rua de arvoredo: construiram no fundo o palacio; e pela frente, separando-o da estrada, puzeram-lhe uma gradaria de ferro com tres amplos portaes, e rematando nas duas extremidades de léste e oéste em dois pavilhões, tendo cada um a sua sala no andar nobre com janellas de sacada. No entretanto o terreiro dos Seteais continuou a ser, como anteriormente, passeio publico. Muitos annos depois, Gildmestre liquidou os negocios que o retinham em Lisboa, e retirou se para Inglaterra. Na liquidação vendeu-se tambem o palacio e quinta dos Seteais, e foi o marquez de Marialva, D. Diogo José Vito de Menezes Coutinho, quem o comprou. Seguiu-se uma epoca brilhantissima para aquella grandiosa residencia. O novo proprietario procedeu a importantes obras de aformoseamento: as salas fôram adornadas com a maior magnificencia, guarnecidas de moveis riquissimos, e as paredes forradas de custosas sedas. O marquez de Marialva, um dos fidalgos mais poderosos o illustres d'aquella epoca, franqueou os seus salões em sumptuosas festas, a toda a côrte, e estrangeiros nobres e distinctos. A rainha D. Maria I, D. João VI, sendo ainda regente, e sua mulher D. Carlota Joaquina, hourarам por vezes aquella residencia principesca. Para commemorar a primeira visita das majestades, mandou o marquez do Marialva em 1802 construir um arco triumphal de marmore branco ou de pedra lioz, servindo lhe de remate, entre trophéos bem combinados e de excellente esculptura, um medalhão cingido de louros, com a corôa real em cima, e n'elle em relevo os retratos do principe regento D. João e de sua mulher, D. Carlota Joaquina, tendo por baixo gravada uma inscripção em latim, commemorando o facto da visita regia. No anno seguinte falleceu o marquez, e então acabaram se para sempre as grandiosas festas do palacio dos Seteais. D. Diogo deixou tres filhas e um filho, D. Pedro, que falleceu solteiro em Paris, em 1823, onde era embaixador de Portugal. Foi este o ultimo marquez de Marialva por não ter successor, e por sua morte passou a quinta e palacio dos Seteais para sua sobrinha D. Anna Maria de Bragança Sousa e Ligne, então duqueza de Lafões. Formou se demanda ácêrca d'esta herança, e provando se que aquella propriedade não constituia vinculo, passou como partilha dos bens livres da casa de Marialva, para a marqueza de Louriçal, e por morte d'esta senhora, que já era viuva e não tinha successão, tomou posse da herança sua irmã, a duqueza de Loulé. Desde a morte do marquez D. Diogo, a propriedade dos Seteais principiou a cair em decadencia; o palacio conservava-se quasi sempre deserto. No tempo da marqueza de Louriçal, sua proprietaria, melhorou um pouco, porque a illustre senhora costumava residir ali durante a estação calmosa. Por muito tempo se considerou que a celebre convenção de tristissima memoria, feita entre o general francez Junot e o general inglez Dalrymplo, do 31 de agosto de 1808, fôra assignada n'uma das salas d'este palacio, e por isso se ficara chamando *Convenção de Cintra*, mas está provado que erradamente assim se escreveu. A verdade é que em seguida á batalha do Vimeiro, em que os francezes ficaram derrotados, se organisou em Lisboa a referida convenção entre o coronel Murray e o general Kellermann, sem estar presente nenhum portuguez. A convenção ou tratado tem esta data: *Dado e concluido em Lisboa aos 30 de agosto de 1808*. Já não offerece duvida que foi ratificado por Junot, n'esta cidade, onde elle tinha o seu quartel general, e por Dalrymple em Torres Vedras, onde era o quartel general dos inglezes. No *Occidente* de 30 d'agosto de 1908, por occasião da celebração do centenario da Guerra Peninsular, vem publicado a este respeito, um artigo do sr. Alberto Telles, em que se encontra descripta a convenção, o documentos comprovativos, de ter sido feita em Lisboa e não em Cintra.

Setenta e cinco réis. Moeda de prata de D. Maria I, para as ilhas dos Açôres.

Setinheira. Pov. na freg. de S. Domingos, de Carmões, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Setta. E' a corrupção da palavra latina *sezitta*, que parece ser perfeitamente synonyma de flecha, que é *flèche* dos francezes vinda de *flitz* dos allemães. Pelas circumstancias de serem ambas despedidas por meio de arco, querem alguns que a differença, que ha entre *flecha* e *setta*, seja em que aquella tem pennas recortadas na extremidade opposta e esta não.

Setubal *(Asylo Accacio Barradas em)*. V. *Barradas (Accacio Sergio Negrão)*.

Setubal *(Francisco de)*. Pintor. N. em Valença em 1747, e fal. nas Caldas da Rainha em 1792. Dizem que gostava muito de passar por doido, e não sabia que o era realmente. Na verdade toda a sua carreira prova uma excentricidade de caracter muito proximo de loucura. Tendo vindo para Lisboa, foi depois para Setubal, onde trabalhou alguns annos, o voltando a Lisboa começou a ser conhecido pelo nome da Francisco de Setubal. Era d'um orgulho desmedido, e não reconhecia como amigos senão aquelles que o comparavam a Raphael, ou que ainda o elevavam a maiores alturas, desacreditando todos os outros. As vistas maritimas que pintou e as figuras a fresco renderam-lhe bastante dinheiro. Começou a ter discipulos, sendo um d'elles o grande pintor Domingos Antonio de Sequeira, que o ajudou, juntamente com Jeronymo de Andrade e com Fran-

cisco Gomes, na pintura dos ornatos do tecto da capella de João Ferreira ao Chiado, ornatos desenhados por Eleuterio Manuel de Barros. Em 1780 concorreu á Academia de S. José, e em 1786 foi admittido no numero dos directores da Academia que fundara na rua dos Camillos. Quando estava a pintar o tecto do picadeiro real de Belem, caiu gravemente doente, segundo consta, consequencia da sua vida desregrada, e partindo para as Caldas da Rainha, pouco tempo viveu.

Setubal (*João Schwalbach, barão e visconde de*). Marechal de campo, gran cruz da ordem de Aviz, commendador da Torre e Espada, cavalleiro do Cruzeiro do Brazil; condecorado com a medalha n.º 4 das campanhas da Guerra Peninsular, com a medalha hespanhola de Vitoria, etc. N. em Tréves, na Allemanha, a 22 de março de 1774, fal. em Extremoz a 25 de maio de 1847. Era filho de Pedro Daniel Schwalbach, e de sua mulher D. Maria Magdalena Kremez. Entrando como voluntario para o exercito inglez, veiu a Portugal em 1808, e no posto de sargento assistiu ao combate da Roliça. Passando em alferes para o nosso exercito no mez de junho de 1809, continuou a tomar parte na Guerra Peninsular, sendo durante ella promovido a tenente e a capitão, entrando nas batalhas do Bussaco, Fuente de Oñor, Vitoria e Pyreneus, ficando n'esta ultima gravemente ferido. Terminada a campanha passou a ter o exercicio de major no regimento de milicias de Tondella, e sendo depois elevado a esse posto serviu em differentes corpos de caçadores, e fazendo parte das forças que em 1826 e 1827 andavam em operações contra os absolutistas esteve na ponte do Caver e em Coruche. Despachado tenente coronel para caçadores n.º 3 a 3 de julho de 1827, quando no anno seguinte se verificou a revolução liberal do Porto, João Schwalbach adheriu a esse movimento, combateu na Ega, na Cruz de Morouços e na Ponta do Vouga, e emigrando para Inglaterra, partiu pouco depois para a Madeira, onde o governador Valdez, mais tarde conde de Bomfim, sustentava a causa da rainha D. Maria II. A expedição chegou á ilha no dia 20 d'agosto, e ali desembarcaram de bordo d'um paquete inglez os primeiros officiaes liberaes que de Londres fôram a ella destinados, entre os quaes se contava, conforme dissémos, o tenente coronel João Schwalbach. O governador confiou logo a este official o commando da costa de leste que se estendia desde o Caniço até Machico, pondo-lhe ás suas ordens tres officiaes que tinham ido com elle de Inglaterra, assim como a tropa de que podia dispôr para a defeza da mesma costa. O major Silva Pereira, mais tarde conde das Antas, foi mandado marchar na direcção de Caniço com um destacamento escolhido de 150 homens tirado do regimento de milicias da Calheta. A esquadra, tendo tomado um pratico na ilha de Porto Santo, andou velejando em frente da Madeira e estabelecendo primeiro communicação com a terra, a nau foi no dia 21 trovejar com a sua artilharia o porto de Machico, e no dia 22 n'elle desembarcaram, bem como no Porto Novo cousa de 1:600 homens de tropa de linha, pontos aquelles que distam da cidade umas duas legoas e meia, ficando a bordo de 600 a 800 homens de guarnição nos navios. O desembarque não lhes foi disputado nem pela artilharia nem pela infantaria Uma companhia de artilharia que guarnecia as peças dos respectivos fortes, não deu com ellas um só tiro, reunindo-se com esta circumstancia a de ter lançado fogo a um carro de munições que na rua explosiu chegando ainda a ferir gravemente na cara o tenente coronel Schwalbach. O inimigo ficou durante a noite no caminho que do ponto do desembarque se dirige ao Funchal, e dividindo no dia seguinte as suas forças em duas columnas seguiu uma pela beira-mar indo a outra pela serra. Foi esta a que mais directamente avançou sobre a cidade onde sem difficuldade alguma entrou, pois que os milicianos de prompto lhe abandonaram os fortes. O governador Valdez, vendo se por este modo sem força alguma e trahido, tomou a resolução, sendo acompanhado pelos officiaes que tinham ido de Londres, de ir refugiar-se pelas 5 horas da tarde do dia 23 a bordo da fragata ingleza *Alligator*, sendo elle e os mais que com elle iam, transportados depois para Inglaterra n'um brigue mercante inglez. Mais de 40 pessoas fugiram da ilha n'um navio americano para as ilhas Canarias. Seguiram se logo as perseguições e as confiscações em grande escala, começando se pela casa de João de Carvalhal com o pretexto de se não ter opposto ao governador Valdez, não obstante não ter elle exercido emprego algum, pois Carvalhal fugiu sempre da politica, não se declarando nem se comprometteudo por nenhum partido. Emquanto Valdez e Silva Pereira e outros officiaes seguiam viagem para Inglaterra, o tenente coronel Schwalbach commandante de caçadores n.º 3, acompanhado tambem d'outros officiaes, seguia viagem para o Rio de Janeiro. Posteriormente o tenente coronel foi reunir se aos defensores da ilha Terceira e desembarcando nas praias do Mindello com o exercito libertador em 9 de julho de 1832, tomou parte activa na defeza do Porto, á testa da divisão ligeira, encontrando se nos combates de Ponte Ferreira e Souto Redondo, na acção de 29 de setembro, na sortida de Villa Nova em 14 de novembro, na sortida a Vallongo a 17 do mesmo mez e na acção de Antas a 24 de março do anno seguinte. Durante esse periodo foi promovido a brigadeiro e recebeu o grau de official da ordem da Torre e Espada pelo modo como se houvera em Ponte Ferreira. Sendo collocado á frente da brigada de caçadores n.ºs 2 e 3 na expedição que do Porto saiu para o Algarve, distinguiu-se na tomada d'Alcacer do Sal e de Setubal e na acção de Cacilhas, e sendo por este ultimo combate elevado a commendador da Torre e Espada, continuou a combater até ao fim da campanha, entrando ainda nos combates de Leiria, Torres Novas e Pernes, e na batalha de Almoster onde se assignalou na defeza d'esta localidade e da ponte. Terminada a guerra civil foi nomeado governador militar da provincia do Alemtejo, e sendo depois da revolução de setembro transferido para egual cargo da Beira Alta, adheriu á revolta dos marechaes pelo que foi separado do quadro do exercito. Mais tarde foi reintegrado, exerceu o governo da praça de S. Julião da Barra, commandou a 8.ª divisão e por ultimo a 7.ª, sendo em 1845 promovido a marechal de campo. Recebeu a mercê do titulo de barão de Setubal, por decreto de 23 de setembro de 1835, sendo elevado ao de visconde, por decreto de 13 de outubro de 1843. Casou a 29 de

dezembro de 1816 com D. Antonia de Moraes e Castro, filha de Manuel Pinto Saraiva e de sua mulher D. Anna Izabel de Moraes e Castro.

Setubal (*José Antonio Benedicto Soares de Faria Barbosa, morgado de*). Pintor d'arte muito apreciado, que viveu no seculo XVIII, e principios do XIX, mais conhecido pela denominação da *Morgado de Setubal*, de que pelo seu proprio nome. N. em Mafra a 22 d'abril de 1752, fal. em Setubal a 12 de fevereiro de 1809. Era filho de Antonio José Bernardo de Faria Barbosa, e sobrinho de José Joaquim Soares de Barros Vasconcellos, escriptor bastante conhecido. Seu pae fôra syndico do convento de Mafra, e foi n'esta villa que Faria Barbosa adquiriu os primeiros conhecimentos litterarios e artisticos. Na sua infancia já se dedicava á pintura, applicando o suco das flôres com admiravel propriedade e bom gosto. Apezar de ser administrador do morgado dos *Soares*, em Setubal, e de se ter conservado solteiro, nem sempre conseguiu viver na abundancia, e teve muitas vezes de recorrer ao seu pincel para viver. São numerosissimos os seus quadros, mas o conde Raczynski, no seu *Dictionnaire historico artistique*, fórma a seu respeito uma critica bastante severa, mas os criticos portuguezes são mais benevolos, declarando-o admiravel na imitação da natureza, predicado que Raczynski tambem lhe reconhece declarando que ninguem melhor do que elle representa o fogo, os metaes, os fructos, as pennas de aves e o pello dos animaes Fez muito bem cópias dos grandes mestres, e são muito afamadas entre todas umas copias que fez d'um quadro attribuido a Raphael o de outro de Carlos Maratta, que estavam no seminario de Brancanes. Tambem era retratista de nomeada. Deve dizer se, comtudo, que são desculpaveis os defeitos e as incorrecções que lhe censura Raczynski, quando se souber que o morgado de Setubal quasi que nunca teve mestre, e que deveu á natureza tudo o que valia. O morgado de Setubal repetiu alguns dos seus quadros, quando a isso o impelliam urgencias. Contam se varias anedoctas ácêrca d'este apreciado pintor, diz-se que pintára um gato com tanta verdade, quo uns cães que o viram, arremetteram contra elle. Tambem se conta, que tendo-se-lhe encommendado um quadro para uma egreja representando S. Pedro, o morgado divagou pela praia de Troino na occasião em que os pescadores estavam amanhando as suas rêdes, sentados ao sol; buscava um bom modelo. Procurou-o e achou-o. Deparou se lhe uma bella cabeça: cabellos revoltos, quasi de todo brancos e egualmente a barba, fronte espaçosa, olhos vivos, perfil correcto, emfim um typo artistico. Conseguiu, não sem difficuldade, que o pescador se prestasse a que lhe tirasse o retrato, mediante determinada quantia. No dia seguinte e á hora ajustada appareceu o pescador no gabinete do morgado, o homem, porém, aconselhado pelos dictames da respeitosa cortezia que n'aquelles tempos era devida a um morgado, apresentou-se de barba rapada e cabello cortado, isto é, tornado totalmente diverso do que se pretendia. Muitos dos quadros do apreciado pintor figuraram na exposição de artes setubalenses por occasião das festas commemorativas do centenario de Bocage, em 1905. Fallecendo sem descendencia, passou o morgado para seu sobrinho o primo, José Augusto Maria Soares de Barros e Vasconcellos, filho da sua unica irmã, casada com seu tio, já citado, José Joaquim Soares de Barros e Vasconcellos.

Setubal (*Mafaldo de*). Navegador do seculo XV. Azurara lhe chama assim, e diz que morava em Setubal, e que militara em Africa; foi na expedição de Gonçalo Pacheco ao Cabo Branco, e distinguiu se muito n'um combate com os indigenas.

Setubal. Cidade da prov. da Extremadura, séde de conc. e de com, distr., patriarc. e Relação de Lisboa. Tem 4 freguezias: N. S.ª da Annunciada, Santa Maria da Graça, S. Sebastião e S. Julião. Está situada na margem direita do rio Sado, a 31 k. da capital do districto, estendendo-se por uma planicie pittoresca. O rio lança-se no mar entre as pontas de Outão e de Adoxe ou Adoxo, que ficam a 2 k. de distancia, e está separado do Oceano por uma lingua d'areia, de 15 k de extensão, fundeando os navios em frente da cidade. O porto é magnifico, dando entrada a embarcações de todos os lotes, o que muito favorece o commercio local nas suas relações com os outros pontos do paiz e do estrangeiro. Nas costas da cidade erguem se as serras de S. Luiz e de Palmella, que a abrigam das nortadas Para o occidente abre-se a barra, e elevam-se os montes onde campeia o castello de S. Filippe. Setubal é uma cidade importante pela sua industria fabril, pelas suas vastas salinas, cuja producção attinge annualmente algumas centenas de milhares de moios de sal, e uma das mais antigas da provincia, o que bem se reconhece pela estreiteza e irregularidade de muitas das suas ruas, embora se lhe tenham feito importantes melhoramentos publicos, como passeios, praças e edificações valiosas. E' constituida por 5 bairros: Central; Troino (oeste); Fontainhas (leste); Bairro Baptista (as nordeste); e Bairro Alves da Silva (noroeste). Setubal é da mais remota antiguidadade, mas as noticias ácêrca da sua origem são confusas, ou nenhumas. Na falta, porém, de dados positivos, presume se, com algum fundamento, que os phenicios, nas suas excursões á Lusitania, encontrando na serra da Arrabida riquezas mineralogicas, objecto da sua principal pesquiza, estabeleceram uma colonia no pontal á esquerda do rio Sado, e junto á sua foz. Admittida esta hypothese, é bem de suppôr que as immensas vantagens d'uma tal posição, reunidas ao genio emprehendedor e habitos commerciaes de aquelle povo singular, fizesse crescer e prosperar a colonia. O que não ha duvida é que no tempo do dominio romano, existia n'aquelle local uma cidade importante com o nome de Cetobriga. E tambem não é menos certo que, occupando-se muito os geographos e historiadores romanos da Lusitania e falando por vezes d'aquella cidade, não a mencionam como fundação dos seus patricios. Conforme a opinião mais geral, destruido o imperio romano, e avassalada pelos barbaros do norte a Peninsula Iberica, gosou Cetobriga de muita prosperidade sob o dominio dos godos. Mas na invasão dos moiros padeceu tão grande ruina, que ficou totalmente abandonada. Pinho Leal, no *Portugal antigo e moderno*, porém, diz estar persuadido que a actual cidade de Setubal não é tão antiga como pretendem muitos historiadores, porque a cidade a que Claudio Ptolomeu Alexandrino dá o nome de *Coetobrix*; Antonio Augusto,

Cetobriga; Marciano Heracleota, *Castobrix;* e o anonymo Ravenate, *Cetobriga*; era indisputavelmente na margem esquerda do Sado, em frente da actual Setubal, e no sitio hoje chamado *Troia.* Esta sim, que era antiquissima, e com toda a probabilidade, fundação dos phenicios. O terreno em que assenta a parte principal da cidade de Setubal, de hoje, esteve por muitos seculos occupado pelas aguas. O Sado tem, lenta mas progressivamente, diminuido aqui de nivel, abandonando a margem direita, ao passo que, levando as terras da margem opposta, se tem internado. Prova-se isto, porque, na perfuração que se fez em outubro de 1871 no campo do Bom-Fim, em busca de agua, se encontraram muitos fosseis marinhos. Em muitos pontos dos arredores de Setubal se encontram a alguns metros de profundidade, varias especies de conchas petrificadas, sendo em maior numero as *bivalves*, como acontece em toda a parte. Nos outeiros de *Saúde* e *Lindo Retiro*, proximos da cidade, é onde se tem achado, em maior numero, differentes variedades de conchas fosseis. E as famosas *salgadeiras* da velha Cetobriga estão, actualmente, mesmo á beira da agua, quando, por certo, fôram construidas em terreno superior ás maiores marés. O nome de *Sapal,* dado hoje ao largo chamado *Praça de Bocage*, prova tambem que este sitio era um pantano d'agua salgada, depois de ser abandonado pelo rio. A raridade geologica que se vê ao E da cidade, e a quo o vulgo dá o nome de *Pedra Furada*, é outra prova evidente do abaixamento do nivel do rio. As frotas romanas entravam aqui amplamente a toda a hora, e este porto era considerado o melhor da Lusitania, depois do de Lisboa. E' tradição entre o povo, que ao pé das pedreiras sobre que se construiu o castello de Palmella, chegava o Sado, e que em tempos antigos houve ali grandes argolas de bronze, para a amarração dos navios. A faxa do terreno onde existem os restos da velha Cetobriga (Troia), leva a crer que se estendia até á ponta do Outão, onde está a fortaleza, em cujos alicerces se encontram os restos d'um templo dedicado a Neptuno. Ora, nos escriptores antigos, vê-se que os romanos construiram um templo ao deus dos mares, no *promontorio barbarico*, mas não dizem que foi na foz do *Calipus* (Sado). Esta circumstancia, e a tradição constante entre o povo, desde tempos remotos, de que a barra do Sado era na Comporta, induzem a crêr que, na verdade, a barra antiga era mais ao sul, e pouco mais ou menos, alinhando com a especie de golfo que o Sado faz até proximo da Marateca. Que os arredores de Setubal fôram habitados por essa raça de homens, cuja denominação hoje se ignora, e que, por precederem os celtas, lhes chamaram *pre-celtas*, é cousa inegavel. Mas d'onde vieram esses homens? Seriam chaldeus, babylonios, gregos, phenicios ou iberos, é o que ninguem póde dizer com certeza, A'cêrca do nome primitivo da antiga Setubal, ha divergencia nos antigos escriptores, sendo tantas as opiniões contradictorias e etymologias, que só em largas paginas se poderiam transcrever, e por isso nos abstemos de as mencionar, mas ainda que sejam meras fabulas, o que inegavelmente provam, pelo menos, é ser Cetobriga uma povoação, cuja origem se perde na noite dos tempos, e que não é possivel marcar-se-lhe hoje a data do seu principio. Deixemos, porém, os tempos pre-historicos e sigamos o que dizem os geographos e historiadores romanos. Caio Plinio, quo percorreu a maior parte da Peninsula Iberica, o que residiu na Betica, como intendente de Vespasiano, descreve a costa da Lusitania, desde o *Ana* (Guadiana) até ao *Durius* (Douro) e diz se que esta região era habitada pelos *bastulos* e *túrdulos.* Plinio, o naturalista, e Pomponio Mella, dizem que os túrdulos estanciavam entre o Tejo, e que *os bastulos habitavam o territorio de Cetobriga, antes da dominação romana.* Strabão, descrevendo a costa da Lusitania, desde o *Promontorio Sacro*, Cabo de S. Vicente, fala no *paiz dos bastulos* em geral, que eram os habitantes d'esta costa, e depois, em especial, mencionava *um povo que habitava uma estreita faxa de terra*, *junto*

Vista geral de Setubal

ao mar. Ptolomeu dá aos povos que habitavam esta *faxa* o nome do *bastulos-penos*. Appiano os denomina *bastulos phenicios*, quo parece vir a ser o mesmo. Estes phenicios chegaram ao litoral da nossa Peninsula pelos annos do mundo 3050 (951 annos antes da vinda de Christo), e fundaram primeiramente a actual cidade de Cadiz, depois se fôram estendendo para o norte do Guadiana. Parece que já aqui encontraram os bastulos, e por isso se chamaram *bastulos penos*. Colligo se do Strabão e de Avicna, que estes phenicios occuparam Cetobriga, ou a fundaram, 150 annos depois de Cadiz, porque dizem que chegaram aqui no anno 804 antes de Christo. Quer os phenicios achassem já fundada Cetobriga, quer fôssem os seus fundadores, é incontestavel que elles a habitaram por muitos annos, o que se prova pelas antiguidades phenicias que, em differentes epocas, se tem aqui encontrado. O certo é, que no seu tempo, já o Sado saía pela barra actual, o que facilmente se prova pelas salgadeiras construidas á beira do rio. Se esto ainda desaguasse pela Comporta, ou por ali perto, as salgadeiras estariam na parte meridional de Cetobriga. Mesmo que as salgadeiras sejam obra dos romanos, como é opinião geral, já se vê que fôram construidas quando o Sado corria por onde hoje corre. Não se sabe, quando se principiou a chamar Troia á velha Cetobriga, e tambem é assumpto de controversia entre os escriptores. Dizem uns, que so lhe mudou o nome, por se parecer, depois de arrazada, com a famosa Troia da Pequena Phrygia, depois que foi reduzida a cinzas pelos gregos, 1184 annos antes de Christo; outros dizem quo, tendo as aguas do archipelago grego invadido esta cidade, na sua retirada, a deixou coberta d'areia, e que a Cetobriga, por lhe acontecer o mesmo, se lhe deu o nome de Troia. Outros sustentam que Troia é corrupção de Cetobriga, e que fôram os arabes que lhe mudaram o nome, porque não podendo pronunciar Cetobriga ou Cetobrica, diziam Troia. Contra esta opinião ha outra, segundo a qual, fôram os godos que, pelos annos de 450, lhe principiaram a chamar Troia. Tambem se diz que Setubal é corrupção de Cetobrina, porque os antigos diziam *Cetobola* e *Setabrg*, e era facil a corrupção para Setubal. O que se póde affirmar, é que nada se sabe de positivo quanto á fundação e destruição de Cetobriga, mas não padece duvida, ter sido uma povoação florescente no tempo dos phenicios, e ainda mais, durante o dominio dos romanos Julga-se quo a invasão das areias não foi repentina, mas se operou pouco a pouco, dando logar a que os habitantes de Cetobriga fôssem mudando para o actual bairro do *Troino*, á medida que as suas habitações iam de sufficiente sendo invadidas pelas areias, dando-lhes tempo do despejarem as casas, porque nas escavações que mais tarde se fizeram em Cetobriga, muito poucos utensilios domesticos so teem achado, e nem um cadaver nas casas, que todas appareciam quasi vasias. Tambem se não póde negar que a invasão das areias foi durante o tempo dos romanos, e quo em 405, quando a Lusitania foi invadida pelos barbaros do norte, já Cetobriga não existia. Foi nos principios do seculo XVI que se começou a dar importancia á povoação soterrada de Cetobriga, achando so então, por varias vezes, restos do edificios, alguns objectos d'arte, e utensilios de uso domestico. No reinado de D. Maria I é que se deu principio a excavações com mais algum methodo e cuidado, e foi então que se encontraram varias medalhas romanas e differentes objectos de marmore ou de bronze, que fôram para a bibliotheca publica de Lisboa. Em 1814 appareceram varios objectos de prata, como uma lampada, um castiçal, uma *patera* (vaso quo servia nos sacrificios). Em 9 de novembro de 1849 fundou se em Setubal a *Sociedade archeologica lusitana*, e procedendo então esta sociedade a excavações, ficaram a descoberto os restos de alguns edificios e numerosos objectos, como vasos de barro, amphoras do fórma conica e cylindrica, tijolos, lampadas, mós, um annel de ouro, um alvião de ferro, um vaso lacrimatorio, etc., e grande numero de medalhas de prata e bronze de varios imperadores romanos. Depois em 1875, organisou-se em França uma sociedade anonyma para explorar o solo de Cetobriga, o essa sociedade, que comprou todo o terreno onde existiu a povoação, ainda effectuou trabalhos em que appareceram mais objectos. Deixemos, porém, a velha Cetobriga ou Troia, e tratemos da actual Setubal. N'esta cidade não ha monumento algum romano, nem gôdo, nem moiro. E' provavel que no meado do seculo XII fôsse uma povoação insignificante, reduzida, talvez, ao actual bairro do Troino, tanto quo nem tinha termo proprio, que só lhe foi demarcado em 1343. Diz-se, porém, que a fortaleza de *Albarquel* foi primitivamente construida pelos moiros. Em 715, os emires Ali Bem Tarif, e Muça, moiros africanos, entrando pela Lusitania com um numeroso exercito, conquistaram Evora, Beja, Alcacer do Sal, Villa Nova de Portimão, e outras muitas povoações do Alemtejo, Beira Baixa e Algarve, e caindo tambem em seu poder a povoação de Palmella, facilmente occuparam Setubal. Os moiros a conservaram em seu poder até 753, anno em que D. Fruela I, rei de Oviedo, ganhou grandes victorias contra Omar, filho de Abd-el-Rahman, que se havia revoltado contra os kalifas, levantando-se com o reino de Córdova, e intitulando-se kalifa. O rei christão, entrando na Lusitania derrotou Ali Ben Tarif, resgatando muitas terras da Extremadura e Alemtejo, reconquistando tambem Setubal. Mas 7 annos depois, em 760, Abd-el-Rahman tornou a apoderar se de Lisboa, Evora, Santarem, Beja, e de todo o territorio desde o Tejo até ao Guadiana. Em 910, D. Ordonho II, levando do vencida em successivas victorias, os moiros alemtejanos, lhes tomou Beja e outras povoações, pelo que elles, temendo maiores damnos, se constituiram tributarios do rei christão. Esta humilhação desesperou o kalifa Abd-el-Rahman, que obrigou os moiros a romper o pacto, mas D. Ordonho caiu sobre os moiros e derrotou os. Depois, e atravez d'um dilatado periodo, seguiram se encarniçadas luctas entre christãos e moiros. Em 1093 o conde D. Henrique e sua mulher D. Thereza tomaram posse de Portugal, continuou o periodo das luctas no reinado de D. Affonso Henriques, e sendo tão numerosas as povoações perdidas e rehavidas, Setubal não figura entre ellas, o quo prova que, pela sua insignificancia e estando indefeza, fatalmente teria de seguir a sorte da sua visinha Palmella, que era uma praça de muita importancia. Cresceu o prosperou depois á custa da decadencia de Alcacer do Sal e á sombra do forte

castello de Palmella, principalmente depois que aquella praça foi elevada a cabeça da ordem de S. Thiago da Espada. Setubal, conforme se disse, não tinha termo, porque os de Palmella e Alcacer do Sal chegavam até áquella povoação. Nas côrtes de Santarem, convocadas em 1340, os procuradores de Setubal pediram e obtiveram que lhes fôsse demarcado o seu termo, á custa dos de Alcacer do Sal e de Palmella. Era então mestre da ordem de S. Thiago D. Garcia Peres, que em

Setubal—Camara Municipal

1343 procedeu á medição do termo. Fôram os marcos collocados, e sobre o assumpto houve discordias, principalmente entre Setubal e Palmella, pelo que, em 1569, el rei D. Sebastião mandou novamente demarcar o termo de Setubal, para que de nenhuma parte d'elle so pudessem apossar pessoas poderosas. Esta ordem foi dada por causa das queixas do provedor e dos vereadores da camara contra pessoas que costumavam unir terrenos do concelho ás suas propriedades a elles contíguas. Continuaram as duvidas e desaguisados, pelo que a regente D. Luiza de Gusmão, viuva de D. João IV, mandou que se fizesse uma escriptura de contrato, composição, confirmação o ratificação de vizinhança, entre as camaras de Setubal e Alcacer do Sal. Nas côrtes de Lisboa, de 10 de dezembro de 1439, foi concedido a Setubal que não houvesse aposontadoria, e que se fizessem estaus e casas em que ol-rei e a côrte pudessem alojar se. Em 1487 mandou D. João II, que o dinheiro e *imposições* que para os *Estaus de Setubal* se tiuham applicado, se gastassem nos canos que conduzem a Setubal as aguas desde a serra de Palmella, e n'outras obras publicas, como as duas praças: do Sapal e do Paço do Trigo. E com isto *soltou á côrte que o acompanhava aposentadoria por toda a villa, da qual antigamente, como Lisboa, estava isenta (Chronica de D. João II*, cap. 25). No principio do seculo XVIII já Setubal era cabeça de comarca, mas não tinha corregedor, e só ouvidor, por ser terra dos donatarios (os duques de Aveiro), o esta é a denominação que em 1736 lhe dava o desembargo do paço, quando lhe escrevia. Pelo contrario, a villa d'Almada tinha corregedor. Mas os dois logares andavam juntos em um só ministro, isto é, o ouvidor de Setubal era corregedor em Almada. A camara de Setubal tiuha as seguintes jurisdicções: correição d'Almada, ouvidoria de Setubal (ambas da ordem de S. Thiago), e ouvidoria de Azeitão, que era da casa ducal de Aveiro, e depois foi da corôa. Comprehendia a comarca de Setubal 20 villas, que são as seguintes, divididas pelas tres referidas corroições; a da Almada: Almada, Lavradio e Moita que era dos condes de Alvôr; Ouvidoria de Setubal: Alcacor do Sal, Aldeia Gallega, Alhos Vedros, Barreiro, Cabrella, Canha, Côina (do Barreiro), Grandola, Palmella e Setubal; ouvidoria de Azeitão: Azeitão, Samora Correia, S. Thiago do Cacem, Cezimbra e Torrão. As armas de Setubal são: Escudo azul, e n'elle um castello da sua côr, tendo de cada lado uma cruz encarnada, da ordem de S. Thiago. O castello está sobre ondas verdes, e n'ellas uma barca cercada de peixes de prata. Era encimada por uma corôa ducal, que lhe foi tirada em 1759, desde o supplicio do ultimo duque d'Aveiro. Nas côrtes dos Tres Estados tinha assento no 4.º banco, por provisão de D. João III, desde o anno de 1530. Nas côrtes de Evora de 1535, o mesmo soberano recebeu, por offerta voluntaria dos povos, 100:000 cruzados para as despezas do Estado. Distinguindo se n'essa offerta os setubalenses, concedeu em recompensa á villa o titulo de *notavel*, por carta regia de 31 do outubro d'esse anno. El-rei D. Manuel I lhe concedeu foral em Lisboa, a 27 de julho de 1514. Por carta regia de 23 de maio de 1657, a rainha regente D. Luiza de Gusmão concedeu o titulo de *leaes vassalos* aos habitantes de Setubal. O coronel do regimento de Setubal, infantaria n.º 7, offereceu á camara, em 1815, uma bandeira franceza, que aquelle corpo tomara a 27 de fevereiro de 1814, a um dos regimentos do general Soult, na batalha de Orthez, na qual o regimento muito se distinguira pela sua bravura e disciplina. A peninsula de Se-

tubal póde dividir-se em 3 bacias hydrographicas: a do norte, que comprehende os affluentes do Tejo; a do sul, que comprehende os affluentes do Sado: e do oeste, que é o valle da Apostiça, com duas pequenas ribeiras, Aruaes e Brava, que alimentam a lagôa d'Albufeira. A bacia hydrographica do norte, a maior das tres, é limitada pelas collinas de Azeitão, Cabanas, Palmella e charneca da Lentigueira. A do sul comprehende as ribeiras da Rasca, da Ajuda (antiga Aravil) de Algodeia, e os ribeiros que vão desaguar no golfo chamado ribeira de Marateca. A formação geologica dos terrenos de Setubal e seu termo é em geral favoravel á agricultura e silvilcultura, que tem ainda a seu favor a amenidade do clima. A flora maritima é tambem muito rica e variada, e differentes especies de mariscos vivem e medram nas aguas de Setubal e nas rochas e cavernas da costa. O territorio de todo o concelho é fertilissimo. São muito afamadas as suas laranjas, que se exportam em quantidade para Inglaterra, e o seu moscatel é muito apreciado na Europa e na America. Dizem que a maior producção do uva moscatel é a das extensas vinhas das freguezias de Villa Fresca e de Villa Nogueira de Azeitão. O Paço do Trigo, os paços do concelho, a cadeia e os açougues, fôram construidos pelo mestre Gil Fernandes, principiando as obras em 1526 e terminando em 1533. No principio do seculo XVIII, estando os paços do concelho bastante arruinados, foi a camara autorisada por alvará regio de 26 de setembro de 1709 a despender na reedificação 460$000 reis dos sobejos do *usual*, ficando obrigada a concertar os aqueductos para o que aquelle dinheiro estava destinado. Mais tarde, o povo de Setubal se offereceu a contribuir com o que fôsse necessario para a reconstrucção do edificio, pelo tempo de 3 annos, 1722, 1723 e 1724, o que a camara agradeceu e acceitou, ficando a 2 reis, em cada arratel de carne, se pagasse a despeza da reconstrucção. Já no seculo XIX, sendo presidente da camara o dr. Antonio Rodrigues Manito, que prestou relevantes serviços ao concelho, procedendo a numerosos melhoramentos, decidiu a camara accrescentar o edificio, para n'elle se poderem accommodar, não só todas as repartições dependentes da camara, como o tribunal judicial, a administração do concelho, a recebedoria e a repartição da fazenda, o que levou a effeito, concluindo as obras em 1873. Hoje os paços do concelho é um amplo edificio situado na antiga praça do Sapal, hoje do Bocage, onde se levantou uma estatua commemorativa do popular poeta. A primeira pedra do monumento foi lançada a 22 de novembro de 1871, realisando-se a inauguração solemne a 21 de dezembro seguinte, sendo a estatua descoberta pelo marquez de Avila, vice-presidente da Academia Real das Sciencias, o conselheiro Lisboa, ministro do Brazil em Portugal, visconde de Castilho, e o dr. Manito, presidente da camara municipal de Setubal. O monumento consta de uma columna de ordem corinthia com canelluras de 6 m. de altura sobre um pedestal quadrado de 2 m, 40 assente n'uma escadaria de 4 degraus. A estatua que encima a columna e tem 2 m. de altura, representa Bocage de cabeça descoberta, com o traje do seu tempo, casaca, calção e capa, tendo na mão direita uma penna e na esquerda um livro. Nas 4 faces do pedestal vêem se quartetos de Bocage, e na face sul lê-se tambem a seguinte inscripção:

A M. M. BARBOSA DU BOCAGE
ADMIRADORES SEUS
PORTUGUEZES E BRAZILEIROS
MDCCCLXXI.

O monumento importou em 2:750$450 reis, sendo essa despeza paga com o resto da subscripção aberta no Rio de Janeiro e com os donativos que o barão de S. Clemente e o visconde de Castilho fizeram para completar aquella quantia. (V. *Barbosa du Bocage*). Em Setubal ha um bel-

Setubal—Avenida Todi

obra concluida em 1733, conforme se lê n'uma inscripção que está por baixo da varanda do andar nobre. O terremoto de 1755 arruinou muito o edificio, e D. José I ordenou que, do imposto de

lo edificio para o mercado publico, diario, construido no sitio chamado *praia do Livramento*, o qual se inaugurou em 31 de julho de 1876. As mesas são de marmore, todas com os seus competentes escoadouros. O peixe fresco é vendido debaixo d'um elegante pavilhão, galeria descoberta, sustentado por columnas de ferro fundido. Em volta da praça são tudo lojas de mercearia, de bebidas, de fructas e legumes (além dos logares do centro da praça), talhos, armazens para deposito de sal e peixe salgado, etc. Antigamente o mercado de peixe era na *Ribeira Velha*, pequena praça rodeada de predios e sem condições de aceio e de hygiene. A fructa, hortaliça e legumes vendiam se a um canto da praça do Sapal, hoje de Bocage. A terceira typographia, que se fundou em Portugal, foi em Setubal. Em 1509 fôram ali impressos os *Estatutos da ordem de S. Thiago da Espada*. A illuminação publica começou em 1834, mandando a camara collocar dois lampeões, um em cada angulo dos seus paços. Eram os unicos em Setubal. Depois se fôram pouco a pouco, pondo mais lampeões, todos alimentados a azeite. Em 15 d'agosto de 1863 appareceram as ruas illuminadas a gaz, o que causou grande regosijo para todos os habitantes. Esta illuminação foi feita por contrato celebrado entre a camara e o empresario Luiz Longe. Este falliu, ficando a illuminação interrompida. A camara tomou posse da fabrica e canalisação, depois de uma renhida demanda com os credores de Longe. A cidade foi então illuminada a petroleo, mas tornou a haver gaz, por contrato feito com D. João Burgau. Setubal foi elevada á categoria de cidade por D.

Setubal—Monumento a Bocage

Pedro V em carta regia de 19 de abril de 1860. Quando em novembro d'esse anno, o monarcha, regressando d'uma viagem ao Alemtejo, quiz visitar Setubal, a população reconhecida por aquella mercê, recebeu-o com as mais vivas demonstrações de enthusiasmo. Foi no 1.º de fevereiro de 1861 que se abriu o ramal do caminho de ferro do Barreiro a Setubal. Houve aqui uma gafaria, que ficava extra muros, na estrada de S. João. Existiu tambem o hospital do Espirito Santo, de que se ignora a data da fundação, sabendo-se, porém, que já existia em 1539. Tambem se ignora a data da fundação da Albergaria da Horta do Rio. Estas casas de caridade, parece que eram do principio da monarchia, mas já não existem nem sequer as ruinas. Setubal tem um magnifico cemiterio, onde se vêem bastantes mausoléus de boa esculptura, com uma ermida edificada em 1861 da invocação de N. S.ª da Piedade. O portico é de marmore branco. O primeiro relogio de torre que appareceu n'esta cidade, foi o da egreja de S. Julião. No meado do seculo passado, estando muito desarranjado, a camara mandou comprar ao estrangeiro um novo relogio de systema moderno, para o substituir. Em 1603 se assentou tambem um relogio n'uma das torres da egreja de Santa Maria da Graça. O pelourinho, emblema da autonomia e nobreza de Setubal, está no centro da praça de S. Pedro. E' uma bella columna monolithica, tendo inscripções nas 4 faces do pedestal. Nos bonitos passeios que existem em Setubal, conta-se o Campo de Bomfim. El-rei D. Manuel I comprou aos seus possuidores o vasto e formoso campo da Barbuda, fazendo d'elle um passeio publico. Na parte norte, ficando ainda um amplo espaço em volta, mandou a camara construir em 1839 um bonito jardim, com o seu chafariz ao centro, e todo bem arborisado, encanando então o ribeiro que corre junto ao campo. Em 1866 transformou-se este jardim n'um espaçoso passeio publico, que em 1871 foi murado e gradeado Em 1878, a camara substituiu o chafariz do centro por um lago,de fórma circular, tendo ao meio sobre uma base de boa cantaria lavrada, o coreto. Na parte inferior d'esta base, por entre pedras tôscas, dispostas de modo a imitar o natural, e ornadas de plantas aquaticas, corre em diversos pontos a agua, servindo de recreio á vista, e de utilidade ás flôres e plantas que vae regar. E' a este campo extensissimo que se deu depois o nome de Campo de Bomfim. A Avenida Todi é tambem um apreciavel e ameno passeio, um dos melhoramentos modernos feitos em Setubal. A ponte do Livramento, que tinha sido demolida em grande parte no fim de 1833, para serem reformadas as fortificações de Setubal e para defender a povoação de qualquer ataque das tropas realistas, foi reconstruida em 1835. As outras pontes são: Ponte Nova, de S. Sebastião, de Jesus, de Santa Catharina, do Soccorro, do Fidalgo, do rio Algodeia e a Pontinha. O Theatro Bocage foi fundado em 1834 por 3 operarios, n'uma casa velha da rua dos Almocreves. Passados 20 annos, Antonio José Pacheco comprou a casa e reconstruiu o theatro, mudando lhe a frente para a nova rua da Conceição, e dando lhe o nome de *Theatro Bocage*, o qual se inaugurou a 26 de abril de 1855 com um espectaculo dado pela companhia do Gymnasio, de Lisboa. No bairro de Troino tambem se construiu outro theatro, mas é mais inferior, e tem por titulo *Theatro Santos Silva*. Ao nascente da cidade de Setubal, e a pequena distancia d'esta, na estrada que conduz das Fontainhas á ermida de N. S.ª da Graça, está um rochedo, a que o vulgo dá o nome de *Pedra Furada*. E' digno de menção e de estudo, por ser uma raridade. E' notavel pela sua fórma, pela sua grandeza e posição. Tem a base banhada pelo Sado, e a outra enterrada n'uma collina arenosa, de que está proximo. Desde a superficie das aguas até ao ponto mais elevado, mede 17,ᵐ 98 e de diametro uns 8 a 10 m. A sua formação é granitica, com mistura de mineral ferruginoso, muito semelhante á do formoso rochedo de Leinigen, na Allemanha. A superficie está toda carcomida, crivada de buracos, fazendo lembrar uma enorme esponja de pedra. Tem o que quer que seja de phantastico esta pedra, a que chamam *Furada*. E' uma raridade geologica muito apreciada pelos homens de sciencia, muitos dos quaes d'ella teem feito menção circumstanciada em diversos livros e jornaes, e alguns a teem vindo visitar de proposito para estudarem a sua formação. A *Lapa do Medico* é uma gruta subterranea, maravilhosa obra da natureza, onde se admiram formosissimas stalactites e stalagmites. Está proxima do caminho do convento d'Arrabida para o Valle do Solitario. Foi descoberto por um pastor da serra em 1860. Note se, porém, que a Lapa do Medico, propriamente dita, não é a que tem maior formosura, nem a que foi descoberta em 1860; essa todos em Setubal sabiam da sua existencia, e lhe deram o nome que tem, porque um medico desenganado do mundo, ali se recolheu fazendo vida de oração e penitencia. E' por baixo d'esta lapa que está a portentosa gruta das concreções calcareas, de que ninguem ainda tinha noticias, e que é uma gruta subterranea bastante espaçosa, de difficil entrada. O fallecido dr. Manuel Maria Portella publicou uns folhetins na *Gazeta Setubalense*, descrevendo minuciosamente esta gruta. Até 1834 teve Setubal as seguintes autoridades: provedor, juiz de fóra, juiz dos orphãos, juiz de alfandega, juiz do almoxarifado, corregedor, superintendente do sal, alcaide mór, camara, capitão-mór, commandantes dos regimentos de linha, da cavallaria, da artilharia, das milicias e das fortalezas. O aqueducto que conduz a agua para o chafariz da praça de Bocage (Sapal) e que fica em frente da casa da camara, consta que foi construido por ordem de D. João II, quando estava em Setubal, em 1487, e que para isso mandou demolir o paço dos Estaus. Foi feito com o dinheiro do municipio, e com o que o rei deu do seu bolsinho. Esta agua nasce em Alferrára, junto ao caminho que vae para Barris, 3 k ao N da cidade, e já no distr. de Palmella. Esta agua, que antigamente nascia em abundancia, começou muitos annos depois a escacear notavelmente, a ponto de no verão não chegar aos chafarizes. Nos annos de 1875 e 1876 estiveram completamente seccos, mesmo de inverno, todos os chafarizes de Setubal, menos o das Fontainhas. A agua é conduzida até certa distancia por um aqueducto de cantaria, e depois por um cano de alvenaria, assente sobre o solo, ou sobre arcos, até que proximo da cidade se mette por um subterraneo, e vae fornecer a agua das praças de S. Bernardo e de Bocage. O chafariz de S. Bernardo foi feito no reinado de

D. José I, o que se collige d'uma ordem do marquez de Pombal, datada de 12 de agosto de 1772, e que manda a camara de Setubal pagar a despeza que se fizer com as obras de terraplanagem da praça de S. Bernardo, e com as do chafariz novo da mesma praça, e respectiva canallsação. A antiga fonte do Anjo da Guarda, hoje chamada de Bomfim, é de cantaria lavrada, com 4 entradas, e todas com escadas para se subir a ella, e com grades de ferro em redondo, tendo no centro um tanque, onde, dos seios de 4 estatuas de mulher, sae a agua. Por cima estava uma cupola rematada por uma peanha, ou pedestal, sobre que assentava a imagem de jaspe, do Anjo da Guarda, conduzindo pela mão uma creança No lado S da peanha havia uma inscripção. Em Setubal ainda ha mais fontes: a de *S. Caetano*, *Fonte Nova*, etc. D. Manuel I, por uma provisão de 11 de junho de 1501, determinou que em Setubal não houvesse mais do que 7 tabelliães. Pela provisão de Filippe III, de 21 de maio de 1633, foi prohibido aos vigarios da vara de Setubal, passarem ordens de prisão contra individuos seculares, como até então, abusiva e arbitrariamente praticavam. Setubal pertence á 4.ª div., 7.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, de que é séde, e aquartelamento do regimento de infantaria n.º 11. Tem feira a 25 de julho durando 15 dias; est. telegr. post., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; advogados, agencias bancarias e agentes de varias companhias de seguros; armações de pesca, fabricas de descasque de arroz, de cimento, de conservas, de preparação de cortiça, de gaz, de refinação de assucar, de gazosas e mais refrescos, de guano, de moagem, de oleo vegetal, de sardinhas prensadas, de telha e tijolo; companhia das aguas, associação commercial, associações de classe, asylos e creches, lagar de azeite, Empresa Setubalense de Banhos, est. do caminho de ferro do ramal do Barreiro, Palmella e Setubal, capitania do porto, casas de pasto, cercos americanos de pesca, escolas d'ambos os sexos, corpo consular: Allemanha, Dinamarca, Suecia, Brazil, Hollanda, Republica Argentina, Hespanha, França, Russia, Inglaterra, Italia, Noruega, Paraguay, Equador, Turquia e Uruguay; hoteis, Lyceu Nacional de Setubal, medicos, pharmacias, notarios, Misericordia, viveiro para plantações de palmeiras, sociedades de recreio, theatro, praça de touros, philarmonicas e typographias, etc. Tem-se ali publicado os jornaes seguintes: *Aspirações (As)*, 5 novembro, 1870 a 5 janeiro, 1872; *Commercio de Setubal (O)*, 24 setembro, 1899; *Correio do Sado*, 11 novembro, 1877 a 25 dezembro, 1881; *Correio de Setubal (O)*, 1 julho 1860 a 24 janeiro, 1864; *Curioso de Setubal (O)*, 6 fevereiro, 1858 a 24 julho, 1860; *Cysne do Sado (O)*, 5 março a 29 maio, 1859; *Disparate (O)*, 7 agosto a 30 outubro, 1856; *Districto (O)*, 3 outubro, 1886; *Ecco de Setubal*, 12 março, 1893; *Elmano (O)*, 6 março, 1890; só se publicou um numero; *Elmano (O)*, 5 março, 1893; *Estreia (A)*, 25 abril a 26 setembro, 1886; seguiu a partir do n.º 13 com o titulo *Semana Setubalense; Folha de Setubal (A)*, 15 outubro, 1899; *Gazeta Setubalense*, 25 julho de 1869; *Germinal*, 4 outubro. 1903; *Grinalda Litteraria*, 1 outubro, 1873 a 20 março, 1875; *Improviso (O)*, 26 junho a 25 dezembro, 1859; *Independente de Setubal (O)*, 14 outubro, 1856 a 23 novembro, 1857; *Jornal dos Pequeninos (O)*, 1907; *Jornal de Setubal*, 28 outubro, 1866 a 18 julho, 1869; *Libertador (O)*, 10 agosto, 1901; *Luz de Setubal (A)*, 26 fevereiro a 24 março, 1881; *Mez (O)*, novembro, 1894 a janeiro, 1895; sairam

Panorama de Setubal visto do rio Sado

3 n.os; *Opinião (A)*, 9 junho, 1889 a 22 março, 1890; *Productor*, 1900; *Pregoeiro (O)*, 30 dezembro, 1903; *Rato (O)*, 1891; *Revista de Setubal*, 3 julho, 1884; em publicação (1907); *Sadino (O)*, 16 setembro, 1888, a 26 setembro, 1889; *Semana Setubalense*, começou com o n.º 13 em 3 outubro, 1886, pois que veiu da *Estreia*; *Setubalense (O)*, 1 julho, 1855 a 27 dezembro, 1857; foi este o primeiro jornal publicado em Setubal; *Sul (O)*, 23 junho, 1901; *Trabalho (O)*, 1900; em publicação (1904). *Troça (A)*, 29 agosto a 19 setembro, 1856; só se publicaram 4 n.os; *Voz do Progresso (A)*, 31 janeiro, 1864 a 21 outubro, 1866. Numeros unicos: *Arrabida*, 1 julho, 1899; *Associação*, 22 janeiro, 1898; *Bocage*, 21 dezembro, 1905; *Marquez de Pombal (O)*, 8 maio, 1882. Actualmente publicam se os seguintes: *Alvorada*, *Elmano*, *O Germinal*, *A Mocidade* e *O Trabalho*. O conc. de Setubal compõe-se de 8 freguezias com 8.780 fog. e 37:151 hab., sendo 19:275 do sexo masc. e 17:876 do fem., n'uma superficie de 84:188 hect. As freguezias são: S. Pedro, de Palmella e S. Pedro, de Marateca, 11:481 hab.: 6:325 do sexo masc. e 5:156 do fem.; N. S.ª da Annunciada, de Setubal, 7:960 hab.: 4:060 do sexo masc. e 3:900 do fem.; Santa Maria da Graça, de Setubal, 2:335 hab.: 1:108 do sexo masc e 1:227 do fem., S. Sebastião, de Setubal; 6:620 hab.: 3:361 do sexo masc. e 3:259 do fem.; S. Julião, de Setubal; 4:904 hab: 2:302 do sexo masc. e 2:602 do fem; S. Simão, de Villa Fresca de Azeitão, 1:293 hab.: 694 do sexo masc. e 599 do fem.: S. Lourenço, de Villa Nogueira de Azeitão, 2:558 hab.: 1:425 do sexo masc. e 1:133 do fem. O principal commercio de todo o conc. é: vinhos, cortiça, laranjas, conserva de sardinha, de peixe fresco e salgado. Bibliographia: *Memoria sob a historia e administração do municipio de Setubal*, por Alberto Pimentel; *Gazeta Setubalense*, em 1873, 1876, etc, artigos do fallecido escriptor Manuel Maria Portella; *Portugal antigo e moderno*, de Pinho Leal, vol. IX; *Geographia historica*, do P. D. Luiz Caetano de Lima, no tomo II, da Academia Real de Historia Portugueza, 1736; *Catalogo dos sujeitos naturaes de Setubal*, *Historia da Academia Problematica de Setubal*, *Historia da villa de Setubal*, *Familias de Setubal*, 4 obras escriptas por Gregorio de Freitas, que ficaram inedictas e cujos manuscriptos se desviaram.

Setubal—Egreja de S. Julião

Setubal *(Academia Problematica de)*. V. *Portugal*, vol. I, pag. 41.

Setubal *(Bibliotheca Municipal de)*. Quando em 1873 se accrescentou o edificio dos paços do concelho, foi uma das salas destinada para a bibliotheca, a qual, em 1880, já contava aproximadamente 1:000 volumes, comprehendendo algumas obras de muito merecimento, sendo a mais notavel um exemplar do famoso Missal de Estevão Gonçalves Neto, abbade de Serem. Parte dos livros d'esta bibliotheca fôram cedidos pelo Estado, parte comprados pela camara, e parte offerecidos por particulares. Por intervenção do fallecido benemerito setubalense Manuel Maria Portella, já por vezes citado, offereceu a esta bibliotheca Francisco E. Gomes Cardim, que residia no

Brazil, algumas obras de muito merecimento pela sua importancia historica, entre ellas as do escriptor brazileiro D. J. G. de Magalhães em prosa e em verso. Na sala da bibliotheca se vêem os retratos de Manuel Maria Barbosa du Bocage, Fr. Pedro Lagarto, P. João Baptista, e João Francisco Garcia Moreira. Tambem aqui estão alguns mappas, e as photographias da praça de Bocage, tiradas por occasião das festas da inauguração do monumento.

Setubal *(Conventos de freiras de).* 1.º de *Freiras de Jesus* (capuchas de Santa Clara). Foi fundado em 1489 por Justa Rodrigues Pereira, senhora nobre, natural de Beja, e que foi ama d'el rei D. Manuel I. Deu o risco para esta obra o architecto Butaca, constructor do convento dos Jeronymos de Belem. A egreja d'este convento é o mais notavel monumento de Setubal. Está situado o edificio no sitio chamado antigamente *Sapal do Troino.* O terreno era da corôa ou do municipio, e D. Affonso V o deu a Alvaro Dias, que por por sua morte o doou á confraria da Annunciada, á qual a fundadora o comprou para a sua piedosa construcção. Lançou a primeira pedra, em 17 d'agosto do 1490, o bispo de Ceuta D. Justo. Vindo D. João II a Setubal em 1491, achou a egreja acanhada, e mandou-a ampliar, abrindo-se para isso novos alicerces. El-rei D. Manuel declarou-se padroeiro do convento, mandou que o corpo da egreja fôsse de 3 naves, e, como a capella mór, todo construido de bello marmore da Arrabida. O mesmo soberano deu ao convento ricas alfaias e ornamentos, entre ellas, a ópa de brocado de ouro que vestira na sua acclamação, com a qual se fizeram 2 magnificos paramentos. No *Portugal antigo e moderno*, de Pinho Leal, vol. IX, vem uma descripção minuciosa do convento e da egreja; no *Occidente*, vol. IV, 1881, tambem se encontra uma descripção minuciosa acompanhada de gravuras, escripta pelo bem conhecido e abalisado escriptor Brito Rebello. O terremoto de 11 de novembro de 1858, que foi tão desastroso para Setubal, causou graves prejuizos ao convento e á egreja, tendo sido feitos depois varios reparos, para os quaes concorreu muito o rei D. Pedro V, o incansavel capellão Estatraz, e varios devotos. Em novembro de 1888, pela morte da ultima freira, passou o edificio a ser propriedade do governo, e este, por decreto de 20 de dezembro do mesmo anno, concedeu á Misericordia de Setubal todo o edificio do convento e suas pertenças, para ser applicado ao hospital com as clausulas de serem feitas a expensas da mesma corporação todas as obras necessarias para tal fim e de reversão para a fazenda nacional, quando lhe não désse no praso de 2 annos, o destino para que era cedido, ou quando o julgasse conveniente, ficando a concessão definitiva dependente do poder legislativo. Em 1889, depois dos primeiros reparos, installaram-se as enfermarias destinadas ao sexo feminino. A 28 de janeiro de 1892 foi publicada a carta de lei, que concedeu definitivamente á Misericordia o edificio e todos os pertences do extincto convento de Jesus, para o respectivo hospital, excluindo os objectos d'arte que mandou entregar ao museu das Bellas Artes.

Setubal—Egreja de Santa Maria

2.º De *Freiras dominicas*, com o nome de S. João Baptista. Foi fundado em 1529 por D. Jorge, duque de Coimbra e mestre da ordem de S. Thiago, e por sua mulher, a duqueza D. Brites. A origem d'este convento é contada por Fr. Luiz de Sousa, na «Historia de S. Domingos», parte 3.ª: No termo de Setubal, além do *Valle das Santas*, havia uma antiga ermida dedicada a S. João Baptista, em sitio agreste e doentio, pelo que os setubalenses resolveram mudar a ermida para o meio das hortas, entre o chão do Sapal e a es-

trada de Evora. O duque D. Jorge e sua mulher concorreram com avultadas esmolas para esta obra, e animaram o povo a concluil-a. A imagem de S. João Baptista foi então transferida para a sua nova casa. O duque, que era muito devoto e convivia familiarmente com os frades dominicos do convento de Villa Nogueira d'Azeitão, resolveu fundar junto da ermida um convento da ordem dos prégadores, da mesma ordem dominicana, dando para isso o necessario terreno, por doação feita a 20 de junho de 1520, o que foi autorisado por el rei D. Manuel. Achando, porém, o duque bastantes difficuldades para a fundação d'um convento de frades, mudou de plano, e resolveu em 1525 que fôsse de freiras, e a 24 de junho de 1529 já puderam ali entrar solemnemente algumas religiosas do mosteiro de Jesus, de Aveiro, tomando o habito de S. Domingos. O claustro d'este convento está transformado em praça de touros.

Conventos de frades: 1.º De *Carmelitas calçados.* Foi fundado em 1598 por Fr. Antonio da Visitação, com esmolas dos habitantes de Setubal. O terremoto do 1.º de novembro de 1755 arrazou-o quasi totalmente. Depois, uma das casas do mosteiro foi transformada em egreja, que pertence hoje á Ordem Terceira do Carmo. Parte do edificio foi vendido, depois de 1834, e o resto concedido á camara, que construiu ali uma escola publica de instrucção primaria. Em terreno d'este mosteiro se edificou em 1866 a *Escola do conde de Ferreira.* No pavimento inferior da escola primaria se estabeleceu uma estação de policia civil e a casa da fiscalisação municipal. Tambem ali esteve, primeiramente, o quartel dos veteranos, e depois o do batalhão nacional, denominado da *Carta e Rainha.*

2.º De *Franciscanos.* Foi fundado em 1510 por D. Maria Annes Escolaris e tambem por esmolas dos devotos, sendo Luiz de Miranda Henriques o que deu mais repetidas e avultadas esmolas, pelo que ficou sendo padroeiro do convento. Com o decorrer do tempo foi-se arruinando o edifiio, que teve de ser reedificado desde os alicerces, lançando a primeira pedra Fr. Manuel da Epiphania, provincial da ordem, em 1 de dezembro de 1747. Estava D. João II n'este convento quando Diogo Tinoco, vestido de frade para mais facilmente se poder aproximar do monarcha, lhe denunciou a conspiração que se urdia contra elle. Depois de 1834 foi vendido o convento e suas dependencias a Joaquim Torlades O'Neill. Seu filho, João, sendo administrador da casa de sua mãe, viuva, mandou demolir a maior parte do convento, que foi reedificado por Francisco José Pereira, que o comprou, e onde se estabeleceu em 1876 um bom collegio, dirigido pelos padres lazaristas. Estes reedificaram a egreja e adaptaram o convento ao fim a que o destinavam. Compraram o edificio e cêrca ao dito Francisco José Pereira. A egreja, depois de reedificada, foi benzida pelo prior da freg d'Annunciada, o P. Francisco Machado d'Araujo, em 3 de outubro de 1876

3.º De *frades da ordem da Trindade,* Foi fundado em 1669 por Fr. Antonio Correia, provincial da mesma ordem e lente de prima na Universidade de Coimbra. A egreja e o edificio do convento e suas dependencias, fôram vendidos depois de 1834, sendo transformados em propriedade particular.

4.º De *Carmelitas descalços,* dedicado a Santa Thereza de Jesus. Foi construido ao S do dos carmelitas calçados, e separado d'elle pelo ribeiro que atravessa a cidade. Os religiosos carmelitas descalços obtiveram de D. Affonso VI autorisação para fundarem em Setubal um mosteiro da sua ordem, e pediram ao prior da freguezia de S. Julião que lhes emprestasse por algum tempo a ermida da Senhora do Livramento para n'ella celebrarem os officios divinos. Foi-lhes concedida, e d'ella tomaram posse a 15 d'agosto de 1655. Foi contíguo a esta ermida, que os frades construiram depois o convento. Vendeu se pouco depois de 1834, e um grande incendio o devorou em 1876. Parte do edificio estava convertido em armazens de cal por queimar, e entrando n'ella alguma agua de chuva, se oporou a combustão, e depois a explosão, que abalou quasi todas as fortissimas abobadas, rachando as em muitas partes, e deslocando a cantaria de algumas janellas. O proprietario reconstruiu parte do edificio, e ali estabeleceu a sua residencia. A egreja tornou-se depois a matriz da freguezia d'Annunciada.

5.º *Collegio dos jesuitas.* Foi fundado, com a invocação de S. Francisco Xavier, em 1655, por André Velho Freire, com ajuda de esmolas do povo, sendo o que faltou, pago pelos jesuitas. Estava situado junto ao sitio de Palhaes, depois praça de S. Bernardo. A sua primitiva egreja foi destruida pelo terremoto de 1755, passando os padres a celebrar os officios divinos na capella de S. Francisco Xavier. Dizem que a egreja era de boa architectura. O collegio acabou no anno de 1759, com a expulsão dos jesuitas, sendo presos e conduzidos para Lisboa os padres que n'elle existiam. O edificio passou depois a ser por algum tempo habitado pelas freiras da ordem de S. Bernardo. Já no seculo XVIII, a capella de S. Francisco Xavier, que estava soterrada sob as ruinas do claustro, foi reconstruida pelo seu, então, proprietario, Francisco José Pereira, em 1873, sendo solemnemente benzida em 3 de dezembro d'este anno, continuando a ter o mesmo padroeiro.

6.º De *religiosos dominicos da ordem dos prégadores.* Foi fundado pelo cardeal infante D. Henrique em 1566, quando era regente do reino na menoridade d'el-rei D. Sebastião. A egreja d'este convento, e que fôra reconstruida nos primeiros annos do seculo XIX, é actualmente a matriz da freguezia de S. Sebastião. O edificio do convento tem servido de hospital militar, e outras dependencias, tambem militares, e a cêrca converteu-se em cemiterio publico.

7.º De *agostinhos descalços* (grillos). Foi fundado em 1566 pelo P. Jacinto de Mello. Ainda existe a egreja, com a invocação de Senhora da Boa Hora. O edificio do convento, foi concedido em parte, á camara, que ali estabeleceu o Lyceu Municipal de Setubal, o qual se inaugurou em 2 de agosto de 1858, e as officinas da abegoaria da limpeza da cidade. Depois essa parte do convento foi adaptada para tribunal judicial e cadeia. A egreja e uma parte do edificio fôram dados á irmandade dos clerigos pobres.

8.º De *missionarios penitentes franciscanos de N. S.ª dos Anjos de Brancannes.* V. *este nome. Portugal,* vol. II, pag. 171.

9.º De *monges arrabidos de Alferrára.* Situado nos arrabaldes de Setubal, entre esta cidade e a

villa de Palmella. Foi fundado em 1383 com esmolas dos devotos. Em 1578 D. Estevão da Gama, filho do 1.º conde da Vidigueira e neto de Vasco da Gama, o reedificou e ampliou. Foi vendido depois de 1834, e está em ruinas.

10.º De *frades paulistas*. Foi fundado em 1420 por Mendo Gomes de Seabra, vulgarmente chamado *Mendo Oliva*. Era sujeito ao convento do S. Paulo da serra d'Ossa, e estava situado na encosta do monte que sobe para a serra vizinha de Setubal. Depois de 1834 tambem foi vendido, e comprado por Henrique O'Neil. Desde muitos annos que está em ruinas.

11.º De *capuchos franciscanos da serra d'Arrabida*. V. *Arrabida*, *Portugal*. vol. I, pag. 737.

Setubal *(Cruzeiros)*. Existem n'esta cidade alguns cruzeiros dignos de menção, dos quaes destacaremos os seguintes: No terreiro, em frente da egreja do convento de Jesus, e a poucos metros d'ella, se vê um magnifico cruzeiro, que passa por ser o mais bello monumento architectonico de Setubal. E' de marmore vermelho da Arrabida, formado d'uma elegante columna, sobre a qual se hasteia a pequena cruz. A base da columna assenta sobre tres ordens de degraus, de fórma semi-circular, abertos entre si. Parece que ha ainda mais degraus soterrados, por causa da elevação, que o terreno depois teve. Não tem data ou inscripção, nem nenhum outro signal caracteristico por onde se possa prefixar a epoca da sua construcção, e quem o mandasse erigir, mas, segundo consta, foi por ordem de D. Jorge, duque de Coimbra e mestre da ordem de S. Thiago. Desde o adro da egreja do convento de Jesus até á ermida do Bomfim, no campo assim denominado, acham se dispostas 12 singelas mas bem trabalhadas cruzes, outros tantos marcos d'uma via sacra ou calvario, cujo remate é um cruzeiro, que está proximo da ponte, chamada do Quadrado. E' conhecido pelo nome de *Cruzeiro do Campo de Bomfim*. E' de marmore branco com frisos e lavôres, formado por tres cruzes, de cujas bases reunidas resulta uma especie de altar, onde se nota a falta de uma pedra em que estava uma inscripção. Outra, porém, gravada n'uma lapide, que se lê ainda, é a seguinte: «Toda esta obra de via sacra se fez das esmolas dos fieis do anno de 1728» Esta via sacra fôra instituida por Fr. Antonio das Chagas. As cruzes actuaes não são as da primitiva, que eram de madeira.

Setubal *(Egrejas parochiaes de)*. São quatro as freguezias de Setubal, conforme dissemos: *S. Julião*; esta egreja, foi fundada por pescadores, e parece que esteve antigamente ligada ao edificio chamado *Paço do Duque de Aveiro*. Estando muito arruinada no começo do seculo XVI, el-rei D. Manuel, por carta regia passada em Evora a 2 de fevereiro de 1513, ordenou que á custa do povo fôsse reconstruida. Novamente arruinada, em consequencia do terremoto de 1531, foi tambem reedificada em 1570, e revestida de talha dourada a capella do Santissimo Sacramento. O beneficiado Francisco de Faria e o dr. Luiz Alves de Brito deixaram á irmandade erecta n'esta egreja, muitos bens, com encargos de dotes e vestidos, para orphãs e viuvas. Com parte de esta freg. se formou em 14 de março de 1553, a de N. S.ª da Annunciada. A egreja é de apreciavel architectura, bastante espaçosa e solida. A antiga porta principal era a que deita para o norte, e que se conserva quasi sempre fechada. N'esta porta havia um alpendre, prova da antiguidade do templo, alpendre que abateu por occasião do terremoto de 1755. Presentemente ha uma simples grade.—*N. S.ª da Graça*. Esta egreja e a antecedente, são as mais antigas matrizes de Setubal. Parte da de N. S.ª da Graça constituiu em 14 de março de 1553 a freg de S. Sebastião, quando da de S. Julião saiu a freg. da Annunciada. A egreja foi mandada reedificar por el rei D. Sebastião, que confirmou a concessão feita pelos seus antecessores, da capella-mór ser jazigo da familia Cabedo, de Setubal. Foi sepultado n'esta egreja o celebre pintor José Antonio Benedicto Soares de Faria e Barbosa, morgado de Setubal.—*S. Sebastião*. Existiu proximo da ponte de S. Sebastião uma ermida dedicada a este santo, que deu o nome á tal ponte. Esta ermida serviu por muito tempo de egreja matriz da freguezia, quando ella se formou. A ermida era muito antiga e ameaçava ruina, pelo que a séde da parochia se mudou para a actual egreja de S. Sebastião. A primitiva egreja foi demolida em 1850. A nova matriz da parochia é a antiga egreja do convento dos dominicos, conforme dissémos.— *N. S.ª da Annunciada*. Esta egreja foi elevada a freguezia da sua invocação, que a creou em 14 de março de 1553, com parte da de S. Julião, conforme fica dito. A egreja soffreu grande ruina com o terremoto de 1755, pelo que foi a séde da parochia transferida para a egreja de N. S.ª da Saude, e aqui esteve até 1834, sendo então mudada para a egreja do convento dos carmelitas descalços, a qual foi reconstruida em 1876, concluindo-se as obras em abril de 1878, a egreja benzida a 27 d'esse mez, e no dia 4 de maio se trasladou solemnemente o Sacramento e a imagem da Senhora da Annunciada, da egreja da Saude para a sua nova casa.

Setubal *(Ermidas mais importantes de)*. *Corpo Santo*. Esta ermida está muito proxima da egreja parochial do N. S.ª da Graça. Tem boa obra de talha dourada. Esteve aqui erecta a antiquissima confraria dos navegantes e pescadores de Setubal, cujo padroeiro e advogado da sua classe é S. Pedro Gonçalves, ao qual davam a invocação de *Corpo Santo*, e a que os marinheiros dão o nome de *Santelmo*. Os frades gozavam muitos e importantes privilegios, entre elles, a isenção de servirem os encargos do concelho. Em 24 de dezembro de 1444, o infante D. Pedro, regente do reino na menoridade de seu sobrinho e genro D. Affonso V, por uma provisão d'esta data, isentou os marcantes da casa do Corpo Santo, dos cargos publicos do concelho e do pagamento de impostos, para o mesmo concelho. Uma carta regia d'el-rei D. Manuel I, de 24 de outubro de 1500, ordenava que os juizes da casa do Corpo Santo pudessem mandar prender os mareantes que lhes fôssem reveis. No 1.º de janeiro de 1635, Filippo III confirmou todos os privilegios concedidos pelos seus antecessores. Em 1653 foi concedido aos juizes da casa do Corpo Santo, em attenção aos serviços por elles prestados durante a guerra da Restauração, que fôssem eleitos para os cargos da camara, quando para isso tivessem aptidões e capacidade. Muitos mais privilegios e prerogativas gozavam os navegantes e pescadores do Corpo Santo, de Setubal, e no seu compromisso se notam muitos actos de beneficencia para os

pobres o orphãos. Em 1808 deu a casa do Corpo Santo 1:800$000 réis, para as despezas que tinham de ser costeadas pela caixa militar, para a restauração d'este reino, e guerra contra os francezes Em 1809 deu tambem, para ajuda das despezas feitas com as obras de fortificação de Setubal, a quantia de 250:000 reis. Em 1811 deu 451$823 reis, para desmontar a artilharia de alguns fortes. Desde 1811 até 1815 ainda esta casa concorreu com avultadas quantias para a reconstrucção do caes de N. S.ª da Conceição; e ainda concorria largamente para a remissão dos captivos. Vêmos, portanto, que a casa do Corpo Santo de Setubal foi uma instituição importantissima, que sempre concorria briosamente para as necessidades publicas, e foi por isso que os nossos reis lhe concederam muitos privilegios e isenções, que acabaram em 1834. No anno de 1880, tinham a sua séde na casa do Corpo Santo, duas associações maritimas: *Montepio da corporação maritima da casa do Corpo Santo*, composta dos pescadores de anzol, cujos estatutos fôram approvados por portaria de 7 de janeiro de 1862, e *Sociedade setubalense de pescaria franciscana*.

Nossa Senhora dos Anjos. Segundo o *Santuario Marianno*, tomo II, pag. 424 e seguintes, no mesmo sitio onde hoje está o mosteiro de Jesus, havia antigamente uma ermida com a invocação acima citada, que era de muita devoção dos setubalenses. E' a actual ermida, que ficava então n'um grande rocio, e a ella vinham fazer as suas devoções, não só os habitantes do Setubal e das suas immediações, mas até os nossos reis. N'esta ermida esteve antigamente a irmandade da Misericordia. Além d'esta, havia outra propriamente da Senhora dos Anjos, composta, em grande parte, por pessoas nobres e ricas, e possuia algumas propriedades, sendo uma d'ellas, que era foreiro, o sitio onde se construiu o mosteiro de Jesus, cujo foro foi remido pela fundadora, que tambem comprou o terreno e o padroado da ermida, que ficou sendo do convento. Junto a esta ermida está a de N. S.ª do Soccorro, com a qual communicava interiormente, por alguns arcos que se taparam em 1840. A ermida da Senhora dos Anjos serviu de egreja parochial depois do terremoto de 1755, por ter ficado totalmente destruida a egreja de S. Julião. Em 1808 foi profanada pelos francezes, que d'ella fizeram cavallariça. Reparada com o producto de esmolas do povo, e novamente sagrada, regressaram para ella em procissão, a 10 de maio de 1812, as imagens, que estiveram 4 annos depositadas na egreja de Santo Antonio.

N. S.ª do Carmo da Arrabida. Foi edificada esta ermida no meado do seculo XVI, n'uma quebrada que faz a serra d'Arrabida, quasi no seu termo para o lado do O, por D. Magdalena Girão, duqueza de Aveiro. O sitio é deserto e desabrido, mas o templo bastante espaçoso, e sobre o arco cruzeiro fôram gravadas as armas da casa ducal de Aveiro. Teve uma grande e rica irmandade composta de gente de Setubal, Palmella, Azeitão e Cezimbra, que lhe fazia uma sumptuosa festa annual. A irmandade mandou construir varias casas de aposentadoria aos dois lados da ermida, não só para abrigo dos irmãos e guarda das alfaias do culto, como para recolher os romeiros. Com o fim tragico da casa d'Aveiro, se foi abandonando a ermida, até que se arruinou completamente.

N. N.ª da Conceição. Foi construida esta ermida sobre a *porta da Herva*, ou de Evora. A imagem é apenas pintada na parede, mas de grande devoção para o povo de Setubal. Não se conhece a data da construcção, e consta apenas que a muralha interior de Setubal, em cuja face externa está pintada a imagem, foi reconstruida nos reinados de D. Diniz e de D. Affonso IV, entre os annos de 1325 e 1357. Era a muralha limitada ao O pelo ribeiro que vem dar á ponte do Carmo. Depois da Restauração de 1640, quando as muralhas em Setubal se ampliaram, e tendo D. João IV tomado como padroeira do reino N. S.ª da Conceição, os setubalenses resolveram construir uma nova ermida mais ampla e mais decento da mesma invocação, mas conservando a pintura da antiga imagem sobre a muralha e sobre a parte superior da porta da Herva, ou do Evora. A nova ermida foi construida com esmolas dos devotos, pouco depois da paz entre Portugal e Hespanha, feita a 13 de fevereiro de 1668.

N. S.ª da Encarnação. Tendo o terremoto de 1755 destruido a egreja parochial da Senhora da Annunciada, construiu-se esta ermida na sua sacristia, que foi benzida em fevereiro de 1764 pelo dr. João Baptista Valerio, vigario geral, autorisado pelo cardeal patriarcha de Lisboa D. Francisco de Saldanha.

N. S.ª do Livramento. Esta ermida é antiquissima, mas ignora se a data da sua fundação, constando sómente que foi construida pelos pescadores e marinheiros que consagravam grande devoção a esta imagem. Com o andar dos tempos foi esfriando esta devoção, e descurados os reparos da ermida, pelo que, apodrecendo as madeiras, caiu todo o tecto do corpo da egreja, ficando tudo em completo abandono. Tinha uma irmandade que tambem acabou, quando se desmoronou a ermida. Como a pescaria rarcasse n'esta costa, causando grandes prejuisos e miseria aos pescadores, principalmente aos do *cêrco da sardinha*, foi attribuida esta falta ao abandono da ermida do Livramento. Tempos depois reconstruiu-se a ermida, levantando a mais 5 palmos, menos na capella mór, em que não mexeram, por estar bem conservada. Os frades carmelitas descalços obtiveram licença do D. Affonso VI para ali fundarem um mosteiro da sua ordem, e sendo-lhes concedido, tomaram posse em 15 do mez de agosto de 1665 (V. *Setubal, conventos de*). A ermida tornou a cair em ruinas, parece que na occasião do terremoto de 1755, e não se tornou a reconstruir. Em 1833 foi transformada em theatro. Depois teve varias applicações, sendo actualmente n'uma fabrica de conservas alimenticias.

N. S.ª do Soccorro. Esta ermida está situada proximo do mosteiro de Jesus e unida á dos terceiros de S. Francisco, com a qual antigamente communicava pelo interior, assim como á da Senhora dos Anjos. Foi construida em 1600 pelos *homens de ganhar* (jornaleiros), quasi todos empregados no Paço do Trigo. No compromisso da irmandade, capitulo 8.º, se declara que *as pessoas nobres sejam excluidas d'esta irmandade, que apenas poderão ser juizes, mas nunca terão voto, em materias de interesse da confraria.*

Senhor Jesus do Bomfim. Esta ermida teve na sua primitiva a invocação do Anjo da Guar-

da. Foi edificada pelo P. Diogo Mendes, castelhano, que no seu testamento, feito em 14 de maio de 1669, em Setubal, deixou dinheiro para concluir as obras da sua ermida, que elle não pudera conseguir. A ermida reparou-se e decorou-se novamente no anno de 1880. Deu se-lhe, depois, por padroeiro o Senhor Jesus do Bomfim, por estar situada ao fundo do Campo d'este nome, ao N. A ermida é pequena e acanhada de dimensões, pobre em estylo. Quando se reformou, construiu se-lhe sobre a porta principal um alpendre, feito com simplicidade, apresentando, comtudo, gosto e arte. As paredes interiores do templo estão cobertas de quadros em azulejo e em madeira O tecto apresenta ainda a antiga pintura, e a grade do coro o seu bello trabalho No altar mór está a imagem do Senhor Jesus do Bomfim, e nos dois altares lateraes as de N. S.ª das Dores e de N. S.ª da Mãe dos Homens, imagens de grande vulto e de muita devoção.

Setubal *(Factos historicos de).* Em 30 de setembro de 1458 saiu do porto de Setubal parte da esquadra com que D. Affonso V foi á conquista de Alcacer-Ceguer, em Africa. O rei ia a bordo da nau *Santo Antonio*, que era seguida de 89 embarcações de differentes portes.—No dia 22 de janeiro de 1471, realisou-se em Setubal, onde então estava a côrte, o casamento de D. João II, sendo ainda principe herdeiro, com sua prima, D. Leonor, filha do infante D. Fernando, duque de Vizeu.—Em 1484, D. João II, estando em Setubal, foi avisado da conspiração tramada contra a sua vida, por alguns fidalgos, tendo á frente seu primo e cunhado D. Diogo, duque de Vizeu. Mandou ali chamar aquelle fidalgo, e ali o assassinou, a 23 d'agosto d'aquelle anno, depois de lhe lançar em rosto a sua traição (V. *D. João II* e *Vizeu, D. Diogo, duque de).*— Em 28 de julho de 1580, D. Antonio, prior do Crato, fez a sua entrada triumphante em Setubal, cujos moradores o receberam com enthusiasmo. O povo tomara o partido de D. Antonio. O duque de Alba chegou a Setubal com um grande exercito de 22:000 homens, e occupou o mosteiro de S João. Um traidor abriu as portas da villa aos castelhanos, que entrando n'ella a saquearam. A fortaleza de Outão, porém, continuou a resistir aos invasores, e o duque a atacou fortemente, porque queria que a esquadra do marquez de Santa Cruz (que andava a bordejar nas aguas de Setubal) entrasse no Sado. Era governador da fortaleza o bravo e leal Mendo da Motta, que a defendeu intrepidamente, porém, a maior parte da guarnição, á vista de tão grandes forças do inimigo, obrigou o governador a capitular com todas as honras da guerra. O duque de Alba embarcou a bordo da capitania da esquadra em direcção a Lisboa. D. Antonio o esperava na ponte de Alcantara com 4:000 homens, mal armados e sem disciplina militar, pelo que foi derrotado a 25 de agosto do mesmo anno. D. Antonio fugiu para o Minho, e de lá para o estrangeiro.—Em 8 de dezembro de 1640, o intrepido general João Gomes da Silva, á frente da tropa e povo de Setubal, cérca por terra e por mar a fortaleza de Outão, que estava ainda no poder dos castelhanos, que, por fim, tiveram de render-se. No dia 14 d'esse mez tambem a guarnição do castello de S. Filippe se rendeu á tropa e povo de Setubal, entregando o castello.—Quando em 1641 se descobriu a conjuração contra D. João IV, fôram presos em Setubal, a 29 de agosto o conde da Castanheira, D. Antonio de Athaide, que ficou encarcerado no castello de S. Filippe; Mathias de Albuquerque e Gonçalo Pires de Carvalho, que ficaram presos na torre do Outão, e Manuel Valente, escrivão da Távola, de Setubal, que veiu preso para Lisboa. —No dia 10 de fevereiro de 1668 realisaram se em Setubal grandes festas celebrando o tratado de paz com a Hespanha. Da egreja de S. Julião para a da Senhora da Graça saiu uma pomposa procissão, onde ia a imagem de Santo Antonio com a bandeira da paz.—Em 14 de janeiro de 1808, o general Solano, commandante das forças hespanholas que occupavam Setubal, dividiu a então villa em districtos, nomeando para seus chefes os homens mais notaveis, com a obrigação de relacionarem todos os moradores dos seus districtos, tratarem de reconciliar as pessoas da mesma familia, que andassem desavindas; e mesmo as outras familias que andassem inimigas; impedir a vadiagem, e acudirem a qualquer desordem; rondando todas as noites, e dando informações sobre as occorrencias dignas de menção, ás autoridades administrativas e judiciaes A 25 de agosto do mesmo anno chegou a Setubal a noticia da aproximação das tropas nacionaes, vindas do Algarve, sob o commando do general José Lopes de Sousa, muito povo correu ao encontro das novas tropas, e em Setubal houve as maiores demonstrações de regosijo, á chegada dos libertadores.

Setubal *(Fortalezas e guarnição militar de).* Setubal foi uma praça de guerra de primeira ordem, circumdada por duas grossas muralhas. A mais antiga foi mandada construir por D. Affonso IV, e concluida por seu filho, D. Pedro I, entre os annos de 13 0 e 1360. Era guarnecida de altas torres quadradas, com ameias N'esta circumvalação havia 5 portas, denominadas: *Nova, de Evora* (vulgo da *Herva),* dos *Padres da Companhia* (vulgarmente da *Villa),* de *S. Sebastião* e do *Sol.* Tinha 9 postigos: de *Santa Catharina,* do *Sapal,* ou *Buraco d'agua,* de *Santo Antonio,* do *Carvão,* da *Alfandega,* da *Pedra,* de *S. Christovão,* da *Ribeira* e *das Lobas* Quando D. Filippe II de Hespanha se apoderou de Portugal, andando em guerra com os Paizes Baixos, que queria conquistar, e com a França e a Inglaterra, que protegiam D. Antonio, prior do Crato, tratou de fortificar varios pontos da Peninsula Sendo Setubal um ponto importantissimo militar e commercial, mandou construir o castello de *S. Filippe,* pelo risco e sob a direcção do architecto militar, italiano, Filippe Terzo, que desde o tempo d'el-rei D. Sebastião residia em Portugal. O cardeal rei D. Henrique o havia nomeado, em 1579, mestre das obras dos paços reaes, e D. Filippe lhe confirmou este emprego em 1590, nomeando o tambem architecto e engenheiro militar, e dando-lhe uma commenda da ordem de Christo. As obras só vieram a concluir se em 1600, já no tempo de D. Filippe III de Hespanha e II de Portugal. O castello de S Filippe, como architectura militar, é de admiravel construcção, e tem merecido os elogios de pessoas competentes, nacionaes e estrangeiras. Fica na distancia de uns 1:500 m. ao O da cidade, e está sobranceiro ao Sado, podendo a sua artilharia defender a barra e proteger o castello de Outão. Tem uma gran-

de cisterna. Havia ali uma boa casa para residencia do governador, e quarteis para a guarnição, mas tudo ardeu n'um deploravel incendio na noite de 10 de fevereiro de 1868. O castello tem servido por vezes de prisão do Estado, tanto na tentativa de regicidio contra D. João IV, como, pelo mesmo crime contra, D. José I Depois da restauração de 1640, foi Setubal uma das primeiras praças de guerra em que se fizeram obras de defeza. A população tinha augmentado, e não podendo conter se no ambito da antiga circumvalação, havia construido novas casas de residencia, fóra das suas muralhas. Era preciso proteger estas casas contra qualquer surpreza dos castelhanos, pelo que D. João IV mandou, construir um novo cinto de muralhas, abrangendo as novas construcções. Em 1658, a rainha D. Luiza de Gusmão, sendo regente do reino pela menoridade de D. Affonso VI, mandou por uma provisão regia que todos os damnos feitos nas propriedades dos moradores de Setubal por causa das obras de fortificação, se lhes pagassem com o dinheiro destinado ás mesmas fortificações. Estas obras comprehendiam 9 baluartes, que eram: 1.º do *Caes*, ou de *N. S.ª da Conceição*, onde fôram os quarteis do regimento de Setubal (depois infanteria n.º 7), e mais tarde de caçadores n.º 1, e onde tambem estiveram os armazens das munições de guerra, e a casa da vedoria militar. E' terraplanado externamente, e teve muito boa artilharia de bronze e de ferro, de differentes calibres. Tem cortina em roda e serventia para o caes; 2.º de *S. João;* 3.º de *N. S.ª do Soccorro;* 4.º de *Jesus;* 5.º de *N. S.ª da Annunciada;* 6.º de *N. S.ª da Saude;* 7.º de *Santo Amaro;* 8.º de *S Francisco;* 9.º de *N. S.ª do Carmo*; 10.º *das Fontainhas;* 11.º de *S Domingos.* Sobre estas portas havia ediculas, ou nichos, com a imagem do santo a que eram dedicadas. A torre de S. Thiago do Outão é de boa architectura militar, construida á bocca da barra, tendo parte da sua artilharia em posição de fazer fogo ao lume d'agua. Esta fortaleza está hoje convertida em sanatorio de tuberculosos (V. *Outão*, *Portugal*, vol. V, pag. 503). A fortaleza d'Albarquel está construida no sopé da serra onde está o castello de S. Filippe, e pouco abaixo d'este. Principiou a edificar-se, por ordem de D. João IV, em 1643, mas só se concluiram as obras no reinado de D Pedro II. Ha muitos annos que não tem guarnição, ficando completamente desmantelada. Em 1570, reinando D. Sebastião, já havia em Setubal um terço de ordenanças, e desde 1641 um *terço de auxiliares*, que foi depois *regimento de infantaria de Setubal.* Em 1650 formou se um *terço pago*, que era uma companhia de infantaria, uma companhia de artilheiros de linha, e outra de *cavallaria auxiliar.* Em 19 de maio de 1806 transformou-se o terço pago n'um bom *regimento de infantaria de Setubal*, e com esta denominação fez toda a campanha da Guerra Peninsular, distinguindo se em todas as batalhas em que entrou Com a organisação do exercito em 1814 pelo marechal Beresford, tomou o corpo a denominação de regimento de infantaria n.º 7. No governo absolutista, por decreto de 9 de julho de 1829, ficou chamando se 3.º regimento de infantaria de Lisboa, para onde foi de quartel. Depois que o regimento veiu para a capital, a guarnição de Setubal tem sido feita por varios corpos, ou destacamentos d'elles, e batalhões nacionaes ali creados. Durante muitos annos, com algumas interrupções, a guarnição era feita pelo batalhão de caçadores n.º 1. Actualmente está ali aquartelado o regimento de infantaria n.º 11.

Setubal (*Roda do Sal de*). V. *Roda do Sal*, n'este vol. a pag. 338. Ao que n'esse artigo ficou dito, sobre se ter conservado a roda por occasião das pazes com a Hollanda, conforme as *Instrucções* de 6 de maio de 1659, accrescentaremos que com os direitos do sal exportado de Setubal pagou Portugal aos hollandezes alguns milhões da divida a que se obrigou em virtude dos tratados de 1661 e 1669. Se este facto é bem conhecido, não o são, porém, as tentativas feitas mais tarde, achando-se já integralmente paga essa divida, pelos mesmos estrangeiros para alcançarem tão favoravel commercio D'essas diligencias dão perfeito conhecimento os documentos ineditos que colligimos sobre o assumpto. N'uma sua carta de officio, escripta em cifra, dizia em 23 de janeiro de 1711 o nosso embaixador na Hollanda, João Gomes da Silva, IV conde de Tarouca: «Os hollandezes como teem perdido o commercio com a França não podem viver sem o sal de Setubal. e hontem me falaram de sorte que vejo que querem fazer algum tratado. Eu me tenho havido com grande fingimento, dando a entender que ha mais nações que o desejam. E' provavel que hoje avisem a D. Francisco Schoonemberg que fale n'esta materia, parece me que V.ª M.cê lhe responda com grande cautella, e lhe diga que eu tenho as ordens n'esta parte; isto aponto, porque é melhor que eu principie aqui o negocio, e observe os animos do governo, para que depois V. M.cê, e os ministros que El-Rei nosso senhor nomear, o concluam n'essa côrte; sobretudo é necessario que V. M.cê me mande logo as instrucções, e o projecto com que se poderá fazer o tratado.» (Para a leitura d'esta carta nos servimos da transcripção que se encontra no *Tomo IV das Negociações* do conde Tarouca, valiosissimos manuscritos existentes na livraria dos actuaes srs. condes do mesmo titulo). Em carta de officio de 28 de abril de 1711 dizia o mesmo diplomata: «No que escrevi a V.ª M.cê em 23, que desejava este governo, não me enganei, mas vejo que começam a tratar o negocio com a dissimulação ordinaria nos mercadores. Ha tres dias me mandaram esse papel que remetto a V. M.cê, e logo que o recebi fui falar ao Pensionario, e lhe disse que qual quer outro ministro á vista dos rogos dos Estados lhes havia de responder com muitas civilidades, promettendo os bons officios n'esta materia, mas que eu os queria lisongear por bem differente modo, como era mostrando a minha sinceridade, pois, em tempo que dependia tanto d'elles, lhes declarava logo que a sua pretenção era impossivel conseguir-se nos termos em que a faziam. Que havendo se acabado a obrigação do pagamento em Setubal, El-Rei, nosso senhor, não queria fixar preço ao sal pondo uma taxa aos seus vassallos, quando lhe não offerecessem alguma nova conveniencia, e que na segunda parte da proposta de deixar liberdade aos hollandezes para comprarem a qualquer morador de Setubal a quantidade que lhes parecesse, como para isto é necessario alterar a ordem da repartição, a que chamamos Roda, do que seguiriam grandes perturbações, tambem tinha por infal-

livel que Sua Majestade o não resolveria, e que não havia outro meio de lograr alguma commodidade para os mercadores hollandezes mais que propôr a El-Rei, nosso senhor, partidos racionaveis, e uteis para Portugal, e conclui dizendo que eu não tinha instrucção n'este particular, mas como amigo lhe aconselhava que para seus amos entrarem no requerimento fariam bem deferir promptamente aos muitos de que trato. O Pensionario me agradeceu que lhe falasse tão lisamente, mas não me pareceu mui empenhado n'este negocio, e só o ficará se na primeira assembleia dos Estados da Provincia de Hollanda, que é particularmente interessada, os novos burgomestres de Amsterdam instarem na mesma diligencia. Sirva-se V.ª M.cê instruir-me no negocio, como lhe tenho pedido, avisando me do que se passa n'elle com D. Francisco Schoonemberg, e como destroe as instancias dos dois artigos, segundo e setimo do tratado de 1661 com esta nação, pelos quaes pretende ella provar que não está sujeita ás leis e estylos da dita repartição da Roda. Os dois referidos artigos não deixam de ter força, e faltando me todos os documentos e clarezas só me occorreu dizer que tudo quanto n'esse reino se estipulou pertencente ao sal era a respeito de facilitar o pagamento da nossa divida; e como esta se acha satisfeita não ha causa que obrigue a alterar a administração do sal. E tambem insinuei que Sua Majestade não estava precisado á rigorosa execução dos tratados antecedentes, quando os Estados Geraes lhe não cumpriam os tratados posteriores.» Em 6 de junho de 1711 escrevia o secretario de Estado, Diogo de Mendonça, para o conde de Tarouca: «Quanto ao sal de Setubal, como baixou ao conselho da Fazenda o officio que me passou D. Francisco Schoonemberg logo que subir a consulta se verá no conselho de Estado com o Tratado e o que V. Ex.ª avisa, e a resolução de Sua Majestade participarei a V. Ex.ª» Na sua carta de officio de 23 de junho de 1711 (citado tomo das *Negociações*, fol. 88) dizia o conde de Tarouca: «Antes que viesse para Amsterdam, onde me acho, me buscou o agente dos Estados Geraes para me entregar os officios de que remetto a Vossa Majestade copia, e como n'elles se encarecem as instancias que fizera ahi D. Francisco Schoonemberg sem poder conseguir resposta, lhe repliquei que conforme o que V. M.cê me escrevera o dito D. Francisco não tinha falado mais que uma vez, e havendo dito que lhe daria um papel até então o não entregara, que eu faria a representação a El Rei, nosso senhor, mas que bem cria que Sua Majestade não havia de violentar os seus vassallos sem que se lhes propuzessem condições que o pudessem mover a algum ajuste, e como amigo lhe dizia que a pouca satisfação que achavam os meus requerimentos com os Estados Geraes, e que elles davam aos nossos tratados, recommendavam muito mal a pretenção dos mercadores holandezes. Sobre este particular disse já a V. M.cê o que entendia, e como julgava que devia principiar se a negociação, e agora só accrescento que conheço que a desejam ajustada, e que quando ahi se trate será conveniente ao real serviço que eu saiba o que se passa na materia.»—Extrato do registo das resoluções de S. A. P. os Senhores Estados Geraes das Provincias Unidas, 2.ª feira 15 de junho de 1711: «Os Senhores Deputados da prov. de Hollanda e Oest-Frisa expuzeram na assembléa que muitos mercadores de Dort, Amsterdam, Rotterdam, e do Horn, haviam pedido aos senhores Estados seus principaes, que se encarregasse ao senhor Schoonemberg, Plenipotenciario de S. A. P. na côrte de Sua Majestade de Portugal, que por todos os caminhos possiveis e imaginaveis procurasse conseguir que o preço do sal por autoridade real se tornasse a pôr no antigo estado de mil quatrocentos e oitenta, ou mil e quinhentos reis o moio. Tendo-se deliberado n'esta materia, como tambem sobre a carta do mesmo sr. Schoonemberg, que continha uma ampla informação das infructuosas diligencias, que fez em favor dos ditos mercadores do sal, e das considerações em ordem a remediar os maus termos de esta causa: Achou se conveniente e se assentou que se escrevesse ao sobredito sr. Schoonemberg, para que faça as mais exactas e mais fortes instancias na côrte de Portugal afim que o sal de Setubal possa ser reduzido ao antigo preço de 1$480, ou 1$500 reis o moio, ou de outra sorte, e ao menos que conforme o segundo e setimo artigo do tratado do anno de 1661, concluido com a corôa de Portugal, e cada um dos habitantes de este estado pelo tempo que quizer possa e logre a liberdade de negociar com os particulares, e comprar de qualquer d'elles toda a quantidade de de sal em que se ajustar com o vendedor, o que o sr. conde de Tarouca, embaixador de Sua Majestade portugueza, seja rogado de appoiar este negocio com os seus bons officios, para cujo cujo fim será entregue na mão do dito sr. conde de Tarouca pelo agente Rozemboom o extracto da resolução de S. A. P. (a) J. L. Gossing. *Está conforme com o registo* F. Fagel.» Esta resolução dos Estados Geraes não era a primeira sobre o assumpto. Já anteriormente a tinham tomado identica, pelo que esta se tornou uma verdadeira instancia. Os artigos invocados do tratado de 1661 dispunham o seguinte: Art. 2.º. Convem em que todos os annos entre el rei e os Estados Geraes se faça uma convenção ou transacção especial tocante ao preço pelo qual poderão todos e quaesquer vassallos dos ditos estados livremente comprar aquella quantidade de sal que lhes parecer. Art. 7.º preceitua a liberdade geral do commercio hollandez em Portugal e o d'este nas provincias unidas dos Paizes Baixos. N'uma carta particular do marquez d'Alegrete, conselheiro da Fazenda e camarista d'el-rei D. João V, para seu irmão, o conde de Tarouca, em 26 de agosto de 1711, encontra se o seguinte sobre este assumpto: «Amanhã tem audiencia de el rei Schoonemberg, o que succede rara vez, e creio será para falar sobre a campanha do outomno e queixar se do pouco que se obrou na passada, porque ouço que o mesmo tem feito os outros ministros, ou para falar sobre o sal, cujo negocio apressa agora muito. Esta materia se trata agora no conselho da Fazenda, e eu poderei vir a votar n'ella, e sendo um dos pontos principaes do papel de Schoonemberg pedir que se tire a Roda de Setubal, tendo por quasi certo que se não altera o que está praticado n'este particular, porque mandando informar sobre ella os officiaes da repartição do sal de Setubal, veiu aqui a camara, os prelados das religiões, e as principaes pessoas d'aquella villa clamar contra esta proposição que ninguem admitte com o fundamento de que que-

brada a repartição, ou roda, e deixando a cada qual vender pelo preço que quizer tem conseguido os hollandezes a maior conveniencia que poderão ter n'este genero, porque a necessidade de muitos e a pouca industria dos nossos negociantes, donos do sal, fazia que vendendo separadamente, e cada um a seu arbitrio, obrigados uns da necessidade, e outros enganados da industria dos compradores, e outros por falta d'ella virão a fazer grande mal e succederá o mesmo que aconteceu na compra de laranja, vinho e mais generos que ordinariamente se contractam com os estrangeiros pelo preço que concorrer e estes fazem que lhe vendam logo tres ou quatro pessoas por taes e taes preços, e com estes estabelecem o preço commum com o que obrigam aos mais. Bem desejava communicar comvosco este negocio, que é impertinente mas não chegará a tempo a vossa resposta, nem eu estou sufficiente instruido n'elle.» Em 29 de setembro de 1711 dizia da Haya o conde de Tarouca a seu irmão: «De muita (consequencia) poderá ser o ajuste do sal de Setubal, em que me parece V. Sr.ª ha de notar o que fôr mais util para el rei, e Sua Majestade se não deve relaxar na minima conveniencia dos seus vassallos por amôr dos hollandezes, os quaes nunca agradecem semelhantes attenções, nem estranhariam que se lhe não cumpram tratados, quando reconhecem que estão réos e delinquentes em faltarem tanto aos que fizeram comnosco; se eu não estivera tão de pressa n'este negocio, diria a V. Sr.ª que o entendo n'elle, mas, em brevissimas palavras, lhe direi que o modo de fazer algum ajuste para Portugal conforme o meu parecer, é que em todo o caso se conserve a Roda, e que el-rei, ouvindo primeiro aos vassallos interessados, faça o ajuste com os hollandezes por novo preço, em certos annos, e certa quantidade de moios, e depois de secretamente ter deliberado o preço por que podia vender-se o sal, devia mandar-me as ordens em cifra, e deixasse que eu tirasse d'esta nação o que pudesse, pois aqui havia de regatear melhor com os mercadores de *Dort* e outras cidades interessadas n'este commercio, do que hão de regatear ahi com Schoonemberg; porem eu folgo muito que me não encarreguem e o Diogo de Mendonça o fará com a felicidade que costuma.» Enceram se por aqui os documentos, por não conhecermos posteriores. Convem esclarecer que a cidade de Dort, ou Dordrecht, é a mais antiga cidade da Hollanda, sendo celebres as suas refinações, especialmente as do sal. Como para fechar este quadro da roda do sal de Setubal, extincta em 5 de agosto de 1852, indicaremos um artigo de fundo do jornal *O Seculo*, em 6 de setembro de 1903, em que pugnava pela reconstituição da Roda, pedindo o seu restabelecimento, decorrido meio seculo sobre a extincção d'essa instituição tres vezes secular.

Setubal *(Sociedade Archeologica Lusitana de)*. Foi instituida esta importante sociedade em 1849, sob os auspicios de D. Fernando, o rei artista, como era conhecido pelo seu amor ás artes e protecção que lhes dispensava. A inauguração realisou se a 9 de novembro d'esse anno, sendo seu primeiro presidente o duque de Palmella, e secretario João C. d'Almeida Carvalho. Entre os socios fundadores contavam se: Domingos Garcia Peres, Sebastião Maria Pedroso Gamitto, Annibal Alvares da Silva, Jorge Torlades O'Neill e Manuel da Gama Xaro. Os estatutos fôram approvados em 27 de março de 1850. O fim da sociedade era observar as ruinas da antiga Cetobriga, hoje Troia. Dos socios, evidenciou-se muito Manuel da Gama Xaro, que foi o mais activo impulsionador d'esta benemerita sociedade. Xaro vivera muitos annos em Setubal, exercendo o cargo de vigario geral do arcediagado; era muito dedicado a estudos historicos e archeologicos, ácêrca dos quaes escrevera varios artigos, e entreteve interessante correspondencia com o erudito cardeal Saraiva, D. Francisco de S. Luiz, que muito o apreciava. Foi no primeiro de maio de 1850 que se começaram os trabalhos das excavações intermitentes d'aquella cidade soterrada em areia, de que resultou ficarem a descobertos edificios n'uma area de 65 palmos de norte ao sul e 160 de nascente ao poente. Encontraram-se numerosas medalhas e outros objectos, como grande diversidade de vasos de differentes materias; carneiros com esqueletos, grande quantidade de ossos, instrumentos agrarios, louça, milhares de medalhas romanas, accusando diversas epocas, cunhadas em Roma, Antiochia, Constantinopla, Cartago, Leão, etc.; diversas casas, algumas de abobada, e n'ellas boas pinturas a fresco e admiraveis mosaicos nos pavimentos. A sociedade publicou um *Relatorio* e *Annaes*. Grande parte dos objectos achados ficaram em casa dos socios. No dia 15 de junho de 1894 inaugurou-se no museu municipal de Beja, naturalidade de Manuel da Gama Xaro, a *Galeria Gama Xaro*. Esta galeria, se as municipalidades setubalenses se compuzessem de homens estudiosos, poderia ter sido creada em Setubal, como preceituava o art. 3.º dos estatutos da Sociedade Archeologica Lusitana. Este museu seria enriquecido com valiosos instrumentos de silex e exemplares de ceramica, achados nas cavernas pre historicas da Quinta do Anjo, proximo de Palmella, e n'outros pontos do concelho, por Carlos Ribeiro, Pereira da Costa, Gabriel Pereira, e outros vultos que se dedicaram a estas escabrosas investigações. Teriam cabimento n'esse museu os antiquissimos quadros e mais objectos de valor artistico existentes no extincto convento de Jesus, e que d'aqui fôram levados para o Museu das Bellas Artes de Lisboa. Em 17 de setembro de 1872 a camara de Setubal representou ao governo, enviando lhes as vistas photographicas das ruinas e dos objectos descobertos, e pedindo para conceder á Sociedade Archeologica Lusitana a protecção official, mas nada conseguiu. Em 1885 organisou se em França, com o capital de 600:000 francos, uma *Sociedade anonyma das investigações archeologicas de Cetobriga*, que comprou a Troia por 38:000$000 reis ao morgado Cabral. O projecto da sociedade, de que Mr. Blin era director, era explorar archeologica e commercialmente aquelles terrenos, por meio de excavações, plantação de vinhedos e laranjaes, estabelecendo tambem piscinas na lagôa de Troia. Pelas excavações d'esta sociedade apurou se mais a existencia de um *columbarium* ou sepultura de familia, d'um annel de ouro ornado de esmeralda, de duas medalhas e uma lampada funeraria. Nos boletins da *Sociedade dos Architectos e Archeologos Portuguezes*, encontram-se noticias ácêrca da Sociedade Archeologica Lusitana de Setubal.

Setubal *(Tempestades e terremotos de)*. Em 1724 no dia 19 de novembro, rebentou uma tão furiosa

tempestade em Setubal, que arruinou muitos edificios, arrancou arvores seculares, e fez naufragar quasi todas as embarcações surtas no porto.—Os grandes temporaes e continuadas chuvas que no inverno de 1876 para 1877 causaram grandes inundações e prejuisos incalculaveis em todo o paiz, tambem se fizeram sentir muito em Setubal, principalmente o do dia 11 de novembro de 1876. Começou com a noite uma medonha trovoada, que foi augmentando successivamente, seguindo-se-lhe chuva torrencial e impetuoso vento. O mar, na maior agitação, ultrapassava os limites, rompen do furioso até onde nunca antes chegára, arremessando embarcações pela terra dentro, afundindo umas, despedaçando outras, e deixando as restantes com bastantes estragos. O rio e as praias ficaram cobertos de despojos. Muitos catraeiros e pescadores perderam os seus pequenos barcos de que auferiam os parcos meios de sustentação de suas familias. O pavor avassalou todos os espiritos. Fôram espantosos os damnos causados por tão lamentavel catastrophe. O do dia 5 de dezembro tambem foi horroroso e muito demorado. A inundação tornou-se espantosa. O grande ribeiro, que atravessa a cidade, vinha tão caudaloso, que causava medo. No sitio d'Algodeia algumas casas ficaram inundadas. As estradas transformaram se em rios, chegando a agua a meia altura das portas das quintas. As estradas em construcção soffreram grande ruina, principalmente nas obras de arte. O vasto campo de Bomfim parecia um mar, tendo ahi a aguá quasi meio metro de altura. Houve grandes estragos nas marinhas, e perderam-se alguns milhares de moios de sal. Na parte do edificio municipal, cujas portas dão para a rua dos Açougues, hoje de *Camões*, não foi possivel entrar senão quasi ás 11 horas. A agua invadiu a thesouraria municipal, a repartição de fazenda e algumas casas particulares. Muitas mais desgraças se deram, de que seria longa e dolorosa a narração. O temporal de 19 do mesmo mez e anno ainda produziu inundação superior á do dia 5. Muitas quintas ficaram quasi totalmente cobertas de agua, e outro tanto succedeu ao Campo de Bomfim. Desabaram alguns muros e fôram arrancadas muitas arvores. O do dia 24 do mesmo mez, tambem foi horroroso, sendo a cheia uma das maiores que tem havido no rio Sado. A agua invadiu de novo as marinhas, havendo em algumas grande perda de sal. A agua de monte era tanta, que cobriu todas as quintas situadas no valle que medeia entre Palmella e Setubal, sendo grandes os estragos ali causados. No Campo de Bomfim podiam vogar embarcações. Muitas pessoas fôram lançadas por terra com a força do vento, ficando algumas feridas. O temporal de janeiro de 1881 tambem prejudicou as propriedades de Setubal e suas immediações. Os campos inundaram se, os estragos fôram enormes nas quintas, destruindo lhes os muros, as searas e parte dos laranjaes. Na noite de 29 e 30 do referido mez de janeiro, as aguas da cheia, juntas ás da maré, inundaram quasi todas as marinhas, inutilisando muito do sal que estava nas eiras. Os terremotos que Setubal tem soffrido, fôram bem desastrosos, arrasando a cidade e causando muitas victimas. No dia 26 de janeiro de 1531, Portugal soffreu um espantoso terremoto, cujas oscillações, mais ou menos desastrosas, se repetiram até 2 de fevereiro seguinte. Causou grandes destroços em Setubal, deitando por terra muitos edificios, matando bastantes pessoas, e causando enormes avarias e naufragios nas embarcações surtas no Sado. No dia 2 de outubro de 1680, tambem se sentiu um grande tremor de terra que muito aterrorisou os moradores de Setubal, causando terriveis prejuisos. O terremoto de 1.º de novembro de 1755, que tantas desgraças e horrores causou á maior parte de Portugal, principalmente em Lisboa, que arrazou quasi por completo, tambem se fez sentir em Setubal, sendo incalculaveis os prejuisos. A destruição das casas foi tal que ficaram muitas ruas entulhadas. A' falta de habitações se armaram barracas em diversos sitios, principalmente junto das muralhas. O terremoto de 11 de novembro de 1858 foi um horrivel cataclismo, que destruiu a maior parte do bairro do Troino, onde fez muitas victimas.

Setubal (*Varões illustres de*). Além do poeta Manuel Maria Barbosa du Bocage, Setubal foi patria de muitos homens que se distinguiram como escriptores, e pela sua posição social. Citaremos os seguintes: Agostinho Fernandes, Fr. André da Natividade, Antonio Bento Figueira, Dr. Antonio da Costa Cordovil, Antonio Rodrigues da Costa, Dr. Belchior Fernandes Soares, Claudio Lagrange Monteiro Barbuda, Fr. Daniel dos Reis, Fr. Egydio Gamboa, Estevão Liz Velho, Fr. Francisco d'Annunciação, P Francisco José de Queiroz, Francisco Manuel de Brito Mascarenhas, Fr. Francisco de Santo Ignacio de Carvalho, Fr. Francisco dos Santos, Dr. Gonçalo Mendes de Vasconcellos Cabedo, D. Gonçalo Pinheiro, Gregorio de Freitas, Luiza Rosa d'Aguiar, a eximia cantora Luiza Todi, appellido de seu marido, a quem a cidade de Setubal commemorou, dando o seu nome a um dos seus passeios mais bonitos; João de Brito e Mello, Fr. João Pinheiro, João Sardinha Mimoso, Dr. Joaquim de Sant'Anna de Carvalho, P. Joaquim Silvestre Serrão, Jorge Cabedo, José de Faria Arraes, José Joaquim de Barros e Vasconcellos, José Luiz Soares Barbosa, P. Manuel Rodrigues Coelho, Dr. Matheus da Silva Cabral, Miguel Cabedo e Vasconcellos, Dr. Paulo Soares da Gama, Fr. Pedro Lagarto, Rodrigo Ferreira da Costa, Fr. Simão de Brito, Thomaz Antonio dos Santos Silva, Vasco Mousinho Quevedo Castello Branco, Victorino Victoriano de Amaral Pinel, Jacob Queimado, Joaquim Bento Pereira, barão do Rio Zezere, José Antonio Benedicto Soares de Faria Barbosa, morgado de Setubal, Pedro Fernandes Sardinha, Mafaldo de Setubal, Victorino José d'Almeida Soares Serrão, barão do Valle, Diogo Duarte da Silva, Jacob Frederico Torlades Pereira de Azambuja, José Cabedo de Vasconcellos, Manuel Felix da Costa Gamitto, Antonio Candido Pedroso Gamitto, Fr. Egydio Gamboa, João Soares da Gama. V. *todos estes appellidos*.

Setil. Pov. da freg. de N. S.ª da Expectação, de Vallada, conc. do Cartaxo, distr. de Lisboa. Tem est. do caminho de ferro, na linha de leste, de Lisboa a Badajoz, entre as de Reguengo e Sant'Anna.

Sevente. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Alegrete, conc. e distr. de Portalegre.

Sever (*Abbade de*). *V. Barbosa Machado (Diogo)*.

Sever. V. *Cever*.

Sever. Rio na prov. do Alemtejo, que nasce na serra de S. Mamede, freg. do Salvador, de Aramenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre, do lado do O, nos sitios do Barreirão, Alvarães, Gafete, Ourelevadas, Ouregeiras das Naves, Gavião, Porto da Espada, e Magdalena. Este rio, junto com uns grandes olhos de agua, á vista de Marvão, corre com o nome d'esta villa, sendo aqui atravessado por duas pontes de pedra, cada uma de 3 arcos. No sitio da Nêgra, 3 k. abaixo da segunda ponte, já com o nome de Sever, principia a dividir Portugal de Hespanha, marcando 14 k. até ao Carrascal de Valencia d'Alcantara, onde recebe o rio hespanhol de Albunel, continuando a servir de divisão aos dois paizes, até perto de Montalvão Passou á vista de Villa Velha de Rodam, e morre na margem esquerda do rio Tejo, com 40 k. de curso. Cria bastante e muito bom peixe.

Sever do Vouga. Villa da prov. do Douro, séde de conc., com. de Agueda, distr. de Aveiro, bisp. de Vizeu. Tem uma só freg., cujo orago é N. S.ª da Assumpção. Está situada a 2 k. da margem direita do rio Vouga e a 25 da capital do distr. E' pov. mais antiga que a monarchia, mas não consta que tivesse foral velho; el-rei D. Manuel I lhe deu foral novo, com o nome de *Villa de Vouga*, em Lisboa, a 18 de março de 1514, e ao conc. de Sever do Vouga a 29 d'abril do mesmo anno. Em 1135 o abbade *mestre João Cirita* fundou em Sever um mosteiro da invocação de S Thiago, para os eremitas, os quaes em 1141 se uniram aos do mosteiro de Tarouca, e adoptaram a sua regra, que era a benedictina, doando-lhes a sua egreja de S. Thiago e suas dependencias. Em novembro do mesmo anno de 1141, D. Affonso Henriques coutou a egreja de S. Thiago. Tanto a freg. como o conc. de Sever, é terra muito fertil em todos os generos agricolas do paiz, muito abundante de aguas, pelo que ha muitos prados em que se criam gados de toda a qualidade. O rio Vouga lhe fornece variado e saboroso peixe. N'este conc. ha as famosas minas de chumbo argentifero do Braçal, Malhada e Coval da Mó. Era seu concessionario o allemão Diedrick Mathias Fewerheerd, e por decreto de 12 de março de 1877, foi approvada a transmissão da propriedade d'estas minas para a sociedade denominada *Administração das minas do Braçal*, composta da viuva e herdeiros do referido concessionario (V. *Braçal*, vol. II, pag. 432). Em Sever do Vouga ha um monumento historico, que impressiona agradavelmente todas as pessoas que visitam a terra, é o magnifico cruzeiro, que n'uma altura de 23 palmos se levanta, entre dois cyprestes que, de dia e de noite, n'um santo retiro lhe fazem companhia. O cruzeiro é composto por uma columna em fórma de aspiral, encimada por um grupo de anjos, sobre que se ergue a cruz bellamente burilada Todo elle, visto de alto a baixo, nos manifesta a grande belleza de execução Em 1906 publicou se no Porto, n'um vol., a seguinte obra escripta por José Luciano de Figueiredo Lobo e Silva, com o titulo de *Cever do Vouga*; *chronicas, producções, monumentos, costumes, lendas, paizagens*. O autor principia, com o maior escrupulo, por discutir a fórma *Sever*, até agora usada; e, cotejando com a possivel etimologia *ceveira*, termo antigo que designava cereaes, optou pela fórma *Cever*. Sever do Vouga pertence á 5.ª div. mil., 9.ª brigada, grande circumscripção mil. Central, e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. Tem escola do sexo fem., correio com serviço de posta rural, advogados, agencias de casas bancarias e de varias companhias de seguros, casas de pasto, fabricas de manteiga, de fogos d'artificio e de polvora, hospedaria, medicos, pharmacia, notario, phylarmonica, mercado semanal na praça da villa, aos domingos. Publicou-se ali o jornal *A Luz*, começando a 16 de setembro de 1889. O conc. é constituido por 8 freguezias com 2:121 fog. e 9:063 hab., sendo 4:163 do sexo masc. e 4:900 do fem., n'uma superficie de 15:330 hect. As freguezias são as seguintes: S. João Baptista, de Cedrim, 667 hab.: 285 do sexo masc. e 382 do fem ; Santo Estevão, de Couto Esteves, 1:090 hab.: 502 do sexo masc. e 588 do fem ; N. S.ª do Loreto, de Paradella, 346 hab.: 154 do sexo masc. e 192 do fem.; S. Martinho, de Pecegueiro, 1:153 hab : 523 do sexo masc. e 630 do fem.; S. João Baptista, de Rocas do Vouga, 1:381 hab.: 634 do sexo masc. e 747 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Sever do Vouga, 1:446 hab : 677 do sexo masc. e 769 do fem.; S. João Baptista, de Silva Escura, 1:967 hab.: 933 do sexo masc. e 1:034 do fem.; S. Mamede, de Talhadas, 1:013 hab.: 455 do sexo masc. e 558 do fem. O principal commercio de todo o conc. é cortiça, manteiga, madeira de pinho, minerios, gado vaccum, laranja, ovos, fructa e sal.

Severim (*Gaspar Gil*). Mathematico e poeta. Era natural de Evora, e fal. em Lisboa a 16 de dezembro de 1598 Foi companheiro de D. Sebastião na primeira expedição que fez á Africa, mas na expedição de 1578 não o acompanhou, por ter ficado em Lisboa como capitão. Filippe II de Hespanha, assenhoreando se de Portugal, lhe deu o officio de executor-mór, e Gaspar Gil Severim, fiel á causa do governo intruso, militou contra o prior do Crato, D. Antonio, quando este tentou, com os inglezes que a rainha Izabel lhe dera, um desembarque em Lisboa. Deixou algumas obras manuscriptas.

Severim de Azevedo (*Adolfo Rodrigues*). Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra. N. em Ponta Delgada a 11 de janeiro de 1850, sendo filho do dr. Adriano Rodrigues de Azevedo, medico e proprietario na ilha de S. Miguel, e de sua mulher D. Maria Carlota de Couto Severim de Azevedo. Vindo para o continente em 1860, na companhia de seu irmão Eugenio (V. o *artigo seguinte*), concluiu o curso de preparatorios em 1864, mas não podendo entrar logo na Universidade por ser ainda muito novo, segundo as disposições da lei, estudou grego, inglez e allemão, vindo a matricular se em outubro de 1865 na faculdade de direito, tomando o grau de bacharel a 26 de maio de 1870. Em janeiro do anno seguinte foi nomeado juiz ordinario de Lagôa, na ilha em que nascera; exerceu esse logar até que em junho de 1874 tomou posse do cargo de delegado na comarca da Ribeira Grande da mesma ilha. Transferido em meado de 1877 para a comarca de Setubal, passou ainda n'esse anno, em 15 de novembro, para a 6.ª vara de Lisboa, sendo depois, em novembro de 1879, collocado na 3.ª vara. Foi elle quem sustentou a accusação do celebre crime de D. Joanna Percira, e no não menos importante processo do Ban-

co Ultramarino em 1880. Parece, que em 1887 estava juiz de direito n'uma das comarcas dos Açôres.

Severim de Azevedo *(Eugenio Rodrigues).* Capitão de engenharia. Era natural de Ponta Delgada, onde nasceu em 1847, e fal. em Lisboa em 1884, sendo irmão mais velho do antecedente. Aos 16 annos de edade matriculou se em philosophia e mathematica, na Universidade de Coimbra, formando se n'essas duas faculdades no anno de 1871. Assentou praça a 6 de outubro de 1868, sendo promovido a alferes a 3 de janeiro de 1872, a tenente em 13 de janeiro de 1874, e a capitão em 22 de junho de 1875. Depois das suas formaturas veiu para Lisboa estudar na Escola do Exercito, completando ali o curso de engenharia militar. Nomeado membro e secretario da commissão de defeza de Lisboa e seu porto, em 1873, foi no anno seguinte mandado ao estrangeiro para estudar as fortificações e seu artilhamento, e depois de haver visitado França, Belgica e Inglaterra, recebeu em 1875 a direcção das obras do forte, que fôra então construido na foz do rio de Sacavem. Em agosto de 1880 foi nomeado fiscal do governo na construcção do caminho de ferro da Pampilhosa á Figueira da Foz. Nas eleições de 21 de agosto de 1881, foi eleito deputado por Montemór o-Velho, como candidato regenerador, partido em que se havia filiado. Nas sessões da respectiva camara tomou parte activa n'algumas discussões importantes, sobre assumptos da sua especialidade. Sendo ainda estudante na Universidade, fez duas conferencias em Coimbra, uma sobre instrucção publica, e outra sobre colonias agricolas e o pauperismo. Na *Revista de Portugal e Brazil* publicou duas memorias, a primeira com o titulo de *Memoria sobre a defeza de Lisboa*, e a segunda sobre o *Ataque das praças de guerra.* Nm 1882 foi ao estrangeiro, em viagem de estudo de tarifas, e ácêrca d'essa commissão publicou um *Relatorio*, que foi muito apreciado, como trabalho completo sobre o assumpto. Em 1884 teve a nomeação de engenheiro fiscal do caminho de ferro de Torres Vedras, e n'esse mesmo anno falleceu.

Severim de Faria *(Manuel).* V. *Faria (Manuel Severim de).*

Severino *(Antonio de Avellar).* Bacharel formado em mathematica e doutor em philosophia pela Universidade de Coimbra. N. na ilha do Fayal a 30 de abril de 1844, fal. na ilha de S. Miguel a 4 de julho de 1868. Era filho do dr. Manuel Severino de Avellar e de sua mulher D. Maria Luiza de Sousa Machado Severino de Avellar. Os seus cursos fôram muito distinctos, recebendo todos os annos as maiores classificações. O grau de bacharel em mathematica recebeu-o em 1867, publicando n'esse mesmo anno a sua dissertação, que tem por titulo: *Agricultura, estudos sobre os roteamentos e colonias agricolas;* o seu doutoramento em philosophia foi a 5 de julho de 1868, publicando tambem a sua dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas. Casou em Lisboa a 19 de fevereiro de 1865, com D. Laura de Alberto Kennedy, filha de Francisco Alberto dos Santos, commendador da ordem de Christo, e de D. Marianna Russel Kennedy. Ficou um filho d'este consorcio, Arthur Alberto de Avellar, agronomo pela escola de Lisboa, o qual nasceu em Coimbra a 11 de março de 1866, e tem publicado: *Armaria portugueza*, Lisboa, 1889; illustrado com brazões; *A Tendinha, esboços, cantatas e seus satellites* Lisboa, 1896 Dissertação inaugural: *O amido, considerado no ponto de vista botanico, physico e industrial*, Lisboa, 1897; *Dos nabos e tomates, e algumas considerações ácêrca do pepino*, Lisboa, 1897; 2.ª edição 1901, ambas illustradas; *Lirosiadas*, poema heroico culinario, Lisboa, 1905, etc.

Severo da Fonseca *(Ricardo).* Archeologo portuense, director da revista *Portugalia*, etc. N. em Lisboa a 6 de novembro de 1869, sendo filho de José Antonio da Fonseca Costa e de D. Marianna da Cruz da Fonseca Costa. Estudou no Porto, onde cursou a Academia Polytechnica, obtendo, com a primeira classificação, os diplomas de engenheiro civil e de minas em 1890, contando apenas 20 annos de edade. Muito novo ainda consagrou-se com paixão calorosa aos estudos da archeologia pré historica e de anthropologia, trabalhando insistentemente, e adquirindo n'este ramo de conhecimentos uma opulenta erudição. Aos 17 annos publicava, de collaboração com Fonseca Cardoso, as suas primeiras paginas archeologicas na *Revista de Guimarães*, publicação da Sociedade Martins Sarmento, tomo III, de pag. 137 a 141, anno de 1886, condensando n'essas paginas o resultado das suas explorações iniciaes na cividade de Bagunte, estação lusitano-romana do typo da famosa acropole do Minho geralmente conhecida pela denominação de Citania de Briteiros, e tão celebremente estudada pelo apreciado historiador e antiquario Francisco Martins Sarmento. Este trabalho de Ricardo Severo, que justamente se salientava pela minucia, pela originalidade da realisação, pela documentação e pela orientação scientista, chamou immediatamente as attenções dos nossos publicistas para o seu nome, que tão bellamente se affirmava; e o interesse despertado lhe serviu de estimulo, que desde então nunca mais deixou de continuar as suas investigações sobre as raças que anteriormente á nossa habitaram a peninsula e sobre o que restava da sua civilisação, do seu estado social e da sua cultura artistica, evocando por esses destroços, com grande nitidez e poder de realidade, as figuras desapparecidas. Em 1887 foi um dos socios fundadores da *Sociedade Carlos Ribeiro para propaganda das sciencias naturaes em Portugal*, e esta aggremiação, que produziu um certo ruido no nosso paiz, foi collocada sob a égide do grande geologo Carlos Ribeiro, iniciando immediatamente a sua acção vulgarisadora por meio de uma serie de publicações avulsas, entre as quaes se salientou, pelo seu talento e pelo seu saber a que Ricardo Severo firmava. O fim intencional d'esta brochura, intitulada *Paleontologia Portugueza*, publicada em 1888, confinava se exclusivamente nos resultados até então adquiridos entre nós no dominio das sciencias anthropo archeologicas, a proposito d'uma publicação do sabio francez Emile Cartaillac, que a escrevera commissionado pelo governo do seu paiz. N'este trabalho, que foi redigido aos 18 annos, Ricardo Severo denunciava já um saber complexo e as qualidades superiores de perspicacia e acuidade da intelligencia, que mais tarde se affirmaram com nitidez e vivo relevo. A Sociedade Carlos Ribeiro publicou, sob a direcção de Ricardo Severo e Rocha Peixoto,

a *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes*, da qual sairam a lume 5 volumes, Porto, 1890-1898, encerrando o ultimo a historia episodica de um curioso grupo de rapazes, das suas campanhas, das suas aspirações sociaes, politicas e scientificas, e da sua acção no meio em que viviam. Não passou desapercebida, tanto no paiz como no estrangeiro, a *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes*. Quatrefages, homem que encheu o seu seculo pela potencia do seu genio, enviou ao secretario d'essa publicação, Rocha Peixoto, uma calorosa carta, que foi reproduzida em parte na mencionada revista. Ricardo Severo foi a alma, o cerebro e a acção lucida e constante d'aquella revista scientifica, mas terminado o seu curso e vendo-se subitamente lançado na lucta, teve de ser menos assiduo, durante algum tempo, aos seus estudos predilectos e que mais seducção exerciam sobre o seu grande talento, para desenvolver a sua actividade n'um ramo meramente utilitario. Foi então que partiu para o Brazil em 1892 onde se conservou até 1896. Não tardou em conquistar nas terras de Santa Cruz um logar primacial e uma reputação magnifica de engenheiro illustre Em S. Paulo trabalhou como engenheiro inspector do Banco União, e em diversas construcções particulares do Estado. Convivendo com as mais notaveis individualidades brazileiras scientificas, litterarias e jornalisticas, deixou ali um nome laureado pela sua larga cultura de espirito e pelos seus trabalhos de historia archeologica e critica. Regressando ao Porto continuou a entregar-se aos trabalhos da sua predilecção, e pouco tempo depois, com Rocha Peixoto e Fonseca Cardoso, seus companheiros das verdes campanhas scientificas dos annos de estudante, encetava em 1899 a publicação da *Portugalia, Materiaes para o estudo do povo portuguez*, que com tanto applauso e tanta admiração foi recebida nos grandes centros cultos da Europa e das duas Americas. O acolhimento que a *Portugalia* teve na Europa, especialmente por parte das revistas congéneres, é sem precedentes na bibliographia de Portugal. E'mile Cartaillac, que é hoje um dos mais insignes archeologistas de França, affirmou, em *L'Anthropologie*, que essa revista seria celebre em Paris, Londres ou Berlim, as capitaes do Occidente onde se centralisou o pensamento humano. E' precisamente na *Portugalia*, que Ricardo Severo, seu director, tem dado á publicidade a maior parte da sua valiosa obra de homem de sciencia, em que transparece o seu elevado talento, a sua erudição historica e artistica, e os seus admiraveis dons de escriptor. Mas não é sómente um homem de sciencia, é tambem um critico d'arte com um subtil senso esthetico, como o demonstra um recente estudo seu sobre o estatuario portuguez Teixeira Lopes, publicado n'um jornal do Brazil, e um espirito de uma rara argucia, completado por qualidades multiplas de trabalhador infatigavel. Além das obras já citadas, tem publicado mais as seguintes: *Primeiros vestigios da epoca neolithica na provincia de Angola*, illustrado; *As necropoles dolmenicas de Traz os Montes*, com numerosas gravuras, illuminando o texto; *Estatua romana de Soutello; Ex voto de bronze da collecção de Manuel Negrão; Noticia da estação romana de Tralhariz; O thesouro de Lebução; Os braceletes de ouro da Arnozella; Os torques d'Almoster; Novas descobertas d'ourivesaria proto-historica; O cemiterio romano do Monte Penouço (*Rio Tinto*); O Mercurio de Casal Comba; O Castro de Villarinho de Cottas; O bracelete de ouro de Tellões*. Todas estas obras são illustradas. De collaboração com Fonseca Cardoso, publicou mais estas brochuras, tambem illustradas: *O ossuario da freguezia de Ferreiró; Sobre os restos humanos da caverna neolithica dos Alqueves; Observações sobre os restos humanos da necropole da Senhora do Desterro*. Tem publicado em varios jornaes artigos de propaganda scientifica, de critica e bibliographia, entre outros, no *Progresso do Norte*, de Chaves; no *Commercio Portuguez, Republica, Jornal da Manhã, Jornal de Noticias*, do Porto; no *Echo*, de Guimarães; no *Correio paulistano* e no *Diario Popular*, de S. Paulo.

Sevilha. Pov. na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Sevilhães Pov. na freg. de S. Christovão de Rio Tinto, conc. de Gondomar, districto do Porto.

Sevilheira Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Azueira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. ‖ Nossa Senhora da Oliveira, de Matacães, conc de Torres Vedras, do mesmo districto.

Sevis Pov. na freg. de S. Miguel, de Tresminas, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real.

Sexteiro Medida antiga. A 6.ª parte de um moio, segundo toda a differença, ou de numero de medidas, de que elle constava; sendo 12 alqueires, o sexteiro era de 2; sendo de 30, era de 5 alqueires; sendo de 60, constava de 10 alqueires.

Sezelhe. Pov. e freg. de Santo André, da prov. de Traz-os-Montes, conc e com de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb de Braga; 94 fog. e 452 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada a 1 k. da margem direita do rio Cávado, e a 9 da séde do conc. E' terra pouco fertil, mas cria muito gado de toda a qualidade, e é abundante de caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 19, com a séde em Chaves.

Sezulfe. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 114 fog. e 525 hab. Tem esc. do sexo masc. Está situada proximo da estrada de Bragança a Mirandella, a 6 k. da séde do conc E' pov. muito antiga e foi séde de conc. Affonso Rodrigues, procurador do rei, em Bragança, lhe deu foral a 15 de março de 1302, e D. Diniz o confirmou em Beja, a 3 de maio do mesmo anno. D. Manuel I lhe deu foral novo, em Lisboa, a 22 de julho de 1514. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Sezures Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 79 fog, e 308 hab. Tem est. post. e está situada a 1 k da estrada de Braga a V. N. de Famalicão, e a 9 da séde do conc. O terreno é accidentado e muito fertil. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 8, com a séde em Braga ‖ Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Penalva do Castello, distr. e bisp. de Vizeu; 324 fog. e 1:179 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada na estrada que vae de

Aguiar da Beira a Vizeu, a 4 k. da margem direita do rio Dão, e a 7 de Castendo, que é a séde do conc. Era commenda da ordem militar do Santo Sepulchro, cavalleiros de Jerusalem. A terra é fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Sfragistica. Sciencia dos sellos. Nos primeiros tempos da monarchia usava-se muito de sellos, ou *signaes*, feitos á penna pelos notarios no fim dos documentos. Umas vezes eram signaes irregulares, outras vezes eram circulares e por isso lhes chamavam *rodados*. N'estes sellos quasi sempre ha o nome do rei e o da rainha, e ás vezes tambem os dos infantes. Os sellos *pendentes* eram de chumbo, de cera, ou de maltha, composição par cida com a cera, branca, verde, negra ou encarnada, com as armas estampadas; pendiam da parte inferior do documento por tiras de couro, pergaminho, cordão, trança, retroz ou fitas. N'estes sellos a estampagem era obtida por meio de cunhos gravados, que se applicavam por uma forte pressão, a quente ou a frio, sobre a substancia em que se queria obter a impressão. Denomina-se *sello equestre* o que representava o monarcha a cavallo. No *Archeologo Portuguez*, vol. I, 1895, pag. 257, vem um curioso artigo sobre este assumpto, escripto por Sousa Viterbo.

Sello equestre de D. Affonso III

Slada. Pov. na freg. de S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Sladede. Pov. do conc. de Cacongo, no distr do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Sladouro. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Covões, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Slafumo. Pov. do conc. de Cabinda, na delegação de Chiavala, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Slamato. Pov. do conc. de Cabinda, na delegação de Chiavala, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Slamazla Pov. do conc. de Cabinda, na delegação de Chiavala, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Slamona. Pov. do conc. de Cabinda, na delegação de Chiavala, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Slamputo do Rlco. Pov. do conc. de Cacongo, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Slamputo do Sladede Pov. do conc. de Cacondo, no distr. do Congo, prov. d'Augola, Africa Occidental.

Slannula Pov. do conc. do Cacondo, no distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Slanda. Pov. na freg. de N. S.ª do Reclamador, do Casaes, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Slão. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Alvarães, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Capareiros, do mesmo conc. e districto.

Sibanas. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Conceição, de Rossas, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Sibongollo. Pov. do conc de Cabinda, na delegação do Chiavala, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Sicanheva. Pov. do conc. de Cabinda, na delegação de Chiavala, distr do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental

Sicó. Serra do distr. de Loiria. Corre a E da villa de Pombal, em direcção NS, parecendo ser uma ramificação da serra de Anción. Tem 7 k. de comprimento, 5 de largura e 547 metros de altura.

Side. Povoações nas freguezias: Santo André, de Gondisalves, conc. e distr. de Braga. || O Salvador, de Parada de Gatim, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || N. S.ª d'Assumpção, de Vide, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Sidnate. Montanha do conc. de Pondá, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. E' uma das mais consideraveis de todo o estado da India, e ergue-se quasi ao centro do Pondá, proximo da aldeia de Borim.

Sidol. Povoaçōes nas freguezias: Santa Maria, de Alvarelhos, conc. de Santo Thirso, distr do Porto. || S. Thiago, de Bougado, do mesmo conc. e districto.

Sidoni Pov. proximo da margem esquerda do Casamansa, Africa Occidental, para cima da ponta Beafada.

Sidreiro. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Sidrós Pov. na freg. de Santa Marinha, de Ferral, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Sleuve de Menezes *(Viscondes e condes). V. Camello Borges (Portugal*, vol. II. pag. 653 e 654*)*. Accrescentaremos que o 1.º visconde e 1.º conde de Sieuve de Menezes, José Maria Sieuve de Menezes, fal. em 4 de novembro de 1893, e fora agraciado com o titulo de visconde por decreto de 6 de março de 1873, e com o de conde pelo decreto de 12 de fevereiro de 1885.

Sigão. Povoação do torofo de Sancordém, no concelho de Sanguem, no districto de Gôa, na India.

Sigarrosa. Pov. na freg. de S. Salvador, de Monçós, conc. e distr. de Villa Real.

Sigêa *(Angela)*. Dama do seculo XVI, muito erudita, que viveu na côrte d'el-rei D. Manuel. Era hespanhola, filha de D. Diogo Sigéu de Velasco, e de D. Francisca de Velasco, nobres fidalgos, elle francez e ella castelhana. Augela Sigéa veiu para Portugal com seu pae, em 1542, na comitiva da princeza hespanhola D. Maria, que foi a 2.ª mulher de D. Manuel I e mãe de D. João III. Mais tarde, a infanta D. Maria, filha de D. Manuel e de sua 3.ª mulher

D. Leonor, irmã do imperador Carlos V, a tomou para sua dama, e muito se lhe affeiçoou. Seu pae foi mestre do principe D. João, depois rei, 3.º do nome, do infante D. Henrique, depois cardeal rei, do duque de Bragança D. Theodosio, de D. Catharina, duqueza de Bragança e da referida infanta D. Maria. Angela soube com perfeição as linguas latina e grega, e muito notavelmente se distinguiu na musica, de que deu tambem lições á infanta D. Maria, e tocava alguns instrumentos. Das linguas modernas soube a portugueza, castelhana e italiana, recusando se a estudar a franceza. Casou com D. Antão Mogo de Mello e Carrilho, fidalgo da Casa Real. Fal. em Torres Novas, e foi sepultada na capella do Bom Jesus Crucificado, da egreja parochial do Salvador, no jazigo dos Mogos, naturaes de Torres Novas.

Sigêa *(Luiza)*. Irmã da antecedente. Era senhora d'uma rara illustração, muito versada nas linguas latina, grega, hebraica, caldaica e syriaca, castelhana e portugueza. Foi creada, desde muito nova, nos paços reaes de Portugal, onde se tornou muito estimada pela côrte, que admirava o seu extraordinario talento. Tanto ella, como sua irmã, faziam parte da côrte litteraria da erudita infanta D. Maria. Escreveu uma carta nos 5 idiomas, latim, grego, hebraico, syriaco e arabico, ao papa Paulo III, que ficou maravilhado do engenho da escriptora, e de possuir o dom de tantas linguas, *que poucas vezes se encontra*, dizia o pontifice na sua resposta, *em homens quanto mais em mulheres*. A carta tem a data de Roma, 8 de janeiro de 1547, o continha a descripção do palacio de Ciutra. Muitos principes e sabios da Europa lhe escreveram, só com o fim de obterem autographos seus Luiza Sigêa tambem foi dama da já citada infanta D. Maria, e sua mestra nas primeiras letras, e nas linguas latina e grega. Dedicou-se muito á arte musical, em que se tornou muito perita, sendo uma das melhores professoras do seu tempo. Escreveu e publicou um livro, em fórna de dialogo, em que falam as damas da côrte, elogiando umas os esplendoros do paço, outras a vida pacifica do campo. Fallecendo a infanta D Maria, Luiza Sigêa regressou a Hespanha, e casou em Burgos com D. Francisco Lacoeva, e ali falleceu a 13 de outubro de 1560. André de Rezende, apenas teve noticia da sua morte, escreveu um poema intitulado: *Ludovicae Sigeae Tumulus*, que se imprimiu em Lisboa no anno de 1561. V. Ribeiro *(José Silvestre)*.

Sigillo. Sello; sinete de sellar.

Sigillographia. Descripção dos sellos e sinetes de sellar. V. *Sfragistica*.

Sigla. Letra inicial do um nome empregada como abreviatura d'esse nome; monogramma.

Signal. Pov. na freg. de S. Thiago, de Christello, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello.

Signo Samo. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto e conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Sigoeira. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Aguda, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. ‖ S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. do Alvaiazere, mesmo districto.

Sigonem. Pov. do commando mil. de Satary, Novas conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. ‖ Pov. do conc. de Sanguem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Fica nos contrafortes dos Ghattes.

Sil. Pov. na freg. de Santa Maria, de Grade, conc. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello.

Silgado Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Martim Longo, conc. de Alcoutim, distr. de Faro.

Silgueiros. Pov e freg. de N. S.ª da Natividade, da prov. da Beira Alta, conc., com, distr. e bisp. de Vizeu; 907 fog. e 3:781 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, correio com serviço de posta rural, pharmacia e notario. Está situada a 5 k. da margem esquerda do rio Vouga, na estrada de Vizeu a S. Pedro Sul, e a 14 k. da séde do conc. A freguezia principiou n'uma ermida dedicada a N. S.ª de Silgueiros, ou da Assumpção, fundada em tempos remotos por Daniel e sua mulher D. Sancha Gonçalves, pessoas nobres e muito ricas, quo deram á Senhora uma grande propriedade, denominada *Quinta de Silgueiros*, e todas as mais que possuiam, e as vincularam *in perpetuum*, para que dos seus rendimentos se sustentasse o culto e se occorresse aos reparos da capella. Como a população fôsse em grande augmento, poucos annos depois se constituiu em freg. independente, e como a capella mais tarde, com o decurso do tempo não tivesse a sufficiente capacidade para conter todos os parochianos, foi edificada a actual egreja matriz por João Annes de Loureiro, e por isso os seus descendentes ficaram sendo os padroeiros até 1834. A imagem da Senhora é de pedra e de boa esculptura, apezar da sua antiguidade, pois ainda é a primitiva. A terra é muito fertil. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. ‖ Povoações nas freguezias: S Miguel, de Bodiosa, conc. e distr. de Vizeu. ‖ S. Salvador, de Pereira, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Silhada Pov. na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Taboa, distr. de Coimbra

Silhães. Pov. na freg. de S Christovão, de Goudomil, conc de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Silhão. Pov. na freg de Santa Eulalia, de Cumieira, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

Silly. Aldeia pertencente á div. Etly-Pahw, ao norte do rio Sandalcalo, no concelho de Nagar-Avely, districto de Damão, na India.

Silva. A familia d'este appellido, que é muito nobre, pois descendo dos antigos reis de Leão, parece quo passou a Portugal no tempo do conde D. Henrique, tendo o seu solar na Torre da Silva, junto ao rio Minho. As suas armas são: Em campo de prata um leão de púrpura armado do azul; timbre, o mesmo leão.

Silva (*Adolpho Antonio Marques da*). Architecto. N. em Lisboa a 17 de novembro de 1876. Matriculou-so na Escola de Bellas Artes da capital, onde concluiu o curso do architectura civil no anno do 1898, sendo duas vezes premiado com medalhas do prata, e o curso geral de desenho em que foi por tres vezes premiado tambem com medalhas de prata. Cursou além d'isso o Instituto Industrial para complemento dos seus estudos de architecto Entrou no serviço das obras publicas em 1898, como architecto em tirocinio, auxiliando Pedro de Avila, no projecto da restau-

ração da Escola de Bellas Artes de Lisboa, e Domingos Parente da Silva nos trabalhos preparatorios para o projecto da restauração da Sé Patriarchal de Lisboa, tendo em seguida trabalhado na Escola Medica. Além d'outros trabalhos importantes, collaborou desde 1900 com o sr. Ventura Terra, nos estudos do projecto e execução da Sala dos Passos Perdidos, na obra da recoustrucção da camara dos deputados, a qual se con cluiu em 1903. Entrando no concurso aberto em dezembro de 1901, para duas vagas de architecto de 3.ª classe do ministerio das obras publicas, foi classificado em 3.º logar. Marques da Silva foi um dos fundadores da Sociedade dos Architectos Portuguezes, e tem por vezes feito parte dos seus corpos gerentes, sendo ultimamente honrado com o exemplar da medalha associativa, que deveria adquirir como socio, mas como reconhecimento d'esta collectividade por ter sido elle o autor do respectivo esboceto. Muito dedicado aos problemas da habitação, são de Marques da Silva os principaes projectos das construcções feitas pela *Cooperativa Predial Portugueza*, de Lisboa.

Silva *(D. Alberto da)* Conego da ordem de Santo Agostinho. N. em Amarante em 1636, fal. em Gôa a 9 d'abril de 1688. Vestiu o habito de conego em 1650, e distinguiu se como theologo e prégador. Foi procurador da sua ordem e prior do convento de S. Vicente de Fóra. D. Pedro II o nomeou arcebispo de Gôa, mas o novo prelado só exerceu um anno o seu governo ecclesiastico, porque tendo chegado a Gôa em 1687, falleceu logo no anno seguinte. Estava já morto, quando chegou á India a noticia da sua nomeação para governador do Estado. Deixou impresso, com o nome de Alberto de S. Gonçalo, que foi o de que usou primeiro, um sermão prégado por occasião da beatificação do papa Pio V.

Silva *(Alberto José Gomes da)*. Compositor e organista, que viveu no seculo XVIII, parece que fal. em 1795. Pertencia á irmandade de Santa Cecilia, já antes do terremoto de 1755, e assignou em 1764 o livro de entrada que se fez de novo, em consequencia de se ter perdido o primitivo. Foi autor da seguinte obra: *Regras de acompanhar para cravo, ou orgão, e ainda tambem para qualquer outro instrumento de vozes, reduzidas a breve methodo, e facil percepção*, Lisboa, 1768. Era dedicada a el-rei D. José I. Dizem ser uma collecção de exercicios de pouco valor. Na Bibliotheca d'Ajuda existia a partitura autographa de uma missa, para 4 vozes e orchestra ou orgão. Na Bibliotheca de Evora tambem havia uma missa a 4 vozes e orgão.

Silva *(Alexandre da)*. Ecclesiastico, que nasceu em Braga em 1614, e fal. em Elvas a 2 de fevereiro de 1682. Formou-se em canones na Universidade de Coimbra, e voltando para Braga, foi conego e desembargador da Relação Ecclesiastica, sendo depois promotor na inquisição de Lisboa, deputado e inquisidor da de Coimbra, e por fim, em 1668, deputado do conselho geral da Inquisição. D. Pedro II o nomeou bispo de Elvas, e no exercicio d'esta elevada dignidade falleceu. Deixou impresso um discurso em latim a favor do direito primacial da sé de Braga, e varias allegações juridicas, que se não chegaram a imprimir.

Silva *(Fr. Alexandre da)*. Religioso da ordem dos eremitas calçados de Santo Agostinho N. em Lisboa a 28 de setembro de 1723, e fal. no fim do seculo XVIII. Professou em 1741, doutorou-se em theologia na Universidade de Coimbra, ficando sendo oppositor ás cadeiras da mesma faculdade. Fr. Alexandre da Silva era considerado como um dos mais insignes frades da sua ordem, e principalmente no que dizia respeito a philologia; foi um dos autores d'aquelles famosos planos de estudos que as ordens religiosas elaboraram, quando o marquez de Pombal procedeu á reforma da Universidade, e que pelo plano adoptado pelo marquez tiveram de regular-se os collegios que as ordens mantinham em Coimbra. Fr. Alexandre teve o encargo de redigir os *Estatutos para o real collegio da Graça, ordenados segundo as disposições dos Estatutos da nova Universidade*, os quaes se imprimiram em 1774.

Silva *(D. Alvaro da)*. Conego da sé de Coimbra, etc. Era filho do 1.º marquez de Gouveia, e fal. a 20 de janeiro de 1683. Depois de ser conego, fez se religioso capucho, e trocou o nome pelo de Fr. Alvaro de S. Boaventura. Mais tarde foi bispo da Guarda, em 1671, e em 1672 bispo de Coimbra.

Silva *(Antonio da)*. Escriptor. Era filho do dr. Manuel da Silva, desembargador no tempo de Filippe III, de Hespanha, e II de Portugal. Ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Era muito erudito, e escreveu, ou começou a escrever, uma obra intitulada: *União dos reinos e senhorios da monarchia hespanhola*, dividida em 13 capitulos, consagrados cada um d'elles a cada uma das principaes regiões, em que então se dividia a vastissima monarchia hespanhola. Só chegou a completar dois d'esses livros, mas nenhum se publicou. Deixou tambem manuscriptas diversas poesias, e attribue se-lhe a composição do discurso que se fez ao referido monarcha castelhano, quando elle entrou em Evora, e dos disticos e versos que se puzeram nos arcos.

Silva *(Antonio da)*. Ourives de prata e ensaiador da casa da moeda de Lisboa. N. n'esta cidade, onde tambem fal. a 8 de novembro de 1723. Escreveu: *Directorio da prata e ouro, em que se mostram as condições com que se devem lavrar estes dois nobilissimos metaes*, etc., Lisboa, 1720; 2.ª edição, 1721.

Silva *(Antonio da)*. Organista da capella real e compositor. Ignoram se as datas do nascimento e fallecimento, mas ainda vivia em 1817. O seu nome completo era Antonio da Silva Gomes e Oliveira, porque assim se encontra inscripto no livro de entradas da irmandade de Santa Cecilia, em 24 de novembro do 1774. Deixou de pertencer á irmandade em 1803. No anno de 1813, pela sua avançada edade, já estava dispensado do serviço. Foi contrapontista de muito valor e um dos principaes discipulos do professor David Peres. Parece que a sua estreia official como compositor, se realisou em 1778 com a execução d'uma peça dramatica representada na côrte, tendo o respectivo libretto o titulo de *Gioas Re di Ginda*. Escreveu tambem uma missa a 4 vozes e orgão, com a data de 1785. Em 1779 apresentou a musica para uma peça dramatica, *La Galatéa*, que se cantou no theatro regio de Queluz. A partitura existe na Bibliotheca d'Ajuda. Escreveu ainda outra peça dramatica, com o titulo de *Calliroe*, cuja partitura tambem se guardava, na referida bibliotheca. Tambem compoz em 1781 umas ma

tiuas do Coração de Jesus, para a capella real da Bemposta. E' a 5 vozes com orchestra e orgão Ainda existem numerosas composições de Antonio da Silva, na Bibliotheca d'Ajuda, com a data de 1783, uma missa e 3 psalmos, tudo a 4 vozes e orgão, e no archivo da Sé Patriarchal guardam-se as seguintes: *Abertura* para orchestra; *missa* a 4 vozes e orchestra; 5 *missas*, com orgão, sendo 3 d'ellas a 5 vozes; 2 *psalmos* a 5 vozes, 2 *Confiteor* a 5 e a 4; 2 *Lauda Jerusalem*, a 4 vozes e com 5; *Benedictus*, ladaiuhas, etc.

Silva *(Antonio da)*. Mestro de grammatica em Lisboa, que viveu no meado do seculo XVIII. Escreveu: *Historia verdadeira da vida e famosas acções do esforçado, magnanimo e invencivel Bernardo del Carpio, sobrinho d'el rei D. Affonso o Casto, traduzida do castelhano*, Lisboa, 1745; *Historia notavel em que se trata da vida e valorosas obras do animoso cavalleiro andante Lançarote do Lago, extrahida das chronicas francezas*, Lisboa, 1746; *Labyrintho affectuoso fabricado de um enredo tragico pelo odio; novella*, etc., Lisboa, 1750.

Silva *(Antonio Caetano da)*. Pintor de ornatos, discipulo de Feliciano Narciso e seu auxiliar na pintura do tecto da Fundição. Entrou na confraria dos pintores a 30 de maio de 1744, foi secretario da mesa, e falleceu a 7 de maio de 1775.

Silva *(Antonio Arthur Baldaque Pereira da)*. Engenheiro hydrographo. Capitão de mar e guerra. N. a 28 de agosto de 1852. Assentou praça em 17 d'outubro do 1870, sendo promovido a guarda-marinha em 20 de outubro de 1874, a 2.º tenente em 14 d'abril de 1878, a 1.º tenente em 11 do junho de 1884, a capitão-tenente em 2 de julho de 1891, a capitão de fragata em 28 de maio do 1901, passando depois a capitão de mar e guerra. E' official da ordem de Aviz e possue a medalha de prata de comportamento exemplar. Desde 1909 que está ao serviço do ministerio do fomento, como inspector dos serviços aquicolas. Publicou a interessante obra: *Estado actual das pescas em Portugal;* Lisboa, 1892. Publicou tambem: *Sondas e marés*, 1882; *Estudo historico hydrographico sobre a barra e o porto de Lisboa*, 1895.

Silva *(Antonio Diniz da Cruz e)*. Cavalleiro professo na ordem de Aviz, doutor de direito civil pela Universidade de Coimbra, poeta, etc. N. em Lisboa a 4 de julho de 1731, fal. no Rio do Janeiro em 5 de outubro de 1799. Era filho do sargento-mór João da Cruz Lisboa e de D. Eugenia Thereza. Destinado por seus paes á carreira das letras, como então se dizia, mandaram-lhe ensinar por mestres particulares grammatica e latinidade, indo depois frequentar philosophia nas aulas da congregação do Oratorio; fez rapidamente o seu curso de instrucção secundaria, e tinha 16 annos quando se matriculou, em 1747, em direito cesareo na Universidade de Coimbra. Foi n'esta cidade que lhe principiou a alvorecer o engenho poetico, e já em 1750 escreveu dois sonetos que achou dignos de se encorporarem depois na collecção das suas poesias Fez tambem o seu curso regularmente, doutorando-se em 1753. Seguindo a carreira da magistratura, foi despachado juiz de fóra de Castello de Vide a 5 de dezembro de 1759, logar de que tomou posse a 2 de fevereiro de 1760. Antonio Diniz passara algum tempo a ler no desembargo do paço, como então era costume, entregando-se tambem aos seus estudos de jurisprudencia, com dedicação, grangeando reputação de grande jurisconsulto, e a estudos litterarios que o habilitaram a ser um correcto poeta. Parece que era a estes estudos que elle mais cuidadosamente attendia. No conflicto estabelecido a proposito do systema do ensino dos jesuitas, combatido pelo marquez de Pombal e pela congregação do Oratorio, tomou o partido dos modernistas que pretendiam emancipar a educação das frivolidades jesuiticas, e decidido a acompanhar este movimento, pensou em estabelecer em Lisboa uma academia modelada pela Arcadia romana. Tendo communicado este pensamento aos seus companheiros e antigos condiscipulos, Manuel Nicolau Esteves Negrão e Theotonio Gomes de Carvalho, com elles assentou as bases da creação da *Arcadia*, cujo fim consistia principalmente em examinar as obras dos seus confrades com uma critica severa e justa. Agrupados outros elementos que sympathisaram com a ideia, verificou se a primeira reunião em conferencia no dia 19 de julho de 1757 no seu *Monte Menalo*, que foi na Real Casa das Necessidades, principiando a nascente instituição a trabalhar com o maior enthusiasmo. Pouco depois estava consolidada, pertencendo a ella, com nomes pastoris diversos, os homens do maior engenho e cultura que existiam no paiz. Estando em Castello de Vide exercendo o seu cargo de magistrado, mandava de lá as poesias que se liam nas differentes sessões que se realisaram em Lisboa. Nos fins do anno de 1764 foi Antonio Diniz despachado auditor do regimento do Mexia, de guarnição em Elvas, e ali residiu uns poucos d'annos bemquisto e estimado por todos. Succedera por esse tempo em Elvas um caso imprevisto e muito curioso, que lhe inspirou o famoso poema do *Hyssope*, que é um modelo no seu genero. O bispo d'Elvas, D Lourenço de Lencastro, era um homem extremamente orgulhoso, pouco atilado, enfatuadissimo da sua nobreza e das suas prerogativas. Era ao mesmo tempo deão da sé um João Carlos Lara, homem tambem muito orgulhoso, e de cerebro pouco mais desenvolvido que o do bispo. Recusou se o deão a ir offerecer o hyssope nas cerimonias da egreja ao bispo, como era de uso em Elvas, posto que, segundo parece, não fôsse isso conforme com as praxes liturgicas. Levantou se sobre isso grande questão, que tomou o aspecto d'uma contenda grave e seria. O bispo convocou o seu capitulo, e fulminou o deão com um accordão tremendo. O deão appellou, mas o tribunal ecclesiastico de Lisboa confirmou o accordão do capitulo. Profundamente magoado com a final decisão da causa, João Carlos Lara resignou o cargo em seu sobrinho Ignacio Joaquim Alberto de Mattos, e d'ahi a pouco tempo morreu, deixando todos convencidos de que não concorrera pouco para lhe apressar o fim da vida a decisão da contenda. Ignacio Joaquim Alberto de Mattos resolveu, porém, continuar a recusa. O bispo indignado multou-o e reprehendeu o asperamente, mas o deão Mattos, em vez de recorrer para o tribunal ecclesiastico, melhor aconselhado, e diz se até que por conselho do proprio Antonio Diniz, recorreu ao juizo da corôa, expondo lhe n'um requerimento o estado em que as cousas estavam, e as violencias estultas praticadas pelo bispo. Veiu o requerimento a informar ao juiz de

fóra de Elvas, o bispo presentiu e soube ou considerou que se não sairia d'esta vez tão bem como da primeira, e com uma impudencia curiosa, trancou o accordão nos livros do capitulo, e negou tudo, multas, violencias, tudo quanto fizera. Ora n'esse tempo em Elvas havia uma casa que Antonio Diniz frequentava muito, e onde tambem ia ás vezes o novo deão. Era a casa de Francisco José da Silveira Falcato, onde a questão do hyssope fôra causa de grandes risadas. Foi ahi que Ignacio de Mattos appareceu um dia contando a acção verdadeiramente cynica do bispo. Antonio Diniz ouvindo essa curiosa narração escreveu o inspirado poema heroi-comico, immortalisando o caso do hyssope. Apezar do segredo em que se occultou o poema, tiraram se algumas copias, e parece quo alguma d'ellas foi parar ás mãos do iracundo bispo, que desesperado foi a Lisboa queixar-se ao marquez de Pombal, que prometteu castigar o irreverente poeta. Antonio Diniz saiu do Elvas em 1773 ou nos primeiros dias de 1774, assistiu em Lisboa a 20 de janeiro á ultima sessão da Arcadia, o que faz acreditar que deixára então o logar de auditor de Elvas. Despachado desembargador do Rio de Janeiro, partiu para o seu destino em 1776, chegando á capital do Brazil depois de 60 dias d'uma trabalhosa viagem. Foi esse o castigo quo o omnipotente ministro de D. José deu ao autor da admiravel satyra. Antonio Diniz demorou se no Brazil 11 annos, e foi esse o periodo mais fecundo da sua carreira poetica. Sem publicar cousa alguma, porque ha apenas d'elle impressos em sua vida, o Dithyrambo ao marquez de Pombal, uma ode ao conde de Lippe, um epithalamio ao casamento da filha de um seu amigo. Não houve genero que não tentasse n'esse periodo; escreveu odes pindaricas, entre as quaes, a par de algumas de frouxo ou artificial enthusiasmo, avultam outras verdadeiramente admiraveis, como a de Vasco da Gama e a de Duarte Pacheco; escreveu odes anacreonticas em que não foi infeliz, etc. Foi no Brazil que elle compoz as 12 metamorphoses, todas inspiradas pelas maravilhas da natureza brazileira que muitissimo o enthusiasmaram. Foi ali que elle emendou largamente o *Hyssope*. Antonio Diniz tambem se entregou muito no Brazil a estudos scientificos, principalmente a estudos mineralogicos. Com a sua mania de conservar inedito tudo quanto escrevia, nem deu á imprensa 2 grossos volumes *in folio*, que, segundo consta, escreveu sobre a mineralogia brazileira, em resultado das suas digressões frequentes pelo sertão da capitania do Rio de Janeiro e de Minas Geraes. Nomeado desembargador da Supplicação e Casa do Porto em 1787, regressou a Portugal, mas pouco tempo esteve no Porto. Aqui em Lisboa, em 1790, encontrou o seu antigo amigo Falcato, d'Elvas, a quem deu uma copia do seu manuscripto do *Hyssope* com as modificações que lhe fizera no Rio de Janeiro, e foi essa copia que serviu depois para a primeira edição do poema heroi comico. Entretanto descobria se em Minas Geraes aquella futil conspiração em que entravam os poetas Thomaz Antonio Gonzaga, Alvarenga Peixoto, Claudio Manuel da Costa, e muitos outros homens illustrados, conspiração que mais se podia chamar *aspiração*, e tendo-lhe dado vulto, para com isso grangearem importancia, tanto o vice-rei do Brazil como o governador de Minas Geraes, D. Maria I tratou de mandar julgar severamente os criminosos, e como alguns eram juizes, compoz a alçada que d'esses crimes extraordinariamente devia julgar de desembargadores, e um dos escolhidos foi Antonio Diniz da Cruz e Silva. A carta regia de D. Maria I, de 17 de julho de 1790, dirigida ao desembargador Sebastião Xavier de Vasconcellos Coutinho, que fôra nomeado chanceller da Relação do Rio de Janeiro, ordenava lhe que partisse immediatamente para o Brazil, acompanhado dos desembargadores Antonio Gomes Ribeiro e Antonio Diniz da Cruz e Silva, para julgar o crime de rebellião que se perpetrara em Minas Geraes. Comtudo, só em 1791 é que partiu para o Rio de Janeiro a fragata *Golphinho*, que levava a seu bordo a alçada. Foi depois nomeado chanceller da Relação do Rio de Janeiro, cargo que exercia quando falleceu. Obras que se publicaram depois da sua morte: *Poesias de Antonio Diniz da Cruz e Silva, na Arcadia de Lisboa Elpino Nonacriense*, tomo I, 1807; tomo II, 1811; tomo III, 1812; tomo IV, 1814; tomo V, 1815; tomo VI, 1817; *Odes pindaricas de Antonio Diniz da Cruz e Silva, chamado entre os pastores da Arcadia Portugueza Elpino Nonacriense*, Londres, 1820; *O Hyssope*, Londres, 1802; esta edição, feita na realidade em Paris, foi a primeira do celebrado poema; *Nova edição, com variantes, prefacio e notas*, Paris, 1817; *Nova edição, revista, correçta e ampliada de notas*, Paris, 1821. No tempo da invasão franceza em Portugal em 1808, o livreiro Francisco Rolland fez uma edição do *Hyssope* em tudo conforme á de 1802, unica que então existia; porém sendo os francezes expulsos em setembro d'esse anno, os exemplares, se alguns andavam á venda, fôram todos recolhidos, porque o poema era prohibido em Portugal, e só depois de 1833, é que appareceram alguns a publico. Em 1879 o editor lisbonense Castro Irmão publicou uma magnifica edição critica e illustrada do *Hyssope*, dirigida pelo sr. Ramos Coelho (V. *este nome*, no presente vol., pag. 86).

Silva *(Antonio Duarte)*. Coronel de cavallaria. N. no Alemtejo a 17 de dezembro de 1847. Assentou praça a 19 de outubro de 1866, sendo promovido a alferes em 14 de janeiro de 1869, a tenente em 18 d'agosto de 1875, a capitão em 7 de novembro de 1883, a major em 3 d'abril de 1893, a tenente-coronel em 27 de setembro de 1894, e a coronel em 29 de dezembro de 1898. Em 1909 estava collocado na inactividade. Foi commandante effectivo de cavallaria n.º 3, regimento de que era commandante honorario o rei de Inglaterra Eduardo VII, e n'esta qualidade, juntamente com o tenente-coronel, o sr. Alfredo d'Albuquerque, fez parte da missão que em junho de 1902 foi a Londres assistir ás festas da coroação d'aquelle monarcha, representando os dois officiaes o regimento de cavallaria n.º 3. O sr. coronel Antonio Duarte Silva serviu algum tempo no ultramar, onde prestou importantes serviços nas obras publicas. E' commendador e official da ordem de Aviz; commendador da real ordem Victoria de Inglaterra, e cavalleiro commendador da mesma ordem.

Silva *(Antonio José da)*. Bacharel formado em canones pela Universidade de Coimbra, advogado em Lisboa, e celebre poeta comico, a quem alguns teem dado o nome de *Plauto portuguez*. N. no Rio de Janeiro a 28 de maio de 1705, sen-

do filho de João Mendes da Silva, que exercia a advocacia n'aquella cidade, e de sua mulher D. Laura Florença Coutinho. Eram de origem ju daica Em geral, no Brazil, estavam socegados os christãos novos, porque a Inquisição não penetrava ali para não afugentar os povoadores, mas D. João V mandou ordem para que os hebraisantes, que existissem no Brazil, fôssem remettidos para Lisboa para os carceres do Santo Officio No principio de 1713 Lourença Coutinho, accusada por judaismo, veiu para Lisboa acompanhada de seu marido e filhos, sendo d'estes o mais novo Antonio José, que não contava ainda 8 annos de edade. Pouco tempo esteve presa a infeliz senhora, e João Mendes da Silva, que desmanchara a sua banca de advogado no Rio de Ja neiro, não teve remedio senão estabelecer-se em Lisboa, onde logo teve larga clientela. Seu filho Antonio José, terminados os primeiros estudos, foi matricular se em canones na Universidade. Ia já com reputação de grande talento, por que o P. Lourenço Pinto, seu mestre em Lisboa, ficára assombrado com a intelligencia do moço estudante, e já elle poetava n'esse tempo, mostrando se já conhecedor dos mestres da litteratu ra po tugueza. Em Coimbra mais se affirmou a vocação poetica do Antonio José, que se dedica va sobretudo a assumptos comicos. Em 1726 concluiu a sua formatura na referida faculdade, e vindo para Lisboa começou a ajudar o pae nos trabalhos forenses. As suas producções poeticas começaram a circular manuscriptas em Lisboa, e os seus ditos eram tambem repetidos Comtudo, desde a prisão de Lourença Coutinho, era aquella pobre gente apontada como familia de judeus, e a mais leve imprudencia bastaria para excitar as iras do Santo Officio. Provavelmente, foi devido a alguma indiscripção sem importancia, que Antonio José da Silva caiu no poder da Inquisição, sendo preso a 6 de agosto de 1726. O seu talento, porém, creara-lhe amigos poderosos, entre outros Mathias Ramos da Silva Eça e o conde da Ericeira D. Francisco Xavier de Menezes, que d'esta vez conseguiram libertal o, não sem ter sido sujeito á tortura quo lho despedaçou os dedos, mas no dia 13 de outubro d'esso mesmo anno saiu penitenciado, no auto da fé, sendo absolvido depois de ter feito um protesto do fé catholica. Voltou aos seus trabalhos forenses, e procurou dar as maiores provas, que pudesse, de bom e fiel catholico, mas a paixão pelo theatro persesseguia o, e não tinha animo de condemnar as suas peças a jazerem sepultadas no fundo da sua secretaria. A 11 de outubro de 1733 representou-se no theatro do Bairro Alto a sua primeira peça *Historia do grande D. Quixote de La Mancha e do gordo Sancho Pansa*, peça muito engraçada, que obteve grande exito. Era um acto de loucura. Um homem que o povo tratava pela alcunha de *Judeu*, não podia fazer peças e mórmente co medias, sobretudo no reinado de D. João V. As suas allusões forçosamente haviam de ferir alguem, que se vingaria decerto, estranhando quo se consentisse a um judeu andar assim a rir-se de bons e fieis christãos. As victimas das suas satyras, os seus confrades menos felizes do que elle na scena, os seus rivaes, os invejosos, todos haviam de conjurar se contra elle. Um novo facto veiu dar novas armas aos seus inimigos. A 20 do mez de março de 1731 Antonio José da Silva casou com Leonor Maria de Carvalho, descendente de familia hebraica, e que já em 1727 saíra tambem n'um auto da fé em Valladolid. absolvida, depois de confessar as suas culpas e de se mostrar arrependida, pela inquisição hespanhola. O judaismo estava cada vez mais demonstrado. A segunda peça de Antonio José, a *Esopaida*, foi representada em 1734; teve successo, mas a terceira, *Os Encantos de Medea*, é que alcançou um verdadeiro triumpho, uma ovação estrepitosa. Representou se pela primeira vez em maio de 1735. Em junho d'esse anno morreu seu pae, mas Antonio José, tendo conservado o escriptorio e a clientela, continuou a advogar e com grande exite, não deixando, porém, de escrever para o theatro. Em maio de 1736 representou se a nova comedia *O Amphytrião*, e ali é que os inimigos fa rejaram allusões para poderem perder o malaven turado poeta. Antonio José, porém, não dava já ouvidos á prudencia. Inebriado pelos seus contínuos successos theatraes, escrevia peças sobre peças, e cada vez mais se expunha aos ataques dos inimigos. Em novembro de 1736 fez representar *O Labyrinto de Creta*, no carnaval de 1737 pôz em scena as *Guerras de alecrim e mangerona*, e deu logo para ensaios as *Variedades de Proteu*. Mas no entretanto entrava lhe a desgraça em casa. Ainda em 1737 se representaram as *Variedades de Proteu*, mas já com alterações feitas pela censura a requerimento do inquisidor geral. A Inquisição não podia tolerar, que se applaudissem e obtivessem triumphos as *operas do judeu*, e os rivaes infelizes, aquelles cujas peças afugentavam o publico do theatro, achavam tambem essa popularidade indecente e perigosa. Antonio José, em vez de se retrair, continuava a procurar o perigo. Seguiu se o *Precipicio de Phaetonte*. Quando esta peça, porém, estava a ensaios, bateram os familiares á porta da casa de Antonio José, e levaram-n'o preso a elle, sua velha mãe Lourença Coutinho e sua mulher Leonor Maria de Carvalho. Ficava-lhes cá fóra aos dois conjuges uma creancinha de 2 annos. A base da accusação fôra o depoimento de uma velha escrava, que não percebera provavelmente o alcance das respos tas que dava ás perguntas capciosas dos inquisi dores. O processo correu, mas apezar dos protestos do poeta, e das muitas testemunhas de defeza, e entre ellas religiosos graves de differentes ordens, até da de S. Domingos, que affiançavam o seu zelo religioso, a sua exacção no cumprimen tos dos preceitos da egreja, nada valeu ao infeliz poeta, que já antecipadamente estava condemnado. Não se podia permittir que criticasse livremente os ridiculos e os vicios dos bons catholicos um homem que o proprio povo denominava *O Judeu*. Esse é que era o crime que não se podia deixar impune. O processo encerrou-se a 11 de março de 1739, e logo n'esse dia foi Antonio José condemnado á morte, e relaxado para isso ao braço secular, mas a sentença foi occulta, e Antonio José, sua mulher e sua mãe ainda estiveram presos, até que a 16 de outubro lhes foi lida a sentença, que condemnava Lourença Coutinho e Leonor de Carvalho a soffrerem a pena de prisão a arbitrio, Antonio José a ser relaxado ao braço secular, e por conseguinte queimado. Saíram no auto da fé celebrado a 18 de outubro, e depois Antonio José foi recolhido ao tribunal da Relação, sua mulher e sua mãe voltaram para o carcere inquisi-

torial. No dia seguinte, 19 de outubro de 1739, morreu o maior poeta comico portuguez, depois de Gil Vicente, barbaramente queimado nas fogueiras do Campo da Lã, tendo apenas 34 annos de edade. As obras impressas de Antonio José da Silva são as seguintes: *Labyrinto de Creta*, 1736; *As Variedades de Proteu*, 1737; *Guerras de Alecrim e Mangerona*, 1737; *Glosa ao soneto de Camões «Alma minha gentil»*, etc., composta em nome de Portugal, que exprime o seu sentimento pela morte da infanta D. Francisca. Depois da sua morte reimprimiram-se as citadas peças, e juntamente: a *Vida de D. Quixote*, a *Esopaida*, o *Precipicio de Phaetonte*, o *Amphytrião*, os *Encantos de Medéa*, e formando todas 2 volumes com o titulo de *Theatro Comico Portuguez*. Fizeram se novas edições em 1747, 1753, 1759 e 1787. O barão de Santo Angelo descobriu na Bibliotheca Nacional de Lisboa em 1860, uma obra manuscripta de Antonio José da Silva, de que tambem existe uma copia na Bibliotheca da Academia das Sciencias, a qual se intitula: *Obras do diabinho da mão furada, para espelho de seus enganos e desenganos de seus arbitrios; palestra moral e profana onde o curioso aprende para o divertimento dictames, e para o passatempo recreios, obra inedita de Antonio José da Silva, natural do Rio de Janeiro.* Foi reproduzida na *Revista Brazileira*, tomo III e IV. A triste sorte de Antonio José inspirou ao poeta brazileiro Domingos José Gonçalves de Magalhães um drama, com o titulo de *Antonio José*, e a Camillo um romance em 2 volumes, *O Judeu*.

Silva *(Antonio José da)*. Conego e director do cabido da sé de Coimbra e vice-reitor do seminario. N. em Aucião em 1835, fal. em Coimbra a 5 de maio de 1905. Foi prefeito e secretario do seminario, prior da freguezia de Louriçal, uma das mais rendosas do bispado, exercendo o cargo de vice-reitor do mesmo seminario, desde a morte do arcediago Gaspar de Frias Eça Ribeiro. Muitos annos tambem foi arcediago da sé de Coimbra, sendo depois nomeado conego e director do cabido, dirigindo o bispado na ausencia do bispo conde, que n'elle depositava a maior confiança. Era professor de geographia no seminario, e residia na sua vivenda das Alpenduradas, onde falleceu. Foi amigo particular e muito valioso do conselheiro João Franco. Tambem em tempo exerceu o cargo de ministro veneravel da Ordem Terceira, de Coimbra.

Silva *(Antonio Manuel Polycarpo da)*. Livreiro editor estabelecido em Lisboa durante muitos annos, com loja no Terreiro do Paço, debaixo da arcada da Camara Municipal, que então estava, onde hoje se vê o ministerio do Interior. Com o seu nome publicou um livro intitulado: *Leituras uteis e divertidas, traduzidas em vulgar*; é uma obra em 4 volumes com gravuras, e que se reimprimiu em 1819; contem diversas novellas. Tambem foi editor d'uma publicação periodica, *Variedades*, de que era redactor D. Antonio da Visitação Freire de Carvalho.

Silva *(Antonio Maria da)*. Engenheiro, administrador geral dos correios e telegraphos, e secretario do ministerio do Fomento, de cuja pasta foi ministro em 1913. Nasceu em Lisboa a 26 de maio de 1872, sendo filho de Antonio Maria da Silva e de D. Maria da Luz Marques da Silva. Concluiu no anno lectivo de 1891-1892 o curso da Escola Polytechnica, preparatorio de engenheiro, matriculando-se na Escola do Exercito no de engenheiro de minas, obtendo a classificação de distincto na maioria das cadeiras. Precedendo concurso foi nomeado em 1895 engenheiro ajudante da Companhia de Minas, indo prestar serviço na circumscripção mineira do norte e collocado mais tarde na do sul, desempenhando o cargo de chefe de secção. Promovido a subalterno do 2.ª classe em dezembro de 1901, passou á 1.ª classe em agosto de 1910. Pertence á *Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes*, tendo feito parte da direcção em 1904 e 1905. E' socio da Sociedade de Geographia, tendo secretariado mais d'uma vez as secções de engenharia e communicações terrestres e geologia e minas. Em 1911 foi eleito presidente da Sociedade Propaganda de Portugal. Tomou parte activa na proparação do mallogrado movimento revolucionario de 28 de janeiro de 1908. Foi elle que se encarregou do serviço de telephones e telegraphos do Estado, tanto civis como militares, marcando n'elles os cortes que julgou indispensaveis. Foi tambem incumbido da inspecção da artilharia civil, que ficou á sua guarda e dos commerciantes Neves e Martins Cardoso. A officina ou laboratorio estabeleceu se na calçada de S. Francisco. Tambem foi Antonio Maria da Silva quem estabeleceu o plano de ataque aos quarteis da guarda municipal nomeando os grupos, instruindo os, levantando plantas, etc. Em 28 de janeiro juntamente com o professor Ferrão distribuiu armamento e bombas aos revolucionarios, que trabalhavam muito perto do quartel do Carmo, n'uma pequena loja de funilaria da calçada do Sacramento. Em 1908 foi iniciado na *Loja da Solidariedade do Gremio Lusitano*, e em setembro d'esse anno entrou para a *Carbonaria portugueza*, sendo eleito pela *Venda Joven Portugal*, por fazer parte do *comité* da *Alta Venda*, datando d'essa epoca os trabalhos mais importantes e activos da agremiação. Juntamente com Candido dos Reis, Miguel Bombarda, Machado Santos, Simões Raposo, Monteiro Cardoso e José Cordeiro Junior, pertenceu á junta revolucionaria que iniciou o movimento de 5 do outubro de 1910. Em fevereiro de 1909, Antonio Maria da Silva foi preso como suspeito na rua de S. Bernardo, acompanhando-o o conductor de minas Assumpção Pereira. Conduzidos á esquadra do Rato, fôram levados para o governo civil, onde estiveram apenas algumas horas. Collaborou nas *Instituições christãs*, Coimbra, 1885. Na manhã de 5 de outubro, achava-se na Rotunda, quando ali appareceu, precedido da bandeira branca e acompanhado por uma escolta o encarregado dos negocios da Allemanha, portador d'uma carta do general Gorjão, commandante da divisão. N'essa carta o general dizia que o diplomata ia negociar um armisticio d'uma hora para dar tempo a que as familias estrangeiras abandonassem a cidade. Observando-se a situação das tropas, foi dito ao encarregado de negocios que o armisticio era impossivel porque a força estava ao lado dos revolucionarios, e que portanto o general de divisão se rendesse, respondendo o diplomata que se o armisticio não fôsse concedido, o seu paiz interviria na contenda. Afinal a escolta do parlamentario adheriu aos revolucionarios, sendo preciso que alguns populares a cavallo lhe protegessem a retirada do acampamento. Depois da revolução, Antonio

Maria da Silva fez parte da commissão de syndicancia á Casa da Moeda e aos serviços ferro viarios do Minho e Douro. Foi tambem nomeado, sem vencimento, commissario da Republica, junto da Companhia dos Tabacos, director geral da Estatistica e dos Proprios Nacionaes, passando d'este cargo para o de administrador geral dos correios e telegraphos por decreto de maio de 1911. As commissões municipaes e parochiaes de Silves o elegeram por acclamação para seu deputado ás constituintes. Antonio Maria da Silva foi collaborador do livro *Notas sobre Portugal* (exposição nacional do Rio de Janeiro de 1908), com a memoria *Nascentes termo-mineraes* e a *Carta das estancias mineraes de Lisboa.*

Silva *(P. Antonio Marques da).* Religioso da ordem de S. Domingos. mas até 1821 ou 1824, em que se tornou presbytero secular. Foi depois official bibliographo da Bibliotheca Nacional de Lisboa, em cujo exercicio falleceu em 1845, contando pouco mais ou menos, 54 annos de edade. Era bom humanista, e dotado d'alguma propensão para a poesia. Em 1813 imprimiu o opusculo: *Erros de concordancia do relativo «Cujo» demonstrados e emendados.* No *Mosaico* publicou 2 sonetos no tomo I, pag. 256, no *Pantologo* escreveu alguns artigos *communicados* ácerca de pontos grammaticaes no anno de 1844, a pag. 22, 63, 87, 95, 126, 167 e 176.

Silva *(Antonio de Moraes).* Distincto lexicographo. N. no Rio de Janeiro entre os annos de 1756 e 1758; fal. na cidade de Recife a 11 d'abril de 1824. Depois de estudar preparatorios na sua patria, veiu matricular-se na Universidade de Coimbra, onde tomou o grau de bacharel em leis. Tencionava seguir a carreira da magistratura, mas depois da morte do marquez de Pombal, o Santo Officio recuperára algum prestigio e força e as perseguições por motivos religiosos recomeçaram. Antonio de Moraes, já perseguido ou receando perseguições, emigrou como tantos homens illustres d'esse tempo, partindo para Londres, sendo ali bem acolhido e protegido até por Luiz Pinto de Sousa Coutinho, homem illustrado que então era nosso ministro em Londres, tendo mais tarde o titulo de visconde de Balsemão. No tempo que se conservou n'aquella cidade, Moraes dedicou se a profundos estudos philologicos a que já anteriormente se entregára, e foi n'esse periodo que traduziu do inglez a *Historia de Portugal*, que fôra escripta n'aquella lingua por uma sociedade de litteratos; e do francez as *Recreações d'um homem sensivel*, e que adiantou bastante o seu *Diccionario.* Foi á protecção de Luiz Pinto que Antonio de Moraes deveu poder voltar a Portugal sem perigo de novas perseguições, parece que em 1788. Entrando de novo na carreira da magistratura, que tivera de abandonar, obteve ser despachado para o Brazil, e tempos depois entrou como desembargador na Relação da Bahia. Tendo, porém, um conflicto com o chanceller da Relação, resignou o logar, e retirou se para Pernambuco, onde adquiriu algumas propriedades, entre as quaes se contava um engenho chamado o *Engenho novo da Miribeca*, e ali foi viver, entregando se, juntamente com os trabalhos agricolas, aos seus antigos e predilectos estudos philologicos, o acabando de escrever o seu *Epitome da grammatica portugueza.* O engenho comprou-o a 15 de julho de 1802, e por esse tempo recebeu a patente de capitão-mór do Recife. Assim vivia retirado e venerado pelos seus patricios, quando, sendo elle já sexagenario, rebentou a revolução republicana do anno de 1817 em Pernambuco. Os revolucionarios entenderam, que deviam prestar-lhe uma homenagem e dar ao mesmo tempo umas certas garantias de ordem aos que assustassem com o seu movimento insurgente, e deliberaram por isso nomear membro do governo Antonio de Moraes e Silva Surprehendeu-se com a noticia o lexicographo, e veiu a Olinda unica e exclusivamente para agradecer e recusar, porque, ainda que sympathisasse com a revolução, o que não é provavel, nunca se mettera em politica, nem já agora na sua edade se queria metter Retirou-se logo depois para o seu engenho, onde morreu bastante esquecido pelos seus patricios. Bibliographia: *Diccionario da Lingua Portugueza*, Lisboa, 1789; 2 tomos; *Segunda edição correcta e augmentada*, Lisboa, 1813; 2 tomos; 3.ª edição, 1823; 2 tomos; ampliada e dirigida por Pedro José de Figueiredo, que, segundo dizem, lhe accrescentou 5 a 6 mil artigos; 4.ª edição, 1831; 2 tomos; accrescentada e correcta por Theotonio José de Oliveira Velho, que em parte se guiou pelos apontamentos de Moraes, fallecido poucos annos antes; 5.ª edição, 1844, 2 tomos: esta edição foi notavelmente alterada, o para ella forneceu numerosos artigos, segundo se diz, o P. Antonio de Castro, saindo, porém, incorrectissima, porque o dr. Damaso Monteiro, que a dirigia, não hesitou em riscar definições de Moraes para as substituir por definições de Constancio, mas reviu a edição com tanta negligencia que teve de fazer 480 erratas, ficando ainda muitos erros por emendar. A 6.ª edição foi feita em 1858. Saiu muito melhorada, porque não só se corrigiram as incorrecções do dr. Damaso, mas aproveitaram se muitas emendas e as addições feitas pelo erudito philologo Agostinho de Mendonça Falcão. A 7.ª edição, publicou-se ás cadernetas, começando a sair a 17 de fevereiro de 1877, terminando a 7 de dezembro de 1878. Foi encarregado da revisão e da direcção superior do *Diccionario* o erudito philologo Francisco Adolpho Coelho; ainda houve depois 8.ª edição, em 1890; *Historia de Portugal, composta em inglez por uma sociedade de litteratos, trasladada em vulgar com as addições da versão franceza, e notas do traductor portuguez*, Lisboa, 1788; 3 tomos; reimprimiu se com addittamentos, em 1802, 4 tomos, (a parte que n'esta diz respeito ao reinado de D. Maria I, foi composta expressamente pelo P. José Agostinho de Macedo); *Epitome da Grammatica da Lingua Portugueza*, Lisboa, 1806; *Recreações do homem sensivel, ou collecção de exemplos verdadeiros e patheticos, nos quaes se dá um curso de moral pratica, conforme as maximas da sã philosophia, traduzido de Mr. Arnaud*, Lisboa, 1786 a 1792, 5 tomos; 2.ª edição, 1821.

Silva *(Armando da).* Jornalista. N. na ilha de S. Miguel em 1871, fal. em Lisboa a 17 de setembro de 1910 Era filho de José Julio da Fonseca Costa e Silva, funccionario da camara municipal de Lisboa, e de D. Clarinda Virginia Amelia da Silva. Veiu para Lisboa aos 14 annos de edade, e pouco depois entrou no jornalismo. Foi redactor do *Correio da Noite*, do *Progresso*, *Commercio de Portugal*; redactor e secretario das *Novidades*, com Barbosa Collen e Emydio Navarro, director do

Jornal da Noite, e collaborou no *Seculo*, *Economista portuguez*, *Folha do Povo*, *Illustração Portugueza*, *Serões*, etc. Foi correspondente d'alguns jornaes do Porto e das ilhas. Foi director do Aquario de Algés e escreveu sobre *Oceanographia* um voluminho da collecção *Bibliotheca do Povo e das Escolas*. Havia casado com D. Maria d'Assumpção da Fonseca Costa e Silva.

Silva *(Augusto José da)*. Funccionario superior das alfandegas. N. em Ancião a 7 de julho de 1850. E' formado pela Escola Medica de Coimbra, onde concluiu o curso em 1873, recebendo durante o curso diplomas muito honrosos. Em 1883, por decreto de 23 de outubro, foi nomeado sub-chefe da fiscalisação maritima da alfandega de Lisboa, e houve-se com tanta proficiencia e zelo, prestando serviços tão importantes, que em 1886 teve a nomeação de chefe do serviço da mesma casa fiscal, sendo-lhe conferida a carta de conselho em reconhecimento dos seus notaveis talentos e aptidões. Em 29 de agosto d'esse anno foi chamado para fazer parte da commissão encarregada de escolher local para o entreposto commercial livre de Lisboa e formular regulamentos fiscaes do referido serviço, trabalhos em que mais uma vez affirmou a sua elevada competencia e o vasto conhecimento da nossa legislação aduaneira. Por portaria de 11 de dezembro de 1899 foi nomeado para ir ao estrangeiro colher elementos que servissem de bases á remodelação geral do expediente das alfandegas portuguezas, e em especial do funccionamento dos armazens geraes, fazendo parte como membro e presidente de muitas outras commissões de serviço. Foi depois nomeado director da alfandega em 29 de dezembro do referido anno.

Silva *(Augusto Luso da)*. V. *Luso da Silva*.

Silva *(Ayres da)*. V. *Ayres da Silva*.

Silva *(D. Ayres da)*. Doutor em philosophia e theologia pela Universidade de Coimbra, etc. Era natural de Lisboa, sendo filho de Ruy Pereira da Silva, guarda mór do principe D. João, filho de D. João III. Cursou a faculdade de philosophia, em que se doutorou em 1557. Em 1563 foi nomeado reitor do collegio de S. Paulo, sendo elle o primeiro que exerceu esse cargo. Em 19 de novembro de 1564 teve a nomeação de reitor da Universidade, e tendo sido feita sem a intervenção da Universidade, levantou reparos da parte do claustro. Tomou posse do cargo a 10 de dezembro. Era estudante theologo, vindo a doutorar-se n'esta faculdade a 27 de julho de 1567. O seu governo estendeu se até 23 de dezembro de 1569. Foi depois prior em Villa Flôr e mais tarde bispo do Porto, e exercendo esta elevada dignidade foi nomeado reformador e visitador da Universidade em 20 de junho de 1573. Quando era reitor, conseguiu que o governo de D. Sebastião creasse em Coimbra 30 pensões para estudantes pobres, que quizessem estudar medicina. Acompanhou o referido monarcha a Africa, e morreu na batalha d'Alcacer-Kibir em agosto de 1578.

Silva *(Ayres Antonio da)*. Instrumentista e compositor. N. em Lisboa a 15 d'abril de 1700, mas ignora se a data do fallecimento. Era filho de D. Manuel Pereira Coutinho e do D. Maria Thereza da Silva e Tavora. Tinha apenas 7 annos de edade quando, revelando grande tendencia para a musica, principiou a aprender esta arte, consagrando-se especialmente ao estudo da rabeca, rabecão, flauta e violeta. O seu gosto pela musica não o impediu de tambem se applicar ao cultivo das sciencias severas, como então se dizia. Frequentou os estudos superiores na Congregação do Oratorio, e formou-se em Coimbra, onde recebeu o grau de bacharel em artes. Em 1723 saiu de Portugal, visitou Paris, Alcalá e Valladolid, levado pelo ardente desejo de saber. Era cavalleiro professo da ordem do Christo. Escreveu diversas missas, ladainhas, *Te-Deuns*, etc.

Silva *(Bartholomeu Bueno da)*. Natural do Paranahyba, filho de Francisco Bueno, e fallecido em fins do seculo XVII. Em 1682 entrou pelo sertão, chegou até ao territorio habitado pelos indios goyazes, onde descobriu ricas minas de ouro, e regressou a S. Paulo, levando muitos indios que aprisionara, e grande quantidade de ouro. Foi appellidado *Anhaguera* (Diabo velho), porque usava deitar fogo ao aguardente ameaçando assim incendiar os rios do sertão, caso os indios não quizessem submetter-se ao seu dominio.

Silva *(Bartholomeu Bueno da)*. Notavel sertanista, filho do antecedente. N. em Paranabyba em 1670, e fal. no arraial da Barra, estado de Goyazes, a 19 de setembro de 1740. Aos 13 annos acompanhou seu pae nas expedições ao sertão, e em 1722 partiu á frente d'uma bandeira para descobrir o domicilio da tribu Goyaz, onde havia muito ouro. Teve, porém, de voltar a S. Paulo, sem poder encontrar o logar que procurava com o mais vivo interesse, depois de haver vagueado durante 3 annos pelo interior da capitania. Em 1725 partiu á frente da nova expedição, e no fim de 6 mezes de viagem chegou ao termo dos seus desejos. Fundou o arraial de Sant'Anna, hoje capital do estado de Goyaz, e o arraial da Barra que recebeu o nome do Conceição, desenvolveu se muito rapidamente, graças á emigração dos habitantes da comarca da Boa Vista, desgostosos com a attitude do governo, o que por mais de 3 annos peranto a revolução ensanguentou essa infeliz comarca do norte.

Silva *(D. Basilio da)*. Conego regrante de Santo Agostinho. N. em Coimbra em 1497, e fal. em 1597. Foi prior de Villa do Bispo, depois vestiu a murça de conego. Foi tambem prior dos conventos de Grijó e de Villa Nova, e por duas vezes geral da sua congregação, em 1561 e 1572. Foi elle quem mandou construir o orgão da egreja de Santa Cruz, de Coimbra, pelo afamado fabricante Heitor Lobo. Fal. na respeitavel edade de 100 annos, e deixou manuscripto um *Tratado de orações e soliloquios*, etc.

Silva *(Fr. Bernardino da)*. Monge da ordem de S. Bernardo, doutor em theologia pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Lisboa em 1569 ou 1570, fal. em Alcobaça a 8 de fevereiro de 1641. Professou no convento d'Alcobaça em 1585. Foi mestre no convento de Ceiça, e doutorou-se em 1622. Exerceu na sua ordem os cargos de procurador geral, confessor das freiras de Arouca, abbade do convento d'Odivellas, prior d'Alcobaça, e definidor. Parece ser amigo de Fr. Bernardo de Brito, porque vendo a obra d'este escriptor, *Monarchia Lusitana*, vehemente censurada por Diogo de Paiva de Andrada, no *Exame de antiguidades*, saiu em sua defeza, publicando em Coimbra no anno de 1620 a primeira parte, e em 1627 a segunda da sua *Defensão da Monarchia Lusita-*

na Deixou manuscripta uma obra, *Polyanthéa*, que estava já prompta para a impressão, quando o autor morreu

Silva *(Bernardino Martins da)*. Jornalista muito apreciado. N. em Lisboa em 1803, onde tambem fal. a 19 de julho de 1875. Pouco se conhece dos primeiros annos da sua vida. Era um excentrico e muito espirituoso; trabalhava muito, não sendo dos mais felizes nas suas especulações, e depois de ter tomado parte em todo o grande movimento liberal, depois de ter combatido com a espingarda ás costas pela causa da liberdade, morreu pobre e sem emprego. Em 1835 ou 1836 estreou-se no jornalismo, collaborando então no *Diario do Povo* e no *Nacional*, defendendo as ideias avançadas dos que se chamaram depois se tembristas. Em 1838 foi como secretario da legação portugueza para Paris Começou então a metter-se em emprezas industriaes, já então com pouca felicidade, e alguns haveres que grangeára, perdeu-os completamente n'um negocio de porcelanas. Voltando a Portugal, e não podendo proseguir na carreira publica por ser adversario intransigente dos cartistas, lançou se nas conspirações, em todo esse movimento ardente da politica revolucionaria d'esse tempo. Bernardino Martins e Antonio Rodrigues Sampaio fôram os dois grandes jornalistas da revolução, este o latego, aquelle o escalpello. Em ordem inferior, Bernardino Martins, não prestou menos serviços á causa democratica do que Sampaio. O *Espectro* era terrivel, mas o *Supplemento burlesco* do *Patriota*, redigido por Bernardino Martins, com uma *verve* inexhaurivel, era tão flagelador pelo ridiculo como o *Espectro* pela vehemencia, e era mais incoercivel porque a allusão satyrica escapa se mais facilmente á perseguição do que a apostrophe directa. Bernardino Martins, comtudo, foi perseguido, e teve tambem como Sampaio de se esconder, de procurar fugir por todos os modos á activa e implacavel policia do conde de Thomar. O *Supplemento burlesco* principiou a saii a 12 de agosto de 1847. Tinha uma estampa lithographada de caricaturas, e era quasi todo escripto por Bernardino Martins O governo quiz supprimil-o, allegando que, apezar de se dizer *Supplemento* do *Patriota*, era impresso em formato differente, e tinha numeração propria. Passou então desde os fins de janeiro de 1848 a ser um verdadeiro supplemento, sempre com o mesmo feitio humoristico e satyrico até 9 d'abril de 1853, dia em que terminou. Nunca mais voltou Bernardino Martins a ser jornalista effectivo, e tornou a lançar se na vida das especulações industriaes. Ficou conhecido pelo Martins do *Burlesco*, da mesma fórma que Sampaio sempre foi o Sampaio da *Revolução*. Sendo muito affecto ao marechal Saldanha, principalmente no ultimo periodo da sua vida, Bernardino Martins tomou parte activa nas empresas do caminho de ferro de Larmanjat. Nos ultimos annos da sua vida, tornou a escrever para os jornaes, mas quasi sempre anonymamente; escreveu uns folhetins no *Diario de Noticias* assignados com as iniciaes *B. M da S*, e outros no *Diario Illustrado*, muito engraçados quasi todos, firmados com o pseudonymo de *Valparaiso*.

Silva *(Carlos)*. Professor de calligraphia em varios estabelecimentos de instrucção, sendo um dos mais illustres entre os da sua arte, distinguindo se como um dedicado propagandista da instrucção, ao lado de Silva e Albuquerque, Simões Raposo, Caldas Aulete, Filippe Leite, e muitos outros. No magisterio occupou sempre um logar proeminente pela sua vasta illustração e pela superioridade do seu caracter. Fal. em maio de 1900. Escreveu e publicou os seguintes opusculos: *Theoria da escripta simplificada e intelligivel, contando as principaes regras para a formação da letra ingleza*, Lisboa, 1853; *O Paleographo em escala calligraphica; manuscripto adoptado nos principaes collegios da capital e das provincias*, etc., Lisboa, 1861, parece que é esta a data da 1.ª edição, a que seguiram outras, publicando se em 1870 a 12.ª; *O Preceptor da infancia, regras de civilidade para as meninas; compendio approvado pelo Conselho de Instrucção Publica*, Lisboa, 1866; *Codigo infantil; regras de civilidade para as meninas. compendio para uso dos collegios*, Lisboa, 1867; *O segundo e novo paleographo, em escala caligraphica; leitura manuscripta*, Lisboa, 1869.

Silva *(Carlos Bento da)*. Estadista. N em Lisboa no anno de 1812, onde tambem fal. em 1891, sendo filho de Roberto da Silva e de D. Maria do Patrocinio da Silva. Era bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra. Começou a sua vida publica, sendo nomeado amanuense na secretaria da fazenda por decreto de 21 d'agosto de 1833. Dedicando-se ao jornalismo, foi em 1840 um dos redactores do *Portuguez*, e redigiu, em 1843 e 1844, o *Diario do Governo*, quando esta folha continha artigos de polemica quotidiana em sustentação e defeza dos actos do governo. Collaborou depois em diversos jornaes politicos. Foi deputado pela primeira vez em 1842, pelo Douro, e reeleito em 1846, representando em côrtes em successivas legislaturas os circulos da Beira Alta, Vianna do Castello, Feira, Lisboa, Macieira de Cambra, e Arouca, sendo nomeado conselheiro de Estado effectivo em 1871, e elevado ao pariato por carta regia de 16 de maio de 1874, tomando a posse 23 de janeiro de 1875. Foi official da secretaria da fazenda, servindo em commissão na dos estrangeiros des de 1852 Em 1855 fez parte do ministerio, desde março d'esse anno até março de 1859, encarregando-se da pasta das obras publicas; de 1860 a 1862, ministro da marinha; novamente das obras publicas em 1865, da fazenda em 1868, dos estrangeiros em outubro d'esse anno; das obras publicas em 1870, da instrucção publica, dos estrangeiros e da fazenda, como interino em todas estas pastas no mesmo anno de 1870; da fazenda em 1871, das obras publicas, n'esse mesmo anno; e da fazenda em 1877. Dos seus numerosos discursos proferidos nas duas casas do parlamento, e que andam publicados nos *Diarios* das camaras, se fôssem todos reunidos em collecção, formariam alguns volumes. Carlos Bento da Silva era ministro, quando o governo mandou suspender as conferencias do antigo Casino Lisbonense, o que deu logar a uma grande discussão na imprensa, e a artigos humoristicos insertos nas *Farpas*, publicação que se occupou muito d'este estadista, crivando o de ironias.

Silva *(Cesar da)*. V. *Cesar da Silva (Alfredo Augusto)*.

Silva *(Daniel Augusto da)*. Bacharel formado em mathematica pela Universidade de Coimbra, lente da Escola Naval, 1.º tenente da Arma-

da, socio de merito da Academia Real das Sciencias, membro do Instituto de Coimbra, etc. N. em Lisboa a 16 de maio de 1814, onde tambem fal a 6 de outubro de 1878 Era filho de Roberto José da Silva e de D. Maria Patrocinio e Silva De dicado desde a infancia aos estudos precisos para a carreira scientifica, percorreu os diversos estudos com distincção, obtendo sempre premios, já na Academia de marinha, já na Universidade, onde recebeu o grau de bacharel em mathematica Entrando na carreira maritima, assentando praça na companhia de guardas marinhas em 28 de agosto de 1833, seguiu diversos postos, até que afinal se reformou em capitão de fragata a 31 de dezembro de 1868. Foi nomeado lente substituto para a 1.ª e 2.ª cadeira da Escola Naval em 27 de maio de 1845, e lente proprietario da 3.ª cadeira em 31 de agosto de 1848, a qual sempre regeu com a proficiencia que o distinguia, sendo jubilado em 20 de outubro de 1865. Eleito socio correspondente da Academia Real das Sciencias em 19 de junho de 1850, passou á classe de socio livre em 19 de fevereiro de 1851 e á de socio effectivo em 27 de janeiro de 1852. Começou desde logo a desempenhar se dos encargos que esta eleição lhe impunha, trabalhando na resolução de problemas mathematicos da mais alta importancia. Depois de haver traduzido do alemão e annotado as *Recordações do anno de 1812, do principe Licknowsky* que publicou em 1844, apresentou varias memorias á Academia, as quaes são as seguintes: *Memoria sobre a rotação das forças em torno dos pontos de applicação*, que em 1851 saiu no tomo III, parte I das *Memorias da Academia*, 2.ª serie; *Propriedades geraes e resolução directa das congruencias binomias*, memoria impressa em 1854, tendo saido tambem no tomo I, parte I das referidas *Memorias*, nova serie, classe I; *Da transformação e reducção dos binarios*, impressa em 1856, e no tomo III, parte II, das referidas *Memorias*, 2.ª serie. Desde 1852 que uma pertinaz doença afastava das lides scientificas aquella intelligencia robusta, e então em 1858 foi proposto á Academia para ser socio de merito, sendo effectivamente assim declarado em 20 de janeiro de 1859. No parecer que approvava essa proposta, fôram classificados como trabalhos de primeira ordem os que o illustre mathematico havia até ali apresentado, lastimando se a fatal doença que impediu que aquelle brilhante astro academico percorresse a sua orbita, que se augurara de immensa extensão. Comtudo, como ainda depois vieram algumas melhoras impedir o curso d'uma doença, que parecia fatal, Daniel Augusto da Silva animou se a trabalhar, e ainda apresentou uma *Nota sobre alguns theoremas novos de statica*, que se imprimiu no *Jornal das Sciencias Mathematicas, publicado sob os auspicios da Academia n.º 1.º*, 1866, de pag. 1 a 5. No entretanto, o seu genio tenaz e o seu temperamento nervoso não o deixavam estar inactivo, e assim quando se trataram questões do *Monte pio Geral*, *Montepio Official*, e outras correlectivas, publicou uns artigos substanciosos, e trabalhos notaveis, que se pôdem ler no referido jornal da Academia, e no *Jornal do Commercio* de 1867. Aggravando se mais tarde a terrivel enfermidade, veiu a fallecer alguns annos depois. Daniel Augusto da Silva foi agraciado com a commenda da ordem de S. Thiago, em abril de 1869, consta, porém, que recusara esta mercê. Era socio de varias corporações scientificas.

Silva *(Diogo da)*. Alcaide-mór de Lagos, regedor das justiças e embaixador no concilio de Trento. Fal a 26 de setembro de 1556.

Silva *(D. Fr. Diogo da)*. O 1.º inquisidor-mór que houve em Portugal, que por um singular acaso estava bem longe de servir de modelo aos fanaticos ou aos hypocritas que lhe succederam, posto que se deixasse ainda levar pelos seus conselheiros a praticar alguns actos, que destôam da sua habitual cordura N. na Aldeia Nova do Cabo, em 1485, e fal. em dezembro de 1541. Era filho de João Gomes da Silva e de Beatriz Barreiros de Oliveira. Depois de frequentar os estudos menores, foi a Coimbra doutorar se em jurisprudencia, e D. João III o nomeou seu conselheiro e desembargador dos aggravos, mas de subito, seduzido pela fascinação do claustro que actuava vivamente nos animos de todos no seculo XVI, abandonou os empregos e honrarias que tinha no seculo, para vestir o habito modesto do frade minimo, de religioso franciscano da provincia da Piedade. Não o abandonou n'essa carreira o regio favor, e Fr. Diogo da Silva passou a ser confessor do rei. Em 1531, quando principiavam as longas negociações entre Portugal e a curia romana para se alcançar a creação do tribunal do Santo Officio, que D. João III tanto ambicionava vêr estabelecido no seu reinos. O papa Clemente VII. para satisfazer em parte, não lhe concedeu a Inquisição, mas nomeou lhe um inquisidor-mór, a quem conferiu os poderes mais amplos e extraordinarios para investigar dos crimes contra a fé, a esse inquisidor mór foi Fr. Diogo da Silva. Comtudo, o religioso franciscano saiu um homem honrado e leal, pouco aspero, e tido n'essa conta pelos proprios christãos novos, por isso tambem pouco tempo se conservou n'esse cargo que lhe repugnava, e que não queria nem sabia cumprir como o soberano desejava, não tardando a resignal o, sendo então nomeado inquisidor mór D. Fernando de Menezes, bispo de Lamego. Quando em 1536, Paulo III creou a Inquisição, não ainda como D. João III a desejava, o que só conseguiu em 1547, mas emfim, já com um aspecto de tribunal, nomeou o papa tres inquisidores; Fr. Diogo da Silva, que D. João III já n'esse tempo fizera bispo de Ceuta, o bispo de Lamego e o bispo de Coimbra, aos quaes o monarcha podia accrescentar um quarto inquisidor. O bispo de Ceuta era nomeado inquisidor-mór, e com isto folgáram em parte os christãos novos, mas o primeiro monitorio que elle publicou para designar bem as culpas que o novo tribunal teria de punir, fulminou-os completamente. E' verdade que destoava por tal fórma do procedimento anterior e posterior do bispo de Ceuta, que póde quasi affirmar-se, que esse documento lhe foi arrancado pelos seus assessores, e pelos do pensamento d'el-rei. Este monitorio era um tremendo roteiro, que assignalava os parceis onde se tornaria facil o naufragio. Os actos ali enumerados que deviam servir de indicio de heresia, eram tantos e alguns tão insignificantes e ridiculos, que ninguem se podia considerar seguro de não ser accusado de erro em materias de fé, quanto mais aquelles que a malevolencia geral espiava. Este monitorio parecia denunciar um inquisidor ferocissimo e intolerante, mas não acontecia assim, o que faz acreditar, conforme dissémos, que não foi

obra espontaneamente sua. Conhecendo D. João III que D. Fr. Diogo da Silva não era o homem que elle desejava vêr á frente d'um tribunal como elle anciava estabelecer, aproveitou-se da faculdade de juntar um quarto inquisidor aos tres escolhidos pelo papa, para nomear inquisidor o seu proprio irmão D. Henrique, n'esse tempo arcebispo de Braga, e promovido o infante áquelle cargo, foi substituil-o na arcebispado de Braga D. Fr. Diogo da Silva, que pôde assim livrar-se de pertencer a tão horroroso tribunal. Foi em 1540 que se fez o despacho, o pouco tempo depois fallecia o novo arcebispo primaz de Braga, deixando manuscripta e incompleta a seguinte obra: *Tractatus de obscurioribus manifestioribus probandis.*

Silva *(Domingos José da).* Gravador, discipulo de Bartolozzi, o que mais aproveitou das suas lições; imitava-o perfeitamente. Nasceu em 1835, e ignora-se a data do fallecimento, mas parece que viveu mais de 60 annos Era muito bom desenhador. Fez poucas gravuras, mas todas excellentes, como o *Santo Antonio de Lisboa*; *Jesus crucificado*, com o nome de *Boa Sentença*, *S. Felix de Cantalicio*, e os retratos do P. José Agostinho de Macedo, que figura n'uma das suas obras, o do Bocage, e alguns da collecção *Varões e Donas*, e o de Costa Cabral, depois conde e marquez do Thomar. Foi professor de gravura historica na Academia de Bellas Artes. Copiou á penna o famoso quadro classico da *Disputa*, imitando gravura, mas causando a mais perfeita illusão. Tambem fez o retrato do ultimo bispo inquisidor, abriu chapas para breviarios, gravou uma Nossa Senhora de Carlos Maratti. Pintava tambem a oleo e miniatura. Aprendera pintura e desenho com Eleutherio Manuel de Barros, e só gravura com Joaquim Carneiro; em 1805 ou 1806 é que passára a ser discipulo de Bartolozzi.

Silva *(P. Duarte da).* Um dos muitos martyres portuguezes que teve o Christianismo no Japão. N. em 1527, e fal a 5 de janeiro de 1564. Foi coadjutor espiritual da Companhia de Jesus. Em 1552 incumbiu o S. Francisco Xavier, juntamente com o P. Balthazar Gago e Pedro de Alcaçova, de espalhar no Japão a fé christã. Trabalhou ardentemente, affrontando perigos e asperezas, aprendendo as linguas chineza e japoneza, e assim contraiu uma grande enfermidade em 1562. Falleceu, não victima do ferro inimigo ou das perseguições das autoridades japonezas, mas do seu proprio zelo e da sua inquebrantavel actividade. Deixou uma *Carta escripta do Japão aos irmãos da Companhia da India*, que depois foi impressa com outras em Portugal, e tambem um *Summario de varias cartas*, uma *Arte da lingua japoneza*, o um *Vocabulario da lingua japoneza.*

Silva *(Eduardo Augusto da).* Professor da Escola Industrial Marquez de Pombal. N. em Lisboa, sendo filho de Justino Antão Ribeiro e de D. Maria dos Reis Ribeiro. Por circumstancias de familia, foi admittido na Casa Pia, sob a protecção do general João Chrisostomo de Abreu e Sousa, que muito se interessou pelo moço estudante. Era então director da Casa Pia, em 1867, José Maria Eugenio d'Almeida, o qual, reconhecendo a vocação de Eduardo Augusto da Silva, tencionava mandal o estudar na escola Martinier de Lyon, mas a morte d'aquelle capitalista não permittiu que se realisasse este proposito, e o moço estudante veiu estudar desenho na Academia de Bellas Artes, sob a protecção do Carlos Eugenio de Almeida, que dignamente suppriu seu pae no logar de director da Casa Pia. Eduardo Augusto da Silva continuou na Academia a gozar dos creditos já adquiridos de bom estudante, fez um curso brilhante, obtendo premios em todas as disciplinas. A primeira applicação pratica que deu aos seus estudos foi no desempenho do cargo de desenhador da Companhia Edificadora, que exerceu por mais de 6 annos, tendo delineado muitas das construcções feitas por esta companhia, algumas de muito gosto, e que revelavam um artista muito completo, um architecto que reune á boa pratica um gosto especial de composição architectonica. Em 1880 foi chamado á cadeira de professor de desenho da Casa Pia, pela vaga deixada por fallecimento do professor M. Picard, accumulando este logar com o que já exercia de desenhador da Companhia Edificadora, quo não quiz dispensar os seus valiosos serviços. No anno seguinte foi encarregado de reger a primeira escola profissional de Sacavem, fundada por José Augusto Braamcamp. Quando em 1883 o engenheiro Manuel Raymundo Valladas foi encarregado da reconstrucção do edificio da Casa Pia, chamou para o auxiliar n'essas obras a Eduardo Augusto da Silva, commissão em que se conservou até 1886, prestando valioso concurso nos trabalhos de reconstrucção. Tratando a commissão executiva do monumento a Alexandre Herculano de obter local para o monumento, foi-lhe indicada pelo director da Casa Pia a capella incompleta que estava ao norte do claustro dos Jeronymos, o quo foi acceito, pela commissão como logar muito proprio para o monumento, sendo preciso, entretanto, concluir a capella. O governo auxiliou a commissão, mandando proceder á conclusão da referida capella, e encarregou d'essa obra o engenheiro Valladas, que recorreu a Eduardo Augusto da Silva para o ajudar. Este artista levantou as plantas da capella conforme estava, trabalho importante, para a grandeza da obra que havia a fazer, muito principalmente a abobada que devia cobrir a capella. Outra obra de mais folego e importancia estava reservada ao apreciado artista, foi o projecto para o mausoléu de Alexandre Herculano, obra monumental que faria a gloria do artista que conseguisse planeal a com a grandeza e arte precisas em monumentos d'esta ordem. Eduardo da Silva foi apresentado aos membros da commissão executiva pelo engenheiro Valladas, como competente para elaborar o projecto do monumento quo se desejava, o apezar do illustre artista ter lembrado que aquella obra era de natureza das que se usam pôr a concurso, a commissão insistiu para que fizesse um projecto, ao que elle accedeu. Para a execução teve o sr. Eduardo Silva que fazer o delineamento geral em tamanho natural, o quando todas as indicações estavam dadas e todas as duvidas resolvidas, procurou-se afastar o autor da obra, ao que parece, com o fim de lhe negar mais tarde a paternidade, de quo a inscripção existente na capella e em que o nome de Eduardo Augusto da Silva não apparece, é prova verdadeira, do que ao principio fôra mera desconfiança. O sr. Eduardo Augusto da Silva é ha muitos annos professor na Escola Industrial Marquez de Pombal, conforme dissémos.

Silva (*Ernesto da*). Typographo e revisor da Imprensa Nacional, escriptor. Nasceu em 1868, e fal. em Lisboa a 25 d'abril de 1903, repentinamente, estando na Imprensa Nacional. Tendo-se filiado no partido socialista, foi um dos seus mais decididos propagandistas. Era muito intelligente, evidenciando-se n'uma larga vida de trabalho, em diversas manifestações da actividade intellectual. Jornalista democratico vigoroso e orador popular fluente, foi principalmente como escriptor dramatico que mais se distinguiu. Fez parte da redacção do *Mundo*, e collaborou na *Vanguarda*, *Federação*, *Obra*, e em outros jornaes. No seus trabalhos theatraes, nota-se a primeira peça que apresentou, *O Capital*, drama em 4 actos, representado no theatro do Principe Real, hoje theatro Apollo, que fez sensação como obra de combate e como trabalho de theatro. Seguiu-se outro drama, tambem em 4 actos, *Os que trabalham*, representado no mesmo theatro em 1896; mais tarde o aproposito em 1 acto e 3 quadros, *Nova aurora*, ainda n'aquelle theatro, em 1900. No Gymnasio apresentou em 1902 o drama em 3 actos, *Os vencidos da vida*, que depois se representou no Porto, sempre com geraes applausos. E' um trabalho de psychologia social, de fina observação e notavel criterio. Havia escripto outra peça com o titulo: *Em ruinas*, que devia representar-se no Brazil pela companhia Sousa Bastos, o que não chegou a realisar se. Ernesto da Silva publicou tambem a sua conferencia sobre o *Theatro livre e Arte social*, e quando falleceu, tinha em preparação uma nova peça em 3 actos, *Honestos*. Deixou varias traducções do francez, e alguns trabalhos n'outro genero de litteratura

Silva (*D. Estevão Soares da*). Celebre arcebispo de Braga que teve com el rei D. Affonso II as mais asperas contendas. Foi filho de D. Soeiro Peres Escacha e de D. Froyle Viegas. Fez os seus estudos nos unicos *estudos* que então havia em Portugal, os de Santa Cruz de Coimbra, e em 1214 vestiu a murça de conego regrante do convento em quo estudara. Adquirindo logo fama de bom theologo e de grande prégador, foi escolhido pelos seus confrades para mestre escola da sua egreja. Pertencente á classe fidalga, D. Estevão Soares não esteve muito tempo sem uma mitra, e recebeu logo a mais importante do reino, a mitra primacial de Braga. Em 1215, foi, já investido n'esta elevada dignidade, ao concilio de Latrão convocado por Innocencio III, mas que estava ainda reunido quando subiu ao solio pontificio Honorio III. Esto ultimo pontifice teve de serenar uma discordia grave, em que era um dos principaes discordantes D. Estevão Soares, que já então revelava o immenso orgulho que sempre o distinguiu. E' bem sabido, que entre as sés de Toledo e de Braga havia uma discordia antiga, sustentando cada uma d'ellas os seus direitos a ser a sé primacial de todas as Hespanhas. Encontrando-se em Roma dois prelados tão orgulhosos como eram o prelado bracarense D. Estevão Soares da Silva e o toledano D. Rodrigo Ximenes, a discordia rebentou violenta e furiosa. Cada um d'elles queria ter a precedencia, e se não fôsse a intervenção de Honorio III, a contenda iria a maior. Comtudo, D. Estevão Soares ainda escreveu um tratado em defeza dos seus direitos, que se perdeu, porque ninguem se lembrou de o imprimir quando veiu a invenção da imprensa, se por acaso o manuscripto ainda existisse n'esse tempo. Voltando a Portugal, D. Estevão Soares da Silva encontrou-se com um soberano disposto a affrontar o poder do clero e a cercear-lhe os privilegios. Era D. Affonso II, que não hesitava em pedir tributos aos ecclesiasticos, e em exigir que comparecessem nos tribunaes civis. D. Estevão fez se logo chefe da resistencia. Convocou uma assemblcia de prelados, perante a qual censurou acremente o procedimento do rei, lançando-lhe em rosto não só actos da sua vida publica, mas entrando a investigar lhe e a censurar-lhe a vida particular. D. Affonso II irritou se com a audacia do arcebispo e não hesitou no desforço. Defendeu-se D. Estevão com a arma habitual da excommunhão, mas o soberano, ordenou a destruição dos seus bens e autorison os burguezes a tratarem as terras do arcebispo como paiz conquistado, mostrando-lhe quanto era pouco sensivel ao interdicto solemne com que fôra fulminado. O adversario, porém, não era homem para recuar. Fugindo do reino para se pôr em seguro, appellou para o papa, que acudiu, como sempre, em defeza das immunidades ecclesiasticas. Além das excommunhões habituaes, Honorio III suspendia sobre a cabeça condemnada do monarcha a terrivel ameaça de desobrigar os vassallos do juramento de fidelidade, e por conseguinte de autorisar a sua desthronisação, ou pelo menos de accender a guerra civil nos quatro angulos do reino. Mas D. Affonso II, que era deveras energico, tudo affrontou, o apezar da excommunhão lhe ter acarretado serios contratempos, mais pesavam sobre o bispo de Braga as angustias da proscripção, pois que se via privado da patria, e o que era peor ainda, privado dos rendimentos da mitra. Quasi no fim do reinado de D. Affonso II os dois partidos transigiram; Honorio III levantou as censuras e os interdictos, e D Estevão Soares, que vagueára miseravelmente de terra em terra, desde que saira do reino, regressou finalmente á patria. Uma carta ameaçadora do papa veiu intimar a D. Affonso II que desse ao metropolita satisfação em todos os aggravos. Da sua parte, D. Estevão Soares promettia ceder em algumas cousas, o começava confirmando as mercês feitas pelo rei ao deão de Lisboa, conselheiro de todas as violencias que se haviam praticado contra elle. Comtudo, a discussão dos ajustes para a reconciliação foi se protrahindo tanto que D. Affonso II morreu sem a ter terminado. Esse acontecimento mudou logo a face dos negocios. D. Estevão Soares levantou-se de novo altivo deante da corôa, representada agora por um rei em menoridade. Os ministros e tutores de D. Sancho II viram se obrigados a ceder. O arcebispo recebeu uma somma avultada e teve a promessa de serem reconstruidos á custa da corôa os edificios derrubados pelos agentes de D. Affonso II e de serem estes punidos. Emfim, o arcebispo, como representante de todo o clero portuguez, fez em Coimbra uma concordia com o rei, em que lhe impoz a obrigação de respeitar as immunidades ecclesiasticas, e de revogar todas as espoliações que tinham resultado do inquerito ordenado por D. Affonso II. Tranquillo e satisfeito, D. Estevão Soares da Silva falleceu no palacio archiepiscopal pelos annos de 1230 e tantos.

Silva (*D. Filippe da*). Era filho do 4.º conde de Portalegre, D. João da Silva, e de sua mu-

lher, D. Filippa da Silva. N. em 1589, fal. no fim do anno de 1645. Serviu como capitão de cavallaria em Flandres, foi tenente general de cavallaria o mestre de campo general no estado de Milão, general da cavallaria e das armas hespanholas no Palatinado, governador do exercito de Flandres, generalissimo das armas da Catalunha, e conselheiro de estado de Filippe III.

Silva *(Francisco da)*. Architecto do seculo XVII. fal. em 1669. Foi nomeado architecto regio por D. Filippe III, de Portugal, em attenção aos seus talentos e aos serviços que prestára, no anno de 1634, em substituição de Luiz de Frias.

Silva *(Francisco da)*. Pintor do seculo XVIII. Era simples soldado d'um antigo regimento chamado do Monteiro mór. Applicou se depois á pintura, para que manifestava reconhecida vocação, e começou a pintar ruinas de architectura, paizagens e figuras pequenas, n'um estylo que produzia grande effeito, sem muito trabalho. Tambem pintou algumas paizagens no estylo de Claudio Lorrain. Esteve algum tempo em Sevilha, e conta Cyrillo que em 1775 vira em casa d'um dos directores da Academia, D. Francisco Ximenes, alguns quadros d'este pintor que eram tidos em grande estimação, e que realmente revelavam gosto e talento.

Silva *(Fr. Francisco da)*. Religioso carmelita. N. no logar de Telha, e fal. a 12 d'agosto de 1633. Professou no convento do Carmo, de Lisboa, em 1603, e doutorou se em theologia na Universidade de Evora em 1621. Exerceu varios cargos na sua ordem, como o do prior d'um dos seus conventos para que foi eleito em 1625, sendo eleito provincial em 1628. Durante o seu governo celebraram se as pomposas festas da canonisação de André Corsini. Foi um apreciado prégador, e deixou manuscriptos um grande numero dos seus sermões.

Silva *(Francisco Arthur da)*. Proprietario da antiga *Empresa Editora*, designada pelo seu nome, estabelecida na rua dos Douradores, n.º 72 Foi fundada por seu pae, que tinha egual nome, no anno de 1838, sendo então mais conhecido pelo *Silva livreiro do Rocio*, por se ter estabelecido n'aquelle local, que depois tomou o nome de Praça de D. Pedro. Pelo seu incessante trabalho unicamente, reunido á seriedade do seu caracter, conseguiu aquelle antigo livreiro fazer prosperar a casa que fundara, tornando-a bem conhecida e acreditada Ali affluia a melhor clientela confiando-lhe diariamente importantes encommendas de livros e jornaes estrangeiros por assignatura, etc. Tendo adquirido meios de fortuna, passou a casa a seu irmão, o bem conhecido livreiro *Silva Junior*, e mais tarde estabeleceu-se novamente na rua dos Douradores, n.º 72, onde continuou a editar obras de grande valor até ao anno do 1870, em que falleceu. O seu filho mais velho, de egual nome, antigo empregado na repartição de contabilidade da Companhia Geral do Credito Predial Portuguez, continuou com o mesmo negocio, e creou a actual *Empresa Editora de Francisco Arthur da Silva*, a que deu um novo impulso. Em 1870 encetou o negocio de catalogação e de leilões de livrarias, incumbindo-se tambem de leilões de mobilia, quadros, obras d'arte, etc. E' da sua especialidade este genero de negocio e a direcção dos leilões, tendo-lhe sido confiados os das livrarias mais importantes, como consta dos seus catalogos. Em 16 de outubro de 1900 fundou a *Copiadora Universal*; copias e trabalhos á machina de escrever e suas reproducções. Em 1902 iniciou o *Consultorio Popular*; consultas e trabalhos sobre assumptos de interesse geral. São numerosas e importantissimas as edições feitas n'esta casa editora, desde o seu começo, com especialidade, desde 1870. No seu vastissimo catalogo, mencionaremos as seguintes: *O engenhoso fidalgo D. Quichote de la Mancha*, de Miguel Cervantes, 2.ª edição, traduzida pelo visconde de Benalcanfôr o D. Luiz Breton y Vedra; *Diccionario Encyclopedico*, de D. José do Lacerda; *Historia Universal*, de Cesar de Cantu; *Os ultimos trinta annos (1848 a 1878)*, traducção do visconde de Castilho; *Historia da America Portugueza* (Brazil), por Sebastião da Rocha Pitta; *Historia das perseguições politicas e religiosas*, de D. Fernando Garrido; *Resenha das familias titulares, e grandes de Portugal*, por A. da Silveira Pinto e visconde de Sanches de Baena, etc.

Silva *(Francisco Borges da)*. Engenheiro e poeta apreciado. N. em Cascaes em 1788, fal. na ilha de S. Miguel a 25 de novembro de 1820. Seguindo a carreira militar, foi nomeado rapidamente capitão de engenheiros, sendo pouco depois mandado com o posto de major para a ilha de S. Miguel, onde executou varios trabalhos, tendo a seu cargo a fortificação d'aquella ilha, no periodo decorrido desde 1812 até 1819. Construiu diversas obras no castello de S. Braz, e entre ellas o quartel, onde se alojava a companhia d'artilharia de guarnição. Quando falleceu, havia sido promovido. pouco tempo antes, a tenente coronel. Bibliographia: *Odes ao ill.mo sr. José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, acabando de governar a ilha de S. Miguel no anno de 1815*, Lisboa, 1815; *Ode pyndarica aos annos de S. A R. o Principe Regente*; publicada no *Investigador Portuguez em Inglaterra*, n.º XXV, de julho de 1813; *Ode pyndarica aos annos da Rainha Fidelissima D. Maria I*; no mesmo jornal, n.º XXI, março de 1813, *Ode pyndarica a S. A. R.* o *Principe Regente na sua chegada ao Rio de Janeiro em 1808*, no mesmo jornal, n.º XXVI, agosto de 1813; *Ode a Filinto Elysio*, idem, n.º XXXIV, abril, 1814; *Hymno a S. M. F. o senhor D. João VI*, (na sua acclamação), idem, n.º LXXII; *Ode a Filinto*, idem, n.º LXXXV. Em prosa inseriu no mesmo jornal, os seguintes artigos: *Extracto da «Historia das ilhas dos Açôres» impressa em 1813, e refutação das falsidades ali publicadas, ou a impostura do T. A desmascarada, offerecida aos açorianos*; saiu no n.º XLVI, abril de 1815; *Estabelecimento de pharoes na ilha de S. Miguel*, no n.º LXIX, março, 1817; *Primeira memoria, para servir de introducção ao projecto de construcção de um porto na ilha de S. Miguel*; no n.º LXXI, maio, 1817.

Silva *(Francisco Coelho da)*. Juiz de fóra em Mertola, no anno de 1786. Escreveu uma *Oração á Fidelissima Rainha nossa senhora, no dia da sua feliz acclamação*, que publicou em Lisboa, 1777. Traduziu: *O Deismo refutado por si mesmo, ou exame dos principios de incredulidade, espalhados nas differentes obras de João Jacques Rousseau, em fórma de cartas. Seu autor mr. Bergier, doutor em theologia*, etc., *e dedicado pelo traductor ao ex.mo e rev.mo sr. bispo do Funchal D. José da Costa Torres*, etc. Parte I e II, Lisboa, 1787; *A certeza das provas do Christianismo, ou refutação*

do «*Exame critico dos apologistas da religião christã.*» *Seu autor mr. Bergier, doutor em theologia*, etc. e *dedicado*, etc., Lisboa, 1788. Este bispo do Funchal, a quem estas obras fôram dedicadas, era conhecido por ser um dos mais implacaveis inimigos da maçonaria, e perseguidor dos seus adeptos, nos fins do seculó XVIII e principios do XIX. Nos prefacios d'estas traducções revela se um orudito, mas o que se torna deveras curioso, é que em 1793 foi preso por ordem do intendente Pina Manique, por ter escripto uma obra cujas copias espalhava com profusão, visto não o poder imprimir, a qual se intitulava: *Censura á constituição franceza*, e outra com o titulo: *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*, e ainda outra: *Noticia curiosa e chegada de fresco que eu faço gosto de participar ao publico antes que saiba d'ella o correio da Europa.* Francisco Coelho da Silva espalhava estes manuscriptos, que eram todos altamente revolucionarios, e fazia tambem propaganda oral, e parece até que conseguira angariar bastantes adeptos, por que Pina Manique dizia que, podendo fazer barulho a sua prisão ostensiva e processo, o melhor seria deportarem-n'o para algum ponto da Africa ou da Asia. Assim se fez effectivamente. O que se vê, é que Francisco Coelho da Silva se convertera, ou então não affectava aquelle zelo pela religião e aquelles affectos ao bispo do Funchal, senão para melhor esconder os verdadeiros sentimentos.

Silva *(Francisco da Costa e)*. Mestre da capella na cathedral de Lisboa durante o primeiro quartel do seculo XVIII. Era natural de Lisboa e fal. a 11 de maio de 1727. Foi tambem conego de quarta prebenda na mesma cathedral. Deixou as seguintes composições: *Missa* a 4 vozes e orchestra; *Miserere* a 11 vozes com instrumentos; *Motetes* para se cantarem nas missas da quaresma; *Lamentação* primeira de quarta feira de trevas a 8 vozes; *Texto das Paixões de S. Marcos e S. Lucas* a 4 vozes; *Villancicos* a S. Vicente e a Santa Cecilia, com instrumentos; *Responsorios de officio de defuntos*, a 8 vozes e orchestra, compostos para as exequias que a colonia franceza mandou celebrar na capella de S. Luiz pela memoria de Luiz XIV. Os *villancicos* citados cantaram-se na cathedral e na egreja de Santa Joanna, nos annos consecutivos de 1719 a 1722.

Silva *(Francisco Jeronymo da)*. Bacharel formado em canones pela Universidade de Coimbra. N. em Angra do Heroismo a 30 de dezembro do 1807; fal. em 1872, pouco mais ou menos. Vindo para o continente, frequentou a referida Universidade, tomando o grau de bacharel em canones a 22 de junho de 1831, sendo n'esse mesmo anno, mediante concurso, provido na cadeira de professor proprietario da Historia Universal na cidade de Braga, a qual regeu até março de 1834, em razão de ser por esse tempo despachado pelo governo miguelista, juiz de fóra de Ponte do Lima, logar que teve de abandonar depois pela queda do referido governo. Francisco Jeronymo da Silva foi então para o Porto assentar banca de advogado, alcançando n'essa nova carreira a maior reputação. Havia publicado em Coimbra no anno de 1832, o seguinte opusculo: *Descripção da entrada de el rei nosso senhor D. Miguel na cidade de Braga em o 1.º de novembro de 1832* Em 1846, estando no Porto, inseriu no jornal a *Coalisão*, umas cartas intituladas: *O dia 8 de março, ou a defeza da archiconfraria da Santissima e Immaculada Conceição de Maria.* Miguelista enthusiasta, entrou de novo na vida politica, quando o seu partido resolveu cooperar com o partido setembrista ou patuleia na sua insurreição contra o governo da Carta Constitucional. Foi por isso atrozmente perseguido pelo governo cabralista, e esteve preso, negando-se-lhe absolutamente qualquer deferimento ás suas reclamações fundadas em direito. A 19 de maio de 1847 redigiu uma representação que os presos do castello da Foz fizeram ao governador civil do Porto. Quando triumphou a causa cartista, Francisco Jeronymo da Silva, ou porque julgasse mais prudente afastar se por algum tempo do Porto, ou porque fôsse talvez mesmo compellido a isso, aproveitou o ensejo para visitar a sua patria d'onde estava ausente havia muito tempo, e ali publicou algumas poesias, um episodio dedicado a João Pereira Forjaz de Lacerda, uma poesia intitulada: *A Terceira, ou o ausente, visitando a terra natal*, que depois publicou, em Lisboa, em 2.ª edição, correcta e augmentada, em 1848. Regressando ao Porto continuou o exercicio da advocacia até 1852, em que transferiu a sua residencia para Lisboa, continuando aqui a advocacia com o melhor exito. A primeira causa quo sustentou em Lisboa, foi em 1852 a do jornal *A Nação*, accusado do crime de liberdade de imprensa. A allegação que formulou por essa occasião, publicou-a no mesmo anno Mas foi a unica. Obras suas ha ainda a *Minuta de revista por parte de D. Maria do Carmo de Barros Castello Branco e outros, na causa em que contendem com o padre José Godinho Zuzarte de Sequeira de Sameiro e sua irmã*, que publicou em 1869, e o *Elogio historico do advogado José Luiz Gonçalves Ferreira da Cunha, recitado na conferencia solemne de 22 de outubro de 1864* e que saiu tambem em 1869 nos *Annaes da Associação dos Advogados.*

Silva (*Francisco Joaquim da Costa e*). Secretario geral da provincia de Angola, director geral do ultramar, conselheiro, deputado, par do reino, etc. N. em 1827, fal. em Lisboa a 1 de março do 1899. Bem se póde dizer quo a sua vida foi toda consagrada ás nossas possessões. Nomeado por decreto de 23 de abril de 1847 secretario geral da provincia de Angola, contando apenas 20 annos de edade, foi successivamente promovido nos cargos de official e secretario do conselho ultramarino até ao de director geral do ultramar. Segundo refere um dos seus biographos, Costa e Silva teve occasião de, no conselho ultramarino, estudar questões de elevado alcance, e por vezes collaborou com alguns ministros da marinha em reformas importantes. Alguns dos decretos referendados por Luiz Augusto Rebello da Silva, tiveram por principal collaborador o conselheiro Costa e Silva. Cita se o que regula a administração das provincias ultramarinas, que esteve em vigor por mais de 30 annos, sem que os ministros o modificassem. Estava, portanto, desde muito tempo indicado naturalmente para director geral do ultramar, para que foi nomeado em 1876, quando vagou aquelle importante logar. Na sua vida politica, filiado no partido regenerador, deu sempre provas da mais nobre integridade e desapaixonada affeição partidaria. Foi deputado pela primeira vez em 1851, sendo

eleito pelo circulo de Aveiro, e reeleito em successivas legislaturas, por Angola, Ovar, Cintra e Mafra. Por carta regia de 29 de dezembro de 1881 foi nomeado par do reino, tomando posse na respectiva camara a 25 de janeiro de 1882 No anno de 1878 teve a presidencia da camara dos deputados; merecendo o respeito de todas as facções politicas, graças ao seu bom senso e dignidade. Nos ultimos annos da sua vida afastara-se da politica, entregando-se unicamente ao desempenho das suas elevadas funcções de director geral do ultramar.

Silva *(Francisco Liberato Telles de Castro e)*. V. *Telles de Castro e Silva (Francisco Liberato)*.

Silva *(Francisco Xavier Pereira da)*. Antigo empregado no tribunal da Mesa do Desembargo do Paço, etc. N. em Lisboa a 23 de maio de 1797, e fal. pobrissimo no hospital de S. José a 27 de abril de 1866. Foi cavalleiro das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, official da secretaria da Junta do Infantado, o tenente de voluntarios realistas no tempo do governo de D. Miguel, o que deu causa á sua demissão, quando em 1833 foi restaurada a Carta Constitucional. Elle e seu irmão João Xavier Pereira da Silva fôram os redactores do *Ramalhete, jornal de instrucção e recreio*, publicado em Lisboa, desde 1834 até 1844, que fórma ao todo 7 volumes, e collaborou em differentes jornaes. Publicou tambem: *Os serões recreativos, jornal de romances, novellas, contos e anecdotas*, Lisboa, 1841. Escreveu differentes peças para o theatro, entre as quaes citaremos: *O arraial de Loures*, *O morgado da Ventosa*, e *A velhice namorada*, peça que fez epoca no Gymnasio, e em que o actor Taborda muito se evidenciou desempenhando o papel de Simplicio da Paixão. Pereira da Silva foi quem por muito tempo fez os cartazes de touros havendo em alguns d'elles versos chistosos.

Silva *(D. Gaspar de Moscoso e)*. V. *Encarnação (Fr. Gaspar da)*.

Silva *(Gertrudes Rita da)*. Artista dramatica do muito merecimento, mais conhecida no theatro pelo seu nome de baptismo. Foi discipula de Epiphanio e do grande actor Rosa, dois mestres distinctos da arte dramatica. Estreou se no theatro normal em 21 de abril de 1850, na peça em 3 actos, de Luiz Augusto Palmeirim, *Dois casamentos de conveniencia*. Foi uma brilhante estreia, assim como brilhantissima foi sempre a sua carreira artistica. Logo no seu debute ganhou os fóros de actriz notavel, sendo d'ali a poucos dias classificada pelo conselho dramatico e pelo Conservatorio de Lisboa como primeira dama de alta comedia, entrando, como tal, a fazer parte da sociedade artistica do referido theatro, por portaria assignada pelo estadista Rodrigo da Fonseca Magalhães. No seu numerosissimo reportorio, teve creações notaveis, que o publico sempre coroava de phreneticos applausos. Era muito formosa e elegante, admiravel de majestade e nobreza; muito espirituosa, contando nos ensaios engraçadas anecdotas, do que alguns antigos frequentadores do theatro normal ainda se recordam com saudade. Sempre se conservou n'aquelle paleo, e visitou uma vez o Brazil, onde tambem foi muito apreciado o seu talento artistico. Falleceu a 4 de julho de 1888, sendo bastante sensivel a sua perda na scena portugueza. Do seu enorme reportorio, em que sempre se encarregava de papeis importantissimos, figuram peças originaes dos melhores escriptores dramaticos portuguezes, como Luiz Augusto Palmeirim, Costa Cascaes, Mendes Leal, Garrett, Rangel de Lima, Ernesto Biester, Camillo Castello Branco, Rodrigo Paganino, Andrade Corvo, Ricardo Cordeiro, etc., e as melhores peças de autores francezes, como Victorien Sardou, Alexandro Dumas, e muitos outros de grande reputação.

Silva *(Fr. Gonçalo da)*. Monge cisterciense, licenceado em theologia pela Universidade de Paris, e prior do convento de Alcobaça. N. em Soure, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de Gonçalo Gomes da Silva. Vestiu o habito da ordem de S. Bernardo no referido convento d'Alcobaça, foi a Paris tomar o grau de licenceado, e regressando a Portugal foi prior no tempo dos infantes commendatarios, reitor do collegio de Coimbra, e confessor das freiras de Odivellas A pedido da sub-prioresa D. Guiomar de Castro traduziu do francez a *Vida de S. Bernardo*, quo se imprimiu por ordem da rainha D. Catharina em 1514.

Silva *(P. Gregorio da)*. Presbytero secular. N. em Lisboa em 1682, onde tambem fal. a 2 de novembro de 1738. Formou se na Universidade de Evora em theologia, em quo depois tomou o grau de doutor. Foi beneficiado nas egrejas de Santo Estevão de Lisboa e de Santo André, de Mafra. Deixou varios sermões.

Silva *(Henrique Augusto da)*. Escriptor. N. no Porto a 3 de agosto de 1832, onde tambem fal. a 5 de junho de 1862. Frequentou a Academia Polytechnica do Porto, onde completou o curso de engenharia civil, e o de agricultura. Foi nomeado depois professor no lyceu de Vizeu, servindo na cadeira de introducção á historia natural, o principios de physica e chimica. Escreveu para o theatro, ou traduziu as peças: *Amor e amizade Roberto o desconhecido*, *A tomada de Sebastopol*, *O dia de S. Miguel*, *As façanhas academicas*, *Os apostatas*. Publicou mais algumas traducções, o collaborou no *Grinalda*, jornal do versos que n'esse tempo se publicava no Porto.

Silva *(Henrique José da)*. Pintor. N. em Lisboa em 1772, fal. no Rio de Janeiro. Estudou desenho na aula regia por espaço de 5 annos, foi discipulo de Rocha e de Eleuterio Manuel de Barros até 1790 em que passou a ser discipulo de Pedro Alexandrino de Carvalho, cujo estylo sempre imitou. Foi scenographo, pintou muitos tectos e paredes com figuras o ornatos a fresco. Pintou muitos quadros diversos, e muitos para oratorios e egrejas; nos retratos que tambem executou, conta se o de lord Wellington, cercado do figuras allegoricas, o de Beresford n'um pedestal onde está represeutado um dos episodios da sua carreira militar em Portugal, e o de Bocage. Estes tres quadros fôram gravados por Bartolozzi. Em 1819 passou ao Rio de Janeiro, ignorando so a data da sua morte.

Silva *(Henrique José da)*. Bacharel formado em Direito pela Uuiversidado de Coimbra, juiz de fóra da villa de Arronches. Escreveu uma obra que ficou manuscripta, e tinha a data de agosto de 1801, intitulada: *Relação da entrada e successos das tropas hespanholas, e movimentos do exercito portuguez na provincia do Alemtejo; no dia 20 de maio até 6 de junho do presente anno, em que*

fôram em Badajoz assignados os tratados de paz entre as tres potencias de Portugal, Hespanha e França, etc.

Silva (*Innocencio Francisco da*). Escriptor e bibliographo. N. em Lisboa a 28 de setembro de 1810, onde tambem fal. a 27 de junho de 1876 Era filho d'um pequeno commerciante, official das antigas ordenanças. Foi seu pae quem lhe ensinou os primeiros rudimentos das letras. Aprendendo a ler muito cedo, muito cedo tambem se lhe revelou a paixão pelos livros. Ainda não tinha 6 annos, quando já lhe davam para recreio os poucos livros que existiam na casa paterna. A traducção em verso portuguez do *Telemaco*, de *Gil Braz*, e a *Historia Sagrada* de Royaumont, a que Lamartine consagra uns periodos deliciosos no principio da sua *Viagem ao Oriente*, porque fôra tambem o livro querido da sua infancia. Até aos 15 annos, entregando se sempre á sua paixão favorita, passou a outras leituras, como a *Historia Romana*, do José Thomaz de Aquino, *O Feliz independente*, e a *Vida de Nuno Alvares Pereira*. N'aquella edade, e manifestando alguma disposição para o desenho, seu pae o mandou frequentar a aula de figura e de architectura civil, que então existia no convento dos Caetanos. Dois annos seguiu aquelles estudos, mas o aproveitamento não correspondeu ao que se esperava e reconhecendo que errara completamente a vocação, resolveu seguir outra carreira, e foi cursar humanidades na escola publica do Bairro Alto, mas como a sua familia estava em grande decadencia com relação a meios de fortuna, entendeu que não devia frequentar um curso de que não podia tirar proveito immediato, e como se não podia entrar ao serviço das repartições publicas sem o curso da aula do commercio, que era de dois annos e considerado indispensavel, foi ali matricular se, o qual concluiu com o maior aproveitamento em 1830, contando apenas 20 annos de edade. Entretanto ia aprendendo sem mestre a lingua franceza e entregava se com ardor á leitura dos philosophos que fizeram a grande revolução, enthusiasmando se pelas suas doutrinas, recebendo com ellas o amor da liberdade, de que deu provas em muitas occasiões. Ao terminar o curso da aula do commercio foi matricular-se na Academia de Marinha, onde cursou, de 1830 a 1833, os tres annos de mathematica, com muita distincção, sendo premiado no 1.º e 2.º anno, e obtendo no 3.º distincção honrosa, por não ter havido premios n'esse anno. Concluido o curso em 1833 podia, se quizesse, entrar na armada real com o posto de 2.º tenente, mas além de não sentir vocação para a vida maritima, não desejaria provavelmente servir a causa miguelista, pelos seus sentimentos profundamente liberaes, e andava pensando como havia de ganhar a vida, quando o duque da Terceira entrou em Lisboa no dia 24 de julho de 1833, e principiou desde logo a organisar a defeza da cidade, chamando ás armas todos os que desejassem combater pela causa da Liberdade. Organisaram-se os batalhões moveis, e Innocencio assentou praça no n.º 4 recebendo logo o posto de official inferior, combatendo com bravura até ao fim da guerra civil. Em 1834 achou-se de novo sem recursos, tendo não só do cuidar de si, mas de sustentar seu pae, velho, cego e paralytico. Dedicou-se então ao magisterio particular, leccionando as materias dos dois cursos que seguira, de commercio e mathematica, e assim foi arranjando meios de subsistencia, desde 1834 até 1837, mas continuando a servir na guarda nacional, e em que fôra feito capitão pelos seus camaradas A guarda nacional teve n'essa epoca de agitação de fazer serviço muito activo. Innocencio, além d'isso, estava lançado com paixão na vida politica. Era secretario da Sociedade patriotica lisbonense, e n'essa qualidade publicou em 1837 o *Relatorio lido na sessão solemne do anniversario da Sociedade patriotica lisbonense em 9 de março de 1837*. Foi a sua primeira obra impressa, mas havia já muito que elle se dedicava ás letras. Com o seu estoicismo, que se tornou com a edade um pouco rabujento, Innocencio, apezar de se vêr em grandes apuros, não quiz nunca requerer cousa alguma. Foi um amigo que officio-

Innocencio Francisco da Silva

samente obteve que elle fôsse chamado em junho de 1837 para a secretaria da administração geral do districto de Lisboa como amanuense extraordinario e temporario, com o vencimento de 1$000 reis em cada dia util, para classificar livros e papeis que tinham ido para ali das extinctas casas religiosas. Foi então que principiou a voltar mais a sua attenção para os estudos bibliographicos, e em 1839 publicou uma collecção das *Composições poeticas do dr. José Anastasio da Cunha*. Essa publicação, apezar de ser feita debaixo de um regimen avançado, como era o da constituição de 1838, rendeu lhe um processo por abuso de liberdade de imprensa. Os tribunaes o absolveram, mas a edição foi supprimida. Em 1842 entrou no quadro effectivo como amanuense de 1.ª classe. Innocencio, apezar dos seus enthusiasmos e das suas occupações litterarias, apezar tambem das suas predilecções politicas,

era um excellente empregado. Não tardaram a conhecer-lhe o prestimo, que elle tinha uma grande facilidade de redigir e um grande expediente. Passaram n'o, portanto, do serviço em que estava, para outro serviço muito mais pezado, o da repartição de fazenda do districto, então annexa ao governo civil. Esteve ali até 1848. Em 1850 publicou, e a muitas instancias do editor **A. M.** Pereira, o seu segundo livro, *Pequena chrestomathia portugueza*, que foi adoptada para uso das escolas. Entretanto dedicava-se ao jornalismo, e publicava artigos varios no *Verdadeiro amigo do Povo*, no *Verdadeiro Patriota*, e na *Revolução de Setembro* e tambem no *Panorama*. Era então amanuense de 2.ª classe, e em 1851 passou á 1.ª Em 1853 foi incumbido pelo editor Fernandes Lopes de dirigir uma reimpressão das obras de Bocage. E' esta a celebre edição prefaciada por Luiz Augusto Rebello da Silva, dirigida com o maximo cuidado. Além da direcção da edição, foi tambem encarregado de escrever notas historicas, criticas e philologicas. Havia muito tempo que Innocencio trabalhava em colligir um grande numero de notas bibliographicas, em corrigir e additar a *Bibliotheca Lusitana* de Barbosa Machado. Desde que o erudito abbade de Sever escrevera a sua obra monumental, nunca mais se pensara em emendar, rectificar e continuar essa obra. Entregava-se Innocencio a esse trabalho, e se a sua obra, conhecida só pelos seus amigos, não saía á luz publica, era porque a publicação exigia avultadas despezas que Innocencio não podia fazer. Era já socio correspondente da Academia, eleito em 24 de fevereiro de 1859, o seu nome adquirira já gloriosos fóros no mundo das letras, onde era conhecido como consciencioso trabalhador o erudito. Não era só nos jornaes que indicámos, que elle collaborára, o *Archivo Pittoresco*, logo que se fundou, lhe offereceu as suas columnas. Ao mesmo tempo Innocencio, apezar dos seus poucos meios, comprava quantos livros podia, e conseguira já formar uma bibliotheca muito regular. O *Diccionario Bibliographico* estava de facto iniciado. Conhecida a obra por alguns amigos e apreciadores, e reconhecida a sua grande vantagem, empenharam-se em conseguir do governo que favorecesse a empresa, e n'isso se empenhou especialmente D. Pedro V, que então governava, e cujo amor pelo estudo e pela sciencia era bem conhecido. Tendo se alcançado, que o governo, mandasse imprimir a obra na Imprensa Nacional, não tardou a sair o 1.º volume d'esse monumental trabalho, dedicado ao referido monarcha e acompanhado do retrato do autor. O 1.º volume abrangia as duas primeiras letras do alphabeto, e era ainda bastante deficiente, comparado com o desenvolvimento que a obra depois tomou. O 2.º volume saiu em 1859, assim como o 3.º; o 4.º e o 5.º em 1860, e o 6.º em 1862. O grande intervallo que se deu na publicação entre o 5.º e 6.º volume, teve a seguinte razão: O governo deliberou proteger o *Diccionario* não concedendo ao autor uma remuneração fixa e determinada. Ora, um *Diccionario* precisa d'um enorme material armazenado com antecipação, e Innocencio, não podendo, porque não tinha meios para isso, entregar se inteiramente ao seu trabalho, precisava de ganhar o seu pão quotidiano e de trabalhar por conseguinte na sua repartição. Depois de accumular um grande trabalho, quando chegava a hora da recompensa, davam lhe metade da edição de cada volume. Ora, sendo a edição de 1:000 exemplares, Innocencio recebia 500, mas como d'esses 500 precisava distrahir forçosamente, pelo menos, 100 para dadivas indispensaveis, 400 volumes é que constituiam a remuneração do trabalho de Innocencio, sujeitos ainda á deducção das commissões e de mil outras despezas. Mas o trabalho do *Diccionario* não deixava de ser, além de penoso, dispendioso. Arrastava comsigo a necessidade da compra de livros, de pagamento a amanuenses para as copias, o que se tornava tanto mais indispensavel quanto os trabalhos indefessos da investigação nas bibliothecas tinham fatigado a vista de Innocencio. Requereu elle por conseguinte, allegando todas estas razões, que lhe concedessem, em vez de 500 exemplares, 750. Depois de longa meditação, o ministerio deliberou acceder ao pedido do bibliographo, mas com uma certa modificação economica. Em vez de 750 exemplares, concediam-lhe apenas 700, e só do 6.º volume em deante. De nada serviria a Innocencio os 200 exemplares truncados dos ultimos volumes da sua obra. O deputado Torres e Almeida advogou na camara a causa do illustre bibliographo, e o ministro do reino, então Anselmo Braamcamp, concedeu o favor pedido, ordenando que se lhe dessem os 200 exemplares que de novo se lhe entregaram, desde o 1.º volume da obra. E' preciso notar, que já a esse tempo o *Diccionario Bibliographico* estava sendo apreciadissimo pelos estrangeiros, e que um distincto bibliographo de Moscou estranhava muito que os parlamentos portuguez e brazileiro não tivessem ainda votado uma recompensa ao homem que tão relevantes serviços prestava ao seu paiz. Vencida, portanto, a difficuldade, publicou se finalmente o 6.º volume em 1862, seguindo n'esse anno o 7.º que acabava na letra *Z*. Estava e não estava concluido o *Diccionario*, porque o proprio autor reconhecia serem precisos larguissimos supplementos, e era a esse trabalho a que o incançavel escriptor se ia dedicar. Era lhe, comtudo, impossivel, apezar do augmento da remuneração, e d'essa remuneração começar a ser valiosa pela acceitação da obra, entregar-se a esse trabalho, porque se sentia fatigado e o trabalho da repartição augmentara de um modo pesadissimo. Amanuense no governo civil da repartição de policia, saude e segurança publica, e, como empregado intelligente e laborioso, pesava sobre elle rudemente o serviço da repartição. Reconhecendo este inconveniente, a Academia das Sciencias, que o elegera seu socio effectivo em 7 de abril de 1862, resolveu representar ao governo que o dispensasse do serviço da repartição para poder entregar-se aos seus trabalhos bibliographicos. Redigiu essa representação, que tinha a data de 17 de maio de 1866, José da Silva Mendes Leal, com louvores que a obra merecia. O governo negou a autorisação pedida, pelo menos em toda a sua amplitude, e concedeu apenas a Innocencio, por portaria de 20 de julho do mesmo anno, que não fôsse á repartição quatro dias por semana. Logo em 1867 saiu o 8.º volume do *Diccionario* e 1.º do *Supplemento*, que abrangia as letras *A* e *B*, que tinham sido descriptas no 1.º volume. Como este fôra mais deficiente, as correcções e as ampliações indispensaveis deram um volume egual. De novo estacou o *Diccionario*.

Apezar de ser nominalmente valiosa, relativamente ás circumstancias do paiz, a entrega de 700 exemplares ao autor, a verdade é que a remuneração era insufficiente, porque ainda que Innocencio collocasse logo os seus 700 exemplares, ainda isso teria uma grande quebra, porém não só os não podia collocar logo, porque o *Diccionario*, sendo obra de venda segura, é tambem obra de venda demorada, mas ainda ha a accrescentar que Innocencio não era livreiro, e luctava com maiores difficuldades côm que lucta quem não anda constantemente entregue a esses negocios. A dispensa de ir quatro dias á repartição tambem pouco valia para um empregado consciencioso como Innocencio, que, sendo já official do governo civil e carregando com muitas responsabilidades da repartição, não podia, ainda que lhe fôsse permittido, como era, ir n'um dia tratar d'um negocio e deixal o depois incompleto pelos feriados que lhe consentiam que tomasse. De novo a Academia representou ao governo, pedindo lhe que o dispensasse completamente do serviço publico, e que em vez de lhe remunerar o seu trabalho com um certo numero de exemplares, pagasse ao autor 500$000 reis por cada volume. Esta nova representação tinha a data de 11 de maio de 1868. O governo, então presidido pelo conde de Avila, não fez caso da representação, assim como o não fez tambem o governo do bispo de Vizeu, que se lhe seguiu. Subindo, afinal, ao poder, em 1869 o ministerio do duque de Loulé, e vindo a occupar o logar de secretario geral do ministerio e de director geral da instrucção publica o conselheiro José Maria d'Abreu, fôram ambos informados dos embaraços que impediam a conclusão do *Diccionario*, e tomaram grande interesse em os demover. Não se fez esperar a solução, em termos que, se não fôram precisamente as propostas pela Academia, collocaram, comtudo, Innocencio n'uma situação mais vantajosa para proseguir a empreza, livrando-a das difficuldades que mais a contrariavam. Uma portaria datada de 12 de novembro do citado anno, explicada e modificada por outra de 18 de março de 1870, converteram em contrato, assentado sobre bases definitivas, o que anteriormente não passara de mera e graciosa concessão. Ao mesmo tempo o decreto de 17 de novembro de 1869 concedia a Innocencio, nos termos os mais elogiosos, o grau de official da ordem da Torre e Espada, o que muito o lisongeou, porque tivera sempre grande ufania nos seus antigos serviços militares, e aquella honrosa distincção lhe fôra concedida, entre outras cousas, pelos serviços que elle prestára á causa da Liberdade. Em 1870 saiu o 9.º volume do *Diccionario* e 2.º do *Supplemento*, abrangendo as letras *D* até *G*. Houve depois nova paragem. A velhice e a doença começaram a prostrar o intrepido trabalhador. Chegou a estar quasi cego de todo. Entretanto, não trabalhava só no *Diccionario*, foi collaborador effectivo do *Archivo Pittoresco*, onde escreveu muitas biographias, pequenas mas valiosas. Tambem publicou em folheto umas biographias de João Sanches e de Luiz Sanches de Baena, um manifesto aos subscriptores do *Diccionario Bibliographico Portuguez* e uma *Carta ao sr. Miguel Joaquim Marques Torres autor d'um impresso que se intitula «Vida de José Agostinho de Macedo,»* etc. Depois d'uma longa e pertinaz doença, falleceu, com 66 annos incompletos. O seu funeral foi concorridissimo, vendo-se encorporados no prestito muitos escriptores, fidalgos, homens de sciencia, representantes da Academia Real das Sciencias, da maçonaria, de toda a imprensa, da policia civil, etc. Um batalhão de infantaria n.º 2, com a banda, commandado pelo tenente-coronel, prestou as honras militares correspondentes ao grau de official da Torre e Espada. A Academia Real das Sciencias, na sessão de 26 de junho, mandou lançar na acta um voto de sentimento. Innocencio Francisco da Silva deixou grande numero de elementos para a continuação do *Diccionario*, e, segundo consta, quasi completo o 10.º volume (3.º do *Supplemento*), que foi publicado em 1883 pelo bem conhecido escriptor e jornalista sr. Brito Aranha, que, como seu testamenteiro, pediu ao governo autorisação, que lhe foi concedida, de tomar o encargo da continuação de tão grandiosa obra. O *Diccionario* já hoje conta 19 volumes, sendo o ultimo publicado em 1908. Toda a imprensa, por occasião da morte do illustre bibliographo, lhe consagrou saudosos artigos, esboços biographicos lastimando tão grande perda. Muitos d'esses artigos estão colligidos pelo sr. Brito Aranha no 10.º volume do *Diccionario*, onde trata largamente da biographia de Innocencio. Um dos seus biographos faz notar a sua prodigiosa memoria, dizendo que elle era uma bibliotheca viva; que se podia consultal o, mesmo na rua, sobre qualquer ponto da nossa historia, que elle, sem hesitar um momento, dava logo a explicação pedida. Homem leal e rispido, portuguez de velha tempera, estava nos ultimos annos da sua vida, aspero e rude. Amarguras concentradas lhe haviam azedado o animo. Além d'isso, era naturalmente irascivel, e não poupava injurias a quem lhe contrariava as investigações. Teve contendas litterarias com muitos escriptores autorisados. Era um polémista vigoroso e por vezes rude. Dias depois do seu fallecimento, o sr. Brito Aranha mandava executar com perfeição, pelo artista Joaquim Alves, uma lapide commemorativa para ser collocada no predio onde elle fallecera, e que era propriedade sua. (V. *Portugal*, vol. IV, pag. 240). Innocencio possuia uma notavel bibliotheca, que foi vendida em leilão judicial por ter o testamenteiro que fazer inventario orphanologico. Continha 10:000 volumes e 12:000 folhetos; quasi 300 volumes e 1:300 documentos varios, manuscriptos; 80 mappas, mais de 800 retratos, gravados e lithographados, de reis, principes, escriptores e homens celebres, etc., portuguezes; 1:800 ou 2:000 de estrangeiros e 1:000 estampas diversas. O modo como foi annunciado e divulgado o catalogo d'esta bibliotheca, assim no paiz como no estrangeiro, fez com que subisse extraordinariamente o preço de algumas obras e collecções, attrahindo ao local onde se effeituou o leilão numerosos entendidos licitadores. Na occasião em que se procedia ao inventario e catalogação da bibliotheca, veiu a Lisboa o imperador do Brazil D. Pedro II, e mostrando desejos de visitar a casa do finado, onde foi effectivamente no dia 3 de setembro de 1877, como ficou mencionado nos jornaes do dia immediato, ali examinou minuciosamente collecções, manuscriptos, obras raras, estampas, etc. Innocencio Francisco da Silva pertencia a grande numero de corporações litterarias, scientificas e

populares, nacionaes e estrangeiras, e nomeadamente do Instituto Historico e Geographico do Brazil, de que se ufanava pela maneira honrosissima por que lhe conferiram o respectivo diploma em sessão de 25 de maio de 1860. Além da Torre e Espada, recebeu tambem a commenda da ordem da Rosa, do Brazil, por mercê espontanea do imperador em 17 de julho de 1872, tendo em junho de 1853 recebido o grau de cavalleiro d'esta ordem. Em 1866 foi nomeado cavalleiro da ordem de S. Thiago, mas não acceitou. Por serviços prestados á causa liberal tambem possuia a medalha com o algarismo n.º 2, concedida na ordem do exercito n.º 16, de 18 de abril de 1855. Escreveu muitos artigos na *Encyclopedia Popular*, na *Revista dos monumentos sepulchraes*, no *Almanach de Lembranças*, no *Jornal da Noite*, *Revolução de Setembro*, *Diario Popular*, *Conimbricense*, etc. No *Diccionario Bibliographico*, volumes III e X, vem uma relação minuciosa de todas as suas obras.

Silva *(Jacinto Candido da)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, deputado, par do reino, ministro de Estado, etc. N. em Angra do Heroismo a 30 de novembro de 1857, e pertence a uma familia distincta e muito considerada n'aquella cidade. Depois de estudar os preparatorios na sua terra natal, veiu para Coimbra matricular-se na Universidade em outubro de 1876, e depois d'um curso brilhante, concluiu a sua formatura em junho de 1881, com as honras de distincto e de *accessit* nos ultimos annos. Foi convidado pelo corpo docente para se doutorar, convite que não acceitou, e depois de alguma demora em Lisboa, em que esteve praticando como advogado, voltou á ilha Terceira, onde exerceu a sua profissão desde 1882 até 1886, sendo n'esse periodo nomeado professor da sua terra natal. No seu tempo de Coimbra, não só no curso, mas no meio geral da academia, dera provas do seu talento privilegiado, salientando se entre os primeiros estudantes do seu tempo. Nas luctas academicas do Club, e na grande commissão do tricentenario de Camões, em 1880, a sua palavra nas assembleias geraes e em saraus litterarios evidenciou bem o seu nome. Em 1887 foi pela primeira vez eleito deputado pela opposição regeneradora, pelo circulo plurinominal de Angra, partido a que sempre pertenceu, e a que prestou relevantes serviços. Desde então nunca deixou de ter assento na camara em successivas legislaturas, sempre eleito pela terra da sua naturalidade, como nas de 1889, 1890, 1893, 1894, etc. Como deputado depressa se impoz pelo seu talento, os seus discursos parlamentares evidenciaram o orador moderno e elegante, destacando se principalmente pela fórma conscienciosa por que estudava os assumptos e pela clareza intelligente da sua exposição. Quando Oliveira Martins foi ministro, escolheu-o para relator das suas propostas de fazenda, e de salvação publica. Foi chefe da 2.ª repartição do ultramar, passou depois a ajudante do procurador geral da corôa, onde o seu voto foi sempre muito respeitado. Por mais d'uma vez fôra o sr. conselheiro Jacinto Candido da Silva indicado para ministro, e a 26 de novembro de 1895 foi chamado ao ministerio para se encarregar da pasta da marinha e ultramar. Não era das melhores a opportunidade, porque a situação politica colonial era, n'esse momento, bem delicada e melindrosa. Dera-se uma crise ministerial, e o novo ministro foi substituir o conselheiro Ferreira d'Almeida n'aquella pasta. O sr. Jacinto Candido da Silva conservou se no ministerio apenas poucos mezes, mas ainda assim, a sua passagem foi muito aproveivel. A lei que levou ao parlamento, creando colonias militares, e agricolas, e que desde logo foi posta em execução com lisonjeiro resultado, como o prova a colonia que foi installada em Manica, demonstra a acertada comprehensão que o ministro possuia da direcção mais util e proveitosa que convinha imprimir a nossa politica colonial. Os interesses do commercio ultramarino tambem fôram attendidos, tratando se dos melhoramentos do porto e o augmento material do caminho do ferro de Lourenço Marques. Uma das suas preoccupações foi egualmente a de dotar a marinha de guerra com o material naval de que ella tanto carecia, e reorganisação dos serviços do arsenal. Conseguiu contratar e fazer construir os cruzadores *D Carlos*, *S. Raphael* e *S. Gabriel*, o rebocador *Berrio*, e ainda os vapores de serviço para as provincias de Moçambique e Timor, *Baptista d'Andrade* e *Thomaz Andréa*, e adquirindo dois navios de véla, *Pero de Alemquer* e *Pedro Nunes*. Deve se lhe tambem o facto da reorganisação e partida d'uma divisão naval, sob o commando de Augusto Castilho, facto este que já ha muitos annos senão realisava. Sobre a reorganisação do arsenal, depois de ter consultado e ouvido todo o corpo superior e technico d'este estabelecimento do Estado, resolveu contratar o engenheiro Croneau, na convicção de que prestava um bom serviço ao paiz. Croneau tomou posse do logar em 4 de janeiro de 1897, e para seu adjunto foi nomeado o capitão tenente da armada o sr. Polycarpo de Azevedo. Em 1899 já se havia construido o cruzador *D. Amelia*, cujo lançamento ao mar se realisou a 10 de abril d'esse anno, com toda a solemnidade. Foi um facto da mais alta importancia para a industria das construcções navaes em Portugal. O sr. conselheiro Jacintho Candido da Silva foi elevado ao pariato em 1901. Separando-se do partido regenerador em que sempre militara, tornou-se chefe d'um grupo politico que se organisou, o *partido nacionalista*, tendo n'essa qualidade, tomado parte em differentes actos realisados por esse partido. Tambem fez parte dos congressos catholicos effeituados em varias terras do paiz. Collaborou, como jornalista do muito valor, em diversos jornaes que defendiam o catholicismo e a politica nacionalista. Sendo ainda estudante da Universidade, foi eleito socio effectivo do Instituto de Coimbra. Em 1909 era vogal do Tribunal de Contas.

Silva *(Jeronymo da)* Pintor do seculo XVIII. Parece que estudou em Roma; entrou na confraria de S. Lucas a 18 de outubro de 1711, onde, de 1713 a 1732 desempenhou varios cargos. São seus os quadros de S. Francisco de Salles da egreja das Necessidades; o do altar mór da egreja do convento da Encarnação; o grande quadro e as figuras allegoricas que adornam o tecto da egreja do Menino Deus; o da capella mór da Pena, os que estão no côro da egreja de S. Sebastião; os retratos da portaria de S Vicente, e os da sala do capitulo do convento da Graça, que representam papas, cardeaes, bispos e venera-

veis da ordem de Santo Agostinho. Entre estes, ha alguns attribuidos a André Gonçalves.

Silva *(D. Jeronymo Rogado Carvalhal e).* Bispo de Portalegre e da Guarda. N. n'esta ultima cidade a 17 de dezembro de 1720, onde tambem fal. em 1797. Entrou na vida ecclesiastica como clerigo secular, e em 1770 foi nomeado bispo de Portalegre, d'onde teve transferencia em 1773 para a diocese da Guarda. Escreveu: *Carta pastoral e exhortatoria aos seus diocesanos, na occasião da sua elevação á dignidade episcopal;* datada de Lisboa a 19 de outubro de 1770; sem logar de impressão; *Carta pastoral e exhortatoria a todas as pessoas ecclesiasticas e seculares do seu bispado* (o da Guarda); datada de Portalegre a 4 de março de 1773, tambem sem logar da impressão.

Silva *(João da).* O dos *Alcaides.* Fidalgo, filho de Ayres da Silva e de D. Guiomar da Costa. Militou em Africa, onde gastou o melhor da sua vida. Em 1510 esteve na defeza de Arzilla; em 1513, com o duque D. Jayme, na tomada de Azamor, onde foi um dos primeiros no assalto. D. João III o distinguiu com o cargo de regedor das justiças em 1522, em virtude da renuncia de seu pae, e n'elle continuou até 1557, anno em que falleceu com 75 annos de edade. Segundo o testemunho dos seus contemporaneos, foi um magistrado exemplar.

Silva *(João da).* O *Gallido.* Illustre capitão, filho de D. Brites de Menezes, fundadora do convento de S. Marcos. Quando D. João II, nas contendas com Castella, foi reconquistar Ouguella, teve por companheiro João da Silva. Uma noite em que as forças de uma e outra parte sairam em reconhecimento, encontrou se de súbito o capitão portuguez com o Mestre de Alcantara, e tão violento foi o combate, que ambos pagaram com a vida o seu heroismo O castelhano caiu logo morto, e o nosso guerreiro sobreviveu-lhe 25 dias.

Silva *(D. João da).* Era filho do 4.º conde de Portalegre. N. em 1 de junho de 1586, fal. a 12 d'agosto de 1634. Foi deputado do Santo Officio, de Lisboa, do conselho geral do mesmo tribunal, capellão-mór de D. Filippe III e do seu conselho. Teve a nomeação de bispo do Vizeu, mas não acceitou esse elevado cargo.

Silva *(D João da).* Tenente-general. N. em Elvas em abril de 1630, fal. em Lisboa a 11 de fevereiro de 1712. Era filho de D. Miguel da Silva e de D. Maria de Castro. Seus paes o destinavam á vida ecclesiastica, mas elle, sentindo-se com mais vocação para as armas, já depois de ter recebido as primeiras ordens, que lhe fôram fôram conferidas pelo bispo d'Elvas D. Manuel da Cunha, não quiz seguir os estudos religiosos, e assentou praça de soldado no regimento de que era mestre de campo Gonçalo Vaz Coutinho. Promovido logo a alferes, embarcou, para estreia, na armada em quo D. João IV pretendeu defender as prerogativas do porto de Lisboa contra a esquadra republicana ingleza, que tentava aqui mesmo aprezar os navios dos principes palatinos. Essa esquadra commandada por Blake, limitou-se a saquear a armada mercante do Brazil, e a esquadra portugueza, commandada por Jorge de Mello, tendo conseguido o seu fim, que era salvaguardar o direito de asylo que o nosso porto, como neutral nas contendas civis de Inglaterra, possuia, não ousou, comtudo, tirar vingança das piratarias dos inglezes. Promovido a capitão de cavallaria, quando desembarcou, foi pouco depois nomeado commissario geral de cavallaria, o n'essa qualidade commandava em 1658 os 8 esquadrões que compunham a cavallaria da guarnição d'Elvas, quando esta praça, governada por D. Sancho Manuel, teve que sustentar o assedio quo lhe foi posto por D. Luiz de Haro Quando o conde de Cantanhede, D. Antonio Luiz de Menezes, veiu atacar os sitiadores e os derrotou completamente na batalha das Linhas d'Elvas, a 14 de janeiro de 1659, a cavallaria da praça prestou relevantes serviços, mas tambem é verdade que foi o proprio D. Sancho Manuel quem se pôz então á frente dos seus esquadrões, o que nada prova contra o merecimento o a bravura de D. João da Silva, attestada brilhantemente nas campanhas da Restauração. Nomeado tenente general de cavallaria, estava, 6 annos depois, D. João da Silva debaixo das ordens do commandante geral de cavallaria, Diniz do Mello e Castro, no campo do batalha de Montes Claros. Os esquadrões que elle commandava, tinham sido lançados demasiadamente para o lado direito, e estivera elle duranto aprimeira phase da batalha completamente inutilisado. Na posição que occupava, comtudo, juntamente com Simão de Vasconcellos e Sousa, irmão do conde de Castello Melhor, pôde observar o movimento da cavallaria inimiga, que disfarçadamente contramarchava, porque apezar de ter rompido numerosas linhas, estas de novo se haviam unido, e a cavallaria hespanhola podia achar se n'uma situação critica. D. João da Silva correu a avisar o seu general, este avisou o marquez de Marialva, e a cavallaria portugueza lançada em massa sobre a inimiga, transformou a retirada em desordenada fuga. Parece que houve quem, apezar d'estes serviços, o accusasse de traidor, mas, ouvidas 80 testemunhas, saiu do processo a sua honra immaculada e o governo quiz dar-lhe o posto de sargento-mór de batalha e de general da cavallaria do exercito da Beira. Resentido com o quo passára, D. João da Silva recusou, e retirou se para Thomar, entregando-se no resto da vida exclusivamente a escrever obras de devoção. Tambem redigiu as suas memorias militares, mas fôram estas quo ficaram manuscriptas. Depois de se demorar muito tempo em Thomar, voltou para Lisboa, onde falleceu.

Silva *(João Antonio de Carvalho Rodrigues da).* Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra. Viveu nos fins do seculo XVIII, e nos principios do XIX. Escreveu as seguintes obras: *Poemas dedicados ao ill.*^mo^ *sr. Antonio José Maria Pereira Coutinho de Sousa Freire e Menezes*, Coimbra, 1791; *Memoria sobre o estado actual das fabricas de lanificios da villa da Covilhã e das causas que retardam a sua ultima perfeição,* Lisboa, 1803; *Armania, dialogo pastoril, Joronio e Umbrelio, na sentidissima morte da serenissima senhora D. Marianna Victoria, infanta de Portugal e de Hespanha,* Lisboa, 1788; *Lagrimas de Portugal na morte do serenissimo D. José, principe do Brazil,* Lisboa, 1789. Estas duas ultimas sairam com o pseudonymo de J. A. C R. Menanes.

Silva *(João Baptista e).* Um dos governadores das nossas provincias ultramarinas. N. em Lagos em 1744, onde tambem fal. em fevereiro

de 1827. Serviu no regimento da armada, esteve em Hespanha e França por objecto de serviço, foi quartel mestre de artilharia avulsa de Lagos, e sendo nomeado em 1785 capitão mór da ilha de S. Thomé, foi elle que introduziu n'essa ilha a cultura do café; foi despachado em 1798, governador das ilhas de S. Thomé e Principe, e desenvolveu muito a agricultura d'essas ilhas. Voltou ao reino em 1803, e tornou a ser despachado para o mesmo logar que já exercera, em 1812, apezar dos seus annos já avançados. Ali se conservou 13 annos, até que, sentindo-se muito velho, voltou a Portugal em 1825 e foi residir para Lagos, onde falleceu com 82 annos de edade, reformado no posto de marechal de campo.

Silva *(João Christino da)*. Distincto pintor de arte. N. em Lisboa a 24 de julho de 1829, onde tambem fal. a 12 de maio de 1877. Era filho de Antonio Paulino da Silva, proprietario e mestre d'uma fabrica de fitas. Tendo revelado desde muito novo tendencias para o desenho, foi mandado por seu pae para a Academia das Bellas Artes, onde se matriculou tendo apenas 12 annos de edade, no anno lectivo de 1841-1842. Em tres annos concluiu o curso da aula de desenho, e em 1845 passou a frequentar as aulas de pintura historica e de paizagem, em que teve por mestres Antonio Manuel da Fonseca e André Monteiro. Christino, porém, tinha uma indole rebelde á disciplina. Entendeu que os methodos de ensino eram maus, e declarou que não estava para os aturar, e que não podia continuar a frequencia da Academia, e em 1847, tendo só dois annos de frequencia dos estudos artisticos superiores, abandonou a Academia. Christino era um exaltado com muito talento, que obedecia constantemente á primeira impressão. Saindo d'aquelle estabelecimento de ensino, e não podendo ganhar a vida com o seu pincel, por não ter adquirido para isso os elementos indispensaveis, sentindo tambem repugnancia em entrar como operario na fabrica de seu pae, deliberou seguir um officio que mais se aproximasse da sua arte querida, e fez-se ciuzelador. Entrou, para aprender o officio, na officina dos lavrantes do Arsenal do Exercito O mestre da officina estimava-o muito, e Christino tambem lhe era affeiçoado Por isso emquanto elle viveu, deixou se estar trabalhando com gosto, mas apenas o mestre morreu, e pouco tardou que esse triste successo se desse, pois falleceu d'ali a um anno, Christino saiu do arsenal, e foi estabelecer-se de sociedade com um seu amigo abridor, que se chamava Montinho. Nunca deixara de se preoccupar com as questões artisticas A sua loja era o ponto aprazado de reunião para varios artistas novos, que, na maior parte, haviam sido seus collegas na Academia: Annunciação, Metrass, Victor Bastos, José Rodrigues, Antonio José Patricio, e outros. Christino enthusiasmava se com as suas theorias, apaixonava se pelas suas esperanças, e afinal declarou a seu pae que estava resolvido a ser artista, désse por onde désse. O pae, um excellente homem e que adorava os filhos, esteve por tudo, e em 1851, Christino estabelecia o seu *atelier* n'uma agua furtada d'Alfama, ao pé da casa de seu pae, e começava a trabalhar. Auxiliava-o muito com o seu conselho, e com o seu elogio, o seu amigo Annunciação, e um e outro encontravam na protecção e no affecto do rico negociante Moser, amador das artes, estimulo para irem trabalhando á espera de melhor futuro. Em casa de Moser, Christino e Annunciação reuniam se com frequencia, principalmente aos domingos, e ali se conversava largamente da arte, dos artistas, das suas esperanças e dos seus desalentos. Em 1855 annunciou-se a exposição de Paris, e os artistas portuguezes concorreram. Christino entendeu, que precisava dar um golpe de mestre para se tornar conhecido, ou dizer adeus para sempre aos seus sonhos. Inspirou-o um passeio que déra a Cintra com alguns amigos seus, e rapidamente, como era seu costume, improvisou o seu quadro de genero *Cinco artistas em Cintra*. Os cinco artistas eram elle, José Rodrigues, Victor Bastos, Metrass e Annunciação. Tinha frescura, novidade, muitas incorrecções e muito talento Agradou El-rei D Fernando foi com seu filho D. Pedro V vêr a exposição dos quadros que tinham de figurar na exposição parisiense, entre os quaes se via o quadro de Christino, já approvado pela commissão. D. Fernando parou em frente do quadro, analysou-o, e quiz conhecer o autor. Christino appareceu-lhe, com a sua bella cabeça de artista da renascença. El-rei, a quem o artista offereceu o quadro, consagrou com os seus elogios essa gloria nascente. De um dia para o outro o artista tornara se celebre. A imprensa portugueza não lhe regateou elogios, e a franceza tambem o apreciou com louvor. Então começou Christino a entregar-se a uma verdadeira furia de composição. Foi esse o defeito que o impediu de deixar uma obra verdadeiramente notavel. Paizagens, quadros de genero, fazia tudo apressado. Apezar de trabalhar com grandes intervallos, principalmente depois d'um certo periodo, em que desgostos quaesquer o affastaram do trabalho, Christino, segundo consta, deixou mais de 300 obras firmadas com o seu nome. Entre ellas figuram algumas, que estão na galeria das Necessidades, como a *Estalagem*, a *Primeira impressão da arte*, a *Estrada da Povoa*, etc. Em 1859 concorreu ao logar do professor substituto da aula de paizagem da Academia das Bellas Artes, e foi despachado, sendo o esboceto que fez para o concurso, uma das suas melhores obras. Em 1864 casou com D. Maria Joanna de Mesquita e Mello. Em 1867 foi á nova exposição de Paris com um pequeno subsidio do governo. Fez então tambem uma pequena viagem á Suissa. Um pintor francez que apreciava muito Christino, era o famoso pintor de batalhas Yvon. Achava-o sobretudo um excellente colorista. Os quadros seus que figuraram na exposição artistica hispano-portugueza de 1871 em Madrid, fôram tambem muito apreciados e applaudidos. Eram a *Cruz Alta de Cintra* e a *Fonte das Lagrimas*, que lhe valeu ser condecorado pelo rei Amadeu. Este ultimo foi reproduzido pela gravura na *Illustração hespanhola*. Christino começava, comtudo a azedar-se e a achar que o publico era injusto com elle, a queixar-se amargamente com uma exaltação assustadora, que ás vezes fazia duvidar das suas faculdades mentaes. Publicou por esse tempo um folheto em que transparecia toda a sua irritação intima, ao passo que o toldavam umas nuvens denunciadoras de um estado de espirito bastante estranho. Quasi que abandonara completamente a paleta. Era no Marti-

nho que Christino apparecia quasi sempre, convivendo alegremente com artistas, litteratos, escriptores, destacando se de todos elles pela sua physionomia original, e pelas suas distracções que eram curiosas. Nos ultimos annos da sua vida a alegria abandonara o, como o tinha abandonado o seu amor ao trabalho Factos, para outros talvez insignificantes, mas que a excessiva impressionalidade de Christino deu uma importancia extraordinaria, a tal ponto o irritaram, que se tornou necessario recolhel o ao hospital, d'onde saiu pouco tempo depois, completamente restabelecido, e cousa notavel, conservando na memoria, e contava minuciosamente tudo o que passara e soffrera n'esse tristissimo periodo da sua vida. Ferido novamente na cabeça e no coração, Christino falleceu na força da vida, não tendo ainda completado 48 annos de edade.

Silva *(João Chrysostomo Polycarpo da)*. Esculptor. N. na Merceana em 173?, e fal. a 20 de janeiro de 1798. Seus paes queriam que elle fôsse padre, mas se acaso chegou a receber algumas ordens, abandonou a carreira religiosa, e começou a fazer esculpturas em barro e ás vezes em madeira, por curiosidade, procurando apenas imitar o esculptor José d'Almeida. Se as figuras que fazia revelavam sempre talento, a sua ignorancia absoluta fazia com que lhe saissem quasi sempre defeituosas, mas esses defeitos não causavam transtornos, e as imagens de santos que fazia, vendiam se admiravelmente, e tornavam-se de grande devoção para o povo que as admirava. João Chrysostomo tinha uma grande qualidade para este genero de trabalho, é que elle mesmo pintava e estofava os santos, de fórma que as egrejas de Portugal não queriam outro fornecedor. Fez tambem muitas figuras de pasta para os quadros allegoricos que figuraram nas pomposas festas da inauguração da estatua de D. José no Terreiro do Paço. Quasi todas as imagens de santos que por esse tempo se fizeram para as egrejas de Lisboa e das provincias, eram d'elle. As que mais se apreciavam eram as de um andor, chamado de Scotto, que saía na procissão de S. Francisco, as das capellas de Santo Antonio dos Capuchos, principalmente, a do Senhor dos Passos. Era um grande amador de pintura, e uma grande parte do dinheiro que as suas grosseiras esculpturas lhe rendiam, empregava-o na compra de quadros. Não sabendo desenhar, teve discipulos pintores, e elle proprio pintou um quadro da *Ceia de Christo*. Trabalhou muito para sustentar a Academia do Nú, e sendo eleito seu director em 1787, recusou o logar. Deu isso motivo a uma polemica, escrevendo se contra elle um *Discurso apologetico*, a que respondeu com energia. Deixou manuscriptas umas *Memorias de alguns pintores e esculptores portuguezes*.

Silva *(João Cordeiro da)*. Musico e um dos compositores que brilharam na côrte nos fins do seculo XVIII. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento; apenas se sabe, que entrou para a irmandade de Santa Cecilia a 21 de novembro de 1756. Em 1763 era organista e compositor na capella real d'Ajuda. Mais tarde, parece, que foi mestre da capella e professor dos principes e infantes, juntamente com João de Sousa Carvalho. O que se conhece bem é a lista das suas obras, que vem mencionada no *Diccionario biographico dos musicos portuguezes*, de Ernesto Vieira, vol. I, pag. 305. N'ella figuram musicas que se cantaram nos theatros regios d'Ajuda, Queluz e de Salvaterra. Algumas d'estas partituras existiam na Bibliotheca d'Ajuda No archivo da Sé encontram-se muitas composições sacras de João Cordeiro da Silva.

Silva *(João Elias da Costa Faria e)*. Estadista. N. em Barcellos a 20 de julho de 1788, fal. em Lisboa a 20 de novembro de 1860. Seguiu a carreira da magistratura, e em 29 de março de 1818 fez parte do ministerio presidido pelo duque de Saldanha, como ministro da justiça. Sendo depois substituido pelo conselheiro Sá Vargas, voltou á sua cadeira de magistrado, sendo juiz da Relação de Lisboa, quando falleceu.

Silva *(João Gomes da)*. Alferes-mór o copeiro-mór de D. João I. Foi senhor de Lagos e d'outras terras, alcaide-mór de Montemór-o-Velho, acompanhou D. Beatriz, filha de D. João I a Inglaterra, onde ella ia casar com o conde de Arundel, e por ultimo foi embaixador em Castella.

Silva *(João José da)*. Juiz do Supremo Tribunal de Justiça, e auditor do tribunal superior do contencioso fiscal. Passou largos annos no exercicio de cargos judiciarios no ultramar, em Angola, India e China. Vindo depois para o tribunal da Relação de Lisboa, passou para juiz do Supremo Tribunal de Justiça, logar que exercia em 1913.

Silva *(João Mendes da)*. Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra. N. no Rio de Janeiro em 1656, fal. em Lisboa a 9 de janeiro de 1736. Veiu matricular se na referida Universidade, onde se formou em Leis, voltando depois para o Rio de Janeiro, e ali exerceu a advocacia com muitos bons creditos. Casou com Lourença Coutinho. Annos mais tarde, esta senhora, sendo suspeita de judaismo, foi presa pelos agentes do Santo Officio, e remettida para Lisboa João Mendes abandonou tudo para seguir sua esposa, cuja sorte, assim como a de seu filho Antonio José da Silva, o *Judeu*, já está mencionada n'este vol., pag. 877 e seguintes. Com escriptorio de advocacia em Lisboa, João Mendes, a despeito dos amigos que adquiriu, e das praticas ostensivas e muito frequentes de devoção e de piedade, não conseguiu arrancar sua mulher dos carceres da Inquisição; ao menos, porém, educou seu filho, e pôde vêl-o formado em Cánones pela Universidade de Coimbra, e praticando com elle no seu escriptorio. A 8 de agosto de 1726, infelizmente, tambem seu filho foi agarrado pelo tremendo tribunal, por suspeição de judaismo. Embora, depois de dois mezes de tormentos, o soltassem, aquelle dia 8 de agosto foi para o infeliz pae precursor de horrivel infortunio, e no seu espirito ficou como uma sombra negra e de mau agouro do futuro. Ainda assim, sempre com a perseguição da sinistra ideia, e com o medonho martyrio que ameaçava sua esposa, o pobre João Mendes, abatido, desgostoso, maldizendo comsigo a Inquisição, mas exteriormente fingindo acatal-a, viveu ainda 10 annos. João Mendes da Silva foi jurisconsulto e advogado muito apreciado, e poeta de algum merecimento.

Silva *(João Paulo da)*. Estucador de merecimento. N. em 1751 e fal. a 28 do dezembro de 1821. Foi discipulo de João Gorni, e trabalhou no palacio das Laranjeiras, onde estucou a maior parte dos tectos, sendo depois substituido por

Felix Salla. Aquella obra era dirigida pelo P. Bartholomeu Quintella, homem de muito gosto, o que bem indica ser João Paulo da Silva artista de valor. Depois dirigiu e executou muitos e apreciados trabalhos.

Silva *(João Ribeiro Christino da)*. Pintor, xylographo, professor da Escola Industrial Marquez de Pombal, antigo director da escola de desenho industrial de Leiria e Batalha, e da secção industrial do Instituto Lauro Sodré, do Pará, etc. N. em Lisboa a 9 de outubro de 1858, sendo filho do bem conhecido professor de pintura da antiga Academia de Bellas Artes, João Christino da Silva, e de D. Germana Rosa da Silva. Cursou a referida academia nos annos de 1870 a 1877, tendo, além do curso geral, seguido parte dos cursos especiaes de pintura com Miguel Lupi; de esculptura com Victor Bastos, e gravura em madeira com D. José Severini e João Pedroso. Por morte de seu pae, succedida em 1877, ficou com esses cursos incompletos, e luctando com falta de meios de subsistencia, recorreu ao trabalho, desenhando e gravando em madeira para os jornaes *Diario Illustrado*, *Occidente*, *Arte*, *Santo Antonio*, e outras publicações e livros, obtendo n'esta arte em exposições uma menção honrosa e uma medalha de prata. Ao iniciar se o *Grupo Leão*, fez parte da 1.ª exposição de 1881, apresentando com exito quadros a oleo de paizagem, continuando a apresentar trabalhos nas 7 exposições seguintes, e nas do *Gremio Artistico* e *Sociedade Nacional de Bellas Artes*, onde foi premiado n'esta especialidade com uma menção honrosa e uma medalha de cobre. Na exposição do Rio de Janeiro obteve tambem, em pintura, uma medalha de bronze. Em 1888 foi nomeado professor da Escola de desenho industrial Domingos Sequeira, em Leiria, e em 1890 director da mesma escola e professor da sua succursal no convento da Batalha, obtendo o premio de 100$000 reis dado por distincção de ensino pelo governo, bem como uma portaria de louvor pelo ensino na Batalha. Em 1893, n'aquelle monumento, fez os modelos para os frontaes gothicos dos tumulos dos monarchas D. Affonso V, D. João II e do principe D. Affonso, sendo por esse motivo condecorado por D. Carlos I com o grau de cavalleiro da extincta ordem de S. Thiago, de merito artistico, scientifico e litterario, por decreto de 6 de dezembro de 1906. Em 1895 foi transferido por conveniencia de serviço, para a escola industrial Rodrigues Sampaio, de Lisboa, e em 1897 para a escola industrial Marquez do Pombal Em 1899 foi contratado pelo governador do Pará, o dr. Paes de Carvalho, para dirigir o ensino da secção industrial do Instituto Lauro Sodré, para o que lhe foi concedida, pelo governo portuguez, uma licença illimitada. Exerceu aquelle cargo durante anno e meio, com louvor do governo paraense, regressando no anno 1901, em vista das difficuldades financeiras d'aquelle estado do Brazil, á escola industrial Marquez de Pombal. Em 1904 foi nomeado em commissão de exame e inspecção ás escolas industriaes das ilhas de S. Miguel e Terceira, e ás industrias de Angra do Heroismo, por cujo desempenho lhe foi dada uma portaria de louvôr. Em 1899 visitou as cidades de Bordeaux, Paris, Marselha, Barcelona; em 1912 tambem esteve em Paris. No anno de 1911 foi convidado pela Academia de Estudos Livres para reger um curso de desenho, e a dirigir varias visitas de estudos ao castello de Leiria, palacio de Queluz, Torre de Belem, Museu Nacional de Bellas Artes, Castello de S. Jorge, Alfama, o que desempenhou publicamente e com agrado. O sr. Christino da Silva, em 1902, era thesoureiro da Sociedade Nacional de Bellas Artes. Nas differentes exposições, entre outras telas, apresentou as seguintes de Obidos e da Batalha: *Torre do Facho*, *Costa de S. Pedro de Muel*, *Corucheu de D. João I*, *Egreja de Santa Maria*, *Rua Cadeia*; expoz tambem uma gravura, *Vista de Leiria*, *Moinhos á beira mar*, etc. Publicou, em 1910, na *Bibliotheca de Instrucção Profissional* o livro dos *Elementos de historia da arte*, dividido em 4 volumes: a *Arte antiga*, a *Arte medieval*, a *Arte na Renascença* e a *Arte Moderna*, obra illustrada pelo autor com mais de 600 desenhos, os quaes fôram premiados com uma medalha de prata pela Sociedade Nacional de Bellas Artes. Escreveu o *Relatorio do anno lectivo de 1900*, da *Secção Industrial do Instituto Lauro Sodré*, que publicou em Lisboa, 1901. Entre outros artigos de assumptos artisticos publicados no *Damião de Goes*, no *Occidente*, em 1911 e 1912, inseriu no *Diario de Noticias* uma serie de artigos intitulados *Anotações de esthetica citadina*, de aspectos pittorescos e artisticos da cidade de Lisboa. O sr. João Ribeiro Christino da Silva é casado com a sr.ª D. Maria Antonia Carvalhosa e Silva.

Silva *(João Serras e)* Doutor em medicina pela Universidade de Coimbra. E' natural de Alcaravella, concelho de Sardoal, sendo filho de Antonio Serras e Silva. Foi doutorado em 18 de julho de 1897. E' lente na sua faculdade, regendo a 15.ª cadeira. Em 30 de novembro de 1907 foi nomeado vogal do Conselho Superior de Instrucção Publica.

Silva (*P. João Thimoteo da*). Padre da congregação da missão. N. em Lisboa a 22 d'agosto de 1771, fal a 9 de novembro de 1832. Entrou na congregação a 8 do setembro de 1786, e foi superior visitador. Escreveu: *Homem christão e politico, por um sacerdote da congregação da missão*, Lisboa, 1806; *Ideia verdadeira do bem e do mal, por um zeloso do bem publico*, Lisboa, 1827.

Silva *(Joaquim)*. Artista dramatico muito apreciado. N. em Lisboa a 41 de dezembro de 1870, fal. no Ceará a 4 de julho de 1896. Era estofador de carruagens, e sentindo se com grande inclinação para o theatro, aproveitava as horas vagas em representar n'uma sociedade de amadores, que existia na calçada do Cabra. Passou depois para outra sociedade, tendo por ensaiador o velho actor Carreira, já então Joaquim era considerado um bom amador. Em seguida entrou para o grupo de Eduardo Brazão, ond mais se affirmou o seu merito. A primeira vez que se apresentou em publico foi na parodia *Niniche Lisbonense*, n'um theatrinho da rua do Olival. De ali passou para o Chalet Araujo, na feira das Amoreiras, estreando-se a 9 de maio de 1881. Com o Chalet foi depois para Belem, e andando assim de feira em feira, o Chalet veiu a fixar se no local, onde está hoje o theatro da Rua dos Condes. Foi ali que alcançou os maiores successos nas revistas *Microbio*, *Pontos nos ii*, na magica *A Sombra do Rei*, na farça *Manuel Mendes*, na parodia o *Duque de Vizella*, etc. O artista tornou-

se tão notavel que Francisco Palha foi buscal-o para a Trindade, para se encarregar de primeiros papeis, ao lado de artistas como Queiroz, Leoni, Augusto e outros. Estreou-se a 17 desetembro de 1887 na opera comica *A Toutinegra do Templo*, alcançando fartos applausos e grande sympathia no publico. D'abi em deante, em cada peça que entrava, era um triumpho para o novel artista. Foi longo o seu reportorio de então, em que se contam: *Boccacio*, *Nitouche*, *Moleiro de Alcalá*, *Carneiros na sobreloja*, *Homem da bomba*, *Almas do outro mundo*, *Trinta botões*, *Gato preto*, *Perichole*, etc. Em 1892 foi contratado pelo empresario Sousa Bastos para o Brazil, estreando-se no Rio de Janeiro a 10 de julho no papel de *Maduro* no *Burro do sr. Alcaide*. Foi um successo enorme, e que ainda mais se accentuou nos papeis de *Lucas e deputado do Tim tim por tim tim*, na *Gran-Duqueza*, *Casamento simulado*, e muitas outras. Em S. Paulo obteve tambem phreneticos applausos. Quando regressou do Brazil, dirigia Sousa Bastos o theatro da Trindade, e Joaquim Silva para ali voltou, continuando a ter enormes sympathias e agradando sempre em todos os papeis que desempenbava. Em 1895 tornou ao Brazil, percorrendo o Rio de Janeiro, Pará, Maranbão, onde adoeceu, e na viagem para Pernambuco, tendo-se o vapor demorado no Ceará, ali falleceu a bordo. Era um artista de merito, que a morte arrebatou aos 36 annos incompletos. Joaquim Silva tinha graça e naturalidade, e era muito intelligente.

Silva *(Joaquim Antonio da)*. Lente da Escola Polytechnica, que promettia ser um notavel homem de sciencia, se a morte o não viesse arrebatar tão cedo. N. em Lisboa a 18 de abril de 1830, onde tambem fal. a 10 de agosto de 1860. Era filho de Joaquim Antonio Borges da Silva. Frequentou o Lyceu Nacional de Lisboa desde os 12 aos 17 annos, mostrando sempre grande desejo de aprender, tornando se notavel, não só pelo seu talento, mas principalmente pela sua assidua applicação. Concluido o curso de instrucção secundaria, matriculou-se em 1849 no 1.º anno da Escola Polytechnica, nas aulas que lhe eram precisas para poder entrar na Escola Medico Cirurgica, porque seu pae lhe escolhera a profissão de medico. E foi tal a distincção, com que frequentou as aulas das sciencias physico naturaes, que mereceu ser equiparado aos alumnos ordinarios que alcançaram os primeiros premios, os quaes, comtudo, não lhe puderam ser conferidos pela circumstancia d'elle se ter matriculado como voluntario. Passando á Escola Medica, no anno lectivo de 1849-1850, manteve ali os bons creditos que tinha alcançado, e continuou com a mesma assiduidade e aproveitamento os estudos theoricos e praticos. Foi ao entregar se com ardor aos ultimos, que lhe succedeu ferir se na mão esquerda com o escalpello, quando estava dissecando um cadaver O virus purulento inoculou-se, produziu-do-lhe perigosissima infecção que muito custou a debellar, e que o ia arrastando á sepultura. Felizmente escapou d'essa terrivel enfermidade, e fortaleceu se apaixonando-se cada vez mais pela sciencia, em que fazia constantes progressos, e da qual se tornou distincto ornamento. Entretanto, a Escola Polytechnica abria concurso para a substituição da cadeira de chimica. Era em meado de 1853, quando Joaquim Antonio da Silva acabava o 4.º anno do seu curso de medico. Ambicioso de gloria e obrigado a procurar uma posição lucrativa, não hesitou em ir ao concurso, não obstante ter de luctar com individuos que se entregavam especialmente ao estudo d'essa sciencia, e não tinham como elle outras obrigações a atteuder. Joaquim Antonio da Silva, que havia trabalhado muito, tão sabidas provas da sua grande aptidão mostrou n'este concurso, que logo na primeira lição conquistou a opinião publica, e predispoz a seu favor os membros do jury. A sua prelecção foi clara, methodica, fluente e correcta. As outras prelecções corresponderam á primeira; e o conselho da Escola propôz ao governo a sua nomeação, que se realisou em 26 do dezembro de 1853, sem que nenhum dos outros concorrentes, nem o que tinha ali demorada pratica das manipulações chimicas, lhe pudesse ser equiparado. Em 1854 frequentou o 5.º da Escola Medica, e fez ao mesmo tempo o tirocinio, a que os lentes da Escola Polytechnica são obrigados. Nas aulas do seu curso, na sua cadeira de professor, no laboratorio que lhe está annexo, o trabalho foi tão excessivo que a sua debil construcção se resentiu, e diversas hemoptyses o acometteram. Em 1855 concluiu o curso de medicina, defendendo a sua these, intitulada: *Do emprego do perchlorureto de ferro no tratamento dos aneurismas*, que parece, não se ter publicado. Fez tambem serviço, como cirurgião, no hospital do S. José, sendo nomeado a 2 do junho de 1856; n'esse anno tambem esteve no hospital dos cholericos, que na occasião da epidemia da cholera-morbus se levantou provisoriamente na Junqueira. A sciencia aconselhou-o então a uma viagem á ilha da Madeira, com o fim de recuperar a saude, ou pelo menos de procurar allivio aos padecimentos. Partiu, com effeito, em janeiro de 18?7, mas pequeno foi o resultado obtido. Na volta a Lisboa continuou, sempre doente, nos seus antigos trabalhos, aos quaes consagrava todo o tempo. No entretanto, a molestia progredia fazendo constantes estragos, e ameaçando lhe a existencia. N'estas circumstancias, os seus collegas lembraram-se de o propôr para a substituição da cadeira de physica, com o fim de o poupar ás grandes fadigas do laboratorio chimico. A proposta foi approvada pelo governo, e o estudioso professor, tendo menor trabalho no gabinete, sustentou, comtudo, os mesmos creditos, que d'antes bavia alcançado. Fôra, em 1856, que a Academia Real das Sciencias o escolhera para ler as disciplinas da cadeira de introducção á historia natural, creadas para cumprimento do legado Maynense. Novo accrescimo, mais trabalho, junto da sua clinica no hospital de S. José, e fóra d'esse estabelecimento na cidade, augmentaram lhe os soffrimentos, sem que elle, influido pela paixão scientifica, se apercebesse de que o beneficio resultante de haver abandonado o laboratorio chimico se perdia nas labutações a que se entregava todos os dias. E chegava a ponto a sua devoção, que se não limitava a expôr doutrina nas aulas e a praticar a medicina e a cirurgia. Juntamente com o seu collega Julio Maximo de Oliveira Pimentel, depois visconde de Villa Maior, trabalhava pelo progresso da sciencia, entregando-se a estudos e observações sobre a viciação do ar atmospherico dentro dos edificios, e principalmente nas casas que teem communica

ção directa com os canos de despejo. Eram os primeiros ensaios para a canalisação e para a salubridade de Lisboa, que fôram logo publicados, e lhe abriram as portas da Academia Real das Sciencias. A publicação realisou-se em 1857, nos *Annaes* da mesma academia. O mau estado de saude, que dia a dia se aggravava, não lhe permittiu então a serie de experiencias, que entrava no plano adoptado entre elle e o seu collega. N'esta occasião já tinha sido exonerado de director do observatorio metereologico do infante D. Luiz, o dr. Dias Pegado, que fôra o seu fundador, e para o logar que vagára, foi convidado em 1858 Joaquim Antonio da Silva, que acceitou logo dirigindo o gratuitamente perto de quatro annos, e entregando se abi a delicadissimos trabalhos de observação de phenomenos magneticos. A'cêrca d'este importante assumpto, o primeiro d'esta natureza que se tratou no paiz, apresentou á Academia das Sciencias, em outubro de 1859, uma extensa memoria, que foi impressa entre as das suas collecções. E já anteriormente se havia occupado com a analyse das aguas das chuvas, colhidas em diversas condições meteorologicas, avaliando a sua riqueza em azotato do amonia, com o fim de elucidar questões de subido interesse para a agricultura e para a physiologia vegetal. Em 1857, durante a epidemia da febre amarella, Joaquim Antonio da Silva tomou parte muito activa nas sessões do congresso medico, já nas discussões publicas defendendo as melhores doutrinas, já nos trabalhos da 4.ª commissão, da qual se tornou um dos membros mais assiduos o mais uteis. A doença, porém, caminhava apressadamente e os collegas lhe aconselharam uma viagem á Africa Occidental. Partiu do Lisboa em abril de 1860 no vapor *D. Pedro*. Não lhe soffreu, porém, o animo de ir só procurar o desejado restabelecimento, o passou a desempenhar o cargo do cirurgião do bordo. O principio da viagem foi auspicioso, mas pouco tempo durou a esperança. O soffrimento voltou logo, mais intenso ainda, o tomou um caracter assustador. Joaquim Antonio da Silva perdeu então a voz, e elle proprio reconheceu que a sua vida estava proxima do termo. E, comtudo, continuou inalteravelmente como cirurgião a prestar os serviços que o seu estado de saude lhe permittia, assim a bordo como em todos os pontos onde o vapor estacionou; e como sabio procurou colleccionar importantes exemplares de historia natural para o museu da Escola Polytechnica, chegando a preparar um d'elles por suas proprias mãos. Aproximava-se da costa de Portugal o vapor *D. Pedro*, e o illustro professor pediu a um sacerdote, que vinha a bordo, lhe ministrasse os ultimos soccorros da religião christã, e não tardou a fallecer resignado, entre os passageiros, cuja sympathia e amizade havia conquistado. No dia 12 de dezembro entrava em Lisboa o vapor, e espalhava se na cidade a triste noticia. O cadaver do benemerito professor ficára sepultado no Oceano.

Silva *(Joaquim Augusto Porphyrio da)*. Official da secretaria do governo civil de Castello Branco, terra onde nasceu. Em 1853 publicou um *Memorial chronologico e descriptivo da cidade de Castello Branco, dedicado aos seus habitantes.*

Silva *(Joaquim Carneiro da)*. Professor de desenho e de gravura. N. no Porto em 1727, fal. em Lisboa a 18 de outubro do 1818. Aos 12 annos de edado embarcou para o Rio de Janeiro ua companhia de seus paes, e ali estudou gravura com o professor João Gomes, gravador da casa da moeda, natural de Lisboa. N'aquella cidade travou relações de grande amizade com um brazileiro, João Henriques de Sousa, que era grande amador de musica. e promovia concertos o saraus musicaes. Joaquim Carneiro da Silva, que se tornara um eximio flautista, não faltava nunca a essas reuniões. Em 1756 voltou para Lisboa, depois do ter estado 17 annos no Rio de Janeiro, e como já vinha precedido de grande reputação como gravador, obteve facilmente ser enviado a Roma pelo governo, para ali se aperfeiçoar com os bons mestres Effectivamente estudou com Luiz Sterni, um dos bons pintores de Roma n'essa epoca. Em 1760, tendo o marquez de Pombal rompido violentamente as relações do paiz com a curia romana, Joaquim Carneiro da Silva teve de sair de Roma, porque o omnipotente ministro d'el rei D. José dera ordem para que abandonassem a cidade todos os portuguezes ali residentes. O marquez de Pombal mandou offerecer a Joaquim Carneiro da Silva um emprego na casa da moeda, porém elle preferiu aperfeiçoar-se na sua arte, e pediu licença para estudar em Florença, o que lhe foi concedido, e n'aquella cidade se demorou alguns annos. Em 1769, tendo o marquez do Pombal creado na imprensa regia uma aula de gravura, o nomeou professor d'essa aula, com o ordenado fixo de 400$000 reis, e 100$000 de gratificação por cada alumno que formasse e fôsse um bom artista. Mais tarde, quando Ponzoni, que regia a cadeira do desenho no Collegio dos Nobres, se retirou, foi Joaquim Carneiro da Silva nomeado para o substituir na regencia da cadeira, em que pretendeu aposentar-se em 1780, o que lhe foi recusado com os motivos mais lisonjeiros, allegando-se que não se podia dispensar tão benemerito professor. Então ficou resolvido dar-se-lhe um substituto. Foi Joaquim Carneiro da Silva um dos directores da Academia do Nú; comtudo, sendo depois encarregado de elaborar os estatutos para a organisação d'uma aula regia de desenho, começou a entender que a Academia do Nú podia fazer concorrencia a essa aula, que lhe convinha muito mais, e retirou se da Academia. D'essa aula regia, fundada em 1781, eram dois os professores: Joaquim Manuel da Rocha ensinava o desenho do corpo humano, e José da Costa ensinava architectura. Joaquim Carneiro da Silva foi nomeado substituto da cadeira de desenho do corpo humano. Pelo seu fallecimento, o illustre professor legou á Academia Real das Sciencias uma collecção magnifica de mais de 1:000 estampas, que laboriosamente collecionara. Entre os seus trabalhos de gravura, deixou os seguintes: *S. José com o menino Jesus nos braços*; *Nossa Senhora do Rosario*, no genero de Maratti; uma gravura equestre feita n'uma chapa de tres palmos; as 70 gravuras da *Luz da liberal e nobre arte de cavallaria*, de Manuel Carlos de Andrade. Parte d'essas estampas fêl-as Joaquim Carneiro da Silva gravar em Madrid, e para isso ali foi. Gravou tambem um retrato do principe D. José, filho de D. Maria I, e copias d'algumas obras das infantas D. Maria Benedicta e D. Marianna. Joaquim Carneiro da Silva tambem foi escriptor. Em 1772 pu-

blicou uma traducção dos *Elementos de Geometria* de mr. Clairaut, com estampas; em 1803, o *Tratado breve theorico das letras typographicas*, com 8 estampas; em 1789, a *Apologia da preeminencia da arte da esculptura sobre a de fundir estatuas em metal*, saiu no *Jornal Encyclopedico*, em fevereiro do citado anno; em 1808; *Instrucção sobre um novo methodo de preservar os navios do naufragio, por causa da agua aberta;* foi reimpresso em 1817, no *Jornal das Bellas Artes*, ou *Mnemosine Lusitana*, tomo II, n.º XIX. Ha ainda de Joaquim Carneiro da Silva um grande numero de desenhos á penna feitos com sépia e com tinta da China. Entre elles avultam, o que representa a acclamação de D. Maria I e o que representa a embaixada da Polonia, junto ao papa.

Silva *(Joaquim da Costa e)*. Financeiro, que chegou a ser thesoureiro mór do erario regio. tendo desempenhado durante a sua vida varias commissões importantes, em que o seu procedimento parece que levantou queixas e censuras, porque teve de vir á imprensa defendel-o. Uma d'essas commissões foi a de inspector das obras d'Ajuda nos tres annos de 1818 a 1821. Para defender os seus actos imprimiu o seguinte folheto: *Demonstração comprovada do que praticou o conselheiro Joaquim da Costa e Silva, como inspector que foi da obra do palacio d'Ajuda, desde 17 de fevereiro de 1818 até 9 d'abril de 1821.* O artista Francisco Rosa respondeu a este folheto com outro intitulado: *Antonio Francisco Rosa para o sr. conselheiro Joaquim da Costa e Silva, a analyse a um seu papel intitulado «Demonstração,»* etc., Lisboa, 1822, Outra commissão foi desempenhada na administração militar, e para a defender, escreveu: *Demonstração comprovada do que praticou nas repartições militares, e objectos que a estas pertenciam, desde o anno de 1811 em deante*, Lisboa, 1822.

Silva *(Joaquim José Ventura da)*. Calligrapho e professor de instrucção primaria e secundaria, funcções que exerceu por largos annos em Lisboa, com grandes creditos. N. n'esta cidade a 11 de março de 1777, onde tambem fal. a 5 de setembro de 18·9. Deixou impressas as seguintes obras: *Regras methodicas para se aprender o caracter da lingua ingleza, acompanhadas de umas noções de arithmetica; offerecidas ao serenissimo senhor D. Pedro, principe da Beira*, Lisboa, 1803; esta obra era acompanhada pelo retrato do autor, feito por seu irmão Henrique José da Silva, que foi pintor notavel. Saiu reimpressa, correcta e augmentada em 1819 com o titulo: *Regras methodicas para se aprender a escrever todos os caracteres de letras, acompanhados d'uma completa arithmetica e de um appendice de geographia.* Esta obra teve 3.ª edição em 1841; *Regras methodicas para se aprender a escrever os caracteres das letras ingleza, portugueza, aldina, romana, gothica italica e gothica germanica.* O livro compõe se de 43 traslados, desenhados pelo autor e gravados por Lucio e Freitas, Lisboa, 1803; *Descripção topographica da nobilissima cidade de Lisboa e plano para a sua limpeza e conservação da saude de seus habitantes*, 1835; *Orthographia da lingua portugueza, reduzida a regras geraes e especiaes Com um appendice e um novo methodo de ensinar e de aprender a ler o portuguez*, 1834.

Silva *(Joaquim Maria da)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, professor e reitor do lyceu de Santarem, etc. N. na ilha Terceira a 21 de maio de 1833, sendo filho de Manuel Joaquim da Silva e de D. Anna Maxima das Dores e Silva. Sorriu lhe de muito novo a carreira das letras, e começou os seus estudos com muito aproveitamento. O desejo de transferir o domicilio de sua familia, especialmente de seu pae, para o continente, porque os medicos declaravam que só ahi elle poderia lograr prolongada vida, o incitou a vir ao reino frequentar estudos superiores, e a 4 de outubro de 1819 saiu da ilha com todos os seus, e matriculou se na Universidade de Coimbra, onde fez um curso brilhante Leccionando preparatorios, auxiliava assim as despezas, tanto dos seus estudos, como de um seu irmão, de cuja educação se encarregou, e que tambem foi bacharel em direito. Terminando o curso da Universidade, fez a sua formatura a 6 de outubro de 18¨4. Em seguida oppoz se ao concurso da cadeira de mathemathica e philosophia em Coimbra, e foi despachado para o lyceu de Santarem, logar de que tomou posse a 5 de setembro de 1855. Abriu, tambem, banca de advogado n'aquella cidade, tornando-se muito conhecido e considerado no exercicio d'esta profissão. Varias vezes foi eleito procurador á junta geral do districto, e em 1876 era seu presidente. Em 27 de julho de 1862 foi nomeado reitor e commissario dos estudos. Em 22 fôra eleito socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, a 4 de dezembro de 1867 recebeu a mercê da commenda da ordem de Christo, e a 12 de janeiro de 1870 foi nomeado socio da Academia Madrilena de Jurisprudencia e Legislação. Em 25 de julho de 1873 teve o diploma de socio honorario do Gremio Litterario de Angra do Heroismo. Escreveu varias obras e traduziu outras, entre as quaes figura a *Educação das mães de familia*, de Aimé Martin. Casou em Santarem com D. Maria da Conceição de Carvalho e Silva.

Silva *(Joaquim Possidonio Narciso da)*. Architecto das obras e paços reaes, distincto archeologo, etc. N. em Lisboa a 17 de maio de 1806, fal. em Campolide a 23 de março de 1896. Era filho de Reynaldo José da Silva, mestre geral dos paços reaes, e de sua mulher D. Maria Luiza Narcisa da Silva. Contava pouco mais de um anno de edade, quando partiu com seus paes, em novembro de 1807, para o Rio de Janeiro, a bordo da esquadra que conduzia a familia real, que emigrava, fugindo á invasão dos francezes. Passou os primeiros annos n'aquella cidade, adquirindo ali alguns rudimentos de desenho e de architectura. Em 1821 voltou á patria. Era um rapaz gentil, applicado, de maneiras cortezes, preoccupado já com as maravilhas da arte. Em Lisboa encetou logo os estudos regulares, sendo discipulo do celebre artista Domingos Antonio de Sequeira. Nos annos seguintes recebeu tambem lições de Germano Xavier e de Sendim. Em 1824 emprehendeu uma viagem instructiva a Paris para se aperfeiçoar na architectura. Trabalhou n'aquella cidade com Carlos Perier, concluindo a sua educação em 1828, feitos os ultimos exames na Academia de Bellas Artes da capital franceza Não satisfeito, foi para Italia, onde se demorou dois annos, principalmente em Roma, en-

contrando ainda ali Domingos Antonio de Sequeira. Assim se formou a educação do architecto e archeologo, e do artista Lidou com os grandes mestres de Portugal, França e Italia. Tomou parte em trabalhos serios no Palais Royal e nas Tulherias. Viu Sequeira a desenhar e a compôr. Entrando em Portugal com o imperador D. Pedro, passada a dolorosa crise da guerra civil, acbou se na lufa-lufa artistica da epoca. Teve de propôr e dirigir trabalhos na renovação de grandes edificios e palacios, na improvisação da sala do parlamento, em S Bento, construcção provisoria, que durou até á construcção actual, e na decoração dos paços reaes. Conhecia como architecto os primeiros edificios do paiz, porque os tinha estudado e medido, nas suas numerosas excursões scientificas, levantando plantas, alçados e córtes, podendo ainda comparal-os com os congéneres que tinha visitado attentamente em França e Italia. Foi, em 1858, que pensou n'este projecto, que abrangia não só as construcções civis, como as militares e religiosas. Tendo solicitado para este fim licença particular do rei D. Pedro V, a qual lhe foi concedida, acbou-se passado algum tempo incumbido officialmente pelo governo de levar ávante o seu projecto, por uma honrosa portaria de 27 de outubro do mesmo anno. Foi por iniciativa de Joaquim Possidonio da Silva, que se fundou o Albergue dos Invalidos do Trabalho, benemerita instituição consagrada á saudosa memoria de D. Pedro V, que fallecera a 11 de novembro de 1861. O trabalho incessante do distincto archeologo e architecto em auxiliar, por todos os meios possiveis o desenvolvimento o prosperidade de aquella utilissima instituição, constitue uma verdadeira epopeia de dedicação e philantropia. Em 1863 fundou com alguns amigos a Associação dos Architectos civis e Archeologos portuguezes. Para museu archeologico e séde da associação escolheram as ruinas do Carmo. Pouco a pouco se fôram ali reunindo muitas peças de alto apreço archeologico e artistico. O fundador era infatigavel, e ao seu vigoroso auxilio se deve o desenvolvimento e engrandecimento d'esse museu, concorrendo muito para salvar da ruina, da perda e do esquecimento, muitas preciosidades. Em tempos, o illustre archeologo realisou ali uma interessante serie de conferencias sobre architectura e archeologia, que fôram muito concorridas. Tambem no museu do Carmo estabeleceu um curso de archeologia, que elle regeu com a sua mais reconhecida competencia João Possidonio da Silva foi, sem duvida, um dos homens de sciencia de mais valor de Portugal, um d'aquelles, que durante a sua carreira sempre procuraram honrar, pelo estudo e pelo trabalho, a sciencia e a patria. Até á ultima hora, sempre dedicou os seus affectos á Associação dos Architectos e Archeologos, de que fôra successivamente eleito presidente, o ao museu do Carmo. A sua edade avançada, os longos trabalhos, não o impediam que viesse ás reuniões. E' este um exemplo notavel de actividade, de crença e de fé Já perto dos 90 annos não quiz deixar de ir a Paris, em outubro de 1895, assistir ás festas do centenario do Instituto de França, de que era membro associado. Algumas pessoas de familia e amigos lhe falaram da fadiga de tão longo trajecto, na sua avançada edade, que lhe aggravaria os seus padecimentos, a que elle, insistindo, respondia que desejava despedir se da brilhante capital, onde lhe haviam corrido alguns annos de mocidade em trabalhos gloriosos de arte e inspiração. Proximo a fallecer, pediu a seus filhos, que no caixão, junto do seu corpo, encerrassem os seus estojos de desenho, regoas e esquadros, bem como uma enxada de que se servira, quando andava nas suas excursões archeologicas. Publicou muitas obras sobre a sua especialidade, que vem mencionadas no *Diccionario Bibliographico*, volumes IV, pag 149, e XII, pag. 136 a 138. Havia sido aposentado no seu cargo de architecto da Casa Real; era moço da real camara, tinha fóro de fidalgo, cavalleiro da ordem da Torre e Espada, commendador da do Carlos III, de Hespanha, presidente da commissão dos monumentos nacionaes, socio correspondente da Sociedade Archeologica de Madrid, e de muitas outras sociedades artisticas e scientificas no estrangeiro, onde o seu valor como homem de sciencia era devidamente apreciado. Em 28 do março de 1897 realisou no museu do Carmo a Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes uma sessão solemne, em homenagem á memoria do distincto e benemerito artista, proferindo o sr. visconde de Castilho o seu *Elogio historico*, que depois se imprimiu em luxuosa edição, saida dos prélos da typographia da Academia Real das Sciencias e illustrada com o retrato do extincto, reproduzido pelo processo da photogravura a tres côres de Egreja & Almeida. A tiragem foi restricta a 800 exemplares enumerados e rubricados com a indicação da pessoa ou bibliotheca a que foi offerecido O archeologo Gabriel Pereira, ha pouco fallecido, escreveu um artigo, no n.º do *Boletim da Real Associação dos Architectos em memoria do architecto Possidonio da Silva*.

Silva *(Joaquim Theotonio da)*. Cirurgião medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, lente jubilado de obstetricia na mesma escola, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa e d'outras ordens, conselheiro, etc. N. em Lisboa a 19 de novembro de 1817, onde tambem fal. a 25 de março de 1896. Era filho de João José da Silva Defendeu these em 14 de janeiro de 1841; foi nomeado cirurgião extraordinario do hospital de S. José, sem vencimento e por provisão da Misericordia em 24 de novembro de 1842. Foi adjunto ao director do hospital da cholera morbus em 1856, depois, com egual cargo no hospital da febre amarella no Desterro em 1857; a 11 de maio de 1858 passou a cirurgião do banco do hospital de S. José, extraordinario, nomeado em 6 de agosto de 1859, a director em 2 de julho de 1862, o de enfermaria a 7 de janeiro de 1865. Foi nomeado lente substituto da secção cirurgica da Escola Medico Cirurgica a 21 de agosto de 1859, proprietario para a cadeira de obstetricia, indo substituir o grande cirurgião Magalhães Coutinho, em 17 de junho de 1875. Foi jubilado a 18 de setembro de 1879. Emquanto substituto regeu por differentes vezes as cadeiras de pathologia externa, obstetricia e clinica cirurgica De 1869 até 1874 fez o curso de pathologia geral, cadeira que só foi creada a 10 de abril de 1876, sendo louvado superiormente. Depois de jubilado continuou sempre a dirigir a sua enfermaria de Santo Onofre no hospital de S José, faltando ali só quando a

docuça o retinha em casa. O dr. Theotonio da Silva foi o primeiro cirurgião em Portugal que fez a tracheotomia no croup (1851), a applicação do aparelho Dieulafoy para a puncção hypogastrica de bexiga nos casos de retenção de urinas (1875), a extirpação completa do astragalo (1875), etc. Foi tambem quem fez entre nós as primeiras experiencias em animaes domesticos com o chloroformio, logo que d'este anesthesico teve noticia (1847), e quem generalisou a etherisação dos operados iniciada em Portugal por elle e pelo cirurgião Klerk. Ainda nos ultimos tempos era chamado para conferencias, porque os novos medicos, já distinctos operadores, queriam, comtudo, ouvir a opinião autorisada do mestre O dr. Theotonio da Silva fez parte de differentes commissões escolares, como a de revisora de contas, a do projecto da reforma do ensino, a do estado sobre o exame de sangradores, parteiras, dentistas, etc. Deixou publicados alguns trabalhos, como: *Tratamento operatorio dos apertos da urethra*, Lisboa, 1857; *Considerações sobre a bronchotomia*, Lisboa, 1855; *Discurso pronunciado na Sociedade das sciencias medicas de Lisboa*, em 1856; *Discurso*, idem, idem, *em 17 de maio de 1857*, Lisboa, 1857; *Discurso pronunciado na presença de sua majestade el rei D. Luiz I, na sessão solemne da abertura da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa no dia 5 de outubro de 1866 pelo lente substituto da mesma escola*, Lisboa, 1867. Escreveu muitos artigos e communicações scientificas, dispersos pelos jornaes de medicina, como o *Correio Medico, Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, etc. O illustre professor, além das honras já citadas, era medico honorario da real camara, socio da Academia Real das Sciencias, socio benemerito da Sociedade das Sciencias Medicas, onde prestou relevantes serviços, e d'outras sociedades scientificas nacionaes e estrangeiras.

Silva (*Joaquim Theotonio Cornelio da*). General de divisão reformado. N. a 15 de setembro de 1826, fal. a 13 de agosto de 1903. Assentou praça em infantaria, arma em que fez toda a sua carreira, a 5 de março de 1844, sendo promovido a alferes em 29 de abril de 1851, a tenente em 10 de agosto de 1863, a capitão em 1 de junho de 1871, a major em 22 de novembro de 1881, a tenente-coronel em 31 de outubro de 1884, a coronel em 4 de janeiro de 1888, a general de brigada em 20 de dezembro de 1893, reformando-se em general de divisão a 4 de janeiro de 1898, sendo collocado no quadro auxiliar em virtude do decreto de 16 de dezembro de 1897. Exerceu importantes commissões de serviço publico, sendo uma d'ellas a de chefe da 1.ª repartição da secretaria do ministerio da guerra. No posto de general commandou a brigada de Abrantes, e mais tarde a 4.ª divisão militar. Era condecorado com o grande officialato da ordem de Aviz, e com o grau de official da Torre e Espada. Tambem foi jornalista, e dirigiu por muito tempo o *Universal*, que em tempo se publicou.

Silva (*Jorge da*). Fidalgo descendente da primeira nobreza de Portugal, que D. João III chamou para ser companheiro da infancia de seu filho o principe D. João. Era filho de João da Silva, senhor de Vagos e regedor da justiça, e de D. Joanna de Castro, da familia dos condes da Feira Ignora se a data do nascimento, mas sabe se que falleceu na funesta batalha de Alcacer Kibir, em agosto de 1578 Quando D. João III estabeleceu casa a seu filho, o citado principe real D. João, em 1549, Jorge da Silva renunciou a fazer parte da sua casa. Foi conselheiro de estado de D. Sebastião, a quem acompanhou na expedição d'Africa, onde morreu valentemente, combatendo ao seu lado Casou duas vezes, e não deixou descendencia. Passou grande parte da vida a escrever obras religiosas e a cuidar de cousas santas. N'essas obras conta-se o *Tratado da creação do mundo, e dos mysterios da nossa redempção*, que se imprimiu em Lisboa, 1552; reimpresso em Coimbra, 1551; em Lisboa, 1590, 1665, 1672; em Coimbra, 1677; em Lisboa, 1680, 1687, 1698, e em 1700; a *Homilia ao Sacramento*, etc., Evora, 1554, reimpressa em Lisboa, 1586; *Tratado em que se contém a paixão de Christo*, etc., Evora, 1589.

Silva (*D. Jorge da*). Filho do 2.º conde de Portalegre o sobrinho do cardeal D. Miguel da Silva. Tendo contribuido para a jornada d'este prelado caiu no desagrado de D. João III, que o mandou prender na Torre de Belem d'onde saiu em 1543 por pedido da infanta D. Maria. Mandado então para Mazagão e transferido depois para Arzila combateu ahi contra os mouros, e fal. na expedição em Setembro de 1544.

Silva (*José Alvares da*). Medico que viveu no seculo XVIII, e escreveu em 1756 as duas obras seguintes, que n'esse anno publicou: *Investigação das causas proximas do terremoto succedido em Lisboa no anno de 1755*, e *Precauções medicas contra algumas remotas consequencias que se pódem excitar do terremoto de 1755*.

Silva (*P. José Amaro da*). Presbytero secular. Era natural de Guimarães, e floresceu no seculo XVIII e principios do XIX. Escreveu: *Paraiso perdido, poema heroico de João Milton, traduzido em vulgar, com o «Paraiso restaurado,» poema do mesmo autor, e notas historicas, mythologicas, etc., de Mr. Racine*, Lisboa, 1780; 2 tomos, 2.ª edição, Lisboa, 1830; esta traducção é feita em prosa, não do original inglez, mas d'uma traducção franceza; *Compendio historico de todas as sciencias e artes, traduzido em portuguez*, Lisboa, 1780; nova edição em 1838; *Diccionario philosophico da religião, no qual se estabelecem todos os pontos da mesma, accommettidos pelos incredulos, e no qual se responde a todas as suas objecções; pelo abbade Nonnotte; traduzido em portuguez*, Lisboa, 1820.

Silva (*José Aniceto da*). Escriptor indiano, de quem apenas se sabe que redigiu em Gôa, de 1821 a 1826, a *Gazeta de Gôa, jornal official*, formando 5 volumes nos annos de 1835 a 1837, *Chronica constitucional de Gôa, jornal official;* publicação semanal, que formou 3 volumes; *O Observador, jornal politico*, de 1839 e 1840, formando 1 volume; *A voz dos povos da India, jornal politico*, de 1845 o 1846, formando 1 volume. Além dos jornaes, escreveu: *Analyse da proclamação que a junta provisional do governo da India portugueza, installada a 16 de setembro de 1821, fez ao povo d'esta provincia*, Nova Gôa, 1823; saiu com as iniciaes do nome do autor, e contém numerosos documentos e notas; *Grammatica da lingua franceza ou recopilação das melhores grammaticas para se aprender com facilidade a falar e escrever o idioma francez*, etc , Nova Gôa, 1845; tambem saiu com as iniciaes do autor.

Silva *(José Antonio da).* Esculptor. Era irmão do professor de gravura historica, Domingos José da Silva. Foi discipulo de Antonio Machado, aperfeiçoou se com Francisco Leal Garcia, e assistiu em Roma aos trabalhos executados por aquelle professor. Era esculptor em pedra e em madeira. A sua esculptura do *Christo*, em madeira, foi muito apreciada. Fal. quando apenas contava 30 annos de edade, com fama de bom artista.

Silva *(José Augusto da).* Escriptor e antigo chefe da revisão da Imprensa Nacional. N. a 14 de agosto de 1829, fal. a 15 de outubro de 1900. Era filho de José Pedro da Silva Junior e de D. Henriqueta Maria Vianna. Aprendeu a arte typographica na referida imprensa, sob a direcção de João Manuel de Freitas. Depois de concluir 6 annos de tirocinio, foi promovido, em 28 de junho do 1858, a contramestre da escola de composição, por serem já bastantes conhecidos o seu zelo, habilidade artistica e illustração. Por ordem de 1 de janeiro de 1861 foi nomeado revisor ordinario da imprensa, tendo desempenhado as funcções de revisor technico do diario das camaras legislativas desde 1855. Em 4 de junho de 1865 passou a servir cumulativamente como revisor do *Diario do Governo.* Com geral approvação serviu, por espaço de dois mezes, de sub director da officina typographica, na ausencia de Mauricio José Dias, commissionado á exposição universal de Paris, de 1867. Por ordem de 27 de setembro de 1879 foi nomeado chefe de serviço da revisão, logar que exercia ainda quando falleceu. Fez parte d'algumas commissões creadas para o estudo de varias reformas de serviços, e tambem da que foi incumbida de rever as tabellas de preços de todos os trabalhos typographicos em 1864. Foi presidente do conselho administrativo da caixa de soccorros da Imprensa Nacional, sendo já desde muitos annos secretario da assembleia geral da mesma caixa; foi tambem presidente da assembleia geral da Associação Typographica Lisbonense e Artes Correlativas, em 1874, 1875 e 1880 Pertenceu a outras associações, onde exerceu cargos importantes com toda a proficiencia. Foi delegado ao congresso das associações portuguezas pela caixa de soccorros da Imprensa Nacional. Pelos relevantes serviços que prestou por occasião da epidemia da febre amarella, em 1857, como presidente, que então era, da commissão administrativa do Montepio União, foi condecorado com o grau de cavalleiro da Torre e Espada, e com a medalha de *Lisboa agradecida*, creada pela camara municipal para commemorar esses serviços. O fallecido rei D. Carlos I tambem lhe concedeu o habito da ordem de Christo; possuia o diploma e medalha de ouro da Exposição Industrial Portugueza, etc. Foi redactor e collaborador de diversos jornaes, e especialmente do *Jardim Litterario* e da *Federação*; n'este ultimo escreveu uma serie de artigos sobre loterias, alguns dos quaes o *Tribuno Popular*, de Coimbra, transcreveu com elogio A pedido do editor João Carlos de Ascenção Almeida, redigiu o *Almanach Illustrado e Encyclopedico*, em 1855. Bibliographia: *O reinado de Satanaz ou os ricos e pobres*, romance social por Benjamim Gastineau, *traducção*, Lisboa, 1856; *Noticia dos ministros e secretarios de estado do regimen constitucional, nos quarenta e um annos decorridos desde a regencia installada na ilha Terceira, em 15 de março de 1830, até 15 de março de 1871*, Lisboa, 1871; *Resenha dos deputados da nação portugueza eleitos desde 1820 até 1876, e dos senadores durante o regimen da constituição de 1838* designando as provincias ou circulos que lhes conferiram os diplomas, das do juramento, renuncia e perda do logar por acceitarem quaesquer mercês; summario chronologico das leis eleitoraes e de subsidio dos deputados, etc.; *Noticia dos ministros e secretarios de estado de Portugal desde a promulgação do alvará de 28 de julho de 1736 até ao presente, e das regencias e juntas do governo supremo do reino que se constituiram na mesma epoca;* 2.ª edição muito accrescentada. De collaboração com o fallecido barão de S. Clemente, escreveu tambem os *Documentos para a historia das côrtes geraes da nação portugueza*, e *Noticia historica das ordens militares e civis portuguezas, e legislação respectiva desde 1789.*

Silva *(Augusto Sergio da).* Violoncelista notavel. Nasceu em Lisboa em setembro de 1858, onde tambem fal. em 5 de janeiro de 1890. Era filho de Antonio Paulino da Silva, proprietario e mestre de uma fabrica de fitas. Era irmão mais novo do notavel pintor João Christino da Silva. Tinha tambem, como seu irmão, muita habilidade para o desenho, e nas primeiras indecisões sobre a carreira que devia seguir, frequentou a Academia de Bellas Artes. Depois matriculou-se no Conservatorio, dedicando se definitivamente á musica. Ali estudou violoncello com João Jordani, de quem se tornou o melhor e o mais estimado discipulo. Tantos progressos fez que aos 17 annos entrava para a orchestra do theatro de S. Carlos, e 3 annos mais tarde passava a primeiro violoncello, logar que seu mestre lhe abandonou por estar em edade muito avançada. Sergio foi desde então, e durante perto de 30 annos, um dos mais apreciados artistas que possuiu aquella orchestra. Tocou a solo em numerosos concertos publicos, com especialidade nos concertos populares organisados em 1860, e dos quaes foi socio. Era sempre admirado pela magnificencia do som e pela extraordinaria facilidade do mechanismo, devida á liberdade propria O desiquilibrio mental, que sempre mais ou menos se fez sentir pelo desordenado da vida, aggravou-se com a edade e com as contrariedades resultantes do proprio desgoverno, caindo de degrau em degrau, na extrema baixeza. Em 1884 abandonou totalmente o theatro de S. Carlos, onde era já irregular o serviço que fazia, e algum tempo depois acceitou um contrato para todas as noites ir tocar, acompanhado a piano, n'um café estabelecido na rua do Soccorro, onde concorria gente da peor especie. Ali se tornou o encanto dos frequentadores, que se extasiavam ouvindo as phantasias que elle improvisava sobre o fado e outros cantos populares, ou sobre themas de operas conhecidas do vulgo. E seguindo um modo de vida consoante ao meio em que tristemente se mottera, não tardou a arruinar a saude até que falleceu. Sergio da Silva foi durante muitos annos musico supranumerario da real camara, trabalhando, portanto, em todo esse tempo sem remuneração alguma, como era da praxe; mas quando vagou o logar, e lhe competia tomar posse effectiva com vencimento de ordenado, a administração da Casa Real, com o pretexto de ir

supprimindo pouco a pouco a orchestra da camara, não o admittiu. Esta circumstancia não contribuiu pouco para lhe perturbar a razão, já naturalmente fraca, e leval o a lançar-se no viver desgraçado que por fim adoptou. Apezar do seu caractor desordenado, Sergio tinha boa disposição para ensinar, e os discipulos lhe consagravam grande estima.

Silva *(José Celestino da)*. Coronel de cavallaria. N. em 6 de janeiro de 1848. Assentou praça a 27 de julho de 1865, sendo promovido a alferes a 4 de janeiro de 1869, a tenente em 4 de maio de 1875, a capitão em 23 de maio de 1883, a major em 29 de dezembro do 1892, a tenente-coronel em 4 de agosto de 1891 e a coronel em 23 de dezembro de 1898. Esteve em Chaves, em cavallaria n.º 6, sendo capitão, e durante muito tempo fez serviço na guarda municipal do Lisboa. Foi nomeado governador de Timor, cargo de que tomou posse em 1894, e em que prestou relevantes serviços ao paiz. Estabeleceu carreiras regulares entre a colonia, Hong-Hong, Macau e outros portos da China e Australia, abriu novos mercados no estrangeiro, promoveu o estabelecimento do empresas agricolas, ligou as principaes localidades com uma rêde telephonica, etc. E' bem conhecida a forte sublevação dos povos de Timor, que poz em muito grave risco a soberania portugueza n'aquella nossa possessão, na Oceania, em que se commetteram grandes atrocidades contra os portuguezes pelos insurrectos. Felizmente, o coronel Celestino da Silva, no seu longo governo, conseguiu submetter os povos rebeldes de Cassa, Lausso e Ossukae. Nas victorias alcançadas n'essa campanha de Timor consolidou o dominio portuguez Para se conhecer bem o valor de tão gloriosa campanha, deve lêr se o officio publicado no *Diario do Governo*, de 3 de novembro de 1896, em que o valente governador fez um resumido relatorio da guerra. E' um documento notavel e muito honroso. As batalhas de Sanir e de Cová, que fôram as iniciaes da victoria geral que se seguiu, constituem feitos militares verdadeiramente epicos, porque até escassearam munições. Do resultado material e moral de taes victorias são prova evidente as cordealissimas festas de que foi alvo o heroico governador no seu regresso a Dilly. O commercio local, comprehendendo quanto ganhava com o restabelecimento da segurança publica e do prestigio da nossa soberania, promoveu deslumbrantes festas em louvor dos vencedores. Indigenas, chinas, arabes organisaram um luzido prestito a que se juntou a população em massa; e, com a bandeira nacional desfraldada dirigiram se todos á residencia do nobre governador saudando-o phreneticamente, pelas vantagens alcançadas. Em 1903 o sr. coronel Celestino da Silva tornou a assumir aquelle governo, onde ainda se conservava em 1908. Possue as seguintes distincções: carta de conselho, commendador, official o cavalleiro da ordem de Aviz; as medalhas de ouro do valor militar, de serviços no ultramar, para commemorar a campanha de Timor em 1895 e 1896, e para commemorar as operações de guerra do Timor em 1900; a medalha de prata de comportamento exemplar

Silva *(José Cesario da)*. Vice-almirante reformado. N. em Belem a 5 de maio de 1844; assentou praça em 20 de novembro de 1860, sendo promovido a guarda-marinha em 17 de julho de 1865, a 2.º tenente em 18 de junho de 1868, a 1.º tenente em 7 de dezembro de 1876, a capitão tenente em 26 de março de 1885, a capitão de fragata em 25 de julho de 1889, a capitão de mar o guerra em 7 de julho de 1896, a contra almirante em 12 de fevereiro de 1905, e a vice-almirante a 27 de agosto de 1909, reformando se em 31 de julho do 1911. E' gran-cruz e grande official da ordem de Aviz e official da de S. Thiago. Possue as medalhas de ouro da campanha do ultramar, e de comportamento exemplar; e as de prata de philantropia e caridade, e de 2.ª classe da Cruz Vermelha. Escreveu um *Manual de instrucção para uso da escola de torpedos*, que foi publicado em 1880 por conta do governo.

Silva *(P. José Coelho da)*. Padre da congregação do Oratorio. N. na freguezia de Geraz, no arcebispado de Braga, a 25 de outubro de 1796; ignora so a data do fallecimento Entrou na referida congregação a 8 de outubro de 1813. Escreveu: ***Memoria historica e ascética da vida do P. Miguel André Biancard, sacerdote da congressão da Missão de Portugal***, etc., Lisboa, 1848; *O alimento da alma christã, etc.*, Lisboa, tomo I, 1847; parece que so não publicou mais nenhum. Traduziu do francez a seguinte obra de Mr. Gobillon: *Vida da Veneravel Luiza Marillac*, etc., Lisboa, 1840.

Silva *(José Correia da)*. Tenente coronel de infantaria. N. em Pernambuco em 1746, onde tambem fal. em 1810. Foi por seus paes destinado á carreira militar. Em 1777 era alferes do regimento do infantaria do Recife, quo estava destacado na ilha de Santa Catharina, quando a 27 de fevereiro o governador Antonio Carlos Furtado de Mendonça entregou por indigna capitulação a praça ao general hespanhol D. Pedro Cevallos. Então o alferes José Correia correu ao quartel, tomou a bandeira do seu regimento, cingiu se com ella, conseguiu passar da ilha ao continente, ondo se demorou occulto dois dias á espera das consequencias da capitulação, e sabendo emfim quo a ilha ficara conquistada pelos hespanhoes, a 2 de março atreveu-se a encetar a pé longuissima viagem para levar a bandeira por elle glorificada a Pernambuco, devendo atravessar os sertões de S. Paulo e Minas Geraes, o qua so effeituou. O governador José Cesar de Menezes elevou o a tenente e logo depois a tenente ajudante do regimento de granadeiros, e como José Correia so distinguisse por muito intelligente e escrevesse com letra admiravel, foi encarregado de organisar mappas estatisticos, que seguidamente se remetteram para Lisboa recommendados pela sua precisão, clareza e importancia, como pelo trabalho esmerado calligraphico. O mesmo capitão general José Cesar do Menezes o promoveu a capitão, deu lhe o commando da fortaleza do mar, e em 1787 o encarregou da policia da villa e do termo do Recife. Era enormissimo o encargo. Abundavam ladrões e assassinos, as noites eram do cuidados e de apprehensões no Recife e seus proximos bairros. José Correia, que não se recommendou pela stricta legalidade de seus actos policiaes e que arbitrariamente foi prendendo e soltando, ou mandando para a ilha do Fernando facinoras conhecidos, e homens suspeitos e de envolta com elles talvez alguns innocentes, procedeu com energia tal quo no fim

d'um anno do seu absolutismo official, os habitantes do Recife dormiam tranquillamente, e seguros sem mais receios de perturbação do seu somno, e do algum desenido na segurança das portas. José Correia da Silva atravessou 4 governos da capitania, dirigindo a coutento geral por mais de 20 annos a policia do municipio ou termo do Recife. A's vezes arbitrario, mas sempre bem intencionado, foi a amada garantia da vida e da propriedade, e por isso mesmo elemento civilisador proprio e adequado áquelle tempo Depois de 50 annos de importantes serviços, fal. com o posto de tenente coronel, a que fôra promovido pouco tempo antes.

Silva (*José da Costa e*) Architecto muito apreciado. N. na villa de Povos a 25 de julho de 1741, fal. no Rio de Janeiro a 21 de março de 1819. Entregando se ás bellas artes, veiu para Lisboa estudar engenharia com Filippe Rodrigues e o desenho de figura com Carlos Maria Ponzoni, que era professor no Collegio dos Nobres Quem o encaminhou n'esta direcção foi o astronomo Angelo Brunelli, que, ao voltar do Brazil, onde fôra enviado pelo governo de D. João V para fazer demarcações, subiu o Amazonas quasi até ao Perú, e voltou depois a Lisboa, onde relacionando se com José da Costa e Silva e achando-lhe habilidade, quiz encarregar-se da sua educação, e o incitou a entregar se ao estudo das bellas artes, especialmente da architectura. Continuando sempre a protegel-o, Brunelli alcançou-lhe do marquez de Pombal uma pensão para ir estudar á Italia, e como elle proprio ia a Bolonha, sua patria, para abraçar seus paes, levou comsigo o seu protegido, saindo de Lisboa em março do 1769 O bom gosto da architectura tinha se ali corrompido como nas outras cidades. Mauro Tezi, que foi considerado o restaurador do gosto architectonico, teve por discipulo Petronio Fancelli, excellente pintor de perspectiva, que José da Costa elegeu para seu mestre, mas frequentou a sua escola só anno e meio, porque Fancelli passou a Veneza O seu 2.° mestre foi Carlos Bianchoni, grande desenhador, architecto civil e pintor de historia Como fazia progressos obteve primeiramente um premio de 2.ª classe, e no anno seguinte outro da 1.ª, mas proseguindo os estudos com tanta efficacia, foi recebido tres annos depois, em 1775, entre os academicos de honra e de merito de aquella Universidade. Completados pois com esta grande distincção os seus estudos regulares, percorreu a Italia n'uma viagem artistica. Esteve alguns mezes em Roma, vendo e desenhando as bellezas d'arte que ali se admiram; foi tambem a Napoles vêr as antiguidades de Pozzuollo, Herculano, etc., a Vicenza e Veneza, famosas pelas obras de Palladio; a Verona vêr o antigo amphitheatro dos romanos, Florença, etc. Entretanto morria em Portugal o rei D. José I, e era derrubado o poder do marquez de Pombal, e em setembro de 1779, o novo governo mandou convidar José da Costa e Silva, como o mais digno, para reger a cadeira de architectura, que pelos novos estudos devia haver na Universidade de Coimbra, e que n'essa occasião vagára. Não lhe convinha, depois de se ter habituado á vida dos grandes centros, ir sepultar o resto da vida em Coimbra, e por isso recusou, e voltando a Portugal, veiu para Lisboa, onde a colonia italiana o encarregou do concluir a capella mór da egreja do Loreto, que fôra começada por Manuel Caetano. Creada pela Mesa Censoria uma nova aula regia de desenho, por decreto de 23 de agosto de 1781, foi José da Costa provido na cadeira de architectura, tendo por substituto Joaquim Carneiro da Silva. Então começou a ser encarregado de todas as construcções que por esse tempo se fizeram e se projectaram no reino. Fez o plano do novo Erario, e além do pagamento que teve em premio, recebeu uma pensão para dirigir a obra, com a promessa da rainha D Maria I, de succeder no cargo de architecto das obras publicas a Reynaldo, que estava doente, e viveu pou cos mezes mais. No entretanto, a rainha, que era quem mais especialmente o protegia, enlouqueceu, e o logar foi dado pelo principe regente D João a Manuel Caetano. Continuou, porém, com a direcção dos trabalhos mais importantes de Lisboa, e em 1792 fez o plano do theatro de S. Carlos, que se principiou em 1793, debaixo da direcção de Sebastião Antonio da Cruz Sobral. No mesmo anno se incumbiu tambem, por ordem da princeza D. Maria Benedicta, da construcção do hospital dos Invalidos em Runa, hospital que estava a concluir em 1807, quando se deu a primeira invasão dos francezes. Tendo-se incendiado o palacio d'Ajuda em 1795, o qual fôra construido á pressa logo depois do terremoto de 1755, tratou-se da sua reedificação com a maior solidez, e foi José da Costa encarregado de apresentar o plano, mas o italiano Fabri, que estava em Lisboa e era muito protegido pelo conde d'Obidos, apresentou tambem um plano, que ao principio foi reprovado, e depois acceito. Manuel Caetano requereu para ser encarregado da execução do plano de Fabri, mas em 1802, pouco antes da sua morte, o exoneraram d'aquelle encargo, chamando a essa direcção os dois architectos Fabri e José da Costa e Silva, sendo então ambos augmentados no vencimento, como architectos das obras publicas e reaes. José da Costa continuara a reger a sua aula de desenho, e mandara muitos desenhos á Academia de S. Lucas em Roma, que o elegeu seu socio de merito a 29 de novembro de 1781. O governo portuguez tambem lhe concedera o habito de Christo, que n'aquella epoca era uma remuneração valiosa. Em 1812 o principe regente o mandou chamar para o Rio de Janeiro, e ali José da Costa se incumbiu d'alguns trabalhos, fallecendo alguns annos depois.

Silva (*José da Costa e*). Professor regio de grammatica latina. N. em Lisboa em 1757, fal. a 27 de fevereiro de 1838. Escreveu: *Parabens ao em.mo e rev.mo sr. D. Carlos da Cunha, cardeal patriarcha de Lisboa, por occasião de ser restituido á egreja e á patria*, etc., Lisboa, 1824; *Perguntas sobre a grammatica latina*, Lisboa, 1819; *Explicação da grammatica* etc., Lisboa, 1819; *Conjugações de verbos*, etc , Lisboa, 1827.

Silva (*José da Costa e*). Bacharel em medicina pela Universidade de Coimbra. N n'esta cidade a 29 de setembro de 1836, fal. no Porto a 18 de julho de 1881. Era filho de José Maria da Costa e Silva e de D. Libania da Costa e Silva. Seguiu os estudos universitarios, formando-se na faculdade de medicina em julho de 1864. Em fins de setembro d'esse anno foi nomeado professor de mathematica elementar e introducção á historia natural no Lyceu Nacional de Portalegre,

logar que exerceu por muitos annos. Tambem foi por algum tempo vice-presidente da camara municipal d'aquella cidade. A Associação dos Artistas de Coimbra o elegeu seu socio honorario por diploma de 15 de maio de 1865, em homenagem ao merito artistico manifestado na composição do hymno dedicado a esta associação. Em quanto foi estudante consagrou algumas horas de ocio á cultura da musica, aprendendo a tocar varios instrumentos, principalmente piano e violino, estudando tambem um pouco de harmonia com o dr. Antonio Xavier de Sousa Monteiro. Estabelecido em Portalegre, desenvolveu ali o gosto pelo theatro e pela musica, escrevendo e ensaiando elle proprio as peças que se representavam, e compondo tambem a musica. Uma d'essas peças foi uma oratoria intitulada *Santa Iria*. O seu enthusiasmo pela arte theatral era tão grande que promoveu a construcção d'um pequeno mas elegante theatro, que foi inaugurado por Emilia das Neves em 1875. Publicou: *Principios geraes de harmonia ao alcance de todos*, Lisboa, 1868. Escreveu as seguintes peças theatraes, que parece não se terem imprimido: *O commissario de policia civil*, comedia em 2 actos, imitação; *O Prologo*, drama em 1 acto; *D. Affonso I, oratoria em cinco epocas e quinze quadros; revista de quarenta e seis annos*, *ornada de musica pelo autor*; *O Sargento-rei*, *tragedia burlesca*, em 1 acto; *Cousas do seculo*, comedia n'um acto; *E' minha poesia, comedia n'um acto, imitada do hespanhol*. Escreveu tambem uma *Missa* a 4 vozes e grande instrumental, composta expressamente para a festividade da Senhora da Nazareth em 1860 Sendo transferido para o Lyceu do Porto, falleceu nessa cidade.

Silva *(José Ernesto Dias da)*. Medico veterinario; official da ordem de S. Thiago, do merito scientifico, mercê concedida pelos seus merecimentos como escriptor em assumptos agricolas, official do Merito Agricola, antigo chefe de secção e professor da Escola Pratica de Agricultura da Casa Pia, secretario perpetuo da Sociedade Nacional de Horticultura de Portugal, vogal da secção de agricultura da Sociedade de Geographia de Lisboa, chronista agricola da *Vanguarda*, escriptor, etc. Tem publicado as seguintes obras: *Tratado pratico sobre a cultura das videiras americanas*; *Replantação da vinha portugueza pela vinha americana; Os males das vinhas em Portugal; Chronicas agricolas*, na *Folha do Povo; Considerações geraes sobre o Mildio e seu tratamento*; *Francisco Simões Margiochi*, biographia, Lisboa, 1899; *Escola de Agricultura pratica da Real Casa Pia de Lisboa*, Lisboa, 190[illegible]; *Liliaceas hortenses*, Lisboa, 1903.

Silva *(José Ferreira da Matta e)*. Militar, governador do districto de Benguella, etc. N. em Torres Novas a 3 de julho de 1824, fal. em Benguella em junho de 1869. Era filho de José Ferreira da Matta e Silva e de D. Maria da Piedade. Alumno do Collegio Militar, tinha o posto de sargento aspirante de cavallaria n.º 4, quando este regimento se insurgiu a 5 de fevereiro de 1844, insurreição conhecida pelo nome de revolta de Torres Novas. Tomou parte na insurreição recebendo o posto de alferes, mas teve de emigrar para Hespanha, d'onde voltou em 1846, sendo-lhe confirmado pelo governo esse posto. Mas apenas se deu a revolução promovida pelo golpe de Estado de 6 de outubro do mesmo anno de 1846, foi servir nas tropas da Junta do Porto, e entrou na acção de Torres Vedras, ficando prisioneiro. Só em 1852 tornou a ser collocado como alferes em cavallaria, passando depois como tenente para a guarda municipal de Lisboa. Tendo saido capitão annos depois, tanto para ganhar o posto de major, como para desenvolver a sua actividade, solicitou e obteve a nomeação de governadar de Benguella, para onde partiu, e ali falleceu contando apenas 45 annos de edade. Quando saiu da guarda municipal foi empregado na repartição de pesos e medidas do districto de Coimbra, o foi o que o levou a escrever e publicar umas *Tabellas comparativas das antigas medidas usadas no concelho de Torres Novas com as do systema metrico, precedidas de breves noções sobre o mesmo systema, e seguidas d'um mappa de todas as antigas medidas de Lisboa tambem comparadas com as novas;* depois publicou ainda as mesmas *Tabellas comparativas*, applicadas a todo o districto de Coimbra. Essas duas obras fôram impressas em Coimbra no anno de 18[illegible]9.

Silva *(Fr. José Leonardo da)*. Religioso da ordem de S. Domingos, mestre da sua ordem, prégador régio, etc. N. em Montemór-o-Velho entre os annos de 1761 e 1770, fal. pouco mais ou menos, em 1828. Era inimigo acerrimo do P. José Agostinho de Macedo, que o tratou por conseguinte com pouquissima caridade, como era seu uso o costume. Pertenceu á seita do aquelles *Sebastianistas* que luctaram com José Agostinho de Macedo. Publicou em 1823 um *Sermão, que prégou em Leiria em acção de graças da Abrilada.* E' lhe attribuido o seguinte opusculo, que saiu anonymo: *O Feitiço revoltado contra o feiticeiro, ou o autor do folheto intitulado «Os Sebastianistas» convencido de mau christão, mau vassallo, mau cidadão, e o maior de todos os tolos*, Londres, 1810. Tambem lhe é attribuida a edição commentada das *Trovas do Bandarra*, feita em Londres em 1809.

Silva *(José Maria da)*. Era filho de Anacleto José da Silva, negociante de grosso trato, matriculado na praça do commercio de Lisboa, e de D Gertrudes Valentina Ferreira da Silva. N. em Lisboa no dia 22 de dezembro de 1815. Foi commandante da batalhão da Carta, que fazia a policia de Lisboa e com o qual gastou avultada quantia, recebendo pela extincção do dito batalhão a carta de conselho como galardão dos seus serviços. Era commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e fidalgo cavalleiro da Casa Real. Casou a 2 do mez de outubro do 1851 com D. Maria Antonia Guimarães e falleceu a 1 do fevereiro do 1889.

Silva *(José Maria da Costa e)*. Poeta e escriptor. N. em Lisboa a 15 de agosto de 1788, onde fal. a 25 de abril de 1854. Era filho de Francisco Antonio da Silva, thesoureiro do Terreiro Publico da mesma cidade, e de D. Marianna Rosa dos Prazeres. Veiu ao mundo tão rachitico e debil que os medicos davam lhe apenas alguns dias de vida. Desmentiu o prognostico, mas teve sempre uma infancia debil e atormentada polas doenças, revelando, porém, ao mesmo tempo um precoce talento. Fôram seus professores de instrucção secundaria, ou de humanidades, como então

se dizia, os seguintes: de grammatica o lingua latina José da Costa e Silva, de grego Manuel Moreira de Carvalho, de rhetorica o dr. Maximiano Pedro de Araujo Ribeiro, de philosophia racional e moral o P. Fr. José de Sousa. Aprendeu physica no convento de S. Vicente de Fóra, e theologia na congregação do Oratorio. Apezar de aprender esta ultima doutrina, é certo quo se destinava á carreira da medicina, e se não chegou a seguil a foi por causa da prematura morte de seu pae e da falta de meios com que ficou luctando. Começou desde a adolescencia a cultivar a poesia, para que tinha grande vocação, e segundo elle proprio affirma, contava 17 annos quando compoz o *Passeio*, um dos seus melhores poemas. Pelo mesmo tempo consta que escrevera algumas tragedias, em que foi pouco feliz. De genio algum tanto taciturno, caracter indolente e desambicioso, e por natureza avêsso a qualquer sujeição ou constrangimento, havia em si uma formal negação para o exercicio de cargos publicos, e bem o mostrou, quando admittido como official papelista, ou praticante, na secretaria do tribunal da Mesa da Consciencia o Ordens, no fim d'alguns dias se desgostou, a ponto de não voltar mais á repartição, abandonando o logar, e não tratando de procurar outro. Como occupação mais independente e analoga aos seus habitos, deu se a escrever para o theatro, e de ahi tirou por mais de 20 annos os recursos para a sua parca sustentação, fazendo representar n'esse intervallo mais de 200 dramas imitados ou traduzidos de diversas linguas, entro elles alguns originaes, e uma imensidade de *elogios dramaticos*, genero que andava n'aquelle tempo em voga. Foi em 1816 que um editor lhe publicou o cita do poema *Passeio*, que Pato Moniz e José Agostinho de Macedo elogiaram em duas epistolas que acompanharam esta edição. Este poema mereceu a Garrett as phrases elogiosas que se lêem no tomo I do *Parnaso Lusitano*, em que lhe aconselhava quo o ampliasse e lhe désse alguns retoques. Costa e Silva seguiu o conselho, e effectivamente ampliou e retocou o poema, que na 2.ª edição, feita em 1844, saiu com 4 cantos em vez de 2, sendo supprimidas as duas epistolas citadas. Em 1817 publicou, em 2 tomos, uma traducção do poema de Delille a *Imaginação*, e depois é que se entregou á composição de peças de theatro e elogios dramaticos, e só em 1832, voltou a publicar um poema original, em que procurou imitar o genero romantico, e que se intitulava: *Izabel ou a heroina de Aragon*. Costa e Silva não era politico, e os seus *Elogios dramaticos*, sempre governamentaes, perfeitamente o attestam Em 1821 publicou um d'esses *elogios*, intitulado *Elysa e Luso ou o templo de Venus*, para celebrar o anniversario do faustoso dia 15 de setembro de 1820; e o *Juramento de Marte*, para solemnisar a abertura das côrtes geraes e extraordinarias da nação; *O alcaçar do Genio Luso, para celebrar o anniversario do principe regente*; mas em 1823 escrevia *A rebellião debellada*, para cantar o movimento reaccionario da jornada de Villa Franca do Xira, e em 1826 o *Festejo dos Genios*, para cantar o anniversario de D. Pedro IV. D'estes elogios fôram publicados os 4 primeiros, e este ultimo ficou inedito juntamente com outro intitulado: *D. Affonso Henriques no Elysio, ou o fundador do reino*. No principio do anno de 1831, foi convidado para redigir a *Chronica Constitucional de Lisboa*, na substituição de David da Fonseca Pinto, cargo que desempenhou alguns mezes, passando depois a cargo de José Frederico Pereira Moreira, com o titulo de *Gazeta official do Governo*. Depois de deixar a direcção da *Chronica Constitucional*, Costa e Silva não ficára em boas circumstancias, porque os seus trabalhos litterarios não bastavam para a sua sustentação. Alguns amigos seus, que em 1836 faziam parte da vereação da camara de Lisboa, o nomearam em 12 de fevereiro d'esse anno director da secretaria da mesma camara, logar que exercou até 1847, em que foi despachado escrivão da camara por nomeação de 17 de agosto d'esse anno, confirmada por carta regia do 17 de dezembro. Em 1836 publicou o poema *Emilia e Leonido ou os amantes suevos*, acompanhada da traducção do poema de Lourenço Pignotti a *Sombra de Pope*. Em 1835 publicou outro poema intitulado *O Espectro ou a Baroneza de Gaia*, a que addicionou um pequeno poema, composto em epoca muito anterior, com o nome de *Noite feliz*. Em 1843 e 1844 publicou as suas *Poesias*, em 3 volumes. Em 1852 tambem imprimiu a sua traducção do poema *Os Argonautas*, de Apollonio Rhodio. Finalmente, em 1850 começou a publicar o seu famoso *Ensaio biographico-critico sobre os melhores poetas portuguezes*, que concluiu em 1855 formando 10 volumes. Os dois ultimos sairam já depois do fallecimento do autor. Esta obra representa um valioso subsidio para o estudo da nossa historia litteraria em relação á epoca em que foi publicada. Tambem escreveu: *Epistola a José Ignacio de Andrade, autor das Cartas da India*. Na *Revista Universal Lisbonense* e no *Ramalhete*, encontram se muitas poesias suas, originaes e traduzidas. Dizem ter sido o seu ultimo trabalho poetico o acabamento da versão da *Eneida*, que José Victorino Barreto Feio deixára incompleta. Deixou muitos manuscriptos, em que se conta um poema elegiaco de 18 cantos, intitulado *A Sepultura de Marcia*, dedicado á memoria de uma senhora que inspirara ao poeta um vivo affecto, a quem elle compuzera muitos versos, e a quem mandára construir um tumulo no cemiterio do Alto de S. João. O nome vulgar de *Marcia* era D. Maria Constança de Lima Barbosa. Costa e Silva deixou uma filha, de nome D. Emilia Rita, que falleceu em Lisboa a 17 de outubro do 1905.

Silva *(José Pedro da)*. Muito conhecido pela alcunha de *José Pedro das Luminarias*. N. em Paço d'Arcos a 11 de abril de 1772, fal. em Lisboa a 15 de maio de 1862. Era administrador do botequim do Nicola, no Rocio, que se tornou celebre no tempo do poeta Bocage. Era muito estimado polos litteratos e poetas quo frequentavam o botequim, tanto que, estabelecendo por conta propria, n'um predio proximo, o botequim das Parras, assim chamado pelas pinturas decorativas que representavam parras e videiras, para ali o seguiram todos os freguezes. No tempo da Guerra Peninsular foi que elle adquiriu o renome e a alcunha. José Pedro tinha a habilidade de ser a pessoa mais bom informada om Lisboa com relação a noticias da guerra, o apenas chegava alguma noticia importante o favoravel ás nossas armas, logo punha luminarias, e assim que ellas appareciam, toda a gente corria ao botequim para saber o que havia de novo. Não tal-

tavam tambem as lumiuarias nos dias de festa nacional, e então José Pedro pedia aos poetas seus freguezes e seus amigos, que lhe escrevessem versos alusivos ao fausto anniversario ou ao fausto acontecimento que se celebrava, e imprimia esses versos, distribuindo os depois gratuitamente. De 1811 a 1814 imprimiu á sua custa 10 folhetos do versos na Impressão Regia. As luminarias que poz tanto no botequim como na casa em que habitava, em 1808, quando os francezes se retiraram de Lisboa, deram-lhe a primeira celebridade. Conforme dissémos, no botequim das Parras se reuniam os homens de letras mais notaveis do seu tempo, e o gabineto reservado em que elles se reuniam, tomára o nome do *Agulheiro dos sabios*, que mais tarde se mudou em club revolucionario quaudo se aproximou o anno de 1820, e foi então frequentado por Fernandes Thomaz, etc. Em 1820, apenas chegou a noticia da revolução do Porto, José Pedro, enthusiasmado pela causa liberal, pôz logo luminarias, o quo lhe poderia ter saido caro se o movimento de Lisboa senão tivesse seguido tão rapidamente ao do Porto. Apenas, porém, caiu a constituição, caiu-lhe logo em casa a intendencia da policia, e se o obrigou apenas a assignar um termo de mudança de procedimento politico, foi porque a reacção de 1823, graças a D. João VI, não era tão violenta como muitos o desejavam. Em 1826 enthusiasmou se pela Carta Constitucional, e como a esse tempo parece que tivera de fechar o botequim, recebeu do governo constitucional a 7 de fevereiro de 1827 a nomeação de continuo da camara dos pares. Durante a guerra de D. Miguel estevo homiziado, mas em 1834 foi nomeado continuo da secretaria de marinba, voltando ainda n'esse anno á camara dos pares, passando em 1836 ao congresso constituinte, até que, reorganisada a camara dos pares, passou a ser chefe dos continuos. José Pedro da Silva era amigo sincero e verdadeiro de Bocage, e valeu-lhe muito durante a triste e longa enfermidado que o victimou. Quando falleceu contava 90 annos de edade. V. *Barbosa du Bocage*, no vol 1, pag. 102 e seguintes.

Silva *(José Pedro Cardoso e)*. Brigadeiro reformado. N. no Porto a 2 de julho de 1788, onde tambem fal. a 22 de julho de 1851. Era filho de Manuel Luiz Cardoso da Silva, familiar do Santo Officio, capitão de ordenanças da cidade do Porto, negociante de grosso trato, proprietario, etc., e de sua mulher D. Antonia Joaquina da Cunha. Foi commendador e cavalleiro da ordem de Christo, por serviços que prestou na restauração do reino em 1808; cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, por serviços importantes na revolução de 1820; condecorado com a cruz por duas campanbas da Guerra Peninsular, e com o Laço de distincção no braço direito, por ter feito parte do exercito de operações em 1808; familiar do Santo Officio, por carta de 1 de junho de 1803. Era negociante de grosso trato da praça commercial do Porto e proprietario; emquanto negociante, foi capitão de milicias do Porto em 1 de julho do 1808, promovido a major graduado para o regimento de milicias da Maia em 29 do novembro de 1809; aggregado no regimento de milicias do Porto em abril de 1810, a major effectivo de milicias da Maia em 12 de outubro de 1819, passou ao posto de major e antiguidade de 18 do dezembro do 1820, em 3 de fevereiro de 1821; tenente coronel em 25 de julho de 1823, coronel graduado em 5 de setembro de 1837, e effectivo em 1842, brigadeiro reformado em 13 de setembro de 1848. Estando a servir como capitão de infantaria n.º 18, organisado em Coimbra no anno de 1809, prestou ali grandes serviços, e marchou com esse corpo para Valencia do Alcantara, e fez as campauhas da Guerra Peninsular desde 1808 até 1814. Em consequencia dos serviços em Coimbra, foi-lho conferida, além da confirmação da propriedade do officio do escrivão dos protestos da cidade do Porto, uma pensão annual, paga pelo cofre das commendas vagas. Fez parte da Junta militar que preparou no Porto a revolução de 1820. Pelos seus sentimentos liberaes teve de emigrar pela primeira vez em 1824, e pela segunda em 1828, indo para o Brazil e d'ali para a ilha Terceira em março de 1831. Fez parte do exercito libertador desembarcando nas praias do Mindello em 8 de julho de 1832, como praça no batalhão de officiaes; tomou parte na batalha de Ponte Ferreira em 23 do referido mez e anno, e em todo o cêrco do Porto, assistindo aos diversos combates o acções que se deram ali desde 1832 a 1833, na qualidade de major no 1.º batalhão fixo do Porto Foi major da praça d'esta cidade desde 25 de julho de 1833 até 5 de abril de 1842; governador militar da ilha Graciosa desde 2 de junho de 1842 até 15 de abril de 1846, em que passou a addido á fortaleza da Serra do Pilar Serviu tambem interinamente como governador do castello de S. João da Foz do Douro em 1827 e 1828. Casou em primeiras nupcias com D. Rita Rosa Raymunda; passou a segundas nupeias, a 10 de dezembro de 1812, com D. Maria José Marianna Verney, filha de José Antonio Barbosa Guimarães, e de sua mulher D. Joaquina Felizarda de Castro.

Silva *(José Soares da)*. Cavalleiro professo da ordem de Christo, academico da Academia Real da Historia Portugueza, etc. N. em Lisboa a 9 de janeiro de 1672, fal. a 26 de agosto de 1739. Era filho de Antouio Soares de Madureira, escrivão das guardas reaes e thesoureiro da Casa Real, e de D. Maria Josepha da Silva. Estudou com amor humanidades, e tornou-se depressa senhor das linguas latina, portugueza e hespanhola, sendo esta ultima lingua a que preferiu para os muitos versos que escreveu. O conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes, o convidou para socio da Academia da Historia Portugueza, instituida por D. João V, sendo um dos 40 primeiros academicos. Foi elle escolhido pelas seus collegas para escrever as *Memorias de el rei D. João I.* Os sabios estrangeiros, principalmente os hespanhoes, tinham em grande conta o seu merito Bibliographia: *Memorias para a historia de Portugal, que comprehendem o governo d'el-rei D. João I, do anno 1383 até 1433*, Lisboa, tomo I, 1730; 2.º, 1731, e 3.º, 1732; *Collecção dos documentos com que se autorisam os primeiros tres tomos*, Lisboa, 1734; *Contas dos seus estudos academicos, recitadas no paço*; vem na *Collecção dos documentos e Memorias da Academia Real*, tomo II, IV e VI; *Dissertação sobre o numero Era*, saiu na *Historia da Academia Real*, Lisboa, 1727, de pag. 132 a 145. Deixou outros escriptos, ua maior parte em hespanhol, de que

apenas mencionaremos o *Diario metrico ou aplauso de la immaculada Concepcion de Maria Santissima, distribuido por todo el año*, Lisboa, 1717 Esta obra merece ser notada, pela sua singularidade, pois consta de 366 sonetos, numero egual ao dos dias do anno, com attenção nos bissextos, todos consagrados ao assumpto da Senhora da Conceição, e acompanhados todos elles com uma especie de commentario em prosa.

Silva *(Luiz da)*. Vedor de fazenda e conselheiro de Estado no tempo de el-rei D. Sebastião. Era filho de Diogo da Silva, herdeiro da casa de Vagos. Ficando captivo na batalha do Alcacer-Kibir em agosto de 1578, quando regressou ao reino, o cardeal rei D. Henrique o mandou prender a titulo de serem elle e o seu cunhado Christovão de Tavora os principaes motores da jornada d'Africa. Fal. com 36 annos a 25 de setembro de 1580.

Silva *(Luiz da)*. Governador da Relação e Casa do Porto, por alvará de 3 de maio do 1609; alcaide mór de Ceia, como successor de seu pae, com os montados da mesma villa, e védor da fazenda real por alvará de 16 de fevereiro de 1614. D. Antonio Caetano de Sousa, na sua *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, diz quo Luiz da Silva foi padroeiro do mosteiro das Chagas de Lamego, tendo morrido a 18 de setembro do 1636. Diz ainda o mesmo escriptor que elle foi enterrado com sua mulher na sacristia do Carmo do Lisboa, com este epitaphio: «Aqui jaz Luiz da Silva, filho de João Gomes da Silva e D. Guiomar Henriques, do conselho de Estado e védor da fazenda d'este reino de Portugal. Falleceu a 18 de setembro de 1636.» Luiz da Silva foi casado com D Marianna de Lencastre, filha de D. Francisco de Faro, senhor de Vimieiro, por mercê do D João III e védor da fazenda real de D. Sebastião; e de D. Guiomar de Castro, filha dos senhores de Pombeiro.

Silva *(Luiz da)*. Senhor de Lagos e alcaide-mór da mesma cidade. Passou a Castella em seguida á revolução de 1640, e lá recebeu o titulo de conde de Vagos e o posto de mestre de campo. Serviu na Catalunha, esteve em Londres e morreu com 31 annos de edade.

Silva *(Luiz da)*. Official do nosso exercito no seculo XVII. Foi coronel do regimento da armada, e passando ao Brazil com o conde de Villa Pouca, foi ahi mestre de campo general e general da armada. Fal. em 1661.

Silva *(Luiz da)*. Escriptor e poeta. N. em Lisboa em 1863, onde tambem fal. a 29 de abril de 1902. Foi empregado nos correios, onde teria conquistado talvez um logar de futuro mais prospero pelos dotes intellectuaes, se a vocação o não tivesse chamado para as letras. O primeiro livro, que publicou, foi um pequeno volume de versos, *As Nebulosas*, premiado pela Academia Montreal do Toulouse, onde affirmou as suas qualidades de poeta, e que a imprensa muito apreciou Correndo atraz do seu ideal, abandonou o funccionalismo, entregou se á collaboração de varios jornaes, mostrando, não só uma boa orientação jornalistica, mas uma grande disposição para o trabalho Traduziu muitos romances das edições feitas pelo jornalista Pedro Correia, fundador do *Diario Illustrado*, da *Bibliotheca dos Dois Mundos*, da *Bibliotheca Economica*, etc. Tambem traduziu romances da casa editora José Bastos, antiga casa Bertrand. Collaborou nos jornaes: *A Tarde*, *Vida Nova*, *Globo*, *Vanguarda*, *Chacota*, n'este ultimo com o pseudonymo de *Tosquiador*. Fez tambem serviço de reportagem para o *Jornal do Commercio*, *Correio da Noite* o *Popular*. Auxiliou, como socio fundador, a creação da Associação da Imprensa, instituição consagrada a prestar auxilio na doença e na invalidez aos seus associados. Dos romances que traduziu, lembram-nos os seguintes: *A Galderia*, *Dois garotos*, *Mulher do realejo*, *Margarida de Borgonha*, *Bandeira vermelha*, *Noite maldita*, *Bernardo o assassino*, *Garotos de Paris*, *Dramas da Bigamia*, *Cavalleiros do nevoeiro*, *Mulher de cêra*, *Segredo do medico*, etc. Na *Galeria dos criminosos celebres* collaborou proficientemente, e na interessante revista *Gabinete dos reporters*, que elle iniciou, foi sempre o seu principal collaborador, como o era na *Chronica*, outra revista litteraria por elle fundada. Tambem escreveu uma collecção de pequenos folhetos, com o titulo de *Gottas de Chypre*.

Silva *(D Fr. Luiz da)*. Religioso da ordem da Santissima Trindade, reitor do collegio de Coimbra, arcebispo de Evora, etc. N. em Lisboa a 27 de outubro de 1626, fal. em Evora a 13 de janeiro de 1703. Era filho natural do clerigo Francisco da Silva, deputado da inquisição de Lisboa. A 29 de junho de 1641 professou na ordem da Trindade, e chegou a ser reitor do seu collegio em Coimbra. Já adquirira na sua ordem fama como prégador e theologo, quando em 1671 o principe regente D. Pedro o nomeou capellão mór com o titulo de bispo de Ticiopolis, passando a ser deão da capella real em 1675. No anno de 1677 foi nomeado bispo de Lamego, e em 1684 passou para a sé da Guarda, e tanto n'esta diocese como na de Lamego, publicou as Constituições dos bispados. Em 1691, tendo morrido o arcebispo de Evora D. Fr. Domingos de Gusmão, foi promovido a essa séde archiepiscopal, de que tomou posse a 19 de janeiro de 1692. Este prelado era muito faustoso, dispendendo com prodigalidade na ornamentação das egrejas, principalmente na sua sé, a que deu uma custodia de ouro cravejada de pedras preciosas; reedificou o convento do Paraizo, construiu um dormitorio do convento de S. José de carmelitas descalças; gastou tambem grandes sommas com a sacristia do convento do Carmo com a reparação dos recolhimentos da Piedade e da Magdalena, etc. Deixou impressos tres sermões, um do auto da fé celebrado em Lisboa em 1673, ou do mandato, em 1685 o outro das exequias do conde de S. João e marquez de Tavora em 1674; em manuscripto deixou tambem muitos sermões, e algumas obras.

Silva *(P. Luiz Correia da)*. Mestre em artes e doutor em canones pela Universidade de Coimbra. Era natural de Lisboa, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Seu pae chamava-se Francisco Correia de Menezes e sua mãe D. Anna da Silva. Frequentou a referida Universidade, e depois do seu doutoramento, foi abbado do couto de Lordello no bispado do Porto, e depois de Santa Eulalia de Cumieira do arcebispado de Braga. Mais tarde tambem foi thesoureiro mór de Valença. Escreveu e publicou em 1626 um estudo latino sobre as immunidades dos ecclesiasticos na Universidade de Coimbra, o deixou manuscripta uma obra sobre a ordem do

processo em certas cleições ecclesiasticas. Foi tambem genealogista, escrevendo um *Nobiliario de familias portuguezas*, dividido por ordem alphabetica em 7 volumes. Dizem que D. Antonio Caetano de Sousa se serviu muito d'esto *Nobiliario* para a sua *Historia Genealogica*.

Silva *(Luiz Lobo da)*. Governador de Angola, que succedeu em 1684 a João da Silva e Sousa; no seu tempo se fundou em Loanda um collegio para se conferirem as ordens a 12 moços negros. Em 1685 João Braz do Goes derrotou o jaga de Caconde, que teve de vir entregar-se a Loanda, e mais algumas victorias houve sobre os negros. Succedeu-lhe em 1688 D. João de Lencastre.

Silva *(Luiz Sequeira da)*. Genealogista. N. em Montemór o-Velho, formou-se em canones na Universidade, escreveu um *Tratado das familias de Mendanhas, Ponces de Leão, Sequeiras e Covilhãs*, etc., que ficou manuscripta. Vivia ainda no anno de 1677 e a sua obra deu muitos subsidios a D. Antonio Caetano de Sousa, para a sua *Historia Genealogica*.

Silva *(Manuel da)*. Era filho do denodado Braz da Silva e neto de Ruy Dias de Sousa, alcunhado o *Cid*, tal era o seu valor como guerreiro, nascido em Santarem em 1541, e degolado em 1563. Por falta do recursos não acompanhou el rei D. Sebastião a Africa, e dando se a desastrosa batalha de Alcacer Kibir de quo resultou a perda da nossa independencia, seguiu o partido de D. Antonio, prior do Crato, cujos direitos defendeu nas côrtes de Lisboa, em 1579, de Almeirim em 1580. Perseguido pelos governadores do reino, juntou se em Santarem aos que acclamavam a realeza de D. Antonio, que o nomeou general, dando-lhe o titulo de condo de Torres Vedras. Nomeado pelo pretendente regedor das justiças e das armas das ilhas dos Açôres, conduziu-se de modo a adherir todas as sympathias. Com a desastrosa batalha naval de Villa Franca do Campo, D. Antonio refugiou-se na ilha Terceira, para onde o acompanhou o seu partidario. Repellindo as propostas quo de Hespanha lhe fôram enviadas para seguir o partido de Castella, continuou a praticar toda a casta de violencias. Afinal, perdida a causa em que tanto se empenhara o não podendo evadir-se, foi degolado a 13 de agosto do 1583, soffrendo intrepidamente a morte.

Silva *(P. Manuel da)*. Jesuita. N. na villa de Ega em 1628, fal. em Lisboa, na casa do S. Roque, a 12 de dezembro do 1709. Entrou para a Companhia de Jesus em 1643. Foi professor de humanidades em Coimbra, orador sagrado muito apreciado, reitor dos collegios da ordem na ilha da Madeira, em Evora e no Porto; provincial, preposito da Casa de S. Roque, e por fim escolhido para ser um dos eleitores do novo geral na congregação em que saiu eleito Pires Gonzales Publicou em 1698, 1699, 1700 e 1703, 4 volumes de sermões.

Silva *(P. Manuel da)*. Da congregação do Oratorio. N. em Lisboa a 26 de maio de 1665, e fal. a 10 de novembro de 1749. Vestiu o habito em 1682, e publicou em 1732 o 1.º volume de uma obra latina intitulada *Examen triplicatum ordinandi, concionatoris et confessoris*, de que sairam posthumos os 2 ultimos volumes. Foi esta obra publicada com o pseudonymo de Damaso Villela

Silva *(Manuel Emygdio da)*. Antigo funccionario superior das companhias constructoras, negociante, proprietario, conselheiro, deputado, escriptor, jornalista, etc. E' filho do fallecido proprietario e capitalista Fernando Emygdio da Silva, e de sua mulher D. Hedwiges Eugenia da Motta e Silva. Fez a sua carreira toda no serviço dos caminhos do ferro do seu paiz e de Hespanha. Em 1878, anno em que saiu da Escola Polytechnica, debutou como desenhador na Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira Alta, sob a direcção do engenheiro Bartissol. Em 1879 foi transferido como conductor auxiliar para a secção da Guarda á fronteira, na qual se conservou até 1882, teudo successivamente ali desempenhado os postos de chefe de lanço na construcção e chefe de secção de via e obras. De 1882 a 1885 foi chefe da repartição technica dos Caminhos de Ferro de Salamanca á fronteira portugueza. Em 1885 entrou para o serviço da Companhia Nacional dos Caminhos de Ferro, onde desempenhou as importantes funcções de secretario geral durante a construcção das linhas de Mirandella e Vizeu. Fez parte da sociedade empreiteira da construcção da linha da Beira Baixa (Abrantes á Guarda), como chefe dos serviços administrativos e associado na empresa desde 1885 até 1891. Administrador da Companhia dos caminhos do ferro meridionaes (Santarem a Vendas Novas), desde 1895, foi um dos mais enthusiastas propagandistas d'esta linha. Por encargo das direcções de caminho de ferro portuguezes, tem desempenhado varias e importantes commissões de serviço em Inglaterra, Allemanha e Belgica; foi delegado aos congressos de ferro viarios do Paris em 1889. S. Petersburgo em 1892, Londres em 1895, e Paris em 1900. O sr. Manuel Emygdio da Silva foi em tempo de professor de mathematica no Lyceu da Guarda. Filiado no partido progressista, foi eleito deputado pelo circulo de Cintra na legislatura de 1900. E' antigo collaborador do *Diario de Noticias*, tendo tomado a seu cargo desde 1900 a secção financeira. Escreveu n'esse jornal uma serie de cartas dos Açôres, sob o titulo de *S. Miguel em 1893*, e tambem na *Autonomia*, cartas que estão reunidas em volume. Em 1892, grassando na Russia a epidemia da cholera-morbus, com tal intensidade, que morriam aos centenares de doentes por dia, não receou ir presenciar os horrores d'aquelle flagello, e sobre o assumpto publicou uma serie notavel de cartas no *Diario de Noticias*, sob o titulo de *No paiz do cholera (viagem á Russia em 1892)*. No mesmo jornal publicou umas interessantes notas sobre *Scandinava* (*viagem á Dinamarca, Suecia e Noruega*). Por muitos annos foi correspondente de um dos jornaes financeiros mais importantes da Europa, o *Moniteur des interets materiels*, de Bruxellas Tendo ido representar o *Diario de Noticias* no congresso internacional da imprensa, que em 1894 se realisou em Anvers, foi eleito secretario de uma das secções. Em 1903 foi agraciado com a gran cruz de Izabel a Catholica, de Hespanha.

Silva *(Manuel Gonçalves da)*. Celebre jurisconsulto e advogado. N. em Elvas nos fins do seculo XVII, e fal. em Lisboa a 18 de abril de 1748. Formou se na Universidade de Coimbra em direito civil em 1709, e até 1716 foi promotor fiscal do bispado de Vizeu. Passou n'esse anno a

Lisboa, onde adquiriu grande reputação como advogado, principalmente em causas civeis, e onde foi nomeado procurador da mitra primacial Publicou em 1731, 1732 e 1733, 3 volumes de *Commentarios* latinos ás *Ordenações do reino*, que fôram escriptos, segundo o autor declara, no intuito de completarem a obra de Manuel Alvares Pégas.

Silva *(Manuel Maria da)*. Primeiro cirurgião militar, que muito se distinguiu na Guerra Peninsular. N. em Palmella, a 30 de agosto de 1782, onde tambem fal. a 11 de julho de 1851. Era filho de João Rodrigues da Silva e de D. Felisberta Rosa de Almeida e Silva. Dedicando se á carreira de cirurgia, que era n'esse tempo distincta da medicina, frequentou as aulas de Lisboa, e obtendo a sua carta regia de cirurgião, exercia o seu mister quando rebentou a insurreição contra os francezes, seguiu-a logo pela campanha de 1808, que foi a primeira da longa serie de campanhas da Guerra Peninsular. O exercito portuguez augmentara-se consideravelmente, e Manuel Maria da Silva, em 1809, foi offerecer os seus serviços ao physico mór do exercito, João Manuel Nunes do Valle, que os acceitou com reconhecimento, porque havia deficiencia no pessoal, e o nomeou 1.° cirurgião do hospital da praça de Almeida, a 11 de julho de 1809. N'esse anno não teve que se haver com as difficuldades da guerra, porque a campanha foi ao norte, mas logo no anno seguinte de 1810 veiu a invasão de Massena, e foi Almeida a primeira praça sitiada pelo exercito francez. Mostrou se logo Manuel Maria da Silva prestimoso e intrepido, e apezar de contuso, por que ia tratar os feridos debaixo de fogo, prestou altos serviços A praça capitulou, como se sabe, e Manuel Maria da Silva ficou prisioneiro com o resto da guarnição. Parece que no exercito francez tambem havia falta de cirurgiões, porque lhe fizeram vantajosas propostas para que ficasse servindo nos exercitos de Napoleão, mas Silva não acceitou, e assim que teve ensejo, fugiu, atravez de graves perigos, e foi apresentar se no quartel general do conde de Amarante. Este o mandou para o quartel general de Beresford, que o encarregou da direcção da ambulancia de Santarem. Ali se conservou até que em 1811 Massena, vendo que não podia forçar as linhas de Torres Vedras, se retirou Silva acompanhou o exercito anglo-portuguez na sua marcha para a fronteira, estabeleceu rapidamente um hospital militar em Thomar, organisou em seguida uma ambulancia consideravel que prestou relevantes serviços na batalha de Fuentes de Onor e assim alcançou tanta consideração dos seus chefes que foi encarregado na batalha de Salamanca de dirigir elle os hospitaes do exercito portuguez. Esteve tambem em Santander, sendo ali escolhido para chefe de cirurgia, assistiu a todas as batalhas das campanhas de 1813 e 1814 em Hespanha e em França, sendo a 2 de fevereiro de 1814 nomeado cirurgião do exercito. Encarregado da direcção dos hospitaes do deposito de Mafra, do exame e da inspecção de todo o recrutamento do exercito, e da direcção de um hospital da côrte, foi depois para o Algarve exercer a direcção da clinica cirurgica militar. Quando o alvará de 16 de junho de 1816 creou os hospitaes regimentaes, crearam-se tambem 6 logares de primeiros cirurgiões, 4 inglezes e 2 portuguezes, sendo um d'estes Manuel Maria da Silva, nomeado por decreto de 17 de maio de 1817, sendo encarregado da direcção suprema dos hospitaes militares o inglez Guilherme Wynn, chefe da repartição cirurgica do exercito, foi Manuel Maria da Silva quem o ajudou nos seus trabalhos de reorganisação. Foi elle que organisou os hospitaes militares do Algarve, da Beira, e de Traz os Montes. Passou depois á divisão da côrte e d'aqui para o Alemtejo, onde estava, quando se deu a revolução de 1820, que foi para elle uma desgraça. Primeiro. as reducções no serviço de saude do exercito o passaram para a inactividade cessando lhe os vencimentos, depois, como não era adepto das ideias liberaes, não foi bem visto pelo novo governo, que o deixou estar em Cezimbra. Não se lembraram d'elle os da Villa Francada, e só o governo de D. Miguel, em 1829, o mandou fazer serviço em Cezimbra, onde, juntando ao seu vencimento o de facultativo do hospital civil e o de cirurgião dos freires de Palmella, conseguiu arranjar o preciso para viver. Vieram depois os acontecimentos de 1834, acabaram os freires de Palmella, Manuel Maria da Silva perdeu tambem o logar de cirurgião militar que exercia em Setubal, e não tendo por conseguinte vencimentos, partiu para Cezimbra, onde a clinica lhe não dava o sufficiente para sustentar a sua familia, e onde esteve, comtudo, desde 1835 até 184?. Só então é que teve o partido clinico de Palmella, e ali passou o resto da vida. Tinha as honras de tenente-coronel.

Silva *(Manuel de Sousa da)*. Capitão-mór do concelho de Santa Cruz de Sobre Tamega, filho de Antonio de Sousa Alcoforado e de D. Izabel da Silva; foi genealogista infatigavel, investigando todos os cartorios da provincia do Minho, e escrevendo umas *Notas ao Nobiliario do conde D. Pedro*, que ficaram manuscriptas, e umas *Quintilhas aos solares de todas as familias do reino*, que tambem se não publicaram. Viveu no fim do seculo XVII, e foi citado por D. Antonio Caetano de Sousa.

Silva *(Manuel de Sousa da)*. Era natural da villa de Alandroal, e serviu militarmente no Maranhão, onde falleceu. Foi poeta afamado no seu tempo, e a pedido do presidente da Academia dos Generosos, D. Fradique da Camara, escreveu uma *Fabula de Atalanta* Escreveu ainda: *Relação dos touros, que se correram com applauso no casamento do Serenissimo rei D. Affonso VI no anno de 1666;* escripto em verso, sendo em prosa a seguinte: *Relação da viagem que elle e seus companheiros fizeram pelo sertão da America até ao Maranhão.*

Silva *(Marcellino Augusto Craveiro da)*. Doutor em medicina pela Universidade de Paris, provedor adjunto da Misericordia de Lisboa, director do hospital de Rilhafolles, etc. Nasceu em Lisboa, e fal. de avançada edade a 23 de maio de 1891. Era filho de Gervasio Protassio de Craveiro da Silva e de Victoria Rita da Costa e Silva Indo estudar a Paris, para onde partiu em setembro de 1810, recebeu o grau de doutor em 28 de agosto de 1852, defendendo a sua these, que dizem ser trabalho de muito valor, a qual se publicou em Paris n'esse mesmo anno, e tem por titulo: *Etude diagnostique d'un cas insolite de tumeur du sein.* Prestou bons serviços em Montpellier, por offerecimento seu, na

occasião em que grassava uma forte epidemia n'aquella cidade. Regressou em Lisboa a 4 de janeiro de 1853, e a 17 de maio de 1854 foi nomeado do delegado de saude; por decreto de 30 de julho de 1855, teve a nomeação de medico extraordinario no hospital de S. José, e a 18 de dezembro de 1857 medico da Misericordia. Em 9 de fevereiro foi nomeado para uma commissão no Funchal sobre assumpto do Lazareto, e depois, em 4 de abril de 1859, foi vogal fiscal do conselho de saude, e mais tarde, em 1868, quando se creou a junta consultiva de saude, foi nomeado vogal, substituindo varias vezes o vice presidente nos seus impedimentos. Em 4 de agosto de 1870 foi provido no logar de provedor adjunto da Misericordia, deixando por essa occasião de exercer ali a clinica. A 17 de outubro de 1872 foi nomeado director do hospital de Rilhafolles. Foi presidente de uma commissão nomeada em 5 de janeiro de 1874, para proceder á inspecção do Lazareto do Funchal, cujos trabalhos fôram louvados pela portaria de 14 de abril do mesmo anno. Deixou alguns artigos sobre medicina em diversos jornaes, e varios relatorios ácêrca das commissões de serviço publico e medico de que foi incumbido. O dr. Craveiro da Silva era cavalleiro da ordem da Torre e Espada, mercê concedida a 5 de setembro de 1855, e commendador da de Christo, em 26 de março de 1863.

Silva *(Marciano Henriques da)*. Pintor d'arte. N. na ilha de S. Miguel em 1833, pouco mais ou menos, e fal. a 3 de abril de 1873. Tendo revelado grandes disposições artisticas, veiu para o continente do reino, ligado um pouco á protecção do visconde de Menezes, tambem artista muito distincto, que effectivamente lho facilitou o sair de Portugal para se desenvolver nos seus estudos artisticos. Em 1851 foi a Paris, e d'ali passou a Roma, onde fixou por algum tempo residencia, estudando de camaradagem com o grande pintor Lupi. Marciano Henriques da Silva era pensionista do Estado, e n'essa qualidade estava estudando em Roma. Os seus primeiros quadros celebres fôram o do *Cardeal D. Henrique recebendo a noticia da morte de D. Sebastião na Africa*, e o dos *Ultimos dias do Tasso*. Quando veiu para Lisboa juntamente com o seu collega Lupi, todos esperavam, todos previam que a arte portugueza ia sair emfim do marasmo em que caira. Não se cumpriram essas brilhantes promessas, mas não por culpa dos pintores. A friesa do publico, a falta de animação do mercado desgostaram os dois artistas, e Marciano, nomeado em concurso professor de pintura historica e academico da Academia de Bellas Artes, escolhido por el-rei D. Luiz para ser director da galeria de quadros do paço d'Ajuda, aconchegou se n'esse ninho socegado, e trabalhou menos. A sua *Coroação de D. Ignez de Castro* ficou incompleta, e ia entretanto occupando se de umas paizagens, de uns quadros de genero, mero desfasio de artista. Foi em 1863 que regressou a Lisboa; vinha já casado com uma senhora ingleza, D. Celina, artista distinctissima, que lhe sobreviveu. Em 1867 visitou a exposição de Paris, foi depois a Italia, e das impressões d'essa ultima viagem trouxe um dos seus bons quadros *Recordações de Palombara*. Um dos fins da sua viagem a Italia fôra o de comprar alguns quadros para enriquecer a galeria artistica do monarcha. Pouco depois de voltar, pediu a sua exoneração de professor de pintura historica na Academia, e ficou sendo simplesmente director da galeria do paço d'Ajuda. Na força da vida, uma doença que devejas o assaltou, o prostrou em poucos dias, aos 40 annos de edade.

Silva (*D. Miguel da*). Este nome é o de um dos portuguezes mais notaveis do seculo XVI, e ao mesmo tempo o de um dos homens que tiveram uma vida mais curiosa e romanesca. Nasceu em Evora entre os annos do 1475 o 1480, sendo filho de D. Diogo da Silva Menezes, aio que fôra de el rei D. Manuel, e 1.º conde de Portalegre, e de sua mulher, D. Maria de Ayala O referido monarcha o mandou estudar em Paris, em cuja Universidade se doutorou, tendo-se mostrado eximio hellenista e latinista. Viajando depois pela Italia relacionou se com os homens de mais larga cultura de Bolonha, Veneza e Roma, augmentando n'essa viagem e nas que depois emprehendeu pelo resto da Europa, o seu cabedal de conhecimentos, que já era grande Recolhendo a Portugal, D. Manuel o nomeou embaixador junto da curia romana com o encargo de assistir ao concilio de Latrão que fôra começado pelo papa Julio II e continuado pelo papa Leão X. Em Roma tantas sympathias conquistou que o pontifice lho offereceu a púrpura cardinalicia, que elle recusou, e o celebre Balthazar Castiglione lhe dedicou o seu formoso livro, *Il cortegiano*, que é uma das obras mais classicas e perfeitas que se escreveram na Italia no seculo XVI. Fallecendo Leão X, succedeu lhe Adriano IV, que pouco tempo viveu, mas o papa que se seguiu, Clemente VII, desejou tambem que o embaixador portuguez ficasse em Roma, insistindo com elle para que acceitasse a elevada dignidade cardinalicia, que elle já havia recusado a Leão X Miguel da Silva, d'esta vez, hesitou, e decerto teria annuido aos desejos do papa, se D. João III, então rei de Portugal, não interviesse escrevendo lhe no sentido de recusar as honras da púrpura, pois que no reino o encheria de grandezas. Não procedeu o monarcha d'esta fórma por desejar que homem tão notavel por suas luzes voltasse para a côrte. Insistindo com elle para recusar o cardinalato, foi seu proposito evitar que um subdito fôsse assim de repente erguido ás honras de principe da Egreja. O douto embaixador reflectiu, e resolveu voltar para Lisboa, onde chegou em 1525, sendo muito bem recebido por D. João III. Além de o nomear bispo de Vizeu, têl-o escrivão da puridade, dando lhe a commenda e o priorado perpetuo do mosteiro de Landim e a abbadia de Santo Thirso. Mas todas estas mercês custaram um trabalhão ao illustre ex embaixador. O conde de Linhares, seu cunhado, e que exercia o cargo de escrivão da puridade, não queria desapossar-se do cargo, e D. João III, que, no fundo não podia vêr Miguel da Silva por dois papas lhe haverem offerecido a púrpura, não se apressava a intervir, como devia para as suas ordens serem cumpridas. Com a mitra succedeu o mesmo. A côrte de Roma, que o fazia cardeal, hesitava em confirmal o bispo. Todas estas difficuldades e embaraços incommodavam naturalmente um homem como D. Miguel da Silva, amigo de Leão X, do grande pintor Raphael, e dos escriptores e artistas mais notaveis da culta Italia. Emfim, removidas as difficuldades e entran-

do na posse dos seus cargos, o bispo-ministro, mal visto pela côrte fanatica de D. João III, arrependeu se de não ter ficado em Roma. N'este meio tempo morreu Clemente VII, subindo ao throno pontificio Paulo III, amigo dedicado de D. Miguel. Pensando-se em fazêl o cardeal, promoveu o a essa diguidade *in petto*, em 1539, reservando-se em occasião opportuna declarar a nomeação. Succedendo fallecer o cardeal-infante D. Affonso, o papa julgou ser o ensejo para declarar a nomeação. Mas D. João III, que pensara em fazer caldeal seu irmão D. Henrique, ficou furioso. D. Miguel deliberou então sair do reino sob o pretexto de ir assistir ao concilio de Orento. O monarcha, cada vez mais irritado, recusou a licença que lhe havia sido pedida. Em tão apertado lanco o prelado tomou a resolução de fugir. E assim fez Saindo de Portugal ás occultas, tomou o caminho de Roma. Quando D. João III soube que D. Miguel da Silva não estava no reino, ficou de tal modo desesperado, que escreveu a Carlos V pedindo-lhe para o prender, se elle fôsse encontrado nos seus estados, e a Paulo III rogando-lhe que o não recebesse. Ao mesmo tempo o fanatico e astuto monarcha escrevia ao proprio D. Miguel a pedir lhe que voltasse ao reino, que depois o deixaria sair livremente. D. Miguel, porém, espirito lucido e perspicaz, affectando muita obediencia e muito arrependimento, respondeu com evasivas, e Paulo III, que declarou em 11 de dezembro de 1541 D. Miguel da Silva cardeal com o titulo *dos Doze Apostolos*, escrevia tambem a D. João III a dizer lhe que ia empregar todos os esforços para que o novo cardeal regressasse a Portugal Pouco depois nomeava o seu delegado em Veneza. Convencido de que havia sido ludibriado, o rei, na violentissima carta regia de 23 de janeiro de 1542, accusava D. Miguel dos crimes mais nefandos, privando-o de todas as rendas que usofruia. A esta carta respondeu D. Miguel com outra, narrando todos os escandalos da côrte portugueza. Tratava-se n'esta altura de estabelecer a Inquisição em Portugal. Os christãos novos confiaram se a D. Miguel da Silva, e este em demasia confiou em Paulo III. As intrigas principiaram a fervilhar de tal modo que o rei entendeu que o melhor era atacar a questão como devia ser atacada—com dinheiro. Quando o enviado do papa reclamou a D. João III as rendas que pertenciam a D. Miguel, o monarcha respondeu que não as restituia, mas que estava prompto a dal as ao pontificie ou a alguem que elle indicasse. Foi o bastante para as cousas tomarem outro aspecto. D. Miguel da Silva, regressando de Veneza, foi mandado para Ancona e Bolonha, quer dizer, era posto fóra de Roma; a Inquisição era concedida a Portugal, pela bulla de 16 de julho de 1547, e as rendas do bispado de Vizeu eram entregues a um neto de Paulo III. O golpe de tal fórma abateu o cardeal D. Miguel, que caiu na maior miseria, o o que é mais, na abjecção D. Miguel da Silva deixou ineditas muitas poesias, um poemeto ácêrca do aqueducto de Evora, etc. Foi sepultado na basilica de Santa Maria de Transtevere, em Roma. A respeito d'este homem illustre, victima do odio de um rei e da sordidez d'um papa, encontram-se eruditas noticias e referencias na obra de Alexandre Herculano *Historia da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal.*

Silva *(Oscar da)*. Pianista e compositor. Nasceu no Porto em 1870. Fez os seus estudos musicaes com os illustres professores Clara Schumann, Reineke, Rutharat, Sadassohn, Oscar Paul, Borgiel e Hofmann, que lhe ensinaram piano, theoria da musica e composição, historia e esthetica e instrumentação. Concluidos os seus estudos, realisou a sua primeira *tournée* artistica em 1893, tocando em Leipzig, Bremen. Berlim, Paris, Lisboa e Porto. E' um interprete excellente de Chopin e Schumann, diz um dos seus biographos, distinguindo-se pela sua sinceridade artistica, que é o fundamento de todo o merito. Apezar de muito novo tem já uma obra consideravel em numero e valor. As suas composições impressas nas primeiras edições da Allemanha são: para piano, *Rapsodia portugueza; Vierklavierstuche; Scherzo á la valse*; *Images; Marcha ao centenario da India;* (1.º premio no concurso aberto entre os compositores portuguezes); para violino: *Romance; Suite* (4 numeros); para canto: *L'aurore; La brise*, *Le rêve*; *Valsa triste*. A sua novella lyrica em 2 actos, *D. Mecía*, que o jury da exposição musical de S. Luiz (America) premiou com medalha de ouro, foi executada em Lisboa, em 1904, no theatro *Colyseu dos Recreios*, obtendo extraordinario exito. A ella se referiram com o maior louvor os jornaes da capital. Escreveu tambem numeros de musica para as seguintes peças representadas nos theatros de Lisboa: *O que morreu de amor; Rei Lear; Auto pastoril; Petronio*, *Suave milagre*. etc. Consta que o distincto artista tem promptas para serem publicadas mais composições para piano, violino e piano, canto e orchestra.

Silva *(D. Fr. Patricio da)*. Cardeal Patriarcha de Lisboa. N. no logar dos Pinheiros, da freguezia de Marrazes, de Leiria, no anno de 1756, fal. em Lisboa a 3 de janeiro de 1840. Era filho de Jacintho da Fonseca Silva e de D. Thereza Ignacia de Sousa. Seus paes eram muito pobres, e metteram o filho, como creado, no convento dos Agostinhos calçados de Leiria. Os religiosos, reconhecendo lhe grande talento, o educaram e chamaram ao seu gremio, vestindo-lhe o habito da ordem. Recebendo ordens de presbytero a 21 de dezembro de 1780, passou á Universidade de Coimbra a frequentar as aulas de theologia, fazendo exame privado a 20 de julho de 1785, tomando depois o grau de doutor. Dedicando se ao magisterio universitario, chegou a ser 4.º lente e a reger a 2.ª cadeira theoretica. Foi reitor do collegio da sua ordem em Coimbra; nomeado prégador regio da Casa do Infantado, censor do patriarchado, professor de theologia no seminario de Santarem e inspector dos estudos na diocese de Lisboa. Por todos estes cargos e da fórma douta e proficiente com que os exercia, estava naturalmente designado para o episcopado, e effectivamente, a 13 de maio de 1818, foi eleito bispo de Castello Branco, fazendo se o respectivo processo canonico em 27 de abril de 1819, o qual se não concluiu, por ter n'essa occasião fallecido o arcebispo de Evora D. Fr. Joaquim de Santa Clara, e ser Fr. Patricio escolhido para o substituir, cuja eleição se verificou em 3 do mez de maio seguinte, sendo instaurado novo processo em 2 de dezembro do mesmo anno, eleição que o papa confirmou em 2 de fevereiro de 1820, remettendo-lhe as letras apostolicas em 23 de março. O

novo arcebispo tomou posse por procuração, a 21 de abril, e foi sagrado no dia 30 na egreja da Graça, de Lisboa. Em 1823 teve a nomeação de membro da junta, que por decreto de 18 de junho de esse anno se organisara para so preparar o projecto d'uma nova carta de lei fundamental da monarchia. Por occasião do movimento da *Abrilada*, em 30 de abril de 1824, D. João VI, ainda a bordo da nau ingleza *Vindsor Castle*, o nomeou por decreto de 11 de maio, ministro e secretario dos negocios ecclesiasticos e da justiça, e apezar de apadrinbar muito n'este cargo os culpados nos successos da *Abrilada* (V. *este nome*), foi encarregado em junho do mesmo anno da commissão de fazer chegar ás mãos da rainha D. Carlota Joaquina, uma carta d'el rei, seu marido, com a data de 22 d'aquelle mez, intimando a a sair do reino, o que ella não cumpriu. Em 27 de setembro de 1824, o papa Leão XII o agraciou com a pùrpura cardinalicia, sendo n'esse dia nomeado membro do sacro collegio. Fallecendo em 24 do setembro de 1825 o patriarcha de Lisboa D. Carlos da Cunha, foi D. Fr. Patricio eleito para o substituir, participando-se lhe a eleição por carta regia de 2 de janeiro de 1826, e sendo a confirmação feita por bullas de 13 do seguinte mez de março, as quaes com o respectivo pallio lhe fôram mandadas pela Santa Sé em 24 de abril. Foi tambem conselbeiro do Estado, regedor da justiça, membro do conselho da regencia, nomeada por D. João VI em 6 de março de 1826 para governar o reino depois da sua morte que se deu 4 dias depois, e n'esse anno quando se proclamou a Carta Constitucional e se organisou a camara dos pares, foi nomeado seu vice-presidente por D. Pedro IV. Havendo se conservado depois o mais afastado que pôde das luctas politicas, assistiu á queda da Carta Constitucional, á proclamação da realeza de D. Miguel, á entrada das tropas do duque da Terceira em Lisboa e á restauração do governo liberal, sem ser obrigado a emigrar, nem 1828 nem em 1831.

Silva *(Pedro da)*. Vice-rei da India. Era filho de Fernão da Silva Pereira e de Magdalena de Lima. Passando á India foi capitão de Malaca, depois esteve na ilha da Madeira como governador, recolhendo-se mais tarde ao Algarve, onde fundou junto de Monchique um convento da ordem Terceira do S. Francisco com a invocação de Nossa Senbora do Desterro, e ali se entregava a praticas religiosas, quando a 28 de fevereiro de 1635 foi despachado vice rei da India. Saiu de Lisboa a 13 de abril do mesmo anno, e aportou a Gôa a 8 do dezembro, tomando posse no dia seguinte. O seu governo foi insignificante, mas illustrou o com as suas victorias navaes o homem que devia ser o seu successor, Antonio Telles de Menezes. Nos annos de 1637 e 1638 luctou vantajosamente contra os hollandezes, ganhando em janeiro de 1638 uma importante victoria sobre as naus da Hollanda, que foi commemorada com a edificação d'uma capella em Diu. Fal. em Gôa a 24 de junho de 1639.

Silva *(D. Pedro da)*. Era filho do grande Vasco da Gama. Em 1551 estava como governador em Malaca, e sustentou brilhantemente o cêrco que lhe foi posto pelo sultão de Ugentana. Vendo se quasi reduzido á fome, teve a audaciosa ideia de fazer uma diversão nos paizes dos seus proprios sitiadores, que, avisados da investida abandonaram o cêrco para irem defender as suas terras.

Silva *(Pedro Correia da)*. Jornalista, deputado, par de reino electivo, etc. N. em Lisboa a 27 de março de 1837, ondo tambem fal. a 8 de dezembro de 1893. Era filho de João José d'Assumpção e Silva, pagador geral do ministerio da guerra, cavalleiro das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e de D. Jesuina Amalia Correia d'Almeida, tia do conde do S. Januario; Pedro Correia era irmão do vice almirante Carlos Eugenio Correia da Silva, conde de Paço d'Arcos, e cunhado do general reformado, governador do Timor e ajudante de campo honorario do fallecido rei D. Carlos, Hugo Goodair de Lacerda Castello Branco. Dedicando-se á carreira das armas, assentou praça de cadete em lanceiros, mas não tardou a renunciar á vida militar, e durante algum tempo se entregou á convivencia da mocidade dourada do seu tempo, em que muito se evidenciou o marquez de Castello Me-

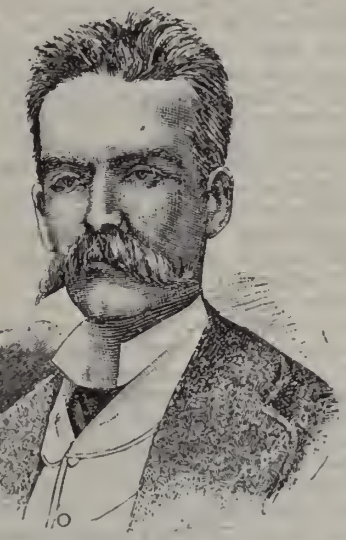

Pedro Correia da Silva

lhor, seu intimo amigo, e muitos outros fidalgos. Possuia um rico patrimonio, que lho proporcionava uma vida despreoccupada e alegre, mas não lhe soffrendo o animo continuar n'uma vida dissipadora, e por assim dizer, sem utilidade, vendo, além d'isso, já esgotado o seu patrimonio, teve a coragem de se retrabir, e dedicar-se seriamente ao trabalho, tornando-se assim util a si e á sociedade. Do imaginação viva e genio emprehendedor, resolveu empregar a sua grande actividade em empresas jornalisticas o litterarias. Tornou-se então um dos editores de mais larga e arrojada iniciativa. Parece quo foi a sua primoira empresa litteraria a *Bibliotheca dos dois mundos*, em que se publicaram muitos volumes, contendo romances dos principaes escriptores francezes d'aquella epoca, traduzidos por escriptores muito conhecidos, porque Pedro Correia procurava sempre cercar-se do homens de valor. Depois seguiram-se as edições populares: *Bibliotheca Pedro Correia*, *Bi-*

bliotheca Economica, edições de obras de Camillo Castello Branco, de Balzac, de Alexandre Dumas, Paulo de Kock, etc. Publicou a *Historia de Portugal*, de Pinheiro Chagas, as *Historia de França* e *Historia de Roma*, traduzidas por aquelle eminente escriptor e o *Diccionario Popular*, tambem por elle dirigido. Empresas jornalisticas, fundou o *Diario Illustrado*, onde sempre com a maior dedicação defendeu as doutrinas do partido regenerador, em que se havia filiado, e de quo foi sempre um dos membros mais dedicados e leaes. O *Diario Illustrado* foi a primeira folha diaria illustrada que a 10 reis que se publicou em Lisboa, trazendo todos os dias uma gravura, desde o seu primeiro numero, saido no principio do julho de 1872. Fundou o *Correio da Europa*, folha de grande formato destinada ao Brazil; *A Illustração Portugueza*, semanario, e *O Portugal Pittoresco*. Conforme dissémos, Pedro Correia estava filiado no partido regenerador, que por muitos annos o fez seu deputado, e mais tarde par do reino, eleito pelo districto de Evora. Pelos seus numerosos serviços prestados, gozava da maior estima e consideração dos estadistas Fontes Pereira de Mello, Andrade Corvo, Antonio de Serpa e Lobo Vaz. Mas apezar da súa grande influencia, mostrou se sempre o mais desinteressado a seu respeito, pois nunca pediu distincções nem recompensas. Da sua influencia servia-se muitas vezes para proteger aquelles que recorriam ao seu auxilio. Pedro Correia era um amigo bom e dedicado; a sua bolsa estava sempre aberta, pois ninguem recorria á sua protecção, sem que fôsse attendido. Foi elle quem conseguiu, que o sello dos jornaes fôsse passado do 5 reis para 2 reis e meio cada exemplar. A sua morte foi muito sentida. Todos os jornaes, de todas as côres politicas, lhe dedicaram artigos saudosos, lastimando a sua perda, e o seu funeral foi imponente, vendo se ali encorporados representantes do ministerio, das camaras dos pares e dos deputados, e de todos jornaes; funccionarios publicos, muitos dos seus amigos, etc.

Silva *(Polycarpo José Antonio da)*. Muito notavel tenor que viveu nos fins do seculo XVIII. Entrou para a irmandade de Santa Cecilia a 19 de fevereiro de 1761, e fez parte da junta que reformou o compromisso da mesma irmandade em 1765, figurando o seu nome na lista dos mordomos. Era um dos principaes cantores da capella real o *virtuose* da Real Camara, tomando parte, a par dos cantores italianos, nas operas que se cantaram nos theatros regios. O opulento inglez Beckford, que viajava por todo o mundo e residira largos annos em Italia, fez-lhe elogiosas referencias na sua carta XXIV, datada de 8 de novembro de 1787, narrando a visita que fizera ao convento de Mafra, chamando-lhe *famoso tenor, admiravel pela bravura e rapidez da sua execução*. Polycarpo da Silva gozava da maior reputação como mestre de canto, e para uso das suas discipulas escreveu numerosos trechos de musica de camara. Publicou em 1787 uma das suas composições mais importantes, a qual tem por titulo *A Primavera*, em 9 nocturnos musicaes sobre versos de Metastasio. Consta que na Bibliotheca da Ajuda e na Bibliotheca Nacional de Lisboa, existem algumas composições do Polycarpo da Silva, escriptas em 1785.

Silva *(Roberto Duarte)*. Notavel chimico. Era natural da ilha do Santo Antão, de Cabo Verde, onde nasceu em 1838, fal. em Paris a 9 de fevereiro do 1889. Veiu estudar pharmacia para Lisboa, e logo que se julgou habilitado, entrou na classe dos pharmaceuticos ultramarinos, e partiu para Macau em 1859, tendo subsidio do governo. Mas Roberto da Silva percebeu, que podia ter um futuro mais largo e mais promettedor, graças ao seu conhecimento profundo da profissão que adoptara, e tendo ido para Macau em 1859, não tardou a ir estabelecer-se por sua conta em Hong-Kong, onde fazia mais proventos. Por essa occasião rebentara a guerra de 1860, em que a França e a Inglaterra marcharam alliadas contra a China. Em Hong Kong teve Roberto da Silva ensejo de tratar com muitos officiaes e medicos navaes francezes, admirando-se estes muito da sua prodigiosa habilidade, grande vocação scientifica, e da rapidez com que adquirira largos conhecimentos chimicos. Aconselharam lhe, que fôsse procurar a Paris a gloria a que tinha direito, e Roberto Duarte da Silva partiu effectivamente para Paris em 1863, e ali frequentou os laboratorios do celebre Wurtz e de Pisani, que ficaram deveras maravilhados com as raras disposições do moço chimico. Começou então a publicar varios estudos ácêrca da sua sciencia predilecta, muitos dos quaes fôram tão apreciados em França que lhe valeram o premio Jeker conferido pela Academia. Mais ainda, em 1867, elegeu-o seu presidente a Sociedade Chimica, do Paris; não so podia prestar mais alta homenagem a um estrangeiro, e sobretudo a um estrangeiro que apenas contava 29 annos de edade. Roberto da Silva encontrara em Paris campo desafogado para os seus estudos, e o apreço independente e espontaneo que lhe compensava as fadigas d'esses estudos. Cultivava a sciencia pelo amor da mesma sciencia, dominado pela ideia de ser util á sociedade, sem curar muito dos proprios haveres de que tinha de viver. D'isso resultou que os modestos recursos com que se havia installado em Paris, lhe desappareceram um dia quasi roubados por quem lh'os administrava, e para cumulo do infortunio, por essa mesma occasião o illustre chimico era victima d'um desastre no laboratorio, em que a explosão d'um apparelho o feriu gravemente no rosto, fazendo-lhe perder um olho. N'estas circumstancias teve de procurar uma collocação que lhe desse com que viver, e empregou se como chefe dos trabalhos de chimica analitica da Escola Central de Paris. Esta nova posição foi para elle motivo de novos triumphos, pois as suas conferencias e demonstrações distinguiram se de tal modo, que pouco tempo depois, quando em Paris se organisou a Escola Municipal de Chimica e Physica, foi Roberto da Silva escolhido para professor de chimica. Mais tarde, no anno de 1886, vagou a cadeira de chimica analytica na Escola Central, e o conselho da escola escolheu-o para a reger em tirocinio. Roberto da Silva accumulava d'esta fórma tres commissões de ensino n'um paiz em que a sciencia tem tantos cultores, e essa preferencia dada ao illustre chimico portuguez, era prova evidente da sua capacidade pouco vulgar até mesmo nos grandes centros da sciencia. A saude, porém, de Roberto da Silva é que não podia com tantos encargos, muito principalmente com o zelo com que elle os desempenhava, e isso o obrigou a resignar o lo-

gar do professor de chimica da Escola Municipal de Chimica e Physica. Apezar d'isto, a sua saude debil e gasta por tão aturados trabalhos, era cada vez mais melindrosa, e quando em 1888 foi nomeado lente cathedratico da sua cadeira da Escola Central, esta nomeação colheu-o já n'um estado deploravel, em que elle mal podia sentir a alegria do premio dos seus trabalhos. Cousa notavel, diz um dos seus biographos, o nome de este eminente portuguez era quasi desconhecido em Portugal! Emquanto os alumnos parisienses escutavam com admiração as palavras do sabio portuguez, em Portugal nem o nome lhe conheciam. Foi necessario que Antonio Augusto de Aguiar fizesse na Academia Real das Sciencias a mais brilhante apologia d'este homem illustre, que ainda assim era socio correspondente d'Academia de Lisboa, para que se chamasse para elle a attenção publica e a attenção do governo, e para que esse portugues, que já tinha a Legião de Honra, tivesse tambem a commenda da ordem do S. Thiago. Continuando até ao fim da sua vida a sua dedicação á sciencia, regeu até á ultima a sua cadeira, apezar do que o seu estado da garganta lhe tornava a voz quasi extincta. O funeral do illustre professor foi concorrido pelas sumidades do professorado e da sciencia do Paris, fazendo se tambem representar a Escola Polytechnica de Lisboa. A' beira do tumulo prestou lhe homenagem Mr. Friedel, enaltecendo n'um sentido discurso as qualidades e a grandeza do valor e do talento do distincto chimico portuguez.

Silva *(Rodrigo Mendes da)* Historiador nascido em Celorico da Beira em 1607, e fallecido depois de 1675. Passando á Hespanha, que então dominava em Portugal, ali fez a sua carreira, chegando a ser chronista geral d'esse paiz, e membro do supremo conselho de Castella. Deixou differentes obras, entre as quaes as seguintes: *Eleição em rei dos romanos do rei da Bohemia, Fernando III*; *Dialogo da antiguidade e cousas memoraveis da villa de Madrid e recebimento que n'ella se fez á princeza de Carignan, consorte do principe Thomaz*; *Vida e feitos do grande condestavel de Portugal, D. Nun'Alvares Pereira*, etc. Deixou tambem muitos estudos genealogicos, alguns impressos e outros manuscriptos.

Silva *(Theodosio de Contreras da)*. Mestre em artes, e formado em direito civil pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa a 24 de janeiro do 1656, onde tambem fal a 15 d'agosto de 1729. Era filho do notario apostolico Francisco da Silva Mattos. Foi escolhido pelos prelados de Portugal para secretario da deputação que enviaram a Roma a solicitar do papa que não desse ouvidos ás supplicas dos christãos novos, que pediam ao pontifice que lhes concedesse perdão geral e a reforma nos processos da Inquisição. Em Roma se demorou até á chegada do embaixador D. Luiz de Sousa, bispo de Lamego, que foi depois arcebispo de Braga; vindo então para Portugal, leu no desembargo do paço, e sendo considerado apto para os cargos da magistratura, foi despachado juiz de fóra de Monsaraz, e logo depois desembargador na Relação da India, e em seguida chanceller de Gôa. Pouco disposto a atravessar os mares, declarou que não acceitava, e veiu para Lisboa exercer a advocacia. Era poeta de alguma fama no seu tempo, e publicou, entre muitos versos que compoz, os que dedicou á memoria da infanta D. Izabel, filha de D. Pedro II, e que são glosa d'um soneto do Baccllar. Tambem publicou um epithalamio ao casamento do duque do Cadaval, e um soneto a D. João V.

Silva *(Thomaz Antonio da)*. Professor do grammatica latina em Ponte do Lima e Vianna do Castello. Era natural de Leiria, e viveu no seculo XVIII Publicou em 1779 um livro intitulado: *Nova instituição da grammatica latina, dividida em tres partes*, etc. Este infeliz professor parece que tentou seguir o movimento do seu seculo, e que prestou ouvidos ás maximas dos philosophos francezes; caiu-lhe logo em cima a Inquisição, ainda vigorosa apezar de a ter inutilisado poderosamente o marquez de Pombal, e accusado de negar a confissão auricular, a immortalidade da alma, o sexto preceito e os infernos, de se confessar e de commungar sacrilegamente, foi condemnado por sentença do Santo Officio de Coimbra, proferida no auto da fé de 26 de agosto de 1781 a ser, como herege e apostata, recluso em Rilhafolles, e julga se, que fallecesse ali.

Silva *(Thomaz José da)*. Negociante nascido em Angra do Heroismo em 7 de dezembro de 1775. Destinava se á vida ecclesiastica, chegando a estar devidamente habilitado com os respectivos estudos, mas não se sentindo com vocação, mudou de ideia, preferindo a carreira nautica, em que se tornou muito perito, vindo a ser tambem um negociante muito acreditado. Em 1819 D. João VI o nomeou inspector de agricultura na ilha Terceira, logar que exerceu até 1821. N'esse anno veiu para Lisboa, adherindo com enthusiasmo á revolução que rebentára em 1820. O movimento reaccionario de 1823 o obrigou a emigrar, e partindo para Pernambuco ali se estabeleceu, animando a fundação d'algumas fabricas, e ali falleceu, ignorando-se a data da sua morte. Escreveu: *Reflexões sobre a agricultura, industria e commercio da ilha Terceira*, Lisboa, 1822.

Silva *(Tristão da)*. Musico que floresceu na côrte de D. Affonso V nos meados do seculo XV.

Silva *(Valentim Augusto da)*. Secretario geral da administração da fazenda da Casa Real. N. em 1843, fal. a 29 de outubro de 1909. Exerceu os seguintes cargos pertencentes á Casa Real: Ajudante do almoxarifado das reaes propriedades do Alfeite, por portaria de 11 de março de 1875, indo a 28 de fevereiro de 1877 occupar o logar de almoxarifo do palacio de Cintra. Por portaria de 22 de outubro de 1879 foi nomeado membro da commissão creada para examinar o Tombo dos bens da referida Casa Real e mais documentos respectivos aos almoxarifados; em ordem de 20 de setembro de 1880 foi encarregado de diversos trabalhos na administração; por portaria de 26 de julho de 1882 tomou o encargo dos pagamentos na administração da fazenda; por decreto de 6 de junho de 1887 foi exonerado d'almoxarife do palacio de Cintra e nomeado thesoureiro pagador da administração; em 15 de novembro, parece que do mesmo anno recebeu a nomeação de official menor, e por decreto de 14 de setembro de 1892 a de administrador geral interino da fazenda; a 14 de setembro de 1893 foi occupar o logar de secretario geral da administração; serviu tambem como administrador desde 4 de dezembro de 1905 a 7 de setembro de 1907. Valentim da Silva era tambem um musico muito conside

rado o compositor. Eutro outras, notam se as seguiutes composições: *Te Deum* a 4 vozes; a *Alleluia de 1905*; *Ignota*, phantasia para banda militar; *Capricho*, para clarinete; *Horas d'Oxio*, phantasia; *A ironia*, idem; *Mensageiro, suite* de valsa; *Mademoiselle Ferdinand*, idem; *Torre das Cabaças*, idem; *De Queluz a Cintra*, polka; *O Justino, pas de quatre*. Deixou tambom 60 *ordinarios*, em quo so contam: *O Souteneur, O Zé Neto, O Talento, O Recruta, O Bosque, Os anneis de brilhantes, O grande Elias, O Zufaste, Grupo dos Cinco, Malaquias, Lagartijo, Ameleita, O Adamastor, A saida dos perdigões, O Pelayo*, etc. Era commendador da ordem de Christo.

Silva *(Vicente da)*. Bacharel em canones pela Universidade do Coimbra. N. a 21 de janeiro de 1707, fal. depois do anno do 1752. Foi alumno de philosophia na congregação do Oratorio, formando-se depois em direito canonico a 18 de maio de 1726. Tendo já as licenças necessarias para poder exercer a advocacia, preferiu tomar ordens de presbytero, o que fez a 28 do janeiro de 1733. Teudo vocação para o pulpito, passou logo a prégar pelo paiz, tornaudo se um orador muito apreciado. Foi socio das academias dos *Occultos* e dos *Applicados*. Publicou uns folhetos dirigidos a D. Raphael Bluteau, uma *Egloga entre Sylvio e Lysia, pastores e Ventaliano pescador, á morte de D. João V*. Depois cantou a acclamação de el-rei D. José. Com o pseudonymo de Luiz Thadou Nicens, escreveu uma comedia intitulada *Amor perdôa os aggravos*. Deixou alguns manuscriptos.

Silva. Pov. e freg. de S. Julião, da prov. do Minho, conc. e com. de Valença, distr. do Vianna do Castello, arceb. de Braga; 92 fog. o 705 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada a 6 k. da margem esquerda do rio Minho, o a 11 da séde do conc. O terreno é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz; cria muito gado, e o rio Minho, que lhe fica muito perto abastece toda a população de bom peixe. Perteuce á 3.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res. n.º 3, com a séde em Viauna do Castello. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. do Valonça, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 106 fog. e 445 hab. Tem est. post. Está situada a 4 k. da margem esquerda do rio Minho e a 9 da séde do conc. E. freg. fertil, e o rio Minho lhe traz muito e bom peixe. No logar da Cruzeira d'esta povoação existem os restos d'um grando castello ou fortaleza do fórma circular, com seu fosso. A pouca distancia de estas ruinas ha um logar chamado *Madôrra*, de fórma cónica, que depois se veiu a chamar *Fieis de Deus*. No sitio chamado *Arraial da Silva* existem vestigios d'uma bastida ou trincheira, que so construiu ali em 1801 contra castelhanos e franceses. A pov. pertenco á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz os Montes, conc. o com. de Miranda do Douro, distr. e bisp. de Bragança; 191 fog o 717 hab. Está situada a 7 k. da ribeira de Angueira e a 17 da séde do conc. Tem est. post. e esc. do sexo masc. A sua industria é o marmoro do alabastro, vulgarmeute chamado das minas de marmoro de Santo Adrião, ou de Vimioso. Ha tambem aqui minas de prata o chumbo, registadas pelo P. Manuel Pinheiro de Lacerda. N'esta mesma freguezia estão as podreiras do marmores e alabastros, denominadas *Pedreiras de Santo Adrião*, notaveis pela qualidade superior dos marmores e alabastros e pela sua extensão. As grutas de alabastro chamadas *Gruta dos Ferreiros*, *Gruta dos Ananazes* e *Gruta da Abelheira*, são muito visitadas por serem d'uma belleza deslumbrante. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 10, com a sédo em Mirandella. || Pov. e freg. de S. Julião, da prov. do Minho, conc. e com. do Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 92 fog. e 318 hab. Tem apeadeiro no caminho do ferro do Minho, entre o de Carapeço e a est. do Barcellos. Está situada a 2 k. da estrada de Vianna a Barcellos e a 5 da séde do conc. Chamava se antigamente *Calendario da Silva*, e tambem é conhecida por *S. Julião da Silva*. A terra é fertil e pertence á 3.ª div. mil. o ao distr. do recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: S. Nicolau, de Carrazedo do Moute Negro, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real || Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho de Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Penamaior, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. João Degolado, do Terrugem, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Santo André, de Villa Numo, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Silva Amado *(Illydio Alberto da)*. Medico pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa. N. n'esta cidade no anno de 1872, fal. em Queluz a 11 do novembro de 1906. Era filho do illustre professor da Escola Medica, o dr. José Joaquim da Silva Amado. Terminando o seu curso distinctamente, dedicou-se á clinica na Assistencia aos Tuberculosos. Começou tambem a ser muito notado nos salões da nossa primeira sociedade pelos seus dotes de intelligencia o cultura artistica. Desde muito novo começara a mostrar grande proponsão para a musica. Aos 11 annos já tinha concluidos os 3 annos de rudimentos o os tres primeiros de piano, como alumno extranho ao Conservatorio. Era discipulo do fallecido professor Vieira. Temperamento essencialmente artistico, apaixonara-se pela musica, o conseguiu, sendo estudante, organisar entre os seus condiscipulos a Tuna Academica do Lisboa, que apresentou a 18 de dezembro de 1895 no sarau de estudautes que se realisou no theatro Normal. Dotado d'uma grande actividade, ora so dedicava ás composições musicaes, ora escrevia para o theatro; organisava recitas e muitos coros, que elle compunha e ensaiava, ensaios a que o seu temperamento dava uma nota curiosa de obediencia, assim como varias peças representadas em festas de caridade, firmadas egualmente pelo seu nome. Em Queluz, onde costumava ir passar a estação calmosa, era elle a vida, a animação d'aquella povoação ordinariamente tão socegada. Promoveu ali festas attrahentes, e até escreveu uma revista dos pequeninos acontecimentos locaes da epoca, que infelizmeute não chegou a representar-se, porque a implacavel doença quo o victimou o não consentiu. Foi esse o seu ultimo trabalho litterario o artistico. Chamava se a revista *Salpicos*. Escreveu musica para a opera tta em 1 acto *Sejamos castos*, de Accacio de Paiva; para a operetta *Doutor Faustino*, escripta por Alfredo Pinto, a qual se cantou no theatro de S. Carlos; e o

Hymno academico. A mocidade academica deveu-lho muitos beneficios, e consagrava-lhe a maior sympathia e a mais profunda amizade. No seu funeral todos os estudantes se incorporaram com a Tuna Academica. Intelligencia muito culta, nervosismo excitado por sensações e ambições d'arte, produziram no seu organismo debil, a doença que o prostrou aos 34 annos de edade. Era casado com a sr.ª D. Honorina de Moraes Amado, filha dos srs. viscondes de Moraes.

Silva Amado *(José Joaquim da)*. Medico pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa, distincto professor, etc. N. em Lisboa a 3 de setembro de 1840, sendo filho de José Joaquim da Silva Amado, que exercia a profissão de cambista, e de sua mulher, D. Gertrudes Magna da Costa Moraes. Ficou orphão aos 4 annos de edade, e auxiliado pelo seu avô paterno, pôde dar começo aos seus estudos, indo aos 11 annos matricular-se na Escola Academica. Depressa se tornou estudante distincto, sendo repetidas vezes premiado nos exames de frequencia, que então havia n'aquelle collegio. Destinava se á vida commercial, e já no Lyceu havia feito a maior parte dos exames, que serviam de preparatorios para o curso da Aula do Commercio, que se propunha seguir, quando alguns dos seus professores, que lhe reconheciam talento robusto, grandes aptidões e muita força de vontade para maiores emprehendimentos, resolveram entre si despersuadil o da sua ideia, e convencel-o das vantagens que alcançaria, de futuro, se preferisse ao curso de commercio um curso scientifico. Não foi difficil convencer o moço estudante, e perfeitamente de accôrdo, professores, discipulo e a familia, todos reconheceram, que era no caso sujeito muito preferivel o curso scientifico. No entretanto, um obstaculo enorme se levantava a destruir todas estas aspirações grandiosas, todos estes planos brilhantes, esse obstaculo era a falta de meios. Estudos superiores não se frequentavam sómente com a boa vontade, carecia se de recursos pecuniarios e livros, matriculas, explicadores, e muitas outras despezas indispensaveis, e esses recursos eram muito escassos. Recorreu-se á regia munificencia do bondoso rei D. Pedro V, e o problema ficou resolvido, alcançando o moço estudante um subsidio, que lhe foi mantido durante a vida do monarcha, continuando depois por el rei D. Luiz, até á conclusão dos estudos que cursava. José Joaquim da Silva Amado pôde então matricular se na Escola Polytechnica, e obter a classificação distincta nos exames de chimica e physica, sendo approvado n'estas disciplinas com 16 e 18 valores. Da Escola Polytechnica passou á Escola Medica, em 1858, que o approvou com louvor em diversas cadeiras do curso, e lhe conferiu cinco premios, sendo dos alumnos do seu tempo o que obteve melhores classificações. A 21 de julho de 1863 defendeu these, e era tambem approvado com louvor. N'esse mesmo anno, depois de ter completado o curso, foi creada na Escola a cadeira de anatomia, e o novo medico foi um dos primeiros a matricular se, sendo approvado com louvor e obtendo premio. No anno seguinte, 1864 a 1865, matriculou se tambem no Instituto Agricola, no proposito de seguir o curso da veterinaria para estudar a medicina comparada. Não pôde, porém, continuar porque, tendo concorrido ao concurso de provas publicas para o logar de preparador e conservador do museu de anatomia da Escola Medica, obteve boa classificação, e foi nomeado por decreto de 9 de março de 1865, logar que exerceu até 1873. Outro decreto, de 22 do referido mez de março de 1865, o nomeou cirurgião ordinario do banco do hospital de S. José, logar que tambem alcançou em concurso de provas publicas. Tres annos depois, em 1868, era eleito socio correspondente da Academia Real das Sciencias, e em concurso para o logar vago de demonstrador da secção medica da Escola Medico-Cirurgica, sendo seu competidor o illustre medico Sousa Martins, obteve approvação unanime em merito absoluto. Tão rapida ascensão em tão curta carreira, levou os poderes publicos a conferir-lhe o grau de cavalleiro da ordem de S. Thiago, como testemunho de consideração e apreço pelo seu merecimento manifestado na publicação de varios trabalhos scientificos, de que é autor, diz o decreto que tem a data de 5 d'outubro de 1869. N'esse mesmo anno, por decreto de 17 de novembro, foi provido no logar de medico extraordinario do hospital de S. José, tendo precedido concurso. Em decreto de 12 de março de 1873 foi despachado lente substituto da secção cirurgica da Escola Medica do Porto, e dois mezes depois era nomeado secretario da mesma escola por decreto, de 21 de maio, e a 17 de outubro, provido a lente substituto. Além d'isso foi nomeado pelo conselho da mesma escola para diversas commissões importantes. Regia esta cadeira, quando requereu transferencia para Lisboa, allegando ter sido já em 1868 approvado em merito absoluto para lente da secção medica da Escola de Lisboa. A transferencia fez se por decreto de 13 de agosto de 1874, sendo nomeado lente substituto mais moderno da secção medica. Mas o dr. Silva Amado não saira nunca do paiz, ou por assim dizer, da escola e dos modestos limites do seu gabinete de estudo. O seu grande desejo era observar os grandes centros, em que encontraria novos elementos de estudo que apreciar, o trato e as lições dos grandes mestres e das grandes reputações européas. Animado por esses desejos, conseguiu, em 1878, ir ao congresso de hygiene de Paris, com o caracter meramente particular, mas não impediu esse facto, que se distinguisse n'essa assembléa composta de alguns centos de medicos hygienistas, e fôsse eleito vice-presidente d'uma das secções, e socio correspondente da *Sociedade de medicina publica*, uma das mais autorisadas associações scientificas de França. Regressando á patria, foi logo, por decreto de 26 de março de 1879, nomeado lente proprietario da Escola Medico Cirurgica na cadeira de medicina legal e hygiene, vaga pelo distincto professor Cunha Vianna. Mezes depois o governo o nomeou seu representante no congresso de sciencias medicas que devia reunir em Amsterdam em outubro d'esse anno. Apresentando se n'essa assembleia, teve a honra de ser nomeado seu presidente honorario, e de tomar parte na discussão de diversos assumptos importantes. Em 1880, a camara municipal de Lisboa convidou o a acceitar o cargo de director do pelouro de hygiene, logar em que foi provido por deliberação da mesma camara de 22 de março, e o governo, por decreto de 20 do mesmo mez e anno, o nomeou commissario dos estudos e reitor do lyceu de Lisboa. Ainda n'esse anno, nas eleições supple-

mentares de setembro, foi eleito deputado, tendo por competidor José Elias Garcia; sendo tambem nomeado delegado de Portugal na conferencia sanitaria internacional de Washington, prestou ali serviços importantissimos; esta conferencia que se prolongou desde janeiro a março de 1881, é uma das suas maiores glorias. Tendo n'ella um papel preponderante, e sendo nomeado vogal da commissão encarregada de dar parecer sobre as propostas dos delegados americanos, logrou n'essa commissão vêr approvadas todas as instrucções que recebera do governo portuguez e algumas vezes até contra o voto dos delegados dos Estados Unidos, que eram, não só dos mais habeis, mas os mais numerosos. Durante a sua permanencia nos Estados Unidos, o dr. Silva Amado, não obstante as graves preoccupações e responsabilidades dos trabalhos da conferencia, não se esqueceu de visitar as principaes escolas de instrucção primaria, secundaria e superior, o de colligir preciosos dados estatisticos, documentos e instrucções, como se fôra essa parte essencial das suas obrigações officiaes Em setembro de 1882 foi delegado do governo no congresso de Genebra, sendo escolhido pela commissão organisadora do congresso para ser um dos seus relatores officiaes Em 30 de janeiro de 1883 foi promovido a medico ordinario do hospital de S. José, e a 9 de fevereiro director de enfermaria; n'esse anno tambem a commissão organisadora do congresso de medicina colonial o escolheu para elaborar um relatorio sobre a hygiene nas colonias, relatorio que mereceu o elogio dos diversos oradores que entraram na discussão do assumpto. Em 1885 foi delegado portuguez na conferencia sanitaria internacional de Roma, por occasião das preoccupações e receios da invasão do terrivel flagello que assolava a Hespanha, a França e a Italia, tornando-se, portanto, de grande importancia para Portugal o congresso que se ia reunir em Roma. N'essa conferencia foi tambem nomeado vogal d'algumas das sub-commissões mais importantes, como a que teve o encargo do estudo das medidas sanitarias applicaveis aos navios de véla, e as medidas applicaveis á chegada de todos os navios á Europa, e foi n'esta ultima das mais importantes que elle, constituindo se em minoria, conseguiu fazer rejeitar pela commissão as opiniões da maioria da sub commissão. Quando regressou a Lisboa, recebeu a mercê da carta de conselho por decreto de 30 de abril de 1886. O dr. Silva Amado foi quem viu em Portugal o primeiro caso de trichinose, fazendo em 1868 a autopsia d'um cadaver no hospital de S. José. A Academia Real das Sciencias, que já contava o dr. Silva Amado no numero dos seus socios correspondentes, o elevou a socio effectivo, servindo varias vezes de vice presidente, o presidente da 1.ª classe. Foi deputado em diversas legislaturas e par do reino electivo. Sendo director da fabrica de tecidos de Thomar, e da Associação Industrial, foi vogal da commissão executiva da Exposição Industrial Portugueza com uma secção agricola, realisada em 1888 na Avenida da Liberdade de Lisboa. No Congresso dos Nucleos da Liga Nacional contra a Tuberculose, reunido na Sociedade de Geographia a 11 de abril de 1901, foi elle quem presidiu. O dr. Silva Amado é do conselho Medico-Legal, do conselho de Saude e Hygiene Publica, director da Morgue de Lisboa; foi tambem director do Laboratorio de Hygiene, do qual passou para o Instituto Central de Hygiene; enfermeiro-mór dos hospitaes civis de Lisboa e presidente da Sociedade das Sciencias Medicas; 2.º vice-presidente do conselho central da Assistencia Nacional aos Tuberculosos, presidente da Liga Nacional contra a Tuberculose; é socio das sociedades hespanhola, franceza, italiana de hygiene, das sociedades de Medicina Publica de Paris e de Bruxellas, da Academia Real de Medicina de Roma e do Instituto de Coimbra; socio e director da Sociedade de Geographia, antigo redactor do *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas*, depois proprietario e redactor do *Correio Medico*, redactor da *Medicina contemporanea*, collaborador effectivo do *Journal de Hygiene*, um dos mais autorisados da Europa, *O Escoliaste medico*, *Revista medica portugueza*, *Gazeta Medica de Lisboa*, *Medicina contemporanea*, *Jornal de l'Anatomie et de la Physiologie normales et pathologiques*, *Revue d'Hygiene*, *Revue d'Anthropologie*, *Jornal de Commercio*, *Commercio de Portugal*, *Diario de Noticias*. Além de muitos artigos, relatorios e memorias dispersas n'esses jornaes, escreveu: *Considerações sobre as hernias da mucosa vesical atravez da tunica musculosa;* foi a sua these inaugural, em 1863, e que ficou manuscripta; *Historia natural da cellula e formas derivadas das plantas, nos animaes, e particularmente no homem;* these de concurso, Lisboa, 1868; *As formações e transformações dos animaes; estudo sobre o desenvolvimento normal, teratologico, e pathologico, fundado sobre a embryogenia comparada, a physiologia, a anatomia pathologica, a histogenia e a paleontologia. Primeira parte: desenvolvimento normal nos animaes da fauna central*, com 2 estampas, Lisboa, 1872; *Acido hypurico, depositado espontaneamente em grande quantidade na urina d'um homem com cancro no pyloro*, Lisboa, 1886; *Algumas considerações sobre a conveniencia de crear cursos de cirurgia em Lisboa, Porto e Coimbra*, Lisboa, 1867; *Reflexões sobre a necessidade de se reformar o serviço medico do hospital de S. José*, Lisboa, 1867; *Estudo sobre as hernias parietaes da bexiga e sobre os calculos vesicaes encarcerados*, Lisboa, 1867; *Note sur un point obscur de l'histologie de la glande thyroide*, Paris, 1870; *Discurso pronunciado na sessão solemne da abertura dos cursos da Escola Medico Cirurgica de Lisboa, em 5 de outubro de 1875*, Lisboa, 1875; *L'ethnogenie du Portugal*, Paris, 1880; etc.

Silva Azevedo *(Jeronymo da)*. Jurisconsulto do seculo XVII. N. no Porto, e fal. em Lisboa a 19 de fevereiro de 1661. Estudou na Universidade, e apenas se doutorou, foi logo provido na cadeira de Instituta, e depois na de Codigo. Nomeado corregedor de crime do Porto e desembargador da Relação d'essa cidade, foi nomeado desembargador em Lisboa e da Casa da Supplicação em 1648, e depois dos Aggravos, em 1650. No anno de 1652 acompanhou, como secretario de embaixada, o conde de Penaguião a Londres, e depois de regressar a Lisboa, foi deputado da Mesa da Consciencia e Ordens. Era eminente jurisconsulto; bom latinista, compôz varias poesias, das quaes se imprimiu um panegyrico em louvor da acclamação de D. João IV, composto em latim.

Silva Azevedo (*José da*). Doutor em medicina pela Universidade de Coimbra, physico-mór

do Estado da India, e cavalleiro da ordem de Christo. N. em Lisboa em 1680, onde tambem fal a 20 do junho de 1752. Escreveu: *Exposição Delphica apologetico critica em que se convence uma falsidade com a verdade declarada, e se propõem varias doutrinas pertencentes á sciencia da medicina, etc.*, Lisboa, 1736. E' resposta a uma *Dissertação medica*, que contra o autor publicára o seu collega Bernardo da Silva Moura.

Silva e Azevedo *(P. José Pegado da)*. Presbytero secular, doutor em canones pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Lisboa a 3 de fevereiro de 1726, onde tambem fal, a 15 de janeiro de 1754. Era filho de José da Silva de Azevedo. Distinguiu se nos estudos ecclesiasticos e seculares, e tornou se notavel por ser o primeiro, ou um dos primeiros oradores que em Lisboa abandonaram o antigo estylo de prégar, introduzindo no pulpito o gosto francez, mostrando se zelosos o aproveitados discipulos das doutrinas de Bossuet e Massillon. Isto lhes concitou a animadversão dos sectarios do velho methodo, que os não poupavam com sarcasmos e invectivas, das quaes muitas se imprimiram. José Pegado da Silva, que dava de si grandes esperanças, falleceu prematura e extemporaneamente de uma febre perniciosa que o assaltou, contando 28 annos incompletos. No mesmo anno de 1754 se imprimiu um *Elogio historico*, publicado anonymo, mas de que foi autor o advogado Miguel Martins de Araujo. Dos muitos sermões que prégou, apenas so imprimiram dois, um do *Santo Antonio* o outro da *Soledade*.

Silva e Azevedo *(Luiz Paulino da)*. Cavalleiro da ordem de Christo, secretario da Mesa do Desembargo do Paço, etc. N. no Porto a 2 de julho de 1690, fal. a 22 de fevereiro de 1755. Era filho de Luiz Paulo da Silva e de D. Luiza Thereza da Silva. Depois de estudar latim, passou a cursar philosophia, e tendo concluido os estudos, casou com Michaela Joaquina do Seixas. Succedeu a seu pae no referido logar de secretario, e traduziu do francez a chamada Biblia de Royaumont, com o titulo de *Historia sagrada do velho e novo testamento com explicações e doutrinas dos santos padres*, etc., Lisboa, 1745; 2.ª edição, 1752, e 3.ª em 1758. Tambem traduziu: *Arte de conservar a saude dos principes, e das pessoas de primeira qualidade, como tambem das nossas religiosas. Composta por Bernardino Ramazino; e elogios da vida sobria, ou conselhos para viver largo tempo, pelo famoso Luiz Cornaro, nobre veneziano;* Lisboa, 1753. Esta traducção não foi feita do original latino, mas d'uma traducção franceza de Estevão Colet.

Silva Basto *(Alvaro José da)*. Doutor em mathematica e philosophia pela Universidade de Coimbra. N. em Guimarães, sendo filho de Antonio José da Silva Basto. Doutorou se nas duas faculdades a 25 de julho de 1897 E' professor cathedratico da 3.ª cadeira de philosophia A 30 do novembro do 1907 foi nomeado vogal do Conselho Superior do Instrucção Publica.

Silva Basto *(José Maria da)*. Contra almirante. N. em Lisboa a 24 de julho de 1819, sendo filho de Raymundo Lopes da Fonseca Basto, procurador de causas, e de D. Margarida Barbara da Silva Franco e Basto. No mez de outubro de 1835 começou os estudos preparatorios para a carreira a que se destinara, matriculando se na Real Academia de Marinha, e extincta esta, proseguiu os na Escola Polytechnica. Assentou praça na companhia dos guardas marinhas a 13 do outubro de 1837, concluiu a sua habilitação theorica e pratica em fevereiro de 1839, e a do tirocinio de embarque a 12 de junho de 1840. Em 1883 era contra-almirante, por decreto de 25 do janeiro d'este anno, e vogal do tribunal superior de guerra e marinha, por diploma de 17 de dezembro do mesmo anno Desde 18 de dezembro de 1838 até 29 de maio de 1877 andou sempre em embarques e serviços no mar. Commandou o cuter *Principe Real*, os brigues *Carvalho* e *Vouga;* corvetas *Iris*, *Duque de Palmella* e *Infante D. Henrique*, e exerceu o commando da estação de Angola por duas vezes. Desempenhou variadissimas e importantes commissões, entre as quaes mencionaremos a de chefe do departamento maritimo do sul; chefe da repartição fiscal da fazenda de marinha; presidente da commissão encarregada de proceder, de accordo com o consul de Portugal em Genova, á compra de tudo o necessario para fornecimento da divisão naval portugueza, ancorada n'aquelle porto, a fim de conduzir a Lisboa a rainha D. Maria Pia em 1862; de outra incumbida de formular um projecto de reorganisação do corpo dos officiaes de fazenda da armada; e finalmente, da de reforma das tabellas que regulam o fornecimento de sobresalentes para os navios da armada; assim como foi nomeado em 1883 para inspeccionar a escola naval e o hospital da marinha. Por decreto do 13 de janeiro foi agraciado com o titulo de conselheiro; era commendador e cavalleiro da ordem de Aviz, cavalleiro da de Christo, e official da de S Mauricio e S. Lazaro, de Italia. Publicou, superiormente autorisado, uns opusculos sobre o *Regimento dos signaes da armada*, *Principios geraes de tactica naval*, *Repertorio das ordens da armada*, etc.

Silva Bastos V. *Bastos*.

Silva e Bivar *(Diogo Soares da)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, cavalleiro da ordem de Christo, da da Rosa do Brazil, etc. N. em Abrantes a 6 de fevereiro de 1785, fal. na Bahia a 10 de outubro de 1865. Era filho de Rodrigo Soares da Silva e Bivar. Foi elle quem teve o pensamento da sociedade litteraria, estabelecida n'aquella villa, com o nome de Sociedade Tubuciana, cujos estatutos fôram approvados por aviso de 31 de julho de 1802. Foi inspector da plantação das amoreiras, director da fiação de seda em Abrantes e administrador do tabacos n'essa comarca. Quando Junot entrou em Portugal, esteve hospedado em casa de seu pae, Rodrigo Bivar, e despachou Diogo juiz de fóra de Abrantes, de que lhe resultou depois, em 1809, ser julgado e condemnado a pena de açoites o degredo para Rios de Sena, com a confiscação de todos os seus bens. Tendo embarcado para o seu destino, quando chegou á Bahia, o conde dos Arcos que então era o governador, pediu ao governo para consentir que Bivar ficasse ali, e conseguiu-o. Por decreto de 26 de março do 1821 foi restituido á liberdade e a todas as prerogativas de cidadão. Com a independencia do Brazil, tornou se cidadão brazileiro, constando que um dos motivos que o moveram a abraçar aquella causa, fôra o ter casado com uma senhora na Bahia, e ter, por conseguinte creado ali familia. Serviu

depois varios cargos e logares importantes. Em 1810 publicara em Lisboa a seguinte obra: *Novo Atlas geographico politico e historico de todos os Estados que compõem a Europa, indicando as diversas mudanças sobrevindas aos mesmos Estados desde a epoca da revolução de França até á publicação do presente Atlas;* com duas taboas, ou mappas impressos Esta parte parece ser a unica que o autor chegou a imprimir, quando estava preso no presidio da Trafaria, accusado do adhesão ao partido dos francezes.

Silva Bivar (*Rodrigo Soares da*). Medico pela Universidade de Coimbra. N. em Abrantes em 1732, onde tambem fal. em 1809. Era pae do antecedente. Depois de concluir o curso, procurou augmentar os seus conhecimentos de anatomia estudando com um cirurgião estrangeiro que viera para o exercito, e entretendo larga e assidua correspondencia com o celebre doutor Ribeiro Sanches Conseguiu assim uma grande reputação, mas sendo pronunciado n'uma devassa que, seguindo as leis de D. João V, se tirava todos os annos contra os freiraticos, teve de abandonar Abrantes e partir para Salvaterra. Chamado para tratar d'uma grave enfermidade a Francisco Xavier de Mendonça, irmão do marquez de Pombal, e tendo sido feliz na cura, foi-lhe supprimida a devassa, e a camara de Abrantes lhe deu de aforamento muitos terrenos para plantar amoreiras recebendo de fôro alguns arrateis do casulo. Por morte do marquez de Pombal deixou Bivar de cultivar amoreiras, e mandando as arrancar, plantou em logar d'ellas vinhas com o que arranjou uma boa fortuna. Junto da Abrançalha descobriu uma nascente, cujas aguas eram eguaes ás do Spa, na Allemanha, mas por negligencia confundiram so com as aguas do Tejo.

Silva Brandão (*João Victor da*). Celebre salteador e assassino, que foi o terror da Beira Alta pelas suas atrocidades. N. em Midões em 1827, sendo filho do ferreiro Manuel Brandão, homem de caracter violento e feroz. Seus irmãos, primos e sobrinhos, tão malvados como elle, formavam a horda de assassinos que o reconhecia por chefe. João Brandão não podia desmerecer dos seus, e seguiu lhes a mesma escola. Logo de creança se lhe revelou a ferocidade que o levou a commetter tantos crimes, pois que aos 12 annos de edade provou a sua pericia em fazer boas pontarias, assassinando, para experiencia, com um tiro de bacamarte, um inoffensivo cabreiro da serra da Estrella, proximo a Gouveia, merecendo os elogios do seu pae e irmãos. Já então a sua intelligencia para a malvadez se mostrava mui to superior á dos seus parentes. E' horrorosa a historia criminosa d'este malvado, que vem largamente escripta no *Portugal antigo e moderno*, de Pinho Leal, vol. X, de pag. 214 a 228. A relação dos assassinios é enorme. Era difficilimo prendel o, pela fórma como elle se evitava de cair no poder da justiça, e até mesmo pelas altas protecções, de que gozava, porque chega a ser inacreditavel, que similhante monstro, um perigo para a sociedade, ainda encontrasse quem o defendesse. João Brandão, ainda assim, foi preso, algumas vezes pelas autoridades de Midões, Arganil e Avô, conseguindo sempre, porém, ser absolvido, mas afinal não pôde livrar-se das audiencias do Tabua, onde teve de responder pelos seus crimes, sendo preso pelo assassinio do padre José da Annunciação Portugal, na aldeia de Varzea da Candosa em março de 1866. A prisão fôra effectuada pelo administrador do concelho de Oliveira do Hospital, com grande risco de vida. O julgamento verificou-se em maio d'esse anno, sendo condemnado a degredo para Africa. Longe de ser considerado um degredado perigoso, João Brandão continuou em Loanda a gozar das suas antigas protecções, e era ali tratado como se fôsse um grande senhor, com as maiores attenções, sem nunca andar á grilheta, como devia andar, se se cumprisse a sentença da sua condemnação; finalmente, teve sempre amplissima liberdade. Sabendo que o clima de Mossamedes era mais saudavel que outro qualquer da costa de Africa, e que havia ali terrenos que se podiam cultivar facil e vantajosamente, foi para ali estabelecer a sua residencia, e fundou uma grande fabrica de distilação de aguardente. Sabendo que o governador de Mossamedes pretendia mandar lhe lançar ferros e obrigal-o a trabalhar nas obras publicas, como ordenava a sentença, que devia ter sido cumprida, fugiu para o Bihé, no interior, por ter sido avisado. Parece que foi ali que o celebre facinora falleceu em 20 de setembro de 1880.

Silva Cardeira (*Leopoldo Francisco Saraiva da*). Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. N. n'esta cidade a 23 de junho de 1832, onde tambem fal. a 12 de janeiro de 1870 Era filho do desembargador Francisco Rodrigues Cardeira. Vendo se orphão muito cêdo e privado de meios, só á sua perseverança e tenacidade deveu o concluir o seu curso na Escola Medica, em 23 de julho de 1857, em que defendeu a sua these inaugural, a qual publicou, e tem por titulo: *A compressão na tratamento dos aneurismas externos*, Lisboa, 1858. Na sua juventude dedicou-se tambem á cultura das letras, e publicou em 1850 um volume de versos, intitulado *Uma corda da lyra*, e em 1852, uma farça em 1 acto, *Uma para tres* Apenas concluiu o curso, dedicou se inteiramente ao serviço da humanidade e ao amor da sciencia, tendo já no seu ultimo anno escolar, 1856, prestado soccorros valiosos na epidemia da cholera morbus. Apenas findou o curso, foi nomeado, em 28 de outubro de 1857, sub delegado technico para tratar os atacados da febre amarella. Começou para elle então uma lucta de trabalho incessante, onde não pouco sacrificou a debil saude, sendo a sua existencia um largo rasto de desventuras marcadas por incessantes e temivois doenças. Findo o periodo calamitoso da febre amarella, fôra nomeado a 5 de agosto de 1858 para o serviço das revistas sanitarias ás meretrizes, quando deliberou entrar na corporação dos medicos militares. sendo effectivamente despachado cirurgião ajudante para o batalhão de caçadores n.° 2, em 9 de maio de 1859, e não tardou que fôsse admittido no *Escoliaste medico*, onde foi um dos mais assiduos e prestimosos redactores, acompanhando até ao fim a publicação, que terminou em 1869. Cooperou muito com o seu trabalho para levantar o nivel do serviço clinico do hospital militar de Lisboa, serviu largamente as associações como seu medico, chegou a ter uma vasta e fina clientela, e via rasgar ante si promettedores horizontes, quando a doença e depois a morte lhe ceifaram todas as esperanças fundadas em 12 annos de trabalho, contando ape-

nas 37 annos. A monographia, que tem por titulo: *A estomatite ulcerosa no exercito*, publicada no *Escoliaste medico*, e depois em separado no anno de 1861, revela um observador scientifico e consciencioso e um clinico distincto, valendo-lhe ser agraciado com o grau de cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa em 22 de junho d'esse anno. Era socio da Sociedade das Sciencias Medicas desde 20 d'agosto de 1857, socio addido do Instituto medico valenciano em 3 de setembro de 1859, socio philantropico da Sociedade humanitaria de S. Mamede em 10 de novembro de 1860, condecorado com a medalha da febre amarella em 20 de junho de 1859; a 2 de setembro de 1872 recebeu tambem a mercê da Torre e Espada, pelos serviços prestados na epidemia, e tendo sido promovido a cirurgião-mór em 1869 para cavallaria n.º 4, foi transferido pelo seu mau estado de saude para o arsenal do exercito, onde se conservou até fallecer Silva Cardeira redigiu em 1858 o *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas*. O *Jornal do Commercio*, de 25 de janeiro de 1870, publicou a sua biographia, escripta pelo dr. Antonio José Marques.

Silva Carneiro *(Bernardino Joaquim da)* Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo, doutor e lente de direito na Universidade de Coimbra, deputado, socio da Academia Real das Sciencias e do Instituto de Coimbra, etc. N. em Felgueiras a 20 de outubro de 1806, fal. em Coimbra a 17 de novembro de 1867. Era filho de Manuel Joaquim da Silva Foi doutorado a 31 de julho de 1840. Escreveu uma serie de compendios de geographia e chronologia, de poetica, do moral, de economia politica, de hermeneutica, adoptados nas nossas escolas. Foi deputado na legislatura de 18 8. Escreveu tambem: na mocidade, as seguintes producções poeticas: *Cartas de Branderino e Maria*, Coimbra, 18[illegible]; *Cartas de Menelau e Helena, por um estudante da faculdade de direito*, Lisboa, 1840; *Dourivinhada, poema epico burlesco offerecido aos lavradores de vinho do Alto Douro*, Porto, 1822; *A Farfuncia, poema heroi-comico*, Porto, 1823, *Novo elogio: o premio da virtude pela propria virtude; em honra do natalicio de S. M. o senhor D. João VI*, Coimbra, 1826.

Silva Carvalho *(Antonio Vianna da)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Fôram seus paes, João Antonio Vianna, fidalgo cavalleiro da Casa Real, antigo deputado, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e D. Camilla Adelaide da Silva Carvalho, filha do grande estadista, ministro de D. Pedro IV, José da Silva Carvalho. Senhor d'uma grande fortuna, não descuidou, comtudo, de se entregar ao trabalho, e foi director da Associação do Agricultura Portugueza, membro do conselho fiscal da Companhia das Lezirias, secretario da Liga da Paz, director da instituição das Cozinhas Economicas, socio correspondente da Academia Real das Sciencias, etc. Em politica, era um dos mais devotados membros do partido regenerador liberal, a que prestou muitos serviços. Escreveu uma obra de grande utilidade, muito interessante e curiosa, ácêrca do seu avô materno, a qual tem por titulo *José da Silva Carvalho e o seu tempo, compilação annotada*, em 3 volumes; escreveu mais: *A Revolução de 1820 e o Congresso de Verona*, primeiro livro da serie de *Apontamentos para a Historia Diplomatica Contemporanea*.

Silva Carvalho *(João da Silva Carvalho, 1.º visconde de)*. Capitão de mar e guerra, cavalleiro das ordens da Torre e Espada, de Christo e de Carlos III, de Hespanha, par do reino, hereditario, etc. N. a 28 de fevereiro de 182[illegible], fal. em Lisboa a 13 do abril de 1880 Era filho do grande estadista e ministro de D. Pedro IV, José da Silva Carvalho *(V. o artigo seguinte)*. Assentou praça em guarda marinha, a 27 de julho de 1848, sendo promovido a 2.º tenente graduado, em 7 de abril de 1853, e a effectivo a 22 de outubro do mesmo anno; a 1.º tenente em 29 de outubro de 1854, a capitão tenente em 9 de abril de 1862, a capitão de fragata em 26 de janeiro de 1870, a capitão de mar e guerra em 8 de junho de 1876, passando a addido n'esse mesmo dia. Tinha o curso da Escola Polytechnica, recebendo premio na 2.ª cadeira. Adquiriu tal reputação como official de marinha, que sendo preciso fazer respeitar o nome portuguez nas aguas de Macau, depois do assassinio traiçoeiro do governador João Maria Ferreira do Amaral, foi investido no commando da lorcha *Amazona*, que foi mandada para aquella possessão. Esta lorcha era o terror dos piratas; fôra construida de modelo mixto chino-europeu, e prestou relevantes serviços ao commercio, destruindo grande numero de barcos de piratas que infestavam as costas de oeste e sul da China. Aquella lorcha, depois transformada em quartel do policia de mar no rio de Moçambique, era tida pelos francezes e inglezes como um dos melhores navios de guerra n'aquella epoca, e como demandava pouca agua, tinha a facilidade de entrar em todos os portos onde os piratas faziam couto, destruindo os seus barcos e povoações, e fazendo melhor serviço que nenhuma canhoneira europeia até então tivéra feito. Em todas as expedições inglezas, francezas e chinezas contra os piratas, e para as quaes Silva Carvalho era convidado a tomar parte, a nossa lorcha era o barco que mais se distinguia, sendo Silva Carvalho sempre elogiado pelos almirantes inglezes e francezes, e mandarins chins de Cantão, e o seu nome vem mencionado em muitos livros francezes e inglezes, onde os seus serviços estão fielmente narrados. Em virtude da maneira brilhante como se comportou em Macau, teve um posto de distincção, e a mercê da Torre e Espada. Tambem commandou a lancha *Tristão*. O titulo de visconde foi-lhe conferido em duas vidas, por decreto de 13 de dezembro de 1865. Casou em 18 5 com D. Maria José Ferrari, filha de Francisco Ferrari, natural de Italia e capitalista em Lisboa, e de sua mulher D. Gertrudes Rita.

Silva Carvalho *(José da)*. Um dos vultos mais notaveis da revolução de 1820, e um dos homens que mais serviços prestaram nas ilhas dos Açôres e no Porto durante as luctas da Liberdade. N. em Dianteira, aldeia da Beira Alta, da freguezia de S. João de Areias, a 19 de dezembro de 1782, fal. em Lisboa a 5 de setembro de 1856. Era filho d'uns lavradores muito pobres, José da Silva Saraiva e Anna de Carvalho. A' custa de economias e de sacrificios de seus paes, conseguiu frequentar em Coimbra o Collegio das Artes, matriculando-se depois na faculdade de direito na Universidade em 1800, onde fez um curso distin-

cto, que lhe grangeou a estima dos professores e a admiração dos condiscipulos. Formou-se em 1805, e veiu em seguida assentar banca de advogado em Lisboa. Em agosto de 1810, ao aproximar-se a invasão dos francezes commandada por Massena, foi nomeado juiz de fóra da villa de Recardães, que fica na orla da estrada militar de Lisboa ao Porto perto de Agueda e do Sardão. N'este cargo manteve se sempre rigoroso cumpridor dos seus deveres, probo e cordato, sabendo, sem postergar a justiça, accomodar os actos que praticava ás circumstancias excepcionalmente difficeis, creadas pelos incessantes movimentos militares d'aquella epoca de lucta encarniçada. Em resultado de recommendação especial do lord Wellington, foi José da Silva Carvalho, em 1814, despachado para o logar de juiz dos orphãos do Porto, como premio dos seus ser-

José da Silva Carvalho

viços, sendo-lhe com esta nomeação commettido tambem o encargo de auditor das provincias ao norte do rio Douro. Por essa epoca viu-se impellido irresistivelmente para a vida politica, que tantos dissabores e desgostos lhe devia produzir, ao mesmo tempo que o obrigava a pôr ao serviço da patria as altas faculdades com que a natureza o predestinara. Perante a impopularidade da regencia do reino, e estimulados pelos morticinios perpetrados em Lisboa nas pessoas dos conspiradores de 1817, alguns patriotas resolveram organisar no Porto os elementos necessarios para modificar o estado politico desgraçadissimo em que o paiz se encontrava. No meio do terror que então apavorava todos os espiritos, os acontecimentos auxiliavam indirectamente os manejos revolucionarios de Fernandes Thomaz, então desembargador da Relação d'essa cidade, Ferreira Borges, secretario da Companhia das Vinhas do Alto Douro, e José da Silva Carvalho fundou com elles o *Synedrio*, associação pequena ao principio, mas que pouco a pouco se foi desenvolvendo, recrutando-se proselytos entre os perseguidos pelo despotismo. Silva Carvalho trabalhava ao lado d'esses patriotas com toda a dedicação. Foi elle, que auxiliado por Ferreira Borges conseguiu trazer para a revolução alguns officiaes dos regimentos de infantaria n.º 6, aquartelado no Porto, de caçadores n.º 11, na Feira, e de caçadores n.º 6, em Penafiel. Além d'isso, contavam com o corpo da policia do Porto e milicias da Maia e da Feira, cujo auxilio lhes havia sido promettido. Deu se afinal a revolta de 24 d'agosto de 1820, ficando victoriosa. Formou se logo a Junta Provisional do Supremo Governo do Reino, installada no Porto, sendo Silva Carvalho e Ferreira Borges nomeados ajudantes do deputado encarregado dos negocios do reino e fazenda, como tambem ficaram sendo membros da Junta Provisional Preparatoria das Côrtes. Em 27 de janeiro do 1821 foi nomeado pelas côrtes membro da regencia encarregada do governo do Estado durante a ausencia d'el rei. Chegando D. João VI a Lisboa a 3 do julho do mesmo anno, e tratando se da organisação do ministerio, foi José da Silva Carvalho escolhido para a pasta dos negocios ecclesiasticos e de justiça, sendo nomeado a 7 de setembro, conservando-se n'este cargo até á queda da constituição em maio de 1823. No ministerio trabalhou activamente para tornar effectiva a obra da revolução. Com as suas ideias rasgadamente liberaes, não podia inspirar inteira confiança á côrte. Conservando a amizade do monarcha, arrostava com o odio implacavel da rainha D Carlota Joaquina. Quando em 1823 triumphou a reacção, Silva Carvalho percebeu que as vinganças da facção absolutista se não fariam esperar, e por isso embarcou com alguns deputados mais conhecidos pelas suas ideias liberaes, emigrando todos para Inglaterra. No exilio soffreu Silva Carvalho os tormentos da mais mortificadora miseria, miseria que a outhorga da Carta Constitucional, em 1826, fez cessar, reabrindo as portas da patria a todos os emigrados. Regressando a Portugal, viveu algum tempo na provincia, retirado da politica, mas nem assim escapou ás perseguições, e logo que D. Miguel se acclamou rei em 1828, foi expedida ordem de prisão contra Silva Carvalho, o qual, para escapar ao patibulo, fugiu de novo para Londres, sendo ali nomeado pelo duque de Palmella vogal da commissão de soccorros aos emigrados. Quando D. Pedro IV, deixando o Brazil, veiu desembarcar em Falmouth no mez do junho do 1831, o antigo regenerador de 1820 foi um dos que se lhe apresentou avivando aos olhos do imperador as desgraças da patria, e a gloria que alcançaria restaurando o throno de D. Maria II. Ouvidos com attenção pelo duque de Bragança os seus conselhos, foi resolvida a expedição aos Açôres, e Silva Carvalho acompanhou-a como auditor geral das tropas. Da Terceira veiu para o Porto com o exercito liberal, e pouco tempo decorreu, sem que a sua intelligencia e energia fôssem aproveitadas no serviço da causa liberal, que estava correndo risco com as hesitações de alguns dos seus partidarios mais dedicados. Mousinho d'Albuquerque vacillava em realizar medidas indispensaveis para completa execução das reformas de-

cretadas na ilha Terceira; o n'estas circumstancias gravissimas, em que qualquer indicio de tibieza podia comprometter todos os trabalhos feitos, foi Silva Carvalho o homem quo o duque de Bragança escolheu para ministro da fazenda, tomando elle posse do espinhosissimo cargo a 3 de dezembro de 1832. Silva Carvalho encontrou o credito perdido no paiz, os cofres publicos exhaustos, absolutamente falta de munições e de viveres; no estrangeiro não havia ainda confiança no exito da causa liberal, e d'ahi resultava retrahirem-se os capitalistas, de quem se não podia obter um emprestimo. No Porto era medonha a situação. Tudo parecia conspirar contra os valentes que n'aquelle glorioso baluarte defendiam a liberdade. A fome, o cêrco apertadissimo, a invernia aturada fechando a barra, e por cima de estas calamidades a epidemia da cholera morbus, que se desenvolveu, indo dizimando os sitiados. Este estado aterrador quo o novo ministro da fazenda viu na sua frente, deu lhe, comtudo, coragem para luctar, e valor para conseguir o que então era o mais necessario. Levantando emprestimos patrioticos, regulando com equidade a distribuição das contribuições de guerra, perseguindo o punindo severamente os que se entregavam á uzura e exploravam a miseria publica. Sob a acção da sua intelligencia culta e da energia do seu caractor, em pouco tempo se modificaram as circumstancias desgraçadas em que se encontravam as fôrças liberaes. Animavam tambem muito os eccos das victorias obtidas pelo duque da Terceira, que saira do Porto muito instado pelo notavel ministro da fazenda. A esperança do triumpho era a crença dos soldados de D. Pedro, que dentro em pouco tremularia em todas as praças do paiz a bandeira constitucional. Silva Carvalho veiu para Lisboa com o imperador, e continuou aqui ligando o seu nome aos immortaes decretos, que completaram as reformas iniciadas nos Açôres. Caindo e ministerio em 29 de setembro de 1834, conservou se elle no poder, entrando para a nova situação, que muito deveu ao seu talento e experiencia. A morte do imperador no momento em que mais precisa se tornava a autoridade do seu nome e o seu exemplo para refrear as paixões nas tristezas da emigração, fez com que augmentassem as invejas e rivalidades, e se robustecessem as ambições impacientes, e d'ahi se originou a mudança politica, que teve em resultado a saida de José da Silva Carvalho do ministerio a 18 de novembro de 1835. Voltando a sobraçar a pasta da fazenda em 20 de abril de 1836, deixou a afinal a 10 de setembro d'esse anno, quando vingaram as ideias a que elle sempre se mostrára adverso, o expatraindo se pela terceira vez, voltou a Portugal em 1838 para jurar a constituição, que tinha sido acceita e adoptada pela nação. Foi n'esse anno eleito deputado ás côrtes, e mais tarde ás de 1841. Restaurada a Carta, entrou na camara dos pares, da qual foi depois nomeado vice presidente. Muitos titulos o honraram no fim da vida. Socio effectivo da Academia Real das Sciencias, subiu na magistratura até presidente do Supremo Tribunal de Justiça, conselheiro de Estado, grancruz da ordem de S. Thiago e da de Carlos III, de Hespanha, etc. Por tres vezes foi instado para acceitar o titulo de conde, mas o dedicado liberal sempre o recusou, preferindo morrer só com os appellidos que herdára de seus paes. Havia casado com D. Maria Clara Correia.

Silva Carvalho *(José da Silva Carvalho, 2.º visconde de)*. Capitão tenente de marinha. N. em Lisboa a 28 de janeiro de 1856, onde tambem fal. a 28 de outubro de 1899. Era filho do 1.º visconde do mesmo titulo, João da Silva Carvalho, e de sua mulher D. Maria José Ferrari, neto paterno do antecedente. Assentou praça como aspirante a guarda marinha em 27 de outubro de 1871, sendo promovido a guarda marinha em 19 de outubro de 1874, a 2.º tenente em 7 de novembro de 1878, a 1.º tenente em 30 de julho de 1885, e a capitão tenente em 27 de março de 1894. Foi par do reino por successão a seu pae, tomando posse na respectiva camara na sessão de 12 de março de 1886. Foi governador do Congo, e exerceu algumas commissões de serviço. Tinha o curso completo de marinha. Recebeu o titulo de visconde, como verificação da segunda vida concedida no titulo a seu pae, em decreto da mesma data de 13 de dezembro de 1865.

Silva de Castro *(Antonio Sergio da)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado em varias legislaturas e redactor da respectiva camara, hoje extincta, e actualmente redactor da 2.ª repartição da secretaria do Congresso, antigo jornalista politico, etc. N. em Aviz a 14 de fevereiro de 1853, sendo filho de Joaquim José de Castro, ultimo capitão-mór de Aviz, e de D. Archangela Benedicta da Silva de Castro; neto paterno do desembargador do paço Joaquim José Gomes de Castro, e materno de Vasco José da Silva. Ainda estudante, collaborou em diversos jornaes republicanos. Em 1874 fundou com Magalhães Lima, Macedo Papança e Augusto da Fonseca Coutinho o jornal litterario *O Mosaico*; em 1877, com o citado Fonseca Coutinho, a *Litteratura Occidental*. Estando em Coimbra dirigiu o jornal do partido regenerador *Correspondencia de Coimbra*, e em Lisboa dirigiu o *Diario Illustrado*, de 1893 a 1901; o *Jornal da Noite*, em 1890, quando Luciano Cordeiro saiu da redacção; collaborou, na parte politica principalmente, no *Correio da Europa*, desde 1878; dirigiu a *Tarde*, e depois o *Noticias de Lisboa*, do qual saiu mais tarde por haver mudança no pessoal da redacção. Era o jornalista mais antigo do partido regenerador, conservando se em effectivo exercicio por mais de 30 annos, desde a *Correspondencia de Coimbra*, até ao *Noticias de Lisboa*. Como deputado representou em côrtes os circulos de Oliveira do Hospital, Vianna do Castello, Odemira, Evora, Bragança, Lamego, e por accumulação de votos, em 1892, nas eleições do ministerio Dias Ferreira. Em 1880, estando em Coimbra, o dr. Sergio de Castro presidiu á commissão academica das grandes festas do tricentenario de Camões. A esta commissão pertenceram homens que muito se evidenciaram. Em publicação separada, saiu: *A'lerta!*, poemeto avançado; *A disciplina e o exercito; A Luta*, versos da mocidade; *Photographias*, chronica humoristica sobre assumptos serios. Possue uma unica condecoração, o officialato da ordem de S. Thiago, quo lhe foi conferido, sendo ministro Antonio Rodrigues Sampaio, por ter presidido ás festas academicas do tricentenario de Camões, em Coimbra, no anno de 1880.

Silva Chaves *(Isidoro Barbosa da)*. Advogado

e juiz de direito. N. em Santarem em 1803, e fal. a 14 d'agosto de 1851. Escreveu: *Contra minuta de appellação na causa em que é appellante o ex.mo marquez de Fronteira, e em que são appelladas as ex.mas condessas de Oeynhausen e Almeida, D. Frederica e D. Henriqueta*, Lisboa, 1810; *Analyse e refutação de um folheto anonymo que tem por titulo «Breve exposição do bom direito de Manuel José de Oliveira, na causa que move a Murdoche, Yuille, Wardrop & C.ª, acompanhada d'um ensaio critico juridico sobre a dita causa*, Lisboa, 1810; *Analyse d'um artigo anonymo inserto no «Estandarte», n.º 906, com respeito aos arrendamentos do Tojalinho e Alfeite*, Lisboa, 1851.

Silva Correia *(João Jacinto da)*. Doutor em medicina pela Universidade de Coimbra, e lente jubilado da sua faculdade. N. em Benavente a 16 de junho de 1813, sendo filho de João Maria da Silva Correia. Matriculou-se na Universidade a 3 de outubro de 1860, fez acto de formatura a 30 de julho de 1868, e doutorou-se a 5 de julho de 1869. Foi nomeado lente substituto a 30 de março de 1874. Durante 30 annos se devotou inteiramente ao ensino, grangeando nos seus discipulos o respeito e a consideração devida a um sabio e a um verdadeiro amigo. Em 1901 foi jubilado por despacho de 5 de dezembro. Em 30 de julho de 1903 realisou se na Universidade uma cerimonia commovente em sua honra. Esta homenagem consistiu n'uma sessão solemne presidida pelo reitor, na sala dos capellos, que se via toda ornamentada com ricas colchas de damasco, tendo ao fundo, entre palmas, o retrato de aquelle illustro professor, o qual foi descerrado pelo quintanista de medicina, Duarte de Oliveira, alumno laureado do curso. O reitor tinha á sua direita o dr. João Jacinto da Silva Correia; nos doutoraes viam-se 35 doutores com os seus capellos, e n'uma tribuna o bispo conde. Pelo secretario da Universidade foi lida a carta regia que nomeava o festejado commendador da ordem de S. Thiago e gran cruz da mesma ordem. A assembleia recebeu esta surpreza com demonstrações do enthusiasmo. Falaram seguidamente os srs Duarte de Oliveira pelo curso do 5.º anno medico, dr. Antonio Padua pela faculdade de medicina, e dr. Bernardino Machado como amigo pessoal, sendo todos os discursos muito applaudidos. Durante a sessão tocaram no pateo da Universidade duas philarmonicas. Organisou-se depois o cortejo para inaugurar o nome de João Jacinto na rua da Esperança. A lapide de marmore estava ornamentada com letras de ouro, e foi descerrada pelo presidente da camara. A' noite organisou-se uma marcha *aux flambeaux* pelos estudantes da faculdade de medicina, e em que se incorporaram mais de 3:000 pessoas.

Silva Costa (*Antonio Joaquim da*). Capitão de mar e guerra, fallecido em Moçambique a 13 de abril de 1887. Assentou praça como aspirante a guarda marinha em junho de 1841, sendo promovido a 2.º tenente em 1851, a 1.º em 1860, a capitão-tenente em 1861, a capitão de fragata em 1876, a capitão de mar e guerra em 1883. A sua carreira foi muito brilhante, recebendo muitos louvores: pela maneira como desempenhou os seus deveres militares, distinguindo-se no combate contra os piratas, que infestavam os mares proximos a Macau; pelo zelo, actividade e bom serviço que prestou merecendo particular attenção do governador de Macau em 4 de janeiro de 1856, serviço que egualmente foi notado pelo commandante de um navio de guerra francez, que o elogiou ao dito governador; pela dedicação e zelo que mostrou, como commandante da escuna *Barão de Lazarim*, estacionada em Macau; pelo zelo o disciplina com que procedeu, por occasião de assumir o commando da corveta *Duque de Palmella*, cujo commandante, o capitão do fragata Ferrari, falleceu na occasião em que o navio encalhou, proximo de Saigon em março de 1878. Em 1854, sendo official da guarnição da corveta *D. João I*, tomou parte no apresamento do pirata Apak na China. Em 1863 foi elogiado pelo governador de Bombaim, em seu nome e no do commandante do vapor *Bénerice*, que havia encalhado, pelo modo como trabalhou para que desencalhasse, o que conseguiu. Os dois unicos cargos que desempenhou em terra fôram o de superintendente do Arsenal de Marinha durante mais de 3 annos, e o de governador de Diu; todo o mais serviço, que prestou, foi como embarcado, ou na qualidade de official da guarnição ou como commandante. Exerceu as seguintes commissões de commando: Estação naval de Moçambique, estação naval de Macau, divisão naval da Africa Oriental, escuna *Barão de Lazarim*, barca *Martinho de Mello*, corvetas *Damão*, *Duque de Palmella*, *Rainha de Portugal* e *Bartholomeu Dias*, e a canhoneira *Vouga*. Em portaria do 3 de fevereiro de 1885, foi elogiado pelo governador de Moçambique pelos serviços que a divisão do seu commando prestou na occupação da parte meridional da bahia de Tungui. Era commendador e cavalleiro da ordem de Aviz, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, official da da Torre e Espada; possuia a medalha concedida ao merito philantropico o generosidade, e as medalhas de prata, de bons serviços, valor militar e de comportamento exemplar.

Silva e Costa *(José Feliciano da)*. General de divisão. N. em Lisboa em 1797, fal. em Belem a 23 do agosto de 1856. Destinando se á carreira das armas frequentou os cursos das academias militares d'essa epoca, o foi despachado 2.º tenente de engenheiros em abril de 1817. Promovido ao posto immediato em 1820, foi no anno seguinte elevado a capitão para servir na legião constitucional na Bahia. Havendo servido de quartel general d'essa força expedicionaria, regressou ao reino em outubro de 1823, e um anno depois foi para Paris dedicar se ao estudo de pontes e calçadas. Tendo viajado por varios paizes estrangeiros voltou a Portugal, apresentando se no Porto a 22 de setembro de 1832 para tomar parte na defeza d'aquella cidade na lucta civil. Ali prestou relevantes serviços mostrando a vastidão dos seus conhecimentos, grande valor e actividade nos trabalhos que dirigiu d'uma boa parte das fortificações da cidade e da serra do Pilar, em que teve de vencer numerosas difficuldades, além do grave risco a que estava exposto pelo aturado fogo do inimigo. Tambem muito se evidenciou o distincto official engenheiro, quando dirigiu a construcção das linhas de Lisboa, em 1833, conseguindo á custa de muito trabalho pôr a cidade em estado de defeza n'um curto prazo de tempo, levantando 27 obras principaes armadas com 187 bocas de fogo, e gastan

do apenas a quantia de 72 contos de reis. Ainda no ultimo anno da guerra civil, já em 1834, foi José Feliciano incumbido da fortificação de Leiria, o que executou com extrema habilidade e rapidez. No fim da lucta tinha ganho merecidamente o posto de coronel, e sendo em 1830 nomeado chefe da 2.ª direcção do ministerio da guerra passou depois a inspector geral dos quarteis e obras militares. Quando se deu a revolta dos marechaes, foi escolhido para secretario do visconde de Sá da Bandeira, logar tenente da rainha nas provincias do norte, e por isso foi um dos plenipotenciarios incumbidos de ajustar a convenção de Chaves que poz termo a esse movimento. Creando-se a Escola Polytechnica em 1837, foi o coronel Silva Costa nomeado para director d'esse estabelecimento scientifico, e n'esse logar se conservou até 25 de junho de 1851 em que lhe foi confiado o commando geral da engenharia. No anno anterior havia-lhe sido dado o commando do corpo de estado maior, do qual foi o primeiro chefe, porque desde a sua instituição, em 1834, a ninguem tinha sido até então entregue a direcção superior d'esse corpo do nosso exercito. El rei D. Pedro V, quando em 1856 subiu ao throno, escolheu-o para seu ajudante, e em 1860 passou a substituir o general José Jorge Loureiro no logar de 1.º ajudante, e eguaes funcções exerceu depois junto d'el-rei D. Luiz Foi deputado na legislatura de 1837 a 1840, elevado a par do reino em março de 1853, e nomeado conselheiro de Estado em março de 1865.

Silva Coutinho *(Filippe Nery da)*. Doutor em canones pela Universidade de Coimbra. N. em Evora, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento, sabendo se, porém, que existia ainda em 1812. Era filho de Manuel da Silva Coutinho. Doutorou-se a 24 de julho de 1791, foi desembargador da Relação do Porto, e esteve em commissão nos estados da India. Escreveu um volume intitulado: *Passeios mineralogicos*, etc., Lisboa, 1803. Mandou estampar n'uma chapa de metal em grande formato, uma *Carta chronographica da vida e reinado dos augustos reis de Portugal* e *Advertencias sobre a mesma carta*. As advertencias fôram publicadas em folheto; advertencias e carta sairam em 1804.

Silva Coutinho (*D. José Caetano da)*. Bacharel em canones pela Universidade de Coimbra, bispo do Rio de Janeiro, etc. N. nas Caldas da Rainha em 1767, fal. no Rio de Janeiro a 27 de janeiro de 1833. Em 1804 foi nomeado arcebispo titular de Cranganor, e a 4 de janeiro de 1805 eleito bispo do Rio de Janeiro, mas de que só tomou posse em 1808. Publicou um grande numero de pastoraes, sobre os acontecimentos importantes que occorreram no tempo do seu episcopado Durante o tempo em que a côrte portugueza esteve no Brazil foi capellão de D. João VI Adherindo depois á independencia do Brazil, foi deputado, presidente da assembleia constituinte em 1823, etc.

Silva Escura. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. da Maia, com., distr. e bisp. do Porto; 151 fog. e 650 hab. Tem medicos. Dista 3 k. da séde do conc. E' terra muito fertil; cria muito gado bovino, que exporta para Inglaterra. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Douro, conc. de Sever do Vouga, com. de Agueda, distr. de Aveiro, bisp. de Vizeu; 437 fog. e 1:967 hab. Tem esc. do sexo fem. Está situada entre serras, nas proximidades do rio Mau, a 5 k. da séde do conc. E' terra muito fertil em todos os fructos do nosso clima, e cria muito gado de toda a qualidade. Os seus montes são abundantes de caça. Esta pov. é muito antiga, ainda antes da monarchia portugueza. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. Tendo sido annexada ao conc. de Albergaria-a Velha pelo decreto de 21 de novembro de 1895, que extinguiu o de Sever do Vouga, voltou a este, restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898

Silva Ferreira (*João Ignacio do Patrocinio da Costa e)* Doutor em mathematica e bacharel em philosophia pela Universidade de Coimbra. lente na Escola Polytechnica de Lisboa, escriptor, poeta, etc. N. em Braga a 9 de novembro de 1837, fal. em Lisboa a 31 de outubro de 1901. Era filho de José Joaquim da Costa. Concluidos os preparatorios no lyceu de Braga, foi matricular-se na Universidade no 1.º anno de mathematica e de philosophia. Em Coimbra, como em Braga, deu o moço estudante as mais evidentes provas da sua intelligencia, merecendo os louvores dos seus mestres. Entre o 2.º e 3.º anno de mathematica teve uma interrupção, mas querendo continuar mais tarde os seus estudos, matriculou se no 3.º anno mathematico em outubro de 1863, seguindo regularmente o curso. A sua formatura n'aquella faculdade foi em julho de 1866, tendo sido laureado em todos os annos. Em seguida frequentou as cadeiras que lhe faltavam em philosophia, e em julho de 1867 concluiu a sua segunda formatura, tambem com distincção, tendo obtido dois premios e um *accessit* n'aquella faculdade. O dr. Patrocinio da Costa, proseguindo com a mesma vontade e dedicação ao estudo, matriculava se em 1868 no 6.º anno de mathematica; em julho de 1869 defendeu these e fez exame de licenceado, mas só tomou o capello a 10 de julho de 1870, sendo-lhe deferido o pedido de doutoramento gratuito. Por portaria de outubro d'esse mesmo anno de 1870 foi nomeado professor provisorio do lyceu de Vizeu, onde regeu as cadeiras de mathematica elementar e da lingua grega, até 1874. Em setembro d'este anno pediu a exoneração, porque teve de ir a Coimbra para concorrer a uma substituição na faculdade de mathematica. O concurso realisou se em janeiro de 1875; o dr. Patrocinio ficou preterido por maioria, mas continuou a exercer o ensino livre. Vagando mais tarde, na Escola Polytechnica, a cadeira de lente substituto de mathematica, veiu ao concurso, deu as provas em janeiro e fevereiro, e foi nomeado por dois annos lente, por decreto de 14 de março de 1878, tendo definitiva a nomeação em maio de 1880, e promovido a lente proprietario da 4.ª cadeira (astronomia) em 1892. O dr. Patrocinio da Costa era lente addido do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa, socio correspondente do Instituto de Coimbra e socio honorario da Associação dos Artistas da mesma cidade; commendador da ordem de S. Thiago, por decreto de abril de 1893, e agraciado com a carta de conselho, por decreto de junho de 1898. O dr. Patrocinio era um tan

to excentrico, pelo que gozava de grande popularidade entre os academicos. Tinha paixão pela musica, tendo frequentado outr'ora assiduamente o theatro de S. Carlos. Contam-se grande numero de anecdotas relativas ao seu *dilletantismo* lyrico. Tambem era apaixonado pelo floreto. Estas suas duas predilecções fôram a origem de quasi todos os casos mais ou menos engraçados que o tornaram tão popular entre os seus alumnos. Comtudo, as suas excentricidades em nada deslustravam a sua reputação de notavel mathematico, de que tão justamente gozava, e de ser um professor consciencioso, e fiel cumpridor dos seus deveres. Além das theses e dissertações em mathematica como provas para o seu doutoramento e concursos, em que bem se manifestava o seu talento e grande competencia, o dr. Patrocinio da Costa publicou varios escriptos de valor. Os seus dois livros: *Trigonometria espherica*, para o ensino na 1.ª cadeira da Escola Polytechnica. e um compendio das *Primeiras noções de geometria analytica*, então pela ultima reforma introduzida no 6.º anno dos lyceus, revelam bem o alto merecimento do professor e tambem o homem trabalhador. Não se limitando a esse genero de trabalhos, tambem se dedicou á litteratura e á arte poetica. Em 1871 publicou 2 volumes de poesias, a que deu o titulo de *Flôres de espinho*, e em 1876 um poema satyrico em 12 cantos, com o nome de *Viagens no systema planetario*. Em 1885 publicou um poema heroico, *Romeu e Julieta*. Escreveu mais: *Artaxerxes*, drama imitado de Metastasio, 1868; *Belisaroide, pequena collecção de poesias*, 1875; *A peste em Florença, comedia lyrica em 3 actos*, 1878; *Greve de dansantes, comedia lyrica em 2 actos*, 1882. Manuscriptas, consta que deixou: *Josephina*, 2 actos; *O Suffragio universal* e *Por causa dos lazaristas*, ambas em 1 acto. O dr. Patrocinio da Costa costumava todos os annos, por occasião das ferias, fazer umas digressões ao estrangeiro, principalmente a Italia, paiz da sua predilecção. Foi no regresso da sua ultima viagem, que adoeceu gravemente da enfermidade que o victimou.

Silva Fevereiro *(Arthur Torres da)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, vogal effectivo do Supremo Tribunal Administrativo, etc. N. em Castello Branco a 17 de março de 1851, fal. em Lisboa a 2 de abril de 1913. Era filho do conselheiro Agostinho Nunes da Silva Fevereiro, bacharel em direito pela referida Universidade, commendador da ordem de Christo, antigo deputado e par do reino electivo. O sr. Arthur Fevereiro foi uma figura de destaque no tempo da monarchia. Estreou se na vida publica como delegado do ministerio publico, profissão que tambem exerceu n'um dos districtos criminaes de Lisboa, no tempo em que o conselheiro João Franco, seu co provinciano, occupava egual cargo no mesmo tribunal da Boa Hora. Mais tarde foi nomeado secretario e director geral da secretaria do reino, onde serviu durante longos annos. Todos os ministros, que passavam por aquella pasta, encontravam n'elle um leal e competentissimo cooperador. Era um funccionario consciencioso, erudito e trabalhador. A elle se confiavam os trabalhos mais complicados e diversos, a que se entregava com o maior zelo e proficiencia. Conhecia o direito, principalmente o direito administrativo como poucos, sem nunca deixar de se pôr ao corrente dos progressos d'essa sciencia. Lia e estudava constantemente. Possuia as seguintes distincções: carta de conselho e a gran cruz da ordem de Christo. Possuia tambem diversas condecorações estrangeiras, entre ellas o importante collar do S. Lazaro e S. Mauricio, de Italia. Deixou um repertorio de leis, decretos e informações, *Annuario da Direcção Geral*, onde os que teem de exercer logares administrativos encontram vastos subsidios. O conselheiro Arthur Fevoreiro era casado com a sr.ª D. Rita Pereira da Costa Fevereiro.

Silva Freire *(Felix da)*. Poeta popular, de engenho facil e prompto, apezar de não ter tido estudos regulares. N em Santarem a 22 de novembro de 1690; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Manuel da Silva Freire. Escreveu: *Narração poetica em que se descreve o apparato do real estado etc. com que D. João V e a rainha D. Maria Anna entraram em Santarem;* impressa em 1713, e outra historia poetica das festas do Santissimo, celebradas em Santarem, em 1723.

Silva Gayo. V. *Gayo*.

Silva Godinho *(Manuel da)*. Gravador. Foi discipulo do professor Joaquim Carneiro da Silva, e de todos os seus discipulos foi elle o que melhor o imitava. Não era bom desenhador, mas gravava com bastante gosto, não tendo deixado, comtudo, trabalhos importantes.

Silva Gomes *(Frederico Evaristo da)*. Architecto N. em Lisboa a 16 d'agosto de 1879. Depois de ter cursado instrucção secundaria matriculou-se na Escola de Bellas Artes, em 1895, alcançando diversas medalhas de bronze e prata, terminando o curso de architectura em 1903 com a classificação de distincto. Em 1904 expoz na Sociedade Nacional de Bellas Artes varios trabalhos que lhe valeram a terceira medalha. N'esse mesmo anno entrou no concurso publico para a egreja-monumento á Imaculada Conceição, conquistando o 1.º premio e a direcção dos trabalhos. Tem feito alguns trabalhos particulares, que são muito apreciados.

Silva Graça *(José Joaquim da)*. Proprietario, e director d'um dos jornaes de maior circulação, *O Seculo*, que ha muitos annos se publica em Lisboa N. na Vidigueira a 25 de abril de 1858, sendo filho d'uma modesta familia do Alemtejo. Veiu para Lisboa muito creança, e começou a lucta pela vida, como caixeiro de balcão. Apezar de não ter estudos, eram grandes as suas aspirações; dispondo de muita intelligencia o de muita vontade de aprender, empregou todos os esforços, para, sem descuidar das suas obrigações, adquirir os conhecimentos que desejava. Não era a vida de caixeiro que elle sonhara, e parecia lhe vêr despontar um futuro risonho, que não sabia bem precisar, um campo muito mais vasto em que viria a desenvolver a sua actividade. Não cursou escolas nem academias, mas desde os primeiros annos, em que não lhe abundavam livros nem tempo para se dedicar a elles, foi aproveitando as horas de que podia dispôr, para extrahir dos livros que lhe emprestavam, ou consultar nas bibliothecas notas de passagens que mais feriam o seu espirito, suggerindo lhe uma ideia ou incutindo lhe uma noção nova. A acção jornalistica de Silva Graça, durante os primeiros annos, conservou-se no ambito restricto de artigos dou-

trinarios publicados em revistas, e depois, durante outros annos, um pouco sumida no anonymato do jornal diario, pois que elle, quando já administrava o *Seculo*, era um dos seus mais illustrados redactores, tornando se particularmente objecto de admiração dos grandes parlamentares de esse tempo, a fórma como elle reproduzia uma sessão das camaras, e sabia tirar a nota politica com que mais impressivamente podia pôr em fóco um determinado partido dos que se degladiavam na arena parlamentar. A sua vigorosa personalidade jornalistica, porém, só se evidenciou em todo o seu relevo, ao assumir em dezembro de 1896 a direcção do *Seculo*, adquirindo tambem a sua propriedade, de que já tinha parte. Todos se admiraram como um só homem se arrojava aos grandes encargos e ás não menores responsabilidades de tão vasta empresa; e quando se julgava, que elle succumbiria, eis que a empresa se alarga e prospéra de dia para dia, tornando se o *Seculo* um jornal eminentemente popular, penetrando em todos os pontos do paiz, mesmo nas simples aldeias, collaborando poderosamente na instrucção das classes pobres, empregando centenares de chefes de familia que d'elle vivem. E sob a égide do *Seculo* fez surgir o *Supplemento Humoristico* e a *Illustração Portugueza*, como natural complemento da sua obra monumental, no sentido de imprimir em Portugal um benefico impulso á arte typographica, á photogravura e á impressão tanto a preto como a côres. Silva Graça, ás suas grandes qualidades de jornalista allia um rasgado espirito de iniciativa e um fino tacto de administrador E' com uma rapidez surprehendente que vê as questões mais momentosas da politica interna e da externa, e as relaciona nos seus aspectos mais interessantes. Nas questões administrativas do *Seculo* nota-se-lhe a mesma viveza. Organisou os serviços da administração de tal fórma, que em pouco tempo cada dia se põe ao facto de todo o seu complicado movimento e resolve sobre os casos de maior vulto, que teem de ser submettidos directamente á sua attenção Jornalistas estrangeiros, que tem visitado o *Seculo*, admiram se da organisação dos seus serviços e até as suas installações e o seu material, que é do melhor que se conhece. Vivendo exclusivamente para a sua obra, plenamente identificado com ella, Silva Graça, que lhe deve todas as suas fadigas de muitos annos, deve-lhe por egual a satisfação de um grande triumpho, em que afinal, só teve por cooperadores a sua intelligencia e a sua tenacidade em trabalho.

Silva Leal *(José Maria da)*. Escriptor e jornalista. N. em Belem a 8 de outubro de 1812, fal. em Lisboa a 20 de março de 1883. Era filho do Antonio José Leal, empregado da Cordoaria Nacional e capitão de ordenanças; e de D. Joaquina Rosa de Andrade. Matriculou-se na Universidade de Coimbra, e sendo seu pae um fervoroso adepto dos absolutistas, Silva Leal não seguiu os mesmos principios, manifestando se desde os bancos universitarios, ainda que moderadamente, como liberal convicto. Comtudo, apezar da divergencia de opiniões politicas, não deixou um só momento de dedicar a seu pae, a mais sincera affeição e o mais profundo respeito. Do ardor da politica porque se pelejava nos tempos da sua mocidade, veiu-lhe o natural desejo de investigar nos archivos e bibliothecas, os factos de epocas mais remotas, e a origem dos acontecimentos que a historia lhe relatava, sem os explicar com inteira clareza. N'este trabalho, que era a satisfação de insaciavel curiosidade, se illustrou notavelmente Silva Leal, fornecendo-se lhe ensejo de acudir ao chamamento dos restauradores da litteratura portugueza, que as contendas civis haviam paralysado. Os nomes de Herculano, Garrett e Castilho soaram aos ouvidos do estudioso mancebo, e a fama de aquellas tres glorias de Portugal o attrahiu ás lides litterarias, onde o seu talento se manifestou em provas de irrecusavel valor. Garrett deveu-lhe muito na fundação do Conservatorio. Ali, com Alexandre Herculano, Perini di Lucca, e outros, trabalhou proficuamente, na qualidade de secretario, para que foi nomeado por diploma de 26 de fevereiro de 1841, concorrendo em boa parte para o grau de esplendor a que chegou aquelle estabelecimento, destinado a ajudar o renascimen

José Maria da Silva Leal

to das letras patrias. Silva Leal teve parte muito activa no jornalismo do seu tempo, e tambem no movimento artistico e litterario. Em 1830, aos 18 annos de edade, já collaborava no jornal o *Desengano*; em 1831 no *Nacional*; em 1835 na *Gazeta de Portugal* e no *Echo*, em 1835 a 1840 no *Correio* 1836 a 1840 e na *Minerva*, 1836; e no *Panorama* e no *Ramalhete*, que se fundaram em 1837. Na regeneração da arte dramatica tambem Silva Leal cooperou muito, auxiliando Garrett n'esse espinhoso empenho, trabalhando largamente para o theatro, quasi sempre em traducções e imitações que obtiveram grande exito. Por decreto de 24 de novembro de 1849 foi nomeado vogal da commissão inspectora do theatro Nacional Em 1851 entrou na vida administrativa, sendo nomeado secretario geral do districto de Portalegre, depois governador civil por decreto de 23 de julho; em julho de 1851 foi transferido para Coimbra, occupando o logar de governador civil onde muito contribuiu para a

fundação do asylo da mendicidade. A seu pedido, teve transferencia para Santarem em maio de 1857. Por decreto de 6 de abril de 1859 foi nomeado governador civil de Angra do Heroismo, sendo exonerado d'este cargo, a seu pedido, em 1861. Fôram relevantissimos os serviços que prestou durante o seu governo; contribuiu muito para a fundação do asylo de mendicidade. Ali casou com a abastada proprietaria sr.ª D. Maria Ignez da Conceição Correia da Silva Leal, de quem houve um filho, o sr. Sebastião da Silva Leal. (V. *adeante*). Por decreto de 16 de abril de 1862, foi nomeado secretario da commissão para a reforma administrativa, e por portaria de 4 de janeiro de 1879, assumiu a presidencia da commissão do jury dramatico, a que pertenceram o dr. Cunha Belem e Luiz Augusto Palmeirim, para julgar as peças que se representassem no theatro de D. Maria II, e que aspirassem ao premio que do contrato da empresa com o governo se fixaram para recompensa das peças de mais valor; Luiz Augusto Palmeirim o encarregou tambem de redigir os estatutos da nova Academia Conservatorio, que elle queria fundar á imitação de Garrett. Silva Leal ainda fez parte d'outras commissões de serviço publico. Foi presidente do conselho fiscal do Banco União de Portugal o Brazil; director supplente da Caixa de Credito Industrial; presidente da mesa da assembleia geral da Companhia Tagus, e da commissão da reforma dos estatutos da mesma companhia; presidente da commissão dos estatutos do Banco União de Portugal e Brazil, e do Conselho fiscal da companhia de tabacos Regalia; membro da commissão da organisação dos trabalhos para a recepção do congresso internacional de Anthropologia Prehistorica em Lisboa, e do *Congrés International des Orientalistes.* Foi agraciado especialmente por D. Pedro V com a commenda da ordem de Christo, e com o titulo de conselheiro. Fundou os seguintes jornaes: *A Legalidade* e *O Beija flôr*, que dirigiu de 1838 para 1839; os seus artigos sairam anonymos, ou com as iniciaes *S. L.*; *A Fama*, em 1843; artigos assignados com as mesmas iniciaes; *O Elenco*, em 1839; *A Illustração*, de 1845 para 1846, com a collaboração de Teixeira de Vasconcellos; *O Oculo*, em 1847. Dirigiu os seguintes jornaes: *Revista Universal Lisbonense*, desde 1841 até 1857, quando Antonio Feliciano de Castilho deixou esta folha; *Revista do Conservatorio Real de Lisboa*, em 1848; *A Liga*, em 1848; *O Bibliophilo*, com collaboração de Rodrigo de Lima Felner, e a introducção que se attribuiu a este, era só de Silva Leal; *Boletim de Architectura e Archeologia*, em 1874 e 1875; tendo n'este ultimo artigos, assignados com as iniciaes *S V.*, ou anonymos, ou com o anagramma de *Sá Villela.* Collaborou nos seguintes jornaes, além dos que já citámos: *Mosaico*, 1839 a 1841; *Universo Pittoresco*, 1839 a 1844; *Sentinella do palco*, 1840; *Espelho do palco*, 1842; *Pirata*, 1842; *Tribuno*, 1843 a 1844; *Restauração*, 1842 a 1846; *Revista dos theatros*, 1842; *Jornal das Bellas Artes*, 1843; *Patriota*, 1843 a 1852; *Espectador*, 1844; *Diario do Governo*, 1844; *Echo dos theatros*, 1845; *Espectro* (de Antonio Rodrigues Sampaio), em 1846; *Gazeta do Dia*, assignando com o anagramma *Jayme Rosa*; *União*, 1848 a 1850; *Revista dos espectaculos*, 1850; *Entre-acto*, 1852; *Terceira*, assignando *L.*; *Revista Academica*, de Coimbra; *Braz Tisana*, do Porto, 1851 a 1869; *Doze de agosto*, 1856 a 1863; *Dramaturgo*; *Independente da Terceira*, assignando *Sá Villela*; *Jornal do Porto*, *Archivo Pittoresco*, *Commercio do Porto*, assignando *Solitario*; *Archivo de Architectura Civil*; *Instituto*, de Coimbra, 1853; *Jornal do Commercio*, assignando *Sá Villela*; *Jornal da Noite*, artigos Val de Nenhures, assignando *Provinciano*; *Rataplan*, *Revolução de Setembro*, assignando *Velho do Valle de Nenhures*, e *Commercio de Portugal*, assignando *S. V.* e algumas vezes anonymo. Tambem collaborou na obra: *Retratos e biographias dos personagens illustres de Portugal*, Lisboa, 1838. Da sua obra theatral, que é enorme, mencionaremos as seguintes peças, com musica de Frondoni: *Os amores de um soldado*, 1 acto; *O Beijo*, farça lyrica, 1 acto; *Um bom homem d'outro tempo*, 1 acto, *A Bruxa*; *O Beijo*, foi a primeira tentativa de opera comica portugueza. Agradou immensamente. Era n'esta peça que havia a celebre canção, que tão popular se tornou da *Saloia dá me um beijo*, etc. *O Casamento e a mortalha no céu se talha*, opera comica em 2 actos, musica de F. M, Carrara, escripta para o theatro das Laranjeiras, do conde de Farrobo; *O Conselho das dez*; 1 acto. musica de Miró, de collaboração com Paulo Midosi; *A Côrte de Carlos II*, 2 actos, com musica e baile; *O Futuro*, 1 acto, musica de J. G. Daddi; *Industria*, 1 acto, musica de Manuel T. Xavier; *Intrigante de Veneza*, drama, 5 actos e 8 quadros, 1841; *D. João I*, drama em 5 actos, de collaboração com Manuel M. da Silva Bruschy; *Um par de luvas*, farça lyrica, musica de Manuel J. Casimiro; *Um Passeio pela Europa*, opera comica em 4 actos, musica de J. C. Daddi, expressamente escripta para o referido theatro das Laranjeiras; *Qual dos dois?* 1 acto, musica de Frondoni, com collaboração de Mendes Leal. Peças traduzidas do hespanhol e do francez; dramas: *Os Lobões*, 8 quadros; *Os Ciganos de Paris*, idem: *Clarisse Herlowe*, 3 actos; *Campainha do diabo*, phantastico em 12 quadros; *O Conde de Monte Christo*, 2 actos com quadros; *A Condessa de Sennecey*, 2 actos; *A Expiação*, 4 actos; *O Filho do diabo*, com quadros; *O Feiticeiro Huberto*, 4 actos; *A Fé, Esperança e Caridade*, com quadros; *O Judeu errante*, 17 quadros; *O herdeiro do Czar*, 5 actos; *Madame de la Valiere*; *A Mocidade dos mosqueteiros*, 13 quadros; *O Mundo ás avessas; Nossa Senhora dos Anjos*, 8 quadros; *Os orphãos da ponte de Nossa Senhora*, 5 actos e 8 quadros; *Os quatro filhos de Aymon*, 5 actos e 30 quadros, *O Sonho, um ou aviso do céu*, 5 actos; *O Templo de Salomão*; *Toque das Ave Marias*, com quadros. Comedias: *O Cavalleiro d'Essone*, 3 actos; *O Diabo a quatro*, com musica; *A Fada de rosas*, magica com 5 quadros; *A Mão do Carneiro*, idem, em 4 actos e 13 quadros; *Mysterios de bastidor*, 1 acto; *A Odalisca*, 2 actos; com musica e bailados; *O Planeta e satelites*, 4 actos; *O que as mulheres precisam*, 3 actos; *Um Baile de creados*, 1 acto; *Velho maganão, ou o janota namorado*, 1 acto, e em verso. Operas comicas: *Boas noites sr. Pantaleão*, 1 acto; *O Duende*, 2 actos; *A Giralda* Farças em 1 acto: *O Fatalista*, *O filho de paes incognitos*, *O Frasquinho da Ventura*, *As Ligas de minha mulher*, *O Naturalista*, *O Pae dos noivos*, *O Sonambulo*. Traduziu e compoz a letra de varias peças de musica para a cantora Laura e seu marido Vellasco. Deixou manuscriptos: *A*

Escrava portugueza, drama em 5 actos e 9 quadros; *Casamento de entrudo*, comedia em 1 acto. Ficaram incompletas duas peças: *Luiz de Camões* e *Bernal francez*. No fim da vida entregou-se a estudos archeologicos e architectonicos de que deu provas, escrevendo: *Os Dolmens*, Lisboa, 1876; *As Ruinas do Carmo*, 1876. Conservava ineditos: *Estudos archeologicos*, ou *Manual de Archeologia prehistorica*. Publicou em 1877, um opusculo intitulado: *Carta de Jan Ninguem ao sr. ministro das obras publicas* (Barros e Cunha). Nos ineditos tambem se encontra 1 volume de poesias. Silva Leal era um mestre da nossa lingua, e pela pureza com que a escrevia e falava, chamavam-lhe o *Recta pronuncia*. Por occasião da sua morte, toda a imprensa lhe dedicou artigos elogiosos, publicando alguns jornaes o seu retrato, como o *Correio da Europa*, *Diario Illustrado*, *Gazeta Commercial*, *O Occidente*. Na *Historia de Portugal*, de Pinheiro Chagas, tambem se encontra o seu retrato, vol. XI pag. 165.

Silva Leal *(Manuel Pereira da)*. Presbytero e freire professo da ordem de Christo, mestre em artes, doutor em canones e lente da mesma faculdade na Universidade de Coimbra, etc. N. em Lisboa a 6 de abril de 1694, onde tambem morreu prematuramente a 24 de dezembro de 1733. Era filho de Manuel Pereira Leal, rei d'armas. Frequentou as aulas de humanidades e de philosophia no collegio de Santo Antão, sendo um dos estudantes mais considerados pela sua applicação. A 4 de abril de 1714 recebeu na Universidade o grau de mestre em armas, e doutorou se em 1717. Tomou ordens de presbytero, foi protonotario apostolico, e recebeu os beneficios de S. João de Abrantes, Santa Maria de Alcaçova, S. Thiago de Montemór o-Novo, S. Thiago de Evora, Santo Estevão de Alemquer, Santa Justa de Coimbra e S. Julião de Lisboa. Em 1720, sendo ainda muito novo, foi escolhido por D. João V para ser um dos 50 membros da Academia Real de Historia Portugueza, e em 1721, quando se tratou da distribuição dos trabalhos, os seus collegas lhe deram o encargo de escrever a historia do bispado da Guarda. Em 1721 foi feito collegial no Collegio de S. Pedro, de Coimbra, e em 1730 entrou como lente na Universidade. Foi deputado da Inquisição de Coimbra, com exercicio na sé de Lisboa. Aos 39 annos de edade, tendo em perspectiva um futuro risonho, falleceu. Escreveu: *Memorias para a historia ecclesiastica do bispado da Guarda*, tomo I, Lisboa, 1729; não se publicou mais tomo nenhum; no fim do volume vem em appendix, a *Dissertação exegetica critica, em que se prova ser fabuloso o supposto primeiro concilio de Braga, citado por Fr. Bernardo de Brito;* a qual se havia já publicado em 1723, andando tambem na *Collecção dos Documentos e Memorias da Academia de Historia;* n'esta mesma collecção publicou o *Catalogo dos bispos de Idanha e da Guarda*. No anno anterior ao da sua morte, o academico Diogo Fernandes de Almeida disse na Academia que o Collegio de S. Pedro de Coimbra arrogava a si os titulos de real e de pontificio, que lhe não competiam, e para a sustentação d'essa opinião, publicou uma *Dissertação historica*. Manuel da Silva Leal era collegial de S. Pedro, e por isso entendeu que não podia ficar silencioso, e respondeu com uma dissertação intitulada: *Discurso apologetico, critico, juridico e historico, em que se mostra a verdade das doutrinas, factos e documentos que confirmou e referiu na conta dos seus estudos, que deu na Academia Real em conferencia de 8 de novembro de 1731, a respeito do sacro, pontificio e real collegio de S. Pedro*. Na referida *Collecção* da Academia, ainda publicou: *Catalogo dos conegos magistraes e doutores que a Universidade de Coimbra apresenta nas sés d'este reino*, e outro *Catalogo dos collegiaes e porcionistas do Collegio de S. Pedro desde 1574 até 1725*.

Silva Leal *(Sebastião Correia Lobo Andrade da)*. Director da companhia de seguros maritimos ultramarina, do conselho fiscal da companhia de seguros *Probidade*, membro substituto do Banco de Credito Nacional, proprietario, escriptor, jornalista, etc. N. em Lisboa a 20 de janeiro de 1862, sendo filho do conselheiro José Maria da Silva Leal (V. n'este vol., pag. 927). Herdou de seu pae o gosto pelas letras. Foi quem meditou a fundação da *Sociedade Litteraria Almeida Garrett*, que se destinaria a concentrar quantos esforços se produzissem para conseguir a trasladação do cadaver do grande poeta para a egreja dos Jeronymos, glorificando assim a memoria de um homem, por quem o sr. Silva Leal é fanatico, e a quem o paiz deve a restauração da sua litteratura. Foi a 4 de fevereiro de 1902 que, na sala *Algarve* da Sociedade de Geographia, se realisou a sessão solemne da installação da sociedade, sendo os estatutos approvados em 9 de julho, e eleitos, para presidente o conde de Valenças, e para thesoureiro o sr. Silva Leal. (V. *Portugal*, vol. I, pag. 300 e 301). Publicou o numero unico *Patria a Garrett*, de que foi director, juntamente com o sr. Alberto Bessa, e coadjuvou, collaborando n'elles, a publicação de dois outros: *Garrett* e *Exposição da Imprensa*. Desde 1901 até 31 de março de 1903, foi correspondente do jornal *Conimbricense*, assignando se com o anagramma *Sá Villela*, de que por vezes usou tambem seu pae, correspondencias que fôram muito apreciadas pela fórma minuciosa com que eram feitas as noticias de occasião, e sua respectiva critica. Com o mesmo anagramma assignara as correspondencias que, em 1898, enviara para o *Reporter*, jornal da California. Foi correspondente, em 1898 e 1899, do *Athleta*, que se publicou em Villa Nova de Gaia. Collaborou no *Diccionario do Jornalismo Portuguez*, de Augusto Xavier da Silva Pereira, diccionario que se conserva ainda manuscripto, e escreveu a introducção para o livro *O Jornalismo Portuguez*, do mesmo escriptor, publicando egualmente á sua custa outro livro, tambem de Silva Pereira, intitulado *Os Jornaes portuguezes e as suas metamorphoses*, publicado em 1897. No *Almanach da Nossa Patria*, de 1906, inseriu um pequeno artigo ácerca da caricatura em Portugal, e nota d'alguns jornaes portuguezes d'esse genero. Tambem foi director do numero unico d'um jornal com o titulo de *Julio d'Andrade*. Dirigiu com superior criterio e accentuado bom gosto, desde outubro de 1900 a abril de 1911, o *Zoophilo*, jornal da Sociedade Protectora dos Animaes. O sr. Silva Leal possue uma grande collecção de jornaes portuguezes, que é considerada a primeira de Portugal e uma das principaes da Europa, pois que além dos numeros 1.os e unicos, têm de muitos collecções completas devidamente encadernadas, sendo alguns

reputados exemplares unicos. Por occasião do centenario do descobrimento do caminho para a India, foi realisada em 1898 uma Exposição da Imprensa, nas salas do Atheneu Commercial, e n'ella tomou parte com a sua preciosa collecção, fazendo tambem parte da respectiva commissão organisadora, que era composta dos jornalistas. Silva Pereira, presidente; Alberto Bessa, Ludgero Vianna, Gonçalves Neves e Heliodoro Salgado. E' socio effectivo das seguintes academias scientificas: Associação dos Jornalistas e Homens de Letras de Lisboa; Associação da Imprensa, Real Instituto de Lisboa; Sociedade de Geographia de Lisboa; Sociedade Litteraria Almeida Garrett; Real Sociedade Nacional de Horticultura; Real Associação dos Archeologos Portuguezes. Socio correspondente das seguintes: Società Luigi de Camoens, Italia; Sociedade Archeologica Tarraconense, Hespanha; Sociedade Archeologica da Figueira da Foz; Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto; Instituto, de Coimbra. Socio honorario da Associação de Soccorros Mutuos dos Artistas de Coimbra. Em todas estas sociedades scientificas tem exercido diversos cargos, assim como em diversas associações de beneficencia, de que é subscriptor. Possue diplomas de honra das seguintes corporações: Sociedade Litteraria Almeida Garrett, e Associação da Imprensa, por serviços prestados por mais d'uma vez. Possue tambem o diploma de ouro da Exposição da Imprensa, realisada em maio de 1898; e de cobre da Exposição de Cartographia Nacional, organisada pela Sociedade de Geographia em 1903. Foi redactor do *Mundo Litterario*, de Lisboa, em 1879, e da *Nossa Patria*, tambem de Lisboa, de 1905 a 1908. Tem collaborado nos seguintes jornaes: *Boletim da Real Associação dos Archeologos Portuguezes; Commercio de Portugal*, de 1892 a 1893; *Conimbricense; Correio da Noite, O Diario*, em 1903; *Diario Illustrado*; *Diario de Noticias*, 1904 e 1905; *Districto de Setubal*, 1891; *Illustração Trasmontana*; *Jornal da Noite*, *Noticias de Coimbra*; *O Seculo* 1900 e 1901; *A Semana*, *O Trasmontano* 1908 a 1910; *o Tripeiro*, desde a primitiva, etc. Todos os seus artigos são completamente alheios á politica, tratando só de archeologia, historia, litteratura, bibliographia jornalistica, ou simples noticias, a exemplo de seu pae, que sempre se afastou da politica. O sr. Silva Leal escreveu uns opusculos intitulados: *Jornaes Indo-Portuguezes*, que publicou em 1898; e *Um verso dos Lusiadas*, impresso em 1908, estudo interessante de investigação, dedicado á *Società Luigi Camoens*, de Italia. A'cêrca d'este trabalho publicou *O Occidente*, vol. 31°, pag. 247, uma apreciação muito lisongeira, acompanhada do retrato do autor. Tambem collaborou na homenagem ao conde de Valença, publicada pelo *Noticias de Coimbra*. No presente *Diccionario* tambem o sr. Silva Leal tem collaborado com valiosos trabalhos bibliographicos da sua especialidade, pertencendo lhe as resenhas minuciosas dos jornaes publicados nas differentes cidades e outras povoações de Portugal e seus dominios. Estas resenhas, que representam uma enorme somma de investigações proprias, valorizam bastante os artigos em que se incluem. Nos seguintes jornaes, revistas e livros, encontra-se publicado o retrato do sr. Silva Leal: *Bairrada*, n.° 62; *Brazil-Portugal*, n.° 100; *Chronica*, de Lisboa, n.° 65; *Diario de Noticias*, *Echos da Avenida*, n.° 544; *Gil Braz*, n.° 6; *Revista de Lisboa*, *Illustração Luso-Africana*, n.° 1; *Illustração Transmontana; O Nauta*, de Ilhavo, n.° 22; *O Occidente; O Paiz*, do Porto, n.° 47; *Os Pontos*, do Porto, n.° 40; *Revista do Bem*, n.° 35; *O Seculo*; *Almanach e Variedades*, de Ançã, 1907; *Almeida Garrett no Pantheon dos Jeronymos*, Lisboa, 1902.

Sebastião Silva Leal

Silva Leitão *(Manuel da)*. Bacharel formado em medicina pela Universidade de Coimbra. N em Lisboa a 30 de março de 1682, fal. em março de 1757. Foi frequentar o Collegio das Artes em Coimbra, onde tomou o grau de mestre, formando se depois na Universidade a 11 de julho de 1710. Depois de professar como cavalleiro na ordem de Christo, e de se fazer nomear familiar do Santo Officio, veiu ser medico do hospital de Todos os Santos, de Lisboa, cuja nomeação tem a data de 26 de setembro de 1723. Escreveu um livro, que se publicou em 1738, com o titulo de *Arte com vida e vida com arte*, etc.

Silva Leite *(Antonio da)*. O mais notavel musico portuguez dos fins do seculo XVIII e principios do XIX. N. no Porto a 23 de maio de 1759, onde tambem fal. a 10 de janeiro de 1833. Era filho de Luiz da Silva e de Thomazia Maria de Jesus. Fez os seus primeiros estudos com o fim de seguir a carreira ecclesiastica, chegando a receber ordens menores; achando-se, porém, dotado d'uma grande vocação para a musica, que desde a infancia estudara subsidiariamente, abandonou o primeiro intento, dedicando se exclusivamente ao estudo profundo da arte musical. Taes progressos fez, que sendo ainda muito novo, Antonio Leite era já mestre conceituado. O compendio de musica que fez imprimir em 1787,

quando por conseguinte contava apenas 28 annos, foi escripto, segundo diz o proprio frontispicio, *para uso dos seus discipulos.* E adquirira em pouco tempo numerosa clientela, principalmente como professor de guitarra, porque 9 annos depois, em 1796, publicou o *Methodo de Guitarra*, em que dizia no prologo, que lhe fôra muito custoso, na multidão dos discipulos que tinha de guitarra, estar escrevendo para cada um d'elles, não só as necessarias regras do mesmo instrumento, como além d'estas, varios minuetes, marchas, etc., e então resolvera imprimir aquella pequena obra. Em 1814 foi nomeado mestre de capella da cathedral. N'esse anno, por occasião da paz geral, houve grande regosijo em todo o paiz, e o Porto celebrou esse successo com grandiosas festas religiosas, que a *Gazeta de Lisboa* noticia, dizendo, *serem todas dirigidas pelo insigne mestre de capella Antonio da Silva Leite, bem conhecido pelos seus talentos, e composições na arte da Harmonia.* Foi n'essa epoca que elle escreveu um *Tantum ergo*, impresso em Londres, muito vulgarisado em todo o paiz, principalmente em Lisboa, e conhecido tambem no Brazil. Tem mais as seguintes composições: *Seis sonatas de guitarra*, com acompanhamento de violino e duas trompas; *Hymno patriotico* a grande orchestra, que se cantou pela primeira vez no Porto no theatro de S. João, no dia em que se festejou a coroação de D. João VI; *Novo directorio funebre*, dividido em duas partes, 1806. No *Jornal de Modinhas*, que se publicava em Lisboa, ha 6 composições de Silva Leite. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa existem numerosas partituras autographas de este compositor, pertencentes ao espolio do extincto convento da Ave Maria. Estas partituras constituem a parte mais importante da obra de Silva Leite. Quasi todas ellas teem as datas comprehendidas entre os annos de 1784 e 1829. A descripção d'ellas vem publicada de pag. 24 a 26 do *Diccionario biographico dos musicos portuguezes*, por Ernesto Vieira. Em 1807 cantaram-se no theatro de S. João duas peças de Silva Leite: *Puntigli per equivoco* e *Le Astuzie delle donne*.

Silva Lemos *(João Pedro de Santa Clara da)* Tenente-coronel reformado, cavalleiro da ordem de Aviz, etc. Era natural de Castello de Vide, e fal. a 8 de julho de 1858. Depois de servir no exercito reformou se no posto citado. Em 1846 adoptou as ideias da patuleia, e redigiu de maio a setembro d'esse anno, emquanto a revolução esteve triumphante, um periodico energico, de que sairam apenas alguns numeros, intitulado *A Fome*. Em 1852, a 6 de outubro, começou a publicar um semanario, *O Homem*, que teve curta duração. Depois de reformado ainda se occupou de assumptos de instrucção, e em 1855 publicou um livro com o titulo de *Linguistique française, partie synthétique*. Dizem ter sido homem de caracter rude e pouco tratavel.

Silva Lisboa *(José da)*. Bacharel formado em canones pela Universidade de Coimbra. N. na Bahia a 16 de julho de 1756, fal. no Rio de Janeiro a 20 de agosto de 1835. Era filho do architecto portuguez Henrique da Silva Lisboa e de Helena Nunes de Jesus. Estudou preparatorios na sua patria, os quaes concluiu em Lisboa; foi frequentar na Universidade de Coimbra, os cursos juridico e philosophico em 1774, formando-se na citada faculdade no anno de 1778, sendo n'esse anno nomeado substituto das cadeiras de grego e de hebraico, do Collegio das Artes de Coimbra. Ainda em 1778 foi nomeado professor de philosophia nacional e moral, para a cidade da Bahia, cuja cadeira regeu 19 annos, e a da lingua grega por 5. Em 1797 voltou a Portugal, e n'esse anno obteve a sua jubilação e a nomeação para o logar de deputado e secretario da Mesa da Inspecção da Bahia, para onde novamente partiu, tomando posse do seu cargo em 1798, conservando-se n'aquelle exercicio até 1808. Quando o principe regente, na sua retirada de Lisboa em 1807, chegou á Bahia, ordenou a Silva Lisboa que o acompanhasse para o Rio de Janeiro, e viesse auxilial-o a levantar o imperio brazileiro. Distinguido d'esta fórma pelo principe, chegou ao Rio de Janeiro a 7 de março de 1808, e logo em abril seguinte foi nomeado desembargador da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciencia e Ordens. Em agosto do mesmo anno, deputado da Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação do Estado do Brazil; em 1809 foi incumbido de organisar um codigo de commercio; em 1810 recebeu a mercê do habito de Christo; em 1815 foi encarregado especialmente do exame das obras para a impressão; em 1821, foi incluido na lista dos membros da junta de côrtes para o exame das leis constitucionaes discutidas então em Lisboa, e seguidamente inspector geral dos estabelecimentos litterarios e director dos estudos. Silva Lisboa tentou primeiro reconciliar Portugal e o Brazil, e impedir a separação, e para isso fundou um jornal, *O Reconciliador do Reino Unido*, mas quando toda a esperança de conciliação desappareceu, quando o principe D. Pedro se pôz á frente do movimento revolucionario, José da Silva Lisboa não hesitou um momento, e principiou a combater com energia pela independencia do seu paiz natal, escrevendo, entre outras obras, uma intitulada *As Reclamações*, que produziu grande effeito. Depois da independencia declarada, continuou a exercer cargos elevados, recebendo diversas distincções honorificas, e a mercê do titulo de visconde de Cayrú. Em 1801 publicou em Lisboa a sua primeira obra, *Curso de direito mercantil*, mas em 1804 é que publicou a sua obra capital, *Principios de economia politica*, que foi o primeiro livro que sobre similhante assumpto se escrevia em portuguez, e que era inspirado nos principios da nova sciencia, fundada por Adão Smith. De 1801 a 1808 tambem publicou a sua obra importante, em 7 volumes, *Principios de Direito mercantil e leis de marinha*, etc. No Rio de Janeiro publicou em 1808, as *Observações sobre o commercio franco no Brazil*, 3 partes em 2 volumes. São muitos os seus trabalhos escriptos e publicados em Lisboa, Rio de Janeiro e Bahia, tanto antes como depois de se declarar a independencia do Brazil

Silva Meira *(Domingos Antonio de Azevedo da)*. Esculptor ornamentista contemporaneo. Nasceu em Affife, proximo da Ribeira de Ancora, na provincia do Minho, a 8 de outubro de 1850. Fôram seus paes Manuel Antonio Meira, e Maria Rosa de Azevedo da Silva Meira, já fallecidos. Com um seu tio, illustre sacerdote, aprendeu as primeiras letras, a fim de seguir a carreira ecclesiastica. Fallecendo esse seu parente passou para a escola de Vianna do Castello. Nos seus ocios de estudante frequentou muito o atelier do estu-

cador ornamentista Rodrigues Pitta, mostrando notavel disposição e aptidão para aquelle genero de decoração. Por esta epoca foi Rodrigues Pitta chamado a Lisboa para tomar conta dos estuques decorativos do palacio do capitalista Monte-Christo, á Junqueira, hoje palacio Burnay. Era architecto d'essa construcção Manuel da Fonseca, mais tarde director da Academia das Bellas Artes. Domingos Meira acompanhou o seu mestre e por muitos annos trabalhou em obras dirigidas por Fonseca, nas quaes andavam os artistas francezes Bordes e Lasser, que muito admiravam o joven estucador ornamentista. Cursando a Academia das Bellas Artes, aos 20 annos estava feito um artista, a ponto de substituir o seu primeiro mestre Rodrigues Pitta quando este falleceu. Desde então, nas principaes casas particulares e edificios publicos de Portugal, tem feito importantes trabalhos de decoração. O convivio artistico com estucadores francezes, inglezes, belgas e italianos, e a sua permanencia nos grandes centros d'arte no estrangeiro, lhe permittiram alcançar muitos progressos e um verdadeiro brilho nos seus trabalhos, tornando se distincto e afamado El-rei D. Fernando, que muito apreciava a Domingos Meira, o agraciou com a ordem de Christo, e lhe incumbiu valiosos trabalhos nos paços da Pena e das Necessidades. Os architectos Cinatti e Rambois o consideravam tambem muito, convidando-o sempre para as suas obras. E' extensissima a lista das obras de Domingos Meira, pois existem magnificos trabalhos seus em numerosos palacios de Lisboa, Porto, Cintra, Monserrate, Beja, Serpa, Borba, Estoril. Evora. Estoy, e outras povoações de Portugal. No *Diario Illustrado* de 11 de dezembro de 1891 está publicado o retrato do eximio artista, com biographia escripta pelo fallecido professor e jornalista João de Mendonça. Ahi se pódem vêr enumeradas muitas obras executadas até então. Nos ultimos 20 annos a lista d'esses trabalhos augmentou muito, tornando-se enorme. Depois de vêr e estudar os monumentos do seu paiz, visitou Domingos Meira parte da Europa, repetindo as suas viagens de instrucção á França, Inglaterra, Belgica, Suissa e Hespanha. N'esta ultima nação mereceram-lhe o maior estudo os trabalhos ornamentaes do alcaçar de Sevilha, e de Granada. Os seus esplendidos trabalhos no estylo arabe tiveram origem n'esses estudos. Ultimamente visitou toda a Italia, procurando sempre a inspiração da sua arte. Domingos Meira é um incansavel trabalhador, tendo na sua longa carreira de artista alcançado muitas glorias e tambem muitos desgostos, contribuindo para estes o seu bondoso caracter. Se não tivesse passado a maior parte da sua vida em Portugal seria um artista de reputação europeia. Os seus trabalhos teem sido premiados em todas as exposições estrangeiras, de França, Estados Unidos da America do Norte e do Sul, etc. Nos seus ocios retira se para o seu palacete em Affife, onde tem sido um verdadeiro benemerito, e ahi descança em companhia da sua familia, pela qual é extremosissimo. No Minho a familia Meira é bastante considerada, e muitos dos seus membros se teem distinguido pela sua intelligencia e actividade.

Silva Menezes *(Francisco Correia da)* General de brigada reformado, poeta e jornalista N. em Lamego a 1 de fevereiro de 1851; assentou praça a 27 de fevereiro de 1869, sendo promovido a alferes em 12 de outubro de 1875, a capitão em 24 de janeiro de 1883, a major em 14 de maio de 1891, a tenente coronel em 29 de dezembro de 1898; reformando se depois em general de brigada a 4 de julho de 1907. Collaborou em diversos jornaes litterarios, e escreveu um livro de versos, com o titulo de *Contos modestos*. Recebeu as seguintes distincções: official das ordens de S. Thiago e de Aviz, cavalleiro tambem d'esta ordem, e a medalha de prata de comportamento exemplar.

Silva Menezes *(José Correia da)*. Bacharel formado em medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Lamego em 1826, onde tambem fal. em 9 de dezembro de 1907. Era filho de Antonio Correia de Menezes e de D. Rosa de Menezes. Em 1850 começou a exercer clinica em Lamego, ganhando em pouco a reputação de grande operador e de medico distincto, não só no concelho de Lamego, como em muitos outros pontos do paiz. Era medico da Associação Artistica Camacense, desde a sua fundação, hoje Associação de Soccorros Mutuos de Nossa Senhora dos Remedios, cargo que abandonou por motivo de doença, em 1906. Foi tambem nomeado medico municipal, logar do que já ha alguns annos se havia reformado, e medico do hospital da Misericordia. Além d'outros cargos que exerceu, foi presidente da assembleia geral da Associação dos Bombeiros Voluntarios de Lamego, e vice-presidente da assembleia geral do Banco do Douro. Tambem pertencia ao posto medico, e era membro da commissão executiva do partido regenerador d'este concelho, em quo sempre militou. Foi o decano dos medicos do concelho de Lamego e seus arredores. Era casado com a sr.ª D. Olinda de Menezes.

Silva Monteiro *(Antonio da Silva Monteiro, visconde e conde da)*. Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, negociante, etc. N. no Porto, na freguezia de Lordello do Ouro, a 16 de agosto de 1822, falleceu no palacete que possuia na rua da Restauração da mesma cidade, a 15 de janeiro de 1885. Era filho d'um negociante da praça do Porto, que tinha egual nomo, e de D. Anna Narcisa Pereira Monteiro. Sendo por seus paes destinado á vida commercial, embarcou ainda creança para o Brazil, e ali se dedicou ao commercio Dotado de genio emprehendedor, tornou se escravo do trabalho, e adquirindo bons creditos pela seriedade do seu caracter, conseguiu estabelecer no Rio de Janeiro uma casa commercial, que se tornou importantissima, onde pôde reunir avultados capitaes. N'aquella cidade casou com D. Carolina Julia Ferreira Monteiro, filha do negociante portuguez, ali residente, Manuel Ferreira Gomes, e de D. Lauriana Angelica de Silva Ferreira. Depois de muitos annos de assiduo trabalho, tendo saudades da patria, regressou ao Porto, depois de percorrer a Europa em viagem de recreio, sem, comtudo. abandonar a sua casa, do Rio de Janeiro, que girava sob a firma de Monteiro & C.ª, cuja gerencia deixou entregue á solicitude do socio. Apezar de possuir grande fortuna, continuou a dedicar-se ao trabalho, pondo o seu valimento e capitaes á disposição de todas as ideias caridosas e ás empresas nascentes, que elle animava com a maior

solicitude, estimulando os menos corajosos e os menos prestantes, com o exemplo da maxima dedicação e desinteresse. Em todas as grandes obras de caridade, e nas empresas commerciaes e industriaes de maior ou menor vulto, o nome do conde de Silva Monteiro apparecia sempre em primeiro logar, como um poderoso incentivo. O illustre negociante, apenas chegou ao Porto, logo se instituiu protector de muitas associações de beneficencia, e concorreu para a creação de escolas nas freguezias de Lordello do Ouro e de Miragaia. No beneficio que se realisou no Palacio de Crystal em favor dos feridos da guerra franco-prussiana, foi o conde da Silva Monteiro quem deu maior impulso, tomando a iniciativa para que o beneficio se pudesse realisar. Em 1877 fez parte da junta central de soccorros para os inundados, assumindo o cargo de vice presidente. Fôram muito importantes os serviços que prestou, e na subscripção que se promoveu, figurou o seu nome como um dos maiores subscriptores. Foi um dos fundadores dos albergues nocturnos da cidade do Porto. A associação dos bombeiros voluntarios, ali instituida, em consideração dos valiosos serviços que o illustre portuense lhe prestara, o nomeou seu presidente por unanimidade. Tambem foi presidente da Associação Commercial, nos annos de 1875 a 1877. A camara municipal, de 1876 a 1877, o nomeou vice-presidente, e em muitas occasiões foi convidado a assumir a presidencia. Tambem foi presidente da sociedade do Palacio de Crystal, e da maior parte dos estabelecimentos de credito. Tomou parte muito activa, associando avultados capitaes, em muitas companhias, entre as quaes figuravam as do caminho de ferro da Povoa, Tanoaria a vapor e Fabrica de papel de Ruães; trabalhou egualmente pela construcção do porto de Leixões, e quando se organisou o syndicato para a empresa do caminho de ferro de Salamanca á fronteira portugueza, foi convidado para membro do conselho administrativo da companhia que então se formou. Seguindo em politica o partido regenerador, tambem empregou muito a sua influencia em serviços que lhe prestou Tornando-se um horticultor enthusiastico, reuniu na sua quinta da Lavandeira em Villa Nova de Gaia uma riquissima collecção de plantas. Por decreto de 23 de junho de 1875 recebeu a mercê do titulo de visconde de Silva Monteiro e pelo de 22 de dezembro de 1871, o de conde. Por alvará da mordomia-mór de 29 de julho de 1875, foi lhe concedido o seguinte brazão d'armas: Escudo esquartelado: no primeiro quartel, em campo de prata, um leão de púrpura rompente armado de azul; no segundo, em campo de prata, tres coruetas de negro com as bocas de ouro e os cordões vermelhos, postas em roquette; no terceiro, em campo vermelho, quatro faxas de ouro; e no quarto, em campo azul, um pelicano de ouro ferindo o peito, e tres filhos bebendo o sangue que lhe cáe da ferida; timbro, um leão de púrpura armado de azul.

Silva Monteiro *(Luciano Affonso da)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, ministro de Estado, par do reino, advogado, etc. E' natural de Coimbra, onde nasceu, aproximadamente, no anno de 1855. Depois da formatura, em que foi classificado, veiu para Lisboa exercer a advocacia, onde largamente manifestou a sua aptidão de jurisconsulto. Em 1887 foi advogado do capitão de mar e guerra Ferreira de Almeida, na questão que este par do reino tivera com o conde de Macedo, então ministro da marinha, sendo o julgamento effeituado na camara dos pares. O discurso que pronunciou, eloquente e energico, conquistou as sympathias geraes. Tambem lhe deu grande notoriedade a celebre questão do casamento do antigo estadista Anselmo José Braamcamp, fallecido em 1885, sendo advogado da sua viuva. O dr. Luciano Monteiro foi vogal do Tribunal Administrativo, de harmonia com a lei que reorganisou o municipio de Lisboa. Serviu por vezes de juiz do Tribunal do Commercio. Foi presidente da assembleia geral da Companhia do Gaz e Electricidade. Militando no partido regenerador, foi deputado em diversas legislaturas, e em 1906 foi nomeado para fazer parte d'um ministerio organisado pelo conselheiro Hintze Ribeiro, mas não acceitou essa honra. Quando em 1901 se deu a scisão e se formou o partido regenerador liberal, de que era chefe o conselheiro João Franco, tornou-se um dos seus mais dedicados membros. Em maio de 1907 é que acceitou a pasta dos negocios estrangeiros, n'uma recomposição do ministerio, que desde o anno anterior era presidido pelo citado estadista João Franco. Tambem n'esse anno foi elevado a par do reino. Depois da implantação da republica em outubro de 1910, o dr. Luciano Monteiro saiu do paiz, indo viver para o estrangeiro.

Silva Moraes *(Anacleto da)*. Official-mór da secretaria do Tribunal da Junta do Commercio, e poeta. Fal. em Lisboa, com mais de 80 annos de edade, a 17 de dezembro de 1841. Foi socio da Academia de Bellas Letras de Lisboa, mais conhecida pela denominação de *Nova Arcadia*. No *Almanach das Musas*, parte IV, n.º 78, vem uma ode sua. Com Mathias José Dias Azedo, compoz um pequeno *Drama Allegorico*, com o titulo de *Hymeneu*, para se cantar nos desposorios de José de Vasconcellos e Sousa com D. Maria Rita de Castello Branco; foi publicado em 1783. Foi redactor d'uma folha periodica, a que deu o titulo de *Gazeta d'Almada*, da qual se publicaram alguns numeros, logo depois da expulsão dos francezes em 1808. Em 1777 escreveu e publicou: *Na felicissima acclamação da senhora D. Maria I, rainha de Portugal. Ode.*

Silva Moraes *(João da)*. Um dos mais conceituados mestres de musica em Lisboa, na primeira metade do seculo XVIII. N. n'esta cidade a 27 de dezembro de 1689; ignora se a data do fallecimento, mas sabe se que vivia ainda em 1763. Era filho de Antonio da Silva Moraes e de Domingas Rodrigues. Estudou no Collegio dos Meninos Orphãos, tendo por mestre Fr. Braz Soares da Silva. Tornando-se bom musico e apreciado compositor, obteve o logar de mestre da capella da Misericordia, em 1 de julho de 1713 Tendo exercido este cargo durante 14 annos, passou a ser mestre da capella da cathedral de Lisboa, denominada Basilica de Santa Maria, desde que se instituiu a patriarchal, de cujo logar tomou posse a 27 de maio de 1727, e parece que ainda o exercia em 1763, anno em que assignou o parecer approvando o livro de Francisco Solano, *Nova instrucção musical*. Tambem assignou o seu nome no livro de entradas da irmandade de Sau-

ta Cecilia, feito de novo em 1756 por se perder o antigo na occasião do terremoto. Na *Bibliotheca Lusitana*, de Baptista Machado, 2.º volume, vem uma extensa lista das musicas sacras que elle compoz em numero superior a 100, sendo muitas d'ellas a 2 e 3 córos, e mais de 50 villancicos para diversas festividades. No archivo da Sé de Lisboa, dizem, que existe um grande livro do côro contendo os psalmos usuaes a 4 vozes, de João da Silva Moraes, o qual tem por titulo: *Compendium Psalmorum a quatuor vocibus concinendorum.*

Silva Moreira *(Joaquim José da).* Artista dramatico. N. em Lisboa a 6 de junho do 1821; fal. ha bastantes annos. Muito novo revelou grande vocação para o theatro, principiando a representar com grande exito em theatros particulares. Como actor, debutou no antigo theatro do Salitre em 1842, no drama *Os Tartaros na Polonia* Em 1844 tomou Emilio Doux conta de aquelle theatro, e Moreira ali ficou desempenhando varios papeis de galan dramatico. Em 1846 passou para o Gymnasio, onde se conservou até que, rebentando a revolta da *Maria da Fonte*, a empresa faliu, e Moreira tornou para o Salitre, associado com alguns collegas. Foi essa empresa que representou pela primeira vez o *Fr. Luiz de Sousa*, sendo ensaiado pelo lente do Conservatorio Cesar Perini di Luca. Moreira desempenhou o papel de Fr. Jorge. Em 1849 entrou para o theatro de D. Maria II, estreando se na comedia em 2 actos, *O filho bastardo.* Quando o governo tomou conta do theatro, foi Moreira classificado actor de 2.ª classe Sendo nomeado commissario regio o dr. Luiz da Costa Pereira, Moreira teve o encargo da direcção e fiscalisação dos ensaios. Reformou-se em 1871, com o ordenado mensal de 45$000 reis, em attenção ao tempo de serviço prestado. Deixou o theatro, mas em 1874 e 1876 foi ensaiador no theatro de Variedades, nas emprezas de Parizini e Fernando de Lima Em 1880 esteve tambem no antigo theatro dos Recreios, na empresa de Emilia Adelaide, como director do palco, e segundo ensaiador, sendo o primeiro o grande mestre da arte José Carlos dos Santos. O actor Moreira tambem escreveu e traduziu diversas peças que se representaram com muito agrado.

Silva Motta *(Raymundo da).* Doutor e lente cathedratico de medicina na Universidade de Coimbra. N em Abrantes a 25 de janeiro de 1840 sendo filho do José Pereira da Silva. Doutorou-se a 29 de junho de 1868. Publicou a sua *Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas*, a qual versa sobre os dois seguintes pontos: *Qual o valor da cellula animal em anatomia pathologica?—Os tecidos morbidos terão elementos anatomicos especiaes?* Em 1871 publicou o opusculo: *Da consanguinidade matrimonial considerada no campo da hygiene (*dissertação de concurso*).* No congresso de medicina reunido em Lisboa no anno de 1906, o sr. dr. Raymundo da Motta foi presidente da 4.ª secção *(Therapeutica e pharmacologia.*

Silva Pereira *(Augusto Xavier da).* Escriptor, jornalista, funccionario publico, etc. N. em Lisboa a 18 de maio de 1838, onde tambem fal. a 22 de janeiro de 1902. Começou a sua vida publica, como amanuense da repartição de Estatistica geral no ministerio das obras publicas, por portaria de 7 de outubro de 1859. Precedendo concurso, em que ficou o primeiro classificado, foi nomeado 2.º official da secretaria do referido ministerio, por decreto de 18 de março de 1886, e (carta passada em 29 de outubro de 1887). Por portaria de 15 de abril de 1886, foi nomeado chefe de 2.ª secção da repartição do commercio, e em 5 de agosto do mesmo anno, chefe da 3.ª secção da repartição central de estatistica. Por decreto de 28 de dezembro de 1899, que reorganisou os serviços no ministerio das obras publicas, foi Silva Pereira nomeado 1.º official da secção archivista do conselho superior do commercio e ensino superior industrial. Fez parte, como presidente, da commissão organisadora da Exposição da Imprensa, realisada em 1898, por occasião das festas commemorativas do centenario do descobrimento do caminho por mar para a India. Esta commissão era composta, além de Silva Pereira, dos jornalistas Alberto Bessa, Silva Leal, Ludgero Vianna, Gonçalves Neves, Helio-

Augusto Xavier da Silva Pereira

doro Salgado. A exposição realisou-se nas salas do Atheneu Commercial. Investigador paciente, verdadeiramente fanatico pela imprensa portugueza, dedicou-lhe muitas horas de trabalho, e na revista *O Occidente*, de que foi collaborador effectivo desde 1882 até á data do seu fallecimento, se encontram varios estudos seus sobre a imprensa e o jornalismo portuguez. Silva Pereira foi um dos fundadores da extincta Associação dos Jornalistas e Escriptores Portuguezes, que se fundou em 1880, por occasião do centenario de Camões, e da Associação da Imprensa. Era socio effectivo da Associação dos Jornalistas de Lisboa; socio correspondente da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras, do Porto, e do Instituto, de Coimbra; e socio honorario da Associação dos Artistas, de Coimbra. Foi correspondente do antigo jornal *O Conimbricense*, durante alguns annos, a começar em julho de 1887, deixando-o em 1901 por motivo de doença, sendo substituido pelo seu amigo intimo Sebastião da Silva Leal. Foi um

dos redactores do *Boletim do Clero*, de 1869 a 1874; do *Diario Civilisador*, do *Globo*, do *Pae Anselmo*, em 18*3; director litterario do *Universo Illustrado*; e collaborador dos seguintes jornaes: *O Amphion*, *Clamor d'Almada*, *O Consciencioso*, de 1866 a 1868; *Correio da Tarde*, 1872; *Correio da Noite*, 1883 a 1889; *A Democracia*, 1877 a 1880; *Diario do Commercio*, *Diario Illustrado*, 1876 a 1880; *Diario de Noticias*, *O Echo Liberal*, 1867; *As Economias*, 1867; *O Economista*, emquanto foi jornal diario; *O Encanto*, 1897 a 1898; *O Favorito*, 1869 a 1871; *O Furibundo*, 1868; *Galeria Portugueza*, Porto; *O Gil Braz*, *Gazeta Litteraria*, 1868; *Imprensa*, *Illustração*, 1868; *Illustração Popular*, *Jornal do Commercio*, em 1874, 1881 e 1888; *Jornal das Damas*, 1869; *A Mulher*, *A Moda*, Porto; *O Museu Illustrado*, 1878 a 1879; *A Nação*, 1869 a 1871; *A Opinião Popular*, 1873; *A Plebe*, 1894; *Portugal Moderno*, *O Panorama*, 1868; *O Ramalhete do Christão*, *Revista dos Monumentos Sepulchraes*, *Revista Theatral*, 1885, 1895, 1696; *Revista dos Espectaculos*, 1867; *Revista Commercial Agricola*, 1891; *O Sadino*, 1888 e 1889; *O Seculo*, e *A Semana*, 1897. Collaborou tambem nos numeros unicos: *As Creanças*, 1881; *Echo*, 1890; *Exposição da Imprensa*, 1898; *Garrett*, 1889; *Lagrimas e Caridade*, Porto, 1892; *Serões e Festas (Centenario de Santo Antonio*, em 1895), etc. *Almanach de Lembranças*, 1.ª e 2.ª série; *Almanach do Bom Catholico*, 1873 a 1875; *Almanach das Senhoras*, 1873, 1882 e 1883; *Almanach Litterario e Charadistico*, 1885; *Almanach do Encanto*, 1887; *Almanach D. Luiz*, 1880; *Almanach das Horas de Viagem*, 1883; *Almanach do Occidente*, desde 1881 a 1899, com alguns intervallos; *Almanach dos Theatros*, 1891 e 1892; *Almanach Chinez*, 1884; *Almanach do Universo Illustrado*, 1887. Silva Pereira foi autor, tendo por collaborador effectivo o seu amigo Silva Leal, do *Diccionario do Jornalismo Portuguez*, obra d'um alto valor historico, que ficou inedita, e que é a resenha chronologica de todos os jornaes portuguezes impressos e publicados no reino e no estrangeiro desde o meado do seculo XVII até á morte d'el rei D. Luiz, bem como dos jornaes em lingua estrangeira publicados em Portugal, durante esse tempo. Esta obra de tanta utilidade, que custou ao seu autor 25 annos de assiduo trabalho, em que empregava os maiores cuidados e attenções, tão desejoso de a vêr impressa, não foi nunca publicada, existindo o manuscripto em poder da viuva. Escreveu mais: *Horas de campo*, livro de narrativas e poesias; *Guia parochial da cidade de Lisboa*, 1880; *Cintra, Collares e seus arredores*; *Censo da população em 1878*; *Quadro graphico dos reis de Portugal e duques de Bragança*; este trabalho valeu-lhe um diploma de honra na exposição de Paris, de 1893; *O Jornalismo Portuguez*, resenha archeologica dos jornaes publicados desde 1625 até outubro de 1889; saiu em 1895, editado pelo sr. Silva Leal, de quem é a respectiva introducção; *Os Jornaes Portuguezes e as suas metamorphoses*, de 1625 até 1889, livro publicado em 1897, a expensas do mesmo sr. Silva Leal; *O Brazil e o Soberano Congresso*; *ephemerides historicas commemorativas do centenario da descoberta do Brazil*; *Leis repressivas da liberdade da Imprensa*, 1901. Foi assumpto d'uma sua conferencia realisada na noite de 25 de junho de 1881, nas salas da Associação dos Jornalistas Portuguezes. Ineditos, além do *Diccionario* citado, deixou: *Historia estatistica de Portugal*, *Memorandum Jornalistico*, *Bibliotheca Agricola do Lavrador Portuguez*. A morte do prestimoso e erudito escriptor causou dolorosa impressão; no seu funeral figuravam alguns antigos collegas seus na burocracia e na imprensa, fazendo se representar a Associação dos Jornalistas e a da *Imprensa Portugueza*. A' beira da sepultura discursaram o decano dos jornalistas, o sr. Brito Aranha, e o seu dedicado amigo Sebastião da Silva Leal.

Silva Pereira (*Francisco Teixeira da*). Artista dramatico. N. em Lisboa a 6 de abril de 1839, onde tambem fal. a 12 de abril de 1901. Começou a sua carreira artistica no velho theatro da Rua dos Condes, n'um pequeno papel da comedia drama de Costa Braga, *O que é Lisboa*. Conservou-se ali até 1862, passando então para o Gymnasio, estreando-se a 19 do fevereiro de 1863 na comedia *Verduras da mocidade*. N'aquelle theatro fez carreira, tornando-se conhecido e muito sympathico ao publico, que sempre o applaudia com enthusiasmo. Entrava em grande parte do reportorio, fazendo bellas creações, sobresaindo principalmente nas peças: *Piperlin*, *Tribulações de Mané Coco*, *O Fidalguinho*, *O Dente da baroneza*, *As Georgianas*, *Em boa hora o diga*, *Naufragar em terra firme*, etc. Em 1872 partiu para o Brazil, debutando no Gymnasio do Rio de Janeiro na comedia *Moços e velhos*, sabendo logo conquistar as sympathias do publico. Ali se demorou 9 annos, voltando á patria em 1881, reapparecendo na Trindade na comedia *Piperlin*. Depois, estevo escripturado em todos os theatros de Lisboa, conseguindo sempre applausos; fez algumas digressões ás provincias e ilhas, voltou ainda ao Brazil com a companhia de José Ricardo. Era casado com a actriz Maria Emilia.

Silva Pinto (*Antonio José da*). Director da Casa da Correcção, escriptor, jornalista, etc. N. em Lisboa a 14 de abril de 1848, onde tambem fal. a 4 de novembro de 1911. Era filho de um commerciante o industrial, que o encaminhou para a vida commercial, e aos 17 annos de edade, em 1865, entrou para a Alfandega, como caixeiro despachante da importante casa bancaria Anjos & C.ª. Permaneceu ali 7 annos, mas o seu caracter insubmisso e independente não lhe permittiu continuar na sujeição d'aquelle serviço, e em 1872 abandonou o. Por aquelles tempos as ideias democraticas faziam já o seu caminho em Portugal, tanto mais que a Republica acabava de ser proclamada em França, e a Hespanha tambem a imitára, e Silva Pinto, movido por ardentes ideias republicanas, foi para Hespanha com o fim de se alistar nas fileiras que combatiam os carlistas. Voltando a Portugal, foi residir para o Porto, dedicando-se ao jornalismo com mais actividade. Entretanto fallecia seu pae, e herdando uma fortuna rasoavel, entregou-se á industria, empregando parte do capital no estabelecimento d'uma fabrica de tecidos. Foi muito infeliz n'este negocio, e em poucos annos, os prejuizos soffridos n'essa fabrica, e em outros negocios om que entrou, e ainda em outras extravagancias proprias dos verdes annos, o reduziram á precaria situação de se vêr sem recursos. Resolveu então ir para o Brazil, onde se demorou perto de dois annos, quasi sempre em luctas politicas e littera-

rias. Aborrecido e muito desgostoso, regressou a Portugal em 1876 ou 1877, sendo recebido em casa do seu grande amigo Narciso de Lacerda, onde se conservou até fallecer, sempre tratado com a maior dedicação e carinho fraternal. Póde dizer se, que desde então, é que principiou a vida litteraria de Silva Pinto, constituindo-se um dos publicistas portuguezes de maior valia pelo seu espirito critico e philosophico, e ao mesmo tempo selecto e de um purissimo classico actualmente pouco vulgar. Em tempo havia sustentado uma polemica violenta com Camillo Castello Branco, mas apezar d'isso, aquelle grande escriptor, reconhecendo o seu merito litterario, consagrava-lhe verdadeira amizade, e Silva Pinto, que tambem muito admirava o primoroso mestre da lingua portugueza, publicou differentes cartas que d'elle havia recebido. Nos ultimos annos exercia o cargo de director da Casa da Correcção, para que tinha sido nomeado. Da sua obra, que é vastissima, mencionaremos as principaes: *Questões do dia*, 1870; *Sciencia e Consciencia*, 1870; *Farçadas contemporaneas*, 1870; *Novas Farçadas contemporaneas*, 1871; *A Questão da Imprensa*, 1871; *Theophilo Braga e os criticos*, 1871; *A' hora da lucta*, 1872; *Horas de febre*, 1873; *O Espectro de Juvenal*, 1873; *Eugenia Grandet*, (traducção), 1873; *O Padre maldito*, 1873; *Balzac em Portugal*, 4.ª edição, 1873; *Noites de vigilia*, edição mensal, 1874; *Noites de vigilia*, edição quinzenal, 1875; *Emilia das Neves e o theatro portuguez*, 2.ª edição, 1875; *Contos fantasticos*, 1875; *Os Homens de Roma*, drama em 4 actos, 1875, representado com applausos em Lisboa e no Porto; *A Questão do Oriente*, 1876; *Revista litteraria*, 1876; *Os jesuitas (ao bispo Americo)*, 1877, 6.ª edição; *Do Realismo na arte*, 6.ª edição, 1877; *Nós e a Alfandega do Porto*, 1877, 4.ª edição; *O Padre Gabriel*, drama em 3 actos, representado em Lisboa e no Porto, com applausos, 1877, 2.ª edição; *Controversias e estudos litterarios*, 1878; *No Brazil*, 1879; 2.ª edição; *O Emprestimo de D. Miguel*, 1880; 5.ª edição; *Realismos*, 1880; 4.ª edição; *Combates e Criticas*, 1882, 2.ª edição; *Novos Combates e Criticas*, 1884, 2.ª edição; *Terceiro livro de Combates e Criticas*, 1885, 2.ª edição; *O Caso de Marinho da Cruz*, 1889; *Camillo Castello Branco*, 1889; *A Mulher do capitão Branican* (traducção), 2 volumes, 1892; *Philosophia de João Braz*, 1895; *Santos portuguezes*, 1895; *Theorias de João Braz*; *N'este valle de lagrimas*, 1896; *A queimar cartuchos*, 1896; *De palanque*, 1896; *O riso amarello*, 1897; *Noites de vigilia*, 4 volumes, 1897; *Criterio de João Braz*, 1898; *Memorias d'um suicida*, (traducção), 1898; *A torto e a direito*, 1900; *Pela vida fóra*, 1900; *Alta noite*, 1900; *O mundo furtacôres*, 1900; *Moral de João Braz*, 1901; *No mar morto*, 1902; *S. Frei Gil*, 1902; *Por este mundo*, 190?; *Alma humana*, 1901; *No Colyseu*, 1904; *A velha historia*, 1906; *Ao correr do pêlo*, 1906; *Na travessia*, 1907; *Em ferias*, 1908; *Entre nós*, 1908; *Frente a frente*, 1909; *Para o fim*, 1909; *Na porcella*, 1910; *Ha quarenta annos*, 1910.

Silva Pinto *(Manuel Rodrigues da)*. Professor da Escola Medico-Cirurgica do Porto. N. em Agueda a 28 de setembro de 1850, onde tambem fal. a 20 de janeiro de 1895. Frequentou com grande distincção a referida escola, e pouco depois do ter concluido o curso, foi nomeado lente substituto, sendo mais tarde promovido a proprietario, regendo as cadeiras de clinica medica e de hygiene e medicina legal. No triennio de 1890 a 1892, exerceu o cargo de vereador da camara municipal do Porto, em que prestou valiosos serviços. Além das suas dissertações de formatura e de concurso, intituladas: *Illusões e realidades em therapeutica*, 1873, e *Contagio*, 18?4, o dr. Rodrigues Pinto collaborou no livro: *O caso medico legal de Urbino de Freitas*, 1898, com os doutores Agostinho Antonio de Souto, Joaquim Pinto de Azevedo e Antonio Joaquim Ferreira da Silva. Por sua morte, um grupo de amigos offereceu á Escola Medica do Porto um fundo destinado a premio na cadeira occupada pelo distincto professor.

Silva Pinto *(Miguel Ventura da)*. Preparador da cadeira de chimica do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa desde 1862, e da cadeira de physica no mesmo Instituto desde 1878, preparador da cadeira de merceologia, etc. Fal. a 2 de junho de 189?. Escreveu: *A filtração accelerada e o novo rarefactor ou machina hydropneumatica de Silva Pinto*; saiu no *Jornal das Sciencias Mathematicas, physicas e naturaes*, n.º 9, da Academia Real das Sciencias, 1870; *Sobre a theoria do rarefactor e a nova machina hydropneumatica*, Lisboa, 1872; saiu tambem no n.º 13, do mesmo jornal; *Description du raréfacteur hydropneumatique; du pendule electro-magnétique pour la démonstration experimentale du mouvement de rotation terrestre; du philtre peneumatique pour les vins et pour d'autres liqueurs*, etc., Lisbonne, 1873; *Do sulfurador automatico e do nóvo processo de sulfuração ou mechagem dos vinhos e do vasilhame*, Lisboa, 1874.

Silva Pontes *(Antonio da)*. Capitão de fragata da Armada Real, doutor em mathematica pela Universidade de Coimbra, etc. N. na provincia de Minas Geraes, Brazil, onde fal. a 21 de abril de 1805. Era filho de José da Silva Pontes. Vindo para Portugal, seguiu os estudos na Universidade, onde se doutorou a 24 de dezembro de 1777. Foi nomeado lente da Academia da Companhia dos guarda marinhas, por carta patente de 13 de abril de 1791. Sendo nomeado governador da capitania do Espirito Santo, de que tomou posse, falleceu poucos annos depois. Era socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Escreveu: *Construcção e analyse das proposições geometricas e experiencias praticas, que servem de fundamento á architectura naval, traduzido do inglez*, Lisboa, 1798; com 4 estampas.

Silva Porto *(Antonio Carvalho da)*. Pintor de arte muito distincto. N. no Porto a 11 de novembro de 1850, fal em Lisboa a 1 de junho de 1893. Cursou com extraordinario brilho e vivo talento a Academia Portuense de Bellas Artes, onde se matriculou em 1865, revelando desde logo uma fina sensibilidade e um verdadeiro temperamento esthetico. Em 1873 foi para Paris, como pensionista do Estado, seguiu o curso da escola durante o tempo regulamentar, tendo por professores Canabel e Groseillez. D'ali foi a Roma, completando assim a sua educação artistica no convivio de artistas, como Daubigny, Placencia, Commerre, Pelousse, e outros camaradas que o estimavam e tinham em muito apreço o seu comprovado talento Voltando a Paris, realisou tambem, á sua custa, uma viagem de instrucção pela Belgica, Hollanda, Inglaterra e Hespanha,

visitando todos os museus, assim como tambem os do norte e do sul de Italia. Concorreu ás exposições *do Salon*, de 1876 a 1877, e já então os seus trabalhos mereceram em Paris, onde o conheciam pelo nome de Antonio Porto, a attenção da critica. Ali foi muito laureado pelos mestres, e premiado. Apresentou se na Exposição Universal de Paris, de 1878, onde os seus quadros fôram tambem muito apreciados. Regressando a Lisboa em 1879, com os conhecimentos que a sua observação recolhera, e que o seu talento soubera aproveitar e desenvolver, a sua influencia no nosso meio foi extraordinaria e immediata. Silva Porto era já considerado um dos maiores pintores portuguezes. Tendo fallecido no mesmo anno de 1879 o professor da aula de paizagem da Academia de Bellas Artes, Thomaz da Annunciação, foi Silva Porto logo nomeado interinamente para o substituir, passando em 1883 á effectividade, regendo por fim o curso geral de desenho e paizagem. Não se fez esperar a influencia do novo professor nos discipulos da sua escola. A pintura principiou a tomar entre nós uma feição, que a aproximava do que se faz lá fóra, nos centros mais adeantados da arte, de Paris e de Roma, onde Silva Porto concluira a sua educação artistica. Em 1880 concorreu á exposição da Sociedade Promotora de Bellas Artes, onde os trabalhos que trouxera do estrangeiro e outros já executados em Portugal, causaram a maior sensação. Entre elles notavam-se estudos de natureza variada, figuras e aspectos de Italia, de França e de Portugal. Um dos seus quadros, *Charneca de Bellas*, que pertenceu a el-rei D. Fernando, e foi depois propriedade de D. Carlos, obteve uma medalha de prata. Em 1881 expôz alguns quadros em Paris, por occasião do centenario de Calderon, e foi-lhe offerecido o habito da ordem de Carlos III. N'esse anno fundou se o *Grupo do Leão*, sociedade brilhante de artistas novos, nas salas do *Commercio de Portugal*, na rua de S. Francisco, hoje rua Ivens, e Silva Porto foi um dos seus mais firmes campeões O publico applaudiu a tentativa do pequeno *Salão* de Lisboa, e desde então principiaram regularmente as exposições annuaes de arte, crescendo de anno para anno, com os novos artistas que se iam agremiando, o numero das obras expostas. Este renascimento, que se manifestava de fórma tão eloquente e promettedora, devia-se a Silva Porto, que era o primeiro a dar o exemplo de trabalhador infatigavel, a animar os discipulos, a secundal os nos seus esforços pelo levantamento da pintura em Portugal. Em todas as exposições expôz Silva Porto primorosas télas, apresentando na de 1882 21 télas de maiores ou menores dimensões; na de 1883 viam-se umas 30 télas, e na de 1884, sobresaia a *Salmeja*, episodio da faina rural da Extremadura, cheio de verdade e de sentimento e de côr. Silva Porto, n'esta exposição confirmou-se um mestre e adquiriu indiscutivelmente o logar do primeiro, do mais completo pintor portuguez do seu tempo. Em 1885, a continuação com uma esplendida tela, *Os Campinos*; em 1886, expôz menor numero de quadros, mas distinguiram se entre elles, *A volta do mercado* e um *Effeito do luar no Tejo*; em 1887 e 1888 realisaram-se as ultimas exposições do *Grupo do Leão*, e n'esta notava-se um bello trabalho de Silva Porto, *A volta para a arribana*. N'este ultimo anno tambem concorreu á *Exposição Industrial de Lisboa*, onde alcançou a medalha de ouro. Dissolvido o *Grupo do Leão*, formou-se annos depois o *Gremio Artistico*, organisado mais regularmente, e Silva Porto foi um dos seus principaes fundadores e o primeiro presidente. O *Gremio* inaugurou as suas

Antonio Carvalho da Silva Porto

exposições em 1891, sendo na primeira a obra do mestre representada por um grande numero de télas, algumas superiores, como: *A' porta da venda*, *O Moinho do Gregorio*, e *Guardando o gado*; sendo estas duas do Minho Na seguinte exposição, a maior parte dos seus trabalhos são inspirados pelas margens do Lima, como a sua magnifica *Barca de passagem Serreleis* e o *Logar do Prado*. Na exposição de 1893, a ultima a que concorreu, Silva Porto foi mais do que nunca o mestre. *Conduzindo o rebanho*, e as *Ceifeiras*. vieram gloriosamente fechar o cyclo do seu trabalho. Silva Porto deixou dispersa em fragmentos uma obra gloriosa para a sua memoria e para a arte nacional.

Silva Porto (*Antonio Francisco Ferreira da*). Illustre africanista. N. no Porto a 24 de agosto de 1817, sendo filho de Francisco Ferreira da Silva, industrial, e de Anna Maria da Costa. Aprendeu as primeiras letras n'um mestre escola com aula na rua Chã, e aos 12 annos, em 1829, embarcou para o Brazil para se dedicar ao commercio, indo a bordo do brigue *Rio Ave*. No Rio de Janeiro empregou-se como caixeiro, mas os patrões tão desearoavelmente o trataram que partiu para a Bahia, em 1835, onde, no *Correio Mercantil*, annunciou que passava a assignar se Antonio Francisco Ferreira da Silva, em vez de Antonio Ferreira da Silva, nome que até ali usára. Dois annos depois, em 1837, embarcava para Angola e, tendo passado a Cabo Verde, voltou de novo á Bahia, que encontrou atravessando um periodo de revolta politica e de paralysação commercial. Partindo novamente para Loanda, em 1838, principiou então a sua vida de commer-

ciante sertanejo, tão util á patria, que sempre extremosamente amou, sacrificando se por ella. Silva Porto internou se por differentes vezes no sertão, commerciando e travando relações com os mais poderosos sobas, annotando no seu *Diario*, que escrevia dia a dia, tudo quanto fazia e realizava. N'esse *Diario*, que dedicou aos portuenses, conta as successivas viagens que emprehendeu. Em 1839 penetrou por Loanda, nas planicies interiores; em 1841 desceu a Benguella, lançando os seus commissarios no caminho de Lui pelo Lutembo e pelo Riambeje (Zambeze superior); em 1845 estabeleceu se no Bié, principiando a sua exploração frequente ao Baroce, que abriu ao commercio de Benguella em successivas jornadas. Em 1848 foi encarregado interinamente do governo do districto do Bié, sendo um dos seus primeiros actos convocar a *acção dos moradores e feirantes* portuguezes para se vêr de alguma maneira o soba (D. Antonio Alencastre, o *Lhiumbulla)* punha côbro ás injustiças que em geral os quimbumbas e ganguellas commettiam. Tendo morrido o soba, adoptou outras providencias, deliberando pedir ao governador geral que o Bié fôsse occupado militarmente. Em 1852 o governador geral convidou o para fazer a jornada ás *cabeceiras do Rio de Sena* (Zambeze), missão que acceitou. Organisada a expedição, Silva Porto drigíu-se até ao Baroce. Mallograda esta empresa, por culpa principalmente das autoridades de Moçambique, o infatigavel viajante recolheu ao ponto de partida, contrariado por vêr que mais uma vez falhavam os seus planos patrioticos. Quando esta expedição se organisou, o governo de Angola arbitrou o insignificante premio de um conto de reis. O brioso sertanejo, em officio de 5 de maio de 1856, participou ao governador quo, em 1853, havia doado aquella somma aos pobres do hospital da Misericordia do Porto. «E se os serviços, escrevia o patriotico explorador, quo prestei para a levar a cabo (a empresa da travessia) de nada valem, valham ao menos as bençãos de milhares de infelizes agglomerados n'esse estabelecimento pio de minha terra, que terão de recair sobre V. Ex.ª fazendo valiosa a sua promessa.» Até 1907 esta quantia que o sertanejo ganhou e tão generosamento cedeu aos pobres, ainda não estava paga. Foi por esse tempo, que o celebre Levingstone, ao qual Silva Porto tantos serviços presteu, tendo encontrado portuguezes no Zambeze, chamou-lhes mulatos ou *mambaris*. Silva Porto alludo a este facto nos seus *Diarios*, rebatendo as affirmações de Levingstoue, que falsamente diz ter sido o primeiro branco que penetrou nas regiões do alto Zambeze. Continuando as suas viagens, Silva Porto, que se fez agricultor e fazendeiro, formou no Bié a larga povoa de Belmonte, adquirindo depois outra propriedade, proximo a Benguella. Por esse tempo veiu á patria matar saudades. Desembarcando em Lisboa, esteve depois no Porto, seguindo novamente para Africa, onde a desgraça o esperava. A sua propriedade de Belmonte fôra reduzida a cinzas por um incendio. Nomeado capitão mór do Bié, Silva Porto procurou refazer a sua propriedade destruida, envidando ao mesmo tempo os maiores esforços para assegurar o prestigio da autoridade portugueza perante a invasão da influencia estrangeira e as perigosas tendencias da politica indigena. As intrigas eram cada vez maiores. Velho e pobre, o honrado homem esperava, comtudo, que lhe fôssem facultados os recursos indispensaveis para que Portugal não soffresse uma grande humilhação. Mas esses recursos não chegavam, e a situação era cada vez mais tensa. Silva Porto comprehendeu que tudo estava perdido; que aquelles com que contava, desertariam ao vêr aproximar-se a onda temerosa dos selvagens, que todos seriam esmagados por ella, e elle proprio morreria de dôr, se não morresse ás mãos de aquelles, vendo, n'uma impotencia fatal, enxovalhada e vencida deante de extranhos santa e amada bandeira que durante meio seculo sustentara, honrada e gloriosa, sobre a barbaria sertaneja. Só, perdido entre os que o odiavam, exposto a mil perigos, esse velho sublime tomou uma resolução heroica: levantou se na madrugada de 1 de abril de 1890, embrulhou se na bandeira portugueza, e sentando se n'um barril de polvora, serenamente, com a impassibilidade dos heroes, chegou lhe o lume. Ao estrondo da detonação acudiu gente, que ergueu o corpo crestado do velho combatente. Assim durou ainda tres dias. No dia 3 expirava. Silva Porto morreu como um heroe e um santo, com a bandeira das quinas cingida ao seu corpo que a velhice e o trabalho quebrantára. Morreu pela patria, dando ao mundo um exemplo formidavel de civismo e abnegação. A morte de Silva Porto causou em Portugal uma profundissima impressão. No parlamento houve as mais solemnes manifestações; a imprensa teceu lhe os mais bellos elogios. Os seus restos mortaes fôram trasladados para o Porto em 1891. O feretro veiu a bordo do paqueto *Ambaca*, que chegou de noite a Lisboa, a 10 de abril. A's 9 horas da manhã a direcção da Sociedade de Geographia e Costa Azevedo, sobrinho de Silva Porto, fôram n'um escaler e n'uma lancha a vapor receber o feretro a bordo do *Ambaca*, que estava n'uma capella armada com bandeiras nacionaes, e coberto por outra bandeira, tendo em cima duas corôas, uma das quaes fôra

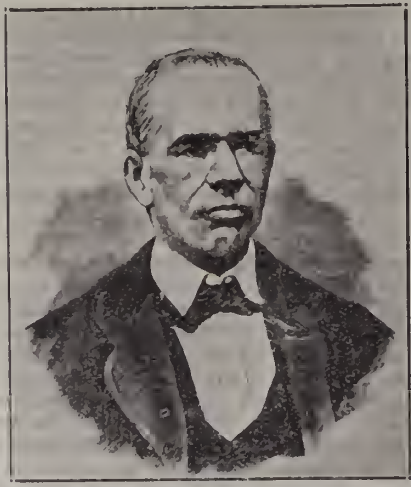

Antonio Francisco Ferreira da Silva Porto

offerecida pelos socios da Sociedade de Geographia, residentes em S. Thomé. No arsenal, esperavam a chegada da lancha varios socios da Sociedade de Geographia, o superintendente de aquelle estabelecimento, e varias outras pessoas. Posto o caixão sobre uma carreta foi conduzido á capella, pelo presidente da Sociedade de Geographia, contra almirantes Sampaio e Teixeira da Silva, superintendente do Arsenal, Marques, vice-presidente Mendes Guerreiro, Victor Cordon e Henrique Coucciro. O feretro foi velado durante todo o dia e toda a noite por diversos turnos O cortejo que acompanhou o feretro á estação do caminho de ferro era imponente. No dia 12 chegaram ao Porto acompanhados pelo ministro da marinha, representantes da familia real, e uma grande deputação da Sociedade de Geographia de Lisboa, os restos mortaes do illustre sertanejo, e fôram logo conduzidos para a egreja da Lapa, no meio de um grandioso cortejo, de que faziam parte os alumnos das escolas municipaes e de varios collegios particulares; os representantes de todas as associações de soccorros e de instrucção do Porto uma deputação da Academia de Coimbra, estudantes de todas as escolas superiores, operarios de diversas fabricas, as autoridades civis, militares, judiciaes e ecclesiasticas, a camara municipal, etc. O feretro foi conduzido sobre um carro de bombeiros voluntarios, ladeado por marinheiros da armada. Houve pomposas exequias na egreja da Lapa, no dia seguinte, presidindo o cardeal D. Americo, assistindo todas as autoridades e corporações que no dia anterior se haviam incorporado no cortejo. O illustre sertanejo ficou depositado no tumulo de familia, no cemiterio da Lapa, sobre o qual se collocaram numerosas corôas, offerecidas em testemunho de respeito e reconhecimento, pela Sociedade de Geographia, muitos gremios e associações de Lisboa e Porto, pessoas de familia, etc.

Silva Pessanha *(D. José Maria da).* Professor, archeologo e escriptor. N. em Lisboa, na freg de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, a 16 de novembro de 1865. Fôram seus paes: D. Sebastião da Silva Pessanha e D. Ernestina Luiza Martin, casados na referida freguezia em 27 de agosto de 1859, residentes no sitio das Pedralvas e já fallecidos. Casou com D. Maria Adelaide de Caminha da Silva Pessanha. Tem os cursos superiores de Letras e de Bibliothecario-Archivista. Em 12 de janeiro de 1887 foi nomeado amanuense do Archivo Nacional da Torre do Tombo, sendo mais tarde promovido a primeiro conservador do mesmo Archivo No impedimento do dr. Sousa Viterbo, professor na Escola de Bellas Artes de Lisboa, foi encarregado da regencia da 14.ª cadeira (Historia da arte). Em 23 de dezembro de 1907 fez concurso para a mesma cadeira, sendo nomeado professor effectivo por decreto de 9 de abril de 1908, publicado no *Diario do Governo* de 18 d'este mez. Além dos cargos officiaes já indicados desempenha os seguintes: Vogal effectivo do Conselho de Arte e Archeologia da 1.ª circumscripção; secretario do mesmo Conselho por despacho de 7 de julho de 1911; vogal da Commissão dos Monumentos. Tem sido incumbido de diversas commissões: Inventariação dos livros e documentos do Archivo da Direcção Geral de Marinha na parte anterior a 1865; regulamentação do decreto de 14 de novembro de 1901, que remodelou os serviços de bellas artes, trabalho por que foi louvado em portaria de 20 de fevereiro de 1902; inventariação dos bens moveis dos antigos paços reaes. Foi collaborador paleographo n'uma das publicações subsidiadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa. Pertence a varias corporações litterarias e scientificas, sendo: Academico effectivo da Academia de Bellas Artes de Lisboa; socio correspondente do Instituto de Coimbra; socio effectivo da Associação dos Archeologos Portuguezes, da Sociedade de bibliophilos *Barbosa Machado*; da Sociedade de Geographia de Lisboa, e d'outras aggremiações congeneres. Como escriptor tem se dedicado especialmente á historia da arte em Portugal, collaborando com numerosos artigos no *Occidente*, *Archeologo Portuguez*, *Arte Portugueza* (1895), *Archivo Historico Portuguez*, e noutras revistas. Tem publicado: *Historia da musica*, volume da «Bibliotheca do Povo e das Escolas,» 1889; *A fabrica de louça do Rato*, 1898; *O calix de ouro do mosteiro d'Alcobaça*, 1900; *Historia das industrias artisticas em Portugal; A porcelana em Portugal*, 1903; *Tapetes de Arraiollos*, 1906; *A architectura byzantina*, dissertação de concurso para o logar de professor da Escola de Bellas Artes de Lisboa, 1907; *Menina e Moça*, edição critica com introducção e notas.

D. José Maria da Silva Pessanha

Silva Presado *(Marianno José da).* General de divisão reformado. N. a 14 de dezembro de 1847; assentou praça na arma de cavallaria em 12 de outubro de 1867, sendo promovido a alferes em 19 de janeiro de 1870, a tenente em 8 de março de 1876, a capitão em 14 de fevereiro de 1884, a major em 20 de junho de 1893, a tenente coronel em 25 de fevereiro de 1895, a coronel em 19 de outubro de 1900, sendo reformado em general de divisão a 16 de junho de 1910. Foi professor do Collegio Militar e deputado em diversas legislaturas. Exerceu varias commissões, entre ellas a de secretario do conselheiro Marianno de Carvalho, quando foi ministro da fazenda. Foi secretario da redacção do *Diario Popular*, e por algum tempo um dos seus redactores mais

effectivos. Collaborou em outras folhas politicas e em diversos trabalhos parlamentares. O sr. general Marianno Presado foi defensor no Supremo Conselho de Justiça Militar, e possue as seguintes distincções: Commendador das ordens de Christo e de S Bento de Aviz, official d'esta ordem, e a medalha de prata de comportamento exemplar.

Silva Rosa. Pov. na freg. de S. Vicente, de Sangalhos, conc. d'Anadia, distr. d'Aveiro.

Silva e Sousa *(Camillo Aureliano da)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, etc. N. na ilha das Flôres em 1809, fal no Porto a 15 de julho de 1883. Era filho do conselheiro vice presidente do Tribunal de Justiça José Leandro da Silva e Sousa. Veiu para o continente, e formou-se na referida faculdade a 5 de novembro de 1836, tendo sido interrompidos os seus estudos, no tempo do governo de D. Miguel. Concluidos os estudos foi exercer o cargo de escrivão da mesa grande da Alfandega do Porto, onde se conservou até 5 de março de 1839, e por decreto d'esta data foi nomeado secretario do Tribunal do Commercio d'esta cidade. Por decreto de 16 de junho de 1852 foi promovido a juiz de direito da comarca de Louzada, tomando posse em 31 de julho do mesmo anno, sendo transferido para a de Oliveira de Azemeis, tomando posse a 18 de setembro de 1856. Por decreto de 3 de fevereiro de 1858 foi nomeado procurador regio da Relação do Porto, e em 1868 juiz da mesma Relação, cargo que occupou até 1878. Começando desde 1876 a sentir se bastante doente, foi aposentado então n'aquelle anno com as honras de conselheiro do Supremo Tribunal. Quando moço era energico e dotado de rara actividade. Seguiu o partido cartista, ao qual prestou relevantes serviços, principalmente por occasião da revolta *dos Marechaes*, e mais tarde á Junta do Porto. Era um acerrimo defensor das suas ideias, e tal confiança inspirava aos seus correligionarios politicos, que estes o incumbiram da organisação e do commando do 2.° batalhão da Guarda Nacional. N'esses tempos collaborou assiduamente com seus primos, visconde de Seabra e barão de Mogofores, n'um jornal revolucionario, intitulado *Estrella do Norte* Terminada a lucta civil, Camillo Aureliano depoz as armas, e empunhou a penna. Quando servia na alfandega, publicou: *Repertorio ou indice alphabetico da legislação novissima das Alfandegas do reino, annotado com legislação antiga anterior*, Porto, 1835 Escreveu para o theatro, entre outros, os dramas originaes: *D. Duarte de Menezes*, *D. Mecia* e *A Feiticeira*, que fôram representados no theatro de S. João Traduziu os seguintes romances: *A Joven siberiana*, do conde Xavier de Maistre, Porto, 1842; *Connemara, ou uma eleição na Irlanda*, de Mr, Crowe, Porto, 1843. Publicou com uma prefacção sua, em 1845, a *Anti-Catastrophe*, *Historia d'elrei D Affonso VI*, etc. Camillo Aureliano era fidalgo da Casa Real por alvará de 16 de julho de 1844; e a 4 de julho de 1860 foi agraciado com a commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa

Silva Tavares. V. *Tavares*.

Silva Telles *(Vicente Coelho de Seabra)*. V. *Telles*

Silva Tullio *(Antonio da)*. V. *Tullio*.

Silva Vianna V. *Vianna*.

Silvã. V. *Silvan*.

Silvadal. Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Vide, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Silval. Pov. na freg. do N. S.ª da Conceição, de Turquel, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

Silvalde. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. da Feira, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 355 fog. e 1:604 hab. Tem esc. do sexo masc., pharmacia, e uma fabrica de papel. Está situada na costa do Oceano Atlantico, a 12 k. da séde do conc. A terra é fertil, e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.° 24, com a séde em Aveiro.

Silvadinho. Pov. na freg. de S. Thiago, de Silvalde, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Silvan *(D. Francisco de Mello Manuel da Camara, 2.° conde da)*. Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, e commendador da ordem de Christo. N. a 11 do outubro de 1837. sendo filho do 1.° conde do mesmo titulo *(V. o artigo seguinte)*. Casou a 21 de março de 1857, com D. Guilhermina Amelia Borges da Camara Medeiros, filha dos 1.ºˢ viscondes da Villa da Praia, Duarte Borges da Camara e Medeiros e D. Anna Theodora Borges do Canto e Medeiros. Recebeu o titulo de conde da Silvan, renovado no de seu pae, por decreto de 24 de junho de 1877. O brazão d'armas é o seguinte: Escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Portugaes: Em campo de prata aspa vermelha, carregada de 5 escudinhos das quinas reaes, sem a orla dos castellos e de 4 cruzes de prata, bridado de prata floreadas e vasias de campo; no segundo as dos Mellos: Em campo vermelho 6 besantes de prata entre uma cruz dobre e bordadura de ouro; no terceiro as dos Manueis: Em campo de purpura uma aza de aguia de ouro, levantada, com uma mão de homem, da sua côr, empunhando uma espada de prata, com guarnições de ouro; e no quarto as dos Camaras: Em campo negro um monte da sua côr, sobre elle uma torre de prata entre 2 lobos de ouro arrimados a ella, e todos os quarteis sobrepujados pelas armas dos Figueiredos: Em campo vermelho 5 folhas de figueira verdes em aspa, perfiladas de ouro.

Silvan *(D. João de Mello Manuel da Camara Medeiros, 1.° conde da)* Moço fidalgo da Casa Real; senhor do morgado da Ribeirinha da ilha de S. Miguel, e da Silvan, 9.° alcaide-mór de Lamego. N. a 10 de fevereiro de 1800, fal. a 22 de setembro de 1883. Casou a 24 do dezembro de 1831, com D. Anastacia da Luz Godinho de Sousa Tavares, filha legitimada de Joaquim José Maria de Sousa Tavares, fidalgo da Casa Real, commendador das ordens militares, etc. Foi agraciado com o titulo de conde da Silvan por decreto do 3 de novembro de 1852.

Silvan. Pov. na freg de S. Martinho, de Casal Comba, conc. da Mealhada, distr. de Aveiro.

Silvan de Baixo. Pov. e freg. de S. Jeronymo, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Sattam, distr. e bisp. de Vizeu; 84 fog. e 371 hab. Tem est post. e está situada nas margens d'uma ribeira affluente do rio Coja, a 85 k. da séde do conc Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 9, com a séde em Lamego.

Silvan de Cima. Pov. e freg. de S. Silvestre, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Sattam,

distr. e bisp. de Vizeu; 158 fog. e 665 hab. Tem esc. do sexo masc. Em Silvan ha uma feira na primeira quinta feira de cada mez. Está situada na aba de uma serra, a 7 k. da séde do conc. Foi villa e séde d'um conc. do seu nome, ha muitos annos supprimido. El-rei D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, a 20 de agosto de 1504. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Silvarelhos. Pov. na freg. de S. João, de Guilhufe, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Silvares. Pov. e freg. de S. Clemente, da prov. do Minho, conc. e com. de Fafe, distr. e arceb. de Braga; 95 fog. e 381 hab. Dista 4 k. da séde do conc. A terra é fertil, cria muito gado de todas as qualidades, e nos seus montes ha bastante caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Fafe, distr. e arceb. de Braga; 163 fog. e 701 hab. Tem esc. d'ambos os sexos. Está situada n'um pequeno valle a 3 k. da séde do conc. A terra é fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 163 fog. e 691 hab. Está situada junto da margem esquerda do rio Ave, e nas proximidades da estrada de V. N. de Famalicão a Guimarães, a 3 k. da séde do conc. A pov. é muito antiga, pois D. Affonso III, estando em Santarem, lhe deu foral em 16 de fevereiro de 1259. E' terra fertil em generos agricolas, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de Sant'Anna, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. do Fundão, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 355 fog. e 1:334 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada n'uma planicie, na aba d'uma pequena serra, nas proximidades da margem esquerda do rio Zezere. A terra é muito fertil; cria muito gado, principalmente miudo, e é abundante de caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. de Louzada, distr. e bisp. do Porto; 227 fog. e 967 hab. E' séde do conc. a que pertence, e comprehende na sua area a villa de Louzada, por isso tambem se chama S. Miguel de Louzada. E' terra fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Tondella, distr. e bisp. de Vizeu; 127 fog. e 479 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Está situada na serra do Goamil, a 5 k. da séde do conc. A pov. é muito antiga. Foi villa e séde de um conc. ha muitos annos supprimido. A terra é fertil, cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus montes ha bastante caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. || Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Brufe, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Salvador, de Carregosa, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Carvalho, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santo Isidoro, de Cavernães, conc. e distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Côttas, do mesmo conc. e distr. || S. João Baptista, de S. João de Areias, conc. de Santa Comba Dão, do mesmo distr. || Santo André, de Macinhata de Seixa, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. d'Aveiro. || S. Paio, de Moreira dos Conegos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Comba, de Moura Morta, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || Nossa Senhora da Natividade, de Silgueiros, conc. e distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Urrô, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Silvas. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Longos Valles, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Silvassá. Aldeia pertencente á divisão Etly-Pahw, ao norte do rio Saudalcalo, no concelho de Nagar-Avely, districto de Damão, na India. Tem excellentes mattas.

Silveira. Esta familia, assim como a do appellido Pestana, descende de Giraldo sem pavor, que conquistou Evora aos moiros no tempo de D. Affonso Henriques. E' o seu solar o morgado da Silveira, no Alemtejo. Era a chamada Defeza da Silveira, no termo de Arronches, que partia de uma parte com o termo de Alegrete e da outra com a Defeza da Nave do Grou. Dentro d'aquella Defeza havia no seculo XVII dois pisões muito damnificados pela Guerra da Restauração. As suas armas são: Em campo de prata tres faxas vermelhas, e por orla uma silva verde; timbre, um urso de prata nascente armado de vermelho, saindo de uma capella de silvas da sua côr. Os Silveiras da ilha do Faial descendem do flamengo Van der Haghe. V. *este nome*.

Silveira *(D. Alvaro da)*. Capitão-mór da fortaleza de Ormuz. Era filho do conde de Sortelha, e amigo intimo de Camões. Partiu para a India com D. Constantino de Bragança. Esteve na expedição de Damão, e em 1559 foi para a costa da Arabia com alguns navios, sendo derrotado pelos turcos e morto ás cutiladas.

Silveira *(Antonio da)*. Um dos mais illustres e gloriosos heroes da India. Foi para o Oriente com D. Vasco da Gama, quando este fôra nomeado vice-rei da India. Antonio da Silveira era casado com uma filha do governador Lopo Vaz de Sampaio, e defendeu o sogro nas discordias que se travaram entre elle e Pedro Mascarenhas *(V. este nome)*. Nomeado mais tarde capitão de Ormuz, foi depois chamado pelo governador Nuno da Cunha, seu cunhado, para o governo de Chaul. Resolvendo Nuno da Cunha fazer guerra ao sultão de Cambaya para conseguir a edificação da fortaleza de Diu, chamou Antonio da Silveira, e o encarregou de com uma esquadra de 50 navios correr a costa de Guzarate e de a devastar de todos os modos. Cumprindo rigorosamente estas ordens, Antonio da Silveira pôz a ferro e fogo as cidades de Reinel, Surate, Bombaim e Damão, e numerosas aldeias. Quando Nuno da Cunha formou a esquadra com que tencionava tomar Diu, entregou a Antonio da Silveira o commando d'um dos seus navios. Esta expedição nada fez, e Silveira ficou depois em Gôa, quando Nuno da Cunha conseguiu licença para construir a fortaleza de Diu, e em Gôa prestou relevantes serviços, destroçando Aced Khan, que pretendia aproveitar a ausencia do governador para assaltar aquella cidade. Em 1537, era Manuel de Sousa capitão da fortaleza de Diu, quando o rei Bahdur foi as-

sassinado, morrendo tambem Manuel de Sousa na lucta que se travou. Ficando vaga a capitania, Nuno da Cunha entregou aquelle commando ao seu cunhado. A situação não era boa, porque o assassinio de Bahdur indignara profundamente a gente do Cambaya, e ao mesmo tempo saiu do Egypto uma formidavel esquadra com direcção á India. Esperava ainda Antonio da Silveira que nem todo o reino se sublevasse contra os portuguezes, porque havia dois pretendentes á corôa, Mirza-Ahmed que os portuguezes favoreciam, e um sobrinho de Bahdur, Coge Çofar parecia estar com Mirza Ahmed, e isso tranquillisava Antonio da Silveira, porque era elle o mais de recear, mas de subito Coge Çofar, que estava em Diu, desappareceu, e então é que se pôde vêr que o caso se tornara gravissimo. Não tardou a reapparecer Coge Çofar, que fôra a Ahmedabad conferenciar com o novo sultão de Cambaya, vindo á frente de 4:000 homens, que deviam ser seguidos por 12:000 commandados por Sur Khan. Pretendia Antonio da Silveira defender a um tempo a cidade e a fortaleza, mas quando appareceram no dia 3 de agosto de 1538 os 12:000 homens de Sur-Khan, entendeu que precisava de não dispersar a defeza, e deu ordem para que todos se recolhessem á fortaleza, o que esses soldados, depois tão heroicos, fizeram debaixo da acção do mais incomprehensivel de todos os panicos. Recolhidos á fortaleza tratou Antonio da Silveira de repartir os commandos, e um dos officiaes que logo se estrearam com actos de bravura heroica foi Lopo de Sousa Coutinho; a 8 de setembro de 1538 appareceu a formidavel esquadra egypcia, que desembarcou poderosa artilharia, mas Antonio da Silveira mostrou se disposto a afrontar todos os perigos, reanimado sobretudo por um emissario de Nuno da Cunha, que o avisava de que se estava levantando em peso a India portugueza para correr em seu soccorro. Chegava, porém, n'esse meio tempo o successor de Nuno da Cunha, D. Garcia de Noronha. As demoras inevitaveis resultantes d'esta mudança de governo, a falta de dinheiro, a má vontade com que o novo governador foi recebido, tudo demorou a partida do soccorro, e Antonio da Silveira via correr os dias sem avistar ao longo as velas portuguezas que deviam prestar lhe tão poderoso auxilio. Praticaram-se então actos de bravura durante o fim d'esse mez de setembro e principios do mez de outubro. O baluarte dos rumes, isolado do resto da fortaleza, defendeu se admiravelmente. Só no fim de um mez se resolveu a capitular Francisco Pacheco, seu commandante, que para isso mandou pedir licença a Antonio da Silveira. Deu-lh'a resignadamente o capitão, que não podia soccorrel-o, e foi n'essa occasião, quando já tinha a fortaleza desmantelada, quando escasseavam os viveres, que elle recebeu uma carta do Suleyman-pachá pedindo-lhe que se rendesse, porque elle bem sabia que já não tinha recursos para continuar a defender, e foi então que Antonio da Silveira lhe respondeu n'uma carta soldadesca, que Gaspar Correia traz nas *Lendas da India*, que mostra bem a bravura heroica e desesperada d'esses homens, que mordendo o seu ultimo cartucho, arrojaram ao inimigo o desafio e a injuria. Pois era então que principiavam as grandes provações. Tomado o baluarte dos rumes dirigiram os turcos o seu bombardeamento contra o baluarte do canto do rio, que se não conservou de pé, senão graças aos continuados reparos que Antonio da Silveira lhe mandava fazer. Depois veiu o assalto que foi heroicamente repellido. Quantos braços validos havia na fortaleza, até os das mulheres, se empenharam na lucta, mas o peor é que o escorbuto começava a dizimar os defensores, não havia na fortaleza senão pão e arroz, a agua da cisterna era perfeitamente pessima. Mas os assaltos amiudavam se, o bombardeamento era constante, o como sobretudo contra o tal baluarte do canto do rio commandado por um Gaspar de Sousa, é que se dirigiam os ataques, ficou se lhe chamando *O baluarte dos combates*. Faltava pedra para o reparar, os moradores demoliam as suas casas. Não chegavam os soldados para a fadiga das sentinellas, as proprias mulheres se rendiam. Desanimados com o resultado dos assaltos recorreram os turcos ao systema das minas. Davam com ellas os nossos e d'ahi resultavam combates extraordinarios em que 30 ou 40 homens resistiam a milhares. Antonio da Silveira já não sabia o que havia de inventar para prolongar a resistencia; lembrou-se de conservar um grande fogo constantemente acceso na brecha do baluarte dos combates, para que os turcos não pudessem subir pelas muralhas escandescentes. A chegada de 50 homens de reforço, com polvora, munições e refrescos, foi saudada com enthusiasmo pelos rareados defensores da fortaleza. Era um reforço relativamente importante, e que bastou para habilitar Antonio da Silveira a sustentar uns poucos de assaltos que se deram em seguida. Effectivamente uma guarnição de 220 homens, que passa a ser de 270, recebe essa melhoria de situação como uma benção do céo. O ultimo combate que se travou foi terrivel. Os turcos imaginaram illudir Antonio da Silveira, fingindo com grande apparato que levantavam o cêrco, e que se afastavam na esquadra. Antonio da Silveira, porém, sabia perfeitamente a historia do cêrco de Troia; desconfiou d'essa partida tão apparatosa e tão similhante á partida dos gregos das praias de Troia, onde deixavam o famoso cavallo, e em vez de descançar, ordenou que se redobrasse a vigilancia. Na verdade, pouco antes de romper a madrugada, o proprio Antonio da Silveira, que andava de sobre rolda, sentiu um rumor extranho. Eram os turcos que voltavam. Mandou deitar das muralhas da fortaleza umas poucas de panellas de polvora inflammadas, e a essa luz sinistra viu os turcos a arvorarem as escadas. Estava tudo prevenido, porém, mas o combate, que se travou, foi desesperado. Os turcos haviam-se dividido em tres columnas. A primeira foi repellida, mas a segunda, encontrando os portuguezes cançados, estabeleceu se solidamente no baluarte assaltado, e fazia com que se mallograssem todos os esforços dos defensores da fortaleza, quando a resolução heroica do João Rodrigues que arrojou ao meio do inimigo uma panella de polvora que podia fazer ir pelos ares o baluarte com assaltantes e defensores, salvou tudo. Uma parte do baluarte caiu esmagando os assaltantes que não puderam fugir a tempo. A parte do baluarte, onde os nossos combatiam, ficou intacta. Repellida assim a segunda columna, a terceira pouco fez. Os turcos desanimados abandonaram o assedio, e a 5 do novembro fizeram-se

definitivamente á vela. Os defensores validos da fortaleza eram 40. Tinham ficado 14 mortos e 200 feridos. Na mesma noite da partida da esquadra, e de Çofar para Cambaya, chegavam os primeiros reforços portuguezes, e pouco depois chegava a armada do vice-rei, que não pôde fazer mais que felicitar os vencedores. Com um punhado de homens, por traz d'uma fortaleza desmantelada, tendo dentro do seu recinto a fome, a sêde e a peste, era maravilhoso o que se fizera, tanto mais maravilhoso quanto os inimigos que se tinham da combater, não eram indios, mas sim turcos, esses mesmos turcos que punham a dois dedos da sua perda a Europa christã, que destroçaram os hungaros, os mais robustos campeões do christianismo, que faziam tremer Carlos V. Por isso tambem, de todas as victorias portuguezas, foi esta a que mais assombrou a Europa. Antonio da Silveira, logo depois de levantado o cêrco, partiu para Portugal, onde chegou em 1539, e veiu aqui receber as honras que lhe eram devidas. Francisco I, de França, maravilhado com tão estupenda victoria, quiz o retrato do extraordinario defensor de Diu, para o collocar em Fontainebleau na galeria dos seus homens illustres. Mas, cousa singular, ao passo que o seu nome era apregoado no estrangeiro, em Portugal desapparecia quasi completamente, pois que nos livros da historia geral do paiz, nos livros onde a biographia de Antonio da Silveira devia occupar um logar de honra, no livro onde se devia indicar á veneração da posteridade o logar onde repousam as cinzas do heroico defensor de Diu, nada se dizia a respeito de Antonio da Silveira, depois de seu regresso a Portugal em 1539.

Silveira *(Antonio da)*. Natural do couto de Semide, filho de Manuel Fernandes. Por alvará de 28 de março de 1644 foi nomeado escudeiro, logo accrescentado a cavalleiro com 700 reis de moradia, e 1 alqueire de cevada por dia, indo á India, para ser armado cavalleiro A seu irmão Bento da Silveira foi dado egual grau por alvará da mesma data.

Silveira *(Antonio da)*. Natural de Santarem, filho de Braz de Oliveira Pereira; teve os foros de escudeiro e cavalleiro fidalgo, com 1$000 de moradia por mez e 1 alqueire de cevada, por alvará de 4 de março de 1670, com a condição de ir á India, para ser armado cavalleiro.

Silveira *(Fr. Antonio da)* Religioso da ordem da Trindade e celebre theologo. N. em 1709, e fal. na segunda metade do seculo XVIII. Professou em 1723; ensinou theologia nos conventos da sua ordem do Coimbra e em Lisboa. Escreveu um tratado intitulado *Discordia concors, seu Sacrae Scripturae Antilogiae brevi calamo conciliatae*, que se publicou em 1738. Escreveu tambem uma *Censura sobre a questão se devem ser admittidos ás conezias doutoraes os professores em leis*, que saiu no *Fasciculus sententiarum*, de Pedro de Villas Boas Sampaio.

Silveira *(Antonio Gonçalves da)*. Moço da camara com a moradia ordinaria, condição do numero e India, por alvará de 19 de março de 1642 Era filho de Manuel da Silveira e natural do Santarem.

Silveira *(D. Antonio Taveira de Neiva Brum da)*. Arcebispo de Gôa. N. na ilha do Fayal nos primeiros annos do seculo XVIII, vestiu o habito de freire conventual da ordem militar de S. Thiago da Espada, e passando a Coimbra doutorou se em canones na Universidade, e ficou sendo opositor ás cadeiras da mesma faculdade. Foi reitor do collegio dos militares, e nomeado em 1748 juiz geral das ordens. Em 1750 foi nomeado arcebispo de Gôa, em substituição de D. Fr. Lourenço de Santa Maria, que renunciara a diocese, e n'esse mesmo anno partiu para o Oriente com D. Francisco de Assis de Tavora, marquez de Tavora, nomeado vice-rei da India. Promulgou em Gôa as novas constituições da diocese, e em 1756, tendo morrido o vice rei conde de Alva, fez parte do conselho de governo, juntamente com o chanceller Mattos Teixeira e Filippe de Valladares. Este governo interino durou mais de dois annos, e foi desastroso, porque Mattos o Valladares andavam constantemente em discordia, e o arcebispo não tinha tempo senão para os reconciliar. Em 1758 chegou o conde da Ega, e tomou posse do governo, mas em 1765 teve de partir para o reino, porque sabia que incorrera no desagrado do marquez de Pombal, e que já vinha em viagem o conde da Louzã para o substituir, e entregou o governo outra vez ao arcebispo, a João Baptista Vaz Pereira e a D. João José de Mello. Tiveram os tres de prolongar de novo por muito tempo a sua interinidade, porque o conde da Louzã falleceu na viagem. Esse governo de tres annos, porém, foi socegado e as unicas providencias tomadas pelo arcebispo durante esse periodo são providencias puramente ecclesiasticas. A 12 de março de 1768 chegou a carta regia que nomeava D. João José de Mello governador da India. Então os seus collegas entregaram lhe o poder, e o arcebispo voltou á administração da sua diocese. Em 1774 renunciou o arcebispado, e em março de 1775 partiu para Lisboa. Fal. na viagem a 2 do junho d'esse anno, e foi sepultado no mar.

Silveira *(Bento Coelho da)*. Pintor que viveu no seculo XVII. Em 1648 era mesario da irmandade de S. Lucas, e até 1698 occupou varios cargos da mesa, fallecendo pouco mais ou menos em 1708, já muito velho. Pintou numerosos quadros, muitos dos quaes fôram destruidos no incendio que se seguiu ao terremoto de 1752 Em Evora existem alguns quadros d'elle, em que figura o da *Ceia de Christo*, na capella mór da egreja de Santo Antonio Este quadro, pintado em 1697, é autentico, porque está citado na vida manuscripta do arcebispo de Evora, D. Fr. Luiz da Silva, como tendo sido encommendado por elle proprio. Na egreja da Madre de Deus, de Lisboa, ha seus, os seguintes quadros: *Santa Luzia*, *Santa Eufemia* e *Santa Ignez*. Na egreja de S. Roque, na primeira capella á direita, que é dedicada a *N. S.ª da Doutrina*, ha 2 bons quadros de Coelho da Silveira: a *Resurreição* o a *Ascensão de Jesus Christo* Na do Santissimo, do mesmo templo, ha mais 2: *O Transito da Virgem*, e o *Coroação*, e attribue-se-lhe uma *Senhora das Dôres*, que está na capella da *Senhora da Piedade*. Tambem pintou na egreja da Ameixoeira, e os quadros da vida da Virgem na ermida dos Fieis de Deus.

Silveira *(D. Braz Balthazar da)*. Official do nosso exercito, no seculo XVIII. N. em 3 de fevereiro de 1674, e era neto do 1.º marquez das Minas. Tomou parte activa na guerra da Successão, acompanhou seu avô até á Catalunha, e ficou

prisioneiro em Almanza, mas sendo depois trocado, continuou a servir no exercito até ao fim da lucta, chegando a mestre de campo general. Posteriormente foi governador o capitão general das Minas Geraes, o depois do seu regresso a Portugal, governador das armas da Beira e conselheiro de guerra.

Silveira *(D. Fr. Christovão da)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho, e arcebispo de Gôa. N. em Angra do Heroismo a 13 de março do 1613. Professou no convento da Graça, de Lisboa, em 1632, foi reitor do collegio de Coimbra em 1656. D. Pedro II, sendo ainda regente do reino, o nomeou em 1671 arcebispo de Gôa, para onde partiu em 1672, morrendo na viagem a 9 de abril de 1673, entrando om Gôa para ser sepultado na capella-mór da Sé o cadaver do homem que ia ser primaz do Oriente. Deixou manuscriptos em latim um *Curso de toda a philosophia* o um *Tratado da sciencia de Deus*, que se conservavam na livraria do convento da Graça, do Lisboa.

Silveira *(Diogo da)*. Era terceiro filho do coudel-mór Fernão da Silveira. Foi poeta, mas ha d'elle só duas coplas no *Cancioneiro* do Garcia de Rezende. Nas justas de Evora, em 1490, foi elle que alcançou de D. João II o annel de primeiro justador. Jaz com sua mulher, D. Maria de Tavora, na egreja do convento de Penha Longa.

Silveira *(Diogo da)*. Um dos mais intrepidos guerreiros que militaram na India no tempo do governador Nuno da Cunha. Commandou a armada que devastou as costas do Cambaya por mais d'uma vez, e foi elle que aconselhou a Nuno da Cunha a tomada de Baçaim, emquanto não podia tomar a fortaleza do Diu, e para essa conquista contribuiu poderosamente. Esteve tambem na destruição de Panane. Apezar das muitas atrocidades que praticou, devastando por mais d'uma vez e cruelmente a costa de Guzerate, ha d'elle um facto, que muito o honra. Andando a cruzar na costa de Aden, encontrou um navio arabo que vinha de Djeddah. O capitão dirigiu se a elle e apresentou-lhe uma carta d'um portuguez captivo, carta que suppunha ser a recommondação e bom salvo conducto. Era effectivamente de recommendação, no sentido de recommendar a qualquer capitão portuguez a quem a carta fôsse entregue, que se apoderasse da nau, porque levava ali uma rica presa. Diogo da Silveira envergonhou-se pelo seu compatriota da infame cumplicidade do que elle dera provas, e para salvar a honra do nome portuguez, sem revelar ao capitão arabe o engano infamissimo de que estava para ser victima, deixou-o passar como se a carta fôsse effectivamente um salvo conducto.

Silveira *(Diogo da)*. Thesoureiro da Junta do Commercio. Era homem de virtude. Escreveu a sua vida o P. Antonio Leite da Companhia de Jesus, em S. Roque.

Silveira *(Fernando da)*. Guerreiro, que viveu no seculo XVII, irmão do conde do Sarzedas. Serviu nas armadas, esteve na restauração da Bahia, salvou se do naufragio da armada que se perdeu na costa de França, o passando a servir na Italia como capitão de infantaria, achou se no cêrco de Casale e no recontro de Carignano. Em 1633 foi com o duque do Feria para a Allemanha, no anno seguinte entrou na batalha de Nordlingen, e pelo modo como ali se portou, recebeu do cardeal infante uma companhia de cavallos com a qual serviu em Flandres até 1636. Voltando então a Portugal, foi como mestre de campo para o Brazil, onde militou na armada de seu cunhado, o conde da Torre, contra os hollandezes em 1639. Posteriormente foi almirante da armada real e conselheiro de guerra. Foi morto no cêrco d'Elvas em 1658.

Silveira *(Fernando Affonso da)*. Fidalgo da côrte de D. João I, e um dos mais estimados d'esse soberano. Era filho do Affonso Martins, quo esteve em Aljubarrota, e que seguindo depois a vida ecclesiastica veiu a ser prior de Santa Cruz, de Coimbra. Fernando Affonso da Silveira foi doutor em leis pela Universidade de Bolonha, foi do despacho de D. João I, que o encarregou de varias commissões de importancia, embaixador de Castella com D. Fernando de Castro em 1423, e depois em 1428 foi mandado como embaixador a França para ajustar o casamento da infanta D. Izabel com o duque de Borgonha. Foi pae de João Fernandes da Silveira, 1.º barão d'Alvito.

Silveira *(Fernão da)*. Escrivão da puridade de D. João II. Era filho de João Fernandes da Silveira. Foi um dos poetas palacianos mais apreciados pela graça das suas satyras, que figuram no *Cancioneiro* de Garcia de Rezende. Fernão da Silveira, por motivos que não estão bem averiguados, porque os chronistas não são conformes n'este caso, tornou so inimigo de D. João II, e entrou na conspiração do duque de Vizeu, e quando esta se descobriu, escondeu-se em Setubal na casa d'um velho escudeiro de seu pae, chamado João Pegas. Depois de buscas minuciosas, não se encontrando o criminoso, suppuzeram que, effectivamente, não estaria ali escondido, mas continuaram convencidos de que João Pegas sabia do paradeiro do filho de seu amo; mas nem promessas nem ameaças o puderam resolver a trahil o. Fernão da Silveira estava escondido dentro d'uma cova tapada por uma arca sem fundo, e como João Pegas deitava muito naturalmente comestiveis para dentro da arca, assim ia sustentando Fernão da Silveira, sem ninguem o suspeitar; mas uma escrava negra, ouvindo uma vez gemidos vindos de dentro da arca, foi muito assustada avisar o amo, e este, receando alguma indiscripção, atirou a escrava a um poço, quando ella estava a tirar agua. Só passados mezes é que Fernão da Silveira pôde escapar-se para Hespanha, graças ao auxilio d'um mercador de Sevilha. O rei, furioso ao saber que o criminoso fôra muito bem acolhido na côrte dos reis catholicos, e era muito bem tratado, porque de mais a mais encontrara ali um grande amigo do seu pae, o conde de Benavente, pediu a sua extradição. Receando que ella viesse a ser concedida, Fernão da Silveira fugiu para França, mas ahi tambem o perseguiu a colera implacavel de D. João II, que assalariou um assassino para o matar. Esse assassino foi um emigrado catalão, o conde de Palhais, que effectivamente matou Fernão da Silveira nas ruas de Avignon a 8 do setembro do 1489. Luiz XI, indignado, mandou castigar o conde de Palhais, mas D. João II intercedeu, o o castigo foi menos severo do que devia ser. Fernão da Silveira era casado com D. Brites de Sousa, e foi pae de João da Silveira, que tambem foi poeta apreciado.

Silveira *(Fernão da)*. Poeta, conhecido na historia da nossa litteratura pelo nome de *coudel mór*, cargo que exercia. Era filho de Nuno Martins da Silveira, que nas discordias entre o infante D. Pedro e a rainha D. Leonor, viuva de el-rei D. Duarte, seguiu o partido da rainha. Quando D. Affonso V tomou posse definitivamente do governo, Fernão da Silveira entrou para a casa do infante D. Fernando, irmão do monarcha. Acompanhou á Allemanha a infanta D. Leonor, quando esta foi casar com o imperador Maximiliano, voltou a Portugal em 1454, e n'esse mesmo anno teve a nomeação de coudel-mór, logar que principiou a exercer com grande rigor, o que promoveu muitas queixas Em 1476 esteve na batalha de Toro. Nomeado por D. João II regedor das justiças, foi confidente d'este soberano, e teve dos seus contemporaneos o honroso cognome de *Bom*. Esteve para ir como embaixador de D. João II a Roma por occasião d'umas difficuldades suscitadas pela morte do duque de Bragança, mas não chegou a emprehender a viagem; foi, porém, como embaixador a Castella, e pelos serviços que prestou, o monarcha lhe deu o senhorio das villas de Sarzedas e Sobreira Formosa. Foi elle quem recebeu por procuração a infanta de Castella D. Izabel, quando esta casou com o principe D. Affonso, o desditoso filho de D. João II. Fal. em Evora no anno de 149?. Foi poeta palaciano dos mais afamados, e os seus versos figuram no *Cancioneiro* de Garcia de Rezende, sendo dos mais curiosos para o estudo dos costumes da epoca.

Silveira *(Fernão da)*. Poeta do seculo XVI. Era filho de Francisco da Silveira, coudel-mór, e de D. Margarida de Noronha Militou na Africa e na India, onde serviu com Lopo Soares de Albergaria, distinguindo se na tomada de varias praças da costa da Arabia. Voltou a Portugal em 1527, tornando se valido de D. João III e da rainha D. Catharina. Fal. em Evora em 1569. Era poeta muito afamado na côrte, e conhecido pela antonomasia de *Poeta heroico*. Parece que ficaram manuscriptos os seus poemas dedicados ao principe D. João, filho de D. João III.

Silveira *(Francisco da)*. Um dos mais afamados poetas palacianos, cujas obras figuram no *Cancioneiro* de Garcia de Rezende. Era filho do coudel mór Fernão da Silveira. Combateu em Arzilla e em Toro. Acompanhou a França D. Affonso V. Quando se deu a prisão do duque de Bragança D. Fernando II, parece que Francisco da Silveira não hesitou, apezar de ser muito novo, em servir de meirinho mór por se ter recusado a desempenhar esse officio o conde de Marialva, que então o exercia. Succedeu a seu pae no logar de coudel mór, e casou com D. Margarida de Noronha. Extinguindo-se o officio de coudel-mór, porque os povos assim o pediam, molestados com os muitos vexames que esse cargo acarretava, recebeu de D. João II e de D. Manuel largas indemnisações. Retirou-se depois para a villa de Sarzedas, onde viveu muito rico até 1536. Parece que era homem duro de coração, porque tendo muitos filhos, andava sempre em contendas com elles, e apezar da sua riqueza, não se mostrou muito disposto a pagar o resgate d'um dos filhos que ficára captivo em Africa.

· **Silveira** *(Francisco Elias Rodrigues da Silveira, barão da)*. Medico pela Universidade de Coimbra N. na Bahia a 20 de julho de 1778, fal. em Lisboa a 10 de janeiro de 1864. Era filho de Francisco Manuel de Oliveira. Foi primeiramente religioso da ordem dos agostinhos descalços, tomando o nome de Fr. Francisco de Santo Elias, e como tal se matriculou em philosophia na Universidade de Coimbra no anno de 1795, passando depois a frequentar a faculdade de medicina em 1798, tendo já a esse tempo abandonado completamente o claustro. Completando o curso tomou o grau de bacharel, tornando se um medico distincto e um illustre homem de sciencia Vindo para Lisboa exercer clinica, foi nomeado 1.° medico da real camara, gozando sempre da maior consideração no Paço. A Academia Real das Sciencias o escolheu para seu socio, e n'essa qualidade escreveu varias memorias, como a *Da Dedaleira e das suas propriedades medicas*, que saiu no tomo IV, parte I, das *Memorias da Academia*; *Do Empirismo na medicina*, no tomo VII das referidas *Memorias*. Encarregado dos trabalhos da Instituição Vaccinica, deu em sessão publica *Conta* d'esses trabalhos, a qual saiu no tomo IV e parte I, das citadas *Memorias*, e *Discurso historico ácerca dos trabalhos da Instituição Vaccinica, lido na sessão publica de 24 de junho de 1821*; que veiu no tomo VIII. Tambem publicou alguns artigos no *Jornal de Coimbra*, assignando se com as iniciaes do seu nome. Foi conselheiro de Estado, commendador das ordens de Christo e da Torre e Espada, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e da ordem da Rosa, do Brazil, recebendo tambem a mercê do titulo de barão da Silveira, por decreto de 7 de fevereiro de 1855. Casou com D. Anna Joaquina de Moraes, filha de Manuel Francisco de Moraes, e de sua mulher D. Joaquina Rosa de Moraes.

Silveira *(P. Francisco do Nascimento da)*. Presbytero secular. N. em Lisboa, onde tambem fal. em 1805, aproximadamente. Foi thesoureiro da freguezia de S. Nicolau, da mesma cidade. Escreveu: *Coro das Musas, junto por Venus na Ca a do Sol, em obsequio dos Reis Fidelissimos, e de todos os mais famosos Lusitanos antigos e modernos*, Lisboa, 1792; 4 tomos; *Applauso universal das quatro partes do mundo na gloriosa acclamação da Rainha nossa senhora*; *Pombeiro Iteramnense, illustrado pelo martyrio e milagres da preclarissima virgem Santa Quiteria bracarense*, Lisboa, 1803; *Mappa breve da Lusitania antiga, e Galliza bracarense: no qual em seis taboas corographicas se noticiam todas as cidades e povoações que floresceram nos passados seculos, em todas as seis provincias em que se divide de presente Portugal, tomo I*, Lisboa, 1804; não consta que tivesse continuação; *Tardes divertidas e conversações curiosas*, Lisboa, 1801; 3 tomos.

Silveira *(P. Gonçalo da)*. Jesuita. N. em Almeirim a 23 de fevereiro de 1526. Era filho do conde da Sortelha D. Luiz da Silveira, e de D. Brites Coutinho. Sua mãe morreu tres dias depois d'elle ter nascido, e seu pae, quando Gonçalo era ainda muito creança. Ficou então entregue aos cuidados de D. Filippa de Vilhena, sua irmã, casada com D. Alvaro de Tavora, senhor do Mogadouro. Estudou grammatica no convento de Santa Margarida da ordem franciscana, na fronteira de Castella, e depois de tambem aprender latim, foi mandado por seu irmão D. Diogo da Silveira para Coimbra, seguir o curso

de theologia. N'essa epoca entrou em Portugal a Companhia de Jesus, e era irresistivel e geral a fascinação que ella exercia. Gonçalo da Silveira tambem se fascinou com a nova ordem religiosa, e contra a vontade de seus parentes, vestiu o habito de jesuita a 9 de junho de 1543. Depois de frequentar as faculdades de philosophia e de theologia, e depois de missionar algum tempo em Portugal para se exercitar na prédica, partiu para o Oriente, como missionario, em 1556. Aportando a Gôa, prégou logo na cathedral, com grande acceitação, e foi escolhido para provincial na India, tendo debaixo da sua jurisdicção as missões de Tana, Chaul e Cochim. Os jesuitas, querendo abrir novos caminhos á evangelisação, pretenderam entrar no vasto imperio de Monomotapa, e para essa missão importantissima foi escolhido o P. Gonçalo da Silveira, que em 1560 partiu effectivamente para a Africa Oriental. A 19 de agosto d'esse anno deu principio á sua viagem, e subindo o rio Zambeze, foi conduzido á Zimbaré, capital de Monomotapa, onde o recebeu muito bem o rei preto. O P. Gonçalo conseguiu convertel-o, recebendo o regulo o baptismo, tomando o nome de Sebastião, e a seu exemplo se baptisaram tambem os pretos e as pretas da sua côrte. Os arabes que negociavam em Monomotapa, vendo a influencia que Gonçalo da Silveira ia adquirindo, trataram de o intrigar, chamando-lhe feiticeiro, e as intrigas subiram a tal ponto que o padre jesuita, além de perder o prestigio que adquirira, foi martyrisado atrozmente a 15 de março de 1561. O martyr do Monomotapa deixou algumas cartas dirigidas a differentes padres da Companhia de Jesus. No *Archivo Pittoresco* publicou Innocencio da Silva a sua biographia, acompanhada do seu retrato.

Silveira *(Guilherme Squiner da)*. Artista dramatico, empresario e um dos fundadores do theatro de D. Amelia, hoje da Republica. N. em Lisboa a 11 de fevereiro de 1846, onde tambem fal. em 1896. Era filho de Guilherme Squiner da Silveira, empregado na camara dos pares, e de D. Francisca Romana da Encarnação. Tendo estudado o pouco que os recursos de sua familia lhe permittiam, entrou na sé de Lisboa para aprender musica com o professor Benavente. Uma negação absoluta o obrigou a abandonar aquella carreira, e resolveu dedicar-se ao officio de chapeleiro, mas não foi mais feliz. O theatro attrahia-o irresistivelmente, e tentou representar em sociedades de amadores, mas a falta de geito para a scena prejudicava-o. Abandonou os theatros particulares, desgostoso, mas sem desanimar; conseguiu entrar, como discipulo, no de D. Maria II, e em agosto de 1863 estreou-se n'um pequeno papel do drama *Penitencia*, mas não agradando o papel eliminou-se e Silveira foi despedido por *impossivel* para representar. Em dezembro d'esse anno pôde tambem entrar como discipulo no theatro das Variedades, entrando no drama *Carlos III ou a Inquisição em Hespanha;* fez outros papeis, e começaram então a dar-lhe 300 reis por noite, e salientando-se um pouco n'um papel maior no drama *A degolação dos innocentes*, augmentaram lhe insignificantemente o vencimento. Acabando a companhia, Silveira acompanhou alguns artistas n'uma excursão a Evora, Setubal e outras terras, e ao regressar a Lisboa, teve proposta para partir para as ilhas n'uma companhia que se organisara, mas não chegou a ir, porque pôde obter, por intermedio do actor Taborda, entrar no Gymnasio. Ali debutou na comedia *Cura de Pompone*, que foi recebida com uma tremenda pateada. Continuou n'aquello theatro vencendo então já 7$200 reis por mez. Fez depois o protoganista da peça de Goldoni, *O Importuno*, em que teve bom exito. Elevaram lhe o ordenado. Desempenhou depois papeis importantissimos de galan, distinguindo se em muitos d'elles. Já com escripturas vantajosas, foi se tornando conhecido na sua carreira artistica. Luctando o Gymnasio, em 1869, com grandes difficuldades pecuniarias, foi convidado em boas condições pelo actor José Carlos dos Santos para fazer parte da companhia do theatro do Principe Real, de que era empresario, mas Silveira não acceitou, por conhecer que fazia falta no Gymnasio, e reconhecer os beneficios que recebera ali dos directores e dos collegas. Mais tarde, fallecendo o actor Tasso, que foi uma grande perda para a arte e para o theatro normal, Guilherme da Silveira acceitou o convite de o ir substituir, porque então a companhia do Gymnasio estava quasi dissolvida, porque Taborda representava na Trindade, e Valle fôra para o Brazil. Estreou se no drama *Marion Delorme*, em junho de 1870, entrando ao lado de Emilia das Neves. Era um grande arrojo, e Silveira mostrava se timido pela grande responsabilidade que assumira. N'uma companhia de artistas notaveis seria difficil fazer carreira, mas ainda assim agradou muito na *Dalila*, *Patria*, *Maria Antonieta*, etc. Durante este tempo representou com a companhia, por vezes, no Porto e em Coimbra. Em julho de 1872 embarcou para o Brazil, e estreou se no Gymnasio, do Rio de Janeiro, na empresa do actor Valle, na comedia *As nossas alliadas*, em que obteve um successo. Continuou a agradar em outras peças, até que em 1874, tendo noticia da morte de sua mãe, voltou á Europa, aproveitando então o ensejo de visitar Paris e os seus theatros. Em março de 1875 tornou ao Rio de Janeiro, e em 9 de junho reabriu o theatro de S. Pedro d'Alcantara, com empresa sua, com a peça de grande espectaculo *Noites da India*. Demorou se até principios de 1878, em que se retirou com a companhia para a provincia de S. Paulo. Nos annos de 1878 e 1879 trabalhou nas provincias de S. Paulo, Santa Catharina o Rio Grande, e voltando outra vez ao Rio de Janeiro, reabriu o theatro de S. Pedro d'Alcantara a 7 de setembro de 1879 com o drama *Cabana do pae Thomaz*. Continuando com a sua empresa, reabriu nos principios de 1880 um theatro quo estava abandonado, o a que pôz o nome de *Recreio Dramatico*, passando para ali com a mesma companhia, e conseguindo fazer d'elle um theatro da moda e o mais concorrido do Rio de Janeiro. Augmentou a companhia com artistas importantes. Resolvendo seguir Silva Pereira para a Europa, passou a empresa á actriz Herminia, em principios de 1881. Tendo ido a S. Paulo tomar parte n'alguns espectaculos com uma companhia que estava ali, na sua passagem pelo Rio de Janeiro, associou-se a uma empresa dramatica com a actriz Ismenia, que principiou os seus trabalhos no theatro de S. Luiz e os terminou depois d'uma excursão pela provincia de S. Paulo, no theatro das Novidades, em fins de 1882. Cança-

do do tanta lucta e com saudades da patria, resolveu regressar a Lisboa, reapparecendo no Gymnasio a 15 de novembro de 1884 na comedia *Cêrco ao tio*, em que agradou muito. Voltando outra vez ao Rio de Janeiro, fez a sua reapparição no Recreio Dramatico a 27 de outubro de 1887, no drama *O Prestidigitador de Paris*. Não podia ter melhor recepção de applausos, mas quantas peças fazia, tantas se negavam a dar dinheiro, até que um dia se lembrou de pôr em scena a *Grande Avenida*, de Jacobetty, que foi uma verdadeira mina para o emprezario Dias Braga e para Silveira que recebia uma percentagem da receita. Com o dinheiro que apurou fez algumas obras no theatro das Variedades, antigo Principe Imperial, e então sorriu lhe a fortuna. Os seus espectaculos começaram a ser concorridissimos e obteve bons capitaes, com as peças de mais voga n'essa epoca. Fez duas magnificas digressões ao estado de S. Paulo, e por fim inaugurou, tambem com successo, o novo theatro Apollo, do Rio de Janeiro, com a peça de espectaculo *Reino das mulheres*, em seguida vendeu por bom preço o espolio da empreza e retirou-se para Portugal. Chegando a Lisboa mandou construir uma propriedade importantissima na rua de D. Pedro V, e tendo convidado diversos capitalistas, fundou o theatro, hoje intitulado da Republica. V. *Portugal*, vol IV, pag. 412.

Silveira *(Heitor da)*. Heroe da India, cuja fama encheu os governos de D. Duarte de Menezes, D. Vasco da Gama, D. Henrique de Menezes o Lopo Vaz do Sampaio. Era bem moço ainda, quando de passagem para Aden impoz ao scheick d'esta cidade a suzerania de Portugal. Capitão de Cananor durante o governo de D. Henrique de Menezes, á sua generosidade, á sua intrepidez inabalavel deveu D. João de Lima em grande parte a conservação da sua fortaleza de Calicut cercada pelo Samori. O prestigio que elle já adquirira, tanto entre os indigenas como entre os seus proprios compatriotas, o fizeram respeitado bastante, para que nas dissensões de Pedro Mascarenhas e Lopo Vaz de Sampaio, cada um dos contendores desejasse têl-o ao seu lado e temesse muito a sua influencia. Quando Lopo Vaz de Sampaio, depois de seguro no governo, combateu no rio de Tana a frota de Cambaya, impedido pelos fidalgos descontentes de pelejar como desejava, consentiu que Heitor da Silveira tomasse a seu cargo com pouquissimos caturos a empresa de derrotar a armada inimiga. Nunca maior temeridade foi coroada de mais feliz exito Veiu o governo de Nuno da Cunha e com elle as empresas de Diu. Antes de tomar parte na primeira dirigida contra essa cidade, ainda Heitor da Silveira foi espalhar o terror no Mar Roxo e subjugar de novo Aden. A 2 de fevereiro de 1531 atacava Nuno da Cunha a ilha de Berth com tres columnas de assalto que apenas contavam ao todo 2:000 homens. Eram pela primeira vez comtudo inferiores em numero os inimigos, mas a estreiteza do campo do combate e a boa posição occupada pelos defensores da ilha suppriam essa inferioridade. Deve dizer-se, além d'isso, que os turcos se bateram com desesperada bravura. Comprámos cara a victoria, e Nuno da Cunha deshonrou a com a crueldade que praticou, mandando queimar montes de lenha para asphixiar com o fumo os desgraçados que se tinham refugiado na mesquita. Poucos fôram os turcos que escaparam á carnificina, e tão horroroso era o aspecto da ilha coberta de cadaveres que perdeu o seu nome de ilha de Berth para se ficar chamando ilha dos Mortos. Póde ser que uma das causas da ferocidade com que os portuguezes trataram os inimigos, fôsse a dôr e a raiva causadas pela perda do mais valente dos seus capitães Heitor da Silveira, o intrepido official, o heroe mais afamado entre todos os heroes que illustravam então as nossas armas na India, combatia sempre na vanguarda e com o denodo que o fizera temivel aos inimigos, e adorado pelos seus, caiu varado pelas balas do inimigo, e o seu ultimo grito confundiu se com os nossos hymnos de victoria.

Silveira *(João da)*. Era filho de Fernão da Silveira, escrivão da puridade d'el-rei D. João II, e ficou muito novo quando seu pae morreu A perseguição de D. João II tornou o querido e valido d'el-rei D. Manuel, que o mandou em 1510 servir em Safim, onde se distinguiu nas escaramuças contra os moiros. Voltando á côrte, tornou-se notado entre os poetas palacianos, os poetas do *Cancioneiro* de Garcia de Rezende, pelo seu genio satyrico, similhante ao de seu pae, e el rei o nomeou seu trinchante. Em 1516 mandou o á India como capitão mór d'uma armada de 5 navios, que devia simplesmente ir tomar carga e voltar para o reino. A armada saiu de Lisboa no mez de março. N'esta viagem passou grandes perigos, e esteve a ponto de naufragar. Pouco tempo se demorou na India, e voltando a Portugal, não tardou a ser encarregado do commando da esquadra que levou a Nice a infanta D. Beatriz, que ia desposar o duque de Saboia. Sendo nomeado, em seguida a esta missão, ministro de Portugal em França, foi muito bem recebido por Francisco I, e não concorreu pouco a sua influencia pessoal para amaciar muitos attritos entre as côrtes de Lisboa e de Paris, e para alcançar que se mantivesse a paz entre Portugal e a França, apezar da lucta furiosa que a esse tempo andava travada entre Francisco I e Carlos V, intimamente ligado a D. João III pelos laços do parentesco. Residiu 9 annos em França, tratando de muitos e importantes negocios relativos principalmente ás questões da navegação e aos corsarios francezes que infestavam as costas de Portugal. Recolhendo ao reino, retirou se para Evora, onde falleceu.

Silveira *(D João da)*. Capitão d'uma das naus da esquadra que foi para a India em 1515, commandada por Lopo Soares de Albergaria, nomeado governador das nossas possessões orientaes. Foi mandado á costa de Coromandel para estabelecer feitorias para esses lados, e foi o primeiro capitão portuguez que entrou em relações com os officiaes do Grão Mogol, mas tão mal se houve n'essas negociações, e n'outras que travou com o rei de Arakan, na Indo China, que voltou para Gôa sem ter conseguido cousa alguma.

Silveira *(Fr. João da)*. Religioso da ordem dos carmelitas calçados, e notavel theologo. N. em Lisboa a 30 de agosto de 1592, onde tambem fal. a 17 de julho de 1687. Professou no convento de Setubal em 1611, estudou no collegio de Lisboa, e ensinou sciencia escolastica na capital e em Evora. Entregou se com ardor ao es-

tudo e exegese da Escriptura, e tornou se tão distincto n'essa especialidade, que grangeou fama estrangeira, e a tal ponto que vinham de fóra visitantes para o vêrem e admirarem. Não quiz acceitar cargo algum na ordem, e foi necessario que o geral o obrigasse para elle acceitar por tres vezes o logar de presidente d'um dos capitulos celebrados em Lisboa. Tambem se viu obrigado a não recusar a categoria de definidor geral da ordem, para que foi eleito em 1660. Quando Portugal ainda estava sob o dominio hespanhol, em 1633, foi escolhido por procurador pelo geral Alexandre Castracain para defender em Madrid as immunidades ecclesiasticas. Falleceu no convento do Carmo, deixando varias obras theologicas em latim, impressas e manuscriptas, sendo a mais notavel a seguinte: *Commentarium in tectum evangelicam;* 6 tomos, que tiveram muitas edições, em Lisboa, Lyão, Madrid, Antuerpia; a primeira impressão do 1.º tomo foi em Lisboa, e a dos outros tomos todos em Lyão.

Silveira *(D. João de Sousa da).* Alcaide-mór de Thomar, que fal. a 16 de junho de 1661. Esteve na restauração da Bahia, serviu na guerra da Acclamação, foi mestre de campo no Alemtejo, governador das armas de Traz-os-Montes, e presidente do senado da camara de Lisboa.

Silveira *(João Vicente da Silveira, visconde da).* Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa N na Abrigada a 22 de janeiro de 1824, fal em Lisboa a 21 de janeiro de 1891. Era filho de Mathias José Antunes da Silveira, agricultor e proprietario na Abrigada, e de Anna Izabel da Annunciação. A sua familia, pelas suas ideias liberaes, teve de emigrar durante o governo de D. Miguel, regressando a Portugal em 1834, quando se restabeleceu o regimen constitucional. João Vicente da Silveira pôde fazer a sua educação litteraria e scientifica, e no anno de 1817 concluiu com distincção o seu curso na Escola Medico Cirurgica. O novo medico exerceu largos annos clinica nos concelhos de Alemquer e Cadaval, prestando bons serviços áquelles povos, que muito o consideravam e respeitavam. Os seus serviços humanitarios chamaram a attenção de el rei D. Luiz, que o agraciou com a commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e o nomeou medico da Real Camara, conferindo-lho mais tarde o titulo de visconde da Silveira, por decreto de 23 de agosto de 188 . Foi procurador á Junta Geral do districto de Lisboa por Alemquer, durante muitos annos, e fôram bem importantes os serviços que prestou n'esse cargo. O desgosto profundo de ter perdido dois filhos que tinha, levou-o a abandonar a clinica por completo, dedicando se mais em especial á agricultura nas suas propriedades da Abrigada. Concorreu com os productos agricolas da sua lavoura ás exposições da Tapada d'Ajuda, em 1886, Industrial de Lisboa, de 1888, e Universal de Paris de 1889, onde fôram muito apreciados e premiados Poucos annos antes do fallecer havia transferido a sua residencia para Lisboa.

Silveira *(Joaquim Henriques Fradesso da).* Do conselho d'el rei D. Pedro V, deputado, lente na Escola Polytechnica, e director do Observatorio Astronomico Infante D. Luiz da mesma escola, inspector geral dos pesos e medidas do reino, vogal da commissão das pautas e do conselho geral das alfandegas do reino, presidente da Associação promotora de industria fabril de Lisboa, escriptor, jornalista muito distincto etc. Nasceu em Lisboa a 11 de abril de 1825, onde tambem fal. a 26 de abril de 1875. Era filho de Antonio Henriques da Silveira, cirurgião mór de divisão reformado, que falleceu em maio de 1871. Acabava de estudar latim, francez e outros preparatorios no Collegio dos Nobres, quando este instituto foi supprimido em 1836, entrando então no Collegio Militar, onde teve por condiscipulos João de Andrade Corvo e Miguel Martins d'Antas, ostentando sempre no curso os dotes d'uma intelligencia privilegiada. Em 1839 entrou na Escola Polytechnica, completando o curso de marinha, ao mesmo tempo quo frequentava todas as aulas da referida escola, obtendo em todas premios o distincções em concorrencia com Latino Coelho e Andrade Corvo, unicos dos seus condiscipulos quo frequentavam a cadeira de zoologia, onde todos tres fôram premiados. Sentando praça de aspirante do marinha em 1841, contando 16 annos de edade, foi pouco depois promovido ao posto de guarda marinha, que então era recompensa do primeiro premio do curso. Passando, ao exercito, em 1844, com o posto de alferes, encontrou vago o logar de substituto da cadeira de physica e chimica da Escola Polytechnica, que obteve por concurso, e logo em 1846, tendo apenas 21 annos, publicou o *Manual do curso de chimica elementar, professado na Escola Polytechnica*, e em 1848, *Lições de Optica.* Regeu regularmente aquella cadeira até 1853, na ausencia do lente proprietario Julio Maximo de Oliveira Pimentel, depois visconde de Villa Maior. Em 1849 foi promovido a tenente, e n'esse mesmo anno tomou conta da *Revista Popular*, onde se iniciou como jornalista. Era um semanario illustrado o barato, de litteratura e industria que pertencera a Francisco Augelo de Almeida Pereira e Sousa e Baptista Coelho, e quo debaixo da direcção de Fradesso da Silveira, saiu até 1851, passando depois a propriedade a pertencer a Ribeiro de Sá. N'esse semanario, segundo parece, fez Fradesso da Silveira as suas primeiras e talvez ultimas armas em litteratura amenas, porque lhe fôram attribuidas umas revistas de semana muito bem escriptas, firmadas com o pseudonymo de *Fr Gerundio.* Além da *Revista Popular*, publicou, quando era o seu director, uns *Almanachs populares,* que eram interessantissimos. Creado o Observatorio Meteorologico de Lisboa, foi Fradesso da Silveira encarregado de o dirigir, e além do zelo e acerto com que se desempenhou d'esse encargo, iniciou a publicação dos *Annaes do Observatorio*, pondo se em relações directas com os postos meteorologicos mais importantes dos paizes estrangeiros. Em 18 1 foi promovido a capitão No anno de 1853, por uma questão de capricho, pediu a demissão de substituto da Escola Polytechnica, e foi logo nomeado chefe da repartição dos pesos e medidas, contribuindo pela sua actividade pouco vulgar, para a facil e rapida implantação do systema metrico em todo o paiz. Em 1859, publicou o *Compendio do systema metrico* Ao mesmo tempo encarregou os seus delegados do colherem por toda a parte informações que, reunidas, deram a materia de 3 ou 4 volumes, que são um valioso elemento para o estudo das nossas cousas. Em

1860 foi reintegrado no corpo docente da Escola Polytechnica, e elevado a lente proprietario, sendo logo depois, quando se creou o conselho geral das alfandegas, nomeado membro d'esta corporação, fazendo n'essa qualidade os inqueritos do 1860 a 1865. Seria longo mencionar os numerosos trabalhos publicados por este incansavel obreiro da civilisação, já sobre pesos e medidas, já sobre finanças, estudo das fabricas, questões industriaes e sociaes, no paiz e no estrangeiro, assumptos technologicos e scientificos, questões de instrucção publica, artigos soltos em diversos jornaes, e até artigos de politica militante, quo tudo abrangia a sua vasta competencia e a tudo chegava a sua infatigavel actividade, roubando horas ao somno, e multiplicando o tempo á força de methodo. *As visitas á exposição do Porto* e *As fabricas da Covilhã*, traducção das impressões recebidas quando visitou estes importantes centros industriaes, onde teve a mais brilhante recepção, pódem dizer-se os primeiros ensaios e tentativas d'um inquerito industrial. Como se tantas occupações não fôssem bastantes, a sua febril actividade levou o a metter-se em empresas industriaes, onde foi sempre d'uma notavel desventura, parecendo que a fatalidade caprichava em lhe mallograr os calculos mais bem formados. D'estas empresas tornaram se celebres a do *Centro Commercial*, a companhia de vapores *União Mercantil*, empresa que foi origem de interminaveis demandas com o governo; a *Associação Promotora de Industria Fabril*, fundando para ser orgão d'essa associação, a *Gazeta das Fabricas;* tambem fundou o *Diario Mercantil*, jornal de grande formato, e uma sociedade typographica, que creou a *Typographia Franco Portugueza*, que depois pertenceu a Francisco Lallemant. Os desastres que soffria, não lhe quebrantavam os alentos, e luctava sempre. Entrando na vida politica em 1855, pertencendo ao partido historico, foi n'esse anno eleito deputado por um dos circulos de Lisboa, o entrando na camara quando se debatia a questão da companhia *União Mercantil*, ostentou logo dotes notaveis de orador, e profundos conhecimentos das questões economicas e financeiras. Em 1869 foi reeleito deputado pelo apoio da classe industrial em que era muito estimado, sendo importantissimos os seus trabalhos, tanto nos debates par amentares, como no seio das commissões, mas tendo encontrado na carreira politica crueis decepções, tanto porque, confiando na iniciativa parlamentar, viu mallogrados os seus melhores esforços, como porque trabalhando com dedicação pelo bem das classes operarias, viu empallidecer o brilho do seu prestigio entre ellas Dirigiu e redigiu a *Gazeta do Povo*, jornal da fusão do partido historico com o regenerador, e que depois se transformou successivamente no *Paiz* o no *Progresso*. N'essa epoca, ainda sobrava tempo a Fradesso da Silveira para collaborar no *Jornal do Commercio* e no *Diario de Noticias*. Em 1873 foi promovido ao posto de major, e nomeado commissario de Portugal na exposição universal de Vienna d'Austria, e foi então que elle manifestou deveras as suas prestantissimas qualidades Organisou admiravelmente a nossa exposição, escreveu a respeito d'essa exposição um magnifico relatorio, que publicou, visitou varios paizes da Europa, de Vienna e de outros centros da Europa, trouxe elementos importantes para a fundação d'um museu industrial, que foi por Fradesso da Silveira entregue ao conselho geral das alfandegas, e que depois se dispersou completamente. N'essa occasião foi tambem representante de Portugal no congresso meteorologico d'aquella cidade. Dos serviços prestados na exposição de Vienna d'Austria dão testemunho as cartas do barão de Schwarz Senborn, director geral da exposição, e as provas de estima quo recebeu dos outros commissarios, de muitos fabricantes, do proprio imperador d'Austria, e dos seus proprios compatriotas, quo lhe testemunharam por mil modos eloquentes o apreço e consideração om que o tinham. Mas o excessivo trabalho a que se entregara lhe preparou a fatal doença a que tinha de succumbir. Eram muitas as distiuções honorificas que este incansavel trabalhador possuia, todas conquistadas pelo seu talento. Além da carta de conselho já citada, era socio correspondente da Academia Real das Sciencias, e d'outras corporações litterarias e scientificas do paiz e do estrangeiro; socio honorario das associações commerciaes do Lisboa e Porto, membro do conselho geral das alfandegas, do commercio, industria e agricultura, etc. Era gran-cruz da ordem de Christo; commendador da de S. Thiago, cavalleiro d'Aviz, gran-cruz da ordem de Francisco José, de Austria, commendador da Rosa do Brazil, cavalleiro da Legião de Honra, de França; quando recebeu a mercê da commenda de S. Thiago, foi lhe offerecido um collar, riquissimo trabalho do ourivesaria, pelos industriaes da capital, por occasião da exposição do tecidos no theatro de D. Maria II, e como testemunho de reconhecimento pelos serviços prestados na exposição de Vienna d'Austria. Fradesso da Silveira era casado com D. Emilia Cordeiro Feio, filha do visconde de Fontainhas, José Cordeiro Feio, o de sua primeira mulher, D. Izabel Rosa Mariz. Bibliographia: *Um infeliz africano ou os dois suicidios*, Lisboa, 1811; *As fabricas de Portugal; inquerito de 1862 1863*; *indagações relativas aos tecidos de lã*, Lisboa, 1864; 2 volumes; *Conselho geral das alfandegas; inquerito de 1863 1863*; *indagações relativas aos tecidos de seda*, Lisboa, 1864; *Relatorio do serviço do observatorio do infante D. Luiz no anno meteorologico de 1863 1864*, Lisboa, 1864; *Visitas á exposição de 1865, no Porto*, 2.ª edição, Lisboa, 1866; *Informações da inspecção geral dos pesos e medidas do reino; a fabrica de linhos de Torres Novas*, Lisboa, 1863; *Memorias sobre a industria do linho e algodão no districto de Beja em 1863;* Lisboa, 1863; com mappas desdobraveis; *As fabricas da Covilhã*, 1863; é o 1.º livro da collecção da *Bibliotheca das Fabricas*, publicada pela Associação promotora da industria fabril; *Catalogo da exposição industrial de 1863* (promovida pela referida associação), Lisboa, 1863; *Sessão real da distribuição dos premios em 19 de junho de 1864*, Lisboa. 1864 (refere se á exposição industrial de 1863); *A liberdade do commercio e a protecção das industrias*, Lisboa. 1862; *O governo, as reformas e a organisação da fazenda, por um antigo deputado*, Lisboa, 1869; *A Sericicultura em Portugal*, Lisboa, 1869; este livro e o antecedente pertencem tambem á citada *Bibliotheca das Fabricas; Os arrolamentos, discursos proferidos na camara dos senhores deputados nas sessões de 25 e 26 de abril de 1870*,

Lisboa, 1870; *Estudos*, Lisboa, 1872; comprehende uma serie de escriptos, que tinham sido antes publicados separadamente; *O livro do operario, por Dauby*, traducção da 3.ª edição de Bruxellas, 1872; *Noticia da exposição universal de Vienna de Austria em 1873*, Bruxellas, 1873; tem gravuras e 4 mappas desdobraveis; *Congresso meteorologico de Vienna d'Austria em 1873, relatorio*, etc.

Silveira (*Jorge da*). Era filho do coudel mór Fernão da Silveira. Foi, ao que pareco, vêdor-mór da fazenda do duque de Vizeu. El rei D. Manuel o nomeou camareiro-mór, e guarda-mór de um dos infantes seus filhos. Passando á India com Affonso de Albuquerque, assistiu á primeira expedição de Ormuz, e esteve na tomada de Gôa. Fal. em 1513 no assalto dado a Aden por Affonso d'Albuquerque.

Silveira (*José Antonio da*). Medico. Nasceu em Lisboa, viveu no seculo XVIII, e parece que morreu em 1792. Escreveu: *Opio vindicado, das vulgares calumnias defendido; discurso medico em que se mostra a origem e qualidade do opio, e se comprova ser o remedio mais efficaz que tem a medicina*, Lisboa, 1744; *Café vingado, das vulgares calumnias defendido; discurso medico em que se mostra que o uso do café é proveitoso, e para queixas utilissimo remedio*, Lisboa, 1741; *Problema: qual é mais util á republica, se o exercicio da jurisprudencia, se o da medicina? Discurso academico em que se defende a segunda parte, recitado na Academia dos Unicos*, Lisboa, 1743.

Silveira (*José Xavier Mousinho da*). Na historia da implantação do systema constitucional no paiz, avulta extraordinariamente a prestigiosa figura d'este homem que foi, sem contestação, o reformador da sociedade portugueza do seculo XIX. D'elle falaram com grande admiração Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Rebello da Silva, Pinheiro Chagas e Oliveira Martins. A sua obra de reformador foi, effectivamente, colossal. Nasceu em Castello do Vide a 12 de julho de 1780, falleceu em Lisboa a 4 de abril de 1849. Era filho de Francisco Xavier Gramida e de D. Domingas da Conceição Mousinho da Silveira, pessoas abastadas, sendo José Xavier o mais velho dos seus filhos, e por conseguinte herdeiro do morgado, em que estava constituida a riqueza de seus paes. Foi estudar em Coimbra a faculdade de direito, em que se formou, seguindo depois a carreira da magistratura. Leu no Desembargo do Paço, como era de regra, e em 1808 foi despachado juiz de fóra de Marvão, logar tranquillo onde assistiu com tristeza aos males da invasão estrangeira, mas onde começou tambem a meditar e a scismar na necessidade inevitavel das transformações sociaes no paiz, que até ahi se conservava tão alheio á influencia da revolução franceza. Em 181? foi transferido para Setubal, e n'essa comarca, já mais proxima do grande centro da vida portugueza, não só adquiriu as sympathias dos setubalenses, mas pôde tambem ser apreciado pela vastidão já grande dos seus conhecimentos, pelo seu espirito culto e aberto ás ideias novas. Trocára o logar de juiz de fóra de Setubal pelo de provedor da camara de Portalegre, e estava desempenhando essas funcções, quando em 1820 rebentou a revolução, e se estabeleceu o novo governo. Foi logo chamado a Lisboa, sendo nomeado director geral das alfandegas, cargo importantissimo onde enormes difficuldades. Extranho completamente ás discussões politicas, lamentando profundamente o caminho declamatorio em que entrava a revolução, e a falta de energia que mostrava pelas grandes reformas, ao passo que empregava toda a sua actividade em destruir e demolir cousas futeis e insignificantes, lamentando a imprudencia com que tinham provocado a separação do Brazil da monarchia portugueza, e o descuido com que tratavam a indispensavel radicação das instituições liberaes no solo que não estava ainda preparado para as receber, e que era necessario arrotear profundamente, Mousinho da Silveira entregou-se exclusivamente ao cumprimento dos deveres do seu cargo e ao melhoramento do serviço que estava confiado ao seu cuidado. Quando veiu a Villafrancada, em 1823, os acontecimentos não o surprehenderam, porque já ha muito os previa. Por isso tambem recusou energicamente acceitar a pasta da fazenda que D. João VI lhe quiz confiar, quando, caindo o ministerio de Silvestre Pinheiro Ferreira á noticia dos primeiros movimentos reaccionarios, D. João VI quiz ainda organisar um ministerio liberal. De nada lhe valeram as recusas, D. João VI pediu, supplicou, ordenou, e Mousinho da Silveira viu-se obrigado a acceitar a pasta da fazenda no ministerio de 28 de maio, ministerio que durou apenas dois dias, porque a reacção proseguia, e a iniciativa do infante D. Miguel pôz termo ás tentativas sinceras de D. João VI para conciliar as cousas. Comtudo, Mousinho da Silveira deu n'essa occasião um passo, que muitos depois lhe lançaram em rosto como uma contradicção, e que outros apontam como um dos actos mais meritorios da sua vida. A reacção tomara um caminho inesperado; longe de ser um acto de força e de servir, ao menos, para manter a ordem, ainda que em detrimento da liberdade, foi um acto de anarchia demagogica. Mousinho da Silveira, a pedido de D. João VI que instava com elle para que acceitasse a pasta da fazenda no novo ministerio que elle formara em Villa Franca, já depois de declarar revogada a constituição, acceitou, entendendo que melhores serviços prestaria ao paiz mantendo-se á testa da administração financeira. O novo ministerio compunha-se de Martins Pamplona, conde de Palmella, Manuel Marinho Falcão, Joaquim Pedro Gomes de Oliveira e de Mousinho da Silveira. Este ultimo, Martins Pamplona e o conde de Palmella suppunham que podiam sustar a reacção na sua marcha triumphante, e salvar da procella que tudo revolvia, umas reliquias da liberdade. Que essas aspirações eram justas e que alguma cousa se podia conseguir, veiu depois demonstral-o a Abrilada que attestou que o ministerio de D. João VI tivera a gloria de não satisfazer os reaccionarios. N'esse ministerio, porém, havia duas correntes oppostas: uma dirigida por Marinho Falcão e por Pedro de Oliveira, que tendia para o absolutismo completo e desenfreado; outra completamente liberal, e que era dirigida por Mousinho da Silveira, Palmella e Pamplona. Se tinham a maioria no conselho, não a tinham, porém, na camarilha do paço; haviam de succumbir por força. O primeiro que teve de comprehender a inutilidade dos seus esforços foi Mousinho da Silveira. O seu collega Marinho Falcão chamava lhe pedreiro livre, e Mousinho da Silveira, fatigado

e descontente, apresentava no dia 19 de junho de 1823 á assignatura regia o decreto da sua demissão. O pobre rei assignou com tristeza o decreto que afastava do seu lado um homem em quem deveras confiava, cuja integridade e probidade reconhecia. A prova de que D. João VI obedecia amargurado á fatalidade da situação, foi que concedeu a Mousinho da Silveira as honras de ministro, que então ainda senão prodigalisavam, deu lhe a carta de conselho, em 1825 o fôro de moço fidalgo, e ao mesmo tempo mandou o occupar de novo o logar de administrador geral das alfandegas, que exercia quando fôra chamado ao ministerio. Apezar de estar fóra do poder, quando rebentou o movimento da Abrilada, em 1824, Mousinho da Silveira não podia escapar á proscripção. A 30 de abril appareceu-lhe um agente encarregado de o prender, Mousinho da Silveira resistiu, allegando que não se entregava á prisão, porque tinha as honras e as garantias de secretario de Estado. O agente voltou com uma ordem de prisão assignada por Marinho Falcão, ministro do reino. Mousinho da Silveira cedeu, e foi encarcerado no castello, até que D. João VI, de bordo de *Windsor-Castle*, mandou chamar seu filho, e reassumiu o poder, debaixo da protecção dos canhões inglezes. Durante o resto do reinado de D. João VI, e durante a regencia da infanta D. Izabel Maria, viveu tranquillo e afastado da politica, entregando-se ao estudo dos livros, ás obrigações do seu emprego, e ao convivio d'alguns amigos particulares, entre os quaes se contavam alguns dos diplomatas mais distinctos que então residiam em Lisboa. Quando D. Miguel deu o golpe de Estado em 1828, Mousinho da Silveira, pelo que se passara em 1824, entendeu que não estava seguro em Portugal, e partiu para o estrangeiro com a sua familia. Escolheu Paris para o seu exilio, e á amizade e dedicação da familia Sampaio, a quem sempre se mostrou vivamente reconhecido, deveu o poder passar tranquillo esses annos, que seriam para elle de miseria e de privações, se não fôsse a hospitalidade d'essa benemerita familia. Quando D. Pedro IV, vindo do Brazil, assumindo o simples titulo de duque de Bragança, se prestou a tomar a direcção dos portuguezes proscriptos, uma das primeiras pessoas que chamou para junto de si, foi Mousinho da Silveira. Primeiro encarregou-o de ir a Londres negociar emprestimos e solicitar auxilios a favor da causa liberal, e depois de ter assumido a regencia em nome da rainha, o nomeou por decreto de 3 de março de 1832 ministro da fazenda e da justiça. N'esta gerencia está o segredo da sua apotheose. Subiu ao poder por cima de ruinas, e quando saiu deixava consolidada uma obra gigantesca, que tornou immorredoura a sua memoria. As datas de 3 de março de 1832 e 1 de janeiro de 1833 são as mais gloriosas da sua historia, porque marcam os limites d'uma administração difficil como poucas, e organisadora como nenhuma outra. Os decretos que concebeu, redigiu e referendou, são, na essencia, na fórma, nos intuitos e nas consequencias, os mais monumentaes da legislação portugueza. Não se prendendo com considerações de especie alguma e decidido a fazer surgir um Portugal, forte e fecundo, do velho Portugal fradesco e absolutista, destruiu com mão firme tudo quanto cerceava as regalias e os direitos populares. Cortou a direito sem quo nenhuma consideração o detivesse. Aboliu os dizimos e os direitos reaes, separou as funcções judiciarias das funcções administrativas, organisou os tribunaes de justiça, proscreveu a hereditariedade dos officios, sanccionou a liberdade de pensamento, de consciencia e de ensino, revogou monopolios e impostos, limitou as instituições vinculares, secularisou alguns conventos, supprimiu os escandalosos rendimentos com que, á custa do povo, se locupletavam bispos, conegos, abbades, donatarios da corôa, commendadores, frades e alcaides móres. Tudo quanto era privilegio, regalia, excepção, aboliu tudo. O regimen sanccionava o abuso. Mousinho revolveu o tão profundamente quo o edificio desabou para nunca mais se reconstruir. Mousinho fundava uma sociedade nova. Os preambulos das leis do notavel estadista attestam todos que o grande ministro tinha a plena consciencia do alcance das suas medidas. No dia 1 de janeiro de 1833 pediu a sua demissão. O imperador e os seus outros ministros entendiam ser necessario, para soccorrer ás graves despezas da guerra, entrar n'um caminho de violencias financeiras que desagradava ao seu sentimento de justiça. Nomeado de novo administrador geral de todas as alfandegas do reino, pediu licença para se retirar a França, visto que estava sendo uma bocca inutil no Porto. Partiu em março de 1833, e de longe assistiu á conclusão da lucta civil. Eleito deputado pela provincia do Alemtejo, voltou em 1834 para Portugal a reassumir as funcções do seu cargo e a tomar assento na camara. Não tinha as faculdades de orador, mas o seu prestigio era immenso. Em duas questões se tornou proeminente; n'uma d'ellas triumphou a causa que defendia, na outra, infelizmente para o paiz, foi vencido. A primeira era a questão das indemnisações, em que se seguiram as indicações do seu bom senso contra os clamores e contra a avidez pessoal; a segunda era a questão da venda dos bens nacionaes, em que Mousinho da Silveira não conseguiu que essas enormes riquezas se deixassem de desbaratar como se desbarataram sem vantagem nenhuma para o thesouro, antes com prejuiso gravissimo. Em 1836 o ministerio Palmella offereceu lhe os arminhos de par do reino, mas não acceitou. Pouco depois rebentava a revolução de setembro, Mousinho não sympathisou com ella. Era, porém, impossivel que não applaudisse muitas das reformas de Passos Manuel, o continuador da sua obra, mas de genio um pouco brusco e descontente, irritou se com algumas imprudencias da revolução, e os factos pequenos impediram-n'o de vêr os grandes, e demittiu-se até do logar que exercia, para não servir a nova administração. Se não tomou parte na *Belemsada*, é certo que fez votos pelo seu triumpho, para vêr restabelecida a Carta Constitucional, que elle amava com toda a sua pureza, como o instrumento das suas grandes reformas. Depois do mallogro da contra-revolução retirou-se para França, e ahi viveu até 1839, anno em que foi reeleito pela sua provincia, e em que voltou por isso a figurar em côrtes. Foi tristeza vêl-o. Uma velhice prematura não apagára, é certo, mas entibiára a luz brilhantissima das suas faculdades. A camara de 1840 viu deante de si a sombra do grande estadista. Nas discussões ainda alguns relampagos revelaram de quando em quan-

do o grande reformador. Mousinho da Silveira sentiu que já não podia tornar a ser o que fôra, e terminada a sessão do 1840, não voltou á camara. Passou os ultimos 9 annos da sua vida na convivencia dos seus amigos, e na intimidade da sua familia, ora em Lisboa, ora em Paris, por ser essa cidade uma das suas residencias predilectas. Um mez antes de morrer, sentiu que a morte se aproximava, e quiz fazer testamento, o qual tem a data de 12 de março de 1849, o n'elle pede que transportem sem pompa os seus restos mortaes para a ilha do Corvo, onde deseja ser enterrado em humilde sepultura. O motivo da sua escolha, é o seguinte: Em 1832 estava Mousinho da Silveira nos Açôres, e ahi promulgava as suas leis que, libertando a terra, libertavam tambem os habitantes da ilha do Corvo, que eram apenas 100, e que estavam até então perfeitamente escravisados a um donatario qualquer. Esses ho

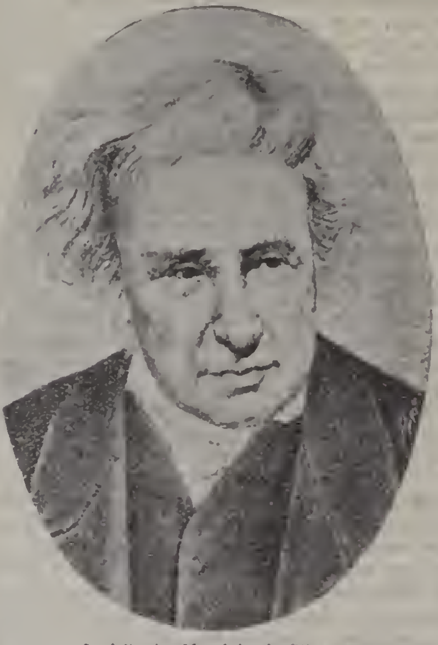

José Xavier Mousinho da Silveira

meus, perdidos no meio do Oceano, tão afastados do Portugal, souberam ser gratos, e quando a esquadra de D. Pedro estava já para se fazer de vela, appareceu uma deputação da gente do Corvo, que vinha agradecer a D. Pedro e ao seu ministro a emancipação que lhes devia. Nunca se esqueceu Mousinho da Silveira da gratidão de aquella gente, assim como dos habitantes do concelho de Gavião, que elle tambem libertára de um pesado tributo que pagavam á casa de Bragança, quo tinham ido a Castello de Vide agradecer-lhe, muito reconhecidos. Mousinho recommendava no testamento, que não podendo ser transportado para a ilha do Corvo, o sepultassem em Gavião. E assim succedeu. O cadaver de Mousinho da Silveira jaz na egreja de Nossa Senhora da Margem do concelho de Gavião.

Silveira (*Lino*). Commerciante, negociante de grosso trato da praça de Lisboa no seculo XIX, contractador do tabaco, vice-consul dos Estados Unidos da America. Era filho de José Nunes da Silveira (*V. este nome*, vol. V, pag. 158). Foi baptisado na freg. de S. Nicolau da mesma cidade. Numismata distincto, colleccionou moedas nacionaes e estrangeiras que hoje constituem o fundo da collecção de seu sobrinho dr. Francisco da Silveira Vianna (*V. Vianna*). A nomeação de vice-consul foi confirmada em 13 de janeiro de 1830. A'cêrca do seu casamento com D. Francisca de Castro Quartin Freire Zuzarte corre impresso um opusculo intitulado *Memoria sobre a validade do matrimonio contrahido em 13 de julho de 1830 entre D. Francisca de Castro Freire Zuzarte e seu marido Lino Silveira, e hoje, com escandalo, e offensa da moral publica por elle impugnada na causa de nullidade, que pende em 3ª instancia na camara ecclesiastica do Patriarchado; escrivão José Pedro de Sá Caldeira, Lisboa: Typographia Commercial, 1843.* Tambem se publicaram alguns opusculos sobre a questão do agio do papel moeda, em quo o nome do mesmo commerciante se encontra envolvido.

Silveira (*Fr. Manuel da*). Religioso da ordem de S. Domingos; doutor em theologia pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa em 1697, ondo tambem fal. a 2 de abril de 1750. Professou no convento do Bemfica em 1713. Foi prégador de muita fama no seu tempo, theologo e philosopho distincto; lente de prima e regente dos estudos do convento da Batalha; qualificador do Santo Officio e mestre de theologia moral do collegio do Nossa Senhora da Escada de Lisboa. Foi tambem capitular enviado pela provincia do Portugal no capitulo celebrado em Roma em 1748. Publicou alguns sermões avulsos, e depois da sua morte, Miguel Manescal da Costa reunia uma collecção dos sermões, em 6 tomos, que publicou de 1759 a 1762, com o titulo de *Sermões posthumos*.

Silveira (*D. Martinho da*). Era irmão de Fernão da Silveira, escrivão da puridade de D. João II. Foi tambem um dos poetas do *Cancioneiro* de Garcia de Rezende, mas principalmente poeta satyrico, e mais rude que os outros, porque tratou com alguma crueldade os cavalleiros portuguezes que iam militar á Africa. Foi casado com D. Leonor de Vasconcellos, filha de Alvaro Mendes de Vasconcellos.

Silveira (*Miguel da*). Poeta e escriptor. N. em Celorico da Beira em 1576, fal. em Napoles em 1636. Frequentou as universidades de Coimbra e de Salamanca, onde estudou philosophia, jurisprudencia, medicina e mathematica. Residiu 20 annos em Madrid, sendo mestre de cosmographia dos moços fidalgos do Paço. Quando D. Ramiro Filippo de Gusmão, duque de Medina, foi nomeado vice rei de Napoles, Miguel da Silveira, que era seu mestre e amigo, acompanhou-o para Italia, e ali concluiu o seu poema heroico *El Macabeu*, em que trabalhou durante 22 annos, e que só veiu publicar-se, em Napoles, em 1638, já depois da morte do autor; antes de se imprimir, a obra foi sujeita á censura dos escriptores mais notaveis da Europa. N'esse poema cantou o poeta a restauração de Jerusalem emprehendida e realisada por Judas Macabeu, e a sua morte gloriosa que fazem d'elle um verdadeiro heroe. Dizem que Miguel da Silveira seguia occultamente a lei de Moysés. A obra foi escripta em hespanhol, e

traduzida em italiano e em latim. Em 1731 fez-se em Madrid uma nova edição. Miguel da Silveira escreveu mais: *Vida de Elio Sejano, composta em francez por Pedro Matheus, chronista de Luiz XIII*, traduzida e publicada em Barcelona em 1621; e com o pseudonymo de Vicente Squarios Figo um romance que vem na *Relação das festas de Santo Isidro*. Deixou numerosas poesias, todas escriptas em hespanhol assim como o poema como succedeu com muitas obras de escriptores portuguezes do tempo do dominio castelhano. Sendo quasi desconhecidas as poesias avulsas d'este poeta o dr. Sousa Viterbo deu-se ao trabalho de colher muitas d'ellas em numerosas e variadas collecções, e formou um interessante florilegio, que publicou em 1906, com o titulo de *Poesias avulsas do dr. Miguel da Silveira*. A collecção é precedida de um estudo biographico sobre o poeta, estudo que representa serias investigações e um incontestavel serviço á nossa historia litteraria.

Silveira (*D. Miguel da*). Official do nosso exerto no seculo XVII. Era filho do 1.º conde de Soidos Começou a estudar para ecclesiastico, mas deixando essa vida, entrou no serviço militar, foi capitão de cavallos das guardas do seu cunhado, o conde de S. João, com quem esteve em Montes Claros, e depois foi tenente-general de cavallaria. Fal. a 17 de julho de 1692.

Silveira (*Fr. Placido da*). Freire conventual da ordem de Christo e habil contra-pontista. N. em Cacilhas, sendo filho de Bento da Silveira e de Simôa de Moraes. Professou no convento de Thomar a 5 de abril de 1683. Foi tambem um apreciado lithurgista. Fal. a 8 de março de 1736, deixando varias composições de musica religiosa. Publicou uma edição da *Processionale ex Missale ac Breviario Romano a S. Pio V, roeformatio decerptum*, Coimbra, 1721.

Silveira (*Simão da*). Era irmão do 1.º conde de Sortelha. Militou na Africa em Saffi, e foi um dos defensores d'esta cidade africana, em 1510. Partiu para a India, em 1515, com o governador Lopo Soares de Albergaria, como capitão da fortaleza de Cananor, e com elle regressou a Portugal em 1518. Em Lisboa teve de sustentar um processo em que foi condemnado a pagar uma pesada multa. D. João III deu-o por quite da somma que elle não pudera pagar, e nomeou-o procurador das obras do paço da Ribeira. Simão da Silveira, quando seu irmão, depois conde da Sortelha, descaiu do valimento, partiu para Evora, e ali passou o resto da vida.

Silveira (*D. Simão da*). Poeta muito applaudido no seculo XVI. Era filho do conde de Sortelha. Das suas poesias, conhecem-se duas elegias, publicadas em 1567, uma ao Bom Ladrão, outra á Magdalena; um soneto a Antonio Ferreira, e uns versos hespanhoes impressos nas obras de Sá de Miranda.

Silveira (*Simão Estaço da*). Guerreiro que muito se distinguiu na conquista do Maranhão, combatendo contra os francezes, no posto de capitão. Escreveu: *Relação summaria das cousas do Maranhão, dirigida aos pobres d'este reino de Portugal*, que se imprimiu em 1624.

Silveira (*Theotonio Flavio da*). Medico aposentado da Empresa Nacional de Navegação. N. na villa de Santa Maria Magdalena, na ilha do Pico. Açôres, a 14 de outubro de 1832, fal. em Lisboa a 13 de fevereiro de 1908. Seu pae tinha egual nome, e sua mãe chamava se D. Francisca Aurora da Silveira. Indo muito moço para o Rio de Janeiro, ali seguiu os estudos primarios, de habilitação e superiores, até se matricular na faculdade de medicina d'aquella cidade, curso que não completou por diversas circumstancias, decidindo se depois a emprehender uma viagem de estudo e distracção por varias cidades da Europa Acompanhou o general Galhardo n'uma expedição a Africa, e o infante D. Affonso, quando foi á India Durante 26 annos prestou os seus serviços medicos na Empresa de Navegação, logar em que se aposentára 4 annos antes de morrer. Emquanto era estudante, escreveu o drama em 5 actos, *O Solitario ou o premio e o castigo*, Rio de Janeiro, 1851. Collaborou nos jornaes açorianos *Districto da Horta*, *Luz* e *Persuasão*. No tomo II da *Bibliographia açoriana*, pag 249, vem citado com o seu nome, o *Relatorio das enfermidades acontecidas a bordo da galera «Maria da Gloria» na viagem dos Açôres para o Rio de Janeiro, com passageiros, em outubro de 1872*; Rio de Janeiro, 1873. Escreveu mais os seguintes dramas; *Vasco da Gama*, *Egas Moniz*, *O Anachoreta*, todos em 5 actos; *Estoelinda*, em 3 actos; e contava ainda acabar outro drama em 5 actos, com prologo e epilogo, intitulado: *O Triste*. Em 1866 submetteu ao parecer do Conselho Superior de Instrucção Publica, em Lisboa, um *Methodo elementar da lingua franceza*. Tinha escripto varios trechos em prosa e em verso, que tencionava colligir e publicar em volume sob o titulo de *Paginas melancolicas*.

Silveira (*Tristão Alvares da Costa*). Doutor em mathematica e lente na Universidade de Coimbra, etc. Era natural de Evora, e fal. em Coimbra em 1811. Foi educado na Casa Pia, e á custa d'este estabelecimento cursou a Universidade, sendo discipulo do celebre mathematico José Anastasio da Cunha, por cuja pessoa e doutrinas professou sempre a mais ardente veneração. Tristão da Costa Silveira tomou o grau de bacharel, e mais tarde o de doutor, em 19 de junho de 1795, sendo despachado lente da cadeira de calculo da mesma Universidade, em 1 de junho de 1801. Foi depois lente da Academia dos guarda-marinhas, de Lisboa, e teve a graduação do major no corpo de engenheiros. A Academia Real das Sciencias o elegeu seu socio correspondente em 23 de outubro de 1805, sendo promovido a socio livre a 10 de dezembro de 1809. Escreveu: *Lições de calculo differencial, ou methodo directo das fluxões, ordenadas e reduzidas a compendio*, Lisboa, 1801; com uma estampa.

Silveira Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira e distr. do Funchal; Sant'Anna e conc. d'este nome; Santa Quiteria, de Boa Ventura, conc. de S. Vicente. || Açôres: Ilha das Flôres; N. S.ª dos Remedios, de Fajãzinha, conc. de Lagens das Flôres, distr. da Horta; Ilha do Pico; Santissima Trindade e conc. de Lagens do Pico, do mesmo distr; Ilha de S. Jorge; S. Thiago, de Ribeira Sêcca, conc. de Calheta, distr. de Angra do Heroismo. || N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa. || S. Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Faro. || S. Pedro, de Fajozes, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Pedro, de Fratel, conc. de Villa Velha de Rodam, distr. de Castello Branco. ||

S. Marcos da Serra, conc. de Silves, distr. de Faro || S. Simão, de Oyan, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro; tem correio com serviço de posta rural. || S. Pedro da Cadeira e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Purificação, de Sapataria, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || S. Mamede, de Talhadas, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Tavora, conc. de Arcos de Valle-de Vez, distr. de Vianna do Castello. || Pégo e sirgadouro no Tejo, perto de Villa Velha.

Silveira Avellar *(José Candido da)*. Escriptor açoreano. N. na ilha de S. Jorge, e fal. na cidade de Horta, a 3 de dezembro de 1905. Era profundo em leis e com notavel interpretação, foi sempre muito procurado, sendo o seu conselho escutado com interesse por todos que recorriam a sua consulta. Dedicou se de coração á historia da sua terra natal, e escreveu a seguinte obra, que é muito apreciada: *A Ilha de S. Jorge*, Terceira, 1902. Em 1903 o Real Instituto de Lisboa, o nomeou seu socio.

Silveira Alvim *(Pedro de Mello Brito da)*. Bispo de Portalegre. N. em Sinde, no bispado de Coimbra, e foi nomeado bispo para a diocese de Portalegre, por D. José I, a 12 de julho de 1773, sendo confirmado por Clemente XIV, e sagrado a 3 de outubro do mesmo anno. Fal em 1777. Distinguiu se pela sua caridade e pelo zelo com que governou a sua diocese.

Silveira de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Silvestre e conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

Silveira e Castro *(Bernardino Egydio da)*. Bacharel formado em medicina pela Universidade de Coimbra. N. em 1792, ignora-se a data do fallecimento. Exerceu clinica por muitos annos no concelho de Cintra. Escreveu: *Carta de parabens ao ill.mo e ex.mo sr. duque de Saldanha pela sua triumphante resposta aos medicos*, etc., Lisboa, 1859. Foi n'esse anno um dos redactores da *Gazeta homeopatica lisbonense.*

Silveira dos Figos. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco.

Silveira Franco *(Francisco Thomaz da)*. Bacharel formado em medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa a 5 de fevereiro de 1797, fal. a 29 de outubro de 1849. Era filho do dr. Antonio Mendes Franco, medico em Lisboa. Tendo estudado preparatorios com os padres da Congregação do Oratorio, matriculou se na Universidade em 1816. Coadjuvou o dr. Barjona na classificação dos productos do museu da mesma Universidade, e sendo escolhido para ajudante de Thomé Rodrigues Sobral, foi por este incumbido de investigar os meios de aperfeiçoar a manufactura da louça de pó de pedra da real fabrica de Lisboa. Terminando o curso philosophico em 1822 e obtendo a formatura em medicina em 1824, foi nomeado, por portaria de 22 de outubro d'esse anno, medico do hospital de S. José, sendo suspenso em 8 e 22 de maio de 1829. Em julho d'esse anno foi nomeado medico da tarde, e pouco depois inspector da botica e director da machina electrica. Em julho de 1831 passou a medico effectivo, sendo demittido a 24 de outubro de 1833, por ser affecto ao governo absolutista. Foi lente da escola de cirurgia de Lisboa, que então se organisou, e n'esse cargo permaneceu até 1833, de que tambem foi demittido pelas suas opiniões politicas. Em 1843 recebeu a nomeação de vogal extraordinario do Conselho de Saude, depois a de fiscal e vice-presidente do mesmo conselho, e em 1844 foi eleito socio da Academia Real das Sciencias. Encarregado pela Academia de classificar o museu, apezar da sua debil saude ainda classificou mais de 25:000 aves, e quasi tudo o que pertencia a conchyologia, e posteriormente ainda a Academia o incumbiu de examinar o herbario que o governo comprara ao dr. Friederich Welwitsch. Fez a classificação das plantas alimentares, medicinaes e florestaes, em relação a Lisboa, classificação que foi impressa na Typographia Medica de Santos Cruz, e publicou tambem umas *Taboas de botanica medico cirurgicas*, em que mostrou claramente os seus vastos conhecimentos.

Silveira Grande. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Espinhal, conc. de Palmella, distr. de Coimbra.

Silveira Homem *(João Vaz Barradas Muitopão e Morato Gonçalves da)*. Mestre do côro da egreja de S. Nicolau, de Lisboa, e depois na basilitica de Santa Maria Maior. N. em Portalegre a 30 de abril de 1689; não se sabe a data do fallecimento, mas parece que vivia ainda em 1763. Era filho de Manuel Barradas Lima e de Izabel Lopes. Foi um dos alumnos do seminario de Villa Viçosa, e vindo para Lisboa occupou os logares citados. Deixou publicadas algumas composições musicaes, e manuscripta existe uma na Bibliotheca Nacional de Lisboa, composta em 1762, mas a obra, começando pelo titulo, que é bastante original, indica que o autor já não estava muito senhor das suas faculdades intellectuaes.

Silveira dos Limões. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco.

Silveira da Malhôa. Pov. na freg. de Santa Anna, de Carnota, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa.

Silveira Malhão *(Antonio Gomes da)*. Poeta do seculo XVIII, tio do illustre orador sagrado Francisco Raphael da Silveira Malhão *(V. adeante)*. N. em Obidos no anno de 1758, onde tambem fal. em dezembro de 1786. Era filho do bacharel Agostinho Gomes da Silveira, e de D. Maria da Conceição Diniz. Parece que Silveira Malhão frequentou a Universidade de Coimbra, adquirindo ali grande fama de poeta, principalmente de improvisador. As poesias que d'elle sobreviveram, fôram publicadas posthumas por seu irmão, Francisco Manuel Gomes da Silveira Malhão, juntamente com as que este poeta tambem compôz. *(V. o artigo seguinte)*. Acêrca do seu reconhecido engenho poetico improvisador, póde lêr-se uma nota de Stockler, que vem nas *Obras de Francisco Dias Gomes*, a pag. 38. Antonio da Silveira Malhão fal. aos 28 annos de edade, e a sua prematura morte foi muito sentida por todos os que o apreciavam, e muito esperavam do seu juvenil talento.

Silveira Malhão *(Francisco Manuel Gomes da)*. Bacharel em leis pela Universidade de Coimbra e poeta apreciado. N. em Obidos a 22 de setembro de 1757, onde tambem fal. em 1809. Foi a Mafra cursar no convento, então habitado pelos conegos regrantes de Santo Agostinho, as

aulas de grammatica latina e de humanidades, preparando-se assim para entrar na Universidade de Coimbra, com o intento de se formar em leis. Queria seu pae que elle se formasse em theologia e seguisse a carreira ecclesiastica. Malhão insistia em não tomar ordens e queria ser advogado. Como elle ao mesmo tempo desgostara seu pae com algumas rapaziadas, e como Agostinho Gomes da Silveira não tinha meios de fortuna e estava carregado de familia, resultou de todas estas circumstancias um rompimento entre o pae e o filho, vendo-se este completamente abandonado em Coimbra, e sem meios para continuar os seus estudos. Deliberou, comtudo, resistir aos golpes da fortuna, e formar-se a todo o custo. Para isso teve de fazer verdadeiros prodigios de economia e de trabalho, valendo se da sua industria, aproveitando do seu engenho, e soccorrendo-se da liberalidade de amigos mais felizes, que o protegeram, dando se por pagos das despezas que com elle faziam pelo prazer que tomavam com a sua conversação, e com as prendas que elle possuia, e faziam com que fôsse requestada e desejada a sua companhia em todos os serões de Caimbra. Comtudo, é facil imaginar as difficuldades que Malhão teve de vencer, e com vagar pôde ir seguindo o curso, interrompido mais d'uma vez pela escassez absoluta de recursos. Emfim, triumphou, e em 1789 pôde formar se em leis, tendo já 32 annos de edade. Regressou immediatamente a Obidos, onde estabeleceu banca de advogado, e ali casou a 26 de novembro de 1792, com D. Josepha Margarida Ribeiro da Gama. D'este matrimonio nasceu o illustre e muito apreciado prégador Silveira Malhão (V. o *artigo seguinte*). Francisco Manuel continuou por muitos annos a exercer a advocacia, fazendo, comtudo, frequentes digressões á capital, onde contava numerosos affeiçoados e era admirado nas casas mais distinctas pelo seu talento como poeta repentista. Um dos seus mais efficazes protectores, que tivera em Coimbra, fôra D. Miguel Antonio de Mello, a quem dedicou o volume de versos seus, e os do seu já então fallecido irmão, Antonio da Silveira Malhão, que se imprimiu em 1787. Além d'estas poesias tambem escreveu e imprimiu emquanto esteve em Coimbra, seguinte: *Mondegueida, poema estrambotico*, 1788; saiu com o nome de Antonio Castanho Neto Rua; este pseudonymo lhe serviu para o *Sabio em mez e meio; obra que da experiencia de seis annos e meio de Coimbra, distillou um estudante de leis*, e para a *Economia escolastica, segunda parte do Sabio em mez e meio; obra util a todos aquelles a quem o dito sabio não é desnecessario;* estas duas fôram tambem incorporadas na 3.ª e seguintes edições da *Macarronea Latino portugueza*. Com o pseudonymo José Raphael da Silveira Pequenito, publicou: *A vaidade ridicula; dialogo em que são interlocutores uma pulga, um persevejo, um carrapato e um piolho;* e *Satyra em louvor das modas, ou escudo da peraltice*; estas peças impressas em separado, fôram depois incorporadas na *Vida e factos* do autor. Estas publicações humoristicas faziam-n'o bemquisto dos seus collegas que viam no seu autor um agradavel companheiro, e concorriam para poder, com o fructo da venda, concluir a formatura. A historia d'estes annos da sua mocidade, e d'essa obscura e a um tempo dolorosa e picaresca epopeia da vida d'um estudante pobre, contou-a Malhão no seu livro mais celebre intitulado: *Vida e feitos de Francisco Manuel Gomes da Silveira Malhão, escripta por elle mesmo, com as suas obras compostas por elle em prosa e em verso até ao anno de 1789, o solemne da sua formatura e com as posthumas de seu irmão*, etc., Lisboa, 1792 e seguintes; 4 tomos; saiu 2.ª edição, e a 3.ª com a data de 1824. Escreveu mais: *Poesias offerecidas aos seus amigos de toda a ordem, publicadas por João Nunes Esteves*, Lisboa, 1802; *As odes de Anacreonte de Teos, paraphraseadas*, Lisboa, 1804; *Verão nas Caldas;* com o nome de *Antonio José da Silva Opiana e Francisco Obidense*, Lisboa, 1806; *O amor e a saudade dos valorosos portuguezes na ausencia do Principe Regente*, Lisboa, 1810; *Improvisos para se cantarem ao cravo e á lyra*, Lisboa, 1817; *Elegia á morte de M. M. de Barbosa du Bocage*; saiu na *Collecção de Poesias á memoria d'este poeta*, impressa em 1806; *Aos ill.mos e ex.mos senhores Lencastres; elegia na sentidissima morte de sua amavel irmã, a ill.ma e ex.ma sr.ª condessa da Louzã;* tem a data de 4 de novembro de 1804, mas parece que não chegou a imprimir se.

Silveira Malhão *(P. Francisco Raphael da)*. Beneficiado da egreja matriz da villa de Obidos, poeta e orador sagrado de grande valor. N. na referida villa a 16 de março de 1794, onde tambem fal. a 10 de novembro de 1860. Era filho do antecedente. Por influencia do P. Joaquim Maria de Barros e Almeida, vigario geral em Obidos, se dedicou á vida ecclesiastica. Frequentou o seminario de Santarem, onde se conservou 9 annos, estudando latim, grammatica portugueza, preparatorios de rhetorica, poetica e logica, dedicando-se depois ao estudo de theologia, canto e musica. Tomando ordens aos 23 annos, em 1817, regressou a Obidos, a viver na companhia de seus irmãos, pois que seus paes já haviam fallecido, e ali se conservou até morrer. Teve grande devoção pela Senhora da Nazareth, e todos os annos ia prégar á sua egreja, na sua festa, assim como ao Immaculado Coração de Maria, a que erigiu uma bonita ermida no logar de Olho Marinho. Prégava muitas vezes por devoção, principalmente sermões de Virgem; escrevia hymnos e lôas para se cantarem em honra de Nossa Senhora, gostava muito de conversar com os homens do campo, dando-lhes bons conselhos, e muitas vezes aproveitando os d'elles e os seus pensamentos. Foi um dos mais eloquentes e dos mais poeticos oradores sagrados do seculo XIX em Portugal; commovendo e arrebatando muitas vezes o auditorio com as palavras evangelicas dos seus sermões brilhantissimos. A sua modestia egualava os seus apreciaveis dotes litterarios; não quiz nunca passar d'um simples clerigo, limitando-se apenas a acceitar o logar de socio correspondente do Instituto de Coimbra. Com muito custo saía muitas vezes da sua terra para vir prégar a Lisboa, ou a outro qualquer ponto do paiz, causando sempre verdadeiro enthusiasmo. O sermão que prégou nas exequias do conde de Barbacena, em S. Vicente de Fóra, é considerado justamente como uma obra prima. Foi impresso em 1854. Outro sermão prégado na egreja dos Martyres a 13 de maio de 1855 sobre o dogma da Conceição, é egualmente considerado como um dos mais bellos monumentos da oratoria sagrada portugueza. Imprimiu-se em 1855. Depois co-

meçaram a publicar-se no anno de 1858, em collecção, os seus sermões, interrompendo a publicação a morte do autor. Mostrando mais d'uma vez o seu desinteresse, Malhão escreveu no verso do frontispicio d'esse livro, a declaração seguinte: «O producto d'estes sermões será applicado para a conclusão da egreja consagrada ao Santissimo Coração de Maria, que se está levantando no logar de Olho Marinho, pertencente ao concelho da villa de Obidos.» O editor Mattos Moreira continuou a publicação dos seus sermões, mesmo depois da morte do autor. Além dos sermões publicou ainda: *A escolha das tres flôres*; pequeno poema que saiu no *Panorama* de 12 de junho de 1841; *Serões da aldeia ou dialogos sobre varios assumptos curiosos*, n.ºs 1 e 2, Lisboa, 1830; *Ode ao sr. José da Silva Mendes Leal*, em resposta a outra que lhe dirigiu aquelle escriptor e poeta; vem na *Revista Universal*, tomo VII, 1848, pag. 116; *Commemoração necrologica do finado Paulo Romeiro da Fonseca, deputado em côrtes*; saiu no *Diario do Governo*, n.º 245 de 18 de outubro de 1853; *As cãs e a ruga senil*; nota, appensa á traducção dos *Fastos*, no tomo III, pag 197 a 200. Na *Semana*, tomo II, pag. 524, vem tambem alguns versos seus, etc

Silveira Menezes *(Antonio da)*. Cunhado do governador da India Nuno da Cunha. Já servira na India antes de seu cunhado ser governador. Foi nomeado por D. João III em 1528 capitão de Sofala em substituição de D. Lopo d'Almeida. Em 1530 foi chamado á India por seu cunhado que o nomeou capitão d'uma armada com a qual correu a costa do Malabar, e devastou Damão. Nomeado capitão de Chaul, e encarregado de prender o seu antecessor Francisco Pereira, foi em 1531 transferido para o commando da fortaleza de Ormuz, que era um dos logares mais rendosos da India.

Silveira da Motta *(Ignacio Francisco da)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, conselheiro, funccionario publico, antigo deputado, poeta, escriptor, jornalista, etc. N. em Lisboa a 26 de agosto de 1836, onde tambem fal. a 15 de abril de 1907. Era filho do illustre advogado, dr. José Maria da Costa Silveira da Motta. Seguiu na Universidade de Coimbra o curso de direito, o qual concluiu, fazendo a sua formatura em 1856. Em seguida, veiu para Lisboa praticar no escriptorio de seu pae, e tão distincto e dedicado se tornou no exercicio das suas funcções, que mereceu ser eleito por acclamação, membro da da Associação dos advogados de Lisboa. Não persistiu, porém, muito tempo n'esta profissão, e preferiu a carreira das letras, distinguindo se logo nos seus primeiros ensaios litterarios que inseriu no *Archivo Universal*, de que foi um dos fundadores e directores, o qual começou a publicação saindo o 1.º tomo em 1859. N'esse tomo, entre outros artigos escreveu: *Influencia do commercio na civilisação*, nos n.ºs 1 e 2, *Liberdade do commercio*, n.ºs 3, 4, 5 e 7; *A pena de morte*, n.ºs 10 e 11; *Vias de communicação*, n.ºs 15, 16 e 18; *Uma corrida de touros em Hespanha*, n.ºs 22 e 23. Todos os artigos publicados no *Archivo Universal* eram feitos com tal apuro e apreço, que sendo mais tarde colligidos na maior parte em volume, mostraram na verdade, serem estudos completos, maduramente pensados, conferindo lhe a estima e a bemquerença dos homens mais eminentes e preponderantes. Como poeta, já em Coimbra no tempo de estudante, havia composto varios versos e poesias, que depois reuniu em volume com o titulo de *A Harpa livre*, que publicou em Lisboa no anno de 1852. Entrando na politica, foi pela primeira vez deputado na legislatura de 1863, sendo eleito pelo circulo de Faro, continuando então a fazer parte da camara successivamente, sendo reeleito pelo mesmo circulo de Faro, em 1865, em 1865 por Villa Pouca de Aguiar, em 1868 por Villa Real de Santo Antonio, em 1869 por Macieira de Cambra, em 1870 por S. João da Pesqueira, d'onde saiu reeleito na legislatura seguinte; e em 1878 pelo circulo de Chaves. A sua carreira parlamentar foi brilhantissima, evidenciando se em serias e importantes discussões, falando sobre variados assumptos de administração em muitos diversos ramos, a reforma da constituição, a legislação penal, a fazenda, a liberdade de cultos e do ensino, e tambem questões ultramarinas. Em todos os seus discursos politicos se nota unicamente a madureza da reflexão e o desejo sincero de bem servir a patria. Em janeiro de 1886 foi eleito presidente da camara, logar que exerceu em outras legislaturas. Tendo abandonado a advocacia, fez a sua estreia na vida burocratica, sendo nomeado, por decreto de 30 de junho de 1864, chefe de repartição, sub director geral de negocios ecclesiasticos, na respectiva secretaria d'estado, no ministerio da justiça. Foi transferido para sub-director da direcção, em 31 de janeiro de 1868, e d'este logar para o de sub-director da direcção geral de negocios da justiça a 18 de novembro de 1869. Um decreto com a data de 19 de setembro de 1869, que remodelou a organisação da secretaria da justiça e ampliou os serviços inherentes áquelle ministerio, em que sempre houve grande variedade de negocios, creou a direcção geral denominada *Registo civil e Estatistica*, e foi Silveira da Motta nomeado seu director. Era este um serviço inteiramente novo em Portugal, e, graças á sua alta competencia e infatigavel applicação, Silveira da Motta conseguiu implantal o por um modo tão brilhante como util, publicando importantes trabalhos ácérca da estatistica da administração da justiça criminal, que formavam tres grossos volumes, que vieram a publico em 1880, 1881 e 1882, com o titulo: *Estatistica da administração da justiça criminal nos tribunaes de primeira instancia do reino de Portugal e ilhas adjacentes;* estatistica respectiva aos annos de 1878, 1879 e 1880. Esta obra constituiu uma verdadeira surpreza, e para os estrangeiros foi uma revelação do nosso adeantamento scientifico e intellectual. Os jornaes estrangeiros, *Independencia Belga*, *Mensageiro de Paris*, *Revista Scientifica*, *Revista Britannica*, *Chronica*, de Buenos Ayres; *Diario Official* e *Jornal de Noticias*, do Rio de Janeiro; e *Statistiche Correspondenz*, de Berlim, e ainda outras publicações, renderam grandes louvores á *Estatistica criminal*, de Silveira da Motta Uma e muitas vezes provada a sua competencia em todos os difficeis ramos da administração dependente do ministerio da justiça, foi nomeado para fazer parte da commissão da reforma da circumscripção parochial, da reforma da legislação penal e processo criminal, da reforma de circumscripção comarcã, da redacção da novo codigo penal,

e vogal do conselho geral penitenciario, de que foi illustre membro. O Conselho Superior de Instrucção Publica, creado por decreto de 23 de maio de 1884, de que era vice presidente o conselheiro Jayme Moniz, tambem convidou Silveira da Motta para um dos seus membros. Nunca os trabalhos burocraticos e parlamentares conseguiram desvial-o da cultura das bellas letras. Collaborou em trabalhos de litteratura e historia na *Revista Contemporanea*, *Diario de Noticias*, *Jornal da Noite*, *Occidente*, *Diario de Portugal* Foi um dos redactores do *Diccionario da lingua portugueza*, emprehendido pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, deixando os seus trabalhos concluidos, mas que não fôram impressos. Escreveu mais: *Juizo critico ácêrca do 1.º vol. da Historia de Portugal de Rebello da Silva;* saiu na *Politica Liberal* de 31 de dezembro de 1861, e reproduzido em outros jornaes; *A Semana Santa em Sevilha*; no tomo II do *Archivo Universal*, pag. 8, 39 e 72; *Damião de Goes e a inquisição*, relativamente ao estudo de Lopes de Mendonça; no mesmo jornal e tomo, pag. 118; *Da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal, por A. Herculano;* idem, idem, pag. 227 o 241; *Discurso sobre a abolição da pena de morte, lido em conferencia da associação dos advogados de Lisboa;* nos *Annaes*, da mesma associação, n.º 2, pag. 19 a 29; *Quadros da historia portugueza*, Lisboa, 1869; este livro foi approvado pela junta consultiva da instrucção publica para uso das eslas; houve 2.ª edição em 1870, e 3.ª e 4.ª em 1873 e 1879; e parece que houve mais edições; *Horas de repouso*, Lisboa, 1881; *Viagens da Galliza*, 1889. N'este livro conta o autor as suas impressões d'uma viagem, quo na primavera de 1886 fez á Galliza, visitando Vigo, Pontevedra, Villa Garcia, Santiago, Corunha, Lugo, Orense, Ribadavia e Tuy. Silveira da Motta fôra agraciado com a carta de conselho em 1876; e possuia a distincção de gran cruz de varias ordens portuguezas e estrangeiras. Em 1877 foi eleito socio correspondente da Academia Real das Sciencias, na classe das sciencias moraes e politicas e bellas letras, sendo em 1878 elevado á classe de socio effectivo.

Silveira Mourão *(Francisco da Piedade da)*. Conego regrante de Santo Agostinho. N. na villa de Lalim a 27 de março de 1788, fal. no Porto a 4 de agosto de 1859. Era filho de Francisco de Miranda Homem, e de sua mulher D. Joaquina da Silveira Athaíde e Vasconcellos, distinctos fidalgos. Tomou o habito no convento de Santa Cruz, de Coimbra, em 10 de abril de 1803, professando no mesmo convento em 12 de abril de 1804. Matriculou-se no curso dos estudos superiores da ordem a 20 de outubro do mesmo anno, e completou o, sendo premiado todos os annos. Em 1811 passou ao convento de Grijó, ondo foi mestre de noviços, e depois cartorario e procurador geral. Sendo extinctas as ordens religiosas, passou a ser abbade de S. João do Monte, depois de Cannas de Senhorim e Treixêdo, na Beira, e por fim, abbade da freguezia de S. Nicolau, do Porto, apresentado pela rainha D. Maria II, por decreto de 27 de julho de 1848, decreto muito honroso, no qual se mencionavam os relevantes serviços prestados por elle á Egreja e ao Estado, de longos annos, e no magisterio que exercera na diocese do Porto, ensinando philosophia, theologia moral, grego, etc. Publicou os seguintes trabalhos litterarios, quo fôram muito apreciados: *Dissertação canonico-theologica sobre o estado das ordens terceiras seculares, depois da extincção das ordens regulares n'este reino*, etc., Porto, 1852; *Reflexões canonicas e moraes sobre a resposta da commissão administrativa da ordem Terceira de S. Francisco da cidade do Porto*, etc, Porto, 1859.

Silveira Passos. *(Joaquim Henriques da)*. Antigo professor de calligraphia e escripturação commercial em Lisboa, fallecido em 18 de dezembro de 1909. Escreveu e publicou o *Guia pratico da escripturação, commercio e contabilidade.* Foi fundador das companhias de seguros, *Tagus*, *Probidade*, e ainda outras.

Silveira Pequena. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Espinhal, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Silveira Pinto *(Adrião Accacio da)*. Marechal de campo reformado. N. em Coimbra no ultimo quartel do seculo XVIII, fal. a 23 de março de 1868. Tendo feito parte d'um corpo de guias das tropas inglezas, com as quaes entrou nas primeiras campanhas da Guerra Peninsular, passou em abril de 1813 com o posto de alferes para o nosso regimento de infantaria n.º 1, e n'elle continuou a servir até ao fim da lucta com os francezes, assistindo ás batalhas de Vitoria, Pyreneus e Tolosa. Sendo promovido a tenente em 1820, e estando no regimento de milicias de Coimbra com o exercicio de ajudante, quando se deu a revolução liberal no Porto, em maio de 1828, emigrou para a Galliza, e d'ahi passou para a Inglaterra, d'onde seguiu para o Rio de Janeiro, e depois para os Açôres. Regressando a Portugal no estado maior da divisão ligeira do exercito libertador, ganhou o habito da Torre e Espada no combate de Ponte Ferreira, esteve em todos os combates em que entrou aquella divisão, e passando depois a servir ás ordens do duque da Terceira, acompanhou este general na expedição ao Algarve, nos combates que se travaram nas linhas, depois em frente de Santarem, foi ajudante general da expedição ao norte do reino e com essas forças combateu até ao fim da campanha nos campos da Asseiceira. Terminada a guerra civil, foi servir algum tempo no corpo do estado maior, e onde já major, foi em 1836 nomeado governador do Macau, onde permaneceu por muitos annos, sendo depois de exonerado incumbido de ir a Cantão ajustar com as autoridades chinezas algumas negociações precisas de concluir depois da guerra do Celeste Imperio com a Inglaterra e tendentes a preparar a declaração que o governo queria fazer da abertura do porto de Macau ao commercio estrangeiro. Voltando a Portugal em 1845, esteve ás ordens do ministro da guerra, e em 1848 embarcou novamente para o Ultramar por ter sido nomeado governador da provincia de Angola. Regressando outra vez á patria, exerceu os logares de chefe da repartição do ministerio da guerra, governador de Peniche, governador da praça d'Elvas, e commandante da divisão militar do Alomtejo. Tendo já chegado ao posto de marechal de campo, reformou-se no anno de 1864.

Silveira Pinto *(Agostinho Albano da)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, ministro e secretario de Estado, vice-presidente do Tribunal do

Contas, commendador das ordens de Christo, de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa e da Torre e Espada; doutor em philosophia e bacharel em medicina pela Universidade de Coimbra; lente jubilado de agricultura na Real Academia de Marinha e Commercio do Porto, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, membro honorario da Sociedade Pharmaceutica Lusitana, da mesma cidade; socio honorario e effectivo da Sociedade Litteraria Portuense, da Sociedade das Sciencias physicas, chimicas e artes agricolas e industriaes da França; da Sociedade de chimica medica de Paris, da Sociedade Litteraria do Rio de Janeiro, da Sociedade dos Antiquarios do Norte, do Instituto historico e geographico do Brazil. Nasceu no Porto a 17 do julho do 1785, fal. na quinta da Carvalha, freguezia de Aguas Santas, no concelho da Maia, a 18 de outubro de 1852. Era filho do bacharel em medicina o philosophia José Xavier da Silveira, d'uma familia distincta da Beira, e de sua mulher D. Maria Perpetua Pereira da Silveira, filha d'uns lavradores de Coimbra Destinando-se á carreira das letras, fez os seus primeiros estudos, incluindo a grammatica latina, debaixo da direcção paterna, e aos 11 annos de edade, veiu para Lisboa com um tio que chegára da Bahia, onde era commerciante, e vinha estabelecer se na capital. Em Lisboa começou logo a estudar as linguas franceza e ingleza, e as disciplinas que constituiam o curso commercial, e fez tão rapidos progressos que maravilharam os mestres e os condiscipulos, mas a morte quasi repentina de seu tio o obrigou a interromper estes estudos, e a proseguir na sua primitiva ideia. Dedicou se então com tanta assiduidade aos seus novos estudos, que em pouco mais d'um anno se habilitou para fazer os exames preparatorios no Real Collegio das Artes de Coimbra. Em outubro de 1801 já estava matriculado no 1.° anno das faculdades de mathematica e philosophia, doutorando-se n'esta ultima a 26 de maio de 1806, contando 20 annos de edade. Entrando logo no magisterio serviu nos annos lectivos de 1807 a 1808, e de 1808 a 1809, de demonstrador na cadeira de zoologia e mineralogia. Em 1811, além do serviço de demonstrador, regeu tambem a cadeira de metallurgia, e nos annos lectivos de 1812 a 1813, e 1813-1814, além de ser demonstrador, regeu as cadeiras de zoologia e de mineralogia, frequentando ao mesmo tempo o curso de medicina, em que se formou em 1814, sendo tão distincta a sua frequencia que foi premiado em varios annos. Anteriormente, quando se interromperam os trabalhos litterarios da Universidade por causa da invasão dos francezes, Agostinho Albano da Silveira Pinto quiz tambem servir a patria na carreira das armas, e alistou se primeiro no batalhão academico, sendo depois despachado alferes de infantaria n.° 12, e serviu como official do corpo de guias ás ordens do general Wellington, assistindo ás batalhas de Talavora, Badajoz, Fuentes de Onor e Bussaco, e por esses serviços militares foi condecorado com a medalha n.° 2 da Campanha Peninsular, e com outras que lhe conferiram os governos britannico e hespanhol. Terminada a lucta, voltou ao serviço da Universidade, onde pouco tempo se demorou, e reconhecendo que só muito tarde teria accesso aos logares superiores da faculdade, acceitou o offerecimento que lhe fizeram do logar de professor na Academia de Marinha e Commercio do Porto, e n'essa escola regeu o curso das linguas franceza e ingleza, depois a cadeira de agricultura e de philosophia racional e moral. Juntamente com os seus trabalhos de professor entregava-se ao estudo da medicina, escrevendo e exercendo clinica. Em 1826 foi despachado director da Real Escola de Cirurgia do Porto, e no anno seguinte medico da real camara. Em 1834 foi nomeado director da Academia Real de Marinha e Commercio, logar que já por varias vezes exercera interinamente. Pelos successos politicos de setembro de 1836 pediu a exoneração dos seus cargos officiaes. Ainda vigorava no anno de 1835, como pharmacopêa legal, a que em 1794 havia publicado o dr. Francisco Tavares; obra de merecimento distincto para a epoca em que fôra escripta, não podia satisfazer no fim de 40 annos a todas as necessidades do publico serviço. Haviam sido numerosas as descobertas em chimica, e seus progressos muito rapidos, o que a tornavam insufficientissima. A' faculdade de medicina da Universidade competia, segundo os seus estatutos, fazer uma nova pharmacopêa, mas nunca se desempenhára d'esse encargo. O trabalho que não ousára emprehender a faculdade, aventurou-se o conselheiro Agostinho Albano da Silveira Pinto a commettel-o e concluil-o, da mesma fórma quo o dr. Tavares o havia tambem commettido e concluido, e na sessão de 21 de março de 1835 apresentou á camara dos deputados o seu *Codigo Pharmaceutico Lusitano*, que devia substituir a *Pharmacopéa Geral do Reino*. Sendo este trabalho visto pela Universidade, segundo a resolução da camara, e sendo julgado digno de approvação, foi por decreto de 6 de outubro do mesmo anno mandado adoptar como compendio nas escolas do reino e como guia na preparação dos medicamentos em todas as pharmacias. Este trabalho, de que se fizeram 4 edições, foi tambem provisoriamente codigo pharmaceutico do Brazil, e a Sociedade das Sciencias physicas e chimicas de Paris conferiu a Silveira Pinto uma medalha em testemunho da consideração e apreço que dava a esse codigo. Em 1837 foi convidado pela Associação Commercial do Porto para reger uma cadeira de economia politica creada por uma subscripção patriotica, e esse curso leccionou até ser eleito deputado em 1838. Em todas as legislaturas até ao anno em que falleceu, foi sempre reeleito por diversos circulos. Como parlamentar tornou se distincto, tomando parte activa em todas as discussões. O dr. Agostinho Albano da Silveira Pinto possuia varias condecorações; foi vogal e vice presidente do Tribunal de Contas, e ministro da marinha e ultramar, no gabinete presidido e organisado pelo duque de Saldanha, em 15 de dezembro de 1847, cargo que exerceu até 29 de março de 1848. Bibliographia: *Ode ao corpo militar de lentes e doutores voluntarios*, etc., Coimbra, 1808; *Novos Elementos de Grammatica franceza, extrahidos dos grammaticos mais celebres e acreditados em França*, Lisboa, 1816; de que se fizeram 5 edições successivas; em 1852, houve ainda no Porto uma nova edição, muito correcta e accrescentada; *Projecto de regulamento para as cadeias do Porto e comarcas*, Porto, 1822; *Relatorio sobre a administração dos expostos e casa da roda do Porto*, Porto, 1824;

Primeiras linhas de Chimica e Botanica, coordenadas para uso dos que frequentam a aula de agricultura na Real Academia de Marinha e Commercio, Porto, 1827; *Noções sobre a Cholera morbus indiana, extrahidas principalmente da obra de J Kennedy e outros*, Lisboa. 1832; *Conclusões praticas ou aforismos deduzidos da observação sobre a Cholera-morbus*, Porto, 1833; *Pharmacographia do Codigo Pharmaceutico Lusitano*, Coimbra, 1836; *Epidemia Catarrhosa*, Porto, 1837; *Discurso pronunciado na inauguração da cadeira de Economia Politica, instituida*, etc , Porto, 1837; *Prelecções preliminares ao curso de Economia Politica da Escola da Associação Commercial do Porto*, Porto, 1837; *Exame da questão sobre a livre navegação do rio Douro*, 1840; *A Divida Publica Portugueza, sua historia, progresso, e estado actual*, Lisboa, 1839; *A Crise financeira em 1841, a commissão creada por decreto de 22 de março do mesmo anno, e Memorias do sr. deputado Roma*, Porto, 1841; *Exame critico das causas proximas da actual situação financeira*, Lisboa, 1843; *Exposição Synoptica do systema geral da Fazenda Publica em Portugal, addicionada com algumas observações*, Lisboa, 1847; *Elogio de Agostinho José Freire;* saiu no n.º 7 dos *Annaes da Sociedade Litteraria Portuense*, Porto, 1839, *Memoria biographica do conselheiro José Ferreira Borges*; saiu no tomo I da *Revista Litteraria* Nos annos de 1834 e 1835 escreveu muitos e interessantes artigos litterarios e scientificos no *Repositorio Litterario Portuense*. Nos citados *Annaes da Sociedade Litteraria*, publicou tambem um artigo sobre a grippe, doença que então grassava epidemica. Em 1849 publicou: *Relatorio e documento de inquerito sobre as operações do banco de Portugal.* Em 1833 tambem se publicou o *Relatorio que a Commissão Sanitaria da cidade do Porto fez subir á augusta presença de S M. Imperial o duque de Bragança, regente, etc.*; é ácêrca da primeira invasão da Cholera morbus do Porto em 1833. O dr. Agostinho Albano era o presidente da referida commissão. Consta que deixou importantes manuscriptos, entre os quaes a *Historia financeira de Portugal*, desde a fundação da monarchia até 1843.

Silveira Pinto *(Agostinho Albano da)* Escriptor e jornalista. N. no Porto a 31 de julho de 1859, onde tambem fal. em 1901. Era neto do antecedente. Publicou muitos artigos em prosa e verso, no *Nacional, Gazeta dos Theatros, Jornal do Porto, Jornal do Norte*, e em outras folhas, em que foi redactor ou collaborador, salientando-se pela graça com que escrevia. Redigiu o antigo *Diario da Tarde* com Urbano Loureiro e Borges d'Avellar. Publicou um volume de contos humoristicos: *Antes de soprar á luz*, e traduziu o drama em 5 actos e um prologo *Os apostolos do mal*, que se representou com grande exito no theatro Baquett, as operetas *Orpheu nos Infernos, Orgãos de Mostoles, Amar sem conhecer*, etc. Era mais conhecido por Agostinho Albano.

Silveira Pinto *(Albano Anthero da)*. Moço fidalgo, condecorado com varias ordens nacionaes e estrangeiras; chefe de repartição da secretaria do ministerio das obras publicas, servindo na dos negocios estrangeiros. N. no Porto a 16 de março de 1819, sendo seu pae o dr. Agostinho Albano da Silveira Pinto (*V. n'este vol.* pag. 957). Escreveu: *Memoria chronologica ácêrca do descobrimento das terras do Preste João das Indias, e embaixadas que a elle enviaram os portuguezes*, Lisboa, 1845, anda tambem inserta no tomo V dos *Annaes Maritimos e Coloniaes*, pag. 37 a 62; este artigo foi lido na Sociedade Geographia de Paris, pelo fallecido visconde de Santarem; *Memorias da Asia, ou apontamentos para a historia dos descobrimentos, navegações e feitos dos portuguezes*, (começam em 1600 com o governo de Ayres de Saldanha); sairam 3 capitulos publicados nos referidos *Annaes*, principiando no tomo IV, a pag. 1319, e terminando no tomo V, a pag. 194; nos *Annaes* inseriu ainda varios ineditos importantes e concernentes á mesma historia. Foi um dos fundadores e primeiros redactores do *Jornal do Commercio*; collaborou em outros jornaes, e redigiu o *Florilegio Catholico*, catalogo que saia em 1867. Foi editor proprietario de varias obras e compendios elementares, proprios para o ensino primario e secundario, todos approvados pelo Conselho Geral de Instrucção Publica.

Silveira Pinto. Pov. na freg. de S. Miguel, de Palhacana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Silveira Vianna. V. *Vianna*.

Silveiras *(Vicente Antonio de Brito Fallé, barão das)*. Moço fidalgo, commendador da ordem de Christo, etc. N. a 27 de fevereiro de 1846, sendo filho de Sebastião de Brito Carvalho Abreu Pereira, senhor de varios morgados e capellas, e de sua mulher D. Marianna Barbosa Ramalho Fallé de Brito. O titulo de barão das Silveiras foi concedido por decreto de 20 de março de 1890. Foi socio protector da Associação de Agricultura Portugueza; socio da Sociedade de Geographia de Lisboa, da commissão central 1.º de dezembro de 1640; um dos 40 maiores contribuintes do Alemtejo, vereador do concelho e membro da commissão de recenseamento. Casou com D. Maria Justina da Costa Coelho Palhinha, filha de Justino Coelho Palhinha, cavalleiro da ordem de Christo, e de sua mulher D. Maria José da Costa.

Silveiras Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Beire, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Nossa Senhora da Conceição, de Cercal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Silveiras de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Margarida, do Fundada, conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Silveirinha. Povoações nas freguezias: S Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra. || S. Bartholomeu, de Troviscal, conc. de Oliveira do Bairro, distr. d'Aveiro.

Silveirinha Grande e Pequena. Duas povoações na freg. de S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Silveirinho. Pov. na freg. de S. Pedro d'Alva, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural.

Silveiro. Povoações nas freguezias: S. Thomé, de Correlhã, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Simão, de Oyan, conc. de Oliveira do Bairro, distr. d'Aveiro.

Silveiros. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 147 fog. e 530 hab. Tem est. post. e está situada a 6 k. da margem esquerda do rio Cávado e a 4 da séde do conc. A

terra é muito fertil, cria gado e tem caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. na freg. do Santa Maria, de Quintiães, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Silvelta. Pov. na freg. de S. Christovão, de Parada de Cunhos, conc. e distr. de Villa Real.

Silverto. Pov. na freg. de S. Pedro, do Bubiães, conc. de Paredes, distr. de Vianna do Castello.

Silves *(Francisco Manuel Pereira Caldas, visconde de).* Importante industrial em Silves. N. na freguezia de S. Paio de Segude, concelho de Monsão, a 8 de dezembro de 1814, sendo filho de Marcellino José Pereira Caldas, e de sua mulher D. Maria Joaquina Gomes Villarinho. Foi eleito deputado n'algumas legislaturas. Possue a maior e a mais bem montada fabrica de rolhas do paiz, uma fabrica de sabão, e tem sociedade na empresa *Louletana Silvense*, que trata em grande escala da pesca de atum. Casou duas vezes: a primeira com sua prima D. Thereza Gomes Villarinho, que falleceu a 22 de novembro de 1874, filha do commendador Salvador Gomes Villarinho e de sua mulher, D. Maria da Gloria de Jesus; a segunda vez, com D. Albertina Montinho, filha de Joaquim Ferreira Montinho, e de sua mulher, D. Marianna Gnadié. O titulo foi-lhe concedido pelo decreto de 28 de outubro de 1886.

Silves. Cidade da prov. do Algarve, séde de conc. e de com., distr. de Faro, bisp. do Algarve, Relação de Lisboa. Tem uma só freg., cujo orago é Santa Maria. Está situada na encosta de um monte, na margem direita da ribeira de Arade, que mais tarde tomou o nome de Ria de Silves. E' pov. muito antiga, mas ácêrca da sua fundação nada se sabe ao certo. Alguns geographos pretendem que foi construida antes da vinda dos carthaginezes á Lusitania, e que os fundadores fôram os phenicios, uns 900 annos antes de Christo. Outros sustentam que fôram os *curetes*, *cynetas* ou *cynesios*, povos da Grecia, que pelos annos do mundo 3651 (450 antes de Christo), entraram por mar, nas Hespanhas, onde fundaram varias povoações; mas o P. Salgado, nas suas *Memorias ecclesiasticas do Algarve*, diz que os curetes nunca vieram á Peninsula iberica, e que fôram os phenicios os fundadores provaveis de Silves. O que é incontestavel, segundo a opinião de todos os geographos e historiadores, é que, quando os romanos invadiram a Lusitana, já Silves era uma cidade de grande importancia, e que assim se conservou durante o seu dominio; mas a sua maior grandeza e prosperidade deram lhe os reis moiros, que a escolheram para a sua côrte, e que tornaram rico e feliz todo o seu reino, no qual chamavam *Chensir* e *Chelb*, e estes dois nomes davam tambem a Silves, que era a capital. Esta prosperidade durou 344 annos, des de 716 até 1060, em que D. Fernando Magno, de Castella e Leão, a conquistou, saqueando-a, e matando, ou fazendo escravos quasi todos os seus habitantes. Pouco tempo depois, os moiros tornaram se a apoderar da sua bella cidade, agora em grande decadencia, e conservando-a no seu dominio até 1188, conseguiram recuperar grande parte da sua antiga prosperidade. Em 21 de julho de 1189, D. Sancho I, de Portugal, lhe pôz um apertado cêrco, podendo entrar na cidade no dia 1.º de setembro. Esta conquista é assim contada: Uma furiosa tempestade obrigou uma secção da esquadra de cruzados, da qual era chefe geral o imperador Frederico Barba Roxa, a arribar a Villa Nova de Portimão, quando dos Paizes Baixos navegava á Palestina. D. Sancho I estava então em Santarem, e logo mandou muitos refrescos á esquadra, e por fim conseguiu que os cruzados o ajudassem a tomar Silves, que era o asylo seguro dos piratas africanos que infestavam as nossas costas, promettendo aos cruzados abandonar lhes a cidade a saque, depois de tomada. A esquadra constava de umas 70 velas, e era guarnecida por muitos fidalgos e populares da Dinamarca, Frisia, Hollanda, Flandres e outros paizes. D. Sancho mandou ao conde D. Mendo de Sousa, o *Sousão*, insigne capitão portuguez, que marchasse por terra com a sua gente, em direcção a Silves. Acampava elle junto á cidade, quando a esquadra fundeou no porto. O cêrco durou 40 dias, até que por fim foi tomada a praça, depois d'uma bravissima resistencia, com muitas perdas dos christãos e grande mortandade dos moiros. Os cruzados, vendo que a empresa era muito mais difficil e perigosa do que ao principio tinham imaginado, haviam se indisciplinado, querendo abandonal-a, mas D. Sancho animou-os, e assim se continuara a renhida peleja. Tomada a praça, os cruzados procederam logo ao saque, apoderando se das grandes riquezas que encontraram, levando-as para as suas terras. No commando dos esquadrões de D. Sancho I achavam se os bispos de Lisboa, Porto e Coimbra. Querendo o monarcha conservar para a sua corôa e para a fé christã tão importante presa, mandou-a povoar de portuguezes; fez purificar a sua principal mesquita, que erigiu em cathedral, tornando-a assim uma cidade episcopal; transferiu para aqui a residencia dos bispos, que antigamente fôra na cidade de Ossonoba. Logo em 1190 teve logar o assento d'esta séde, por breve do pontifice Clemente III, sendo o primeiro bispo D. Fr. Nicolau, capellão do monarcha e conego de Santa Cruz, de Coimbra. Silves ficou com uma guarnição de tropa escolhida. Tal era a fortaleza d'esta praça, que, não obstante achar-se no centro d'um paiz todo habitado por inimigos, conservou triumphante sobre os seus muros o pavilhão das quinas durante tres annos, no fim dos quaes tinha novamente de perder se. O anno de 1191 foi fatal para este reino. As tempestades e inundações haviam causado uma grande fome, e em seguida, foi assaltada por uma peste devastadora. Então o miramolim de Marrocos, Aben-Juseph, passou o mar, pelo Estreito de Gibraltar, com uma grande armada, e juntando-se com o rei de Sevilha e com o kalifa de Cordova, invadiu Portugal, pelo sul, tomando, saqueando e arrazando muitas povoações do Algarve, Alemtejo e Extremadura, levando tudo a ferro e fogo. O moiro pretendeu trocar por Silves as praças que tinha conquistado, mas D. Sancho não acceitou a troca, pelo que os moiros puzeram á cidade um apertado cêrco. Os portuguezes resistiram corajosamente, morrendo na defeza da praça o intrepido D. Gonçalo Viegas, *O Espadeiro*, mestre da ordem do Aviz, o governador do castello D. Rodrigo Sanches, outros chefes e grande numero de defensores, pelo que a praça caiu de novo no poder dos moiros, a qual conservaram por 51 annos, até que reinando D. Sancho II, o commen-

dador D. Paio Peres Correia, fronteiro-mór do Algarve, e depois mestre da ordem de S. Thiago, depois de resgatar do poder dos infieis varias praças do Algarve, tomou Silves da maneira seguinte: a cidade estava protegida por um formidavel cinto de muralhas, defendidas por alterosas torres, e por uma aguerrida guarnição, commandada pelo seu rei, o intrepido Al-Mançor-Ben Afan, vulgarmente chamado *Aben-Mafo*. O fortissimo castello de Silves era notavel pela sua solidez, e pela porta de bronze que o fechava, a qual estava segura por fortes dobradiças de ferro e grossas trancas do mesmo metal. O terremoto de 1755 derrotou-o completamente. Hojo humano, que aos moiros, que quizeram ficar sujeitos ao rei de Portugal, lhes conservou todas as suas propriedades e riquezas, e foi em seu favor que se fez o *foral dos moiros fôrros*, dado por D. Affonso III, em Lisboa, a 11 de julho de 1269. Durante o longo periodo de 51 annos, de 1191 a 1242, que Silves esteve pela ultima vez no poder dos infieis, já não pôde recuperar o seu antigo esplendor, apezar de todos os esforços dos agarenos, de maneira que, em 1250, quando o reino do Algarve se tornou definitivamente uma provincia portugueza, estava Silves despovoada, e quasi todos os seus edificios desmantelados. D. Affonso III, para attrahir aqui a população, re-

Silves—Monumento a Salvador Gomes Villarinho no Largo do Hospital de que foi fundador

existe ali a cadeia. O rei moiro, fiado no seu valor e na coragem das suas tropas, tentou fazer repetidas entradas em terras de christãos. Em 9 de janeiro de 1242, saiu da praça com a flôr das suas tropas, na direcção da villa christã de Estombar, com o fim de a saquear, e fazer captivos os seus habitantes, mas D. Paio Peres Correia, que estava de atalaia, investiu de surpreza a praça, quasi desguarnecida de tropas, e por isso lhe foi facil a conquista. O rei moiro, apenas o soube, retrocedeu immediatamente, mas a bandeira do crescente estava já arriada, e a das quinas ondeava ovante sobre as ameias da fortaleza moirisca. Assim ficou para sempre na posse dos portuguezes a cidade de Silves. D. Paio era tão construiu as antigas fortificações, reedificando tambem muitos dos seus edificios, e dando aos povoadores um foral, com todos os privilegios e isenções do de Lisboa, augmentando-lhe ainda outras regalias, foral, que tem a data de agosto de 1266. Seculos mais tarde, el rei D. Manuel concedeu-lhe foral novo, em Lisboa, a 30 de agosto de 1504. Silves foi *couto do reino*, ou de foragidos. D. Affonso III tambem lhe restituiu, em 1266, a cadeira episcopal, porém Silves nunca mais tornou a ser a prospera antiga cidade moirisca, comtudo, foi pouco a pouco renascendo das suas cinzas, mas no livro dos destinos estava escripta a sua decadencia. O seu primeiro golpe foi a mudança da séde do bispado para Faro, em 1577,

no tempo d'el-rei D. Sebastião. Pouco depois deixou de ser a capital do Algarve, sendo Faro elevada a essa categoria. Depois o seu rio, que a tornava um porto de mar, pois até ás suas muralhas era navegavel para vasos de todas as lotações, principiou a obstruir se com areias, de maneira que tal chegou ao ponto de só ali poderem aportar pequenas embarcações. Em 1353 um espantoso terremoto arruinou grande parte da cidade, e os de 5 de março de 1719 e 27 de dezembro de 17:2 tambem lhe causaram grande ruina. Por fim, o terrivel terremoto de 1.° de novembro de 1755, destruiu quasi completamente esta infeliz cidade, deixando de pé apenas 20 casas, e matando 14 pessoas, quasi todas dentro da Sé, que ficou desmantelada. Desde o primeiro quartel do seculo passado, é que Silves foi pouco a pouco renascendo das suas cinzas, por serem aqui os depositos da cortiça alemtejana, destinada á exportação, e de outros muitos productos do paiz, que pelo rio vão para outros portos. O castello está no ponto mais alto da cidade. Tem uma vasta cisterna, cuja abobada é sustentada por 9 arcos de cantaria, descendo se para ella por uma boa escada de pedra lavrada. Silves foi capital do governo das armas do Algarve desde D. Sancho I até D. Affonso IV, que a mudou para Lagos, tendo o governador militar a denominação de *anadel*, ou fronteiro-mór. A egreja matriz serviu de cathedral por mais de 300 annos. Era a mesquita maior dos moiros, que D Sancho I mandou purificar, conforme disse mos; tornando depois a ser purificada quando se restabeleceu o bispado, sendo o seu prelado D. Fr. Roberto, religioso da ordem de S Domingos, por bulla do papa Alexandre IV. Está a egreja situada no centro da cidade n'uma elevação; é um templo vasto, que na reconstrucção depois do terremoto de 1755, foi muito alterada na sua primitiva architectura. Nas capellas lateraes estão os tumulos dos seus bispos e d'outras pessoas illustres. Os arrabaldes da cidade são pittorescos, amenos e bem cultivados, povoados de pomares de fructa, de varias qualidades, e o seu terreno, como o de todo o concelho é fertilissimo em todos os generos agricolas do paiz; o seu rio e o mar fornecem grande variedade de peixe, de boa qualidade. Nos montes ha tambem abundancia de caça. A 10 k. de Silves, e proximo ao mar, está a *Torre de Nossa Senhora da Rocha*, e a 450 m, a NE, se vê a chamada *Cruz de Portugal*, feita de magnifico marmore branco, com a imagem de Christo em relevo. A cruz tem 6 m. de altura, incluindo o pedestal. E' antiquissima, e segundo a tradição, marcava o centro da antiga cidade. Consta que os inglezes já em tempo a cubiçaram, pelo esmero do seu trabalho, e tentaram leval-a, mas o povo oppoz se tenazmente. Ao O da cidade, e a pouca distancia, está a ermida de N. S.ª dos Martyres, que, dizem ter sido fundada por D. Sancho I, quando pôz cêrco a Silves, para n'ella se dizer missa aos christãos, e serem ali enterrados os que morressem nos assaltos. No sitio chamado *Barra de Silves*, na serra da Atalaia, e junto ao rio, houve uma torre de vigia, que deu o nome á serra, fabricada de tijolos phenicios, que serviu para d'ali os turdetanos, antigos povos do Algarve, depois os romanos, e por fim os moiros, vigiarem quem entrava ou saia do porto. O hospital da Misericordia foi construido pelo beneficiado Manuel de Sequeira Castello Branco, sendo inaugurado a 24 de maio de 17.5. O brazão d'armas de Silves é um escudo em branco, coroado. A este respeito diz Vilhena Barbosa, nas *Cidades e villas da monarchia portugueza*, vol. III, pag. 57: «Até n'isto a sorte adversa per-

Silves—Castello e estrada do Cemiterio

seguiu esta infeliz povoação. Tendo sido côrte de um rei, e theatro de muitos feitos gloriosos para a religião de Jesus Christo, e para as armas portuguezas, nenhum emblema veiu trazer ao seu brazão uma memoria, sequer, de suas passadas grandezas» Proximo da cidade fundou o bispo de Silves, D. Fernando Coutinho, em 1518, o convento de N. S.ª do Paraizo, de que já não existem vestigios, que pertenceu primeiro aos frades capuchos, e depois aos da ordem terceira de S. Francisco. Silves, no antigo regimen, tinha voto em côrtes, com assento no banco 2.º Em janeiro do 1874 inaugurou-se uma fabrica de sabão, pertencente á firma commercial de Villarinho & Sobrinho. Silves pertence á 4.ª div. mil., 8.ª brigada, grande circumscripção mil. Sul, e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. Tem a feira das Cruzes a 3 de maio; e outra feira a 31 de outubro e 1 e 2 de novembro; mercado nos 3.ºˢ domingos de cada mez e no 4.º da quaresma; escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; advogados, agentes de diversas casas bancarias do paiz, associações de classe: *Club dos caçadores* e *Industria corticeira silvense*; de soccorros mutuos: *Fraternidade Operaria* e *João de Deus*; fabricantes de azeite e d'apparelhos de gaz acetylene; bibliotheca municipal, vice consul do Brazil, estalagens, fabricas de grossarias e saccos, de moagens de telha; e tijolo, e de rolhas; hoteis, medicos, pharmacias, notarios, sociedades de recreio: *Club Recreativo Silvense*, *Sociedade A. Salvador Gomes Villarinho*, *Theatro Mascarenhas Gregorio;* muitos estabelecimentos industriaes e commerciaes, etc. Publicou se ali o jornal *Defeza do Povo*, de 15 de setembro de 1878 a 8 de dezembro de 1880. Em 1910 publicava-se o *Alma Algarvia*. O concelho de Silves e o de Lagôa comprehendem os terrenos mais ferteis do Algarve. O antigo conc. de Silves abrangia todo o territorio situado desde o Cabo de S. Vicente até Albufeira. Compõe-se de 6 freguezias, com 6:830 fog e 29:426 hab., sendo 14:893 do sexo masc. e 14:533 do fem. As freguezias são: N. S.ª da Conceição, de Alcantarilha, 4:529 hab : 2:201 do sexo masc. e 2:328 do fem ; Divino Espirito Santo, de Algoz, 2:697 hab.: 1:322 do sexo masc. e 1:375 do fem.; Espirito Santo, de Pera, 1:986 hab.: 978 do sexo masc. e 1:008 do fem.; S. Bartholomeu de Messines, 8:445 hab : 4:366 do sexo masc. e 4:079 do fem.; S. Marcos da Serra, 2:081 hab.: 1:153 do sexo masc. e 928 do fem.; Santa Maria, de Silves, 9:688 hab.: 4:873 do sexo masc. e 4:815 do fem. O principal commercio do concelho é cortiça, rolhas de cortiça, figos seccos,

Silves—Cruz de Portugal, lado Poente

amendoas, alfarroba, azeite, vinho e aguardente.

Silvestre (*S.*). Bispo de Braga, no primeiro seculo da Egreja catholica. Governou com todo o zelo religioso, conseguindo fazer muitas conversões. Sabendo que os tyranos haviam deixado no campo exposto á voracidade das féras o corpo de S. Victor, depois de o terem martyrisado, o foi sepultar acompanhado d'alguns christãos, e sendo todos presos n'essa occasião, elle e os companheiros fôram martyrisados no dia 14 de abril do anno 70.

Silvite. Pov. na freg. de Santa Maria, de Ventosa, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Silvosa. Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Canellas, conc. de Penafiel, distr. do Porto. ¶ S. Simão, de Sarnadas, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Sily. Pov. da praganã de Nagar-Avely, com. e distr. de Damão, arceb. de Gôa, na India.

Simães. Povoações nas freguezias: O Salvador, Fonte Arcada, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. ‖ S. Miguel, de Lavradas, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Simalhas. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Simão. Pov. na freg. de Santa Eulalia de Lamellas, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Simão Caboga. Pov. do sobado de N'Dalla Quiluala, na 8.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Simão Ribeiro. Pov. da freg. de N. S.ª da Graça, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Simão Torto. Pov. na freg. de S. Matheus, de Alvàres, conc. de Goes, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural.

Simar. Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freguezia de Santo André de Brancavará, do concelho de Diu, na India.

Simas (*João José de*). Doutor em medicina pela Universidade de Paris, bacharel em letras pela faculdade de Montpellier, etc. N. em Olhão a 20 de fevereiro de 1813, fal. em Lisboa a 1 de junho de 1879. Era filho de Antonio da Silva Simas e de D. Anna Victoria Joaquina. Foi encarregado do hospital de cholera no bairro alto em 27 de dezembro de 1818. Nomeado medico extraordinario do hospital de S. José em 1850, medico da tarde em 1860, director de enfermaria em 1864. Foi tambem medico dos expostos da Misericordia, commendador da ordem de S. Thiago e de Izabel a Catholica, de Hespanha, cavalleiro de Legião de Honra, de França, medico da real camara, etc. Fundou o jornal *Revista Medica de Lisboa*, em 1844, onde escreveu valiosos artigos, e collaborou em todos os outros jornaes medicos do seu tempo. Compoz um *Formulario* com 1‘0 formulas pharmaceuticas para uso da Santa Casa da Misericordia. Era medico muito considerado.

Simas (*Joaquim José da Costa*). Bacharel em direito pela Universidade de Coimbra, conselheiro de Estado extraordinario, commendador da ordem de Christo, procurador geral da corôa, deputado em varias legislaturas, etc. N. em Lisboa, em 1806, onde tambem fal. a 21 de janeiro de 1871. Teve grande reputação de jurisconsulto, e o seu voto era sempre considerado como procurador geral da corôa, logar que exerceu até fallecer, e em que foi seu successor o conselheiro Martens Ferrão. Publicou algumas *Allegações* sobre processos, etc.

Simas (*Manuel Soares de Mello e*). Capitão de artilharia e astronomo de 1.ª classe supranumerario do Observatorio Astronomico. N. em Ponta Delgada a 10 de julho de 1870; assentou praça a 27 de novembro de 1889, sendo promovido a alferes em 3 de novembro de 1893, a tenente a 14 de novembro de 1895, e a capitão em 15 de março de 1907. Possue a medalha de prata de comportamento exemplar. Escreveu uma *Memoria*, em inglez, com o titulo de *Definitive orbit element of Comet 1900 II*, a qual vem na revista allemã *Astronomische Abhandludgen*, compilação de descobrimentos e observações astronomicas dirigida pelo professor dr. H. Kreutz. Na citada *Memoria* descreve o autor escrupulosamente o descobrimento e a apparencia physica do respectivo cometa, os elementos de comparação e ephemeride, perturbações, etc.

Simas Machado (*José Augusto de*). Tenente-coronel de infantaria, deputado nas Constituintes de 1911, e presidente da respectiva camara desde janeiro de 1913. N. em Braga a 25 de julho de 1859, sendo filho de Antonio de Simas Machado e de D. Thereza de Jesus Ferreira Simas. Estudou os preparatorios no lyceu de Braga, e assentou praça no regimento de infantaria n.º 8, em 25 de agosto do anno de 1875, cursou a Escola do Exercito, sendo promovido a alferes em 7 de janeiro de 1881, a tenente em 6 de outubro de 1886, a capitão em 9 de maio de 1895, a major em 23 de agosto de 1906, e a tenente-coronel em 1907. Como subalterno serviu nos regimentos de infantaria n.º 8, 10, 12, 13 e 18; e como official superior commandou o 3.º batalhão de infantaria n.º 3 e o de caçadores n.º 5. Tem exercido varias commissões de serviço e entre ellas a de professor da classe de sargentos, commandante da casa de reclusão da 3.ª divisão militar, e defensor interino dos conselhos, de guerra da mesma divisão. Foi por largos annos professor do ensino livre no Porto, leccionando as disciplinas de mathematica e de historia. Foi redactor do jornal portuense *Diario da Tarde*, e collaborador de varios outros jornaes. Foi com o batalhão de caçadores do seu commando, para o destacamento de contacto n.º 4 para a fronteira do Minho, e n'essa commissão se conservou 2 mezes, tomando só assento nas Constituintes, para que fôra eleito deputado pelo circulo de Barcellos, em meados d'agosto de 1912. Como deputado, o sr. tenente coronel Simas Machado tem tomado parte activa n'alguns debates parlamentares, especialmente nos que dizem respeito a questões militares. No principio de janeiro de 1913 foi eleito presidente da camara dos deputados, em substituição do sr. Victor Macedo Pinto. Era official e cavalleiro da extincta ordem d'Aviz, e possue a medalha de prata de comportamento exemplar.

Simões. El rei D. Duarte deu a Gil Simões, em 3 de julho de 1430, o seguinte brazão: Em campo de prata um leão negro picado de ouro e armado de vermelho sobre um campo verde ao pé ao escudo; timbre, um leão.

Simões (*Antonio*). Esculptor lisbonense, fundador do convento da Penha de França, em 1596. Era um artista que fez nove imagens por promessa. V. *Portugal*, vol. II, artigo *Lisboa*, pag. 259.

Simões (*Antonio*). Pintor que viveu nos fins do seculo XVII e principios do XVIII. Foi discipulo de Antonio Lobo, que tivera por mestre o professor italiano Vicente Baccarell. Foi pintor de merecimento, distinguindo-se sobretudo na pintura de architectura em que tinha como rival Braz d'Oliveira Velho, mas no que excedia muito o seu competidor era nas figuras a tempera.

Simões (*Antonio Augusto da Costa*). Doutor e lente cathedratico jubilado de medicina, e reitor da Universidade de Coimbra. N. na Mealhada a 23 d'agosto de 1819, onde tambem fal. a 26 de novembro de 1903. Era filho do capitão Francisco José Simões e de D. Thereza Justina de Jesus. Preparado convenientemente com os estudos da latinidade e de philosophia racional, matriculou-se em Coimbra no anno de 1835 como alumno do 1.º anno mathematico e philosophico. Determinado a seguir o curso medico, entrou em 1838 no 1.º anno d'esta faculdade, e depois d'um curso brilhantissimo, em que pela sua applicação e talento obteve no 3.º anno um dos premios grandes de 50$000 reis, tomou o grau de bacharel em 29 de julho de 1843. Concluida a formatura, serviu o partido de medicina das Cinco Villas, districto de Leiria, desde agosto de 1843 até setembro de 1847, e n'esse mesmo intervalo accumulou por algum tempo com aquelle partido o de Figueiró dos Vinhos, sendo tambem nomeado vice provedor de saude, de conformidade com a legislação então vigente. Preferindo, porém, ao exercicio da clinica o do magisterio, voltou de novo a Coimbra, em outubro de 1847, para frequentar o 6.º anno medico, vindo a doutorar-se a 16 de julho de 1848. O Instituto de Coimbra o elegeu seu socio honorario a 13 d'abril de 1852, e n'essa qualidade foi um dos fundadores do jornal, que a Associação publicou desde aquelle anno. Por decreto de 3 de agosto do mesmo anno, e carta regia de 6 de outubro seguinte, foi nomeado demonstrador da cadeira de materia medica e pharmacia da faculdade de medicina, e logo em 7 de dezembro despachado physico mór do Estado da India, logar que desistiu por conveniencias particulares, sem que d'elle chegasse a tomar posse. Em vez d'esse logar foi lhe conferido por decreto de 29 de novembro e apostilla de 6 de dezembro de 1854, o de lente substituto ordinario da referida faculdade, em cujo desempenho se houve como devera esperar se da sua muita dedicação e estudos. Pouco depois recebeu a nomeação de associado provincial da Academia Real das Sciencias de Lisboa, posto que o respectivo diploma só chegasse a ser-lhe conferido com a data de 23 de março de 1857. No biennio de 1856 e 1857 serviu cumulativamente o cargo de presidente da camara municipal de Coimbra, com zelo e actividade que bem se manifestam no *Relatorio* impresso em que deu conta da sua gerencia. Despachado lente cathedratico por decreto de 8 de abril e carta regia de 3 de maio de 1860, entrou em exercicio na cadeira de anatomia descriptiva e regeu a dignamente, até que em outubro de 1863 houve de a trocar pela de histologia e physiologia geral, novamente creada pela carta de lei de 26 de maio do mesmo anno. Já por esse tempo havia recebido o diploma de socio honorario do Retiro Litterario Portuguez do Rio de Janeiro, datado do 1.º de julho de 1860, e o de socio correspondente da Academia Real de Medicina de Turim, passado em 28 de junho de 1862. Pelo ministerio do reino foi em portaria de 18 de agosto de 1864 nomeado para a honrosa commissão d'uma viagem scientifica, que durou de 17 de dezembro d'esse anno até 16 de dezembro de 1866. Satisfazendo ao seu encargo visitou successivamente as faculdades e escolas de medicina de Paris e Strasburgo (França); de Bruxellas, Lovaina, Gand e Liége (Belgica); de Utrecht, Leyde, Amsterdam e Rotterdam (Hollanda); de Zurich (Suissa); de Bonne e Berlim (Prussia); de Goettingen (Hanover); de Giessen (Hesse Darmstadt); de Heidelberg (Baden); de Munich e Wrzbourg (Baviera); e de Vienna de Austria; examinando os regulamentos de cada uma, e os differentes methodos de ensino, como tudo consta dos *Relatorios* impressos, que apresentou. No 1.º de fevereiro de 1866 foi nomeado socio correspondente da Sociedade de Anthropologia de Paris, e em 6 de dezembro do mesmo anno socio correspondente da Academia Real das Sciencias, de Lisboa. Por decreto de 3 de outubro de 1866 foi agraciado com a commenda da ordem de S. Thiago, o que elle pediu licença para recusar. O Instituto de Coimbra tambem o elegeu seu presidente, cargo de que tomou posse em 6 de fevereiro de 1867. Em 1870 começou a sua espinhosa e importante commissão de administrador dos hospitaes da Universidade, em que notavelmente se distinguiu pela salutar evolução que ali operou consoante os preceitos da moderna sciencia. Fez uma segunda excursão scientifica em 1878, mas d'esta vez a expensas suas sem subvenção nem commissão do governo, visitando os hospitaes e os laboratorios medicos de Madrid, Barcelona, Montpellier, Marselha, Genova, Roma, Florença, Veneza, Turim, Genebra, Lyon, Paris e Londres. Por essa occasião foi incumbido de representar a Universidade de Coimbra na solemnidade academica em honra do sabio physiologista Schwann, a qual se celebrou a 23 de junho do mesmo anno, no instituto universitario de Liége. Tornando-se incompativel a sua ida a Liége com estudos que não podia interromper em Londres, suppriu a sua presença áquella festividade por meio d'uma mensagem de felicitação que dirigiu em nome da Universidade de Coimbra ao sabio professor. Foi ainda durante esta viagem scientifica que o dr. Costa Simões recebeu a subida honra de ser nomeado pelo governo francez, sob proposta de Milne Edward, membro do jury da exposição universal de Paris, em assumptos de anatomia. O nome do illustre professor está vinculado á importante reforma dos hospitaes da Misericordia do Porto, de que foi encarregado em dezembro de 1882, concluindo-a com applausos da Escola Medica e da corporação clinica do estabelecimento, no breve espaço de 13 mezes. Foi tambem da sua iniciativa a fundação da bibliotheca especial da faculdade de medicina da Universidade. O dr. Costa Simões jubilou-se, ao findar o anno lectivo universitario 1881-1882. Esta jubilação, obtida por diuturnidade de serviço, determinou um acontecimento nota-

vel e sem precedentes nos fastos da Universidade de Coimbra. Os estudantes da sua faculdade offereceram-lhe um rico album de setim amarello com feixos e emblemas de prata contendo os seus retratos, e no qual se lia em uma das capas a seguinte dedicatoria: «Ao sabio, honrado e benemerito professor Costa Simões—Os estudantes da Faculdade de Medicina do anno de 1881-1882.» Por esta occasião tambem os lentes da mesma faculdade lhe tributaram uma significativa e perduravel manifestação, mandando collocar o seu retrato no gabinete de histologia, creado por iniciativa, e perseverantes esforços do illustre cathedratico. No acto da inauguração o dr. Lourenço d'Almeida Azevedo pronunciou umas sentidas palavras elogiando o seu honrado caracter, intelligencia, amor ao trabalho e relevantissimos serviços prestados áquella faculdade. De 1855 a 1857, o dr. Costa Simões desempenhou o cargo de presidente da camara municipal de Coimbra. A sua gerencia distinguiu se por importantes melhoramentos locaes e rasgadas reformas economicas, sendo da sua iniciativa a creação de cemiterios, a pratica de cuidadosas prescripções hygienicas e importantes providencias concernentes á boa arrecadação das receitas municipaes. Foi um dos fundadores da Sociedade Litteraria de Coimbra do Instituto e do jornal que a representa sob o mesmo titulo. Pesquizou as aguas mineraes do Luso, sendo da sua exclusiva iniciativa a creação das thermas que florescem n'aquella pittoresca aldeia das vertentes do Bussaco; e foi da sua iniciativa o primeiro projecto do abastecimento e canalisação das aguas em Coimbra. O dr. Costa Simões foi eleito deputado por Figueiró dos Vinhos, em tres legislaturas, de 1868 a 1870, e n'uma d'ellas exerceu as funcções de vice-presidente da camara. Tambem foi par do reino, eleito pelos collegios scientificos. Em 1890, 8 annos depois de se ter jubilado, o dr. Costa Simões, sempre entregue aos trabalhos scientificos da sua especial predilecção, prestou-se a fazer uma terceira viagem ao estrangeiro, a fim de assistir ao certamen medico internacional de Berlim e visitar os novos hospitaes de França, Belgica e outros paizes. Por motivo de doença, não pôde seguir viagem para esta commissão scientifica na occasião propria, tendo de a adiar para 1891. Não assistiu, portanto, ao certamen, limitando-se á segunda parte d'aquella missão, de que tirou, com vantajosos resultados, os precisos elementos para completar as suas importantes publicações hospitalares. A portaria pela qual foi incumbido d'esta nova missão scientifica tem a data de 12 do julho de 1890. Em 27 de setembro de 1892 foi nomeado reitor da Universidade, tomou posse em conselho dos decanos a 30 do mesmo mez, sendo exonerado a 17 de fevereiro de 1898. Além das distincções já citadas, era tambem socio correspondente da Sociedade Anthropologica Hespanhola, de Madrid, socio honorario do Instituto Pernambucano, presidente honorario da Sociedade União Medica do Porto, membro benemerito da Sociedade Pharmaceutica Lusitana, commendador da ordem da Rosa, do Brazil. Bibliographia: *Historia do mosteiro da Vaccariça e da cêrca do Bussaco, offerecida ao Instituto de Coimbra*, Coimbra, 1855; *Relatorio da direcção do hospital de cholericos de N. S.ª da Conceição, de Coimbra*, etc., Coimbra, 1855; *Relatorio da gerencia municipal de Coimbra nos dois annos decorridos desde o 1.º de janeiro de 1856 até o ultimo de dezembro de 1857*, Coimbra, 1858; *Noticias dos banhos do Luso*, etc., Coimbra, 1859; *Topographia medica das Cinco Villas e Arega*, etc., Coimbra, 1860; *Elementos de Physiologia humana, com a historia correspondente*, 3 tomos, 1861, a 1864, com muitas gravuras; *Relatorio d'uma viagem scientifica*, etc., Coimbra, 1866; foi tambem publicada na sua integra no *Diario de Lisboa* em julho do mesmo anno, e no tomo XIII do *Instituto*; *Hospitaes da Universidade de Coimbra*, Coimbra, etc.. 1869; *Programma da cadeira de Histologia e de physiologia geral*, etc., 1873; *Projecto do regulamento dos hospitaes da Universidade*, 1873; *Historia e physiologia dos musculos*, 1878; *O Ensino pratico na faculdade de Medicina*, 1881; *Noticia historica dos hospitaes da Universidade*, 1882; *Regulamento interno dos hospitaes da Universidade*, 1882; *Dietas e rações*, etc., 1882; *Hospitaes districtaes, plantas* 1883; *Registrador Chauvan, do laboratorio de physiologia experimental de Coimbra*, 1885; *A minha administração dos hospitaes da Universidade, uma gerencia de 15 annos sob a reforma de 1870*, 1888; *Esgotos nas cidades e nos hospitaes*, etc., 1889; *Abastecimento das aguas em Coimbra*, etc., 1889; *Construcções hospitalares da Universidade*, 1896; *A justa apreciação d'uma demissão injusta*, 1898, etc. Deixou muitos trabalhos impressos, de grande utilidade, e muitos manuscriptos, na maior parte referentes a assumptos hospitalares. Collaborou nos jornaes: *Conimbricense*, *Instituto*, *Liberal do Mondego*, *Iris*, *Popular*, *Tribuno Popular*, *Revista Medica de Lisboa*, *Coimbra Medica*, e outros.

Simões *(Augusto Filippe)*. Bacharel formado em philosophia, e doutor em medicina pela Universidade de Coimbra, e lente cathedratico d'essa faculdade. N. em Coimbra a 18 de junho de 1835, onde tambem fal. a 1 de fevereiro de 1884. Era filho de Manuel Simões Cardoso, negociante, e de D. Constança Jesuina de Paula Cardoso. Em 1850, contando 15 annos de edade, matriculou-se nos primeiros annos das faculdades de philosophia e mathematica, concluindo com grande distincção a sua formatura na de philosophia em 1855. No mez de outubro d'este anno começou a frequentar medicina, e terminou tambem muito distinctamente este curso em 1860, tendo já, aos 25 annos de edade, dois cursos scientificos. Nomeado facultativo municipal da villa de Goes, logo em 1860, ali exerceu até 1862 a clinica, grangeando grande reputação de medico. Por decreto de 17 de dezembro de 1851 fôra nomeado professor de introducção do Lyceu de Evora, mas só principiou a exercer este cargo em 1863, sendo tambem incumbido n'este anno de dirigir a bibliotheca publica d'aquella cidade, por ter fallecido no dia 26 de julho d'aquelle anno o bibliothecario João Raphael de Lemos. Em Evora se conservou até 1872, anno em que, por instancias d'alguns distinctos professores de medicina da Universidade, resolveu doutorar-se na mesma faculdade, para seguir, como seguiu, o magisterio superior da Universidade. Durante o longo periodo que esteve em Evora, o dr. Filippe Simões prestou áquella cidade numerosos e relevantes serviços, que muito concorreram para o seu engrandecimento. Os melhoramentos que rea-

lisou na bibliotheca estão authenticados n'um valioso relatorio que dirigiu ao ministro do reino; mereceu tambem menção especial a organisação do Museu Cenaculo, rico repositorio epigraphico-archeologico, a restauração do templo romano, a corajosa reforma da Santa Casa da Misericordia, e a creação e dotação d'um posto meteorologico. Na qualidade de medico gratuito da Associação Artistica, era Filippe Simões o clinico da pobreza, sempre solicito e cuidadoso para com os seus doentes. A' sua poderosa iniciativa se deveu a fundação d'uma associação nocturna com aulas de portuguez, francez e geometria applicada ás artes. O dr. Filippe, tendo resolvido, como se disse, doutorar-se para seguir o magisterio na Universidade, preparou-se com os respectivos estudos, e em 12 de junho de 1872 fez exame de licenceado, tendo escripto a dissertação, intitulada: *A contractibilidade e a excitabilidade motriz.* O acto de conclusões magnas realisou se a 7 de dezembro do mesmo anno, apresentando como dissertação o livro: *Erros e preconceitos da educação physica.* No dia immediato, 8 de dezembro, recebeu o grau de doutor. Aberto concurso para uma vaga de lente substituto de medicina em 1873, concorreu logo, obtendo despacho de provimento por decreto de 15 de maio d'esse anno. A sua dissertação para o concurso tem o titulo. *Breve exposição dos principaes subsidios com que tem contribuido para a theoria do calor animal a chimica, a physica e a physiologia.* O despacho definitivo para o logar de lente substituto tem a data de 9 de julho de 1875. A sua promoção a lente cathedratico é de 21 de agosto de 1883. O dr. Filippe Simões, depois que saira de Evora, não cultivava profissionalmente o exercicio da clinica, para que revelára graude aptidão, e apenas visitava um ou outro amigo. Os estudos universitarios e outras commissões importantes e laboriosas de que foi incumbido, não lhe deixavam tempo para exercer clinica. D'estas commissões citaremos as seguintes: Em 1875, por votação do claustro pleno, representou a Universidade nas commemorações festivas do tricentenario da fundação da Universidade de Leyde, na Hollanda. Sobre este assumpto escreveu: *O Tricentenario da Universidade de Leyde. Relatorio dirigido ao ill.mo e ex.mo sr. visconde de Villa Maior, reitor da Universidade de Coimbra.* Por decreto de 10 de novembro do mesmo anno, foi nomeado para fazer parte da commissão encarregada de elaborar um projecto de reforma das academias de bellas artes de Lisboa e Porto, e a que presidiu o marquez de Sousa Holstein. O Instituto de Coimbra e a bibliotheca da Universidade tambem lhe devem serviços e beneficios. No Instituto creou o museu e a secção de archeologia; e na bibliotheca, depois de dirigir ao governo um substancioso relatorio ácêrca do estado d'esta magnifica livraria, deu principio a uma racional e methodica catalogação, indispensavel á segurança, conservação e utilidade pratica de milhares de livros ali archivados. O dr. Filippe Simões tambem se dedicou algum tempo á politica. Em 1881 foi eleito deputado por Coimbra; e nas côrtes foi solicito em advogar os interesses e engrandecimento d'esta cidade Exerceu o cargo de secretario da commissão executiva da Exposição Retrospectiva da Arte Ornamental de Lisboa, realisada em 1882. O dr. Filippe Simões foi escriptor notavel em tres ramos distinctos do conhecimentos humanos. Sobre sciencias naturaes legou-nos obras do merecimento das *Cartas á Beira-Mar* e da *Educação Physica*; nas bellas artes firmou dois livros de alto valor: *A Exposição Retrospectiva da Arte Ornamental Portugueza e Hespanhola em Lisboa*, e *Reliquias da Architectura Romano-Bysantino em Portugal, e particularmente em Coimbra;* e no ramo da sciencia archeologica deixou em principio um trabalho importante: *Introducção á archeologia da Peninsula Iberica.* Além das obras citadas, ainda mencionaremos as seguintes da sua extensa lista bibliographica: *A Invenção dos Aerostatos Reivindicada;* exame critico das noticias e documentos concernentes ás tentativas aeronauticas de Bartholomeu Lourenço de Gusmão; *Relatorio ácêrca da renovação do museu Cenaculo; Reforma de instrucção secundaria;* parecer apresentado ao conselho do Lyceu Nacional de Evora; *Relatorio da administração da Santa Casa da Misericordia de Evora*, pela commissão dissolvida em 19 de janeiro de 1862; *Theses de medicina theorica e pratica*; que defendeu na Universidade nos dias 6 e 7 de dezembro de 1872; *Da architectura religiosa em Coimbra durante a edade media*; conferencia feita a 21 de fevereiro de 1874 no Instituto de Coimbra; *Resposta a uma consulta; A Medicina Legal no processo de Joanna Pereira*; *Consultas de Medicina Legal.* II.—*A questão Braga; Elogio historico de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivára*, lido na noite de 31 de maio de 1879 no Instituto de Coimbra; *A Civilisação, a Educação e a Phthisica*; conferencias feitas no referido Instituto; *O Tratado de Lourenço Marques*; *Liquidação de responsabilidades; A Exposição Retrospectiva da Arte Ornamental Portugueza e Hespanhola em Lisboa*; cartas ao redactor do *Correio do Noite; Almanach do Sul para 1875*, 1.º anno. No *Tricentenario de Camões, 1580 1880*, publicou o dr. Filippe Simões: *Iconographia*; e no *Instituto de Coimbra, Sarau litterario em commemoração do Tricentenario de Camões*, em 10 de junho de 1880, publicou o discurso que recitou na sala dos capellos; *Vida pratica, livro de muitas informações uteis ao homem nos seus diversos misteres e todos os conhecimentos indispensaveis á boa dona de casa*; *Catalogo illustrado da Exposição Retrospectiva*, etc. Nos *Logares Selectos dos Classicos Portuguezes*, por A Cardoso Borges de Figueiredo, inseriu a *Descripção do Mondego.* N'um album publicado em 1884, da referida *Exposição da Arte Ornamental*, vem uma desenvolvida memoria, servindo como de texto ás phototypias, intitulada: *A Arte antiga em Hespanha e Portugal*, que pertence ao dr. Filippe Simões, e que saiu já depois da sua morte O illustre professor collaborou em muitos jornaes: *Conimbricense, Revista Academica*, 2.ª serie; *A Instrucção e o Povo, Archivo Pittoresco, Recreio Juvenil, Preludios litterarios, Litteratura Illustrada, Folha do Sul, Jornal do Commercio, Amigo do Estudo, Repositorio Litterario, Recreio Litterario, Panorama Photographico de Portugal, Revolução de Setembro, Artes e Letras, Commercio do Porto, Revista Academica*, do Porto; *Jornal da Noite, Boletim Architectonico e da Archeologia da Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes; La Academia*, semanario illustrado universal, Madrid; *Gazeta de Coimbra, A Renascença, O Oc-*

cidente, Boletim da Bibliographia Portugueza, Portugal Pittoresco, A Arte, Correio das Provincias, Povo Portuguez, Correio da Noite, Instituto, de Coimbra, etc. O dr. Filippe Simões era socio correspondente da Academia das Sciencias de Lisboa, da Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, o socio effectivo do Instituto, de Coimbra. A Associação dos Architectos distinguiu-o com uma medalha de ouro expressamente cunhada, em homenagem aos seus valiosos escriptos. Este honrosissimo testemunho de apreço e consideração foi conferido por votação unanime, sendo o dr. Filippe Simões o primeiro socio laureado pela mão do presidente e protector d'aquella illustre sociedade, o rei D. Fernando. E' para lastimar que um homem tão prestimoso, tão notavel na sciencia, eminente professor e escriptor, fôsse victima d'uma allucinação terrivel que o levou ao suicidio, por estrangulamento, n'um subterraneo da Universidade na tarde do dia já citado, de 1 de fevereiro de 1884. A sua morte, inesperada, causou a mais dolorosa surpresa em Coimbra. A sciencia perdia um dos seus homens eminentes e mais prestimosos.

Simões *(Duarte)*. Latinista muito apreciado. N. em Lisboa, sendo filho do medico Simão de Leão. Foi familiar da casa do bispo do Algarve D. Jeronymo Osorio de Leão, que o nomeou conego penitenciario da cathedral de Faro, e fal. n'essa cidade a 6 de fevereiro de 1599, deixando manuscriptas umas obras em latim.

Simões *(Gil)*. Era natural de Villa Nova do Portimão, e foi um dos mais valorosos guerreiros do seu tempo. Floresceu no seculo XV. Serviu por muitos annos em Ceuta e em Tanger, acompanhado de seu irmão Vicente Simões, em navios seus e constantemente combatendo contra os moiros por mar e por terra. El-rei D. Duarte, querendo galardoar os seus serviços, mandou lhes passar em 10 de julho de 1438 uma carta de brazão d'armas onde se lêem palavras muito honrosas tanto para elle como para seu irmão. Esta carta vem publicada (documento n.º 1), no livro de Sanches de Baena *Familias Nobres do Algarve*, em que o distincto escriptor, já fallecido, declara, a pag. 24, que esta carta de brazão de armas é a mais antiga que se encontra registada no Archivo da Torre do Tombo. Além d'esta mercê, teve Gil Simões mais a tença de 10 moios do trigo, o logar de coudel-mór de Lagos, o de escrivão das sizas, tambem de Lagos, servindo por algum tempo de gentil-homem da camara de el rei D. Manuel. Casou duas vezes: a primeira, em Lisboa, com D. Ignez de Vilhena, filha natural de D. Henrique Manuel de Vilhena, conde de Coia e Cintra, e de D. Mayor Portocarrero; e a segunda vez, com D. Thereza Valarinho, filha de Rodrigo Alves Valarinho, fidalgo de grande nomeada em tempo dos reis D. Fernando e D. João I.

Simões *(Lucilia)*. Artista dramatica muito distincta, mas que se encontra ha annos afastada do theatro. N. no Rio de Janeiro a 3 de abril de 1879, sendo filha da notavel actriz Lucinda Simões. Vindo muito creança para Portugal, aqui se educou, e fez a sua estreia, como actriz, em Coimbra, a 4 de maio de 1895, representando a parte de D. Maria de Noronha na primeira scena do 2.º acto do *Frei Luiz de Sousa*, com o seu avô, o actor Simões, que desempenhava a parte de Telmo Paes. Mais tarde, apresentou-se no theatro da Rua dos Condes, sendo sua mãe empresaria, na peça *Madame de Saint-Gêne*, revelando desde logo excellentes qualidades para a scena. Foi uma estreia auspiciosa. O publico recebeu a novel actriz com enthusiasticos applausos. Entre outras peças, que representou n'aquelle theatro, evidenciou-se muito na *Francillon*, mostrando se uma actriz consumada. Em seguida representou no Porto e em outras terras da provincia, obtendo sempre o melhor exito e as maiores sympathias. Regressando a Lisboa, apresentou no Gymnasio em 1899 um trabalho que causou a maior admiração, e em que mostrou todo o seu valor artistico, o papel de *Nora* na *Casa da Boneca*. O desempenho d'aquelle difficilimo papel causou o mais delirante enthusiasmo; Lucilia Simões teve n'aquella creação a sua maior corôa de gloria. Representou depois no theatro de D. Amelia, hoje da Republica, na companhia de sua mãe, e com ella seguiu ao Rio de Janeiro, tornando se sempre distincta em todos os seus trabalhos artisticos. Regressando a Lisboa, novamente entrou para o theatro de D. Amelia, obtendo o melhor exito nas peças: *A Castellã, Leonor Telles, A Rajada, A Transviada, O Duello, Kean, Castello historico, Magda, Tosca*, etc. Fez ainda outras *tournées* ao Brazil, verdadeiramente triumphaes, e por mais d'uma vez visitou Paris, centro da arte, o que muito concorreu tambem para engrandecer ainda mais a sua gloriosa carreira artistica. No seu reportorio, muito importante, figuram, entre as peças já citadas, as seguintes: *Demi Monde, Blanchette, Madame Flirt, Lagartixa, Fedora, Fogueiras de S. João, Zazá*, etc.

Simões *(Lucinda)*. Notavel artista dramatica. N. em Lisboa a 17 de dezembro de 1850, sendo filha do antigo e já fallecido actor José Simões Nunes Borges. Recebeu uma educação esmerada e desenvolvida, proporcionada por seu pae, que não a destinava ao theatro, porém Lucinda sentia uma irresistivel inclinação para a scena. Attrahiam n'a as palmas, as ovações, as creações queridas dos poetas, os applausos enthusiasticos das plateias. Uma noite, em 1866, n'uma recita de amadores, realisada no Gymnasio, á porta aberta, Lucinda pisou pela primeira vez o palco, representando com seu pae as comedias *O cão e o gato* e o *Amor londrino*. Agradou muito, mas aquella recita fôra apenas uma distracção, e Lucinda continuou afastada do theatro. No anno seguinte, porém, resolveu definitivamente seguir a carreira dramatica, a que seu pae se não oppoz. A peça escolhida foi a comedia em 3 actos, *Bemvinda ou a noite do Natal*, original do escriptor dramatico Manuel Domingos dos Santos, que a dedicou á rainha D. Maria Pia, realisando se a recita no dia 16 de outubro de 1867, anniversario da soberana. A debutante manifestou logo uma decidida vocação para a scena, e o publico festejou a com enthusiasmo. A rainha assistiu á representação e brindou a novel artista com uma pulseira. Desde então até 1870, Lucinda Simões occupou o logar de primeira actriz no Gymnasio, desempenhando com grande applauso todos os principaes papeis das peças ali representadas, sendo a ultima em que então entrou, *O Dente da baroneza*, comedia em 3 actos, de Teixeira de Vasconcellos, em que alcançou enorme triumpho. Foi com seu pae para o Porto, onde representou

um anno, e em 19 de abril de 1872 embarcou a primeira vez para o Brazil, na companhia de seu pae. Em setembro d'esse anno casou no Rio de Janeiro com Furtado Coelho, uma gloria theatral e distincto escriptor, que então vivia no Brazil entregue ás suas lucubrações artisticas. Ligada áquelle homem superior, a graciosa actriz aprimorou os seus dotes artisticos, robusteceu a sua illustração, completando a sua educação litteraria e artistica com as viagens pela Europa, com o estudo e a observação dos primeiros actores da primeira scena do mundo. Ligando o seu destino ao de um actor illustre como Furtado Coelho, Lucinda Simões elevou se repentinamente e sem difficuldade ao reportorio litterario moderno para onde a chamavam o seu espirito delicado, o seu apurado senso artistico, e os seus graciosos dotes de mulher. [A distincta actriz

Lucinda Simões

causou fanatismo no Brazil. A digressão artistica que na companhia de seu marido fez ás provincias de S. Pedro e Rio Grande foi uma serie de triumphos. Regressando depois á Europa, visitando Paris e Londres, chegaram a Lisboa em 11 de novembro de 1874, partindo em seguida para o Porto, onde representaram durante o inverno. No verão de 1875 os dois notaveis artistas fôram a Paris e a Londres, e ao regressarem a Lisboa, na falta d'outro theatro disponivel, fôram para o antigo Variedades, aproveitando-se da companhia insignificante que ali existia. O velho theatro remoçou-se. Lucinda e Furtado Coelho fizeram o milagre de obrigar a sua companhia a representar as obras primas do reportorio moderno, as peças de Sardou, de Feuillet; o talento extraordinario de Lucinda fez com que o ultimo theatro de Lisboa se tornasse o theatro da moda, reunindo ali em enchentes successivas a primeira sociedade lisbonense. A estreia foi a 26 de outubro com a peça *Dalila*, que muito agradou. Em 1876, Lucinda com seu marido tornou a partir para o Brazil. Andou por lá 6 annos n'uma serie não interrompida de triumphos, e depois de fazer a sua terceira viagem pela Europa, fixou residencia em Lisboa em 1882, representando no antigo theatro dos Recreios, Gymnasio e Principe Real, hoje Apollo. N'outra viagem ao Brazil, com uma companhia organisada em Lisboa, os dois distinctos artistas alcançaram novos triumphos. Os dois esposos depois separaram-se, e Lucinda Simões voltou mais tarde para Lisboa, na intenção de entrar para o theatro de D. Maria. Conseguiu que os jornaes levantassem uma campanha a seu favor, e lá entrou, debutando na peça em 4 actos, *O Pantano*, de D. João da Camara, mas saiu logo depois, tornando-se emprezaria do theatro da Rua dos Condes, onde fez grandes melhoramentos, abrindo com a peça em 4 actos, *Madame Sans-Gêne*. Com a sua companhia fez umas *tournées* ás provincias, em seguida esteve no theatro de D. Amelia, indo depois ao Brazil. Regressando a Lisboa, montou no verão de 1898, no theatro de D. Amelia, a celebre peça de Rostand, *Cyrano de Bergerac*. O seu trabalho de directora foi muito honroso, mas de grande prejuizo. Tornou ainda ao Brazil, quando se desligou da companhia do theatro de D. Amelia, e annos mais tarde regressou a Lisboa, fazendo nas duas ultimas epocas parte da empresa do Gymnasio, onde se encarregou da direcção do palco, sendo tambem ensaiadora. O Gymnasio teve essas epocas muito brilhantes, pondo em scena peças que muito agradaram, tomando parte n'algumas d'ellas a distincta actriz, especialmente na peça em 4 actos *A Conspiradora*, em que o seu trabalho tem sido muito apreciado. Lucinda Simões collaborou tambem n'alguns jornaes litterarios.

Simões *(Luiz)*. Moço da camara de el rei D. Manuel, cavalleiro do conselho e da ordem de Christo, da qual ordem tomou o habito no convento de Thomar a 22 de janeiro de 1529. Havia servido na Africa, como consta da folha do capitão e governador de Çafim Nuno de Athayde, na qual se declara haver recebido as suas moradias até 4 de outubro de 1512. Em 1555 achava-se residente em Tavira, porque n'esta cidade subscreveu o emprestimo que no dito anno foi levantado entre os fidalgos. Fal. em Tavira no anno de 1563. Casou em 1520 com sua prima D. Leonor Mascarenhas, que fal em 1569, filha de Ruy de Faro Mascarenhas, e de sua mulher D. Brites Mendes de Sarrea.

Simões. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de S. João dos Caldeireiros, conc. de Mertola, distr. de Beja. || N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra. || S. Thiago e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Simões d'Almeida *(P. Francisco)* Bacharel formado em theologia pela Universidade de Coimbra, antigo professor do Lyceu Nacional de Lisboa, sendo mais conhecido pelo *Padre Simões*. N. em Coimbra a 3 de dezembro de 1830, fal. em Lisboa a 25 de fevereiro de 1905. Tendo apenas 16 annos de edade, e depois de haver concluido os preparatorios no lyceu de Coimbra, matricu-

lou-se na Universidade, formando se em theologia em 1852, contando apenas 21 annos. Em seguida á formatura, dedicou-se em Coimbra ao ensino livre, tendo em pouco tempo adquirido ali uma grande reputação, como leccionador habil e consciencioso, fama que chegou ao conhecimento do cardeal patriarcha D. Guilherme, que em 1854 o convidou para reger a cadeira de latim no seminario de Santarem No desempenho d'esse cargo se conservou até 1858, anno em que por concurso publico foi nomeado professor de portuguez e latim no Lyceu Nacional de Lisboa, cujo logar desempenhou até adoecer da enfermidade que o victimou. Em 1871, sendo ministro da marinha o conselheiro Mello Gouveia, foi lhe por este offerecida a mitra archiepiscopal de Gôa, que elle recusou, preferindo continuar na sua modesta situação no professorado. O P. Simões era juiz desembargador da Relação e Curia Patriarchal, vogal decano da commissão canonica encarregada da beatificação do condestavel D. Nuno Alvares Pereira, juiz presidente do Tribunal Pontificio da Provincia Ecclesiastica de Lisboa. Foi tambem durante muitos annos capellão da casa do grande capitalista José Maria Eugenio d'Almeida, logar que exercia ainda quando adoeceu, e professor da Casa Pia. Por diversas vezes exerceu os cargos de reitor e vice-reitor do Lyceu de Lisboa, por ser o professor mais antigo d'este estabelecimento de ensino. Teve perto de 50 annos o exercicio do magisterio, em Coimbra, Santarem e em Lisboa, onde foi professor effectivo durante 46 annos. O P. Simões era dotado d'uma intelligencia privilegiada, que desde muito novo o pôz em evidencia no meio em que vivia, e possuindo, como poucos, vastos conhecimentos, não só da lingua latina e da portugueza, que leccionava, mas ainda de varios ramos de sciencia, era muito conhecido e considerado, especialmente no meio escolar. Quando o dr. Rodrigues teve a iniciativa da publicação d'uma edição official, para uso do ensino, dos *Lusiadas* de Camões, o P. Simões foi um dos collaboradores dos trabalhos da revisão dos textos das diversas edições para a fixação orthographica, o que bem provava o alto conceito em que era tida a sua autoridade.

Simões d'Almeida *(José)*. V. *Almeida (José Simões de)*.

Simões Baião (*Antonio Eduardo*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, director do Archivo Nacional. Filho de Antonio Simões Baião, nat. do Beco de Santo Aleixo, conc. de Ferreira do Zezere. Concluiu o curso na Universidade no anno lectivo de 1899-1900. Foi professor interino do Lyceu de Santarem e é professor das escolas industriaes. Foi nomeado, por concurso, 2.º conservador da Torre do Tombo, hoje Archivo Nacional, e promovido a 1.º conservador por antiguidade, sendo mais tarde nomeado director, logar que exerce hoje. O sr. dr. Baião publicou de collaboração com o sr. Pedro A. de Azevedo, em 1905, um bom livro, de grande utilidade, *O Archivo da Torre do Tombo, sua historia, corpos que o compõem e sua organisação*, pelo que foi louvado em portaria. Tem collaborado largamente no *Archivo Historico Portuguez*, de que é director o sr. Braamcamp Freire, publicando substanciosos artigos sobre a Inquisição em Portugal e no Brazil; etc.

Simões Carneiro *(Francisco)*. Um dos mais conceituados, honestos e bemquistos commerciantes e industriaes de Lisboa, que pelo seu trabalho incessante e pela probidade do seu caracter, conseguiu, despresando todos os processos de enriquecimento que lhe repugnassem á consciencia de homem de bem, accumular uma boa fortuna, apezar de distribuir muito por aquelles que imploravam o seu auxilio, e elevar-se a uma alta posição na sociedade. N. na Varzea de Goes a 4 de maio de 1826, fal. em Lisboa a 25 de maio de 1893. Seus paes, uns pobres camponezes, a quem escasseavam os meios, fraca educação lhe podiam dar, e o pobre rapaz, nos primeiros annos da vida, entregou-se aos rudes trabalhos do campo. Aos 9 annos de edade deixou a casa paterna para vir tentar fortuna em Lisboa. O pobre rapaz entrou n'esta grande cidade completamente desprovido de recursos, trazendo comsigo unicamente a pequena quantia de *seis vintens*, como elle proprio confessava A fortuna ás vezes compraz-se em coroar os esforços energicos d'estes luctadores. Apoz longos annos de privações e soffrimentos, sujeitando-se aos trabalhos de que podia lançar mão, conseguiu reunir uma abastada mediania que lhe permittiu desenvolver em larga escala as suas aspirações industriaes e centuplicar um capital ganho á custa dos esforços da sua admiravel perseverança. A extrema bondade do seu caracter alliada á generosidade do seu coração, deram-lhe tanta popularidade como o grande negocio que tinha, em que empregava centenares de braços no fabrico de carvão A riqueza, porém, não era o unico alvo a que aspirava, Simões Carneiro não procurou nos seus já opulentos recursos o bem estar e a commodidade que elles lhe poderiam proporcionar. Continuou firme no seu posto de trabalho, todo entregue á sua obra que a prosperidade não conseguiu fazer cessar. Sendo então já negociante muito conhecido e considerado e tido como homem de fortuna, travou relações com diversos homens da politica, sendo um d'elles Saraiva de Carvalho, a quem muito se affeiçoou. D'essas relações resultou a politica apoderar-se do negociante, porque a sua influencia era grande, e por isso se tornara um homem precioso para uma lucta eleitoral. Filiou se no partido progressista, e foi vereador da Camara Municipal de Lisboa, em duas eleições successivas, deixando o seu nome vinculado a muitos melhoramentos publicos da cidade; depois eleito deputado por Evora, não chegando a tomar assento na camara, e em 1880, eleito por Lisboa. Patriota e democrata, o alto cargo social a que chegara, não lhe fez esquecer os seus principios, e em 1881, quando no parlamento se votou o tratado de commercio de Lourenço Marques, combateu e votou contra, apezar de estar no poder o partido progressista, a que estava ligado. Foi de accordo com as suas ideias e acompanhou o voto do povo que se manifestava contrario áquelle tratado. Como todos os politicos, teve os seus espinhos e soffreu muitas invejas; teve o desgosto de vêr discutida e ridiculisada a sua origem plebeia por adversarios pouco generosos, e a sua vida de trabalhador honrado citada como uma affronta. Em compensação, porém, Simões Carneiro teve largo ensejo de publicamente affirmar a sua energia e integridade exactamente nas situações mais difficeis em que

tantos se sentem desfallecer. Simões Carneiro foi tambem par do reino electivo, cargo de que não fez caso, porque tendo a sua fortuna soffrido bastante com a fallencia da casa Moura Borges & C.ª, e vendo a muito reduzida, só pensava em levantar sobre os destroços ainda importantes uma nova riqueza. Abandonou completamente a politica, retirou-se á sua casa da Porcalhota, entregando-se á lavoura, com quo contava restaurar a fortuna perdida. A edade e a doença não lhe permittiram que se realisasse esse plano, e a morte veiu por fim victimal-o, depois do terrivel soffrimento d'um cirro no estomago que lhe durou tres mezes. Por occasião do restabelecimento d'uma enfermidade, foi prégado um sermão do graças pelas suas melhoras pelo dr. José Teixeira Garcia Diniz, que o publicou em 1878.

Simões de Carvalho (*Augusto Luciano*). Bacharel formado nas faculdades de mathematica e philosophia pela Universidade de Coimbra, engenheiro, inspector dos edificios publicos. N. no Porto a 7 de junho de 1838, sendo filho de Luciano Simões de Carvalho e do D. Maria Emilia Gonçalves de Carvalho. Seguiu os cursos das referidas faculdades, concluindo os com distincção em 1854. Seguiu depois o de engenharia civil na Escola do Exercito e em Paris. E' socio do Instituto de Coimbra e da Associacão Industrial Portuense, etc. Depois de haver publicado os seus primeiros ensaios litterarios em artigos de politica e folhetins no *Ecco Popular*, do Porto, fundou com seu irmão J. L. Simões do Carvalho, em janeiro de 1860, o *Amigo do Povo*, jornal politico, em cuja redacção fôram auxiliados por veves por Manuel da Silva Passos, o grande tribuno popular. Em maio de 1861, desejando os seus proprietarios e redactores dar lhe mais larga amplitude, o mudaram em *Diario Mercantil, politico, litterario, industrial-agricola*, e sob este titulo continuou a publicar se alguns annos som interrupção. Além dos artigos de polemica diaria, dedicados ás questões de politica interna e externa, e a outros assumptos, o sr. Simões de Carvalho inscriu na parte litteraria d'essos jornaes varios trabalhos seus, entre elles, com o titulo de *vultos litterarios*, uma serie de folhetins, contendo estudos biographico criticos ácêrca d'alguns poetas portuenses contemporaneos. Publicou tambem um estudo ácêrca dos expostos, com o titulo *A exposição dos enjeitados;* é dividido em 12 capitulos, que fórmam outros tantos artigos de fundo no *Diario Mercantil*, de agosto e setembro de 1863. Outra serie de artigos foi tambem inserta no *Diario*, saindo depois em volumes, *A exposição industrial do Porto em 1861*, Porto, 1861.

Simões de Carvalho (*Joaquim Augusto*). Bacharel formado em medicina; doutor e lente do prima jubilado de philosophia na Universidade de Coimbra. Nasceu n'esta cidade a 18 de julho de 1821, onde tambem fal a 14 de junho de 1902. Era filho do antigo e conhecido pharmaceutico de Coimbra Joaquim Simões de Carvalho e de D. Marianna Ludovina Simões de Carvalho. Seguiu o curso de philosophia, sendo premiado no 3.º, 4.º e 5.º annos; defendeu theses a 18 de julho de 1842, recebeu o grau de licenceado a 26 e o de doutor a 31 do mesmo mez de julho. Foi um dos candidatos no concurso dos logares vagos da faculdade em julho de 1843, e sendo o mais novo dos concorrentes ficou classificado em primeiro logar. Decretada posteriormente a suspensão da lei dos concursos, e substituida pelo systema da longa opposição, o dr. Simões de Carvalho teve de sujeitar se ás novas provas exigidas como habilitação para o magisterio, matriculando-se como doutor addido em 11 de outubro de 1844. Em janeiro, fevereiro e março de 1849 satisfez ás difficeis provas exigidas pelo decreto de 1 de dezembro de 1845 para a habilitação de oppositor, fazendo 30 prelecções sem compendio, com assistencia de dois professores da faculdade, quo faziam o serviço por turno, o apresentando todas as semanas, ao secretario da Universidade, as suas prelecções escriptas. O seu primeiró despacho de professor tom a data de 4 de fevereiro do 1845. No intervallo de 1843 a 1849 frequentou a faculdade de medicina, sendo premiado em todos os annos. Tomou o grau de bacharel, mas não quiz nunca exercer clinica. Em novembro de 1867 foi eleita, por ordem do governo, uma commissão administrativa do Jardim Botanico, sendo um dos vogaes escolhidos o dr. Simões de Carvalho. Esta commissão realisou importantes melhoramentos, sendo os principaes a plantação de muitas arvores e arbustos; o estabelecimento de um horto medico, d'uma escola de plantas industriaes, e a creação d'um pomar para servir de escola pomologica, na cêrca de S. Bento, composto das melhores variedades de arvores fructiferas, nacionaes e estrangeiras. No anno de 1859 effeituou-se em Coimbra uma exposição districtal, e o dr. Simões de Carvalho foi encarregado de estudar a secção agricola, ao que satisfez, escrevendo um curioso e bem elaborado relatorio, que foi impresso. Durante o tempo em que funccionou regularmente a Sociedade Agricola do districto de Coimbra, foi o dr. Simões de Carvalho um dos vogaes mais assiduos e laboriosos, assistindo a todas as sessões, esclarecendo com o sou voto autorisado os assumptos de que se tratava, o redigindo actas, circulares e relatorios. Foi depois nomeado pelo conselho da faculdade de philosophia, presidente da commissão encarregada do levantar, no Jardim Botanico da Universidade, um monumento ao dr. Felix de Avellar Brotero. Em 1879 foi promovido a lente de prima. O dr. Simões do Carvalho era socio effectivo do Instituto de Coimbra, e honorario da Sociedade promotora de Agricultura Michaelense, da Sociedade Pharmaceutica Lusitana, do Centro Promotor de Instrucção Popular de Coimbra, da Associação dos Artistas, da mesma cidade; socio extraordinario da Associação Central de Agricultura Portugueza; socio correspondente da Associação Industrial Portuense. Collaborou nos seguintes jornaes: *Observador*, *Conimbricense*, *Instituto*, *Revista Academica*, de que foi um dos fundadores, o redactores, *Tribuno Popular*, *Panorama photographico de Portugal*, *Portugal Pittoresco*, *Jornal de Horticultura pratica*, etc. Em abril de 1867 fez uma conferencia na Associação Central de Agricultura, que foi muito concorrida e apreciada. Bibliographia: *Lições de philosophia chimica*, Coimbra, 1851; 2.ª edição, 1859; *Relatorio do fiscal da faculdade de philosophia ácêrca da reforma que a mesma faculdade fez subir á presença de Sua Magestade em 11 de abril de 1851*. etc.; *Declaração de voto para satisfazer á portaria do ministerio do reino de 6 de*

junho de 1866 sobre a reforma da faculdade de philosophia; é datada de Coimbra a 30 de janeiro de 1867; *Conferencia agricola feita em Lisboa a 11 de abril de 1867 por convite da Real Associação Portugueza;* publicada na *Dissertação* inaugural para o acto de conclusões magnas na faculdade de philosophia, por Antonio do Avellar Severino; na *Revista agricola*, orgão de aquella sociedade n.º 10, junho, 1867, a pag. 256 e seguintes, e depois reproduzida no *Instituto*, vol. XIV, pag. 127; *Memoria historica da faculdade de philosophia*, Coimbra, 1872; *Zoologia — Os peixes electricos; Chimica — Interessantes applicações do silicato de potassa; Industria do papel; Geologia — A turfa; Zoologia popular — Metamorphose dos insectos; Zoologia popular — As aves; Zoologia popular — Animaes domesticos; Inundações — Meios de as tornar menos desastrosas; A viação publica; Elogio da Agricultura* etc.

Simões de Castro *(Augusto Mendes)* Bacharel em direito pela Universidade de Coimbra. N. n'esta cidade a 3 de agosto de 1845, sendo filho de Joaquim Mendes de Castro e de Anna Augusta Simões de Castro. Habilitou se com todos os preparatorios necessarios para cursar na Universidade os estudos superiores, matriculou se em 1863 no primeiro anno de theologia, o qual por enfermidade que lhe sobreveiu, não chegou a completar. Mudando, porém, de destino, resolveu seguir o curso de direito, em que se formou. Escreveu em jornaes litterarios varios artigos historicos e archeologicos ácêrca de Coimbra e suas visinhanças, entre os quaes se encontram: *Apontamentos ácêrca do mosteiro de Cellas*; no *Archivo Pittoresco*, vol. VII; *Labyrinthos curiosos — Mosteiro de Lorvão e Mosteiro de Santa Cruz;* idem, vol. VIII; *O arco de Almedina*, idem, vol. IX; *O bispo de Coimbra D. Jorge de Athaide*; idem, vol. X; *A ponte de Coimbra*; no *Amigo do estudo*, a pag. 7. Escreveu tambem: *Guia historico do viajante em Coimbra e arredores, Condeixa, Lorvão, Mealhada, Luso, Bussaco, Monte mór-o-Velho, Figueira*, etc., adornado com gravuras; Coimbra, 1867; *Panorama Photographico de Portugal*, Coimbra, 1872.

Simões Dias *(José)*. A' noticia publicada no 3.º volume do *Portugal*, a pag. 47 e seguintes, d'este professor e mimoso poeta, temos a accrescentar o seguinte: A camara municipal de Vizeu deliberou dar a uma das ruas d'aquella cidade o nome de *Simões Dias*. A camara de Arganil tambem em uma das suas sessões deu ao largo da Praça da Villa de Arganil o nome de *Praça Simões Dias*. A junta de parochia da freguezia de Bemfeita, terra da naturalidade do dito dr. José Simões Dias, e a camara municipal deliberaram, n'uma das sessões do anno de 1912, dar ao largo da Praça de Bemfeita, o nome de *Praça Simões Dias*.

Simões Dias Cardoso *(P. Albino)*. Professor aposentado e parocho da freguezia de Cerdeira de Côja, conc. de Arganil. N. na freguezia de Bemfeita, do mesmo concelho, a 11 de d'agosto de 1850, sendo filho dos abastados e bemquistos proprietarios Antonio Simões Dias Cardoso e D. Maria Gonçalves do Rosario; irmão do fallecido professor e poeta dr. José Simões Dias. Teve por tios paternos o P. Albino Simões Dias Cardoso, que por muitos annos foi parocho collado em Pedrogão Grande, e apreciado prégador, sendo ali muito estimado, e onde falleceu a 13 de maio de 1874. Nascera no logar das Luadas, freguezia de Bemfeita; o outro seu tio paterno foi o P. Manuel Simões Dias Cardoso, arcediago da sé de Coimbra e professor de latim no seminario e no lyceu da mesma cidade, examinador e prégador. Nascera tambem no logar das Luadas. Fallecou no Porto em serviço de exames de instrucção secundaria, deixando uma boa fortuna em bens a seu sobrinho arcedíago da sé do Coimbra, José Simões Dias, fallecido em Berlim, e uma obra de *Trechos selectos*, para os que principiam a traduzir o latim. O P. Albino Simões Dias Cardoso entrou aos 6 annos de edade na escola primaria da sua terra, indo aos 11 para a companhia de seu tio e padrinho, e parocho do Pedrogão Grande, acima citado. Ali frequentou a aula de latim, cuja regencia estava confiada ao professor secundario, official, João' Cabral de Figueiredo Pedroso e Brito, onde se demorou apenas um anno, por ter fallecido o professor Como a aula não tornou a ter quem a leccionasse, entreteve se dois annos no estudo da musica vocal e instrumental, n'aquella villa, tendo por mestres o P. José Serra, e o cantor José Tavares, continuando depois esses estudos com o mestre da philarmonica de Pedrogão Grande, José Thomaz d'Aquino. Esta habilitação musical lhe serviu do muito depois, nos exames de cantochão e n'aquelles que fez para obter as ordens de subdiacono, diacono e de presbytero. Sentindo vocação para a vida ecclesiastica, seguiu em 1865 para Coimbra, onde foi recebido por seu irmão e desvelado protector, o fallecido dr. José Simões Dias, a quem confessa dever a sua posição social. Em 1866 fez exame de admissão aos lyceus e os do 1.º e 2.º annos de portuguez, e logo em 1867, os de francez, latim, latinidade e historia Em 1868 matriculou-se no lyceu, mas em 1869, indo seu irmão para Elvas, sentiu muito a sua falta, pelo que teve de se internar no Seminario, onde fez os restantes preparatorios e o curso theologico. Familiarisado com a litteratura, já n'esse tempo escrevia artigos e poesias, que se acham dispersos em diversos jornaes, tornando-se assim conhecido como escriptor. Escreveu tambem, de collaboração com o seu condiscipulo Joaquim dos Santos Gonçalves, a comedia em 1 acto, *Os amigos inseparaveis*, sendo o producto liquido da venda para uma subscripção, então aberta no Seminario de Coimbra, para o Dinheiro de S. Pedro. Uma das suas composições poeticas intitula-se *Hymno do theologo*, e foi publicado no jornal *A Esperança*, de Lisboa. Em maio de 1872 recebeu as ordens menores e a de subdiacono, e em dezembro d'esse anno a de diaco no Como não tivesse ainda edade para cantar missa, resolveu habilitar se para o exercicio do magisterio primario. Achando se n'essa epoca seu irmão em Vizeu, para ali se dirigiu com o fim de ser por elle leccionado em todas as disciplinas do respectivo programma, e no mez de zembro de 1872 alcançava a classificação do *distincto*, entre 29 companheiros de candidatura. Collocado na escola official de Villa Facaia, concelho de Pedrogão Grande, por despacho de 4 de abril do anno de 1873, cuidou então de fazer o seu exame para receber as ordens de presbytero, que lhe fôram conferidas na capella de S. João de Almedina, em Coimbra, a 28 de dezembro de

mesmo anno. Em janeiro de 1876 foi lhe dada a capellania de Pedrogão Grande, onde cantou a sua primeira missa em 24 de maio, c pellania que deixou, passando para a de S. Vicente, da mesma freguezia, ainda em 1876, anno em que tambem lhe foi dada a propriedade da sua cadeira de professor. Em 1878 vagou a escola do Madeirã no conc. de Oleiros, onde tambem vagara o logar de parocho. As principaes pessoas d'aquella localidade instavam com o P. Albino para ir ali exercer os dois misteres, a que elle accedeu. Emprehendendo se a construcção do actual edificio escolar d'aquella freguezia, o P. Albino veiu a Lisboa, á sua custa, sollicitar dos filhos de Madeirã residentes na capital, donativos para este melhoramento. Conseguiu a importancia de 100$000 reis, que fôram applicados para a construcção do novo edificio de educação. Vagando mais tarde a cadeira da escola de Cerdeira, para ali foi transferido em 1881, como professor, sendo-lhe dada ao mesmo tempo a carta de parocho interino, e mais tarde a de parocho encommendado. Na sua freguezia tem prestado os mais relevantes serviços, sendo da sua iniciativa a compra do relogio para a torre da egreja parochial, além de outros melhoramentos. O seu amor pela boa organisação escolar, o levou a confeccionar e publicar uns mappas dos registos das escolas, que fôram elogiados e recommendados pelos jornaes: *Annaes da Instrucção Publica*, *Boletim do Clero e do Professorado*, e outros. São bem conhecidos alguns dos seus artigos pedagogicos, publicados em differentes jornaes. O P. Albino foi, por vezes, nomeado membro dos jurys dos exames elementares em Arganil; tem habilitado alumnos para exame elementar e de admissão aos lyceus, ensinados na escola official; foi presidente e relator de diversas commissões nas conferencias pedagogicas de Arganil. Em 1896 eleito pelos jornaes *Civilisação Popular* e *Federação Escolar*, dirigente do movimento da classe, no conc. de Arganil, juntamente com o seu collega da villa. Em 1899 foi nomeado membro da commissão concelhia, para os trabalhos preparatorios do congresso pedagogico projectado em Coimbra, e que o governo não consentiu que se realisasse. O P. Albino foi aposentado como professor da freguezia de Cerdeira, por despacho de 26 do dezembro do 1905, publicado no *Diario do Governo* de 10 de janeiro de 1906. A *Civilisação Popular*, de Rio Maior, n.º 414, de 24 de janeiro de 1903, publicou o retrato e uma minuciosa biographia do rev. P. Albino Simões Dias Cardoso.

Simões Ferreira (*Albano*). Escriptor e poeta contemporaneo. E' natural de Anadia, e actualmente reside no Brazil, para onde partiu em março de 1902. E' autor d'um livro intitulado *Notas d'um portuguez*, e na Anadia publicou em 1900 um outro livro, com o titulo de *Arreboes (versos da minha natureza)*. Espalhados em diversos jornaes, encontram se numerosos artigos seus e poesias, especialmente na revista lisbonense *O Recreio*.

Simões Margiochi (*Francisco*). Celebre estadista liberal e illustre mathematico. N. no logar de Casellas, da freguezia d'Ajuda, a 5 de outubro de 1774, fal. em Lisboa a 6 de junho de 1838. Formou-se na Universidade de Coimbra nas faculdades de mathematica e philosophia, tomando o grau de bacharel em ambas no anno de 1798. Entrou logo em seguida na armada com o posto de 2.º tenente, serviu no Brazil, e sendo nomeado lente substituto da Academia Real de Marinha de Lisboa, regressou a Portugal. Transferido para o exercito de terra, foi nomeado capitão de engenheiros em 1803, continuou a sua carreira de professor da Academia de Marinha, sendo nomeado lente proprietario da cadeira de algebra e do calculo. Escolhido pela Academia Real das Sciencias para seu socio correspondente, foi em 1809 promovido ao posto de major de engenheiros, e pouco depois foi tambem eleito socio effectivo da mesma Academia. Até então Simões Margiochi consagrara se exclusivamente á sciencia, de que foi em Portugal um dos mais eximios cultores. A *Memoria sobre o calculo das notações*, publicado no tomo 3.º das *Memorias da Academia*, os *Fundamentos da algarithmia elementar*, publicados no mesmo tomo, e em que vem uma excellente demonstração geral da formula do binomio e dos coefficientes indeterminados, uma *Theoria da composição das forças* publicada no mesmo tomo, em que apresentou uma bella demonstração do theorema fundamental da estatica, a *Memoria com o fim de provar que não podem ter formas de raizes as equações litteraes e completas dos graus superiores ao quarto*, memoria onde em parte refuta algumas theorias do celebre Wronski, publicada no tomo VII das referidas *Memorias da Academia*, todos estes escritos provam o alto merecimento scientifico do homem, que não tardaria a representar um papel importante na politica. Margiochi manifestara desde muito novo sentimentos liberaes, fôra já uma victima de Pina Manique, porque em 1797, sendo Margiochi ainda estudante, foi preso por ordem do celebre intendente por se suspeitar ser elle o autor d'um papel que chamava o povo á revolta. A accusação era falsa, e Margiochi foi solto pouco depois, voltando ás suas predilectas occupações scientificas. Casou por esse tempo, e concentrava todos os seus affectos na familia e na sciencia, sem deixar, comtudo, de aspirar em segredo para um futuro politico mais radiante do que então se antevia em Portugal. Rebentando a revolução de 1820, Margiochi saudou a com enthusiasmo, e o seu reconhecido talento e as suas opiniões liberaes, que não deixavam de ser conhecidas, o indigitaram á escolha dos eleitores da provincia da Extremadura, que o fizeram seu representante nas côrtes constituintes de 1821, em que fez uma figura brilhantissima. Não se distinguiu só como orador, Margiochi tornou se tambem notavel pela audacia das suas propostas revolucionarias, e pelo radicalismo das suas opiniões. Votou sempre na discussão da Constituição, a favor dos principios que constituiam o programma dos partidos mais avançados. Votou contra o *veto* absoluto, contra a instituição do conselho de Estado, e a favor da existencia de uma só camara. Apresentou projectos de lei, que propunham a abolição de tribunaes odiosos como o da Inquisição e do Juizo da Inconfidencia, e outros que propunham o estabelecimento de instituições conformes com o espirito moderno, como o da creação das guardas nacionaes. Tudo isto contribuiu para tornar perigosa a sua situação quando triumphou a reacção. Os inauferiveis direitos do D. João VI eram incompativeis com a existencia em Portugal do homem que ousava

até combater o *veto* absoluto. Margiochi, que nas côrtes ordinarias de 1822 fôra reeleito por uma enorme maioria, emigrou em 1823 para Inglaterra, onde collaborou com outros emigrados portuguezes na redacção do *Popular*, jornal que se começou a publicar ali nos fins de 1824, e quo durou até 1826. Restabelecendo se então o regimen liberal, pôde Francisco Simões Margiochi regressar á patria, por pouco tempo, visto que logo em 1828 se viu obrigado a emigrar de novo para Inglaterra, d'onde passou a França. Em 1833 apresentou se no Porto a D. Pedro IV, que immediatamente o despachou tenente coronel de engenheiros, e pouco depois coronel da mesma arma, o que sempre teve por elle a maior predilecção. Passando a séde do governo para Lisboa, Margiochi acompanhou o imperador que o nomeou a 20 de setembro de 1833 conselheiro de Estado. A 15 de outubro seguinte, a morte de Candido José Xavier, que era ministro do reino e dos negocios estrangeiros, tornou necessaria uma reconstituição ministerial, e Simões Margiochi encarregou se da pasta da marinha Este ministerio tornou a ter outra reconstituição, em abril de 1834, porém Margiochi conservou se na mesma gerencia, e n'esse anno, por carta regia de 1 de setembro, foi nomeado par do reino e cavalleiro da ordem de Aviz. No dia 24 d'esse mez falleceu D. Pedro IV, e o ministerio apresentou a sua demissão á rainha D. Maria II, que a acceitou, encarregando o duque de Palmella de organisar novo ministerio. Por esta occasião foi agraciado com a commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. Simões Margiochi tomou assento na camara dos pares, mas d'ahi a dois annos a revolução de setembro de 1836 acabou com a camara alta, substituindo a depois por um senado electivo. Simões Margiochi perdeu a sua cadeira de legislador, e, ou porque estivesse cançado das agitações da vida politica, ou porque o antigo deputado radical das côrtes de 1820 tivesse modificado as suas opiniões e não sympathisasse com as ideias avançadas da nova revolução, o certo é que se recolheu completamente á vida particular, entregando se do novo aos seus estudos mathematicos, e empenhando se sobretudo na conclusão da sua obra capital, as *Instituições mathematicas*, que deixou manuscriptas, e que um seu filho do mesmo nome do pae, publicou em 1869, em 2 volumes, que abrangem um curso completo das mathematicas puras, comprehendendo na primeira parte desde os principios rudimentares de arithmetica até ás elevadas theorias do calculo differencial e integral, e na segunda a geometria plana, a espherica, as duas trigonometrias com sufficientes noções da geometria a duas e tres coordenadas. Margiochi deixou tambem ineditas uma *Memoria sobre as factoriaes* e umas *Reflexões sobre o «Methodo inverso dos limites, ou desenvolvimento geral das funcções algarithmas» de F. de R. G. Stockler*. Pouco tempo, porém, so pôde occupar d'esses trabalhos, porque tendo se retirado da vida politica em 1836, foi logo accommettido por uma doença cruel, que o victimou Nesse mesmo anno se publicou em Lisboa uma biographia de F. S. Margiochi.

Simões Margiochi *(Francisco)*. Bacharel formado em mathematica pela Universidade de Coimbra, par do reino, conselheiro do Tribunal de Contas, etc. N. em Lisboa a 27 de novembro de 1812, onde tambem falleceu a 17 de janeiro de 1879. Era filho do antecedente Tinha 26 annos quando seu pae falleceu, não podendo n'essa occasião herdar o pariato, porque n'essa epoca regia se o paiz pela Constituição de 1836, mas, restaurada a Carta Constitucional, fez valer os seus direitos e foi occupar na camara a cadeira de seu pae. Francisco Simões Margiochi já a esse tempo era bastante conhecido pela sua illustração, a ponto de ter sido eleito membro do Conservatorio de Lisboa, apezar de não ter voltado para a litteratura a sua attenção especial. Tendo sido decretada a 10 de novembro de 1849 a reforma das repartições do ministerio da fazenda, e tendo se organisado depois o Tribunal de Contas, foi Simões Margiochi nomeado secretario d'essa instituição. Em 1859 foi nomeado conselheiro do mesmo tribunal, exercendo logo as funcções de presidente da 2.ª secção. Possuidor de importante fortuna, preferiu sempre applical a a emprezas commerciaes, sem que, por ser conselheiro o par do reino, julgasse rebaixar a sua dignidade Sendo accionista importante do Banco de Portugal e da Companhia do Gaz, publicou varios relatorios sobre a gerencia d'esses estabelecimentos. Sem ser orador, como seu pae, seguia, comtudo, as discussões da camara alta, e apresentou em 1861 um projecto de lei sobre policia de estabelecimentos industriaes insalubres, incommodos ou perigosos, projecto de lei que sustentou em varios relatorios que imprimiu. No jornalismo entrou incidentemente, já para sustentar esse seu projecto nas *Cartas* que escreveu em 1861 ao redactor da *Politica Liberal*, já para defender os actos dos constitucionaes com a energica resposta que deu no *Jornal do Commercio* de 1857 ao general miguelista Lemos n'uma serie de artigos que intitulou *O Camões do sr. D. Miguel*. Simões Margiochi foi casado com D. Maria Henriqueta Villas Margiochi

Simões Margiochi *(Francisco)*. Agronomo pelo Instituto Geral de Agricultura, depois Instituto de Agronomia e Veterinaria, e hoje Instituto Superior de Agronomia; vereador da camara municipal de Lisboa, par do reine por successão, tomando posse na respectiva camara na sessão de 21 de março de 1879; provedor da Casa Pia, grande proprietario, etc. N. em Lisboa a 22 de dezembro de 1848, onde tambem fal. a 6 de outubro de 1901. Seu pae e seu avô, usando do mesmo nome, fôram dois homens notaveis (V. os *artigos antecedentes*). Foi educado no collegio allemão Roeder, e muito dado a leituras uteis e instructivas, applicando se com particular interesse ao estudo das linguas vivas. Foi ainda n'aquelle collegio, que se arvorou redactor d'um pequeno semanario, *Ensaios litterarios*, que se publicou em 1863, começando em 3 de outubro. Contava então Simões Margiochi apenas 15 annos de edade. Consultando as suas naturaes aptidões, e como que prevendo que mais tarde seria um abastado proprietario rural, matriculou-se no Instituto Geral do Agricultura, concluindo o curso com a maior distincção em 1870, defendendo a sua these, que n'esse anno saiu impressa, com o titulo: *A Luzerna: sua cultura e vantagens*. Posteriormente publicou artigos notaveis no *Jornal do Commercio*, todos sobre assumptos agricolas, alguns d'elles de polemica com outros agricultores de boa nota. Dirigiu alguns revistas agricolas,

sendo seu principal redactor, taes como *A Epocha*, *Agricultura Contemporanea*, *Agricultura Nacional*, etc. Publicou tambem diversos folhetos subordinados ás epigraphes *Assumptos agricolas* e *Assumptos diversos*, merecendo especial referencia os que tratam de *vinhos*, de *marcas de procedencia* e de *alcool*. Pouco depois de terminar o curso, foi nomeado vereador da Camara Municipal, nos biennios de 1872-1873 e de 1874-1875. Muito dedicado á agricultura e horticultura, tomou a iniciativa de medidas importantes como a creação e aformoseamento de alguns jardins publicos, creação de premios para corridas de cavallos, afim de desenvolver a creação cavallar; a organisação de uma bibliotheca especial de jardinagem, a proposta para a demolição das grades que cercavam o antigo Passeio Publico, ideia que lhe trouxe muitas autipathias, e que pouco depois foi calorosamente defendida. N'uma difficil conjunctura por que passou o municipio municipal, foi Margiochi chamado a prestar lhe o seu valioso concurso. Por questões administrativas foi, em 1890, dissolvida a camara e substituida por uma commissão, cuja presidencia coube a Simões Margiochi. A cidade via-se a braços com uma greve cujas consequencias teriam sido terriveis se não fôra a coragem e o desassombro com que Margiochi e os seus collegas encararam esse perigo que, graças ás energicas e bem orientadas providencias, dentro em pouco foi conjurado. Por occasião da invasão do phyloxera nas vinhas, deu provas de grande energia no combate do terrivel inimigo. Nomeado vogal da commissão dos serviços phyloxericos do sul em 1882, foi eleito seu presidente por decreto de 21 de abril de 1883. Foi tambem presidente dos congressos anti-phyloxericos realisados com o melhor exito em Santarem, 1884; em Leiria, 1885; e em Torres Vedras, 1886. Simões Margiochi houve se com tal zelo, dedicação e vigilancia na direcção d'esses importantes trabalhos, que mereceu uma portaria de louvor, e a nomeação de vogal do Conselho Superior de Agricultura. N'este cargo evidenciaram-se muito as suas faculdades de trabalho, sendo a sua opinião sempre acceita com agrado, como provam as multiplas e complicadas *consultas* que lhe eram confiadas, e que lhe mereceram, por vezes, os mais rasgados applausos. Na exposição agricola levada a effeito em 1884 na Tapada da Ajuda, trabalhou com verdadeiro afan na sua realisação apresentando interessantes exemplares de insectos destruidores de plantas, colhidos na sua importante propriedade denominada *Monte das Flôres* do concelho de Evora, e bem assim differentes collecções de sementes agricolas Na Exposição Industrial Portugueza com uma secção agricola, realisada na Avenida da Liberdade em 1888, foi um dos membros da commissão executiva da secção agricola, onde se impôz pelo brilhantismo das suas installações, admirando-se a mais completa collecção de productos agricolas, que lhe mereceu o diploma e medalha de honra da Associação Central de Agricultura Portugueza. Como par do reino militou sempre no partido regenerador, tendo sido dedicado amigo e enthusiasta de Fontes Pereira de Mello. A sua intransigencia politica não impedia que Simões Margiochi contasse amigos sinceros em todos os campos, os mais adversos; é que n elle o patriotismo sobrelevava a todos os compromissos partidarios. Na camara alta advogava sempre as causas mais justas e as questões que mais directamente interessavam o rejuvenescimento economico do paiz e muito especialmente da agricultura. Em 1889, o conselheiro José Luciano de Castro, conhecendo as especiaes aptidões de Simões Margiochi como pedagogo, amigo desvelado e carinhoso da infancia orphã e desprotegida, aptidões que revelara durante 29 annos que foi secretario das casas de Asylo da Infancia Desvalida, e no Asylo de Nossa Senhora da Concеição para raparigas abandonadas, da qual foi thesoureiro, nomeou-o provedor da Casa Pia, cargo que exerceu até 1894, em que foi exonerado, succedendo lhe o conselheiro Elvino de Brito. Na sua gerencia procedeu a numerosos melhoramentos; reorganisou as repartições, aboliu o uso da palmatoria e outros castigos corporaes applicados aos alumnos; estabeleceu exercicios militares, creou os batalhões escolares, a bibliotheca e museu escolares, promoveu conferencias dominicaes, montou officinas-escolas de diversos officios, para cuja direcção escolheu pessoal de reconhecida competencia. Fez inaugurar tambem uma escola pratica de agricultura e de jardinagem, etc. Correm impressos os seus interessantes *Relatorios*. Margiochi prestou desinteressado e valioso concurso a muitas associações: A Sociedade de Horticultura, de que foi presidente; a Associação da Imprensa Portugueza, de cuja direcção foi presidente; da Sociedade Litteraria Almeida Garrett, de que foi vice-presidente da direcção. Outras importantes aggremiações, tanto nacionaes como estrangeiras, o contavam entre os seus mais prestimosos membros. Era socio da Sociedade de Geographia, da Associação Central da Agricultura Portugueza, da Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes, da Sociedade das Sciencias Agronomicas, de *la Société des Agriculteurs de France*, etc. Margiochi recusou sempre obstinadamente quaesquer titulos ou veneras que não traduzissem unica e simplesmente o reconhecimento dos serviços que prestára ao paiz, e o entranhado amor ao estudo. Nunca acceitou a carta de conselho, que por mais d'uma vez lhe foi offerecida. Havia casado em Cintra a 4 de fevereiro de 1875, com D. Gertrudes Magna d'Almeida, filha do capitalista e par do reino, José Maria Eugenio d'Almeida. V. *Francisco Simões Margiochi*, biographia por J. E. Dias da Silva, Lisboa, 1899.

Simuera. Pov. do conc. de Cacongo, no distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. ‖ Pov. do sobado de Cabinda, na regedoria do Sócca, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Sinaes. Pov. na freg. de Santa Maria, de Silvares, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Sinda. Pov. da div. do Congo Ialla, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Sinde. Pov. e freg. de N. S.ª da Concеição, da prov. do Douro, conc e com. de Tábua, distr. e bisp. de Coimbra; 207 fog. e 731 hab. Tem esc. do sexo masc. Está situada a 2 k. da estrada de Poiares a Celorico da Beira, e a 5 da séde do conc. Teve foral dado em Lisboa, por el-rei D. Manuel, a 10 de fevereiro de 1514. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. ‖ Pov. na freg. de S. Ju-

lião, de Covellas, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Sindleira. Pov. na freg. de S. Lucas, de Freiria, conc. do Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Sindim. V. *Sendim.*

Sindonim. Pov. da praganã de Nagar-Avely, na com. e distr. de Damão, arceb. de Gôa, India. Tem mattas que produzem madeira de excellente qualidade. || Aldeia pertencente á div. de Uply-Pabw, ao sul do rio Sandalcalo, no conc. de Nagar-Avely, distr. de Damão, India.

Sines *(João Daniel de).* Vulgo o *Raspalhista.* N. em Sines nos fins de fevereiro de 1809, fal. em Lisboa a 18 de abril de 1878. Era filho de Daniel dos Santos e de D. Catharina de S. José. Tendo sido enviado por seus paes para o seminario de Santarem, com o intuito de seguir a vida ecclesiastica, concluiu ali os preparatorios, e não se sentindo com disposições para aquella vida, seguiu a carreira das armas assentando praça no regimento de infantaria n.º 4. Por occasião da revolta d'este regimento contra as tropas de D. Miguel, foi preso e mandado para o castello de S. Jorge, e encerrado na mais escura das prisões, sendo processado na alçada militar e em consequencia d'uma denuncia particular, o julgamento foi lhe mudado para o civil, livrando se d'esta fórma de ser fusilado. Amnistiado foi transferido para outro corpo, com a nota de rebellião, a 21 de agosto de 1831. Um anno depois, em 1832, passava a nado de uma para a outra margem do rio Douro, acossado pelas balas dos piquetes de D. Miguel, e foi-se apresentar a D. Pedro, que o collocou em infantaria n.º 10, onde serviu com distincção durante todo o cêrco do Porto, e depois até ao combate de Asseiceira, em que terminou a lucta, batalhando com uma bravura inexcedivel, sendo condecorado com o habito da Torre e Espada. Em 16 de julho de 1840, sendo sargento ajudante no deposito de praças avulsas, deu baixa de serviço. Em 1841 foi perseguido por causa de suas ideias, e preso na Torre de Belem. Foi ali que se entregou ao estudo da medicina de Raspail pela qual prestou relevantissimos serviços ao paiz por occasião da cholera morbus, em 1856, e da febre amarella, em 1857, sendo por esse facto agraciado com a commenda da ordem de Christo. Foi um luctador tenaz a favor das doutrinas de Raspail, e as curas que fez valeram-lhe a inveja de muitos medicos, que o metteram em processo, mas foi absolvido, apresentando uma brilhantissima defeza, que lhe mereceu uma ovação do povo no Largo da Boa Hora, em 1851. No anno seguinte publicou se um opusculo com o titulo *Sessão do julgamento de... accusado de curar de medicina sem habilitações legaes.* Liberal de convicção, acompanhou todas as crises politicas por que passou Portugal n'essa epoca, sempre combatendo gloriosamente, e quando se extinguiram os instinctos bellicosos dos partidos, para serem transportadas as questões á imprensa e aos comicios populares, Sines continuou a sua lucta combatendo corajosamente os inimigos da liberdade nos jornaes *Patriota* e *Portuguez.* Trabalhava noite e dia nas causas a que se dedicara, a da liberdade e a da humanidade, e nunca fraquejou, sendo sempre temido e vencedor. Deixou obras de grande alcance philosophico, como o *Jesus Christo e a Egreja ultramontana*; *Dissertação critica sobre a epidemia de 1857; Os jesuitas na côrte de D. Sebastião; O Jesuitismo Lazaro, o ultramontanismo ou phariseismo moderno*; deixou tambem um poema inedito, que é a historia imparcial dos papas.

Sines. Villa e freg. de S. Salvador, da prov. da Extremadura, conc. e com. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa, bisp. de Beja; 982 fog. e 4:010 hab. Fica a 18 k. da séde do conc. para o poente, situada n'uma angra que faz a ponta da Praia até ao cabo de S. Vicente, ficando a enseada algum tanto imminente ao mar. A sua bahia semicircular olha para o sul, tendo no fundo sufficiente altura para navios de todas as lotações, que estão aqui abrigados dos ventos, menos do S e SO, que n'esta costa são terriveis; mas quando sopram d'este quadrante, as embarcações de menos lotação recolhem se a uma calheta onde estão livres de perigo, por se abrigarem com a muralha de um revelim. O arco da enseada é formado por semi circulo de rochedos, que, do pontal da extremidade S, corre até á ribeira, ao N, intestando ahi com um paredão que se levanta sobre um recife, em cuja quebrada se alonga a calheta citada. Sines é praça de guerra de 2.ª classe, hoje desclassificada. Teve foral, dado por el-rei D. Manuel, em Lisboa, no 1.º de julho de 1512, e foi por alguns seculos séde de um concelho do seu nome que se supprimiu por decreto de 24 de outubro de 1855, passando depois a pertencer ao de S. Thiago do Cacem. Teve juiz de fóra, vereadores, juiz dos orphãos mais empregados no civel, administrativo, judicial, da fazenda e municipio. Foi do arcebispado de Evora até 1770, anno em que el rei D. José creou, ou restaurou, o bispado de Beja, e desde então lhe ficou pertencendo. D'esta praça de guerra eram dependentes os fortes de Villa Nova de Milfontes, a 30 k. de distancia para o S, e o da ilha do Pecegueiro, que está em frente de Silves. Ambos estes fortes estavam artilhados e tinham guarnição militar. A praça é defendida por um grande e antigo castello, com dois baluartes do lado do mar, e na extremidade O da bahia, pelo forte de N. S.ª das Salas. O castello ainda existe, habitando ali o commandante da praça. Até 1834 teve uma sufficiente guarnição de infantaria, artilharia, veteranos e uma companhia de milicias. Sines tornou se notavel por ser a patria de Vasco da Gama, o grande navegador, descobridor do caminho da India por mar. A egreja matriz é um templo muito vasto; era collegiada, com 3 beneficiados, além do prior, os quaes até 1834 só podiam obter estes beneficios, sendo freires da ordem de S. Thiago, a que a villa pertencia. As ermidas de S. Geraldo, na costa, de que nem já restam vestigios, e a de N. S.ª das Salas, consta que fôram mandadas reconstruir por Vasco da Gama. Diz-se, que, quando nas viagens passava á vista d'esta ultima ermida, a saudava sempre com uma salva de artilharia. Segundo a tradição e o tombo respectivo, era muito antiga, e já existia havia uns 200 annos, quando Vasco da Gama a reconstruiu. Fôra mandada construir por D. Vetaça Lascaris, em 1335. A ermida é elegante, muito aceada e muito bem conservada. No seu modesto frontispicio, que olha para O, ha duas tarjas circulares com inscripções em letra gothica. No interior da ermida ha varios quadros representando naufragios, commemorando o salva

mento de nautas por milagre da Senhora das Salas. Tambem ali existem dois retratos de Vasco da Gama. A villa é abundante de boa agua potavel, fornecida por tres chafarizes, o da *Senhora das Salas*, das *Ricas*, e de *S. Sebastião*; e por quatro fontes, da *Ladeira da Praia*, do *Rio Grande*, da *Silveira*, e a do caminho que vae para a ermida da Senhora das Salas. Na circumscripção do extincto concelho de Sines ha 6 ribeiras, mais ou menos abundantes de agua, mas que nas grandes estiagens quasi todas seccam: São as seguintes: *Ribeira dos Moinhos*, *Ribeira da Junqueira*, *Ribeira do Morgavel*, *Ribeira da Jordôa*, *Barranco da Bebêda*, e *Corrente de Porto-Côvo*. E' abundantissima de excellente peixe, que se exporta em grande quantidade. Ha uma boa armação com que se pesca muito peixe, mesmo dentro da bahia. E' tambem abundante de vinho, e de muitos generos agricolas; cria muito gado vaccum e lanigero, que exporta, e nos arredores ha muita caça, principalmente coelhos e lebres. A praia de Sines é uma das melhores da costa para banhos, além de deliciosa como ponto de vista. Tem hoje uma doca, que serve para abrigar as embarcações do vento sul e sudoeste. Em Sines é importante a industria cortiçal, exercida em numerosas fabricas, empregando centenares de operarios. Tem a villa bellas quintas e muitas cêrcas e cerrados, onde se cria a videira, a laranjeira e muitas outras especies de arvores de fructo Exporta cortiça e laranja. Foi em Sines, que em consequencia da convenção de Evora Monte, de 27 de maio de 1834, embarcou no dia 1 de junho para o exilio o principe D. Miguel de Bragança, a bordo da fragata de guerra ingleza *Stag*. Em Sines faz-se annualmente uma romaria, nos dias 15 e 16 de agosto, á ermida de N. S.ª das Salas. Na villa existem as aguas sulfurosas ferreas denominadas do Bailão; est. post. e telegr.; escolas de ambos os sexos, agentes de diversas casas bancarias de Lisboa e do Porto, delegação da alfandega, associações: *Centro Republicano*, *Cooperativa Operaria*, *Operarios e corticeiros*, *Soccorros mutuos Operaria Sinense;* barco salva-vidas, commissão de soccorros a naufragos, delegação maritima, fabricas de peixe, de cortiça em prancha; vice-consules das Republicas Argentina e do Uruguay; estalagens, hoteis, medicos, pharmacias, Misericordia e hospital, notario, deposito de gazolina, de madeiras, de polvora e de tabacos, sociedades de recreio: *Club de Sines*; philarmonicas *Sineense* e *União Operaria*; theatro *Vasco da Gama*, companhias estrangeiras de vapores, etc. Sines pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal.

Sinfães. Villa da prov. da Beira Alta, séde de conc. e de com., Relação do Porto, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego. Tem uma só freg, S. João Baptista. Está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Douro, a 49 k. da capital do districto. Foi commenda da ordem de Christo, do conde meirinho-mór. El-rei D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, no 1.º de maio de 1513. A comarca de Sinfães foi creada por decreto de 24 de outubro de 1855, com as freguezias do seu concelho e com as do concelho de Sanfins do Douro, que então foi extincto. A egreja matriz é um vasto e majestoso templo, e a residencia parochial o melhor edificio da povoação. Tem uma excellente ponte metallica e sobre o rio Douro, no sitio da Fisga, em Porto Antigo, que dá communicação com a estação de Mosteiró e 3 pontes de pedra que ligam o concelho com o de Castello de Paiva, a de *Caminhas*, a da *Baleira* e a de *Valbom*, que communica o extincto conc. de Sanfins com o de Sinfães. O terreno do concelho é muito accidentado, porém, como é abundantissimo de aguas, os seus valles são fertilissimos em todos os generos agricolas; e os seus montes, povoados quasi todos de frondoso arvoredo, fazem a terra abundante de madeiras, que exporta em grande escala para o Porto, pelo rio Douro, assim como cereaes e fructas. Cria muito gado de toda a qualidade e nos seus montes ha bastante caça. O rio Douro fornece o concelho de muito bom peixe. Sinfães pertence á 2.ª div. mil., 3.ª brigada, grande circumscripção mil. Central, e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Tem advogados, agencias bancarias, productores de azeite, de cereaes e de vinhos; escolas d'ambos os sexos, est. post e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; hoteis, medicos, pharmacias, notarios, sociedades de recreio: *Assembleia de Sinfães*; *philarmonica Sinfanense*, *Tuna Sinfanense*, etc. O conc. comprehende 17 freguezias, com 6:406 fog. e 25:064 hab., sendo 11:435 do sexo masc. e 13:629 do fem., n'uma superficie de 26:061 hect. As freguezias são: S. Pelagio, de Albões, 325 hab.: 155 do sexo masc. e 170 do fem.; S. João Baptista, de Bustello, 410 hab.: 193 do sexo masc. e 217 do fem.; S. Christovão, de Espadanedo, 1:162 hab: 518 do sexo masc. e 644 do fem.; S. Pedro, de Ferreiros dos Tendaes, 1:545 hab: 711 do sexo masc. e 834 do fem.; S. Martinho, de Fornellos, 1:241 hab.: 543 do sexo masc. e 698 do fem.; N. S.ª da Graça, de Gralheira, 377 hab.: 173 do sexo masc. e 204 do fem.; S. Martinho, de Moimenta, 563 hab.: 247 do sexo masc. e 316 do fem; Santa Marinha, de Nespereira, 2:621 hab: 1:172 do sexo masc. e 1:449 do fem.; S. Miguel, de Oliveira do Douro, 2:763 hab.: 1:267 do sexo masc. e 1:496 do fem.; Santa Marinha, de Ramires, 368 hab.: 168 do sexo masc. e 200 do fem.; S. Christovão de Nogueira, 2:209 hab: 1:043 do sexo masc. e 1:166 do fem; S. Thiago de Piães, 2.220 hab.: 1:030 do sexo masc. e 1:190 do fem.; S. João Baptista, de Sinfães, 3:715 hab.: 1:734 do sexo masc. e 1:981 do fem; Santo André, de Souzello, 2:017 hab.: 905 do sexo masc. e 1:112 do fem.; Santa Maria Maior, de Tarouquella, 822 hab.: 352 do sexo masc. e 470 do fem.; Santa Christina, de Tendaes, 2:238 hab.: 1:024 do sexo masc. e 1:214 do fem.; Santa Leocadia, de Travanca, 468 hab: 200 do sexo masc. e 268 do fem. O principal commercio de todo o conc. é madeiras de castanho, vinho, azeite, milho, centeio, e fructas de diversas qualidades.

Singelim-Grande. Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freguezia de Santo André de Brancavará, do concelho de Diu, na India.

Singelim Pequeno. Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freguezia de Santo André de Brancavará, do concelho de Diu, na India.

Singere. Rio do distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Oriental; passa a O das terras maraves e vae desaguar no Zambeze.

Singral Cimeiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Singral Fundeiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Singuém Aldeia da circumscripção militar de Onda, prov. de Satary, distr. de Gôa, na India.

Siniati Rio da Africa Oriental; corre a O das terras de Changamira, atravessa o sertão de Abutua e desagúa no Zambeze, junto ás cachoeiras de Muabo.

Sinja. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Rossas, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Sino. Instrumento de bronze com a figura de um vaso conico invertido, e que produz sons mais ou menos fortes, agudos ou graves, quando n'elle se exerce percussão por intermedio de uma peça solida e suspensa interiormente, com o nome de badalo, a qual é movida por uma corda que o prende ou por meio de mechanismo proprio para esse fim, se não é o proprio sino que oscilla e que portanto faz vibrar o badalo. Nos relogios de torre e em alguns carrilhões os sinos são percutidos exteriormente por martelor. Em varias chronicas se vê que o uso dos sinos já era conhecido dos antigos, que os applicavam indistinctamente aos sagrados e profanos. Strabão diz que com elles se annunciava a abertura do mercado; Plinio fala d'um rei antigo da Toscana, que estava adornado de campainhas; em Roma determinava se a hora do banho ao toque do sino, e os *serenos* usavam campainhas. Nas casas abastadas serviam as campainhas para chamar os criados e convocar para as horas de comer. Usavam-se finalmente ao pescoço dos animaes em guisa de amuleto para espantar os lobos. Attribue-se aos egypcios a invenção dos sinos, mas de tudo quanto se allega em favor d'esta opinião, o que ha de certo é que com elles se annunciavam as festas de Osiris. Julga se que quem primeiro introduziu o uso dos sinos no culto divino foi Paulino, bispo de Nola, pelo anno de 100. Um antigo historiador refere que em 610 se apoderou tal terror do exercito de Clotario II, que sitiava Sens, por causa do ruido dos sinos, que Lobo, bispo de Orleans, mandou tocar a rebate, pelo que todos fugiram dispersando se as tropas sitiadoras. Beda data o uso dos sinos na Grã-Bretanha desde 680, servindo, antes d'esta epoca, uma matraca para convocar os fieis. A chegada dos reis e grandes dignitarios era annunciada com repiques de sinos, costume que ainda hoje se observa em muitos paizes. O habito de tocar os sinos pelos mortos indica dois fins: o primeiro, advertir os christãos para rezarem por alma d'um de seus irmãos em crença que vae abandonar a terra; e o segundo afugentar do leito mortuario os espiritos malignos, que uma crença supersticiosa suppunha que vagueavam em torno do morto. A preoccupação de que o toque dos sinos concorria para afastar as tormentas, deu tão terriveis resultados, victimando muitos sineiros, que está quasi extincta. Foi no reinado de Constantino Magno que a Egreja começou a servir-se dos sinos, e no pontificado de Sabiniano, 604 a 606, que as basilicas romanas os possuiram pela primeira vez. Em Portugal existem muitos sinos curiosos do seculo XVI, quando a fundição era na *Casa da India e Almazens*, onde tambem era a fundição de artilharia, e além d'estes ainda se encontra algum outro mais antigo ou notavel; assim o sino das horas na torre da sé de Evora, conhecido pelo sino do bispo D. Pedro, que o mandou fundir em 1294, o artistico sino grande da egreja da Conceição Velha, o qual certamente pertenceu á antiga egreja da Misericordia, o historico sino do relogio da torre do castello de Villa Viçosa, o sino que se guarda no Museu de Artilharia, e que deu signal de alarme em Elvas na occasião da invasão franceza na Guerra Peninsular, estes e outros constituem preciosidades. No *Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes*, tomo XII, da 5.ª serie, 1910-1911, começou a publicar o sr. Ascenção Valdez um estudo intitulado *Campanarios em Portugal, apontamentos para a historia da arte de fundição de sinos;* n'esse estudo salienta se o merito dos fundidores e a importancia artistica e historica dos seus productos, visto que muitos sinos merecem toda a attenção, não só pelos emblemas, como pelas legendas que apresentam, e que são elementos preciosos para o estudo da epigraphia, succedendo, até, que alguns corroboram, nos seus letreiros, factos historicos No *Boletim* da mesma Associação, vol. de 1897, a pag. 151, num artigo *Carrilhão*, tambem se fala ácerca dos sinos.

Sino. Povoações nas freguezias: S. Pedro Fins, de Tamel, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Fregim, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Pov. do conc. de Cabinda, na delegação do Chiavala, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Sinquerim. Rio do conc. de Bardez, no distr. e arceb. de Gôa, India N. proximo do Pilerne, a S. O., e corre sinuosamente até á margem direita do Mandovy, lançando as suas aguas na barra da Aguada e formando a peninsula d'este nome no extremo S O do conc. de Bardez. Tem 5 k. de curso.

Sins. Povoações nas freguezias: S. Paio, de Mozellos, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Rio Mau, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Sinterra. Pov. na freg. de S. Thiago, de Tremez, conc. e distr. de Santarem.

Sintra. Melhor escripta, segundo os eruditos, de Cintra. *V. este nome.*

Sinto. Pov. do conc. de Cabinda, na delegação do Chiavala, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Sinval *(José Gregorio Lopes da Camara)*. Cavalleiro da Ordem de Christo, lente proprietario da 6.ª cadeira na Escola Medico Cirurgica do Porto, antigo vogal do Conselho de Saude Publica do Reino, socio correspondente da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, e honorario da Academia das Bellas Artes, membro do Conservatorio de Lisboa, etc.. N. n'esta cidade a 12 de fevereiro de 1806, fal. no Porto a 24 de março de 1857. Destinava-se para a vida monastica, e chegou a vestir o habito da congregação do Oratorio, de sua muito livre vontade, chegando a tomar ordens menores. Entrára, porém, no claustro exactamente quando rebentou a revolução de 1820, e seu pae, que era liberal exaltado, não quiz que seguisse a carreira para que se preparava, forçando-o a passar, como aspirante de marinha, para bordo d'uma nau Não podendo

seguir a vida que desejava, tambem não quiz acceitar a que lhe impunham, e foi matricular se na antiga escola de cirurgia de Lisboa, seguindo o curso brilhantemente. Quando se reformou o ensino medico, foi despachado como lente para uma das cadeiras da Escola do Porto N'esse cargo adquiriu logo grande reputação, e era tão respeitado pela sua sciencia como temido pela sua severidade. Entrou na politica militando na eleições ao lado do partido liberal, confraternisando com Passos Manuel. Dos seus sentimentos liberaes déra já provas em Lisboa, quando publicou em 1826, um *Epinicio aos officiaes do batalhão de caçadores n.º 6*, uma folha de impressão; e duas poesias que recitára na installação da *Sociedade Patriotica Lisbonense* em 1836. No Porto lançou se de alma e coração no movimento que precedeu a insurreição dirigida pela Junta d'aquella cidade. Foi coronel do batalhão academico, e os irmãos Passos o respeitavam e tomavam os seus conselhos Durante esse periodo da sua vida, apenas publicou em 1838, uma oração pronunciada na abertura da aula de partos que regeu na Escola Medica no anno lectivo de 1837-1838, e traduziu em verso, segundo se affirma, o libreto da opera *Norma*, de Felici Romani, com musica de Bellini. Em 1843 publicou a *Oração Academica recitada na abertura do curso da 6.ª cadeira da Escola Medico-Cirurgica do Porto, no anno lectivo de 1839-1840.* Em 1847 afastou-se completamente da politica, e foi matricular se como alumno das aulas de sciencias ecclesiasticas da diocese do Porto. Todos estranharam esta inesperada resolução, e em especial os professores das cadeiras, porém, Camara Sinval, que sempre mostrára saudades da vida da egreja, desejara tomar as ordens que lhe faltavam, e poder prégar. Effectivamente, soube-se um dia, com surpreza, que o antigo professor, provido officialmente das habilitações necessarias para exercer o mister de orador sagrado, ia prégar no templo dos Congregados um sermão em honra de S. Filippe Nery. Camillo Castello Branco, que lho era muito affeiçoado, publicou, em 1864, já depois da morte de Sinval, uma collecção de 23 dos seus sermões, com um prefacio escripto pelo grande escriptor e romancista. Camara Sinval era muito erudito e eloquente, um latinista eximio; tratava muito os classicos e lia-os com enthusiasmo. Publicou tambem no Porto um *Hymno á acclamação de D. Pedro V*, em 1855, sendo a musica de Jacopo Carli. Dos seus manuscriptos, queimou uma grande parte d'elles, quando presentiu que se lhe aproximava a morte.

Sioga do Monte. Pov. na freg. de S. Thiago, de Trouxemil, conc. e distr. de Coimbra.

Siolim. Freg. de Santo Antonio, do conc. de Bardez, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada proximo da margem esquerda d'um riacho. Tem escolas. A egreja matriz data de 1568. || Regedoria do mesmo conc. que comprehendo tambem a prov. de Marnã.

Sipote. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Ermida, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Siqueira. Appellido nobre, assim como o de Sequeira, e a que pertencem, entre outros fidalgos, os condes de S. Martinho.

Siqueiras e Avillezes. De Arronches. Descendem do tronco d'onde procedeu Diogo Lopes de Sequeira, como tambem procedem os Sequeiras, senhores da Torre e Couto de Palma, como tudo constava das provanças que no anno de 1614 tiraram o cavalleiro Heitor de Brito e Figueiredo, e outros, para entrarem na religião de Malta.

Siqueiró. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Real, conc. de Castello do Paiva, distr. de Aveiro.

Sirangolim. Aldeia da circumscripção militar de Caranzol, na provincia de Satary, Novas Conquistas, districto e arceb. de Gôa, na India.

Sirão. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Barros, conc. do Villa Verde, distr. de Braga.

Sirarelhos Pov. na freg. de S. Miguel, de Pena, conc. o distr. de Villa Real.

Sirbuzelo Pov. da freg. de S. Pedro, de Covello do Gerez, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Sirçaim. Povoação da regedoria de Tivim, no conc. de Bardez, na India.

Sircorem Pov. do commando mil. de Satary, Novas Conquistas, no distr e arceb. de Gôa, India.

Sirgão. Regedoria do concelho de Sanquelim, Novas Conquistas, districto de Gôa, na India, comprehendendo a aldeia de Mulgão.

Sirgueiro. Fabricante de artigos de seda. Este officio tinha regimento na collecção dáda pelo senado de Lisboa em 1572. O officio de sirgueiro de chapéos estava embandeirada, pertencendo-lhe 2 delegados á Casa dos Vinte e Quatro.

Siridão Freg. das Santas Almas, conc. e com. das Ilhas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Fica ao S da ilha de Gôa, á beira d'um braço de rio que desagûa no rio de Zuarim.

Sirlim. Pov. na freg. de Chinchinissim, do conc. de Salsete, distr. e arceb. de Gôa, India.

Sirodá. Regedoria do concelho de Pondá, Novas Conquistas, distr. e arceb. de Gôa, na India. Fica proximo da margem do rio de Kachol.

Sirões. Pov. na freg. de Santa Catharina da Serra, conc. e distr. de Leiria.

Sirol. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Dois Portos, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || N. S.ª do Desterro, de Pouzos, conc. e distr. de Leiria. || Ribeira do distr. de Leiria. N. na freg. de Caranguejeira e corre, descrevendo duas curvas, na direcção geral O até proximo de Leiria, onde se junta com a ribeira de Córte, formando ambas o rio Liz. V. *Liz*.

Siroly. Aldeia da circumscripção militar de Quelaudém, na provincia de Satary, districto de Gôa, na India. || Regedoria do concelho de Canácona, no districto de Gôa, na India, comprehendendo a povoação de Colla.

Sirsaim. Pov. do conc. de Pernem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India.

Sirsudém. Aldeia da circumscripção militar de Caranzol, conc de Sanguém, na prov. de Satary, Novas Conquistas, districto e arcebispado de Gôa, na India.

Siruiá. Pov. na regedoria e freg. de S. Salvador do Mundo, conc. e com. de Bardez, distr. e arceb. de Gôa, India. Fica a SE, proximo da margem do rio Mapuçá. Tem. escolas. || Pov. da regedoria de Penha de França, conc. de Bardez, distr. de Gôa, India.

Sirull. Pov. do commando mil. de Satary, Novas Conquistas, no distr. e arceb. do Gôa, India.

Sirvoy. Pov. do conc. de Quepem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Fica na fronteira de Astragar, e na margem direita do rio de Parodá.

Sirvozello. Pov. na freg. de S. Thomé, de Outeiro, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Sisa. V. *Siza.*

Sisenando (*Antonio*). Pintor e gravador. Foi discipulo de Joaquim Carneiro da Silva. Em 1788, o intendente da policia o mandou estudar a Roma, tendo ali por mestre o pintor Labruzzi. Ainda mandou ao intendente uma copia do *Jeremias* de Guerchino da galeria Altieri, mas em 1791, quando estava para entrar na escola do Volpate, enlouqueceu, veiu para Lisboa em 1793, e aqui morreu obscuramente.

Sismarias. Pov. da freg. de S. Thiago, de Marrazes (Arrabalde da Ponte), conc. e distr. de Leiria.

Sistaes. Pov. na freg. de S. Martinho, de Brufe, conc. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga.

Sistello (*Manuel Antonio Gonçalves Roque, visconde de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Christo, cavalleiro e official da Rosa do Brazil, cavalleiro e commendador de S. Silvestre de Roma, etc. N. na freg. de S. João Baptista, de Sistello, a 14 de junho de 1834, fal. em outubro de 1885. Era filho de Francisco Gonçalves Roque e de D. Maria Gonçalves. Foi negociante matriculado na praça do Rio de Janeiro, laureado com a medalha da Commissão Central 1.º de Dezembro de 1610; com a dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, da Sociedade de Geographia de Lisboa, com a de protector da Associação Central de Agricultura Portugueza, da Associação Promotora da Instrucção Academica Imperial de Bellas Artes do Rio de Janeiro, com a Humanitaria da Sociedade Portugueza de Beneficencia da mesma cidade, com a menção honrosa na Exposição Industrial Nacional da mesma cidade, e membro de varias associações humanitarias e litterarias, no Brazil e em Portugal, etc. Casou a 18 de junho de 1870 com sua sobrinha D. Julia Labourdonnay Gonçalves Roque, filha do visconde do Rio de Vez. Foi agraciado com o titulo de visconde, por decreto de 3 de novembro do 1880. Por alvará de 30 do março de 1884, recebeu a mercê do seguinte brazão de armas: Escudo partido em pala; na primeira as armas dos Gonçalves: Em campo verde uma banda de prata carregada de dois leões vermelhos; na segunda uma figura de mulher de ouro, coroada, tendo na mão esquerda tres dormideiras tambem de ouro, sobre nuvens de prata, representando a beneficencia, e em chefe um sol de ouro, em campo vermelho. Timbre, o leão das armas, e por supportes dois leões de ouro armados de vermelho.

Sistello. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 216 fog. e 757 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada junto da margem direita do rio Vouga, a 15 k. da séde do conc. E' terra muito fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Foi vigararia da apresentação do abbade de Cabreiro. A egreja matriz foi ha annos reparada á custa do visconde de Rio de Vez, natural d'esta freguezia. O mesmo titular, a expensas suas, fez uma escola e um cemiterio. || Pov. na freg. de Santa Marinha, de Villar de Pinheiro, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Sistellos. Pov. na freg. de S. Thiago, de Amorim, conc. do Povoa de Varzim, distr. do Porto.

Sisto (*Balthazar de*). Almotacé de Ponte do Lima, por pertencer a uma das principaes familias d'aquella villa. Era filho de Pedro Alvares e de Margarida Affonso Sisto; neto paterno de Pedro Alvares Dantas e de Barbara Pires Dantas. Requereu que lhe fôsse passada carta de brazão d'armas, a qual lhe foi passada pelo escrivão da nobreza, em Lisboa, Simão Gonçalves, a 28 de agosto de 1618. O brazão consta d'um escudo esquartelado todo vermelho, tendo no 1.º quartel uma cruz de lisonjas de prata, 5 em pala e 2 nas ilhargas; no 2.º e no 3.º, duas esporas de ouro sem correias (Pugas), e no 4.º duas caldeiras de prata; e por differença uma brica de prata com um *B* preto. Elmo aberto guarnecido de ouro, tendo por timbre uma anta vermelha.

Sisto. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Annaes, conc. do Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Gamil, conc de Barcellos, distr. do Braga. || Santa Maria, de Geraz do Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Silvalde, conc. da Feira, distr. de Aveiro || Santa Maria, de Veatodas, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Pov. que dá o nome a um apeadeiro na linha do caminho de ferro do norte, entre os de Pedreira e Paramos.

Sitimos. Pov. e freg. de Santa Catharina, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa, arceb. de Evora; 140 fog. e 660 hab. Está situada na margem esquerda da ribeira de Sitimos, a 7 k. da séde do conc. Foi commenda da ordem de S. Thiago, e o rei, como grão mestre, pelo tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens, apresentava o capellão, que só podia ser um freiro da mesma ordem. A terra é muito fertil em cereaes. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal.

Sitio de Além. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Almansil, conc. do Loulé, distr. de Faro.

Siza. Antes de ser estabelecido em Portugal o imposto das sizas, já elle estava implantado na peninsula luso hispannica, independentemente da intervenção do Estado. Como que, para confirmar esta asserção, referem diversos escriptores, que a siza foi ao principio um tributo temporario, que os povos se impunham e cobravam voluntariamente para acudirem ás despezas extraordinarias da guerra, e por ser contribuição voluntaria se chamava *grados*, de grado, vontade, sem que o Estado tivesse a minima interferencia. Obedecia, portanto, o proceder dos povos d'aquellas epocas á firme resolução de obterem, á sua vontade, do imposto das sizas os meios precisos para manterem bem alto o espirito da conquista pelas armas. O que se deve notar, principalmente, é a perseverança d'esto povo e a continuidade

da sua obra até ao ponto das côrtes decretarem as sizas, como medida extraordinaria em tempo de D. Affonso IV, D Pedro I e D. Fernando I, isto é, 24 annos depois de terem sido adoptadas para Castella por D. Sancho IV no anno de 1295. Desde o tempo de D. João I, passada a necessidade porque se impuzeram, se fôram prorogando, e por fim, em 1387, constituiram receita permanente do Estado, obviando o popular rei, por este meio, além d'outros, á situação financeira difficil que tinha herdado. Mais tarde, D Affonso V deu-lhe regimento, vulgarmente conhecido sob a designação de *Artigos das sizas*, a 27 de setembro de 1476. No reinado de D. Sebastião foi reformado este regimento, aclsrado em alguns pontos, e additado em outros; e se fez organisar outro regimento com o titulo de encabeçamentos, em que se estabeleceu a cobrança por concelhos, a qual foi mandada pôr em execução pelo cardeal D. Henrique em 13 de janeiro de 1580. Tendo merecido esta cobrança a especial solicitude do principe D. Pedro, governador do reino, revistos e conferidos pelo Conselho da Fazenda os originaes, que se encontravam nos livros d'este tribunal, ordenou, por alvará de 16 de janeiro de 1674, que os encabeçamentos fôssem approvados. As interessantes disposições d'estes dois regimentos não só abrangiam a transmissão da propriedade immobiliaria e da movel, como tambem comprehendiam um tanto dos modernos impostos de consummo, industrial, e até de sellagem. Poucas transacções escaparam ás apertadas malhas de aquella rede tributaria. A siza pagava-se de tudo que se comprava ou trocava, á excepção do pão cozido, ouro ou prata, etc. Pagava-se 10 % do capital nas compras e vendas dos bens de raiz, quando o comprador e vendedor eram da mesma terra; isto geralmente, pois que em algumas terras existiam excepções para mais. Quando o comprador e vendedor eram ambos de terra differente d'aquella, onde estava situada a propriedade, pagava se 20 %; e, quando um d'elles era da terra, e o outro não, pagava se 15 %, e terras havia em que a siza era sempre de 20 %. Nos moveis e semoventes pagava se a siza de 10 % quando o comprador, ou o vendedor eram de fóra da terra; estes 10 % eram arrematados, o a estas sizas dava-se o nome de *Sizas das Correntes*. Nos moveis, entre pessoas da mesma terra, não se pagava siza, mas havia todos os annos em cada terra um lançamento, chamado *Siza do Cabeção*, para perfazer o que não colhia dos bens de raiz, nem das correntes, e era preciso para preencher as avenças com o governo, ás quaes se dava o nome de *Patrimonio Real*, e, quando as sizas dos bens de raiz e das correntes bastavam para o pagamento do *Patrimonio Real*, não havia lançamento de *Cabeção* ou *Ferrolho*, senão para os de fóra que tinham bens na terra. Nos semoventes pagava-se sempre siza nas correntes, ainda quando o vendedor e comprador eram da mesma terra, onde se fazia o contrato, ou se creava o semovente. As compras e vendas eram obrigadas a manifesto dentro de tres dias, sendo o comprador residente na cidade ou villa, onde fôsse situado o predio comprado, e em 8 dias sendo morador no termo, sob pena do pagamento do duplo, conforme o § 2.º do cap. 4.º do regimento das sizas; havendo em todo o caso denuncia ou acção proposta, mas não a havendo podia manifestar-se a todo o tempo sem pena, como era expresso no § 12.º do capitulo 4.º do citado regimento. Passado aquelle praso tambem era facultado ao vendedor ou seus herdeiros requerer que o contracto fôsse annullado por falta de pagamento de siza com direito a receber os rendimentos desde o tempo de nullo o contrato nos termos do disposto no § 14.º, tit. 78.º, livro 1.º da Ord; mas emquanto o comprador não fôsse citado para vêr julgar nullo o contrato podia pagar se a siza (art. 1.º e cap. 14.º § 14.º do dito regimento das sizas). Sendo a compra desfeita por sentença que a julgasse nulla, não se pagava siza (cap. 6.º, cit. regimento). A siza devia pagar se do anno em que a cousa era entregue, e não quando so contrahia a venda (cap. 4.º, § 3.º *in fine*, cit. regimento), podendo, todavia, pedir-se até 6 mezes, depois de findo o contrato, conforme o cap. 42.º Nas arrematações dos bens de raiz era paga pelo arrematante, e descontava se metade aos vendedores no preço d'ella, (cap. 5.º, § 1.º). Não pagavam siza os herdeiros das tornas em acto de partilhas, nem quando um herdeiro indemnisasse outros por ter levado de mais no seu quinhão, (cap. 6.º § 4.º do citado regimento e § 9.º do alvará de 14 de dezembro de 1775); nem da venda condicional não se verificando a condição, (cap 40.º do cit. regimento); pois, emquanto não se tomava posse da cousa comprada, podia dar se ou ceder-se a outro pelo custo sem pagar siza, (cap. 1.º § 13.º). Os tabelliães eram obrigados a mostrar as suas notas de compras e vendas. Eram estes os preceitos geraes seguidos na cobrança d'este imposto, mais ou menos elevado, consoante as necessidades do thesouro. Deduz se isto de uma serie de factos que a historia nos aponta, d'entre os quaes se enumeram isenções para algumas instituições, e até para os concelhos mais affectados com os estragos da guèrra. Contra parte d'estas immunidades levantaram os povos justificados queixumes, e não menos contra as prepotencias dos exactores d'este imposto. Foi este um dos pontos vigorosamente tratado nas côrtes celebradas em Evora nos annos de 1482 e 1490, reinando D. João II. Ahi os tres estados geraes da nação fizeram muitos requerimentos e queixas, para que as sizas se tirassem, o o mesmo se fez nas côrtes de Torres Novas no anno de 1525, reinando D. João III; e com tal efficacia que chegaram a recusar se ao pagamento das sizas, dizendo que o *requeriam por menos vexação*; ao que respondeu o rei com a mesma resposta que D. João II havia dado nas côrtes de Evora acabadas em Vianna de Alvito. *que era justa, e necessaria a siza para a sustentação do Estado do Rei, Rainhas e Infantes*, etc. A siza veiu vivendo sem grandes attrictos e continuou fruindo a mesma atmosphera depois de elevado este imposto ao dobro, por dois annos, pela carta regia de 19 de junho de 1661, sem excepção do privilegiados, para perfazer o dote da infanta D. Catharina, que casou com Carlos II de Inglaterra, augmento que foi prorogado por outros dois annos, em virtude da carta regia de 16 de novembro de 1663. E como não era prospera a situação economica do paiz, quando expirava a prorogação para o dote, determinou-se por carta regia de 8 de março de 1666, que se lançasse *meio dôbro* das sizas para occorrer ás despezas da guerra. Como se vê, as applicações, que teve o seu producto, fôram differentes. Do

cabeção tirava-se a collecta para os mestres de ler, escrever, solfa e grammatica. Este imposto tinha ministros e cofres privativos. Mas o processo da sua arrecadação era exercido com um tal cortejo de vexames, commettidos á sombra de uma legislação tão contradictoria e com desegualdades tão absurdas e prejudiciaes, que á grandeza d'este mal deu prompto e efficaz remedio e levantado espirito do grande estadista Mousinho da Silveira no providentissimo decreto de 19 de abril de 1832. Foi elle que acabou com a differença ominosa que tornava extranhos, rivaes e inimigos os habitantes d'um mesmo paiz, os membros d'uma só familia; que restringiu o tributo aos contratos das vendas e troca dos bens de raiz, que o egualou para todos os dominios portuguezes, uma só taxa, e esta reduzida a 5 %; e lançou por terra essa farragem de *Sizas de Correntes*, *Cabeção*, *Ferrolhos*, *Patrimonio Real*, etc Começou, pois, a vigorar o citado decreto de 19 de abril de 1832 no 1.º de janeiro de 1833 dispondo que a quota da siza era de 5 % sobre o preço do predio nas vendas, e sobre a differença do valor dos predios, saldado a dinheiro, ou a valores em bens moveis ou semoventes, nas trocas. Seguiu-se depois a lei de 2 de outubro de 1841 que elevou a 10 % os 5 % estabelecidos no decreto de 19 de abril de 1832, e extinguiu a isenção da siza que tinham gozado as vendas e trocas de cavalgaduras nas feiras francas da cidade de Lisboa e districto da alfandega das Sete Casas continuando a ser isenta d'este tributo a venda de bens nacionaes na conformidade do art. 12.º da lei de 15 de abril de 1835. N'este importante reddito do estado, apezar de devidamente fiscalisado, deram-se taes sonegações, que, para se pôr termo á possivel continuação de similhantes criminosos factos, o governo estabeleceu por portaria de 15 de setembro de 1849 uma serie de providencias tão bem apertadas, que, a breve trecho, eram descobertos os liquidadores que taes malversações tivessem praticado. Em 1851 voltou a siza aos 5 % estabelecidos em 1832, e acabou a siza das cavalgaduras. O decreto de 11 de agosto de 1852 estabeleceu a arrecadação do imposto que teem de pagar as embarcações estrangeiras, compradas pelos subditos portuguezes, condemnadas por innavegaveis; pondo assim termo ás duvidas que por vezes se tinham suscitado sobre este importante assumpto. O decreto de 28 de junho de 1851 determinou que a siza comprehendesse todas as vendas que se fizessem de bens de raiz, quer o preço consistisse em dinheiro quer em inscripções, ou outros titulos de divida publica, acções de companhias, bens moveis ou semoventes ou direitos e acções, embora as partes chamem ao contrato troca ou escambo, e não venda; e que esta disposição se observasse na troca de bens de raiz, em relação á differença de valor de bens permutados; declarando, porém, isentas de siza as subrogações de bens de raiz vinculados por inscripções, ou por outros titulos de divida publica, cuja vinculação fôsse permittida por lei. A lei de 9 de maio de 1857 isentou de pagamento de siza a venda ou remissão dos fóros, censos e pensões, pertencentes á Fazenda Nacional, e estatuindo, que a avaliação dos generos comprehendidos nos mesmos fóros fôssem calculados pelo preço medio de 3 dos 5 ultimos annos, excluindo um do preço mais elevado e outro do preço mais baixo. Fôram estas as leis que regularam o imposto de siza, substituido em 1860, a que tambem accresceram addicionaes.

Sizandro. Rio do distr. de Lisboa. N. a 5 k. ao S do Sobral de Mont'Agraço, na fonte Sizandro, corre na direcção N e depois na de NO, passa na freg. de Dois Portos, onde tem ponte, e bem assim nas de Runa e Torres Vedras, o inclinanse depois para O, entra no Oceano, ao N. da Ericeira, com 35 k de curso.

Slava *(Liga Latino-)*. Foi fundada em Paris, a 18 de outubro de 1905, pelo principe russo Tcherep-Spiridovitch, com o fim de promover a alliança dos povos latinos e slavos contra as tendencias absorventes do Pangermanismo. Pouco tempo depois, installaram-se as Secções de Moscou, Buccarest e de Roma. Em 2 de janeiro de 1907, o mathematico Antonio Cabreira realisava no Real Instituto de Lisboa uma conferencia publica intitulada «Pangermanismo e alliança militar dos povos latinos», onde, com o unanimo applauso da douta assembleia, composta, em grande parte, de professores, publicistas e officiaes do exercito e da armada, traçou o quadro da politica europeia, mostrando os perigos que ameaçam aquelles povos, desde que se não alliem entre si e com a Russia, cujos effectivos militares bastam para supplantar as forças da Allemanha e da Austria. Esta conferencia foi publicada na *Revista de Infantaria* (vol. 9.º, 1906), tendo sido excellentemente acolhida por outras publicações militares nacionaes e estrangeiras, destacando-se como mais enthusiasticas a *Revista de Artilharia* (n.º 22 do 2.º anno, 1906), e a *Revista de Caballeria*, de Madrid (n.º 46 do 5.º anno, 1906). Animado pelo exito das suas ideias, o dr. Antonio Cabreira emprehendeu, em 3 de junho de 1906, a fundação da Secção Portugueza da Liga, tendo como colaboradores dedicados o general Alfredo Schiappa Monteiro e Emilio Augusto Vecchi, respectivamente professores de geometria descriptiva, na Escola Polytechnica, e da lingua italiana, no Conservatorio. A nova instituição installou-se em 11 do mesmo mez, em casa do dr. Magalhães Lima, rua de S. Roque, n.º 92, 2.º andar, e ficou constituida com um quadro fixo de 20 socios, onde estavam representadas a Camara dos Pares, a Academia Real das Sciencias, as Escolas Superiores, a Imprensa, a Marinha de Guerra e todas as Armas do Exercito. Assumiu a presidencia o general Schiappa Monteiro, ficando nas vice presidencias o general Adolpho Loureiro e o almirante Augusto de Castilho e sendo, respectivamente, escolhidos para 1.º e 2.º secretarios o dr. Antonio Cabreira e o professor Emilio Vecchi. O primeiro acto da Secção foi diffundir largamente uma circular, participando a sua fundação e declarando que adoptara para programma os principios expostos na referida conferencia do dr. Antonio Cabreira. A 11 do mez immediato, a Secção approvava o seu Regulamento, onde se consignavam os seguintes fins: 1.º — a alliança das nacionalidades latinas e slavas contra os perigos do Pangermanismo, sem quebra dos interesses da nacionalidade portugueza; — 2.º a defeza da integridade Patria, baseada no concurso pessoal de todos os cidadãos validos. Em 24 de janeiro de 1907, a mesma collectividade realisou uma sessão solemne, na So

ciedade de Geographia de Lisboa, onde o almirante Augusto de Castilho e Consiglieri Pedroso discursaram largamente, apresentando o primeiro um plano de defeza nacional e expondo o segundo as affinidades existentes entre os povos latinos e slavos, cuja vida social e intellectiva traçou por completo. Por ultimo, o dr. Cabreira leu o Relatorio da Fundação da Secção Portugueza da Liga, por elle elaborado, e que viu a luz da publicidade no anno immediato. Tendo se organisado em 1910, o Congresso Nacional, que reuniu na mesma Sociedade, foi distribuida á Liga a these relativa á organisação da defeza nacional sob o ponto de vista terrestre, segundo a orientação da politica externa nacional. A Secção escolheu para relator o dr. Antonio Cabreira, que realisou uma conferencia publica sobre o assumpto, na Liga Naval, em 9 de abril do mesmo anno, perante um seleetissimo auditorio de academicos e officiaes de todas as armas, sendo o seu trabalho muito applaudido e publicado, em seguida. As conclusões que fundamentou em diversas ordens de considerações, tiveram tambem o applauso do Congresso, e alcançaram plena realisação na reorganisação do exercito e outras leis decretadas pelo Governo Provisorio da Republica Portugueza. Assim, por esses diplomas, estabeleceu-se o serviço militar geral e obrigatorio e a instrucção militar preparatoria; deu se uma habilitação conveniente aos antigos officiaes da reserva, hoje milicianos; generalisou-se a todo o paiz a constituição das antigas guardas municipaes, que passaram a denominar se guarda republicana, e creou se um organismo technico superior ao qual ficou subordinado todo o exercito. A referida these do dr. Antonio Cabreira synthetisa, nos seguintes periodos, a historia da militarisação do povo no nosso paiz, a qual reviveu nos batalhões voluntarios que se formaram em seguida ao advento das novas instituições politicas: «E' antigo, em Portugal, o pensamento de popularisar a instrucção militar. Primeiramente, existiram as milicias e as ordenanças, que tão bons serviços prestaram na guerra peninsular. Depois, instituiu se a guarda e os batalhões nacionaes cuja coragem e disciplina os egualava ás tropas regulares. Quando os serviços da instrucção primaria dependiam dos municipios, o dr. Theophilo Ferreira, aproveitando o ensejo de ser o vereador do respectivo pelouro, na Camara de Lisboa, conseguiu organisar os batalhões escolares, os quaes se apresentavam sempre com o mais correcto aprumo e perfeitamente conhecedores da tactica de infantaria. Nos ultimos annos, a influencia das ideias suissas e os boatos da invasão estrangeira abriram ao povo as carreiras de tiro, sendo já importantissimo o numero de cidadãos adestrados no exercicio de fogo. Em virtude de instancias minhas, o sr. conselheiro general Pimentel Pinto, sendo ministro da guerra, creou, por Decreto de 10 de outubro de 1902, um curso de educação militar, no Real Instituto de Lisboa, tendo por fim disseminar a instrucção completa do soldado e habilitar devidamente os candidatos a officiaes de infantaria da reserva. Infelizmente, esse curso teve pouca duração, porque o governo suppoz, erradamente e n'um momento de lamentavel tibieza, que o applauso das pessoas patrioticas e illustradas fôra supplantado pelo riso alvar d'aquelles que, pela fatalidade da sua pequenez moral e intellectiva, se entregam á vil tarefa de contrariar tudo que é util, nobre e santo!»

Soajo. Villa e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 597 fog. e 2:032 hab. Tem esc. do sexo masc., e está situada na aba da serra do mesmo nome, a 15 k. da séde do conc., separando a da Galliza o rio da Peneda. Foi couto do rei com juiz ordinario, 2 vereadores, procurador, 2 escrivães e uma companhia de ordenanças da qual era capitão o juiz ordinario. Tinha então grandes privilegios, contando se entre elles o não darem alojamento ás tropas em tempo de guerra, entrando n'ella só no seu couto, ou quando o rei fôsse pessoalmente. O rei D. Diniz, estando na villa no principio do seculo XIV, augmentou os privilegios, sendo um d'elles que nenhum fidalgo se demorasse ali *mais tempo do que o necessario para se esfriar um pão quente, posto ao ar, na ponta de uma lança.* D. João I ordenou aos monteiros que prohibissem a residencia de cavalleiros, por estas terras; privilegio que foi confirmado pelos reis seus successores. Na guerra da Independennia, em 1640, os habitantes de Soajo fizeram grandes serviço accommettendo os castelhanos com o maior encarniçamento, e matando muitos d'elles. El rei D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, a 7 de outubro de 1514. Soajo foi séde de concelho, e julgado que se supprimiu a 17 de fevereiro de 1862. Os logares d'esta freg. estão espalhados n'uma area superior a 3 legoas de diametro. A egreja é pequena. O clima é excessivo, havendo no verão um calor de mais de 40 graus, conservando-se no inverno a neve por espaço de 6 mezes, e ás vezes mais. Mas apezar do seu clima, ha grande abundancia de gado, principalmente lanigero, que produz muita lã, e bons queijos. Ha abundancia de centeio, algum milho, vinho, cêra e mel. Na serra ha abundancia de lobos, raposas, martas, ginetas, tourões, corças, muitos coelhos, lebres e perdizes No rio pescam-se salmões, lampreias, e muitos outros peixes. Os povos d'aqui vestem de burel, feito ali mesmo, da lã das suas ovelhas, e na maior parte, occupam-se em guardar os gados, por entre as brechas e os matagaes da serra, onde muitas vezes os lobos atacam os rebanhos, travando se então forte lucta com os valentes cães que guardam o gado. A villa pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Soalhães *(João Martins)*. Bispo de Lisboa, e arcebispo de Braga. Foi elevado é cadeira episcopal no anno de 1294, e começou o seu governo pela fundação do mosteiro de Santa Clara. No anno seguinte isentou o de Odivellas da jurisdicção dos bispos. Era grande valido d'el-rei D. Diniz, e conseguiu que este monarcha lhe désse, o que tinha sido do seu avô Gonçalo Viegas Porto Carneiro, e em 13 de maio de 1301, quando já era arcebispo de Braga, instituiu de tudo um bom morgado em Soalhães, que passou a seus descendentes. No anno de 1307 fez synodo e ordenou novas instituições. Assistiu os concilios provinciaes que os arcebispos de Compostella celebraram nos de 1306 e 1310. Fal. em Braga no 1.º de maio de 1325.

Soalhães. Villa e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Marco de Caua-

vezes, distr. e bisp. do Porto; 651 fog. e 2:818 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e está situada na estrada de Marco de Mesão Frio, a 8 k. da séde do conc. El-rei D. Manuel lhe deu foral, em 15 de julho de 1514. Soalhães foi conc. da mesma denominação, que ha já muitos annos se suppri- miu. A egreja matriz é um templo antigo, espaçoso, e de majestosa apparencia. Tem uma elegante torre de sinos e relogio. Foi mosteiro duplex para frades e freiras da ordem benedictina, fundado em 21 de março de 865, por Sancho Ortiz, que o dotou, e lhe deixou, entre outros bens, a sua quinta de Ortiz. Não se sabe quando o convento acabou, mas em 1238 era já egreja secular, pois n'esse anno fez D. Sancho II doação do padroado da egreja do Soalhães a D. Pedro Salvador, bispo do Porto, depois de a ter tirado a Gonçalo Viegas de Porto Carreiro, a cuja familia pertencia. Passou depois para o bispo de Lisboa, D. João Martins Soalhães, que por ser descendente de Sancho Ortiz e dos Porto-Carreiros, e não como bispo de Lisboa, lh'a restituiram, dando D. João Martins, em troca, ao bispo do Porto, o padroado das egrejas de S. Nicolau da Feira e Santa Maria de Alvarelhos. O terreno da freg. do Soalhães é fertil em todos os generos agricolas do paiz; cria muito gado de toda a qualidade, e os seus montes são abundantes de madeiras, lenhas e caça. Pertence á 6.ª div. mil e ao distr. do recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Soalhal. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Carvalho, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || O Salvador e conc. de Ilhavo, distr. de Aveiro.

Soalheira. Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. do Fundão, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 280 fog. e 1:053 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Está situada entre regatos, na estrada de Alpedrinha a S. Vicente da Beira, a 17 k. da séde do conc., em terreno muito accidentado e d'um clima excessivo; no entretanto, os seus valles são bastante ferteis. Cria muito gado e é abundante de caça. Perto d'esta pov., no sitio chamado Valle da Nogueira, está a ermida de N. S.ª das Necessidades, que foi imagem de grande devoção dos povos das circumvisinhanças, que lhe faziam varias romarias no decurso do anno. E' templo muito antigo, mas não se sabe quando, nem por quem foi fundado. Soalheira pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Santa Eulalia, do Banho, conc. do Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro. || N. S.ª da Graça, de Graça, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || N. S.ª da Natividade, de Rio de Couros, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || S. João Baptista e conc. do Sinfães, distr. de Vizeu. || N. S.ª d'Assumpção, (Santa Maria do Castello) e conc. de Tavira, distr. de Faro.

Soalheira d'Apra. Pov. na freg. de S. Clemento e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Soalheira da Nora dos Velhos. Pov. na freg. de S. Sebastião do conc. de Loulé, distr. de Faro.

Soalheiro do Pereiro. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Assumpção (Santa Maria do Castello) e conc. de Tavira, distr. de Faro.

Soalheiras. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, do Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Soalheiro. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Bouro, conc. d'Amares, distr. de Braga. || S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello.

Soares. As armas de familia d'este appellido são diversas, conforme o ramo a que pertencem. Umas teem em campo azul, uma ponte de prata de tres arcos com suas guardas de ameia sobre um rio d'agua, no meio da ponte um leão de ouro com os pés nas ameias e uma espada na mão direita, ferro de prata e as guarnições de ouro, entre duas torres tambem de prata assentadas sobre a ponte, que se reunem ás ilhargas do escudo, e sobre cada uma d'estas uma aguia preta aberta e coroada olhando uma para a outra, o por timbre o leão do escudo. Outros, os Soares do Albergaria, teem por armas, em campo de prata, uma cruz vermelha florida, orla de prata com oito escudetes das armas do reino, e por timbro uma serpe volante com uma cruz de prata no peito. Os Soares de Toledo, uns usam em campo vermelho uma banda de ouro saindo das bocas de duas cabeças de serpe, tambem de ouro ornadas de azul entre duas jarras tambem de ouro cheias de flôres ou açucenas de prata, sendo as jarras de duas azas, e por timbre uma jarra como as do escudo; e outros ainda d'esta familia teem por armas, em campo vermelho uma torre de prata, e timbre a mesma torre.

Soares *(Agostinho Fiorlan)*. Gravador que viveu no seculo XVII. Fez a gravura do frontispicio do *Regimento do Santo Officio*, impresso em 1640, e outra do frontispicio dos *Sermões* do P. Francisco do Amaral.

Soares *(Antonio)*. Medico muito notavel, que viveu no seculo XVII. Era natural de Setubal. Deixou manuscriptas em latim algumas obras sobre medicina.

Soares *(Antonio José)*. Musico muito apreciado, um dos ultimos mestres do Seminario Patriarchal. N. em Lisboa a 2 de novembro de 1783, onde tambem fal. a 9 de março de 1865. Era filho de Joaquim José Soares e de D. Joanna Nepomuceno. Sendo destinado por seus paes ao estudo da musica, para que revelava grande vocação, cantando de soprano, e não havendo no seminario de Lisboa logar vago, foi admittido no de Villa Viçosa, onde teve por mestre o P. Joaquim Cordeiro Gallão. Alguns annos depois conseguiu vir para o Seminario Patriarchal, onde entrou a 16 de novembro de 1802. Aqui fôram seus professores João José Baldi e Leal Moreira. Pouco depois começou a exercer a arte, entrando para a irmandade de Santa Cecilia em 31 de julho de 1805, e desempenhando as funcções de organista da Capella Real. Entretanto, tornava-se apreciado como compositor, escrevendo numerosas obras de musica sacra, especialmente para Mafra. Muito considerado pela austeridade e continencia do seu proceder, era protegido pela infanta D. Izabel Maria, que sempre lhe dedicou uma grande estima, e pelo visconde de Santarem, que então exercia o cargo de director dos theatros régios; por isso teve o encargo, em 1818, de escrever a musica para o elogio

dramatico intitulado *Il Merito esaltato*, que se cantou no theatro de S. Carlos, em 6 de dezembro d'aquelle anno. Quando falleceu Leal Moreira, em 1819, Soares offereceu-se para exercer gratuitamente o logar que seu mestre deixára no Seminario, e ao mesmo tempo requereu ser provido n'esse logar. O visconde de Santarem passou-lhe, para lhe corroborar o requerimento, um honroso attestado do prestimo com elle exercia as funcções de organista na basilica de Mafra, e juntou-lhe uma carta de recommendação para o conego Venceslau de Sousa, que no Rio de Janeiro administrava os negocios do Seminario. O inspector Menezes tambem se interessava muito por Soares, e depois de o ter acceitado como substituto gratuito de Leal Moreira, enviou egualmente para o Rio de Janeiro a sua recommendação para o provimento definitivo. Mas entretanto appareceu Fr. José Marques a requerer o mesmo logar, e com tal energia, que teve de haver concurso, sendo por fim ambos nomeados. O respectivo despacho foi assignado no Rio de Janeiro a 6 de outubro de 1820. Tendo o governo constitucional supprimido o Seminario substituindo-o pelo Conservatorio, o nome de Antonio José Soares ficou incluido na lista dos professores do novo estabelecimento, dando-se-lhe a regencia da aula de canto. Elle, porém, não acceitou, por ser um miguelista ferrenho. Desde essa epoca, e emquanto esperava pela restauração do governo absoluto, concentrou se exclusivamente ao ensino particular do piano, sendo tambem mestre da capella da infanta D. Izabel Maria. Antonio José Soares escreveu grande quantidade de musica religiosa, numerosas modinhas e arias, trechos para piano, etc. Como mais importantes mencionaremos as seguintes: Symphonia para 4 orgãos; Missa grande a 4 vozes e orchestra; Credo para 4 vozes, orgão, 2 violoncellos, 2 clarinetes, 2 fagottes 2 trompas e trombone; *Te Deum* a 4 vozes e 2 orgãos, para se cantar na basilica de Mafra em acção de graças pelo regresso da familia real a Lisboa, em 1821; *Stabat Mater*, a 4 vozes e orgão. Escreveu tambem duas *Cantatas*, a 4 vozes com acompanhamento de piano; uma offerecida a D. Ursula Amalia Lodi Pinto no dia 23 de maio de 1825, e outra offerecida a D. Maria Guedes.

Soares (*Caetano Alberto*). Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra. N. na ilha da Madeira a 13 de maio de 1790, fal. no Rio de Janeiro a 28 de fevereiro de 1867. Era filho de Antonio Soares Felgueiras e de D. Anna de Oliveira, proprietarios e lavradores. Dedicando-se á carreira ecclesiastica, tomou ordens de presbytero, e seguiu para Coimbra, onde, matriculando-se na Universidade, tomou o grau de bacharel em direito no anno de 1820. Regressando á Madeira, foi ali professor de latim, e exerceu a advocacia, até que sendo eleito deputado, em 1826, veiu para Lisboa, e d'aqui passou em 1828 ao Brazil afim de evitar a perseguição de que estavam sendo victimas todos que se manifestavam como liberaes. Estabelecendo banca de advogado no Rio de Janeiro, naturalisou se cidadão brazileiro em 1843. N'aquella cidade exerceu alguns cargos muito honrosos, e fal. completamente cego.

Soares (*D. Christovão d'Almeida*). Bispo de Pinhel. Era natural de Alemtem, na provincia do Minho. Foi por mais de 40 annos lente da faculdade de canones da Universidade de Coimbra. Quando Pinhel foi elevada a cidade episcopal, por el-rei D. José, em 1770, D. Christovão Soares foi nomeado o seu primeiro bispo, cargo que exerceu durante 7 annos, fallecendo em 1788. Aquelle bispado teve curta duração, contando apenas 4 bispos; D. Christovão d'Almeida Soares, D. José de Mendonça Pinto Arraes, D. Bernardo Beltrão e D. Leonardo Bessa.

Soares (*Eduardo de Campos de Castro de Azevedo*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 7 de maio de 1908, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra (junho de 1888), juiz de direito de 1.ª instancia, e actual senhor da *Casa de Villa Nova*, na freguezia de S. Miguel de Prado, do antigo concelho de Regalados, e, hoje, de Villa Verde, em que succedeu a seus paes—os 1.ºs condes de Carcavellos, conselheiro Francisco de Campos de Azevedo Soares e de D. Euzebia Luiza Leite de Castro e Azevedo (*V. Carcavellos*) N. a 22 de setembro de 1864 na cidade de Braga, freguezia de S. Lazaro, e ahi foi baptisado a 13 de outubro immediato. Fez os seus estudos preparatorios, parte no lyceu de Braga, e parte no de Coimbra, onde os concluiu, em 1882, com uma *distincção* em philosophia. Matriculando se, depois, na Universidade, na faculdade de direito, tomou o grau de bacharel em 1887 e fez a formatura em 1888, obtendo afinal a classificação de—*B. II* Entrando na vida publica, e seguindo a carreira da magistratura, começou por exercer as funcções de sub delegado do procurador regio na comarca de Barcellos, para que foi nomeado por decreto de 4 de agosto de 1887 e de que tomou posse em 23 do mesmo mez. D'estas funcções foi exonerado, conforme requereu, por decreto de 9 de janeiro de 1890. Em 11 de julho de 1889 fez concurso para delegado do procurador regio, no qual foi approvado com a classificação de—5 *B B*. Nomeado para este cargo, por decreto de 20 de setembro de 1890, e collocado em Extremoz, onde tomou posse em 9 de outubro immediato, foi, depois, transferido, a seu pedido, primeiramente, por decreto de 7 de fevereiro de 1895, para a comarca de Valle Passos (posse em 9 de março), depois, por decreto de 19 de setembro de 1896, para a comarca de Povoa de Lanhoso (posse em 14 de outubro), e, finalmente, por decreto de 23 de fevereiro de 1899, para a comarca de Villa do Conde (posse em 18 de março). Na comarca de Extremoz accumulou as funcções do ministerio publico com as de conservador privativo do registo predial, durante o periodo decorrido desde 6 de abril a 30 de maio de 1894 em que o logar esteve vago pelo fallecimento do conservador proprietario; e na comarca de Valle Passos accumulou tambem as mesmas funcções com a profissão de advogado. Como delegado na Povoa de Lanhoso, deixou de si tão assignalada memoria, que a camara municipal do respectivo concelho, em sessão ordinaria de 16 de março de 1899, fez consignar dois votos na respectiva acta,— um de *sentimento* pela transferencia de tão exemplar magistrado para Villa do Conde, e outro de *louvôr* «pela maneira sempre digna, sempre correcta, sempre illustrada e sempre equitativa com que soube administrar justiça n'aquella comarca.» Em Villa do Conde prestou relevantes serviços

á causa publica, merecendo-lhe especial attenção e cuidado os respeitantes á cadeia, onde estabeleceu praticas religiosas, fundou uma bibliotheca, montou uma officina de carpinteiro, e installou um pôsto anthropometrico (o primeiro installado em cadeias comarcãs, como se vê a pag. 167 das *Annotações ás circulares expedidas quando procurador regio da Relação do Porto,* por Antonio Ferreira Augusto—Porto, 1906), pôsto que dotou com todos os apparelhos necessarios e indispensaveis para o seu regular funccionamento e pelo que tudo foi *louvado* não só pelo ministro da justiça, conselheiro Campos Henriques, mas tambem pelo dito procurador regio, dr. Ferreira Augusto. Ainda como delegado em Villa do Conde, e por ordem do dito ministro da justiça, esteve de posse do extincto convento de Santa Clara, desde que elle deixou de pertencer ao ministerio da fazenda até que foi transformado na Casa de Correcção que ainda hoje ali existe. No desempenho d'esta missão, prestou relevantissimos serviços, procedendo a um largo e minucioso inventario de todo o mobiliario e preciosidades que existiam no convento e na egreja adjunta, e oppondo se tenazmente a que o majestoso sarcóphago onde repousam os restos de D. Brites Pereira d'Alvim, mulher do 1.º duque de Bragança, fôsse removido do côro de baixo da dita egreja, onde sempre esteve, para o museu municipal do Porto, como pretendia, e para o que subrepticiamente havia obtido licença do ministerio da fazenda o, então, director d'aquelle museu, dr. Rocha Peixoto, facto este de que a imprensa do norte do paiz se occupou largamente e com as mais elogiosas referencias ao dito magistrado, que, assim, pôde conseguir que fôssem respeitadas as disposições testamentarias e a memoria da filha do Santo Condestavel. Por estes serviços, e por outros prestados no exercicio do seu cargo, foi o dito magistrado promovido, por *distincção,* a auditor administrativo do districto de Angra do Heroismo, por decreto de 3 de dezembro de 1903, cargo de que prestou juramento no ministerio do reino em 4 de janeiro de 1904 e de que tomou posse em 13 do mesmo mez. Por decreto de 14 de abril d'este mesmo anno foi collocado, como juiz de direito, na comarca de Alcacer do Sal, onde tomou posse em 20 de junho, e d'onde foi transferido, conforme requereu, por decreto de 15 de dezembro do mesmo anno, para a comarca de Caminha (posse em 26 de janeiro de 1905). Completando um sexennio n'esta comarca, foi transferido, por decreto de 4 de fevereiro de 1911, para Vinhaes, onde tomou posse em 11 de março, e onde permaneceu até que, por decreto do dia 15 immediato, foi collocado interinamente na comarca de Valença (posse em 29 d'este mesmo mez). Por decreto de 4 de julho do dito anno de 1911, foi transferido, conforme requereu, para a comarca de Cabeceiras de Basto, onde tomou posse em 4 do agosto immediato, e onde serve actualmente. Sendo juiz em Caminha, foi nomeado em commissão, por accordão do Tribunal de Verificação de Poderes de 4 de setembro de 1900, e portaria de 6 do mesmo mez, para, como delegado d'este tribunal, proceder ao inquerito sobre a eleição do circulo n.º 1—Vianna do Castello, realisada em 19 d'agosto; commissão de que se desempenhou cabalmente, como se vê do accordão do mesmo tribunal que julgou a dita eleição. Ainda como juiz em Caminha, foi *louvado* em 1910 pelo presidente da Relação do Porto, pela absoluta regularidade nos serviços de correcção e sentenças finaes. Como magistrado, tanto do ministerio publico, como administrativo e judicial, tem trabalhos de reconhecido merito, vendo-se alguns publicados na *Revista dos Tribunaes* e na *Gazeta de Direito Administrativo.* Versado tambem em assumptos genealógicos, tem varios trabalhos n'esta especialidade, manuscriptos, excepção feita do *Nobiliario da Ilha Terceira,* que imprimiu e publícou em dois volumes (1908 e 1909), em uma luxuosa edição de 112 exemplares sómente destinados a offertas. E' uma bella monographia, dividida em duas partes, na primeira das quaes se encontra uma succinta noticia bibliographica, historica, politica e topographica da referida ilha, e fazendo se na segunda, em titulos distinctos, a genealogia das principaes familias do mesma ilha e a descripção dos respectivos brazões d'armas. Possuidor de uma importante livraria, usa no seu *ex-libris* a legenda—*Deus ajuda aos que trabalham.* Casou a 28 de maio de 1904, na parochial Egreja de Nossa Senhora de Belem, da Terra Chã (ilha Terceira), com D. Lydia Sieuve de Séguier Borges do Amaral e Campos, da nobilissima familia *Sieuve de Séguier,* da mesma ilha. Do seu consorcio existem tres filhos,—D. Leonor, Francisco e Alfredo (estes dois gémeos), nascidos e baptisados, aquella, em 1905, e estes em 1907, na freguezia de Nossa Senhora d'Assumpção e respectiva egreja matriz, da villa de Caminha.

Soares *(D. Fr. Fernão).* Mestre da ordem de Aviz no tempo do D. Affonso III. Foi elle que conquistou com os seus cavalleiros a villa de Albufeira, que o referido monarcha doou á ordem.

Soares *(P Francisco).* Jesuita. N. em Torres Vedras em 1603, sendo filho de João Soares de Alarcão e de D. Izabel de Castro e Vilhena. Em 1619 entrou para a companhia de Jesus, professando na casa professa de S. Roque. Foi lente de philosophia e de theologia no collegio da sua ordem em Coimbra, tendo feito os seus cursos, como estudante, de fórma brilhante. Passou depois a ser lente da Universidade de Evora, onde se doutorou em 1655. Como seu irmão D. João Soares de Alarcão, que Filippe IV de Hespanha fizera conde de Torres Vedras, e marquez de Turcifal, não adherira á insurreição portugueza, Francisco Soares foi preso duas vezes, mas sempre restituido á liberdade. Em 1659 os estudantes de Evora estiveram arregimentados para ir acudir a Elvas, e Francisco Soares, reitor do collegio dos jesuitas de Evora, acompanhou-os. Chegando a Juromenha souberam que Elvas já estava desafrontada dos inimigos pela victoria das linhas. Foi a Elvas applaudir a victoria, mas voltou logo a Juromenha, e apenas chegou, foi victima, com um grande numero de estudantes, de uma explosão de barris de polvora, morrendo tragicamente a 19 de janeiro de 1659. Publicou um *Curso philosophico* em latim, impresso o 1.º volume em 1651, saindo o 2.º já depois da sua morte, em 1669. Deixou manuscriptas duas obras theologicas.

Soares *(Francisco Pedro Celestino).* Brigadeiro, conselheiro, cavalleiro e commendador da ordem de Christo, condecorado com a cruz de ouro de 4 campanhas da Guerra Peninsular, dire-

ctor do Collegio Militar, governador da Torre de S. Julião da Barra, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. em Lisboa a 10 de setembro de 1791, onde tambem fal. a 9 de fevereiro de 1873. Era filho do brigadeiro Pedro Celestino Soares e de D. Francisca Joaquina d'Almada. Assentou praça de cadete no regimento de infantaria n.º 10, em outubro de 1808, sendo despachado alferes em fevereiro de 1809. Assistiu á expulsão de Soult no Porto, e marchou com as tropas que fôram em perseguição do exercito francez até á ponte de Mizarella. Depois da invasão de Massena, continuou a tomar parte nas operações da guerra; esteve na batalha do Bussaco, concorreu para a expulsão dos francezes em Campo Maior, assistiu ao 1.º e 2.º cercos de Badajoz, á batalha de Albuera, ao combate de Arroyo Molino, e ás acções de Vitoria, Pamplona, Nive, Nivelle, Orthez e Tolosa, sendo durante a campanha promovido a tenente, em 1813. Elevado a capitão em dezembro de 1820, foi em fevereiro de 1826 nomeado lente substituto da Academia de Fortificação, artilharia e desenho, e no desempenho das suas obrigações no magisterio se empregou com grande fervor, não só explicando uas cadeiras com toda a proficiencia, mas tambem escrevendo compendios que facilitassem aos alumnos as sciencias militares. Affeiçoado ao systema liberal pretendeu ir juntar-se aos defensores da cidade do Porto, mas circumstancias imperiosas o impediram de realisar esse desejo; ficando na capital, e tendo por vezes exposto em publico ideias que bem deixavam conhecer os seus sentimentos constitucionaes, teve de se homisiar para escapar á perseguição do governo d'essa epoca. Logo depois da entrada do duque da Terceira em Lisboa, foi o capitão Celestino Soares encarregado de organisar e commandar o 6.º batalhão nacional movel, e n'esta commissão permaneceu até ir ás ordens de Sá da Bandeira para Peniche, onde esteve empregado até ao fim da guerra civil. Em julho de 1834 foi promovido a major, e em outubro de 1835 despachado lente proprietario da Academia, e quando em julho de 1837, em consequencia da revolta cartista o visconde de Sá da Bandeira recebeu a elevada commissão do logar tenente da rainha D. Maria II nas provincias do norte, foi Celestino Soares escolhido para secretario d'esse general. Exonerado em 6 de agosto seguinte, passou a servir de director geral do ministerio da guerra, e quando em 30 de outubro foi concedida a demissão pedida pelo ministro visconde de Bobeda, ficou o conselheiro Celestino Soares já então tenente coronel graduado, encarregado do expediente e despacho da secretaria de estado dos negocios da guerra. Substituido n'essa commissão pelo barão de Bomfim a 9 de novembro, pediu no dia seguinte a exoneração de director geral do ministerio da guerra, e voltando ao serviço escolar obteve a jubilação em julho de 1846, continuando, porém, ainda depois no exercicio do logar de professor. Além de muitas commissões em que os diversos governos julgaram acertadamente dever aproveitar os conhecimentos d'este illustre militar, foi em julho de 1846 nomeado chefe da direcção do ministerio, logar de que solicitou a exoneração logo em seguida ao golpe de estado de 6 de outubro d'esse anno. Tendo estado preso *por cautela* desde 17 de novembro de 1848 até 1 de agosto de 1847 no castello de S. Jorge, foi depois de terminada a guerra civil, promovido a coronel em 1848, e a brigadeiro em 1851. Nomeado em dezembro de 1855 director do Collegio Militar, conservou-se n'aquella commissão até 1859, e sendo-lhe no anno seguinte confiado o governo da Torre de S. Julião da Barra, pediu e obteve a sua reforma no posto de general de divisão em dezembro de 1864. Escreveu um *Compendio militar*, em 6 tomos, publicado de 1833 a 1834, que foi approvado pela congregação litteraria da Academia de Fortificação, e mandado adoptar pelo governo na Academia Militar de Gôa. Na collecção das *Memorias* da Academia Real das Sciencias imprimiu varios trabalhos. Publicou tambem em 1835 um romance intitulado *Luiza e Julia*, escripto sobre factos occorridos durante o governo absolutista de 1828 a 1833. Escreveu mais: *O Sapateiro de Azeitão; romance-historico-politico, baseado nos principaes factos succedidos em Portugal entre os annos de 1834 a 1846*, Lisboa, 1865; *Entretenimentos de um soldado velho*, etc., Lisboa, 1866 e 1867; 3 tomos. Na *Revista Militar*, dos annos de 1863 a 1867 encontram se varios artigos seus. Celestino Soares era casado com D. Porphyria Josepha do Carmo da Costa.

Soares *(Frederico)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão a seus maiores; cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e da ordem da Rosa, do Brazil; bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, official maior do governo civil do Porto. N. a 17 de maio de 1834, sendo filho do 1.º barão de Ancede, José Henriques Soares, e de sua segunda mulher, D. Anna Maxima de Lima Machado; irmão do 2.º barão de Ancede, Henrique Soares. Casou a 19 de julho de 1855 com D. Clementina Emilia da Silva, filha de José Joaquim da Silva, proprietario, e de sua mulher, D. Maria Urbana da Silva. Tendo enviuvado em março de 1864, passou a segundas nupcias, em 4 de agosto de 1877, com D. Emilia Smith de Vasconcellos, filha de Ignacio Smith de Vasconcellos, corretor da praça commercial do Porto.

Soares *(Jeronymo)*. Bispo de Vizeu. N. em Lisboa em 1635, fal. na quinta de Fontello, em Vizeu, a 18 de janeiro de 1720. Era filho de João Alvares Soares da Veiga Avellar Taveira, provedor da alfandega de Lisboa, e de Maria Soares de Mello. Formou-se em canones na Universidade de Coimbra, e vagando ali no tribunal da Inquisição um logar de deputado que tinha annexa uma conesia doutoral na sé de Vizeu, foi n'elle provido, tomando posse em 1664, logar que exerceu até 1669, data em que foi transferido tambem como deputado para a inquisição de Lisboa. D'ali passou em 1671, para Evora, como inquisidor. Em 1675 foi nomeado membro do conselho geral da inquisição de Lisboa, e n'esse anno foi como procurador do mesmo tribunal enviado a Roma, onde se demorou 6 annos, e trabalhou muito com o nosso embaixador extraordinario D. Fr. Luiz da Silva, bispo de Lamego, para annullarem, como annullaram, os grandes esforços dos judeus contra a Inquisição. Em 1690 foi eleito bispo de Elvas, sendo em novembro de 1691 transferido para Vizeu, tomando posse por procuração em 13 do referido mez e anno, fazendo a sua entrada solemne em Vizeu a 6 de julho de 1695. O bispo D. Jeronymo Soares fal.

com 85 annos de edade, e 30 de pontificado nas duas dioceses. Em 1719 publicou o *Consensus constitutionis Unigenitus proesitus*.

Soares *(D. Fr. João)*. Eremita da ordem dos agostinhos calçados, doutor em theologia pela Universidade de Salamanca, confessor e prégador de D. João III, bispo de Coimbra, etc. N. em S. Miguel d'Urró, do conc. de Penafiel, em 1507, fal. em Coimbra a 26 do novembro do 1572. Era de nobre geração e chamava-se no seculo João Soares de Urró. Em 1523, estando a estudar em Salamanca, vestiu o habito de Santo Agostinho, doutorou se em theologia em 1529, e sendo-lhe permittido incorporar-se na provincia de Portugal, para aqui passou om 1536, sendo muito bem recebido por D. João III, que o escolheu para mestre de seus filhos D. Filippe e D. João. Interveiu como theologo nas questões da Inquisição, sendo depois nomeado deputado d'aquelle tribunal, e por fim bispo de Coimbra a 22 de maio de 1545. Foi grande a sua influencia no animo do monarcha, o nas instrucções que se deram ao coadjutor de Bergamo, quando elle veiu a Portugal, apontava se-lhe este frade como omnipotente Em 1552 foi com o duque de Aveiro buscar a Hespanha e conduzir a Portugal a princeza D. Joanna, filha de Carlos V, quando veiu casar com o principe D. João, herdeiro do throno, e de cujo consorcio nasceu el rei D. Sebastião. Durante a menoridade d'este ultimo soberano, foi enviado ao concilio de Trento, onde tomou parte muito importante, e quando o concilio terminou em 1563, o nosso prelado foi em romaria aos logares santos de Jerusalem, e no regresso a Coimbra, visitou em Italia a casa de N. S.ª do Loreto. N'esta romaria que fez aos logares santos, encontrou muitos judeus, dos quaes soube como no bispado de Coimbra havia muitas pessoas que seguiam a lei de Moysés, e ainda dizem que lhe mostraram um livro em que estavam inscriptos grande numero de homens do seu bispado conhecidos d'elle, e que estavam tidos em conta de ricos e honrados, os quaes mandavam suas esmolas para as synagogas que estavam na Turquia, do que o bispo ficou espantado, e principalmente se informou em Veneza de outro judeu, natural de Lisboa, ourives, que se chamava Francisco Cardoso, que lho descobriu muitas cousas; pelo que, indo a Roma, impetrou do papa Pio V que em Coimbra houvesse uma casa do Santo Officio para total extirpação das heresias no reino, á qual liberalmente concedeu de pensão nas rendas do bispado um conto de reis cada anno. No anno de 1566 se começou a proceder contra os hereges, sendo o 1.° inquisidor o dr. Manuel de Quadros, que mais tarde foi bispo da Guarda. Quasi todos os christãos novos dos bispados do Coimbra, Porto, Braga, Miranda, Lamego e Vizeu, que eram d'este districto, ou fugiram, ou fôram presos e convencidos por judeus, sendo muitos queimados vivos. Alexandre Herculano, trata largamente d'este prelado, em varios logagares da sua *Historia da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal*. Escreveu um commentario em latim ao Evangelho de S. Matheus, quo se imprimiu em Coimbra, 1562, se reimprimiu em Veneza, 1565, e em Paris, 1578; outro ao Evangelho de S. Lucas, impresso em Coimbra 1571, roimpresso em Paris, 1601; uma *Cartinha para ensinar a ler e escrever, com os mysterios da nossa santa fé*, que se imprimiu em Coimbra, 1550, tendo depois grande numero de reimpressões etc.

Soares *(Joaquim Bernardo)*. Juiz do Supremo Tribunal de Justiça, que fal. a 15 de fevereiro do 1908 Bacharel em direito pela Universidade de Coimbra, grau que tomou no anno de 1850. Foi pouco depois despachado delegado do procurador regio para Ceia. D'ali teve transferencia para Pinhel, e mais tarde para a Covilhã, sendo então promovido a juiz para Villa Nova do Famalicão D'esta comarca foi promovido á 2.ª classe para Tondella, d'onde seguiu para Marco de Canavezes, demorando se aqui pouco tempo, por ser transferido para Pinhel. Voltou novamente a Tondella, sendo então promovido á 1.ª classe para a Guarda Despachado auditor militar da 2.ª divisão, foi nomeado juiz da comarca de Vizeu, sendo em 1884 promovido para a relação dos Açôres, e transferido para a do Porto. Havia 7 annos que estava como juiz no Supremo Tribunal de Justiça, quando falleceu.

Soares *(Joaquim Pedro Celestino)*. Contra-almirante, membro do Supremo Conselho de Justiça Militar, director do museu de marinha, conselheiro, cavalleiro das ordens de Christo e da Torre e Espada, director da Escola Naval, socio effectivo da Academia Real das Sciencias, socio de merito da Academia de Bellas Artes, deputado em varias legislaturas, etc. N. em Lisboa a 8 de junho de 1793, onde tambem fal. a 7 de agosto de 1870. Era filho do brigadeiro Pedro Celestino Soares e do D. Francisca Joaquina de Almada. Dedicando se á vida maritima, entrou na Academia Real do Marinha em outubro de 1815, onde estudou com applicação e aproveitamento, sendo durante o curso premiado varias vezes, e por fim declarado voluntario da academia, passando depois á companhia dos guarda marinhas do Rio de Janeiro. Fazendo a sua primeira viagem em 1819 a bordo da fragata *Successo*, capitania de um comboio de 56 navios mercantes, chegou ao Rio de Janeiro, e sendo promovido a tenente voltou a Portugal no anno seguinte. Depois de ter servido em varios navios do estado e percorrido diversos mares tocando em muitos pontos das nossas colonias de além-mar, entrou em Lisboa no mez de julho de 1832. Sabendo então que o exercito liberal havia desembarcado nas praias do Mindello, passou para bordo da esquadra ingleza que cruzava na barra do Tejo, o d'ahi conseguiu ir para o Porto. Durante o cêrco d'essa cidade commandou a escuna *Terceira*, as baterias do *Terreiro* e da *Victoria*, ambas guarnecidas pela tripulação da escuna, e depois commandou tambem a escuna *Graciosa* o as canhoneiras do Douro, prestando n'essas difficeis e apertadas circumstancias valiosos serviços, quo o imperador D. Pedro recompensou com o grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada. Depois do cêrco do Porto foi chamado a Lisboa para commandar a escuna *Amelia* que fazia parte da esquadra que cruzava os portos do norte do reino, e quando terminou a guerra civil foi nomeado chefe do districto maritimo do Aveiro e encarregado das obras da barra do Vouga. Eleito deputado em 1834 pelo collegio eleitoral do Porto, tomou assento no lado esquerdo da camara, e verificando se em 1836 a revolução de setembro, na qual teve parte muito activa, foi pe-

lo ministro da marinha Vieira de Castro escolhido para commandante da expedição mandada á India para socegar os tumultos que tinham ali apparecido. Chegando a Gôa, dentro em pouco se levantou um grave conflicto entre elle e o governador, general barão de Sabrosa, de que resultou afinal Celestino Soares deixar o seu navio e passar ao territorio inglez, d'onde regressou a Portugal. Respondendo a conselho de guerra por esses factos, foi absolvido e logo em seguida nomeado commandante da fragata *Rainha*. Entretanto, os povos da India portugueza duas vezes o nomearam seu representante no parlamento, sendo depois ainda eleito deputado por Castello Branco. Rebentando no Porto a revolução de 1846, foi Celestino Soares exonerado do commando lhe fôra confiado, e preso a bordo da fragata *Diana*, onde permaneceu até a amnistia que se promulgou depois da convenção de Gramido. Nomeado commandante da companhia dos guardas marinhas, exerceu essa commissão durante 12 annos, sendo no fim d'esse anno transferido para o Supremo Tribunal de Justiça Militar. Subindo os diversos postos da hierarchia militar da marinha, era contra almirante quando falleceu. No livro *Esboços e recordações*, do pag. 109 a 121, vem publicado um extenso artigo biographico. O contra-almirante Celestino Soares era casado com D. Marianna Ignacia da Silva. Collaborou no *Patriota*, na *Gazeta de Portugal*, de que era director Teixeira de Vasconcellos, e em outros jornaes. Bibliographia: *Quadros navaes, ou collecção de folhetins maritimos publicados no «Patriota,»* Lisboa, 1845; d'esta obra importantissima, e que foi muito apreciada por toda a imprensa, publicou-se uma nova edição muito augmentada, em 4 tomos; o 1.º em 1861, o 2.º em 1862; 3.º em 1863, com o retrato do autor e 4 estampas; o 4.º em 1869, com 3 estampas e 1 mappa desdobravel; *Bosquejo das possessões portuguezas no Oriente, ou resumo de algumas derrotas da India e da China*, 2 tomos, Lisboa, o 1.º em 1851 e o 2.º em 1853; sta obra foi incumbida ao autor por ordem do governo que a mandou publicar á custa do Estado; constitue um precioso repositorio de noticias interessantes e curiosas sobre os dominios portuguezes no ultramar; *Itinerario de Bombaim a Lisboa, atravessando o Egypto desde Suez até Alexandria*; inserto no *Diario do Governo*, de 26 de julho de 1838; *Origem e estado da questão entre José Estevão Coelho de Magalhães e Joaquim Pedro Celestino Soares*, Lisboa, 1849; *A marinha*, nota extensa e erudita na versão dos *Fastos*, de Ovidio, por A. F. de Castilho, tomo II, pag. 401 a 455; *Romance patrio maritimo em quatro estancias: 1.ª O navio; 2.ª Fainas de bordo; 3.ª Marcialidade naval; 4.ª A Tempestade; em quadras de dupla rima, offerecido, a Pedro Wenceslau de Brito Aranha*, Lisboa 1870.

Soares *(P. José)*. Jesuita N em Setubal em 1629. Vestiu a roupeta de jesuita no noviciado de Lisboa em 1644, foi lento de humanidades no collegio de Santo Antão, e escreveu em latim umas *Explicações da grammatica de Manuel Alvares*, que se imprimiram em 1689, e de que houve outras edições em 1699, 1739, e ainda em muitos outros annos. Logo a 1.ª edição foi posthuma, porque o autor morreu apenas com 29 annos, no collegio de Evora a 15 de setembro de 1658. Teve fama de bom latinista.

Soares *(José)*. Missionario. N. em Lisboa no anno de 162. Era sacerdote e casuista no collegio de Santo Antão. quando foi investido no cargo de missionario. Foi insoparavel companheiro do P. Antonio Vieira no Maranhão, em Portugal, em Roma e pela segunda vez em Lisboa, quando aquelle grande prégador veiu á patria, voltando com elle para o Brazil, onde lhe serviu de amanuense nos ultimos annos de vida. A morte de Vieira fez-lhe tal abalo que nunca mais teve saude, vindo a fallecer 2 annos depois, a 16 de maio de 1699, na Bahia, sendo o seu corpo sepultado na egreja do collegio que a Companhia de Jesus tinha n'aquella cidade.

Soares *(José Maria)*. Cavalleiro da ordem de Christo; bacharel formado em medicina pela Universidade de Coimbra, 1.º medico do exercito, socio da Academia Real das Sciencias, etc. N. em Lisboa, o fal. na flôr da odade a 30 de abril de 1822 Foi um dos primeiros collaboradores do *Jornal de Coimbra*, e collaborou tambem no *Investigador Portuguez*. Por ordem da Academia das Sciencias se publicou em 1821, o seu livro *Memorias para a historia da Medicina Lusitana;* era a 1.ª serie de um trabalho que a morte o impediu de continuar. No tomo VII das *Memorias* da referida academia, vem publicado o seu *Discurso historico sobre os trabalhos da Instituição Vaccinica*.

Soares *(José Pedro)*. Professor regio de grammatica latina em Ponta Delgada. Era natural de Lisboa, fal. em Ponta Delgada, aproximadamente em 184?, com mais de 80 annos de edade. Escreveu: *Orthographia latina, ou regras para escrever e pronunciar com acerto a lingua latina*, *Lisboa, 1790, Diario secular: Reportorio geral para o reino de Portugal principalmente para a cidade de Lisboa, com noticias naturaes metaphoricas e curiosas para todos os annos do mundo*, Lisboa, 1794; saiu com as iniciaes J. P. S., *Grammatica latina figurada, confrontada com a grammatica latina*, Lisboa, 1802; *Prosodia novissima reduzida a compendio*, etc., Lisboa, 1817, *Eclogas de Virgilio, traduzidas em verso rimado com notas*, Lisboa, 1800; *Os sagrados hymnos da Egreja, dispostos em latim por ordem alphabetica, e traduzidos em portuguez com a medição de seus versos, explicações e notas*, Lisboa, 1806; 2 tomos; *Poesias recitadas por occasião de festejos publicos na cidade de Ponta Delgada*, etc , Lisboa, 1816; *Palmatoria para os meninos e meninas estudantes*, etc., Lisboa; saiu anonyma e sem anno de impressão; *Poesias compostas a diversos assumptos*, Lisboa. 1815, 2 tomos; *Elegia á morte do illustre deputado Manuel Fernandes Thomaz*, Lisboa, 1823.

Soares *(José Pinheiro de Freitas)*. Bacharel formado em medicina pela Universidade de Coimbra, medico honorario da real camara, physico-mór do reino, censor regio da Mesa do Desembargo do Paço, membro da Junta de Saude Publica, socio effectivo da Academia Real das Sciencias, etc. N. em Agueda a 2 de maio de 1769, fal. em Lisboa no mez de março de 1832. Era filho de Antonio Pinheiro e de sua mulher Luiza Maria de Jesus. Depois da sua formatura foi nomeado medico de partido da camara de Aveiro, por provisão do desembargo do Paço, de 12 de agosto de 1800. A 8 de abril de 1817 a Academia Real das Sciencias o elegeu seu socio effe-

ctivo. Exerceu tambem os cargos acima citados. O infante D. Miguel, cujo partido seguira, o con decorou com o fôro de fidalgo cavalleiro e com uma commenda da ordem do Christo. Escreveu: *Memoria sobre a preferencia do leite de vaccas ao leite de cabras para o sustento das creanças, principalmente nas grandes casas dos expostos*, etc., Lisboa, 1812; saiu tambem no tomo V das *Memorias Economicas da Academia; Memorias ácêrca do estado em que se acha o mercurio nos unguentos, e outras preparações mercuriaes, feitas por meio da trituração ao ar livre*, Lisboa, 1814; *Tratado de policia medica, no qual se comprehendem todas as materias que podem servir para organisar um regimento de policia de saude, para o interior do reino de Portugal;* publicado por ordem da Academia, Lisboa, 1818; *Memoria na qual se trata da utilidade, nobreza da medicina, e consideração dos medicos*, Lisboa, 1831; saiu tambem no tomo XI das referidas *Memorias*, pag 1 a 41; no mesmo anno e vol., mas a pag. 191 a 252, publicou uma *Memoria ácêrca das qualidades e deveres do medico.* Camillo Castello Branco nos manuscriptos que possuia d'este medico, tinha um ácêrca da lepra.

Soares *(Julio Antonio Avelino)*. Cantor, compositor, e bom contrabaixista. N. em Lisboa no anno de 1846, onde tambem fal em 1 de setembro de 1888. Entrou ainda muito novo para moço do côro da Sé, onde aprendeu musica e canto com Domingos Benavente. Em 1860 matriculou-se no Conservatorio, e ali, depois de ter cursado os dois primeiros annos de violino, fez o curso completo de contrabaixo com Guilherme Cossoul, e o de harmonia e contraponto com Monteiro de Almeida. Fez em algumas epocas parte da orchestra do theatro do S. Carlos. Tendo fallecido Domingos Benavente em 1876, e subindo por essa razão Carlos de Araujo, 2.º mestre da capella da Sé, ao logar vago de 1.º, Soares obteve por concurso o logar de 2.º mestre. Escreveu muita musica religiosa, sobresaindo uma grande missa, um *Te Deum*, Matinas de S. Vicente, Trezena de Santo Antonio, etc. Tambem escreveu e arranjou bastante musica para diversas peças representadas nos theatros da Rua dos Condes e Principe Real. Na celebração do tri centenario de Camões em 1880, a *Associação Musica 24 de Junho* realisou um grande concerto, gratuito, do musica portugueza. N'esse concerto executaram se um andante e um minuete para instrumentos de cordas, que agradaram extraordinariamente sen do o seu autor enthusiasticamente applaudido.

Soares *(Fr. Luiz)*. Religioso da ordem da Trindade. N. em 1552, e fal. em Londres em 1591. Professou em 1568, doutorou se em theologia na Universidade de Coimbra, onde foi lente. Por seguir o partido de D. Antonio, prior do Crato, teve prohibição de prégar, e esteve depois recluso na Torre do S. Julião da Barra, até que foi desterrado. Saiu então para Londres, onde por essa occasião andava o prior do Crato sollicitando auxilio da rainha Izabel. Ali começou a imprimir a sua *Theologia mystica*, dedicada ao geral da sua ordem, esmoler-mór de Filippe II, de Hespanha, mas a impressão não se concluiu, pelo fallecimento do autor.

Soares *(Manuel)* Jurisconsulto. Era natural de Lisboa, e fal. em 1586. Foi professor da Universidade, onde se formára, e entrou no magisterio em 1565. Deixou varias apostillas todas em latim.

Soares *(Manuel)*. Latinista muito apreciado. Foi mestre de latim em Lisboa, contando nos seus discipulos, entre outros, Diogo Barbosa Machado, autor da *Bibliotheca Lusitana*. Fal. em 1710, deixando uma obra escripta em latim sobre a Paixão de Christo, que se publicou em 1694.

Soares *(P. Manuel)*. Presbytero do habito de S. Pedro, compositor musical que floresceu na primeira metade do seculo XVIII. Era natural de Lisboa, e fal. a 4 de julho de 1756. Dedicando se á composição de musica religiosa, as suas obras executaram se com grande exito na egreja Patriarchal. Deixou um grande numero de psalmos, todos a 4 vozes, para estante. No archivo da Sé guarda-se uma reliquia d'essas composições, é um livro grande do côro com este titulo: *Sabatto ad Vesperas* do P. Mestre Manuel Soares Apezar de ter tomado ordens, nunca disse missa, por se julgar, dizia elle, indigno de isso.

Soares *(Manuel de Azevedo)*. Bacharel formado em direito cesareo pela Universidade de Coimbra, desembargador da Casa da Supplicação, membro da Academia Real de Historia Portugueza, etc. N. no Porto em 1679, fal em Lisboa a 12 de janeiro de 1731. Era filho de Antonio d'Azevedo Soares e de Marianna Pinheiro. Seguindo a carreira da magistratura, foi nomeado juiz de fóra de Melgaço, e depois de Beja, passando emfim a ser ouvidor de Cabo Verde, e mais tarde para a Relação da Bahia Encarregado de auxiliar o chanceller do Rio de Janeiro n'uma diligencia grave, saiu se bem da incumbencia, e em recompensa foi nomeado desembargador da Casa da Supplicação, depois juiz dos coutos e casa, finalmente desembargador dos aggravos. Excellente latinista, conhecia egualmente bem o francez, o inglez e o italiano. Foi um dos 50 academicos da Academia Real de Historia, e encarregado especialmente pelos seus confrades dos assumptos juridicos. Escreveu: *Dissertatio historico juridica de potestate, judaeorum in mancipia sub Romanorum imperi;* vem no tomo II da collecção de documentos e memorias da Academia Real de Historia Portugueza, 1727; *Conta dos seus estudos academicos, dados no paço a 22 de outubro de 1712 e de 1725*, nos tomos II e V da mencionada collecção; Idem *em 22 de outubro de 1727 e de 1728*; idem, nos tomos VII e VIII.

Soares *(Manuel da Costa)*. Doutor em theologia pela Universidade de Coimbra. N. em Lamego, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Foi nomeado conego magistral da sé de Lamego, logar de que tomou posse em 1615. Foi prégador muito apreciado no seu tempo.

Soares *(P. Manuel Lourenço)*. Latinista e theologo. N. em Lisboa em 1590, ignora-se a data do fallecimento. Tomou ordens de presbytero, e foi confessor na sé lisbonense, e mestre de grammatica no claustro d'esta sé. Escreveu algumas obras em latim, e em portuguez uma *Breve explicação dos casos reservados nas Constituições novas d'este arcebispado de Lisboa, e em algumas dos outros arcebispados do reino.* etc., Lisboa, 1637; reimpressa em 1668 e 1670; em Coimbra, tambem em 1670; *Principios e definições de toda a theologia moral, muito proveitosas e necessarias para todos*

os que se querem ordenar, etc., Lisboa, 1612, 1668 e 1691; em Coimbra, 1678.

Soares *(Manuel de Moraes)*. Doutor em medicina pela Universidade de Coimbra. N. n'esta cidade a 1 de dezembro de 1727, fal. em Lisboa em 1801. Foi cavalleiro professo da ordem de Christo, e medico da rainha D. Maria I. Escreveu: *Memorial critico medico, historico physico mechanico*, etc., Lisboa, 1760; *Memoria sobre a inoculação das bexigas*, Lisboa, 1762; é traducção do francez da obra de La Condamine, augmentada com algumas notas, e uma reflexão do traductor; *Fabulas de Phedro, escravo forro de Augusto Cesar, traduzidas em verso dramatico augmentada com cinco fabulas e illustradas com varias notas*, etc., Lisboa, 1805; *Oração geneathliaca, que á rainha fidelissima a sr.ª D. Maria I, na occasião de seus felizes annos, offerece*, etc., Lisboa, 1787, *Oração panegyrica á rainha D. Maria I, offerece*; etc., Lisboa, 1780.

Soares *(Matheus)*. Advogado. N. em Braga, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Formou-se em canones na Universidade de Coimbra, advogou em Lisboa e em Lamego, sendo depois promotor da capella real. Escreveu: *Pratica e ordem para os visitadores dos bispados, na qual se decidem muitas questões em causas civis como criminaes*, etc., Lisboa, 1602.

Soares *(Pedro Celestino)*. Cavalleiro da ordem de Christo; capitão de infantaria com exercicio de ajudante do director da fabrica da polvora. N. em Lisboa a 29 de abril de 1790, onde tambem fal. a 20 de julho de 1845. Era irmão de Francisco Pedro Celestino Soares e de Joaquim Pedro Celestino Soares, e do visconde de Leceia (*V. estes nomes e titulo*). Escreveu: *Ensaio sobre o provete balança, offerecido ao ill.*^mo^ *e ex.*^mo^ *sr. Agostinho José Freire, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino*, Lisboa, 1835.

Soares *(Rodrigo de Moraes)* Bacharel formado em medicina pela Universidade de Coimbra, deputado em varias legislaturas, chefe da repartição da agricultura na direcção geral do commercio e industria do ministerio das obras publicas, etc N. na aldeia da Torre, concelho de Chaves, a 14 de abril de 1811, fal. em Lisboa a 27 de janeiro de 1881. Era filho de Rodrigo José de Moraes Soares e de D. Maria Madureira Lobo. Era medico e cirurgião, e depois da organisação de ensino pelo governo liberal, foi nomeado professor e commissario dos estudos em Villa Real. Em 1848 foi eleito deputado pela primeira vez, e quando em 1852 se creou a secretaria das obras publicas, Moraes Soares teve a nomeação de chefe da repartição de agricultura, e mais tarde director geral, logar em que prestou serviços relevantissimos, pelo seu grande interesse no desenvolvimento da agricultura portugueza. Foi elle que mais trabalhou para a creação do Instituto Agricola, para a fundação da quinta regional de Cintra, para a creação de postos hippicos, e emfim para todas as medidas d'onde podia resultar progresso para a nossa agricultura e para a nossa pecuaria. Os lavradores portuguezes, costumados a terem n'elle um protector incançavel, o consultavam, e lhe pediam directamente esclarecimentos e auxilios, e elle não negava nunca o seu amparo e conselho. Em 1858 fundou o *Archivo rural*, jornal importantissimo de agricultura, artes e sciencias correlativas, que saiu pela primeira vez no 1.º de maio de aquelle anno, publicando se regularmente todas as quinzenas. Collaborou tambem no *Recenseamento geral dos gados*.

Soares *(Ruy Fernandes)*. Mais conhecido pelo nome de Ruy Soares. Pintor que floresceu no seculo XVI, no tempo de D. João III. Em 1551 trabalhou com outros nas reparações da liteira da rainha.

Soares *(D. Fr. Simão)*. Mestre da ordem de Aviz, cargo em que succedeu a D. Fernão Soares. Fal. em 1290.

Soares *(Thomaz Brown)*. Official bibliographo da Bibliotheca Nacional de Lisboa. N. n'esta cidade em 1787, onde tambem fal. a 22 de abril de 1868, tendo sido já aposentado. Traduziu do inglez a seguinte obra, que foi publicada em 1827, sem o seu nome: *Sobre a constituição de Inglaterra, e as principaes mudanças que tem soffrido, tanto no seu espirito como na sua fórma, desde a sua origem até aos nossos dias, com algumas observações sobre a antiga constituição de França*.

Soares *(Vicente de Gusmão)*. Bacharel em canones pela Universidade de Coimbra, poeta, etc. N. em Lisboa a 26 de janeiro de 1606, fal. a 10 de maio de 1675. Estudou no collegio de Santo Antão, onde teve por mestre Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo, aperfeiçoando-se depois na latinidade com o P. João Nunes Freire. Passando a cursar as aulas da Universidade tomou o grau de bacharel, conforme dissémos. Motivos ignorados o levaram a abraçar mais tarde o estado ecclesiastico, ordenando-se de presbytero no anno de 1644, tomando afinal o habito de eremita descalço de Santo Agostinho, em cuja ordem (mais conhecida entre nós pela vulgar denominação de Grillos), no convento do Monte Olivete, solemnemente professou, com o nome de Fr. Vicente de S. José, e n'esse convento falleceu. Deixou impressas umas *Rimas varias em alabança del nacimiento del principe D. Balthazar Dominico*, Porto, 1630; parte d'estas rimas eram escriptas em hespanhol. Em 1641 publicou um poema intitulado: *Lusitania restaurada*, em portuguez. Deixou alguns manuscriptos.

Soares. Reino de gentios balantas na margem direita do rio S. Domingos ou de Farim, na Guiné, Africa Occidental. A sua feição é pacifica e occupa-se na agricultura. || Pov. na freg. de S. José, na 3.ª div. de Quinzanza, conc. de Columbo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Soares de Albergaria *(José Cabral)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra. N. em Paços da Serra a 13 de dezembro de 1846, fal. em Ceia a 21 de março de 1910. Era filho de Antonio Cabral Soares de Albergaria e de D. Maria Gertrudes Marques Ribeiro Saraiva. Estava filiado no partido progressista, a que prestou muitos serviços, sendo seu chefe no concelho de Ceia. Exerceu os seguintes cargos n'este concelho: administrador de 1879 a 1881 e de 1886 a 1890; presidente da camara municipal de de 1897 até 1900, e por muitos annos tambem exerceu o cargo de 1.º juiz substituto.

Soares Andréa. V. *Andréa*.

Soares de Azevedo *(Antonio)*. Bacharel formado em canones pela Universidade de Coimbra. N. no Porto, onde tambem fal. em 1815. Como poeta, tinha o nome arcadico *Alcino Duriano*.

Escreveu: *Poemas*, Coimbra, 1791; *Os Genios premiados: cantata para se executar na Real Academia do Porto*, etc., Porto, 1807; *Ode ao memoravel feito da tarde de 18 de junho, em que a cidade do Porto tomou as armas para sacudir o jugo francez*, Lisboa, 1808; *Ode pindarica ao ill.*^{mo} *e ex.*^{mo} *sr. Marquez de Torres Vedras*, Lisboa, 1813; *O Surdo-mudo ou o abbade de l'Epée, drama traduzido do francez*, edição posthuma, Coimbra, 1828. Diz-se que deixou manuscriptos importantes, entre os quaes muitas obras dramaticas, originaes e traduzidas, que no seu tempo se representaram no Porto.

Soares Branco *(Domingos Silvestre)*. Capitão de infantaria. N. a 13 de julho de 1862, fal. em Pinhel em janeiro de 1902. Tornou se notavel na India, em 1896, na pacificação de Satary, que em grande parte lhe foi devida, prestando os mais relevantes serviços ao paiz. Bravo como os mais bravos, na effervescencia dos combates, distinguiu-se por tal fórma na repressão da revolta da India n'aquelle anno, commandando as columnas de operações, que o commissario regio Neves Ferreira o encarregou do difficil e melindroso governo de Satary, de que tomou posse a 22 de fevereiro de 1897, e com tal energia e fino tacto procedeu que, dentro em pouco escrevia um jornal da India Ingleza os periodos seguintes, sobre um relatorio do capitão Branco: «Dentro do limite das dez paginas do relatorio, o capitão Branco descreve com exactidão as perturbações por que passou a provincia. O que descreve é novo e do muito interesse, por ter sido elle a figura primacial em torno da qual se moviam todas as forças das guerrilhas dos rebeldes. O capitão Branço historía com extrema modestia; mas do relatorio, deprehende se claramente que a sua dedicação pelo dever e o seu extraordinario bom senso trouxeram á submissão os insurgentes. Se mais cedo o capitão Branco tivesse sido encarregado da direcção da provincia, não resta duvida de que a insurreição não teria assumido as proporções que tomou.» O coronel Joaquim José Machado, quo succedeu a Neves Ferreira no governo da India, apreciou muito os brilhantes dotes do capitão Branco, e quando foi transferido para o governo de Moçambique, convidou o para chefe do seu estado maior. São memoraveis os serviços prestados n'esta situação pelo brioso official As operações por elle dirigidas, de difficil execução e da maxima responsabilidade, por occasião do internamento dos boers, completaram a sua honrosa carreira militar. Regressando á metropole, foi collocado em Pinhel, onde falleceu depois de longos annos de soffrimento da enfermidade que o victimou. O capitão Soares Branco era official das ordens da Torre e Espada e de S Bento de Aviz, e possuia as medalhas de prata de comportamento exemplar, a de serviços no ultramar o a da expedição á India, em 1895.

Soares Branco *(João)*. Major de engenharia, lente ajudante da Escola do Exercito, hoje Escola de Guerra, adjunto da secção technica da Manutenção Militar, ministro de Estado, etc. N. a 6 de setembro de 1863; assentou praça em 18 de setembro de 1880, sendo promovido a alferes em 4 de janeiro de 1888, a tenente em 23 de janeiro de 1890, a capitão em 8 de novembro de 1900, tendo hoje o posto de major. Duas vezes no anno de 1909 foi ministro da fazenda sendo um a no gabinete presidido pelo sr. conselheiro Veiga Beirão. E' cavalleiro e official por serviços distinctos da extincta ordem de Aviz e possue as medalhas de prata de comportamento exemplar, e de 2.ª classe da Cruz Vermelha.

Soares de Brito *(Gregorio)*. Sargento-mór. Era natural de Monsão, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Escreveu as duas obras seguintes: *Tratado da theorica e pratica de guerra de mar e terra, offerecido a João de Sousa, alcaide mór de Thomar*, Lisboa, 1642; *Breve discurso e tratado das Regras militares observadas por muitos praticos e valorosos soldados, offerecido a Fernão Telles de Menezes, commendador de S. João de Moura e Albufeira*, Lisboa, 1644.

Soares de Castello Branco *(João Maria)*. Conego da Basilica de Santa Maria Maior, de Lisboa, deputado do conselho geral do Santo Officio, deputado nas côrtes de 1821, etc. N. em Lisboa a 7 de maio de 1767, onde tambem fal. a 19 de março de 1831. Foi primeiramente freire professo da ordem de Aviz, e depois conego. Quando se constituiram côrtes em 1821, foi eleito deputado, em que muito se distinguiu pela energia com que advogava e defendia as doutrinas liberaes; foi reeleito nas côrtes ordinarias de 1822, e restabelecendo-se em 1823 o governo absoluto, foi deportado por algum tempo para fóra da capital

Soares Franco *(Francisco)*. Commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, conselheiro, doutor e lente de medicina na Universidade de Coimbra, bacharel em philosophia, medico da Real Camara, deputado, etc. N. em Loures, em 1772 ou 1773, fal. em Lisboa a 28 de fevereiro de 1844 Era filho de paes humildes. Frequentou na Universidade com a maior distincção os cursos de mathematica e philosophia, e entrando depois no de medicina, recebeu o grau de doutor em 1797, sendo durante os estudos sustentado pela Casa Pia de Lisboa. Depois de alguns annos de exercicio no logar do demonstrador de anatomia, foi nomeado lente em 1806, aposentando-se em 1823, e jubilando-se em 1825. Sendo ainda estudante, mas já bacharel em philosophia, publicou em Lisboa no anno de 1793, uma tragedia *Herminia*, e um livro de versos com o titulo de *Obras poeticas*. Em 1808 e 1809 tambem imprimiu alguns escriptos patrioticos contra Napoleão. Como socio da Academia Real das Sciencias, escreveu o erudito professor diversos trabalhos de valor, que se encontram na collecção das suas *Memorias*, dos quaes mencionaremos o seguinte: *Memoria sobre a identidade do systema muscular na economia animal*, que saiu no tomo V; trabalho muito apreciado em que resplandece uma vasta erudição anatomico physiologica. Escreveu mais: *Diccionario de Agricultura, extrahido em grande parte do «Cours d'Agriculture» de Rosier, com muitas mudanças, principalmente relativas á theoria e ao clima de Portugal, offerecido a S. A. R o Principe Regente*, Coimbra, 1804 a 1806, 5 tomos com estampas; *Tratado geral dos prados e das suas regras, dedicado aos lavradores por Carlos d'Ourche*, o traduzido em portuguez, Lisboa, 1812, com 5 estampas; *Elementos de Anatomia*, Coimbra, 1818, 2 tomos; 2.ª edição, Lisboa, 1825; serviu por muitos annos de texto nas aulas da

sciencia em Portugal, e é, na opinião dos professores, obra de grande valor para o tempo em que foi escripta; *Ensaio sobre os melhoramentos de Portugal e Brazil*, Lisboa, 1820; n'este seu trabalho chama a attenção do governo para a reforma das instituições que impediam o desenvolvimento da agricultura; *Considerações sobre a integridade da Monarchia portugueza*, Lisboa, 1821; *Explanação á lei de 5 de julho de 1822 sobre a reforma dos Foraes*, Lisboa, 1822; *Extracto dos principios fundamentaes do systema administrativo de França, por Mr. Bonnin, e sua comparação com o de Portugal*, Lisboa, 1822; *Historia resumida da Companhia de Pescarias Lisbonense*, Lisboa, 1840. No *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas* publicou bastantes artigos, saindo no tomo III um intitulado: *Sobre o grau de certeza que ha na Medicina pratica*. Tambem foi redactor da *Gazeta de Lisboa*, desde 1809 até 1813. Em 1821 foi eleito deputado para as côrtes constituintes, e depois nas ordinarias de 1826. Entre as varias commissões que desempenhou, mencionaremos ainda as de director do hospital regimental do Castello, examinador de medicina na physicatura mór do reino, secretario do Conselho geral de Beneficencia, vogal da commissão administrativa do Asylo de Mendicidade, e presidente do Conselho de Saude do Exercito. Foi presidente da commissão redactora da obra de *Materia medica*, publicada em 1816, e da do formulario para uso dos hospitaes, e membro da commissão encarregada de redigir a pharmacopéa que não chegou a ser autorisada officialmente, mas que foi impressa em 1841, com o titulo: *Pharmacopéa Lusitana, composta pela commissão creada por decreto da Rainha Fidelissima D. Maria II, em 6 de outubro de 1838*. Soares Franco casou duas vezes: a primeira com D. Michaela Mourão Toscano, e a segunda com D. Maria Carlota.

Soares Franco *(Francisco)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, conego na sé da Guarda, etc. N. em Lisboa a 29 de julho de 1829, onde tambem fal. a 28 de julho de 1867. Era filho do antecedente, e do sua segunda mulher D. Maria Carlota. Depois da formatura tomou ordens sacras, salientando-se como orador sagrado, sendo um dos mais distinctos do seu tempo. Foi depois provido n'um canonicato da sé da Guarda. Como escriptor tambem se evidenciou. A sua vida, porém, sempre turbulenta e desregrada, o abuso das bebidas alcoolicas, porque se tornara extremamente apaixonado, acarretaram-lhe uma longa e penosa enfermidade, que o victimou na vespera do dia em que completava 38 annos de edade. Em Coimbra tomara parte activa nas orgias da vida de estudante d'esse tempo; fôra um dos amadores dramaticos mais afamados do theatro Academico. Publicou 6 tomos de *Sermões*, em Lisboa, de 1856 a 1867, e no Porto, em 1865, outro volume com o titulo de *O Prégador catholico, collecção de sermões ineditos*. Escreveu tambem romances, dramas e versos, dos quaes apontaremos os seguintes: *O Ermitão da cabana*, drama em 3 actos, Coimbra, 1852; *A Rainha Santa Izabel, drama sacro* em 5 actos, que se representou no Gymnasio em 1855, e se imprimiu n'esse mesmo anno; *Folhas da vida, poesias;* Lisboa, 1863; *A cruz do captiveiro, romance da independencia portugueza*, Lisboa, 1864; 2 tomos; *Memorias da mocidade: Olympia de Montonelli — Flôres de um tumulo, romances*, Lisboa, 1861; *Memorias da mocidade: As rosas e os espinhos de amor — Dever ou crime?* Porto, 1867. No *Panorama* publicou varios romances, um dos quaes tinha por titulo de *O pagem da rainha*. Tambem imprimiu a *Oração funebre, recitada na villa de Fundão, nas exequias mandadas fazer pela camara municipal pelo eterno descanço de S. M. o Sr. D. Pedro V*, Lisboa, 1862.

Soares Franco *(Francisco Soares Franco, visconde de)*. Vice almirante, commandante geral da armada, etc. N. em Coimbra a 16 de dezembro de 1810, fal. em Lisboa a 13 de setembro de 1885. Era filho do distincto medico e lente da Universidade de Coimbra, de egual nome, e de sua primeira mulher, D. Michaela Mourão Toscano (V. *n'este vol.* pag. 992). Aos 16 annos tendo completado o curso do 1.° anno de mathematica e do 2.° de philosophia, assentou praça a 21 de julho de 1826, como aspirante de marinha, carreira para que mostrava grande vocação. Tinha então os estudos quasi completos, e por isso logo a 2 de abril de 1827 foi promovido a guarda marinha, começando o seu noviciado da carreira do mar pela nomeação para embarque na fragata *Perola*, commandada pelo official Joaquim José da Cunha. N'esta patente serviu na charrua *S. João Magnanimo*, em nau de viagem da India, e nos brigues *Providencia* e *Vinte e tres de Fevereiro*, occupados ambos em cruzeiro no mar dos Açôres. Extranha ironia do destino! O moço liberal era forçado a servir contra as suas convicções e sentimentos, a servir o governo do absolutismo, a vigiar os seus irmãos na communhão de ideias politicas, que dos Açôres faziam baluarte da Liberdade asphyxiada. A ilha Terceira resistia heroicamente e repellira o valoroso ataque da esquadra miguelista, em 11 de agosto de 1829, mas o sentimento liberal fermentara no continente, o numero dos suspeitos de affectos á causa liberal crescia o Soares Franco, incluido n'este, era desembarcado em Lisboa a 12 de novembro de 1830. Em 21 de agosto de 1831 rebentára a mallograda revolta do 4 de infantaria, em campo de Ourique, revolta afogada em sangue, e Soares Franco, escapando ás terriveis consequencias do seu affecto á causa dos vencidos, embarcou n'esse mesmo dia a bordo do brigue inglez *Vigilante*, que seguia destino para Inglaterra. Apresentando se na Terceira, quando ali se organisara a esquadra liberal, foi Soares Franco, em 12 de março de 1832, nomeado commandante do patacho *S. Bernardo*, um pobre barco mercante, mal apropriado ao serviço de transporte e cruzeiro, a bordo do qual o joven guarda-marinha fez um serviço brilhante, assiduo e arriscado. Quando D. Pedro trouxe ás praias do Mindello a expedição liberal, Soares Franco foi um dos officiaes da esquadra que a conduziu. Foi depois na esquadra de Sartorius tentar o bloqueio de Lisboa, que se não pôde sustentar com as diminutas forças que pretendiam formal-o. Começou então a parte verdadeiramente epica da carreira nautica do visconde de Soares Franco. Os miguelistas cercavam o Porto, que não tinha navios que lhe defendessem o rio, e impedissem o inimigo de estabelecer as suas baterias. Tentou-o Soares Franco, a quem o governo liberal déra o commando da escuna *Terceira*, sendo então promovido a 2.° tenente em 1 de setembro. Soares Franco susten-

tou com tanta energia o fogo contra os miguelistas, durante oito dias de continuada lucta, do 12 a 20 de setembro, que elles viram-se obrigados a abandonar uma bateria que tinham estabelecido, mas a escuna estava avariada de tal fórma que, depois de ter alcançado aquelle triumpho, não se pôde suster mais ao cimo da agua, salvando se ainda assim uma parte da tripulação e o commandante, que deveu a essa gloriosa façanha o ser elogiado pelo imperador na ordem do exercito de 24 de setembro. Indo então com o resto da guarnição occupar a bateria das Virtudes, ali se distinguiu Soores Franco pela sua bravura, passando a guarnecer a bateria do *Captivo*, onde na grande batalha de 29 de setembro, obrou taes prodigios de valor, que de novo foi elogiado pelo imperador. Apoz muitos outros serviços de rondas e pequenos combates, de ousadas aventuras para proteger o desembarque de viveres, quando a fome apertava com o aperto do cêrco, foi o valente official nomeado commandante do brigue escuna *Liberal*, em 27 de março de 1833, tendo logo na noite de 16 de abril seguinte de pôr de novo a prova da sua arrojada valentia, forçando a barra com o seu navio, e pondo-se a salvo, debaixo do fogo inimigo, pelo que recebeu o grau de cavalleiro da Torre e Espada em 26 de maio. No bloqueio da barra da Figueira, na expedição e tomada das Berlengas, nos combates da Serra d'El-Rei, commandando a guarnição com que desembarcou em Peniche, sendo então elevado a official da referida ordem da Torre e Espada; ao que se seguiram as outras acções de desembarque em S. Martinho, Nazareth, Pederneira e Figueira. sempre debaixo de fogo e com a guarnição do seu navio. Tempo depois, fazendo parte da esquadrilha do Tejo, fez o reconhecimento a Villa Nova da Rainha, occupando logo o flanco direito das linhas de Lisboa. A 18 de janeiro de 1834 tinha sido promovido a 1.º tenente, e finda a campanha ainda foi encarregado de cruzar na Madeira e Açôres em diversas epocas, tendo tido uma das vezes occasião da fazer restabelecer a ordem n'um concelho da ilha das Flôres; outra vez de proteger os habitantes da Terceira pela catastrophe da Villa da Praia; e ainda por fim de acudir com tal promptidão á galera americana *Julio Cesar*, que a pôde salvar. Em 12 de janeiro de 1835 foi promovido a capitão tenente e em 1837 teve o encargo de cruzar na costa da Galliza, e ahi manteve do tal modo a honra da bandeira portugueza, fazendo-se estimar pelos habitantes das povoações onde tocou, que o seu exemplar comportamento e da guarnição da brigue *D. Pedro*, que commandava, foi recompensado com um elogio e com o grau de cavalleiro da ordem do Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. Em 1838, commandando a corveta *D. João I*, depois de diversos serviços em Portugal e Brazil, foi mandado em commissão difficil e melindrosa ao Rio da Prata e Montevideu, onde a dictadura de Rosas punha em risco os interesses, a liberdade e até a vida dos subditos portuguezes. Era grave a conjunctura e delicada a missão, que mais tinha de ser desempenhada pela prudencia, do que pela bravura, onde nações poderosas, e dispondo de imponentes esquadras, se acobardavam de usar da força contra a selvageria feroz e sanguinaria do dictador americano; pois n'estas circumstancias difficeis, o commandante da pequena divisão portugueza, calando no intimo do peito os seus espontaneos impetos do bravura, soube sempre fazer-se respeitar, conseguindo que lhe fôssem entregues 40 portuguezes que seriam violentados na esquadra do Rosas, e que lhe fôsse dada satisfação pelo aprisionamento de um navio mercante. Por estes serviços recebeu Soares Franco, como recompensa, em 1843, a commenda d'Aviz, e o imperador do Brazil o condecorou com o officialato da ordem do Cruzeiro o em 15 de fevereiro de 1841 foi promovido por antiguidade, ao posto de capitão de fragata conservando se no commando *D. João I*, até 14 do agosto de 1846, em que este navio desarmou. N'esse anno rebentava a revolta da Maria da Fonte, que depois d'alguns mezes se transformava na revolução patriotica da Junta do Porto. Soares Franco, mantendo se na obediencia do governo da Rainha, e logo depois da reacção de 6 de outubro, foi nomeado para o commando da fragata *D. Maria II*, e de todas as forças navaes que deviam bloquear o Porto, baluarte valoroso da revolução, fez um desembarque na Galliza. em 3 do dezembro, atravessou o Minho, e veiu por um acto de arrojo inaudito, á frente dos seus bravos marinheiros, tomar Valença, Caminha e Vianna. A 23 de maio de 1847 quando a esquadrilha da Junta do Porto tentou audaciosamente forçar a barra do rio Douro, Soares Franco, que na vespera fôra elevado ao grau de commendador da Torre e Espada, batia se valorosamente, e frustrava a tentativa dos adversarios, recebendo como recompensa a promoção a capitão de mar e guerra por distincção, em 30 d'esse mez e anno. Finda a guerra civil, foi nomeado commandante da corveta *Iris* e da estação do Brazil, prestando ali excellentes serviços á colonia portugueza Em 3 de janeiro de 1850 passou a commandar a nau *Vasco da Gama*, na qual recolheu a Lisboa em 1851, recebendo por esse tempo a mercê da carta de conselho pelos seus serviços. Depois d'esse anno raras vezes embarcou, como official general, nas honrosas commissões de acompanhar em viagens as pessoas reaes. Soares Franco tomou parte nas reformas de marinha, e quando em 1851 Fontes Pereira de Mello, creou o corpo de marinheiros militares, foi nomeado o visconde de Soares Franco para seu commandante, commandando por sua parte a nau *Vasco da Gama*, as fragatas *D. Fernando* e *Rainha*, e o brigue *Serra do Pilar*, que successivamente lhe serviram de quartel ou de navios escolas. Teve ainda a honra de ir receber em 1858 a rainha D. Estephania, no porto de Antuerpia, a bordo da corveta *Bartholomeu Dias*, como depois a Genova, commandando a divisão naval, em 1862, onde teve a honra de receber a rainha D. Maria Pia. Já a esse tempo havia ascendido ao generalato, pela promoção a chefe de divisão em 2 de novembro de 1859, quando occupava, desde 21 de setembro d'esse anno o cargo de chefe de estado maior da armada, e finda a honrosa missão de receber a soberana, foi lhe concedido o titulo de visconde do Soares Franco por decreto de 25 de outubro do 1862, sendo em 30 de dezembro d'esse anno elevado ao pariato, tomando posse na respectiva camara a 7 de janeiro seguinte, ondo exerceu o cargo de secretario desde 2 de janeiro de 1868 até á data do fallecimento. De-

pois as honras cresceram e as promoções succederam-se vertiginosamente, sendo elevado a chefe de esquadra graduado em 23 de agosto de 1862, e á effectividade d'esse posto em 25 de abril de 1866; logo considerado contra-almirante em 2 do junho do mesmo anno pela nova denominação dada ao generalato da marinha; graduado vice almirante em 28 de setembro, ainda d'esse anno, e finalmente a vice almirante effectivo em 2 de outubro de 1873, exercendo já desde 1863 o cargo de major general da armada. Foram lhe concedidas as honras de ajudante de D. Luiz em 10 de fevoreiro de 1871; por decreto de 9 de novembro de 1875 teve segunda vida no seu titulo de visconde. Além das distincções honorificas já citadas, Soares Franco era gran cruz das ordens extrangeiras de S. Mauricio o S. Lazaro de Italia e de Santo Estanislau da Russia; commendador de Carlos III de Hespanha; official da Legião de Honra de França; condecorado com as medalhas de ouro de bons serviços e de comportamento exemplar, e com a de prata da divisão auxiliar á Hespanha. O visconde de Soares Franco tambom se dedicou á politica, sendo eleito deputado por Angola na legislatura de 1857 e 1858, mas a sua vida parlamentar tanto como deputado, como par do reino não tevo o brilho da sua vida naval, da sua vida no campo da batalha, comquanto tomasse parte nas questões da sua especialidade, em phrase menos correcta, mas franca e apaixonada, comquanto trabalhasse em muitas commissões importantes dentro e fóra do parlamento. Soares Franco casou duas vezes: a 1.ª com D. Maria José Adrião, já viuva de João Maria dos Santos; a 2.ª, a 19 de dezembro de 1844, com D. Angela Francisca Tam da Cunha. Do seu 1.º matrimonio, entre outros filhos, houve Francisco Soares Franco, nascido na Republica do Uruguay em março de 1852, fidalgo da Casa Real e official da Armada, que teve o titulo de 2.º visconde de Soares Franco. O seu brazão d'armas é um escudo partido em pala, tendo na primeira as armas dos Soares: Em campo vermelho uma banda de ouro saindo das boccas de duas cabeças de serpe, tambem de ouro, armadas de azul, entre duas jarras tambem de ouro cheias de flôres; na 2.ª as dos Francos; Em campo verde um penhasco da sua côr, e sobre elle um castello de prata lavrado de preto com portas e frestas da mesma côr preta, e o contra chefe ondado de agua.

Soares Freire *(Henrique Augusto da Cunha).* Professor antigo da Casa Pia, etc. N. na Trafaria a 18 de julho de 1842, sendo filho de Luiz Miguel da Cunha Freire e de D. Maria da Conceição Soares. Indo ainda creança com seus paes para Setubal, ali cursou com aproveitamento as aulas do lyceu municipal, e depois em Lisboa as da escola normal. Habilitado para o magisterio, foi nomeado professor do ensino primario para a villa de Grandola, d'ali transferido para egual cadeira de Almada, depois para Lisboa, e em seguida para o Funchal, ilha da Madeira, onde a esse exercicio reuniu o de professor da lingua franceza. Saiu do magisterio primario em 1876, para entrar em exercicio interino de escrivão de direito n'um dos cartorios da comarca de Santa Cruz, n'aquella ilha; e d'ali voltou ao Funchal para substituir outro escrivão mas n'estas funcções só pôde conservar se até junho de 1879. Tambem exerceu as funcções de escrivão da administração do concelho da Ponta do Sol, na referida ilha. Em 1881 foi nomoado sub-inspector de instrucção primaria do 4.º circulo da 3.ª circumscripção (Leiria), cargo de que pediu a demissão por falta de saude. Em 1883 pertencia ao quadro dos professores da Casa Pia de Lisboa. Em quanto esteve em Leiria, collaborou no jornal *Districto de Leiria;* foi um dos fundadores da *Gazeta Pedagogica*, revista fundada e dirigida por Marianno Ghira. Por decreto de 7 de maio de 1869 foi agraciado com o grau de cavalleiro da ordem de Christo. Era socio das sociedades de Geographia de Lisboa, de Instrucção do Porto, do Instrucção Primaria de Paris, de Escriptores e Artistas de Madrid, de Geographia de Anvers, etc. Bibliographia: *A prophecia ou a edificação do mosteiro de Jesus: Chronica setubalense*, Lisboa, 1864; *O rei e soldado: facto historico do reinado do sr. D. Pedro V*, Setubal, 1862: saiu 2.ª edição muito augmentada, precedida d'um esboço biographico d'aquelle monarcha; Lisboa, 1868; a a 3.ª edição foi publicada no Funchal em 1879; sendo mais tarde refundida e ampliada, appareceu em 4.ª edição com o titulo de *D. Pedro V*, Lisboa, 1882; parece que se publicou ainda 5.ª edição; *Do ensino profissional; traducção da obra de A. Carbon*, Lisboa, 1866; *Maria, ou a condessa de Reuchnstein*, romance; saiu em folhetins no jornal *O Curioso de Setubal*; *A Senhora Annunciada, lenda setubalense*; no *Correio de Setubal; Contos do outro mundo*, nas *Novidades*, de Lisboa, em 1866; *Amor e martyrio*, imitação de Muuné, no jornal *Hymnos e flôres*, de Coimbra, em 1863; *Elementos de pedagogia para servirem de guia aos candidatos do magisterio primario*, Lisboa, 1870; fizeram se varias edições; *Compendio de chorographia de Portugal, approvado pela junta consultiva de instrucção publica*, Lisboa, 1870; tambem se fizeram mais edições; *Selecta de poesias infantis*, Madeira, 1874; com gravuras; 2.ª edição 1881. Encontram-se varios artigos seus nos jornaes setubalenses de 1858 até 1867; no *Portuguez, Boletim do clero e professorado, Escoliastico eborense, Gazeta do meio dia, Sul de Portugal, Districto de Evora, Instrucção primaria, Direito, Jornal do Funchal, Voz do Povo, Actualidade*, etc. Em 1875 fundou no Funchal o *Diario de Noticias*, associado com o conego Alfredo Cesar d'Oliveira. Na collecção dos livrinhos *da Bibliotheca do povo e das escolas*, tem o de *Pedagogia*. Henrique Freire deve ter fallecido depois de 1900, data do seu ultimo opusculo, *Jeronymo Corte-Real* publicado nesse anno em Evora, onde tambem publicou a collecção intitulada *Provedores da Santa Casa da Misericordia* da mesma cidade.

Soares de Macedo Lobo *(Antonio).* Bacharel formado em medicina. pela Universidade de Coimbra. Foi medico da camara de D. Maria I. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento, mas julga-se ter fallecido entre os annos de 1807 e 1812. Escreveu: *Carta apologetica sobre a necessidade de praticar os remedios purgantes em toda a sorte de febres erysipelatorias*, Lisboa, 1780. Saiu sem o nome do autor.

Soares de Mello *(Braz).* Segundo governador de Cabo Verde, que succedeu a Duarte Lobo da Gama, e foi substituido por Francisco Lobo da Gama Governou desde 1595 até 1597, e

durante esse tempo assaltaram e destruiram os inglezes, como tinham feito em 1582, a cidade da Ribeira Grande.

Soares de Mello *(Estevam)*. Senhor da villa de Mello no bispado da Guarda, e militar, que esteve na restauração da Bahia em 1625, e serviu na guerra da Restauração com o posto de mestre de campo. Escreveu uma *Cosmographia universal*, um *Tratado de todos os modos de caçar*, e uma obra com o título de *Familia dos Mellos*, trabalhos que ficaram manuscriptos.

Soares de Passos *(Antonio Augusto)*. Um dos poetas mais notaveis, que floresceram no seculo passado. N. no Porto a 27 de novembro de 1826, onde tambem fal. a 8 de fevereiro de 1860. Era filho de Custodio José de Passos, negociante portuense, e de D. Anna Margarida do Nascimento Soares de Mello. N. n'uma epoca tormentosa, e foi a sua casa uma das predilectas das tempestades do tempo. Seu pae, perseguido como liberal teve de andar foragido, sendo por fim preso. Tinha apenas 6 annos quando a cidade em que vivia, foi cercada e bombardeada pelos miguelistas, e essa impressão, a mais forte da sua infancia, ficou-lhe sempre profundamente gravada na phantasia. Pouco depois teve os primeiros ataques da doença do peito que tão prematuramente o havia de conduzir ao tumulo. Salvou-se, e quando chegou á edade propria foi estudar no collegio do Corpo da Guarda, concluindo aos 14 annos a sua frequencia, porque seu pae queria que elle seguisse a vida commercial, e encarregou-o da escripturação da sua casa, mas Soares de Passos tinha para esse emprego a mais completa negação. Resignou se por algum tempo, aproveitando todas as horas vagas para se entregar a outras occupações mais predilectas, ensinando francez a sua irmã, inglez a seu irmão, e lendo depois o *Parnazo Lusitano*, com o maximo interesse. Conservou se 5 annos n'esta vida mas afinal foi mais forte a sua repugnancia, do que o desejo que tinha de obedecer a seu pae, e em 1845 pediu-lhe que o deixasse continuar os seus estudos. O pae, que muito o estremecia, consentiu immediatamente. Faltavam-lhe apenas o latim, a philosophia racional e a geometria, para se matricular no primeiro anno da faculdade de direito, e contava 19 annos. Aprendeu o latim com o celebre mestre José Rodrigo Passos, a philosophia com Antonio Fernandes da Silva Gomes, e para a geometria mostrou tão grande vocação, que o professor o aconselhou a que frequentasse a faculdade de mathematica. Tudo isto foi o estudo de 4 annos incompletos, vindo portanto a matricular se na faculdade de direito em outubro de 1849. Havia muito tempo que Soares de Passos fazia versos, mas a ninguem o dissera, e levára a sua constancia a ponto de assistir aos torneios poeticos dos seus dois condiscipulos, Alexandre Braga e Augusto Luso, sem declarar que elle tambem era poeta. Foi no primeiro anno de Coimbra, que pela primeira vez manifestou abertamente a sua vocação poetica. De combinação com os seus dois condiscipulos, Ayres de Gouveia e Alexandre Braga, fundou em Coimbra um jornal de versos *O Novo Trovador*. A epoca de estudante na Universidade não lhe correu prospera. A doença retinha o muitos dias no leito, as férias de 1853 passou-as na sua casa do Porto, e tão atribulado se viu, que só tarde pôde voltar a Coimbra, ainda convalescente, para se matricular no 5.º anno da faculdade de direito, conseguindo formar se em 1854. Em seguida fez uma pequena viagem de recreio pela provincia, visitando a Batalha e o Bussaco. Voltando ao Porto, pediu para ser inscripto como advogado perante a Relação no fôro portuense,pelo direito que lhe davam as cartas de bacharel formado. A legislação da epoca obrigava á pratica de dois annos, que tinham de ir buscar ao fôro, o a que tinham de sujeitar se os candidatos que não querendo ficar n'aquella carreira, aspirassem á da magistratura. O grande poéta não satisfez, comtudo, esta sua ardente aspiração, porque presentia as acerbas saudades, que por ventura o pungiriam, se deixasse a terra querida da sua naturalidade. Não continuou tambem a defender réus, a formar libellos e a escrever contrariedades, réplicas e tréplicas, porque a sua gloriosa vocação mal se compadecia com tal ordem de trabalhos e com o monotono folhear de autos e o fastidioso inquerir de testemunhas, nos cartorios e nos tribunaes. N'esse anno de 1854, Antonio Feliciano de Castilho andava pelo paiz promovendo saraus litterarios, e propaganda o seu methodo repentino para aprender a ler. Foi a Coimbra e ao Porto, onde a academia e a imprensa o acolheram com o respeito devido ao seu elevado merecimento. Os poetas d'aquellas duas cidades tomaram parte nas festas, e Soares de Passos distinguiu se por modo brilhante, recitando entre outras, a sua poesia *O Firmamento*, que é, no pensar de pessoas competentissimas, um dos maiores monumentos da litteratura portugueza do seculo XIX. Soares de Passos pretendeu o logar de segundo bibliothecario da bibliotheca do Porto, mas não o conseguiu. Em 1856 publicou o seu unico livro de versos, e não obstante acharem se grande numero d'elles espalhados pelas folhas periodicas, e serem portanto muito conhecidos pelos apreciadores, a edição esgotou se promptamente, e já em 1858 se fez segunda, que o autor accrescentou com outras poesias, corrigindo todas com o maior escrupulo. N'esta edição appareceram de novo as traducções, que fez d'alguns cantos de Ossian, as quaes muita estimação lhe mereciam pela homogeneidade da inspiração, que n'elles encontrava com as suas producções. De 1860, data da morte do poeta, até 1871, o livro teve 5 edições, e em 1875 publicou se a 6.ª edição. A'cêrca do notavel poeta, encontram-se artigos em muitos jornaes, entre os quaes os de Pinheiro Chagas no *Archivo Pittoresco*, e reproduzido depois nos *Ensaios criticos*, de pag. 293 a 321; Camillo Castello Branco, nos *Esboços de apreciações litterarias* de pag. 111 a 117; *Diccionario popular*, vol. IX; *Gazeta Commercial*, de agosto de 1855, etc.

Soares dos Reis *(Antonio)*. Esculptor e estatuario muito distincto, professor da Academia Portuense de Bellas Artes, etc. N. em S. Christovão, do Mafamude, concelho de Villa Nova de Gaia, a 14 de outubro de 1847, fal. no Porto a 16 fevereiro de 1889. Era filho de Manuel Soares, merceeiro estabelecido em Villa Nova de Gaia, e de D. Rita do Nascimento de Jesus. Matriculou so no 1.º anno dos cursos de esculptura, desenho e architectura da Academia Portuense de Bellas Artes em 1 de outubro de 1861, tendo fre-

quentado algum tempo antes a aula do desenho, e terminou os seus estudos em agosto de 1867, chegando durante esse tempo a estudar tambem pintura por espaço de 2 annos. Approvado e classificado como distincto em todos os exames dos diversos cursos, excepto o 2.º anno de architectura, foi lhe conferido o 1.º premio no 5.º anno de desenho, e tendo concorrido depois com os trabalhos dos exames do 5.º anno de esculptura e do 5.º anno de architectura ao concurso triennal, obteve outro 1.º premio em ambas essas especialidades. Em 1867 fôram abertos concursos na Academia Portuense de Bellas Artes, de logares de pensionarios no estrangeiro para o estudo de architectura e esculptura. Soares dos Reis ainda até então não havia bem definido o ramo de bellas artes que devia cultivar de futuro, e foi assim que mais por influencia da Academia, do que por escolha espontanea d'elle, se apresentou ao concurso de esculptura. Concorrendo ao referido concurso sem outro competidor, foi approvado por unanimidade em 31 de agosto de 1867, tendo feito as provas designadas no programma, e que consistiram em uma cabeça pelo natural, de dimensões colossaes, uma figura tambem modelada pelo natural, em baixo relevo e um esboceto, em gabinete fechado representando Argus e Mercurio. Em 27 de outubro do mesmo anno, Soares dos Reis partia para Paris. Admittido na Escola, então Imperial de Bellas Artes, frequentou o curso de esculptura, bem como todos os outros que tinham relação directa com aquella especialidade. Foi seu mestre Mr. Jouffroy, e de desenho recebeu apenas uma lição de Mr. Ivon, visto não lhe sobrar o tempo para a assiduidade áquelle curso. No de philosophia da arte teve por professor H. Taine, e no de archeologia, Henzei. Em Paris a lucta de Soares dos Reis foi enorme, por que a escassez de instrucção que levava do seu paiz, tornavam lhe aquelles estudos extremamente difficeis, e por vezes o seu temperamento nervoso fazia umas crises desesperadas Houve até um momento em que o esculptor, em suprema agonia de desesperança, procurou distrahir se, e como que crear novo vigor para a lucta que travára. Fez uma viagem a Londres, e essa digressão, verdadeiramente providencial, póde dizer-se que decidiu de todo, do seu futuro. No regresso d'esse passeio pareceu crear uma alma nova. O seu espirito como que reagiu contra a impotencia dos esforços até ali empenhados, a luz fez se n'aquelle cerebro preoccupado com os vicios da sua primitiva orientação artistica, e o alumno começou a dar animosa e ousadamente os primeiros passos na estrada de que até ahi andára transviado. O artista venceu, e venceu gloriosamente, pois obteve varios premios, sendo o ultimo um 1.º premio pecuniario de 300 francos na exposição annual, que então se fazia, de todos os melhores estudos dos alumnos da Escola de Bellas Artes. Soares dos Reis esteve em Paris desde 6 de novembro de 1867 até agosto de 1870, em que rebentou a guerra franco-prussiana, sendo por isso forçado a voltar para Portugal. Em 7 de janeiro de 1871, Soares dos Reis saiu de novo do paiz para completar os seus estudos em Italia, e chegou a Roma a 17 do mesmo mez. Não obstante ter-lhe sido indicado officialmente para professor n'aquella cidade o celebre estatuario Julio Montevorde, Soares dos Reis nunca trabalhou sob a sua direcção, não deixando comtudo de aproveitar muito com a analyse das obras d'aquelle artista, todas admiraveis de execução no marmore e em nada similhantes, n'essa parte, ás que estava habituado a vêr em Paris, onde em geral os esculptores são menos habeis na pratica do marmore. Foi em Roma que Soares dos Reis fez a sua notavel estatua o *Desterrado*, verdadeiro primor d'arte admirado por nacionaes e estrangeiros. Além d'essa estatua, executou, de collaboração com o seu collega Simões d'Almeida, um medalhão de Domingos Antonio de Sequeira, segundo um pequeno busto reproduzido de outro grande, obra do celebre esculptor italiano Tenerassi. Soares dos Reis esteve em Roma até 27 de julho de 1872, visitando no seu regresso á patria, as principaes cidades de Italia, e passando por Paris, Madrid e Lisboa, chegou a Villa Nova de Gaia em principios de setembro d'aquelle anno. Mais tarde, em 1881, tornou a sair do reino, indo a Paris onde esteve perto d'um mez, e percorrendo outras cidades de França e de Hespanha. De volta á sua terra natal, tendo completado brilhantemente os seus estudos no estrangeiro, e com o grande cabedal de conhecimentos que trazia, e com o seu forte talento, vinha cheio de fé e de elevadas aspirações fazer arte para Portugal. Aconteceu lhe aqui o mesmo que a todos os artistas; teve de sujeitar se ao meio acanhado e indifferente em que vive a arte no nosso paiz, e se com esforço e sacrificio produziu algumas obras notaveis, é certo que para ganhar a vida precisou de fazer outras anonymas para a arte industrial, em que o artista tem a maior parte das vezes de se subordinar ás exigencias mais absurdas. Isto constituiu para Soares dos Reis uma lucta insupportavel, que lhe azedou o espirito, que o entristeceu, que lhe minou a saude delicada, promovendo-lhe por mais d'uma vez doenças que o collocaram entre a vida e a morte. Passados os primeiros annos da adversidade, começou a raiar para o artista uma aurora mais limpida e promettedora. A' custa das maiores economias póde fazer alguns trabalhos em marmore, e o acolhimento enthusiastico que tiveram, lhe abriu as portas, não da riqueza, mas da reputação e do respeito publico. As encommendas principiaram a affluir, ainda que lentamente, os seus trabalhos a ter uma prompta acquisição, e o artista conseguiu realisar a sua mais persistente ambição, a de um *atelier* proprio, n'um terreno que adquiriu, deixando o antigo, que elle havia alugado. Por fallecimento do antigo professor de esculptura Manuel da Fonseca Pinto, vagava aquella cadeira, e foi logo lembrado Soares dos Reis para a preencher, mas o artista mostrava certa relutancia em a occupar, não porque lho repugnasse o ensino ou lhe faltasse o desejo de fructificar em outros, os recursos da sua aptidão propria, mas porque sentia que a sua entrada para a Academia só se podia dar, quando reformas profundas a collocassem em circumstancias compativeis com as ideias que bebera no seu longo tirocinio artistico, no estrangeiro. Instado, cedeu por fim, e principalmente quando lhe asseveraram que só como professor d'aquelle estabelecimento é que poderia remover os embaraços com que contava, visto o estado em que se encontrava o ensino na Academia, e sobretudo na aula de esculptura. Compellido por estas promessas, apresentou-se no con-

curso aberto em 1881 para o preenchimento da cadeira, sem ter oppositor, fez as respectivas provas, foi approvado, e no anno lectivo de 1881-1882 começou a aula. Desde logo pensou em reformar o ensino, pondo o a par dos progressos do tempo e banindo as velharias que julgou atrophiarem o estudo e desenvolvimento dos alumnos. Para esse fim apresentou em 1886 um projecto de reforma, o qual foi combatido pelo professorado da Academia, que não concordou com as liberdades de ensino que se continham no referido projecto, etc. N'aquella reforma, Soares dos Reis tinha em vista melhorar consideravelmente o ensino, ao mesmo tempo que dava aos estudantes que tivessem talento a garantia de vencerem os estudos em menos espaço de tempo do que o regulamento antigo lhes permittia. A recusa do seu projecto fez com que elle publicasse um opusculo, em que apresentou ao publico esse mesmo projecto, e em que expunha as razões que o determinavam. Convencido, como estava, da justiça da sua causa, intransigente com a rotina, Soares dos Reis, aquella contrariedade lhe causou grande impressão, avolumando as muitas que lhe annuveavam o espirito. Chegou a pedir a exoneração de professor academico, pedido que não teve effeito, por que Soares dos Reis não era facilmente substituivel, e os seus amigos não o deixaram persistir n'essa ideia. Triste, sempre preoccupado e evitando todo o ruido, o grande artista que desgostos de caracter intimo tornaram mais apprehensivo e melancolico, sentindo-se impotente para luctar, suicidou se com um tiro de revolver, contando apenas 42 annos de edade. O seu nome era já notavel nos dominios da arte. A existencia, porém, de tal maneira o opprimia, que friamente se decidiu a acabar com ella. Foi no seu proprio *atelier* que se suicidou. São immensos os trabalhos do notavel artista, que seria longo mencionar; essa relação encontra se no *Occidente*, n.º 287, do vol IX, e n.ºˢ 289, 290, 291 e 293, do vol. X. A estatua já citada, do *Desterrado*, que é propriedade da Academia Portuense de Bellas Artes, foi premiada com a primeira medalha de ouro na exposição de Madrid de 1881, sendo tambem o seu autor agraciado com o grau de cavalleiro da ordem de Carlos III. Muitos outros trabalhos figuraram em diversas exposições, como na de Paris de 1878, onde obteve uma menção honrosa, etc. Era tambem academico de merito das Academias de Bellas Artes de Lisboa e do Porto. No anno de 1901, inaugurou se no largo de D. Pedro V em Villa Nova de Gaia, a 30 de outubro, um monumento á memoria do illustre artista, sendo a estatua trabalho do esculptor sr. Teixeira Lopes, que fôra seu discipulo.

Sobalo. Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Ul, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Sobôcoto. Pov. da 4.ª div. do conc. de Cazengo, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Sobrada. Pov. na freg do Salvador, de Rendufe, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Sobradada. Pov. na freg. de S Christovão, de Gondomil, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Sobradello. Povoações nas freguezias: S. Julião, de Agua Longa, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto || Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Pedro, de Ossella, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Martha, de Pinho, conc. de Boticas, distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Rendufinho, conc. do Povoa de Lanhoso, distr. de Braga || Santa Eulalia, de Revelhe, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Martinho, de Silvares, do mesmo conc e distr. || S. Pedro, de Teixeira, conc. de Baião, distr. do Porto.

Sobradello da Goma. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com de Povoa de Lanhoso, distr. e arceb. de Braga; 2 9 fog. e 1:027 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Está situada na estrada de Guimarães a Vieira, nas proximidades da margem esquerda do rio Ave, a 9 k. da séde do conc. O antigo nome d'esta freg. era *Souto do Sobradello da Goma*. A terra é fertil, e cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Sobradinho. Povoações nas freguezias: N S.ª da Conceição, de Ermida, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || S. Sebastião e conc. de Loulé, distr. de Faro. || N. S.ª da Assumpção, de Alte, do mesmo conc. e districto.

Sobrado. Pov. e freg. de Santo André, da prov. do Douro, conc. de Vallongo, com , distr. e bisp. do Porto; 387 fog. e 1:692 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, correio com serviço de posta rural, fabricas de fiação d'algodão e de manteiga. Dista 6 k. da séde do conc. A terra é muito fertil em cereaes, cria muito gado bovino, que exporta para Inglaterra. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Armil, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S Miguel, de Aves, conc de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santo Estevão, de Barros, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || O Salvador, de Bravães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Caires, conc. de Amares, distr. de Braga. || O Salvador, de Figueiredo, conc. e distr. de Braga. || S. Miguel, de Fiscal, conc. de Amares, do mesmo distr. || Santa Christina, de Longos, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || O Salvador, de Medrões, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Mire de Tibães, conc. e distr. de Braga. || S. Miguel, de Nogueira, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || Santa Eulalia, de Oli eira, conc. do Barcellos, distr. do Braga. || Santa Maria, de Panoias, conc. e distr. de Braga. || S. Pedro, de Páus, conc. de Rezende, distr. de Vizeu || S. João Baptista, de Parada de Esther, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Rans, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Maria, de Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Silvestre, do Requião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga || S. Christovão, do Rio Mau, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto || Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santa Leocadia, de Tamel, conc. de Barcellos, distr. de Braga || Santa Maria Maior, de Tarouquella, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Telhado, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || N S.ª da Piedade, do Algoz, conc. de Silves, distr. de Faro. || Pov.

que dá nome a um apeadeiro na linha do caminho de ferro, do Ramal de Portimão, entre as estações de Alcantarilha e Algoz. || Pov. da freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Limite da freg. de Godim, no conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real.

Sobrado da Junqueira. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João da Corveira, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real.

Sobrado de Paiva. Villa e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. do Douro, séde do conc. que tem a denominação de Castello de Paiva, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 255 fog. e 1:114 hab. Está situada a 3 k. da margem esquerda do rio Paiva, a egual distancia do rio Douro e a 60 da capital do districto, em logar elevado, d'onde se desfructam lindos pontos de vista. A pov. é antiquissima, e segundo a tradição, habitaram aqui os celtas, os romanos e depois os arabes. A egreja matriz é um templo vasto, claro, alegre e elegante, que fica n'uma bella situação, na extremidade. O N O de um planalto em que assenta a villa, e junto a ella. Foi restaurado no principio do seculo XVIII. A parte S E da pov. era honra dos senhores, depois condes de Penaguião, e por fim marquezes de Abrantes. Esta honra ainda existia no reinado de D. Manuel, e tinha foral velho, concedido a 28 de setembro de 12?1. Na parte da villa, que foi honra, houve um antiquissimo mosteiro benedictino, que ainda existia em 1191. A parte N O de Sobrado de Paiva era couto da Casa de Bragança, e foi a esta parte que, sob a denominação de *Terra de Paiva*, el-rei D. Manuel deu foral no 1.º de dezembro de 1513 (V. *Castello de Paiva*). E' n'esta parte da villa que está a agreja matriz, a casa da camara mandada construir nos começos do seculo XVIII pela Casa de Bragança tendo proximo o pelourinho, e a maior parte da pov. Ha em Sobrado de Paiva diversas capellas publicas e particulares. A villa pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto. Tem est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e valles; advogados, agencias bancarias e de seguros; hoteis, fabrica de manteiga, medicos, pharmacias, notario, Philarmonica Paivense, syndicato agricola, etc.

Sobrados. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Cereal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Paços, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real.

Sobraes Pov. na freg. de Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Sobralnho. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco.

Sobral. Familia que, sendo já em 1793 muito conhecida e nobre por sua qualidade e altos cargos, que occupava, foi n'esse mesmo anno elevada á grandeza de fidalguia, em recompensa dos seus relevantes serviços, por alvará de D. José I, de 17 de janeiro, na pessoa de José Francisco da Cruz Alagôa e na de seus irmãos. Ao dito Cruz Alagôa, do conselho de el rei e do da fazenda real e thesoureiro-mór do Real Erario, foi lhe dado por solar e morgado a sua quinta da Alagôa, e bem assim carta de brazão d'armas, em 25 de março de 1765. A seu irmão Joaquim Ignacio da Cruz, investido em eguaes cargos, foi-lhe dado o appellido de *Sobral*, com o senhorio da villa de *Sobral* de Monte Agraço, e por alvará de mercê nova de 30 de outubro de 1776, as mesmas armas que tinham sido concedidas a seu irmão: Escudo cortado em faxa, tendo na primeira, em campo azul, 5 estrellas de ouro de 6 raios, postas em cruz; na segunda uma alagôa de azul e prata; orla vermelha com a seguinte letra de ouro: *Nomen honor que meis;* timbre, um cão de prata com coleira vermelha e uma chave de ouro na bocca.

Sobral *(Anselmo da Cruz).* Importante capitalista do tempo do marquez de Pombal, seu auxiliar em muitas das grandes empresas que elle intentou. Foi um dos que muito concorreu para a construcção do theatro de S. Carlos.

Sobral *(Francisco Maria de Barros e Vasconcellos da Cruz).* Medico militar. N. no Porto em 1815, fal. na Guarda a 3 de dezembro de 1888. Era filho do general de divisão Francisco Maria Melchiades da Cruz Sobral, e de sua mulher, D. Maria Barbara de Barros e Vasconcellos da Cruz Sobral. Seguindo a carreira da medicina, foi um dos estudantes mais laureados no seu tempo, da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. Em 1868 entrou para o exercito na classe dos facultativos militares, como cirurgião ajudante do regimento de caçadores n.º 4, passando depois para o de infantaria n.º 12, aquartelado na Guarda, sendo em 1883 promovido a cirurgião mór d'este mesmo regimento. Havia algumas semanas que estava na Guarda, quando a villa de Manteigas, que fica encravada na serra da Estrella, foi de subito assaltado por uma epidemia de typhos, tanto mais funesta quanto a povoação estava sem medico, tendo morrido um dos dois que só havia, e estando o outro gravemente enfermo, não havendo medicamentos por se terem já esgotado, nem bastantes roupas. O cirurgião mór Francisco Sobral sabendo d'esta desgraça, offereceu se espontanea e desinteressadamente a ir prestar os seus serviços medicos em Manteigas. N'aquelle tão benefico exercicio, foi de um zelo e actividade indescriptiveis; estabeleceu um hospital provisorio, expoz se intrepidamente a todos os perigos e salvou a desgraçada villa da terrivel epidemia no meio dos applausos do paiz inteiro. O governo recompensou tão valiosos serviços, agraciando o com o grau de cavalleiro da Torre e Espada, por decreto de 5 de abril de 1883. Os seus serviços clinicos e humanitarios, não se limitaram só a Manteigas, estenderam se a todo o districto da Guarda, onde exerceu a clinica com a maior solicitude e desinteresse; com os pobres, não só os tratava sem receber remuneração, mas a muitos ainda soccorria com dinheiro e medicamentos. Por decreto de 10 de maio de 1886 foi agraciado com o grau de cavalleiro da ordem de Aviz; tambem possuia a medalha de prata de comportamento exemplar. Gozando d'uma enorme popularidade e sendo muito considerado, Francisco Sobral suicidou se na Guarda, causando a maior surpreza e a maior consternação em todo o paiz. Nunca se soube a que se poderia attribuir tão desesperada resolução. O benemerito medico foi encontrado na manhã de 3 de dezembro de 1888, no seu quarto, banhado em sangue e moribundo; sendo logo conduzido para o hospital da Guarda, a sciencia não conseguiu sal-val-o.

Sobral (*Francisco Maria Melchiades da Cruz*) General de divisão reformado. N. no logar da Merceana, concelho d'Alemquer, em 1814, fal. em 1897. Era filho do dr. Luiz Felix da Cruz Sobral e de D. Maria José do Espirito Santo Lima. Veiu para Lisboa em 1827, e estudou preparatorios nas aulas do convento de S. Vicente de Fóra, passando depois a frequentar a Academia de Marinha, e mais tarde a de Fortificação, Artilharia, e Desenho, sendo n'este estabelecimento militar o alumno premiado mais distincto do seu curso. Alistou se como voluntario a 1 de agosto de 1833 no batalhão de caçadores n.º 2, quando desembarcava em Lisboa o marechal duque da Terceira. Foi declarado aspirante em 18 de janeiro de 1834, e a 7 de fevereiro seguinte passou á arma de artilharia. sendo promovido a 2.º tenente em 21 de julho d'esse mesmo anno Em 25 de novembro de 1840 foi promovido a 1.º tenente; em 24 de dezembro de 1845 a capitão; em 15 de abril de 1847 a major, por distincção; em 15 de maio de 1850 a tenente coronel, em 29 de abril de 1857 a coronel, em 11 de maio de 1870 a general de brigada, sendo reformado no posto de general de divisão em 24 de novembro de 1875. A sua carreira militar foi das mais brilhantes. Entrou na campanha de 1833, desde que assentou praça, até á convenção de Evora Monte. Assistiu á defeza das linhas de Lisboa, tomando parte nas acções de 5 de setembro, 10 e 11 de outubro de 1833, e na de 30 de janeiro de 1834. Esteve em Perues a 18 do fevereiro e em Almoster a 28 de agosto do mesmo anno. Em 1837, quando se gladiava a lucta entre cartistas e os inimigos da Carta Constitucional, o bravo official sendo 1.º tenente ajudante do 3.º regimento d'artilharia, distinguiu-se no Campo da Feira, pela fórma como animava os soldados com o seu exemplo, fazendo um vivo fogo e dando repetidos vivas á Rainha e á Carta, ficando, perigosamente ferido com duas balas, uma no braço direito e outra nos rins. O diploma que lhe concedeu então o grau de cavalleiro da Torre e Espada é devéras significativo e honroso, elogiando o comportamento que tivera em combate, continuando ainda depois de ferido a pelejar com todo o denodo, até receber segundo ferimento. Em 1846, sendo capitão da 5.ª bateria de artilharia n.º 3, foi nomeado major de brigada n'uma das columnas volantes na provincia do Minho. Quando em marcha do Pico para o Prado viu dois dos seus soldados feridos, apeou-se do seu cavallo para os feridos serem transportados, evitando que a população maltratasse os seus subordinados. No regresso de Guimarães e Braga praticou acção analoga com umas praças feridas que faziam parte da columna do commando de tenente-coronel Barros e Vasconcellos. Estes, e muitos outros actos de leal camaradagem e amizade pelos seus subordinados, conquistaram-lhe um grande prestigio no exercito. Constituida a Junta do Porto, foi separado com outros officiaes do seu regimento por merecerem pouca confiança politica. Na noite de 29 de dezembro de 1846 saiu do Porto para Vianna do Castello, e levou comsigo o 2.º tenente Joaquim de Mattos e mais 66 praças que voluntariamente o quizeram acompanhar. Apresentou se com esta pequena força ao conde do Casal, que o nomeou governador do Castello, que soube defender com a maior energia e altivez. O decreto que o promoveu a major, por distincção, é o seguinte: «Tendo se feito digno da maior consideração o distincto comportamento do capitão do estado maior de artilharia Francisco Maria Melchiades da Cruz Sobral, na heroica defeza do castello de Vianna, onde tem dado as mais evidentes provas de muita intelligencia e do mais extremado valor; e sendo de rigorosa justiça darlhe desde já uma demonstração do apreço em que são tidos os seus relevantes serviços, conforme a proposta d'el-rei D. Fernando, meu muito amado e prezado esposo, marechal general, commandante em chefe do exercito: hei por bem promover por distincção o referido capitão ao posto de major, afim de ser empregado no serviço em que melhor possa aproveitar-se o seu reconhecido merecimento.» Toda a guarnição do castello foi condecorada com a Torre e Espada. No *Diario do Governo*, de 22 de março de 1847 vem publicado um documento extenso, d'onde extratamos os seguintes periodos: «... A par do nome de Martim de Freitas que sómente se julgou desligado do seu juramento de fidelidade quando em Toledo depositou sobre o tumulo de D. Sancho as chaves do castello de Coimbra, será tambem lembrado com acatamento pelas gerações futuras o nome do valente major Sobral, governador do castello de Vianna... Um pensamento grande assomou na alma do brioso portuguez, cingiu se com a bandeira que jurara defender, fez sair do castello a guarnição fechan do-lhe as portas e, luctando com mil difficuldades, pôde escapar aos sitiantes... e entregou a sua majestade a rainha as chaves do castello de Vianna e a bandeira nacional.» Este feito heroico foi premiado com a commenda da Torre e Espada. A antiga villa, que até então se chamava *Vianna do Minho*, foi elevada á categoria de cidade com o nome de *Vianna do Castello*, em commemoração da valente defeza do castello, na qual Sobral teve a parte mais importante. Em 1848 foi nomeado commandante da guarda municipal do Porto, cargo que exerceu até 1861. Em 21 de abril de 1851 foi convidado para se pronunciar pelo marechal Saldanha, mas recusou terminantemente a proposta, dizendo que o seu dever militar o obrigava a permanecer no seu posto. No dia seguinte foi chamado ao governo civil e ahi lhe foi dito pelo respectivo governador, que havia suspeitas contra a guarda municipal, ao que o valente militar retorquiu contando minuciosamente o que se havia passado. A's dez horas da noite, entrou subitamente no quartel o 2.º commandante da guarda que convidou Sobral a ir á presença do governador civil. Quando ahi chegou, estava presente o conde do Casal e o seu estado maior composto do capitão José Paulino de Sá Carneiro, e do ajudante de campo José Maria Pimentel, e então foi lhe dito que a bem da ordem e da segurança da cidade era exonerado do commando da guarda municipal e entregue preso ao general conde do Casal. A's 11 horas da noite deu entrada na Relação, d'onde saiu 24 horas depois por iniciativa e esforço dos seus subordinados. A guarda municipal junto á artilharia marchou para a cadeia e á machadada arrombaram as formidaveis portas da prisão e de um segredo escuro e frio arrancaram o seu querido commandante soltan-

do vivas phrenecticos ao seu chefe. Livre dos ferros d'aquelle lugubre edificio, correspondia aos vivas com a palavra ordem, e discursando aos soldados fez-lhe vêr quanto era perigoso para a cidade o que se estava passando com os soldados de infantaria n.º 18 e caçadores n.º 9, que andaram desordenamente pelas ruas praticando actos que offuscavam o brilho das suas fardas. Sobral mandou tocar a unir aos dois regimentos e, como por milagre, tudo obedeceu e entrou em fórma em frente da Relação. Pouco depois reunia-se a esta força o regimento de infantaria n.º 6, o esquadrão de cavallaria commandado pelo capitão Sarmento, e o commandante Lohns entregava o commando da força reunida ao coronel Moniz, depois barão de Palme. Por este expediente de Sobral, a cidade entrou n'um periodo de segurança. O major Sobral foi muito perseguido pelas suas idéas politicas e durante muito tempo esteve na 3.ª secção, que era uma situação onde os vencimentos eram muito resumidos. Como, porém, tinha que sustentar numerosa familia, empregava o seu tempo em traduzir algumas obras litterarias, que tiveram, principalmente no Brazil, um largo mercado. Além das commissões citadas, o general Cruz Sobral desempenhou differentes commissões de serviço importantes, e entre ellas a de chefe d'estado maior da 3.ª e da 5.ª divisões militares, commando do regimento de artilharia n.º 3, que organisou em 1846, inspector do material de guerra na 7.ª divisão militar, chefe de estado maior do general Baldy, na inspecção extraordinaria do arsenal do exercito; governador do castello de Angra do Heroismo, e commandante da divisão dos Açôres. Collaborou em muitos jornaes militares. Entre varios livros que publicou, contam se: *Dos cerra-filas*, contendo todas as obrigações dos sargentos no campo d'instrucção e manobras, escripto que foi mandado adoptar em todo o exercito: *Compilação da antiga ordenança de infantaria*, tambem adoptado no exercito. *A defeza dos ataques contra a cavallaria*, foi vertida em portuguez pelo general Cruz Sobral. O valente militar era casado com D. Maria Barbara de Barros e Vasconcellos da Cruz Sobral.

Sobral *(Geraldo Wenceslau Braamcamp de Almeida Castello Branco, 1.º barão de)*. Administrador do morgado da Luz e 4.º senhor do Sobral, senhorio honorifico concedido por carta de 10 do maio de 1771. Foi agraciado com o titulo de barão de Sobral por decreto de 15 de maio de 1813. Fal. a 6 de julho de 1828.

Sobral *(Hermano Braamcamp Sobral de Mello Breyner, 3.º conde de)*. Official-mór honorario da Casa Real, proprietario no districto de Santarem, opulento lavrador em Almeirim, deputado, par do reino, etc. N. a 26 de julho de 1840, fal. em Carcavellos a 4 de janeiro de 1905. Era filho do 2.º conde de Sobral, Luiz de Mello Breyner, e de sua mulher D. Adelaide Braamcamp de Almeida Castello Branco Narbonne e Lara. Possuia em Almeirim vastissimas propriedades, que cultivava com a maior perfeição; e, como a agricultura e tudo que com ella se relaciona lhe merecia os maiores cuidados constituindo a sua dominante preoccupação, era ali que elle vivia de preferencia na maior parte do anno. Era um distincto *sportsman* e um apaixonado creador de cavallos. A sua coudelaria era uma das melhores organisadas do paiz, e d'ella saíram, não poucas vezes, exemplares finissimos que ganharam diversas corridas no extrangeiro, e nas exposições a que concorreram, os principaes premios. Foi um dos mais apaixonados promotores das corridas de cavallos, quando entre nós se pretendeu implantar esse genero de *sport*, e que não deu resultado. N'ellas, porém, conseguiu o conde de Sobral apresentar magnificas *estampas*, que se tornaram notadas pela sua agilidade e por muitas outras qualidades que as distinguiam. Dedicou se muito á causa agricola, de que foi um dos seus mais distinctos e affectuosos membros. Foi socio fundador da Real Associação de Agricultura Portugueza, e tambem vice presidente da assembleia geral e presidente da sua direcção; n'esta qualidade tomou parte no Congresso Vinicola Nacional, que se realizou no mez de fevereiro de 1900, sendo um dos seus principaes organisadores. O conde de Sobral era par do reino hereditario, tomando assento na respetiva camara na sessão de 7 de fevereiro de 1903. Foi deputado nas sessões legislativas de 1882, 1883 e 1884. Casou a 11 de outubro de 1864 com D. Francisca d'Almeida e Vasconcellos, dama camarista honoraria da rainha D. Maria Pia e filha dos condes da Lapa. O titulo foi lhe renovado por decreto de 30 de setembro de 1862.

Sobral *(Hermano José Braamcamp de Almeida Castello Branco, 2.º barão, 1.º visconde e 1.º conde de)*. Ministro e conselheiro de estado, commendador da ordem de Christo, par do reino, bacharel em leis pela Universidade de Coimbra, capitão do regimento do cavallaria do Caes, etc Nasceu a 16 de setembro de 1775, falleceu a 2 de janeiro de 1846. Era filho do 1.º barão do Sobral, Geraldo Wenceslau Braamcamp d'Almeida Castello Branco. Succedeu a seu pae no titulo de barão, em 6 de julho de 1828, e no senhorio do morgado de Sobral, a sua mãe, que lh'o cedeu em 1806. Casou n'esse mesmo anno com D. Luiza Amable Riom de Narbone e Lara, sobrinha do duque de Narbone, e 1.ª filha do conde de Narbone Lara, official da legião de honra, em França, grau-cruz da ordem de Santo Huberto de Baviera, ministro da guerra de Luiz XVI, rei da França, ajudante de campo de Napoleão Bonaparte, e tenente-general do exercito francez, casado com Adelaide Maria de Montholon. Este casamento adquiriu lhe grande prestigio, e apenas chegou a Lisboa a noticia do movimento revolucionario do Porto, de 1820, foi escolhido para membro da regencia provisoria, que depois se fundiu com a do Porto. Liberal moderado, retrahiu se deante da reacção de 1823, e em 1826, quando a infanta regente D. Izabel Maria, deliberando fazer jurar a Carta Constitucional, organisou um ministerio liberal em que entrava o general Saldanha como um dos elementos predominantes, chamou Hermano José Braamcamp para ministro da fazenda. Não tendo annuido á reacção do infante D. Miguel, só voltou á vida politica em 1833, sendo nomeado pelo governo constitucional membro da commissão encarregada de conhecer o estado da divida consolidada externa. Em 1835 foi nomeado par do reino, sendo elevado ao titulo de visconde por decreto de 14 de setembro de 1838, e ao mesmo titulo com grandeza por decreto de 24 de outubro seguinte. Por decreto de 13 de dezembro de 1844

recebeu a mercê do titulo de conde. Sua filha D. Adelaide Braamcamp d'Almeida Castello Branco, foi feita 2.ª condessa de Sobral, por decreto de 14 de fevereiro de 1846, e n'essa mesma data recebeu egual titulo seu marido, Luiz de Mello Breyner. V. o *artigo seguinte*.

Sobral *(Luiz de Mello Breyner, 2.º conde de)*. Gran-cruz da ordem de Christo, commendador da Torre e Espada, cavalleiro da de Aviz, par do reino, condecorado com a medalha de 8 campanhas da guerra civil de 1834, e com as de valor, bons serviços e comportamento exemplar; gran cruz da ordem de S. Gregorio Magno, de Roma, ajudante de campo honorario de el rei D. Fernando, etc. N. em Lisboa a 26 de outubro de 1807, onde tambem fal. a 1 de setembro de 1876. Era filho do 1.º conde de Ficalho, Francisco José de Mello Breyner, e de sua mulher, a condessa, depois marqueza e duqueza do mesmo titulo, D. Eugenia de Almeida. Tinha perto do 12 annos quando começou a frequentar as aulas dos padres da congregação do oratorio no convento do Espirito Santo. A epoca da mocidade do Luiz de Mello era mais para as armas do que para as letras. A 29 de novembro de 1826 assentou praça de cadete no regimento de cavallaria n.º 4, commandado por D. Thomaz Mascarenhas. Em seguida fez parte das forças que operaram no Alemtejo pugnando pelo governo constitucional. Em março de 1828 emigrou, e foi ter á ilha Terceira. Durante os mezes que durou a aventurosa conquista das ilhas, desempenhou briosamente os seus deveres de soldado. Recebeu o baptismo de sangue na tomada da ilha de S. Jorge, feito commandado pelo marquez de Sá da Bandeira, e por tal modo se houve o moço cadete n'esta acção, sendo um dos primeiros a saltar em terra e um dos mais ardentes na pelcja, que mereceu ser citado com elogio pelo seu heroico chefe. Organisado no Porto o regimento de cavallaria n.º 10, Luiz de Mello logo entrou para elle no posto do alferes desde 11 de outubro de 1831. Veiu da Terceira com o exercito libertador desembarcar nas praias do Mindello a 8 de julho de 1832. Durante toda a campanha que terminou com a convenção de Evora Monte, assistiu a quanto combate, a quanta escaramuça, a quanto encontro coube por sorte ao corpo em que servia; esteve presente a todas as batalhas que se feriram em volta do Porto, e ás de Torres Novas, Leiria e Pernes. Recebeu muitos elogios dos seus commandantes. Em 25 de julho de 1833 foi promovido a tenente, o a 24 dezembro d'esse anno foi nomeado cavalleiro da Torre e Espada, pelo seu brioso comportamento na acção de 18 de agosto. A 2 de dezembro de 1834 recebeu o grau de cavalleiro da ordem de Aviz pela sua bravura, diz o decreto, e pela rainha se recordar da muita estimação em que o tinha o imperador. Terminada a campanha, foi chamado pelo imperador a servir no seu estado maior, na qualidade de official ás ordens. Em julho de 1835 era tenente em cavallaria n.º 1, commandada por Gil Guedes Correia, depois conde da Foz; em 20 de março de 1838 foi promovido a capitão, com a antiguidade de 5 de setembro de 1837, para o regimento de cavallaria n.º 2, onde já estava servindo desde 22 de janeiro d'esse anno. Antes d'isso, porém, havia por duas vezes deixado a fileira por alguns mezes, para desempenhar junto dos principes D. Augusto e D. Fernando, esposos da rainha D. Maria II, o honroso mas difficil, n'aquella epoca, pesado cargo de ajudante de campo. Fallecido prematuramente o principe D. Augusto, e tratando-se de escolher os officiaes que deviam compôr a casa militar do segundo marido da rainha, não foi esquecido o joven official. Na vespera do regio consorcio, em 8 d'abril de 1836, foi Luiz de Mello nomeado ajudante de campo de D. Fernando, por expontanea deliberação da rainha Aquelle principe apreciava altamente as qualidades do seu ajudante, e conservou sempre por elle uma affeição de que muitas e elevadas provas lhe deu; poucos mezes, porém, o pôde ter ao seu serviço, pois que devendo por motivos politicos reduzir o numero dos officiaes do seu estado maior, e havendo resolvido preencher com os mais antigos o limitado quadro da sua casa militar, dispensou com alguns outros a Luiz de Mello de continuar no cargo em que estava servindo. Voltando para a fileira entrou como tenente no regimento de cavallaria n.º 2, onde estava quando, conforme dissémos, foi promovido a capitão em 1838. A 23 de junho do mesmo anno teve a nomeação de commandante da 3.ª companhia. Era então o regimento de lanceiros da rainha um dos mais briosos regimentos de cavallaria de que se compunha o exercito. Pouco mais de cinco annos serviu o logar de capitão, mas estes 5 annos fôram ferteis em acontecimentos politicos, em que Luiz de Mello deu sempre novas e manifestas provas da sensatez do seu caracter o da severidade das suas crenças. Para elle a fidelidade á bandeira jurada era uma religião. Não curava das desavenças que porventura traziam apartados uns dos outros os portuguezes. Elle só via o caminho que lhe traçavam os deveres do soldado, e obedecia sempre, sem hesitar nem discutir, á legitima autoridade estabelecida. Cançado, porém, d'essas periodicas revoluções e da inquietação constante em que o traziam, aborrecido talvez, de algumas injustiças que via praticar, pediu e alcançou em 1843 o passar á 3.ª secção. N'esta situação o veiu encontrar o posto de major graduado, em 29 de abril de 1851, por virtude da promoção geral que n'esse anno houve, o no posto immediato foi reformado em 5 do setembro do 1864, quando em sua consciencia entendeu que devia pedir a sua reforma, a que lhe davam incontestaveis direitos os seus antigos serviços o os seus modernos padecimentos. Luiz do Mello casou em 6 de outubro de 1834 com D. Adelaide Braamcamp de Castello Branco Narbone e Lara, 2.ª condessa de Sobral, filha primogenita e herdeira do 1.º visconde e depois 1.º conde de Sobral, Hermano José Braamcamp, e por esse motivo recebeu tambem o titulo de 2.º conde d'aquelle titulo. Até 1851 permaneceu o illustre fidalgo afastado dos negocios publicos. Datam d'este tempo os primoiros ensaios de melhoramentos agricolas emprehendidos pelo conde nas suas propriedades de Almeirim, quo depois muito se desenvolveram no tempo de seu filho. Havendo em 1851 triumphado o movimento da *Regeneração*, iniciado pelo duque de Saldanha, foi o conde de Sobral, não só convidado, mas até instado a acceitar o cargo de governador civil de Lisboa, tendo o decreto a data de 17 de maio d'aquelle anno. O conde exerceu o espinhoso cargo, até 24 de agosto de 1852, dia em que pediu a sua demissão, que alcançou, com bastante des-

gosto dos seus superiores e subalternos. N'esse mesmo dia lhe conferiu a rainha, n'um diploma muito honroso, a mercê da gran-cruz da ordem de Christo. Segunda vez tornou o conde de Sobral a ser governador civil de Lisboa, desde 28 de agosto de 1856 até 2 de agosto de 1858. Os seus serviços fôram muito valiosos, pela fórma como se houve na revolta conhecida pela do *pão barato*, em 1856; tambem n'este anno e em 1857, prestou bons serviços durante as epidemias da cholera e da febre amarella que assolaram Lisboa. Este segundo governo de Sobral terminou a sua vida politica activa. Do anno de 1858 em deante raras vezes se encontra o seu nome ligado aos acontecimentos politicos; uma ou outra vez levantava-se na camara dos pares para, em breves palavras, justificar o seu voto ou explicar o seu procedimento n'alguma questão mais grave e na qual entendia dever definir a sua posição perante o paiz. Na commissão de agricultura e na de guerra, para as quaes foi sempre eleito, o seu voto era de grande peso e tinha muita auctoridade. Retirado dos negocios publicos, dedicou-se aos cuidados da administração da sua casa que lhe tomavam grande parte do tempo. Visitava a miudo as propriedades, melhorava-as constantemente; tinha se tornado muito entendido em assumptos agricolas. Plantára extensos vinhedos, melhorára o fabrico do vinho, semeára á farta novos pinhaes, aperfeiçoara uma raça bovina, creára de novo uma raça cavallar. Os productos da sua coudelaria eram estimados muito antes da creação dos depositos hippicos, e os curros dos seus touros para as corridas alcançavam sempre preço mais elevado que os dos outros lavradores ribatejanos. O illustre fidalgo era muito bondoso e caritativo; os pobres e os afflictos achavam sempre bons conselhos e soccorros pecuniarios. A sua morte foi muito lamentada, e todos os jornaes lhe dedicaram sentidos necrologios. Em 1877 publicou-se, sem o nome do autor, o seguinte opusculo, com o titulo de *O conde de Sobral Luiz de Mello Breyner; apontamentos da sua vida, por uma testemunha da sua morte.*

Sobral *(Thomé Rodrigues)*. V. *Rodrigues Sobral.*

Sobral. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Baixa, conc. de Oleiros, com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 131 fog. e 517 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Está situada a 3 k. da margem esquerda do rio Zezere, na estrada da Certã a Oleiros, e a 10 k. da séde do conc. Esta freg. era do grão-priorado do Crato, annexo ao patriarchado. Era uma aldeia da freg. de Alvaro, mas creada independente por provisão de 9 de julho de 1603, e a egreja matriz foi construida em 1806. E' terra pobre, produzindo apenas milho, castanhas, algum azeite, e poucos mais generos agricolas. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. Tambem é conhecida por *Sobral de Baixo.* || Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Alta, conc. de Mortagoa, com. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu, bisp. de Coimbra; 394 fog. e 1:531 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada na falda de um monte, na estrada de Mortagoa a Tondella, a 6 k. da séde do conc. E' terra muito fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. || Povoações nas freguezias: O Salvador, de Barreira, conc. e distr. de Leiria. || Santa Catharina da Serra, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª d'Assumpção, de Ceira, conc. e distr. de Coimbra. || O Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Sebastião, de Colmeal, conc. de Goes, distr. de Coimbra. || S. Salvador, de Estorãos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Paio, de Farinha Podre, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || Espirito Santo, de Egreja Nova do Sobral, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S. Julião, conc. e distr. de Portalegre. || Santa Eulalia, de Lanhezes, conc. e distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Annunciação e conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Conceição, de Alvorge, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || S. Martinho, de Mozellos, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || S. Christovão e conc. de Ovar, distr. de Aveiro || N. S.ª do O', de Paião, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Assumpção e conc. de Penacova, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Pinho, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Encarnação, de Porches, conc. de Lagôa, distr. de Faro. || Santa Marinha, de Roussas, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Seixas, conc. de Caminha, do mesmo distr. || Santa Maria de Ul, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Varzea, conc. de Arouca, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S Vicente do Paul, conc. e distr. de Santarem. || N. S.ª da Piedade e conc. de Villa Nova de Ourem, do mesmo districto.

Sobral da Abilheira. Pov. e freg. de N. S.ª da Oliveira, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Mafra, distr. e patriarc. de Lisboa; 244 fog. e 976 hab. Tem est. post. e está situada junto da ribeira de Safarujo, a 9 k. da séde do conc. A terra é fertil e pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa.

Sobral da Adiça. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Moura, distr. e bisp. de Beja, 432 fog. e 1:661 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e hospedaria. Está situada na margem esquerda da ribeira Tuta'ega, a 8 k. da margem direita do rio Chança, e a 21 da séde do conc. A terra é fertil, e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos.

Sobral de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª do Pranto e conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Sobral Basto. Pov. na freg. de S. Silvestre, de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Sobral do Campo. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Beira Baixa, conc., com., e distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 205 fog. e 786 hab. Tem est. post., escolas d'ambos os sexos, productores de azeite, cereaes e cortiça, e de vinho. Está situada a 1 k. da margem direita do rio Ramalhoso, e a 21 da séde do conc. A terra é pobre, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Sobral de Cazègas. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Covilhã, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 173 fog. e 656 hab. Tem esc. do sexo masc. e est post. Está situada a 7 k. da margem direita do rio Zezere, na estrada do Fundão a Arganil, a 30 k. da séde do conc. Tem generos alimenticios, mel e cêra. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Sobral do Chão. Povoações nas freguezias: Santa Maria Magdalena e conc. d'Alvaiazere, distr. de Leiria. || S. João Baptista, de Pelmá, do mesmo conc. e districto.

Sobral Fernando. Pov. na freg. de S. Thiago, do Sobreira Formosa, conc. de Proença a Nova, distr. de Castello Branco.

Sobral Gordo. Pov. na freg. de Santa Luzia, de Pomares, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Sobral da Lagôa. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Extremadura, conc. de Obidos, com das Caldas da Rainha, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa; 175 fog. e 678 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post Pertence á 1.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa.

Sobral do Magro. Povoações nas freguezias: N. S.ª do Pranto e conc. da Pampilhosa, distr. do Coimbra. || Santa Luzia, de Pomares, conc. de Arganil, do mesmo districto.

Sobral de Monte Agraço. Villa da prov. da Extremadura, séde de conc., com. de Torres Vedras, distr. e patriarc. de Lisboa; freg., O Salvador do Mundo; está situada n'um alto a 2 k do rio Sizandro, e a 40 da capital do districto. O seu antigo nome era Monte Agraço, e é este que lhe dá o seu foral, concedido por el-rei D. Manuel, em Evora, a 20 de outubro de 1519. Monte Agraço era o centro das famosas linhas de Torres Vedras, em 1810, tendo no seu districto, que era o n.º 2, 11 reductos, com 54 peças de artilharia, e 3 obuzes, A 28 de junho de 1875 inaugurou se a estrada, que d'Alemquer se dirige a esta villa, principiando á ponte da Espicandeira, de Méca, passando por Assedia, Carneiros, Aldeia Gavinha, e outros pontos importantes. A terra é fertil, cria muito gado, e nos seus montes ha abundancia de caça. Pertence á 1.ª div. mil., 2.ª brigada, gran de circumscripção S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 5, com a séde em Lisboa. Sobral de Monte Agraço é de construcção moderna, ficando lhe ao S o forte de Monte Agraço, o principal das citadas linhas de Torres Vedras. El-rei D. José doou esta villa a Joaquim Ignacio da Cruz Sobral, do seu concelho, thesoureiro mór do real erario, para si, e seus successores, representados hoje pelos condes de Sobral, tendo o decreto da doação a data de 15 de março de 1771. Sobral de Monte Agraço era um concelho muito antigo, pertencente á comarca de Alemquer, o qual foi supprimido por decreto de 24 de outubro de 1855, sendo incorporado no de Arruda dos Vinhos e na comarca de Villa Franca de Xira. Sendo restaurado, tornou a ser extincto, ficando annexado ao de Torres Vedras por decreto de 26 de setembro de 1895, sendo novamente restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. Consta apenas de 3 freguezias, com 1:414 fog. e 5:761 hab., sendo 2:961 do sexo masc. e 2:800 do fem. As freguezias são: N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, 3:182 hab.: 1:581 do sexo masc. e 1:601 do fem.; N. S.ª da Purificação, de Sapataria, 1:208 hab.: 952 do sexo masc. e 556 do fem,; O Salvador do Mundo, de Sobral de Monte Agraço, 1:371 hab.: 728 do sexo masc. e 643 do fem. O principal commercio do conc. é cereaes, fructas e milho. A villa tem est. post. e telegr, com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; escolas do sexo fem., agentes das companhias de seguros: *Fidelidade*, *Portugal Previdente*, *Previdencia* e *Tagus*; hospedarias, medico, pharmacias, notario, sociedades de recreio: *Centro Escolar França Borges*, *Club Velo Sobralense*, *Philarmonica Recreativa Sobralense*, *Tuna Raul de Campos*, *Theatro Sobralense*, diversos estabelecimentos industriaes e commerciaes, etc.

Sobral de Papizios. Pov. e freg. de N. S.ª de Boas Novas, da prov. da Beira Alta, conc. do Carregal do Sal, com. de Santa Comba Dão, distr. e bisp do Vizeu; 119 fog. e 408 hab. Está situada das proximidades do rio Dão, a 5 k. da séde do conc. Era uma aldeia da freg. de Papizios, que foi erecta em freguezia independente, em 1695, mas só em 1697 é que se mudou o Santissimo para uma ermida, que já existia, da invocação de N. S.ª das Boas Novas, que era de muita devoção dos povos d'estes logares. Depois a ermida converteu se em capella-mór, accrescentando-se-lhe o corpo da egreja. A imagem da padroeira é de pedra, com 1 m. d'altura e bem esculpida. Segundo a tradição, a ermida foi fundada em 1600. A terra é fertil e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Sobral do Perilhão. Pov. na freg. do Senhor Jesus, de Carvalhal, conc. d'Obidos, distr. de Leiria.

Sobral Pichorro. Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Fornos de Algodres, distr. da Guarda, bisp. do Vizeu; 167 fog. e 659 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada a 6 k. da margem direita do rio Mondego, na encosta da serra de Muxagata, a 10 k. da séde do conc. A terra é pobre, pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Sobral da Serra. Pov. e freg de N. S.ª da Graça, da prov. da Beira Baixa, conc, com., distr. e bisp. da Guarda; 171 fog. e 714 hab. Tem correio com serviço de posta rural. A terra é pobre; cria muito gado caprino e lanigero, e nos seus montes ha abundancia de caça grossa e miuda. Tambem produz algum mel e cêra. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Sobral Vallado. Pov. na freg. de N S.ª do Pranto e conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Sobralinho. Pov. na freg. do S Pedro, de Alverca, conc. de Villa Franca do Xira, distr. de Lisboa.

Sobrão d'Além e d'Aquém. Duas povoações na freg. do Salvador, de Meixomil, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Sobrão Pequeno. Pov. na freg. de S. Martinho, de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Sobre Campos. Pov. na freg de Santa Eulalia, de Lamollas, conc. de Santo Thirso, distr do Porto.

Sobre Egreja. Povoações nas freguezias: S. Pedro, do Loureiro, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego. distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Villela, conc. de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello

Sobre Eiras. Pov. na freg. do Santa Maria, de Verdoejo, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Sobre a Fonte Pov. na freg. de Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real.

Sobre Gião. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena e conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Sobre Leites. Pov. na freg. de Santa Eulalia, conc d'Arouca, distr. d'Aveiro.

Sobre Sá Pov. na freg. de Santa Maria, de Alvarelhos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Sobre Seara. Pov. na freg. de S. Julião, de Calendario, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Sobre Tamega. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Marco de Canavezes, distr e bisp. do Porto; 169 fog. e 708 hab. Tem escolas d'ambos os sexos. Está situada no declive d'uma collina para o rio Tamega, a 4 k. da séde do conc. Tem um estabelecimento de banhos sulfurosos. Pertence á 6.ª div. mil. o ao distr. do recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Sobre Telões. Pov. na freg do Santo André, de Telões, conc. de Amarante, distr. do Porto

Sobre Villa. Pov. na freg. de S João Baptista, d'Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Sobreda. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Cabril, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. d'Almada, distr. de Lisboa. || Santo André, de Moraes, conc. de Macedo de Cavalleiros, disdistr. de Bragança. || S. Pedro, de Seixo do Ervedal, conc. do Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Sobredo. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Entre os Rios, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || N. S.ª da Annunciação, de Noura, conc. de Murça, distr. de Villa Real. || S. Torcato, conc. de Guimarães distr. de Braga.

Sobreira. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Paredes, distr. e bisp. do Porto; 242 fog. e 1:089 hab. Tem esc. do sex. masc. e correio com serviço do posta rural. Dista 9 k. da séde do conc. A actual freg. de Recarei, do mesmo conc., formava parte d'esta freg., e d'ella foi desmembrada, tornando-se independente, em 1856. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz, cria muito gado do toda a qualidade, e nos seus montes ha bastante caça. Faz grande negocio para o Porto, pelo rio Douro, que a limita pelo sul, e este mesmo rio, e o mar, que lhe fica a 20 k. de distancia, fornecem a freg. de bom peixe de varias qualidades. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Pov. e freg. de S. Braz, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. do Murça, distr. de Villa Real, bisp de Lamego; 361 fog. e 1:114 hab. Está situada n'uma pequena elevação, nas proximidades da margem direita do rio Tua, a 15 k. da séde do conc. Está annexada, para effeitos civis, á freg. de Santa Maria Magdalena, de Candedo, razão porque tambem é conhecida pela denominação de *Candedo e Sobreira*. A terra é pouco fertil e muito pobre; cria algum gado miudo, mas nos seus montes é que apparece bastante caça. Pertence á 6.ª div. mil. o ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria, || Santa Maria Magdalena, de Agadão, conc. de Agueda, distr. de Aveiro | S. Pedro, de Aguas Frias, conc de Chaves, distr. de Villa Real. || S Martinho, de Alvaredo, conc. do Melgaço, distr de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Arco de Baûlho, conc. de Cabceceiras de Basto, distr. de Braga | S. Pedro, do Athei, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || S. Salvador, de Cabreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello || S. Pedro, de Cabido do Rei, conc de Louzada, distr. do Porto. || S. Pedro, de Castanheira, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Roque, de Corgo, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Pedro, de Froitas, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Gavea, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Gontinhães, conc. de Caminha, do mesmo distr || Santa Maria Magdalena, de Loivos da Ribeira, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Martinho da Cortiça, conc. de Arganil distr. de Coimbra. || S. Sebastião de Paradella conc. de Penacova, do mesmo distr. || S. Miguel, de Milharado, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. Mamede, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || N. S.ª d'Assumpção, de Outeiro, conc. e distr. de Bragança. || S. Cypriano, de Paços de Brandão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Marinha, de Pedreira, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || O Salvador, de Pousaflôres do Bispo, conc. de Sabugal, distr. da Guarda. || Santo Estevão, de Pussos, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria || S. Miguel, do Refojos de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Reigoso, conc. de Oliveira de Frades, distr de Vizeu. || S. Pedro, de Riba d'Ave, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || O Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || S. Sebastião, de Serro Ventoso, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria || S. João Baptista, de Silveiros, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || S. Miguel, de Trezouras, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Mamede, de Troviscoso, conc. de Monsão, distr de Vianna do Castello.

Sobreira Formosa. Villa e freg. de S. Thiago, da prov. da Beira Baixa, conc. do Proença-a-Nova, com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 1:298 fog e 5:996 hab. Tem est. post., agentes dos bancos: *Alliança do Porto*, *Commercial de Lisboa*, *Silva Beirão, Pinto & C.ª*, tambem de Lisboa; das companhias de seguros:

Fidelidade, *Portugal Previdente*, e *Tagus*; escolas d'ambos os sexos, Misericordia, medicos, pharmacias, negociantes de azeite, de castanhas e de cortiça; fabricantes de côra, de ferragens e de ôdres de vinho, hospedarias, deposito de tabacos, *Philarmonica Sobreirense*, feira a 25 de julho e a 7 e 8 de setembro; mercado no 1.º domingo de cada mez, etc. Está situada a villa n'um valle, nas proximidades da margem direita da ribeira Troia, sobre a qual tem uma ponte, a 9 k. da séde do conc. E' pov. muito antiga; D. Constança Sanches, filha bastarda de D. Sancho I, lhe deu foral em fevereiro de 1222; el-rei D. Manuel lhe deu foral novo, em Santarem, no 1.º de junho de 1510. Eram senhores donatarios de Sobreira Formosa os condes de Sarzedas. A villa é bonita, muito fertil em todos os fructos do paiz, e produz grande abundancia de bom azeite. Nos seus montes ha muita caça, grossa e miuda. Junto á villa passa um ribeiro do mesmo nome, que quasi sempre sécca no verão. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. Foi séde d'um conc., supprimido por decreto de 24 de outubro de 1855.

Sobreira Nova. Pov. na freg. de S. Thiago, de Sendim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Sobreiral. Povoações nas freguezias: S. Clemente, de Paços de Gaiollo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santo Estevão, de Pussos, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Sitio no logar de Sorilhão, Cumieira.

Sobreiras. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Aguas Bellas, conc. de Ferreira do Zezere, distr do Santarem. || S. João Baptista, do Arnoia, conc. do Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Maria Magdalena, de Cem Soldos, conc. do Thomar, distr. de Santarem. || S. Martinho, de Lordello de Ouro, 2.º bairro do Porto.

Sobreirinho. Pov. na freg. da N. S.ª da Conceição, de Febros, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Sobreiro Povoações nas freguezias: Santa Cruz e conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Pedro, de Adães, conc. de Barcellos, distr. do Braga. || S. Miguel, de Arcozello, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Matheus, de Barosa, conc. e distr. do Leiria. || S. Pedro, de Calvello. conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Campos, conc de V. N. da Cerveira, do mesmo distr. || S. Pedro, de Canadello, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Thiago, de Carapeços, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho, de Christoval, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Vicente, de Cidadelhe, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || S. Salvador, de Dornellas, conc. de Amares, distr. do Braga. || Santa Maria, de Fiães, conc. da Feira, distr. de Aveiro || S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Julião, de Lage, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. Simão, de Mamarrosa, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Mazodo, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello || S. Thiago, de Ourilhe, conc. de Celorico do Basto, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Padornello, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || Santa Maria, de Pigeiros, conc. da Feira, distr. Aveiro. || Santa Maria, de Pinheiro, conc. de Oliveira de Frades, distr do Vizeu. || S. Mamede, de Scara, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Sébal Grande, conc. de Condeixa a-Nova, distr. de Coimbra. || S. Baptista, de Villa Chã. conc. de Espozende, distr. de Braga.

Sobreiro do Baixo. Pov. e freg. de S. Matheus, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. de Vinhaes, distr. e bisp. de Bragança; 138 fog. e 612 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Está situada na margem direita d'um affluente do Rabaçal, a 4 k. da séde do conc. O clima é excessivo, mas o terreno é fertil. Cria muito gado de toda a qualidade e ha muita caça grossa e miuda. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Sobreiro Chão Pov. na freg. de S. Pedro, de Vallongo, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Sobreiro do Curvo. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, de A dos Cunhados, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Sobreiros. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Palhacana, conc. do Alemquer, distr. de Lisboa. || Santo André, de Palme, conc de Barcellos, distr. de Braga || S. Lourenço, de Sande, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || Santa Maria, de Fregosa, conc. de Barcellos, do mesmo districto.

Sobrena. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Peral, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa. || Ribeira do distr. de Evora; nasce na serra de S. Vicente, a 1 k. a SO de Vianna do Alemtejo, corre na direcção OSO até ao S da villa do Torrão, volta ali para SO e entra na ribeira de Odivellas com 35 k de curso.

Sobreposta. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 97 fog. e 437 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada a 6 k. da margem direita do rio Ave, e a 8 da séde do conc. E' fertil em generos agicolas, cria gado, e tem caça, cêra e mel. Pertence á 3.ª div. mil. a ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. na freg. do Salvador, de Touguinhó, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Sobreveste (V. *Armadura*.

Sobrevista. (V. *Armadura*.

Sobrido. Pov. na freg. de Santa Maria, de Melres, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Sobrinho. A familia d'este appellido é muito antiga no reino, e tem por armas: Escudo esquartelado; no 1.º quartel, em campo vermelho, uma torre de prata; no 2.º, em campo verde, um casco de prata e acima d'elle uma flôr de liz de ouro, e assim os contrarios; timbre, um leão vermelho com o casco do escudo na cabeça, e a flôr de liz na espadua.

Sobrinho *(Diogo)*. Nasceu em Montemór o-Novo, e foi creado de D. Fernão Martins Mascarenhas, quo acompanhou ao concilio do Trento, em 1561, quando D. Fernão ali foi como embaixador d'el rei D. Sebastião Voltou em 1564, e escreveu o *Itinerario do que succedeu n'esta jornada*, que ficou manuscripto.

Sobrosa. Pov. e freg de Santa Eulalia, da prov. do Douro, conc. e com. de Paredes, distr, e bisp. do Porto, 240 fog. e 1089 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e medico. A pov. é muito antiga, foi villa e séde de conc. D. Sancho I deu-lhe foral no 1.º de maio de 1196; D. Affonso III deu-lhe outro, confirmando e ampliando o antigo, em Lisboa, a 5 de julho de 1273. El-rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Evora, a 15 de outubro de 1519. N'estes foraes dá-se-lhe o nome de Soverosa. A pov. é fertil em generos agricolas, cria gado e tem caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Santa Cruz da Trapa, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu || S. Pedro, de Espinho, conc. de Mortagua, do mesmo distr. || S. Pedro, de Gondarem, conc. de V. N. de Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Sobrôso. Pov. na freg. de S. Miguel, de Beire, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Sócca Pov. do sobado de Cabinda, na regedoria do Sócca, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Soccas. Ilha de S. Miguel, Açôres; pov. na freg. de N. S.ª do Rosario e conc. de Lagôa, distr. de Ponta Delgada.

Soccorro Uma das freguezias existentes em Lisboa, sendo o seu orago Nossa Senhora do Soccorro. E' filial da de Santa Justa e Rufina, de onde se desmembrou em 1596, no tempo do arcebispo D. Miguel de Castro. A nova parochia foi creada na antiga ermida de S. Sebastião á Mouraria, pertencente aos artilheiros, começando-se então a intitular freguezia de S. Sebastião da Mouraria, que ficou depois conhecida pela ermida de Senhora da Saude. Augmentando consideravelmente os parochianos, reconheceu-se a deficiencia da ermida para egreja parochial, e determinou se construir um templo mais vasto, o qual se fez á custa dos parochianos e devotos, sendo um dos que mais concorreu com avultadas esmolas, Agostinho Franco de Mesquita e sua mulher D. Anna da Cunha, que por isso ficaram considerados como padroeiros. Estes dois benemeritos devotos, como não tinham filhos, deixaram todos os seus bens á Santa Casa da Misericordia, com a administração d'esta egreja, e certos encargos para a fabrica e para ornatos. Os dois padroeiros fôram sepultados debaixo da capella-mór. As obras da nova egreja fôram progredindo, ficando afinal concluidas em 1646, e a 29 do setembro d'este anno se collocou o Santissimo na sua respectiva capella, vindo em solemne procissão da referida ermida da Mouraria, e juntamente a imagem da Senhora do Soccorro, que deu o nome ao novo templo e á freguezia. A egreja era d'uma só nave, assim como a actual, situada tambem no largo do Soccorro, tendo a porta principal para o Nascente, e outra para o Norte. Tendo se construido uma nova imagem, de boa esculptura, foi esta collocada no altar mór, passando a antiga para outro altar, que se ficou chamando *Senhora a Velha*. Havia tambem a capella do Menino Jesus e Santo Christo, de muita devoção, além d'outros altares. A egreja possuia bons paramentos, muitas peças de prata, cortinas de damasco carmezim e sanefas de veludo lavrado com franjas de ouro. Logo nos principios da instituição da freguezia, os parochos tiveram predicamento de curas, e depois se intitularam vigarios, sendo da collação ordinaria. As irmandades do Santissimo e das Almas, com a invocação de Santo André, apresentavam diversas capellas de missa quotidiana, havendo ainda tres capellas instituidas pelos padroeiros, tres merceiras, com obrigação de ouvir as missas, tendo botica e medico. O terremoto de 1755 arruinou consideravelmente o templo; a capella mór ficou por terra, assim como o cruzeiro, a capella do Santo Christo e Menino Jesus, a da Senhora a Velha, e a de Santo Antonio. N'aquella lamentavel desgraça houve 4 victimas. O Santissimo foi logo transportado para a ermida da Conceição, que existia na portaria do collegio de Santo Antão, dos jesuitas, d'onde pouco tempo depois teve de sair, indo então para a ermida da Guia, que ficava na rua da Palma, e que muito depois se demoliu, quando se abriu a continuação d'essa rua. Construiu-se então o actual templo, no mesmo sitio do antigo, cujas obras terminaram em 1816, trasladando se a parochia da ermida da Guia em solemne procissão, em que figuraram as imagens em andores, e as irmandades circumvisinhas. A egreja é d'uma só nave; a architectura do frontispicio é simples; tem 3 janellas sobre a porta de entrada, as quaes deitam para o côro. A' entrada ha um adro gradeado onde se sobe uma pequena escadaria para entrar na egreja. Um pouco mais recuada, na frontaria, vê-se a torre dos sinos. A egreja é de estuque e de fórma apainelada, mas nada tem de notavel. Na capella mór vê-se sobre o altar a imagem da Senhora do Soccorro, alta e de boa esculptura; tendo aos lados 2 nichos cada um com seu santo. A capella tem tribunas elegantes, com portas de vidro de caixilhos dourados Do lado do Evangelho, tem á entrada a capella do baptisterio, em seguida o altar do Senhor dos Passos, cuja imagem está encerrada no seu camarim, tendo á frente a da Senhora de Lourdes; e a capella do Santissimo, que é elegante, junto á qual se vê um pequeno altar com o Senhor Jesus da Compaixão, tendo ainda outras pequenas imagens, entre as quaes a de Santa Clara. A imagem do Senhor Jesus da Compaixão venerava-se n'uma pequena capella, assim chamada, no Paço do Bem Formoso, que foi demolida em 1835, passando então a imagem para a egreja do Soccorro. Do lado da Epistola, ha o altar de Santo Antonio, onde tambem se vê uma elevada e bella imagem de Nossa Senhora da Conceição, que costuma ser sempre muito festejada; ainda ali se encontram outras pequenas imagens; segue-se o altar do Santo Christo Crucificado, tendo á frente d'esta alta imagem a de Nossa Senhora das Dôres, tambem de grandes dimensões, que é de muita veneração. N'este altar vêem-se ainda algumas pequenas imagens. Sobre o cruzeiro ha um bonito e elevado zimborio, tendo no seu circulo algumas pinturas representando santos pontifices e patriarchas, e no centro uma pequena allegoria a Nossa Senhora; são pinturas a fresco, que se acabaram em 1811. A sacristia nada tem de notavel; é bastante espaçosa, com o seu respectivo altar, sobre o qual está Jesus Crucificado, e bons arcazes. Em cima, proximo das tribunas, é a casa do despacho da irmandade, e nos corredores da sacristia estão uns bons armarios de arrecadações.

Soccorro. Pov. e freg. de S. João Baptista, de Areias de Villar, conc. de Barcellos, distr. de Braga || Ilha de S. Miguel, Açôres; pov. na freg. de N. S.ª das Candeias, de Candelária, conc. e distr. de Ponta Delgada. || Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Canha, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || Pov na freg. de S. Julião e conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Serra do distr. de Lisboa Fica a 1 k. ao SSE de Torres Vedras, na direcção ENE a OSO; tem 3 k. de comprimento, 1 de largura e 391 m. d'altura. || Pequena abra situada na costa da ilha do Fogo, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Tem uma fonte de agua potavel. || Freg. de N. S.ª do Socorro, do conc. de Bardez, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada a SE do concelho, proximo da margem direita de um riacho que vae ao rio de Mapuçá. Foi creada em 1667. Tem uma escola.

Sociedade dos Amigos das Letras. Foi creada em Lisboa no anno de 1835, tendo por fim promover reformas e melhoramentos litterarios, com especialidade no reino de Portugal. Adoptára por divisa uma penna, escrevendo as palavras *pro patria*, com a legenda *Sociedade dos amigos das letras*. Dividia-se em 9 classes: Sciencias moraes e politicas; sciencias physicas, sciencias mathematicas, sciencias medicas, sciencias juridicas, sciencias militares, instrucção publica, litteratura e boas artes, Só podiam ser socios effectivos os individuos que residissem em Lisboa mais de tres mezes no anno, tendo direito a sêl-o todos os que estivessem autorisados a exercer o magisterio superior ou secundario na capital. Os individuos que não estivessem n'este caso, mas que residissem em Lisboa, tinham de ser propostos por cinco socios em sessão geral ordinaria, sendo o mesmo para os socios correspondentes. Era dos estatutos que todos os mezes houvesse duas sessões geraes nocturnas, no 1.º o 3.º sabbados do mez, podendo haver sessões extraordinarias quando a urgencia das materias o requeresse. A sociedade propunha-se promover a publicação de tratados ou memorias de interesse, bem como de um jornal consagrado a objectos litterarios. Este jornal appareceu de feito, saindo o 1.º numero em abril de 1836, e segundo julgamos, sendo prefaciado por Antonio Feliciano de Castilho, que se não assignou. A esse tempo era presidente da *Sociedade dos amigos das letras* o conselheiro Antonio luizio Jervis de Athouguia, ministro de estado honorario; vice-presidente, Gonçalo José Vaz de Carvalho; 1.º secretario, José Feliciano Castilho Barreto; 2.º secretario, José Rodrigues Coelho do Amaral Na lista dos socios effectivos figuravam os nomes de Antonio Feliciano de Castilho, Antonio José d'Avilla, Antonio Luiz de Seabra, conde do Farrobo, José Ferreira Borges, José Lourenço da Luz, Paulo Midosi, Rodrigo da Fonseca Magalhães, e na dos socios correspondentes, Alexandre Herculano, então no Porto, e a marqueza d'Alorna. Quer dizer que pertenciam a essa sociedade todas as pessoas que depois mais se distinguiram nas letras, nas sciencias e na politica; que essa associação litteraria, para cuja fundação tanto trabalharam os irmãos Castilhos, com quanto fôsse jardim que não chegou a converter-se em pomar de prestimosos fructos, teve o condão de denunciar a futura gloria de muitos nomes. Não obstante, a boa vontade, os esforços e competencia, dos que modestamente se intitulavam *amigos das letras*, a sociedade viu se obrigada a interromper ao 5.º numero a publicação do jornal e a adiar indeterminadamente as suas sessões. Além da publicação do jornal, a sociedade promoveu a do *Programma do Instituto das Sciencias physicas e mathematicas de Lisboa, para o anno lectivo de 1836*, e uma memoria, que se attribue ao visconde Seabra, sobre a *Questão da reforma da instrucção superior em Portugal.*

Sociedade de Geographia de Lisboa. O projecto inicial da fundação d'esta importantissima sociedade scientifica, tem a data de 10 de novembro de 1875, e foi assignado por mais de 70 socios fundadores, angariados por Luciano Cordeiro, no que então havia de mais distincto nas letras, na arte, na industria, no exercito de terra e mar e no commercio. Elaboraram se os estatutos, que fôram approvados em 29 de janeiro de 1876, pelo governador civil, então o conselheiro Cau da Costa, ficando então a sociedade legalmente constituida. Nos termos dos estatutos, o seu fim era o estudo, a discussão, o ensino, as investigações e explorações scientificas da geographia nos seus diversos ramos, principios, relações, descobrimentos, progressos e applicações; devendo, porém, dedicar-se especialmente, na esfera da sua actividade scientifica, ao estudo do conhecimento dos factos e documentos relativos á nação portugueza. Eram os seguintes, os meios de realisar o fim a que a sociedade se propunha: 1.º Sessões, conferencias, prelecções, cursos livres, concursos e congressos scientificos, subsidios de estudo e de investigação, viagens, etc; 2.º Publicações, formação de bibliothecas. archivos e museus, correspondencia e relações com os diversos centros e gremios scientificos. A sociedade dividir-se-ia nas secções ou commissões, provisorias ou permanentes, segundo fôssem julgadas necessarias. Os estatutos tambem dispunham, que só podiam fazer parte da sociedade, além dos seus socios fundadores, os individuos que tivessem dado provas de estudo assiduo e conhecimento especial das sciencias geographicas o correlativas, ou contribuindo para o progresso das mesmas. Os estatutos, depois de dividirem os socios em *ordinarios* e em *correspondentes*, fixavam as obrigações e os direitos de uns e outros; designavam os elementos constitutivos da receita; estabeleciam a direcção encarregada da gerencia dos negocios da sociedade, bem como a commissão fiscal d'essa gerencia; e a composição e a reunião da assembleia geral Os estatutos haviam sido assignados pelos socios fundadores em 31 de dezembro de 1875, o na mesma data foi elaborado um regulamento geral provisorio, contendo preceitos e regras sobre os seguintes objectos: Sello social, socios, diplomas, secções, cargos, direcção, conselho central, assembleia geral, escripturação. Como disposição transitoria impunha se á direcção o encargo de eleger uma commissão encarregada de dirigir a publicação dos annaes da sociedade, e de outras quaesquer publicações que houvessem de ser feitas. Por decreto de 17 de fevereiro de 1876 foi creada, junto ao ministerio da marinha, uma commissão intitulada, *Commissão central permanente de geographia*, e incumbida de colligir, ordenar

e aproveitar, em beneficio da sciencia e da nação, todos os documentos que possam esclarecer a geographia, a historia ethnologica, a archeologia, a anthropologia e as sciencias naturaes em relação ao territorio portuguez e especialmente ás provincias ultramarinas. Esta commissão, por decreto de 12 de agosto de 1880, se ficou chamando *Commissão central de geographia*. A cargo da Sociedade de Geographia ficavam a guarda e conservação da bibliotheca e archivo da commissão central permanente, bem como o expediente da mesma commissão. Foi tambem decretado que no mesmo boletim da Sociedade de Geographia fôssem publicados os documentos e informações que se julgasse merecerem publicidade. A commissão installadora era composta de 5 membros: Luciano Cordeiro, E. A. de Bettencourt, Candido de Moraes, Candido de Figueiredo, e Rodrigo Affonso Pequito, celebrando a primeira sessão em 3 de abril de 1876. O 1.º presidente que teve a sociedade, foi o conde de S. Januario, sendo secretarios Luciano Cordeiro e João Capello. A primeira residencia da Sociedade foi na rua do Alecrim, no 2.º andar por cima do Centro progressista, no local onde depois se construiu a grande propriedade, em que esteve por muitos annos estabelecida a Arcada de Londres. Depois mudou-se para a rua Capello, mais tarde para a rua Ivens, e em 1894 estava no palacio da rua das Chagas, d'onde finalmente passou para a grandiosissima installação, em que se conserva, na rua de Santo Antão, junto ao Colyseu dos Recreios. No grandioso cortejo civico realisado em Lisboa a 10 de junho de 1880, nas festas commemorativas do tricentenario de Camões, concorreu a Sociedade de Geographia com uns sumptuosos carros. A tal grau de importancia chegára esta sociedade scientifica, que já em 1881 se pôde dizer, com toda a verdade, ao recommendar-se o melhoramento das nossas colonias: «Felizmente, esta questão agita actualmente todos os espiritos e desperta no paiz um vivo interesse; e é forçoso confessar que á Sociedade de Geographia se deve esse magnifico resultado, porque tem sido ella a alma d'esta propaganda e a causa immediata d'este grande movimento.» No seu seio creou a sociedade uma commissão especial encarregada de estudar tudo o que diz respeito á nossa Africa, de reivindicar n'esse movimento geographico a parte que nos compete e que não podemos declinar sem deshonra. A essa commissão foi dado o nome expressivo de *Commissão nacional portugueza de exploração e civilisação d'Africa*, que depois se resumiu á denominação de *Commissão africana*. Já a Sociedade havia dado brilhantes demonstrações de intelligencia e zelo nos seus estudos e trabalhos, quando nos fins do anno de 1878 el rei D. Luiz I julgou dever pagar-lhe um tributo de louvor e agradecimento. Referimo-nos á carta de 14 de novembro de 1878, pela qual o soberano se declarou protector da Sociedade, em satisfação do pedido que esta lhe fizera. Na referida carta declarava o monarcha, que, assim, queria significar-lhe d'um modo authentico o seu justo agrado pelo zelo e louvavel empenho, com que tinha promovido os trabalhos indispensaveis para o desenvolvimento dos estudos e explorações geographicas, distinguindo se não menos pelo patriotismo e amor da verdade historica com que se tinha dedicado á defeza do bom nome e das glorias nacionaes. Em 1894 a Sociedade contava 1:600 socios, além de 8 *socios honorarios*, que eram os exploradores africanos, e o presidente da direcção era o contra almirante Antonio do Nascimento Pereira Sampaio, sendo Luciano Cordeiro secretario perpetuo. A Sociedade estava dividida nas seguintes commissões: *Africana*, de que era presidente Luciano Cordeiro; *Asiatica*, presidente Vasconcellos de Abreu; *Caminhos de ferro*, Pedro Ignacio Lopes; *Commercial e Industrial*, J. Moreira Marques; *Direito internacional maritimo e commercial*, Henrique Midosi; *Illuminação e balisagem*, Agostinho Pacheco Leite de Bettencourt. Havia ainda as secções agricola, anthropologica, cartographica, botanica, ensino geographico, estatistica, geodesia e chorographia, geologica, geographia historica e geographia mathematica, geographia militar, de minas, de nautica e hydrographica, de geographia physica, geographia politica sciencias ethnicas, e zoologica. E' esta distribuição de trabalho pelos homens especialmente competentes em determinadas sciencias, que tem dado grande força e autoridade á Sociedade de Geographia. Foi em 1897, por occasião das festas commemorativas do centenario do descobrimento da India por mar, que se inaugurou a sumptuosissima installação da Sociedade de Geographia, na rua de Santo Antão. E' um edificio monumental. O vestibulo é illuminado por 2 lustres representando bussolas, e decorado por engenhoso *trabalho de marinheiro:* cabos, piuhos, viradouros, etc., parte da original decoração que ornamentou a secção portugueza na exposição de Madrid por occasião do centenario de Colombo. Seria muito longa a descripção de todo o edificio, e das suas brilhantissimas salas, e por isso a resumiremos. A' esquerda da entrada estão as salas *Coimbra e Porto;* para o andar nobre sóbe-se por uma opulenta escadaria, em cujo patamar fazem sentinella á porta principal duas figuras colossaes, em teca, da cypaios indianos, com o seu pittoresco trajo. A sala da *India*, especialmente consagrada á memoria de Vasco da Gama; a sala *Douro*; a sala *Sagres*, sala *Restello*, sala do *Algarve*, sala *Extremadura*, *Salão Portugal*, que é o mais grandioso, que vae de um extremo ao outro do edificio; sala *Lisboa*, que é a bibliotheca; sala *Cabo Verde*, *Guiné*, *S. Thomé*, *Angola*, *Moçambique*, *Macau* e *Timor*. Todas estas salas são riquissimas de trabalhos e decorações artisticas, apropriadas, assim como o seu mobiliario, aos locaes do continente e ás colonias ultramarinas que representam. Foi no Salão Portugal, onde está installado o precioso museu, que se realisou em 8 de julho de 1897, a sessão solemne da inauguração do novo edificio, com a assistencia d'el rei D. Carlos, e das rainhas D. Amelia e D. Maria Pia. O aspecto da grande sala era deslumbrante. Em volta das galerias vêem se brazões fundidos em ferro, pintados, dos principaes navegadores portuguezes. Na cimalha lêem-se em caracteres quinhentistas pintados a ouro, os nomes dos pilotos e capitães das descobertas. Fóra, ouve se as musicas a tocar o hymno nacional, e momentos depois, na grande sala, a banda da guarda municipal repete-o. Chegaram as pessoas reaes Ao lado da mesa da presidencia formou a guarda de honra sendo a da direita, de aspirantes de marinha e a da esquerda de sargentos aspirantes do exercito. O presidente do conselho,

ministros da marinha e da guerra, ficaram ao lado do direito da mesa, com os mais dignitarios da côrte e altos funccionarios. A' esquerda os socios da Sociedade de Geographia, da Academia das Sciencias, convidados, etc. Em seguida ao hymno nacional tocou-se o hymno do Centenario, composição do maestro Augusto Machado. Seguiu-se o discurso do vice presidente da Sociedade, conde de Thomar, a que el-rei respondeu, com palavras muito elogiosas, recordando que o dia 8 de julho de 1497 fôra o ponto de partida para a expansão do nosso dominio ultramarino, etc. A sessão terminou pela leitura de uns telegrammas de felicitação dos officiaes e guarnição do *Adamastor* e do *Africa*, que estavam em Liverpool; de portuguezes, em Paris, etc.; seguiu-se a leitura do auto da inauguração pelo secretario perpetuo da Sociedade de Geographia, Luciano Cordeiro. As pessoas reaes visitaram depois as differentes salas, e na sala da *India*, sala de honra, assignaram o auto, seguindo-se os membros presentes do governo, corpo diplomatico, deputações parlamentares da Academia das Sciencias, Camara Municipal, socios e mais pessoas presentes. No Salão Portugal tem se realisado brilhantes conferencias scientificas, sessões solemnes, sobre differentes assumptos, e de recepções de personagens distinctos e de estrangeiros notaveis que veem a Lisboa, etc.

Socujaque. Esteiro do territorio felupe, na costa da Guiné, Africa Occidental. Fica a cêrca de 7 k. ao S do cabo Roxo. || Pov de gentios felupes no territorio d'este nome, na prov. da Guiné, Africa Occidental. Fica nas margens do esteiro de Socujaque.

Sodré. Familia ingleza que passou a Portugal, e cujas armas são: Em campo azul um chaveirão de prata firmado no escudo, carregado de tres estrellas sanguinhas entre tres jarras do mesmo metal com duas azas; timbre, o chaveirão do escudo.

Sodré *(Vicente)*. Tio de Vasco da Gama e um dos officiaes que logo principiaram a deshonrar a gloria nacional com piratarias indignas. Partiu de Lisboa com seu sobrinho, na segunda viagem que este fez á India, mas commandando uma esquadra independente de 4 navios. Na India portou-se com grande bravura, acudiu a seu sobrinho a tempo de o salvar de um grande perigo, mas quando Vasco da Gama voltou a Portugal, deixando o a cruzar nos mares orientaes, Vicente Sodré entregou se á paixão insaciavel pelas riquezas, e não pensou senão em saquear as naus de Meca. Tão acceso andava n'esse empenho, que, sem attender ás supplicas do nosso fidelissimo alliado o rajá de Cochim e ás instancias dos portuguezes, abandonou o pobre regulo quando o rajá de Calicut lhe invadiu os estados, obrigando o a abandonar a capital, e foi esperar as naus de Meca para o cabo de Guardafui. Era no principio de 1503, o tempo estava horroroso, e n'umas ilhas onde fundearam, o ancoradouro era completamente desabrigado. Os commandantes dos outros navios não quizeram ficar, e fôram procurar asylo mais seguro; mas nem Vicente Sodré, nem Braz Sodré, seu irmão, quizeram largar o posto, com medo que lhes escapasse alguma nau opulenta. Resultou d'ahi que as duas naus fôram despedaçadas na costa, sem escapar nem a carga, nem a tripulação. Assim morreu Vicente Sodré, que adquiriu d'esta fórma triste celebridade, não só pelo seu valor, mas pela sua avareza.

Soeima. Pov. e freg. de S. Pelagio, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Alfandega da Fé, distr. e bisp. de Bragança; 133 fog. e 501 hab. Tem est. post. está situada na aba do monte Mel, a 13 k. da séde do conc A terra é pobre e pouco fertil; cria gado. e tem caça, grossa e miuda. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a sède em Mirandella.

Soeira. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Vinhaes, distr. e bisp. de Bragança; 105 fog. e 396 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada a 1 k. da margem esquerda do rio Tuella, a 500 m. da margem esquerda do rio Baceiro e a 8 k. da séde do conc. A terra é muito fria e pouco fertil. Tem gado e caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Soeirinho. Pov. na freg. de Nossa Senhora do Pranto e conc. da Pampilhosa, distr de Coimbra.

Soeiro *(D.)*. Bispo de Lisboa, que viveu no tempo de D. Affonso II, e que tomou Alcacer do Sal aos moiros, porque foi elle que convidou os cruzados a pararem em Lisboa e a tentarem a expedição. *(V. Alcacer do Sal)*. Teve tambem grandes contendas com D. Affonso II, e depois com D. Sancho II, até que afinal foi a Roma queixar-se d'este soberano. Morreu pouco tempo depois, tendo por successor D. Paio, e sem ter chegado a vêr o triumpho obtido pelo clero com a deposição de D. Sancho II sobre o poder temporal.

Soeiro *(Balthasar)*. Inventor. Advogado em Lamego, ao qual foi passada carta de privilegio em 1 de setembro de 1616 de um apparelho de sua invenção para extrahir aguas para moinhos.

Soeiro. Povoações nas freguezias: S. Domingos, de Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || S. Mamede, de Coronado, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S João Baptista, de Gondar, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Martinho, de Medello, conc. de Fafe, do mesmo distr. || Nossa Senhora da Consolação, de Chão de Couce, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Soengas. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Vieira, distr. e arceb. de Braga; 47 fog. e 150 hab. Está situada a 1 k. da margem esquerda do rio Cávado e a 8 da séde do conc. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Chaviães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Soengas de Páus. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Alquerubim, conc. de Albergaria-a Velha, distr. d'Aveiro.

Sofala. Territorios do Manica e Sofala. V. *Moçambique (Companhia de)*.

Sogilde Pov. na freg de Santa Marinha, de Alheira, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Soida. Pov. na freg. de Santa Maria, de Porco, conc. e distr. da Guarda.

Soidos de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Soidros Pov. na freg. de S. Pedro, de Atbei, conc. de Moudim do Basto, distr. de Villa Real.

Sol Povoações nas freguezias. O Salvador, dc Figueiras, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Silvestre, de Requião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Ponta situada no extremo N na ilha de Sauto Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidontal. || Ponta situada na costa da ilba da Madeira Fica-lhe a O um pequeno porto exposto aos ventos do quadrante SO.

Sol Posto. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Cercal, conc. de S. Tbiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Santo André, de Esgueira, conc. o distr. d'Aveiro. || Santa Mariuha, de Gontinbães, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello.

Solano *(Francisco Ignacio)*. Mestre e distincto compositor de musica. N. em Coimbra, aproximadamente no anno de 1720, fal. em Lisboa a 18 de setembro de 1800. Entrou para a irmandade de Santa Cecilia em 1740. Estudou na escola de musica estabelecida por D. João V em Santa Catharina de Ribamar, da qual era mestre o padre veneziano João Jorge. Solano gozava de certa consideração entre os membros da irmandado de Santa Cecilia, porquo no compromisso reformado em 1763, figura com o cargo de assistente do secretario. Cantor e organista, dedicou-se tambem ao ensino, adquirindo discipulos entre as principaes familias da côrte. Dovido á alta protecção que teve, pôde publicar em 1763, em magnifica edição, a sua 1.ª o volumosa obra, que tem o titulo: «*Nova instrucção Musical ou Theoria Pratica da Musica Rythmica*, com a qual se fórma sobre os mais solidos fundamentos um novo methodo, e verdadeiro systema para constituir um bom solfista e destrissimo cantor, nomeando as notas ou figuras da solfa pelos seus mais proprios nomes a que chamamos ordinarios, e extraordinarios no Canto Natural e Accidental, de que procede toda a difficuldade da Musica». As cartas elogiosas, com que abre o livro, são assignadas por alguns dos principaes musicos então residentes em Lisboa. Solano publicou em 1779 outra obra volumosa, com o titulo: *Novo Tratado de Musica Metrica e Rythmica*, o qual ensina a acompanhar no cravo, orgão, ou outro qualquer instrumento, em que se possam regular todas as especies, de que se compõe a Harmonia da mesma Musica. Em 1780 imprimiu tambem um folheto: *Dissertação sobre o caracter, qualidade e antiguidade da musica, em obsequio da Immaculada Conceição*, recitada em 24 de dezembro de 1779 para effeito de abrir e estabelecer n'esta côrte uma aula do musica tbeorica e pratica. Houve ainda a terceira obra importante: *Exame instructivo sobre a musica multiforme, metrica e rythmica*, no qual se pergunta e dá resposta de muitas cousas interessantes para o solfejo, contraponto e composição; etc. Este livro foi traduzido em hespanhol por D. Juan Pedro de Almeida y Mota, mestre do Collegio Real do meninos cantores de Madrid, ondo se imprimiu em 1818. No *Diccionario biographico dos musicos portuguezes*, por Ernesto Vieira, vem uma extensa apreciação d'estas obras, no vol. II, pag. 333 e seguintes.

Solar. Palacio, herdade ou terreno dos nobres, quo lhes servia do habitação, e que passava aos seus descendentes, e dava o titulo ás familias. Aos fidalgos de solar davam as ordenações distinctos privilegios.

Soldão. Ilba do Pico, Açôres; pov na freg. da Santissima Trindade e conc. de Lagens do Pico, distr. de Horta.

Solé. Pov. do sobado do Nameala, no conc. dc S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Soledade *(Fr. Fernando da)*. Religioso da ordem de S. Francisco da provincia de Portugal. N. no Porto a 17 de agosto de 1663, fal. em Lisboa a 29 de dezembro de 1737. Professou em 1682 no convento franciscano da Figueira. Dedicou se muito ao pulpito, creando grande fama como prégador. Por morte de Fr. Manuol da Esperança foi eleito chronista da ordem, sendo depois eleito guardião do convento de Guimarães, e em seguida confessor das freiras do convento de Santa Anna, de Lisboa. Em 1723 foi ao capitulo da ordem quo se celebrou em Roma, e em 1729 ao outro quo so reuniu em Milão. Em 1734 foi eleito provincial, e antes do ter completado o seu trienio, fal. Era academico supranumerario da Academia Real do Historia Portugueza Continuou a *Historia Serafica*, escrevendo o vol. III, que abrange o periodo de 1148 até 1500, o vol. IV que vae de 1501 a 1568, o vol. V, que vae de 1569 a 1715. O 1.º d'estes volumes imprimiu-se em 1705 o reimprimiu se em 1735; o 2.º em 1709, e o 3.º em 1721. Publicou um volume de *Sermões varios*, em 1715, e imprimiu alguns em separado. Tambem imprimiu um livro mystico, intitulado: *Sentimentos da lei da Natureza*, etc., Lisboa, 1697.

Soledade (*D. Francisco da*). Conego regrante de Santo Agostinho, professor de philosophia no convento de S. Vicente de Fóra. Foi um dos quo entraram na famosa contenda do sebastianismo. Em 1810 publicou, com o pseudonymo de Manuel Joaquim Pereira de Figueiredo, presbytero secular, umas *Cartas sobre o verdadeiro espirito do sebastianismo, dirigidas a um fidalgo d'esta côrte.* José Agostinbo de Macedo logo descobriu que o autor d'estas cartas, ou folhetos, era D. Francisco da Soledade, a quem alcunhou de *chanfana*, denunciando-o á vindicta das autoridades, que effectivamente o não esqueceram, porque o envolveram n'esse mesmo anno de 1810 na famosa *Setembrisada*, e o mandaram desterrado para os Açôres. Esteve na ilha Terceira até 1815, pouco mais ou menos, o quando voltou a Lisboa, imprimiu em 1817 um discurso quo pronunciara em Angra, quando lá chegou a noticia de que as nossas tropas haviam entrado em Bordeus. D. Francisco da Soledade, apezar do desterro, continuou a tomar parte na contenda do sebastianismo, e inscriu no *Correio Braziliense* uma *Resposta aos folhetos de José Agostinho de Macedo*, com a assignatura de *Véritas*. Voltando ao reino, continuou a professar ideias liberaes, o que lhe rendeu em 182? a perseguição do governo miguelista, que o mandou para o hospicio da sua ordem em Vianna do Castello. Quando fôram extinctas as ordens religiosas, achando se velho e doente, deixou-se ficar em Vianna, onde morreu em 18?8.

Soledade *(D. Fr. Jeronymo do Barco da)*. Bispo de Cabo Verde. N. no logar do Barco, do bispado da Guarda, vestiu o habito franciscano no convento da Franqueira da provincia da Soleda-

dade, e foi nomeado em 1820 bispo de Cabo Verde. Partiu para a sua diocese, onde se entregou com muito zelo aos cuidados pastoraes, visitando todas as freguezias do bispado, até as mais remotas, e occupando se muito da instrucção do clero, a ponto que á sua propria custa mandou fazer um seminario na Ribeira Grande, seminario que depois se arruinou antes de se concluir Proclamada a Carta Constitucional em 1826, D. Jeronymo da Soledade foi eleito deputado pelos seus diocesanos, e tomou assento nas côrtes em 1827. Estava já com a saude muito arruinada, e em 1829 resignou o bispado. Como deputado da Junta da Cruzada, presidente da Associação Catholica e da da Propagação da fé, trabalhou quanto pôde, e pedindo se lhe que sagrasse o arcebispo de Braga e o bispo do Porto, foi sagral-os ás suas respectivas cathedraes, apezar do seu estado valetudinario. Fal. a 30 de julho de 1832, com a fama de ter sido um dos mais dignos, dos mais virtuosos e dos mais evangelicos prelados do seu tempo.

Soledade *(D. Fr. Vicente da)*. Monge benedictino, doutor em theologia pela Universidade de Coimbra, etc. N. no Porto, e fal. em 1822, pouco mais ou menos. Em 1813 era oppositor ás cadeiras da sua faculdade, na referida Universidade. Publicou varios sermões, e em 1819 foi nomeado arcebispo da Bahia, mas não chegou a tomar posse, por ter rebentado a revolução de 1820, e procedendo-se á eleição das côrtes constituintes, foi D. Vicente eleito deputado, e os seus collegas o elegeram presidente da assembleia. A presidencia devia ser renovada todos os mezes, mas D. Vicente da Soledade foi reconduzido nos seguintes mezes. Em 1821 publicou uma *Pastoral sobre a educação christã e constitucional dos seus diocesanos*.

Solelmas. Pov. na freg. de Santa Maria, de Goios, conc. de Barcellos, distr de Braga.

Solgos. Pov. na freg. de S. Martinho, de Reirz, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Solhães. Pov. na freg. do Salvador, de Delães, conc. de Villa Nova do Famalicão, distr. de Braga.

Solheira. Povoações nas freguezias: S. Miguel, do Bairros, conc. de Castello do Paiva, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Gagos, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Lodares, conc. da Louzada, distr. do Porto. || S. Vicente de Pereira, conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

Solla. Nome de um antigo panno, ou droga, de que nos seculos XIII e XIV, se vestiam as senhoras portuguezas da alta aristocracia.

Sôligo Pov. na freg. de S Martinho, de Pecegueiro, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Solis *(Duarte Gomes)*. Capitalista e funccionario. N. em Lisboa, e passou á India, sempre com tanta infelicidade, que, tendo dobrado quatro vezes o Cabo da Boa Esperança, tres vezes naufragou. Em Gôa, muitas vezes negociou emprestimos com os governadores D. Jeronymo de Azevedo e Manuel de Sousa Coutinho. Era feitor de canella, e Mathias d'Albuquerque o destorrou por falsificações de moeda. Duarte Gomes Solis defendeu se com um douto memorial. Em 1591 veiu para Lisboa a bordo da nau *Madre de Deus*, e como continuava a ser infeliz no mar, caiu prisioneiro dos inglezes na altura da ilha do Corvo. Conseguiu resgatar so, e foi viver para Madrid, onde publicou as seguintes obras, em 1622: *Discursos sobre os commercios das duas Indias, onde se tratam materias importantes de Estado e de guerra*, que teem no fim as obras seguintes: *Contrato proposto pelo autor ácêrca da fabrica das náus da carreira das Indias*; *Successos das náus e armadas desde o anno de 1560, em que veiu a nau Chogas que o viçe rei D. Constantino fez em Gôa*, etc.

Solla. Pov. na freg. de N.ª da Conceição, na div. de Mucha-Cassôa, conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental

Solla. Familia portugueza muito antiga. Este appellido *Sola* ou *Solla*, que de ambas as maneiras tem sido usado, tirou a sua origem da collacção ou freguezia de S. Pedro do Sola Rex, hojo freguezia de S. Pedro de Serreleis *(V. Portugaliae Monumenta Historica*, vol. I, fasciculus III, pag 331 e o indice, pag. 444*)*, concelho de Vianna do Castello. N'esta freguezia de S. Pedro de Sola Rex tinham os membros d'esta familia uma boa quinta e casa de morada denominada *Quintana dos Solas*, e eram, n'essa localidade, as pessoas mais importantes e qualificadas. Mais tarde, temos conhecimento de Nuno Solla, que nasceu (seculo XII) e residiu na collacção ou freguezia de S. Julião da Sylva, concelho de Valença. A este Nuno Solla fazem referencia as Inquirições do anno de 1258, bem como a seus filhos e netos, como se vê no *Portugaliae Monumenta Historica*, vol. I, fasciculus III, pag 367. D'este Nuno Solla foi 4.º neto o celebre guerreiro e heroe Bernardim Solla, ao qual se referem todas as chronicas e todos os livros de historia ao tratarem dos reinados de D. Fernando I e de D João I. A elle nos referiremos, muito superficialmente, sob o N.º 1, que se segue: N.º 1, *Bernardim Solla*, que tinha nascido em Inglaterra *(V. Vida de D Nuno Alvares Pereira por Fr. Domingos Teixeira*, edição de M. DCC. XLIX, indice das principaes cousas, pag. 727, columna 1.ª*)*, entrou em Portugal quando, quebradas as pazes de Alcoutim, se travou pela segunda vez guerra entre D. Fernando I de Portugal e D. Henrique de Castella. Desgostoso por não terem sido seguidos os seus conselhos de notavel guerreiro e os de um seu companheiro, não menos notavel, de nome Martim Paulo, conselhos quo eram o combate sem transigencias, nem incertezas, nem receios, regressou, logo que a paz foi tratada no castello de Santarem (1373*)*, a Inglaterra, em cuja côrte seu tio Mossem Frederick Solla tinha muita entrada. Morto D. Henrique de Castella e succedendo-lhe seu filho primogenito D. João, novamente se declarou a guerra, vindo os inglezes em ajuda de Portugal. No brilhante estado maior do Conde de Cambridge, filho do rei Eduardo de Inglaterra o Velho, lá vinha novamente Bernardim Solla, não só por esse amor de aventuras, tão vulgar na idade média, como á defeza da patria dos seus antepassados, onde ainda tinha importantes bens de fortuna. Bernardim Solla distingue-se notavelmente nas tomadas dos castellos de Lobom e do Cortijo, e fica em Portugal depois de celebradas as pazes entre as duas nações Gosava uma situação especialissima no nosso paiz. Tinha a

confiança do Rei; estava aparentado com a mais qualificada nobreza de Portugal, por exemplo: com Gonçalo Gomes da Sylva, filho de João Gomes da Sylva, o Velho, e de sua mulher D. Constança Gil de Solla (*Memorias Historicas e Genealogicas dos Grandes de Portugal*, por D. Antonio Caetano de Sousa, 2.ª impressão, pag. 306); tinha a consideração dos guerreiros da epoca, porque tinha entrado, no estrangeiro, em varias batalhas campaes; tinha a estima popular, por querer e luctar pela nossa independencia. Na batalha de Atoleiros combateu heroicamente Bernardim Solla junto a D. Nuno Alvares Pereira (V. artigos publicados em Inglaterra, intitulados *Campanhas Portuguezas*, de que foi autor Edward Quillinan, notavel traductor dos Lusiadas para a lingua ingleza e erudito investigador historico). Na batalha de Aljubarrota, Bernardim Solla, cavalleiro de *gram fazenda*, é um dos commandantes da ala esquerda, como se vê na *Chronica de D. João I por Fernão Lopes*, edição de 1895, vol. IV, pag. 145 cap. XXXVIII, na *Chronica de D. João I por Duarte Nunes de Leão*, edição de 1643, pag. 192, cap LVII, na *Europa Portugueza de Manuel de Faria e Sousa*, edição de 1679, tomo 2.º pag. 277, na *Vida de D. Nuno Alvares Pereira por Fr. Domingos Teixeira*, edição de M. DCC.XLIX, livro 3.º, § 171, pag 353 e indice das principaes cousas, pag. 727, no *Pomar historico, genealogico e critico de Fr. Antonio Rousado*, Ms., pag. 122, etc. Ahi fez prodigios de valor e deu a sua vida pela independencia de Portugal. Da fórma como elle se portou ninguem melhor o diz que Fr. Domingos Teixeira, autor de elocução purissima e um dos que podem servir de mestres da lingua portugueza na opinião de D. Thomaz Caetano do Bem. Diz assim: «Os dois cabos estrangeiros Bernardim Solla e João de Monferrara nada ficaram devendo ao esforço, occupando mortos o logar, que defenderam vivos; faltou-lhes a vida para o premio, não para a fama, porque nos humildes jazigos em que descançam suas cinzas, nos ficaram em gloriosos epitaphios de seus nomes memorias mais perduraveis que os bronzes, mais eternas que os marmores» (pag. 371 do Livro III da referida obra). A pag. 388 da mesma obra lê-se: «dos nossos morreram, pessoas de conta, Vasco Martins de Mello, Bernardim Solla e João de Monferrara, os quaes, firmada no rosto a honra, com os signaes das feridas escreveram na terra com tinta de sangue a sua gloria» Jáz sepultado este heroe no mosteiro de Alcobaça. D. João I fez lhe, assim como aos outros capitães mortos n'esta batalha, grande enterro, prestando-lhes todas as honras merecidas. Fernão Lopes, na *Chronica de D. João I*, edição citada, cap. XLVI, diz: «E fez lhes el rei muita honra, como era razão.» Fr. Domingos Teixeira accrescenta, textualmente, a pag. 390, § 224: «Em seu beneficio se celebraram depois tão solemnes honras funeraes, que pareceram as exequias ainda mais, que na assistencia da Majestade, na ostentação Reaes» A' morte de Bernardim Solla referem-se ainda: Fernão Lopes, no vol. IV, pag. 183, da *Chronica de D. João I*, edição citada; Duarte Nunes de Leão, *Chronica de D. João I*, 1643, pag. 207, cap. LX; Manuel de Faria e Sousa, *Europa Portugueza*, 1679, tomo 2.º, pag. 282; Joseph Soares da Silva, nas *Memorias para a Historia de Portugal*, tomo 3.º, pag. 1261; Alvarenga e Sousa, *Reinados de D. Fernando e de D. João I*, Ms., pag. 320, etc. A gravura da bandeira usada por Bernardim Solla na batalha de Aljubarrota encontra se a pag. 192 da *Historia de Portugal de Pinheiro Chagas*, 3.ª edição, vol. 2.º. No 3.º vol. da mesma *Historia de Portugal*, a pag. 609, 2.ª columna, lê-se que a gravura da bandeira foi tirada d'um antigo manuscripto intitulado *Tropheus*, do qual foi autor Teixeira de Passos. De Bernardim Solla foi filho: —N.º 2, *Bernardo Solla*, escudeiro com moradia na Casa Real (V. *Memorias d'el rei D. João I*, no tomo IV, que contem a *Collecção de documentos com que se authorisam as Memorias escriptas nos primeiros tres tomos*, por Joseph Soares da Silva, documento 31, pag. 223), e mais tarde cavalleiro. D'este foi filho: —N.º 3, *Fernão de Solla*, que, como seu pae e avô, foi cavalleiro de linhagem. Era natural da freguezia de S. Julião da Sylva, concelho de Valença, e ahi casou com D. Maria Tellez da Sylva, filha de Martim Tellez da Sylva (natural tambem da freguezia de S. Julião da Sylva e pertencente á nobilissima familia *Sylva*, que n'esta terra tinha a sua torre-solar) e de sua mulher D. Guiomar Roiz de Affonceca, senhora de muito nobre estirpe, natural da Beira. D'este consorcio proveiu: —N.º 4, *Martim de Affonceca de Solla Tellez*, que nasceu na freguezia de S. Julião da Sylva e casou com D. Branca Mendes de Briteyro, filha unica de Duarte Mendes de Briteyro e de sua mulher D. Isabel Mendes, os quaes eram riquissimos e viviam com muita grandeza, possuindo importantes bens na Guarda, Almeida (freguezia de Val de la Mula), Figueira de Castello Rodrigo (Algodres, Cinco Villas, Escalhão, Escarigo, Arreigada ou Reigada, e Villar Turpim), Trancoso (Valdujo, Fiães, Carnicães, Fréches e Terrenho). D'este casamento veiu: —N.º 5, *Duarte d'Affonceca de Solla Tellez*, que casou com... e residiu em Trancoso, onde morreu, sendo seu filho: —N.º 6, *Nuno de Solla Tellez*, que casou com D. Violante de Méga, filha de Ayres de Méga, e de D. Josepha de Méga, ambos de familia de origem castelhana. Viveu e morreu em Trancoso, bem

Pedra tumular da familia Solla Telles, em Trancoso

como sua mulher. D'este casamento nasceu: —N.º 7, *Fernando Méga de Solla Tellez*, que casou com uma nobre senhora hespanhola Doña Mayor Ortiz (filha unica de Don Luiz Ortiz e de sua mulher Doña Leonor Diaz Ortiz, residentes em

Hespanha). Viveram em Trancoso, onde falleceram, sendo enterrados em sepultura brazonada, feita no anno de 1604, cuja gravura reproduzimos das que se encontram: na *Enciclopedia Portugueza de Maximiano de Lemos*, vol. X, pag 704 (na palavra Trancoso), e na *Historia de Portugal de Pinheiro Chagas*, 3ª edição, vol. 3.º, pag. 32. Na citada *Historia de Portugal*, vol. 3.º, pag 609, descreve se esta sepultura nos seguintes *textuaes* termos: «Esta antiquissima pedra, com uma cercadura tosca, desegual, mas elegante, tem muito valor historico. Ao centro tem um brazão, dividido em quatro quarteis; no primeiro e quarto as armas dos Telles Silvas, loões rompantes; no terceiro cinco estrellas em campo pontuado, que são as armas dos Affonsecas; no segundo as antigas armas dos Sollas, que são um castello riscado, com porta e frestas de preto, em campo pontuado. Sobre o capacete tem o leão dos Telles Silvas. Notaremos que este segundo quartel é egual á bandeira usada por Bernardim Solla na batalha de Aljubarrota, gravura que publicamos a pag. 192 do 2.º volume da nossa edição da *Historia de Portugal*»—N.º 8, *Luiz Ortiz Tellez e Solla*, filho dos anteriores (N.º 7). O erudito investigador Annibal Fernandes Thomaz, no seu livro *Os ex libris ornamentaes portuguezes*, Porto, 1905, diz a pag. 60 que este Luiz Ortiz Tellez e Solla era morgado do Valdujo, na Beira, e accrescenta: «era casado com D. Constança de Castro, a qual era filha de Rodrigo Mendes de Castro, e de sua prima D. Guiomar de Castro, ambos da familia dos *Castros do Rio*.» Rodrigo Mendes de Castro e sua mulher e prima D. Guiomar de Castro eram de familia poderosa e opulentissima, naturaes de Crasto Verde (hoje Castro Verde), e residentes em casa sua na hoje rua do Almada em Lisboa. Dos *Castros do Rio* descendeu, entre outras, a casa dos condes de Barbacena.—N.º 9, *Bernardo de Castro e Solla Tellez*, filho de Luiz Ortiz Tellez e Solla e de sua mulher D. Constança de Castro, referidos no numero anterior. Foi morgado do Valdujo na Beira. A gravura do artistico brazão por elle usado encontra-se na obra já citada de Annibal Fernandes Thomaz, a pag. 59. Foi casado com D. Elvira Cespedes e Solla, sua prima, filha de Diogo Cespedes e Solla, e de sua mulher D. Beatriz Lopes da Costa. D. Elvira Cespedes e Solla era, por seu pae, descendente de Bracal Solla, o qual foi escudeiro com moradia na Casa d'El Rei D. João I, como se póde vêr nas *Memorias d'El Rei D. João I por Joseph Soares da Silva*, tomo IV, documento n.º 31, pag. 219.—Quanto á familia Cespedes, de origem hespanhola, bem como ás suas armas, V. *Nobiliario de los Reinos y Señorios de España de D. Francisco Piferrer*, tomo I, pag. 141 e lámina correspondente; etc. Quanto aos differentes membros da familia Cespedes que muito se distinguiram nas sciencias, letras e artes, V. *Bibliotheca de D. Nicolau Antonio*, *Catálogo de la Biblioteca de Salvá, escripto por D. Pedro Salvá y Mallen*, etc.—N. 10, *Fernando Lopes da Costa e Solla*, filho dos anteriores referidos sob o n.º 9. Casou com sua prima D. Julia Solla, a qual descendia, em linha recta, de Jorge de Solla e Zote, capitão de cavallos no reinado de D. João III e escriptor genealogico (Vidé: Catalogo da Livraria do dr. Luiz Monteverde da Cunha Lobo, 1912, pag. 636, n.º d'ordem 5393). Fernando Lopes da Costa e Solla teve o grau de licenceado, e foi dotado de grande talento e notavel erudição. Foi morgado do Valdujo, na Beira. Do seu casamento proveiu:—N.º 11, *Luiz de Solla Telles*, que casou com D. Anna Mendes d'Almeida, de Pinhel. Moraram em Trancoso. Luiz de Solla Telles era um investigador de assumptos historicos, genealogicos, e heraldicos, tendo escripto, entre outros trabalhos, um intitulado: *Genealogia da Casa de Monsanto por Luiz de Solla Telles*. Esta obra acha-se descripta no catalogo n.º 2, 1.ª serie, da Livraria Maia, sita na calçada do Combro 79, Lisboa, sob o numero de ordem 939 A, a pag. 28. Este catalogo foi impresso e distribuido em junho de 1903. Luiz de Solla Telles foi morgado de Valdujo e ainda primeiro administrador do morgadio de Carnicães, tambem na Beira. Na instituição d'este morgadio de Carnicães, que consultamos detidamente, havia a seguinte condição, que passamos a transcrever ipsis verbis: «foi mais dito e declarado, na instituição do morgado, que os administradores e possuidores que forem e succederem na forma atraz declarada se chamarão sempre *Solla*, ou juntem ao nome que tiverem este appellido de *Solla*, e não o tendo ou não querendo usar d'elle ficam desde logo excluidos da successão d'este morgado e passa para outro em gráu seguinte que será do dito appellido.» Do casamento de Luiz de Solla Telles proveio:—N.º 12, *Fernando Lopes da Costa Telles e Solla*, bacharel formado, 2.º administrador do morgado de Carnicães e 5.º do morgado do Valdujo. Era casado com D. Iguez Maria de Mesquita, filha de Antonio de Mesquita e de sua mulher D. Maria da Conceição de Mesquita. Antonio de Mesquita nascera em Carrazeda d'Anciães, d'onde eram tambem os seus ascendentes. Pinho Leal, no *Portugal antigo e moderno*, vol. II, pag. 119, nas palavras Carrazeda d'Anciães, diz: «A familia d'este concelho, de appellido Mesquita, é antiga e nobre.»—N.º 13, *Antonio d'Affonceca de Mesquita e Solla*, filho dos referidos sob o n.º 12. Herdou todos os bens do Valdujo e Carnicães. Foi cavalleiro professo na ordem de Christo, senhor da Casa da Reigada, vinculada, onde viveu e morreu. Do seu casamento com D. Clara Feliciana de Mesquita e Solla nasceu:—N.º 14, *Luiz de Solla Telles*, que foi casado com D. Leonor Thereza de Castro, filha de José Henriques de Castro e de sua mulher D. Brites Maria Theodora de Castro, naturaes da Covilhã. Estes Castros, da Covilhã, eram um outro ramo dos *Castros do Rio*, familia a que já anteriormente nos referimos. A respeito de Luiz de Solla Telles lê se na *Historia de Portugal de Pinheiro Chagas*, 3.ª edição, vol. VIII, pag. 582, o seguinte: «Luiz de Solla Telles foi um dos mais valentes capitães-móres da provincia da Beira. Foi capitão-mór de Castello Rodrigo e morgado, por successão dos seus maiores, dos vinculos do Valdujo, Carnicães e Reigada na dita provincia. Levou uma vida faustuosa, tendo tambem bens importantes em Lisboa, onde era muito apreciado pela elegancia que o caracterisava e pela opulencia do seu viver.» Gastou tambem uma parte da sua consideravel fortuna em obras de larga caridade e beneficencia. Morreu na Casa da Reigada a 18 de março de 1813 e sua mulher a 27 de novembro de 1842. A respeito do pae de Luiz de Solla Telles, V. tambem a *Historia de*

Portugal citada, vol. VI, pag. 293.—N.º 15, *José Henriques de Castro e Solla*, filho dos referidos sob o n.º 14. Foi condecorado com a medalha d'ouro da Restauração dos Direitos da Realeza por decreto de 26 de outubro de 1823, referendado pelo Conde de Subserra, em attenção aos muitos serviços prestados á causa da liberdade. A 21 de março de 1839 foi nomeado Major Commandante da Divisão de Batalhão da Guarda Nacional de Infantaria de Almeida, desempenhando este cargo por fórma que mereceu louvor. Foi condecorado tambem com o grau de cavalleiro de S. Mauricio e S. Lazaro (de Italia). Era seu irmão Fernando da Fonseca de Mesquita e Solla, 1.º barão e 1.º Visconde de Francos, o grande militar, que foi uma das figuras mais notaveis do tempo do Duque de Saldanha. O visconde de Francos, um dos heroes das campanhas da liberdade, foi depois chefe do estado maior da 3.ª divisão militar, commandante de granadeiros da Rainha, commandante da Guarda Municipal de Lisboa, general de brigada, ministro da guerra, ministro da marinha, presidente interino do conselho de ministros, Par do Reino vitalicio, commendador da Torre Espada (ganha em batalha), commendador da Conceição e Villa Viçosa, commendador de Christo, commendador do Carlos III de Hespanha, cavalleiro de S. Bento d'Aviz, de S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia, etc. Aos feitos d'armas do 1.º visconde de Francos referem-se, entre outros, o *Diccionario Popular de Pinheiro Chagas*, vol. 5.º, pag 387, Luz Soriano na *Historia do Cêrco do Porto*, D. Antonio da Costa na *Historia do Marechal Saldanha*, pag. 293, 505, 506, etc, Bulhão Pato nas suas *Memorias*, tomo 3.º, paginas 6 o 7, etc.. José Henriques de Castro e Solla, de quem estavamos tratando, foi casado com D. Anna Carolina Mendes Pereira, filha de Diogo Mendes Pereira o de sua mulher D. Josepha Luiza Mendes Pereira. D'este casamento de José Henriques de Castro e Solla nasceu:—N.º 16, *Ayres Frederico de Castro e Solla*, que foi 1.º visconde e 1.º conde de Castro e Solla, juiz conselheiro do Supremo Tribunal do Justiça, membro do Supremo Conselho da Magistratura Judicial Ultramarina, Presidente do Conselho Disciplinar da Magistratura Judicial, Par do Reino, fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da Conceição, provedor da Santa Casa da Misericordia do Porto, possuidor da Casa-solar da Reigada, e das Casas de Adaúfe e Fontella, em Braga. Este notavel jurisconsulto falleceu a 26 de janeiro de 1898. Foi casado com D. Candida Ernestina de Castro Pereira, filha de José Antonio de Castro Pereira, commendador de Christo e residente no seu Palacio de Santa Catharina no Porto, e de sua mulher D. Antonia Margarida Antunes Navarro, que era irmã do 1.º conde do Lagoaça, fidalgo cavalleiro, commendador da Conceição, commendador de S. Mauricio e S. Lazaro, gran cruz da ordem de Nossa Senhora de Guadalupe, no Mexico, Par do Reino, etc. O brazão de José Antonio de Castro Pereira, que se encontrava no Palacio de Santa Catharina e que ainda hoje oncima o jazigo da sua familia no cemiterio da Lapa no Porto, foi concedido, depois de obter sentença de justificação de sua nobreza proferida e assignada pelo juiz da 2.ª vara da comarca do Porto Dr. Francisco Rodrigues Ferreira Cazado, por carta de 9 de março de 1843, registada no Cartorio da Nobreza, livro VIII, fl. 309, e tambem no registo dos fóros dos fidalgos da cidade do Porto, no livro competente da Camara Municipal d'esta cidade, fl 51. O brazão da familia de D. Antonia Margarida Antunes Navarro (Lagoaça) acha-se registado no Cartorio da Nobreza, Livro 9.º, fl. 45 verso; via se n'um palacio em Lagoaça (Traz os Montes), e está ainda na frontaria do jazigo de familia no cemiterio da Lapa (Porto). Dos Condes de Castro e Solla nasceu:—N.º 17, *Amadeu Telles da Sylva de Affonseca Mesquita de Castro Pereira e Solla, 2.º conde de Castro e Solla.* Quando foi nomeado Ministro dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça, fizeram os differentes jornaes a sua biographia, e é d'esses jornaes que tiramos os apontamentos que se seguem: Formou se em direito, tendo sido premiado durante todo o seu curso; foi secretario director geral do Supremo Tribunal de Justiça, lugar a que ascendeu por successivos concursos publicos em que foi sempre o primeiro classificado, tendo sido louvado, por tres vezes, em Tribunal Pleno, honra esta que a nenhum outro secretario havia sido concedida; foi secretario do Conselho Disciplinar da Magistratura Judicial, Secretario do Tribunal de Verificação de Poderes; do Conselho de Sua Magestade; deputado em seis successivas legislaturas, uma por Braga, outra por Aveiro, e as restantes pelo Porto, tomando parte em quasi todas as discussões travadas na Camara dos Deputados e sendo relator de muitos projectos das pastas da justiça, fazenda e obras publicas; Presidente da Commissão de legislação criminal da Camara dos Deputados, vogal das commissões de legislação civil, de obras publicas, de fazenda, do orçamento, etc.; ministro dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça no ministerio da presidencia do general Sebastião Telles; chefe do partido regenerador-conservador do districto de Braga; escriptor, tendo publicado: *Interpretações aos artigos* 897, 900, 952, 1022, 1235, 1256 e 1472 *do codigo civil portuguez*, Lisbôa, typographia da Imprensa Nacional, 1903; *Estudo dos artigos* 1498, 1500, 1501, 1565, 1566, 1621, 1694, 1764, 1785, 1814, 1869, 1871 n.º 3, 1922, 1923, 1989, 2000, 2002, 2003, 2250, e 2313 *do codigo civil portuguez*, Lisbôa, Imprensa Nacional, 1903; *Protecção á infancia desvalida ou moralmente abandonada. Casas de correcção para menores*, Lisbôa, Imprensa Nacional, 1904; *O combate da vadiagem e mendicidade*, Lisbôa, Imprensa Nacional, 1904; *Balanço e confronto de administrações financeiras. De 1893 a 1901*, Lisbôa, 1905; *Vida de Bernardim Solla em Portugal.* Villa Nova de Famalicão, typographia Minerva, 1898; *Aljubarrota. Esboço historico.* 1899; *Vida de Nuno Rodrigues Freire de Andrada, 6.º mestre da Ordem de Christo*, 1900; Notas d'um Antiquario. Villa do Conde, 1912 1913; Super-libros ornamentaes, Lisboa, 1913, etc. Collaborou no Direito, na Revista do Direito Internacional, Diplomatica e Consular, na Revista do Exercito e da Armada, etc., etc.; director da *Collecção Official dos accordãos doutrinaes do Supremo Tribunal de Justiça;* bibliographo e bibliophilo distincto. Aos seus escriptos referem-se, entre muitos outros, os jornaes: *O Seculo*, de 14 de julho de 1899; *Novidades*, de 13 de julho de 1900; *Tarde*, de 16 do julho de 1900; *Jornal de Noti-*

cias, de 18 de julho de 1899; *Diario Illustrado*, de 23 de agosto do 1900, etc.. O Conde de Castro e Solla, a quem já tivemos occasião de nos referir n'este Diccionario nos appelidos Castro e Solla, é casado com D. Clara da Cunha Pessôa de Barros e Sá, filha do Conselheiro Antonio José de Barros e Sá (antigo Ministro, Presidente da Camara dos Pares, Juiz Relator do Supremo Tribunal de Guerra, a quem já nos referimos, desenvolvidamente, n'este Diccionario), e de sua mulher D. Clara Pinheiro Pessôa. Do casamento dos condes de Castro e Solla ha um filho e duas filhas.

Soller *(Antonio Maria)*. Protessor do piano, e compositor. N. em Lisboa a 10 de agosto de 1840. Ainda muito creança e sem possuir a mais simples noção de desenho, reproduziu a lapis, e com tal perfeição, as ruinas do convento do Carmo, que os paes logo decidiram matriculal-o na Academia de Bellas Artes. Mais tarde, porém, como revelasse grande propensão para a musica, seguiu o curso do Conservatorio, onde teve por mestres Francisco Gazul e Xavier Migoni. Fez parte dos córos n'uma operetta representada no theatro das Laranjeiras, do conde do Farrobo, e na opera *Linda de Chamounix*, cantada no theatro de S. Carlos. Completado o curso de piano foi para o Porto, onde fixou residencia como professor, e onde principiou a escrever. Em 1865 auxiliou o maestro Dubini nas exequias que se celebraram por alma de D. Pedro V, regendo a parte coral. Por occasião da visita ao Porto do principe Humberto, escreveu um hymno executado na recita de gala realisada no extincto theatro Baquet. Desejoso de se aperfeiçoar na sua especialidade, visitou a França, Inglaterra, Italia, Suissa e Belgica, onde se relacionou com os principaes musicos e as mais importantes casas editoras, entre as quaes as dos afamados Lemoine, Augusto Evans, Lucca, Schett e Johann André, que mais tarde editaram as suas composições. Em 1884 dedicou ao rei Humberto uma marcha intitulada *Heroismo*, em homenagem á dedicação que o monarcha italiano manifestou por occasião da epidemia da cholera morbus que assolou a cidade de Napolos. O fallecido soberano, grato a essa demonstração de estima do illustre compositor, brindou o com uma medalha de ouro de grande valor artistico. Dedicou tambem a Victor Hugo a marcha *Patrie*, que foi executada em França, Hespanha e Allemanha por differentes bandas regimentaes, e em S. Petersburgo n'um concerto, por mil musicos militares, sob a regencia do maestro Vincent Sabatelli. Por occasião da exposição de Paris de 1900 compoz o *Hymne à la France*, dedicado ao presidente Loubet, composição que foi executada pela banda da guarda republicana. Entre as suas composições citaremos: *Marcha triumphal*, na inauguração do monumento a D. Pedro IV; *Marchas*, no anniversario d'el-rei D. Luiz e nas festas do centenario do infante D. Henrique; *Hymno a Carnot*; *Helena*, valsa dedicada a Madame Casimir Perier; *L'étoile d'Espagne*, suite de valsas dedicada á rainha Christina; *Amelie*, gavotte a S. A. R. a duqueza de Bragança; *Marchas funebres*, á memoria de Leon Gambetta, de Victor Hugo e de Garibaldi; *Chant des oiseaux*, canto popular de Valdigem; *Fantasias* sobre motivos das operas *Beatrice di Portugallo*, de Sá Noronha; *Africana*, de Meyerbeer; *Lucia*, de Donizetti; *Un ballo in Maschera* e *Aida*, de Verdi; *Fausto*, de Gounod, e *Gran duqueza*, Offenbach; *La source*, capricho brilhante; *Le Rapide*, galope; *Les cloches de Westminster*, nocturno; *Derniére pensée*, á memoria de Victor Manuel; *Scherzo*; *Tarantella; Polonaise*, em lá bemol; *Murmures de l'Anro*; *Valse caprice*, á rainha D. Amelia; *La Trovatella*, romance para soprano com acompanhamento do violloncello; *Dimmi perche*, para soprano; *Ebbrezza*, valsa para soprano; *Il tradimento*, romanza para baritono com acompanhamento de violoncello; *Symphonia para grande orchestra*, dedicada á antiga Sociedade Philarmonica; *Danse Folatre; Souvenir d'Alsace; Amelia e Herminia*; *Luiza*, *Saudade*, *Maniethe*, etc. Escreveu tambem a musica para a operetta *A Vivandeira*, e tem preparadas para serem publicadas differentes peças de concerto, para piano e canto. Durante uma das viagens que fez ao estrangeiro, encontrou-se, em Veneza, com o maestro brazileiro Carlos Gomes, ao qual foi apresentado pelo distincto pianista Alfredo Napolão. Antonio Soller é um musico muito considerado, e as suas composições tem sido apreciadas com louvor nos centros artisticos estrangeiros.

Soller *(Jeronymo)*. O primeiro mestre que teve a banda de Musica da Guarda Municipal de Lisboa, onde tambem fal. a 9 de janeiro de 1878. Pertencia a uma familia de musicos militares, oriunda da Catalunha, cujo chefe se estabeleceu em Lisboa pelos fins do seculo XVIII. Assentou praça muito novo, tornando-se um excellente clarinetista. Na epoca das agitações politicas achou-se n'ellas envolvido, e durante o governo de D. Miguel esteve preso no castello de S. Jorge, por suspeito de liberal, sendo solto em 1833, fazendo depois o resto da campanha da Liberdade. Quando em 1838 se organisou em Lisboa a Guarda Municipal, foi Jeronymo Soller escolhido para dirigir a respectiva banda, constituida com os melhores musicos militares que então existiam. Tendo completado 50 annos de serviço exemplar, adquirindo por esse facto direito á medalha de ouro respectiva, el-rei D. Luiz determinou ir elle pessoalmente collocal-a no peito do brioso musico, acto que se realisou com a maior solemnidade em maio de 1873. Esta medalha é uma das mais raras recompensas militares, e Jeronymo Soller foi o primeiro que a obteve. Era muito habil em escrever para banda militar. Quando, em 1849, esteve em Lisboa o afamado pianista Antonio Kontski, Soller transcreveu a celebre phantasia d'este illustre professor, *Le Réveil du Lion*, a qual foi primorosamente executada pela banda da guarda. Konstski apreciou muito, tanto o arranjo como a execução, applaudindo com enthusiasmo o director da banda, e dando em sua honra um almoço no *Hotel da Europa*, que concluiu pela offerta de um valioso annel de ouro. Além de clarinette, Jeronymo Soller tocava varios instrumentos, e em varias epocas fez parte da orchestra do theatro do S. Carlos, tocando contrabaixo, violino e viola. Jeronymo Soller foi um dos fundadores do Montepio Philarmonico e da Associação Musica 24 de Junho. Foi pae do distincto pianista Antonio Soller e do escriptor dramatico João Soller. V. o *artigo antecedente e o seguinte*.

Soller *(João)*. Primeiro official da thesouraria

da Companhia geral dos tabacos. N. no Gradil em 4 de junho de 1850. Tem-se dedicado muito ao theatro, havendo trabalhos seus representados em quasi todas as casas de espectaculo de Lisboa. Escreveu, de collaboração com José Ignacio de Araujo, uma revista em 1 acto, *Um sonho do citado autor*, que se representou no theatro da Avenida, e com o mesmo collaborador escreveu tambem mais um quadro de revista, *A Aurora do Futuro*. Por muito tempo usou do pseudonymo de Affonso Gomes. São numerosos os seus *arreglos*, imitações ou traducções, que teem alcançado o agrado do publico. Lembram-nos as seguintes: *O voluntario de Cuba*, *De má raça*, *João José*, *O Chapéu alto*, *Sr. Director*, *Huguenottes*, *Hotel Luso Brazileiro*, *Prima Aurora*, *Lobos do mar*, *Prato de resistencia*, *Puritanos*, *Manelich*, etc.

Soller *(Josepha)*. Uma das mais illustres actrizes do nosso theatro. N. em Lamego a 15 de setembro de 1822, fal. em Lisboa a 18 de janeiro de 1864. Era filha de um actor de Valença, José Soller, que tomou o appellido de Navarro para occultar o seu, quando da familia fugiu para o theatro, onde se ligou com a actriz Vasques, da Corunha, e que se fez director de uma modesta companhia, com que percorria as nossas provincias. Aos 3 annos de edade, já a pequenina Josepha apparecia em scena, fazendo um papel de anjo, n'um theatro de Vizeu. Assim continuou, até que, tendo vindo para Lisboa, representou 5 annos mais tarde, fazendo a sua estreia no antigo theatro do Bairro Alto, n'uma peça, de cujo titulo ella propria se esquecera. Que onda do destino a arremessou para Lisboa? Que acontecimentos caracterisaram este primeiro periodo, verdadeiro prologo da sua carreira dramatica? Ninguem póde responder. Mas Josepha Soller, filha de actores, creada no theatro de que seu pae era empresario, destinada para aquella carreira, que promettia gloria ao seu precoce talento, e relativas vantagens pecuniarias ao seu triste desconforto, Josepha Soller, que um capricho de destino havia de fazer actriz á força, tinha o capricho de seguir outro destino, e a vocação, rebelde a todos os conselhos, de se fazer dansarina, e foi matricular-se na aula de dansa do Conservatorio, entrando logo depois como bailarina para o theatro de S. Carlos. Vendo realisado o seu ideal, julgou se feliz, mas uma fatalidade lhe veiu cortar esta carreira. Uma extensão nervosa na perna esquerda a impossibilitou de dansar, tornando a ligeiramente coxa. Teve então de recorrer á carreira dramatica, que abandonara com tanto gosto, e para onde voltava constrangida pela necessidade. Estreou-se novamente, no theatro do Salitre, em 15 de novembro de 1815, no drama em 3 actos, *A Ciganinha*, em que, no papel da protogonista, Soller affirmou as suas principaes e brilhantes qualidades artisticas. Aquella noite foi de festa no velho Salitre, onde concorreu a fina flôr dos frequentadores de S. Carlos, ávida de assistir á metamorphose da sua dilecta bailarina. N'esta epoca, andava Emilio Doux cuidando de regenerar o theatro portuguez, pelo lado da arte de representar. O habil ensaiador prescrutou os dotes intellectuaes da joven actriz, agourando lhe um brilhante futuro, e cuja educação havia de completar o grande mestre da arte, o actor Epiphanio. Foi em 5 de abril de 1847 que debutou no theatro de D. Maria II no drama *Gonçalo Hermiges*. Começou então a carreira gloriosa de Josepha Soller, nas *Ruinas de Babylonia*, *Paulino ou os corsos e genovezes*, *João de Calais*, *Naufragio da fragata Meduza*, em todos os dramas, melodramas e dramalhões, que constituiam o reportorio d'esse tempo. Josepha Soller, que tão bem fadada tinha sido em intelligencia, tivera escassa partilha de dotes plasticos. Pequenina, desairosa, de physionomia pouco expressiva, inventando expedientes para encobrir a claudicação que lhe ficára depois do desastre onde naufragou a sua vocação de dansarina, Josepha Soller tinha uma lucta enorme, gigautesca, herculea com o seu desfavoravel physico, para poder, á luz da ribalta, affirmar os dotes peregrinos do seu engenho. E triumphava, e ven-

Josepha Soller

cia. Era este o melhor titulo da sua gloria. Accrescente se que esta lucta se dava em presença da mais temivel competidora, Emilia das Neves, uma grande inspiração artistica e a actriz mais bem fadada em dotes physicos de todas quantas teem escripto o seu nome nos fastos brilhantes do theatro portuguez, e ter se ha então a medida exacta do que significava esse combate de morte da actriz comsigo mesma, da actriz com a sua rival, esse combate em que Soller esgotou a existencia. Por essa epoca Soller casou com o actor Antonio Maria Assis, que era o galan de quasi todas as peças, em que ella entrava. Soller estava então no apogeu da sua gloria artistica. A arte de representar não tinha segredos para ella. As sympathias do publico retribuiam-lhe os esforços da lucta porfiosa, e Soller conseguia

brilhar ao lado de Emilia das Neves, conseguia mesmo encontrar n'uma parte do publico quem lhe désse a preferencia. Pertence a esta epoca o desempenho notavel da *Condessa de Sennecey*, e da *Cruz de S. Luiz*. O theatro de D. Maria II, a que a distincta actriz pertencia desde a sua inauguração, e onde fizera a parte brilhante da sua carreira, depois de explorar o dramalhão terrivel e o melodrama sentimental, depois de viver muito tempo das peças de grande espectaculo, como o *Templo de Salomão*, que foi uma das corôas de Soller, entrou n'um caminho de melhor litteratura dramatica, e a grande artista teve ensejo de affirmar o seu merito superior, o grande sentimento da sua alma, no *Livro Negro*, *Pobreza envergonhada*, *Casal das Giestas*, que foi a sua mais notavel creação, e depois no reportorio de Mendes Leal e de Ernesto Biester. Intrigas de bastidores a afastaram do theatro normal, e apenas uma vez appareceu na Rua dos Condes, fazendo as suas despedidas ao publico, a 27 de dezembro de 1859, nas peças *Ultimo acto*, e *Uma actriz no tempo de Luiz XIV*. Em 1861 ainda voltou a occupar o seu posto de honra no theatro normal, mas no anno seguinte abandonou de novo a scena. Josepha Soller morreu torturada de desgostos pelas injustiças de que foi victima no theatro, ella que tanto valia. Além das peças já citadas, mencionaremos ainda as seguintes do seu longo reportorio: *Os homens serios*, *Odio de raça*, *A Mulher que deita cartas*, *Fiamina*, *Casamento á queima roupa*, *Prestigiditador*, *Mulher que engana seu marido*, *Czar*, *Modesta*, *Dragões da rainha*, *Palhaço*, *Prophecia ou a queda de Jerusalem*, *Trapeiro de Paris*, *Honra e dinheiro*, etc.

Soller *(Julio)*. Artista dramatico muito considerado. N. em Lisboa a 14 de novembro de 1843, onde tambem fal. a 21 de dezembro de 1908. Era filho da antecedente. Estreou-se no theatro do Gymnasio aos 17 annos, em 1860, onde, sob a direcção do ensaiador Romão Martins, começou fazendo uma bella carreira. D'ali foi contratado para o theatro de D. Maria II, mas esteve ali apenas 6 mezes, seguindo para o theatro Baquet, do Porto, empresa Moutinho. Conservou-se n'aquella cidade por muitos annos, sendo sempre muito applaudido e muito estimado. Era então o theatro Baquet um dos melhores do Porto, e onde representaram artistas de grande reputação. Entre as peças em que Soller mais se evidenciou, contam-se: *Os fidalgos da Casa Moirisca*, *O Palhaço*, *Os lobos do mar*, *As mulheres de marmore*, *O Sargento-mór de Villar*, *Ignez de Castro*. etc. D'ali passou a diversas emprezas e sociedades artisticas, até que voltou para o Gymnasio, onde continuou sempre agradando, como um artista de valor e muito sympathico ao publico; esteve depois no theatro do Principe Real e Rua dos Condes. Fez em seguida uma *tournée* pelas provincias com Virginia, Ferreira da Silva, Augusto Mello, e outros artistas do theatro normal, e voltou para o Porto com a empresa Taveira. Ali esteve algum tempo, regressando ao Gymnasio, onde ultimamente se encontrava, comquanto raras vezes apparecesse em scena, devido aos adeantados estragos da doença que o victimou Julio Soller, apezar de instado, não quiz nunca ir ao Brazil. Era artista de bastante merecimento. Além das peças já citadas, lembram-nos das seguintes: *Prodigo e economicos*, *Um agiota em miniatura*, *As contribuições indirectas*, *Um beijo ao portador*, *Os Sete castellos do diabo*, *Consciencia*, *Regimento*, *Marido e amante*, *A's 10 da noite*, etc.

Soller *(Thomaz Augusto)*. Architecto. N. no Porto a 29 de março de 1848, onde tambem fal. em 12 de junho de 1883. Era filho do professor de musica Antonio Maria Soller. Matriculou se no 1.° anno de desenho historico da Academia Portuense de Bellas Artes em 30 de outubro de 1862, concluindo o curso dos 5 annos em 31 de agosto de 1867, no qual foi julgado digno de elogio no 1.°, 2.° e 4.° annos, obtendo o 1.° premio no 5.° Frequentou e foi plenamente approvado nos 4 primeiros annos do curso de esculptura, 1862 a 1866, sendo egualmente approvado nos 3 primeiros annos do curso de architectura civil, 1864 a 1867, em que obteve elogios no 2.° e 3.° annos. Apresentou-se ao concurso que em 1867 se abriu na Academia para pensionar um alumno no estrangeiro para o estudo da architectura. Apezar de não poder alcançar a primeira classificação, por não ter completado ainda o curso, os seus trabalhos que fôram uma verdadeira surpreza para todos, deram a medida da sua grande disposição para aquelle ramo das bellas artes, particularmente na parte artistica, da qual o seu prodigioso engenho tirava recursos que o collocavam sempre com vantagem distincta ao lado da maioria dos seus collegas na especialidade. No mesmo anno de 1867, uma portaria datada de 19 de julho, ordenava á Academia que nomeasse os artistas que julgasse nas circumstancias de irem vêr e estudar a exposição Universal de Paris, nos ramos de pintura, esculptura, architectura e gravura. A Academia escolheu para a classe de architectura o seu distincto alumno Thomaz Soller, o qual se demorou em Paris durante 9 mezes. Contava então 19 annos. D'uma intuição clarissima, d'uma perspicacia extraordinaria, bastaram lhe aquelles poucos mezes para deixar de si na Escola de Paris uma recordação grata do seu elevado talento. A *Bibliotheca*, ultimo trabalho que executara ali, causou tal enthusiasmo nos seus condiscipulos, que todos á porfia se empenharam em ajudal-o a aguarellar a fachada, o que foi sufficiente para o tornar conhecedor do processo que depois teve occasião de exibir no *corte*, que ficou admiravel, já sem o menor auxilio. Para se avaliar a importancia d'esse projecto, basta dizer que por elle obteve Soller um 1.° premio na Exposição de Madrid de 1871, adquirindo-o além d'isso o governo hespanhol como obra digna do maior interesse. De regresso a Portugal Thomaz Soller luctou por muito tempo contra a adversidade, vivendo como um bohemio, e fazendo de tudo um pouco para viver. Foi n'esses longos dias de uma desolação desesperadora, que elle se entregou com verdadeiro ardor ao estudo do muito que lhe faltava ainda saber, procurando nos livros o desafogo d'uma existencia amargurada. A Academia Portuense apresentara o ao governo como uma aptidão utilissima em repartição onde houvesse trabalhos de desenho, mas só passados alguns annos é que lhe foi dado o logar, que occupou, como architecto chefe, na construcção dos caminhos de ferro do Minho e Douro. Desenvolvidos e aperfeiçoados os conhecimentos que adquirira, fôram relevantes os serviços que prestou no desempenho de aquelle delicado cargo e que se attestam não

só por muitos e magnificos trabalhos que executou, como pelo testemunho de todos os engenheiros com quem serviu, e dos quaes fôra um auxiliar valiosissimo. No 1.º concurso em que entrou para um projecto de casas baratas para a Figueira da Foz, obtevo um premio condigno do trabalho que exhibiu. Concorreu tambem depois ao do monumento do duquo da Terceira, porém o resultado d'esse concurso desgostou-o por modo que nunca mais se apresentou em nenhum outro. Como director das obras do palacio da Associação Commercial do Porto, logar que exerceu apenas por 3 annos, os seus merecimentos ficaram ali testificados em trabalhos do incontestavel valor. Além da formosa cobertura metalica do pateo, obra monumental que projectou com uma elegancia e uma sciencia admiraveis, levantou as plantas de todo o edificio, reformou a decoração da cupola da escada principal, e deixou além de outros projectos valiosos, o da ampliação e ornamentação da sala das assembleias geraes. Além d'outros projectos, existem ainda d'elle o do monumento a Brotero, no Jardim Botanico de Coimbra, o da casa para o Banco Alliança e o do palco coreto no jardim do Palacio de Crystal. Estava egualmente encarregado do novo theatro do Funchal, para que tinha já preparados alguns estudos. Em conferencia geral da Academia Portuense de Bellas Artes de 31 de julho de 1879, o conselho academico nomeou-o academico de merito, tomando como obra de recepção o bello projecto d'uma galeria de pintura. A nomeação foi confirmada por portaria de 6 de agosto seguinte. Era tambem academico de merito da Academia do Bellas Artes de Lisboa.

Soltaria. Pov. na freg. de S. Pedro da Cadeira e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Solteiras. Pov. na freg. do Nossa Senhora da Conceição, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Solveira. Pov. e freg. de Santa Eufemia, da prov. de Traz-os-Montes, conc. o com. de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 115 fog. e 476 hab. Tem est. post., o está situada na aba da serra de Larouco, a 11 k. da séde do conc., em terreno levemente accidentado. A egreja matriz foi construida em 1796, quando se creou a freg., desmembrando-se da de S. Miguel de Villar Perdizes. E' fertil em cereaes; cria bastante gado caprino e vaccum, de boa qualidade. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Solveiras. Pov. na freg. de S. Barnabé, de Janarde, conc. do Arouca, distr. d'Aveiro.

Sombreiro. Ponta situada na costa do distr. de Benguella, na prov. do Angola, Africa Occidental. Fórma o extremo SO da bahia de Benguella, e é um morro de grés muito quebradiço, parto do qual se desaggregou, ficando a fórma d'um barrete de clerigo.

Sonacó. Pov. de negros situada na margem esquerda do rio de Geba, proximo do ponto onde termina a sua navegação, na prov. da Guiné, Africa Occidental. Foi um porto commercial importante.

Sonaulim. Pov. do conc. de Sanguem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Fica a pequena distancia da famosa cataracta do Sonaulim ou Dudsagor. || Pov. do commando de Satary, Novas Conquistas, no distr. e arceb de Gôa, India. Fica proximo da estrada do Quelgates.

Sonça. Pov. do conc. de Cacongo, no distr. do Congo, prov. do Angola, Africa Occidental.

Sonda. Pov. do sobado de Quimbumbuge Quintanda, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Sonde. Pov. da div do Mussuco, conc. do Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Sondim. Pov. na freg. de S. Martinho, de Friastellas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Sondo. Pov na freg. de N. S.ª da Conceição, Victoria, na div. de Calombas, conc do Muxima, distr. de Loanda, prov de Angola, Africa Occidental. || Pov. na freg. de José, na 3.ª div. de Quinzenza, conc. de Columbo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Songa. Pov. do sobado de M'Paugo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Songo. Pov. do conc do Noqui, no distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Ilubia, na 9.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, etc || Pov. do sobado de Cacambo, na 8.ª div. do conc. de Ambaca, etc.

Songo de Baixo. Pov. do sobado de Samba Lucalla, na 8.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Muinza, na 8.ª div. do conc. d'Ambaca, etc. || Pov. da 5.ª div. do conc. de Cambambe, no distr. de Loanda, etc.

Songo de Cima. Pov. da 5.ª div. do conc. de Cambambe, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Samba Lucalla, na 8.ª div. do conc. de Ambaca, etc.

Songo Grande. Vasto territorio situado nos confins de E da prov de Angola, Africa Occidental. Fica ao S do Songo Pequeno, entre os rios de Cuanza e Quango, e occupa ainda uma zona de muitos k. a NE das origens d'este ultimo rio.

Songo Pequeno. Vasto territorio situado nos confins de E da prov. de Angola, Africa Occidental. Fica entre o valle de Cassange e os concelhos de Duque de Bragança o de Malange.

Songue. Pov. da 1.ª div. (Sougue) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, etc. Fica na área da séde do conc || Pov. da freg. de S. Joaquim, no sobado de Bango A'Nambôa, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, etc.

Sonhi. Pov. da freg. de S. José, na 2.ª div. do Tombo, conc. de Calumbo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Sonhim. Pov. na freg. do Salvador, de Navaes, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto.

Sonho. Pov. do sobado de Cabinda, na regedoria do Povo Grande, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. || Uma das antigas divisões ou districtos do reino do Congo, Africa Occidental, limitada ao N pelo rio Zaire, a E pelo distr. de S. Salvador, ao S pelo rio Lilundo e a O pelo Oceano Atlantico.

Sonim. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Valpaços, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 155 fog. e 613 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada nas proximidades da margem direita do rio Rabaçal, a 13 k. da séde do conc. e proximo da raia de Hespanha. E' fertil em generos agricolas, cria gado e tem caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n. 19, com a séde em Chaves.

Sonsogor Montanha situada no commando mil. de Satary, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. E' um dos contrafortes da cordilheira dos Ghattes, que limita o commando a E, e que desce até ás proximidades das povoações de Codoval e Pendral de Satary.

Sonus. Pov. do commando mil de Satary, Novas Conquistas, distr. e arceb. de Gôa, India.

Soppo. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Nova da Cerveira, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 216 fog. e 828 hab. Tem esc. do sexo fem. est. post. Está situada a 2 k. da margem esquerda do rio Minho e a 4 da séde do conc. Fôram donatarios d'esta freg. os marquezes de Villa Real. Sendo em 1641 sequestrados os bens d'estes fidalgos, por traidores á patria, passaram para a Casa do Infantado. A terra é muito fertil em generos agricolas; cria muito gado bovino, e tem bastante caça. Soppo era uma aldeia da freg de Lanhellas, tornando-se independente em 1720. Construiram a egreja matriz, sendo feita a torre dos sinos em 1753, e o frontispicio da egreja em 1769. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. A pov. foi annexada ao conc. de Caminha por decreto de 12 de julho de 1895, que extinguiu o de V. N. da Cerveira, voltando para este, depois de restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. || Pov. na freg. de Sant'Anna, da Carnota, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Sopra Bolo. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Sôr. Ribeira do distr. do Portalegre. N. a 2 k. ao N de Alpalhão, corre na direcção geral de SO, passa a O de Tolosa, a SE de Ponte do Sôr, recebe depois uma ribeira que vem do lado das Galveias e outra da Aldeia Velha, e junta se com a ribeira Raia abaixo de Montargil, formando com ella o Sorraia. Tem 100 k. de curso || Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freguezia de Santo André de Brancavará, do concelho de Diu, na India.

Sorães Pov. na freg. de S Salvador, de Covão do Lobo, conc. de Vagos, distr. d'Aveiro.

Sordeira. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Balança, conc. de Terras do Douro, distr. de Braga.

Sordieiro Pov. na freg. de Santa Maria, de Villela, conc. de Arcos de Valle-de Vez, distr. de Vianna do Castello.

Sordo. Rio do distr. de Villa Real. N. na serra de Marvão, na freg. de Campeã, corre a E, e depois a SE, e entra no Corgo, um pouco abaixo de Villa Real, com 15 k de curso.

Sorieira. Pov na freg. de N. S.ª da Purificação, de Ceissa, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Soromenho. As armas da familia d'este appellido são: Em campo vermelho uma arvore soromonheiro de sua côr perfilada d'ouro com fructas e raizes de prata, e um crescente d'ouro no chefe; timbre o mesmo soromonheiro.

Soromenho *(Antonio Guilherme)*. Musico e cantor muito apreciado. N. em Lisboa em fevereiro de 1846, onde tambem fal. em 21 de agosto de 1867. Era filho de Antonio Jacinto Martins Soromenho. Revelando desde a infancia extraordinaria vocação musical, entrou aos 8 annos de edade para a aula de musica da Sé, onde teve por mestre de canto Domingos Benavente. Possuia uma excellente voz de soprano, que o maestro Casimiro aproveitou escrevendo o grande e difficil ductto das matinas de quarta feira santa, executadas pela primeira vez em 1857. Entrou para o Conservatorio, e debaixo da direcção de Filippe Real, rapidamente se adeantou no estudo do violino, tanto que o apresentou a tocar a solo no theatro do Gymnasio, quando apenas contava 12 annos, em 27 de abril de 1858 Em 12 de março de 1860 apresentou se no theatro de S. Carlos, tocando o 1.º Concerto de Bériot, pelo que recebeu os mais enthusiasticos applausos, e calorosos elogios dos jornaes Pouco depois organisaram se os Concertos Populares, e Soromenho foi um dos solistas que fizeram ali tirocinio, mostrando os constantes progressos que realisava no estudo. Ao mesmo tempo, com o desenvolvimento da edade, apparecia lhe uma linda voz de tenor, que elle immediatamente soube empregar com arte, em cousequencia não só do talento natural, mas tambem da boa instrucção que recebera na infancia. Muitas pessoas então suscitaram a ideia de que elle fôsse a Paris completar a sua educação artistica. El-rei D. Luiz, que muito o apreciava e lhe offerecera um magnifico violino, animou o a realisar essa ideia; para obter meios de a pôr em pratica, deu um concerto em 3 de abril de 1864, em que tocou o 7.º Concerto Bériot, a 3.ª Phantasia de Alard, e cantou a cavatina dos *Lombardos*. Immensamente festejado e muito auxiliado, partiu para Paris, onde em vez de completar a educação artistica, encoutrou a desgraça Singularmente dedicado ás bebidas espirituosas, tornou-se uma victima do alcoolismo. Demorou se em Paris 16 mezes, tempo de sobra para se deixar dominar pelo terrivel vicio. Quando regressou a Lisboa a 19 de agosto de 1865, o principio do *Delirium tremens* era já manifesto. Foi ainda ao paço d'Ajuda, onde el rei D. Luiz e seu pae, el rei D. Fernando, o ouviram com agrado, esteve no Porto, realisando um concerto em 9 de setembro, sendo tambem applaudido, mas d'ahi em deaute começou a sua triste marcha, que não foi longa mas dolorosissima. Tendo a consciencia da sua miseria e conservando o sentimento da dignidade, com vergonha de si mesmo fugia a toda a couvivencia, evitava amigos, collegas, parentes e protectores, occultando se nas casas de venda, ou divagando por sitios escusos. Por fim foi levado inconsciente para o hospital, onde falleceu, contando apenas 21 annos de edade.

Soromenho *(Augusto Pereira do Vabo e Anhaya Gallego e)*. Mais conhecido por *Augusto Soromenho*. Professor da cadeira de lingua arabiga no Lyceu Nacional de Lisboa, professor de Litteratura moderna do Curso Superior de Letras, so-

cio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, escriptor, etc. N no Porto em 1834, fal. em Lisboa a 9 de janeiro 1878. Seguiu primeiro a carreira de funccionario aduaneiro, mas dedicando se com predilecção a estudos archeologicos e a investigações historicas, conseguiu um emprego na Bibliotheca Publica do Porto, onde tinha á sua ordem um magnifico manancial para augmentar os seus conhecimentos. Alexandre Herculano, que o protegeu sempre, apreciando muito as suas aptidões para estudos a que poucos se dedicavam em Portugal, conseguiu que elle fôsse estudar a Madrid a lingua arabe com o professor D. Pascual de Gayangos, e voltando a Lisboa, foi nomeado professor da cadeira d'essa lingua no Lyceu Nacional. Sendo eleito socio correspondente e depois effectivo da Academia Real das Sciencias, foi tambem escolhido por esta douta corporação para substituir Herculano na direcção dos *Portugaliae monumenta historica*. Quando Lopes de Mendonça enlouqueceu, foi reger interinamente a cadeira de Litteratura moderna no Curso Superior de Letras, cadeira para que foi provido em concurso no anno de 1867. Por morte de Rebello da Silva, em 1872, pediu e obteve a sua transferencia para a cadeira de Historia. Em 1855, publicou um livro de poesias, no Porto, intitulado *O Diwan*. Foi o principal redactor da *Cruz*, jornal religioso, publicado no Porto, e director da *Bibliotheca Catholica do seculo XIX*, da mesma cidade, e parece que foi o autor dos juizos criticos a respeito de varios poetas e escriptores portuenses, que sairam na *Revista peninsular*, firmados com o pseudonymo de Abd Allah. Em 1867 publicou a sua these, por occasião do seu concurso, obra que foi muito elogiada, e tem por titulo: *Origem da lingua portugueza*. O barão de Hubner apreciava muito as aptidões de Soromenho para os estudos archeologicos, e quando se descobriu nas excavações das minas de Aljustrel uma tabula de bronze que encerrava uma longa inscripção latina, Soromenho escreveu a esse respeito uma *Memoria* a que se refere no *Journal des Savants* o grande romancista Giraud. Soromenho teve muitas discussões pela imprensa com collegas seus, sempre apaixonadas e amargas. Ultimamente, uma discussão com o grande mathematico Daniel Augusto da Silva, de que resultou um conflicto pessoal na propria Academia, deu em resultado propôr-se a exclusão de Soromenho, exclusão a que elle se antecipou, mandando a sua demissão Augusto Soromenho foi por algum tempo correspondente em Lisboa da *Academia* de Londres. Falleceu de repente, com 44 annos incompletos. Era homem muito trabalhador e de vastissima erudição.

Soropita *(Fernão Rodrigues Lobo)*. Jurisconsulto e muito apreciado advogado em Lisboa, que floresceu nos fins do seculo XVI e principios do XVII. Tornou-se mais conhecido por ser o editor das poesias lyricas de Luiz de Camões Soropita passou a Coimbra a formar-se em leis, e na Universidade teve fama de estudante folgazão e trocista. Graduando-se em leis, veiu exercer a advocacia para Lisboa, e aqui se relacionou com o grande poeta Camões. Nas luctas que em Portugal se travaram por morte do cardeal D. Henrique, mostrou se inclinado ao partido do prior do Crato, o que não impediu de fugir de Lisboa, quando em 1589 a esquadra ingleza desembarcou em Cascaes, para sustentar os direitos de D. Antonio, e talvez o receio de ser victima dos hespanhoes, que redobravam de crueldade, o impellisse a ir ter com sua mãe a Palmella e a partir com ella para Setubal. Logo voltou a Lisboa, e aqui continuou a advogar, e em 1595 publicou a 1.ª edição das *Rimas* de Camões, precedidas de um prefacio em que fez a critica elogiosa da obra, e em 1597 imprimiu uma allegação de direito a favor de Francisco Correia n'um pleito que este sustentou com D Manuel de Athaíde a proposito da successão da villa de Bellas. Em 1601, quando Francisco Rodrigues Lobo publicou a sua *Primavera*, vivia ainda, tanto assim que a parodiou, e em 1606, fatigado do mundo, recolheu se como tantos outros a um convento, e foi para a serra d'Arrabida fazer penitencia. Estavam manuscriptas todas as obras de Soropita, o Barbosa cita-va a parodia da *Primavera*, a *Jornada de Coimbra a Lisboa*, o *Namorado de Lisboa*, um discurso jocoso sobre os costumes do seu tempo, e outros ácêrca das barbas. Em 1868 saiu no Porto um volume de ineditos, com o titulo de *Poesias e provas ineditas de Fernão Rodrigues Lobo Soropita, com uma prefacção e notas de Camillo Castello Branco.*

Sorraia Rio do districto de Santarem. Fórma-se das ribeiras de Sôr e Raia, que se juntam entre as freguezias de Couço e Santa Justa, corre a O e dopois a SO até Coruche, onde tem uma grande ponte, inclina se depois para ONO até Benavente, e entra no braço do Tejo que limita as lezirias pelo nascente, depois de 60 k. de curso.

Sorratas Pov. na freg. de S. Marcos da Ataboeira, conc. de Castro Verde, distr. de Beja.

Sortelha *(D. Luiz da Silveira, 1.º conde de)*. Celebre poeta palaciano e valido d'el-rei D. João III. N. em 1481, segundo se calcula, sendo filho de Nuno Martins da Silveira e de D. Filippa de Vilhena. Educado na côrte, foi um dos poetas mais distinctos d'aquelle grupo, cujas producções fôram colleccionadas por Garcia de Rezende no seu *Canccionetro*. Em 1507 acompanhou D. João de Menezes na sua expedição contra Azamor, acompanhou o de novo quando elle foi soccorrer Arzilla, e tambem se distinguiu na tomada de Azamor pelo duque de Bragança D. Jayme. Ao mesmo tempo entrava na côrte n'aquelles frivolos torneios poeticos d'esse tempo, e mostrava-se excellente nos apodos, quer dizer nos versos epigrammaticos dirigidos a algum cortezão por qualquer motivo futil, umas mangas muito estreitas que usava, umas esporas muito largas com que apparecia, etc. Continuando a militar na Africa, esteve ainda na defeza de Tanger, e demorou se algum tempo n'essa praça africana. Voltando ao reino, entrou na intimidade do principe D. João, e accusado de o incitar á desobediencia contra el-rei seu pae, foi mandado sair da côrte de D. Manuel, e parece que foi n'esse exilio que escreveu a sua paraphrase de *Ecclesiastes*. Tendo casado com D. Beatriz de Noronha, filha do marechal D. Fernando Coutinho, Luiz da Silveira, quando morreu D. Manuel, foi chamado á côrte, nomeado, guarda mór de D. João III, logar que já exercera no tempo d'el-rei D. Manuel, sendo tambem do seu conselho e veador-mór das obras, terços, residuos, hospitaes e capellas, d'estes reinos e senhorios. Em 1522 foi encarregado de ir negociar com o imperador Carlos V o casamen-

to d'este soberano com a infanta D. Izabel. Havia na côrte muitos invejosos do valimento de que gozava Luiz da Silveira, e aproveitaram com jubilo esta occasião de o vêrem fóra da côrte. Luiz da Silveira ganhou n'esta embaixada a amizade de Carlos V, mas perdeu a privança de D. João III. Procedera sempre na embaixada com grande bizarria e fausto, e isso mesmo lhe era lançado em rosto. Quando voltou a Portugal, e foi a Evora apresentar-se ao soberano, foi acolhido com bastante frieza, o que muito o magoou. As cartas elogiosas que Carlos V escrevera a seu respeito, longe de lhe fazerem bem, o prejudicaram muito. Luiz da Silveira percebeu, que já nada tinha que fazer na côrte, e pediu licença para se retirar ás propriedades que possuia em Goes; D. João III deu-lhe logo a licença pedida, e ao mesmo tempo, fingindo que satisfazia assim os desejos de Carlos V, deu a Luiz da Silveira a villa e o titulo de conde de Sortelha. Carlos V, effectivamente, agradeceu em carta escripta de Bruxellas em 1531 a D. João III a attenção que tivera pelo seu recommendado, mas Luiz da Silveira não se illudiu, e percebeu que essa mercê fôra o disfarce da sua queda. Nunca mais voltou á côrte, e no seu retiro morreu em 1534. El-rei D. Sebastião reformou este titulo em Diogo da Silveira, filho do 1.º conde, conforme um *mandado*, datado em Evora a 29 de outubro de 1533, o qual foi o 2.º conde da Sortelha. N'esse *mandado* dá se lhe o nome de guarda-mór, e capitão dos cavalleiros da guarda d'el rei. No rol das moradias, de 1534, lhe chamam guarda-mór da camara. O 2.º conde da Sortelha continuou com o mesmo officio nos reinados de D. Sebastião e do cardeal D. Henrique.

Sortelha. Villa e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. da Beira Baixa, conc. e com de Sabugal, distr. e bisp. da Guarda; 243 fog. e 1:009 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada n'um alto, nas margens d'um affluente do rio Meimôa, a 12 k. da séde do conc. E' de fundação antiquissima. D. Sancho II lhe deu foral sem data, e el-rei D. Manuel lhe deu foral novo, em Santarem, no 1.º de junho de 1510. A villa foi séde d'um conc. do seu nome, que se extinguiu por decreto de 24 de outubro de 1855. Fôram seus alcaides-móres os barões de Quintella, depois condes do Farrobo. As suas armas são um castello com um annel; antigamente era uma meia lua. A posição da villa, que é forte por natureza, o foi tambem por arte, cercada de muros, com um fortissimo castello. Estando abandonada, D. Sancho I a mandou povoar em 1187, reedificando as fortalezas, que eram obra dos moiros, ou talvez dos romanos. No reinado de D. Manuel I, era alcaide-mór e senhor de Sortelha, Manuel Sardinha. Succedeu lhe Pedro Zuzarte, e a este, seu filho Garcia Zuzarte; depois fôram senhores os condes de Sortelha. O territorio é fertil em todos os generos agricolas do paiz, cria muito gado, e tem abundancia de caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Constance, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Serra do distr. da Guarda. E' uma ramificação ou simples aba da serra de S. Cornelio ou de Nossa Senhora do Castello, para as partes S e SO, sendo lhe, porém, muito inferior em altura.

Sortes Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. de Traz-os Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 137 fog. e 612 hab. Tem esc. do sexo fem, est. post. e est. do caminho de ferro, na linha de Tua a Bragança, entre as de Rossas e Rebordãos. Está situada na estrada de Bragança a Mirandella, a 12 k. da séde do conc. E' terra fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Sortilhão Pov. na freg. de Sant'Anna d'Azinha, conc. e distr. da Guarda.

Sorval. Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Beira Baixa, conc. e com de Pinhel, distr. e bisp. da Guarda, 111 fog. e 408 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada a 2 k da margem direita da ribeira de Massueime e a 12 da séde do conc. A terra é pouco fertil; cria muito gado miudo, e tem caça. O Santuario de N. S.ª das Fontes, que é um dos mais notaveis de Portugal, está situado sobre a antiga estrada mil de Almeida a Lamego, a 1 k. a E da freg. de Santa Eufemia, mas na freg. de Sorval. Segundo a tradição, o primeiro assento da aldeia do Sorval foi em redor do Santuario Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut.e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Sorvel Cimeiro e Sorvel Fundeiro Duas povoações na freg. de S. João Baptista, de Figueiredo, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Sotavento. Grupo formado pelas 4 ilhas situadas mais ao S do archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental, formando as ilhas situadas mais ao N do archipelago o grupo de Barlavento. As ilhas de Sotavento são a Brava, do Fogo, de S. Thiago e de Maio, orientadas no rumo de OS O, na extensão de 173 k, e o seu grupo póde sub dividir-se em outros dois, formando o de O as ilhas do Fogo e Brava, e o de E as de S. Thiago e do Maio. Na div. judicial da prov. de Cabo Verde, as ilhas de Sotavento fórmam a comarca do mesmo nome.

Soterrada. Pov. na freg. de S. Pedro, de Britello, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Soterrado. Pov. na freg. de S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Sotto Mayor. Familia da Galliza que passou a Portugal no tempo de D. Affonso V. As suas armas são: Em campo de prata 3 faxas xadrezadas de ouro e vermelho de 3 peças em pala; timbre, um leão de prata com as 3 faxas. Alguns trazem a ordem do xadrez do meio coberta com uma cotica preta em memoria d'um d'essa familia ter morto por desastre um infante do duque soberano de Castella.

Sottomayor *(Agostinho Barbosa de)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, natural de Braga, pertencente a uma das mais distinctas familias do Minho, oriunda de Hespanha, magistrado judicial contemporaneo, tendo encetado essa carreira, como delegado do procurador regio em Ponta Delgada *(Açôres)*, no mêz de fevereiro de 1881. Successivamente transferido para identico cargo em Porto de Moz, onde conseguiu acalmar as paixões politicas, então muito excitadas, e restabelecer a ordem publica, e em Torres Vedras, foi colocado por distincção

em 1886 na 6.ª vara civel de Lisboa, em virtude do seu procedimento energico na captura, accusação e condenação dos tres assassinos do francez Abel Marty, engenheiro constructor dos tuneis da via ferrea de Torres Vedras. Promovido em setembro de 1890 a juiz de direito da comarca de Cezimbra, foi pouco depois transferido para a da Povoa de Varzim, e em seguida para a de Vieira do Minho, sendo em fevereiro de 1898 nomeado em comissão, auxiliar do juiz de instrucção criminal dr. Francisco Maria da Veiga, desempenhando por vezes, nos seus impedimentos, e com geral agrado, aquellas difficeis funcções. Collocado em janeiro de 1906 no cargo de juiz da 6.ª vara de Lisboa, foi, em novembro de 1911 transferido a seu pedido para a 5.ª vara. Como delegado, instaurou, entre outros, o processo crime do cobarde agressor de Pinheiro Chagas e o celebre processo dos *Bonds Hersent*, e o civel contra a companhia do Gaz pela construcção do gazómetro junto á Torre de Belem, o qual não teve seguimento por ordem superior, merecendo por essas e outras comissões de serviço publico louvores oficiaes. Fundou em 1885 de collaboração com o dr. Ignacio França, actualmente ilustrado major medico do exercito, o *Jornal de Torres Vedras*, a primeira publicação viticolo-vinicola que se creou no paiz, e que foi simpaticamente acolhida, tendo escrito nela assiduamente os mais conceituados œnólogos de então, tais como Alfredo Le Cocq, Almeida e Brito, dr. Barros e Cunha Foi director da *Galeria dos Criminosos Celebres*, publicação popularissima da casa Palhares & Companhia, escrevendo ahi além de muitos perfis de criminosos mais em evidencia, estudos completos e documentados dos crimes atribuidos a Urbino de Freitas, aos assassinos de Domingos de Assis, o Fandango, ao Bigode, de Almada, aos *escrocs* de Saragoça e outros. Tem publicado um grande numero de sentenças e decisões judiciaes, e ha dispersos em jornaes e opusculos avulsos tambem numerosos escritos seus litterarios e judiciaes, assim como uma traducção de *Robinson Crosué do texto completo original inglez*, e de obras de Julio Verne, editadas pela antiga casa Corazzi. Foi um dos primitivos socios da Sociedade de Geographia de Lisboa, e é socio efectivo da Sociedade Chimica Portugueza.

Agostinho Barbosa de Sottomayor

Sotto Mayor (*Antonio da Cunha Sotto Mayor Gomes Ribeiro de Azevedo e Mello, visconde de*). Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, alcaide-mór de Souzel, diplomata muito distincto, deputado em varias legislaturas, etc. N. no Rio de Janeiro a 18 de novembro de 1813, fal. em Stockolmo, a 19 de janeiro de 1893. Era filho unico de José da Cunha Sotto Mayor Azevedo e Mello, fidalgo cavalleiro da Casa Real, e de sua mulher D Anna Luiza Gomes Ribeiro. Tinha o curso juridico, até ao 3.º anno, na Universidade de Coimbra. Era commendador de Santa Maria de Midões, na ordem de Christo, em verificação da vida concedida a seu avô o desembargador Antonio Gomes Ribeiro, por decreto de 11 de agosto de 1824. Como deputado, tornou-se notavel nas pugnas parlamentares e nas polemicas jornalisticas. Era um homem muito original; as suas engraçadas extravagancias e os seus ditos espirituosos e de fina ironia, ficaram lendarios. Possuindo uma fortuna avultadissima, desbaratou-a quasi completamente com as suas prodigalidades. De presença gentil, exhibia por Lisboa as mais extraordinarias elegancias, que eram logo adoptadas pela mocidade da epoca, e se tornavam moda. Entrou na vida diplomatica, sendo enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto ás côrtes da Suecia, Noruega e Dinamarca; foi tambem enviado em missão especial ao Mexico por occasião da elevação do imperador Maximiniano ao throno, etc. Trinta annos viveu em Stockolmo e Copenhague, adquirindo uma situação invejada por toda a diplomacia, grangeando amigos na primeira sociedade, e conseguindo tornar se o homem mais popular de toda a cidade, á qual impunha as modas do seu trajar fantasioso. As lojas annunciavam gravatas á Sotto Mayor, charutos á Sotto Mayor, considerando-o o rei da elegancia. Em Stockolmo não se falava senão nas originalidades do ministro portuguez. Muitas das suas extravagancias provinham de que não podia resistir aos desejos de satisfazer os seus grandiosos caprichos, o que fez tornar a sua casa um verdadeiro museu de preciosidades artisticas. Aos 80 annos ainda o seu guarda roupa se via recheado de tudo quanto a imaginação mais requintada d'um rapaz de 18 annos possa fantasiar; fatos para caça, para passeio no campo, para vestir de manhã, para vestir á tarde, fatos emfim com tantas especialidades que é até difficil imaginar que possa haver matizes para as diversas occasiões a que o elegante deve apropriar o vestuario. Profusão de gravatas de feitios extraordinarios e extraordinarias côres tinham todas o seu alfinete de elevado preço Era grande a sua predilecção por joias. Andava sempre com uma pulseira de alto valor. A sua elegancia distinctissima, aliada a uma grande bondade, tornara o motivo de ufania para a população de Stockolmo, que já considerava o ministro portuguez um conterraneo seu, merecedor das mais especiaes considerações e sympathias. Sotto Mayor retribuia sinceramente a affeição do povo sueco, e para se não

separar de uma côrte onde era tão estimado, deixou por vezes de aceeitar transferencias para missões diplomaticas de maior vulto, que o seu grande talento saberia desempenhar com maior gloria para o paiz. Sotto Mayor casou a 14 de abril de 1832, em Lisboa, na egreja da Encarnação, com D. Maria Magdalena Tenorio do Lacerda, filha de Pascoal Tenorio de Muscoso, e de sua mulher D. Maria da Graça de Lacerda. Quando falleceu, era já viuvo havia muitos annos. Era gran cruz das seguintes ordens: da Estrella Polar e de Vasa, da Suecia; de Santo Olavo, da Noruega; do Dannebroy, da Dinamarca; de Nossa Senhora de Guadalupe, do Mexico; commendador das ordens: Rosa, do Brazil; Leão Nerlandez, dos Paizes Baixos; de Carlos III, de Hespanha; cavalleiro da de S. João de Jerusalem, ou de Malta, etc. Recebeu a mercê do titulo de visconde por decreto de 12 de maio de 1865. O cadaver do illustro diplomata foi sepultado no cemiterio catholico de Stockolmo. Alguns amigos sinceros lhe ergueram o monumento funerario em que repousam as suas cinzas. A' ceremonia da inauguração d'esse monumento quo se effeituou a 3 de novembro de 1895, assistiram, além do consul de Portugal n'aquella cidade Roberto Schomberg e do antigo consul Guilherme Graf, alguns centenares de pessoas mais distinctas de Stockolmo. O arcebispo Bitter, vigario apostolico da Suecia, pronunciou um magnifico discurso, findo o qual o conde Schomberg depoz em nome da legação o do consulado de Portugal na Suecia, Noruega e Dinamarca, duas corôas de chrysanthemos brancos com fitas azues e brancas sobre a bandeira portugueza collocada nos degraus do monumento; e pelo capitão Trana, da guarda real de Gotha, foi deposta uma corôa com as fitas da côr da bandeira sueca, em nome dos amigos pessoaes do illustro extincto. O monumonto foi erigido a expensas e por iniciativa do consul Schomberg, d'outros funccionarios e de varios amigos do finado.

Sotto Mayor *(Antonio Maria da Cunha Pereira de).* Nasceu em Belem a 18 de julho de 1827, fal. em Lisboa a 1 do outubro de 1883. Era filho de Antonio Maria da Cunha Pereira e Almada e de D. Margarida José de Moraes Palharos da Cunha. Foi o ultimo morgado ou uma casa instituida no seculo XVI pelo desembargador Antonio da Cunha Pereira, cujos serviços no Estado da India o tornaram distincto entre homens notaveis n'aquella epoca em Portugal, e cujo solar era na Egreja Nova (Mafra). Não tinha concluido os seus estudos quando em 1846 rebentou a guerra civil; sendo obrigado a lançar-se nas fileiras da Junta do Porto, ali militou toda a campanha, tendo-se distinguido em varios combates, principalmente no do *Alto do Viso*, em Setubal, como ajudante do conde do Mello, e cuja divisão era commandada pelo marquez Sá da Bandeira. Mais tarde o marquez d'Avila e Bolama o escolheu para o logar de exactor da fazenda, a despeito da crua guerra movida pela imprensa exclusivista. De 1852 a 1855 exerceu o cargo de administrador do concelho de Cintra, onde prestou relevantes serviços, principalmente pela occasião da epidemia da colera-morbus, o que lhe valeu ser agraciado com o grau de cavalleiro da Torre e Espada, largando este logar por um motivo nobre que o impedia de combater a candidatura a deputado de um amigo distincto, o conselheiro Frederico Guilherme da Silva Pereira, irmão do conhecido conde das Antas. Em 1862 foi nomeado consul geral nos Estados Unidos da America do Norte, servindo durante quatro annos este logar, merecendo sempre a estima dos seus compatriotas e os louvores dos differentes ministros dos Negocios Estrangeiros. Regressando a Lisboa em 1866 em goso de uma licença, foi nomeado pelo governo para membro d'uma commissão que estava encarregada das bases d'uma reforma do corpo consular portuguez, a qual publicada, foi Cunha de Sotto Mayor empregado no ministerio dos estrangeiros para se occupar de trabalhos especiaes e importantes. Em 1869 foi nomeado encarregado de negocios em Washington, para onde partiu, não só para tomar conta da legação como para se dedicar e levar a

Antonio Maria Sotto Mayor

cabo os trabalhos que precederam a arbitragem do presidente Grant na importante questão da ilha da Bolama. A ilha e mais territorios do continente africano eram contestados a Portugal pela poderosa Gran-Bretanha, que por differentes modos e occasiões tinha offendido a soberania dos portuguezes. Os eminentes serviços n'esta questão do plenipotenciario o marquez de Avila e Bolama fôram secundados por Cunha de Sotto Mayor. O presidente dos Estados Unidos decidiu a arbitragem a favor de Portugal, e por esta decisão recebeu Cunha de Sotto Mayor os maiores elogios em pleno parlamento pelas vozes autorisadas do proprio negociador, marquez de Avila e Bolama, e de Mendes Leal, então ministro dos negocios estrangeiros. Em 1872 regressou de todo a Lisboa, ficando a fazer serviço no ministerio dos estrangeiros. Foi então que escreveu a sua obra em 3 volumes, *Historia dos Estados Unidos da America*, que lhe valeu ser nomeado socio correspondente da Academia de Historia do New-York e da Academia Real das Sciencias de Lisboa, do Gabinete Portuguez de Leitura do Per-

nambuco, etc. Escreveu tambem, além d'esta e outras obras, um unico folheto que corre anonymo e intitulado a *Psycologia do saloio*, e deixou por concluir a *Historia dos Indios na America do Norte*. Recebeu muitas e varias distincções, além das mencionadas, por exemplo: commendas das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, de Carlos III de Hespanha; de Leopoldo, da Belgica; do Salvador da Grecia, e o officialato da corôa de Italia, etc Foi tambem nomeado para acompanhar a embaixada marroquina, que veiu a Lisboa, bem como o rei das ilhas Sandowichs, por quem foi condecorado com a grau cruz da corôa d'Hawau. Usava por brazão, que não sabemos se está registado, um escudo partido em 4 quarteis; tendo no 1.º as armas dos Cunhas, no 2.º as dos Pereiras, 3.º dos Almadas e no 4.º as dos Sotto Mayor, e por timbre um meio grifo.

Sottomayor *(Antonio Perdigão)*. Nasceu em Benavente, e foi o 8.º senhor da casa instituida por Alvaro Perdigão. Houve por paes a Theotonio Perdigão e a D. Leonor Correia Sottomayor, filha de Diogo Vaz Fuzeiro de Brito. Casou em Coruche com D. Margarida Freyre Bandeira, filha de Diogo Borges Bandeira, fidalgo natural de Besteiros, termo da cidade de Vizeu, bisneto de Gonçalo Pires Bandeira, da Torredeita, e de sua mulher D. Joanna Lobato da Costa, de Benavente, de quem teve a Theotonio Perdigão Sottomayor, D. Luiza de S. Miguel e D. Maria de S. José religiosas no convento da Castanheira.

Sotto Mayor *(Caetano José da Silva)* Mais conhecido pelo *Camões do Rocio*, celebre pelos seus bons ditos, pelos seus versos epigrammaticos, e pelo valimento que sempre teve com D João V. N em Olivença, então ainda villa portugueza, entre os annos do 1694 e 1696, fal. em Lisboa a 18 de agosto de 1739. Era filho de Gaspar da Silva Moniz, provedor dos reinos, e de D. Izabel Thereza Sotto Mayor, dama da camara da rainha D. Maria Anna de Austria. Estudou grammatica latina com o P. Manuel de Abrantes, em Lisboa, seguindo depois para a Universidade de Coimbra, onde se formou em direito pontificio. A 14 do abril de 1721 fez o seu exame no desembargo do Paço, e foi nomeado juiz dos orphãos do termo de Lisboa. Já em Coimbra elle grangeára a fama de bom poeta entre os seus collegas da Universidade, que lhe tinham posto a antonomasia de *Camões*, a que em Lisboa se accrescentou *do Rocio*, quando passou de juiz dos orphãos do termo de Lisboa a juiz do crime do bairro da Moiraria, e posteriormente a corregedor do bairro do Rocio, cargo de que tomou posse a 3 de outubro de 1737, residindo no Rocio durante muitos annos. Em 1720 fôra escolhido pelo P. D. Manuel Caetano de Sousa para ser um dos primeiros 50 membros da Academia Real de Historia. Escolhido para escrever as *Memorias Ecclesiasticas* do bispado de Leiria, chegou apenas a fazer o catalogo dos bispos d'essa diocese. Comtudo, publicava regularmente as contas dos seus estudos academicos. Não tardaram a ser conhecidos na côrte os seus bons ditos e os seus versos epigrammaticos, e D. João V principiou a mostrar grande predilecção pelo jocoso e folgazão juiz academico, dando lhe liberdades que a outros não consentia, e que o poeta aproveitava para fazer algumas travessuras com extrema graça, que divertiam a côrte, e apezar de algumas serem bem pezadas, a que só o *Camões do Rocio* se atrevia fiado no valimento do monarcha, eram sempre desculpaveis. D. João V chegava até a leval-o na sua companhia ao sultanesco mosteiro de Odivellas, onde punha em confronto o espirito do jocoso poeta com o das travêssas freirinhas, algumas das quaes tambem se dedicavam á poesia. Apezar do seu genio satyrico e divertido, e das muitas aventuras em que se envolvia, era sempre correcto e integro no cumprimento dos seus deveres officiaes, muito estudioso e instruido, perfeito conhecedor das leis do paiz, sendo deveras apreciado por D. João V pela sua fina graça e bom conselho. Dotado d'um physico bastante comico, pois que era muito baixo e gordo, de rosto esquisito ornado de oculos, ainda maior hilaridade despertava áquelles que lhe ouviam as engraçadas anecdotas e chistosos ditos. Como corregedor e como juiz do crime, foi encarregado de missões importantes e delicadas, como foi a de pacificar as freiras do convento de Sant'Anna que se haviam revoltado. Escreveu varias obras, cujo valor foi, ao tempo, muito discutido, apparecendo os mais rasgados elogios de envolta com acerbas criticas. Na verdade, os seus sonetos comicos são muito engraçados, sendo os mais notaveis os que dirigiu ao monteiro mór, e a um frade que prégava uns sermões muito ineptos, e a que elle chamava *Fr. Palrilha*. Escreveu tambem muitas composições serias, mas de pouco valor. Em 1736 publicou um *Epicedio*, na morte da infanta D. Francisca, e n'esse mesmo anno publicou um *Epithalamio*, e uma *Sylva* e *Romance*; em 1740, já depois da sua morte, publicou-se um volume de operas de Metastasio, traduzidas por elle O poema, porém, mais notavel, que é attribuido ao *Camões do Rocio*, é um poema obsceno intitulado *A Martinhada*, o qual era consagrado a verberar a sensualidade brutal de Fr. Martinho de Barros, que foi por algum tempo confessor de D. João V. Sendo o *Camões do Rocio* um dos typos caracteristicos da epoca em que viveu, foi muito aproveitado pelos romancistas e autores dramaticos. Ignacio Maria Feijó escolheu-o para protogonista da sua comedia em 3 actos, *O Camões do Rocio*; Francisco Maria Bordalo, no seu interessante conto, intitulado *O Voador*, tambem apresenta com grande relevo a physionomia do corregedor do bairro do Rocio; Pinheiro Chagas tomou-o para um dos principaes personagens do seu romance *A Côrte de D João V*.

Sotto Mayor *(Filippe de Valladares)*. V. *Valladares Sotto Mayor*.

Sotto Mayor *(Francisco de)*. Governador do Rio de Janeiro, fal. em 1646. Combateu contra os hollandezes e contra os regulos que pretenderam affrontar os portuguezes.

Sotto Mayor *(D. Francisco de Alarcão)*. Governador de Moçambique, principiando o seu governo em 1719. Fal. em 1722, sendo curioso o acto que praticou, mandando restituir á Junta do Commercio pelo seu testamento, 19:000 cruzados que tinha roubado.

Sotto Mayor *(Francisco Felix Carneiro)*. Escriptor do seculo XVIII, de que apenas se sabe, que em 1783 escreveu e imprimiu uma *Orthographia portugueza ou regras para escrever certo*.

Sotto Mayor *(Garcia Soares)*. Escriptor do

seculo XVII, natural de Moura, que escreveu e publicou o seguinto: *Relação do successo que teve Fernão Telles de Menezes, general da provincia da Beira, na tomada da fortaleza de Elges, e villa de Valverde, no reino de Castella*, Lisboa, 1642; *Relação verdadeira da milagrosa victoria, que de Castella alcançou o capitão D. Henrique Henriques, nos campos de Moura aos 14 de março de 1642*, Lisboa, 1642.

Sotto Mayor *(P. João)*. Jesuita. N. em Lisboa em 1623, de nobre familia, sendo seus paes Balthazar da Vide e D. Maria de Sotto Mayor. Estudou no collegio de Santo Antão, entrando para a Companhia de Jesus a 26 de janeiro de 1637. Tendo sido despedido por se conhecer que lhe faltava a vista d'um dos olhos, voltou mais tarde a ser readmittido, sendo enviado para o Maranhão como missionario. Chegando ao Brazil, fundou a egreja matriz do Pará, principiando elle mesmo a abrir os caboucos para os alicerces. Durante a guerra com os Nheegaibas usou de tanta caridade para com os combatentes, que até a propria camiza desfez para ataduras das feridas. Tendo sido enviado pelo P. Antonio Vieira a propagar a fé nos pacajás e pirapés, reduziu á christandade centenares d'aquelles selvagens, empregando para tão santo fim esforços sobre naturaes, sendo victima d'uma queda que deu no sertão, da qual veiu a fallecer em 1655. O seu corpo foi sepultado no sertão, sendo mais tarde os ossos trazidos para o Pará, onde fôram depositados na egreja que a Companhia de Jesus ali possuia á excepção da cabeça, quo seu irmão, o sargento mór Manuel da Vide Sotto Mayor, trouxe para o reino.

Sotto Mayor *(João Dias Talaia)*. V. *Talaia Sotto Mayor*

Sotto Mayor *(Lourenço Botelho)*. Moço fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo, academico da Academia Real de Historia Portugueza, da dos Anonymos de Lisboa, etc. N. n'esta cidade a 25 de março de 1671, onde tambem fal. a 30 de abril de 1738. Era tido por muito instruido nas doutrinas philosophicas e theologicas, e como insigne em humanidades. Escreveu: *Systema Rhetorico, causas da eloquencia, dictadas á Academia dos Anonymos de Lisboa, por um anonymo, seu academico*, Lisboa, 1719. Nos tomos II e IV da *Collecção dos Documentos e Memorias da Academia Real* vem algumas *Contas dos estudos* d'este academico; e nos *Progressos da Academia dos Anonymos*, varias obras poeticas da sua composição.

Sotto Mayor *(Lourenço de Sá)* Jurisconsulto do seculo XVII. Era natural do Montemór o-Velho, formou se em jurisprudencia na Universidade de Coimbra, e foi ouvidor da casa e fazenda do duque de Aveiro, D. Pedro de Lencastre Escreveu: *Additiones ad observationes praticas Michaelis de Reinoso*, impressa em 1637. Escreveu ainda uma obra latina intitulada: *De regalibus*, que não chegou a imprimir-se.

Sotto Mayor *(Fr. Luiz de)*. Religioso da ordem de S. Domingos. N. em Lisboa no anno de 1526, fal. em Coimbra a 20 de maio de 1610. Era filho do capitão de Cananor Fernando Eannes de Sotto Mayor, e de Maria Dias do Aguiar. Professou solemnemente no convento de S. Domingos, de Lisboa, a 22 do abril de 1543, e depois de cursar os preparatorios foi matricular se em Flandres na Universidade do Lovaina, doutorando-se ahi em theologia. Foi grande helleuista e hebraisante. Casando Filippe II de Hespanha com a rainha de Inglaterra Maria Tudor, em 1554, chamaram n'o a reger humanidades nas universidades de Oxford e Cambridge, que esses soberanos queriam reformar no sentido catholico, mas pouco tempo desempenhou esses logares, porque pouco tempo durou tambem o periodo da reacção catholica de Maria Tudor. Passou então á Allemanha, e em 1561 foi escolhido pelo regente que governava o reino em nome de D. Sebastião, para ir ao concilio de Trento como theologo portuguez, oude se tornou notavel pela vastidão dos seus conhecimentos. Voltando á patria, em 1564, foi encarregado pelos seus superiores de reger theologia no seu convento. Em 1567 foi nomeado lente de prima da Sagrada Escriptura na Universidade de Coimbra, cadeira que regeu durante 13 annos, até que foi demittido por Filippo II, em 1580, por ser partidario de D. Antonio, prior do Crato. Mas pouco tempo se conservou ausente da sua cadeira, porque o seu vastissimo saber e a sua immensa reputação fizeram recuar o soberano hespanhol na tarefa de o perseguir. Voltou, pois, á regencia da sua cadeira, que exerceu ainda até 1589, em que se jubilou. Em 1597 insistira com elle o papa Clemente, por breve de 28 de março, para que publicasse as suas obras, para bem dos fieis e credito da Egreja. Mas as obras só sairam depois da sua morte, imprimindo se em Lisboa no anno de 1619, a sua *Cantici Canticorum Salomonis interpretatio*, em 2 tomos; em 1621, publicaram se em Paris as suas *Ad Canticorum Notae posteriores et breviores*. Deixou ainda alguns manuscriptos em latim e em portuguez. Fal. no convento de S. Domingos, de Coimbra.

Sottomayor *(Pascoal Perdigão)*. Foi filho de Theotonio Perdigão 7.º senhor da casa de Benavente instituida per Alvaro Perdigão, e de D. Leonor Correia Sottomayor. Casou com D. Catharina, de quem teve entre outros filhos a Benta de Sottomayor Perdigão, que casou com Luiz do Villas Lobos e Vasconcellos, do quem teve a João de Brito e Vasconcellos, successor do sua casa, e de D Gabriella de Vasconcellos Sottomayor, que casou com Jorge de Brito de Carvalho, filho de Brito de Carvalho, successor do seu morgado, e tambem do morgado dos Pegados por sua mãe D. Ignez Peroira de Vasconcellos, filha de Estevam Pegado, quo foi alcaide-mór de Elvas, e de D. Brites de Vasconcellos Sottomayor, que casou com João Freire de Andrade, cavalleiro da ordem do Christo e capitão mór da villa de Montemór o-Novo, de quem teve a D. Christovam Froire do Andrado successor do seu morgado, e a D. Luzia.

Sotto Mayor *(Theotonio Perdigão)*. Filho de Antonio Perdigão Sottomayor, cavalleiro do habito de Christo; casou com D. Germana Maria de Bettencourt, moça do açafate da rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboya, primeira mulher de D Pedro II, filha de João Ferreira Bettencourt, commendador da commenda de Santa Olaya de Villa do S Bartholomeu do Arrabal. *(Definições da ordem de Christo, fl. 166)*; fidalgo da Casa Real, natural de Villa Viçosa, e de sua mulher e prima D. Maria de Bettencourt, da villa de Benavente. D'este matrimonio nasceram: João

Ferreira Betteucourt Perdigão, que foi o 1.º senhor da casa de Benavente (*V. Perdigão, Portugal*, vol. V, pag. 574), e D. Margarida Guiomar Bettencourt, que casou com Simões Lobato Quinteiro.

Sotto Mayor e Azevedo (*D Miguel Carlos de Macedo*). Escriptor. N. em Anccde, a 16 de setembro de 1828, sendo filho do desembargador da Casa da Supplicação D. Carlos Manuel de Macedo Sotto Mayor e Castro, e de D. Anna Ludovina de Azevedo e Mello. Tendo terminado os preparatorios, matriculou-se na Universidade de Coimbra, não chegando, porém, a concluir a formatura. Collaborou nos jornaes: *Archivo Pittoresco*, *Fé Catholica*, *Pirata*, *Aurora*, *Civilisador*, *União Catholica*, *Patria*, *Direito*, *Palavra*, etc. Escriptor catholico, tem publicado muitas obras, entre as quaes se contam: *A egreja catholica romana e os seus perseguidores; A divindade de Jesus Christo provada pela prophecia de Daniel*; *A religião ensinada aos meninos por Mr. de Segur; As victorias dos portuguezes em favor da sua independencia; Arte de cultivar os jardins*; *Estudos sobre a lingua e poesia portugueza, O Marquez de Pombal, exame e historia critica da sua administração*, etc.

Sotto Mayor e Castro (*Lourenço de Mesquita Pimentel*). Bacharel em leis pela Universidade de Coimbra, corregedor da ilha de S. Miguel, etc. N. em Sabrosa em 1758, ignora se a data do fallecimento. Escreveu: *Discurso politico sobre o valor e heroismo portuguez*, Lisboa, 1811; *Mappa chronologico do reino de Portugal e seus dominios, dedicado ao muito alto e poderoso principe regente*, Lisboa, 1815.

Soudel Pov. na freg. de S. Lourenço de Riba Pinhão, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real.

Soudes Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Paialvo, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Espirito Santo, de Pereiro, conc. de Alcontim, distr. de Faro.

Soudos. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, de Paços, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Souma. Pequena ponta situada na margem esquerda do rio Casamansa, para cima do antigo presidio de Zeguilhor, na prov. da Guiné, Africa Occidental.

Soumba. Monte situado na costa da Guiné de Cabo Verde, Africa Occidental, proximo á foz do rio Dembia,

Soupo. Pov. na freg. de Santa Anna, da Carnota, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

Souralvo. Pov. na freg. de Santa Eulalia e conc. d'Agueda, distr. d'Aveiro.

Sourão. Pov. na freg. de S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Souravas. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Soure (*Diogo de*) Licenceado e physico do hospital de Todos os Santos. Foi nomeado em 1588 ajudante do physico Lourenço Rodrigues, dando-se lhe por anno 2 moios de trigo e casas Despediu-se em 1590.

Soure (*D. Gil Eannes da Costa, 2.º conde de*) Commendador de Beselga, Soure e Castro Marim, e vereador do senado de Lisboa, no tempo em que este cargo andava em pessoas de primeira nobreza. Era filho do 1.º conde de Soure, D. João da Costa, de quem herdou a casa e o titulo. O brazão d'armas d'esta nobre familia, é um escudo com as dos Costas: Em campo vermelho 6 costas de prata, postas em 3 faxas; timbre, 2 costas em aspa, atadas com uma fita vermelha.

Soure (*D. Henrique José da Costa Carvalho Patalim Sousa e Lafetá, 7.º conde de*). Védor da Casa Real, par do reino em 1826, commendador da ordem de Christo, tenente coronel de cavallaria, etc. N. a 6 de dezembro de 1798, fal. a 1 de julho de 1838. Era filho do 6.º conde d'este titulo, D. José Francisco Balthazar Domingos da Costa, e de sua mulher D. Marianna Delfina José de Mello. Succedeu a seu pae na casa em 24 de janeiro de 1806. O titulo foi lhe renovado por decreto de 17 de dezembro de 1805, e carta de 4 de março de 1806. Foi fiel companheiro e ajudante de campo do infante D. Miguel, e convencionado de Evora Monte, fal. pouco depois. Foi o ultimo conde d'este titulo.

Soure (*D. Henrique José Francisco Joaquim Lamberto da Costa Sousa Carvalho Patalim, 4.º conde de*). Capitão de cavallaria na provincia do Alemtejo. Era filho do 3.º conde, D. João José da Costa e Sousa, e de sua mulher, D. Luiza Francisca de Tavora. Succedeu a seu pae em toda a casa e no titulo de conde de Soure. Casou duas vezes; a primeira com D. Thereza Ignacia de Moscoso, filha de Vasco Fernandes Cesar de Menezes, depois conde de Sabugosa, da qual não teve filhos; a segunda vez, com D. Antonia de Rohan, filha do 2.º conde da Ribeira Grande, D. José Rodrigo da Camara, e de sua mulher, a princeza D. Constança Emilia de Rohan.

Soure (*D João da Costa, 1.º conde de*). Conselheiro de guerra de D. João IV, general de artilharia, mestre de campo general e governador da provincia do Alemtejo, etc. N. em Lisboa no anno de 1610, onde tambem fal. em 22 de janeiro de 1664. Era filho de D. Gil Eannes da Costa, fidalgo descendente da nobre casa dos Costas, que teve por tronco D. João da Costa, 3.º filho do outro D. Gil Eannes da Costa, e que foi fidalgo na côrte de D. João III, e acompanhou a Africa seu neto, el rei D. Sebastião, ficando captivo na batalha de Alcacer-Kibir. D. João da Costa foi um dos 40 conspiradores que entraram na restauração de Portugal, no dia 1.º de dezembro de 1640, porém só tarde assistiu ás conferencias dos fidalgos, e ia deitando tudo a perder com as reflexões que submetteu á consideração dos seus collegas, comtudo, confessava que estando tudo já em tão grande adeantamento, era impossivel recuar, mas que elle via a certeza de succumbir. No entretanto, não se desanimou, a conjuração foi ávante, com o feliz exito bem conhecido, sendo D. João da Costa que tomou parte com outros conjurados no assalto dado ao paço da Ribeira na memoravel manhã do 1.º de dezembro, e apenas Miguel de Vasconcellos foi morto, saiu para o Terreiro do Paço com D. Luiz de Almada e outros fidalgos a sublevar o povo, bradando *Liberdade*! No dia 2 de dezembro metteu-se n'uma galé com D. João Rodrigues de Sá, e foi intimar os galeões hespanhoes a renderem-se. Tratando-se depois da defeza do reino, foi D. João da Costa nomeado mestre de campo de um terço que se formou em Evora, e que foi guarne-

cer Elvas, exercendo D. João o governo da praça interinamente. Soube disciplinar admiravelmente as tropas que tinha debaixo do seu commaudo, e com ellas destroçou logo em 1641 uma força de cavallaria castelhaua. D. João da Costa não estava sendo sómeute um energico militar, estava dando tambem as provas mais cabaes do seu tino militar. Foi elle que informou Martim Affonso de Mello, encarregado do governo das armas, do estado em que se encontrava a provincia. No verão de 1641 teve de repellir uma tentativa do conde de Montercy contra Elvas, e repelliu-a de fórma, que tirou ao general hespanhol o desejo de renovar a tentativa. No fim da campauha, finalmeute, foi commandando a infantaria do exercito com que Martim Affonso de Mello pretendeu tomar Valverde. Mas a defeza de Elvas por D. João da Costa foi uma das façanhas, que mais contribuiram para dar vigor e prestigio ás nossas tropas. Graugeára por isso grande reputação, e em 1643 recebeu o commando da artilharia do exercito com que o conde de Obidos invadiu a Hespauha, e a elle se deve a tomada de Valverde. Em 1644 foi de novo encarregado do commando da artilharia do exercito de Mathias de Albuquerque, e na batalha de Montijo a 26 de maio, foi elle quem mais contribuiu para a victoria. D. João da Costa, n'um *Memorial* que dirigiu ao rei sobre as cousas da guerra, mostrou-se d'um espirito tão nobre e tão desprendido de ruins paixões, apontou com tal isenção os vicios de que padecia a milicia, queixou-se tão desassombradamente da fraqueza com que o rei deixava correr a guerra, sem tomar o seu logar á frente do exercito, defendia com tão pouca atteução pelos melindres do Santo Officio a conservação d'uns regimentos hollandezes de cavallaria que el rei queria despedir por serem protestantes, que realmente se fica surprehendido quando se vê o deploravel papel que elle representa no caso tragico de Francisco de Lucena. Estava elle governando Elvas, quando foi preso como suspeito de ter correspondencia com os hespauhoes um official catalão que serviu no exercito do Alemtejo, chamado D. Pedro Bonete. Teve com elle uma larga conferencia na prisão, e foi depois d'essa conferencia que D. Pedro Bonete fez todas as revelações que implicavam na conspiração Francisco de Lucena, revelações cuja noticia veiu D. João da Costa trazer pessoalmente a Lisboa. Evidentemente aproveitou o ensejo para se vingar de um inimigo, mas não se vingou d'um modo nobre e digno. Nomeado em 1647 membro do conselho de guerra, D. João da Costa recebeu em 1650 o commando exercito do Alemtejo, que conservou até ao fim do anno de 1653. A guerra então afrouxara muito, e D. João da Costa pouco teve que fazer militarmeute, mas em 1651 o principe D Theodosio appareceu a exercer nominalmente o commando em chefe do exercito, e D. João da Costa viu se por conseguinte n'uma situação melindrosa, de que se saiu com dignidade. Em 15 de agosto de 1652 conferiu lhe D. João IV o titulo de conde de Soure, e é muito provavel que lhe não desagradasse a hombridade com que elle tratava o principe Rivalidades de monarchia reinante e de herdeiro da corôa. D. João da Costa não lisonjeava o principe. Reagia energicamente contra as ordens menos seusatas que o principe ou os seus conselheiros davam, e uma vez que o mestre de esgrima do principe, fiando-se no seu valimento com D. Theodosio, ousou desobedecer a uma ordem do conde de Soure, este não teve duvida em vir a Lisboa queixar-se. Durante o seu governo militar houvera apenas duas acções militares de alguma importaucia: um combate de cavallaria em Arronches e a tomada de Oliva; mas D. João IV, em 1656, quando presentiu que ia recomeçar a guerra com mais intensidade, mandou o conde de Soure commandar de novo o exercito do Alemtejo. Morreu o rei n'este intervallo, e foi a rainha regente D Luiza quem assignou a nomeação. Mas o conde de Soure pertencia a um partido que tinha forçosamente de ser vencido pela gente nova que aspirava a exercer os logares e as commissões O conde de Soure pertencia ao partido dos antigos servidores de D. João IV, ao passo que em torno do conde de S. Lourenço se agrupava o partido dos que tinham feito uma certa opposição no tempo do fallecido soberano. O conde de Soure foi nomeado governador das armas do Alemtejo, porque, afinal, não o nomear equivalia a rasgar se um decreto mandado lavrar por D. João IV, mas não tardou a occasião de se promover o conflicto. O conde de Soure, ainda antes da mercê d'este titulo, tivera com o conde de Penaguião uma grave pendencia que terminou até por um duello, D. João da Costa esteve algum tempo preso, e o conde de Penaguião teve de assignar um termo em que se compromettia á não ter voto em questão alguma em que fôsse interessado D. João da Costa. Era uma declaração original, mas que veiu embaraçar muitissimo o conde de Penaguião. Em 1656, por exemplo, era o conde de Penaguião conselheiro de guerra e D. João da Costa governador das armas do Alemtejo. Como é que o conde de Penaguião havia de deixar de dar voto nos assumptos da guerra? A rainha foi a primeira a sentil-o, e pediu a D. João da Costa que desistisse do seu privilegio. D. João declarou que não desistia, e apezar de muito instado, conservou-se inabalavel, ordenando-lhe por fim a rainha que saisse de Lisboa. O conde declarou que não partia sem lhe darem reforços. A rainha teimou, e o conde declarou-se doente. Em vista d'esta resposta, a rainha observou que não podia então commandar o exercito do Alemtejo, e declarasse quem o havia de substituir. O conde de Soure redarguiu, que podiam demittil o quando quizessem, mas que elle não pedia a sua demissão. Então a rainha demittiu o francamente, nomeando para o substituir o conde de S. Lourenço. Triumpharam pois os seus inimigos, mas um homem da sua importancia não podia facilmente ser posto de parte, e em 1659 foi nomeado para ir a Paris como embaixador, acompanhado pelo sabio Duarte Ribeiro de Macedo, como secretario da embaixada. A situação era grave. A França prestaram-nos realmente grandes serviços, esperando uma diversão importantissima que impedia os hespanhoes de concentrarem contra nós todas as suas forças. Mas a França não fazia isso por interesse nosso, fazia o por interesse seu. Exausta porém, pelas guerras civis da Fronda. a França, e principalmente o primeiro ministro cardeal Mazarino desejava ardentemente a paz. Mazarino queria com a sua duplicidade italiana, fazer jogo comnosco, de fórma, que, ameaçando reconhecer a nossa indepen-

dencia, pudesse arrancar á Hespanha as maiores concessões, estando prompto comtudo a abandonar-nos sem remorso. Apenas constou em Portugal que houvera uma suspensão de armas, entre a França e a Hespanha e que se tratava de chegar a um accordo, apoderou-se de todos um verdadeiro terror, e o governo tratou de enviar a França quem pudesse modificar a direcção funesta que os negocios iam tomando. Foi esse homem, como fica dito, o conde de Soure. Nunca houve diplomata que mais incommodasse o cardeal Mazarino e o seu eterno systema de politica italiana, todo de golpes traiçoeiros. Poderoso argumentador, impassivel, não se deixando nunca desconcertar pelo fluxo de palavras, com que o astuto ministro o inundava, o conde de Soure, sem se afastar do campo do direito e da razão, obrigava Mazarino a desfazer se em sophismas, a praticar até violencias que não estavam nos seus habitos a fim de disfarçar a sua nefasta politica. Quando o conde de Soure chegou a Paris, já o cardeal Mazarino assignara, comtudo, os preliminares da paz com a Hespanha, preliminares em que havia um artigo pelo qual a França declarava abandonar nos se nós não nos resolvessemos a acceitar o perdão que a Hespanha generosamente nos offerecia pela boca d'esse mesmo D. Luiz de Haro, que no principio d'esse anno de 1659 fôra vergonhosamente batido nas linhas d'Elvas, e fugira a unhas de cavallo deante das milicias portuguezas, em cujas mãos deixava bagagens, correspondencia, munições, artilharia, armas e quasi todo o exercito prisioneiro. O conde de Soure, porém, não sabia que já tinhamos sido abandonados, e empregava todas as razões e todos os argumentos para obrigar Mazarino a incluir-nos no tratado da paz. Mazarino, que não podia confessar que já nos excluira, revoltava-se contra o conde de Soure, bradava que já offerecera á Hespanha inclusivamente restituir lhe todas as conquistas, mas que a Hespanha teimava em não acceitar. O conde de Soure não desistia das suas instancias, offerecia á França sommas enormes para conseguir que o cardeal nos protegesse, mas, apezar da avareza proverbial de Mazarino, como via que essa condição seria o prolongamento da lucta, não se deixava seduzir por sommas de especie alguma. Tambem não desenganava nem despedia o conde, porque a sua presença em Paris servia-lhe immenso para fazer jogo com os negociadores hespanhoes. Se elle o despedisse, D. Luiz de Haro, livre d'um grande peso, seria mais renitente nas concessões que Mazarino desejava. Assim, apenas D. Luiz de Haro resistia a alguma proposta de Mazarino, este fingia logo dar ouvidos ao conde de Soure, e isso bastava para simplificar todas as negociações. O profundo despeito que os hespanhoes nutriam contra nós, e sobretudo o rancor que nos votava D. Luiz de Haro, faziam com que os negociadores de Filippe IV de tudo desistissem, só para que Portugal não obtivesse de França nem a mais leve animação. O conde de Soure, porém, não era homem que estivesse resolvido a supportar muito tempo este systema, por isso, logo que viu que as negoções não davam resultado, mandou escrever pelo secretario Duarte Ribeiro de Macedo, e publicou o manifesto intitulado: *Razões poderosissimas que a França tinha para defender os interesses de Portugal no tratado de paz*. Este manifesto, admiravelmente argumentado, punha em relevo todas as obrigações que a França tinha, pelos compromissos que tomára, de não abandonar Portugal, e ao mesmo tempo mostrava que os bem entendidos interesses da França a collocavam no mesmo terreno. Comparava o procedimento da França para com outros paizes com o procedimento que ella agora parecia querer seguir para com Portugal, e mostrava que se envolvia assim n'uma teia de contradicções. O cardeal Mazarino irritou so extremamente, e não o escondeu ao embaixador; mandou recolher os exemplares do manuscripto, que se tinham posto á venda, e quiz proceder contra o francez que o traduzira. Valeu-lhe a immunidade da casa do embaixador onde se acolheu. Ao mesmo tempo o cardeal escrevia á rainha regente de Portugal, queixando-se do conde de Soure, e a rainha enviava lhe a tradicional resposta, que folgára de saber d'um modo tão official que o embaixador cumprira o seu dever. Entretanto, começavam as negociações definitivas nos Pyrinéos, e o conde de Soure, resolvido a não largar de mão o negocio, partiu para S. João da Luz onde estava a côrte franceza. Mazarino recebeu-o com as maximas honras, porque isso entrava na sua politica, mas tambem o receberam com viva sympathia os mais importantes fidalgos de França, os Guise, os Harcourt, os Vandemonts, os Lorenas, e sobretudo o grande marechal de Turenne, que sympathisava comnosco pela bravura de que tinhamos dado provas, e pela nossa constancia militar. Apezar de tudo isso, a paz assignou-se, obrigando-se a França a cortar todas as relações com Portugal, a prohibir aos subditos francezes que servissem no exercito portuguez, a deixar de exportar para Portugal, não só munições de guerra, mas generos de qualquer especie, obrigando se a Hespanha como prova de attenção pela poderosa intercessão do rei de França, a repôr as cousas em Portugal no estado em que se achavam antes de 1640, logo quo Portugal voltasse a reconhecer a soberania de Filippe IV. Em consequencia d'estas deliberações veiu o marquez de Chouppes trazer a D. Luiza de Gusmão o *ultimatum* das duas côrtes. O conde de Soure recebeu ordem de D. Luiza para sair immediatamente da côrte, afim de evitar a affronta de o mandarem sair. Mas o conde de Soure não deixou a França, ficou escondido em casa do senhor d'Albret, e tratando de alliciar officiaes francezes para servirem nas fileiras do exercito portuguez. Foi n'essa empresa auxiliado pelo marechal de Turenne, que lhe recommendou entre outros o general conde de Schomberg, que mais facilmente podia sair para Portugal, porque, apezar de ter estado até então ao serviço da França, era allemão de nascimento. Mazarino era obrigado pela letra do tratado a não consentir n'esses alistamentos, mas o cardeal não tinha o menor empenho em cumprir á risca as suas promessas. Fechou os olhos a tudo isso, e o conde de Soure, que a 2 de agosto de 1660 teve de Luiz XIV a sua audiencia de despedida, apezar da opposição do embaixador hespanhol, esteve mais de dois mezes tratando d'esses alistamentos. Partiu afinal com o conde de Schomberg do Havre no dia 20 de outubro de 1660. Chegando a Lisboa foi muito bem recebido pela rainha, mas, tempos depois, como fizesse opposição ao conde de Castello Melhor, foi por este exilado

para Loulé, e regressando a Lisboa em 1661 por occasião do casamento de D. Affonso VI, veiu a fallecer pouco depois.

Soure *(D. João da Costa, 5.º conde de)* Era filho do 4.º conde, Henrique José Francisco Joaquim Lamberto da Costa Sousa Carvalho Patalim, e de sua segunda mulher D. Antonia de Rohan. Herdou a casa e o titulo de seu pae, e fallecendo sem filhos, foi seu herdeiro seu irmão D. José Antonio Francisco Balthazar Domingos da Costa, que foi o 6.º conde de Soure.

Soure *(D. João José da Costa e Sousa, 3.º conde de)*. General de brigada, etc N. em 1677, sendo filho do 2.º conde de Soure, D. Gil Eannes da Costa. Foi capitão do regimento da armada e depois coronel do regimento de Almeida; em 1704 teve transferencia para um dos regimentos da côrte. Serviu na guerra da successão de Hespanha, debaixo das ordens do marquez das Minas com o posto de general de brigada, e fal. em Denia (Valencia), a 20 de novembro de 170 , durante a guerra, que terminou com a paz de Utrecht, celebrada em 1713. O 3.º conde de Soure estava de posse da casa de Henrique de Carvalho, e do morgado de Patalim, e outras rendas. Era provedor das obras do paço, por sua mulher D. Luiza Francisca de Tavora, filha e herdeira do dito Henrique de Carvalho.

Soure *(Joaquim Filippe de)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra. N. em Evora em 1805, onde tambem fal. a 15 de julho de 1882. Foi juiz da relação commercial de Lisboa e juiz relator do Supremo Tribunal de Justiça Militar; fez parte da camara dos deputados em varias legislaturas, foi presidente d'essa camara, e sendo elevado ao pariato em 1861, prestou juramento a 31 de maio d'esse anno Quando a rainha D. Maria II teve noticia da revolta feita no Porto a 27 de janeiro de 1842 para restaurar a Carta Constitucional, nomeou um ministerio presidido pelo duque de Palmella, e no qual Joaquim Filippe de Soure teve a pasta da justiça, mas esse gabinete formado com a ideia de resistir ao movimento, durou apenas 24 horas, sendo substituido por outro, presidido pelo duque da Terceira, e em que a pasta da justiça coube a Mousinho d'Albuquerque. Em maio de 1846 tornou a ser ministro da justiça, no gabinete presidido pelo duque de Palmella, cedendo a 19 de julho d'esse anno a pasta a Joaquim Antonio de Aguiar. Mais tarde tornou ainda a ser ministro, tambem por pouco tempo, porque sendo nomeado a 22 de maio de 1851, pediu a demissão a 7 de julho seguinte. Passou os ultimos annos da sua vida afastado completamente da politica.

Soure *(D. José Antonio Francisco Balthazar Domingos da Costa, 6.º conde de)*. Védor da Casa Real, provedor das obras do paço, tenente general governador das armas do Alemtejo, gran cruz da ordem de Aviz N a 3 de maio de 1726, fal. a 24 de janeiro de 1806. Era filho do 4.º conde de Soure, D Henrique José Francisco Lamberto da Costa Sousa Carvalho Patalim, e de sua mulher D. Antonia de Rohan. Succedeu a seu irmão, o 5.º conde de Soure D. João da Costa, tanto na casa como no titulo, a 27 de abril de 1796 Casou em outubro de 1795 com D. Marianna Delfina José de Mello, filha dos 1.ºs marquezes de Sabugosa, que nasceu a 26 de novembro de 1777, e fal. a 19 de setembro de 1833.

Soure. Villa da prov. do Douro, séde de conc. e de com., distr. e bisp. de Coimbra. Tem uma só freg., S. Thiago Está situada na margem direita do rio Anços, n'uma pequena eminencia, que se estende para o poente, sendo os seus extensos campos banhados pelos rios Anços e Arunca, que proximo da villa fazem juncção, tornando os seus terrenos muito ferteis. A pov. é antiquissima, e o seu primitivo nome foi *Saurium*, no tempo do dominio dos romanos Quando em 1037, D. Fernando Magno, rei de Castella e Leão, tomou Coimbra aos moiros, o miramolim de Marrocos, que vinha ajudar os defensores da cidade, vendo que ella estava perdida, teve de retirar para Gibraltar, e d'ali passar a Africa, mas na sua retirada, saqueou, arrazou e incendiou todas as povoações portuguezas por onde passava, e Soure foi uma das primeiras onde os moiros cevaram o seu odio e a raiva de não poderem salvar a sua formosa Coimbra, deixando-a n'um montão de ruinas. O conde D. Henrique, achando-a abandonada, a mandou povoar em 1111, concedendo grandes privilegios aos seus povoadores, no foral que lhes deu em junho d'esse anno. Sendo novamente arrazada a villa em 1116, depois de destruido o castello de Santa Eulalia, novamente foi repovoada, em 1125, pela rainha D. Thereza, já viuva do conde D. Henrique, e mãe de D. Affonso Henriques. Consta que foi ella que mandou reconstruir o castello, dando-o ao capitão Gonçalo Gonçalves, mas, pouco tempo depois, em 15 de março de 1128, annullou esta doação, e deu o castello aos cavalleiros do Templo, o que D. Affonso Henriques confirmou em 1129. Os moiros tornaram a apoderar-se d'esta villa em 1144, levando captivos para Santarem todos os seus moradores que puderam apanhar, incluindo os templarios que a defendiam, e o vigario o P. Martinho Arias. Todos fôram resgatados em 8 de maio de 1147, quando D. Affonso Henriques tomou Santarem, menos o P. Martinho, que foi morrer a Cordova, para onde o haviam levado, sendo feita pelo mesmo soberano a restauração definitiva de Soure. Mais tarde, D. Affonso II confirmou o foral do conde D. Henrique, em Santarem, em dezembro de 1217, e D. Affonso IV, em Coimbra, no 1.º de agosto de 1317 D. Manuel I lhe deu foral novo, em Lisboa, a 13 de fevereiro de 1513. Uma outra versão diz, que a villa foi tomada e arrazada pelos moiros em 987, restaurada no tempo de D. Affonso VI de Leão, e constituida em municipio pelo conde D. Henrique. Que receosos dos moiros, os habitantes arrazaram o castello, e retiraram-se para Coimbra em 1117, sendo a villa reedificada em 1125 pela rainha D. Thereza, e doada ao já citado capitão Gonçalo Gonçalves. A villa foi commenda da ordem do Templo até 1311, e desde 1319, da ordem de Christo. Da importancia da villa no tempo dos romanos, falam um cippo que foi encontrado n'uma quinta situada junto da margem esquerda do rio Anços, e um sinete antiquissimo de bronze de que usa a camara, e a aguia das suas armas. No que respeita ao castello, de que só restam vestigios, dizem uns que elle foi construido pelos celtiberos, outros pelos romanos, e outros ainda por D. Fernando Magno, de Castella e Leão, em 1037, mas julga-se mais provavel que o castello primitivo fôsse obra dos romanos, e que as ruinas que se vêem, sejam os restos do castello dos Templarios. O brazão de

armas da villa é muito antigo: Em campo branco, uma aguia da sua côr, com corôa de rei, tendo no peito as armas de Portugal—á direita uma esfera armilar, de ouro (emblema de el-rei D. Manuel I) com uma estrella de prata, de 5 pontas, no cimo—á esquerda, uma cruz de Christo, com um crescente, de prata, por cima, tendo as pontas para baixo, Em volta tem a legenda—*Aquilla Regalis Sigilum Sauri.* Suppõe se, com muito bons fundamentos, que o rei D. Manuel lhe concedeu, ou pelo menos, reformou este brazão d'armas, pois que o seu emblema, a esfera, n'elle figura. A cruz de Christo é prova de que a villa foi dos Templarios, dos quaes fôram herdeiros os cavalleiros da ordem de Christo; o crescente indica ter sido povoação moirisca, como a aguia significa ter sido romana. Soure pertence á 5.ª div. mil., 10.ª brigada, grande circumscripção mil. Central, e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar; tem est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; est. do caminho de ferro, na linha do Norte, entre a est de Pombal e o apeadeiro de V. N. de Anços; feira de S. Matheus, de 19 a 23 de setembro, e de gado no dia 15 de cada mez no sitio da Senhora do Bom Successo; mercado em todos os domingos, muito concorrido; escolas d'ambos os sexos, advogados, agentes de diversas casas bancarias de Lisboa e Porto; agentes de diversas companhias de seguros; Associação de Soccorros Mutuos, *Sourense*; fabricas, de fiação e de gesso; hospedarias, medicos, notario, pharmacias, Misericordia, *Sociedade Litteraria, artistica e dramatica Sourense*, theatro Sourense, etc. Publicou se o jornal *Echos da Infancia*, de 1 de janeiro a 28 de fevereiro de 1885. O conc. compõe-se de 12 freguezias, com 5:240 fog. e 20:380 hab., sendo 9:687 do sexo masc. e 10:693 do fem. As freguezias são as seguintes: S. Sebastião, de Alfarellos, 1:557 hab.: 720 do sexo masc. e 837 do fem ; N. S.ª da Conceição, de Brunhós, 230 hab.: 110 do sexo masc. e 120 do fem : S Sebastião, de Degracias, 718 hab.: 327 do sexo masc. e 391 do fem ; S. Thiago, de Figueiró do Campo, 1:126 hab.: 543 do sexo masc. e 583 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Gesteira, 1:158 hab : 574 do sexo masc. e 584 do fem ; S. Gabriel, de Granja do Ulmeiro, 842 hab.: 415 do sexo masc. e 427 do fem.; N. S.ª da Annunciação, de Pombalinho, 1:611 hab.: 774 do sexo masc e 837 do fem.; N. S.ª da Purificação, de Samuel, 2:002 hab.: 942 do sexo masc. e 1:060 do fem.; S. Thiago, de Soure, 7:455 hab : 3:481 do sexo masc e 3:874 do fem ; Espirito Santo, de Tapeus, 667 hab.: 319 do sexo masc. e 348 do fem ; N. S.ª da Finisterra, de V. N. de Anços, 1:111 hab.: 551 do sexo masc. e 560 do fem ; N. S.ª da Graça, de Vinha da Rainha, 1:903 hab.: 931 do sexo masc. e 972 do fem. O principal commercio do conc. é azeite, cereaes, madeira de pinho e vinho.

Sourinho Pov. na freg. de Santo Estevão, de Bastuço, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Sourões. Povoações nas freguezias: Santa Maria Magdalena, de Alcobertas, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || S. Sebastião, de Moiriscas, conc. d'Abrantes, do mesmo districto.

Souropires. Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Pinhel, distr. e bisp. da Guarda; 151 fog. e 606 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada a 2 k da estrada de Pinhel á Guarda, e a 6 da séde do conc E' pov. antiga, mas ignora-se a data da fundação e o nome do fundador. O terreno é pouco fertil, produzindo cereaes e bastante vinho. Ha aqui vastas pedreiras de granito, de boa qualidade. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Sousa. A familia *Sousa* é a mais antiga de Portugal, e tão antiga é que se não conhece em Hespanha outra que lhe preceda no tempo, pois ella, por testemunho do conde D. Pedro começou logo a ser conhecida na restauração de Hespanha, sem que seja necessario valer nos de conjecturas e inferencias, pois d'ella tratam todos os Nobiliarios e Historias de Portugal e Hespanha O primeiro assento dos progenitores d'esta casa, o seu primeiro solar, segundo a auctoridade de Louzada, foi na terra de Panoyas, que abrangia o territorio situado entre a serra de Marão e o rio Tua, desde o Douro até Murça. D'ahi passaram ás margens do Sousa (affluente do Douro), que deu o appellido á familia, e ahi fundaram o segundo solar, onde possuiram a honra de Novellas e outros bens, e fundaram, no proximo concelho de Felgueiras o sumptuoso mosteiro de Pombeiro. O conde de Barcellos, no seu *Nobiliario*, tratou d'esta familia no titulo 22. O *Livro Velho*, a nomeia pela primeira das cinco em que divide a nobreza; sendo a segunda a linhagem de D. Alão; a terceira a dos da Maya; a quarta a dos de Bayão; e a quinta a dos de Riba de Douro. (*Historia Genealogica*, de D. Antonio Caetano de Sousa e *Brazões do Paço de Cintra*, de Anselmo Braamcamp Freire). D. Sueiro Belfager, 1.º senhor da casa de Sousa, foi 5.º avô de D. Egas Gomes de Sousa, 7.º senhor da casa de Sousa, o primeiro que usou do appellido de Sousa e este, foi 4.º avô de D. Gonçalo Garcia de Sousa, conde de Neiva e 13.º senhor da mesma casa, que não deixou geração, e de D. Mem Garcia de Sousa de quem fôram filhas legitimas *D. Maria Mendes de Sousa* e *D. Constança Mendes de Sousa. D. Maria Mendes de Sousa* foi casada com Lourenço Soares de Valladares, cuja filha, D. Ignez Lourença de Sousa, foi mulher de D. Martim Affonso Chichorro, filho illegitimo d'el-rei D. Affonso III. Fôram estes os progenitores dos *Sousas Chichorros* ou *Sousas do Prado*, de que fôram chefes os senhores de Mortagua, que se fundiram na casa dos condes de Odemira e illustres ramos seguintes: Os senhores de Gouveia, condes de Redondo e marquezes de Borba; os condes de Alva, marquezes de Santa Iria; os condes de Linhares (1808); os condes de Rio Maior, os commendadores de Thomar, condes de Pontevel; os senhores de Beringel, condes do Prado, marquezes das Minas, hoje com a varonia dos Silveiras da casa de Sarzedas, que é a dos Lobos d'Alvito; os condes de Rio Pardo (1815); os condes de Vimieiro, hoje nos Lumiares; os morgados do Bairro, na casa de S. Martinho; os copeiros-móres, condes de Villa Flôr, duques da Terceira: e por femea descendem tambem os Sousas Camellos, senhores de Bayão; os Sousas de Macedo, barões da Ilha Grande de Joanne, viscondes de Mesquitalla (1754); e os Sousas Botelhos, condes de Villa-Real (1823). *D. Constança Mendes de Sousa* foi casada com D. Pedro Annes de

Portel, cuja filha D. Maria Paes Ribeiro, foi mulher de D. Affonso Diniz, filho illegitimo d'el-rei D. Affonso III. Além d'outros filhos tiveram *D. Pedro Affonso de Sousa* e *D. Diogo Affonso de Sousa*. D. Pedro Affonso de Sousa e D. Elvira Annes de Noboa fôram os progenitores dos *Sousas de Castella*, *Sousas de Cordova* ou ainda *Sousas de Hernan Nuñes*, (V. *Chronica d'el rei D Pedro de Castella*, cap. VI, de D Pedro Lopes d'Ayala). A este ramo pertencem, em Hespanha, os senhores de Ravales, os marquezes de Guadalcazar, etc. (*Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*; tomo 12, parte 1.ª, cap. III e seguintes da parte 2.ª do Livro XIV), e em Portugal, além de outros, os senhores de Burro Mocho e Lava Colhos. (*Duques Portuguezes do Seculo XIX*, de Sauches de Baena), que viveram em Benavente, e cujas sepulturas na egreja do Nossa Senhora da Graça e na capella de S. Bento, de que foi administrador D. Affonso Leitão de Sousa Pacheco, fôram quasi totalmente arrazadas pelo terremoto que assolou aquella região a 23 de abril de 1909. *D. Diogo Affonso de Sousa*, 15.º senhor da casa de Sousa, foi casado com D. Violante Lopes, os quaes fôram os progenitores dos *Sousas Arronches*, cujos chefes são os marquezes de Arronches e duques de Lafões, etc., e fôram tambem avós de D. Lopo Dias de Sousa, 7.º mestre da ordem de Christo e 17.º senhor da casa de Sousa que teve, entre outros filhos bastardos, D Izabel de Sousa quo foi mulher de D. Diogo Lopes Lobo, senhor d'Alvito. D'este casamento nasceu D. Maria de Sousa Lobo, senhora d'Alvito que foi casada com João Fernandes da Silveira, 1.º barão de Alvito, sendo os ascendentes dos condes de Oriola, marquezes barões de Alvito, e tambem D. Filippe de Sousa, progenitor dos *Sousas do Calhariz*, condes de Calhariz e Palmella, capitães da Guarda Real Allemã (archeiros), marquezes e duques de Palmella. *Armas*: — Primitivo brazão: Em campo de vermelho uma caderna de meias luas de prata. Assim se vêem na sepultura de D. Gonçalo Mendes de Sousa, o Bom, 9.º senhor da casa de Sousa, no mosteiro de Alcobaça. *Sousas Chichorros*: Escudo esquartelado: 1.º e 4.º quarteis das armas de Portugal, com um filete de negro sobreposto em banda; 2.º e 3.º de prata, leão rompente em campo de purpura, armado e linguado de vermelho (Leão). Timbre: o leão das armas: Os *Sousas de Macedo*: Escudo partido: de metade de estes Sousas e das armas dos Macedos (de azul 5 estrellas de ouro de seis bicos). Os *Sousas Botelhos*: Escudo partido: das armas d'estes Sousas e das dos Botelhos (de ouro, quatro bandas de vermelho), etc. *Sousas Arronches*: Escudo esquartelado: 1.º e 4.º quarteis, as armas de Portugal, com um filete de negro sobreposto em banda; 2.º e 3.º de vermelho, caderna de crescentes de prata (antigas armas dos Sousas, que usaram desde 1178, a partir de D. Gonçalo Mendes de Sousa, o Bom). Timbre: castello d'ouro das armas. (*Livro do armeiro mór*, fl 52; *Livro da Torre do Tombo*, fl. 10. v.; *Thezouro da nobreza*, de Francisco Coelho, fl. 28; *Thezouro da Nobreza*, de Fr. Manuel de Santo Antonio fl. 52). D'estas armas usam os *Sousas do Calhariz*; a casa Lafões porém depois do casamento da 1.ª duqueza de Lafões D. Luiza Antonia Ignez Casimira de Sousa Nassau e Ligne, com o senhor D. Miguel de Bragança, filho illegitimo d'el-rei D. Pedro II, esquartelaram as suas armas da seguinte fórma: 1.º e 4.º quarteis das armas de Portugal com um filete de negro sobreposto em banda; 2.º e 3.º das armas dos Sousas Arronches. *Sousas de Cordova* ou de *Herman Nuñes*; escudo franxado: no 1.º e 4.º quarteis, as armas de Castella, em campo vermelho, castello com torres de ouro; no 2.º e 3.º, em campo de prata as quinas de Portugal; timbro, o castello de ouro das armas. Encontra se este brazão na *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, de D. Antonio Caetano de Sousa, tomo XII, 1.ª parte, pag. 597.

Sousa (*Amador de*). Fidalgo do seculo XVI. Acompanhou á India o 1.º vice-rei D. Francisco d'Almeida, distinguindo se em differentes combates contra os moiros.

Sousa (*Affonso Botelho de Sampaio e*). Fidalgo da Casa Real; major de infantaria, promovido em dezembro de 1820, etc. N. em Sabrosa no anno de 1792, fal. no Porto em 1867. Fez toda a guerra da peninsula, sendo condecorado com a cruz de 5 campanhas Depois serviu no exercito realista, do qual foi demittido em 1831. Posteriormente foi inspector das estradas do Douro, e duas vezes deputado ás côrtes. Deixou publicado um opusculo com o titulo de: *A Legislação do Douro ao alcance de todas as intelligencias. Resposta ao artigo do sr. Rodrigo de Moraes Soares, publicado no Archivo Rural n.º 19 de 5 d'abril de 1863, com importantes observações sobre o commercio dos vinhos portuguezes*, Porto, 18 4. Nos *Diarios de Lisboa* encontram-se varios discursos por elle pronunciados nas sessões das camaras dos deputados, em assumptos sobre a agricultura, e outras questões em que tomou parte.

Sousa (*D. Affonso Martins de*). Foi o 19.º prior de Santa Cruz, de Coimbra. Era filho do Martim Gonçalves de Macedo, senhor de Seris, e de D. Brites de Sousa Antes de ser religioso serviu a D. João I, esteve com seu pae na batalha de Aljubarrota, foi védor da casa da rainha D. Filippa, e casado com D. Mayor Rodrigues, de quem teve Fernando Affonso da Silveira, tronco das casas dos condes de Sarzedas, condes de Oriola, barões de Alvito, e outros que se extinguiram, e por allianças de todas as mais illustres do reino.

Sousa (*Alexandre de*) Commendador da ordem de Aviz; serviu na India, esteve no cêrco de Chaul e na tomada de Onor; foi capitão de Chaul, e voltando ao reino foi capitão mór d'uma armada no anno de 1585.

Sousa (*Alvaro de*) Senhor de Miranda, Podentes e d'outras terras; 19.º senhor da casa dos Sousas. Era filho de Diogo Lopes de Sousa. Foi mordomo mór e do conselho de D. Affonso V, e acompanhou á Allemanha a infanta D. Leonor. Fal. em 1471.

Sousa (*Alvaro de*). Serviu na India, distinguindo se em varias occasiões, e foi morto pelos moiros em Malaca, no anno de 1518, juntamente com seu cunhado Affonso Lopes da Costa, quando iam levantar uma fortaleza no rio Aluar. Era filho de Nicolau de Sousa.

Sousa (*Alvaro de*). Era filho de Gaspar do Sousa, que foi governador e capitão general do Brazil. Estava om Madrid quando foi a acclamação de D. João IV, e Filippe IV lhe deu o titulo de conde de Anciães, depois de o ter primeiro mandado prender, julgando melhor captival o com

mercês. Nomeou-o depois mestre de campo para Flandres, mas o patriotico fidalgo, em vez de seguir para o seu destino, embarcou em Bilbau acompanhado por D. Miguel de Castro, que tambem fôra despachado para Flandres, e por D. Francisco de Azevedo e Athaide, e foi apresentar-se em Londres a D. Antão de Almada, nosso embaixador, passando depois a Portugal.

Sousa *(Alvaro Dias de)*, Rico homem, senhor de Mafra, Ericeira, Enxara dos Cavalleiros, Ulmarinho, 16.º senhor da casa Sousa, etc. Gozou pouco tempo das grandezas, porque teve de ausentar-se para Castella, fugindo ás consequencias dos ciúmes do D. Pedro I, que vivia com uma mulher, para a qual Alvaro Dias pensou levantar os olhos. Não se sabe o nome da amante de D. Pedro I, que Alvaro Dias de Sousa requestou. D. Maria Telles, irmã de D Leonor Telles, casou em primeiras nupcias com Alvaro Dias de Sousa, de quem teve um filho, Lopo Dias de Sousa *(V. este nome)*, e tendo enviuvado, é que casou com o infante D. João, filho de D. Ignez de Castro e de D. Pedro I, o qual, por intrigas, a assassinou.

Sousa (*D. Fr. Antonio de*). Religioso da ordem de S. Domingos, bispo de Vizeu, etc. Era natural de Lisboa, e fal. no Campo Grande em maio de 1597. Chamava-se no seculo Pedro Affonso de Sousa, sendo filho do celebre governador da India Martim Affonso de Sousa, e de sua mulher, D. Ignez Pimentel. Contra a vontade de seus paes, entrou na ordem dominicana, onde professou a 7 de março de 1557, tomando então o nome de Fr. Antonio de Sousa. Saindo do reino, foi estudar na Universidade de Lovaina, onde alcançou o grau de bacharel em theologia, tendo recebido tambem o grau de mestre da mesma faculdade na sua ordem. Sendo prégador d'el-rei D. Sebastião, foi eleito provincial em 1559, e, em 1580, havendo em Roma capitulo geral por morto do geral Fr. Serafim Caballi, e para eleição do novo geral Fr. Paulo Contrabili, foi assistir a elle. Em 1594 foi nomeado vigario geral de toda a ordem dominicana, e a 1 de dezembro de 1595, bispo de Vizeu; depois de ter residido por algum tempo na sua diocese, veiu a Lisboa tratar-se de uma doença, e aqui falleceu. Deixou diversos manuscriptos, imprimindo apenas a seguinte obra: *Manual de Epicteto, philosopho, traduzido do grego em linguagem portugueza*, Lisboa, 1594; reimprimiu se em 1595. Na anno de 1785 fez-se tambem em Lisboa uma outra edição, com o titulo: *Manual do Epicteto*, etc., *novamente correcto e illustrado com escholios, e annotações criticas, e dirigido ao ill.*^{mo} *e ex*^{mo} *sr. duque de Alafões*, etc

Sousa *(Fr. Antonio de)*. Religioso da ordem de S. Domingos, e sobrinho do antecedente, e filho de Pedro Lopes de Sousa, que foi embaixador em Hespanha. Era natural de Lisboa, e fal. em 1632 Professou no anno de 1595. Foi mestre de theologia na sua ordem, deputado e depois membro do conselho geral da Inquisição. Deixou impressas algumas obras em latim, e um sermão de auto da fé, que prégou em 1624.

Sousa *(P. Antonio de)*. Um dos martyres jesuitas do Japão. N. na Covilhã em 1588, professou em Coimbra em 1604, e partindo para o Oriente, foi estudar em Macau, d'onde passou ao Japão disfarçado, mas, sendo reconhecido como missionario apostolico, foi levado a Nangasaki, e ali atrozmente atormentado a 26 de outubro de 1633. Deixou apenas duas cartas annexas, uma de Macau e outra do Japão.

Sousa (*D. Antonio Caetano de*). Clerigo regular theatino, um dos 50 primeiros academicos da Academia Real de Historia Portugueza, escriptor muito considerado, etc. N. em Lisboa a 30 de maio de 1674, onde tambem fal. a 5 de julho do 1759. Era filho de Miguel de Sousa Ferreira e de D. Maria Cracsbeck. Em 1690 vestiu o habito no convento dos Caetanos, do Lisboa, e n'elle professou em 1691. Depois de cursar os estudos philosophicos e genealogicos, entregou se ardentemente aos estudos da historia ecclesiastica e civil, e lendo o *Agiologio Lusitano*, de Jorge Car-

D. Antonio Caetano de Sousa

doso, escripto até ao 3.º tomo, resolveu continual-o. Para isso empenhou se em revolver documentos e em procurar noticias com enorme fadiga e incançavel zelo. Como, porém, encontrasse muitas difficuldades, o que muito o desanimou, estava resolvido a abandonar esse trabalho, quando ficou agradavelmente surprehendido, recebendo de D. João V uma pensão de 100$000 reis por anno, para poder ter um secretario quo o ajudasse. Precisando pôr algum methodo no seu trabalho, tratou de fazer o que então se chamava o *Apparato*, quer dizer o catalogo das obras que deviam servir ao seu estudo. Encontrou, porém, que todo o peculio das obras que Jorge Cardoso juntara para o seu *Agiologio*, estava em parte disperso, mas em outra parte se conservava na livraria da casa de Arronches, não conseguindo, comtudo, que esses manuscriptos lhe fôssem franqueados, nem sequer por emprestimo, apesar da protecção que el rei lhe concedia. D. Antonio Caetano de

Sousa escreveu uma larga noticia do methodo que seguiu na continuação do *Agiologio*, de que afinal só veiu a publicar se um volume, o 4.º, e d'essa noticia fez tambem um largo extracto, o seu biographo D. Thomaz Caetano do Bem, a quem elle a deixou por sua morte. O volume tem o titulo: *Agiologio Lusitano dos santos e varões illustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas, tomo IV, que comprehende os mezes de julho e agosto e com seus commentarios*, Lisboa, 1774. Quando em 1720 se fundou em Lisboa a Academia Real de Historia Portugueza, o nome de D. Antonio Caetano de Sousa não foi esquecido, sendo elle um dos seus primeiros membros. Foi encarregado de escrever as *Memorias* ecclesiasticas dos bispados ultramarinos, incluindo os de Ceuta e de Tanger, até ao tempo em que essas cidades deixaram de pertencer ao dominio portuguez. Logo na sessão de 18 de março de 1721 apresentou D. Antonio Caetano de Sousa o seu catalogo dos arcebispos de Gôa, e ao mesmo tempo um catalogo dos bispos de Miranda que offereceu ao P. Fernando de Abreu, que estava encarregado de escrever as memorias d'esse bispado, e como o P. Manuel de Campos pedira aos seus socios certas noticias geographicas, deu-lh'as logo o P. D. Antonio Caetano de Sousa, que, pelo vastissimo estudo a que fôra compellido pelo seu trabalho do *Agiologio*, estava habilitadissimo para responder a essas perguntas. Na sessão de 1 de abril apresentava o *Catalogo dos arcebispos da Bahia e dos bispos de Cabo Verde*. Tendo lhe feito alguns reparos o dr. Manuel Pereira da Silva, D. Antonio Caetano de Sousa respondeu com a vastissima erudição que realmente possuia. São valiosas sempre as contas dos seus estudos academicos, em que dá minuciosa conta dos trabalhos que estava emprehendendo. A' medida que ia extrahindo o catalogo dos prelados das differentes dioceses, ia-os imprimindo; mas a sua obra não caminhava com rapidez, pela difficuldade de obter directamente das egrejas cuja historia tinha de escrever, os subsidios que solicitava e que julgava indispensaveis. Em 1723 mandou D. João V á Academia uma arvore genealogica da Casa Real, que lhe fôra enviada pelo bispo de Sarsina, afim de que a Academia désse o seu parecer. Fôram nomeados para isso os academicos D. Antonio Caetano de Sousa e D. Luiz Caetano de Lima, mas D. Antonio foi quem verdadeiramente se encarregou d'esse trabalho, dizendo que achara essa arvore genealogica tão escassa, que tivera de fazer outra, porque o bispo de Sarsina nem ao menos parecia ter conhecimento da obra de Jacob Guilherme Inchoff, que em 1708 se imprimiu em Amsterdam, intitulada *Stemma regium lusitanicum seu Historia Genealogica Familiae Regiae Portugalliae*, entregou á Academia essa obra da sua composição. Em todas as sessões dava conta do progresso que fazia nos seus estudos ácêrca da historia das provincias ultramarinas, mas na sessão de 25 de janeiro de 1725 teve de confessar que parára esse trabalho por lhe faltarem algumas noticias importantes que esperava do ultramar, e que entretanto se applicara a outro estudo, de que ia dar conta. Dos trabalhos de D. Antonio Caetano de Sousa sobresae a *Historia Genealogica da Casa Real*, obra grandiosa e monumental. A primeira ideia do seu erudito autor foi fazer simplesmente 37 mappas genealogicos, e essa ideia realisou se effectivamente, pedindo até que fôssem reduzidos a um pequeno volume para uso dos seus collegas. Soube, porém, que a ideia agradára a D. João V, e largou todos os trabalhos para se occupar exclusivamente da *Historia Genealogica*, que primeiro devia ter apenas 3 volumes, e um de documentos. Mas afinal a obra foi crescendo de fórma, que subiu a 13 volumes de texto com 14:203 paginas, e 6 de *Provas*, com 4580, e um *Indice* com 435. Saiu o 1.º volume em 1735 e o ultimo em 1749, sendo a obra muito elogiada pelos proprios jornaes estrangeiros, sem exceptuar o *Journal de Trévoux* que lhe fez, comtudo, alguns reparos, a que D. Antonio respondeu n'uma carta em francez enviada ao mesmo jornal. A obra foi dedicada a el-rei D. João V, e por este mandada imprimir á sua custa com todo o luxo. Comquanto pareça pelo titulo pertencer só á Casa Real, póde ser verdadeiramente considerada uma historia geral do reino, pois que nas suas vastas dimensões abrange variadissimos assumptos, mais ou menos enlaçados com a genealogia e acções da familia real desde o principio da monarchia. Quanto ás *Provas*, cujos 6 volumes se publicaram de 1739 a 1748, encerram documentos, que são de subida importancia para a historia politica, civil e ecclesiastica do reino, alguns dos quaes se procurariam hoje inutilmente em outra parte por se haverem extraviado, ou consumido com o incendio subsequente ao terremoto de 1755, os originaes d'onde fôram trasladados, entrando n'esse numero todos os do Archivo da Casa de Bragança; conteem egualmente especies de grande valor para os estudiosos da lingua portugueza, e da historia litteraria do paiz. O *Indice* publicou se em 1749, com o titulo: *Indice geral dos appellidos, nomes proprios, e cousas notaveis que se comprehendem nos treze tomos da Historia Genealogica, e dos documentos comprehendidos nos seis volumes das Provas com que se acha autorisada a mesma Historia*. Os largos estudos que fizera para escrever a sua obra capital, o habilitaram a publicar outra, com o titulo de *Memorias historicas e genealogicas dos Grandes de Portugal*, que saiu em 1739, fazendo se mais edições em 1742 e 1755. Esta ultima foi muito augmentada e consideravelmente corrigida pelo autor. D. João V, além da pensão de 100$000 reis que mandara dar a D. Antonio Caetano de Sousa, logo que este se consagrou a escrever a continuação do *Agiologio*, começado por Jorge Cardoso, o nomeou deputado da Junta da Cruzada e deu o fôro de fidalgo a seu sobrinho. Depois, o monarcha aposentou o no logar de deputado da Junta da Bulla com o ordenado de 350$000 reis, deu 100$000 reis de pensão pelas capellas que vagassem a seu sobrinho, e 12$000 reis de tença a seu segundo sobrinho. Além das obras citadas, contam-se as seguintes: *Catalogo dos bispos da egreja do Funchal*; saiu no tomo I da *Collecção dos Documentos e Memorias da Academia Real de Historia*; *Catalogo dos arcebispos da Bahia e mais bispos seus suffraganeos*; saiu no mesmo tomo. No tomo II, da mesma *Collecção* se imprimiram: *Catalogo dos arcebispos de Gôa, e dos bispos de Cochim, Meliapor, China, Japão, Macau, Nankim, Malaca, patriarchas da Ethiópia, arcebispos de Cranganor e Serra; Catalogo dos bispos de Cabo Verde, S. Thomé e Angola; Catalogo dos bispos de Angra; Serie dos*

reis de Portugal, reduzida a taboas genealogicas, com uma breve noticia historica, etc., Lisboa, 1743. Deixou manuscriptas outras memorias historicas.

Sousa *(Antonio Pedro de)*. Um dos grandes artistas dramaticos, que honraram a scena portugueza. N. em Lisboa a 15 de maio de 1836, onde tambem fal. a 23 de julho de 1889. Era filho de um humilde penteeiro, officio a que sua familia o destinava, e que elle começou a aprender aos 12 annos, já depois do fallecimento de seu pae. Desde creança, porém, mostrava grande gosto pelo theatro, e aos 17 annos começou a pertencer a algumas sociedades de amadores, representando em theatrinhos particulares com o maior successo, revelando grande vocação e boa vontade. Tornou se tão conhecido como amador dramatico de valor, que constituindo se a sociedade empresaria, que transformou completamente o velho theatro do Salitre, mudando-lhe o nome em theatro de Variedades, Antonio Pedro foi convidado para

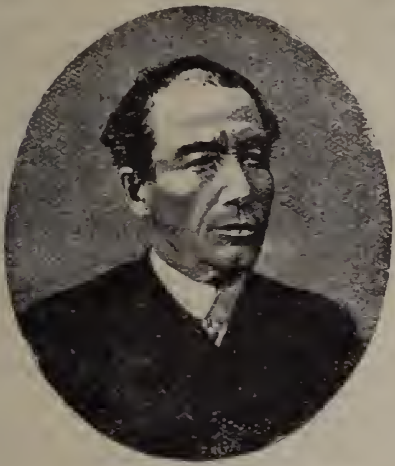

Antonio Pedro de Sousa

fazer parte da companhia, trabalhando um mez de graça, passando depois a ter um pequenino ordenado. Antonio Pedro acceitou o contrato com satisfação, e debutou em 1858 no pequeno papel do *Sol*, na magica *A Loteria do diabo*. A sua estreia foi auspiciosa, pois que, apezar do papel não ter importancia, Antonio Pedro agradou muito. Na *Revista de 1858*, tambem obteve successo n'um pequeno papel de enfermeiro. Com a sua boa vontade e o seu espontaneo talento artistico, foi-se desenvolvendo cada vez mais, representando já papeis de maior importancia, conseguindo sempre applausos. Antonio Pedro alcançara a sympathia do publico. Um dos papeis em que então mais se salientou, foi o de frade na *Corôa de Carlos Magno*, em que era impagavel. Tendo depois saido do theatro de Variedades o actor Isidoro, foi elle substituil o no seu importante papel de Abdallah, da *Loteria do diabo*, e apezar do arrojado confronto, houve se de tal fórma, que a magica se conservou em scena diversas epocas. Antonio Pedro tomou parte em quasi todo o reportorio do theatro, evidenciando-se mais ou menos em muitas peças. Quando Pinto Bastos tomou a empresa das Variedades, contratou logo Antonio Pedro, que novos triumphos alcançou em peças, como *A Ave do Paraizo*, *Amores do diabo*, *Pera de Satanaz*, e muitas outras. N'essa occasião José Carlos Santos, o grande mestre da arte, traduziu a comedia *O homem não é perfeito*, para se representar nas Variedades, e foi elle proprio ensaial a. Teve então ensejo de avaliar bem o talento de Antonio Pedro. Quando Santos tomou, juntamente com Pinto Bastos, a empresa do theatro do Principe Real, escripturou-o com um ordenado mais superior, e foi então que, debaixo da direcção de tão habil e distincto professor e ensaiador, Antonio Pedro começou a mostrar o muito que valia. Abriu-se então um novo horisonte ao seu talento genial. N'aquelle theatro teve magnificas creações no *João Carteiro*, *Solteirões*, *Abysmo*, *Vida d'um rapaz pobre*, *o Sr Raynunculo*, *a Gran Duqueza*, *Falsos viciosos*, *D'um agreiro um cavalleiro*, *Ponte dos suspiros*, *Flôr de chá*, etc. Seguiu com a empresa Santos para o theatro de D. Maria, em 1870, e ali despertou o maior enthusiasmo nos importantes papeis que lhe couberam, no *Juiz*, *Marion Delorme*, *Pedro Ruivo*, *Louco d'Evora*, *Rabagas*, *Dote de Maria*, *Filippa de Vilhena*, *Victimas do folhetim*, *O drama do povo*, e sobretudo no *Paralytico*, uma das suas mais assombrosas creações. Nos papeis comicos e dramaticos succediam-se as creações n'esse periodo de 5 ou 6 annos. Nas peças do antigo reportorio que Santos resuscitava, representava Antonio Pedro os velhos papeis de Sargedas nas *Prophecias do Bandarra*, *Por causa de uma carta*, etc. Depois entrou tambem no reportorio de Moliere, e Antonio Pedro desempenhou com espantosa correcção os papeis do *Orgon*, do *Tartufo*, e do *Chrysale*, das *Sabichonas*. Seria difficil citar todas as peças, que compunham a gloriosa carreira artistica de Antonio Pedro, como *Os Sabichões*, de Ernesto Biester, a *Patria*, de Sardou, *Fr. Luiz de Sousa*, de Garrett, no papel do velho Telmo, feito com toda a correcção, etc. Em 1876 era Santos forçado a deixar a empresa do theatro do D. Maria II, e vindo para o Gymnasio, Antonio Pedro acompanhou-o fielmente, e ali se demorou uns poucos annos, onde fez as suas ultimas creações mais notaveis. Foi no Gymnasio que creou o papel de *Fala só*, no *Saltimbanco*, que deixou assombrado pelo desempenho todo o publico e a imprensa. Teve ainda uma outra creação esplendida, no *De Profundis* do *Sargento mór de Villar*. Na parte comica, tornou-se notavel no *Bébé*, que Pinheiro Chagas traduziu para elle N'este papel de professor pandigo de apparencia grave e austera, enthusiasmava a plateia, que não se fartava de rir e de o applaudir. As quatro digressões que fez ao Brazil, percorrendo-o do norte ao sul, fôram outras tantas viagens triumphaes em que colheu muitos louros e fartas receitas. Não teve egual exito em Madrid, quando ali foi representar o *Saltimbanco*, onde não agradou nem o resto da companhia, e o mesmo aconteceu ao *Bébé*. Tendo tomado a empresa do theatro do D. Maria II a sociedade Rosas Brazão & C.ª, Antonio Pedro foi escripturado. Ali creou ainda alguns papeis interessantes, principalmente do genero comico, como o da *Clara Soleil*, mas não teve ensejo para pôr mais uma vez em evidencia os seus grandes dotes ar-

tisticos. Só no fim da sua carreira, e quasi no fim da sua vida, pôde imprimir o seu cunho artistico, desempenhando o pequeno papel do coveiro no *Hamlet*, papel, que apezar de insignificante, causou verdadeiro assombro a fórma como Antonio Pedro o interpretara, que lhe rendeu ruidosas e enthusiasticas ovações. O grande actor francez Coquelin, que estava então em Lisboa, ficou maravilhado, e foi ao palco cumprimental o reconhecendo-o como um actor magistral. Antonio Pedro exerceu a arte dramatica durante 31 annos. Havia muito tempo, que o perseguia uma doença terrivel de estomago, para a qual não encontrava alivio senão n'um regimen extremamente emolliente, e que ao mesmo tempo o fatigava de tal maneira que o impossibilitava do representar. Andou muito tempo sollicitando das camaras uma pensão, que em 1886 lhe foi emfim concedida, mas quo pouco lhe aproveitou. Depois de prolongados e dolorosos soffrimentos, falleceu, contando 53 annos de edade. O seu funeral foi uma manifestação imponentissima da popularidade e da estima de que o grande actor gozava. Viam-se ali incorporadas pessoas da mais alta importancia, na politica, nas sciencias, nas artes o nas letras, o enorme multidão de povo. As fachadas de todos os theatros se cobriram de crepes n'esse dia, e as emprezas não deram espectaculo.

Sousa *(Antonio da Silva e)*. Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, commendador da ordem de Christo, grande diplomata. N. nas Caldas da Rainha em 1601, fal. em Lisboa a 26 de abril de 1676. Em 1640 foi nomeado provedor do Beja e auditor da gente de guerra. Foi ministro de Portugal na Suecia, e como desejasse quo este paiz o auxiliasse para ser restituido á liberdade o infante D. Duarte, o embaixador de Hespanha, que fazia instancias em sentido contrario, levou a sua audacia a atacal-o, acompanhado de 50 homens, aggressão quo repelliu altivamente, sendo louvado por todos pela valentia com que se houve em tão apertado lance. Foi depois desembargador da Casa da Supplicação e dos aggravos, corregedor do crime, deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, etc. Escreveu: *Vaticinio politico do reino da Suecia debaixo da direcção do principe Carlos Gustavo*, Hamburgo, 1655; *Instrucção politica de delegados*, idem, 1656.

Sousa *(Antonio Vicente de Carvalho e)*. Fidalgo da Casa Real, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, deputado, etc. N. em Coimbra a 1 de junho de 1785, fal. na sua casa de Santa Maria de Arrifana, a 4 do dezembro de 1836. Era filho do desembargador Antonio Vicente de Sousa, e de sua mulher D. Maria Francisca de Carvalho. Eleito deputado ás côrtes ordinarias de 1822 pela divisão da Feira, foi, quando as côrtes se reuniram em maio de 1823, eleito 1.° secretario. N'essa qualidade assistiu ás sessões angustiosas dos 15 dias que precederam a queda da constituição, e pelas suas mãos passou toda a correspondencia gravissima a que deram logar esses lamentaveis acontecimentos. Dissolvidas as côrtes, Antonio Vicente não proseguiu na vida politica. Em 1825 publicou as poesias de seu tio, o P. Bernardo Antonio de Sousa, poeta que tomou o nome pastoril de *Belmiro, pastor do Douro.* Em 1829 publicou as suas, n'um vol. intitulado *Poesias.* Ainda imprimiu mais as seguintes traducções: *Arsace e Ismenia*, novella de Montesquieu, 1827; *Armanda e Oscar*, de Dunreath, 6 tomos, 1827; *Duas desposadas*, de Augusto Lafontaine, 4 tomos, 1829; *Historia da Revolução Franceza*, de Mignet, 3 tomos, 1835; *Ipsiboé*, do visconde de Arlincourt, 2 tomos, 1835; *O Renegado*, do mesmo autor, 2 tomos, 1839; *O Solitario*, idem, 2 tomos, 1836; *Enguerran de Coucy*, idem, 2 tomos, 1836; *A Estrangeira*, idem, 2 tomos, 1840; *Saint Clair das ilhas*, ou *Os desterrados da ilha Barra*, de Madame de Montolieu, 3 tomos, 1811; *Resumo da Historia de Portugal desde o principio da monarchia*, por Alphonse Rabbe, 1836. Algumas d'estas obras fôram publicadas depois da morte do autor, pelos seus herdeiros.

Sousa *(Augusto Braz de)*. Medico muito distincto. N. na India Portugueza a 19 de fevereiro de 1852, fal. em Zanzibar a 23 de fevereiro de 1902. Aos 18 annos matriculou-se no collegio de medicina Grant de Bombaim, seguindo o curso especial de serviço medico indiano, que terminou com distincção em 1874, sendo então nomeado cirurgião ajudante no hospital militar de europeus em Colabo. Em pouco conseguiu ter bastante clinica particular, e não lhe chegando o tempo para tudo, resignou em 1878 as suas funcções officiaes, e entregou se exclusivamente ao serviço do publico, obtendo a breve trecho grande fama e experiencia. Durante essa clinica achou se em contacto com muitos patricios seus quo vinham de Zanzibar, e facilmente estes o convenceram a que fôsse estabelecer se ali, o que elle fez em 1881. Foi sobretudo n'essa terra que, durante mais de 20 annos consolidou uma enorme reputação medica, não só entre seus numorosos patricios, mas tambem entre os arabes e entre os membros da colonia estrangeira de europeus. O dr. Sousa foi medico assistente e particular amigo do sultão Sayid Burgash, de quem recebeu os maiores extremos de amizade, de quem tinha toda a confiança, e que lhe dispensou as mais elevadas distincções honorificas. Em novembro de 1885 foi nomeado vice-consul de Portugal, o como reconhecimento por serviços prestados ao seu paiz n'esse cargo, foi em novembro de 1892 nomeado consul geral, logar que exerceu com inexcedivel desinteresse e muito zelo até fevereiro de 1894. O dr. Augusto Braz de Sousa foi o primeiro delegado nomeado pelo governo, de accordo com as conclusões internacionaes da conferencia de Bruxellas de 1900, para a commissão anti escravista em Zanzibar. A maneira intelligente, patriotica, humanitaria e digna como elle em tudo se houve no desempenho das suas difficeis funcções, sempre lho grangeou o respeito publico e a consideração do principe junto do qual estava acreditado; é por isso que, ao passo que o nosso governo lhe conferiu o grau de cavalleiro da ordem do Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, o sultão o agraciou com a grancruz da ordem da Estrella Brilhante. O dr. Sousa era tambem socio correspondente da Sociedade de Geographia de Lisboa, e exerceu durante algum tempo as funcções de agente da Mala Real Portugueza.

Sousa *(Ayres de)*. Filho de Lopo de Sousa, commendador da Alcaçova de Santarem, Alcanhões e Alcanede, succedeu a seu pae na casa e nas commendas, e serviu nas guerras de Africa. No conselho reunido para decidir ácêrca das pra-

ças de Safim e Azamor, votou contra seguudo o parecer do infante D Luiz. Em 1522 foi cumprimentar o papa Adriano VI pela sua exaltação ao solio pontificio.

Sousa *(Ayres Pinto de).* Escriptor, pertencente á familia dos viscondes de Balsemão. O seu nome todo era Ayres Pinto de Sousa de Mendonça e Menezes. Serviu no exercito miguelista, como official de cavallaria, até á Convenção d'Evora Monte em 1834. Foi depois collaborador de varios jornaes litterarios, e redactor da *Nação*, onde escreveu uns folhetins semanaes nos annos de 1848 e 1849. Na *Illustração, jornal universal*, encontram se poesias suas no vol. II. pag. 80, 84, 88, 94, etc.; na *Revista Universal Lisbonense*, tomo VII, 2.ª serie, pag. 117, 142 e 214; na *Revista Litteraria*, do Porto, tomo IV, de pag. 578 a 598, um romance em 5 cantos com o titulo *D. Maria Telles*, etc publicou-se depois em volume, Porto, 1840; na *Chronica Litteraria da Nova Academia Dramatica*, de Coimbra, 1841, tambem se encontram artigos seus em prosa e em verso Fal. com 46 annos a 23 de dezembro de 1850. Escreveu mais: *O mestre de Calatrava*, romance historico, Lisboa, 1848, *Ruy de Miranda*, idem, idem, 1849; *Duplessis e o seu castellão*, idem, idem, 1852; *Fr. Paulo ou os doze mysterios de Lisboa*, vol. I, publicou se anonymo, em que tambem collaborou Antonio da Cunha Sotto Mayor; não saiu mais nenhum volume; *Vinte e cinco de julho—Batalha de Campo de Ourique*, Lisboa, 1818; *Aljubarrota*, poesia, Lisboa, 1818; *Influencias das sociedades secretas nas revoluções da Europa, desde os annos de 1815 até 1849*, Lisboa, 1850. Ficou incompleta a obra pela morte do autor.

Sousa (*Belchior Lopes de).* Poeta, nascido em Villa Nova de Portimão. Foi beneficiado de Santa Maria de Tavira, depois de se ter formado em canones na Universidade de Coimbra. Versejava com facilidade em portuguez, latim e italiano, e deixou manuscriptos muitos versos, que só se publicaram no tomo IV das *Acta Santorum*, correspondente ao mez de maio, e varios poemas latinos em honra de S. Felix do Cantalini.

Sousa *(Bernardim de).* Fidalgo do seculo XVI, que passou á India em 1539 com o vice rei D. Garcia de Noronha Nomeado por D. João de Castro governador das Molucas, d'essas ilhas tristemente celebres onde livremente se exercia a rapacidade e a violencia dos nossos antepassados, Bernardim de Sousa levava ordem de D. João de Castro para mandar soltar o joven sultão de Ternate, Cachil Aeyro, que o governador Jordão de Freitas mandára prender. Bernardim de Sousa cumpriu esta ordem e governou pacificamente as Molucas, e pacificamente entregou o governo a Christovão de Sá, que fôra nomeado seu successor, mas quando Bernardim de Sousa estava ainda em Ternate, chegou uma esquadra de 5 navios commandada por D. Rodrigo de Menezes, em que vinha ordem do novo vice-rei D. Affonso de Noronha para que Bernardim de Sousa retomasse o governo, se houvesse noticia de que se dirigia para as Molucas alguma esquadra castelhana. Não havia noticia de similhante cousa, mas Bernardim de Sousa reclamou da mesma fórma o governo. Christovão de Sá protestou contra tão larga interpretação das ordens do vice-rei, mas como Bernardim de Sousa era um homem violentissimo e assomado, ao passo que Christovão de Sá, pelo contrario, era socegadissimo, foi este que cedeu, porque proferiu ceder a provocar discordias. Então Bernardim de Sousa começou a exigir que os sultões das Molucas não levantassem fortalezas nas suas terras. Parece que, vendo que D. Affonso de Noronha confiava na sua energia, entendeu que devia justificar completamente essa confiança, mostrando-se aspero e bellicoso. Soube que o sultão de Geilolo construia uma fortaleza, declarou lhe guerra e obrigou o sultão de Ternate, esse Cachil Aeyro, que elle soltara, a acompanhal-o n'essa guerra. A fortaleza resistiu, os ternates combatiam e trabalhavam de má vontade, entre os portuguezes tambem já lavrava a fadiga, mas Bernardim persistia sempre. O sultão de Tidore appareceu com uma armada á vista de Geilolo, sem saber se havia de tomar o partido dos sitiadores, se o dos sitiados. Bernardim de Sousa mandou lhe dizer que não estivesse com hesitações, que viesse ajudar o sultão de Geilolo que sempre augmentaria assim o numero dos prisioneiros O sultão de Tidore ficou tão assombrado com a intimação, que foi para a sua ilha, e não tornou de lá a sair. O sultão de Geilolo recorreu a um estratagema, que podia fazer crer a Bernardim de Sousa que um navio, que elle tinha carregado das suas riquezas pessoaes, corria serio perigo de arder. Bernardim de Sousa, que era mais teimoso ainda que interesseiro, não fez caso do ardil. Afinal Geilolo capitulou, estipulando-se um tributo pesado para resgate do reino e segurança da cidade. A capitulação não se cumpriu, a cidade foi saqueada, e o rei, louco de dôr e de raiva, fugiu para os mattos, e de lá não quiz sair por mais que Bernardim de Sousa instasse com elle. Não podia haver mais formidavel protesto da fraqueza opprimida contra uma tyrannia atroz e insupportavel. Lá morreu n'esses mattos, depois d'alguns mezes d'uma existencia errante e selvagem, o pobre sultão de Geilolo. Bernardim de Sousa, que lhe arrazara a cidade, ao menos restituiu o throno aos filhos. Como o sultão de Tidore tambem estava fazendo uma fortaleza, Bernardim de Sousa intimou lhe que a destruisse, e o pobre sultão obedeceu. Afinal Bernardim começou tambem a opprimir os seus compatriotas; por uma discordia que teve com D. Rodrigo de Menezes, desterrou o para as ilhas de Banda, disse se até que o mandára envenenar. Por essas e por outras se lhe instaurou o processo na India, mas como o saque de Geilolo e outras façanhas similhantes não o tinham deixado pobre, sempre Bernardim de Sousa achou modo de fazer com que o não inquietassem, e até que o nomeassem para o logar importantissimo de capitão d'Ormuz, onde morreu no anno de 1557.

Sousa *(Bernardino de)* Fidalgo do seculo XVI. Foi commendador de Soure e de Trancoso, e depois da morte do cardeal-rei D. Henrique seguiu o partido do prior do Crato. Posteriormente foi um exaltado sebastianista. Deu a Fr. Estevão de Sampaio algumas quantias importantes para entregar a Marco Tullio, *O Calabrez*, e saindo do reino foi longe da patria metter-se no meio das intrigas urdidas em volta d'esse homem, que dizia ser el-rei D. Sebastião.

Sousa *(P. Bernardo Antonio de).* Poeta, que teve uma certa fama no principio do seculo passado, não debaixo do seu nome, que era até com-

pletamente desconhecido no mundo litterario, mas debaixo do pseudonymo pastoril de *Belmiro, pastor do Douro*. N na Arrifana, comarca da Feira, a 1 de setembro de 1758, fal. a 8 de janeiro de 1797. Era filho de Antonio Gomes da Costa e de Anna Maria Theodora de Sousa. Depois de cursar os estudos precisos para seguir o estado ecclesiastico, tomou ordens de presbytero em 1786, e foi chamado pelo bispo do Porto D. João Raphael de Mendonça a exercer o logar de seu capellão e secretario. Foi nomeado abbade da freguezia da Sé do Porto a 12 de novembro de 1790. Publicou em 1781 uma *Ecloga*, e em 1785 um poema pastoril em 3 cantos, denominado *Elisaida*, que foi depois reimpresso em Lisboa só com as iniciaes dos seus nomes. Quando em 1787-1792 colligiu os seus versos em 2 volumes, pôz-lhe o titulo de *Versos de Belmiro, pastor do Douro*, e assim fôram reimpressos em Lisboa, já posthumos, em 1814. Prova se a acceitação que elle tinha como poeta, pelo rapido consumo que obtiveram estas duas edições dos seus versos, tanto assim que, em 1829, seu sobrinbo Antonio Vicente de Carvalho e Sousa as imprimiu pela terceira vez. Bernardo Antonio de Sousa guardava o mais estreito incognito, por entender que a publicação d'estas poesias profanas não era compativel com a seriedade do seu caracter ecclesiastico.

Sousa (*Christiano de*). Artista dramatico contemporaneo. N. no Porto em 1862. Cursou a Universidade de Coimbra, tomando o grau de bacharel em direito, e seguindo a carreira da magistratura, foi delegado do ministerio publico, e promovido a juiz. Sendo enthusiasmado pelo theatro desde os seus tempos de estudante, representou em Coimbra em differentes espectaculos de amadores, e resolveu abandonar a sua carreira do fôro, para se dedicar á vida de actor; possuindo uma avultada fortuna, que poderia tornal o independente, tudo sacrificou á sua vocação irresistivel pela arte dramatica. Fez a sua estreia, como actor no theatro de D. Maria II, no drama de D. João da Camara, *Alcacer Kibir*. Entrou depois em outras peças, tanto n'aquelle theatro, como no D. Amelia, hoje Republica, distinguindo-se nas peças: *Madame de Sans Gêne*, *Tosca*, *Blanchette*, *Senhor Director*, *Demi-monde*, *Francillon*, *Divorciemo-nos*, *Monsieur Alphonse*, *Casa da Boneca*, etc. Tem pertencido a companhias organisadas pela distincta actriz Lucinda Simões, sendo com ella, por vezes empresario, tanto no paiz, como no Brazil. Representou tambem na peça de Rostand, *Cyrano de Bergerac*. traduzida em verso por Julio Dantas e Manuel Penteado. Nas suas viagens ao Brazil, como actor e como empresario, tem percorrido todas as cidades mais importantes d'aquelles estados. Ultimamente esteve tambem no Gymnasio, na empresa de que fazia parte Lucinda Simões.

Sousa (*D. Christovão de*). Pertencia a uma das mais nobres familias do paiz, e era um dos typos mais brilhantes e completos da fidalguia portugueza no seculo XVI, sendo filho de Diogo Lopes de Sousa. Passou á India no tempo de el rei D. Manuel, e ali serviu com distincção. Voltou a Portugal, mas em 1522 tornou á India a bordo da nau *S. Miguel*, capitaneada por D. Pedro de Castello Branco, indo já provido na capitania de Chaul, de que só veiu muito mais tarde a tomar posse, quando D. Vasco da Gama demittiu o capitão-mór Simão de Andrade. Não tardou que Christovão de Sousa alcançasse grande prestigio e grande importancia na India. Ora n'esse tempo começavam grandes discordias n'aquelles estados. D. Vasco da Gama governara muito pouco tempo, seguiu-se lhe D. Henrique de Menezes que tambem pouco tempo governara, e por morte de este, abertas as vias de successão, encontrara-se o nome de Pedro Mascarenhas. Como este se achava em Malaca, tomou Lopo Vaz de Sampaio o governo, e não quiz entregal o a Pedro Mascarenhas, quando este veiu de Malaca. Dividiu se a India portugueza em dois partidos, e Christovão de Sousa, vendo que Lopo Vaz de Sampaio teimava e n não entregar o governo a Mascarenhas, escreveu lhe de Chaul, dizendo que era necessario antes de proceder assim que provasse claramente o direito que tinha ao governo, porque, emquanto o não provasse, elle Christovão de Sousa, não o reconheceria. Lopo Vaz ficou aterrado com esta carta, porque já n'essa occasião havia mandado prender Pedro Mascarenhas, e respondeu a Christovão de de Sousa, dizendo-lhe o que fizéra, e que esse procedimento fôra approvado por todos os fidalgos da India; mas Pedro Mascarenhas tambem lhe escreveu dizendo que o capitão da fortaleza de Cananor, onde Lopo Vaz o prendera, o reconhecera como governador, e Christovão de Sousa não hesitou em seguir esse exemplo. Parecia que era segura a victoria de Pedro Mascarenhas, mas não succedeu assim, porque Christovão de Sousa entendeu que, desde o momento que punha a sua influencia na balança, a causa penderia forçosamente para o seu lado, e entretanto Lopo Vaz foi intrigando sempre, e tanto fez que afinal, quando se tratou de resolver a causa por meio d'um juiz arbitral, Lopo Vaz tinha ganho á sua causa um grande numero de fidalgos da India. Ainda assim não valeu de pouco a influencia de Christovão de Sousa, porque obrigou Lobo Vaz a acceitar o julgamento arbitral, e quando o tribunal se constituiu, dividiram-se os votos, indo 6 para Pedro Mascarenhas e 6 para Lopo Vaz de Sampaio. Decidiu a contenda um 13.º juiz, que foi um capitão chegado havia pouco de Portugal, e que os partidarios de Lopo Vaz conseguiram evidentemente comprar. Desgostoso com estes successos, Christovão de Sousa voltou a Portugal, e em 1540 foi nomeado embaixador a Roma em substituição de D. Pedro Mascarenhas. Estavam então pendentes duas importantes questões com a curia romana; uma era a questão da Inquisição, outra a questão do cardeal bispo de Vizeu. D. Miguel da Silva. Pouco tempo lá se demorou. Encarregado por D. João III de exigir da curia romana uma satisfação condigna pela promoção de D. Miguel da Silva ao cardinalato, e não a podendo obter, porque por melhor vontade que o papa tivesse, não podia evidentemente arrancar a purpura cardinalicia dos hombros em que a puzera, pediu, segundo as instrucções que de D. João III recebera, os seus passaportes, e saiu de Roma. Durante pouco tempo que esteve n'esta cidade, Christovão de Sousa obteve para o infante D. Duarte o arcebispado de Braga. Não tornou a exercer cargo algum importante, e falleceu pouco depois de 1550.

Sousa (*Cid de*). Fidalgo do seculo XV, filho de

Gonçalo Anues de Sousa Chichorro. Sendo mandado por D. Affonso V a Castella para tratar de alguns negocios, ali se deixou ficar, sendo depois veador e contador mór da mulher de D. Henrique IV.

Sousa *(Damião de)*. Fidalgo do seculo XVII. Esteve na derrota da armada do conde da Torre, foi parar a Carthagena das Indias com o conde de Castello Melhor, passou a Madrid, onde teve a noticia da revolução de 1640, e voltando á patria, foi governador de Salvaterra e da comarca de Esgueira.

Sousa *(Diogo de)*. Mais conhecido por Diogo Camacho. Poeta apreciado no seculo XVII. N. na villa de Pereira, a pouca distancia de Coimbra. Dedicou se á poesia, o com o pseudonymo do *Diogo Camacho* escreveu: *Jornada ás Côrtes do Parnaso, em que ficou laureado por Apollo*, Lisboa, 1794. Este poema, que pela primeira vez se imprimiu em separado, andava incluido na *Phenix Renascida*, occupando as paginas 1 até 38 do tomo V. D. Francisco Manuel de Mello citava este poema com muito elogio nos seus *Apologos Dialogaes*; José Maria da Costa e Silva, no seu *Ensaio Biographico Critico*, tomo V, pag. 217 a 218, chama lhe a melhor composição que possuimos no genero burlesco; Pinheiro Chagas, n'uma analyse critica publicada no *Jornal do Commercio*, n.ºs 3952 e 3953, tambem o aprecia como uma obra de verdadeiro merito no seu genero.

Sousa *(D. Diogo de)*. Fidalgo do seculo XVI. N. em 1519, e foi nomeado capitão de Sofala e de Moçambique por D. João III, tomando posse do logar em 1554, succedendo a Diogo de Mesquita. Em 1558 foi substituido por Sebastião de Sá. Voltou então ao reino, e em 1576 o nomeou el-rei D. Sebastião governador da India. Interveiu, porém, o valido Christovão de Tavora pedindo o logar para Ruy Lourenço de Tavora. D. Sebastião rasgou o despacho que fizera, e nomeou effectivamante o parente do seu valido. A nomeação não foi feliz para o agraciado. Ruy Lourenço de Tavora morreu durante a viagem, e afinal quem veiu a governar a India foi o vice rei D. Luiz de Athaide. Para indemnisar D. Diogo de Sousa da affronta quo lhe fizera, D. Sebastião deu lhe o governo do Algarve e concedeu-lhe varias mercês. Quando em 1578 se preparou a expedição de Alcacer Kibir, escolheu D. Sebastião a D. Diogo de Sousa para commandante da luzida esquadra, que devia transportar o exercito para Africa. Desembarcando as forças todas em Arzilla, esperou D. Diogo de Sousa depois o resultado da imprudente campanha. Dias depois chegava a Arzilla um bando de fugitivos, que eram as reliquias do nosso exercito. D. Diogo de Sousa recebeu a bordo esses poucos fidalgos e soldados que lhe trouxeram a noticia do tremendo desastre, e commetteu n'essa occasião uma imprudencia que teve as mais serias consequencias, foi a de consentir que embarcasse mysteriosamente na esquadra um cavalleiro portuguez, que se fizera passar por D. Sebastião para lhe abrirem alta noite as portas de Arzilla, e que depois teve medo da indignação do povo se conhecesse a fraude. Esse mysterio em que D. Diogo de Sousa consentiu, fez effectivamente com que muitos imaginassem que D. Sebastião embarcara secretamente na esquadra, e que assim começasse a vigorar e a propagar se a ideia de que elle sobrevivera á batalha. Conservando-se afastado das luctas que se seguiram á morte do cardeal rei, D. Diogo de Sousa foi nomeado por Filippe II conselheiro de Estado. Em 1589, quando os inglezes atacaram Lisboa, D. Diogo de Sousa, apezar de já ser então setuagenario, apresentou se prompto para o combate, recebeu um commando na guarnição, e foi encarregado de defender o porto da Cruz contra os ataques do inimigos. Fal. pouco depois d'estes acontecimentos.

Sousa *(D. Diogo de)*. Arcebispo de Braga. N. em Evora em 1460, fal. em Braga a 18 de junho de 1532. Era filho de João Rodrigues de Vasconcellos. Tendo estudado em Salamanca e em Paris, passou a Roma, onde viveu algum tempo, grangeando ahi graude reputação. Voltando á patria, foi deão da capella de D. João II, embaixador d'este soberano ao papa Alexandre VI, o em 1495 eleito bispo do Porto. Posteriormente foi embaixador de el-rei D. Manuel a Roma, sendo papa Julio II, nomeado capellão-mór da rainha D. Maria, e transferido para o arcebispado de Braga, quando o cardeal D. Jorge da Costa renunciou esta mitra. Mandou reconstruir a capella-mór da Sé, trasladou os restos mortaes do conde D. Henrique e da rainha D. Thereza, deu constituição ao arcebispado, fez imprimir duas vezes o breviario bracharense, abriu novas portas da cidade, restaurou as egrejas de N. S.ª a Branca e de S. Pedro do Maximinos, cingiu com baluartes novos o castello e reedificou a egreja do Santa Anna, em que maudou collocar por ordem as pedras e columnas quo os romanos no tempo que dominaram em Braga, levantaram aos seus imperadores para que n'aquelles veneraveis monumentos lessem os curiosos as antiguidades da sua patria. Lavrou para seu jazigo a capella do Jesus na egreja da Misericordia, assignando-lhe renda capaz para sustento do varios capellães que rezassem todos os dias o officio divino, de que fez administrador o arcedíago de Vermium, dignidade da cathedral de Braga. Não satisfeito de enobrecer esta cidade com beneficios, quiz eternisal-a com a gloria de que lhe escrevesse as suas grandezas o erudito André de Rezende, o que executou no breve espaço de 10 dias, mandaudo-lhe um poema de 300 versos latinos em que elegantemente descreveu a fundação e privilegios de tão illustre cidade. Na carta em que lhe offerece este poema o intitula *Pontificum decus*. Foi tambem este prelado que instituiu escolas publicas em Braga, e defendeu com energia a jurisdicção da Egreja. Foi sepultado na capella que mandára construir para seu jazigo, e sobre o tumulo se vê a sua estatua.

Sousa *(D. Diogo de)*. Arcebispo de Evora. Era natural de Braga, sendo filho natural do deão de aquella Sé, D. Pedro de Sousa. Foi successivamente nomeado arcediago de Evora, bispo de Miranda, por fim arcebispo de Evora, mitra que o bispo da Guarda havia rejeitado. Tomou posse do arcebispado em 1610, e n'esse mesmo anno falleceu. A campa em que fôra sepultado, desappareceu, parece que por occasião de umas obras que mais tarde se fizeram na capella-mór.

Sousa *(D. Diogo de)*. Arcebispo de Evora. N. em Villa Viçosa, e fal. em Evora a 23 de janeiro de 1678. Era filho do Fernão de Sousa, que foi governador de Angola, e de sua mulher D. Maria

de Castro, ambos da primeira nobreza de Portugal. Estudou em Coimbra, foi arcediago de Santa Christina, deputado do Santo Officio de Evora, inquisidor na de Lisboa, doputado do conselho geral do Santo Officio e da Mesa da Consciencia e Ordens, visitador das inquisições do reino, esmoler-mór, reformador das ordens militares e conselheiro de Estado no tempo de D. Affonso VI e durante a regencia do infante D. Pedro. Tambem fôra esmoler-mór de D. João IV, que lhe era muito affeiçoado, por elle ter sido creado no paço dos duques de Bragança. Em 1671 o regente D. Pedro o nomeou bispo de Leiria, mas D. Diogo de Sousa não chegou a tomar posse, porque tendo vagado o arcebispado de Evora, por morte do arcebispo D. João Coutinho, foi transferido para essa diocese, e a 20 de junho de 1671 tomou posse do arcebispado por procuração. Este prelado foi muito estimado pela simplicidade do seu viver e frugalidade da sua mesa, pois que das grandissimas rendas que recebia, gastava-as todas em esmolas, nas frequentes visitas pastoraes que fazia, e em obras de piedade, reservando para si o que era estreitamente preciso para o moderado trato de sua pessoa e da sua familia. Em 1677 celebrou um concilio provincial, o primeiro de que ha memoria em Evora. Tambem fez grandes obras na sé cathedral, e n'ella mandou fazer a sua sepultura.

Sousa *(Diogo José Ferreira de).* Escriptor do seculo XVIII. Era natural de Trancoso, e physico-medico mathematico. Imprimiu em Salamanca a seguinte obra: *O sonho mais opportuno na beira do rio Tormez, e chronista abreviado entre succintas historias, prognostico diario de quartos de lua, successos politicos e elementares da Europa para o anno de 1754.*

Sousa *(Diogo Lopes de).* Fidalgo da Casa Real no seculo XV. Acompanhou D. João I ao cêrco de Tuy em 1418, e em premio dos seus serviços recebeu as terras e bens de Egas Coelho, que se passara a Hespanha. Foi mordomo-mór d'esse soberano e de el-rei D. Duarte, esteve na empresa de Tanger em 1437, e posteriormente fez parte do conselho da regencia da rainha D. Leonor durante a menoridade de D. Affonso V. Mais tarde este monarcha o mandou servir de alcaide e fronteiro mór de Elvas na ausencia do infante D. Fernando, e depois o proveu definitivamente n'esses cargos por morte do infante. Fal. pelos annos de 1451, e jaz no convento da Batalha na capella de S. Miguel, que D. João lhe dera para ahi se depositarem as pessoas da sua familia, honra que a nenhum outro fidalgo fôra concedida, e que prova bem o apreço em que pelo mestre d'Aviz era tido Diogo Lopes de Sousa.

Sousa *(Diogo Lopes de).* Senhor de Oliveira do Bairro e commendador de Soure na ordem de Christo. Foi do conselho de D. João III, nomeado em 1552 governador da Relação da cidade do Porto, cargo que veiu a ser hereditario na sua casa, e em 1554 foi a Castella como embaixador, e tendo acompanhado D. Filippe a Flandres, voltou ao reino em 1556. Pela morte de Manuel de Sousa reverteu a casa de Sousa para a corôa, mas o cardeal D. Henrique fez d'ella mercê a Diogo Lopes, que posteriormente escolheu para ser um dos governadores do reino. Como a maioria dos seus collegas, deixou-se vencer pelo ouro de Castella, e foi elle até um dos que mais imprudentemente sacrificaram á propria venalidade os interesses da patria. Os tres que se podiam dizer verdadeiramente escravos de D. Christevão de Moura, eram Diogo Lopes de Sousa, D. João Mascarenhas e Francisco de Sá. Foi elle um dos que em Setubal tiveram de saltar pela janella da casa em que residiam, para fugir á colera do povo. Refugiou-se então em Elvas, e ahi morreu em 1580, quando as tropas hespanholas entraram em Portugal.

Sousa *(Domingos Hygino de Ponte e).* Lente da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. N. em Barrancos a 11 de janeiro de 1862, fal. em Lisboa a 27 de julho de 1904. Era filho de André da Ponte e Sousa. Vindo para Lisboa seguiu o curso da Escola Polytechnica, em que muito se distinguiu, matriculando-se depois na Escola Medico-Cirurgica, terminando brilhantemente os estudos em 1890, defendendo these a 22 de junho, a qual publicou com o titulo de *O Suicidio*, n'esse mesmo

Dr. Hygino de Sousa

anno. Frequentou então o Instituto Optalmologico de Lisboa, foi á Allemanha aperfeiçoar se na especialidade de doenças de olhos, regressou á patria, no fim de dois annos de estudo, deixando em Allemanha as mais gratas recordações, como deixam sempre todos os que trabalham e se distinguem. Ao seu consultorio, e á consulta externa de doenças de olhos do Lospital de S José, de cuja consulta era director, começou desde logo a affluir numerosos doentes, sendo algumas das curas consideradas como verdadeiros milagres. Era um operador distinctissimo e consciencioso. Apresentou-se ao concurso para lente substituto da secção medica, cuja dissertação, intitulada *Iris*, se publicou em 1900, e por decreto de 31 de janeiro de 1901 foi provido n'aquelle logar. O dr. Hygino de Sousa era medico assistente do hospital de S. José (enfermaria Sousa Mar-

tins). Foi socio da Sociedade das Sciencias Medicas, secretario da direcção da Associação dos Medicos Portuguezes, socio da Sociedade de Geographia, da Assistencia Nacional aos Tuberculosos (vogal da sub-commissão de estudo e estatistica da tuberculose) e da Liga Nacional contra a tuberculose. O dr. Hygino de Sousa tambem se evidenciou como jornalista. Sendo ainda estudante, foi durante alguns annos redactor do jornal *A Patria*, fundado por academicos de valor, em que Hygino de Sousa era um dos mais enthusiastas, escrevendo numerosos artigos vehementes e fogosos. Comtudo, o jornalismo não lhe tirou o tempo preciso para o estudo. Foi por occasião do *Ultimatum* de 11 de janeiro de 1890, que Hygino de Sousa se salientou, tanto no jornalismo como nas reuniões patrioticas. Foi vogal da commissão de Subscripção Nacional que se organisou depois d'esse *ultimatum*. Estava então a concluir o seu curso, e precisava socego para se entregar inteiramente á sua missão de mitigar as dôres humanas. O dever profissional impunha lhe deixar o jornalismo, e assim, sem renegar os seus ideaes, dedicou se á sciencia, e com ella constituiu um apostolado, em que grangeou fama e sympathias. Uma tuberculose intestinal o victimou em pleno vigor da edade e em plena pujança do seu bello talento. Era casado com D. Alice Pereira Caldas, filha de Antonio Caldas, abastado proprietario em Silves. A pobre senhora estava em Davon Platz com o filhinho, a tratar se da tuberculose, quando recebeu a dolorosa noticia da morte de seu marido.

Sousa *(Eduardo Alfredo de)*. Medico sub-delegado de saude, no Porto, jornalista, etc. N. n'esta cidade a 21 de maio de 1865. Aos 16 annos, foi para o Brazil destinando se á vida commercial, que depois abandonou, entrando para a redacção do *Diario de Campinas*. Aos 19 voltava ao Porto, concluindo os preparatorios, matriculando se 2 annos depois na Academia Polytechnica nas cadeiras preparatorias para o curso medico, collaborando durante esse tempo no *Jornal da Manhã* e depois no *Jornal de Noticias*. Em 1890, frequentando já a Escola Medico Cirurgica do Porto, tomou uma parte muito evidente no movimento das escolas por occasião do *Ultimatum*, sendo um dos organisadores da ephemera *Liga Patriotica do Norte*, que teve como presidente Anthero do Quental. Com Joaquim Antonio Gonçalves, Luiz de Magalhães e Francisco dos Reis Santos, presidente da commissão academica do Porto, foi convidar a Villa do Conde o grande poeta para esse fim. Fez parte, tendo n'elle a mais preponderante influencia, do jornal academico *O Rebate*, a cuja redacção pertenceram Alfredo da Magalhães, João Novaes, Diniz Neves e Samuel Maia, e que, com a *Patria*, de Lisboa, dirigida por Hygino de Sousa, tanto se assignalou n'essa epoca. Foi depois um dos redactores effectivos da *Republica Portugueza*, dirigida por João Chagas, que durou até ao dia 31 de janeiro de 1891, data da insurreição militar do Porto. Ahi subscreveu muitos artigos com o pseudonymo de *Gualter*. Redigiu o manifesto que tinha de ser distribuido em nome da guarnição revoltada, documento energico e vibrante, cujos fragmentos veem publicados na *Historia da Revolução de 31 de Janeiro*, de João Chagas e do tenente Coelho; veiu tambem reproduzido no V vol. do *Portugal*, a pag. 971. Sendo condemnado pelos conselhos de guerra de Leixões a 2 annos de prisão correccional, Eduardo de Sousa, então aspirante a facultativo do ultramar, foi passado á categoria de grumete da armada, contra o que reclamou, sendo restituido á sua primitiva situação, depois de consultada a auditoria de Supremo Conselho de Guerra e Marinha, sendo então o ministro d'esta pasta o conselheiro Ferreira do Amaral. Não cumpriu integralmente a pena em que havia sido condemnado por ser incluido no indulto com outros condemnados, decretado por occasião do presente da *Rosa de Ouro* feito pelo papa Leão XIII á rainha D. Amelia Em 1892 matriculou-se de novo no 2.° anno da Escola Medico-Cirurgica do Porto. Em 1894, tendo concluido o 3.° anno do seu curso, pronunciou em Aveiro um discurso nas festas commemorativas da inauguração da estatua de José Estevão, que depois foi impresso. Em 1896, sendo quintanista, foi o presidente da commissão academica que realisou as brilhantes festas em honra do coronel Galhardo e dos seus companheiros da expedição do Gungunhana e presidiu á commissão dos estudantes do Porto que vieram a Lisboa cumprimentar o grande poeta João de Deus. O discurso que então pronunciou, foi impresso mais tarde, com o titulo *Memento*. Proferiu tambem as allocuções nos funeraes dos seus condiscipulos José Moutinho de Vasconcellos e Arnaldo Augusto Taveira, que se haviam suicidado. Concluiu o seu curso n'esse mesmo anno, intitulando-se a sua dissertação inaugural, verdadeira monographia, *O Pão*, que dividiu em 4 partes: *O pão e a sua historia, o pão na ethnographia portugueza; o pão na industria; o pão como alimento*. Foi approvado com louvor, sendo este trabalho considerado um dos mais notaveis apresentados na Escola do Porto. Em 1898 publicou um opusculo: *O cirurgião Pimenta*, discurso pronunciado na Escola Medica na sessão promovida pelos estudantes em honra do douto professor Eduardo Pimenta. Em 1895, a proposito da peste, publicou 2 opusculos que fizeram grande sensação: *A peste no Porto (sôros e vacinas) Autopsia a um sabio da China*, resposta aos artigos publicados pelo dr. Gomes da Silva, chefe do serviço de saude de Macau, no *Commercio do Porto*. Em 1899 foi um dos fundadores do *Diario da Tarde*, em que sempre collaborou activamente, sendo depois o seu redactor politico. Em 1901 foi nomeado sub-delegado de saude do Porto, e como tal publicou uns interessantes artigos na *Gazeta Medica do Porto*: *Contribuição para o estudo da hygiene do Porto; As aguas das fontes de Massarellos*; os quaes vieram reproduzidos em *separata*. Ha d'elle ainda outro opusculo: *Maus azeites*, ácêrca da fiscalisação dos generos alimenticios no Porto, reproduzindo os artigos insertos no *Diario da Tarde*. E' tambem correspondente do importante jornal fluminense *O Paiz*.

Sousa *(Fernando de)*. Um dos primeiros governadores de Angola. N. em Villa Viçosa, sendo filho de Martim Affonso de Sousa, alcaide-mór de Montalegre, e de D. Joanna de Tavora. Foi senhor de Gouveia, alcaide-mór de Montalegre, commendador de Santa Maria de Biade na ordem de Christo, e védor da casa do duque de Bragança D. Theodosio II. Em 1627 foi nomeado pelo governo de Filippe IV de Hespanha, gover-

nador e capitão general de Angola, onde substituiu o bispo D. Fr. Simão de Mascarenhas. Teve guerras importantes com a famosa rainha Ginga, e derrotou completamente os bandos innumeraveis de pretos que a inquieta princeza puzera em armas, aprisionando lhe as duas irmãs Cambe e Funge. Em 1628 fez baptisar as duas pretas, a quem deu o nome de D. Barbara e D. Eugenia, e mandou-as de novo para Matamba. Em 1629 viu se ameaçado por uma grande esquadra hollandeza que parecia querer tentar um desembarque, mas que se afastou sem o realisar. N'esse mesmo anno organisou um novo systema d'administração da fazenda real nos presidios, e em 1630 recolheu-se ao reino, entregando o governo a Manuel Pereira Coutinho. Consagrou se tambem a estudos genealogicos, e escreveu um *Nobiliario das familias de Portugal*, que se não imprimiu.

Sousa (*D. Francisca de Paula da Conceição Grelho e*). Nascida em Penafiel, e fallecida no Porto em 1632. Casada com o dr. José Teixeira de Sousa, corregedor e chanceller da Relação e Casa do Porto; fundou o recolhimento de N. S.ª das Dôres e S. José, das meninas desamparadas, do Porto, em 1808, com o producto das esmolas que conseguiu obter e com as rendas da sua casa. D. João VI declarou-se protector d'esse pio estabelecimento por provisões regias de 8 e 2› de novembro de 1819

Sousa (*Francisco de*). Um dos poetas do *Cancioneiro*, de Garcia de Rezende. Viveu no tempo d'el-rei D. Manuel. No referido *Cancioneiro*, edição de 1516, encontram se versos seus de fl. 213 até 215.

Sousa (*Francisco de*). Natural da ilha da Madeira, e feitor da Casa Real, no Funchal. Escreveu um *Tratado das ilhas novas e descobrimento d'ellas, e outras cousas, e assim sobre a gente da nação portugueza que está em uma grão ilha, que n'ella fôram ter no tempo da perdição da Hespanha, que ha trezentos e tantos annos, em que reinava el rei D. Rodrigo, e dos portuguezes que fôram de Vianna e das ilhas dos Açôres a povoar a Terra Nova do Bacalhau, vae em setenta annos, de que succedeu o que adeante se trata, anno do Senhor 1570.* Esta obra que devia ser muito curiosa, ficou manuscripta.

Sousa (*D. Francisco de*). Era filho de D. Pedro de Sousa, senhor de Beringel. Serviu em Tanger no tempo em que esta praça era governada por D. João de Menezes. Em 1578 foi a Africa como capitão d'um dos galeões da armada, de que era general seu tio D. Diogo de Sousa. Foi capitão-mór da comarca de Beja, e em 1588, quando veiu a armada com o prior do Crato, o mandou el rei a Elvas a reunir gente, e depois o nomeou capitão da Mina, o que não teve effeito. Em 1591 foi mandado por governador e capitão general da Bahia, e encarregado de vêr ó negocio das minas annunciado por Roberto Dias. Governou durante 11 annos. Em 1608 teve a patente de capitão-general, separando se as capitanias de S. Vicente, Espirito Santo e Rio de Janeiro do districto da Bahia e concedendo-lhe o rei grandes prerogativas Fal. na villa do S. Paulo em junho de 1611.

Sousa (*D. Francisco de*). Official do seculo XVII, que serviu no Brazil contra os hollandezes, e depois na guerra da Restauração. Foi governador de Alconchel, praça hespanhola, tomada pelos portuguezes. Deixando se levar do seu genio impetuoso caiu prisioneiro nas mãos dos castelhanos. Depois de trocado serviu na marinha, foi capitão do galeão *Leão coroado* que em 1650 saiu contra a armada do parlamento de Inglaterra, e encontrando-se com os inimigos sem reparar na desegualdade, sustentou um renhido combate até que ficou morto, e só depois puderam os inglezes tomar o navio.

Sousa (*P. Francisco de*). Grande historiador, jesuita. N. no Brazil na ilha de Itaparica, situada defronte da cidade da Bahia, em 1632, fal. em Gôa em 1713. Entrou na Companhia de Jesus na sua patria, e passando a Portugal, seguiu em 1617 para a India, onde continuou os seus estudos, entregando se ao mister de prégador. Veiu a Portugal estar algum tempo, mas em 1665, voltou para o Oriente. Foi vigario da egreja de N. S.ª das Neves na ilha de Salsete, preposito na casa professa de Gôa, e deputado da inquisição da mesma cidade. O geral da ordem Tirso Gonzales ordenou-lhe que escrevesse a chronica dos feitos dos jesuitas no Oriente, e Francisco de Sousa escreveu o *Oriente conquistado a Jesus Christo pelos padres da companhia de Jesus da provincia de Gôa*. A 1.ª parte foi impressa em 1710, e abrange os primeiros 22 annos; a 2.ª, impressa tambem no mesmo anno, chega até 1585, e a 3.ª ficou manuscripta. A obra dizem ser importantissima, pois trata das missões jesuiticas, quer dizer, da propagação da civilisação portugueza no Oriente.

Sousa (*Francisco Saraiva de*). Presbytero secular, licenceado em canones pela Universidade de Coimbra, escriptor, etc. Era natural de Trancoso, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Tomou ordens de presbytero, e estudando na referida Universidade, depois do seu acto de licenceado, foi collado na freguezia dos Martyres, de Lisboa, e escolhido para confessor das freiras do convento de Santa Martha Viveu no seculo XVII, e escreveu a seguinte obra: *Baculo pastoral de flôres e exemplos colhidos de varia e authentica historia espiritual sobre a doutrina christã*, etc., Lisboa, 1624; teve mais edições, em 1628 e 1657; saiu mais accrescentada, em 1676, 1682, 1690, 1698 e 1719. A obra na 1.ª edição, era dedicada ao principe D. Theodosio.

Sousa (*D. Frederico Guilherme de*). Fidalgo do seculo XVIII, pertencente á nobre familia, que foi depois dos duques de Palmella. N. a 2 de dezembro de 1737, fal. em 1790. Era filho de D. Manuel de Sousa, e de sua mulher D. Marianna Leopoldina de Holstein. D. Manuel foi victima do rigor do marquez de Pombal, e morreu no forte da Junqueira. D. Frederico e seus irmãos, emquanto viveu el rei D José, estiveram em completo desfavor; apenas elle morreu, logo a 18 de março de 1778 foi nomeado governador da India, e a 30 do mesmo mez e anno recebeu o commando da guarda real allemã, vago pela morte de seu irmão D. Filippe. Partiu sósinho para a India a 22 de maio de 1779, e logo no dia 26 tomou posse do governo. A 4 de fevereiro de 1780 officiava para Lisboa dando parte da extrema decadencia em que se encontrava na cidade de Gôa. No principio do seu governo procedeu com energia e acerto, em 1781 enviou uma expedição composta de 74 praças de artilharia, 174 de infan-

taria europeia, 863 da legião de Pondá e 922 spahis para reconquistarem a provincia de Sanquelim, o que levaram a effeito, e a 25 de maio de 1783 uma divisão de 5:712 homens retomou tambem a praça do Alorna. Em 1782 franqueou se á veneração de milhares de devotos o tumulo de S. Francisco Xavier. D. Frederico Guilhermo era extremamente prodigo, o viveu em Gôa sempre com extraordinaria magnificencia. Além d'isso teve por amante uma formosa dama, D. Anna de Manteigui, com quem despendia fabulosas sommas. Bocage, que esteve por esse tempo na India, consagrou á celebre favorita o poema burlesco intitulado: *A Manteigui*, que foi para elle causa de dissabores. Fôram taes os gastos de D. Frederico Guilherme de Sousa, que, não lhe chegando nem os largos estipendios do seu cargo, nem os grandes rendimentos de sua casa, que todos lhe eram enviados para Gôa por sua mãe, pediu autorisação para levantar dinheiro do cofre dos orphãos hypothecando ao pagamento d'essa somma algumas das suas propriedades, sendo tudo destinado a satisfazer os seus crédores que se tornavam impertinentes. Esteve 7 annos na India, mas em 1787 foi rendido por Francisco da Cunha e Menezes, quo tomou posse a 3 de janeiro d'esse anno. D. Frederico, sempre dominado pelo amor que a Manteigui soubera inspirar-lhe, foi ter com ella a Surate, voltou a Gôa, e em fevereiro de 1788 regressou ao reino. Retomou então o commando da guarda allemã, e falleceu, deixando a casa, por não ter filhos, a seu seu irmão D. Alexandre, que foi o pae do grande duque de Palmella.

Sousa (*Gabriel Soares de*). Historiador, um dos primeiros que se occupou das cousas do Brazil. Nasceu, parece que no Ribatejo, nas proximidades talvez da terra que se chama actualmente Villa Nova de Constancia, e pouco mais ou menos em 1540. Partiu para o Brazil entre os annos de 1566 a 1569, estabeleceu se na Bahia, como colono, e ali residiu cêrca de 18 annos; casou; organisou um engenho nas margens do rio Jeriquiçá, e foi vereador da camara da Bahia, porque n'esta qualidade assignou elle o auto da acclamação de Filippe II, de Hespanha, como rei de Portugal. João Coelho de Sousa, seu irmão, explorou o rio de S. Francisco, e nas cabeceiras d'este rio parece que descobriu algumas minas, cuja concessão Gabriel Soares de Sousa veiu pedir na Europa ao governo de Filippe. Com essa intenção saiu do Brazil em 1584, mas depois de interminaveis delongas, só em 1590 conseguiu no fim do mez de dezembro, que na côrte de Madrid se lhe fizessem as concessões pedidas. Voltou afinal para o Brazil levando a patente de governador e capitão-mór da conquista e minas referidas, com a faculdade de proseguir no descobrimento ainda para além do rio, e provido emfim de muitas outras mercês tanto para elle proprio como para aquelles que o acompanhassem. Foi em abril de 1591 que saiu de Lisboa levando comsigo 360 colonos e 4 religiosos carmelitas. Naufragou nas costas de Sergipe, e n'esse naufragio perdeu alguma gente, seguiu com o resto para a Bahia, onde preparou emfim todos os elementos para a sua grande expedição. Finalmente partiu, subindo o rio de S. Francisco, e chegou a mais de 100 legoas da costa, mas foi ter a um sitio por tal fórma insalubre, que a maior parte dos expedicionarios ali falleceu, morrendo entre elles o proprio chefe, cujos ossos fôram depois trasladados para a Bahia e depositados no mosteiro de S. Bento n'uma sepultura, onde se inscreveu este simples epitaphio: *aquiz jaz um peccador*. Quando Gabriel Soares de Sousa veiu para a Europa, trazia uma obra em que descrevia minuciosamente a riquissima região que os portuguezes tinham descoberto, e que exploravam na America Portugueza. O manuscripto, offerecido em 1 de março de 1687 ao tristemente celebre D. Christovão de Moura, chegou ao conhecimento do Barbosa Machado, que por isso inseriu o nome do autor no 2.º volume da *Bibliotheca Lusitana*, e deu noticia da obra. Nos fins do seculo XVIII, ou principios do XIX, o escriptor brazileiro Fr. José Marianno da Conceição Velloso, tendo noticia da obra, quiz publical-a. Era elle então director de uma typographia de Lisboa Veiu lhe ás mãos uma copia do manuscripto, e principiou a imprimil a com o titulo de *Descripção geographica da America Portugueza*. Interrompeu se, comtudo, a impressão, não se sabe porquê, chegando apenas a imprimir-se 202 paginas, até ao fim da 1.ª parte, chegando ao capitulo 77. Em 1825, resolveu a Academia Real das Sciencias, ignorando ao que parece, a tentativa de Velloso, imprimir tambem o mesmo livro. Serviu se pois de outra copia do manuscripto, e no tomo III da *Collecção de Noticias para a Historia e Geographia das Nações Ultramarinas*, a inseriu com o titulo: *Noticia do Brazil, descripção verdadeira da costa de aquelle Estado, que pertence á corôa do reino de Portugal, sitio da Bahia de Todos os Santos*. Em 1838, o erudito escriptor brazileiro Varnhagen escreveu umas *Reflexões criticas* a esta obra, em que fez algumas importantes modificações no texto, e em que revelou tambem o nome do autor, que até então se conservava completamente ignorado. Emfim, o proprio Varnhagem, depois de ter feito um largo estudo a respeito da obra, e de ter confrontado 20 copias, que encontrou no Brazil e na Europa, conseguiu restabelecer completamete o texto; publicou então a obra perfeitamente correcta no tomo XIV da *Revista Trimensal do Instituto*, tirando ao mesmo tempo exemplares em separado. A obra ficou com o titulo seguinte: *Tratado descriptivo do Brazil em 1587: Obra de Gabriel Soares de Sousa, senhor de engenho na Bahia, n'ella residente 17 annos, seu vereador da camara*, etc. A obra illustrada com alguns commentarios de Varnhagem, saiu no Rio de Janeiro em 1851.

Sousa *(Gaspar de)*. Era filho de Alvaro de Sousa, capitão de Chaul e sobrinho de D. Christovão de Moura; foi alcaide-mór de Mira, e recebeu em 1613 o elevado cargo de governador e capitão general do Brazil. Foi durante o seu governo que os francezes fôram definitivamente expulsos do Brazil. Deixando o governo, foi nomeado conselheiro d'Estado.

Sousa *(D. Gonçalo Garcia de)*. Era filho do rico homem D. Garcia Mendes de Sousa, e succedeu na casa de Sousa a seu primo D. Mendo Gonçalves do Sousa, por ser o parente mais proximo. Foi alferes-mór do D. Affonso III, e chegou a ser o mais poderoso senhor do seu tempo polas muitas terras, coutos, honras e padroados de quo a sua casa se compunha.

Sousa *(Gonçalo Mendes de)*. Filho do conde D.

Mendo de Sousa; foi mordomo-mór de D. Sancho I, fronteiro-mór de Lisboa, assistiu ás tomadas do Elvas, Serpa e Ayamonte. Fal. a 25 d'abril de 1243.

Sousa *(D. Gonçalo Mendes de).* Fidalgo muito estimado por D. Affonso Henriques, com o qual esteve em algumas das suas batalhas. Acompanhou o infante D. Sancho a Sevilha, e distinguindo-se n'uma batalha contra os moiros, tomou a estes 4 bandeiras semeadas de crescentes, as quaes mandou pendurar no mosteiro de Pombeiro. Morreu entre os annos de 1180 o 1190.

Sousa *(Gonçalo Rodrigues de).* Senhor e alcaide-mór de Monsaraz; alcaide-mór de Marvão. Foi com o conde de Andeiro a Castella a tratar do casamento da infanta D. Brites com o rei D. João I. Por morte de D. Fernando seguiu algum tempo o partido da rainha D. Leonor Telles, com quem estava em Santarem, quando o monarcha castelhano marchou sobre essa villa. Passando-se depois, pelo menos apparentemente, para o do mestre d'Aviz, foi nomeado commandante da armada que de Lisboa saiu a juntar se com a do Porto, mas d'ahi a pouco deu ordem ao seu tenente em Marvão para tomar a voz de Castella. Retirando em seguida para Hespanha, foi lá senhor de Sofra e de outras terras e acompanhou na guerra os mestres de Calatrava e S. Thiago.

Sousa *(Henrique de).* Era filho do chanceller João de Mello e Sousa, e natural de Coimbra. Formou se na Universidade e foi desembargador da Casa da Supplicação, nomeado em 1576; procurador das ordens militares, e desembargador do Paço. Fal. em Lisboa a 15 de junho de 1605. Escreveu umas *Decisiones ad Ordines militares pertinentes*; uma *Ecloga entre Pereiras e Carvalhos*, um epigramma em louvor de Lopo Serrão que escrevera a respeito da velhice, o varias poesias em louvor de Santo Antonio.

Sousa *(Ignacio Carvalho de).* Cavalleiro professo da ordem de Christo, um dos membros da Academia Real de Historia Portugueza, etc. N. em Lisboa a 2 de fevereiro de 1680, fal. na segunda metade do seculo XVIII. Foi secretario do duque de Cadaval, D. Nuno Alvares Pereira de Mello, e fundador da Academia dos Anonymos, que durante 14 annos reuniu em sua casa, e n'ella explicava as lições da arte poetica. Fundada em 1720, a Academia Real de Historia Portugueza, foi um dos 50 primeiros socios nomeados por D. João V, sendo encarregado de escrever as *Memorias ecclesiasticas do bispado d'Elvas*, e as *Seculares de D. João II.* Não chegou a escrever essas obras, mas imprimiu um *Catalogo dos bispos d'Elvas*, varias contas dos seus estudos academicos, em que figurava a dedicatoria a D. João V das planeadas memorias de D. João II. Tambem publicou em varias collecções do tempo algumas poesias.

Sousa *(Jacinto Antonio de).* Doutor em phylosophia, pela Universidade do Coimbra, e professor na sua faculdade. N. no Funchal a 3 de janeiro de 1818, fal. em Coimbra a 15 de agosto de 1880. Era filho de Eugenio Antonio do Sousa. Vindo matricular se na Universidade, dedicou se com tanto empenho ao estudo das Sciencias, que frequentando tres faculdades, tomou o grau de bacharel em direito e em mathematica, doutorando-se na de philosophia a 6 de janeiro de 1858. Durante as suas formaturas esteve encarregado da direcção litteraria dos filhos do duque de Palmella. Entrou no corpo docente da faculdade de philosophia, e foi lente muitos annos de uma das cadeiras de physica, sciencia de que fez a sua especialidade e mais em particular da parte respectiva á meteorologia e ao magnetismo terrestre. Em maio de 1860 foi um dos membros da commissão nomeada pelo governo para ir a Hespanha observar o eclipse total do sol, annunciado para o dia 18 de julho. Depois do se desempenhar d'este trabalho, foi encarregado de visitar os mais notaveis estabelecimentos scientificos de Hespanha, França, Belgica e Inglaterra, e principalmente os observatorios meteorologicos e magneticos. D'esta viagem scientifica escreveu e publicou em Coimbra, 1862, um interessante relatorio assim denominado: *Relatorio d'uma visita aos estabelecimentos scientificos de Madrid, Paris, Bruxellas, Londres, Greewich e Kew.* Depois de conseguir da faculdade de philosophia o do governo que se mandassem fabricar em Inglaterra os instrumentos necessarios, e habilitado com os estudos praticos que fez n'uma segunda viagem, e com a verificação d'aquelles mesmos instrumentos, começou a dirigir em 1862 a construcção do Observatorio Meteorologico e Magnetico da Universidade de Coimbra. Escolheu-se para esta construcção um terreno inculto na cumiada, que, pela sua altura, 140 m. acima do nivel do mar, e por ser pouco distante da cidade, estava nas condições mais convenientes ao fim para que foi destinado. Junto do Observatorio edificou o dr. Jacinto Antonio de Sousa uma casa muito elegante, transformando n'um jardim o terreno adjacente, que antes não era mais que uma arida e improductiva saibreira. Para dar ideia dos grandes esforços quo empregou para vencer e modificar a natureza, bastará dizer que formou um solo artificial com terra que mandou vir das insuas do Mondego, e construiu grandes reservatorios para recolher, durante o inverno, a agua fluvial afim de supprir a falta de qualquer outra n'aquelle sitio agreste. A Universidade deve-lhe, portanto, um excellente observatorio, e Coimbra a arborisação e o aformoseamento de um logar inculto e desagradavel á vista. No anno de 1864 deu principio ás observações meteorologicas o magneticas, das quaes publicava todos os annos os respectivos mappas e noticias. Em 1 de dezembro de 1874 foi a Universidade de Coimbra convidada pela de Leide, Hollanda, para assistir á solemnidade, com que esta pretendia celebrar o tricentenario da sua fundação. O corpo cathedratico mostrou desejos quo a Universidade se fizesse representar por uma commissão; o governo prestou se a conceder os meios necessarios para a viagem, e resolvida esta grande difficuldade, fôram nomeados para constituirem a commissão os doutores Jacinto Antonio de Sousa e Augusto Filippe Simões. Sobre este assumpto ha um escripto que tudo illucida: *O Tricentenario da Universidade de Leide. Relatorio dirigido ao ill.mo ex.mo sr. visconde de Villa Maior, reitor da Universidade de Coimbra*, pelo dr. Augusto Filippe Simões. Em 1873 publicou o dr. Jacinto Antonio de Sousa em Coimbra, um folheto de 15 paginas, de 8.°, *Additamento á memoria historica da faculdade de philosophia.* Este folheto contém noticias e esclarecimentos re-

lativos ao observatorio da Universidade. Collaborou no *Instituto* de Coimbra, e em outras publicações scientificas, litterarias, nacionaes e estrangeiras. Era commendador da ordem de Christo e da ordem da Rosa, do Brazil.

Sousa (*D João de*). General de artilharia. Era filho segundo do 1.º marquez das Minas. Acompanhou desde muito novo seu pae na guerra do Alemtejo, assentou praça no terço do conde de S João, e quando o marquez das Minas esteve a governar as armas do Minho, tambem n'essa provincia serviu D. João de Sousa. Foi tenente de couraça, capitão de cavallos ligeiros, capitão de couraça da guarda de seu pae, e em 1664 já era mestre de campo do terço da guarnição de Setubal. No anno seguinte embarcou com o terço da armada para correr a costa, sendo governador da nau de guerra *Rainha Santa*, e teve de sustentar combate com uns navios argelinos. Na armada que foi em soccorro de Oran teve o mando da fragata *S. Francisco de Borja;* acompanhou seu pae a Roma, quando este ali foi como embaixador extraordinario, e em 1651 passou a governar a capitania de Pernambuco. Voltando em 1685 ao reino, continuou a servir o logar de veador da casa de el rei D. Pedro II, que depois o empregou no governo das armas da provincia do Minho com a patente de general d'artilharia.

Sousa (*D. João de*). Prelado do seculo XVII. N em Lisboa em 1647, fal. a 29 de setembro de 1710. Era filho de Thomé de Sousa, senhor de Gouveia. Formou-se em canones na Universidade de Coimbra, o entrando depois no serviço do Santo Officio, foi deputado em Evora, sendo já arcediago de Santa Christina no arcebispado de Braga, tendo tambem o cargo de sumilher da cortina de D. Pedro II. No tempo de D. Diogo de Sousa, seu tio, que foi arcebispo de Evora, exerceu o cargo de presidente da Relação Ecclesiastica de essa cidade. Foi depois deputado da inquisição de Lisboa, tendo recusado o priorado mór de Palmella e o bispado de Miranda, acceitou a mitra do Porto a que foi promovido em 1684, sendo transferido do Porto para o arcebispado de Braga, e por fim para Lisboa em 1703. Teve fama de ser muito esmoler, e recebeu um breve muito elogioso do papa Innocencio XII. Teve a nómina de cardeal, mas fal. antes de receber a púrpura.

Sousa (*Fr. João de*). Celebre arabista. N. na Syria, na cidade de Damasco, em 1735, sendo seus paes nascidos na India Portugueza. Revelando desde muito creança grande vivacidade e notavel talento, estudou com os barbadinhos francezes, que tinham uma missão em Damasco, e aprendeu as linguas franceza, italiana e hespanhola Entendendo que seria pena que se esterilisasse n'aquelle meio, longe dos grandes centros da civilisação européa, essa viva intelligencia, os barbadinhos francezes aconselharam ao pae do futuro arabista, que o mandasse para a Europa. Assim se fez, e o moço estudante, que não contava então mais de 16 annos, partiu para a Europa, munido de cartas de recommendação para algumas casas de commercio francezas; mas a viagem lhe não correu propicia. Apanhou grandes temporaes no archipelago, andou de arribação em arribação, esteve a pique de naufragar por varias vezes, e finalmente, depois tambem de andar corrido no Mediterraneo, veiu arribar a Lisboa no anno de 1750, e aqui se resolveu a ficar, confiando sómente na providencia, porque não tinha recursos nem conhecimentos. Um feliz acaso o levou a casa d'um dos fidalgos mais illustrados d'esse tempo, João de Saldanha d'Oliveira e Sousa, morgado de Oliveira, que foi depois 1.º conde do Rio Maior. Sympathisaram todos em casa do morgado Oliveira com o desamparado adolescente, interessaram-se tanto por elle e a tal ponto, que não tardou a ser considerado como filho da casa. Quizeram que elle tomasse um dos seus appellidos, e foi assim que o joven damasceno se ficou chamando João de Sousa, deixando o seu antigo appellido, que se ignora qual fôsse. Em 1758 Gaspar de Saldanha foi ser reitor da Universidade do Coimbra, elevou o na sua companhia como secretario. O logar era importante e de responsabilidade, porque Gaspar de Saldanha ia com instrucções especiaes, o incumbido de estudar bem a Universidade, o modo como n'ella actuavam as influencias jesuiticas, e de tudo relatar ao conde de Oeiras, quo n'essa occasião preparava a um tempo as suas duas grandes medidas: a expulsão dos jesuitas e a reforma da Universidade. João do Sousa era o confidente do reitor, o seu auxiliar dedicado e discreto, e effectivamente, incumbido de missão tão espinhosa o delicada, Gaspar de Saldanha não podia fazer se acompanhar senão d'um homem que estivesse para com elle nas condições peculiares em que se achava João de Sousa. Voltando de Coimbra, começou em 1770, sem se saber porque motivo, a pensar em se recolher ao claustro, e persistiu firmemente na sua resolução, por mais que o morgado de Oliveira e sua familia insistissem em o demover de aquelle proposito. Havia, porém, uma difficuldade, que se oppunha não á sua entrada nas ordens religiosas, mas a que n'ellas occupasse a situação a que tinha direito pelo seu reconhecido merito. João de Sousa, quo conhecia as linguas orientaes, como quem vivera os primeiros 16 annos da sua vida no Oriente, que conhecia admiravelmente as linguas da Europa moderna, que estava já sendo um erudito, que conhecia a fundo os nossos classicos, não sabia latim. A educação que recebera, fôra a de um homem que se destina ao commercio, e portanto não se preoccupára com a lingua latina. Escolhera a ordem terceira de S. Francisco, de que era provincial Fr. Manuel de Cenaculo, que foi depois arcebispo de Evora. Vendo, porém, que lhe era indispensavel para professar o conhecimento do latim, já queria ser apenas irmão converso, mas Fr. Manuel do Cenaculo não lh'o consentiu, e instou com elle para que se habilitasse, o que decerto conseguiria rapidamente. Excedeu João do Sousa a espectativa do provincial, porque em poucos mezes, e sem abandonar as obrigações do noviciado, se aprompton em lingua latina, e professou. O empenho de Fr. Manuel do Cenaculo em ter por confrade João de Sousa, era o seu ardente desejo do promover o renascimento dos estudos orientaes em Portugal, que estavam n'uma decadencia lamentavel, e contava muito para isso com o prestimo de João de Sousa. Na verdade, na ordem terceira da Penitencia havia uma aula de arabe regida por Antonio Baptista Abrantes, mas João de Sousa substituil o-ia com vantagem, porque o arabe era para elle quasi a sua lingua materna. Em 1773 quiz el rei D. José man-

dar uma embaixada ao sultão de Marrocos para tratar da paz definitiva, que tinha por base a desgraçada cedencia de Mazagão. Foi n'essa embaixada Fr. João de Sousa como secretario e interprete, e ficou lá, ainda depois de se terem concluido os tratados, não só para estudar os usos, costumes e politica de Marrocos, mas tambem para se aperfeiçoar no dialecto arabe falado em Marrocos, dialecto muito differente do arabe falado na Asia. Voltando a Portugal no fim de 1771, pôde figurar nas festas que se celebraram na inauguração da estatua equestre, em janeiro de 1775. Collaborou activamente nas homenagens prestadas então ao soberano pela ordem terceira. Fundada em 1779 por D. Maria I a Academia Real das Sciencias, foi Fr. João de Sousa um dos seus primeiros socios correspondentes. Trabalhava Fr. João de Sousa ardentemente nos seus estudos arabicos e nas suas investigações philologicas relativas a esta lingua, quando a Academia desejou ter conhecimento de muitos manuscriptos arabes existentes na bibliotheca do Escurial, e que podiam effectivamente esclarecer muito a historia portugueza. D. Maria I não hesitou em proteger essa missão scientifica, em 1789, e Fr. João de Sousa ia partir para Madrid, quando circumstancias politicas urgentes o fizeram partir para Africa. Já anteriormente, em 1736, elle fôra a Argel n'uma commissão especial, e em circumstancias bem criticas, porque então grassava ali a peste. Fr. João de Sousa ia tratar de missões diplomaticas por causa da eterna questão dos captivos, questão que d'essa vez teve de resolver se pela força das armas, bombardeando uma esquadra combinada portugueza e hespanhola a cidade de Argel. Quando, porém, em 1789 estava para partir para Hespanha, a missão que o desviou, foi a Marrocos. Achava se este imperio nas mais lamentaveis circumstancias. Morrera o imperador Sidi Mahommed deixando 14 filhos, alguns dos quaes disputavam entre si herança paterna. Fr. João ia, segundo parece, com intentos conciliadores, que não deram resultado. Por essa occasião tambem offereceu asylo em Portugal aos membros proscriptos da familia do imperador. Em 1789 publicou a sua obra: *Vestigios da lingua arabica em Portugal ou Lexicon ethymologico de palavras e nomes portuguezes que teem origem arabica, composto por ordem da Academia Real de Lisboa.* Esta obra saiu muito mais tarde, em 2.ª edição, no anno de 1830, com addições e correcções de um grande artista portuguez Fr. João de Santo Antonio Moura. Esta obra deu-lhe uma reputação européa. Ao mesmo tempo copiava na Torre do Tombo os documentos arabicos que existem ali, e publicava 58 com a traducção ao lado do texto original escripto em caracteres arabicos. Sairam em 1790, com o titulo: *Documentos arabicos para a historia portugueza, copiados dos originaes da Torre do Tombo com permissão de Sua Magestade e vertidos em portuguez por ordem da Academia Real das Sciencias.* Em 1794 foi nomeado professor da cadeira de arabe no convento de Jesus, e em 1795 ordenou a rainha que essa aula passasse a ser publica, fixando para isso ordenado ao professor e creando o logar de substituto para que houvesse quem a pudesse reger no impedimento do proprietario. N'esse anno de 1795 publicou um *Compendio da grammatica arabe, abreviado, claro e mui facil para a intelligencia da mesma lingua.* A nomeação para o logar de substituto da cadeira da lingua arabe, recaiu em Fr. José de Santo Antonio Moura, já citado, que estivera 4 annos em Africa a estudar o arabe, e desde então se determinou que houvesse sempre em Africa um religioso estudando esse idioma. No tomo V das *Memorias da Litteratura* da Academia, publicou uma *Memoria de quatro inscripções arabicas com suas traducções.* Nada mais publicou. Chegára a uma edade muito avançada, e o peso dos annos, os trabalhos que passára, principalmente nas suas viagens a Africa, a vida sedentaria que levava, minaram lhe o organismo. Accrescia a tudo isto que, apezar de ter vindo tão moço para a Europa, nunca se acclimatara completamente n'esta parte do mundo. Estando no convento de Jesus sobreveiu-lhe uma affecção catarrhosa, de que morreu a 29 de janeiro de 1812. Ficaram ineditas muitas das suas obras. Na Bibliotheca de Evora existem, e figuram no respectivo catalogo que foi publicado, de pag. 209 a 212 e de pag. 223 a 224, muitos dos seus manuscriptos, uns originaes, outros copiados ou traduzidos, já sobre assumptos de historia e litteratura arabe, já sobre as negociações em que andou envolto, de Portugal com as potencias barbaras. Fr. João de Sousa foi nomeado por D. Maria I, em 1792, official da secretaria de Estado dos negocios de marinha. No seu convento foi mestre de noviços e definidor, e morreu com as honras de ex-geral effectivo. Fr. João de Sousa tambem se dedicára apaixonadamente ao estudo da numismatica arabe. Escrevera uma *Numismalogia*, descrevendo varias medalhas arabes dos califas, que em diversas occasiões se tinham encontrado em Portugal, e entre outras de umas que appareceram a 19 de fevereiro de 1781 no termo da villa de Lagos. Juntára a essa descripção uma noticia do reinado dos califas a cujo tempo pertenciam essas medalhas, constituindo um estudo importantissimo que se perdeu.

Sousa *(João de Carvalho de).* Poeta do seculo XVII. Era natural de Lisboa e foi socio da Academia dos Singulares, em cujas *Memorias* publicou alguns sonetos, decimas e redondilhas, e uma *Oração* que recitou em 1664.

Sousa *(João Henriques de).* Primeiro lente nomeado para a Aula do Commercio. N. no Rio de Janeiro, entre os annos, segundo se julga, de 1720 a 1727. Entregou-se aos estudos commerciaes, e travou relações com o gravador portuguez Joaquim Carneiro da Silva, que foi seu companheiro em diversos concertos e saraus, porque eram ambos amadores de musica de muito merecimento. Vindo para Portugal em 1759, foi o primeiro lente despachado pelo marquez de Pombal para a Aula de Commercio que se havia creado. Como deu provas exhuberantes do seu merecimento, o marquez de Pombal o nomeou escrivão do Erario Regio. Annos depois foi nomeado thesoureiro mór da mesma repartição, parece que já em tempo de D. Maria I. E' certo que exercia esse cargo em 1782. Descobriram-se, porém, extravios e irregularidades na sua regencia, e parecendo ser isso devido, não a culpa sua, mas á indolencia que o tornava incapaz de exercer esse cargo. Foi por isso demittido em 1788, e poucos annos sobreviveu. Em 1786 publicára um *Discurso politico sobre o juro do dinhei*

ro, que saiu sem o nome do autor. Esta publicação occasionou uma acalorada polemica da parte de outros escriptores, que contenderam entre si, apoiando diversas opiniões ácêrca da legitimidade dos juros, e chamando em seu auxilio os principios theologicos e juridicos, que cada qual interpretava a seu modo.

Sousa *(João Teixeira Soares de)*. Bacharel formado em philosophia pela Universidade de Coimbra. N. na ilha de S. Jorge, Açôres, a 2 de setembro de 1827, fal. na ilha de S. Miguel, a 1 de julho de 1882. Seguiu o curso de mathematica e de philosophia, formando-se só n'esta ultima faculdade em 1854. Voltou aos Açôres, e começou então a entregar-se ás investigações historicas, em que se tornou verdadeiramente notavel, acontecendo, porém, por infelicidade, que a maior parte dos seus estudos ficaram ineditos, e outros perdidos nos jornaes da sua terra. Foi Soares de Sousa que colleccionou os cantos populares açorianos, que depois fôram publicados pelo dr. Theophilo Braga. No *Jorgense*, publicou um estudo interessante sobre a qualidade de portuguezes que tinham tres celebres navegadores, João Affonso, que esteve ao serviço da França, João Fernandes e Pedro Fernandes de Queiroz, que estiveram ao serviço de Hespanha.

Sousa *(Joaquim José de)*. Medico pela Escola-Medico-Cirurgica do Porto. N. em Moimenta da Beira em agosto de 1804, fal no Granjão de Baixo a 25 de janeiro de 1891. Era filho natural de uma mulher de Villa Pouca, povoação da freguezia de Villa Marim. Protegido pelo abbade de Cidadelhe, matriculou se na Escola Medica do Porto em 1825, terminando com distincção a sua formatura em 1830. Passou em viagem de instrucção pelo paiz o anno de 1831, que foi de continuas revoluções Em principios de 1832, o infante D. Miguel o nomeou cirurgião ajudante do regimento de infantaria n.º 19 de Cascaes. Sitiado o Porto pelas tropas miguelistas, Joaquim José de Sousa prestou relevantes serviços nos hospitaes de sangue que se improvisaram em volta d'aquella cidade, para os sitiantes, sitiados, prisioneiros, nomeadamente no hospital que se creou no convento da Formiga, no qual, em dia de S. Miguel de 1832, entraram cêrca de 1:000 soldados feridos. Em 1833 foi despachado cirurgião-mór para o regimento de artilharia de Faro; em abril de 1834 passou com a mesma patente para cavallaria n.º 8, e, em seguida á convenção d'Evora Monte, 27 de maio seguinte, deixou a carreira militar, e recolheu-se a casa. Recebeu convite para servir no exercito liberal com a mesma patente de cirurgião mór, mas não acceitou, sustentando inabalavel as suas crenças realistas, sempre respeitado e muito considerado por todos, mesmo dos proprios constitucionaes, Exercia a clinica particular com a maior proficiencia, muito zelo e desinteresse, nos concelhos de Mesão Frio, Regoa e Lamego. Fixou a sua residencia na Granjão de Baixo, onde falleceu, como fica dito.

Sousa *(Joaquim Pedro de)*. Professor de gravura e director da Academia de Bellas Artes. N. em Lisboa a 6 de dezembro de 1818, onde tambem fal. a 3 de agosto de 1878. Era filho de Luiz de Sousa, antigo empregado de casa do conde do Farrobo. Matriculou se na referida academia, apenas ella se fundou em outubro de 1836, estudando desenho sob a direcção dos professores Joaquim Raphael e Antonio Manuel da Fonseca, e aconselhado a entregar se ao genero da gravura a talho doce, para que parecia ter vocação decidida, recebeu do conde do Farrobo, incansavel protector da arte portugueza, os meios necessarios para ir estudar a Paris, com o professor Henrique Dupont, para onde partiu em 1837, demorando se ali 7 annos, regressando a Lisboa em 1845. Foi então provido, por concurso, na cadeira de gravura historica. Em março de 1867 foi commissionado para visitar a exposição de Paris, voltando a Lisboa no mez de julho seguinte. Não consta, porém, que publicasse o seu relatorio. Foi nomeado secretario da Academia em 15 de fevereiro de 1870, e era seu director desde 21 de junho de 1876. Fôra vogal das commissões encarregadas do monumento a Camões e de D. Pedro IV, e por essa epoca tambem exerceu as funcções de secretario da Sociedade Promotora de Bellas Artes. No relatorio da direcção d'esta sociedade, em 1879, se faz honrosa menção dos serviços que lhe prestára Joaquim Pedro de Sousa. As suas melhores obras fôram: um desenho muito apreciado do quadro original de Metrass; *Camões na gruta de Macau*, trabalho que desejara passar para gravura; os estudos que fez em Paris dos quadros de Ingres; alguns trabalhos a pastel; uma *Ceia de Christo*, perfeitamente acabada, e em gravura um dos melhores quadros de Annunciação, *Recolher do gado*; a *Leitura*, quadro de Metrass; a estatua de *D. Sebastião*, de Simões d'Almeida, ultimo trabalho que concluiu. Além d'estas obras de maior vulto, muitos retratos, gravura em cobre, dos nossos homens notaveis, publicados na *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, assim como diversas aguas fortes que sairam no segundo *Jornal de Bellas Artes*. Conhecia as differentes maneiras de desenhar e de gravar, o desenho a pastel, a pintura a oleo e o desenho lithographico em que muito se distinguiu. Joaquim Pedro de Sousa recebera a mercê do habito da ordem de Christo. No *Archivo Universal* publicou uma *Revista artistica*, e varios artigos sobre bellas artes no *Jornal do Commercio* e no *Diario de Noticias*.

Sousa *(Joaquim Sabino Eleuterio de)*. Professor do Instituto Agricola. N. em Lisboa a 30 de dezembro de 1835, onde tambem fal. a 9 d'outubro de 1888. Matriculou-se em 1855 no curso facultativo veterinario, na antiga escola veterinaria militar. Pela reforma d'esta escola e sua incorporação no Instituto Agricola, realisada pelo decreto de 5 de dezembro d'esse anno, seguiu o novo curso de veterinario-lavrador, que concluiu em 1859, tendo obtido premios em todos os annos. Em setembro do mesmo anno foi nomeado chefe de clinica para o hospital veterinario, que então se abriu ao publico, e em 1863 entrou para o corpo docente do Instituto como lente substituto da 6.ª e 7.ª cadeiras, depois de ter feito concurso de provas publicas. Pela reforma do dito Instituto, determinada por decreto de 29 de dezembro de 1864, foi nomeado lente proprietario da 6.ª cadeira, clinica medica e jurisprudencia veterinaria, a qual passou depois a ensinar clinica medica e anatomia geral e descriptiva. Em 1865 assistiu, como delegado do governo portuguez, a um congresso internacional de medicos veterinarios, que se reuniu em Vienna d'Austria,

afim de resolver alguns pontos controversos referentes á prophylaxia das doenças epizooticas, entre os quaes figurava, como um dos mais importantes, a duração das quarentenas para os animaes suspeitos de typho contagioso No mesmo anno de 1865 foi nomeado pela camara municipal de Lisboa fiscal sanitario do matadouro, e em 1868 passou a ser inspector d'esse estabelecimento, cujas funcções desempenhou admiravelmente, introduzindo-lhe importantes melhoramentos hygienicos e industriaes, logrando levantar o matadouro municipal de Lisboa á categoria de um dos melhores e dos primeiros matadouros da Europa, estando n'um grau de salubridade e de boa disposição que maravilhava os estrangeiros que o visitavam. A boa organisação d'este serviço foi recompensada pela Sociedade Protectora dos Animaes de Paris, com a concessão da medalha de ouro. Em 1878 foi Sabino de Sousa encarregado de ir á exposição internacional de Paris, na qualidade de commissario do governo na secção pecuaria. Escreveu expressamente para ser enviado a esta exposição, o seguinte livro em portuguez e francez: *O matadouro municipal de Lisboa*, que se publicou em Lisboa, 1878. Tem uma planta do matadouro, desdobravel, e uma descripção completa e minuciosa d'este importante estabelecimento, no estado em que então se encontrava, com os respectivos regulamentos, e um esboço historico desde o primeiro quartel do seculo XV até áquella epoca. Sabino de Sousa era membro da Associação Central d'Agricultura Portugueza, da Sociedade de Geographia de Lisboa e da Associação dos jornalistas portuguezes. Foi director do deposito hyplco, inspector do hospital veterinario, e vice-presidente do conselho administrativo do mesmo hospital. Desempenhou muitas outras commissões officiaes sempre com distincção.

Sousa *(Joaquim Silvestre de)*. Poeta N. em Ponte do Lima a 23 de setembro de 1803, fal. nos ultimos dias de junho ou principios de julho de 1872. Era filho de José de Sousa Sauhudo e de D. Bibiana Joaquina Pacheco. Destinando se á vida ecclesiastica, havia concluido os estudos de latinidade, philosophia e rhetorica na cidade de Braga, quando os successos politicos de 1828 lhe transtornaram a vocação. Accusado de liberal, preso e culpado nas devassas, jazeu nos carceres durante 5 annos e 3 mezes, obrigado a percorrer n'este intervallo entre penosos soffrimentos não menos de 28 cadeias nas 3 provincias do norte. Vendo se restituido á liberdade em 1834, foi logo empregado pelo governo constitucional como chefe de repartição na secretaria da prefeitura do Minho, e depois do governo civil de Braga, quando veiu a reforma administrativa de 1835. Cartista dedicado pediu a demissão quando triumphou a revolução de 9 de setembro de 1836. Em 1841 foi despachado escrivão do juizo de direito da comarca de Guimarães, sendo transferido no fim de muitos annos para a de Villa Nova da Cerveira. Escreveu: *Tentativas poeticas, contendo odes, e outras varias peças originaes ou imitadas, com as traducções em verso portuguez do «Thobias» de Florian, e do «Lutrin» de Boilau*, Braga, 1839. Esta collecção publicada com as simples iniciaes J. S. S, foi muito acolhida do publico, e mereceu os elogios da imprensa periodica d'esse tempo. Publicou mais: *Ode a Sua Magestade o Sr. D. Pedro V*; saiu inserta no jornal *A Opinião*, de 17 de novembro de 1857; *Varias poesias*, na *Miscellanea poetica*, publicada no Porto, em 1851, tomo I, pag. 140, 152 e 204; e no tomo II, pag. 8, 85, 117, 129, 169 e 190 Deixou muitas poesias ineditas, e outros impressos em diversos jornaes.

Sousa *(José de)*. Poeta, e um dos homens mais eruditos do seu tempo. N. em Lisboa a 19 de agosto de 1860, onde tambem fal. a 9 de dezembro de 1744. Era filho de Silvestre de Araujo e de Catharina de Sousa. Cegou, quando ainda não tinha um anno, em consequencia d'um terrivel ataque de bexigas. Comtudo, a cegueira não o impossibilitou de estudar e de se distinguir nos seus estudos. Cursou humanidades no collegio de Santo Antão, tendo por mestre o P. Jeronymo de Castilho, grande latinista, e em tanto apreciava o merito do seu discipulo cego, que era este sempre quem resolvia alguma duvida que se apresentava Passou depois a estudar philosophia, theologia e mathemathica, e em todas estas sciencias defendeu conclusões publicas com grande applauso, que redobrava ainda com a cegueira do estudante, que tornava realmente maravilhoso o modo como elle respondia ás perguntas de mathematica, não podendo escrever na pedra. Fôra theologia moral que elle estudára no collegio de Santo Antão, passou depois para o de S. Patricio, onde estudou theologia polemica, historia ecclesiastica e secular, chronologia, musica, oratoria e poetica. Eleito socio da *Academia dos Anonymos*, foi depois presidente da mesma academia. Corriam todos a ouvir o cego academico. que versejava no estylo do tempo, e os discursos que na sua qualidade do presidente, fazia por occasião do carnaval em estylo joco serio. As suas producções em prosa e verso, que tinham saido primeiro nos *Progressos academicos dos anonymos de Lisboa*, sairam depois da sua morte juntas em volume, no anno de 1746, por iniciativa de Francisco Luiz Ameno, com o titulo seguinte: *Collecção de algumas obras posthumas que em prosa e verso deixou José de Sousa, cego desde o berço.* As composições poeticas eram sempre assignadas por *Theologo eterno.* José de Sousa tinha uma memoria prodigiosa, estimava muito os livros e tinha conseguido formar uma boa bibliotheca. Viveu sempre pobre, e fal. com 64 annos de edade, sendo sepultado na egreja da Encarnação. José de Sousa exerceu o logar de porteiro dos armazens, e, inculcado pelo P. D. Manuel Caetano de Sousa para mestre de Francisco de Mello, herdeiro da casa de Ficalho e dos filhos do conde de Calhariz, lá ganhou mais alguma cousa ensinando latinidade aos jovens fidalgos. A sua erudição era tão ampla que, além das disciplinas indicadas, tambem sabia grego a fundo, e entendia muito de medicina.

Sousa *(Fr José de)*. Religioso da ordem dos carmelitas. N. no Porto em março de 1654, fal. em Lisboa a 20 de março de 1730. Era filho de Manuel de Sousa Machado, e de sua mulher D. Maria da Conceição. Entrou no convento do Carmo, de Lisboa, em 1679, e professou em 1680. Estudou no collegio de Coimbra, e regeu philosophia no convento de Lisboa. Em 1694 foi doutorado em theologia pelo geral da ordem. Foi prior do convento de Lisboa, vigario geral, provincial eleito em 1721, e qualificador do Santo Officio. Deixou impressos 4 volumes de ser-

mões, publicados nos annos de 1721, 1722, 1723 e 1724.

Sousa *(Fr. José Caetano de)*. V. *Caetano (Fr. José)*.

Sousa *(José Carlos Pinto de)*. Bibliographo muito apreciado, de quem apenas se sabe, que viveu no seculo XVIII e principios do XIX; que foi alumno do Collegio dos Nobres, e que se formou em algum dos direitos na Universidade de Coimbra, servindo depois cargos judiciaes no ultramar. Em 1801 publicou a 2.ª edição d'um livro seu importantissimo com o titulo: *Bibliotheca historica de Portugal e seus dominios ultramarinos no qual se contém varias historias d'aquelle e d'estes, manuscriptas e impressas, em prosa e em verso, só, e juntas com as de outros estados, escriptas por autores portuguezes e estrangeiros, com um resumo das suas vidas e opiniões que ha sobre o que alguns escreveram*, etc. Nova edição correcta o amplamente augmentada.

Sousa *(José Jacinto de)*. Autor d'uma *Memoria sobre as aguas ardentes da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro* que saiu no vol. III das *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias*

Sousa *(José Leandro da Silva e)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real e magistrado. N. em Coimbra a 27 de fevereiro de 1785; ignora-se a data do fallecimento. Foi juiz de fóra da ilha das Flôres em 1807, ouvidor das ilhas de Cabo Verde em 1811, desembargador da Relação da Bahia com exercicio na do Maranhão em 1819, e desembargador da Relação do Porto, em 1824.

Sousa *(José Lourenço Tavares da Paixão e)*. Cavalleiro das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, prior da freguezia de Santo Estevão de Pereira, associado provincial da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. na villa da Pereira a 10 d'agosto de 1794, ondo tambem fal. a 11 de novembro de 1875. Foi o editor dos *Sermões de Fr. Alexandre do Espirito Santo Palhares*, cuja biographia escreveu no principio do 1.º volume.

Sousa *(José Manuel de Carvalho e)*. Tenente-coronel de infantaria, etc. N. em Gôa a 17 de fevereiro de 1807, fal. a 1 de julho de 1860. Era filho de José Joaquim de Sousa, capitão de mar e guerra da armada nacional, e de D. Maria Joaquina de Carvalho e Sousa. Assentou praça do cadeto no extincto regimento de Damão a 15 de dezembro de 1824, sendo promovido a alferes em 13 de maio de 1828, a tenente em 1 do janeiro de 1833, a capitão para o primeiro batalhão de Macau a 2 de maio de 1838, a major a 25 de julho de 1855, e a tenente coronel em 17 de junho de 1859. Exerceu varias commissões militares e civis, e entre ellas: ajudante d'ordens do governador da India, barão de Sabroso, em 1838; secretario do governador de Macau em 1 de setembro de 1842; secretario do conselheiro Adrião Accacio da Silveira Pinto, na missão especial á China, em 1841; commandante da fortaleza da barra de Macau, em 1846; commandante militar da provincia de Pernem, em 1848; encarregado da fixação dos limites entre os governos portuguez e britannico; administrador fiscal de Pernem em 1851; commissionado para regular com a autoridade britannica a questão das desordens em Satary, Belgão, Sirey e Darwhar, em fevereiro e dezembro de 1853; commandante militar e administrador fiscal de Zambaulim, em 1856, etc. Fôra agraciado com o grau de cavalleiro das ordens de Aviz e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. Era homem muito instruido e muito perito na lingua ingleza. Escreveu: *Historia de Macau, recopilada de autores nacionaes e estrangeiros, com accrescentamento de varias noticias collegidas de documentos officiaes, e manuscriptos antigos. Perspectivas e plantas de todos os seus edificios publicos. Varias pinturas curiosas sobre o costume chinez*, Macau, 1845. Devia sair um folheto por mez, com estampas, mas parece que se publicaram só 3, sendo o ultimo em formato maior que os antecedentes Os apontamentos que o tenente coronel Carvalho e Sousa possuia para a continuação da obra, offereceu-os ao conselheiro Cunha Rivara.

Sousa *(José Maria Pereira e)*. Facultativo militar. Foi cirurgião-mór do regimento de cavallaria n.º 1, membro da Sociedade das Sciencias Medicas, redactor em chefe do jornal d'essa sociedade, ondo publicou varios artigos originaes e traduzidos. Fal. a 8 de março do 1841.

Sousa *(José Pinto Alcoforado d'Azevedo e)*. No principio do seculo passado era capitão de artilharia em Macau, mas consta que tinha servido anteriormente na marinha de Gôa. Este official tornou se notavel pelo seu commando da esquadrilha armada em Macau em 1809, para a destruição dos piratas que infestavam os mares da China. Já em 1807 commandára a fragatinha *Ulysses*, em expedição identica, de que fôra chefe superior um official de marinha Barreto, que deixou um bom nome n'aquellas guerras. Commandou tambem o brigue *Carlota* em cruzeiro Em 1809, na falta de Barreto, entendeu o governo de Macau confiar a commissão a Alcoforado de Azevedo e Sousa, quo d'ella bem se desempenhou. Os piratas Quaapon chay e Ayro Chay assoberbavam as costas da China nas proximidades de Cantão e Macau, com uma potente armada de 600 barcos artilhados, divididos em duas esquadras: a do primeiro com bandeira encarnada e a do segundo com bandeira preta. Por accordo tomado com o mandarim governador de Cantão, e segundo os contratos, a esquadra alliada chineza e portugueza, estava sob o commando do capitão Alcoforado. A esquadra chineza do Cantão compunha se de 60 *taós* grandes com 1:200 peças de artilharia e 18:000 homens; a força portugueza era de 6 navios com 118 bocas de fogo e 730 praças de guerra. O navio chefe ou almirante oudo Alcoforado içava a sua bandeira, era o *Inconquistavel* de 400 toneladas, 26 peças e 160 homens de equipagem. Esta esquadra estabeleceu se em activo cruzeiro, perseguindo e dando combates aos piratas por toda a parte. O serviço era activissimo da parte dos portuguezes, sobre os quaes recaia todo o perigo e todo o trabalho do que fugiam os alliados mandarins. A 12 de abril de 1810 houve a grande batalha chamada da *Boca-Tigre*, em que os piratas fôram completamente derrotados, perdendo centenares de barcos e milhares de marinheiros. Este successo foi devido só ao valor dos portuguezes e pericia dos seus commandantes, aos quaes coube atacar a parte principal da esquadra pirata, onde se concentrava a mais valente força na defeza do *navio pagode*, com os *bonzos* e os idolos. Em vista de tão importante o terrivel destroço, e de tão gran-

de desastre, os piratas entregaram-se, os que não puderam fugir, ficando anniquilada a potente esquadra que durante 14 annos assolara o mar chinez. Ficára pacificada a China e sujeito ao imperio o rebelde que tantos annos o aterrara, e tudo isto devido ao soccorro dos portuguezes. Pelo artigo 6.º da convenção celebrada para esta alliança do governo de Macau com o governo imperial, garantiram-se a Macau todos os seus antigos direitos e privilegios, que pouco a pouco lhe haviam sido cerceados; e pelo artigo 5.º devia Macau receber metade do valor de todas as presas.

Sousa *(José da Ponte e)*. Director e professor da Escola de Pharmacia. Nasceu em Barrancos a 7 de março de 1868, sendo filho de André da Ponte e Sousa, e irmão do fallecido dr. Hygino de Sousa. Defendeu these na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa a 29 de julho de 1891, a qual n'esse anno publicou, e tem por titulo: *Alguns processos de diagnostico bacteriologico da febre typhoide*. Habilitou-se na mesma Escola Medica como pharmaceutico de 2.ª classe em 9 de julho de 1892, e depois como pharmaceutico de 1.ª classe a 19 de julho de 1899. Foi nomeado, precedendo concurso, professor do dispensario pharmaceutico da mesma Escola, por decreto de 5 de dezembro de 1901, na vaga occorrida pelo fallecimento do professor Claudino Leitão. Por decreto de 27 de novembro do 1902, foi nomeado professor da Escola de Pharmacia, regendo a 2.ª cadeira, pharmacia chimica, desde 7 de janeiro de 1903, logar em que ainda se conserva. Actualmente é director da referida Escola. O sr. José da Ponte e Sousa é socio titular da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa.

Sousa *(José Roberto Monteiro de Campos Coelho e)*. Escriptor que viveu no seculo XVIII. Era filho de Manuel Antonio Monteiro de Campos, provavelmente o proprietario d'uma typographia que existiu em Lisboa no meado d'esse seculo. Em 1778 publicou: *Remissões das leis novissimas, decretos, avisos, e mais disposições que se promulgaram nos reinados dos senhores reis D. José e D Maria I*, etc.; 2 tomos; traduziu em portuguez a traducção franceza feita por Arnault d'Andilly, da *Historia dos Judeus*, escripta em grego por Flavio Josepho; imprimiu-se em 7 volumes. Anda-lhe annexa a *Historia da guerra dos Judeus contra os Romanos*, do mesmo autor, o de que só se publicaram 3 volumes. Pertence a esta typographia a impressão do *Systema ou collecção dos regimentos reaes*, de 1783 a 1791.

Sousa *(Julio Carlos de Abreu e)* General de divisão. N. no Porto a 20 de março de 1839, fal. em Lisboa a 19 de agosto de 1903. Era filho do grande estadista João Chrysostomo de Abreu e Sousa. Matriculou se no Collegio Militar, onde completou o curso a 2 d'agosto de 1856, e assentou praça logo no dia 4. Entrou depois para a Escola do Exercito, sendo promovido a alferes graduado para o batalhão de caçadores n.º 2, em 28 de julho de 1857. Frequentou a Escola Polytechnica, de 1857 a 1863, onde fez o curso de engenharia, habilitando-se com os preparatorios para official do estado maior. Promovido a alferes effectivo para infantaria n.º 18, passou depois ao quadro da arma da artilharia. Em 7 de novembro de 1867 foi promovido a tenente, em 6 de novembro de 1873 a capitão, em 27 de novembro de 1884 a major, em 9 de dezembro de 1887 a tenente-coronel, em 11 de junho de 1891 a coronel, e a general de divisão, passando ao quadro de reserva, em 12 de outubro de 1900. Era ajudante de campo honorario d'el rei D. Carlos, commendador e cavalleiro da ordem de S.Bento d'Aviz, grande official d'esta ordem por serviços distinctos; cavalleiro da Legião de Honra de França, e gran cruz de Merito Militar de Hespanha. Possuia as medalhas de prata das classes de bons serviços e de comportamento exemplar, e a cruz de 2.ª classe do Merito Hespanhola. Exerceu importantes commissões de serviço publico, sempre com elevado criterio e distincção. Mencionaremos as seguintes: a do serviço especial para a exposição universal de Vienna d'Austria; chefe da repartição do gabinete, tendo servido com os ministros da guerra conde de S. Januario, e generaes José Joaquim do Castro e Marino João Franzini. Quando seu pae foi pela primeira vez ministro da guerra, exerceu o logar de seu ajudante de campo. Nos postos de tenente e de capitão serviu no regimento d'artilharia n.º 1; no de major fez serviço em artilharia n.º 2, então aquartelado em Torres Novas; mais tarde, nos postos de tenente coronel e de coronel, desempenhou entre outras, as funcções de director do deposito geral de material de guerra, as de director da administração militar, e as de commandante da Escola Pratica de Artilharia, em Vendas Novas; presidente da commissão do empregos para os sargentos; tambem fez parte d'uma commissão de officiaes de artilharia encarregada da confecção do manual dos sargentos. Entrando na politica, filiado no partido progressista, foi deputado, representando os circulos de Armamar, Mirandella, e plurinominal de Braga, nas seguintes legislaturas: 2 de janeiro de 1880 a 4 de junho de 1881; 2 de abril a 13 de agosto de 1887; 2 de janeiro a 13 de julho de 1888; de 2 de janeiro a 10 de julho de 1889; 2 de janeiro de 1890 a 20 do mesmo mez, e na legislatura que terminou em 1894. Por morte de seu pae foi elevado ao pariato, tomando assento na respectiva camara na sessão de 23 de janeiro de 1896, occupando o logar do secretario da mesa nos annos de 1896 e 1897. Era um militar estudioso, disciplinador e muito considerado pelos seus camaradas.

Sousa *(Leonardo de Sousa Leite de Azevedo, barão de)* Conselheiro, consul geral e encarregado de negocios na Confederação Argentina; commendador da ordem de Aviz; condecorado com as medalhas da Guerra Peninsular, e com a da Estrella, de Montevideu; official da Rosa do Brazil, etc. Foi capitão do exercito, de que pediu a sua exoneração. N. em 1794, fal. a 7 do setembro de 1871. Recebeu a mercê do titulo de barão por decreto do 25 de abril de 1865. Casou duas vezes: a primeira com D. Anna Joaquina Conde, e a segunda com D. Maria Emilia Figueira de Ornellas, filha de João Figueira d'Ornellas, e de sua mulher D. Paula Serafina de Freitas.

Sousa *(D. Lopo Dias de)* Foi o 8.º mestre da ordem de Christo, e um dos mais distinctos cavalleiros do tempo de D. João I. N. em 1369, e fal. a 9 de fevereiro de 1435. Era filho de Alvaro Dias de Sousa e de D. Maria Telles, irmã da rainha D Leonor Telles. Ficou muito novo orphão de pae, e foi educado por sua mãe. Tendo morrido em 1381 D. Nuno Rodrigues, mestre da ordem de

Christo, sua tia, a rainha D. Leonor, conseguiu que seu marido D. Fernando o insinuasse para esse mestrado, apezar d'elle contar apenas 12 annos de edade. O papa Bonifacio IX protestou contra similhante eleição, mas transigiu afinal combinando se, que, emquanto D. Lopo Dias de Sousa não chegasse á maioridade, a ordem fôsse governada por um administrador particular. Por esse tempo tambem casou sua mãe, em segundas nupcias, com D. João, filho de D. Pedro I e de D. Ignez de Castro. Fôram boas as relações entre o padrasto e o enteado, tanto que D. João nunca passava por Thomar sem ir visitar o joven Lopo, que residia ali como mestre nominal da ordem de Christo. Por isso estranhou elle muito que D. João passasse por Thomar sem lhe fazer a costumada visita na ultima viagem que fez a Coimbra, onde estava D. Maria Telles. Previniu-a pois por um mensageiro especial d'essa novidade, mas sua mãe não deu importancia ao aviso, imprudencia que lhe saiu cara, porque effectivamente D. João emprehendera essa viagem, movido por intrigas, com o intuito de a assassinar, o que realisou. D. Lopo, decidido a vingar a morte de sua mãe, percorreu grande parte do reino em busca do assassino, que sempre lhe fugia, até que D. João foi para Castella e nunca mais voltou a Portugal, senão como inimigo, e á frente d'uma divisão castelhana. Quando, por morte de el-rei D. Fernando, se levantaram discordias em Portugal e se travou a lucta com o rei de Castella, D. Lopo Dias de Sousa seguiu o partido nacional, e, apezar da sua extrema mocidade, combateu ao lado do mestre de Aviz, e acompanhou-o quando elle, saindo da capital, foi reduzir á sua obediencia differentes terras do reino. No infeliz cêrco de Torres Novas foi surprehendido, juntamente com D. Alvaro Gonçalves Camello, prior do Hospital, por uma partida de castelhanos, que os levaram prisioneiros para Santarem. Tinha então 15 annos o mestre da ordem de Christo. Quando depois da batalha d'Aljubarrota, o rei de Castella fugiu á redea solta para Santarem, e de Santarem para Hespanha sem se demorar um instante a cuidar de cousa alguma importante, D. Lopo achou-se livre como os outros prisioneiros, e tornando a juntar-se ao mestre d'Aviz, que já fôra então acclamado rei, acompanhou o nas suas excursões militares ao norte do paiz, e na sua invasão nas terras leonezas. D. João I nomeou-o mordomo-mór da rainha D. Filippa, e em 1394, tendo completado 25 annos, foi confirmada a sua antiga eleição, e tomou então em pessoa a administração da ordem de Christo. Em 1415 acompanhou o rei á expedição de Ceuta, e recolhendo-se depois á sua villa de Pombal, parece que falleceu ali, apezar d'alguns escriptores dizerem que falleceu na Covilhã. O seu corpo foi depois trasladado para a egreja do convento de Christo, de Thomar, onde jaz n'um magnifico mausoleu, mandado erigir pelo infante D. Henrique.

Sousa *(Luciano Baptista Cordeiro de)*. Primeiro official do ministerio do reino, um dos fundadores da Sociedade de Geographia de Lisboa e seu secretario perpetuo, conselheiro, deputado, etc. N. em Mirandella a 21 de julho de 1844, fal. em Lisboa a 24 de dezembro de 1900. Era filho de Luciano José Cordeiro de Sousa e de D. Leopoldina Candida Alvares Ferreira Cordeiro de Sousa. Cursou os primeiros estudos no lyceu do Funchal, fazendo depois alguns exames no de Lisboa, e o de introducção á historia natural, physica e chimica na Escola Polytechnica. Estudou allemão o arabe no lyceu de Lisboa, e o grego na aula d'esta lingua na Bibliotheca Nacional. Assentou praça de aspirante a guarda-marinha em 10 de julho de 1862, mas tendo desistido de seguir a carreira naval, fez-se demittir em 20 de janeiro de 1868. De 1865 a 1867 fez o curso superior de letras, e simultaneamente dedicou-se ao estudo livre das sciencias economicas e politicas. Em 1869 foi convidado por Antonio Rodrigues Sampaio para o substituir na direcção politica da *Revolução de Setembro*, durante a ausencia d'aquelle distincto jornalista, e por alguns annos ficou fazendo parte d'aquella redacção. Em 1871 foi nomeado pelo ministerio da guerra para professor das cadeiras de litteratura (4.º anno) e philosophia (6.º anno) do Collegio Militar, cargo de que se demittiu em 1873 ou 1874, tendo exercido n'aquelle estabelecimento outras commissões de serviço. Concorreu em 1872 á cadeira de litteratura moderna do Curso Superior de Letras, com Pinheiro Chagas e Theophilo Braga, sendo approvado em merito absoluto. Em 10 de novembro de 1875 foi nomeado vogal e secretario da commissão encarregada de estudar e projectar a reforma do ensino artistico, conservação dos monumentos historicos e formação dos museus nacionaes do reino; em 17 de fevereiro de 1876, da commissão central permanente de geographia, da qual foi nomeado vice-secretario por portaria de 30 de junho do mesmo anno, e primeiro secretario por eleição, annos depois, quando a mesma commissão foi reformada; em 1877 da commissão de estatistica, que não chegou a funccionar, do municipio de Lisboa; em 1878 foi eleito procurador á junta geral do districto de Lisboa pela respectiva camara municipal, sendo em seguida eleito secretario da mesma junta; em 6 de agosto de esse anno foi nomeado delegado por parte de Portugal, com o ministro portuguez em França, Mendes Leal, ao congresso internacional de geographia commercial de Paris, por proposta da commissão central de geographia; em 24 de dezembro ainda de 1878, foi nomeado com o dr. José Vicente Barbosa du Bocage e o conselheiro Francisco Joaquim da Costa e Silva, para propôr a reforma da commissão central permanente de geographia. Em 28 d'agosto d'esse anno tambem pertencera á commissão de reforma e reorganisação das missões portuguezas do ultramar, sendo em seguida eleito secretario relator. Em 20 de abril de 1881 foi nomeado tambem delegado no congresso internacional de sciencias geographicas de Veneza; em 1882 para a commissão de reforma e organisação do serviço das contrastaris, e para o conselho geral do commercio; em 28 de abril do mesmo anno, para a commissão encarregada de preparar e dirigir a festividade civica do centenario do marquez de Pombal. Por decreto de 7 de dezembro ainda de 1882 foi nomeado, precedendo concurso, primeiro official do ministerio do reino, exercendo mais tarde o cargo de director geral de instrucção publica. Em 12 de abril do anno de 1883 foi nomeado membro da commissão de estudo da emigração portugueza; por decreto de 30 de outubro de 1884 nomeado delegado technico de Por-

tugal na conferencia internacional africana de Berlim, juntamente com Antonio Serpa, e no mesmo anno para a commissão central de estatistica. Nomeado chefe interino da repartição de administração politica, portaria de 20 de outubro de 1883; chefe interino da repartição de administração civil por portaria de 2 de novembro seguinte; chefe interino da repartição de policia e segurança publica, portaria de 1 de julho de 1884; chefe interino da repartição de instrucção superior pelas portarias de 29 d'agosto de 1883, 14 de julho de 1884 e 15 de agosto de 1885; chefe da secção de estatistica da 1.ª direcção do ministerio do reino, por portaria de 15 de dezembro de 1883. Em 1872 fundou com seu irmão Francisco Maria Cordeiro de Sousa, então vice-consul dos Estados Unidos da America no Rio de Janeiro, a empresa e companhia dos carris de ferro de Lisboa; com Rodrigo Affonso Pesquito fundou a *Revista de Portugal e Brazil*, publicação scientifica e litteraria; e com elle fundou tambem a Sociedade de Geographia de Lisboa em 10 de novembro de 1875, tendo no anno anterior tentado fundar uma *associação portugueza para o desenvolvimento da sciencia*, pelo modelo das que existiam em França, Allemanha e Inglaterra. Foi director geral da exposição portugueza no Rio de Janeiro em 1879, organisada pela Companhia Fomentadora das Industrias, que o nomeou seu delegado especial. Foi tambem o iniciador em Lisboa da grande celebração nacional do 3.º centenario de Camões, convocando a imprensa para tomar a sua direcção, e sendo eleito para a respectiva commissão executiva. Em differentes epocas fez varias viagens scientificas na Europa, visitando Hespanha, França, Italia, Allemanha e Austria. Era secretario perpetuo da Sociedade de Geographia, e por diversas vezes serviu de director interino das repartições da instrucção superior, das graças e dos negocios politicos, estatistica, etc. Filiado no partido regenerador, foi por diversas vezes deputado; pelo circulo do Mogadouro, na legislatura de 1882 a 1884 e pelo de Leiria, na que principiou em 1884. Foi eleito para diversas commissões internas da camara: de verificação de poderes, negocios estrangeiros, commercio e artes, fazenda, instrucção primaria e secundaria, marinha, ultramar, resposta ao discurso da corôa, regimento, para as commissões especiaes de reformas politicas, bil de indemnidade, e recompensa Serpa Pinto, Capello e Ivens; e para as commissões parlamentares de estudo e reforma do arsenal de marinha; de inquerito e reforma da administração ultramarina; de estudo da emigração e colonisação portugueza, de que foi presidente, etc. Tambem fez parte da commissão executiva dos festejos na celebração do centenario do descobrimento do caminho maritimo para a India, em 1898. Luciano Cordeiro foi feito official da ordem de S. Thiago, por decreto de 19 de dezembro de 1878, official de instrucção publica de França, por diploma de 12 de abril de 1879, e commendador da Legião de Honra de França, por diploma de 1 de agosto de 1882. Possuia os seguintes diplomas honorificos: membro benemerito da Associação Central Emancipadora do Rio de Janeiro, 6 de maio de 1882; do Club dos Libertos contra a Escravidão, Nicthroy, 2 de dezembro de 1882; da Sociedade de relojoaria de Lisboa e seu presidente honorario, 4 de junho de 1883; membro correspondente do Instituto de Coimbra, 13 de junho de 1874; da Sociedade de Geographia de Desdren, 5 de novembro de 1875, da Sociedade Antropologica hespanhola, 31 de outubro de 1876; da Sociedade Protectora da Infancia, Marselha, 15 d'abril de 1877; da Sociedade de Geographia Commercial de Paris, 1 de maio de 1877; da Real Sociedade Belga de Geographia, 1 de dezembro de 1877; do Gabinete Portuguez de Leitura de Pernambuco, 10 de janeiro de 1879; da Sociedade de Geographia de Marselha, 10 de dezembro de 1879; da Sociedade de Geographia de Lyon, 15 de março de 1883; da Sociedade de Geographia de Madrid, 1 de fevereiro de 1884; membro e fundador da Sociedade de Geographia de Lisboa, 3 d'abril, de 1876; da Associação dos Jornalistas e Escriptores Portuguezes, 30 de novembro de 1880; membro effectivo da Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes, 3 de maio de 1877; membro honorario do Instituto Real grão-ducal do Luxemburgo, 13 de julho de 1876; da Real Academia de Bellas Artes de Milão, 30 de dezembro de 1876; da Sociedade Geographica Romanica de Bucharest, 15 de março de 1877; do Gremio Litterario Fayalense, 12 de novembro de 1877; da Associação dos Guardas Livros do Rio de Janeiro, 25 de julho de 1878, do Lyceu Portuguez de Leitura do Rio de Janeiro, 24 d'agosto de 1879; da Sociedade hispano-portugueza de Toulouse, 15 de novembro de 1880; da Sociedade Hungara de Geographia de Buda Pesth, 1 de fevereiro de 1881; da Associação Humanitaria a Phenix de Lisboa, 10 de junho de 1881; do Instituto Archeologico e Geographico de Pernambuco, 1882; da Academia Mont Real de Toulouse, 5 de junho de 1883; da Associação dos Bombeiros Voluntarios de Lisboa, 1885, e de protector, 23 de maio de 1878; da Academia de Bellas Letras de Sevilha, 1884. Foi autor de diversos pareceres parlamentares, entre os quaes se contam os re-

Luciano Baptista Cordeiro de Sousa

latorios ao tratado chamado do Zaire e da conferencia de Berlim, datados de 31 de março de 1882 e 20 de maio de 1885, em que se encontra a historia diplomatica da questão, e um projecto de parecer da commissão de commercio e artes, em data 24 de janeiro de 1882, sobre um projecto de lei das sociedades commerciaes. Redigiu ou collaborou em muitos jornaes politicos, litterarios e scientificos, nacionaes e estrangeiros, em que se contam os seguintes: *Voz Academica*, *Revolução de Setembro*, *Paiz*, *Actualidade*, *Commercio Portuguez*, *Commercio de Lisboa*, de que foi fundador em 1878 e proprietario; *Jornal do Commercio*, *La Académia*, *Revista de Portugal e Brazil*, *Diario de Noticias*, *Revista dos Estudos Livres*, *Commercio do Porto*, *Diario Illustrado*, *Boletim da Sociedade de Geographia*, *Correio medico*, etc. A morte de Luciano Cordeiro causou a maior consternação; o seu cadaver foi depositado na sala *Algarve* da Sociedade de Geographia, d'onde saiu depois o funeral, que teve um acompanhamento imponente. No *Diccionario bibliographico*, vol. XIII, pag. 324 a 327, vem uma relação minuciosa dos escriptos de Luciano Cordeiro, de que mencionaremos os seguintes: *Livro de critica, Arte e litteratura portuguesa de hoje, 1868 e 1869*, Porto, 1869; *O Real Collegio Militar. Apontamentos para a historia d'este instituto. Plano de estudos*, Lisboa, 1873; *De la part prise par les portugais dans la découverte de l'Amérique*, Lisboa, 1876; *Dos bancos portuguezes. A questão do privilegio do banco de Portugal*, Lisboa, 1873; *A Sciencia dos pequeninos. Carteira d'um pae.* E' uma collecção de pequenas lições de hygiene moral, primeiro publicadas no *Diario de Noticias*. Este livro foi premiado com uma medalha no congresso da Sociedade Protectora da Infancia de França (Marselha); *L'hydrographie africaine au XVI siecle, d'aprés les premieres explorations portugaizes*, Lisboa, 1878; foi publicado tambem no *Bulletin* da Sociedade de Geographia de Lyon; *Memorias do ultramar; viagens, explorações e conquistas dos portuguezes. Collecção de documentos; De como navegavam os portuguezes no começo do seculo XVI; nota e documentos para a historia da nossa marinheria*, Lisboa, 1884. Accrescentaremos mais: *Soror Marianna*, *A Senhora duqueza*, *Cartas de historia portugueza. A Condessa Mahaut*, 1899, etc. Luciano Cordeiro era viuvo ha annos, de D. Ermelinda Alves Branco Cordeiro, filha do 1.º official do ministerio da guerra José Maria Alves Branco, e de sua mulher, D. Quiteria Alves Branco.

Sousa *(Luiz de)*. Militar, que depois de servir na armada, passou á India em 1581. Foi capitão de Ormuz, e encontrando se no seu regresso a Portugal com umas naus argelinas, travou se um renhido combate em que ficou morto Luiz de Sousa e captiva sua mulher D. Antonia da Costa.

Sousa *(D. Luiz de)*. Era filho de D. Francisco de Sousa que foi governador e capitão general das capitanias do Sul do Brazil. Estudou em Coimbra, mas deixou os estudos para acompanhar seu pae á America, e depois da morte d'elle, succedeu-lhe no governo, do qual tomou conta em 11 de junho de 1611, e n'elle se conservou até á chegada do governador e capitão general Gaspar de Sousa, que reuniu outra vez aquellas capitanias ao governo da Bahia em 1613. Não voltou á Europa, e em Pernambuco casou com D. Catharina Barreto, de quem teve varios filhos, e entre elles D. Francisco, e D. João de Sousa que serviu na guerra da acclamação, e foi mestre de campo em Pernambuco, do terço que foi de André Vidal de Negreiros.

Sousa *(D. Luiz de)*. Clerigo secular, doutor em theologia, e Mestre em Artes pela Universidade de Coimbra, bispo de Lamego, arcebispo de Braga, conselheiro de Estado, etc. N. em Calhariz, junto a Cezimbra, em 1636 ou 1637, fal. em Braga a 29 de abril de 1690. Seguiu os estudos desde creança em Coimbra, tornando se logo notavel pelo seu talento e pela facilidade de comprehensão. Doutorou se na referida faculdade, de quo foi lente de prima. Tambem se evidenciou muito como prégador. Exerceu o cargo de sumilher da cortina, sendo depois nomeado bispo de Lamego, e mais tarde arcebispo primaz de Braga. D. Pedro II o nomeou conselheiro de Estado, e o mandou a Roma como seu embaixador extraordinario, a tratar de differentes assumptos, sendo o principal, em defeza do tribunal do Santo Officio. Regressando ao seu arcebispado, ali falleceu, deixando publicadas em 1674, umas *Praticas que se fizeram nos dois actos de côrtes, que o principe nosso senhor mandou convocar, e se celebraram na cidade de Lisboa, em 20 e 22 de janeiro de 1674* As praticas são 4, mas de D. Luiz de Sousa são a 1.ª e a 3.ª

Sousa *(D. Luiz de)*. Arcebispo e cardeal de Lisboa. N. no Porto a 16 de outubro de 1630, fal. em Lisboa a 4 de janeiro de 1702. Era filho de Diogo Lopes de Sousa, 2.º conde de Miranda, e de sua mulher D. Leonor de Mendonça. Seu pae estava em Madrid, e em 1639, D. Luiz de Sousa, contando apenas 9 annos, foi para ali com sua mãe, sendo admittido no paço, como pagem da rainha, distincção que era conferida a todos os senhores da sua qualidade. Alcançando licença de Filippe IV, veiu em 1646 para Lisboa, onde estudou humanidades. Por conselhos do principe D. Theodosio, com quem travára amigaveis relações, resolveu viajar pela Europa, afim de se instruir com os homens mais celebres. Saiu de Lisboa a 8 de fevereiro de 1651, embarcando para Italia, mas a nau que o conduzia, foi abordada por um corsario francez, que o largou em terra, em Villa Franca, perto de Nizza. Depois passou a Roma, conquistando as boas graças do papa Innocencio X, e ali se doutorou na faculdade de direito pontificio. A noticia da morte do principe D. Theodosio, em 1653, impressionou-o profundamente, deixando-se dominar por tão grande tristeza, que esteve a ponto de professar no celebre convento da Cartuxa, o mais austero de aquelle tempo. Demorou se em Roma até 7 d'abril de 1655, anno em que foi investido no deado da cathedral do Porto. Passou depois a Veneza; percorreu a Allemanha, Flandres, Hollanda e França, até que em setembro de 1656 chegou a Portugal, onde vinha exercer a sua dignidade de deão da sé do Porto. Eleito pelos capitulares governador do bispado, foi depois, pelo governo de D Affonso VI nomeado governador da Relação e armas d'aquella cidade e seu districto, pela ausencia do conde de Miranda, seu irmão. Em 1659 foi nomeado pelo principe regente D. Pedro. seu capellão mór, sendo-lhe n'essa occasião conferida por Clemente X a dignidade de bispo de Bona. Em 1676 foi nomeado arcebispo de Lisboa,

tomando posse a 22 de janeiro d'esse anno, e em 1679, conselheiro de Estado. Cuidou na reforma dos costumes ecclesiasticos, e alcançou do Innocencio XI, em 1682, o *Santo Jubileu do Laus perenne*; conservando-se o Santissimo exposto, sem interrupção em uma das egrejas de Lisboa, as quaes se vão alternando, por escala, desde o principio até ao fim do anno, solemnidade que se observa ainda hoje. Foi no seu tempo que se descobriram as reliquias de S. Vicente, occultas n'uma das capellas da Sé, no anno do 1692, sendo então collocadas n'um precioso cofre de prata, o exposto n'uma magnifica capella que mandou fabricar. Foi provedor da Santa Casa da Misericordia do Porto por duas vozes, enviou missionarios ás nossas provincias ultramarinas, reedificou magnificentemente o paço dos arcebispos, e o convento de Santa Catharina de Ribamar, da provincia de Arrabida; fez um novo dormitorio no convento da Cartuxa de Laveiras, erigiu no convento da Batalha um rico mausoleu, para onde trasladou as cinzas de seu pae, etc. O papa Innocencio XII lhe concedeu a púrpura cardinalicia em 1697. O cardeal D. Luiz de Sousa possuia uma livraria magnifica de mais de 30:000 volumes, a mais escolhida de que até então havia memoria. Foi sepultado na sé de Lisboa, na capella da Senhora da Piedade, da Terra Solta, em sepultura rasa, com a inscripção: *Sub tuum praesidium* (V. *Portugal*, vol. IV, pag. 402). O venerando prelado ordenára a Simão de S. José que copiasse o livro da Armaria da Torre do Tombo, e accrescentou-lhe uma noticia historica da origem de cada brazão. Esta obra não se imprimiu, sendo um manuscripto precioso, lindamente illuminado pelo referido Simão de S. José.

Sousa *(Fr. Luiz de)*. Religioso da ordem de S. Domingos e notavel escriptor, chamado no seculo Manuel de Sousa Coutinho. N. em Santarem em 1555, fal. em Bemfica a 5 de maio de 1632. Era o 4.º filho de Lopo de Sousa Coutinho, fidalgo de nobilissima ascendencia, que militou brilhantemente na India, e foi tambem escriptor de elevado merito, e de sua mulher D. Maria de Noronha. Manuel de Sousa Coutinho teve uma educação litteraria muito esmerada, e era de rara intelligencia. Não se sabe, se chegou a frequentar a Universidade de Coimbra, mas frequentasse algum tempo, ou nunca chegasse a cursar as suas aulas, o certo é que, em 1576, pouco mais ou menos, entrou como noviço na ordem de Malta, e estando a bordo d'uma galé malteza, saindo d'um dos portos da ilha de Sardenha, se encontrou com umas galés argolinas que deram rija caça ao navio christão, e por fim o tomaram, indo Manuel de Sousa Coutinho para Argel com os outros captivos, entre os quaes se encontrava um seu irmão André de Sousa Coutinho. Em Argel conheceu pessoalmente e com certa intimidade o grande escriptor hespanhol Manuel Cervantes, a quem acontecera egual infortunio, pouco tempo antes. Em 1577 Miguel Cervantes logrou escapar-se dos ferros do captiveiro, esteve muito tempo encerrado n'uma caverna junto d'Argel, e afinal tornou a ser captivo; mas apezar de ser pouco tempo o que viveram juntos, Cervantes consagrou ao joven portuguez um affecto que lhe era retribuido. Quando Cervantes voltou ao captiveiro, já Manuel de Sousa Coutinho não estava em Argel. Alcançara licença para vir a Portugal buscar o preço do seu resgate e do de seu irmão, e para isso deixara seu irmão de penhor. Desembarcado em Hespanha, demorou se algum tempo em Valencia, e ali se relacionou com o celebre poeta Jayme Falcão, commendador de Malta. Folgou este em encontrar no seu moço correligionario um espirito aberto á cultura das letras, e com elle teve largo trato, explicando lhe na intimidade a *Arte Poetica* de Horario, como o proprio Manuel de Sousa conta, porque muitos annos depois, em 1600, pôde pagar ao poeta valenciano a sua divida de gratidão, imprimindo-lhe as poesias, que sairam em Madrid n'esse anno, precedendo as um prologo, em que se encontram estas noticias. Demorou-se em Valencia dois annos, e por intervenção da ordem de Malta, de que Jayme Falcão era commendador, ou por cartas que escreveu a sua familia, pôde juntar a somma precisa para voltar a Argel e pagar os dois resgates, livrando assim tambem seu irmão. De Argel voltou a Valencia, onde se encontrava, quando se deu o infausto successo da batalha de Alcacer-Kibir e a perda d'el-rei D. Sebastião. Só em 1579 é que parece ter voltado ao reino, que deixára tres annos glorioso e prospero, e que vinha encontrar no mais profundo abatimento. Não se sabe qual foi o procedimento de Manuel de Sousa Coutinho n'esses annos nefastos que viram a perda da nossa independencia. A historia é bastante nublosa não só n'este, mas em mais alguns pontos da vida de tão grande vulto. Segundo refere Manuel de Faria e Sousa, Ruy Lopes Coutinho, irmão mais velho de Sousa Coutinho, foi um dos que se venderam a Castella, e sabe-se tambem com certeza, por muitas passagens das obras do grande escriptor, que era este um devotado patriota. Collocado pois entre o amor da patria e o sentimento da familia, e talvez o da gratidão, porque é muito provavel que Ruy Lopes Coutinho tivesse contribuido para o resgate do irmão que não podia deixar de ser avultadissimo, Manuel de Sousa Coutinho se mantivesse em absoluta abstenção, assistindo com tristeza profunda ao desmoronar da grandeza e da independencia da sua patria. Parece que foi entre os annos de 1584 e 1586 que se realisou o seu casamento com D. Magdalena de Vilhena, filha de Francisco de Sousa Tavares, que foi governador de Diu. Esta senhora casara em primeiras nupcias com D. João de Portugal, da casa de Vimioso, que acompanhara D. Sebastião na fatal expedição africana, e desapparecera de tal modo que todos o julgavam morto, ou no campo da batalha ou no captiveiro. Ficára a gentil viuva com um filho e duas filhas, e isso attesta que Manuel de Sousa a requestou e desposou levado por vivissimo affecto, porque havendo filhos do primeiro matrimonio, a elles pertencia a parte principal da casa, e D. Magdalena não era bastante rica para despertar a cubiça d'um homem abastado como era Manuel de Sousa Coutinho. Diz-se que D. Magdalena de Vilhena, apezar de corresponder ao affecto de Manuel de Sousa, resistiu uns poucos d'annos ao desejo de o desposar, por se não declarar claramente viuva do seu primeiro marido, mas que afinal cedeu, levada pelas instancias dos seus proprios parentes. Realisado o casamento, foram os novos esposos residir em Almada, u'umas

casas, que segundo parece, pertenciam a sua mulher. Vivia ali retirado dos negocios, tratando da sua casa e do cultivo das letras, porque já então se entregava com enthusiasmo á sua paixão pelo estudo, e já compunha em latim e em portuguez versos e prosas notaveis. Estavam em 1591 governando Portugal o arcebispo de Lisboa D. Miguel de Castro, os condes de Portalegre, de Santa Cruz e de Sabugal, e Miguel de Moura. Ardia n'esse anno a peste em Lisboa, e os governadores resolveram partir para Almada. Usando do velho systema das aposentadorias, requisitaram os governadores do reino a casa de Manuel de Sousa para n'ella se alojarem. Já a requisição era prova de que Manuel de Sousa senão mostrava affecto ao governo que regia os destinos de Portugal, porque decerto, se assim não fôsse, e se elle estivesse em boas relações com esse governo, seria o proprio que, antecipando se, offerecesse a sua casa. Surprehendido com esta requisição, e bastante indignado, tomou uma resolução verdadeiramente heroica e nobre, que no immortal drama de Garrett, *Fr. Luiz de Sousa*, está admiravelmente escripta no final do 1.º acto. Agarrando em duas tochas das mãos dos creados, atirou-as para o interior da casa, que immediatamente se incendeou, exclamando: «Illumino a minha casa para receber os muitos poderosos e excellentes senhores governadores de estes reinos.» Assim foi effectivamente que Manuel de Sousa Coutinho respondeu á insolente requisição dos governadores, deitando fogo á casa que elles reclamavam para sua habitação. Elle proprio o refere no prologo latino das poesias de Jayme Falcão. Como póde imaginar-se, foi extrema a indignação dos governadores, não só pela affronta que recebiam, mas tambem porque um exemplo d'esta ordem podia despertar os brios adormecidos do paiz e pôr em serio perigo o dominio hespanhol. Tratava se portanto de punir severamente o audacioso provocador. Prevendo exactamente o que teria de succeder, Manuel de Sousa Coutinho fugiu de Portugal e foi para Madrid. A lição estava dada. Deixar-se castigar pelos governadores sem que d'ahi recolhesse proveito algum para o paiz, seria absurdo. Em Madrid escapou facilmente ás iras dos governadores, porque demais a mais teve logo a protecção de gente poderosa, como o bispo de Malaga D. Pedro Borja, e seu sobrinho D. João Borja, conde de Ficalho e governador da casa da imperatriz Maria. Não obteve esta protecção por nenhum acto de baixesa nem de servilismo, mas ligou-o a esses dois protectores a estima que consagravam á memoria de Jayme Falcão, amigo particularissimo que fôra de D. Pedro Borja, mestre da ordem de Monteza, irmão do bispo de Malaga e tio do conde de Ficalho. Bastou que Manuel de Sousa invocasse a memoria d'esse amigo dilectissimo dos Borjas, e que manifestasse o desejo de publicar as suas obras, para que elles proprios se empenhassem, porque Manuel de Sousa não fôsse perturbado n'esse trabalho, a que se dedicava effectivamente com grande zelo. Em 1601, pouco mais ou menos, partiu para a America, para Panamá, onde se achava commerciando seu irmão João Rodrigues Coutinho. Nunca se soube o motivo d'essa viagem. Dizem alguns que era o desejo de adquirir novas riquezas, mas custa a acceitar essa opinião, porque Manuel de Sousa nunca mostrára avidez de maiores riquezas. Para que iria elle, já com 46 annos procurar fortuna em longinquas terras, elle que tanto estremecia a mulher e a filha, pois que já tinha uma filha, uma gentil creança, chamada D. Anna de Noronha; o que parece mais provavel, é que essa viagem fôsse ainda consequencia do caso de Almada. Talvez que, apezar da protecção dos Borjas, conseguissem ainda os governadores do reino fazer sentir aos ministros de Madrid o escandalo da impunidade d'um crime politico como o que praticara Manuel de Sousa, ainda aggravado pela ousadia com que se ufanara d'elle n'esse já referido prologo das poesias do valenciano. E' possivel então que, ou o governo hespanhol o mandasse para as Indias Occidentaes, ou que os seus protectores lhe insinuassem que partisse, que deixasse correr o tempo, e que interpozesse entretanto o Oceano a si e aos seus perseguidores, indo para o Panamá, onde sabia que encontrava seu irmão. Voltou para a Europa em 1601, ou porque a mudança do governo, então confiado ao marquez de Castello Rodrigo, lhe assegurasse que estava livre de novas perseguições, ou porque a côrte de Madrid lhe levantasse emfim o desterro, e veiu residir para as suas casas de Almada, que tinham sido reconstruidas depois do incendio citado. Ali vivia na companhia de sua esposa e de sua filha, D. Anna de Noronha, menina de grande illustração, quando lhe succedeu a mais terrivel desgraça que póde fulminar um homem. Fr. Antonio da Encarnação conta que, em 1613, estando Manuel de Sousa ausente, appareceu um dia em Almada um peregrino que vinha da Terra Santa, e que affirmou, dando signaes certos, que em Jerusalem vivia um portuguez, chamado D. João de Portugal, que se escapára milagrosamente do desastro de Alcacer Kibir, e andava desde então peregrinando pela Terra Santa, sem recursos de voltar á patria. Esse homem o havia encarregado, sabendo que elle vinha a Portugal, de dar novas suas a sua mulher D. Magdalena de Vilhena. Fulminada com esta noticia, D. Magdalena de Vilhena conduziu o peregrino a outra sala, onde havia varios retratos de familia, e lhe disse: *Veja se algum d'estes se parece com quem o encarregou d'essa missão*, e o peregrino apontando para o de D. João de Portugal, respondeu logo: *E' este*, partindo logo sem esperar outra resposta. Chegando Manuel de Sousa, e sabendo por sua mulher tudo quanto se passára, convencidos ambos, de que o peregrino era o proprio D. João de Portugal, resolveram entrar no claustro, e com effeito, n'esse mesmo anno, D. Magdalena de Vilhena recolheu se ao convento de Sacramento, de Lisboa, professando com o nome de *soror* Magdalena das Chagas, e Manuel de Sousa Coutinho, no de S. Domingos de Bemfica, tomando o nome de Fr. Luiz de Sousa, realisando as profissões a 8 de setembro de 1614. Sua filha, D. Anna de Noronha, falleceu, mas os escriptores divergem ácêrca da sua morte, pretendendo uns que foi quando os paes recolheram ao claustro, e outros, quando Manuel de Sousa estava na America. O que passa por certo, é que os dois religiosos, em quanto viveram, nunca mais se viram, nem se corresponderam, sendo, a todos os respeitos exemplarissimos na sua vida monastica. Ia o novo dominicano resolvido a quebrar de todo com o mun-

do e a rejeitar tudo o que pudesse pôr em evidencia o seu merito, mesmo para não dar ensejo a que o nomeassem para alguma prelazia, ou para algum cargo importante na ordem. Só o emprego quo quiz, foi o de enfermeiro, como de quem entrara na ordem exactamente para fazer penitencia ;c ẽmais nada. Mas em 1616 morreu Fr. Luiz de Cacegas, chronista da ordem, deixando escriptas a *Historia de S. Domingos* e a *Vida do arcebispo D. Fr. Bartholomeu dos Martyres*, ao que parece incompleta, mas essas obras, escriptas em estylo rude o desordenado, não passavam d'umas compilações indigestas de factos, e precisavam de quem tratasse de as polir, aperfeiçoar e pôr em ordem. Instaram com Fr. Luiz de Sousa para que se encarregasse d'esse trabalho, e o frade, que ao principio, no ardor do seu mysticismo e no pungimento da sua dôr, quizera até renegar o trato que tivera com as musas, considerando como tempo perdido o que em lavores litterarios consumira, agora começou a ter saudades das letras, e acceitou com fervor o encargo de que o incumbiram. Não occultou Fr. Luiz de Sousa a parte importante quo a Fr. Luiz de Cacegas competia nas obras que elle aperfeiçoou e publicou, e decerto, se não houvesse trabalho preparado, não podia Fr. Luiz de Sousa escrevor tão rapidamente obras quo pediam tantas investigações. Queriam, porém, os frades qne se eliminasse o nome de Fr. Luiz de Cacegas de obra que se podia dizer completamente nova; não consentiu, por modestia e por sentimento de justiça, Fr. Luiz de Sousa n'essa eliminação, e foi isso um beneficio para a sua gloria, porque assim ficou a posteridade sabendo, que a Fr. Luiz de Cacegas pertence a substancia frivola, pueril e milagreira, e a Fr. Luiz de Sousa a fórma brilhante, elevada e suavissima, a linguagem encantadora e serena. Começou logo em 1617 a trabalhar na 1.ª parte da *Historia de S. Domingos*. Teve, porém, de a interromper, porque os habitantes de Vianna do Lima, muito gratos a D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, que depois da sua renuncia ao arcebispado, escolhera esta villa para sua residencia, instavam com a ordem dominicana para que se apressasse a publicar a *Vida do arcebispo*, promptificando se a villa a soccorrer com as despezas da impressão. Foi então Fr. Luiz de Sousa escrever essa admiravel obra, em que se consumiu 19 mezes, e que saiu primorosa, havendo em Portugal inteiro e no estrangeiro um brado do admiração quando aquelle formoso livro appareceu em publico em 1619. Fr. Luiz de Sousa proseguiu immediatamente com a *Historia de S. Domingos*, cuja 1.ª parte se publicou em 1623; saindo a 2.ª e a 3.ª já muito depois da sua morte, em 1662 e 1678. Os trabalhos litterarios absorveram por tal fórma a actividade de Fr. Luiz de Sousa, e tanto o captivaram que apezar de contar em 1630 já 75 annos de edade, não duvidou acceitar o pesado encargo de que foi incumbido por ordem do governo hespanhol, de escrever a historia do reinado de D. João III. Com o mesmo ardor com que se empenhara na composição das obras de quo a sua ordem o encarregára, se lançou tambem ao trabalho herculeo que lhe era imposto em annos tão avançados. Tinham-se perdido os *Annaes de Fr. Luiz de Sousa*, de que estava escripta apenas a 1.ª parte, porque Francisco de Lucena, que era então secretario de Estado do governo hespanhol, a mandou pedir, assim que soube que estava escripta, e tão completamente lhe perderam o rasto os biographos de grande escriptor, que ainda no tempo em que o bispo de Vizeu D. Francisco Alexandre Lobo escreveu a sua *Memoria historica ácêrca de Fr. Luiz de Sousa*, se não sabia se a obra era escripta em portuguez, latim ou em hespanhol. Coube a Alexandre Herculano a honra de encontrar e de a publicar, dando assim á gloria de Fr. Luiz de Sousa um novo e mais brilhante realce, porque os *Annaes de Fr. Luiz de Sousa*, em nada prejudicam a gloria do estylista, e accrescentou muito a gloria do historiador. Os *Annaes d'el rei D. João III*, que se conservou durante dois seculos manuscripta, foi afinal publicada, como fica dito, por Alexandre Herculano, em 1844. Ainda em outras obras litterarias se empregou a actividade de Fr. Luiz de Sousa n'esso periodo tão fecundo da sua vida monachal, apezar dos seus muitos annos. E não era só n'esses trabalhos litterarios que se occupava. Era procurado o seu trato pelos mais altos personagens, e o duque de Bragança, depois D. João IV, muitas vezes o consultou em circumstancias difficeis da sua vida. Havia entre o duque de Bragança e Fr. Luiz de Sousa uma affectuosa correspondencia que se guardava no convento de S. Domingos de Bemfica, e que desappareceu completamente no incendio que o destruiu. A relação das suas obras encontra se na *Bibliotheca Lusitana* de Barbosa Machado, vol. III, *Diccionario Popular*, vol. XII, pag. 118 e 119, e nos volumes V e XVI do *Diccionario Bibliographico*.

Sousa *(D. Luiz Antonio de)*. Era filho natural do 3.º marquez das Minas, D. João de Sousa, e de D. Maria Thereza Coloen, donzella filha de paes irlandezes. N. em 1671. Serviu na guerra do 1701 acompanhando seu pae na Beira e no Alemtejo, esteve no cêrco de Badajoz, e fez parte do exercito com que o marquez entrou em Madrid. Seguindo depois para Valencia, esteve na batalha d'Almanza, e passando á Catalunha ali permaneceu, ainda depois de seu pae voltar á patria, militando com o marechal Staremberg, e só regressou a Portugal em 1709, tendo servido com os postos de capitão, coronel e brigadeiro de cavallaria. Em 1710 foi lhe dado o governo do castello de Vianna, e sendo promovido a general de batalha em 1735 foi governador das armas do Minho.

Sousa *(Manuel de)*. Fidalgo que serviu na India, e foi o primeiro capitão da fortaleza de Diu, sendo ali deixado por Nuno da Cunha com uns 600 homens, exactamente quando ella acabava de se levantar. Era homem moderado e pouco energico. E' certo que não reprimiu logo atrevimentos que os moiros tomavam com os portuguezes, atrevimentos em que o sultão Bahdur consentia. As cousas fôram indo a mais e mais, até que uma noite Bahdur, tendo-se embriagado, foi bater á porta da fortaleza de Diu, e revelou, sem querer, parte de planos de exterminio que formára contra os portuguezes. Preoccupado com essas vagas revelações, Manuel de Sousa preveniu Nuno da Cunha. Este achava-se mais bem informado ácêrca dos planos de Bahdur do que o proprio Manuel de Sousa. Bahdur escrevera a todos os soberanos da India convidando-os a unirem se contra os portuguezes, e essa carta

fôra parar ás mãos do Nuno da Cunha, que, avisando Manuel de Sousa por um mensageiro, o avisou tambem de que não tardaria a apparecer em Diu com uma esquadra. Passava so isto em 1537. A esquadra de Nuno da Cunha não tardou a apparecer em Diu, e preparou-se tudo para o assassinio de Bahdur, que o governador da India levava planeado. Manuel de Sousa veiu ter ao navio de Nuno da Cunha, acompanhando Bahdur na fusta em que elle se embarcára. Bahdur teve uma conferencia com o governador e saiu de lá evidentemente assustado, e tanto que saltou para a fusta sem esperar Manuel de Sousa. O governador podia tel-o mandado assassinar no seu proprio navio, mas recuava deante do crime, tanto que já estava Bahdur embarcado, quando Nuno da Cunha disse então para os fidalgos: «Acompanhae el-rei.» Os fidalgos, percebendo a significação d'essas palavras, saltaram nos bateis para correrem atraz do rei, este percebendo o seu intento, mandou fazer força de remos, mas o batel em que ia Manuel de Sousa conseguiu alcançal-o, e entre os dois navios se travou um combate violentissimo em que Manuel de Sousa foi morto, conseguindo Bahdur escapar se. De pouco lhe valeu a temporaria salvação, porque não tardou a ser morto, tingindo e infamando com o seu sangue as ondas da enseada e as paginas gloriosas das nossas conquistas orientaes.

Sousa *(Manuel de)*. Alcaide-mór de Arronches e ascendente da casa dos condes de Miranda. N. nos ultimos annos do seculo XV ou nos principios do XVI, estudou na Universidade de Lisboa, tornando se muito perito na lingua latina, e profundo conhecedor das antiguidades de Portugal. André de Rezende consultava o sobre alguns dos pontos a que dedicou os seus estudos archeologicos. Foi tido o seu voto em materias politicas tambem em muita conta pelos soberanos, como se prova pela consulta que D. João III lhe pediu, estando Manuel de Sousa em Arronches, sobre a conveniencia de se abandonarem aos moiros em 1535 algumas praças africanas. O parecer, que então deu, foi impresso por Manuel de Sousa Moreira no seu *Theatro genealogico da casa dos Sousas* Manuel de Sousa foi encarregado de acompanhar á fronteira a infanta D. Maria, quando foi casar com o principe de Hespanha, missão palaciana que desempenhou com a maior magnificencia. Fal. em em Arronches em 15[illegible]0. Foi avô do 1.º conde de Miranda.

Sousa *(Manuel de)*. Capitão de infantaria com exercicio de engenheiros, socio da Arcadia Ulyssiponense, etc N. em Lisboa em 1737, fal. entre os annos de 1781 e 1786. Era filho de João Gonçalves e de Izabel Maria da Conceição. Bibliographia: *Historia de Portugal*, de La Clède, obra que traduziu, começando a publicar-se em 1781 e acabando-se em 1797, a qual se compunha de 16 tomos. Parece que a traducção foi concluida por Manuel José da Silveira Lara. A traducção é acompanhada por muitas notas historicas, geographicas, criticas e varias dissertações Traduziu mais do francez as seguintes obras: *Novo curso de mathematica para uso dos officiaes engenheiros e de artilharia, por Mr. Bellidor*, Lisboa, 1764; 4 tomos com estampas; *Elementos de historia antiga, por Mr. Rollin*, Lisboa, 1767 1768, 2 tomos; *Aventuras de Telemaco, de Fenelon*, Lisboa, 1776, 2 tomos; outra edição em 1784, e mais tardo, em 1825; *Tartufo*, comedia de Moliére, representada no theatro do Bairro Alto, Lisboa, 1768, *O Peão fidalgo*, tambem de Moliére, representado no mesmo theatro, Lisboa, 1769; *Tratado das obrigações da vida christã*, de Tracy, Lisboa, 1779; *Vida de Theodosio o Grande*, por Mr. Flechier; publicação posthuma, Lisboa, 1786; *Compendio de mathematica, ou elementos de Arthmetica, Algebra e Geometria*, de *Saurin*, Lisboa, 1789. Traduziu do hespanhol um *Discurso ácêrca do modo de fomentar a industria do povo*, Lisboa, 1778; saiu sem o nome do traductor. Escreveu tambem: *A el rei D. Joseph nosso senhor, na occasião em que o povo de Lisboa lhe erigiu uma estatua equestre, Ode*; sem logar nem anno de impressão, mas sabe se que foi impressa em Lisboa, 1775.

Sousa *(P. Manuel de)* Padre da Congregação do Oratorio. Chamava-se no seculo Manuel de Sousa Brandão. N. em Lisboa a 2 de dezembro de 1647, fal. em Extremoz a 17 de novembro de 1717. Foi a Coimbra formar-se em ambos os direitos, civil e canonico, e depois de ler no desembargo do Paço, foi nomeado juiz de fóra de Leiria. N'esta cidade desempenhou, juntamente com as funcções de juiz de fóra, as do corregedor de comarca, e quando estava para ser nomeado provedor de Setubal, tendo-se retirado para uma quinta que possuia, ali se entregou com tanto ardor ás obras de Santa Thereza, que se sentiu de subito com grande fervor religioso, e indo ter com o P. Bartholomeu do Quental, que acabava de fundar em Lisboa a congregação do Oratorio, pediu lhe para vestir o habito da sua congregação, o que effeituou a 21 de dezembro de 1677, contando 30 annos de edade. Em 1687 foi eleito preposito, sendo reeleito em 1695. D Pedro II quiz dar lho a mitra do Funchal, que elle rejeitou, e tendo o arcebispo de Evora manifestado desejos de ter a congregação do Oratorio na sua diocese, foi o P. Manuel de Sousa fundar a casa de Extremoz, que regeu por 20 annos, até que veiu uma paralysia tolhel-o completamente, deixando lhe para maior infortunio a cabeça inteiramente livre. N'este infeliz estado se conservou até fallecer. Deixou alguns manuscriptos.

Sousa *(Manuel Alexandre de)*. Major de infantaria, director das cadeias civis de Lisboa, etc. N. na ilha da Madeira a 2 de fevereiro de 1856, fal. em Lisboa a 16 de novembro de 1903. Assentou praça a 9 de setembro de 1874, e tendo concluido o curso de infantaria na Escola do Exercito, foi promovido a alferes graduado em 29 de dezembro de 1877, e collocado em caçadores n.º 12, sendo pouco depois transferido para caçadores n.º 5, e promovido a alferes effectivo em 1881. N'este anno foi requisitado pelo director das obras publicas de Beja para ser encarregado do estudo e construcção da estrada de Beja a Barrancos, sob a direcção dos engenheiros Garcia Fidié e Serra Gadanho. Em 1884 passou como chefe de secção para a fiscalisação dos caminhos de ferro, fiscalisando por algum tempo a construcção d'um lanço da estrada terrea de Oeste. N'esse anno, a 31 de outubro, foi promovido a tenente. Mais tarde, sob as ordens do engenheiro Le Cocq, assistiu á construcção dos caminhos de ferro de Coimbra (ramal), d'Alcantara a Cascaes, e de Santa Apolonia a Bemfica. Quando Le Cocq, sendo ministro das obras

publicas o conselheiro Emygdio Navarro, recebeu ordem para passar guia para o ministerio da guerra aos officiaes que estavam sob as suas ordens, foi directamente instar pela conservação de Manuel Alexandre de Sousa no logar que occupara sob as suas ordens, conseguindo que abris sem excepção para este official. De 1885 a 1889 fez parte da redacção do *Jornal do Commercio*, onde escreveu artigos sobre numismatica, que mereceram ser elogiados. Em 30 de setembro de 1891 foi promovido a capitão, e passou ao ministerio da guerra por não poder ficar no ministerio das obras publicas, indo de passagem para a Madeira por ter sido collocado no regimento aquartelado no Funchal. Estando na Madeira fez construir um elevador para o sitio de Nossa Senhora do Monte, um dos pontos mais pittorescos d'aquella ilha. Luctando com muitas difficuldades conseguiu organisar empresa, e o elevador fez se. Mais tarde obteve licença para montar um serviço de carros, do centro da cidade do Funchal para o ponto d'onde parte o elevador, o que é de uma grande vantagem para os estrangeiros que visitam a Madeira. Depois emprehendeu a construcção das levadas, mas por defeito do contrato que fez com o governo, não pôde realisar aquelle grande melhoramento. Pertenceu tambem á commissão incumbida de estudar um novo modelo de carro de bagagens para infantaria, apresentando á mesma commissão um projecto de cantina. Foi professor de lingua ingleza na Escola Rodrigues Sampaio. Em dezembro de 1901 foi nomeado director das cadeias civis de Lisboa, cargo de que tomou posse no dia 30 d'esse mez. A 29 de janeiro de 1905 foi promovido a major. Era official e cavalleiro da ordem de Aviz e possuia a medalha de prata de comportamento exemplar.

Sousa *(Manuel Antonio de)*. Illustre africanista, natural da India Portugueza. Foi um dos mais dedicados auxiliares de Paiva d'Andrada nas suas explorações africanas. A elle se deve tambem o grande auxilio que se prestou a Agostinho Coelho para subjugar a revolta de Massingine. Foi tambem um poderoso auxiliar do governo portuguez, na expedição que teve por fim subjugar o Bonga, cabendo lhe grande parte da victoria alcançada sobre aquelle tyranno potentado. Manuel Antonio de Sousa tinha estabelecido a sua residencia em villa Gouveia, capital provisoria do districto de Manica, e sendo este o principal centro da sua influencia, d'ahi lhe veiu os inglezes chamarem-lhe *Gouveia*. Casou com uma princeza africana, e era considerado um dos maiores potentados da Africa Oriental. Quando Pinheiro Chagas foi ministro da marinha nomeou o capitão mór do districto de Manica, com o posto de coronel da segunda linha. Manuel Antonio de Sousa foi um dos prisioneiros da *South African*, quando se deu o conflicto com a Inglaterra em janeiro de 1890, a proposito de Manica e da sua delimitação. *V. Paiva de Andrada e Rezende (João Maria de)*.

Sousa *(Manuel Bento de)*. Medico pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa, lente jubilado de clinica cirurgica da mesma escola, socio correspondente da Academia Real das Sciencias, conselheiro, etc. N. na Ponto da Barca a 5 de dezembro de 1835, fal em Lisboa a 29 de abril de 1899. Era filho de Manuel Francisco de Sousa e de D. Anna Joaquina. Vindo para Lisboa, matriculou se na Escola Medico Cirurgica em 6 d'outubro de 1855, sendo approvado com louvor na 5.ª cadeira (operações); na 7.ª (pathologia interna); na 8.ª (clinica medica); e na 9.ª (clinica cirurgica). Fez acto grande no dia 28 de julho de 1860, ficando approvado plenamente com louvor. A these que defendeu, publicou se n'esse mesmo anno, e tem o titulo: *Croup e seu tratamento. Tracheotomia*. A 13 de novembro de 1862 foi nomeado cirurgião para o banco do hospital de S. José; cirurgião extraordinario em 7 de agosto de 1858, e director de enfermaria a 2 de julho do 1885. Encetou a carreira de professor da Escola Medica em 9 de março de 1864, sendo nomeado demonstrador da secção cirurgica, logar que exerceu largos annos, até 1875. De 1 de abril a 20 de junho do citado anno de 1864, fez um curso pratico de anatomia aos estudantes do 1.º e 2.º anno. Em 7 de julho de 1875 foi nomeado lente

Manuel Bento de Sousa

substituto da secção cirurgica, e a 10 de fevereiro de 1876 lente proprietario da 9.ª cadeira. Em 12 de setembro de 1881 passou para a regencia da 1.ª cadeira, por troca com o professor Oliveira Feijão, e a 9 de setembro de 1886 obteve, a seu pedido, a jubilação. Exerceu varias commissões de serviço publico, e entre outras, em 1894, por occasião da cholera, foi um dos vogaes extraordinarios da Junta de Saude. Durante alguns annos tomou parte activa nos trabalhos da Sociedade das Sciencias Medicas, da qual foi presidente, de que era socio de merito desde 1879. O dr Manuel Bento de Sousa foi medico honorario da Real Camara, e socio de muitas corporações, além das já citadas. Pouco antes do seu fallecimento, fôra proposto na Academia Real das Sciencias, para uma das vagas da 4.ª secção. Occupou a presidencia da assembléa geral da Associação dos Medicos Portuguezes, da commissão de homenagem a Sousa Martins, etc. Foi eleito presidente do Congresso Nacional de Medicina, mas

não pôde assistir aos seus trabalhos. O dr. Manuel Bento de Sousa havia sido agraciado com a gran-cruz da ordem de S. Thiago. Entre os seus valiosos trabalhos sobresáe a interessante communicação por elle feita á Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa em sessão de 10 de dezembro de 1870, communicação tendo por assumpto a physiologia do nervo de Wrisberg, e cujo resumo redigido por Sousa Martins, então secretario d'aquella sociedade, em vista das notas tomadas durante a sessão, se acha publicado no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas*, de 1871, n.º 1. Em 1876 publicou o *Discurso recitado em sessão solemne da Escola Medica de Lisboa*, tendo por assumpto o elogio historico do professor Teixeira Marques. De collaboração com Sousa Martins e Curry Cabral, publicou: *Questão de peritos. A medicina legal no processo de Joanna Pereira*, Lisboa, 1878. Na sessão solemne da Sociedade das Sciencias Medicas, realisada em 12 de novembro de 1892, leu um extenso e conceituoso elogio historico do professor da Escola Medica e notavel clinico Antonio Maria Barbosa. Este elogio foi publicado no mesmo anno. Collaborou nas principaes publicações medicas de Portugal, e no *Jornal das sciencias mathematicas, physicas e naturaes*, publicado pela Academia das Sciencias, etc. Além de muitos artigos valiosos insertos n'esses jornaes, escreveu, além do já citado: *A Parvonia*, notas de viagem, Lisboa, 1868; saiu sem o nome do autor, mas foi lhe geralmente attribuida; *Nova edição com uma carta prefacio de Manuel Bento de Sousa*, Lisboa, 1894; *Questão de imperitos, Gabriel e Lusbel*, Lisboa, 1878; *A syphilis*; lições professadas na Escola Medico Cirurgica no anno lectivo de 1877 1878, Lisboa, 1878; *O doutor Minerva*, critica do ensino em Portugal, Lisboa, 1894; saiu 2.ª edição correcta e augmentada; *A ultima doença de D. João II*, cartas dirigidas a Oliveira Martins, e publicadas no livro: *O principe perfeito*, por Henrique de Barros Gomes, Lisboa, 1896; *Breve noticia sobre as vinhas e os vinhos de Azeitão*; actas do Congresso Viticola Nacional, vol. II, pag. 223, 1897; *Pormenores d'uma demanda*, carta a V. R M., 1897; *Apreciação das Caldas da Felgueira*; relatorio da companhia das mesmas thermas, etc.

Sousa (*Manuel Caetano de*). Architecto. N. em 1738, e fal. no Paço em 1802. Era filho e discipulo de Caetano Thomaz. Por morte de Matheus Vicente succedeu no logar de architecto da Casa do Infantado, e pela de Reynaldo, foi nomeado architecto das obras publicas, e teve patente de coronel de artilharia. Foi elle que reedificou a egreja parochial da Encarnação, a de S. Domingos, a capella da Bemposta, fez varios palacios, entre elles o de Domingos Mendes, e a torre da capella real d'Ajuda, etc. Fôra agraciado com o habito da ordem de Aviz. Por occasião das grandiosas festas que se celebraram em Lisboa em 1795, em honra do nascimento e baptismo do principe da Beira, D Antonio, foi elle quem ideou e dirigiu o amphitheatro construido no Terreiro do Paço para as corridas de touros Nas *Memorias historicas*, de Ignacio de Sousa Menezes, relativas ao assumpto, a pag. 61 e seguintes da parte II, vem uma ampla descripção d'esse amphitheatro. Pina Manique presenteou o com uma generosa e preciosissima offerta, que o chronista não especifica. Manuel Caetano de Sousa foi mestre de seu filho Francisco Antonio de Sousa, que lhe succedeu nos logares que exercera.

Sousa (*D. Manuel Caetano de*). Clerigo secular theatino e celebre escriptor. N. em Lisboa a 25 de dezembro de 1658, fal. a 18 de novembro de 1734. Era filho de D. Francisco de Sousa, capitão da guarda allemã. Seu pae o entregou aos cuidados de D. Leonor de Mello, sua avó, que se occupou zelosamente da sua primeira educação. Estudou os rudimentos da grammatica latina com o clerigo regular D. André da Costa Pinheiro, e para ser leccionado ia á casa da Divina Providencia, onde entrou depois com o P. Antonio Fernandes de Barros; concluiu os seus estudos de latinidade e estudou poetica e rhetorica no collegio de Santo Antão com o P. Antonio d'Abreu. N'esse mesmo collegio lhe ensinou philosophia, em 1673, o P. Agostinho Lourenço. Quando frequentava o 2.º anno de philosophia, quiz seu pae que elle partisse para a Universidade de Coimbra, mas D. Manuel Caetano de Sousa, sem communicar a sua resolução ao pae, nem a nenhum dos seus parentes, e sómente a sua avó, vestiu o habito de clerigo secular a 1 de fevereiro de 1675. N'esse mesmo dia escreveu 4 cartas: uma a seu pae, outra a seu tio D. Luiz de Sousa, bispo de Lamego, outra a seu tio D. João de Sousa, prior-mór do Crato, e outra, emfim, ao seu mestre, o P. Agostinho Lourenço Foi encarregado de reger latim, e a 13 de junho de 1687 professou solemnemente, e continuou a estudar rhetorica e philosophia, desistindo de seguir o curso da Universidade, como seu pae desejava. Em 1685 subiu pela primeira vez ao pulpito; em 1686 e 1687 presidiu a conclusões publicas, e em 1689 foi mestre de theologia, em seguida nomeado examinador das tres ordens militares e do priorado do Crato e theologo da nunciatura apostolica, em 1698 consultor da Bulla da Cruzada, e em 1704 deputado da Bulla. Estimado como um dos mais distinctos oradores sagrados do seu tempo, sempre que algum acontecimento importante reclamava a sua eloquencia, foi elle o escolhido para prégar nas solemnes exequias do P. Antonio Vieira, mandadas celebrar na egreja de S. Roque pelo conde da Ericeira D. Francisco Xavier de Menezes. Eleito pelos seus confrades vigario, e depois preposito da casa da Divina Providencia, foi a 1 de setembro de 1709 eleito para ir representar a provincia de Portugal no capitulo geral da ordem, que se devia celebrar em Roma, no anno immediato. Embarcou a 6 de outubro de 1709, esteve em Liorne, Pisa e Florença, chegando a Roma a 23 de janeiro de 1710, indo esperal-o ás portas da cidade o ministro portuguez André de Mello e Castro, n'uma carruagem puxada a 6 cavallos. Depois de visitar todas as curiosidades de Roma e de ter assistido ao capitulo geral da sua ordem, tendo se demorado 10 mezes, seguiu viagem para Napoles, percorreu ainda uma parte da Italia central, visitando Assis, Perugia, etc. Voltou depois a Florença e seguiu para o norte da Italia, visitando Modena, Veneza, Vicencia, Milão, Turim, Genova, etc. Passou depois a Barcelona a bordo da nau ingleza *Pembroke*, que fazia parte da esquadra do almirante Jennings. Em Barcelona encontrou o exercito portuguez que então militava na Cata-

linha em defeza das pretenções do archi duque Carlos á corôa de Hespanha, que lhe era disputada pelo neto do Luiz XIV, Filippe de Anjou. que veiu a reinar com o nome de Filippe V. Commandava o exercito o condo da Atalaia, e achava-se ali como embaixador de Portugal junto do rei de Hespanha, que nós reconheciamos, o conde de Assumar. Com elles se demorou muito tempo, até que, sabendo que se recolhiam a Portugal algumas tropas, foi autorisado a regressar com ellas, atravessando a Hespanha de nordeste a sudoeste sempre pelos sitios que as tropas de Filippe V não senhoreavam, entrou finalmente em Portugal, d'onde estivera ausente mais do tres anuos. A historia d'esta viagem narrou-a elle n'umas *Memorias*, que ficaram manuscriptas, mas de que por fortuna fez um resumo bastante largo o P. D. Thomaz do Bem. Eleito de novo prelado da sua congregação, exerceu o governo durante um biennio, e depois entrou como socio na Academia do conde da Ericeira, onde dictou philosophia moral. D. Manuel Caetano de Sousa planeára uma vasta historia ecclesiastica de Portugal, a que tencionava dar o titulo de *Pantheon Antistitum Lusitanorum, sive Lusitania Sacra, hoc est Chronicon virorum, qui in Lusitania Summo jure proefuere.* Para isso organisou outro catalogo de arcebispos, bispos, capellães-móres, mestres, priores-móres, grãos priores, manuseára uma enorme collecção de livros e de documentos, e um dia communicou a D. João V, com quem tinha confiança, o plano da sua obra. Agradou ao monarcha essa ideia e desejou que se levasse por deante, mas, reconhecendo que as forças d'um só homem não chegariam para tamanha empresa, encarregou D. Manuel Caetano de Sousa do lhe lembrar um meio de executar obra de tamanho alcance, e de plano em plano, chegou-se emfim ao accordo de se que instituisse uma academia para se elaborar a historia ecclesiastica, a que se daria o nome de *Lusitania sacra*. Para se tratar de tudo o mais que dizia respeito a este assumpto, encarregou el-rei D. Manuel Caetano de Sousa de se entender com o marquez de Alegrete e com o conde da Ericeira, e das conferencias d'esses tres saiu o plano da Real Academia de Historia Portugueza, que foi approvado por D. João V, celebrando a Academia a sua primeira sessão no dia 8 de setembro de 1720 n'uma sala do paço dos duques de Bragança, que el-rei mandára mobilar luxuosamente para esse effeito. A Academia devia ter um director e quatro censores. Foi o 1.º director D. Manuel Caetano de Sousa, e os 4 primeiros censores os marquezes de Alegrete, do Fronteira e de Abrantes, e o conde da Ericeira, sendo o 1.º secretario o conde do Villar Maior. (V. *Portugal*, vol. I, pag. 41). N'essa sessão de 8 de dezembro do 1720 estiveram presentes 34 academicos, que eram os que até essa data se achavam eleitos. Nomeado pro-commissario da Bulla da Cruzada, e depois conselheiro de Estado, D. Manuel Caetano de Sousa recusou a mitra do Funchal, que D. João V lhe mandára offerecer, preferindo entregar se aos estudos que tanto haviam do illustrar o seu nome. Na *Collecção de Documentos da Academia Real de Historia*, publicou muitas das suas obras, discursos que pronunciou na referida academia, etc. No *Diccionario bibliographico*, vol. V e no *Diccionario Popular*, vol. XII, pag. 121 e 125, encontra-se uma relação minuciosa das suas obras. Citaremos as seguintes: *Hercules moral*; é a collecção das lições de philosophia que dictou na *Academia Portugueza* instituida em 1717 pelo conde da Ericeira, e em que D. Manuel Caetano do Sousa tomára o nome de *Academico Laborioso; De splendore illegitimerum*; é um tratado em 6 livros, em que dá conta dos bastardos que fôram illustres na guerra, na egreja, nas letras, etc. D. Manuel Caetano de Sousa foi um escriptor fecundissimo. São numerosas as suas obras tanto impressas como manuscriptas. Conhecia a fundo o latim, o italiano e o francez; poetava e improvisava em latim com a maior facilidade, mas a obra historica mais importante que escreveu, na opinião de Barbosa Machado, foi a sua obra latina sobre a vinda de S. Thiago á Hespanha, e isso bastava para mostrar o que era a sua sciencia historica. A essa sciencia, comtudo, prestou relevante serviço com a creação da Academia Real da Historia Portugueza. O conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes, amigo intimo de D. Manuel Caetano de Sousa, compoz de todas as suas obras impressas e manuscriptas um catalogo intitulado *Bibliotheca Sousana*, que imprimiu em Lisboa em 1736. Consta esse catalogo de 289 obras.

Sousa *(Manuel Coelho de)*. Cavalleiro fidalgo da Casa Real, e cavalleiro professo da ordem de Christo. N. em Collares, e fal. a 24 de março de 1736, sendo filho de Francisco Coelho Collares, que militára em Tanger. Era homem muito erudito, e criticou a *Grammatica* do P. Manuel Alvares, e o *Promptuario* do P. Antonio Franco, o que deu logar a um vivissimo debate. O livro que deu origem a essa discussão, foi o *Exame de sintaxe e reflexões sobre as suas regras, dividido em dois livros: no 1.º se comprehende aquella parte da sintaxe que os grammaticos chamam intransitiva. Livro 2.º no qual se comprehende o exame da sintaxe transitiva dos nomes. Livro 3.º no qual se comprehende o exame da constituição transitiva do verbo neutro*. Estas tres partes, que comprehendem tres volumes, sairam todas em 1729. Escreveu mais: *Explicação das partes da oração, com todas as suas circumstancias, etymologias e intelligencias, conforme o uso dos autores, e as opiniões dos melhores grammaticos*, Lisboa, 1721; *Resumo para os principiantes da explicação das oito partes da oração, com algumas noticias mais necessarias para a construcção d'ella, a que vulgarmente chamam Syntaxinha*, Lisboa, 1726. Manuel Coelho de Sousa foi tambem sargento mór dos privilegiados da côrte. Deixou ainda alguns manuscriptos.

Sousa *(Manuel Ignacio de)*. Doutor pela Universidade de Coimbra, parece que n'alguma das faculdades de direito. Era natural da ilha do Fayal, e calcula-se que vivia ainda nos fins do seculo XVIII. Escreveu: *Relação da conversão do reverendo sr João Tahyer, ha pouco ministro protestante em Boston, na America do Norte, escripta por elle mesmo; a que vão annexos varios extractos*, etc., Lisboa, 1788; é traducção do inglez, acompanhada do texto em frente, e saiu sem o nome do traductor; *Elegia na morte do sr. D. José, principe do Brazil, exposta sobre o seu tumulo, no dia das suas exequias, celebradas na ilha do Fayal*, saiu no *Jornal Encyclopedico*, fevereiro de 1790, a pag. 199.

Sousa *(P. Manuel Moreira de).* Clerigo secular, doutor em direito civil e licenceado em canones pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Lisboa em dezembro de 1692, onde tambem fal. em 18 de abril de 1745. Estudou no collegio do Santo Antão, indo depois receber o grau de mestre em artes em 1713, o de licenceado em canones em 1718, doutorando se depois em direito civil. Foi desembargador da justiça ecclesiastica do cabido e bispado de Coimbra, prior da egreja de Santo André de Barro, depois conservador apostolico do convento de Santa Cruz, de Coimbra, e collegial do collegio de S. Paulo. A reputação que alcançára, como escriptor, fez com que fôsse escolhido para academico supranumerario da Academia Real da Historia Portugueza, sendo em 1733 eleito socio effectivo. A 16 de maio do anno de 1739 foi nomeado monsenhor da Sé Patriarchal de Lisboa. Escreveu: *Policia e urbanidade christã no tracto e correspondencia civil, traduzida do exemplar latino, outras vezes impressa, e agora accrescentada de mais relevantes preceitos, que a fazem nova obra*, Coimbra, 1730. Deixou manuscriptas muitas obras em latim sobre jurisprudencia.

Sousa *(Manuel Nogueira de).* Poeta comico. N. em Santarem em abril de 1640, fal. em Torres Novas a 15 de janeiro de 1719. Era filho do poeta Gaspar Nogueira de Sousa Deixou muitos versos manuscriptos em portuguez e em hespanhol, figurando entre elles um auto do nascimento de Christo intitulado *El Sol á media noche*, e um outro auto comico da adoração dos reis magos. Tambem deixou epithalamios e canções, e uma descripção da entrada em Lisboa da rainha D. Maria Sophia, segunda mulher de D. Pedro II. De todas as suas obras imprimiu-se unicamente um soneto feito em louvor do *Theatro genealogico da casa dos Sousas*

Sousa *(Manuel de Seabra e).* Doutor em canones pela Universidade de Coimbra, poeta comico, etc. N. no Porto em 1606, onde tambem fal. a 28 de julho de 1664. Era filho de Pantaleão de Seabra e Sousa e de D. Euphrasia de Mesquita. Em 1627 foi nomeado arcediago da Regoa, e depois passou a ser provisor do bispado do Porto Deixou manuscriptos um grande numero de versos, principalmente jocosos.

Sousa *(D. Maria Peregrina de).* Escriptora, romancista e poetisa. N. no Porto a 13 de fevereiro de 1809, sendo filha do commerciante Antonio Ventura de Azevedo e Sousa, e de D Maria Margarida de Sousa Neves Foi muito conhecida e considerada romancista e poetisa, mas as suas numerosas composições, que lhe grangearam repetidos applausos e louvores de juizes autorisados, existem disseminadas em varios jornaes litterarios e politicos, que desde 184? começaram a têl a por collaboradora, taes como o *Archivo popular, Restauração da Carta, Revista Universal Lisbonense, Iris*, do Rio de Janeiro; *Aurora, Pirata, Braz Tisana, Lidador, Pobres do Porto*, etc. Alguns dos romances publicados n'essas folhas, teem a assignatura de *Uma obscura portuense*, outros a de *Mariposa*, muitos com o nome completo, ou com as iniciaes D. M P. Em publicação separada, em 1859: *Retalho do mundo*, romance dedicado a Antonio Feliciano de Castilho, o qual se compõe de 58 capitulos, que são os desenvolvimentos de outros tantos rifões, adagios e anexins populares, que lhe servem de titulos. Na *Revista Universal* saiu as *Superstições do Minho*, de que se tentou fazer uma collecção separada, com uma introducção ou advertencia preliminar pelo referido poeta Castilho, mas ficou interrompida logo na 1.ª folha, por causa das luctas politicas de 1846, e nunca mais continuou. Publicou em 1853, em Lisboa, o romance *Rhadamanto ou a mana do conde*; seguido do *Roberto ou a força da sympathia*; esta edição foi feita a expensas da sociedade Madrépora, do Rio de Janeiro, que estava então florescente e se destinava a proteger as publicações litterarias e os escriptores portuguezes. Escreveu tambem algumas notas para a versão dos *Fastos de Ovidio* por A. F. do Castilho, nos tomos I, II e III. Na *Gazeta de Portugal*, de 1863, uma narrativa sob o titulo *Um romance de Thomaz da Gandara*. Na *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, tomo III, setembro, de pag 273 a 312, vem publicada uma biographia d'esta illustre escriptora e poetisa, escripta pelo já citado escriptor e poeta Antonio Feliciano de Castilho.

Sousa *(Martim Affonso de)* Descendente de Martim Affonso, filho de D. Affonso III. Esteve no cêrco de Mazagão, passou á India em 1547, foi capitão de Diu, duas vezes governador da Mina, e voltando a Portugal foi morto na peleja que se travou entre o navio em que elle vinha o o d'um corsario francez.

Sousa *(Martim Affonso de).* Era filho de Martim Gonçalves de Macedo e de D. Brites de Sousa. Foi o 19.º prior de Santa Cruz, de Coimbra. Esteve na batalha de Aljubarrota com D. João I, foi vedor da rainha D. Filippa, e casou com D. Mayor Rodrigues de quem teve um filho, D. Fernando Affonso da Silveira, que foi o tronco das casas dos condes de Sarzedas e de Oriola, barões d'Alvito, etc. Ficando viuvo, trocou a armadura pela estamenha, professando em Santa Cruz, em cujo convento falleceu.

Sousa *(Martim Affonso de).* Um dos nossos mais illustres guerreiros e navegadores. N. em Villa Viçosa, nos fins do seculo XV ou principios do XVI; fal. em Lisboa a 21 de julho de 1564. Era filho de Lopo de Sousa, creado da Casa de Bragança, e de D. Brites de Albuquerque. Foi senhor do Prado e de Alcoentre, alcaide mór de Bragança e de Rio Maior. Educado no paço d'aquelles fidalgos, fez parte da casa de D. Theodosio, filho do duque de Bragança. Da casa de D. Theodosio passou para a do principe D. João, e depois, quando este subiu ao throno, soube conciliar-lhe o affecto e grangear tambem as sympathias do conde de Castanheira. E' certo que fez rapida carreira, que foi admittido ainda novo no conselho d'el rei, e que desejando o governo mandar uma expedição de certa importancia ao Brazil, por causa principalmente dos hespanhoes que principiavam a visitar o Rio da Prata, e dos francezes que para aquelles lados dirigiam tambem as suas navegações, a Martim Affonso de Sousa foi confiado o commando d'essa expedição, que constava d'uma esquadra de 5 navios e 400 homens. Não foi exclusivamente ao favoritismo que Martim Affonso de Sousa deveu o commando que lhe foi confiado, mas tambem, e principalmente ao seu merecimento. Fôra elle um dos mais aproveitados discipulos de Pedro Nunes, e n'esta viagem fez muitas e importantes observa-

ções, que depois communicou ao grande mathematico, da mesma fórma que lhe submetteu varias duvidas que se tinham levantado no seu espirito ácêrca dos methodos indicados por Pedro Nunes, duvidas a que este sabio respondeu nos tratados das cartas de marear, que andam juntas com o *Tratado da esphera*, impresso em 1534 Martim Affonso de Sousa partiu de Lisboa, passou pela bahia de Todos os Santos, onde encontrou o portuguez Diogo Alvares, que recebera dos indios o nome de Caramurú, e seguindo para o S entrou n'uma esplendida bahia, a que deu o nome de Rio de Janeiro, por julgar a bahia a foz d'um grande rio, e por ter entrado n'ella no dia 1 de janeiro de 1532. Como Martim Affonso levava largos poderes, sendo autorisado a repartir terras por quem as quizesse, a dar sesmarias, a crear officiaes de justiça e tabellionatos, a fundar emfim colonias como governador da *Nova Lusitania*, seguudo o titulo que lhe fôra conferido, fundou em 22 de maio de 1532 n'uma ilha a primeira colonia portugueza a que deu o nome de S. Vicente, por ser o santo do dia em que ella se fundava. Auxiliou-o muito na fundação d'essa colonia um portuguez, João Ramalho, que vivia com os indios no interior, e que, atravessando a serra, veiu pôr-se á disposição de Martim Affonso com os indios seus amigos, e auxilial-o efficazmente. Na bahia do Rio de Janeiro demorára se Martim Affonso tres mezes, e ali construiu dois navios. Fundando a colonia de S. Vicente, deu-lhe fóros de vida, mandou construir na sua visinhança o primeiro engenho de assucar que houve no Brazil, e que foi montado por madeirenses. Em seguida, guiado por João Ramalho, fundou no interior a villa do Piratininga, que é hoje a cidade de S. Paulo. Nomeou guarda-mór de esta ultima villa o proprio João Ramalho, e guarda-mór da primeira Gonçalo Monteiro. Estimado pelos indios, fez com que dois chefes chamados um Pelyreça, e o outro Ararigboia, se convertessem ao Christianismo, tomando ambos no baptismo o nome de Martim Affonso. Em 1533 voltou a Lisboa, e do bom resultado da sua expedição lhe provieram duas vantagens: em primeiro logar: nomeado capitão mór do mar da India. partindo para o seu destino a 12 de março de 1534; em segundo logar ser contemplado n'esse mesmo anno na distribuição das capitanias do Brazil que D. João III fez com a concessão de uma das mais bellas, a capitania de S Vicente, que hoje corresponde ás provincias do Rio de Janeiro, S. Paulo, etc. Martim Affonso de Sousa partiu então para a India, e chegou quando Nuno da Cunha, que era então o governador, estava todo empenhado na construcção da fortaleza de Diu. O sultão de Cambaya, Bahdur, não lhe quiz conceder Diu, concedeu-lhe Baçaim, e Nuno da Cunha encarregou Martim Affonso de ir tomar posse d'essa possessão. Foi Martim Affonso, mas pouco tempo depois o caprichoso sultão, que sympathisara com elle, e era homem extremamente voluvel, decidiu se a fazer a concessão para se levantar a fortaleza de Diu. Era essa noticia esperada em Portugal com tanta anciedade, que apenas a licença foi concedida, logo Martim Affonso expediu um despacho para el-rei D. João III e outro para Nuno da Cunha O sultão quiz, porém, em troca á viva força que alguns portuguezes o acompanhassem a Ahmedabad para o defenderem contra os mogoes, e exigiu que fôsse Martim Affonso de Sousa o commandante. Partiu este effectivamente com elle, seguido de um terço de cavalleiros fidalgos e por uma escolta de espingardeiros. Na verdade, os nossos puderam medir se com alguns mogoes, e completamente os destroçaram. Bahdur, satisfeitissimo, não largava Martim Affonso, que foi pôr são e salvo em Ahmedabad, e regressou para Gôa. Como a sua reputação de official valentissimo se espalhára já por toda a India, n'uma contenda que se levantou entre o rajá de Calicut e de Cochim, foi Martim Affonso enviado em soccorro de este nosso antigo alliado. Apenas Martim Affonso chegou, o rajá de Calicut achou mais prudente retirar se; mas Martim Affonso não queria deixar as cousas indecisas. Tratava se entre os dois soberanos de saber se o de Calicut se havia de coroar ou não n'uma pedra sagrada que existia na ilha de Ropelina. Para cortar de vez a questão, o que a Martim Affonso pareceu mais decisivo foi ir atacar a ilha de Repelina e trazer para Cochim a pedra sagrada. Prometteram auxilial o os chinezes, mas deante do inimigo achou-se Martim Affonso sósinho com os seus soldados europeus. Não hesitou, deu assalto á ilha, tomou-a, arrazou-a, não só antes que chegassem os indios seus alliados, mas tambem reforços portuguezes. O rajá de Calicut quiz vingar-se, e caiu sobre o rajá de Cranganor, que tambem ambicionava a alliança portugueza. Martim Affonso correu logo em soccorro do rajá atacado, e estando á frente apenas de 90 portuguezes, achou-se em frente de um do exercito de 5:000 indios. Não hesitou em combater, apezar da fuga dos indios de Cranganor que iam com elle, o que o rajá, a que os nossos chronistas chamam Mangate, imitaria tambem se Martim Affonso o não segurasse com a sua propria mão. O impeto portuguez ainda de essa vez triumphou. A derrota no inimigo foi completa. Entretanto, as cousas complicavam se em Diu, e Nuno da Cunha mandou chamar para ali Martim Affonso de Sousa. O heroico official partiu logo, mas ao chegar a Diu já encontrou Bahdur assassinado, crime que abertamente condemnou, não por julgal-o atroz, mas porque o achava impolitico. Entretanto chegava em 1538 o novo governador da India D. Garcia de Noronha, e Martim Affonso tinha de occupar-se de novo do rajá de Calicut. Puzera este em campo uma poderosa armada commandada por um indio espertissimo, que os nossos chronistas classificam de corsario, e a quem chamam Patemanar. Martim Affonso logo o bloqueou no rio Passane, mas o inimigo escapou se d'um modo habil. Mandou o desafiar para o mar alto, mas em termos taes, que Martim Affonso, picado, acceitou o desafio, e abandonando a foz do rio, foi esperar Patemanar em sitio proprio para o combate naval. Como póde imaginar-se, Patemanar nem pensou em procural o. O que fez foi mandar apresar alguns navios portuguezes que andavam desgarrados, a commerciar, fiados na protecção da esquadra do Martim Affonso. Este não descançou emquanto não o encontrou em sitio azado. Escoou-se lhe mais uma vez por entre as mãos, mas afinal foi apanhado por Martim Affonso para além do cabo Comorim, e soffreu uma derrota memoravel. Martim Affonso, antes de regressar a Cochim, ainda destroçou mais tres esquadrilhas, voltando

emfim ao reino. Em 1540 morreu o vice rei D. Garcia de Noronha, e ao abrirem-se as vias de successão, encontrava so a nomeação do Martim Affonso de Sousa, elle, porém, não estava na India, e por isso abrindo se a immediata, encontrou se o nome de D. Estevão da Gama. D. João III logo em 1541 tratou de nomear de novo Martim Affonso de Sousa governador da India Saiu, pois, este de Lisboa com uma esquadra em que ia o apostolo S. Francisco Xavier. Martim Affonso receava que D. Estevão da Gama lhe não quizesse entregar o governo, mas D. Estevão logo lh'o entregou a 6 de maio de 1542, que foi quando Martim Affonso chegou a Gôa. Este governo foi um periodo de decadencia e de corrupção; Martim Affonso mercadejava com tudo e com todos; fez uma expedição unica e exclusivamente para saquear um pagode. O exemplo tornava se contagioso. Em Baticoli, que foi tomada por Martim Affonso, a soffreguidão chegou a tal ponto que os portuguezes desaviram-se uns contra os outros, mataram-se, de fórma que os indios correram a retomar a cidade. Pois os portuguezes fugiram, e deve se á habilidade e energia de Martim Affonso a ter conseguido ainda dictar a lei ao inimigo que pedia paz. Foi uma triste mercê a que D. João III fizera a Martim Affonso de Sousa nomeando o governador da India, porque nem durante o seu governo teve uma expedição guerreira que lhe désse honra, nem mostrou a energia que manifestara antes do subir áquelle altissimo cargo, e deu ao mesmo tempo as provas mais deploraveis de avareza e de cinismo, que ainda mais em relevo se puzeram na historia por lhe ter succedido, em 1545, D João de Castro, esse modelo de virtude e de austeridade. Martim Affonso chegou a Lisboa no principio de 1546, e estava pacificamento occupando o seu logar no conselho de Estado, quando houve noticia que os turcos preparavam uma armada para vir atacar Lisboa e as costas do Algarve. Foi elle encarregado de tomar o commando da esquadra que havia de resistir a esse ataque, mas não lhe foi preciso dar novas provas do seu valor, porque a armada inimiga não appareceu. Martim Affonso de Sousa foi casado com uma senhora hespanhola, D. Antonia Pimentel.

Sousa (*P. Mathias de*). Jesuita. N. em Amaraute em 1598, fal. em Lisboa na casa de S. Roque em 1647. Professou no collegio de Coimbra. Passou á India, e quando voltou, foi procurador em Madrid, reitor do collegio de Santarem, e procurador eleito pela provincia de Portugal para a representar em Roma. Deixou escripta em hespanhol a seguinte obra: *Compendio do que succedeu no Japão desde que começou no anno de 1549, e relação dos martyres que padeceram nos annos de 1629 e 1630, tirada das cartas dos padres da Companhia que ali assistem.* Foi impressa em Madrid, 1633.

Sousa (*Medina de*) Actriz-cantora contemporanea muito apreciada. N. em Lisboa a 2 de dezembro de 1877. Estudou o curso de canto no Conservatorio, com distincção. Como amadora, representou n'algumas recitas d'opera, em que fez ouvir a sua bella voz, perfeitamente educada, agradando muito, e revelando grande disposição e desembaraço em scena, como se fôsse já uma actriz consumada. Companheira nos estudos musicaes e nas recitas de amadores de Virgilio do Sousa, que possuia boa voz de baritono, resolveram ambos casarem se, e seguirem a vida artistica. Depois de uma digressão ás ilhas da Madeira e Açôres, escripturaram se na empresa Del Negro, no antigo theatro de D. Affonso no Porto, em 1895 e 1896, onde obtiveram fartos applausos, e se tornaram muito conhecidos. Em 1896 fôram ao Brazil com a companhia de operetta do empresario Taveira, obtendo grande exito. Esteve no Rio de Janeiro, Pernambuco, S. Paulo, Bahia, Pará e Manaus, onde teve o desgosto de perder seu marido, que falleceu victima da febre amarella. Conservou-se então muitos annos no Rio de Janeiro, no theatro do Recreio Dramatico, empresa Silva Pinto, e parece que foi tambem algum tempo empresaria. Depois de largos annos de ausencia, veiu a Lisboa, e fez parte da companhia da Trindade, onde teve grande acceitação, evidenciando-se muito em algumas peças, especialmente na *Capital Federal*, *Musa dos estudantes*, etc. Tornando ao Brazil, voltou novamente no seu regreso ao theatro da Trindade, de Lisboa, e na epoca de verão, de 1913, entrou no theatro da Republica na revista *De capote e lenço.*

Sousa (*D. Mendo de*). Fidalgo do tempo de D Sancho I. Era conhecido pelo conde D. Mendo de Sousa, o *Sousão*, sendo filho de D. Gonçalo Mendes de Sousa, chamado *O Bom*, da illustre casa dos Sousas, e de sua mulher, D Urraca Sanches. Esteve na tomada de Silves, foi mordomo mór do referido monarcha, e um des maiores senhores de aquelle tempo.

Sousa (*D. Fr. Miguel de Bulhões e*). V. *Bulhões (Fr. Miguel de). Portugal*, vol. II, pag. 530.

Sousa (*Narciso Alberto de*). Bacharel formado em philosophia e em medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Braga a 27 de maio de 1857, sendo filho de Filippe Joaquim de Sousa Araujo e Menezes, e de D. Felicidade da Luz Malheiro da Costa Cabral e Menezes, descendentes das casas dos Dantas de Monte Redondo, Araujos e Britos, da Fonte dos Arcos, Hermello dos Arcos, e de outras familias illustres da provincia do Minho. A educação dos seus primeiros annos foi esmerada, sendo alumno no collegio da Madre de Deus, que era dirigido por Mesnier, pae do distincto engenheiro do mesmo nome. Concluiu os preparatorios no lyceu de Braga, e contando apenas 15 annos de edade, entrou para a Universidade de Coimbra, seguindo os cursos de philosophia, em que se formou no anno de 1878, e o de medicina, tomando egualmente o grau de bacharel em 1882. Quando contava 14 annos de edade, foi redactor d'um jornal que se fundou em Braga, com o titulo de *Liberal*, em que mostrou desde logo grandes tendencias litterarias, e de jornalista polemista, firmando n'aquelle jornal artigos variadissimos de politica e de litteratura. No entretanto, apezar de tão precocemente se entregar ao jornalismo, não descuidava os seus estudos, fazendo distinctos exames, causando a admiração dos professores. Entre os jornaes em que collaborou, além do *Liberal*, sabemos dos seguintes: *Brado*, *Voz do Minho*, *Liberdade*, *Amigo do Povo*, *Jornal Academico*, *Tribuno Popular*, *Operario*, *Borboleta*, *Gazeta dos hospitaes militares*, *Estudos medicos*, etc. Escreveu sempre com um exito crescente, arti-

gos scientificos, romances, contos, poesias, etc.; escreveu sobre historia natural, physica, chimica, sociologia, medicina, etc. Quando concluiu as suas formaturas, veiu para Lisboa exercer clinica, e fundou um consultorio medico, de que é director, na rua da Escola Polytechnica, onde ainda hoje exerce clinica geral, dedicando-se especialmente á gynecologia, de preferencia—partos.

Narciso Alberto de Sousa

O sr. dr. Narciso de Sousa foi um dos socios fundadores da Sociedade dos Estudos Medicos de Coimbra, fazendo parte da redacção do jornal de aquella associação, e que se intitula *Estudos Medicos*, já acima citado. Além da sua collaboração nos jornaes, tem publicado os seguintes trabalhos: *Nupcias do céu*, romance original; *Noites do Mondego*, contos originaes; *Estudos scientificos*; *Estudos Pathologicos; I—Doenças do estomago*; *Versos dos 15 annos*; *Theorias chimicas modernas*, estudos de philosophia natural. Traducções: *O Onanismo*, do dr. Fournier; *A Fonte maldita*, romance de Clemence Robert; *A vida futura*, conferencia de Lescoeur, traducção prefaciada por Camillo Castello Branco; *Contos de Alfredo Musset*; *A formula do progresso*, de Emilio Castelar; *Pescador de perolas; Para prolongar a vida*, de Mauricio Fleury; *Medicina velha e medicina nova*, etc. A ultima obra que publicou, foi: *Obstétrique moderne*, por Narciso Alberto de Sousa, des Facultés de Philosophie et de Médicine l'Université de Coimbra Tratado completo de partos, escripto originariamente em francez pelo autor, a par dos mais recentes progressos da sciencia e da arte, publicado, com profusas gravuras, estampas e mappas, por uma das mais acreditadas casas editoras de Paris, e apresentado á Academia de Medicina de França, como titulo de candidatura a membro d'aquella douta sociedade.

Sousa *(Fr. Pedro de)*. Religioso da ordem de S. Bento. N. em Pombal, e fal. a 14 de janeiro de 1668. Era filho do alcaide-mór de Pombal Luiz de Sousa e Vasconcellos. Professou no convento de Santo Thirso em 1614, doutorou-se em theologia, e foi depois, em 1641, geral da sua ordem. Era tio do celebre ministro conde do Castello Melhor, que o deu como confessor a D. Affonso VI. D. Pedro II o nomeou mais tarde bispo de Angra do Heroismo, dignidade que não chegou a exercer, porque morreu no seu convento, antes de chegar a bulla da sagração. Compoz e imprimiu uma folha intitulada *Arvore benedictina*.

Sousa *(Fr. Pedro de)* Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho. N. em Lisboa a 14 de fevereiro de 1723, fal. no convento da Graça, da mesma cidade, a 8 de julho de 1779. Era filho de Pedro de Sousa de Castello Branco. Professou no citado convento da Graça, em 15 de fevereiro de 1739. Traduziu do francez e imprimiu em 1765 um livro intitulado: *Novas observações sobre os differentes methodos de prégar*.

Sousa *(Pedro Lopes de)* Senhor de varias terras, alcaide-mór de Rio Maior, capitão donatario das capitanias de Sant'Anna e de S. Vicente no Brazil e embaixador de D. Sebastião a Castella. Era filho do governador da India Martim Affonso de Sousa. Morreu na batalha d'Alcacer-Kibir, em 1578.

Sousa *(Pero Lopes de)*. Fidalgo da Casa Real. N. pelos annos de 1500, sendo filho de Lopo de Sousa, e irmão mais novo do celebre governador da India e descobridor do Rio de Janeiro, Martim Affonso de Sousa *(V. este nome)*. Foi para o Brazil na esquadra de que seu irmão era commandante, a qual se compunha de 5 navios, 2 naus, 1 galeão e 2 caravélas. Pero Lopes era commandante d'uma das caravélas que se chamava *Rosa*. A 1 de fevereiro de 1531 encontrou-se a esquadra com umas naus francezas na altura do cabo de Santo Antonio, e travou com ellas rijo combate, em que tomou parte brilhante Pero Lopes de Sousa, que toda a noite luctou com uma nau franceza, e afinal a rendeu ás 7 horas da manhã do dia seguinte. Deu lhe seu irmão o commando da nau aprisionada, a que Pero Lopes pôz o nome de *Nossa Senhora da Candelaria*, por ser no dia d'essa festa religiosa que Pero Lopes a tomou. Seguiram os navios correndo a costa do Brazil, e iam entrar no Rio da Prata, quando uma tempestade violentissima os salteou, e n'esse temporal correu imminente perigo o capitão-mór, que foi salvo pelo brioso auxilio de seu irmão. Estavam na altura do arroio Chasy, e era isso em outubro de 1513. Martim Affonso de Sousa resolveu então ir fundar na ilha das Palmas, e esperar ahi por seu irmão, a quem mandou que subisse e explorasse o rio da Prata, e que fôsse pondo padrões. A 23 de novembro de 1531 partiu Pero de Sousa a desempenhar a sua missão, subiu e Rio da Prata, entrou pelo Paraná, chegando muito acima da confluencia do Uruguay, affrontou os perigos todos da navegação d'esse rio, terriveis porque eram desconhecidos, e depois de ter dado as mais relevantes provas de valor e de constancia, voltou a reunir se com seu irmão no dia 27 de dezembro de 1531. Em maio de 1532 recebeu ordem do seu irmão para voltar a Portugal com os navios que deviam regressar ao reino. Em agosto d'esse anno estava na altu-

ra de Pernambuco, e encontrando ali naus francezas, fundeadas na ilha de Itamaracá, onde os francezes haviam construido um forte, destruiu o forte, derrotou as naus, e depois de se ter demorado tres mezes em Pernambuco, voltou a Lisboa. D'esta viagem escreveu elle um roteiro, que por muito tempo foi ignorado, e que Varnhagen descobriu e publicou em Lisboa, 1839, dando-lhe o titulo: *Diario da Navegação de Pero Lopes de Sousa, 1530-1532. Publicado com documentos importantes, pela maior parte copiados dos autographos da Torre do Tombo; exornado de elucidações e notas, nas quaes se trata do descobrimento do Rio de Janeiro, Rio da Prata e ilha de Fernão de Noronha; discute se a questão da America*, etc. *Precedido tudo da vida dos dois irmãos*, etc. Foi reimpresso em S. Paulo no anno de 1847, á custa da assembleia provincial, mas Varnhagen queixou-se de que o houvessem publicado sem seu consentimento, vindo por isso deturpado. Finalmente, em 1861, saiu reimpresso na *Revista trimensal do Instituto*, de pag. 9 a 111 do tomo XXIV, servindo-lhe de prologo uma carta do referido Varnhagen á redacção. Ainda elle não chegára a Lisboa, já a 28 de setembro de 1532. D. João III expedia uma carta regia pela qual lhe doava a elle 50 legoas de costa, e 100 a seu irmão Martim Affonso de Sousa. Dois annos depois, a 6 de outubro de 1534, D. João III confirmou e ampliou a doação anterior, porque a capitania de Santo Amaro, doada a Pero Lopes de Sousa, abrangia 80 legoas de costa, a saber: 30 legoas ao sul entre a terra de Sant'Anna e a ilha de Cananéa, e 10 entre o rio Curupacé e o rio de S. Vicente, e ao norte 30 legoas desde o rio Iguarassú até á bahia da Traição. Pero Lopes de Sousa, que não voltou ao Brazil, escolheu para seu logar tenente no sul Gonçalo Affonso, ao norte João Gonçalves. As colonias que se fôram fundando na parte meridional da capitania ficaram, por assim dizer, sujeitas á tutella das autoridades da capitania de S. Vicente. N'esse mesmo anno de 1534 tomou parte na expedição de Carlos V a Tunis, indo como capitão de uma das naus que D. João III mandou em soccorro de Carlos V, junto do qual estava tambem o infante D. Luiz. Voltando da expedição, andou por algum tempo empregado na esquadra de guarda costas. Em 1539 foi á India como capitão-mór de uma armada de 6 naus. Chegou á India a 10 de setembro d'esse anno, e voltando a bordo da nau *Gallega*, que commandava, naufragou n'uns baixos perto da ilha de Madagascar, e perdeu-se a nau e perdeu-se elle, vindo portanto a morrer em 1539.

Sousa *(Rodrigo da Conceição de Oliveira e)*. Chefe de repartição aposentado da Junta do Credito Publico, tendo durante 8 annos exercido interinamente as funcções de director geral. Seu pae, já hoje fallecido, foi o 1.° official da secretaria da mesma Junta, Urbano Joaquim de Sousa, funccionario que sempre mereceu as maiores considerações e respeito. O sr. Rodrigo de Sousa iniciou a sua vida publica como amanuense da referida secretaria, sendo nomeado, depois de um brilhante concurso, subindo successivamente pelo seu merito e exemplar cumprimento dos deveres dos seus cargos a 2.° e a 1.° official, e chefe da repartição da contabilidade, logar em que foi aposentado. Conhecendo perfeitamente todos os serviços da divida publica, pôr experiencia propria e mercê d'uma actividade incançavel, desenvolveu com proficiencia as questões mais difficeis e delicadas da secretaria. A Junta do Credito Publico, reconhecendo o seu valor, commetteu-lhe importantes commissões de serviço e da mais alta responsabilidade, dentro e fóra do paiz, algumas deveras uteis para a administração da nossa divida, como as que constam do seu relatorio apresentado na sessão da Junta em 23 de dezembro de 1899, o qual foi publicado em 1900, relativo á commissão de que fôra encarregado de ir a Paris, Bruxellas, Amsterdam, Berlim, Londres e Madrid, afim de saber como eram executados os serviços da divida publica dos differentes paizes. Em agosto de 1907 foi tambem escolhido pelo governo para desempenhar uma importante commissão no ministerio da fazenda. O antigo regimen o havia agraciado com a carta de conselheiro.

Sousa *(Ruy de)*. Fidalgo do seculo XV, senhor de Sagres, esteve em Alcacer, Tanger, e em todos os outros combates de D. Affonso V contra os moiros, acompanhou esse soberano na entrada que fez em Castella, e assistiu á batalha de Toro. No tempo de D. João II foi mandado como embaixador a Inglaterra, e foi um dos plenipotenciarios do tratado de Tordesillas. Acompanhou el-rei D. Manuel a Hespanha, quando foi ser jurado principe d'esse estado, e lá fal. em Toledo a 2 de maio de 1498, com 75 annos de edade.

Sousa *(Simão de)*. Fidalgo do seculo XVI, e um dos poetas mais fecundos que figuraram no *Cancioneiro* de Garcia de Rezende, onde as suas poesias se encontram a fl. 115, 116, 147 v., 149 v., 152, 153, 154 v. 177, 181 v., 182, 193 v. a 196.

Sousa *(Fr. Thomaz de)*. Religioso da ordem de S. Domingos. N. em Ponte da Barca em 1530, pouco mais ou menos, e não se conhece a data da sua morte. Era filho natural de Manuel de Magalhães, morgado de Fonte Arcada. Professou no convento de S. Domingos, de Lisboa, em 1548. Tornando se prégador muito apreciado, el rei D. Sebastião o nomeou prégador regio, e a rainha D. Catharina o fez seu confessor. Fr. Thomaz adquiriu grande influencia no Paço, e com tanta liberdade censurava os vicios que um dia um fidalgo lhe pregou na porta do quarto um papel, em que dizia: *Aqui móra Fr. Thomaz, que bem o diz e mal o faz* Então o frade escreveu por baixo: *Fazei vós o que elle diz, e não façais o que elle faz*. Phrase que chegou aos nossos dias como um proverbio, e que ainda muitas vezes se ouve. Fr. Thomaz foi eleito provincial da sua ordem em 1578, mas o cardeal D. Henrique, que era então legado *á latere*, annullou lhe a eleição, e em seu logar foi eleito Fr. Antonio de Sousa.

Sousa *(Fr. Thomé de)*. Primeiro governador da colonia do Brazil. Principiou a sua carreira militar em Africa, onde serviu debaixo das ordens de D. João Coutinho. Acompanhou D. Antonio da Silveira na campanha que este fidalgo sustentou contra o soberano de Fez, e n'um combate que se travou a pouca distancia de Alcacer Kibir, onde os musulmanos perderam uns 50 cavallos, achou-se Thomé de Sousa, que por essa occasião deu uma saltada na aldeia de Gens que destruiu, matando e aprisionando muitos dos seus habitantes. Em 1545 passou á India como commandante da nau *Conceição* na armada de que era

capitão-mór Fernão de Andrade. Pouco se demorou no Oriente, e voltando ao reino, foi escolhido por D. João III para o difficilimo cargo de governador do Brazil, governo geral que o mesmo rei acabava de crear, e que não podia confiar senão a homem de grande prudencia e tino como Thomé de Sousa mostrou ser, pelas circumstancias especialissimas em que foi creado esse governo. Effectivamente D. João III dividira primeiro a nova colonia do Brazil em capitanias, e dera aos donatarios d'essas capitanias tão largos poderes que os tornara perfeitamente senhores feudaes, mas não tardou a perceber os inconvenientes d'essa fragmentação de poder, e sem annullar as concessões entendeu que devia tambem nomear para o Brazil um governador geral que o representasse, e a que todos os donatarios estivessem sujeitos. Para esse cargo incontestavelmente difficil, foi que D. João III escolheu Thomé de Sousa, e os acontecimentos justificaram perfeitamente a escolha. A 2 de fevereiro de 1549 saiu Thomé de Sousa para o Brazil, levando uma esquadra de 6 navios, e 1:000 homens entre colonos e degredados, empregados na nova administração que se ia crear, artifices, artilheiros e engenheiros, e emfim 6 jesuitas, dirigidos pelo celebre P. Manuel da Nobrega, que iam fundar as missões brazileiras. A 27 de março avistou a Bahia de Todos os Santos, e a 29, depois de ter reunido todos os navios da sua esquadra, entrou o novo governador n'uma magnifica enseada onde levava ordem de fundar a cidade que tinha de ser a capital da nova colonia, e a séde da administração superior do Brazil. N'aquelles sitios residia havia muitos annos o famoso Diogo Alvares, conhecido pelo nome de Caramurú, que adquirira entre os indios muito prestigio, e este veiu logo ao encontro de Thomé de Sousa, recebendo o com lagrimas de alegria e fazendo com que os tupinambás seus amigos tambem acolhessem com verdadeira estima e verdadeiro affecto os novos colonos portuguezes. Já então na Bahia de Todos os Santos havia ou houvera uma pequena villa portugueza, fundada pelo donatario de essa capitania, Francisco Pereira Coutinho, mas este não soubera captar as sympathias dos indios. O commercio pacifico, que primeiro tivéra com elles, logo se transformára em guerra aberta, e Francisco Pereira Coutinho, naufragando na ilha de Itaparica, foi morto e devorado pelos indigenas. A povoação que fundára, ficou por conseguinte abandonada, e Thomé de Sousa escolheu um sitio collocado a meia legoa d'essa primeira povoação, que depois tomou o nome de *Villa Velha*, para fundar uma cidade a que deu o nome de *S. Salvador*, que levantou n'uma altura escarpada a pouca distancia da praia. Os indios, muito mais bem dispostos para com Thomé de Sousa do que o tinham estado para com Francisco Pereira Coutinho, coadjuvaram muito os portuguezes na construcção da nova cidade, e dentro em breve se levantaram do solo a egreja, o palacio do governo, e a alfandega e o collegio dos jesuitas. No fim de 4 mezes já havia na nova povoação 100 casas com as suas plantações á roda. Thomé de Sousa organisou da seguinte fórma o novo governo da colonia: a direcção da justiça foi confiada a um ouvidor geral, a da fazenda a um mordomo-mór, a defeza maritima a um guarda-mór da costa, e o commando de todas as tropas de terra, debaixo das ordens do governador, a um alcaide-mór. A 1 de novembro do mesmo anno de 1549, já a nova cidade tinha camara municipal, cujo primeiro acto foi o registro da patente do governador geral Thomé de Sousa, sendo este por conseguinte o primeiro documento official da historia do Brazil. Thomé de Sousa prestou nas mãos dos vereadores o competente juramento, e começou a governar o Brazil. Depois de tantas e tão arduas fadigas, Thomé de Sousa deixou em 1553 o Brazil, ficando n'elle perpetuado pelos seus serviços, no prospero e relativamente rico desenvolvimento da cidade de S. Salvador, no incremento dado ás capitanias, na ordem administrativa que regulára, o seu renome de homem honesto e de magistrado justo e desinteressado, e por todos os titulos benemerito. Entregando o governo ao seu successor D. Duarte da Costa, regressou a Portugal, e D. João III o nomeou védor da fazenda, e nos ultimos annos da sua vida foi residir n'uma quinta, onde falleceu depois do anno de 1573.

Sousa *(Vasco de)*. Doutor em theologia pela Universidade, de qual tambem foi reitor, etc. N. em Aveiro em 1584, fal. em Coimbra a 25 de junho de 1618. Era filho de Henrique de Sousa, 1.º conde de Miranda. Entrou como porcionista no collegio de S. Paulo em 1602, e depois de se doutorar, foi conego das sés de Braga e de Evora, promovido mais tarde a conego magistral da sé de Coimbra, em 1615. A 13 de janeiro de 1618 foi nomeado reitor da Universidade, mas o seu governo teve curta duração, porque falleceu pouco depois. Deixou impresso um sermão a Santo Ignacio.

Sousa. Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto; 124 fog. e 454 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Está situada junto do rio Sousa, a 7 k. da séde do conc. A terra é fertil; cria gado e tem caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Foz do Sousa, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Lodares, conc. de Louzada, do mesmo distr. || Rio do distr. do Porto. N. a 1 k. ao S de Margaride, corre na direcção geral de SE, passa ao NE de Penafiel, onde tem ponte, e entra no Douro, na freg. da Foz do Sousa, com 45 k. de curso. A sua agua é explorada por uma companhia para o abastecimento do Porto. || Ponta situada na costa N E, da ilha de Santa Maria, Açôres.

Sousa Alvim *(Alexandre)*. Bibliothecario da Bibliotheca Publica de Ponta Delgada, etc. N. em Lisboa a 12 de janeiro de 1861, sendo filho do 2.º tenente João de Sousa Alvim, um dos heroes da acção de Torres Vedras, cavalleiro da Torre e Espada, por distincção em combate, e de D. Maria Luiza Ferreira de Sousa Alvim, pensionista do Estado, por serviços prestados por seu marido. Descende da antiga e illustre familia Alvim, pelo ramo Sousa Alvim que teve o seu solar nos Sobreiros junto do convento do Matto, em S. Miguel de Palhacana, concelho de Alemquer. Orphão de pae e sem recursos, por ter sido desbaratada a casa vinculada dos seus maiores (consequencia da má administração do cogno-

minado *Fidalgo dos Sobreiros*, o tenente Gastão de Sousa Alvim Coutinho de Noronha, seu avô paterno, 7.º e ultimo senhor do morgado dos Sobreiros), foi em 1867 para S. Miguel, onde estabeleceu residencia e constituiu familia. Procurando carreira, tentou a do commercio e, depois, a das armas, das quaes desistiu, successivamente, para entrar na burocracia, como amanuense da administração do concelho de Ponta Delgada em 1882. Casou na villa da Ribeira Grande a 5 de novembro de 1881, com D. Joanna Adelina Pereira, filha ultima do mais considerado e abastado agricultor dos Fenaes da Luz, João Raposo Pereira. Foi administrador do concelho da Ribeira Grande, em 1893, e por decreto de 17 de maio de 1897 teve a nomeação de bibliothecario da bibliotheca publica de Ponta Delgada Escreveu e publicou em S. Miguel, no anno de 1891, *O Desaggravo*. Tem collaborado em varios jornaes de Ponta Delgada, e na bibliographia *Bibliotheca Açoriana*, por Ernesto do Canto, obra esta em que veem mencionados alguns dos seus escriptos (vol. III, pag. 5 e 19). Como foi discipulo, (o unico) do fallecido archeologo açoreano Ernesto do Canto, muitas das suas producções teem sido inspiradas em factos da historia michaelense, pelo que é apontado como antiquario local. Em 1903 trabalhava n'uma monographia ácêrca do clero michaelense, desde o descobrimento da ilha até á actualidade; e outra sobre os Alvins, trabalho historico e genealogico.

Sousa Araujo (*Augusto Candido de*). Coronel de cavallaria. N. em Lamego a 11 de outubro de 1856, sendo filho do general de brigada Benedicto Candido de Sousa Araujo e de D. Maria Maximiana de Sousa Araujo. Frequentando com distincção o Collegio Militar, concluiu o curso em 1875, e assentou praça a 29 de julho d'esse anno. Entrou para a Escola do Exercito, sendo promovido a alferes graduado para lanceiros n.º 2 em 29 de dezembro de 1877, e a alferes effectivo em 1878; a tenente em 9 de setembro de 1885, a capitão em 9 de março de 1903, a tenente coronel em 1908, passando depois ao posto de coronel. Esteve na guarda municipal onde prestou bons serviços, indo em seguida para a India, como ajudante de campo do governador geral d'aquelles estados, onde desempenhou honrosas commissões de serviço, como chefe do estado maior, da repartição militar e de governador interino do districto de Diu. Por estas e outras occasiões, em que o distincto official proficientemente se houve no desempenho dos seus cargos, foi louvado em 1884 pelo zelo e inexcedivel actividade como ministrou e concluiu a instrucção sobre manejo e jogo de lança a cavallo a todo o regimento de lanceiros n.º 2, na sua nova organisação em outubro do mesmo anno de 1884. Em agosto de 1888 foi egualmente louvado pelo muito zelo e proficiencia com que desempenhou os cargos de professor do 1.º e 2.º annos do curso da classe de sargentos em lanceiros n.º 1, logares estes que accumulou com o de director das escolas regimentaes. Quando em 1894 se deram tumultos em Ovar, foi o official commandante das forças mantenedoras da ordem publica, merecendo mais uma vez publicos e justos louvores pelo acerto com que se houve n'esse espinhoso serviço. Na India fôram grandes e patrioticos os serviços que prestou, honrando o o povo de Diu, pela occasião em que aquelle districto foi flagelado pela peste bubonica, com a dadiva do retrato do brioso official, em tamanho natural, emoldurado ricamente com prata lavrada, lendo se na parte posterior da moldura uma enthusiastica e grata dedicatoria. Havendo urgencia em dar uma organisação policial mais ampla em Coimbra, o sr. Sousa Araujo, então ainda major, ali serviu em commissão no logar de commissario de policia, em 1905, apresentou á autoridade superior do districto um bem elaborado projecto de reorganisação d'aquella corporação civil, que lhe mereceu os maiores encomios. O sr coronel Sousa Araujo é official e cavalleiro da ordem d'Aviz, e possue as medalhas de prata de bons serviços e de comportamento exemplar.

Sousa Avides (*Manuel de*). Medico, exercendo a clinica no Porto; antigo deputado, e presidente da camara municipal da mesma cidade. Foi agraciado com o titulo de conselho por decreto de 12 d'agosto de 1904.

Sousa e Azevedo (*Antonio Joaquim Coelho de*). Advogado nos auditorios de Coimbra, que publicou em 1821 uma *Memoria sobre os privilegios concedidos aos menores*.

Sousa Azevedo (*José Pedro de*). Official de marinha, bacharel formado em mathematica e em philosophia pela Universidade de Coimbra. Era homem de sentimentos liberaes, porque em 1810 foi um dos deportados para a ilha Terceira como jacobino. Escreveu: *Resumo historico da vida de Bonaparte, desde o seu nascimento até á sua elevação á dignidade imperial*, traduzido do francez; Lisboa, 1807; saiu com as iniciaes J. P. S. A; *Historia de dois amantes. ou o Templo de Jatab*; traducção, 1806, com as mesmas iniciaes; reimprimiu se no Rio de Janeiro em 1811, e depois em Lisboa nos annos de 1822 e de 1841. Em 1808 publicou tambem, traduzida do italiano, uma obra intitulada *Kariton Aphrodiseo; contos amorosos de Xereas e Kallirroe, em oito livros; trad. do grego em italiano por mr. Giacomelli, e d'este em portuguez, por J. P. S A*

Sousa Azevedo (*Manuel Thomaz de*). Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra em 1848, etc N. em Lisboa a 4 de setembro de 1826; onde fal. tambem a 28 de março de 18..9. Era o primogenito do 1.º visconde d'Algés, José Antonio Maria de Sousa Azevedo. Foi juiz de direito da comarca de Villa Franca, ajudante do procurador geral da corôa. Era moço de muito talento, e especialmente dedicado aos estudos dos systemas penitenciarios, sendo encarregado officialmente de visitar as mais notaveis cadeias do estrangeiro. Deixou dois relatorios dirigidos ao ministerio da justiça, sobre essas viagens. Estes trabalhos fôram muito elogiados, e n'elles se encontram indicações muito interessantes.

Sousa Bahia (*Francisco Jorge de*). Professor de piano no Conservatorio de Lisboa. N. na ilha da Madeira em 1862, sendo filho do distincto musico Francisco Bahia, já fallecido ha annos. Ficando orphão ainda muito creança, revelando grande vocação para a musica, conseguiu, graças aos esforços de sua mãe e com o auxilio da familia Alcobia, matricular se no Conservatorio, em 1869, seguindo com distincção o curso de piano, em que foi premiado, e o qual concluiu em 1878, sendo discipulo do professor João Eduardo

da Matta Junior. Continuou, porém, no Conservatorio a cursar as aulas de harmonia e de instrumentação até 1880. Escreveu, entre outros trechos, a barcarola *No Tejo*, dedicado ao seu professor Matta Junior, uma valsa, *Kermesse*, dedicada á Associação das Creches, etc. Em 1881 começou a evidenciar se nos concertos publicos em que tomava parte. Como concertista notabilisou se, principalmente nas peças de Mayer e Grieg, que executou com acompanhamento de orchestra, no Salão da Trindade n'um concerto da Academia dos Amadores de Musica. Era professor auxiliar do Conservatorio, e por decreto de 31 de novembro de 1895 foi nomeado professor de 2.ª classe. Tambem é professor de piano na Academia dos Amadores de Musica, e do Instituto Musical, de quo foi fundador.

Sousa Bastos *(Antonio de)*. V. *Bastos (Antonio de Sousa)*.

Sousa Brandão *(Francisco Maria de)* General de divisão e distincto engenheiro. N. em Murtosa, no concelho da Feira, a 11 de maio do 1818, fal. em Lisboa a 26 de maio de 1892. Frequentou humanidades no seminario de Lamego, habitando com um tio, Pantaleão de Sousa, conego da sé de aquella cidade, que morreu aconselhando o sobrinho a quo seguisse a carreira das armas o defendesse a causa da Liberdade. Um outro irmão de seu pae, José Maria de Sousa, fôra fusilado em Vizeu por liberal. Passava o anno de 1833, e Sousa Brandão, contando apenas 15 annos de edade, enthusiasmado pelas ideias liberaes, saiu de casa, e atravessou como pôde as linhas do Porto, e apresentou-se no quartel general constitucional a 26 de fevereiro de 1834, e logo a 26 de março entrou em fogo na batalha de Santo Thirso, revelando desde logo, apezar dos seus 16 annos, um valente e destomido militar. Distinguiu-se no ataque vigoroso da Lixa, em 2 de abril, ao lado dos soldados da divisão commandada pelo general conde de Villa Flôr, mais tarde duque da Terceira, em que o joven militar se havia alistado. Sousa Brandão entrou em todos os recontros até ao dia 16 de maio em que se feriu a batalha da Asseiceira. Seguiu no exercito liberal atè Extremoz, onde recebeu a noticia da convenção de Evora Monte. Terminada a campanha, decidiu se a estudar, e matriculou se na Academia Polytechnica do Porto, d'onde passou depois para a Escola do Exercito de Lisboa, seguindo o curso de estado maior, que terminou em 1842, e voltando para o exercito foi nomeado em 1843 tenente do corpo do estado maior. A's campanhas da Liberdado succederam as luctas armadas dos partidos, conhecidos por cartistas e cabralistas, e Sousa Brandão, liberal e democrata por indole e principios, pôz se ao lado do povo em defeza da Liberdade, que tanto custara a conseguir, o foi com José Estevão, Passos, Cesar de Vasconcellos e outros liberaes combater em Torres Vedras, em dezembro de 1846, em que o partido da rainha D. Maria II ficou vencedor. Sousa Brandão, vendo perdida a causa popular, emigrou para França, frequentando om Paris o curso de pontes o calçadas, com grande aproveitamento, porque se tornou um engenheiro distincto. Assistiu ali á grande revolução de 1848, que derrubou Luiz Filippe e proclamou a Republica, o que vivamente o impressionou, e lhe firmou mais as suas ideias democraticas, porque tanto pugnou toda a sua vida. Em 1849 regressou a Portugal, e sendo reconhecido como distincto engenheiro foi nomeado n'esse mesmo anno director das obras publicas nos districtos de Vizeu, Villa Real e Bragança. A regeneração em 1851 veiu iniciar no paiz uma nova epoca. Procedeu se a muitos melhoramentos materiaes, começando a pensar se em caminhos de ferro, e Sousa Brandão em setembro do 1852, tomou parte nos estudos na linha de loste, sendo pouco depois nomeado presidente da commissão encarregada do estudar o caminho de ferro do norte, em que elaborou o projecto da linha de Coimbra ao Porto. A este trabalho seguiram-se outros, em que Sousa Brandão sempre se encontrava, fiscalisando as primeiras construcções do caminho de ferro do Alemtejo, dirigindo os estudos da linha de Vendas Novas a Evora e a Beja, elaborando os estudos do caminho do ferro do Douro, Minho, Beira Alta, Beira Baixa, e por fim os de via reduzida do norte. Tendo de proceder-se a uma inspecção na linha da Beira Alta, antes de ser aberta á circulação publica, foi Sousa Brandão escolhido pelo governo para essa commissão da mais grave responsabilidade Desempenhou por vezes o cargo de inspector das obras publicas, o era vogal supplente da junta consultiva. Na carreira militar seguiu os postos respectivos até ao do general de divisão, a que foi promovido a 5 do março de 1890, sendo condecorado com a medalha das campanhas da Liberdade, algarismo n.º 1, o com a commenda da ordem de Christo. Na politica foi sempre um intransigente que não renegou os seus principios democratas, e morreu como viveu, firme nas suas ideias, que pôz ao serviço das classes trabalhadoras, pelas quaes luctou para lhes melhorar a sorte. O circulo da Feira elegeu-o deputado em 1865 a 1868; fazia parte do ministerio n'essa epoca, o marquez de Sá da Bandeira e o conde de Avila, depois duque do Avila e Bolama. O novo deputado tornou se um acerrimo luctador em opposição ao governo. Sousa Brandão foi o mais dedicado apostolo das classes operarias com a penna e com a palavra, o o que mais concorreu para a fundação das primeiras associações de Lisboa o Porto. Apenas chegou a Portugal, fundou com Vieira da Silva e Lopes de Mendonça *O Ecco Operario*, primeiro jornal socialista que se imprimiu entre nós. Era um jornal de propaganda que fazia vêr ás classes trabalhadoras as vantagens da associação, o preparando assim os espiritos principiou a fundar a associacão do auxilio mutuo, de onde nasceu o *Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, a *Fraternidade Operaria*, a *Cooperativa Industria Social*, a *Caixa de Credito Industrial*, e outras fundadas o auxiliadas por Sousa Brandão, em que se conta tambem o *Banco do Povo*, instituição creada sob os melhores auspicios e com o mais louvavel fim de protecção aos industriaes. Foi verdadeiramente incançavel na sua propaganda, procurando não só reunir os operarios, mas proporcionar-lhe a instrucção de que tanto carecia n. Escreveu um livro que denominou *O Trabalho*, em que tratou largamente os principios de economia social. Foi o primeiro que so escreveu em Portugal sobre esto assumpto. Organisando-se em Lisboa em 1875 o partido republicano, Sousa Brandão foi um dos primeiros a encorporar so nas suas fileiras, o desde

logo considerado um dos membros mais respeitaveis e queridos, pela firmeza e sinceridade das suas convicções, pelo que lhe fôram sempre confiados cargos na direcção do mesmo partido, sendo eleito para o primeiro directorio que se constituiu em Lisboa. Mezes antes de fallecer, partira para Huelva, onde ia fazer uns estudos nas minas, quando um desabamento da via ferrea, o deteve no caminho, tendo de fixar n'uma pequena aldeia proxima do logar do desabamento. Adoe-

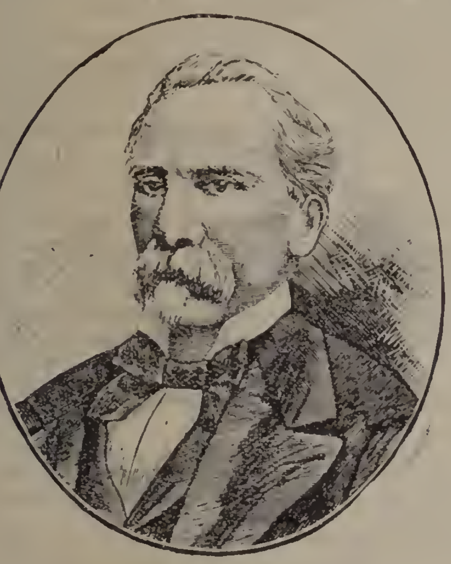

Francisco Maria de Sousa Brandão

ceu ali de um anthraz, e para o tratar foi chamado expressamente um medico de Lisboa. Tratado de aquella doença, que o deixou muito abatido, continuou a sua viagem, sem attender aos conselhos e pedidos da familia, para que voltasse a Lisboa a restabelecer-se completamente. Em Huelva foi acommettido d'uma febre palustre que nunca mais o abandonou, e o matou, por fim, em Lisboa para onde regressou já quasi sem vida.

Sousa Brandão (*P. Vicente Ferreira de*) Presbytero da Congregação do Oratorio. N. em Lisboa a 23 de janeiro de 1789, ignora-se a data do fallecimento. Foi educado no seminario dos meninos orphãos, e aos 17 annos entrou na congressão de S. Filippe Nery, no convento do Espirito Santo, a 26 de fevereiro de 1806. Por muitos annos foi encarregado da coordenação do calendario, que com o titulo de *Diario ecclesiastico e civil para o reino de Portugal*, etc , mais vulgarmente conhecido pela denominação de *Folhinha de algibeira*, a congregação publicava annualmente, sob o privilegio exclusivo, que para isso obtivera d'el rei D. João V. Extincta a congregação em 1834, e com ella o dito privilegio, o P. Vicente Ferreira continuou por sua conta particular aquella publicação, disposta pouco mais ou menos na conformidade do antigo methodo, até que em 1849 resolveu dar lhe outra fórma e titulo mais accommodado ás circumstancias do tempo. Saiu, pois, com o seguinte: *Almanach familiar para o anno de 1850, contendo além do mais essencial da antiga Folhinha, diversos artigos de utilidade, instrucção e recreio*, Lisboa, 1849. E assim proseguiu sem interrupção, todos os annos, publicando-se ainda em 1862. O P. Vicente Ferreira foi o director e revisor da esmerada edição do *Missal Romano*, que em 1860 se concluiu na Imprensa Nacional, e que é propriedade d'aquelle estabelecimento.

Sousa Brito *(Gabriel)*. Um dos muitos judeus portuguezes que a Inquisição afugentou de Portugal, que podiam illustrar com o seu talento e enriquecer com o seu trabalho. N. em Lisboa em 1650, e fugindo á perseguição inquisitorial, refugiou se como outros muitos dos seus correligionarios em Amsterdam, onde vivia em 1719. Era habil cosmographo e mathematico, e escreveu em hespanhol algumas obras sobre estas duas sciencias, que se publicaram em Amsterdam, em 1706.

Sousa Brito *(Pedro de)*. Alcaide-mór de Bragança no seculo XVII. Foi autor d'um *Tratado de todas as familias de Portugal*, que ficou manuscripto.

Sousa Cabral *(Luiz de Sequeira Oliva e)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra. N. em Casfreires, comarca de Vizeu. em 1778. fal. no Lumiar em 1 de junho de 1815, Obtida a formatura, estabeleceu se como advogado na sua patria, mas reconhecendo em si pouca inclinação para a vida do foro, resolveu seguir outra carreira. Fez uma viagem a expensas proprias, e n'aquella capital se entregou ao estudo da chimica, tendo por seu professor o celebre Vauquelin. Concluindo este curso regresseu a Portugal, e em Lisboa foi despachado primeiro tenente do corpo de engenheiros, e encarregado pelo governo da direcção d'uma fabrica de refinação de salitre, na villa de Moura. Sobrevindo no entretanto a invasão do reino pelas tropas francezas em 1807, e a subsequente expulsão d'estas no anno seguinte, Sousa Cabral que, pela sua posição não podia manejar a espada, empunhou a sua penna, e com ella defendeu a independencia da patria, publicando o *Lagarde portuguez, ou gazeta para depois de jantar*, que saiu desde o principio de novembro até fim de dezembro de 1808, e seguidamente até junho de 1809, o *Telegrapho portuguez ou a gazeta anti franceza*, que depois resuscitou desde janeiro de 1812 até dezembro de 1814. A collecção d'este jornal constitue um amplo repositorio das noticias militares e politicas d'aquelle periodo importante. Mas o patriotismo de Sousa Cabral não se contentou apenas com esta publicação periodica, e derramou se por outras não menos sinceras e ardentes publicações entre as quaes mencionaremos o drama historico em 3 actos, *Restauração do Algarve, ou os heroes de Faro e Olhão*, Lisboa, 1809; *Verdadeira vida de Bonaparte até á feliz restauração de Portugal*, Lisboa, 1808; *Dialogo entre as principaes personagens francezas, no banquete dado a bordo da «Amavel» por Junot, no dia 27 de setembro de 1808*, Lisboa, 1808; com as iniciaes L. S. O.; *Dialogo entre Bonaparte e seu irmão José, Buthier e Lasnes, ácêrca da declaração de guerra pela Austria*, Lisboa, 1809; com as mesmas iniciaes; *Carta dirigida a S. A. Mr. Massena, general em chefe da expedição contra Portugal, pelo autor do antigo Telegrapho portuguez*, Lisboa, 1810. Tem a data de 6 de julho d'este

anno. Sousa Cabral era socio da Academia Real das Sciencias, e n'uma das sessões leu a sua *Memoria sobre a fabrica de salitre que se estabeleceu na villa de Moura.*

Sousa Camara *(Manuel de).* Astronomo e lente do Instituto Superior de Agronomia. N. em Villa Viçosa a 18 de novembro do 1871, sendo filho do Antonio Pereira da Nobrega Sousa da Camara e de D. Carolina Josepha da Silva Cordeiro. Tem o curso de agronomia, que concluiu em 14 de novembro de 1896. E' lente da 7.ª cadeira do referido instituto. Foi eleito deputado nas Constituintes em 1911 pelo circulo de Extremoz. Escreveu a *Monographia do tabaco, Black Rot, Estudo da oliveira, Subsidio para o estudo das variações de oliveiras portuguesas, Esboço monographico aa amendoeira, Contributiones ad Mycoflorum Lusitaniae (Centuriae III, IV, V e VI), Mycetae aliquot et Insecta pauca Theobrom Cacao in Sancti Thomensis insula.*

Sousa Camara *(José Pedro de Azevedo).* Doutor em canones pela Universidade de Coimbra e desembargador da Relação do Porto. N. em Thomar, e fal. nas Caldas da Rainha em maio de 1812. Traduziu em verso as seguintes tragedias de Voltaire: *Orestes*, 1790; *Marianne*, 1790; *Sophonisba*, 1790; *Bruto*, 1806; 2.ª edição em 1821; 3.ª em 1827; 4.ª no Rio de Janeiro, 1831. Tambem traduziu em verso a tragedia de Lamotte, *Ignez de Castro*, 1792.

Sousa Camara *(Rodrigo de Azevedo).* Era filho do antecedente. N. em 1804, fal. a 6 de maio de 1856. No anno de 1828 estava empregado na secretaria da Intendencia Geral da Policia, e foi com outros demittido como *desaffecto ao sr. D. Miguel,* na phrase aquelle tempo. Nomeado em 1837 provedor do 2.º districto de Lisboa, foi-lhe dada a exoneração n'esse mesmo anno, ou no principio do seguinte Ultimamente obtivera o logar de official da secretaria da camara dos deputados, e accumulava ás funcções respectivas as de empregado da policia secreta, ou preventiva. Escreveu: *O Desenjoativo theatral; jornal recreativo e moral,* Lisboa, 1838; sairam 16 numeros; *Breves noções sobre a arte dramatica e particularmente sobre a arte scenica, recopilados do francez,* Lisboa, 184?; *D. Pedro no Porto, ou o heroismo de poucos,* drama em 3 actos, Lisboa, 1841; *D. Maria Telles, drama historico,* em 5 actos, Lisboa, 1841; *Um dia de eleições em Lisboa, farça n'um acto,* 1841. Traduziu as seguintes peças, que se imprimiram: *O pobre Jacques, O fugido da Bastilha, Torquato Tasso, O Remorso, Valeria, O Baile ou a rival de si mesma* Deixou incompleta uma *Historia da policia secreta em Portugal, e o que é policia geral;* e sem o seu nome, publicou em 1851: *Paginas negras da historia do conde de Thomar; analyse critica da carta escripta de Vigo pelo valido corrupto, concessionario e despota ao illustre marechal do exercito, o victorioso duque de Saldanha.*

Sousa Camblaço *(Francisco Antonio).* Politico, que nasceu nos fins do seculo XVIII, e fal. em Belem em 1872. Foi adepto do absolutismo, ao qual consagrou toda a sua actividede, convicções e haveres. Conservou-se sempre fiel aos seus principios politicos, mas quando viu consolidado o regimen constitucional, abandonou a politica.

Sousa Canavarro *(Francisco de).* Fidalgo cavalleiro por successão a seus maiores, com exercicio no paço, commendador da ordem de Aviz, e cavalleiro das da Torre e Espada e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, condecorado com a medalha das campanhas da Liberdade, algarismo n.º 9, general de divisão. N. em Lisboa a 31 de março de 1807, fal. em Santarem em setembro de 1886. Era filho do barão do Arcossó, Pedro Antonio Machado Pinto de Sousa Canavarro, e de sua mulher, D. Luiza Maria Slessor. Ainda muito novo assentou praça de cadete, e sendo ajudante do conde do Avillez, desempenhou com intelligencia o bravura diversas commissões espinhosas. Foi promovido a alferes em 1832, a tenente em 1833, a capitão em 1845, a major em 1851, a tenente-coronel em 1862, a coronel em 1864, a general de brigada em 1877, e a general de divisão em 1881. Quando falleceu era presidente da commissão de remonta. Commandou o regimento de lanceiros, e foi inspector da arma de cavallaria.

Sousa Canavarro *(Pedro Slessor).* Moço fidalgo da Casa Real por successão a seus maiores, commendador da ordem da Torre e Espada, cavalleiro das de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, condecorado com a medalha das campanhas da Liberdade, algarismo n.º 7, e com a medalha de ouro do bom e distincto comportamento militar, major de infantaria reformado. N. em Lisboa a 26 de abril de 1813, fal. a 27 de setembro de 1888. Era filho do barão de Arcossó, o irmão do antecedente. Dos chamados voluntarios da Rainha, assentou praça em caçadores n.º 5, e aos 15 annos de edade teve de emigrar para Inglaterra, d'onde passou á ilha Terceira, e foi um dos 7:500 bravos que desembarcaram nas praias do Mindello, sendo um dos mais valentes soldados de toda a campanha liberal, como tal considerado pelos seus superiores, e merecendo a estima muito particular de D. Pedro IV, que sabia reconhecer a valentia alliada á dedicação e á lealdade. O reconhecimento do seu valor singular consta de documentos officiaes: ordens do exercito em que lhe fôram conferidos postos de distincção. Acabada a campanha da Liberdade, começou a guerra a que se póde dar o nome dos *partidos*, lucta politica que servia a ambição dos homens, que a acobertavam com a fé e a crença doutrinarias. Pedro Canavarro estava sempre ao lado da rainha D. Maria II, e entrando em todas as refregas, sempre na frente, esteve tambem na batalha de Torres Vedras em dezembro de 1846, onde conquistou o posto de major, mas infelizmente, foi esse dia o ultimo em que viu a luz da vida, porque uma bala, apanhando-o na fronte, o prostrou, deixando-o para todo o sempre na treva profunda e negra d'uma completa cegueira Assim, aos 33 annos de edade, teve de dizer adeus final á gloria, ás aspirações legitimas, ao exercito a que elle bem queria como filho dilecto d'uma familia de soldados. A fatalidade obrigava-o a reformar-se. Havia casado, ainda muito novo, com D. Maria das Dores Mousinho da Silveira de Gouveia, filha do general Luiz Ignacio de Gouveia e sobrinha do notavel ministro Mousinho da Silveira. Esta senhora fallecera a 29 do fevereiro de 1869, deixando uma filha, D. Maria da Gloria Mousinho da Silveira Canavarro, que casou em 31 de maio de 1871 com o barão de Ribeira de Pena. O major Pedro Ca-

navarro viveu cego 42 annos, entregue aos desvelados cuidados de sua esposa e filha, e depois da sua viuvez, via-se percorrer as ruas de Lisboa o infeliz e resignado cego encostado ao braço d'essa senhora, que se tornou a sua carinhosa companheira, e lhe foi guia, póde dizer se até á morte, porque foi nos seus braços que soltou o ultimo suspiro, na sua casa de Santa Marinha, da provincia de Traz os-Montes.

Sousa Carla *(João de)*, Bacharel formado em canones pela Universidade de Coimbra. Era natural de Lisboa, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Seguindo os cargos de magistratura, chegou a ser desembargador da Casa da Supplicação e vereador do senado de camara de Lisboa. Escreveu: *Imagens conceituosas dos epigrammas do R. P. M. Antonio dos Reis, reduzidos do metro latino ao metro lusitano, e reflexões sobre algumas das suas argucias*, Lisboa, 2 tomos, o 1.º em 1731 e o 2.º em 1733.

Sousa Carqueja *(Bento de)*. Lente da Academia Polytechnica do Porto, hoje feculdade de sciencias, da Escola Normal e Jardim Botanico, da mesma cidade, proprietario e director do antigo jornal *O Commercio do Porto*, jornalista e publicista. N. em Oliveira de Azemeis a 6 de novembro de 1860. Entrou muito novo no jornalismo, onde não tardou em adquirir um logar distincto, pelos seus artigos sempre correctos e conceituosos, discutindo as questões politicas com toda a proficiencia, tornando-se um dos nossos mais considerados jornalistas. Por morte de Manuel de Sousa Carqueja, fundador e proprietario do *Commercio do Porto*, ficou a propriedade e direcção d'esse importantissimo jornal a seu irmão Francisco e a seu sobrinho Bento de Sousa Carqueja, sendo actualmente este ultimo senhor o proprietario e director, por ter fallecido em 1908, seu tio Francisco de Sousa Carqueja. Quando em 1899 o torrivel flagello da peste bubonica assolou a cidade do Porto, fazendo muitas victimas, os proprietarios do *Commercio do Porto* iniciaram com um bom donativo uma subscripção para se construir um bairro de casas para operarios, classe que mais soffria pelo desconforto das suas habitações. A iniciativa deu o resultado que era de prevêr. Os bairros operarios organisaram se. (V. *Portugal*, vol. V, artigo *Porto*, pag. 928). Bento de Sousa Carqueja foi um dos influentes e dos que mais trabalharam para a celebração do centenario do grande navegador infante D. Henrique, realisadas no Porto em abril de 1894. Por iniciativa de alguns amigos do fallecido horticultor Marques Loureiro, se levantou um monumento á sua memoria, o qual se inaugurou no jardim da Cordoaria em 20 de agosto de 1904. Entre esse grupo de amigos contavam se tambem os srs José Duarte de Oliveira e Bento Carqueja, que maior empenho empregaram para que essa iniciativa fôsse levada a effeito. O projecto do monumento foi elaborado pelo esculptor sr. Teixeira Lopes. A descripção do monumento e da sua inauguração, vem no *Portugal*, vol. IV, pag. 534 (V. *Loureiro, José Marques*). Bento Carqueja publicou as seguintes obras: *A liberdade de imprensa; Conflict diplomatique entre le Portugal et le Brésil; Doenças da videira*; *O imposto e a riqueza publica*, these de concurso; e *Futuro de Portugal*, estudos de economia politica.

Sousa Carqueja *(Francisco de)*. Director e proprietario do *Commercio do Porto*. N. em 31 de dezembro de 1829, fal. a 21 de setembro de 1908. Era irmão de Manuel de Sousa Carqueja, fundador do mesmo jornal. Foi larga a sua obra de beneficencia, que o tornou immortal no coração dos pobresinhos e no seio das instituições de caridade que elle muito amou e protegeu. Foi um dos mais devotados protectores do Recolhimento dos Orphãos de Nossa Senhora da Esperança, a cujo cargo estava a administração, desde que fôra eleito mesario da Santa Casa da Misericordia no Porto. Administrou aquelle estabelecimento de caridade com a maior dedicação e altruismo, fazendo reformas acertadissimas. Foi tambem administrador zeloso do Recolhimento das Orphãs de S. Lazaro, onde egualmente operou reformas com que elevou os creditos de esta instituição como casa educadora. Estes e outros serviços fôram reconhecidos pela Santa Casa da Misericordia do Porto, que lhe couferiu o titulo de seu vice-presidente honorario, e poucos annos antes do fallecimento, lhe dedicou uma sessão solemne para lhe inaugurar o retrato na sala das reuniões, prestando-lhe assim uma justa homenagem em vida. Tambem protegeu muito as professoras officiaes, e para todas estas obras meritorias a sua bolsa estava sempre aberta. Os serviços prestados por elle á instrucção eram valiosissimos, tendo so distinguido na distribuição do premio Xavier da Motta, confiado ao *Commercio do Porto*, pelo Atheneu Commercial do Porto, e promovendo que benemeritos insignes instituissem premios para as alumnas do Recolhimento das Orphãs. O governo, tendo em justissima consideração os prestantissimos serviços dispensados por Francisco Carqueja á instrucção, agraciou o em 1891 com a medalha de ouro, que lhe foi collocada ao peito pelo finado rei D. Carlos, quando n'esse anno foi com a familia real ao Porto. A Sociedade dos Typographos Portueuses contou-o como um dos seus maiores protectores, devendo-lhe uma boa parte da sua prosperidade, tendo concedido já ha annos como signal de gratidão o diploma de socio de merito. Francisco de Sousa Carqueja dirigiu o *Commercio do Porto* desde 1858, e o seu espirito esclarecido e educado no trabalho, junto á experiencia dos annos, davam lhe toda a autoridade para essa direcção, sendo sua critica segura e seu conselho consciencioso e justo.

Sousa Carqueja *(Manuel de)*. Fundador e coproprietario do *Commercio do Porto*. N. no Porto em 23 de novembro de 1821, onde tambem fal a 21 de outubro de 1884. Era filho de Manuel de Sousa Carqueja, commerciante, e de D. Gertrudes Carqueja. Educado no celebre collegio da Mão Poderosa, da Formiga, se não teve ahi uma educação scientifica completa, obteve n'elle comtudo, elementos que lhe desenvolveram o gosto pelas letras, e assim foi, que no meio das lucubrações litterarias a que se entregava nas horas livres da vida commercial a que se dedicara como seu pae, planeou com o dr. Henrique Carlos de Miranda, seu amigo de infancia, a fundação de um jornal que se dedicasse especialmente a assumptos commerciaes, agricolas e industriaes. Com o titulo, pois, de *O Commercio do Porto*, publicando se tres vezes por semana, appareceu o 1.º d'esta folha no dia 2 de junho de 1854, sendo o seu formato de pequenas dimensões. Merecem

ler-se os seguintes periodos do artigo programma inserto n'esse 1.º numero: «N'esta epoca em que a nação portugueza ávida de sciencia busca a resolução dos seus principaes problemas de economia agricola, industrial e de commercio, passando-os pela fieira da discussão das associações, nas camaras e na imprensa, um jornal privativo d'estas materias será, entendemos nós, bem recebido na praça do Porto. Nossa missão ha de conduzir nos forçosamente á analyse dos actos governativos que disserem respeito ás tres classes a que dedicamos o nosso jornal. N'essa analyse separaremos sempre os factos das pessoas sem molharmos a nossa penna nas paixões politicas; seria inutilisar-nos fugindo do verdadeiro fim d'este periodico. Como consequencia renunciamos a toda a cooperação que não seja o raciocinar placida e constitucionalmente sobre a materia.» E' na observação rigorosa dos principios consignadas n'estes periodos que o *Commercio do Porto* se tem mantido e elevado no conceito do publico. Fôram amargurados e difficeis os primeiros periodos da nova empresa jornalistica, mas a persistencia inquebrantavel dos seus fundadores, a actividade extraordinaria d'um d'elles principalmente, Manuel de Sousa Carqueja, e o caminho recto e digno em que sempre se mantiveram, aplanaram todos os embaraços, destruiram todos os attrictos. Assim o *Commercio do Porto*, impresso a principio na Typographia Commercial de Francisco José Coutinho, estabelecia-se com typographia propria em 23 de novembro de 1854, na rua de S. Francisco, no 1.º de janeiro de 1855 passava a diario, e em 1858 mudava as suas officinas para a casa que ainda hoje occupa na rua da Ferraria, que tomou depois o nome do *Commercio do Porto*. Se ha titulos de gloria de que Sousa Carqueja devesse ufanar se, seria sem duvida alguma o principal, o que lhe proveiu da fundação do jornal em que dispendeu toda a sua actividade e energia, todas as faculdades d'uma capacidade comprovada. Crear, dirigir e collocar uma folha periodica na posição honrosissima de independencia e de integridade em que o *Commercio do Porto* se encontra na imprensa portugueza, não é trabalho futil, não é encargo d'uma intelligencia mediana. Muita honestidade, muito senso politico, muita firmeza de caracter, muita constancia no desempenho de um dever grandioso, eis as qualidades de que Manuel de Sousa Carqueja deu provas exuberantes na direcção do jornal que fundou. Alma generosa e compassiva. a sua magnanimidade nunca se retrahia aos impulsos espontaneos da mais acrisolada beneficencia. De viver simples e desaffectado, sem ostentação nem vaidades, recusou por vezes distincções com que a munificencia regia desejava galardoar ihe os serviços do seu jornal, acceitando apenas as honras de addido á embaixada de Paris e o habito da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. Aquella, unicamente para proporcionar a sua mãe a innocente surpreza de se apresentar fardado em um dia d'annos; esta para usar só nas suas viagens ao estrangeiro, como meio de apresentação facil a logares cujo ingresso depende sempre de trabalhosas recommendações, que uma simples condecoração muitas vezes dispensa. Sousa Carqueja era socio honorario da Associação Commercial pela defeza que prestára por meio do seu jornal aos interesses mercantis do Porto e do paiz; unico socio benemerito da Sociedade de Soccorros dos Typographos Portuenses, pela estima que dedicava áquella classe e pelo donativo que em vida fizera á mesma agremiação; e socio honorario da Associação Portuense e de muitas outras agremiações litterarias e de soccorro. Achando se muito cançado pelo excesso de trabalho, os conselhos da medicina o haviam compellido havia alguns annos a abstrahir-se de todos os trabalhos do jornal, procurando n'uma vida distrahida e socegada a reconstituição das forças physicas quebrantadas pela assiduidade d'uma labutação extenuante de longos annos. No remanso d'esta aposentadoria forçada, não deixára, porém, nunca de seguir desveladamente o andamento do jornal, chegando inclusivamente nos ultimos tempos a traduzir para elle alguns folhetins, que depois fôram impressos em volume com destino a uma obra piedosa. A sua residencia annual dividia-a entre Lisboa e o Porto, e a primavera empregava-a nos ultimos annos em viagens pela Europa. Foi no regresso d'uma d'essas viagens que o accommetteram os primeiros symptomas da doença de que veiu a morrer. No anno de 1904 o *Commercio do Porto* commemorou as suas bodas de ouro, o 50.º anniversario da sua fundação. As festas do jubileu realisaram-se nos dias 1 e 2 de junho, a que a cidade tambem se associou, porque lhe deve tambem muitos dos seus melhoramentos, como a construcção de bairros operarios, as escolas agricolas, a conclusão do graudioso edificio da Academia Polytechnica, e muitos outros emprehendimentos Em 1903, inaugurou-se no gabinete, proximo da sala da redacção, gabinete adornado por varios objectos de arte e pelos originaes de muitas das pinturas a oleo a aguarellas reproduzidas no *Commercio do Porto Illustrado*, um magnifico busto de Manuel de Sousa Carqueja, trabalho do apreciado esculptor Alves Pinto, um dos discipulos queridos do grande mestre Soares dos Reis, e que pela morte d'este, o ficou substituindo interinamente na regencia da cadeira de esculptura na Academia Portuense de Bellas Artes.

Sousa Carvalho *(Diogo)*. V. *Sousa (Diogo de)*.

Sousa Carvalho *(Filippe Auguste de)*. E' o nome completo d'este antigo jornalista e deputado V. *Portugal*, vol. II, pag. 816

Sousa Carvalho *(João de)*. Musico e compositor muito apreciado. Era natural do Alemtejo. Não se sabe onde começou a aprender musica, nem quando veiu para Lisboa, mas conhece-se a data em que principiou aqui a sua carreira artistica entrando para a irmandade de Santa Cecilia, condição essencial n'aquella epoca para se exercer a arte, a 22 de novembro de 1767. Foi mandado a Italia por el-rei D. José, para se aperfeiçoar no estudo da composição, e quando regressou a Lisboa, foi empregado no Seminario Patriarchal, sendo o primeiro mestre de capella e professor de contraponto. Como discipulos encontram-se os seguintes, que se tornaram notaveis: Leal Moreira, que lhe succedeu no ensino e ainda foi seu ajudante desde 1785; Marcos de Portugal, cuja celebridade obscureceu o mestre e discipulos; João José Baldi, que entrou para o seminario em 1781; Domingos Bomtempo, que entrou em 1785. Quando David Peres se aposentou, em 1778, foi Carvalho escolhido para o

substituir no ensino da familia real, onde teve por discipulos: a infanta D. Maria Francisca Benedicta, filha de D. José; o principe D. José, filho de D. Maria I, D. João, que depois foi rei D. João VI, e sua irmã, a infanta D. Marianna Victoria, e D. Carlota Joaquina, emquanto princeza. Compoz diversas operas para se representarem nos theatros reaes, em que se conta *L'Amor industrioso*, que se representou no theatro d'Ajuda, na primavera de 1769. Esta opera, parece, que se repetiu em outras occasiões. No mesmo theatro se cantou a opera *Eumene*, a 6 de junho de 1773, anniversario natalicio d'el-rei D. José. No theatro de Queluz cantou se *L'Angelica*, a 25 de julho de 1778; a opera *Perseu* cantou-se a 5 de julho de 17.9, e a *Testoride Argonauta* a 5 de julho do 1780, e muitas outras, na maior parte, cantadas, no referido theatro de Queluz. As partituras existiam, na maior parte, na bibliotheca do paço d'Ajuda. Consta que o sr. marquez de Borba, D. Fernando de Sousa Coutinho, possue uma bella collecção de *tocatas para cravo*, de Sousa Carvalho, ricamente encadernada e com as folhas douradas, e parece, terem pertencido á casa do marquez de Tancos. Sousa Carvalho tambem escreveu alguma musica religiosa. Na bibliotheca d'Ajuda existe a partitura autographa de uns responsorios para a festa do Coração de Jesus, com a data de 1783. No archivo da Sé de Lisboa tambem existem algumas partituras autographas, com as datas de 1770, 1775 e 1777. Tendo Sousa Carvalho, casado com uma senhora rica e adquirido boa fortuna pelo seu trabalho, possuia importantes propriedades no Alemtejo e no Algarve, retirando-se nos ultimos tempos da sua vida para a primeira d'estas provincias, onde falleceu em 1798.

Sousa Carvalho *(D. João de)*. Doutor em theologia pela Universidade de Coimbra. N. em Evora em janeiro do 1658, fal. a 15 d'agosto de 1737. Tomou ordens de clerigo secular, e foi lente da referida Universidade, regendo a cadeira de Escriptura. Em 1716 foi elevado á dignidade do bispo de Miranda. Teve fama de bom prégador, e imprimiu 4 dos seus sermões.

Sousa de Carvalho *(Ruy de)*. Militar do seculo XVI, filho de Pedro Alvares de Carvalho. Era governador de Mazagão na ausencia de seu irmão, e durante esse tempo foi a praça cercada pelos moiros, que elle repelliu. Sendo mais tarde governador de Tanger, ali foi morto em maio de 1575.

Sousa Castello Branco *(Fernão de)*. Um dos portuguezes que, passando á India no seculo XVI, ahi tornaram o seu nome conhecido pela bravura e intrepidez que manifestaram em occasiões difficeis e arriscadas. Embarcando para o Oriente em 1517 esteve na tomada de Bordala, onde foi gravemente ferido, e depois no cêrco de Ormuz. Regressando a Portugal voltou de novo á India em 1556 despachado capitão de Chaul e nomeado embaixador ao imperador da Ethiopia. Escolhido pelo vice-rei D Luiz de Athaide para as emprezas de maior importancia, defendeu com valor o Paço do Mercantara atacado por Idalxa, e depois voltou ao reino. Um filho que teve, tambem com o nome de Fernão de Sousa Castello Branco, serviu na India com seu pae, e acompanhando el rei D. Sebastião a Africa, ficou captivo na batalha d'Alcacer Kibir.

Sousa Castello Branco *(D. João de)*. Bispo de Elvas. N. em Lisboa e fal. em Elvas a 17 de março de 1728. Formou se em Coimbra, e depois de exercer varios cargos ecclesiasticos, foi nomeado bispo d'Elvas em 1716. Applicou-se muito á reforma dos costumes, deu mostras do grande espirito de caridade, e em 1720 reuniu um synodo cujos decretos se publicaram. Foi tambem inquisidor em Coimbra e em Lisboa, e mestre da capella real. Além dos decretos synodaes, publicou tambem uma obra em latim a proposito da bulla *Unigenitus*.

Sousa Castello Branco *(D. José de)*. Bispo do Funchal. N. em Leiria a 2 de novembro de 1651, fal. a 29 do julho do 1746. Dando mostras do grande talento e grande saber, foi conego na sua patria, exerceu varios cargos ecclesiasticos, e em 1698 foi nomeado bispo do Funchal. Ao partir para a sua diocese, passou por Mazagão, onde confirmou muitas pessoas. Governou 22 annos a sua diocese, mas renunciou ao bispado por conselho dos medicos, e veiu morrer a Portugal, deixando varias obras genealogicas.

Sousa Castello Branco *(Pedro de)*. Senhor de Guerrão, commendador da ordem de Christo, etc. N. em Lisboa a 14 de fevereiro de 1678, fal. em Setubal a 21 de dezembro de 1753. Occupou varios postos no exercito e na armada, e acabou por general de batalha e governador de Setubal. Traduziu do francez, de Mr. de Vallemont, uns *Elementos de historia portugueza*. A traducção teve duas edições. Escreveu tambem com o pseudonymo do D. Inofre Chirino, a historia da expedição naval portugueza e veneziana de 1717, em que naturalmente tomou parte, e de que resultou a derrota dos turcos na batalha do cabo de Matapan.

Sousa de Castro *(Ayres de)*. Militar do seculo XVII. Foi commendador de Alpedrões e Rio Maior na ordem de Christo; esteve na batalha do Ameixial, sendo capitão de cavallos couraçados, na tomada de Valença, sendo mestre de campo do terço de Serpa, e na batalha de Montes Claros. Foi governador de Pernambuco e deputado da Junta dos Tres Estados. Fal. a 5 de novembro de 1699.

Sousa Cavalheiro *(Adriano Emilio de)*. Bacharel formado em medicina pela Universidade de Coimbra, coronel medico, director do hospital da Estrella. N a 2 do outubro de 1848, sendo filho de Luiz Joaquim Cavalheiro e de D. Maria Joaquina de Sousa Cavalheiro. Em novembro do 1865 foi estudar preparatorios para o lyceu de Coimbra; em outubro de 1868, tendo concluido o curso do lyceu, matriculou-se no 1.º anno das faculdades de mathematica e de philosophia na Universidade. Em 1869, tendo sido approvado plenamente nos 1.ºs annos das referidas faculdades, matriculou se no 2.º anno do ultimo curso, que seguiu até ao 4.º anno. Em 1871 matriculou-se no 1.º anno de medicina, que frequentou até 1877, em que tomou o grau do bacharel, tendo sido approvado plenamente. Em 1874 perdera um anno por doença grave e demorada, tendo de retirar se para Villa Nova de Fozcôa, onde esteve até completamente se restabelecer. Depois da formatura foi exercer clinica nos concelhos de Villa Nova de Fozcôa e Meda, e ali se conservou até 1878. Veiu então para Lisboa, para estar junto de seu irmão, José Joaquim de Sousa Cava-

lheiro, que era então delegado da 3.ª vara. Exerceu clinica até que, tendo entrado para o corpo dos medicos militares, foi despachado cirurgião ajudante de caçadores n.º 8, em Elvas, em 20 de novembro de 1879, com o posto de tenente, logar que não solicitára, e que se não fôssem as instancias de alguns amigos, não teria acceitado, apezar de lhe ser dado em resultado d'um concurso publico com que desejava habilitar se, por causa da perseguição que o governo de então havia feito a seu irmão. Em fevereiro de 1880 foi transferido para infantaria n.º 1, voltando por isso a exercer clinica em Lisboa. Em 1882 foi transferido para caçadores n.º 5 O sr. dr. Adriano Cavalheiro tornou se muito conhecido pelo medico das creanças, por muito se ter dedicado, especialmente ás doenças da infancia, obtendo tão bons resultados que no bairro d'Alfama, onde são numerosas as familias pobres, era muito estimado pelos caridosos cuidados com que especialmente tratava as creanças. Despido de ambições, só pensa desinteressadamente em tratar os seus doentes, com solicitude o em ser util á humanidade afflicta. Ha bastantes annos teve occasião de demonstrar esses elevados e honrosos sentimentos. No fim do anno de 1878 deram se alguns casos de febre typhoide, juntamente com uma epidemia de sarampo, no Barreiro. A população alarmou se, e o medico do partido, que havia ali, adoecera gravemente. Em face d'aquelles dois males, faltava quem os pudesse debellar. A camara municipal encarregou um dos seus vereadores de vir a Lisboa contratar um medico que fôsse para aquella villa substituir o doente, mas não lhe foi facil arranjar um clinico. Indicaram lhe o sr. dr. Adriano Cavalheiro, que promptamente acceitou a espinhosa e arriscada missão. Foi para o Barreiro, regressando á sua casa de Lisboa, nos fins de janeiro de 1879, quando as epidemias fôram consideradas debelladas. O sr. dr. Adriano Cavalheiro foi promovido a capitão em 4 de janeiro de 1888, a major em 24 do dezembro de 1901, a tenente coronel em 12 de janeiro de 1908, tendo hoje o posto de coronel. Possue a carta de conselheiro do antigo regimen, é official e cavalleiro da ordem d'Aviz, possuindo tambem a medalha de prata de comportamento exemplar. Entrando na politica, foi deputado em 1881 pelo circulo de Pinhel, quo tambem o elegeu em 1884 para as constituintes. No anno de 1873 casou com a sr.ª D. Isaura Pio Cavalheiro, filha do dr. Antonio Rodrigues Pio.

Sousa Correia *(Feliciano de)*. Architecto. N. a 9 de outubro de 1793, fal. a 26 de fevereiro de 1876. Logo nos primeiros annos da sua vida revelou toda a intelligencia e actividade de que era dotado, por isso que aos 18 annos completou os estudos de architectura civil, tendo obtido premios em todos os 5 annos de frequencia, chegau do a alcançar o premio maior, que era então de 30$000 reis Quando em dezembro de 1811 se organisou a Intendencia das obras militares, Feliciano de Sousa Correia, que era então aspirante do corpo de engenheiros navaes, de que tinha concluido os estudos, foi servir em commissão como desenhador na nova intendencia, passando á effectividade em 1814, pelo que deixou do pertencer áquelle corpo. Posto que n'este emprego sempre tivesse a classificação de desenhador, foi encarregado por vezes de delinear projectos e dirigir as construcções de alguns hospitaes e quarteis militares. Em 1821 passou á repartição das obras publicas, onde sendo successivamente promovido por antiguidade, chegou a architecto de 1.ª classe em 1842. Prestou muito bons serviços durante o longo periodo de 55 annos, e a sua fecunda actividade chegou a tão numerosas obras, que seria difficil mencional as. Levantou as plantas dos conventos da Trindade, Espirito Santo, S. Domingos, Camillos e Barbadinhos, projectando novas communicações entre as ruas que os limitavam, e dividiu os terrenos occupados pelos mesmos, para n'elles se construirem varios edificios; planeou e dirigiu o acabamento do torreão occidental da Praça do Commercio, de fórma differente do primitivo projecto; dirigiu a construcção do theatro de D. Maria II, conforme o plano do architecto italiano Fortunato Lodi. Foi encarregado pela administração da Casa de Bragança de planear e dirigir as construcções que se fizeram nas ruinas do Thesouro Velho. O Hotel de Bragança, jardins, torreões e muralha que deitam para a rua do Alecrim, tambem fôram obras suas. Pela epoca que medeia entre o nascimento e a morte de Feliciano de Sousa Correia, se vê que elle atravessou todas as calamidades que o paiz soffreu durante as guerras civis que precederam a implantação do regimen constitucional, e das que ainda lhes succederam pela dissenção dos partidos. N'essa epoca, em que todos mais ou menos empunharam as armas, forçoso era que Sousa Correia concorresse tambem com o seu tributo para a causa commum da Liberdade, e por isso militou nas fileiras da 2.ª linha, onde prestou bons serviços no posto de capitão do batalhão de sapadores. Sousa Correia foi um trabalhador incançavel, trabalhau-o por assim dizer, até aos ultimos momentos da sua vida, porque o seu espirito activo lhe não permittia os descanços naturaes da velhice. Fôra condecorado, por espontanea deliberação regia, com o habito da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa.

Sousa Cerqueira *(Francisco de)* Era filho de Manuel de Sousa Cerqueira, mamposteiro mór dos captivos, e capitão das ordenanças da côrte. N. em Lisboa, e foi secretario do marquez de Alegrete. Entregou-se ao estudo da genealogia, e sobre esse assumpto escreveu um livro *Arvores de costados de varias familias de Portugal e Castella*, de que muito se serviu D. Antonio Caetano de Sousa. Fal. em Lisboa a 11 de agosto de 1711.

Sousa Chichorro *(Aleixo de)*. Foi o 11.º capitão de Sofala. Chegou á Africa Oriental em 1538 na armada de D. Garcia de Noronha, e fez um excellente governo. Não só cuidou das cousas de Sofala, mas tambem attendeu ás de Moçambique, onde construiu um bom hospital.

Sousa Chichorro *(Luiz Martins de)*. Fidalgo de Montemór-o Novo, que viveu na segunda metade do seculo XVII. Era muito sabedor de historia e poeta apreciado no seu tempo. Traduziu em verso portuguez os *Psalmos de David*, mas a traducção ficou manuscripta.

Sousa Cirne *(Manuel de Sampaio Freire de Andrade de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Christo, desembargador aposentado com as honras de conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça. N. em Santarem

a 24 de fevereiro do 1790, onde tambem fal. a 5 de outubro de 1860. Era filho do desembargador e conselheiro João de Sampaio Freire de Andrade, o de D. Barbara Gertrudes Tavares de Sousa Cirne. Tomou o grau de doutor em 3 de julho de 1813. Entrou na magistratura, como corregedor do crime do bairro de Belem (logar a que era annexo o de provedor de Oeiras) por despacho de 7 de setembro de 1815. Foi nomeado desembargador da Relação do Porto, em portaria de 16 de junho de 1821. No anno 1829 foi mandado servir na Casa da Supplicação, de Lisboa, onde se conservou até 23 de julho de 1833. No dia seguinte, entrando na capital a columna do duque da Terceira, não se quiz apresentar aos liberaes, mas não retirou de Lisboa, onde foi sempre respeitado pelos seus inimigos politicos, apezar da sua dedicação ao partido legitimista. Sendo desembargador da Relação do Porto, foi nomeado membro da alçada, de execranda memoria, para o julgamento dos crimes politicos, commissão a que honrosamente se soube eximir, pelo que se tornou respeitavel tanto aos realistas honrados e leaes, como aos proprios adversarios, estimando indistinctamente uns e outros, tendo verdadeiros amigos, parentes e condiscipulos em ambos os campos. Em setembro de 1836, pelo fallecimento de seu tio materno Manuel Eusebio Tavares de Sousa Cirne, herdou o morgado dos Cirnes, indo residir então para a terra da sua naturalidade. Por morte d'outro seu tio, tambem materno, o P. Antonio Filippe Tavares de Sousa Cirne, herdou o resto da casa dos Cirnos Casou em Santarem com D. Maria Guilhermina de Barros Sampaio Cirne.

Sousa Coutinho Os que hoje usam juntar os dois appellidos Sousa e Coutinho, proveem de tres troncos principaes: 1.° Pelo casamento de *D. Filippa Coutinho*, filha de D. Leonor Lopes de Sousa, filha bastarda de D. Lopo Dias de Sousa, 7.° mestre da Ordem de Christo e 17.° senhor da Casa de Sousa, e de D. Fernando Martins Coutinho, senhor de Castello Rodrigo, etc., filho 2.° de D. Vasco Fernandes Coutinho, senhor do Couto de Leomil, etc. com *Luiz Alvares de Sousa*, 4.° senhor de Bayão, filho de Alvaro Gonçalves Camello e de D. Ignez de Sousa, juntam se estes dois appellidos que usaram muitos dos seus descendentes e alguns senhores de Bayão, e mais tarde pelo casamento de D. Maria de Sousa, 4.ª neta do 4.° senhor de Bayão, com Antonio Pinto da Fonseca, Senhor de Balsemão, em Lamego, os senhores de Balsemão.—2.° Pelo casamento de *Manuel de Macedo e Faro Leitão Pacheco de Sousa*, filho de Manuel de Sousa Pacheco, 10.° senhor do morgado de Burro Mocho e de D. Catharina de Macedo e Faro, com *D Maria Rita Anna Pereira Coutinho*, filha de Antonio Pereira Coutinho, senhor do morgado da Tapada, e de D. Maria Anna Rita de Noronha d'Athaydo e Mello, juntaram se os mesmos appellidos que teem sido usados pelos seus descendentes até á actualidade.—3.° Pelo casamento de *D. Maria de Sousa*, filha bastarda de D. Lopo Diaz de Sousa, 7.° mestre da Ordem de Christo e 17.° senhor da Casa de Sousa, com *Dom Vasco Fernandes Coutinho*, 1.° conde de Marialva, filho e herdeiro do marechal do reino Gonçalves Vasques Coutinho, mais uma vez se juntaram os dois appellidos, que fôram e são usados pela descendencia. Fôram filhos d'este matrimonio *D. Gonçalo Coutinho*, 2.° conde de Marialva, e *D. Fernando Coutinho*, 5.° marechal do reino. D. Gonçalo Coutinho, 2.° conde de Marialva, foi casado com D. Beatriz de Mello, filha de Martim Affonso de Mello e de D. Briolanda de Sousa, filha de Martim Affonso de Sousa, e os seus descendentes conservaram a varonia dos Coutinhos e usaram o appellido Sousa pela representação da linha feminina. Entre esta descendencia contam se os actuaes marquez de Penafiel e marqueza do Funchal, como descendentes de D Violante de Castro, que foi casada com o 4.° correio mór do reino, Luiz Gomes da Matta, o era filha de Lopo de Sousa Coutinho, e toda a descendencia de D. Luiz Coutinho, filho do 2.° conde de Marialva —D. Fernando Coutinho, 5.° marechal do reino, foi pae de D. Vasco Coutinho, 1.° conde de Borba e Redondo, cuja casa andou por varonia nos seus descendentes até D. Francisco Coutinho, 6.° conde de Redondo, quo morreu sem geração, pelo que passou a casa aos filhos de sua irmã *D. Cecilia de Menezes*, filha de D. João Coutinho, 5.° conde de Redondo, por quem se deduziram os direitos a este condado. Foi esta D. Cecilia de Menezes casada com D João de Castello Branco, os quaes fôram paes de *D. Francisca de Menezes*, que foi casada com *Thomé de Sousa*, 7.° senhor de Gouveia de Riba Tamega, 5.° neto de Martim Affonso de Sousa, atraz citado, e herdeira de seu avô o 5.° conde de Redondo. D'este casamonto houve descendencia que usa os appellidos de Sousa por varonia e Coutinho por femea. A varonia de Thomé de Sousa, 7.° senhor de Gouveia continua por seu filho Fernando de Sousa Coutinho Castello Branco e Menezes, 8.° conde do Redondo até ao conde de Linhares D. Rodrigo de Sousa Coutinho, pela linha varonil derivada do seu segundo filho D. Rodrigo de Sousa Coutinho até ao actual marquez do Funchal, e pela linha primogenita do 8.° conde por seu filho o 9.° conde de Redondo Thomé de Sousa Coutinho de Castello Branco o Menezes até aos actuaes marquez de Borba e seu filho o conde de Redondo e Vimioso, José Luiz de Sousa Coutinho (V. o *Conde de Linhares*, pelo marquez do Funchal, pag. 7 a 18). As familias que usam d'estes appellidos usam das armas das casas a que pertencem ou cujas varonias ou representações teem.

Sousa Coutinho *(Antonio de)*. Um dos ultimos heroes da India Era filho de Christovão de Sousa Coutinho e de D. Leonor da Cunha. Serviu muitos annos na India e a 10 de março de 1641 foi nomeado capitão de Malaca, mas esta cidade já não era portugueza, quando Antonio de Sousa Coutinho recebeu a nomeação; perdera a o seu parente Manuel de Sousa Coutinho, e Antonio de Sousa recebeu então a capitania de Gôa. Em 1642 recebia o grau de cavalleiro da ordem do Christo, e em 1649 era nomeado capitão de Baçaim, estando em 1651 em Damão, quando tove a noticia de ter sido nomeado para fazer parte do conselho do governo, que ficava regendo a India por morte do vice-rei D. Filippe de Mascarenhas. Apressou se a dirigir se a Gôa a juntar-se com os seus collegas D. Fr. Francisco dos Martyres e Francisco de Mello e Castro. Não querendo, porém, conservar-se inactivo, elle quo era sobretudo homem de guerra, formou uma esquadra de 2 fragatas e 20 navios de remos, e saiu

de Gôa com a intenção de ir recuperar Mascate. Não o pôde conseguir, e recolheu se ao rio Laffete com a sua esquadra. Foi ali atacado por uma armada arabe, que derrotou completamente, depois de prolongado e vigoroso combate, em que de ambos os lados houve graves perdas. Voltando a Gôa nos fins de 1652, já encontrou governando a India o conde d'Obidos D. Vasco Mascarenhas. A narrativa d'esta victoria foi feita n'um folheto anonymo de 16 paginas intitulado: *Relação da jornada que fez o governador Antonio de Sousa Coutinho ao estreito de Ormuz e dos successos d'ella; e batalhas que teve com a poderosa armada dos arabios em que fôram vencidos.* Este folheto publicou-se em 1653. Nomeado depois governador de Colombo, fez a brilhante resistencia d'aquella praça (V. *Colombo, Portugal*, vol. II, pag. 1099), e estava a governando ainda, quando por morte do conde de Sarzedas, em 1656, foi nomeado para ser de novo um dos tres governadores da India. Os outros dois eram Manuel Mascarenhas Homem e Francisco de Mello e Castro. Perdida a cidade que tão heroicamente defendera até ao ultimo extremo, veiu para Gôa Antonio de Sousa Coutinho, e tomou posse a 22 de maio de 1657. A 9 de setembro d'este anno chegava á India a esquadra que devia transportar o novo vice rei, que era Antonio Telles de Menezes, conde de Villa Pouca de Aguiar, mas o vice-rei morrera no caminho; abriram por conseguinte as novas vias de successão, que vinham juntamente com elle, e encontraram se os nomes dos mesmos tres que já estavam governando, e que por conseguinte continuaram o governo, que só entregaram quatro annos depois a um novo conselho de governo, ainda nomeado pela regente D. Luiza de Gusmão, porque durante esta interinidade, que teve pessima influencia nos costumes da India, por permittir brigas e tumultos, morreu el-rei D. João IV, a quem se fizeram em Gôa pomposas exequias. Antonio de Sousa Coutinho casou tres vezes sempre na India, com D. Maria da Cunha, D. Maria Coutinho e D. Izabel de Moraes Foi conselheiro d'Estado, e morreu pobre a 11 de junho de 1668.

Sousa Coutinho *(Ayres Pinto de)*. Moço fidalgo com exercicio, accrescentado a fidalgo escudeiro, por alvará de 5 de abril de 1799; cavalleiro da ordem do Hospital, de S. João de Jerusalem, cavalleiro professo das ordens militares de Christo, Torre e Espada, condecorado com a medalha de fidelidade; commendador professo na ordem de Aviz, e commenda da villa do Cano, Alemtejo; alcaide mór da mesma villa e do couto de Cambezes, na provincia do Minho; do conselho d'el-rei D. João VI e seu conselheiro de capa e espada, no conselho ultramarino, governador e capitão general, por tres vezes nomeado, para os estados do Maranhão, governador e capitão general das ilhas dos Açôres, official general do exercito de Portugal, inspector geral das estradas do Porto e Coimbra, das estradas do Douro e da ponte das barcas no Porto, presidente da junta das obras publicas d'esta mesma cidade, e governador das justiças da Relação e casa do Porto, e das tres provincias do norte, etc. N. em Lamego a 12 de maio de 1778, fal. em Leomil em maio de 1836. Era filho do 1.º visconde de Balsemão, Luiz Pinto de Sousa Coutinho, e de sua mulher D. Catharina Michaella de Sousa Cesar de Leucastre. Casou em 1800 com D. Maria do Carmo Carolina de Mendonça Cardoso Figueira de Azevedo, filha e herdeira de Manuel Cardoso de Mendonça Figueira, moço fidalgo com exercicio no Paço, senhor do morgado de Granjal e outros, e de sua mulher, D. Margarida Feliciana Toixeira de Magalhães e Lacerda.

Sousa Coutinho *(Faustino José da Madre de Deus de)*. Professor particular, escriptor e poeta. N. em Lisboa na segunda metade do seculo XVIII, onde tambem fal. em junho de 1833, victima da cholera morbus. Foi alumno do collegio de S. Lucas da Casa Pia de Lisboa, onde teve por mestre de mathematica o celebre José Anastasio da Cunha. Entrou depois ao serviço da armada, e ahi chegou a 1.º tenente, não continuando n'essa carreira, porque pediu a demissão em consequencia do desgosto que lhe causou ser talvez injustamente preterido. Posteriormente ensinou em collegios e casas particulares philosophia racional, mathematica elementar, etc. No tempo da sua mocidade cultivou a poesia, e d'elle existem impressas tres composições em verso solto: *Epistola a S. A. R. o Sr. D. João, Principe regente; Elogio á Nação Britannica*; e *Congratulação de Portugal no dia 1.º de maio, anniversario do Ex.mo Lord conde de Wellington*; as duas primeiras publicadas em 1808, e a ultima em 1812. Faustino José da Madre de Deus (com estes nomes, sómente, assignou todos os seus escriptos), foi nos primeiros tempos liberal e fez parte da maçonaria; mas depois mudou de ideias, e pela imprensa sustentou em varios opusculos o governo absoluto e a causa de D. Miguel. Em 1823 publicou: *Epistola á Nação Franceza na qual se demonstram os subversivos principios das constituições modernas*; *Cultura do coração humano para uso da mocidade*; *A Constituição de 1822 commentada e desenvolvida em pratica*; e *O Combate ou a declaração e protesto das côrtes extraordinarias combatido*. Em 1824 imprimiu: *Os Povos e os Reis*, a que juntou depois umas *Notas* em 1828; n'este mesmo anno publicou: *Exposição e confrontação das cartas de lei de Novembro de 1825, ou convenção entre o sr. D. Pedro, imperador do Brazil e o sr. D. João VI*. Depois, ainda em 1828, *Annotações ao artigo communicado na Gazeta n.º 103*; *Justificação da dissidencia portugueza contra a Carta Constitucional; Aviso aos meus concidadãos; Absurdos civis, politicos e diplomaticos; A facção e a contemplação que ha com ella*. Em 1829: *Poucas palavras sobre Garrett e os seus escriptos na Inglaterra*, destinada a combater e refutar o opusculo *Quem é o legitimo rei?* (que afinal não era de Garrett, mas de Paulo Midosi). Em 1832 publicou o opusculo: *O Manifesto da Facção revolucionaria destruido inteiramente com suas proprias doutrinas e diplomas que allega. Feito em março de 1832*. Consta ter sido collaborador do periodico *Trombeta final*, que saiu em 1828.

Sousa Coutinho *(Fernão de)*. Militar do seculo XVII, que serviu na guerra da Restauração como capitão de infantaria e de cavallos nas provincias do Alemtejo e do Minho, depois como tenente-general de cavallaria e general de artilharia, e por ultimo governador de Pernambuco.

Sousa Coutinho *(Francisco de)*. Um dos mais notaveis diplomatas do seculo XVII. N. na ilha de S. Miguel em 1597 ou 1598, fal. em Lisboa a 22

de junho de 1660. Era filho de Gonçalo Vaz Coutinho, governador d'aquella ilha. Nomeado pelo duque de Bragança, ainda no tempo do dominio hespanhol, representante dos seus interesses em Madrid, procurou de accordo com D. Francisco Manuel de Mello fazer penetrar no espirito do conde duque de Olivares a convicção de que o futuro D. João IV não pensava de modo algum em se revoltar contra o governo de Filippe IV. Quando se proclamou a independencia portugueza, Francisco de Sousa Coutinho foi enviado como embaixador ás potencias do norte, levando como secretario Antonio Moniz Barreto. Partiu n'um navio dinamarquez a 18 de março de 1641, e chegou a Dinamarca a 15 de abril. O rei Christiano IV, receoso de Hespanha, tratou muito bem Francisco de Sousa Coutinho, festejou-o muito no seu palacio de Fredesborg, mas não lhe concedeu audiencia solemne, porque não quiz assim reconhecer como rei D. João IV, e como embaixador d'uma potencia reconhecida Francisco de Sousa Coutinho, mas fez tudo quanto pôde para attenuar o effeito da recusa. Mandou restituir ao fidalgo portuguez os 2:000 cruzados que pagára pelo frete da nau que o levara a Dinamarca, dinheiro que Francisco de Sousa Coutinho mandou bizarramente distribuir pela tripulação do navio. Em Stockolmo teve melhor acolhimento. Assim que pisou o territorio sueco, foi recebido com todas as honras devidas a um embaixador, entrou com grande pompa na capital do reino, foi hospedado á custa da corôa, teve logo audiencia solemne, e no dia 29 de julho de 1641 assignou com o celebre ministro sueco Oxenstiern um tratado de paz e amizade entre as duas corôas. Estava ainda em Stockolmo quando soube que o infante D. Duarte fôra preso pelo imperador da Allemanha, fulminou immediatamente esse acto indigno, essa violação das regras mais elementares do direito das gentes com um violento manifesto. O modo como Francisco de Sousa Coutinho desempenhou estas missões levou o governo de D. João IV a confiar lhe a embaixada mais importante e difficultosa missão d'esse tempo, que era a da Hollanda. Effectivamente, os hollandezes, se por um lado applaudiam a emancipação de Portugal, por outro lado não estavam dispostos a restituir-lhe as provincias brazileiras que tinham conquistado, quando Portugal estava no poder dos Filippes. Ora Portugal precisava da alliança hollandeza, mas precisava tambem das provincias brazileiras. Conciliar essas duas pretenções era a grande difficuldade da embaixada, tanto mais que a esse tempo já Pernambuco se sublevára, já João Fernandes Vieira se puzera á frente da revolução, já o governador portuguez da Bahia enviara indirectamente soccorros á insurreição. N'esta missão difficilima se houve Francisco de Sousa com a mais rara dextresa, mas que lhe devia custar annos de vida, porque nunca fôra confiada a um diplomata missão mais espinhosa. O nosso governo ordenava ostensivamente aos officiaes portuguezes que acompanhavam João Fernandes Vieira que o abandonassem, elles desobedeciam, e o governo secretamente applaudia-lhes a desobediencia. Ao mesmo tempo Francisco de Sousa Coutinho que via os hollandezes prepararem esquadras para soccorrer Pernambuco, procurava dissuadil-os de que fizessem similhante cousa, asseverando lhes que o governo portuguez se encarregava de applacar a sublevação. E' claro que os hollandezes não estiveram pelos ajustes, Francisco Coutinho, desesperado, viu partir a esquadra que ia procurar esmagar os intrepidos portuguezes e brazileiros que trabalhavam na restauração de Pernambuco. O governo hollandez chegou a querer alliar-se com a Hespanha contra Portugal. O embaixador francez mostrou o que havia de odioso n'esse procedimento, e a Hollanda desistiu, mas a sua impaciencia augmentou, e em 1647, sabendo os progressos da insurreição, e que os officiaes portuguezes continuavam a tomar parte n'ella, os Estados hollandezes declararam positivamente a Francisco de Sousa Coutinho que iam abrir a guerra contra Portugal em todas as suas conquistas, e para confirmarem o seu dito, prepararam logo uma formidavel esquadra de 30 navios. Sousa Coutinho empregou todos os esforços para desviar este golpe terrivel, nada conseguiu. Desesperado, vendo a sua patria ameaçada a ponto de se poder tremer pela conservação da obra de 1 de dezembro, o embaixador tomou uma resolução extrema. Tinha em seu poder ordens em branco firmadas por D. João IV; encheu uma e levou aos Estados a cedencia formal de Pernambuco. Em presença d'isto as duvidas dos hollandeses dissiparam-se, a esquadra desarmou, e Portugal ficou salvo. O embaixador escreveu logo para o reino, contando o facto, dizendo os motivos porque excedera os limites das suas instrucções e pedindo a el rei que lhe mandasse cortar a cabeça e que o desmentisse sem receio, logo que visse a possibilidade de o fazer sem perigo, porque elle sacrificara de antemão a sua vida, como Egas Moniz, á salvação da sua patria. A côrte honrou muito a sua resolução, mas a opinião publica pronunciou-se contra ella, ou antes contra a cedencia de Pernambuco, pois que Francisco de Sousa Coutinho era o primeiro a aconselhar que o desmentissem. Travou se então grande debate, sustentando a causa da cedencia de Pernambuco o proprio P. Antonio Vieira no celebre *Papel Forte*, felizmente essa opinião não triumphou, mas o mais curioso e singular é que, sendo Francisco de Sousa Coutinho applaudissimo por el-rei, tendo recebido as cartas mais lisonjeiras do secretario de estado Pedro Vieira da Silva, em nome de el rei e do padre Antonio Vieira, tendo-se-lhe promettido como recompensa dos seus serviços o governo do Algarve, a presidencia da Mesa da Consciencia, quando os acontecimentos vieram desmentir os receios de todos, quando Pernambuco se livrou dos hollandezes quasi sem auxilio da metropole, e que apezar d'isso os hollandezes não nos declararam guerra, todos quizeram esquivar se á responsabilidade da resolução que tinham estado para adoptar, e longe de ser recompensado, Francisco de Sousa Coutinho foi como apenas perdoado. D. João IV transferiu o para a embaixada de França, e o P. Antonio Vieira. que escreveu o celebre *Papel Forte*, ousou dizer que reprovára asperamente o procedimento de Francisco de Sousa Coutinho. O grande diplomata era commendador de Santa Maria de Farinha Podre, alcaide mór de Souzel, conselheiro de estado. Nos annos de 1665 e 1666 esteve como embaixador em Roma. D. Francisco Manuel de Mello classificou-o de *celebre politico e diplomatico do seu tempo*. Em 1641 publicou o

seu *Manifesto e protestação feita por Francisco de Sousa Coutinho, commendador da ordem de Christo*, etc., *do con elho d'el-rei D. João IV, seu embaixador ás partes setentrionaes, e enviado á Dieta de Ratisbona, sobre a injusta retenção, e liberdade que requer do serenissimo infante Dom Duarte, irmão do dito senhor.* Deixou manuscriptas umas *Memorias historicas das suas embaixadas*, que são citadas com louvor por D. Francisco Manuel de Mello.

Sousa Coutinho *(D. Francisco Innocencio de)* Era filho de D. Rodrigo do Sousa e de D Maria Antonia de S. Boaventura o Menezes. N. em Lisboa, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Serviu no exercito como coronel de infantaria, e depois de cavallaria, tomando parte com este ultimo na campanha de 1762. Foi socio da Arcadia Ulyssiponense, e publicou em 1750, um *Elogio funebre do muito alto e poderoso rei D. João V*, e um *Panegyrico ao muito alto e poderoso rei fidelissimo D. José I.* Foi depois nomeado governador de Angola, para succeder a Antonio de Vasconcellos. Chegou ao seu destino em junho de 1764, e no seu governo prestou grandes serviços. Auxiliou o commercio, deu regimento aos escrivães das feiras e fez que os revivos do commercio fôssem abolidos com o que elevou o contrato real da saida dos escravos a um rendimento que nunca antes tivera. Organisou a força militar, emprehendeu e concluiu em 17 mezes a fortaleza do Penedo, expediu o regimento dos capitães móres para cohibir as violencias que elles praticavam no interior, batendo o gentio, restituiu o socego aos habitantes das provincias de Encôge e Ambaca que anteriormente viviam em continuo susto. Estabeleceu uma aula de geometria e fortificação, introduziu muitos melhoramentos em Benguella, mandou levantar o presidio de Novo Redondo, e receando-se a guerra na Europa fez concertar e augmentar as fortalezas da capital. Mandou edificar a casa da alfandega e a da junta da fazenda e estabeleceu fundições de peças de campanha obra nunca vista até então n'aquellas regiões. Reduziu a melhor fórma a cobrança dos dizimos com o que lhe triplicou o rendimento, e o mesmo fez no contrato do sal. No ultimo anno do seu governo, 1772, cuidava em construir uma fragata que não concluiu, em consequencia da chegada de D. Antonio de Lencastre, que lhe succedeu no governo. Depois de regressar a Portugal, foi nomeado embaixador a Madrid, e ali falleceu, deixando manuscriptas umas *Memorias do reino de Angola e suas conquistas, escriptas em Lisboa por D. Francisco Innocencio de Sousa Coutinho, governador e capitão general que foi do dito reino*, 1773 1775, manuscriptos do archivo municipal do Porto.

Sousa Coutinho *(D. Francisco Mauricio de).* Cavalleiro da ordem de Malta, almirante da armada real, governador do Grão-Pará, etc. Era filho de D. Francisco Innocencio de Sousa Coutinho, e irmão dos condes de Linhares e do Funchal. D'elle existo publicada, em 1806, uma versão do francez: *Vantagens da boa educação, e objectos da mesma.*

Sousa Coutinho (*Francisco de Paula de Portugal de*) Filho do marquez de Borba, pertencente á nobre familia dos condes de Redondo. N. em Lisboa a 11 de dezembro do 1867. Como todos os da sua geração muito apaixonado pela musica, estudou com o maestro Pontechi, tomando parte n'uma recita do *Fausto*, cantado em S. Carlos por amadores, e depois no Porto, cantando a parte de Valentim. Dispondo d'uma bella voz de baritono, cantou em differentes concertos, e indo para Paris ali tomou parte tambem em varios concertos, um dos quaes se realisou nas salas do *Figaro.* Tem percorrido a Allemanha, Scandinavia, Amsterdam, New York, S. Luiz, California, Brazil, etc., onde conquistou muitos applausos. No anno de 1903 estava no Rio Grande, tendo ali fundado um magnifico hotel. E' um bohemio de talento, em toda a parte muito estimado pela sua esmerada educação, o pelos seus magnificos dotes artisticos.

Sousa Coutinho *(Lopo de).* Pae do illustro escriptor Fr. Luiz de Sousa. Era militar valentissimo e tambem notavel escriptor. N. em Santarem em 1515, sendo filho 2.° de Fernão Coutinho e de D. Joanna de Brito, e neto do 2.° conde de Marialva, D Gonçalo Coutinho. Em 1533 partiu para o Oriente na esquadra commandada por Pedro de Castello Branco. Militou debaixo das ordens de Nuno da Cunha, e esteve no cêrco de Diu, praça commandada por Antonio da Silveira, que no principio do cêrco o encarregou da guarda das mulheres e creanças, que para não serem bocas inuteis, deviam ir buscar agua, lenha, etc. Foi Lopo de Sousa Coutinho quo abriu a longa serie de façanhas que n'este cêrco se praticaram, porque no dia 14 de agosto de 1538, surprehendido com mais 14 soldados por uns 400 homens de Khodja Sofar, não só os repelliu, mas perseguiu os até fóra da povoação, sendo necessario fazerem se-lhe signaes repetidos da fortaleza para elle voltar. N'outra occasião fez uma sortida feliz e atrevidissima; mandara-o Antonio da Silveira com uns 100 soldados descer ao fosso, mas elle que tinha comsigo apenas 35 homens, obedeceu da mesma fórma, repellindo o inimigo, e desembaraçando o baluarte de Gaspar de Sousa, que estava sendo vivamente atacado. Muitas outras façanhas notaveis praticou ainda n'esse famoso cêrco, de que depois havia de ser historiador. Voltando á patria em 1545, encontrou morto seu irmão, e tomou posse da herança de seus paes. Nomeado governador do forte da Mina por D. João III, pouco tempo lá se demorou, e regressando a Portugal casou com D. Maria do Noronha, dama da rainha D. Catharina, de quem teve alguns filhos, entre os quaes o celebre Fr. Luiz de Sousa. Foi homem muito erudito, bom mathematico e philosopho, excellente latinista, e escriptor distincto. Depois de voltar da India e da Mina, apenas exerceu em Portugal o logar de capitão mór da armada. A sua morte foi devida a um lamentavel desastre. Estando na villa de Povos, no dia 28 de janeiro de 1577, quando ia a apear-se d'um cavallo em que montava, desembainhou-se lhe a espada, e caindo sobre ella, enterrou a no peito de fórma tal, que falleceu immediatamente. Foi sepultado na egreja do Salvador, de Santarem. Escreveu: *Livro primeiro do cêrco de Diu*, Coimbra, 1556 Traduziu em portuguez as comedias de Pindaro, tragedias de Seneca, e a *Pharsalia* de Lucano, mas essas traducções não chegaram a ser impressas. Escreveu ainda *Empresas dos varões illustres da India.*

Sousa Coutinho *(Lopo de)*. Governador de S. Thomé, nomeado por D. João V em 1731. Exerceu o seu governo com energia, reprimindo em 1735 uma sedição militar. Muitos annos depois, o marquez de Pombal o achou ainda apto para governar essa colonia. Foi effectivamente em 1754, mas já desembarcou quasi morto, e pouco depois falleceu.

Sousa Coutinho *(Manuel de)*. Foi o 31.º governador da India. Era filho de Christovão de Sousa Coutinho, senhor de Baião, e de D. Maria de Albuquerque. Foi para a India muito novo, e sendo nomeado governador de Ceylão, resistiu victoriosamente aos ataques do Raju. Estava já nomeado governador de Malaca em 1588, quando morreu o vice-rei D. Duarte de Menezes, e abertas as vias de successão, se encontrou designado como primeiro successor Mathias de Albuquerque, que não estava na India, como segundo successor Manuel de Sousa Coutinho, que tomou posse do governo a 4 de maio de 1588. A 15 de maio de 1591 entregou o governo ao seu successor Mathias de Albuquerque, sem ter feito cousa alguma de notavel durante a sua administração. Foi, porém, accusado de esbanjamentos e de outras irregularidades, e por isso foi ordem do reino para se fazer uma devassa aos seus actos, e para se lhe sequestrarem os bens. Quando a ordem chegou, já Manuel de Sousa Coutinho regressára ao reino, e nos fins de fevereiro de 1592 naufragou nos baixos de Garajau, e morreu com tres filhos que o acompanhavam, sobrevivendo lhe uma filha casada com o capitão de Baçaim.

Sousa Coutinho *(Manuel de)*. Foi o ultimo governador portuguez que teve Malaca. Nomeado para esse governo pelo conde de Aveiras, logo como que a fatalidade quiz mostrar que estavam reservados ao seu governo grandes infortunios. A embarcação em que ia, foi assaltada e caiu no poder dos malaios, escapando elle só n'um batel. Sem capacidade militar, nem bravura pessoal, Manuel de Sousa Coutinho commetteu erros sobre erros, cobardias sobre cobardias. Privou-se do auxilio das galés, que mandou varar em terra, e se não fôsse a intrepidez d'um dos seus mais valentes e bravos subalternos, Antonio Vaz Pinto, Malaca render-se ia logo ao primeiro tiro, por isso que os hollandezes lhe puzeram cêrco em agosto de 1640. E comtudo os habitantes de Malaca mostravam firme desejo de se defenderem, e supportavam com a maior firmeza a falta de mantimentos. Manuel de Sousa Coutinho mandou Antonio Vaz Pinto buscar viveres. Foi esse o signal do rendimento da fortaleza. Privada d'esse intrepido official, Malaca não tardou a entregar-se. Pouco depois rebentava a revolução de 1640. A cobardia de Manuel de Sousa Coutinho privára de um dos seus ricos florões a corôa portugueza.

Sousa Coutinho *(D. Maria das Dôres de Sousa Coutinho, condessa de)*. Dama camarista das rainhas D. Maria II, D. Estephania e D. Maria Pia; dama da ordem de Santa Izabel, rainha de Portugal, e das damas nobres de Maria Luiza, Hespanha. N. em Lisboa a 8 de julho de 1815, falleceu ha bastantes annos. Era filha do marquez de Santa Iria, D. Luiz Roque de Sousa Coutinho Monteiro Paim, e de sua mulher, D. Marianna Vicencia de Sousa Holstein. Desde muito nova viu se desterrada da patria, acompanhando no exilio seu pae e seus irmãos que a isso se viram obrigados para fugirem ás perseguições que lhes faziam pelas suas ideias liberaes. De 1828 a 1830 estavam todos em Paris, mas em 1830 encontrou se quasi só n'aquella cidade, por que seu pae e seus irmãos, pela sua dedicação á causa liberal partiram para a ilha Terceira a reunirem-se aos defensores da rainha D. Maria II, junto dos quaes permaneceram até 1832. N'este anno ainda mais se aggravou a sua triste situação por serem confiscados todos os bens d'aquella illustre familia, pelo governo absoluto, tornando so, portanto, as suas circumstancias extremamente precarias. Em Paris, D. Maria II recebeu provas das maiores sympathias, apenas ali chegou, e conhecendo a sobrinha estremecida do duque de Palmella, a filha estremosa do marquez de Santa Iria, estreitaram se tanto estas relações, que se tornou profunda a mutua affeição entre as duas jovens e nobres damas. Estando já restabelecido o regimen constitucional, a joven rainha e sua madrasta, a imperatriz D. Amelia, vieram para Lisboa, onde chegaram a 22 de setembro de 1833, acompanhando as tambem a joven filha do marquez de Santa Iria. Em 1834, o imperador D. Pedro nomeou a nobre fidalga dama camarista de sua filha. Continuando as agitações politicas, que duraram ainda longos annos, D. Maria II, em todos os transes angustiosos, encontrou sempre a seu lado, firme, inabalavel e invencivel a sua dedicada camarista. Mais tarde, 1858, D. Maria das Dores Sousa Coutinho foi nomeada dama camarista de D. Estephania, apenas esta desditosa rainha entrou em Portugal, a quem foi tambem muito dedicada e affectuosa. Quando entrou em Lisboa, em 1862, a rainha D. Maria Pia, foi a nobre dama elevada á categoria de camareira mór, testemunho bem eloquente da affeição que a nova soberana lhe dedicava, e muito mais porque D. Maria Pia era severamente escrupulosa na escolha das pessoas a quem concedia a sua estima. O titulo de condessa de Sousa Coutinho foi lhe concedido por decreto de 28 de setembro de 1863. O seu brazão de nobreza é o mesmo que o dos condes d'Alva, seus avôs. V. *Portugal*, vol. 1, pag. 347.

Sousa Coutinho *(Matheus de)*. Doutor e lente cathedratico da faculdade de canones da Universidade de Coimbra. N. na Castanheira em 5 de setembro de 1764, sendo filho de João Simões Coutinho e de D. Antonia Maria de Sousa. Foi doutorado em 2 de outubro de 1787. Collaborou no *Jornal de Coimbra* em assumptos juridicos, economicos e historicos. O dr. Sousa Coutinho foi um dos lentes deputados, para cumprimentar D. Miguel, em nome da Universidade, e que no sitio do Cartaxinho, proximo de Condeixa a Velha, fôram barbaramente assassinados por estudantes da Universidade, no dia 5 do março de 1828. Veja se a este respeito a *Sentença proferida em Relação contra os estudantes da Universidade de Coimbra, que commetteram o horroroso attentado de assassinarem os lentes da mesma Universidade, proximo de Condeixa*, Lisboa, 1828.

Sousa Coutinho *(Rodrigo Affonso de Athouguia de)*. Moço fidalgo com exercicio no Paço, capitão do exercito, padroeiro dos extinctos conventos de S. Francisco, do Funchal, e de Santo Onofre, no concelho da Gollegã; senhor de Arranhados

e dos morgados das muito antigas e nobres casas de Athouguia, Leons, Chacons e Silveiras. Condecorado com as medalhas da campanha da Liberdade; com a de ouro de bons serviços, e de prata de valor militar e comportamento exemplar. Fal. a 22 d'abril de 1867.

Sousa Coutinho *(Thomé de)*. Fidalgo que vivia na India no tempo do dominio hespanhol. Foi-lhe dado o commando d'uma esquadra que veiu soccorrer Melinde, ameaçada em 1589 por uma esquadra egypcia Assim que Thomé de Sousa Coutinho viu a esquadra inimiga, atacou a immediatamente, e destroçou os turcos. Depois abraçou Mombaça, puniu o regulo de Lauco fazendo o remar como escravo n'uma galé, e obrigou-o a presenciar a destruição de Meandra.

Sousa e Faro *(D. Vasco Luiz Carneiro de)*. Capitão de mar e guerra, moço fidalgo da Casa Real com exercicio, accrescentado a fidalgo cavalleiro e fidalgo escudeiro. Serviu em 1720 como governador de Macau e mais tarde como governador da praça de Diu na India. Foi casado com D. Ignacia de Mello de Soutomaior Telles, filha de D. Christovão de Mello de Soutomaior Telles e de D. Joanna Michaella Furtado de Castro do Rio de Mendoça e Faro, da casa de Barbacena.

Sousa e Feio *(Marianno Joaquim da Costa)*. Coronel de artilharia, governador de Damão. N. a 27 de setembro de 1842, fal. em Diu em 1895. Era filho do coronel de artilharia Innocencio de Sousa Feio. Assentou praça em 12 de outubro de 1866, sendo promovido a alferes em 3 de agosto de 1868, a 2.º tenente em 4 de janeiro de 1871, e collocado em artilharia n.º 3 pela ordem do exercito n.º 3 do mesmo anno, passando a artilharia n.º 1 pela ordem do exercito n.º 23, de 1872; a 1.º tenente do estado maior de artilharia por decreto de 20 de janeiro de 1873, passando a ajudante da fabrica d'armas em 30 do mesmo mez; a capitão por decreto de 5 de junho de 1878, servindo n'este posto de vogal do jury para o exame do curso de engenharia militar (portaria de 19 de novembro de 1879); director da officina pyrotechnica desde 3 de fevereiro de 1880 e subdirector da fabrica d'armas desde 10 de outubro do 1888, tendo sido louvado pelo zelo que mostrou em melhorar os trabalhos a cargo da officina pyrotechnica (ordem n.º 6 da direcção geral de artilharia de 6 de outubro de 1882); a major por decreto de 23 de junho de 1889, a tenente-coronel por decreto de 1 de abril de 1893 e nomeado governador do districto de Damão por decreto de 6 de abril do mesmo anno. Foi encarregado de diversas commissões, em que sempre se houve com zelo e intelligencia, que lhe mereceram distincções e louvores. Era condecorado com as medalhas de bons serviços e de comportamento exemplar.

Sousa Ferraz *(Manuel Joaquim)*. Doutor em medicina e artes pela Universidade de Montpellier, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Escreveu: *Methodo actual de inocular as bexigas com experiencias que provam a utilidade da sua applicação ao tratamento das bexigas*, etc., *por Th. Dunsdale, medico inglez*, traduzido em portuguez, e impresso no Porto nos fins do seculo XVIII; *Observação anatomica de um feto humano que em consequencia de um parto laborioso passou á bexiga urinaria*; saiu no tomo II da *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias*; *Singular observação que confirma a sympathia do estomago com a cabeça*, idem, no mesmo tomo; *Observação de uma tysica tuberculosa, e uma concrecção calcaria*, idem, no mesmo tomo.

Sousa Fonseca *(Luiz de Sousa Fonseca, visconde de)*. Director geral da contabilidade publica aposentado, conselheiro, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. N. em 11 de fevereiro de 1804, fal. em Lisboa a 28 de novembro de 1903. Nascido no tempo de D. Maria I, assistiu ao desfilar dos acontecimentos politicos do seu reinado, conhecendo de perto as côrtes de D. João VI e de D. Miguel, e tratou com muitos dos homens mais notaveis d'esse longo periodo. Empregado do estado desde o tempo da sua mocidade, passou depois das concessões politicas de 1833, ao serviço de companhias particulares, onde a sua especial aptidão em contabilidade o bellissimo caracter lhe asseguraram os logares mais proeminentes no Banco de Portugal e depois no Contrato do Tabaco, que acompanhou até á sua liquidação, sendo então nomeado director geral de contabilidade publica, logar que exerceu até 1882, em que se reformou, contando 78 annos de edade. Ao retirar da sua vida publica, foi lhe concedido por decreto de 24 de julho de 1884, o titulo de visconde de Sousa Fonseca, sendo ainda eleito par do reino n'uma das legislaturas. No pavoroso incendio que em outubro de 1863 devorou o edificio do Banco de Portugal e Contrato de Tabaco, o visconde de Sousa Fonseca, que já contava 60 annos de edade, com uma dedicação e coragem extraordinarias, salvou com grande risco de vida os papeis e importantes valores da Companhia do Contrato do Tabaco, de que era secretario. Era casado com D. Maria Amalia de Moraes.

Sousa Gomes *(Francisco José de)*. Doutor e lente cathedratico de philosophia na Universidade de Coimbra. N. em Braga a 17 de dezembro de 1860, fal. em Coimbra a 18 de julho de 1911. Era filho de Pedro José Gomes. Doutorou se a 25 de novembro de 1882. Regia a cadeira de chimica cirurgica, e era director do laboratorio chimico da Universidade, e administrador da imprensa do mesmo estabelecimento scientifico. Fôra socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, provedor da Misericordia de Coimbra, e por diversas vezes, juiz da confraria da rainha Santa Izabel, á qual foi sempre muito dedicado.

Sousa Holstein *(D. Francisco de Borja Pedro Maria Antonio de Sousa Holstein, marquez de)*. Doutor em direito pela Universidade de Coimbra, gentil homem da camara de D. Luiz I, official-mór da Casa Real, commendador das ordens de S. Thiago e de Nossa Senhora da Conceição do Villa Viçosa; gran-cruz da ordem de S. Mauricio e S. Lazaro da Sardenha; commendador das de S. Gregorio Magno de Roma e da Aguia Vermelha da Russia; socio da Academia Real das Sciencias e da Associação dos advogados de Lisboa; par do reino, deputado, inspector da Academia de Bellas Artes de Lisboa, etc. N. em Paris a 20 de abril de 1838, fal. em Caruide a 30 de setembro de 1878. Era filho do 1.º duque de Palmella, D. Pedro de Sousa Holstein, e de sua mulher, a du-

queza D. Emilia Francisca Maria Anna Julia Felizarda Apolonia Xavier Telles da Gama. Matriculando-se na Universidade, formou se na faculdade de direito, doutorando-se depois a 11 de julho do 18 8. N'esse anno publicou em Coimbra a sua *Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas*, tendo por assumpto: «*Se o systema das circumstancias attenuantes e aggravantes é conveniente ou prejudicial á ordem publica?* Depois do seu doutoramento partiu para Italia como diplomata, esteve addido e secretario de om baixada em Roma e em Florença, e ahi contrahiu o grande enthusiasmo que teve toda a sua vida pela arte, consagrando-se completamente ao seu engrandecimento, e occupando se como poucos da nossa historia artistica. A respeito de Domingos Antonio de Sequeira, a cuja memoria prestou perfeitamente um culto, colheu em Italia e em Portugal apontamentos valiosos, que lhe serviram para a elaboração da sua obra querida, a *Vida de Domingos Antonio de Sequeira*. Em 24 de maio de 1859 foi lida perante o conselho da Universidade, uma communicação do marquez de Sousa Holstein, que então andava em viagem, em que fazia uma apreciação lisonjeira da Universidade de Coimbra, comparada com muitos estabelecimentos scientificos estrangeiros por elle visitados e estudados. Annunciava por essa occasião a offerta para o museu da faculdade, d'uma bella collecção de productos mineralogicos do Vesuvio, que obtivera em Napoles. O conselho recebeu esta communicação com grande contentamento, aguardando-a com interesso para então a agradecer convenientemente Em 24 de julho do mesmo anno, o marquez mandou outra communicação annunciando o cumprimento da promessa feita anteriormente. O illustre fidalgo remettia uma preciosa collecção de mineraes do Vesuvio, offerecida por Palmiéri, professor da Universidade de Napoles e director do observatorio do Vesuvio, para o museu da Universidade, promettendo obter das Universidades de Roma e Napoles a troca de livros, e declarava ter obtido da Academia Medico Cirurgica, por intervenção do medico Farina, uma collecção dos seus *comptes rendus* de 1844 a 1856, assim como conseguira já os estatutos e legislação academica de muitas universidades. Regressando a Lisboa, foi o marquez de Sousa Holstein nomeado vice inspector da Academia de Bellas Artes, logar exercido gratuitamente, e entregou-se com ardor ao melhoramento d'esse estabelecimento artistico, tendo do sustentar bastantes luctas e soffrer bastantes dissabores. Eleito socio correspondente da Academia Real das Sciencias na 2.ª classe, era um dos mais assiduos frequentadores da Academia, e procurou tambem com muito zelo trabalhar e incitar os outros a que trabalhassem. Quando morreu, achava-se encarregado de publicar e prefaciar os *Dialogos da pintura*, de Francisco de Olanda, cujo manuscripto existe na Bibliotheca da Academia, e de que foi publicado um extracto pelo conde de Raczinski. O marquez de Sousa Holstein foi tambem um dos principaes apostolos da *Sociedade promotora de bellas artes*, e em 6 de fevereiro de 1863 obteve, que a rainha D. Maria Pia acceitasse o protectorado d'essa sociedade, accedendo ao pedido, que em nome da mesma sociedade, lhe fôra feito pelo marquez e pelo visconde de Menezes. O illustre fidalgo era d'uma actividade febril e irrequieta, muito erudito, com especialidade em assumptos artisticos, dotado, principalmente d'uma erudição moderna, caminhando sempre a par dos progressos da sciencia contemporanea. Falava com rapidez e fluencia, com sobriedade e acerto. Succumbiu rapidamente a uma tysica galopante, quando estava em plena força de vida, e quando ia affirmar pela publicação da sua grande obra, *Vida de Sequeira*, a elevação da sua individualidade litteraria. Collaborou na *Revista Contemporanea*, sendo elle o autor da biographia de D. Maria Pia, que foi ali impressa; nas *Artes e Letras*, e foi n'este jornal que publicou os primeiros capitulos da biographia de Domingos Antonio de Sequeira. Tendo acabado aquelle jornal, o marquez continuou o seu trabalho, e parece que o deixou prompto para a impressão, e que seria um verdadeiro monumento levantado á memoria do nosso primeiro pintor. O governo estava para

Marquez de Sousa Holstein

o publicar em edição luxuosa, mas a morte do autor veiu suspender esse trabalho, e que nunca chegou a publicar-se. Foi tambem um dos collaboradores do *Diccionario Popular*, dirigido por Pinheiro Chagas, desde o começo da sua publicação. Em 1868 publicou-se a seguinte obra: *A antiga escola portugueza de pintura, ou notas ácêrca dos quadros existentes em Vizeu e Coimbra, attribuidos por tradições a Grão Vasco, por J. R. Robinson, consultor de Bellas Artes do Museu de South Kensington em Londres*, etc., *edição portugueza, publicada por ordem e a expensas da Sociedade promotora das bellas artes em Portugal, pelo marquez de Sousa Holstein*, etc. Era par do reino hereditario, tomando posse na respectiva camara na sessão de 16 de novembro de 1865, e foi deputado na legislatura de 1859 a 1860. Teve a concessão do titulo por decreto de 5 de setembro de 1855. O seu brazão d'armas é o mesmo dos duques de Palmella e marquezes de Cezimbra (*V. estes dois titulos*). Casou em 1862 com D. Ma-

ria Eugenia Braamcamp Sobral de Mello Breyner, filha dos 2.os condes de Sobral, dama honoraria da rainha D. Maria Pia.

Sousa Junior *(Antonio Joaquim de)*. Professor da Escola Medico Cirurgica do Porto, deputado, jornalista, escriptor, ministro da instrucção publica, etc. N. na Villa da Praia da Victoria, ilha Terceira, a 15 de dezembro de 1871, sendo filho de paes pobres, Antonio Joaquim de Sousa e D. Maria Julia de Sousa Lemos. Conseguiu, comtudo, apezar dos poucos haveres de seus paes, fazer os seus preparatorios no Lyceu de Angra do Heroismo, depois d'um internato de tres annos no seminario d'aquella cidade, graças á protecção d'um tio e do benemerito michaelense marquez da Praia e Monforte. Frequentou no Porto a Academia Polytechnica, e quando devia entrar na Escola Medica, a falta da protecção que o amparava, lhe creou difficuldades que só uma rara energia poderia vencer, mas venceu a, sendo o seu curso uma serie ininterrupta de triumphos. Concluido este curso em 1898, desde logo começou a trabalhar na sua these, mas o apparecimento da peste bubonica em 1899, o transtornou um pouco, vindo só a defender these em janeiro de 1900. O dr. Ricardo Jorge o chamara para seu auxiliar, e o dr. Sousa Junior foi nomeado medico auxiliar da Repartição Municipal de Saude e Hygiene do Porto, em que prestou bastantes serviços, por vezes até com o risco da propria vida. Pela reforma dos serviços de saude, por decreto de 24 do mez de dezembro de 1901, passou a ser medico chefe do Laboratorio de bacteriologia do Porto, logar que ainda hoje conserva, e alguns mezes depois, pela abertura do hospital de Bomfim da mesma cidade, foi escolhido para clinico interno do mesmo hospital (doenças infecciosas) Tendo se apresentado a um concurso á Escola Medica do Porto, hoje chamada faculdade de medicina, em 1902, foi despachado em junho do 1903 lente substituto da secção cirurgica, sendo em 1906 elevado a lente cathedratico de medicina operatoria. Quando em 1908 se declarou a peste na ilha Terceira, offereceu-se o sr Sousa Junior ao governo para ir combater a doença gratuitamente. Os seus serviços fôram acceitos, realisando o sr. Sousa Junior um estudo relativamente largo da epidemia açoreana, e vulgarisando em todo o archipelago as modernas noções de combate contra o rato. D'essa campanha de vulgarisação derivou uma larga guerra aos ratos nos Açôres, signal de alarme dado pela camara de Lisboa, e depois pela do Porto, o a promulgação, annos mais tarde, do decreto do governo provisorio da Republica, de 10 de novembro de 1910, sobre a proficuidade do exterminio do rato, e a instituição das ligas locaes subsidiadas pelo Estado para promoverem a campanha raticida. Depois da proclamação da Republica foi nomeado director da Escola Medica. O sr. Sousa Junior estudou, sob o ponto de vista hygienico, todas as aguas de abastecimento da cidade do Porto, figurando esses trabalhos nas theses dos seus discipulos e collaboradores drs. Adriano Fontes, José Bahia Junior e Carteado Mena, do Porto, assim como nos seus artigos da *Gazeta dos Hospitaes do Porto*, em 1907. Sendo nomeado membro em 1911 da commissão administrativa da camara municipal do Porto, ali se tem occupado principalmente de questões hygienicas. O governo provisorio o convidou para representar Portugal na Conferencia Internacional de Muckden contra a peste. Fez parto da commissão nomeada pelo governo provisorio para estudar a questão da assistencia medica no Porto, assim como da commissão encarregada do installar a Universidade do Porto. Quando se formaram as côrtes constituintes foi eleito deputado pelo circulo de Ponta Delgada, e em 1913, formando-se o novo ministerio de instrucção publica, foi escolhido para gerir essa pasta. Em 1904 foi o sr. Sousa Junior agraciado com a medalha de ouro da Real Sociedade Humanitaria do Porto. Pertenceu á redacção da *Gazeta Medica do Porto*, do *Porto Medico* e da *Gazeta dos Hospitaes*. Bibliographia: *Observação de um caso de elephantiase do couro cabelludo*, publicada em artigo do professor Frias na *Gazeta Medica do Porto*, 1898; *Tuberculose primitiva da prostata com generalisação*, na referida *Gazeta*, 1899; *Contribuição para o diagnostico da tuberculose urinaria* (these inaugural), 1900; *Estaphyloccemia aguda*, em collaboração com João Ferreira, na referida *Gazeta*, 1900; *Meningite cerebro espinhal no Porto*, em collaboração com Antonio Rego, idem, 1901; *Uma autopsia. Diagnostico retrospectivo de peste. Rim em ferradura e volumoso kisto seroso do rim*, idem, 1901; *Peste bubonica. Estudos da epidemia do Porto*, these de concurso, 1902; *Cancro no Porto*, no *Porto Medico*, 190·; *O novo curso de ophtalmologia na Escola Medica do Porto*, idem, 1904; *O gelo exposto á venda no Porto*, idem, 1904; *Bacterinuria na febre typhoide*, idem, 1904; *A falsificação dos vinhos*, idem, 1904; *Um caso de variola na convalescença da febre typhoide*, idem, 1905, *Espirochetas em lesões syphiliticas*, em collaboração com Gilberto Pereira; idem, 1905; *Associação da syphilis com a diphteria*, idem, 1905; *Um caso de pellagra em Braga*, idem, 1905; *Spirochoete pallida e syphilis*, em collaboração com Gilberto Pereira; idem, 1905; *Tratamento da pustula maligna pelo sublimado corrosivo*, idem, 1905; *Resumido estudo sobre a conjunctivite aguda contagiosa ou conjunctivite epidemica*, em collaboração com Antonio Breda; idem, 1905; *O sôro antidiphterico*, idem, 1905; *Ueber das Vorkommen von Spirochoete pallida bei acqnirirter und congenitaler Syphilis*, em collaboração com Gilberto Pereira, no *Berliner Klimsch Wochenschrifft*, 1905; *Febres paratyphoides*, na *Gazeta dos Hospitaes do Porto*, 1907; *Infecções paratyticas*, nas *Novidades medicas e pharmaceuticas*, Porto, 1907; *O serviço antidiphterico no Porto, Notas estatisticas*, na *Gazeta dos Hospitaes do Porto*, 1907; *Associação da adrenalina com a estovaina em anesthesia local*, idem, 1907; *Aguas de abastecimento do Porto. Seu valor hygienico*, idem, 1907; etc.

Sousa Junior (*Francisco Maria de*). Jornalista. N. em 1866, e fal. em Lisboa, contando apenas 27 annos, em 1893. Collaborou na *Gazeta de Portugal*, desde a sua fundação, escrevendo artigos que a principio fôram attribuidos a Antonio de Serpa Pimentel, e redigiu os jornaes: *Noite*, *Portugal* e *Reporter*.

Sousa Lobão *(Manuel de Almeida)*. Bacharel formado em direito canonico pela Universidade de Coimbra. N. em Vouzella a 19 de março de 1745, fal. na aldeia de Lobão a 31 de dezembro do 1817. Era filho de João Rodrigues de Mattos e de Catharina de Almeida Novaes. Depois de

cursar os estudos preparatorios, entrou aos 16 annos na Universidade de Coimbra, e ali se formou em canones no anno de 1766, antes da reforma do marquez de Pombal. Não se doutorou, comtudo, nem quiz seguir a carreira da magistratura; procurou habilitar se para advogado, e por isso partiu para Lobão, a praticar em materia forense com um celebrissimo advogado d'esse tempo, chamado Estanislau Lopes. Lobão é uma aldeia proximo de Vizeu, e por isso se explica o motivo porque tamanho lumiar juridico fôsse occultar-se n'aquella terriola. O certo é que Manuel de Almeida Sousa, depois de praticar com o referido advogado, foi se deixando estar em Lobão, ali casou, ali se estabeleceu, e por tal fórma se consubstanciou com a terra, que lhe tomou o nome como appellido, ficando Manuel de Almeida Sousa Lobão, quando o seu nome era só Manuel de Almeida Sousa, ficando, porém, mais conhecido na historia da nossa jurisprudencia por Lobão, com que passou a assiguar-se. A fama dos seus conhecimentos juridicos não tardou a espalhar-se pelo paiz; affluiam de toda a parte as consultas, e então quando havia algum pleito difficil ninguem passava sem consultar o grande advogado. De Lobão parece que pouco saía para ir advogar pessoalmente nos tribunaes, porém, uma vez, disputando os conegos da Santa Cruz de Coimbra sobre o Isento em direitos e jurisdicções com o celebre bispo da mesma diocese, D. Francisco de Lemos, decidiram-n'o a ir defendel os. Passou dois annos ali em interminaveis disputas, e esse genero de trabalho, que não era aquelle a que estava habituado, fatigou-o de tal fórma, que adquiriu uma doença, que o obrigou a voltar para casa e que o impediu por alguns annos de trabalhar. Manuel de Sousa Lobão tinha uma immensidade de procurações particulares e de corporações religiosas, mas apezar d'isso trabalhava sempre com ardor nos estudos da jurisprudencia, e escreveu ou dictou um grande numero de obras sobre esses assumptos. No *Diccionario bibliographico*, vol V, pag. 351 e 352, e no *Diccionario Popular*, vol. XII, pag. 135, vem uma minuciosa relação das suas obras. O jurisconsulto Coelho da Rocha, falando das obras de Sousa Lobão, diz o seguinte: «Os seus muitos e variados escriptos que comprehendem todas as partes da jurisprudencia, além das noticias solidas do direito romano e canonico, abundam em conhecimentos profundos da historia e das leis patrias, e sobre tudo da pratica do fôro: respiram extraordinaria leitura e ás vezes o mau gosto dos antigos praxistas. Em alguns logares das suas obras nota se-lhe falta de deducção e de clareza; descuidos de redacção e de estylo e uma erudição ou serie de citações que vae até cançar. Escrevia com promptidão, mas não tinha paciencia para corrigir. Não obstante estes defeitos, as suas obras para o uso do fôro supprem uma livraria.»

Sousa Lobo *(Antonio Maria de)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra escriptor dramatico, etc. N. na villa de Cuba a 10 de agosto de 1805, fal. em Calbariz de Bemfica a 28 de julho de 1844. Era filho do desembargador Bartholomeu da Costa Lobo e de D. Joaquina Candida de Sousa Calheiros, ambos descendentes de illustres familias da provincia do Minho. Contava 16 annos de edade quando se matriculou na Universidade de Coimbra, e formou se em 1827, lendo no anno seguinte, 1828, no desembargo do paço por se destinar á carreira da magistratura, Tendo casado muito novo, e passando a residir no Porto, alistou se com enthusiasmo como voluntario n'um regimento de cavallaria, quando as tropas de D. Pedro, depois de desembarcarem no Mindello, entraram n'aquella cidade, e bateu se com bravura pela causa da liberdade. Terminada a lucta foi nomeado em 1833 auditor do exercito, e n'esse logar permaneceu sem procurar promoção nem situação mais brilhante, feliz por lhe permittirem os seus meios de fortuna entregar-se aos estudos litterarios muito da sua predilecção, e á colleccionação de livros que era tambem uma das suas paixões. Quando se fundou o Conservatorio de Lisboa, Garrett, que muito apreciava Sousa Lobo, o propoz para seu membro, e em conformidade d'essa proposta foi nomeado por decreto de 1 de setembro de 1838, e em seguida inspector geral dos theatros na cidade do Porto por decreto de 21 de janeiro de 1839. Entretanto Sousa Lobo trabalhava com enthusiasmo na regeneração da arte dramatica, auxiliando n'isso Garrett, que tomára muito a peito essa nobre empresa. Escreveu um drama, o *Emparedado*, que foi premiado pelo Conservatorio, e que se representou com applausos no theatro da Rua dos Condes. O parecer elogioso da commissão do Conservatorio que o premiou, foi publicado no *Jornal do Conservatorio*, n.º 7, de janeiro de 1840. Escreveu em seguida outros dois dramas, a *Judía* e a *Moira*, que tinham como o *Emparedado* o merito de serem escriptos em boa e pura linguagem, de reproduzirem fielmente a indole historica das epocas em que se passavam, e de serem profundamente portuguezes pelo assumpto e pela linguagem. Garrett escreveu a proposito d'esses dramas uma carta muito elogiosa ao autor, carta que saiu publicada na *Revista Litteraria do Porto*, vol. VIII, pag. 132. D'essa *Revista Litteraria* foi elle assiduo collaborador, e os artigos que publicou, eram firmados pelas iniciaes *S. L.* Entre esses artigos figura um bastante notavel ácêrca d'um exemplar das comedias de Antonio Prestes, que o autor comprára. Sempre se recusou a entrar na carreira politica apezar de por vezes ser instado, e duas vezes rejeitou uma candidatura que lhe offereciam. Preferia a tudo os seus trabalhos litterarios, os seus estudos, a sua bibliotheca e a sua vida de familia. No Porto publicou em 1842 os seus 3 dramas em 2 volumes, com o titulo de *Obras dramaticas*. Em 1843 saiu nas *Memorias do Conservatorio*, tomo II, de pag. 99 a 106, o seu *Relatorio e parecer dos dramas submettidos ás provas publicas na cidade do Porto*, Em 1844 veiu para Lisboa, e pouco depois falleceu, deixando incompleto outro drama historico, que andava escrevendo. Deixou, segundo consta, bastantes manuscriptos.

Sousa Lobo *(Constantino de)*. Moço pintor, que morreu na força da vida em condições lamentaveis, e que promettia vir a ser um dos nossos mais eximios artistas. N. a 11 de agosto de 1836, e fal. em Lisboa a 20 de setembro de 1875. Era filho do antecedente, e de D. Maria Candida Cordeiro. Mostrava grande gosto artistico e tendencias notaveis para a arte a ponto de que, sem mestre, entregue completamente á espouta-

neidado do seu talento, chegou a compôr uns quadros de interior que figuraram na exposição de 1864, que aliás não era pobre de obras notaveis, e que apezar d'isso conseguiram captar vivamente a attenção do publico, prognosticando todos ao illustre autor o mais brilhante futuro. Infelizmente não pintou muito mais, porque depois de ter feito alguns quadros, foi atacado por uma doença que o levou á loucura, morrendo completamente doido.

Sousa Lobo *(Joaquim Bernardo)*. Cabo de mar na Nazareth. N. em Ilhavo a 15 de fevereiro de 1854, sendo filho de José Bernardo de Sousa Lobo e de Maria da Conceição Bitola, ambos naturaes do Ilhavo, d'onde fôram para Pedrouços, com seu filho ainda de tenra edade, indo depois para a Nazareth, fixando ali a sua residencia definitiva. Joaquim de Sousa Lobo, aos 12 annos, embarcou para o Brazil, e em varios annos foi aos Bancos da Terra Nova á pesca do bacalhau; depois installou se na Nazareth, onde constituiu familia, sendo cabo de mar ha mais do 20 annos, gozando das geraes sympathias. E' condecorado com o grau de cavalleiro da Torre e Espada, e com medalhas de ouro, prata, cobre, e diplomas de louvor. A Torre e Espada foi-lhe concedida por decreto de 29 de dezembro de 1906, e entregue com toda a solemnidade no dia 1 de janeiro de 1907. Houve um cortejo, sessão solemne, inauguração do retrato que lhe foi offerecido pelos habitantes da Nazareth, que muito o estimam, assistindo a estas festas o administrador do concelho, representando o governador civil do respectivo districto de Leiria e juiz de direito da comarca de Alcobaça. No *Boletim da Liga Naval Portugueza, de março de 1907*, vem publicado o seu retrato acompanhado de biographia.

Sousa Lobo *(José Maria de)*. Commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, bacharel formado em canones pela Universidade de Coimbra, etc. N. no Porto a 13 de janeiro de 1812, onde tambem fal. em abril de 1866. Era irmão de Antonio Maria de Sousa Lobo (V. *este appellido)*. Foi escrivão da camara municipal de Villa Nova de Gaia, delegado do procurador regio na 6.ª vara de Lisboa, governador civil de Aveiro, ajudante do procurador regio junto á Relação do Porto, delegado da inspecção geral dos theatros da mesma cidade. Foi deputado na legislatura de 1848 a 1851 e socio da Associação Industrial Portuense. Tinha grande enthusiasmo pelo theatro assim como seu irmão, mas limitou-se a fazer um grande numero de traducções, muitas das quaes se representaram, e algumas se imprimiram. As impressas fôram as duas seguintes, que sairam n'um volume, no Porto, em 1842, com o titulo de *Uma noite de Theatro: Maria Tudor*, de Victor Hugo, e o *Marido da viuva*, imitação d'uma comedia do Alexandre Dumas. Em 1853 imprimiu em Aveiro a traducção livre dos *Burgraves*, de Victor Hugo, e o *Kean, ou a desordem e o genio*, do Alexandre Dumas. Ficaram manuscriptas as traducções dos dramas, *A Dama das camelias* e *Diana de liz*, do Alexandre Dumas, filho, da *Lady Tartuffe*, de Emile de Girardin, a comedia de Octavio Feuillet, *Le Pour et le Contre*, e uma peça quasi original, intitulada *Por causa d'um sobrescripto*, extrahida da peça franceza *L'Assurance Mutuelle*. Como jornalista, publicou alguns artigos litterarios em diversos jornaes, e muitos folhetins sasignados com o pseudonymo *João Senior*. Foi redactor do *Jornal da Associação Industrial Portuense*, e collaborador em outros.

Sousa Loureiro *(Urbano José)*. V. *Loureiro (Urbano)*.

Sousa de Macedo *(Antonio de)*. Fidalgo da Casa Real, commendador das ordens de Christo e de S. Bento de Aviz; doutor em direito civil pela Universidade de Coimbra, desembargador da Casa da Supplicação, distincto diplomata, secretario do Estado de D. Affonso VI, etc. N. no Porto a 15 de dezembro de 1606, fal. em Lisboa a 1 de novembro de 1682. Fôram seus paes Gonçalo de Sousa de Macedo, fidalgo da Casa Real, desembargador de aggravos na Casa da Supplicação, juiz da corôa e da fazenda, e contador-mór do reino, e D. Margarida Moreira, ambos descendentes de familias illustres, oriundas da villa de Amarante. Muito creança ainda veiu estudar para Lisboa no collegio de Santo Antão, onde apreseudeu latim, humanidades e philosophia peripatetica, começando desde logo a revelar um talento superior, pelos grandes progressos que fazia. Passou depois á Universidade de Coimbra, e ali se doutorou em direito civil. Foi tão brilhante o concurso, que D. Francisco Manuel do Mello, sem duvida tambem um dos mais robustos talentos do seu seculo, lhe fez um grande elogio, que está publicado na sua *Viola de Thalia*. Em seguida voltou para Lisboa, foi nomeado desembargador de aggravos na Casa da Supplicação, logar em que se distinguiu, não só pela sua elevada intelligencia, como pela imparcialidade, justiça e rectidão, que sempre presidia a todos os seus actos Se na jurisprudencia se tornou eminente, não o foi menos na politica, e em 1641 obteve a nomeação de secretario da embaixada junto á côrte do Inglaterra, sendo escolhido para embaixador D. Antão de Almada. N'essa epoca, Portugal terminava a sua escravidão, emancipando-se do dominio de Hespanha, dominio que durou 60 annos de affrontas, de miserias e de oprobrios, e de que nos livrou a coragem e energia de uns poucos d'homens, que planearam a conjuração que nos restituiu a independencia no 1.º de dezembro de 1640, um dos factos mais notaveis e mais gloriosos da historia do paiz. Hespanha, vendo se então vencida, e perdendo Portugal que apenas considerava uma simples colonia, sem ao menos lhe conceder as vantagens de que as outras colonias gozavam, trabalhou activamente pelo meio da intriga, empregando toda a insidia possivel, aproveitando-se de não ter sido ainda reconhecida pelas potencias estrangeiras a dynastia brigantina, que fôra chamada ao throno portuguez; de tudo se serviu para que a nação perdesse o prestigio. Chegou a tanto o despeito de Hespanha, que, quando em 28 de fevereiro de 1641 a embaixada portugueza partiu para Inglaterra, mandou sair do Dunkerque 7 fragatas em sua perseguição até ao canal, mas apezar d'isso, a embaixada conseguiu entrar em Plymouth em 7 de março, vencendo todas as contrariedades depois d'uma viagem rapida. D. Antão de Almada e Antonio de Sousa de Macedo fôram incançaveis na defeza de D. João IV, defeza em que só empregaram a eloquencia na palavra e na escripta. Aos esforços d'estes dois portuguezes distinctissimos se deveu em grande parte, que a

Inglaterra viesse a reconhecer os direitos do duque de Bragança, porquanto não parecia aquelle governo muito disposto a favorecer a restauração patriotica. Carlos I exigiu um documento em que se declarassem as causas e as razões da revolução de Portugal, sem o que, nem ao menos queria admittir os embaixadores. Antonio de Sousa de Macedo enviou então, em 12 de março, ao secretario de estado do rei de Inglaterra uma carta em que largamente expunha todos os acontecimentos que tinham restabelecido a nossa independencia. Não foi, portanto, só com a espada que n'essas epocas memoraveis se disputou o direito á corôa de Portugal, a penna e a palavra concorreram tambem importantemente, tornando se ainda mais distincto Antonio de Sousa de Macedo, a quem coube grande parte da gloria, pela fórma como advogou a justiça da causa. Foi então que publicou em latim as notaveis obras: *Lusitania liberata ab injusta castellanorum dominio, restituto legitimo principi serenissimo Joanni IV, Londrini, 1645*; e a *Carta ao papa Urbano VIII* sobre o mesmo assumpto. Respondeu tambem em linguagem castelhana ao manifesto em favor do rei de Hespanha, publicado em 1641 pelo seu chronista D. José Pellizer. N'este opusculo, o seu autor não empregou sómente a erudição e a logica, empregou tambem a ironia e o ridiculo, porque foi prodigo em epigrammas contra Pelliser. Este livro teve n'esse mesmo anno, duas edições em Lisboa e uma em Paris Ainda em 1641 entrou Antonio de Sousa de Macedo na violenta questão que se agitava em toda a Europa por causa da traição que encerrara n'um carcere o infante D. Duarte, irmão de el-rei D. João IV. Não pôde ficar silencioso, escreveu e publicou em Londres, onde estava, o seu opusculo a esse respeito, intitulado: *Publico sentimento da injustiça de Allemanha a el rei de Hungria*. Publicou-se depois em Lisboa no anno de 1642. Assignado o tratado de alliança entre Portugal e a Inglaterra, a 29 de janeiro de 1642, D. Antão de Almada e Francisco de Andrade Leitão partiram para Lisboa, ficando Antonio de Sousa de Macedo como ministro residente. Havia rebentado com gravissimo aspecto a lucta entre Carlos I e o parlamento inglez, e o novo embaixador, além de se occupar das questões do soccorros a Portugal e da manutenção da sua alliança, tomou parte muito activa nas dissidencias politicas de Inglaterra, auxiliando Carlos I o mais que lhe era possivel. Muitos documentos curiosos, publicados por José de Torres no *Archivo Pittoresco*, vol. V, pag. 364 a 368, provam bem a dedicação que Macedo manifestou ao rei Carlos I. Uma das maiores provas d'esta dedicação foi a carta que el-rei lhe escreveu d'Oxford em 27 de fevereiro de 1645, em que lhe declarava o grande pezar que tinha pela sua proxima partida, da qual por elle soubera, porque devia muitissimos favores; protestando que seria eterna a sua gratidão, e que os seus successores deveriam ter sempre em consideração estes serviços, prestando todas as honras aos seus descendentes, quando se achassem em Inglaterra Tendo o parlamento promulgado em 1644 uma lei, em que se prohibia a entrada nos portos inglezes a quaesquer navios que continuassem a reconhecer a realeza de Carlos Stuart, Macedo foi o primeiro ministro estrangeiro que protestou contra essa lei sem duvida injusta, por que, emquanto Carlos I não fôsse deposto do throno legalmente, os estrangeiros só deveriam reconhecer a sua autoridade, conservando-se sempre alheios ás evoluções civis da Inglaterra. Na bibliotheca de Evora existem muitas cartas suas escriptas de Londres para Paris, ao conde da Vidigueira, que então era nosso ministro n'aquella côrte. Estas cartas, segundo consta, revelam muitos e importantissimos esclarecimentos ácêrca das malfadadas pendencias de Carlos I com o parlamento inglez, pendencias que terminaram com a morte d'aquelle infeliz monarcha. Regressando a Portugal, foi Antonio de Sousa de Macedo nomeado em 1650 embaixador para Hollanda, indo substituir Francisco de Sousa Coutinho. Esta embaixada era uma das mais difficeis missões diplomaticas d'esse tempo, pela fórma como procedia aquelle paiz, desejando conservar-se na melhor harmonia com todas as nações da Europa, e receando indispôr se com Hespanha, que poderia tornar se sua inimiga, por causa das deferencias que Hollanda tinha para com Portugal. Macedo, como grande diplomata, desempenhou o seu cargo com o maior zelo e integridade, honrando sempre o nome portuguez, e conseguindo que a Hollanda se desembaraçasse habilmente da posição difficil em que se encontrava. Em 1652 achava-se de volta a Portugal, tendo alcançado que pudessemos ir continuando a recuperar Pernambuco sem nos expôrmos a uma guerra maritima com a Hollanda. A capitulação de Pernambuco em 1654 foi em parte, póde dizer-se, resultado dos habeis e politicos esforços de Antonio de Sousa de Macedo. Os 10 annos que se guiram, fôram de descanço politico e diplomatico para o illustre ministro, e annos de trabalho como jurisconsulto. Assistiu em 1656 ao juramento do principe D. Affonso, proclamado rei de Portugal com o nome de D. Affonso VI, pela morte de seu pae, ficando regente do reino sua mãe, D. Luiza de Gusmão. Mais tarde, em 1662, e joven monarcha, por instigações do seu ministro e valido conde de Castello Melhor, reclamou de sua mãe o poder, e apreciando devidamente Antonio de Sousa de Macedo como um dos portuguezes mais dignos e de talento superior, o nomeou, por conselho de Castello Melhor, seu secretario das mercés, logar vago, pela demissão dada a Pedro Vieira da Silva. Em janeiro de 1663 foi nomeado secretario de estado, e agraciado com as commendas de S. Thiago de Souzellas na ordem de Christo, e de Santa Eufemia, de Penella, na ordem de Aviz, e com a alcaidaria mór de Freixo de Numão. Foi Antonio de Sousa de Macedo um dedicadissimo collega do conde de Castello Melhor. Dos seus trabalhos como ministro restam dois documentos importantes, a *Proposta que vocalmente fez por mandado de Sua Majestade á junta dos ecclesiasticos, cathedraticos e outras pessoas doutas e ministros de tribunaes no convento de S. Francisco de Lisboa em 8 de março de 1663* e a *Relação summaria que tinham passado sob a protecção de se confirmarem por sua Santidade os bispos de Portugal e suas conquistas nomeados por el-rei*. Referem-se ambos á mesma questão, e fôram reimpressos n'esse mesmo anno em portuguez e em latim. Como se Antonio de Sousa de Macedo houvesse de tocar em todos os pontos da actividade humana, tambem foi jornalista, porque os *Mercurios*

portuguezes, com as novas da guerra entre Portugal e Castella, periodicos mensaes que principiaram a sair em janeiro de 1663 e fôram sem interrupção até dezembro de 1666, formando uma collecção de 50 numeros, porque houve 2 supplementos, eram escriptos por elle. Além de tantos titulos que enobreciam Macedo, tinha pois o de mais antigo jornalista conhecido, visto que ficaram em perpetuo esquecimento os nomes dos redactores da primitiva *Gazeta*, publicada em 1641. No artigo que serve de introducção ao 1.º numero do *Mercurio*, queixa-se amargamente Antonio de Sousa de Macedo da falta de jornaes, o que mostra que n'essa epoca se não publicou em Portugal nenhum periodico. *O Mercurio portuguez* teve grande voga, mas apezar de ser escripto por homem tão erudito, parece quo não pôde, comtudo, escapar ao fado de todos os jornaes politicos, porque o P. Antonio Vieira achava-o pouco veridico, impolitico e mal escripto. Essas dissidencias poderiam talvez ser motivadas pelo facto de serem os dois grandes escriptores de opiniões contrarias nas intrigas palacianas e politicas entre D. Affonso VI, seu irmão D. Pedro e a rainha D. Maria Francisca de Saboia. Macedo, como secretario de Estado havia tomado o partido de D. Affonso VI, a quem era affeiçoado, fazendo lhe portanto opposição o partido da rainha e do infante D. Pedro. Resultou d'aqui aborrecel-o a rainha, e para se vingar accusal o de lhe ter faltado ao respeito; porém a fórma como os seus proprios inimigos referem o conflicto é muito curiosa. A rainha queixou-se de um facto qualquer succedido com um dos seus creados, e parece que dirigiu algumas palavras de censura aos portuguezes, e Antonio de Sousa de Macedo respondeu com *irreverente colera*: «que sua majestade não tinha razão de se queixar dos portuguezes, porque o respeito que elles lhe tinham, chegava a ser adoração.» Não parece que esta amabilidade possa envolver *irreverente colera*, comtudo, a rainha considerou-se muito offendida, e exigiu a demissão de Macedo. D. Affonso oppôz-se, sustentou uma grave lucta contra sua mulher e seu irmão, mas afinal pela falta de energia, que tão fatal lhe foi, esmoreceu e succumbiu, acabando por ceder. O conde da Ericeira, no *Portugal restaurado*, diz, que o conselho de estado entendeu que, *só para dar gosto á duqueza de Nemours*, devia o rei mandar retirar da côrte durante 10 ou 12 dias o secretario de estado e restituil o depois á sua antiga occupação. O facto é que a rainha, naturalmente por Sousa de Macedo ser protegido pelo conde de Castello Melhor, reputava-o como adversario, e tanto se magoou com o marido, em quanto não foi castigado o secretario de estado, que deixou de comparecer no segundo dia da corrida de touros da festa de Santo Antonio, celebrada por essa occasião no Terreiro do Paço pelo senado de Lisboa. Foi então que se recorreu ao conselho de estado, para satisfazer a irritação d'aquella senhora. Passado algum tempo voltou Macedo a exercer o seu antigo logar, o que augmentou as iras da rainha, e levou seu cunhado, que mais tarde foi seu marido e rei D. Pedro II, a uma scena violenta com D. Affonso VI, acabando o conflicto levantado por este motivo pela saida de Macedo para fóra do Paço e para sitio, *onde nunca mais pudesse receber ordens do infeliz monarcha*, como elle prometteu e cumpriu Em 1660, o general Monk, de accôrdo com o parlamento, chamou ao throno inglez el-rei D. Carlos II. Havia terminado a revolução que derrubara os Stuarts e collocára no poder o usurpador Oliveiro Cromwell. Antonio de Sousa de Macedo escreveu uma felicitação em latim, que o rei Carlos II muito agradeceu; e quiz ser o chronista das festas que se fizeram por occasião do casamento d'este rei com a infanta D. Catharina, filha de D. João IV, e irmã de D. Affonso VI e de D. Pedro II, publicando anonymamente e em hespanhol: *Relacion de las fiestas que se hizieron em Lisboa com la nueva del casamiento de la serenissima infanta de Portugal dona Catalina com el rei de la Gran-Bretanha*. Os ultimos annos da vida de Sousa de Macedo fôram passados com mais descanço. Deixou um filho, chamado Luiz Gonçalo de Sousa de Macedo, 1.º barão da Ilha Grande, de que seu pae era donatario, e que Carlos II agraciou com o titulo de barão da Molingaria, em attenção aos serviços prestados por seu pae ao infeliz monarcha Carlos I, na desgraçada causa que o levou ao patibulo em 1619. O diploma passado pelo proprio punho real, em 28 de junho de 1661, em que foi concedida esta graça por mercê especial do Carlos II, está escripto em pergaminho e em lingua latina, com sello real pendente, e traduzido em vulgar. Antonio de Sousa de Macedo falleceu no palacio no largo do Poço Novo, solar de familia, onde viveram os seus descendentes, condes de Mesquitella, palacio onde ha annos está a Escola Rodrigues Sampaio. Foi sepultado na egreja do convento de Jesus, hoje freguezia das Mercês, na capella do Senhor Jesus da Misericordia, que elle mesmo instituiu. No seu jazigo acha-se tambem encerrado o cadaver de sua mulher, D. Marianna Lemercier. O jazigo, que é ornado de varios emblemas, está collocado ao lado direito do altar da dita capella, que ainda existe, e tem um extenso epitaphio em latim. Sobre a porta que dá entrada para a capella, do lado da sacristia, lêem-se os 4 primeiros versos da estancia 40 do canto 1.º da *Ulyssipo*, poema d'aquelle finado escriptor. Ao lado da porta, está a seguinte declaração da capella ter sido edificada por Macedo: «Tratando da morte no melhor tempo da sua vida, fundou, armou e dotou esta capella para si e sua mulher D. Marianna Lemercier e seus descendentes, com trinta mil reis de renda cada anno para uma missa quotidiana perpetua e officio de nove lições no oitavario dos defuntos, e mais seis mil reis de renda para a fabrica e com outra renda para merceeiros.» Sobre a porta que dá para a egreja, tambem se lêem os ultimos 4 versos da referida estancia. Ao lado sobre a lousa de seus paes tambem se lê um epitaphio. As paredes da capella estão cheias de disticos, e no tecto tambem se vêem uns emblemas com diversas phrases latinas. Segundo consta, no subterraneo estão enterradas algumas pessoas, descendentes da familia d'este illustre e nobre varão. Na *Bibliotheca Lusitana*, e no *Diccionario Bibliographico*, vem uma minuciosa relação das suas obras, das quaes mencionaremos algumas das principaes: *Flôres de Hespanha e Excellencias de Portugal*, escripta em excellente linguagem castelhana, que teve duas edições, uma em 1631 e outra em 1737. As seguintes obras patenteiam bem a sua competencia em todas as materias, como grande

genio que era: *Harmonia politica*, estatistica; *Vida de Santa Rosa*, historiador; *Ulyssipo*, poeta; *Genealogia Regnum Lusitaniae*, genealogista; *Dominio sobre a fortuna*, philosopho; *Decisões* e *Lusitania Liberata*, jurisconsulto; *Flôres de Hespanha* e *Eva e Ave*, em que prova ter sido muito versado na historia antiga e moderna, na profana e na sagrada, e possuir a mais solida e varia da instrucção.

Sousa de Macedo *(D. Antonio da Costa de)*. Moço fidalgo com exercicio no Paço, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, secretario geral do governo civil do Leiria, deputado, 1.° official da direcção geral de instrucção publica do ministerio do reino, escriptor muito distincto, etc. N. em Lisboa a 24 de novembro de 1824, onde tambem fal. a 17 de janeiro de 1892. Era filho do 1.° conde de Mesquitella, D. Luiz da Costa de Sousa de Macedo e Albuquerque, e da condessa, sua mu-

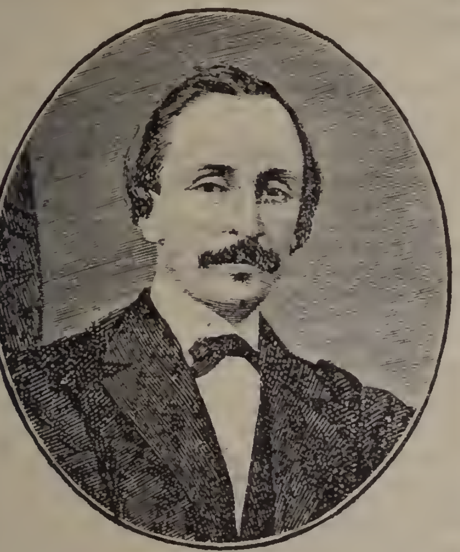

D. Antonio da Costa de Sousa de Macedo

lher, D. Maria Ignacia de Saldanha Oliveira e Daun. Fez os seus estudos de instrucção secundaria no collegio do dr. Cicouro, ao tempo o mais conceituado collegio de Lisboa. Passou depois a Coimbra e fez os exames preparatorios na Universidade, matriculando se em outubro de 1842, aos 18 annos de edade, na faculdade de direito. Fôra estudante distincto no collegio do dr. Cicouro, e na Universidade tambem muito se evidenciou pelo seu talento e applicação. Em 1846, declarando-se a guerra civil que fez transformar os academicos em guerreiros, e guerreiros que deram que falar de si pela sua bravura e heroicidade, D. Antonio da Costa tambem se alistou no batalhão academico, que se organisou. Feita a convenção de Gramido em 30 de junho de 1847, e reaberta a Universidade em agosto seguinte, D. Antonio da Costa voltou a continuar os seus estudos, tomando o grau de bacharel no anno seguinte. Em 1851 encetou a sua carreira administrativa sendo nomeado secretario geral do districto de Leiria, e foi ahi que elle começou a sua grandiosa obra da instrucção popular, fundando o *Centro promotor de instrucção popular*, que tantos serviços podia prestar, quo se inaugurou com tão grande enthusiasmo, e que infelizmente enfraqueceu e morreu depois do seu illustre fundador e presidente D. Antonio da Costa sair de Leiria. Além d'esse centro promotor, D. Antonio da Costa assignalou a sua passagem pelo governo civil d'aquelle districto, fundando o jornal *O Leiriense*, cujo 1.° numero saiu no dia 1 de junho de 1854. Em 1856 foi exonerado a seu pedido do logar de secretario geral do districto do Leiria, tendo deixado da sua administração um trabalho muito notavel, que offereceu a D. Pedro V, a *Estatistica administrativa de Leiria*, que é uma obra prima no seu genero. Aquelle districto não se esqueceu dos serviços e da gratidão que devia a quem tanto trabalhara pelo seu engrandecimento, e n'esse mesmo anno o elegeu deputado ás côrtes, na legislatura de 1857-1858, onde D. Antonio tomou assento no grupo chamado independente. No anno de 1852 havia sido chamado para acompanhar a rainha D. Maria II, na sua visita ao norte, na qualidade de secretario administrativo do presidente do conselho de ministros, que era então o marechal duque de Saldanha. Creada em 1859 no ministerio do reino a direcção geral de Instrucção Publica, foi D. Antonio da Costa um dos candidatos ao concurso para 1.° official da nova direcção e despachado para esse logar por decreto de 12 de janeiro de 1860. No mesmo anno foi nomeado commissario regio do theatro de D. Maria II, logar que exerceu desde agosto de 1860 até junho de 1861. Em 1870, quando em 19 de maio se deu o movimento revolucionario promovido pelo marechal Saldanha, e se formou o ministerio, presidido por elle, o qual ficou conhecido pelo nome do *ministerio dos cem dias*, D. Antonio da Costa foi chamado para gerir a pasta da marinha, e decretada em 22 de junho d'esse anno a creação do ministerio da instrucção publica, foi D. Antonio da Costa feito titular d'essa pasta, com applauso de todo o paiz, que reconhecia a especial e excepcional competencia do novo ministro, que fôra sempre um denodado propagador da instrucção popular. E de facto, D. Antonio da Costa no espaço de 69 dias, quo tantos fôram os que durou o novo ministerio, fez profundas reformas, prestou relevantes serviços á instrucção publica, promulgando o decreto da liberdade do ensino superior, da reforma da instrucção primaria, das bibliothecas populares, das escolas normaes, da reorganisação do theatro nacional, etc. Em 29 de dezembro de 1881 foi encarregado por el rei D. Luiz de estudar e colligir elementos para a reforma da imprensa da Universidade. Em 1886, D. Antonio da Costa, já muito adoentado, viu-se obrigado a pedir a aposentação do cargo de chefe da repartição de instrucção superior que occupava no ministerio do reino. Mais tarde foi se lhe aggravando a doença, até que o victimou. São numerosos os livros que deixou publicados, dos quaes mencionaremos os seguintes: *As minhas saudades*, Coimbra, 1844; é uma pequena collecção de poesias offerecidas ás senhoras lisbonenses; *Molière, drama historico original portuguez em 5 actos*, Lisboa, 1857; ácêrca d'esta composição deve lêr-

se o juizo critico, que vem na *Revista Universal Lisbonense*, vol. III da 2.ª serie, pag. 272; *Estatistica do Districto Administrativo de Leiria*, Leiria, 1855; dividida nas seguintes partes: 1.ª *População;* 2.ª *Industria;* 3.ª *Administração financeira;* 4.ª *Beneficencia;* 5.ª *Instrucção publica;* 6.ª *Justiça criminal;* com 53 mappas illustrativos; *Adolpho e Virginia, ou a Festa Pastoril*, poema campestre, inserto no *Ramalhete*, tomo V, 1812, pag. 159 e seguintes, assignado só com as iniciaes *D. A. da C.*; *Tres mundos; No Minho; Memoria sobre a instrucção primaria em Portugal;* foi publicada anonyma, na *Revista Academica*, de Coimbra, 1845, de pag. 311 a 358; *O Casamento civil: resposta ao sr. Alexandre Herculano*, Lisboa, 1865; 2.ª edição, 1866; *O Casamento civil perante a Carta Constitucional, segunda-resposta ao sr. Alexandre Herculano*, Lisboa, 1865; *O Casamento civil perante os principios, terceira resposta* idem; no mesmo anno; *Auroras da instrucção popular; Necessidade d'um ministerio de instrucção publica; Instituição d'ouro; O Christianismo e o Progresso; Historia do Marechal Saldanha; Historia da Instrucção popular em Portugal*, Porto, 2.ª edição, 1900; *Ao meu paiz*, um folheto documentado, tendo por fim justificar-se d'uma arguição da commissão de inquerito ás secretarias, que o accusava de faltar um largo periodo nos trabalhos burocraticos, Lisboa, 1880; etc. Tem uma extensa nota historica e biographica de *Julio Cesar*, na versão dos *Fastos*, de Ovidio, por Antonio Feliciano de Castilho, no tomo II, do pag. 621 a 650. Collaborou tambem n'alguns jornaes politicos e litterarios de Lisboa e Coimbra, etc. Entre manuscriptos que deixou, encontrou-se uma obra completa, prompta para entrar no prélo, o seu ultimo trabalho, *A mulher em Portugal*.

Sousa Machado *(Antonio Pinto de)*. Capitão do exercito. N. em 1856 e fal. em Penafiel em 1902. Assentou praça como voluntario em 1873, e fez parte da expedição que em 1891 se organisou para castigar as audacias dos chefes vatuas que o regulo Gungunhana commandava. Destacou-se pelo seu valor no combate de Chaimite e de Marracuene, commandando a brigada de artilharia. Em toda a brilhante campanha em que os nossos soldados tão brilhantemente se distinguiram, portou-se admiravelmente merecendo os maiores elogios dos chefes da expedição. Foi victimado pela docuça que contrahiu em Africa. Pertencia á arma de artilharia, fallecendo no posto de capitão, a que fôra promovido em novembro de 1889.

Sousa Magalhães *(D. Domingos José de)*. Doutor em canones e lente de direito na Universidade de Coimbra, arcebispo de Mitylene, socio effectivo da Academia Real das Sciencias, socio honorario do Instituto de Coimbra, etc. N. em Villa Pouca de Aguiar a 2 de março de 1809, onde tambem fal. a 24 de fevereiro de 1872. Era filho de Leonardo José de Sousa Magalhães. Seguindo a carreira ecclesiastica tomou ordens de presbytero secular e frequentando a Universidade de Coimbra, recebeu o grau de doutor em canones a 23 de julho de 1837. Despachado lente d'aquelle estabelecimento scientifico, da faculdade de direito, regeu a cadeira de direito commercial, e d'essa doutrina escreveu um *Compendio*, que ficou inédito, mas que era considerado excellente pelos que tiveram occasião de o vêr. Eleito socio effectivo da Academia Real das Sciencias a 14 de abril do 1853, foi logo em seguida escolhido para vice presidente, e n'essa qualidade pronunciou um discurso na sessão publica de 15 de julho de 1854, um *Discurso* que foi inserto na parte 1.ª do tomo I, das *Memorias da Academia*, 2.ª classe, 1854. Tendo sido anteriormente nomeado coadjuctor e vigario geral do patriarchado de Lisboa, sendo prelado o cardeal D. Guilherme, recebendo com a coudjuctoria o titulo de arcebispo *in partibus* de Mytilene, publicou em 1856 um folheto com o titulo de *Extracto do processo da ordenação do familiar de Sua Emminencia, Ricardo Nunes Soares, com algumas observações e documentos*, e que foi reimpresso em 2.ª edição, com o titulo de *Longa cadeia de delictos ecclesiasticos*, etc. A publicação d'este folheto, em que o autor denunciava irregularidades que elle não deveria apontar sem antes pedir a exoneração do cargo, deu logar a que o patriarcha D. Guilherme o suspendesse do exercicio das funcções de vigario geral, e a que D. Domingos recorresse para a corôa, levantando-se assim prolongada e renhida polemica, em que o direito de suspensão foi com grande energia impugnado e defendido. Eram advogados do arcebispo Abel Maria Jordão e Levy Maria Jordão, mais tarde visconde de Paiva Manso; e do patriarcha éra advogado o dr. Cicouro, entrando ainda na contenda, por parte do arcebispo o P. Francisco Recreio, e por parte do patriarcha o conego João de Deus Antunes Pinto. A questão foi acerba e muito falada. No *Diccionario Bibliographico*, vol II, pag. 189 e 190, vem a nota de tudo quanto se publicou a esse respeito. D. Domingos empenhou se com tanto calor na lucta, que as suas vigorosas faculdades intellectuaes não resistiram á incessante contenda e á profunda impressão que recebera. O patriarcha morreu em 1857, e o arcebispo poucos mezes depois, enlouqueceu, tendo apenas 48 annos de edade, e foi levado em 1858 para casa da sua familia em Villa Pouca d'Aguiar, onde passou o resto dos seus dias

Sousa Martins *(José Thomaz de)* Um dos medicos portuguezes mais distinctos, que floresceram no seculo passado; lente de pathologia geral na Escola Medico Cirurgica de Lisboa, etc. N. em Alhandra a 7 de março de 1843, onde tambem fal. a 18 d'agosto do 1897 Era filho de Caetano Martins e do D. Maria das Dores de Sousa Martins. Estudou as primeiras letras na sua terra natal, vindo depois para o Lyceu Nacional de Lisboa estudar humanidades, passando ao estudo das sciencias naturaes na Escola Polytechnica, sendo estudante distincto. Foi praticante de pharmacia desde 1 de abril de 1856 até 11 do julho de 1864, na botica de seu tio Lazaro Pereira, conhecida por *Pharmacia Ultramarina*, estabelecida na rua de S. Paulo, proximo á Casa da Moeda. Durante esse tempo fez o curso de pharmacia, e em setembro de 1861 matriculou-se no 1.º anno de mediciua na Escola Medica. Frequentando simultaneamente os dois cursos, obtendo sempre as primeiras classificações e os primeiros premios, terminou o 1.º em 11 de julho de 1864, dia em que deixou a pharmacia do seu tio, e em 6 de julho de 1866 o de medicina com todo o brilhantismo, defendendo a sua these, que foi, pelo seu valor, o primeiro degrau da escada gloriosa, que a pouco trecho ascendia na carreira a que consagrára

a vida. A these publicou se n'esse anno, e tem por titulo: *O pneumogastrico preside á tonicidade da fibra muscular do coração.* Em 6 do agosto de 1868 deu a ultima prova de concurso para demonstrador da secção medica da mesma Escola, sendo nomeado para o respectivo logar por decreto de 27 do referido mez e anno, o depois promovido a lente substituto por decreto de 9 de fevereiro de 1872. Sendo creada por carta de lei de 10 de abril de 1876 a 12.ª cadeira da Escola Medica, Pathologia Geral, Semeiologia o Historia da Medicina, foi o dr. Sousa Martins provido na propriedade d'esta cadeira por decreto de 16 de julho do mesmo anno. Desde 1873 a 1876 desempenhou o logar de secretario e bibliothecario da Escola, e em 22 de outubro de 1874 foi nomeado, em concurso documental, medico extraordinario do hospital de S. José e annexos; a 25 de julho de 1883, medico do banco, sendo promovido em 1885 a medico ordinario, e a 17 de setembro do mesmo anno director de enfermaria. Entre as muitas commissões officiaes de serviço publico e scientifico que desempenhou, sempre de modo superior, notaremos as seguintes: secretario e relator da commissão encarregada de redigir a *Pharmacopêa geral do reino*, nomeada por decreto de 15 de novembro de 1871, a qual publicou em 1876, em edição official, o livro *Pharmacopêa portugueza;* secretario e relator da commissão revisora do regulamento quarentenario de 1860, nomeada por decreto de 23 de maio de 1872; delegado de Portugal na conferencia sanitaria de Vienna d'Austria, por decreto de 26 de maio de 1874; secretario da commissão encarregada de propôr os melhoramentos necessarios no Lazareto de Lisboa, por portaria de 16 de setembro de 1875; fez parte da commissão sanitaria encarregada de propôr ao governo as medidas a tomar no caso da invasão de Lisboa pela cholera asiatica, por portaria de 11 do julho de 1881; da commissão encarregada pela administração do hospital de S. José de reformar o *Formulario de Medicamentos*, em substituição do de 1866; membro de muitas outras commissões da Sociedade Pharmaceutica Lusitana, da Sociedade das Sciencias Medicas, da Sociedade de Geographia, que de todas publicou relatorios, incluindo o da expedição scientifica á serra da Estrella em 1881, de que foi presidente da commissão executiva, e da secção de medicina d'esta expedição. A ultima commissão official que desempenhou, foi a de delegado á conferencia internacional medica, de Veneza, em março de 1897, de que contava publicar o relatorio. A'cêrca d'esta conferencia lê-se no *Occidente* de 20 de abril de 1897, vol. XX, pag. 82, em artigo firmado por Manuel Bento de Sousa: «Os resultados uteis e praticos da conferencia de Veneza, diz-se que fôram poucos ou nenhuns por influencia predominante das grandes nações, que ou não admittiram principios, que se prestavam a ser postos em duvida, ou adiarem as resoluções fundadas em principios provaveis para quando a investigação scientifica os torne de todo provados e certos, o que só tarde poderá ser. N'esta inutilizada Conferencia de Veneza, onde ainda assim, não entrava como um desconhecido, o delegado portuguez combateu pela salvação dos povos; e, combatendo, mostrou se tão sabio e eloquente, como elle realmente é, resultando lhe d'ahi uma ovação feita por estrangeiros, exactamente egual ás que aqui lhe costumamos fazer, nós os seus nacionaes. As honras que lá recebeu, todas devidas, fôram-lhe prestadas por homens que já conheciam a sua reputação, e n'aquella hora verificavam que a reputação era merecida. Sousa Martins, na sua recente missão, prestou serviço ao paiz, e não a si mesmo. Glorias, trouxe as que de cá levára; a saude, comprometteu-a; e, quanto a interesses pecuniarios, perdeu-os e não os ganhou, sendo aliás uso muito seu, e já velho, nunca os exigir, e muitas vezes recusal os. A' hora em que isto escrevo, o grande medico, sabio e querido, soffre as consequencias do trabalho que teve em clima, que lhe não foi favoravel. Os seus amigos, anciosos e tristes, assustam se com o estado da sua saude » E na verdade, a doença foi progredindo sensivelmente, e alguns mezes depois desapparecia para sempre,

Souza Martins

o grande professor, o eminente medico, causando a sua morte a maior consternação. A sciencia perdeu um dos seus mais gloriosos ornamentos. Sousa Martins era pharmaceutico de 1.ª classe e medico-cirurgião pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa; lente cathedratico da secção medica da mesma Escola, membro titular da Sociedade de Sciencias Medicas de Lisboa; socio effectivo, e successivamente honorario e benemerito da Sociedade Pharmaceutica Lusitana; socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, do Instituto de Coimbra, da Academia Real de Medicina da Belgica; da Real Academia de Medicina de Madrid; da Sociedade Antropologica Hespanhola; da Sociedade Gyncologica Hespanhola; da Academia Nacional de Medicina e Cirurgia de Cadiz; da Academia Provincial de Sciencias Medicas de Badajoz; da Sociedade Real de Medicina Publica e da Sociedade de Sciencias

Medicas de Luxemburgo; da Sociedade Real de Medicina Publica da Belgica; do Instituto de Vasco da Gama, do Nova Gôa; socio estrangeiro da Sociedade Franceza de Hygiene; socio da Sociedade de Geographia de Lisboa e socio fundador da Associação dos Jornalistas e Escriptores Portuguezes. Era commendador da ordem de S. Thiago, e da do Salvador, da Grecia. Sousa Martins collaborou na *Gazeta Medica de Lisboa*, no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana, Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, *Revista Medica Portugueza*, *Revista Occidental*, *Revista Contemporanea*, *Diario Illustrado*, *Occidente*, *Encyclopedia Popular*, etc. Bibliographia: *O pneumogastrico, os antimoniaes e a pneumonia, Memoria apresentada á Academia Real das Sciencias*, 1867; saira antes nas *Memorias* da mesma *Academia*, tomo IV, parte I; *A pathogenia vista á luz dos actos reflexos*; *These de concurso*, Lisboa, 1868; *Relatorio da commissão encarregada de rever o regulamento das quarentenas*, 1873; foi impresso no *Diario do Governo*, e fez se tiragem á parte; *Relatorio dos trabalhos da conferencia sanitaria internacional, reunida em Vienna em 1874*, Lisboa, 1874; *Elogio historico do professor Caetano Maria Ferreira da Silva Beirão; discurso pronunciado na sessão solemne da abertura da Escola Medico Cirurgica de Lisboa em 5 de outubro de 1872*, Lisboa, 1878; *A febre amarella importada pela barca «Imogéne»* em 1879, Lisboa, 1880; de collaboração de diversos: *Questão de peritos. A medicina legal no processo Joanna Pereira*. 1.ª e 2.ª parte, Lisboa, 1878; *Formulario dos medicamentos para o hospital nacional e real de S. José de Lisboa*, Lisboa, 1885. No livro de Emygdio Navarro *Quatro dias na serra da Estrella*, impresso no Porto em 1884, pertence lhe a *carta prefacio;* e no livrinho *Feixe de pennas*, publicado em 1885, para a *Kermesse* do Asylo das raparigas abandonadas, é seu o artigo *O archiplassão*. Na camara dos deputados, em sessão de 18 de agosto de 1897, proferiu o sr. dr. Veiga Beirão um discurso, a proposito das palavras proferidas junto do tumulo de Sousa Martins em Alhandra. O illustre professor deixou em testamento os seus livros de sciencia á Escola Medico Cirurgica e Sociedade de Geographia de Lisboa. Em 1902 os amigos de Sousa Martins desejando honrar-lhe a sua memoria, resolveram erigir-lhe um monumento, e para isso se constituiu uma commissão, sendo convidado o esculptor Costa Motta a fazer o projecto do monumento, projecto que a commissão approvou, tratando logo o apreciado esculptor de lhe dar execução, principiando por modelar a estatua de Sousa Martins. O illustre professor é representado em pé, com a sua beca vestida, bem panejada, tão natural como a attitude da figura, que parece estar falando. A inauguração do monumento realisou se no dia 7 de março de 1904, o qual está situado no Campo dos Martyres da Patria, mesmo em frente da Escola Medica A estatua é de bronze, conforme fica descripta. No referido dia 7 foi a commissão entregar o monumento á camara municipal, effectuando se esse acto solemne na sala das sessões da camara, estando esta representada pelo seu presidente e alguns vereadores.

Sousa Mascarenhas *(João Galvão Mexia de)* Coronel reformado. N. em Belem a 11 de fevereiro de 1776, fal. em Lisboa a 31 de março de 1854. Era filho de Lourenço Anastacio Mexia de Sousa e Galvão, e de D. Maria Barbosa Mascarenhas de Sousa Silva e Menezes. Entrando na arma de cavallaria, como alferes, em março de 1797, foi nomeado por seu irmão primogenito Ruy Galvão Mexia, tenente da companhia de cavallos que manteve á sua custa, com autorisação do principe regente, em que lhe concedia nomear o subalterno para a mesma, e foi mandado aggregar ao regimento denominado de Mecklemburgo, cavallaria n.º 4. Passou a commandante do deposito de cavallaria estabelecido em Evora, e depois a coronel de cavallaria n.º 8 e 13, dando-se-lhe por diversas vezes o commando de varios corpos. Reformando-se n'este posto, voltou ao serviço activo em julho de 1823, depois da queda do governo constitucional, sendo então nomeado commandante de cavallaria n.º 3. Seguindo o partido absolutista chegou até tenente-general, e esteve no commando da divisão ao sul do Tejo, em que foi substituido por Telles Jordão. Serviu como ajudante general em Santarem em 1832, servindo por fim como chefe do estado maior general do infante D. Miguel, até á convenção de Evora Monte. Como tinha muita confiança com D. Miguel, acompanhou-o na emigração para Italia, regressando a Lisboa em 1848 Em 1852 obteve a reforma no posto de coronel. Escreveu: *Direcção para os novos militares, extrahidos da obra que publicou em França o barão d'A... Com illustração dos exemplos dos heroes portuguezes nas quatro partes do mundo*, Lisboa, 1832; *Resposta analytica sobre as brochuras impressas em Paris pelo barão de Saint-Pardoux, debaixo dos titulos de «Campanhas de Portugal em 1833 e 1834»*, Lisboa, 1853.

Sousa e Mello *(José de)*. Fidalgo portuense, que nasceu a 16 de outubro de 1745, e fal. em Braga a 12 de janeiro de 1839. Entrou no anno de 1873 no officio de thesoureiro geral do consulado da alfandega do Porto, e annexas, e passando de propriedade particular para o Estado o serviço do correio e postas do reino, foi José de Sousa e Mello encarregado em 1798 de o estabelecer no Porto e provincias do norte, e n'isso se houve com grande habilidade pelo que repetidas vezes foi elogiado pelo governo. Em 1818 pediu a exoneração d'esse cargo, o até então foi cumulativamente encarregado da inspecção das obras do edificio da Academia de Marinha e Commercio, e da administração do Real Collegio dos Orphãos. Foi tambem provedor da Misericordia, e sendo por muitos annos vereador da camara foi por esta incumbido de exercer as funcções do capitão mór da cidade, que segundo a lei, pertenciam á mesma camara. Durante a guerra da peninsula prestou valiosos serviços contribuindo muito para facilitar o recrutamento o concorrendo com importantes donativos Passou os ultimos annos inteiramente afastado da vida publica, até quo falleceu.

Sousa Menezes *(Antonio de)*. Fidalgo do seculo XVI, a quem chamaram o *Braço de Prata*. Tendo servido em algumas armadas da costa passou em 1635 ao Brazil com o posto de capitão de infantaria, o ahi esteve dois annos e meio militando na Bahia. Em 1638 voltou novamente á America na armada do conde da Torre, e pelejando valorosamente em frente da ilha de Itamaracá contra os hollandezes, perdeu ahi o braço direito, que substituiu por um de prata. D'ahi

lhe veiu o cognome pelo qual ficou sendo geralmente conhecido, e que d'elle passou, e que ainda hoje se conserva a um sitio proximo do Poço do Bispo, onde este fidalgo tinha uma quinta. Na guerra da Restauração serviu primeiro no Minho e depois no Alemtejo, onde governou por vezes a praça de Olivença Em 1655 embarcou para a India como capitão-mór das naus com o vice-rei conde de Sarzedas, e voltando a Portugal governou Campo Maior. Em 1682 foi nomeado governador e capitão general do Brazil, e ali foi morto n'uma sedição dos habitantes do paiz.

Sousa de Menezes *(Antonio do Valle de)*. Governador de Cabo Verde, que em 1777 rendeu Joaquim de Salema de Saldanha Lobo; terminou o seu governo em 1781, indo substituil-o Duarte de Mello da Silva e Castro. No seu tempo foi substituida a Companhia do Grão Pará e Maranhão pela Companhia de Commercio Exclusivo

Sousa e Menezes *(Damião Pereira da Silva de)*. Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, por alvará do 22 de junho de 1768; senhor da villa de Bertiandos, em sua vida, por decreto de 12 de julho de 1800; donatario do couto de Francemil; administrador do 1.º morgado de Bertiandos e dos de Sousa ou de Ponticiros. na comarca de Ponte de Lima; de S. Miguel, junto á cidade da Guarda; de S. Martinho de Salreu, junto á villa de Estarreja; de Chainha no Alemtejo; dos Guedes, do Carrezedo de Montenegro, em Traz os-Montes; o da Calheta na ilha Terceira; administrador, pelo seu casamento, do 2.º morgado de Bertiandos; do dos Biscainhos de Braga e do do Samaca em Amares; padroeiro do mosteiro de Santa Clara da Guarda, e das Abbadias de S. Julião de Moreira do Lima, de S. Salvador de Bertiandos, e de S. Pedro de Gondarem, outr'ora couto de Mangoeiro, pela casa tudo de Bertiandos; padroeiro de S. Salvador de Esturãos pela Casa de Ponticiros, na provincia do Minho; commendador dos dizimos e miunças da capitania de Monchique e ilha do Porto Santo, na ordem de Christo, por decreto de 13 de maio de 1802; brigadeiro reformado de infantaria do exercito, que serviu com distincção nas campanhas do Roussillon e Catalunha em 1793, 1794 e 1795, na patente de capitão do 2.º regimento de infantaria do Porto; condecorado com a Granada do Ouro, distinctivo concedido á infantaria da divisão do exercito portuguez, que fez aquellas campanhas, por decreto de 17 de dezembro de 1795; condecorado com a medalha da campanha da Guerra Peninsular, em que serviu como 2.º commandante do exercito de observação da provincia da Beira durante a invasão franceza. N. a 1 de setembro de 1764, o fal. a 23 de dezembro de 1835. Era filho de Gonçalo Pereira da Silva Pacheco de Sousa Menezes Osorio de Mello de Noronha e Lima, moço fidalgo, senhor de muitos dos morgados citados, e de sua mulher, D. Ignez Luiza de Lencastro Cesar. Damião de Sousa e Menezes casou em 2 de fevereiro de 1792 com D. Maria Angelina Senhorinha José Justa Pereira Forjaz d'Eça Montenegro, sua prima, filha unica e herdeira de D. João Pereira Forjaz Coutinho, filho 2.º da casa da Feira, e de sua mulher D. Catharina d'Eça Montenegro Pereira Pinto. Por meio d'este casamento se uniram os vinculos dos dois ramos da familia Pereira da Silva de Sousa Menezes, de Bertiandos, com a casa dos Biscainhos, e seus padroados. Foi pae do 1.º conde de Bertiandos. V. *este titulo*.

Sousa de Menezes *(Diogo de)*. Fidalgo que serviu na India em 1623, quando foi nomeado governador de Moçambique, Sofala, Rios de Cuama e Monomotapa. Desenvolveu muito as obras da fortaleza de Moçambique e concertou o hospital. Em 1627 entregou o governo a D. Nuno Alvares Pereira. Em 1632 foi pela segunda vez nomeado governador de Moçambique, destroçou os regulos cafres, mas, levantando se queixas contra elle, o governador da India mandou-o render por D. Filippe de Mascarenhas, o mandou syndicar do seu procedimento pelo desembargador Paulo Rebello. Partiu preso para Gôa, e ahi o vice-rei mandou lhe confiscar toda a fazenda que trazia e metter no tronco. Diogo de Sousa de Menezes pôde fugir para Surate, d'onde só regressou a Gôa em 1635.

Sousa Menezes *(João Pereira da Silva)*. Doutor em philosophia e bacharel em mathematica pela Universidade de Coimbra. N. no Porto a 8 de dezembro de 1793, fal. a 27 de janeiro de 1822. Era filho de Damião Pereira da Silva Sousa e Menezes. Doutorou-se em philosophia a 9 de julho de 1817. Foi deputado ás côrtes constituintes em 1821. Escreveu: *Memoria sobre as minas, consideradas como fontes de riqueza nacional, com particular applicação ás do nosso paiz*, Lisboa, 1821.

Sousa Menezes *(Jorge de)*. Era filho do 2.º conde de Villa Flôr. Serviu no terço da armada, e passando á India com o vice-rei Caetano de Mello e Castro, foi governador de Diu. Voltando ao reino tomou parte na guerra da successão com o posto de coronel do um terço de um regimento de infantaria ingleza da rainha Maria Anna, e depois de concluida a paz recebeu a nomeação de governador e capitão general da ilha da Madeira, para onde partiu em setembro de 1718. Fal. a 24 de janeiro de 1728.

Sousa e Menezes *(Manuel Antonio de)*. Governador de Cabo Verde, nomeado em 1757, indo render Luiz Antonio da Cunha d'Eça. Em 1762 foi substituil o Marcellino Pereira do Avila.

Sousa de Miranda *(Annibal Augusto Sanches de)*. Official d'artilharia. N. a 24 de janeiro de 1863. Assentou praça em 30 de julho de 1881, sendo promovido a alferes em 30 de janeiro de 1890, a tenente em 31 de março de 1892, e a capitão em 14 de dezembro de 1906. Quando se enviou a primeira expedição a Moçambique em 1891, era elle tenente da 1.ª companhia de artilharia n.º 4. N'essa qualidade embarcou, prestando relevantes serviços em todo o tempo que esteve em Africa. Em 1895, ao organisar-se nova expedição, apresentou se, como voluntario, requerendo, e instando para tambem seguir viagem, e o ministro da guerra, satisfazendo ás suas patrioticas e generosas instancias, transferiu-o de corpo para que pudesse marchar, e dando lhe o commando da secção de metralhadoras Nordenfelt guarnecida com praças da bateria de montanha. Firme, energico e arrojado, distinguiu se nos combates que a sua columna sustentou, e teve a gloria de aprisionar o regulo Zixaxa e depois acompanhar Mousinho d'Albuquerque no arrojado aprosionamento do Gungunhana, de seu filho Godide e dos mais importantes chefes vatuas Sanches de Miranda foi muito felicitado no seu regresso a Lisboa, como um dos grandes heroes de Chaimite. Possue as

seguintes distincções: commenda e officialato da ordem da Torre e Espada, cavalleiro da de S Bento d'Aviz por serviços distinctos; medalhas de ouro de valor militar e de serviços no ultramar, com a legenda: *Feito heroico Chaimite—Prisão Gungunhana*—29 de dezembro de 1905; e medalhas de prata de valor militar, comportamento exemplar, e para commemorar a expedição a Moçambique em 1894-1895.

Sousa Monteiro *(D. Antonio Xavier de)*. Bispo de Beja. N. em Lisboa a 3 de dezembro de 1829, fal. em Beja a 16 de junho de 1906. Era filho de Manuel Theotonio de Sousa Monteiro e de D. Eufemia Albertina Teixeira Monteiro. Desde muito creança, apezar de não ser destinado para a vida ecclesiastica, mostrava grande vocação para a religião e cousas da egreja. Tambem desde muito novo provou assignalada dedicação aos estudos, passando rapido o curso de preparatorios na secção oriental do Lyceu de Lisboa e no afamado collegio de humanidades do dr. Cicouro. Em 1849 foi a Coimbra repetir os exames de preparatorios, que fizera com distincção no Lyceu de Lisboa, e sendo approvado frequentou a Universidade, na faculdade de direito, de 1850 a 1855, concluindo a formatura em 1855, obtendo plena approvação e lisonjeiras e muito honrosas informações. Em 1857 tomou a resolução de seguir a vida ecclesiastica, e logo no anno seguinte tomou todas as ordens sacras, na capella do paço de Fontello, em Vizeu, que lhe fôram dadas pelo bispo Lemos, seu particularissimo amigo. N'esse mesmo annó de 1858, e n'essa mesma capella de Fontello, celebrou a sua primeira missa, no dia de S. Pedro, 29 de junho. Estava então a concurso a parochia da Louzã; requerel-a e ser provido foi obra decidida, de fórma que no dia 29 de junho de 1859, tornou-se chefe espiritual do povo da parochia, tomando posse no mesmo dia em que fazia um anno que resára a primeira missa. Conservou-se na parochia desde 1859 a 1865, desempenhando tambem as funcções de arcipreste, com geral estima pelas suas brilhantes qualidades. Apresentado conego na sé de Coimbra em 1865, ahi permaneceu até 1883, anno em que foi eleito e sagrado bispo de Beja, tomando posse da sua diocese a 25 de novembro d'esse anno, depois das pomposas festas da sagração realisadas na egreja de S. Thiago d'aquella cidade. O bispo D. Antonio era commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, da Real Academia de Historia de Madrid; do Instituto de Coimbra, da Real Associação dos Architectos e archeologos Civis Portuguezes, e outras. Entre as suas obras, contam-se: *Compendium juris cononici*, adoptado nos seminarios; *Revista de sciencias ecclesiasticas*; *Sepultura Ecclesiastica; Codigo das confrarias*; *Direito administrativo parochial*; *Questão de Cedofeita; Archeologia e iconographia christãs*; *Cartas pastoraes* Entre as suas pastoraes merece especial menção a de entrada na diocese de Beja Como compositor de musica sacra, em todos os generos produziu obras notaveis, como o *Te Deum* para a sagração do actual bispo de Coimbra, o conde de Arganil D. Manuel Correia de Bastos Pina; uma grande quantidade de missas, que se teem executado na sé de Lisboa, e nas principaes egrejas de Portugal: *La fête des anjes*, symphonia muito notavel.

Sousa Monteiro *(Henrique de)*. Major de artilharia. N. em Veiga a 20 de setembro de 1857, sendo filho de Antonio de Sousa Monteiro e de D. Maria José de Sousa Figueiredo. Terminou o curso dos lyceus em Coimbra em 1878, em que entrou na Escola Polytechnica de Lisboa, onde fez o curso da mesma escola Em 1882 passou á Escola do Exercito a frequentar o curso de artilharia, que concluiu no anno de 1884. Assentou praça em infantaria n.º 14 em 4 de setembro de 1876, sendo promovido a alferes alumno (classe hoje extincta) em 1882; ao posto de 2.º tenente em 7 de janeiro de 1885, a 1.º tenente a 16 de fevereiro de 1887; a capitão em 20 de outubro de 1893, e a major em julho de 1911. As commissões militares de serviço em que mais demoradamente tem permanecido, fôram as de ajudante do regimento d'artilharia n.º 1, em que se conservou 11 annos, e a de adjunto á inspecção dos serviços d'artilharia na grande circumscripção militar do centro, onde esteve 12 annos Fez parte da bateria de artilharia expedicionaria a Moçambique em 1895. E' hoje inspector do material de guerra na 2.ª circumscripção. Sempre republicano, nunca se filiou em qualquer agremiação monarchica. Foi socio da Liga Liberal. Sem ser jornalista, tem versado varias questões na imprensa periodica, em series de artigos, ou em artigos isolados. Em 1907 escreveu: *A acção que o partido republicano devia exercer segundo o seu modo de vêr para fazer triumphar a Republica*; *Os officiaes e a situação*; *A ignobil porcaria e os seus effeitos*; *A burla parlamentar*; *Dictadura e o modo de a evitar*; *Municipalismo, capacidade eleitoral*, base de uma lei eleitoral; *Reforma administrativa*, *Divisão administrativa*, etc Para as constituintes de 1911 foi eleito deputado por Moimenta da Beira.

Sousa Monteiro *(José de)* Funccionario publico, deputado, jornalista, escriptor, etc. N. na cidade de Praia, archipelago de Cabo Verde, a 20 de agosto de 1846, fal. em Lisboa a 12 de outubro de 1909. Era filho do distincto escriptor José Maria de Sousa Monteiro *(V. o artigo seguinte)*. Vindo muito novo para Lisboa, completou a sua educação e preparatorios no collegio de Campolide, frequentando depois o Curso Superior de Letras e o de diplomacia, que concluiu em 1870. No anno de 1873 foi nomeado addido á legação portugueza em Madrid, mas o ministro dos negocios estrangeiros de então, João de Andrade Corvo, que muito o apreciava, o fez regressar ao ministerio, confiando lhe o serviço do seu gabinete. Em 1874 foi nomeado 2.º official, sendo elevado a 1.º official em 1883, e logo sub director politico d'aquelle ministerio. N'esta qualidade foi encarregado de determinar e regular a jurisdicção consular nos portos do Levante. Presidiu á commissão de permutações litterarias internacionaes, e mais tarde foi nomeado director geral dos negocios politicos com categoria de chefe de missão de 1.ª classe, logares em que se conservava quando falleceu. Entrando na politica, filiou se no partido regenerador, e foi eleito deputado nas legislaturas de 1879 e 1882, sendo n'esta ultima relator do projecto do tratado anglo portuguez concernente á India. O chefe do partido, Hintze Ribeiro, offereceu lhe a pasta dos negocios estrangeiros, que elle nunca acceitou. Entrou para a Academia Real das Sciencias como socio correspondente, em 1884, passou depois

a effectivo, e por fim era vice-secretario da secção litteraria. Fez o elogio historico de Latino Coelho, que saiu publicado no *Occidente*, o qual foi lido na Academia em sessão solemne de 11 de dezembro de 1898; em 1905 leu na mesma Academia, em sessão commemorativa do centenario de Cervantes uma memoria sobre o autor do *D. Quixote*. Além d'estes trabalhos academicos, apresentou ainda outras memorias, sendo certo que foi um dos seus socios mais activos. Era tambem socio do Instituto de Coimbra e vogal supplente do tribunal de Contas. Fôra agraciado com a commenda das ordens de S. Thiago, de Carlos III de Hespanha e de Leopoldo da Belgica. O conselheiro José de Sousa Monteiro não se distinguiu sómente pelo desempenho dos elevados cargos do funccionalismo official que occupou, porque os trabalhos litterarios lhe consagraram um nome glorioso nas letras. N'ellas se estreou em 1883, com a publicação do seu primeiro livro *Sonetos*, a que se seguiu o dos *Poemas antigos*, em que o poeta se transporta aos tempos biblicos e apresenta quadros, como o da Arca de Noé boiando sobre as aguas revoltas do diluvio universal. N'este livro descreve ainda scenas do paganismo, no *Cortejo de Baccho*, *A morte de Heitor*, *A sésta de Lydia*, etc. Publicou mais: *O Padre Antonio Vieira e as suas cartas*, *Politica colonial de Affonso de Albuquerque*, these para o concurso de professor do Instituto Industrial, a que não foi admittido por lhe faltar um preparatorio; *A Asia*, *O Commercio indiatico*, *A Heine*, *Poesias e poemas*, *D. Pedro o cru*, scenas historicas; *Valeria*, *Amores de Julia*, etc. Para o theatro tambem escreveu, principiando por uma comedia intitulada *Pelo perfume*, que se representou no theatro de D. Maria II em 1883; *Em um cantinho da Bohemia*; *Morre e verás*. Adoptou á scena portugueza o *Mariage forcé*, de Molière. Escreveu o *Auto dos esquecidos* para o centenario da India, o qual foi premiado no concurso aberto pela Sociedade de Geographia, e se representou por essa occasião no theatro de S. Carlos em recita de gala, e depois no theatro da Trindade. Escreveu tambem uma peça em verso, *Ignez de Castro*, que não chegou a ser representada. Traduziu o *Falstaff*, representado em 1899 no theatro de D. Maria II; o *Pato bravo*, de Ibsen, sendo quem primeiro traduziu as obras d'este escriptor em Portugal. Collaborou nos seguintes jornaes: *Jornal do Commercio*, em 1879, com artigos sobre o tratado luso-britannico da India; no *Jornal da Noite*, *Atlantico*, *Economista*, *Gazeta de Portugal*, *Novidades*, *Occidente*, etc. Quando falleceu, andava escrevendo um livro sobre o Marquez de Pombal, para que tinha reunido bastantes elementos, e ainda nos ultimos dias requisitava da Allemanha alguns livros sobre o estadista, para consultar.

Sousa Monteiro *(José Maria de)*. Cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, funccionario publico, presidente honorario da Sociedade Amante da Instrucção do Rio de Janeiro, jornalista, escriptor, etc. N. no Porto a 25 de março de 1810, e fal. a 16 de setembro de 1881. Era filho de José Luiz de Sousa Monteiro. Aos 18 annos de edade, em julho de 1828, embarcou para o Rio de Janeiro, onde seguindo a vida commercial, se dedicava comtudo nas horas vagas, ao jornalismo, escrevendo artigos vigorosos, em que já se poderia adivinhar o grande polemista futuro, n'um jornal, o *Papeleta*, creado para defender os interesses dos portuguezes no Brazil, e que fôra buscar o seu titulo ao nome ultrajante que n'um documento official do imperio se dera aos portuguezes. Como os odios se iam aggravando cada vez mais entre portuguezes e brazileiros, principalmente depois da abdicação do imperador e da creação do partido denominado *Caramúrú*, tornando-se assustadora a perseguição que os portuguezes estavam soffrendo, Sousa Monteiro resolveu em 24 de dezembro de 1833 voltar para Portugal, chegando a Lisboa em 1834, onde se demorou algum tempo tomando parte na redacção de varios jornaes como a *Chronica Constitucional*, *Diabrete*, *Nacional*, *Director Independente*, *Correio Brazileiro*, etc. Entretanto occupava-se na composição d'uma obra impórtante, a continuação da *Historia de Portugal*, que Antonio de Moraes e Silva traduzira do inglez e ampliára, em que José Agostinho de Macedo trabalhára tambem sem pôr o seu nome, e que José Maria de Sousa Monteiro tambem continuou, escrevendo 5 volumes, que em 1838 se publicaram com o titulo seguinte: *Historia de Portugal desde o reinado da sr.ª D. Maria I até á convenção de Evora Monte, com um resumo dos acontecimentos mais notaveis, que teem tido logar desde então até aos nossos dias.* N'este livro é tratada com severidade a politica de D. Miguel. Pouco depois da publicação d'esta obra, Sousa Monteiro, que luctava com difficuldades em Lisboa, onde a sua penna não chegava decerto para o sustentar, resolveu partir para Cabo Verde, na intenção de se estabelecer ali como advogado de provisão. Pouco tempo se demorou, porque em 1841 voltou para Lisboa, continuando aqui a sua vida de jornalista, até que em 1844 foi nomeado secretario geral do governo de Cabo Verde. Como tinha já então uma côr politica bastante accentuada, o ministerio liberal, presidido pelo duque de Palmella, demittiu o em 1846, mas o ministerio que se seguiu, constituido em 6 de outubro, o reintegrou; comtudo, o seu mau estado de saude o obrigou em julho de 1847 a retirar de todo para o continente. Foi então nomeado amanuense de 1.ª classe na secretaria da marinha, sendo em 1851 graduado official em remuneração dos serviços extraordinarios prestados em varias commissões de que fôra encarregado. Em 1847 entrára na redacção do *Lusitano*, como redactor principal, periodico que era publicado a expensas do partido que tinha por chefe Rodrigo da Fonseca Magalhães; deixou, porém, aquella redacção por causa da revolução franceza de julho de 1848, que Sousa Monteiro considerava mais severamente do que Fonseca Magalhães. Ao mesmo tempo que redigia o *Lusitano*, collaborava tambem em varios jornaes litterarios, como a *Revista Popular*, *O Panorama*, *O Archivo Popular*, *A Illustração*, *A Epoca*, etc., escrevendo n'este ultimo, principalmento, a respeito de Cabo Verde. Em 1850 publicou o *Diccionario geographico das provincias e possessões portuguezas no ultramar, em que se descrevem as ilhas e pontos continentaes que actualmente possue a corôa portugueza, e se dão muitas outras noticias dos habitantes, sua historia, costumes, religião e commercio. E precedido d'uma introducção geographico—politico—estatistico—historica de Portugal.* Em 1851, tendo-se fundado um jornal politico a *Regeneração*, orgão

da politica dominante com o movimento saldanhista, em que tomou parte Rodrigo da Fonseca, José Maria de Sousa Monteiro entrou para a sua redacção em julho, mas não se conformando com a doutrina do decreto de 3 de dezembro, saiu do jornal, e passou a redigir a *Reforma*, depois a *Esperança*, abandonando por fim de todo a politica regeneradora quando o *Acto addicional* foi approvado pela camara dos pares. Entrava no seu periodo de politica reaccionaria. Nos seus *Estudos sobre a Guiné de Cabo Verde*, artigos interessantos, mas extranhos publicados no *Panorama*, em que ha uma parte romantica e uma parte historica, em que o missionarismo protestante e as medidas anti-jesuiticas do marquez de Pombal são egualmente estigmatisadas, sentia-se já a tendencia do espirito de Sousa Monteiro. Foi depois chefe de repartição na secretaria da camara dos pares do reino. A 12 de maio de 1855 principiou a publicar o *Domingo*, semanario religioso do que era proprietario e redactor principal, fazendo parte da redacção os padres Amado e Rademaker e o marquez de Vallada. Este semanario terminou a 23 de maio de 1857, e passou na 3.ª serie, ou 3.° anno, a denominar-se o *Bem Publico*, saindo o 1.° numero a 6 de junho do 1857 e o ultimo a 23 do junho de 1877. N'este semanario publicou artigos violentos e energicos, que lhe deram grande nomeada. Foi o redactor principal do *Echo de Roma*, folha mensal que saiu em maio de 1859 e acabou em abril de 1876. No jornal *A Ordem*, que se publicou em Coimbra, escreveu artigos importantes. Collaborou tambem nos seguintes jornaes religiosos: *A Missão Portugueza*, *o Catholico*, *Direito*, *Palavra*, *Commercio do Minho*, *Novo rebate*. Na *Nação* tambem inseriu alguns artigos sobre assumptos religiosos. Depois afastou-se completamente da vida litteraria e politica, conservando-se assim até que falleceu.

Sousa Moreira *(José de)* Cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, tenente coronel de artilharia reformado, lente do fortificação no Collegio Militar, etc. N. na villa da Barquinha em 1783, fal. em 1857. Assentou praça, frequentou os estudos militares, e depois de os concluir foi despachado official de artilharia. A 21 de abril de 1813 foi nomeado lente de fortificação no Collegio Militar. Ainda regia essa cadeira quando, em 1834, publicou os seus *Principios geraes de tactica elementar, castrametação e pequena guerra*. Em 1837 foi transferido como addido para a Escola do Exercito, e publicou então o *Curso elementar de fortificação para uso dos officiaes de todas as armas*, que saiu em 1844, e que foi adoptado no ensino d'essa sciencia. Em 1839 publicára o *Relatorio do antigo lente do Collegio Militar José de Sousa Moreira*, e em 1842 uma *Memoria ácêrca do Collegio Militar offerecida ao corpo legislativo*. Em 1855 uma *Arithmetica e algebra elementar tratadas promiscuamente para uso dos alumnos de instrucção secundaria*. Em 1856 ainda publicou: *Relatorio d'um celebre acontecimento, que se passou entre o conselho do lyceu nacional de Lisboa e o lente jubilado, addido á escola do exercito*.

Sousa Moreira *(P. Manuel de)*. Presbytero secular. N. no Mogadouro em 1648, fal. a 13 de dezembro de 1722. Era filho de Francisco Moreira de Sousa e de D. Maria Domingues de Antas, pessoas abastadas. Passou a Salamanca a estudar canones, e ali tomou o grau de bacharel, vindo depois incorporar-se na Universidade de Coimbra. Já nas duas universidades se manifestára como poeta e orador distincto. Era nas academias que mais se distinguia, mas brilhou tambem ao pulpito. Em 1678, aos 30 annos de edade, recebeu ordens de presbytero, e foi logo provido no priorado de S. Martinho de Peso no bispado de Bragança ou de Miranda, e d'ahi foi transferido para a freguezia de Santa Maria de Castello Branco do arcebispado de Braga. D. Luiz de Sousa, capellão mór e arcebispo de Lisboa, nomeou-o secretario do padroado real o encarregou-o de escrever a historia da casa de Sousa, a que o mesmo prelado pertencia. Nomeado depois abbade de S. Mamede do Lindoso, foi ainda transferido para a egreja do Santa Maria das Chãs, no bispado de Vizeu, e d'ahi ainda mudado para a abbadia de N. S.ª da Assumpção, de S. Bade, no termo de Alfandega da Fé, em Traz os Montes. Escolhido para ser academico supranumerario da Academia Real da Historia Portugueza, logo na sua installação em 1720, pouco tempo usou d'esse titulo porque falleceu pouco depois. Escreveu: *Theatro historico, genealogico y penegyrico, erigido á la immortalidad de la excellentissima casa de Sousa*; Paris, 1694; com 32 estampas e outras vinhetas e um frontispicio allegorico; *Herculeida*, poema heroico latino em 12 cantos, consagrado a cantar os 12 trabalhos de Hercules; ficou manuscripto, assim como *Poemata varia*, collecção de epigrammas latinos e outras poesias tambem latinas; *Sermões varios*, *Orações*, *problemas e discursos academicos*. A obra que constitue o verdadeiro titulo de gloria do P. Manuel de Sousa Moreira, apezar de nunca ter sido impressa, é a que tem por nome: *Poesias varias que intitulou: «Echos de la musa transmontana»*. Parece que existem copias manuscriptas.

Sousa Moreira *(Nuno Maria de)*. Cavalleiro da ordem de Aviz e da de Izabel a Catholica de Hespanha, tenente-coronel reformado, jornalista, etc. N. em Oliveira de Azemeis a 11 de maio de 1810, fal. a 10 de agosto de 1871. Assentou praça no regimento de cavallaria n.° 6, a 23 de maio de 18 4, e sendo segundo sargento, assistiu ao combate de Armiñon em Hespanha a 21 de julho de 1837, ganhando pelo seu distincto comportamento o posto de alferes. Regressando á patria, ainda serviu em alguns corpos e chegou ao posto de capitão, mas dedicando se á cultura das letras, deixou o serviço activo para melhor se poder entregar á vida de escriptor, para que o chamava uma decidida paixão. Veiu depois a reformar se no posto de tenente-coronel. Escreveu: *Emma ou a esperança e a tumba; com as cartas de Silvano a Lilia seguidas de outras poesias*, Porto, 1845; esta collecção mereceu um juizo muito favoravel de Antonio Feliciano de Castilho, publicado na *Revista Universal Lisbonense*, tomo IV, pag 534; *Canções philosophicas e religiosas*, Porto, 1849; *Ao cabo de oito annos só a nova de que morrera*, pequeno romance em prosa, que saiu no *Panorama*, vol. II da 2.ª serie, 1843, de pag. 377 a 379; *Varias cartas* satyrico politicas, assignadas com o pseudonymo de Fr. Gonçalo Alvarenga, publicadas em folhetins no *Periodico dos Pobres*, do Porto, de 1850 a 1851. No *Lidador*, jornal politico, publicado no Porto de 1851 a 1857, do que foi redactor, escreveu, entre muitos artigos, uma poesia notavel á morte do visconde de Almeida

Garrett, com o titulo *Adeus ultimo*, inserta em um dos numeros de dezembro de 1854. Encontram se ainda poesias suas nos jornaes litterarios *Mosaico*, Lisboa, 1839 e 1840; *Miscellanea poetica*, Porto, 1850 e 1851, etc. Collaborou no *Clamor Publico*, na *Revista Militar*, etc., e foi folhetinista do jornal *A Concordia*, Porto, de 1853 e 1851, e fez parte da redacção do *Monitor*. Escreveu tambem uma collecção de opusculos poeticos, com o titulo de *Crenças e costumes da minha terra*, que se não chegou a imprimir.

Sousa Pimentel *(Carlos Augusto de)*. Agronomo de 1.ª classe, fal. a 30 de janeiro de 1912. Era filho do general Antonio de Sousa Pimentel, e irmão do sr. Albino de Sousa Pimentel, antigo redactor do *Diario de Noticias*. Foi um dos mais distinctos alumnos do Instituto Geral do Agricultura. Desempenhou varias commissões publicas com o maior zelo e louvor de superiores e entendidos, dando provas do seu saber, da sua actividade e do seu patriotismo. Tão dedicadamente collaborou nos trabalhos do pinhal nacional de Leiria para o seu desenvolvimento, para o augmento da sua grande riqueza florestal, que de lá veiu um dia para a sua casa, onde caiu de cama entrevado, sem mais poder levantar-se. Esta desgraça occorreu 22 annos antes de fallecer, e ali se conservou durante este longo periodo, sem se queixar mas lastimando que a paralysia das pernas o não deixasse ir por esses campos fóra, ao longo da gigantea floresta que tantos cuidados lhe merecera, e á qual dera tanto da sua energia e dos seus estudos. Mencionaremos, entre outras, as seguintes publicações, que confirmaram os seus merecimentos nas materias de que tratava: *Eucalyptos globulus, modo de vegetar, cultura, producção*, etc., Lisboa, 1876; houve 2.ª edição em 1881; *Pinhaes, soutos e montados Cultura, tratamento e exploração d'estas matas* Parte I: *Pinhaes*, Lisboa, 1882. Foi collaborador do *Diario de Noticias* durante alguns annos, tendo escripto grande numero de *Revistas agricolas*, que se publicaram em folhetins. Sousa Pimentel fazia parte, como silvicultor de 1.ª classe, do respectivo quadro dependente da direcção geral de agricultura, e o ultimo cargo que exerceu, foi o de chefe da região florestal do centro, com a séde na Figueira da Foz, cujas funcções desempenhou com toda a distincção, intelligencia e solicitude. Porém o amor aos livros era invencivel, e o desejo insaciavel de ir conhecendo as phases admiraveis por que passam as sciencias agricolas, não o entorpeciam, e o cerebro felizmente funccionava bem e com admiravel vigor. Assim, auxiliado pela sua dedicadissima esposa, elle, na tristeza da sua existencia, não so esquecia de recommendar que lhe dessem e lessem os jornaes e os livros scientificos que se habituara a manusear o a consultar, pois queria seguir e avaliar o que se escrevia e o que se adeantava nas sciencias, que tinham sido o seu constante enlevo. Assim dictava a sua correspondencia que não tivera animo de interromper, e alguns artigos que obsequiava as publicações agricolas que lhe pediam e instavam pela sua valiosa collaboração, muito apreciada pelos que conheciam bem o seu alto valor scientifico. Correspondia-se com varios agronomos allemães e italianos de nomeada que o consultavam, e muito apreciavam os seus trabalhos.

Sousa Pinto *(Adriano Anthero de)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra. N. em Anreade, a 27 de julho do 1847, sendo filho de Manuel Maria de Sousa Pinto e de D. Rosa Carolina Vieira Xavier. Começou os seus estudos no seminario de Lamego, e foi completal-os em Coimbra, concluindo a sua formatura em 1872, obtendo as primeiras classificações no curso, juntamente com o seu condiscipulo Marçal Pacheco. Foi assentar banca de advogado em Sinfães, e em 1875 transferiu-se para o Porto, onde rapidamente adquiriu a reputação de jurisconsulto distincto. Em 1887 foi nomeado lente do Instituto Industrial e Commercial do Porto, para a cadeira de geographia e historia economica, e em 1905 foi transferido, a seu pedido, para a de direito commercial e internacional e legislação consular, onde ainda se conserva. Filiando-se no partido progressista, foi deputado na legislatura de 1897 a 1899, pela cidade do Porto, na de 1900 por Villa Nova de Gaia, e nas de 1904 e 1905 pelo circulo oriental do Porto, tratando no parlamento de muitas e importantes questões. De 1893 a 1895 foi vice presidente da camara municipal do Porto. Além de differentes opusculos juridicos sobre questões por elle tratadas, tem publicado as seguintes obras: *Os reprobos*, poema, 1870; *O Poema do trabalho*, poema, 1895; *A eleição camararia do Porto e a politica actual do paiz*, 1895; *Historia economica*, sua obra capital, de que se publicou o 1.º volume em 1905; o 2.º em 1906, o 3.º em 1907 que deve comprehender 7 volumes. Esta obra tem sido muito apreciada. Escreveu tambem *Na Penitenciaria*, poemeto extrahido da obra inedita *O poema da vida*, Porto, 1905; e *Entre o breviario*, outro poemeto extrahido da mesma obra.

Sousa Pinto *(Alberto Carlos de)*. Pintor d'arte. N. na ilha de Santa Maria, Açôres, em novembro de 1851, sendo filho do desembargador da Relação, Lino Antonio de Sousa Pinto e de D. Anna Loureiro de Sousa Pinto. Frequentou o centro artistico e depois, em 1882, a Academia de Bellas Artes do Porto, indo para Paris em 1891 completar os seus estudos como pensionista do Estado. No seu 1.º anno foi admittido no *Salon*, o que de sobejo prova o seu grande aproveitamento n'aquelle grande centro da arte. Dos seus quadros mais notaveis, pela composição e colorido, citaremos: *Gardeuses d'oies* e *Liseuse*, 1900; *Reparation des filets*, 1901; *Trois sept*, esplendida téla pintada em 1903, que obteve uma medalha de 3.ª classe, e foi adquirida depois pelo governo francez; *La chanson gaie*, 1901; *La premiére communion*, 1906; *A liás les pattas*, 1907, quadro magnifico, como desenho o distribuição de tintas, adquirido para um museu do Hespanha. Alberto Carlos é irmão do illustre pintor José Julio de Sousa Pinto. *(V. adeante)* Foi alumno muito distincto da Academia de Bellas Artes, aprimorou notavelmente as suas faculdades artisticas em Paris, como demonstra a sua admissão no *Salon*, onde só entra quem possue verdadeiro merito, e a acquisição do governo francez do seu quadro *Trois sept*, a que a critica parisiense consagrou palavras de muito elogio.

Sousa Pinto *(Antonio José de)*. Pharmaceutico, vogal do Conselho de Saude Publica do Reino, etc. N. na Trafaria a 27 de agosto de 1777, fal. de repente, victima d'uma apoplexia fulmi-

nante, a 29 de maio de 1853. Veiu para Lisboa contando apenas 8 annos de edade, e entregue aos cuidados do seu tio Joaquim José de Sousa Pinto, pharmaceutico estabelecido na rua dos Capellistas, que o educou, e em cuja pharmacia praticou, estudando o respectivo curso, que terminou em 1798. Por morte de seu tio herdou a pharmacia, que veiu depois a ser muito acreditada. No periodo constitucional de 1820 a 1823 foi eleito vereador da camara municipal de Lisboa, exercendo como tal as funcções de provedor-mór da saude e director do Hospital de S. Lazaro. Em 1823 foi nomeado pharmaceutico honorario da Casa Real, e em 1833 passou a effectivo, por nomeação de D. Pedro IV. Foi administrador da pharmacia da marinha e armada, socio da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, vogal do Conselho da Saude Publica, desde a sua creação em 1837. Victima dos antigos abusos de auctoridade foi preso duas vezes, por vender a chamada Agua d'Inglaterra, cujo monopolio tinha André Lopes de Castro. Era muito caritativo, e só em medicamentos a varios estabelecimentos pios de Lisboa e a varias camaras municipaes da provincia da Extremadura, despendeu mais de 12 contos de réis no periodo de 1811 a 1821. Quando se installou a Sociedade Promotora da Industria, deu-lhe 179 volumes de differentes obras de medicina e sciencias naturaes e muitos apparelhos para o laboratorio. Deixou impressas as seguintes obras: *Elementos de pharmacia, chimica e botanica para uso dos principiantes*, Lisboa, 1805; *Pharmacopéa chimica, medica e cirurgica, em que se expõem os remedios simples e compostos, suas virtudes, preparações, doses, e molestias a que são applicaveis*, Lisboa, 180[illegible]; *Materia medica, distribuida em classes e ordens segundo os seus effeitos, em que plenamente se apontam suas virtudes, doses, e molestias a que se fazem applicaveis*, Lisboa, 1813; *Memoria sobre a administração do mercurio, suas consequencias e preparações*, Lisboa, 1814; *Vade-mecum do cirurgião, ou tratado de symptomas, causas, diagnosis, progresso e tratamento das molestias cirurgicas, e suas correspondentes operações*, Lisboa, 1815; *Dissertação sobre o novo systema do contra estimulo*, Lisboa, 1816; *Analyse chimica das Aguas Ferreas do Bom Jardim, da Cabeça, da Venda Sêcca, e das Alcaçarias*, Lisboa, 1818; *Observações sobre a incerteza das analyses e reagentes, ou equivocação em que cáem os que attribuem a cada reagente um caracter particular*, etc., Lisboa, 1819; *Ponto de vista anatomico phisiologico, ou discurso compendioso, em que se dá conta da estructura do corpo humano*, Lisboa, 1819; *Reflexões sobre o methodo intraleptico, ou modo de administrar os remedios pelo systema cutaneo*, Lisboa, 1819; *Dissertação chimico medica sobre as causas e effeitos das enfermidades e seu tratamento*, etc., Lisboa, 1820; *Apologia dialogal, visita aos visitadores, e exame aos examinadores; conversação entre dois boticarios*. Lisboa, 1820; *Documentos que autorisam a verdadeira Agua de Inglaterra da composição e manipulação de Antonio José de Sousa Pinto, boticario n'esta cidade de Lisboa, etc.*, Lisboa, 1819; *Direcções sobre o uso da Agua de Inglaterra, por elle composta e manipulada*, Lisboa, 1809; outra edição 1822; *Tratado sobre a Creosota e suas applicações em medicina e cirurgia*, Lisboa, 1838; *Regulamentos para o serviço sanitario externo*, Lisboa, 1843; *Golpe de vista sobre as aguas mineraes nativas e artificiaes*, Lisboa, 1848; *Memoria sobre a desinfecção dos hospitaes, cadeias e mais logares infectos pelos miasmas putridos, por meio das formigações accidas do chloro, e dos chloruretos, e da applicação d'estes nas chagas gangrenadas*, etc., Lisboa, 1848.

Sousa Pinto *(José Julio de)*. Pintor d'arte. N. em Angra do Heroismo em setembro de 1856. Revelando desde a infancia grandes tendencias para o desenho, matriculou se na Academia de Bellas Artes no Porto, em 1870, completando os estudos em 1878, obtendo durante o curso 3 premios pecuniarios. No concurso de pensionistas do Estado foi o preferido, não só pelas provas dadas como estudante, mas tambem pelos trabalhos submettidos á apreciação do jury. Foi para Paris em 1880, e ali estudou quasi sempre sob a direcção do grande mestre Cabanel, distinguindo-se immediatamente entre os seus companheiros de *atelier* pelas suas raras qualidades de applicação e intelligencia. O seu quadro *La culotte dechirée*, admittido no *Salon* de 1883, isto é, 2 annos depois da sua residencia na grande cidade, foi recebido com os mais sinceros elogios da critica parisiense. N'essa linda téla, em que á graça da composição corresponde uma irreprehensivel justeza de tons e de effeitos, revelou as suas grandes faculdades artisticas. D'ella se occupou tambem a imprensa portugueza, quando foi exposta em Lisboa e no Porto. Continuando a trabalhar sem desfallecimentos, expôz em 1887 a sua linda téla *L'egaré*, adquirida pela viscondessa de Valmôr, que lhe deu um logar de honra na sua apreciavel galeria. Logo no anno seguinte, apresentou novo trabalho: *Trempé jusqu'aux os*, um quadro notavel, tanto pelo desenho e colorido, como pela composição e observação dos detalhes. Essa téla magnifica foi egualmente muito elogiada pela imprensa portugueza e franceza. Na Exposição Universal de 1889 apresentou se com outro esplendido quadro: *Départ pour le travail*, a que o jury conferiu uma medalha da 2.ª classe. Trabalhando sempre, e evidenciando se em cada novo trabalho, muitos são os quadros que produziu, distinctos todos pela belleza do colorido. Citaremos: *Dans les bois*, 1889, existente no museu de Monte Carlo; *Le bateau disparu*, 1890, no museu de Lisboa; *Retour des bateaux*, 1891, adquirido pelos condes do Alto Mearim; *Préparation du bateau*, 1892, adquirido pelo governo francez, e foi collocado no museu de Amiens; *Au coin du feu*, 1893, comprado pelo governo e collocado no museu de Nice; *Dans les champs*, 1893, existente no museu de Melbourne, na Australia; *Le rendez-vous*, 1894, adquirido para o museu do Rio de Janeiro, *La recolte des pommes*, 1900, comprada para o museu de Luxemburgo, em Paris; *Seule aux rendez-vous*, 1905; *La boudeuse*, 1906; *Le baquet de bleu*, 1907, etc. Sousa Pinto foi agraciado em 1881 pelo governo portuguez com o grau de cavalleiro da ordem de S. Thiago, e pelo governo francez, em 18[illegible]5, com a Legião de Honra. Obteve tambem a 1.ª medalha em duas outras exposições, na de Nice e na de Atlanta.

Sousa Pinto *(Rodrigo Ribeiro de)*. Commendador da ordem de Christo, conselheiro, doutor e lente cathedratico de mathematica, jubilado, na Universidade de Coimbra o director do Obser-

vatorio Astronomico, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, socio honorario do Instituto de Coimbra, etc. N. em Ferreiros de Tendaes, concelho de Sinfães, a 24 de janeiro de 1811, fal. em Penafiel a 14 de setembro de 1893. Era filho do advogado Dr. José de Sousa Ribeiro Pinto e de sua mulher D. Bernarda Maria Correia Pinto. Vindo para Coimbra, e feitos os preparatorios, matriculou-se na faculdade de mathematica no anno de 1825, seguindo brilhantemente o curso, em que obteve annos successivos as maiores classificações Concluindo os estudos em 1830 tomou o grau de bacharel, mas a revolução liberal veiu interromper a sua já brilhante carreira litteraria. Terminada a campanha tomou o grau de doutor a 13 de julho de 1836, sendo convidado pelo decreto de 1 de setembro d'esse anno, que o declarou oppositor, a reger cadeira, e concorrendo com outros collegas para a resolução d'uma das diversas crises, porque passou aquella corporação academica. Em portaria de 22 de maio de 1837 foi chamado para assistir aos actos. Pelas promoções da Universidade coube lhe uma das cadeiras de astronomia. N'essa sciencia produziu o estudo muito apreciado, *Calculo das ephemerides astronomicas de Coimbra*, onde examinou e discutiu as formulas, que desde o fundador do Observatorio tinham passado, sem demonstração de uns para outros calculadores, sendo muito duvidoso se algumas se encontravam exactas. Este excellente livro mereceu os mais justos applausos das pessoas competentes, e até na camara dos deputados o lente, que fôra da faculdade, Guilherme José Antonio Dias Pegado, lhe teceu rasgados elogios, chamando ao autor um dos primeiros mathematicos de Portugal. Já antes, supprindo a deficiencia do compendio de Besout, que não continha os necessarios subsidios para se poderem entender as obras de Poisson e Laplace, adoptadas nos ultimos annos da faculdade, a congregação o encarregara juntamente com o seu collega Francisco de Castro Freire, da traducção do *Curso completo de mathematicas puras*, de L. B. Francoeur, 2 volumes, que era, n'essa epoca, incontestavel melhoramento para o ensino. Os traductores desempenharam-se com esmero da incumbencia, introduzindo bastantes materias, que não tinham sido tratadas pelo autor, de que resultou na 2.ª e 3.ª edição, que aperfeiçoaram cada vez mais, publicando-se em 4 volumes, a obra parecer antes trabalho novo, que traducção do original francez. Durante algum tempo foi adoptado na Escola Polytechnica, de Lisboa, e na Academia Polytechnica, do Porto. Ainda teve 4.ª edição. O fundador do Observatorio, José Monteiro da Rocha, obtivera em premio dos seus serviços a commenda da ordem de Christo e a carta de conselheiro, mercês concedidas pelo principe regente D. João. Estes premios fôram tambem concedidos ao professor, que mais tempo esteve dirigindo aquelle estabelecimento, e que tanto se distinguiu na investigação das formulas do calculo das ephemerides, e nas observações ali feitas com os poucos e fracos instrumentos fornecidos pelos governos Assim, ao Dr. Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto foi dada a commenda da ordem de Christo e a carta de conselheiro, cabendo-lhe a honra de ser nomeado socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, socio honorario do Instituto de Coimbra, e membro de outros institutos e sociedades scientificas estrangeiras. Não solicitou directa nem indirectamente estas distincções, que vieram ao encontro do seu grande merecimento. Outra publicação com que enriqueceu as sciencias mathematicas foi a que se denominou *Complemento de geometria descriptiva*, que é um livro de alta analyse, tratando por esse modo alguns problemas resolvidos na geometria descriptiva de Fourcy, que era em 1851 o compendio adoptado na faculdade para o ensino d'esta sciencia. Como professor da cadeira de astronomia fez tambem o valioso serviço de compôr o livro do ensino, que se tornava indispensavel para substituir a volumosa obra de Biot, que por muitos annos serviu de estudo na Universidade Os *Elementos de astronomia*, que na parte estudada encerram a ultima palavra da sciencia, são apenas 2 volumes de 4.º, de 218 e 126 paginas, escriptos com o vigor que distingue todos os trabalhos mathematicos do autor, e sufficientes por em si conterem as materias do programma. Nomeado 1.º astronomo e mais tarde, em 1865, director do Observatorio Astronomico da Universidade, aos seus esforços se deve a acquisição dos melhores instrumentos e o valioso serviço da publicação regular das Ephemerides. Commissionado para em viagem scientifica estudar os observatorios melhor estabelecidos e fazer a observação do eclypse solar no Cabo de Oropesa (Hespanha) em 1860, publicou excellentes relatorios dos seus trabalhos, e introduziu no Observatorio de Coimbra os melhoramentos que ainda hoje attestam a sua iniciativa e proveitosa actividade. Além das obras já citadas, mencionaremos as seguintes: *Das refracções atmosphericas*, Lisboa, 1850; com uma estampa; *Memorias sobre as refracções atmosphericas apresentada á Academia Real das Sciencias* Foi em sessão de 5 de julho de 1851 mandada imprimir na *Nova serie das Memorias* da Academia; *Apontamentos de trigonometria spherica*, 1851; saiu tambem no *Instituto*, vol. III, pag. 130, 133, e 185 a 188; *Apontamentos d'Optica*, 1856; no mesmo vol pag. 261 a 267; vol. IV, pag. 25 a 28, 72 a 75, 167 e 168, 179 e 180, 20.; *Eclypse solar de 18 de julho de 1860; Memoria apresentada ao ex.*^{mo} *ministro do reino pela commissão portugueza*, Coimbra, 1860; com 4 mappas em que vem o resultado das observações no cabo de Oropesa; no *Instituto*, vol. X, secção official de 1861, pag 57 a 61; *Relatorio sobre a visita dos observatorios de Madrid, Paris, Bruxellas, e Greenwich*, apresentado ao ministerio do reino em 9 de novembro de 1860; no mesmo vol. do *Instituto*, secção official, 1861; *Geometria elementar theorica e pratica*, de L B. Francoeur, traducção, juntamente com o dr. Francisco de Castro Freire, Coimbra, 1856; fizeram-se mais 4 edições; *Additamento ao calculo dos eclypses*, Coimbra, 1858; *Breves reflexões sobre as parallaxes das estrellas, e sobre os instrumentos do observatorio de Coimbra*; no *Instituto*, vol. I, pag. 45 e 46; *Cometa de agosto de 1862*; no *Instituto*, vol. XI, pag. 120; *Eclypse do sol em 15 de março de 1858*; idem, vol VII, pag. 22 e 23; *Observações feitas em 1858 no Observatorio de Coimbra para a determinação da sua longitude*; no *Instituto*, vol. VI, pag. 215, 216, 240, 253 e 273; vol. VII, pag. 60, 84, 108, 168, 201 e 268; vol VIII, pag. 32 e 212; vol. IX, pag. 128 e 160. E ainda muitas outras obras sobre mathematica e astronomia,

saidas em diversos volumes do referido *Instituto.*

Sousa Pizarro *(João).* Um dos primeiros martyres da liberdade. N. em Ilhavo no anno de 1799, seguindo as armas como seu pae Sebastião José Cardoso Pizarro, fidalgo da Casa Real e capitão de cavallaria, casado com D. Ignez da Silveira de Sousa Magalhães. Era o representante de varios vinculos instituidos por seus antepassados e possuidor da casa dos Sousas da Silveira, situada na rua d'Alqueidão da villa d'Ilhavo, e começada a edificar em principios do seculo XVII. Era um vinculo capella, instituido por Domingos André, com a invocação do Nossa Senhora da Nazareth Da linha do instituidor foi ultima administradora D. Rosa de Sousa da Silveira, fallecida sem successão, passando os vinculos para o filho do sua irmã D. Ignez, João de Sousa Pizarro, que sendo capitão do batalhão de caçadores n.º 10 e seguindo ideias rasgadamente liberaes, foi morto por uma bala inimiga, no dia 24 de junho de 1828, na posição da Cruz dos Morouços, ao sul de Coimbra, ondo combateu valorosamente durante 11 horas, caindo abraçado á bandeira da patria, o que preferiu a render se ao inimigo Como fôsse solteiro, passaram os vinculos para sua irmã D. Maria Benedicta de Sousa Quevedo Pizarro, casada já a esse tempo com o 1.º barão d'Almeidinha José Osorio do Amaral, capitão de cavallaria e tambem liberal. Por morte d'estes ficou possuidor d'este e d'outros vinculos seu unico filho João Carlos do Amaral Osorio, mais tarde visconde d'Almeidinha, fallecido em maio de 1890, o qual 10 annos antes tinha vendido todos estes bens quo constituiam este vinculo a um subdito inglez, sendo então apeado o brazão da nobre familia Sousa da Silveira Pizarro. Tudo o mais continua de pé, devidamente estimado pelo actual possuidor sr. Almeida Bastos, podendo ser contemplada essa casa, esse padrão glorioso onde pulsou esse nobre e generoso coração, sacrario das mais acrisoladas virtudes; onde arfou esse peito cheio de patriotismo; essa capella, onde estão os cadaveres da irmã, D. Maria Benedicta, já fallecida na segunda metade do seculo XIX e d'alguns netos d'esta senhora, assim como o fundador e outras pessoas da fidalga familia. No batalhão de caçadores n.º 10, aquartelado em Aveiro, predominava pronunciadamente o espirito liberal desde o seu commandante, o coronel José Julio de Carvalho até ao ultimo soldado. Em 16 de maio de 1828 houve em Aveiro a ratificação do juramento a D. Pedro IV e a D. Maria II, assignando entre outras pessoas, João de Sousa Pizarro, capitão de caçadores n.º 10. O *Conimbricense* publicou em maio e junho de 1882 uns folhetins sobre aquelle batalhão, apontamentos dados por algum official que fez parte do batalhão. N'um d'elles se lê o seguinte: «A's 10 horas da manhã de 24 voltou o batalhão n.º 10 apressadamente para as immediações do Alto de Santa Luzia, formando á esquerda da nossa linha, onde encontrando-se com o inimigo o bateu tão corajosamente como todos o esperavam, sentindo a queda de um joven capitão morto, um anspeçada e cinco soldados feridos, a quem esperava vingar no dia seguinte; mas esse dia foi passado em completo repouso no sobredito Alto de Santa Luzia »

Sousa Rocha *(Antonio Pereira de).* Jornalista e escriptor dramatico. N. no Porto a 16 de novembro de 1864. Tendo feito os seus estudos preparatorios, dedicou se ao commercio, que abandonou para entrar no jornalismo. Fez parte das redacções da *Folha da Tarde, Commercio Portuguez, Jornal da Manhã, Folha do Commercio, Voz Publica*, ultimamente no *Jornal de Noticias* Collaborou tambem nos semanarios humoristicos: *Sorvete, Charivari, Algazarra* e *Pagode.* Para o theatro tem escripto as seguintes peças: *A' vol d'oiseau; O Porto em camisa; O Zé n'um sarilho; O diabo á solta; O Jogo do diabo; Tudo côr de rosa: Não lhe bulas*, revistas do anno; *O sacca-rolhas do Diabo; Fada branca; A ilha do diabo; O Feiticeiro de bronze*, magicas; *Os lobos de Paris* o *A abandonada.* dramas; *Cem mil diamantes*, peça de viagem; *O Tio Providencia*, vaudeville; *Travessuras de Cupido*, opereta. Todas estas peças fôram representadas com exito nos theatros do Porto, Lisboa o Rio de Janeiro. Publicou o romance *O Mascara negra*, em verso e prosa; *Na desfolhada*, um *Manual do Orador*, varios monologos, cançonetas, etc.

Sousa Rosa *(Thomoz de Sousa Rosa, conde de).* General de brigada, ajudante de campo d'el-rei D. Luiz, par do reino, governador geral de Macau, diplomata, conselheiro, gran-cruz da ordem de Christo, official, cavalleiro e commendador de Aviz, o cavalleiro de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, etc. N na Venda Sêcca, proximo de Bellas, a 2 de novembro de 1844, sendo seus paes Thomaz José de Sousa Rosa e D. Maria Emilia de Bastos. Habilitado com a necessaria instrucção primaria e secundaria, assentou praça em cavallaria a 23 de junho de 1864, e matriculando-se no curso respectivo á sua arma, foi nomeado aspirante a official. Concluido o curso, foi promovido a alferes graduado a 8 de janeiro de 1866, o obtida a effectividade do posto, foi promovido a tenente em 11 de fevereiro do 1872, a capitão em 14 de fevereiro de 1877, a major em 11 de julho de 1889, a tenente coronel em 30 de dezembro de 1893, a coronel em 15 de agosto de 1895, e a general de brigada em 19 de dezembro de 1907. Ainda no posto de capitão, achando se ás ordens do general visconde do Sagres, commandante da 1.ª divisão militar, foi chamado para servir ás ordens d'el-rei D. Luiz, com missão quo exercia quando, em abril de 1883, foi nomeado governador geral de Macau. Da maneira como se desempenhou do cargo de tão grande responsabilidade, falam eloquentemente as demonstrações de sympathia da população, quer indigena, quer europeia, da colonia, e os numerosos brindes de alta significação moral, que lhe fôram offerecidos, quando d'ali partiu, podendo assegurar-se que nenhum outro governador ali deixou tão grata memoria Poderemos citar entre as offertas de europeus e macaistas, a de uma caixa de sandalo admiravelmente lavrada, contendo um album com capa de tartaruga, tendo os retratos e autographos de todos os offerentes, que eram os principaes personagens da possessão. Pela sua parte, os capitalistas e grandes negociantes chinezes offereceram lhe uma riquissima urna de prata lavrada, e uma bandeira de seda magnificamente bordada a ouro, com uma inscripção em lingua chineza, cuja traducção é *governador de primeira plana*, ou *modelo dos governadores.* Os chinezes catholicos naturalisados por-

tuguezes, levaram-lhe tambem o seu tributo, que consistia n'uma elegante joia artistica, um bonito arco de triumpho, em prata lavrada, com inscripções summamente lisonjeiras. Tendo as honras de embaixador no Japão, visitou aquelle paiz, alcançando importantes beneficios para os dois povos, principalmente nas relações commerciaes. Em 1894 achava-se com as honras e a missão de ministro de Portugal em Whasington, Estados Unidos. Sendo muito recommendavel a fórma como exerceu aquellas funcções diplomaticas, foi transferido em 1896 para a importantissima legação de Paris, como ministro plenipotenciario, prestando muitos serviços a Portugal nas nossas relações com os credores francezes. Ali se demorou longos annos, até á acclamação da Republica, em 1910. Fôra agraciado com o titulo de conde de Sousa Rosa por decreto de 25 de novembro de 1906.

Sousa Soares *(José Alves de Sousa Soares, visconde de)*. Medico, proprietario e director do Estabelecimento Industrial de Productos pharmaceuticos do Porto. N. na freguezia de Vairão, concelho de Villa do Conde, sendo filho de um medico muito illustrado e d'uma pharmaceutica muito distincta. Ficando orphão de pae e mãe, ainda creança, possuindo apenas um parco rendimento que lhe havia dado o seu pequeno patrimonio, deixou a terra da sua naturalidade, e foi para o Brazil, aportando a Pelotas. Sufficientemente instruido e dispondo de muito talento, não se pôde sujeitar a permanecer no commercio, e conhecendo a sua grande vocação para a medicina, conhecendo já bem a botanica e a chimica, seus estudos predilectos, serviu lhe a primeira d'estas sciencias para descobrir a planta medicinal *Cambará*, e a segunda para preparar com a maior perfeição o poderoso peitoral, que lhe grangeou uma fortuna colossal e um nome immorredouro. O sr. visconde de Sousa Soares é medico autorisado pela Directoria de Hygiene Publica do Estado do Rio Grande do Sul; industrial pharmaceutico por decreto do governo do Brazil; autor das obras de medicina: *Auxilio Homeopathico*, o *Novo Medico* e a *Nova Guia Homeopathica;* fundador, proprietario e director do *Estabelecimento Industrial Pharmaceutico Soares de Sousa*, especialmente creado no Brazil e na Europa para os laboratorios de productos homeopathicos garantidos, especificos da *Nova Medicina Peitoral de Cambará*, e outros preparados de sua descoberta; membro perpetuo da Academia Nacional de Paris; socio correspondente do Instituto Hahnemanniano do Brazil, da Academia Parisiense dos Inventores e das Sciencias Industriaes de França; premiado com as medalhas de ouro d'estas academias e das exposições Brazileira-Allemã de 1881 e Universal de S. Luiz de 1904, e distinguido com o premio de honra da Exposição de Chicago, de 1893; socio benemerito do Asylo de Mendigos de Pelotas, bemfeitor do Asylo de Orphãs da mesma cidade, e beneficente da Sociedade de Beneficencia Brazileira do Porto; membro da Santa Casa da Misericordia de Pelotas, e de diversas outras instituições beneficentes, religiosas, litterarias, etc.

Sousa Telles *(João José de)*. V. *Telles (João José de Sousa)*.

Sousa Telles *(Sebastião Custodio de)*. V. *Telles (Sebastião Custodio de Sousa)*.

Sousa Viterbo *(Francisco Marques de)*. V. *Viterbo (Francisco Marques de Sousa)*.

Souso Pov. da região do Damba, na divisão do Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Souta. Rio e ponta da costa da Guiné, Africa Occidental.

Soutaria Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Olival, conc de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Soutellas Pov. na freg. de Santa Senhorinha, de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Soutellinho. Povoações nas freguezias: S Domingos, de Favaios, conc. de Alijó, distr. de Villa Real. || N. S.ª da Paz, de Portella do Fojo, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra. || Santa Maria, de Sequeira, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Souto, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || O Salvador, de Tellões, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr de Villa Real.

Soutellinho do Monte Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Vrêa de Bornes, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real. Tem correio com serviço de posta rural.

Soutellinho da Raia Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 127 fog e 478 hab. Tem est. post Está situada proximo da raia da Galliza, a 14 k. da séde do conc. E' fertil em cereaes, cria gado, e tem caça grossa e miuda Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 19, com a séde em Chaves.

Soutello. Appellido nobre, procedente da Galliza. Não se sabe quem o trouxe para Portugal. Suas armas são: Em campo azul, cruz de ouro floreada e vazia do campo, entre quatro abrolhos de ouro. Orla do mesmo, carregada de oito escudinhos azues, cada um com sua banda de prata. Elmo de aço aberto, e por timbre, um dos abrolhos do escudo.

Soutello *(Antonio Feio de Magalhães Coutinho, barão de)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra; fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, deputado nas legislaturas de 1853 a 1859, e de 1860 a 1861. N. em Soutello a 27 de junho de 1809, fal. em dezembro de 1875. Era filho de José Custodio de Magalhães Feio d'Azevedo, fidalgo da Casa Real, sr. de diversos morgados e de sua mulher D. Maria Justina de Sá Coutinho. Foi agraciado com o titulo de barão de Soutello, por decreto de 18 de janeiro de 1872. O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo esquartelado; no 1.º quartel, as armas dos Sousas do Prado: escudo esquartelado: nos 1.º e 4.º quarteis as armas de Portugal com um filete de negro, sobreposto em banda; 2.º e 3.º, de prata, leão rompante em campo de púrpura, armado e linguado de vermelho; no 2.º quartel, as dos Azevedos: Em campo de ouro uma aguia negra egual á do imperio romano; no 3.º, as dos Vasconcellos: Em campo negro tres faxas veiradas de prata e vermelho, sendo a prata da parte de cima, e o vermelho da de baixo; e no 4.º as dos Aboins; escudo esquartelado: 1.º e 4.º quarteis, xadrezados de ouro e azul; o 2.º e 3.º com 3 palas de azul em campo de ouro.

Soutello. Pov. e freg. de Santo Adrião, da

prov. do Minho, conc. e com. de Vieira, distr. e arceb. de Braga; 58 fog. e 226 hab. Está situada a 4 k. da margem direita do rio Ave, a 6 do Cávado e a 10 da séde do conc. A terra é fertil; tem gado e caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 248 fog. e 1:070 hab. Tem caixa postal. Está situada a 1 k da margem direita do rio Cávado e a 3 da séde do conc. E' uma freg. rica e fertil. A egreja matriz é uma das melhores da comarca. Tem sobre o muro do adro varias figuras de pedra, de boa esculptura. Tambem ali se vê um grande cruzeiro com as estatuas dos 4 evangelistas, feitas de bello granito. Pertence á 3.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de Santa Engracia, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. do Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança; 81 fog. e 308 hab. Tem esc. do sexo fem. e está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Sabor, a 8 k. da séde do conc. E' terra pouco fertil e pobre; cria gado e é abundante de caça Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10 com a séde em Mirandella || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc., com. e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 33 fog. e 155 hab. Dista 4 k. da costa do Oceano e 10 da séde do conc. A terra é pobre e pouco fertil. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 129 fog. e 518 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada na estrada de Chaves a Braga, a 6 k. da séde do conc. E' fertil em cereaes, e do mais pouco. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Alemtem, conc. da Louzada, distr. do Porto || Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || O Salvador, de Balazar, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Vicente, de Branca, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Cabaços, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Cendufe, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || S. Thiago, de Cepões, conc. e distr. de Vizeu. || Santa Eulalia, de Chavo, conc. de Arouca, distr. de Aveiro || S. Miguel, de Christello, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Deo Christe, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Espinho, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Fiães, conc. da Feira, distr. de Aveiro || S Thiago, de Fontes, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Miguel, de Gemezes, conc. de Espozende, distr. de Braga. || S. Pedro, de Goães, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. João Evangellista, de Grovellas, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, do Intesta, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga || S. Verissimo, de Lagares, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || O Salvador, do Lordello, conc. de Paredes, do mesmo distr. || S. Christovão, de Macinhata do Vouga, conc. de Agueda, distr. de Aveiro || S. Pedro, de Mões, conc. de Castro Daire, distr de Vizeu. || S. Martinho, de Mondim, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho, de Moreira do Rei, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S Thomé, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || N. S.ª do Loreto, de Paradella, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro; tem correio com serviço de posta rural. || S Salvador, de Portella Suzã, conc. e distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª das Dores, de Rebordello, conc. de Amarante, distr. do Porto. || O Salvador, de Ribas, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || O Salvador, de Roge, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Samodães, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Mamede, de Sandiães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Felix, de Saufins, conc. de Valença, do mesmo distr. || S. Cypriano, de Senharei, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || S. Julião, de Seratão, conc. de Fafe, distr. de Braga. || N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc da Louzã, distr. de Coimbra. || S. Matheus, de Sobreiró de Baixo, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. || Santa Christina, de Tendaes, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu || S. João Evangelista, de Ucanha, conc. de Tarouca, do mesmo distr. || Santa Maria, de Villar, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Rio do distr. do Porto. N. na freg de Canidollo corre a OSO e vae desaguar no Oceano, entre a foz do Ave e a do Leça, depois de 10 k. de curso.

Soutello d'Aguiar. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Villa Pouca de Aguiar, distr de Villa Real, arceb. de Braga; 328 fog. 1:408 hab. Tem correio com serviço de posta rural, e está situada na margem direita do rio Corgo, na estrada de Villa Pouca a Villa Real, a 4 k. da séde do conc. E' terra fertil, e pertence á 6.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res n.º 19, com a séde em Chaves.

Soutello do Douro. Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 230 fog. e 1:008 hab. Tem escolas do sexo fem., est. post., medico, productores de azeite, de cereaes e de vinhos. Está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Douro, a 8 k da séde do conc, n'uma ladeira alta, cercada de vinhas, que produzem muito bom vinho de embarque. E' tambem abundante em castanhas, figos e varias qualidades de boa fructa, e bom azeite. E' pov. muito antiga, mas o documento mais remoto que se encontra, é uma sentença do anno de 1295, pela qual os habitantes d'esta freg. fôram condemnados a pagar a *jugada* ao mosteiro de Salzêdas, pela *teiga direita*. A egreja matriz é um bom templo, e esta abbadia foi uma das mais rendosas do bispado até 1834. Foi villa e séde d'um antigo conc, com jurisdicção propria, casa da camara, cadeia, pelourinho, etc. A pov pertence á 2.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res n.º 9 com a séde em Lamego.

Soutello de Gamoeda Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Carragosa, conc. e distr. de Bragança

Soutello do Matto Pov. na freg. de Santa Eulalia, do Pensalvos, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr de Villa Real.

Soutello Moirisco. Pov. e freg de S. Miguel,

da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 55 fog. e 283 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Dista 15 k. da séde do conc. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Soutilha. Povoações nas freguezias: Santa Catharina, de Aguieiras, conc. de Mirandella, distr. de Bragança. || S. Martinho, de Ervedosa, conc. de Vinhaes, do mesmo districto.

Soutinho Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Ganfei, conc. do Valença, distr. de Vianna do Castello || S. Victor, conc. e distr. de Braga || S. Pedro, de Arcozello das Maias, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || O. Salvador, de Arentim, conc. e distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de Aruas, conc. de Sernancelhe, distr. de Vizeu. || S. Bartholomeu, de Barqueiros, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Beiral do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. do Vianna do Castello. || O Salvador, de Bravães, conc. de Ponte da Barca, do mesmo distr. || Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Santo Estevão, do Penso, conc. e distr. de Braga. || S. Martinho, de Recezinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Thiago, de Ronfe, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Vicente, de Sousa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || O Salvador, de Tebosa, conc. e distr. de Braga. || S. Pedro, de Valle, conc. de Arcos de Valle-de Vez, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Consolação, de Valle de Azares, conc. de Celorico da Beira. || Limite da Cheira; sitio na freg. de N. S.ª da Purificação, de Pudentes, conc. de Penella, distr. de Coimbra. || Sitio no limite da Povoa, da freg. de Santa Maria, de Goes, distr. de Coimbra.

Souto. Appellido nobre, mas não se sabe quem foi o primeiro que d'elle usou. Os Soutos trazem por armas: Em campo azul, aguia de ouro, com um escudinho de púrpura no peito, carregado de tres coticas de ouro, em pala. Orla do mesmo, carregada de 8 cadeados, de negro, abertos. Elmo d'aço, aberto, e por timbre meia aguia do escudo.

Souto *(Antonio Victor Gomes Ferreira de Magalhães)*. Doutor em leis pela Universidade de Coimbra. Era natural da villa da Feira, sendo filho de João Gomes Ferreira Souto Foi doutorado em 22 de julho de 1814.

Souto (*José Diogo de)*. Poeta portuense, contemporaneo, fallecido em Mattosinhos no anno de 1901. Collaborou em differentes jornaes litterarios, e publicou uma poesia recitada no theatro Baquet, do Porto, em 1863, com o titulo: *Pedro V e D. Luiz I*. Publicou tambem em 1880, a poesia: *Amica Veritas*, por elle recitada da galeria do Palacio de Crystal Portuense, na noite do sarau litterario em honra de Camões. A 3.ª edição é acompanhada d'uma carta de Camillo Castello Branco. As suas poesias fôram publicadas posthumas, em 1902, com o titulo de *Amores*.

Souto. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. da Feira, distr. do Aveiro, bisp. do Porto; 455 fog. e 2:040 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. Está situada a 2 k. da estação de Ovar e a 5 da séde do conc. A terra é fertil em todos os generos agricolas do paiz, e cria muito gado de toda a qualidade. Ha n'esta freg. a ermida de N. S.ª da Guia, fundada em 1510. pelo P. Jorge Pires de Figueirôa, parocho da freg. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 117 fog. e 405 hab Tem esc. do sexo masc. Está situada a 6 k. da sédo do conc. Houve aqui um mosteiro de freiras, conegas regrantes da ordem de Santo Agostinho, fundado por D. Gomes de Macieira em 1200. E' por esta razão que se dá vulgarmente a esta freg. a denominação de *Souto do Mosteiro*. A pov. é fertil em cereaes, cria gado e tem caça. || Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 188 fog e 579 hab. Tem est. post., e dista meio k. da freg. antecedente. Pertencem ambas á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. A freg. do Salvador é tambem fertil em cereaes, cria gado e tem caça. Dá-se-lhe vulgarmente o nome de *Souto de Sobradello*. || Pov. e freg. do Salvador. da prov. do Minho, conc. de Terras de Bouro, com. de Amares, distr. e arceb. de Braga; 132 fog. e 531 hab Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 10 k. da séde da comarca. Foi couto, de jurisdicção real, que D. Affonso III deu a João Soares Coelho, da casa de S João de Rei, pelos annos de 1256. Depois, um dos senhores d'esta casa, insultou e maltratou o juiz do couto, pelo que lhe foi tirado o senhorio, passando outra vez para a corôa. A terra é fertil; cria muito gado, e tem caça grossa e miuda. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Sabugal, distr. e bisp. da Guarda; 401 fog e 1:515 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. com serviço de encommendas, e minas de estanho e wolfram. Está situada a 5 k. da margem direita do rio Côa, na estrada de Sabugal a Alfaiates, a 12 k da sédo do conc. E' fertil em generos agricolas. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco || Pov. e freg. de S. Silvestre, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Abrantes, distr. de Santarem, bisp. de Portalegre; 743 fog. e 3:124 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., fabricantes de azeite, de telha e de tijolo; negociantes de cortiça e de madeiras, pharmacia, etc. Está situada a 2 k. da margem esquerda do rio Zezere, e a 14 da séde do conc. E' uma das mais ricas e populosas freguezias d'esta comarca. N'um pinhal que fica proximo á aldeia de Souto, está a ermida de *N S.ª do Tojo*, assim chamada porque, segundo a lenda, appareceu n'um tojal. E' antiquissima, e não se sabe quando, nem por quem foi fundada. E' um templo muito bonito, com alpendres aos lados, e casas para acolherem os romeiros. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. e com de Arcos de Val e-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 151 fog e 626 hab. Está situada na estrada dos Arcos a Ponte do Lima, a 4 k. da séde do conc. A egreja matriz é de architectura simples, e foi construida no seculo XVII. E' terra muito fertil em todos os gene-

ros agricolas do paiz, e cria grande quantidade de gado de differentes qualidades. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Villa e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Alta, conc. de Penedono, com. de Mêda, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 2?9 fog. e 906 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada n'um alto, nas proximidades da margem esquerda do rio Torto, a 5 k da séde do conc. A pov. é mais antiga do que a monarchia, e foi concelho. D Affonso Henriques lhe deu foral, sem data, que D. Sancho I confirmou em 1196, mandando então povoar a villa. D. Affonso II confirmou estes foraes, em Santarem, a 3 de fevereiro de 1218 D. Affonso III, estando em Guimarães, lhe deu outro foral, em 27 de maio de 1258. Este mesmo soberano lhe deu mais dois foraes, um em Leiria, a 8 de março de 1268 e outro em Lisboa, a 16 de setembro de 1270. Não teve foral novo. A terra é muito fria, mas de clima saudavel, e muito abundante em aguas, que a tornam fertil. E' abundante em ceraes, linho, bom vinho verde, castanhas, legumes, etc. Teve juiz ordinario, vereadores e mais empregados respectivos a este concelho, que foi ha muitos annos supprimido. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Foi annexada ao conc. de Mêda por decreto de 7 de setembro de 1895 que aboliu o de Penedono, voltando depois para este, que se restaurou pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. || Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Aboim da Nobrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga || Santa Maria, de Adaúfe, conc. e distr. de Braga. || S. Pedro, de Agua Longa, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Aguas Santas, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga || S Thiago, de Aldreu, conc. do Barcellos, do mesmo distr. || Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto. || O Salvador, de Arentim, conc. e distr. de Braga || S. Martinho, de Argoncilhe, conc. da Feira, distr de Aveiro. || S. Martinho, de Armil, conc. de Fafe, distr de Braga. || S. Romão, de Arões, do mesmo conc. e distr. || Santa Marinha, de Arosa, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || O Salvador, de Arvore, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto || Santa Maria, de Athães, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Martinho, de Avidos, conc de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Ayão, conc. de Felgueiras, distr. do Porto || S. Miguel, de Azevedo, conc de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Baiões, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Balugães, conc. de Barcellos, distr de Braga || O Salvador, de Barbeita, conc de Monsão, distr de Vianna do Castello. || S. Claudio, de Barco, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel, de Barreiros, conc. de Maia, distr do Porto. || Santo André, de Barroças e Tayra, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santo Estevão, de Barrozas, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santo Aleixo, de Becco, junto ao logar da Cruz das Canastreiras, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S. Thiago, de Beduido, conc de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Paio, de Besteiros, conc. de Amares, distr de Braga. || Santa Maria, de Borbella, conc. e distr. de Villa Real || S. Vicente, de Branca, conc. de Albergaria-a Velha, distr. de Aveiro. || Santa Leocadia, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Pedro, de Cahide de Rei, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Felix, de Candomil, conc. de V N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Candoso, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Thiago, de Carreira, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Castellões, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Castellões de Cepeda, conc. de Paredes, distr. do Porto. || O Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Chorense, conc. de Terras de Bouro, do mesmo distr. || S. Thiago, de Christello, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Codal, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Codeceda, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Sebastião, de Colmeal, conc. de Goes, distr. de Coimbra. || S. Thomé, de Correlhã, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Custoias, conc. de Bouças, distr. do Porto. || S. Miguel, de Crasto, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Cunha, conc. e distr. de Braga. || S. Sebastião, de Darque, conc. e distr. de Vianna do Castello || Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Durrães, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. João Evangelista, de Eiriz, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S Martinho, de Escapães, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Escudeiros, conc. e distr. de Braga || S. Pedro, de Espinho, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu. || Santo André, de Ferreira d'Aves, conc. de Sattam, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Fervença, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Maria, de Fiães, conc. da Feira, distr. de Aveiro || S. Thiago, de Foutão, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Fontellos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || Santa Marinha, de Forjães, conc. de Espozende, distr. de Braga. || S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Fregim, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Martinho, de Freixieiro de Soutello, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Friande, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga || Santa Maria, de Gallegos, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Martinho, de Gallegos, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || S. Salvador, de Ganfei, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Claudio, de Geme, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Miguel, de Gemezes, conc. de Espozende, do mesmo distr. || S. José, de Godim, conc. de Peso da Regoa, distr. da Villa Real. || S. Lourenço, de Golães, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Pedro de Gondelães, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Mamede, de Gondoriz, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || Santa Maria, de Guardizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo Estevão, de Guetim, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Miguel, de Guizande, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Insalde, conc. de Paredes de Coura, distr de Vianna

do Castello || O Salvador, de Joanne, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. João Baptista, de S. João do Monte, conc. de Tondella, distr. do Vizeu. || S. Pedro, de Juguciros, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Martinho, de Lagares, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. Julião, de Lage, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, do Lamas, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Maria, do Landim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Thomé, de Lanhas, conc. do Villa Verde, do mesmo distr. || Santa Maria, de Leça do Balio, conc de Bouças, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Macieira, conc. do Louzada, do mesmo distr. || S. Mamede, de Madail, conc. de Oliveira do Azemeis, distr. do Aveiro. || Santa Eulalia, de Margaride, conc. do Felgueiras, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Meiomães, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Monsul, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Maria, do Moure, do mesmo conc. e distr. || O Salvador, do Mouro, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Maria, de Moz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Paio, de Mozellos, conc de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santa Christina, de Nogueira, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Christovão, de Nogueira do Cravo, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Christovão, de Nogueira da Regedoura, conc da Feira, do mesmo distr. || Santa Maria, do Olivoira, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || S. Martinho, de Onteiro Maior, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Martinho, de Ovoa, conc. de Santa Comba Dão, distr. do Vizeu. || O Salvador, do Paço de Sousa, conc. do Penafiel, distr. do Porto. || N. S.ª do Soccorro, de Paçô, conc. de Areos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Parada e Barbudo, conc. de Villa Verde, districto do Braga. || S. Bento, de Pedraido, concelho de Fafe, do mesmo distr. || S. Salvador, de Pereira, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Thiago, de Pinheiro, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Cypriano, de Pinheiros, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Cosme, de Podame, do mesmo conc. e distr. || S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || S. Martinho o conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Santa Maria, de Pomheiro de Riba Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Christina, de Pousa, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Prado, conc. de Melgaço, distr. do Vianna do Castello. || Santa Maria, de Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Revinhade, conc de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Salvador o conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Riba d'Ave, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Pedro, de Riba de Mouro, conc. do Monsão, distr. do Vianna do Castello. || O Salvador, de Ribas, conc. de Celorico de Basto, distr. do Braga || S. João Baptista, de Ribeira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª do Valle, de Romãs, conc. do Sattam, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Ronfe, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Sá, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Sá, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || S. Martinho, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Martinho, de Sande, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Martinho, do Seidões, conc. do Fafe, distr. de Braga. || S. João Baptista, do Semelho, conc. e distr. de Braga. || S Mamede, de Serôa, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto || S Mamede, de Serzedo, conc. de Villa Nova do Gaia, do mesmo distr. || Santo Adrião, de Cever, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Thiago, de Silvaldo, conc. da Feira, distr. do Aveiro. || S. Miguel, de Soutello, conc. de Villa Verde, distr. do Braga. || Santa Maria, de Telhado, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || O Salvador, de Tellões, conc. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. do Villa Real. || S Salvador, do Thuias, conc. do Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Torporiz, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª d'Assumpção, de Torredeita, conc. e distr. do Vizeu. || O Salvador, de Trandeiras, conc. e distr. de Braga. || Santa Leocadia, de Travancas, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu || Santa Eulalia, de Fonte, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Valle, conc. de Areos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || Santa Maria, de Veatodos, conc. do Barcellos, distr. de Braga || Santo André, de Villa Boa de Quires, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Bartholomeu, de Villa Cã, conc. de Pombal, distr. do Leiria. || O Salvador, de Villa Cova da Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição, de V. N. do Muhia, conc. de Ponte da Barca, distr. do Vianna do Castello. || Santa Maria, de Villar, conc do Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Pedro, de Villar de Ferreiros, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real.

Souto Aboinho. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Chorense, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga.

Souto d'Aguiar da Beira. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Aguiar da Beira, distr. da Guarda, bisp. de Vizeu; 178 fog e 7?4 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post, negociantes de azeite e de queijos. Está situada a 3 k. da margem esquerda do rio Tavora e a 6 da séde do conc., em uma planicie entre a Serrinha e a serra do Pisco. Tem caça, é muito fertil o cria gado. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Souto d'Aires. Prov. na freg. de Santa Christina, de Malta, conc. de villa do Conde, distr. do Porto.

Souto d'Além. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Pedreira, conc de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Salvador, de Villar do Monte, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Souto d'Alva. Pov. na freg. de S. Martinho, de Alva, conc de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Souto de Arrabalde Pov. na freg. de S. João Baptista, do Ponte, conc. de Guimarães, distr. do Braga.

Souto da Arrifana. Pov. na freg. de Santa Eulalia, do Besteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Souto d'Atim Pov. na freg. de Santa Maria, de Infias, conc. do Guimarães, distr. de Braga.

Souto de Baixo. Povoações nas freguezias: S. Christovão, de Caranguejeira, conc. e distr. do

Leiria. || N. S.ª da Expectação, de Lordello, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Rebordões, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Maria, de Retorta, conc. de Villa do Conde, do mesmo distr. || S. Thiago, de Ronfe, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Souto da Batoca. Pov. na freg. de S. Pedro, de Freitas, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Souto Bom. Pov na freg de S. Miguel, de Caparrosa, conc. de Tondella, distr. do Vizeu.

Souto de Bouças. Pov na freg. de S. João Baptista e conc. de Sinfães, diitr. de Vizeu

Souto do Brejo. Pov na freg. de S. Domingos, de Janeiro de Baixo, conc. da Pampilhosa, distr. do Coimbra.

Souto do Burgo. Pov. na freg. de Santa Maria, do Villa Fria, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Souto da Calle. Pov. da freg. de Santa Eulalia, de Crespos, conc. e distr. de Braga.

Souto das Calles. Pov. na freg. de S. Martinho, de Quinchães, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Souto da Carpalhosa. Pov. e freg. do Salvador, da prov. da Extremadura, conc., com e distr de Leiria, bisp. de Coimbra; 961 fog. e 3:888 hab Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada na margem d'um affluente do rio Liz, a 12 k. da séde do conc. E' a freg rural mais populosa de todo o bispado. Não se sabe, quando foi creada, mas no anno de 1218 Pedro Mendes, Pedro Vieira e outros habitantes d'esta parochia, fizeram doação ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, d'umas propriedades, para n'ellas se construir a egreja e o cemiterio, o que consta da copia da escriptura de doação existente no archivo episcopal. Construiu-se logo a egreja, mas de muito pequenas dimensões. Em 1600, estando muito arruinada, se demoliu para se construir a actual, cujas obras terminaram em 1602, assim como o seu alpendre. A capella-mór foi feita á custa da fabrica da Sé. No seculo passado, restaurou-se novamente a egreja, principiando as obras a 17 de fevereiro de 1852, e concluindo se em abril de 1861. E' fertil em generos agricolas. e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria.

Souto da Casa. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. do Fundão, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 361 fog. e 1:544 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, medico, pharmacia, e correio com serviço de posta rural. Está situada a 7 k da margem esquerda do rio Zezere e a 6 da séde do conc. A O d'esta freg. fica a grande serra da Gordunha, braço da Estrella, que lhe fica a 20 k. de distancia. N'esta serra ha varias povoações, sendo as principaes: S Vicente da Beira, Castello Novo, Alpedrinha, Covilhã, Castelleja, Alcaide, Alcongosta, esta do Souto da Casa e outras Pertence á 2.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Souto Chão. Povoações nas freguezias: S Pedro, conc. e distr. de Braga. || S. Pedro de France, conc. e distr. de Vizeu. || Santo Estevão, de Penso, conc e distr. de Braga. || S. João Baptista, de Rocas, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Souto Cico. Pov. na freg. de Santa Margarida, de Arrabal, conc. e distr. de Leiria.

Souto de Cima. Povoações nas freguezias: S. Christovão, de Caranguejeira, conc. e distr. de Leiria. || N. S.ª da Expectação, de Lordello, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Rebordões, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Maria, de Retorta, conc. de Villa do Conde, do mesmo districto.

Souto Concelho. Pov. na freg. de S. Julião, de S. Gião, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Souto Côvo Pov. na freg. de Santa Maria Maior, de Almacave, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Souto da Cruz. Pov. na freg do Salvador, de Tagilde, conc. de Guimarães, distr. de Braga

Souto da Egreja. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Silveiros, conc. do Barcellos, distr. do Braga.

Souto da Eireira Pov. na freg. de S. Vicente, de Paio Mendes, conc. de Ferreira do Zezere distr. de Santarem.

Souto de Escarão. Pov. na freg. de Santa Marinha, do Villa Verde, conc. de Alijó, distr. de Villa Real.

Souto Fiscal. Pov. na freg de S. João Baptista, de Longos Valles, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Souto de Fonseca. Pov. na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr do Porto.

Souto de Fóra. Pov. na freg. de S. Thiago, de Gavião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Souto das Freiras Pov. na freg. de S. Lourenço, do Alvellos, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Souto Fundeiro. Pov. na freg. de S. Domingos, de Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

***Souto do Gago.** Pov na freg de Santa Christina, do Malta, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Souto Grande Sitio no limite de Silvado, freg e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Souto de Guimarei. Pov. na freg. de S. Paio, de Guimarei, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Souto de Lafões. Pov. e freg. de João Baptista, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Oliveira de Frades, distr. e bisp. de Vizeu; 133 fog. e 507 hab. Tem esc. do sexo fem Dista 3 k. da séde do conc. Foi villa, sendo seus donatarios, os Paes, do S. João da Pesqueira Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Souto Lindo. Pov na freg. de Santa Maria, de Sequeira, conc e distr. de Braga.

Souto Longal Pov. na freg de S. Pedro, de Torrados, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Souto Longo. Pov na freg. de Santa Eulalia, de Sobrosa, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Souto de Magos. Pov. na freg. de Santa Maria, de Christello Côvo, conc de Valença, distr de Vianna do Castello.

Souto Maior Pov. e freg. de Santa Barbara, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Trancoso, distr. e bisp. da Guarda; 124 fog. e 509 hab. Tem esc. do sexo masc Dista 5 k. da séde do conc. O antigo padroeiro d'esta freg. era S.

Thomé. E' fertil, cria gado e tem caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. e freg. de Santa Comba, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Sabrosa, com. e distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 163 fog. e 1:021 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada nas proximidades da margem direita do rio Pinhão, a 5 k. da séde do conc. O primeiro nome d'esta freg. era *Souto de Panoyas*, e é este o que lhe dá o foral de D. Sancho I concedido a esta freg. em 1195. A terra é fertil, tem caça e cria gado. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. || Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Pedro, de Athei, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, distr. do Vizeu.

Souto de Marcos. Pov. na freg. de S. Miguel, de Gondute, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Souto Mau. Pov. na freg. de S. Simão, de Arões, conc de Macieira do Cambra, distr. de Aveiro.

Souto de Megide. Pov. na freg de S João Baptista, de Canellas, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Souto do Meio. Pov. na freg. de S. Christovão, de Caranguejeira, conc. e distr de Leiria.

Souto Mendo de Baixo e Souto Mendo de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Maria, de Fiães, conc de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Souto da Mó. Pov. na freg. de S. Mamede, de Villa Verde, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Souto do Moinho Pov. na freg de S. Lourenço, de Asmes, conc. de Vallongo, distr. do Porto.

Souto Moninho Pov. na freg de S Sebastião, do Cadafaz, conc. de Celorico da Beira, distr. da Guarda.

Souto do Monte. Pov. na freg. de S. Miguel, de Alvarães, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Souto dos Mortos. Pov. na freg. de S. Miguel, do Creixomil, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Souto Novo. Povoações nas freguezias: Santa Christina, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Corvite, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || O Salvador, de Parada do Gatim, conc. de Villa Verde, do mesmo distr || Santa Maria, de Perozello, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Clemente, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Souto do Ogueiro Pov. na freg. de S. Salvador, de Villar do Monte, conc. do Barcellos, distr. de Braga.

Souto de Oleiros Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Gallegos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho, de Gallegos, do mesmo conc. e districto.

Souto de Pereira. Pov. na freg. de S. Pedro, de Esmeriz, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Souto de Pinheiro *(Quinta do)*. Antiquissima quinta na freg. de S. Thiago de Pinheiro, outr'ora comarca de Guimarães, hoje concelho e comarca de Felgueiras, distr. do Porto. E' solar da familia Vasconcellos Pinto, que tem tido representantes de valor nas letras e nas armas. Entre aquelles podemos citar o P. João Pinto Coelho Soares de Vasconcellos, conego regrante de Santo Agostinho, ordem geralmente conhecida pelo nome de loyos, onde tanto se distinguiu, por seu saber e virtudes, que foi seu provincial e reitor do convento de Villar de Frades, em Barcellos. Quando as ordens religiosas fôram extinctas, veiu para a casa e quinta do Souto viver com seu irmão, Antonio Teixeira Pinto de Vasconcellos, antigo capitão de melicias do regimento de Guimarães, com grande folha de serviços na Guerra Peninsular, e nunca acceitou pensão como egresso. O mesmo succedeu com outro seu irmão, que tambem sobreviveu á extincção das ordens religiosas e que foi padre mestre na dos benedictinos, em que professou. José Pedro de Vasconcellos Pinto e Sousa requereu brazão d'armas de nobreza e fidalguia, que lhe foi concedido por carta regia de 2 d'outubro de 1795 e que se acha registado no livro 5.º do registo dos brazões de nobreza e fidalguia do reino a folhas 84, archivado na Torre do Tombo. Seu avô, Pedro Gonçalves Correia de Sousa de Vasconcellos, foi cadete e capitão de linha na arma de cavallaria, servindo nas longas guerras da successão do reino, com distincção e não pequeno prejuizo para a sua fortuna. Ao neto d'aquelle José Pedro, tambem chamado José Pedro de Vasconcellos Pinto Teixeira Coelho, foi concedido breve para renovação da capella particular que na casa do Souto de Pinheiro existe. N'elle fez o pontifice Pio IX especial referencia aos serviços prestados á religião catholica pelos maiores d'esta illustre familia, e, em attenção a elles, concedeu privilegios pouco frequentes em breves d'esta natureza. E' actual representante d'esta familia e senhor da quinta do Souto de Pinheiro o dr. Antonio Teixeira Coelho de Vasconcellos, residente na quinta das Cortinhas. V. *este nome* e o da quinta da Granja, *Portugal*, vol. II, pag. 163. e vol. III, pag. 836.

Souto da Ponte Pov. na freg. de S. João Baptista, de Gondar, conc de Guimarães, distr. de Braga.

Souto da Porta. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Oliveira, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Souto da Portella. Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Navió, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Capareiros, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Souto do Rebello. Pov. na freg. de S. Miguel, de Varziella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Souto de Rebordões. V. *Rebordões (Souto de)*.

Souto Redondo. Pov. na freg. de S. João de Ver, concelho da Feira, districto de Aveiro. E' de fundação muito antiga, e está situada no centro da região antigamente chamada *Terra de Santa Maria*, e depois *Terra da Feira*. Este logar tornou se historico, pelo celebre combate que se travou aqui entre as tropas liberaes commandadas pelo conde de Villa Flôr, mais tarde duque da Terceira. e as absolutistas commandadas pelo general Povoas. Em harmonia com

a deliberação do conselho militar presidido por D. Pedro, que havia optado por uma guerra offensiva, o conde de Villa Flôr marchara com o melhor das tropas a dar batalha ás forças miguelistas, jornada em que foi infelicissimo. Travado o combate, os miguelistas recuaram um pouco, o isto animou as tropas liberaes, que avançaram com enthusiasmo, julgando que a victoria lhes perteneceria. Mas, fazendo esse movimento, o general Povoas procurara apenas attrahir a divisão constitucional a um terreno onde melhor pudesse desenvolver os seus recursos, e apenas ali a encontrou, caiu sobre olla com todo o vigor Uma carga de baioneta reforçada pela cavallaria, que se encontrava no flanco direito, pôz em completa debandada as tropas constitucionaes do commando do conde de Villa Flôr, que n'esta acção ficou muito desacreditado pelo modo como ordenara o combate; pois quo metteu as forças em fogo n'uma linha singela do atiradores, sem escolher posição para o caso de revez, nem deixar nenhuma reserva para acudir a qualquer ponto. Posta em debandada quasi toda a divisão constitucional, os soldados fugiram desordenadamente, atirando fóra, muitos d'elles, as espingardas para correrem melhor. Devido ás presumpções guerreiras que assaltaram D. Pedro e provocaram este tardio combate, as forças constitucionaes soffriam uma enorme derrota. Ao receber do marquez de Loulé a noticia d'este grande desastre, D. Pedro manifestou o seu desalento e o desejo de se ir embora. Suppondo que Povoas teria procedido como era natural quo procedesse, isto é, marchando sobre a columna constitucional, Bernardo Sá Nogueira, que via o imperador disposto a fugir o tudo perdido, aconselhou o sobre o que havia a fazer: a cavallaria miguelista devia ter tomado a vanguarda dos fugitivos, e a essa hora a divisão estaria decerto prisioneira. Era, pois, necessario preparar a retirada sob o fogo inimigo, com honra, embarcando nos navios para os Açôres, onde se poderia capitular briosamente ou tentar uma segunda expedição. Na verdade, se o general Povoas tivesse avançado resolutamente em perseguição dos destroços da divisão constitucional, entraria no Porto e apoderar se ia de tudo quasi sem resistencia, e n'esse caso não restava a D. Pedro o aos seus senão baterem em retirada para a Foz e embarcarem ali nos transportes em que tinham vindo dos Açôres, voltando pelo caminho que tinham percorrido, sem as illusões que trouxeram e sem muitos dos seus companheiros. Não havia n'esta hypothese outra solução senão a que o honrado official indicava para salvar as tropas que estavam livres, e que aconselhava a D. Pedro, que pensava só em fugir o em se salvar a si. Mas a timidez ou a cobardia do general Povoas, que o obrigou a parar em Grijó, o o odio que dedicava ao general Santa Martha, quo fez com quo lhe não enviassem o menor aviso de que se passava, aviso que daria ensejo a este general para invadir a cidade pelo norte, salvaram ainda uma vez a causa constitucional. Devido a essa timidez, o conde de Villa Flôr pôde reunir no Alto da Bandeira os restos das suas tropas, assim como, graças aos rancores reciprocos dos dois generaes miguelistas, a divisão de Santa Martha se conservou inorte ao norte do Porto, sem tentar um movimento que seria inevitavelmente coroado de exito. Do paço dos Carrancas, de onde se descobrem as alturas da margem esquerda do Douro, D. Pedro viu o que se passava no Alto da Bandeira, e pouco depois chegava-lhe a noticia de que o condo de Villa Flôr, abatido pelo desastre que acabava de soffrer, ficaria em Santo Ovidio, sem coragem para entrar no Porto. Nem tudo estava ainda perdido. A aventura constitucional podia ter acabado n'esse dia com a entrada das tropas miguelistas no Porto, mas o general Povoas contentara-se em derrotar as tropas de Villa Flôr, sem tirar d'essa sua victoria as vantagens quo poderia alcançar. D. Pedro mandou ordem ao commandante dos restos das forças derrotadas para que voltasse ao Porto, e foi elle mesmo a Villa Nova de Gaia receber os vencidos. O terror produzido no Porto pela victoria dos miguelistas, no combate do Souto Redondo, foi enorme. || Pov na freg. de S. Miguel, de Urrô, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Souto do Rego. Pov. na freg. de Santa Marinha de Pedraça, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Souto de Rei Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Annaes, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Bostello, conc. do Penafiel, distr. do Porto

Souto de Ribas Pov. na freg. do Santa Maria, de Corvite, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Souto do Rio Pov na freg de S João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu

Souto da Ruiva Pov. na freg. do Santa Luzia, de Pomares, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Souto de S Gens Pov. na freg de Santa Eulalia, de Cambanellas, conc. do Villa Verde, distr. de Braga.

Souto de S. Martinho. Pov na freg. de S. Martinho, de Campo, conc. de Povoa do Lanhoso, distr. do Braga.

Souto de Tariz Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Trute, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Souto do Tenente Sitio no limite da Povoa, freg. do Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. do Coimbra.

Souto do Valle. Povoações nas freguezias: S. Domingos, de Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. do Leiria. || Santa Christina, de Longos, conc. de Guimarães, distr. do Braga.

Souto do Vedro. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Louredo, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Souto da Velha. Pov e freg. de Santo Ildefonso, da prov. de Traz-os-Montes, conc. o com. da Torre de Moncorvo, distr. e bisp. de Bragança; 112 fog. e 390 hab. Tem esc. do sexo fem. o correio com serviço de posta rural Está situada a 5 k. da margem esquerda do rio Sabor e a 11 da séde do conc. A terra é pouco fertil, tem caça o cria gado. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut o res. n.° 10, com a séde em Mirandella.

Souto do Velho Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Anêlhe, conc de Chaves, distr. do Villa Real. || S Gens, de Boelhe, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Souto de Vide. Pov na freg. de S. Pedro, de

Castello de Penalva, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu.

Souto do Vidual. Pov. na freg. de S Thiago, de Rio de Vide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Souto de Villar. Povoações nas freguezias: S Lourenço, de Durrães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, de Villar de Ferreiros, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real.

Souto de Villarinho. Pov. na freg. de S. Pedro, de Villar de Ferreiros, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real.

Soutosa. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Peva, conc. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu.

Soutulho Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Avintes, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Paio de Melgaço, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Souzel *(Antonio José de Miranda Henriques da Silveira e Albuquerque Mexia Leitão Pina e Mello, visconde de)*. Moço fidalgo com exercicio na Casa Real; senhor da villa de Carapito e Codiceiro, alcaide mór de Villar Maior e de Panoias; commendador das commendas de Villar Turpim no bispado de Lamego, e de Santo Estevão de Passos, no bispado de Coimbra, ambas na ordem de Christo; da commenda de S. Romão de Panoias no arceb. de Evora, na ordem de S. Thiago, gran cruz da Torre e Espada; tenente-general, desde 10 de janeiro de 1809; do conselho da rainha D. Maria I, conselheiro de guerra, etc. N. em Lisboa a 16 de dezembro de 1761; fal a 1 de dezembro de 1835. Era filho de José Joaquim de Miranda Henriques, moço fidalgo, senhor das referidas villas, governador das armas da provincia do Minho, tenente general, etc., e de sua mulher D. Anna Joaquina de Lencastre. Na Guerra Peninsular foi commandante d'uma divisão de 6:000 homens, que devia ir em auxilio dos hespanhoes; general em chefe do exercito entre Tejo e o Mondego, commandante da 2.ª linha da defeza de Lisboa, e duas vezes governador das armas do Alemtejo. Succedeu na casa de seu pae a 6 de dezembro de 1782. Pertenceu ao exercito realista convencionado em Evora Monte, e não tornou para o serviço militar. Casou com D. Joanna Maria do Resgate de Saldanha, sua prima, filha de Manuel de Saldanha da Gama, e de sua mulher D. Francisca Josepha da Camara. Foi agraciado por D. João VI, sendo ainda principe regente, com o titulo de visconde de Souzel, por decreto de 17 de dezembro de 1811. O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo partido em pala; na 1.ª—as armas dos Mirandas: Em campo de ouro, aspa de púrpura, firmada, entre 4 flôres de liz, de verde; e na 2.ª as dos Henriques: Escudo esquartelado; sendo os dois campos superiores de prata, e em cada um d'elles um leão vermelho batalhante, e o campo de baixo vermelho com um castello de ouro.

Souzel. Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc., com. de Extremoz, distr de Portalegre, arceb. de Evora. Tem uma só freg. de que é orago N. S.ª da Graça. Está situada a NO da serra do Caixeiro, na margem esquerda do rio Alva, e junto e na margem direita do rio Alcorrego, não longe da sua origem, a 55 k. da capital do distr. E' pov. muito antiga, mas não teve foral novo nem velho. Foi commenda da ordem de Aviz, e fundada pelo grande condestavel D. Nuno Alvares Pereira, em 1387. Consta que foi este D. Nuno quem lhe pôz o nome, porque, estando para se dar aqui uma batalha aos castelhanos, lhe vieram dizer (quando elle estava orando) que o inimigo se aproximava, ao que D. Nuno respondeu, apromptando-se para a peleja: *Ora, sus a el*, phrase vulgar n'aquelle tempo, e como quem diz *Eia! vamos a elle*. Foi a celebre batalha dos *Atoleiros*, que se feriu a 6 d'abril de 1384, entre Souzel e Fronteira. Como os portuguezes ficaram victoriosos, mandou o condestavel construir ali uma ermida dedicada a N. S.ª da Orada, edificando junto d'ella uma povoação a que deu o nome de *Suzael*, que facilmente se corrompeu em *Souzel*. Elevada a pov. a freguezia, e como a ermida, além de ser pequena, estava bastante arruinada por causa da sua antiguidade, foi demolida no meado do seculo XVI, construindo se no mesmo local a egreja matriz da freg. A imagem da padroeira é de madeira, e mandada fazer pelo mesmo condestavel. Passados muitos annos, d'esta imagem apenas a cabeça existia em bom estado, tudo o mais fôra corrompido pelo caruncho, pelo que o visitador a mandou enterrar. O povo oppôz se, e lhe mandou fazer um corpo de *róca*, e uma das mãos novas, puzeram-lhe vestidos, e ainda existe; mas fez-se outra imagem de esculptura em madeira, que foi collocada no altar mór, dando se lhe o titulo de *Senhora Nova*. A primitiva imagem está n'um dos altares lateraes, do corpo da egreja, tendo a denominação de *Senhora Velha*. O terreno d'este conc. é fertil em cereaes e azeite; produz bastante e bom vinho, fructas, hortaliças e legumes; cria muito gado de toda a qualidade. Souzel pertence á 4.ª div. mil., 7.ª brigada, grande circumscripção mil. sul, e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes; tem est. post e telegr., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; agencias bancarias; fabricas de cal, de moagem e de tijolos; medicos, pharmacias, notario, negociantes de azeite, de cereaes, de couros em cabello; escolas d'ambos os sexos; productores de azeite, de carvão, de cêra e mel, de gados; hospedarias, Misericordia e hospital, sociedades de recreio: *Artistica Souzelense* e *Club Souzelense*; theatro, etc.; feira a 29 de setembro, durando 3 dias; mercado todos os domingos. O concelho compõe se de 3 freguezias, com 1:485 fog. e 5:921 hab., sendo 2:961 do sexo masc. e 2:957 do fem., n'uma superficie de 31:427 hect As freguezias são: N. S.ª da Graça, de Cano, 1:568 hab.: 749 do sexo masc. e 819 do fem.; N. S.ª da Graça, de Casa Branca, 1:750 hab.: 870 do sexo masc. e 880 do fem.; N. S.ª da Graça, de Souzel e Ribeira, 2:603 hab.: 1:345 do sexo masc. e 1:258 do fem. O principal commercio do conc. é cereaes, azeite, cortiça e cal. O conc. de Silves foi extincto por decreto de 26 de setembro de 1895, e annexado ao de Extremoz, sendo restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. Antes d'essa extincção, a freg. da Ribeira estava annexada á de Souzel, com a denominação de *Souzel e Ribeira*. Com a restauração do conc estas duas freguezias ficaram independentes, segundo se deprehende de diplomas emanados do ministerio do reino, mas para effeitos militares continuam annexadas com a citada denominação. || Ribeira do distr de Portalegre, que nasce a 3 k. ao NE de

Extremoz, corre a NO, passa na freg. do Cortiço, tem pontes nas estradas de Extremoz a Portalegre, de Fronteira a Vimieiro e Evora Monte, e outra na Ribeira Grande defronte de Figueira com 40 k. de curso.

Souzella. Pov. e freg. de N. S.ª da Expectação, da prov. do Douro, conc. e com. de Louzada, distr. e bisp. do Porto, 207 fog. e 805 hab Está situada junto d'um affluente do rio Souza, a 7 k. da séde do conc. Tem esc. do sexo masc, medicos, e est. post. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz, cria e exporta muito gado bovino. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Souzellas. Pov. e freg. de S Thiago, da prov. do Douro, conc., com, distr. e bisp. de Coimbra; 331 fog. e 1:195 hab. Tem esc. do sexo fem., pharmacia, correio com serviço de posta rural, e est. na linha do caminho de ferro do norte entre Coimbra e Pampilhosa. Está situada a 9 k. da séde do conc. E' pov. muito antiga. A terra é fertil, e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Samuel, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Souzello. Pov. e freg. de Santo André, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Sinfães, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 517 fog. e 2:017 hab. Tem escolas d'ambos os sexos. Está situada na margem esquerda do rio Douro, a 15 k. da séde do conc. Foi villa e couto, em tempos antigos, e ainda ao logar principal da freg. se dá o nome de *couto*. E' pov. antiquissima. Teve um convento duplex da ordem benedictina, fundado em 870, e dedicado a Santo André. Almançor, kalifa de Cordova, o destruiu em 996. Depois só a egreja se reconstruiu, para servir de matriz da freguezia. O terreno é muito accidentado mas fertilissimo em todos os generos agricolas do paiz. E' abundante de boas madeiras, que exporta, pelo rio Douro, para o Porto, que lhe fica a 38 k. a O. Faz tambem grande negocio com aquella cidade, para onde exporta cereaes e fructas. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 9, com a séde em Lamego.

Sovellas. Pov. na freg. de S. Pedro, de Dois Portos, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Soveral (*D. Francisco de*). Prelado de Angola; foi nomeado primeiro bispo de S. Thomé, em 1625, e transferido immediatamente para Angola, onde morreu no anno immediato em cheiro de santidade.

Soveral (*Francisco Joaquim Ayres do*). Medico cirurgião pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa, e doutorado em Louvain, Belgica. N. em Bellas a 29 de abril de 1823, fal. em Setubal a 16 de julho de 1909. Foi para Setubal exercer clinica em 1846, e ali sempre residiu até á data do fallecimento. Exerceu diversos cargos publicos importantes a começar em cirurgião mór do Batalhão Nacional de Setubal Foi provedor da Misericordia em 1862, sendo ultimamente medico do seu hospital. Tinha um partido municipal, e por longos annos foi 1.º substituto do juiz de direito. Escreveu uma obra ácêrca da epidemia de typhós exantimaticos que grassou em Setubal de 1880 a 1881, em que manifestou o seu profundo talento e erudição O livro tem por titulo: *Os Typhos de Setubal*, e mereceu elogios dos entendedores no assumpto, e da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa.

Soveral (*Luiz Augusto Pinto Soveral, visconde de*). Fidalgo da Casa Real, conselheiro de Estado extraordinario; commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; condecorado com a medalha de D. Pedro e D. Maria II; gran-cruz das ordens hespanholas, de Izabel a Catholica e Carlos III; da Rosa do Brazil; de S. Mauricio e S Lazaro, de Italia; grande official da Legião de Honra de França, condecorado com o Nicham Iftiar da Turquia em brilhantes, antigo diplomata, etc. N. em S. João da Pesqueira a 16 de maio de 1812, fal. em Lisboa a 1 de maio de 1905. Era filho de Luiz do Soveral Vassallo e Sousa, fidalgo da Casa Real e proprietario, e de sua mulher, D. Anna Candida Pinto; irmão do visconde de S. Luiz (*V. este titulo*) e tio do sr. marquez de Soveral, antigo ministro de Portugal em Londres. Foi educado em Inglaterra, e ali se habilitou com o curso superior de letras pela Universidade de Londres Aos 27 annos de edade entrou na carreira diplomatica, sendo nomeado 1.º addido á legação na côrte de Londres, por decreto de 12 de julho de 1839, apresentando-se no dia 28 de julho, e serviu como secretario interino da mesma legação desde 15 de outubro de 1840 até 11 de dezembro, e depois como 1.º addido. Transferido na mesma categoria de 1.º addido para a legação na côrte de Madrid, em 13 de março de 1841, continuou a servir na de Londres, onde novamente exerceu interinamente as funcções de secretario da dita legação, desde 8 d'agosto de 1845 até 20 de janeiro de 1846, e desde 6 de setembro de 1848 até 5 de fevereiro de 1849. Transferido na mesma categoria de 1.º addido da legação de Madrid para a côrte de Londres em 24 de maio de 1847. Agraciado com a graduação de secretario de legação por decreto de 4 de fevereiro de 1850; promovido a secretario effectivo para a legação de Madrid, por decreto de 22 de julho do mesmo anno, continuando comtudo a servir na de Londres, onde se conservou até 16 de agosto seguinte, em que partiu no goso de licença, afim de ir tomar posse do seu novo logar na legação de Madrid, e apresentando se ali a 2 de fevereiro de 1851, serviu até 12 d'abril do mesmo anno, dia em que partiu para a côrte de Londres, para onde novamente havia sido transferido na mesma categoria de secretario, por decreto de 8 de março de 1851. Apresentando se na legação de Londres a 22 do citado mez de abril, continuou ali a servir, como encarregado de negocios interino, desde 12 de novembro de 1855 até 4 de dezembro, e como secretario até 9 de março de 1858, tendo sido agraciado com o titulo de conselheiro de legação, por decreto de 10 de julho de 1852. Promovido a enviado extraordinario e ministro plenipotenciario na côrte do Rio de Janeiro, por decreto de 23 de fevereiro de 1856, logar de que não chegou a tomar posse por ter sido transferido na mesma categoria para a côrte de Madrid, em 22 de outubro do mesmo anno. Partindo de Lisboa para Londres a 27 d'este ultimo mez, ali se conservou em goso de licença até 20 de janeiro de 1857, em que foi para Madrid, assumindo as funcções do seu cargo no dia 31, exercendo-as até 9 de abril de 1860, e ausentando-se en-

tão com licença. Regressando a Madrid a 18 de julho d'este mesmo anno, continuou a servir até 2 de junho de 1862, em que veiu para Lisboa em goso de licença. Voltando ao seu posto em Madrid, a 7 de julho, continuou a exercer as funcções do seu cargo até 2 de outubro, vindo em seguida novamente para Lisboa em goso de licença. Saindo d'aqui para Inglaterra a 23 do referido mez, d'ali se dirigiu para Madrid, onde reassumiu as funcções do seu cargo, no dia 14 de dezembro, que continuou a exercer até 2 de julho de 1864, partindo então para Paris encarregado d'uma missão especial. Regressando ao seu posto em Madrid, no dia 5 de outubro, continuou no exercicio das funcções do seu cargo até 31 de maio de 1865, em que partiu para Sevilha, afim de acompanhar áquella cidade o infante D. Sebastião. Voltando ao seu posto em Madrid a 30 de junho, conservou se no exercicio das suas funcções até 14 de setembro, em que tornou a partir para Lisboa com licença. Saindo novamente para Madrid no dia 20 de janeiro de 1866, e tendo reassumido as funcções do seu cargo, n'aquella côrte, no dia 25, continuou a servir até 13 de julho, em que veiu para Lisboa, por ter sido exonerado do referido logar de ministro plenipotenciario na mencionada côrte, e collocado na disponibilidade por decreto de 23 de junho de 1866, tendo lhe sido mandado confirmar o abono do respectivo ordenado, por carta de lei de 1 de julho de 1867. O visconde de Soveral era o decano dos diplomatas portuguezes. Espirito muito illustrado, e grande amador d'arte, possuia algumas obras preciosas. No hotel Borges, onde residiu nos ultimos annos, e onde falleceu, o illustre diplomata occupava 4 aposentos e um vasto gabinete, em que se guardavam, como em museu, grandes preciosidades. Eram retabulos antigos, quadros de mestre, objectos d'arte de inestimavel valor, entre outros, uma tela de Prats, com a data de 1844, representando Carlos V ao receber as chaves d'uma cidade; alguns pequeninos trabalhos de Raphael Benujmea, um d'elles *pateo, galeria, baja e transito al jardin del rey D. Pedro en el alcazar de Sevilha*, quadro dedicado *A' la distinguida señorita de Soveral, hija de los señores viscondes de Soveral;* outro do mesmo autor, retrato da viscondessa de Soveral, em 1864, etc. Nas suas collecções brilhavam as louças do Japão e da China, e os objectos artisticos, entre outros um contador de tartaruga e marfim, etc. O visconde de Soveral casou em 1838, com D. Elisa Bayne, filha de Ralph Bayne e de sua mulher D. Elisa S. Bayne, e enviuvara alguns annos antes de fallecer. Fôra agraciado com o titulo de visconde por decreto de 30 de junho de 1865. O seu brazão d'armas. é o dos Soveraes, o mesmo usado pelo visconde de S Luiz, e que já vem descripto n'este vol., a pag. ·01.

Soveral *(Luiz Maria Pinto de Soveral, marquez de)* Illustre diplomata, conselheiro de Estado, par do reino, etc. N. em S. João da Pesqueira, em 1853. Depois de ter feito os seus preparatorios e frequentado, como aspirante de marinha, algumas cadeiras da Academia Polytechnica do Porto, partiu para a Belgica, onde fez com distincção o curso de sciencias politicas e administrativas. Voltando a Portugal fez concurso para segundo secretario, e entrando na carreira diplomatica, foi nomeado addido á legação de Madrid, conquistando logo as maiores sympathias pela sua affabilidade e fino trato, como um verdadeiro homem de côrte. Foi depois nomeado, em 1877, addido á legação de Vienna d'Austria, sendo promovido em concurso no anno seguinte ao logar de segundo secretario na côrte de Berlim, onde serviu com muita distincção, sendo mais d'uma vez encarregado de negocios, até ao mez de outubro de 1881, em que passou a Madrid como primeiro secretario. D'ali foi transferido para Roma, em 1884, e em 1890 teve transferencia para Londres, depois do grande conflicto do *ultimatum* de 11 de janeiro, indo substituir o então ministro n'aquella côrte, o conselheiro Barjona de Freitas, apezar do seu cargo de 1.º secretario. Fôram relevantissimos os serviços que prestou como encarregado de negocios, em circumstancias tão especiaes e difficeis, conseguindo pelo

Marquez de Soveral

seu zelo, intelligencia, e fino tacto diplomatico, que as relações e amizade entre as duas nações se fôssem desde então estreitando. Foi elle que, vencendo numerosas difficuldades, que celebrou um *modus vivendo* com a Inglaterra. A impressão que o trabalho de Soveral causou aos dois governos foi tal, que obteve logo, em 13 de janeiro de 1891 a nomeação de ministro de Portugal em Londres, passando a ser *persona*, mais que *gratissima* da côrte ingleza. Proseguiu então nas negociações do tratado de 11 de junho de 1891. Conservou-se n'aquella côrte até 1895, sendo muito estimado e considerado. O rei Eduardo VII tratava o com toda a intimidade; foi agraciado com a grau-cruz, da mais prestigiosa ordem de Inglaterra, e o monarcha inglez punha á sua disposição o hiate real para o trazer a Lisboa, como se fôsse do rei de Portugal, e hospedava-o no

seu proprio palacio. Em 1895 foi ministro dos negocios estrangeiros na presidencia de Hintze Ribeiro. N'esse anno deu se a questão da ilha da Trindade, questão melindrosissima, a cuja solução muito honrosa o seu nome ficou ligado. Como se sabe, as negociações relativas a essa questão, fôram entaboladas entre os gabinetes de Londres, Rio de Janeiro e Lisboa, e superiormente dirigidas por lord Salisbury, ministro dos estrangeiros de Inglaterra, dr Carlos de Carvalho, ministro do Brazil, e Luiz de Soveral de Portugal. N'esta questão anglo brazileira, a fórma como se houve o ministro portuguez, foi um dos mais notaveis acontecimentos que abrilhantou a sua já brilhante carreira diplomatica. Em 1898 foi nomeado par do reino, tomando posse na respectiva camara no dia 17 de março; em 1900 recebeu a mercê do titulo de marquez de Soveral. No anno de 1903, quando o rei de Inglaterra visitou Lisboa, o marquez de Soveral fez parte da comitiva real. Em 1907 foi representar Portugal, na Conferencia da Paz, que se realisou em Haia. O distincto diplomata, depois da implantação da Republica em 1910, tem-se conservado em Londres, afastado completamente da politica.

Soxi Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, no sobado e div. de Cacu'o Cabango, conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental || Pov. da freg. de S. José de Cabiri, no sobado de Malombo, 6.ª div. do conc. de Icolo o Bengo, distr. do Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. da 3.ª div. (Mahaballa) do conc. do Pungo-Andongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, etc.

Soydos *(D. Antonio Luiz Pereira Coutinho Pacheco Pato de Novaes Pimentel, 5.º visconde de Santo Antonio do Cartaxo, e 5.º marquez de).* Grande de Hespanha de 1.ª classe, 9.º administrador do morgadio de Soydos, moço fidalgo, representante dos Pereiras Patos, de Alcochete, Novaes Pimenteis, de Aldeia Gallega, representanto dos Coutinhos e Pachecos e senhor donatario dos reguengos do Cartaxo e Valle da Pinta. N. em Lisboa a 9 de agosto de 1818, fal. em Alcochete, com 90 annos completos, a 9 de agosto de 1908. Era filho do 4.º marquez de Soydos. Frequentou as aulas dos frades de S. Vicente e as do Collegio dos Nobres, e mais tarde, em 10 de outubro de 1833 assentou praça no exercito realista, na 3.ª companhia do regimento de artilharia da côrte. Mudou depois para o regimento de caçadores da Beira Baixa, onde chegou ao posto de alferes, e finalmente, quando foi da convenção de Evora Monte, era tenente do batalhão de caçadores n.º 11. Depois da queda do antigo regimen, vendo-se perseguido, bem como seu pae, quo ainda chegou a estar no Limoeiro, emigrou para a Italia, d'onde só mais tarde regressou, vivendo sempre afastado da politica. Em 22 d'abril de 1844 casou com D. Maria José da Graça Telles de Mello de Almeida Malheiro, filha de Francisco Telles de Mello de Albuquerque Brito Freire de Faro e Menezes, secretario do conselho de guerra, moço fidalgo, etc., e de sua mulher D. Maria Anna Guilhermina de Antas da Cunha Leite Pacheco de Baena de Almeida Malheiro.

Sôza Villa e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com, de Vagos, distr. de Aveiro, bisp de Coimbra; 1:093 fog. e 3:349 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, pharmacia, notario, fabrica de lixa, de louça e telha; productores do arroz e de vinho, etc. Está situada junto d'uma ribeira, e a 2 k da séde do conc. Eram seus senhores donatarios os marquezes de Arronches, depois duques de Lafões, quo fôram padroeiros da egreja. Sôza foi séde de conc. de seu nome, supprimido por decreto de 31 de dezembro de 1853. El rei D. Manuel I lhe deu foral, em Lisboa, a 17 de fevereiro de 1514. O terreno é fertil em todos os generos agricolas, e abundante de peixe, da ria, e do mar que a limita pelo O. A pov. é muito antiga, anterior ainda á fundação da monarchia, mas não se sabe por quem, nem quando foi fundada. Tambem se desconhece qual fôsse o seu nome primitivo, porque o actual tem mais de 700 annos. A villa está ligada á de Vagos por uma estrada municipal, na qual um ponto atravessa o rio Salgado, que divide Sôza de Vagos. A egreja parochial está muito bem conservada. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 24, com a séde em Aveiro.

Stenographia. Arte de escrever tão depressa como se fala, usando de signaes e abreviaturas proprias. V. *Tachygraphia*.

Stephens *(Guilherme).* Extrangeiro illustre a quem Portugal deve um dos seus mais importantes estabelecimentos industriaes, a fabrica de vidros da Marinha Grande. Tendo vindo para Portugal no tempo do marquez de Pombal, foi por elle muito protegido, porque o auxiliava na sua grande empresa de regenerar a industria do paiz. Com carvão de pedra que mandava vir da Inglaterra livre de direitos, explorava para os lados d'Alcantara uns fornos de cal, e a 7 de julho de 1769 inaugurava a fabrica de Marinha Grande, que vinha fundar em Portugal a industria do vidro, emprestando-lhe o Estado 32 contos de reis sem juro nem limite de tempo, podendo fazer os pagamentos parciaes, em cal para as obras publicas, dos fornos que Stephens possuia em Alcantara. El rei D. José ainda lhe concedeu a permissão de gastar toda a lenha que lhe fôsse precisa para a fabrica do pinhal do Estado, gratuitamente. Todos estes privilegios deviam durar por espaço de 15 annos, segundo o alvará de 7 de julho de 1769, mas fôram accrescentados em 1776 com diversas providencias e regulamentos, sobre o fornecimento, declarando se na respectiva provisão, que *a fabrica ficava sob a immediata protecção do rei, como util ao bem publico, e ao dos pinhaes,* na supposição, de que sendo bem e conscienciosamente dirigido o corte das lenhas, não prejudicava, antes melhorava os pinheiros, que se limpavam da lenha sêcca que é o quo só era licito aproveitar. Esta fabrica está já minuciosamente descripta no vol. IV do *Portugal* no artigo *Marinha Grande*, assim como alguns dados biographicos do fundador e de seus irmãos Diogo e João Stephens, que fôram os seus successores, sendo por fim a fabrica entregue ao paiz, como prova de gratidão ao Estado.

Sual. Reino na parte portugueza da ilha de Timor, na Oceania, 9:500 almas, sendo 7 christãos. Fórma um só reino com o de Camnassa Está comprehendido no commando militar de Batugodé.

Sub Adro Pov. na freg. de S. Martinho dos Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Sub carreira. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Cellcirós, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Idães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto || O Salvador, de Joanne, conc. do V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria Magdalena, do Jolda, conc. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Paio, de Vizella, conc de Guimarães, distr. de Braga.

Sub Costa. Pov. na freg de Santa Marinha, de Costa, conc. de Guimarães, distr. do Braga.

Sub-Deveza. Pov. na freg. do S. Torcato, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Sub Egreja. Povoações nas freguezias: S Bartholomeu, de Barqueiros, conc. do Mesão Frio, distr. de Villa Real. || S. Miguel, de Fiscal, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Faustino, de Viariz, conc. de Baião, distr. do Porto.

Sub Estrada. Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Varzea, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Sub-Moinhos. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro.

Sub Outeiro. Povoações nas freguezias: Santo Antão, de Arga de Cima, conc. de Caminha, distr. do Vianna do Castello. || S Thiago, de Lobão, conc. da Feira, distr. de Aveiro || Santa Christina, do Pousa, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Sub Portella. Pov. o freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc., com. e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 173 fog. e 807 hab. Tem asc. do sexo masc. Está situada a 2 k. da margem esquerda do rio Lima o a 10 da séde do conc. E' terra fertil em generos agricolas, cria gado, e tem caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Santa Maria, do Frende, conc. de Baião, distr do Porto.

Sub Quintão. Pov. na freg. de S. Thomé, de Correlhã, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Sub Rego. Povoações nas freguezias: S Thomé, do Caldellas, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Martinho, de Medello, conc de Fafe, do mesmo distr. || S. Thiago, de Rande, conc de Felgueiras, distr. do Porto. || S Cypriano, de Senharei, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Sub Ribas Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Chorense, conc. de Terras de Bouro, distr. do Braga. || Santa Maria, de Meinedo, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Sub Seara. Pov. na freg. de S. Julião, de Calendarío, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Sub-Valle. Pov na freg. de Santa Leocadia e conc. de Baião, distr. do Porto.

Subaco Pov. na freg. de S. Romão, d'Aiões, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Subantando. Pov. do conc. de Cacongo, no distr. do Congo. prov. de Angola, Africa Occidental

Subdolém Aldeia da regedoria do torofo do Bally, no conc. de Quepém, distr. de Gôa, na India.

Subida. Povoações nas freguezias: Santo André, Gondisalves, conc. e distr. de Braga. || Santa Eufemia, de Prazins, conc. de Guimarães, do mesmo districto.

Subidouro. Pov. na freg de S. Faustino, de Guenfães, conc. da Maia, distr. do Porto.

Subiscaia. Pov. na freg. de S. Vicente, de Sousa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Subserra *(Manuel Ignacio Martins Pamplona Côrte Real, 1.º conde de)*. Gentil homem da camara do D. João VI, conselheiro de Estado, grau-cruz da ordem da Torre e Espada, commendador da de Christo; condecorado com a granada de ouro, pelas campanhas da Catalunha e Roussillon, grau-cruz da ordem de S. Alexandre Newsky; cavalleiro da de S. Waldimir, da Russia; gran-cruz da de Carlos III, de Hespanha e da Legião de Honra, de França; cavalleiro da de S. Luiz, e barão de Pamploua em França; tenente-general, bacharel formado em mathematica pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Angra do Heroismo, a 3 de junho do 1760; fal. a 16 de outubro do anno de 1832. Era filho de André Diogo Martins Pamplona Côrte Real, senhor do morgado das Salgas, e de D. Joanna Jacinta Merens e Tavora. Vindo para Portugal, matriculou se em Coimbra na faculdade de mathematica, o depois de tomar o grau de bacharel, assentou praça de cadete no regimento de cavallaria do Santarem, onde foi depois despachado alferes Em 1788 passou á Russia como voluntario, servindo n'aquelle exercito na guerra contra a Turquia, sendo ali companheiro d'armas de Gomes Freire de Andrade, tomando parte no brilhante feito de armas na tomada de Ocazakow. Rebentando a guerra entre a França e as outras potencias européas, serviu primeiro como voluntario no exercito inglez, commandado pelo duque de York, o assistiu ao cêrco de Valenciennes. Entrando, porém, Portugal na lucta, recolheu á patria, e fez a campanha do Roussillon como ajudante general da divisão auxiliar portugueza, depois que deixou de exercer esse cargo o conde de Assumar. Era já então Martins Pamplona tenente coronel, e desintelligencias que elle e o seu antigo camarada Gomes Freire de Andrade tiveram com o general Forbes, commandante da divisão, fizeram com que um e outro fôssem mandados recolher a Lisboa. Comtudo, em 1797 foi nomeado commandante da legião de tropas ligeiras, o em 1801 tomou o commando do regimento de cavallaria n.º 9. Em 1806 era nomeado brigadeiro, e em 1807 foi encarregado por Junot, que se apoderou do reino sem resistencia, entre outros motivos, porque assim o ordenou o proprio governo portuguez, de reduzir os regimentos de cavallaria portugueza para formar com elles os que haviam de entrar na Legião Lusitana Nomeado pelo mesmo Junot chefe de estado maior general d'essa mesma Legião, em 1808, partiu para França e fez as campanhas da Legião, sendo tambem um dos officiaes portuguezes que acompanharam Massena na sua invasão, dando lhe até o marechal o governo de Coimbra. Lançou se lhe isso muito em rosto, e foi o motivo porque não pôde recolher se á patria, como se recolheu Gomes e outros, mas Pamplona demonstrou na sua *Memoria justificativa*, que, se não tivesse acceitado o governo de Coimbra, esta cidade com todos os seus estabelecimentos scientificos seria completamente saqueada e destruida. Em 1812 fez Martins Pamplona a campanha da Russia, e foi agraciado por Napoleão com a gran

cruz da Legião de Honra. Sendo Bonaparte expulso da França, pelo tratado de Fontainebleau, de 3 de abril de 1814, não podendo Pamplona entrar em Portugal, porque o governo proscrevera todos os que tinham acompanhado Massena, ficou ao serviço dos Bourbons, e foi nomeado por Luiz XVIII governador militar do departamento do Loire-et-Cher, e depois do da Côte d'Or, em 1815. No anno de 1818 publicou em Paris um livro com o titulo: *Aperçu nouveau sur les campagnes des Français en Portugal en 1807, 1808, 1809, 1810 et 1811: contenant des observations sur les écrits de M. M. Thiebaut, Nanglies, Gingret*, etc.; saiu sem o seu nome. Em 1819 traduziu do italiano em francez, uma obra com o titulo de *La Guerre de la Peninsule sous son veritable point de vue*, que publicou em Paris, tambem sem o seu nome. O original italiano era escripto pelo conde do Funchal. Finalmente, em 1820 foi redactor em Paris, juntamente com José da Fonseca e Candido José Xavier, do jornal *O Contemporaneo politico e litterario*, o qual começou a sair em janeiro do referido anno, e continuou nos mezes seguintes. Em 1820, tendo-se aberto com a revolução as portas da patria a todos os proscriptos, Pamplona voltou a Portugal, e apressou-se a publicar uma *Memoria justificativa* do seu procedimento e do de sua mulher, D. Izabel Antonia do Carmo de Roxas e Lemos Carvalho de Menezes, com quem casara a 19 de março de 1806, e fôra sua fiel companheira de todas as aventuras e tribulações. Essa *Memoria* foi impressa em 1821, e concedeu-lhe a rehabilitação que elle pedira e que já a outros se conferira. Foi logo, n'esse anno, eleito deputado ás côrtes constituintes pelos Açôres. Antes, porém, de chegar o seu diploma, foi nomeado ministro da guerra, exercendo este cargo desde 24 de setembro até 15 de outubro de 1821, data da approvação do seu diploma de deputado, cargo que era incompativel, pela constituição, com o de ministro. Não foi reeleito para as côrtes ordinarias, mas nem por isso deixou de manifestar sentimentos liberaes moderados, sendo ao mesmo tempo muito acceito por D. João VI, que logo depois da villafrancada o chamou de novo ao logar de ministro da guerra, dando-lhe ao mesmo tempo o de ministro assistente do despacho. Por decreto de 3 de julho de 1823 foi agraciado com o titulo de conde de Subserra, em duas vidas. O novo titular e o marquez de Palmella eram o elemento liberal do gabinete; sendo por isso o conde de Subserra a primeira victima escolhida por D. Miguel no movimento da abrilada. Escapou, porque o seu intimo amigo Hyde de Neuville, ministro francez em Lisboa, teve conhecimento da revolução, e deu lhe asylo em sua casa. Domada a revolta foi o conde de Subserra reintegrado no seu cargo de ministro da guerra, mas só o exerceu pouco mais de seis mezes, porque o partido absolutista fez lhe tão crua guerra que obrigou D. João VI a demittil-o em 1825, nomeando o em compensação, ministro em Madrid, logar que exerceu até abril de 1827, anno em que, pedindo a demissão, regressou a Portugal, onde estava quando o infante D. Miguel deu o golpe de estado em 1828. Foi o conde de Subserra a primeira victima, e d'esta vez não escapou, como escapára em 1824 pela intervenção do ministro francez. Preso e incommunicavel na Torre de Belem, foi depois transferido para a Torre de S. Julião da Barra, acompanhando-o sempre a sua dedicada esposa, que o seguiu para o forte de S. Lourenço (Torre do Bugio), e por fim para Elvas, correndo um e outro grave perigo de serem assassinados no caminho, como succedeu a tantos outros, escapando porque caiu da carruagem e os proprios presos os conservaram protegendo com os seus corpos, até que a tropa miguelista teve d'essa vez a humanidade de os proteger contra a furia do populacho, o que nem sempre fez. N'uma casa matta do forte da Graça em Elvas, falleceu o conde de Subserra, sobrevivendo lhe sua esposa 24 annos, vindo a fallecer em maio de 1856. Esta senhora, quando casou com o conde, era já viuva de seu primo Manuel de Roxas e Lemos de Menezes, de quem teve uma filha, D. Maria Mancia de Lemos Roxas Carvalho e Menezes Pequeno Chaves Teixeira Vahia, que foi a 2.ª condessa de Subserra, em verificação da 2.º vida concedida no titulo a seu padrasto. (V. *Bemposta e Subserra*, *Portugal*, vol. II, pag. 291). O seu brazão d'armas é um escudo com as armas dos Côrtes Reaes: Em campo de prata uma cruz vermelha sobre seis costas assentadas em pala, em campo vermelho. O conde de Subserra publicara em Lisboa, 1779: *Conclusões de logica, methaphysica e etica*, defendidas no real collegio de Mafra, sendo presidente D. Thomaz da Virgem Maria, professor do mesmo collegio. No *Jornal do Commercio*, de 5 de agosto de 1868, foi publicado um manuscripto encontrado nos papeis do illustre titular, que o marquez de Sá da Bandeira enviára áquella folha, tendo por titulo: *Os portuguezes na Russia*

Subserra. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Subsidio Litterario Em data de 3 d'agosto de 1772 a Mesa Censoria fez subir, em consulta, á presença d'el rei D. José, o mappa das terras onde deviam ser estabelecidos os estudos menores, bem como a proposta d'um imposto, que depois se denominou *subsidio litterario*, e finalmente, de outras providencias, que mais tarde fôram convertidas em disposições legislativas na lei de 6 de novembro do mesmo anno de 1772. O soberano, attendendo á indispensabilidade de provêr ás despezas dos estudos por meio de fundos seguros e permanentes, creou, pelo alvará de 10 de novembro de 1772 o supradito imposto, em substituição de todas as collectas, que nos *Cabeções das Sizas*, ou em outros livros, ou cadernos de arrecadação, haviam sido lançadas para as despezas da instrucção publica. Nos termos do alvará consistia o imposto no *Reino, e Ilhas dos Açôres e Madeira*, em 1 real em cada canada de vinho; 4 reis em cada canada de aguardente, de 160 reis em cada pipa de vinagre; na *America e Africa* em 1 real de cada arratel de carne que se cortasse nos açougues; e n'ellas, e na *Asia* em 10 reis em canada de aguardente, das que se fizessem n'aquellas terras, debaixo de qualquer denominação. O alvará estabelecia algumas regras sobre o lançamento e arrecadação do imposto. Tambem pelo alvará da mesma data providenciou sobre a fórma da arrecadação especial do mesmo imposto na cidade do Porto e seu termo, e nos logares de Cima Douro, commettendo-o á Junta da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro. Pelo alvará de 10 de novembro ainda de

1772 foi creada para a arrecadação do subsidio litterario uma junta com jurisdicção privativa e exclusiva. A junta devia ser presidida pelo presidente da Real Mesa Censoria, e composta de tres deputados da mesma Mesa, de nomeação regia, d'um thesoureiro geral, d'um escrivão de fazenda, todos com voto; e d'um escripturario, de um praticante, de um porteiro e de um continuo. O juiz conservador do Collegio dos Nobres devia ser tambem o executor das dividas pertencentes ás rendas da junta; e todas as pessoas que constituiam esta deviam perceber vencimentos pelo cofre do subsidio litterario. Para o fim de evitar todos os conflictos de jurisdicção, ordenava o soberano que a da junta e do seu juiz conservador, em todas as materias concernentes ao subsidio litterario, fôsse privativa e exclusiva de toda e qualquer jurisdicção. A carta de lei de 15 de abril de 1857 extinguiu este imposto, a contar do primeiro do julho do mesmo anno, no continente do reino; mas nas ilhas adjacentes sómente pela carta de lei de 11 de setembro de 1861 foi extincto o mesmo imposto.

Sucado. Pov. na freg. de Santa Maria, de Borba da Montanha, conc. de Celorico de Basto, distr. do Braga.

Sucalala. Pov. do sobado de Bombo, na 6.ª div., do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. de Angola, Africa Occidental.

Sucastello. Pov. na freg. de S Martinho, de Christoval, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Sucçães. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança; 198 hab. e 781 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada na estrada de Mirandella a Villa Pouca d'Aguiar, a 10 k da séde do conc. E' terra pouco fertil, do clima excessivo, mas saudavel. Cria bastante gado, e é muito abundante de caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr de recrut. o res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. na freg. de Santa Marinha do Prozello, conc. de Arcos de Valle-do Vez, distr. de Vianna do Castello.

Sucena *(José Rodrigues de Sucena, conde de)*. Negociante, o proprietario da importantissima casa commercial, que tem o seu nome, no Rio de Janeiro. N. na Borralha, do conc. d'Agueda, a 13 d'abril de 1850, sendo filho de Antonio Rodrigues Sucena e de D. Emilia Rosa de Oliveira, modestos lavradores. Fez os seus estudos regulares, dedicando se tambem a serviços agricolas na sua casa, e aos 17 annos de edade, não querendo seguir a carreira ecclesiastica, que seu pae desejava, por não se sentir com vocação, apezar de ser muito religioso, resolveu ir tentar fortuna ao Brazil, e com muito desgosto de seu pae, embarcou a 13 de fevereiro de 1867 para o Rio de Janeiro, onde chegou a 5 de março, indo munido d'uma carta de recommendação de Sebastião de Carvalho, um dos nomes mais conceituados de Aveiro, para o importantissimo negociante d'aquella cidade Manuel Joaquim Alves Machado, mais tarde conde Alves Machado. A protecção que este lhe dispensou e uma nunca desmentida vontade de ferro bastaram para se dedicar ao trabalho com toda a dedicação, conseguindo tornar-se um negociante respeitado, e muito conceituado. Empregando-se como caixeiro a 13 d'agosto de 1872 n'uma casa commercial, que tambem negociava em objectos religiosos, não tardou a conquistar a sympathia dos seus superiores, desenvolvendo desde logo as mais notaveis aptidões para o commercio. Em 1875, pelo fallecimento d'um dos socios da casa, ficou o activo caixeiro interessado nos lucros do estabelecimento, como premio dos relevantes serviços que prestára. Inexgotavel de actividade, augmentando de competencia de dia para dia, fazendo convergir sobre si toda a responsabilidade do movimento commercial, assim se conservou até fins do anno de 1880, e em janeiro seguinte associou-se com o proprietario de um estabelecimento de vestimentaria, quo fôra fundado em 1806, por Azevedo & Ramos. Depois de consolidada a sociedade, veiu Sucena á Europa visitar a casa paterna, percorrendo então as principaes casas fabris e commerciaes do genero, no intuito de os estudar, adquirindo elementos para elevar a sua casa commercial á altura das principaes de Paris. Voltou ao Rio de Janeiro, e em 1884 comprou um estabelecimento visinho, que lhe permittiu alargar ainda quanto possivel a esphera do seu ramo de commercio, e em outubro de 1886, tendo terminado o praso por que fôra feita a sociedade quo até então mantivera, principiou a usar a sua firma individual, augmentando extraordinariamente os seus creditos, já do ha muito lisonjeiramente estabelecidos. A sorte continuou-lhe sorrindo, e em 1890 adquiriu duas propriedades fronteiras ao estabelecimento, demoliu-as completamente, construindo então uma magnifica e grandiosa propriedade, com todos os melhoramentos da arte moderna, conjugadas a elegancia com a solidez e a hygiene, com uma installação minuciosa, espaçosas salas para officinas, os pavimentos formando galerias, uma capella bonita e rica, finalmente, um palacio digno de vêr se, um centro commercial de primeira ordem, e como so depois da triumphante lucta de muitos annos, faltasse a esse solar do trabalho o cunho que lhe authenticasse o valor, a chancella que lhe imprimisse a suprema garantia, encarregou se o chefe do estado brazileiro, Campos Salles, conceder a alta distincção da sua visita, realisada a 28 de dezembro de 1899. O presidente percorreu todas as salas, officinas e dependencias, a rica capella, admirando, dirigindo palavras elogiosas ao proprietario. N'essa occasião foi offerecido á esposa de Campos Salles, como agradecimento d'aquella honrosa visita, um valioso e dedicadissimo brinde, um artistico crucifixo de marfim. O conde de Sucena, apreciando o valor dos seus auxiliares, reparte com elles os abundantes lucros da sua casa, tornando seus socios os empregados mais antigos. Sendo agraciado com o titulo de visconde de Sucena, foi depois elevado ao de conde, e por despacho de 24 de dezembro de 1903 recebeu a mercê da gran-cruz e commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. O sr. conde de Sucena é dotado de vivos sentimentos religiosos, e nas suas muitas viagens pela Europa, foi duas vezes a Roma, recebendo audiencia do papa Leão XIII, que o distinguiu com a mercê de cavalleiro da ordem de S. Gregorio Magno, lançando lhe tambem a benção apostolica, e enviando-a a todos os seus parentes e socios da Casa Sucena. Em 1896 assistiu na capella Sixtina á missa celebrada pelo papa, na presença de

mais mil peregrinos, de diversas nacionalidades que ali concorreram. O illustre titular é casado com uma senhora distinctissima, sobrinha de Thomaz Villalaba Gomersore, que foi presidente da Republica Oriental do Uruguay. Vindo viver para a sua terra natal, fez grandes reparos na egreja matriz, que importaram n'alguns contos de reis. A Borralha deve lhe ainda mais melhoramentos. Grande parte da sua fortuna é distribuida por sociedades e institutos de beneficencia tanto de Portugal como do Brazil. O sr. conde de Sucena encontrou em sua esposa uma digna cooperadora n'esses actos caritativos, estando sempre prompta a auxiliar todas as iniciativas que tendam ao engrandecimento da lavoura do seu concelho e do districto de Aveiro; entre muitos beneficios, conta se a creação de duas escolas moveis agricolas: *Condessa de Sucena*, que funcciona permanentemente na Borralha; e *Conde de Sucena*, em Oliveira d'Azemeis, que se inaugurou em 12 de novembro de 1906.

Suço. Pov. do conc. de Cabinda, na delegação do Chiavala, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Sucres. Pov. na freg. de S. Pedro, de Penude, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Suçu. Pov. do conc. de Cacongo, no distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Suculle. Pov. do conc. de Noqui, no distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Sudro. Pov. na freg. de Nossa Senhora do Rosario, de Louredo, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Sueste (*Ponta do*). Ponta situada na costa SE do ilhéo Branco, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Tem junto uma pequena praia de desembarque.

Suggia *(Guilhermina)*. Distincta violoncellista. N. no Porto em 1882, sendo filha do distincto professor de violoncello Augusto Suggia. Aos 5 annos de edade começou com os estudos preliminares de musica, para que sentia decidida vocação, e tanto assim que dedicando se aos 6 annos e meio ao estudo do violoncello, tomou parte 6 mezes depois, aos 7 annos, n'um concerto publico, realisado no Club de Mattosinhos, em que o enthusiasmo foi indescriptivel, e desde logo seu pae pensou fazer da artistasinha uma grande artista. Em 1896 entrou para a orchestra do Orpheon Portuense, e fez parte do quartetto de musica de camara, salientando-se sempre. Em março de 1901, tomando parte n'um concerto da Academia dos Amadores de Musica, onde tocou pela primeira vez, de tal fórma se distinguiu, que teve a honra de ser convidada para tomar parte n'um concerto no paço, ficando então a sua educação musical artistica sob a protecção da rainha D. Amelia. Partiu para a Allemanha a aperfeiçoar se com o sabio professor Julius Klengel, que reconhecendo na sua dilecta discipula raras aptidões artisticas, muito a admirava, e com ella entrou em concertos publicos. Depois de longa ausencia da patria, Guilhermina Suggia esteve em Lisboa em 1903, e como reconhecimento á augusta soberana, tomou parte n'um concerto realisado no Salão da Trindade, em 9 de junho, revertendo o seu producto para a Assistencia Nacional aos Tuberculosos, de que a rainha D. Amelia era desvelada protectora. Antes, porém, d'este concerto, apresentou-se no Orpheon Portuense, em outro, ali effectuado, em que mais uma vez foi apreciada e muito victoriada. Guilhermina Suggia, acompanhada de sua irmã Virginia, distincta pianista, com quem sempre se apresenta nos concertos, tem percorrido em gloriosas *tournées* artisticas, Paris, Belgica, Italia, todas as cidades da Allemanha, etc., recebendo sempre enthusiasticos applausos dos diversos publicos e da critica.

Suguelro. Pov. na freg. de S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Sulde. Pov. na freg. de S. Miguel, de Rebordosa, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Sulmo. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sabacheira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Suinco. Montanha do distr. de Lisboa, proximo do Bellas.

Sul. Villa e freg de Santo Adrião, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. Pedro do Sul, distr. e bisp do Vizeu; 601 fog. e 2:641 hab.: tem esc. do sexo masc., est. post., pharmacia e notario. Está situada n'um valle banhado pelo rio Sul, a 8 k. da séde do conc. E' pov. antiga. O rei D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, a 4 de abril de 1514. Foi séde d'um conc. do seu nome que foi supprimido por decreto de 24 d'outubro de 1855, o qual comprehendia 7 freguezias, todas no bispado de Vizeu. Em 1880 ainda existia a casa da camara ameaçando ruina, menos a parte que estava occupada pela casa da escola da instrucção primaria; existia ainda tambem a cadeia e o pelourinho. Pela posterior divisão judicial, ficou a villa do Sul constituida séde d'um julgado, com 6 freguezias. Esta villa além de muito populosa, comprehende uma extensa área. Tem abundantes aguas, que a tornam muito fertil em legumes, hortaliças, fructas, vinho, etc. Nos seus montes ha muita caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. || Pov. na freg. de S. Thiago, do Anha, conc e distr. do Vianna do Castello. || Pov. da freg. de S. João Baptista, no conc. e ilha de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Rio do distr. de Vizeu, tem varias nascentes situadas nas proximidades da villa do mesmo nome, corre ao S e entra no Vouga, em S. Pedro do Sul, com 10 k. de curso. || Ponta situada na costa S da ilha Graciosa, Açôres. || Ponta da ilha do Sul, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Ponta situada ao S da ilha da Boa Vista, no referido archipelago e prov. || Ponta situada ao S do ilhéo Grande, um das ilhéos Seccos, idem, idem. || Ponta situada ao S do ilhéo Rombo, um dos ilhéos Seccos, idem, idem.

Sul Grande. Pov. do conc. e ilha de Santa Cruz da Graciosa, no distr. e bisp. de Angra do Heroismo, Açôres.

Sulcorna. Aldeia da regedoria do torofo de Maina, concelho de Quepém, districto de Gôa, na India.

Sulelmas. Pov. do rio Grande de Guinalá ou de Bigubá, na prov. da Guiné, Africa Occidental.

Sulemba. Pov. do sobado de Quiumbumbuge Quitanda, no conc. de S. Salvador e distr do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Sulla. Pov. na freg. de S. Thomé, de Trezoi, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu.

Suma Liambo. Pov. no sobado de Cabinda, na regedoria do Povo Grande, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Sumba. Pov. da div. de Quissanga, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. da freg. de S. José, de Encoge, distr. de Loanda, prov. d'Angola, etc.

Sumbe. Divisão do conc. de Novo Redondo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. Comprehende 4 sobados.

Sumbe Ambela. Porto ou bahia situada na costa do distr. de Benguella, prov. de Angola, Africa Occidental. Fica ao S de Benguella a Velha e fórma uma ensoada muito aberta, onde se lança o rio Cuvo, e tomou provavelmente o nome de Sumbe Ambella porque o rio atravessa umas terras d'esta ultima denominação. || Região proxima do rio Cuvo, no conc. de Novo Redondo, prov. de Angola, Africa Occidental. Minas de cobre, descobertas em 1620 por Manuel Cerveira Pereira, conquistador de Benguella.

Sumbi. Pov. do conc. de Cabinda, na delegação do Chiavala, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Sume. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Monte da Pedra, conc. do Crato, distr. de Portalegre.

Sumes. Pov. na freg. de S. Jorge, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Sumidas. Pov. na freg. de Santa Maria, de Gondar, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Summarica. Pov. da div. de Muculla, no conc. do Ambrizete, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Summario. Titulo de algumas obras. V. as citadas a pag. 346, col. 2, vol. IV do *Portugal*.

Sundy. Roça da Ilha do Principe, na Africa Occidental.

Sunga. Pov. da div. do Mussuco, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Sungama. Pov. da freg. de S. Joaquim, na 2.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Supegal. Pov. da freg. do Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Supêna. Pov. na freg. de S. João, de Guilhufe, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Superstição. Ilhéo da prov. da Guiné, defronte de Bissau.

Supico *(Augusto Cesar)*. General de brigada. N. na Louzã em 1842, e fal. em Lisboa a 10 de abril de 1902, com 60 annos de edade incompletos. Era filho de José Joaquim Supico e de D. Maria do Céo Supico. Matriculou-se na Universidade de Coimbra, em mathematica, em que recebeu o grau de bacharel; fez ali tambem os preparatorios do curso de engenharia, obtendo pela Escola do Exercito o seu diploma de engenheiro militar em janeiro de 1872. Assentou praça a 6 de agosto de 1862, sendo promovido a alferes em 3 de janeiro de 1872, a tenente em 13 de janeiro de 1874, a capitão em 16 de setembro do mesmo anno, indo depois para Macau no posto de major sem prejuizo de antiguidade; regressando muito mais tarde ao reino, ficou com a effectividade d'aquelle posto em 31 de outubro de 1881. A 2 de maio do 1880 foi promovido a tenente-coronel, a coronel em 3 de abril de 1893, e em 1901 a general de brigada. Exerceu bastantes commissões de serviço, algumas no ultramar, como a de director do caminho de ferro do Mormugão e director das obras publicas em Macau, e outras no reino. Entre estas commissões, contam-se as de director das obras publicas do districto de Horta, de commandante interino do regimento de engenharia, como tenente coronel, e mais tarde, commandante effectivo, quando foi promovido a coronel, de inspector do serviço de engenharia na 2.ª divisão mil. e de inspector das fortificações, logar que exercia, quando teve a promoção do general. Era commendador da ordem de Aviz, e possuia a medalha de prata de comportamento exemplar. Quando falleceu, pertencia á commissão encarregada da escolha de typos para os nossos quarteis, hospitaes, etc., e á junta consultiva do ultramar. Era casado com a sr.ª D. Maria do Carmo Carneiro Supico.

Supico *(Francisco Maria)*. Administrador da pharmacia do hospital da Misericordia de Ponta Delgada, jornalista, etc. N. em Louzã no 1.º do novembro de 1830, sendo filho de José Joaquim Supico e de D. Maria do Céo Supico; irmão do antecedente. Impossibilitado por falta de recursos de seguir os estudos maiores, seguiu os de pharmacia pratica, fazendo perante a Universidade de Coimbra o respectivo exame em 4 de dezembro do 1851. Pouco depois, em 1852, foi para a ilha de S. Miguel, e em 1853 obteve o logar do administrador da pharmacia do hospital da Misericordia de Ponta Delgada. Casando n'aquella cidade, em 1854, com D. Rita da Cunha. Dotado de intelligencia e vontade, tratou de supprir pelo estudo a falta de educação litteraria, e não foram escassos os fructos da sua applicação. Foi um dos mais solicitos e prestantes membros da imprensa açoriana. De 1852 a 1854 publicou diversos artigos litterarios e algumas poesias nos periodicos: *Revista dos Açôres*, o *Revista açoriana*; em 1856 collaborou na *Estrella Oriental*, jornal da Ribeira Grande, cuja redacção effectiva tomou de 1857 a 1859; em 1858 redigiu o *Correio Michaelense*, orgão do partido progressista; e foi o fundador do *Templo*, folha quinzenal de litteratura religiosa e moral, que durou de 1855 a 1859; n'este ultimo anno fundou o *Santelmo*, jornal litterario politico, e n'elle tomou a redacção da parte politica, escrevendo muitos artigos litterarios, originaes e traduzidos, até findar esta publicação em 31 de outubro de 1860. Redigiu a *Ilha*, jornal politico e noticioso, desde 1859 até fim do 1861. No *Açoriano Oriental*, jornal politico e noticioso, tambem escreveu muitos artigos desde o anno de 1861. E' redactor principal da folha politica a *Persuasão*, desde o seu começo, em janeiro de 1862. No *Cosmorama*, publicação litteraria adornada de gravuras, de que sairam 14 folhetos de 64 paginas, desde 1862 até 1865, inseriu alguns estudos moraes, e artigos originaes e traduzidos; e outros na *Esmeralda atlantica*, jornal litterario illustrado, á similhança do *Archivo Pittoresco*, de que apenas se publicaram 3 numeros. Tambem collaborou na *Aurora dos Açôres*, jornal fundado em 1851, e escreveu umas correspondencias mensaes no *Tribuno Popular*, de Coimbra, e no *Atlantico*, da Horta. Entrou na vi-

da publica em 1878, sendo eleito vogal da Junta geral do districto, corporação a que pertence ha muitos annos. Era presidente da referida Junta quando em 1901 visitaram os Açôres o finado rei D. Carlos e a rainha D. Amelia. Tendo no desempenho do seu elevado cargo, de receber os soberanos como genuino representante dos povos do districto, foi por essa occasião agraciado com a gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. Como fervoroso adepto do principio civilisador da associação, Francisco Supico tem prestado n'este sentido importantes serviços á ilha de S. Miguel. Foi socio e presidente da Sociedade Musical Harmonia de Ponta Delgada, e pela dissolução d'esta, pertenceu egualmente á que veiu substituil a com o nome de *Triumpho*. Concorreu em 1854 para a inauguração da Sociedade Recreativa da mesma cidade, e d'ella foi presidente durante alguns annos. Tambem em 1858 foi um dos fundadores da Sociedade Propagadora da Musica Vocal, que muito contribuiu para a diffusão da musica de canto nas classes pobres, mediante a creação e custeamento d'uma aula d'esta arte. No 1.º de janeiro de 1860, fundou o Centro Civilisador e Protector das Classes Laboriosas, que em 1863 assumiu a nova denominação de Gremio Recreativo das Classes Laboriosas, e do qual, por serviços prestados, recebeu a honrosa nomeação de presidente perpetuo honorario. E' socio correspondente da Sociedade Pharmaceutica Lusitana desde 18?3, e membro da Sociedade dos Amigos das Letras e Artes de S. Miguel, que n'esse anno assumiu as funcções de thesoureiro. Publicou em diversos annos, a começar em 1864, o *Almanach do Archipelago dos Açôres estatistico, historico, recreativo e noticioso;* livrinhos muito curiosos e interessantes pelas noticias historicas, estatisticas, descriptivas, etc., que fórmam uma collecção importante para a historia politica, civil e litteraria dos Açôres. Escreveu tambem um folheto de 56 pag., *Poucas linhas sobre o tabaco*, publicado em Ponta Delgada em 1865, compilação que emprehendeu com o fim de prestar serviço aos Açôres e Madeira, na occasião em que se manifestara geralmente o desejo de saber alguma cousa util e aproveitavel sobre cultura e preparação do tabaco, até poder entregar so esta planta ao commercio e á industria.

Supico de Moraes *(Pedro José)*. Moço da camara do infante D. Francisco, irmão d'el-rei D. João V. Era natural de Lisboa. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento, mas parece que foi assassinado em Compostella, antes do anno de 1760. Homem de espirito, mas bastante atrevido, correu varios perigos, e teve de fugir para Inglaterra, por lhe attribuirem certos actos de malvadez praticados pelo referido infante. Os seus accusadores sabiam que D. Francisco era um facinora, mas convinha lhes imputar ao seu moço da camara as monstruosidades que praticava. Perseguido implacavelmente, Supico foi attrahido a Compostella, onde o mataram. Deixou a seguinte obra muito curiosa: *Collecção politica de varios apophtegmas: Parte I, Collecção moral; Parte II, Collecção Politica;* Lisboa, 1720; 2.ª edição, 1733. Sairam ambas as partes reunidas com a indicação de *novamente impressas, correctas e illustradas*, Coimbra, 1761; 2 tomos.

Supplicação *(Casa da)*. Era o maior e o principal tribunal de Portugal, tanto no civel como no crime. Tinha o seu assento em Lisboa, no edificio que tinha servido de paços reaes, emquanto se não construiram os de Alcaçova, no reinado de D. Diniz. Era o palacio de S. Bartholameu, contiguo ás muralhas do castello de S. Jorge. Foi creado este tribunal por D. João I, o qual lhe deu para *regedor* seu sobrinho D. Fernando Guerra, depois bispo do Porto e arcebispo de Braga, neto do infante D. João, filho de D. Pedro I e de D. Ignez de Castro, que exerceu este cargo até fallecer. Na sua primitiva origem se chamou presidente da Casa da Supplicação, e depois regedor das justiças. O primeiro que teve esta denominação foi Rodrigo Gomes d'Alvarenga, pae do vice-rei da India Lopo Soares d'Albergaria. A Casa da Supplicação esteve em differentes localidades, depois de ter estado em Lisboa. No tempo de D. João II passou para Torres Novas, mas d'esta villa fez o soberano passar os juizes para Evora, por causa do julgamento do duque de Bragança em 1483. A jurisdicção ordinaria d'este tribunal comprehendia as provincias da Extremadura, Alemtejo e Algarve, e a comarca de Castello Branco. Além d'esta jurisdicção particular, tinha a Casa da Supplicação o grande privilegio de conhecer dos aggravos e appellações da casa do civel do Porto, nas causas que excediam a sua alçada, pois que a Supplicação a tinha toda; mas havia *revista* nas sentenças sobre beus de raiz, que excediam o valor de 300$000 reis, e sobre bens moveis, que excedessem o valor de 400$000 reis. Isto, por uma lei de D. Pedro II, datada do 26 de junho de 1696. Este tribunal compunha se de 40 ministros, os quaes *apontavam as ordenações*, pela ordem seguinte: um chanceller; 10 desembargadores dos aggravos e appellações; 2 corregedores do crime, da côrte; 2 corregedores do civel, tambem da côrte; 2 juizes dos feitos da corôa e fazenda; 4 ouvidores das appellações de causas crimes; 1 procurador dos feitos da corôa; 1 procurador dos feitos da fazenda; 1 juiz da chancellaria; 1 promotor da justiça; e 15 desembargadores extravagantes. Depois alterou se o numero d'estes ministros, que chegaram a 42. Tiraram se 2 ouvidores das appellações crimes, que eram 4, e accrescentaram se 3 desembargadores extravagantes. Tinha 32 escrivães, sendo 5 dos aggravos, 4 do crime, 6 do civel, 2 dos feitos da fazenda, 1 dos feitos da corôa, 8 das appellações civeis, 2 das propriedades, 4 das appellações crimes do reino e 2 das appellações das ilhas. Tinha tambem 3 distribuidores, sendo 1 dos aggravos crimes e devassas, 1 das appellações civeis do reino e 1 das appellações crimes, aggravos e fazenda. Havia tambem 1 guarda-mór, 2 guardas menores, 2 porteiros do crime e do civel da côrte e 1 das appellações crimes, civeis, aggravos e feitos da fazenda. Os magistrados reuniam-se na grande sala da relação, onde se repartiam por 7 mesas, na fórma seguinte: *Mesa grande*, a que presidia o regedor da justiça, sentado em cadeira de espaldar, debaixo d'um docel, e aos lados, em bancos estofados, 10 desembargadores de aggravos. A' direita da mesa grande, estava a mesa dos corregedores do crime, da côrte. Seguia se outra mesa do mesmo lado, que era a dos juizes da corôa e fazenda, e na qual tambem assistiam 2 procuradores regios, e onde despacha-

va tambem o juiz das capellas. Seguia-se outra mesa, ainda do mesmo lado direito, que era a dos desembargadores extravagantes. Do lado esquerdo da mesa grande ficava a mesa dos desembargadores dos aggravos. A esta mesa se seguia a dos ouvidores do crime, em que tambem despachava o juiz da chancellaria. Finalmente, a esta mesa se seguia outra, chamada dos *hospedes*, na qual despachava o juiz dos contos, o juiz do fisco e o juiz conservador da junta do commercio, antes da suppressão d'esta junta. N'esta mesa tinham tambem assento os 2 dos corregedores do civel da côrte, quando iam á relação. Este tribunal foi supprimido em 1831, sendo depois instituido o Supremo Tribunal de Justiça.

Supportes São figuras de animaes ou de sêres fantasticos, collocados de cada lado do escudo, nos brazões d'armas, ou só d'um lado, parecendo segurar o escudo. Ha supportes de sereias, de leões, de lebréus, de griffos, de aguias, de leões com elmos, ou coroados, de pavões com cabeça humana, de cysnes, de leopardos, de ursos, etc. V. *Tenentes*

Suquicibe. Pov. do sobado de Songula, na div. de Mandimba, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Surdos-Mudos. A'cêrca do estudo que alguns benemeritos teem consagrado a estes infelizes privados do ouvido e da palavra, procurando a fórma d'elles se poderem exprimir, a comprehender o que se lhes deseja dizer e ensinar, já por vezes, n'este diccionario se tem falado. V. vol. I, pag. 103, *Aguilar (Antonio Maria de)*; vol. III, pag. 991; *Instituto dos Surdos-Mudos e Cegos*; vol VI, pag 879; *Rodrigues Pereira (Jacob)*. D. Francisco Manuel de Mello, no seu *Tratado da Sciencia Cabala*, refere os maravilhosos effeitos da arte de ensinar os surdos mudos pelo catalão Bonet, em Madrid. V. *Panorama*, de 1810, pag. 296. Tambem ha um folheto, de Pedro Arão Borg, que o *Diccionario Popular*, vol. XV, pag. 290 nos dá noticia. Este benemerito, que era sueco, e instituiu na sua patria e em Portugal collegios para a educação de surdos mudos e cegos, publicou em Lisboa, em 1828, o citado folheto, que tem 21 paginas, e por titulo: *Golpe de vista sobre a necessidade, valor e importancia de um estabelecimento de educação para os surdos mudos e cegos em um estado culto*, etc.

Surla. Pov. do conc. de Sanguem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India Fica no confluente do Rogaró com uma ribeira ‖ Pov. da regedoria de Cottomba, no conc. de Sanquelim, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. ‖ Aldeia na circumscripção militar de Coddat, na prov. do Satary, Novas Conquistas, no distr. e arceb de Gôa, India. Fica nos contrafortes dos Ghattes de Parvor.

Surlá. Pequeno rio do distr. de Gôa, India. E' um dos numerosos tributarios do rio de Candiapar.

Surmaló. Pov. do conc de Pernem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Fica proximo da margem esquerda do rio Tiracol.

Surocuro Territorio da reg ão de Oeras, sertão do distr. de Sena, Africa Oriental Minas de ouro Ruinas de edificios anteriores á conquista.

Suronguy. Aldeia pertencente á divisão do Uply-Pahw, ao sul do rio Sandalcalo, no concelho de Nagar-Avely, districto de Damão, na India.

Surrador. Officio que tinha regimento na collecção dada pelo Senado de Lisboa em 1572.

Surrate *(Feitoria de)*. Feitoria que os portuguezes tiveram em Surrate, na presidencia de Bombaim, India ingleza. Foi fundada nos começos do seculo XVIII, tendo obtido em 1714 do imperador de Delhi importantes privilegios, pelos quaes todos os generos ali importados ou d'ali exportados, ficavam apenas sujeitos ao pagamento do direito de 2 e meio por cento *ad valorem*. A importancia das transacções da feitoria variou muito; e alguns annos houve em que foi quasi nulla; sendo de 326$800 reis em 1840, em 1872 elevou se á importante cifra de 261:167$400 reis, e foi exactamente n'este anno que o governo da India ingleza entendeu dever abolir os privilegios da feitoria, que aliás reconhecera e respeitara desde que em 1800 fôra investida na soberania de Surrate. O fundamento da suppressão foi o abuso que começara a praticar se em larga escala por parte dos negociantes inglezes que faziam passar por mercadorias portuguezas as suas mercadorias, aproveitando se assim da diminuição dos direitos e defraudando as alfandegas inglezas Este facto deu origem a longas negociações diplomaticas que terminaram pela desistencia de Portugal aos privilegios da feitoria, que depois se extinguiu, e serviram de preliminar ao tratado da India de 1878 entre Portugal e a Inglaterra.

Surriba. Povoações nas freguezias: S. Thomé, de Cousso, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. ‖ O Salvador, de Infesta, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Surribas. Pov. na freg. de Santa Marinha, do Roussas, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Surunguy. Pov. da praganã de Nagar Avely, na com. e distr. de Damão, arceb. de Gôa, India. Tem boas mattas.

Sus do Monte. Pov na freg de S. Pedro, do Canedo, conc. da Feira, distr. d'Aveiro.

Sussa. Pov. do sobado de N'Gonga Muiuza, na 2.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Suto. Bahia situada nas costas das terras de Quissama, prov de Angola, Africa Occidental. Estende-se por cêrca de 17 k., entre a Black-Point ao N e o cabo Ledo ao S, tendo cêrca de 6 desde a linha d'estas pontas até ao seu ponto mais recuado. A bahia é guarnecida de barreiras escalvadas e muito exposta; ao fundo d'ella, pouco para E do cabo, lança-se o rio de Suto ‖ Rio das terras de Quissama, na prov. de Angola, Africa Occidental. Vae desaguar na bahia do mesmo nome e só de inverno leva agua.

Suza. Pov. do conc. de Cacongo, no distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Suzão Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Palmeira, conc. de Espozende, distr. de Braga ‖ S Thiago, de Tabaçó, conc. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Mamede e conc. de Vallongo, distr. do Porto.

Syder *(Henrique)*. Engenheiro portuguez, educado no estrangeiro. E' filho do sr. José Syder.

Publicou em 1902 *Apontamentos sobre a fabricação de tecidos*, obra illustrada com 238 gravuras.

Sylveira Ponta situada na costa de SE da ilha de S. Jorge, Açôres. || Pov. do conc. das Vélas, na com. e ilha de S. Jorge, distr. e bisp. de Angra do Heroismo, Açôres. || Pov. do conc. das Lagens do Pico, na com. e ilha do Pico, distr. de Horta, bisp. de Angra do Heroismo, Açôres. Está situada entre as povoações das Lagens e de S. João, um pouco para o interior. Generos agricolas V. *Silveira*

Sylvestre *(Gregorio)*. Notavel poeta que escreveu em hespanhol, e viveu quasi sempre em Hespanha. N. em Lisboa a 31 de dezembro de 1520, fal. em Granada em 1570. Era filho do dr. João Rodrigues, medico de D. João III, e de D. Maria de Mega, hespanhola e natural de Cadiz. Quando tinha 7 annos de edade foi para Hespanha, porque seu pae fôra nomeado medico da infanta D. Izabel, quando foi casar com o imperador Carlos V. Entrou aos 14 annos como pagem ao serviço do conde de Feria, fidalgo muito illustrado, cuja casa era uma verdadeira academia. Ali concorriam Garcia Sanches de Badajoz e outros notaveis poetas do tempo. Gregorio Sylvestre distinguiu se primeiro como musico, e era um organista de primeira ordem, e por isso foi nomeado primeiro organista da cathedral de Granada. Ali viveu na maior intimidade com alguns dos mais notaveis hespanhoes, como D. Affonso Portocarrero, D Affonso Venegas e marquez de Villena. Gregorio Sylvestre era muito feio, assim o declara Luiz Barahona de Soto, que fez ao seu talento os mais rasgados elogios. Ainda assim não deixou de encontrar senhora que desposasse, e casou com D. Joanna Cazorla de Palencia, de quem teve muitos filhos. Sylvestre foi um dos mais eminentes poetas do seu tempo. Na lucta que se travava tanto em Hespanha como em Portugal, entre a escola velha e a escola nova, entre a escola do verso de redondilha e a do hendecasyllabo, Sylvestre enfileirou se na escola antiga, e escreveu numorosas canções n'esse estylo e n'esse metro, que passam por serem verdadeiramente graciosissimas. As suas obras sairam completas, editadas por Pedro de Caceres, em Granada, em 1582, e fôram reimpressas em Lisboa em 1592; sairam ainda, pela 3.ª vez, em Granada, 1599. Como compositor sacro deixou tambem varios villancicos e entremezes sagrados, que por obrigação do seu cargo de organista-mór, escrevera para a cathedral de Granada, e que se perderam.

Synagoga. Templo judaico; assembleia dos judeus. V. *Judiaria; Portugal*, vol. III, pag. 1068.

Synagoga Pov. na freg. de Santo Estevão, conc. de Tavira, distr. de Faro. || Pov. da freg. de N. S.ª do Rosario, no conc. e ilha de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Bahia situada na costa ENE da ilha de Santo Antão, no referido archipelago e prov. Vae ali desaguar a ribeira do Paul, a 7 k. da Ribeira Grande.

Systema metrico decimal. V. *Pesos e medidas*.

CORRECÇÕES

Quelimane. Accrescente se a seguinte relação dos jornaes ali publicados: *Africano (O)*, julho de 1877 a outubro de 1881; *Clamor Africano (O)*, 2 de março de 1892; *Correio da Zambezia*, janeiro 1877. Este foi o primeiro jornal aqui publicado; *Correio da Zambezia*, 1 de dezembro de 1886 a 1887; *Echo da Zambezia*, 1 de agosto de 1893; *Gazeta do Sul*, 22 de maio de 1889; *Lucta (A)*, 1892; *Quilimanense (O)*, 26 março de 1881; *Vigilante (O)*, 9 de agosto de 1882 a junho de 1883

Ramalde. Accrescente se a nota dos jornaes ali publicados: *Campeão (O)*, primeiro numero appareceu em 13 de maio de 1894; *Contribuinte (O)*, saiu em setembro de 18 0; *Defensor de Bouças (O)*, appareceu o primeiro numero no dia 1 de janeiro de 1894.

Ramos Coelho de Sá *(Francisco Augusto)*. Pag. 88, a linha 29, deve accrescentar-se: passando depois a director.

Rangel de Quadros *(José Reynaldo Rangel de Quadros Oudinot)*. Nasceu em Aveiro em 19 de março de 1842. E' filho de Antonio Maria Rangel de Quadros e de D. Thereza Josephina Lucatel Oudinot. Tendo ficado orphão muito creança e quasi sem protecção, pôde, apenas, seguir o curso do Lyceu na sua terra. Desde muito novo, começou a mostrar tendencias para fazer versos, concorrendo para isso os exemplos de algumas pessoas da familia, com quem viveu nos seus primeiros annos. Em 1862 publicou o *Almanah Aveirense para 1863*, e ahi se vê a sua primeira composição, que depois remodelou e que se intitula: *Mais um Anjo no Céo*. Desde 1865 a 1869 dedicou-se a leccionar algumas disciplinas secundarias, entretendo-se muito a escrever para o jornal *Districto de Aveiro* diversos artigos em prosa e verso, tornando se mais notaveis os artigos, que, em 1867, publicou contra a medida da suppressão da circumscripção administrativa, que ao mesmo jornal havia dado o nome. No anno de 1868 publicou ali uma serie de artigos, advogando a ideia de se realisarem diversos melhoramentos na terra da sua naturalidade, á qual sempre votou grande dedicação. Em dezembro de 1868, no Lyceu de Coimbra fez um brilhante exame para uma das cadeiras de Geographia e Historia, vagas em alguns lyceus. Annullados, no anno immediato, esses e outros concursos, não obteve despacho, como nunca o obteve para qualquer collocação official, tendo sido não poucas vezes preterido por individuos com menores habilitações e menos serviços. Em outubro de 1873 e em egual mez de 1875, na falta dos respectivos professores, leccionou algumas disciplinas no Lyceu de Aveiro, e em diversas epocas leccionou em alguns collegios. Em 1874 fez parte do jury dos exames de Geographia e Historia nos Lyceus de Braga e Vianna do Castello, e ainda no mesmo anno e no Lyceu de Aveiro fez parte do jury para os exames dos candidatos ao magisterio primario. Em 1875 escreveu *A Princeza Santa Joanna*, drama em 5 actos, divididos em 10 quadros, que em 1870 foi publicado em folhetins no jornal *A Nação*. Em 1880, quando era celebrado por todo o paiz o terceiro centenario do primeiro epico portuguez, escreveu o seu drama em 4 actos, *Luiz de Camões*, que foi publicado em folhetins na *Verdade*, jornal do Oliveira de Azemeis. Pela mesma occasião escreveu diversos artigos em prosa e em verso, que fôram publicados no mesmo jornal, assim como as seguintes composições metricas: *Camões e os Luziadas (*ou os Luziadas de Camões*)*; *A Morte de Camões*; *O Tumulo de Camões*; *Portugal e Camões*: *Tres Seculos*; *O Naufragio de Camões*; *A Nathercia de Camões* e *Luiz de Camões*. Algumas d'aquellas composições fôram recitadas por diversos individuos em conferencias litterarias, effectuadas na mesma occasião. A ultima foi recitada pelo autor n'uma conferencia em 10 de junho d'esse anno no Lyceu Nacional de Aveiro, e, na noite do dia immediato, no salão nobre do Palacio de Crystal do Porto Todas ellas, como alguns d'aquelles artigos, fôram publicados em numeros commemorativos do *Campeão das Provincias*, *Districto de Aveiro*, *Commercio do Minho (*de Braga*)*; *Vianna a Camões* de Vianna do Castello*)*; *Album litterario (*do Porto*)* e outros. A taes composições fez referencia a *Collecção Camoneana*, de José do Canto, impressa em Lisboa em 1895. Em 1881 publicou em volume de 189 paginas, intitulado: *O Episcopado e o Governo de Portugal* e composto na *Typographia do Jornal de Estarreja*. Essa obra tinha por fim censurar a medida da extincção da diocese aveirense e de outras extinctas em 1882. Rangel de Quadros foi um dos primeiros e dos principaes collaboradores do mesmo jornal, e ahi, além de muitos artigos em prosa e em verso, publicou em folhetins dois romances: *Firme até morrer* e *Um Bilhete da Loteria*. Além de ter collaborado nos jornaes já referidos, tem publicado outros artigos, em prosa e verso, ácêrca de diversos assumptos nos jornaes seguintes: *Jornal de Estarreja (*o moderno*)* *A Liberdade* e *A Revista Catholica* (de Vizeu), *O Progresso Catholico* e *A Palavra* (do Porto); *A Voz de Santo Antonio*

(de Braga); *A Vitalidade e a Beira mar* (d'Aveiro); *Jornal do Povo*, de Oliveira de Azemeis e ainda n'outros. No *Districto de Aveiro* publicou em folhetins muitos artigos historicos a respeito da sua terra e tambem cêrca de 400 biographias de *Aveirenses Notaveis*, e tem ineditas mais de 200. Enchiam muitas columnas os seus artigos em prosa, tornando-se mais notaveis as series dos que se intitulam: *Alcobaça e Batalha*, *O Centenario de Alexandre Herculano*, *Os Partidos*, *O Concelho de Estarreja*. Tambem enchiam um grande numero de volumes as suas composições metricas, quasi todas inspiradas pela crença, pelo patriotismo e pelas scenas da natureza. Alheio ás luctas politicas, este aveirense empregou o tempo na administração dos seus haveres e nos estudos historicos.

Redondo. A este artigo accrescente se a seguinte nota dos jornaes, que se tem ali publicado: *Correio do Alemtejo*, saiu o n.º 1 no dia 23 de julho de 1893; *Imprensa Livre (A)*, o 1.º n.º em 7 de novembro de 1886, o ultimo em abril de 1888; fundiu-se com o *Diario do Alemtejo*; *Lidador (O)*, em 3 de agosto de 1902 appareceu o n.º 1; *Redondense*; saiu o n.º 1 em dezembro de 1886. Em 1889 ainda se publicava; *Sueste (O)*; é datado de 8 de dezembro de 1898 o 1.º numero.

Reguengos. Ajunte se que se publicou: *Jornal de Reguengos*, 23 de outubro de 1898.

Remexido (O). V. *Reis* (*João Joaquim de Sousa*). N'este vol., pag. 173.

Rezende. Accrescente se: publicou-se aqui o jornal *Douro (O)*, que appareceu em 1 de janeiro e terminou em agosto de 1885.

Riachos. Accrescente se que se publicou o *Riachense (O)*, o 1.º n.º appareceu em 1 de janeiro de 1908.

Ribandar (*Joaquim Mourão Garcez Palha, 1.º visconde de*). Falleceu em 1 de fevereiro de 1913.

Ribeira Grande (*D. Francisco de Salles Maria José Antonio de Paula Vicente Gonçalves Zarco da Camara, 8.º conde e 1.º marquez de*). A pag. 238, linha 61, em vez de *bisavó* leia-se *tia direita*.

Ribeira de Pena. Publicou se aqui o jornal *Echo do Paiz (O)*, saindo o 1.º n.º em 29 de agosto de 1889.

Ribeiro (*Augusto*) Fal. na sua casa na Villa Alto Mearim, ao Salitre, a 20 de agosto de 1913. Foi tambem redactor principal da *Sentinella*, de 1878, e collaborou no *Correio da Terceira*; correspondente e collaborador da antiga *Revue Politique et Parlamentaire*, de Paris, e tendo sido, em termos muito honrosos, convidado pelo *comité* central da exposição de Paris, escreveu para ali tres interessantes monographias: *Etudes et observations meteorologiques aux colonies du Portugal*; *Missions et explorations portugaizes du XV au XIX siécles*; *Du regimen fiduciaire et du credit foncier aux colonies portugaises*, e concluiu um importante estudo, que teve grande successo nos centros geographicos, intitulado: *Os Açôres e os descobrimentos modernos, os Côrtes Reaes*. Entre os seus trabalhos accrescente se o seguinte livro, que publicou em 1906: *O trabalho indigena nas colonias portuguezas (Memoria justificativa)*

Ribeiro Bellino (*Albano*). Era casado com D. Delfina Rosa de Oliveira Cardoso Bellino Para a sua biographia veja-se, por occasião do seu fallecimento, o *Archeologo Portuguez*, vol. XI, pag. 318-320. Accrescente-se aos seus trabalhos: *Catalogo das moedas romanas, celtiberas e visigoticas pertencentes á Sociedade «Martins Sarmento»*, Porto, 1901.

Ribeiro Pinto (*Albano de Mello*). Fal. em Agueda, em 27 de março de 1913.

Rodrigues (*José Maria*) Escreveu e publicou em 1910, em Coimbra: *Camões e a infanta D. Maria*.

Rodrigues da Conceição (*Francisco*). Falleceu em Lisboa, a 7 de setembro de 1912.

Rodrigues Fernandes (*João*). Fal. em Lisboa a 30 d'agosto de 1912

Santarem (*Manuel Francisco de Barros Saldanha da Gama Sousa Mesquita Macedo Leitão e Carvalhosa, 3.º visconde de*). N. em Lisboa a 22 de julho de 1878. Teve o titulo por carta regia de 12 de janeiro de 1899. Commendador da ordem de Christo por carta regia de 17 de abril de 1902; condecorado com a medalha commemorativa da coroação de Affonso XIII, em 17 de abril de 1902. Foi addido á legação de Madrid, e não de Paris, como se escreveu, por decreto de 24 de dezembro de 1901. No final do artigo accrescente se: bem como a memoria do sr. Jordão de Freitas: *Onde nasceu o 2.º visconde de Santarem?* Lisboa, 1913.

Santo Thirso (*Carlos Cyrillo Machado, visconde de*). Antigo diplomata. N. em 1861. Começou a sua carreira diplomatica sendo nomeado em 1881, aos 20 annos de edade, addido á embaixada de Roma, sem concurso, por ter o curso da Escola Polytechnica, servindo ali n'essa qualidade até ao principio do anno de 1885, em que foi nomeado 2.º official do ministerio dos estrangeiros, precedendo concurso em que teve a primeira classificação. A pedido do marquez de Thomar, que tinha em muito apreço as qualidades do joven diplomata, voltou para a embaixada junto da Santa Sé como 1.º secretario, permanecendo ali até ao fim de 1885. Vem então para a secretaria, onde serviu como chefe de secção até 1888, em que desempenhou interinamente as funcções de 1.º secretario da legação junto do Quirinal. Voltou no fim d'esse anno para a secretaria, d'onde pouco depois partiu para Madrid a desempenhar interinamente o cargo de 1.º secretario da legação. Ahi teve ensejo de fazer um relatorio sobre certas questões de fronteiras, que mereceu os maiores elogios do conde de Casal Ribeiro, então ministro em Madrid. Em 1890 regressou ao seu logar da secretaria que mais de uma vez accumulou com as funcções de secretario particular do conselheiro Bocage, então ministro dos negocios estrangeiros e na ausencia de Carlos Bocage. Em 1891 foi promovido a 1.º secretario da legação de Londres, tendo ali desempenhado as funcções de encarregado de negocios. Em 1891 foi eleito deputado pelo circulo de Santo Thirso, e tomou parte na discussão da resposta ao discurso da corôa. Dissolvida a camara voltou para Londres em 1895. Quando o sr. marquez de Soveral foi nomeado ministro dos estrangeiros, ficou em Londres encarregado de negocios, e achava-se n'esta situação quando se deu a invasão do Transvaal pelo dr. Jamesou. Os relevantes serviços que então prestou valeram lhe os agradecimentos do referido marquez, que em reconhecimento d'esses serviços o promoveu em

fins de 1895 a ministro de Washington. O visconde de Santo Thirso conservou-se n'aquella legação durante o difficil periodo da guerra hispano-americana, e pelo seu tacto diplomatico desfez as suspeitas que o publico e o governo americano infundadamente nutriam quanto á neutralidade de Portugal. Em 1901 foi demittido do cargo de ministro em Washington. Quando o conselheiro Wenceslau de Lima foi ministro dos estrangeiros encarregou o visconde de Santo Thirso de varios trabalhos importantes, que elle sempre desempenhou com a proficiencia de que dera constantes provas durante a sua carreira publica. Mais tarde, por proposta do mesmo ministro, foi nomeado presidente da secção portugueza da Commissão Luso hespanhola da delimitação da fronteira, logar que estava desempenhando, quando em janeiro de 1906 foi nomeado ministro de Portugal em Bruxellas, onde assim se conserva. Ha bastantes annos que recebeu a mercê do titulo de visconde. O distincto titular collaborou em tempo no *Diario de Noticias*, na secção politica internacional.

Santos *(Alfredo Elviro dos)* Presbytero monsenhor, bacharel formado em theologia pela Universidade de Coimbra, parocho da freguezia de Santa Engracia, de Lisboa, e desembargador da camara e curia patriarchal, juiz effectivo do tribunal da secção pontificia de Lisboa, irmão juiz da irmandade dos clerigos pobres, etc. N. a 6 de dezembro de 1855. Pelos seus muitos serviços prestados á egreja, ao Estado e ao clero em geral, e pelo zelo, dedicação e caridade com que promove a instrucção e o bem estar dos parochianos pobres da sua freguezia, foi louvado por uma portaria de dezembro de 1905, que lhe dirige palavras muito elogiosas. A irmandade dos clerigos pobres, reconhecida aos muitos beneficios que tem recebido do venerando presbytero, solemnisou em 1905 o seu 51.º anniversario natalicio, dirigindo lhe uma mensagem muito honrosa, acompanhando um retrato de tamanho natural, pintado a oleo, pelo apreciado pintor Antonio Felix da Costa, emoldurado n'uma moldura de plátano, desenhada a pyro-gravura sob a direcção da professora D. Luiza de Sousa, juntamente um relatorio e um album com os retratos dos irmãos offerentes. Entre os serviços prestados á irmandade dos clerigos pobres conta-se a fundação do Montepio do Clero.

Santos *(Augusto Joaquim Alves)* Doutor e lente de theologia na Universidade de Coimbra, hoje lente da faculdade de letras. E' natural da freguezia de Cabração, do distr. de Vianna do Castello, sendo filho de Manuel Joaquim Rodrigues dos Santos. Foi doutorado a 4 de julho de 1900, e n'esse mesmo anno publicou em Coimbra: *Theses ex universa theologia excerpta, quas pro laurea doctorali obtinendo in conimbricensi academia propugnabat.* Foi o sr. dr. Alves Santos o promotor da util e patriotica ideia do Congresso Pedagogico da 2.ª Circumscripção Escolar, que se reuniu em Coimbra no mez de junho de 1905. A commissão directora foi composta do referido dr. Augusto Joaquim Alves dos Santos, inspector da 2.ª circumscripção escolar, e presidente, dos srs. doutores José Pereira Barata, sub-inspector do circulo escolar da Covilhã; Domingos José Cerqueira, sub inspector do circulo escolar de Aveiro, e José Maria dos Santos, professor official de Castello Viegas, concelho de Coimbra. O sr. dr. Alves Santos, como orador e publicista, tem o seu nome vinculado a discursos notaveis e a valiosas producções litterarias e scientificas. Entre os discursos, citaremos os seguintes que se imprimiram, proferidos nas exequias do papa Leão XIII e do conselheiro Pereira Carrilho; na egreja dos Martyres de Lisboa, pela festa da tomada d'esta cidade aos sarracenos; na sala dos capellos por occasião do doutoramento do sr. José Joaquim de Oliveira Guimarães; no Instituto de Coimbra, em honra dos estudantes laureados. Na Sé Cathedral, em 1905 realisou algumas conferencias quaresmaes que despertaram muito interesse. As suas obras mais interessantes são: *Creacionismo e Evolucionismo*, estudo sobre o problema das origens, Coimbra, 1899; *Problema da origem da familia e do matrimonio*, Coimbra, 1901; *Theologia moral*, 3 volumes, Coimbra, 1904 e 1905; *A Eucharistia em face da Razão e da Sciencia*, Coimbra, 1897; *O Direito divino e o Direito humano*, analyse critica dos systemas sobre a origem do poder social, Porto, 1893; *Dissertação escolar sobre o Calix*, publicado no *Escholio*, de Braga, 1888; *Mensagem dos estudantes de Coimbra aos estudantes gregos*, Coimbra, 1897; *Concordismo e Idealismo*, commentario ao Hexameron, Coimbra, 1900, etc. Onde, porém, o influxo da sua acção mais poderosa e mais productivamente se tem feito sentir é no desempenho do alto cargo de inspector da 2.ª circumscripção escolar. Entre as muitas providencias que adoptou, tendentes a melhorar o ensino primario entre nós, destacamos as seguintes: a inauguração e a execução do ensino de gymnastica sueca nas escolas da cidade de Coimbra; a organisação, installação e funccionamento das commissões de beneficencia e ensino na 2.ª circumscripção escolar, medidas que depressa se espalharam e generalisaram por todo o paiz, sendo magnificos os resultados que tem produzido; a iniciação e elaboração da estatistica escolar da 2.ª circumscripção, relativa ao anno lectivo de 1903 a 1904, trabalho que, pela maneira intelligente com que foi organisada, mereceu não só o applauso de todos quantos se interessam pelo aperfeiçoamento do nosso ensino primario, mas tambem o louvor publico das estações superiores, onde elle foi altamente apreciado, etc. O sr. dr. Alves dos Santos tem desempenhado honrosas e importantes commissões de serviço, taes como as de presidente e membro dos jurys para concursos de ensino secundario e sub-inspectores primarios, etc. E' commendador da extincta ordem de S. Thiago e socio effectivo de diversas corporações scientificas entre as quaes a do Instituto de Coimbra.

Seguro. Na sua accepção mais extensa o *seguro* é o contrato pelo qual uma pessoa *(o segurador)* se compromette para com outra pessoa *(o segurado)* a indemnizal-o, mediante o pagamento d'uma quantia determinada *(premio)* dos effeitos prejudiciaes que certos riscos pódem produzir-lhes. O contrato é attestado por um documento denominado *apolice*. A origem dos seguros terrestres é relativamente moderna, mas em Portugal datam os seguros maritimos do seculo XIV. Actualmente os seguros abrangem, além dos indicados *terrestres* e *maritimos*, os seguros *de vida* e os *industriaes* ou *operarios*. Os seguros *mutuos* são aquel-

les em que varias pessoas expostas aos mesmos riscos se associam para se garantirem reciprocamente esses riscos. N'este caso, cada associado, sendo ao mesmo tempo segurador e segurado, não tem nenhum premio a pagar; só é devedor em caso de sinistro, e então é proporcionalmente ao valor do objecto que fez segurar, que contribue para a reparação dos damnos soffridos pelos seus consocios. Eram d'esta natureza os seguros maritimos no seculo XIV. Cita se como o mais antigo tratadista portuguez sobre seguros a Pedro de Santarem, que viveu no seculo XVI. Em 1909 publicou o actual lente da Universidade do Coimbra sr. dr. Lobo de Avila Lima o seu importante trabalho intitulado *Soccorros Mutuos e Seguros sociaes.*

Seguros *(Companhias de).* As operações de seguros *a premio* são feitas em geral por grandes companhias constituidas em sociedades anonymas ou em commandita por acções. No anno de 1910 eram em numero de 33 as companhias de seguros portuguezas. Pelo quadro abaixo se conhece qual o grau de importancia de cada uma determinado pelo valor dos premios recebidos (liquidos de reseguros, estornos, bonus e descontos), e comparado com a sua ordem de antiguidade.

Ordem de importancia	Nome da Companhia	Ordem de antiguidade
1	Fidelidade	2
2	Bonança	1
3	Tagus	9
4	Commercio e Industria	30
5	Garantia	4
6	Nacional	24
7	Confiança	7
8	Segurança	3
9	Portugal Previdente	27
10	Sociedade Portugueza	19
11	Ultramarina	21
12	Probidade	11
13	Indemnisadora	6
14	Tranquilidade	5
15	Portuense	20
16	Lusitana	32
17	Universal	19
18	Nova Douro	8
19	Previdencia	10
20	Portugal	12
21	Argus	26
22	Açoreana	15
23	Commercial	16
24	Fomento Agricola	17
25	Lloid Portuguez	22
26	Aliança	14
27	Urbana	13
28	Prosperidade	31
29	Atlantica	25
30	Victoria	28
31	Popular	23
32	Fraternidade	18
33	Garantia Funchalense	33

A Companhia *Bonança* foi fundada em 1808 e a *Fidelidade* em 1835.

Silva Correia *(João Jacinto da).* Fal. em Coimbra a 28 de maio de 1913. Tinha a carta de conselheiro. Era clinico distinctissimo.

Soalhães *(D. João Martins de).* Bispo de Lisboa. Quando se diz que instituiu o morgado de Soalhães para seus descendentes, deve ajuntar-se: *Carta regia* d'el rei D. Manuel, dando licença ao conde de Penella, administrador do dito morgado, para vender a herdade de Formoselha, no Livro N.º 6 da Extremadura a fl. 285 v. (Torre do Tombo).

Soares *(Justino Dias Lima).* Professor de dança mais conhecido pelo nome de *Justino Soares.* N. em Lisboa a 10 de julho do 1824, onde tambem fal. a 20 de setembro de 1906. Era filho do marceneiro Bonifacio José Soares. Depois de cursar do as aulas, começou a aprendizagem de marceneiro na loja do seu pae, onde se conservou até que este falleceu. Tratou então de procucurar trabalho, e não foi infeliz, porque exerceu sempre a sua profissão em bons estabelecimentos, sendo o ultimo o de Francisco Moreira Vidal, onde se conservou 12 annos. Já n'essa epoca, elle dava algumas lições de dança nas academias de que era socio, sem que d'esse trabalho usufruisse interesses. Em 1854 casou com D. Joanna Adelina Pinto Leite. Pouco tempo depois ensaiou na Academia Minerva as quadrilhas *Lanceiros* e *Imperiaes*, que pela primeira vez se dançaram em Lisboa. Em 1861, já Justino Soares havia deixado a sua profissão de marceneiro, entregando-se unicamente á de professor de dança, e compoz a bonita quadrilha *Os Fenians*, que em julho de 1869 se começou a dançar em Paris, como foi noticiado no *Jornal do Commercio*, n.º 4690 e 4702, lendo se, «que essa quadrilha havia sido dançada, colhendo grande enthusiasmo, *faubourg* Saint Germain, na *soirée* de madame Brian de Peley.» Em 1865 fundou uma academia de dança denominada *Fenians*, unica então em Lisboa, onde se ensinava a um grande numero de discipulos. Em 1879 compoz outra quadrilha, *Os Caçadores da Rainha*, e offereceu-a a D. Maria Pia, no dia do seu anniversario natalicio, 16 de outubro, que S. M. acceitou com bastante agrado, dirigindo ao offerente palavras animadoras. No mesmo anno escreveu e publicou um tratado de dança dedicado ao então principe D. Carlos e a seu irmão, o infante D. Affonso. Em 1870 compoz mais outra quadrilha, a que deu o nome de *Fraternidade*, entre os povos beligerantes, que foi executada na noite da sua festa no Casino Lisbonense. O triumpho não podia ser mais completo. Em 1872 compoz uma difficil polka sob o titulo: *Das terças e peões*, dedicada ao principe D. Carlos, e *Lanceiros infantis* com a mesma dedicatoria. No mesmo anno compoz ainda uma nova quadrilha em galope, *Animação dos bailes*, que foi offerecida á viscondessa da Gandarinha. Finalmente, em 1880, 1885 e 1887 compoz as quadrilhas *Minuete da Côrte*, que foi executada no theatro de S. Carlos, e *Sara Bernard*, dançada na Avenida; em 1893 uma outra intitulada *19 de Julho*, que se dançou na noite do seu anniversario natalicio, sendo recebida com phreneticos applausos no Salão da Trindade. A primeira d'estas composições foi offerecida a el rei D. Luiz, e a ultima a Rosa Araujo. Justino Soares foi por muitos annos gerente do Casino Lisbonense, por occasião de concertos e bailes; leccionou nos principaes collegios de Lis-

boa, além de muitas casas particulares, para onde era chamado, sendo um dos collegios o de miss Carlota Mac-Auliffe, de que possuia attestados honrosos. Tambem exerceu os cargos de director do baile infantil no antigo Passeio Publico e no antigo Withoyn, e edirigiu tambem os do Salão da Trindade. Foi socio fundador do Centro Promotor e do Gremio Popular; subscriptor do Albergue dos Invalidos do Trabalho, da Associação Promotora do Ensino dos Cegos, Associação Promotora das Creanças, e de outras muitas associações, de cujos corpos gerentes fez parte. Tendo enviuvado, passou a segundas nupcias com D. Gertrudes Amalia Soares. Por diversas vezes contribuiu tambem a favor de muitas festas de caridade, emprestando as salas da Academia Fenians para esse fim. Todas as suas composições fôram registadas; as primeiras no Conservatorio e na secretaria do reino. N'uma epoca em que dirigiu em S. Carlos os bailes do carnaval, foi recebido com os maiores applausos, chegando a ser levado n'um palanquim, que servia na opera *Aida*.

Sousa *(Joaquim Felix Alfredo de)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. N. n'esta cidade em 1851, sendo filho de Urbano Joaquim de Sousa. Defendeu these em 21 de julho de 1877, sendo approvado plenamente e com louvor. Publicou a these n'esse mesmo anno, a qual tem por titulo: *Do parasitismo ocular*. Fez parte como medico vaccinador do Instituto Vaccinico Campos e Bourquin, e tem collaborado em differentes jornaes litterarios e scientificos.

Sousa *(José de)*. Pag 1018, linha 9, em vez de 1860, leia-se 1680.

Sousa *(Luciano Baptista Cordeiro de)*. A pag 1052, linha 19, onde se lê *Pesquito*, leia-se Pequito.

PORTUGAL

Diccionario Historico, Chorographico, Biographico, Bibliographico Heraldico, Numismatico e Artistico

ABRANGENDO

A minuciosa descripção historica e chorographica
de todas as cidades, villas e outras povoações do continente, ilhas e ultramar,
monumentos e edificios mais notaveis, tanto antigos como modernos;
biographias dos portuguezes illustres antigos e contemporaneos, celebres por qualquer titulo, notaveis
pelas suas acções ou pelos seus escriptos,
pelas suas invenções ou descobertas; bibliographia antiga e moderna; indicação
de todos os factos notaveis da historia portugueza, etc., etc.

OBRA ILLUSTRADA

COM CENTENARES DE PHOTOGRAVURAS

E REDIGIDA

SEGUNDO OS TRABALHOS DOS MAIS NOTAVEIS ESCRIPTORES

POR

ESTEVES PEREIRA e GUILHERME RODRIGUES

VOL. VII — T-Z

LISBOA

JOÃO ROMANO TORRES & C.ª — EDITORES

CASA EDITORA FUNDADA EM 1885

Premiada com as medalhas de ouro da Exposição do Rio de Janeiro em 1908
e da Cruz Vermelha de Hespanha

Rua Alexandre Herculano, 70 a 76

1915

PORTUGAL

T

Tabaco. O tabaco é uma planta que póde attingir 2 m. d'altura, cujas folhas medem até 60 e 70 cent. de comprimento; as flôres dispostas em cachos ou em paniculas, são vermelhas, amarellas ou brancas. Certas especies constituem bellas plantas ornamentaes: *tabaco branco cheiroso* de grandes flôres, de perfumaria muito suave; *tabaco de flôres compridas*, cuja corolla é primeiro branca, tornando se purpurea; *tabaco gigante*, notavel pela sua abundante e soberba florescencia; *tabaco tormentoso*, *tabaco de folhas de wigandia*, etc. As suas especies commerciaes mais importantes são a *nicociana tabacum* e a *nicociana rustica*. Chama se vulgarmente *herva santa*. Sabe-se que o tabaco é de origem americana; no entretanto, ha escriptores como Lotario Becker, que pretendem que seja uma planta asiatica, e que tenha podido ser levada em tempos muito remotos para o Novo Continente. Becker demonstra que na Persia, por exemplo, cultivou se e fumou-se uma ou talvez mais especies de tabaco, muito antes da descoberta da America. Outros suppõem que o tabaco é uma herva africana, baseando-se em que não é crivel que este vegetal pudesse generalisar se tanto em todo aquelle continente, e enraisar se em usos tão differentes nos costumes dos povos depois do descobrimento da America. Alguns viajantes da Australia, com eguaes argumentos, sustentam que o tabaco é oriundo do norte d'aquelle continente, e citam em seu favor as communicações de Cook, Gregory, e outros, sobre plantas narcóticas que viram mascar, fumar ou sorver em fórma de pó. Mas tambem é certo, que em parte alguma se menciona, que o tabaco existisse no velho mundo antes do descobrimento da America, o que leva a crer que seja esta effectivamente a sua verdadeira patria. Christovão Colombo, em 1492, abordou á ilha de S. Salvador, e têl-a reconhecer por Luiz de Torres e Rodrigo de Jerez, os quaes notaram, nas margens do rio Cannau, que os habitantes d'ambos os sexos fumavam por meio d'um instrumento, denominado pelos indigenas *tabacos*, composto d'um pequeno tubo, dividido em duas partes, de differente calibre; a mais estreita introduziam a na bocca para absorver o fumo; e a mais larga servia para conter folhas sêccas de *cohiba*, nome dado pelos naturaes da ilha Guanahani (S. Salvador) á nicociana. A maioria, porém, d'esta pobre gente substituia o tubo pelas proprias folhas enroladas, em guisa de tosco charuto, constituindo os chamados *canudinhos*. Segundo alguns, não pertence a Colombo a descoberta da herva santa, mas a Grijalva, que dizem tel a estudado quando visitou a ilha de Tabago ou Tabasco em 1518, opinião insustentavel ante os factos historicos. A ilha de Tabago foi reconhecida em 1498 por Colombo e occupada, em 1632, pelos hollandezes. Fernando Cortez, na viagem á America, viu em Tabasco os naturaes consumirem o tabaco, e em 1518 enviou a Carlos V de Hespanha as sementes que pôde ali obter. No mesmo anno de 1518, o missionario hespanhol Fr. Romano Pane enviára da America, para onde fôra em companhia de Colombo, algumas sementes de nicociana, ao mesmo imperador Carlos V. Hernandez, de Toledo, fidalgo e medico hespanhol, trouxe de S. Domingos, em 1559, sementes para Hespanha e Portugal; depois João Nicot, embaixador de Francisco II, de França, junto á côrte de D. Sebastião, de Portugal, no tempo que decorreu de 1559 a 1561, obteve as d'um flamengo e semeou-as no seu jardim, reconhecendo nas plantas que vingaram qualidades recommendaveis. Por este facto remetteu alguns pés para Paris, em 1560, com destino a Catharina de Medicis; d'aqui vem a chamar-se ao tabaco herva ou pó da rainha, porque apenas o aproveitava pulverisado. Tambem se denominou *nicociana* ou *herva do embaixador*, por ter sido Nicot que o introduziu em França. N'esse tempo era egualmente conhecida por herva santa, em virtude das qualidades medicinaes que então lhe attribuiam. Já os indios a suppunham reme-

dio efficaz para a cura de todas as doenças, pela embriaguez que o habito tornava agradavel. Os europeus consideravam o tabaco uma verdadeira panacêa; remedio infallivel para as enxaquecas, pneumonia, chagas, gotta, raiva e servindo até como narcotico, aperitivo, etc. O cardeal de Santa Cruz, nuncio apostolico em Portugal, foi o primeiro quo o enviou para Roma; por esse tempo Affonso de Tarnabon, bispo de Bruges, o divulgava em França. A planta tomou ainda n'essa epoca, os nomes de herva *Santa Cruz* e de *Tarnabon*, que lhe fôram conferidos em homenagens aos dois prelados. E' muito curiosa a historia do tabaco, pelo desenvolvimento extraordinario que tomou desde que se conheceram as suas muitas propriedades. Hoje cultiva-se em quasi todos os paizes do mundo. O seu aspecto como as suas qualidades são muito variaveis segundo os logares de producção. *A Vuelta Abajo* (ilha de Cuba) fornece as folhas de havano, d'um custo muito elevado por causa do seu aroma delicioso Sumatra e Java dão folhas muito finas, de côr clara, utilisadas para a capa dos charutos. O Brazil (provincia da Bahia) produz bons tabacos para o interior dos charutos. Os Estados Unidos co lhem uma enorme quantidade de tabacos servindo para o fabrico dos *scaferlatis* (Kentucky, Maryland, Ohio, Virginia). A Turquia e a Asia Menor fornecem folhas de pequenas dimensões, de côr amarella e d'um aroma especial muito penetrante. No ponto de vista chimico, o tabaco é caracterisado pela presença d'um alcaloide especial: a *nicotina*. O tabaco applicava se primitivamente, em alguns pontos, como simples adoruo, e em outros, como medicina. Parece que o habito de se fumar foi introduzido primeiro em Inglaterra, em 1585 por sir Francisco Drake, que de volta da Virginia, propagou e ensinou a manipular o tabaco, segundo o processo dos naturaes d'aquella região. Então abriu se a primeira casa de venda para o consumo da planta em França, e em Hespanha suppõe-se ser o uso do tabaco de fumo, devido a um frade hespanhol, residente muitos annos na ilha de S. Domingos. O gosto da substancia fornecia grandes proventos aos estados, apezar de se reconhecer que era pernicioso ao organismo. Parece que foi no principio do seculo XVII, pouco mais ou menos, que em Portugal começou o seu consumo com uma certa importancia sempre crescente, dando origem a um pequeno imposto arbitrado pelo rei, imposto este, que foi dia a dia augmentando com a gradual progressão dos lucros, que os commerciantes auferiam. Antes da acclamação de D. João IV, o contrato do tabaco foi arrematado pelo espaço de 3 annos, na côrte de Madrid, por um portuguez em 40$000 reis por anno; passado esse prazo, Ignacio de Azevedo, tambem portuguez, o ajustou por 60$000 reis, mas tendo fallecido, passou de novo o contrato ao primeiro. O accrescimento foi subindo de anno para anno, e em 1640, foi o contrato arrematado por 10.000 cruzados, e em 1674, por 66:000 cruzados. De anno de 1675 em deante rendeu o tabaco 500:000 cruzados até um 1 milhão de cruzados, e no anno de 1698 augmentou o dito contrato a 1 milhão e 600.000 cruzados, e finalmente nos annos de 1707 e 1708 o castelhano D. João Antonio de la Concha trouxe o contrato do tabaco arrendado por 2 milhões e 200:000 cruzados, em cada anno, não com pequena admiração da prodigiosa chimica, com que pó e fumo, em prata e ouro se convertiam. Assim se conservou algum tempo, para de novo retomar o augmento progressivo e chegar afinal á importancia de 1520 contos annuaes, que foi o preço do contrato que findou em 1864. Tendo sido abolido por lei das côrtes o monopolio do tabaco a contar do 1.º de janeiro de 1865, foi posto em praça publica o contrato pelo segundo semestre de 1864, e arrematado por uma companhia, juntamente com o edificio, machinas e utensilios da fabrica, por 1:410$500 reis. A companhia havia sido installada em 1845, por ordem do governo, no edificio do antigo convento de Xabregas. Ao principio foi este monopolio arrendado sem concorrencia. Depois introduziu-se o uso de se dar em arrematação em praça publica a quem offerecesse maior lanço, para o que se organisavam companhias de capitalistas Acêrca do tabaco, e da sua cultura e manipulação tem se escripto muito; mencionaremos: *Historia do tabaco, estudos* por Vilhena Barbosa, *Archivo Pittoresco*, vol. VII; *Monographia do tabaco*, por Manuel de Sousa da Camara. Póde vêr-se tambem o *Inventario dos manuscriptos da Bibliotheca Nacional de Lisboa*, fol. 210; 600; Q 1 35; etc.

Tabaçô. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. E' pov. muito antiga, pois já era parochia em 1239, com a invocação de S. Christovão, pertencente ao bisp. de Tui. E' terra fertil. V. *Santar*. || Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Cepellos, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Freitas, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Tabarca. Pov. na freg. de S Salvador, de Cabreiros, conc. de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Tabellados. Pov. na freg. do Salvador, de Freixo de Baixo, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Tabe. Pov. do conc. d'Ambriz, na prov. d'Angola na margem direita do Honzo, Africa Occidental.

Tabellião Official publico que faz escripturas e instrumentos juridicos, que os regista em livro especial (nota ou livro de notas), e tira d'elles e d'outros quaesquer documentos, certidões, publicas-fórmas, traslados authenticos, porta por fé, reconhece os signaes e assignaturas, etc. Nas comarcas fóra de Lisboa e Porto os escrivães do juizo de direito são tambem tabelliães, e antigamente o eram tambem os escrivães do juizo ordinario. Os tabelliães, que não são tambem escrivães, chamavam se em Lisboa e Porto tabelliães privativos de notas e nas outras terras tabelliães publicos de notas Hoje são designados por *notários*.

Taberna. Pov na freg. de N. S.ª da Luz, no conc da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Villar do Torno, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Taberna Sêcca Pov. na freg. de N. S.ª das Preces, de Bemquerença, conc. e distr. de Castello Branco.

Taberneiro Officio que tinha regimento na collecção dada pelo senado de Lisboa em 1572.

Tabl. Pov. do sobado de N'Golome, na 9.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de

Angola, Africa Occidental. ‖ Pov. do sobado de Hubia, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, etc.

Tabite Rio da costa da Guiné, Africa Occidental. Desagúa no Atlantico, entre o rio de Nuno e o cabo da Verga. Leva bastante agua, mas a sua entrada é tão difficil e tão obstruida o bordada de parceis e baixios, que só a frequentam lanchas de cabotagem, sendo, todavia, tão larga á primeira vista, que os antigos lhe chamavam *bahia da Mina*. O Tabite foi descoberto em 1447 por Alvaro Fernandes, sobrinho do capitão mór do Funchal João Gonçalves da Camara.

Tablado. Em varias povoações de Portugal ha praças assim denominadas. Eram os *tablados* uma especie de amphitheatros, onde antigamente havia justas, torneios, corridas de touros e outros jogos e exercicios publicos. Chamavam se tablados por serem construidos de taboas.

Táboa. Villa da prov. do Douro, séde de conc. e de com, Relação do Porto, distr. e bisp. de Coimbra. Tem uma só freg., cujo orago é Santa Maria Maior, Está situada em terreno aprazivel, a 4 k. da margem esquerda do rio Mondego, e a 65 da capital do districto pela estrada da Beira Nunca teve foral velho ou novo. As terras de Taboa são uma aggregação de diversas povoações, que todas em commum teem este nome, mas nenhuma em particular, por isso que cada uma d'ellas é designada pelo seu proprio nome: Alvarelhos, porém, *Villa Antiga*, é como o centro, o a principal de todas ellas O nome de Táboa provém d'uma ponte de madeira que existia aqui sobre o Mondego. Foi depois substituida por uma ponte de cantaria lavrada, com 5 arcos. O concelho de Táboa comprehende os antigos concelhos supprimidos, de Azere e Sinde. A superficie d'este conc. é montuosa, mas aprazivel pelos valles que o cortam e aguas que o fertilisam, pois que, além de diversas fontes, nascem dos seus limites, as seguintes ribeiras: *Ribeira de Táboa*, que nasce junto a Sergudo, e desagúa no Mondego; *Ribeira de Remouco* que depois tomou o nome de *Ribeira d'Azere*. Nasce junto á pov. das Ollas, e morre no Mondego; *Ribeira das Barras*, que desagúa no rio Cavallos, que divide este conc. do de Midões; *Ribeira de S. Facundo*, nasce junto da pov. do seu nome, e se junta á Ribeira de Táboa; *Ribeira da Cabricira*, nasce junto a Mancellos, e morre no Mondego. A egreja matriz de Táboa foi restaurada em 1876 á custa do povo, dando o governo um conto de reis para ajuda das obras, tirado do cofre das bullas. Os Cunhas eram os donatarios d'esta freg. A terra é fertil em milho, centeio, azeite, bom vinho, legumes, castanhas e algum trigo. Cria bastante gado, e tem muita caça miuda. Pertence á 5.ª div. mil, 9.ª brigada, grande circumscripção mil. Central e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobranças de titulos, letras e vales; advogados, agentes das casas bancarias: *Commercial de Lisboa*, *Commercial do Porto* e *Banco do Minho*, e das companhias de seguros; *A Popular* e *Fidelidade*; medicos, pharmacias, notarios, etc.; mercado aos domingos. O conc. compõe se de 15 freguezias, com 4:431 fog. e 17:112 hab., 7:413 do sexo masc. e 9:699 do fem., n'uma superficie de 17:750 hect. As freguezias são as seguintes: S. Mamede, de Azere, 1:251 hab.: 499 do sexo masc, o 752 do fem.; S. Facundo, do Candosa, 1:363 hab: 609 do sexo masc. e 754 do fem.; Bom Jesus, do Carapinha, 522 hab.: 227 do sexo masc. e 295 do fem.; N. S.ª da Conceição, do Covas, 1:808 hab.: 791 do sexo masc. o 1:017 do fem.; N. S.ª da Apresentação, de Covellos, 435 hab.: 182 do sexo masc. e 252 do fem; N. S.ª da Annunciação, de Espariz, 838 hab.: 349 do sexo masc. e 489 do fem; S. Sebastião, de Meda de Moiros, 429 hab.: 175 do sexo masc. e 254 do fem; N. S.ª das Neves, do Midões, 2:735 hab: 1:176 do sexo masc. e 1:559 do fem.; S. Julião, do Mouronho, 1:529 hab: 673 do sexo masc. e 856 do fem.; S. João da Boa Vista, de Oliveira de Fazemão, 834 hab.: 367 do sexo masc. e 467 do fem.; S. Thiago, de Pinheiro de Coja, 554 hab.: 242 do sexo masc. e 312 do fem.; N. S.ª da Graça, de Povoa do Midões, 876 hab: 376 do sexo masc. e 500 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Sinde, 731 hab.: 301 do sexo masc. e 430 do fem; S. Miguel, do V. N de Oliveirinha, 474 hab.: 222 do sexo masc. e 252 do fem; Santa Maria Maior, de Taboa, 2:733 hab: 1:224 do sexo masc. o 1:509 do fem. O commercio principal de todo o conc. é azeite, vinho, feijão, cortiça, madeira e travessas de pinho para caminhos de ferro.

Taboaça. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Anta, conc. da Feira, distr. de Aveiro. Foi desannexada da freg. de Espinho por decreto de 21 de novembro de 1895. ‖ S. Thiago, de Lobão, do mesmo conc. e districto.

Taboaças. Pov. e freg. de S. Julião, da prov. do Minho, conc. e com. de Vieira, distr. e arceb. de Braga; 152 fog. e 547 hab. Está situada na estrada de Braga a Chaves, a 2 k da margem esquerda do Cávado e a 3 da séde do conc. E' terra fertil, cria gado e tem caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut o res. n.º 8, com a séde em Braga.

Taboaço. Villa da prov. da Beira Alta, séde de conc. e de com., Relação do Porto, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego. Tem uma só freguezia, sendo o orago N. S.ª da Conceição. Está situada proximo d'uma aspera serrania, a 2 k. da margem esquerda do rio Tavora, o a 50 da capital do distr. E' fundação muito antiga, e presumese que já existia antes do começo do seculo XII, mas nunca teve foral. Antigamente havia ali juiz de fóra, officiaes de justiça competentes, capitão mór e 2 capitães de ordenanças, com as suas respectivas companhias. A egreja matriz, de architectura toscana, está situada no centro da villa, é de construcção solida, toda de cantaria, mas sem reboco, o que lhe dá uma apparencia sobremaneira triste. E' d'uma só nave. A capella-mór foi construida no seculo XII, e o corpo da egreja é reconstrucção do seculo XVI. Tinha uma irmandade das almas, muito antiga, que em 1866 foi transformada em associação de soccorros mutuos, com o titulo de *Associação fraternal taboacense* Esta villa teve varias ermidas, mas ultimamento só existiam as tres seguintes: *S. Vicente*, *Santa Barbara* e *S Placido*. Junto á de S. Vicente tem apparecido vestigios de construcções antiquissimas, talvez romanas, como tijolos, grandes pedaços de cimento, uma especie de punhaes, grandes pregos de cobre, e moedas romanas de cobre e prata. O edificio da camara mu-

nicipal é de architectura normando gothica, sendo um dos melhores edificios da villa; está assente sobre arcos de cantaria, debaixo dos quaes ha mercado 3 vezes por semana. Está ao nascente da praça, e ao centro da pov. Em 1875 estabeleceu se aqui uma bibliotheca publica, annexa á escola da instrucção primaria do sexo masculino. Em 1856 creou se uma pharmacia, ha tambem um theatro, situado no alto da pov., junto á capella de Santa Barbara. Foi construido por uma sociedade de amadores dramaticos em 1844, n'um grande armazem. Em 1856 afrouxou o zelo dos associados, e o theatro estava em completo abandono e prestes a ser demolido pelo dono do armazem, por lhe deverem a renda de alguns annos; então um proprietario da villa, Joaquim Ferreira de Macedo Pinto, comprou n'aquelle anno o edificio, e não só conservou o theatro, como o restaurou e ampliou á sua custa, fazendo avultadas despezas. A villa é fornecida de bom peixe, dos rios Douro e Tavora, e tambem recebe peixe do mar, pelo caminho de ferro do Douro, que lhe passa a 8 k. ao norte. E' abundante de muito boas aguas. Pertence á 2.ª div. mil., 3.ª brigada, grande circumscripção mil. do Centro, e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Tem est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; advogados, medicos, pharmacias, agentes dos bancos *Alliança* e *Minho*, das Companhies de seguros *Confiança Portuense* e *Urbana*; fabricas de distillação de aguardentes, escolas d'ambos os sexos; productores de azeite e de vinhos; hospedaria, casas de pasto, minas de chumbo não exploradas, notarios, etc. O conc. compõe-se de 17 freguezias, 2:537 fog e 9:439 hab., sendo 4:456 do sexo masc. e 4·983 do fem., n'uma superficie de 10:476 hect. As freguezias são: N. S.ª do Condozende, de Adorigo, 532 hab.: 251 do sexo masc. e 281 do fem.; S. Silvestre, de Arcos, 411 hab.: 211 do sexo masc. e 230 do fem ; N. S.ª d'Assumpção, de Barcos, 773 hab : 347 do sexo masc. e 425 do fem.; S. Martinho do Chavões, 407 hab : 212 do sexo masc. e 252 do fem ; Santo Antão, de Desejosa, 276 hab.: 130 do sexo masc. e 146 do fem.; S. Faustino e Santa Jovita, de Granja do Tedo, 465 hab : 218 do sexo masc. e 247 do fem.; S. Pedro das Aguias, de Granjinha, 268 hab : 132 do sexo masc. e 136 do fem ; S. Pelagio, de Longa, 445 hab.: 207 do sexo masc. e 238 do fem ; Espirito Santo, de Paradella, 373 hab : 180 do sexo masc. e 193 do fem.; S. Sebastião, de Perciro, 331 hab : 172 do sexo masc. e 159 do fem.; Santa Euphemia, de Pinheiros, 359 hab : 160 do sexo masc. e 199 do fem.; S. Bartholomeu, de Santa Leocadia, 386 hab : 184 do sexo masc. e 202 do fem ; Santa Maria, de Sendim, 1:610 hab.: 793 do sexo masc. e 817 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Taboaço 1:275 hab.: 579 do sexo masc. e 696 do fem.; S. João Baptista, de Tavora, 689 hab.: 327 do sexo masc. e 362 do fem ; S. Gonçalo, de Valença do Douro, 466 hab.: 229 do sexo masc. e 237 do fem ; N. S.ª da Apresentação, de Valle de Figueira, 253 hab : 121 do sexo masc. e 132 do fem. O principal commercio do conc é vinho, baga, azeite e fructas. || Pov. na freg. de S. Miguel, do Sôza, conc. de Vagos, distr. d'Aveiro.

Taboadella. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Mosteiro, conc. de Vieira, distr. de Braga || Santa Maria, de Salto, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Taboadellinho. Pov. na freg. do S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Taboadello. Pov. e freg. de S. Cypriano, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 44 fog. e 202 hab. Está situada a 4 k do rio Vizella e a 6 da séde do conc. E' pov. muito antiga. D. Sancho I lhe deu foral em agosto de 1202, que foi confirmado por D. Affonso II, em Coimbra, em julho de 1218. A torra é fertil; cria gado e tem caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias S. Thiago, de Fontes, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Pedro de France, conc. e distr. de Vizeu || S. Pedro e conc. de S. Pedro do Sul, do mesmo distr. || Santa Maria, de Pinheiro, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Taboadello de Cima. Pov. na freg. do S. Thiago, de Fontes, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

Taboado. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. de Marco de Canavezes, distr. e bisp. do Porto; 186 fog. e 782 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e está situada a 1 k. do rio Ovelha, a egual distancia da margem esquerda do Tamega, e a 4 k. da séde do conc. Foi villa e couto. O abbade d'esta freg. era ouvidor, privilegio que lhe provinha de ter aqui havido um mosteiro de conegos regrantes de Santo Agostinho, cruzios, o qual foi fundado no seculo XII, mas ignora-se o nome do fundador. Passou a abbadia secular, sendo bispo do Porto, D. João de Azevedo, por bulla do papa Sixto IV, em 1475. Do mosteiro já ha muitos annos que não ha vestigios, mas, segundo dizem, a sua egreja é a actual matriz. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Taboas. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Taboeira *(João Cardoso Valente, conde de)*. Antigo deputado, vice-presidente da direcção da Real Associação de Agricultura e da camara municipal de Aveiro, etc. N. no Porto em 1858, fal em Dresden (Saxe) a 30 de agosto de 1903. Foi eleito deputado pelo circulo de Villa Nova de Gaia em varias legislaturas; tomou a vice-presidencia da Sociedade de Agricultura n'uma seria occasião de crise, em que prestou bons serviços. Deixou depois a vida publica, para se dedicar completamente á vida familiar, e á administração da sua importante casa e da sua lavoura em Aveiro e no Douro, onde possuia duas propriedades de fama: os Canaes e a Soalheira. Tendo estado constantemente doente em Lisboa no inverno de 1902, resolveu ir convalescer e acabar de se fortalecer n'uma casa de saude nos arredores de Dresden, em Weisser Hiosch. Partiu com a sua familia para a Allemanha, d'onde tencionava seguir para Hollanda, demorando se em Paris, e finalmente em Biarritz. Quatro dias depois de estar em Dresden feriu-se n'uma perna, em resultado de queda da bycicleta. D'essa ferida resultaram complicações que o victimaram. Fôra agraciado com o titulo de conde de Taboeira pouco tempo antes do seu fallecimento.

Taboeiro. Povoações nas freguezias: N. S.ª do O', do Cadima, conc. do Cantanhede, distr. de Coimbra. ‖ Santo André, de Esgueira, conc e dis tr. d'Aveiro.

Tabolado Pov. da freg. de S. Mamede, de Parada do Monte, conc. de Melgaço, distr de Vianna do Castello.

Tabolados. Pov. na freg. do Salvador, de Freixo do Baixo, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Taboleiro. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de N. S.ª das Candeias, de Candelaria, conc. e distr. de Ponta Delgada, Açôres.

Taboneira. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Lanhezes, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Taborda. Familia oriunda da Galliza, e á qual pertencia Garcia Rodrigues Taborda, primo do conde de Andeiro, e que passou a Portugal em tempo d'el-rei D. Fernando I. As suas armas são: Em campo vermelho cinco quadernas de ouro em santor, e timbre uma aza vermelha carregada d'uma quaderna do escudo.

Taborda *(Antonio Gonçalves da Cunha)*. Mestre da banda da antiga Guarda Municipal N. em Cascaes a 27 de maio de 1857, fal. em Lisboa a 4 de março de 1911. Era filho de Francisco da Cunha Taborda e de D. Marcellina Jesus Taborda. Assentou praça em 22 de junho de 1870, e mostrando desde creança muita vocação para a musica, frequentou as aulas de rabeca, e harmonia do Conservatorio, seguindo os cursos com distincção, e em 1881 fez exame para mestre de musica, e continuou depois estudando no Conservatorio, sendo premiado em contraponto e fuga. Em 11 de março d'esse anno foi promovido a mestre da banda de infantaria n.º 7. Por morte do maestro Manuel Gaspar, succedida em 1901, foi nomeado regente da banda da Guarda Municipal, logar que desempenhou com distincção, sendo sempre muito respeitado. Foi 1.º trombone da orchestra de S. Carlos, desde 1879, onde prestou bons serviços, alcançando ali grande ovação no solo de trombone do 1.º acto do *Hamlet*. Era tambem compositor de valia; compoz grande numero de peças para banda, em que se contam as seguintes: ouverture *Reconnaissance*; *Miragem*, valsa de concerto; *Marcha da Cruz Vermelha*, marcha funebre; *A' mon pére; Allez retour*, marcha caracteristica; *Homenagem a Hespanha; Marcha Militar;* marcha heroica *Affonso d'Albuquerque*, etc; instrumentou tambem para banda as *selections* das operas *Tosca*, *Fedora*, *Adriana Lecouvreur*, *Gioconda*, *Othello*, o fez executar pela mesma banda a celebre *Rapsodia* de Listz. A peça que escreveu sobre a *Dinah*, obtevo grande successo em 29 de julho de 1897, no Club Lisboa, sendo lhe por essa occasião offerecida uma bonita corôa. São tambem do maestro Taborda as musicas da operetta *Noivos da Morgadinha*, e da revista *Da Parreirinha ao Limoeiro*. Possuia os diplomas de honra do Conservatorio, do concerto da banda da Guarda Municipal, realisado em San Sebastian, sendo por este motivo condecorado com a ordem civil de Affonso XII. Possuia ainda as seguintes distincções: official da ordem de S. Thiago, a medalha de prata de comportamento exemplar. Por occasião da visita do rei de Hespanha a Lisboa em 1904, o maestro Taborda teve ensejo de apresentar a sua banda em diversas festas, e muito especialmente no baile que se realisou no paço d'Ajuda. Por essa occasião foi agraciado com o habito da ordem hespanhola de Izabel a Catholica. Tambem recebera a mercê da cruz da 4.ª classe da ordem da Corôa da Prussia. Depois da proclamação da Republica, em outubro de 1910, sendo a Guarda Municipal substituida pela Guarda Republicana, Taborda foi escolhido para se conservar á frente da banda, em que esteve até fallecer.

Taborda *(Francisco Alves da Silva)*. Glorioso e popular artista dramatico. N em Abrantes a 8 de janeiro de 1824, dois mezes depois de ter fallecido seu pae, e fal. em Lisboa a 5 de março de 1909, com 85 annos incompletos. Só com sua mãe, D. Maria do Carmo Rola Taborda, viveu em Abrantes até á edade de 10 annos, e depois procurando educar-se, fazer-se homem, de ganhar a vida, veiu para Lisboa para casa de seu avô e e de suas tias, e ahi começou os seus estudos, sem aspirações, ambicionando apenas habilitar-se a um modesto emprego que lhe garantisse os meios de ganhar o pão para si e para sua mãe, que elle adorava, não so tornando pesado ao avô e ás tias que o estimavam, mas que tambem não eram ricos. No collegio de seu tio Gilberto Antonio Rolla, irmão de sua mãe, aprendeu as primeiras letras, mas apenas se apanhou sabendo ler e escrever, tratou de procurar collocação, por não ter posses para outros estudos. Depois de algumas tentativas de empregos promettidos, que falharam, resolveu seguir a classe typographica, e entrou como aprendiz na typographia de Sousa Neves, na rua do Loureiro, só começando a ganhar algum tempo depois, uns 120 reis por dia util Foi para elle grande alegria, quando recebeu a sua primeira feria de 720 reis, primeiro fructo do seu trabalho. Mezes depois passou para outra typographia no Rocio, onde foi ganhar 520 reis. Essa typographia pertencia a João José da Motta, homem muito dado a cousas de theatro, e o preferido pelas empresas de S. Carlos, ·alitre o Rua dos Condes, para a impressão dos cartazes. Muito bem tratado pelo mestre e pelos collegas, e com a vida mais socegada, Taborda, como rapaz, começou a divertir-se nas horas de descanço, e o divertimento predilecto era o theatro. Fez-se socio d'um theatrinho particular, na rua do Arco a S Mamede, o *Theatro Timbre*. Ali representou na comedia o *Hollandez ou pagar mal que não fez*, e n'algumas outras. Em 1846, o Motta, dono da typographia, era dono do um barracão armado em circo de cavallinhos, á Trindade, e associado com Manuel Machado, tratou de transformar o circo em theatro, o quo realisou, e organisando companhia, foi convidar Taborda, que vira representar no Theatro Timbre, e muito lhe agradara. Taborda acceitou jubiloso o convite, e a nova casa de espectaculos inaugurou so a 16 de maio do referido anno de 1846, com a peça *Paquita ou os fabricantes de moeda falsa*, debutando Taborda n'um pequeno papel de aprendiz. (A'cêrca do Gymnasio V. *Portugal*, vol IV, no artigo *Lisboa*, pag. 413 e 414). O exito foi completo e o theatro começava a fazer interesses, quando a revolução popular da Maria da Fonte veiu prejudicar sensivelmente todos os theatros. Terminando as questões politicas, as casas de espectaculos tornaram a ser frequentadas, e foi então que tendo-se retirado o Motta da

empresa, os artistas constituidos em sociedade decidiram explorar o theatro, e fôram pedir ao celebre professor francez da arte dramatica Emilio Doux para os dirigir e ensaiar. Deu se então um caso curioso. Procedendo Emilio Doux a uma selecção dos artistas, rejeitou o actor Taborda por absoluta incapacidade, fazendo até com que lhe reduzissem o ordenado a metade. Mas não tardou que Taborda começasse a provar que a propbecia fôra precipitada, e nada tinha de verdadeira, evidenciando-se dia para dia como grande e estudioso artista. Remodelada a sociedade artistica, pôz-se em scena a opera comica *A Marqueza*, do maestro Miró, peça em que Taborda, por assim dizer, começou a tornar-se notavel. Seguiu-se uma serie de triumphos nas peças: *O Ensaio da Norma* e *O Chinello da cantora*, em que parodiava a celebre cantora Stolz. O exito foi colossal, e o vaticinio de Emilio Doux ficou inteiramente desmentido. Na *Ve-*

Actor Taborda

lhice namorada, desempenhou o papel de fiel de feitos Simplicio da Paixão, creação que lhe deu grande nomeada, e em que imitava perfeitamente um empregado do tribunal da Boa Hora. Tambem se tornou notavel no *Andador das almas*, parodia da *Lucia*, por Francisco Palha O theatro do Gymnasio era de acanhadas dimensões, e além d'isso organisado no antigo barracão, precisava de completa reforma, e essa reforma fez se em 1852, tornando se então o elegante theatro que ainda hoje existe. Aproveitando estas ferias forçadas, Taborda foi a Paris, a expensas d'elrei D. Fernando, que o admirava pela naturalidade e singeleza com que representava, que contrastava sensivelmente com as tradições da velha escola de declamação. D. Fernando proporcionou-lhe assim o ensejo de vêr e estudar os grandes artistas em Paris. O Gymnasio reabriu em novembro de 1852, sendo Taborda um dos primeiros artistas do novo theatro. Contava então 28 annos de edade, cheio de mocidade e de talento, atirou-se ao trabalho com mais dedicação e canceira. Foi então, póde dizer-se, a alma do Gymnasio até ao anno de 1861, theatro em que concentrava todas as suas affeições, entrando em grande parte do reportorio, tornando-se o idolo do publico. O seu reportorio, era portanto, enorme, sobresaindo muito em scenas comicas, genero que elle muito desenvolveu. Em 1861 começou a fazer as suas *tournées* artisticas pela provincia, percorrendo pouco a pouco quasi todas as cidades e villas do paiz, sendo por toda a parte muito victoriado, e ganhando bastante dinheiro com espectaculos, quasi que exclusivamente constituidos pelas suas scenas comicas e cançonetas. Os commissarios regios do governo, que successivamente administraram o theatro de D. Maria II, D. Pedro Brito do Rio, D. Antonio da Costa, Francisco Palha, instaram muito com Taborda para que se escripturasse n'aquelle theatro, mas elle sempre se recusava, porque não queria deixar o seu querido Gymnasio. Só em 1863 é que cedeu a representar na comedia em 5 actos, de Ernesto Biester, *Os homens ricos*, e outras. Em 1865, el rei D. Luiz convidou Taborda a ir a Mafra dar um espectaculo no dia da distribuição de premios aos alumnos da escola dos filhos dos soldados. Depois do espectaculo D. Luiz convidou o a cear á sua mesa, esteve conversando muito tempo com elle, e ao despedir se collocou lhe ao peito o habito da ordem de S. Thiago. Em 1869, tendo se inaugurado pouco tempo antes o theatro da Trindade, Taborda, por convite de Francisco Palha, foi escripturado e ali representou *o sr. Procopio Baeta* e a *Gran-duqueza de Gerolstein no penultimo andar*, peças de Paulo Midosi; *O Medico á força*, *Os tagarellas*, *A Princeza de Trebizonda*, etc. Em 27 de maio de 1871 embarcou para o Brazil com o photographo Henrique Nunes em *tournée* artistica, que durou tres mezes, regressando a 10 de setembro. Taborda fazia scenas comicas e Henrique Nunes expunha panoramas photographicos. Ambos receberam grandes ovações e ganharam muito dinheiro. Taborda alcançou um notavel successo sendo acclamado vivamente no Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco. Em 1873 escripturou se no Gymnasio a convite da empresa Xavier d'Almeida, e ahi trabalhou com grande exito, nas peças *O Aflhado de Pompignac*, *Os Medicos*, *Recordações da mocidade*, *Debaixo da mascara*, etc. Em 1875 adoeceu gravemente com uma pneumonia; esteve um tempo retirado do Gymnasio, foi convalescer para a provincia, e depois andou em digressão artistica pelo paiz. Em 1876 voltou ao Gymnasio, onde eram então empresarios Polla, Leopoldo, Maria das Dôres e Emilia dos Anjos. A primeira peça, em que reappareceu, foi *Os casamentos de conveniencia*. No dia 23 de setembro d'esse anno morreu o actor Isidoro, seu amigo intimo, seu collega querido, com quem representara dezenas de entre actos em que os dois eram inimitaveis, como *Por um triz*, *Os dois candidatos*, *Depois da meia noite*, *Os dois cegos*, etc., e o abalo que soffreu com essa morte foi tão grande que no dia do enterro do Isidoro, estando já vestido no camarim do Gymnasio para entrar em scena, a sua commoção era tamanha que a empresa resolveu não dar espectaculo n'essa noite para não obrigar Taborda á grande violencia de

representar n'aquelle estado. Em setembro de 1878, José Joaquim Pinto, que durante muitos annos foi emprezario do theatro de D. Maria juntamente com o actor José Carlos dos Santos, tomou o theatro do Gymnasio, e Taborda entrou para a companhia. A peça da abertura foi *O Penacho*, que mais agradou; seguiu se o *Amigo dos diabos*, que teve grande successo, e em que Taborda era inimitavel. No anno seguinte, o grande artista soffreu um crudelissimo golpe, a morte de sua estremecida mãe. Na noite da morte e do enterro os theatros do Gymnasio e Trindade não deram espectaculo em homenagem á dôr profunda do notavel actor. Em 14 de outubro d'esse anno, Taborda ensurdeceu. Nas primeiras semanas de surdez andava tristissimo; não queria representar mais, fazia lhe terror estar em scena o não ouvir as deixas, vêr a falar e elle sem ouvir nada. Os collegas e os amigos começaram a animal-o, e Domingos Monteiro, velho amigo de Taborda, e um dos seus autores mais favoritos de scenas comicas e cançonetas, escreveu-lhe um aproposito comico para a noite do seu beneficio, *A' espera do estalinho*, e Taborda, sempre apprehensivo e tristonho continuou a sua carreira, sem que por causa da surdez os applausos e ovações se resentissem. Em 1881 teve elle um successo colossal com a representação da comedia *A Voz do sangue*, que representou mais de 70 vezes successivas. N'esse anno foi a Paris consultar os especialistas, mas não conseguiu melhorar. Alguns amigos do Taborda, de grande influencia, começaram então a tratar de lhe alcançar a reforma. Foi Luciano Cordeiro quem apresentou na camara dos deputados o projecto de lei para essa reforma extraordinaria, justa e bem merecida para quem tanto engrandecera a arte dramatica portugueza e tanto levantara o seu nome artistico. O projecto foi approvado quasi por unanimidade e o decreto concedendo a reforma ao grande actor, depois de 36 annos de serviço constante e glorioso, foi assignado por el rei D. Luiz a 8 de fevereiro de 1883. Depois de reformado, Taborda nunca mais quiz escripturar-se, só apparecia com alguma das suas scenas comicas ou cançonetas em beneficios e em festas de caridade, e só fez 5 creações novas, e todas esplendidas: *O sr. Albergaria*, *O Albergado Albergaria*, scena comica de Eduardo Garrido, escripta expressamente para um beneficio dos Albergues Nocturnos em S. Carlos; o veterano da comedia *Patifa da Primavera*, no Gymnasio, *O Bravo do Mindello*, cançoneta de Accacio Antunes, *O Zé Palonso*, farça escripta por D. João da Camara, Lopes de Mendonça e Gervasio Lobato, n'uma recita em beneficio da Creche de Santa Eulalia, no theatro da Rua dos Condes; *O Festim de Balthazar*, farça escripta por Gervasio Lobato para uma unica representação em S. Carlos no beneficio para as Cozinhas Economicas, promovido pela Associação Industrial, sob a protecção da rainha D. Amelia e d'uma commissão de senhoras presidida pela duqueza de Palmella, peça desempenhada pelos primeiros actores e primeiras actrizes que então existiam nos theatros de Lisboa. Ainda representou em D. Maria II *Os Medicos*, no Gymnasio, n'uma peça, expressamente escripta para elle por Eduardo Schwalbach, intitulada *A Flôr da Laranjeira*; no theatro de D. Amelia, na empresa Rosas & Brazão, *Os Medicos*, *Medico á força* e *Ditoso fado*, etc. Taborda, tambem se evidenciou n'alguns papeis dramaticos, como nos *Dois Mundos*, *Miguel o torneiro*, e *A quem Deus promette*, no Gymnasio; no reitor das *Pupillas do sr. reitor*, na Trindade, etc. Taborda era um actor popularissimo, muito estimado e considerado, contando numerosos amigos em todas as classes da sociedade. Os seus beneficios eram sempre noites festivas de grande enthusiasmo a que o publico concorria a prestar homenagem ao seu predilecto artista, sendo disputados os bilhetes com ardor e por alto preço. Realisou no theatro de S. Carlos uma das suas festas artisticas, e apezar do tamanho do theatro, os bilhetes de prompto se esgotaram, chegando na propria noite a venderem se por preços elevadissimos alguns bilhetes que por acaso appareciam á venda. Taborda representou em todos os theatros de Lisboa, do Porto, das provincias e das ilhas. Quando ha annos se fundou na Trindade uma Sociedade de Artistas Dramaticos, Taborda foi acclamado n'uma das sessões, seu presidente honorario. O notavel artista havia casado a 10 de junho de 1849 com D. Maria Izabel Rodrigues, que foi sempre sua affectuosa e dedicada companheira, o que pouco tempo lhe sobreviveu, fallecendo a 26 de maio de 1913. O reportorio de Taborda era enorme, e seria ardua tarefa, e quasi impossivel mencional-o, apontaremos, comtudo, as seguintes peças, além das já citadas: *O Misantropo*, *Novella em acção*, *Pedro o tecelão*, *Filho familias*, *A Filha do ar*, *A burra no urso*, *Medicina de Balzac*, *Quem é o pae da creança?* *Um sogro original*, *Os maridos aos 50 annos*, *O Espartilho da senhora*, *Para as eleições*, *Magina ou o dó do peito*, *Doente de scisma*, *Inglez e francez*, *Os Dóminós brancos*, *Em guerra particular antes da paz geral*, *Amor londrino*, *A Flôr de chá*, *O tio Torcato*, *Cozinha*, *Casa de jantar e sala*; *A Bella Helena*, *A policia*, *Os dois Casimiros*, *O Juiz eleito*, *Zé Canaia regedor*; *Quem tem mazella todos lhe dão n'ella*, *Um marido que é victima das modas*, parodia da *Traviata*, e as seguintes revistas do anno representadas no Gymnasio: *Lisboa em 1850* (1850), *Qual d'ellas o trará?* (1851), *O Festejo d'um noivado* (1852), *A Vingança d'um cometa* (1853), *Fossilismo e Progresso* (1855), etc. A biographia de Taborda encheria volumes, pois a sua longa carreira artistica foi abundante em scenas curiosas e interessantes, casos passados nas suas *tournées* pelas provincias, anecdotas que elle contava com a graça infinita que todos lhe reconheciam; a boa vontade com que sempre accedia em concorrer para abrilhantar o beneficio de qualquer pessoa, mesmo extranha ao theatro, porque o seu nome sempre attrahia concorrencia; a sua sensibilidade, chegando mesmo ás vezes a chorar em scena, succumbido, quando o publico lhe prestava ruidosas ovações, quando os collegas appareciam em scena a felicital-o, tudo provava o seu bellissimo caracter, e o seu bondoso coração. No theatro, onde ordinariamente fervem intrigas, Taborda era respeitado, nem elle mesmo dava ouvidos, nem se envolvia n'essas intrigas, repellindo as sempre, por isso contava amigos em todos os collegas e emprezarios, tecendo lhe todos os mais rasgados elogios. No anno em que completou 80 annos de idade, 1904, o emprezario do Gymnasio, o sr. José Joaquim Pinto, seu verdadeiro e sincero amigo, prestou a

honrosa homenagem de mandar collocar no salão do seu theatro uma lapide commemorativa, na qual se lê: *A Francisco Alves da Silva Taborda commemorando a sua estreia n'este theatro em 17 de maio de 1846, homenagem do seu amigo José Joaquim Pinto; 17 5 1904.* A morte de Taborda causou a mais profunda sensação; todos lastimavam que aquelle velhinho de mais de 84 annos, sempre risonho e amavel, que fazia alegria vêl-o, havia de eternamente desapparecer. O seu funeral foi imponentissimo, vendo-se ali incorporadas pessoas de elevada posição social, as empresas theatraes e a imprensa largamente representadas; o feretro preuhe de saudosas corôas, preito de homenagem de familia, de amigos, de corporações diversas, da rainha D. Amelia, etc. A' beira da sepultura pronunciaram se discursos enaltecendo as bellas qualidades de Taborda, como artista, como homem de bem, e como exemplar chefe de familia. Todos os jornaes inseriram nas suas columnas sentidos necrologios, acompanhando-os com o retrato do saudoso extincto. Em 1912 a villa de Abrantes, sua terra natal, ergueu em memoria do glorioso artista, uma estatua, realisando por occasião da sua inauguração um sarau commemorativo, em que discursaram o dr. Martins de Carvalho e o dr. Solano de Abreu, recitando-se tambem poesias, e representando-se uma operetta e uma comedia, desempenhadas por apreciados amadores dramaticos.

Taborda *(José da Cunha).* Pintor d'arte. N. no Fundão a 24 de abril de 1766, fal. em Lisboa a 4 junho de 1836. Vindo muito novo para Lisboa, foi aqui muito protegido pelo desembargador Geraldes, que o recebeu em sua casa. Durante 5 annos frequentou a aula regia de desenho na qual estudou figura com Joaquim Manuel da Rocha e architectura com José da Costa e Silva Em 1788 foi como pensionista da Casa Pia, então dirigida pelo intendente de policia Pina Manique, para Roma, onde teve por mestre o professor Labruzzy, que o era de todos os pensionistas, mas logo que áquella cidade chegou o novo ministro de Portugal junto da Santa Sé, D. João de Almeida, obteve, assim como os seus companheiros, licença para tomar o mestre que quizesse, e Taborda escolheu Antonio Cavalluci. Receando se a entrada dos francezes em Roma, pediu licença para se retirar, e em maio de 1796, ou no anno seguinte, chegou a Lisboa, sendo depois nomeado professor da nova escola de pintura fundada pelo citado intendente da policia no Castello, com o vencimento de 200$000 reis annuaes Em 1803 foi eleito pintor regio com a pensão de 700$000 reis, e no exercicio d'estas funcções pintou varios tectos e paineis no paço d'Ajuda, sendo o mais notavel o que representa a *Acclamação de D. João IV.* Além d'esta obra pintou tambem outras particulares, e morreu muito pobre. Taborda publicou em 1815 um livro, com o titulo seguinte: *Regras do arte de pintura com breves reflexões criticas sobre os caracteres distinctivos de suas escolas, vidas e quadros de seus mais celebres professores, escriptas na lingua latina por Miguel Angelo Prunetti e traduzidas em portuguez. Accresce a memoria dos mais famosos pintores portuguezes e dos melhores quadros seus que escrevia o traductor.* Este livro contém noticias de pouco mais ou menos 100 pintores portuguezes, encontrando-se n'elle particularidades interessantes que revelam o espirito investigador de Taborda e a curiosidade com que procurava verificar os factos, consultando um grande numero d'obras, e examinando documentos nos archivos publicos e particulares.

Tabosa. Povoações nas freguezias: Espirito Santo, de Carregal, conc. de Sernancelhe, districto do Vizeu. || S. Miguel, de Fornos de Maceira Dão, conc. de Maugualde, do mesmo distr. || S. Pedro, de Pedroso, conc de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Tabosa das Arnas Freg. de Santo Antonio, do conc. de Sernancelhe, distr. de Vizeu. Está annexada á freg. de S. Facundo, de Cunha. V. *este nome.*

Tabúa. Ilha da Madeira; pov. e freg. da Santissima Trindade, conc. da Ponta do Sol, distr. do Funchal, 513 fog. e 2:160 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post., fabricas de manteiga e de distillação de aguardente. Ha aqui tres capellas com as invocações de N. S.ª das Candeias, N. S.ª Mãe de Deus, e N. S.ª da Conceição.

Tabueira. V. *Taboeira.*

Taburno. Pov. na freg. de S. Martinho, do Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Taça *(A propina da).* Na tabella que faz parte do decreto de 31 de julho de 1833 lê se a seguinte original disposição: «O official-mór da secretaria do reino (e cremos que das outras) tem de emolumento privativo do seu logar pela carta de titulos, presidentes de tribunaes, officiaes móres da Casa Real, portaria de alcaidarias-móres, senhorio de terras, o commendas, a propina da *Taça*, que deve ser apresentada ao mesmo tempo em que na secretaria se entregar a carta ou portaria respectiva» As taças eram de prata. Esta disposição da lei foi abolida em 1867. Porem a praxe continuou, e não era raro que os agraciados comprassem uma salva de prata, com aquelle destino, salva que pouco depois voltava para a ourivesaria, ficando assim paga a propiua

Tachygraphia. Arte de escrever rapidamente por meio de signaes de abreviatura. Comquanto a palavra *tachygraphia* seja geralmente considerada synonyma de *stenographia* ainda assim ha quem estabeleça distincção entre as duas palavras. Define-se *stenographia* o modo de escrever abreviadamente por meio de signaes especiaes, e *tachygraphia* a arte de escrever tão depressa como se fala, com o emprego de aquelles signaes. Assim póde se ser stenographo, isto é, estar se habilitado a copiar, por exemplo, um trecho de qualquer documento ou livro escripto em caracteres communs, abreviando o trabalho com a rapidez derivada do emprego dos referidos signaes e poupando o espaço occupado pela copia, e não se ser tachygrapho, isto é, não se estar habilitado por uma larga pratica e pela concorrencia de variados e indispensaveis conhecimentos subsidiarios, a acompanhar um orador verboso, registrando integralmente as suas palavras. A'cêrca da historia da tachygraphia em Portugal, veja se no vol. IV d'esta obra, a pag. 599, *Luz Fernandes (Antonio José da).* Na *Bibliotheca do povo e das escolas*, estão publicados 2 volumes com o titulo de *Tachygraphia*, escriptos pelo sr. J. Fraga Pery de Linde, 1.º official da antiga camara dos pares e antigo tachygrapho da mesma camara, e uns artigos do mesmo se-

nhor publicados no *Diario de Noticias* de 28 de fevereiro de 1905, 10 de fevereiro de 1907, e 21 de dezembro de 1909. O primeiro trabalho sobre tachygraphia publicado em Portugal foi o *Systema universal e completo de tachygraphia ou methodo abreviado de escrever tão depressa como se fala. Applicado a todos os idiomas. Inventado por Samuel Taylor, professor de tachygraphia na Universidade de Oxford. Adaptado á lingua portugueza e dedicado ao ill.mo e ex.mo sr. Principe da Paz*, por um professor do tachygraphia, approvado em Coimbra, Lisboa, 1802. Esta obra, que é devida a Antonio Patricio Pinto Rodrigues, foi publicada tambem na *Minerva Lusitana* ou *Rapsodia de Litteratura, Sciencias e Artes*. Em 1861, publicou-se em Coimbra: *Arte de tachygraphia e methodo facilimo de aprender tachygraphia sem auxilio de mestre*, obra do dr. Manuel d'Oliveira Chaves e Castro, quando era ainda estudante do 2.º anno de direito. Veja-se tambem o *Diario de Noticias* de 2 de maio de 1912, artigo do citado sr. Fraga Pery de Linde, ácêrca da publicação d'uma *Breve critica d'um manuscripto, por Manuel Reis de Sanches Ferreira, archivista paleographo diplomado*, Lisboa, 1912. O manuscripto existe na Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Tacoaria. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Ceissa, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Tacões. Povoações nas freguezias: O Divino Espirito Santo, de Pereiro, conc. d'Alcoutim, distr. de Faro. || S. João Baptista, de S. João dos Caldeireiros, conc de Mertola, distr. de Beja.

Tacuane. Planalto no praso Milange, na Zambezia. Entre o rio Luo e Lugella. Faz parte da cordilheira que começa o monte Meruba, Metete, Epuli e Mabo, o mais alto de todos.

Tacuene. Serra no alto Boror, na Zambezia.

Tadi. Pov. na região do café, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental || Pov. do sobado da cataracta do Quisulo, no referido conc. e districto.

Tadi di a Sono. Pov. do sobado de Quando, no conc. de S. Salvador e distr do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tadila. Pov. do sobado de Diadia, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Evua, no referido conc. e distr. || Pov. do sobado de Futila, no referido conc. e districto.

Tadim e Fradellos. Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 150 fog e 632 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., est. do caminho de ferro, na linha do Minho, entre a de Arentim e o apeadeiro de Avellêda, e pharmacia. Está situada a 1 k. da margem direita do rio Este e a 7 da séde do conc. O orago da freg. de Fradellos era S. Martinho, e o de Tadim S. Bartholomeu, mas estão ambas consideradas, para todas os effeitos, como se fôssem uma só, sendo o orago S. Bartholomeu. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Tafe. Pov. na freg. de Santa Maria do Castello e conc. de Tavira. distr. de Faro.

Tagarra. Pov. da freg. de S. Miguel, no conc. de Santa Catharina, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Tagarro (*Francisco Vaz*). Jurisconsulto e celebre advogado dos seculos XVII e XVIII. N. em Obidos, onde tambem fal. a 24 de abril de 1724. Formou-se em direito civil na Universidade de Coimbra, onde tomou o grau de bacharel. Veiu advogar para Lisboa, onde grangeou grande fama, e voltando a Obidos, ali se conservou até fallecer. Das suas Allegações, a que foi publicada em 1720, versava ácêrca da succcssão do titulo e casa da Feira, em que era advogado de D. Alvaro Pereira de Forjaz Coutinho, e em que tinha por adversarios os procuradores da Corôa e do Infantado.

Tagarro (*Manuel da Veiga*). Celebre poeta do seculo XVII. N. em Evora, ao que se suppõe, e pertenceu á casa de D. Theodosio II, duque de Bragança; suppõe-se tambem que foi conego, mas talvez conego augustiniano ou de S. João Evangelista, porque de investigações feitas no cartorio do cabido de Evora consta positivamente que não foi conego da sé d'esta cidade como se suppunha. O que se deduz das suas obras é que estudou jurisprudencia, que teve uma paixão por uma senhora que se metteu freira, retirando elle tambem para o claustro. E' o que parece transparecer das allusões do seu livro de versos *Laura de Anfriso*, impresso em Evora em 1627, e em que se sente muito a influencia de Lope de Vega Reimprimiu se em Lisboa no anno de 1788. A *Laura de Anfriso* dizem ser um dos mais bellos monumentos do lyrismo portuguez do seculo XVII.

Tagarro. Aldeia na provincia da Extremadura, a 3 k. de Alcoentre, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa. E' grande, e fica proximo da serra de Monte-Junto. E' pov. muito antiga, pois já existia em 1280, e n'este anno deu el-rei D. Diniz Alcoentre, Alcoentrinho e Tagarro aos conegos de Alcaçovas, de Santarem, recebendo em troca a egreja de Santa Iria, na ribeira de Santarem. Ha aqui uma grande ermida, da invocação de S. Pedro, apostolo, construida no tempo em que D. Henrique, depois cardeal rei, era arcebispo do Lisboa, em 1560, pouco mais ou menos. Foi depois ampliada, e é um templo espaçoso. Foi feito pelo povo, porque a egreja ficava muito longe, sendo preciso passar um rio para lá ir, rio que no inverno se torna caudaloso. Em 1595 o arcebispo D. Miguel de Castro permittiu aos povos de Tagarro terem um capellão privativo, apresentado por elles, para lhes dizer missa em todos os domingos e dias santificados

Tagi. Pov. do sobado de Quissalla, na 4.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tagilde. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 137 fog e 545 hab. Está situada nas proximidades do rio Vizella, a 9 k. da séde conc. E' pov. muito antiga, fundada por Atarragildo, rei dos gôdos, em 500, pondo lhe o seu nome, que depois se corrompeu em *Tagilde*. No casal do Paço, aldeia de Arriconha, d'esta freg., nasceu em 1200 S. Gonçalo de Amarante, que fal. a 10 de janeiro de 1262 (V. *Amarante, S. Gonçalo de*). A pov. é abundante de aguas, que tornam fertilissimo o seu terreno. Em Tagilde ha uma cruz de prata, que segundo a tradição, serviu no baptismo de S. Gonçalo. E' gothica, muito interessante, obra perfeita de archeologia e artistica.

E' ornada de lavôres, e no centro e nas extremidades dos braços, tem pequenos medalhões sobrepostos, representando em relevo, uns, varios animaes fabulosos, e outros, figuras de santos Tagilde pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Taglm. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, distr. d'Aveiro.

Talas Pov. na freg. de Santo André, de Barrocas, conc. de Monsão, distr. de Vianua do Castello.

Taibner de Moraes *(Joaquim)* Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, director geral das contribuições directas, aposentado, etc. N na Marinha Grande a 10 d'agosto de 1840, onde tambem fal. a 1 de abril de 1904. Era filho do commendador Francisco Taibner de Moraes, e de sua mulher, D. Maria da Encarnação Guilhermina Crespo de Moraes. Estudou preparatorios no collegio de Antonio Feliciano de Castilho, na Escola Academica, e depois no collegio de S. Bento, de Coimbra. Formou-se na Universidade no anno de 1861, e concluiu o curso administrativo em 1862. Por decreto de 13 de julho de 1863 foi nomeado administrador do conc. de Villa Viçosa, servindo este cargo até 26 de janeiro de 1865. Desde 13 de fevereiro seguinte até 28 de maio do mesmo anno exerceu o cargo de 1.º official do governo civil de Portalegre. Por decreto de 20 d'esse mez de maio foi nomeado secretario geral do governo civil de Angra do Heroismo, servindo este logar desde julho de 1865 até 2 junho de 1868, estando, porém, em commissão, desde 7 de novembro de 1867 até ao fim de fevereiro de 1868, a exercer o cargo de secretario geral do governo civil da Guarda. Não lhe sendo possivel voltar para Angra do Heroismo, foi exonerado do logar que ali exercia, em 3 de julho de 1868. Passados poucos dias foi nomeado secretario geral do governo civil de Faro, cargo de que não chegou a tomar posse, por ter sido transferido, em 29 de julho de 1868, para secretario geral do governo civil do Porto, cargo que exerceu até 3 de abril de 1890, sendo então nomeado, por decreto de 25 de outubro d'esse anno, para governador civil interino do mesmo districto, de que a seu pedido foi exonerado a 17 de março de 1892. Durante a sua interinidade de governador civil deu se a revolta militar de 31 de janeiro de 1891, e pelos serviços que então prestou, foi agraciado, por decreto de 9 de maio de 1891, com a commenda da ordem da Torre e Espada. Sendo-lhe concedida a exoneração que pedira do seu cargo, voltou ao seu logar de secretario geral, mas por decreto de 31 de março de 1892, foi transferido para o logar de director geral das contribuições directas, sendo mais tarde, por decreto de 24 de outubro de 1895 despachado vogal extraordinario do Supremo Tribunal Administrativo. Não podendo, por falta de saude, continuar no exercicio do cargo de director geral das contribuições directas, requereu a sua aposentação, que lhe foi concedida por decreto de 24 de dezembro de 1896. O conselheiro Taibner de Moraes era tambem commendador da ordem de Christo. Em 1882 foi convidado pelo sr. conselheiro Luciano de Castro para collaborador effectivo da revista juridica *O Direito*, onde já havia publicado varios artigos sobre direito administrativo. Conservou se n'aquella collaboração effectiva até ser nomeado governador civil do Porto, recusando sempre qualquer retribuição, e respondeu a quasi todas as consultas sobre direito administrativo. Collaborou tambem no *Commercio do Porto*, onde publicou varios artigos sobre direito administrativo. Publicou alguns relatorios, apresentado quando governador civil, ás juntas geraes dos districtos de Angra do Heroismo e do Porto. Collaborou sem remuneração alguma, no Codigo Administrativo de 1833, e depois no que se publicou em março de 1895. Tambem formulou o regulamento do processo perante os tribunaes administrativos, a tabella dos emolumentos dos tribunaes, corporações e autoridades administrativas, e ainda outros trabalhos do mais alto valor e importancia. O conselheiro Taibner de Moraes foi quem redigiu com superior criterio as propostas e contra to do arrendamento da fabrica de vidros da Marinha Grande, assim como, a pedido d'uma commissão do operarios da mesma fabrica, elaborou a representação contra o monopolio do vidro, a qual representação foi entregue ao rei D. Carlos a 28 de abril de 1898 pela referida commissão de operarios, que foi recebida no paço das Necessidades, sendo acompanhada pelo dr. Joaquim Taibner de Moraes. Havia alguns annos que o illustre funccionario soffria d'uma *artereo esclorose*, insufficiencia renal e do figado, tendo pouco antes do seu fallecimento regressado de Berlim, onde o especialista dr. Albert Freidemberg lhe fez uma difficil operação, que obteve bom resultado. Regressou á Marinha Grande muito satisfeito, mas pouco depois aggravou se lhe a doença, que o prostrou.

Taindo Pov. na freg. de S Miguel, de Baltar, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Talpa *(D. Gastão da Camara Coutinho Pereira de Sande, 1.º conde da)*. Fidalgo e politico, coronel de cavallaria, etc. N. a 2 de julho de 1794, fal. no Ribatejo a 27 de março de 1866. Era filho de D. Luiz Gonçalves da Camara Coutinho Pereira de Sande, senhor das Ilhas Desertas, e de Regalados, morgado da Taipa e alcaide mór de Torres Vedras, etc., e de sua mulher, D. Maria de Noronha. Herdou os senhorios e morgados de seu pae, e seguindo a carreira das armas, fez as ultimas campanhas da Guerra Peninsular, e entrou na de Montevideu, pelo que teve as medalhas correspondentes a estas campanhas. Regressando a Portugal com D. João VI, serviu com enthusiasmo a causa absoluta, sendo por isso elevado a conde da Taipa por decreto de 3 de julho de 1823. Quando D. Pedro IV outorgou a Carta Constitucional em 1826, e constituiu a camara dos pares, o conde da Taipa foi um dos primeiros membros nomeados, distinguindo-se logo nas primeiras sessões pelo seu espirito mordente e acerado. Tambem foi eleito deputado nas côrtes de 1827. Quando D. Miguel deu o golpe de estado, em 1828, o illustre fidalgo, que tinha adherido ao constitucionalismo, emigrou para Inglaterra, e veiu a Portugal a bordo do *Belfast*, com Saldanha e outros Fez depois a campanha da Liberdade, entrando com o exercito do duque da Terceira em Lisboa no dia 24 de julho de 1833. Impellido pelo seu genio publicou duas cartas dirigidas a D. Pedro IV, que fizeram grande escandalo. O duque de Bragança irritou se a tal

ponto, que pensou em processal o. Mas tudo isso passou e principiando a funccionar regularmente o parlamento, o conde da Taipa tornou-se distincto pela graça com que se referira aos acontecimentos que provocavam mais accesa discussão. Foi um conversador primoroso, contando-se d'elle muitos ditos de fino espirito. Fôra agraciado com o grau de cavalleiro da Legião de Honra de França. Casou, em abril de 1836, com D. Francisca d'Almeida, já viuva do 1.º marquez de Valada e 1.º conde de Caparica, D. Francisco do Menezes da Silveira e Castro, sendo filha dos 3.ºs marquezes do Lavradio D. Antonio Maximo de Almeida Portugal Soares de Alarcão Mello Castro Athaide Eça Mascarenhas Silva e Lencastre o D. Anna Telles D'este matrimonio não houve successão, sendo herdeiro da casa e do titulo seu irmão D. Manuel, que foi o 2.º conde da Taipa, (V. o *artigo seguinte).* O seu brazão é um escudo com as armas dos Camaras: Em campo verde, torre de prata sentada sobre um monte da sua côr com um corocheo ou cupola de ouro, e uma cruz no remate, do mesmo metal, entre dois lobos da sua côr arrimados á torre.

Taipa *(D. Manuel Jeronymo da Camara Coutinho Pereira de Sande, 2.º conde da).* Gentil homem da camara de D. João VI, general do brigada; commendador das ordens de Aviz, Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa e da Torre e Espada; grau-cruz da de S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia, e da de Sant'Anna, da Russia, commendador da Legião de Honra de França, e de Izabel a Catholica de Hespanha N. a 30 de setembro de 1795, fal. em 21 de maio de 1859, não deixando successão. Era irmão do antecedente. O titulo fôra lhe renovado por decreto de 1 de julho de 1866. Por decreto de 29 de maio do mesmo anno do 1869 foi agraciado com o titulo de conde da Taipa, seu outro irmão, D. José Felix da Camara, nascido a 30 de maio de 1797, bacharel formado em leis pela Universidade do Coimbra, juiz de direito de 1.ª classe, procurador regio e commendador da ordem de Christo, do que recusou a acceitar a mercê.

Taipa. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Martinho, de Candoso, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Martinho, de Caramos, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Miguel de Freixo de Cima, conc. de Amarante, do mesmo distr. || Santo André, do Macinhata de Seixa, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Paio, de Requeixo, conc. e distr. de Aveiro. || *Ilhas da Taipa.* Nome de duas ilhas pertencentes á provincia de Macau. Fórma se entre ellas uma grande enseada, e na mais pequena estão situadas a fortaleza da Taipa e a ponta Maria. Na maior ficam a ponta Cabita e o porto da ilha da Pedra.

Taipas Povoações nas freguezias: N. S.ª da Piedade, de Algoz, conc. de Silves, distr. do Faro. || Santa Maria, de Eja, conc. do Penafiel, distr. do Porto. || Santa Margarida e conc. de Louzada, do mesmo distr. || S. Pedro, de Vaqueiros, conc. d'Alcoutim, distr. de Faro.

Taipas *(Caldas das)* Pov. e freg de S. Thomé, de Caldellas, conc. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga. A pov. tem por orago da sua egreja a Santo Antonio, sendo tambem conhecida por *Santo Antonio das Taipas* Está situada num dos pontos mais aprazíveis da prov do Minho. Ha aqui umas aguas thermaes, cujas nascentes ficam a 1:000 m da margem direita do rio Ave e a 250 da estrada de Braga a Guimarães. As aguas brotam em abundancia de varias fontes situadas no meio d'um aprazivel terreno de granito porphyroide, identico ao das Caldas do Vizella. Em 1844 fôram encontradas n'estes sitios, e especialmente no Campo de Tapadinho, numerosas e interessantes ruinas romanas, piscinas, lapides votivas, columnatas e mosaicos hoje soterradas, attestando terem estas termas sido exploradas por aquelles povos. Uma inscripção d'esse tempo mostra que foi o imperador Trajano Augusto quem fez então construir o edificio balnear. Depois de abandonadas, fôram de novo utilisadas e adaptadas para applicações medicas pelo laborioso carmelita e boticario do convento do Carmo, em Braga, o leigo descalço Fr. Christovão dos Reis, em 1753. Parece que D. João I tambem dedicou as suas attenções a estas aguas, pois que no paredão das Taipas se encontrou uma lapide que assim o indica. Em 1818 a camara municipal expropriou as nascentes mineraes e os restos das antigas edificações construindo parte d'um balneario, para o quo demoliu as melhores ruinas das thermas romanas. Em 1874 deu-se principio no mesmo local a uma nova edificação, que foi inaugurada a 11 de julho de 1875. O actual estabelecimento balneario é dotado de todos os melhoramentos modernos para banhos do 1.ª e 2.ª classe, tendo tambem duas piscinas para banhos de immersão de 3.ª classe, e gratis para doentes pobres. O estabelecimento é muito concorrido. As aguas são claras, limpidas, com cheiro e sabor sulfhydrico. A sua classificação é: hypothermal, hyposalina, bicarbonatada sodica, sulfurea, siliciosa. Fôram analysadas na exposição de Paris, de 1867, e n'esse anno tambem as analysou o dr. Agostinho Lourenço; o chimico portuense Ferreira da Silva tambem as analysou em 1890, no laboratorio municipal. São usadas em banhos e em bebidas contra as affecções cutaneas, tendo para tal fim muita fama. Tambem são aproveitadas com proveito no tratamento das affecções chronicas das mucosas, especialmente das pharyngites, laryngites, bronchites, n'alguns casos de metrite e de cystites. Ligeiramente aquecidas dã bons resultados no rheumatismo articular e gotoso. Bibliographia especial: *Reflexões experimentaes methodico botanicas, muito uteis e necessarias para os professores de medicina e enfermos*, por Fr. Christovão dos Reis, Lisboa, 1779; *Noticia abreviada das Caldas das Taipas* por J. J. da S. Pereira Caldas; publicada no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, 2.ª serie, tomo III, 1852, pag. 267 a 278; *Noticia topographica das Caldas das Taipas, situadas no concelho de Guimarães*, por J. J. da S. Pereira Caldas, Braga, 1854; *Regulamento do estabelecimento thermal das Caldas das Taipas*, Porto, 1883.

Taipeiro. Officio que tinha regimento na collecção dada pela senado de Lisboa em 1572.

Taipinas Pov. na freg de N. S.ª do O', do Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Taipinha. Pov. na freg do S. Marcos da Serra, conc. de Silves, distr. de Faro.

Taivan Pov. da ilha de Coloane, na prov. de Macau.

Tala Pov. do sobado do Lolo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tala Gongo. Pov. do sobado de Quileude, na 4.ª div. *(Luugue)*, no conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Talabriga. Antigo nome da cidade de Tavira. V. *este nome.*

Talaeiros. Pov. na freg. de Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, distr. de Faro.

Talaide. Pov. na freg. de S. Domingos de Rana, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa.

Talambaza. Pov. do sobado de N'Cai, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Quiona, do mesmo conc., distr. e prov. || Pov. do sobado de Nameala, no mesmo conc., distr. e prov. || Pov. do sobado do rio Bidise, idem, idem.

Talaminho. Pov. na freg. de N. S.ª do Monte Sião, do Amora, conc. do Seixal, distr. de Lisboa.

Talapate. Imposto que na India portugueza pagavam os boticarios, ourives, etc.

Talapona. Rio da India Portugueza.

Talasnal. Pov. na freg. de S. Silvestre e conc. da Louzã, distr. de Coimbra.

Talassi *(Carlota)*. Artista dramatica muito distincta, que foi uma gloria do theatro portuguez. N. no Porto a 20 de setembro de 1811, fal no Campo Grande a 28 de agosto de 1891. Era filha da actriz Catharina Talassi (V. o *artigo seguinte*). Contava apenas 9 annos de edade quando pela primeira vez representou, no theatro de S. João, do Porto, n'um papel de menina, na peça *Os Moiros em Hespanha*, que subiu á scena a 13 de maio de 1821, para festejar o anniversario natalicio de D. João VI. A actriz continuou a representar diversos papeis com agrado das plateias portuenses, até que veiu para Lisboa, definitivamente em 1825. Representou primeiramente no theatro do Salitre, depois no da Rua dos Condes, então theatro nacional, onde se reuniam os melhores artistas, e onde teve por mestre o ensaiador e professor Emilio Doux, e depois no theatro de D. Maria II, assim que elle se construiu, passando para ali a companhia da Rua dos Condes. Carlota Talassi começou por desempenhar papeis de ingenua, passando, depois da entrada de Emilia das Neves para o theatro, a fazer damas centraes. Foi ella que creou o papel do *Lucrecia Borgia*, no drama de Victor Hugo, assim chamado; o de *Joanna de Flandres*, no drama d'este nome, o de *Filippa de Vilhena*, de Garrett, no de *D. Maria de Alencastro*, de Mendes Leal, no papel de condessa no *Capitão Paulo* e o de *Catharina Howard*, de Alexandre Dumas, etc. A sua longa carreira artistica de 40 annos, conservando se sempre no theatro de D. Maria desde a sua inauguração em 1846, foi uma serie de triumphos e de glorias, porque era uma actriz consciençiosa e de grande valor, que o publico muito estimava e respeitava, não só pelos seus meritos artisticos, mas por ser uma verdadeira senhora em toda a accepção da palavra. Havia casado com Caetano José da Silva, tio do illustre numismata dr. Teixeira Aragão, e já era viuva quando falleceu. Carlota Talassi foi reformada em 1860, segundo dizem os seus biographos, sendo o *Luxo*, a ultima peça em que representou, mas Sousa Bastos, na *Carteira do Artista*, affirma que ainda a viu em 1862 na *Cora ou a escravatura*, e n'esse anno é que recebeu a sua reforma, que foi para ella um profundo desgosto. O reportorio de Carlota Talassi foi enorme, figurando entre os seus principaes papeis o da rainha do Sabá no *Templo de Salomão*, em que era admiravel de majestade, de distincção, de elegancia verdadeiramente esculptural. Mencionaremos ainda as seguintes peças em que mais se evidenciou: *D. Ignez de Castro*, *Os Incendiarios*, *O Bom amigo*, *Trinta annos ou a Vida d'um jogador*, *Luiza de Lignerolles*, *O Sineiro de S. Paulo*, *Maria Tudor*, *A Camara ardente*, *Um erro*, *O Captivo de Fez*, *Um Auto de Gil Vicente*, *A Torre de Nesle*, *O homem da mascara de ferro*. *Auzenda*, *A Rainha e a aventureira*, *O Alfageme de Santarem*, *A pobre das ruinas*, *A sobrinha do marquez*, *D. Sisnando*, *O Livro negro*, *O Cego*, *A Pobreza envergonhada*, etc. Carlota Talassi não se dedicou unicamente aos trabalhos scenicos; senhora muito intelligente e de espirito cultivado, traduziu muitas peças, que na maior parte se representaram nos theatros da Rua dos Condes e D. Maria, sendo algumas d'ellas: *Luiza Bernard*, *Paula ou a esposa virtuosa*, *A Camara ardente*, já citada; *A Duqueza de Marsan*, *Pacto de amor*, *Cisterna de Alby*, *Marido rapaz e mulher velha*, *Delicto e arrependimento*, *Conde de Resmeville*, *Conde Juliano*, *Erros da mocidade*, etc.

Talassi *(Catharina)*. Actriz muito afamada no seu tempo, principalmente no Porto. Era filha de Angelo Talassi, um italiano que veiu para Portugal no fim do seculo XVIII, ao serviço da rainha D. Maria I, e que deixou differentes composições, e entre ellas um poema em 12 cantos, dedicado ao principe real, depois D. João VI, com o titulo: *L'elmo abbatuto*, impresso em Lisboa em 1795. Catharina Talassi representou no theatro de S. João do Porto, e vindo para Lisboa, fez parte da companhia do theatro do Salitre, em 1835, indo depois para o da Rua dos Condes, onde representou ao lado de sua filha, a distincta actriz Carlota Talassi.

Talassi *(Eduardo Jayme)*. Musico de bastante valor, mas que falleceu contando apenas 23 annos, quando muito havia a esperar do seu talento. N. em Lisboa a 17 de janeiro de 1851, onde tambem fal. a 9 de julho de 1874. Era filho do trompista Jeronymo Talassi, que durante muitos annos pertenceu á orchestra do theatro de S. Carlos, e sobrinho da grande actriz Carlota Talassi. Recebeu na infancia uma boa educação litteraria, e encetou os estudos musicaes sob a direcção de seu pae, matriculando-se depois no Conservatorio, em 18›3. Foi premiado com a medalha de ouro no curso de rudimentos, terminou o de harmonia em 1868, o de trompa em 1869 e o de contraponto em 1871, cursando tambem a aula de violino até ao 4.º anno com singular aproveitamento. Em todos os exames obteve premios. Particularmente dedicava-se tambem ao piano. Ainda não tinha concluido o curso de trompa, e contava apenas 16 annos de edade, quando foi admittido na orchestra de S. Carlos como 3.º trompa; 2 annos depois, em 1869, concorreu ao logar de 1.º trompa na orchestra da Real Camara, ficando vencedor. Ao mesmo tempo ensaiava se na composição, escrevendo diversos trechos para trompa e outros instrumentos, entre-actos e aberturas para or

chestra, etc. Em 1870 escreveu uma *Novena da Conceição*, a 5 vozes e orchestra completa, que foi executada por amadores na egreja dos Paulistas, dirigindo a elle proprio. Contava então 21 annos de edade. Estas tentativas eram auspiciosas, e Eduardo Talassi revelava-se uma vocação excepcional. Mas uma terrivel doença o assaltou, que lhe deu a morte depois do prolongado soffrimento de tres annos, causando grande magua a sua prematura perda. Além das composições citadas, deixou mais duas missas a 3 vozes e orchestra, um *Te-Deum* egualmente a 3 vozes e orchestra, um hymno ao Santissimo Sacramento, solo de tenor com coros e orchestra; 8 aberturas, etc.

Talaulim. Regedoria do concelho de Pondá, districto de Gôa, na India, abrangendo a povoação do Vaddy. Parochia da freguezia de Saut'Anna e regedoria do Batim, no concelho das Ilhas, na India.

Talauly. Aldeia pertencente á divisão de Uply-Pahw, ao sul do rio Saudalcalo, no concelho de Nagar-Avely, distr. de Damão, na India.

Talaya *(Joaquim Dias da Silva)* General de divisão. N. a 29 de agosto do 1807, fal. a 23 de outubro de 1886. Assentou praça em 26 de setembro de 1824, contando 17 annos de edade, sendo filho do coronel José Joaquim Talaya (V. o *artigo seguinte)*. Professando as ideias liberaes, teve de emigrar, no posto de alferes, para a ilha Terceira, vindo desembarcar depois nas praias do Mindello com o exercito libertador, sob o commando do coronel Pacheco. Em 18 3 já era tenente, e entrou na batalha da Asseiceira e em outras que se seguiram, dando sempre provas de valor e merecendo por distincção o posto de capitão, em 1837. Foi com a divisão auxiliar á Hespanha sob o commando do conde das Antas. Os acontecimentos politicos de 1846 vieram prejudicar a sua carreira militar, por ter seguido as ideias liberaes por que combatera, e que via tão gravemente offendidas Em 1858, porém, alcançou o posto de tenente-coronel, o em 3 de setembro de 1861 foi promovido a coronel, sendo lhe entregue o commando do regimento de infantaria n.º 11. D'ali passou a commandar infantaria n.º 16. Quando em 1883 foi elevado ao posto de general de divisão, passou ao Supremo Tribunal de Guerra e Marinha, desempenhando as funcções de presidente, no impedimento do general Palmeirim De todas as condecorações que lhe conferiram pelos seus muitos e bons serviços, a que elle mais estimava era a medalha das campanhas da Liberdade, algarismo n.º 9, por ser justamente a que mais recordações lhe trazia dos primeiros annos da sua vida de militar, tempos do lucta, em que as distincções eram ganhas á custa do proprio sangue, e mal compensavam tão grandes sacrificios.

Talaya *(José Joaquim)*. Brigadeiro reformado N. no meado do seculo XVIII, fal. a 11 de novembro de 1832. Tendo se matriculado na Academia de Marinha e obtido ali notaveis distincções, foi em 1782 despachado ajudante de infantaria com exercicio de engenheiro, e depois de concluidos os estudos, promovido a capitão de infantaria, continuando com o exercicio de engenheiro, e em 1800 elevado a sargento-mór. Foi com esto posto que elle entrou nas primeiras campanhas da Guerra Peninsular, e sendo em 1811 governador de Campo Maior, defendeu briosamente esta praça, capitulando apenas quando ora do todo inutil continuar a resistencia. Apezar de ser bem diminuta a força que tinha ás suas ordens, e que se compunha apenas de 45 soldados de artilharia n.º 3, com 90 a 100 milicianos de Portalegre e algumas ordenanças, o major Talaya defendeu a praça com tenacidade, e só no fim de 10 dias de bombardeamento e quando os francezes já tinham aberto nas muralhas uma grande brécha, é que elle se resolveu a capitular com as mais honrosas condições. Em premio de tão distincto procedimento foi o major Talaya promovido a tenente coronel, declarando a patente que esse posto lhe era dado pela gloriosa defeza de Campo Maior. Promovido a coronel em 1825, foi, em vista do seu mau estado do saude, nomeado commandante do forte das Maias, sendo depois reformado no posto de brigadeiro em julho de 1832, fallecendo pouco depois.

Talaya Sotto Maior *(João Dias)*. Bacharel formado em canones pela Universidade de Coimbra, capitão de ordenanças, poeta, etc. Não se sabe a data do nascimento, mas sabe-se que fal. em 1795. Deixou impresso um volume com o titulo de *Rimas*, 1.º tomo, 1790; não se publicou mais nenhum; uns *Elogios consagrados ao serenissimo sr. D. Gaspar, arcebispo primaz*, Lisboa, 1785. Encontram-se tambem alguns elogios, discursos, etc., nos 3 tomos das *Sessões da Academia dos Obsequiosos*, que elle reunia em sua casa.

Taledo. Pov. da freg. do Norte Grande, no conc. das Vélas, distr. e bisp. do Angra do Heroismo, conc. o ilha de S. Jorge, Açôres.

Taleigão. Freg. de S. Miguel, do conc. e com. das Ilhas, distr. e arceb. de Gôa, India. No sitio chamado do Cabo houve uma casa conventual construida em 1594. Tem escolas.

Talento Assim se designava um certo peso de prata ou de ouro, usado primeiro pelos gregos e depois pelos romanos, e introduzido por estes povos com a *libra* ou *livra*, durante o seu dominio na peninsula (V. *Libra*). O *talento* representava, assim como a *libra*, certo valor monetario. N'um documento do mosteiro de *Alpendurada*, ou *Pendorada*, do anno 770, encontra se o seguinte: *Et insuper pariat due libra auri;* e em outro documento do anno 1079: *Et auri talenta binas libras*, e n'uma escriptura do mesmo mosteiro do anno de 1199, diz se: *Etinsuper duo auri talenta e mille solidos.*

Talha Esculptura em madeira V. *Ensamblador*, *Entalhador*, *Imaginario*, etc.

Talha. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Extremadura, conc. de Loures, com., distr. e patriarc. de Lisboa, 114 fog o 511 hab. Tem esc. official mixta. E' uma freg antiquissima, parece que do principio da monarchia. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 5, com a séde em Lisboa.

Talhada. Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Castanheira do Vouga, conc. de Agueda, distr. de Aveiro || S. Lourenço, de Pachorra, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Ilha de S. Miguel, Açôres; pov. na freg. de N. S.ª do Rosario e conc de Lagôa, distr. de Ponta Delgada.

Talhadas. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Douro, conc. de Sever do Vouga, com. d'Ague-

da, distr. do Aveiro, bisp. de Vizeu; 246 fog. e 1:013 hab. Tem esc. do sexo fem., correio com serviço de posta rural. Está situada entre dois cabeços, na aba da serra de Pedras Talhadas, a 5 k. da margem esquerda do rio Vouga e a 14 da séde do conc. E' fertil em generos agricolas, cria gado de toda a qualidade, e tem muita caça. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 24, com a séde em Aveiro. Esta freg. foi annexada ao conc. de Agueda pelo decreto de 21 de novembro de 1895, que extinguiu o de Sever do Vouga, voltando para este, depois de restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898.

Talhadas (*Serra das*). V. *Pedras Talhadas*.

Talhadella. Pov. na freg. de S. Thiago, de Ribeira de Fragoas, conc. de Albergaria-a Velha, distr. d'Aveiro.

Talhadouro. Pov. na freg. de S. Pedro de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. d'Aveiro.

Talharezes Pov. na freg. de Santa Martha, de Portozello, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Talhas Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. de Traz os Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 188 fog. 716 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post Está situada a 1 k. da margem direita do rio Sabor e a 20 da séde do conc. E' fertil em generos agricolas, tem caça e cria gado. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Talhinhas Pov. e freg. de N. S. d'Assumpção, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 125 fog. e 431 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada n'um valle a 2 k. da margem direita do rio Sabor e a 19 da séde do conc. A freg. fica contigua á de Talhas. E' muito fertil, tem caça e cria gado. Pertence á 6.ª. div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella

Talho. V. *Carniçaria*.

Talho. Povoações nas freguezias: Santo Adrião, de Macieira de Rates, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S João, de Ponte, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Silveiros, conc. de Barcellos, distr. de Braga || S. Cosme, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || Santo Estevão, de Villar das Almas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Talho de Peixe. O cêpo em que se vendia o peixe. Dava se o mesmo nome á barraca onde estava o cêpo ou mesa.

Talhô. Povoações nas freguezias: Santa Maria, da Abbedim, conc de Monsão, distr. de Vianna do Castello || S Miguel, de Beire, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Pedro, de Gondalães, do mesmo conc. e districto

Talhos. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Barqueiros, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Miguel, de Carreira, do mesmo conc e distr. || S. Thiago, de Lustosa, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Macieira, do mesmo conc. e distr || Santa Marinha, de Rio Tinto, conc. de Espozende, distr. de Braga. || S. Thiago, de Sequiade, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || Sitio no limite da Povoa, freg. e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Talhós. Pov. na freg. de Santa Maria, de Villa Fria, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Tali. Pov. do sobado de Cabinda, na regedoria do Sócca, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Talisca. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Conceição, de Covas, conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Taliscas. Povoações nas freguezias: Santa Eufemia e conc. de Penella, distr. de Coimbra. || Santo Aleixo, de Unhaes da Serra, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || Ribeiro do distr. de Castello Branco. N. a 5 k. ao SE de Penamacôr, corre a OSO e pouco depois ao S, passa nas proximidades da Bemposta e de Proença-a Velha, e entra no rio Ponsul com 35 k. de curso.

Talium. Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freguezia de Santo André de Brancavará, do concelho de Diu, na India.

Talla Pov. na freg. de N. S.ª da Misericordia, de Belas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Pov. do conc. de Cabinda, na delegação do Chiavala, distr. do Congo. prov d'Angola, Africa Occidental. || Serra na prov. de Angola, Africa Occidental.

Talla Cazanza. Pov. do sobado de N'Dalla Ceia, na 1.ª divisão do conc. de Ambaca, distr de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Talla Mugongo. Conc. do distr. de Loanda, prov. de Angola, conc. de Ambaca, Africa Occidental.

Talla Quizanga. Pov. da 3.ª div. do conc. de Cazengo, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Quiluangi Quiaquila, na aldeia de Santa Maria, conc. do Duque de Bragança, distr. de Lunda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Tallas. Pov. na freg. de S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria.

Talponá. Rio do distr. de Gôa, India. E' formado de muitos arroios que descem des confins do territorio de Astragar, no conc. de Sanguem, e que entram no conc. de Canácona já muito engrossados. Atravessa este ultimo conc. com um curso geral muito vario, mas n'um sentido tambem geral de E a O, indo desaguar no Oceano entre a pov. de Quindalem, que lhe fica ao N, e a de Talponá, cujo porto fórma. || Porto do conc. de Canácona, ao distr. e arceb. de Gôa, India. Faz parte da prov. de Ponguinim e fica na margem esquerda do rio de Talponá, defendido por um pequeno reducto. Antes da celebração do tratado luso britanico, teve uma alfandega cujo movimento era de certa importancia.

Talurdo. Pov. na freg. de S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro.

Talvordá. Povoação da freguezia de Cuncolim, na India.

Tama. Serra do distr. de Mossamedes, na prov. d'Angola, Africa Occidental E' uma ramificação das serranias da Chella e Muuda, e toma a direcção de NO.

Tamacanos ou Tamaganos Povos que, nos tempos dos romanos, habitavam nas margens do Tâmaca, hoje Tâmega, e ajudaram a construir a ponte de Chaves.

Tamagnini (*Ignacio Francisco*). Italiano, que viveu muitos annos em Portugal, e foi medico do

principe regente D. João, depois D. João VI. N. na cidade do Burmio a 30 de setembro de 1731, fal. em Thomar a 4 de julho de 1805. Era filho do barão Vital Tamagnini, e de sua mulher D. Balthazara. Em 17.6 achava se estudando em Vienna, e voltando para Italia concluiu o curso de letras humanas. Vindo para Lisboa frequentou as aulas da Congregação do Oratorio, seguindo o curso até ao 3.º anno, tendo por professor em logica o P. Manuel Luiz José. Não se sabe se elle se doutorou no estrangeiro ou em Portugal. Em 1784 partiu para a Hungria a estudar philosophia. Em 1793 foi nomeado medico honorario da real camara, logar de grande confiança sem vencimento algum, mas gozando das honras e privilegios concedidos aos mais medicos ordinarios da camara. Em 1805 estava em Thomar em casa d'uma sua sobrinha, D. Angela Tamagnini, ali casada com o morgado Antonio Florencio de Abreu e Andrada, quando falleceu, sendo sepultado na egreja de Santa Maria dos Olivaes, sobre cuja sepultura se lavraram em alto relevo as armas dos Tamagninis e um epitaphio. Tamagnini era conselheiro, e gozou de grande nomeada como medico.

Tamanhos e Falachos. Pov e freg. de Santo Antonio, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Trancoso, distr. e bisp. da Guarda, 193 fog e 696 hab. Tem esc do sexo fem. o est. post Dista 6 k. da séde do conc. Tamanhos e Falachos eram duas pequenas freguezias que se uniram no principio do seculo XVIII. O orago da de Falachos era o Espirito Santo. A parte da freg de Tamanhos é pobre, e pouco fertil, mas a de Falachos é muito abundante d'aguas, e muito fertil. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res n.º 12, com a séde em Trancoso.

Tamanqueirinha. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Odemira, distr. de Beja.

Tamareira. Pov da freg. de N S.ª da Luz, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pov. da freg. do Santissimo Nome de Jesus, do mesmo conc., archipelago e provincia

Tamari. Pov. do conc. de Sanguem, Novas Conquistas, no distr. o arceb. de Gôa, na India

Tamarim. Pov. na freg de Santa Maria Magdalena, de Bemposta, conc. de Abrantes, distr. do Santarem.

Tamarindo. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Tamazinhos Pov. na freg de Santa Eufemia e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Tamba. Pov. do sobado de Solla Quimbo, na 2.ª div. da freg. de S Joaquim, conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. | Pov. do sobado do Quimpanso, no caminho do Zombo, conc de S. Salvador e distr do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Lunda, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, etc. || Rio affluente do Cuanza, na prov. de Angola, Africa Occidental. Tem o seu curso no sertão do Libollo e entra no Cuanza pela margem esquerda, junto a umas cataractas, cêrca de 58 k acima de Pungo-Andongo. || Região do interior da prov. d'Angola, Africa Occidental. Fica a E do Alto Libollo e entre o rio Cuanza e os rios Tamba e Dumbrige, affluentes da margem esquerda d'aquelle.

Tamballs. Rio da costa da Guiné, Africa Occidental. Vae desaguar no Oceano Atlantico e fica fronteiro á ilha de Matambolo, a cêrca de 150 k ao N. do rio Nuno.

Tambara Prazo do districto de Sena, prov. de Moçambique, Africa Occidental. Produz milho fino, gorgelim e arroz || Sub circumscripção dos territorios de Manica e Sofala.

Tambaxem. Pov. do conc. de Pernem, Novas Conquistas, no distr. o arceb. de Gôa, India.

Tambi. Pov. do sobado da região de Pangala, no conc. de S Salvador e distr. do Congo, na prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Tanda, no caminho do Zombo, no mesmo conc., distr. e prov. || Pov. do sobado de Nameala, idem, idem

Tambocém. Regedoria do concelho do Pernêm, districto do Gôa, na India.

Tamboco. Pov. do sobado de Quimpacassa, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Tamboreira Pov. na freg. da Sé e conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Tambuque. Pov. d'Angola, no conc. d'Ambriz, Africa Occidental.

Tâmega. Rio de Portugal e de Hespanha. N. ao N. de Monte Rei, Galliza, rega o fertil e delicioso valle de Chaves, passando n'esta villa, sob uma ponte romana; atravessa o Marão, passa á villa de Amarante, que divide em duas, *Amarante* e *Covêllo*, onde tem uma bella ponte, morre na margem direita do rio Douro, entre o Torrão, ao E e Entre os Rios ao O. O seu curso em Portugal é do 95 k., desde o seu nascimento até Portugal, 129; ao todo 224. Entre as varias freguezias que o Tâmega rega e fertiliza, se comprehende a freg. de Cavêz, ou Ponte de Cavêz, na provincia do Minho, conc. de Cabeceiras de Basto. O rio é aqui atravessado por uma boa ponte de cantaria, mandada construir no seculo XII, por frei Lourenço, e reconstruida por el-rei D. Manuel No meio d'esta ponte está um marco de pedra com uma inscripção, dizendo que este marco serve de divisão das provincias de Traz-os-Montes e Minho. Os romanos chamavam a este rio *Tâmaca*. E' notavel por haver nas suas margens muitas nascentes de aguas mineraes (alcalino gazozas), sendo as principaes as de *Verin*, na Galliza; *Villarinho da Raia*, ou Verim portuguez, freguezia do concelho de Chaves; *Vidágo*, *Chaves*, *Pedras Salgadas*, Lagares, conc de Penafiel, Portella tambem d'este concelho, e outras da mesma natureza. No seu dilatado curso, recebe por ambas as margens, grande numero de ribeiros e regatas. Cria varias qualidades de bom peixe.

Tamél. Pov. e freg. de S Pedro Fins, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 79 fog e 300 hab. Tem est. do caminho de ferro, na linha do Minho, entre os apeadeiros de Durraes e Carapeços. Está situada na aba da serra de Tamél, a 8. k da séde do conc. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr de recrut, e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de Santa Leocadia, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga: 67 fog. e 227 hab. Está situada na aba da serra de Tamél, a 7 k. da séde do conc. E' terra muito fertil. Cria e exporta muito gado

bovino. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de re er ut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. ‖ Pov. e freg. de S. Verissimo, da prov. do Minho, conc. e com de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 137 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada a 1 k. da margem direita do rio Cávado, e a 4 da séde do conc. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. ‖ Serra do distr. de Vianna do Castello Corre entre os rios Neiva e Cávado, quasi a egual distancia um do outro, em direcção ENN a OSO; tem 7 k. do comprimento, cêrca de 2 de largura e 410 m. de altura.

Tamengos Pov e freg de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Anadia, distr de Aveiro, bisp. de Coimbra; 411 fog. e 1:571 hab. Está situada n'uma planicie a 5 kilometros da séde do conc. E' pov. muito antiga, pois no inventario do mosteiro da Vaccariça, feito em 1064, já se menciona esta freg. Foi couto dos bispos de Coimbra. E' uma freg. muito fertil em todos os generos agricolas, e o seu vinho, denominado da *Bairrada*, é de superior qualidade. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. No logar da Curía d'esta freg. ha umas aguas mineraes, recommendaveis para o tratamento das doenças epidermicas de qualquer natureza. V. *Curía*.

Tamente. Pov. na freg. de S. Miguel, de Entre Ambos os Rios, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. Tem caixa postal.

Tamijoso. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Annunciação e conc. de Mertola, distr. de Beja.

Tampa. Região situada ao N do distr. de Mossamedes, na prov. d'Angola, Africa Occidental. ao N da Serra da Neve.

Tá Mucca. Pov. do conc. de Cabinda, na delegação do Chiavala, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Tana Paldy. Aldeia ao sul do rio Sandalcalo, da regedoria de Nossa Senhora dos Remedios, no concelho e districto de Damão, na India.

Tanaria. Chamava se assim á fabrica de curtir e preparar couros, *pellâme* D'aqui se diz *atanar*, preparar o couro, e *atanado*, o couro já preparado. Os antigos chamavam *tan* á casca de carvalho, com que se curte o cabedal, e d'esta circumstancia é que procede *tanaria* e *atanado*.

Tanchado. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Rio Frio, conc de Arcos de Valle-de Vez, distr. de Vianna do Castello.

Tancos *(D. Constança Manuel, 7.ª condessa d'Atalaya, 2.ª marqueza e duqueza de)*. Camareira mór da rainha D. Maria I, senhora das villas da Atalaya, Tancos e Assoiceira e seus termos e logares annexos, com o padroado das suas egrejas; de Villa Nova da Erra; e da alcaidaria mór do castello da villa de Marvão com todas as suas rendas, fóros, portagens e tributos; e do casal, depois quinta de Santa Martha de Monção, termo de Santarem, e varios juros e tenças, tudo de juro e herdade, fóra da lei mental, cujos senhorios tôram permutados pelos seus ascendentes D. Fradique Manuel e sua mulher D. Maria Athaide, pela villa de Salvaterra de Magos com todos os seus termos, limites, direitos, portagens, fóros, jugados com todas as suas rendas e tributos, e o Paul de Magos ou Escaroupim, Côrtes Lezirão e Ramo Grande e Pequeno, que elles possuiam por doações dos reis D. João II, D. Manuel I, e de que fizeram contrato de permutação, e escambo com el rei D. João III, como consta da escriptura de 14 de setembro de 1542, feito entre elles e a corôa, outorgando por parte d'esta Christovão Esteves, desembargador do paço, doações o escambo que fôram confirmadas pelos reis successores, como se vê dos livros 6.º e 7.º de Guadiana, fl 74 e 111, e Chanc. do D. João II, liv. 6, 123 v. Era filha do 6.º conde de Atalaya e 1.º marquez de Tancos, D. João Manuel de Noronha. Herdou a casa e os titulos de seu pae, e casou a 8 de fevereiro de 1766 com D. Duarte Antonio da Camara, 5.º conde de Aveiras, e que por este casamento foi o 2.º marquez de Tancos. D. Duarte foi gentil homem da camara do infante D. Francisco, irmão do D. João V, d'elrei D. José, e da rainha D. Maria I; veador da Casa Real, general e governador das armas da côrte e provincia da Extremadura. Fal. em 1793. A marqueza de Tancos depois de enviuvar foi agraciada com o titulo de duqueza, de que pouco gozou, pois que falleceu em 29 d'agosto de 1794, um anno depois de seu marido, ficando então extincto este condado, continuando nos seus descendentes os titulos de marquezes de Tancos e condes d'Atalaya. Sua filha, D. Domingas Manuel de Noronha foi a 3.ª condessa de Tancos. (V. o *artigo seguinte)* O brazão d'estes fidalgos é o mesmo que o dos condes d'Atalaya: Escudo esquartelado: no 1.º quartel, de vermelho, um côto de aguia de ouro com uma mão, tendo n'ella uma espada levantada guarnecida de punho de ouro; no 2.º um leão de púrpura, armado de azul em campo de prata, e assim os contrarios.

Tancos *(D. Diogo Manuel de Noronha, 9.º marquez de)* Fidalgo da Casa Real, engenheiro subalterno de 1.ª classe do corpo de engenheiros de obras publicas, par do reino, etc. N. a 23 de janeiro de 1859, sendo filho do marquez de Tancos, D. Duarte Manuel de Noronha e de sua mulher, a marqueza D. Maria Bernardina de Mendoça Côrte Real Sousa Tavares Foi agraciado com o titulo de marquez de Tancos por decreto de 12 de junho de 1907, e nomeado par do reino em 1908.

Tancos *(D. Domingas Manuel de Noronha, 10.ª condessa de Vimioso, 8.ª condessa d'Atalaya e 3.ª marqueza de)*. Camareira mór da rainha D. Maria I, por decreto do 21 de janeiro de 1793 N. a 5 de outubro de 1753, fal. a 27 de março de 1827. Era filha unica dos 2.ºs marquezes de Tancos. Succedeu, por morte de sua mãe, em 1794, a todos os senhorios mais bons, já mencionados, e tambem por successão e mercê de vida nas commendas de S. Nicolau, de Cabeceiras de Basto; do S. Pedro de Valle de Nogueira, no arcebispado de Braga; de S. João d'Abrantes, e de Santa Maria da Devesa de Castello de Vide, no bispado de Portalegre, e de S. Miguel de Terroso, todas na ordem de Christo; da commenda de Miunças de Santa Maria d'Alcacer do Sal; do Pescado miudo do Tino da villa de Setubal; do Ferreira com sua alcaidaria mór e portagem, no arcebispado de Evora, todas na ordem de S. Thiago; e da commenda da villa de Alpedriz, da ordem de S. Bento de Aviz. Senhora do Paul da Mouta, junto á Barquinha, em duas vidas, por mercê da rainha D. Ma-

ria I, (carta de 11 de maio de 1778). Casou em primeiras nupcias com D. Francisco José Miguel de Portugal, 10.º conde de Vimioso, de juro e herdade, que morreu sem geração, em 1771, e pela segunda vez, em 24 de outubro de 1774, com D. Antonio Luiz de Menezes, gentil-homem da camara d'el-rei D. Pedro III e do principe da Beira, mais tarde D. João VI, filho dos 4.ºs marquezes de Marialva, D. Pedro de Menezes e D. Eugenia Mascarenhas Foi 8.º conde d'Atalaya pelo seu casamento, sendo autorisado a usar d'este titulo por carta regia de 8 de março de 1777; e foi 3.º marquez de Tancos, tambem pelo seu casamento, e carta regia de 27 de abril de 1795 A este fidalgo, em remuneração de seus serviços, foi-lhe feita a mercê de dois monchões, chamados um do *Doutor Ignacio*, e outro *dos Leprozos*, e do terreno denominado dos *Doze Passos das Negras*, e do *Pinhal de Via Longa*, junto da sua quinta de Santa Martha, e da Sesmaria das Ferrarias, tambem junto da mesma quinta, *com a clausula e declarações, que os ditos monchões ficariam sujeitos aos córtes, encanamentos e tapumes que o governo ordenar no rio Tejo, em beneficio da navegação e da lavoura*, como consta do despacho e portaria de 9, e portarias de 11 de março e 17 de abril de 1790. Egualmente lhe fez mercê da capella instituida por Izabel Martins Preta, na egreja de S. João Baptista da villa de Coruche, *para ficar unida aos morgados da sua casa com todos os seus pertences*, por decreto de 20 de junho de 1793, o anteriormente tivéra mercê perpetua e concedida licença por despacho e alvará de 9 e 29 de janeiro de 1791, para aforar os bens da capella instituida em Villa Franca de Xira, no anno de 1611, por Martim Coelho, ficando obrigado a satisfazer os encargos da dita capella, pagando de fôro annual ao Estado a mesma quantia porque a referida capella então andava arrendada. O 3.º marquez de Tancos fal. a 15 de março de 1807. Do seu casamento, entre varios filhos, houve D. Duarte Manuel de Noronha, que foi o 4.º marquez de Tancos; D. Eugenia Manuel, que foi condessa de Redondo; D. Constança Manuel, condessa de Pombeiro e marqueza de Bellas; D. João Manuel, 1.º marquez de Vianna, e D. Antonio Manuel, 1.º conde de Ceia.

Tancos *(D. Duarte Manuel de Noronha, 9.º conde d'Atalaya e 4.º marquez de)*. Commendador das ordens de Christo e da Torre e Espada, par do reino em 182?, marechal de campo, inspector e 1.º membro da junta de saude publica, ministro e secretario de Estado no governo de D. Miguel, etc. N. em Lisboa a 8 de setembro de 1775, e fal. em Coimbra victima da cholera-morbus a 18 de agosto de 1833. Succedeu na casa de seus paes, pela morte de sua mãe, a 27 de março de 1827 Seguindo a carreira das armas, como partidario de D. Miguel, foi ajudante general do exercito absolutista. Casou a 11 de agosto de 1802, com D. Leonor da Silva Tello, filha dos 2.ºs marquezes de Vagos, que fal. a 18 d'agosto de 1815. O titulo de marquez de Tancos foi-lhe renovado em 14 d'abril de 1795.

Tancos *(D Duarte Manuel de Noronha, 5.º marquez de)*. Fidalgo e official-mór da Casa Real. N a 10 de fevereiro de 1827, fal. em Bemfica a 15 de maio de 1906. Era filho do 10.º conde do Atalaya, D. Antonio Manuel de Noronha, e de sua mulher, a condessa D. Margarida Luiza de Sousa Coutinho. Casou a 29 de novembro de 1856, com D. Maria Bernardina de Mondoça Côrte Real Sousa Tavares, filha unica e herdeira de D. Marianna Augusta de Mendoça Côrte Real Sousa Tavares, representante dos antigos senhores de Mira, a qual foi casada com Antonio Xavier da Gama Lobo Salema, moço fidalgo. O marquez de Tancos era enthusiastico amador de musica, assim como os seus illustres ascendentes, e foi um dedicado tocador de trompa, começando desde muito novo a tomar parte em todas as mais importantes orchestras de amadores, sendo um dos antigos e melhores ornamentos da Academia Real de Amadores de Musica. Fôra agraciado com o titulo de marquez de Tancos, titulo que pertencera a seu avô, e que seu pae se recusou sempre a usar. A marqueza de Tancos D. Maria Bernardina fal. em Bemfica, depois d'um doloroso soffrimento, a 31 de janeiro de 1904.

Tancos *(D. João Manuel de Noronha, 6.º conde d'Atalaya, 1.º marquez de)*. General de batalha e mestre de campo general, governador e capitão general d'Angola, governador da Torre de Belem, e das armas da provincia do Alemtejo, conselheiro de guerra, etc. N. a 6 de março de 1679, ignora-se a data do fallecimento. Era filho do 5.º conde d'Atalaya, D. Pedro Manuel de Athaide, e de sua mulher D. Margarida Coutinho Serviu na guerra contra a Hespanha com seu pae, e seu irmão, que falleceu desgraçadamente D. João Manuel de Noronha herdou então o titulo de conde de Atalaya, e foi agraciado com o de marquez de Tancos em 22 de outubro de 1751.

Tancos. Villa e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Extremadura, conc. de V. N. da Barquinha, com. da Gollegã, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 53 fog. e 221 hab. Tem esc. do sexo fem, est. post. e est. do caminho de ferro, na linha de leste, entre as da Barquinha e da Praia. Está situada na margem direita do rio Tejo, na estrada de Abrantes a Torres Novas, a 3 k. da séde do conc. Segundo Viterbo, esta pov. foi fundada por cavalleiros francezes dos cruzados que vieram ajudar D. Affonso Henriques á conquista de Lisboa em 1147, e que lhes foi dada esta pov. assim como outras, não só como premio dos seus serviços, mas com o interesse de povoar este vasto territorio. Os francezes povoadores puzeram-lhe o nome de *Fancos* ou *villa de Fancos*, que se corrompeu em *Tancos*. Talvez, porém, não seja bem esta etymologia, e que o erudito autor do *Elucidario*, esteja em erro, e que o nome da villa lhe provenha de tempos muito mais antigos, isto é, que os seus fundadores fôssem os *tancos* ou *tabuccos*, povos que habitavam o actual territorio da villa de Abrantes, que fica a uns 16 k a E de Tancos. Os *tancos* eram antigos lusitanos (celtas) que se fundiram com os povos vindos d'além dos Pyreneus, e que depois d'esta juncção se ficaram chamando *gallos-celtas*. Se isto é verdade, a villa de Tancos foi fundada uns 400 ou 500 annos antes da era christã. Esta pov. tornou-se celebre, no meado do seculo passado. Fontes Pereira de Mello, sendo ministro da guerra, organisou o plano, que realisou, de mandar construir na charneca de Tancos um Campo de Instrucção e Manobras, principiando as obras em 1855, e recebendo esta denominação por portaria de 9 de julho de 1866. As grandes despezas que se fizeram então fôram julgadas pelos entende

dores, por mal empregadas, pois que este campo de manobras estava muito longe de preencher o fim a que era destinado, servindo mais de divertimento ás tropas do que para a sua instrucção. Posteriormente foi este campo convertido em escola pratica de engenharia, iniciada a 2 d'agosto de 1871, sendo o seu parque mandado organisar a 20 de janeiro de 1880, em virtude da lei de 13 de dezembro de 1869. A villa de Tancos não teve nunca foral novo nem velho. Houve aqui um mosteiro de religiosos capuchos da invocação de N. S.ª do Loreto, fundada por D. Alvaro Coutinho, senhor do castello de Almourol, o neto de D. Vasco Coutinho, 1.º conde de Redondo. Os condes d'Atalaya, marquezes de Tancos fôram senhores donatarios d'esta villa e seu termo. E' fertil em generos agricolas. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa. Esta villa foi annexada ao conc. da Gollegã por decreto do 21 de novembro de 1895, que supprimiu o de V. N. da Barquinha, mas voltou para este, por ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro do 1898.

Tanda. Pov. do sobado de Salla Quimbo, na 2.ª div. da freg. de S. Joaquim, conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Quando N'Tando, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, etc. || Pov. do sobado de Caboco, na 3.ª div. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. d'Angola, etc.

Tande. Pov. do sobado do Bango a Quitamba, na 8.ª div. da freg. de S. Joaquim, conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental,

Tandegú. Pov. da prov. da Guiné, Africa Occidental, situada nas margens do rio de Farim, a 60 k. do antigo presidio d'este nome pelo rio acima, e a 30 de Geba.

Tanêm Aldeia da circumscripção militar de Quolaúdém, na provincia de Satary, districto de Gôa, na India.

Tanga. Antiga moeda de cobre e de prata, usada na India. Havia tambem meias tangas, tanto d'um como d'outro metal.

Tanga Pov. do sobado de Unze, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tangalane Ponta situada na costa do distr. de Quelimane, prov. do Moçambique, Africa Oriental. Fica no extremo N. do delta do Zambeze, e com a ponta do Cavallo Marinho, que lhe fica fronteira, forma a barra do antigo braço do Zambeze chamado rio de Quelimane ou dos Bons Signaes. Na ponta de Tangalane ha um posto semaphorico e um pharol de luz branca a 31 m. acima do nivel do mar, e communicação telegraphica com a villa de Quelimane.

Tanganhal Pov. na freg. de Nossa Senhora da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

Tanger. Cidade e porto do imperio de Marrocos, no reino de Fez, á beira d'uma bahia do seu nome, na extremidade O. do estreito do Gibraltar. E' uma cidade antiquissima. Pertenceu a Portugal, depois a Inglaterra, e por fim aos moiros, que a teem conservado no seu poder. Em 1437 os portuguezes seduzidos pela conquista de Ceuta, quizeram tambem assenhorear se d'essa importante praça, e a 22 de agosto os infantes D. Henrique e D. Fernando, irmãos d'el rei D. Duarte, fôram muito contra a vontade do soberano, pôr cêrco a Tanger. Governava esta cidade Salat-ben Salat, que perdora Ceuta, que ardia om desejo de vingança, e quo resistiu energicamente. Os moiros reuniram se então em grande numero, cercaram o acampamento portuguez, e os infantes viram-se transformados de sitiadores em sitiados. Não tardou a fome a devastar o acampamento, e emfim viram se tão angustiados os portuguezes que não tiveram remedio senão capitular. O exercito pôde partir livremente para Portugal, sob condição de entregarmos Ceuta aos moiros, ficando como refens, o garantia do cumprimento da promessa, o infante D. Fernando. O resto é bem sabido. D. Fernando morreu no captiveiro, para que Portugal não cedesse a terra que D. João I havia conquistado. Ainda não foi só d'esta voz que Tanger se tornou fatal ás armas portuguezas. D. Affonso V, depois de tomar Alcacer-Ceguer, quiz tambem tomar Tanger. Em 1464 atacou a cidade, foi repellido, logo depois seu irmão, outro infante D. Fernando, fez egual tentativa, resultou lhe desastre ainda maior. Tanger decididamente parecia inconquistavel, quando de subito, havendo tomado Arzilla em 1471, soube com espanto D. Affonso V que Tanger fôra desamparada pelos moiros. Logo tomou posse d'ella, e nomeou seu primeiro capitão Ruy do Mello, que foi depois conde do Olivença, e seu primeiro bispo o deão do S. Vicente. Não foi Tanger das praças mais perseguidas pelos moiros, depois de cair em nosso poder, exactamente como succedia em Ceuta, e fizéra-se uma cidade verdadeiramente portugueza, quando D. Sebastião, na sua primeira expedição á Africa, a visitou. Quando rebentou a revolução de 1640, o conde de Sarzedas, governador de Tanger, não quiz seguir o exemplo do reino e não acclamou D. João IV, mas os habitantes é que se mostraram mais patrioticos de que o seu governador. Em 1643 revoltaram se, o prendoram o conde e proclamaram a realeza de D. João IV. Não fôram bem recompensados, porque a cidade foi dada aos inglezes em 1662, como parte do dote de D. Catharina, filha do soberano, que ia desposar Carlos II. Recoava se, porém, tanto que os habitantes não quizessem, que o governo portuguez principiou por demittir o conde da Ericeira, que governava a praça, substituil o pelo conde de Avintes, encarregado de a entregar aos inglezes. Estes, porém, tinham-se illudido. A praça custava-lhes muito, rendia-lhes pouco, e não lhes servia para o fim para que hoje lhes serve Gibraltar. Por isso deliberaram abandonal a. Debalde pediu o governo portuguez que, desde o momento que desejavam abandonar, nol-a entregassem de novo. Os inglezes não quizeram, o fôram os moiros que se assenhorearam d'ella. Em Tanger, dizem, que se encontram vestigios do nosso dominio. As muralhas são de construcção portugueza, e tem se ali encontrado differentes lapides com epitaphios portuguezes e muitas moedas de Portugal. Foi ali que esteve captivo o infante D. Fernando, irmão de D. Duarte, quando, levado pelo seu grande sentimento religioso e pelo seu exaltado patriotismo, promoveu a funesta expedição a Marrocos que commandou com seu irmão D. Henrique, e na qual foi vencido, morrendo no captiveiro

Taugil. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Monsão, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 403 fog. e 1:106 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Moiro, a 15 k. da séde do conc. A terra é fertil em generos agricolas, tem caça e cria gado. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Tanguane. Aringa no Barué, cujo regulo foi batido na campanha de 1902.

Tangusa. Pov. da 3.ª div. (Mahaballa) do conc. de Pungo-Andongo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tanha Pov. na freg. de S. Pedro, de Nogueira, conc. e distr. de Villa Real. || Rio do distr. de Villa Real. N. na pov. de Lodares, na freg. de Valle de Nogueiras, corre na direcção geral de SO, passa nas freguezias de Adrães, Nogueira, Abbaças e Villarinho dos Freires, e entra no rio Corgo, no sitio de Fervido, com 20 k. de curso.

Tanhel. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Expectação, de Fermedo, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Tanoeiro. Officio que tinha regimento na collecção dada pelo senado de Lisboa em 1572.

Tanoeiro. Pov. na freg. de S Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Tanoeiros. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Egreja Nova do Sobral, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Tanque Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira e distr. do Funchal: Santo Antonio, conc. do Funchal; S. Jorge, conc. de Sant'Anna; N. S.ª do Monte, conc. do Funchal; Bom Jesus e conc de Ponta Delgada. || Ilha do Porto Santo; N. S.ª da Piedade e conc. do Porto Santo, distr. do Funchal. || Ilha das Flôres, Açôres; N. S.ª dos Remedios, de Fajãzinha, conc. das Lagens das Flôres, distr. de Horta. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Brandara, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Tanqui. Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freguezia de Santo André, de Brancavará, do concelho de Diu, na India.

Tanquinho. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde.

Tapada. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Abragão, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Pedro, de Almargem do Bispo, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santissimo Sacramento, de Cabeçudo, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || N. S.ª d'Assumpção, de Ceira, conc. e distr. de Coimbra. || S. Lourenço, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga || S. Pedro e conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || N. S.ª da Expectação, de Fermedo, conc. d'Arouca, distr. de Aveiro || S. Thiago, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Miguel, de Foz de Arouce, conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Freitas, conc. de Fafe, distr. de Braga. || O Salvador, de Joanne, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Silvestre e conc. da Louzã, distr. de Coimbra. || S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Santa Christina, de Pousa, conc. de Barcellos, distr. de Braga || Santa Christina, de Serzedello, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Thiago, de Tabaçô, conc. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello. || S Salvador, de Taboado, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Telhado, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Salvador, de Thuias, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || S. João Baptista, de Varzea, conc. de Amarante, do mesmo distr. || S. Mamede, de Villa Verde, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || S. Thiago, de Rio de Moinhos, conc. de Borba, distr. de Evora. || Sitio na freg de Souto, conc. d'Abrantes, distr. de Santarem. || Prazo de de distr. de Sena, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Tapada d'Ajuda. Pov. na freg. de N. S.ª de Ajuda, 4.º bairro de Lisboa.

Tapada de Bairros. Pov. na freg. de S. João Baptista. de Alegrete, conc. e distr. de Portalegre.

Tapada dos Montes. Pov. na freg. de Santo Isidoro, de Sanche, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Tapada Nova. Pov. na freg. de S. Thiago Maior, conc. de Alandroal, distr. de Evora.

Tapada do Parente. Pov. na freg. de Santo André, de Alvoco das Varzeas, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Tapada Real. Pov. na freg. de Santa Barbara, conc. de Borba, distr. de Evora.

Tapada Velha Pov. na freg. de S. Mamede, de Serzedo, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Tapadas. Povoações nas freguezias: S. Domingos, de Fortios, conc. e distr. de Portalegre. || S. Miguel, de Thaide, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Tapadinha. Pov. na freg. do Salvador, de Aramenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Tapadinho. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Folhada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Tapado. Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Boim, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santo Adrião, de Duas Egrejas, conc. de Penafiel, do mesmo distr || S Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Faustino, de Fridão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. João, de Guilhufe, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S João Baptista, de S. João da Madeira, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Clemente, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria Magdalena e conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Tapado do Norte. Rio do conc de Novo Redondo, no distr. de Loanda prov. de Angola, Africa Occidental. Leva pouca agua.

Tapada do Sul. Rio do conc. de Novo Redondo, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental Fica a cêrca de 17 k. da bahia dos Pombos e não desagúa por foz aberta, sendo as suas aguas cortadas por terrenos cobertos de matagal. Nas suas margens ha algumas feitorias.

Tapados. Pov. na freg. de Santo André, de Villa Boa de Quires, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Tapeçaria. Estofo tecido, lavrado e bordado com que se forram paredes, moveis, etc. A tapeçaria é uma arte absolutamente sumptuaria. Desde a mais alta antiguidade que se sabia, pela combinação de fios de diversas côres, produzir tecidos que imitavam a pintura. Os babylonios e os assyrios decoravam os templos dos deuses e os palacios dos reis com tapeçarias tecidas com ouro e prata. Os medos, os persas, os phenicios e muitos outros povos do Oriente fôram celebres pela sua habilidade em fabricar tecidos com ricos desenhos e côres brilhantes. Desde os primeiros seculos da Edade Media se vê que, além dos estofos bordados, tapeçarias empregadas na decoração d'algumas egrejas, especialmente na abbadia do S. Diniz em França. Pelo anno de 985 foi installada uma verdadeira manufactura de tapeçaria no mosteiro de S. Francisco de Saumur, e depois diversas cidades francezas adquiriram fama na arte pelas tapeçarias que produziram. No seculo XI, os tecelões do Inglaterra tornaram se tambem celebres na arte, pela sua habilidade e bom gosto. No seculo XII, depois do regresso dos cruzados, o uso das tapeçarias propagou se e introduziu se nos castellos. Nos seculos XIII e XIV as tapeçarias tornaram-se os principaes ornamentos de todas as grandes festas reaes e senhoriaes: nas praças publicas, nos campos, no recinto dos torneios. Isto explica as mudanças profundas que sobrevieram a esta arte: ás composições religiosas que dominaram até então, juntou-se o elemento profano; o desenho aproximou se da natureza; as côres suaves deram logar ás côres brilhantes. Foi tambem na seculo XIV que as manufacturas de tapeçarias de Flandres, já afamadas no seculo XII, tomaram grande desenvolvimento. As tapeçarias fabricadas em Arrás obtiveram na Italia grande successo, que n'aquelle paiz lhe deram o nome de *arazzi* a todas as obras d'este genero provenientes d'uma fabrica qualquer de Flandres A Italia seguiu o exemplo dado pela França, e o grão-duque Cosme de Médicis creou em Florença uma manufactura que não tardou a produzir tapeçaria d'arte. O duque Frederico em Mantua, e o duque Francisco Maria em Urbino, estabeleceram tambem fabricas de *arazzi*. Finalmente, Veneza possuia officinas em que se fabricavam tapetes trabalhados com seda e ouro. Entre as mais celebres tapeçarias citaremos: seculos XI. XII e XIII: a *Tapeçaria de Bayeux* chamada *da rainha Mathilde;* numerosas *tapeçarias de Paris*, no museu de Cluny e no Louvre; as *tapeçarias de Reims*, na egreja de Saint-Remi;—seculo XIV; a *tapeçaria d'Angers*, chamada do *Apocalypse*; —seculo XV; as *tapeçarias d'Anlhac*, no palacio da justiça d'Issoire (Puy de-Dôme), muito deterioradas (representam episodios da guerra de Troia); as 10 *tapeçarias de Berne*; a *tapeçaria de Nancy*, comprehendendo dois assumptos distinctos: *Assuero revogando o seu edito contra os judeus* e uma allegoria sobre os inconvenientes da mesa; a *tapeçaria de Valenciennes*, fabricada em Flandres;—seculo XVI: a *tapeçaria de Aix*, em que estão representados os principaes actos da vida de Jesus e da Virgem; as *tapeçarias de castello d'Anet*; a *tapeçaria de Dijon*, que representa os episodios do *Cêrco de Dijon pelos suissos em 1513* (museu de Dijon); a *tapeçaria de Middelburgo*, executada por João de Maegt, etc. No castello de Henrique IV, em Pau, ha tapeçarias de varios seculos e proveniencias. Os razes, as tapeçarias, foram, portanto, dos objectos mais apreciados do luxo medieval e da renascença. Em Portugal não havia nada mais ornamental que o pano de armar e o azulejo Mais sujeitas ás vicissitudes do tempo, mais faceis de transportar, as magnificas tapeçarias que adornavam os palacios da realeza e da fidalguia, as cathedraes e as casas dos burguezes endinheirados, fôram desapparecendo, de modo que hoje são muito difficeis de encontrar. Nos inventarios reaes, nos dotes das princezas, as tapeçarias apparecem descriptas frequentemente, como fazendo parte integrante do thesouro e do enxoval. Os viajantes que visitaram Lisboa nas suas epocas de maior esplendor, notaram que os palacios dos fidalgos e as casas dos ricos negociantes não primavam pela riqueza da architectura, mas que o seu interior era ornamentado com opulencia O que parece é que a maior parte das tapeçarias viriam do estrangeiro, sobretudo do Flandres, mas algumas tambem se fabricavam no nosso paiz, posto que não fôssem em grande escala Com relação ás tapeçarias importadas encontra-se a seguinte informação na *Estatistica de Lisboa*, manuscripto do meado do seculo XVI, existente na Bibliotheca Nacional: «Tambem me informei da tapeçaria que entra em cada hu ano de panos darmar e coxis e cobricamas e achei que pelo que mãdã trazer prinçepes e fidalguos e outras partes do emcomêdas e as que vêm pera vender valiã em cada hu ano muito bê quoreuta mill cruzados.» Com relação á importação das alcatifas informa: «Da mesma maneira entrã mill alcatifas que valé por muitos preços, a saber, a dous mill e a dous mill duzentos e a III mil, e postas, huas per outras a II mil e III mil, valé todas b mil bii (5:700) cruzados.» Emquanto ao fabrico e concerto de tapetes, encontram-se no mesmo manuscripto as seguintes verbas: «Tem III casas onde se tecem tapetes: em cada casa dous homes: são VI por todos »—«Tem IIII casas em que coregem tapeçaria roída do ratos ou roto de qualquer maneira: por todos VI pesoas.» No livro de Sousa Viterbo, *Artes e artistas em Portugal*, publicado em 1892, é consagrado o capitulo IV a *tapeçaria*, ahi se descreve minuciosamente o seu uso e fabrico em Portugal Por ahi se vê, que D. João V estabeleceu entre nós a fabricação de tapeçarias para ornamentação de paredes no genero dos panos de Arrás, com figuras e vivo colorido. Os vestigios da fabrica e dos seus productos perderam-se completamente o com elles a tradição. Sabe-se que em 1771 havia uma fabrica de tapetes em Lisboa, a qual foi annexada á fabrica das sedas, tendo-se feito para isto um ajuste com o mestre João Gonçalves, natural de Lisboa, sendo as condições do contrato assignadas a 1 de julho de 1771. D'esta fabrica, em sufficiente laboração, sairam obras muito bem acabadas, mas a junta administrativa das fabricas, por não lhe ser affeiçoada, fez novo contrato, em 28 de janeiro de 1778, com o mesmo João Gonçalves, para este a ficar administrando por conta propria Concedeu se-lhe, além do outros privilegios, o uso gratuito do edificio, devendo pagar em 5 annuidades o valor da mobilia e materiaes, que lhe eram trespassados. A fabrica foi caindo depois em decadencia, até que terminou. Estabeleceu se depois, em 1776, outra em Tavira, sendo os seus

fundadores Pedro Leonardo Margoux, francez, o Theotonio Pedro Heitor, portuguez. Por morte d'el rei D. José, foi pouco a pouco declinando, vindo a acabar em 1783. Em 1793, um tal Francisco Mailbol, provavelmente francez, fundou uma fabrica de tapeçarias em Extremoz, mas os seus productos eram mais ordinarios que os das anteriores. Não teve melhor destino que as outras. Em Arrayollos a industria dos tapetes chegou a tomar grande desenvolvimento. No expolio dos extinctos conventos de freiras do Alemtejo teem se encontrado restos d'esta producção, de que ha hoje exemplares no Museu Nacional. Rivara, natural de Arrayolos, escreveu umas *Memorias* da d'esta terra, que fôram insertas no *Panorama*, mas que elle ampliou largamente, conservando se o manuscripto d'esta sua obra entre os demais que, depois da sua morte, a sua viuva doou á Bibliotheca de Evora. Ahi apresenta uma nota extensa sobre tinturaria, dando as receitas para as tintas. Não era sómente para adornar as casas que serviam os panos de raz: era com elles que se enfeitavam as ruas nos dias de procissão ou de grande gala; que se ornavam os palanques e as tribunas dos amphitheatros, em que se corriam os touros ou se jogavam as canas nas festividades reaes; que so empavezavam os moveis e as galeotas. Era enorme a abundancia do panos de armar e de tapeçarias de toda a especie que havia em Lisboa, sendo bem poucas as familias, sobretudo as remediadas, que não so prezassem de ter o seu raz, ou pelo menos a sua colcha, para os dias do festa. E os quo não possuiam d'estes adornos iam alugal-os. A'cêrca de tapeçarias historicas portuguezes, infelizmente, só se sabe que existiram, por se vêrem apontadas em alguns livros e documentos antigos. Sobre ellas trata minuciosamente o curiosissimo livro de Sousa Viterbo, já citado, de que transcrevemos alguns paragraphos. V. *Arras* e *Guadamecim*.

Tapeceiro O que faz ou vende tapetes ou tapeçaria, e bordador (broslador) os que trabalhava nos bordados de lavores; ambos estes officios tinham regimento no *Livro dos regimentos mechanicos*, reformados por ordem do Senado de Lisboa, em 1572, por Duarte Nunes do Leão.

Tapetes. V. *Tapeçaria*.

Tapeus. Pov. e freg. do Espirito Santo, da prov. do Douro, conc. e com. de Soure, distr. e bisp. de Coimbra, 165 fog. e 667 hab. Tem esc do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Está situada a 2 k da estrada de Leiria a Coimbra e a 9 da séde do conc. E' fertil em generos agricolas, tem caça e cria gado. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar.

Tapou. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Ribeira de Niza, conc. e distr. de Portalegre.

Tapum. Pov. da freg. de Nossa Senhora do Monte, no conc. da ilha Brava, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Tara Pov. do conc do Egito, no sobado de Carigundo, distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tarafle. Ponta situada na costa S da ilha de Santa Luzia, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Taralhão. Pov. da freg. de S. Cosme do Gondomar, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Tardariz. Pov. na freg. de S. Pedro da Cova, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Tardinhade Povoações nas freguezias: O Salvador, de Fanzeres, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S João Baptista, de Gatão, conc. d'Amarante, do mesmo distr. || S. Salvador, de Ganfei, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. Tem correio com serviço de posta rural.

Tarei. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Souto, conc. da Feira, distr. do Aveiro. || S. Mamede, de Travanca, do mesmo conc. e districto.

Tareja *(D.)* V. *Thereza*.

Tareja Pov. na freg. de S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro

Tarendo. Pov. da freg do Salvador, de Barbeita, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Tari. Pov. do sobado de N'Guimbina, 6.ª div. da freg. do S. José de Cabiri, conc. de Icola e Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Tari a Missete. Pov. do sobado de Namboa Aquissanza, na 2.ª div. da freg. de S. Joaquim, conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Tarimba. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Arco de Baúlhe, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga || Santa Senhorinha, de Basto, do mesmo conc. e districto.

Tarja. V. *Armadura*.

Taroso. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Palmeira, conc. de Espozende, distr. de Braga.

Tarouba. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Cerdal, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Tarouca *(D. Duarte Luiz de Menezes, 3.º conde de)*. Estes fidalgos são do ascendencia muito nobre, pois procedem, por varonia, da familia dos Menezes A casa de Tarouca descende de D João Affonso Tello de Menezes, conde de Barcellos e de Ourem, grande valido de D. Pedro I e de D. Fernando I, de quem foi alferes-mór e mordomo-mór. Segundo o methodo adoptado n'este nosso trabalho, seguiremos a ordem alphabetica, e por isso falaremos em primeiro logar do 3.º conde de Tarouca, D. Duarte Luiz de Menezes. Era este fidalgo filho do 2.º conde D. Luiz de Menezes, e de sua mulher, D. Lourença Henriques. Herdou a casa e o titulo de seus paes Mostrando se muito affeiçoado a Hespanha, partiu para Castella com sua familia, e depois da acclamação de D. João IV, em 1640, declarou-se positivamente contra Portugal, perdendo assim tudo quanto possuia n'este reino, bem como todas as suas honras e privilegios pelo crime de traição O rei castelhano, em compensação lhe deu o titulo de marquez de Penalva, de que nada lhe podia servir, pelo marquezado ser em terra portugueza, cujo dominio já Filippe IV havia perdido. D. Duarte era casado com D. Luiza de Castro, filha de D. Estevão de Faro, 1. conde de Faro, e da condessa sua mulher, D. Guiomar de Castro. D'este matrimonio houve, entre outros, D. Luiz de Menezes. que acompanhara seu pae para Castella, e ali se intitulou conde de Tarouca e marquez de Penalva. Na guerra da Restauração, de 1640, serviu contra Portugal, e foi general de cavallaria da Galliza. Casou duas vezes: a primeira com D. Francisca Henriques, dama da rainha D. Marga-

rida d'Austria, administradora da commenda de Ximena na ordem de Calatrava, irmã do 8.º marquez de Alcaniças, e filha de D. João Henriques de Borja, 1.º marquez de Oropeza Enviuvando a 11 de setembro de 1665, casou segunda vez com D. Luiza Ximenes de Gongora, marqueza de Almodovar, condessa del Pinal, e viuva de seu tio, o marquez D. João Ximenes de Gongora. Não houve successão de nenhum dos matrimonios. Na falta de descendencia succedeu lhe seu irmão D. Estevão de Menezes, na casa de Tarouca, o qual, sendo ainda muito creança, fôra levado por seu pae para Castella, onde estudou, mostrando se sempre muito dedicado pela sua patria, mesmo quando contra ella Hespanha continuava com a mais encarniçada guerra. Pugnando pela independencia de Portugal, em 1644 fugiu da Galliza, e depois de imprimir um discreto manifesto da sua adhesão á causa de D. João IV, apresentou se ao soberano, que lhe restituiu a casa de Tarouca e o seu condado; nomeou-o deputado da Junta dos Tres Estados, não lhe dando comtudo, nenhum cargo no exercito. D. Estevão de Menezes não usou nunca do titulo e falleceu a 20 de novembro de 1677, sendo sepultado em Santarem. Casou com D. Helena de Noronha, filha dos 3.ºˢ condes dos Arcos. Ficando viuva, esta senhora passou a segundas nupcias com Fernando Telles da Silva, 3.º conde de Villar Maior, e depois 2.º marquez de Alegrete. Foi sua filha, D. Joanna Rosa de Menezes, a 4.ª condessa de Tarouca, que casou com João Gomes da Silva, irmão do 2.º marquez de Alegrete, que pelo casamento recebeu o titulo de 4.º conde de Tarouca. (*V.* o *artigo seguinte.*

Tarouca *(João Gomes da Silva, 4.º conde de)* Diplomata muito distincto. N. em Lisboa a 21 de julho de 1671, fal. em Vienna d'Austria a 29 de novembro de 1738. Era filho de Manuel Telles da Silva 1.º marquez de Alegrete e 2.º conde de Villar Maior, e de sua mulher, D. Luiza Coutinho. Casou com a 4.ª condessa de Tarouca, D. Joanna Rosa de Menezes (*V* o *artigo antecedente*), sendo, pelo casamento, 4.º conde de Tarouca, e senhor de toda a casa de sua mulher: das terras de Penalva, Gulfar, Lalim e Lazarim; alcaide mór e commendador d'Albufeira, na ordem d'Aviz, e de Villa Cova, na ordem de Christo. O conde de Tarouca foi bom poeta; era muito instruido na historia antiga e moderna, muito conhecedor das linguas franceza, italiana, e castelhana, e das sciencias mathematicas. Foi sargento mór de batalha, general de artilharia, mestre de campo general; esteve na campanha da successão de Hespanha, em 1705, 1706 e 1707. Terminada a guerra partiu para Inglaterra a 12 de setembro de 1709. Chegando a Londres houve-se como um habil diplomata, merecendo que a rainha Anna de Inglaterra affiançasse que, por ser elle o instrumento das negociações com Portugal, as attenderia de animo benevolo. Essas negociações consistiam em impedir que a soberana fizesse a paz com a França e a Hespanha, sem n'ella incluir Portugal. Passou depois á côrte de Haya em 21 de junho de 1710, e assistindo em Utrecht por plenipotenciario da paz geral, com prejuizo da sua propria saude, correu durante o tempo que durou o congresso 42 vezes a posta de Utrecht a Hollanda, como se lê no 2.º vol. da *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, até que finalmente, em 1715, concluiu a paz entre a nossa corôa e a de Castella, e depois com a de França, e para se fazer ideia do seu grande valimento, basta saber-se que Portugal não cedeu nada do seu direito quando a França fez varias cessões em beneficio da corôa portugueza, cujo contrato foi muito honroso para Portugal. Ao tempo que chegou a Cambray com o caracter de plenipotenciario, achando todos os palacios occupados pelos ministros das outras nações, mandou edificar um sumptuoso palacio de madeira para a sua accommodação e familia, onde se viam primores de architectura. Por duas vezes hospedou em sua casa o infante D. Manuel, irmão de D. João V, de quem era muito amigo, com a magnificencia digna de tal principe. Tal foi o conceito que aquella republica formou do seu talento, que o constituiu intermediario n'um tratado importante com o imperador d'Austria, para onde foi nomeado ministro de

4.º conde de Tarouca

Portugal, partindo para Vienna a 16 de janeiro de 1726, onde recebeu as mais distinctas attenções. Estava n'aquella côrte, quando teve aviso de ser nomeado mordomo mór da rainha D. Maria Anna d'Austria, e governador das armas em 1735, e por fim embaixador extraordinario á côrte de Madrid. Não chegou porém, a exercer estes cargos, porque falleceu em Vienna d'Austria pouco tempo depois, na data acima citada. Recitou o seu *Elogio* funebre na Academia Real de Historia Portugueza, de que era socio e director, o conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes; tambem lhe dedicaram *elogios* funebres o marquez de Valença e D. Francisco de Portugal, seu cunhado. O illustre diplomata havia enviuvado a 23 de agosto de 1734, e entre outros filhos, houve D. Estevão de Menezes, que foi o 5.º conde de Tarouca e 1.º marquez de Penalva. (*V. este titulo*), sendo concedido aos filhos primo-

genitos, assim que nascessem, o titulo de conde de Tarouca. Deixou poucas obras impressas, apenas alguns sonetos e algumas cartas, mas ficaram ineditas umas memorias das suas embaixadas e uma collecção das suas obras poeticas. Além d'estes manuscriptos mencionados por Barbosa Machado, Innocencio da Silva cita um volume tambem inedito de cartas suas dirigidas de Londres e de Haya ao bispo capellão mór e inquisidor geral, volume que fôra parar ás mãos de Bento Pereira do Carmo, que foi ministro em 1834, e que d'este volume deu noticia e alguns extractos na *Revista Universal Lisbonense*, vol. III da 1.ª serie, 1844, a pag. 237: e ainda um outro volume de cartas d'elle e de D. Luiz da Cunha, que se intitula: *Interesses de Portugal, ventilados, debatidos e ajustados no tratado de paz que assignaram no congresso de Utrecht o conde de Tarouca João Gomes da Silva e D. Luiz da Cunha, embaixadores extraordinarios e plenipotenciarios de Sua Majestade portugueza ao mesmo congresso, no anno de 1715.* No cartorio dos actuaes srs. condes de Tarouca guardam se numerosissimos manuscriptos do illustre embaixador.

Tarouca *(D. João de Menezes, 1.º conde de).* Governador e capitão-general da praça de Tanger, mordomo-mór de D. João II e de D. Manuel I, grão prior do Crato, etc. Era natural de Lisboa, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de D. Duarte de Menezes, 3.º conde de Vianna, alferes mór dos monarchas D. Duarte e de D. Affonso V, alcaide mór de Beja, e de D. Izabel de Castro, sua segunda mulher. O titulo de conde de Tarouca foi lhe concedido por el-rei D. Manuel I, por carta regia de 24 de abril de 1499. Na coroação de D. João II fez o officio de alferes-mór. O conde de Tarouca dedicava-se muito ao estudo das sciencias, das bellas artes, e com especialidade á poesia. Como governador de Tanger prestou relevantes serviços nas guerras contra os moiros, defendendo aquellas fronteiras contra as incursões dos barbaros. Deixou grande numero de poesias manuscriptas, que se perderam, restando sómente as que fôram publicadas por Garcia de Rezende no seu *Cancioneiro.* O conde de Tarouca casou com D. Anna de Vilhena, filha de Fernão Telles de Menezes, senhor de Unhão, Gestaçô e Meinedo, commendador de Ourique e mordomo-mór da rainha D Leonor, 3.ª mulher de D. Manuel I, e de D. Maria Vilhena, filha de Martim Affonso de Mello, alcaide-mór de Olivença, etc.

Tarouca *(D. Luiz de Menezes, 2.º conde de).* Capitão e governador de Tanger, commendador d'Albufeira, feito conde por Filippe III. Fal. em outubro de 1614, sendo filho do antecedente. Casou duas vezes: a 1.ª com D. Joanna Henriques, filha de Sebastião de Sá e Menezes, capitão de Sofala, e de D. Luiza Henriques, sua mulher. A segunda vez casou com D. Lourença Henriques, filha de Vasco Martins Moniz, senhor d'Angeja, e de sua mulher, D Violante de Menezes.

Tarouca *(Condes de).* Depois do 5.º conde de Tarouca e 1.º marquez do Penalva, mencionaremos os seguintes, alguns dos quaes já estão indicados, até ao actual 11.º conde, Sebastião Eduardo Pereira da Silva de Sousa de Menezes:—6.ª condessa, D. Eugenia Marianna Josepha de Menezes da Silva, casada com Manuel Telles da Silva, 5.º conde de Villar Maior.—7.º conde, Fernando Telles da Silva Menezes, que foi o 3.º marquez de Penalva.—8.º conde, Luiz Telles da Silva Caminha e Menezes, que foi o 5.º marquez de Alegrete.—9.º conde, Fernando Telles da Silva Caminha de Menezes, que foi o 4.º marquez de Penalva.—10.º conde Luiz Telles da Silva, filho do antecedente. N. a 25 de abril de 1837, fal. a 15 de dezembro de 1863. Casou a 5 de setembro de 1857 com D. Maria Francisca Brandão de Mello Cogominho, filha dos 2.ºˢ condes e 2.ºˢ marquezes de Terena. (V. os titulos de *Alegrete* e *Penalva).* O brazão d'armas dos condes de Tarouca é o mesmo que o dos marquezes de Penalva: Um escudo esquartelado: no primeiro quartel as armas dos Silvas: Em campo de prata um leão de púrpura; no segundo as dos Telles: O campo sómente de ouro, e assim os contrarios.

Tarouca *(Sebastião José Eduardo Pereira da Silva de Sousa de Menezes, 11.º conde de)* Fidalgo e

11.º conde de Tarouca

official mór da Casa Real, official ás ordens d'el-rei D. Luiz I, camarista de D. Carlos I, camarista e estribeiro-mór de D. Manuel II; par do reino, tenente-coronel de cavallaria; proprietario e agricultor. N. a 27 de março de 1855, na freguezia de Nossa Senhora da Boa Viagem, de Massarelos, cidade do Porto. E' filho dos condes de Bertiandos, Sebastião Correia de Sá Brandão e D. Joanna Pereira da Silva de Sousa de Menezes, ambos já fallecidos. Destinando-se ao exercito, escolheu a arma de cavallaria, assentando praça em 10 de outubro de 1872, sendo promovido a alferes a 27 de dezembro de 1876, a tenente em 31 de outubro de 1884, a capitão a 28 de janeiro de 1891, a major em 5 d'abril de 1902, e a tenente coronel em 27 de fevereiro de 1908. Deu a sua demissão de official do exercito em 6 de outubro de 1910. Casou a 7 de fevereiro de 1877, na egre-

ja de Santo André e Santa Marinha, de Lisboa, com sua prima D. Eugenia Maria da Conceição Telles da Silva Caminha e Menezes, que nasceu a 11 de fevereiro de 1850 na freguezia do S. Mamede da mesma cidade, filha de D. Luiz Telles da Silva Caminha e Menezes e de D. Maria Francisca Emilia Corrcia de Sá Brandão, neta paterna dos marquezes de Penalva (V. *este titulo)*, e neta materna dos marquezes de Terena. Do seus avós paternos herdou esta senhora o titulo de condessa de Tarouca, concedido a seu marido por decreto de 26 de maio do 1886, e os vinculos e casas que aos mesmos pertenciam. A' senhora condessa de Tarouca fôram concedidas as honras de dama da rainha D. Amelia e a banda de Maria Luiza de Hespanha. Os srs. condes de Tarouca teem quatorze filhos, sendo o mais velho o sr. marquez do Alegrete, Fernando Telles da Silva Caminha e Menezes, casado com D. Beatriz Roque do Pinho (Alto Mearim). O sr. conde de Tarouca possue varias condecorações com que foi agraciado pelos principaes soberanos estrangeiros: Gran-cruz de Carlos III, Gran cruz de Affonso XII, ambas de Hespanha; Gran cruz Victoria, de Inglaterra; Gran cruz da corôa da Prussia; Gran-cruz de Sant'Anna, da Russia; Gran-cruz de Alberto o Valoroso, do Saxe; Gran-cruz de Monaco; Grande official da Legião de Honra, de França; commenda do Hohenzollern; etc. Cavalleiro e official da ordem de S. Bento de Aviz. Tendo sido muito estimado dos reis D. Luiz I, D. Carlos I e D. Manuel II, o sr. conde de Tarouca foi successivamente ajudante d'ordens, camarista o estribeiro mór, sendo nomeado para este ultimo cargo por decreto de 4 de setembro de 1910. Acompanhou muitas vezes os monarchas nas viagens que fizeram no paiz, aos Açôres e ao estrangeiro. Ainda ultimamente, em 4 do setembro de 1913, assistiu ao casamento do sr. D. Manuel em Sigmaringen. Par do reino, foi nomeado em 1898, tendo tomado posse na respectiva camara em 17 de março do mesmo anno. Sendo a senhora condessa de Tarouca possuidora da notavel livraria que foi dos marquezes de Alegrete, fundada no seculo XVII, mandou o sr. conde de Tarouca organisar varios catalogos d'essa valiosa bibliotheca e dos preciosos manuscriptos que a opulentam. Na Exposição Nacional de Cartographia, em 1901, foi o sr. conde premiado com diploma de medalha de ouro pelas obras com quo ali concorreu pertencentes áquella livraria. (V. *Portugal*, vol. I, pag. 184).

Tarouca. Villa da prov. da Beira Alta, séde de conc., com. e bisp. de Lamego, distr. de Vizeu. Tem uma só freg., S. Pedro. Está situada a 41 k da capital do distr. nas faldas da serra de Santa Helena, que é uma ramificação da de Montemuro, banhada pelo rio Varosa, affluonte do rio Douro, cujas aguas fertilisam, do poente ao nascente, uma área consideravel de terreno. A pov. é muito antiga, e foi sempre séde de conc. Segundo a tradição, a egreja matriz d'esta villa, é a 7.ª egreja parochial quo existiu no paiz. El-rei D. Manuel I lho deu foral, em Lisboa, a 27 de fevereiro de 1514, teve porém, outro foral mais antigo, concedido por el-rei D. Diniz em 1304, de que existe na Bibliotheca Nacional de Lisboa uma copia manuscripta illuminada. Ao sul da villa está a grande e alcantilada serra de Santa Helena, já citada, em cujo alto está a capella da santa, que lhe dá o nome. Do adro da ermida desfructa-se um bello golpe de vista. Este conc. teve juiz de fóra desde 1804 até 1834. O territorio do conc. é fertil em cereaes, fructas, hortaliças, e sobretudo, em vinho e castanhas. Pertence á 2.ª div. mil., grande circumscripção mil. Central, o ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. O conc. é cortado pela estrada que vae de Lamego a Trancoso. Onde se divide a estrada que vae para Vizeu, está o famoso *Castanheiro de ouro*, bem conhecido por estas proximidades. Esta arvore secular era, em 1880, propriedade de José Alves Pereira da Silva, que construiu á sua sombra uma casa para hospedaria. Segundo a lenda, o nome de *castanheiro de ouro* provém-lhe de estar sobre um riquissimo *thesouro encantado*, que alguns moiros estão guardando. E' certo que, ao abrir se os alicerces para a construcção da hospedaria, se encontraram, a pouca profundidade, uma amphora de barro preto, duas pias de pedra, cada uma com dois palmos e meio de comprido e seis pollegadas do largo, e alguns carvões. Tambem quando se abriu a estrada, se encontrou no meio d'ella uma grande cavidade, que ia ter a uma galeria subterranea, quo os engenheiros mandaram entulhar. Tarouca tem est. post. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales, escolas d'ambos os sexos, agencias bancarias e de seguros; hospedaria, Misericordia, medicos, pharmacia, notario; produz cereaes, batata, fructa e vinho, diversos estabelecimentos commerciaes; mercado em todas as 2.ª feiras immediatas aos 3.ºs domingos, o nos 1.ºs domingos de cada mez; na paschoa do Espirito Santo; 28, 29 e 30 de setembro. Ha aqui uma pequena industria do calçado, roupas, tamancos, carroças e padaria. O conc. compõe se do 10 freguezias, com 2:543 fog. e 10:136 hab., sendo 4:822 do sexo masc. e 5:314 do fem., n'uma superficie de 5:877 hect. As freguezias são: O Espirito Santo, de Dalvares, 481 hab.: 240 do sexo masc. o 241 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Gouveães, 674 hab.: 332 do sexo masc. e 342 do fem.; S. Sebastião, de Granja Nova, 877 hab.: 366 do sexo masc o 511 do fem.; N. S.ª do Enxertado do Rosario, de Mondim da Beira, 828 hab.: 381 do sexo masc. e 447 do fem.; Santissimo Nome do Jesus, de Salzedas, 1:591 hab.: 772 do sexo masc. e 819 do fem.; S. Braz, do S. João de Tarouca, 1:374 hab.: 649 do sexo masc. o 725 do fem.; S. Pedro, de Tarouca, 2:417 hab.: 1 150 do sexo masc. e 1:267 do fem.; S. João Evangelista, de Ucanha, 658 hab.: 317 do sexo masc. e 341 do fem.; S. Martinho, de Varzea da Serra, 819 hab.: 414 do sexo masc. e 405 do fem.; S. Sebastião, de Villa Chã do Cangueiros, 417 hab.: 201 do sexo masc. o 216 do fem. O principal commercio de todo o conc. é batata, vinho, cereaes, fructas e azeite. ‖ Serra do distr. de Vizeu. E' uma ramificação da serra de Montemuro para a parte do SE, estendendo se a SO da villa de Tarouca, ou na direcção geral de N a S. Tem 10 k. de comprimento, 3 de largura e 1:088 m. do altura. ‖ Ribeira do distr. de Vizeu. N. na serra da Neve, na freg. de Monteiros, corre na direcção N, recebe como affluente um ribeiro que vem do lado do Lazarim, inclina-se então para NE e depois para E junto de Lalim, e entra na ribeira de Varosa com 25 k. de curso. ‖ Pov. na freg. de

S Thiago da Guarda, conc. de Anciāo, distr. do Leiria.

Tarouquella. Pov. e freg. de Santa Maria Maior, da prov da Beira Alta, conc e com. de Sinfães, distr. de Vizeu, bisp de Lamego; 223 fog. e 822 hab. Tem escolas d'ambos os sexos. Está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Douro, a 10 k da séde do conc. O seu territorio, apezar de ser bastante accidentado, é de clima muito saudavel e ameno, muito fertil em todos os generos agricolas do paiz. Produz vinho verde de superior qualidade. O rio Douro fornece de bom peixe a povoação Cria muito gado de toda a qualidade e nos seus montes ha abundancia de caça miuda. Tarouquella é bastante antiga, pois já existia no tempo dos gôdos com o nome de *Taroukela*, mas o documento mais antigo que se encontra d'esta freg. é uma venda feita em 1134 por Egas Moniz e sua mulher Thereza Affonso, da sua herdade em Taroukela (que lhes tinha sido dada pelo infante *D. Affonso Anrics)* ao mosteiro de Salzedas. A egreja matriz da freg. é a do antiquissimo convento que ali existia, de freiras benedictinas. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. ‖ Pov da freg. do S. Pedro, de Villa do Paraizo, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Tarouva. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Cerdal, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Tarrafal *(Villa D. Maria II)* Em Cabo Verde. Permuta vales com o continente. ‖ Porto situado na costa SO na ilha de Santo Antão, archipelago e prov. do Cabo Verde, Africa Occidental. E' reputado um dos melhores da ilha para fazer aguada n'uma caudalosa ribeira quo se despenha na praia. Ficando á sombra d'um pequeno promontorio e sendo mais abrigado do que os outros portos da ilha em qualquer estação, era, todavia, pouco frequentado, por ficar muito distante da parto mais povoada da ilha. O desenvolvimento da exportação do café e de outros productos agricolas deu-lhe posteriormente uma certa animação. ‖ Ribeira da ilha do Santo Antão, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Lança as suas aguas no porto do mesmo nome e réga um fertil valle. ‖ Porto situado na costa N da ilha de S. Thiago, no mesmo archipelago e prov. Pela sua grandeza, segurança e abundancia d'agua e de refrescos, é o segundo porto da ilha Fica junto da ponta do mesmo nome e é abrigado por um pequeno recife. ‖ Montes situados na costa N da ilha de S. Thiago, no mesmo archipelago e prov. São dois outeiros redondos, que o navegante que vae do N primeiramente avista ‖ Rio da ilha de S. Thiago, do mesmo archipelago e prov. Banha um valle muito fertil. ‖ Bahia situada na costa O da ilha do S Nicolau, do mesmo archipelago e prov. Como os demais portos da ilha, é má e desabrigada, ficando a mais de 15 k. da villa da Ribeira Brava. ‖ Ponta situada na costa N da ilha de S. Thiago, do mesmo archipelago e prov. ‖ Pov. da freg. de N. S.ª do Rosario, no conc. e ilha de Santo Antão, do mesmo archipelago e prov. ‖ Porto da freg. de S. João Baptista, no mesmo conc. e ilha, archipelago e provincia.

Tarrastal Povoações nas freguezias: S. Paio, de Agua Longa, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Martinho, de Escariz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga ‖ S Gens, de Palla, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu.

Tarria. Pov. na freg. de S. Thiago, de Urra, conc. e distr. de Portalegre.

Tarrio Povoações nas freguezias: S. Christovão, de Abbação, conc. de Guimarães, distr. de Braga ‖ Santa Eulalia, de Arnozella, conc. de Fafe, do mesmo distr. ‖ S. Martinho, de Caramos, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. ‖ Santa Christina, de Couto, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. ‖ Santa Maria, de Idães, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. ‖ S. Thiago, de Infesta, conc. de Paredes do Coura, distr. de Vianna do Castello. ‖ Santa Marinha, de Pedreira, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. ‖ S. Miguel, de Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. ‖ Santa Leocadia, do Tamel, conc. de Barcellos, do mesmo districto.

Tarrio de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Martinho, de Saude, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Tarrogeira. Pov. na freg. de Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Tartarugas *(Bahia das)*. Bahia situada na costa do distr. de Mossamedes, prov. de Angola, Africa Occidental. Fica ao S da bahia das Pipas, é de fórma semi-circular, tem bom fundo e abunda em pescado. ‖ Ponta situada na costa O da ilha do Sal, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. ‖ Fica entre as bahias do Rabo de Junco e da Madama.

Tartomil. Pov. na freg. do N. S.ª da Ribeira, de Bouçoães, conc. de Valpaços, distr. do Villa Real.

Tartosa. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Rabaçal, conc. de Penella, distr. do Coimbra.

Tarva. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Couto de Baixo, conc. e distr. de Vizeu.

Tasso *(Joaquim José)*. Notavel actor, uma das glorias da scena portugueza. N. em Lisboa a 22 de agosto de 1820, onde tambem fal. a 27 de maio de 1870. Nascido na obscuridade, ficando orphão aos 5 annos de edade, a familia o destinou á marinha, e parece que chegou a seguir esse curso, porque depois de concluir os estudos preparatorios ainda frequentou a escola de desenho e a Academia de Marinha. Attrahia-o, porém, para o theatro uma vocação irresistivel, que a familia combateu o mais possivel, mas que não pôde vencer. O theatro fascinava o a tal ponto, que tudo sacrificava pelos encantos da scena, até que um dia se resolveu a procurar Emilio Doux, o grande ensaiador e regenerador da arte dramatica, que então dirigia o theatro nacional da Rua dos Condes, n'essa epoca o nosso primeiro theatro de declamação, e pediu-lhe para o aceitar como discipulo. Foi-lhe satisfeito o pedido, e o novel actor estreou-se a 18 de dezembro do 1839, desempenhando um insignificante papel de creado no drama *Jaquelina de Baviera*. Apezar da nenhuma importancia do papel, logo grangeou as sympathias do publico pela fórma como se apresentou e pela sua esbelta figura. Durante tres annos esteve representando estes pequenos papeis, conservando se na sombra, apezar de se mostrar estudioso o de inspirar as maiores espe-

ranças d'um futuro artista de grande valor. Em 1841 foi que se lhe abriram horisontes mais largos na carreira artistica, pela morte do actor Ventura. Sendo preciso substituir rapidamente aquelle artista distincto e notavel galan, muito estimado do publico, o juvenil actor Tasso se prestou a essa substituição, e desempenhou com o maior applauso o papel de Roberto no *Barba Roxa* e o de Albino no *Sineiro de S. Paulo*. Apezar das grandes difficuldades dos confrontos, o publico ficou o considerando seu actor predilecto, e Tasso ficou occupando o logar do primeiro galau, que Ventura deixára vago, recebendo o ordenado correspondente á sua nova situação, tendo peça nova em beneficio. No dia 26 de agosto de 1841 realisou effectivamente a sua primeira festa artistica com o drama *Abbadia de Viterbo*, em que obteve um completo triumpho, onde Tasso deu a medida completa do seu talento foi na *Adelina d'Ormilly*, em que desempenhou o papel de Lagarto, mulato opulentissimo, sceptico o des-

Joaquim José Tasso

denhoso que manifesta pelos brancos o desprezo mais profundo, porque não encontrou um só que se não vendesse. N'esse anno de 1841 entrou nas *Proezas de Richelieu*, peça em que Emilia das Neves representava o papel do juvenil protogonista. N'esse anno tambem creou a personagem de D. Nuno Alvares Pereira no drama do Garret, o *Alfageme de Santarem*. A fama do actor Tasso adquiriu então grande intensidade, o publico não se cansava de o applaudir com enthusiasmo. A serie dos seus triumphos continuou nos dramas do Mendes Leal: *A pobre das ruinas*, *O tributo das cem donzellas*, no famoso melodrama francez, *Latude ou Trinta e cinco annos de captiveiro*, etc. Construindo se o theatro de D. Maria II, em 1846, passou para ali a sociedade artistica da Rua dos Condes, que inaugurou os seus espectaculos com o drama *Alvaro Gonçalves o Magriço*, em que Tasso teve um dos principaes papeis. Seria longo, e mesmo impossivel mencionar o enorme reportorio em que o notavel artista figurou n'aquelle theatro por largos annos, com os grandes encargos dos galans romanticos ou dos galans melodramaticos; dos heroes que morriam d'amor, ou dos heroes que se batiam em duello; todo esse longo reportorio com os encargos dos namorados de capa e espada, ou dos namorados de casaca e luva branca, passou sobre Tasso que, distincto, elegante, apaixonado, caloroso, verdadeiramente inspirado, affirmava dia a dia o seu levantado merito. Tasso, tão apaixonado no drama, como natural na alta comedia, como gracioso na baixa comedia, explorou todos os generos com egual felicidade e com egual applauso. Se no drama antigo se tornou tão notavel, como na *Torre de Nesle*, *Mysterios de Paris*, *Templo de Salomão*, *A Prophecia*, *Odio de raça*, *O Cedro vermelho*, e muitos outros, em 1854 mostrou uma nova phase do seu talento superior, tornando-se egualmente notavel no drama moderno no papel de Armando Duval, na *Dama das Camelias*. A sua bella cabeça esculptural, a sua elegancia suprema, e com razão se dizia que ninguem sabia, como elle, vestir uma casaca, a sua voz que tinha nas grandes explosões do sentimento umas precipitações e uns arrancos verdadeiramente dramaticos, tudo concorreu para que aquelle papel tivesse em Tasso um extraordinario interprete. Em 1855 fôram as suas principaes creações, nos dramas *A Consciencia*, de Alexandre Dumas; nas *Mulheres de marmore*, na *Dalila*, e na *Adriana Lecrouveur*; em 1856 creou o papel de Jeronymo na *Mocidade de D. João V*; em 1858, *O Livro negro*, *Os homens ricos*, *A caridade na sombra*, *O Cego*, etc. Em 1859 creou o *Luxo* e *O Medico das creanças*. Em 1860 deu-se no seu talento uma vasta transformação. N'esse anno representou o Holofernes na tragedia *Judith*. Reorganisado o theatro normal pelo duque de Loulé, e posto á frente da sua direcção Francisco Palha, Tasso teve classificação de actor de primeira ordem, e contribuiu, como póde imaginar se, para o esplendor do theatro n'esse periodo que foi realmente brilhante. São numerosas as suas creações d'esse periodo, e numerosas n'um genero em que Tasso tambem era eminente, na comedia. Tasso tinha uma graça especial e naturalissima, um modo de dizer ingenuo e espantado que fazia rir as pedras. De 1862 a 1866 Tasso creou no theatro de D. Maria peças de Mendes Leal, de Ernesto Biester, de Ricardo Cordeiro, de Sardou, Dumas, Feuillet. Em 1866 abandonou pela primeira e ultima vez na sua vida o theatro normal para acompanhar Francisco Palha que ia com um grupo de artistas fundar o novo theatro da Trindade. Passaram entretanto para a Rua dos Condes, onde Tasso ainda fez algumas creações notaveis. Nos fins de 1867 abriu-se a Trindade com o drama de Biester *A Mãe dos pobres*, a que se seguiu a *Conspiração na aldeia*, de Sardou, em que Tasso teve uma creação soberba. Na epoca de 1868-1869, Francisco Palha, director do theatro da Trindade, tomava por adjudicação o de D. Maria, dividindo a sua companhia importante, dando em D. Maria o drama e a alta comedia, dedicando a Trindade ao novo genero de espectaculo de operetta. Em outubro de 1868 inaugurou D. Maria as suas recitas com o drama de Ernesto Biester, *Os fidalgos do seculo XIX*, em que Tasso desempenhava um dos papeis principaes; depois a *Familia*, e finalmente a *Morgadinha de*

Valdôr, que se representou pela primeira vez em beneficio de Emilia Adelaide a 3 de abril do 1869. A creação do papel de Luiz Fernandes foi uma das creações mais assombrosas do grande talento de Tasso. Logo em seguida, creou o papel do capitão do navios no drama D. Fr. Caetano Brandão, e ainda n'esse anno de 1869, o papel de D. Vasco de Menezes no drama *Judia*. Em 1870 andava estudando o papel de Didier na *Marion Delorme*, quando a morte o surprehendeu de subito. O seu desapparecimento foi uma grande perda para o theatro, e profundamente sentido, porque Tasso não era só estimado e considerado como artista, ora tambem pelo seu bom caracter, um coração de ouro, e todos os collegas o adoravam. Tasso fôra agraciado com o grau do cavalleiro da ordem de S. Thiago. Mencionaremos ainda as seguintes peças do seu reportorio, além das já citadas: *O habito não faz o monge, Os dois seminaristas, Herdeiro do Czar, O Duende, O Operario, Se Deus quizer, Anjo e demonio, Raphael, Maria Stuart, O Homem de ouro, Honra d'uma familia, Cão e gato, Casamento e despacho, Como se sobe ao poder, O Caminho mais longo, O Anjo da reconciliação, A Escala social, O Melodrama dos melodramas, As obras de Horacio, Os Homens serios, Cesar ou João Fernandes, Flôres e fructos, Dito e feito, Um anno em 15 minutos, Vingança, Os Homens do mar, O Jogo, A Sociedade elegante, A Penitencia, Daniel Lambert, Os diffamadores, Nobres e plebeus, Coração e arte, O demonio do jogo, O Supplicio d'uma mulher, A Familia Benoiton. As Pupillas do sr reitor, A chave de ouro, Tentações do demonio, Peccadora e mãe, O Drama da rua da Paz, Joanna a doida, Os Fidalgos de Bois Doré, O Barbeiro de Sevilha, A mãe do enjeitado, A Pobreza envergonhada, A Vida d'um rapaz pobre*, etc.

Tatchi. Pov. do sobado de Lunguesi, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola. Africa Occidental.

Tavacal. Pov. na freg. de Santa Maria, de Pinheiro Grande, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Tavacal Sequeiro. Pov. na freg. de S. Martinho, de Fornellos, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Tavagueira. Pov. na freg. do N. S.ª da Visitação, de Guia, conc. de Albufeira, distr. de Faro.

Tavara. Praso do distr. de Tete, Africa Occidental.

Tavarede *(Francisco d'Almada Quadros de Sousa e Lencastre da Fonseca e Albuquerque, 2.° barão e 2.° conde de)*. Do conselho d'el-rei, commendador da ordem de Christo, governador civil de varios districtos. N. a 6 de março de 1818, fal. a 25 de novembro de 1853. Era filho unico do 1.° barão e 1.° conde do Tavarede, João d'Almada Quadros de Sousa de Lencastre, e do sua mulher, D. Maria Emilia da Fonseca Pinto d'Albuquerque Araujo o Menezes. Casou em 25 de maio de 1848 com D. Eugenia do Saldanha de Oliveira Daun, dama de honor da rainha, dama da ordem das damas nobres de Maria Luiza, de Hespanha, e da ordem de S. Carlos do Mexico, filha do marechal duque de Saldanha, e de sua primeira mulher, D. Maria Thereza Margarida Horan Fitz Gerald. Esta senhora, tendo enviuvado em 1853, passou a segundas nupcias a 16 de maio do 1855 com Joaquim Pedro Quintella, 2.° conde do Farrobo, filho dos 1.os condes d'este titulo. A condessa do Tavarede havia nascido a 25 do maio de 1831, e fal. a 25 de março de 1876. Do seu primeiro matrimonio teve um filho, que foi o 3.° conde de Tavarede, e uma filha, condessa do Prado da Selva *(V. este titulo)*. O 2.° conde do Tavaredo foi agraciado com o titulo de barão por decreto de 21 de setembro de 1816, e com o de conde por decreto de 23 de março de 1848.

Tavarede *(João d'Almada Quadros de Sousa Lencastre, 1.° barão e 1.° conde de)* Senhor da villa de Ponto da Barca, 2.° alcaide de Marialva e commendador da ordem de Christo. N. a 28 de janeiro de 1791, ignora se a data do fallecimento. Era filho do celebre governador da cidade do Porto D. Francisco d'Almada e Mendonça *(V. este appellido*, vol. I, do *Portugal)*, e de sua mulher, D. Antonia Magdalena de Quadros e Sousa. Recebeu o titulo de barão de Tavaredo por decreto de 7 de setembro de 1804, e o de conde por decreto de 18 de março de 1848. Casou em 4 do março de 1810 com D. Maria Emilia da Fonseca Pinto d'Albuquerque Araujo o Menezes, filha e herdeira de Caetano Alexandre da Fonseca Pinto de Albuquerque, senhor do morgado de Longroiva, fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo, e de D. Maria de Menezes Araujo Cardoso Cabral, senhora do morgado da Lageosa. A 1.ª condessa de Tavarede fal. em Trancoso a 25 do julho de 1876, com perto de 88 anuos do edade, pois nascera a 16 de dezembro de 1788.

Tavarede *(João Carlos Emilio Vicente Francisco d'Almada Quadros Sousa Lencastre Saldanha e Albuquerque, 3.° conde de)*. Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e da do Carlos III, de Hespanha. N. a 15 de abril de 1849, fal. em Trancoso a 9 de julho do 1903. Era filho dos 2.os condes de Tavarede, sendo-lhe renovado este titulo por decreto de 25 de novembro de 1853. Casou duas vezes: a primeira, em 1869, com D. Maria da Piedade Lodi, filha de Anselmo Lodi, e de sua mulher, D. Senhorinha Lodi. Enviuvando em 1870, casou segunda vez, a 7 de janeiro de 1875, com D. Maria Justina Ribeiro de Mello, filha de João Ribeiro Alvares de Mello, commendador da ordem de Christo e escrivão de direito em Trancoso, e de sua mulher D. Joanna de Sousa Coutinho. O brazão d'armas é o seguinte Escudo esquartelado: no primeiro quartel as armas dos Quadros: Escudo enxequetado de prata e azul, de quatro peças em faxa; no segundo as dos Barretos: Escudo em campo de prata semeado de armiuhos negros, e assim os contrarios. Timbre, meio leão azul tendo nas mãos um xadrez.

Tavarede. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com da Figueira da Foz, distr. e bisp. do Coimbra; 445 fog. e 1:873 hab. Tem esc. do sexo fem., correio com serviço de posta rural, medico, uma fabrica de tijolo, Associação de Instrucção Tavaredense. Está situada a 2 k da margem direita do rio Mondego, na estrada da Figueira a Mira, e a egual distancia da séde do conc. E' pov. muito antiga. El rei D. Manuel I lhe deu foral, em Lisboa. em 1517. Em tempos remotos houve aqui alfandega, e tambem um esteiro por onde os barcos vinham carregar o descarregar. O territorio da freg. é vasto, elegante e saudavel, tendo bons pontos de vista de

mar; é muito fertil em generos agricolas. O mar e o rio Mondego trazem abundancia de peixe. Tavarede foi couto do distr. de Montemór o Velho. Creada a comarca da Figueira da Foz, por el rei D. José, em 12 de março de 1771, ficou sendo couto d'este conc. Extinctos os coutos, ficou pertencendo ao concelho da Figueira. Houve em Tavarede um pequeno theatro, mas eram tão successivas as desordens que se armavam em noites de espectaculo, que o governador de Coimbra o mandou fechar em outubro de 1877. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria. ‖ Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Tavarella. Pov. na freg. de Santa Maria, de Tavora, conc. de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Tavares. Appellido nobre em Portugal. Procede de D. Pedro Viegas de Tavares, que foi senhor da cidade da Guarda, no tempo de D. Sancho I. Foi seu descendente D. Estevão Peres de Tavares, 1.º alcaide-mór da cidade de Faro. Os Tavares fôram por muitos annos alcaides-móres de Portalegre, Assumar e Alegrete, senhores da villa de Mira. Tomaram o appellido da villa do Tavares. Teem por armas: Em campo de ouro 5 estrellas de púrpura, de 6 pontas; elmo d'aço, abor-aborto, e por timbre, meio cavallo púrpura, sellado, com peitoral, cascaveis e freio de ouro. Outro ramo dos Tavares traz por armas, em campo azul, banda de ouro, saindo da boca de dois tragantes, de verde, lampassados de púrpura; timbre, meio leão azul, elmo d'aço aberto, como os outros Tavaros.

Tavares (*Antonio de Sousa*). Notavel diplomata no seculo XVII. N. em Lisboa em 1598, onde tambem fal. a 17 de janeiro de 1667. Era filho do desembargador Sebastião Tavares de Sousa. Doutorou-se na Universidade de Coimbra na faculdade de leis, e sempre se dedicou ao estudo da politica, e já gozava de reputação de erudito e habil nas sciencias que servem para o governo dos estados, quando rebentou a revolução do 1.º de dezembro de 1640. Empenhou-se o governo do reino restaurado em empregar os que tinham verdadeiramente merito nas differentes negociações que se iam travar nas côrtes da Europa, e por isso, quando era obrigado a enviar como embaixador algum fidalgo de primeira nobreza que não tivesse os requisitos necessarios para bem se desempenhar da missão que lhe incumbisse, fazia o sempre acompanhar por um habil secretario. Foi assim que Antonio de Macedo auxiliou D. Antão de Almada na sua embaixada a Inglaterra, e Antonio de Sousa Tavares auxiliou Tristão de Mendonça na sua embaixada á Hollanda. Effectivamente Antonio de Sousa Tavares desempenhou-se admiravelmente da missão que lhe fôra incumbida, e entre os protestos que differentes diplomatas portuguezes formularam contra a traição iniqua do governo hespanhol e do governo imperial, que tinham arbitrariamente encarcerado o infante D. Duarte, foi por certo o protesto que elle escreveu o que maior effeito produziu, bastando para dar ao seu autor nome e fama. Voltando a Portugal foi nomeado desembargador dos aggravos em 1648; em 1652 procurador da corôa, e finalmente exerceu o logar do secretario do infante D. Pedro, que foi depois D. Pedro II, e foi em ultimo logar desembargador do paço. Deixou impresso o seguinte manifesto: *Sentimento da fé publica quebrantada em Allemanha por industria de Castella, na injusta retenção da pessoa do Serenissimo Infante D. Duarte de Portugal*; saiu anonymo; este manifesto foi traduzido em latim. Ainda escreveu outro, tambem em latim, provando o crime que o imperador commettera, retendo preso o infante D. Duarte. Esse manifesto imprimiu-se em Lisboa no anno de 1643. Deixou manuscriptas varias obras.

Tavares (*Belchior de Sousa*). Distinguiu se muito na India durante o governo de Nuno da Cunha, que o encarregou do ir assentar tratados com o sultão de Bassóra. Belchior foi, subiu os rios Tigre e Eufrates, praticou muitas acções de valor, e foi depois nomeado por Nuno da Cunha capitão mór do mar de Ormuz.

Tavares (*Bernardo de Tavora de Sousa*). Governador de Angola, sendo nomeado em 1700 para substituir Luiz Cesar de Menezes; mandou o P. Fr. Francisco de Paiva coroar o rei do Congo, e tornou-se depois por tal fórma odioso aos seus administrados, que se recearam disturbios. A morte veiu pôr fim ao seu despotico governo, pois que Sousa Tavares fal. em 1702, depois de dois annos da sua nomeação.

Tavares (*P. Braz da Silva*). Foi autor d'um apparelho para pesca nas margens do rio Ave, que se encontra descripto a pag. 629 do tomo 32.º do *Diccionario Geographico* existente na Torre do Tombo.

Tavares (*Carlos Joaquim*). Lente da Escola Medico Cirurgica de Lisboa. N. no Egito, Benguella, a 19 de dezembro do 1857; fal. em Lisboa, a 23 de fevereiro de 1913. Era filho de Antonio Joaquim Tavares. Matriculando se na Escola Medico Cirurgica, defendeu these em 30 de julho de 18?3. Precedendo concurso foi nomeado lente substituto da secção medica da mesma Escola, por decreto de 16 de abril de 1885. A 14 de agosto d'este anno foi nomeado medico extraordinario do hospital de S. José. Teve a promoção de lente proprietario da mesma secção medica, por decreto de 21 de setembro de 1898, sendo-lhe destinada a 7.ª cadeira (pathologia interna), vaga pela jubilação do professor Bettencourt Pita. O dr. Carlos Joaquim Tavares cursava a Escola Polytechnica, em 1880, quando ali se effeituou uma reunião de estudantes para discutir a attitude que a classe escolar deveria assumir na celebração do centenario de Camões. Exerceu n'essa sessão o logar de presidente da assembleia. Carlos Tavares, que já nas escolas ganhara fama de distincto, n'aquella sessão grangeou com a sua palavra inspirada ascendente e creou nome entre toda a mocidade das escolas. Já o apontavam como primeiro da classe, quando o triumpho alcançado no discurso proferido no sarau dos estudantes, realisado a 2 de junho de 1880, no theatro de S. Carlos, tomando por thema *A Medicina dos Lusiadas*, lhe conquistou fóros de orador emerito. O mestre da medicina, dr. Sousa Martins, conferiu-lhe a sua estima, animou-o com a sua valiosa protecção e exemplo; foi elle, como o proprio dr. Carlos Tavares confessava, o astro que o illuminou e o dirigiu em toda a sua carreira. Collaborou na *Medicina contemporanea*, *Revista da Sociedade das Sciencias Medicas*, no *Brazil-Portugal*, e em outras revistas scientificas e littera

rias; foi-lhe confiada a direcção da edição dos estudos medicos do dr. Sousa Martins. Em setembro de 1901 foi convidado pelo conde de Ficalho, em nome d'el rei D. Carlos, a acceitar um logar que vagara de medico da Real Camara. Foi o dr. Carlos Tavares quem pronunciou os Elogios funebres dos doutores Manuel Bento de Sousa e Sousa Martins, em conferencias publicas, nas sessões solemnes da Sociedade de Geographia, de 20 de novembro de 1897, e da Sociedade das Sciencias Medicas, de 23 de junho de 1900, que fôram publicados nos respectivos boletins. Era socio e vice-presidente da referida Sociedade das Sciencias Medicas, socio da Associação dos Medicos Portuguezes, da Sociedade de Geographia, e da Assistencia Nacional aos Tuberculosos (vogal da commissão technica). Em 1883 publicou a sua these inaugural sobre o *Nervo do gosto ou de Wisberg*; e em 1884 a these de concurso: *Algumas palavras sobre o arthritismo.*

Tavares (*Carlos Moniz*). Cirurgião em chefe do exercito. N. em Lisboa a 16 de fevereiro de 1844. Matriculando se na Escola Medico Cirurgica de Lisboa, de que foi estudante muito distincto, resolveu seguir o estudo de aspirante a medico militar, e apezar de estar já muito adeantado nos seus estudos da Escola, foi alistar se em 16 de junho de 1865 no quadro dos aspirantes, completando depois o curso, sendo approvado com louvor em 28 de julho de 1868. No dia 3 do mez de agosto seguinte foi despachado tenente medico, ou cirurgião ajudante, como então se dizia, começando a mostrar no serviço, a par de subidas aptidões clinicas, a altiva dignidade de caracter, conquistando as sympathias dos collegas, camaradas e subordinados. Em 1869 teve a tentação de adeantar a carreira por serviços no ultramar, chegando a ser despachado cirurgião-mór para a Zambezia, mas o bom destino da classe e do hospital militar, fez que o decreto fôsse annullado, indo servir em caçadores n.º 12 e infantaria n.º 4, até que em 1871 voltou a Lisboa a occupar o logar do cirurgião de infantaria n.º 16, que a promoção do chefe deixára vaga. Se desde aspirante muita era a sua assiduidade e zelo pelo serviço do hospital, data da collocação em infantaria n.º 16, o bom renome que conquistou como clinico, como operador, como ophtalmologista, que a todos os estudos e a todas as praticas se deu com solicitude e com empenho de bem servir. A 11 de janeiro de 1883 foi promovido a capitão e cirurgião-mór, e desde então não saiu nunca da guarnição de Lisboa, servindo successivamente em caçadores n.º 7, infantaria n.º 5, e engenharia; estando n'este regimento, se dispoz em 1891, por se sentir adoentado, a passar á inactividade, e quiz assegurar a collocação de outro collega, e pedindo para isso transferencia para infantaria n.º 22, requerendo logo a aposentação á junta, foi julgado incapaz do serviço, temporariamente, em 20 de março d'esse anno. O seu correctissimo e dedicado procedimento foi, porém, mal interpretado, e houve quem julgasse que a sua deslocação de engenharia e actos ulteriores não tinha sido voluntaria e espontanea; e d'ali veiu para Moniz Tavares um enorme desgosto, que, associado á funda nostalgia do serviço, o determinou a voltar á junta, mal convalescido ainda, e dado prompto tornou, n'esse mesmo anno, a ser collocado no regimento de engenharia, onde permaneceu até que, attentas as suas distinctas qualidades, foi em 6 de abril de 1891 despachado sub-chefe de repartição. Em 18 de abril de 1895 era d'ali deslocado pela promoção a cirurgião de brigada, no posto de major. A 20 de setembro de 1899 foi promovido a tenente-coronel medico, sendo-lhe então dada a direcção do hospital permanente de Lisboa, o primeiro estabelecimento hospitalar do exercito portuguez, o que reclama da parte do director maiores e mais complexas qualidades. O sr. dr. Moniz Tavares dedicou-se extremamente aos encargos da sua gerencia, que sob todos os pontos de vista, foi excepcional, e sobretudo tratando-se d'uma instituição hospitalar albergada n'um velho e acanhado convento, dando se principalmente casos excepcionaes no movimento dos doentes, como fôram o regresso de varias expedições d'Africa, o recrudescimento das epidemias de grippe, a apparição da peste, e sobretudo ainda, estando se no periodo de completa transformação de condições hygienicas nos hospitaes. A tudo fez face a sua energia e força de vontade, para tudo chegou o seu talento, não lhe sendo pequeno auxilio o modo como sabia captar vontades, tanto entre os collegas, como entre o pessoal menor de serviço. O velho hospital chegou a parecer bonito, e a merecer os elogios dos numerosos collegas que o visitaram por occasião do congresso nacional de medicina em 1898. Em 24 de dezembro de 1901 foi promovido a coronel medico. A sua reputação não é apenas nacional. Differentes commissões scientificas, de que foi encarregado no estrangeiro, crearam lhe lá fóra um nome honrosissimo, taes como representante de Portugal nos congressos internacionaes de hygiene e sciencia medica militar de Paris, em 1878; das sciencias medicas de Amsterdam, em 1879; medico, de Londres, em 1881; medico, do cantão de Genebra, em 1882; de hygiene, de Vienna d'Austria, em 1887. Seria longa a enumeração das outras commissões scientificas internas para que foi nomeado. E de como elle se desempenhou sempre, dizem eloquentemente os elogios officiaes que lhe fôram feitos, e o facto, unico que se conhece nos Annaes Militares, de ter recebido tres louvores n'uma só ordem do exercito. O sr. dr. Moniz Tavares foi deputado em successivas legislaturas, desde 1875 até 1886, distinguindo se pela sua belleza oratoria e proficiencia technica; admirava a energia e a tenacidade com que nas camaras propugnava pelos interesses da sciencia e da classe que tão brilhantemente representava. Uma das glorias do illustre medico militar, é a do ser elle o iniciador do primeiro parque vaccinogenico de vaccina animal, em Lisboa. Antes, porém, de o fundar, e não obstante os estudos feitos para cabalmente o poder realisar, quiz primeiro conhecer pessoalmente os institutos vaccinogenicos da Europa, o visitou Madrid, Bordeus, Paris, Londres, Bruxellas, Anvers, Amsterdam, Haya, Leipzig, Rotterdam, Utrecht e Genova. Ali colheu vastos conhecimentos technicos, e com estes fundou o seu instituto modelar, creando no paiz a vaccina animal, conseguindo generalisar os seus serviços até fóra de Portugal, exportando-a para as colonias, para o Brazil e até para a vizinha Hespanha. Foi em janeiro de 1888 que o Parque Vaccinogenico foi aberto ao publico, dotando Lisboa com um estabelecimento unico, como ainda o não tinha para vaccinação

com vaccina animal, de ha muito explorada nos principaes paizes da Europa. Acolhido com applausos pela classe medica o novo instituto, novo em tudo, não foi menos considerado pelo publico, apezar da inveterada reluctancia para a vaccina, sem comtudo ter nenhum auxilio do Estado, apezar dos encargos que onéram estabelecimentos d'este genero, serem superiores ao esforço particular. O Parque Vaccinogenico de Lisboa foi primitivamente estabelecido na rua de S. Bernardo á Estrella, n'uma casa e parque que offerecia todas as condições indispensaveis; mudou-se depois para outra casa, com parque tambem, na calçada do marquez de Abrantes, onde funccionou até agosto do 1908, passando então para casa propria, construida na Avenida D. Amelia, hoje Avenida do Almirante Reis, com as melhores condições hygienicas, e enriquecida com todos os apparelhos e utensilios mais modernos adquiridos no estrangeiro pelo seu fundador, que para esse fim foi novamente ali visitar os estabelecimentos congeneres, introduzindo tambem todas as novas modificações indicadas e seguidas pelos mais distinctos e notaveis cultivadores da vaccina animal anti-variolica. No congresso de medicina reunido em Lisboa no anno de 1906, o sr. dr. Moniz Tavares foi presidente da 15.ª secção, Medicina militar. Em 21 de novembro de 1907 foi aposentado por se julgar incapaz do serviço activo. Por serviços prestados em varias commissões officiaes, recebeu louvores nas ordens do exercito; por decreto de 28 de setembro de 1901, recebeu a mercê da commenda da ordem de S. Bento de Aviz, por serviços distinctos, tendo já sido anteriormente agraciado com o grau de official, cavalleiro e de official por serviços distinctos, da mesma ordem; é tambem cavalleiro de S. Thiago, e possue as medalhas de prata de comportamento exemplar, o da classe de bons serviços. Foi redactor da *Gazeta dos Hospitaes Militares*.

Tavares (*Constantino Lobo*). Governador da ilha de S. Thomé, sendo nomeado em 1609, mas pouco pôde fazer, porque fal. logo em 1611. No seu tempo apenas se tomou a deliberação de se augmentarem as congruas ao cabido, o que o não impediu este de se mostrar insolentissimo com o seu successor, D. Fernando Telles de Menezes.

Tavares (*Eduardo*). Official graduado do Thesouro Publico, cavalleiro das ordens de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, de S. Mauricio e de S. Lazaro de Italia, deputado, jornalista muito apreciado, etc. N. em Almada a 16 de novembro de 1831, fal. em Lisboa a 8 de janeiro de 1885. Era filho de Marcolino de Freitas Tavares e de D. Emilia Carolina Tavares. Depois de estudar humanidades no collegio do dr. Cicouro e fazer com distincção o curso do lyceu, matriculou-se na Escola Polytechnica, em cujas aulas teve de interromper a sua frequencia por causa d'um conflicto levantado entre elle e seu pae, que pretendia obrigal-o a seguir o curso de medicina, para o qual o joven estudante mostrava grande repugnancia, desejando, ardentemente dedicar se ao estudo de engenharia Em virtude d'essa divergencia, Eduardo Tavares viu se obrigado a abandonar as aulas, e a partir para o Rio de Janeiro, onde se empregou como guarda-livros nas casas commerciaes do French, Albino José Fernandes Lima, e Soares de Mello, de Iguassú Regressando a Portugal em 1851, começou diligenciando pôr em evidencia os dotes da sua intelligencia, escrevendo artigos para diversos jornaes, e publicando algumas obras litterarias, sendo a mais notavel um romance intitulado *Ouro e crime, mysterios d'uma fortuna ganha no Brazil*, quo então conseguiu um lisonjeiro successo, merecendo os applausos dos mais conceituados criticos d'aquella epoca Para aproveitar os seus merecimentos, os seus particulares amigos Manuel Gomes da Costa S. Romão e José Maria Eugenio de Almeida lhe alcançaram uma collocação relativamente vantajosa no Contrato do Tabaco, de que eram caixas geraes. Pouco depois, um seu amigo, Joaquim Pereira da Costa, então presidente do Banco de Portugal, o chamou para o serviço d'aquelle estabelecimento, onde se conservou até 1860. Tão bem conceituado era pelas suas aptidões e procedimento que os caixas geraes do Contrato do Tabaco lho permittiram accumular, com o do banco, o logar que exercia n'aquella companhia. Desde 1852 até 1860 Eduardo Tavares fez notaveis progressos no jornalismo do paiz. Em 1856 fundou em Almada um jornal de combate, *O Almadense*, o que depois foi substituido por outro, *A Esperança*. Em 1857 foi redactor do *Portuguez*, onde publicou artigos notaveis, nomeadamente uns a proposito da celebre questão do lazarismo, vulgarmente conhecida pela questão das irmãs da caridade. Já n'essos escriptos se revelavam as faculdades d'um grande luctador o os dotes d'um polemista distincto. Tomou parte em todas os *meetings* que então se fizeram em Lisboa por causa d'essa grave questão, sendo sempre escolhido pelo povo para fazer parte das commissões encarregadas de levar aos poderes publicos as suas reclamações. Eduardo Tavares foi tambem um ardente apostolo do principio associativo. Foi companheiro constante de Vieira da Silva, de Antonio Joaquim de Oliveira, de Silva e Albuquerque, de Mauricio José Dias, de Mauricio Velloso, e de outros socios benemeritos do Centro Promotor, em cujas sessões a sua enthusiastica palavra se fazia ouvir. A essa associação presidia Antonio Rodrigues Sampaio e frequentavam n'a assiduamente José de Torres, João Felix Rodrigues, Casal Ribeiro, João Maria Nogueira, Ribeiro Gonçalves, etc, etc. A Associação dos Artistas Almadenses, por cuja organisação dedicadamente propugnou, congregando os operarios d'aquelle concelho, convencendo os da utilidade de similhante instituição de soccorro mutuo e de educação popular, o elegeu como primeiro presidente da assembleia geral. Desde 1857 até 1860, Eduardo Tavares redigiu tambem o *Portuguez*, o *Campeão do Vouga*, *O Ecco Popular*, dos irmãos Passos, o *Amigo do Povo*, do Luciano Simões de Carvalho, e o *Ecco das Provincias*, de Belchior José Garcez. Além d'estes, redigiu tambem a *Aurora*, jornal de Aveiro, em collaboração com Almeida Vilhena e José Luciano de Castro; *O Ecco Litterario*, do collaboração com Julio Cesar Machado, e Francisco Serra, e ainda outras publicações. Em 1860, Antonio José d'Avila, depois duque d'Avila, chamou Eduardo Tavares para o serviço do ministerio da fazenda, e pouco depois da nomeação, foi encarregado d'uma commissão de serviço. Em 1862, depois de ter publicado na *Politica*

Liberal uns notaveis artigos sobre questões de fazenda, escreveu um livro intitulado: *Analyse da organisação e estado actual do serviço do ministerio da fazenda e de algumas leis e regulamentos concernentes á arrecadação e fiscalisação de impostos directos*, Lisboa, 1853. Este livro teve um bello acolhimento por parte de toda a imprensa periodica, valendo ao seu autor algumas condecorações estrangeiras e o habito da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, concedida por proposta do ministro da fazenda Lobo d'Avila, mais tarde conde de Valbom, que chamou Eduardo Tavares para o seu gabinete, na qualidade de seu secretario. Em 1864 publicou outro livro sobre propostas de fazenda, com o titulo: *Fructo das horas vagas*. A imprensa tambem o recebeu muito bem, e a reforma do ministerio da fazenda, feita em 1869 por Anselmo Braamcamp, aproveitou muitas das indicações d'esse livro. Em 5 de abril de 1863 começou a publicar-se um novo jornal, *O Commercio de Lisboa*, que fez vantajosa concorrencia ao *Jornal do Commercio*, e que, por muito tempo foi o orgão semi-official do ministerio Loulé Lobo d'Avila, passando para a opposição, pela saida de Lobo d'Avila do ministerio, e fundindo se pouco depois com o *Jornal de Lisboa*. Lobo d'Avila havia recompensado os serviços do seu secretario, nomeando-o 2.º official, e mais tarde, em 1864, 1.º official graduado da secretaria de fazenda. Eduardo Tavares, pela sua organisação, pelas suas qualidades de luctador, não podia estar por muito tempo retirado das pugnas ruidosas da imprensa. A fusão havia levantado grande animosidade no paiz. e n'essas circumstancias o infatigavel jornalista apresentou, de um dia para o outro, um novo jornal, *As Economias*, dando batalha áquella colligação politica, que tão infructuosos resultados produziu. Em 1868 foi, pela primeira vez, eleito deputado, por Almada, continuando sempre representando aquelle circulo, em todas as legislaturas até 1878, exceptuando a de 1869. Durante todo este periodo foi procurador á junta geral do districto pelos concelhos de Almada, Seixal e Cezimbra. De 1874 a 1878 serviu como vogal effectivo do conselho do districto de Lisboa, e como membro supplente da commissão districtal. Nos annos de 1877 e 1878 publicou um semanario intitulado *O Circulo n.º 73*, no qual dava conta aos seus eleitores dos seus actos como deputado. Na camara electiva tomou parte em muitas questões importantes, e frequentes vezes fez ouvir a sua voz, sendo os seus discursos escutados com a maior attenção e applauso, revelando n'alguns d'elles os seus profundos conhecimentos de administração da fazenda. Procedeu sempre com independencia, votando contra algumas medidas do governo regenerador, taes como o codigo penal militar na parte em que comprehendia a pena de morte, a reforma comarcã que supprimiu diversos julgados, a reforma administrativa em algumas das suas disposições. Fez parte das commissões de fazenda, administração publica, commercio e artes, emigração, etc O circulo de Almada deveu lhe assignalados serviços. Em 1878, Eduardo Tavares, cansado das lides da politica, e quando o concelho de Almada o tinha eleito presidente da camara municipal, teve um momento de desalento, e acceitou o logar de delegado do thesouro no districto de Braga, que lhe fôra offerecido pelo ministro Antonio de Serpa Pimentel. Foi tão distincto o modo como desempenhou esse cargo, que em todos os jornaes do paiz se louvaram os actos da sua energica e acertadissima administração. A celebre questão dos sellos dos bancos deu-lhe tão honrosa notoriedade que o governo, por decreto de 13 de fevereiro de 1879, o agraciou com a commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. No parlamento, onde aquella questão foi ventilada, defendeu o o sr conselheiro José Luciano de Castro, entre outros membros da camara electiva, alguns dos quaes eram seus adversarios politicos. O ministerio progressista commetteu a injustiça de transferir de Braga para o Funchal, depois do lhe fazer constar que o transferiria para Santarem, o funccionario intelligente, honesto e energico, que tão boa conta déra de si como administrador da fazenda publica. Eduardo Tavares recusou essa deportação dissimulada, e o ministro Barros Gomes offereceu-lhe então o cargo de inspector de sello e registo em Lisboa. Depois d'um trabalho porfiado e proveitoso, que consta do 8 minuciosos relatorios, Barros Gomes destituiu-o bruscamente, o começou a tratal-o por um modo, que para um caracter como o de Eduardo Tavares, não podia deixar de ter um cruel e estrondoso correctivo. Não só as injustiças e erros attribuidos áquelle ministro, e os desvairamentos do gabinete progressista, mas tambem as declarações e as vinganças exercidas pelas manobras d'aquelle gabinete contra Eduardo Tavares, o levaram a tirar a mais completa desforra. Appareceu então um dos jornaes mais vehementes que tem surgido na imprensa do paiz, *O Espectro da Granja*, que elle fundou em 1880. Esse jornal fez uma violentissima opposição, pondo principalmente em relevo as peripecias ainda recentes da campanha do ministerio contra o rei, produzindo grande effeito na opinião publica, e chegando a ter uma enorme tiragem, não contribuindo pouco para o descredito do ministerio granjola e para a sua queda Subindo então ao poder o ministerio regenerador, Eduardo Tavares appoiou o vivamente e o novo ministro da fazenda, conselheiro Lopo Vaz, o nomeou delegado do thesouro de Lisboa, onde a sua administração foi muito proveitosa aos interesses do thesouro publico, pelo que recebeu por vezes os maiores elogios das repartições superiores. Fundou ainda as *Instituições*, em 1881, de que era proprietario e redactor principal. A sua vida agitada e cheia de peripecias foi lhe exaurindo as forças, até que succumbiu O seu enterro, que se realisou no cemiterio de Almada, foi uma manifestação imponente. Além dos jornaes já citados, foi tambem redactor da *Lei*, da *Revista dos Theatros*, e do *Cabrion*, jornal satyrico, ornado de caricaturas. Escreveu ainda: *Uma noite de S. João em Almada*, pequeno romance, que foi a sua estreia litteraria, contando 16 annos de edade, Lisboa, 1848; *Henrique e Leonor, romance original*, Lisboa, 1855; *Qual d'elles é o mais ladrão?*, comedia em 1 acto, Lisboa, 1856; *Ainda os ha!* comedia em 1 acto, que se representou repetidas vezes, mas não se imprimiu; *Galeria pittoresca da camara dos pares, contendo uma apreciação imparcial de cada um dos membros da camara hereditaria*, Lisboa, 1858; saiu com o nome de Aprigio Fafes; *Galeria parlamentar, ou para lamentar*, *de*

1858, contendo uma apreciação imparcial de cada um dos membros do Parlamento da actual legislatura, Lisboa, 1858; saiu com o mesmo nome.

Tavares *(Francisco)*. Doutor e lente de medicina na Universidade de Coimbra. N. n'esta cidade no meado do seculo XVIII; fal. em Lisboa a 20 de maio de 1812. Frequentou a Universidade, quando o marquez de Pombal a estava reformando e pondo-a a par das grandes universidades europeias. Doutorou se em medicina, e ficando como lente, escreveu e publicou em 1786 o seu *Libellus de Pharmacologia*, e em 1787 a sua *Medicamentorum Syllogiæ propria Pharmacologiae exempla sistens*, cumprindo assim os preceitos que os novos estatutos impunham aos lentes de escreverem os compendios por onde se estudassem as disciplinas que regiam. Estas obras tiveram grande applauso no mundo scientifico, e fôram elogiadas nos jornaes allemães e francezes. O dr. Francisco Tavares entrára no corpo docente da Universidade, regendo a cadeira de materia medica, em 1790 foi despachado lente de prima das cadeiras de clinica, mas exerceu esse logar apenas tres annos, porque resistindo a doença da rainha D. Maria I obstinadamente a todos os medicos insignes que a trataram, inclusivamente um afamado alienista inglez, o dr. Francisco Tavares foi chamado a desempenhar esse difficil encargo, e em 1793 abaudonou a Universidade, para vir occupar na côrte de Lisboa o logar a que fôra convidado, e que desempenhou durante 15 annos, porque em 1807 não se resolveu a acompanhar para o Brazil a sua regia doente. Aproveitando o ocio em que ficára o dr. Francisco Tavares, o conselho de medicina da Universidade o incumbiu por carta de 28 de maio de 1808, de emendar as suas obras de pharmacologia, de as pôr ao nivel das innovações da sciencia, e de as publicar, assim correctas e augmentadas. Francisco Tavares obedeceu, e em 1809 fez sair a sua *Pharmacologia* dos prélos da Universidade, com o titulo seguinte: *Pharmacologia novis recognita curis, auctior, et emendata et hodierno seculo accommodata in usum praelectionum academicorum conimbricensium*. N'essa occasião já Francisco Tavares era o decano da faculdade de medicina, primeiro medico da real camara, cavalleiro professo da ordem de Christo, deputado da junta do proto-medicato e da real mesa da commissão geral sobre o exame e censura dos livros, socio effectivo da Academia Real das Sciencias, e da Academia de medicina pratica de Barcelona, e finalmente physico-mór do reino, e membro da commissão de industria nacional. O dr. Francisco Tavares pouco tempo sobreviveu á partida da familia real para o Brazil, e ao desempenho do encargo de que fôra incumbido pelo conselho da faculdade de medicina. A gota o impedira de seguir viagem para o Brazil, provavelmente, e foi á gota que succumbiu, doença que estudou em si proprio com rara coragem e zelo notavel O dr. Tavares foi o primeiro medico portuguez do seu tempo, e considerado um dos mais notaveis da Europa pelos proprios sabios estrangeiros. Escreveu: *Pharmacopéa geral para o reino e dominios de Portugal, publicada por ordem de Sua Majestade*, Lisboa, 1794; 2 tomos; nova edição em 1824; *Advertencia sobre o abuso, e legitimo uso das aguas mineraes das Caldas da Rainha, publicada de ordem da Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1791; *Instrucções e cautellas praticas sobre a natureza, differentes especies, virtudes em geral, e legitimo uso das aguas mineraes, com a noticia d'aquellas que são mais conhecidas em cada uma das provincias do reino de Portugal*, Coimbra, 1810; *Observações e reflexões sobre o uso proveitoso e saudavel da quina na gota;* escripto em portuguez e latim; Lisboa, 1802; este opusculo foi traduzido em francez e inglez, e elogiado por varios medicos estrangeiros; *Manual de gotosos e de rheumaticos, para uso dos proprios enfermos*, Coimbra, 1810; *Dissertação d'um feto monstruoso, nascido em Coimbra em 20 de novembro de 1791;* saiu nas *Memorias da Academia Real das Sciencias*, tomo II; *Resultado das observações feitas no hospital real da inoculação das bexigas nos annos de 1796, 1797 e 1798;* Lisboa, 1799.

Tavares (*Francisco Antonio*). Pyrotechnico, natural de Caparica, concelho de Almada, onde nasceu a 29 de junho de 1825. Espirito emprehendedor, esteve nos Estados Unidos da America, e em Portugal apresentou diversos inventos na sua especialidade. Deixou alguns escriptos sobre foguetes de guerra.

Tavares *(Francisco José)*. Antigo consul de Inglaterra e antigo vice consul da Allemanha e da America, em Faro. N. em Faro a 16 de novembro de 1816, onde tambem fal. em 11 de fevereiro de 1904. Foi educado na Hollanda, onde casou com D. Francisca Elisabeth Welmer Lorjó. Falava numerosas linguas, era considerado e bemquisto no Algarve. Era pae do jornalista Lorjó Tavares, um dos proprietarios e directores da revista *Portugal e Brazil*.

Tavares *(Francisco de Paula Miravent)*. Contra almirante. N. no anno de 1853, fal. a 4 de agosto de 1908. Foi governador do districto de Angoche, e residente da circumscripção de Santo Antonio do Zaire. Desempenhou muitas commissões de serviço, commandou diversos navios, sendo os principaes as canhoneiras *Vouga* e *Rio Lima* Foi commandante do exercito e capitão dos portos e director do arsenal em Moçambique; professor da Escola de Pilotagem do Porto, etc. O ultimo logar, que desempenhou, foi o de chefe da 1.ª repartição da direcção geral de marinha. Tomou parte na campanha da Guiné em 1882, do Zaire em 1889 e do bombardeamento na Bahia da Conducia em 1887. O contra-almirante Tavares era commendador da ordem de S. Bento de Aviz, e possuia as medalhas de ouro, de bons serviços e de serviços no ultramar, e as de prata de comportamento exemplar e de valor militar.

Tavares *(Francisco de Sousa)*. Era filho de Gonçalo Tavares, senhor de Mira e commendador da ordem de Christo, e de sua mulher, D. Izabel de Castro. Viveu no seculo XVI, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento, assim como a terra da sua naturalidade. Passando á India, ali serviu como capitão da armada do Malabar. Foi pae de D. Magdalena de Vilhena, a celebre esposa de D. João de Portugal e do Manuel de Sousa Coutinho, que depois resolveu entrar n'um convento, assim como seu marido *(V Sousa, Fr. Luiz de)*. Francisco de Sousa Tavares, tambem, sem motivo conhecido, fez-se religioso franciscano, entrando no convento de Santo Antonio, de Aveiro, da reformada provincia da Piedade, onde veiu a fallecer. Escreveu e impri

miu em 1564, um *Livro de doutrina espiritual*, que consta de varios tratados religiosos. Tendo sido amigo e testamenteiro do celebre Antonio Galvão, publicou ao regressar a Portugal, o *Tratado dos descobrimentos antigos e modernos*, obra escripta por aquelle capitão e governador das Molucas.

Tavares *(Joaquim Maria Taborda Falcão)*. Doutor em leis pela Universidade de Coimbra Era natural de Fatella, da comarca da Guarda, sendo filho de Lourenço José Taborda Delvas Negreiros Feio. Doutorou se a 16 de junho de 1822.

Tavares *(José da Silva)*. Religioso da ordem reformada de Santo Agostinho; vulgarmente chamados frades *grillos*, escriptor muito apreciado, etc. N. na freguezia de S Miguel, de Urgival, concelho do Barcellos, a 14 de fevereiro de 1788, fal. em Inglaterra a 14 de setembro de 1858. Era filho de João da Silva Tavares. Professou no convento do Grillo, de Lisboa, a 25 de junho de 1805, tomando então o nome de Fr. José da Sacra Familia, como então se tornou mais conhecido. Passou á Universidade de Coimbra a frequentar o curso de theologia, em que se doutorou a 20 de julho de 1814, e seguindo depois os estudos de philosophia, formou se n'esta faculdade, no anno de 1821. Em 1824 foi nomeado professor de arithmetica o de philosophia no collegio das Artes em Coimbra, d'onde foi transferido para o Real Estabelecimento do bairro de Belem, em julho do 1832, vindo a reger a cadeira de philosophia nacional e moral. As suas ideias politicas eram altamente absolutistas, de que já déra provas publicas quando em 1823 prégou na capella da Universidade um sermão em acção de graças pelo exito da Villafrancada, no ultimo dia d'um triduo dirigido á Senhora da Conceição, sermão quo se imprimiu om 1824. A queda do poder absoluto, em 1833, magoou-o profundamente, e dandose em seguida a extincção das ordens religiosas, resolveu sair de Portugal, e emigrou para França, saindo do Lisboa em direcção ao Havre no dia 9 de setembro de 1834. Para socego de consciencia solicitou de Roma um breve de secularisação, que lhe foi concedido a 7 de maio de 1835. Tratou então de se dedicar ao ensino particular, e em 1836 entrou para o estabelecimento de educação do principe José de Chimay em Menards, para reger a cadeira de lingua o de litteratura portugueza, que effectivamente leccionou até 1838, anno em que se resolveu a estabelecer por sua conta um collegio em Fontenay-aux-Roses, o qual se inaugurou a 17 de novembro de 1838. Este collegio portuguez chegou a adquirir uma verdadeira celebridade, e não só ali fôram educados muitos portuguezes que fizeram depois uma figura distincta na sociedade, mas tambem muitos francezes ali receberam primorosa educação. Por motivos que nunca fôram bem averiguados, Fr. José da Sacra Familia abandonou a direcção do collegio e abandonou a França, indo fixar a sua residencia em Inglaterra. Não tardou tambem a ser ali muito considerado na sociedade catholica e obteve a parochia de Santa Helena de Brent-Word que fica a algumas leguas de Londres. Ali falleceu com 70 annos de edade, victima d'um cancro no estomago, causando a sua morte o maior sentimento. Foi sepultado n'aquella egreja, assistindo á cerimonia o cardeal Wiseman e outras personagens importantes da sociedade catholica de Londres. O funeral foi feito á custa de Francisco José da Silva Torres e de sua mulher D. Antonia Adelaide Ferreira, que n'essa occasião estavam em Londres. Além do sermão já citado, publicou: *Lições elementares de Geographia e Chronologia, com seu atlas apropriado, accommodadas ao estado de conhecimentos e mais circumstancias dos alumnos da aula de Arithmetica e Geographia do Real Collegio das Artes da Universidade*, Coimbra, 1830, com 3 estampas; saiu sem o seu nome. Em Paris publicou, tambem sem o seu nome, uma nova edição dos *Elementos de Arithmetica*, de Bezout, feita sobre a de Coimbra, mas annotada e addicionada com um valioso appendice; e egualmente uma traducção portugueza de Cornelio Nepote, e uma collecção do themas para uso das aulas, etc. Em 1851 publicou em Paris uns *Elementos de geographia e de cosmographia*. Fr. José da Sacra Familia collaborou na organisação do *Mappa geral historico, chronologico, litterario*, etc., de *Portugal*.

Tavares *(José Henriques)*. Tenente de infanteria. N. a 18 de agosto de 1864; assentou praça em 8 de dezembro de 1879, sendo promovido a alferes a 19 de novembro de 1896, e a tenente em 1 de dezembro de 1901. Por serviços prestados no ultramar. e especialmente na campanha de Manufahi, districto de Timor, foi agraciado, por despacho de 3 de novembro de 1904, com o grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada. Possue tambem as medalhas de prata de comportamento exemplar, e de serviços no ultramar, e a de ouro para commemorar as operações da guerra de Timor, em 1900.

Tavares *(José Severo)*. Contra-almirante. N. em 8 de outubro de 1820, fal. em 9 de novembro de 1907. Alistou-se na armada em 16 do junho de 1832, sendo graduado em guarda marinha a 13 de maio de 1837. Em 27 de novembro do mesmo anno passou a effectivo, obtendo a graduação de tenente em commissão a 1 de março de 1841, o passando a effectivo a 1 do dezembro de 1842 A 6 de novembro de 1851 ascendeu ao posto de tenente, em 12 de outubro de 1861 foi promovido a capitão-tenente, em 31 de março do 1869 a capitão de fragata, em 6 de setembro de 1873 a capitão de mar e guerra, sendo reformado na patente de contra almirante a 2 de fevereiro de 1874. Tinha o curso de mathematica da antiga Academia de Marinha, e possuia as commendas das ordens d'Aviz, de Christo, cavalleiro das mesmas ordens e da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa Era tambem commendador da de Leopoldo da Belgica. Commandou a fragata *Diana*, as corvetas *Fenix*, *Constitucional*, *Infante Regente*, *Bartholomeu Dias*, vapor *Terceira* e o brigue *Mondego*.

Tavares *(Leonel de Parada)*. Magistrado quo viveu no seculo XVII. N. em Sardoal, na Beira, a 24 de setembro de 1600, fal. a 11 de janeiro de 1669. Frequentou o curso de leis na Universidade de Coimbra, e seguiu depois a carreira da magistratura, chegando a ser desembargador da Casa da Supplicação, logar para que foi nomeado em 1656. Deixou impressa uma obra escripta em latim, que tratava do processo das alçadas.

Tavares *(P. Lucas)*. Presbytero seculor. N. em 1757 ou 1758, fal. em Lisboa a 15 de abril de

1824. Entrou na congregação do Oratorio em 17 de dezembro de 1777, residindo na casa das Necessidades, onde foi amigo e discipulo do celebre P. Antonio Pereira de Figueiredo, que teve no P. Lucas Tavares o mais strenuo propugnador das suas doutrinas. Por motivos que se ignoram, abandonou a congregação do Oratorio em 1795, passando a presbytero secular, sem deixar, comtudo, de viver na melhor harmonia e intimidade com os seus antigos confrades. Provido na cadeira de rhetorica e poetica da antigo o real estabelecimento de instrucção do bairro de Belem, o P. Lucas Tavares foi depois nomeado censor regio da Mesa do Desembargo do Paço, e n'essa qualidade publicou alguns dos seus mais valiosos trabalhos. Em 1806 veiu pela primeira vez á imprensa para dar o seu voto na celebre questão da grammatica latina de Diogo de Mello de Menezes, cujo methodo fóra vivamente impugnado por Manuel Francisco de Oliveira, tambem professor de latim do mesmo estabelecimento de Belem, dando isso logar a vivissima polemica, em que o P. Lucas Tavares entrou escrevendo um livro, que foi publicado pelo professor de grego Antonio Maria do Couto, o qual se intitulava: *Juizo imparcial sobre varios pontos grammaticaes em que não concordaram dois professores regios de grammatica latina*. Na sua qualidade de censor regio teve o P. Lucas Tavares de dar parecer sobre a obra de José Morato Roma *Conheça o mundo os jacobinos que ignora*, etc., e tanto esse parecer como o que escreveu ácêrca da 4.ª dissertação anti-revolucionaria do mesmo Roma, sairam impressas no *Investigador Portuguez* de 1813 e de 1815. Ali expende o P. Lucas Tavares doutrinas tão liberaes, que surprehendem e que hoje collocariam infallivelmente esses pareceres no *Index* dos livros prohibidos pela curia romana, porque sustenta as ideias da independencia do poder civil nas suas relações com a Egreja, do direito que assiste ao poder civil do legislar em materia de casamento, da não infallibilidade do papa, e da não supremacia do papa sobre a Egreja Catholica. Eram as doutrinas de seu mestre o P. Pereira de Figueiredo, mas ampliadas ainda o mais liberaes. Essas ideias, que ainda em 1814 e 1815 inspiravam os ministros do principe regente D. João, não eram egualmente acceitas em 1823; por isso não admira que o P. Lucas Tavares, que em 1815 publicára uma *Dissertação sobre a razão humana;* em 1816 uma *Acção de graças a Sua Alteza Real, que por ordem da mesa do Montepio recitou no dia 13 de maio o primeiro deputado*, etc.; em 1823 soffresse as censuras do reaccionario patriarcha de Lisboa D. Carlos da Cunha, que se mostrava pelo contrario ardente protector do ultramontano José Morato Roma. Fôra o caso que o conego da sé do Lisboa José do S. Bernardino Botelho publicara uma obra intitulada a *Salvação dos innocentes*, em que prégava umas doutrinas de mysticismo exaggerado, que n'esse tempo nem os mais reaccionarios acceitavam. O P. Lucas Tavares publicou em refutação d'esse livro, um folheto, que saiu em 1823, com o titulo: *Ao Espirito Santo e ás almas simples que respeitam a sua voz divina, offereço a refutação do livro intitulado «A Salvação dos innocentes» pelo senhor conego da basilica de Santa Maria Maior*. D. Carlos da Cunha não pôde defender nem defendeu a obra refutada, antes pelo contrario a condemnou, mas condemnou tambem e prohibiu a refutação, por uma pastoral de 28 de janeiro de 1824, em termos asperos, tal vez escriptos pelo seu secretario Joaquim José Pacheco e Sousa, que considerava perigosa a obra do P. Lucas Tavares, porque: «impugnando aquella extravagante doutrina, declina para um lado bem facil de levar a maior parte dos homens á desesperação, quando em tom magistral e arrogancia imperdoavel, profere proposições que assombram, que escandalisam, e que estão condemnadas.» Parece que deixou mais outras obras, ou anonymas ou assignadas com as iniciaes *L. T.* sendo uma d'essas uma *Grammatica portugueza*, mas nada se sabe a esse respeito com certeza. Sabe-se que era socio da Academia Real das Sciencias do Lisboa.

Tavares *(Luiz Antonio Soveral)*. Bacharel formado em leis pela Universidade de Coimbra. N. em Cabanas, do bispado de Vizeu. Em 1823 escreveu alguns versos liberaes, que publicou juntamente com os de outros collegas, n'um volume intitulado: *Collecção de algumas poesias recitadas na sala grande da Universidade em 26 de fevereiro de 1823*. Tambem n'esse anno publicou uma *Ode á patria, feita logo depois da installação das côrtes geraes*, acompanhada com uma elegia á morte de Manuel Fernandes Thomaz. Em 1839 appareceu outra obra sua, com o titulo: *Reflexões critico-demonstrativas do dever do juiz e do juiz presidente do tribunal no exercicio das suas importantissimas funcções*, que foi publicada no Porto.

Tavares *(Fr. Manuel)*. Religioso carmelita. N. em Coimbra em 1541, fal. em Lisboa a 31 de maio de 1622. Vestiu o habito carmelita em 1560 no collegio do Coimbra, vindo no anno immediato professar no convento de Lisboa. Doutorou se em Coimbra, foi lente de theologia no convento de Santa Cruz, e tambem na Universidade, tomando posse da primeira cadeira que regeu em 1587, e sendo por mais d'uma vez vice reitor da mesma Universidade. Em 1605 foi eleito provincial da sua ordem, depois de ter sido por duas vezes reitor do collegio de Coimbra. Deixou manuscriptos uns *Commentarios* em latim, ácêrca de toda a theologia.

Tavares *(P. Manuel)*. Presbytero da Congregação de Oratorio. N. em Lisboa, e fal. a 23 de janeiro de 1735. Professou em 1723 e escreveu differentes obras mysticas, que publicou sempre com pseudonymos differentes. Das suas obras a mais importante é o *Portugal illustrado pelo sexo feminino, noticia historica de muitas heroinas portuguezas, que floresceram em virtudes, em letras e artes;* saiu só o 1.º tomo em 1734, sob o nome do Diogo Manuel Syrn de Azevedo, irmão do autor. Deixou ainda outras obras manuscriptas.

Tavares (*Manuel Antonio Ferreira*). Bacharel formado em medicina e cirurgia pela Universidade de Coimbra, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, professor no Lyceu Nacional de Faro, etc. N. no logar do Pião, freg. de S. Domingos da Lagarteira, no districto de Leiria, a 8 de março de 1820; fal. em Lisboa a 30 do junho de 1853. Era filho de Antonio Rodrigues e de Joaquina Maria da Encarnação. Tendo em Coimbra um tio, o padre mestre Tavares, foi mandado para o seminario de aquella cidade em 1830, e em 1835, debaixo dos auspicios d'este mesmo parente, matriculou se na

faculdade de medicina, em que se formou em 1843, tendo sido premiado todos os annos, excepto n'aquelles em que, por qualquer circumstancia extraordinaria não houve distribuição de premios. Apenas se formou foi despachado professor de philosophia racional e moral por decreto de 7 de agosto do 1841 para o lyceu de Faro, sendo depois transferido para o lyceu de Lisboa em 7 de abril de 1846. Escreveu: *Lições de philosophia*, Coimbra, 2 tomos, o 1.º em 1846 e o 2.º em 1848; *Compendio de moral*, Lisboa, 1850; *Compendio de philosophia racional e moral*, Lisboa, 1851; 2.ª edição, 1852; *Elencho de philosophia pratica de Job*, Lisboa; 1852; *Traducção de Cornelio Nepote*, Lisboa, 1852; *Collecção de themas portuguezes latinos para uso das escolas*, Lisboa, 1852; *Catecismo moral*, Lisboa, 1851; 2.ª edição, 1853.

Tavares (*Thomé*). Poeta, natural do Porto, que viveu no seculo XVII Foi abbade da freguezia do Rio Tinto. Deixou grande numero de poesias manuscriptas, que fôram muito elogiadas por João Soares de Brito.

Tavares (*Xisto*). Conego de quarta prebenda na cathedral de Lisboa. Era natural d'esta cidade, sendo filho de João Tavares, commendador de S. Vicente da Beira. Entregou-se com grande dedicação ao estudo da genealogia, escrevendo um *Nobiliario das familias de Portugal*, que muito serviu a Damião de Goes, o qual attestou a perfeição com que esse trabalho estava feito. Xisto Tavares morreu em 1525. A sua obra não chegou a imprimir se, mas existem d'ella um grande numero de copias manuscriptas.

Tavares Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Tavares de Brito (*Francisco*). Escriptor do seculo XVIII. Escreveu a seguinte obra que foi publicada em Sevilha no anno de 1732, *Itinerario geographico, com a verdadeira descripção dos caminhos, estradas, roças, sitios, povoações, logares, villas, rios, montes e serras, que ha da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro até ás Minas de Ouro.*

Tavares Cabral (*Leonel*). Bacharel em leis pela Universidade de Coimbra. N. n'essa cidade a 9 de fevereiro de 1790; fal. a 2 de agosto 1853. Era filho de Antonio Caetano de Sousa e Oliveira, e de sua mulher D. Rita Tavares Cabral Arez. Tomou o grau de bacharel em leis em julho de 1819, e durante alguns annos teve banca de advogado em Coimbra, mas resolvendo seguir a magistratura, foi nomeado juiz de fóra da ilha do Pico, Açôres, em 1826 As luctas politicas d'essa epoca verdadeiramente calamitosa, fizeram com que emigrasse em 1828 para Inglaterra, estando tambem na França e na Belgica, regressando ao paiz em 1833. Foi então eleito em muitas das seguintes legislaturas, até 1851. Defendeu sempre as ideias liberaes, com a maior lealdade e desinteresse, de que lhe resultou, entre outras perseguições e desgostos, o ser preso em 7 de outubro de 1846, estando na cadeia de Lisboa até ao fim da lucta civil, junho de 1847. Collaborou no *Nacional* nos annos de 1835 e seguintes, e foi depois redactor do *Patriota*. Os seus discursos parlamentares constam dos respectivos *Diarios da camara dos deputados*, e das *Côrtes Constituintes* de 1837. Em Paris publicou durante a emigração, em 1832, o seguinte opusculo: *Sobre uma carta do sr. Candido José Xavier ao sr. coronel Rodrigo Pinto Pizarro, em data de 6 de janeiro de 1832; e additamento á Norma das Regencias de Portugal do mesmo sr. coronel R. P. Pizarro.*

Tavares Cabral (*Leonel*). Escriptor, filho do antecedente. N. em Lisboa em 1838, onde tambem fal. a 2 de julho de 1861, contando apenas 23 annos de edade. Traduziu alguns romances, que publicou por sua conta.

Tavares de Carvalho (*Antonio*). Notario em Lisboa. Nasceu em Coja, concelho d'Arganil, distr de Coimbra, a 8 de janeiro de 1866, sendo filho de José Fernandes Tavares e Maria da Conceição Deolinda de Carvalho. Exerceu as funcções de inspector do sello em 1896; e as de visitador do sello de 1.ª classe em 1897. E' tabellião da comarca de Lisboa, por decreto de 31 de dezembro de 1897. No governo do sr. conselheiro João Franco foi vogal da commissão administrativa do municipio de Lisboa (1907). Sob o regimen monarchico exerceu commissões de serviço para a reforma da legislação do imposto do sello, do notariado e registo predial; fez durante annos successivos parte do jury dos exames para os logares de notario; e foi por vezes eleito vogal do extincto Conselho Superior do Notariado. E' socio correspondente da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, eleito em 1907. Não obstante os muitos afazeres no seu cartorio, um dos mais procurados da capital, dedicou-se muito á litteratura da sua especialidade, publicando em 1894, 1895 e 1896, a *Revista do Notariado*, 3 volumes; em 1897 os *Actos dos notarios*, 1 volume; em 1902, 1903 e 1904, a *Gazeta do Notariado*, 3 volumes; em 1903, o *Codigo do Imposto do Sello*, 1 volume; em 1907, *Serviços do Notariado Portuguez*, 1 volume; em 1910, *Actos dos notarios*, nova edição, 1 volume; e em 1911, *Trabalhos da commissão de reforma do notariado, nomeada pelo governo em 1907*, 1 folheto. Na sua mocidade cultivou com o ardor proprio dos poucos annos a literatura revolucionario-politica; collaborou assiduamente nos semanarios republicano-socialistas *A Officina* e *A Voz do Artista*, de Coimbra. E' um dos redactores, desde 1894, dos *Annaes do Notariado Portuguez*, revista quinzenal que ainda se publica no Porto, tendo sido tambem um dos redactores da *Revista Geral do Direito e Especial do Notariado*, em 1900; bem como collaborou na redacção da *Revista do Direito*, em 1905, 1906 e 1907. Na *Gazeta da Relação de Lisboa*, *Notariado* e *Procural*, revistas de Lisboa, tem publicado alguns artigos. Sendo secretario da Associação dos Tabelliães de Lisboa, eleito em 1898, foi por sua iniciativa que esta collectivida de iniciou a publicação do seu *Boletim da Associação dos Tabelliães de Lisboa*. Durou dois annos (1898-1899).

Tavares de Carvalho (*Francisco Lopes Gavicho*). Moço fidalgo com exercicio, fôro que herdou dos seus maiores, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, associado provincial da Academia Real das Sciencias, importante proprietario, deputado em diversas legislaturas, etc. N. na quinta de Travaz, de Condeixa, a 17 de maio de 1828; fal. em Tentugal a 2 de junho de 1885. Era filho unico de Francisco Lopes Carvalho Gavicho e de D. Maria Magdalena Tavares de Vilhena. Ficou orphão de

pae ainda muito creança, mas da sua desvelada mãe recebeu uma esmerada educação, tendo por preceptor o dr. Agostinho de Mendonça Falcão. Concluidos os estudos preparatorios, matriculou-se no 1.º anno juridico da Universidade de Coimbra, em outubro de 1843. Depois d'um curso distincto, tomou o grau de bacharel em 1849. Aos 25 annos de edade, em 1853, tendo já fallecido sua mãe, estava entregue á administração da sua importante casa, não deixando, porém de estudar. Era estimado e venerado, não só em Tentugal, onde tinha o seu solar e onde estabelecera a residencia, mas por todos com quem tratava. O seu nascimento, a reputação que alcançára na Universidade, e sobretudo a sua educação e fino trato, lhe franquearam o convivio da sociedade mais selecta da capital, e ahi encontrou uma senhora distinctissima com quem casou em 21 de maio de 1857, D. Josephina de Queiroz Guedes, filha do commendador Antonio Joaquim Guedes, e sobrinha de José Isidoro Guedes, depois visconde de Valmôr. Tavares de Carvalho foi sempre um homem benemerito e prestante. A sua bolsa e a sua sciencia estavam sempre á disposição dos pobres e dos opprimidos. Entre os muitos factos que se notam da sua abnegação e benignidade, citaremos os dois seguintes: Ha muitos annos que um director das obras do Mondego, interpretando, por ventura mal, as disposições da lei com relação aos campos, providenciou por fórma que os lavradores e seareiros se julgaram feridos nos seus interesses. Este procedimento levantou os povos de Tentugal e das freguezias proximas, que se reuniram para acudir pelos seus direitos, e resolveram tentar um pleito para satisfazer as despezas do qual se cotizaram. Tavares de Carvalho teve conhecimento do que se tratava, e offereceu-se lhes para se encarregar d'essa questão, e á sua custa, sem que os interessados tivessem o menor incommodo, elle só fez que o aggravo fôsse reparado. O outro facto, a que alludimos, é o seguinte: Em 1856 a cholera-morbus assolava uma grande parte do paiz. Os habitantes de Tentugal estavam apavorados, presentindo que o terrivel mal se aproximava. Então, Tavares de Carvalho, contando 28 annos de edade e não estando ainda preso pelos laços do matrimonio, sendo só e dispondo de meios para poder fugir ao contagio emigrando para qualquer outro paiz, levado apenas por sentimentos humanitarios resolveu fazer frente ao implacavel inimigo. Como provedor da Misericordia montou um hospital para cholericos, e levantando os espiritos abatidos, e obrigando os seus visinhos, com a força que dimanava do seu prestigio, do seu exemplo e da sua dedicação, a empregar todas as prevenções que a hygiene aconselha, encorajou-os a defenderem-se do implacavel inimigo. E effectivamente a cholera manifestou-se com a maior violencia, o para logo os leitos do hospital ficaram cheios de doentes, e não era pequeno numero dos que nas suas proprias casas soffriam a terrivel enfermidade. Então o valoroso benemerito, distribuindo confortos, desprezando precauções, affrontando perigos, não abandonou um só momento o campo da batalha. No hospital era o primeiro enfermeiro. e o tempo em que não se occupava n'este serviço, empregava-o em percorrer as casas dos atacados, ministrando tambem remedios e animando os. A instrucção popular tambem lhe mereceu os maiores desvellos. Obrigava os paes, uns pela persuação, outros pela dependencia em que estavam d'elle, a mandar os filhos á escola; fornecia livros aos pobres, e casa para os exercicios escolares. Durante muitos annos militou na politica. Filiado no partido historico, foi deputado, pela primeira vez, eleito pelo circulo de Lamego, na legislatura de 2 de janeiro de 1857, até 26 de março de 1858, em que a camara foi dissolvida; o mesmo circulo o elegeu pela segunda vez na legislatura do 7 de junho de 1858, sendo a camara tambem dissolvida em 2 de novembro de 1859. Pela terceira vez, foi eleito pelo circulo de Taboaço, na legisl. de 26 de jan. de 1860 até 27 de março de 1861. Pela quarta vez, elegeu o o circulo de Macieira de Cambra, na legislatura de 20 de maio de 1861 até 18 de junho de 1864. Na quinta vez tornou a ser eleito por Lamego, para a legislatura de 2 de janeiro de 1865 até 15 de maio do mesmo anno, em que a camara foi dissolvida. Na sexta vez ainda por Lamego, para a que principiou a 30 de julho de 1865 e terminou a 14 de janeiro de 1868. Pela setima e ultima vez, tornou a ser eleito por Lamego, para a que principiou a 15 de abril de 1868 o terminou por dissolução, a 23 de janeiro de 1869. Durante o tempo do deputado, tomou parte em todas as luctas que se feriram, e acompanhou lealmente os seus correligionarios, sem nunca receber mercê alguma honorifica ou lucrativa. Em 1869 retirou se á vida privada, continuando, porém, sempre fiel ao partido em que militára.

Tavares de Carvalho (*Francisco Maria*). Doutor em canones pela Universidade de Coimbra. N. na quinta do Rodão, comarca de Coimbra. Era filho de Francisco Lourenço Tavares de Carvalho. Doutorou-se em 29 de julho de 1819.

Tavares de Carvalho (*Manuel*). Capitão fronteiro de Mattosinhos. N. no Porto em 1585. Foi muito versado em historia e arte poetica. Deixou impressa uma relação da procissão solemne em que foi levada para o Porto a imagem de Christo, de Bouças, em 1644, e manuscripta uma invectiva contra os prognosticos e juizos annuaes do tempo.

Tavares Cavalleiro (*Manuel*). Poeta e medico que viveu no seculo XVII. Era natural de Portalegre. Formou se em medicina na Universidade de Coimbra, e foi exercer clinica na sua terra natal. Nada mais d'elle se sabe, senão que publicou em 1687 um livro de versos, *Ramalhete juvenil*, e em 1664 uma *Canção á victoria do Montes Claros*, que tambem saiu no referido livro.

Tavares de Macedo (*José*). Director geral dos negocios do ultramar aposentado, conselheiro, commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de S. Mauricio da Sardenha, deputado em varias legislaturas, socio da Academia Real das Sciencias, etc. N. em Torres Vedras a 25 de agosto de 1801, fal. em Lisboa em 1890. Era filho do dr. Manuel Tavares de Macedo, e de D. Francisca Bernarda Magdalena da Silva Trigueiros. Cedo se dedicou á vida administrativa, occupando so ao mesmo tempo, desde a mocidade, de letras e sciencias. A sua primeira obra, que saiu anonyma em 1831, é um folheto intitulado: *Elementos de Orthographia Portugueza*. Em 1838 publicou

a biographia do Francisco Simões Margiochi, e em 1811 o *Elogio historico de José Xavier Bressane Leite*, que foi governador de Angola, o qual foi lido na sessão publica da Associação Maritima e Colonial no dia 23 do janeiro de 1841. A esse tempo era Tavares de Macedo empregado no ministerio da marinha, assim como já fôra deputado, tornando depois ainda a ser eleito em outras legislaturas. Em 1840 era deputado, quando apresentou um projecto de lei sobre a instrucção primaria. O relatorio e o projecto estão publicados no *Diario* da camara dos deputados de janeiro d'esse anno. Em 1842 publicou uma *Noticia do estado do commercio de Portugal com as suas possessões ultramarinas;* saiu nos *Annaes Maritimos e Coloniaes*, serie 2.ª, de pag. 70 a 77, e 116 a 143. Em 1854 foi encarregado da redacção do *Boletim e Annaes do conselho ultramarino*. Tendo sido n'esse anno nomeada, pela portaria de 31 de dezembro, uma commissão encarregada de procurar na egreja do convento de Sant'Anna os ossos de Camões, José Tavares de Macedo foi quem se entregou mais ardentemente a esse trabalho, e quem escreveu um relatorio, que lhe deu honra, o em que se falou com muito louvor, sem que fôsse comtudo conhecido do publico, quando em 1880, tratando-se de celebrar o centenario de Camões se resolveu a sua publicação. Tavares de Macedo foi membro da Associação Maritima e Colonial, e socio effectivo da Academia das Sciencias, como se disse. Nas *Memorias* d'esta Academia, publicou em 1855 um *Estudo historico sobre a cultura de laranjeiras em Portugal, e sobre o commercio da laranja.* N'esse mesmo anno, e nos *Annaes do conselho ultramarino*, deu publicidade a uma obra muito interessante, que se attribuia a um jesuita anonymo, que por muitos annos cuidou da cultura dos palmares, que a Companhia de Jesus possuia na India portugueza A obra intitula-se: *Arte da agricultura palmarica, em que se ensina o modo de plantar as palmeiras, conservar e grangear os palmares*, etc. Fôra sendo promovido na administração do ultramar até chegar ao logar de official-mór. Com uma nova organisação que se fez no ministerio recebeu o cargo de director geral do ultramar, até que se aposentou no anno de 1876. Ainda escreveu e publicou o seguinte: *Apontamentos de algumas noticias relativas a Thomé Pires. Episodio para a historia da pharmacia em Portugal no seculo XVI* (fragmento lido na sessão solemne da Sociedade Pharmaceutica Lusitana de 21 de julho de 1862), Lisboa, 1862; *Ode VII do livro 1.º das de Horacio, com sete traducções portuguezas em verso*, Lisboa, 1868. Comprehendem-se n'este opusculo as versões de André Falcão de Rezende, Ignacio da Costa Quintella, José Agostinho de Macedo, Antonio Ribeiro dos Santos, D. Francisco Alexandre Lobo, José Augusto Cabral de Mello, e a do Tavares de Macedo.

Tavares de Medeiros (*João Jacinto*) Bacharel formado em direito pela Universidade do Coimbra. N. na villa de Nordeste, ilha do S. Miguel, a 23 de março de 1844, fal. em Lisboa a 12 de junho do 1903. Era filho de Manuel de Medeiros Tavares. Matriculando-se na Universidade, terminou o curso em 1876, com a maior distincção, tendo recebido por diversas vezes classificações as mais consideraveis. Em seguida foi convidado a aceeitar o logar de secretario geral do governo civil de Coimbra, a que elle se recusou por considerações de ordem politica, acceitando, no entanto, o cargo de administrador do concelho, que exerceu até ao anno seguinte, 1877. Desde então dedicou se exclusivamente a advocacia na comarca de Lisboa, em que se tornou muito notavel, fazendo parte do conselho penitenciario e da commissão de legislação estrangeira junto do ministerio da justiça, renunciando a todos os cargos publicos, quer administrativos, quer parlamentares, que, por diversas vezes, lhe fôram offerecidos, e cujas funcções se não coadunavam com o seu caracter e condições de independencia, a que sempre aspirou. Tendo adquirido muitas relações com os homens mais eminentes da jurisprudencia dos outros paizes, permittiu-lhe essa circumstancia ser um dos fundadores da união portugueza do congresso de Direito Penal, e o unico portuguez d'este congresso que assistiu ás suas sessões em Bruxellas, Berne e Christiania, sendo pela mesma razão o transportador da União a Portugal, propondo differentes membros portuguezes para fazerem parte do congresso, sendo a elle que o *Comité* central se dirigiu, como seu representante, em Lisboa, para se levar a effeito a reunião do congresso n'esta cidade. N'este elevado proposito, o dr. Tavares de Medeiros propoz á Associação dos Advogados que fizesse os respectivos convites e obteve do governo a promessa de fornecer casa para a reunião do congresso e mais auxilio para a recepção dos congressistas estrangeiros. O dr. Tavares de Medeiros foi o organisador e secretario geral do Congresso Juridico de Lisboa, em 1889, e tomou parte importante no Congresso Juridico de Madrid, de 1892, de que foi um dos seus presidentes, pelo que mereceu a gran cruz de Izabel a Catholica, tendo sido agraciado, do anno 1889, pelo governo hespanhol com a commenda de numero extraordinario de Carlos III; tomou ainda parte do muitos outros congressos de anthropologia criminal da *Union Internationale de Droit Penal* e da *Société de Legislation Comparée*, sendo um dos relatores em 1889. Era membro do Instituto de Coimbra, da Academia Real das Sciencias do Lisboa, da Real Academia de Jurisprudencia e Legislação de Madrid, do Instituto Internacional de Sociologia, do Instituto Historico de Direito Romano da Universidade de Catania, etc. Fôra tambem agraciado com a commenda da ordem de Christo. Dedicando se muito ao estudo da jurisprudencia, publicou as seguintes obras: *O Direito Civil, segundo os accordãos dos tribunaes*, 1878; *Commentario á lei das sociedades anonymas*, 1886; *A Legitimação dos filhos adulterinos*, memoria apresentada no Congresso Juridico de Lisboa, em 1889; *Anthropologia e Direito*, 1893; obra traduzida em hespanhol pelo dr. Torres Campos, professor da Universidade de Granada; *Da Reciprocidade Internacional no cumprimento das obrigações civis*, memoria apresentada no congresso juridico de Madrid, em 1892; *Das Staatsreelit des Konigreichs Portugal*; trabalho que faz parte da collecção de *Direito publico* do professor Margardsen, da Universidade de Erlangen, 1892; *Do Direito Penal Portuguez* da *Legislação Penal Comparada*, do Von Liszt, professor da Universidade de Berlim. Collaborou em muitas revistas de sciencias politicas e sociaes. Em 1888 fez o capitulo das *So-*

ciedades Anonymas do novo Codigo do Commercio, traduzido em francez por ordem da *Société de Legislation Comparée.*

Tavares de Mello *(Arthur David Abobbot)* Escrivão do 3.º officio do 1.º juizo de investigação criminal, jornalista, director da Associação da Imprensa Portugueza e presidente da direcção. Tem sido muito distincto no nosso meio sportivo, artistico e litterario. Escreveu: uma serie de contos, que saiu na *Aurora de Cintra*; a comedia *Quem tudo quer*, que se representou no Gymnasio, e em outros theatros de Lisboa; a comedia *Os Eleitos*, o drama *Illusões perdidas*; outro drama, *O casamento do conselheiro*, em 4 actos. Fundou o jornal *O Chiado*. Tambem se tem dedicado á composição de musica, sendo d'elle os seguintes trechos: *Rachel*, de que ha 3 edições; a *Mary*, a *Alegria*, a *Lyce*, a *Amalia*, o *Felix*, o *Fado do Pimpão*, um hymno para o Real Velo Club do Porto, etc. E' antigo socio do Real Gymnasio Club Portuguez, um distincto cavalleiro tauromachico, enthusiasta patinador e velocipedista. Por despacho de 16 de novembro do 190[illegible] foi agraciado com o grau de official da ordem de S. Thiago.

Taveira. Segundo o *Archivo heraldico* do visconde de Sanches de Baena, esta familia procede de Paio Soares Romeu, fidalgo do alta nobreza, pae de D. Thereza Paes Taveira, mulher de Martim de Bulhões, de cujo casamento nasceu Santo Antonio. As armas d'esta familia são: Em campo de ouro nove *torteaux* do vermelho em tres palas; timbre, um leão de ouro nascente armado de vermelho e cheio de *torteaux* do escudo.

Taveira *(Affonso dos Reis).* Artista dramatico e empresario. N. em Christello, freguezia de Fontes, no concelho de Santa Martha de Penaguião, a 6 de janeiro de 18[illegible]0. Tendo feito os estudos preparatorios obteve, aos 15 annos de edade, um logar de empregado telegraphico da Companhia dos Caminhos de Ferro, onde se conservou até aos 20 annos. Muito inclinado ao theatro, fundou com outros empregados, quando estava fazendo serviço na estação do Entroncamento, uma sociedade dramatica. Fez parte ainda de outros grupos de amadores, até que decidiu seguir a carreira dramatica, e estreou se no theatro Baquet, do Porto, n'um pequeno papel no drama *O Lago de Kilanney*. Fez depois parte das companhias que funccionaram n'aquelle theatro, e nos do Principe Real e do Infante D. Augusto, e pertenceu tambem á companhia que esteve no theatro da Trindade, que ardeu em 187[illegible]. Foi ao Brazil em 1879. n'uma companhia o percorreu o Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão. Em 1882 entrou para o theatro de D. Maria II, com a actriz Thereza Aço, com quem se relacionara n'uma digressão que fez ao Algarve, e tomara para sua esposa. (V. *Aço, Thereza*). Saindo do theatro normal, fôram ambos para o Porto e estiveram escripturados no Baquet. Taveira conservou se ali alguns annos como actor e ensaiador da empresa Alves Rente, d'onde saiu para se associar com José Ricardo e Santinhos, explorando o theatro de D. Augusto. Com a morte de Alves Rente, em 1891, a empresa passou para o theatro do Principe Real. Pouco depois sairam da sociedade José Ricardo e Santinhos, ficando Taveira unico empresario. Muito feliz na escolha do reportorio, verdadeiro conhecedor da scena, e consciencioso ensaiador, conseguiu attrahir pelos seus espectaculos variados, grandes concorrencias e tornar-se muito considerado e estimado como artista e como empresario. No verão, percorria com a companhia diversas terras da provincia, vindo n'essas digressões tambem a Lisboa dar espectaculos. N'uma d'essas visitas á capital teve a infelicidade de perder a sua esposa e companheira, Thereza Aço. Varias vezes foi ao Brazil, e ás ilhas, chegando mesmo a ir representar na Galliza. No Rio de Janeiro tambem tem sido feliz, continuando quasi todos os annos n'essas viagens, em que percorre os principaes pontos do Brazil. Mais tarde tornou-se empresario do theatro da Trindade, de Lisboa, onde até aos ultimos annos se tem conservado, não deixando as suas digressões annuaes ao Brazil. Taveira é um bom administrador de theatro e um empresario arrojado e incansavel, procurando pôr em scena sempre com o maior brilhantismo as peças mais importantes e de grande espectaculo do reportorio moderno. Durante o seu longo tempo de empresario, tanto em Lisboa, como no Porto e no Brazil, tem sabido preparar espectaculos, ao gosto das plateias dos seus theatros. Assim, tem explorado os dramalhões, as revistas, magicas e operas comicas. Em 1903, com os seus esforços, conseguiu inaugurar na Trindade a opera lyrica, com uma companhia só de cantores portuguezes, chegando ali a cantarem se as operas *Barbeiro de Sevilha*, *D Paschoal*, *A Bohemia*, a *Serrana*, a *Carmen*, a *Sonnambula*, etc. Como actor distinguiu se em differentes peças, como no *Cabo Simão*, *Causa celebre*, *Pescador de baleias*, *Especuladores da honra*, *Um martyr da victoria*, etc.

Taveira *(Fr. Gregorio)* Freire professo da ordem de Christo. N. em Lisboa em 1575, fal. em Thomar em 1654. Era filho de Francisco Pires Vieira e de D. Leonor de Aguiar. Professou no convento de Thomar a 8 de setembro de 1591. Foi prior do collegio de Coimbra e do convento da Luz; a 22 de julho de 1635 foi eleito geral da ordem. Era um theologo notavel, e escreveu um grande numero de obras mysticas, em que se conta a seguinte que foi muito apreciada: *Fugida do mundo para Deus pela escada da penitencia*, etc., Lisboa, 1619; reimprimiu se em 1624, 1675, 1676, e em Coimbra no anno de 1709. Tambem foi prégador notavel no seu tempo, e deixou impressos tres sermões.

Taveira *(Luiz Augusto de Moura Pinto de Azevedo).* Capitão de mar e guerra honorario. N. em 1850, fal. a 7 de março de 1904. Assentou praça em 6 outubro de 1868; foi promovido a guarda-marinha em 17 de outubro de 1870, a 2.º tenente em 15 de dezembro de 1873, a 1.º tenente em 6 de setembro de 1881, a capitão tenente em 25 de julho de 1889, a capitão de fragata em 31 de dezembro de 1892 e a capitão de mar e guerra honorario em 30 de dezembro de 1901. Havia muito tempo que estava afastado do quadro effectivo da marinha, por ter seguido a carreira consular, sendo, quando falleceu, consul geral de 1.ª classe em New-York. Prestou serviço na arma até ao posto de 1.º tenente, desempenhando então os cargos de vogal, promotor e defensor dos conselhos de guerra. Pertenceu ás guarnições das corvetas *Duque de Palmella*, *Mindello*, *Estephania*, fragata *D. Fernando*, canhoneiras *Camões* e *Tejo*,

escuna *Principe D. Carlos* e couraçado *Vasco da Gama*, tendo commandado os vapores *Tete* e *Quelimane*. Foi louvado pelo acerto, zelo e disciplina com que procedeu por occasião do encalhe da corveta *Duque de Palmella*, em 16 de março de 1893 o do fallecimento do seu commandante Thomaz Ferrari; pela disciplina, acerto e coragem como se conduziu por occasião do naufragio o abandono da escuna *Principe D. Carlos*; pelo zelo e intelligencia como desempenhou o encargo do formular os projectos de regulamento para o tratado de commercio de navegação celebrado com a Hespanha. Tambem serviu como consul em Riga, e como consul de 1.ª classe no Cabo e no Rio Grande do Sul. Era cavalleiro e commendador da ordem d'Aviz, e possuia a medalha de prata de comportamento exemplar.

Taveira *(Thereza Mattos)*. Artista dramatica, pertencente hoje á companhia do theatro da Trindade, de que é empresario seu marido, o bem conhecido artista Affonso Taveira. N. em 1874, e em 15 de março de 1887, aos 13 annos de edade, estreou-se no antigo theatro Chalet do Porto, na magica *O Diadema mysterioso*, representada pela companhia Dallot. D'ali foi contratada por Cyriaco Cardoso para o theatro Baquet, onde esteve até ao lamentavel incendio que destruiu o theatro, em 1888. O maestro Alves Rente a escripturou então para o theatro do Principe Real, conservando se ali bastantes annos, apezar de ter havido algumas mudanças de empresas. Thereza Mattos havia casado com o ponto do theatro Baquet, de appellido Prata, que teve a infelicidade de morrer no referido incendio, e desde então passou a usar sómente o seu appellido de familia, abandonando o de seu marido. A empresa do theatro do Principe Real ficou por fim pertencendo só a Affonso Taveira, depois de ter estado associado com os actores José Ricardo e Santinhos, Thereza Mattos continuou depois sempre escripturada por este empresario, que depois se tornou seu marido; com elle representou nos theatros do Porto, muitos das provincias, e em Lisboa, no theatro da Trindade, de que ha annos seu marido é empresario e ensaiador, tornando-se uma actriz apreciada, e que o publico recebe sempre com o maior agrado. Tem ido ao Brazil diversas vezes em companhias organisadas por Taveira, percorrendo os principaes pontos de aquella republica, recebendo fartos applausos. Thereza Mattos Taveira tem representado em comedia, magica, revista e operetta, tendo se evidenciado em muitos dos seus papeis. O seu nome anda ligado á maior parte do reportorio da Trindade. E' uma artista estudiosa, procurando sempre dar o maior relevo aos papeis de que se encarrega.

Taveiro *(José de Mello Paes do Amaral de Sousa Pereira de Vasconcellos e Menezes, 1.º visconde de)*. Fidalgo da Casa Real, 7.º senhor do morgado de Santar e Corga, e 4.º do prazo de S. João de Lourosa. N. a 11 de junho de 1826, sendo filho de José de Mello Paes do Amaral, fidalgo da Casa Real, senhor de diversos morgados, capitão mór dos concelhos de Senhorim e Canas de Senhorim, etc., e de sua mulher D. Maria das Dôres de Sousa Pereira de Menezes de Moura e Magro. Casou em 25 do novembro do 1849 com D. Maria Rosa de Figueiredo da Cunha d'Eça Abreu e Mello Pereira de Lacerda e Lemos, que nasceu a 2 de abril do 1832 e fal. a 9 de abril de 1882. Era 7.ª senhora do morgado e casa de Taveiro, e 16.ª representante dos Mellos Cunhas de S. Pedro do Sul, por sua 10.ª avó D. Mecia da Cunha, que foi casada com Pedro Gomes d'Abreu, filho do bispo de Vizeu D. João Gomes d'Abreu, e de D. Brites d'Eça, filha de D. Fernando d'Eça. O titulo de visconde do Taveiro foi dado por decreto do 26 de fevereiro do 1851, em attenção aos serviços prestados pelo cardeal arcebispo primaz do Braga, tio da viscondessa. O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Mellos: Em campo vermelho seis bezantes de prata entre uma cruz, sobre a bordadura de ouro; no segundo as dos Paes: Em campo do prata, nove laranjas veiradas e contraveiradas do azul e púrpura, em 3 palas; no terceiro as dos Amaraes: Em campo de ouro seis luas minguantes azues com as pontas para baixo, postas em duas palas; e no quarto, as dos Castellos Brancos: Em campo azul um leão de ouro armado do vermelho; timbre, o dos Mellos: uma aguia negra estendida, ornada e bezantada de prata.

Taveiro. Pov. o freg de S. Lourenço, da prov. do Douro, conc., com., distr. e bisp. de Coimbra; 276 fog. e 1:012 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, medico, pharmacia, correio com serviço do posta rural, est. do caminho de ferro, na linha do norte, entre os apeadeiros de Ameal e Casaes. Está situada a 2 k. da margem esquerda do rio Mondego e a 8 da sédo do conc. E' pov. muito antiga. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. ‖ Pov. na freg. do N. S.ª da Encarnação, de Benedicta, conc. do Alcobaça, disto. de Leiria. ‖ Ribeira que nasce entre os montes Enxames e Cabeça Gorda; recebe varios affluentes e junta se á ribeira de Alpreade com cêrca de 40 k. de curso.

Taverna Secia. Pov. na freg. de N. S.ª das Preces, de Bemquerença, conc. e distr. de Castello Branco.

Tavilhão. Pov. na freg. de Santo Antonio, do Ameixial, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Tavilla. Pov. na freg. do N. S.ª da Conceição o conc. de Villa Velha de Rodam, distr. do Castello Branco.

Tavira *(Antonio de Padua da Costa e Almeida, visconde de)*. Tenente-general; gran-cruz da ordem do Aviz; commendador da ordem da Corôa de Carvalho, dos Paizes Baixos; gran cruz da de Santo Estanislau da Russia; condecorado com a cruz de 3 campanhas da Guerra Peninsular, e com a do D. Pedro o D. Maria, algarismo n.º 7. N. em Paços da Serra, conc. de Gouveia, a 17 de março de 1794, fal. em Lisboa a 3 de julho do 1869. Era filho de Francisco Bernardo da Costa o Almeida, tenente rei da praça de Almeida, e de sua mulher D. Antonia Josepha da Costa. Assentou praça aos 16 annos de edade, no regimento de infantaria n.º 24, que fazia a guarnição da praça de Almeida, sendo logo promovido a alferes no mesmo dia em que se alistou, 18 de maio de 1810. Dois mezes depois, Massena, á frente do um numeroso exercito cercava aquella praça, em quo a guarnição oppôz rigorosa e obstinada resistencia. Apezar de luctar contra o inimigo aguerrido e experimentado, guiado por capitão illustro e cheio de prestigio, nunca o animo lhe

afrouxou, nem mesmo quaudo uma terrivel explosão reduziu a villa a um montão de ruinas, como é comprovado pela ordem do dia 6 do setembro d'aquelle anno. Era inutil, porém, tanta coragem e dedicação, depois que o fatal desastre tornou a defeza impossivel. Almeida capitulou, ficando prisioneiro de guerra o regimento n.º 24. Rejeitou o alferes Padua com altiva nobreza as propostas do general francez para entrar nas fileiras do seu exercito; e por isso foi internado em Hespanha. Muito novo experimentou as consequencias das duras leis da guerra. Mas no meio das provações do triste exilio, animava o o patriotismo que lhe refervia n'alma, illuminado pela luzente estrella que lhe presagiava a independencia da patria. Anciando por dar-lhe todo o seu sangue, pôde, atravez de mil perigos voltar a Portugal. Nos primeiros dias de julho de 1812, Wellington passou o Agueda, e entrando em Hespanha tomou Castello Rodrigo e Badajoz. Senhor d'estas duas praças tentou levar mais longe o seu valente exercito, impaciente por se medir com os campeões de Austerlitz, Friedland e Iena. Em 22 de julho feriu-se a batalha dos Arapiles ou Salamanca, que abriu ao exercito luso britannico as portas de Madrid. N'esta lucta renhida e ensanguentada foi o alferes Padua ferido por uma bala que lhe atravessou uma perna. Foi em seguida promovido ao posto de tenente, ordem do dia 12 de outubro. Wellington, depois de haver entrado triumphantemente na capital da Hespanha, foi obrigado a sair em perseguição do general Clausel, que tendo reunido os destroços do exercito batido e outras forças, se mostrara de novo aos postos avançados do vencedor. Entrou em Badajoz e tentou levar á viva força o castello que dominava a cidade, guarnecido por forte artilharia. Foi vivissimo e sanguinolento o ataque, e n'elle ficou perigosamente ferido o tenente Padua, que teve o hombro atravessado pelo estilhaço d'uma granada. De Burgos retirou o exercito alliado precipitadamente, e n'esta marcha accelerada foi o tenente Padua conduzido em maca, soffrendo dolorosamente. Em 13 de maio de 1813 recomeçaram as operações. O tenente Padua, apezar de convalescente, fez parte do exercito que penetrou em Castella Velha e obrigou os francezes a retirar. Perseguiu-os o exercito alliado sem descauso, até que em Vitoria se deu a famosa batalha d'este nome, em que ficou destruido para sempre o dominio de Napoleão na Peninsula. Continuando na sua marcha victoriose pôz cêrco á praça de S. Sebastião. Aberta a brecha, fôram convidados os valentes para o assalto. O tenente Padua, cheio de ardor da santa causa que defendia, e da nobre ambição de se distinguir, offereceu-se. O seu brilhante comportamento grangeou lhe o posto immediato, como está designado na ordem do dia 8 de setembro, que promovendo o a capitão por distincção, louva a intrepidez dos bravos que fôram ao assalto, e especialmente dos que se tornaram dignos de aquella demonstração de subido apreço. Mas a fortuna caprichosa não consentiu que o joven militar pudesse alegrar se immediatamente com a homenagem prestada á sua bravura Foi ferido gravemente: uma bala havia-lhe despedaçado o femur da perna direita. Do hospital de sangue onde entrou, veiu para o deposito de S. Bento em 29 de julho de 1814, saindo em 22 do setembro de 1815. No Rio de Janeiro onde se encontrava com licença em 1816, offereceu se para fazer parte da expedição mandada contra a insurreição de Pernambuco, voltando 10 mezes depois commandando o batalhão a que se unira. Em 11 de julho de 1818 foi promovido a major. De 1826 a 1827 serviu de ajudante d'ordens do distincto general Claudino. Em 1828 levantou se a furiosa reacção contra os principios liberaes. O exercito constitucional tentando, mas debalde, um esforço supremo para a esmagar, emigrou pela Galliza. Antonio de Padua, não podendo reunir-se aos seus companheiros d'armas, teve de homiziar se, soffrendo infatigavel perseguição, até que em 3 de abril de 1831 pôde emigrar para Inglaterra, e d'ali para França. No anno immediato, fazendo parte de expedição saida de Belle-Isle, aportou á ilha Terceira. Foi aqui que um punhado de bravos, em que entrava o major Padua, firmes na sua fé e coragem, formaram a expedição que veiu desembarcar nas praias do Mindello no memoravel dia 8 de julho de 1832. Seguiram se dois annos de trabalhos inauditos, em que á força de combates, trabalhos, sacrificios e de prodigios de valor e energia, ficou firmado solidamente em Portugal o pendão da liberdade. Em 4 de abril de 1833 foi Antonio de Padua elevado a tenente-coronel para cavallaria, e a coronel em 30 de junho de 1834. Passou a governar a praça de S. Julião da Barra em 15 de outubro de 1838; e em 21 de novembro foi nomeado commandante da 4.ª divisão militar, passando depois a commandar a 6.ª divisão. Teve de deixar temporariamente este commando para ir capitanear todas as forças do norte, que se conservaram fieis ás instituições liberaes. Promovido a brigadeiro em 3 de julho de 1845, foi commandar a 10.ª divisão no anno immediato. Em 6 de novembro de 1846 foi encarregado da defeza das linhas da capital; ficando depois a commandar a 4.ª divisão das mesmas linhas. Tendo sido promovido a marechal de campo em 6 de julho de 1847, foi commandar a 9.ª divisão militar. Em 29 de setembro de 1855 foi elevado a tenente general, ultimo posto da escala militar, sendo pouco depois nomeado presidente da commissão encarregada da inspecção dos officiaes a quem aproveitasse o artigo 6.º da carta de lei de 17 de julho. Por decreto de 21 de outubro de 1857 foi nomeado membro do Supremo Conselho de Justiça Militar. Commandou a 8.ª, e a 7.ª divisão, d'onde voltou para o Supremo Tribunal, na qualidade de presidente até ao dia do seu fallecimento. Além das distincções já citadas, o valente militar possuia as medalhas de ouro de valor militar, bons serviços e comportamento exemplar. El-rei D. Pedro V o agraciou com o titulo de visconde de Tavira, por por decreto de 24 de julho de 1861. O novo titular casara, a 25 de janeiro de 1842, com D. Augusta Mathilde de Lencastre, filha dos 1.ºs viscondes de Castello Branco e irmã do 1.º visconde de Portalegre. O seu brazão era o dos viscondes d'este ultimo titulo. V. *Portugal*, vol. V, pag 898.

Tavira. Cidade da prov. do Algarve, séde de conc. e de com., Rel. de Lisboa, distr de Faro, bisp. do Algarve. Tem duas freguezias: Santa Maria do Castello e S. Thiago. Está situada em terreno aprazivel, a 30 k. da capital do distr. com a qual communica por uma estrada e pelo caminho de

ferro, e divide-a ao meio o rio Sêcco, sobre o qual está lançada uma antiquissima e elegante ponte de alvenaria de 7 arcos, que põe em communicação as duas partes da cidade. Como acontece com todas as povoações antigas, não se sabe, com certeza, quando ou por quem foi fundada. Segundo uns, foi uma colonia de gregos pelos annos do 2615 (384 antes da vinda do Christo); outros, porém, lhe dão muito maior antiguidade, dizendo que o seu fundador foi Briga, 4.º rei das Hespanhas, pelos annos do mundo 2114 (1890 antes do Christo), dando-lhe o nome de Talabriga, que depois os arabes corromperam em *Tabíra.* Segundo a opinião do nosso erudito antiquario André de Rezende, foi aqui que existiu a cidade de *Balsa,* de que trata o itinerario de Antonino Pio, e de que falam varios escriptores romanos Depois da queda do imperio romano, Balsa deveria seguir, sem duvida, a sorte das mais cidades da Lusitania e Betica, que fôram mais ou menos destruidas nas successivas invasões dos povos do norte, e mais tarde na dos arabes. Outros dizem que foi cidade importante no tempo dos phenicios e dos cartaginezes, e a sua importancia cresceu ainda durante o dominio dos romanos. Nada se sabe de positivo, do que foi esta povoação nos 500 annos que os barbaros do norte dominaram as Hespanhas. O que se sabe ao certo é que os moiros possuiam n'este sitio uma cidade florescente, populosa, e bem fortificada, chamada Tavira, quando D. Paio Peres Correia, mestre de S. Thiago, tendo acabado de conquistar Silves, lhe veiu pôr cêrco no anno de 1242 Era então senhor de Tavira Aben Fabúla. Estava-se no mez de junho, segundo uns, ou julho, segundo outros, e havia tréguas entre moiros e christãos, por ser tempo das colheitas de uns e outros. A 11 d'esse mez, de junho ou julho, estava D. Paio Peres Correia com os seus cavalleiros de S. Thiago e outra gente, na villa de Cacella; e D. Pedro Paes, (outros dizem *Pedro Rodrigues)* commendador mór de S Thiago; *Mem Valle, Damião Vaz, Garcia Estevão* (outros dizem *Alvaro Garcia), Estevão Vasques* e *Valerio da Hora* (outros dizem *Valerio d'Ossa),* lhe pediram licença para irem caçar ao sitio das Antas, proximo, mas do outro lado de Tavira. Atravessaram a ponte, mas apenas chegaram ao tal sitio das Antas, uma multidão de moiros, bem armados, os cerrou e investiu. Os cavalleiros, vendo-se atacados por tão grande numero de moiros, resolveram que um d'elles fôsse dar parte d'esta traição a D. Paio. A sorte caiu a Garcia Estevão, que a toda a brida, por entre os moiros, foi dar parte a D. Paio, que jurou cruel vingança de tão cobarde traição, e voou em soccorro dos seus cavalleiros, que eram todos jovens e a flôr dos seus batalhadores. Os companheiros de D. Paio iam tambem ardendo em desejos de vingar os seus camaradas. Como vertiginoso furacão, passaram a ponte e a cidade, mas já dos 5 cavalleiros e do bravo mercador Garcia Rodrigues, nenhum vivia, depois de terem combatido por muitas horas e deixado o chão coberto de moiros, ou mortos, ou mortalmente feridos. Garcia Rodrigues era um rico mercador portuguez, que vinha de Faro com muitas cargas de fazenda, e vendo o perigo dos cavalleiros, entregara a carga aos creados, e correra em seu reforço, decidido a combater ao seu lado e a morrer matando. Os christãos não perdoaram a sexo nem a edade, fazendo nos moiros um horrivel destroço, e ficando senhores da cidade. D. Paio mandou logo purificar e benzer a mesquita maior dos moiros, e ali mandou erigir um mausoléu aos 6 portuguezes que tão caro haviam vendido as suas vidas, e cujos cadaveres para ali fôram conduzidos em solemne procissão. Resgatada Tavira para sempre do poder dos moiros, logo a 9 de janeiro de 1244, D. Sancho II deu o seu senhorio e o padroado á ordem de S. Thiago, em premio de ter sido tomada pelos cavalleiros da mesma ordem. Quando o rei de Castella, D. Affonso, o *Sabio,* invadiu Portugal em 1252 entrando por Alcoutim, pôz cêrco a Tavira,

Tavira — Portico da Misericordia

e apossou-se d'algumas terras do Algarve. Mas cedendo por fim das pretenções que tinha sobre aquella provincia, entregou a D. Affonso III o castello de Tavira e outros de que se havia apossado no Algarve. Este monarcha cuidou em reedifical-a e povoal-a de novo, para o que lhe deu foral de villa, em Lisboa, no mez d'agosto de 1266, com muitos privilegios, dando tambem foral aos *moiros fôrros* de Tavira, em Lisboa, a 12 de julho do 1269. A cidade era cercada de muralhas moiriscas, com um castello do tempo dos romanos, que tudo foi ampliado e reparado em 1292 por el-rei D. Diniz, como se prova pelas inscripções que fôram ali gravadas D. Diniz, estando em Tavira, deu carta dos privilegios aos seus

habitantes, em 15 de abril de 1303, para que os seus herdamentos não pudessem ser penhorados nem vendidos, por dividas, excepto sendo ao rei. Este privilegio foi confirmado e ampliado aos bois (não excedendo a 4) pelo rei D. Manuel I, em carta, escripta mesmo em Tavira, a 17 d'abril de 1509, e D. João III tambem depois confirmou em 1525. D. Manuel dera-lhe foral novo, em 20 de agosto de 1504. Protegida por esses privilegios e pelas vantagens commerciaes, que o seu porto lhe prestava, Tavira foi readquirindo a sua perdida prosperidade. As nossas empresas d'Africa no seculo xv, fazendo convergir para as terras do litoral do Algarve as attenções do soberano, grande parte dos recursos do paiz, importante movimento de navegação, a por conseguinte muito trato commercial, engrandeceram a tal ponto a villa do Tavira que chegou a possuir 70 navios d'alto mar, propriedade dos seus habitantes, além d'um crescido numero de embarcações costeiras e de pesca. Viuham aqui navios bretões, allemães, biscainhos, inglezes, gallegos e de outras procedencias, carregar sal, peixe sêcco, vinho e toda a qualidade de fructas. Era tal o movimento commercial que D. João II, em 1491, concedeu a Tavira uma feira de 49 dias, a começar no 1.º de setembro, terminando a 19 de outubro, com todos os privilegios da feira de março, de Aveiro, o que foi mais tarde confirmado por D. João III, em 10 de março de 1550. O cardeal rei D. Henrique ampliou esta feira, pelos tres mezes de setembro, outubro e novembro, por carta de lei de 10 de julho de 1579, e assim existiu, até que, por carta de lei de 8 do maio do 1647, D. João IV confirmou a continuação d'ella, por mais 4 annos, em attenção aos damnos que soffreram os povos com a peste que começou em 1645 e durou 13 mezes, morrendo, aproximadamente 40:000 pessoas. Tavira foi elevada ás honras de cidade por el rei D. Manuel em 16 de maio de 1520. Achava-se tão opulenta no seculo xvi, que tratando se em 1516 de mandar uma expedição a Africa em auxilio da praça de Arzilla, que um poderoso exercito de moiros tinha em apertado cêrco, a maior parte d'esse soccorro foi á custa dos habitantes de Tavira Egual patriotismo desenvolveram por essa occasião do cêrco de Mazagão em 1576. E quando em julho de 1596 os inglezes, que hostilisavam Filippe II de Castella, então senhor de Portugal, fizeram um desembarque em Faro, saqueando e lançando fogo á cidade, fôram os habitantes de Tavira, que com effusão do seu sangue e com dispendio da sua fazenda, expulsaram o inimigo da cidade de Faro e da costa do Algarve. Os males que opprimiram o paiz sob o dominio castelhano, acabaram com as prosperidades de Tavira. A sua decadencia foi aggravando se, não só durante esta quadra, mas em toda a guerra da Restauração. Mas o seculo xviii, que trouxe a Portugal longos annos de paz e immensas riquezas do Brazil, viu renascer a actividade do commercio e da marinha em todos os nossos portos, e por conseguinte Tavira animou se, e novamente melhorou. Nos fins d'esse seculo teve um grande desenvolvimento o importante ramo das suas pescarias, para o que muito concorreu a creação da Companhia das pescarias do Algarve, em que entraram os principaes capitalistas de Lisboa. Esta companhia que, no fim de alguns annos d'uma situação pouco lisonjeira, veiu a tornar-se prospera e auferir avultados interesses, foi muito proficua a Tavira e mais povoações d'aquelle litoral. A mesquita maior dos moiros que, como dissémos, D. Paio Pires Correia fez benzer e purificar, é a egreja de Santa Maria do Castello. Tendo sido ali sepultados os 6 bravos cavalleiros, acima citados, D. Paio tambem quiz ali ser sepultado, o tendo fallecido no mosteiro de Vellez, em Hespanha, para ali fôram trasladados os seus restos mortaes, os quaes se encerraram n'um caixão de pedra, no altar mór, do lado do Evangelho; do lado da Epistola vê se uma lapide embutida na parede, com 6 cruzes vermelhas, indicando o logar em que D. Paio mandou sepultar os 6 bravos cavalleiros, victimas da traição dos moiros. O terremoto do 1.º de novembro de 1755, que causou enormes prejuizos a Tavira, derrocou a egreja, deixando-lhe apenas de pé a capella mór. O bispo do Algarve D. Francisco Gomes do Avollar a mandou reedificar com a maior magnificencia. E' um majestoso templo de tres naves. A egreja da outra freguezia, S. Thiago, é um templo d'uma só nave e muito espaçoso. O hospital do Espirito Santo foi fundado em 1442 pela confraria de Santa Maria. Teve grandes privilegios concedidos por D. Affonso V, em 16 de fevereiro de 1450, confirmados e ampliados pelo mesmo soberano. em 3 de janeiro de 1480, e por D. João II em 10 de fevereiro de 1487. A camara lhe deu meia legoa de mattos, na *malhada da serra*, por escriptura de 13 de janeiro de 1499. Vinham a este hospital tratar se muitos doentes das nossas possessões africanas, pelo que, o rei D. Manuel deu ao hospital um por cento do rendimento do almoxarifado da alfandega d'aquella cidade, por alvará de 29 de março de 1503; por cujo rendimento se deu 25$300 reis, por provisão de 22 de agosto de 1511 e D. João III lho confirmou ainda varios privilegios, por alvará de 28 de agosto de 1530. Algumas pessoas caritativas augmentaram as rendas d'este hospital, com varios legados. Ali concorriam muitos doentes de varias partes do Algarve. Este hospital estava se acabando de reedificar, quando o terremoto de 1.º de novembro o arrazou. Reconstruiu se mais tarde, e ainda hoje existe. No ponto mais elevado da cidade de Tavira, em sitio aprazivel e desafogado, estava situado o convento de S Francisco, que foi edificado por el-rei D. Diniz em 1279 para os templarios, que n'elle habitaram até á extincção d'essa ordem em 1311, passando depois aos religiosos franciscanos. O convento tinha um largo e espaçoso claustro, e uma grande egreja em fórma de cruz, grandeza e fórma que attestava não só a sua antiguidade, mas o poder de quem o fundára. A porta principal da egreja ficava voltada ao occideute. A capella mór era grande e abobadada, tendo um altar central, sobre o qual se via a tribuna e a imagem da Senhora da Conceição, que fôra trazida de Tanger por Antonio Correia da França, formando lhe irmandade de gente nobre. Sobre o altar ainda se viam outras imagens O orago da casa era a Ascensão de Christo. A egreja tinha mais capellas com os seus respectivos altares. Em 1840 caiu a egreja e o convento causando panico em Tavira. Desde então o corpo da egreja ficou servindo de cemiterio, na capella-mór abriu-se uma porta onde era o altar-mór, o a capella-mór passou a esta-

beler se na riquissima capella dos Terceiros, que se incendiou em 30 de março de 1881. O convento, depois da extincção das ordens religiosas, foi vendido, e tornou-se propriedade particular. Houve ainda os conventos de frades franciscanos da provincia da Piedade, que foi fundado em 1606, que em 1834 foi demolido, sendo parte do terreno aproveitado para cemiterio publico. O convento de frades paulistas, com a designação de *Nossa Senhora d'Ajuda*, o qual foi fundado junto a uma ermida d'esta invocação, tambem foi vendido, sendo hoje propriedade particular. O convento de agostinhos calçados, com a invocação de *Nossa Senhora da Graça*, no edificio estabeleceu-se um quartel. O convento de carmelitas descalços, foi aproveitado o edificio para o Asylo districtal da infancia desvalida, de Nossa Senhora do Carmo. A Misericordia teve principio n'uma capella do convento de S. Francisco; depois passou para o logar onde está hoje a egreja, que se principiou a construir em 1511, dando lhe el-rei D. Manuel compromisso á maneira da Misericordia de Lisboa, em 15 de novembro de 1516, tendo já de evidentemente romanos. Em outras escavações se descobriram umas 300 sepulturas. Considera-se que fôsse aqui a necropole dos romanos no tempo do seu dominio. Em fevereiro de 1840 já se havia encontrado na serra de Tavira uma porção de medalhas de prata, do tamanho dos nossos antigos tostões, com bustos em relevo, de varios imperadores romanos, da 1.ª epoca do imperio. Estavam todas muito bem conservadas, tendo as legendas legiveis Fôram quasi todas vendidas em Tavira e em Faro. Na *Quinta da Trindade*, freguezia da Luz, d'este concelho, tem apparecido differentes antiguidades, o que induz a suppôr de que fôsse aqui a antiga cidade Balsa. Tambem aqui se encontraram: uma ára, com inscripção grega; sepulturas com inscripções latinas; alicerces de varios edificios, e outros objectos No sitio das Antas, tambem se fizeram, em abril e maio de 1877, importantissimas descobertas archeologicas, como lapides, columnas, bases, capiteis, vestigios de porticos, ladrilhos d'uma perfeição admiravel, mosaicos de figuras hexagonas e uma galeria ainda obstruida. Em 1878, Fran-

Tavira—Camara Municipal

rendimento 560$050 reis. Manuel Nobre Canellas lhe deixou varias rendas em 1679, com a pensão d'uma missa nos domingos e dias santos, e 4 dotes de 30$000 reis a parentas suas e orphãos, separando a terça parte dos fóros de trigo, para se dar aos pobres, em pão cozido. Tavira tinha votos em côrtes, com assento no 2.º banco O seu brazão d'armas é uma ponte, entre duas torres. sobre o mar, onde navega um navio á vela. Tem apparecido em Tavira diversos objectos archeologicos: N'uma propriedade proxima da cidade, appareceu em 1868, n'umas escavações a que se procedeu, uma lapide de marmore com uma inscripção romana do anno 4.º de Cesar (24 annos antes de Christo). Acharam-se 3 esqueletos de homem e 1 de creança, estando este tapado com 3 bandejas de barro cozido, sobrepostas, descauçando a cabeça sobre duas pedras; ao lado tinha um bonito vaso lacrimatorio, de barro. No mesmo sitio fôram encontrados, a pouca profundidade, 3 amphoras e 10 vasos lacrimatorios, uns de barro cozido, outros de vidro; diversas ferramentas, 2 anneis de ouro, e muitos outros objectos, cisco Raphael da Cunha Furtado offereceu á Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes varios objectos romanos achados em escavações feitas em Tavira, sendo duas inscripções pertencentes ao circo da antiga Balsa, 1 tijolo romano de fórma triangular, com a marca do oleiro; um fragmento de mosaico de diversas côres, achado na margem direita do Sêcco; e duas facas de silex, de extraordinaria grandeza e notavel execução. Tavira é abundante de agua potavel n'um chafariz, chamado a *Fonte*, que fica proximo da ponte. Ha ainda varias nascentes e poços d'agua de boa qualidade. Ha aqui aguas mineraes, na *Fontinha da Atalaya*, que brotam d'uma nascente entre as fendas de uma rocha calcarea, por 3 pontos differentes A classificação d'estas aguas é *hypothermal*, *hyposalina*, *sulfo chloretada*. O seu emprego data do principio do seculo XIX, e é devido ao medico João Nunes Gago São hoje aproveitadas n'um estabelecimento thermal, que pertence ao hospital do Espirito Santo. As aguas são limpidas, transparentes, inodoras e de sabor agradavel, le-

vemente picante. Fôram analysadas para a exposição de Paris de 1867 pelo dr. Agostinho Vicente Lourenço São preconisadas para o tratamento das doenças de pelle, dysmenorrheas e amenorrheas, e de diversas manifestações do athritismo. Por alvará de 31 de maio de 1776, mandou el rei D. José estabelecer aqui uma fabrica de tapeçarias, de lã e seda, para a qual deu 4:000$000 reis a Pedro Leonardo Mergoux e a Theotonio Pedro Heitor, que produziu bons trabalhos, mas durou pouco tempo. D'estas aguas trata o dr. Fonseca Henriques, medico de D. João V, no seu *Aquilegio Medicinal*, a pag. 71, e o dr. Francisco Tavares, medico de D. Maria I, nas suas *Instrucções e cautellas praticas*, publicadas em 1810, a pag 175. Em fevereiro de 1875 fôram manifestadas na camara de Tavira 3 minas de cobre e outros metaes Em junho do mesmo anno foi aqui manifestada uma mina de ferro e outros metaes. Em novembro ainda do 1875, outra mina de cobre; e em janeiro de 1877 outra de ferro e manganez. Na parte E da cidade, além da ponte, no sitio do Sapal, e junto á margem do rio, está a ermida de S. Lazaro, junto á qual houve um hospital de leprosos. N'esta ermida a imagem da Senhora do Livramento, que é de grande devoção para os povos da cidade e dos arredores vê-se Tavira pertence á 4.ª div. mil., 8.ª brigada, grande circumscripção mil. do Sul, e ao distr. de recrut. e res n.º 4, com a séde em Faro. Tem escolas de ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; advogados, agentes de diversas casas bancarias do paiz, e de companhias de seguros; associações de soccorros mutuos: *Compromisso Maritimo* e *Montepio Artistico Tavirense*; *Asylo de Infancia Desvalida de N S.ª do Carmo*; negociantes de aguardente, de cêra, e de vinho; productores de azeite, de cereaes e de sal; Commissão de Soccorros a Naufragos, fabricas de cortumes, de fogos de artificio e de guitarras; hotel, Liga Naval Portugueza, medicos, pharmacias, notario, Companhia Tavirense de Moagens, Companhia de Pescarias do Algarve, sociedades de recreio: *Club de Tavira*, *Club Tavirense*, *Gremio Tavirense*; philarmonicas: *Sociedade musical 1.º de janeiro de 1895*, *Sociedade Philarmonica 29 de setembro*, *Salão Animatographico 1.º de Maio; Theatro Tavirense*, vice-consul de Hespanha, muitos estabelecimentos industriaes o commerciaes, etc; mercado de gado no 3.º domingo de cada mez e na 6.ª feira Santa; e de cereaes em todos os domingos; feiras: na Boa Morte nos dias 1 e 2 de agosto; de S. Francisco, a 4 e 5 de outubro. Tem-se ali publicado os seguintes jornaes: *Combate (O)*, 5 do abril de 1887 a outubro de 1888; continuador do jornal *A Provincia do Algarve*; *Correio do Algarve*, 10 de julho de 1897; *Jornal de Annuncios*, 18 de janeiro de 1883, em 1890 ainda se publicava; *Provincia do Algarve (A)*, 30 de março de 188 ; foi seguido pelo *Combate; Reyno do Algarve (O)*, 13 do agosto de 1899; *Sentinella (A)*, 26 de maio de 189-; em 1913 publicava se tambem o *Herald*o. Em Tavira ha magnificos campos, bonitos jardins, bons edificios de construcção moderna, e um espaçoso quartel. A sua praça da Constituição é vasta e elegante, estando ali o edificio da camara municipal sobre uma arcada de cantaria, vendo-se n'um dos angulos, o do sul, o busto de D. Paio Peres Correia. Sob esta arcada e na praça era feito o mercado de caça, peixe, fructas, hortaliças, legumes, etc., que hoje se faz em mercado proprio, e um dos melhores da prov. do Algarve, situado do lado norte da mesma praça e a leste da Avenida D. Carlos, que é tambem um dos melhores passeios existentes no Algarve. Em 24 de janeiro de 1826 foi occupada pela legião constitucional do Algarve, e em 30 de fevereiro de 1834 pelos constitucionaes que derrotaram os miguelistas, então senhores da cidade. Compõe-se o concelho de 7 freguezias, tendo pelo censo de 1900, 5:925 fog. e 25:193 hab: sendo 12:721 do sexo masc. e 12:472 do fem., n'uma superficie do 63:620 hect. As freguezias são as seguintes: Santo Estevão, de Cachopo, 2:843 hab: 1:468 do sexo masc. e 1:375 do fem; N. S.ª da Conceição, de Conceição, 2:396 hab: 1:244 da sexo masc e 1:152 do fem.; N. S.ª da Luz, de Luz, 2:644 hab: 1:364 do sexo masc. e 1:280 do fem; Santa Catharina da Fonte do Bispo, 3:176 hab.: 1655 do sexo masc. e 1:521 do fem.; Santo Estevão, 1:956 hab.: 1:002 do sexo masc. e 954 do fem; Santa Maria do Castello, de Tavira, 7:008 hab: 3:352 do sexo masc. o 3:656 do fem.; S. Thiago, de Tavira, 5:170 hab.: 2:636 do sexo masc. e 2:534 do fem. O principal commercio do conc. é alfarroba, amendoa, figo, vinho, aguardente, ovos, gados e atum. A 2 k e meio a oeste da cidade fica a pov. de Santa Luzia, occupada exclusivamente de pescadores. As mulheres, muito laboriosas para o exercicio da sua industria no mar, executam todos os serviços maritimos, tripulando os barcos e indo com elles sós para o rio, onde, com a maré baixa, se empregam apanhando ostras, ameijoas, morraça ou cêba, e dedicando-se as casadas aos serviços domesticos durante a praia-mar. Os homens empregam se exclusivamente na pesca e nos trabalhos de concerto de rêde e barcos. Esta pov. vista do mar, pelo sul, apresenta um bello aspecto, porque assenta, em linha recta, na margem direita do rio Sêcco. Na margem opposta fica a praia banhada pelo Oceano, onde se tomam excellentes banhos.

Tavira *(Serra de)*. Quando D. João I fez cultivar esta serra, occupada por mattos e silvas, concedeu a em *sesmaria* aos povos visinhos, para que a arroteassem, cultivassem e povoassem; mas não acceitando os povos esta concessão, a mandou devassar, para todos que a quizessem reduzir á cultura e povoar. Esta mesma providencia foi inutil até que el-rei D. Manuel a fez julgar propriedade da camara de Tavira, por sentença do 1502. A camara foi então aforando o terreno, com o encargo d'um alqueire por cada 15 de trigo, milho, centeio que se colhesse. Assim foi crescendo o numero dos povoadores na extensão de muitas legoas quadradas da serra, de modo que foi preciso dividir em 8 freguezias, de mais de 1:200 fogos, a parte cultivada e povoada. Em 1645 a camara de Tavira fez uma amplissima doação de toda a serra ao capitão-mór Manuel Godinho de Castello Branco, apenas com o encargo de pagar annualmente 200 reis á camara. Esta doação, apezar de iniqua, foi confirmada por D. João IV, A requerimento d'estes povos, atormentados pelos vexames e extorsões do novo donatario, Manuel Vaz Velho, mandou D. José I, por alvará de 13 de março de 1772, annullar a referida doação, mandando que a cada um dos moradores da

serra ficasse pertencendo, d'ali em deante, o pleno dominio e posse dos predios por elles cultivados e habitados, como proprias, e sem pensão ou cargo algum. Esta sabia providencia deu nova vida áquella gente, e fez desenvolver muito a cultura da serra.

Tavolado e Jogo das Cannas. O primeiro divertimento publico, de que se encontra vestigio em Portugal, é um exercicio guerreiro a que chamavam o jogo do Tavolado, segundo os nossos chronistas, jogo que em Hespanha se chamava *del tablado* ou *de las tablas*. Consistia o tavolado n'uma especie de castello formado por certo numero de taboas, dispostas por fórma que, embora um simples choque não fôsse sufficiente para desconjuntal-as, era possivel derribal-as quando contra ellas se arremeçasse com vigor um dardo especialmente destinado para esse fim. Appareceu depois no seculo XIII o jogo das cannas, jogo moirisco a que os sarracenos chamavam *djérid*, e que, posto exigisse menos força do que o tavolado, requeria mais agilidade e destreza. Consistia em lançar com presteza, ao rapido galope de um cavallo adestrado para tal exercicio, uma canna, que o adversario devia evitar, ao passo que arremessava uma outra ao seu contrario. Moiros e christãos esqueciam as suas dissidencias, quando se tratava de *correr as cannas*, e os proprios cavalleiros de Granada acolhiam com enthusiasmo os portuguezes e castelhanos em taes occasiões.

Tavora. As armas d'esta familia eram: Em campo de ouro 5 faxas de azul ondadas de agua, e por timbre um delfim de sua côr sobre uma capella de ramos vermelhos floridos de lizes de ouro. O marquez Luiz Alvares de Tavora, no escudo que pôz na sua quinta de Mirandella, assentou o delfim sobre as ondas, pondo lhe por orla a legenda: *Quascumque findit.* O brazão d'armas dos genuinos Tavoras compõe se d'um escudo em campo de prata com tres coticas de ondas de azul e prata com faxa; elmo aberto, e por timbre um golfinho. O appellido Tavora é antigo e nobilissimo em Portugal, tomado do rio do seu nome, sendo a casa dos Tavoras uma das mais illustres e antigas. Segundo o *Nobiliario do conde D. Pedro*, titulo 65, começa a deduzir esta familia em Lourenço Pires de Tavora, que viveu no tempo dos reis D. Affonso IV e D. Pedro I, porém, segundo a *Chronica de Cister*, livro III, capitulo XII, tem esta familia mais remota origem, deduzindo a de D. Ramiro II, rei do Leão, e de sua segunda mulher D. Ortiga, por seu filho o infante D. Alboazar Ramires, que casando com D. Helena Godia, filha de D. Godinho das Asturias teve a D. Hermigio Alboazar que, segundo Fr. Bernardo de Brito, casou com D. Dordia Ozores, filha de D. Osorio Velloso, conde de Cabreira, de cujo casamento houveram: D. Thedon Hermiges o D. Rauzendo Hermiges com quem se continúa. —D. Rauzendo Hermiges casou com D. Urraca Affonso, de cujo casamento houve D. Thodon Rauzendo, que foi o 2.º senhor de Tavora e o que fez uma quinta, grangeando as terras ainda então incultas, e por cuja razão se ficou chamando a esta localidade—*Granja do Thedo*, nome que ainda hoje conserva. A D. Rauzendo Hermiges succedeu seu filha D. Ramiro Thedon, 3.º senhor de Tavora; a este seu filho D. Pedro Ramires, 4.º senhor de Tavora e fundador do mosteiro de S. Pedro das Aguias; a este, seu filho D. Ramiro Pires, 5.º senhor de Tavora; a este, seu filho Pedro Ramires, 6.º senhor de Tavora, o a este, seu filho Lourenço Pires de Tavora, 7.º senhor de Tavora e das villas de Paradella, Valença, Castanheiro, do couto de S. Pedro das Aguias, padroado de sua casa, com quem se continúa — Lourenço Pires de Tavora casou com D. Guiomar Rodrigues, filha de Ruy Paes de Gares, de cujo casamento houve Lourenço Pires de Tavora, 8.º senhor da casa de Tavora, quo casou com Alda Gonçalves, a quem succedeu Pedro Lourenço de Tavora, 9.º senhor da casa de Tavora, a quem el rei D. Fernando fez doação perpetua de juro e herdade para seus filhos, sem exclusão das villas de S. João da Pesqueira e de Ranhados, com todos os seus termos, tendo sido reposteiro-mór de el rei D. João I, que em 1355 lhe deu as terras de Pinhão e Aguiar de Sousa, fazendo-o alcaide mór de Miranda, Castro Verde de Gallegos e Servello, achando se na batalha de Aljubarrota, tendo casado com Beatriz Annes, filha de João Esteves de Azambuja, privado d'el-rei D. Pedro I. Succedeu-lhe seu 5.º neto e herdeiro de sua casa, Luiz Alvares de Tavora, 1.º conde de S. João da Pesqueira, por mercê d'el-rei Filippe III, que casou com D. Martha de Vilhena, filha de Joannes Mendes de Oliveira, senhor do morgado de Oliveira, e de D. Brites de Vilhena, filha de Luiz Alvares de Tavora, senhor do Mogadouro; a estes, succedeu seu filho Antonio Luiz de Tavora, 2.º conde de S. João da Pesqueira e 16.º senhor da casa de Tavora, casado com D. Archangela Maria de Portugal, filha de D. Miguel de Noronha, 4.º conde de Linhares; a estes, seu filho Luiz Alvares de Tavora, 1.º marquez de Tavora e 3.º conde de S. João da Pesqueira. Adeante se encontram os artigos ácêrca d'estes illustres fidalgos, pela sua ordem alphabetica.

Tavora *(Alvaro Pires de)*. Filho do celebre diplomata Lourenço Pires de Tavora, e irmão de Christovão de Tavora e de Ruy Lourenço de Tavora. (V. *estes nomes*). N. em 1554, começou a servir em Tanger em 1573; serviu em 1575 nas galés de Diogo Lopes Sequeira, em 1566 acompanhou seu irmão Christovão de Tavora a Madrid, e em 1578 esteve na batalha de Alcacer-Kibir, em que muito se distinguiu, commandando debaixo das ordens do referido seu irmão um dos esquadrões do terço de aventureiros, o da vanguarda, que destroçou completamente os moiros, e tanto se internou nas fileiras inimigas que chegou quasi á liteira, onde n'essa occasião já estava morto o imperador de Marrocos. Quando ia quasi a pôr a mão na liteira, caiu ferido com uma arcabuzada. Se descobre o segredo, que os officiaes de Muley Melek, por sua ordem, guardavam a respeito da sua morte, era nossa a victoria. Assim, vendo-o cair ferido, houve quem désse a voz de alto *Ter! ter!*, voz que derramou o panico de que resultou a derrota. Alvaro Pires foi prisioneiro para Tanger, onde pouco depois falleceu, contando apenas 24 annos de edade.

Tavora *(Alvaro Pires de)*. Senhor do morgado de Caparica, commendador das ordens do Christo e de S. Thiago. Era filho de Ruy Lourenço de Tavora, que teve o titulo de vice rei da India. Viveu quasi sempre retirado da côrte, mas em 1624 embarcou como voluntario na armada que

foi em soccorro da Bahia, que fôra tomada pelos hollandezes Fal em Lisboa a 7 de julho de 1640 Escreveu a *Historia dos varões illustres do appellido de Tavora, continuada em os senhores da casa e morgado de Caparica, com a relação de todos os successos politicos d'este reino e suas conquistas desde o tempo do senhor rei D. João III*, etc. Esta obra foi publicada depois da sua morte, em Paris, 1648, por diligencia de seu filho Ruy Lourenço do Tavora.

Tavora *(Antonio Luiz de Tavora, 4.º conde de de S. João da Pesqueira e 2.º marquez de).* Alcaide mór de Miranda, commendador de Santa Maria a Velha de Castello Branco; 28.º senhor da casa de Tavora, senhor do Mogadouro, Paredes, Penella, Cedaveira, Ordea, Camudaes, Paradella, Valença, Castanheiro, etc., tenente-general de cavallaria na provincia de Traz-os-Montes. N. em 16?6; fal. a 8 do janeiro de 1721. Era filho do 3.º conde de S. João da Pesqueira o 1.º marquez de Tavora, Luiz Alvares de Tavares, e do sua mulher, D. Ignacia de Menezes. Serviu na guerra da successão de Hespanha como mestre de campo d'um terço, e depois como tenente general. Casou com D. Leonor Maria Thereza de Mendonça, filha de Henrique de Sousa Tavares, marquez de Arronches.

Tavora *(Antonio Tavares de).* Nasceu em Lisboa na segunda metade do seculo XVI, e tendo sido nomeado prior das Astureiras, passou depois a desfructar a conesia de Matra, logar que exercia, quando Filippe II já dominava em Portugal. Tendo seguido o partido do prior do Crato, partiu para o estrangeiro, mas ahi mesmo o perseguiram as vinganças de Castella, e o duque de Serra, embaixador hespanhol em Roma, conseguiu que o papa o mandasse prender e entregar aos hespanhoes, que o tiveram preso em S. Lucar de Barrameda até 1613. Foi solto e declarado innocenete por um breve do papa; em 1618 foi nomeado por Filippe III, de Hespanha, deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, logar que não acceitou. Quando D. João IV subiu ao throno, com a Restauração de 1640, encheu de recompensas este veterano da independencia, o nomeou-o bispo e esmoler mór. Fal. em edade provecta, a 18 de fevereiro de 1642, deixando impressa uma memoria em hespanhol ácêrca do processo quo lhe foi movido, o varios folhetos historicos, um encerrando o catalogo dos prelados de Lisboa, outro dissertações sobre pontos de historia ecclesiastica, outro sobre a origem do conde D. Henrique, e um commentario ao *Nobiliario* do conde D. Pedro.

Tavora *(Christovão de).* Celebre valido d'el rei D. Sebastião. N. em Lisboa em 1548, fal. na batalha d'Alcacer Kibir em 1578. Era filho do grande diplomata Lourenço Pires de Tavora, a quem acompanhou em 1559, quando ello foi como embaixador a Roma. Em 1564 acompanhou tambem seu pae a Tanger, e ali se distinguiu praticando façanhas de valoroso cavalleiro. Voltando ao reino começou a agradar ao joven rei D. Sebastião. Em 1573 acompanhou-o n'uma viagem ao Algarve, e como se mostrasse ali um destro cavalleiro e toureador excellente. ainda mais captivou o animo do monarcha, chegando o valimento, que teve, a tal ponto que voltando a Lisboa, e costumando o rei ir á Torre Velha, Christovão de Tavora aproveitava o ensejo para lhe pedir que o deixasse ir com licença á quinta de Caparica, D. Sebastião dava lho a licença, mas logo o mandava chamar, porque não podia estar sem elle. Em 1574 fez el rei a sua primeira jornada a Africa, e n'essa jornada o acompanhou Christovão de Tavora, que aproveitou o ensejo com outros jovens fidalgos favoritos d'el-rei para destruirem o credito dos Camaras, que eram até então os ministros que dominavam no espirito do soberano. Foi em Sagres que Christovão de Tavora e os outros capitaneados por D. Alvaro de Castro, instaram com el-rei para que se emancipasse da tutella dos Camaras, e effectivamente logo n'ose anno foi Christovão de Tavora nomeado estribeiro mór, e dois annos depois conselheiro de Estado, e afinal camareiro do soberano, cujo valimento continuou a possuir no mais alto grau. Enviou o el-rei como embaixador a Madrid para dar os pezames a Filippe II pelo fallecimento do imperador Maximiliano; com D. Sebastião e o monarcha castelhano esteve na famosa entrevista de Guadalupe, e se não foi dos que incitaram D. Sebastião á fatal expedição a Alcacer Kibir, não foi decerto dos que pretenderam desvial o. Moço, valente e brioso, entendia que na guerra o seu valimento subiria de ponto e longe de lhe contrariar as inclinações guerreiras, pelo contrario lh'as lisonjeava, por isso tambem el-rei D. Sebastião, pódo dizer se, que não via senão pelos olhos d'ello. Quando a expedição já estava prompta a partir, Christovão de Tavora teve um conflicto com o prior do Crato, D. Antonio, por causa d'um creado, e el-rei deu plena razão a Christovão de Tavora, a ponto do prior do Crato querer abandonar o rei, o que teria feito se não fôsse em occasião de guerra; mas partiu para Africa melindrado e estimulado com o soberano, o que decerto não poderia concorrer para o bom exito da expedição. Todos estes erros filhos do seu muito orgulho e da impetuosidade dos poucos annos, fôram por elle gloriosamente expiados na fatal batalha d'Alcacer Kibir, porque, sendo feito por el rei commandante d'aquelle brilhante esquadrão dos aventureiros, corpo de voluntarios todos moços fidalgos e valorosos, com elles carregou tão denodadamente os moiros, que teve quasi a victoria ganha. Depois, quando principiou o desastre, nunca se afastou da companhia d'el rei, cobrindo-o com o seu corpo, pelejando briosamente ao seu lado, supplicando lhe de joelhos que so rendesse, quando viu ser impossivel a resistencia. Foi então que o monarcha lhe respondeu: «Não, a liberdade real só se ha de perder com a vida» E picando as esporas ao cavallo desappareceu, internando-se na multidão dos moiros, o Christovão de Tavora seguiu seu amo na desdita como o acompanhara na fortuna. Combatendo sempre para o proteger, caiu mortalmente ferido.

Tavora *(D. Fernando de).* Religioso da ordem de S. Domingos. N. em Santarem, e fal. em Azeitão em 1577. Era filho do Fernando Cardoso, e irmão de Fr Henrique de Tavora. Professou no convento em Bemfica em 1555, nas mãos de Fr. Bartholomeu dos Martyres, foi mestre dos noviços no convento do Lisboa e prior no do Bemfica. Teve fama do bom prégador e de excellente conversador, sendo ao mesmo tempo um pintor apreciavel, como provavam alguns quadros seus no convento do Bemfica. Em 1559 foi nomeado bispo

do Funchal, mas não acceitou, receando os perigos do mar, e retirando-se para o convento de Azeitão, ali falleceu quando D. Sebastião o nomeou esmoler-mór. Deixou manuscriptos uns commentarios latinos ao Evangelho de S. João.

Tavora *(Francisco d'Assis de Tavora, 3.º marquez de)* Tenente-general e vice-rei da India. N. a 7 de outubro de 1703, sendo filho e herdeiro do 2.º conde de Alvôr, Bernardo Filippe Nery de Tavora, e de sua mulher D. Joanna de Lorena. (V. *Alvôr*). Casou em 1718 com D. Leonor de Tavora, sua prima, filha de Luiz Alvares de Tavares, 4.º conde de S. João da Pesqueira, coronel de infantaria e general de batalha, filho do 2.º marquez de Tavora e 4.º conde de S. João da Pesqueira, casado com D. Anna de Lorena, filha do duque de Cadaval, D. Nuno Alvares Pereira do Mello. D. Leonor herdara os titulos de seus paes e avós, sendo a 6.ª condessa de S. João da Pesqueira e a 3.ª marqueza de Tavora, titulos que tambem fôram concedidos a seu marido. Seguindo a carreira militar, o marquez de Tavora foi nomeado governador da praça de Chaves, e depois, por D. João V, vice-rei da India. Foi este o ultimo vice-rei nomeado por este soberano, e o despacho tem a data de 18 de fevereiro de 1750. A 28 de março d'esse anno saiu a barra de Lisboa acompanhado de sua esposa, chegou á India a 22 de setembro, tomando posse do governo que o vice rei, marquez de Alorna, lhe entregou 5 dias depois. Juntamente com elle fôra de Portugal o novo arcebispo D. Antonio Taveira Brum da Silveira. Um anno depois da sua chegada, recebeu se ali a noticia da morte de D. João V, e o marquez de Tavora, depois de mandar celebrar pomposas exequias em honra do rei fallecido, mandou celebrar com grande fausto a acclamação de el rei D. José, que tão fatal lhe havia de ser e á sua familia. O marquez de Tavora encontrara os estados da India n'uma epoca de relativa florescencia. O seu antecessor, marquez de Alorna, emprehendera campanhas bastante felizes contra o Bounsuló e os Mahrattas, e o marquez de Tavora seguiu lhe as pisadas, mandou uma expedição naval contra o pirata Cananja, que infestava os mares proximos de Diu, tomou lhe a fortaleza do Nerbandal e impôz lhe respeito queimando-lhe os navios que estavam no porto das Galés. Depois declarou guerra ao rei de Sunda, marchou contra elle com uma esquadrilha bastante poderosa, e assumindo o commando das tropas de desembarque, tomou a praça de Piro e as fortalezas de Ximpem e de Conem, e apossando se tambem da esquadrilha d'este soberano que estava fundeada no rio Carwan. Invadiu depois as provincias de Pondá e de Zambaulim, proximas de Gôa, até que o inimigo lhe pediu paz, que o marquez só concedeu depois do obtidas para a corôa portugueza altissimas vantagens. A 13 de setembro de 1754 chegava de Portugal o seu successor conde d'Alva, e o marquez de Tavora partiu com sua esposa para Lisboa, onde chegou precedido de grande fama, porque as suas victorias fôram contadas em numerosos folhetos, que exaltavam o seu alto valor. Tudo isto fazia com que o marquez viesse da India, cheio de orgulho, e que se julgasse aggravado por não receber desde logo todas as recompensas que julgava devidas aos seus serviços. Leval o-ia esse despeito a conspirar contra el-rei? Ninguem póde affirmal-o, e ha quem mesmo suspeite que elle não entrou na conspiração do duque de Aveiro. Muito devoto, confessando se e commungando com extraordinaria frequencia, muito adepto dos jesuitas, inimigo acirrado da preponderancia que Sebastião José de Carvalho e Mello ia assumindo e das suas tendencias politicas de nivelamento, o marquez de Tavora era naturalmente considerado pelo futuro marquez de Pombal como um dos chefes da opposição dos fidalgos. Quando no dia 3 de setembro de 1758 se deu a tentativa de regicidio contra D. José, as suspeitas recairam logo em primeiro logar no duque d'Aveiro, em segundo logar no marquez e na marqueza de Tavora. Contribuiam para isso varias circumstancias: o descontentamento do marquez, que, apezar de ter sido, por morte do marquez de Alorna, nomeado general de cavallaria, não se julgava ainda assim sufficientemente remunerado, a sua recente reconciliação com o duque de Aveiro, com quem o marquez e a marqueza andavam desavindos, a sua intimidade com os jesuitas e especialmente com o P. Gabriel Malagrida, e até mesmo as relações amorosas que se dizia existirem entre D. José e a sua nóra, e de que se suppunha que o marquez estaria aggravado, tudo concorria para dar vulto a essas suspeitas. O marquez, apenas teve noticia do crime, correu ao Paço a apresentar ao rei os seus protestos de fidelidade, e a declarar lhe que a sua espada sairia sempre da bainha em serviço do seu regio amo. Sebastião José de Carvalho, porém, que já fizera circular a noticia de que o incommodo d'el rei provinha não de um ferimento, mas d'uma queda, respondeu lhe friamente que el rei teria na mais alta conta os seus protestos, e que nem outra cousa poderia esperar de tão illustre familia dos Tavoras. Foi no dia 13 de setembro que se levantou emfim o segredo e que se procedeu á prisão dos suspeitos. O marquez de Tavora estava n'um baile inglez; ao sair do baile soube que havia na cidade grande movimento de tropas, e julgando-se offendido na sua qualidade de inspector geral da cavallaria por se pôrem em movimento tropas que estavam debaixo do seu commando sem ser por intermedio seu, dirigiu se ao Paço a queixar-se da affronta e a perguntar se essa desconsideração envolvia tambem alguma desconfiança. Sebastião José de Carvalho foi quem o recebeu e lhe disse que depuzes e a espada e o bastão, insignias do seu commmando, e se considerasse preso. Obedeceu surprehendido o marquez de Tavora, entregou a espada e o bastão a D. Luiz da Cunha e ao conde de Soure, e deixou se conduzir ao pateo dos bichos em Belem, onde já estavam presas outras pessoas da sua familia. O processo que se seguiu mostrou então á evidencia a injustiça com que se perseguiam os Tavoras. Só quem os accusou foi o duque de Aveiro, que posto a tormentos os denunciou como conspiradores; mas os proprios creados do duque, que nos tormentos accusaram seu amo, e accusaram até os seus parentes, nem por sombras pensaram em denunciar o marquez de Tavora, nem no meio dos mais horrorosos tormentos. A nada se attendeu. Não se tratava unicamente de abater o orgulho d'uma casa fidalga, porque havia outras mais fidalgas e mais orgulhosas ainda, tratava-se sobretudo de punir uns fidalgos que ousavam mostrar-se descontentes

com a assiduidade d'el rei junto d'uma gentil senhora casada pertencente a esta familia. Não so julgava ainda assim que se procurasse a todo o custo implicar os Tavoras n'aquello crime, mas o mais provavel é que o rei, na occasião de receber os ferimentos attribuisse aos Tavoras o crime, principalmente se, como se dizia, voltava de casa da joven marqueza. A suspeita d'el-rei faria convergir os inqueritos n'esse sentido, e as mais leves indicações fôram aproveitadas para se criminarem os marquezes. Parece ser isto o que se deduz da historia do processo com o facto, hoje incontestavel, da intervenção directa d'el-rei D. José na questão dos Tavoras. O tribunal de sangue obedeceu ás ordens superiores, o a sentença de 12 de janeiro de 1759 condemnava o marquez de Tavora a ser exautorado de todas as honras, dignidades e commendas; a ter as cannas das pernas e dos braços partidas, a ser depois rodado, a picarem-se as armas da sua familia em todos os sitios onde estivessem, prohibindo se que houvesse mais quem usasse do appellido de Tavora. A sentença foi executada, e assim terminou a existencia, no meio dos mais horrorosos martyrios, o marquez de Tavora, um dos mais illustres vice-reis da India na epoca da decadencia.

Tavora *(D. Francisco Xavier de)*. Era filho do 2.º marquez de Tavora. N. a 13 do abril de 1687. Serviu nas campanhas da guerra da successão de Hespanha em varios pontos, tendo sido nomeado mestre de campo general e governador do Rio do Janeiro em 1713. Foi com o cargo de governador honorifico, substituindo Antonio de Albuquerque. Assignalou o seu governo, cuidando da fortificação da cidade, para evitar a renovação do assalto de Duguay-Trouin. Foi elle que fortificou a ilha das Cobras, e mandou construir o forte da Lage. Retirando se para a Europa em 1716, enlouqueceu, fallecendo pouco tempo depois.

Tavora *(D. Helena de)*. Poetisa muito apreciada. N. em Lisboa, sendo filha d'uma nobre familia. Casou com Henrique de Carvalho e Sousa, provedor das obras do Paço, e enviuvando consagrou-se unicamente á educação do seus filhos, até que emfim se retirou para o convento das Brigidas de Marvilla, onde fez muitas obras por sua conta, e onde morreu a 6 de agosto de 1720, sendo enterrada no côro da egreja. As suas poesias estavam todas manuscriptas, o não se puderam imprimir, porque ella as queimou antes do fallecer.

Tavora *(D Fr. Henrique de)*. Religioso dominicano, arcebispo de Gôa, etc. N em Santarem, e fal. em Chaul a 17 de maio de 1581. Era irmão primogenito de D. Fernando de Tavora. Foi moço da camara do cardeal D. Henrique, o entrando para o claustro, professou no convento de Bemfica, como seu irmão, nas mãos de Fr. Bartholomeu dos Martyres, que era então prior de aquelle convento, e que o escolheu para o acompanhar a Braga, quando foi nomeado arcebispo primaz. Depositando sempre n'elle a maxima confiança, quiz tambem que o seguisse ao concilio de Trento. Distinguiu se no concilio, prégando d'um modo notavel, e seguindo o exemplo do seu illustre prelado na defeza das ideias de reforma ecclesiastica. Voltando a Portugal, foi eleito prior do convento de Evora, e nomeado depois bispo de Cochim em 1567, passando mais tarde, em 1578, a arcebispo de Gôa, primaz do Oriente. Andou visitando a diocese, e indo a Chaul, ali falleceu com a fama de ter sido envenenado. Publicou a *Oração* latina que proferiu no concilio de Trento, e em portuguez, publicou em Coimbra, 1650, o seguinte folheto: *Tratado de avisos de confessores, ordenado por mandado de reverendissimo senhor D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, arcebispo e senhor de Braga, primaz.*

Tavora *(Jeronymo Tavares Mascarenhas de)* Formado em canones pela Universidade de Coimbra, advogado em Lisboa, socio de differentes academias, etc. N. em Lisboa, entre os annos de 1708 e 1710, fal. na segunda metade do seculo XVIII. Formou se em 1731, e vindo para Lisboa seguiu a advocacia, fazendo exame em 1728 no desembargo do Paço, e entrou na magistratura, sendo nomeado juiz de fóra de Marvão. Foi um dos mais celebres membros das Academias do seu tempo, o publicou uns versos á memoria do duque de Cadaval, uma comedia intitulada *Los arrojos por amor*; foi um dos muitos poetas que celebraram a morte da infanta D. Francisca. Ha d'elle um grande numero de poesias epithalamicas e epitaphicas, parecendo comtudo quo era o duque de Cadaval o seu protector encartado. Deixou ainda alguns tratados juridicos em latim. Mas o que o torna mais digno do commemoração é o de ter sido um dos nossos primitivos jornalistas, o jornalista humoristico, porque a elle se devo o *Folheto de ambas Lisboas* (alusão ás denominações de Lisboa Oriental e Occidental, em que a cidade fôra por aquelles tempos dividida). Saia semanalmente, porém houve por vezes suas interrupções, saindo só 26 numeros n'um anno, o 1.º em agosto do 1730 o o ultimo em agosto de 1731.

Tavora *(João Mendes de)*. Clerigo secular, doutor em theologia pela Universidade de Coimbra, bispo de Portalegre o de Coimbra, etc N. em Lisboa no anno de 1578, fal. em Coimbra a 1 do julho de 1646. Era filho do 1.º conde de S. João da Pesqueira, Luiz Alvares de Tavora, e de sua mulher, D. Martha de Vilhena. Entrou como collegial no collegio de S. Paulo, em 1618, e em 1624 passou a conego magistral da sé do Lisboa, foi depois deputado da inquisição do Lisboa e sumilher da cortina de Filippe IV de Hespanha, que o nomeou bispo de Portalegre em 1632, sendo ainda n'esse anno confirmada a nomeação pelo papa Urbano VIII. Em 1638 teve transferencia para Coimbra, e n'esta diocese reuniu em 1639 synodo para se tratar de definir o dogma da Conceição. Quando se deu a Restauração de Portugal em 1640, D. João IV o nomeou conselheiro de Estado e arcebispo do Lisboa, mas não chegou a a exercer este elevado cargo, por ter fallecido, estando ainda em Coimbra Deixou impresso um sermão de auto da fé prégado em 1629, uma epistola em latim ao papa Innocencio X, datada de 1644, o um *Memorial a El-Rei em nome do Deão e Cabido da Sé de Lisboa, em defeza da liberdade ecclesiastica violada com a lei que promulgou contra o uso dos coches.* Deixou tambem manuscriptos uns commentarios em latim ao cantico da *Magnificat.*

Tavora *(José Maria de)*. Capitão do dragões de Chaves. N. a 9 de setembro de 1736. Era filho do 3.º marquez de Tavora Francisco d'Assis de Tavora, e de sua mulher D. Leonor de Tavora. Era um rapaz muito novo, sympathico e brioso,

ajudante d'ordens de seu pae. Foi tambem uma das victimas da tragedia de Belem de 13 de janeiro de 1759, onde morreu depois de horrorosos supplicios.

Tavora *(D. Leonor Thomazia de Tavora, 6.ª condessa de S. João da Pesqueira e 3.ª marqueza de).* Era filha do 4.º conde de S. João da Pesqueira e 2.º marquez de Tavora, e unica herdeira d'estas illustres casas. N. a 15 de março de 1700, e casou a 21 de fevereiro de 1718 com seu primo co irmão Francisco de Assis de Tavora *(V. este nome).* Acompanhou seu marido á India, quando elle foi como vice rei, e costumada no Oriente a ser tratada com os respeitos que se devem ás rainhas, não se resignou facilmente ao pouco brilho da sua vida particular em Lisboa, onde não teve a alta posição que esperava Orgulhosa, dotada d'um espirito varonil e de grande ambição, confiando na sua impunidade de senhora, não occultava o seu desdem por Sebastião José de Carvalho e a sua opposição ao seu ministerio. Além d'isso, ligara se intimamente com os jesuitas, e o P. Manuel Malagrida era não só o seu director espiritual, como tambem o director de todas as suas acções. Assim a sua casa tornára-se um fóco, senão de conspirações, pelo menos de opposição, que Sebastião José de Carvalho não podia vêr, nem via decerto com bons olhos. D'ahi resultou ser a primeira indigitada como criminosa, no attentado contra a vida d'el-rei D. José, e considerada como a principal instigadora do crime. Presa em sua casa na fatal noite de 13 de dezembro de 1758, foi logo conduzida debaixo de prisão para o palacio de Belem, e contra ella tambem se fulminou a terrivel sentença de 12 de janeiro de 1759, a qual declarava, que por algumas justas considerações, a condemnavam sómente a que com baraço e pregão fôsse levada ao mesmo cadafalso, e n'elle morresse de morte natural para sempre, sendo-lhe separada a cabeça do corpo. A sentença tambem a condemnava na confisçação de todos os seus bens para o fisco e camara real, comprehendendo se n'esta confiscação dos vinculos, que fôram constituidos de bens da corôa, e os prazos em todas as mais penas que fôram estabelecidas para a extincção da memoria dos rêus José Mascarenhas e Francisco d'Assis de Tavora. A infeliz senhora foi a primeira a soffrer o supplicio.

Tavora *(Lourenço Pires de).* Um dos mais celebres diplomatas portuguezes do seculo XVI N. em Almada no anno de 1510, fal. em Caparica a 15 de fevereiro de 1573. Era filho de Christovão de Tavora e de D. Francisca de Sousa. Estreou-se na carreira das armas, militando em Arzilla no tempo em que esta praça era commandada por Antonio da Silveira. Em 1535 acompanhou, por ordem de D. João III, o infante D. Luiz á expedição de Tunes, e pouco tempo depois entrou na carreira diplomatica, sendo enviado a Londres, como embaixador para obter a mão da rainha Maria Tudor para o infante D. Luiz, negocio que se mallogrou, porque Carlos V, sendo seu filho D. Filippe viuvo, pediu para elle a mão da rainha de Inglaterra, que lhe foi concedida. Partindo para a India como capitão-mór das naus do reino no tempo em que governava a India D. João de Castro, chegou na occasião em que esta va mais accesa a lucta em torno das muralhas de Diu, segunda vez sitiada pelos turcos e defendida intrepidamente por D. João de Mascarenhas Metteu-se n'uma galeota com uns 40 homens, e foi partilhar os perigos dos sitiados, portando se com tanto valor que na batalha em que D. João de Castro fez levantar o cêrco da fortaleza, foi elle o primeiro que subiu á trincheira. Voltando a Portugal teve de continuar a serie das suas embaixadas, e foi a Vienna d'Austria para conseguir que a rainha desistisse de reclamar a saida de Portugal da infanta D. Maria, filha da rainha D. Leonor e d'el-rei D. Manuel, conseguindo effectivamente evitar que essas reclamações fôssem por deante. Em 1552 foi a Madrid pedir em casamento para o principe D. João, filho de D. João III, a mão da princeza D. Joanna, filha de Carlos V, que depois acompanhou a Portugal, quando ella veiu despozar o herdeiro do throno Depois da morte de D. João III foi Lourenço Pires de Tavora nomeado pela rainha regente D. Catharina, embaixador a Roma, e encarregado de trabalhar para que o cardeal D. Henrique fôsse eleito papa, manobrou com tal habilidade que, por morte de Paulo IV obteve para o principe portuguez 15 votos no conclave que afinal elegeu Pio IV. Já trabalhava n'esse mesmo sentido quando estava embaixador em Madrid, mas não encontrando apoio nas grandes potencias, teve de desistir. O que obteve em compensação para o cardeal D. Henrique fôram as honras da legacia em Portugal N'essa embaixada em Roma, que durou largos annos, não só Lourenço Pires de Tavora conseguiu vantagens importantes para a corôa portugueza, muitas vezes negociadas espontaneamente por elle, sem instrucções do seu governo, mas tambem adquiriu tanta fama de habil negociador, que Filippe II lhe pediu que se encarregasse officialmente de alguns negocios que elle trazia pendentes, e o papa Pio IV pelas suas indicações se guiava na questão da reunião do concilio de Trento, de fórma que tão necessario se lhe tornou o embaixador portuguez que a regente, a seu pedido, o reconduziu no cargo, e quando elle afinal partiu, mandou-o Pio IV acompanhar por uma guarda de honra até á fronteira, deu-lhe immensas provas de distincção, e recommendou-o efficazmente ao duque de Urbino e á senhoria de Veneza, cujas terras tinha de atravessar. Lourenço Pires de Tavora chegou a Lisboa, quando estava accesa a lucta entre a rainha regente D. Catharina e o cardeal rei D. Henrique, que pretendia alcançar a regencia. O cardeal era protegido vivamente pelos jesuitas e pela côrte de Roma, e Lourenço Pires de Tavora apoiou-o tambem com todo o seu talento, o seu prestigio e o seu grande conhecimento dos negocios Lourenço Pires de Tavora, effectivamente, não só era affeiçoado ao papa, que apezar de ter sido guerreado por elle no conclave, o enchia de distincções, mas tambem era grande amigo dos jesuitas, como succedia a muitos espiritos superiores do seu tempo, que se deixaram deslumbrar pela concepção verdadeiramente grandiosa do fundador da ordem. Lourenço Pires de Tavora conseguiu fazer subir ao poder o seu inepto protegido, mas não tardou a arrepender-se. Os jesuitas não tinham trabalhado a favor de D. Henrique, para depois o largarem e deixarem nas mãos de homem de tal valor e de tal energia como Lourenço Pires de Tavora. Este apresentou ao cardeal uma *Memoria sobre os interesses da monarchia,*

obra excellente que D. Manuel de Menezes publica na sua *Chronica de el rei D. Sebastião*, e que era um verdadeiro programma de ministerio. A apresentação d'este documento foi o signal da sua queda. Com os jesuitas então nem Lourenço Pires de Tavora podia luctar, e o facto d'elle os ter protegido nada valia, porque a ingratidão era, póde dizer-se, a primeira das maximas jesuiticas. Em 1564 foi Pires Lourenço de Tavora, o grande diplomata, nomeado capitão de Tanger, logar muito honroso decerto, mas que podia ser facilmente exercido por outro qualquer.. Para ali partiu, o ali sustentou um cêrco apertado, mostrando n'essas procellas de guerra o valor, de que já dora provas 15 annos antes, quando se batera cavalheirescamente em Diu contra os inimigos do nosso dominio. N'essa terra d'Africa fizera as suas primeiras armas, n'essa terra d'Africa póde dizer-se que se estreára na carroira diplomatica, porque antes ainda de ser enviado a Inglaterra, já estivera como embaixador na côrte, do soberano do Fez. Em 1566 voltou á côrte, mas desilludido e desenganado, retirou se para Caparica, solar da sua casa, e onde em 1558 fundára um convento de frades capuchos d'Arrabida, do que era padroeiro e ali falleceu, sendo enterrado no mesmo convento. Além da *Memoria* já citada, sairam impressos em varios livros muitos dos seus numerosos officios, as instrucções que deu, quando era embaixador em Roma, a Antonio Pinto que foi como embaixador ao Prestes João, e hoje estão publicados tambem nas varias collecções diplomaticas muitos dos officios que elle escreveu de Roma, de Madrid, de Bruxellas, de Londres, onde esteve como embaixador, e de Tanger, de Arzilla, etc., onde esteve como capitão.

Tavora *(Luiz Alvares de Tavora, 3.° conde de S. João da Pesqueira e 1.° marquez de)* General no tempo da Restauração de 1640. N. a 7 de março de 1634; fal. a 25 de novembro de 1672. Era filho 2.° do 2.° conde do mesmo titulo, e 16.° senhor da casa de Tavora, o de sua mulher D. Archangela Maria de Portugal. Começando desde muito novo a servir no exercito do Alemtejo, achou se no sitio de Badajoz, no posto de mestre de campo, na batalha de S. Miguel, em 1658, e na batalha das Linhas d'Elvas em 1659, em que foi ferido. Quando n'esse anno de 1659 se accendeu com mais força a guerra na fronteira do Minho, passou a essa provincia com mais alguns officiaes conhecidos pelos seus talentos e bravura, e na campanha de 1661, exercendo o cargo de general da cavallaria, por mais d'uma vez surprehendeu os hespanhoes causando-lhe n'uma d'essas occasiões perdas consideraveis. No anno seguinte, 1668, continuou a distinguir-se na brilhante campanha quo do nosso lado dirigiu o conde do Prado, e passou depois a governar a provincia de Traz os Montes Em outubro de 1663, saindo de Chaves com 5:500 homens de infantaria, 1:300 de cavallaria e 8 canhões, entrou pela Hespanha dentro com grande impeto, queimou e saqueou mais de 150 villas e logares, até quo os clamores dos povos obrigaram o general hespanhol, que estava na fronteira do Minho, a dirigir se para o lado de Traz os-Montes. O conde do Prado, antigo chefe e amigo do conde de S João da Pesqueira, atravessou logo o Minho e tomou o forte de Gayon, o que obrigou o castelhano a voltar de novo a Galliza, sendo seguido pelo conde de S. João da Pesqueira, que prestou auxilio ao conde do Prado habilitando-o a fortificar se solidamente no sitio de Gayon Em 1664 marchou com alguma tropa para o Alemtejo, e tomou parte na expedição contra Valencia, e sendo chamado outra vez no anno immediato á provincia em que se ia travar uma das acções mais brilhantes d'essa guerra, entrou na batalha de Montes Claros em 1665, deu manifestas provas do seu denodo e dos seus dotes militares Posteriormente, foi o conde de S. João da Pesqueira agraciado com o titulo de marquez de Tavora por carta de 18 de agosto de 1669. Foi depois nomeado gentil homem da camara do principe D. Pedro o vereador da camara de Lisboa. Casou com sua prima D. Ignacia de Menezes, filha de D. Rodrigo Lobo da Silveira, 1.° conde de Sarzedas.

Tavora *(Luiz Bernardo de Tavora, 3.° conde do Alvôr, 7.° conde de S. João da Pesqueira, 4.° e ultimo marquez de).* Era o filho primogenito dos 3.°s marquezes de Tavora, Francisco de Assis e D Leonor. N. em Palhavã a 29 d'agosto de 1723. Casou a 8 de julho de 1742 com sua tia, irmã de seu pae, D. Thereza de Tavora e Lorena. Em geral, os historiadores o apresentam como homem orgulhoso, altivo e resoluto. Por isso, se elle soubesse que sua mulher era amante do rei, era provavel que se lançasse na conspiração, mas é bem possivel tambem que o não soubesse, apezar do facto ser bem conhecido, e provavelmente da propria familia. Em todo o caso foi condemnado como cumplice da tentativa do regicidio contra el-rei D. José, e foi uma das victimas da terrivel tragedia de Belem de janeiro de 1759, sendo o 3.° suppliciado.

Tavora *(Pedro Lourenço de).* Reposteiro de D. João III. Era filho de Bernardim de Tavora. Foi collegial em Salamanca, e depois em Coimbra foi o primeiro porcionista do collegio de S. Paulo; conego da sé de Lisboa, esmoler do archiduque Alberto, prelado da ordem de Christo em Thomar. Fal. em 1534, deixando em latim um resumo de breviario romano.

Tavora *(Ruy Lourenço de).* Era filho do grande diplomata Lourenço Pires de Tavora e irmão de Christovão o de Alvaro Pires de Tavora. N. em 1556, e em 1573 passou com seu irmão Alvaro a servir em Tanger, onde se portou com denodo e bravura. Em 1576 acompanhou seu avô, tambem chamado Ruy Lourenço de Tavora, que fôra nomeado vice-rei da India, mas que morreu no caminho, e apezar d'esta desventura seguiu a viagem, e militou na India com muita intrepidez, commandando uma galé. Apenas constou na India quo D. Sebastião tencionava passar a Africa, logo regressou ao reino, e em 1579 chegou só para saber as noticias do grande desastre do Alcacer Kibir, e da morte dos seus dois irmãos. Nomeado governador da Torre Velha pelo cardeal rei D. Henrique, adheriu promptamente a Filippe II. Quando governou Portugal o archiduque Alberto, Ruy Lourenço de Tavora serviu com valor tanto na defeza de Cezimbra, ameaçada pelos inglezes, como na de Lisboa que os inglezes tambem chegaram a atacar. Nomeado primeiro capitão de Ceuta, e depois capitão de Tanger, nenhum dos governos pôde exercer por doença grave que teve, mas em 1595 foi nomeado governador do Algarve, logar que exerceu seto annos,

tendo muito trabalho para defender as cidades da costa contra as armadas inglezas que as assaltavam, Faro foi tomada e queimada pelos inglezes, que voltavam commandados pelo conde d'Essex da feliz expedição de Cadiz, mas Lagos, onde Ruy Lourenço de Tavora residia, manteve-se intemerata Em 1608 foi nomeado vice-rei da India, e partindo para o seu governo, teve de se haver, durante os tres annos que o exerceu, com as primeiras investidas dos inglezes e dos hollandezes, que sempre repelliu, aopasso que estabelecia relações com o grão-Mugol, e que mandava tropas para conquistarem o Monomotapa, cousa que da côrte lhe incumbiam com muita urgencia. Substituido em 1612 por D. Jeronymo de Azevedo, demorou-se ainda algum tempo na India, regressando ao reino em 1613. Teve no caminho um encontro com umas naus hollandezas, e chegando a Lisboa, morreu pouco depois, no anno de 1615, quando era pela segunda vez nomeado provedor da Misericordia.

Tavora *(D. Thereza de Tavora e Lorena, marqueza de)* Mulher e tia do marquez de Tavora, Luiz Bernardo, e irmã mais nova do marquez de Tavora Francisco de Assis. N. a 9 d'agosto de 1723, e casou com seu sobrinho a 8 de julho de 1742. Era uma gentil senhora, ao que parece bastante leviana, e que foi, segundo todas as probabilidades, amante d'el-rei D. José, ou que pelo menos lhe acceitava a côrte. Diz-se que na noite da tentativa do regicidio, voltava o rei de casa da marqueza, acompanhado pelo seu creado e confidente Pedro Teixeira. Depois do supplicio de seu marido e das outras pessoas da sua familia, ella nada soffreu, sendo apenas encerrada no convento das freiras do Rato, talvez com a ideia de em breve a soltarem, mas o rei, parece que depressa se esqueceu d'ella, pois no convento passou o resto da vida, fallecendo, segundo se diz, em profunda miseria.

Tavora. Villa e freg. de S João Baptista, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Taboaço, distr. e bisp de Vizeu, 183 fog. e 689 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, correio com serviço de posta rural; está situada na encosta d'uma serrania a 1 k da margem esquerda do rio Tavora e a 5 da séde do conc. A pov. é antiga; foi séde de conc., da comarca de Pinhel, depois de Trancoso, mas sujeita ao juiz de fóra de Taboaço, e por fim da comarca de Armamar. Depois de abolido o conc., ficou pertencendo ao de Taboaço e ao distr. de Vizeu El-rei D. Manuel I lhe deu foral, em Lisboa, a 8 de julho de 1514. Até em 1759 fôram os marquezes de Tavora seus donatarios, passando então o senhorio para a corôa. A primitiva egreja matriz foi construida no meado do seculo XI, e ficava pouco distante da actual. Depois de varias reconstrucções e reparos, foi demolida pelo meado do seculo XIII, construindo se então a que hoje existe. E' um templo regular, construido de bello granito, mas de simples architectura. Esta freg. fica encostada a uma cordilheira penhascosa, onde se vê um acervo de penedos, a que se dá o nome de *Penha Amarella*, onde as aguias vão fazer os seus ninhos Só é accessivel pelo sul, e com difficuldade. Do seu cume se descobre um vasto horizonte, e um medonho despenhadeiro até á margem esquerda do rio Tavora. A villa pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res n.º 9, com a séde em Lamego. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle de-Vez, distr. do Vianna do Castello, arceb. de Braga; 196 fog. e 801 hab. Tem esc. do sexo fem. Está situada na estrada dos Arcos a Ponte do Lima, e a 6 k da séde do conc. A terra é fertil, tem caça, cria gado, e recebe muito peixe dos rios Lima e Vez, e do mar. A freguezia é muto antiga, foi cabeça da commenda do Tavora, da ordem de Malta, que comprehendia tambem Santar, Portella do Extremo, e o couto d'Aboim de Nóbrega. A egreja matriz é antiga, e de pobre architectura. E' aqui o velho couto de Calvos, que foi dos bispos do Tuy. Junto á egreja houve um antiquissimo castello. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. do Minho, conc. e com de Arcos de Valle-do-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 85 fog. e 315 hab. Dista 6 k. da séde do conc. E' fertil em cereaes, e assim como a antecedente, cria gado, tem caça, e abundancia de peixe dos rios Lima e Vez, e do mar. Foi vigairaria annexa á abbadia de Tavora. A egreja matriz é muito antiga, bastante vasta, mas pobre. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello || Rio na prov. da Beira Alta e Beira Baixa. N. na Fonte de João Durão, junto á villa do Trancoso, e com 54 k. de curso entra na margem esquerda do rio Douro, 7 k. abaixo da villa de Tavora e 5 abaixo de Taboaço, na pov. do Espinho, deixando á sua direita as freguezias de Valença do Douro, Balsa, Desejosa, Castanheiro, Pereiro, Paredes da Beira, Riodades, Escurquella, Fonte Arcada, Freixinho, Villa da Ponte, Sernancelhe, Taborna dos Arnas, Arnas, Cunha, etc; e á esquerda: Adorigo, Barcos, Santo Aleixo, Taboaço, Tavora, Granjinha, Paradella, Sendim, Cabaços, Villar, Rua, Faia, Penso, Granjal, Sequeiros, etc. Cria lampreias, trutas, barbos e outros peixes. O rio é atravessado por muitas pontes de cantaria, sendo as principaes as de Espinho, Fumo, Riodades, Pontigo, Villa da Fonte e Villar, sendo esta de 4 arcos. As margens do Tavora são quasi sempre alcantiladas, e o seu leito, em quasi toda a parte é de rocha núa; pelo que as suas margens *(ribas)* são agrestes e erriçadas de medonhos penhascos, principalmente desde a ponte do Fumo até á de Riodades. D'ali para cima são mais aprazíveis, e n'ellas se vêem bons campos; e da ponte do Fumo até ao Douro, magnificos vinhedos. Na foz do rio Tavora, mesmo em frente de Espinho, se fórma no Douro o terrivel ponto da Cachucha, que no inverno é o mais perigoso que se encontra desde a raia de Hespanha até á Regoa. Nas duas margens do Tavora, e esquerda do Douro, no Espinho, estão as minas de chumbo argentifero, que fôram do engenheiro polaco Ladislau Zarzechi, fallecido em 1874. Em frente d'estas minas, na margem direita do Douro, ha outra mina do mesmo metal, e que tambem pertenceu ao referido polaco.

Tayão. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov do Minho, conc. e com. do Valença, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 6? fog. e 276 hab. Está situada a 2 k. da estrada de Valença aos Arcos de Valle-de-Vez. Tem generos agricolas. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr.

de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Tayas. Freguezia da prov. do Minho, no conc. de Monsão, annexada para todos os effeitos á de *Barroças*. V. *Barroças e Tayas.*

Tázem Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. de Val passos, distr. de Villa Real, arceb. de Braga. Está annexada para todos os effeitos á freg. de Padrella. (V. *Padrella e Tázem*). || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de V. N. de Tazem, conc de Gouveia, distr. da Guarda.

Tchango. Pov. do sobado de Mahengue, na div. e conc. do Humbe, distr. de Mossamedes, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tachella Pov. do conc. de Cacongo, no distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Tchialemba. Pov. do sobado de Cabinda, na regedoria do Povo Grande, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tchiamputo. Pov. do sobado de Maquella, no Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov d'Angola, Africa Occidental.

Tchibimbe. Pov. do conc. de Cabinda, na delegação do Chiavala, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

T'chicua. Pov. do sobado de Mutano, da div. e conc. do Humbe, distr. de Mossamedes, prov. de Angola, Africa Occidental.

T'chicuhepo. Pov. do sobado de Mutano, na div. e conc do Humbe, distr. de Mossamedes, prov. de Angola, Africa Occidental.

T'chicundeixa. Pov. do sobado de Mahengue, na div. e conc. do Humbe, distr. de Mossamedes, prov. de Angola, Africa Occidental.

T'chicunho. Pov. do conc. de Cacongo, no distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

T'chicoracota. Pov. do sobado de Mutano, na div. e conc. do Humbe, distr. de Mossamedes, prov. d'Angola, Africa Occidental.

T'chifito. Pov. do sobado de T'chipelongo, na div. e conc. do Humbe, distr. de Mossamedes, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tchilan. Pov. do sobado de Mahama, na div. e conc. do Humbe, distr. de Mossamedes, prov. de Angola, Africa Occidental.

Tchimbondo. Pov. do conc. de Cacongo, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tchinga Pov. do sobado de Bembe, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tchimingulro. Pov. do conc. da Humpata, no planalto de Chella, distr. da Huilla, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tchimunto. Pov. do sobado de Cacongo, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tchindo. Pov. do sobado de Iolama, no caminho do Zombo, conc. de S Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Tchindua Dimba. Pov. do sobado de Ialama, no caminho do Zombo, conc. de S Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Tchindua Londa. Pov. do sobado de Ialama, no caminho do Zombo, conc de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tchindore. Pov. do sobado de Mutano, na div. e conc. do Humbe, distr. de Mossamedes, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tchinfumo Bacca Pov. do conc. de Cacongo, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tchinga. Pov. do sobado do mesmo nome, no caminho do Zombo, conc de S. Salvador, e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Cabinda, na regedoria do Povo Grande, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Tchinganga. Pov. do conc. de Cacongo, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tchinganga Guimbe. Pov. do sobado de Cabinda, na regedoria de Sócca, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental

Tchingango Vemba Pov. do sobado de Cabinda, na regedoria do Sócca, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tchingonda. Pov. do sobado de Cabinda, na regedoria do Povo Grande, distr. do Congo, prov de Angola, Africa Occidental.

Tchingundo. Pov. do conc. do Cacongo, no distr. do Congo, prov d'Angola, Africa Occidental.

Tchintando. Pov. do conc. de Cacongo, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tchintualla Pov. do conc. de Cacongo, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tchipasse Monho. Pov. do sobado de Cabinda, na regedoria do Sócca, distr. do Congo, prov d'Angola, Africa Occidental.

T'chipeio. Pov. do sobado de Mahama, na div. e conc. do Humbe, distr. de Mossamedes, prov. de Angola, Africa Occidental.

T'chipelongo. Pov. do sobado do mesmo nome, na div. e conc. do Humbe, distr. de Mossamedes, prov. de Angola, Africa Occidental.

Tchipita. Pov. do sobado de Cabinda, na regedoria do Sócca, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Tchiquiamunce. Pov. do sobado de Quimbumbuge Quitanda, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Tchiva Pov. do sobado de Tomboco, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov d'Angola, Africa Occidental.

T'Chizo. Pov. do sobado de Cabinda, na regedoria de M'Tamba, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

T'chunja. Pov do sobado de T'chipelongo, na div. e conc. do Humbe, distr. de Mossamedes, prov. de Angola, Africa Occidental.

Teamonde, Povoações nas freguezias: S. Salvador de Carregosa, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. do Aveiro. || S Martinho de Moiroa, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Purificação, de Villa Chã, conc de Macieira de Cambra, distr. d'Aveiro.

Tear. Pov. na freg. de S. Vicente, de Paços, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Tebosa. Pov. e freg de S Salvador, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga;

140 fog. e 476 hab. Tem est. post Está situada a 10 k. da sédo do conc. e a 2 do rio Este. E' fertil em generos agricolas, o cria gado. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Técas. Pov. na freg. de S. Thiago, do Cernadello, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Tecelão. Officio que tinha regimento na collecção dada pelo senado de Lisboa em 1572.

Techi. Pov. do sobado de N'Golome N'Dombo, na 8.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Techi de Baixo Pov. do sobado de N'Golome N'Dombo, na 8.ª div. do conc. de Ambaca. distr. pe Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Tedeschi *(Francisco Maria)*. General de brigada reformado. N. a 11 de abril de 1847; fal. a 5 de outubro de 1907. Assentou praça em infantaria a 3 de outubro de 1865, sendo promovido a alferes em 19 de janeiro de 1870, a tenente em 15 de setembro de 1875, a capitão em 31 de janeiro de 1883, a major em 3 de abril de 1893, a tenente coronel a 18 de julho de 18?6, a coronel em 26 de maio de 1900, e era commaudante de infantaria, n.º 21, quando passou á reserva, por ser julgado incapaz do serviço activo, em 17 de maio do 1901. Foi um official muito distincto. Serviu no ultramar, sendo ali governador de Lourenço Marques. Serviu tambem na guarda municipal e em varios corpos da provincia. Era official, cavalleiro e commendador da ordem de S. Beuto de Aviz.

Tedeschi *(João)*. Professor. N. na freguezia d'Ajuda, então do antigo concelho de Belem, em 1811; fal. a 11 de novembro de 18?7, victima da febre amarella. Depois de completar os seus estudos na Aula do Commercio e na Academia de Marinha, estabeleceu um collegio na Junqueira, onde gozou de bons creditos e grangeou muitos discipulos. Escreveu: *Apontamentos geraes da historia do antigo e novo testamento e historia ecclesiastica*, Lisboa, 1849; com estampas.

Tedeschi *(José)*. Decano dos pharmaceuticos portuguezes, lente jubilado do Dispensario pharmaceutico da Escola Medico Cirurgica de Lisboa, pharmaceutico da Casa Real, jornalista, etc. N. em Belem a 20 de novembro de 1814, fal. em Lisboa a 19 de julho de 1904, com perto de 90 annos de edade. Era filho do napolitano Vicente Tedeschi, e de sua mulher D. Marianna Rua da Silva. Tendo recebido as primeiras luzes do ensino no lar domestico, matriculou-se depois nas aulas que existiam no mosteiro dos Jeronymos, e onde veiu a receber um brilhante attestado subscripto pelo celebre latinista Fr. Francisco da Rocha Martins Furtado, ao concluir os seus estudos das linguas latina e franceza, e de philosophia nacional. Em 1829 entrou como praticante na pharmacia Leitão, na rua dos Poiaes de S. Bento, d'onde passou para a de Lourenço José Peres, pharmaceutico da Misericordia, estabelecido na rua do S. Roque, conservando-se ali até 1840, anno em que se estabeleceu por conta propria, n'aquella mesma rua. Creadas as escolas medico-cirurgicas de Lisboa o do Porto, por um decreto dictatorial com força de lei de 29 de dezembro de 1836, ficou pertencendo o ensino theorico da pharmacia ao lente da 3.ª cadeira, sendo commettido em Lisboa o ensino pratico ao administrador da botica do hospital de S. José. Breve se reconheceu a incomptabilidade dos dois serviços, e posto o logar da Escola a concurso de provas publicas, foi n'elle provido José Tedeschi, por deliberação do conselho da Escola de 21 de maio de 18?0, sem vencimento. Anteriormente, em 4 de outubro de 1839, fôra lho passada a primeira carta de habilitação no curso de pharmacia, carta em que os doutores Bernardino Gomes, Abranches Bizarro e Dionysio Correia, o approvaram com louvor. Apezar de todas distincções, José Tedeschi quiz ir aiuda voluntariamentar completar a sua educação scientifica e matriculou se nas aulas do 1.º anno de mathematica da Escola Polytechnica, e de zoologia da Academia Real das Scieucias, fazendo exame das duas disciplinas, em que obtevo approvação. Apenas diplomado, entrou immediatamente no exercicio profissional, conquistando dentro em pouco grande popularidade. Foi em 1840, conforme dissémos, que estabeleceu, por sua conta, uma pharmacia na rua de

José Tedeschi

S. Roque, pharmacia que adquiriu grande nomeada, o que se tornou ponto de reuuião d'uma parte da sociedade elegante e litteraria d'aquella epoca, entregando se ali em palestras varias. Isso, porém, não o distrahia dos seus estudos, e concorreu com algumas especialidades pharmaceuticas de technica sua á Exposição Industrial do Porto em 1862, sendo-lhe conferida a medalha de prata. Foi tambem o primeiro pharmaceutico que em Lisboa, preparou o chloroformio, logo que a imprensa estrangeira fez conhecer esse poderoso anesthesico, que tanto alarmou a sciencia, e veiu beneficiar a humanidade. Por decreto de 4 de janeiro de 1845 foi nomeado professor do Dispensario Pharmaceutico da Escola Medico-Cirurgica, logar creado pela lei de 20 de setembro de 1844, em substituição da existente, e para o qual passou o eusino completo da pharmacia additado com o de toxicologia. Exerceu este cargo sempre com verdadeira dedicação, exemplar independencia e profundo saber, até ser jubilado

por decreto de 20 de outubro de 1869, sujeito a cabimento, ao qual foi admittido a 21 de junho de 1870. Quando em 1856 e 1857, Lisboa foi assaltada pelas epidemias da cholera morbus e febre amarella, José Tedeschi foi incansavel, não abandonando um só momento o seu posto Pelos relevantes serviços que então prestou, recebeu a medalha commemorativa da febre amarella, instituida pela Camara Municipal. Em 1858, vagou o logar de pharmaceutico da Casa Real, e abriu-se concurso para o seu provimento. Entre o grande numero de candidatos que concorreram, foi José Tedeschi o preferido, designando-se expressamente no diploma de nomeação, datado de 18 de junho do referido anno, quo fôra nomeado em *attenção aos seus vastos conhecimentos, chimicos e zoologicos, e especial situação profissional* Tedeschi conservou se n'este logar até á data da sua morte, se bem que nos ultimos annos estivesse apartado de todos os trabalhos de laboratorio. Pelo governo fôram lhe commettidas por diversas vezes importantes commissões como a da redacção da pharmacopeia nacional, a do preçario de pharmacia e da analyse das aguas dos chafarizes da capital em 1867, além d'outras em que egualmente se houve de maneira distincta. No *Jornal de pharmacia e sciencias accessorias*, do que foi fundador, publicação mensal muito apreciada pela classe pharmaceutica, feita á sua custa, foi quasi exclusivamente o seu redactor durante 56 annos completos; ali deixou documentos da sua alta capacidade scientifica, encontrando-so tambem muitos valiosos escriptos seus, dispersos em outras publicações congeneres. Da Sociedade Pharmaceutica Lusitana, a que pertenceu durante 64 annos, foi eleito dezenas de vezes presidente no longo periodo decorrido de 1852 a 1885. A mesma Sociedade o nomeou em 1848 seu socio honorario, e em 1857 socio benemerito. Em 1877 foi-lhe conferida tambem a distincção de presidente honorario, sendo lhe entregue solemnemente o diploma em sessão commemorativa do 53.º anniversario da mesma Sociedade, depois de lhe ser inaugurado o retrato, honra dispensada sómente aos consocios illustres. Os discursos proferidos por José Tedeschi nas sessões solemnes da referida Sociedade Pharmaceutica e nas commissões de pharmacopeia lusitana e do regimento dos medicamentos fôram egualmente outros tantos testemunhos das suas aptidões e da sua sciencia, salientando se como valioso documento oratorio o seu elogio funebre de José Dionysio Correia. Exerceu os seguintes cargos publicos: juiz eleito e membro da junta de parochia; vereador da camara municipal de Lisboa nos bienuios de 1860 a 1861, 1862 a 1863, 1876 a 1877, 1878 a 1879. No biennio de 1862 a 1863 foi chamado a funccionar como substituto na vaga do vereador Manuel Fernandes Chaves, que falleceu em 1862. No biennio de 1876 a 1877, tambem não foi inicialmente vereador, mas tendo sido dissolvida a camara por decreto de 20 de junho de 1877, fez parte da commissão municipal nomeada para a substituir, por alvará do governador civil de 21 de junho do mesmo anno, e foi depois eleito para servir no resto do biennio. Na camara municipal prestou serviços importantissimos, revelando extraordinario zelo e intelligencia na gerencia dos pelouros das aguas, matadouro, limpeza, caes e praias, jardins, etc. Em 1861, tendo-se os marchantes constituido em greve, José Tedeschi foi ás provincias do norte promover a remessa de gados para a cidade, sendo lhe facil, em virtude do seu credito e relações, obter o abastecimento do mercado de Lisboa. Foi tambem inspector das escolas de instrucção primaria nos concelhos de Pombal, Ancião e Alvaiazere, por uma vez, e de Almada, Barreiro, Alcochete e Seixal, por outra, sendo sempre louvado pelo governo ao terminar aquellas commissões. Entre outras mercês regias, José Tedeschi foi agraciado em 1862 com o grau de cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; em 1865 com a mesma distincção da de S. Thiago, e em 1879 com a commenda da de Christo. Era tambem cavalleiro da ordem de S. Mauricio e S. Lazaro de Florença, mercê recebida em 1867. Possuia ainda diplomas de socio de varias academias e associações, tanto nacionaes como estrangeiras.

Te Deum. Cantico da egreja em acção de graças. E' escripto em prosa, em versiculos, com uma amplidão e majestade de estylo notavel. O seu canto, largo e sonoro, constitue uma das mais bellas inspirações da musica sagrada. A obrigação de cantar o *Te Deum* nas grandes festividades está escripta na regra de S. Bento. Canta-se, segundo o pontifical romano, na coroação d'um rei, na sagração d'um bispo, na canonisação d'um santo, na publicação da paz e na commemoração d'uma victoria. Entre nós canta se tambem em 31 de dezembro, em acção de graças a Deus por se ter chegado ao fim do anno. Esta devoção teve principio na egreja de S. Roque, em 31 de dezembro de 1718, a instancias do primeiro patriarcha de Lisboa D. Thomaz d'Almeida, e tem continuado sempre até aos nossos dias.

Tédo. Rio da provincia da Beira Alta. Tem a sua origem n'um sitio chamado *As Porquinhas*, districto da freguezia de Caria. Logo abaixo d'esta nascente se lhe junta um pequeno ribeiro, chamado Tédinho, que nasce na *Fonte da Granja de Oleiros*, junto á villa da Rua. Recebe as aguas do *ribeiro do Toitão*, que nasce no Castinçal; depois, as do *Córgo do Guizo*, quo tem a sua origem no Seixo de Villar e na quinta da Janeira, freguezia de Baldos Passa as freguezias de Paradinha, Castello, Nagosa e Longa. Aqui recebe um regato que vem da aldeia dos Arcos, correndo depois até á Granja do Tédo. Até aqui, é atravessado pelas pontes dos Arcos, Janeira e Arruda Outro ramo do Tédo principia na serra da Gamella, freguezia do Leomil, e tem mesmo o nome de *Gamella*. A este se reune um, chamado Varge, que vem de Paraduça, e outro que desce da aldeia Nacomba, juntando se ambos, logo abaixo de Beira Valente, confluindo todos na Granja do Tédo N'esta importante povoação tem o rio duas pontes, uma das quaes a divide em duas partes. Segue por entre as freguezias de Gonjoim, Santo Adrião, onde tem uma ponte; Villa Sêcca, Santa Leocadia, Barcos e Adorigo. Na estrada marginal do Douro, na foz do Tédo, ha outra ponte.

Tedões. Pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Tegal *(Gonçalo)* Fidalgo quo era filho de Ayres Gonçalves de Figueiredo, de quem descendem por varonia os Figueiredos d'Alcacer, e muitas outras casas illustres. Teve o senhorio de Palma, a quem el-rei D. Affonso V fez mercê da

contada, como consta do Livro dos Registos do mesmo soberano, e se guardam no archivo da Torre do Tombo.

Teiga. Antiga medida de capacidade, muito variada, segundo as terras. Havia *teiga de Abrahão*, *teiga requenga*, *teiga sexta*, *teiga direita*, *teiga de celleiro*, *teiga de jagundo*, *teiga jugadeira*, *teiga coimbrã*, *teiga da ponte*, *teiga da terra de Lamego*, *teiga de escrivão*, e ainda outras diversas denominações. Umas eram mais pequenas do que os ultimos alqueires que se usavam, outras tinham um alqueire, que variava de tamanho segundo as localidades; outras tambem 2 alqueires e meio, 3,4 e 5. No foral que D. Sancho II deu em setembro de 1223 aos 10 cazaes que constituiam a villa de Barqueiros, diz: *Habate teigam et quartam qualem semper habuistis.*

Telmosas Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cereal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Teira. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Alcobertas, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

Teire. Pov. na freg. de Santos Cosme e Damião, de Garfe, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Teivães. Pov. na freg. de Santa Maria, de Autime, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Teivas Pov. na freg. de S. João Baptista, de Lourosa, conc. e distr. de Vizeu.

Teive. As armas d'esta familia, que tinha o seu solar na quinta de Teive, proximo do Porto, são: Escudo esquartelado; no primeiro quartel, em campo de ouro seis *torteaux* vermelhos em duas palas; no segundo, em campo de prata tres arminhos pretos em roquete, e assim os contrarios; timbre, um leopardo de ouro com arminhos negros e um *torteau* do escudo na mão.

Teive *(Balthazar de)*. Sabe-se apenas que foi poeta latino, natural de Braga, e formado em direito pela Universidade de Coimbra. Deixou manuscriptos todos os seus versos latinos, constando só, que muitos d'elles eram epigrammas e uma resposta a uma elegia de Jeronymo Cardoso.

Teive (*Diogo de*). Doutor em direito civil pela Universidade de Paris. N. em Braga, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento; sabe-se apenas que vivia ainda em 1565. Era um profundo hellenista e humanista. Saindo de Portugal, foi estudar a Paris, onde existia no seu tempo o famoso collegio de Santa Barbara, collegio exclusivamente portuguez, cujos professores tinham adquirido grande reputação. Ali estudou, tomou o grau de doutor, e n'essa Universidade de Paris regeu uma cadeira. Esteve depois em Bordeus, para onde foi com o professor André de Gouveia, que fôra nomeado director ou reitor, ou principal do collegio da Guyena d'essa cidade, onde regeu a cadeira de humanidades. Quando D. João III, tendo reformado a Universidade de Coimbra, queria nomear professores de alta competencia, mandou chamar a Bordeus Diogo Teive, que regressou então a Portugal na companhia de Jorge Buchanan e outros, sendo Buchanan nomeado lente da primeira cadeira de humanidades e Diogo Teive da segunda. Depois passou a reitor do collegio das Artes, que em 1555 teve, com a maior magua, de entregar aos jesuitas por ordem d'aquelle monarcha. Mais tarde foi provido n'um canonicato da sé de Miranda, onde parece que falleceu. Escreveu em latim uma *Historia do segundo cêrco do Diu*, que foi prefaciada por André de Gouveia, e que teve um grande numero de edições: a de Coimbra em 1548, a de Colonia em 1602 e a de Roma em 1608, além de ter sido reproduzida na *Hispania Illustrata*, e no *De rebus lusitani*, etc. No fim da primeira edição d'esta obra ha tambem uma oração latina em louvor do casamento dos paes de D. Sebastião, a esse mesmo assumpto consagrou depois uma poesia, e as duas obras sairam impressas juntas em Salamanca. Tambem imprimiu uns opusculos latinos em louvor de D. João III, e fez além d'isso uma nénia em louvor do arcebispo D. Fernando de Menezes, e outra em louvor de D. Theodosio de Bragança, etc. Deixou manuscripta uma oração que pronunciou em latim na egreja de Santa Cruz por occasião do fallecimento do principe D. João, filho d'el-rei D. João III, e uma traducção da *Cyropedia* de *Xenophonte*, que lhe fôra mandada fazer pelo mesmo soberano.

Teive. Pov. na freg. de Santa Comba, de Regilde, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Teixe. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Anuaes, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Teixeira. Appellido nobre de Portugal. Procede de Hespanha, mas não se sabe quem o trouxe para este paiz. O primeiro fidalgo portuguez que se encontra com este appellido, é D. Hermigio Mendes de Teixeira, filho de D. Fafes Luz, alferes mór do conde D. Henrique, pae de D. Affonso Henriques, e seu rico homem Tirou o seu appellido da freguezia de Teixeira, da provincia do Douro, onde teve o seu solar. As armas d'esta familia são: Em campo azul, cruz de ouro, potentea, e vazia de campo. Timbre, meio unicornio, de prata, armado de ouro. Este brazão de armas foi dado por D. Affonso V, em 1472, a João Teixeira de Macedo, que teve capella em Villa Real de Traz-os-Montes, no morgado de Macedo. Outros Teixeiras trazem por armas: escudo fachado e contrafaxado de prata e purpura, de 4 peças, e o mesmo timbre.

Teixeira *(P. André Gonçalves)*. Presbytero secular. N. em Santarem, e fal. em 1700. Foi professor de humanidades em Santarem, sendo um theologo e grammatico distincto. Deixou varias obras theologicas em latim, que ficaram manuscriptas, assim como uma arte de rhetorica tambem em latim, e uma arte de fazer versos latinos, escripta em portuguez, e que ficou egualmente sem ser impressa.

Teixeira *(Antonio)*. Musico e compositor muito distincto, que floresceu no seculo XVIII. N. em Lisboa em maio de 1707, e parece que falleceu por occasião do terremoto de 1755. Era filho de Manuel Teixeira e de Vicencia da Silva. Contando 9 annos de edade foi mandado por el rei D. João V a Roma, a fim de aprender musica com perfeição, e a arte de contraponto. Desenvolveu-se-lhe tão notavel talento que em pouco tempo se evidenciou como compositor e tocador de cravo. Voltando á patria a 11 de junho de 1728, em premio da sua applicação foi nomeado capellão cantor da Patriarchal e examinador dos ordenandos em cantochão em todo o patriarchado. Entre as suas muitas composições citam se um *Te Deum*, a 20 vozes, que se cantou na egreja

de S. Roque no dia 31 de dezembro de 1734; outros *Te Deuns*, psalmos, misereres, missas, etc.

Teixeira *(Fr. Antonio).* Religioso da ordem da Trindade. N. em Villa Real em 1602, fal. em Lisboa a 22 de novembro de 1687. Foi lente na sua ordem, reitor do collegio de Coimbra, visitador geral, e provincial por tres vezes, em 1650, 1654 e em 1661. Escreveu: *Epitome das Noticias Astrologicas necessarias para a Medicina*, Lisboa, 1670.

Teixeira *(Antonio José).* Doutor em mathematica, e lente jubilado da Universidade de Coimbra, conselheiro, deputado, par do reino, etc. N. em Coimbra a 25 de junho de 1830, fal. no Luso a 19 d'agosto de 1900. Era filho de Antonio José Teixeira do Araujo, honrado e respeitavel negociante de Coimbra, quo fal. na cadeia d'Almeida, accusado pelo partido absolutista de ter sido um dos maiores influentes nos grandes festejos que se fizeram no dia 31 de julho de 1826, no largo de Samsão, para solemnisar o juramento da Carta Constitucional. A este respeito veiu publicado

Antonio José Teixeira

um artigo, em 1885, no *Conimbricense*, escripto pelo antigo jornalista, já ha muitos annos fallecido, Joaquim Martins de Carvalho. Aconselhado por sua mãe, D. Florinda Rosa Candida Teixeira, e incitado pelo seu amor ao estudo, matriculou-se no Lyceu, com a ideia de entrar na Universidade apenas terminasse os preparatorios; infelizmente só mais tarde é que pôde satisfazer o seu desejo. Em 1846 viu-se obrigado a interromper os estudos, por se ter alistado no batalhão academico que se organisou em Coimbra, de que lhe resultou ser preso na expedição do conde das Antas para Lisboa, e conduzido á Torre de S. Julião, onde esteve encerrado durante trinta o cinco dias. Só depois de terminada a guerra civil, alcançando a liberdade e regressando a Coimbra, é que pôde continuar os estudos, matriculando-se na faculdade de mathematica, em 1848. Estudante sempre dedicado, fez um curso brilhantissimo, causando assombro pelo seu engenho aos lentes mais notaveis, como os drs. Rodrigo Mamede, Rufino Castello e outros; em todos os annos do curso foi sempre condecorado com os premios e louvores, que a Universidade confere aos seus alumnos mais distinctos. Formando-se na faculdade de mathematica, tomou o grau de doutor em 7 de outubro de 1855, e foi convidado a tomar capello, sendo lhe este concedido gratuitamente em homenagem ao seu profundo talento e ao honroso curso que fizera, solemnidade que se realisou no dia 31 de maio de 1856. Foi depois nomeado professor da Universidade, e apenas tomou posse da regencia da sua cadeira, tomou a louvavel resolução, que provou á evidencia a nobreza do seu caracter, de deixar de leccionar sciencias mathematicas, a que se dedicara desde o terceiro anno universitario, sacrificando assim importantes interesses, por lhe parecer menos digna a accumulação dos proventos de leccionista com o ordenado de professor. Decorrido algum tempo, foi nomeado substituto ordinario, e depois cathedratico. A fórma notavel como se houve no desempenho d'estes honrosos cargos, grangeou lhe a reputação de ser um dos mais brilhantes ornamentos do primeiro estabelecimento scientifico do paiz. O povo de Coimbra tributava-lhe a maior consideração e confiança, e elegeu-o membro da vereação municipal, logar que exerceu com toda a proficiencia, empregando juntamente com o presidente, o dr. Raymundo Venancio Rodrigues, todos os esforços para a realisação de importantes melhoramentos. Foi membro do conselho e da junta geral do districto, tornando memoraveis algumas sessões d'aquelle corpo scientifico pelos debates que sustentou, e que despertaram a attenção geral. Como jornalista, o dr. Antonio José Teixeira tambem se tornou notavel pelos seus artigos publicados em diversos jornaes, com especialidade no *Conimbricense*, de que foi director politico desde 1861 até 1870. Algumas associações scientificas o distinguiram com o diploma de socio honorario, e o *Instituto* o encarregou da redacção d'uma das suas secções o do 8.º volume do seu jornal. A carreira politica e parlamentar, a que o dr. Teixeira sacrificou uma parte da sua actividade e todo o seu patrimonio, foi uma serie de triumphos; amigo intimo e dilecto de Fontes Pereira de Mello, tomou pela primeira vez assento na camara dos deputados em 1868, sendo eleito por dois circulos: Oliveira do Hospital e Soure. Tendo sido escolhido para relator do projecto sobre a contribuição industrial, projecto que foi largamente discutido, o dr. Teixeira manifestou os seus vastissimos recursos intellectuaes o a profundeza dos seus variadissimos conhecimentos, sustentando um interessante o serio debate, que durou muitas sessões. Na defeza d'aquelle projecto, Fontes Pereira do Mello, então ministro da fazenda, prescindiu da palavra, confiando na reconhecida competencia do relator, e deixando-lhe plena liberdade na direcção de tão importante discussão. O dr. Antonio José Teixeira tornou a ser deputado em bastantes legislaturas, representando diversas vezes o circulo do Pombal, Oliveira do Hospital, Ponte do Lima, o Soure. Em todas estas legislaturas apresentou projectos de lei importantes, dos quaes apontaremos os seguintes: para reunir n'uma só faculdade, que se denominaria *Faculdade de sciencias*, as duas faculdades do mathematica o philosophia; creando uma nova faculdade, que se chamaria: *Faculdade de philosophia e letras;* autorisando o governo a proceder á construcção do ca-

minho de ferro da Beira Baixa, com um ramal para a Covilhã; estabelecendo as regras a seguir nas aposentações e jubilações dos lentes e professores de instrucção publica. A Pombal prestou os mais relevantes serviços, como deputado; assim o confessa o *Pombalense* de 23 de janeiro de 1883, publicando lhe o retrato, e um artigo affectuoso de reconhecimento. As outras localidades, porque foi eleito, egualmente publicaram nos seus jornaes artigos manifestando a sua gratidão. Tres vezes recebeu convite para tomar parte no ministerio, a que sempre se recusou; em 1870 no gabinete formado pelo marechal Saldanha, para a pasta das obras publicas; em 1881, para substituir Lopo Vaz na pasta da fazenda; em 1891, no gabinete formado por Antonio Serpa Pimentel, tambem para a pasta da fazenda. O dr. Teixeira exerceu o cargo de governador civil de Braga, e ali se conservou algum tempo, gosando das maiores sympathias; quando pediu a sua exoneração, foi profundo o pezar de toda a gente de aquelle districto, e n'um abaixo assignado, em que figuraram muitas assignaturas, pediram instantemente para que se conservasse em Braga. O dr. Teixeira fôra transferido para o logar de governador civil de Lisboa, que não chegou a exercer, por ter caido a situação. Fez parte de muitas commissões de fazenda e de instrucção publica, e foi relator de diversos projectos importantissimos. Em 1876 recebeu a nomeação, por decreto de 20 de maio, de secretario geral do conselho das alfandegas, e reorganisou de tal maneira aquella repartição, que a tornou uma das mais importantes do paiz. Escreveu o primeiro relatorio ácerca dos trabalhos d'aquelle conselho nos annos de 1876 a 1878, trabalho em que são expostos os principios scientificos que devem possuir os verificadores, e em que se relatam muitas e circumstanciadas noticias sobre assumptos aduaneiros. Este livro é utilissimo e indispensavel a todos as funccionarios da alfandega; toda a imprensa periodica do paiz largamente o apreciou e elogiou. O dr. Teixeira pertenceu á Sociedade de Geographia; ao *Pantheon dei virtuosi cosmopolite*, de que tinha medalha e diploma com a data de 22 de abril de 1872; era vogal da secção de manufacturas do Conselho Geral de Agricultura e Manufactura, por decreto de 24 de dezembro de 1875. Em 3 de fevereiro de 1881 recebeu a carta de conselho, e em 17 d'agosto d'esse mesmo anno, a nomeação de director geral das alfandegas, importantissimo logar que exerceu superiormente. Em 1887, a 9 de dezembro, foi jubilado como lente de mathematica da Universidade. A Republica franceza agraciou-o no anno de 1882, com a medalha da *Legião de Honra*. Em 1872, por deliberação do conselho dos decanos da Universidade, foi escolhido para delegado junto da commissão encarregada da escolha e remessa dos objectos que fôram enviados para a exposição de Vienna d'Austria. Na trasladação dos ossos de Alexandre Herculano, para o jazigo na egreja de Belem, em 1888, tambem foi convidado pela Universidade para a representar n'aquelle acto solemne. Foi vogal permanente do Conselho Superior de Instrucção Publica, e par do reino, eleito por Coimbra. Quando se organisou o ministerio de Instrucção Publica, foi nomeado director geral, e quando o ministerio acabou, ficou addido ao ministerio do reino com a mesma categoria. O dr. Antonio José Teixeira publicou as seguintes obras: *Voto sobre a reforma das faculdades de mathematica e philosophia*, quando o ministro do reino (então Martens Ferrão) pediu consulta á Universidade a respeito da reforma do ensino superior; *Memorias sobre mathematica e especialmente estudos sobre a doutrina da proporcionalidade; Declaração de voto; Biographia de Rodrigo Ribeiro de Souza Pinto; Documentos para a historia dos jesuitas em Portugal*. Nos muitos escriptos importantes publicados no *Instituto* de Coimbra, conta-se a biographia de *José Monteiro da Rocha*, e a de *Antonio Homem*, que estava quasi concluida, e deveria apparecer em volume, quando elle falleceu. Saiu mais tarde, em Coimbra. O dr. Teixeira foi um dos homens mais prestimosos do partido regenerador; teve a sua epoca brilhantissima, mas ha muito que se afastara da politica, e vivia muito retirado, unicamente entregue á sua familia, aos seus livros e aos seus estudos historicos; este abandono o tornou um pouco esquecido, ainda assim a sua perda foi muito sentida, principalmente em Coimbra, sua terra natal, que lhe professava a maior estima, consideração e respeito.

Teixeira *(Antonio de Mattos)*. Doutor em theologia pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Lisboa, e fal. em Lamego a 20 de setembro de 1707. Depois do seu doutoramento, passou á Italia, e residiu em Roma, onde foi grande frequentador das academias que no seculo XVII por ali tanto abundavam. Foi particular amigo do cardeal Ottoboni, que foi depois papa com o nome de Alexandre VIII. A essas relações deveu decerto o ser nomeado thesoureiro da sé de Lamego, logar de que tomou posse em 1669. Deixou muitas obras impressas, e entre outras uma *Parenesis ethica e moral*, em verso italiano e dedicada a Alexandre VIII, impressa em Roma em 1668; uma *Oração funebre nas exequias que se fizeram na Sé de Lamego, na morte de papa Clemente X*, Lisboa, 1676; *Luz evangelica e dias sagrados*, collecção de sermões, impressa em 1686; *Prolusão Genethliaca em os faustos auspicios do nascimento do principe herdeiro e successor dos reinos de Portugal*, impressa em 1689, com o pseudonymo de *Jaymes Theottonio de Naxera*.

Teixeira *(Antonio Ribeiro de Liz)*. Doutor e lente em direito pela Universidade de Coimbra. N. em Vizeu em março de 1790, fal. em Coimbra a 7 de setembro de 1847. Era filho de José Ribeiro de Liz Teixeira, e de sua mulher, D. Maria do Carmo. Tomou o grau de doutor em canones a 3 de julho de 1817. Em 1834 foi nomeado pelo governo liberal lente de direito. Escreveu: *Curso de direito civil portuguez, ou commentario ás instituições do Senhor Paschoal José de Mello Freire sobre o mesmo direito*, Coimbra, 1845; 3 tomos; reimpresso em 1848, havendo ainda uma 3.ª edição em 1858.

Teixeira *(Christovão)*. Doutor em canones pela Universidade de Coimbra, capellão-mór de D. João III, desembargador da Casa da Supplicação, administrador e provisor de Thomar e outros logares da sua jurisdicção, *nullius diocesis*, etc. Foi elle que ordenou a impressão das *Constituições de Thomar*, por uma provisão sua, datada de Lisboa, 12 de janeiro de 1555.

Teixeira *(Fr. Domingos)*. Religioso da ordem de Santo Agostinho. N. em Celorico de Basto,

entre os annos de 1675 e 1680. Fal. em 17 de fevereiro de 1726, ainda novo. Professou no convento da Graça, de Lisboa, em 1695, e não consta que exercesse outro cargo, além do de sacristão mór do convento da Penha de França. Escreveu: *Vida de D. Nuno Alvares Pereira, segundo condestavel de Portugal, progenitor da Casa Real pela serenissima de Bragança*, etc., Lisboa, 1723; saiu em 2.ª edição (posthuma), á custa do livreiro Ignacio Nogueira Xisto, Lisboa, 1749; *Vida de Gomes Freire de Andrade, general de artilharia do reino do Algarve, governador e capitão general no estado do Brazil; Primeira Parte*, Lisboa, 1724; *Parte segunda*, publicou-se em 1727, já depois da morte do autor. Accusaram Fr. Domingos Teixeira de plagiario de Jacinto Freire de Andrade na sua *Vida do condestavel*, affirmando-se que elle lançara mão d'uns cadernos manuscriptos d'aquelle escriptor. E' certo que a *Vida de Gomes Freire*, em cujo prologo Fr. Domingos Teixeira se defende d'aquella accusação, é muito inferior em merecimento, pelo menos em estylo, á *Vida do Condestavel*.

Teixeira *(Felix)*. Doutor em direito civil e lente de Instituto, cuja cadeira regia em 1560, na Universidade de Coimbra, e desembargador da Casa da Supplicação. N. em Coimbra e fal em Villa Viçosa, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. A duqueza de Bragança, D. Catharina, protegia o muito; era seu procurador em Lisboa, e defendeu muito os seus direitos á corôa de Portugal. Juntamente com o advogado da mesma illustre senhora, Affonso de Lucena, escreveu um folheto, em 1579, em que se demonstravam os seus direitos á successão do throno. O folheto foi reimpresso em 1589, e sendo traduzido em francez, só se publicou essa traducção em 1641.

Teixeira *(Francisco Gomes)*. Doutor em mathematica pela Universidade do Coimbra, director e lente na Academia Polytechnica do Porto, hoje com a denominação de reitor do senado universitario, vogal do Conselho de Instrucção Publica, etc. N. em S. Cosmado, no districto de Vizeu, a 28 de janeiro de 1851, sendo filho do Manuel Gomes Teixeira. E' uma das maiores glorias scientificas do paiz o considerado o nosso primeiro geometra. Tendo se doutorado em 18 de julho de 1875, foi nomeado professor da sua faculdade na Universidade em 1876, pedindo depois, em 1883, a sua transferencia para a Academia Polytechnica do Porto. O conselho d'esta Academia acolheu por tal fórma esta pretensão, que tomou sobre si a iniciativa de representar ao governo instando que, sem formalidades de novo concurso, lhe fôssem abertas as portas da Academia, como cousa que muito a interessava. A representação do corpo docente da Academia dizia o seguinte: «O requerente, além das provas e titulos scientificos que o admittiram no magisterio da Universidade, tem dado tantas o tão publicas provas do seu talento e estudos, que esta Academia não mostraria zelo pelo seu adoantamento, se não empenhasse os seus esforços em adquirir tão notavel professor. Como estudante, teve a carreira mais brilhante a que se póde aspirar: a Universidade, além dos primeiros premios e partidos, conferiu-lhe nas informações o limite maximo, isto é, 20 valores, classificação que nunca antes fôra concedida, e não tornou a ser» — Já antes publicou o seguinte trabalho: *Desenvolvimento das funcções em fracções continuas*. Como doutor, obteve as mesmas extraordinarias informações e tornou-se notavel, não só pela novidade de algumas theses, como pela importancia da sua dissertação inaugural: *Integração das equações ás derivadas parciaes de 2.ª ordem*. Como candidato ao magisterio apresentou a seguinte memoria: *Coordenações obliquas na mechanica*. Como professor tem sido d'uma fecundidade nunca vista n'esto paiz, em assumptos tão difficeis, como se póde vêr pela enumeração das suas principaes memorias: *Sur le nombre des fonctions arbitraires des intégrales des equations aux dérivées partielles (Memoires de la Société des Sciences de Bordeaux*, tomo III*); Sur la décomposition des fractions rationnelles (Jornal de Sciencias Mathematicas e astronomicas, tomo I); Sur les principes du Calcul infinitésimal (Memoires de la Société des Sciences de Bordeaux*, 2.ª serie, tomo IV); *Prelecção sobre a origem e principios do calculo infinitesimal (Jornal de Sciencias Mathematicas e Astronomicas*, tomo III): *Sobre a multiplicação dos determinantes* (no referido *Jornal* e tomo*); Sur les dérivées de l'ordre quelonque (Giornale di Matematiche diretto dal G. Battaglini, tomo XVIII); Sur le dévéloppement des fonctions implicites en une série (Journal de Mathematiques pures et appliquées de Liouville*, 3.ª serie, tomo VII); *Sur l'intégration d'une equation aux derivées partielles du deuxiéme ordre (Comptes-rendus de Académie des Sciences de Paris*, tomo XCIII); *Sur l'integration d'une classe d'équations aux derivées partielles ou deuxiéme ordre (Bulletins de l'Academie royale de Belgique*, 3.ª serie, tomo III); *Sur la théorie des imaginaires (Annales de la Societé scientifique de Bruxelles tomo VII; Mathesis*, tomo III; *Rivista di Mathematica*, tomo V); *Sur une formule d'interpolation (Memoires de la Societé royale des Sciences de Liége*, 2.ª serie, tomo X). O sr. dr. Gomes Teixeira fundou o *Jornal de Sciencias Mathematicas e Astronomicas*, de que sairam 15 volumes, e que depois foi continuado, como publicação official, sob o titulo de *Annaes scientificos da Academia Polytechnica do Porto*. Em 1896 e 1897 publicou o seu *Tratado de calculo infinitesimal* em 3 volumes, que lhe tem merecido as mais honrosas referencias, sendo equiparado aos mais notaveis cursos da especialidade publicados nos ultimos tempos. Por estes trabalhos mathematicos foi-lhe conferido o *premio D. Luiz I*, instituido por aquelle monarcha. Tendo a Real Academia de Sciencias exactas, physicas e naturaes de Madrid posto a concurso, em 1897, o thema *Curvas geometricas*, foi com outros sabios estrangeiros, o sr. dr. Gomes Teixeira, um dos concorrentes, e de tal valor foi considerado o seu trabalho, que em sessão de 14 de junho de 1899, por votação unanime, lhe foi conferido o premio de 1:500 pesetas, e uma medalha de ouro, sendo a respectiva memoria publicada á custa da Academia. Por este motivo, em 8 de maio de 1900, foi lhe prestada pela camara dos pares do uma honrosa homenagem, de que dá conta um opusculo por essa occasião publicado pelo autor da proposta, que foi o dr. Gonçalo d'Almeida Garrett, lente da Universidade de Coimbra. Attendendo ao relevante merito dos seus estudos mathematicos, o governo portuguez resolveu que fôssem publicadas á custa do Estado as suas obras. O sr. dr.

Francisco Gomes Teixeira é socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa; do Instituto de Coimbra, da Sociedade das Sciencias Physicas e Naturaes de Bordeus, da Sociedade Real de Sciencias de Liége, da Sociedade Scientifica de Bruxellas, da Academia de Sciencias de Cherbourg, de Hallo e de Praga, do Circulo Mathematico de Palermo e da Sociedade Antonio Alzate do Mexico. Em 1907 foi nomeado vogal do Conselho Superior de Instrucção Publica, e n'esse mesmo anno, por decreto de 28 de junho, recebeu a mercê da grau-cruz e commenda da ordem de S. Thiago.

Teixeira *(Francisco Vahia)* Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, que floresceu no seculo XVII. Na Universidade foi elevado a lente de instituta em 7 de outubro de 1637; do codigo em 12 de maio de 1642; do digesto velho em 29 de janeiro de 1654, e da cadeira de prima em 31 de maio de 1659. Foi tambem collegial de S. Pedro. Foi elevado a desembargador da Casa da Supplicação em 1649, e a desembargador dos aggravos em 1650. Tambem foi desembargador do Paço. Jubilou-se em 1664, anno em que, parece, ter fallecido. As suas postillas, muito apreciadas em Coimbra, ficaram todas manuscriptas.

Teixeira *(Henrique Teixeira de Sampaio, barão de).* Foi o 1.º conde da Povoa. V. *este titulo.*

Teixeira *(João).* Doutor em direito, do conselho de D. João II e chanceller-mór do reino. Foi embaixador de D. Affonso V junto do papa Xisto IV, e do D. João II junto de Fernando e Izabel de Hespanha, para lhes propôr o casamento do principe D. Affonso, seu filho, com a princeza D. Izabel de Hespanha. Esteve em relações com o sabio italiano Angelo Policiano, e conserva-se manuscripta uma carta que elle lhe dirigiu.

Teixeira *(João).* Cosmographo mór muito erudito nas sciencias que dizem respeito ao seu officio, escreveu a *Descripção de todo o maritimo do Brazil*, que se não chegou a imprimir, e foi composta em 1640.

Teixeira *(João Augusto).* Medico, professor e director da Escola Medico-Cirurgica do Funchal N. na villa de Ponta do Sol, Madeira, em 25 de julho de 1843, fal. no Funchal em março de 1907. Era filho de Feliciano Augusto Teixeira, secretario da administração d'aquelle concelho. Tendo cursado com muita distincção o lyceu do Funchal, matriculou-se na Universidade de Coimbra, habilitando-se com os preparatorios de philosophia para a faculdade de medicina, onde se formou a 31 de julho de 1874, tendo alcançado varios premios *accessit.* Por portaria de 12 de novembro do mesmo anno, foi nomeado professor interino da 2.ª cadeira da Escola Medico Cirurgica do Funchal, passando á effectividade em 21 de maio de 1885. Em virtude da jubilação do conde de Cannavial, foi nomeado director da mesma escola. O circulo da Madeira o elegeu seu deputado nas legislaturas de 1885 e 1886. Regeu por muitos annos superiormente a cadeira de latinidade do lyceu do Funchal. Foi sub-delegado de saude d'aquelle districto, vogal da antiga junta geral e membro da commissão districtal.

Teixeira *(Joaquim Antonio dos Santos).* Cirurgião militar, que chegou ao posto superior do cirurgião em chefe do exercito, e falleceu em 1857, victima da febre amarella. No mesmo anno em que falleceu, havia publicado um folheto a respeito da questão da ophtalmia do regimento de infantaria n.º 12, que levantou grandes debates entre os facultativos militares. Possuia o diploma de conselheiro e a commenda da ordem de Aviz.

Teixeira *(Joaquim Gomes).* Bacharel formado em leis pela Universidade de Coimbra, que floresceu no seculo XVIII. Desconhece se a terra da sua naturalidade, assim como as datas do nascimento e fallecimento. Seguindo a carreira da magistratura, foi corregedor da ilha Terceira, e desembargador da Casa da Supplicação, cargo que exercia, quando falleceu. Em 22 de maio de 1780 a Academia Real das Sciencias o nomeou seu socio correspondente, sendo elle um dos seus primeiros socios Escreveu: *Confrontação da doutrina da Egreja com a doutrina da Sociedade dos Jesuitas, traduzida do original italiano no idioma portuguez*, Lisboa, 1770. Traz um extenso prologo do traductor.

Teixeira *(Fr. José).* Celebre partidario do prior do Crato, e um dos heroes que se sacrificaram pela independencia de Portugal, quando infelizmente ella succumbiu. N. em Lisboa em 1543, fal. em 1601. Em 1565 entrou na ordem dos prégadores dominicanos, professando no convento de S. Domingos de Azeitão. Distinguiu se desde logo como theologo e prégador. Era prior do convento do Santarem, quando em 1578 aconteceu o terrivel desastre de Alcacer-Kibir. Começou a travar-se a lucta entre os differentes pretendentes de Portugal, ainda durante a vida do cardeal-rei D. Henrique, e fr. José Teixeira mostrou se ardente defensor dos direitos de D. Antonio, prior do Crato, de quem era prégador. Acompanhou-o fielmente na emigração para o estrangeiro, sem nunca o desamparar, nem em França, emquanto andou solicitando os soccorros de Catharina de Medicis, nem a bordo da armada que foi tentar soccorrer a ilha Terceira, e que o marquez de Santa Cruz derrotou nas aguas de Villa Franca. N'essa batalha caiu prisioneiro fr. José Teixeira, e veiu para Lisboa, onde esteve encarcerado, e d'onde conseguiu fugir para França, juntando-se de novo a D. Antonio. Henrique III e Catharina de Medicis affeiçoaram se muito a Fr. José Teixeira, e o elegeram seu confessor, prégador e conselheiro. Em 1585, apezar de estar investido n'esses cargos, acompanhou D. Antonio a Inglaterra, quando elle foi solicitar o soccorro da rainha Izabel, e em 1588 regressou a Paris. Dominava então a Liga Catholica n'aquella cidade, e fr. José Teixeira, que era um espirito pouco affecto a superstições e a fanatismos, teve nos chefes da Liga inimigos serios, que ainda mais o detestavam por elle se mostrar fiel ao soberano que o elegera seu confessor, e que a Liga considerava agora como o seu maior inimigo. Assaltaram-lhe a casa, tiraram lhe os livros, e queimaram-lh'os n'uma fogueira. Receando prudentemente que lhe fizessem o mesmo a elle, fugiu para fóra de Paris, e foi ter com Henrique III, que o recebeu admiravelmente. D. Antonio, prior do Crato, morreu em Paris em 1595, vendo á sua cabeceira o seu fiel companheiro fr. José Teixeira, que depois do fallecimento d'aquelle principe, que elle sempre considerava o seu verdadeiro rei, continuou em Paris, como o seu compatriota fr. Diogo Soa-

res, a exercer, com grande applauso, o mister de prégador. Quando a princeza viuva de Condé, Carlota de Trémouille, abjurou o protestantismo nas mãos do cardeal legado Alexandre de Medicis em 1596, em Roma, o dominicano frei José Teixeira assistiu a essa cerimonia, e diz se que fôra elle quem a convertera; o que é certo, pelo menos, é que depois de convertida, foi fr. José Teixeira o seu confessor e esmoler. O papel importante, porém, que este frade dominicano representou nos acontecimentos do seu tempo, foi o de intrepido defensor dos direitos de D. Antonio á corôa, e de adversario implacavel de Filippe II, a quem fez mais mal com a sua penna de polémista, do que outros muitos com a espada. Escreveu: *De Portugaliae ortu, regni initiis et denique de rebus á regibus universoque regno preclarae gestis compendium, ex fidelibus spectatissimorum historicorum monumentis excerptum*, Paris, 1582. N'este livro tratava fr. José a questão da herança da corôa portugueza de um modo altamente hostil a Filippe II, o que fez com que Duarte Nunes do Leão, o famoso chronista e escriptor que estava sendo cortezão dos soberanos hespanhoes, lhe respondesse n'um livro especial, o que mostrava a importancia que Filippe II ligava ao seu adversario. Fr. José Teixeira replicou energicamente com uma obra que tinha este desdenhoso titulo *Confutatio migarum Duardi Nonii Leonis jurisconsulti luzitani et aliorum qui Portugaliae regnum Philippo Castellae regi jure hereditario obvenisse contendunt et Antonii veri Portugaliae regis jus vellicare excerpta ex anti cristi Joseph Texerae*. Esta obra foi impressa na Suissa, ao que parece, em 1594. Continuando a pugnar pela mesma causa, escreveu ainda Fr. José Teixeira: *De electionis jure, quod competit viris portugalencibus inaugurandis suis regibus ac principibus*, Lyão, 1589, reimpressa no mesmo sitio com o pseudonymo de Pedro Olim em 1590, e ainda reimpressa terceira vez com o titulo de *Speculum tyrannidis Philippi regis Castellae in usurpanda Portugallia verique Portugallensium juris in eligendis suis regibus ac principibus cum annotationibus J. J. F. a V. I C.*, em 1595, Paris Como se vê pelos titulos d'estas ultimas obras, Fr. José Teixeira não só defendia a realeza de D Antonio pelo principio do direito hereditario, mas tambem pelo principio democratico do direito que tinham os povos de elegerem os seus reis, principio que parece bastante inesperado nos fins do seculo XVI, mas que, reflectindo se bem, era a consequencia da crise que atravessava a sociedade n'essa epoca de lucta, em que se travava em toda a parte um ultimo combate entre a liberdade e o despotismo. Escreveu Fr. José Teixeira ainda outra obra em latim, tratando da genealogia do grande Henrique IV, a qual foi traduzida em francez por C. Dieris, e publicada em Paris em 1595. Ainda escreveu em latim e publicou a genealogia em latim do principe de Condé, e deixou manuscripta a genealogia das familias de Bourbon e de Condé, etc

Teixeira *(José Maria)*. Professor do Instituto Geral de Agricultura. N. a 6 de agosto de 1824, fal em Lisboa a 28 de novembro de 1883. Exerceu successivamente os empregos de veterinario militar e lente da antiga Escola de Veterinaria Militar, e em qualquer d'esses exercicios deu sempre provas de assiduidade no serviço, elevada intelligencia e abalisada cultura Mais tarde, quando se organisou o Instituto Geral de Agricultura, foi escola ali incluida, e José Maria Teixeira passou para elle na qualidade de professor de pathologia veterinaria, sendo tambem intendente da referida escola e vice-presidente do seu conselho especial veterinario. José Maria Teixeira e o professor João Ignacio Ferreira Lapa fôram encarregados pelo governo de visitar as principaes escolas veterinarias de Hespanha, França, Belgica e Inglaterra, estudando n'essa viagem a administração scientifica, clinica e economica, assim como as officinas e outros quaesquer estabelecimentos auxiliares das mesmas escolas. D'esta viagem apresentaram o seguinte relatorio, que tem a data de 5 de agosto de 1858: *Relatorio dos commissarios mandados pelo governo estudar a organisação do ensino e do serviço veterinarios de Hespanha, França, Belgica e Inglaterra*. José Maria Teixeira collaborou em differentes revistas da sua especialidade, sendo o seu nome muito considerado em todo o paiz e no estrangeiro.

Teixeira *(Libanio José)*. Bacharel formado em medicina pela Universidade de Coimbra. Foi nomeado medico do hospital de S. José em 18 de julho de 1826, passando em 1831 a medico da tarde e a inspector da botica; em 1833 a director de enfermaria, e em 1834 a director da botica do hospital. Foi suspenso em 1839, mas logo reintegrado. Fal. a 17 de junho de 1856.

Teixeira *(Luiz)*. Cosmographo-mór de Portugal, que viveu no seculo XVI. Era filho do jurisconsulto João Teixeira. Escreveu em latim uma *Descripção das Ilhas Terceiras (Açôres)*, uma *Descripção do Japão*, que fôram impressas em 1584 e em 1595, em Antuerpia. Foi tambem autor de um grande mappa geographico e hydrographico da terra, publicado em Amsterdam em 1604.

Teixeira *(Manuel)*. Rei d'armas de Portugal, muito apreciado e perito em tudo que diz respeito á sciencia dos brazões. Viveu no seculo XVII e deixou um livro intitulado *Livro da armaria*. Tambem ha d'elle uma carta escripta a D. Theodosio II, duque de Bragança, sobre o titulo de duque e officio de condestavel. A 11 de maio de 1607 passou-se um alvará, para que ninguem imprimisse livro de armas ou de familias, sem que fôsse primeiramente approvado por Manuel Teixeira.

Teixeira *(P. Manuel)*. Jesuita e missionario. N. em 1538, em Bragança, e fal. na Casa Professa dos jesuitas, de Gôa, em 15 de março de 1590. Depois de professar, passou á India em 1551 Foi reitor dos collegios de Cochim e de Baçaim, e em 1573 eleito provincial. Não se descuidou, porém, das suas missões, e em 1568 partiu para a China como embaixador de Portugal. Deixou diversas cartas escriptas de Gôa, de Baçaim, Cantão e Macau, para os padres do collegio de Coimbra, padres de Portugal, padres da Europa, etc.

Teixeira *(Manuel Carlos)*. Cirurgião e lente de anatomia no hospital de S. José, cirurgião da real camara, vogal adjunto do Conselho de Saude Publica, etc Fal. em 22 de março de 1877. Foi nomeado cirurgião extraordinario do hospital, sem vencimento, a 19 d'agosto de 1819, e lente substituto no impedimento de seu pae, Manuel José Teixeira, em 1822, ficando effectivo pouco tempo depois Em 1826 ficou como director de enfermaria, sendo aposentado em 1864 A elle se

dêve a primeira desarticulação escapulo humeral feita em Portugal, no anno do 1825, assim como a primeira talha recto-vesical e a primeira applicação, em 1827, do enterotomo em Portugal.

Teixeira *(Manuel Gonçalves)*. Medico, pharmaceutico o escriptor. Era natural de Santarem, onde tambem fal. a 4 de outubro de 1717. Era bom latinista, o deixou manuscriptas algumas obras em latim, e em portuguez umas *Noticias chronologicas, antiguidades e grandezas da villa de Santarem*. Traduziu em portuguez os *Remedios de madame Fouquet*, escriptos em francez, e a *Theoria pharmaceutica* de Nicolau Chesneau, e *Novo curso chymico* de Nicolau Lamery.

Teixeira *(Manuel José)*. Cirurgião e lente do hospital de S. José. Era ajudante das enfermarias desde 1792 quando em 1803 foi nomeado cirurgião. Em 1806 passou a lente de anatomia, e em 1810 a professor de operações, exercendo então simultaneamente estes dois logares, recebendo o vencimento do hospital e dos estudantes as propinas do costume. Foi aposentado em 1823, e fal. a 2 do janeiro de 1826. Foi cirurgião honorario da real camara.

Teixeira *(Manuel José)*. Medico pela Escola Medico Cirurgica do Lisboa. Terminou o curso em 1850, defendendo these manuscripta sobre a *Operação da pupilla artificial*. Por decreto de 1851 foi admittido como cirurgião para o banco do hospital do S. José. Em 27 de maio de 1854 foi nomeado cirurgião da casa dos banhos do hospital de Rilhafolles com o ordenado de 480 reis por dia, quo foi depois elevado a 217$200 reis annuaes, por portaria de 27 de setembro de 1854. Em 9 de junho do 1855 foi encarregado do serviço cirurgico do hospicio dos invalidos, em 1857 fez a clinica das enfermarias da febre amarella, e em 1858 passou a ser cirurgião do hospital de Rilhafolles. Fal. a 23 de novembro de 1883. Foi medico da real camara.

Teixeira *(P. Manuel de Santa Martha)*. Conego secular da Congregação de S. João Evangelista, apreciado theologo e prégador. N. em Lisboa, aproximadamente, no anno de 1720, fal. na segunda metade do seculo XVIII. Entrou na referida congregação em 19 de agosto de 1738, e quando professou, mudou o nome que tinha no seculo, de Manuel Joaquim Teixeira, pelo de Manuel de Santa Martha Teixeira. Formou-se na Universidade de Coimbra em direito canonico, e doutorou-se em theologia na de Evora. Além de alguns sermões que publicou avulsos, imprimiu em 1748 o 1.º tomo dos seus sermões, que foi o unico publicado, e que Fr. Manuel da Epiphania censurou asperamente no seu *Verdadeiro modo de prégar*. Compoz tambem uns versos á morte de D. João V o á acclamação d'el-rei D. José. Escreveu um opusculo de 28 paginas, com o titulo de: *Explicação do jubileu do anno santo, e da sua extensão a todo o orbe catholico, pelo nosso S. S. P. Benedicto XIV*, etc., Lisboa, não tem designação do anno, mas julga-se que seja de 1751. Antes de professar escreveu uma comedia, *Acertos d'um disparate*, Lisboa, 1758, e que foi reimpressa algumas vezes.

Teixeira *(D. Marcos)*. Bispo do Brazil, pertencente ao grupo d'aquelles prelados militantes, tão frequentes no seculo XVII. N. em Lamego na segunda metade do seculo XVI, fal. no Brazil a 16 d'agosto de 1624. Era filho de Damião Botelho e de Joanna Teixeira, sendo o seu nome completo Marcos Teixeira de Mendóça. Matriculou-se na Universidade de Coimbra, onde se formou em jurisprudencia canonica, e em julho do 1604 foi admittido como collegial no collegio de S. Pedro, passando depois a fazer parte do corpo docente da Universidade, começando a reger a cadeira de Clementinas em 1610. Foi nomeado, em 1611, conego doutoral da sé de Evora, em 1617 inquisidor-mór da mesma cidade, e em 1621 bispo da Bahia, ou do Brazil, porque era esse o seu unico bispado existente n'aquelle vastissimo territorio. D. Marcos Teixeira era um prelado buliçoso e irrequieto, pouco disposto a curvar se deante do governador da Bahia, e levantando a cada instante conflictos de jurisdicção. Estava elle exercendo a prelazia, e Diogo de Mendonça Furtado o governo, quando chegou á Bahia no dia 4 de maio de 1624 a esquadra hollandeza commandada por Jacob Willekens. Diogo de Mendonça Furtado, que já sabia do destino d'essa esquadra, chamára a toda a pressa para dentro da Bahia os moradores de Reconcavo, mas como elles não a viam apparecer, o ao mesmo tempo se lembravam do que tinham abandonado os seus engenhos, tinham-se ido embora, apezar dos rogos do governador, mas em virtude dos conselhos do bispo D. Marcos Teixeira, que fazia assim opposição a Diogo de Mendonça, mas quo assim concorreu tambem para a perda da cidade, que elle tinha depois de salvar. Effectivamente, a 9 de maio foi a cidade assaltada pelos hollandezes e rapidamente conquistada, caindo Diogo de Mendonça Furtado prisioneiro e fugindo para o Reconcavo o bispo D. Marcos. Foi quando os moradores de Reconcavo viram a cidade no poder dos inimigos, quo se arrependeram da sua impaciencia, mas foi tambem que D. Marcos Teixeira desenvolveu as suas altas qualidades. Esse seculo era o dos prelados bellicosos. Quasi na mesma occasião em que o bispo da Bahia empunhava a espada em defeza da patria, o cardeal Richelieu punha-se á testa dos exercitos, e o cardeal Nogaret de la Valette revestia uma couraça e combatia intrepidamente. D. Marcos não ficou a dever nada a esses prelados batalhadores. Os habitantes reunidos na villa do Espirito Santo, depois de saberem da prisão do Mendonça Furtado, haviam aberto as provisões da successão, e tinham encontrado a nomeação de Mathias d'Albuquerque, governador de Pernambuco. Para o substituir na sua ausencia nomearam os habitantes por acclamação o bispo. Este, com incrivel promptidão, reanimou os espiritos, reuniu armas, organisou a defeza e bloqueou os hollandezes. Logo, por sua ordem, os capitães Lourenço Cavalcanti e Antonio Cardoso de Barros, emboscando-se junto da cidade, começaram a fatigar os hollandezes com escaramuças continuadas. Se Van Dorth não se apressa a fortificar-se com tres diques e numerosas baterias, o intrepido bispo iria desalojal o da cidade; mas, se não pôde levar a cabo esta empresa, ao menos perseguiu por tal fórma os inimigos, que estes, em repetidas sortidas, forcejaram por afastar para longe tão incommodos visinhos. N'uma das sortidas morreu o governador Van Dorth, logo tomou o commando Alberto Schouten, que em outra sortida egualmente morreu. Encerrados na Bahia, não podiam emfim os invasores dar um passo que lhes não saissem as

guerrilhas portuguezas, e não os obrigassem a fechar-se no recinto da cidade. A victoria conduzira-os ao mesmo ponto a que a derrota leváia Diogo de Mendonça; estavam prisioneiros de guerra. D. Marcos Teixeira déra-lhes a Bahia toda de menagem. Chegaram por esta occasião soccorros de Lisboa, consistindo em duas caravellas que traziam a confirmação de Mathias de Albuquerque no cargo de governador do Brazil. O bispo D. Marcos Teixeira entretanto entregara o governo a Francisco Nunes Marinho d'Eça, e morrera pouco depois. A actividade juvenil que desenvolvera em annos já cançados apressára lhe de certo a morte, mas podia morrer com o pensamento consolador de que fôra elle só quem salvára o Brazil e quem aplanára os caminhos para a reconquista da capital. D. Marcos Teixeira deixou manuscriptas algumas postillas de direito, do tempo em que regera a sua cadeira na Universidade de Coimbra.

Teixeira *(P. Miguel Luiz).* Presbytero brazileiro. N. na villa de Cachoeira da prov. da Bahia, a 8 de setembro de 1716. Ignora-se a data do fallecimento. Estudou primeiro com seu tio humanidades e sciencias elementares, e foi depois frequentar o collegio dos jesuitas, até que se ordenou de presbytero. Veiu depois doutorar se em theologia na Universidade de Coimbra, e o bispo do Algarve, sympathisando com elle, o nomeou seu vigario geral. Miguel Luiz Teixeira, que desde muito novo manifestára grandes tendencias para poeta latino, compondo aos 18 annos um poema em latim ácêrca de Christo triumphante sobre a morte, publicou em Coimbra em 1747 uma collecção de disticos latinos destinada a celebrar a magnificencia, a piedade, e outras excelsas virtudes do sr. D. João V, cujo elogio funebre ainda compoz. Tambem escreveu em portuguez um poema religioso, que ficou inedito.

Teixeira *(Paulo).* Medico naval que floresceu no seculo XVII. Fez muitas viagens á India e ao Brazil, e escreveu em 1742 e 1743 a seguinte obra, que ficou manuscripta: *Epitome geographico em que se descrevem as tres maravilhas do Oriente a saber: as numerosas ilhas de Maldiva, os famosos pagões de Chalembrão e o ardente funeral das mulheres gentias de Bengala.*

Teixeira *(Pedro).* Celebre judeu nascido em Portugal, que Daniel Levy Barrios cita como poeta notavel na sua *Relação dos poetas hespanhoes*, e que Rodrigues de Castro menciona na sua *Bibliotheca.* Viveu nos seculos XVI e XVII, e entregando se desde muito novo ao estudo da historia, resolveu estudar mais de perto a historia dos povos orientaes. Partiu effectivamente para a Persia, com o desejo de aclarar as duvidas que deixára no seu espirito a leitura das historias de Procopio, Agathon, Genebrand, Tornamire, e outros autores da antiguidade, que tratam d'um modo muito confuso a historia d'esses paizes. Saindo da Persia seguiu para Malaca, d'onde saiu em 1 de maio do anno de 1700 para as ilhas Filippinas, e embarcou ali na frota castelhana, chegando a Lisboa a 8 de outubro de 1601. Suppõe D. José Amador de los Rios, que Pedro Teixeira ou já abjurára o judaismo quando fez as suas viagens, ou que depois se separou da communhão judaica. Deduz elle isso da leitura de alguns trechos dos livros de Pedro Teixeira. Barbosa Machado, porém, narra o seguinte que dá uma explicação mais verosimil da amargura com que Pedro Teixeira falava dos seus correligionarios. Chegando a Lisboa, de volta da sua viagem, Pedro Teixeira viu-se roubado. Confiara alguns capitaes a amigos seus e correligionarios provavelmente, e parece que o defraudaram d'uma boa parte d'elles. Teve de partir de novo para o Oriente, chegou a Gôa quando era governador da India Ayres de Saldanha, e de Gôa partiu para Ormuz a 9 de fevereiro de 1604. De Ormuz foi para a costa da Mesopotamia, subiu o Euphrates e o Tigre, chegou a Bassora, e no principio de 1605 atravessava o deserto com uma caravana, ia ter a Alepo, e ahi embarcando n'uma nau veneziana, passava para Chypre. De Chypre ia a Veneza, e de Veneza, atravessando a Italia, a França e a Belgica ia ter a Antuerpia, onde fixou a sua residencia até morrer depois de 1610. Porque é que Pedro Teixeira teria abandonado a religião hebraica, ou antes que ideia fórma D. José Amador de los Rios da situação do Pedro Teixeira? E' claro que, vivendo em Portugal nos fins do seculo XVI, não podia professar a religião judaica mas é muito provavel que a professasse secretamente. Se a tivesse abjurado d'um modo positivo, decerto não iria tambem residir exactamente para Anvers, onde se encontrava com os seus antigos correligionarios, e onde estava tanto em contacto com a Hollanda, que era um dos grandes centros para onde affluia a emigração judaica de Portugal. Foi em Antuerpia que Pedro Teixeira publicou as suas *Relaciones del origen, descendencia y succession de los reyes de Persia y de Harmuz, y de un viaje hecho desde la India Oriental hasta Italia por tierra.* Essa obra começou a escrevel-a em portuguez, mas depois, segundo declara, por instancias dos seus amigos, passou a castelhano o que escrevêra primeiro em portuguez, e concluiu a obra n'essa lingua. Amador de los Rios diz que «as suas obras são dignas da estima e da attenção dos eruditos, e póde-se affirmar que em nenhum livro posterior se encontram tão numerosos nem tão curiosos pormenores relativos aos paizes do Oriente.»

Teixeira *(Pedro).* Famoso explorador do rio Amazonas. N. em Portugal, mas vivia no Pará em 1637, quando chegaram a Belem dois franciscanos hespanhoes, que tendo saido de Quito para a provincia de Encabellados, haviam sido atacados pelos indios em Algarie, tinham-se mettido no Amazonas, descendo-o todo até á foz, indo ter emfim á capitania do Maranhão. Era então governador d'esta capitania Jacome Raymundo de Noronha, que deliberou fazer subir o Amazonas a uma expedição que constava de 70 canoas, entre as quaes havia 47 de grandes dimensões. Levava a expedição 70 soldados e uns 1:200 indios quasi todos de Marajó. Commandava-a em chefe capitão mór Pedro Teixeira, e a vanguarda era capitaneada pelo coronel Bento Rodrigues de Oliveira, exercendo outros commandos o sargento-mór Filippe de Mattos Cotrim, o capitão Pedro da Costa Favilla e outros. A expedição saiu do Camatá a 28 de outubro de 1637. A 3 de dezembro achou se Pedro Teixeira deante d'uma ilha desconhecida que chamou das Areias, e em principio de 1638 estava no alto Amazonas e descobria o Rio Negro. A 3 de julho deixou no rio Napo na confluencia do Aguariço o capitão Favilla com uma parte da guarnição para reconhe-

cer o paiz e assegurar a retirada. A 11 de agosto chegou a Payaunio já no territorio do Perú, e d'ali seguiu por terra para Quito, onde foi recebido com grande enthusiasmo, ordenando o vice-rei do Perú ao governador de Quito que fizesse voltar Pedro Teixeira pelo mesmo caminho, levando em sua companhia os padres Acuña e Articda para escreverem a relação que havia de ser apresentada ao rei de Hespanha, que então governava tambem em Portugal. Pedro Teixeira saiu de Quito a 16 de fevereiro de 1639, reuniu-se em agosto ao capitão Favilla que o esperava nas margens do Napo na foz do Aguarico, e a 16 de agosto praticou um acto do mais nobre e levantado patriotismo, porque tomando posse d'essa margem do Napo, que era a direita, em nome do rei de Hespanha, frisou bem comtudo a circumstancia de que era pela corôa de Portugal, e assim se escreveu na acta lavrada pelo escrivão João Gomes de Andrade, figurando como testemunhas Christovão de Acuña e André de Artieda, e os frades mercenarios João da Mana e Pedro da Rua Cirne. Esta deliberação de Pedro Teixeira teve a grande vantagem de delimitar no sitio que elle marcava a fronteira do Brazil, o que não foi de pouca monta, quando veiu a separação das duas corôas. A 12 de junho de 1639 chegou Pedro Teixeira a Belem, d'onde passou immediatamente a S. Luiz do Maranhão. A 28 de fevereiro de 1640 foi nomeado governador do Pará, mas parece que o accommetteu pouco depois uma doença grave, porque a 26 de maio entregou o governo a Francisco Cordovil, e morreu d'ahi a poucos dias, a 4 de junho do mesmo anno de 1640, deixando inscripto o seu nome na lista dos grandes exploradores, lista onde começavam a escassear os nomes portuguezes.

Teixeira *(Theodosio de Santa Maria)*. Conego secular do S. João Evangelista. N. no concelho de Chaves no anno de 1689, fal. na segunda metade do seculo XVIII. Professou em 1713 no convento de Xabregas, foi prégador do infante D. Francisco, irmão de D. João V, examinador das tres ordens militares, consultor da Junta da Bulla da Cruzada e qualificador do Santo Officio. Publicou apenas, em 1727, um *Sermão de Nossa Senhora do Populo*.

Teixeira *(Fr. Thomaz)*. Religioso da ordem da Trindade. N. em 1648, fal. em 1720. Professou em 1661 no convento da sua ordem, de Lisboa. Depois de exercer alguns cargos, chegou a ser provincial. Publicou em 1700 um *Sermão das almas*. Deixou manuscripto um livro intitulado: *Conceitos predicaveis*.

Teixeira *(Tristão Vaz)*. Cavalleiro da casa do infante D. Henrique, que em 1418 saiu na companhia de João Gonçalves Zarco n'uma expedição ás costas africanas. Chegou com elle a uma ilha deserta que se chamava ou que elles chamaram Porto Santo. Vieram dar parte a Portugal do feliz exito da sua expedição, e por ordem do infante voltaram a colonisar a ilha. Com Zarco passou á Madeira, ou porque os attrahisse a vista d'um ponto negro no horizonte, ou porque soubessem já que proximo da ilha do Porto Santo devia estar outra a que os mappas do seculo anterior chamavam já *isola del Legname*. Fizeram á roda da ilha uma viagem de circum navegação, e tendo sido dividida a ilha em duas capitanias, a do Funchal foi doada a Gonçalves Zarco, e a de Machico a Tristão Vaz Teixeira. Tristão Vaz continuou a interessar-se pelo descobrimento da Africa, e em expedições subsequentes, se não foi elle mesmo, enviou caravellas que lhe pertenciam. Foi tronco d'algumas das mais illustres familias da ilha da Madeira.

Teixeira, Pov. e freg. de Santa Izabel, da prov. do Douro, conc. e com. de Arganil, distr. e bisp. de Coimbra; 206 fog. e 832 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada a 2 k. da margem direita do rio Ceira e a 16 da séde do conc. E' pov. muito antiga. O rei D. Manuel I lhe deu foral, em Lisboa, a 16 de março de 1514. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Baião, distr. e bisp. do Porto; 231 fog. e 1:366 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Está situada nas margens do rio Teixeira, a 1 k. da estrada de Amarante a Mesão Frio, e a 22 da séde do conc. Foi villa e cabeça da honra do seu nome, ha muitos annos supprimida. El rei D. Manuel I lhe deu foral, em Lisboa, a 17 de julho de 1514. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. || Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Ceia, distr. e bisp. da Guarda; 84 fog. e 392 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post., hospedarias. Está situada nas margens d'um affluente da ribeira Alcovo, a 29 k. da séde do conc. A terra é fria e pouco fertil; cria gado, tem caça e colmeias. Pertence á 2.ª div. e mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Purificação, de Atenor, conc. de Miranda do Douro, distr. de Bragança. || S. Martinho do Candoso, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Pedro, de Lomba, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. || Santo Antonio, de Salir dos Mattos, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || S. Nicolau, conc. e distr. de Santarem. || Rio das provincias do Douro e Traz os-Montes. Nasce d'umas fontes no sitio de Escabriz, proximo á aldeia de Mafomes, e no antigo e extincto conc. de Teixeira, hoje freg. de Teixeira, conc. de Baião. Passa por esta freg., da qual toma o nome ou lh'o dá, e pelas de Villar Maior, Varga, Anguião, Mezão Frio, Trezouras, Loivos e E'rvedal. E' de corrente arrebatada, e divide, em parte, as provincias de Traz os Montes e Douro. E' atravessado pela pequena ponte de Frende, e pelas grandes pontes de Teixeira, Carrapatéllo e Loivos. As suas aguas servem de motor a mais de 40 azenhas. Com 20 k. de curso, morre na margem direita do rio Douro, no sitio da Riboura, entre Frende e a aldeia da Ermida. || Rio do distr. de Villa Real. N. na serra do Marão, corre em curvatura e na direcção geral S, passa na freg. de Teixeira, onde tem ponte, e perto de Mesão Frio e de Barqueiros entra no rio Douro, com 10 k. de curso. || Ribeira do distr. da Guarda. N. na serra da Estrella, ao N da freg. de Ramella, corre em direcção SSO até Benespera e depois na direcção de SO, recebe as ribeiras de Vela e de Avereiro, e entra no rio Zezere com 20 k. de curso. || Ribeira que nasce entre as freguezias de Albergaria das Cabras e Cabreiros, banha Manhouce e junta se ao Vouga com cêrca de 14 k. de curso.

Teixeira d'Abreu *(Antonio José).* Doutor e lente cathedratico de direito na Universidade de Coimbra, deputado, advogado, ministro de estado, etc. N. em Cabanas, no districto de Vizeu, a 8 do dezembro do 1865, sendo filho de Francisco Gomes de Abrou. Frequentou com distincção o curso de direito, fazendo acto de licenceado em 24 de abril de 1894, e de conclusões magnas em 8 e 9 de maio de 1895, doutorando-se no dia 15 de esse mez e anno. Nomeado por concurso, lente substituto de direito em 4 de janeiro de 1896, passou mais tarde a lente cathedratico. Entrando na politica, filiado no partido regenerador, foi pela primeira vez deputado em 1900, tornando a ser eleito nas seguintes legislaturas, revelando na camara os seus dotes parlamentares. Quando em 1901 se deu a scisão n'esse partido, foi um dos quo acompanhou o conselheiro João Franco, filiando-se no partido regenerador liberal. Em 1905 tomou parte em muitos debates parlamentares, e particularmente no que suscitou a lei da imprensa. Em maio de 1907 foi nomeado ministro da justiça no ministerio presidido pelo conselheiro João Franco, ministerio que terminou em fevereiro de 1908, quando se deu o assassinio d'el-rei D. Carlos.

Teixeira de Aragão *(Augusto Carlos).* V. *Aragão (Augusto Carlos Teixeira de).*

Teixeira de Azevedo (*Matheus).* Juiz ao Relação. N. em Alijó, e depois de ter feito os preparatorios em Braga e no Porto, com muita distincção, matriculou se na Universidade de Coimbra, onde tomou o grau de bacharel na faculdade de direito. Dedicou se á advocacia na sua terra natal, onde conquistou geraes sympathias. Foi em 1875 despachado procurador regio para Alcacer do Sal, depois transferido para Marco de Canavezes, e d'ahi para Tavira, onde assumiu a chefia politica regeneradora local, partido em que se havia filiado. Em 1885 foi promovido a juiz de direito de 3.ª classe, sendo collocado no Sabugal. D'aqui transferiu-se para Olhão, o collocado em 1890 no juizo de direito auxiliar criminal do 1.º districto de Lisboa Promovido a juiz de 2.ª classe, foi collocado em Cintra, e posteriormente promovido á 1.ª classe, em 1895, foi collocado em Lisboa no 1.º districto criminal, passando mais tarde a juiz da Relação. O sr. dr. Matheus Teixeira de Azevedo foi eleito deputado, pela primeira vez, em 1887, em opposição ao governo presidido pelo conselheiro José Luciano de Castro, pelo circulo de Villa Real de Santo Antonio, e em seguida foi reeleito nas legislaturas de 1889, 1890, 1894, 1899 e 1901, pelo circulo de Tavira, sendo presidente da camara dos deputados em 1901. Foi governador civil de Faro desde 1893 até 1895.

Teixeira de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Conceição, de Teixeira, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Teixeira Bastos *(Francisco José).* Jornalista e publicista. N em Lisboa a 26 de maio de 18 6, fal. a 24 de maio de 1901. Era redactor effectivo do *Seculo*, onde escreveu artigos de fundo muito notaveis. Os assumptos economicos e financeiros mereciam-lhe especial predilecção. Tratou os durante muitos annos no referido jornal o *Seculo*. Não foi dos modernos escriptores portuguezes que mais se distinguiram por altas iniciativas mentaes, foi, porém, um dos que mais religiosamente obedeceram a uma disciplina intellectual solida. Positivista, não deixou, porém, systematicamente de acompanhar a evolução philosophica contemporanea. Na sua obra desenvolveu principalmente qualidades notaveis de vulgarisador. Foi durante muitos annos republicano militante, depois tornou se um propagandista do socialismo professoral. A grande obra de Teixeira Bastos comprehende alguns volumes valiosos e uma collaboração intensa em revistas e jornaes politicos. Estreou-se, quando ainda alumno do Curso Superior de Letras, em 1875, com o seu livro de versos, intitulado *Rumores vulcanicos*. Póde dizer-se que desde então não descançou. Enthusiasmado pelo centenario de Camões, publicou em 1880, o seu livro *Luiz de Camões e a nacionalidade portugueza*. Publicou muitos outros volumes, do que citaremos *Theophilo Braga e a sua obra*, em 1893; *A Crise*, em 1894; *Progresso do espirito*, 1879; *Os jesuitas*, 1880; *Comte e o positivismo*, 1881; *Ensaios sobre a evolução da humanidade*, 1882; *Principios de philosophia positiva*, 1883; *A Familia*, 1884; *Questão litteraria; O Ensino da historia nos lyceus*, 1385; *Projecto d'um programma federalista radical para o partido republicano portuguez*, 1886; *Sciencia e philosophia; Ensaios de critica positivista*, 1890; *Ideias geraes sobre a evolução de pedagogia em Portugal*, 1892; *Os Padres*, 1895; *Lyra Camoneana*, 1880; *A Marselheza*, vertida em portuguez, 1881; *Vibrações do seculo*, 1882, etc. Collaborou nas revistas *Era Nova*, *Positivismo* e *Revista d'Estudos Livres*. Em 1897 publicou o livro *Interesses nacionaes*, que a critica apreciou muito vantajosamente. Em 1880 redigiu o semanario republicano *A Vanguarda*. Foi vereador da camara municipal de Lisboa, onde muito ajudou á creação do tribunal de arbitros avindores. Era socio da Academia Real das Sciencias, socio fundador da Associação da Imprensa Portugueza e da Associação dos Jornalistas de Lisboa. O illustre homem de letras tornara-se muito conhecido e considerado no Brazil, tendo collaborado durante alguns annos no *Diario Mercantil*, de S. Paulo. D'uma parte da sua collaboração para aquello jornal formou mais tarde o interessante livro, intitulado *Poetas brazileiros*, que se editou no Porto, e que teve grande acceitação no Brazil. O seu fallecimento foi muito pranteado, foi uma perda para o jornalismo. Todos os jornaes lhe consagraram saudosos e elogiosos artigos. Teixeira Bastos era casado com D. Marina Candida Villaverde Teixeira Bastos.

Teixeira Bastos *(Julio).* Pintor d'arte; professor na Escola preparatoria Rodrigues Sampaio. Nas horas que os seus cargos officiaes lhe deixavam livres, dedicava-se ao estudo da pintura, arte para que sentia muita vocação e muito boa vontade. Nas antigas exposições do *Grupo do Leão* e do *Gremio Artistico*, já figuraram quadros seus. No fim do alguns annos, em 1904, apresentou uma magnifica collecção de novos trabalhos seus em exposição n'uma das galerias da Academia de Bellas Artes. A figura e a paizagem são os dois generos a que dedicou os seus estudos, com muita vantagem. N'essa exposição figuram quadros muito apreciados, como os cinco sentidos, em cinco grandes telas; algumas cabeças de estudo, como *Cabeça de rapariga*, *Asylado*, *Orphão*, *Eurico o presbytero*, *Canto do Rato*, *Velho castanheiro*, *Covão*, *(Valles)*, etc. Em 1 de abril de 1909, abriu outra exposição no seu *ate-*

licr, da rua Rodrigo de Fonseca, apresentando os seus trabalhos desde 1904 até essa data, entre os quaes são muito notaveis os de *Viriato*, *Beijo de Judas*, o *Almoço de Anna Velha*, *Os Castanheiros (Valles)*. Ambas as exposições fôram muito con corridas.

Teixeira Coelho *(José João)*. Desembargador da Relação do Porto, no seculo XVIII. Parece ter estado no Brazil, porque em 1780 escreveu uma *Instrucção para o governo da capitania de Minas Geraes*, que o Instituto Historico e Geographico do Brazil publicou em 1852 na sua *Revista tri mensal*, vol. XV, de pag. 257 a 476.

Teixeira Coelho *(Sabino Maria)*. Medico pe la Escola Medico Cirurgica de Lisboa, lente da referida Escola, etc. N. n'esta cidade a 7 de ju nho de 1853, sendo filho de Luiz Maria Teixeira Coelho. Terminou os estudos e defendeu these a 12 de julho de 1878, a qual tem por titulo *A sangria e a inflammação*, publicada no mesmo an no de 1878. A 22 de novembro de 1879 foi no- meado cirurgião para o banco do hospital de S. José, e passou a extraordinario em 3 de dezem bro de 1884. Precedendo concurso foi nomeado demonstrador da secção cirurgica da mesma es- cola, por decreto de 23 de fevereiro de 1882, por esse motivo pediu a exoneração de lente substi tuto de zoologia na Escola Polytechnica, cargo que exercia. A sua these de concurso intitulava- se *Arthrite Tuberculosa*, publicada em 1881. Foi promovido a lente substituto da referida secção medica, por decreto de 2 de outubro de 1886, e por decreto de 12 de janeiro de 1888, foi nomea- do secretario e bibliothecario da Escola Medica, em substituição do professor Rapozo, exonerado a seu pedido, logar que exerceu até fins do an- no de 1889, em que requereu escusa do cargo. Por decreto de 1 de fevereiro de 1897 foi promo- vido a lente proprietario da secção cirurgica, sendo-lhe distribuida a 4.ª cadeira (pathologia externa), vaga pelo fallecimento do professor Arantes Pedroso Foi cirurgião director da en fermaria de S. João Baptista, do hospital de S. José; medico do Laboratorio Nacional de Hy- giene, do qual passou para o Instituto Central de Hygiene; naturalista adjunto da secção zoolo- gica do Museu Historia de Natural da Escola Polytechnica. Em 1903 foi vereador da Camara Municipal de Lisboa, sendo presidente o já hoje fallecido conde do Restello. Foi deputado n'al gumas legislaturas, socio correspondente da Aca- demia Real das Sciencias, socio titular e ex vice- presidente da Sociedade das Sciencias Medicas, da Associação dos Medicos Portuguezes, da So ciedade de Geographia, da Assistencia Nacional aos Tuberculosos (vogal da sub-commissão de divulgação) e da Liga Nacional contra a Tuber- culose (vogal da commissão de Legislação). E' conselheiro e cavalleiro da Legião de Honra, de França. Além de varios artigos em jornaes scien tificos, e das duas theses já citadas, tem publi- cado: *Bexiga natatoria*, 1880; *Zoologia e anato- mia*, 1880; *Poder desinfectante do acido sulfuroso*, 1885. O illustro professor, em 1905, retirou-se da clinica e da vida hospitalar.

Teixeira Fazenda *(Luiz Xavier d'Almeida)*. Senhor da propriedade dos officios de escrivão da camara e contadoria judicial e notas da villa de Ceia e suas annexas, mercê concedida a seu pae Bernardo Jacinto Teixeira Fazenda, pela rainha D. Maria I o pelo principe regente D. João, em remuneração dos serviços prestados na guerra da independencia pelo seu bis-avô Manuel Xavier Teixeira Fazenda, mestre de campo do terço das auxiliares da provincia da Beira, o qual usava o seguinte brazão d'armas: Escudo partido em pa- la; na primeira as armas dos Teixeiras e na se- gunda as dos Fazendas. (V. *Teixeira* e *Fazenda*). Luiz Xavier Teixeira Fazenda nasceu em Ceia a 17 de março de 1770, e fal. a 3 de maio de 1850 na sua casa do Submuro, que elle mandara edi- ficar no principio do seculo XIX. Casou em San- domil com D. Maria Rita d'Abranches Freire de Figueiredo, pertencente á familia do desembar- gador do Paço João de Figueiredo. D'este ma- trimonio houve bastantes filhos, que morreram solteiros, tendo sómente casado sua filha D. The- reza de Jesus d'Abranches Teixeira Fazenda de Figueiredo com seu primo o dr. Agostinho Tho- maz dos Santos Viegas.

Teixeira Gomes *(Manuel)*. Escriptor e jorna- lista. N. em Villa Nova de Portimão a 27 de maio de 1862. Estudou preparatorios no semina- rio de Coimbra, então um dos estabelecimentos de ensino mais notaveis do paiz, matriculando- se em seguida na Universidade, que abandonou depois de ter perdido o anno. Vindo para Lis- boa, aqui se relacionou com alguns homens il- lustres nas letras, vivendo na intimidade do grande poeta João de Deus e do critico Fialho d'Almeida. De Lisboa partiu para o Porto, onde acamaradou com os rapazes em evidencia na bohemia litteraria, pertencendo ao grupo que in- variavelmente se reunia em casa de José Sam- paio (Bruno), á rua do Bomjardim, grupo de ra pazes cheios de talento e de irrequieta e anda ciosa mocidade. Com Queiroz Velloso e Joaquim Coimbra fundou um jornalsinho de theatros de- nominado *Gil Vicente*, que teve ephemera dura- ção. Collaborou tambem na *Folha Nova*, na *Folha de hoje*, no *Primeiro de Janeiro*, e em varias re- vistas litterarias que então se publicavam. D'es- ta bohemia a que se entregara cedendo á irre- flexão dos annos juvenis, entendeu dever sair quando, n'uma hora de mais recolhido pensar, se convenceu de que a vida tem exigencias impe- riosas e que, para se viver n'ella com desafogo e nobreza, é preciso adoptar um rumo que conduza a um destino certo. Assim um bello dia abalou para Portimão, onde a sua chegada encheu de alegria os extremosos paes, e decidido a traba- lhar, dedicou-se á exploração d'uma industria que desenvolveu com a maior habilidade e com o mais completo exito, aproveitando os mezes de mais descanço em viagens pelo paiz e pelo es- trangeiro. Espirito de larga cultura e cada vez mais desejoso de vêr e conhecer o que por esse mundo existe, viajou durante o largo espaço de 20 annos percorrendo a Europa e estudando mi- nuciosamente toda a costa do Mediterraneo. Pos- suindo a paixão das viagens, se não pensou nas aringas da terra do Matebeles, entre caçadores de elephantes, como o Fradique Mendes, de Eça de Queiroz, frequentou, na ancia do conhecer costumes ineditos, as tribus dos Touareghs, ao lado dos quaes galopeou, sobre camellos ageis, com a pericia e a tranquillidade de quem se re- conhece familiarisado com o deserto. Visitou tam- bem com vantagens e attenções do artista as grandes e sombrias cathedraes, os vastos e so

lemnes museus, as galerias admiraveis e os palacios sumptuosos onde se reunem as obras primas dos seculos. D'essas visitas, solicitadas por um alto interesse espiritual, adquiriu conhecimentos tão vastos sobre a arte e a sua historia que o infatigavel e attento viajante, se tornou um dos nossos mais finos e subtis criticos de arte. Recolhendo á paz e á alegria da sua casa de Portimão, principiou a escrever. São d'esse periodo de fecunda actividade mental os bellos livros; *Inventario de Junho*, *Cartas sem moral nenhuma*, *Agosto azul*, e o drama *Sabina Freire*, de que a imprensa se occupou com largueza. Ultimamente, envolvido em outras explorações industriaes e agricolas, pôz de lado a penna, que muito em breve retomará para concluir outros trabalhos já principiados e alguns já bastante adeantados. Teixeira Gomes é hoje um dos nossos homens de letras mais notaveis pela sua originalidade, pelo rythmo e pela côr da sua prosa, pela ternura e pela delicadeza dos seus pensamentos, pela subtileza e pela graça dos seus conceitos. Filho d'um homem educado em França, onde assistiu á revolução de 1818, neto d'um servidor de Napoleão que fez a campanha da Russia e commandou um esquadrão em Waterloo, e que, no regresso á patria só encontrou desamor e odio, sendo atirado para o Limoeiro onde appareceu, morto, exactamente na vespera do duque da Terceira entrar em Lisboa com as tropas constitucionaes, Teixeira Gomes é tambem um grande liberal, tolerante e progressivo, com um austero e nobre culto pela justiça.

Teixeira Guedes *(João Hygino)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, professor de philosophia no Lyceu Nacional de Lisboa, que viveu no seculo passado. Escreveu: *O processo criminal organisado segundo a actual reforma judicial, contendo as formulas dos autos e termos de qualquer processo crime*, Lisboa, 1815. Publicou alguns artigos na *Gazeta dos Tribunaes*.

Teixeira Lopes (*Antonio*). Esculptor. N. em Villa Nova de Gaia a 27 do outubro de 1860, sendo filho do esculptor José Joaquim Lopes. De seu pae recebeu as primeiras lições, e em 1882 matriculou-se na Academia de Bellas Artes Portuense, onde foi um dos mais notaveis alumnos, tendo por professores o grande Soares dos Reis e o illustre pintor Marques de Oliveira. Terminado o curso foi para Paris no anno de 1885 a completar a sua educação artistica, tendo por mestres Gauthier e Berthe. Fez em seguida concurso para entrar na Escola de Bellas Artes, e foi classificado numero um, obtendo o titulo de *premier*. Estudou sob a direcção dos professores Cavelier e Barrias, obtendo na Escola differentes menções honrosas, e em maio de 1886 o terceiro premio pecuniario, sendo-lhe conferido o primeiro premio que a Escola offerece, no final d'esse anno. Continuou frequentando, até 1888, a Escola de Bellas Artes de Paris, onde se demorou uns 10 annos trabalhando e luctando. Em 1885 concorreu pela primeira vez ao *Salon*, expondo o retrato do pintor *Rodrigues Soares*, medalhão em gesso; em 1887, com um busto de creança, *Thereza*; em 1888 com a *Ophelia*, estatua em gesso, e um busto de marmore, *Botão de Rosa*, que a critica saudou com a esplendida promessa d'uma decidida vocação nascente. O busto *Botão de Rosa* figurou tambem na exposição do Grupo de Leão, em 1889, passando depois para a camara municipal. No anno de 1889 expôz a *Infancia de Caim*, e um busto de creança em marmore, *A primeira communhão*, que lhe obtiveram uma menção honrosa. Mas o grande successo conquistou-o o artista em 1890, com o grupo *A Viuva*, em gesso, e o *Caim*, em marmore, alcançando cada um d'estes trabalhos a terceira medalha de ouro. Em 1891 expôz o busto em gesso, *Rapariga napolitana;* em 1892 os bustos em marmore da *Condessa de Valenças* e de *Madame Cardoso*. Em 1894 expôz em Lisboa, no *Gremio Artistico* tres bustos de creança, dois em marmore e um em bronze, e quatro esbocetos em gesso: *A Victoria*, *A Caridade*, *A Inspiração* e o *Infante D. Henrique*, todas de extraordinario merito. Em 1896, anno em que fez a grande estatua da *Rainha Santa Izabel*, alcançou n'uma exposição em Berlim uma medalha; e em 1900 na Exposição Universal de Paris apresentou a sua estatua da *Historia*, destinada ao tumulo de Oliveira Martins, que foi premiada com o *grand prix*. Em 1897 na exposição do Gremio Artistico, apresentou, além do

Antonio Teixeira Lopes

grupo em gesso, *A Viuva*, e d'uma *maquette* para a grandiosa porta em bronze da egreja da Candelaria, tres bustos em marmore: uma *Cabeça de velha*, em gesso; e um *Bébé* adoravel na sua attitude de inconsciente de mal desperto á vida, e a que o marmore transparente dava uma epiderme setinea de flôr. Quando regressou a Portugal, já tinha conquistado um nome brilhantissimo. A permanencia de Teixeira Lopes em Paris exerceu sobre seu temperamento esthetico uma influencia decisiva, afinou lhe e substilizou-lhe o sentimento tornou mais fecunda a sua originalidade e e orientou por um caminho luminoso a sua arte. O estudo sob a direcção dos grandes mestres e a contemplação das maravilhas accumuladas nos museus, deu lhe uma technica perfeita e a comprehensão de que em esculptura, o equilibrio e a unidade são tudo. Os francezes e os italianos representam, na raça latina, os herdeiros dos esculptores gregos do classicismo. Educado pelos francezes, Teixeira Lopes não podia deixar de ser um homem em quem o amor da fórma prevalecesse atravez de tudo: mas a esse amor allia elle a tristeza, a saudade, o subjectivismo, a nativa poesia lusitana, que insuflam aos seus traba-

balhos um encanto indizivel e uma ternura infinita. Além de muitos bustos, retratos em marmore e em bronze, tem produzido mais os seguintes trabalhos: o grupo em marmore *Caridade*; o monumento a Eça de Queiroz; o monumento ao general Bento Gonçalves, para o Rio Grande do Sul; a *Flora*, em bronze, para o jardim da Cordoaria; a estatua de Soares dos Reis, sendo o pedestal de Ventura Terra; *Bébé*, em marmore, pertencente á duqueza de Palmella; *Santo Isidoro*, esculptura em madeira pintada, que figurou na 3.ª exposição da Sociedade Nacional de Bellas Artes, em maio de 1903; a *Virgem*, em marmore, para a sé de Lisboa; o grupo em marmore, *Pietá*, que se encontra na mesma sé; a estatua do bispo de Vizeu, em bronze; o baixo relevo em bronze, *Os velhos*; o busto em marmore da rainha D. Amelia; uma estatua para o Rio de Janeiro; o grupo de meninos para o Museu de Evora, etc. Em 1903, quando se procedeu á decoração da nova sala da camara dos deputados, os trabalhos com que collaborou Teixeira Lopes, foi a estatua d'el rei D. Carlos e o grupo allegorico que se vê encimando a tribuna do corpo diplomatico, dando um altissimo relevo, e harmonisando com o conjuncto majestoso da notavel obra do sr. Ventura Terra. Teixeira Lopes foi condecorado pelo governo francez, em 1901, com o grau de cavalleiro da Legião de Honra, passando a official em 1906, por occasião da visita de D. Carlos ao presidente Loubet, a quem o rei de Portugal offereceu uma reducção em marmore do *Caim*. Por despacho de 3 de novembro de 1903 foi agraciado com o officialato da ordem de S. Thiago, e em 30 de novembro de 1907 foi nomeado vogal do Conselho Superior de Instrucção Publica pela Academia de Bellas Artes do Porto.

Teixeira Lopes *(José)*. Architecto, irmão do antecedente. N. no Porto a 28 de janeiro de 1872. Tendo feito os primeiros estudos com seu pae, seguiu depois na Escola da Bellas Artes d'aquella cidade, com a maior distincção os cursos de architectura civil e de desenho historico, tendo por mestres José Geraldo da Silva Sardinha, Soares dos Reis e Marques de Oliveira. Indo depois para Paris aperfeiçoar se, ali estudou no *atelier* do grande artista P. Blondel, de 1892 a 1897, sendo um dos alumnos mais considerados. Os seus trabalhos encontram-se, na maioria, dessiminados pelo norte do paiz, tendo collaborado n'alguns d'elles com seu irmão. Os principaes são: projecto para a séde da Companhia de seguros de vidas *Garantia da Amazonia*, no Pará; parte decorativa das portas da Candelaria, do Rio de Janeiro; tumulo de Garrett para o pantheon do mosteiro de Belem; parte architectural da porta monumental d'entrada do Museu d'artilharia, etc. Com seu irmão trabalhou no mausoleu onde repousam os restos mortaes do illustre historiador Oliveira Martins, nos ornatos artisticos que se vêem no Museu d'artilharia, e no magnifico templo da Candelaria. Delineou e dirigiu a construcção do magnifico *atelier* de seu irmão, trabalho em que pôz todo o seu grande talento e todo o seu delicado sentimento fraternal. Pertence ao Conselho dos Monumentos Nacionaes, é socio honorario da Sociedade Almeida Garrett, e foi um dos fundadores da Sociedade dos Architectos Portuguezes.

Teixeira Lopes *(José Joaquim)* Notavel esculptor, pae dos antecedentes artistas. N. em S. Mamede de Riba Tua a 24 de fevereiro de 1837, sendo filho d'um modesto operario trasmontano. Indo para o Porto em 1850, entrou para o *atelier* de Manuel da Fonseca Pinto, antigo professor de esculptura, e foi discipulo do professor José Antonio Correia, na Escola de Bellas Artes. Foi quem fez a estatua de D. Pedro V, que está na praça da Batalha, e cuja inauguração se effeituou em 1862, sendo então agraciado com o grau de cavalleiro da ordem de Christo. A expensas d'uma sociedade portugueza do Rio de Janeiro foi estudar a Paris, em 1864, sendo na grande capital um distincto discipulo do professor Jouffroy na Escola Imperial de Bellas Artes. Regressando a Portugal em 1865, revezes da vida o obrigaram a procurar trabalho, visto haver já constituido familia. Dotado d'uma grande força de vontade conseguiu fundar a fabrica das Devezas, em Villa Nova de Gaia, que prosperou notavelmente, graças á sua intelligencia e á actividade que desenvolveu para que a sua empresa vencesse, como venceu, os obstaculos com que ao principio luctou. Quando esteve em Paris modelou uma estatua, *A União faz a força*, que foi muito elogiada pela critica franceza e pelo grande artista Soares dos Reis. Dos seus trabalhos, que são bastantes e muito distinctos, citaremos o monumento ao benemerito conde de Ferreira, no hospital de alienados, do Porto, o monumento funerario erigido ao capitalista Campeão no cemiterio do *Repouso*, onde ha uma bella estatua *A Caridade*; as esculpturas que fez para varios jazigos no cemiterio de Agramonte, especialmente as que se encontram no sumptuoso e artistico mausoleo do dr. Pereira Cardoso; notaveis trabalhos no baptisterio da sé do Porto, um formoso Christo em bronze, que expoz na exposição do Gremio Artistico, em Lisboa, realisada em outubro de 1897; é tambem sua a estatua de D. Pedro V em Braga. Tem egualmente muitos trabalhos de grande valor em pintura de azulejos artisticos, destacando-se entre estes os que adornam um dos templos de Braga, e um importante friso na casa do architecto Ventura Terra, em Lisboa. O venerando ancião, apezar da sua avançada edade, conserva ainda a energia e a actividade d'outros tempos, olhando pela fabrica, que nos começos da sua vida fundou e amparou, fazendo d'ella uma das melhores, que na sua especialidade existem no paiz.

Teixeira de Macedo *(Antonio)*. Secretario do governo civil de Ponta Delgada, em 1852. N. no Porto entre os annos de 1828 e 1830. Escreveu: *O Asylo de Mendicidade da ilha de S. Miguel; estudo administrativo*, Ponta Delgada, 1852: *Considerações sobre a administração dos expostos*; *offerecidas á Junta Geral do Districto de Ponta Delgada em 1851;* Ponta Delgada, 1851; *Reflexões ácêrca de algumas das principaes necessidades do districto de Ponta Delgada, offerecidas á respectiva Junta Geral*, Ponta Delgada, sem anno da publicação; *Breve Memoria sobre o estado da Agricultura, Commercio e Industria do districto de Ponta Delgada. Offerecido ao Ex.mo sr. Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello*, etc., Ponta Delgada, 1853.

Teixeira Machado *(Antonio Luiz)*. Coronel de infantaria. N. a 23 de setembro de 1850, fal.

em Braga a 15 de outubro de 1910. Assentou praça em 24 de agosto de 1867, sendo promovido a alferes em 4 de janeiro de 1871, a tenente em 19 do julho de 1876, a capitão em 31 de outubro de 1881, a major em 4 do agosto de 1895, a tenente coronel em 3 de fevereiro de 1898, e a coronel em 22 de março de 1901. Foi commandante da circumscripção do sul da guarda fiscal, e commandou a 5.ª brigada, com a séde em Braga. Era cavalleiro, official e commendador da ordem de Aviz, e possuia a medalha de prata de comportamento exemplar. Embora por longos annos se tivesse dedicado ao magisterio, exercendo distinctamente as funcções de professor do Lyceu de Lisboa, e escrevendo alguns compendios, entre os quaes um de desenho que foi officialmente adoptado, acompanhou tambem com notavel interesse as questões militares, especialmente no que dizia respeito ao equipamento da infantaria. Traduziu algumas peças theatraes. Tinha o curso da sua arma e dois ou tres annos dos de mathematica o philosophia da Universidade de Coimbra. Pertencia ao partido regenerador liberal, e foi deputado n'algumas legislaturas.

Teixeira de Magalhães *(Antonio de Assis)*. Doutor em direito pela Universidade de Coimbra e lente cathedratico da mesma faculdade. N. em Felgueiras a 21 de julho de 1850, sendo filho de Francisco de Assis Teixeira. Matriculou-se em 1859, fez acto de licenciatura em 1875, e doutorou-se a 15 do julho de 1877. Em janeiro de 1878 foi despachado lente substituto da mesma faculdade, e no começo de 1885 passou a lente cathedratico, logar em que se conserva ainda E' socio correspondente da Academia das Sciencias. Escreveu: *Das obrigações a prazo segundo o codigo civil portuguez*; saiu primeiro no vol. XXI do *Instituto*, e depois foi impressa om livro, correcta e consideravelmente melhorada; *These inaugural: Aguas; das correntes não navegaveis nem fluctuaveis segundo o direito civil moderno*, 1876; *Theses de direito, as quaes, presidindo o ill.ᵐᵒ e ex.ᵐᵒ sr. dr. Bernardo de Serpa Pimentel, se propõe defender para obter o grau de doutor Antonio d'Assis Teixeira de Magalhães*, 1876; *Aguas; das correntes não navegaveis*, etc., 1877; *Aguas; das fontes e nascentes, segundo o direito civil moderno*, 1877. A respeito do penultimo d'estes livros, recebeu cartas muito lisonjeiras de varios jurisconsultos notaveis portuguezes e estrangeiros, F. Laurent e L. Wodon, belgas; Ernesto Glusson, francez; Carlos Borda, Thomaz Traina e Carlos Dionisotti, italianos O dr. Teixeira de Magalhães tem collaborado em muitos jornaes politicos e litterarios, como o *Instituto*, *Revista de Legislação e jurisprudencia*, *Revista de direito administrativo*, *districto d'Aveiro*, etc.

Teixeira Marques *(José Gregorio)* Cirurgião medico pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa, etc. N. n'esta cidade a 25 de dezembro de 1836, onde tambem fal. a 29 de janeiro de 1876. Terminou os estudos em 1858; foi nomeado para cirurgião do banco do hospital de S. José em 6 de agosto de 1859, e a extraordinario em 2 de junho do 1863. Foi lente de clinica cirurgica na mesma Escola. De companhia com Alves Branco, Manuel Bento de Sousa e João Ferraz de Macedo, fundou a *Revista medica portugueza*, em 1861, que se publicou até 1866, de que foi redactor effectivo. Escreveu e publicou, entre outros, os seguintes trabalhos: *Tratamento operatorio dos apertos organicos da uretra no homem* (these), Lisboa, 1858; *Catalogo das peças do museu de anatomia da escola medico-cirurgica de Lisboa*, Lisboa, 1862; *Reforma dos estudos medicos em Portugal;* saiu na *Revista Medica Portugueza*, 1864; *A'cêrca da vaccina*, etc., idem. Tambem publicou o *Discurso recitado na sessão solemne da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa*, 1857.

Teixeira de Mendonça *(Antonio)*. Capitão-mór de Benguella quando os hollandezes tomaram Loanda. Não podendo defender Benguella, abandonou a refugiando-se no interior e fortificando se em Massangano. Em 1646 foi eleito pelo povo com mais dois para governarem a provincia. Manteve-se na defensiva e entregou os seus poderes a Salvador Correia de Sá, quando este foi do Rio de Janeiro, reconquistar a provincia. Salvador Correia de Sá empregou-o em 1651 em debellar as sobas do interior.

Teixeira de Mendonça *(Francisco Xavier)*. Advogado. N. em Villa Real em 1713 Formando-se em direito em 1733, foi eleito advogado da Casa da Supplicação em 1739, e quem tratou da questão que, sobre a successão de uns morgados por falta de descendentes dos marquezes de Montalvão, Gonçalo Christovão Teixeira Coelho Pinto Mesquita moveu contra Sebastião José do Carvalho o Mello, depois marquez de Pombal. A causa decidiu se a favor do marquez, e por fim Gonçalo Christovão e o seu advogado fôram presos, o primeiro em 1756 e o segundo em 1758. Francisco Mendonça tendo passado algum tempo no forte da Junqueira, foi desterrado para Angola onde morreu. As *Allegações*, que sobre essa questão Mendonça tinha publicado, parece que fôram mandadas recolher.

Teixeira de Paschoaes V. *Teixeira de Vasconcellos (Joaquim Pereira)*.

Teixeira Pinto *(João)*. Pintor e esculptor. N. em Lisboa, mas ignoram-se as datas do seu nascimento e fallecimento. Manifestou logo desde muito creança as mais felizes disposições e muito gosto para a pintura e para a esculptura. Estreou-se copiando estampas, modelando as e esculpindo-as. Em breve alcançou tão grande fama, que foi encarregado da execução de varios trabalhos para a casa real. Fez um *S. Pedro de Alcantara* e um *S. Miguel*, estatuas em prata e destinadas para o baptismo do principe D. Pedro d'Alcantara, depois D. Pedro IV, e seu irmão o infante D. Miguel. Tambem cooperou nos trabalhos dos genuflexorios das pessoas reaes. Foi depois substituto do professor Joaquim Machado de Castro na escola de esculptura. Executou trabalhos diversos nos palacios de Queluz e d'Ajuda.

Teixeira de Queiroz *(Francisco)*. Bacharel formado em medicina pela Universidade do Coimbra, escriptor e romancista contemporaneo, deputado, etc. N. em Arcos de Valle-de-Vez, a 3 de maio de 1849, sendo filho de José Maria Teixeira do Queiroz e de D. Antonia Maria Machado. Terminou o seu curso de medicina no anno de 1880. Ainda estudante começou a escrever sob o titulo de *Comedia do campo e de Comedia burgueza*, uma serie de volumes, que procura apropriar ao estudo litterario dos phenomenos sociaes os processos de observação das sciencias physicas e moraes. Os tres primeiros volumes da serie *Comedia de campo* são uma collecção admiravel

de contos que se passam todos na provincia do Minho, os outros dois são romances dos quaes o primeiro, *Amor divino*, é o estudo pathologico de um caso de hysteria religiosa explorada pelo padre, e o *Amores...amores*, publicado em 1897, apresenta como principal elemento de interesse a notação dramatisada das praticas da suggestão. Na *Comedia burgueza*, o autor, alargando o campo do seu inquerito sem todavia sair do Lisboa, occupou-se de assumptos de ordem especial. Primeiro nos *Noivos*, nova edição em 2 volumes, 1897, encara o casamento moderno, em que se nota a imperdoavel imprevidencia e a inaptidão moral dos contrahentes; depois, no *Salustio Nogueira*, critica o mundo politico, frivolo, incompetente, palavroso, dominado pela intriga, e finalmente em *D. Agostinho* e na *Morte de D. Agostinho*, estuda a decadencia da nobreza, raça de heroes abastardada pela educação clerical e pela falta de instrucção, depois de corrompida pelo ouro das conquistas asiaticas. Tambem faz parte da collecção da *Comedia burgueza* o romance *Cartas de amor*, publicado ha pouco tempo. Muitos dos seus livros são publicados com o pseudonymo de *Bento Moreno*. Para o theatro escreveu a peça em 4 actos *O Grande homem*, que se representou, pela primeira vez, no theatro normal em 1881. Foi deputado no tempo da monarchia, na legislatura de 1893, prestando juramento na sessão de 16 de janeiro; depois fez parte das côrtes constituintes, organisadas em 1911, sendo eleito pelo circulo de Aldeia Gallega. E' socio effectivo da Academia das Sciencias de Lisboa, o foi tambem, em tempos, vereador da camara municipal da mesma cidade.

Teixeira de Queiroz *(José)*. Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo, doutor em mathematica pela Universidade de Coimbra, e lente jubilado da mesma faculdade, deputado, etc. O seu nome completo era José Teixeira de Queiroz Almeida Moraes Sarmento. N. em Arcos do Valle-de Vez a 4 de agosto de 1816, onde tambem fal. a 11 de novembro de 1879, sendo filho de José de Queiroz Botelho d'Almeida e Vasconcellos. Aparentado com algumas das mais nobres familias das provincias do norte, alistou-se na sua mocidade como cadete, no regimento de cavallaria n.º 6, denominado *Os Dragões de Chaves*, e por obediencia aos principios de cavalheirismo militar e fidelidade ás bandeiras que jurára, seguiu a causa do infante D. Miguel até á Convenção de Evora Monte, em 1834. Terminada a guerra civil, matriculou-se na Universidade no anno lectivo de mathematica e philosophia de 1837-1838, obtendo pela sua intelligencia e applicação, premios e partidos em ambas as faculdades. Em 1842 formou-se em bacharel, e a 22 de dezembro de 1844 doutorou-se em mathematica. Filiou-se então no partido popular a cuja causa prestou bons serviços na revolução de 1846, conhecida pela *Maria da Fonte*, em que tomou parte muito activa. Em 1851 acceitou o cargo de secretario geral do governo civil de Bragança, que serviu até 1853, entrando n'este anno no corpo docente da Universidade, despachado substituto ordinario de mathematica, e por muito tempo regeu n'esta faculdade a cadeira de mechanica racional e suas applicações ás machinas. Foi jubilado em 1873. Foi deputado em quatro legislaturas, sendo a ultima eleição a 19 d'outubro de 1879, de que não chegou a tomar posse, por fallecer no mez seguinte.

Teixeira Rebello *(Antonio)*. Fidalgo da Casa Real, conselheiro, commendador da ordem de S. Bento de Aviz, marechal de campo, ministro e secretario de Estado, fundador e primeiro director do Collegio Militar, etc. N. na freguezia da Cumieira, concelho de Santa Martha de Penaguião, em 1748, fal. em Lisboa a 5 de outubro de 1825. Depois do estudar grammatica latina e philosophia, alistou se a 27 de setembro de 1761 como voluntario no regimento de artilharia de Valença, que então se organisara. Em 1780 matriculou-se na Academia de Marinha, onde obteve plena approvação em todos os annos, ambos os partidos e os mais distinctos elogios de todos mestres. Foi promovido a 2.º tenente em 1781 para o regimento de artilharia de Faro, do qual passou para o regimento da côrte, e n'essa epoca traduziu do inglez o *Tratado de artilharia* de João Muller, que se imprimiu em 1793, 2 tomos com estampas, sendo adoptado na academia militar, podendo essa versão considerar se uma obra original pelas correcções o additamentos que lhe fez Teixeira Rebello. Tendo no ultimo dos regimentos indicados ganho por opposição todos os postos até ao de major, em 1792, foi nomeado commandante da artilharia das forças que em auxilio do exercito hespanhol partiram para o Roussillon, e n'essa campanha se distinguiu muito em varias occasiões, e especialmente na acção de 29 de maio de 1794, concorrendo efficazmente para a victoria alcançada, pelas posições difficeis que fez occupar a artilharia. Sendo já tenente-coronel graduado, passára em 1793 á effectividade d'esse posto. Fôram relevantissimos os serviços prestados por este official na guerra contra os soldados da republica franceza, já estabelecendo e regularisando a administração dos hospitaes, já cuidando no provimento dos transportes para os parques e, quasi no fim da lucta, a seu pedido, obteve autorisação do governo de Madrid para, nos estabelecimentos de Barcelona, fundir peças e construir reparos e palamentas para substituir o material da nossa artilharia, que fôra perdido pelo exercito hespanhol. Aproveitando essa occasião, que se offerecia, tirou dos archivos d'esses estabelecimentos fabris os planos que julgou convenientes para o progresso da artilharia entre nós, e regressando á patria, depois de finda a campanha, foi em 1796, já em coronel graduado, nomeado commandante do parque do artilharia que n'esse anno devia acompanhar o exercito de observação do Alemtejo. No fim de 18 mezes d'esse importante commando, foi encarregado de melhorar a fortificação de Abrantes, e logo em seguida de dirigir a reedificação da praça de Cascaes e de todos os fortes maritimos desde o de Santo Antonio da Barra até ao de Cabo da Roca, e n'esse serviço se empenhou com toda a sua costumada actividade e intelligencia despendendo até do seu bolso algumas sommas para mais depressa realisar as obras que julgava necessarias. No meio d'esses trabalhos que só por si seriam bastantes para occupar deveras qualquer outro homem, encontrou ainda Teixeira Rebello tempo para fazer um reconhecimento do terreno e costas adjacentes á praça de Cascaes, propondo em vista d'elle um plano de defeza contra o ataque d'um inimigo que de

sembarcasse n'aquellas proximidades. Quando em 1801 se tratou de preparar o nosso exercito para resistir á aggressão da Hespanha, foi Teixeira Rebello incumbido do estabelecimento de parques volantes e de reserva, da construcção e organisação d'um deposito geral, e da creação, organisação e instrucção das companhias de artilharia montada, arma até então desconhecida no nosso paiz. Em 1802 foi promovido a coronel effectivo, e fazendo parte da sociedade real maritima, foi em 1803 encarregado de organisar a instrucção para a manobra das peças de todas as qualidades e calibre, nomeado membro da commissão do *Codigo penal militar;* em 180(foi escolhido para dar parecer sobre a nossa polvora e sobre o alcance das peças e resistencia dos reparos de nova construcção; em 1807 teve a promoção de brigadeiro, e depois, em 1808, desempenhou varias commissões importantes, mas o principal titulo de gloria de Teixeira Rebello foi a creação do Collegio Militar, em 1803, que teve principio com o titulo de Collegio da Feitoria, ou Collegio Regimental da Artilharia da Côrte, que depois tomou a denominação de Collegio Militar, sendo Teixeira Rebello nomeado em 1813 seu director. Desde então o seu constante pensamento, até fallecer, foi o progresso e o desenvolvimento d'aquelle estabelecimento de tão grande utilidade. (V. *Real Collegio Militar*, no *Portugal*, vol. VI, pag. 105 e seguintes). Em 1821 foi Teixeira Rebello promovido a marechal de campo, e sendo chamado a exercer o cargo de ministro e secretario de estado dos negocios da guerra, esteve na gerencia d'essa pasta desde 1 de fevereiro do 1821 até 8 de setembro do mesmo anno. Deixando o ministerio voltou ao exercicio do cargo de director do Collegio Militar, até que falleceu. Aquelle estabelecimento no anno seguinte á morte, em homenagem á sua memoria, collocou o seu retrato n'uma das suas salas, pronunciando-se n'aquella cerimonia solemne um *Artigo necrologico*, quo foi impresso, e no qual se lêem estas palavras: «A memoria do sr. Antonio Teixeira Rebello justamente será duradoura no Real Collegio Militar como a memoria do homem a quem elle deve os principios da sua existencia; e o monumento simples que ali hoje se lhe erige, é um tributo devido ao seu reconhecimento e não um estimulo necessario á sua lembrança.» Teixeira Rebello era socio da Sociedade Real Maritima Militar e Geographica, onde apresentou os seguintes trabalhos: *Memoria sobre a necessidade de levantar cartas topographicas e formar memorias em que se dê conta em detalhados terrenos relativamente aos movimentos militares; Memoria em que se dá uma ligeira ideia das serras, cordilheiras e terrenos irregulares e se arbitra a sua classificação e nomes.* A' mesma sociedade, além d'estes trabalhos, apresentou ainda o *Tratado de artilharia*, de Muller, já citado, e elaborou a *Instrucção geral, ou escola de serviço braçal da arma de artilharia, mandada organisar por ordem de Sua Majestade*, em 1819.

Teixeira Sampaio *(Francisco da Cunha)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, advogado no Porto. N. em Felgueiras a 29 de agosto de 1820, fal., segundo parece, no anno de 1874. Formou se em 184?; exerceu a advocacia no Porto. Em 1859 foi nomeado curador dos orphãos da mesma cidade, sendo transferido em 1865 para egual cargo em Lisboa, em que se conservou até ao seu fallecimento. Deixou impressa uma *Exposição da causa de nullidade de matrimonio de Antonio José Vieira de Azevedo com Thereza de Jesus da Fonseca e Oliveira, intentada por D. Felicidade Perpetua de Azevedo*, Porto, 1855. Ainda, segundo consta, imprimiu outras allegações, e a seguinte *Memoria explicativa da acção rescisoria intentada por Gonçalo da Cunha Souto maior e sua mulher contra Henrique Borges de Castro, com a analyse da sentença do jury da primeira instancia commercial do Porto*, Lisboa, 1865.

Teixeira da Silva *(João)* Formado em canones pela Universidade de Coimbra. N. no Porto, e fal. em 1686. Foi oppositor ás cadeiras de humanidades na Universidade. Depositavam n'elle grande confiança os governantes, e até o quizeram encarregar da embaixada em Hollanda, quo era, nos annos que se seguiram á nossa restauração, a mais difficil. Escreveu um *Poema heroico á rainha Santa Izabel; Exemplar politico da vida e acções de D. João I;* dois nobiliarios, e uma Encyclopedia do todas as artes, sciencias, rimas varias e varias obras.

Teixeira de Sousa *(Antonio)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto, deputado, par do reino, ministro do estado, presidente do ultimo ministerio da monarchia, escriptor, etc. N. em Celleirós, do districto de Villa Real, a 5 de maio de 1857. Em 1874 matriculou se no lyceu de Villa Real, sendo estudante muito applicado e fazendo com distincção todas os exames d'aquelle curso Passando á Academia Polytechnica do Porto tres annos depois, conseguiu ser classificado em todas as cadeiras que frequentou como preparatorios para o curso de medicina. Um anno apenas lhe bastou para este lisonjeiro resultado, pois em 1878 entrava para a Escola Medica do Porto, onde a sua passagem se assignalou por uma serie de triumphos, sendo o primeiro alumno d'esse curso premiado em todas as cadeiras, sendo-lhe conferido, pela primeira vez, o *Premio Macedo Pinto*, instituido para o *medico mais distincto* que saisse d'aquella Escola. Foi em 1883 que terminou os seus estudos; durante o curso publicou um livro sobre materia medica, o como dissertação inaugural apresentou um trabalho experimental sobre a *inervação do coração*, obra considerada como producto de aturado estudo e de lucidissima dedução. No mesmo anno de 1883, foi logo nomeado medico municipal de Valpaços, mas não podendo por mais d'um anno resignar-se á estreiteza de limites que esta situação lhe impunha, entrou para o estabelecimento thermal das Pedras Salgadas como director technico, logar que occupou até 1887. Dois annos antes, em 1885, fôra nomeado cirurgião ajudante do exercito, sendo pelos documentos scientificos e litterarios, que apresentou, classificado como o mais antigo dos 30 medicos que na mesma occasião fôram nomeados. Quasi immediatamente foi eleito procurador á Junta Geral do Districto de Villa Real pelo concelho de Alijó, e como este logar fôsse incompativel com o de medico militar, abandonou o exercito no mesmo anno, servindo até á extincção das Juntas Geraes, varias vezes como membro da commissão executiva. Entretanto exercia a clinica thermal quer nas Pedras Salgadas quer em Vidago, publicando sobre esse

assumpto muitas monographias, redigia o *Districto de Villa Real*, sob a direcção do sr. conselheiro Antonio de Azevedo Castello Branco, desde 1881 até 1892, em que passou a redigir o *Villa-realense*, folhas regeneradoras. Em 1889 apresentou pela primeira vez, a sua candidatura a deputado pelo circulo de Alijó, contra o governo progressista, sendo eleito por grande maioria de votos. Desde então entrou em todas as legislaturas, eleito pelo mesmo circulo, quer o seu partido estivesse no podor, quer na opposição. Fechada a sessão de 1894, foi nomeado governador civil de Bragança. Nenhum politico ignora a extraordinaria importancia que tinha ali a facção progressista, e como fôram violentos e por vezes sanguinarios os processos de administração de que, por muito tempo, lançavam mão os chefes politicos d'aquelle districto. Enviado em tão melindrosas condições para Bragança, houve-se de tal fórma no desempenho da difficilima missão, por tal maneira foi correcto e energico o seu procedimento que, sem usar d'uma unica represalia, sem perseguir nem deslocar funccionario algum, conseguiu invalidar o poderoso nucleo progressista tão completamente que, nem as eleições de deputados nem as de camaristas, se atreveram a disputar. Em 1890 fôra eleito segundo secretario da camara dos deputados, e em 1894 primeiro secretario, cargo que desempenhou até 1898, epoca em que os seus superiores dotes de orador e de parlamentar se affirmaram de maneira absoluta e decisiva. Foi o *leader* da maioria, e relator dos projectos levados a essa camara. Em 1895 foi exonerado do cargo de governador civil de Bragança. Em 1897, em 1898 e em 1899, a sua acção parlamentar na campanha da minoria regeneradora, de que era *leader* o sr. conselheiro João Franco, contra o governo progressista, tornou-se notavel pelo estudo de todas as questões vindas ao debate e pelo vigor do ataque politico. Em 1900, sendo Hintze Ribeiro chamado a formar ministerio, convidou o sr. Teixeira de Sousa para a pasta da marinha e ultramar, que elle geriu até 1903, manifestando se a sua actividade em differentes medidas tendentes a melhorar os serviços e a situação das colonias. Equilibrou as finanças das provincias ultramarinas; promoveu a construcção do porto de Lourenço Marques; creou o fundo do caminho de ferro de Malange, iniciando a construcção d'esta linha ferrea: fez a concessão gratuita do caminho de ferro do Lobito, de que em julho de 1910, já estavam construidos 200 k., havendo mais 120 k. em construcção; negociou o contrato para a exploração do caminho de ferro de Mormugão com a companhia *Southern-Maratha*; promoveu o fabrico do assucar em Moçambique e Angola; delimitou algumas fronteiras; submetteu á arbitragem, a delimitação de Baroce; organisou os trabalhos para a conquista do Barué, etc., sem recorrer ao dinheiro da metropole. Da pasta da marinha passou por uma recomposição do ministerio de 3 de março de 1903 á da fazenda, que geriu até abril de 1904, apresentando ao parlamento o seu plano financeiro, que ao grande ministro Marianno Cyrillo de Carvalho mereceu a classificação de notavel. D'esse plano fazia parte a cobrança dos direitos aduaneiros em ouro, o alargamento da área fiscal de Lisboa. Na sessão da camara dos deputados de 1904 apresentou um largo plano de fomento economico constituido por 17 projectos, entre os quaes se contava o da organisação d'uma carreira de navegação regular para o Brazil. Em 1906 o sr. Teixeira de Sousa tornou a ser ministro da fazenda, sob a presidencia de Hintze Ribeiro, ministerio que esteve no poder apenas 58 dias, sendo então substituido pela situação presidida pelo sr. conselheiro João Franco, que caiu em fevereiro de 1908, com o assassinio d'el rei D. Carlos. N'esse curto espaço de tempo resolveu a questão dos tabacos, que muito havia agitado a opinião publica, elevando a renda respectiva de 4:500 contos a 5:520 contos, em concurso publico, isto depois de se haver garantido com os meios necessarios para fazer o reembolso das obrigações que não fossem á conversão. A'cêrca da *Questão do tabaco* escreveu um livro que n'esse anno de 1906 publicou, revertendo o producto

Antonio Teixeira de Sousa

liquido da edição em favor da Associação Protectora das Creanças. Em 1901 foi elevado ao pariato. Pelo fallecimento do chefe do seu partido, o conselheiro Hintze Ribeiro, occorrido em julho de 1907, e cujo funeral elle acompanhou, apresentou a sua candidatura á chefia do partido, sendo apoiado por muitos elementos valiosos que o desejavam vêr investido n'esse alto cargo politico, em logar do sr. conselheiro Julio Marques de Vilhena, que lhe disputava essa chefia, apoiado tambem em varios elementos preponderantes do partido. Como esta divisão de opiniões pudesse originar uma scisão da qual necessariamente deveriam surgir graves embaraços para a vida de tão numeroso agrupamento politico, onde já se notavam hesitações e embaraços que poderiam ser origem de conflictos de ordem publica, desinteressadamente cedeu da sua chefia declarando acceitar e reconhecer a chefia do sr. conselheiro

Julio de Vilhena. Mas, a 16 de janeiro de 1910 sempre foi eleito chefe do seu partido. Em 1908 era o sr. conselheiro Teixeira de Sousa director geral das alfandegas. Em julho de 1910, pela queda do ministerio presidido pelo sr. conselheiro Veiga Beirão, foi encarregado de organisar o novo gabinete, de que teve a presidencia e a pasta do reino. Este ministerio durou até ao dia 5 de outubro do mesmo anno, em que se implantou a Republica. Em defeza d'alguns ataques que lhe teem sido dirigidos attribuindo lhe o ter contribuido em grande parte para a queda da monarchia e proclamação do regimen republicano, escreveu e publicou o sr. Teixeira de Sousa uns dois volumes, intitulados *Para a historia da Revolução.*

Teixeira de Sousa. Posto militar no Sambo, Africa Occidental.

Teixeira de Vasconcellos *(Antonio Augusto).* Notavel escriptor e jornalista. N. no Porto em 1 de novembro de 1816, fal. em Paris a 29 de julho de 1878. Era filho d'um fidalgo de provincia, Antonio Vicente Teixeira de Sampaio e de D. Maria Emilia de Sousa Moreira de Barbosa. Foi ainda creança para a quinta de Coura, na freguezia de Bitarães, proximo de Penafiel, e viveu ali alguns annos. Seu pae, pertencendo á velha aristocracia do reino, adoptára as opiniões legitimistas, o seguia com dedicação a causa de D. Miguel. Seu filho, como era natural, seguiu as suas indicações e o seu exemplo, e já em 1834, contando apenas pouco mais de 17 annos de edade, foi nomeado por D. Miguel capitão do regimento de milicias de Penafiel, mas só funccionou como tal durante alguns mezes, porque a perda da causa de D. Miguel, tambem arrebatou a patente do joven capitão de milicias. Comtudo, Teixeira de Vasconcellos, apezar de se sentir fascinado pelas ideias liberaes, logo que o seu espirito mais esclarecido começou a exercer o seu criterio sobre as cousas politicas, entendeu quo devia ser fiel á causa que seu pae defendera, e a prol da qual elle mesmo militara, e foi por algum tempo legitimista. Entretanto, não quiz conservar-se na fidalga ociosidade do seu solar, e determinou seguir a carreira da magistratura, e para esse fim, em 1839, tratou de se matricular na Universidade de Coimbra no curso de direito. Contava 23 annos, estava em plena flôr da mocidade ainda assim, e arrojou-se com todo o ardor aos enthusiasmos e ás tempestades da vida academica, mostrando-se a um tempo ardente nas folias da mocidade e um dos moços mais talentosos do grupo litterario do seu tempo, occupando se comtudo mais das questões do theatro academico que do estudo. Não foi por isso premiado no primeiro anno, o que o irritou, e lho fez empunhar pela primeira vez a penna de escriptor, publicando no Porto em 1840 uma *Carta philosophica e critica sobre o estudo da historia portugueza que aos curiosos d'esta altissima instrucção offerece*, etc. O proprio autor da carta julga severamente este primeiro escripto n'uma carta que enviou a Innocencio da Silva, em que lhe diz no seu tom desenfastiado e familiar: «Nem era philosophica, nem critica; era declamatoria e filha do despeito parvo de não ter levado no primeiro anno do curso juridico o premio que não tratára do merecer.» Parece que, apezar de isso a carta foi applaudida, porque Teixeira de Vasconcellos não parou em tão bom caminho, e tendo travado uma questão a respeito do theatro academico com Eusebio Castella de Lemos Piuheiro Falcão, publicou em 1841, em Coimbra, um folheto em que se debatia esse grave assumpto, com o titulo: *Nós e elles. Primeira parte das memorias de Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos, estudante do segundo anno de direito.* Finalmente, no anno immediato de 1842, tendo-se levantado na camara de Lisboa a questão de se saber se os deputados realistas podiam ser ou não dispensados de prestar juramento antes de tomarem assento, Teixeira de Vasconcellos escreveu um folheto intitulado: *O Juramento dos deputados realistas*, que se publicou tambem em Coimbra, em que se mostrava favoravel á pretensão d'esses deputados. Seguindo o curso com distincção, obtendo o *accessit* em alguns annos o o primeiro premio no terceiro, veiu a formar-se em 1844. N'esse anno fundou em Coimbra um jornal *A Opposição Nacional*, em que, com outros redactores seus amigos, se defenderam ideias liberaes e progressistas, fazendo opposição ao governo cartista, que estava então no poder, mas não opposição como a queriam e como a desejavam os seus antigos correligionarios. Além do progresso natural do seu espirito, tinha concorrido tambem para a transformação das suas ideias politicas a leitura dos livros de Chateaubriand, que soubera ligar com a sua sympathia pela tradição os seus principios liberaes, e no *Portugal Velho* aconselhou aos legitimistas uma similhante alliança. Não agradara isto muito aos seus antigos correligionarios, que esperavam ter n'elle um brilhante campeão, e por isso o atacaram no *Tribuno de Almacave.* Estes ataques obrigaram Teixeira de Vasconcellos a declarar que se separava para sempre do partido legitimista, e assim o fez n'uma carta que inseriu na *Revolução de Setembro.* Concluido o curso veiu para Lisboa estabelecer banca de advogado, e continuou na sua carreira de escriptor e de jornalista, para a qual se sentia irresistivelmente attrahido por uma omnipotente vocação. Germinava então no seu espirito uma novella interessantissima que deixou incompleta, e que deveria ser, comtudo, se a tivesse concluido, a obra prima da sua carreira litteraria, *Roberto Valença.* Era um romance no genero do *Gil Blas*, do que saiu apenas um volume, tendo sido publicados os primeiros capitulos na *Illustração*, jornal que Teixeira de Vasconcellos creára, e que foi a primeira illustração portugueza, cujas gravuras estavam bem longe da perfeição a que depois chegaram entre nós, mas eram as primeiras n'esse genero especial, e Teixeira de Vasconcellos teve a gloria de ter proseguido na obra emprehendida pelo *Panorama*, e de ter animado, tanto quanto em si cabia, a incipiente gravura nacional. A publicação da *Illustração*, em que collaboraram Oliveira Marreca, Alexandre Herculano o Garrett, foi interrompida por acontecimentos politicos. Rebentara a revolução do Porto em outubro do 1846, e Teixeira do Vasconcellos, que militára debaixo das bandeiras progressistas, correra a alistar se nas fileiras revolucionarias. Apenas chegou ao Porto, lembrou-se de que já servira como capitão de milicias, e acceitou o posto de commandante de um batalhão de voluntarios, que se tratara de organisar em Paredes. Effectivamente era justo.

Capitão aos 17 annos, não podia ser menos de coronel aos 30. Comtudo, Passos José, que o conhecia, entendeu que lhe não faltavam coroneis de voluntarios, e lhe não abundavam, pelo contrario, para os cargos civis, homens com o merecimento de Teixeira de Vasconcellos, e nomeou o governador civil de Villa Real, em 30 do referido mez de outubro, cargo que Teixeira de Vasconcellos exerceu sem nenhuma remuneração, apezar de não poder já fazer esses sacrificios, porque os seus habitos de *grande senhor* o tinham reduzido quasi á pobreza. O seu solar de Coura, as suas propriedades, tudo havia sacrificado, e não tardaria a ter de pedir unica exclusivamente ao seu trabalho os recursos com que teria de contar. Não pôde, comtudo, demorar se muito tempo em Villa Real a manter o luxo indispensavel na sua posição e a gastar á larga sem receber cousa alguma. Pediu a sua demissão, e voltou para o Porto, onde foi encarregado da correspondencia diplomatica da Junta governativa, e onde defendeu a causa revolucionaria com a sua penna de jornalista, respondendo no *Nacional* ao *Times*, e refutando na *Estrella do Norte* os artigos dos jornaes cartistas Foi ainda no desempenho das obrigações do seu cargo, que redigiu o convenio de Gramido, que pôz termo á lucta, e depois d'isso retirou-se para Lisboa, abandonando a vida publica. Motivos particulares e a precisão de obter recursos para viver, o levaram a partir para Angola e a estabelecer se em Loanda como advogado. Nos tres ou quatro annos que se demorou em Lisboa, antes de partir para a Africa, escreveu em 1848 a *Succinta narração das circumstancias que precederam e seguiram a união dos realistas insurgentes com a Junta do Porto,* folheto de que o conde das Antas se disse autor unicamente para que pudesse ser discutido na camara dos pares, e a elle so pudessem fazer referencias na discussão. N'esse periodo tambem collaborou na *Revista Universal*, no *Atheneu*, etc. Em 1850 embarcou para Loanda, e ali ganhou, segundo se affirma, muito dinheiro, que tambem gastou com uma notavel facilidade. Não tardou a adquirir, como era natural, uma grande preponderancia, e pela primeira vez o governador de Angola começou a encontrar na sua frente uma opposição seria e audaciosa. Teixeira de Vasconcellos, em 1851, foi eleito, contra a vontade do governo, presidente da camara municipal de Loanda. Em 1853 o governador, achou mais simples para se desembaraçar d'uma opposição que o incommodava, agarrar em Teixeira de Vasconcellos, mettel o a bordo do brigue de guerra *Moçambique* e mandal-o para Lisboa. A vida, um pouco solta, de Teixeira de Vasconcellos, quo prestava muito o flanco a accusações verdadeiras, e muito mais ainda a accusações calumniosas, attenuou um pouco o que havia de insolito no acto do governador. Este declarára que o remettia para a Europa por ordem do governo da metropole, e comtudo declarou-se depois, por uma portaria publicada no *Boletim Official*, que essa ordem nunca existira. Emquanto esteve em Loanda publicou apenas um folheto, inserindo tambem no *Boletim Official* o discurso que proferira nas exequias de Pedro Alexandrino da Cunha. Em Lisboa, procurou desforçar-se do modo como fôra tratado pelo governador de Angola, e foi isso que deu origem a varios artigos publicados na *Revolução de Setembro*, e ao folheto intitulado *Carta ácêrca do trafico de escravos na provincia de Angola, dirigida ao ministro e secretario de estado da Marinha e Ultramar.* Ao mesmo tempo publicava o *Arauto*, que redigiu durante 4 ou 5 annos, até que, ainda por motivos particulares, resolveu fazer uma viagem a Inglaterra e a França, onde se demorou até 1862. Achando-se em Paris em 1858, fundou com o escriptor Eduardo de Faria uma sociedade intitulada *Sociedade Iberica* para a publicação de varias obras em francez, que dessem bem a conhecer á Europa a historia de Portugal e Hespanha, e a outras noticias importantes a respeito d'aquelles dois paizes. Devia publicar-se uma serie em de 5 tomos e 99 brochuras, mas sairam apenas um volume e uma brochura. O volume tornou o nome de Teixeira de Vasconcellos bastante conhecido no estrangeiro, intitulase: *Portugal et la maison de Bragance.* A brochura primeira da serie que elle intitulava *Les Contemporains*, encerrava a biographia de Antonio Rodrigues Sampaio, que o proprio autor traduziu depois em portuguez n'um folheto chamado *O Sampaio da Revolução de Setembro*, saindo tambem em Paris em 1859. Teixeira de Vasconcellos escrevia de Paris correspondencias para o *Commercio do Porto* e para a *Revolução de Setembro.* Vivia largamente, com mais largueza talvez da que lhe permittiam os recursos, que elle tinha de auferir exclusivamente da sua penna. Achou-se envolvido mais ou menos desagradavelmente n'um famoso processo conhecido pelo nome *Le Sire et Thieury*, e em que se tratava d'um negocio de venda de condecorações portuguezas e fraude ligada com esse assumpto Teixeira de Vasconcellos saiu perfeitamente incolume d'esse processo em que não fôra incriminado, é certo, mas em que se tinham feito ao seu nome allusões profundamente desagradaveis. Este processo causou sensação em Paris, e appareceu nas folhas francezas e nas de Lisboa (V. o n.º 6013 da *Revolução de Setembro).* Para mais completa justificação, Teixeira de Vasconcellos respondeu, publicando nos jornaes uma carta do imperador dos francezes, datada de 23 de maio de 1862, na qual se lhe davam provas de consideração, que não é costume dar aos que sáem mal feridos dos combates judiciaes. A inimizade que se manifestára entre Teixeira de Vasconcellos e o nosso representante em Paris, visconde de Paiva, fez com que os amigos d'este ultimo aproveitassem a occasião para desacreditar Teixeira de Vasconcellos; a politica de Portugal lançou mão d'esse assumpto, e quando Vasconcellos regressou ao paiz em março de 1862, viu se alvo de prevenções hostis, que pesaram sobre o resto da sua vida, ou antes quo só começaram a attenuar se ou a dissipar-se pouco antes da sua morte. Chegando a Lisboa, Teixeira de Vasconcellos não tardou a fundar a *Gazeta de Portugal*, saindo o 1.º numero a 9 de novembro de 1862, jornal que adquiriu um rapido prestigio, e que em 1864 se transformou n'um jornal de grandes dimensões, um pouco do genero do *Grand Journal* francez, durando assim até aos fins de 1867. Teixeira de Vasconcellos era já deputado desde 1865, e em 1867 tornou-se curioso ser elle uma das causas indirectas da queda do ministerio fusionista. Casal Ribeiro apresentára um projecto de refor

ma do ministerio dos negocios estrangeiros, que se suppunha destinado a dar uma collocação a Teixeira de Vasconcellos. Foi bastante essa suspeita para revoltar a opinião publica Nos ultimos annos da *Gazeta de Portugal*, começou Teixeira de Vasconcellos a publicar a 2 de janeiro de 1865, juntamente, um outro jornal, que pouco tempo durou, chamado *Gazeta de Portugal, boletim da Tarde*, contendo as ultimas noticias e o extracto dos debates parlamentares do proprio dia. Depois tomou parte na redacção das *Novidades*, e finalmente fundou o *Jornal da Noite*, de que foi o redactor e director principal até fallecer. Entretanto publicou uma serie de livros interessantes, em que se manifestavam os seus talentos de contador simples e despretencioso: *As Viagens na terra alheia, de Paris a Madrid*, Lisboa, 1863; havia saido em folhetins no *Commercio*

Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos

do Porto, e no *Correio Mercantil*, do Rio de Janeiro; *O Prato de arroz dôce*, Porto, 1862; tambem saira em folhetins no *Commercio do Porto* Este romance baseia-se em varios episodios da historia da Junta do Porto; *A Ermida de Castromino*, que saiu na *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, ficando incompleto pela suspensão d'este jornal; e a *Fundação da Monarchia portugueza; narração auto iberica*, Lisboa, 1860. Estreou se no theatro em 1870, com uma comedia em 3 actos, *O Dente da Baroneza*, que se representou no Gymnasio com grande applauso. Escreveu ainda duas comedias em 1 acto, *A Botina verde* e a *Liberdade eleitoral* Por muito tempo escrevera em folhetins no *Diario de Noticias*, uns pequenos contos populares, que depois reuniu n'um volume, com o titulo de *Papeis velhos*. Finalmente publicou um romance, em 2 volumes, *Lição ao mestre*, e outro n'um volume, *Duas fa-cadas*. Quando se levantou a questão do padre Jacinto Loyson com a Santa Sé, reuniu em volumo, com o titulo de *O Celibato clerical*, todos os artigos que escrevera a esse respeito. Teixeira de Vasconcellos possuia o foro de moço fidalgo com exercicio no paço; era commendador das ordens de Christo, de Carlos III de Hespanha e de Santo Estanislau da Russia; grande official da ordem imperial de Medjidié da Turquia; cavalleiro das de Leopoldo da Belgica, do Danebrog da Dinamarca e de S. Luiz de Parma, socio effectivo da Academia Real das Sciencias, de Lisboa, desde 1873, sendo eleito em 1877 vice-presidente, socio dos Institutos Geographicos do Paris e de S Petersburgo; socio do Instituto do Coimbra, desde 1839; membro do Conservatorio de Lisboa por decreto de 20 de abril de 1842; foi tambem socio da antiga e extincta Academia Lisbonense das Sciencias e das Letras, presidida por Silvestre Pinheiro Ferreira em 1843, e do Congresso Estatistico reunido em Paris no anno de 1855, onde orou ácêrca das nossas estatisticas ultramarinas, socio da Associação Industrial Portuense desde 1860. Teixeira de Vasconcellos, pouco tempo antes de fallecer, fôra nomeado director geral da secretaria da camara dos deputados. Achava-se então bem; rodeavam n'o vivas sympathias de escriptores que se haviam formado debaixo da sua direcção, uma filha sua, que elle estremecia, casara bem na Allemanha, e todos os annos ia visital-a n'umas excursões que o remoçavam. A ultima viagem que fez foi no verão de 1878. Ia gravemente enfermo. Atacara-o uma paralysia, que visivelmente só lhe dera tregoas para elle emprehender a viagem. Effectivamente, pouco depois de chegar a Paris, ali falleceu, longe da patria, com 62 annos incompletos.

Teixeira de Vasconcellos *(João)*. Latinista. N. no principio do seculo passado, e durante o periodo do governo de D. Miguel foi professor de lingua latina. Constituido o regimen constitucional, João Teixeira de Vasconcellos, para continuar a ser professor de latim, teve de sujeitar-se a novo exame, de que saiu brilhantemente, sendo approvado com distincção e despachado professor de latim para Rezende em 1835 Em 1837 escreveu e imprimiu no Porto um *Curso de grammatica portugueza e latina*. Essa obra teve com esse titulo duas edições, mas depois accrescentou lhe um volume consagrado á *Latinidade*, e a obra com o titulo de *Curso de grammatica portugueza e latina e de latinidade*, foi approvada para todas as escolas, e grangeou grande reputação. Em 1858 jubilou-se e foi dirigir o collegio da Formiga nos arredores do Porto, onde esteve perto d'um anno, mas oppoz-se depois á 1.ª e 2.ª cadeiras do Lyceu Nacional de Castello Branco, e foi despachado em 1859. Esteve em Castello Branco 10 annos, foi reitor do lyceu e commissario dos estudos, e em 1869 jubilou-se pela segunda vez, e foi viver na companhia de seu filho em S. Martinho de Foruellos, onde era então parocho, e depois em Sinfães, para onde o filho fôra transferido. Viveu ainda 12 annos n'aquelle pacifico retiro, até que falleceu já avançado em annos a 14 de fevereiro de 1881.

Teixeira de Vasconcellos *(João Pereira)*. Gran cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, par do reino, conselheiro,

lavrador e agricultor, etc. N. em Amarante a 10 de fevereiro de 1847. Tendo concluido no Lyceu do Porto os preparatorios, teve de recolher a casa por motivos de familia, passando depois a administral a. Entrando na vida publica, foi procurador á Junta Geral do districto em 1898, e deputado, eleito pela sua terra natal, desde 1886 até 1900, anno em que acompanhou o conselheiro João Franco, quando este estadista se afastou do partido regenerador. Ainda no tempo em que o partido se não havia scindido foi governador civil de Vizeu em 1895, desempenhando identico cargo no Porto, quando em 1907 foi chamado ao poder o partido regenerador-liberal, sendo n'esso anno elevado a par do reino, e a consolheiro por decreto de 4 de julho. Tanto na camara electiva como na dos pares tomou parte em differentes debates, salientando-se sempre pelo brilho e correcção da sua palavra, e pela competencia com que discutia os assumptos sujeitos á discussão. Collaborou em diversos jornaes litterarios.

Teixeira de Vasconcellos *(Joaquim Pereira)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, poeta, etc N. na freguezia de Gatão, concelho de Amarante, a 2 de dezembro do 1870, sendo filho do conselheiro João Pereira Teixeira dè Vasconcellos e de sua mulher D. Carlota Guedes de Vasconcellos. Adoptou o nome de *Teixeira de Paschoaes* (d'uma propriedade sita em Amarante), com que firma os seus trabalhos litterarios. Terminou os estudos em 1901, tomau do então o grau de bacharel. Ainda estudante publicou o seu primeiro livro de versos: *O sempre*, 1897; o que se seguiu, em 1899, a *Terra prohibida*, sendo o primeiro reimpresso em 1902, com muitas composições ineditas Em seguida publicou, em 1903, o poemeto *Jesus e Pan*, cantando a união do paganismo com o christianismo, já entrevista na 1.ª edição do *Sempre*. Conforme o elevado pensamento do poeta, d'essa união hão de nascer a Religião do Futuro, uma nova Arte e talvez uma nova Humanidade. Para o poeta de tão nobres intuitos o novo Redemptor será uma synthese de Jesus e Pan. Obedecendo a este sentimento religioso, publicou successivamente: *Para a luz*, 1904; *Vida etherea*, 1906, e *Sombras*, 1907, trabalhando depois n'uma obra em prosa, onde projecta condensar em fórmas simples e claras o seu sonho poetico, tendo egualmente em preparação uns volumes de lyricas dedicado a Venus e Maria.

Teixeiró. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. do Baião, distr. e bisp. ao Porto, 114 fog. o 493 hab. Tem esc. de ambos os sexos e est. post. Está situada junto do rio Teixeira, a 1:500 m. da estrada de Amarante a Mesão Frio e a 22 k da séde do conc. E' fertil em generos agricolas, cria gado, tem caça, e peixe do rio Douro, que lhe fica proximo, ao sul. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real || Pov. na freg. de S João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Teixello. Pov. na freg. de S Pedro e conc. de Tarouca, distr. de Vizeu.

Teixinha. Pov. na freg. de S. Julião, conc. o distr. de Portalegre.

Teixo. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João do Monte, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Teixoso. Pov. e freg. de N. S.ª dos Córos, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Covilhã, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 814 fog. e 3:169 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., medico e pharmacia. Está situada n'uma pequena elevação da serra da Estrella, na estrada da Covilhã a Valhelhas, 4 k. da séde do conc A terra é fertil, cria gado e tem caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res e res n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Teixugueira. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Beduido, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Boivães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Lobão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Martinho da Cortiça, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || Ribeira que nasce entre Aguiar da Beira e Fonte Arcada; banha Coruche e entra na riheira Coja, freg. da Cortiçada, com cêrca de 12 k. de curso.

Teixugueiras. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Pedro, de Pardilhó, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Santo André, de Rio Douro, conc. do Cabeceiras de Basto, distr de Braga.

Teja. Ribeira do distr. de Vizeu. N. nas proximidades do Moreira de Rei, corre na direcção N, passa perto de Casteição, Avelloso, onde tem ponte na estrada para Meda, Ranhadas, Cedovim, Horta e Numão, e entra no rio Douro com 45 k. de curso.

Tejango. Territorio da Africa Oriental.

Tejo. Grande rio de Hespanha o de Portugal. Era o *Tagus* dos romanos. N na serra do Albarracim, em Hespanha, atravessa as provincias hespanholas de Guadalajara, Toledo e Caceres, entra em Portugal separando a provincia da Beira da do Alemtejo, atravessa a da Extremadura, e termina no Oceano Atlantico, a 16 k. de Lisboa Transpõe a fronteira de Hespanha ao S. do Rosmaninhal, na direcção O; passa a 17 k. ao S de Castello Branco, a 700 ao N de Montalvão, descreve uma pequena curva e passa ao S de Villa Velha de Rodam, inclina se depois para o SO e segue a 1 k. ao NO de Amieira, torna a voltar a O, e passa a 3 k ao N de Gavião e a 1 ao S de Abrantes, onde tem uma boa ponte. Segue para Constancia e 1 k. depois passa sob a ponte do caminho de ferro de leste; em frente de Tancos fórma a ilhota em que assenta o antigo e arruinado castello de Almourol; passa ao S da Barquinha, e mudando a direcção para o S corre a 3 k. da Gollegã e inclina se depois para SO e passa a 1 k. ao NO da Chamusca. Prosegue n'esta direcção, colleando, até Santarem, fórma ali a ilhota de Mouchão de Alfange, inclina se para SSO, passa a 5 k ao S E do Cartaxo, e ali divide so em dois braços que fórmam a ilhota de Mouchão do Esfola Vaccas, que tem 17 k. de comprimento e 1 na sua maior largura. Fórma depois os mouchões dos Silveiras e do Escaroupim, e adeante de Muge e de Salvaterra de Magos fórma a grande ilha das Lezirias; segue ao S d'Azambuja, e depois, descrevendo uma grande curva, passa em Villa Franca de Xira, Alhandra o Alverca, formando mais os dois mouchões de Lombo do Tejo e Alhandra, divididos apenas por um estreito canal, e ainda o mouchão da Povoa proximo da margem direita. Corre assim, ora

alargando, ora estreitando, até Lisboa, Belem e Oeiras, na margem direita; Chamusca, Alcochete e Almada na margem esquerda, e lança se no mar á praça de S. Julião da Barra e á torre de S Lourenço ou do Bugio O seu curso é 810 k., 256 dos quaes em Portugal. Começa a ser navegavel em Alcantara (Hespanha), mas só em certas epocas e para pequenos barcos; a principal navegação é desde Villa Velha de Rodam A barra do Tejo dá entrada facil a navios de todas as lotações, e o magnifico porto que fórma em frente de Lisboa poderia abrigar a marinha de todas as nações. A largura maxima do Tejo acima de Lisboa, é de 12 k., e entre o pontal de Cacilhas e o Caes do Sodré tem 1:850 m. de largura. E' o maior dos rios que banham Portugal, um dos primeiros da Europa, e recebe em todo o seu curso numerosos affluentes, entre os quaes os rios: Tajuna, Jarama, Guadarnama, Algodor, Alberche, Pusa, Tietar, Alagon e Salor em Hespanha; e Elga, Ponsul, Ocreza, Zézere, Almonda, Alviella, Sever, Sorraia e Almansor, em Portugal. A navegação do Tejo, relativamente restricta, como já dissémos, tem sido, não obstante, objecto de aturados estudos, desde o seculo XVI Em 1580, Filippe II de Hespanha encarregou o engenheiro hydraulico italiano João Antonelli de estudar o projecto de tornar navegavel o rio desde Madrid, e o facto é que o referido engenheiro navegou desde Abrantes até Alcantara, e em 1582 foi desde Alcantara até Toledo n'uma chalupa de quatro remos, cousa que, segundo um escriptor portuguez, «encheu de assombro os habitantes da imperial cidade, que corriam apressados a vêr aquella novidade.» Não contente com isto, Antonelli mandou transportar a chalupa n'um carro para evitar algumas pesqueiras, e continuou rio acima até Aranjuez; entrou no Jarama e pelo canal aproximou se de Madrid. D'ali regressou a Toledo, e pelo mesmo caminho voltou a Lisboa, onde chegou sem incidente. O proprio Filippe II navegou desde Madrid até Aranjuez, e desde Toledo, onde se construiram para isso barcos de pouca quilha, veiu até Lisboa um sobrinho de Antonelli chamado Christobal de Rodas, gastando 13 dias na sua viagem. Em 1588 e 1589 repetiram-se estas viagens, fazendo se n'ellas o transporte de cereaes e d'outros generos para Lisboa, e subindo do mesmo modo os que vinham de fóra até Talavera, Toledo e Madrid, onde tinham grande consumo. Apezar d'isto a navegação do Tejo entre Hespanha e Portugal foi abandonada em tempo de Filippe II. Mais tarde tentou se renoval-a, quando Filippe IV, em 1641, quiz transportar pelo Tejo munições de guerra para Portugal, mas não levou por deante o seu proposito, e o mesmo aconteceu com Carlos II. Em 1828 e 1829 fez se um reconhecimento desde Aranjuez a Lisboa e vice versa, n'um barco a que foi dado o nome do rio, mas por fim o Tejo ficou innavegavel na maior parte do seu curso. Em nossos dias, e recentemente, o official de marinha, o capitão-tenente Augusto Neuparth, estudou egualmente a navegação do Tejo, fazendo importantes trabalhos de sondagem e procedendo á collocação de balizas provisorias para a realisação do plano de desenvolver a navegação desde Lisboa até Santarem.

Tejosas Pov. na freg. do Salvador, de Ceivães, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Telama. Pov. do conc. de Cabinda, na delegação do Chiavala, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tejo e Sado (*Companhia das Lezirias do*). Por carta de lei de 15 de abril de 1835 ficou o governo autorisado para pôr desde logo em venda os bens de raiz nacionaes, de qualquer natureza que fôssem. Assim acudiu ao pensamento de algumas pessoas formar uma companhia para a compra das Lezirias do Tejo e Sado; e effectivamente, em data de 3 de novembro do referido anno estipularam *Condições* para essa compra. N'essa mesma data decretou o governo que a Commissão interina da Junta do Credito Publico acceitasse o lanço de *dois mil contos de reis*, que aquellas pessoas, constituidas em companhia, offereciam e abrisse praça por trinta dias para se proceder á arrematação das propriedades das lezirias, avaliadas em perto de *mil e setecentos contos*. Depois de varias duvidas que se suscitaram, veiu a carta de lei de 16 de março de 1836 que estabeleceu, entre outras, as tres primeiras condições seguintes: «1.ª O governo poderá vender a dinheiro de contado, para satisfazer ás despezas correntes do thesouro, as Lezirias do Tejo e as do Sado, conjunta, ou separadamente, e suas pertenças, e o direito dos acrescidos marginaes que lhes possam sobrevir. Porém, quanto a estes acrescidos, os compradores e futuros possuidores, ficarão sujeitos aos córtes que n'elles fôr preciso fazer para o encanamento do Tejo, sem que por esta expropriação recebam indemnisação alguma, salvo n'aquella parte dos mesmos acrescidos, que tiverem tapado ao tempo, em que os córtes houverem de fazer-se. 2.ª depois de publicada uma lista de todos os terrenos das Lezirias do Tejo, e suas pertenças; e bem assim dos terrenos, e pertenças das Lezirias do Sado, formando na totalidade dos primeiros um só lote, e outro lote da totalidade dos segundos, o governo poderá vender estes lotes conjunta ou separadamente á companhia que maior preço offerecer em praça. 3.ª O governo fica autorisado para transferir á companhia, que comprar as Lezirias, e emquanto o Tejo não estiver encanado, o direito, que o governo tem a receber o imposto denominado—Fabrica—, obrigando se a companhia aos mesmos encargos que tinha o governo relativamente ás obras do Tejo e Vallas.» Pelo decreto de 23 de junho de 1836 fôram approvadas e confirmadas as condições apresentadas pela companhia que se formou. O decreto, de que omittimos as condições, é o seguinte: «Tendo uma companhia, representada por Domingos José de Almeida Lima, José Bento de Araujo e Joaquim José Rollin, offerecido o lanço de dois mil contos de reis, em dinheiro de metal, pela compra de todas as Lezirias do Tejo e Sado, com suas pertenças annexas, e direitos que lhes são adherentes, segundo as condições que apresentaram: Hei por bem approvar e confirmar as ditas condições, que baixam com este decreto, do qual formam parte, assignadas pelo conselheiro de Estado, José da Silva Carvalho, ministro e secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Ordeno que a Commissão interina da Junta do Credito Publico, em conformidade do que dispõe o decreto de 16 do corrente mez, faça afrontar em praça o mencionado lanço de dois mil contos de reis, com as condições propostas, a fim de se arrematarem á

referida companhia os bens do que se trata, com todas as solemnidades da lei, quando se não offereça outro lanço maior.»—Effectivamente no dia 25 de junho de 1836, marcado no decreto referido de 16 do mesmo mez, concluiu-se a arrematação, com as condições do decreto de 23, pelo preço de 2:000 contos de reis. Por decreto de 16 de dezembro de 1836 fôram finalmente approvados os *Estatutos da Companhia das Lezirias do Tejo e Sado*. Estes estatutos não tardaram a ser modificados, e successivamente fôram approvados outros. E' enorme a lista das propriedades que compunham as lezirias nacionaes do Tejo e Comporta e mais pertenças. Daremos em resumo uma nota das localidades onde se encontravam situadas essas propriedades. Dos almoxarifados da corôa: Alcoelha, Malveira, Benavente, Azambuja, Barrocas da Redinha e Paul d'Asseca, Salvaterra do Magos e Montalvo, Toes de Cima, Pera e Comporta. Dos almoxarifados da Casa da Rainha: Chamusca. Dos almoxarifados da extincta Patriarchal: Povos, Villa Franca e Azambuja. Dos almoxarifados que se achavam na administração do particular de Sua Majestade: Quinta da Murteira, Samora e Belmonte. Havia ainda outras propriedades do extincto Infantado, incluidas na corôa, e diversas, cuja descriminação se encontra na lista do arrematações do Bens Nacionaes n.º 63, datada de 23 de abril de 1836. *Bibliographia:* Para a historia não só da companhia, como das proprias lezirias, veja se a obra *Resoluções do conselho de Estado* por José Silvestre Ribeiro, tomo IX, de pag. 167 a 207. Tambem são muito interessantes alguns dos *Relatorios* publicados pela companhia.

Telegraphos. Dá se este nome a todo o systema de transmissão rapida do pensamento a distancia por meio de signaes convencionaes. E' grande a variedade d'estes systemas; n'uns são aproveitados os signaes opticos, n'outros os acusticos, o nos actualmento seguidos é a electricidade que faz produzir os signaes telegraphicos; é ainda aproveitada a translacção rapida das correspondencias como um systema telegraphico. Estes systemas pódem assim classificar se, tendo em consideração o agente: em *opticos*, *acusticos*, *electricos* e de *translacção*. Os systemas opticos aproveitam a luz como agente de transmissão telegraphica; entre elles contam-se aquelles em que se fazia applicação das fogueiras e da luz reflectida em espelhos apropriados. A telegraphia optica era a quasi exclusivamente usada nos primitivos tempos, tendo soffrido uma larga evolução até chegar á constituição dos semaphoros de hoje e aos telegraphos visuaes, como os de palhetas e o de relogio, que precederam o systema electrico. Os semaphoros ou telegraphos maritimos teem ainda hoje grande applicação nas estações maritimas para a correspondencia da terra com o mar, prestando um grande serviço á navegação; são formados por combinações de bandeiras, de luzes de côres diversas e com differentes disposições, e ainda de corpos opacos de diversas fórmas. A telegraphia optica regular, estabelecida com caracter official, foi iniciada por Claude Chappe, em França, no fim do seculo XVIII. Os telegraphos opticos eram estabelecidos nos pontos elevados, seccionando-se as communicações por fórma a levar com relativa rapidez um telegramma d'um extremo ao outro do paiz. Os telegraphos acusticos aproveitam o som como agente de transmissão. E' de crêr que fôssem estes os primitivamente empregados. A velocidade do som propagado no ar com uma velocidade de 340 metros por segundo indicava o como naturalmente para aquelle fim. Entre os systemas telegraphicos acusticos devem contar se os telegraphos *vocaes*, formados por gritos repetidos, ainda hoje empregados entre os arabes e alguns povos africanos; as *trompas*, *cornetas acusticas* e o *porta voz*, meios que produzem bons resultados em curtas distancias; os signaes produzidos por armas explosivas, empregados ainda na marinha para substituição dos pharoes e que por meio de combinações differentes podiam ser aproveitados para transmissão de ordens; e os telephones, que devem incluir-se entre os systemas de telegraphia acustica, apezar de ser a electricidade o seu agente. Os telegraphos de translacção consistem em transportar rapidamente as proprias correspondencias. O transporte d'estas nos caminhos de ferro não constitue um telegrapho de translacção, porque aquelles não attingem velocidades sufficientes para assim serem considerados. Entre esses telegraphos ha a considerar principalmente os *pneumaticos*, actualmente em exploração nas grandes cidades, sendo em Inglaterra a nação que inaugurou o systema em 1854. Este consiste em transportar, sob a acção do ar comprimido, os telegrammas em caixas cylindricas introduzidas em tubos metallicos, cujo diametro interior não excede 75 millimetros. O uso d'este systema telegraphico é limitado ao serviço intra-urbano das grandes cidades, alliviando muito a exploração da telegraphia electrica, que é applicada para as communicações a grandes distancias. Em Portugal não está ainda estabelecida a telegraphia pneumatica; o seu elevado preço tem estorvado a realisação d'este melhoramento, que principalmente em Lisboa prestaria excellentes beneficios para o seu serviço telegraphico urbano. Os telegraphos electricos aproveitam a electridade como agente da transmissão do pensamento. Aquella presta so especialmente a este fim, attendendo á prodigiosa velocidade da sua propagação atravez dos corpos; de todos os agentes physicos é o que melhor satisfaz ás condições que deve reunir um telegrapho: *clareza*, *rapidez* e *variedade de signaes*. Os apparelhos essenciaes a installar n'uma estação ou posto telegraphico são: *pilha*, *manipulador* e *receptor*. Installam-se ainda ali outros apparelhos accessorios para se assegurar uma exploração pratica e economica. No estabelecimento das primeiras linhas telegraphicas, estas eram constituidas por dois conductores metalicos; hoje faz se emprego de um só conductor, utilisando se a terra para o retorno da corrente. Os systemas do telegraphia electrica soffrem diversas divisões, conforme o ponto de vista em que fôrem considerados. Relativamente ao estabelecimento do conductor telegraphico são *aereos*, *subterraneos* e *submarinos* ou *sub fluviaes*. Os telegraphos aereos são aquelles em que as linhas são aereas. Nos subterraneos as linhas são subterraneas, sendo os respectivos conductores revestidos de substancias isoladoras para evitar que a corrente electrica se derivo para a terra; esses conductores são geralmente de cobre. Nos telegraphos submarinos empregam se linhas de constituição similhante á

das subterraneas; essas linhas são lançadas no fundo do mar; é por meio d'ellas quo se estabelecem as grandes communicações entre os continentes e ilhas, formando já hojo uma rede de consideravel extensão. Considerando os apparelhos usados na telegraphia, os systemas telegraphicos são: *opticos*, *acusticos*, *escreventes*, *impressores* e *autographicos* Nos telegraphos opticos os signaes são dados pelos movimentos d'uma ou mais agulhas, produzidos pela corrente electrica ou ainda por intermedio d'um apparelho de relojoaria, cujo movimento d'escape é feito por aquellas correntes; estão entro todos no primeiro grupo os telegraphos de Wheatstone e Henley, e no segundo os de Breguet, Lippens e Siemens. O principal inconveniente d'estes telegraphos é não doixarem registados os signaes, não podendo assim ser verificados os despachos, o que constitue em muitas applicações um defeito notavel. Nos telegraphos acusticos faz-se applicação da acção da corrente electrica sobre electro maguetes; aquella gera o movimento d'uma alavanca, a qual batendo nos parafusos que limitam esse movimento, produz sons cujo numero e ordem são aproveitados para signaes telegraphicos. Esses apparelhos são os *parleurs* ou *sounders*, que nada mais são do quo receptores Morse simplificados. Os telegraphos acusticos teem o incouveniente apontado para os telegraphos opticos: não registam es despachos recebidos. Os telegraphos escreventes differem dos acusticos em estarem dispostos por fórma a registarem os signaes produzidos pela alavanca do electro-magnete; esse registo é feito imprimindo aquelles n'uma fita de papel. Ha differeutes typos de telegraphos escreventes, differençados pelas diversas fórmas de effectuar aquella impressão. Os telegraphos impressores produzem logo em caracteres ordinarios os signaes emittidos. Estes telegraphos elassificam-se em dois grupos; um é coustituido pol aquelles onde a corrente electrica acciona apparelhos d'escape, e no outro os apparelhos de transmissão e recepção estão munidos de rodas de typos, com um movimento synchronico, tendo a corrente electrica por fim produzir a impressão do caracter no momento opportuno e fazer avançar o papel para receber novas impressões. Ao primeiro grupo pertencem os telegraphos de Gaussain, Du Mancel, etc, e ao segundo os telegraphos de Hugues, Baudot, etc. Mereco ainda menção o telegrapho autographico, com o qual se obtem a reproducção de desenhos, autographos, etc. Entre os telegraphos autographicos contam-se os de Bakwell, Edison e o pan telegrapho de Caselli Merece tambem referencia especial o telegrapho Christiano Augusto Bramão, telegraphista portuguez; embora não offereça grande originalidade, apresenta no emtanto, algumas vantagens sobre o apparelho Morse. O telegrapho Bramão foi apresentado ao governo portuguez em 1873, sendo ensaiado em Lisboa e Paris e admittido para o serviço em algumas das linhas portuguezas; actualmente não se faz, porém, applicação d'elle Este nosso compatriota apresentou tambem um modelo de telephenes, logo que se introduziram na pratica estes apparelhos. Na exposição de Paris de 1876 apresentou ainda um galvanometro de solenoides. Applicando a ponto de Wheatstone, realisou um systema do transmissão duplex Os telegraphos usados em Portugal são os dos systemas Breguet, Morse e Hughes O systema Morse é o geralmente seguido nas communicações telegraphicas de todos os paizes; na rede telegraphica de Portugal é elle exclusivamente empregado; só nas linhas de Lisboa ao Porto se acha installado o apparelho Hughes. Com o systema telegraphico Morse reproduzem-se as letras do alphabeto, algarismos e os signaes de pontuação com o *ponto* e o *traço*, dependendo a impressão d'estes dois signaes fundamentaes do tempo em que nas bobinas do electro maguete do receptor passa a corrente da estação emissora. O traço tem aproximadamente a extensão de tres pontos; os espaços equivalem a um ponto entre os signaes d'uma mesma letra, a tres pontos entre as letras e a cinco pontos entre as palavras A principal difficuldade na transmissão cousiste na regularidade perfeita dos signaes, para o que devem ser rigorosamente cumpridas aquellas regras. Telegraphos sem fios é a communicação telegraphica sem o emprego do fio conductor. E' baseado na propagação das ondas hertzianas que se propagam atravez do espaço, como as ondas luminosas, sonoras, etc; produzidas n'um apparelho transmissor oscillações electricas, a propagação d'estas por meio d'ondas vae influenciar o mecanismo d'outro apparelho receptor que é sensivel á acção d'aquellas. Essas ondas teem a propriodade de se propagarem a grandes distancias, não sendo interrompidas pelos obstaculos materiaes. Foi Hughes quem primeiro demonstrou em 1877 que era possivel a telegraphia atravez do espaço a distancia superior a 500 metros. Fôram, porém, os trabalhos de Hertz e Branly, aproveitados e generalisados mais tarde pelo electricista italiano Marconi, que fundamentaram o systema de telegraphia sem fio Em 1884, o engenheiro inglez William Preece observou já que certos despachos telegraphicos expedidos pelos cabos subterraneos de Londres eram perceptiveis nas linhas telephonicas aereas á distancia de 30 metros d'aquelles cabos; e tal phenomeno levou aquelle engenheiro a fazer varias experiencias com duas linhas parallelas, transmittindo despachos por uma e recebendo-os pela outra. Constitue esta serie de observações a phase *inductiva* da telegraphia sem fios, assim denominada por se attribuir a causa d'esses phenomenos á inducção electro-magnetica. Mais tarde, Preece conheceu que a causa d'aquelles não era esta inducção, mas sim a electro staticaexplicando os effeitos notados como resultado da reflexão das ondas electricas de grande frequencia propagando-se em linha recta. Em Portugal tem se realisado varias experiencias com resultados satisfatorios O systema do telegraphia sem fios comprehende um posto transmissor e um posto receptor *Administração e legislação da telegraphia em Portugal;* os serviços telegraphicos constituem com os correios a Direcção Geral dos Correios o Telegraphos subordinada ao ministerio das obras publicas, commercio e industria ou do Fomento, como depois se denominou; exceptuam se a telegraphia militar e a das colouias, das quaes a primeira pertence ao ministerio da guerra e a seguuda ao ministerio da marinha e ultramar. Teudo Portugal adherido á União Telegraphica, o seu serviço de telegraphos está sujeito ás prescripções da *Convenção Telegraphica Universal* de S. Petersburgo pelo que respeita ao regula-

janeiro de 1898. || Santa Maria, de Villa Fria, mento e tarifas annexas ali approvadas e revistas posteriormente nas *Conferencias telegraphicas*, das quaes as tres ultimas se celebraram em Paris no anno de 1890, em Budapest, no anno de 1896, e em Londres no anno de 1903, realisando-se em Lisboa, em abril de 1908 uma nova conferencia. A legislação portugueza especial que regula o serviço telegraphico, comprehende a *Organisação dos serviços de telegraphos, correios e fiscalisação das industrias electricas*, de 24 de dezembro de 1901, a *Organisação do respectivo pessoal* de 30 de dezembro de 1901 e diversos regulamentos posteriores, sendo o mais importante já promulgado pela Republica. A legislação relativa á telegraphia sem fios conductores publicada em 1901 encerra a proposta de lei apresentada ao parlamento em abril de 1904, e segundo a qual o governo era autorisado a proceder durante 10 annos á installação de estações costeiras de telegraphia sem fios destinadas ao serviço publico de Leixões, Cabo Carvoeiro, Oitavos, Cabo Espichel, Cabo de S. Vicente ou Sagres, ilhas de Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Fayal, Flôres e Madeira. Os serviços do estabelecimento, administração e exploração das linhas telegraphicas, telephonicas e de todos os meios pneumaticos, acusticos, electricos e d'outra natureza para permutação rapida das correspondencias, constituem monopolios do Estado, não se comprehendendo, porém, n'estes, as communicações no recinto das propriedades particulares e as linhas destinadas exclusivamente ao serviço da exploração dos caminhos de ferro; o governo póde, porém, conceder autorisação para o estabelecimento e exploração de communicações telegraphicas nos termos legaes. As concessões para o estabelecimento e exploração de cabos submarinos serão feitas por lei, ficando, porém, o fabrico, lançamento e exploração d'elles sujeitos á fiscalisação do governo. As estações telegraphicas e telephonicas do Estado portuguez, a cargo da direcção geral dos correios e telegraphos, dividem-se em *Estações principaes* (Lisboa, Porto e Coimbra); *Estações centraes de 1.ª ordem*, *Estações centraes de 2.ª ordem*, *Estações terminaes*, *Estações de fronteira*, *Estações semaphoricas*, *Estações urbanas*, *Estações succursaes*, *Estações suburbanas*, *Estações de telegraphia sem fios conductores* e *Estações centraes das redes telephonicas*. Os fios da rede telegraphica respectiva classificam-se nos seguintes numeros: 1.º, *Fios directos*, comprehendendo os fios directos internacionaes, fios directos principaes, fios directos secundarios; 2.º, *Fios districtaes*, comprehendendo os fios districtaes de 1.ª e 2.ª ordem, e os fios das estações particulares ligando estas estações á estação telegrapho-postal mais proxima e os fios omnibus; 3.º, *Fios semaphoricos*; 4.º, *Fios das estações succursaes, urbanas e suburbanas*; 5.º, *Fios para os pharoes e outros estabelecimentos publicos*; 6.º, *Linhas e rêdes telephonicas do Estado*; 7.º, *Linhas submarinas pertencentes ao Estado e respectivas ligações terrestres*.

Telha. Povoações nas freguezias: S. Lourenço, de Alhos Vedros, conc. da Moita, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Reguenga, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Pov. na freg. de Nossa Senhora da Luz, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Telhada. Povoações nas freguezias: S. Matheus, de Alváres, cónc. de Goes, distr. de Coimbra. || Santa Leocadia, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo André, de Campeã, conc. e distr. de Villa Real. || S. João Baptista e conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || N. S.ª do O', de Paião, conc. de Figueira dá Foz, distr. de Coimbra. || S. Pedro, do Varzea, conc. de Goes, do mesmo districto. || Herdade e sitio da freg. de Mosteiros, conc. d'Arronches, distr. de Portalegro.

Telhada Grande e Pequena. Duas povoações na freg. de S. Thiago, de Penso, conc. do Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Telhadas. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Santa Eulalia, de Villar de Moiros, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello.

Telhadella. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Ribeira de Fragoas, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. d'Aveiro. Tem caixa postal. || N. S. d'Assumpção, de Sernache dos Alhos, conc. e distr. de Coimbra.

Telhado. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. o com. da Villa Nova de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 191 fog. e 721 hab. Tem esc. do sexo masc. e está situada a 3 k. da estrada de Braga a V. N. de Famalicão, e a 9 da séde do conc. A terra é muito fertil em generos agricolas; cria muito gado bovino, quo exporta para Inglaterra; gado miudo e tem caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Airães, conc. do Felgueiras, distr. do Porto. || S. Pedro, do Athei, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Santa Maria Magdalena, de Bemposta, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || S. Thiago, de Caldellas, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Paio, de Eira Vedra, conc. de Vieira, do mesmo distr. || S. Pedro, de Este, conc. e distr. de Braga. || S. João Baptista, do Figueira de Lorvão, conc. de Penacova distr. de Coimbra. || S. Martinho, de Gandara, conc. do Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Joanne, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Martinho, de Lago, conc. de Amares, do mesmo distr. || S. Martinho, de Leitões, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Christovão, de Mafamude, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Martinho, de Mancellos, conc. d'Amarante, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Meiomães, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Bartholomeu, de Monte Redondo, conc. do Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Paçô, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Pedro, de Penude, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Pindo, conc. de Penalva do Castello, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Sernande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Maria, de Teixeiró, conc. de Baião, do mesmo distr. || O Salvador, de Unhão, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || Santa Maria, de Veade, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. Pertencia esta pov. á freg. de Alturas do Barroso, por decreto de 26 de setembro de 1895, d'onde foi desannexada, passando ao conc. de Montalegre por decreto de 13 de

conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || N. S.ª da Purificação, de Villa Maior, conc de S. Pedro do Sul, distr. do Vizeu. || Santa Maria, de Villela, conc. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Villela, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. do Braga. || Santa Maria Magdalena, de Lordello, conc. e distr. do Villa Real.

Telhado e Freixial Pov e freg. de Santo André, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. do Fundão, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 272 fog. e 1:013 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. E' fertil em generos agricolas, cria gado, tem caça e colmeias. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. O logar de Freixial foi incluido na freg. de Telhado por decreto de 13 de janeiro de 1898, deixando de pertencer á freg. de Souto da Casa, para onde fôra transferida por decreto de 21 de maio de 1896.

Telhados Grandes. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Alvados, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Telhaes. Pov. na freg. de S Silvestre de A dos Francos, conc de Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Telhal. Logar na freg. de Santa Maria, de Olivaes, 1.º bairro de Lisboa. Ha aqui importantes depositos de vinhos. Tambem existiu no Telhal uma boa fabrica de sabão, de que era proprietario Agostinho Ferreira da Silva, a qual foi presa d'um grande incendio, na noite de 10 de agosto de 1879, ficando reduzida a cinzas, tendo uma perda de 80 contos de reis; estava, porém, segura em diversas companhias na importancia de 72 contos. O incendio communicou-se aos armazens de vinhos de Francisco de Paula Raposo de Sousa Alte, causando um prejuizo superior a 17 contos. Tratou-se logo da reconstrucção da fabrica de sabão, ampliando-a convenientemente, e fez-se a sua inauguração no dia 15 de março de 1880. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Ourosinho, conc. de Peucdono, distr. de Vizeu.

Telhal do Cabelleira. Pov. na freg. de Santa Maria d'Alcaçova e conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Telhal dos Magros. Pov. na freg. de Santa Maria d'Alcaçova e conc. d'Elvas, distr. de Portalegre.

Telhe. Povoações nas freguezias: S. Barnabé, do Janardo, conc. d'Arouca, distr d'Aveiro. || S Martinho, de Soalhães, conc. do Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Telheira Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Aboim, conc. de Amarante, distr do Porto. S. Martinho, de Alliviada, conc do Marco de Canavezes, do mesmo distr || S. Martinho, de Gallegos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho, do Lago, conc. de Amares, do mesmo distr. || S Miguel e conc. do Louzada, distr. do Porto || O Salvador, de Mazedo, conc de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Palornello, conc. de Amarante, distr. do Porto S. Jorge, de Varzea, conc. do Felgueiras, do mesmo distr. || S. Pedro, de Villar do Paraizo, conc de Villa Nova de Gaia, do mesmo districto

Telheiras *(José Balbino de Barbosa Araujo, barão e visconde de)* Official-mór da secretaria do reino; do conselho de D. Maria II, seu guarda-roupa, porteiro da real camara, commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; de Carlos III, de Hespanha, e de Ernesto Pio, de Saxonia, official da Legião de Honra, de França, e da de Leopoldo I da Belgica. N. em Lisboa a 31 de maio de 1787, onde tambem fal. a 26 de maio de 1846. Era filho de José Antonio Barbosa Araujo, fidalgo da Casa Real, desembargador e promotor da Relação Ecclesiastica de Lisboa e da Nunciatura, e de sua mulher D. Maria Engracia Pereira da Rocha. O titulo de barão de Telheiras foi concedido em 11 de fevereiro de 1836, e o de visconde a 17 de fevereiro de 1845. Casou com D. Maria Luiza Verquain, filha de João Baptista Verquain, governador de Solôr e Timôr, e capitão de mar e guerra da armada real da India. Foi o visconde de Telheiras o editor da *Collecção de poesias ineditas dos melhores autores portuguezes*, publicada em Lisboa, em 3 tomos, o 1.º em 1809; o 2.º em 1810 e o 3.º em 1811. Esta collecção foi muito bem acceita, porque era composta em geral de obras de autores estimados. Nas *Memorias* de José Liberato Freire de Carvalho, a pag. 143, encontram-se algumas notas biographicas deste illustre titular.

Telheiras. Pov. da freg. de S. João Baptista, do Lumiar, 3.º bairro de Lisboa. E' composta de muitas quintas, tendo algumas excellentes casas de habitação. Houve ali um convento de religiosos franciscanos da provincia de Portugal, dedicado a N. S.ª das Portas do Céo, fundado em 1633 por D. João, principe asiatico, denominado o *Principe Negro*, senhor de Candia, na ilha de Ceylão, d'onde veiu para Lisboa, e aqui morreu em 1642, depois de larga residencia em Portugal. Jaz na egreja quo foi do convento e que ainda existe, n'um tumulo de marmore na capella-mór. O *Principe Negro* tinha grande amizade aos frades franciscanos, por terem sido elles que o instruiram na fé christã. A egreja é majestosa, e construida de excellente pedraria e elegante architectura, com 4 capellas muito bem ornadas, com boas pinturas, feitas ainda em vida do fundador, o qual tendo noticias de que nas *Indias de Castella* (America hespanhola) havia um primoroso esculptor, lhe encommendou a imagem da padroeira, N. S.ª das Portas do Ceo, que tem 1,m e 10 de altura e é muito bonita. N'esta egreja existe tambem a imagem da Senhora do Governo. Na revista *Archivo historico portuguez*, n.os 9 e 10 do 3.º anno, vem um artigo referente ao principe de Candia, acompanhado de tres estampas representando o seu retrato e a egreja de Telheiras. || Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Barqueiros, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho, de Manhete, do mesmo conc. e districto.

Telheiro. Officio que tinha regimento na collecção dada pelo Senado de Lisboa em 1572.

Telheiro Povoações nas freguezias: O Salvador, de Alvor, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || Santa Barbara de Nexe, conc. e distr. do Faro. || O Salvador, de Barreira, conc. e distr. de Leiria. || S. Thiago, de Capellas, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || S. Mamede, de Infesta, conc. de Bouças, distr. do Porto. || S. Sebastião e conc. de Lagos, distr. de Faro.

|| N. S.ª da Luz, de Maceira, conc. e distr. de Leiria. || S. Verissimo. de Parauhos, 1.º bairro do Porto. || S. Luiz, de Pias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. do Santarem. || Santa Marinha, de Roussas, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Suzana, conc. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || Santa Maria e S. Thiago, de Monsaraz, conc. de Reguengos do Monsaraz, distr. de Evora.

Telheiros. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Telhó. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, d'Alturas de Barroso, conc. de Boticas, distr. de Villa Real.

Tellaulim. Pov. da freg. de Navelim, do conc. do Salsete, no distr. e arceb. de Gôa, India. Fica proximo da margem do rio do Sal ou d'um dos seus braços.

Telles Patronimico de Tello, filho, descendente de Tello.

Telles. V. *Avellar Telles*.

Telles *(Alfredo Maria de Avellar)*. Funccionario superior da secretaria da Junta do Credito Publico, tendo servido diversas vezes, interinamente, pelo director geral da secretaria. Nasceu em Lisboa, na freguezia dos Anjos, a 29 de dezembro de 1854, filho de José Maria de Avellar Telles, empregado da antiga contadoria da Junta do Credito Publico, e de D. Emilia Carolina Carrilho, já fallecidos; neto paterno de Paulo de Avellar Telles (V. *este nome*, no vol. I, pag. 889), que foi empregado no senado da camara de Lisboa; e bisneto de Luiz José Silverio Telles de Avellar Collain, contador geral do senado da mesma camara, deputado da Junta da Fazenda, administrador geral das rendas das propriedades do referido senado e juiz da Mesa de Ver-o-Pêso, cavalleiro da ordem de Christo. O sr. Avellar Telles, ficando ainda novo sem pae, prestou serviço na contadoria da Misericordia, onde era thesoureiro seu tio Victorino José de Avellar Telles, e depois foi nomeado, precedendo concurso, amanuense da contadoria da Junta do Credito Publico por decreto de 8 de fevereiro de 1878; promovido a 2.º official por decreto de 3 de agosto de 1883 e nomeado para identico logar da Direcção Geral da Divida Publica por decreto de 3 de janeiro de 1888; e promovido a 1.º official por decreto de 27 de setembro de 1888. Escolhido em 1899 para chefe interino da repartição de contabilidade da Junta do Credito Publico, foi nomeado definitivamente em 31 de agosto de 1907 para esse logar, que assim exercera com o maior apreço da Junta durante oito annos consecutivos, sendo a nomeação definitiva confirmada pelo governo em 18 de novembro do referido anno. Casou em primeiras nupcias com D. Anna Rosa Duarte, natural do concelho de Loures, fallecida em 14 de maio de 1891, e em segundas nupcias, a 11 de setembro de 1897, com D. Francisca Hortense Canha de Sousa, filha de D. Francisca das Dôres Canha de Sousa e do Ollegario de Sousa, illustrado proprietario nos concelhos de Loures e Torres Vedras, procurador á junta geral do districto, fallecido em 9 de dezembro de 1907; neta materna de João Baptista Canha, agricultor e proprietario em S. Domingos de Carmões, commendador de Nossa Senhora da Conceição. O sr. Avellar Telles (V. *estes appellidos*) pertence a uma familia muito distincta de empregados publicos, que tem dado prestimosos e honrados funccionarios ao Estado, occupando todos elles elevados cargos na burocracia do seculo XIX e contemporanea. Empregado muito conceituado tem desempenhado os logares de maior confiança e responsabilidade. Como chefe de repartição da secretaria da Junta do Credito Publico tem substituido repetidas vezes os respectivos directores geraes, nos seus impedimentos. A revista illustrada *Brazil-Portugal*, no seu numero de 16 de junho de 1903, publicou o retrato do sr. Avellar Telles, a proposito da conversão da divida externa decretada em 1902, em que este funccionario trabalhou zelosa e intelligentemente com os seus collegas da secretaria e com a propria Junta do Credito Publico, nos assumptos mais difficeis e delicados.

Telles *(Fr. Antonio)*. Religioso da ordem dos eremitas de S. Paulo. Nasceu em Elvas em 1604, falleceu no convento de Lisboa a 7 de março de 1677. Pertencia a uma familia fidalga. Professou no convento da serra d'Ossa em 1632. Foi reitor dos collegios d'Elvas e de serra d'Ossa, e na sua ordem exerceu os seguintes cargos: secretario, definidor por duas vezes, visitador, sendo finalmente eleito geral da sua congregação. Dedicava-se muito á genealogia, e deixou manuscripto um livro genealogico a respeito das *Familias do reino de Portugal*. Foi um dos genealogistas de cujos trabalhos se aproveitou D. Antonio Caetano de Sousa para a sua *Historia Genealogica*.

Telles *(Antonio José de Mello Soutomaior)*. General da provincia de Salsete. N. na freguezia de S. Pedro, na India, a 24 de julho de 1776, e onde tambem fal. a 16 de janeiro de 1848. Era filho do coronel Luiz de Mello, e de sua mulher D. Maria Antonia de Mello, descendente dos governadores da India D. Christovão de Mello e D. João José de Mello. Assentou praça de cadete em 28 de agosto de 1787, matriculou-se depois na Academia de Marinha, seguindo na armada os postos até capitão tenente, e em 1804 passou para o exercito de terra. Foi ajudante general do conde de Rio Pardo, general da provincia de Salsete, e em 1821 saiu eleito membro do governo provisorio. Foi promovido a brigadeiro effectivo do exercito da India em 4 de outubro de 1842, e agraciado com a carta de conselheiro em 29 de setembro de 1846. Serviu como presidente do Supremo Conselho de Justiça Militar.

Telles *(P. Balthazar)*. Jesuita, chronista da sua ordem; professor de rhetorica, philosophia e theologia, etc. N. em Lisboa em 1595, onde tambem fal. a 20 de abril de 1675. Era filho de João Telles e de Francisca de Moraes. Professou no collegio de Coimbra em 24 de março de 1610. Distinguindo-se muito no estudo de humanidades e de theologia, foi professor d'esta sciencia, de philosophia e de rhetorica nos collegios de Braga, Evora, Lisboa e Coimbra. Nomeado chronista da sua provincia, dedicou-se a esse trabalho com grande zelo, e escreveu uma obra notavel pela vernaculidade da linguagem e pelo valor historico. Apezar de estar entregue a esse trabalho, foi eleito reitor do seminario dos irlandezes e do collegio de Santo Antão, depois provincial, e por fim preposito da casa professa de S. Roque. Teve de compôr uma discordia que se levantou entre

os conegos de Lisboa e os do Porto. Depois de uma longa vida, toda entregue ao trabalho e ao estudo, falleceu com 80 annos de edade. Damos em seguida a relação das suas obras portuguezas e latinas: *Summa universae philosophiae*, Lisboa, 1612, reimpressa em Paris em 1641, e depois novamente em Lisboa em 1651; *Chronica da Companhia de Jesus na provincia de Portugal, e do que fizeram nas conquistas d'este reino os religiosos que na mesma provincia entraram, nos annos em que viveu Santo Ignacio de Loyola, nosso fundador; Parte I*, Lisboa, 1645; *Chronica*, etc., *Parte II, na qual se contém as vidas de alguns religiosos mais assignalados*, etc; o *com o summario das vidas dos serenissimos reis D João III e D. Henrique, fundadores e insignes bemfeitores d'esta provincia*, Lisboa, 1647; *Historia geral da Ethiopia a Alta, ou Preste João, e do que n'ella obraram os Padres da Companhia de Jesus*, Coimbra, 1660. Esta obra, mais interessante ainda para a historia portugueza do que a propria *Chronica da Companhia*, foi traduzida em francez por Melchiades Thevennot, e impressa om Paris em 1674. O P. Balthazar Telles tencionava compôr uma *Summa de toda a theologia*, o parece que chegou a escrever o 1.º tomo, mas não pôde completal-a, por se ter dedicado por ordem do seu geral á composição das chronicas da sua ordem.

Telles *(Basilio)*. Professor e escriptor N. no Porto a 14 de fevereiro de 1856. Tendo concluido os estudos preparatorios, matriculou se na Academia Polytechnica e depois na Escola Medico Cirurgica, em 1875, cujo estudo abandonou em seguida a um conflicto com um professor d'aquella escola. Dedicou-so ao professorado, leccionou litteratura, philosophia e sciencias naturaes, ao mesmo tempo que collaborava em differentes jornaes politicos e litterarios. Entrando mais tarde na vida agitada da politica, filiou se no partido republicano, collaborando nos principaes jornaes que se publicavam em Lisboa e no Porto. Fez parte do Club de propaganda democratica do norte, ao qual prestou excellentes serviços. Por occasião dos acontecimentos de 31 de janeiro de 1891 homiziou-se, visto achar se mais ou menos envolvido no movimento insurreccional, demorando se no estrangeiro até que uma amnistia o fez regressar á patria. Tendo alinhado entre os mais activos combatentes do seu partido, afastou se ha tempos, sem comtudo deixar de defender os seus ideaes e de acompanhar os differentes movimentos do parti lo em que se alistou e de que é uma das figuras de maior prestigio pelo seu talento e pelas qualidades do seu caracter. Além da sua collaboração em differentes jornaes e revistas politicas e litterarias, publicou as seguintes obras: *Carestia da vi la nos campos; Estudos historicos e economicos; Introducção ao problema do trabalho nacional; Problema agricola (credito e imposto)*, Porto, 1899; *Do ultimatum ao 31 de janeiro*. Parece que de ha tempo tem promptos a publicar mais dois livros: *A agricultura e o trabalho*, e uma traducção, em verso, do *Livro de Job*, com um largo prefacio sobre o problema religioso em Portugal.

Telles *(Fr Bernardo)*. Religioso da ordem de S. Bernardo N. em Lisboa, e fal. em Coimbra a 24 de dezembro de 1716 Era filho do 1.º marquez de Alegrete, Manuel Telles da Silva. Professou no convento d'Alcobaça em 1689, doutorou-se em theologia na Universidade de Coimbra; foi qualificador do Santo Officio, abbade reitor do collegio da sua ordem em Coimbra. Segundo os seus conterraneos, era homem de vasto saber, mas deixou apenas impresso um *Sermão do auto da Fé em 1709*, que se publicou em Lisboa no mesmo anno em que o prégou.

Telles *(Henrique José de Sousa)*. Pharmaceutico, que muito se distinguiu pelo seu saber e intelligencia, pelos serviços quo prestou á sua classe. N no logar de Gonçalo, no termo de Valhelhas, proximo da cidade da Guarda, a 21 de janeiro de 1799, fal. em Lisboa a 5 de novembro de 1865. Era filho de Armando José Telles e de D. Gertrudes Joaquina. A invasão franceza que sobreveiu em 1807, quando Sousa Telles contava apenas 8 annos de edade, foi altamente funesta á sua familia, e dispersou a, arruinando-a ao mesmo tempo. Henrique de Sousa Telles ficou entregue aos cuidados de seu tio, o padre mestre Fr. Daniel da Pureza, passando depois para a companhia d'um official inglez que atravessára a Beira, e que o trouxe para Lisboa em 1810. Depois partiu para Inglaterra, e o pequeno, vendo-se desamparado, como estivera aquartelado no convento da Graça com o official inglez, deixou-se ali ficar exercendo o humilde emprego de ajudante de cozinha dos frades gracianos, ou eremitas de Santo Agostinho. Os frades conheceram que o rapazinho mostrava gosto pelo estudo principalmente da botanica, e fizeram-n'o passar para a botica do convento, onde foi leccionado pelo pharmaceutico Antonio Pinto, que o habilitou para se apresentar em 1818 a fazer exame de pharmacia no hospital de S. José, sendo logo chamado para uma botica de Santarem, d'onde regressou pouco depois a Lisboa, começando aqui por ser ajudante do pharmaceutico Francisco Nepomuceno Cardoso, até que se estabeleceu com botica propria na rua do Moinho de Vento, hoje rua de D. Pedro V. A sua muita illustração, por que além de ser profundo conhecedor dos assumptos da sua profissão, falava perfeitamente umas poucas de linguas, attrahiu-lhe a consideração dos seus collegas e de todos os que o conheciam, e começou a ser procurado pelos estudantes que se queriam habilitar a fazer exame de pharmacia. Para os auxiliar no seu estudo compôz Sousa Telles um *Tratado de pharmacia e materia medica*, que esteve quasi no prélo, mas que não chegou a imprimir-se por inconvenientes que sobrevieram. Nas luctas civis de 1828 a 1833, Sousa Tellos seguiu o partido miguelista, o por D. Miguel foi nomeado visitador das boticas de Lisboa e examinador de pharmacia. sendo além d'isso encarregado de varias commissões de serviço publico. Por isso a sua botica foi uma das que o populacho assaltou no dia 24 de julho de 1833, destruindo-a e saqueando a. O digno pharmaceutico foi reduzido ás mais angustiosas circumstancias, mas a estima que todos lhe consagravam, a sympathia que os seus collegas lhe votavam, fizeram com que em pouco tempo pudesse de novo reabrir a sua botica onde durante a epidemia da cholera de 1833 prestára relevantes serviços que depois prestou de novo nas epidemias da cholera em 1856 e da febre amarella em 1857. No anno de 1844 entrou para a Sociedade Pharmaceutica, a que prestou muitos serviços, já como membro

da direcção, como membro da commissão nomeada para elaborar um regimento dos preços dos medicamentos, já finalmente como redactor do seu jornal, onde, além d'um grande numero de artigos traduzidos, inseriu mais de 50 artigos originaes, sendo alguns d'elles interessantissimas monographias. Nas sessões da Sociedade Pharmaceutica pronunciou varios discursos sobre questões scientificas, e a pharmacia portugueza deve lhe algumas formulas, entre ellas a da alcoolato de mostarda. Deve-se-lhe emfim a invenção d'um engenhoso apparelho para a preparação dos papeis epispaticos. Henrique José de Sousa Telles collaborou na *Revista Lisbonense* e na traducção da *Historia de Portugal* de Schoeffer, presidiu largos annos a Sociedade Pharmaceutica, onde era estimadissimo. Fal. victima do uma hypertrophia do coração. A Sociedade Pharmaceutica inaugurou a 24 de julho de 1870 o retrato do seu fallecido presidente, e seu filho, João José de Sousa Telles, leu n'essa sessão o *Elogio historico* do seu pae. V. o *artigo seguinte.*

Telles *(João José de Sousa)*. Director geral de instrucção publica na camara municipal de Lisboa, escriptor, publicista, etc. Nasceu em Lisboa a 16 de julho de 1826, onde tambem falleceu a 5 de novembro de 1903; filho de Henrique José de Sousa Telles Dedicando-se á mesma profissão de pharmaceutico, como seu pae, depois de frequentar com aproveitamento as cadeiras de sciencias naturaes, physica e chimica na Escola Polytechnica de Lisboa, matriculou se como alumno da nova escola de pharmacia, annexa á Escola Medico Cirurgica da mesma cidade, cujo curso concluiu, sendo approvado plenamente e com louvor. Era muito estudioso e erudito, e com os seus profundos conhecimentos seguiu a carreira do professorado particular, ensinando por muitos annos materia-medica, philosophia e sciencias naturaes, tornando se muito querido dos seus discipulos Foi um primoroso cultor da sciencia e das letras, deixou numerosos documentos d'essa cultura, já escrevendo com toda a correcção, já ensinando com a maior solicitude, já discursando com erudição, em brilhante e fluente linguagem, encantando os auditorios, sendo applaudido com enthusiasmo nos saraus poeticos musicaes de Castilho, no Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, no Albergue dos Invalidos do Trabalho, na Sociedade Pharmaceutica Lusitana, e em numerosas sessões solemnes e commemorativas de associações populares e de instrucção, para as quaes era convidado especialmente. Propagandista desinteressado, sincero, das associações de soccorros mutuos, fôram relevantissimos os serviços que lhes prestou. Fundado o já acima citado Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, instituto que foi de tanta utilidade e cujos beneficios fôram numerosos, foi Sousa Telles um dos soldados inscriptos n'esta grande cruzada da emancipação das classes operarias. Ahi começou a evidenciar-se o seu talento e as suas aptidões litterarias. Conviveu do com os homens mais notaveis do seu tempo, como Herculano, Castilho, Mendes Leal, Andrade Corvo, e muitos outros, Sousa Telles deixou o campo das especulações politicas, dedicando se unica e exclusivamente á instrucção do povo, não só com os seus escriptos, mas com a sua palavra insinuante, ministrando os vastos conhecimentos que possuia, a todos os que d'elles necessitavam. E assim realisou em 1861, no Centro Promotor, uma serie de conferencias, que attrahiam numerosa e selecta concorrencia. Dedicando-se por largos annos á causa da instrucção, foi chamado por Elias Garcia a cooperar n'esta grande obra civilisadora, sendo nomeado, em 1875, director geral ou provedor d'esses serviços que fôram uma gloria de Elias Garcia. A fórma como Sousa Telles exerceu o seu cargo, bem provou a sua elevadissima competencia e a sua respeitabilidade provada de funccionario. Na fundação do Albergue dos Invalidos do Trabalho tambem muito se evidenciaram os seus valiosos serviços. Sousa Telles conhecia a vida da classe operaria, porque a estudara com o mais intenso amor. Sabia quantas familias resvalam na mais angustiosa miseria, quando por um desastre ficam privadas do seu chefe. Viu que faltava uma instituição veladora para esses dias de supremo infortunio, e para este fim creou o *Mealheiro das viuvas e orphãos*. Foi uma benemerita e valiosissima instituição. Apenas havia noticia d'um desastre, lá se encontrava Sousa Telles como o anjo da caridade, correndo para a casa dos desventurados, levando lhe o conforto da esmola abençoada. Deixou de exercer o seu logar de provedor da instrucção popular pela camara municipal até que as escolas municipaes passaram para o ministerio do reino, e ali ficou addido, o que lhe causou desgosto profundo, que muito concorreu para lhe adeantar a doença que o victimou. Era socio da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, da Sociedade Pharmaceutica Lusitana, da Associação da Industrial Portuense, e d'outras sociedades litterarias e scientificas. Entre os seus livros, contam-se os seguintes: *Visitas ao Horto botanico da Escola Medico Cirurgica de Lisboa*, Lisboa 1846; *Reflexões ácêrca da Pharmacopéa do dr. Agostinho Albano da Silveira Pinto*, Lisboa, 1855; *O Cicero da Mouraria avaliado por Florencio Florindo Florido, professor de instrucção primaria em Caparica*, etc, Lisboa, 1856; pamphleto escripto, critico e chistoso, que saiu com pseudonymo referido; *Compendio elementar de Botanica; Compendio de introducção á Historia Natural dos tres reinos*, Lisboa, 18 9; *Reflexões ácêrca do «Regimento dos preços dos medicamentos» feitas na sessão da Sociedade Pharmaceutica Lusitana no dia 11 de janeiro de 1868*, Lisboa, 1868; *Elogio historico do sr. Henrique José de Sousa Telles, composto por seu filho, e por elle lido em sessão solemne anniversaria da Sociedade Pharmaceutica Lusitana em 24 de julho de 1870*, Lisboa, 1871; *Parecer da commissão especial encarregada de estudar os meios de evitar a entrada no paiz de preparados pharmaceuticos de composição secreta;* saiu no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, 6.ª serie, 1871, tomo II, de pag. 105 a 119; *Ensino intuitivo. Livro destinado ás mães e paes de familia e ás professoras e professores de instrucção primaria*, Lisboa, 1873; é dedicado ao conselheiro José Silvestre Ribeiro, e foi officialmente recommendado para as escolas primarias, dizendo-se que, no seu genero, era o primeiro que apparecia em Portugal; *Os exames de instrucção primaria e secundaria*, Lisboa, 1875; *Discurso na sessão solemne da Sociedade Pharmaceutica Lusitana em 3 de outubro de 1878, por occasião de ser entregue ao ex.mo*

sr. *José Dionysio Correia o diploma de presidente honorario da mesma sociedade;* saiu no jornal da mesma sociedade, 7.ª serie, 1878, tomo IV, de pag. 203 a 230; este discurso contém, além do elogio de Dionysio Correia, fundador da sociedade, uma extensa apologia de pharmacia e dos que a exercem; *Discurso do presidente da direcção* (da Associação dos Melhoramentos das Classes Laboriosas) *João José de Sousa Telles* (na sessão solemne da inauguração do retrato do socio fundador João Manuel Gonçalves). Escreveu tambem dois romances: *A Filha da Caridade*, 2 tomos; Lisboa, 1845; e *A Açucena*, Lisboa, 1849. Escreveu varios artigos sobre especialidades medicas e chimicas, no *Esculapio, boletim semanal de Medicina, Cirurgia e Pharmacia*, redigido por uma sociedade de medicos, cirurgiões e pharmaceuticos, Lisboa, 1849. D'entre estes artigos aponta-se por notavel um, que vem no n.º 19, com o titulo: *Do estudo da Toxicologia em Portugal*, que o jornal *O Bibliophilo*, a pag. 127, classificou de *trabalho de grande importancia*. No *Jornal de Pharmacia e Sciencias accessorias*, de 1858, ha tambem artigos de polemica com um seu antagonista, e muitos outros litterarios e politicos em varios jornaes de que em tempos diversos foi redactor ou collaborador. Em 1864 tentou uma publicação de grande importancia, que dedicou a Innocencio Francisco da Silva, mas que não passou do 1.º anno por falta de animação do publico. Foi o *Annuario portuguez scientifico, litterario e artistico*, em que ficariam registados em cada anno os factos scientificos, litterarios e artisticos, excluindo os que só respeitassem a politica partidaria e aos doestos particulares. Em 1867 tentou outra publicação mais importante, e que podia ter dilatado futuro, mas que não saiu tambem do 2.º anno, apezar da valiosa collaboração de professores e litteratos, que a auxiliaram. Foi a *Encyclopedia popular: leituras amenas, apropriadas a todas as edades, sexos, estados, profissões e intelligencias*. Sousa Telles tambem collaborou no *Diario de Noticias, Panorama, Archivo Pittoresco, Occidente*, etc. Era um grande colleccionador dos primeiros numeros dos jornaes. Archivava tambem com todo o methodo as cartas que recebia dos seus amigos. Recusou-se sempre a receber mercês que galardoassem os seus elevados merecimentos.

Telles *(José Homem Correia)* Celebre jurisconsulto. N. na villa de S. Thiago de Besteiros a 10 de maio de 1780, fal. em Estarreja a 3 de julho de 1819. Formou-se em canones na Universidade de Coimbra em 1800, e depois de ter exercido varios cargos da magistratura judicial, trocou essa profissão pela de advogado, que exerceu por muitos annos grangeando altissima reputação. Em 1821 foi eleito deputado ás côrtes constituintes, e tomou assento entre os liberaes moderados, ou talvez menos timidos, que se não compartilharam os desvarios dos exaltados, tambem não concorreram pouco para o movimento reaccionario que destruiu a liberdade. Durante o regimen constitucional, foi por varias vezes eleito deputado, e exercia essas funcções de representante do povo, quando falleceu, deixando reputação d'um eximio jurisconsulto, sendo as suas obras consideradas classicas em materia de jurisprudencia, e ainda de certo muito uteis aos modernos jurisconsultos. As obras que lhe deram nome são as seguintes: *Theoria da interpretação das leis, e ensaio sobre a natureza do censo consignativo*, Lisboa, 1815; foi considerada como obra muito valiosa por todos os competentes; *Doutrina das acções accommodadas ao fôro de Portugal*, Lisboa, 1819; houve mais duas edições, sendo a 3.ª em 1837, accrescentada *com addições da nova legislação commercial e dos decretos que deram nova face á administração de justiça;* houve ainda uma 4.ª edição, no Rio de Janeiro; *Commentario critico á lei da boa razão em data de 18 de agosto de 1769; e discurso sobre a equidade, para servir de supplemento ao preambulo d'esta lei*, Lisboa, 1824, e 2.ª edição em 1845; *Manual do tabellião, ou ensaio de jurisprudencia eurematica, contendo a collecção de minutas dos contratos e instrumentos mais usuaes*, etc., Lisboa, 1819; reimprimiu se em 1823 e 1850; *Commentario á lei das hypothecas;* anda junto ás *Addições*, etc., (V. adeante); *Digesto portuguez ou tratado dos direitos e obrigações civis, accommodado ás leis e costumes da nação portugueza;* Lisboa, 1835; 3 tomos; *Segunda edição correcta e augmentada*, 1840; 3.ª, 1849; 4.ª em Coimbra, 1853; 5.ª tambem em Coimbra, 1860; *Manual do processo civil; supplemento ao Digesto portuguez*, Lisboa, 1842; houve mais duas edições, sendo a 3.ª em 1849; *Formulario de Libellos e petições summarias, á imitação do Formulario de Gregorio Martins Caminha; accommodado á nova reforma de 21 de maio de 1841*, Coimbra, 1845; conhece-se tambem uma 2.º edição em 1857; *Addições á Doutrina das acções, com seu appendice, contendo diversas regras de direito civil por ordem alphabetica, e outras ás leis do registo hypothecario*, Coimbra, 1845; parece ter havido 2.ª edição em 1880; traduziu de Pothier as *Regras da interpretação dos contratos* e o *Tratado das obrigações pessoaes e reciprocas*, Lisboa, 1849; 2 tomos. Algumas das reimpressões citadas fôram posthumas, como se vê pelas datas, assim como as seguintes obras: *Questões e varias resoluções de direito emphiteutico; obra posthuma mandada publicar por sua filha, com um indice alphabetico das materias por José Ribeiro Rosado*, Coimbra, 1851; *Ditos e factos notaveis de varões illustres, compilados*, etc., Coimbra, 1851. Vicente Sertorio Faria Blanc escreveu o *Elogio historico* d'este notavel jurisconsulto, o qual recitou na Associação dos Advogados, na sessão de 10 de outubro de 1849, que n'esse mesmo anno se publicou em Lisboa.

Telles *(José Leitão)*. Jurisconsulto. N. em Manteigas, fal. em Coimbra a 13 de julho de 1712. Era filho de Custodio Vaz Telles. Doutorou se na Universidade de Coimbra em direito canonico, e foi admittido em 1675 como collegial no collegio das tres ordens militares. Em 1681 foi que tomou as insignias doutoraes, e ficando no corpo docente da Universidade, tomou posse da cadeira de Clementinas em 1707. Ficaram celebres na tradição universitaria algumas das suas postillas, como a *De Concessione prebendae*, o as annotações com que enriqueceu a *Summa, seu praxis judicum*, do Antonio Cardoso do Amaral. Esta obra com as suas notas saiu impressa em 2 volumes, o 1.º em 1729, o 2.º em 1732. Deixou Leitão Telles manuscriptos 4 volumes de *Diversos textos das Decretaes, Clementinas, sexto e Extravagantes explicados com muitas leis de direito canonico.*

Telles *(D. Leonor)*. V. *D. Leonor Telles de Menezes.*

Telles *(D. Luiz da Silva)*. Religioso da ordem da Trindade, bispo de Lamego, da Guarda e de Evora, etc. N. a 27 de outubro de 1626, fal. a 31 de janeiro de 1703. Foi mestre de theologia na sua ordem, reitor do collegio de Coimbra, deputado da Junta dos Tres Estados, bispo de Lamego em 1677, transferido para a Guarda em 1681, e para Evora em 1691.

Telles *(Fr. Luiz da Silva)*. Religioso da ordem da Trindade. N. em Lisboa, mas ignoram-se as datas do nascimento o fallecimento. Era filho de Manuel Dias Nunes e de D. Maria d'Assumpção e Menezes. Professou no convento da sua ordem em Cintra em 1706, onde foi mestre, sendo depois ministro do convento de Louza. Compoz uma obra mystica em louvor da Santissima Trindade, que imprimiu em 1730; uma *Novena ao Senhor dos Passos resgatado do poder dos mouros*, em 1731. Deixou alguns manuscriptos.

Telles *(D. Maria)* V. *Telles de Menezes (D. Maria).*

Telles *(Nuno da Silva)*. Doutor em canones pela Universidade do Coimbra, lente, reitor o reformador do mesmo estabelecimento scientifico, etc. N. a 3 de fevereiro de 1656, fal. em 1703. Era filho do 1.º marquez de Alegrete, Manuel Telles da Silva. Foi deão da sé de Lamego, deputado da inquisição de Lisboa e da Mesa da Consciencia e Ordens, lente de canones na Universidade, sendo nomeado reitor a 28 de junho de 1694, tomando posse a 16 de novembro seguinte. Exercendo ainda este cargo, foi nomeado reformador a 9 de dezembro do 1700. Governou como reitor até aos principios de agosto de 1702, em que se ausentou para não mais voltar. Mostrou se sempre muito zeloso pelo accrescentamento dos edificios e pelo melhoramento dos ordenados dos lentes. No seu tempo se fizeram de novo os *geraes de theologia e de instituta;* fôram todos os outros renovados, e se accrescentou, ou se fez de novo a *casa dos exames privados*. A licença para estas obras foi dada pela provisão do 20 de setembro de 1695. Sollicitou o accrescentamento dos ordenados dos lentes, e graças a essa solicitação, concedeu depois D. Pedro II, em provisão de 7 de julho de 1703, o accrescentamento de 30$000 reis ao ordenado das lentes das quatro faculdades, excepto das de prima e de vespera. O dr. Nuno da Silva Telles deixou algumas postillas da regencia da sua cadeira na Universidade, e um tomo de poesias. No claustro das aulas da Universidade havia a estatua da sabedoria, com o seguinte distico latino, devido a Nuno da Silva Telles:

ECCE SIBI QUALEM POSUIT SAPIENTIA SEDEM
QUA NON IN TOTO CLARIOR ORBE MICAT.

Na Universidade havia ainda outros disticos do mesmo autor.

Telles *(Nuno da Silva)*. Doutor em canones e reitor da Universidade de Coimbra; censor e secretario da Academia Real de Historia Portugueza, etc. N. a 28 de agosto de 1685; ignora-se a data do fallecimento. Era filho do 2.º marquez de Alegrete, Fernando Telles da Silva, e sobrinho do reitor da Universidade, de egual nome e a quem se refere o artigo antecedente. Seguiu como aquelle seu tio, a vida ecclesiastica, foi thesoureiro mór da collegiada de Guimarães, deputado da inquisição do Lisboa e da Mesa da Consciencia e Ordens, do conselho geral do Santo Officio. Foi nomeado reitor da Universidade a 9 de abril de 1715, tomando posse a 30 do mesmo mez. No seu tempo, a Universidade não tinha uma casa competente para accommodação d'uma livraria, o dr. Nuno Telles da Silva sollicitou e obteve de D. João V a permissão de construir um bom edificio para tão util e elevado destino. Deu o reitor começo á construcção com toda a grandeza, e desenvolvendo a mais louvavel solicitude, teve a fortuna de a deixar muito adeantada. A provisão regia que lhe concedeu licença para a edificação, tem a data de 31 d'outubro do 1716. A primeira pedra lançou se no dia 17 de julho do 1717. A obra concluiu-se já no tempo do reitor Francisco Carneiro de Figueirôa, ficando a casa da livraria uma obra magnifica no seu genero. D. João V autorisou tambem o dr. Nuno da Silva Telles a comprar uma livraria por 14:000 cruzados, afim de accrescentar a que já existia na Universidade. Esta livraria era a de Francisco Barreto. No seu tempo de reitor, convocou o conselho da Universidade a acceitar a famosa bulla *Unigenitus*, arrancada a Clemente XI polos jesuitas, e em que eram condemnadas muitas proposições de Pascal. Nem houve discussão. A bulla foi acceita e o dr. Nuno da Silva Telles mandou a adhesão da Universidade ao papa n'uma elegante carta latina, a quo Clemente XI respondeu muito affectuosamente. No principio de agosto de 1718 largou o governo e ausentou se. Na sua qualidade de academico da Academia de Historia, foi encarregado de escrever a historia ecclesiastica do bispado do Porto, mas as obras, que d'elle ficaram, fôram apenas contas de estudos academicos, e discursos que proferiu nas sessões da mesma Academia, a carta latina dirigida ao papa Clemente XI, etc.

Telles *(D. Rodrigo de Moura)*. Arcebispo do Braga. N. a 25 de janeiro de 1644, fal. a 4 de setembro de 1726. Era filho do conde de Valle de Reis, Nuno de Mendoça e da condessa D. Luiza de Castro. Doutorou se em canones na Universidade de Coimbra; foi bispo da Guarda, sendo em 1704 nomeado arcebispo do Braga. Em 1705 principiou a fazer visita pastoral á diocese, e mostrou grande dedicação e zelo pela instrucção do clero, pela educação do povo, e emfim pelo cumprimento austero de todos os deveres do seu cargo; reformou tambem o breviario bracarense, mas as pessoas que d'esse trabalho encarregou, fizeram mau trabalho, porque macularam o breviario com a introducção de toda a qualidade de lendas absurdas e extravagantes. Sobretudo D. Rodrigo de Moura Telles foi incançavel em fazer construcções; em 1712 mandou reedificar na Sé a capella de S Geraldo e para ali trasladou o corpo do santo; reedificou as torres, fez altares, reformou os orgãos, mandou pintar e dourar as cadeiras do côro, fez o casa do cabido, etc. No Paço archiepiscopal fez a capella do Sacramento, a casa da Relação, a casa do provisor, etc. Construiu capellas, aljubes em Braga o em outras torras do arcebispado, e tornou-se celebre principalmente pelos trabalhos que fez no Bom Jesus do Monte. Estava tudo parado por causa das demandas que corriam entre o deão e a con-

fraria, quando D. Rodrigo de Moura Telles, em 1722, avocou a si um pouco dictatorialmente todos os poderes, nomeou-se juiz da confraria, o proseguiu activamente com as obras A' sua propria custa fez a reconstrucção da estrada para o Santuario, o portico e as capellas da Paixão, a fonte do castello e dos cinco sentidos. Póde se dizer que não ha ali obra alguma cujo principio não fôsse devido á sua iniciativa. Infelizmente não pôde completar as muitas obras que iniciára, porque morreu 6 annos depois do seu fecundo golpe de Estado, mas deixando o seu nome vinculado áquelle formoso santuario.

Telles (*Ruy de Moura*). Esteve na restauração da Bahia em 1625, tomou parte na acclamação de D. João IV em 1640, foi governador e capitão general de Mazagão, conselheiro de Estado e presidente do Desembargo do Paço.

Telles (*Ruy de Moura*). Doutor em canones pela Universidade de Coimbra. Foi nomeado reitor a 28 de julho de 1690, de que tomou posse a 26 de setembro do mesmo anno. No seu tempo, em janeiro do 1693, foi recebida pela Universidade com honras reaes a rainha viuva da Gran-Bretanha, D. Catharina, filha de D. João IV e irmã de D. Pedro II, hospedando se no paço episcopal. Ruy de Moura Telles deixou o cargo de reitor a 17 de abril de 1694, indo para bispo da Guarda, e passando depois a arcebispo de Braga.

Telles (*Sebastião Custodio de Sousa*). General de brigada reformado, deputado, par do reino, ministro de Estado, conselheiro, ajudante do campo honorario d'el rei D. Carlos, escriptor militar, etc. N. em Faro a 27 de julho do 1847, sendo filho do Casimiro Victor do Sousa Telles e do D. Antonia Fortunata de Brito Telles. Assentou praça como voluntario no regimento do infantaria n.º 17, em 6 de janeiro de 1863, para seguir estudos superiores, saindo 1.º sargento aspirante em novembro de 1865, alferes alumno em julho de 1867, alferes para o batalhão de caçadores n.º 5 em 4 de janeiro de 1871, promovido a tenente em 14 do janeiro de 1873, a capitão em janeiro do 1874, a capitão para o corpo do estado maior em 15 do abril do mesmo anno, a major em 16 de fevereiro de 1887, a tenente-coronel em 20 de junho de 1893, a coronel em 9 do junho de 1894, e a general de brigada em 20 de setembro do 1906. Tem desempenhado varias commissões de serviço publico militar, o entre ellas, a de adjunto á brigada de reconhecimentos militares entre os rios Tejo o Douro; major da 1.ª brigada do infantaria de instrucção e manobra, sendo louvado pelo respectivo general commandante; encarregado dos itinerarios de Lisboa a Peniche, de Lisboa a Torres Novas, de Torres Novas a Thomar; membro da commissão incumbida da organisação da reserva; encarregado do reconhecimento das linhas da Venda do Pinheiro a Torres Vedras, a Mafra e ao Sobral; mandado em julho do 1880 ás grandes manobras militares do exercito francez; membro da commissão para o estudo do terreno, sob o ponto de vista militar para a linha ferrea de Lisboa ao Pombal; membro da commissão consultiva da defeza do reino; membro do jury dos exames especiaes da habilitação do curso do artilharia em 1876, 1878 e 1881, etc. Na commissão de manobras do exercito francez, foi acompanhado pelo então capitão de artilharia sr Mathias Nunes, do que ambos deram relatorio. Nunca esteve filiado nos partidos politicos militantes, dedicando as horas, que lhe restavam dos seus trabalhos officiaes, em estudar as instituições militares estrangeiras e applicar com justo criterio a Portugal, e na devida escala, o que encontrava de bom n'essas instituições. Como resultado dos seus estudos escroveu e publicou em 1878, a *Organisação do Estado Maior do Exercito;* em 1848 a *Fortificação dos Estados e a Defeza de Portugal*, e em 1887, a *Introducção ao estudo dos conhecimentos militares*, além d'um grande numero de artigos em diversas revistas scientificas. No primeiro d'estes trabalhos propôz a creação d'um corpo aberto em substituição do que então entre nós existia, sendo mais tarde realisado o seu desejo, quo não era mais que o determinado pelas condições em que no anno de 1898 estava a sciencia da guerra. Da segunda obra occupou-se lar-

Sebastião Custodio de Sousa Telles

gamente a imprensa estrangeira; e a terceira, a mais importante, foi pelo autor dedicada ao infante D. Augusto, do quem foi ajudante e amigo dedicado. Este livro foi muito apreciado tanto no exercito como no mundo civil, sendo considerado pela Academia Real das Sciencias como aquelle a quo devia ser conferido o premio D. Luiz I. Foi em agosto de 1898, que na recomposição de um ministerio progressista presidido pelo sr. conselheiro José Luciano de Castro, que o então coronel de Estado Maior sr. conselheiro Sebastião Telles foi convidado para dirigir a pasta da guerra. A sua gerencia, que durou até 1900, foi assignalada por melhoramentos de reconhecida vantagem para a officialidade de todas as armas, e para o exercito em geral. Em outubro de 1906, tendo-se demittido o ministerio regenerador presidido por Hintze Ribeiro, formou se novo gabinete progressista presidido pelo sr. conselheiro

José Luciano de Castro, o sr. general Sebastião Telles tornou a ser ministro da guerra. Este gabinete demittiu se em 1905 O sr. general Sebastião Telles foi tambem um dos oradores, que em 1907, no enterro de Hintze Ribeiro discursaram á beira da sepultura do finado estadista. Foi pela terceira vez ministro da guerra, no ministerio que se organisou sob a presidencia do sr. vice almirante Ferreira d'Amaral, em fevereiro de 1908, depois do assassinio d'el rei D. Carlos. O sr. general Sebastião Telles recebeu varios louvores dos commandantes das divisões onde serviu pelo bom desempenho das commissões, etc. Foi deputado em diversas logislaturas, e par do do reino, de que tomou posse na sessão da respectiva camara de 17 de março de 1899; socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e d'outras sociedades scientificas; foi agraciado com o grande officialato da ordem de Aviz por serviços distinctos; commendador e cavalleiro da mesma ordem, commendador da de S. Thiago; possue as medalhas de prata de bons serviços e de comportamento exemplar; é tambem condecorado com a gran-cruz da ordem da Corôa da Russia e da de Merito Militar de Hespanha. Hoje está reformado. Além dos escriptos já citados, mencionaremos mais os seguintes: *Plano do exercicio da 1.ª brigada de infantaria de instrucção e manobra em outubro de 1877*; saiu lithographado no mesmo anno em Lisboa, com o desenho do terreno onde devia effeituar-se o exercicio; *Memoria sobre o systema de estudos militares, que convem executar na peninsula de Torres Vedras, apresentado a s. ex.ª o general visconde de Sagres, commandante da 1.ª divisão militar*, Lisboa, 1879; *Relatorio sobre as grandes manobras do 6.º corpo do exercito francez em 1880*, apresentado pelos capitães do estado maior Sebastião Custodio de Sousa Telles e de artilharia José Mathias Nunes, Lisboa, 188?. Foi publicado na parte official das ordens do exercito, annos depois de ser apresentado no ministerio da guerra. Collaborou em diversas publicações militares, e no *Diario das camaras legislativas* encontram-se varios discursos tratando de providencias relativas ao exercito, ou em defeza de seus actos ministeriaes ou da analyse de actos de outros ministros da guerra. Em 1898, o escriptor militar João Antonio Bentes publicou o seguinte livro de apreciação dos importantes trabalhos do sr. general Sebastião Telles: *Collecção dos artigos publicados no «Jornal do Commercio» sob a epigraphe» Considerações ácêrca do livro: Introducção do estudo dos conhecimentos militares, escripto pelo major do estado maior Sebastião Telles, actualmente coronel do C. E. M e ministro da guerra.* Lisboa. Tem dedicatoria ao ministro da guerra, autor do livro de que se trata. Os artigos do *Jornal do Commercio* tinham sido publicados em 1889. O livro em que depois os colligiu e ampliou, traz no fim a data *setembro 1898*, e conclue transcrevendo o parecer da secção da segunda classe da Academia Real das Sciencias de Lisboa ácêrca da obra *Introducção ao estudo das sciencias militares*, pela qual é conferido ao seu autor o premio denominado *D. Luiz I* e a acta da sessão da mesma classe, de 16 de julho de 1891, em que foi votado esse parecer por unanimidade, presidindo o conselheiro José Dias Ferreira.

Telles (*Vicente Correia Seabra Silva*). Doutor em philosophia e lente da Universidade de Coimbra, escriptor, etc. N. na provincia de Minas Geraes no Brazil, julga-se, que em 1761, e fal. em março de 1804. Veiu para Portugal com o destino de seguir o curso de philosophia na Universidade, o qual concluiu com aproveitamento, obtendo formatura. Em 1789 foi eleito socio correspondente da Academia Real das Sciencias do Lisboa, passando a socio livre no fim de dois annos, sendo promovido depois a socio effectivo na classe de sciencias naturaes em 13 de janeiro do 1798 Havia sido anteriormente despachado demonstrador de chimica e mandado receber o grau de doutor e incorporar no quadro dos lentes da Universidade, sem defender theses nem fazer exame privado, pela carta regia de 24 de janeiro de 1791. Regeu então, como lente substituto, as cadeiras de zoologia, mineralogia, botanica e agricultura. Como fôsse de compleição pouco robusta, a sua tenaz applicação e immoderados estudos lhe deterioraram a saude, vindo a morrer ainda antes de completar os 40 annos de edade. Na *Revista trimensal* do Instituto do Rio de Janeiro, tomo IX, pag. 261, encontra se uma noticia a seu respeito, escripta por Varnhagem. Bibliographia: *Elementos de chimica; offerecidos á Sociedade Litteraria do Rio de Janeiro para uso do seu curso de chimica;* Partes I e II, Coimbra, 1788 e 1790; *Dissertação sobre o calor; offerecida ao sr. José Bonifacio de Andrada e Silva*, etc , Lisboa, 1788. Costuma andar encadernada junta com o *Curso de Chimica.* Compôz a 1.ª parte d'este *Curso*, sendo ainda estudante, e foi o primeiro que se escreveu em lingua portugueza d'esta sciencia depois dos seus novos progressos. N'este compendio methodicamente ordenado, e muito bom para o seu tempo, introduziu originalmente tudo o que dizia respeito ás pedras preciosas e trabalhos de minas no Brazil, com a competente nomenclatura; *Dissertação sobre a fermentação em geral e suas especies*, Coimbra, 1787; *Memoria sobre o methodo de curar a ferrugem das oliveiras*, Coimbra, 1792; com uma estampa; *Memoria sobre os prejuizos causados pelas sepulturas dos cadaveres nos templos, e methodo de os prevenir*, Lisboa, 1800; *Memoria sobre a cultura do arroz em Portugal e suas conquistas*, Lisboa, 1800; *Historia e cura das enfermidades mais usuaes do boi e do cavallo, por Francisco Toggia: traduzida e illustrada com notas*, Lisboa, 1802; 2 tomos; *Nomenclatura chimica portugueza, franceza e latina: a que se ajunta o systema de caracteres chimicos adaptados a esta Nomenclatura por Hassenfratz e Adet*, Lisboa, 1801. As desinencias por elle propostas fôram então adoptadas; *Memorias sobre a cultura das vinhas, e manufactura do vinho;* está inserta no tomo II das *Memorias de Agricultura premiadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa; Memoria sobre a cultura do ricino em Portugal;* inserta no tomo III das *Memorias Economicas* da mesma Academia; *Memoria em que se dá noticia das diversas especies de abelhas que dão mel, proprias do Brazil*, etc. Nas *Memorias da Academia das Sciencias*, 1799.

Telles (*Wenceslau José de Sousa*). General de brigada. N. a 31 de agosto de 1837, fal. em Lisboa a 1 de abril de 1901. Assentou praça na arma de infantaria em 1 de agosto de 1851, sendo promovido a alferes em março de 1861, a tenente em agosto de 1868, a capitão em 12 de janei-

ro de 1875, a major em 31 de outubro de 1884, a tenente coronel em 23 de maio de 1888, a coronel em 23 do março de 1893, e a general de brigada em 25 de maio de 1900. Era um official de muita illustração. Desempenhou importantes commissões de serviço, sendo as principaes a de commandante da escola pratica de infantaria de Mafra, e das forças que haviam partido pouco antes da sua morte, para Africa, quando foi necessario reforçar a guarnição de Moçambique em 1900, por causa da guerra do Transvaal. Era um escriptor militar de muito merecimento, publicando em revistas da sua especialidade muitos artigos, que representam aturado estudo e não vulgares aptidões. Foi ajudante de campo honorario d'el-rei D. Carlos I, commandante da 2.ª brigada de infantaria e commandante de infantaria n.º 5, quando teve a promoção do coronel. Possuia varias distincções honorificas que lhe fôram conferidas.

Telles Castro da Silva *(Francisco Liberato)*. Conductor principal de obras publicas, escriptor, etc. N. em Cacilhas a 21 de janeiro de 1843, e m. de tambem tal. a 25 de setembro de 1902. Era filho de Francisco Liberato da Silva e de D. Mauricia Telles de Castro. Cursou o Collegio Militar e Aula de Commercio com destino á carreira diplomatica, quo afinal não proseguiu, entregando-se antes a outros trabalhos litterarios para o theatro, em que produziu alguns originaes e fez varias traducções. Outros estudos, porém, chamaram ainda a sua attenção, e fôram os de topographia, e tal aptidão manifestou n'essa especialidade, que em 1863 foi nomeado aspirante a conductor de obras publicas, e collocado no districto do Santarem até 1877. Durante este tempo executou importantes obras como a ponte de ferro sobre o Sorraia e a estrada de Coruche ao Cergo, pelo que foi elogiado, provando alta competencia. Em 1879 tomou conta das obras do Lazaroto, e sob a sua direcção transformou completamente aquelle estabelecimento, fazendo lhe todos os melhoramentos e innovações aconselhados pelos preceitos mais modernos. Trabalhou sempre e com rara energia e zelo, affirmando em todos os trabalhos clara intelligencia. Em 1892 foi nomeado conductor de primeira classe, chegando a ter sob as suas ordens e direcção 1:200 operarios divididos por 30 obras, som outro technico que com elle cooperasse. Escreveu varios livros, dos quaes citaremos: *Guia do empreiteiro*, Lisboa, 1878; foi o seu primeiro trabalho que publicou, o qual contém formulas, tabellas, indicação de processos do construcção, traçados de estradas, series de proços, etc. Só 18 annos depois, em 1896, é que publicou o seu segundo livro: *Duas palavras sobre pavimentos*, que é um tratado completo sobre processos antigos e modernos usados no revestimento dos pavimentos, e no qual sob a fórma de livro o autor publicou os seus preciosos apontamentos profissionaes, enriquecendo-os de curiosas notas historicas. Em 1897 sairam a 1.ª e 2.ª edição do primeiro estudo sobre *Construcção Civil*, intitulado *Arte de dourar*, collecção de processos, enriquecida de varias notas interessantes ácêrca de alguns artistas douradores portuguezes. Em 1898 publicou uma obra importantissima, á qual a imprensa do paiz se referiu lisonjeiramente, e que, fazendo parte da serie *A decoração na construcção civil*, se intitula *Pintura simples*, epigraphe modesta que occulta um riquissimo peculio de processos artisticos de factura pictural. Adorna-o egualmente um interessante esboço historico da pintura, em que se definem as épocas, tratando dos pintores mais notaveis de cada uma d'ellas, das differentes escolas e dos seus caracteristicos, terminando com alguns traços biographicos dos principaes pintores portuguezes. A elle se deveu a direcção cuidada de trabalhos importantes, como a transformação do velho pardieiro de Arroios n'um hospital digno de visita; o alteamento do tecto da sala da Junta Consultiva de Obras Publicas, trabalho em que se levantaram as asnas sem tocar no madeiramento; os grandes melhoramentos feitos no Lazareto, que já citámos, etc. Mas, sob o ponto de vista da arte, a obra que lhe foi querida por excellencia, foi a do acabamento interno do edificio da Madre de Deus, em Xabregas, onde o bom gosto e são criterio soube multiplicar-se em carinhosos cuidados, formando d'aquelle historico edificio, verdadeiro escrinio de preciosidades, um incomparavel museu de antigos azulejos portuguezes ali sabiamente collocados, obedecendo a methodica e artistica distribuição. Outra obra importante, feita sob a sua direcção, são as abobadas em que assenta a parada do quartel de marinheiros. Liberato Telles pertencia á corporação de engenharia portugueza; foi presidente da Associação dos Conductores de Obras Publicas e Minas, e redactor do *Boletim*, orgão official d'esta corporação.

Telles Jordão *(Joaquim)*. General do nosso exercito, um dos mais acerrimos e dos mais barbaros partidarios do governo absoluto de D. Miguel. N. na cidade da Guarda em 1777. Assentou praça a 17 de agosto de 1796, e foi feito alferes ajudante de milicia em meado de 1806; a 14 de janeiro foi despachado tenente, e d'ahi por deante o seu accesso tornou se tão rapido que em março de 1814 era elevado a tenente coronel, e a 4 de maio seguinte obtinha a effectividade d'esse posto. Esta velocidade com que subiu os postos militares em tão poucos annos, foi só devida ao seu valor, á sua intrepidez e bravura nas renhidas acções que se travavam entre as forças portuguezas e as francezas. As datas das suas promoções coincidiam com as batalhas mais importantes que se deram na Guerra Peninsular, e percorrendo as ordens do dia do marechal Beresford ao encontrar se o despacho de Telles Jordão é facil reconhecer o dia em que elle mais uma vez se assignalára e tornára distincto entre os seus camaradas. Eram tão repetidas provas de extraordinario merecimento no campo de batalha, que o commandante em chefe do exercito portuguez, parecendo recear não ter postos com que galardoasse tão notaveis dotes militares, ia concedendo primeiro a graduação do posto immediato como quem tinha a certeza de que dentro em pouco haveria precisamente de dar ao valente official mais um signal de apreço em que o tinha, mas no meio da lucta gigantesca os encontros succediam-se com pequenos intervallos, e Beresford era obrigado antes de decorridos muitos annos a agraciar Telles Jordão ou com a effectividade do posto ou com a graduação pelo menos do immediato. E' assim que tendo sido feito major graduado em julho de 1813, logo em setembro foi despachado effectivo, em março do anno seguin

te recebeu a graduação de tenente-coronel, e sendo em maio do mesmo anno promovido á effectividade d'esse posto. E Beresford não se contentava em recompensar Telles Jordão conferindo-lhe unicamente postos, porque amiude nas ordens do dia mandava publicar os mais encarecidos louvôres ao intrepido militar, que deante do fogo dos soldados francezes praticava prodigios de valor com que se destacava dos seus companheiros. Depois de finda a Guerra Peninsular ainda Telles Jordão foi elevado a coronel, e na promoção geral do dezembro de 1820 obtove a graduação de brigadeiro, mas a sua carreira brilhante estava terminada, e infelizmente se d'ahi por deante se continuou a distinguir se, foi não sustentando a independencia da patria combatendo contra os estrangeiros, mas pelo seu odio ás ideias liberaes e pelo modo selvagem e barbarissimo com que tratou aquelles que não professavam as ideias politicas que elle seguia. Logo depois da revolução de 1820 mostrou se decididamente adverso ao systema do governo constitucional que se pretendia restabelecer ao paiz, e tão abertamente manifestou as suas opiniões, que a 22 do junho do 1821 foi demittido *pela sua conhecida opposição ao governo constitucional, chegando a calumniar o soberano congresso na regencia do reino, em publico e em particular*. Reintegrado depois da queda da constituição, em 1823, foi um dos chefes absolutistas dos movimentos contra a Carta Constitucional em 1826, contribuiu poderosamente para a sublevação na Beira, sustentou por algum tempo a lucta n'essa provincia, e sendo afinal obrigado a emigrar para Hespanha, só regressou á patria depois do desembarque do infante D. Miguel em Lisboa. Voltando então ao serviço activo, esteve algum tempo empregado no exercito de operações formado para debellar a revolta de 16 de maio de 1828 no Porto, passou a governar a Torre de S. Julião da Barra, deixou esta commissão para tomar o commando d'uma divisão do exercito miguelista em frente do Porto, e voltou a assumir o governo da Torre. Foi no exercicio d'este cargo que Telles Jordão adquiriu a triste celebridade, que tornou o seu nome execrando. Como mais alguns dos homens do partido absolutista, collocados em posições importantes, Telles Jordão era mais miguelista do que o proprio D. Miguel, e cego pela paixão entendia que os meios mais proprios para dar o triumpho á sua causa, eram a violencia e a força. Os pobres liberaes que por desgraça fôram encerrados nas prisões do S. Julião da Barra soffreram os mais duros tratos que se possam imaginar, e o feroz governador deliciava-se em torturar os infelizes, cujo unico crime era o de não terem ideias politicas eguaes ás do general, que depois de haver ganho um nome illustre nos campos de batalha, estava reduzido á condição de carcereiro e tornava por gosto esse officio o mais hodiondo e o mais infame que lhe era possivel. As tristes façanhas praticadas pelo barbaro governador contra os liberaes, veem descriptas na *Historia do captiveiro dos presos de Estado na Torre de S. Julião da Barra de Lisboa durante a desastrosa epoca da usurpação do legitimo governo constitucional*, de que foi autor João Baptista da Silva Lopes, um dos infelizes que estiveram ali encarcerados, e nas paginas do *Portugal Contemporaneo*, de Oliveira Martins Quando o governo absolutista soube da expedição do duque da Terceira ao Algarve, e foi informado da marcha dos liberaes atravez do Alemtejo, encarregou Telles Jordão de commandar uma divisão, com a qual elle saiu na manhã de 22 de julho de 1833 para a villa de Almada, afim de tomar o passo aos constitucionaes. As forças dos dois partidos encontraram-se na tarde d'esse dia, e quando os miguelistas derrotados procuravam embarcar nos primeiros barcos que encontrassem, foi reconhecido e immediatamente morto e feito em pedaços o general Telles Jordão, que assim pagou com a vida as crueldades que infligira aos presos da Torre de S. Julião. V. *Cacilhas (combate de)*.

Telles de Menezes *(Ayres)*. Fidalgo da côrte de D. João II, de quem foi muito estimado. Era filho de Fernão Telles de Menezes, senhor de Unhão, e tendo acompanhado o rei ao Algarve e assistido em Alvôr á sua morte, em 1495, deixou o mundo e tomou o habito da ordem de S. Francisco. Ignora-se a data da sua morte, embora alguns escriptores digam que foi entre os annos de 1515 a 1520. Era muito dado á poesia, e algumas das suas composições andam no *Cancioneiro* de Garcia de Rezende.

Telles de Menezes *(Fernão)*. N. em Santarem, e fal. em Lisboa a 26 do novembro do 1605. Era filho de Braz Telles de Menezes, alcaide-mór de Moura. Partindo para a India em 1566, tomou parte como capitão d'uma fusta na expedição dirigida pelo vice rei D. Antão de Noronha contra a rainha de Olala em 1568, e dois annos depois fez parte do soccorro mandado pelo conde de Athouguia a Chaul para libertar esta praça do cêrco que lhe haviam posto os inimigos. Pela morte do conde de Athouguia governou a India até á chegada do novo vice rei D. Francisco de Mascarenhas, conde de Santa Cruz, e voltando depois á patria foi governador e capitão general do reino do Algarve, general da armada do consulado, conselheiro de Estado, regedor da Casa da Supplicação, e presidente do conselho da India. Em 1597 fundou na sua quinta de Campolide, com o titulo de Nossa Senhora d'Assumpção, um noviciado da Companhia de Jesus, que posteriormente passou ao sitio da Cotovia, onde no seculo XVIII se estabeleceu o Collegio dos Nobres, e depois a Escola Polytechnica.

Telles de Menezes *(Fernão)*. Um dos generaes da Guerra da Restauração; foi um dos conjurados que obrigaram a duqueza de Mantua a desistir de pôr impedimentes á revolta. Quando começou a guerra, foi nomeado general das armas da provincia da Beira, em 1641 e 1642 combateu victoriosamente com o duque d'Alba tomando-lhe Valverde e Elches e defendendo rigorosamente contra elle Aldeia do Bispo. N'esse mesmo anno de 1642 foi um dos juizes que condemnaram á morte o marquez de Villa Real e os seus cumplices, e se a condemnação do duque de Caminha, por exemplo, não honra muito o seu caracter, em compensação a simplicidade com que foi servir na Beira debaixo das ordens do D. Alvaro do Abranches, depois de ter n'essa mesma provincia commandado om chefe, mostra que era um homem que tinha, pelo menos como militar, a séria comprehensão dos seus deveres patrioticos.

Telles de Menezes (*D. Francisco*). Governador de S. Thomé, nomeado em 1611, mas que falleceu apenas chegou ao seu destino.

Telles de Menezes *(D. Gonçalo)*. Irmão da rainha D. Leonor Telles. Foi conde de Neiva e de Faria. V. *este titulo*.

Telles de Menezes *(D. Maria)*. Irmã da rainha D. Leonor Telles; foi dama da infanta D. Beatriz, irmã d'el rei D. Fernando e filha de D. Pedro I o de D. Ignez de Castro. Casou, sendo ainda muito nova, com um fidalgo portuguez chamado Alvaro de Sousa, de quem teve um filho, que foi depois mestre da ordem de Christo, Lopo Dias de Sousa. Seu marido tivera de sair do reino por causa de rivalidades com el rei D. Pedro, e morreu deixando a viuva ainda nova e fresca. D. Maria Telles era do alta nobreza, como filha do Martim Affonso Tello, sobrinha de D João Tello, conde de Barcellos, e descendente, segundo allegavam, de D. Ordonho, rei de Leão (V. *D. Leonor Telles de Menezes)* D. Fernando tratava a familiarmente nas visitas que fazia á infanta D. Beatriz, e foi nos aposentos da infanta que elle viu D. Leonor o sua irmã, cuja belleza o deslumbrou. Foi a D. Maria Telles que elle confiou a paixão que sua irmã lhe inspirára, pedindo lhe que protegesse esses amores. D. Maria Telles recusou se abertamente a fazel o porque, sendo sua irmã casada, esses amores não podiam ser senão adulterinos, o ella é que não estava disposta a favorec r esse escandalo. Mas D. Fernando lhe respondeu que o casamento de sua irmã elle o desfaria, e que não desejava D. Leonor senão para mulher legitima Apenas ouviu esta resposta, D. Maria Telles foi logo communicar o caso a seu tio D. João Affonso Tello, e nunca se prestou a servir n'esses amores. Subindo ao throno sua irmã, D. Maria Telles conservou se modestamente na sombra, até que o infante D. João, filho de D. Ignez de Castro, ou sentiu por ella uma viva paixão, ou entendeu que devia conquistar as boas graças da omnipotente rainha, desposando sua irmã. Parece, comtudo, mais provavel que fôsse a belleza de D. Maria Telles que actuasse no seu espirito ou antes nos seus sentidos, pelo modo porque o casamento se effeituou. Segundo as versões dos chronistas, ou D. Maria Telles, vendo-se cortejada pelo infante D. João com muita instancia, lhe mandou dizer por Alvaro Pereira que, se não a queria despozar, cessasse com essas importunidades que punham em risco a sua reputação, ou tratou mesmo, como outros affirmam, de o seduzir o fascinar, dando-lhe uma entrevista em sua casa, onde estava tudo preparado para o entontecer, e apresentando lhe depois um padre e as respectivas testemunhas, para se celebrar a cerimonia, sem a qual lhe não pertenceria. O casamento conservou-se secreto por algum tempo, mas não tardou a chegar aos ouv dos de D Leonor Telles, que não gostou. Não lhe convinha que sua irmã adquirisse um poder e uma influencia que pudessem assoberbal-a, casando muito legitimamente com um principe, cujos direitos eventuaes ao throno podiam achar se em conflicto com os direitos de sua filha, que poderia ser considerada como filha adulterina Foi ella, por conseguinte, que suggeriu ao infante D. João a ideia de que o destinava para noivo de sua filha, e que lamentava, portanto, que elle se tivesse apressado a contrahir outros laços. Logo o ambicioso infante começou a revolver a ideia de se desembaraçar de sua pobre e gentil esposa Faltava lhe um pretexto. A rainha lh'o facilitou fazendo com que alguns homens lhe dissessem que sua mulher o trahia, sem accrescentarem sequer particularidades algumas. Bastava isso; D. João partiu logo para Coimbra, onde residia D. Maria Telles, resolvido a matal a. Fôra a infeliz senhora avisada de que alguma cousa se tramava contra ella, e até seu filho, Lopo Dias de Sousa, a prevenira de que, pela primeira vez, passára por Thomar para Coimbra o infante D. João sem o procurar no castello, como sempre costumava, mas D. Maria Telles continuava perfeitamente descuidada, forte com a sua innocencia, nada receando. Uma noite, o infante acompanhado d'alguns homens, entrou como desvairado no paço da rua de Sub-Ripas, onde morava D. Maria Telles, e arrombando portas, chegou ao quarto da infeliz, que apunhalou covardemente. (V. *D. João*, *Portugal*, vol. III, pag. 1055*)*. Assim morreu tragicamente D. Maria Telles, victima de ambições e de intrigas.

Telles de Moura *(Miguel de)*. Segundo governador das ilhas do S. Thomé e Principe. Recebeu o governo em 1587, teve grandes desavenças com o bispo D. Fr. Martinho, que teve de se retirar em 1590 Miguel Telles de Moura morreu em 1591.

Telles da Silva *(Antonio)*. Nasceu em Lisboa a 11 de maio de 1667, sendo filho do 1.º marquez de Alegrete, Manuel Telles da Silva. Entrou na ordem de Malta, e depois doutorou se em canones na Universidade de Coimbra, obtendo o grau do que então se chamava conductario com privilegio do lente em 1695. Foi arcediago da cathedral de Lisboa e deputado da inquisição de Coimbra. Entregou se ao cultivo da poesia, e morreu prematuramente a 21 de agosto de 1699, contando apenas 32 annos de edade. Compôz uns disticos latinos para as portas dos geraes da Universidade de Coimbra, quando se reedificaram, sonetos em portuguez e em hespanhol.

Telles da Silva *(Antonio)*. Nasceu em Lisboa a 26 de agosto de 1686; ignora se a data do fallecimento. Era filho do 2.º marquez do Alegrete o 3.º conde de Villar Maior, Fernão Telles da Silva, e de sua mulher, D. Helena de Noronha. Serviu na guerra contra Castella nos postos de coronel e de brigadeiro. Exerceu em 1714 o officio de capitão da guarda real allemã, por morte de Filippe de Sousa, capitão da referida guarda, e na menoridade de seu filho mais velho D. Francisco de Sousa Foi depois mestre de campo general com o governo da artilharia da provincia do Alemtejo; mais tarde foi governador da praça de S. Julião da Barra. Casou em 30 de setembro de 1702 com D. Thereza Josepha de Mello, filha e herdeira de Francisco de Mello, 1.º senhor de Villa Verde de Ficalho, em remuneração dos serviços de seu pae, Pedro de Mello; mestre de campo geral dos exercitos, governador das armas da Beira, coronel de um dos terços da côrte, governador da praça de Moura e do Forte de Porto Salvo da Marinha de Lisboa, commendador de S. Miguel de Pinhel na ordem de Christo; senhor do morgado de Serpa, etc., e de sua 2.ª mulher, D. Ignez Francisca de Tavora Antonio Telles da Silva foi, pelo seu casamento, senhor de Ficalho e do morgado de Serpa, etc.

Telles Ultra Machado *(Alberto)*. V. *Ultra Machado (Alberto Telles)*.

Telles de Vasconcellos *(Antonio)*. V. *Vasconcellos Pimentel (Antonio Telles Pereira)*.

Tello *(D Antonio)*. Um dos fidalgos que mais se distinguiram na revolução do 1 de dezembro de 1640, adquiriu nome e fama pelo juramento que fez, e procurou a todo o transe cumprir de ser o primeiro a ferir Miguel de Vascoucellos. Andava na Beira alistando soldados para um dos terços que o governo hespanhol maudára que formasse em Portugal e veiu communicar aos conjurados a agitação que lavrava nos espiritos n'essa provincia. Resolvida pelos conjurados a morte de Miguel de Vasconcellos, D. Antonio fez o juramento, que dissémos, e logo que o paço da Ribeira foi invadido, sem cuidar de mais nada, dirigiu-se á secretaria onde esperava encontrar Miguel de Vasconcellos, e ali esperou o signal do principio do movimento. Viu passar o corregedor Manços da Fonseca sem poder impedil-o e furioso, por isso, mas logo que soou o primeiro tiro que annunciava a explosão da revolta, D Antonio Tello correu á secretaria seguido por outros conjurados. Tendo encontrado o corregedor Francisco Soares de Albergaria, que não quiz dar vivas a D. João IV, mataram-o, e apparecendo em seguida o capitão Diogo Garcez Palha, D. Antonio Tello, que via já tudo vermelho deante de si, apunhalou o. Não pôde, porém, cumprir o seu juramento, porque, apenas se soube onde estava Miguel de Vasconcellos, todos os conjurados dispararam contra elle as suas pistolas e Miguel de Vasconcellos caiu varado por duas balas anonymas. Depois D. Antonio Tello desappareceu, não se tornando mais a falar n'elle na historia do paiz.

Tello *(Joaquim José Pimenta)*. Bacharel formado em medicina pela Universidade de Coim-

Joaquim José Pimenta Tello

bra, general medico reformado, deputado, chefe da repartição do ensino e estatistica no ministerio do fomento, jornalista, etc. N. no Algarve a 6 de fevereiro de 1841, fal. em Lisboa a 21 de dezembro do 1912. Depois da sua formatura, assentou praça no corpo de medicos militares em tenente a 12 de agosto de 1865, sendo promovido a capitão em 15 de dezembro de 1881, a major em 2 de novembro de 1899, a tenente-coronel em 12 do mesmo mez o anno, a coronel em 24 de dezembro de 1904, reformando-se por ser julgado incapaz do serviço activo, em 15 do fevereiro de 1908. Exerceu clinica no Algarve e em Beja; prestou relevantes serviços como cirurgião-mór na direcção da enfermaria provisoria estabelecida em Villa Real de Santo Antonio, quando, em 1885, se receou a invasão da colera-morbus, e por esses serviços foi agraciado com o grau de cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. Pertenceu ao partido progressista, foi antigo jornalista, sendo redactor das *Novidades*, jornal do estadista Emygdio Navarro, desde o começo da publicação, sendo depois redactor do *Correio da Noite*. O mesmo estadista quando subiu ao ministorio com a pasta das obras publicas, o escolheu para seu secretario particular. Foi deputado em algumas legislaturas, eleito pela terra da sua naturalidade. Exercendo ainda o cargo de secretario do ministro, recebeu a nomeação de chefe da repartição de industria do mesmo ministerio em 1886 Foi tambem director do Museu Industrial e Commercial de Lisboa. O dr. Joaquim Tello era commendador, official e cavalleiro da ordem de S. Bento d'Aviz.

Tello *(D. Jorge)*. Capitão mór de Sofala. Começou a servir na India com o governador D. Henrique de Menezes, em 1525. Foi ferido em Calicut n'um combate contra os moiros, de que lhe resultou quebrar uma perna na barra de Panane. Em 1543 saiu de Gôa para ir tomar conta da capitania de Sofala, e por morte de Garcia de Sá achou se indigitado nas vias de successão para o governo da India, não tendo acceitado, por já ter partido para o reino n'essa epoca.

Tello. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Balazar, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto.

Tellões. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Traz-os-Montes, conc. e com. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 399 fog. e 2:051 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. Está situada na estrada de Villa Pouca de Aguiar a Ermello e a Amarante, nas proximidades da margem direita do rio Corgo, a 7 k. da séde do conc. E' fertil em todos os generos agricolas, cria muito gado de toda a qualidade, e tem abundancia de caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. N'esta pov. ha o Museu do archeologo padre Raphael Rodrigues, com muitos ojectos encontrados nos dolmens de Villa Pouca de Aguiar. || Pov. e freg. de Santo André, da prov. do Douro, conc. e com de Amarante, distr. e bisp. do Porto; 496 fog. e 2:060 hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. Está situada nas proximidades da estrada de Amarante a Penafiel, a 7 k. da séde do conc. Houve aqui um convento de monges benedictinos, fundado em 887 pelo conde D. Rodrigo Forjaz, ascendente dos condes da Feira. D. Affonso Henriques e sua mulher, a rainha D. Mafalda, mudaram d'aqui as freiras e

os frades para outros conventos da mesma ordem, e deram este aos conegos regrantes de Santo Agostinho (cruzios) em 1173. Aqui se conservaram estes religiosos até 1675, anno em que o convento passou para a collegiada de N. S.ª da Oliveira de Guimarães, por ordem do seu prior, o conego Fr. João de Barros. A pov. é fertil em generos agricolas, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. na freg de S. Paio, do Loivos do Monte, conc. de Baião, distr. do Porto.

Telloy. Aldeia da regedoria de Barcém, no concelho de Quepém, districto de Gôa, na India.

Temba. Pov. do sobado de N'Golome N'Dombo, na 8.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Tembe. Territorio do distr. de Lourenço Marques, na prov. de Moçambique. Africa Oriental. E' limitado ao N pelo rio do Espirito Santo ou *English River* e pelo rio de Lourenço Marques, ou Dundas; a O pelos montes Libombos, e ao S e a E pelo rio Maputo. A posse d'este territorio, bem como a de Maputo, egualmente no districto de Lourenço Marques, deu origem a um litigio que ficou celebre nos annaes da diplomacia. A causa d'este litigio foi um contrato de cedencia de territorio feito em 1823 pelo capitão Owen, da marinha ingleza, com os chefes indigenas do Maputo e Tembe, em resultado do qual a Inglaterra reclamou o senhorio dos rios e do territorio na posse do Portugal. A's pretenções da Inglaterra oppôz o governo portuguez os seus direitos, fundados na prioridade do descobrimento, nos estabelecimentos portuguezes ali fundados, nas convenções e actos de reconhecimento continuamente reiterados pelos chefes ou regulos, no constante reconhecimento dos direitos de Portugal sobre o referido territorio por todos os governos europeus, o finalmente no reconhecimento do direito o posse de Portugal aos territorios contestados, pela propria Inglaterra. Foi demorada a questão, sendo por fim o litigio submettido á decisão arbitral do presidente da Republica Franceza, que então era o marechal de Mac Mahon, o qual por sentença arbitral de 24 de julho de 1875, julgou provados e estabelecidos os direitos de Portugal aos territorios em litigio e á bahia de Lourenço Marques, com as ilhas de Unhaca o dos Elephantes. Nos livros e cartas inglezas este territorio é chamado *Catembe*, *Tembi* o *Temby*.

Temerosa. Ponta situada na costa S da ilha de S Thiago, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Fica á entrada do porto da Praia o fórma o seu extremo SSO. Tem na sua extremidade um pharol denomidado de *Maria Pia*, e é muito accidentada do pedras nas suas proximidades. O ilheu dos Passaros fica nas suas immediações.

Temilobos. Rio da Beira Alta, no districto de Vizeu. N na freg. de S. Martinho, a NO de S. Cosmado, corre a NO até Armamar, onde tem ponte, passa depois ao N, tem ponte na estrada do Peso da Regoa a S. João da Pesquoira, e entra no Douro com 11 k. do curso.

Temo. Pov. do sobado de Senze, na 15.ª div. da freg. de N. S.ª da Victoria, conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Templario. Cavalleiro da antiga e nobilissima ordem militar o religiosa do Templo, fundada em Jerusalem em 1118, com o fim de proteger os peregrinos. Foi fundada por Hugo de Payns e mais oito cavalleiros francezes que seguiram á cruzada Godofredo de Bulhões. A principio chamavam-se *pobres cavalleiros de Christo* e deviam formar uma guarda da Palestina. Tomaram o nome de *Templarios* quando Balduino II, rei de Jerusalem, os estabeleceu n'um palacio perto do antigo templo de Salomão Em 1128, o concilio de Troyes, perante o qual se apresentou o primeiro grão-mestre Hugo de Payns, confirmou a instituição da nova ordem, deu-lhe regra severa, mas prudente. A ordem comprehendia quatro classes: cavalleiros, que deviam ser nobres, escudeiros, irmãos leigos que eram sargentos o soldados; capellães e sacerdotes, formando o clero da ordem. O grão-mestre, eleito como todos os dignitarios, tinha honras de principe. A bulla de 15 de junho de 1163 deu aos templarios um logar privilegiado na Egreja. A sua divisa inscripta no estandarte preto e branco, era: *Non nobis, Domine, sed nomini tuo da gloria*, e o sello era um cavallo montado pelo seu cavalleiro e com estas palavras: *Sigillum militum Christi*. Os templarios formaram no Oriento a vanguarda dos exercitos christãos. Fôram recompensados com numerosos dominios, e no Occidente tornaram-se grandes proprietarios territoriaes. Enriqueceram-se ainda mais fazendo se banqueiros dos papas, dos reis, dos principes e dos particulares. Os seus templos, verdadeiras fortalezas, constituiam cofres fortes inviolaveis. Mas tantos privilegios e riquezas não tardaram a excitar a malevolencia e a inveja, sendo de notar que o seu orgulho não era de geito para desarmar os inimigos. Contra elles se levantaram violentos e insistentes preconceitos, e a ordem soffreu no seu prestigio, como todas as outras ordens militares, com os desastres dos christãos no Oriente. A ordem dos Templarios foi instituida em Portugal em 1125, e já no anno seguinte tinha varios castellos e terras que lhes deu a rainha D. Thereza, mãe de D. Affonso Henriques. Parece que a primeira doacção que ella lhes fez, foi o castello de Alpeadre, na Beira Baixa, hoje concelho do Fundão, que os templarios reedificaram e ampliaram, dando-lhe o nome de *Castello Novo*, depois villa d'esto nome, da qual fôram senhores até á extincção da sua ordem, passando depois o senhorio para a ordem de Christo, da qual foi commenda até 18.4. Os templarios fundaram ali um mosteiro, e a 2 k. a E edificaram no seculo XI a ermida de *Nossa Senhora do Mosteiro*, ou da *Hera*. Em poucos annos tornou se a ordem do Templo a mais rica e poderosa de Portugal, sendo senhora donataria de muitas villas, castellos e aldeias. Em 1169, estando D. Affonso Henriques nas Caldas de Lafões, doou-lhe a terça parte do quanto os templarios conquistassem aos moiros no Alemtejo, com a condição de gastarem no serviço do rei todos os rendimentos emquanto durasse a guerra. Segundo consta de varios documentos, á admissão dos templarios em Portugal fôram impostas as seguintes condições: 1.ª Que o seu primeiro objecto seria combater contra os sarracenos das fronteiras de Portugal; 2.ª Que não podiam mandar cousa alguma ao grão-mestre da Palestina, sem permissão expressa do rei; 3.ª Que não poderiam alienar nenhu-

ma das suas posses ou beneficios militares, mas que se o rei houvesse por bem concedel-as a outros cavalleiros que lhe fizessem maiores serviços, o poderia fazer; 4.ª Que acompanhariam o rei á guerra á sua custa; 5.ª Que o mestro nacional do Templo não poderia ser escolhido senão com o beneplacito do rei; que este mesmo não poderia sair do reino para ir á Palestina, ou a outra parte, sem licença do rei; o que, dado este caso, o logar-tenente que preenchesse as suas funcções seria da escolha do soberano; 6.ª Que não poderiam formar capitulo senão em logar designado pelo rei, e na presença d'um commissario secular, que lhe devia mandar; 7.ª Que, se porventura viesse eleito da Palestina algum mestre para Portugal, não poderia exercer este cargo sem confirmação real; 8.ª Que os mestres eleitos prestariam homenagem por quanto possuiam, não só ao rei, mas tambem ao principe real. jurando reconhecel-o por soberano pela morte de seu pae; 9.ª Que os mestres nacionaes do Templo só admittiriam na ordem portuguezes.

Balsa dos Templarios

Em varios paizes os templarios abusaram do seu grande poder e das suas riquezas, mas em Portugal não aconteceu o mesmo, ou pelo menos não foram provados os crimes de que eram accusados quando o rei D. Diniz mandou abrir um inquerito a tal respeito. A ordem dos templarios foi extincta em 1311, pelo papa Clemente V, declarando-se o pontifice *legitimo e forçado herdeiro* de todos os bens dos templarios Extincta a ordem, o rei D. Diniz, sem se indispôr com o papa, para não incorrer nas censuras da Egreja, tão habilmente se conduziu para evitar que as consideraveis riquezas dos templarios saissem do reino que instituiu a ordem de Christo por carta régia feita em Santarem a 15 de novembro de 1319, dando-lhe tudo quanto era da supprimida ordem, o assim continuou nas melhores relações com o papa Clemente V e com o seu successor João XXII. Para a nova ordem entraram todos os templarios que d'ella quizeram fazer parte. A ordem do Templo teve em Portugal 28 mestres, que veem mencionados no *Elucidario* de Santa Rosa de Viterbo, assim como outras noticias concernentes a esta ordem.

Temporãos Pov. na freg. do S Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Tem Sêde. Pov. na freg. de S. João Baptista, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Tena. Pov. do sobado de Chaluvahula, na div. e conc. do Humbe, distr. do Mossamedes, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tenães. Pov. na freg. de S. Salvador, de Estorãos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Tença. Quantia que o rei dava para sustento em razão dos serviços, e vulgarmente aos cavalleiros, durante a vida do tencionario. Outr'ora era uma porção egual aos juros do casamento, esposouro, ajudouro, que se davam ás donzellas do paço, etc., emquanto lh'os não pagavam, e das moradias, assentamentos e mercês a fidalgos, que estavam por embolsar. A *tença* era temporaria e vitalicia, oppondo-se a *juro* (V. *Juro*) que passava para os herdeiros d'aquelle a quem fôra dado. Exemplos, porém, existem de se terem converti do tenças em juros. Tambem houve tenças *perpetuas* e em uma só vida, e querendo converter estas n'aquellas, exemplos houve de se pagar a differença do capital, segundo os preços estabelecidos para as primeiras. São prova d'estas conversões o alvará de 10 de abril de 1663, e decretos de 27 de agosto de 1667 e 20 de dezembro de 1679. Ao titulo d'uma tença chamava se *padrão* e estes documentos registavam se nos livros das chancellarias reaes juntamente com os officios e mercês. Nas chronicas encontram-se referencias a tenças Pódem indicar-se: «Chronica de D. João II» por Garcia de Rezende, cap. 83; «Chronica de D. Manuel» por Damião de Goes, p. I, cap 2?. «Ineditos da Historia Portugueza», vol. III, pag. 248. A privação de *tença* era uma penalidade reservada ao soberano, como se vê da *Ordenação Affonsina*, livro 2, titulo 60 § 20: «E porque as outras penas de morte, desterros, o privação dos bens, tenças e contias havemos por mui graves nos casos, em que taes penas são postas em esta Lei, fique a nós guardado para lhe darmos aquellas penas, que nos bem parecer, e que se requer á grandeza, e graveza dos erros que fizerem.» V. *Divida Publica*.

Tenchoada. Pov. na freg. de Santa Cruz do Douro, conc. de Baião, distr. do Porto.

Tenda. Antigamente era toda a officina, loja ou estabelecimento, d'uma arte, industria, officio, etc., inclusivé o de ourives.

Tenda. Ilha das Flôres, Açôres; pov. na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Fajãzinha, conc. de Lagens das Flôres, distr. de Horta. || Pov do conc. do Cacongo, no distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado da cataracta do Quirulo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. da 3.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tenda Grande. Roça da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. || Pov. do conc. de Dombe Grande, no sobado de Dombe e Luacho, distr. de Benguella, prov. de Angola, Africa Occiden-

tal. Porto de mar, onde está situado o pharol

Tenda Pequena. Pov. do conc. de Dombo Grande, no sobado do Dombe e Luacho, distr. de Benguella, prov. de Angola, Africa Occidental.

Tenda Riachico Pov. do conc. de Zenza de Golungo, com. de Loanda, Africa Occidental.

Tendaes. Pov. e freg. de Santa Christina, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Sinfães, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 557 fog. e 2:23· hab. Tem escolas d'ambos os sexos.

Tendalla Naboangongo. Pov. da Africa Occidental, no caminho d'Ambriz para Encoge, no distr. de Loanda.

Tendapóco Pov. do sobado do Matano, na div e conc do Humbe, distr. de Mossamedes, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tende. Pov. do sobado N'Gonga N'Golla, na 2.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tendeira Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santo Antão, de Caniço, conc. de Santa Cruz.

Tendequelle. Pov. do conc. de Cabinda, na delegação do Chiavala, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Tenedo. Pov. na freg. de Santo Adrião, de Macieira de Rates, conc. de Barcellos.

Tenencia. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Odeleite, conc. Castro Marim, distr. Faro

Tenentes Figuras d'homens, d'animaes, de objectos inanimados ou de seres chimericos, postos ao lado do escudo nos brazões d'armas, e que parecem segurar o escudo. Em rigor heraldico chamam se *tenentes* as figuras humanas, ou as dos seres chimericos com rosto humano, reservando o nome de *supportes* ás figuras de animaes ou de animaes chimericos, e o de *sustentaculos* aos vegetaes e objectos inanimados. Os brazões ecclesiasticos e os de mulheres não pódem ter tenentes nem supportes.

Tenga. Pov. do sobado de Tanda, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola.

Tenões. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 136 fog e 551 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., e bons hoteis Nos limites d'esta freg. fica o sumptuoso santuario do Bom Jesus do Monte (*V. Braga*). E' fertil em generos agricolas. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com séde em Braga

Tenpanga. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. d'Angola.

Tenreiro *(Antonio)* Militar nos estados da India, que viveu no seculo XVI. Era natural de Coimbra, sendo filho de familia nobre. Vestiu o habito de cavalleiro professo da ordem de Christo, e passando á India deu taes provas de intelligencia e valor que em 1523 foi mandado, como embaixador, ao xá da Persia. N'essa viagem adquiriu largo conhecimento das linguas persa e turca, e dos costumes dos paizes que atravessou Voltando a Ormuz foi incumbido de seguir, por terra, para Lisboa, afim de avisar D. João III de que D. Nuno da Cunha estava em Melinde, e de que o sultão do Egypto não mandava expedição alguma á India Acceitando o difficil encargo, partiu do Ormuz a 20 de setembro de 1528, chegando a Lisboa em maio de 1529 depois de ter atravessado o deserto e de chegar a Alepo d'onde seguiu para Tripoli, Chypre e Italia. De essa viagem escreveu o seguinte: *Itinerario de Antonio Tenreiro, cavalleiro da ordem de Christo, em que se contém como da India veiu por terra a estes reinos de Portugal*, Coimbra, 1560. Saiu em segunda ed. com o titulo de *Itinerario de Antonio Tenreiro, que da India veiu por terra a este reino de Portugal. Em que contém a viagem e jornada que fez no dito caminho e outras muitas terras e cidades, onde esteve antes de fazer esta jornada, e os trabalhos que em esta peregrinação; passou* Coimbra, 1565.

Tentugal *(Condes de)*. Este titulo anda junto aos de marquezes de Ferreira e duques do Cadaval. V. *estes titulos*.

Tentugal. Villa e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. do Douro, conc. e com. de Montemór o Velho, distr. e bisp de Coimbra; 500 fog. e 1:915 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post e pharmacias. Está situada n'uma aprazivel planicie, entre duas ribeiras affluentes da ribeira de Portunhos, a 5 k. da margem esquerda do rio Mondego, a pouco mais de 11 k. da séde do conc. A pov. é antiquissima, e tem annexa a freg. da Povoa de Santa Christina, tambem muito antiga A rainha D. Thereza, viuva do conde D. Henrique, lhe deu foral, sem data, pelos annos de 1121. El-rei D. Manuel I lho deu foral novo, em Lisboa, a 20 de dezembro de 1515. Segundo o P. Carvalho da Costa, a villa de Tentugal foi fundada pelo conde D. Sisnando, em 1080, o qual construiu aqui um castello, de que já não ha vestigios. O citado escriptor tambem diz que em 1108 o mesmo conde ampliou o castello, e deu o primeiro foral á villa com grandes privilegios, o que não combina com o que se encontra no *Livro preto da cathedral de Coimbra* ácêrca do foral acima citado, a não ser que a sua viuva, regento na menoridade de seu filho D. Affonso Henriques, lho désse outro foral 15 ou 16 annos depois. Consultando-se alguns documentos, entre elles o *Livro dos Testamentos, do mosteiro de Lorvão*, se vê que Tentugal já existia no anno de 980, e que em 1020 era senhor da povoação o mosárabe David, pae do conde D. Sisnando Por aqui se vê que a sua fundação tem muito mais antiguidade da que o P. Carvalho da Costa indica. Havendo D. Aymerico, bispo de Coimbra, confirmado ao mosteiro de Ceiça a doação que o rei D. Diniz lhe havia feito da egreja de Tentugal, em agosto de 1288, dividiu os dizimos d'esta villa em 3 partes: uma para a mitra na fórma do costume; outra para o mosteiro do Ceiça, que era muito pobre; e a 3.ª para o reitor, com a obrigação de reparar a egreja, manter a hospitalidade que mandam os sagrados Canones, e do pagar a costumada procuração ao bispo, em cada anno, etc. D. Aymerico instituiu então em Tentugal um *vigario perpetuo*, logo que fallecesse o reitor que então existia. N'esta villa, até 1825, houve ouvidor e corregedor, que tinha jurisdicção em 7 villas; e teve juiz de fóra até 1834. Desde então ficou sendo apenas cabeça d'um concelho, que se supprimiu em 1853. A egreja matriz foi mandada construir em 1430 pelo infante D. Pedro, que foi regente do reino. O infante gostava muito de residir em Tentugal, por ser uma terra de clima agradavel e saudavel. A villa é abundante de todos os generos agricolas; cria muito gado do

toda a qualidade, que exporta. No termo de Tentugal nascem 3 ribeiros, que trazem a sua origem dos *Casaes de Vera Cruz*, da *Fonte Velha*, e dos *Casaes de Murraçam*, e todos vão desaguar na chamada *Valla Real dos Fornos*, a qual, formada dos ribeiros do *Botão*, das *Eiras* e do *Engote*, se juntam, á *ponte d'Albarraque*, e correndo cingida com os montes da margem direita do Mondego até á Ladroeira, vae recebendo no seu curso todas as aguas que descem d'esses montes. Tentugal pertence á 5.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria.

Terça. Ilha da Madeira, distr. do Funchal; povoações nas freguezias: N. S.ª do Livramento, do Achadas da Cruz, conc. de Porto Moniz; O Salvador e conc. de Santa Cruz; N. S.ª da Conceição e conc. de Machico; S. Roque, conc. do Funchal; Santissima Trindade, de Tabúa, conc. do Ponta do Sol. ‖ Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Freixo de Cima, conc. de Amarante, distr. do Porto. ‖ O Salvador, de Real, do mesmo conc. e distr. ‖ Santo Aleixo, de Unhaes da Serra, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Terças. Povoações nas freguezias: S Thiago, de Canedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. ‖ S. Mamede, de Deo Christe, conc. e distr. de Vianna do Castello. ‖ Santa Eulalia, de Macieira de Sarnes, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. do Aveiro ‖ S. Romão, de Nogueira, conc. do Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. ‖ Santa Maria, de Sandim, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Terceira (*Antonio José de Sousa Manuel de Menezes Severim de Noronha, 7.º conde e 1.º marquez de Villa Flôr, e 1.º duque da*). Moço fidalgo da rainha D. Maria I, gentil homem da camara de el-rei D. João VI, copeiro-mór, estribeiro-mór, par do reino, conselheiro de Estado, ministro de Estado e ministro plenipotenciario, marechal do exercito, governador da Torre de S. Vicente de Belem, presidente do Supremo Conselho de Justiça Militar, ajudante de campo de D. Pedro V, etc. N. em Lisboa a 18 de março de 1792, onde tambem fal. a 26 de abril de 1860. Era filho primogenito do 6.º conde de Villa Flôr e da condessa D. Maria José de Mendoça. Tinha apenas dois annos de edade quando falleceu seu pae, em 1795, e, succedendo lhe no titulo de conde de Villa Flôr e no cargo de copeiro mór, herdou assim as commendas de Santa Maria de Pereira, de S. Pedro de Calvello, de S. Thiago de Cassourado, de S. Vicente de Figueira e de S. Gens de Arganil, e varias tenças, sendo uma de 500$000 reis e outra de 200$000 no almoxarifado do pescado de Lisboa. Herdou egualmente o padroado do convento dos Capuchos de N. S.ª dos Anjos, do logar de Sobral de Alverca, da capella de N. S.ª do Populo na cêrca do convento da Boa Viagem, da ermida de N. S.ª da Conceição do Portal na villa da Alhandra e a administração de varios morgados, que comprehendiam duas quintas em Alverca, a leziria da côrte da villa do casal do Borges no termo de Azambuja, a herdade da Aravia em Aviz, as casas de S. João da Praça e o morgado de Braço de Prata. Em 1797, contando apenas 4 annos, recebeu o grau de commendador da ordem de Christo, e protessou como freire d'essa ordem, no convento de N. S.ª da Luz a 25 de julho de 1804. Dois annos antes sentára praça no regimento de cavallaria n.º 4, a 10 de fevereiro de 1802, sendo logo reconhecido cadete e a 24 de junho de 1807 promovido a alferes. Apezar de ser ainda muito novo, pois, n'essa occasião, contava apenas 14 annos, não quiz por fórma nenhuma acceitar o dominio francez, aconselhado provavelmente por sua mãe, e levado tambem dos brios naturaes, exaltados ainda pelo pensamento de que era representante de D. Sancho Manuel, conde de Villa Flôr, o brilhante defensor d'Elvas e o vencedor do Ameixial, cujo nome representava a resistencia heroica ao estrangeiro. O moço alferes, que tinha de o usar, não podia de modo algum acceitar ordens do estrangeiro. Pediu por conseguinte logo a sua demissão, que lhe foi expedida por um aviso do marquez de Alorna, de 1808. Apenas os francezes fôram expulsos do paiz, o conde de Villa Flôr pediu e obteve, que lhe fôsse concedido voltar ao exercito com o posto que tinha anteriormente, e foi promovido a tenente em 6 de dezembro de 1809, e a capitão da 5.ª companhia do regimento de cavallaria em que sentára praça, a 23 de janeiro de 1811. Passou depois a servir como ajudante d'ordens do general conde de Souzel, e em seguida tambem ás ordens do marechal Beresford, commandante do exercito portuguez, cargo que principiou a exercer a 26 de março de 1813. Foi então promovido a major, e tendo-se distinguido muito n'essa campanha, e sobretudo na batalha da Vitoria, teve a honra de ser encarregado de trazer a Lisboa a noticia da victoria, e de ser recommendado vivamente, pelo proprio duque de Wellington, ao principe regente na carta que dava a noticia do triumpho. Acolhido com enthusiasmo em Lisboa, foi immediatamente promovido a tenente-coronel, e pelos fins da campanha a coronel. Em dezembro de 1815 recebeu o grau de cavalleiro da Torre e Espada pelo valor com que se portára durante as campanhas da Guerra Peninsular. Coronel aos 22 annos, distincto pela sua intrepidez, partiu para o Brazil com as tropas que iam suffocar a insurreição do Pernambuco. Terminada esta breve campanha, o conde de Villa Flôr foi nomeado governador e capitão general do Pará, logar que exerceu até ao anno de 1820, em que foi nomeado para cargo egual na Bahia, mas que não chegou a exercer, regressando em 1821 ao reino com D. João VI, de quem era gentil-homem da camara. Já a esse tempo tinha o posto de brigadeiro, e não tardou a ser despachado marechal de campo e ajudante d'ordens de D. Miguel, quando este infante recebeu o commando em chefe do exercito. Como outros liberaes, o conde de Villa Flôr estreou se na vida politica, contribuindo para que se restabelecessem em Portugal os direitos inauferiveis do absolutismo, sendo tambem um dos condecorados com a medalha da Poeira. Em 1823 o conde de Villa Flôr foi encarregado de ir a Hespanha, em missão diplomatica para cumprimentar o duque de Angouleme, que viera com um exercito francez restabelecer em Hespanha o governo absolutista de Fernando VII. Não só se absteve, em 1824 de tomar parte na *Abrilada*, mas D. Miguel o mandou preso para Peniche. Promulgada a Carta Constitucional em 1826 no Brazil, foi o conde de Villa Flôr nomeado par do reino por carta régia de 30 de abril d'esse anno. Nomeado logo em seguida governador das

armas da provincia do Alemtejo, não tardou a vêr se obrigado a reprimir algumas insurreições militares que se levantaram no Alemtejo a favor do absolutismo. A guarnição do Algarve agitava-se tambem no mesmo sentido. Saldanha, que era então ministro da guerra, correu a pôr se á frente das forças constitucionaes, e finalmente debellou a insurreição algarvia. Tornou logo ao seu posto de ministro, mas, antes de partir, confiou o commando do exercito de operações no Alemtejo ao conde de Villa Flôr, que se mostrou digno d'essa confiança, porque destroçou as forças de Magessi, obrigou-as a entrar em Hespanha, e passou então o Tejo para se ligar com Azevedo que manobrava na Beira, e com o brigadeiro Claudino que descia tambem de Traz-os Montes com uma pequena divisão. Reunidos os tres generaes na Beira, acharam se em frente d'um exercito bastante numeroso, porque, graças á cumplicidade do governo hespanhol, as tropas batidas que se refugiaram em Hespanha, em vez de serem internadas, eram deixadas com armas na fronteira, de fórma que reappareciam n'outro ponto depois de terem sido expulsas do reino. O conde de Villa Flôr bateu os absolutistas em Coruche e marchou para o norte, onde encontrou de novo os mesmos inimigos que batera, e que lhe tornavam a apparecer na fronteira do Minho, infligindo alguns desaires bastante sérios ás tropas liberaes. O conde de Villa Flôr, porém, reuniu-se com o marquez de Angeja, e ambos derrotaram successivamente o marquez de Chaves na ponte do Prado e na Ponte da Barca, obrigando-o a refugiar-se na Galliza. Mas apezar d'essas victorias que fôram recompensadas com o titulo de marquez de Villa Flôr, a causa constitucional estava condemnada. Conspirava-se contra ella no seio do governo, e o homem encarregado de a radicar no paiz, o infante D. Miguel, era exactamente quem premeditava destruil a O novo marquez de Villa Flôr, continuou, porém, a usar do titulo de conde, porque só seis annos depois em 14 de janeiro de 1833 á que tirou carta d'essa mercê. Nomeado governador das armas do Porto, exerceu esse cargo desde agosto de 1827 até fevereiro de 1828, quer dizer, até á chegada de D. Miguel a Portugal. Na verdade, a primeira cousa que elle fez foi demittir os governadores das armas em quem não tinha confiança, e Villa Flôr, seu antigo ajudante de campo de 1823, perdera-a completamente desde que se mostrára soldado fiel da Liberdade. Substituido pelo general Franco de Castro, Villa Flôr ficou esperando os acontecimentos, mas quando viu o caminho que as cousas tomavam, entendeu que o melhor era emigrar. Saiu em maio de Portugal, e retirou se para Inglaterra, onde se pôz á disposição do marquez de Palmella, logo que ali constou que as tropas do Porto e de Aveiro se haviam insurgido, e tinham proclamado o restabelecimento da Carta Constitucional. Retrocedamos um pouco, e observaremos os factos da vida particular do conde de Villa Flôr, que explicam um pouco o papel que elle representou n'uma scena tristemente celebre da nossa historia. Casára o illustre fidalgo, aos 18 annos de edade, em 5 de agosto de 1811, com sua prima D. Maria José do Livramento e Mello, filha dos 1.os marquezes de Sabugosa, de quem teve um filho que morreu tendo apenas um anno. A condessa acompanhou seu marido ao Brazil, mas o clima do Pará foi lhe fatal, e fal. aos 25 annos em 20 de julho de 1818. Tres annos depois, achando-se Villa Flôr no Rio de Janeiro para acompanhar para a Europa el rei D. João VI, casou pela segunda vez, em 23 d'abril de 1821, com outra sua prima, D. Maria Anna Luiza Filomena de Mendóça, filha dos 1.os marquezes de Loulé, camareira-mór da rainha, dama da ordem de Santa Izabel e da de Maria Luiza de Hespanha. A nova condessa tinha apenas 13 annos, veiu com seu marido para a Europa, e emigrou tambem em 1828, com elle, e quando o conde se promptificou a ir pôr a sua espada ao serviço da causa liberal, tambem ella o quiz acompanhar. O conde consentiu, imaginando que os passageiros do *Belfast* iam fazer simplesmente um passeio triumphal, e tomar posse rapidamente do Porto e do paiz. Quando chegaram ao Porto, viram a necessidade de combater, e de combater deveras. O conde de Villa Flôr, que tinha já uma reputação incontestavel de bravura, não hesitou um momento, mas com elle partira tambem Saldanha, já então com o titulo de conde, e tendo já conquistado em Montevideu grande reputação militar, era quem estava naturalmente indicado para tomar o commando das tropas; mas o conde de Villa Flôr tinha egual posto Além d'isso havia entre elles uma certa rivalidade; nenhum quereria servir debaixo das ordens do outro. Recorreu se então ao subterfugio de se dar o commando nominal das tropas ao marquez de Palmella, que nada entendia de cousas militares, e que nunca desembainhára a espada. Deu-se a Villa Flôr o commando d'uma das divisões do exercito, a Saldanha o commando da outra, e assim se prepararam para resistir ao inimigo. Mas logo que tomaram conta dos commandos, entenderam que a resistencia era impossivel, e reunidos os generaes em conselho de guerra, com a junta do governo do Porto, deliberaram abandonar a cidade, deixando ficar o exercito debaixo do commando unico de Saldanha, e retirando se todos os outros para Inglaterra no *Belfast*. Um dos que fugiram assim foi Villa Flôr. Verdadeiramente não se póde accusar o illustre general: em primeiro logar, não fez mais que obedecer a uma decisão collectiva; em segundo logar entendeu que faria um sacrificio inutil á causa que vinha defender, em ultimo logar, tinha comsigo sua mulher, uma juvenil senhora de 19 annos, que elle não podia assim arriscar ás contingencias d'uma lucta a todo o transo. Esta aventura do *Belfast*, comtudo, pesou sempre como um remorso na consciencia de todos os que d'ella participaram, e foi talvez por isso incitadora de acções heroicas. O conde de Villa Flôr, chegado a Inglaterra, só pensou em resgatar com algum acto de bravura a nodoa que pudesse ter estampado na sua reputação militar aquelle desaguisado *Belfast*. Não tardou a offerecer se lhe esse ensejo, porque na ilha Terceira mantinha se o regimen constitucional e a realeza de D. Maria II proclamada pelo batalhão de caçadores n.º 5, e Palmella, que era quem dirigia os negocios da emigração, tratava quanto possivel de favorecer esse movimento, e de oppôr uma séria resistencia ás tentativas que D. Miguel havia de fazer para submetter a ilha. Saldanha, que para lá partira commandando uma porção de emigrados, não pudera desembarcar, porque d'isso o impedira o cru-

zeiro inglez, Palmella nomeou Villa Flôr governador da ilha, deu-lhe por chefe de estado maior Bernardo de Sá Nogueira, e mandou o para os Açôres. Bernardo de Sá foi adeante e caiu prisioneiro dos inglezes. Villa Flôr, mais feliz, conseguiu atravessar o bloqueio e desembarcar na ilha Terceira com um grupo numeroso de emigrados, que viram mudar completamente a face dos negocios. Em primeiro logar, deante da autoridade e do prestigio do conde de Villa Flôr, cessaram todas as discordias que havia na ilha, e que impediam o regular funccionamento do governo; em segundo logar, os officiaes que chegaram com Villa Flôr, e elle mesmo, organisaram excellentemente a resistencia á importante expedição que D. Miguel dirigira contra a ilha, tomando por secretario militar o erudito Mousinho da Silveira, por chefe do estado maior em logar de Sá Nogueira, Silva Lopes, que foi depois barão de Monte Pedral, por sub chefes d'estes serviços Manuel José Mendes, depois barão do Candal, e Almeida Pimentel, depois conde de Campanhã, o conde de Villa Flôr cercou-se admiravelmente de magnificos auxiliares. A 11 de agosto de 1829 tentaram os miguelistas, commandados pelo coronel Lemos, o desembarque protegido pela formidavel esquadra, que Rosa Coelho commandava. Foi essa a primeira victoria ganha pelos liberaes, e o nome de Villa Flôr adquiriu por isso grande prestigio. Tendo sido nomeada uma regencia por D. Pedro para dirigir os negocios da causa liberal, regencia que devia de assentar a sua séde em Angra, fôram nomeados para seus membros o marquez de Palmella, o conde de Villa Flôr, e José Antonio Guerreiro. Demorou se comtudo o marquez de Palmella em estabelecer a regencia, e entretanto o conde de Villa Flôr luctava com immensos embaraços pecuniarios, tendo a causa quasi perdida por absoluta falta de dinheiro; valeu-lhe encontrar na ilha Terceira quem lhe descontasse umas letras que elle sacára sobre o marquez de Palmella em Londres, e graças ás quaes pôde fazer face ás mais importantes despezas. A 16 de dezembro de 1829 chegava á ilha Terceira a condessa de Villa Flôr, que não queria nunca desamparar seu marido, e definitivamente se assentou o dominio constitucional na Terceira, conservando-se a ilha durante todo o anno de 1830 firme na sua deliberação, mas sem que a regencia tomasse a iniciativa d'uma qualquer expedição. Em abril de 1831 resolveu-se emfim a regencia a assenhorear se das outras ilhas dos Açôres, e preparou uma expedição, que partiu para a conquista do Pico, S. Jorge, Graciosa e Fayal no dia 7 de abril, debaixo do commando do proprio Villa Flôr, sendo encarregado do commando das tropas de desembarque o major José Joaquim Pacheco, depois conhecido pelo nome de coronel Pacheco. Foi o conde de Villa Flôr que desejou tomar em pessoa o commando dos tropas. Encaminhou-se para a ilha do Pico, que occupou sem resistencia, tomando depois a de S. Jorge após de brevissimo combate. Preparava-se para a ilha do Fayal, quando appareceu uma corveta miguelista e Villa Flôr julgou indispensavel um reforço á expedição que elle proprio foi buscar á Terceira, apparecendo de subito na ilha, d'onde tornou logo em seguida a ir juntar-se ás tropas expedicionarias com umas cento e tanto bayonetas. Fayal foi occupada tambem pelos liberaes, e logo em seguida a Graciosa, Côrvo e Flôres reconheceram o governo liberal, de modo que ficaram unicamente no poder dos miguelistas as ilhas de S. Miguel e de Santa Maria. Por esse tempo passou pelo Fayal, de caminho para a Europa, o imperador D. Pedro que abdicára a corôa brazileira, e no Fayal deixou uma carta para Villa Flôr em quo lhe dizia, que vinha á Europa combater como simples particular pela causa de sua filha. Esta noticia encheu de jubilo os defensores da Terceira, e incitou os a tentarem empresa mais importante, como foi a de irem tomar a ilha de S Miguel, o que conseguiram, commandados ainda por Villa Flôr, depois de ganha a difficil batalha da Ladeira a-Velha. Estavam assim os Açôres completamente sujeitos á autoridade dos representantes de D. Maria II, e pouco

Duque da Terceira

tempo depois appareceu no archipelago a expedição vinda de Belle-Isle, debaixo do commando de D. Pedro. Tratou logo o imperador de organisar uma expedição para o continente portuguez, e dando o commando da esquadra ao almirante Sartorius, entregou a Villa Flôr o commando do exercito de terra. Foi depois debaixo das ordens de Villa Flôr que desembarcaram no Miudello em junho de 1832 os famigerados 7:500 bravos. Occuparam o Porto abandonado pelos miguelistas. Não tardou, porém que viesse um desanimo profundo invadir o exercito constitucional. Contavam com deserções numerosas no exercito miguelista; o combate de Penafiel e a batalha de Ponte de Ferreira, apezar de serem victoriosas para os liberaes, mostraram comtudo que, só a trôco d'uma lucta muito séria, se poderia alcançar o triumpho constitucional. A estes combates

seguiu se a derrota de Souto Redondo, que teve completamente arruinada a causa liberal, mas os generaes miguelistas não souberam aproveitar essa victoria, e as tropas constitucionaes continuaram a manter se no Porto Ensinados por es se revez, começaram mesmo a limitar-se á defensiva, e d'isso tiraram excellentes resultados. As derrotas dos miguelistas nos combates de 8, 9, 10, 16 e de 19 de setembro recompensaram o novo plano do chefe constitucional. A 14 e a 24 de outubro repetiram-so os ataques miguelistas, que fôram egualmonto repellidos. Lavravam, comtudo, no Porto graves dissensões quo desappareciam deante do inimigo, mas em todo o caso prejudicavam gravemente a acção do commando. D. Pedro quiz então vêr se essas dissensões desappareciam, tomando elle proprio o commando do exercito, e effectivamente o assumiu a 6 de novembro de 1832, elevando dois dias depois, a 8 de novembro, o conde de Villa Flôr a duque da Terceira. O intrepido general, com a singeleza quo sempre o caracterisou, resignou o commando om chefe, e passou a exercer as funcções que lhe confiaram sem uma queixa o sem um murmurio, servindo com o mesmo zelo, tanto debaixo das ordens de D. Pedro, como do general Solignac, que fôra contratado em França para vir commandar em chefe. Pois Solignac ia perdendo com os seus erros crassos a causa cuja defeza lhe fôra confiada. Felizmente, veiu Saldanha que indicou os meios razoaveis para se sustentar a defeza. Saldanha commandava na direita da linha, Terceira na esquerda. Quando os miguelistas atacaram este lado da linha no dia 24 de março de 1833, fôram repellidos por Terceira no combate das Antas. Mas o cêrco apezar d'isso não se levantara e era necessario transportar a guerra para outro ponto, senão nada se fazia. Depois de varias hesitações propôz-se uma expedição ao Algarve, sendo escolhido para seu commandante o duque da Terceira. Confiou-se-lhe uma pequena divisão de 1:500 homens, que foi embarcada na esquadra de Napier. A expedição saiu do Porto a 21 de junho de 1833, e a 24 desembarcava o duque no Algarve, n'uma pequena praia que fica entre Cacella e Monte Gordo. Sem perder tempo, o duque marchou sobre Olhão e tomou logo em seguida S. Bartholomeu de Messines, emquanto Napier se asseuhoreava de Tavira, e ia depois aprisionar na batalha do Cabo de S. Vicento a esquadra miguelista que saira de Lisboa. Planeava então o duque da Terceira, que tinha por chefe de estado maior um official habilissimo, José Jorge Loureiro, marchar sobre Beja, mas a noticia da victoria do Cabo de S. Vicento fez com que elle fôsse a toda a pressa a Lagos conferenciar com o almirante, e de commum aceordo so resolveu quo se marchasse sobro Lisboa. O erro que Terceira não commetteu, commetteu o Mollelos, o general miguelista quo tinha por missão principal cobrir Lisboa. O duque da Terceira não quizera, como primeiro tencionara, ir alentar a insurreição militar do Beja, porque entendeu que o principal fim da sua missão era tomar Lisboa Mollelos não percebeu que tinha muito mais que fazer do quo ir subjugar a insurreição constitucional de Beja, e partiu para esta cidade. O erro era tão crasso que logo so attribuiu esse procedimento a traição, mas a verdade tambom é que a marcha audaciosa do duque da Terceira era um pouco imprevista, que Mollelos suppôz naturalmente quo Terceira marcharia sobre Lisboa pelo caminho onde pudesse contar com a adhesão dos povos, e que não deixaria por conseguinte de procurar Beja insurgida a seu favor para a tomar como base de operações. Como se sabe, fôra essa effectivamente a primeira intenção do duque, mas a victoria do Cabo de S. Vicente alterou lhe completamente o seu plano, e Mollelos não soube seguir de perto e espiar com attenção os movimentos do inimigo. Emquanto Mollelos corria a Beja, marchava o duque da Terceira a 13 de julho de S. Bartholomeu de Messines para S. Marcos da Serra, a 14 saia dos limites do Algarve e entrava no Alemtejo, chegava em 15 a Gravão onde descançava no dia 16 para esperar a artilharia, a 17 a Messejana. Entrava no dia 18 nos Bairros, atravessava o Sado no dia 19 indo pernoitar a Valle de Ferreira, e emfim no dia 20 tomava de surpreza Alcacer do Sal, e ia no dia 21 acampar deante de Setubal, que tomava no dia 22 de accordo com Napier, marchando logo em seguida sobre Azeitão e de Azeitão sobre Cacilhas encontrando n'esse mesmo dia no Valle da Piedade a cavallaria miguelista, e alguma infantaria do exercito de reserva commandado por Telles Jordão, que foi completamente batido, caindo prisioneiras n'esse dia quasi toda a cavallaria e infantaria que entrára no combate, e no dia seguinte o resto das tropas que occupavam Almada e se renderam sem disparar um tiro. N'essa noite, tomados de subito panico, o duque de Cadaval e os ministros de D. Miguel abandonaram Lisboa com toda a guarnição, acolhendo immediatamento a cidade com enthusiasmo louco o duque da Terceira e a sua pequena mas heroica divisão que atravessavam o Tejo, surprehendidos tambem pela noticia inesperada, e eram recebidos como libertadores, em 24 de julho Dois dias depois chegava Napier com a esquadra que vinha bloquear Lisboa e que já não tinha esse trabalho; no dia 28 chegava o imperador D. Pedro, que deixára o governo do Porto entregue ao general Saldanha, e tratava se immediatamente de se pôr a capital em estado de defeza contra o provavel regresso das forças miguelistas. Saldanha, conscio da necessidade de concentrar as operações em Lisboa, atacava as linhas miguelistas, obrigava as tropas que Bourmont deixara na sua frente a levantar o cêrco e partia para Lisboa. Não tardou Bourmont a atacar a capital. Terceira já elevado ao posto de marechal do exercito, commandava as linhas, Saldanha era o chefe de estado maior do imperador, quer dizer, o verdadeiro commandante. No dia 5 de setembro foi o primeiro ataque ás linhas, recebendo o duque da Terceira n'esse dia uma contusão d'uma bala, no dia 14 novo ataque, egualmente repellido, e depois do qual Bourmont apresentou a sua demissão de commandante em chefe do exercito miguelista, sendo substituido por Macdonell, quo foi tambem obrigado a 10 de outubro a levantar o cêrco e a retirar sobre Santarem, onde foi cercado pelos constitucionaes. As forças sitiantes constituiram dois exercitos commandados pelos dois marechaes Saldanha e Terceira. Emquanto Saldanha batia os miguelistas em Torres Novas e em Pernes, o duque da Terceira enviava sobre Vallada alguns esquadrões quo destroçavam as forças miguelistas. Emquanto Saldanha, depois de destroçar em Almoster o

exercito miguelista do general Lemos, apertava nas posições de Santarem as forças principaes de D. Miguel, Terceira era enviado ao Porto a tomar o commando das operações encetadas pelo general Torres contra a divisão miguelista Cardoso, que dominava ainda o Minho e Traz-os Montes. A 12 de abril de 1834 o duque batia Cardoso em Amarante, no dia 13 occupava Villa Real, no dia 14 Murça, Villa Flôr em 15, e em 16 Moncorvo, onde batia de novo o general Cardoso. Depois desceu para a Beira, entrou em Lamego no dia 22, bateu os miguelistas na Ponte Pedrinha no dia 30, e entrou em Vizeu a 2 de maio. D. Miguel commettia então o erro supremo de dar asylo ao infante D. Carlos, sublevado contra Fernando VII, perdendo assim as sympathias do unico paiz europeu que se estava mostrando ainda affecto á sua causa. D'ahi resultou que o general Rodil, autorisado por D Pedro, entrou em Portugal, não para intervir contra as forças de D. Miguel, mas para perseguir as tropas que este deixára que D. Carlos organisasse em Portugal. Combinou entretanto as suas operações com o duque da Terceira e Napier. O duque no dia 8 de maio entrava em Coimbra e marchava depois sobre Thomar, Napier no mesmo dia tomava a Figueira, Rodil marchava sobre Abrantes. A 16 de maio de 1834 encontrava o duque o exercito miguelista do general Guedes na Asseiceira, batia-o completamente. Esta batalha memoravel foi a ultima d'esta cruenta guerra. Quebrou effectivamente as ultimas esperanças de D. Miguel, que abandonou Santarem com o seu exercito retirando se sobre Elvas. Terceira e Saldanha combinaram então as suas operações de modo que o cortassem, marchando o duque da Terceira sobre Beja por Montemór-o-Novo, Saldanha sobre Evora por Extremoz. Completamente envolvido em Evora, o exercito de D. Miguel teve de se render, depondo as armas e assignando o general Lemos, que então o commandava, a convenção de Evora Monte. Estava terminada a grande lucta da liberdade, e ia começar o angustioso periodo do novo noviciado constitucional. A 24 de setembro de 1834 morria D. Pedro IV, a rainha D. Maria II assumia directamente o governo do reino, e nomeava desde logo um ministerio presidido pelo duque de Palmella, ministro dos negocios estrangeiros, e em que entrava o duque da Terceira como ministro da guerra. Esse ministerio encontrou violenta opposição na camara, principalmente por causa da administração financeira de José da Silva Carvalho, que accusavam de entregar todos os empregos a creaturas exclusivamente suas, de fórma que o governo obteve por isso o pouco honroso cognome de *devorista*. Obteve, comtudo, o applauso unanime do paiz liberal quando resolveu não continuar a pagar a D. Miguel a pensão que lhe fôra arbitrada pela convenção de Evora Monte, logo que elle, assim que chegou a territorio estrangeiro, protestou contra a renuncia que fizera de quaesquer direitos que suppuzesse ter ao throno, declarando que fizera coacto essa renuncia. Não fôram, porém, mais felizes os ministros que lhe succederam. O duque da Terceira passára a exercer o commando em chefe do exercito e concorreu indirectamente para a quéda do ministerio immediato, por causa d'uma circular que expediu ácêrca do papel que competia aos officiaes nas eleições o que fez com que os officiaes descontentes fizessem uma representação á rainha, pedindo a demissão do ministerio. Succedeu lhe um gabinete presidido por José Jorge Loureiro, que luctou ainda com maiores difficuldades, porque teve a grave questão do commando em chefe do exercito conferido a el rei D. Fernando, commando que fôra estipulado no contrato de casamento, e que o governo não teve, comtudo, força para lhe conferir abertamente, fazendo a nomeação em segredo. Afinal a prorogação do ominoso tratado de commercio de 1810 com a Inglaterra completou o descredito do governo, que caiu, sendo chamado o duque da Terceira a organisar ministerio, que effectivamente formou a 19 de abril de 1836, ficando elle com a presidencia e a pasta da guerra, e entrando para as outras pastas Agostinho José Freire, Gonçalves de Miranda, conde de Villa Real e Joaquim Antonio d'Aguiar. Esse ministerio foi energico, mas o partido avançado ganhára já no paiz bastante preponderancia e não era facil impedir a marcha rapida dos acontecimentos. O ministerio dissolveu o club dos Camillos, dissolveu as côrtes extraordinarias reunidas em maio; a dissolução das côrtes foi mal acolhida pelo publico, o incendio do Erario Regio fez com que se dissesse abertamente que o governo recorrera a esse meio para occultar as suas dissipações. Debalde o ministerio tentou recuperar o prestigio, fazendo com que el-rei D. Fernando fôsse viajar ás provincias do norte, onde foi acolhido effectivamente com a maior sympathia; mas essa viagem passou completamente desperccbida no meio da agitação do paiz. As eleições deram tambem resultado favoravel ao ministerio, mas não lhe deram força. A revolução da Granja em Hespanha, revolução em que o sargento Garcia deu leis á rainha, tambem incitou ainda mais os avançados portuguezes pelo triumpho que obtinham egualmente em Hespanha os avançados hespanhoes. O governo, receoso de qualquer agitação, apezar de ter convocado as côrtes para agosto, adiou as para setembro. A 9 d'este mez chegavam a Lisboa os deputados do Porto e eram acolhidos com uma ovação. No Porto e em Vizeu a opposição triumphára. A guarda nacional pegára em armas logo em seguida, a tropa de linha era enviada para a dissolver, mas unia-se á nacional, e assim se fez a revolução de Setembro, a que a rainha annuia demittindo o ministerio do duque da Terceira, e chamando ao poder os chefes do partido avançado Passos Manuel, Vieira de Castro e Sá da Bandeira. A revolução de Setembro encontrou no duque da Terceira um adversario intransigente. Elle, que nunca usou da sua espada e do seu prestigio para fazer pronunciamentos e ameaçar a ordem de causas existentes pronunciou se contra o governo da revolução, entrou com o seu collega marquez de Saldanha na revolta, que por esse facto ficou sendo conhecida pelo nome de *revolta dos marechaes*. A 27 de julho de 1837 pronunciou se pelo marechal Saldanha com uma pequena força de lanceiros, a 18 de agosto pronunciava se o duque da Terceira com um destacamento de infantaria n.º 7, e um e outro marchavam para Torres Vedras a unirem-se com Mousinho de Albuquerque. Ali formaram os tres uma regencia provisoria, e marcharam sobre Lisboa, mas o seu pronunciamento não foi

acolhido, como elles esperavam, pelo paiz. Não tiveram adherentes, e a sua aproximação não levantou a minima agitação em Lisboa. Retiraram então, sustentaram em Chão da Feira com o barão do Bomfim, commandante das tropas setembristas, um combate indeciso, e seguiram para o norte a unir se ao barão de Leiria e á divisão que vinha de Hespanha, mas d'esta divisão só uma brigada proclamou a Carta Constitucional, a outra, commandada pelo visconde das Antas, adheriu ao governo, e o barão de Leiria, tendo commettido a imprudencia de não esperar os marechaes, foi batido por Antas em Ruivães. D'ali resultou assignarem os marechaes o convenio, que pôz termo á guerra civil. Pouco depois, quando vieram as complicações da navegação do Douro, e que se receou uma guerra com a Hespanha, o duque da Terceira offereceu logo a sua espada ao governo, e foi encarregado do commando do exercito de observações do norte. Depois foi nomeado commandante da 1.ª divisão militar, mas já pelo ministerio que ia restaurar a Carta Constitucional. O ministerio setembrista, que ainda se organisou quando Costa Cabral foi ao Porto fazer a insurreição cartista, e que se ficou chamando o ministerio do Entrudo, quiz demittir o duque da Terceira do logar de commandante em chefe da divisão, mas a guarnição de Lisboa pronunciou-se contra esse facto, e o duque, em vez de ser demittido, foi chamado a 9 de fevereiro de 1842 a organisar ministerio em que entrou Costa Cabral assim que chegou a Lisboa Durante quatro annos conservou o duque da Terceira a presidencia nominal d'esse ministerio de que era alma Costa Cabral, e foi elle que teve de suffocar a revolta de Almeida, saindo emfim do ministerio a 20 de maio de 1846, quando rebentou no Minho a revolta conhecida pela *Maria da Fonte*. O novo ministerio apenas durou quatro mezes o meio. A rainha deu o golpe d'Estado a 6 de outubro, e chamou ao poder o marechal Saldanha. Julgou a rainha que era bastante enviar ao norte o duque da Terceira como seu logar tenente para suffocar a revolução que se receava. Terceira foi, mas a revolução rebentou do mesmo modo, e o energico José Passos não hesitou em prendel o no castello de S. João da Foz. Terminada a lucta, o duque da Terceira não voltou ao poder, mas em 1850 foi nomeado commandante da 1.ª divisão, logar que exerceu até 1855, apenas com a interrupção d'um anno, emquanto esteve ministro da guerra no gabinete que saiu no movimento de 1851. Em 1855 foi nomeado 1.º ajudante de campo d'el rei D. Pedro V, e em 1858 commissario encarregado de ir, como representante d'el rei, receber á Allemanha a rainha D. Estephania e trazel a para Portugal. Em 1859, tendo caido o ministerio do partido historico, foi chamado a organisar gabinete, recebendo a presidencia do ministerio em que se encontravam Casal Ribeiro e Antonio de Serpa O duque da Terceira teve como recompensa nacional uma dotação de cem contos de reis pagos em bens nacionaes. Falleceu quando estava exercendo o seu logar de presidente do conselho, e ministro da guerra, contando 68 annos de edade. Prestaram se-lhe as maiores honras. Foi sepultado no pantheon real de S. Vicente; a duqueza, sua viuva, que sempre o acompanhára em todos os transes da sua vida, que viera ter com elle a Lisboa assim quo soube da sua entrada na capital, que por essa occasião naufragou em Peniche, e esteve quasi caindo prisioneira dos miguelistas, recebeu uma pensão annual de 4:500$000 reis. O duque da Terceira era gran cruz das ordens da Torre e Espada, de S. Bento de Aviz, e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; e commendador da de Christo; condecorado com a medalha portugueza de Vitoria, Orthez e Toulouse; com a de 6 campanhas da Guerra Peninsular, o com a de Vitoria pela Hespanha. Fôra tambem agraciado com as seguintes ordens estrangeiras: gran-cruz de S. Fernando e de Carlos III, de Hespanha; de Ernesto Pio, de Saxonia Coburgo Gotta; de Leopoldo da Belgica, da Legião de Honra de França; do Leão e da Corôa de Carvalho, dos Paizes Baixos; do S. Leopoldo da Austria; da Aguia Vermelha da Prussia; de S. Januario das Duas Sicilias, de S. Mauricio o S. Lazaro da Sardenha, e de Alberto o Valoroso da Saxonia. O seu brazão d'armas consta d'um escudo esquartelado: no 1.º quartel as armas dos Sousas do Prado: escudo esquartelado: nos 1.º e 4.º quarteis as armas reaes de Portugal com um filete de negro sobreposto em banda; 2.º e 3.º, de prata, um leão rompendo um campo de púrpura, armado e lampassado do vermelho; no 2.º quartel as armas dos Manoeis: em campo de púrpura uma aza de aguia, de ouro, levantada com uma mão de homem, da sua côr, empunhando uma espada de prata, com guarnições de ouro; e assim os contrarios, tendo no centro do escudo o annel dos Menezes; timbre, o dos Sousas, que é o leão das armas. Annos depois levantou se no antigo largo do Caes do Sodré, hoje praça do *Duque da Terceira*, um monumento em memoria do illustre e intrepido general. A inauguração realisou-se solemnemente a 24 de julho de 1877. V. o artigo *Lisboa*, no *Portugal*, vol. IV, pag 382 e 383.

Terceira. Uma das 9 ilhas do archipelago dos Açôres, assim chamada por ter sido a terceira que os portuguezes descobriram. Está situada no Oceano Atlantico, orientada no rumo de ONO a EsE, a 125 k. da ilha de S. Miguel, a 50 da Graciosa, a 37 da de S. Jorge, e faz parte das ilhas que fórmam o grupo central do archipelago. E' a maior e a mais importante d'esse grupo, e uma das maiores e das mais ricas de todo o archipelago. Tem 31 k. de comprimento no sentido EO, 16 de largura e 500 k q. de superficie. Esta ilha, como quasi todas as outras dos Açôres, é geralmente bastante accidentada, encontrando-se a O as suas maiores elevações. Ha n'ella numerosos picos e crateras de vulcões extinctos, que bem attestam a sua constituição geologica D'esses picos, que são quasi uniformes, sem contornos variados, mas sobremaneira pittorescos, os mais notaveis são o de Santa Barbara, que tem 1:066 m. de altura, com uma caldeira cheia de matto e na qual ha varios lagos; o pico das Contendas e o Monte Brazil, consideravel cóne de tufo, com o ponto culminante dos bordos da cratera a 210 m. de altitude e o fundo da cratera a 42 m. acima do nivel do mar. Os unicos portos da ilha são a bahia da costa S, a O do Monte Brazil, na qual está edificada a cidade de Angra do Heroismo, capital da ilha, e a grande bahia com praia e fundo de areia na costa E, onde se vê a villa da Praia da Victoria O resto da costa é inacces-

sivel á navegação e inabordavel pela escarpa a pique que a orla em todo o seu desenvolvimento. As pontas mais notaveis são a das Contendas a SE, a da Malmerenda ao N da bahia da Praia, a dos Carneiros a NE, a ponta Negrito a SO e a Gorda a SO. Tem adjacentes os ilhéos das Cabras a E da cidade e o da Mina ao N. O clima é temperado e sadio, com o caracter peculiar a todo o archipelago de ser excessivamente humido. A ilha Terceira, assim como a Graciosa, é mesmo mais humida do que as outras ilhas, e principalmente do que a de S. Miguel e de Santa Maria. Assim como as outras ilhas do archipelago açoriano, a Terceira é de origem vulcanica, claramente demonstrada nos phenomenos geologicos por que tem passado, nas crateras dos seus vulcões extinctos, na constituição das rochas e nas sulfataras do interior da ilha. Pequenos paizes apresentarão em tão pequeno circuito, quanto a phenomenos geologicos, tantos vestigios de erupções posteriores á sua formação Esses vestigios vêem se nas crateras nas lavas da Feiteira e do Porto Martins, onde se encontram furnas subterraneas que os proprietarios aproveitam para adegas, e nas da freguezia dos Biscoutos, onde em abril de 1761 rebentou um vulcão, o unico de que ha noticia depois do descobrimento da ilha. Os tremores de terra tem n'a flagellado por vezes e destruido algumas das suas povoações. Os abalos subterraneos são tão frequentes que ha epocas em que parece que o solo está continuamente a tremer. Os terremotos de 1614, 1761 e 1841 destruiram a villa da Praia e outras povoações. Em junho de 1867, precedido 5 mezes de ligeiros terremotos e algumas horas antes d'um grande abalo, houve uma violenta erupção maritima a 5 k ao N da ilha. Parece que o cóne do vulcão não chegou á superficie, limitando-se o phenomeno á erupção de gazes e á projecção de pedras enormes e de grandes columnas de agua quente. Este phenomeno, devéras surprehendente, foi observado do perto pelo director das obras publicas do districto e por elle noticiado, sendo a descripção publicada na folha official. A actividade d'este vulcão submarino durou sómente desde 1 a 8 de junho, e procedendo se depois a sondagens no local da erupção, a sonda não alcançou fundo. A agua potavel não abunda na Terceira, mas encontram-se ali boas nascentes mineraes, como nas outras ilhas do archipelago. N'uma pequena depressão de terreno que ha no interior, existe uma sulfatara de cujas fendas sáem frequentemente vapores aquosos e de enxofre hydratado, e exhalações de acido carbonico que revelam a incessante acção vulcanica d'aquellas paragens. A ilha Terceira é uma das mais ferteis de todo o archipelago açoreano. Produz trigo, milho, cevada, centeio, legumes, feijão, favas, ervilhas, batatas, inhame, laranjas, limões, castanhas, nozes, vinho, aguardente, mel e cêra. A producção da laranja, que representou sempre, depois da decadencia da vinha, uma das maiores riquezas dos Açôres, e especial da ilha de S. Miguel, é tambem, como se sabe, importantissima na Terceira. A cultura dos cereaes, que tem um papel consideravel em todo o archipelago, embora decaisse muito, constitue tambem uma das maiores riquezas da ilha. A cultura dos legumes é egualmente importante, embora inferior á de outras ilhas de menor superficie do archipelago. O linho, que é um valioso elemento do riqueza dos Açôres, tambem é produzido na Terceira em consideravel quantidade. Esta ilha pertence ao districto administrativo e bispado de Angra do Heroismo, e está dividida em dois concelhos de Angra do Heroismo e da Praia da Victoria (*V. estes nomes*) Tem uma cidade, duas villas e 15 aldeias, sendo as povoações mais notaveis a cidade de Angra e a villa da Praia da Victoria. Não se sabe positivamente em que anno se descobriu a Terceira, sabe-se apenas que foi entre os annos de 1444 a 1450, depois das descobertas as ilhas de S. Miguel e de Santa Maria. Em 1450 o infante D. João a doou ao flamengo Jacome de Bruges para a começar a povoar, estabelecendo-se os primeiros colonos na villa de S. Sebastião, d'onde se estenderam depois para a parte onde está situada a villa da Praia, povoando se Angra mais tarde. A ilha teve desde logo tão grande importancia que com o seu nome so designavam todas as outras do archipelago. Essa importancia é ainda hoje considerada sob todos os pontos de vista, principalmente o militar, importancia que lhe provém da inaccessibilidade das suas costas, da formidavel posição do Monte Brazil occupado pelo castello de S. João Baptista, da sua situação central e dos seus recursos naturaes. Quando succumbiu a independencia portugueza, a ilha conservou-se fiel á causa de D. Antonio, prior do Crato, repelliu um desembarque de hespanhoes commandados por D. Pedro Valdez, o manteve-se tres annos fiel á causa que abraçára. Esteve ali algum tempo D Antonio, depois de ter perdido a batalha naval de Villa Franca. Quando rebentou a revolução de 1 de dezembro de 1640, a ilha Terceira proclamou com enthusiasmo D. João IV, mas o governador hespanhol D. Alvaro de Viveiros metteu-se na fortaleza de S. João Baptista, e só capitulou depois de largos mezes de tenaz resistencia. Para ali foi enviado D. Affonso VI, quando seu irmão D. Pedro o fez descer do throno, e tirando-o depois, por se suppôr que os hespanhoes tencionavam raptal-o. Em 1820 o governador Stockler protraiu ali por muito tempo a resistencia ao novo governo liberal. Em 1828 o major Quintino Dias, commandante do batalhão de caçadores n.º 5, que estava de guarnição na ilha, manteve o regimen da Carta Constitucional, recusou adherir ao golpe do Estado de D. Miguel, e collocou se debaixo das ordens do marquez de Palmella. Debalde o governo do D. Miguel procurou destruir esse ninho de resistencia. Os emigrados constitucionaes dirigiram-se para a ilha, e ainda que muitos fôram impedidos de entrar, pelo bloqueio inglez, muitos outros conseguiram introduzirem se na ilha, e entre elles o conde de Villa Flôr, nomeado governador, e que, collocando-se á frente da resistencia, repelliu um vivo ataque dos miguelistas, o manteve na ilha a bandeira liberal, até que conquistadas as outras ilhas do archipelago, e partindo depois a expedição dirigida por D. Pedro para as praias do Mindello, se pôz o ultimo e glorioso remate a essa epopeia de 4 annos, em que á Terceira coube uma parte activissima, occupando uma brilhante pagina na historia do paiz. Na ilha Terceira, n'uma das eminencias proximas da cidade de Angra do Heroismo, n'um sitio vulgarmente conhecido pela denominação de *Castello dos Moinhos*, ergueu se ha talvez 60

annos, um singelo monumento formado por um obelisco, a D. Pedro IV, que residiu alguns me zes no palacio do governo d'aquella cidade, onde tambem se celebraram as sessões da Regencia, presidida pelo duque do Palmella. A ideia patriotica de commemorar por esta fórma a estada nos Açôres do rei soldado foi, segundo consta, devida ao consolheiro José Silvestre Ribeiro, que ali exerceu, por espaço d'alguns annos, o importante cargo de chefe do districto.

Tercenas navaes. Não é facil assiguar rigorosamente o local das antigas tercenas. Os vestigios d'uma especie de marinha de guerra, ou pelo menos de navios do estado, remoutam á epoca da rainha D. Thereza, mãe de D. Affonso Henriques, e são bem palpaveis na epoca de D. Sancho I por occasião da conquista de Silves. Foi, porém, no reinado de D. Sancho II, quo tomou maior importancia. Oude eram, porém, os estabelecimentos em que se construiam esses navios, que, segundo nos diz a historia, figuraram na tomada de Silves e em outras empresas maritimas até 1223? Não o dizem os chronistas Sabe-se ao certo quo no reiuado de D. Sancho II já existia um arsenal de marinha em Lisboa, mas nada se conhece da sua organisação e recursos, de que decerto havia de dispôr para manter umas esquadras tão numerosas para aquelles tempos O local d'esse estabelecimeuto póde suppôr se que seria, pouco mais ou menos, pela Ribeira Velha, porque as casas da Judiaria levantavam-se junto ás *Taracenas*, termo com que antigamente se designavam os arsenaes, e sabe-se que a judiaria occupava o bairro d'Alfama fronteiro áquelle sitio. O local pouco mais ou meuos assignado ao Arsenal de Marinha em Lisboa era effectivamente em epoca antiga o grande centro commercial do Lisboa. A rua Nova d'El Rei, ou dos Ferros, ou dos Mercadores, era antiquissima, e já no tempo de el rei D. Fernando, como escreveu Duarte Nunes do Leão, era o centro da actividade commercial da cidade, então frequentada por estrangeiros de diversas nações, que mercadejavam com este sempre notavel porto. Por aquelle sitio fôra a Judiaria, ou bairro dos judeus, que no seculo XII so chamava *Villa Nova de Gibraltar*, e a synagoga foi convertida por el-rei D. Manuel em templo christão, de que ainda permanece uma maravilhosa amostra na porta da egreja da Conceição Velha. Mas a serie do cataclismos que assolaram Lisboa, concorreram para quo ella se apresente bem diversa do quo foi. Diversos terremotos auteriores ao de 1755, e por fim esta horrorosa catastrophe, originaram consideraveis ruinas na cidade. A 30 de janeiro do 1395 ardeu toda a parte da Rua Nova e a Confeitaria e o Vêr-o Peso quo ficavam á parte do mar, com perda de muitas fazendas e de muitas vidas, e quem sabe se por essa calamidade resultou a mudança do arsenal para o sitio onde existe hoje proximamente, e que se denominou por muito tempo a *Ribeira das Naus*. Pareco tambem certo que não havia só o arsenal em Lisboa El-rei D. Diniz creou estabelecimentos navaes nos portos principaes de Portugal, e ainda para occorrer-lhes com a materia prima principalmente, mandou em 1290 semear o grande pinhal de Leiria, chamando de Italia para o seu serviço o genovez Manuel Pessanha (ou Passanha), a quem nomeou almirante, creando assim este cargo por carta de lei de 1307, competindo lhe elevadas prerogativas, como consta da referida carta. Os descendentes do genovez lograram por muitos annos o titulo de almirantes, tendo o nos reinados de D. Fernando e de D. João I o celebre Lançaroto Pessanha, do quem procedem as familias d'este appellido em Portugal. El rei D. Fernando cuidou tambem em animar a marinha mercante, promulgando varias leis protectoras; foi n'este reinado que se cuidou mais a sério da nossa marinha de guerra, o que Portugal começou a ser mais alguma cousa como potencia maritima. Foi D. Fernando quo fundou um arsenal e estaleiros, como o permittiam os recursos da nação e a rudeza d'esses tempos Tambem promulgou varias leis sobre mattas, construcções navaes mercantes, privilegios e isenções dos constructores e armadores, e deu outras acertadas providencias em favor da navegação e commercio externo. Foi pois o arsenal de D. Fernando, ao qual se dava o nome de *Tercenas navaes*, o primeiro que existiu em Portugal, digno d'este nome. Foi fundado no sitio, que depois se chamou *Ribeira Velha*, que então era um vastissimo terreiro, que se estendia por fóra da cêrca de muralhas e banhado pelo Tejo. Foi aquelle soberano que creou o cargo de *capitão mór da frota*, pela carta de mercê de 25 de junho de 1373. D. Fernando foi infeliz com a construcção dos seus navios de guerra, que fôram quasi todos destruidos ou aprehendidos pelas numerosas esquadras castelhanas Subindo ao throno D. João I, em 1385, aproveitando os vasos do guerra que tinham escapado aos castelhanos, e construindo outros nas *Tercenas*, foi com esta pequena frota, que venceu por varias vezes as de Castella, com honra do rei e gloria de Portugal; e augmentando o numero dos seus vasos de guerra, foi atacar e vencer os moiros nas suas proprias possessões africanas. As descobertas que se fizeram no seu reinado e nos seguintes, trouxeram a necessidade de novos estaleiros. D. Affonso V mandou construir navios de guerra na praia, onde é agora o arsenal da marinha; foi, porém, el rei D. Manuel quo augmentou este estaleiro e lhe deu uma fórma regular, ampliando-o com terreno roubado ao Tejo, como o do Terreiro do Paço, tambem feito pelo mesmo soberano, em frente dos Paços da Ribeira Fôram então construidas aqui boas officinas e vastos armazens. bem providos do todo o necessario para o armamento e equipamento de numerosas armadas, e assim ficou desde essa epoca o principal arsenal de todo o reino. O primeiro nome d'este estabelecimento foi, como fica dito, *Tercenas navaes*, depois se denominou *Ribeira das naus*, nome official até ao terremoto de 1755, que destruiu todos aquelles edificios. El rei D. Manuel edificou tambem as *Tercenas da porta da Cruz* e de *Cata que Farás*, com officinas de armas e fundição de artilharia. As *Tercenas da porta da Cruz* occupavam o logar ondo depois se fez a Fundição de baixo; e das *Tercenas de Cata que Farás*, apenas restava, até ha poucos annos, memoria n'uma travessa com esse nome, que começa na rua do Alecrim, proximo da praça do Duque da Terceira (vulgo Caes do Sodré), e termina na rua das Flôres, e a qual hoje é chamada travessa do Alecrim.

Terço. Troço de tropas correspondente ao que hoje se chama *regimento*, do commando d'um co

ronel (V. *Exercito*). || *Terço da Armada*. V. *Armada*.

Terço. Ilha da Madeira; pov. na freg de Nossa Senhora do Monte, conc. e distr. do Funchal.

Terço (*Nossa Senhora do*). Pov. na freg. de S. Martinho, de Salreu, conc. de Estarreja, distr. d'Aveiro.

Terços Ilha da Madeira; pov. na freg. do Bom Jesus, de Ponta Delgada, conc. de S. Vicente, distr. do Funchal. || *Lombo dos Terços*, pov. na mesma ilha, na freg de Nossa Senhora da Luz e conc. de Porta do Sol, distr. do Funchal.

Terena (*D. Eugenia Maria Filomena Brandão de Mello Cogominho Correia de Sá Pereira do Lago Bezerra de Lacerda e Figueirôa, 3.ª viscondessa de S. Gil de Perre, 4.ª condessa e 3.ª marqueza de*). Dama da rainha D. Maria Pia. N a 21 de maio de 1841, sendo filha do 3.º conde e 2.º marquez de Terena, Luiz Brandão de Mello Cogominho Corroia de Sá, e de sua mulher, D. Marianna de Sousa Holstein. Casou a 29 de julho do 1861 com seu tio D. Filippe de Sousa Holstein, filho dos 1.ºs duques de Palmella, o marquez de Monfalim (V. *este titulo*). Ficando a 3.ª marqueza de Terena, pelo seu casamento, tambem com o titulo de marqueza de Monfalim. O titulo de viscondessa de Perre foi-lhe renovado por decreto de 17 de maio de 1869; e os de condessa e marqueza do Terena, por decreto da mesma data. As armas dos condes e marquezes de Terena são as seguintes: Escudo partido em pala: na primeira as armas dos Pereiras: Em campo vermelho uma cruz de prata florida e vasia; na segunda as armas do marquez de Monfalim, já descriptas no vol. IV do *Portugal*, pag. 1189.

Terena (*José Maria Brandão de Mello Cogominho Correia Pereira de Lacerda, 2.º visconde de S. Gil de Perre e 2.º conde de*) Gran cruz da ordem de Christo, 8.º senhor do morgado de Sampaio de Guimarães; 19.º da Torre das Coelheiras e 11.º da honra de Farellães; par do reino, coronel das antigas milicias do Porto e antigo governador civil da mesma cidade, etc. N. a 15 de setembro, de 1793, e fal. a 20 de junho de 1859. Era filho de Luiz Brandão do Mello Pereira de Lacerda, familiar do Santo Officio, fidalgo da Casa Real, senhor do morgado e casa da Torre da Marca, etc., e de sua mulher D. Antonia de Portugal e Menezes. Succedeu, por seu pae, ao citado morgado da Torre das Coelheiras, em 29 de dezembro de 1822, a D. Marianna Pereira de Mello Cogominho, e na honra de Farellães, em 8 de dezembro de 1829, á condessa de Cavalleiros; herdou tambem a casa de sua mulher, e pelo seu casamento teve a mercê dos titulos referidos. Casou em 2 de fevereiro de 1814, com D. Maria Emilia Jacome Correia de Sá, 2.ª condessa de Terena e 2.ª viscondessa de S. Gil Perre, por ser filha e herdeira do 1.º visconde do S. Gil de Perre, 1.º conde e 1.º marquez de Terena. Esta senhora falleceu a 6 de agosto de 1855. O titulo de visconde de S. Gil de Perre foi renovado por decreto de 15 d'outubro de 1839 e o conde de Terena por decreto da mesma data.

Terena (*Luiz Brandão de Mello Cogominho Correia de Sá Pereira de Lacerda e Figueirôa, 3.º conde e 2.º marquez de*) Conselheiro, par do reino, commendador da ordem de Izabel a Catholica, de Hespanha; 9.º senhor do morgado de Guimarães, 20.º senhor do morgado da Torre das Coelheiras, 15.º da honra de Farellães, e de outros vinculos; addido á embaixada de Londres para o acto da coroação da rainha Victoria, deputado em 1842, etc. N. a 7 de novembro de 1815, fal. a 8 de junho de 1866. Succedeu na casa em 20 de junho de 1859, recebendo o titulo de 3.º conde de Terena por decreto de 30 de abril do 1853, e o de marquez, pouco tempo antes do fallecer, por decreto de 17 de fevereiro de 1866. Casou a 10 de setembro de 1838 com D. Marianna d'Annunciação Josepha Francisca de Assis Salles Xavier Antonia Domingas de Sousa Holstein, filha dos 1.ºs duques de Palmella

Terena (*Sebastião Correia de Sá, 1.º visconde de S. Gil de Perre, 1.º conde e 1.º marquez de*). Gran-cruz da ordem de Christo, senhor do morgado de Casal Soeiro, da Casa d'Agrella e do morgado da Rua Escura do Porto, par do reino, deputado em 1826; senador eleito por Lamego em 1838; reitor da Universidade de Coimbra, prefeito da provincia do Douro em 1835; governador civil do districto do Porto em 1834; antigo chanceller da relação e governador das justiças da mesma cidade. N. a 20 de fevereiro de 1766, fal. a 4 de julho de 1849. Era filho de Gonçalo Pereira da Silva Pacheco de Sousa Menezes Osorio de Mello de Noronha e Lima, fidalgo da Casa Real, senhor de varios morgados e 1.º senhor da villa de Bertiandos, etc., e de sua mulher D. Ignez Luiza de Lencastre Cesar. Foi agraciado com o titulo de visconde do S. Gil de Perre, por decreto de 30 de outubro de 1824; com o de conde de Terena, por decreto de 28 de setembro de 1835, sendo elevado a marquez, por decreto de 1 de julho de 1848. Foi nomeado reitor da Universidade de Coimbra a 10 de dezembro de 1840, tomando posse a 16 de janeiro de 1841. Encontrou ainda muito desorganisados os serviços universitarios, pelo periodo calamitoso que se havia atravessado, e trabalhou activa e intelligentemente na reorganisação. Em virtude da revolução popular de 1846 deixou de exercer o cargo a 6 de julho d'esse anno, mas não foi realmente exonerado senão a 1 de julho de 1848. Casou a 3 de agosto de 1791 com D. Francisca Jacome do Lago Bezerra, filha e herdeira de Balthazar Jacome de Lago Bezerra, senhor do couto de Paredes, e das casas solares de S. Gil de Perre e da Torre do Paço, ambas na comarca e concelho de Vianna do Castello; o de sua mulher, D. Angela de Moscoso Baena Omazura.

Terena. Villa e freg. de S. Pedro, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Alandroal, distr. e arceb. de Evora; 262 fog. e 1:023 hab. Tem escolas do sexo fem., est. post., fabricas de azeite e de ladrilho e telha; Misericordia, pharmacia, medico, hospedaria, celleiro, estabelecimento instituido com especialidade para proteger a agricultura, etc. Está situada nas proximidades da margem direita do rio Lucefece, a 3 k. da margem esquerda do rio Guadiana e a 11 da séde do conc. E' terra muito fertil em todos os generos agricolas do paiz. Gil Martins e sua mulher Maria João, paes de D. Martim Gil, 1.º conde de Vianna (*do Alemtejo*), fidalgo da côrte de D. Affonso III, que lhes deu o senhorio de Terena, lhe deram foral, e povoaram a terra, em fevereiro de 1262. El-rei D. Manuel lhe deu foral novo,

em Lisboa, a 10 de outubro de 1514. A primitiva pov. foi fundada n'uma baixa, entre os ribeiros do Alcaide e do Lucefece (este tambem chamado, do Terena) ambos affluentes do Guadiana. Sendo este sitio muito doentio, os habitantes o fôram despovoando, indo construir a actual villa n'uma elevação, a pouca distancia, e em melhores condições de salubridade. A villa é cercada de muros, com o seu castello, hoje completamente arruinado. El-rei D. Duarte deu esta alcaidaria a Nuno Martins da Silveira Foi seu successor Nuno da Cunha, vice rei da India, casado com uma filha de Nuno Martins da Silveira Por morte de Nuno da Cunha herdou a alcaidaria Gonçalo Vasques da Cunha. Depois passou a Francisco de Mello, marquez de Sande; depois a seu filho e d'este ao seu filho o conde da Ponte e a seus herdeiros, sendo estes fidalgos os ultimos alcaides-móres. Não ha certeza de quando foi fundada a antiga Terena. Uns pretendem que fôram os antigos lusitanos, ou os celtas; outros querem que fôssem os gallos-celtas; e outros ainda sustentam que é fundação dos cartaginezes. Seguudo esta ultima versão, a primitiva Terena ter-se ia começado a fundar em torno d'um sumptuoso templo pagão consagrado a Endovelico ou Cupido pelo chefe cartaginez Maharbal, templo que ficava perto da actual villa do Alandroal, e no qual havia sacerdotisas governadas por um sacerdote. No logar principal do templo foi collocado o idolo do deus Cupido, que tinha sido tomado aos gregos, e que era feito de prata fina, macisso e de estatura natural. Este templo era muito visitado pelos antigos lusitanos, e os cartaginezes, e depois os romanos, lhe conservaram o culto Esse templo foi saqueado 63 annos antes do Christo, pelos soldados romanos, quando Julio Cesar veiu pela primeira vez á Lusitania, na qualidade do questor de Taberon, os quaes levaram a estatua de Cupido e de Venus, e outras preciosidades ali encontradas, bem como um arco e aljava de ouro puro que Amilcar Barcino, pae de Annibal, tinha offerecido ao deus, e para o logar da estatua de Cupido, parece que se esculpiu depois outra de marmore, que os lusitanos por sua vez destruiram, quando se converteram ao Christianismo. Ignora-se como Terena foi tratada pelos barbaros do norte no começo do seculo v, mas consta que no principio do seculo VIII os moiros a destruiram, não deixando pedra sobre pedra Volvidos annos fôram ali estabelecer-se algumas familias, mas com as continuas guerras da Edade Media, tornou se a despovoar, e despovoada estava nos primeiros tempos da nossa monarchia, e deserta a achou Gil Martins, em 1262. El-rei D. Diniz deu o senhorio de Terena a seu filho, o infante D. Affonso (depois D. Affonso IV), com varios outros senhorios, sob a condição de os não poder doar senão a sua mulher D Brites, ou a algum seu filho, a titulo de morgado. Depois formou se de Terena e de outras povoações immediatas uma commenda da ordem de Aviz. Consta que em 1559, aproximadamente, ainda o templo cartaginez estava menos mal conservado; mas o infante D. Henrique, filho do rei D. Manuel, sendo arcebispo de Evora, tirou do templo 96 columnas de bello marmore e de ordem jonica, para com ellas adornar o collegio do Espirito Santo, que, para os jesuitas, andava fundando em Evora D. Henrique, comtudo, não tirou todas as preciosidades, porque depois, o duque de Bragança D. Theodosio I, ainda achou que levar, para enriquecer com os despojos do templo de Cupido o mosteiro de N. S.ª da Graça, que andava construindo em Villa Viçosa, para jazigo da sua familia. Na distancia de 1:500 m. da villa, e no sitio da antiga Terena, está a egreja de N. S.ª da Boa Nova, que lhe serviu de matriz, emquanto houve ali povoação. Foi construida pela infanta D. Maria, filha de D. Affonso IV, que foi casada com Affonso XI, rei de Castella. E' um templo construido com a maior solidez, em fórma de fortaleza, guarnecido de ameias de cantaria, tendo a fórma de cruz. As paredes interiores estão revestidas de ricas pinturas, e nos dois lados do altar-mór se admiram dois magnificos tocheiros, que apezar do seu estado de ruina causada pelo decurso de tantos seculos, ainda dão ideia da sumptuosidade com que fôram construidos. Terena tem estradas para Monsaraz, Elvas, Reguengos e Alandroal. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes.

Terenas (*José Maria de Moura Barata Feio*). Jornalista, funccionario publico e deputado. N. na Covilhã a 5 de novembro de 1850. E' antigo republicano, que sempre muito se evidenciou. Começou a sua vida jornalistica, redigindo em Coimbra um semanario, o *Partido do Povo*, em que collaboravam Alves da Veiga, Abilio Roque, Rodrigues de Freitas, e outros. N'esse jornal fez os seus primeiros trabalhos de lucta democratica. O *Partido do Povo* começou a publicar-se em Coimbra, mas, graças ao exito que alcançou, veiu continuar para Lisboa. Foi depois redactor do *Debate* e da *Democracia*, de que era proprietario e director José Elias Garcia, o distincto republicano, dedicadissimo ao seu partido, que sempre defendeu, e que sendo deputado, atacou no parlamento os partidos monarchicos com a sua palavra sincera e fluente, e sempre de grande correcção. Escreveu ainda em outros jornaes, animado do mesmo ardor, sustentando com vehemencia os seus ideaes politicos, e em 1891 fundou a *Revolução de Janeiro*, que teve curta existencia por ser supprimida pelas autoridades da capital. Pouco depois publicou em substituição *A Tribuna*, que tambem poucos mezes viveu por ser supprimida, e por fim creou a *Batalha*, de mais longa vida, e á qual sacrificou todos os seus interesses e commodidades. Em 1907 era o redactor politico do *Norte*, do Porto. Elias Garcia considerava o muito, e depositou sempre n'elle a maior confiança Depois de proclamada a Republica em outubro de 1910, dirigiu um novo jornal tambem com o titulo de *Democracia*, e mais tarde foi director da *Vanguarda*. Em 1881, sendo Elias Garcia vereador do pelouro da instrucção da Camara Municipal de Lisboa, nomeou o bibliothecario geral das bibliothecas municipaes, logar que deixou de exercer ao ser escolhido para director geral da secretaria da Assembleia Nacional Constituinte, cargo em que o governo provisorio da Republica o investiu como recompensa de dedicados e muito antigos serviços ao partido. Ainda no tempo da monarchia foi eleito deputado pelo partido republicano, do circulo de Setubal, que em 1911 o tornou a eleger para as côrtes constituintes que então se organisaram. Feio Terenas tomou sempre uma parte muito activa no parlamento, em quasi todos os projectos de organisa-

ção partidaria, alguns dos quaes são devidos á sua iniciativa. No *Gremio Lusitano,* collectividade que tem prestado relevantes serviços aos democratas portuguezes, tem assignalado a sua passagem com actos e trabalhos de grande valor. O *Vintem das Escolas,* instituição liberal contra a reacção religiosa, é da sua iniciativa, e outras obras de philantropia social. A instrucção popular tem lhe merecido tambem sempre dedicados desvellos.

Terges. Rio do distr. de Beja. N. de 4 ribeiras situadas ao N de Castro Verde, corre tortuosmente a NNE, e depois a E, e entra no Cobres com 40 k do curso.

Terlamonte. Pov. na freg. de N. S.ª das Córos, de Teixoso, conc. da Covilhã, distr. de Vianna do Castello.

Termo. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Oliveira, conc. e distr. de Braga. ‖ S. Pedro, do Alverca, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. ‖ S. Saturnino, de Vallongo, conc. de Aviz, distr. de Portalegre. ‖ Pov. do sobado de N'Golla Bumba, na 3.ª div. da freg de S. Joaquim, conc de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Termos. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro. ‖ N. S.ª da Piedade, de Monte Redondo, conc. e distr. de Leiria.

Terra *(Agostinho Ignacio dos Santos).* Ourives da prata, estabelecido em Lisboa; e foi um dos que em 1820 se apressaram a illustrar o Congresso Constituinte submettendo-lhe varios alvitres sobre a governação publica. O que enviou áquella assembleia denomina se: *Memorial patriotico dirigido aos illustres, benemeritos e liberaes deputados, legitimos representantes da soberana, da leal Nação Portugueza em o Congresso Nacional de Côrtes,* Lisboa, 1821. São indicações e propostas de utilidade publica, ácêrca das reformas de que carecia o paiz em assumptos de agricultura, fazenda, commercio, industria e administração de justiça, etc. Imprimiu tambem uma *Memoria e fundamental exposição sobre a util conveniencia do melhoramento do estabelecimento do mercado do Terreiro Publico n'esta cidade de Lisboa, offerecida ao soberano congresso e ao illustrado governo de S. M.,* Lisboa, 1837. Santos Terra, como se vê, assim como tinha querido illustrar os constituintes de 1821, quiz tambem illustrar os de 1837. Esta questão do Terreiro deu origem a varias publicações, que no *Diccionario Bibliographico* veem mencionadas nos volumes I e VIII, sendo o primeiro folheto, que se deve consultar, o *Regimento do Terreiro da cidade de Lisboa no anno de 1779.* E' referendado pelo então ministro visconde de Villa Nova da Cerveira, que depois teve o titulo de marquez de Ponte do Lima.

Terra. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Sernande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto

Terra Alta. Ilha do Pico, Açôres; pov. na freg. de Santo Amaro, conc. de S. Roque do Pico, distr. de Horta.

Terra do Baptista. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Nossa Senhora de Guadalupe, de Porto da Cruz, conc. de Machico, distr. do Funchal.

Terra do Braga. Ilha da Madeira; pov. na freg. do Santo Antonio da Serra, conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal.

Terra da Boa Gente. Nome dado por Vasco da Gama ao territorio das margens do rio do Cobre, por elle descoberto a 10 de janeiro de 1489 na costa oriental d'Africa. Deu lhe este nome em virtude do bom acolhimento que teve por parte dos indigenas.

Terra Branca. Pov. na freg. de S. Nicolau Tolentino, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Terra Chã. Ilha Terceira, Açôres; pov. e freg. de N. S.ª de Belem, conc, com., distr. e bisp. de Angra do Heroismo; 324 fog. e 1:267 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Está situada nos suburbios da cidade de Angra do Heroismo e comprehende parte do caminho dos Garridas, desannexada da freg. de S. Bartholomeu por decreto de 10 de março de 1892. Dista 5 k. da séde do conc., e tambem é conhecida pela denominação de *Belem.* Pertence ao commando mil. dos Açôres e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra de Heroismo. ‖ Povoações na ilha da Madeira e distr. do Funchal, nas seguintes freguezias: Santo Antonio, conc. do Funchal; N. S.ª do Livramento, de Curral das Freiras, conc. de Camara de Lobos; N. S.ª da Luz e conc. de Ponta do Sol; S. Vicente e conc do mesmo nome.

Terra do Conde. Ilha Graciosa, Açôres; pov. na freg. de Santa Cruz, e conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo; N. de Guadalupe, do mesmo conc. e districto.

Terra Feita. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Arcos, conc de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Martinho, de Campo, conc. de Vallongo, distr. do Porto. ‖ S. Paio, de Eira Vedra, conc. de Vieira, distr. de Braga. ‖ S. João Baptista, de Provezende, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real.

Terra Fria. Pov. na freg. de Santa Maria, de Pinheiro Grande, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Terra da Gaga. Pov. na freg. de N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

Terra Grande. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Nossa Senhora da Ajuda, de Serra da Agua, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Terra do Natal. Nome que, em commemoração do dia, Vasco da Gama deu á parte da costa d'Africa por elle avistada a 25 de dezembro de 1497. Hoje corresponde aproximadamente á colonia ingleza do Natal.

Terra Nova. Grande ilha do Atlantico, ao N E da America do Norte, da qual está separada pelo estreito de Belle-Ile. E' feita d'uma massa mais ou menos rectangular que projecta no mar tres compridas peninsulas: do *Norte,* de *Plaisance,* e de *Avalon.* As costas são muito recortadas e selvagens. A população vive quasi exclusivamente da pesca do bacalhau e das industrias suas derivadas. A Terra Nova, por causa da riqueza das suas parageus em bacalhau, foi muito frequentada, a partir do seculo XV, por numerosos pescadores. Os portuguezes fôram dos primeiros em ir pescar bacalhau nas costas da Terra Nova, porque se esta foi descoberta em 1497, apenas 9 annos depois, no reinado de D. Manuel, como consta do alvará de 14 de outubro de 1506, já era mandado cobrar o dizimo das pescarias da Ter-

ra Nova nos portos de Entre Douro e Minho pelos officiaes d'el rei. Foi em tanto progresso a pescaria do bacalhau feita pelos portuguezes, que houve annos em que, só de Aveiro, saíram para ella 60 navios (Carvalho, *Chorographia Portugueza*, II, 117); d'este mesmo porto, do do Vianna, e de outros partiram, em outras occasiões, para o mesmo trafico, 100 caravélas (Pimentel, *Arte de navegar*, 376); e a chegaram a tanta opulencia os moradores do Aveiro, com os proventos d'esta de outras pescarias, que, em 1550, contavam 150 embarcações proprias. (Freire, *Descripção chorographica de Portugal*, edição de 1755, pag. 15). Não é bem certo até que tempo prosperou entre nós esta pescaria, nem quando a abandonámos; porém o dr. Constantino Botelho, que muito estudou, e algumas interessantes memorias escreveu sobre este assumpto, conjectura que á medida que outras nações se fôram adeantando n'esta industria, fômos nós decaindo; e que é provavel ser o oppressor regimen dos Filippes uma das causas d'esta decadencia. A politica maliciosa dos invasores castelhanos empenhou se quanto póde em cortar os nossos recursos, e enfraquecer os mananciaes da nossa prosperidade, para nos terem sujeitos; é de presumir que, assim como deixaram desbaratar as nossas colonias e definhar o commercio, quizessem amortecer uma industria que nos fazia activos, ricos, e aptos para a marinha. Obstaculos de toda a ordem, taxas, e outras vexações seriam meios cabaes para conseguirem seus intentos. O descobrimento da Terra Nova é geralmente attribuido a Sebastião Cabotto, genovez, ou veneziano, como outros pretendem, enviado em 1497 por Henrique VII de Inglaterra e auxiliado por alguns negociantes inglezes, afim de explorar os mares do norte, e achar por ahi passagens para a India. A prioridade d'este descobrimento não é facil de decidir. Segundo a autoridade de Ramusio, que é importante na materia, Cabotto fizera a sua viagem no verão de 1495; governava então D. Manuel em Portugal. Porém o dr. Gaspar Fructuoso, nas *Saudades da terra*, III, e o P. Antonio Cordeiro, na *Historia Insulana*, referem, e estudos posteriores confirmam, que já um fidalgo da casa do infante D. Fernando, João Vaz Côrte Real, e Alvaro Martins Homem, em tempo de D. Affonso V, tinham percorrido aquelles mares e descoberto a *Terra do Bacalhau*. Conjectura-se que esta viagem se realisaria pelos annos de 1463. Vê-se, portanto, que esta gloria é dos portuguezes. E', porém, incontestavel, que em 1500, Gaspar Côrte Real, filho de João Vaz, visitou e examinou aquella região, impôz nomes portuguezes a muitas paragens, alguns dos quaes ainda se conservam, como o da *Terra do Labrador*, *Bahia da Conceição*, etc., e trouxe comsigo 5 indigenas. As noticias d'esta expedição acham-se nos nossos historiadores Galvão, Goes e o bispo Osorio. O proprio Ramusio assevera que fôra Gaspar o primeiro que commettera o ousado feito de abrir caminho para a India pelos gelos do polo artico ou setentrional. Portanto, ainda que fôsse Cabotto o primeiro a correr aquelles mares em 1496 ou 1497, e não houvesse sido feita a anterior viagem de João Vaz, a utilidade do descobrimento e o direito de possessão derivam da expedição do segundo Côrte Real, porque não consta que Cabotto desembarcasse em paragem alguma da costa. A'cêrca da prioridade da nossa navegação na America Setentrional deve lêr-se a *Memoria* inserta no tomo VIII das de Litteratura portugueza, da Academia Real das Sciencias, consultando-se as fontes que ali se indicam. Gaspar Côrte Real, preoccupado com o seu primitivo projecto, fez uma tentativa em 1501, porém não voltou; egual sorte teve seu irmão Miguel Côrte Real, que, em 1502 partiu a procural-o; e infrutuosas fôram as diligencias de Vasco Eannes Côrte Real, a quem D. Manuel não consentiu que fôsse em busca dos irmãos, voltando sem terem obtido noticia alguma os navios mandados a este intento. Dataram, porém, d'estas expedições as nossas pescarias do bacalhau, que tanto prosperaram, como se vê do supracitado alvará d'el-rei D. Manuel; e d'aqui proveiu á Terra Nova a denominação de *Terra dos Côrtes Reaes*, com que em mappas antigos, andava marcada, achando-se n'um da collecção de Ramuzio desenhadas as armas de Portugal sobre a *Terra do Labrador*, o que indica feitoria, ou colonia, e posse. Com effeito, quando os navegadores da Bretanha e da Normandia aportavam áquellas costas em 1504, já lá acharam os portuguezes de posse de uma parte, e consta que uma colonia do especuladores saidos de Aveiro e do porto de Vianna, engrossados com outros da ilha Terceira, ali se fôra estabelecer. A possessão da Terra Nova, que nós abandonámos, disputaram por longo tempo os francezes aos inglezes, e com ella o direito de pescaria no *grande banco do bacalhau*, que dista da costa da ilha obra de 60 legoas de 25 ao grau. No declinar do segundo quartel do seculo passado, constituiu-se a *Companhia de Pescarias Lisbonense*. destinada especialmente ao bacalhau. A séde era em Lisboa, como o titulo indica, onde teve feitoria que assumiu certa importancia, já em navios que trazia n'esta industria, já em peixe que trazia ao mercado; mas contrariedades internas e externas lhe obstaram nos progressos, até que foi dissolvida, como se vê do decreto de 27 de abril de 1857; foi o ultimo esforço portuguez na pesca do bacalhau (V. *Panorama*, I da 1.ª serie, 1013). O sabio critico americano Henry Harrisse, historiador geographico, que tantas e tão valiosas obras tem publicado sobre o descobrimento e geographia do Novo-Continente, publicou em 1901 um importantissimo trabalho intitulado: *Découverte et évolution cartographique de Terre Neuve et des pays circonvoisins*. Esta obra interessa a Portugal pelas muitas referencias que n'ella se encontram com relação aos nossos descobridores e cartographos. Bastará citar os titulos de alguns dos capitulos: *Hydrographie americaine portugaise en 1500; Voyage de Gaspar Côrte Real; La cartographie Lusitano-Italique; Dernières cartes portugaises avant Jacques Cartier; L'Hydrographie lusitano espagnole; Cartes lusitano françaises*. O livro de Henry Harrisse é enriquecido com numerosas reproducções cartographicas. O contingente dos trabalhos cartographicos portuguezes é firmado pelos nomes de Simão Fernandes, João Freire, Estevão Gomes, Diogo Homem, Lazaro Luiz, André Homem, Pedro Reynol, Diogo Ribeiro, Fernão Vaz Dourado, Bartholomeu Velho e Gaspar Viegas.

Terra Nova. Pov. na freg. de Santo Adrião, de Cever, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real ‖ Pov. do conc. de Cabinda,

na delegação do Chiavala, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Terra do Padeiro. Sitio na freg. de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Terra dos Pagens Assim se chamava a terra que estava ainda occupada por moiros, durante os reinados de D. Affonso Henriques, D. Sancho I, D. Affonso II, D. Sancho II, até D. Affonso III, que acabou de expulsar os moiros do seu ultimo abrigo, o Algarve. Ainda que os moiros já vivessem sujeitos aos reis de Portugal, e gozassem os privilegios que lhes concediam, *os foraes de moiros fôrros*, ao territorio que occupavam se dava o nome de *Terra dos Pagens*.

Terra do Pão. Ilha do Pico, Açôres; pov. na freg. de S. Matheus, conc. da Magdalena, distr. de Horta.

Terra de Santa Maria. Nome dado antigamente á vasta região comprehendida desde o rio Ave, ao N, até ao rio Caima, ao S, e desde o rio Arda, a E, á esquerda do Douro, e o rio Sousa, tambem a E, á direita do Douro, até ao mar, tanto ao S como ao N d'este ultimo rio. Depois, o territorio que fica ao N do Douro, foi denominado *Terra da Maia*, e comprehendia tudo o que fica entre a margem direita do Douro e a esquerda do Lima, de S a N, e desde o rio Sousa até ao mar, de L a O. Posteriormente, este territorio foi circumscripto á zona situada entre o rio Douro e o Ave. Landobrica (villa da Feira) pertencia ao bispado de Merida, durante o dominio romano e no começo do gothico. Estando mais tarde destruida e abandonada, foi reedificada e povoada, dando se-lhe então o nome de *Villa de Santa Maria*, passando a chamar-se *Terra de Santa Maria* todo o territorio situado desde a margem esquerda do Douro até ao Caima, e desde o Oceano até ao rio Arda. V. *Feira*, vol. III, *Portugal*, pag 328 e seguintes.

Terrada. Pov. na freg. de S. Paio, de Segude, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Terramoto. V. *Terremoto*.

Terranho ou Terrenho. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Trancoso, distr. e bisp. da Guarda; 143 fog. e 481 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada a 12 k. da margem esquerda da ribeira Teja e a egual distancia da séde do conc. Produz milho, feijão, batatas e linho; e do mais pouco. E', porém, muito abundante d'aguas, tanto do rio Teja, que passa por esta freguezia, como de varias nascentes, pelo que tem muitos prados, que sustentam bastante gado. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Terras d'Alqueidão. Vastos terrenos da provincia da Extremadura, no Ribatejo, conc. de Azambuja, e que fôram propriedade da camara municipal de Lisboa, que d'elles auferia valiosas rendas. Eram terras lavradias e olivaes. Fôram vendidas em hasta publica, por ordem do governo, nos mezes de junho e julho de 1877.

Terras de Barroso. Era o antigo nome do actual concelho de Montalegre, na provincia de Traz os Montes. V. *Barroso* e *Montalegre*.

Terras de Bouro. Denominação legal d'um conc. da prov. do Minho, pertencente á comarca de Amares, distr. e arceb. de Braga, cuja séde na pov. de Sequeirós, comprehendida na freg. de S. Thiago, de Chamoim. Foi até 1855 da antiga com. de Pico de Regalados, passando depois á de Villa Verde, e mais tarde á de Amares. Este concelho confina ao N com a Galliza (provincia de Orense) ficando de permeio a serra do Gerez, que atravessa todo o conc. com todas as suas ramificações; a E e SE, pelo conc. de Vieira, correndo entre ambos o rio Cávado; a S e SO pelos concelhos de Amares e Villa Verde; a O e NO, pelo conc. de Ponte da Barca, separado d'este pela cordilheira da Serra Amarella. E' cortada, em todo o seu comprimento pelo rio Homem, na direcção de NE a SO. O conc. é montanhoso, mas o territorio é fertil em cereaes, vinho verde, e fructas de varias qualidades Cria muito gado de differentes especies, e nos seus montes ha abundancia de caça. El-rei D. Manuel I lhe deu foral, em Lisboa, a 20 de outubro de 1514. Pertencem a este conc. as aguas thermaes do Gerez, na freg. de Villar da Veiga (V. *Gerez*). Entra n'este conc. pela freg. da Balança a famosa estrada romana da Geira, e passa para a Galliza pelo Campo do Gerez. Ainda ao longo do sitio que foi leito d'esta estrada, e n'outros logares, existem marcos milliarios, assim como tambem existem alguns lanços de calçada e resto de pontes. N'um logar conhecido por *Cidade de Calcedonia* vêem se os restos d'uma pequena fortaleza, obra dos romanos ou dos antigos lusitanos. Antigamente, este conc. era mais pequeno. As freguezias da margem direita do rio Homem constituiam o pequeno conc. de Villa Garcia, e as da margem do Cávado pertenciam ao extincto conc. do Santa Martha de Bouro. Pertence á 3.ª div. mil., 5.ª brigada, grande circumscripção mil. N e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. Tem esc. do sexo masc., est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; hospedarias, medico, pharmacias, notario, fabrica de cêra. Pela portaria de 21 de novembro de 1907, foi determinado que a estação telegr. post. de Covas passasse a ter a denominação de *Terras de Bouro*. O conc. compõe-se de 17 freguezias com 1:966 fog. e 8:451 hab., sendo 3:874 do sexo masc. e 4:577 do fem., n'uma superficie de 30:660 hect. As freguezias são as seguintes: S João Baptista, de Balança, 534 hab.: 240 do sexo masc. e 294 do fem.; Espirito Santo, de Brufe, 129 hab; 67 do sexo masc. e 62 do fem.; S. João Baptista, de Campos do Gerez, 382 hab.: 175 do sexo masc. e 207 do fem; S. Paio, de Carvalheira 569 hab.: 257 do sexo masc. e 312 do fem.; S Thiago, de Chamoim, 487 hab: 198 do sexo masc e 289 do fem.; Santa Marinha, de Chorense, 582 hab.: 270 do sexo masc. e 312 do fem; S. Mamede, do Cibões, 714 hab.: 335 do sexo masc. e 379 do fem.; Santa Marinha, de Covide, 441 hab: 216 do sexo masc. e 225 do fem; S. Mamede, de Gondoriz, 483 hab.: 216 do sexo masc. e 267 do fem.; Santo André, de Moimenta, 420 hab.; 180 do sexo masc. e 240 do fem.; Santa Izabel, de Monte, 294 hab: 139 do sexo masc. e 155 do fem.; S. Matheus, de Ribeira, 293 hab.: 127 do sexo masc e 166 do fem; S. João Baptista, de Rio Caldo, 895 hab.: 425 de sexo masc. e 470 do fem.; O Salvador, de Souto, 534 hab: 236 do sexo masc. e 298 do fem.; Santa Marinha, de Valdozende, 541 hab: 241 do sexo masc. e 300 do fem.; Santa Marinha, de Villar, 887 hab: 430 do sexo masc. e 457 do fem;

Sauto Antonio, de Villar da Veiga, 263 hab: 119 do sexo masc. e 144 do fem. O principal commercio do conc. é vinho verde e cereaes. Tendo sido extincto este conc., fôram annexadas as freguezias aos de Amares, Vieira e Villa Verde, por decreto de 11 d'agosto de 1895; foi restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898, com todas as freguezias que o constituiam.

Terras da Costa de Caparica. Pov. na freg do N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. d'Almada, distr. de Lisboa.

Terras Firmes. Nome por que é vulgarmente conhecida a parte do continente fronteira á ilha de Moçambique, e que constitue com esta o districto do mesmo nome, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Nas Terras Firmes estão situadas as povoações de Mossuril, Cabaceira Grande o Cabaceira Pequena, e os territorios de Ganeul e Quitangonha. O territorio é extremamente fertil e a agricultura está muito desenvolvida

Terras Macuas. Territorio a O do distr. de Quolimane até ao sertão de Cabo Delgado, Africa Oriental

Terras Novas Pov. na freg. de Nossa Senhora da Conceição o conc. d'Albufeira, distr. de Faro.

Terras do Raposo. Ilha de Santa Maria, Açôres; pov. na freg. de N S.ª da Purificação, de Santo Espirito, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada.

Terras Ruivas Pov. na freg. de S. Sebastião e conc de Loulé, distr. de Faro.

Terras da Villa. Ilha do Pico, Açôres; pov. na freg. da Santissima Trindade e conc. de Lagens do Pico, distr. de Horta.

Terrastal Pov. na freg. de Nossa Senhora das Neves, de Cadafaz, conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Terre. Pov. na freg. do S. Pedro, de Villa Sêca, conc. do Condeixa a Nova, distr. de Coimbra.

Terreiro. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Assumpção, de Aboim da Nobrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Bouro, conc. do Amares, do mesmo distr. || S. Vicente, de Cidadelhe, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || S. Thiago, do Fontes, conc de Santa Martha de Penaguião, do mesmo distr || S. Martinho, de Friastellas, conc. do Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Gandara, do mesmo conc. e distr. || Santo Emilião, de Mariz, conc. do Barcellos, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Sanguedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Ilhas dos Açores: pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Norte Grande, conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo; Pov. na freg. de Santo Antonio, de Porto Judeu, conc. e distr. de Angra do Heroismo; Pov. na freg. de Santa Barbara, do Ribeiras, conc. de Lagens do Pico, distr. do Horta; Pov. na freg. de S. Roque, do Rosto de Cão, conc. e distr. de Ponta Delgada. || Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da Praia, archipelago o prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Terreiro de Baçar. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Barqueiros, conc. do Barcellos, distr. de Braga.

Terreiro de Capella. Pov. na freg. de S. Jeronymo, de Real, conc. e distr. do Braga.

Terreiro da Forca. Ilha de S. Jorge, Açôres; pov. na freg. de Santa Catharina e conc. da Calheta, distr. d'Angra do Heroismo.

Terreiro do Paço. Ilha Terceira, Açôres; pov. na freg. de S Pedro, de Ribeirinha, conc. e distr. d'Angra do Heroismo.

Terreiro de S. Braz. Ilha Terceira, Açôres; pov. na freg. de S. Miguel, de Lagens, conc. da Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo.

Terreiro do Trigo. Edificio publico de Lisboa, que data do tempo d'el rei D. Manuel I, onde estão depositados os cereaes para o mercado Era importantissimo o rendimento que pertenceu á cidade desde o tempo d'el rei D. Fernando I, o qual procedia dos salarios que a camara recebia pelas vendas de cereaes e farinha nos logares publicos, que para esse fim destinava. No volume I dos *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, de Eduardo Freire de Oliveira, a pag. 166 e seguintes, encontram-se curiosas noticias a este respeito. El-rei D Manuel I, antevendo as vantagens que adviriam da existencia d'um estabelecimento apropriado para a *vendagem do pão e fangas de farinha*, doou á camara o terreno junto á antiga Ribeira, onde depois do terremoto do 1755 foi edificada a nova Alfandega de Lisboa, para ali se construir o *terreiro para agazalhar o pão*. Fr. Nicolau da Conceição, nas *Grandezas de Lisboa*, publicadas em 1620, faz uma descripção minuciosa do novo terreiro, de que extrahimos os seguintes apontamentos: Ao lado do edificio da casa da alfandega ha um logar publico, e muito notavel, feito a modo de corredor descoberto com duas portas, uma para o Oriente e outra para o Occidente, o qual com 32 arcos sustenta 48 casas do cada parte, em que se recolhe o trigo, ficando uma e outra parte de este corredor descoberto, e seus arcos outros dois corredores tão largos como o do meio, que terá 32 pés de largo; estes são de abobada, e sobre estas abobadas, e a seus lados, se sustentam as casas acima ditas, e debaixo d'ella 170 mulheres medideiras de trigo, que se vende, e pagam os donos do trigo a cada uma d'ella 50 reis cada dia por cada taboleiro; e algumas d'ellas tem tres e quatro taboleiros; e de nenhuma das casas acima ditas se paga aluguer do trigo, que n'ellas se recolhe sendo do mar, e o da terra paga um vintem cada dia por cada casa. Ha mais 100 mulheres, a cujo cargo está poeirar todo o trigo que se ha de vender, e a cada uma d'ellas paga seu dono por cada taboleiro 30 reis, e algumas teem quatro taboleiros, e as mais dois cada uma, e é cousa certa vender se cada dia n'este terreiro 150 moios de trigo, centeio, cevada e milho, antes mais que menos. Rende este terreiro á cidade um anno por outro 300$000 reis dos alugueres das casas. N'este terreiro, ha juiz, ao qual pertence pôr os preços do trigo com o mesmo dono, o vêr os despachos que trazem os donos do trigo do Belem, e dar certidão de como se vendeu, e a quanto, para quando se tomar leve as partes do preço, porque so vendeu o trigo em dinheiro. Ha mais um escrivão om cujo livro se assentam as arrecadações das naus do pão, e o numero dos moios quo trazem, e tambem um guarda e homens de serviço sem conto Em cada um dos arcos acima ditos ha um homem que traz o trigo das casas aos taboleiros, o tem de cada moio um vintem. Ha mais certo numero do homens, que medem o trigo nas

naus, e o lançam nos barcos, dos quaes ha certo numero, e outro numero de homens que o levam da praia ao terreiro. Nas costas d'esto terreiro da parte de terra estão 32 casinhas, em que se vendem cousas miudas, como são: alfinetes, oculos, agulhas, assobios, pennas, papel, e outras cousas similhantes, e pagam de aluguer de cada uma d'estas casinhas á cidade de 15 até 20$000 reis em cada anno, afóra 48, que ha no pelourinho e nas paredes do açouguo. Por esta descripção feita em 1620, parece que o actual edificio do Terreiro conserva uma certa feição do antigo, que o terremoto de 1755 destruiu. E' de presumir que a sua construcção fôsse até certo ponto subordinada ao mesmo risco. Sobre a porta principal do antigo Terreiro existia uma lápide, contendo esta inscripção muito interessante para a historia economica e commercial do paiz: «Porque todas as pessoas assim naturaes d'este reino e senhorios de Portugal como estrangeiros sejam sabedores, como esta cidade tem liberdade, e dá franquia a todos aquelles que a ella trouxerem pão, e vier fóra do reino e senhorios do Portugal, e entrar pelo porto d'esta cidade e fôr carregado em porto de mar estrangeiro, este tal não pagará dizima, nem siza, nem pagará alojamento das casas para o tal pão agazalhar, porque a cidade lh'o dará assim no terreiro como fóra d'ello, quando no terreiro não houver, tudo á custa da cidade.—Item. Toda a pessoa que trouxer pão dos reinos e senhorios de Portugal a esta cidade, estes não pagarão siza, e o tal pão que a esta cidade trouxerem o alojarão no terreiro, e por cada sobrado de todo cima a 30 reis por dia, e pelo sobrado do meio e loja a 20 reis por dia por cada uma d'estas, e não havendo alojamento no Terreiro então lhe será dado fóra d'elle pela ordenança da cidade, e pagarão pelo costume da terra, salvo se os taes donos do pão tiverem lojas proprias.—Outro sim, se algum pão vier dos reinos estranhos, e descarregarem em algum porto d'estes reinos do Portugal, que não sejam d'esta cidade, e no tal porto tornar a carregar, e o trouxer por mar ou por terra a esta cidade, este tal pagará alojamento no terreiro pelo preço acima declarado, e pela cidade pelo costume d'ella, o qual lhe será dado pela ordenança da cidade, salvo se tiver casas proprias em que o quizerem agazalhar. E assim se entenderá em todo o pão que metterem pelos portos d'estes reinos de terra, a saber assim dos reinos de Castella como dos outros estrangeiros, pagarão esse mesmo alojamento pelo modo acima declarado, e para que a todos seja notorio a cidade o manda aqui notificar, era de 1534 annos» Construido o edificio, organisaram-se as respectivas posturas e regimentos, o primeiro d'estes em 1530, e em todos elles soh penas graves, se prohibia a venda de trigo ou de outro qualquer cereal fóra do Terreiro. Similhante providencia tinha por fim aniquilar o monopolio e evitar os depositos clandestinos. Totalmente destruido este edificio pelo terremoto de 1755, foi tal o excessivo preço a que logo chegou o pão, e que ainda mais se agravou pelo conluio dos monopolistas do trigo, que o senado da camara, em consequencia da representação que lhe dirigira o juiz do povo da Casa dos Vinte e Quatro, em consulta expôz a el-rei que essa carestia provinha de não haver um *Terreiro Publico onde mais facilmente se pudesse atalhar as ideias que se praticam nos particulares, para a conservação do sobredito e avultado preço, que geralmente implica com a commodidade publica;* e fazendo sua a alludida representação, pedia se lhe permittisse applicar na construcção d'um estabelecimento de tão reconhecida utilidade, e bem assim n'um edificio para o *vêr-o peso*, o producto das corridas dos touros, por tantos annos quantos durassem as obras visto que as rendas da cidade não comportavam tão larga despeza. Esta consulta foi decidida em 4 de maio de 1765, e autorisada pela resolução regia da mesma data, procedeu o senado á construcção no antigo *Campo da Lan* do novo edificio para o *Terreiro Publico*, que se abriu em janeiro de 1767, ficando outra vez prohibidos todos os celleiros particulares que então se tinham tolerado em Lisboa e suburbios, e nos quaes não era possivel exercer uma fiscalisação regular e efficaz. Não se chegou, porém, a recorrer ao alvitre suggerido pela Casa dos Vinte e Quatro, e proposto pelo senado, de se applicar á construcção o producto das corridas dos touros, porque um decreto, datado de 11 de julho de 1765, habilitou o mesmo senado a emprehender a obra de prompto. Na edificação do novo Terreiro empregaram se os materiaes provenientes da demolição, a que então se estava procedendo na antiga Ribeira, junto ao Chafariz de Dentro, de parte das muralhas da cidade levantadas no tempo d'el-rei D. Fernando I, demolição que teve por fim dar melhor serventia ao dito chafariz e á rua dos Remedios; ainda assim despendeu o senado da camara com as obras de aquelle edificio, desde o seu começo até á conclusão, isto é, desde 15 de julho de 1765 até 26 de maio de 1768, 107:711$177 reis. No frontispicio, sobre a porta principal, foi collozada uma lapide, onde a seguinte inscripção indica as causas que motivaram aquelle estabelecimento, erigido pela força de vontade e previdente:

JOSEPH I
AUGUSTO INV CTO PIO
REY E PAY CLEMENTISSIMO
DOS SEUS VASSALLOS
PARA SEGURAR A ABUNDANCIA DE PÃO
AOS MORADORES DA SUA NOBRE E LEAL
CIDADE DE LISBOA
E DESTERRAR D'ELLA A IMPIEDADE
DOS MONOPOLIOS
DEBAIXO DA INSPECÇÃO DO SENADO
DA CAMARA
SENDO PRESIDENTE D'ELLA
PAULO DE CARVALHO MENDONÇA
MANDOU EDIFICAR DESDE OS FUNDAMENTOS
ESTE CELLEIRO PUBLICO
ANNO DE MDCCLXVI

Em 24 de janeiro de 1777 foi dado novo regimento ao terreiro estatuindo que o seu governo economico e juridiccional continuasse soh a intendencia do senado, e incumbiudo a sua administração e arrecadação do rendimento á junta da fazenda do mesmo senado, na conformidade do alvará que a instituiu. As penalidades consignadas n'esse regimento não deixaram, como até então, de ser muito severas para quem vendesse ou armazenasse trigo ou outros cereaes fóra d'aquelle estabelecimento, tal prohibição, excepto em anno, de esterilidade, não extensiva á venda por

miudo de farinha nacional ou estrangeira, comtanto que esta ultima tivesse previamente dado entrada no Terreiro, o fôsse vistorisada, deixando ali o *terço da cidade* na fórma do antigo costume. Por decreto de 6 de outubro de 1771 foi a administração do Terreiro Publico desligada da camara de Lisboa, e perdeu esta, com o edificio que á sua custa construira, mais um rendimento que já excedia annualmente a 40:500$000 reis, ficando n'este ponto em inferior condição aos demais concelhos, e além d'isso onerada com o encargo, até 1334, de regular a estiva o taxa do pão cozido, o que lhe trazia não poucos dissabores pelas difficuldades em conciliar interesses de tal ordem, e pelos continuos queixumes do povo O senado repetidas vezes protestou, mas sempre debalde, por ter sido expoliado de tão avultado rendimento e d'aquella administração «que no decurso de mais de tres seculos exerceu a contento de todos». Em virtude do decreto de 28 de agosto de 1844, foi declarado o Terreiro Publico mercado livre para a venda de cereaes sómente. Em 1852, por decreto de 11 de setembro, foi reunida esta alfandega com a das *Sete Casas*, sob a denominação de *Alfandega Municipal*. Parece que ainda hoje se conserva no Terreiro, que se tornou mais conhecido pela denominação do *Terreiro do Trigo*, depositos de cereaes, e o Estado continúa auferindo uns certos lucros pelos logares ou numeros que para aquelle fim arrenda aos commissionarios.

Terreiro Velho. Roça na Ilha do Principe, na Africa Occidental.

Terreiros Pov. na freg. de Sauto André, de Painzella, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Terrejão. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Piedade, de Algoz, conc. de Silves, distr. de Faro.

Terrem. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Annaes, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Terremoto. E' um dos mais perigosos e destruidores flagellos da natureza E' produzido este phenomeno por torrrentes de metaes e outras materias em fusão, que correm subterraneamente. São menos terriveis quando teem *respiradoiros*, a que dão o nome de vulcões, como os do *Vesuvio* e *Etna*, na Italia; o *Hecla*, na Islandia; os numerosos da America, e os das ilhas dos Açôres, cujo sólo é quasi totalmente vulcanico. Em Portugal tambem houve vulcões, o ha vestigios das suas crateras em Cintra e em outras partes. Segundo a tradição, no monto do castello de S. Jorge, de Lisboa, existiu um grande vulcão em tempos remotissimos, e as aguas thermaes que d'ali provém, são d'isso uma prova. Em Portugal tem havido os seguintes terremotos, desde o anno de 309 até ao grande terremoto de 1755. A 22 de fevereiro do anno de 309 houve um espantoso terremoto, cujos effeitos destruidores se annunciaram em todo o paiz, sendo sentido em quasi toda a Europa. Em 382 houve outro que se sentiu principalmente nas terras que hoje são nossas possessões ultramarinas; muitas ilhas fôram submergidas, das quaes ainda hoje se vêem algumas eminencias em frente do Cabo de S Vicento. Em 1033 (29 do junho) succedeu a um eclipse do sol um grande terremoto, seguindo-se lhe esterilidade o fome. Em 1309 (22 de fevereiro) houve um graude terremoto, que se propagou a toda a Europa, sendo os estragos causados proporcionaes á extensão da propagação. Houve outro em 21 de setembro de 1318. Em 9 de dezembro de 1320 repetiram-se tres vezes os abalos no espaço de tres horas; o primeiro foi graude, o segundo maior, e o terceiro tão violento que se estendeu a toda a Europa, causando enorme panico. Em 1344 houve um terremoto em Lisboa, que destruiu a capella-mór da Sé, mandada levantar por D. Affonso IV; arruiuaram-se muitos edificios e morreu muita gente. Em 1355 houve dois, e qualquer d'elles importante: um em 11 de junho, outro em 4 de agosto. Ambos fôram precedidos de séccas enormes. Em 24 d'agosto do 1356 tremeu todo o reino durante um quarto d'hora, e tão fortemente que os sinos tangiam por si mesmo, a capella-mór da Sé de Lisboa abriu-se, cairam muitas casas, e as que resistiram de pé ficaram arruinadissimas. Durante este anno repetiram-se os abalos varias vezes não só em Portugal, mas em Hespanha e outros paizes. Este terremoto foi muito similhante ao que soffreu o nosso paiz em 1531 e 1755. Em 1366 houve um que durou 30 segundos, sem causar estragos O mesmo aconteceu em 1395. Em 1504, reinando D. Manuel I, houve varios abalos violentissimos, que subverteram povoações inteiras e fizeram andar toda a geute fugida pelos campos. Em 7 de janeiro de 1531 começaram a sentir-se grandes tremores de terra em todo o reino, que obrigaram os moradores das villas e cidades a sair para os campos Em Lisboa foi maior a impressão e dizse que nos seus arredores se subverteram muitas povoações. No dia 26 do mesmo mez foi tão violento o abalo que lançou por terra muitos palacios, egrejas e mais de 1:500 casas, deixando as restantes inhabitaveis e matando grande numero de pessoas. Este abalo propagou-se por mais de 60 leguas. O Tejo saiu do seu leito, alagando os campos. No mar a agitação foi tal quo muitos navios fôram a pique. Tambem soffreram muito Santarem, Almeirim, Azambuja e outras povoações. Em 1551 (28 de janeiro) parecia em Lisboa que o ar estava em fogo. Choveu agua côr de saugue e sobreveiu um terremoto, em que cairam mais de 200 casas e morreram mais de 2:000 pessoas Em 7 de junho de 1575 houve novo abalo. Em 22 de julho de 1597 caiu em Lisboa uma grande parte do monte de Santa Catharina. Este monte era eminente ao Tejo no mesmo sitio em que existiu depois a egreja parochial do mesmo nome, que é actualmente um elegante palacio. N'aquelle local havia 110 moradas de casas, formando tres grandes ruas e um caes de pedra á borda do rio. A's 11 horas da noite d'aquelle dia o monto oscillou e submergiu-se, arrastaudo todas aquellas ruas, que desappareceram n'um momento. Não ha memorias que provem ter havido tremor de terra n'essa occasião. São muitas, porém, as opiniões a favor d'aquelle phenomeno. Em 7 d'agosto do mesmo anno, na ribeira de Alcantara, em Lisboa, reuniram-se com graude ruido dois montes que estavam separados, subindo 10 palmos um valle que os dividia, ficando este depois excedendo em 80 palmos os referidos montes que antes o dominavam. Em 1598 (8 de julho) tremeu a terra em Lisboa com tanta violencia que a gente caia por terra e as casas tremiam, fazendo cair os moveis. Repetiu-se mais vezes com curto

intervallo de tempo e com egual energia. N'este anno principiou em Lisboa a peste, que durou 5 annos, matando 80:000 pessoas. Em 1699 houve muito fortes tremores de terra, mas sem perigo; o panico era enorme e constante; não houve, porém, estragos. Em 1722 (27 de dezembro) houve no Algarve um violento tremor de terra, que, apesar da sua pouca duração, causou muitos estragos. Em Villa Nova de Portimão ficaram arruinadas a egreja do Collegio da Companhia de Jesus e a egreja do convento dos Capuchos. Em Tavira cairam 27 moradas de casas, ficando as restantes arruinadas. Em Faro cairam muitas casas e a torre da cathedral. Em Loulé ficou destruido o convento dos Capuchos. O castello de Castro Marim soffreu muitos estragos. Este tremor de terra parece ter sido devido a uma erupção submarina entre Faro e Tavira; attribue se a este fogo subterraneo o facto de se vêrem em janeiro e dezembro as arvores cobertas de folhas e flôres, e pouco depois colheram se fructos sazonados como no mez de junho. Depois d'este formidavel abalo, cujos effeitos fôram muitissimo desastrosos, seguiu-se um periodo de repouso para Portugal. Chegou finalmente o anno de 1755, que tão fatal foi para o nosso paiz e para muitos outros, excedendo porém todos os limites os desastres que aqui succederam. V. *Pombal (1.º Marquez de)* e *José I (D.)* Em 11 de novembro de 1858 houve tambem um grande tremor, que muito se sentiu em Lisboa e em muitos pontos do paiz, sendo, especialmente para Setubal um ver-verdadeiro terremoto, causando enormissimos estragos. Em 23 de abril de 1909 um terremoto arrazou Benavente e Samora, causando grandes prejuizos n'outras terras de Ribatejo. Allusivas ao grande terremoto de 1 de novembro de 1755 algumas medalhas se cunharam fóra de Portugal, que se acham descriptas na *Memoria das Medalhas*, de Lopes Fernandes. Na primeira vê-se uma figura de mulher coroada de torres, com a mão esquerda sobre a urna do rio Tejo e com a legenda «TAGUS», e atemorisada pelos desastres do terremoto. TERRAE MOTUM VI D. I. NOV. MDCCLV. No reverso LISBONA. A legenda em uma fita no campo da medalha, e por baixo o prospecto da cidade de Lisboa, e varios navios no rio Tejo. No exergo—HOLTZHEVEEC. A segunda medalha: ERD BEBEN HIR UND WIEDER MARCI 13. LISABON—A cidade de Lisboa em chammas. No exergo UNTERGANGEM AM. TAG ALLER HEILIGEN—1755. Reverso:—DIE WASSERWOGEN WERDEN BRAUSEN—O mar agitado com navios. A terceira medalha HAEC FACIES LISBONAE NOBIS MIRANDA—Prospecto da antiga cidade de Lisboa, e o rio Tejo, e por baixo o nome do gravador LOOS FS. No exergo, em quatro linhas, TREMENDA TERRARUM — CONCUSSIONE — CAL. NOV. A. MDCCLV.--PERCULSAE. Reverso:

Medalha commemorativa do Terremoto de 1755

Medalha commemorativa do Terremolo de 1755

MISERA MALORUM SOCIETATE MDCCLVI Globo terrestre collocado entre nuvens, com a planta da Europa e Africa, por ser onde se sentiu mais o terremoto.

Terrim. Pov. na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Terrio. Pov. na freg. de S. Romão, de Paredes de Viadores, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Terris de Baixo e Terris de Cima. Duas povoações na freg. de S. Romão, de Paredes de Viadores, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Terroeira. Pov. na freg. de S. Pedro, de Cerva, conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real

Terrões Pov. na freg. de Santo André, de Rendufe, conc. d'Amares, distr. de Braga.

Terronha Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Negueira e S. Claudio, conc. e distr. de Vianna de Castello. || S. Pedro, de Serreleis, do mesmo conc. e districto.

Terronhas. Pov. na freg. de Nossa Senhora do Bem Despacho, de Recarei, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Terroso. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov do Douro, conc. e com. de Povoa de Varzim, distr. do Porto, arceb. de Braga; 254 fog. e 1:045 hab. Tem escolas d'ambos os sexos. Está situada na estrada de Povoa de Varzim a Barcellos, a 5 k. da séde do conc. E' pov. muito antiga. D. Affonso IV lhe deu foral, em Extremoz, a 29 de julho de 1325. N'este foral se dá a esta freg. o nome de *Tarroso.* Deu o nome a esta freg. o monte *Terroso*, que fica proximo é praia do mar. Julga se que o seu antigo nome era *Maurgatanes*, pelo menos nas faldas do monte Terroso havia uma villa assim chamada, o que consta por um documento existente no archivo da collegiada de Guimarães. E' o titulo da venda d'uma propriedade, que *sob o monte Terroso, e na villa de Maurgatanos, junto á praia do mar*, possuia um individuo chamado *Aloito*, e a vendeu ao arcediago *Guido*, na era de 1110 de Cesar, anno de 1072 da era christã. Segundo a tradição foi cidade em tempos remotissimos, mas não se diz o nome que tinha. Em vista da citada carta de venda, parece que fôsse *Maurgatanes.* Esta cidade ainda existia, mas com o nome de Terroso, no tempo do conde D. Henrique, pois a 20 de julho de 1105, D. Guterres Soares fez uma doação á sé de Braga, sendo arcebispo S. Geraldo, da *sua quinta no logar de Martaganes* (corrupção de *Maurgatanes*) *proximo á cidade de Terroso.* A doação acha se no archivo da sé de Braga. Terroso foi commenda da ordem de Christo. A terra é fertil em generos agricolas, e abundante de peixe de mar. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto || Povoações nas freguezias: Santo Estevão, de Espinhosella, conc e distr. de Bragança. || Santa Eulalia, de Palmeira de Faro, conc. de Espozende, distr. de Braga.

Terrugem Pov e freg. de S. João Degolado, da prov. da Extremadura, conc. e com de Cintra, distr. e patriarc. de Lisboa, 414 fog. e 1:612 hab. Tem esc. do sexo fem. Está situada a 8 k do Oceano Atlantico e a 7 da séde do conc. A terra é fertil, e pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa. || Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Elvas, distr. de Portalegre, arceb. de Evora. Tem esc. do sexo fem. e estação post. Está annexada á freg. de S. João Baptista, de Villa Boim. A terra é muito fertil, principalmente em cereaes e azeite. Pertence á 4.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Abrantes. || Pov. na freg. de S Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Tertomil. Pov. na freg. do Salvador, de Valladares, conc. de Villa Nova de Gaia, distr. do Porto.

Terzi *(Filippe Terço).* Architecto que em 1575 dirigiu as obras de madeira da egreja de S. Roque. Dirigiu tambem as de S. Vicente de Fóra e algumas nos paços da Ribeira.

Tesouras Pégo no canal d'Alpiarça.

Testa *(Carlos).* Cavalleiro da ordem de Aviz, contra almirante, lente da Escola Naval, deputado, escriptor, etc. N. em Lisboa em 1823, onde tambem fal. em 20 de fevereiro de 1891. Assentou praça em 1839, aos 16 annos de edade, e foi promovido a guarda-marinha em 1843. Durante o tempo que cursou as respectivas aulas, foi sempre um estudante distincto e premiado. Em 29 de março de 1847 teve a promoção de 2.º tenente; em 13 de julho de 1859 a de 1.º tenente, em 31 de outubro de 1866 a de capitão-tenente, em 6 de novembro de 1873 a de capitão de fragata, em 20 de agosto de 1879 a de capitão de mar e guerra, e em 27 de fevereiro de 1890 a de contra-almirante. Além de varias commissões que desempenhou condignamente, grangeando a estima e consideração dos seus collegas e superiores, acompanhou el rei D. Luiz, sendo ainda infante, nas suas digressões maritimas. Em 1855 abriu se concurso para a cadeira de direito internacional maritimo, na Escola Naval, e Carlos Testa conquistou a, depois de ter apresentado as mais brilhantes provas. Não considerando o professorado como um canonicato, o distincto official escreveu e publicou um compendio para uso dos alumnos que frequentavam a sua aula. Carlos Testa não era simplesmente um official theorico. Não esquecendo os deveres da sua cadeira, seguia com firmeza e enthusiasmo as transformações por que ia passando a architectura naval. Fôram importantissimos os serviços que prestou, assistindo á acquisição ou dirigindo a construcção de navios para a nossa esquadra. Em 1862 foi encarregado de conduzir a Inglaterra a corveta *Sá da Bandeira*, afim de lhe metter machinas Em 1871 foi incumbido de adquirir o transporte de guerra *India*, que recebeu este nome por causa dos acontecimentos que então se deram n'aquella possessão. Em 1874, sendo ministro Andrade Corvo, foi lhe encarregada a acquisição do couraçado *Vasco da Gama*, das corvetas *Rainha de Portugal* e *Mindello*, das canhoneiras *Rio Lima*, *Sado* e *Tamega*, e ainda do transporte *Africa*. Em 1876 entrava a barra de Lisboa commandando o *Vasco da Gama*. Em 1884 ainda recebia tambem a incumbencia de superintender na construcção da corveta *Affonso de Albuquerque* e das canhoneiras *Liberal* e *Zaire*. O perfeito conhecimento da lingua ingleza, alliado aos seus conhecimentos technicos e a integridade do seu caracter, fazia com que Carlos Testa cumprisse sempre estas funcções com um zelo e regularidade

inexcediveis. A actividade de Carlos Testa não se manifestava unicamente nas cousas maritimas. A sua penna era tambem incançavel. Na imprensa e no parlamento advogou causas importantes, algumas do elevado alcance patriotico. Embora não fôsse um escriptor brilhante, era um publicista distincto. Não cuidava da belleza da phraze nem do arrendado do estylo, o que procurava era dizer chãmente o que sentia. A sua força não provinha da imaginação, mas d'um espirito reflexivo e sensato. Escrevia convictamento, desinteressadamente, no interesse unico de satisfazer a sua consciencia. Pouco lhe importava que as suas ideias desagradassem, porque não procurava a popularidade. Uma prova da independencia do seu caracter é a coragem com que elle emittiu o seu parecer na occasião das polemicas suscitadas nas nossas contendas diplomaticas com a Inglaterra. São numerosos os seus escriptos, muitos dos quaes estão dissemiuados em diversas folhas periodicas, e que elle tratava do recolher, quando falleceu. Bibliographia: *Breves considerações ácêrca da navegação por vapor, em relação á fôrça das machinas, economia do combustivel, e extensão das viagens; extrahidas do inglez*, Lisboa, 1860; saiu anonyma; *Um novo titulo de soberania, e o seu reconhecimento; O facto, o direito e a conveniencia*, Lisboa, 1861; *Considerações sobre os navios de guerra em relação aos systemas de construcção e armamento, e sua efficacia para o ataque e defeza*, Lisboa, 1864; *Lord Palmerston, a opinião e os factos; um brado a pró da verdade*, Lisboa, 1865; este escripto dirigia-se a impugnar os votos de sentimento manifestados nas camaras legislativas por occasião da morte d'aquelle notavel estadista, mostrando se que fôra sempre adverso e encarniçado inimigo da nação portugueza em diversas conjuncturas, e por diversos modos; *Inconveniencias e contradicções no julgamento da politica dos Estados e conducta dos governos*, Lisboa, 1866; *Quadros vivos da politica, ou justificação de descrentes e desengano de illudidos*, Lisboa, 1869; *A reacção e o convenio de Aveiro, por um amigo da liberdade*, Lisboa, 1869; *A influencia europea na Africa perante a civilisação e as relações internacionaes; considerações ácêrca do tratado de 30 maio de 1879 denominado de Lourenço Marques*, Lisboa, 1880; *A politica intercolonial e internacional e o tratado de Lourenço Marques*, Lisboa, 1880; é um additamento á memoria anterior; *Principios geraes e regras praticas de direito internacional maritimo*, Lisboa, 1882; *Verdades amargas sobre questões sociaes*, Lisboa, 1888; *Portugal e Marrocos perante a historia e a politica europeia*, Lisboa, 1888; *Questão de preferencias na acquisição de navios de guerra*, Lisboa, 1890; *Incidentes da politica externa de Portugal ou titulos de recommendação na escolha de suas allianças*, Lisboa, 1890; *A egreja das Chagas*.

Testada. Pov na freg. de S. Pedro, do Parada, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Testado. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Silveiros, conc. de Barcellos, distr de Braga. ‖ S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Poute do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Testador. Nos documentos municipaes antigos encontra-se designado com o nome de *testador* o dono de propriedade confinante com a via publica, isto é, o proprietario do *testada*

Testamento. Acto pelo qual alguem dispõe para depois da sua morto, de todos, ou de parte dos proprios bens. Este acto é reduzido a documento authentico, que tambem se denomina *testamento*. Entre os nossos antepassados parece que o uso dos testamentos o receberam dos romanos, e já desde aquelle tempo em que estiveram sujeitos ao seu imperio, o que se prova dos codigos Theodosiano e Alariciano, feitos no seculo v e publicados a favor das provincias de Hespanha, pois n'elles se vêem muitas cousas dispostas a respeito de testamentos e ultimas-vontades. Nos tempos seguintes, e posteriores, couservaram o seu uso principalmento os wisigodos, os germanos, e outros. Introduzido, porém, no foro o Direito das Decretaes e o civil romano, o uso dos testamentos principiou a ser mais frequente; e assim o uso d'estes documentos se deve procurar principalmente no seculo xii, posto que já antecedentemente se usaram, por isso que os povos que antigamente habitaram a Hespanha sempre usaram do direito romano, mas é certo que elle esteve em desuso muitas vezes, e só no principio do seculo xii é que se principiou a ensinar o direito romano e os priucipes a protegel o, como foi Frederico I nas côrtes de Roncalia, a cuja imitação D. Affonso Henriques, acclamado rei na batalha de Ourique em 25 do julho de 1139, querendo dar leis aos seus vassallos, e supprir a falta de leis que tinha, sem que adoptasse as de Castella, adoptou o direito romano, por isso mesmo que elle cooperava muito para se formar a monarchia, o que não succederia adoptando as leis de Castella, e portanto com a introducção do direito romano se introduziu o uso dos testamentos, especialmente entre os principes, os nobres e finalmente entre os plebeus de qualquer ordem. Desde o principio da monarchia até D. Affonso V quasi se não usou de leis algumas testamentarias, e sómente de costumes acommodados ao direito canonico e romano. Foi D. Affonso V o primeiro que fez reduzir a escripto estes costumes, accrescentando lhe muitas cousas deduzidas do direito romano e que pôz no seu Codigo e se acham no Livro IV, titulo 97 o seguintes; o que depois foi passando para os Codigos Manuelino e Filippino, como se vê dos seus titulos correspondentes. A essas antigas ordenações do reino e á mais legislação extravagante seguiu-se o Codigo Civil Portuguez, approvado por carta de lei de 1 de julho de 1867, que trata dos testamentos nos seus artigos 1739 e seguintes. As diversas especies de testamento referidas no actual codigo são o cerrado, externo, maritimo, militar e publico. No Archivo do Tribunal da Relação de Lisboa existe o precioso *Registo Geral dos Testamentos da Provedoria dos Residuos e Captivos da cidade de Lisboa e seu termo* que abrange o periodo decorrido de 1556 a 1834, distribuido em 388 livros, nos quaes se contam mais de 40:000 testamentos. Hoje é difficil, senão impossivel, encontrar se qualquer testamento anterior a 1608, pela simples razão de o registo não ser então obrigatorio. Em 1608, reconhecendo se o inconveniente que resultava de não serem devidamente registados os testamentos, foi publicado um alvará estabelecendo essa formalidade. Foi este alvará que deu origem ao *Registo Geral dos Testamentos*, e a que se deve a existencia e o conhecimento das disposições testamentarias de mais de 3 seculos.

Esta importantissima collecção, tendo escapado do terremoto do 1.º de novembro de 1755, foi continuada até 1834, epoca em que este ramo do serviço foi confiado ás autoridades administrativas. Na mesma occasião em que foi extincta a *Provedoria dos Residuos e Captivos* e competente *Registo Geral dos Testamentos* fôram extinctos cêrca de 40 juizos, cujos processos, em numero de 600:000, se encontram, egualmente, guardados nos *Archivos da Relação*, isto é, tanto nos installados do edificio do Tribunal, como na sua dependencia no extincto convento da Estrella. Nos archivos do hospital de S. José e no da Misericordia de Lisboa tambem se guardam muitos testamentos. *Bibliographia:* V. voc. *Testamento*, do *Elucidario*, de Fr. Joaquim de Santa Rosa de Vitorbo, Lisboa, 1799. *Tratado regular e pratico de testamentos*, etc., por Antonio Joaquim Gouveia Pinto, Lisboa, 1833.

Testamento. Povoações nas freguezias: S. Martinho dos Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. ‖ Santa Maria, de Adoufe, conc. e distr. de Villa Real

Testeira. V. *Armadura*.

Testeira. Pov. na freg. de S. João Baptista; do Mosteiro, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Testudo. Pov. na freg. de S Matheus, de Ribeira, conc. de Terras de Bouro, distr de Braga.

Testudos. Aldeia da freg de Sant'Anna, conc. de Serpa, distr. de Beja.

Tete. Districto da prov. de Moçambique, Africa Oriental, limitado a E pelo de Quelimane, ao S pelo territorio de Sena e a O e ao N por territorios em que dominam varios regulos sujeitos á autoridade portugueza. O terreno é em parte montanhoso, sendo as serras mais notaveis a da Lupata, quo é uma cordilheira formada de 7 serranias, a principal das quaes é a chamada Ancuesa; e as da Carvoeira, Inhacorongo, Inhacangaina, e Lange, junto da villa de Tete. Ao S fica a serra da Chiramba Banham o o Zambeze, que atravessa o districto na direcção de NO para SE, e os rios Revugué, Aroanhe e Aroangua. O territorio é optimo para a lavoura, podendo produzir cereaes, tabaco, algodão, etc. A riqueza mineral do districto é consideravel. No rio Vubue existem alluviões auriferas, e em volta de Tete tem-se descoberto importantes jazigos de cobre, mesmo junto á margem do Zambeze, de modo quo offerecem excepcionaes facilidades para a exploração. Em 1907 procedia se no districto a importantes trabalhos de pesquiza, tendo se já n'aquella data fundido duas barras de ouro no Missale, e em Chifumbaze procedia se á montagem d'uma bateria de 5 pilões, capaz de esmagar 700 toneladas de quartzo por mez. Egualmente abundam n'elle as minas do ferro e de carvão de pedra, tendo sido descobertas as primeiras d'estas ultimas em 1836, no governo de Izidro Manuel Carrazedo, que mandou amostras ao ministerio da marinha. Depois, sendo governador geral da provincia o general Marinho, fôram novas amostras experimentadas a bordo do vapor inglez *Nemesis*, as quaes, combinadas com outro combustivel, deram optimo resultado. O governo de Bombaim chegou a comprar este carvão a 24 rupias a tonelada (10$000 reis), mas a falta de vias de communicação na Zambezia impodiu que progredisse a mineração, porque o carvão chega va ao litoral por um preço muito elevado. Em 1844 o fallecido visconde de Villa Maior, chimico distincto, tambem examinou o carvão d'aquellas minas, classificando-o como sêcco e de boa qualidade. Em 1845 foi novamento onsaiado pelo pharmaceutico Antonio José Cardoso, que o julgou da melhor qualidade e de proveniencia ingleza. Livingstone, que visitou Tete e os seus arredores, encontrou veios de carvão de pedra na margem do rio Revugué, a 3 k. da villa, em Chicova e n'outros logares. Segundo o parecer d'aquelle viajante, Tete está no centro d'um vasto jazigo de carvão que se estende desde a Lupata até ao Zumbo, e que é fechado por um largo cinto de minas do ferro. Por fim, uma companhia organisada em Moçambique em 1875 para a exploração, em especial, de minas de carvão, enviou um engenheiro francez a Tete, o qual verificou a existencia de varios jazigos e colheu de um d'elles uma porção de combustivel que foi enviado para Moçambique e ali examinada por engenheiros inglezes da corveta de guerra *Ariel*, que fôram de parecer que o carvão era do excellente qualidade. As minas do ouro que estão registadas no districto são numerosas. Seguem-se-lhe as de cobre, de carvão e de petroleo, mas, como já vimos, o districto abunda tambem em ferro. O commercio de importação é feito com o algodão da India e de Manchester, com chitas nacionaes e estrangeiras, lençaria, missanga, arame de latão, sal, conservas, vinhos nacionaes, cerveja, licôres, quinquilharias, brim branco, kaki e mobiliario. O commercio de exportação faz se com ouro, marfim, cêra, amendoim, gado vaccum e caprino. O districto de Tete foi restaurado em 1902, depois de ter estado durante alguns annos annexado ao da Zambezia. Tem uma população indigena de 200:000 hab. Ha ali as seguintes fortificações: praça de S. Thiago Maior e forte de D. Luiz, em Tete; forte de D. Maria Pia, em Massangano; praças de guerra em Cachomba o Zombo, e portos fortificados em Mungari, Barué; Chioco, Ztin, Chiuta o Chifumbazi..

Tete. Villa e séde do districto do mesmo nome, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. O orago da freguezia é S. Thiago Maior. Está situada na margem direita do Zambeze, a cêrca de 600 k. da sua foz, tendo o rio em frente da villa aproximadamente 800 m. de largura e do profundidade. A pov. assenta em terreno elevado e fragoso, nas abas da grande serra da Caroeira, quo lhe fica ao S, e nas proximidades d'outras de menor altura, distando cêrca de 280 k. da villa do Sena. O clima, em geral, é saudavel. Ignora se a data da fundação d'esta villa, mas sabe se que logo depois de 1541 havia já no logar que occupa algumas habitações cobertas de palha. Foi mais tarde uma povoação populosa e rica, como a de Sena, sendo elevada á categoria de villa no reinado de D. José I, em 1761, quando já entrava na sua phase de decadencia. Hoje, a sua população europeia calcula se em 200 hab, sendo portuguezes, na sua maioria. Tem alfaudega, varias feitorias commerciaes, empresas de transportes fluviaes e terrestres, repartição de minas da Companhia da Zambezia, e está em communicação com Lisboa por via Londres, Cape Town o Salisbury (mala semanal) permutando tambem vales do correio com o reino. Muito decaida, como fica dito, do seu antigo esplendor,

com as suas fortalezas arruinadas e com o seu commercio muito reduzido, é possivel, todavia, que os importantes trabalhos de mineração a que se está procedendo no districto, de que é capital, a façam resurgir do seu abatimento, e tanto mais que a villa de Tete é um dos pontos principaes da Zambezia, e os seus campos são d'uma fertilidade prodigiosa. Ha em Tete umas nascentes d'agua quente sulphurosa em Inhaoudera, Metanda e Pangura. A guarnição mil. é o commando da 7.ª companhia indigena. Tem advogado, juiz municipal, *Gremio União Tete* e *Nhrougué Sport Club;* fabricas de cal e de farinha, casas de pasto, hotel; centros mineiros: *Chicorongue, Kakange, Konira, Moçaça, Maruca, Missale, Pandamacena;* negociantes de cêra, est. post. a telegr., creadores de gado, hospital, medico, pharmacia, notario, esc. do sexo masc., depositos de madeiras, etc.

Tevaros. Ribeira que nasce na freg. de Guilheiro, e depois de receber a ribeira de Bezelga, entra no rio Tavora com cêrca de 12 k de curso.

Teves (*Francisco de Paula*). V. *Paula Teves. (Francisco de)*.

Teveteve. Pov. do litoral do distr. de Sofala, Africa Oriental.

Texilheiro. Officio que tinha regimento na collecção feita pelo Senado do Lisboa em 1572. O regimento respectivo tem o N.º LXXV. Para ficar bem definido em que consistia technicamente este officio, transcreveremos os artigos d'esse regimento inedito, que se referem ao exame do official e á natureza das obras a manufacturar. Como se vê, é muito interessánte este diploma seiscentista e rico de termos industriaes, que na sua maioria não andam nos diccionarios, a como çaé pelo proprio nome do oficio: «3.º E o official que se quizer examinar ha de saber fazer um tecido de pello bem tapado de velludo e do avesso, e bem franjado. E será o velludo miudo e igual com um cordão ás ourellas por guarda e outro raso pela metade quo seja muito fino, lustroso, bem ligado e bem franjado e o pello do cima redondo e bem travado e lustroso, que so não arranque com as unhas tirando d'elle. *Item*. Fará um tecido de dois pellos d'uma banda e da outra com suas tranjas, as ourellas grossas, e bem tapadas, que sejam verçudas o que se não treslusam o os pellos bem eguaes d'uma banda e da outra de pello miudo bem feito que não será molle, o de boa côr e lustroso. *Item*. Fará outro tecido de pello com lavores debuxados, cortados com uma navalha, bem talhados o naturaes e limpos e os capos de velludo tapados que lhe não pareça o fuudo. *Item*. Saberá fazer outro raso, de ambas as bandas sem velludo algum, bem tapado e posto miudo e atravessado que leve grande lustro.» «11.º E mandam que nenhum official do dito officio metta dentro dos tecidos que fizer linha nem outra alguma cousa que seja engano do povo, o que sejam taes de dentro como de fóra, e os que d'outra maneira fôrem feitos serão havidos por falsos e haverão os officiaes que os fizerem a pena da postura dos que vendem mercadorias falsas 12.º *Item*. Serão avisados que sendo lhes demandados tecidos vermelhos para armas ou para qualquer outra cousa que lhes não mettam seuão gran fina que cahindo agua nem sumo algum so não desbote. E o que o contrario fizer pagará mil reis, a metade para a cidade e a outra para quem o accusar. 13.º *Item*. Nenhum texilheiro lavrará a duas duchas se não a quatro, por ser obra falsa e de pouca dura. E as quatro duxas lavrará duas por cima do pello e as outras com o pello levantado. E a obra que de outra maneira fizerem lhes será tomada e cortada e pagarão mil reis, a metade para as obras da cidade e a outra para quem os accusar 14.º Nenhum texilheiro fará dois tecidos do uma viagem de tecedura. E o que o contrario fizer haverá a mesma pena.»

Texugueiras. Povoações nas freguezias: S. Sebastião, de Carroiras, conc e distr. de Portalegro. || N. S.ª da Conceição e conc. d'Albufeira, distr. de Faro.

Tezido. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Ribeira, conc. do Ponte do Lima, distr. de Viauna do Castello. || S. Thomé, de Correlhã, do mesmo conc. e districto.

Tezido de Ferreiros. Pov. na freg, de S. Salvador, de Christello, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Tezo. Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Cabreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Estella, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || S. Faustino, de Guintães, conc. da Maia, do mesmo distr. || Santa Maria, de Leça, do Bailio, conc. de Bouças, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Sá, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Sá, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || S. Martinho, do Soajo, do mesmo conc. e distr. || Santa Marinha, de Villar de Pinheiro, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Thadeu *(Beato)*. Missionario que viveu no seculo XV. N. em Lisboa, professou no convento da Graça, dos eremitas de Santo Agostinho, e tratou de passar com mais uns 20 companheiros ás Canarias, a prégar a fé christã. E' conhecido pela designação de *Apostolo das Canarias;* d'ali foi para a Berberia, onde tambem prégou a religião christã, e onde morreu a 7 de janeiro de anno de 1470.

Thaide. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. da Povoa de Lanhoso, distr. e arceb. de Braga; 278 fog. e 1:003 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post., pharmacias e um mercado no 2.º domingo de cada mez. Está situada a k. da margem direita do rio Ave e a 6 da séde do conc. E' terra muito fertil em todos os generos agricolas, e cria muito gado; tem caça, e peixe que lhe vem do rio Ave, quo passa n'esta freg. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Thaim. Pov. na freg. de Santa Maria, de Silva Escura, conc. da Maia, distr. do Porto.

Thalesio *(Pedro)*. Notavel musico que floreceu no seculo XVII. Não se sabe ao certo se era hespanhol ou portuguez de nascimento, o que se sabe é que viveu em Portugal, e que escreveu a sua obra na lingua portugueza, não alludindo nunca á sua qualidade de estrangeiro, e deve notar se que essa obra fôra escripta exactamente na epoca em quo predominava entre nós o uso de escrever em castelhano, uso que o governo intruso de Hespanha animava por interesse politico. Em 1593 Thalesio achava-se em Lisboa, sendo em 30 do junho escolhido para mestre da ca-

pella do hospital de Todos os Santos, por deliberação dos irmãos mesarios da Misericordia, administradora do hospital. O ordenado que annualmente competia a este cargo, era: «60 alqueires de trigo e 20$000 reis em dinheiro, sendo 16$000 reis de ordenado e 4$000 para um moço e tres quartos de carneiro pelas festas e um alqueire de grãos, e a casa da escola que está na varanda dos padres (os capellães do hospital) e cama.» Pedro Thalesio, porém, era casado, e por esse motivo reconheceu-se que não podia pousar nas casas dos clerigos, dando se lhe, em vez de cama, 4$000 reis de gratificação; foi isto determinado em 2 de junho de 1594. Dois annos depois, já se não contentava com aquella gratificação, e requereu que lhe dessem 20$000 reis, que era, segundo allegava, quanto dispendia com as casas em quo vivia; a mesa da Misericordia resolveu, por despacho de 29 de novembro de 1596, que se lhe desse metade do que elle pedia, isto é, 10$000 reis. O prelado D. Affonso Furtado de Mendonça, que por esse tempo era deão da Sé de Lisboa, e foi depois reitor da Universidade de Coimbra e membro do conselho de Portugal, tendo sido despachado para bispo da Guarda em 1610, escolheu Pedro Thalesio para mestre da capella da sua cathedral. Mas logo dois annos depois requereu a cadeira de lente de musica da Universidade, o que alcançou por despacho de 1612, com o ordenado de 60$000 reis annuaes. Em 1614 requereu que aquelle ordenado fôsse elevado a 100$000 reis e 4 moios de trigo, e a mesa da Universidade foi de parecer que se lhe augmentasse 10$000 reis e não mais, augmento que só lhe foi concedido por carta regia de 17 de maio de 1616. N'este anno, foi transferido para o bispado de Coimbra o seu protector o bispo D. Affonso Furtado de Mendonça, e esta circumstancia o animou a publicar algumas obras didacticas, começando por um compendio de canto-chão, que por fim foi a unica que se publicou, a qual tem por titulo: *Arte de Canto Chão com uma breve instrucção para os Sacerdotes, Diaconos, Subdiaconos, e moços do Coro, conforme ao uso Romano; composta e ordenada por Mestre Pedro Thalesio Cathedratico de Musica na insigne Universidade de Coimbra;* Coimbra, 1618. Teve 2.ª edição em 1628, quando o bispo de Coimbra tinha já passado a arcebispo de Lisboa, e era um dos governadores do reino. A obra era dedicada ao illustre prelado. Escreveu mais obras, cujo manuscripto d'uma d'ellas vem mencionado no *Index* da livraria de D. João IV, com esta indicação: *Compendio de Canto de orgão, contraponto, composição, fugas e outras cousas.* Foi Pedro Thalesio um dos primeiros homens que inventou os côros de musica, e um dos fundadores da *Confraria de Santa Cecilia dos musicos*, em 1603, na egreja do Espirito Santo da Pedreira, que ficava no local onde actualmente se vêem os Grandes Armazens do Chiado. Parece que Pedro Talesio fal. em 1629 ou pouco antes, porque n'esse anno vagou a cadeira de musica da Universidade, sendo para ali nomeado Fr. Francisco Camello.

Theatro. As representações theatraes são antiquissimas. Na Grecia, por muito tempo, e mesmo durante todo o periodo em que fôram compostas as grandes obras primas dramaticas, os gregos só tiveram theatros de madeira, construidos para uma festa determinada e demolidos depois das representações. Foi sómente no seculo IV antes da era christã que elles começaram a construir theatros de pedra; desde então os monumentos d'este genero multiplicaram se em todos os paizes hellenicos. As ruinas d'elles são innumeraveis. Os romanos construiram theatros á imitação dos gregos, mas, por muito tempo, contentaram-se com theatros de madeira. O primeiro theatro de pedra foi construido por Pompeu, 50 annos antes de Christo. Havia 200 annos que as comedias eram conhecidas, mas não se representavam em edificios expressamente para esse fim, porém n'um logar em que o palco do theatro era franco aos admiradores, geralmente praças publicas. Plauto, o creador da comedia latina, já escrevia tres seculos antes da era christã, e Terencio, cujas comedias não eram menos estimadas, nasceu 192 annos antes de Christo. Augusto Marcello mandou edificar o segundo theatro no anno 743 de Roma, cuja inauguração teve logar no mesmo anno que a do terceiro edificado por Balbo. O theatro do Pompeu podia conter 40:000 pessoas, sentadas commodamente. Os de Marcello e de Balbo só tinham logar para 30:000, mas eram todos os tres da maior magnificencia. A affeição ao theatro entre os romanos chegou a ser tão notavel que em pouco tempo os tres theatros eram insufficientes, e foi indispensavel levantar grandes edificios de madeira para receber os espectadores. Augusto era muito affeiçoado ao theatro, chegando até a escrever pantomimas. Foi elle, segundo affirmam escriptos d'aquellas epocas, o inventor dos *jogos augustos*, e escreveu regulamentos para o theatro, fazendo os rigorosamente cumprir. N'umas escavações a que se procedeu em Lisboa na rua de S. Mamede, defronte das torres da Sé, no dia 30 de dezembro de 1798, fôram descobertas as ruinas d'um theatro romano, dedicado a Nero, e fundado por Caio Heio Primo, segundo a inscripção da frente do proscenio. Este theatro, o primeiro do quo ha noticia na Lusitania, tinha sido destruido e soterrado por um antiquissimo terremoto, que se julga, como provavel, que fôsse o do anno 382 da era christã, no tempo do imperador Valente ou talvez o do anno de Christo 446, no imperio de Theodosio II. Ambos estes terremotos fôram geraes e destruiram cidades inteiras; ou seria destruido por algum dos outros posteriores, como o do 1356 que destruiu a capella-mór da Sé, d'onde o theatro estava perto. O facto é que foi o terremoto de 1755 que acabou do o destruir totalmente, sem d'elle deixar o menor vestigio. O erudito professor Luiz Antonio de Azevedo publicou em 1815 uma obra sobre este assumpto, a qual dedicou ao marquez de Bellas: a seguinte *Dissertação critico-filologico-historica sobre o verdadeiro anno, manifestas causas, e attendiveis circumstancias da erecção do Tablado e Orquestra do antigo Theatro Romano, descoberto na excavação da Rua de S. Mamede perto do Castello d'esta Cidade, com a intelligencia da sua Inscripção em honra de Nero, e noticia instructiva d'outras Memorias ali mesmo achadas, e até agora apparecidas.* O theatro em Portugal começou, como é sabido, em Gil Vicente, no tempo d'el rei D. Manuel I. Nos artigos de Lisboa e do Porto, as duas principaes cidades de Portugal, nos volumes IV e V d'esta obra, veem minuciosamente descriptos os theatros antigos e modernos, assim como os pateos

do comedias, que tanto floresceram desde o seculo XVI até ao seculo XVIII. Em 1771 formou-se uma associação theatral, constituida por homens de negocio da praça de Lisboa, a qual tinha por titulo *Sociedade estabelecida para a subsistencia dos theatros em Portugal*, cujos estatutos fôram approvados por alvará de 17 de julho do referido anno de 1771.

Thedo. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Villa Sêcca, conc. de Armamar, distr. de Vizeu. || Rio do distr. de Vizeu. N ao N de Caria, na freg. de Arcozellos, corre ao N, passa a 2 k. ao E de Moimenta da Beira, a egual distancia do castello e a 1 k. tambem ao E de Goujoim, tem ponte na estrada de Regua a S. João da Pesqueira, e entra no rio Douro com 30 k de curso.

Themande. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Calvos, conc. de Guimarães, distr de Braga.

Themudo. Appellido de familia nobre, e verdadeiramente portuguez. O primeiro que se assignou *Themudo*, por ordem expressa de D. Affonso V, foi Ruy Fernandes Themudo, natural de Abrantes, o onde tinha o seu solar. Fez prodigios de valor nas guerras d'Africa, e em recompensa d'elles o referido rei accrescentou-lhe as armas por provisão de 11 de outubro de 1476, as quaes passaram a ser: Em campo azul uma aguia de ouro de duas cabeças, com as azas abertas o os pés firmados sobre uma cabeça de moiro com turbante de prata, cortada em sangue, e por orla um cordão de ouro de S. Francisco. Timbre, meia aguia de ouro

Themudo *(André Pereira)*. Capitão de milicias pernambucano, que se tornou notavel por um acto de bravura heroica e desesperada, que praticou, e em que encontrou a morte no dia 16 de fevereiro de 1630. Os hollandezes tinham desembarcado em Pernambuco, e estiveram longe de encontrar ali uma resistencia que pudesse comparar se com a reacção violenta que os expulsou depois da provincia brazileira conquistada. Olinda foi abandonada, e os 3:000 soldados hollandezes, que penetraram ali, entregaram-se brutalmente ao saque, praticando violencias e profanações, que excitaram o brio de alguns valentes, e fizeram com que praticassem acções da mais louca intrepidez. Assim Salvador de Azevedo defendeu só com 21 homens o collegio dos jesuitas, e só cedeu o campo quando se viu coberto de feridas e sem soldados, porque estavam quasi todos mortos. André Pereira Themudo, porém, fez mais, porque, furioso ao vêr que os hollandezes saqueavam a egreja da Misericordia, lançou-se sósinho ao meio d'elles com a espada em punho, e em quanto teve forças matou, até cair varado por mil golpes, ganhando para o seu nome, até ahi desconhecido e obscuro, perpetua fama.

Themudo *(D. Fr. Jorge)*. Arcebispo de Gôa. Era natural de Oleiros, e fal. em Gôa a 29 d'abril de 1574. Vestiu o habito dominicano; e em 1559 foi nomeado bispo de Cochim, diocese que governou 9 annos, até que em 1568 foi elevado á dignidade de arcebispo de Gôa. Apenas tomou posse reuniu o concilio provincial, que o seu antecessor D. Fr. Gaspar de Leão já reunira em 1567, e redigiu as constituições do arcebispado. Pouco tempo durou o seu governo, o sentindo que estava atacado de doença mortal, recolheu-se ao collegio de S. Paulo, dos jesuitas, onde falleceu.

Theobalde. Pov. na freg. de S. Miguel, de Souto, conc. da Feira, distr. d'Aveiro.

Theodosio *(D)*. Principe de Portugal, filho primogenito do D. João IV e da rainha sua mulher, D Luiza de Gusmão. N. em Villa Viçosa a 8 de fevereiro de 1634, fal. em Lisboa a 15 de maio de 1653. Quando nasceu, ainda seus paes eram apenas duques de Bragança. Foi educado por excellentes mestres, aprendendo as linguas latina, grega e hebraica; equitação, esgrima, mathematica, direito civil e canonico, historia, fortificação e pintura; para saber tambem algum officio, dedicou-se á relojoaria. Segundo os chronistas do tempo, o principe era muito intelligente, mas era tambem excessivamente mystico. Rodeado de frades e muito affecto aos padres jesuitas, deixou se influenciar por elles desmedidamente, passando uma grande parte do tempo que lhe ficava dos seus estudos, em rezar e a assistir aos officios divinos. Os cortezãos mais servis exaltavam estas virtudes, e olhavam o principe com respeito e veneração. Os fidalgos mais sensatos procuravam chamal o ao cumprimento do seu dever de principe herdeiro, aconselhando-o a que apparecesse, especialmente ao exercito, com o qual devia familiarisar-se. D. Theodosio havia sido jurado successor ao throno, nas côrtes celebradas em Lisboa a 28 de janeiro de 1641. O principe achou acertadas as ponderações dos fidalgos, e mesmo sem dizer nada a seu pae, resolveu ir apresentar se ás tropas, que então estavam no Alemtejo, e partiu para Elvas no intuito de se expôr aos maiores perigos. D. João IV não gostou da deliberação do filho, e procurou por todas as fórmas evitar que elle se tornasse muito popular. Muito desconfiado, receou que o principe se insinuasse de mais no espirito dos soldados e por isso o contrariou sempre que pôde, chegando até a recusar lhe o preciso para sustentação da sua casa. Reconhecendo a má vontade do rei seu pae, D. Theodosio voltou para Lisboa, e D. João IV recebeu o friamente. Comtudo, o monarcha, querendo lisonjear-lhe o genio, o nomeou a 25 de janeiro de 1652 governador e capitão general das armas do reino, cargo perfeitamente honorifico. D. Theodosio ficou desgostoso da fórma como o pae o tratava, e esse facto exacerbou lhe o mysticismo. De compleição franzina, sensivelmente prejudicada pelos exaggeros religiosos, facilmente succumbiu, quando se convenceu de que o pae o não amava como elle queria ser amado. Redobrou, portanto, os exercicios religiosos, jejuando e confessando-se amiudadas vezes, contribuindo assim para um enfraquecimento geral a que não pôde resistir, fallecendo com pouco mais de 19 annos de edade. O povo chorou-o com sinceridade, especialmente nas circumstancias em que o principe perdera a vida. Depois tudo se combinou para que a nação se lembrasse d'elle com maior saudade D. Affonso cingiu a corôa para dar logar aos mais lamentaveis successos, como é bem notorio; D. Pedro II foi tambem como todos sabem. Realmente, dos tres irmãos era D. Theodosio o que, corrigidas as suas exaltações mysticas, podia largamente contribuir para a prosperidade do paiz, porque na verdade, era muito intelligente. Os trabalhos que deixou, abstraindo as cousas pedantescas e piedosas derivadas da sua educação religiosa, accusam talento e boas intenções. O principe deixou varias obras mysti

cas, escriptas em latim, e umas cartas ao seu confessor D. André Fernandes, bispo do Japão, á rainha da Suecia e a el-rei seu pae.

Theotonio *(S.)*. Primeiro prior de Santa Cruz de Coimbra. N. na aldeia de Tardinhade, na freguezia de Ganfey, na provincia do Minho, no anno de 1082, fal. em Coimbra a 18 de fevereiro de 1162. Era filho d'um nobre godo chamado Oveio e de sua mulher Eugeuia. No sitio, onde a tradição affirma que se levantava a casa onde S. Theotonio nascêra, está hoje situada uma ermida da invocação do mesmo santo, junto da qual correm as aguas da fonte do Forniuho, que são reputadas milagrosas pelo povo d'essas localidades. No convento benedictino de Ganfey, que já então existia, aprendeu S. Theotonio as primeiras letras, e dando provas de viva intelligencia, chamou o para Coimbra seu tio materno o bispo D. Cresconio, quo encarregou o arcediago D. Tello de lhe ensinar theologia, canto e humanidades. Em 1098 falleceu seu tio Cresconio, e S. Theotonio, que então contava apenas 16 annos, foi chamado para Vizeu onde era prior da collegiada dos conegos regrantes outro seu tio D. Theodorico, que lhe fez tomar as ordens, na mesma collegiada, onde aos 30 annos foi eleito prior, quando seu tio morreu em 1112. Vizeu estava sendo n'essa occasião governada ecclesiasticamente pelo bispo de Coimbra, que era D. Gonçalo, successor de D. Cresconio, que obrigou Theotonio a acceitar o logar de parocho da egreja matriz de Vizeu. Já a esse tempo Theotonio se tornára notavel polo modo como administrara o seu convento, ampliando e embellezando a egreja, e adquirindo rendas novas para a congregação. Ardia então em toda a Europa o enthusiasmo pelas cruzadas, o Theotonio foi um dos que tomaram a cruz vermelha, e provavelmente na Palestina não se limitou a visitar os logares santos o a resar deante do Santo Sepulchro, tambem desembainhou a espada e combateu contra os sarracenos, porque elle, como muitos sacerdotes do seu tempo, era um clerigo militante. Voltando a Portugal, não quiz continuar a exercer autoridade ecclesiastica, rejeitando até a mitra que lhe offereciam, e limitou se a servir de coadjutor a Honorio quo elle deixára como seu substituto, quando partira para a Terra Santa. Ainda voltou segunda vez á Palestina, o em 1131, tendo regressado tambem da Palestina o bispo de Coimbra D. Mauucio e o arcebispo D. Tello, encontraram os conegos regrantes do Coimbra vivendo vida secular. Trataram um e outro de restabelecer a regra, e fundaram o mosteiro de Santa Cruz, onde D. Tello entrou com 11 companheiros, um dos quaes era o seu antigo discipulo Theotonio, que foi eleito prior. Dois annos depois já havia 72 conegos em vez de 11, e D. Theotonio fazia maravilhas na administração. Fundava as famosas aulas de Santa Cruz, quo fôram durante dois seculos a verdadeira universidade portugueza, fundou no seu mesmo convento um hospital para homens pobres, e no convento das conegas de S. João de Deus um hospital para as mulheres pobres; fundou o convento de S. Romão em Ceia e de Santa Maria da Pena em Leiria. Além d'isso, sendo confessor de D. Affonso Henriques e seu particular amigo, não ficava de braços cruzados, quando elle ia batalhar contra os sarracenos. Punha o elmo, cingia a cotta de malhas por baixo das vestes prelaticias, e empunhando a espada em vez do baculo, ia carregar com denodo sobre os sarracenos. Até mesmo póde dizer-se que não manifestava n'esses recontros uma grande caridade christã, nem tinha ideias muito evangelicas a respeito da questão da servidão, porque por um documento do tempo, se sabe que n'uma entrada que elle, D. Theotonio, prior de Santa Cruz e depois santo, fez no Alemtejo, não só trouxe comsigo arrebanhados muitos escravos moiros, mas tambem christãos mozárabes, quer dizer que viviam debaixo do dominio árabe, a quem não valeu serem baptisados, porque ficaram sendo, como os outros, escravos do convento de Santa Cruz. Em 1152, tendo 70 annos de edade, renunciou ao priorado, e ainda viveu 10 annos em Santa Cruz, como simples conego, até que morreu com 80 annos. Em 1630 foi o seu corpo trasladado para um magnifico tumulo de jaspe erecto na egreja do Santa Cruz. Logo no anno seguinte ao da sua morte, em 18 de fevereiro de 1163, era Theotonio canonisado pelo papa Alexandre III, o dia da sua festa ficou sendo n'esse mesmo dia 18 de fevereiro, e foi por muito tempo dia santo de guarda nas dioceses de Vizeu e de Pinhel.

Thereza *(D)*. Primeira rainha de Portugal, casada com o conde D. Henrique de Borgonha, que foi, sem ter titulo de rei, o primeiro soberano de Portugal. D. Thereza, ou *Tareja*, é conhecida pelo nome de infanta rainha, porque esse titulo de rainha o tomavam então frequentemente as filhas de reis. D. Thereza era filha bastarda de D. Affonso VI de Castella e Leão, e d'uma dama nobre leoneza, chamada Ximena Muniones. Com D. Thereza, que era formosissima, como affiançam todos os documentos contemporaneos, casou em 1093 o principe francez Henrique de Borgonha, e não se poderá dizer se foi uma esposa fiel, porque emfim, depois de viuva deu provas evidentes de ser muito dominada pelos sentidos, como succedia egualmente com sua irmã legitima, a infanta D. Urraca, mas foi pelo menos uma auxiliar dedicada dos seus planos e uma fidelissima seguidora da sua politica depois da sua morte. Já durante a vida de seu marido, ficára D. Thereza governando o paiz, mas foi depois da morte d'elle quo D. Thereza mostrou que era dotada d'um caracter energico, muito capaz de concorrer, como concorreu, para a fundação da nossa nacionalidade. O conde D. Henrique morreu em 1114, deixando seu filho, D. Affonso Henriques, apenas com 3 annos d'edade, e D. Thereza ficou governando como regente o condado de Portugal, que abraugia o territorio actual do nosso paiz desde o rio Minho até pouco para o sul do Mondego. D. Henrique deixára interrompido o seu projecto de se assenhorear da herança de D. Affonso VI, que competia ao neto d'este soberano, filho de D. Urraca e do conde Raymundo de Borgonha, seu marido. Governava Castella o Leão durante a menoridade do seu filho, D. Urraca, quo despozara em segundas nupcias o rei Affonso de Aragão, com quem se não dava bem. Fomentar a discordia entre os dois conjuges fôra a politica do D. Henrique, e foi tambem a politica de D. Thereza Conseguiu ella persuadir D. Affonso, estando com elle e com sua irmã em Astorga, que esta tencionava envenenal-o. Bastou isso para que D.

Affouso a expulsasse Então D. Urraca, furiosa, e auxiliada pelos barões leonezes, quiz vingar-se de D. Thereza, que se refugiou a toda a pressa em Portugal Não tardaram, porém, a reconciliarem se as duas irmãs, e nas côrtes de Oviedo appareceu D. Thereza recouhecendo a supremacia de sua irmã; appareceu, porém, sósinha, porque os barões portuguezes não compareceram ali. Por isso tambem essa reconciliação foi passageira. Apenas D. Thereza viu que se sublevavam contra sua irmã os barões da Galliza, correu a auxilial-os, e ella em pessoa, com o conde gallego D. Pedro Froylaz de Trava, sitiou D. Urraca no castello do Suberoso. D. Urraca fez uma sortida victoriosa, mas a revolta continuou, e teve de transigir com os inimigos. D. Thereza alcançou n'essas contendas um augmento de territorio, porque sua irmã lhe concedeu uma porção da Galliza, em que se comprehendiam os bispados de Tuy e d'Orense. Essas conquistas fôram terrivelmente compensadas por uma invasão musulmana, que chegou até Coimbra, devastando tudo no seu caminho. Depois, em 1121, veiu D. Urraca invadir de novo Portugal, e chegou até Lanhoso, onde cercou sua irmã, e onde esteve perfeitamente á mercê da invasora a nacionalidade portugueza. Mas salvaram n'a as discordias da Galliza. O arcebispo de Compostella D. Diogo Gelmires tórnou-se por tal fórma exigente e insolente com D. Urraca, que esta preferiu fazer uma paz sincera com sua irmã a ter de sujeitar-se ás insolencias do prelado. Por isso D. Thereza se salvou d'um modo tão victorioso do maior perigo que correra na sua vida, que não só conservou intacto o condado de Portugal, os bispados de Tuy e d'Orense, mas ainda alcançou os territorios de Samora e Salamanca. Até aqui temos visto a infanta rainha mostrar um espirito verdadeiramente varonil e tratar de politica e de conquistas como seu marido. Parecia que não a preoccupava senão o desejo de ampliar o seu territorio e assegurar a sua independencia, mas emfim a mulher com as suas fraquezas e as suas paixões não podia deixar de revelar-se; um fidalgo gallego que andava na sua côrte fugindo ás perseguições de D. Urraca contra a qual elle e seu pae se tinham revoltado, captivou a formosa rainha com a sua varonil belleza. Era este fidalgo Fernão Peres de Trava, filho d'aquelle conde D. Pedro Froylaz que sitiara com D. Thereza no castello de Suberoso a rainha D. Urraca. Já havia muito que a infanta rainha D. Thereza mostrava a sua predilecção pelo gentilissimo fidalgo, mas essa predilecção manifestou-se, de um modo escandaloso, quando lhe deu o governo dos antigos condados de Portugal e Coimbra, que eram ainda por assim dizer todo o territorio portuguez. Equiparou o d'essa fórma ostensivamente a seu marido, como secretamente o equiparara nos privilegios do thalamo. Este acto desgostou profundamente os fidalgos portuguezes, como desgostou o moço D. Affonso Henriques, já entrado na adolescencia e que manifestava em todas as cousas uma decisão precoce. Em 1125, tendo apenas 14 annos, foi elle armado cavalleiro. Os nobres confiavam n'elle, o seu aio Egas Moniz tambem era dos que se mostravam descontentissimos com o predominio de Fernão Peres de Trava; preparou se uma conspiração para o derrubarem, mas transpiraram noticias a esse respeito, e o arcebispo de Braga foi preso pela infanta. Isso não impediu, ao que parece, a conspiração de rebentar, porque em 1127 estava já D. Affonso Henriques senhor directamente de algumas das terras portuguezas e achava se em Guimarães, quando D. Affonso Raymundes, ou D. Affonso VII de Castella, filho de D. Urraca, tomando por morte de sua mãe as redeas do governo, intimou D. Thereza a reconhecer a sua suzerania. D. Thereza recusou se formalmente, e D. Affonso VII invadiu Portugal e sitiou Guimarães, onde estava D. Affonso Henriques. Alguns historiadores antigos suppuzeram, que D. Affonso VII viera em soccorro de D. Thereza, mas não é exacto. D. Affonso VII nada tinha com as discordias internas de Portugal, intimou D. Thereza a reconhecel-o como suzerano. D. Thereza, fiel ás suas tradições, recusou, e seu filho, n'esse ponto, acompanhou-a. Comtudo, desejosos, mãe e filho,

Rainha D. Theresa

de resolverem as suas contendas, procuraram livrar se o mais depressa possivel de D. Affonso VII, e a esse desejo, ainda mais que ao aperto do sitio, se deve o juramento de vassallagem prestado por Egas Moniz ao rei de Leão e de Castella, em nome do seu pupillo, e que depois quiz tão briosamente resgatar com a propria vida. (V. *Moniz, Egas*) No anno seguinte, 1128, a revolta rebentou completamente. Os barões portuguezes, agrupados em torno de D. Affonso Henriques, juntaram-se em Braga e marcharam contra Guimarães, onde estava o conde de Trava com a infanta rainha. Deu-se então a batalha de S. Mamede em que o conde de Trava foi batido, resultando serem D. Thereza e o seu amante expulsos de Portugal. A tradição que attribue a D. Affonso Henriques a prisão de sua mãe no castello de Lanhoso, carregada de ferros, está provado que não é exacta, porque assim o attestam documentos coevos. D. Thereza morreu dois an-

nos depois, a 1 de novembro de 1130, e foi trasladada para Braga, onde jaz com seu marido na capella mór da Sé.

Thereza *(D).* Infanta de Portugal, irmã de D. Affonso Henriques, filha do conde D. Henrique e da rainha D. Thereza. Sabe-se apenas da sua vida que foi a mais nova das filhas e que casou com D. Sancho Nunes de Barbosa, descendente do conde, D. Nuno de Cella Nova.

Thereza *(D.)* Infanta de Portugal, segunda filha do rei D. Affonso Henriques, o que nos escriptores estrangeiros apparece sempre com o nome de Mathilde, porque foi esse o que usou depois do seu casamento. Não se sabe ao certo o anno em que nasceu, mas consta que foi senhora de varios logares, e entre outros de Montemór o Velho e Ourem. Casou em agosto de 1184 com Filippe da Alsacia, conde de Flandres, que morreu no cêrco d'Acre em 1190. Tendo ficado a reger os estados do marido, durante a sua ausencia na Terra Santa, recebeu por morte d'elle e em satisfação de dote, Lille, Furnes, em Bourbony e outras terras. Em 1194 passou a segundas nupcias com Eudo, 3.º duque de Borgonha do nome, mas antes de findo um anno o papa separou os dois esposos, allegando, como era frequente n'essa epoca, o proximo parentesco que entre elles havia. A infanta D. Thereza fal. sem deixar successor, a 6 de maio de 1218, d'um desastre, voltando-se o coche em que ia, n'uma lagôa perto de Furnes, quando a tiraram da agua já estava morta. O seu cadaver foi transportado para a abbadia de Chairval.

Thereza *(D.)* Filha illegitima de D. Sancho I o de D. Maria Paes Ribeira. Foi segunda mulher de D. Affonso Telles de Menezes, senhor de Albuquerque, e d'ella descendem as casas de Cantanhede, Tarouca, e outras.

Thereza *(D.)* Infanta de Portugal, filha d'el-rei D. Pedro II e de sua segunda mulher. N. a 24 de fevereiro de 1696 em Lisboa. Esteve para casar com o archiduque Carlos, pretendente á corôa de Hespanha e que depois foi imperador da Allemanha, mas a infanta falleceu com 8 annos incompletos, a 16 de fevereiro do anno de 1704.

Thereza *(Beata D).* Infanta de Portugal e rainha de Leão Era filha de D Sancho I e de sua mulher, a rainha D. Dulce. Casou com D. Affonso IX, rei de Leão, e tinha já tres filhas, quando o papa Celestino III, em 1195, se lembrou de que os dois conjuges eram parentes em grau prohibido pela Egreja, e declarou nullo o casamento. D, Affonso IX, de Leão, obedeceu e repudiou a esposa, que se retirou para Portugal. O divorcio foi feito á boa paz, mas D. Sancho ainda assim nunca perdoou a affronta do rei de Leão Não foi isso decerto extranho á alliança que D. Sancho contrahiu com Aragão e Castella contra Leão e Navarra. D. Thereza, entretanto, retirando se para Portugal, restaurava o mosteiro de Lorvão, onde mettia freiras cistercienses, dispondo-se a tomar ella mesma o habito. Seu pae deixou lhe em testamento as villas de Montemór e Esgueira, mas seu irmão D Affonso II não se mostrou disposto a respeitar o testamento do pae, e intimou as irmãs a restituirem os legados, porque seu pae não tinha direito de fazer o que fizera. Não se resignou D. Thereza, e da mesma fórma que D. Sancha, sua irmã, chamou em seu auxilio os cavalleiros descontentes do governo de D. Affonso II, preparando se para resistir. D. Affonso viu que o negocio era serio, e quiz transigir *(V. Mafalda e D. Sancha).* Não lhe acceitaram a transigencia, e D. Affonso IX de Leão, tomando como um dos pretextos para invadir Portugal a affronta que se fazia á senhora que fôra sua esposa; invadiu o nosso territorio, tomou umas poucas de praças, e collocou em circumstancias apertadas D. Affonso II, que, tendo soccorrido D. Affonso VIII de Castella contra os moiros, tinha a melhor parte das suas tropas no campo de batalha das Navas de Tolosa. Quando a campanha terminou, as tropas voltaram, D. Affonso VIII mostrou-se ameaçador com D. Affonso IX, e este houve por bem retirar apressadamente. Ao mesmo tempo interveiu na contenda o papa Innocencio III, que a decidiu de modo que D. Affonso II tambem propuzera, quer dizer, ficando as infantas com o usofructo do rendimento das villas, e nomeando D. Affonso II os alcaides Serenou isto por algum tempo, porque, logo que D. Affonso II se achou envolto n'algumas difficuldades, D. Thereza renovou as suas pretenções, que seu divorciado esposo de novo favoreceu, invadindo a provincia de Traz-os Montes, e tomando Chaves, de que ficou de posse com o pretexto de servir de garantia ás terras de D. Thereza. Quando D Affonso II morreu e subiu ao throno D. Sancho II, ainda em menor edade e debaixo da regencia dos ministros de seu pae, todos aquelles que a mão de ferro de D. Affonso II obrigára a curvarem-se deante da sua energica vontade, levantaram a cabeça e renovaram as suas pretenções. A infanta D. Thereza, apezar de já estar no convento do Lorvão e de parecer que devia estar completamente alheia aos interesses do mundo, não se esqueceu de aproveitar a fraqueza do governo para rehaver as suas possessões em toda a plenitude. Effectimente, obtiveram tudo, resolvendo-se apenas o direito regio de reverterem para a corôa as villas e castellos, logo que as infantas morressem. Em 1230 novos acontecimentos fôram perturbar D. Thereza no seu retiro de Lorvão Morrera seu marido D. Affonso IX de Leão, e devia succeder-lhe D. Fernando de Castella, seu filho, que já succedera a D. Affonso VIII, seu avô materno, rei de Castella. Mas D Fernando era filho de D. Berengaria, com quem D. Affonso IX casára, depois de se divorciar de D. Thereza, e esta, como dissémos, déra a seu marido tres filhas, cujos direitos sustentava agora com todo o calor. Não era natural que a sua causa vingasse, em todo o caso D. Berengaria, mãe de D. Fernando, entendeu ser preferivel chegar a um accordo para que D Fernando podesse herdar sem contestação nem luctas a corôa leonina Veiu a Portugal ter uma conferencia com D. Thereza, que estava no seu convento de Lorvão, e conseguiu que esta desistisse em nome de suas filhas, dos seus direitos á corôa em troca d'uma forte pensão, e que os ministros de D. Sancho II desistissem tambem de auxiliar as suas pretenções em troca da restituição de Chaves, que D. Affonso IX tomára, como garantia, de que D. Thereza não seria perturbada na posse das suas terras. D. Sancho II jurou respeitar sempre esses direitos e o accordo ficou concluido, juntando se então, para nunca mais se separarem as corôas de Leão

e de Castella D. Thereza continuou a viver no convento de Lorvão, até que rebentou a guerra civil entre D. Sancho e seu irmão D. Affonso, que depois foi e rei D. Affonso III. Então saiu do convento, não para amparar o monarcha in feliz, mas tambem para lhe vibrar mais um golpe, dando toda a força a D. Affonso. Foi o ultimo acto conhecido da sua vida. Fal. a 17 de janeiro de 1250, e foi sepultada na capella mor da egreja de Lorvão. O papa Clemente XI beatificou a por bulla de 23 de dezembro de 1705, e em 1734 concedeu se lhe officio proprio no reino de Portugal.

Thermas Estabelecimento onde se tomam aguas medicinaes quentes, quer seja o calor natural, quer artificial. Depois deu-se o mesmo nome aos estabelecimentos em que se tomam toda a qualidade de banhos, quentes, frios, de chuva, de vapor, etc. Os romanos possuiam vastos e luxuosos estabelecimentos de banhos, cujas ruinas existem em grande numero Havia thermas não só nas grandes cidades, mas ainda nas pequenas e em muitas povoações e aldeias. As ruinas das thermas de Diocleciano, de Aggripa, de Tito, de Caracalla, em Roma; as das thermas de Tin gad, na Africa, de Veleja, proximo do Placencia, confundem a imaginação pelas suas dimensões colossaes. Entre as mais bem conservadas, pódem citar se diversas thermas publicas e particulares de Pompeia. Em Portugal construiram os romanos muitas thermas em differentes povoações, que vão descriptas nos artigos respectivos. Os árabes destruiram muitas d'estas thermas, reconstruiram outras, que os vandalos, suevos e godos haviam destruido, e construiram outras de novo. Em Portugal ha numerosas nascentes de aguas mineraes, as quaes vão mencionadas nas localidades onde nascem, ou teem edificios proprios para seu uso. Em S. Pedro do Sul, na povoação de Banho, comprehendida na área da freguezia de Varzea, ha um importante estabelecimento de banhos sulfurosos quentes, cuja temperatura á nascente é de 60.° centigrados. Está situada junto e na margem esquerda do Vouga. Estes banhos costumava frequenta-los muito a ex-rainha D. Amelia, ganhando muito a localidade com a sua presença, com a protecção quo sempre lhe dispensou. Pelo decreto de 15 de maio de 1895, deu-se áquellas caldas a denominação de *Thermas da rainha D. Amelia*. Hoje são designadas por *Thermas de S Pedro do Sul*. V. este nome.

Thesoureira. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Arrauhó, conc. d'Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

Thesoureiro. Pov. na freg. de S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro.

Thesouro. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Pereiro, conc. d'Alcoutim, distr. de Faro.

Thesouro Publico. Tribunal extincto pela dictadura de 1836. Resuscitado em março de 1842.

Thó. Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança; 132 fog. e 495 hab Tem esc. do sexo fem, e est. post. Está situada na estrada da Bemposta ao Mogadouro, a 12 k. da séde do conc. A terra é pouco fertil. Tem gado e caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 10, com a séde em Mirandella.

Thomar (*Antonio Bernardo da Costa Cabral, 1.° conde e 1.° marquez de*). A figura preponderante d'este illustre estadista na politica portugueza é sobejamente conhecida pela sua obra em torno da qual girou toda a politica de consolidação constitucional do reinado de D. Maria II. Objecto das mais apaixonadas discussões, odiado por uns, adorado e extremecido por outros, esse homem não pôde esquivar-se ao destino que sempre envolve os vultos da sua estatura intellectual, para os quaes a critica, só muito tarde, encontra a serenidade precisa para os julgar: A indole d'este trabalho, obriga-nos a abandonar ás obras especiaes o estudo minucioso do seu papel politico, limitando-nos aqui a leves referencias aos factos e a procurar reunir alguns traços biographicos, ineditos por vezes, do homem e do estadista. Filho segundo do conselheiro Antonio Bernardo da Silva Cabral e de D. Francisca Victoria Rebello da Costa Côrte Real, o futuro 1.° conde e 1.° marquez de Thomar, Antonio Bernardo da Costa Cabral, nasceu em Algodres, aldeia encravada nas serranias da Beira, districto da Guarda, em 9 de maio de 1803. Era pequena a fortuna dos paes, que sobrecarregados com a educação de mais filhos (o futuro conde de Cabral e o futuro presidente do supremo tribunal de justiça) que em Coimbra estavam a estudar, tomaram desde logo o projecto de entregar o filho Antonio a essa vida accidentada e aventurosa que era a carreira militar d'aquelle tempo. No entanto mandaram lhe ensinar as primeiras letras pelo abbade da terra, como era então costume, e tanto o mestre como o discipulo tão bem se houveram, que aos 15 annos de edade Costa Cabral estava habilitado com os preparatorios da Universidade, para onde o pae se resolveu emfim a mandal o tambem; aos 20 annos concluiu com distincção a formatura em direito. Foi este o seu primeiro triumpho, a pedra de toque da sua intelligencia e da sua vontade. Sáe de Coimbra, monta banca de advogado em Penella, em Celorico da Beira depois (1826) e seguiria no fôro, em que decerto viria a notabilisar-se, se a funesta guerra civil de então, entre absolutistas e liberaes, o não arrastasse, n'um gesto juvenil e desinteressado, a alistar-se como soldado, nas hostes liberaes d'Azevedo, futuro conde de Samodães Vencido o exercito constitucional, ferozmente perseguido, consegue Costa Cabral refugiar-se na Galliza, passando depois a Inglaterra, á Belgica e d'ahi á ilha Terceira. Nomeado então para a Junta de Justiça, para o Supremo Trinal de Guerra depois, é lhe finalmente confiado o difficilimo cargo de secretario da Auditoria Geral do exercito de D. Pedro de Bragança, e n'essa qualidade desembarca no Mindello e arrisca a vida no cêrco do Porto. O seu espirito juridico, fundamentalmente organisador, não podia passar despercebido n'um momento em que de organisação tanto se carecia; por isso depois de exercer o logar de Procurador Regio na Relação do Porto, embarca novamente para os Açôres (1833), mas agora como juiz da Relação de aquella provincia. Ali viveu n'uma relativa tranquilidade, casando com D. Luiza Meredith Read, filha d'esse consul geral de Inglaterra, a quem, como é sabido, o exercito liberal tanto deveu, a começar pelo seu chefe D. Pedro, que o hospedou em sua casa. Eleito deputado pela segunda

vez em 1836, é então que propriamente inicia a sua vida politica e parlamentar. A anarchia no paiz era completa; a destruição em Portugal de um regimen profundamente enraizado por tantos seculos; a implantação de ideias novas ainda mal comprehendidas pela massa popular, realisadas por homens inexperientes e idealistas, cujo objectivo predominante era agradar ás multidões; os pronunciamentos constantes da Guarda Nacional, amalgama instavel de elementos os mais heterogeneos e irrequietos; o excessivo prestigio, nem sempre justificado, de muitos homens do constitucionalismo, tudo isto levára o paiz ao extremo da desordem social. Em Lisboa principalmente, a séde das legações e consulados estrangeiros, podia esta desordem conduzir aos mais funestos resultados. Mas para evital-os, só um homem de qualidades excepcionaes, dotado de energia rara

1.º Marquez de Thomar

e de esclarecido conhecimento da multidão a dominar, poderia dar á cidade o socego e a tranquilidade de que ella, sob pena de maior desprestigio, tanto carecia. Costa Cabral foi o homem escolhido pelo governo e pela rainha para realisar esse *desideratum* do todos os portuguezes conhecedores do melindre da situação. E' bem conhecido como elle soube desempenhar-se de tão difficil missão. A Guarda Nacional foi dissolvida Muitas vezes arriscou elle a vida, muitas vidas salvou tambem; mas para isso o por isso mesmo, Costa Cabral creou os primeiros odios; o sacrificio estava iniciado e a lucta esboçava se, mas a lucta, como se viu, não atemorisou jamais o fundador do partido cartista. Em 1839 é-lhe confiada pela primeira vez a pasta da justiça, onde a acção da sua personalidade se faz logo sentir, apezar do estorvo constante d'uma lucta formidavel com as opposições que, percebendo ser elle a verdadeira alma do ministerio, pouco tempo lhe deixaram de socego. Basta lêr os diarios das Camaras da epoca, para logo se avaliar o quo foi essa opposição sem treguas. Mas Costa Cabral que lhe importava! Atacado como ainda não fôra nenhum homem publico, nem por isso deixa do regularisar as funcções do ministerio publico, de melhorar a triste condição dos presos, de prover ao bem estar dos orphãos garantindo lhes a administração dos bens, de promulgar a sua *Novissima Reforma Judiciaria*, codigo modelar, por onde, ainda hoje, a nossa justiça se regula. Mas o acto da sua vida que mais o caracterisa, por elle mesmo considerado o mais importante, sob o ponto de vista politico, foi a Restauração *da Carta Constitucional* substituida desde setembro de 1836 pela celebre constituição, generosa sem duvida, mas que tantas difficuldades havia trazido á vida nacional—a *Constituição setembrista* Já em junho de 1837, Saldanha o Terceira, reconhecendo-lhe os inconvenientes, haviam tentado restaurar a constituição de 1826, com a celebre revolta dos *Marechaes*, mas essa tentativa falhou, resultando apenas d'ahi a perturbação do paiz e o exilio dos prestimosos soldados. Outro tanto não succedeu, porém, ao reformador de 1842, que parte para o Porto a 14 da janeiro, prepara para 27 a revolução cartista, organisa a junta do governo e marcha sobre Lisboa. A 10 de fevereiro é publicado o decreto restaurando a Carta e a 24, principia a larga administração de Costa Cabral, sendo nomeado ministro do reino. Lê se na *Historia de Portugal*, de Barbosa Colen, a pag. 616: «Logo no primeiro anno d'essa historica administração, Costa Cabral não desmentiu o juizo que d'elle se formára. Os trabalhos do ministro do reino repartiam se principalmente por tres ramos da sua administração, porque n'esse tempo a agricultura e as obras publicas pertenciam ainda ao ministerio do reino. Na *Instrucção Publica*, Costa Cabral creára a escola da arte dramatica e fizéra construir o theatro de D. Maria II. Organisára o Conservatorio, a Academia de Bellas Artes, o museu da Academia, Imprensa Nacional e a Academia Portuense de Bellas Artes. Na *Administração* fizéra e puzéra em execução o Codigo Administrativo, que por tantos annos se manteve; organisára em novas bases a Guarda Nacional; fixára o numero de empregados e tratára da organisação dos archivos das camaras municipaes, tão preciosos para a historia; cuidou de salvar os bens das Misericordias, Confrarias, etc. Na *Agricultura* providenciára sobre os celleiros communs, sobre a creação e aperfeiçoamento dos gados; sobre a companhia das Vinhas do Alto Douro; sobre o despacho e fiscalisação dos generos do consumo na capital. Tratára efficazmente de determinar a lavra das minas, fazendo a legislação que correspondia; abrira estradas, construira pontes, algumas quo se consideravam então, arrojadissimas tentativas de engenharia, como a pensil do Porto; fizera grandes plantações de arvoredo nas mattas nacionaes; mandára enxugar pantanos; construir e levantar diques; procurára tentar um grande esforço para desenvolver a industria da producção o fabricação das sedas, a que previa um grande futuro. Em summa, não houve nada em que a sua mão não tocasse, marcando tudo com a forte punção da sua iniciativa

tão arrojada como organisadora.» Mas a opposição não affrouxava nunca. Costa Cabral promulgou o Novo Codigo Administrativo em 18 de março de 1842 e logo a 30 do mesmo mez se fórma a coalisão de todas as opposições cartistas dissidentes, capitaneadas pelo proprio irmão, setembristas e miguelistas. D'esta lucta feroz, para a qual se congraçaram os elementos mais oppostos contra o homem que construia, nasceu a revolta de Torres Novas em 1844, com Bomfim á frente, vindo tudo a acabar miseravelmente com a rendição, ás tropas do governo, da praça d'Almeida, ultimo reducto dos revoltosos, onde se contava um dos homens de mais talento oratorio e prestigio do paiz, José Estevão. Finalmente, a campanha desleal dos adversarios que não hesitavam em desacreditar o ministro, á custa das maiores torpezas, campanha cujos eccos ainda se não extinguiram de todo; a sua lucta tenaz contra as prevaricações á custa do thesouro e ainda principalmente a promulgação das celebres leis sobre cadastro e de saude publica, instigou e concorreu para a sublevação militar no Minho (Maria da Fonte) que iniciada em abril de 1846, provoca em 20 de maio a queda do gabinete cabralista. Costa Cabral abandona o poder e logo a sua falta se faz sentir: 5 mezes apóz a sua queda, para evitar a restauração miguelista, o governo vê-se obrigado a pedir a intervenção estrangeira, 16 d'outubro de 1846. Para acudir á situação a 16 de novembro do mesmo anno, é Costa Cabral nomeado ministro plenipotenciario e enviado extraordinario em Madrid. Mas as luctas entre os patuleias e cartistas, continuavam cada vez mais accesas e o socego tão desejado não chegava nunca. O conde de Thomar, chamado de Madrid, foi novamente instado a formar ministerio. Bem sabia elle a sorte que o esperava, e a ninguem occultou o seu pezar. Mas era precisa a sua direcção e por isso acceitou, em 18 de junho de 1849. Então a lucta parlamentar foi gigantesca Saldanha, Lavradio, Rodrigo da Fonseca e tantos outros do mesmo destaque, levaram a sua opposição a um ponto nunca visto. A defeza do presidente do conselho correspondeu á violencia do ataque. Os seus discursos de então, que correm impressos, são considerados, ainda hoje, um modelo no genero. Dir se-hia que, na agonia da sua carreira politica, a eloquencia quizera, por sua vez, vir a completar o grande estadista Mas tudo foi debalde: aberto o exemplo dos pronunciamentos militares, a força predominaria sempre sobre a razão do Estado, por isso quando Saldanha pôz o seu genio militar ao serviço da causa revolucionaria, a lucta tornou se impossivel, e a 1 de maio de 1851 o conde de Thomar pedia a sua demissão á rainha, por cuja causa levára a dedicação ao extremo. Terminára a sua carreira politica e o conde desilludido e cheio de desgostos, retirava-se á vida particular, apezar das instancias de muitos dos seus amigos e, (caso curioso) d'alguns dos seus inimigos, que, como Rodrigo da Fonseca e Sampaio, tinham a maior admiração pelas qualidades do adversario. O que foi a sua obra de administração, qual o valor do seu genio politico, á Historia cumpre avaliar. Por isso nos limitaremos a transcrever algumas linhas dos dois escriptores contemporaneos que mais pormenorisadamente estudaram esta epoca, unica na nossa historia e um dos quaes, Oliveira Martins, nunca deixava, sempre que podia, de depreciar a obra do ministro de D. Maria II: ...em Portugal, os «costumes eram mais soltos e a virulencia maior (do que em França). E se ninguem fôra ainda atacado d'um modo tão cruel, isso prova que ninguem, tampouco, ainda mostrára uma força e um genio tão superiores. Outro Pombal, repetimos, o novo ministro ficaria tão celebre como o antigo, se achasse ainda de pé uma qualquer autoridade social »(*Portugal Contemporaneo*, vol. II, pag. 174). «A organisação administrativa e a judicial sairam, por obra sua, dos moldes antiquados, que para a justiça remontavam até ás ordenações dos Filippes. Na politica, a primeira lei eleitoral e logo com incompatibilidades moralisadoras do systema, é elle quem a entrega á discussão parlamentar. No fomento, a primeira estrada, o primeiro canal e regularisação dos rios, a primeira negociação para a construcção d'uma via ferrea, a primeira medida de iniciativa para o resurgimento das industrias nacionaes, é d'elle. Na educação, primaria e secundaria, é seu o primeiro grande e methodico impulso. E' seu o recrutamento do professorado estrangeiro para ensino das Bellas Artes E'seu o theatro nacional para escola de artistas e para incitamento e remuneração á litteratura dramatica. E' seu o primeiro grande jardim de Lisboa, o da Estrella, como indicação precisa para a reforma do antigo Passeio. Nada escapa á perspicaz iniciativa d'esse homem! Tudo elle trabalhou para realisar... nos intervallos que lhe deixava a obrigação parlamentar, de contestar as accusações das peitas e concussões » (*Entre Duas Revoluções*, de *Barbosa Colen*, vol II, pag. 428). Mas o conde de Thomar, o patriota, dos que mais tem amado a sua terra, arredado da politica activa, ainda havia de prestar os maiores serviços ao seu paiz, mas agora n'um outro campo, o diplomatico. Com effeito, a incuria d'alguns governos havia creado ao nosso paiz uma situação mais que precaria, pelo que respeitava ás nossas relações economicas com o Brazil; é sabido como as minimas oscillações na vida da grande republica americana, tão rapidamente se fazem sentir entre nós Pois para dar uma simples ideia da nossa situação e da complexidade do problema a resolver, bastará dizer que a nossa primeira fonte de riqueza, os vinhos portuguezes, eram sujeitos nas alfandegas brazileiras a um imposto aduaneiro muito superior ao que pagavam os vinhos francezes e hespanhoes. Obter portanto uma alteração do regimen pautal, claramente, com manifesto prejuizo para a França e para a Hespanha, tal era a difficuldade de cuja solução instantemente se impunha ao nosso governo, sob pena de ruina certa; e como o momento era critico e o problema difficil... foi Costa Cabral encarregado de o resolver, sendo para isso nomeado enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto do imperador do Brazil, por decreto de 25 d'abril de 1859. Pouco depois da sua chegada ao Rio de Janeiro, já a acção do ministro se fazia sentir felizmente, e Portugal passára a ser considerado como nação mais favorecida. Foi este um trabalho obscuro e esquecido, mas cuja valia, para qualquer espirito medianamente illustrado, é escusado encarecer. Conseguido este *desideratum*, Costa Cabral voltou para Portugal, retirando-se para Thomar onde a sua vida, mais que modesta para a sua posição, discreta-

mento traduzia bastantes difficuldades financeiras! Assim estava o homem outr'ora accusado de possuir thesouros fabulosos á custa do paiz! Annos passados, novamente o conde de Thomar foi buscado no seu retiro. Em virtude d'um serio conflicto entre o governo portuguez e a curia romana, suscitado pela nomeação do novos bispos, o conde de Thomar acudindo aos pedidos de Saldanha e do Rodrigues Sampaio (quem tal diria alguns annos antes) foi dirigir a nossa legação junto da Santa Sé, chegando a Roma em julho de 1870, ainda antes da tomada da cidade Eterna pelas tropas de Victor Emmanuel. Esta phase da vida de Costa Cabral é das mais interessantes e só por si bastaria para definir um caracter e um temperamento. Começou no mez de setembro a investida das tropas italianas contra as muralhas do Roma, collocando em melindrosa situação o corpo diplomatico acreditado junto do Vaticano. O momento era critico em vista da entrada em Roma, n'aquella occasião de milhares do individuos que tinham sido, pelas suas ideias liberaes, opprimidos o exilados pelo governo pontificio, e cujo odio não procurava senão um pretexto para explodir. Mas a sua proverbial coragem não se desmentiu, e profundo conhecedor da alma das multidões, tomou nas conferencias com os seus collegas o logar que lhe cabia: a sua superioridado na conjunctura foi manifesta e como tal acceita sem hesitação por todo o corpo diplomatico A energia, a justiça e a efficacia da sua palavra e da sua acção fôram taes que o encarregado de negocios de França traduzia textualmonte por estas palavras, todo o reconhecimento que a direcção diplomata portugueza lhe inspirava: «Monsieur le Comte, vous nous avez sauvés.» Costa Cabral foi pois o homem da situação e tão grando era o seu prestigio que Pio IX o sollicitou para servir de intermediario do Vaticano, nas suas negociações com o general Cadorna, cujo acampamento se achava fóra da celebre Porta Pia. E quantas vezes no decorrer d'essas historicas negociações arriscou a vida, sabem no bem todos os que a ellas assistiram. Dirigindo-se uma vez do Vaticano para o quartel general dos sitiadores, ao atravessar a sua carruagem a Ponte de Santo Angelo, viu se circumdada pela multidão ameaçadora e por pouco não é victima da sua coragem. E, pormenor interessante, este episodio da sua vida tão fortemento lhe impressionou o espirito que, horas antes de morrer, recordava delirando suavemente, á filha estremecida que velava ao pé do leito, a sua ida ao campo de Cadorna, como se fôsse um facto decorrido ha pouco; todavia já lá iam 19 annos. Mas apezar de tantos serviços prestados ao Vaticano, este, passado o perigo, manteve com o conde uma certa reserva; tal facto ia filiar-so em duas origens: primeiramente, Costa Cabral, o emigrado da Terceira, o companheiro do rei libertador, o pugnador das ideias modernas, não podia do fórma alguma applaudir e concordar com a tradicional intransigencia e limitado reaccionarismo de Pio IX. Em segundo logar o conde de Thomar havia creado para si, uma situação unica nos annaes da diplomacia. Ministro junto do papa, frequentava as recepções na côrte do Quirinal. Esta situação soube elle sempre mantel-a até que prevendo se a morte de Pio IX, o conde de Thomar foi elevado á categoria de embaixador, para assim como os repretentantes das outras tres antigas nações catholicas, França, Austria e Hespanha, poder exercer o direito de *veto* na eleição do novo papa, caso os interesses do seu paiz assim o exigissem. A 20 de fevereiro de 1878 era eleito papa o arcebispo de Perugia, Joaquim Pecci, Leão XIII, o qual se mostrou sempre bom amigo do novo embaixador. N'esse mesmo anno, um decreto, redigido nos termos mais inaltecedores por Antonio Rodrigues Sampaio (o Sampaio da Revolução!) elevava o á categoria de marquez. A 6 do fevereiro de 1885, fallecia sua esposa, a marqueza de Thomar, dama da rainha D. Maria Pia, condecorada com a ordem de Maria Luiza de Hespanha. No verão seguinto o marquez partiu com sua filha, de Roma para Castellamare, nos suburbios de Napoles: ahi adoeceu gravemente, seguindo então para Portugal em principios de setembro, a bordo da corveta *Estephania*, sob o commando d'um de seus filhos. Finalmente em julho de 1889, acompanhado pela filha predilecta, partiu para a Foz do Douro, onde veiu a fallecer no 1.º de setembro. Na egreja da Foz fizeram-selhe solemnissimas exequias, seguindo o seu corpo para Lisboa, onde no dia 4 ficou depositado em jazigo de familia no cemiterio Occidental. Costa Cabral falleceu no Porto, n'essa cidade que tanta gloria lhe déra. O marquez de Thomar deixou 5 filhos: Bernardo da Costa Cabral, 2.º condo de Thomar, bacharel formado em philosophia, ministro o enviado extraordinario, par do reino, etc. (V. o *artigo seguinte*); João Read da Costa Cabral, bacharel formado em direito, governador civil em varios districtos; Fernando Augusto da Costa Cabral, antigo official na marinha ingleza, contra almirante, condecorado com a medalha da Crimea; cavalleiro da ordem da Torre e Espada, etc, ajudante do campo d'el rei D. Carlos; D. Luiza Maria da Costa Cabral, illustrada senhora, a quem devemos as notas ineditas acima e a gentil cedencia d'um dos melhores retratos do biographado; Francisco d'Assis da Costa Cabral, coronel de cavallaria, ajudante de campo do rei D. Manuel. O marquez de Thomar era par do reino, conselheiro d'Estado; tinha a gran Cruz de Christo, idem da Rosa do Brazil, do S. Gregorio Magno da Aguia Branca da Russia, de Pio IX, de S. Mauricio e S. Lazaro d'Italia, de Nitchen Iftiar de 1.ª classe, em brilhantes da Turquia, de Leopoldo da Belgica, da Ordem Ernestina de Saxe Cobourg, de Carlos III de Hespanha com Gran Colar de numero, e era commendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição do Villa Viçosa, cuja commenda em brilhantes lhe foi offerecida, como homenagem por um grupo de admiradoros do Porto. O titulo de conde foi concedido por decreto de 8 de setembro de 1845, e o de marquez por decreto de 11 de julho de 1878. O seu brazão d'armas é o mesmo de seu irmão, conde do Cabral, que já vem descripto no respectivo artigo, no *Portugal*, vol. II, pag. 570. Entre os muitos artigos biographicos que se tem publicado ácêrca d'este notavel estadista, mencionaremos *A Resenha das familias titulares e grandes de Portugal*, de Silveira Pinto e visconde de Sanches de Baena, vol II, pag. 653 e seguintes; *Diccionario Popular*, vol. XVI (supplemento), pag. 315 e seguintes; *A Correspondencia de Coimbra* de setembro de 1889, etc.

Thomar (*Antonio Bernardo da Costa Cabral*,

2.º *conde de).* Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e condecorado com as seguintes ordens estrangeiras: gran cruz de S. Gregorio Magno de Roma, da Corôa de Carvalho dos Paizes Baixos, do Leão Neerlandez e de Leopoldo da Belgica, commendador de Carlos III de Hespanha; official da Corôa de Italia, e a cruz de S Mauricio e S. Lazaro, de Italia; bacharel formado em philosophia pela Universidade de Coimbra, par do reino, diplomata, etc. N. a 23 de maio de 1835, fal. em Lisboa a 19 de fevereiro de 1905. Era filho do 1.º conde e 1.º marquez de Thomar (*V. o artigo antecedente*). Depois de ter concluido a sua formatura na Universidade, dedicou se á vida diplomatica, começando a sua carreira, sendo nomeado 2.º addido á legação de Washington, por decreto de 19 de março de 1859, para onde partiu por via de Londres no dia 6 de maio. Apresentando-se na legação em 12 de julho seguinte, ali ficou servindo temporariamente, como lhe foi ordenado por despacho do ministro até fins de outubro do 1860, em que veiu a Lisboa em gôzo de licença. Tendo-lhe sido prorogada esta licença pelas portarias de 24 de dezembro de 1860 e 8 de abril de 1861, foi depois transferido na mesma categoria de 2.º addido para a legação de Turim, por decreto de 2 d'agosto de 1861, e partiu para ali, por via de França, no dia 21 d'esse mez, e apresentando-se nos principios de setembro seguinte, serviu até 29 de setembro de 1862, em que veiu para Lisboa com licença, a bordo da corveta *Estephania*, e por haver sido transferido na mesma categoria de 2.º addido, para a legação de Bruxellas, por decreto de 12 de setembro de 1862, para onde não chegou a partir por lhe ter sido prorogada a referida licença, e depois promovido a 1.º addido para a legação de Roma, por decreto de 2 dezembro de 1863, partindo a 26 de janeiro de 1864, a tomar posse do supradito logar de 1.º addido, o que verificou em principios do mez de março. Ali serviu como encarregado de negocios interino, desde 2 de junho até 21 de dezembro, e como 1.º addido até 1 de abril de 1865, em que tornando a assumir as funcções de encarregado de negocios interino, continuou a servir até 16 de março de 1866, em que voltou a Lisboa com licença, tendo-lhe sido concedida a graduação de secretario de legação por decreto de 26 de abril de 1866. Nomeado para servir na repartição do gabinete do ministro dos negocios estrangeiros por decreto do 19 de julho do mesmo anno, apresentou se no dia seguinte, servindo até 19 de julho de 1867, em que seguiu para Paris por via de Hespanha, na qualidade de secretario da missão especial, de que fôra encarregado o conde de Casal Ribeiro. Regressando pouco depois á citada repartição do gabinete, ali continuou, sendo promovido a secretario effectivo para a legação do Rio de Janeiro por decreto de 24 de janeiro de 1868, logar de que não chegou a tomar posse por ter sido exonerado e collocado na disponibilidade, por decreto de 13 do seguinte mez de fevereiro. Promovido a 1.º secretario para a legação de Roma, por decreto de 25 de junho de 1870, partiu tres dias depois, e apresentou-se na legação junto do Vaticano, a 21 do seguinte mez de julho, servindo até fins de setembro do mesmo anno, em que veiu a Lisboa com licença. Tornando a partir para Roma a 26 de dezembro, e tendo reassumido as funcções do seu cargo na respectiva legação a 2 de janeiro de 1871, continuou a servir, como encarregado de negocios interino, desde 9 de julho do mesmo anno até 7 de janeiro de 1872, e como 1.º secretario até fins de junho do dito anno, em que partiu para Lisboa com licença de tres mezes, que lhe fôra concedida por portaria de 8 do mesmo mez de junho. Tendo-lhe sido prorogada a referida licença, só tornou a partir para o seu posto na legação em Roma, a 16 do agosto de 1873, e reassumindo as funcções do seu cargo no dia 8 do seguinte mez de setembro, ali continuou em serviço, novamente como encarregado de negocios interino, desde 17 de setembro até 5 de dezembro de 1874, partindo para a Belgica a 7 d'este mez, para onde havia sido promovido a enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, por de-

Conde de Thomar

creto de 27 d'agosto do mesmo anno de 1874. Tomando posse da legação em Bruxellas no dia 20 de dezembro, e tendo feito entrega das suas credenciaes no dia 25, ali exerceu as funcções do seu cargo até 15 de janeiro de 1875, em que veiu para Lisboa Voltou para Bruxellas a 10 de junho de 1875, e reassumiu as funcções do seu cargo no dia 8 de julho, e continuou a servir até 1 de novembro de 1876, em quo tornou a obter licença para vir a Lisboa. Tornando a Bruxellas em 4 de maio de 1877, reassumiu as funcções do seu cargo no dia 14 do mesmo mez, e continuou a servir até 1 de setembro em que novamente regressou a Lisboa. Partindo outra vez para Bruxellas a 17 do novembro, e tornando a tomar conta do seu cargo no dia 27, ali se conservou até 1 de agosto de 1878, dia em que voltou para Lisboa. Tendo sido nomeado para, na qualidade de

enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, em missão especial, assistir em Bruxellas ás festividades quo n'aquella côrte se realizaram por occasião do 25.º anniversario do casamento do rei dos belgas, para ali voltou a 12 do citado mez de agosto, levando por secretario da mencionada missão especial o visconde de Seisal. Depois regressou a Lisboa, onde continuou gozando a licença que lhe fôra concedida. A 9 de janeiro de 1879 voltou a exercer o seu cargo em Bruxellas desde 16 d'esse mez, em que se apresentou, até 13 de fevereiro de 1880, em que se ausentou com licença; voltando a 8 de junho á dita legação, continuou no exercicio do seu cargo até 3 d'outubro do mesmo anno, em que de novo veiu para Lisboa. No dia 2 de novembro foi novamente para Bruxellas, reassumiu as funcções do seu cargo no dia 8, conservando-se até 8 de agosto do 1881, retirando em seguida para Lisboa, depois de ter feito entrega da recredencial que lhe dava por terminada a sua missão n'aquella côrte, e de cujo logar havia sido exonerado e collocado na disponibilidade, por decreto de 15 de junho de 1881. N'esta qualidade de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario e em disponibilidade, passaram se-lhe os seguintes passaportes: Em 29 de maio de 1884 para Allemanha, por via de França e Hespanha; em 18 de agosto de 1885 para Roma, e em 8 de junho de 1886 para Allemanha, por via de Hespanha e França. O conde de Thomar succedeu a seu pae no pariato, tomando assento na respectiva camara á sessão de 15 de janeiro de 1890. O titulo foi lhe concedido por decreto de 2 d'abril do 1851. Quando falleceu havia muitos mezes que estava retirado da vida publica, por se lhe terem aggravado os seus padecimentos. Embora filiado no partido regenerador, imprimia geralmente ás suas palavras, nas discussões parlamentares, uma nota de apreciação pessoal nos assumptos que tratava. Nos ultimos tempos que frequentou a camara alta, sem deixar de apreciar os assumptos de caracter diplomatico, pelos quaes tinha especial predilecção, tratou, com vigor, das questões referentes ás Companhias das Aguas e do Gaz, combatendo a permanencia do gazometro junto da Torre de Belem, e patrocinou as reclamações da Associação dos Proprietarios ácêrca dos contadores de pressão, e as dos portadores de titulos da divida interna, relativamente á deducção decretada nos juros da mesma divida. O conde de Thomar casou em 3 de outubro do 1866 com D. Sophia Adelaide Dias de Sousa, filha do conselheiro Bartholomeu dos Martyres Dias de Sousa, e de sua mulher, D Maria Fortunata de Oliveira. Seu filho, Bartholomeu da Costa Cabral, nascido a 11 de agosto de 1867, é hoje o 3.º conde de Thomar, tendo sido agraciado com este titulo por decreto de 30 de janeiro de 1890.

Thomar. Cidade da prov. da Extremadura, séde de conc. o de com, distr. de Santarem, relação e patriarc. de Lisboa. Tem uma só freg., cujo orago é Santa Maria dos Olivaes. Está edificada n'uma formosa planicie, perto das ruinas da antiga Nabancia, e nas margens do rio Nabão, rio não importante pelo seu curso, mas de uma grande riqueza d'aguas, que põe em movimento muitas fabricas e regam innumeras hortas. Sobre este rio ha duas pontes para serviço dos transeuntes Thomar é uma das mais lindas povoações da Extremadura, e tambem uma das mais historicas de Portugal. Prende-se a origem de Thomar ás glorias da fundação da monarchia portugueza. Quando D. Affonso Henriques saiu de Coimbra, resolvido, em maio de 1147, a tirar Santarem do poder dos moiros ou morrer na empresa, fez voto a Deus, de dar todos os direitos ecclesiasticos d'esta praça, se a resgatasse, aos cavalleiros do Templo, em premio dos seus serviços ao Christianismo, na Europa e na Asia. Tomada Santarem, o rei cumpriu a promessa, dando logo o dito senhorio a D. Gualdim Paes, mestre de aquella ordem, e aos seus cavalleiros, que muito haviam concorrido para esta brilhante victoria. Tendo se realisado tambem n'esse anno de 1147 a conquista de Lisboa aos moiros, foi nomeado seu primeiro bispo D. Gilberto, e não tardou este prelado a impugnar a doação feita aos templarios. O bispo dizia que a doação fôra feita em prejuizo de terceiro, e que estava nulla por lhe faltar o consentimento do prelado diocesano, e além d'isso, que, achando-se inculto e despovoado quasi todo o territorio do seu bispado, era lhe impossivel sustentar a nova Sé, alienando-se lhe os rendimentos de Santarem. Os templarios defendiam a doação, allegando ter sido feita em cumprimento d'um voto, e antes da instituição do bispado de Lisboa por, conseguinte sem prejuizo de terceiro, nem lesão de direito algum. Começou, pois, um renhido litigio, que subindo á curia de Roma, ahi correu durante tres pontificados sem se concluir cousa alguma. Afinal chegaram ambas as partes a um accôrdo perante el rei D Affonso Henriques, no anno de 1158, desistindo os templarios dos direitos ecclesiasticos de Santarem, ficando só com a egreja de S. Thiago, e recebendo em troca as terras de Nabancia, então incultas e desertas. Nabancia era uma cidade da antiga Lusitania, prospera e populosa no tempo dos romanos; ainda florescento sob o dominio dos godos; celebre nos annaes do Christianismo pelo nascimento e martyrio da virgem Santa Iria; e por tal modo destruida na invasão dos arabes, que ficou sempre em completa ruina e abandono. Estava situada na margem esquerda do rio Nabão. No territorio de Nabancia havia um antigo castello, chamado de *Ceras*, que os templarios reedificaram e ampliaram, e ali residiram com o seu grão mestre D. Gualdim Paes. Porém, não agradando o castello pela sua má situação topographica, que o tornava pouco defensivel, resolveram os templarios edificar outro em posição a seu gosto e mais accommodada aos fins do seu instituto. Vendo, portanto, na margem direita do rio, em frente das ruinas de Nabancia, um monte pedregoso e defendido d'um lado pelo mesmo rio, e dominando pelo outro uma vasta planicie, escolheram este sitio para a fundação do novo castello. Principiaram as obras no 1.º de março de 1198 (da era de Cesar, que correspondia a egual dia de 1160 da de Christo), e estando concluidas os seus fundadores abandonaram o seu antigo castello de *Ceras*, vindo habitar o novo edificio. Dentro da fortaleza, e embutida na muralha, via se uma lapide com a seguinte inscripção, que depois se mudou para o lado da porta principal da egreja do convento de Christo: «Era 1198. Regnante Affonso illustrissimo Rege Portugalis, Magister Galdinus Portugalensium militum Templi, com fratribus suis, pri

mo di Marci cepit edificare hoc castellum nomine Thomar quod prefatus Rex obtulit Deo et Militibus Templi.» Não longe d'esto castello, mas do outro lado do rio, existiam as ruinas d'um templo e mosteiro, que no tempo dos godos fôra de monges benedictinos, e que os moiros destruiram, quando em 715 arrazaram a velha cidade de Nabancia. D. Gualdim cuidou logo em reconstruir este edificio, que foi a cabeça da ordem do Templo em Portugal, sob a invocação de Santa Maria do Olival, ou dos Olivaes. O mesmo D. Gualdim, emquanto cresciam as paredes da fortaleza e da casa de oração, lançava os fundamentos d'uma povoação na planicio visinha. A' povoação e ao castello deu o fundador o nome que os arabes haviam posto ao rio *Nabão, Tamarmá*, mas quo os portuguezes escreveram, e pronunciaram *Thomar* Mais tarde, o rio tornou a mudar para o seu antigo nome de *Nabão*. Ao abrigo do forte castello dos templarios, em vista dos muitos privilegios que elles concederam a quem viesse habitar este logar, e da sua fertil e formosa situação, em breve se tornou a aldeia de Thomar uma florescente villa, de maneira que em 1190 já era muito rica e populosa. N'esse anno, o imperador de Marrocos, Aben Joseph, 3.º rei dos almohades, e filho de Abd el-Rahman, querendo vingar se da derrota quo os moiros tinham soffrido em Santarem seis annos antes, e da morte de seu irmão Joseph Ben-Jacoub, n'essa frustrada empresa, reuniu um formidavel exercito, e entrando em Portugal, assolou o Algarve, Alemtejo e Extremadura, e veiu pôr cêrco ao castello de Thomar, a 25 de julho do citado anno do 1190. A' aproximação do inimigo os moradores da villa recolheram-se á fortaleza com o quo puderam salvar de valor; mas d'ali presencearam consternados o saque da sua fazenda, o a destruição completa das suas casas. Durante seis dias deram os moiros continuos e vigorosos assaltos ao castello, sendo sempre repellidos com tão grave perda que ao sexto dia viam se forçados a levantar o cêrco e a retirarem se. Segundo as memorias christãs d'aquella epoca, e tambem conforme a *Historia árabe dos soberanos mahometanos*, vingaram-se os marroquinos da heroica resistencia dos templarios, arrazando quantas povoações encontraram na sua retirada, e levando para Africa 1:300 captivos do ambos os sexos. Dentro do castello de Thomar está uma inscripção, commemorando aquelle curto mas terrivel cêrco. Desaffrontado o paiz da presença dos inimigos, tratou D. Gualdim Paes de reparar o castello e de reconstruir a villa, á qual longos annos de paz trouxeram prosperidade e engrandecimento, pois que os musulmanos nunca mais se atreveram a affrontar o valor dos denodados campeões de Thomar. Estes é que se viram obrigados pela sua missão religiosa a ir demandal os dentro das suas proprias fronteiras. Em 1314 teve logar em Paris o celebre processo e supplicio de Jacques Molay, grão mestre do Templo, e de outros cavalleiros templarios, que foi precedido da extincção da ordem em toda a christandade, e do sequestro dos seus avultadissimos bens. Esta catastrophe ameaçou seriamente os interesses da villa de Thomar, pois que n'essa epoca de tão grande atrazo e de tão grandes embaraços para todos os ramos da industria, a residencia principal d'uma ordem de cavallaria, tão opulenta e poderosa como a do Templo, era para qualquer terra um forte elemento de prosperidade e civilisação. O sabio e prudente rei D. Diniz conjurou habilmente a tempestade que rebentara na França. Justificando os templarios de Portugal das accusações, que serviram de fundamento á bulla da extincção da ordem do Templo, e fazendo valer os direitos da sua corôa para impedir que o papa dispuzesse dos bens de aquelles cavalleiros, como praticára n'outros paizes, obteve do papa João XXII, por bulla de 14 de março de 1319, a instituição da nova ordem de cavallaria de Christo, e a incorporação n'ella de todos os castellos, senhorios o mais bens, que até ali possuiam os templarios. A nova milicia estabeleceu a cabeça da ordem em Castro Marim, no Algarve, por ficar mais proximo da fronteira dos moiros, mas em 1356 D. Pedro I a transferiu para Thomar, pela razão, sem duvida, de que a esse tempo o dominio arabe na peninsula se achava limitado ao reino de Granada, e por conseguinte já longe da raia portugueza. A milicia de Christo não herdou sómente da extincta ordem as riquezas e privilegios; foi tambem sua herdeira no patrimonio, no esforço e na gloria, porque tendo por seu mestre o infante D. Henrique, transpôz os mares ignotos, indo plantar o sagrado emblema da Redempção, a nobre divisa da sua ordem, de involta com as quinas portuguezas, na costa occidental da Africa, no archipelago dos Açôres, na ilha da Madeira, e outras terras, que por ordem do mesmo infante descobriram, povoaram e civilisaram Dilatando d'esta fórma o nome e o poder da patria, engrandeceram ao mesmo tempo a sua ordem, que, obtendo por doação regia as terras novamente descobertas, o por bula pontificia os direitos ecclesiasticos d'ellas, viu elevarem-se successivamente os seus rendimentos, a ponto de ser considerada uma das mais opulentas ordens de cavallaria da Europa. De toda esta grandeza reflectia sobre a villa da Thomar muito lustre e variadas vantagens economicas, com que a povoação se augmentou e enriqueceu. O infante D. Henrique, duque de Vizeu, por muitos annos fez a sua principal residencia n'esta villa. Desde então a ordem do Christo foi governada por principes, e o seu convento de Thomar offereceu hospedagem a muitos soberanos. Ao infante D. Henrique succedeu no mestrado de Christo o infante D. Fernando, seu sobrinho e irmão de D. Affonso V; a D. Fernando succedeu seu filho primogenito D. Diogo, duque de Vizeu, e a este seu irmão D. Manuel, duque de Beja, que alguns annos depois foi acclamado rei de Portugal D. Manuel associou a ordem de Christo a todas as glorias do seu reinado venturoso. As frotas, que devassando todos os mares do globo, rasgaram o véo que encobria á Europa o caminho da India e as regiões do Brazil, fôram armadas e equipadas, quasi exclusivamente, com os avultadissimos rendimentos da ordem de Christo. Os seus habitos e rendosas commendas serviram de premio ao arrojo e dedicação dos descobridores, e constitui-

Brazão d'armas da cidade de Thomar

ram o incentivo moral e physico, que produziram aquellas extraordinarias façanhas, que puzeram avassalladas aos pés do soberano de Portugal a Africa, a Asia e a America. No decurso de 37 annos, em que D. Manuel regeu o mestrado de Christo, por muitas vezes esteve em Thomar, e ahi celebrou varios capitulos geraes em que se reformaram e ampliaram os estatutos e definições da ordem. O governo d'este monarcha ficou commemorado em Thomar por diversas construcções, que lhe fazem honra; no convento de Christo por algumas obras magnificas, e na villa pelos seus melhores edificios. Os Templarios haviam lhe dado o seu primeiro foral, cujo original se encontra no *Livro dos foraes velhos de leitura nova*, fl. 89, v., col. 2.ª Parece que D. Gualdim Paes, mestre dos Templarios, lhe deu foral tres vezes, em 1147, em 1162 e em 1174. El-rei D. Manuel lhe deu foral novo, em Santarem, no 1.° de maio de 1510, (*Livro dos foraes novos da Extremadura*, fl. 38, columna 2.ª). D. João III succedeu a el rei D. Manuel, seu pae, no governo da ordem de Christo, e em seu tempo, e por sollicitações suas, se incorporaram para sempre na corôa os mestrados das tres ordens militares: Christo, S. Thiago e Aviz, por bulla do papa Julio III, em 1551. Este soberano foi a Thomar em 1523, e procedeu a muitas reformas na constituição dos freires de Christo, sendo a principal transformal-os em religiosos de cogula, e assim permaneceram até 1834. Esta reforma foi confirmada polo papa Clemente VII. D. João III fez sumptuosas obras no convento de Christo mas as suas reformas o despojaram da sua antiga importancia e esplendor de 201 annos, porque não vivendo em Thomar os grãos-mestres da ordem e a sua côrte, porque, na verdade, os grãos mestres eram uns soberanos em ponto pequeno, a villa foi em decadencia, que augmentou durante os 60 annos do dominio oppressor dos castelhanos, adquirindo Thomar uma triste celebridade, porque foi ali que se reuniram as côrtes em 19 de abril de 1581, que reconheceram os pretendidos direitos de D. Filippe II de Hespanha ao throno portuguez. O monarcha castelhano veiu assistir a essas côrtes com os principaes fidalgos de Castella e com muitos dos fidalgos traidores de Portugal, jurando por si e pelos seus descendentes cumprir e guardar todos os nossos antigos foros, honras e regalias. O monarcha demorou-se em Thomar bastantes dias, depois da sua acclamação, tratando dos negocios da ordem, de que se intitulou grão mestre. Tambem Filippo III, seu filho, esteve aqui em 1619, e presidiu a um capitulo geral da ordem. Foi este soberano que mandou construir no convento de Christo o sumptuoso claustro, chamado dos *Filippes*, e o aqueducto que traz a agua para o mesmo edificio. Comtudo, atravez das pompas d'estas visitas reaes e da magnificencia de aquellas construcções, transparecia a decadencia da ordem, e pelas mesmas causas, e por outras resultantes do infortunio do desastre de Alcacer Kibir e do jugo hespanhol, tomava tambem grande vulto a decadencia da villa. D. João IV mandou convocar côrtes em Thomar, no anno de 1653, mas depois reuniram-se em Lisboa. Em 1701 esteve aqui D. Pedro II e o archiduque d'Austria, pretendente do throno hespanhol, depois imperador da Allemanha, com o nome de Carlos VI. Em 1711 tambem esteve em Thomar el rei D. João V com seus irmãos D. Antonio e D. Manuel, o grande numero de fidalgos da sua côrte, os quaes fôram recebidos com singulares festejos e o maior enthusiasmo. As prosperidades e sollicitude da primeira metado d'esto reinado fizeram se sentir na villa de Thomar. A estrada que a ligava a Lisboa, a Coimbra, e ao norte do reino, foi feita de novo, e as suas pontes fôram reparadas, ou reconstruidas; porém, a nova estrada por Leiria,

Thomar—Camara Municipal

mandada abrir pela rainha D. Maria I, dando outra direcção aos viandantes e ao commercio interior, foi causa de recomeçar a decadencia de Thomar, que se aggravou d'ali em deante, já pela ruina da sua estrada, já pelas terriveis consequencias da guerra do principio do seculo XIX. A terceira invasão franceza deixou n'esta villa tristes vestigios da sua passagem. Os francezes commandados pelo general Massena, entraram ali em outubro de 1810, e tanto n'esta sua marcha sobre as linhas de Torres Vedras, como na sua retirada em março do anno seguinte, commetteram vandalicas devastações nos edificios da villa, e principalmente no convento de Christo, onde destruiram muitas preciosidades artisticas, e importantes documentos historicos. Os curtos annos de paz e tranquillidade que Portugal desfructou depois da guerra geral, mal deixaram resarcir se a villa de Thomar das suas graves perdas. No longo periodo de 30 annos, que se succedeu, todo cheio de discordias civis, de instabilidade, de descuido, e embaraços para todo o genero de melhoramentos materiaes, felizes fôram as povoações do interior, que se puderam conservar estacionarias, e Thomar teve essa fortuna, devida primeiramente á libertação da terra, que desenvolveu bastante a sua industria agricola, e depois ao systema protector das pautas decretado em 1836, que deu notavel impulso á industria fabril, ampliando e estabelecendo de novo fabricas de seda, de chapeus, de papel, de cortumes, de fiação de tecidos de algodão, e outras. Thomar foi elevada á categoria de cidade em 1843, pela rainha D. Maria II, que tambem creou conde de Thomar o estadista Antonio Bernardo da Costa Cabral, titulo que annos depois foi elevado ao de marquez. Esta cidade tinha representação nas antigas côrtes, onde os seus procuradores tomavam assento no 1.º banco. Tanto o senhorio como a jurisdicção espiritual d'esta terra pertenciam á ordem de Christo, cujo mestre nomeava um prelado com jurisdicção quasi episcopal sobre todas as terras e egrejas da ordem, o qual não reconhecia autoridade ecclesiastica superior senão o papa. O brazão d'armas de Thomar é um escudo coroado, e em campo de prata a cruz de púrpura da ordem de Christo; mas as suas antigas armas (até 1319, e que são ainda o sineto da camara) eram: Escudo redondo, dividido por uma cruz, em quatro quarteis: no 1.º, á direita, Britaldo, com vestido roçagante, e uma insignia na mão (como bastão ou sceptro); no 2.º, Banão (o soldado que degolou Santa Iria) com o braço direito levantado, e a mão armada d'um punhal em acção de ferir, e proximo a uma arvore; no 2.º quartel, uma torre ou castello, da sua côr, e no 4.º a santa virgem degolada, e caindo no rio Nabão. Na orla do escudo tem uma legenda, em letra gothica, que diz: *Sigilum concilly tomery ordinis militiae Christi.* A cidade de Thomar estende se por uma planicie ao longo do rio, terminando em cada extremidade n'um vasto campo ou rocio, chamado *Varzea Grande* o do S e *Varzea Pequena* o do N. N'aquella desemboca a estrada que vae do Lisboa, e d'esta sae a estrada que conduz para Coimbra, Porto e provincia do Minho. A Varzea Grande tem 2 k. de circumferencia, e é, na sua maior parte, cultivada, e o resto, tapetado de relva sempre verde, e é sombreada por uma fresca alameda de frondoso arvoredo. E' tambem adornada com um elegante cruzeiro, de bella esculptura. E' um monolitho, sobre degraus, com as armas de Portugal, e no seu fastigio, uma cruz sobre a esphera armillar, emblema d'el-rei D. Manuel, que mandou construir este monumento. Guarnece-a por um lado o Nabão, e por outro fazem-lhe cêrco viçosas collinas e o monte

Thomar—Capella Templaria

alcantilado, do cimo do qual a dominam o velho castello dos templarios, e o antigo convento da ordem de Christo. A *Varzea Pequena*, ainda que menos variada em bellezas e contrastes, é comtudo muito amena e aprazivel. Tambem é regada pelo rio Nabão, e serve-lhe do ornato uma elegante fonte. A cidade tem uma bonita praça, onde se levantam dois edificios: a casa da camara e a egreja de S. João Baptista, ambos monumentos do animo magnificente d'el rei D. Manuel. A casa da camara está construida no local onde existiam umas boticas fundadas pelo infante D. Henrique; tem na fachada o escudo das armas reaes entre a cruz de Christo e a esphera armilar, divisa do D. Manuel. Na casa da camara, alojam se hoje a camara, tribunal, administração do concelho, districto de reserva, cadeia, officina d'afilamentos o as bombas d'incendio. A egreja e o hospital da Misericordia fôram fundados pelo mesmo soberano em 1501, sob a invocação de N. S.ª da Graça Thomar é muito abundante de agua do rio e de varias fontes, o que a torna saudavel, fresca e muito productiva em cereaes, vinho, azeite, excellente fructa de todas as qualidades, hortaliças, legumes, etc. Tem bastante peixe que lhe vem do rio Nabão, e da costa da Nazareth, apezar de lhe ficar distante 80 k São tres os padrões que ha em Thomar, e todos de epocas bem distinctas. O mais antigo está proximo da cidade, em sitio aprazivel junto á margem direita do rio Nabão, e ao pé da estrada do Padrão, que conduz á Barquinha. A tradição diz que foi levantado para commemorar a passagem das tropas de D. João I e do condestavel D. Nuno Alvares Pereira, que ali se encontraram em dia de S. Lourenço, 10 de agosto, quando seguiam para Aljubarrota com o fim de apresentarem batalha ao rei de Castella. Dos outros dois padrões nada nos diz ao certo a historia, sabe-se que um é do reinado de D. Sebastião, o qual se vê mesmo á beira da estrada do Padrão, junto a um muro, na base do qual corre o lendario Nabão que recebeu o immaculado corpo de Santa Iria nos tempos da dominação wisigothica. (V. *Iria-Santa*, vol. III do *Portugal*, pag. 998.) O outro padrão é do tempo dos Filippes. Da cidade de Nabancia restam poucos vestigios; vê-se, porém, no termo de Thomar o local, que em tempos remotos serviu de assento a uma cidade, que floresceu sob o dominio dos romanos com o nome de Bezelga, e da qual tem apparecido em diversas occasiões restos de edificios, columnas, porticos, obras de mosaico, e canos d'agua. O local que esta cidade occupava é conhecido agora pelo nome popular de *Monte da Cividade*, mas o seu nome conserva-se n'uma pequena aldeia que lhe fica proximo. Junto ao adro da egreja do Bezelga descobriu se no seculo XVII uma vasta obra do mosaico. Na freg. de Olalhas, ou Olarias, tambem se descobriram ha talvez dois seculos 7 minas de ouro, que se exploraram durante algum tempo. Os arrabaldes da cidade são muito aprazives e ferteis em generos agricolas. As margens do rio Nabão são orladas de hortas e pomares; as collinas, sempre verdes, são povoadas de aldeias, ermidas e frondosos arvoredos. E' uma das povoações de mais vida e movimento commercial do paiz Na margem opposta do Nabão está o Arrabalde de Santa Iria, que é tambem um sitio pittoresco e ameno. Existiu ali um convento de freiras da ordem de Santa Clara, mas que em 1835, depois da extincção das ordens religiosas, foi vendido, e hoje está transformado n'uma fabrica. Thomar pertence á 5.ª div. mil., 10.ª brigada, grande circumscripção mil. Central, e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, de que é séde, bem como do regimento de infantaria n.º 15. Tem est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; escolas d'ambos os sexos, advogados, agencias bancarias o de seguros, e agentes de muitos bancos e companhias de seguros do Lisboa e de outras terras importantes do paiz; *Associação Commercial, Industrial e Agricola; Associação dos empregados do commercio;* associações de classe; Créche do N. S.ª da Piedade, Companhia de Viação Thomarense, Escola Industrial Jacome Ratton, fabricas de fiação e tecidos, de fogo de artificio, de gazoza, de luz electrica para illuminação, de moagens, de papel, de prensas para azeite ou vinho; medicos, pharmacias, cooperativas, productores de aguardente, de cortiça, e de vinhos; hoteis, muitos estabelecimentos commerciaes e industriaes, *Theatro Nabantino*, muito antigo, e que foi restaurado em março de 1876, sendo inaugurado no dia 25 d'esse mez, por artistas de Lisboa; *Associação Artistica, Club Thomarense, Paraizo de Thomar* (animatographo); philarmonicas: *Gualdim Paes, Nabantina*, e *Serenata Thomarense;* feira de gados em Santa Cita a 11 de setembro, que dura 3 dias, e todos os fins dos mezes; de Santa Iria a 20 de outubro, que dura 3 dias; mercado de gado no 3.º domingo de cada mez, além do mercado semanal aos sabbados. Tem-se publicado aqui os seguintes jornaes: *Combate*, 28 de outubro a 23 de dezembro de 1886; *Correio de Thomar*, 8 de dezembro de 1892; em publicação em 1910; *A Emancipação*, 2 de fevereiro de 1879, impresso em Lisboa, e que foi o primeiro jornal que n'esta cidade se publicou; *A Luz*, 21 de dezembro de 1890; *O Thomarense*, 13 de janeiro da 1881; *A Verdade*, 2 de maio de 1880, ainda em publicação. O conc. compõe se de 13 freguezias, com 6:034 fog. e 30:572 hab., sendo 14:807 do sexo masc e 15:765 do fem., n'uma superficie do 34:748 hect. A cidade dista 57 k. da séde do distr. As freguezias são as seguintes: S. Pedro, de Alviobeira, 848 hab : 410 do sexo masc. e 438 do fem ; N. S.ª da Purificação, de Asseiceira, 2:495 hab : 1:192 do sexo masc. e 1:303 do fem.; S. Pedro, de Beberriqueira, 2:164 hab.: 1:074 do sexo masc. e 1:090 do fem.; S. Silvestre, de Bezelga, 1:106 hab.: 546 do sexo masc. e 560 do fem.; S. Miguel, de Carregueiras, 1:676 hab.; 843 do sexo masc. e 833 do fem.; N. S.ª do Reclamador, de Casaes, 2:909 hab.: 1.430 do sexo masc. e 1:479 do fem.; S. Matheus, de Junceira, 1:142 hab.: 581 do sexo masc. e 561 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Magdalena (Cem Soldos), 1:789 hab : 905 do sexo masc. e 884 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Olalhas, 2:243 hab : 1:030 do sexo masc. e 1:213 do fem.; N. S.ª da Conceição, do Paialvo, 2:317 hab : 1:150 do sexo masc. e 1:167 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Sabacheira, 1:522 hab.: 806 do sexo masc. e 716 do fem.; N. S.ª da Purificação, de Serra, 3:428 hab : 1:631 do sexo masc. e 1:797 do fem ; Santa Maria dos Olivaes, de Thomar, 6:933 hab : 3:209 do sexo masc. e 3:724 do fem O principal commercio do conc. é azeite, cereaes, cortiça, madeira, fructas e vinho. Bi

bliographia: E' vastissima a lista das obras relativas a Thomar e aos seus monumentos. A ultima obra publicada é a *Noticia descriptiva e historica da cidade de Thomar* por J. M. Sousa, 1903. Em 1901, o sr. Vieira Guimarães publicou um volumoso livro, *A Ordem de Christo*, em que trata minuciosamente d'esta ordem, da villa de Thomar, e do grandioso convento de Christo.

Thomar (*Convento de Christo em*). Este grandioso edificio está contiguo ao castello. Era o bailiado da ordem do Templo, e depois da de Christo. A sua egreja tem a invocação de *Nosso Senhor Jesus Christo*. Duas muito differentes e distinctas construcções se observam n'esta egreras, e dourados, formando uma especie de rendilhado de gosto oriental, a tornam obra de primor admiravel e d'uma originalidade que infunde veneração. A estas tradições oppõem-se, porém, a perfeição das esculpturas e a profusão dos ornatos, que não parecem proprios d'uma epoca de tanto atrazo nas artes e de tanta singeleza nas construcções. Estas contradicções poderão, no entretanto, conciliar-se, acceitando-se a hypothese de ter trazido Gualdim Paes, no seu regresso da Palestina, ou mandado vir depois alguns artistas d'esse paiz, pois que as artes achavam-se então muito mais adeantadas na Asia quo na Europa. Egual conceito, porém, não inspiram

Thomar—Portico da egreja do Convento de Christo

ja; a capella-mór é visivelmente mais antiga que todo o resto. Julga se vulgarmente como obra da primeira fundação de D. Gualdim Paes, assim como o retabulo interior, a que chamam *charóla*, e as capellinhas que a rodeiam. O resto da egreja, desde o arco da capella-mór, é certamente do tempo d'el rei D. Manuel, tanto interior como exteriormente. Uma vaga tradição tem com effeito como que consagrado a opinião que attribue aquella primorosa antigualha ao 1.º mestre dos templarios em Thomar. E' a dita charóla uma especie de capella de madeira collocada em volta do altar mór, como tabernaculo vasado, elevado, e acabado em fórma de pavilhão arabe. Sua airosa e elegante estructura, seus relevos, pinturas demais construcções da capella-mór, as quaes, não podendo ter a mesma origem estrangeira, são comtudo demasiadamente bellas e acabadas para as reputarmos d'uma data tão remota. A fórma da capella-mór exteriormente é octogona, e termina em fórma de terrado de castello ou fortaleza com sua guarda ou parapeito d'ameias, o que lhe dá uma apparencia classica e veneranda; octogona é egualmente a sobredita charóla, de maneira que póde suppôr se que foi talhada para se acordar com a outra. O corpo principal da egreja, assim como o côro, as portadas, e os ornatos exteriores, tudo é obra d'el-rei D. Manuel, o qual, tendo provavelmente achado muito pequeno e acanhado o ambito da egreja primiti-

va, a quiz accrescentar. Infelizmente, como os espiritos magnanimos do monarcha tinham de ser ali reduzidos e acanhados, para que o todo se accommodasse com a antiga construcção conservada, ficou sendo remendo mal cerzido, e a egreja desagradavel, sem graça nem proporção. O côro, onde o mesmo soberano mandou collocar as famosas cadeiras que mandára fazer de madeira da India, com mil delicadas esculpturas, executadas, segundo os desenhos de Miguel Angelo Buonarotti, e que os invasores francezes queimaram em 1810, ficou de fórma tão desengraçada que nem é côro de cima nem é côro de baixo, fazendo uma má figura. Se, porém, a egreja accrescentada por D. Manuel nada tem de bello por dentro, o contrario acontece pelo lado de fóra, em que o luxo da arte a enriqueceu de curiosa elegancia e magnificencia. As duas janellas ou frestas lateraes destinadas a dar luz, são mal lavrada e cantaria sem ornamento algum. Parece ser o claustrosinho da primitiva, coevo com a fundação do castello, o propric para aquelles começos da casa regular n'aquelle sitio; construcção sólida, mas rude e acanhada qual se usava n'aquella epoca. Do mesmo parece tambem ser outra construcção para o lado do sudoeste com entrada no pateo da porta do Cano; é uma especie de galeria, casa quadrangular sustentada em pilares, e por cima d'abobada egualmente achatada, representando como que uma casa de capitulo. O convento por aquelle lado, e pelo do meio dia em frente da horta ou jardim proximo, é apparentemente antiquissimo: janellas pequeninas partidas ao meio e sustentadas por columnasinhas delgadas; as varandas, que conservaram apezar da elevação que depois deram ao edificio, apresentam a mesma apparencia de construcção vetusta, são da mesma architectura, e julga-se,

Thomar--Convento de Christo, fachada sul da egreja

admiraveis de lavôr em alto e vasado relevo, descrevendo se em volta de todo o ambito d'ellas um grosso cordão de fina cantaria lavrada, entresachado de flôres e grandes laçadas formadas com as pontas do mesmo, o que faz um bello effeito Em torno dos angulos da fachada estão 4 estatuetas feitas da mesma pedra de cantaria da egreja, representando guerreiros com casco e saios de malha, tendo cada um d'elles pendente da mão um escudete sem divisa nem emblema que nos pudesse indicar o que figuram; visivelmente quizeram ali representar algumas personagens distinctas e notaveis da casa, ou templarios, ou da ordem de Christo. Os claustros do grandioso convento, não são menos de 8, e alguns d'elles d'um gosto e sumptuosidade admiravel. O 1.º claustro na ordem da antiguidade, é visivelmente o que está lateral á egreja pelo lado do norte e nasceu-te, quasi no mesmo pavimento d'ella; pequeno no seu ambito, arcada e abobada achatada, tosca e ou da primitiva, ou pelo menos anteriores á ordem de Christo. A este claustro seguem se outros 2 claustros, a que se não póde assignalar a origem, mas presume-se que sejam já dos tempos da ordem de Christo, mas anteriores á epoca de D. João I, em que a architectura muito se aperfeiçoou. O 4.º e 5.º são obra do infante D. Henrique, os mesmos de que dá noticia Azurára, e que em si mesmos indicam epoca melhorada da arte. Um d'elles está em estado de ruina; o outro mais central é de pequena dimensão, mas de fórma agradavel e perfeita, genero gothico, de cantaria fina e bella. O 6.º claustro é do tempo d'el-rei D. Manuel; o 7.º d'el-rei D. João III, e este ficou sem o seu completo acabamento; é vasto, mas sem graça nem belleza, e n'ello se lê no lado do noroeste uma inscripção que declara o seu fundador. O 8.º é dos Filippes, obra verdadeiramente grandiosa, e d'um genero novo. Este claustro era no tempo dos freires conven-

tuaes o favorito por onde passava a procissão do Corpo de Deus, e outras nas grandes solemnidades da casa E' dos mesmos Filippes o aqueducto que traz agua ao convento. Ambas estas construcções fôram principiadas por Filippe II e acabadas por seu filho, Filippe III, de Hespanha O aqueducto começa em Santo Antonio dos Pegões, a uma legoa de distancia, d'onde conduz duas copiosas nascentes sobre arcos de cantaria, em alguns sitios duplicados. Ao chegar ao convento encosta-se á fronteira d'elle, formando lhe vistoso e singular adorno com as pyramides e as cruzes do Christo, que n'este o guarnecem e o corôam. Já se vê que os dormitorios, casa de capitulo, refeitorios, casa de noviços, quartos do prior mór, hospedarias, e mais officinas do convento, obra pela maior parte de D. João III, deviam ser conformes e adequadas á capacidade de uma casa em que cabiam 8 claustros. A fachada acima as largas e altas janellas d'um tempo mais proximo, seculo XVI, e por ultimo, e como corôa, a cimalha do aqueducto do seculo seguinte que fórma uma especie de parapeito acastellado, terminando elle mesmo n'um rendilhado de pyramides com a cruz de Christo em cima. A casa do capitulo e refeitorio são construcções solidas e regulares, porém menos vastas do que se devia esperar d'uma casa cabeça d'uma ordem de tal vulto e preponderancia como a de Christo. El rei D Manuel, reconhecendo a pouca capacidade da casa de capitulo, deu principio a outra que seria digna e grandiosa se fôsse acabada; o que d'ella está feito se conserva ha mais de tres seculos exposto ao tempo com uma tenacidade estupenda. E' na casa do capitulo que se admira a preciosa e artistica janella, que é um modelo riquissimo, e um dos trabalhos grandiosos que muito contribue para abrilhantar o sumptuoso edificio

Thomar—Convento de Christo.—Claustro do Infante D. Henrique

ou frente do convento se estende em longo espaço prolongando se pela estrada que por esse lado dá entrada á villa de Thomar; é vasta e tem seu ar de grandeza pelas altas janellas de sacadas, e varandas nos angulos do edificio, d'onde se goza um ponto de vista admiravel, principalmente ao norte e nascente; a sua architectura, porém, não é symetrica e regular, resentindo se o edificio na sua totalidade de ter sido construido por partes, e em epocas muito differentes. Pelo lado da cêrca, em que este vasto parallelogramo olha ao sul e ao nascente, a perspectiva infunde maior interesse, porque estão quasi reunidas, e como amalgamadas as diversas fórmas da architectura: porque na base d'essa fachada se observam as muralhas solidissimas da Edade Media, com sua cantaria grossa, e negra do tempo: sobre ella as pequeninas janellas, frestas e varandins da juventude da casa ainda templaria, ou dos primeiros tempos da ordem de Christo; mais da egreja e do convento. Aquella janella ali se ostenta como gloriosa recordação d'uma epoca em que a arte tanto se notabilisou, como a d'el-rei D. Manuel. No topo da casa se vê ainda o grande nicho ou pavilhão de cantaria lavrada que devia servir para throno de reis, ou para colocar a cadeira do mestre da ordem, que tudo era o mesmo. El-rei D. Manuel deu a esta egreja uma cruz de ouro, feita do primeiro ouro que veiu da India. Tinha uma peanha de filagrana, tambem de ouro, guarnecida de pedras preciosas. Filippe II tambem offereceu á egreja uma pequena cruz de ouro esmaltado, muito preciosa, que existe hoje no thesouro da Sé Patriarchal. Pela extincção das ordens religiosas em 1834, ficou sendo propriedade do estado, mas a sua cêrca e a do castello, com o edificio das hospedarias o convento, fôram comprados em 1815 pelo notavel estadista conde de Thomar, depois marquez do mesmo titulo. Por essa occasião desappareceu a cruz de ouro,

offerta de D. Manuel, muitas pratas da egreja, assim como alguns livros de cantochão, em pergaminho, adornados de preciosissimos desenhos coloridos, obra de Francisco de Olanda.

Thomar *(Egrejas e ermidas de)*:

Santa Maria dos Olivaes. E' esta egreja matriz de grande antiguidade e interesse historico. Tem a prerogativa de collegiada, e mais a subida honra de ter servido de cabeça ás ordens poderosas e distinctissimas do Templo e de Christo. Foi fundada pelo primeiro mestre dos templarios Gualdim Paes, que tambem a destinou a servir de parochia á nova povoação, que elle formára, além do rio, no sopé do seu valente castello. O orago é N. S.ª da Conceição, mas porque a cercam olivaes, é mais conhecida pelo nome de *Santa Maria dos Olivaes* ou do *Olival*. Está situada fóra da cidade, e do outro lado do rio Nabão, em logar deserto, conservando apenas da fundação dos templarios a frente principal, de singela architectura gothica. Esta é dividida em 2 partes: duas eguaes aos lados, sendo a do meio mais alta e eleganto, correspondendo assim ás naves em que, no interior, o templo se divide. Ao centro depara-se o frontão triangular, com um *signum salomonis*, divisa dos templarios, onde se abre a porta principal, limitado por dois contra fortes divididos a ³⁄₂ por esbarros lisos: os humbraes consta n de fiadas de pedras encimadas pelo entablamento sobre o qual se ergue o arco em ogiva. Depois na espessura da parede, divergindo, seguem se 2 series de 3 columnas em que assentam outros tantos arcos em ogiva, formados de diversas molduras, destacando se a do centro pelo seu feitio especial. As columnas são de grande simplicidade até aos capiteis, onde estão nitidamente gravadas differentes folhas e outros enfeites. Do vertice da ogiva á soleira da porta mede esta duas vezes e meia a largura, nota muito caracteristica dos portaes dos templos da Edade Media. E sobre o vertice do frontão acha se aberto o florão, composto de 6 folhas recortadas com elegancia e molduras eguaes ás dos arcos da porta. O pequeno apparelho de silharia e as diversas *siglas* concorrem mais para provar a remota antiguidade do monumento. Para se chegar á porta do templo é preciso descer 12 degraus, e para se entrar é ainda preciso descer mais 7. O pavimento é todo de lagedo com muitas inscripções tumulares, das celebres familias dos Magalhães, Cabraes, Farias, Mattas, Vieiras, etc., sendo algumas de grande valor artistico pelos seus ornamentos. As 3 naves compõe-se de 8 feixes de columnas sustentando 10 arcos ogivaes, onde se levantam as paredes da parte central. Nas columnas a base, fuste e capitel são de uma simplicidade que está a par da epoca da fundação do templo. A capella-mór, que se ergue á nave central, compõe-se de duas partes, divididas por um arco ogival; uma é recta e a outra fórma um heptagono de cujos angulos saem 7 arcos ogivaes que vão terminar n'um fecho floreado. Entre os arcos abrem se seis elegantes frestas que illuminam a capella Da parte recta tambem saem 2 arcos que se cruzam n'um fecho ligado ao centro da abobada com a outra por um cordão de cantaria liso como os mesmos arcos. As columnas e os capiteis são em tudo eguaes aos do corpo da egreja. E' esta capella ladeada por duas outras mais pequenas e communicavam so por duas portas: a do Evangelho dava para a primitiva sacristia, e a da Epistola só para a capella lateral. Mas estas duas portas estavam tapadas: a da esquerda com o rico mausoleo de D. Diogo Pinheiro, 1.º bispo do Funchal, que em delicado estylo da Renascença, é um exemplar muito digno de apreço e de estudo; a outra porta foi fechada devido talvez á symetria Em 1897, porém, n'umas obras que ali se fizeram, abriu se essa porta para dar melhor serventia á actual sacristia, e ao abrir se se descobriu que a dita capella era toda de cantaria, que um vandalo qualquer mandára rebocar. A proposito d'esta sacristia, devemos dizer, que no reinado de D. Sancho I, mandou o monarcha construir expressamente n'aquelle local uma capella onde fôssem sepultados os restos de D. Lopo Fernandes, successor de D. Gualdim Paes no mestrado dos Templarios, que morreu valorosamente no cêrco de Ciudad Rodrigo em 1199. Sobre o rico tumulo que a ordem e o rei tinham mandado levantar, estava o busto do templario e n'uma das faces o epitaphio. A capella foi, porém, mais tarde demolida sem respeito algum pelas cinzas do grande templario, que estavam ali depositadas. Nas outras duas naves vêem-se, na da direita 5 capellas e na esquerda uma, sendo esta de construcção mais recente, a cargo da confraria do Rosario As 5 capellas que hoje se vêem do lado direito, fôram mandadas construir por D. João III e nada teem que as recommende aos olhos da arte. São umas capellas vulgares, com altares e imagens. E para isso, mandou D. João III que se destruissem os sumptuosos tumulos dos templarios, que existiam nas duas naves,

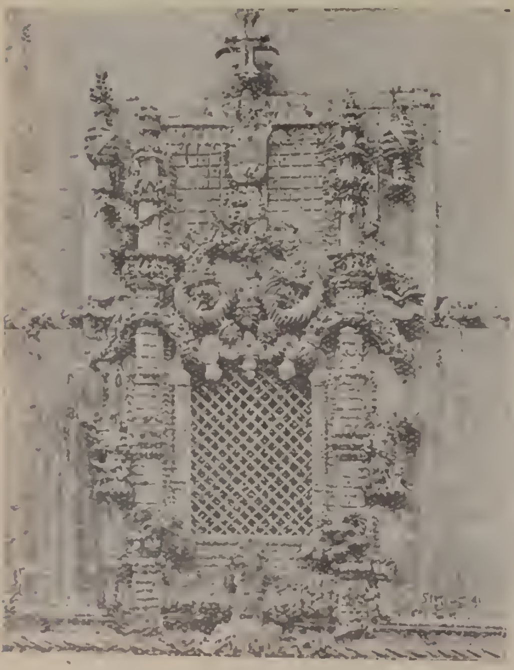

Thomar—Convento de Christo.—Janella da Casa do Capitulo

encerrando os restos d'esses homens gloriosos nas paredes das ditas capellas, encontrando-se na segunda, ao entrar na egreja, os de Gualdim Paes e Lourenço Martins, penultimo mestre dos Templarios, cujas lapides se descobriram quando se tratou de levar a effeito o 7.° centenario do fundador de Thomar, em 13 de outubro de 1895. Na egreja de Santa Maria dos Olivaes fôram collocadas as bandeiras de differentes chefes indianos e o estandarte do Soldão do Egypto, ganhas na gloriosa batalha, dada pelo vice-rei da India, D. Francisco d'Almeida, na barra de Diu, em 3 de fevereiro de 1509, contra 200 navios de Mir-Océm, general do Soldão, de Melique A's e do Samori. Estes inimigos eram em grande numero, estavam munidos de grossa artilharia, e protegidos por muitos fortes da praça; mas nada lhes valeu porque os seus navios, na maior parte fôram tomados, ou mettidos a pique, ou incendiados. Em frente da fachada da egreja de Santa Maria dos Olivaes existe uma velha construcção, que por muito tempo serviu de baluarte aos Templarios. Esta torre, a que mais apropriadamente se poderá chamar castello, foi levantada pelos Templarios, não para ter sinos que chamassem os fieis ás solemnidades religiosas, porque o uso dos grandes sinos e das torres especiaes para esse fim, é posterior á fundação do baluarte, mas simpara patrocinar o defender a construcção da egreja de Santa Maria. A torre-baluarte, como todas as da epoca, é quadrada, de paredões fortes, mas de cantaria tosca, possuindo apenas uma pequena porta gothica que, do lado da egreja, dava entrada para uma escada de pedra que conduzia ao terraço superior. D'aqui se defenderam todos os cavalleiros obreiros ou os que mais tarde ali residissem para serviço do templo, e que de súbito se vissem atacados pelos serracenos Mais tarde, talvez no reinado de D. João III, foi transformada em torre de sinos, para o que se mandou levantar a parte onde hoje estão os campanarios. A egreja estava completamente abandonada e muito arruinada no ultimo quartel do seculo passado; formou-se então uma commissão que se empenhou muito na sua restauração, e pediu ao governo a comparencia em Thomar de alguns membros da commissão dos Monumentos Nacionaes para dar o seu parecer para se reconstruir aquelle tão glorioso e notavel templo. Concedida a autorisação e auxilio do Estado, procedeu se ás obras, que fôram muito importantes, tanto exterior como interiormente e em 16 de maio de 1897 se effectuou a reabertura da egreja, completa e dignamente restaurada, edificio que se acha ligado a tantos e tão importantes factos da historia do paiz.

Egreja de Santa Catharina. No recinto interior do castello existia uma boa capella, com esta invocação, que ha longos annos está em ruinas, mostrando na sua construcção ser talvez coeva com a fundação do castello. Santa Catharina era do Egypto, e ali padeceu martyrio, tornando se o seu nome celebre no Oriente, e como Gualdim Paes militou por alguns annos na Syria, julgam alguns escriptores que elle trouxesse a devoção á santa, da mesma fórma que a tradição lhe attribue a importação d'uma preciosa reliquia de S. Gregorio Nazianzeno, de que não ha outra noticia.

Egreja de Santa Iria. Era a do antigo convento d'esta denominação. Foi fundada por Pedro Moniz da Silva, mas não é a primitiva, a que hoje existe, pois esta foi reedificada por sua neta D. Victoria da Silva, o que se prova pela inscripção que está na capella mór, na parede do lado direito. E' uma linda egreja, ricamente revestida de azulejos, com o tecto ornado de pinturas de valor, tendo por assumpto a vida de Santa Iria, e bellos trechos de architectura da Renascença. O riquissimo retabulo em pedra de Ançã que orna o altar da capella mortuaria da illustre familia Valle da Guerreira, é tido por uma das mais artisticas obras de esculptura, que no genero, se encontram no paiz. No centro ergue se a cruz, d'onde pende um Christo d'uma esculptura o d'uma anatomia irreprehensiveis. Na base, de mãos orguidas, está prostrada Santa Maria Magdalena, que ora em companhia da Senhora da Soledade, as tres Marias com Nicodus, José de Arimathéa e S. João Evangelista, que, em posições varias e de expressões bem sentidas, supplicam e resam ao Martyr do Golgotha que os olha de cima, cheio de piedade Estas figuras enchem do lado esquerdo o quadro; do lado direito varios militares, sobresaindo dois soldados a cavallo vestidos magnificamente á seculo XVI. Por cima, no céu do quadro, vôam dois anjos na maior correcção esculptural. Toda esta composição é emoldurada por um bello portico, de columnas e tabellas preciosas, onde os delicados arabescos revelam o cuidado do artista e a riqueza e bom gosto do seu primeiro proprietario Miguel do Valle. E' tambem de primoroso trabalho a portada e a janella do côro da referida egreja.

Egreja de S. João Baptista. Está situada na praça, onde tambem estão os paços do concelho, ficando mesmo defronte d'este edificio. Foi mandada construir por el rei D. Manuel. E' um primor de architectura gothica, florida, como todas as obras ordenadas por aquelle monarcha. No frontispicio tem as armas reaes de Portugal, vendo-se a um lado a cruz de Christo, e do outro a esphera armilar, emblema de D. Manuel. Parece que n'aquelle local já existia uma antiga ermida, que se demoliu para se construir a actual egreja. A torre é uma das mais bellas do paiz. O portal da egreja é soberbo, tendo superiormente uma platibanda rendilhada com uma estatua de S. João. Entrando na egreja, vêem-se duas ordens de arcos de ponto subido que a dividem em 3 naves, e n'um dos feixes de columnas em que os arcos se apoiam, está o pulpito, que é uma das mais aprimoradas e mais artisticas obras de canteiro, que existem no paiz A capella mór tem as paredes revestidas de rica obra de talha, não do tempo de D. Manuel, a qual serve de moldura a primorosos quadros da escola dos apreciaveis artistas portuguezes Jorge Affonso e Vasco Fernandes. D. Manuel, em 1520, fez d'esta egreja capella real, e elevou a a collegiada. A egreja foi reconstruida em 1875, sendo a capella-mór completamente restaurada.

Ermida de Nossa Senhora dos Anjos. Foi construida pelos freires de Christo, que fôram seus padroeiros até 1834. Está situada n'um monte, nos arredores de Thomar, em sitio agradavel e vistoso. Tem uns alpendres de boa architectura, sobre columnas de pedra, casas para abrigo dos romeiros e residencia do ermitão.

Ermida de Nossa Senhora da Conceição. E' si-

tuada sobre um monte, de vastas e alegres vistas. Foi fundada em 1572 pelos freires de Christo, que cuidaram da sua conservação e culto até 1834. E' um magnifico templo de tres naves, todo de cantaria, em estylo Renascença, e da configuração d'uma basilica romana.

Ermida de Nossa Senhora do Monte ou da *Piedade*. E' tambem construida sobre um monte, proximo do Thomar, d'onde se desfructa um vistoso panorama, sendo servida por uma escadaria de 228 degraus. Foi seu fundador Martim Vasques Vilella, alcaide-mór da villa d'Obidos, que a dotou de boas rendas. E' a ermida de maior devoção dos thomarenses.

Ermida de Nossa Senhora do Pilar. Fica a 1:500 m. da cidade, sobre a estrada de Lisboa, a poucos metros do rio Nabão, em sitio alegre e vistoso, ficando lhe ao N o castello e a cidade. Foi fundada no principio do seculo XVIII por José Alvares da Silva, cavalleiro da ordem de Christo. A ermida é pequena, porém, magnifica e adornada de bellas pinturas.

Thomar *(Fabricas em).* As industrias desde longos annos teem floreseido muito n'esta cidade. Nos principios do seculo XV pertenciam as *saboarias* do reino ao infante D. Henrique, o grande navegador e grão mestre da ordem de Christo Fôram-lhe concedidas por seu pae em galardão dos grandes serviços que prestára á patria, e n'essas saboarias, tão importantes, ia a de Thomar, tão notavel e tão celebre, que ainda ha ali um bairro denominado *Saboaria*. Estes estabelecimentos passaram por muitas phases, e no reinado de D. Manuel I, mudaram da posse da corôa para um grande numero de donatarios, vendo-se as de Thomar no tempo de D. João V entregues ao neto do conde de Castello Melhor, José de Vasconcellos e Sousa Causas diversas arruinaram esta industria, que não conta hoje em Thomar nem um só representante. Pelos annos de 1680 a Casa de Bragança desfructava a propriedade de fabricas de sarjas e uma de sedas, as quaes continuaram em laboração, principalmente a de sedas; e no reinado de D. José, o marquez de Pombal, na distribuição de plantas de amoreiras, contemplou Thomar com 30:000 pés para as pingues margens do Nabão. Muitas fôram as razões do completo anniquilamento d'esta importantissima industria em Portugal, e Thomar, que chegou a ter fabricas e a lavrar bastantes kilos de seda, hoje já nada possue. Mencionaremos em seguida as fabricas existentes.

Fabrica de Fiação e Tecidos. No ultimo quartel do seculo XVIII, Gabriel Lacroix estabeleceu em Thomar uma fabrica de caixas de papelão envernizadas que accidentalmente se queimou, e depois estabeleceu outra de meias de estambre, Natal Lemaitre, mestre que a fabrica real das sedas tinha mandado vir de Paris para a fabricação de meias de seda. Esta fabrica conservou se até ao tempo em que Jacome Ratton o Timotheo Lecussan Verdier a compraram e todos os teares, para estabelecerem uma fabrica de fiação de algodão. Os teares continuaram a trabalhar em lã emquanto não tiveram fio de algodão a que mais tarde se applicaram. A compra da fabrica de Lemaitre foi em 1789, dando-se logo começo á obra, dirigida por Verdier, que era engenheiro. As primeiras obras levaram 5 annos, sem que a fabrica pudesse produzir qualquer producto de algodão, e só em 1791 é que fabricou o primeiro fio por meio de bois, pois só em fins d'este anno ou principios de 1795 é que começou a trabalhar com agua. Ratton e Verdier haviam se constituido em sociedade, que se dissolveu por fins de abril ou principios de maio de 1794. Ao tempo da dissolução já tinha gasto a sociedade 250:000 cruzados, sendo 100:000 de Verdier e 150:000 de Ratton, de que foi embolsado, ficando Verdier com todo o estabelecimento industrial. Mais tarde passou a ser propriedade da firma commercial Domingos Jorge Loureiro & Filhos, e por largos annos foi a fabrica administrada pelos representantes d'esta firma. Tinha chegado a um estado de decadencia manifesta, quando em 1873 foi comprada pela quantia de 100 contos de reis para a actual companhia, que desde então a tem explorado. N'essa epoca, a fabrica apenas fiava e tecia algodão em pequena quantidade, tendo por motor duas rodas hydraulicas com força effectiva de 27 cavallos A nova empresa, constituida com o capital de 200 contos de reis, continuou explorando, para o que comprou novos machinismos, a fiação, adquiriu uma grande turbina da força de 140 cavallos, e mais tarde uma machina de vapor da força de 240 cavallos. Em 1876 estabeleceu a tecelagem, adquirindo 121 teares para a fabrica de pannos crús. A direcção que tomou conta da gerencia em 1880, augmentou o machinismo com diversas machinas de fiação e torcedura, e mais 99 teares; construiu uma turbina da força de 35 cavallos; estabeleceu a officina de serralharia e carpintaria, adquiriu uma nova caldeira e mais 3 machinas a vapor. Em 28 de julho de 1883 rebentou um violento incendio, que reduziu a cinzas a parte principal do estabelecimento, as officinas de fiação. A fabrica foi reedificada depois sob um plano mais vasto, n'um unico pavimento, em vez dos 3 andares que contava o anterior edificio, com novos e mais aperfeiçoados machinismos, montados em edificios á prova de fogo, illuminados a luz electrica. A restauração levou 2 annos, e só em 1885 é que principiou a trabalhar com toda a força. Abrange na sua area 48:000 m. quadrados, onde estão installadas 58 officinas, depositos, etc. Em todas as vastas edificações de que se compõe a fabrica, trabalham para cima de 1300 operarios, d'ambos os sexos. A fabrica produz quasi tudo o que precisa para o seu regular funccionamento, bem como accessorios, novos machinismos, accrescentamentos, etc, com o que dá pela sua parte um valioso impulso á industria nacional. Possue, além d'isso, grandes campos onde estão plantadas as madeiras de que carece para diversos fins; pedreiras, agua em abundancia, officina de fundição de ferro, forno de cal, etc.

Fabrica de papel da Matrena. Em 1595, no dominio do rei castelhano D. Filippe II, foi concedido por este monarcha um privilegio a Maximo de Pina, fidalgo da Casa Real. A licença era para estabelecer um forno de vidro na sua quinta da Matrena, termo da então villa da Asseiceira, junto ao rio Nabão. Esta quinta ainda nos fins do seculo XVIII pertencia aos descendentes de Maximo Pina Na carta de privilegio não consentia o rei que se estabelecessem outros fornos n'uma area de 10 legoas quadradas, com a condição de que se não entenderia com a villa de Salvaterra, onde já estavam outros feitos. Existiam uns grau

des moinhos de farinha o lagar de azeite que, á margem do Nabão e pela parte de cima da ponte, que atravessa ali o rio, mandada fazer por Filippe II, demoravam o trabalharam até 21 de agosto de 1890 Comprados por João do Oliveira Casquilho, destinou-os este a uma nova empresa, para o que os demoliu, e levantou os alicerces para a nova edificação, começando as obras em 1891; ao mesmo tempo tratava tambem da construcção do açude, obra importante e arriscada, e na qual se gastaram alguns contos de reis. Este açude, pela sua fórma especial e não vulgar, levou relativamente pouco tempo a construir, ficando fechado em 1895, não som que os entendidos affirmassem primeiro que pouco tempo se conservaria assim do pé. De facto, no inverno seguinte, uma formidavel cheia no Nabão desmoronava 11 metros do referido açude, sendo mais tarde reparada com estacaria a parte que a corrente havia arrastado Remedeado este mal tratou-se da construcção d'uns moinhos na margem opposta do rio, em frente da fabrica. Construidos os alicerces para a nova fabrica, o açude e os moinhos, algum tempo estiveram as obras paradas, até quo em 1895 ellas recomeçaram, ficando a machina prompta para entrar em laboração em meados do anno de 1900. A fabrica de papel da Matrena possue todos os machinismos modernos. Ali se fabricam os seguintes papeis, todos do boa apparencia e de excellente qualidade: escrever, impressão branco e de côr, embrulho branco e de côr, etc.

Fabrica de papel do Porto de Cavalleiros. No principio do seculo passado fôram fundados por Bartholomeu Testa] uns moinhos de farinha no sitio de Porto de Cavalleiros, a que seu filho Nicolau Testa accrescentou uma ou duas tinas pequenas para fazer papel de embrulho. Foi a estas, que Antonio Joaquim de Araujo, no seu grande genio emprehendedor, deu vida e actividade, fornecendo a Nicolau Testa a materia prima até á sua morte, tendo depois serem vendidos em prata, no anno de 1879, onde fôram alcançados por Marino & Araujo, sociedade composta pelo referido Araujo e Marino Pereira da Costa. Senhores d'esses moinhos começaram a applical-os ao verdadeiro fim para que os tinham comprado. A transformação foi completa. Por 10 annos trabalhou a nova fabrica, sendo os seus proprietarios a citada firma. Depois de muitas contrariedades com que luctaram os proprietarios, a fabrica conservou-se funccionando. Em 1889 foi vendida por 55 contos do reis á Companhia Thomarense de papel do Porto de Cavalleiros, que se constituiu com o capital de 100 contos em acções de 100$000 reis. Em 1889 contava apenas a fabrica 3 cylindros e 6 tinas movidas por uma roda hydraulica, hoje conta uma machina Rouda para papel em folhas, e muitos outros melhoramentos, assim como uma roda hydraulica que tira agua para o consumo da fabrica. Trabalham ali cento e tantos operarios, incluindo mulheres. O fabrico é de papel almaço simples e duplo azul e branco, papel para musica, manteigueiro, cartucho, etc.

Fabrica de papel do Prado. No meado do seculo XVIII existia no logar do Prado, á margem do Nabão e a uma legoa ao norte de Thomar, um engenho de fundição de ferro, onde se fabricavam canhões e balas de artilharia, e de tal importancia que era administrado por um superintendente com um escrivão e meirinho. Estando em ruinas no principio do seculo passado, foi comprado por Francisco de Roure, e applicado a fabrica de papel, vendendo-o annos depois a seu cunhado Silvestre Schiappa Pietra. Por morte d'estes passou para seus filhos, que a conservaram por bastantes annos, até que em abril de 1875, estando bastante augmentada e os seus productos muito acreditados, a venderam e terrenos adjacentes a uma companhia composta de capitalistas do Porto. Um dos vendedores, Henrique de Roure Pietra, continuou a ser o director technico da fabrica, cujo emprego exerceu com solicitude, até que a seu pedido, foi substituido, em março de 1876, por José Joaquim de Paula. Esta companhia primitivamente fundada com o capital de 200 contos de reis, já em 1895 o havia elevado a 715, sendo 360 em acções e 355 em obrigações, mas é possuidora tambem das fabricas de papel do Sobreirinho e Marianaia, estando aquella parada ha bastantes annos, e possue ainda mais duas fabricas tambem do papel, situadas nos concelhos de Louzã e Albergaria-a-Velha. A fabrica do Prado conta as seguintes officinas: da machina continua, machina de papel em folhas, casa de cylindros, casa de lexivagens, casa das fôrmas, de córte de trapo, da escolha do trapo, da peneira e córte da apertação do papel, etc. Estas officinas comportam o seguinte machinismo: duas lexividoras cylindricas, uma espherica, 3 cylindros defiladôres, 5 ditos da refinagem, 2 ditos de branqueio, 1 par de mós. A força motriz é representada por 3 turbinas da força de 107, 30 e 15 cavallos e por uma machina a vapor de 15 cavallos. As aguas do Nabão que fazem mover as turbinas são colhidas por meio de um açude, e trazidas á fabrica por um canal. A fabrica emproga numerosos operarios, mulheres, rapazes e raparigas de mais de 13 annos. A fabrica do Sobreirinho, como dissémos, está parada ha muitos annos, e quasi pouco resta da verdadeira fabrica de papel. A da Marianaia foi fundada por José Tavares Barreto no sitio onde existiam umas azenhas, e da familia d'este negociante importante passou á Companhia do Prado em 31 de dezembro de 1877.

Fabrica de Santa Iria. Foi estabelecida no antigo convento, assim denominado que foi adaptado para este fim. O convento, depois da extincção das ordens religiosas, foi posto em praça no anno de 1847 e comprado por Thomé Rodrigues da Silva, importante negociante e agricultor de Thomar, que o applicou a accommodações agricolas, como adega, celleiros, etc. Como fôsse grande a sua producção de vinhos e importante o seu negocio n'este ramo de commercio, installou n'elle tambem uma machina de distillação que funccionou por longos annos. Por morte d'este negociante passou a propriedade a seu filho Victor Rodrigues de Faria e Silva, que o deixou a seus filhos. Foi n'esta propriedade que José Antonio Nunes, da Covilhã, fundou uma fabrica de mantas do cordão de lã e alforges, que assim conservou até fallecer, deixando-a a seu irmão Joaquim Antonio Nunes, que comprou a propriedade a um dos filhos do antigo dono Victor de Faria O novo proprietario não se limitou só á industria de seu irmão, quiz dilatal-a mais, para o que lhe addicionou as machinas precisas para a carda-

gem o fiação de lã, e começou a fabricar cobertores de riscas, chales e cintas Pelo fallecimento d'este industrial foi a fabrica vendida em hasta publica, sendo comprada por Antonio Joaquim de Araujo, para a firma Dias Ferreira & Araujo, que em breve se dissolveu, ficando o activo e o passivo a cargo do segundo firmante. Em fins do anno de 1891 foi novamente vendida a uma companhia organisada em Thomar, denominada Companhia de Lanificios de Thomar. Fizeram se então novos melhoramentos no edificio, e só no meado do 1895 começou a funccionar, continuando no fabrico de castelletas, cobertores de riscas e lavrados de lindos padrões, cintas, chales e os pannos chamados sem fios ou feltros applicaveis ás machinas de papel, e de que a companhia obteve o privilegio por 10 annos para o exclusivo d'este fabrico. Ha ainda em Thomar a importante fabrica de moagens, fundada por Francisco Alves Christovão Pinheiro, parece que nos principios do seculo passado, e de que om 1895 era proprietario João Torres Pinheiro. Outras muitas industrias se teem desenvolvido em Thomar, que é talvez uma das cidades mais industriaes do paiz. Estos apontamentos sobre as citadas fabricas fôram extrahidos do *Catalogo da Exposição Concelhia Industrial Agricola de Thomar*, escripto e publicado em 1895, por occasião das festas do centenario de Gualdim Paes, por J. Vieira de S. Guimarães.

Thomar (*Festa dos taboleiros em*). Não se sabe ao certo a origem d'esta tradicional festividade profano-religiosa, cheia de originalidade. Suppõe so que vem dos tempos medievaes, e é celebrada annualmente, tornando se para os thomarenses a sua festa mais sympathica e predilecta, não só pelo lado artistico e pittoresco, como pelo fim mais ou menos altruista. Os preliminares da festa dos *Tdboleiros* duram não menos de 3 mezes. Todos os annos ao terminar a fostividade, fica logo nomeada uma commissão que a ha de levar a effeito no anno seguinte. Chegado o domingo de Paschoa sae esta commissão com a bandeira do Espirito Santo o 3 corôas grandes de prata, cuja significação egualmente se desconhece, levadas cada uma por um mordomo, á frente uma philarmonica, e assim corre as ruas principaes da cidade, indo por fim assistir á missa a uma das egrejas. O mesmo se pratica nos domingos immediatos até ao dia da festa; n'esses mesmos domingos de tarde vae a commissão de porta em porta, sempre acompanhada de musica, fazer o peditorio de esmolas o de taboleiros Em epocas remotas rompiam a marcha da procissão apenas um tambor e uma gaita de folles, seguindo os taboleiros enfeitados, levados á cabeça por elegantes e esbeltas raparigas. Esses primitivos instrumentos fôram depois substituidos por duas bandas de musica, e o numero dos taboleiros tornou-se muito maior. A procissão segue a seguinte ordem: á frente a musica, como dissémos, succedendo lho logo a bandeira e corôas, depois as raparigas com os taboleiros, fechando o prestito dois carros triumphaes de fórma elegante e caprichosa, muito enfeitados conduzindo a carne, guardado ca la um d'ellos por uma creança vestida de anjo, e de lança em punho Ao que chamam taboleiros são uns açafates de verga, com 3 ou 4 pilhas de pão, com 6 a 12 e até mais cada uma, que sobre elles assentam, sustentadas por meio de delgadas canuas, que as atravessam, servindo-lhes de eixo central, enfeitadas com flôres, fitas e bandeiras, e o açafate envolvido em fina e branca toalha com folhos ou rendas. As raparigas que os conduzem á cabeça, vistosamente vestidas, vão dispostas em duas filas, levando cada uma a seu lado um rapaz bem trajado, seu parente ou namorado, que lhe serve de ajudante. Este pomposo cortejo segue pelas principaes ruas da cidade, acompanhado de musica e foguetes e muito povo até á egreja matriz, em cujo atrio é benzido o pão, e d'ali segue para a Misericordia, ondo n'uma casa armada em capella são guardados os taboleiros depois de desarmados No dia seguinte é distribuido, ao som de musicas e foguetes, pelas pessoas que concorreram para a festa, aos pobres e presos o pão, e bem assim a carne de 7 bois abatidos expressamente para aquelle fim. Ao terceiro dia realisa se a festa da egreja com sermão. Durante estes tres dias ha bazar de prendas, á noite illuminações o musica.

Thomareis Pov. da freg. de N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Thomaz (*Manuel*). Poeta notavel do seculo XVII. N. em Guimarães em 1585, sendo filho de Luiz Gomes de Medeiros, medico, e de sua mulher Gracia Vaz Barbosa. Foi para a ilha da Madeira, onde passou o resto da vida, e ali, na oda de de 80 annos foi assassinado, segundo consta, a 10 d'abril de 1665 pelo filho d'um ferrador, sendo sepultado no convento de S. Francisco do Funchal. Escreveu: *Insulana de Manuel Thomaz, a João Gonçalves da Camara, conde de Villa Nova da Calheta*, Anvers, 1635; é um poema em 10 livros ou cantos, que tem por assumpto o descobrimento da ilha da Madeira; *O Phenix da Lusitania, ou acclamação do serenissimo rei de Portugal D João IV; poema heroico*, Ruan, 1649; *União sacramental, offerecida a el rei D. João IV do nome, e XVIII entre os reis portuguezes*, Ruan, 1650; *Poema del angelico doctor Santo Thomaz*, Lisboa, 1626; *Rimas sacras, dedicadas a todos os santos*, Anvors, 1635; *Thesouro de virtudes*, Anvers, 1661; *Decimas a um peccador arrependido*, não tem data do anno nem logar de impressão.

Thomas. Territorio no distr. de Inhambane, Africa Oriental.

Thomazes. Povoações das freguezias: S. Pedro, de Beberriqueira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. ‖ N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Thomasini (*Luiz Ascencio*). Pintor d'arte, fallecido em Lisboa no anno de 1902. Era pintor de marinhas muito apreciado. Artista por inclinação natural, o mar foi para elle mais do que o seu campo de acção, em que grangeou com que viver na velhice, pois despertou-lhe na alma o amor da arte. Os seus quadros figuraram em differentes exposições. Por occasião das festas commemorativas do centenario de Camões, em 1880, delineou e dirigiu a feitura do galeão que figurou no cortejo civico realisado em Lisboa.

Thombo Pov. da 1.ª div. do conc. de Zenza, do Golungo, distr de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental

Thomé Barraz. Pov. da ferg. de Nossa Se

nhora do Monte, no conc. da ilha Brava, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occi tal.

Thoras. Pov. na freg. de Santa Christina de Longos, conc. do Guimarães, distr. de Braga

Thosinhos. Pov. na freg. de S. Verissimo, de Luzio, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Thourim. Pov. na freg. de Santa Maria, de Amonde, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Thuias Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. de Marco de Canavezes, distr. e bisp. do Porto; 202 fog. e 850 hab. Tem esc. do sexo masc. Está situada junto do rio Tamega, a 2 k. do séde do conc. E' pov. muito antiga, e a anterior ao dominio dos romanos, na peninsula. Foi villa o couto, sob o nome de *Couto de Villa Nova de Thuias*. A famosa estrada romana, chamada *Tamacano Via*, que do Porto se dirigia ás thermas de Canavezes, foi construida, assim como a monumental ponte de Canavezes, por ordem do imperador Trajano, pelos annos de 11 da era christã. Esta estrada saia de *Calle* (ou talvez de *Portu-Calle*, povoação que existia proximo á Serra do Pilar, em frente e ao S do Porto, sobre a esquerda do rio Douro), e passando pelas actuaes freguezias de Oliveira e Avintes, ia atravessar o Douro em *Crastomire*, hoje *Crestuma*, e passando ao castello de Penafiel, ou Aguiar de Sousa, hoje *Foz do Sousa*, na margem direita do Douro, e parallelo ao rio Sousa, proximo á actual villa de Paredes, seguia pela Portella de S. Thomé de Cannas, Duas Egrejas, Sauto Adrião de Cannas, Castro do Villa Boa de Quires, actual aldeia de Caniva, o finalmente ás thermas. Esta estrada era a continuação da via militar romana, que de Lisboa conduzia a Braga. Serviu de pedestal á pia baptismal da egreja de Thuias a base d'uma ára romana. D João II, por carta régia de 1491, confirmou a seu filho bastardo, D. Jorge, duque de Coimbra e tronco dos duques de Aveiro, uma carta de *aceitamento* por elle feito, na qual se continha a *eleição e tomamento* que d'elle fizeram, para seu senhor, a villa e behetria de Canavezes, o *couto de Thuias*, ou honras de Lourêdo e Gallegos, Paços de Gaiollos, Gontinge e Santo Isidro. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Thuribulo. O vaso onde se queima incenso nas solemnidades religiosas. A Egreja Christã foi buscar aos cultos orientaes o uso dos thuribulos, que são frequentemente mencionados no Velho Testamento. Os primitivos thuribulos christãos eram vasos em fórma de urnas que o officiante conservava nas mãos, quer para os conduzir em volta do altar, quer para os elevar acima do pão e do vinho destinados ao sacrificio da missa. Eram de metal e, nas egrejas ricas, de ouro e de prata, sendo ás vezes ornados de pedrarias. Segundo a narração de Anastacio o Bibliothecario, o imperador Constantino deu á egreja de S. João de Latrão dois thuribulos de ouro que pesavam 15 e 30 libras. No seculo VI começaram a apparecer as cadeias (3 ou 4 e de pouco comprimento) para a suspensão dos thuribulos; mais tarde, foi adoptada a tampa movel suspensa d'uma cadeia que terminava por um annel. Encontram se com frequencia thuribulos representando esculpturas e estatuas da Edade Média. As suas fórmas são muito variadas, sendo muitas vezes ornados de figuras em relevo. No seculo XII era vulgar encontrarem se thuribulos com a fórma de castellos. Os que datam dos seculos XVII e XVIII são geralmente pesados e massiços. Na liturgia romana o celebrante acompanha o thuribulo com a mão, não o lança. Assim como a Egreja latina, a Egreja grega serve se de thuribulos desde a sua origem. Em Portugal encoutram se em muitas das melhores egrejas thuribulos de grande

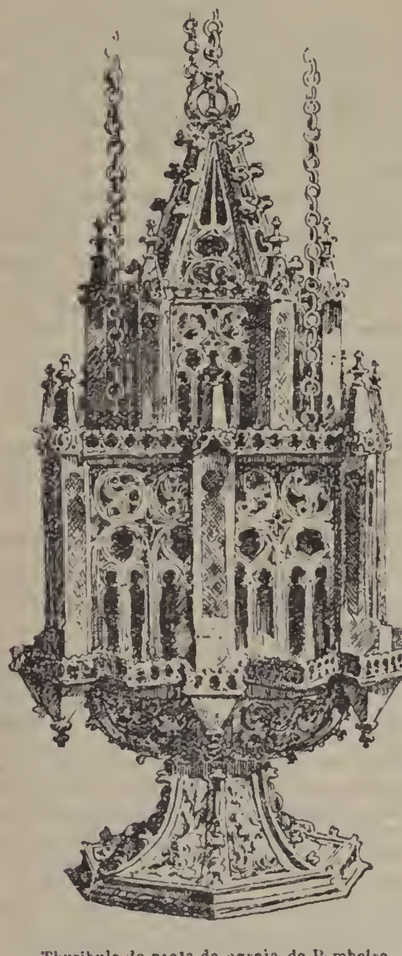

Thuribulo de prata da egreja do Pombeiro

valor. Na exposição da arte ornamental roalisada em Lisboa, em 1882, appareceram alguns, dos quaes mencionaremos os seguintes, segundo o respectivo catalogo: Thuribulo de prata. 0,m de 31 de altura. Sobre uma base hexagona ornada de folhagens e carrancas, guarnecida em cima de rendilhados, eleva se um corpo tambem hexagono, formado de arcadas gothicas separadas por gigantes, encimados de coruchéos e guarnecido de rendilhado. Sobre este corpo ergue-se outro em tudo similhante, porém de menores dimensões, rematado por uma pyramide hexagona. No

rebordo da base lê se o seguinte: *Este trõ mãdov F. Janalvares da Cunha para a igreja da Sã Salvador.* Seculo XVI. Pertencia á egreja do Pombeiro, no conc. de Arganil.—Thuribulo de prata dourada, de 0,m 23 de altura. A base é feita de 3 pés de cabra; o corpo de dois hemispherios, parecendo obra de industria indiana. Pertencia á sé de Coimbra.—Thuribulo de prata, 0,m 25 de altura. E' formado de dois corpos hexagonos, que as sentam sobre uma base arredondada. Cada corpo tem 6 nichos, contendo cada um dos superiores uma esphera ou uma urna, e cada um dos inferiores o busto d'um santo em baixo relevo. Seculo XVI. Era da sé de Coimbra.—Thuribulo de prata, de 0,m 215 de altura. Na parte superior as virtudes theologaes em baixo relevo. Seculo XVIII; era da capella do marquez da Graciosa, districto de Aveiro.—Thuribulo de prata dourada e lavrada. Na tampa tem 6 columnas lisas, e entre duas e duas um medalhão. Seculo XVIII. Pertence á capella de S. João Baptista, da egreja de S. Roque, de Lisboa.

Tiara. Corôa triplice de que usa o papa nas cerimonias mais solemnes. Esta mitra de origem essencialmente oriental, que se vê ainda hoje usada, não sómente pelas divindades indianas mas tambem pelas bailarinas asiaticas nos espectaculos d'origem religiosa, é um tronco de cone ou um barrete em fórma de pão de assucar terminado ou não por um botão. Apparece nos monumentos mais antigos do Egypto e da Assyria, como insignia do poder supremo. Como tal, foi usada pelo grande sacerdote dos hebreus, e é ainda hoje o ornato ritual do papa. A historia da tiara pontificia está, na sua origem, rodeada de obscuridade. Na Edade Média chamaram lhe indifferentemente *tiara*, *corona* e *regnum*, e tambem *triregnum* quando continha tres corôas adornadas de pedras preciosas, e termina n'um globo que serve de pedestal a uma cruz. Ao principio não tinha senão uma corôa; Bonifacio VI I fez collocar outra em 1294; Bento XII, e, segundo alguns escriptores, Urbano V, accrescentou a terceira. Para as funcções do ordem o papa serve-se da mitra como os simples bispos. As chaves symbolisam o poder do summo pontifice. Ordinariamente as representam cruzadas debaixo da tiara, e servem de sustentaculo do papa. Quando o pontifice morre, representam se as suas armas com a tiara, porém, sem as chaves, symbolo principal da sua jurisdicção. O papa é doutor, pontifice e rei. Estas tres prerogativas estão symbolidas pelas tres corôas. V. *Corôa*.

Tibães Povoações nas freguezias: S. Cosme, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr de Braga ‖ S. Pedro, de Castello de Penalva, conc. de Penalva do Castello, distr de Vizeu. ‖ S. Miguel, de Fornos do Maceira Dão, conc. de Mangualde, do mesmo districto.

Tibalde Pov. na freg de S. Vicente, de Alcafache, conc de Mangualde, distr. de Vizeu.

Tibo. Pov. na freg do Salvador, de Gavieira, conc de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello.

Ticoma Ilha do archipelago de Cabo Delgado, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Fica á entrada da bahia do Tungue, entre o Cabo Delgado ao N e a ponta Sangal ao S.

Tigrá. Aldeia pertencente á divisão Etly Pahw, ao norte do rio Sandalcalo, no concelho de Nagar Avely, districto de Damão, na India.

Tigres. Peninsula situada na costa do distr. de Mossamedes, na prov. de Angola, Africa Occidental Pega da banda do S em terra grossa no territorio dos Mucurocas, e atira-se depois proximamente no rumo de SE para NO até terminar n'uma ponta tambem denominada dos Tigres A peninsula é de areia baixa, corre quasi parallela á costa e mede 37 k. de comprimento por cêrca de 4 na sua maior largura, tendo 190 m no sitio mais estreito. Segundo Castilho, a configuração da costa n'este ponto é moderna, porque ainda em 1775 se abria um canal fundo e estreito entre o remate S do que hoje é peninsula e o continente ‖ Ponta situada no extremo da peninsula dos Tigres, na costa do districto de Mossamedes, prov. de Angola, Africa Occidental. ‖ Bahia situada na costa do distr. do Mossamedes, prov. de Angola, Africa Occidental, a 3 ou 4 dias do Cunene e para o N d'elle. Abre-se entre a costa e a peninsula dos Tigres, tendo 28 k. de comprimento, 11 de recesso maximo e cêrca de 8 de afastamento das pontas de entrada. E' segura, amparada e muito limpa em toda a sua extensão, excepto no recanto S, onde ha bancos de areia, e tem bom ancoradouro e excellente desembarque em qualquer sitio quando a maré está cheia. Abunda em peixe, e as suas aguas teem um cheiro muito parecido com o do acido sulfhydrico, cobrindo pinturas e metaes de manchas escuras difficeis de tirar. Nas cartas e livros modernos inglezes esta bahia tem o nome de *Great Fish Bay*.

Tijão Povoações nas freguezias: Santa Barbara, de Campanhó, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. ‖ S Martinho, de Valle, conc. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga.

Tijunco Rio do distr. de Quelimane, Africa Oriental; vae desaguar entre o Quisungo e o Mazemba

Til Ilha da Madeira e distr. do Funchal; povoações nas freguezias: N. S.ª do Monte, conc. do Funchal; S Bento, de Ribeira Brava, conc. de Ponta do Sol.

Timanni. Estado da Guiné, superior, na costa da Serra Leôa, a E do Freetown.

Timbre Insignia que se põe sobre um escudo de armas para designar nobreza de seu proprietario Esta insignia é uma figura de homem, mulher, leão, aguia, serpente, etc. Diz-se que o uso do timbre foi introduzido por Protheu. rei do Egypto, que o usou nos élmos, morriões, escudos, etc O timbre é do maior excellencia e denota maior nobreza do que o brazão de armas. Ao escudo sem timbre, se chama *escudo razo*. O timbre das armas de Portugal é uma serpe alada, ou dragão Sob a denominação de *timbre* comprehendem-se todas as figuras de que se serve a armaria para armamento exterior do escudo. Mais restrictamente o timbre é a insignia, de nobreza, e de dignidade ecclesiastica, civil, militar, judicial, etc.

Timbue. Prazo da corôa no distr. da Serra, Africa Oriental, situado n'uma ilha do Zambéze

Timbuza. Uma das ilhas que fórmam o archipelago de Cabo Delgado, na prov. de Moçambique; Africa Oriental.

Timillopus V. *Temilobos*

Timor Esta ilha, de que uma parte constitue hoje todo o nosso dominio na Oceania, é a mais oriental do archipelago de Sonda, na Malasia, e d'esta circumstancia lhe vem o nome, porque Timor quer dizer Oriente; possuimos a parte oriental desde a ribeira de Massin ao sul, isto é, a parte mais afastada do archipelago a que pertence. Attribue-se o descobrimento de Timor aos companheiros de Fernão de Magalhães, mas fôram os missionarios dominicanos que se haviam estabelecido em Solor, em 1561 que iniciaram a colonisação da ilha pela propaganda religiosa. O povo de Timor era então barbaro, mas já em estado agricola. A vida nomada fixára-se em terras cultivadas, e formára pequenos estados com todos os elementos de nacionalidade, que se regiam por leis a que davam o nome de *estylos*. De caracter pacifico, os timores, longe de hostilisarem os dominicanos, aproximaram se d'elles facilitando lhes assim a missão a que se haviam proposto. Entre os chefes d'esses pequenos estados dois teriam existido que conseguiriam submetter á sua influencia os visinhos, porque o regulo de Bé Halé e o de Sénabai eram inculcados como imperadores. O de Bé-Halé dizia se senhor de metade da ilha que fica a léste e a que se dava o nome de *Bellos*, e o de Sénabai senhor da metade que fica a oeste, a que se chamava *Survião*, designações estas que ainda subsistem, correspondendo a provincia dos *Bellos* á parte portugueza, e a de *Survião* á parte hollandeza. A industria dos indigenas limitava se ao fabrico de uns tecidos grossoiros com que cobriam a nudez, e o commercio á permutação de cêra e sandalo por productos que os makassares e javanezes levavam á ilha. Provinha, naturalmente, d'esse facto o ser já então conhecido o ferro dos timores, porque todas as suas armas de guerra eram d'este metal. Em Timor não consta haver jazigos de ferro nem indicios de que tivessem existido. Não foi baldado o empenho dos missionarios: se não conseguiram libertar das trevas o espirito indigena, submetteram-n'o á sua influencia E n'essa situação se conservaram até que o vice rei da India acudiu em seu auxilio enviando-lhes um funccionario que se intitulava capitão general, que se incumbiu dos serviços administrativos. Sem incidentes de vulto a dominação portugueza chegou até 1701, em que alguns regulos se revoltaram, resistindo á mão armada, assassinando missionarios, queimando egrejas e talando os campos. Em 1719 graves successos iam pondo em risco a nossa soberania n'aquellas ilhas, porque quasi todos os regulos se colligaram para exterminar os christãos e acabar com o dominio portuguez. Reunidos os regulos, os seus delegados mataram um cachorro preto e branco a que chamam *levo*, e ferindo se depois no peito todos os conjurados, misturaram o seu sangue com o do cãosito, mergulharam no liquido uma espada, e beberam aquella mistura, jurando coadjuvar se para extinguirem todos os brancos. Procederam depois ainda a muitas outras ceremonias, mas parece que as entranhas d'uns frangos que mataram não prognosticaram bons resultados á empresa, visto que foi addiada Mais tarde, em 1724, no tempo do governador Antonio de Albuquerque Coelho, ratificaram muitos o pacto de 1719, rompendo logo em hostilidades e atacando um arraial nosso, que puzeram em debandada. Em seguida mataram dois padres, Manuel Rodrigues e Manuel Vieira, queimaram egrejas, ultrajaram os vasos sagrados e fizeram muitas barbaridades. A revolta tomava corpo, alcançando os reinos ainda os mais obedientes. Valeu, talvez, para que a nosso dominio não cessasse n'aquellas paragens, a chegada do governador Antonio Moniz de Macedo, que soube captar varios reinos, e com as forças d'estes submetter os outros á obediencia. Até 1731 correram as cousas favoravelmente, mas o germen da revolta não se havia extinguido, e começou a manifestar se em varios reinos, propagando se aos outros com grande intensidade. O plano dos insurgentes era acabar com o dominio portuguez e estabelecer tres imperios, reconhecendo por unicos senhores os chefes d'essas tres casas. Os nossos presidios da costa, que haviam sempre affrontado o inimigo, eram agora presa dos rebeldes. Só Lifau, então a capital, e Manatuto estavam em poder dos nossos. Havia já 85 dias que durava o sitio d'esta ultima praça, e vendo o governador ser infallivel a capitulação, partiu para Lifau. De todo o nosso vasto dominio na ilha só nos restava o pequeno espaço em que estava assente a capital do estabelecimento, e esta mesma praça não estava em estado de sustentar o apertado cêrco: escasseavam mantimentos, e não havia nem uma só companhia de tropas regulares Chegou se a pensar em embarcar gente e bagagens, largar fogo á praça, e ir assentar a capital em qualquer outro ponto do estabelecimento. Felizmente chegou um novo governador, Pedro do Rego Barreto, que aportando a Lifau pôde fornecer algumas munições de bôca que levava da viagem, partindo para Manatuto, como ponto mais proximo de Dilly, onde se encontravam os cabeças do motim, com os quaes era mister tentar negociações de paz Pôde, com effeito, chegar a Manatuto antes da capitulação do presidio, animando-se os defensores com a sua presença e alguns mantimentos que lhes levou. O governador mandou Fr. Manuel do Pilar, padre muito venerado, a Dilly, para tratar com Francisco Fernandes Varella, capitão mór de Survião, que estava á frente dos sublevados. Depois, impaciente com a demora nas negociações, dirigiu-se o governador para Lifau, onde a sua presença não era menos necessaria. Chegando defronte de Butagadé, e vendo o abandono em que os revoltosos tinham o presidio, resolveu se a um acto temerario. Mandou ordem a D. Lourenço da Costa, cabo do arraial inimigo, para que lhe fôsse entregar a praça; o chefe indigena apresentou-se, e lida que lhe foi a patente de governador, entregou o presidio e prestou vassallagem. Dado este primeiro passo, muitos outros regulos fôram imitando D. Lourenço da Costa, de sorte que em setembro de 1731 já se achava desafrontado o nosso dominio, submettendo-se uns pelas armas, outros de motu proprio, e ainda outros por via de negociações. Só Varella, auxiliado pelo reino de Veimasse, continuava na rebeldia, mas esse mesmo foi obrigado a depôr as armas em 1732. Desde essa epoca até 1769 fizeram-nos os hollandezes varios actos hostis e fomentaram a intriga entre os regulos por tratados simulados com a Companhia das Indias Orientaes, manobras que conseguimos quasi sempre debellar, mas que lançaram a semente da occupação hollandeza. Chegou mes-

mo a ser propinado veneno ao governador Dionysio Gonçalves Rebello, em 1766, por Francisco Hernay, accrescendo a falta de energia e conceito do governo interino, dirigido por um frade, que deu motivo a desgraçados excessos. Nomeado capitão-general de Timor e Solor, Antonio Telles de Menezes, chegou este a Timor no correr do anno de 1769, e encontrou a possessão n'um estado desgraçado. A praça de Lifau soffria um apertado assedio; e interrompidas as communicações com o resto da ilha, era de recear que a fome reduzisse os seus defensores a capitular ante os selvagens de Francisco Hernay. Era impossivel pensar em intentar uma campanha contra os revoltosos, pois que na praça só havia 1:200 pessoas, incluindo mulheres, velhos e creanças, e os reinos ainda fieis não poderiam ir em nosso auxilio por falta de communicações. N'esta conjunctura resolveu o governador abandonar Lifau; e com effeito, aproveitando alguns navios idos de Macau e alguns barcos da praça, embarcou toda a artilharia, petrechos de guerra e bagagens, bem como a sua gente; deitou fogo á povoação e fez se de véla a 11 de agosto; tocou em Batugadé, que reforçou de artilharia, e foi dar fundo em Dilly no dia 10 de outubro. Esta mudança, de penosissima impressão pelas circumstancias que a determinaram, foi comtudo vantajosa para o futuro de Timor, porque Dilly é o unico porto da ilha que permitte a livre entrada de embarcações em grande lote. Estabelecida a capital em Dilly *(V. este nome)*, Antonio Telles de Menezes conseguiu a breve trecho impôr se á consideração de todos os regulos da região dos Bellos, de modo que todos se dirigiram a Dilly a prestar-lhe homenagem, passando desde então a ser designado pelo titulo de Pae. Com a retirada de Antonio de Menezes recomeçaram as perturbações, mas sempre de caracter parcial. Ora era um regulo, ora outro que se sublevava, mas a autoridade com mais ou menos difficuldade conseguia chamal a á ordem. Em 1785, pouco mais ou menos, rebellou se Senobay contra os hollandezes; e tal confusão existia ácêrca dos direitos que assistiam ás duas nações que dominavam Timor, tão incertos eram os limites que separavam as duas possessões, e tão pouco se respeitava de uma e outra parte o direito publico, que o governador Godinho julgou praticar um acto louvavel e de boa politica soccorrendo com munições o dito Senobay. Gostosos acceitaram o soccorro os regulos de Senobay compromettidos no levantamento, e para mostrarem quanto ficavam gratos ao favor recebido, propuzeram ao governador tornarem a reconhecer como suzerano o governo portuguez. Propunha se o governador a acceitar a proposta quando foi exonerado do governo. Seguiram as cousas as suas vicissitudes; os governadores an avam mais ou menos entretidos com as questiunculas entre os reinos e os seus levantamentos, até que, mais tarde, se revoltou Maubara O governo local quiz pôr côbro á sublevação, e accommetteu o reino rebelde auxiliado pelos régulos de Oeussi e Ambeno: fôram, porém, derrotadas as nossas forças, arvorando a gente de Maubara a bandeira hollandeza e collocando se sob a sua protecção. Era tal a escassez de recursos em Timor, que por estes tempos, em 1791, opinou o governador João Baptista Verquim não ser prudente atacar os hollandezes, apezar d'elles soccorrerem com polvora e armas os reinos de Senobay e Maubara; julgava elle que só no caso de nos hostilizarem deveriamos atacal os, pois tinha muito receio de se sair mal. Apezar de, por aquella epoca, a Hollanda se achar ligada á França, e a Inglaterra ter esbulhado das Molucas o de Cupany a primeira de aquellas duas nações, nunca por então foi a nossa colonia atacada pelos hollandezes. Foi em 1818 que o residente Hazart tomou posse de Cupany e do supposto dominio dos reinos de Survião. Este funccionario herdára os antigos odios da Companhia das Indias Orientaes aos portuguezes, e não dispensava meio de levantar a influencia hollandeza n'aquelles povos. Ora, desde o principio do estabelecimento tinhamos nós a oéste de Batugadé um porto chamado Atapupo, onde alguns chinas se estabeleceram pela facilidade de communicações com os reinos do interior e por ser porto franco. O governador Verquim acabou com o favor de que gozava Atapupo em supposto detrimento da fazenda, o que não agradou aos chinas, reservando se elles para tirarem a desforra em occasião adequada. Em Hazart, portanto, encontraram os negociantes descontentes o homem de que precisavam, e, de accordo com o rei de Fulara, disseram-lhe os subditos do celeste imperio que Atapupo suspirava pela bandeira hollandeza. O cubiçoso residente, que não esperava senão um pretexto, metteu-se logo a bordo d'um brigue de guerra com gente de desembarque, e navegou para ali. Mandou desembarcar a tropa, arreou a bandeira portugueza, arvorando em seu logar a hollandeza, e parece que maltratou os indigenas que constituiam a guarda d'aquelle porto. Em vista d'este inaudito attentado trocaram-se alguns officios entre os dois governadores, appellando afinal cada um para o seu respectivo governo. O vice-rei da India não ficou satisfeito com as explicações do governador geral de Java, e para castigar a brutalidade do residente de Cupany, organisou em Gôa o batalhão dos *defensores de Timor*, que tenciova fôsse empregado em recuperar a posse de Atapupo. N'isto, porém, tinham os hollandezes arteiramente obtido do Rio de Janeiro um aviso regio, o qual mandava terminantemente que não houvesse a mais pequena desintelligencia com os hollandezes. Por esta fórma terminou a questão de Atapupo, ficando a Hollanda a orgulhar se de uma posse que era realmente illegitima. D'aqui resultou convencer se o residente de Cupany da indifferença com que viamos usurpados os nossos direitos e proseguiu no seu plano. Desde esta epoca até 1838 conservaram se os hollandezes tranquillos em Timor, pelo menos na apparencia. Os mares da Malasia estavam n'aquelle tempo infestados por piratas, e a marinha hollandeza emprehendera a tarefa de os limpar. N'esse anno de 1838, constando ao residente de Cupany que se tinham acolhido piratas a Larantuka, deu fundo no porto, atravessou e disparou muita artilharia sobre a povoação, incendiando por fim muitas casas, sem que tivesse encontrado os piratas. Por este tempo achava se em Dilly o regulo de Larantuka, o qual teve ordem de marchar immediatamente para o seu reino, ordenando se lho que se oppuzesse não só á entrada dos piratas ali, bem como á dos hollandezes O governador José Maria Marques officiou para a In-

dia protestando contra esta nova invasão do nosso territorio pelos hollandezes, mas queixas fôram estas a que em Goá se deu pouca importancia. Em 1847, governando Julião José da Silva Vieira, houve uma contestação entre o governador e o residente de Cupany em consequencia de certos actos praticados pelo regulo de Ocussi em Ombay o Pantar, territorio que os hollandezes julgavam sob a sua protecção. Afim de acabar com a incerteza de limites entre as duas possessões na ilha de Timor e archipelago de Solor, o governador das Indias Neerlandezas mandou Styeu Pardé a Timor para abrir negociações com o governador Julião O negociador hollandez sustentou com habilidade e argucia os suppostos direitos do seu paiz á posse de varios reinos, o que lhe foi impugnado pelo seu opposi tor, chegando se por fim a fazer uma convenção que o governo portuguez julgou dever deixar n'este pé: «considerar portuguezes todos os territorios que tinham a bandeira portugueza e hollandezes os que arvorassem a hollandeza.» Em 18 0, porém, o ministro dos negocios estrangeiros dos Paizes Baixos insistia por via de nota para que se tratasse a questão dos limites nas possessões da Oceania. Pela nossa parto foi nomeado commissario regio o conselheiro Lopes de Lima, o qual excedeu as suas attribuições, cedendo á Neerlandia a posse da ilha das Flôres e do archipelago de Solor, recebendo 80:000 florins, o que não podia fazer, visto lhe haverem sido conferidos apenas direitos *ad referendum*. Em virtude d'este facto recebeu Lopes de Lima ordem para recolher preso ao reino, indo morrer em Batavia; e o receio de se pagarem grandes indemnisações fez com que o governo portuguez não annullasse logo o tratado, de sorte que depois sobrevieram maiores complicações, que deram azo a um sem numero de notas diplomaticas durante alguns annos. Em 1851 assignou-se outro tratado entre o visconde de Athouguia, nosso ministro dos negocios estrangeiros, e o ministro residente da Hollanda em Lisboa, tratado que a opposição em côrtes combateu. Esse tratado, similhante ao de Lopes de Lima, foi por fim approvado pela nossa camara dos deputados, mas rejeitado pelos estados geraes dos Paizes Baixos, visto não haver reciprocidade com respeito á liberdade de cultos. Durante mais dois annos se trocaram notas entre os governos dos dois paizes, até que em 1857 eram encarregados de fazer outro contrato o barão Aersen e o ministro Fontes Pereira de Mello. Fallecendo o plenipotenciario hollandez, foi nomeado em 1858, para o substituir, H. Heldwier. N'este novo tratado fizeram-se varias diligencias para obter convenio mais vantajoso, mas nada se conseguiu, e a 20 de abril do 1859 foi assignado o tratado do limites, em tudo similhante aos anteriores, tratado que só veiu a ser ratificado em agosto de 1860. E' de justiça consignar que, contra o que se asseverou, os hollandezes fôram promptos no cumprimento do estipulado e nos ajudaram a submetter o rei no de Maubara. Por este tratado foi a ilha de Timor dividida entre Portugal e a Hollanda. Ao nosso paiz ficou reservada a parte oriental, chamada *região dos Bellos*, contendo apenas um pequeno encravamento hollandez (o de Maucatar), e mais os territorios de Ocussi e Ambeno, na costa N da parte neerlandeza, o no Survião o encravamento de Naimuti, que era uma jurisdicção de Ambeno, mas separada do seu territorio. Em 1861, sendo governador Affonso de Castro, irromperam novos symptomas de rebellião em quasi todos os reinos, tendo dado rebate os de Lacló e Ulméra. Alguns, porém, ainda se conservaram indifferentes aguardando o resultado do conflicto para se pronunciarem. Com o apoio moral das Molucas, Affonso de Castro conseguiu submetter a rebellião, e o anno de 1861, que tão mal começara, acabou gozando-se socego em todos os pontos da possessão; terminou achando se o dominio dos portuguezes fortemente estabelecido, Dilly com todo o seu prestigio, os reinos obedientes e empenhados em cumprir as determinações relativas á cultura do café, objecto que mereceu sempre os maiores cuidados a Affonso de Castro. Todos os regulos a quem se distribuiu a semente no fim da guerra, lançaram-n'a á terra, e prepararam os timores para acceitarem as grandes plantações. As revoltas, porém, reverdeceram, e em fins de 1863 a colonia estava outra vez em revolta, mas que foi depressa suffocada. Em virtude do convenio de 10 de junho de 1893 trataram os dois paizes, Portugal e Hollanda, de fazer uma revisão de fronteiras, que tinha por fim a suppressão dos encravamentos do territorio, facilitar a fiscalisação aduaneira o evitar o contrabando. Nomeada uma commissão luso-hollandeza para estudar a zona onde devia assentar a fronteira e levantar a carta topographica de aquella região para sobre ella se traçar a linha da fronteira definitiva, em harmonia com os accôrdos effectuados, foi em 1902 á Haya uma commissão de dois delegados do governo portuguez, o contra-almirante Hermenegildo Capello e o capitão de fragata Ernesto J. do C. e Vasconcellos, para lavrar *ad referendum* um accôrdo contendo a descripção minuciosa da linha de separação de espheras do influencia. A fronteira traçada obedeceu principalmente á troca dos encravamentos do Naimuti (portuguez) e de Maucatar (hollandez), mantendo Portugal a posse de Ocussi e Ambeno na costa N da parte hollandeza, e da ilha de Pulo Cambing. O accôrdo referido effeituou se a contento dos dois governos, visto o novo traçado da fronteira satisfazer tanto os interesses do Portugal como os da Hollanda, que ficaram com a linha de separação de espheras do influencia perfeitamente definida por marcas naturaes de terreno. Para se vêr o territorio sujeito á soberania portugueza em Timor, indicaremos a superficie de cada uma das partes de que elle se compõe: Parte Oriental (região dos Bellos), 16:384 k. q.; reinos Ocussi e Ambeno, 2:461 k. q.; Pulo Cambing, 144 k. q , o que dá uma superficie total de 18:989 k. q. contra 13:380 de territorio hollandez. A possessão portugueza de Timor estava dependente do governo geral da India, e passou depois a ser incorporada no governo de Macau, mas, por decreto de 15 d'outubro de 1896, foi elevada á categoria de districto autonomo, para todos effeitos politicos e administrativos. Ao governador d'este districto fôram, por conseguinte, concedidas todas as faculdades e attribuições de governador de provincia, ficando directamente subordinado ao governo da metropole no exercicio de todas as suas funcções civis e militares. A provincia de Macau contribue, porém, para o cofre de Timor, com a dotação annual de 60:000

patacas, a qual, com os rondimentos proprios do districto, constitue a sua receita geral. A organisação administrativa foi alterada em junho de 1909, sendo elle dividido nos concelhos de Dilly, Liquiçá, Manatuto, Baucan o nos commandos militares de Motael, Lantém, Maunfae, Hatolia, Batugadé, Lamaquitas, Suae e Ocussi, com o fim de se reduzir a despeza publica pela suppressão d'alguns cargos administrativos que estavam confiados a militares, sendo, portanto, dispensavel n'aquella nossa colonia a existencia de alguns servidores europeus Segunde as alterações feitas, o conc. de Dilly tem um administrador, e á testa de cada um dos outros concelhos ou com mandos ha um commandante militar de patente não superior a capitão. O commandante do Batugadé é tambem o commandante militar superior da fronteira, o como tal são-lhe subordinados os commandos de Lamaquitas e do Suae, no quo respeita a policia e fiscalisação da mesma fronteira. Nos differentes concelhos e commandos ha os seguintes postos: Dilly, Liquiçá, Manatuto, Baucan, Lantém, Motael, Samo, Hatolia, Batugadé, Babonaro e Ponta Macassar. Estes postos estão a cargo de officiaes superiores do exercito, ou officiaes de segunda linha, que teem as attribuições administrativas do regedor e as de juiz popular. No concelho de Dilly ha uma commissão municipal, cujos vogaes são escolhidos entre os principaes habitantes do mesmo concelho. Nos do Liquiçá, Manatuto e Baucau, funccionam commissões municipaes O porto principal de Timor, na parte portugueza de que se trata, é Dilly, nome da capital do districto. E' uma bahia aberta ao N o abrigada apenas por uns baixios do coral que deixam duas entradas para o ancoradouro, sendo a mais frequentada a de O, que é indicada por um pharol de aterragem collocado na ponta Laquebada. Tanto uma como outra estão bem balisadas, por um systema uniforme de boias. A região que circumda o porto e onde está edificada a cidade era insalubre, em virtude dos pantanos e das varzeas que so lho avisinhavam, mas esse estado melhorou bastante com os trabalhos de drenagem, quo se fizoram. O porto tem uma ponte de ferro onde atracam os navios para carga e descarga, e tem um pharol com um alcance de 13 milhas. Além do porto de Dilly ha outros de menor importancia, como o Lifau no reino de Ocussi, onde até ao fim do seculo XVIII esteve a capital; o de Laga, e mais os do Suae, Allas e Luca, todos tres na contra costa, ou costa S. A parte portugueza de Timor constitue judicialmente uma comarca pertencente á Relação de Gôa, e é uma vigairaria da diocese de Macau. Tem duas missões formadas por padres saidos de Sernache do Bomjardim, seminarios de Macau e da India. Estas missões teem casas centraes em Lahane, na encosta superior a Dilly, sitio muito bonito e saudavel, onde tambem existe um *chalet*, residencia habitual do governador, e varias casas de funccionarios europeus, e superiormente a 100 m. de altitude o bello edificio do Hospital Militar, quo so inaugurou om 28 de setembro do 1906. A outra missão tem a sua séde em Soibada, logar muito saudavel, a poucas horas do distancia do notavel jazigo de petroleo do Laclubar. Em ambas as missões ha casas de educação para creanças. O clima, quo no litoral é pessimo, mercê dos pantanos, da humidade e do calor, nas montanhas é magnifico e a temperatura agradavel. Ha talvez 10 annos não havia em Timor nem uma só propriedade particular, os terrenos eram explorados em commum, pelos indigenas; hoje, porém, existem empresas agricolas e varias companhias possuidoras de extensas e florescentes propriedades, além dos terrenos agricultados pelas suas missões. A fauna de Timor é muito pobre: o veado, o bufalo, os animaes domesticos, e pouco mais. Em quanto a flora é riquissima A guarnição militar cousta d'uma companhia do infantaria indigena, um pelotão de cavallaria indigena, secção de artilharia, 1 regimento de 2.ª linha em Baucan, 1 dito em Manatuto e 4 companhias em Dilly. As maiores producções são: café, cacau, arroz, tabaco, sandalo, cêra, couros e muito gado, etc A'cêrca de Timor, mencionaremos os seguintes trabalhos: *Boletins da Sociedade de Geographia*, da serie 19.ª—n.ºˢ 7 a 12; idem, serie 20.ª—n.º 10; idem de outubro do 1902; serie 25.ª, 1907, vem publicada a conferencia, que o sr. Alfredo da Costa e Andrade fez na Sociedade de Geographia em 13 de maio d'esse anno, a qual tem por titulo: *Districto autonomo de Timor*, e que se publicou tambem em separado, no mesmo anno; *A Encyclopedia portugueza illustrada*, vol. X, pag. 608 e seguintes; *Inventario dos manuscriptos da Bibliotheca Nacional de Lisboa*, n.º 598; o os seguintes escriptos de Affonso de Castro, que foi governador de Timor: *Une rebellion à Timor*, Batavia, 1860; tambem saiu no jornal da Sociedade do Sciencias e Artes, da referida cidade; *Memoria sobre Timor;* tambem saiu em francez no mesmo jornal, e uma parte em portuguez nos *Annaes do conselho ultramarino; As possessões portuguezas na Oceania*, Lisboa, 1867; *Timor*, por Bento da França, publicado na *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, Lisboa, 1891.

Timor. Habitante de Timor.

Timpeira Pov na freg. de Santa Maria, do Borbella, conc. e distr. de Villa Real.

Tinalhas *(José Coutinho Barriga da Silveira Castro e Camara, 1.º visconde de)*. Fidalgo da Casa Real, senhor dos morgados da Quinta dos Olhos d'Aguia e Alviella. N. no logar de Soalhães, no concelho de Fundão, a 19 de janeiro de 1802. Era filho de Thomaz Antonio Coutinho Barriga da Silveira Castro e Camara, e de sua mulher D. Joanna de Meyrelles Guedes Cabral. Casou em 1843 com D. Maria Guilhermina Ribeiro Leitão, filha de Fabião Francisco Leitão Guedelha, e de sua mulher D. Anna Maxima Ribeiro Foi agraciado com o titulo de visconde de Tinalhas por decreto de 10 de outubro de 1870. O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo esquartelado; no 1.º quartel as armas dos Barrigas: Em campo vermelho um castello de prata lavrado de preto, com uma bandeira da ordem de Christo arvorada n'uma haste de ouro, pela fresta d'uma torre, assente sobre uma rocha, junto do rio; no 2.º as dos Castros: Em campo vermelho seis arruelas brancas em duas palas; no 3.º as dos Coutinhos: Em campo do ouro cinco estrellas sanguinhas, de 5 raios cada uma, postas em sautor; no 4.º as dos Silveiras: Em campo de prata 3 faxas vermelhas, e por orla uma silva verde.

Tinalhas *(Thomaz de Aquino Coutinho Barriga da Silveira Castro e Camara, 2.º visconde de)*. Moço fidalgo com exercicio, proprietario, um dos maiores contribuintes do concelho de Castello

Branco, antigo deputado, par do reino, etc. N. a 10 de janeiro de 1848, sendo filho dos 1.os viscondes de Tinalhas (V. o *artigo antecedente*). Começou a sua vida publica por ser eleito vereador da camara municipal do concelho de S. Vicente da Beira, logar para que foi mais d'uma vez reeleito, sendo elevado tambem á presidencia. Com muita dedicação e zelo, procurou sempre pela sua cuidadosa administração o progresso moral e material da terra da sua naturalidade, por melhoramentos importantes. Pertencendo ao partido regenerador, foi um dos que acompanhou o sr. conselheiro João Franco na scisão d'esse partido, em 1901, tornando se um dedicado membro do partido regenerador liberal que então se constituiu. Foi deputado n'algumas legislaturas eleito por S. Pedro da Beira, e a 19 de maio de 1906 foi nomeado par do reino. Exerceu alguns annos o cargo de procurador geral do districto. Casou a 24 de julho de 1868 com sua prima, D Maria José de Meyrelles Guedes Cabral, filha do dr Theodoro Meyrelles Cardoso Gramacho, e de sua mulher D. Luiza do Meyrelles Taborda. Por decreto de 9 de dezembro de 1887 foi-lhe renovado o titulo de visconde de Tinalhas. O seu solar, onde reside, é na terra d'este nome, e nas suas propriedades tem-se entregado muito á agricultura; o lagar d'azeite que possue n'uma das mais importantes d'essas propriedades dizem ser um modelo no genero.

Tinalhas. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Baixa, conc., com. e distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 305 fog e 1:211 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., productores de cortiça. Está situada a 2 k da margem direita do rio Ramalhoso, a 17 da séde do conc. A terra é pobre, por causa da sua pouca fertilidade. Cria gado e tem caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco Por lei de 21 do maio de 1896 foi anuexado a esta freg. o logar de Ninho do Açôr, que pertencia á de S. Vicente da Beira.

Tinca. Pov. da freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Tinca Raia Pov. da freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Tingane. Pov. de indigenas em terras Maganjas, na margem direita do Chire, Africa Oriental.

Tingatinga. Territorio do distr. de Inhambane, Africa Oriental.

Tinhella. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Valpaços, distr. do Villa Real, arceb. de Braga; 185 fog. e 732 hab. Tem esc. do sexo masc e est. post. Está situada n'um valle, nas proximidades do rio Calvo, a 3 k. de Bobadella, a egual distancia de Oucidres, a 18 de Chaves e a 17 da séde do conc E' pov. muitissimo antiga, e já existia no tempo dos romanos. Entre a pov. de Tinhella e a de Agrodella, se achou no principio do seculo XVIII, uma fonte de abobada, com seus corredores de pedra lavrada, obra evidentemente romana. D Affonso III lhe deu foral em dezembro de 1257, e n'elle lhe dá o nome de *Tinella*. A terra é de clima excessivo e pouco fertil, mas saudavel. Produz cereaes, vinho, linho, legumes e algumas fructas. Cria bastante gado de todas as qualidades, e tem abundancia de caça. Fica perto da raia. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 19, com a séde em Chaves. ‖ Rio do distr. de Villa Real. N. na serra da Padrella, na freg. de Tazem corre na direcção geral de S SE, passa a O de Murça e a 3 k. ao E de Alijó, onde tem pontes, e a 1 ao E de S. Mamede. Entra no rio Tua com 45 k. de curso.

Tinhella de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Martinho, de Bornes, conc. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real.

Tinhosas Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Silves, distr. de Faro.

Tinoco. Familia antiga em Portugal, de que ha já noticia no tempo de D. Sancho I. As suas armas são: Em campo d'ouro tres aguias vermelhas postas em roquete; orla xadrezada de ouro e negro do duas palas; timbre uma das aguias do escudo.

Tinoco V. *Nunes Tinoco.*

Tinoco *(Diogo)*. E' este o nome do homem que revelou a D. João II a conspiração do duque de Vizeu. Irmão d'uma mulher que era amante do bispo de Evora, D. Garcia de Menezes, soube pela irmã da conspiração em que entrava o bispo, e foi logo vender o segredo a Antão de Faria, confidente de D. João II, mas não chegou a receber o preço da traição, porque a morte o surprehendeu.

Tinoco *(P. Miguel)*. Jesuita. N. em Elvas em 1587, fal. em Lisboa a 11 de dezembro de 1667. Entrou para a Companhia de Jesus, no collegio de Evora, em 1603. Frequentou a Universidade de Evora, ondo se doutorou em theologia em 1631; foi ali professor e chanceller, concluindo o magisterio na cadeira de prima no anno de 1655. Foi depois reitor do collegio do Porto, provincial, primeiro da provincia do Alemtejo, passando mais tarde á de Portugal. Falleceu na casa professa de S Roque, de Lisboa. Deixou um *Tractatus de justitiae et jure*, e outros tratados theologicos em latim, ficando todos manuscriptos.

Tinoco da Silva *(Thiago)*. Architecto que viveu nos fins do seculo XVII. Estudou architectura civil com seu tio, o padre Francisco Tinoco da Silva, architecto do palacio da Ribeira. Em 1690, quando Manuel da Costa foi nomeado architecto de Salvaterra de Magos, Almeirim o do convento da Batalha, Thiago Tinoco foi provido no logar que elle deixava vago de alumno de architectura civil com a obrigação de continuar os estudos com seu tio e do executar os trabalhos scientificos quo lhe fôssem determinados pelo provedor das obras publicas.

Tinocos. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Tinor. Aldeia pertencente á divisão do Uply-Pahw, ao sul do rio Sandalcalo, no concelho de Nagar Avely, districto de Damão, na India.

Tintim. Pov. na freg. de S. Pedro da Cadeira e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Tinto Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pelariga, conc. de Pombal, distr. de Leiria. ‖ Rio do distr. do Porto N. na freg. de Rio Tinto, corre ao S e entra no Douro, proximo do Porto, com 6 k. de curso.

Tintue. Prazo do distr. de Tete, entre o rio Arocuba e o Zambeze, Africa Oriental.

Tintureiro. Officio que tinha regimento na collecção dada pelo senado de Lisboa em 1572.

Tipué. Prazo do distr. de Tete, e na margem direita do Zambeze, ao S de Massangano, Africa Oriental E' fertil.

Tiquinia. Pov. do sobado de Elamba, no caminho do Zombo, conc de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Tirabaixo. Pov. na freg. de Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, distr. de Faro.

Tiracol Regedoria do concelho de Perném, districto de Gôa, na India. || Um dos principaes portos do distr. de Gôa, India, situado na margem direita do rio Tiracol. N'outros tempos era defendido por uma fortaleza formidavel, como tantas outras do Estado da India, e que teve um importante papel nas guerras travadas nas Novas Conquistas. A fortaleza de Tiracol, no extremo limite do Estado da India, foi conquistada em 1746 pelo vice-rei D. Pedro Miguel d'Almeida Portugal, marquez de Castello Novo e Alorna. Além do recinto sobranceiro á foz compunha-se d'outras obras que não só protegiam e envolviam a povoação, mas que tambem lhe davam uma extrema importancia militar. || Territorio e pov. das Novas Conquistas, no conc. de Perném, distr. e arceb. de Gôa, India Sendo o rio de Tiracol o limite N do Estado da India, o pequeno territorio de Tiracol fica na margem direita do mesmo rio, junto á sua foz, tendo apenas 2:500 m. q. de superficie. E' limitado ao N e a E por terras do dominio inglez, ao S pelo rio do seu nome e a O pelo Oceano. || Rio do distr. de Gôa, que é tambem conhecido por *Arondem*. V. *este nome*

Tiradores de prata branca e dourada. Officio que tinha regimento na collecção dada pelo senado de Lisboa em 1572.

Tirares. Pov na freg, de Santa Maria, de Campanhã, 1.º bairro do Porto.

Tirdi-Uspá. Monte do conc. do Sanquelim, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India.

Tires. Pov. na freg de S. Domingos de Rana, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa.

Tiribolo Pov. da jurisdicção do reino de Veimasse, no districto autonomo de Timor, ilha de Timor, Oceania, archipelago de Sonda.

Tiroeira. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Tirre. Prazo da corôa no distr. de Quelimane, Africa Oriental; 200 k. de comprimento e uns 100 de largura. Tem abundancia de arvores, de construcção e excellente pau ferro.

Tisnaria. Pov. na freg. de Nossa Senhora das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Tituaria. Pov. na freg. de S. Miguel, de Milharado, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Titulo Designação de uma dignidade; denominação honorifica; nome significativo de uma qualidade honrosa. || Inscripção com que abre o frontispicio de um livro. || Documento juridico. || Papel de credito, ou de pensão vitalicia, renda ou juros.

Titulos dos reis de Portugal. Os soberanos de Portugal teem feito uso de diversos titulos, como se vê da seguinte nota: Conde D. Henrique, Consul ou Comes. D Thereza, Infans, Infantessa ou Cometissa, em vida do seu marido e de seu pae ou ainda, Filia Regis Alphonsi, Regina depois de 1123. D. Affonso Henriques, Infans ou Princeps até 1178; depois, Rex Portugaliae. D. Sancho I, D. Affonso II e D. Sancho II, Rex Portugaliae. D. Affonso III, Comes Boloniensis, procurator regni Portugaliao per summ pontificem et defensor ou Visitatur regni per Dominum Papam, procurator fratis sui et Comes Boloniensis, até á morte de D. Sancho II; depois Rex Portugaliae; e, desde o anno de 1506, Rex Portugaliae Algarbii, denominação esta que tambem adoptaram D. Diniz, D. Pedro I e D. Fernando. D. Leonor, depois da morte de D. Fernando, Governadora e Regedora do reino de Portugal e do Algarve. D. João I, desde 16 de dezembro de 1421 a 6 de dezembro de 1423, D. João, filho do muito nobre rei D. Pedro, mestre da cavallaria da ordem de Aviz e pela graça de Deus defensor e regedor do reino do Portugal o do Algarve; depois de acclamado Rei de Portugal o do Algarve, e desde 1423, mais Senhor de Septa, titulo que conservar m D. Duarte e D. Affonso V, accrescentando-lhe este ultimo, depois da sua viagem á Africa «e de Alcacer em Africa» Depois da tomada de Arzila e Tanger, passou ainda D Affonso V a intitular se Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'além mar em Africa; e, tendo desposado D. Joanna (1475), Rei de Castella, de Leão, de Portugal, de Toledo, de Cordova, de Sevilha, da Galliza, de Murcia, de Jahem, dos Algarves, d'aquém e d'além-mar em Africa, de Aljazira, de Gibraltar, Senhor de Biscaya e de Molina, até que, fazendo om 1479, as pazes com o rei do Castella, voltou ao primitivo titulo, a que D. João II accrescentou «e senhor da Guiné» D. Manuel assim se intitulou tambem, até que, em 1495, succedeu sua mulher á corôa de Castella, Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'além mar em Africa, Principe de Castella, de Leão, de Aragão, de Sicilia, de Granada e Senhor da Guiné; morrendo D Leonor (1498), voltou ao titulo primitivo, e accrescentou-o, depois da viagem da India com «e da conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e India, etc.» que os seus successores continuaram usando.

Tiurém. Povoação da regedoria de Orgão, no concelho de Pondá, districto de Gôa, na India.

Tivaes. Pov. da freg. de S. Claudio, de Barco, conc de Guimarães, distr. de Braga.

Tive Quinta. Pov. na freg. de S. Martinho, de Tareja, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Tivilhão. Pov. na freg. de S. Mamede, de Cabreiros, conc d'Arouca, distr. d'Aveiro.

Tivim. Freg. no conc. de Bardez, no distr. e arceb. de Gôa, India, cujo orago é S. Thiago. Foi creada em 1627. Na antiga provincia, hojo concelho, de Bardez, havia, com o nome d'esta freg., os fortes da *Assumpção de Tivim*, o do *Meio de Tivim* e o *Novo de Tivim*, que constituiam uma linha de defeza contra as invasões do inimigo. O 1.º fôra construido em 1671 e abandonado em 1835; o 2.º fôra construido, como o antecedente, pelo conde de Alvôr; e o 3.º pelo conde de Linhares em 1635. Estão todos abandonados ha muitos annos. || Regedoria do conc. de Bardez,

districto de Gôa, na India, comprehendendo tambem a povoação de Siŋçaim.

Toa. Pequena lagôa do conc. de Muxima, na outra margem do Cuanza e proximo d'ella, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Toanza Cassamba. Monte situado na região da Quissama, prov. de Angola, Africa Occidental.

Tobe. Pov. do sobado de Bango a Quitamba, na 8.ª div. da freg. de S. Joaquim, conc. de Golungo Alto, distr de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Tobim de Baixo, Tobim de Cima, Tobim do Meio. Tres povoações na freg. de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra.

Tocas. Pov. na freg. de S. Thiago, de Lustosa, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Tocha. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Douro, conc. e com. de Cantanhede, distr. e bisp. de Coimbra; 732 fog. e 2:658 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., medico, pharmacia, *Sociedade Recreativa Tochense*, armação de pesca, systema de arrasto, muitos estabelecimentos industriaes e commerciaes, etc. Está situada a 2 k. do grande areal que fica entre o Cabo Verde e a Barra Nova de Aveiro, a 15 da séde do conc., a 10 da estação de Lemede-Cadima, por uma boa estrada de macadam, e a 7 da estação de Arazede por caminhos tortuosos e de areia. A 7 k. fica a praia da Tocha, ou os palheiros da Tocha, onde se estabelecem as companhas para a pesca do peixe, principalmente sardinha, em redes de arrasto. A esta freg. está ha muitos annos annexa a da Quinta, que pertencia como ella, aos cruzios de Coimbra, sendo S. João Baptista o orago d'esta, e de N. S.ª da Atocha o da outra. A freg. da Quintã era, porém, a mais antiga das duas, pois que a da Tocha foi d'ella desmembrada no principio do seculo XVIII, passando a formar uma parochia independente. Ha muitos annos, porém, que estão outra vez reunidas as duas freguezias. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria.

Tochera. Rio do distr. de Quelimane, Africa Oriental; corre em terras dos Bozzoros, e vae desaguar no Ruo.

Toco. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Alviobeira, conc. do Thomar, distr. de Santarem || S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria. || Pov. do sobado de Lucamba, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de N'Dondo iá Quirima na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, etc.

Tocuamata. Pov. da jurisdicção de Laleia, no distr. autonomo de Timor, ilha de Timor, archipelago de Sonda.

Todi *(Luiza Rosa d'Aguiar)*. Celebre cantora portugueza, que, percorrendo os principaes centros artisticos da Europa, teve uma carreira verdadeiramente triumphal. N. em Setubal a 9 de janeiro de 1753, fal. em Lisboa a 1 outubro de 1833. Duas de suas irmãs mais velhas, tambem se distinguiram no theatro nacional, onde ella começou, fôram: Cecilia Rosa, que nasceu a 23 d'agosto de 1746, e Izabel Iphigenia, que nasceu a 5 de novembro de 1750, ambas egualmente naturaes de Setubal. Eram filhas de Manuel José d'Aguiar, professor de musica, e de sua mulher Anna Joaquina de Almeida. Seu pae, talvez compositor, ou pelo menos copista, veiu para Lisboa fazer parte da companhia, que algum tempo depois do terremoto de 1755 se organisou no theatro do Bairro Alto. Manuel José de Aguiar, pobre musico, tendo a seu cargo numerosa familia e reconhecendo nas filhas decidida vocação para a scena, não duvidou abrir-lhes essa carreira debaixo da sua vigilancia e direcção. O empresario do theatro, João Gomes Varella, que luctava com enormes difficuldades para obter actrizes, contratou em condições muito vantajosas, primeiro a filha mais velha do seu compositor ou copista, e tendo se dado bem acceitou successivamente as duas mais novas. Cecilia Rosa começou a representar no theatro do Bairro Alto em 1765 ou pouco antes, tornando-se logo o idolo dos fidalgos que frequentavam o theatro, e que para a côrte era um ponto de reunião. A nova actriz, não só representava como tambem cantava, e fez parte da companhia italiana de opera, que n'essa epoca veiu para aquelle theatro. Cantou na primavera de 1766 a opera jocosa *L'Amor Artigiano*, de Caetano Latilla, depois a *Angelina Cuffiara;* e no outono do mesmo anno foi chamada para substituir a primeira dama italiana Berardi, por estar doente, na opera *Semirami de riconusciuta*. Em 1767 tornára-se estrella do primeira grandeza no theatro do Bairro Alto, e imprimiram-se enthusiasticos sonetos em seu louvor. A esse tempo já estava tambem escripturada a pequena Luiza, que apenas contava então 14 annos de edade. Em 1768 representou se o *Tartufo* de Molière. desempenhando Cecilia o papel principal e Luiza o de creada. A 28 de julho de 1769 casou Luiza com o 1.º violino da orchestra, Francesco Saverio Todi. Era tambem artista italiano que veiu para Lisboa com a companhia escripturada em Londres, por um socio na empresa. A nossa cantora deveu decerto o inicio da sua carreira no estrangeiro ao artista italiano com quem se ligou; não só teria recebido d'elle o ensinamento artistico, mas tambem a facilidade e vontade de sair do seu paiz natal. Entretanto é fóra de duvida que recebeu lições do grande mestre napolitano David Peres, que escreveu musica para o theatro do Bairro Alto, que elle proprio ensaiava. O certo é que Luiza em 1770, aos 17 annos de edade, já desempenhava o principal papel jocoso na opera de José Scolari, *Il viggiatore ridicolo*. Todas as tres irmãs tomaram parte n'esta opera: Cecilia a primeira dama seria, Luiza a primeira dama comica, e Iphygenia desempenhava o papel de creada. No outono d'aquelle anno cantou se a opera de Piccini *L'incognita perseguitata*, em que Luiza Todi desempenhava o principal papel comico, e em que egualmente entraram suas irmãs. No carnaval de 1771 cantou-se a opera de José Scolari *Il Bejglierbei di Caramania*, em que entraram tambem as tres irmãs. E' preciso notar, que estas operas fôram cantadas exclusivamente por artistas portuguezes, pois que a companhia italiana já se havia retirado. Em 1771, tendo acabado as representações de opera no theatro do Bairro Alto, Luiza Todi foi para o Porto. Demorou-se no norte do paiz até ao principio de 1777, anno em que foi a Londres, onde cantou com pouco exito a opera de Paesiello *Le due Contesse;* no mez de março do mesmo anno estava já em Aranjuez, e no verão

em Madrid, onde cantou com muito exito a *Olimpiade*, tambem do Paesiello Em outubro de 1778 chegou a Paris, estreando-se nos *Concertos espirituaes* em 1 de novembro. E' esta a data em que a carreira de Luiza Todi se tornou verdadeiramente brilhante, collocando a n'um momento entre as primeiras cantoras do seu tempo. O publico parisiense fez-lhe o mais caloroso acolhimento na noite da estreia, e os primeiros testemunhos de agrado logo na segunda apresentação se tornaram em manifestações enthusiasticas. D'essa segunda apresentação, realisada em 8 de dezembro, vem no *Mercure de France*, um grande elogio a Todi, concluindo que de todas as cantoras estrangeiras, que tinham sido ouvidas em Paris, era ella, sem contestação, a mais perfeita. Outro jornal contemporaneo, intitulado *Tableau raisonné de l'histoire litteraire du dix huitiéme siécle*, tambem concluia o seu artigo dizendo: «quem aspirar á perfeição na arte, não póde colher mais bello modelo.» Luiza Todi tomou parte n'aquelles concertos até 29 de março de 1779, e cantou tambem nos *Concertos da Rainha* em Versailles. Os triumphos obtidos em Paris valeram lhe ser immediatamente escripturada para Turim, como primeira dama; n'esta cidade tanto agradou que lhe foi renovado o contrato por mais um anno. No intervallo das duas epocas do Turim, esteve em Vienna d'Austria, onde cantou a 28 de dezembro de 1781 e a 19 de janeiro de 1782. Dá noticias do estas duas apresentações a *Gazeta de Lisboa* no supplemento de 8 do fevereiro o no n.º 9 de 1 de março. Na primeira noticia diz: «Vienna 28 de dezembro. Madame Todi, musica portugueza, que ha dias se acha n'esta capital, deu hoje um grande concerto, no theatro francez, a que assistiram todos os principes, e um extraordinario concurso, attrahido pela fama da sua voz o talento musico, em que se tem feito celebre em varios paizes; o imperador se distinguiu entre todos nos applausos á suavidade do seu canto.» A segunda noticia diz o seguinte: «Vienna 18 de janeiro. Madame Todi deu aqui hontem um segundo concerto, em que foi geralmente applaudida; o seu merecimento e excellente voz lho tem grangeado n'esta côrte a benevolencia o agrado de todo o publico » Depois esteve em Carlsruhe, Berlim, e talvez outras cidades da Allemanha. No principio do abril de 1783 chegou de novo a Paris, onde foi recebida enthusiasticamente. O empresario dos *Concertos espirituaes* empregou então o expediente de escripturar outra cantora celebre, a *Mara*, para que as duas cantassem ao desafio, despertando assim no maior grau o interesse do publico. A Mara, já tambem conhecida dos parisienses, reappareceu a 25 de março, e o citado jornal *Mercure*, dando noticia do concerto, elogiou o brilhante exito que a cantora alcançara; nos dias 6 e 11 do mez de abril seguinte realisaram se os concertos da Todi, e no mesmo jornal saiu uma circumstanciada noticia, notando o vivo enthusiasmo que tinha causado o reapparecimento da insigne cantora portugueza, elogiando lhe a graça e facilidade da execução, que a tornara a cantora predilecta dos parisienses. O publico, porém, dividiu se em dois partidos, que vivamente se degladiaram pelas duas artistas rivaes, *Todistas* e *Maratistas*. Os concertos succediam se com grande animação e proveito do empresario. A Todi e a Mara eram objecto de todas as discussões e palestras nos salões de Paris. Luiza Todi cantou nos *Concertos espirituaes* até 19 de junho, dando o *Mercure* noticia de lhe terem sido feitas as mais lisonjeiras despedidas. Seguidamente partiu para S Petersburgo, demorando-se de caminho na côrte de Frederico da Prussia, onda cantou duas operas: *Allessandro e Poro*, de Graun, em dezembro de 1783; *Lucio Papiro*, de Hasse, em janeiro immediato. Catharina II da Russia acolheu a com o maior favor e teve-a em grande estima, nomeando a mestra das princezas. Contam os biographos que o compositor Sarti, ao serviço tambem da imperatriz, disputou a Todi as boas graças de Catharina, empregando para isso aquella guerra de intrigas commum entre artistas de theatro. Ha noticia de ter a Todi cantado, em 1785 ou 1786, a *Armida e Rinaldo*, de Sarti, tendo tido por competidor o celebre castrado Marchesi, (*il Marchesino*, que Sarti chamou a S. Petersburgo, para ensombrar a nossa cantora. Comtudo, a imperatriz mostrou-se egualmente satisfeita, tanto do compositor como da cantora e cantor, presenteando todos tres com valiosos brindes, cabendo a Todi um magnifico collar de brilhantes. Em dezembro de 1787 assignou uma escriptura por tres annos para estar ao serviço de Frederico Guilberme II da Prussia, escriptura feita em muito vantajosas condições, tendo tambem residencia no paço, carruagem, mesa servida pela cozinha real, e ainda mais uma boa gratificação. Estreou-se a 11 de janeiro de 1788, cantando a *Andromeda*, de Reichhardt. No seu serviço na côrte de Berlim, por uma ou mais vezes obteve licença para ir cantar em diversas cidades allemãs, e em março de 1789 estava em Paris, principal theatro dos seus triumphos. Reappareceu nos *Concertos espirituaes* em 25 do referido mez. Cantou n'aquella cidade durante todo o mez de abril, apresentando-se pela ultima vez a 21 de maio. Depois seguiu para Berlim a cumprir os ultimos mezes do seu contrato, o tendo terminado em 20 de dezembro do citado anno do 1789, esteve em algumas cidades da Allemanha, como Bonn e Hanover, onde foi muito festejada, dirigindo se depois a Veneza, para onde tinha sido escripturada. Além de Veneza, esteve tambem nos theatros de Parma e Napoles, durante os annos de 1790 e 1791. Na *Mnémosine Lusitana*, jornal de bellas artes publicado em 1816 e 1817, vem um artigo elogioso sobre a Todi, em quo se lê ter sido impressa em Veneza no anno do 1791 uma estampa com o retrato da artista trajando de rainha Dido e uns versos italianos abertos a buril; o referido jornal reproduz esses versos, acompanhando-os da respectiva traducção. Em 1792 foi escripturada para o *Grande Theatro* de Madrid, onde se estreou a 25 de agosto, cantando a *Dido abandonata*, de Sarti. Depois veiu a Lisboa, chegando em abril de 1792. Tinha completado 40 annos de edade, e havia 22 que deixára a capital. Ninguem talvez então se lembrasse da creança que pisára o palco pela primeira vez no velho theatro do Bairro Alto, e poucas pessoas saberiam que essa creança de 1765 era agora uma grande artista festejada nas principaes cidades da Europa. Tratava se de solemnisar o nascimento da primeira filha de D. João VI, D. Maria Thereza, nascida a 29 de abril de 1793, e a eximia cantora foi sollicitada para constituir o mais singular attractivo das festas musicaes que deviam reali-

sar-se. Não era então uso nos theatros e concertos da côrte tomarem parte artistas do sexo feminino, mas tão grande empenho havia em ouvil a, que a praxe foi n'essa occasião alterada. Na Casa Pia, estabelecida no Castello de S. Jorge, e da qual era director o celebro intendente de policia Pina Manique, realisou-se no dia 14 de maio a representação em que appareceu Luiza Todi. Cantava-se uma oratoria intitulada *La Preghiera esaudita*, musica de Giovanni Cavi, mestre de capella na egreja de Santo Antonio dos Portuguezes em Roma; o poema era de Gerardo Rossi, director da Academia Portugueza em Roma. Com excepção da Todi, todos os cantores que tomaram parte n'esta oratoria eram castrados italianos, *virtuosi al servizio di S. M. F.;* fôram elles: Giovanni Gelati, Giuseppe Capranica, Leonardo Martini e Giuseppe Forlivesi. A Todi cantou a parte de *Felicidade*, que era apenas uma simples aria, em que mereceu grandes elogios nas *Memorias historicas*, de Scusa Menezes, e na *Gazeta de Lisboa*, que no seu numero de 18 de maio d'esse anno de 1793, lhe dedica tambem phrazes muito elogiosas e de enthusiasmo. Papel mais importante desempenhou ainda a nossa illustre cantora, n'outra festa dada pela mesma occasião. O abastado capitalista Anselmo José da Cruz Sobral fez representar no seu palacio o drama allegorico *Il Natalo Augusto*, musica de Leal Moreira, libreto de Gaetano Martinelli, poeta italiano ao serviço da côrte portugueza. A Todi desempenhou a parte principal, representando *A Gloria*. Ella só preenchia todo o prologo, cantando uma grande aria, e na segunda parte cantou um rondó, que causou o maior delirio. Terminadas as festas em Lisboa, voltou Luiza Todi para Madrid, a cantar no Grande Theatro, onde estava escripturada. Ali se conservou até 1795, indo em 1796 contratada para Napoles, ultima estação da sua tão brilhante carreira. Ignora-se quando regressou definitivamente a Portugal, mas sabe-se que estava no Porto em 1803, onde morreu o marido. Este facto é attestado pelo inventario para partilhas, que ella assignou como cabeça de casal em 12 de maio. Parece que se conservou no Porto até á entrada do exercito francez commandado pelo general Soult, em 29 de março de 1809. Como se sabe, n'aquelle calamitoso dia os habitantes do Porto fugiram horrorisados, e uma parte atravessou o Douro em barcos e a nado; grandes ondas de povo concorreram tambem para a ponte, mas esta tinha os alçapões abertos e milhares de desgraçados fôram precipitados no rio. Luiza Todi, suas filhas e uma creada, acharam-se envolvidas n'esta horrivel catastrophe. Dirigindo se á praia para embarcarem, levava a cantora um sacco de dinheiro, e no momento de entrar para o barco caiu ao rio; a creada, que já tinha embarcado, lançou um remo a que ella se agarrou, salvando assim a vida, mas deixando sepultados nas aguas os valores que levava. Para maior desgraça, sua filha Maria Clara foi ferida n'um joelho por uma bala dos soldados francezes, que se approximavam. Não puderam, portanto, completar a fuga, ficando á mercê dos invasores. Luiza Todi dirigiu se então pessoalmente ao general francez, que reconhecendo-a pelo nome, a tratou affavelmente e mandou prestarem-lhe todos os soccorros. Todi veiu depois para Lisboa, e aqui se installou definitivamente. Da consideravel fortuna que adquirira, restaram-lhe, depois das partilhas e das grandes perdas occasionadas pela guerra, meios sufficientes para viver com certa apparencia de grandeza decadente. Esses meios, porém, fôram se esgotando, e as riquissimas joias com que fôra brindada, constituiram os ultimos recursos. Acompanhando a pobreza veiu a cegueira. Esta desgraça ameaçava-a de longe, porque já quando cantara em Veneza, mandaram cobrir as luzes do proscenio com seda verde para não lhe ferir a vista. Em 1813 só via d'um olho, e em 1822 ou 1823, cegou completamente. Por fim foi residir com as filhas para o 2.º andar de uma pequena casa a S. Pedro d'Alcantara, onde falleceu quasi ignorada, na edade de 80 annos e quasi 9 mezes, sendo sepultada na egreja da Encarnação. Luiza Todi era muito illustrada; fallava perfeitamente as linguas franceza, italiana e allemã, tocava piano e harpa. Até aos ultimos annos de vida conservou com fervor o culto pela arte; mesmo depois de cega sentava se frequentemente ao piano rememorando as melodias dos seus tempos gloriosos, e quando algum artista a visitava, pedia lhe sempre a execução de alguns trechos de musica, que ella ouvia com singular prazer. Era muito estremosa pelo marido, que sempre a acompanhou, e a quem deu tres filhas e tres filhos; das filhas, uma nasceu no Porto, outra em Guimarães e a outra em Paris; dos filhos, nasceu um no Porto, o segundo em Madrid, e o terceiro em Turim. Desde que enviuvou, trajou sempre de luto pezado, e nunca mais foi a divertimentos. Era muito esmoler e muito piedosa. Quando ia com as filhas ouvir missa á egreja de S. Roque, dizia o povo, vendo-as passar: «lá vae a gente santa.» No *Diccionario Biographico de Musicos portuguezes*, de Ernesto Vieira, vol. II, pag. 362 a 376, e 473 a 477, vem uma extensa biographia, d'onde extrahimos estes apontamentos, assim como uma interessante relação das principaes joias que Luiza Todi ainda possuia, quando em 1803 fez o inventario para partilhas. Tambem ali se encontra a relação das operas que ella cantou em Lisboa e no Porto, e nos theatros estrangeiros em que se tornou tão afamada. O dr. José Ribeiro Guimarães tambem escreveu a sua biographia, que se publicou em 1872 n'um folheto.

Todos os Santos *(Bahia de)* V. *Bahia*.

Tões. Pov. e freg. de Santa Senhorinha, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Armamar, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 71 fog. e 285 hab. Tem est. post. Dista 3 k. da séde do conc. E' pov. muito antiga. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Tofulu. Monte situado no sertão do distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Fica nos ultimos contrafortes da grande serra Camoenga.

Togo. Pov. na freg. de S. Martinho, de Pousada de Saramagos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Toitão. Pov. na freg. de N. S.ª de Entre as Vinhas, de Arcozellos, conc. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu

Toja. Pov. na freg. de S. João Degolado, de Terrugem, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Tojaes. Povoações nas freguezias: Santa Leo

cadia e conc. de Baião, distr. do Porto ‖ O Salvador, de Monçós, conc. e distr. de Villa Real ‖ Santa Marinha, de Padornello, conc. de Paredes de Coura, distr. do Vianna do Castello. ‖ S. João Baptista, de Limões, conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real.

Tojal (*João Gualberto de Oliveira, 1.º barão e 1.º conde de*) Fidalgo cavalleiro da Casa Real, estadista, etc. N. no Funchal, ilha da Madeira, em 12 de julho de 1788, fal. em Lisboa a 10 de fevereiro de 1852. Era filho do dr. João Francisco de Oliveira, fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo, medico da real camara, physico mór do exercito e deputado ás côrtes em 1822; e de sua mulher, D. Maria Joaquina Farto Recebeu o fôro de fidalgo a 25 de setembro de 1802, e em 1803 seguiu para Londres, onde seu pae estava, e ali residiu durante todo o tempo que o dito seu pae se conservou homiziado. Voltando á patria depois de se ter restabelecido o regimen constitucional, foi em 1837 eleito deputado ás côrtes constituintes; no fim de junho de esse anno entrou no ministerio que se constituiu sob a presidencia do Antonio Dias de Oliveira, encarregando so da pasta da fazenda, o continuando a fazer parte do ministerio que em agosto se formou, presidido por Sá da Bandeira, conservou a mesma pasta até 17 de abril do 1838, em que foi substituido pelo barão de Chancelleiros. Durante este periodo teve a seu cargo interinamente a pasta da marinha desde 25 de outubro até 9 de novembro do 1837, e as do reino e justiça, desde 9 a 21 de março de 1838. Em 1841 tornou a ser ministro da fazenda, dirigindo esta pasta por alguns mezes sómente, de 12 de março a 9 de junho, mas em 1842 voltou a gerir a mesma pasta no ministerio que se formou a 24 de fevereiro, em seguida á restauração da Carta Constitucional, e só foi exonerado quando caiu todo o gabinete deante da revolução do Minho em maio de 1846. Posteriormente tornou a occupar a mesma pasta da fazenda de 20 de fevereiro a 22 de agosto do 1847, e entrando para a pasta dos estrangeiros em 18 de junho de 1849 no ultimo gabinete formado por Costa Cabral, deixou os conselhos da corôa em 1 do maio de 1851, quando triumphou a Regeneração. Foi agraciado com o titulo de barão do Tojal, por decreto do 4 de abril de 1838, sendo elevado ao de conde por decreto de 17 de setembro de 1841. O conde de Tojal era do conselho de Estado extraordinario, par do reino, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa, o grau-cruz da de Leopoldo da Belgica. O brazão d'armas foi concedido a seu pae, por carta de 26 de julho de 1791, e é o seguinte: Escudo partido em pala; na primeira as armas dos Oliveiras: Em campo vermelho uma oliveira verde com azeitonas de ouro e raizes de prata, e na segunda as dos Calheiros: Em campo azul cinco vieiras de prata e ao pé tres estrellas, em faxa, do cinco pontas cada uma, e as vieiras estendidas de preto; timbre, o dos Oliveiras: a oliveira do escudo.

Tojal (*João Vicente de Oliveira, 1.º visconde de*) Moço fidalgo com exercicio, por alvará de 18 de maio de 1883, e proprietario. N em Lisboa a 3 de maio de 1865, sendo filho de João Vicente de Oliveira, antigo secretario de legação, capitão de voluntarios da artilharia da Carta, etc., e de sua mulher, D. Maria Leonor de Avellar; neto do Vicente de Oliveira Alvares e de sua mulher D. Marianna Rita Pereira Vianna de Lima, tios do 1.º conde de Tojal. O titulo de visconde foi lhe concedido por decreto de 27 de março de 1884. N'este decreto declara se: «para perpetuar na sua pessoa a memoria dos bons serviços prestados ao paiz por seu fallecido primo o condo de Tojal, do qual é o unico varão representante.» O seu brazão d'armas é o d'este fidalgo.

Tojal. Pov. e freg. de Santo Antão, da prov. da Estremadura, conc. de Loures, com., distr. e patriarc. de Lisboa; 328 fog. e 1:3?9 hab. Tem esc. do sexo fem., est. post., medico, e feira de gado no domingo da Paschoela. Está situada n'uma planicie cercada de montes, a 4 k. da séde do conc. Foi até 1834 um priorado junto á mitra, e rendia para esta 1:600$000 reis. Apresentava o parocho, que primeiro foi vigario e depois prior, o qual tinha, dos dizimos e miunças, 150$000 reis, tendo outro tanto rendimento 2 beneficiados, fóra o pé d'altar. A mitra lhe dava de congrua diversos generos e 50$000 reis em dinheiro. Era um dos mais rendosos beneficios ruraes do patriarchado. Era collegiada com 18 empregados, 9 sacerdotes, incluindo o parocho e os 2 beneficiados; os outros 9 eram: sacristão, musicos, sineiro, etc. A pov. é muito antiga, e não se sabe, por quem foi fundada. Na sua origem, e ainda em 1729, se chamava esta freguezia *Santo Antão do logar de Santo Antonio*. Até ha poucos annos o povo d'aqui chamava á freg. *Santo Antonio do Tojal*. A egreja matriz é antiquissima, mas não se sabe quando, nem por quem foi construida, o que se sabe é que já existia no reinado de D. Diniz, e que n'esse tempo já era parochia do padroado da mitra de Lisboa, que tinha uma quinta ao pé da egreja. E' um templo regular e magnifico, um dos melhores dos arrabaldes de Lisboa. Em 1554, o arcebispo D. Fernando de Vasconcellos e Menezes, estando a antiga egreja matriz bastante arruinada por ser velha, e muito pequena, a reedificou. Pelo mesmo tempo, na velha quinta de Pero Viegas construiu o palacio o jardim para a residencia de verão dos prelados lisbonenses. Em 1730, o 1.º patriarcha de Lisboa D. Thomaz de Almeida reconstruiu a egreja, ampliando-a, e adornando-lhe o frontispicio com 3 estatuas de santos, feitas em Italia, de bello marmore de Carrara; enriquecendo os altares de primorosa talha dourada, e dando á egreja custosos paramentos e alfaias O palacio foi tambem muito augmentado e enobrecido, ornando o interiormente com ricos paineis a oleo, damascos, pannos de arraz, porcelanas da China e do Japão, etc. O jardim foi tambem augmentado e adornado com estatuas de marmore e dois viveiros para aves. Sendo a pov. muito falta de agua potavel, o mesmo prelado, e pelo mesmo tempo, a abasteceu de agua, mandando construir para isso um grande aqueducto, sobre arcaria, e mandando fazer alguns chafarizes. N'esta freguezia ha muitas e boas quintas. Tem o rio de Pintéus, ou das Caniceiras, que nasce em Fanhões, atravessa toda a freguezia, e vae entrar no rio de Sacavem. As suas enchentes causam grandes prejuizos nas margens. Pertence a pov. á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 5 com a sédo em Lisboa. ‖ Pov. e freg de S. Julião, da prov. da Extremadura, conc. de Loures, com., distr. e pa-

triarc. de Lisboa; 339 fog. e 1:330 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., pharmacia, fabricas de papel da Abelheira e do Prado, Philarmonica Zambujal. Está situada n'um valle, entre as serras de Uuhos e de Fanhões; é regada pelo rio Trancão, cuja agua serve de motor a muitas azenhas e lagares. Fica a 4 k. da séde do conc O prior do convento de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, apresentava o cura, que tinha diversos generos e 12$000 réis em dinheiro. Segundo a tradição, esta aldeia foi fundada por um moiro cognominado *Monte Florido*. D. Affonso Henriques deu esta freg. aos frades de S. Vicente de Fóra, em 1148. Está esta freg. sobre a estrada de Loures a Via Longa, e a egual distancia d'estas duas povoações. A egreja matriz, em fórma de cruz, é de architectura simples, mas está muito bem conservada. Foi mandada construir pelos religiosos do referido convento, que, por isso, ficaram sendo seus padroeiros até 1834. Não se sabe a data da fundação, mas suppõe-se, com bons fundamentos, que foi pelos fins do seculo XII, ou principios do XIII. Os frades de S. Vicente tinham tambem n'esta freg. a grande quinta da *Abelheira*, que depois da extincção das ordens religiosas, em 1834, foi vendida ao 1.° barão e 1.° conde de Tojal, João Gualberto de Oliveira, que fundou aqui uma fabrica de papel. A quinta fica sobre a margem direita do rio Trancão, ou de Sacavem *(V. Abelheira)*. Os frades tambem tinham dentro d'esta quinta um hospicio, capella dedicada á Senhora da Conceição, o que tambem foi incluido na venda. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 5, com a séde em Lisboa. A pov. é mais vulgarmente conhecida pelo *Tojalinho*. || Povoações nas freguezias: Santa Maria Magdalena, de Aldeia Gavinha, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || S João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santo Antão, de Arga de Cima, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello || S. Miguel, de Beire, conc. de Paredes, distr. do Porto || N S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.° bairro de Lisboa. || Santissimo Sacramento, de Cabeçudo, conc. da Certã, distr. de Castello Branco || Santa Eulalia, de Chave, conc. de Arouca, dis tr. de Aveiro. || S. Pedro, de Escudeiros, conc. e distr. de Braga. || S. Mamede, de Este, do mesmo conc e distr. || S. João Baptista, de Gondar, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || S. Sebastião, de Moirisca, conc de Abrantes, distr. de Santarem. || S Thiago, de Nogueira, conc de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Santa Christina, de Padreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || O Salvador, de Rendufe, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || S. Paio, de Sequeiros, conc. de Amares, distr. de Braga. || N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc de Lousã, distr. de Coimbra. || Santa Christina, de Toutosa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Nossa Senhora da Graça, de Villa Nova da Egreja, conc. de Sattam, distr. de Vizeu. || S. Mamede, de Villa Maior, conc. da Feira, distr. d'Aveiro.

Tojal de Baixo e Tojal de Cima. Duas povoações na freg. de S. João Baptista e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

Tojão. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Riba d'Ave, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Martinho, de Valle, do mesmo conc. e districto.

Tojeda. Pov. na freg. de S. Martinho, de Avidos, conc. de V. N de Famalicão, distr. de Braga.

Tojeira. Povoações nas freguezias: Santa Clara, de Alcaravella, conc. de Sardoal, distr. de Santarem. || Espirito Santo, de Avellar, conc. de Ancião, distr de Leiria || N. S.ª da Conceição, de Azinheira dos Barros, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || S. João Baptista, de Bico, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Purificação, de Ceissa, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || N. S.ª da Consolação e conc. de Chão de Couce, distr. de Leiria. || Santos Cosme e Damião, de Garfe, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Thiago, de Goães, conc. de Amares, do mesmo distr. || S. João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || S. Sebastião, de Paços, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Pedro, de Palhaça, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Miguel, de Sobral, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Travanca, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Expectação, de Villar, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa. || Sitio, no limite da freg. e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Tojeira de Pica Sinos. Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Marinha Grande, conc. e distr. de Leiria.

Tojeiras. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco.

Tojeiro. Povoações nas freguezias: S.ª do Pranto, de Arazede, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural. || N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro. || S. Miguel, de Silvares, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Tojella. Pov. na freg. de S. Miguel, de Aves, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Tojinho. Pov. da freg. do Salvador, de Novellas, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Tojo. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, d'Arnoia, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Nossa Senhora da Conceição, de Piodão, conc de Arganil, distr. de Coimbra.

Tojosa. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Natividade, do Barreiro, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Vicente do Paul, conc. e distr. de Santarem.

Toledo *(Florinda Benevenuto)*. Artista dramatica, que floresceu na primeira metade do seculo passado, e segundo a tradição se tornou muito notavel. Era mais conhecida por actriz Florinda, seu nome de baptismo. Em 1831 fazia parte da companhia do theatro do Salitre, e ainda ali estava em 1833, representando com applauso ao lado da velha Barbara, Catharina Talassi, Ludovina, e d'outras actrizes distinctas. Em 1835 fazia

parte da companhia da Rua dos Condes, em que figuravam as afamadas actrizes Carlota Talassi, Josepha de Mesquita, Maria Mesquita, e os actores Theodorico, Epiphanio, Matta, Dias, Lisboa, e outros muito considerados. Foi com a actriz Florinda, que se deram varias scenas provocadas pelo P. José Agostinho de Macedo. Este padre furibundo e insolente, além de descompôr brutalmente os autores que o publico preferia, tratava os artistas com insolencia. Florinda de Toledo por mais d'uma vez lhe respondeu com aspereza e o fez entrar na ordem, obrigando-o a engulir as expressões indecentes que deante d'ella proferia Um dos ultimos papeis que esta actriz representou foi o da avó Thereza no *Gaiato de Lisboa*. E' pena que se perdessem apontamentos biographicos d'esta artista, que muito brilhou no principio do seculo passado. Uma prova do seu alto valor artistico é ter sido ella a unica actriz portugueza que mereceu a honra de que o seu retrato figurasse no *foyer* do theatro da *Comédie Française*.

Toledo Povoações nas freguezias: Ilha de S. Jorge, Açôres: Santo Amaro, conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo, || Ilha do Pico: Santa Maria Magdalena e conc. de Magdalena, distr. de Horta. || Santa Leocadia, de Fradellos, conc de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga. || S. Miguel, do Vimeiro, conc. do Lourinhã, distr de Lisboa.

Tolentino *(Fr. Nicolau)*. Eremita descalço de Santo Agostinho. N. em Monsanto, no bispado da Guarda, em 1652, fal. no convento da Boa Hora, de Lisboa, em 25 de novembro de 1737 Foi mestre na sua ordem. Escreveu: *Fenix de Africa, o eximio dos doutores, meu grande padre Santo Agostinho, renascido a novas venerações e festivos applausos das reliquias do seu sagrado corpo, descobertas no 1.° de outubro de 1695 no confessorio da egreja de S. Pedro do Céo de Ouro da antiquissima cidade de Flavia-Pavia,* etc., Lisboa, 1729.

Tolentino d'Almeida *(Nicolau)* V. *Almeida (Nicolau Tolentino de)*.

Tolla. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Barbeita, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Gondoriz, conc. de Arcos de Valle de-Vez, do mesmo distr. || S. Miguel, de Sago, conc. de Monsão, do mesmo districto.

Tolla d'Além. Pov. da freg de S. Miguel e conc. de Penella, distr de Coimbra.

Tolla de Cima. Pov. na freg. de S Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Tollica. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Tolliscas. Pov. na freg. de Santa Eufemia e conc de Penella, distr. de Coimbra.

Tólo. Pov. do sobado de Quipanso, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tolosa. Appellido nobre, que veiu para este reino da cidade de Tolosa, capital do Languedoc. Trazem por armas: Em campo de ouro, cruz de púrpura florcada e vasia do campo: elmo de aço, aberto, e por timbre a cruz do escudo.

Tolosa. Pov. e freg. de N. S.ª da Encarnação, da prov. do Alemtejo, conc. e com de Niza, distr. e bisp de Portalegre; 286 fog 625 hab Tem escolas d'ambos os sexos, correio com serviço de posta rural, productores de azeite, de cereaes, de cortiça e de vinhos; creadores de gado, etc. Está situada a 3 k da ribeira de Sôr, a 14 da margem esquerda do Tejo e a 13 da séde do conc. Era do grão priorado do Crato, depois annexo ao patriarchado. A pov. é muito antiga. O seu 1.° foral lhe foi dado pelo grão prior do Crato em 1262. Este foral tinha todos os privilegios do de Evora Os cavalleiros de Malta deram-lhe outro em 1281. Os habitantes de Tolosa gozavam os grandes privilegios de *caseiros de Malta*. El-rei D. Manuel I lhe deu foral novo, confirmando em tudo o antigo, em Lisboa, a 20 de outubro de 1517. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas, e cria muito gado de toda a qualidade; tem colmeias e caça. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 22, com a séde em Abrantes. Tendo esta freg. sido annexada ao conc. do Crato por decreto de 26 de setembro de 1895, voltou para o do Niza, por decreto de 13 de janeiro de 1898.

Toltó. Pequena ilha do archipelago das Ilhas, no distr. e arceb. de Gôa, India.

Tom. Pov. na freg. de S. Francisco de Assis e conc. de Ponte do Sôr, distr. de Portalegre.

Tomada. Povoações nas freguezias: O Salvador e conc. d'Arcos de Valle-de Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Crespos, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Thiago, de Esporões, conc. e distr. de Braga || S. Mamede, de Este, do mesmo conc. e distr. || S. Thiago, de Infesta, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Paio, de Mozellos, do mesmo conc. e distr. || Santa Maria, de Sequeira, conc. e distr. de Braga. || S. Faustino, de Vizella, conc. de Guimarães, do mesmo distr. | N S.ª da Conceição, de Villa Nova de Muhia, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Tomadas. Pov. na freg. de S. Thiago e conc de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Tomadia Pov. na freg. de S Salvador, de Lama, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Tomadias. Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Areias, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Vállega, conc. de Ovar. distr. d'Aveiro.

Tomadinha. Pov. na freg. de S. Romão, de Nogueira, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Tomareis Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N d'Ourem, distr. de Santarem

Tomba Pov. do sobado de Hango, na 8.ª div. do conc de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental || Abra situada na costa de Cabo Delgado, prov. de Moçambique, Africa Oriental E' habitualmente frequentada durante certos mezes do anno por negociantes baneanes que vão ali mercadejar e trocar por productos do sertão os tecidos, a polvora, a missanga, a aguardente e outros artigos que levem comsigo.

Tombatouro Pov. na freg de S. João Baptista, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Tombe Pov do conc de Ambrizette; na div.

Muculla, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. da div. de Mussuco, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, etc. || Pov. da 7.ª div. (Pedras) do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, etc.

Tombo. Dá-se este nome ao local onde estão depositados os archivos d'uma nação. A creação de archivos para guardar os documentos importantes d'um paiz é muito antiga, e não se sabe mesmo qual foi o primeiro paiz que os estabeleceu. Sabe-se, porém, que na Grecia estavam guardados em certos templos todos os manuscriptos que interessavam ás familias, ás povoações e ao Estado, e que os romanos tambem escolheram templos para a conservação de taes documentos, sendo no de Saturno, sobre a rocha Tarpeia, que elles guardavam os mais importantes. Em 813, o imperador Carlos Magno determinou que os autographos dos concilios fôssem archivados n'uma das salas do seu palacio. Como se sabe os mosteiros tambem tinham archivos em que guardavam preciosos manuscriptos que muito concorreram para se conhecerem factos importantes da antiguidade, e depois os bispos instituiram archivos da mesma natureza. Na peninsula hispanica, os reis, por causa das continuas guerras em que andavam contra os moiros, guardavam em torres albarrãs tanto os seus thesouros como os documentos que reputavam mais importantes. O imperador Carlos V e seu filho e herdeiro, Filippe II, estabeleceram o primeiro archivo de verdadeira importancia em Hespanha, escolhendo para isso o castello de Simancas, a 12 k. de Valladolid E' um copioso e riquissimo deposito de documentos de grande importancia, não só relativos á Hespanha, como tambem á Belgica, á Hollanda, á Italia e a Portugal, os mais preciosos dos quaes fôram roubados pelos francezes em 1808 e reclamados em 1814, sendo restituidos apenas aquelles que o governo francez considerou de pouco interesse. Em Portugal tambem existe, desde seculos um archivo onde se guardam autographos e outros documentos antigos importantes, e o qual descreveremos em artigo separado. V. *Torre do Tombo*.

Tombo Pov. da Africa Occidental, prov. d'Angola, no conc de Loanda, na margem direita do Cuanza, a 20 k. da sua foz.

Tombo Historico Genealogico de Portugal. —Publicação que faz parte d'uma aglomeração de estudiosos de genealogia, de historia o de heraldica. Fôram os seus fundadores Affonso de Dornellas e A. de Gusmão Navarro que, de commum accôrdo, estabeleceram as bases d'uma organisação d'este genero, cuja falta era muito para sentir no nosso meio, onde tantos elementos ha para os estudos d'estas especialidades. A fundação ficou assente em 1 de julho de 1911, sendo estabelecido que Affonso de Dornellas tomasse só a direcção da redação e A. de Gusmão Navarro a direcção da administração. As bases ficaram assim constituidas: —1.º Que o nome adoptado seja: *Tombo Historico Genealogico de Portugal.*—2.º Que esta sociedade constitua um centro a que todos os estudiosos da Historia, Heraldica e Genealogia, dirijam os seus trabalhos ineditos, para serem publicados, e por intermedio do cujo centro, se possam trocar impressões e consultas para facilitar o desenvolvimento de qualquer estudo da natureza referida.—3.º Que se organise um regulamento.—4.º Que se desenvolva uma forte corrente do propaganda para o engrandecimento d'esta sociedade, não só atraindo todos os portuguezes que se dedicam a estes estudos, como tentando manter constantes e assiduas relações com todas as instituições congeneres do estrangeiro, o que é do grande utilidade mutua não só para conhecimento da continuação e ligações genealogicas de familias emigradas, como para o esclarecimento de relações heraldicas internacionaes.—5.º Que todos os individuos nacionaes ou estrangeiros, que se dedicam aos estudos d'este genero, possam fazer parte do Tombo Historico Genealogico de Portugal.—6.º Que se organiso uma Bibliotheca e Archivo para auxilio dos estudiosos.—7.º Que a séde do Tombo Historico Genealogico de Portugal seja, até ulterior determinação, na residencia do director administrador. Estabelecidas estas bases organisaram os seus fundadores o seguinte regulamento: 1.º O Tombo Historico Genealogico de Portugal tem por fim principal o estudo da Genealogia e da Heraldica em Portugal, no interesse da Historia, e reunir em um só grupo os investigadores d'este genero, facilitando assim o corresponderem-se entre si; 2.º Manter uma publicação mensal permanente para estudos ineditos sobre Historia, Heraldica e Genealogia; 3.º Proporcionar aos estudiosos investigação nos archivos publicos e particulares, nacionaes e estrangeiros, dar esclarecimentos, obter copias de documentos, organisar genealogias, e tudo o mais que por qualquer circumstancia se relacione com os fins da colectividade; 4.º Haverá tres categorias de membros a saber: (a) *membros effectivos:* Serão assim classificadas todas as pessoas que, dedicando-se aos estudos que determinam o fim d'esta sociedade, concorram annualmente com uma quantia que se estipulou, para subsidio da publicação mensal permanente, denominada *Tombo Historico Genealogico de Portugal;* (b) *membros effectivos correspondentes:* Serão todas as pessoas que, tendo a categoria de membros effectivos, apresentem trabalhos ineditos para serem publicados por intermedio do Tombo Historico Genealogico de Portugal; (c) *membros correspondentes:* São todas as pessoas que, não sendo membros efectivos ou membros efectivos correspondentes, se dediquem aos estudos historicos, heraldicos e genealogicos ou sciencias auxiliares, prestando. por qualquer fórma, serviços á causa do Tombo Historico Genealogico de Portugal;—5.º Todos os membros terão direito a um diploma com a indicação da sua categoria.—6.º Os membros efectivos e membros efectivos correspondentes terão direito a um exemplar da publicação permanente, que começarão a receber do principio do anno em que fôrem inscriptos em qualquer d'estas categorias. —7.º Os membros correspondentes só terão direito a um exemplar da publicação permanente, nas condições dos membros das outras categorias, quando contemplarem a Bibliotheca do Tombo Historico Genealogico de Portugal, com as suas publicações que estejam debaixo da sua direcção.—8.º O Tombo Historico Genealogico do Portugal considerará para todos os efeitos correspondentes ou delegados todas as sociedades congeneres, ou que por qualquer circumstancia se liguem em Portugal ou no estrangeiro, quando

essas sociedades classifiquem o Tombo Historico Genealogico de Portugal, com essa categoria ou equivalente.—9.º Todas as sociedades ou corporações, publicações, assim como quaesquer pessoas estranhas a esta sociedade, pódem obter por tróca ou assignatura as publicações editadas pelo Tombo Historico Genealogico de Portugal.—10.º Sendo da maxima utilidade a existencia de uma Bibliotheca não só para consulta como para se poder rapidamente fornecer qualquer esclarecimento pedido, organisar se ha uma Bibliotheca e Archivo para a qual todos os membros d'esta colectividade podorão concorrer com as suas obras, com duplicados das suas bibliothecas ou com obras manuscriptas que possam dispensar. Farão parte d'esta bibliotheca todas publicações recebidas por troca com as sociedades congeneres. Os fundadores d'esta sociedade offerecem as suas collecções impressas e manuscriptas, para a mesma bibliotheca.—11.º Tombo Historico Genealogico de Portugal será dirigido pelos seus fundadores que serão directores inamoviveis e unicos responsaveis pelos contratos com as casas typograficas e mais fornecedores, e só elles terão interferencia em toda a area da admiuistração. Com esta coustituição e orientação já está publicado o primeiro volume. Outro grande serviço está fazendo o Tombo Historico Genealogico de Portugal, publicando em portuguez e francez um enorme Armorial Portuguez, que será seguido do Vocabulario heraldico, em que estão incluidas por completo todas as descripções de brazões portuguezes, obra importantissima que vem preencher a grande falta que se sentia em Portugal de um trabalho d'esta natureza. E' seu autor o estudioso investigador sr. major J. L. dos Santos Ferreira.

Tomboco. Pov do sobado do mesmo nome, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. ‖ Pov. do sobado de Songula, na div. de Mandimba, no mesmo conc. distr. e prov. ‖ Pov. do sobado da região de Pangala, idem, idem, idem. ‖ Pov. do sobado de N'Paugo, idem, idem, idem.

Tomboco 1.º Pov. do sobado de Lué, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Augola, Africa Occidental.

Tomboco 2.º Pov. do sobado de Lué, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola Africa Occidental.

Tomboli. Ponta situada no extremo S da ilha dos Escravos, no archipelago de Bijagós, costa da Guiné, Africa Occidental.

Tompton. Pov. da div. do Mussuco, conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Tonce. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Loureiro, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Tonda. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Tondella, distr. e bisp. de Vizeu; 318 fog. e 1:392 hab. Tem escolas d'ambos os sexos o est. do caminho de ferro, no ramal de Sauta Comba-Dão a Vizeu, entre as de Treixedo e Tondella. Está situada a 2 k. da margem direita da ribeira do Asues, e a 3 da séde do conc. A pov. é fertil em cereaes, cria gado e tem caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res n.º 14, com a séde em Sauta Comba Dão

Tondella *(Antonio Marcelino da Victoria, 1.º barão de).* Do conselho d'el-rei D. João VI, commendador das ordens de Christo e da Torre e Espada e cavalleiro da de Aviz, conselheiro de guerra, tenente general e governador das armas das duas Beiras e do Alemtejo. N. a 2 de junho de 1750, fal. a 22 de agosto de 1825. Assentou praça no regimento de artilharia n.º 3 em agosto de 1770, subiu os differentes postos da hierarchia militar até tenente geueral; distinguiu se em varias occasiões na guerra da Peninsula, e sendo governador das armas da Beira Alta declarou se em 1820 contrario á revolução liberal, e fez as possiveis diligencias para se opôr a esse movimento Foi agraciado com o titulo de barão de Tondella por decreto de 3 de julho de 1823. Casou a 16 de abril de 1777 com D Catharina Vieira do Couto. D'este casamento, entre outros filhos, houve D. Maria Joanna Roêda Victoria, que foi a 2.ª baroneza de Tondella. V. o *artigo seguinte.*

Tondella *(Bartholomeu de Aragão da Costa Tavares e Sá, 2.º barão de).* Commendador da ordem de Christo e coronel de milicias. N. a 19 de maio de 1781; ignora se a data da sua morte. Era filho de Aragão de Miranda e Sá e de sua mulher D. Margarida Francisca Tavares da Costa Rolim de Ornellas. Foi o 2.º conde do Tondella, por ter casado, a 17 de outubro de 1817, com a 2.ª condessa d'este titulo, D. Maria Joanna Roêda Victoria, filha e herdeira do 1.º barão, cujo titulo lhe foi renovado por decreto de 17 de agosto de 1824. Esta senhora nasceu a 24 de junho de 1782, e tambem se ignora a data do seu fallecimento.

Tondella *(José de Aragão Correia de Lacerda, conde de).* Opulento proprietario no concelho do Fundão. Eram seus paes: Estevão Cesar de Portugal da Silveira Correia de Lacerda, moço fidalgo, official do exercito, e sua mulher, D. Francisca Joaquina Roêda da Victoria, filha dos 1.ºs barões e irmã da 2.ª baroneza de Tondella, sendo, portanto, neto do 1.º barão do mesmo titulo. Foi presidente da camara municipal do Fundão. Consta que possuia uma das melhores collecções de jornaes do paiz, assim como uma magnifica collecção numismatica. O titulo de conde foi lhe conferido pouco tempo depois de elle ter tido a houra de receber n'uma das suas propriedades da Beira o fallecido rei D. Carlos I. O conde de Tondella era solteiro e possuia uma grande fortuna. Foi barbaramente assassinado a 4 de agosto de 1908, por um seu sobrinho, o dr. Pedro Cabral d'Aragão Costa Lacerda da Victoria, caso que causou a mais profunda sensação, e de que os jornaes de então muito se occuparam.

Tondella Villa da prov. da Beira Alta, séde de conc. e de com., Relação do Porto, distr. e bisp de Vizeu. Tem uma só freg., sendo orago Santa Maria. Está situada no ameno valle de Bésteiros, junto ao rio Dinha, que banha o mesmo valle, e dista 23 k da capital do districto O verdadeiro nome d'este concelho é *Bésteiros*, mas, como a sua capital está ha muitos annos n'esta villa, ficou-se chamando *concelho de Tondella.* El-rei D. Manuel I lhe deu foral, em Lisboa, a 14 de junho de 1515, o qual servia tambem para Alvarim, Barreiro, Caparroza, Casal, Covêllo, S. Thiago e Tonda. Este concelho é um dos mais antigos de Portugal. Tinha 2 juizes ordinarios,

1 dos orphão (com seu escrivão), 5 tabelliães do judicial e notas, escrivão da camara, outros dos direitos reaes e celleiro de el-rei (de quo eram senhores os condes de Athouguia), outro das sizas, 1 meirinho, senado da camara e 9 companhias de ordenanças. Tanto a villa do Tondella, como a maior parte do conc., estão no formoso e feracissimo valle de Bésteiros. Os arrabaldes são muito bem cultivados e abundantes de milho, vinho, azeite e fructa. A egreja matriz é um bom templo, e foi construida fóra da villa, n'um sitio chamado *Adro Velho*, onde são os passaes do parocho. Era velha, pequena, e distante da povoação e pelo que, pelos annos de 1570, se mudou para o centro da villa, onde existe. Não se sabe quando se construiu a primitiva egreja, só se sabe que era muito antiga, e quando provavelmente a villa ainda não existia, pois a freg. se chamava *Santa Maria de Bésteiros*. A imagem da padroeira é de pedra e de boa esculptura, apezar da sua muita antiguidade. A 14 k de Tondella ha as aguas thermaes, denominadas *Caldas de S. Gemil* (*V. Lageosa e S Gemil*). O seu brazão d'armas é um escudo branco tendo ao centro uma mulher trajada á moda da Beira a tocar trombeta, e em torno a legenda: *ao ton d'ella*. A 27 de dezembro de 1826 entrou na villa o general Azeredo, depois conde de Samodães, contra os realistas. Tondella pertence á 2.ª div. mil. 3.ª brigada, grande circumscripção mil. e ao distr de recrut. e res n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. Tem escolas d'ambos os sexos, est. telegr. post., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; est. do caminho de ferro, no ramal de Santa Comba Dão a Vizeu, entre as do Tonda e Sabugosa; advogados, agentes de diversas casas bancarias do paiz, fabricas de agua-raz, pêz e resina, de carruagens, associações: *Beneficencia de Tondella* e *Soccorros Mutuos 19 de Março;* hoteis, medicos, pharmacias, exportadores de milho e de vinhos; notarios, sociedades de recreio: *Philarmonica Castellões*, e *Club Dramatico Tondellense;* feira nos 2.ºˢ e 4.ºˢ domingos de cada mez, etc. Tem se publicado ali os seguintes jornaes: *Atalaia (A)*, 26 de agosto de 1893; *Atalaia de Bésteiros*, 3 de novembro de 1889; *Correio de Bésteiros*, 8 de abril de 1900; *Correio de Tondella*, 1 de novembro de 1890; *Dinha (O)*, 23 d'agosto de 1894; *Norte*, 1897; *Petiz (O)*, 27 de setembro de 1894; *Tondellense (O)*, 30 de julho de 1893; *Folha de Tondella*, semanal, em publicação, 1913. O conc. compõe se de 25 freguezias, com 7:461 fog. e 29:630 hab., sendo 12:932 do sexo masc. e 16:698 do fem., n'uma superficie do 37:0.8 hect. As freguezias são: N. S.ª da Natividade, de Barreiro, 1:188 hab : 516 do sexo masc e 672 do fem.; N. S.ª da Assumpção, de Canuas de Sabugosa 1:612 hab.: 722 do sexo masc. e 890 do fem.; S. Miguel, de Caparrosa, 1:214 hab : 516 do sexo masc. e 698 do fem ; O Salvador, de Castellões, 2:068 hab.: 869 do sexo masc. e 1:199 do fem ; Santa Maria, de Dardavaz, 927 hab.: 403 do sexo masc. e 524 do fem.; S. Christovão, de Ferreirós, 760 hab.: 328 do sexo masc. e 432 do fem.; Santa Maria, de Guardão, 843 hab.: 388 do sexo masc. e 455 do fem.; S. Miguel, de Lageosa, 2:389 hab . 1:055 do sexo masc. o 1:334 do fem ; S. Julião e S. Gil, de Lobão, 1:627 hab.: 702 do sexo masc. e 925 do fem.; S. Pedro, de Molellos, 1:869 hab : 845 do sexo masc. e 1:024 do fem ; N. S.ª da Natividade, de Mosteirinho, 342 hab.: 169 do sexo masc. e 173 do fem.; S. Salvador, de Mosteiro de Fragoas, 797 hab : 345 do sexo masc. e 452 do fem.; S. Pedro, de Mouraz, 979 hab.- 427 do sexo masc. e 552 do fem.; S. João Baptista, de Nandufe, 574 hab.: 249 do sexo masc. e 325 do fem.; Santa Maria, de Parada de Gonta, 661 hab.: 299 do sexo masc. e 362 do fem.; N. S.ª do Pranto, de Sabugosa, 795 hab.: 347 do sexo masc. e 448 do fem ; Santa Eulalia, de Santa Eulalia de Bésteiros, 1:180 hab : 507 do sexo masc. e 673 do fem ; S. João Baptista, de S. João do Monte, 1:497 hab.: 676 do sexo masc. e 821 do fem ; S. Miguel, de S. Miguel do Outeiro, 991 hab : 449 do sexo masc. e 542 do fem ; S. Thiago, de S. Thiago de Bésteiros, 1:770 hab.: 743 do sexo masc. e 1:027 do fem.; Santa Maria, de Silvares, 479 hab : 187 do sexo masc. e 292 do fem.; S. Salvador, de Tonda, 1:392 hab.: 582 do sexo masc. e 810 do fem.; Santa Maria, de Tondella, 2:210 hab.: 974 do sexo masc e 1:236 do fem.; Santo Nome de Jesus, de V. N. da Rainha, 555 hab.: 226 do sexo masc. e 329 do fem.; S. João Baptista, de Villar do Bésteiros, 911 hab.: 408 do sexo masc. e 503 do fem. O principal commercio do conc. é vinho, manteiga, milho, fructas, laranja, ovos e louça preta. | Pov. na freg. de Santa Anna, de Orgens, conc. e distr. de Vizeu.

Tondellinha. Pov. na freg. de Sant'Anna, de Orgens, conc. e distr. de Vizeu. Tem apeadeiro do caminho de ferro, no ramal de Santa Comba-Dão a Vizeu, entre as de Figueiró e Vizeu.

Tondo. Pov. do sobado de N.Golla Bumba, na 3.ª div. da freg. de S. Joaquim, conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tonga. Pov. do sobado de Cabanga Cacalunga, na 3.ª div. da freg. de S. Joaquim, conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tongoè. Prazo do distr. de Tete, Africa Oriental

Tonhi. Pov. do sobado de Quixingango, na 4.ª div. da freg. de N. S.ª da Victoria, conc de Massangano, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tonim. Pov. na freg de S. Lourenço, de Pias, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Toninha. Pov. na freg. de Santo André, de Rio Douro, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Tonta. Pov. na freg. de Santa Cruz, de Juvim, conc. de Gondomar. distr. do Porto.

Tontanha. Pov. na freg. de S. Pedro, de Mioma, conc. de Sattam, distr de Vizeu.

Tontuça. Serra do distr. do Villa Real, conc. do Mondim de Basto, freg. de Bilhó.

Tope da Corôa. Pov. da ilha de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Tope de Caixa Pov. da freg. de N. S.ª da Luz, no conc. e ilha de S. Vicente, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Tope Galã Pico da ilha de S. Vicente, no archipelago e prov. de Cabo Verde. Africa Occidental. Ergue se a cêrca de 990 m. acima do nivel do mar.

Tôpo. Villa do conc. da Calheta, na com. e

lha de S. Jorge, distr. e bisp. de Angra do Heroismo, archipelago dos Açôres. Freg de N. S.ª do Rosario; 223 fog. e 873 hab. Está situada na ponta mais oriental da ilha, n'um alto, á beira-mar, a 30 k da séde do conc. Passa como certo que o flamengo William Van der Haagen, d'onde procedem os Silveiras, dos Açôres, foi o primeiro povoador do Topo, depois do anno de 1470. Concedida a donataria de S. Jorge, em 1483, ao donatario d'Angra, João Vaz Côrte Real, muitos que o acompanharam, vieram reforçar o inicio d'aquella colonisação, e tendendo se por toda a área da posteriormente freguezia de S Thiago, e Calheta Muitos colonos de Aveiro, de Vieira, de Agueda, e os Dias de Valença, fôram nomeados para a Calheta Foi o Tôpo a segunda villa de S. Jorge, e por isso denominada Villa Nova do Tôpo. A data da sua creação, segundo consta, foi 12 de setembro de 1510. Desde seu principio até nossos dias, fôram os Silveiras, alliados aos Mattos e Avilas, as familias de maior preponderancia n'aquella jurisdicção. No decorrer dos annos relacionaram se por consorcio com as casas mais ricas da ilha, e fóra d'ella. No principio do seculo XVIII veiu d'Angra para o Tôpo o morgado João de Bettencourt, casando ali com D. Maria Joanna, filha do capitão-mór Gabriel da Silveira Borges. Tambem d'Angra vieram os Noronhas e os Amorins. Da primitiva colonisação flamenga já não existem vestigios. Os limites da jurisdicção do Tôpo, communs com as do conc da Calheta, eram a Ribeira de S. João e as Pedras Brancas. A sua egreja matriz, dedicada á Senhora do Rosario, tinha como filiaes a ermida de Santo Antão, amplamente reedificada e dotada por um benemerito sacerdote, elevada a parochia por decreto de 6 de junho de 1889, tornando-se mais tarde independente em virtude do decreto de 27 de agosto de 1891; a ermida da Senhora d'Ajuda *(S. Lazaro)*, fundada por João Pires de Mattos, a de S. Pedro, S. Thomé, Santa Rosa, e S. João na fajã d'este nome, da qual foi fundador Balthazar da Cunha, em 1850. No Tôpo houve um convento de franciscanos, com a sua respectiva egreja, dedicada a S. Diogo, obra devida ao padre Diogo de Mattos da Silveira, fallecido em 1667. Desde então até 1683 assumiu a direcção e o cargo de padroeiro de aquelle instituto o capitão mór Pedro Teixeira da Silveira. O convento conservou-se até á extincção das ordens religiosas, em 1834 Tôpo tem um porto de sabrigado, mas naturalmente defendido, e foi pov. muito importante pela cultura do pastel e do tabaco, e séde d'um conc. do seu nome, extincto por decreto de 24 de outubro de 1855 e incorporado no da Calheta. Todos os annos se faz n'esta villa uma commemoração ao terremoto de 9 de julho de 1757. Tôpo pertence ao commando mil. dos Açôres, ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo; tem escolas de ambos os sexos, est. post. e telegr, notario, medico, um club e uma philarmonica. || Ponta situada na costa da ilha de S. Jorge, Açôres. E' a mais oriental da ilha e dista 37 k da ponta Gorda, da ilha Terceira. || Ilhéo adjacente á costa da ilha de S. Jorge, Açôres.

Torcêm Regedoria do concelho de Pernêm, districto de Gôa, na India.

Torcena Pov. na freg. de S. Pedro, de Barcarena, conc. de Oeiras, distr. de Lisboa.

Toreutica. Arte de cinzelar, de esculpir em metaes, madeira ou marfim Ha magnificos exemplares em Portugal, no convento de Mafra e na egreja de S. Roque, de Lisboa, etc.

Torgal Pov. na freg de S. Domingos, da Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Torgas. Pov. na freg. de S. Mamede, de Arcozelo, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Torgueda. Pov. e freg. do Salvador, da prov. de Traz os-Montes, conc., com e distr. de Villa Real, arceb de Braga; 381 fog. e 1:683 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. Está situada a 5 k da margem direita do rio Corgo, a 13 da margem direita do Douro, e nas proximidades da estrada de Villa Real a Amarante, a 6 k. da séde do conc. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. || Pov. da freg. de S. Vicente, de Chã, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Torna Leites. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Espinhal, conc. de Penella, distr. de Coimbra

Tornada Pov. e freg. de N S.ª d'Annunciação, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Caldas da Rainha, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa; 389 fog. e 1:567 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post. Está situada junto da estrada das Caldas da Rainha a Leiria, a 5 k da séde do conc. A terra é muito fertil. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa

Tornado. Pov. na freg de Santa Maria Magdalena e conc de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Tornadouro Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Maria, de Caires, conc. de Amares, do mesmo distr. || Santa Maria, de Caucdo, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || Ilha da Madeira; N S.ª da Piedade, de Canhas, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || S. Thomé, de Estorãos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Christovão, de Nogueira do Cravo, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Torneio Justa, jogo publico e militar onde os cavalleiros da Edade Média mostravam a sua destreza combatendo uns contra os outros. A moda dos torneios é muito antiga, data já do seculo XII. Primitivamente, não se fazia differença entre o combate á espada ou á maça e o combate á lança. A partir do seculo XIV distinguem se as justas em que se combatia á lança e os torneios, em que os campeões se serviam da espada sem gume nem ponta e da maça ou macete de madeira. As armaduras de torneio eram muito differentes das armaduras de justa. (V. *Armadura*). As cerimonias que precediam o torneio, eram numerosas e reguladas por um estricto cerimonial. Os reis e os arautos d'armas e os juizes dizedores eram encarregados de tudo vigiar, de verificar a qualidade dos combatentes. Alguns dias antes, os arautos d'armas faziam guarnecer as paredes das casas com tapeçarias e as janellas com as bandeiras e os pendões dos cavalleiros, o que se chamava *fazer janella*. A mastros empavezados eram presas tarjas com as armas dos campeões, e cada um tinha o direito de lhes bater com um pau em

signal de desafio, ou de denunciar os crimes ou delictos do campeão que se pretendia excluir. As damas e as donzellas podiam *recommendar* tal dos campeões de quem tinham razão de queixa, e indical o assim aos do campo opposto, afim de que lhe não poupassem os golpes, etc. Emfim, chegado o dia do torneio, a liça era aberta, e os campeões eram solemnemente introduzidos, ao som de trombetas e precedidos de orchestras de menestreis. Quando todas as cerimonias prévias estavam concluidas, um dos juizes atirava a sua vara á liça para começar. Depois, quando os combatentes se excitavam a ponto de se recear morte de homem, os juizes lançavam se na refrega e separavam uns e outros á paulada Os vencedores eram levados com grande pompa pelas damas e donzellas para junto das *rainhas do torneio*: assim se chamavam as damas que presidiam á festa. Então recebiam das suas mãos os premios, que eram vasos de ourivesaria, armas de preço ou vestidos de tecidos ricos. Os carroceis substituiram os torneios a partir do seculo XVI.

Torneira. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria. ‖ N. S.ª d'Assumpção e conc. de Pedrogão Grande, do mesmo districto.

Torneiro. Officio que tinha regimento na collecção dada pelo senado de Lisboa em 1572. Bibliographia: *Manual do torneiro mechanico*, por João J dos Santos.

Torneiro. Povoações nas freguezias: O Salvador e conc. de Alcoutim, distr. de Faro. ‖ S. Miguel, de Andrade, conc. de Rézende, distr. de Vizeu. ‖ S. Martinho, de Gondiães, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. ‖ N. S.ª da Conceição, de Rossas, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Torneiros Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Arroios, conc. e distr. de Villa Real ‖ S Bartholomeu, de Beça, conc. de Boticas do mesmo distr. ‖ S. João Baptista, de Estreito, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. ‖ S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. ‖ Santa Maria, de Refojos do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Tornez. Diz-se da moéda cunhada até ao seculo XIII em Tours, e depois da moeda real cunhada pelo modelo da de Tours, *uma libra torneza* A moeda torneza foi a principio a moeda particular da abadia de S. Martinho. A cunhagem tornou-se real no seculo IX e depois feudal. Filippe Augusto, confiscando a Touraine tomou a moeda de S. Martinho. S Luiz mandou cunhar o *grande tornez* ou *soldo* de prata. Cunharam se tambem *meios grandes tornezes* de prata, e como moeda bilhão, *pequenos tornezes*, ou *tornezes simples*. Em Portugal tambem houve tornezes e meios tornezes de prata, nos reinados de D. Diniz, D. Pedro I e D. Fernando I.

Tôrno. Pov. e freg. de S. Pedro Fins, da prov. do Douro, conc. e com. de Louzada, distr. e bisp do Porto; 215 fog. e 825 hab. Tem esc. do sexo fem. e hoteis. Dista 3 k. da séde do conc A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. ‖ Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Gandra, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. ‖ O Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. ‖ O Salvador, de Touguinhó, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Tôrno Rego. Pov na freg. de S. Thiago, de Valladares, conc. de Baião, distr. do Porto.

Toro Pov. na freg. de S. João Baptista, de Gatão, conc d'Amarante, distr. do Porto.

Toro *(Batalha de)*. Junto á cidade de Toro, na provincia de Zamora, feriu se a batalha, que ficou celebre na historia, quando o nosso rei D. Affonso V, interviudo nas negociações de Castella, pretendeu fazer de toda a peninsula um unico estado de que elle fôsse o chefe supremo. Os dois exercitos, hespanhol e portuguez, que em 1476 se achavam nos arredores da cidade, a 1 de março avançaram um para o outro aos gritos de *S. Thiago* e *S. Lazaro*, *S Jorge* e *S. Christovão*. A arrancada foi impetuosa, e quer d'um quer do outro lado luctou se com extraordinario valor. Da hoste portugueza, D. Affonso V, o principe D João, seu filho, o bispo de Evora, D. Garcia de Menezes, o senhor da Feira, Ruy Pereira, o conde de Faro, duque de Guimarães, e outros valentes guerreiros realizaram verdadeiras maravilhas. A maior, porém, a mais esforçada, foi a do alferes Duarte de Almeida. Envolto n'um turbilhão de lanças defende-se com homerica coragem dos castelhanos que pretendem arrebatar-lhe o estandarte real. Uma cutilada corta-lhe a mão direita, mas, indifferente á dôr atroz, ergue com a esquerda a bandeira de Portugal. Decepam-lhe tambem a esquerda, e é com os dentes que segura o estandarte. Dilacerado, cae moribundo, quando um escudeiro portuguez n'um gesto de admiravel heroismo arranca o estandarte das mãos do inimigo, vôa com elle para o nosso arraial *(V. Almeida, Duarte de)*. Mas tanto heroismo não foi sufficiente para se conseguir um triumpho. O dia caiu triste e chuvoso. O cansaço era enorme, o que não obstou a que o combate proseguisse cada vez mais encarniçado. Com a noite o temporal que se desencadeou, os corpos de exercito, tanto de Portugal como de Castella, separaram se. A chuva caia em torrentes alagadoras, e a noite era de espessa treva. D. Affonso V, que não sabia do filho, julgando-o vencido, retirou na direcção de Faro Mas estava escripto que n'esse dia funesto tudo nos havia de perseguir. Na precipitação da retirada, no pavor de tão procellosa noite, os nossos soldados accumulam-se de tal modo sobre a grande ponte, que se precipitam no rio, onde encontram a morte. Perseguido pelo inimigo, D. Affonso, não podendo entrar na cidade, avança na direcção de Castro Nuño, onde o alcaide Pero de Mendaña o reconheceu e o recebeu e agasalhou com respeito e lealdade. N'este meio tempo, o principe D. João. que perseguira o inimigo até á montanha, sabendo do desastre e da retirada do rei, seu pae, volta á retaguarda, reune os que sobreviveram á catastrophe, manda accender fogueiras e tocar as trombetas, e dirige se para o campo de batalha onde pretendeu conservar-se tres dias. D'esse intento o dissuadiu o bispo de Toledo dizendo lhe que, permanecendo apenas tres horas, tinha, como quem era, satisfeito á obrigação que a honra impunha. No arraial castelhano o mesmo pavor succedeu. O exercito de D. Fernando, mal a manhã principiou a clarear, partiu para Zamora. Ninguem ficou, portanto, vencedor, porque a batalha não chegou a concluir-se. Os effeitos moraes para D. Affonso V é que fôram realmente deploraveis. O pouco prestigio militar de

que gozava, apagou se por completo. O que não diminuiu foi o brilho da nossa gloria militar. Todos os historiadores são unanimes em affirmar que o principe D. João e os fidalgos e os prelados que o acompanhavam, praticaram actos de extraordinaria audacia. O proprio rei D. Fernando confessou que o principe combateu com tal ardor que elle, rei, correu o grave perigo de cair em poder dos portuguezes.

Toro Cardoso *(Simão Chrispim)*. Foi autor da seguinte obra, que publicou em 1746: *Arte da grammatica, composição dos seus preceitos. Methodo facilimo para formar com acerto conforme o melhor uso dos grammaticos, em prosa e versos a grammatica latina e portugueza. Em tres compendiosas portes dividida: a primeira contém os preceitos da oroção simples, latina e portugueza; a segunda da rhetorico; a terceira da arte poetica latina e vulgar.* A parte que trata da rhetorica é escripta em latim.

Torofo. O mesmo que bairro. Designação administrativa na India Portugueza.

Torofo de Cotigão, Regedoria do concelho de Canácona, districto de Gôa, na India.

Torporiz. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Monsão, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 103 fog. e 471 hab. Tem est. post., fabricas de moagem de cereaes e de moagem de enxôfre, e productores de vinho. Está situada na estrada de Monsão a Valença e nas proximidades da margem esquerda do rio Minho, a 5 k. da séde do conc. A terra é fertil em generos agricolas. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Torrados. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp do Porto; 164 fog. e 686 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Dista 5 k. da séde do conc. A terra é fertil, cria gado e tem caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Torralta. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Lagos, distr. de Faro.

Torrão *(Jeronymo de Magalhães Baião de Sande Lança Mexia Salema, visconde de)*. Fidalgo da Casa Real, bacharel formado em leis pela Universidade de Coimbra, senhor de varios morgados na villa de Lousã e outras terras, e importante proprietario no Alemtejo. N. a 29 de outubro de 1811, fal. a 7 de outubro de 1875. Era filho do desembargador da Casa da Supplicação. Joaquim de Magalhães Mexia Macedo, e de sua mulher D. Catharina José Baião da Lança Parreira de Sande Salema. Casou em 27 de junho de 1844 com D. Maria do Carmo Guedes de Portugal e Menezes, filha dos 1.ºs viscondes da Costa Francisco Guedes de Carvalho e Menezes da Costa e D. Anna José de Portugal e Menezes Brandão. O titulo de visconde foi lhe concedido por decreto de 14 de setembro de 1855.

Torrão. Pov. e freg. de Santa Clara, da prov. do Douro, conc. e com. de Marco de Canavezes, distr. e bisp. do Porto; 126 fog, e 460 hab. Tem est. post. Está situada em terreno accidentado, junto da confluencia dos rios Douro e Tamega, a 2 k. da séde do conc. Foi villa e couto do mosteiro de Santa Clara, que existiu n'aquella povoação, o qual fôra fundado em 1261 por uma rica e virtuosa senhora, chamada D. Châma, ou Flamula, Gomes, viuva de D. Rodrigo Frosio, que por sua morte instituira sua mulher por universal herdeira de todas as suas immensas riquezas. O convento foi destinado ás freiras franciscanas de Santa Clara, vulgo *claristas*. A egreja d'este convento passou a ser a matriz da freg. de Torrão, e a cêrca transformou-se n'uma quinta particular. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. Esta freg. é tambem conhecida por *Santa Clara do Torrão*, e está annexada, para effeitos civis, á de Varzea do Douro. || Villa e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa, arceb. de Evora; 551 fog. e 2:176 hab. Tem escolas de ambos os sexos, est. post., medico, Misericordia, pharmacia e uma feira de 2 a 4 de outubro. Está situada em terreno plano, na margem do rio Xarrama, sobre o qual tem ponte, a 54 k. da séde do conc. El rei D. Manuel I deu-lhe foral, em Lisboa, a 20 de novembro de 1512. O mestre da ordem de S. Thiago, a que esta villa pertencia, lhe tinha dado foral, em 1260, com grandes privilegios que o rei confirmou no foral novo que lhe deu. A pov. é muito antiga, e já existia no tempo dos romanos, que na margem do Xarrama construiram um sumptuoso templo dedicado a Jupiter Olympio. A terra é fertil em todos os generos agricolas, cria muito gado e colmeias, e o rio fornece-lhe algum peixe miudo, mas pelo Sado lhe vem peixe de Setubal. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. || Logar na freguezia de Caparica, conc. d'Almada, a uns 800 m. a O da Trafaria, no areal que se estende até perto da torre do Bugio, sobre a margem esquerda do Tejo, e proximo da costa de Caparica, que lhe fica ao S. A este areal se dá o nome de *Ponta da Gollada*. Foi aqui estabelecida, em 1874, uma fabrica de dynamite pelo engenheiro francez Combemale, por conta d'uma companhia que tinha o privilegio d'esta fabricação. || Povoações nas freguezias: S. Julião, de Agua Longa, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Annaes, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Athei, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || S. Gens, de Calvos, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Crestuma, conc. de Villa Nova de Gaia, distr. do Porto. || S. Martinho, de Ferreiró, conc. de Villa do Conde, do mesmo distr. || S. Faustino, de Fridão, conc. de Amarante, do mesmo distr. || O Salvador, de Padreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Tavora, do mesmo conc. e districto.

Torre. A familia d'este appellido usa por armas: Em campo vermelho uma torre de prata entre duas cabeças de leão de ouro e o contra chefe ondado de agua de azul e prata; timbre, a torre do escudo.

Torre *(Alberto Feio da Rocha Páris, 2.º visconde da)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, antigo deputado, par do reino, commendador da ordem de Izabel a Catholica, de Hespanha, senhor da casa solar de S. Sebastião das Carvalheiras, em Braga; 14.º sr. do morgado de Santo Antonio da Torre, em Soutello, conc. de Villa Verde; 18.º sr. do morgado de S. Bento, em Prado, instituido por Martim Annes Feio em 1438; 6.º sr. do mor-

gado de Linhares, na freguezia do Louro, concelho de Villa Nova de Famalicão, instituido por D. João da Silva Ferreira, deão da capella real de Villa Verde e bispo titular de Tanger; 10.º sr. do morgado de Abrahão, em Braga, etc. N. em Vianna do Castello a 6 de janeiro de 1863, fal. repentinamente em Vigo a 25 de março de 1912. Era filho do conselheiro Antonio Alberto da Rocha Páris, fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, deputado, governador civil d'alguns districtos; e de sua mulher D. Maria José de Araujo Azevedo Vasconcellos de Magalhães Coutinho Feio e Mello. Desde muito novo começou a dedicar se ao estudo, com especialidade á litteratura. Aos 18 annos de edade tomou a direcção litteraria, e foi o fundador e principal redactor do semanario de litteratura *O Pêro Gallego*. Entrando na politica, foi deputado em diversas legislaturas, eleito pelos circulos de Valença, Villa Verde e Amares; presidente da camara municipal do concelho de Villa Verde, vogal da Junta Promotora de Melhoramentos Agricolas da 1.ª região agronomica; governador civil em varias situações, exercendo por fim o cargo de director geral dos negocios ecclesiasticos. Tinha grande influencia politica, e era membro de varias associações scientificas de Portugal e do estrangeiro. Casou em Vianna do Castello, a 23 de maio de 1885, com D. Maria Candida do Patrocinio Malheiro Reymão Telles Calheiros de Menezes e Sá, filha de Ventura Malheiro Reymão Lobato Telles de Menezes, fidalgo da Casa Real e senhor da Casa da Praça, em Vianna do Castello, e de sua mulher, D. Maria Candida do Patrocinio de Sá Pinto de Mendonça Abreu Sotto Maior. O titulo de visconde foi-lhe renovado por decreto de 14 de junho de 1813 em verificação de mais uma vida, concedida n'este titulo a seu tio bisavô materno, o 1.º barão e 1.º visconde da Torre, João Feio de Magalhães Coutinho.

Torre *(Fr. Alvaro da)*. Prégador d'el-rei D. João II. Pertencia á ordem de S. Domingos. Escreveu ou traduziu um *Tratado da creação do mundo*, que ficou manuscripto, e traduziu do latim em portuguez a *Carta de Jeronymo Montano, doutor allemão*, escripta em 14 de julho de 1493 a D. João II, em que se tratava do descobrimento do Grão Cathay.

Torre *(D. Fernando Mascarenhas, 1.º conde da)*. Militar do seculo XVII; era filho de D. Manuel Mascarenhas, que esteve com D. Sebastião em Alcacer Kibir, e foi depois governador e capitão general de Mazagão, e de D. Francisca de Athaide, irmã do 1.º conde da Atalaia e neta do 1.º conde da Castanheira. Succedeu na casa de seu pae, pelo que foi commendador da Torre, de Fonte Arcada e do Rosmaninhal, na ordem de Christo, e senhor do morgado da Gocharia, militou na Africa, foi governador e capitão general de Ceuta e Tanger e soccorreu varias vezes Mamora, Larache e outros pontos, sendo pelos serviços que ahi prestou, feito conde da Torre por Filippe III em 1638. Quando o conde-duque de Olivares, n'um dos seus violentos e subitos accessos de actividade, preparou com todo o empenho de organisar uma expedição para soccorrer o Brazil, invadido pelos hollandezes, nos fins d'esse anno de 1638 reuniu uma esquadra de 19 galeões, 8 de Portugal e 11 de Castella, guarnecidos por 6:000 homens, entre marinheiros e soldados, e deu o commando d'essas forças ao conde da Torre. Praticou este logo um erro grave, porque em vez de surprehender Pernambuco, foi á Bahia afim de reunir mais 17 navios com 1:150 homens, o que era sem duvida importante, mas que deu aos hollandezes tempo para se acautelarem. Tomando conta do governo do Estado, que lhe foi entregue pelo conde de S. Lourenço, e para o qual ia nomeado, em vez de seguir logo para Pernambuco demorou-se em congregar todos os recursos, e embora com isso lograsse juntar um formidavel poder, por outro lado deu tempo a Mauricio de Nassau para se fortificar, pára concentrar as suas tropas e até para receber soccorros da Europa. Tendo saido de Lisboa nos fins de 1638, só em novembro do anno seguinte é que o conde da Torre saiu da Bahia com uma esquadra de 86 navios artilhados com 800 canhões, tripulados por 6:000 marinheiros e levando a bordo 6:000 soldados. A esquadra hespanhola de 12 galeões commandava a D. João de Vega, a portugueza de 8 era capitaneada por D. Rodrigo Lobo, 27 vélas que formavam o contingente dos Açôres e do Brazil, tinham por chefe Antonio da Cunha e Andrade, completando-se a armada com uma esquadrilha de 39 navios de transporte. Os ventos contrarios atrazaram dois mezes a viagem, de fórma que só a 12 de janeiro de 1640 é que os nossos viram a esquadra hollandeza. Constava esta de 41 navios guarnecidos por 1:600 marinheiros e 1:200 soldados, e era commandada pelo almirante Willem Corneliszoou Loos que tinha por subalternos o vice almirante Jacob Huyhens e o contra almirante Alderik. A desproporção de forças era enorme e toda a nosso favor, mas a pericia e o prestigio das victorias maritimas estavam ao lado dos hollandezes e por isso tambem a batalha durou 6 dias e começando junto da ilha de Itamaracá prolongou-se pelas aguas de Parahiba e foi terminar junto do Rio Grande. D'esses 6 dias em que esteve indecisa a batalha, fôram 4 de combate e 2 de repouso motivado por uma calmaria. Primeiro a fortuna pareceu favorecer-nos e o almirante Loos, tendo a nau em que arvorára o seu pavilhão atacada por 4 galeões morreu na peleja; no segundo dia Huyghens tomou o commando e não conseguiu ainda reter a fortuna indecisa perdendo até uma nau, mas nem por isso a esquadra luso hespanhola deixára de soffrer consideravelmente e os navios que a compunham, menos bem construidos e dirigidos do que os hollandezes, começavam a manobrar com difficuldade e a dar signaes de fadiga; a constancia dos republicanos do norte começou no terceiro dia a conquistar os sorrisos da victoria; no quarto finalmente Huyghens, decidido a vencer ou a morrer, arrojou-se com um esforço desesperado contra o galeão do conde da Torre, pôl-o em fuga obrigando-o a abrigar se de traz dos rochedos de S. Roque e o resto da esquadra desanimada se dispersou immediatamente. Os temporaes salteando os navios avariados pela peleja semearam de naufragios o Oceano, o terror que compellira outros a procurarem o mar alto sem viveres sufficientes fez cair sobre os fugitivos todos os horrores da fome e da sede e assim o desastre da armada do conde da Torre foi

tão terrivel como o que assaltára 14 annos antes a esquadra do D. Manuel de Menezes. Como então, julgou o governo de Madrid que devia consolar-se do desastro punindo como um crime a infelicidade do chefe e o conde da Torre foi demittido de todos os cargos e preso logo que chegou ao Tejo. Estava preso em S. Julião da Barra quando teve noticia da revolução de 1 de dezembro, e pensando em recuperar a liberdade e ganhar ao mesmo tempo essa fortaleza, começou a tentar com promessas o governador hespanhol que lhe prestou ouvidos. Um religioso foi intermediario entre o conde e o governador da fortaleza e o governo portuguez até que depois de breves negociações se chegou ao preço que se julgou acceitavel, e a torre de S Julião capitulou a 12 de dezembro. Restituido a todas as honras e dignidades, foi ainda o conde da Torre nomeado conselheiro de Estado o presidente do senado da camara de Lisboa, e quando em 1642 começaram as intrigas na côrte a levantar censuras e accusações contra os generaes que serviam na fronteira, foi o conde da Torre encarregado de visitar o exercito do Alemtejo e de o reformar como entendesse com jurisdicção independente de Martim Affonso. Serviu depois no conselho de guerra, o morreu a 9 d'agosto de 1651, deixando além de outros filhos, D. João Mascarenhas, que foi o 2.º conde da Torre, o depois agraciado com o titulo de marquez de Fronteira, que continuou nos seus descendentes. Havia casado com D. Maria de Noronha, filha do sr. de Sarzedas, D. Luiz Lobo da Silveira. Desde então, os filhos primogenitos dos marquezes de Fronteira recebiam logo ao nascer o titulo de conde da Torre. V. *Fronteira*.

Torre *(João Feio de Magalhães Coutinho, 1.º barão e 1.º visconde da)*. Fidalgo da Casa Real, administrador dos vinculos de S. Bento da villa do Prado, e de Santo Antonio da freguezia do Soutêllo, do concelho de Villa Verde, da provincia do Minho, commendador da ordem de Christo, coronel do Batalhão Nacional de Barcellos e antigo deputado N. a 28 de agosto de 1804, fal. a 11 de março de 1885. Era filho de José Custodio de Magalhães Feio de Azevedo, fidalgo da Casa Real, sr. dos morgados da Torre de Soutêllo, S. Bento da villa do Prado, etc., e de sua mulher D. Maria Justina de Sá Coutinho; irmão do barão de Soutêllo, Antonio Feio de Magalhães Coutinho. Casou em 4 de setembro de 185? com sua prima D Marqueza de Azevedo Sá Coutinho, filha do D. Luiz de Azevedo de Sá Coutinho, sr. da Casa da Tapada, no concelho de Amares, e de sua mulher D. Maria Luiza de Araujo e Azevedo. O titulo de barão da Torre foi-lhe concedido por decreto de 13 de agosto de 1847, e o de viscondo por decreto de 3 do agosto de 1871.

Torre Pov. e freg. do Santa Maria, da prov. do Minho, conc e com. de Armamar, distr. e arceb de Braga; 55 fog. e 283 hab Está situada a 2 k da margem esquerda do rio Homem, na estrada de Amares a Pico de Regalados e a 5 da séde do conc. E' fertil em generos agricolas, cria gado e tem caça Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a sédo em Braga | Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc, com. e distr. de Vianna do Castello, arcebisp. do Braga; 101 fog e 411 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada a 2 k. da margem direita do rio Lima e a 10 da séde do conc. E' fertil em cereaes, cria gado e tem caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 3, com a sédo em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira e distr. do Funchal: Santa Beatriz, de Agua de Pena, conc. de Machico: S. Sebastião e conc. do Camara de Lobos; N. S.ª da Piedade, de Canha, conc de Ponta do Sol; N. S.ª da Conceição e conc de Machico. || N. S.ª da Conceição, de Alcantarilha, conc. de Silves, distr. de Faro. || N. S.ª d'Assumpção, de Trianna, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa. || S. João Baptista, de Almansil, conc. de Loulé, distr. de Faro || N.S.ª d'Assumpção, de Alte, do mesmo conc. e distr. || S. Martinho, de Alvaredo, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Areias, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, do mesmo distr. || Santa Maria, de Avelleda, conc. e distr. do Braga. || S. Claudio, de Barco, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. do Faro. || Santa Maria, de Beiral do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Bustello, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Pedro, de Canedo, conc. de Feira, distr. de Aveiro. || Santo Estevão, de Cantellães, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. Thiago, de Carvalhaes, conc. do S Pedro do Sul, distr. de Vizeu. | N. S.ª do Reclamador, de Casaes, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição, de Casal da Cinza, conc. e distr. da Guarda || N. S.ª d'Assumpção, de Cascaes, conc. e distr. de Lisboa. || Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro. || S. Christovão, do Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel, de Chorente, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Codeços, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. João Baptista o conc. de Coruche, distr. de Santarem. || Santos Cosme e Damião, conc. de Arcos de Valle-de Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Ervededo, conc. do Chaves, distr. de Villa Real. || S Pedro, do Esmeriz, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria, de Esmoriz, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S Thomé, do Estorãos, conc. do Fafe, distr. de Braga. || S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, do Fajões, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. d'Aveiro. || S. Saturnino, de Fanhões, conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Santa Comba, de Fornellos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, do Fragoso, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho, de Friastellas, conc. de Ponto do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Christovão, de Gondomil, conc de Valença, do mesmo distr. || Santa Maria, d'Insalde, conc. de Paredes de Coura, do mesmo distr. || O Salvador, de Joanne, conc. do V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Christovão, de Labruja, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Lamas, conc. da Feira, distr. de Aveiro || O Salvador, de Lordello, conc. do Paredes, distr. do Porto.

|| S. Pedro, do Loureiro, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. João Baptista, do Lumiar, 3.º bairro de Lisboa. || S. Lourenço, de Montaria, conc. e distr. de Vianna do Castello || S. Martinho e conc. de Moutemór o Velho, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Moute Vil, conc de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || Santa Maria Maior, de Mujães, conc. e distr. de Vianna do Castello, || S. Verissimo, de Nevogilde, conc de Louzada, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição, de Odiaxere, conc. de Lagos, distr. de Faro, || Santo André, de Padornello, conc. d'Aramante, distr. do Porto. || Santa Catharina, de Pedreiro, conc. d'Arcos de Vallo-de Vez, distr. do Vianna do Castello. || O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S Thiago, de Priscos, conc. e distr. do Braga. || S. Martinho, de Quinchães, conc. de Fafe, do mesmo distr. || N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc da Batalha, distr. de Leiria. || Santa Marinha, de Remelhe, conc de Barcellos, distr do Braga. || S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Rio Caldo, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || Santa Engracia, de Rio Côvo, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || Santo Antonio, de Salir dos Mattos, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Santo Isidoro, de Sanche, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Pedro, de Saufins de Ferreira, conc de Paços de Ferreira, do mesmo distr. || Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Silvestre, de Silvã de Cima, conc. de Sattam, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Conceição e conc. de Silves, distr. de Faro. || S. Martinho, de Soajo, conc. de Arcos de Valle-do Vez, distr, de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Sobrosa, conc de Paredes, distr. do Porto. || S. Miguel, de Soutello, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria Maior e conc. de Taboa, distr. de Coimbra || Santa Maria Maior, de Tarouquella, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Pedro Fins, de Torno, conc. do Louzada, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Tropeço, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Turiz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S Romão, do Ucha, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S Miguel, de Urrô, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Cosme, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria, de Valle, conc da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Vallega, conc. de Ovar, do mesmo distr. || Santo André, de Varzea da Ovelha, conc. do Marco de Canavezes, distr. do Porto || Santa Maria, de Varzea de Tavares, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. Tem caixa postal. || S. Miguel, de Varziella, conc. do Felgueiras, distr. do Porto. || S. Verissimo, conc. de Amarante, do mesmo distr. || S.ta Christina d'Affife, conc. e distr. de Vianna do Castello Tem correio com serviço de posta rural. || N. S.ª das Neves, de Bella, conc. de Monsão, do mesmo distr. Tem correio com serviço do posta rural. || S. Vicento, de Pereira Jusã, conc. de Ovar, distr. de Aveiro Tem correio com serviço de posta rural. || Santo André, de Victorino dos Piães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Villa Boa de Quires, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Villa Chã de Sá, conc. e distr. de Vizeu. || O Salvador, de Villa Cova da Lixa, conc. de Felgueiras, distr do Porto. || N. S.ª da Purificação, de Villa Maior, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Santa Eulalia, de Villar de Moiros, conc. do Caminha, distr. do Vianna do Castello || Sitio na freg. de Fortinho, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || Territorio da ilha de Bissau, na prov. da Guiné, Africa Occidental, habitado por gentios.

Torre das Aguias. V. *Aguias*.

Torre Albarrã V. *Albarrã*.

Torre Altinha. Pov. do litoral da prov do Algarve, só habitada no tempo da pescaria do atum. Fica em frente da cidade de Lagos, a cuja freg. pertence. E' de tempos remotissimos a pescaria dos atuns n'esta costa. Consta que no reinado de D. Fernando I, estabeleceram aqui uma armação d'esta pesca uns individuos da Sicilia, e desde então tem continuado esta industria sem interrupção até aos nossos dias.

Torre d'Aspa. Pov. da villa e conc. de Villa do Bispo, Algarve. Está situada á beira mar.

Torre de Baixo. Pov. na freg. do S. Lourenço, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianua do Castello.

Torre Bella *(Fernando José Correia Henriques de Noronha, 1.º visconde de)*. Do conselho de el-rei D. João VI, commendador das ordens de Christo e da Torre e Espada; coronel do regimento de milicias da Calheta, regimento que levantou, organisou e fardou á sua custa, etc. N. a 21 de fevereiro de 1768, fal. em Napoles a 31 de outubro do 1821. Foi enviado extraordinario e ministro plenipotenciario á cidade de Hamburgo, Stockolmo, Berlim, Vienna d'Austria e Napoles. Casou a 22 de outubro de 1792 com D. Emilia Henriqueta Pinto de Sousa, dama da ordem de S João de Jerusalem, 1.ª filha dos 1.ºs viscondes de Balsemão, Luiz Pinto de Sousa Coutinho e D. Catharina Michaela do Sousa Cesar de Lencastre. Foi agraciado com o titulo de visconde da Torre Bella, por decreto de 17 do dezembro de 1812. O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo partido em pala; na primeira as armas dos Correias: Campo de ouro fretado de correias sanguinhas repassadas umas por outras de seis peças, tres em banda e outras tres em contrabanda; na segunda as dos Henriques: Escudo esquartelado, sendo os dois campos superiores de prata e em cada um d'elles um leão vermelho batalhante, e o campo de baixo vermelho, com um castello d'ouro. Timbro o dos Correias: dois braços armados de prata com as mãos abertas e as palmas para e frente, atadas pelos pulsos com uma correia sanguinha.

Torre Bella *(João Correia Brandão de Bettencourt Henriques de Noronha, 2.º visconde de)*. Fidalgo com exercicio, cavalleiro professo da ordem de Christo, tenente de cavallaria, etc. N. a 17 de setembro de 1791, fal. a 7 de julho de 1875. Era filho dos 1.ºs viscondes do mesmo titulo. Foi ajudante de campo do infante D. Miguel em 1823. Succedeu a seu pae em varios vinculos, e casou a 25 de maio de 1824 com sua prima D. Izabel Joaquina Correia d'Athouguia e Vasconcellos, filha de João Manuel d'Athouguia e Vasconcellos, cavalleiro das ordens de Christo e de Aviz, governador da praça de S. Thiago, e de sua mulher D. Izabel Joaquina Correia Henriques de Noronha. Foi-lhe renovado o titulo de seu pae por decreto do 14 de julho de 1823. Teve uma unica fi-

lha, que foi a 3.ª viscondessa de Torre Bella. V. o *artigo seguinte*.

Torre Bella *(Russell Manners Gordon, 3.º visconde de)* Fidalgo cavalleiro da Casa Real e commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. N. na ilha da Madeira a 23 de outubro de 1829. Era filho de Diogo David Webster Gordon, e de sua mulher, D. Theodosia Arabella. A familia de Gordon é de origem escoceza, sendo o 3.º visconde terceiro neto de lord Kenmure, sobrinho de Murray Gordon, que foi almirante da Real Marinha Ingleza, e de Guilherme Gordon, que foi coronel nas guardas da rainha, havendo sido ferido e feito prisioneiro na batalha de Talavera, na Guerra Peninsular, etc Foi 3.º visconde de Torre Bella, pelo seu casamento com a filha unica e herdeira dos 2.ºs viscondes d'esse titulo, D. Filomena Gabriella Correia Brandão Henriques de Noronha, que nasceu a 18 de março de 1839, e cujo casamento se realisou por alvará de licença régia, a 15 de setembro de 1857, tendo lhe sido renovado o titulo no dia 11 do mesmo mez e anno. D'esto consorcio, entre outros filhos, houve Diogo Murray Kenmuro Gordon Correia, que nasceu em Londres a 7 de janeiro de 1865, era addido á legação ingleza em Berlim. Por decreto de 28 de março de 1889 foi feito 4.º visconde da Torre Bella.

Torre Bella *(Tapada da)*. Na freg. de N. S.ª da Purificação, de Alcoentre, conc. d'Azambuja, distr. do Lisboa

Torre de Bera. Pov. na freg. de S Thiago, d'Almelaguez, conc. e distr. de Coimbra.

Torre do Bispo Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Achete, conc. e distr. de Santarem. ‖ S Vicente do Paul, do mesmo conc. e districto.

Torre de Boucinha. Pov. na freg de S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Torre de D. Chama. Villa e freg. do N. S.ª da Encarnação, da prov. de Traz os Montes, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança; 310 fog. e 1:274 hab., juntamente com a freg. de Guide, que lhe está annexa. Tem esc. do sexo fem., est. post., medico, pharmacia, notario, e uma feira no dia 5 de cada mez. Está situada n'uma campina, proximo da ribeira de Villares, a 2 k. da margem esquerda do rio Tuella, e a 25 da séde do conc. El rei D. Diniz lhe deu foral, em Lisboa, a 25 de abril do 1287. O mesmo soberano lhe deu 2.º foral augmentando-lhe os privilegios do antigo, em Santarem, a 25 de março de 1299. D. Manuel I deu-lhe foral novo a 4 de março de 1512 A Torre de D. Chama era um conc. antiquissimo, que se supprimiu por decreto de 24 d'outubro de 1855. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Torre de Chão de Pereiro. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Torre de Cima Povoações nas freguezias: S. Julião, de Badim, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Pedro, de Beberriqueira, conc. de Thomar, distr. de Santarem ‖ S. Lourenço, de Touvedo, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Torre Cimeira Pov. na freg de N. S.ª da Visitação, de Belver, conc. do Gavião, distr. de Portalegre.

Torre de Coelheiros. Pov. e freg. de N. S.ª do Rosario, da prov. do Alemtejo, conc., com., distr. e arceb. de Evora; 58 fog. e 324 hab. Está situada junto da ribeira Pecninha, a 19 k. da séde do conc. E' fertil em cereaes, cria muito gado de toda a qualidade, e tem caça. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal.

Torre das Donas *(Joaquim de Azevedo d'Araujo e Gama, visconde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por herança de seus maiores, bacharel em direito pela Universidade de Coimbra, conselheiro, governador civil de Vianna do Castello, etc. N. a 14 d'agosto de 1833, fal. a 30 de agosto de 1883. Tendo concluido a sua formatura em 1861, não seguiu a magistratura, dedicando-se á carreira administrativa, a qual principiou por ser nomeado em 1868, pelo então conde d'Avila e presidente do conselho de ministros, governador civil do districto de Vianna do Castello Apezar d'este seu primeiro governo durar poucos mezes, por ter caido o ministerio, ainda se fez notar por medidas administrativas que tomou. Em 1871 foi novamente nomeado governador civil pelo mesmo estadista, já então marquez d'Avila e Bolama, e n'esse anno recebeu a mercê do conselheiro, tornando-se tambem chefe do partido historico, cuja organisação em Vianna do Castello a elle se deveu e a que prestou valiosos serviços. Em setembro de 1871, sendo demittido o ministerio do marquez d'Avila e Bolama, que luctara na camara dos deputados com energia heroica contra a forte opposição d'aquelle tempo, foi ao poder o partido regenerador com um gabinete presidido por Antonio Rodrigues Sampaio. O conselheiro Araujo Gama, porém, conservou-se no mesmo cargo, recebendo então uma honrosissima prova de consideração do seu novo chefe. Em junho de 1872, o districto de Vianna do Castello teve a honra de receber a visita d'el-rei D. Luiz e do infante D. Augusto, seu irmão, acompanhados dos conselheiros Fontes Pereira de Mello, presidente do conselho de ministros, e os ministros da guerra, da fazenda e das obras publicas. O conselheiro Araujo e Gama, como governador civil, limitou se a annunciar a honrosa visita, e foi isso o bastante, para que fôssem expontaneas as festas e alegrias de sincero jubilo dos povos confiados á sua administração. Foi como lembrança da recepção brilhante e enthusiastica que teve n'aquelle districto, que el rei D Luiz o agraciou com o titulo de visconde da Torre das Donas, por decreto de 8 d'agosto do mesmo anno de 1872. Nas eleições geraes de deputados em 1874, foi apresentado candidato regenerador no circulo de Vianna do Castello, logar que resignou, assim como o de governador civil por incompatibilidade com o secretario geral do districto, que o governo afastou d'aquelle logar, concedendo lhe licença illimitada O visconde da Torre das Donas continuou, porém, a ser o chefe do partido regenerador do seu districto. Foi eleito para a junta geral, que logo o nomeou seu presidente, e o indicou para o conselho do districto onde o seu voto teve sempre o mesma autoridade com que tinha sido acatado nos tempos em que ello presidira ao mesmo conselho. Quando o marquez d'Avila e Bolama, em 1877, presidiu pela ultima vez ao conselho de ministros, gerindo a pasta do reino,

o districto de Vianna do Castello foi theatro de extraordinarios successos politicos, no meio dos quaes o visconde da Torre das Donas mostrou que era homem de grande valor. Nas eleições municipaes do mesmo anno de 1877 foi o mais votado dos candidatos da opposição; ficou vencido, mas com votação expressiva de muitas sympathias. Em 1878, quando Fontes Pereira de Mello voltou á presidencia do conselho, o visconde da Torre das Donas pela terceira vez lhe foi confiada a administração do districto de Vianna do Castello. Casou em 25 de maio de 1853 com sua prima D. Maria Emilia de Barros Lima, filha de Bento de Barros Lima de Azevedo d'Araujo e Gama, fidalgo da Casa Real, coronel de milicias do regimento de Vianna do Castello, e senhor de varios morgados.

Torre d'Eita ou Torredeita. Pov. e freg. de N. S.ª da Annunciação, da prov. da Beira Alta, conc., com., distr. e bisp. do Vizeu; 530 fog. e 1:937 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., pharmacia, est. do caminho de ferro, no ramal de Santa Comba Dão a Vizeu, entre as de Farminhão e Figueiró. Está situada junto do rio Rita, affluente do Dão, na estrada de Vizeu a Vouzella, a 10 k. da séde do conc. Foi commenda da ordem de Christo, que o principe regente, depois D. João VI, por carta regia de 21 de julho de 1796, renovou em mais uma vida no 1.º visconde da Bahia. Na mesma carta renovou tambem em mais duas vidas a commenda da quinta de Santa Eufemia, junto a Montemór o Velho, e que era da mesma ordem. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1[?], com a séde em Santa Comba Dão.

Torre Entre os-Rios. Pov. da freg. de Eja e Entre-os-rios, conc. de Penafiel, distr. do Porto. Tem est. telegr. post. com serviço de encommendas, só aberta durante a epoca balnear. V. *Eja*.

Torre e Espada *(Ordem militar da)* Foi instituida por D. Affonso V em 1459, para celebrar a epoca memoravel das conquistas de Africa. Veiu depois a decair, até que ficou totalmente

Commmenda da Torre e Espada

esquecida. D. João VI, por decreto de 13 de maio de 1808, sendo ainda regente, a restaurou, para celebrar a sua chegada ao continente americano, dando lhe uma nova fórma e regulamento pela carta de lei de 29 de novembro, e ampliada pelo alvará de 5 de julho de 1809. Esta ordem era destinada para recompensar os militares distinctos que não fôssem catholicos, e que não podiam, pela differença de religião, ser admittidos nas outras ordens de cavallaria. D. Pedro IV, por alvará de 28 de julho de 1832, tambem a reformou, recebendo por esse diploma o titulo de *Antiga e muito nobre ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Merito*. A organisação da ordem era

Collar de official da Torre e Espada

a seguinte: suas graduações: gran-mestre, officiaes móres, gran-cruzes, commendadores, officiaes e cavalleiros. O gran mestre seria sempre o soberano; os officiaes móres: o commendador-mór, o claveiro, o alferes-mór e o chanceller-mór. O numero dos gran cruzes, commendadores, officiaes e cavalleiros era indeterminado. Haveria mais 7 officiaes menores: o rei d'armas, com o titulo de *rei d'armas Torre e Espada*, que sempre seria um cavalleiro da ordem; 2 arautos e 4 passavantes, com a graduação e fôro de escudeiros da ordem. O merecimento pessoal, assignalado feito d'armas, ou de coragem ou de devoção civica, relevante e determinado serviço em qualquer carreira ou profissão publica, mas principalmente na militar, eram o unico titulo, pelo qual se concedia esta distincção honorifica. Insignias da ordem: a dos cavalleiros uma medalha de prata re-

Habito da Torre e Espada

donda, tendo d'um lado uma espada collocada sobre uma corôa de carvalho, no cimo uma torre, e á volta a legenda em letras d'ouro em campo azul: *Valor, Lealdade e Merito;* e no reverso o escudo das quinas portuguezas sobre um livro, representando a Carta Constitucional da monarchia, com a legenda *Pelo Rei e pela Lei*. A insignia dos officiaes, uma medalha de ouro em tudo

similhante á dos cavalleiros Os gran-cruzes e commendadores podiam usar no vestido e sobre o peito esquerdo, de chapa com a espada e a torre e a legenda: *Valor, Lealdade e Merito.* As medalhas seriam ordinariamente pendentes, segundo o uso commum, de fita azul ferrete; os gran-cruzes trariam por cima do vestido banda da mesma côr, ao modo usual. Nos dias de côrte e de grande gala os cavalleiros trariam a medalha pendente d'uma cadeia de prata em fórma de collar, os officiaes, do ouro e os commendadores e gran cruzes d'um collar formado de espadas e torres. As insignias do gran mestre e officiaes móres eram as mesmas dos gran-cruzes. Os cavalleiros, officiaes, commendadores, gran cruzes e officiaes móres da ordem da Torre e Espada precediam em egual grau ao de todas as outras ordens militares do reino. O cavalleiro tinha a graduação e honras d'alferes do exercito, ainda que fôsse simples soldado, ou exercesse qualquer officio mechanico. Os officiaes tinham a graduação e honras de tenentes coroneis; os gran-cruzes, de brigadeiros, e os officiaes móres, de marechaes de campo. Na mesma reforma de 1832, se tratava da dotação da ordem, ordonando-se, que no orçamento geral das despezas do estado fôsse annualmente lançada uma verba para satisfazer ás despezas da ordem, que seriam: 1.º Do um asylo para os invalidos pobres d'ella; 2.º De um collegio para educação dos filhos d'ambos os sexos, orphãos ou extremamente necessitados, dos cavalleiros da ordem; 3º. Das pensões quo se arbitrassem aos membros d'ella; 4.º Da sustentação e guisamento do edificio, que seria dado á ordem para guarda dos seus archivos, celebração de seus capitulos e festas, conforme se determinava nos estatutos. Por alvará de 1 de fevereiro de 1896, el-rei D. Carlos novamente reformou esta ordem, definindo as honras e precedencias dos agraciados, e expressamente declarou em vigor as disposições não revogadas do alvará de 28 de julho de 1832. Foi dado execução ao n.º 3.º do artigo 24 dos estatutos da ordem que nunca se havia feito, que em outubro de 1906 foi apresentado nas côrtes o projecto de lei estabelecendo pensões para as praças de pret agraciadas com o habito da Torre e Espada. Esta ordem, assim como as outras ordens militares, fôram abolidas em 1910 pelo governo da Republica.

Torre do Fato. Pov. na freg. de S. João Baptista, do Lumiar, 3.º bairro de Lisboa.

Torre do Ferrado. Pov. na freg. do S. João Baptista o conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Torre dos Frades. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Assumpção, do Cacella, conc. de Villa Real de Santo Antonio, distr. do Faro.

Torre Fundeira. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Belver, conc. de Gavião, distr. de Portalegre.

Torre da Gadanha. Pov. na freg de S. Romão, conc. de Montemór o Novo, distr. de Evora Tem caixa post e est. do caminho de ferro, na linha de Lisboa a Villa Real de Santo Antonio, entre a de Cabrella e o apeadeiro de Paião.

Torre da Glesteira Pov. na freg. de N. S.ª da Boa Fé, de Boa fé, conc. e distr. d'Evora. Tem est. postal.

Torre de Lanhellas. V. *Lanhellas*.

Torre do Lodão. Pov. na freg. de Santa Cruz do Douro, conc. de Baião, distr. do Porto.

Torre da Marinha. Pov. na freg. de N. S.ª da Cousolação, d'Arrentella, conc. do Seixal, distr. de Lisboa.

Torre de Moldes Pov. na freg. de Santa Marinha, de Remelhe, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Torre de Moncorvo *(Alexandre Thomaz de Moraes Sarmento, 2.º visconde da)*. Commendador de numero da ordem de Izabel a Catholica, de Hespanha, amanuense no ministerio da marinha, de que foi exonerado a seu pedido, presidente da camara municipal de Mangualde e procurador á Junta Geral do districto de Vizeu. N. em Londres a 15 de novembro de 1835, fal. na Foz do Douro a 19 de fevereiro de 1911. Era filho dos 1.ºˢ viscondes do mesmo titulo *(V. o artigo seguinte)* Casou em 14 de dezembro de 1871 com D. Angelina d'Amaral. O titulo de visconde foi-lhe renovado por decreto de 30 de julho de 1874, em que se lê o seguinte: «tomando em consideração os merecimentos e qualidades que concorrem em Alexandre Thomaz de Moraes Sarmento, e querendo perpetuar na sua pessoa a memoria dos valiosos serviços prestados ao paiz por seu fallecido pae o visconde da Torre de Moncorvo, hei por bem fazer mercê ao mencionado Alexandre Thomaz de Moraes Sarmento do titulo de visconde da Torre de Moncorvo em sua vida» O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo partido em pala; a primeira tambem partida em pala; na primeira: Em campo vermelho uma torre de prata saindo d'agua e tendo nas ameias uma bandeira de prata com a cruz da ordem de Christo; na segunda em campo vermelho, treze bezantes d'ouro em tres palas Mote, *Deus dará*

Torre de Moncorvo *(Christovão Pedro de Moraes Sarmento, 1.º barão e 1.º visconde da)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo, commendador da de Nossa Senhora da Conceição do Villa Viçosa, grau-cruz da de S. Thiago da Espada, condecorado com a cruz de prata n.º 2 da Guerra Peninsular, do conselho d'el rei D. João VI, de D. Pedro IV e de D. Maria II, par do reino, bacharel formado pela Universidade de Coimbra; cavalleiro de Malta, gran-cruz das ordens de Izabel a Catholica, de Hespanha, o de Ernesto Pio, da Saxonia; grande official da Legião de Honra de França, da do Nicham Iftikar da Turquia; commendador da de Danebrog, de Dinamarca, etc. N. na Bahia a 13 de maio de 1788, fal. em Londres a 11 de janeiro de 1851. Era filho bastardo legitimado de Thomaz Ignacio de Moraes Sarmento, desembargador dos aggravos, da Casa da Supplicação, nascido na Torre de Moncorvo a 13 de dezembro de 1750, e fallecido em Lisboa a 22 d'abril de 1820 Serviu como voluntario na Guerra da Peninsula desde 17 de janeiro de 1814 até ao fim da campanha. Foi depois superintendente das alfandegas e do tabaco, em Traz os-Montes. Como diplomata esteve, como encarregado de negocios em Londres e Copenhague; sendo em 1833 nomeado enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Londres, assignou, n'esta qualidade, o *Tratado da Quadrupla alliança*, em 22 de abril do 1834, celebrado entre a Gran Bretanha, França, Hespanha o Portugal. Quando falleceu, exercia o referido cargo em Londres Casou duas

vezes: a primeira em Copenhague a 1 de dezembro do 1828 com D. Carlota Amelia Jordana, que fal. em Londres a 7 de fevereiro de 1842; e a segunda vez, n'essa cidade, a 23 de maio de 1843, com sua cunhada D. Carolina Guilhermina Jordana, ambas filhas de Christovão João Jordana, e de sua mulher D. Anna Thora Jordana. Foi agraciado com o titulo de barão da Torre de Moncorvo por decreto de 23 de maio de 1835, e com o de visconde por decreto de 13 de julho de 1847.

Torre de Moncorvo. Villa da prov. de Traz os-Montes, séde de conc. o de com., distr. e bisp de Bragança, Relação do Porto. Tem uma só freg., cujo orago é N. S.ª d'Assumpção O primeiro orago, porém, consta que foi S. Thiago, cuja egreja parece que ainda existe. Está situada n'uma baixa, em terreno levemente accidentado junto á serra de Reboredo, que lhe fica ao S, e lhe véda o sol durante grande parte do dia, perto dos rios Sabôr e Douro, a 75 k. da capital do districto. Diz Lousada que o capitão Mendo, ou Mem Corvo, mandou edificar aqui um castello, no meado do seculo xi, ao qual deu o nome de *Torre de Mem Corvo*, que no seculo xvii se corrompeu em Moncorvo, e que junto ao castello fundou uma povoação, a que tambem deu o seu nome. Que em 1062 o mesmo Mem Corvo deu foral á povoação e castello, que mais tarde D. Affonso Henriques confirmou. Consta que, destruido este castello pelos leonezes, ou pelos arabes, como outros pretendem, procuraram os habitantes d'elle e suburbios mudar a sua habitação para junto da ponte do Sabôr, entre este rio e a ribeira de Villariça. Que a esta pov. se deu o nome de *Santa Cruz da Villariça*, e que D. Sancho II a fez villa, e lhe deu foral a 29 de maio do 1225. Alguns dizem que Mem Corvo fundou, no seculo xii, uma torre para sua habitação, que o protegesse dos ataques dos moiros; e que em torno de esta torre fôram os christãos pobres das proximidades construindo cabanas. Quo passados tempos, abandonando os habitantes de Santa Cruz da Villariça esta villa, por ser muito doentia, vieram augmentar a pov. de Moncorvo. A villa de Santa Cruz, abandonada completamente, caiu em ruinas, e a nova pov., tomando o nome por que era conhecida a torre, começou a chamar se *Torre de Mendo Corvo*, ou de *Mem Corvo*. A'cêrca da fundação da torre e da etymologia do nome, divergem muito os nossos antiquarios. Alguns negam a existencia do tal capitão Mem Corvo, sustentando que o nome da pov. é corrupto de *Mons Curvos*, nome que os romanos deram ao monte de Reboredo, que na verdade faz uma especie de curva. Outros dizem que foi fundada por D. Fernando III de Castella, em 1010 Dizem tambem outros que D. Affonso Henriques, em 1140, confirmou o foral de Mem Corvo, com todos os seus privilegios, e augmentando outros Que D. Diniz a fez villa, dando-lhe foral, em 1288, com os mesmos privilegios que tivera a antiga villa de Santa Cruz da Villariça, que eram muitos, sendo um que os devedores, que se acolhessem dentro dos seus muros, não pudessem ser executados. Que D. João I lhe fez novas concessões, em novo foral datado de 4 de janeiro do 1423, ou de 1390, como outros pretendem, alargando-lhe o termo até incluir n'elle Fozcôa, que mais tarde se separou, sendo elevada a villa com o nome de V. N. de Fozcôa Finalmente D. Manuel I lhe deu foral novo, em Lisboa, a 4 de maio do 1512. Foi esta villa defendida por um forte e antigo castello, e por algumas fortificações, que a dominavam toda. O castello era do cantaria e quadrado, cercado de 4 cortinas com suas altas torres quadradas e barbacans, tambem do cantaria. As muralhas tinham 3 portas, com seus cubellos e baluartes. Foi D. Diniz quem reedificou o castello e construiu as muralhas em 1310. Actualmente está aqui construido o edificio da camara municipal. Eram alcaides móres d'este castello os Sampaios, senhores de Villa Flôr. Na guerra que se deu entre Portugal e Castella no tempo d'el rei D. Fernando I, sendo invadida pelos castelhanos a provincia de Traz os-Montes, padeceram muitos vexames e prejuizos os habitantes da villa da Torre de Moncorvo, apezar dos castelhanos não terem chegado a entrar dentro dos seus muros. Depois d'essa epoca, foi a villa sempre prosperando e desenvolvendo-se até que, em julho de 1762, rebentando a guerra entre Portugal e Hespanha, foi novamente invadida pelo exercito hespanhol, commandado pelo marquez de Sarria, caindo em seu poder, depois de Miranda e Bragança, a villa da Torre de Moncorvo, sendo saqueada, commettendo os castelhanos as maiores atrocidades. Felizmente, poucos mezes depois assignou se o tratado de paz. A villa foi então rehabilitando-se tornando ao seu antigo esplendor pela sua industria agricola e fabril, que em epocas anteriores muito se haviam desenvolvido, especialmente a cultura do linho canhamo. Reconhecendo-se quanto os bellos campo da villa eram apropriados para esta cultura, foi esta producção ali introduzida, e em 1628 alcançára já grande incremento, e mais se augmentou com a grande fabrica quo o governo mandou edificar no campo da Corredoura, a qual se chamava *Real fabrica dos linhos canhamos*. Era administrada por conta do Estado, e empregava grande numero de braços, porque n'esta feitoria eram preparados, além dos linhos da Villariça, os de Mirandella, das terras proximas do rio Douro, e até de Pinhel. Durou esta fabrica até 1740 e tantos, sendo então extincta; mas a cultura continuou sempre em grande escala, e d'ella se forneceram as cordoarias de Lisboa e Porto, por alguns annos; porém a extincção da cordoaria sempre fez esmorecer bastante a cultura do linho. Depois, o marquez de Pombal fez augmentar e prosperar muito a cultura do linho canhamo. Mandou construir vastos armazens e officinas para arrecadação e preparo do linho, que a maior parte ia em rama para a Real Cordoaria de Lisboa. O resto era aqui feito em cordas, quo tambem iam para Lisboa, Porto e outras povoações. Pouco mais ou menos, pelo tempo em que foi extincta a feitoria do canhamo, principiaram os industriosos habitantes de Moncorvo a applicar se á sericicultura, chegando até a haver uma boa fabrica de sedas. Tambem houve aqui uma fabrica de sabão de superior qualidade que fornecia grande parte das provincias de Traz os Montes o Minho. A egreja parochial é majestosa e de tres naves. Foi-lhe lançada a primeira pedra em 1544, e a sua construcção, que levou quasi um seculo, foi feita com os rendimentos do municipio. Um terremoto, que houve a 19 de março de 1858, causou-lhe graves prejuizos, que fôram reparados. E' um dos mais sumptuosos

templos do paiz, e mais parece uma cathedral, do que egreja d'uma villa da provincia. As suas naves são divididas por duas ordens de altas e robustas columnas, sobre as quaes assenta a abobada, ornada de elegantes laçarias. Tem 3 corpos, e sobre o principal uma soberba torre que finalisa em bonitas varandas de pedraria, tendo nos quatro angulos formosas pyramides. E' rematada por um zimborio coroado d'uma esphera armilar, emblema d'el rei D. Manuel, encimada de uma cruz com um catavento. Esta torre tem 9 janellas sineiras, e no andar da varanda está o relogio. O frontispicio da egreja, que volta para E, é de grande majestade, tendo algumas imagens de santos em nichos dourados A' entrada vê-se um largo e espaçoso passeio de cantaria, com assentos e pyramides de granito, e no centro um grande e bem acabado cruzeiro de pedra. As suas paredes robustas são ainda reforçadas externamente por gigantes coroados por pyramides, de cuja base saem horisontalmente grandes carrancas servindo de embornaes, e que pela bôca lançam as aguas da chuva. Este grandioso edificio recebe a luz por 12 grandes janellas de arco, envidraçadas, sendo 6 de cada lado da egreja. A capella-mór, ainda que pequena em relação ao corpo da egreja, é de magnifica architectura, e as cadeiras lateraes, perfeitamente esculpidas, eram para os beneficiados d'uma antiga collegiada, que ali existiu. O altar do Santissimo Sacramento, á direita da capella mór, tem um retabulo em meio relevo de muito merecimento, que está resguardado por uma forte gradaria de ferro dourado. A' esquerda da capella mór, correspondendo com o do Santissimo Sacramento, está o altar da Senhora das Dôres. São ambos de figura eliptica e com abobada de cantaria em fórma de concha Tem mais 4 altares lateraes. No côro ha um bom orgão. Antigamente rematava a torre dos sinos n'um coruchen forrado d'azulejos, que fôram destruidos por um raio. Segundo a tradição, este coruchen era encimado por um corvo mechanico, de ferro dourado, que soltava tantas grasnadellas, quantas as horas que dava o relogio, e que se ouviam a grande distancia. Tem Misericordia, com um primoroso pulpito na rua, e a capella e hospital do Espirito Santo. Ha ali o novo hospital que se inaugurou em 2 de janeiro de 1904, com o titulo de *Hospital D Amelia*, cuja fundação nasceu d'uma subscripção aberta no Rio de Janeiro alguns annos antes, por Cesar Augusto Mando Ribeiro, a qual attingiu a importancia do 70 contos de reis, fracos. Este hospital foi reunido ao do Espirito Santo. E' um bello edificio de magnificas condições hygienicas A villa da Torre de Moncorvo tinha representação nas antigas côrtes no banco 13.° Até 1510 o seu brazão d'armas era um castello de prata, com uma só torre, e de cada lado d'esta um corvo El rei D. Manuel deu lhe por armas, as de Portugal, em campo de púrpura, e por baixo das armas, duas espheras armilares de prata, que são as actuaes. Na villa ha um bom e elegante chafariz, em fórma de urna, com 4 bicas, alimentado por um manancial de boa agua, na serra de Reboredo, d'onde vem por espaço de 2 k conduzida por canos de granito Ainda ha mais 7 fontes publicas, tambem de boa agua, além das particulares. No concelho ha minas de chumbo, zinco e outros metaes na Povoa dos Estevães, e outras, não exploradas, de ferro e outros metaes na serra de Reboredo. A villa pertence á 6.ª div. mil., 12.ª brigada, grande circumscripção mil. N, e ao distr. de recrut. e res. n.° 10, com a séde em Mirandella. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. o telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; feira a 8 de cada mez, passando ao immediato, quando este fôr feriado, e a 13 d'agosto; advogados; agencias das casas bancarias: *Banco Alliança*, *Banco de Bragança*, *Banco de Portugal* e *Crédit Franco-Portugais;* hoteis, medicos, pharmacias, notarios, *Club Moncorvense* e *Sociedade Dramatica conselheiro Fonseca;* boas propriedades de construcção moderna, passeio publico, que fica sobranceiro á villa, etc. Tem se publicado os seguintes jornaes: *Independente do Norte (O)*, 14 de março de 1898; *Moncorvense (O)*, 25 d'outubro de 1891; *Moncorvo (O)*, 28 de março de 1897. O conc. compõe-se de 17 freguezias, com 4:118 fog o 15:507 hab., sendo 7:503 do sexo masc. e 8:004 do fem, n'uma superficie de 45:224 hect. As freguezias são as seguintes: S. Thiago, de Adeganha, 891 hab : 472 do sexo masc. e 419 do fem.; S. João Evangelista, de Assoreira, 562 hab.: 293 do sexo masc e 269 do fem.; S. Braz, de Cabeça Boa, 711 hab.: 366 do sexo masc. e 345 do fem; N. S.ª da Oliveira, de Gardanha, 641 hab: 327 do sexo masc. e 314 do fem.; N. S.ª da Assumpção, de Carviçaes. 1:596 fog: 776 do sexo masc. e 820 do fem.; S. Miguel, de Castêdo, 486 hab.: 193 do sexo masc e 293 do fem; S. Miguel, de Felgar, 1:191 hab.: 595 do sexo masc. e 596 do fem; S. João Baptista, de Felgueiras, 931 hab : 444 do sexo masc. e 487 do fem.; S. Sebastião, de Horta, 638 hab.: 304 do sexo masc. e 334 do fem.; N. S.ª da Purificação, de Larinho, 788 hab : 406 do sexo masc. e 382 do fem; S. Lourenço, de Lousa, 1:350 hab.: 672 de sexo masc. e 678 do fem.; S. Martinho, de Maçôres, 549 hab : 267 do sexo masc. e 282 do fem; N. S.ª da Encarnação, de Moz, 593 hab.: 295 do sexo masc. e 298 do fem; S. Julião, de Perêdo dos Castelbanos, 432 hab : 201 do sexo masc. e 231 do fem.; Santo Ildefonso, de Souto da Velha, 390 hab.: 194 do sexo masc e 196 do fem.; N. S.ª da Assumpção, de Torre do Moncorvo, 2:541 hab.: 1:099 do sexo masc. e 1:442 do fem; S. Bartholomeu, do Uriós, 1:217 hab.: 599 do sexo masc. e 618 do fem. O principal commercio do concelho é vinhos finos de mesa e azeite, cuja producção é abundantissima, cereaes tambem de importante producção, principalmente milho e trigo. Tambem é consideravel o commercio de exportação de melões pela foz do Sabor, que são tidos como os primeiros do paiz, os afamados melões de inverno de Villariça. E' ainda n'este concelho, e especialmente na villa da Torre de Moncorvo, que se colhe a afamada amendoa de Moncorvo, exportando-a em grande quantidade em bruto e em confeitaria, cujo preparo é realisado pela industria domestica. O rev. padre sr. Francisco Manuel Alves publicou em 1910 uma erudita monographia de Moncorvo, com muitos subsidios ou notas extrahidas de documentos ineditos. Constitue uma bella *separata* da *Illustração Transmontana*.

Torre de Moreiras. Pov. na freg. de Santa Maria, de Moreiras, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Torre de Mosqueira. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Albufeira, distr. de Faro.

Torre da Murta *(João Carlos Infante de Sequeira Correia da Silva Carvalho, visconde da).* Fidalgo cavalleiro e moço fidalgo com exercicio, 12.º senhor da Torre da Murta, commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e da ordem de Izabel a Catholica, de Hespanha; moço da camara do real guarda-roupa dos monarchas D. Luiz I e D Carlos I, membro da Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, conservador d'esta mesma associação, membro honorario do Conselho de Heraldica de França e do Instituto Heraldico Italiano, etc. N. em Lisboa a 21 de janeiro de 1833. São seus paes: Simão Infante de Sequeira Correia da Silva Carvalho, 11.º senhor da Torre da Murta, fidalgo cavalleiro e moço fidalgo com exercicio, commendador do ordem de Christo, moço da camara do real guarda roupa de D. João VI, administrador da casa de seus paes e padroeiro da egreja do convento de Santa Clara do Torrão; e D. Margarida Bruni, distincta dama romana. Os seus ascendentes são da mais alta nobreza; o tronco da familia de Correias, senhores da Torre da Murta, foi D. Paio Ramiro, rico-homem d'el rei D. Affonso VI de Castella, e foi o 1.º senhor da Torre da Murta por doação do infante D. Henrique, mestre da ordem de Christo, e em attenção aos relevantes serviços que lhe prestara Martim Correia, guarda mór do mesmo infante e commendador de Aljustrel. Martim Correia era filho de Affonso Vasques Correia, commendador da Hortalagôa e embaixador á côrte de Castella, e de D. Beringueira Nunes, dama da rainha D. Filippa, mulher de el rei D. João I, que o escolheu para casar com uma das doze damas da rainha, e era por varonia descendente de D. Paio Peres Correia, mestre da ordem de S. Thiago em 1242, e de D. Gualdim Paes, mestre da ordem do Templo. Havia casado Martim Correia com D. Leonor da Silva, dama da rainha D. Leonor d'Aragão, o descendente dos duques de Pastrana, principe de Melito e Eboli em Hespanha O brazão d'armas d'esta nobre familia foi concedido por alvará de 8 de junho de 1571, e é o mesmo que usam os barões de Sabroso, já descripto no vol. VI, do *Portugal,* a pag. 457. O titulo de visconde da Torre da Murta foi concedido por decreto de 4 de agosto de 1870. O sr. visconde foi procurador á Junta Geral do districto de Santarem, representando o concelho de Thomar, onde foi duas vezes eleito por unanimidade de votos, e correspondente do Museu districtal de Santarem. Como illustrado conservador da bibliotheca da Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, são notaveis os seus relatorios, que se publicaram no *Boletim* da referida associação. Casou na capella particular da residencia de seus paes na freguezia do Campo Grande, a 14 de dezembro de 1857, com sua prima D. Maria Luiza de Almada e Lencastre, filha dos 4.ºˢ viscondes de Villa Nova de Souto d'ElRei, D. Antonio José de Almada Mello Velho Lencastre Fonseca Castro e Carrões, e D. Maria José Infante da la Cerda Castelo Branco.

Torre de Natal. Pov na freg. de N. S.ª da Conceição, conc. e distr. de Faro.

Torre de Palma. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Vaiamonte, conc. de Monforte, distr. de Portalegre.

Torre de Penalva. Pov. na freg. do S. Pedro, de Manique do Intendente, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa.

Torre Pequena. Pov. na freg. de S. Pedro, de Louza, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Torre de Pero Palha *(Hugo Owen, 1.º barão da).* Era filho de Hugo Owen, subdito britanico, que desde a Guerra Peninsular, onde militou fazendo parte do exercito anglo-luso, se affeiçoou a Portugal, estabelecendo aqui a sua residencia (V. *Owen.*) N. a 16 de julho de 1825, fal. no Porto em 1891. Casou a 24 de fevereiro de 1851 com D. Silvia Maria Chichorro, que fal. a 19 de março de 1877, viuva de Francisco Antonio Chichorro da Gama Lobo, e filha de William Nicholas Bull, major do exercito britanico, e de sua mulher D. Carolina Natkyns. O titulo de barão foi-lhe concedido por decreto de 12 de agosto de 1866.

Torre do Pinhão. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. de Traz os Montes, conc. de Sabrosa, com. o distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 193 fog. e 766 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada na estrada de Murça a Villa Real, a 15 k. da séde do conc. A terra é fertil, tem bom vinho de embarque, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Torre do Pinto. Pov. na freg. de S. Mathias, conc. e distr de Beja.

Torre da Rainha. Pov. na freg. de S. Domingos, de Fanga da Fé, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Torre de S. Julião da Barra. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Extremadura, conc. de Oeiras, com., distr. e patriarc. de Lisboa. Tem est. post. e medico. O seu orago antigo era S Julião, *S. Gião,* como então se dizia. Está situada na vastissima foz do Tejo. E' praça de guerra construida para defender a barra de Lisboa, ficando distante da villa de Oeiras pouco mais de 1 k. Os fundamentos d'esta torre fôram lançados por el-rei D. João III, em 1555, aproximadamente, mas seu irmão, o cardeal D. Henrique foi quem a edificou durante a sua regencia do reino, na menoridade d'el-rei D. Sebastião, desde 1563 até 1568. Ainda se vê aqui uma porta chamada *do Cardeal,* que então era a principal da fortaleza, sobre a qual se vê o escudo das quinas com as setas, de que usava o rei D. Sebastião. Pouco depois realisou-se a invasão do reino pelas tropas de D. Filippe II de Hespanha, e era tal já n'essa epoca a importancia da nova fortaleza, que no conselho de guerra reunido em Setubal aos capitães que opinavam pela marcha sobre Cacilhas para ali atravessar o Tejo, objectaram-lhe que esse projecto nenhuma probabilidade tinha de bom exito, porque as galés de D. Antonio, prior do Crato, dominavam o rio e a esquadra castelhana não podia paralysal-as antes de forçar a Torre de S. Julião. Como é sabido, o duque d'Alba cortou toda essa discussão com o plano de desembarque em Cascaes, e sendo esse o que effectivamente se pôz em pratica, o ousado general castelhano ao chegar a Oeiras não quiz seguir ávante sem reduzir a praça que lhe ficava no flanco direito. Estabelecendo o seu quartel general em Oeiras, onde se alo

jou tambem parte da infantaria hespanhola, destinou especialmente para investirem as fortalezas os terços de Castella, Napoles, Sicilia, Lombardia e a coronelia de Prospero Colonna, e collocando differentes corpos na estrada de Lisboa em observação e chamando as galés a alcance da Torre, mandou abrir as trincheiras. O investimento da praça começou com todas as regras mostrando sitiadores e sitiados egual actividade, mas começaram desde logo as negociações secretas entre o duque d'Alba e o governador Tristão Vaz da Veiga, que tendo já anteriormente vendido a D. Antonio os seus serviços, não hesitou em entregar ao general castelhano as chaves maritimas de Lisboa. A guarnição do forte da Cabeça Sêcca, onde se vê hoje a Torre do Bugio, vendo a Torre de S. Julião desamparada, retirou para Belem, a bandeira hespanhola tremulou na fortaleza da barra de Lisboa, os navios do marquez de Santa Cruz subiram o Tejo, e d'ahi a poucos dias o prior do Crato era desbaratado na ponte de Alcantara, e o duque d'Alba entrava em Lisboa. Conquistado o reino, passou a Torre de S. Julião da Barra a servir de carcere a todos os fidalgos e religiosos que se oppuzeram aos direitos que D. Filippe julgava ter á corôa de Portugal, e ahi fôram muitos d'esses presos julgados e sentenciados, sendo muitos sacerdotes atirados ao mar, pelo que se radicou entre o povo a ideia de que o mar da barra estava excommungado, e que por isso não dava peixe, sendo necessario para fazer cessar essa crença, que o arcebispo D. Jorge de Almeida fôsse exorcismar as aguas com todas as cerimonias da egreja. Não se descuidou D. Filippe de augmentar as fortificações da torre, e os outros soberanos hespanhoes prestaram egualmente a sua attenção a essa praça, que em 1640 foi, nas proximidades de Lisboa, a ultima a render-se ao rei portuguez. Era n'esse tempo governador da Torre D. Fernando de la Cueva, que apenas soube da revolução de 1 de dezembro, mandou pedir reforço ao general da armada castelhana, mas o conde da Torre *(V. este titulo)*, que estava preso na fortaleza, tentou o official hespanhol fazendo lhe promessas de grandes mercês, e afinal a 12 de dezembro, depois de ajustada a recompensa, rendeu-se a praça e na posse d'ella entrou D. Francisco de Sousa, que para a sitiar marchára á frente de algumas tropas da ordenança. D João IV incluiu a Torre de S. Julião no plano da defeza do reino, em 1650, o ampliou o recinto da praça para o lado meridional, deixando a assim com os 5 baluartes irregulares que tem, e concluiu o revelim que fôra começado pelos soberanos hespanhoes, como declara a lapide que está por baixo do escudo d'aquelle monarcha: *O Serenissimo Rei de Portugal D. João IV de gloriosa memoria, mandou fazer esta fortificação, á ordem do Conde de Cantanhede, D. Antonio Luiz de Menezes, sendo dos seus conselhos de estado e da guerra, veador da fazenda e governador das armas de Cascaes, a cujo corpo está a fortificação da barra de Lisboa—Anno de 1650.* No seculo seguinte, quando em 1759, durante o ministerio do marquez de Pombal, fôram expulsos do reino os jesuitas, o omnipotente ministro mandou para as prisões da Torre de S Julião da Barra 124 d'estes padres como cumplices do attentado contra el-rei D. José, os quaes ali jazeram até á morte do soberano, em 1777. Desde o fim da Guerra Peninsular descuraram-se as obras d'estas fortificações, que mais estavam convertidas em prisões do que n'uma fortaleza de guerra. Sendo em 1851 nomeado governador da praça o general Cabreira, barão de Nossa Senhora da Victoria da Batalha, restaurou se a maior parte d'ella, reparando se os baluartes, desentulhando-se os terraplenos, e avivando as memorias e lapides antigas. Na Torre de S. Julião da Barra esteve tambem preso o general Gomes Freire d'Andrade, victima da conspiração de 1817, sendo ali executado em outubro d'esse anno *(V. Andrade, Gomes Freire de)*. O referido governador barão da Batalha, para commemorar este facto tristissimo da nossa historia, mandou erigir no alto do Alqueidão, no local em que fôra levantado o patibulo, um singelo monumento, que consiste n'uma simples columna com inscripções em duas das faces da base. Uma d'ellas refere succintamente os feitos heroicos de Gomes Freire, e a outra indica a epoca da construcção do monumento e quem o mandou levantar. Sobre a porta da prisão onde o infeliz general esteve encerrado, mandou tambem o barão da Batalha collocar uma lapide em que se acham gravadas tres quadras escriptas pelo capitão do estado-maior Sá Magalhães, e que se pódem ler na *Revista Militar*, de junho de 1853. No tempo do governo absoluto de 1828 a 1838, fôram tambem as masmorras de S. Julião da Barra convertidas em prisões de Estado para crimes politicos, sendo ali encerrados 618 presos, que soffreram as maiores barbaridades dos seus carcereiros, tornando-se celebre o seu governador Telles Jordão, pela fórma como martyrisava aquelles infelizes. A historia d'este captiveiro foi escripta em 4 volumes por um dos presos, o dr. João Baptista da Silva Lopes. Tambem ali foi encerrado como prisioneiro de guerra, em maio de 1847, o conde das Antas, chefe do ministerio formado pela Junta do Porto, com toda a sua divisão. Já em 1846 para ali tinham ido presos o conde de Villa Real e outros, por pertencerem ao partido popular, sendo muitos d'elles degredados para Africa.

Torre da Silva. Pov. na freg. de S. Julião, de Silva, conc. de Valença, distr de Vianna do Castello.

Torre do Sobral. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Torre de Terranho. Pov. e freg. do N. S.ª do Pranto, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Trancoso, distr. e bisp. da Guarda, 127 fog. e 526 hab. Tem est. post. e está situada na estrada de Pinhel a Villa da Ponte, a 15 k. da séde do conc. A terra é fria e pouco fertil. Cria muito gado, tem colmeias e caça, grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Torre do Tombo. Morro situado na costa do distr. de Mossamedes, na prov. de Angola, Africa Occidental. Fica na bahia do Mossamedes, no recanto do Sacco do Sul, talhado a pique para a banda do mar. E' boa balisa para aquellas paragens.

Torre do Tombo *(Archivo da)*. E' de grande antiguidade a fundação d'este grandioso estabelecimento. Em 1375, pouco mais ou menos, el rei D. Fernando fundou um *archivo nacional* n'uma das torres da cêrca de muralhas de Lisboa, obra de este soberano. Esta torre estava situada no local,

onde muito posteriormente el-rei D. Manuel fundou os paços reaes da Ribeira, no Terreiro do Paço. Denominou-se *Torre do Tombo*, porque *tombo*, no portuguez antigo, ainda usado, significa inventario de quaesquer documentos. Todos os reis, que se succederam a D. Fernando, fôram enriquecendo este archivo, de maneira que elle adquiriu uma fama europeia, e muitos titulares e prelados estrangeiros podiram, e conseguiram, que na Torre do Tombo se lhes guardassem os seus documentos de mais importancia. O rei D. Manuel augmentou muito este edificio, e mandou copiar em livros de pergaminho, com boa letra e bellos desenhos, varios documentos antigos, que se iam tornando illegiveis, exemplo que foi secundado por alguns dos seus successores. Todos os nossos chronistas basearam as suas chronicas em documentos existentes na Torre do Tombo. Durante o reinado de D. João III houve um grande incendio n'este archivo, e apezar de ter acudido muita gente para extinguir o fogo e que pôde salvar uma grande parte dos papeis ali existentes, mesmo assim ainda se perderam bastantes. Do edificio, só ficaram as quatro paredes. Em virtude de similhante catastrophe, o monarcha mandou fazer grandes obras para accommodação do archivo, na torre do castello de S. Jorge, para isso escolhida, a qual fazia parte, não da cêrca exterior do mesmo castello, mas sim do interior, que constituia a antiga cidadella moirisca. A Torre do Tombo erguia-se no lanço de muros do lado do O, a pouca distancia do paço da Alcaçova, que ficava encostado ao mesmo lanço, tendo sobre elle janellas o andar nobre. Por cima da porta que communicava da primeira casa da torre para a segunda, chamada então dos *armarios*. e depois da *corôa*, foi collocada uma inscripção em latim, commemorando aquella reforma do edificio e do archivo, declarando ter sido feita em 1510. Alguns escriptores antigos entenderam que as obras da apropriação da torre do castello de S. Jorge a archivo nacional fôram mandadas começar por el rei D Manuel, firmando se na seguinte clausula do testamento do soberano: «Item, eu tenho maudado entender no corrigimento da Torre do Tombo, e concerto das escripturas d'ella, no que já agora é começado, e se faz por me parecer, que será cousa mui proveitosa, e ainda no modo em quo está ordenado, a mais honrada cousa de similhante qualidade que em parte alguma do mundo se possa vêr; porém muito encommendo e maudo que se acabe tudo de fazer, assim a obra da mesma torre, como o concerto e treslado das escripturas d'ella, no modo em que o tenho ordenado, segundo o tenho praticado e falado com os officiaes, que d'isso encarreguei.» A *obra da mesma torre*, a que D. Manuel se refere, é a que elle mandára fazer, quando intentou a reforma do archivo na primeira torre, em que o estabeleceu el-rei D. Fernando; obra que D. João III concluiu, em observancia das recommendações de seu pae, e que o fogo destruiu pouco depois. A obra, a que alludc a inscripção latina acima citada, é a da reconstrucção interior da torre do castello de S. Jorge, apropriando a ao seu novo destino, e a collocação e organisação do archivo na nova casa, o que tudo se acabou no anno de 1510, quasi 19 annos depois do fallecimento de D Manuel. Quanto á outra parte da recommendação d'este soberano, relativa ao *concerto e treslado das escripturas*, cumpriu-a D. João III, proseguindo nos trabalhos de seu pae, mas não fez mais que adeantal os alguma cousa, deixando aos seus successores muito ainda para fazer n'estas obras No tempo da usurpação dos reis de Castella, fôram d'aqui roubados muitos e valiosos documentos, com que se enriqueceu a bibliotheca do Escurial. A proposito do desaparecimento de livros, parece que mais casos se deram, porque ha dois documentos, citados pelo erudito escriptor sr. José Ramos-Coelho, no seu livro *O Primeiro marquez de Niza*, a pag. 22, os quaes são: uma sentença apostolica de excommunhão geral publicada contra as pessoas que tivessem desviado alguns papeis do Archivo da Torre do Tombo, de 12 de outubro do anno de 1681; e uma carta de excommunhão passada pelo Nuncio, a instancia de Gaspar Alvares do Louzada, escrivão do mesmo Archivo, por faltarem n'elles muitos livros o documentos, de 14 de outubro de 1621. El-rei D. João V visitou o castello de S. Jorge no dia 31 janeiro de 1719, foi tambem vêr a Torre do Tombo, onde estava o archivo real com todos os instrumentos originaes e chancellarias antigas. Viu com a maior devoção as cartas, que do proprio punho escreveram a D. João III Santo Ignacio de Loyola e S. Francisco Xavier. Por decretos de 16 e 18 de março d'esse anno, o mesmo soberano ordenou que se dessem ao Real Archivo todas as copias que fôssem pedidas pelos socios da Real Academia de Historia Portugueza. Deu isto occasião a que se nomeassem mais 8 officiaes de reformação por um anno, pagos pela folha da alfandega, para se occuparem exclusivamente em tirar copias de documentos para a academia. Nos annos de 1722 a 1723 continuaram estes trabalhos, fazendo tambem aquelles empregados os indices das chancellarias dos reis D. Affonso V, D. João II e D. Manuel. Por carta de 22 de fevereiro do 1745 nomeou D. João V guarda-mór da Torre do Tombo o brigadeiro e engenheiro-mór do reino Manuel da Maia, que se conservou ali durante 23 annos, com muito zelo e interesse, prestando relevantes serviços. *(V. Maia, Manuel da)*. Havia pouco que este laborioso funccionario conseguira pôr em boa ordem o cartorio, quando succedeu a terrivel catastrophe do terremoto de 1.º de novembro de 1755. O castello de S. Jorge foi um dos logares da cidade que mais soffreram com aquelle horroroso cataclismo. O paço da Alcaçova, habitação real até ao fim do seculo XV, a torre Albarran ou Alvarran, onde outr'ora se guardava no thesouro real; a Torre do Tombo, a egreja de Santa Cruz e todas as ruas e casas d'esta freguezia, dentro dos muros do castello, e toda esta fortaleza, exceptuando uma parte da cidadella moirisca, ficaram reduzidas a um montão de ruinas. Foi n'estas circumstancias afflictivas que Manuel da Maia deu prova cabal do seu zelo e actividade, e não menos da sua intelligencia. Graças ao seu incontestavel esforço, fôram salvos todos os livros e documentos do archivo. Depois de se tirarem, com muito trabalho e difficuldade, de entro as ruinas do edificio derrocado, fôram conduzidas para uma casa de madeira, construida á pressa com os destroços da propria torre, na praça d'armas do castello, onde se deu pela falta de 19 livros da chancellaria de D. Affonso V. Por muitos dias se procuraram baldadamente, removendo-se os entulhos,

não só da torre, como os do outros edificios visinhos, e julgava se já irreparavel esta grande perda, quando, quasi dois mezes depois do terremoto, a 28 de dezembro de 1755, se descobriram n'um logar a muita distancia, para onde custava a acreditar que tivessem sido arremessados pelo terremoto, e d'ali se tiraram a muito custo, até com perigo de vida para as pessoas encarregadas d'aquella diligencia. O archivo permaneceu perto de dois annos n'aquella barraca de madeira, apenas capaz de os conter confusa monte e abrigar da chuva. Só no fim de dois annos é que o zeloso guarda-mór conseguiu arranjar uma arrecadação conveniente. Pelo aviso de 19 de agosto de 1757 foi Manuel da Maia encarregado de ajustar com o abbade do mosteiro de S. Bento da Saude de Lisboa, hoje palacio das Côrtes, o aluguer das casas chamadas dos Bispos, contiguas ao mosteiro, fazendo mudar para ellas o Archivo Real, destinando-se a casa fronteira para a Academia Militar, e ficando o destacamento da guarda do mesmo archivo ás ordens do guarda-mór Por decreto de 20 do agosto do mesmo anno se mandou satisfazer annualmente a importancia de 480$000 pelo aluguer das ditas casas. Outro decreto fez com que nos dias 26 e 27 seguintes se mudasse para ali todo o cartorio. As casas dos Bispos tinham serventia para a calçada da Estrella. Constavam de dois pavimentos, um em baixo e outro superior, ambos fechados de excellentes abobadas sem receio do perigo de fogo; o pavimento superior foi destinado para se recolherem os livros das chancellarias em casas separadas, ficando outras para se guardarem os livros e documentos que na antiga torre estavam na casa chamada da Corôa; no pavimento de baixo destinava-se para n'elle escreverem os officiaes d'este expediente. Por aviso de 6 de novembro do 1755 fôra Manuel da Maia autorisado a proceder á rastauração do archivo, com amplas faculdades, que tiveram ainda maior extensão pelo aviso de 29 do mesmo mez e anno. Por decreto de 11 de outubro de 1757 foi estabelecida uma consignação de 480$000 reis mensaes, por 6 mezes, á disposição do guarda-mór para a reforma do archivo. Esta consignação renovou se successivamente até ao anno de 1772, sendo no anno seguinte elevada a 600$000 reis. As despezas do Real Archivo na respectiva reforma, e na da Academia Militar, o com os escripturarios empregados em tirar cópias, que chegaram ao numero de 19, importaram em 8:763$091 reis; entrando n'esta quantia tambem a despeza da feitura dos indices da chancellaria de D João V, e dos livros do registro da Torre. Fôram dispostos, pela maior parte, os livros que se achavam confundidos. Em 8 de agosto de 1765, Manuel da Maia dirigiu uma representação ao governo, em que dizia, que organisara o *Corpo Chronologico* de 82:902 documentos que estavam dispersos; 195 massos dos documentos chamados das *Gavetas*, com 2 volumes de indices; 1 corpo de 13 massos de *Acclamações e Côrtes;* outro corpo de *Leis e Regimentos*, ao qual fôram accrescentados 8 massos; outro de *Moradias*, em 10 massos; outro em 53 volumes de *Tombos e demarcações de Torres;* 1 de 12 massos de *Foraes antigos*, retocando-se nos 58 livros de *Leitura Nova* (V. *este nome*), as letras quo iam resaltando, sendo ainda preciso copiar-se muitos documentos, o fazer os alphabetos das communidades nas *Chancellarias antigas*, encadernar muitos livros, e pôr capas nos massos de *Moradias, Instituições e Tombo de Morgados e Capellas. Sentenças a favor da Corôa. Foraes antigos e Bens dos Proprios.* Em 23 de feveroiro de 1768, o conselho da fazenda dirigiu-se ao guarda mór Manuel da Maia, exigindo uma relação de todas as egrejas do padroado real da côrte e termo, com as copias das doações das que se achavam em poder de donatarios, para se fazer o competente assento no livro do tombo dos bens da corôa, de que estava encarregado o contador da fazenda de Lisboa. N'esse mesmo anno, a 17 de setembro, falleceu o incansavel Manuel da Maia. Tinha-lhe sido nomeado successor em 3 do mesmo mez e anno, na pessoa do desembargador da Casa da Supplicação e procurador da corôa, o dr. José de Seabra da Silva, em razão de estar já muito adeantado em annos e arruinado de saude, mas apenas sobreviveu 5 dias á posse quo o seu illustre successor tomou do cargo de guarda mór. Por decreto de 15 de novembro de 1771 se mandou fazer no Real Archivo um armario, separado e seguro, para os documentos relativos á *Inquisição*, determinando-se que a chavo d'esse armario não saisse nunca da mão do guarda-mór. O celebre academico e lente de diplomatica, João Pedro Ribeiro, que visitára todos os varios archivos das cathedraes e collegiadas, conhecia fundamentalmente a Torre do Tombo, o publicou em 1819 um livro intitulado: *Memorias authenticas para a Historia do Real Archivo*, contendo 178 paginas de texto e numerosas notas, com mais 28 paginas de additamentos o correcções. Este livro trata, nos seus 4 capitulos, da origem e progressos do Archivo, da serie dos seus guarda-móres, dos seus escrivães, e do estado do Archivo na epoca em que escrevia, isto é, um anno antes da Revolução de 1820, quo inaugurou em Portugal a transformação das instituições politicas de absolutistas em liberaes parlamentares. Em julho de 1833 muitos cartorios de justiça fôram abandonados pela fuga dos seus escrivães, pelo que todos os processos d'esses cartorios fôram recolhidos na Torre do Tombo. Pelo decreto de 14 do seguinte mez de agosto, foi determinado *que se cancellassem todos os livros de registo publico que haviam servido no tempo da usurpação, e fôssem mandados recolher no Archivo da Torre do Tombo;* outrosim determinou *que se registassem em novos livros os diplomas expedidos pelo governo legitimo de S M. F. a senhora D Maria II.* Por decreto de 2 de outubro de 1862 se determinou que fôssem ali guardados todos os cartorios dos conventos supprimidos, assim como as das sés, das parochias e dos mosteiros de freiras A esse tempo, porém, já os documentos de mais valia, quo pertenciam aos frades, haviam sido roubados, e talvez vendidos. Ainda assim vieram para o archivo assombrosas riquezas de material historico; basta citar os processos da inquisição de Lisboa, Coimbra o Evora, que se elevam a 14 ou 18 mil, dentro d'esses documentos está a vida intima da sociedade portugueza desde 1536 até ao principio do seculo passado. As collecções das Consultas da Mesa da Consciencia e Ordens extinctas, vieram tambem para a Torre do Tombo; o Archivo da Intendencia Goral da Policia, que veiu do governo civil de Lisboa, etc. O mesmo

decreto de 2 de outubro do 1862, acima citado, autorisava a mudança do archivo para a sua actual installação, no mesmo edificio do palacio das Côrtes. No decreto lê se: Attendendo a que as salas, onde estava o archivo, eram muito baixas e humidas, o que não só estragava os papeis, como a saude das pessoas empregadas na sua guarda, se mandou mudar todo o archivo para a outra extremidade, norte e leste, do mesmo extincto convento, presentemente palacio das Côrtes. Ficou o archivo accommodado com muita largueza n'esta parte do edificio, onde tem grandes salas, extensos e largos corredores, outr'ora dormitorios, tudo de abobada, bem ventilado e excellente exposição. Fizeram-se as obras necessarias para a conveniente collocação e conservação do archivo, taes como sobrados, onde o pavimento era de tijolo, estantes com que se guarneceram os corredores e grande quantidade de caixas de folha de Flandres, pintadas por dentro com um oleo preservativo, nas quaes se guardam os documentos de mais valia. Contém este archivo as doações régias, privilegios, leis, testamentos dos nossos monarchas, contratos matrimoniaes, tratados com as potencias estrangeiras; bullas apostolicas, correspondencias dos reis, principes, pontifices e embaixadores, decretos e mercês, etc.; e, além do estes documentos, muitos livros curiosos e de merecimento artistico: os 49 volumes da *Reformação d'el rei D. Manuel;* os *Livros mysticos* d'este soberano; o livro chamado *Mestre das Sentenças;* o *Livro das Armarias*, mandado fazer por este mesmo rei; *O Livro das Fortalezas* com estampas das fortalezas do reino, feito á penna com admiravel perfeição por Duarte d'Armas os livros de resa d'el-rei D. Duarte e da rainha D. Christina; a celebre *Biblia dos Jeronymos*, e outros em que se admiram excellentes miniaturas. A'cêrca da Torre do Tombo pódem consultar-se as seguintes obras: *Memorias authenticas para a historia do Real Archivo, dirigidas pelo primeiro lente de diplomatica*, etc , por João Pedro Ribeiro, Lisboa, 1819; *Historia dos Estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal*, por Silvestre Ribeiro, volumes: I, II, III, V, VI, X, e XVII; *O Archivo da Torre do Tombo, sua historia, corpos que o compõem e sua organisação*, por Antonio Eduardo Simões Baião, director do Archivo Nacional, de collaboração com Pedro A. d'Azevedo, Lisboa, 1905, etc.

Torre do Tombo em Gôa. Foi no fim do seculo XVI que o historiador Diogo de Couto pediu que lhe facultassem, para bem escrever a chronica da India, de que fôra encarregado em substituição de João de Barros, os papeis antigos existentes no poder do secretario do governo de Gôa, que com esses documentos e outros das diversas repartições se organisasse n'aquella cidade uma Torre do Tombo, onde cuidadosamente se arrecadassem tão importantes subsidios para a historia portugueza do Oriente. As razões fôram attendidas, e em 26 de fevereiro de 1595 mandaram se entregar ao chronista da India os documentos que precisasse, escolhendo se no palacio e fortaleza a casa para archivo, cuja guarda lhe havia de ser confiada com o ordenado annual de 300 pardaus (V. *Couto, Diogo do).* A determinação do governo da metropole encontrou em Gôa varios obstaculos, que só fôram removidos depois das ordens mais decisivas, expedidas a 13 de fevereiro de 1602. Pela carta régia de 21 de fevereiro de 1615 lhe fez Filippo II a mercê de 500 xerafins (80:000 reaes) por anno, durante a sua vida, em attenção aos seus serviços, o mandou lhe dois amanuenses para o ajudarem na escriptura das historias d'aquellas partes que tinha á sua conta. A instancias de Diogo do Couto fôra nomeado para o substituir Domingos de Castilho, casado com uma sua sobrinha, mas logo em seguida ao fallecimento do historiador, o mesmo vice-rei, em carta datada do 30 de dezembro de 1616, declarava a Filippe II a reconhecida insufficiencia do agraciado, e indicava o licenceado Nicolau da Silva como homem entendido para bem desempenhar o cargo. O conde de Redondo deu o logar de guarda mór da Torre do Tombo do Gôa a Gaspar Aires, e Fernão d'Albuquerque, pelo alvará de 21 de maio do 1620, o fez substituir por João Vasco de Castro; D. Francisco da Gama, durante o seu vice-reinado, nomeou para o mesmo logar em 31 de dezembro de 1622, Gaspar de Sousa de Lacerda, cavalleiro da ordem de S. Thiago; em 14 de novembro de 1623, Alvaro Pinto Coutinho, intitulado cosmógrapho; e a 2 de dezembro de 1625, Bartholomeu Galvão, com o encargo tambem de continuar a escrever a historia. Em 1631 foi despachado para aquelle cargo e para o de chronista da India e Antonio Bocarro, que escreveu o vice-reinado de D. Jeronymo do Azevedo, publicado no meado do seculo passado pela Academia Real das Sciencias, deixando o intervallo de 12 annos entre este governo e o ultimo que nos resta escripto por Diogo do Couto. Depois de Bocarro foi confirmado em 7 de março de 1643 no mesmo officio de guarda-mór da Torre do Tombo de Gôa, Francisco Moniz de Carvalho, que o exercia interinamente desde 18 de novembro de 1628, por patente do bispo de Meliapôr, então governador, e a 24 de dezembro de 1697 encontra-se confirmado no dito cargo Antonio Alvares, que tinha sido feitor e ouvidor em Diu, com autorisação para o renunciar em vida ou testar por morte a favor d'uma de suas filhas. Os que se seguiram, apezar de conservarem a denominação, apenas se devem considerar como archivistas da secretaria, e n'este caso estava o official-maior Ignacio Sebastião da Silva, que exerceu o cargo no principio do seculo XIX. A carta régia de 10 de dezembro de 1774 mandou recolher do estado da India ao reino todos os livros de registo e papeis antigos existentes na secretaria do governo, relação de Gôa, havia pouco tempo abolido, administração do bispo primaz, junta das missões, leis municipaes, etc., ficando apenas exceptuadas as actas e tratados com os reis e regulos da Asia, que pudessem ser precisos para os casos occorrentes. O arcebispo D. Francisco d'Assumpção e Brito satisfez com a maior promptidão as ordens da côrte, e em 1775 partiram de Gôa os archivos das repartições ecclesiasticas da India, não escapando os das ordens religiosas. Da secretaria do governo houve mais demora, porque teve de fazer escolha, e só em 21 de abril de 1777 sairam com direcção a Portugal os caixotes, dizendo se com 60 volumes, comprehendendo os annos de 1606 a 1651, em falta dos annos de 1647 e 1650.

Torre dos Trotos. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. do Loures, distr. de Lisboa.

Torre Vã (*Monte da).* Na freg. de S. Pedro,

do Panoias, concelho do Ourique, districto de Beja.

Torre de Valle de Todos. Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Extremadura, conc e com. do Aneião, distr. de Leiria, bisp de Coimbra; 218 fog. e 8 0 hab. Tem est post. e está situada a 6 k. da séde do conc. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz, e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res n.º 15, com a séde em Thomar.

Torre da Vargem Pov. na freg. de S. Sebastião, de Carreiras, conc. e distr. de Portalegre.

Torre das Vargens. Pov na freg. de S. Francisco de Assis e conc. de Ponte do Sôr, distr. do Portalegre. Tem est de entroncamento do caminho de ferro, na linha de Lisboa a Badajoz, entre as de Ponte de Sôr e Chança

Torre Velha. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Encourados, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Insalde, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Torre de Villa Cova de Lixa *(Antonio de Magalhães e Menezes de Lencastre, barão da)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, sr. do morgado da Torre e Solar dos Magalhães, na freguezia de Villa Cova de Lixa, no concelho de Felgueiras, e da Casa da Quintã no concelho de Marco de Canavezes. N. a 22 de fevereiro de 1832, sendo filho de Joaquim de Magalhães e Menezes, fidalgo da Casa Real, coronel de infantaria, e de sua mulher D. Maria José de Magalhães e Menezes. Casou a 15 de agosto de 186?, com D. Maria Anna Romana de Jesus Ferreira, filha de José Antonio Dias Ferreira, e de sua mulher D. Rosa Maria Durães. Foi agraciado com o titulo de barão por decreto do 2? de novembro de 1852, com o seguinte brazão d'armas: Escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Magalhães: Em campo de prata tres faxas xadrezadas do vermelho e prata; no segundo as dos Costas: Em campo vermelho seis costas de prata, postas em tres faxas; no terceiro as dos Teixeiras: Em campo azul cruz de ouro potentea e vasia de campo; e no quarto as dos Menezes: Em campo de ouro um annel do mesmo metal perfilado de vermelho, com um rubi n'elle.

Torre de Vilella. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc., com., distr. e bisp. de Coimbra; 73 fog. e 250 hab. Tem medico e correio com serviço de posta rural. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra.

Torreão. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Magdalena do Mar, conc. de Ponta do Sol, distr do Funchal.

Torreira. Pov. na freg. de Santa Maria, de Murtosa, conc. do Estarreja, distr. d'Aveiro. Tem uma boa praia do banhos, que costuma ser muito frequentada. Em março de 1908 o mar invadiu a praia, causando enormes prejuizos, desmoronando-se varias casas, e abatendo algumas, que depois tambem se arruinaram completamente Ha mais de 20 annos que o mar começou a invadir a praia da Torreira, tendo feito quasi todos os annos estragos, mas nunca tão importantes como em 1908. Até essa data, o mar havia avançado para dentro de praia perto de 200 metros além do seu limite nas marés anteriores á primeira invasão. Ha aqui est. post. aberta ao serviço durante a epoca balnear. || Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu e conc. d'Ovar... rouca, distr. d'Aveiro. || Santa Maria, do Fregim, conc. d'Amarante, distr. do Porto.

Torrejão. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé.

Torrelha. Pov. na freg. de S. Miguel, de Morreiras, conc. o distr. de Braga.

Torrenta. Pov. na freg. de S. Salvador, de Portella Suzã, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Torrente. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Crespos, conc. e distr de Braga. || Santa Leocadia, de Maceira de Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Torres. Familia oriunda de Navarra e que passou a Portugal no tempo de D. João III. As suas armas são: Em campo vermelho cinco castellos de ouro postos em santor; timbro um dos castellos e acima d'elle uma estrella vermelha.

Torres *(Affonso)* Genealogista, e militar que floresceu no seculo XVII N. em Lisboa, e serviu em Flandres, principal theatro do valor portuguez na calamitosa epoca do dominio castelhano. Regressando á patria dedicou se aos estudos de litteratura e genealogia, deixando manuscripta uma *Genealogia das familias de Portugal* e uma obra de investigação historica.

Torres *(Fr. Alvaro de)*. Mongo da ordem do S. Jeronymo. Era natural de Torres Vedras, e vestiu o habito no convento de Belem em 14 de maio de 1534. Foi calligrapho notavel e grande prégador. D. João III nomeou o lente de theologia no convento de Christo, de Thomar, acompanhando essa nomeação com grandes elogios. Foi tambem prior da convento de S. Marcos. Morreu ainda novo afogado no rio Tejo, quando ia do Lisboa para Belem. Escreveu: *Dialogo espiritual, colloquio d'um religioso com um peregrino*, etc., Lisboa, 1578; Evora, 1579; *Directorio de confessores e penitentes pelo P. João Polanco da Companhia de Jesus, traduzido em portuguez*, Lisboa, 1556, consta que n'esse mesmo anno houve outra edição; *Regra de Santo Agostinho*, traduzida do latim para ser observada pelos seus religiosos, e que Farinha, no *Summario da Bibliotheca Lusitana*, diz que chegou a ser impressa Foi traduzida por mandado do capitulo da ordem.

Torres *(Antonio Camello Fortes de Pina, visconde das)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Christo, senhor da casa e morgado de S. Domingos, na villa do Fornos do Algodres, doutor e lente jubilado da faculdade de leis da Universidade de Coimbra, conselheiro, antigo deputado, conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, etc. N. em Fornos d'Algodres a 14 de março de 1770, fal. a 26 de novembro de 1851. Era filho de Antonio Camello Fortes, capitão mór na mesma villa, e de sua mulher, D. Josepha Maria Pina Osorio. Casou em 5 de maio de 18.4, com D. Maria Augusta Saraiva da Costa Refoios, filha de Mendo Saraiva da Costa Refoios, fidalgo da Casa Real e cavalleiro da ordem de Christo, e de sua mulher D. Luiza Alexandrina do Mello Mascarenhas. O titulo de visconde das Torres foi-lhe concedido por decreto de 26 de dezembro de 1850.

Torres *(Domingos Maximiano)* Poeta lyrico muito notavel. N. em Rio de Mouro a 6 do feve

reiro de 1748, fal. na Trafaria a 5 de outubro de 1810. Era filho do Julião Francisco Torres, guarda de numero da Casa da India, o de Joaquina Aguoda Maria. Depois de cursar em Lisboa os estudos primarios e secundarios, matriculou se na faculdade de leis na Universidade de Coimbra, em que tomou o grau de bacharel no anno do 1770. Concluida a formatura regressou a Lisboa, e contrahiu relações de amizade com os principaes poetas d'esse tempo, e particularmente com Francisco Manuel do Nascimento, até que a sorte os separou pela forçada emigração d'aquelle poeta em 1778, para Paris, mantendo porem, sempre com elle, a mais affectuosa correspondencia. Tendo entretanto fallecido seu pae, obteve e passou a occupar o seu cargo de guarda de numero da Casa da India, consumindo todo o tempo, que o serviço publico lhe deixava disponivel, no cultivo da poesia o ao estudo das bellas lotras. Segundo o uso da epoca, Domingos Maximiano Torres adoptou um nome pastoril, que foi o de *Alfeno Cynthio,* mas não pertenceu á Arcadia Ulyssiponense, como muitos imaginam. Mais tarde é que foi socio da *Academia de Humanidades*, depois convertida em *Academia de Bellas Letras de Lisboa*, tendo ali por collegas os poetas Bocage, Caldas e Barbosa, Joaquim Severino, José Agostinho de Macedo, e outros. Com o seu emprego viveu preservado dos rigores da fortuna, que tanto perseguiam os seus outros confrades. Poucos versos publicou, sendo, como quasi sempre acontecia, os menos bons os que saiam a lume, porque só publicava os versos cortezãos e as poesias de occasião. Em 1798 foi eleito socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, sendo já desde alguns annos antes, corrector ou revisor da officina typographica da mesma academia. Em 1791 publicou o seu volumo de poesias, com mais de 300 paginas, quo encerra 79 sonetos, sendo o ultimo, que so intitula *Amor magico*, tido na conta d'uma verdadeira obra prima, cançonetas, 2 cantatas, varias quintilhas, etc. N'uma extensa nota d'este volume revela Domingos Maximiano Torres vasta erudição, e sobretudo que era muito versado no grego e no latim. O poeta deixára-se fascinar pelas sympathicas ideias philosophicas e liberaes do seculo XVIII, pelos grandes principios da revolução franceza proclamados em 1789, mas timorato em extremo, conseguira escapar ás perseguições, tanto da Inquisição como da intendencia da policia, e nem foi deportado como Filinto Elysio, nem preso nos carceres duros como José Anastasio da Cunha, nem recluso n'um convento como Bocage. Comtudo, quem possuia um estro brilhante e arrojado como o seu, não podia deixar de o empregar em cantar as ideias grandes o generosas que lhe invadiam o espirito. Essa parte, provavelmente a mais notavel de todas, das suas obras poeticas, desappareceu. Quando em 1807 veiu a invasão franceza, contava Domingos Maximiano Torres quasi 60 annos, mas se se doeu com os males da patria, tambem viu ao mesmo tempo n'esse acontecimento a abertura do Portugal ás ideias francezas, quo até então haviam cuidadosamente sido suspensas na fronteira. Manifestou os seus sontimentos, imprudencia que lhe custou cara. Em 1808 eram expulsos os francezes, e começava pouco depois a maior perseguição, não contra os quo tinham acolhido com sympathia as aguias imperiaes, ou antes não só contra elles, mas principalmente contra os que tinham manifestado sentimentos liberaes. A famosa Setembrisada de 1810 apanhou o a ello como a tantos outros, e Domingos Maximiano Torres foi arrancado de sua casa e levado para a cadeia. Poucos dias depois foi transferido para o presidio da Trafaria, mas não pôde rosistir a tão subita desgraça, e n'esse mesmo anno falleceu. Francisco Manuel do Nascimento tinha o poeta em grande apreço, e na collecção das suas proprias poesias se encontraram algumas de Domingos Maximiano Torres. Em poder da sua viuva ficou, segundo consta, manuscripta a maior parte das suas composições poeticas, que eram numerosas, e em generos muito diversos. Ignora-se o destino que levaram, se existem ainda em mão d'algum particular, ou se de todo se perderam. As que imprimiu em vida, ou que fôram annos depois publicadas pelo seu velho amigo Francisco Manuel do Nascimento, na grande edição das suas obras, feita em Paris e começada em 1817, são as seguintes, além do livro já mencionado: *Ensaio metrico sobre a paraphrase dos Psalmos*, Lisboa, 1805; *A inauguração da estatua equestre do fidelissimo monarcha D. José I, ode, seguida de dois sonetos ao mesmo assumpto*, sem logar, nem anno, mas é de Lisboa, 1775; *Protheo; idylio á acclamação de S. M. F a senhora D. Maria I*, Lisboa, 1778; tambem saiu na *Collecção de Poesias ineditas dos melhores poetas portuguezes*, tomo III, pag. 19; *A' morte do serenissimo Principe do Brazil o senhor D. José, Ode*, Lisboa; saiu com as iniciaes B D. M. T; *A' immaculada Conceição de Maria Santissima, Nossa Senhora; cantata pastoril*, Lisboa, 1787; *Ecloga á morte de Domingos Reis Quita*, Lisboa, 1772; tambem vem nas *obras poeticas* d'este autor, da edição de 1781; *O Alvoroço, drama pastoril para se cantar em obsequio do nascimento do sr. D. Antonio, Principe da Beira;* na *Collecção de Poesias* a este assumpto; *Soneto á morte de Manuel Maria Barbosa du Bocage;* no livro intitulado *Verdadeiras ineditas de Bocage*, 1814, a pag. 229; *A Venus Physica, Ode;* no tomo III das *Obras completas do Filinto Elysio*, Paris, 1817; *Soneto e ode de Alfeno Cynthio a Filinto em 1777;* no tomo I das mesmas obras de Filinto, da edição citada, a pag VII o VIII; *Dithyrambo aos annos da senhora D. M. A. Mathevon;* no tomo XI das mesmas obras, a pag. 249.

Torres *(Domingos Monteiro).* Cavalleiro das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, etc. N. em Lisboa em 1807, onde tambem fal a 28 de março do 1860. Seguiu a vida militar, foi capitão de cavallaria, e passou á ilha de S Miguel, onde casou e adquiriu algumas propriedades. Escreveu: *A Conversão dos habitantes da ilha de Malta, por S. Paulo Apostolo de Nosso Senhor Jesus Christo, drama original em 4 actos, Ponta Delgada*, 1857; *Considerações ácêrca do coccus das Laranjeiras, e do fluido oleoso alkali vegetal, que reduz e aniquila o mesmo insecto*, Ponta Delgada, 1850; *O Regicida de 2 de fevereiro de 1852 fulminado até o garrote, e a Monarchia representativa perduravel pela excellencia da sua lei fundamental*, idem, 1852; *Conversação dialogica entre dois amigos*, idem, 1854; versa sobre uma demanda, que entre si traziam duas familias da mesma ilha do S. Miguel; *Suzana, ou o testemunho falso, drama original em 4 actos*, idem, 1858; *Historia Romana em verso livre; offerecida*

ao sereníssimo senhor Infante D. Miguel, regente de Portugal, Epoca I, Lisboa, 1828. Publicou varios artigos ou correspondencias em alguns jornaes da ilha de S. Miguel.

Torres *(Francisco de)*. Doutor em theologia pela Universidddo de Coimbra. N. n'esta cidade em 1658, onde tambem falleceu em 1722. Em 1693 foi nomeado conego da sé do Algarve, e em 1703 passou com a mesma dignidade para Braga, onde foi provisor. Tinha fama de bom prégador, mas publicou apenas, em 1720, um sermão de auto da fé.

Torres *(Francisco da Fonseca Correia)*. Doutor em Canones pela Universidado do Coimbra. Era natural d'esta cidade, sendo filho de Bernardo da Fonseca Correia Doutorou se a 14 de junho de 1818. Foi thesoureiro mór na sé de Coimbra. No seculo passado publicou o dr. Correia Torres um volume de novos ineditos do poeta popular Nicolau Tolentino d'Almeida, quo a sua diligencia descobrira, parte n'um manuscripto copiado por Francisco Manuel Trigoso, parte em outro que Joaquim Iguacio de Freitas legára á bibliotheca da Universidade, entrando tambem algumas obras já publicadas avulsamente em jornaes. Este volumo tem por titulo: *Poesias de Nicolau Tolentino d'Almeida. Obras posthumas e até hoje ineditas*, Coimbra, 1858.

Torres *(João Carlos Feo Cardoso Castello Branco)*. Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Aviz, tenento coronel reformado, socio correspondento da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. em Paço d'Arcos em 1 d'outubro de 1798, fal. a 10 do janeiro de 1858. Era filho do vice-almirante Luiz da Motta Feo e Torres, o de sua mulher D. Leocadia Thereza Possidonia de Lima e Mello Falcão Van-Zeller. Seguindo a carreira militar, foi um dos que adheriram á reacção da Villa-francada, e reformando se depois em tenente-coronel, todo so entregou aos estudos genealogicos. Casou em França com D. Maria do Carmo de Baêna Falcão Van Zeller Henriques de Noronha, a 17 de janeiro de 1825. Escreveu e publicou: *Memorias: contendo a biographia do vice almirante Luiz da Motta e Feo e Torres; a historia dos governadores e capitães generaes de Angola desde 1585 até 1825; e a descripção geographica e politica dos reinos de Angola e de Benguella; offerecida a S. M. F. o senhor D. João VI*, Paris, 1825; com uma carta geographica da costa occidental de Africa, o outra topographica da cidade de Loanda; *Resenha das familias titulares do reino de Portugal, acompanhada das noticias biographicas de alguns individuos das mesmas familias*, Lisboa, 1838; *Diccionario aristocratico; contendo alvarás dos fóros de fidalgos da casa real, que se acham registados nos livros das mercês, hoje pertencentes ao Archivo da Torre do Tombo, Tomo I—A—E*, Lisboa, 1840; *Titulos dados por Sua Majestade a Senhora D Maria II, rainha d'estes reinos, e pelo regente seu augusto pae, o sr. D. Pedro*, Lisboa, 1836; *Attestado genealogico da ascendencia do sr. José Francisco de Sant'Anna de Vasconcellos Moniz de Bettencourt*, Lisboa, 1857; *Carta de Francisco I, rei de França, a el rei D João III, pedindo lhe a sua intercessão com o imperador Carlos V, para que lhe désse a liberdade*; de Madrid, 24 de outubro de 1525. O original d'esta carta existe na Torre do Tombo; saiu no *Recreio*, jornal das familias, do 1837, tomo III, pag. 175; *Documento ácêrca de Simão Feo, acompanhado d'uma nota de João Carlos Feo Cardoso de Castello Branco ao redactor do Recreio;* saiu n'esto jornal, vol. IV, 1838, a pag. 176; o documento é de 7 do agosto de 1500, e está no mesmo archivo; *Carta do mestre de serviço d'el-rei D. João III*. Com esto titulo vem no citado *Recreio*, do 1839, vol. V, a pag. 167, uma carta do mestre o duque para Francisco Gonçalves, alcaide mór do Cezimbra, afim do aprompitar n'aquella villa 25 ou 30 homens, para irem na caravella quo el rei mandou contra uma chalupa do francezes, que andava roubando navios no cabo do Espichel. Datada de Lisboa a 18 de agosto de 1528. Este documento, com outros do mesmo Francisco Gonçalves e de seu pae Antonio Gonçalves, tambem alcaide-mór de Cezimbra, o que descobriu a ilha de Madagascar, ou S. Lourenço, conservava João Carlos Feo no seu cartorio, porque os ditos alcaides eram seus ascendentes maternos: *Regimento do vice rei D Jeronymo d'Azevedo, de 26 de janeiro de 1516, dado a D. Francisco Henriques;* e biographia d'este ultimo. Documento offerecido á Associação Maritima pelo socio João Carlos Feo, o publicado na 4.ª serie dos *Annaes maritimos e coloniaes*, de 1844, a pag. 176; *Breve noticia sobre o officio de thesoureiro-mór da casa de Ceuta; relação dos individuos que o serviram; conta da despeza que fez a corôa por esta repartição, emquanto ella esteve a cargo da familia dos Feos, desde 1649 até 1761;* saiu no *Panorama*, vol. V, 1841, n.º 202 e 203; *Necrologia de Antonio de Azevedo Coutinho, moço fidalgo da casa de sua majestade, commendador da ordem da Torre e Espada*, etc., saiu no *Diario do Governo*, de 13 de junho de 1850; *Necrologia de João Maria da Gama de Freitas Berquó, 1.º marquez e 1.º visconde de Cantagallo, no Brazil, grande imperio*, etc.; saiu no mesmo *Diario*, de 16 do março de 1852; *Necrologia da sr.ª D. Maria Luiza Francisca de Mendoça, viuva de Manuel de Magalhães Pinto e Avellar, desembargador da Casa da Supplicação*, etc.; idem, do 21 de junho do 1853; *Memorias dos casebres do Loreto, seguidas d'uma carta ao sr. redactor do «Jornal do Commercio»*; sairam n'este jornal, de 28 de setembro e 7 de outubro de 1859; *Sobre a visita que sua alteza real o duque de Nemours fez ao archivo da Torre do Tombo; Diario do Governo*, de 28 de junho do 1839; *Attestado genealogico passado ao sr. Augusto Romano Sanches de Baêna e Farinha* (depois visconde do Sanches do Baêna), Lisboa, 1857; *Resenha da familia dos titulares de Portugal, dos pares do reino e dos fidalgos que teem exercicio no paço; acompanhada da descripção historica e genealogica das mesmas familias*, etc., Lisboa, 1863. A impressão, pela morte do autor, em 1858, e pela fallencia dos editores J. Melchiades & C.ª, ficou interrompida desde a pag. 726. O visconde de Sanches do Baêna, consciencioso investigador genealogico, propôz-se a continuar a obra, que a Academia Real das Sciencias acceitou, deliberando que a impressão corresse por sua conta e saisse dos seus prélos. A obra completou se, e foi publicada em 1883, com o titulo de *Memorias historico genealogicas dos duques portuguezes do seculo XIX*, Lisboa, 1883. A esta obra, que constitue um grosso volume, em quarto, temos recorrido, por vezes, a conferir alguns dos artigos deste diccionario relativos aos titulares de que trata.

Torres *(João Romano)*. Proprietario e fundador da antiga *Empreza Editora «O Recreio»*. N. em Lisboa a 8 de fevereiro de 1855, sendo filho do decano dos typographos portuguezes, ha annos fallecido, Lucas Evangelista Torres *(V. adeante)*, e de sua mulher D. Maria Romana Machado, pertencente á familia dos antigos livreiros d'este appellido. Muito novo começou a aprender a arte typographica na officina de seu pae, mostrando desde logo grande vocação e boa vontade, tornando se em breve um typographo distincto. Mais tarde desejou tornar-se independente, e de accôrdo com seu pae, estabeleceu-se em 1877 com uma imprensa propria, muito modesta. Então fez se editor, mas a fortuna não lhe sorriu; luctando com numerosas difficuldades, ainda conseguiu publicar algumas obras. Henrique Zeferino d'Albuquerque, n'essa epoca bem conhecido editor, lhe propôz a direcção da sua officina typographica, proposta que João Romano Torres acceitou. Ali se conservou até 1885, em que de novo se estabeleceu, começando os seus novos trabalhos pelo semanario litterario *O Recreio*, e a traducção do romance *A Magnetisada*, com que deu

João Romano Torres

principio á bibliotheca romantica. A nova typographia, começando em muito limitadas condições, foi-se desenvolvendo pouco a pouco, e á custa de muita perseverança e boa administração, conseguiu tornar-se uma das empresas editoras mais conhecidas e mais bem conceituadas da capital. Em 1893, João Romano Torres, vendo a sua casa prospera e tendo já um avultado numero de edições, arrojou se a lançar no mercado obras de vulto, entre as quaes o presente diccionario, dando ao mesmo tempo um grande impulso ao movimento litterario de obras historicas do escriptores nacionaes. Em 1907 associou á sua casa seu filho primogenito, Carlos Bregante Torres, a qual desde então passou a girar sob a firma de *João Romano Torres & C.ª* V. o artigo *Recreio. Portugal*, vol. VI, pag. 134.

Torres *(José de)*. Funccionario publico, escriptor e jornalista. N. em Ponta Delgada a 17 de junho de 1827, fal. em Lisboa a 4 de maio de 1874. Muito novo entrou na vida publica, em fins do anno de 1841 começou a servir o Estado como amanuense da extincta contadoria de fazenda de Ponta Delgada. Pouco tempo depois, em 20 de dezembro do 1844, passou a official para a secretaria da camara municipal, sendo transferido a 2 de março de 1849 para o logar de segundo official do governo civil do mesmo districto, onde começou desde logo a servir de secretario geral, na ausencia d'este, a 19 do junho do mesmo anno. Desistindo d'esto ultimo emprego, veiu para o continente em 1852. Quando se procedeu á organisação do ministerio das obras publicas, em 1859, foi nomeado 1.º official do novo ministerio e director da repartição de estatistica, então creada, logar que exerceu até fallecer. Se entrou muito novo na vida publica, tambem muito novo começou a vida do jornalismo, tanto politico como litterario. Principiou escrevendo em 1843 artigos de litteratura de juvenil tentativa, no jornal politico o *Açoriano Oriental*. Em 1844 ajudou a fundar e foi um dos redactores do *Philologo*, jornal litterario da Sociedade Escolastica-Michaelense, de quo se publicaram 12 numeros. Em 1848, quando Antonio Feliciano de Castilho aportou a S. Miguel e ali iniciou o grande movimento de instrucção popular, José de Torres foi seu auxiliar muito valioso. Foi o 1.º secretario da *Sociedade dos Amigos das Letras e Artes*, fundada por Castilho, e da qual tamanha luz civilisadora se irradiou, e escreveu um *Relatorio* brilhante quo se imprimiu em 1849, dos actos da sociedade, na qual regeu cursos de geometria e de economia. No mesmo anno publicou *Viagens ao interior da ilha de S. Miguel;* foi a 1.ª parte da collecção que principiou a publicar com o titulo de *Ensaios;* trabalho de grande valor, tanto pela fórma litteraria, como pelas noticias historicas referentes ás povoações que percorreu, e nos *Ensaios* se encontram. Em 1851 fundou a *Revista dos Açôres*, jornal litterario muito curioso, consagrado principalmente aos interesses historicos de aquelle archipelago; mesmo depois do estar em Lisboa, continuou a redigil-a, até que terminou a publicação em 1856. Em Lisboa revelou se como orador d'uma maçonaria politica de que era chefe o duque de Loulé. Já então estava muito em evidencia o seu elevado merito de homem de letras e de estudo. Apreciado por aquelle estadista, entrou para a redacção de jornaes do seu partido, n'um dos quaes, *O Futuro*, publicou, além das secções politicas, uma serie de valiosos artigos subordinados ao titulo de *Interesses Michaelenses*, que fôram reproduzidos pelo *Correio Michaelense*, de Ponta Delgada, em 1858. Foi assiduo collaborador do *Panorama* na nova serie que se começou a publicar em 1854, com o volumo XI. Nas collecções d'este jornal, de então até 1857, encontram se muitos artigos seus, uns assignados e outros não. Foi tambem redactor permanente do *Archivo Pittoresco*, onde publicou artigos valiosos. Escreveu nos seguintes jornaes: *O Progresso*, em 1854, jornal politico, cuja direcção teve quasi dois annos; *Angrense, Cartista dos Açôres, Correio Michaelense, Verdade, Nação, Portuguez, Patria, Jornal do Commercio, Revolução de Setembro, Boletim do ministerio das obras publicas, Federação, A Opinião*, jornal que redigiu desde julho de 1858 até março de 1859, etc. Collaborou em muitos jornaes litterarios, como o *Agricultor Michaelense, O Portugal Artistico, O Progresso Industrial, A Illustração*

Luso-brazileira, *Revista Peninsular*, *Archivo Universal*. Em 1859, como intuito de se instruir, realiseu uma viagem a Hespanha, Inglaterra, França, Belgica e Allemanha, feita a expensas proprias, e que acabou de o aperfeiçoar na estatistica moderna sciencia que, com os seus variados ramos sobre administração publica, formava um vasto campo para a elle dedicar o seu grande talento e dar-lhe ampla margem á realisação das suas eruditas investigações economicas Em 5 d'agosto de 1862 foi nomeado chefe de secção, sendo depois pela transferencia de Carlos José Caldeira para as alfandegas, promovido effectivamente a chefe de repartição, por decreto de 31 de dezembro de 1864, logar que já estava desempenhando interinamente desde 1860. Tratou-se de se fazer o recenseamento geral da população do reino, José de Torres urdiu as peças officiaes tendentes a esse fim; elaborou as instrucções para as autoridades, arranjou modelos, creou methodos de trabalho, ideou o systema de apuramento; e no fim de tres annos de inalteravel perseverança e constante labor, a nação viu, com assombro, sair dos prelos da Imprensa Nacional, autorisado pelo governo, o maior, o mais perfeito, e o mais nitido inquerito que nunca se vira em Portugal, sobre o importantissimo assumpto do Censo, ou alistamento geral da população, feito pelo methodo nominal e simultaneo. Precisou se saber quaes os recursos que a nação offerecia para os aquartelamentos militares; o illustre estatistico encarregou-se officialmente d'essa inquirição, e os trabalhos que então se executaram, e ainda existem archivados, segundo dizem, são d'um valor inestimavel. Muitas outras reformas que se introduziram nos serviços publicos, com geral acceitação, se deveram a este distincto funccionario. Das numerosas commissões de que se encarregou, as mais espinhosas fôram as dos inqueritos ás companhias *União Mercantil* e dos *Caminhos de ferro portuguezes*, e da contabilidade geral do ministerio das obras publicas, que não ficou concluida. Extra-officialmente era José de Torres o gerente, presidente e governador de muitas outras companhias bancarias e associações industriaes Todos estes excessos de serviços lhe fôram enfraquecendo as forças e anniquilando a saude. Todo entregue aos trabalhos da Companhia de mineração Transtagana, da qual era accionista e director-gerente, e a tantos outros, chegava a passar noites inteiras e consecutivas em continuas lucubrações, e na solução dos mais complicados calculos scientificos. Em meados de 1873 aggravaram-se-lhe espantosamente os seus padecimentos, o digno chefe de repartição de estatistica por conselho dos medicos, instado pelos seus amigos e pela familia, quasi que compellido pelo proprio ministro, resolveu abandonar temporariamente o serviço publico e largar de todo a gerencia das associações, bem como todos os demais encargos. Mas não tardou a que a morte o arrebatasse. José de Torres, despido de vaidades, recusou por vezes medalhas e distincções com que o quizeram galardoar. Rejeitou as commendas das ordens de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, de S. Thiago e de S. Mauricio e S. Lazaro de Italia, que lhe fôram offerecidas. Tendo-lhe por ultimo o governo hespanhol conferido por surpreza a commenda de Izabel a Catholica, José de Torres, entre os accessos febris da doença, exaltou-se e quiz recusal-a publicamente. Sendo aconselhado por amigos a que tal não fizesse, guardou o diploma, mas escreveu n'elle pelo seu proprio punho, *não acceito* Era socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, que lhe havia sido conferido em 8 de maio do anno de 1862 por unanimidade de votos, e de muitos estabelecimentos scientificos da Europa. Bibliographia: *Bento de Goes, pequenos quadros romanticos* (foi a 2.ª parte dos *Ensaios*), Ponta Delgada, 1851; *Vantagens que convidam ao estabelecimento de uma fabrica de fiação e tecidos de algodão em Alcobaça;* saiu anonymo; Lisboa, 1854; *O que é a guerra do Oriente? Discurso traduzido do francez, de Victor Hugo*, Lisboa, 1855; sem o nome do traductor; *Melhoramentos industriaes e agricolas de Alcobaça*, Lisboa, 1858; com uma planta topographica lithographada, fez-se outra edição em 1871; *Crises alimenticias. Causas, remedios; discurso pronunciado em 1 de dezembro de 1856 no Centro promotor dos Melhoramentos das classes laboriosas*, Lisboa, 1857; *Tudo no mundo é comedia*, comedia em 3 actos, Lisboa, 1860; *Já viu o cometa?* comedia em 1 acto; é o n.º 5 da 2.ª serie do *Theatro para rir*, Lisboa, 1860; *Lendas peninsulares*, Lisboa, 1861, 2 tomos; *Relatorio-consulta da repartição de estatistica ácêrca da estatistica geral de Portugal;* (supplemento ao boletim do ministerio das obras publicas), Lisboa, 1861; *Relatorio da commissão de inquerito nomeada em portaria de 14 de janeiro de 1863 á administração e gerencia da companhia «União Mercantil»*, Lisboa, 1861. Na qualidade de secretario da direcção da Companhia de mineração Transtagana, organisada em 1863, coordenou e imprimiu os relatorios da mesma direcção. Collaborou no *Almanach rural dos Açôres*, em 1851, mandado publicar pela Sociedade promotora de Agricultura michaelense, Ponta Delgada, 1850; e no *Almanach democratico* para 1855, Lisboa, 1854. Do que em jornaes publicou, são de mais alcance os seguintes trabalhos: *Padroado portuguez no Oriente;* na *Patria* de 1856, n.ºs 39 e 50; *Portugal na exposição universal de Paris; Caminho de ferro de Badajoz; Minas de Portugal; Interesses açorianos; Reforma municipal.* D'estas series de artigos saiu a primeira na *Revista Peninsular*, tomo I – a segunda e terceira no *Jornal do Commercio*, de 1857 – e as duas ultimas no *Futuro*, de 1858; *Instrucção elementar;* no Panorama de 1853; *Originalidade da navegação do Oceano setentrional, e do descobrimento de suas ilhas pelos portuguezes no seculo XV;* é uma memoria dividida em 4 partes, inserta no *Panorama*, 1854; *Fastos açorianos*, no mesmo jornal, 1856; *Diluvio de luz; Espantosa inundação do mar; A Flóra;* sairam todas 3 no *Panorama*, 1857; *Alda; Constancia de jesuita;* ambas na *Illustração Luso-Brazileira*, vol. I; *Reinado de D. Affonso VI;* é uma epanaphorida historica, em que estão dia a dia, e hora a hora regista los todos os actos, principalmente domesticos de aquelle malfadado monarcha até á epoca da sua anuullação politica, sobretudo no periodo em que foi casado, e mais se conspirou, tanto da sua parte como da de seu irmão D. Pedro; *Açôres, Olho por olho, dente por dente; Rei ou impostôr? Fernão de Magalhães; Vasco Lopes, mestre de S. Thiago;* as series de estes 5 artigos acham-se no *Archivo Pittoresco*, volumes II e III; *D. Antonio Prior do Crato*, os-

tudo historico ácêrca d'este infeliz principe, pretendente ao throno do Portugal. Desde 1813 se consagou ao estudo e investigações da historia das ilhas dos Açôres. Para isso consultou os mais importantes archivos locaes, o archivo nacional da Torre do Tombo, e algumas bibliothecas nacionaes o estrangeiras. Foi com esta campanha de quasi 18 annos quo alcançou formar a sua *Collecção de Variedades Açorianas*, a qual é composta de impressos o manuscriptos, contendo muitas obras.

Torres *(D. Fr. José Maria da Silva)*. Monge benedictino, doutor em theologia pela Universidade de Coimbra, arcebispo de Gôa, etc. N. em Caminha a 14 do outubro de 1800, fal. em Lisboa em 1855. Era filho de Domingos Francisco da Silva. Vestiu o habito de monge benedictino, tomando o nome de Fr. José de Jesus Maria Torres. Matriculou se depois na Universidade, doutorando se em 24 de julho de 1831, ficando como oppositor da faculdade. Regeu no Collegio das Artes a cadeira de philosophia, passando depois á regencia da mesma cadeira no Lyceu Nacional de Coimbra, até que a 27 de janeiro de 1843 foi nomeado arcebispo de Gôa e primaz do Oriente. Partiu para a sua diocese, e desembarcou em Pangim a 2 de março de 1844, tomando posse do seu elevado cargo 5 dias depois. Era um padre liberal, e déra provas d'isso em 1841 publicando um discurso que tencionava recitar perante a assembleia conimbricense a 8 de maio d'esse anno, anniversario da entrada do exercito libertador em Coimbra. Na India começou a manifestar o seu espirito liberal e patriotico, e teve por isso graves dissenções com a Santa Sé Apostolica, que motivaram o vêr se obrigado a resignar as suas funcções em 1849, sendo escolhido para coadjuctor e futuro successor do arcebispo de Braga, com o titulo de arcebispo de Palmira. Regressou então ao reino, onde foi nomeado par do reino, agraciado com a gran-cruz da ordem de S. Thiago da Espada, recebeu o logar de commissario geral da Bulla da Cruzada, o de provedor da Misericordia, etc. Escreveu: *Regulamento para os seminarios*, datado de 15 do junho de 1847. Foi publicado no n.º 6, do mesmo anno, do *Jornal da Santa Egreja Lusitana do Oriente*, de que era um dos redactores. Tanto n'este jornal como no *Boletim de Göa*, existem, segundo consta, varios artigos seus, posto que sem declaração de nomes, escriptos em defeza do padroado portuguez, e coutra a jurisdicção e invasões dos propagandistas.

Torres (*Leonardo Moreira Leão da Costa*). Cirurgião-medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto. N. na freguezia do S. João das Covas, no concelho de Louzada, a 9 de fevereiro de 1845, fal, em Lisboa a 9 de abril de 1894. Era mais conhecido pela abreviatura do seu nome, *Leonardo Torres*, sendo filho de Justino Moreira da Costa Torres, e descendente da nobre familia dos Pêgas. Dedicou se á medicina, cursando a referida Escola Medica, defendendo these a 22 de julho de 1872, a qual se publicou n'esse mesmo anno, com o titulo: *Algumas palavras ácêrca da alimentação como meio therapeutico nas doenças agudas, casos de ferimento e operações*. No 1.º anno do curso assentou praça na armada para seguir a carreira de medico naval e concluida a sua formatura, partiu para Africa a fazer a estação de Angola. Não concluiu, porém, esta estação, desistindo da carreira de medico naval, pelo que indemnisou o Estado com 800$000 reis. Regressando a Lisboa dedicou-se á clinica particular, mas o seu espirito irrequieto e activo não se limitou simplesmento á vida de clinico, e envolveu se na politica, que ora a sua paixão. A sua palavra inspirada e eloquente arrebatava os auditorios, quer em comicios quer em conferencias publicas. Era grande a sua popularidade, porque estava sempre ao lado do povo, com as convicções da sua alma generosa e boa, pugnando pelas regalias publicas, pela dignidade da patria, pela regeneração da sociedade portugueza, pelo trabalho nacional. Este ultimo mereceu lhe especial attenção, pois foi um dos fervorosos defensores do proteccionismo á industria portugueza, e sobre este assumpto escreveu e discursou largamente. Foi notavel a campanha que elle fez, quando a Camara Municipal de Lisbôa pôz a concurso a illuminação da cidade, e d'esse concurso resultou ficar vencida a antiga Companhia Lisbonense de Illuminação a Gaz, de que o dr. Leonardo Torres era um dos directores. Os factos vieram dar-lhe rázão, pois empregou todos os seus esforços para ovitar a fusão das duas companhias, que mais tarde se realisou. O dr. Leonardo Torres foi um dos socios mais prestantes da Sociedade de Geographia de Lisboa; collaborou em diversas publicações, principalmente em assumptos economicos e sociaes. Escreveu: *A defeza do trabalho nacional*, Porto, 1879. E' a collecção de artigos que, sob o titulo de *Pautas aduaneiras*, publicára antes no jornal *Actualidade*, do Porto, em 1878 e 1879.

Torres *(Lucas Evangelista)*. Decano dos typographos portuguezes. N. a 18 de outubro de 1822, e fal. a 4 de agosto de 1895. Era filho d'um convicto liberal, Manuel de Jesus, voluntario das tropas de D. Pedro IV, onde chegou ao posto de capitão. Quando seu pae morreu, andava Lucas Torres estudando para medico, tendo já o curso muito adeantado, pois que frequentava o 1.º anno de hospital, porém essa morte não lhe permittiu continuar os estudos. Todavia ha indicações de que seu pae era riquissimo, negociava em larga escala em vinhos, tinha grandes armazens na rua dos Bacalhoeiros, junto da celebre *Casa dos bicos;* tendo, porém, um socio, o por não haver escriptura nem outras maiores provas que pudessem valer nas epocas calamitosas das luctas civis que atravessava a nossa patria, Lucas Torres viu-se esbulhado da herança paterna. Assim, muito novo, orphão e pobre, foi para a typographia d'um seu parente, e ali aprendeu a arte, a qual fez progredir, e se engrandeceu no honroso mister de editor intelligente o consciencioso, adquirindo grande fama entre os da sua classe, e contando numerosos amigos. Lucas Torres honrou muito a arte typographica, de que foi um prestimoso propagandista. Era homem illustrado, muito conhecedor da sua arte, e dedicado á leitura de livros bons e instructivos, enriquecendo assim o espirito, tornando se um repositorio de litteratura historica e amena. Principiando a exercer a sua industria em epocas agitadas de bem triste memoria, bastantes vezes foi victima das perseguições civis que a elle, como liberal convicto que era, lhe moviam os inimigos da liberdade. Quantas vezes a sua typographia foi assal-

tada por emissarios do governo, e quantas vezes destruida. Na verdade, os inimigos tinham razão, porque d'ali saiam os mais vibrantes brados de liberdade, impressos em segredo nos prelos manuaes por Lucas Torres, saiam alguns jornaes e pamphletos que muito contribuiram para a propaganda liberal. Todavia, escondido, ora aqui, ora acolá, ia imprimindo os vibrantes originaes de Antonio Rodrigues Sampaio, para o *Espectro;* os originaes biliosos e chocarreiros do padre João Candido de Carvalho, esse celebre jornalista satyrico e verrinoso do *Cortador*, do *Azorrague*, do *Democrata*, e redactor do *Rabecão*, de impagavel memoria. Proseguindo n'esta sua arte que tantas incertezas e desgostos lhe acarretava no meio da falta de segurança que caracterisa as luctas civis, Lucas Torres, que já estudara para medico, foi illustrando se ainda mais com o convivio dos principaes homens de letras. D'ahi o tornar-se um escriptor a quem não faltavam primores de estylo nem erudição de conhecimentos de variada natureza. Foi assim que nos ultimos 25 annos da sua existencia, tendo-se já avantajado ás largas empresas editoriaes, editou a *Educação Popular*, collecção de 16 volumes sob a direcção de Pinheiro Chagas; a *Encyclopedia das Familias*, que já contava mais de 100 volumes quando falleceu, e que ainda se publica na mesma typographia, de que é proprietario seu filho Manuel Lucas Torres; *A Bibliotheca Universal*, collecção de 40 volumes, sob a protecção do grande visconde de Castilho, na qual collaboraram os mais notaveis escriptores. Foi na *Encyclopedia das Familias* que Lucas escreveu com maior assiduidade, collaborando tambem superiormente nos jornaes *Federação* e *Artista*. Das suas aptidões de escriptor e de editor resultou o bom exito de muitas empresas d'esse genero. Caracter exemplar, repartia sabiamente o tempo pelos seus multiplices encargos e trabalhos de administração da sua importante casa. N'ella encaminhou na vida pratica do trabalho, n'um certo meio litterario artistico, seus filhos, os estimados editores João Romano Torres e Manuel Lucas Torres e Fernando Augusto Torres, actual director da officina typographica da Imprensa Lucas. V. *Torres (João Romano)*, n'este volume, e *Lucas & Filho*, no volume IV.

Lucas Evangelista Torres

Torres *(Luiz da Motta Feo)*. Cavalleiro da casa de D. João V, militar, etc. N. em Lisboa a 8 de abril de 1732, onde tambem fal. a 14 de outubro de 1813. Era filho d'uma familia nobre. Tinha apenas 3 annos quando foi nomeado cavalleiro da casa do citado monarcha, e em 1741 cavalleiro da ordem de Christo com 12$000 reis de tença. Aos 8 annos succedeu a seu pae no cargo da Casa de Ceuta, logar de que tomou posse em 1753, quando completou 21 annos de edade. O marquez de Pombal, por uma d'aquellas suas reformas rasgadas, que faziam tantos descontentes mas que tão bons resultados produziam, supprimiu o officio, sem indemnizar o proprietario. Teve de seguir outra carreira, e a 27 de julho de 1769 sentou praça de soldado voluntario no regimento de cavallaria de Cascaes, escolhendo esta arma por ser mestre em equitação, arte que aprendera com o marquez de Marialva D. Pedro. Em 1771 passou para o regimento de Mecklemburgo, sendo reconhecido cadete em 1779. Em 1788 foi nomeado capitão general da capitania do Ceará, e partiu para o seu governo a bordo do *Real Pedro* em 1789. Demorou-se algum tempo em Pernambuco, e seguiu depois n'uma sumaca para o Ceará, onde chegou a 4 de novembro. Governou 10 annos esta provincia com grande acerto, desenvolvendo a cultura do algodão, augmentando os rendimentos da fazenda publica, e acudindo com energia aos males da secca que era então o grande flagello da provincia do Ceará. Em 1799 entregou o governo ao seu successor Bernardo Manuel de Vasconcellos, e seguiu para a Europa a bordo da charrua *Santo Antonio Polyphemo*, commandada pelo 1.º tenente José dos Santos Lopes, por alcunha *O Laranja*. Naufragou, e salvo pelo navio *Trajano*, entrou em Lisboa absolutamente privado de todos os recursos, porque as suas economias lh'as engulira o mar. Deram-lhe uma tença de 300$000 reis annuaes.

Torres *(Manuel José Sarrea Tavares Garfias)*. Senhor dos morgados de Donalda, em Portimão, e os de Garfias e Quelfes, em Faro. N. em Villa Nova de Portimão em 28 de setembro de 1803, onde tambem fal. a 5 de dezembro de 1891. Era filho do coronel do regimento de milicias de Lagos, e de sua mulher D. Rita de Cassia de Azevedo Coutinho. Estudou preparatorios no seminario de Santarem, habilitando se para entrar na Universidade de Coimbra, onde se matriculou em direito, e fez acto do 1.º e 2.º anno, em 1826 e 1827, não proseguindo no curso em consequencia do attentado perpetrado pelos academicos contra os lentes no dia 18 de março de 1828. Penalisado por este tristissimo acontecimento, retirou se para Lisboa e mezes depois para Portimão, assentando praça no regimento de milicias, e sendo promovido a capitão da 1.ª companhia de granadeiros do regimento de milicias de Lagos, por decreto de 1 de julho de 1829. Seguiu até á morte o partido miguelista, pelo que foi muito perseguido. Por fallecimento de seu pae e de seu irmão mais velho, herdou os morgados acima citados. Casou em Lisboa a 15 de agosto de 1850, no oratorio de seu sogro á praça das Flôres, com D. Maria da Piedade Michaela da Motta Feo Hen-

riques de Castello Branco e Torres, filha do João Carlos Carlos Feo Cardoso do Castello Branco, e do sua mulher, D. Maria do Carmo Baêna Falcão Van-Zeller Henriques de Noronha.

Torres *(Marianna)*. Actriz que muito se distinguiu nos theatros de Lisboa no começo do seculo passado. Em 1812 representou no Salitre, com muito exito, no drama *Catharina II, imperatriz da Russia*. Em 1815 ainda se conservava n'aquelle theatro. Não se conhecem outras noticias a seu respeito, mas devia ser actriz de grande valor, em vista do que Adrien Balbi diz a seu respeito, no seu *Essai Statistique sur le Royaune de Portugal:* «E' a primeira actriz portugueza, sobresaindo muito nos papeis de paixão o na tragedia.»

Torres *(Santos)*. Professor de cirurgia no hospital do Todos os Santos. N. om Cezimbra a 1 de novembro de 1676, fal. em 1749. Foi nomeado em 15 de junho do 1717, com o ordenado do cirurgiões do males, e mais 30$000 reis por anno para compôr e applicar remedios que lhe ensinara o medico hespanhol, seu collega, D. Jeronymo Garneria, quo n'aquelle tempo estivera no hospital. Foi cirurgião da camara do infante D. Antonio, irmão do D. João V, e examinador de cirurgia. Aposentou-se em 1748 com o ordenado por inteiro, fallecendo pouco depois. Escreveu: *Promptuario pharmaco e cirurgico, em que se acharão limitados os pesos, quantidades, fórmas e disposições de muitos e singulares remedios simples e compostos*, Lisboa, 1741; fez se 2.ª edição em 1756

Torres *(Thomaz)*. Medico e astrologo d'el-rei D. Manuel I. Era bacharel formado em mathematica o foi lente da cadeira de astronomia na Universidade, que então estava em Lisboa, regendo a referida cadeira, até que a Universidade se transferiu para Coimbra em 1537.

Torres. Pov. o freg. de Santa Agueda, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Trancoso, distr. e bisp. da Guarda; 131 fog. e 517 hab. Tem esc. do sexo fem. o est. post. Dista 8 k da séde do conc. e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. A terra é fertil em milho, centeio, castanhas, legumes e algum vinho. A esta freg. está annexada desde o principio do seculo passado a de Santo Amaro, do Freixão. || Povoações nas freguezias: S. Paio, de Brunhaes, conc. de Povoa do Lanhoso, distr. de Braga. || Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra. || Santa Maria, de Guardizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || O Salvador, do Ribas, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || S. Miguel, de Villarinho do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Assumpção, de Oriolla, conc. de Portel, distr. do Evora.

Torres d'Apra. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. do Loulé, distr. de Faro.

Torres de Mascarenhas *(Arsenio Augusto)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, antigo professor do Collegio Militar, do Lyceu Central de Lisboa, Passos Manuel o do Lyceu Maria Pia. Nasceu na Covilhã em 1847, muito novo começou a estudar o latim e o francez em Santa Marinha, pequena povoação nas abas da serra da Estrella, pertencente ao concelho de Ceia. Em 1864 foi mandado para Coimbra onde completou com distincção o curso do lyceu. Matriculou-se na Universidade em 1868 e concluiu a formatura em direito em 1873, fazendo parte do curso a quo pertenceram os notaveis poetas Guerra Junqueiro e João Penha. Querendo primeiro seguir a carreira da magistratura judicial, veiu fixar a sua residencia temporaria em Lisboa no mesmo anno em que havia terminado seus estudos; mas diversas circumstancias o obrigaram a mudar de rumo, preferindo abraçar a carreira do magisterio quo já em Coimbra tinha exercido, sendo ainda academico, e para a qual se sentia com decidida vocação. Convidado a fazer parte do corpo docente do Collegio Militar, em 15 de outubro do 1873 foi nomeado professor interino das cadeiras de philosophia e litteratura d'aquelle estabelecimento onde, passados dois annos, por proposta do director, então o general José Paulino de Sá Carneiro, era condecorado e louvado polos serviços prestados ao ensino; e por decreto do 31 de janeiro de 1887 foi provido vitaliciamente no logar do professor effectivo do mencionado Collegio o collocado no 3.º grupo que então abrangia as cadeiras do geographia, de historia e de philosophia. Por decreto de 10 do

Arsenio Augusto Torres de Mascarenhas

novembro de 1887 foi transferido para o lyceu central de Lisboa e collocado no 3.º grupo com todos os direitos e vantagens de que gozava no Collegio Militar, onde todavia continuou a exercer em *commissão* o magisterio até ao fim do anno lectivo de 1890 em que, a seu pedido, foi exonerado d'aquella commissão. Ao despedir-se do Collegio Militar foi lhe entregue um officio quo havia sido publicado em Ordem Collegial, no qual o director, que era então o fallecido general Francisco Maria da Cunha, fazia constar que *o procedimento do professor Mascarenhas foi sempre o mais correcto, desempenhando-se dos seus deveres de maneira digna de louvor, merecendo-lhe por isso a maior consideração*. Em 1885 passou tambem a fazer parte do corpo docente da escola de ensino secundario, creada pela camara municipal de Lisboa para o sexo feminino com o nome de *Escola Maria Pia*, depois convertida em lyceu feminino com a mesma denominação. Por effeito das reformas do ensino secundario, decretadas em 22 de dezembro de 1894 e de 29 d'agos-

to de 1905, foi o professor Mascarenhas collocado no 4.º grupo dos referidos lyceus. Fez parte de uma commissão encarregada de propôr ao governo as alterações que devessem ser feitas no regulamento do ensino secundario, decretado em 1895 por ter mostrado a experiencia que aquelle regulamento necessitava de ser modificado. Por decreto de 16 d'abril de 1903 foi nomeado vice-reitor do lyceu nacional que no anno antecedente havia sido creado em Lisboa e installado em um edificio do Largo de S. Domingos; e, quando em 1904 foi este mesmo lyceu convertido em lyceu central (depois lyceu de Camões) e creado mais um outro lyceu central na 3.ª zona, voltou o professor Mascarenhas a occupar o seu logar no antigo lyceu central (depois lyceu Passos Manuel) Por essa occasião foi louvado em portaria de 20 de janeiro de 1906 *por ter contribuido com o seu zelo e provada competencia para a manutenção da disciplina e regular funccionamento dos trabalhos escolares no lyceu nacional.* Bibliographia: Collaborou no *Diccionario Historico, Geographico e Mythologico* que uma sociedade de homens de letras publicou em Lisboa sob a direcção do fallecido escriptor Pinheiro Chagas. Para o ensino primario e secundario escreveu diversos livros que pela sua clareza de dicção e fórma didactica teem obtido approvação official em diversos concursos e são adoptados em muitos estabelecimentos de ensino do paiz, tanto publicos, como particulares, a saber: Para o ensino da lingua e litteratura portugueza: *Noções Elementares de Poetica*, 1879; *Noções Elementares de Estylistica*, 1883 (tendo já 13.ª edição); *Verbos da Lingua Portugueza*, 1897; (3.ª edição); Para o ensino historico nos lyceus—*Biographias, Apreciações e Narrativas*, 1897; *Historia Antiga dos Gregos* o *Romanos*, 1898; *Compendio de Historia de Portugal*, approvado por decreto de setembro de 1907 para uso dos alumnos das tres primeiras classes dos lyceus. Quarta edição illustrada com gravuras. Este livro já tinha sido adoptado officialmente, quando a historia de Portugal era ali ensinada; *Compendio de Historia Geral*, approvado por decreto de 7 de setembro de 1907 para uso dos alumnos das classes quarta e quinta dos lyceus. Segunda edição illustrada com gravuras; *Questionario da Historia Universal*, 1894. Para o ensino da historia nas escolas normaes e primarias. *Compendio de Historia Universal*, approvado pelo governo para uso de todas as escolas normaes e districtaes do paiz, 1903. Edição actualmente illustrada com gravuras; *Resumo de Historia de Portugal*, approvado pelo governo provisorio da Republica em portaria de 6 de novembro de 1910 para uso das escolas de instrucção primaria. Este livro tivera já diversas edições e a ultima tambem é illustrada com gravuras. Ultimamente, sentindo-se com falta de saude e de forças para desempenhar o seu cargo em dois lyceus, requereu que lhe fôsse dada a sua exoneração de professor do lyceu Passos Manuel, e ficasse autorisado a exercer o magisterio só no lyceu nacional Maria Pia, mas com os vencimentos e todas as outras regalias dos professores dos lyceus centraes, o que lhe foi concedido pelo parlamento em maio do anno de 1913. E' casado em segundas nupcias com a sr.ª D. Thyrsa de Almeida Antunes de Mascarenhas. Como funccionario, o professor Mascarenhas, havendo completado já trinta e oito annos de serviço effectivo, sempre diligenciou ser exactissimo no cumprimento dos seus deveres escolares, sabendo manter a disciplina nas aulas sem rigôres exagerados e conseguindo ser respeitado e estimado dos seus alumnos não só pela affabilidade do trato, como pelo interesse e dedicação com que inalteravelmente procurou ensinal os e educal-os, e pela justiça, alliada á benevolencia, com que sempre os julgou nos exames. Ultimamente o professor Torres Mascarenhas, vendo se obrigado a abandonar o ensino official por causa dos seus padecimentos dos orgãos respiratorios nos dois annos ultimos, requereu e obteve a sua aposentação.

Torres Novas El rei D. Manuel fez 1.º marquez de Torres Novas a D. João de Lencastre, o 1.º que tomou este appellido, filho de D. Jorge, duque de Coimbra, filho natural de D. João II, e D. João III elevou o mesmo D. João de Lencastre a duque de Aveiro em 1547 (V. *este titulo*). Filippe III fez duques de Torres Novas os filhos primogenitos duques de Aveiro, em 26 de setembro de 1519. O 1.º duque de Torres Novas foi D. Jorge de Lencastre, filho dos 3.ºs duques de Aveiro. O 2.º e ultimo foi D. Raymundo de Lencastre, filho do 1.º duque de Torres Novas, o qual negando se a reconhecer D. João IV como rei de Portugal, fugiu para Madrid e lá morreu.

Torres Novas *(D. Alvaro Antonio de Noronha Abranches Castello Branco, 7.º conde de Valladares e 1.º marquez de).* Gentil homem da camara e mordomo-mór de D. João VI, e de D. Pedro IV; par do reino em 1826; tenente-general, grancruz das ordens de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa e da Torre e Espada, commendador da de Christo; presidente da Junta do Commercio, etc. N. a 31 de agosto de 1776; ignora se a data do fallecimento. Era filho de D. José Luiz de Menezes Castello Branco Abranches, 6.º conde de Valladares, gentil homem da camara de D. Maria I, etc. (V. *este titulo*), e de sua mulher D. Luiza Josepha Maria Rita Antonia Fausta de Noronha. Casou duas vezes: a primeira, em 31 de agosto de 1799, com D. Maria de Noronha, sua prima, filha dos 4.ºs marquezes de Angeja, que fal em 1807; e a segunda a 16 de julho de 1820 com D. Ignez José da Cunha, filha dos 3.ºs condes de Povolide. O marquez de Torres Novas era o chefe da familia Noronha, na Peninsula, por ser o 8.º neto, legitimo, de D. Antonio de Noronha, 1.º conde de Linhares, 2.º filho de D. Pedro de Menezes, 3.º conde e 1.º marquez de Villa Real, 3.º conde de Ourem, 3.º capitão governador de Ceuta, neto de D. Affonso, conde de Gijon e Noronha, filho natural de Henrique II, de Castella, e de D. Izabel, filha bastarda de D. Fernando I, de Portugal. Foi agraciado por D. João VI, sendo ainda regente, com o titulo de marquez de Torres Novas, por decreto de 13 de maio de 1807. O seu brazão d'armas é o escudo esquartelado das armas de Noronha: no primeiro quartel as armas reaes de Portugal; no segundo as de Castella, e no meio o escudo dos Menezes de Tarouca: O escudo do meio repartido em seis quarteis, no primeiro o estoque em campo de ouro; no segundo quatro barras vermelhas em campo de ouro; e no terceiro dois lobos em campo de ouro; na ordem de baixo, as

barras, os lobos, e as barras, e meio d'este escu do o dos Menezes em campo de ouro o um annel.

Torres Novas (*Antonio Cesar de Vasconcellos Correia, 1.º visconde e 1.º conde de*) General de divisão, conselheiro, governador geral do estado da India, ministro da guerra, par do reino, gran cruz da ordem de Aviz, commendador das de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, official da Torre e Espada, e gran-cruz da ordem de Carlos III, de Hespanha, etc. Nasceu em Torres Novas a 9 de fevereiro de 1797, falleceu a 11 de novembro de 18?5. Era filho de Antonio Narciso de Vasconcellos Correia, abastado proprietario, e de sua mulher D. Joanna Barbara da Costa Caria de Faria e Saude. Seguiu a carreira das armas, assentando praça de 1815 no regimento de cavallaria n.º 7, foi reconhecido cadete, despachado alferes em 1818, e tendo entrado na lucta com os absolutistas depois da outhorga da Carta Constitucional, recebeu em março de 1827 o posto de tenente pela maneira distincta por que se havia portado durante a campanha, a que as acções da Ponte do Prado e da Barca puzeram termo. Emigrando no anno immediato para Inglaterra, depois de ter sido ferido na Ponte do Vouga, passou á ilha Terceira, e tão conhecidos eram os seus sentimentos liberaes e o affecto á causa da rainha D. Maria II que foi escolhido para servir junto de Mousinho d'Albuquerque, ministro e secretario de Estado, e quando este teve de sair da séde do governo, ficou Cesar de Vasconcellos encarregado do expediente das repartições do reino, ecclesiasticos, justiça, fazenda e marinha, tendo por collegas o conde de Ficalho na repartição dos negocios estrangeiros, e José Ferreira Sarmento, depois conde de Sarmento, na repartição dos negocios da guerra. Desde 14 de janeiro até 2 de julho de 1831 exerceu esse importante cargo, e quando se tratou de organisar o exercito libertador, foi nomeado addido ao quartel mestre general. Durante o cêrco do Porto distinguiu-se em varias occasiões, e sendo n'esse periodo elevado a capitão e a major, depois de terminada a guerra civil foi eleito deputado, tomando assento na camara em quasi todas as legislaturas até 1844. No ministerio que se organisou em seguida á revolução de setembro de 1836, foi lhe dada a pasta da guerra, mas não chegou a exercer esse elevado cargo, e em novembro de 1840 foi promovido a coronel. Poucos annos depois, em 1846, Cesar de Vasconcellos, que não podia supportar a applicação que o governo estava fazendo dos principios liberaes, sem lhe importar se tinha ou não do seu lado as forças precisas para derrubar o governo, pôz se á frente do regimento de cavallaria n.º 4, e levantou o grito da rebellião em Torres Novas no dia 4 de fevereiro José Estevão, muitos militares de todas as armas e differentes paizanos do partido setembrista em breve se reuniram ao valente e destemido coronel. O regimento n.º 4 seguiu para Castello Branco, onde se lhe juntou um destacamento do mesmo corpo e o regimento de infantaria n.º 12, e depois marcharam estas forças em direcção do Alemtejo, mas alterando o plano voltaram para Castello Branco e a elles se uniu o conde do Bomfim. Os insurgentes perseguidos por uma divisão, commandada pelo conde de Fonte Nova, acolheram se a Almeida, onde fôram bloqueados, e no fim de tres mezes de resistencia viram-se obrigados a capitular, retirando-se os officiaes para o reino visinho. Na Hespanha se conservou Cesar de Vasconcellos até que a revolta do Minho de 6 de outubro de 1846 lhe abriu as portas da patria, e tomando parte muito activa nas operações militares das tropas da Junta do Porto, foi no fim da lucta escolhido para juntamente com o marquez de Loulé ajustarem a convenção de Gramido. Afastado novamente da scena politica até ao movimento da Regeneração em 1851, recebeu n'esse anno a graduação de brigadeiro, e em maio de 1855 foi nomeado governador geral da India, sendo n'esse mesmo anno, por decreto de 12 de setembro, agraciado com o titulo de visconde de Torres Novas. Tomando posse do governo a 3 de novembro, prestou no Oriente serviços muito importantes, pelo que foi reconduzido em 1858 e 1861, sendo em Gôa e em toda a India muito sentida a resolução inabalavel que tomou em 1864 de voltar a Portugal. Entre os factos principaes que assignalaram a sua administração na India, citaremos particularmente a abertura e reparação de muitas estradas e edificios, e o augmento das rendas publicas sem que para isso lançasse novos impostos e empregando apenas uma activa e constante fiscalisação e mais do que tudo a pacificação da provincia de Satary, onde desde 1746 tinha havido 17 sedições, sendo a ultima no governo do visconde de Ourem, quo fôra o antecessor do Cesar de Vasconcellos. Foi durante a sua administração, em 1859, que se expôz ao publico o corpo de S. Francisco Xavier, o que não se fazia desde 178?, calculando se que durante os 37 dias que durou a exposição concorreram a beijar os pés do santo apostolo das Indias mais de 200 mil pessoas, não havendo memoria em Gôa de se terem lá visto tantas e tão varias nações reunidas, porque de todos os pontos appareceu gente, sendo grande o numero de indios persas, mongoles, arabes, chins, judeus, protestantes, em summa individuos de todas as crenças e de todas as castas. Em 12 de janeiro de 1860 foi ali tambem aberta uma exposição industrial da India Portugueza, no palacio archiepiscopal de Gôa, sob os auspicios d'este governador. A exposição encerrou se a 8 do seguinte mez de fevereiro. Cesar de Vasconcellos foi elevado a conde do seu titulo por decreto de 21 de maio de 1862, sendo n'esse anno tambem nomeado par do reino, em 30 de dezembro. Regressando a Lisboa em 1865, o conde de Torres Novas foi pouco tempo depois convidado para organisar um ministerio, mas recusou essa honra, e só muito instado acceitou a pasta da guerra no ministerio chamado da fusão, que se formou a 4 de setembro sob a presidencia de Joaquim Antonio de Aguiar. O mau estado da sua saude não lhe permittiu occupar se com a sua habitual energia dos negocios da sua repartição, e aggravando-se lhe os padecimentos, teve em 26 de setembro de se encarregar da pasta interinamente o visconde da Praia Grande. O conde de Torres Novas havia sido promovido a general de divisão em 1861. Entre as distincções honorificas, já citadas, possuia tambem a medalha n.º 9 das campanhas da Liberdade Havia casado em Gôa com D. Maria Luiza Helena da Silveira e Lorena, filha do conde de Sarzedas.

Torres Novas (*José de Vasconcellos Correia, 2.º conde de*). General de divisão, do conselho de

el-rei D. Luiz e seu ajudante de campo; gran-cruz e commendador da ordem da Torre e Espada; gran cruz de S. Bento de Aviz, commendador da de Christo, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, condecorado com as medalhas de ouro do valor militar, bons serviços e comportamento exemplar; gran cruz da ordem de Izabel a Catholica, de Hespanha, etc. N. em Torres Novas a 31 de agosto de 1804, fal. no Porto a 23 de junho de 1883. Era filho do abastado proprietario da localidade, Antonio Narciso de Vasconcellos Correia e de sua mulher D. Joanna Barbara da Costa Caria de Faria e Sande; irmão do 1.º conde de Torres Novas (V. o *artigo antecedente*). Aos 16 annos de edade assentou praça, a 6 de setembro de 1820, como cadete de cavallaria, embrenhando-se desde logo na lucta entre os liberaes e realistas, que em 1823 assumiu extraordinario calor, por motivo da contra revolução absolutista O primeiro baptismo de fogo de José de Vascondellos Correia foi em Arronches, a 14 de novembro de 1826, provando ali tal va-

Conde de Torres Novas

lor que foi promovido a alferes por distincção. Quando, em 1828, o infante D. Miguel se proclamou rei absoluto, o joven alferes fazia parte da guarnição do Porto, que por aquelle motivo se revoltou, e por isso assistiu aos ataques da Cruz de Morouços e da ponte do rio Vouga, sendo, como quasi todos os seus companheiros obrigado a emigrar juntamente com seus 3 irmãos, Antonio, Guilherme e João, acolhendo se primeiro na Galliza e depois em Inglaterra. A ilha Terceira continuava, porém, a empunhar o estandarte da liberdade, e apenas isto constou, os emigrados correram áquelle ponto, sendo os irmãos Vasconcellos Correia dos primeiros a apresentarem se. Estes irmãos eram Antonio Cesar de Vasconcellos, depois conde de Torres Novas, Guilherme de Vasconcellos, que veiu a fallecer no posto de general de brigada, reformado, em 1863, e João de Vasconcellos, que sendo tenente de cavallaria, veiu a morrer no cêrco do Porto, na batalha do 29 de setembro de 1832. Houve ainda outro irmão, Joaquim do Vasconcellos Correia, que foi preso por liberal em 1828, e falleceu no Limoeiro em 1833. José de Vasconcellos Correia assistiu á acção da Villa da Praia da Victoria no dia 11 de agosto de 1829, e tomou parte successivamente em todas as campanhas emprehendidas com o fim de libertar os opprimidos do jugo oppressor. Tomou parte na expedição que se organisou na ilha Terceira, e que veiu desembarcar nas praias do Mindello em 8 de julho de 1832; assistiu ao reconhecimento de Vallongo, em 22 do mesmo mez; ao ataque de Ponte Ferreira, em 23; e em 7 d'agosto tomou parte na batalha de Souto Redondo, occupando desde a vespera o posto de tenente. Depois d'esta batalha o tenente Vasconcellos Correia foi mandado servir ás ordens do general visconde da Serra do Pilar, então governador da fortaleza. O dia 8 de setembro de 1832 foi terrivel n'aquella posição, porque as forças inimigas occupavam Villa Nova de Gaia e atacavam incessantemente a fortaleza. O bravo militar compartilhou das angustias d'esses momentos temerosos, e assistiu tambem ao notavel bombardeamento que começou a 13 de outubro de 1832, ao romper do dia, e durou até ás 2 horas e meia da tarde do dia seguinte. A victoria coroou o aperto da situação, e o inimigo foi completamente batido em todos os pontos, apesar de se apresentar na força de 6:000 homens, distribuidos em tres columnas. Deu se então um facto que caracterisa perfeitamente e valor do bravo militar e o seu animo ousado. Em um dos dias em que se não podia atravessar o rio Douro, havia na Serra absoluta necessidade de levar participações e receber ordens no quartel imperial de D. Pedro. Todos julgavam impossivel passar a esta cidade. Foi então que José de Vasconcellos Correia se offereceu para atravessar o rio e mettendo se dentro d'uma caixa, levou a cabo a sua tentativa com o melhor exito, apezar da passagem ser continuamente batida por duas peças de artilharia que o inimigo tinha no castello de Gaia. Quando se organisou o regimento de cavallaria n.º 10, commandado pelo bravo barão de S. Cosme, o tenente Vasconcellos Correia foi por elle escolhido para ajudante d'aquelle regimento, e n'esse corpo que serviu durante o resto da lucta. O primeiro combate, a que assistiu, foi o que se deu no dia 25 de junho de 1833, no sitio do Pastelleiro, na Foz, portando se tão valorosamente que foi desde logo promovido a capitão. Quando, em 18 de agosto d'esse anno, o inimigo desamparou a ala direita da linha, o regimento de cavallaria 10 bateu as forças de infantaria e cavallaria até á estrada de Vallongo. Terminada a lucta no norte, veiu com o exercito liberal para o sul fazendo parte do corpo do commando do marechal Saldanha. Este general o encarregou da difficil empresa de ir surprehender, á frente apenas de 50 soldados de cavallaria, um regimento inimigo, que se estava organisando na Gollegã. José de Vasconcellos desempenhou-se com o maior exito da sua missão, pois fez prisioneiros 20 officiaes de cavallaria e infantaria, incluindo o commandante; tomou o casco de regimento de infantaria composto de mais de 100 praças de pret, 30 soldados de cavallaria e muitas bestas de bagagem. Na sua retirada para Almoster foi perseguido pelas forças inimigas que, ainda assim, não conseguiram interceptar lhe a marcha. Tomou parte, com o duque de Saldanha, na tomada de Leiria,

em 15 de janeiro de 1834; avançando em seguida sobre Torres Novas, onde, além da infantaria realista, estava uma parte da afamada cavallaria de Chaves. O calor da lucta foi indescriptivel; o capitão José de Vasconcellos, encarregado da guarda avançada, pôz em completa debandada um piquete de 40 soldados de cavallaria de Chaves, recebendo por essa occasião um grave ferimento na cabeça. Quando arremettia novamente aquelle regimento, foi surprehendido e ficou prisioneiro alguns minutos, sendo promptamente resgatado á custa da valentia dos 20 soldados que commandava, e especialmente á bravura do cabo Terena. Na acção da Torre do Bispo, em 30 de janeiro de 1834, a cavallaria n.º 10, a que pertencia o bravo José de Vasconcellos, bateu valorosamente o inimigo, que deixou no campo muitas armas e munições, perdendo mais de mil homens. O marechal Saldanha ordenara que o regimento n.º 10 e destacamentos n.º 11 arremettessem a todo o custo o quadrado formado pelo n.º 17 realista; esse quadrado é rompido, e n'um prompto cae por terra quasi metade d'este ultimo corpo. Nas luctas que se seguiram ao periodo mais acceso da guerra, especialmente em 1836 e em 1846, esteve o illustre militar ao lado dos que pugnavam pela consolidação da liberdade. Em 1 de julho de 1844 foi promovido a major. Ao lado de José Estevão tomou parte na reacção iniciada contra o governo do conde de Thomar, revolução que tinha em vista a defeza dos principios democraticos; e em 1846, ainda maior calor n'aquellas luctas, em que muito sangue foi derramado. A 19 de abril de 1847 teve a promoção de tenente-coronel. Dois dias depois da entrada triumphal de Saldanha no Porto, finda a revolução do Minho, isto é, a 29 de abril de 1851, foi promovido a coronel, indo pouco depois commandar o regimento de cavallaria n.º 4, aquartelado em Santarem. Tambem se encarregou de varias commissões de serviço, que honrosamente desempenhou. A 5 de junho de 1866 foi promovido a general de brigada, sendo nomeado commandante geral das guardas municipaes. N'este commando, estando em Lisboa, foi á sua actividade e energia que se deveu o abortamento de uma sedição iniciada no batalhão expedicionario da Zambezia, aquartelado em Alcantara. Pouco tempo depois, em 1868, foi escolhido para commandar interinamente a 3.ª divisão militar, com a séde no Porto. Fôram taes e tantas as sympathias e a consideração adquiridas no desempenho de tão importante cargo, que pensando se em transferir o brioso general para outra commissão, um numero consideravel de habitantes d'aquella cidade desde logo se apressou a dirigir uma representação a el rei D. Luiz, pedindo a conservação de José de Vasconcellos Correia. D. Luiz comprehendeu a consideração em que os portuenses tinham o seu valoroso defensor d'outros tempos, e promptamente satisfez á representação que lhe fôra dirigida em nome da invicta cidade liberal. Em 21 de janeiro de 1876 foi promovido a general de divisão, sendo nomeado, por esse motivo, commandante effectivo da 3.ª divisão militar. Por decreto de 24 de junho de 1877 recebeu a mercê do titulo de conde de Torres Novas, com que anteriormente, em 1862, havia sido agraciado seu irmão, o general Antonio Cesar de Vasconcellos Correia. Pouco tempo antes havia sido tambem nomeado par do reino. El-rei D. Luiz apreciava em extremo os elevados dotes do conde de Torres Novas. Nomeára o seu ajudante de campo; testemunhara lhe a sua sympathia sempre que para isso se offerecia ensejo; visitára-o ainda por occasião da sua ultima visita ao Porto, e finalmente, nos ultimos dias em que a doença vencia progressivamente o organismo do illustre general, telegraphava sempre a pedir noticias do estado do seu predilecto amigo. Além das distincções já citadas, devemos mencionar a medalha algarismo n.º 9 das campanhas da Liberdade. A insignia da grau cruz da Torre e Espada que o valente general possuia, pertencera a el rei D. Luiz I, que pessoalmente lh'a lançou ao pescoço, em testemunho de apreço aos seus relevantissimos serviços e elevados dotes de caracter. O conde de Torres Novas casou duas vezes: a primeira, em Angra do Heroismo a 16 de junho de 1831, com D. Gertrudes Carlota de Vasconcellos; a segunda com D. Helena Margarida Mackonelt, filha de José Maria Mackonelt, e de sua mulher D. Maria Felizarda Marques.

Torres Novas. Villa da prov. da Extremadura, séde de conc. e de com., distr. de Santarem, Relação e patriarc. de Lisboa. Tem 4 freguezias: S. Salvador, Santa Maria, S. Pedro e S. Thiago, que eram do padroado real, tendo todas collegiadas. Está situada em terreno plano, nas margens do rio Almonda, a 29 k. da capital do distr. Nada ha de positivo ácêrca da fundação d'esta villa. A dar crédito a alguns dos nossos antiquarios, os seus fundadores fôrem os gregos. Como o rio que ali corre tem alguma similhança com o Mondego (então chamado *Monda* ou *Manda*) lhe deram o nome de *Aliomonda* (outro Monda), que facilmente se corrompeu no nome actual *Almonda*. (*V. este nome*). Proximo d'este rio fundaram os gregos uma torre, cercada de muralhas, á qual deram o nome de *Neupergama* (Torre Nova). Por espaço de 550 annos esteve essa fortaleza em poder dos varios povos que habitaram a Lusitania n'esse tempo, gregos celtas e phenicios, até que, 551 annos antes da vinda de Christo, passou ao poder dos cartaginezes; mais tarde, 209 annos antes de Christo, o consul romano Publio Cornelio Scipião, invadindo a Lusitania, incendiou a fortaleza de Neupergama. Depois d'esta primeira invasão dos romanos, foi reedificada pelos cartaginezes, que lhe deram o nome de *Kais pirgamo* (Torre Queimada), conservando sempre esta denominação até que, 64 annos antes de Christo, achando se toda a Lusitania no dominio de Roma, os conquistadores reconstruiram e ampliaram a fortaleza, cercando a de novas muralhas, guarnecendo-a de torres, e construindo no seu ambito varias casas, para residencia dos seus soldados, casas, cujo numero foi pouco a pouco augmentando. Assim principiou a povoar-se a villa, a que deram o nome de *Nova Augusta*. Vencidos e expulsos os romanos pelos gôdos, os novos possuidores restituiram á fortaleza o nome pri

Brazão d'armas da villa de Torres Novas

mitivo, mas como em vez d'uma só torre existissem então bastantes, tanto na fortaleza, como nas muralhas exteriores, ficou-se chamando *Torres Novas*. Invadida a Lusitania pelos arabes, em 716, e estando senhores d'ella por espaço de 432 annos, até que, em 1148, a conquistou D. Affonso Henrique. No anno de 1185 veiu-lhe pôr cêrco o miramolim de Marrocos á frente d'um grande exercito. Deu lhe assalto e tomou-a no dia 14 de junho, fazendo em seguida arrazar a fortaleza e a povoação, partindo d'ali para Santarem, onde os nossos lhe fizeram pagar bem caro a barbaridade que praticára em Torres Novas, sendo morto a 16 de julho seguinte pelo infante D. Sancho, depois D. Sancho I, e o seu exercito anniquilado D. Affonso Henriques mandou logo reconstruir as fortificações e a villa, mas em 1190 o irmão do fallecido miramolim e seu successor, sabendo que Portugal estava devastado pela fome e pela peste, invadiu o reino pelo sul, e tomou varias praças, incluindo Torres Novas que se entregou por do reino em Torres Novas. Entre outras providencias governativas que se determinaram, foi uma, que andassem na côrte 2 prelados, 5 fidalgos, e 8 cidadãos annualmente nomeados. Era uma especie de commissão permanente das côrtes para servir de conselho junto do governo nos negocios importantes do estado. Outra vez se convocaram côrtes em Torres Novas, foi em 1525, no tempo de D. João III, e n'ellas offereceram os povos ao rei 150:000 cruzados para o casamento da infanta D. Izabel com o imperador Carlos V. Ainda se legislou sobre outros diversos assumptos. No reinado de D. João II serviu esta villa de assento á Casa da Supplicação, primeiro tribunal do reino, creado por D. João I. D'esta villa fôram chamados os juizes de aquelle tribunal, que sentencearam o duque de Bragança D. Fernando II, no anno de 1483. El rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Santarem, no 1.° de maio de 1510, confirmando os privilegios do antigo, que eram eguaes aos de Thomar. Torres Novas gozava o privile-

Torres Novas—Praça dos Paços do Concelho

capitulação, o novamente a destruiu. Não tardou a ser resgatada pelos portuguezes capitaneados por D. Affonso, filho primogenito de D. Sancho I que restaurou as forticações e mandou povoar a villa. D. Sancho deu-lhe foral em outubro do mesmo anno de 1190. El-rei D. Diniz deu o senhorio d'esta villa a sua mulher, a rainha Santa Izabel, por occasião do seu casamento. Depois passou a alguns infantes até ao reinado de D. João II, e este monarcha deu o senhorio da mesma villa a seu filho bastardo D. Jorge de Lencastre, duque de Coimbra, progenitor da casa dos duques de Aveiro, que fôram senhores de Torres Novas até 1759, anno em que foi suppliciado como regicida o ultimo duque d'esse titulo, passando então para a corôa, assim como toda a opulenta casa d'aquelles fidalgos. Em 1438, tendo fallecido el-rei D. Duarte e succedido no throno seu filho D. Affonso V, contando apenas 5 annos de edade, fôram convocados a côrtes os tres estados gio de enviar procuradores ás antigas côrtes, os quaes tinham assento no 6.° banco. O brazão de armas da villa é, em campo vermelho, uma torre de prata sobre terreno verde, tendo por cima das ameias um braço de guerreiro armado d'uma clava de ferro. As cercanias de Torres Novas são ferteis e bem cultivadas, principalmente junto ás margens do rio Almonda, onde ha logares de muita belleza e amenidade, assombreados por vetusto e denso arvoredo, e orlado de hortas e pomares, que rega e fertilisa. Tem muitos açudes, levadas que represam as suas aguas, para que as quedas sirvam de motor a varias fabricas e grande numero de azenhas e lagares de azeite. O rio é aqui atravessado por 3 boas pontes: *do Ral, da Levada* e *Ponte Nova*, das quaes a mais celebre é a do *Ral* pela sua antiguidade, pois é coeva da villa primitiva. A designação de *Ral* parece recordar alguma grande matança do tempo dos arabes. Na villa ha Misericordia e um bom

hospital. Teve 3 conventos: o de *S. Gregorio*, de frades carmelitas calçados, fundado por D. Jaymo do Alencastre, bispo de Ceuta, no anno de 1558, n'uma eminencia a pouca distancia do Rocio da villa. Existe ainda a egreja, e no sitio quo occupou o edificio do convento, construiu se, depois de 1834, um hospital, a cêrca foi vendida a um particular, menos uma pequena parte, quo se conservou para logradouro do hospital. O convento de *Santo Antonio*, era de frades arrabidos; foi fundado por D. João de Alencastro, I º duque de Aveiro, em 1562, n'um sitio solitario chamado *Liteiros*, a 4 k. da villa. Foi depois mudado para o sitio de *Berlé*, ao N do rocio do Carmo, a 1 k. ao S da villa, perto da quinta dos Athouguias A sua primeira invocação era de *N. S.ª do Egypto*, depois da mudança, é que teve a de *Santo Antonio*. O edificio do convento está em completa ruina, mas a egreja existo ainda, e bem conservada. |O outro convento, chamado do *Espirito Santo*, era de freiras franciscanas da ordem terceira; foi fundado por D. Branca, tia do arcebispo de Braga D. Fr. Aleixo de Menezes. O edificio foi vendido em 1834, e depois construiram se ali algumas propriedades particulares. A 3 k. da villa está a formosa aldeia chamada o *Logar das Lapas*, cercada do verdejantes collinas, pomares, searas, vinhedos, etc , banhado tudo por um ribeiro, confluente do Almonda. O sólo em que está fundada a aldeia, em sitio eminente, é todo minado por uma longa serie de galerias e cavernas em fórma de labyrinto, que não é possivel percorrer sem guia e sem luz. A um dos lados ha uma caverna com 20) m. de circumferencia perfurada pela parte superior, e que contém um grande nicho onde foi encontrada a imagem de N. S.ª da Victoria, que está hoje na egreja da mesma aldeia, com a invocação de N. S.ª da Conceição. Estas escavações, de grande e perigoso trabalho, são attribuidas aos moiros para ali se acolherem durante as continuadas guerras que tinham com os christãos. Outros dizem, que os moiros abriram estas galerias e cavernas para d'aqui extrahirem pedra para a construcção do castello o da villa. E' todavia mais provavel serem minas metalicas de phenicios ou romanos, o que parece provar esta opinião o apparecimento da imagem da Virgem, talvez aqui escondida pelos christãos, quando os moiros invadiram a Lusitania. Em occasiões de tempestades abrigam se aqui os pastores com os seus rebanhos, e tambem outras pessoas accommettidas pelo temporal. Qualquer que seja a origem d'estas escavações, são ellas uma das curiosidades geologicas, ou archeologicas mais notaveis de Portugal. O cemiterio da villa é bom e está muito bem situado. Estende-se pela esplanada do castello, e é cercado de torres e muralhas antigas, em logar alto, olhando para o rio, que lhe corre ao pé. Os habitantes de Torres Novas fôram sempre muito industriosos, o que prova pelas suas antigas fabricas de papel e de tecidos de algodão. Em 1845 fundou aqui uma fabrica de tecidos a Companhia Nacional de Fiação e Tecidos de Torres Novas, que tem séde em Lisboa. Esta fabrica e a de Thomar são os dois estabelecimentos industriaes mais importantes do districto de Santarem. A fabrica occupa se da fiação e tecelagem de linho, estopa, juta e todas as materias analogas, no que emprega as melhores machinas da especialidade, funccionando durante as estiagens uma poderosa machina a vapor, e no resto do tempo uma grande turbina belga movida pelas aguas do rio Almonda. Emprega numerosos operarios de ambos os sexos. Os productos d'esta fabrica tem concorrido a todas as exposições nacionaes e estrangeiras, desde a de Londres em 1851, e em todas tem sido premiados, possuindo medalhas d'aquella exposição e das de Londres de 1861, Paris de 1855, 1867, 1878; Porto de 1861 e 1865; Lisboa de 1863; Philadelphia de 1876; Vienna d'Austria de 1873; e Rio de Janeiro de 1880, etc. Torres Novas perteuceu ao ar-

Torres Novas—Quartel da Escola Pratica de Cavallaria

eebispado de Lisboa Oriental, e no secular, á provedoria de Santarem, supposto não ser das do numero da comarca. N'ella entrava em correição o ouvidor de Montemór o-Velho. Em 25 de janeiro de 1834 os constitucionaes apossaram-se de Torres Novas, depois d'um renhido combate com as tropas miguelistas. Até esse anno houve na villa juiz de fóra, 3 vereadores, 1 procurador do concelho, 1 escrivão da camara, 1 juiz dos orphãos, com seu escrivão, 1 alcaide, e mais officiaes de justiça; e no seu termo, 57 juizes da vintena. Tinha 1 sargento-mór com 11 companhias de ordenanças. Esta villa foi solar de muitos fidalgos, com opulentos morgados, dos appellidos de Vasconcellos, Pimenteis, Mesquitas, Pimentas, Avellezes, Gouveias, Barretos, Mellos, Mogos, Carrilhos, Vellascos, Castanhedas, Freires, Gameiros, Carneiros, Cottas, Pintos, Galvões e outros. A camara municipal tem um bom edificio. Desde o meado do seculo passado tem-se procedido a grandes melhoramentos. Reconstruiram-se bastantes edificios arruinados, construiram-se outros novos; alargaram se algumas ruas, em 1877 demoliu-se o antigo arco da praça e as casas contiguas, formando um bonito largo arborisado, plantando-se varias arvores no largo do Carmo, e em ambos estes largos se mandaram collocar alguns bancos. Construiu-se um bom tribunal de justiça e cadeia civil. Na camara municipal foi manifestada uma mina de carvão de pedra, em dezembro de 1875. Foi em Torres Novas que se mandou organisar em 10 de dezembro de 1868 um deposito de cavallaria com ensino da arte equestre, jogo de armas, instrucção de recrutas e ensino de cavallos, sendo por uma muito posterior organisação militar transferida para aqui, de Extremoz, a Escola pratica de cavallaria, que ainda existe. Torres Novas pertence á 1.ª div. mil., 2.ª brigada grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa. Tem escolas d'ambos os sexos, est. telegr. post. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; feira annual, de S. Gregorio, a 12 de março e que dura 8 dias; mercado ás segundas feiras, que é um dos mais importantes do paiz, e nos 1.ºs domingos dos mezes, durando 3 dias o de mez de agosto; advogados, agentes de diversas casas bancarias importantes do paiz; agentes de diversas companhias de seguros; *Montepio de N. S.ª da Nazareth*, hoteis, medicos, pharmacias, restaurantes, productor de cortiça, notarios, muitos estabelecimentos commerciaes e industriaes; *Associação Musical de Torres Novas*, *Associação Operaria*, *Centro de Educação Popular*, *Club Torrejano*, *Sociedade Operaria 1.º de abril de 1907*, *Tennis Club*, *Tuna Torrejana*, *Theatro Virginia*, construido em 1876, que pertence ao Montepio de N. S.ª da Nazareth; differentes fabricas de tecidos, typographias, etc. Tem-se publicado alli os jornaes: *Golleganense (O)*, 3 de janeiro de 1888; *Imparcial*, 10 de setembro de 1899; *Serpa Pinto*, 9 de fevereiro de 1890; *Renascença*, 1893; *Jornal Torrejano*, 9 de outubro de 1884 a 26 de março de 1885; em 1913 publicava se tambem um jornal com o mesmo titulo. O conc. de Torres Novas é um dos mais importantes da prov. da Extremadura, tanto como agricola, como industrial; comprehende 19 freguezias com 8:534 fog e 35:255 hab., sendo 17:072 do sexo masc. e 18:183 do fem., n'uma superficie de 32:701 hect. As freguezias são as seguintes: S. Pedro, de Alcanena, 3:311 hab.: 1:572 do sexo masc. e 1:739 do fem.; N. S.ª da Purificação, de Alcorochel, 844 hab.: 415 do sexo masc. e 429 do fem.; N. S.ª da Purificação, de Assentiz, 3:132 hab.: 1:527 do sexo masc. e 1:605 do fem.; N. S.ª da Graça, de Bogalhos, 892 hab.: 459 do sexo masc. e 433 do fem.; S. Simão, de Burgueira, 1:189 hab.: 608 do sexo masc. e 581 do fem.; Santa Eufemia, de Chancellaria, 2:303

Torres Novas — Hospital Civil e Egreja do Carmo

hab: 1:119 do sexo masc. o 1:187 do fem.; N. S.ª da Graça, das Lapas, 1:019 hab.: 498 do sexo masc. e 521 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Mindo, 1:989 hab.: 918 do sexo masc. e 1:071 do fem; O Divino Espirito Santo, de Monsanto, 1:067 hab.: 506 do sexo masc. e 561 do fem; N. S.ª do O', do Olaia, 2:093 hab.: 1:012 do sexo masc e 1:081 do fem.; N. S.ª do Pranto, de Paço, 1:188 hab.: 573 do sexo masc. e 615 do fem.; N. S.ª das Neves, de Parceiros da Egreja, 1:130 hab.: 554 do sexo masc. e 576 do fem.; Santa Maria, de Pedrogão, 2:610 hab.: 1:284 do sexo masc. e 1:326 do fem; N. S.ª da Conceição, do Ribeira Branca, 929 hab.: 445 do sexo masc. e 484 do fem.; O Salvador, de Torres Novas, 1:759 hab.: 868 do sexo masc. e 871 do fem; Santa Maria, idem, 1:787 hab.: 855 do sexo masc. e 932 do fem.; S Pedro, idem, 2:147 hab.: 1:014 do sexo masc. e 1:133 do fem.; S. Thiago, idem, 5:073 hab: 2:428 do sexo masc. e 2:645 do fem.; S. Sebastião, de Zibreira, 810 hab.: 387 do sexo masc. e 423 do fem. O principal commercio do conc. é azeito, cereaes, vinho, passas de figo e seus derivados. Nos manuscriptos existentes na Academia Real das Sciencias de Lisboa, ha os seguintes manuscriptos respeitantes a Torres Novas: Lista ou catalogo dos alcaides móres da villa; inscripção de letra gothica á porta da praça (castello?): *Era de 1412 dois dias de janeiro se começou esta obra por Lourenço Peres de Santarem—juiz por el-rei; Memorias da villa de Torres Novas, para a sua Historia, e para a de Santarem, illustrada por estar aquella nobre villa situada dentro do arcedigado scalabitanense, e não só sujeita no espiritual, mas tambem no temporal, e Juizo das Capellas, Bulla da S. Cruzada e Mampostaria-mór dos captivos*, etc., Santarem, MDCCXXXX (1740).

Torres Pereira *(Antonio José)*. Enfermeiro-mór do hospital de S. José, director da contabilidade no ministerio do reino, provedor do Asylo de D. Maria Pia, etc. N. em Lisboa a 10 de março de 1813, onde fal. a 20 de setembro de 1880. Estudou o antigo curso commercial e começou a seguir esta carreira entrando para a casa de commercio de Ferreira & Irmãos Em 1834, porém, teve que deixar o commercio e ir servir como amanuense no Real Erario, para ser dispensado de assentar praça na milicia urbana, o que lhe desagradava muito, porque era liberal de convicção e não queria de fórma alguma pegar em armas para defender o despotismo que odiava, contra a liberdade que era toda a sua crença. Quando se extinguiu a repartição do Erario, Torres Pereira, cujos meritos burocraticos se tinham manifestado apreciavelmente, foi chamado para o ministerio da guerra, e depois para o do reino, onde continuou a sua carreira subindo rapidamente postos no funccionalismo até chegar a director da contabilidade d'esse ministerio, logar em que se conservou até fallecer. O conselheiro Torres Pereira era além d'isso, enfermeiro-mór do hospital de S. José, provedor do Asylo D. Maria Pia, conforme dissémos, e fôra agraciado com a commenda das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e com a da ordem italiana de S. Mauricio e S. Lazaro.

Torres Sequeira *(Belchior Manuel Curvo Semmedo)*. Fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo nas ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; capitão reformado do corpo de engenheiros, e escrivão dos portos seccos da Alfandega Grande de Lisboa, poeta, etc. N. em Montemór-o Novo a 15 de março de 1766, fal. em Lisboa a 28 de dezembro de 1838 Era mais conhecido pelo nome de *Curvo de Semmedo*. Seguindo o curso das escolas militares obteve o posto de official de engenheiros, mas, recebendo tambem nomeação de escrivão da mesa dos portos seccos da Alfandega de Lisboa, entregou-se a estas occupações pacificas e ao cultivo das musas, como se dizia no seu tempo, adquirindo logo uma grande e merecida reputação de poeta. Entrou como socio da Nova Arcadia, tomando o nome de *Belmiro Transtagano*. Os seus dithyrambos e os seus apologos, que lhe grangearam a denominação de Lafontaine portuguez, fôram acolhidos com merecido applauso, mas quando appareceu um celebre soneto com que os arcades fulminaram Bocage, este, furioso não sabendo a quem havia de attribuir o soneto, arremetteu contra todos, e Curvo de Semmedo apanhou tambem a sua dóse. O epitheto com que Bocage o mimoseou, foi o de *vão Belmiro*. Curvo de Semmedo não recuou, e bateu-se valentemente com o grande poeta popular, sendo um dos poucos quo não ficaram esmagados na lucta. Tiveram ambos os poetas renhidas contendas litterarias, e por muitos annos viveram como inimigos irreconciliaveis, porém afinal vieram a congraçar-se, quando Bocage estava proximo a morrer, dirigindo se mutuamente versos dignos do elevado talento dos dois illustres poetas. Curvo de Semmedo sobreviveu muito tempo a Bocage, e peor ainda, sobreviveu a si proprio. Em 1803 publicára o 1.° e 2.° volumes das suas *Composições poeticas*; o 3.° volume em 1817 e o 4.° em 1835. Este ultimo volume, ainda que publicado em vida do seu autor, já não pôde por elle ser coordenado nem revisto, pois havia perdido as suas faculdades mentaes nos ultimos annos. Em 1820 publicou tambem uma traducção das melhores fabulas de Lafontaine, cuja 2.ª edição saiu em 1843. Quando em 1828 D. Miguel se fez proclamar rei absoluto, Curvo de Semmedo seguiu o seu partido, ou por convicção, ou para não perder o logar, e publicou uma *Ode na feliz exaltação ao solio portuguez do senhor D. Miguel I*, ode que n'esse mesmo anno se imprimiu, mas quo não foi incorporada no 4.° volume das suas obras completas. Quando falleceu, havia já alguns annos que estava quasi idiota.

Torres Vedras. Esta villa é uma das mais importantes e consideradas da prov. da Extremadura, séde de conc. e de com., e pertence á Relação, distr. e patriarc. de Lisboa Está situada em formosa planicie, cercada de paizagens pittorescas, a 55 k. da capital do distr. e a 15 da costa do Oceano. O terreno dos arredores é de riquissima vegetação e torna se notavel pelos seus numerosos e abundantes vinhedos, sendo grande a colheita de vinhos que n'elles se faz todos os annos. E' a villa rodeada de montanhas, sobre uma das quaes, a menos elevada, existia o antigo castello, cujas ruinas ainda se vêem. Na encosta d'esta montanha está edificada uma parte da villa, a outra assenta na planicie, abraçando o monte junto da raiz por todos os lados, exceptuando o do norte. Segundo a ordem do exercito tem 5 freguezias denominadas: Santa Maria de Torres Vedras, S. Mamede de Torres Vedras, S. Miguel de Torres Vedras, S. Pedro do Torres Vedras e

S. Thiago de Torres Vedras; o segundo o *Censo da População* de 1900 e o *Diario do Governo* n.º 138 de 23 de junho do mesmo anno, que insere a divisão comarcã, tem apenas 4; Castello (Santa Maria), S. Miguel, S. Pedro e S. Thiago. Segundo o referido *Diario do Governo*, a freg. do Castello é a mesma que Santa Maria, ou Santa Maria do Castello, e a de S. Mamede de Torres Vedras é a de Ventosa (S. Mamede). Mas a despeito da letra dos documentos citados e d'outros ainda, a verdade é que a villa tem apenas duas freguezias: Castello (Santa Maria) e S. Pedro, estando as outras annexadas já desde muitos annos: a de S. Miguel á do Castello e a de S. Thiago á de S. Pedro. Junto e ao N da villa corre o rio Sizandro, sendo aqui atravessado por 3 pontes: a da *Mentira*, a de *S. Miguel* e a *d'El Rei*. No verão leva muito pouca agua, chegando por vezes a seccar completamente, mas nas grandes chuvas do inverno torna-se caudaloso e arrebatado. Nos temporaes que se deram no anno de 1876, as cheias fôram tão copiosas que as terras das suas margens soffreram graves prejuizos. Torres Vedras é uma povoação antiquissima; Oliveira Freire e outros antiquarios, dizem que foi fundada pelos turdulos e gallos-celtas, 38 annos antes da vinda de Christo, ignorando se o nome que lhe deram. O que não padece duvida é a fundação ser muito remota; comtudo, a sua existencia mais conhecida é do tempo em que os romanos dominaram a Lusitania. Justificam essa antiguidade 4 lapides com inscripções latinas, encontradas nas suas visinhanças, e das quaes ainda existem tres: duas na quinta chamada da *Rainha*, na freg. da Carvoeira, e a terceira embebida na parede exterior da egreja parochial de Matacães, ao lado da porta travessa. Estas inscripções indicam que existiu uma pov. importante no local onde se vê hoje a aprazivel villa de Torres Vedras. A pov. começou a figurar na historia com o nome de *Turres Veteres*, depois da conquista da Lusitania pelos barbaros do norte, destruidores do imperio dos romanos. Parece que esse nome lhe foi dado pelos godos ou visigodos, por terem sido estes povos que sujeitaram toda a peninsula iberica ao seu dominio, que desfructaram por muito tempo. As palavras *Turres Veteres*, que em latim barbaro significam *Torres Vedras*, dão a entender que houve ali fortificações no tempo dos godos. D'ellas se originou com alguma alteração o nome de *Torres Vedras*. Desconhece se completamente o que se passou durante o dominio dos gôdos, do jugo dos moiros e d'outros invasores da Lusitania; a historia da villa principia mais regularmente com a fundação da monarchia portugueza. Quando D. Affonso Henriques tomou aos moiros Santarem e Lisboa em 1147 e alargou as suas conquistas por toda a Extremadura, foi Torres Vedras uma das praças moiriscas que encontrou mais bem fortificadas, o que offereceu maior resistencia, tendo afinal que ceder, no anno seguinte, 1148, aos invasores christãos que, entrando os muros da povoação, destruiram grande parte das fortificações, passando ao fio da espada todos os infieis que procuravam salvar se pela fuga. Terminada a guerra, D. Affonso Henriques mandou reconstruir os edificios, levantar de novo as muralhas, e povoar a terra com familias christãs, concedendo, para attrahir habitantes, muitos privilegios e isenções. D. Affonso III é que lhe deu foral mais regular, por carta datada de Evora em 15 de agosto de 1250. Este foral foi reformado muito posteriormente, por el rei D. Manuel, estando em Santarem, confirmando todos os antigos privilegios, a 1 de junho de 1510. Foi esta villa antigamente cercada de muralhas, com tres portas: a de *Sant'Anna*, a da *Varzea*, e a da *Corredoura*, que já ha muitos annos desapparecerem. A *porta de Sant'Anna* foi demolida em 1641 para se ampliar o largo da Graça. A da *Varzea* demoliu se em 1734, para dar passagem á estrada nova, que d'esta villa se dirige a Matra. A da *Corredoura* já tinha sido demolida antes. Sobre uma collina ao ONO da villa, estão as ruinas do castello, conforme dissémos. Ignora-se a sua primitiva fundação, mas calcula-se que fôsse obra dos romanos, ou, pelo menos, dos gôdos, reedificado, e talvez ampliado, pelos moiros em 920. D. Affonso Henriques, em 1148, mandou o reconstruir. D. Diniz, em 1288, ampliou-o, e D. Fernando I, em 1382 tornou a reedifical o. Em 1516, D. Manuel procedeu a grandes obras, mandando n'essa occasião esculpir as suas armas sobre o portal da primeira cêrca, e o qual dá entrada para a egreja de Santa Maria do Castello. O seu 9.º alcaide, D. João Soares de Alarcão e Mello lhe fez varios reparos, em 1638. Além da torre de menagem, no centro do castello, tinha mais 5 torres menores, nos seus angulos; duas cêrcas de muralhas, de pouca altura, cingindo a segunda d'estas cêrcas toda a corôa da collina. O terremoto do 1.º de novembro de 1755 arruinou todas as fortificações, bem como o palacio dos alcaides-móres, que era um grande edificio quadrilongo, que teve dois pavimentos. Dentro da fortaleza havia 3 cisternas e uma galeria subterranea, hoje obstruida, que ia dar á margem do Sizandro.

Brazão d'armas da villa de Torres Vedras

A villa foi por vezes côrtes dos nossos monarchas, que tiveram aqui dois paços reaes: o primeiro, os chamados *Paços Velhos* fôram mandados construir em 1275 pela rainha D. Beatriz, mulher de D. Affonso III. Eram no bairro de Carcavellos, proximo e ao S do castello. Ainda existiam no principio do seculo XVI, mas não resta nem o minimo vestigio. Dos *Paços Novos*, ainda ha annos se viam as ruinas, no logar onde ainda existe o açougue publico. D. Affonso III e a rainha D. Beatriz gostavam muito de Torres Vedras, e aqui residiram varias vezes. Fôram os primeiros soberanos que fizeram a sua côrte n'aquella villa. Depois da morte do monarcha, a rainha sua viuva continuou a residir por vezes nos seus paços, onde fundou uma capella real, que mais tarde el-rei D. Manuel transferiu para o convento da Graça, d'esta villa, por o velho palacio ameaçar imminente ruina. Parece que foi este monarcha quem edificou os paços novos. Nos antigos paços residiram tambem os reis D. Diniz, D. Affonso IV, D. Fernando e D. João I. Foi em Torres Vedras que este ultimo soberano convocou um conselho em 1413, para consultar sobre o projecto da conquista da praça de Ceuta, abrigo dos piratas africanos, que

invadiam com frequencia as nossas costas, saquecando e incendiando povoações, e levando captivos os seus moradores, que podiam agarrar. O conselho foi favoravel á empresa, em vista do que o rei com os seus dois filhos mais velhos, os infantes D Pedro e D Duarte, e com um brilhante exercito, passou á Africa, e depois de varios e porfiados assaltos, tomou a praça africana a 14 de agosto de 1415. Tornaram se ali a reunir côrtes, no anno de 1441, convocados pelo infaute D. Pedro, duque de Coimbra, então regente do reiuo, em que se resolveu o casameuto de sua filha, a infauta D. Izabel, com sou primo, D. Affonso V. Em 1493, D. João II escolheu Torres Vedras para recebor a embaixada do rei de Napoles, que lhe traziariquissimos presentes. Foi uma recepção sumptuosa. No reinado de D. Manuel I, houve n'aquella villa, em 1496, duas esplendidas solemnidades: as exequias no primeiro anniversario da morte de D. João II, e a visita do embaixador, enviado pela republica de Veneza, então poderosissima, a quem el-rei concedeu muitas mercês e em acto publico armou cavalleiro ua presença de toda a côrte. D. Manuel ainda ali residiu nos annos de 1497 e 1518; D. João III tambem ali permaneceu em 1525, e prometteu dar-lhe a categoria de comarca, o que mais tarde realisou, por carta regia de 18 de julho de 1533. Nas luctas que se seguiram á restauração de 1640, foi aquella briosa villa uma das primeiras povoações que adheriu á patriotica revolução, portando-se com toda a energia, prestando se a todos os sacrificios a que as circumstancias obrigavam; e quando D. João IV, ao regressar da praça de Peniche, a visitou, demorando-se ali tres dias hospedado na residencia do prior da freg. de S. Pedro, contigua a esta egreja, por estarem já arruinados os paços, o enthusiasmo dos habitautes pela independencia da patria tornou-se inexcedivel, e D. João IV foi recebido com as mauifestações mais sympathicas e assombrosas de lealdade á Casa de Bragança. Tambem visitaram a villa D. João V, D. José I, D. Maria I e seu marido e tio D. Pedro III, com toda a familia real. Depois D. João VI, ainda regente, em 1797 e 1806; D. Miguel e suas irmãs, as infautas D. Izabel Maria e D. Maria d'Assumpção, em 1832; D. Maria II e el-rei D. Fernando, D. Pedro V e a rainha D. Estephania; o principe duque do Cambridge, Jorge de Inglaterra, e outras muitas pessoas notaveis. O ultimo soberano que esteve em Torres Veras foi el-rei D. Carlos I, quaudo visitou a quinta das Lapas. O senhorio de Torres Vedras fez parte por muito tempo do dote das nossas rainhas e infantas; tambem houve tempo em que pertenceu a dois particulares: D. João Francisco Moxica, fidalgo hespanhol, por mercê de D. Fernando I, feita em 1 69, antes do seu casamento com D. Leonor Telles; mas quando casou, annulou a doação, para dar o seuhorio a sua mulher; e o arcebispo do Braga D. Fernando, só durante a sua vida, por mercê de D. Affonso V. A alcaidaria-mór pertenceu a differentes familias até ao reinado d'este monarcha, que a concedeu então a D. João d'Alarcão e seus descendentes, como dote de sua mulher, filha e herdeira do reposteiro-mór Gomes Soares de Mello, quo prestára grandes serviços ao estado, e que D. Affonso V de esta fórma recompensou. Esta concessão, porém, acabou em 1640, pelo facto do ultimo possuidor, D. João Soares d'Alarcão e Mello, ter seguido o partido de Castella; este fidalgo foi despojado do todas as honras, sendo confiscados todos os seus bens. Parece que por espaço de 4 annos estevo Torres Vedras sem alcaide-mór, pois só por carta régia de D. João IV, datada de Lisboa a 5 de janeiro de 1645, é que foi dado este emprego, do juro e herdade, a Gastão José da Camara Coutinho, em premio da sua lealdade e dos relevantes serviços feitos á patria, duraute a guerra da Restauração, e n'esta familia se couservou o titulo até 1834, sendo seu ultimo alcaide-mór o 1.º conde da Taipa, D. Gastão da Camara Coutinho Pereira de Saude. Em Torres Vedras houve dois estabelecimentos de caridade, a quo antigamente se dava o nome de *mercearias*. O primeiro foi instituido pela rainha D. Leonor, mulher de D. Duarte, para 7 viuvas ou donzellas pobres, de boa vida e costumes, sendo nascidas n'aquelle concelho. As merceeiras tinham a obrigação de ouvir todos os dias uma missa por alma da instituidora. A rainha dotou o estabelecimento com a renda annual de 64 alqueires de trigo para todas as recolhidas, e 240 reis em dinheiro para cada uma O almoxarifado é que pagava, recebendo o trigo das jugadas, e o dinheiro do geral das sizas. A nomeação da merceeira, quando vagava algum logar, era feita por 3 vogaes: o prior da Graça, o juiz de fóra e o guardião do convento do Varatojo; confirmava a nomeação, em nome do soberano, a Mesa da Consciencia e Ordens; algumas vezes o logar era tambem provido directamente pelo soberano, como graça especial, por decreto ou aviso régio. A outra mercearia foi substituida pelo P. Domingos Pires Travassos, beneficiado de S. Pedro. Este caritativo padre possuia uma capella n'esta egreja; no seu testamento, feito em 14 do julho de 1355, além de muitas disposições importantes, deixou a obrigação de se instituir uma mercearia para 8 merceeiras pobres destinando para a sua habitação umas casas que possuia junto ao adro posterior da egreja, onde havia escolhido logar para a sua sepultura. Estas merceeiras eram obrigadas a rezar por alma do instituidor, recebendo cada uma annualmente, um quinhão incerto dos fructos e pensões do diversas propriedades, designadas no testamento, e em dinheiro 25$000 reis. Sendo seculos mais tarde a capella, que ficava annexa, incorporada aos bens da corôa, a mercearia acabou. Houve então uma demanda ácerca de quem deveria ser o directo proprietario, e saindo sentença a favor do D. Maria Clara de Sousa, passou se carta de posse a esta senhora, em 30 de abril de 1777, e por sua morte, D. Maria I fez mercê da capella ao general Rosa, o qual aforou as propriedades que lhe pertenciam, a varias pessoas, e a casa das merceeiras a José Pedro Pereira. O tumulo do instituidor, que ficava no centro das casas e formava um caixão de pedra, liso, defendido por um arco, assente n'uns pilares baixos, foi então demolido; os ossos do P. Travassos passaram para o cemiterio da Misericordia, sendo mais tarde, a requerimento da collegiada, removidos para a egreja de S. Pedro. Houve tambem em Torres Vedras uma *gafaria* com a invocação de *Santo André*, que foi extincta em 1544, mudando-se então para o edificio o convento da Graça, dos eremitas calçados de Santo Agostinho, o qual fôra fundado em 1266 pelo segundo provincial da or-

dem n'este reino, Fr. Felix de Santa Maria. O convento era situado no local que então se chamava *Varzea Grande*, lançando-se-lhe a primeira pedra em 29 de dezembro do referido anno de 1266. Ali se conservaram os frades 270 annos, apezar das más condições hygienicas em que estava o convento. Em 1544, D. João III concedeu então aos frades, com todos os seus rendimentos, a *Gafaria de Santo André*, que não tinha ninguem e ficava em logar arejado e saudavel, no largo da Graça, á entrada da villa, do lado do sul, e sobre a estrada de Lisboa. Este convento teve por prelados S. Gonçalo de Lagos, que a camara tomou para padroeiro da villa, e D. Fr. Aleixo de Menezes, que depois foi arcebispo de Gôa, primaz do Oriente, e por fim o arcebispo de Braga e primaz das Hespanhas. Sendo supprimidas as ordens religiosas em 1834, a egreja foi dada á irmandade do Senhor dos Passos, e o convento e a cêrca venderam-se a um particular. Depois pertenceu a Francisco Borges, mais tarde installou-se ali um collegio, e depois foi ali estabelecida a administração do concelho, recebedoria, tribunal, conservatoria, cadeia, etc. o largo passou a chamar se *Largo de S. Carlos*. Houve tambem o convento de *N. S.ª dos Anjos*, mais vulgarmente conhecido pelo *Convento do Barro*, por estar junto da pequena aldeia d'este nome. Ha tambem o convento do Varatojo, situado n'uma pov. assim chamada (V. *Barro* e *Varatojo*). As 4 freguezias que existiam em Torres Vedras estão hoje reduzidas a duas, conforme dissemos: S. Pedro, tendo annexada a de S. Thiago; Santa Maria do Castello, reunida á de S. Miguel. A egreja de S. Pedro foi collegiada composta de prior e 9 beneficiados; tinha 4 dizimarias: uma na villa, duas na freg. do Freiria e do Sobral da Abelheira, e a outra em toda a freg. de Carmões e em parte das de Dois Portos e Carvoeira Não se conhece a data da fundação da egreja, mas deve remontar ao principio da monarchia, porque a rainha D. Beatriz, depois da morte de seu marido, D. Affonso III, fez doação do padroado da egreja do Torres Vedras, de que era donataria, ao mosteiro do Alcobaça. A doação tem a data de 16 de março de 1279. Apezar da sua grande antiguidade, é um bom templo, e está bem conservado, graças ás suas frequentes reparações. S. Thiago era tambem collegiada, composta de prior e 8 beneficiados, simples, apresentados pelo patriarcha. Pertenciam a esta egreja os dizimos da sua freg., os da Encarnação (Fanga da Fé), parte dos da Ventosa, parte dos do Turcifal, parte das da Ribaldeira e parte dos de Dois Portos. A egreja é d'uma só nave e toda de abobada de pedra, muito antiga, naturalmente construida durante o reinado de D. Affonso Henriques, pois já em 1248 era considerada antiga. Nos principios do seculo XVIII se derreteu um antigo sino para a fundição de outro novo, o qual (o antigo) tinha a era de 1318 (1280 da era christã). Sujeita ás inundações do Sizandro, estava muito arruinada em 1586; tratou-se de a reedificar, mas as obras só se concluiram em 1615, e a torre só se completou no seculo XVIII. A porta principal é de architectura gothica com ornatos em relevo. Na capella mór ha bonitos azulejos representando scenas da vida de S. Thiago e allusões á ordem militar do mesmo santo. No corpo da egreja ha 6 altares, sendo um d'elles o de Christo, onde se vê uma maquineta com varias reliquias, que dizem ser um primôr de arte. Foi offerecida por devotas no principio do seculo passado, e consta ter sido comprada em Granada. Na egreja ha muitas sepulturas de pessoas nobres com ornatos e inscripções, já quasi illegiveis. Santa Maria do Castello parece ser a egreja mais antiga da villa. Foi tambem collegiada composta de prior e 10 beneficiados apresentados pelo prior. Tinha 4 dizimarias: a da freg., a do Turcifal, a da Azureira, e parte da de Dois Portos. A rainha D. Beatriz, mulher de D. Affonso III, deu ao prior os dizimos de diversos casaes, que se avistavam da porta principal da egreja. A freg. de S. Miguel ficava extramuros, entre as faldas do monte do Castello e a margem do Sizandro. Foi originariamente da corôa, e passou a padroado dos abbades de Alcobaça, por contrato celebrado em 1457, sendo abbade commendatario o cardeal de Alpedrinha, D. Jorge da Costa, dando o cardeal em troca a D. Affonso V o senhorio da villa de Beringel, no Alemtejo. Teve tambem collegiada composta de prior e 11 beneficiados, e dizimos pagos pela freg., e pelas de Matacães, Monte Redondo, Maxial, A dos Cunhados, S. Pedro da Cadeira e o logar da Coutada da Rainha. Pela suppressão das ordens religiosas, os dizimos foram extinctos, assim como as collegiadas, que havia em todas as freguezias. A egreja de S. Miguel, como o seu rendimento provinha quasi exclusivamente dos dizimos, ficou muito prejudicada, e o patriarcha D. Miguel Bento Rodrigues, em 4 de novembro do 1859, supprimiu a freguezia, ficando os rendimentos incorporados no seminario patriarchal. Os paramentos e alfaias dividiram-se pelas outras egrejas, e a cantaria do edificio foi aproveitada para obras publicas. A egreja era tão antiga que se julgava ser ainda do tempo dos gôdos. Tinha uma só nave; soffreu algumas reconstrucções, sendo a ultima depois do terremoto de 1755, que a arruinou quasi completamente. Annos depois tratou-se de a reedificar, mas em abril de 18?7, já toda em ruinas, foi dada á camara municipal. Na villa e no conc. de Torres Vedras ha muitas ermidas, sendo algumas de grande importancia. Citaremos a de *N. S.ª do Soccorro*, que fica no mais alto da serra do mesmo nome, em sitio alegre e pittoresco, com um magnifico ponto de vista. E' muito antiga, de architectura gothica e, segundo a tradição, foi mesquita de moiros. Tem casas para abrigo dos romeiros, que todos os annos concorrem em 5 de agosto, vindo alguns de grandes distancias á festa que n'esse dia se realisa O antigo brazão de Torres Vedras era em campo verde, um castello de ouro, ameiado, com duas torres do mesmo metal, uma á esquerda, outra á direita, ambas circulares e em fórma de coruchen, ameiadas, e cada uma com sua janella, e na cupola, pyramidal, uma flamula de purpura, e sobre a haste, mas solta, uma estrella de prata, de seis pontas. Entre as duas torres o escudo das cinco quinas O actual brazão, de que usa a camara municipal, é em campo verde, um castello de ouro com tres torres. A entrada hoje para a villa é pelas antiquissimas pontes, já citadas, sobre o rio Sizandro: a de *El Rei*, da *Mentira* e de *S. Miguel*. A de *El-Rei* serve de transito para os logares a E da villa e para o Ribatejo; segundo consta, já existia em 1336. Como subiu o leito do

rio, foi levantada assim como a calçada contigua, em 1877. A ponte da *Mentira* dá passagem para Obidos, Caldas da Rainha, Lourinhã, Peniche, e todas as mais terras que ficam ao norte; em 1597 já tinha o mesmo nome. Tambem se alteou, juntamente com a calçada, ao sair da villa, desde os *Pelomes* até ás *Faias*, no mesmo anno de 1877, com grande aterro, muros, pégões e cortinas que fôram arrazadas em 1810, por occasião da Guerra Peninsular; a camara, porém, em 1857, mandou-as levantar novamente. A ponte de *S. Miguel* dá serventia para as povoações de Oeste, costa e portos do Oceano. Foi construida em 1609, e os muros de supporte em 1751. No conc. contam-se mais 18 pontes. Em Torres Vedras existem dois passeios publicos: o *Bosque do Jardim*, com uma fonte, nas margens do Sizandro, entre o monte do castello e do forte de S. Vicente. E' aqui que se fazem as feiras annuaes. O passeio da *Varzea* fica na outra extremidade da villa, em sitio desafogado e pittoresco. O *Aqueducto* e o *Chafariz dos Canos* são talvez os principaes monumentos da villa. O *Aqueducto* fornece abundante agua; tem quasi 2 k. de comprimento, correndo subterraneamente em metade d'esta distancia, e no resto, ora sobre uma ordem de arcos, ora sobre duas ordens. O *Chafariz*, que é um curioso exemplar de architectura gothica, consta d'um pavilhão, da fonte propriamente dita, e 2 tanques. O pavilhão é semi circular, com 5 faces, nas quaes se abrem outros tantos arcos, de volta curvilinea ou ogival, sustentados cada um por columnas, 3 de cada lado. Sobre os arcos levanta-se o entablamento, que é coroado de ameias com suas esculpturas, e de pyramides mais altas que as ameias, e correspondentes aos angulos das 5 faces do pavilhão. Debaixo da abobada d'este, que é de pedra e artezoada, ergue se a fonte que lança agua por duas bicas n'um pequeno tanque, d'onde passa para outro muito maior, collocado inferiormente, e que toma toda a frente do pavilhão, ficando junto a uma escada de pedra, que sóbe para a fonte. Este tanque foi construido nos tempos modernos para uso dos animaes; toda esta obra do chafariz é de cantaria bem lavrada. A julgar pelo que ali se lê n'uma inscripção gravada na pedra, a qual diz que *mandára fazer este chafariz uma infanta portugueza no anno de 1561*, deve se ter por fundadora, não obstante não declarar o nome, a infanta D. Maria, filha de el-rei D. Manuel e da rainha D. Leonor, sua terceira mulher. Quando em Torres Vedras D. João III creou a comarca, foi nomeado primeiro corregedor o licenceado André Farinha. Até 1834 contaram se mais 49, sendo o ultimo o dr. José Ricardo Pereira de Figueiredo. Desde 1561 até 1833 houve 78 juizes de fóra, o 1.º o licenceado Duarte Velho, sendo o ultimo o dr. Nicolau Baptista de Figueiredo Pacheco. Por carta regia de 14 de agosto de 1835, foi nomeado 1.º juiz de direito o bacharel Francisco Boto Pimentel de Mendonça. O governo militar até 1834 compunha-se d'um capitão-mór, governando 16 companhias de ordenança com seu capitão ajudante, alferes, porta-bandeira, sargentos e cabos. O ultimo capitão mór foi o dr. José Lourenço Peres, nomeado por patente de 25 de maio de 1810, um regimento de milicias, tendo coronel e mais officiaes, formado com pessoas da capitania-mór; e um batalhão de voluntarios realistas, que se organisou em 1828. Torres Vedras tinha voto em côrtes, com assento no 7.º banco. Tem apparecido na villa e no conc. differentas moedas romanas, a maior parte das quaes fôram desencaminhadas. A casa da camara é um bom edificio, de 2 andares, tendo no 1.º a sala das audiencias, e no 2.º a sala das sessões da camara o seu cartorio. E' edificio antigo, muitas vezes reconstruido ou ampliado. A cadeia fórma uma só frontaria com os paçós do concelho. Em frente da casa da camara, e no centro da praça, estava o antigo pelourinho, padrão que attestava a autonomia e categoria da villa. Era uma columna de marmore com as armas de Portugal e tendo na extremidade superior, varões de ferro, cruzados, cada um com sua argola na extremidade. Ha muitos annos que não existe. Torres Vedras pertence á 1.ª div. mil., 1.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa. Tem est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; feiras muito importantes a 22 de janeiro, 29 de junho e 3.º domingo de agosto; mercado todos os 3.ºs domingos de cada mez; est. do caminho de ferro na linha de Lisboa á Figueira da Foz, entre a do Ramalhal e o apeadeiro de Machêa; advogados, agentes de diversas casas bancarias do paiz, *Associação de Soccorros Mutuos Vinte e Quatro de Janeiro;* corporação de bombeiros voluntarios; asylo de S. José, escolas de ambos os sexos, medicos, pharmacias, fabricas de carros, e moagens; hoteis, notarios, sociedades de recreio: *Philarmonica Torreense*, *Tuna Commercial*, *Tuna do Gremio Artistico Commercial*, *Casino de Torres Vedras*, *Gremio Artistico Commercial*, *Tuna Commercial Torreense;* typographia, muitos estabelecimentos diversos; tem-se publicado os seguintes jornaes: *Escalpelo*, março a junho de 1887; *Folha de Torres Vedras*, 26 de março de 1899; ainda se publicava em 1913; *Gazeta de Torres Vedras*, 8 de junho de 1893; *O Imparcial de Torres Vedras*, 17 de janeiro de 1900; *Jornal de Torres Vedras*, janeiro de 1885 a 30 de dezembro de 1886; succedeu-lhe a *Voz de Torres Vedras; O Neophito*, 1892; publicaram se poucos numeros; *A Semana*, 24 de fevereiro de 1887; publicava se ainda em 1889; *A Vinha de Torres Vedras*, 25 de janeiro de 1891; ainda se publicava em 1913; *Voz de Torres Vedras*, 5 de fevereiro de 1887; em 1889 ainda se publicava. A 2 k. da villa, no sitio denominado *Cucos*, ha um estabelecimento balnear, conhecido por *Thermas dos Cucos (V. Cucos)*. Os arredores de Torres Vedras são muito pittorescos; vêem-se ali importantes e magnificas quintas, com suas casas de habitação, lindos jardins e numerosas vinhas. Uma das principaes é a quinta das *Lapas*, pertencente aos srs. condes de Tarouca, (V. *adeante);* a quinta da Bogalheira, que perteuceu aos marquezes de Penalva; a quinta de *Villa Pouca*, etc. Torres Vedras é uma das villas de maior vegetação e de maior riqueza em vinhos, que é a sua cultura especial; tambem é abundante em cereaes, legumes, azeite, e muita variedade de fructas. Em todo o conc. se vêem pinhaes e outras mattas silvestres, onde se encontra bastante caça. O conc. é constituido por 16 freguezias, com 8:013 fog. e 36:567 hab.: sendo 18:623 do sexo masc. e 16:941 do fem., n'uma superficie de

35:387 hect. As freguezias são: N. S.ª da Luz, de A dos Cunhados, 2:301 hab.: 1:227 do sexo masc. e 1:074 do fem.; S. Domingos, de Carmões, 1:146 hab.: 618 do sexo masc. e 528 do fem; N. S.ª da Luz, de Carvoeira, 1:945 hab.: 977 do sexo masc. e 968 do fem.; S. Pedro, de Dois Portos, 3:495 hab.: 1:834 do sexo masc. e 1:661 do fem.; S. Lucas, de Freiria, 1:693 hab: 885 do sexo masc. e 808 do fem; N. S.ª de Oliveira, de Matacães, 1:394 hab.: 746 do sexo masc. e 648 do fem.; Santa Suzana, de Maxial, 2.192 hab.: 1:147 do sexo masc. e 1:045 do fem.; O Divino Espirito Santo, de Monte Redondo, 887 hab.: 474 do sexo masc. e 413 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Ponte do Rol, 1:167 hab: 631 do sexo masc. e 536 do fem.; S. Lourenço, de Ramalhal, 1:571 hab.: 843 do sexo masc. e 725 do fem; S. João Baptista, de Runa, 1:068 hab.: 585 do sexo masc. e 483 do fem; S. Pedro, de S. Pedro da Cadeira, 3:912 hab: 2:003 do sexo masc. e 1:909 do fem; Santa Maria, de Torres Vedras, 3:056 hab.: 1:613 do sexo masc. e 1:443 do fem.; S. Pedro, de Torres Vedras, 3:835 hab.: 1:986 do sexo masc. e 1:849 do fem; Santa Maria, do Turcifal, 2:734 hab.: 1:421 do sexo masc. e 1:313 do fem; S. Mamede, de Ventosa, 3:171 hab.: 1:633 do sexo masc. e 1:538 do fem. O principal commercio do conc. é vinho, aguardente, batatas, uvas, fructas e madeira de pinho.

Torres Vedras *(Batalha de)*. Deu se esta batalha a 22 dezembro de 1846, entre as forças populares a que desde a revolução de setembro de 1836 se dava o nome de *patuleias*, e as tropas cabralistas, do governo de Costa Cabral, conde de Thomar. As forças populares, que luctavam pela Junta do Porto, eram commandados pelo tenente-general conde de Bomfim; compunham-se de alguns batalhões de linha, entre elles o n.º 5 e o n.º 6 de caçadores e o batalhão de voluntarios de Vizeu. Ajuntou se a este pequeno exercito, nos dias 19 e 20 de dezembro, algumas guerrilhas, segundo consta, attrahidas pelos habitantes da villa, inimigos do partido cabralista, angariadas em Alcobaça, Caldas da Rainha e no concelho de Torres Vedras. O conde de Bomfim chegou a reunir mais de 3:000 homens de todas as armas, tendo, porém, sómente 200 de cavallaria, uma peça e um obuz. As tropas cabralistas constavam de 6 a 7 mil homens, entre infantaria e cavallaria, e 16 peças de artilharia, que o duque de Saldanha mandara collocar na serra de Almofalla, sobre as quintas das Fontainhas e estrada da Ponte do Rei. As tropas do conde de Bomfim occuparam o castello e os fortes da Forca e de S. Vicente, que fôra um dos principaes reductos das linhas de Torres Vedras. Nomeara-se uma Junta e um novo administrador de concelho, que foi o cirurgião Mauricio José da Silva, o qual tambem organisou uma guerrilha que se reuniu aos populares. Durante a noite de 21 para 22 caiu tanta chuva que o rio Sizandro trasbordou, alagando as suas margens. As tropas cabralistas deviam passar por ali; acamparam, porém, nas aldeias do Ramalhal e Amial, a 6 k. da villa. Na manhã de 22 a chuva continuou, e o conde de Bomfim, sabendo do acampamento das tropas inimigas, começou logo a reunir a sua gente nos fortes acima referidos, pondo a artilharia no castello, onde se encerrou juntamente com o tenente-coronel de engenharia Mousinho de Albuquerque. Do lado de S. João e das Fontainhas collocou o batalhão n.º 5 de caçadores, procurando assim defender a entrada da villa pelas tres pontes do rio Sizandro. Pelas 11 horas da manhã começou o fogo, seguindo se então a sanguinolenta batalha, em que o partido popular ficou derrotado. O duque de Saldanha tomou primeiramente o forte de S. Vicente, e apoderando-se depois de toda a villa, aprisionou o general inimigo e a maior parte das suas tropas, concedendo, porém, ao general todas as honras militares, aos officiaes as suas bagagens, e as mochilas aos soldados. N'este dia tão funesto, teve o paiz de lamentar a perda do tenente-coronel de engenheiros e ex-ministro Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, que uma bala victimou. Houve muitos mortos e feridos de parte a parte. O conde de Bomfim e os mais prisioneiros fôram conduzidos no meio d'uma escolta para Lisboa. Apezar de tantas precauções, alguns soldados conseguiram fugir durante a jornada, indo a maior parte d'elles apresentar-se á Junta do Porto. V. *Bomfim (conde de)*.

Torres Vedras *(Linhas de)*. Depois da batalha da Roliça, a 17 de agosto de 1808, em que as tropas francezas do commando do general de Laborde, ficaram derrotadas, fôram em seu soccorro Junot, de Lisboa, e Loison, de Abrantes, sendo tambem todos derrotados, logo no dia 21, na grande batalha de Vimeiro. Em toda a parte os assaltantes encontravam tres linhas profundas de soldados inabalaveis, que se oppunham aos seus esforços, como uma triplice muralha de ferro. (V. *Roliça* e *Vimeiro*). Junot tinha contra si a superioridade do exercito inimigo, pois as suas forças constavam de 14 mil homens, repartidos em tres divisões de infantaria e uma de cavallaria; emquanto o exercito alliado anglo-luso se compunha de 28:291 homens, entre inglezes e portuguezes. Além d'isso, Wellesley, que tinha a maior habilidade, em que sempre se distinguira, para escolher linhas defensivas, collocara as suas tropas em posições magnificas. Junot, vendo-se perdido, retirou-se para Torres Vedras, deixando em poder do inimigo 13 canhões e uma grande parte das bagagens, protegido contra a perseguição dos vencedores pela sua cavallaria, que destro çara n'uma carga brilhante os dragões inglezes. A 30 d'esse mez de agosto assignou se a convenção denominada de Cintra, entre Junot e o general inglez Dalrympe, que obrigou os exercitos de Napoleão a abandonarem Portugal. Esta convenção foi ratificada em Torres Vedras no seguinte dia 31. Os francezes embarcaram em Lisboa nos primeiros dias de setembro, levando todas as suas bagagens e grande parte das riquezas, que nos tinham roubado. Assim terminou a primeira invasão franceza. Napoleão, porém, não desistira da conquista de Portugal; o general Soult, apezar de ser mais difficil do que julgava, conseguiu entrar no reino pela provincia do Minho e chegar até ao Porto. O exercito alliado anglo-luso fôra muito reforçado, os generaes Beresford e Wellesley, já então elevado a viscoude lord Wellington, combinaram um plano de operações, e os exercitos portuguez e inglez marcharam para Coimbra, no intuito de começar a campanha. Depois de successivas luctas e combates, Soult teve de fugir para Hespanha. Receando nova invasão, lord Wellington levantou as famosas li-

nhas de Torres Vedras, aproveitando para isso os primeiros mezes do anno de 1810. Napoleão, livre da Austria, só pensava em mandar para Hespanha reforços importantes, collocando á frente do exercito que devia vir a Portugal, o general Massena, que possuindo valor e intrepidez, alcançara o cognome do *Anjo da victoria*, por sair sempre triumphante em todas as suas emprezas. O imperador, receando os perigos d'uma campanha no verão n'estes climas quentes, ordenara quo as operações activas sómente começassem em setembro. Esta ordem foi uma fortuna para lord Wellington, que pôde com socego construir as fortificações que desejava. Um dos homens que mais contribuiu, para se levar a effeito uma obra tão notavel foi o engenheiro Neves Costa. Essas majestosas fortificações compunham se de 3 linhas successivas: a 1.ª começava nas margens do Tejo nas alturas de Alhandra, e ia terminar na costa na altura do rio Sizandro. Dividia se em 3 districtos: o de Alhandra, o de Sobral de Monte Agraço e o de Torres Vedras. Dava esta o nome ás linhas por serem importantissimas as fortificações agrupadas em torno d'esta villa. A 2.ª linha começava no Tejo um pouco acima da Povoa, passava pelas alturas do Montachique e Mafra, e expirava na costa ao norte da Ericeira. Eram os seus 3 districtos o de Vialonga, o de Cabeça de Montachique e o de Mafra. A 3.ª linha, destinada exclusivamente a cobrir o ponto de embarque do exercito inglez, defendia a parte setentrional da barra do Tejo, e tinha o nome de districto do Oeiras, porque em torno d'esta villa desenrolava o seu pequeno perimetro. Estas linhas, quando se completaram de todo, foi no anno de 1812; compunham se de 152 reductos e fortes, armados com 534 peças de artilharia, e precisando para sua defeza e guarnição, de 34:125 homens. Quando, porém, as veiu occupar o exercito de lord Wellington, as duas primeiras linhas comprehendiam 126 reductos e estavam armados com 397 peças de artilharia. A terceira, como se sabe, era apenas um recurso extremo. Massena, segundo as ordens do imperador, conservou-se até fim de agosto no cêrco e tomada de Ciudad Rodrigo e Almeida; tendo necessidade de alguns dias de descanço, só se pôz em marcha no dia 16 de setembro, e seguindo lentamente pela Beira Alta, entrou em Vizeu, avançando pela margem direita do Mondego até Coimbra. A estrada que tomaram os francezes conduziu os ás alturas do Bussaco, onde então lord Wellington os esperava. Deu-se então aquella importante batalha, em que mais uma vez os francezes ficaram derrotados (V. *Bussaco*). No dia seguinte ao da batalha os 3 corpos do exercito francez tornearam a serra, onde Wellington se conservava; este, porém, percebendo a marcha, abandonou as suas posições e seguiu de perto o inimigo. Massena chegou finalmente em 7 de outubro ás linhas do Torres Vedras, e parou espantado; demorou-se até 14 de novembro, sem conseguir rompel-as, nem sequer se atreveu a dar combate; teve por fim de retroceder, retirando-se para Santarem, sem pensar em operação alguma, até que se viu obrigado a evacuar esta fortissima posição militar em 6 de março de 1811, apezar de ter recebido um reforço de 30 mil homens. N'esta retirada foi atacado em Pombal, Redinha, Foz de Arouce e Sabugal, entrando em Hespanha no dia 4 de abril seguinte. As memoraveis *linhas de Torres Vedras* fôram um padrão de gloria para Portugal. O principe regente, mais tarde D. João VI, por decreto de 13 de maio de 1811, concedeu o titulo de Conde de Vimeiro a lord Wellington; em 17 de dezembro do mesmo anno, elevou-o a marquez de Torres Vedras, e por decreto de 17 de novembro de 1812 lhe deu o titulo de duque da Victoria.

Torres Vedras *(Quinta das Lapas)*. Importante propriedade nos arredores de Torres Vedras, a cujo concelho pertence, situada na freguezia de Monte Redondo. E' uma das mais formosas vivendas senhoriaes de recreio, que nos

Quinta das Lapas em Torres Vedras — Entrada Principal

legou o seculo XVII. A Quinta das Lapas foi primitivamente comprada por D. Marianna de Menezes, condessa do Villar Maior, casada com o conde do mesmo titulo, Fernão Telles, um dos quarenta fidalgos que aclamaram D. João IV. A referida senhora empregou o seu dote na compra d'esta propriedade, que constituiu vinculo, com os seus extensos pinhaes, terras de pão, olivedos e vinhas annexas. Antes de chegar á entrada principal da quinta encontra se uma vasta praça, tendo no topo de entrada uma ermida da invocação de Santo Antonio. Na frente acha-se a capella de N. S.ª do Rosario, pequeno edificio de elegante architectura. O frontão descança sobro quatro columnas monolithas. Esta capella, resistindo ao terremoto de 1755, apenas os blocos dos fechos dos arcos da entrada e do cruzeiro correram um pouco para fóra. Em epocas posteriores o edificio precisou de ser amparado por dois gigantes de cantaria, que lhe dão um novo

aspecto e o consolidam de encontro ás duas rampas, que pela esquerda e pela direita sobem até á imponente arcaria da entrada principal da quinta. Transpondo o portão ao centro da arcaria entra-se n'um grande pateo quadrangular, ao fundo do qual se ergue o antigo palacio, mandado construir pelo primeiro marquez de Alegrete, Manuel Telles da Silva, conde de Villar Maior, a quem D. Pedro II deu o titulo do marquez em 19 de agosto de 1687. E' majestosa a construcção d'este palacio, a que dá ingresso uma bella escada de pedra no estylo da arcaria e que se abre em dois ramos. Muito mais imponente seria o aspecto architectonico d'esta propriedade, se as obras do Mafra não houvessem requerido então quantos operarios canteiros trabalhavam nas cercanias, chegando D. João V a falar ao marquez de Alegrete, para que dispensasse os que andavam no seu palacio das Lapas, sob a promessa de que depois seria compensado da demora. A obra da arcaria da entrada deveria correr em toda a volta do pateo de honra. Assim, ficou incompleta para sempre, e o rei Magnanimo apenas offereceu mais tarde ao illustre marquez, seu camarista durante uns quinze annos, os dois bellos leões em marmore fino que corôam as pilastras do portão grande da quinta. O interior do palacio corresponde ao exterior. A mesma grandeza de vivenda solarenga se reproduz em todas as salas. Como na traça antiga todas as habitações se dividem sem que um unico corredor as separe. Os tectos altos teem caprichosas quadraturas com largas sancas, todos de madeira, e desafiam pela sua solidez o decorrer dos seculos. Os pavimentos são de uma tijoleira especial, homogenea e polida como se fôsse encerada. O classico azulejo portuguez reveste os altos rodapés. A sala de jantar, com o tecto em fórma de masseira, deita as janellas para os jardins. Além do palacio tornam esta propriedade muito interessante os seus jardins, hortas, pomares, ruas de buxo no estylo de Le Notre, avenida de lindas palmeiras modernas, e sobretudo a notavel matta, povoada de altos sobreiros, de grande grossura e antiguidade, chegando se a affirmar que algumas d'essas notabilissimas arvores são anteriores á monarchia. De entre ellas distingue-se um celebre sobreiro denominado os *Quatro Irmãos*, arvore admiravel, cujo tronco rente ao chão se divide em quatro de grande grossura e altura. Os medronheiros apresentam aqui um enorme desenvolvimento, ligando se caprichosamente aos sobreiros, dos quaes nunca se extrahiu a cortiça. O aspecto vetusto das arvores redobra assim de pittoresco. A' entrada da matta existe uma linda ermida. A imagem de Santa Maria Magdalena, que dá o nome á capellinha, de graciosa architectura, foi esculpida pela ultima senhora marqueza do Penalva, em substituição de uma antiga, que os francezes destruiram. A disposição das ruas na matta é muito engenhosa, alcançando-se sem violentas subidas uma grande eminencia d'onde se desfructam mais de dois kilometros de terras pertencentes á quinta. A agua brota de todos os lados, defluindo de cinco fontes, entre as quaes a do *Frei João*, sendo a bica e a pia de notavel trabalho de esculptura, a do *Veado*, que é constituida por um lindo grupo monolitho em marmore finissimo, de dois galgos segurando um veado pelas orelhas. Uma das fontes é de magnifica agua ferrea. Não é difficil suppôr como esta quinta foi sempre apreciada não só pelos seus illustres possuidores como pelos visitantes de todas epocas. Nos meados do seculo XVIII realisou algumas obras novas n'esta propriedade Nuno da Silva Telles. No reinado de D. João V muitas vezes permaneceu ali o marquez de Alegrete. Mais tarde, a princeza D. Maria Francisca Benedicta, a benemerita fundadora do visinho asylo de Runa, visitou-a frequentemente. A infanta D. Izabel Maria tambem ali esteve, pelo menos, duas vezes. Por esta occasião lhe offereceu o marquez de Penalva uma chave do portão da quinta, juntamente com uma poesia sua. Nicolau Tolentino dedicou á quinta das Lapas, entre outras poesias, um dos seus melhores sonetos. Nos tempos modernos fôram ali visitados, por vezes, os actuaes possuidores, por herança do respectivo vinculo, srs condes de Tarouca, primeiro pela rainha D. Maria Amelia, e mais tarde por el rei D. Carlos. Tambem o principe real D. Luiz Filippe e o infante D. Manuel, mais tarde rei, visitaram duas vezes esta quinta e os seus illustres proprietarios. Egualmente ali esteve o infante D. Affonso, duque do Porto.

Torres Vedras *(Santa Casa da Misericordia e outros hospitaes de)*. Em epocas remotas existiu em Torres Vedras o hospital do *Espirito Santo*. Ignora se quando e por quem foi fundado, mas sabe se que tinha bons rendimentos e umas casas vastissimas, em que podiam ser tratados alguns doentes. No largo da Senhora do Rosario, por detraz da egreja de S. Pedro, onde depois foi a praça do peixe, houve tambem um hospital, ainda de mais antiguidade, intitulado *Santa Maria dos Farpados;* este hospital incorporou se no do *Espirito Santo*. Quando el-rei D. Manuel instituiu em todo o paiz as irmandades da Misericordia, Torres Vedras não foi esquecida, e por carta datada de Evora a 26 de julho de 1520, o monarcha mandou que a nova irmandade se estabelecesse nas casas do hospital do *Espirito Santo*, ficando com todos os seus bens e rendas. Concedeu ainda mais á Santa Casa da Misericordia os rendimentos da *Confraria das velhas dos pobres* e os dos hospitaes de *S. Gião*, do *Machial* e de *Roca Amador*. que fôra instituido em 1310 pela rainha Santa Izabel. Todos estes estabelecimentos piedosos ficaram supprimidos com a organisação do hospital e egreja da Misericordia. Além dos rendimentos referidos, a Santa Casa recebia varias esmolas, legados e sobejos de todos os outros hospitaes e albergarias do concelho, depois de satisfeitos os respectivos encargos. Em todas as egrejas, mosteiros e ermidas da villa se viam mealheiros e os fieis deitavam a sua esmola para a Misericordia, e pelo tempo das colheitas, tambem se pediam esmolas pelas eiras aos lavradores. Em tempos antigos a Santa Casa egualmente recebia parte das multas ou coimas impostas pelas justiças, e os irmãos andavam pelas ruas esmolando para os presos. A estes rendimentos ainda se juntaram em 1595 os da egreja de Nossa Senhora do Amial, que fica a 1 k. ao norte da villa E' templo muito antigo, e consta que foi matriz d'uma freguezia, composta de varias aldeias, que pouco a pouco se fôram tornando independentes, ficando a antiga egreja pertencente á Misericordia com todas as suas rendas. A irmandade sustentou todos os seus encargos até

1613, anno em que pôz algum capital a render. Em 1880 tevo um valioso legado, deixado pelo prior de S. Miguel da Ventosa, o P. José Luiz de Barros e Cunha; foi a importante quinta de *Valle de Gallegos.* O antigo hospital do *Espirito Santo* tinha duas enfermarias, sendo uma para homens e outra para mulheres, porém como o numero dos doentes fôsse augmentando, a irmaudade da Misericordia comprou uma casa nobre contigua, e transferiu para as suas salas as enfermarias, que ficaram sendo 4: a de medicina, a do cirurgia, a das mulheres e a dos convalescentes; esta ultima consta ter sido feita em 1854 e comportar 71 camas. Tem 2 medicos, uma botica bem provida, capellão, enfermeiro, advogado, procurador, tabellião e secretario. Em cumprimento de legados, dá a Santa Casa todos os annos, no dia 8 de setembro, o dote de 30$000 reis, e na quinta feira Santa o de 24$000 rais, para o casamento de duas orphãs pobres Por obrigação tambem de legado, dá ainda outro dote de 24$000 reis, de 6 em 6 annos, com a mesma applicação. A egreja da Misericordia é regular, tanto em grandeza como nos ornatos; é d'uma só nave, as paredes interiores são revestidas de azulejos até á altura de 3 m., representando scenas da vida de Nossa Senhora; o pavimento da capella mór é lageado de marmore branco e preto, em xadrez, havendo por baixo 3 carneiros que communicam entre si. No côro ha um orgão, feito no seculo XVIII, que dizem ter custado 500$000 reis. Sobre a porta da entrada vêem se as armas reaes portuguezas, esculpidas em pedra. A sacristia é majestosa; foi mandada construir pelo provedor que serviu nos annos de 1751 e 1752, como se deprehende pela seguinte inscripção collocada sobre o arco que divide a sacristia do lavatorio: *Esta obra e a do corredor, mandou fazer o ill.mo sr. Nuno da Silva Telles, sendo provedor no anno de 1751 para 1752.* Esta inscripção está sobre um retabulo de talha dourada, com as armas dos marquezes de Alegrete. No adro da egreja, antes de se fazer o cemiterio proprio, enterravam se até 1849 as pessoas que morriam no hospital. O recinto está hoje resguardado por um gradeamento. O hospital o ermida de S. Gião, já citadas, ficavam no local chamado *Varzea da Feira*, da parte direita da rampa por onde se desce para a varzea depois de passada a *Ponte da Mentira;* fôra construido em 1359 pelos sapateiros da villa. Por causa das inundações provenientes das grandes cheias do rio Sizandro, a Misericordia mandou demolir o hospital e a ermida, e com os seus materiaes fundou a actual capella, que se vê á saida da villa pela porta da *Corredoura,* junto á estrada que vae para Runa e povoações do Ribatejo. Como por vezes se tinha levantado aqui o nivel da calçada, a capella continuou a ser sujeita a inundações, e em 1844 estava muito arruinada. A Misericordia mandou a então reconstruir, elevando a até ficar superior á calçada. Durante as obras, a imagem de S. Gião, ou S. Julião, esteve na quinta das *Covas,* que fica contigua. A capella está hoje profanada. O hospital do Maxial tinha sido construido em 1472 por João Gil Cuchifel; apezar de el-rei D. Manuel o ter annexado á Misericordia em 1520, continuou sempre independente por grande opposição que os seus dirigentes fizeram; só 3 seculos depois, no anno de 1859, é que foi incorporado na Santa Casa, por ordem do governador civil do districto.

Torrezão. Familia oriunda da Galliza e cujas armas são: Em campo verde, uma torre de prata, saindo das janellas duas hastes de lança vermelhas, cada uma com sua flôr de liz de ouro na ponta.

Torrezão *(D. Guiomar Delphina de Noronha).* Escriptora. Nasceu em Lisboa a 26 de novembro de 1844, onde tambem falleceu a 28 do outubro de 1898. Era filha de Joaquim José de Noronha Torrezão, e de sua mulher D. Maria do Carmo Pinto de Noronha Torrezão. Seu avô paterno, Bento Joaquim de Noronha Torrezão, exercera, durante o governo de D. Miguel, o logar de pagador do commissariado. Aos 7 annos de edade partiu com sua mãe para a ilha do Sal, de Cabo Verde a reunir-se a seu pae, então director da alfandega da ilha de Santo Antão, sendo depois transferido para a ilha de Maio.

D. Guiomar Delphina de Noronha Torrezão

Fallecendo seu pae, regressou a Lisboa, onde chegou a 1 de novembro de 1853, na companhia de sua mãe e duas irmãs pequeninas. A morte do avô logo a seguir, e de alguns parentes que a febre amarella victimou, em 1857, deixaram a pobre familia em muito precarias circumstancias. Com os trabalhos do costura mal se poderiam alcançar recursos sufficientes, no entretanto, Guiomar instruia-se e, muito nova ainda, conseguia angariar algumas discipulas, a quem ia ensinando instrucção primaria e francez. Dedicava-se tambem muito á litteratura, principalmente á poesia, para que manifestava a maior vocação, e contando pouco mais de 16 annos, escreveu a sua primeira obra, *Uma alma de mulher,* quo veiu a publicar-se em 1869, prefaciada por Julio Cesar Machado. O livrinho agradou muito, sendo bem recebido pela critica. Animada por tão bom exito, dedicou-se ao trabalho, que foi durante mezes e annos, da mais persistente lucta

pela vida. Conquistado o nome, precisava sustental-o. Ao mesmo tempo que em varios jornaes, especialmente no *Diario Illustrado* e *Reporter*, escrevia quasi diariamente artigos, muites dos quaes notaveis, sobravam lhe os ocios para escrever livros originaes, e traducções para os theatros. O seu segundo trabalho foi um livro intitulado *Rosas Pallidas*, collecção de contos e de paizagens, prefaciado por Thomaz Ribeiro; fizeram-se duas edições que se esgotaram rapidamente. Publicou depois um trabalho de mais arduo estudo, o romance historico, *A Familia Albergaria*, baseado nas nossas luctas politicas de 1824 a 1834. *Meteoros*, collecção dos seus melhores folhetins que reuniu em volume; *No theatro e na sala*, livro de critica, que tem um prefacio de Camillo Castello Branco. *A Comedia do amor*, uma compendiação de historietas. Escreveu mais: *Batalhas da vida; Paris*, livro de viagens; *Flavia*, etc. Nos *Brindes* do *Diario de Noticias*, publicou os seguintes contos: N.º 19 *(1883), Os Ciumes do visconde;* N. 25 *(1889), A avó;* N.º 26 *(1890), Severina;* N.º 30 *(1894), Diario d'uma complicada;* N.º 32 *(1896), Joanna de Gerschen.* No *Diario Illustrado*, com o pseudonymo de Gabriel Claudio, inseriu varios artigos e folhetins litterarios e criticos. Collaborou tambem nos seguintes jornaes: *Voz feminina, Gazeta Setubalense, Diario de Noticias, Tribuno Popular, Chronica dos theatros*, etc. Em 1871 fundou o *Almanach das Senhoras*, cuja composição lhe absorvia grande parte do tempo, e era uma das suas melhores fontes de receita. Este almanach ainda hoje se publica sob a direcção d'uma sua irmã. Para o theatro do Gymnasio escreveu uma comedia em 3 actos; *Educação moderna*, e para um theatro do Brazil o drama *Naufragio do brigue Colombe.* Traduziu as seguintes peças, quasi todas representadas nos melhores theatros de Lisboa, Porto e Brazil: *A Martyr, Condessa Sarah, Dionysia, Clara Soleil, O Seculo XVIII e o Seculo XIX, Toupinel que Deus haja, Surcouf, Noiva dos Girasoes, Mademoiselle Diabrete, Mussotte, Gran Galeoto, Menina do telephone, Doiz Garotos, A's 10 da noite, Amor de filha, A Fé perdida, Furias d'amor, Pela bocca morre o peixe*, etc. A'cêrca dos *Dois Garotos*, de que tinha a propriedade em Portugal, desenvolveu uma actividade extraordinaria e uma energia varonil, evitando que fôsse espoliada dos seus direitos, quando um empresario tentou prejudical-a nos seus interesses.

Torresão *(Simão Coelho).* Clerigo secular, doutor em canones pela Universidade de Coimbra, prior da freguezia de S. Martinho, de Lisboa, inquisidor na mesma cidade. N. em Figueiró dos Vinhos; e fal. a 10 de setembro de 1642. Escreveu: *Elogio de D. João de Castro, vice-rei da India;* saiu illustrado com commentarios, por João Pinto Ribeiro, Lisboa, 1643; anda tambem nas *Obras varias* do mesmo João Pinto Ribeiro, tomo II, e na *Vida de D. João de Castro*, por Jacinto Freire d'Andrade, na edição de Lisboa, 1736. Ha tambem algumas poesias suas impressas na *Fenix Renascida*, tomo II, pag. 205 a 210, e tomo V, pag. 283 a 340.

Torriani *(João Evangelista).* Bacharel formado em mathematica pela Universidade de Coimbra, lente substituto da Academia de Marinha de Lisboa, socio da Academia Real das Sciencias, tenente coronel de engenharia, etc. N. em Lisboa, e fal. em julho de 1821, ainda moço. Nas *Memorias da Academia*, tomo III, parte 2.ª inseriu: *Deducção d'uma fórmula geral, que comprehende os theoremas de Newton sobre as potencias das raizes equações.* No tomo VI das referidas *Memorias*, parte 1.ª inseriu *Memoria sobre a resolução geral das equações de Wronski.* Torriani foi tambem um pianista afamado. Era casado com uma sobrinha da grande cantora portugueza Luiza Todi.

Torrim. Pov. na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Torrinha. Povoações nas freguezias: S. Thomé, de Bitarães, conc. de Paredes, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. ‖ N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa. ‖ N. S.ª da Luz e conc. de Lagôa, distr. de Faro. ‖ Ilha da Madeira; N. S.ª do Monte, conc. e distr. do Funchal. ‖ Boca no canal de Alpiarça.

Torrinhas. Pov. na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, distr. de Leiria. ‖ Pico da ilha da Madeira, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal. E' todo coberto de castanheiros e de loureiros.

Torrinheiras. Pov. na freg. de Santa Maria, de Abbedim, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Torroal. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Assumpção, de Enxara do Bispo, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. ‖ S. Pedro, do Monte Vil, conc. de Alcacer do Sal, do mesmo districto.

Torrões. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Cezimbra Castello, conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa.

Torrojeira. Pov. na freg. de Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Torrozellas. Pov. na freg. de S. Gens e conc d'Arganil, distr. de Coimbra.

Torrozello. Villa e freg. de N. S.ª do Rosario da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Ceia, distr. e bisp. da Guarda; 168 fog. e 757. Tem est. post., agencia de seguros *Sociedade Portugueza*, fabricas de azeite, de moagens; casas de pasto, esc. primaria, hotel, pharmacia, fabricante de queijos, diversos estabelecimentos. Está situada a 3 k. da margem direita do rio Alva, na estrada de Celorico a Oliveira do Hospital, a 10 da séde do conc. E' pov. muito antiga, e teve foral dado por el-rei D. Manuel, em Lisboa, a 15 de maio de 1514. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Torta. Bahia da costa de Benguella, Africa Occidental.

Tortella. Pov. na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto.

Torto. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Golães, conc. de Fafe, distr. de Braga. ‖ Rio do distr. de Castello Branco. N. na raia de Hespanha, corre em direcção O e depois na do S, e vae desaguar no Baseguedá, ao N de Pena Garcia, depois de 22 k. de curso. ‖ Rio do distr. de Faro. N. a 7 k. ao NE da freg. de S. Marcos da Serra, corre para o NO e vae desaguar no rio Mira com 15 k. de curso ‖ Rio do distr. de Portalegre. N. a 10 k. ao NO de Ponte de Sôr, corre tortuosamente a NO e entra no Tejo, abaixo do Rocio de Abrantes, com 15 k. de curso. ‖ Rio do distr. de

Villa Real. N. na freg. de Alhariz, corre para SE, passa a 2 k. SE de Valpaços, onde tem ponte na estrada que vae d'aquella villa para Agua Rever, e entra no Rabaçal com 20 k. de curso || Rio do distr. de Vizeu. N. a 3 k ao SE de Guilheiro, corre na direcção N, passa proximo de Ranhados, onde tem ponte na estrada de Penedono, e a E de Souto e da Povoa, muda a direcção para NO e passa proximo de Vallongo, Trevões, Varzeas, Castanheiro e Valença da Beira, entrando no rio Douro com 50 k. de curso. || Rio quo nasce ao N e ao NO de Portel, e depois de receber a pequena ribeira d'Azenhas e a de Callastão, se lança na ribeira de Cagavae, com cêrca de 16 k. de curso.

Tortomil Pov. na freg. de N. S.ª da Ribeira, de Bouçoães, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real.

Tortozendo. Pov. e freg. de N. S.ª da Oliveira, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Covilhã, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 781 fog e 3:246 hab. Tem escolas de ambos os sexos, est. post e telegr; est. do caminho de ferro na Beira Baixa, na linha de Lisboa a Abrantes, entre a de Covilhã e o apeadeiro de Alcaria; mercado no 2.º domingo de cada mez, e a feira de S Miguel a 29 de setembro; agencias de casas bancarias e de companhias de seguros do paiz; casas de pasto, fabrica de lanificios, medico, pharmacias, sociedades de recreio: *Philarmonica, Club Lealdade, Club Popular, Gremio Artistico Tortozendense.* Está situada a 3 k. da margem direita do rio Zezere, na estrada da Covilhã a Castello Branco, e a 7 da séde de conc. A terra é muito fertil e tem abundancia de gado de toda a qualidade, caça e colmeias. Desconhece-se a origem d'esta povoação, havendo diversas opiniões com referencia á sua antiga existencia. Seria a aldeia, primitivamente, nas immediações do ribeiro de S. Thiago? Outros opinam que o seu local era o denominado *Assédio dos Quadrados*, ficando mais abaixo, na actual *quinta do Semeão*, o largo da feira de S. Miguel, onde ainda existe uma cruz chamada a *Cruz de S. Miguel*, feita de pedra tosca. Ali se originaria a povoação, a qual nos seus principios se compunha exclusivamente d'um pequeno casal ou quinta com o nome do *Zendo*, tendo em roda vinhas magnificas, de que se extrahia muito bom vinho, e que era muito procurado. A aldeia tem prosperado bastante nos ultimos annos, e passado por diversas transformações, contando se lhe já 3 egrejas matrizes. A 1.ª foi edificada junto á residencia do parocho, e derruiu a poder de velha, restando apenas hoje a sacristia. Mais tarde se construiu n'aquelle local a capella de S. Braz, já ha annos profanada. A 2.ª, tambem em ruinas, é a capella de N. S.ª do Rosario, d'onde os francezes durante a ultima invasão levaram objectos d'arte, de valor A pequenez d'esta egreja para a então já populosa povoação, levou os habitantes de Tortozendo á iniciativa d'uma nova egreja, matriz, que é a actual, e cuja fundação data dos fins do seculo XVIII. Em Tortozendo ha mais 3 capellas publicas e 2 particulares, e uma pequena ermida de N. S.ª dos Remedios, á qual está annexa a antiga aula de latim, casa que está hoje abandonada. Tortozendo é uma aldeia importante. A agricultura tem se ali desenvolvido muito, e n'ella veem trabalhar os jornaleiros das visinhas povoações: Alcaria, Dominguiso e Valles. Produz bastantes especies cerealiferas, tendo, comtudo, de importar cêrca de metade do que lhe é necessario para seu consumo As vinhas, quasi completamente phyloxeradas, teem sido substituidas por campos de trigo e milho Ha já terrenos com plantação de bacellos americanos, e outros se vão replantando. O solo é fertil e productivo, para que tambem muito concorre a rio Zezere, que banha a aldeia e lhe alimenta as frondentes margens. Tortozendo pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n. 21, com a séde em Castello Branco.

Tosador. Officio que tinha regimento na collecção dada pelo senado do Lisboa em 1572.

Toscano. Em tempo de D. Affonso III veiu para Portugal um cavalleiro da Toscana, que se estabeleceu em Evora, onde era conhecido pelo *Toscano*. Os seus descendentes adoptaram este appellido, sendo lhes dadas as seguintes armas: Em campo vermelho um leão de prata ornado de azul; timbre, o leão nascento.

Toscano *(Francisco Soares)*. Escriptor do seculo XVII. Era natural de Evora, e distinguiu-se muito no estudo das letras humanas, especialmente da philosophia. Escreveu: *Parallelos de Principes e varões illustres antigos, a que muitos da nossa nação portugueza se assimilharam em suas obras, ditos e feitos. Com a origem das armas de algumas familias d'este reino*, Evora, 1623; Os mesmos, *reimpressos e addicionados pelo conde da Ericeira D. Francisco Xavier de Menezes, com 48 parallelas de varões insignes e 12 de mulheres*, Lisboa, 1733.

Toscano *(Sebastião)*. Eremita da ordem de Santo Agostinho, bacharel em theologia, etc. N. no Porto no principio do seculo XVI, fal. em Lisboa a 13 de junho de 1580. Foi estudar em Salamanca, sendo discipulo do celebre Fr, Thomaz de Villa Nova, onde se mostrou eximio no estudo do grego e do latim, e onde finalmente tomou o grau de bacharel em theologia, tendo professado no convento de eremitas de Santo Agostinho, tambem de Salamanca, a 18 de fevereiro de 1533. Passou então á Italia, sendo ali muito apreciado pelo geral da ordem, que o nomeou regente dos estudos, e depois chronista da ordem por morte de Fr. Marcos de Treviso. Em 1547 voltou a Portugal, e foi nomeado prégador do el rei D. João III, como já o fôra do imperador Carlos V. Teve magnas questões com os seus confrades da ordem em Portugal, e talvez para pôr côbro a essa dissidencia que ameaçava os interesses da egreja, mandou-o o geral, em 1558, a Inglaterra para se constituir os conventos da ordem, em virtude das esperanças que se tinham concebido da restauração do catholicismo n'aquelle reino, pelo casamento da rainha Maria Tudor com o principe Filippe, filho de Carlos V. Foi duas vezes provincial da sua ordem e fundou o convento de Torres Vedras. Foi elle quem prégou em Lisboa o sermão da trasladação dos ossos de Affonso de Albuquerque da India para Portugal. Este sermão publicou se em Lisboa, 1556. Escreveu: *Mystica theologia, na qual se encontra o verdadeiro caminho para subir ao céu, conforme a todos os estados da vida humana*, Lisboa, 1568; *Confissões de Santo Agostinho, traduzidas do hespanhol*, Salamanca, 1554, reimpressas em Anvers, 1556.

Tostado. Pov. na freg. de S. Paio, de Mole-

do, conc. de Caminha, distr. do Vianna do Castello.

Tostão. Moeda de prata. O *tostão*, ou *quarto de portuguez (V. este nome)*, foi pela primeira vez cunhado em Portugal no reinado do D. Manuel I. Damião de Goes refere: «Mandou forjar de novo os *tostões*, que são os quartos dos *portuguezes* de prata, com a mesma divisa, escudo, letreiros dos *portuguezes* de ouro, de que cada *tostão* vale cinco *vintens*, e cada *vintem* vinte *reaes brancos*.» Afirma porém Teixeira de Aragão, na *Descripção Geral e Historica das Moedas*, tomo I, que não se póde bem determinar a epocha em que começou a cunhagem dos *tostões*. Sabe-se apenas ter sido antes de 1509, pois n'este anno espalhou se grande quantidade d'estas moedas falsas na comarca da Guarda, e os fabricantes fôram presos em Hespanha. Quanto ao nome de *tostão* alguns auctores o attribuem ao *testudo* dos gregos, que designavam assim a moeda quando representava em uma das faces um kagado; outros querem que seja de *testa*, pois d'esta maneira se chamavam as moedas romanas que tinham gravada uma cabeça; e ainda ha uns terceiros que lhe dão a origem franceza de *teston*. O *testone* foi cunhado primeiro na Saboia, no anno de 1488, por Carlos I. Em França, data do Luiz XII, no anno de 1513. No reinado de D. Manuel tambem houve o *meio tostão*. Do mais antigo *tostão* quo se conhece

Tostão de D. Manuel I

a descripção é a seguinte: + EMANVEL °o R °o P °o ET °o A °o D °o GVINE °o Armas do reino; á esquerda: L, á direita G. Reverso: + IN + HOC + SIGNO + VINCES Cruz do Christo entre quatro pontos, e cantonada por quatro flôrões. O *meio tostão*, da mesma epoca: + °o EMANVEL °o R °o P °o ET ° A o° D °o GINE. Quinas. Reverso + ° I ° EMANVEL ° R ° P ° ET ° A ° D °o G °. Cruz de S. Jorge, cantonada por quatro anneis. Cunharam se d'estas moedas de prata em todos os reinados subsequentes até ao de el rei D. Carlos I, em quo por decreto do 21 de julho de 1899 foi autorisada a cunhagem de 2000 contos de moedas de nickel do 100 e 50 reis, para substituir os *tostões* e *meios tostões* do prata. Os multiplos do *tostão* são do data muito posterior. Assim os *dez tostões, cinco tostões* e *dois tostões (V. estes nomes)* datam do reinado de D. Maria II, em conformidade da lei de 24 do abril de 1835. A ultima moeda de *tostão* cunhada em Portugal foi no reinado de D. Manuel II, e circulou poucos dias. No mesmo reinado se cunharam tambem as moedas de *Dez tostões, cinco tostões* e *dois tostões*, havendo diversas moedas d'estes valores, commemorativas dos centenarios da Guerra Peninsular e do Marquez de Pombal.

Tote. Pov. do sobado de Cassoba Canginge, na 4.ª div. do conc d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Toto. Pov. da 3.ª div. da freg. de S. José de Cabiri, no conc. do Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado do mesmo nome, no conc de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Mutano, na div. e conc. do Humbe, distr. de Mossamedes, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Totolla. Pov. da 7.ª div. (Pedras) do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Totolo. Pov. do sobado de N'Gando Acabuto, na 2.ª div. da freg. do S. Joaquim, conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Totto. Pov. da 11.ª div. da freg. do N. S.ª da Victoria, no conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Touca. Monte da prov. da Beira Baixa, na freg. de Alpedrinha, conc. de Fundão. O seu antigo nome é *Monte da Conceição*, mas dá se-lhe vulgarmente o nome *Monte da Touca*, porque, no inverno, a neve que o corôa, fórma uma especie de touca. N'elle rebentam uns abundantes mananciaes de aguas sulfuricas, em diversos sitios, perdendo-se a maior parte, que se vão misturar com outras aguas. V. *Alpedrinha*.

Touça. Villa e freg. de N. S.ª da Pureza, da prov. da Beira Baixa, conc. o com. de V. N. de Fozcôa, distr. da Guarda, bisp. de Lamego; 85 fog. e 343 hab. Tem esc. do sexo fem. o est. post. Está situada a 5 k. da margem direita da ribeira Teja, a 11 da margem esquerda do rio Douro, e a 10 da sédo do conc. E' pov. muito antiga, mas não se sabe quando, nem por quem foi fundada. Foi sédo de conc. com juiz, vereador e camara, independente do juiz de fóra de Freixo de Numão, freg. a que pertenceu antigamente, e só sujeita ao seu capitão-mór. Nunca teve foral, mas teve uma antiga *carta de privilegio* dada por el-rei D. Diniz, que coutou esta villa, isentando-a de toda a qualidade de impostos, pagando só os dizimos, e tambem não era obrigada a dar soldados para o exercito. Esses privilegios acabaram no reinado de D. José I. Havia na villa uma antiga ermida, dedicada a N. S.ª da Visitação, ou da Pureza, quo foi erecta em egreja matriz, quando se creou esta freg. e é ainda a sua parochia. A terra é fertil por ser abundante d'aguas; cria muito gado de todas as qualidades, o nos seus arredores ha bastante caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. nº 12, com a séde em Trancoso. || Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Bucos, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Paço de Vilharigues, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || Santo Adrião, de Painzella, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || O Salvador, de Rossas, conc de Vieira, do mesmo districto.

Touce. Pov. na freg. de S. Pedro, de Villar do Paraizo, conc. de Villa Nova do Gaia, distr. do Porto.

Toucedo. Pov. na freg. de S. Mamede, do Caniçada, conc de Vieira, distr. de Braga.

Toucelra. Pov na freg de Santa Maria, de

Duas Egrejas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Toucinhos. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Tougues. Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. do Douro, conc. e com. de Villa do Conde, distr. do Porto, arceb. de Braga; 81 fog. e 400 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. Está situada a 2 k. da margem esquerda do rio Ave e a 5 da séde do conc., na região antigamente chamada *Terra de Faria*, em terra fertilissima. Cria muito gado bovino, que exporta, e nos seus montes ha bastante caça. O Ave fornece-lhe algum peixe miudo, mas é abundante de peixe do mar que lhe fica a 6 ou 7 k. de distancia, ao O. E' pov. muito antiga. Não se sabe quando foi fundada a sua matriz, que é tambem antiga, e provavelmente construida com materiaes da primitiva, ou d'outro qualquer edificio, porque as suas paredes são feitas, em grande parte, com pedras de esquadria lavrada, e tijolos, que já haviam servido em outra construcção. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto.

Touguinha. Pov. e freg. de N. S.ª da Esperança, da prov. do Douro, conc. e com. de Villa do Conde, distr. do Porto, arceb. de Braga: 96 fog. e 477 hab. Tem esc. do sexo masc. Está situada proximo do rio Ave, a 5 k. da séde do conc. na região antigamente chamada *Terra de Faria*. E' uma pov. muito antiga, pois já existia, como parochia, no principio da monarchia. Em 26 de novembro de 1238, D. Sancho II, estando em Guimarães, deu ao arcebispo de Braga D. Silvestre, e seus conegos, as egrejas de Ponte do Lima e de Touguinha, livres e isentas de qualquer direito real. A terra é fertil em todos os fructos do paiz; cria muito gado bovino, que exporta para a Inglaterra, e nos seus montes ha bastante caça e algumas colmeias. O rio Ave, que lhe fica proximo, e o mar, a 8 k. de distancia, lhe fornecem peixe e mariscos. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto.

Touguinhó. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. de Villa do Conde, distr. do Porto, arceb. de Braga; 186 fog. e 757 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. Está situada a 2 k. da margem direita do rio Ave, a 1 da margem direita do rio Este e a 6 da séde do conc., e como as antecedentes, na região antigamente chamada *Terra de Faria*. E' abundantissima de todos os generos agricolas do paiz; cria muito gado bovino, que exporta, e o Ave e o mar lhe fornecem peixe. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto.

Toulões. Pov. na freg. de N.ª da Conceição, de Zebreira, conc. de Idanha a-Nova, distr. de Castello Branco.

Toura. Nome que os judeus portuguezes davam ao livro da sua lei.

Tourada. O combate com os touros vem já de epocas remotissimas. Os romanos, e todos os povos barbaros do norte e medievaes, todos os sectarios das diversas religiões, todos os paizes no apogeu da civilisação, todas as sociedades mergulhadas na cegueira d'uma total ignorancia ou vivendo no grau mais doeantado da perfeição intellectual, vêmos todas, sem excepção, batalharem com os touros, ou por necessidade ou por prazer. Em Hespanha e em Portugal, tem sido sempre um dos divertimentos desde seculos, póde dizer-se exclusivo da nobreza. Nas grandes e pomposas festividades, em que se realisavam justas e torneios, era quasi sempre obrigada a tourada. Era então um espectaculo imponente de magnificencia. Gastavam se grandes riquezas para dar áquella festa todo o fausto e luzimento possivel. Os fidalgos que tomavam parte no torneio, com fatos riquissimos recamados de pedras preciosas; os corceis em que montavam, tambem se apresentavam luxuosamente ajaezados. El rei D. Duarte tomou parte n'uma tourada em Leiria no anno de 1436, reunindo se ali com seus irmãos, para discutirem a expedição a Ceuta, em que ficou captivo o infeliz infante D. Fernando. El rei D. Sebastião, nas vesperas da sua partida para Africa em 1578, solicitado pelos cortezãos, esqueceu um pouco as preoccupações da guerra e a fadiga constante dos preparativos navaes e militares, e resolveu offerecer uma tourada á nobreza do reino. A corrida havia de se realisar no terrado do paço de Xabregas. As tribunas, palanques e barracas que se armaram n'aquelle terrado, apresentavam um aspecto deslumbrante. Só se viam brocados de ouro e prata, e finissimas sedas. Damas e dignatarios vergavam ao peso dos veludos e damascos realçados pelos adornos de ouro. As tranças e os chapéus estavam cravejados de rubis, diamantes, esmeraldas e preciosos camafeus. A cavalgada dos denodados lidadores que saira do paço da Ribeira, entrou na arena, apresentando á frente D. Sebastião, produzindo um effeito maravilhoso. Parte dos cavalleiros vestiam corpos d'aço em que estavam pintados brazões em campos de diversas côres; outros usavam peitos de prova do grande custo, couras e colletes de anta, couraças de laminas sobre veludo e setim com taxas de ouro e prata, saios de malha, escudos tauxiados e terçados; os arreios dos cavallos ostentavam egual sumptuosidade. O cortejo deu volta á praça, e os fidalgos, que tomavam parte na corrida, apressaram se para a lucta. O primeiro touro pertencia de fôro ao soberano, e quando D. Sebastião appareceu no terreiro, foi enorme o enthusiasmo. O monarcha foi muito feliz na lide, subjugando o touro e matando-o. Pouco depois realisava-se a partida da expedição, dando-se a fatal batalha de Alcacer-Kibir. Em Madrid deu-se em 1623, uma tourada brilhantissima offerecida pelo infante D. Duarte de Bragança ao principe de Galles, que então ali estava de visita. Nas sumptuosas festas pelo casamento da princeza D. Catharina, filha de D. João IV, com o rei Carlos II de Inglaterra, em 1662, houve tambem no Terreiro do Paço uma pomposa tourada. No terreiro do paço de Villa Viçosa, em 1678, deram uma corrida de touros os discipulos do estribeiro Galvão d'Andrade. Nas festas do casamento da rainha D. Maria Sophia de Neubourg, em 1687, deu-se tambem esta alegre diversão; em 1738, houve outra na Junqueira, em que o duque de Cadaval se mostrou um intrepido toureador. Em 1762, realisou se a ultima tourada dos nobres em Salvaterra, em que se deu o lamentavel desastre da morte do 7.º conde dos Arcos de Valle-de-Vez D. Manuel José de Menezes e Noronha, que era muito distincto na arte tauromachica, filho do

4.º marquez do Marialva, D. Pedro de Alcantara de Menezes *(V. estes titulos)*. Desastre que causou a mais profunda sensação, vendo-se o velho marquez desorientado descer á arena, apezar dos esforços que se fizeram para o deter, querendo vingar a morte de seu filho, matando o touro que o victimara. Sobre este triste episodio escreveu o fallecido homem de letras Luiz Augusto Rebello da Silva, um livro com o titulo *A ultima corrida de touros em Salvaterra*. Foi em 1790 que se inaugurou a praça do Salitre, e foi então que muitos populares começaram a dedicar se á arte de tourear a pé e a cavallo, fazendo profissão d'aquella arte, e assim as touradas tornaram se tambem do povo, deixando de ser uma diversão exclusiva da nobreza. No principio do seculo passado, na praça do Salitre, em 1801, matavam os touros á espada e a rojão, embora tambem já n'esse tempo os cavalleiros se servissem da farpa e se picassam touros embolados. As touradas tornaram se então o divertimento predilecto, principalmente dos rapazes, e organisaram-se em presas; construiu-se mais tarde a praça do Campo de Sant'Anna, onde as corridas continuaram até á construcção da actual praça do Campo Pequeno, que se inaugurou a 18 d'agosto de 1892 Na praça do Campo de Sant'Anna ainda se matavam touros a rojão, e lançavam-se cães do fila ás rezes que se não prestavam á lide. As bandarilhas de fogo permittiram se até 1880. O boi para a musica e para curiosos foi parte obrigada no final das corridas, tanto em Lisboa, como nas provincias, porque em muitas terras se construiram praças como na Gollegã, Villa Franca de Xira, Santarem, Setubal, etc. As corridas fôram prohibidas por decreto de 19 de setembro de 1836 e carta de lei de 30 de junho do 1837, mas tornaram a ser permittidas, mandando se applicar o producto a estabelecimentos pios, por carta de lei de 12 de agosto de 1837, ficando revogados o decreto e a carta de lei acima citados. No seculo passado deram-se muitas touradas, chamadas de fidalgos, em que os lidadores eram só pessoas da nossa aristocracia; a essas touradas só se podia ir por convite, e n'ellas figuraram como cavalleiros o marquez de Niza, o marquez de Castello Melhor, o morgado Cabral, D. José d'Avilez, etc., e como bandarilheiros D. João de Menezes, filhos de fidalgos que se entregavam á tauromachia com o maior enthusiasmo. Muitas d'estas corridas eram tambem promovidas pelo Club Tauromachico, cujos socios pertencem á primeira sociedade de Lisboa. Bibliographia: *Historia das Touradas*, por Eduardo de Noronha; *A Historia do toureio em Portugal*, por Antonio Rodovalho Duro *(Zé Jaleco)*; 1907; *Arte e destreza de tourear*, por Francisco Pinto Pacheco; 1670.

Touraes Pov. e freg do Salvador, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Ceia, distr. e bisp. da Guarda; 514 fog. e 2:129 hab. Tem est. post, lagares de azeite, esc do sexo fem., casa de pasto, fabrica de lanificios, etc. Está situada a 4 k da margem esquerda do rio Mondego e a 7 da séde do conc. E' terra fertil; tem abundancia de gado miudo, e bastante caça. Pertence á 2.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. ‖ Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Guinfães, conc. de Bouças, distr. do Porto.

Toural Povoações nas freguezias: Santos Cosme e Damião, de Azere, conc de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello ‖ S. João Baptista, de Concieiro, conc. de Villa Verde, distr. de Braga ‖ S Thiago, de Fontão, conc de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Faustino, de Fridão, conc. de Amarante, distr do Porto ‖ S. Martinho, de Pecegueiro, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro ‖ S. Pedro, de Vallongo, conc. de Agueda, do mesmo districto.

Tourão. Pov. na freg de Santa Maria, de Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. do Vianna do Castello.

Tourega ou **Ourega**. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. do Alemtejo, conc, com., distr. e arceb. de Evora; 94 fog, e 598 hab. Está situada na margem esquerda da ribeira das Alcaçovas, a 13 k. da séde do conc. A pov. é antiquissima, á qual, segundo todas as probabilidades, os romanos chamavam *Taurégia*. Teve aqui um sumptuoso palacio e formosos jardins, grande quinta, soberbo aqueducto, thermas, etc., o sanguinario Daciano, pretor das Hespanhas, pelo não menos cruel imperador Diodeciano. Foi junto a este palacio, que Daciano mandou degolar 18 santos martyres, no anno de 305, mandando os enterrar n'uma gruta, a que dão ainda hoje o nome de *Cova dos Martyres* No logar de Barrocal, d'esta freg., descobriu-se no meado do seculo passado um dolmen celta, o que prova que estes sitios já eram habitados em epocas muito anteriores á invasão dos romanos na Peninsula. Devia ser de muita importancia esta povoação, porque desembocavam aqui 3 vias militares romanas, as de Merida, Badajoz e Alcacer do Sal Ignora se a data da fundação da egreja matriz, mas é uma das mais antigas do arcebispado de Evora, e pretende-se mesmo que seja mais antiga do que a Sé d'esta cidade. E' de abobada e de boa architectura antiga, mas não tanto como se pretende, devido provavelmente ás reedificações que tem soffrido em varias epocas. E', porém, um bom templo. A pov. pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 11, com a séde em Setubal.

Tourelhe. Pov. na freg. de S. Julião, de Cambra, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. Tem correio com serviço de posta rural.

Tourena Pov. e freg de S Pedro, da prov. do Traz-os Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 132 fog. e 511 hab. Tem correio com serviço de posta rural, esc. do sexo masc. e pharmacia. Está situada na raia de Hespanha, na estrada de Montalegre a Galliza, a 15 k. da séde do conc. E' pov. muito antiga, foi villa e honra, mas nunca teve foral. Comquanto pertencesse sempre a Portugal, dependeu durante muitos annos do bispado d'Orense. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. ‖ Pov. na freg. de S. Mamede, de Ferreira, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Tourencinho. Pov. na freg. do Salvador, de Tellões, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real. Tem est. do caminho de ferro, na linha do Douro, entre os apeadeiros de Samardã e de Zimão.

Touria. Pov. na freg. de N. S.ª do Desterro, de Pouzos, conc. e distr. de Leiria.

Tourigo Pov. na freg de N. S.ª da Natividade, de Barreiro, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Touril. Pov. da freg. de N.ª S.ª da Luz, na ilha do Maio, conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental || Pov. na freg. de S. Thiago, no mesmo conc., archipelago e provincia.

Tourilhe Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Sobrosa, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Bartholomeu, de Villa Cã, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Tourim. Povoações nas freguezias: Santa Maria, do Amonde, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Comba, de Villa Fonche, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo districto.

Tourinha. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, d'Enxára do Bispo, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Tourinho *(Pedro de Campos)*. Um dos donatarios pelos quaes D. João III dividiu as terras do Brazil. Era já conhecido como navegador quando recebeu a capitania do Porto Seguro, para onde partiu com sua mulher Ignez Fernandes Pinto e seu filho Fernão de Campos, e bastantes colonos. Desembarcou exactamente no sitio onde Pedro Alvares Cabral aportára, e onde existira já uma feitoria, fundada por Christovão Jacques, feitoria de que apenas restavam alguns habitantes. O novo donatario conciliou a amizade dos indios, e assim conseguiu dar grande desenvolvimento á colonia. Infelizmente, Pedro de Campos Tourinho morreu a 10 de outubro de 1553, e a colonia, que ia caminhando tão bem, começou logo a de cair, porque Fernão de Campos, seu filho, não tinha as mesmas qualidades de colonisador. Por morte de Fernão de Campos, succedeu lhe, no dominio da capitania sua irmã D. Leonor de Campos, que vendeu a capitania ao duque d'Aveiro, e a obra civilisadora de Pero de Campos Tourinho feneceu, sem ter quem soubesse comprehendel-a e desenvolvel a, e assim a colonia portugueza no Brazil, que mais esperançosamente se desenvolvera, foi a que teve depois mais demorado progresso.

Touris. Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves, de Midões, conc. de Taboa, distr de Coimbra || S. Pedro, de Paraizo, conc. de Castello do Paiva, distr. d'Aveiro. || S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Touro *(Fr. Paulo do)*. Religioso da ordem de S. Bento. N. no logar de Touro, na prov. de Traz-os-Montes, d'onde tomou o appellido. Ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Vestiu o habito no convento de Tibães, e professou em Coimbra no anno de 1555. Foi em 1570 nomeado prelado do convento da Pendorada, e em 1587 foi a Roma delegado pela ordem para obter a confirmação dos privilegios concedidos pela Sé Apostolica á Congregação Benedictina portugueza. Esteve em Roma 18 annos, e obteve de Xisto V varias mercês para a ordem, cuja noticia compilou n'um livro intitulado: *Liber privilegiorum congregationis Sancti Benedicti regnorum Portugaliae*, impresso em Roma, 1589 Este livro é precedido por uma noticia da ordem em Portugal. Fr. Paulo do Touro era tambem bom poeta latino, e compoz varias orações n'essa lingua em louvor de S. Bento, e em verso heroico. Essas poesias tambem figuram no *Liber privilegiorum*

Touro. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov da Beira Alta, conc. de V. N. de Paiva. com. de Castro Daire, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 378 fog e 1:397 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada n'um valle, junto das nascentes do rio Touro, a 6 k. da séde do conc. E' terra fertil, cria gado e tem caça. Pertence á 2.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Tendo sido annexada ao conc. de Castro Daire, por decreto de 7 de setembro do 1895, que supprimiu o de Fragoas, voltou a este, restaurado com a denominação de V. N.ª de Paiva, por decreto do 13 de janeiro de 1898. || Rio do distr. de Vizeu; nasce na serra de Leonil ou de Carapito, corre em curvatura para SO, passa na freg. de Touro, a 250 m. ao E de Villa Cova-a-Coelheira, e entra no rio Paiva, com 15 k. de curso.

Tourea. Pov. na freg. de Santa Maria, d'Abbedim, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Tourões. Duas povoações em Porto de Moz, e no conc. do mesmo nome, distr. de Leiria: uma na freg. de S. João Baptista, e outra na de S. Pedro. || Ribeira do distr. de Vizeu; nasce a 7 k. a E do Villar Maior, corre ao N, passa nas proximidades de Castello Branco, Valle de Coelho e a 6 k. d'Almeida, dividindo a fronteira em grande parte do seu curso, que é de 35 k., e vae desaguar no Agueda.

Touta Pov. na freg. de Santa Cruz, de Jovim, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Toutalm. Pov. na freg. do Santa Tecla, do Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Toutão. Pov. na freg. de S. Pedro, de Lomba, conc. d'Amarante, distr. do Porto.

Toutezo. Pov. na freg de Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real.

Toutiçal. Pov. na freg. de S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Touto. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Ribeira dos Carinhos, conc. e distr. da Guarda.

Toutosa. Pov. e freg. de Santa Christina, da prov. do Douro, conc. e com. de Marco de Canavezes, distr. e bisp do Porto; 100 fog. e 499 hab. Tem esc. do sexo masc. e está situada a 3 k. da margem direita do rio Tamega e a 9 da séde do conc. Pertenceu ao antigo couto de Travanca, hoje conc. de Amarante, que comprehendia 16 freguezias. Havia aqui uma antiquissima ermida dedicada a S. Sebastião, que se arruinou completamente, e n'aquelle local se construiu a bella egreja da Senhora da Livração, que é de grande devoção para os povos d'estes sitios e de muitas legoas em redor. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 13, com a séde em Villa Real.

Touvedo. Pov; e freg. de S. Lourenço, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte da Barca, distr. do Vianna do Castello, arceb. de Braga; 104 fog. e 370 hab. Tem est. post. Está situada a 1 k. da margem esquerda do rio Lima e a 5 da séde do conc. A terra é fertil em todos os fructos, cria muito gado, e é abundante de caça miuda. Existe aqui uma antiga torre, que foi o solar dos *Touvedos*. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte da Barca, distr.

de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 61 fog. e 251 hab. Está situada e 2 k. da margem esquerda do rio Lima e a 5 da séde do conc. A terra é fertil, tem gado e caça. Pertence á 3.º div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Tovar. Familia castelhana que entrou em Portugal, no tempo de D. Affonso V, e cujas armas são: Em campo azul, uma banda de ouro saindo das bocas de duas cabeças de leão do mesmo metal, e timbre um leão de azul armado de ouro.

Tovar *(Antonio Tovar de Lemos, conde de)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, diplomata, etc. Depois da sua formatura, foi nomeado amanuense do ministerio dos negocios estrangeiros, em 1861. Serviu como addido nas legações do Rio de Janeiro, Vienna d'Austria, Copenhague, Stockolmo e Madrid, onde foi pela primeira vez encarregado de negocios em 1868. Nomeado segundo secretario de legação em Berlim em 1871, ali serviu até 1875, sendo então encarregado da gerencia da legação em Roma, na qualidade de encarregado de negocios interino. Promovido a primeiro secretario junto da Santa Sé, ali esteve até janeiro de 1882, sendo então chamado a Lisboa e nomeado director politico do ministerio dos estrangeiros. Em 4 de novembro do mesmo anno foi promovido a enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de primeira classe para a legação do Rio de Janeiro. Collocado na disponibilidade em 1886, foi, n'essa qualidade, encarregado de varias commissões de serviço em Madrid, Paris e Londres. Agraciado com o titulo de conde de Tovar, por decreto de 30 de janeiro de 1890 e reintegrado no quadro em 1892, foi successivamente acreditado na qualidade de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario nas côrtes de S. Petersburgo, Haya e Bruxellas, sendo finalmente em 1901 transferido para Madrid. Em 1905 foi encarregado de representar Portugal na Conferencia Internacional de Algeciras. No decurso da sua carreira, o sr. conde de Tovar, recebeu as seguintes distincções: grau cruz das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; e das seguintes ordens estrangeiras: gran-cruz da Rosa do Brazil, de Carlos III de Hespanha, de Leopoldo da Belgica, de Orange e Nassau da Hollanda; do Carvalho de Luxemburgo, de Sant'Anna da Russia; grande officialato da Legião de Honra de França; commendador de S. Mauricio e S. Lazaro, e da Corôa, de Italia; officialato da Corôa da Prussia, etc. Por decreto de 30 d'agosto de 1910 foi nomeado embaixador extraordinario junto do Vaticano. Depois da proclamação da Republica parece que se tem conservado em Roma.

Tovar *(Jeronymo de)*. Medico notavel, que Zacuto aponta como portuguez. Escreveu um tratado em latim sobre os pesos dos medicamentos, que se imprimiu em 1572.

Tovar *(Luiz de)* Poeta do seculo XVII. Era natural de Lisboa, sendo filho de Pedro de Tovar, commendador da ordem de Christo e senhor de Molellos. Vivendo no tempo do dominio de Hespanha, escreveu em hespanhol a seguinte obra: *Poema mystico del glorioso Santo Antonio de Padua*, Lisboa, 1616.

Tovar d'Albuquerque *(Diogo de Vieira)*. V. *Albuquerque*.

Tovar d'Albuquerque *(Manuel Vieira)*. V. *Albuquerque*.

Tovim de Baixo, Tovim de Cima, Tovim do Melo. Tres povoações na freg. de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra.

Toxofal de Cima, Toxofal de Baixo. Duas povoações da freg. de N. S.ª da Annunciação e conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa.

Tozar. Pov. na freg. de S Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Tozeiro. Pov. na freg. de S Vicente, de Louredo, conc. da Feira, distr. d'Aveiro.

Tozende. Pov. na freg. de Santa Maria, de Cunha, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Tozinhas. Pov. na freg de S. Verissimo, de Luzio, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Trabage. Pov. da freg. do Salvador, de Ramalde, 1.º bairro do Porto.

Trabalhia. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, d'Alvorninha, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Trabalhias. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Salir dos Mattos, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Trafaria. E' uma das mais importantes povoações da freg. de N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. d'Almada, distr. de Lisboa. Está situada na margem esquerda do rio Tejo, a O do Lazareto, junto á restinga de areia, chamada *Ponta de Gollada*. Ha questão sobre a etymologia da palavra *Trafaria*. Fr. João de Sousa, nos seus *Vestigios da lingua arabica*, diz que é corrupção do arabe *Tarifia*, que significa *cousa extrema, final, ultima*. Outros pretendem que o verdadeiro nome da pov. é *Tarrafaria*, logar onde ha muitas *tarrafas*, certa classe de redes. A Trafaria é uma grande povoação, e posto que não tenha edificios dignos de nota, é no entretanto agradavel e bonita, e a sua posição é uma das mais bellas de Portugal, pelos seus extensos e variados pontos de vista. D. Pedro II mandou construir aqui dois fortes, que faziam fogo ao lume d'agua. Um de optima cantaria lavrada está construido sobre a margem direita do ribeiro da Rapozeira, que lhe fica ao O, e á esquerda do Tejo. que lhe fica ao N. Está hoje n'esse local o Presidio Naval. O outro forte, fica do lado da terra, S, é o forte d'Alpêna que estava em ruinas, mas foi reconstruido Um d'elles serviu de prisão de Estado em 1810, quando se deu o movimento da *Setembrisada*, sendo n'elle encarcerado o celebre poeta Domingos Maximo Torres. No centro da pov. está a grande ermida de S. Pedro, que tem altar-mór e dois altares lateraes. A Trafaria, vista do Tejo ou da sua margem direita, apresenta um aspecto imponente, como se fôsse uma grande villa. Os seus habitantes vivem exclusivamente da pesca, e da fabricação de barcos e de redes. Em 1777 a Trafaria foi theatro d'um d'esses actos de energica repressão em que era tão fertil a iniciativa do marquez de Pombal. Constando que se havia ali refugiado um grande numero de refractarios, não hesitou em mandar queimar a aldeia que então se compunha exclusivamente de palhoças, sendo o executor d'essa ordem cruel o famoso desembargador Pina Manique. A Trafaria, estando estacionaria durante largos annos, desenvolveu se consideravelmente

nos ultimos tempos. A sua importantissima praia de banhos é muito frequentada durante a epoca balnear. Tem est. teleg.-post., armazem de sécca de bacalhau, estabelecimentos de banhos do mar, casas de pasto, fabricas de conservas e de dynamite, escola do sexo fem., hotel, matta florestal, pharmacia, sociedades de recreio: *Club Recreio Familiar Trafariense*, *Sociedade Recreativa Musical Trafariense*, *Cooperativa A Trafaria*, etc. A guarnição dos dois fortes é o 2.º grupo do 1.º batalhão de artilharia de costa, aquartelado na Trafaria; bateria d'artilharia de posição, aquartelada na Trafaria.

Tragazal. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Areias, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Traginha. Pov. na freg. de S. Thiago, de Villa Franca do Deão, conc. e distr. da Guarda.

Tragos. Pov. na freg. de Santa Maria, de Chãs de Tavares, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Traguleta. Pov. na freg de S. Thomé, de Covellas, conc. de Baião, distr. do Porto.

Traguinhas. Pov. na freg. de S. Martinho, de Soalhães, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Trajouce. Pov. na freg. de S. Domingos de Rana, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa. Foi n'esta pov. que se realisaram os exercicios do outono de 1901.

Tralhão. Pov. que dá o nome a uma est. do caminho de ferro no ramal de Mirandella, entre as de S. Lourenço e de Brunhêda.

Tralhariz. Pov. na freg. de S. Braz, de Castanheiro, conc. de Carrazeda de Anciães, distr. de Bragança. Tem est. no caminho de ferro, no ramal de Mirandella, entre as de Tua e Castanheiro.

Tramaga. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Bemposta, conc. d'Abrantes, distr. de Santarem.

Tramagal. Pov. e freg. de N. S.ª da Oliveira, da prov. da Extremadura, conc. e com. d'Abrantes, distr. de Santarem, bisp. de Portalegre; 461 fog. e 1:712 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. teleg. post., fabricas de cal, de fundição de ferro e de tijolos e telha, lagares de azeite, est. do caminho de ferro, na linha de Lisboa a Abrantes, entre as de Abrantes e Praia. Está situada nas proximidades da margem direita do rio Tejo, a 6 k. da séde do conc. E' fertil em cereaes, gado e peixe do referido rio. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes.

Trancão. Pov. na freg. de S. Lourenço, d'Alvellos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. ‖ Rio do distr. de Lisboa; nasce a NE da Malveira, corre sinuosamente para SE até receber uma pequena ribeira que vem da freg. de Arranhó, corre depois mais directamente para SE até á freg. de Bucellas, onde recebe mais dois pequenos regatos, e voltando ao S entra no rio Sacavem com 22 k. de curso.

Trancosão. Pov. na freg. de S. Pedro, de Souto, conc. d'Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Trancosillinhos. Pov. da freg. de S. Salvador, de Trancosellos, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu. Tem caixa postal.

Trancosello. Freg. antiquissima da prov. da Beira Alta, ha mais de 200 annos annexa á do Castello de Penalva, no distr. de Vizeu. N'esta freg. e sobre a margem do rio Dão, fundaram os cavalleiros do Santo Sepulchro, ou de Jerusalem, no principio do seculo XII, um mosteiro da sua ordem, na villa que até então se chamava *V. N. de Penalva*, e a que elles puzeram o nome de *V. N. do Sepulchro*.

Trancosellos. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. da Beira Alta, conc. de Penalva do Castello. com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu; 140 fog. e 619 hab. Tem escolas de ambos os sexos e est. post. Dista 3 k. da séde do conc. E' terra fertil, cria muito gado e tem abundancia de caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Trancosinho. Pov. na freg. de S. Miguel, de Paços da Serra, conc. de Gouveia, distr. da Guarda.

Trancoso *(Duque de)*. Foi dado este titulo, por el-rei D. João III, ao infante D. Fernando, seu irmão mais novo, que foi tambem duque da Guarda.

Trancoso (*Bartholomeu da Costa Macedo Geraldes Barba de Menezes*, 2.º *visconde de)*. Moço fidalgo com exercicio, cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e senhor de varios vinculos em Hespanha. N. em Trancoso a 6 de fevereiro de 1842, sendo filho de Francisco Antonio Marques Giraldes Barba, fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Aviz, brigadeiro reformado, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, cavalleiro da ordem de Carlos III, de Hespanha, etc., que fal. a 15 de abril de 1855; havia casado em terceiras nupcias, com D. Maria do Carmo da Costa Macedo e Ornellas Sequeira Reimão, que nasceu em dezembro de 1801; mas ignora-se a data do fallecimento. Esta senhora, depois de enviuvar, foi agraciada com o titulo de viscondessa de Trancoso, por decreto de 12 de setembro de 1855, titulo que foi renovado em seu filho, por decreto de 15 de dezembro de 1868. O 2.º visconde de Trancoso casou a 5 de outubro de 1863 com D. Barbara Camilla Vicencia José de Noronha Gonçalo Zarco da Camara, filha dos 10.ºs condes dos Arcos de Valle de-Vez, D. Nuno José de Noronha e Brito e D. Maria Rita Gonçalves Zarco da Camara. A 2.ª viscondessa de Trancoso nasceu em Lisboa a 5 de abril de 1847, e fal. em Cintra a 22 de setembro de 1874. Era uma senhora muito bondosa e muito esmoler. Foi directora do Asylo de S. José, em que prestou os mais relevantes serviços. Desejando auxiliar o Asylo da Graça, promoveu e realisou uma festa de caridade no theatro Taborda, fazendo representar, a 17 de maio de 1872, o drama *Fr. Luiz de Sousa*, de Garrett, por distinctos amadores, pessoas da alta aristocracia. A sua morte causou profunda sensação, pois os pobres perderam n'aquella bondosa senhora, uma desvelada protectora. O visconde de Trancoso casou segunda vez, em Madrid, a 14 de outubro de 1876, com a duqueza de Pozen, D. Maria Christina de Bourbon, filha da infanta de Hespanha D. Izabel Fernanda Francisca Josephina de Bourbon, e do conde Ignacio Wenceslau Gorowky, principe herdeiro do throno da Polonia.

Trancoso. Villa da prov. da Beira Baixa, séde de conc. e de com., Relação do Porto, distr. e

bisp. da Guarda. Está situada n'uma vasta e aprazivel campina, na margem direita e junto da origem do rio Tavora, e na margem esquerda de um affluente do rio Côa, a 40 k. da capital do distr. Tem duas freguezias: Santa Maria e S. Pedro, mas antigamente; tinha 6: S. Pedro, cujo vigario era apresentado pelo padroado real; *Santa Maria de Guimarães*, sendo o abbade apresentado pelos condes de Povolide; *N. S.ª da Fresta* outr'ora chamada *N. S.ª do Sepulchro*, em que o papa e o bispo apresentavam alternativamente o abbade; *S. João Baptista*, apresentando o reitor o padroado real; *S. Thiago*, sendo a apresentação do abbade pelos condes de Povolide; e *S. João Baptista* (extra muros) apresentando o cura o commendatario de Malta. Todas estas freguezias pertenceram ao bispado de Vizeu até 1771, em que D. José I, por uma bulla do papa Clemente XIV, creou a diocese de Pinhel, para onde passou esta villa e as freguezias que perten

tropas escolhidas. Socegada a Lusitania, foi governador d'ella, no anno 51, antes de Christo, o malvado Cassio Longuinho. Os *herminios* (tambem beirões) revoltaram se contra as suas crueldades, e houve uma guerra tremenda, que durou mais d'um anno, e só terminou depois de supplantados pelo grande numero de inimigos, e do um extraordinario numero de mortos d'uma e outra parte. Finalmente, a Lusitania quasi despovoada dos seus legitimos habitantes, tornou se uma provincia romana, e assim se conservou por espaço de 456 annos. Os barbaros do norte a invadiram em 405, e a Beira coube em partilha aos visigodos, que poucos annos depois se fundiram com os lusitanos, formando todas uma só nação, que existiu 310 annos. Em 715, Muça, emir árabe, conquistou a Lusitania, quasi sem combates, porque o povo estava aterrado com a grande derrota de Guadalete, no anno antecedente. Os moiros, julgando Trancoso um ponto importante, e

Trancoso—Portas d'El-Rei

ciam á de Vizeu. A pov. é antiquissima, e segundo o P. Carvalho da Costa, na sua *Chorographia*, foi fundada por Tarracou, rei da Ethiopia e do Egypto, pelos annos 3274 do mundo, ou 730 antes da era christã, dando-lhe o nome do *Taracon*, que depois se corrompeu em Trancoso. No anno 63 antes de Christo, entrou na Lusitania, como questor do consul Tuberon, o sanguinario Julio Cezar, que depois foi imperador. Apezar do grande numero de soldados romanos que esta vam espalhados por toda a Lusitania, e das esquadras romanas que invadiam as nossas costas, os lusitanos insurgiram-se contra as crueldades de Julio Cesar, e os *pesures* (actuaes beirões) que eram os mais ferozes e rudes de todos os lusitanos. alguns dos quaes tinham sido soldados do grande Viriato, o *Herminio*, subjugaram um grande numero de romanos. Em 58, antes de Christo, tornaram a revoltar-se os pesures contra o pretor, Quinto Cicilio Dentato, por causa da rapacidade, e para os apasiguar foi preciso tornar á Lusitania o consul Pompeu, com grande numero de

ao mesmo tempo fertil o seu territorio, reedificaram a pov. em 930, e no seculo x chegou a ser uma das villas mais florescentes da Beira. Em 1038, D. Fernando, o Magno, de Castella, resgatou do poder dos moiros Trancoso e outras povoações da Lusitania, que já então se chamava Portugal. Não se sabe que nome tinha esta pov. no tempo dos romanos, parece que lhe conservaram o antigo, e julga-se que fôssem os gôdos, que lhe puzeram o nome do *Trancoso* (como se vê em documentos antigos) que facilmente se corrompeu em Trancoso. Logo depois de resgatada, o rei a mandou povoar de christãos. No anno de 1093 formou esta provincia parte do novo reino de Portugal, que D. Affonso VI, de Castella, deu em dóte a sua filha D. Thereza e a seu marido o conde D. Henrique. Em 1131, segundo a *Monarchia Lusitana*, o rei moiro de Badajoz, com um numeroso exercito, lhe pôz um apertado cêrco, e tomando a, depois de heroica resistencia, a maior parte dos seus habitantes fôram assassinados. D. Affonso Henriques e seu aio Egas

Moniz vieram em soccorro de Trancoso, e actuando os moiros, os puzeram em debandada, tomando lhes ricos despojos, e a villa ficou salva. O rei moiro fugiu para o seu reino, e assim que pôde juntar um novo exercito, veiu segunda vez sobre Trancoso, em 1155, e não podendo conquistal-a, destruiu tudo a que pôde chegar, mas o rei portuguez em breve reparou os estragos que os moiros haviam feito. Desde então, não consta que os moiros tornassem a atacar a villa. D. Affonso Henriques deu lhe então foral, que se encontra sem data no livro dos foraes velhos, o qual foi confirmado, mesmo n'esta villa, por D. Affonso II, em outubro de 1207. Muito depois, D. Manuel I lhe deu foral novo em Santarem, no 1.º de junho de 1510. Foi em Trancoso que se reuniram os reis D. Sancho I, de Portugal, e seu genro e sobrinho D. Affonso IX, de Leão, para decidirem o divorcio da nossa infanta D. Thereza com o rei leonez, por serem primos, e terem casado sem dispensa do papa, o qual, por este motivo, havia excommungado os dois reinos. O rei de Leão deu a D. Thereza varias villas do seu reino, que todas rendiam 4.000 maravedis de ouro por anno, e as arrhas que lhe tinha promettido, ficando á rainha a liberdade de viver no reino que quizesse escolher, e pôr alcaides e justiças nas terras que lhe deu. A infanta preferiu ficar em Portugal. Seu pae ainda lhe deu Montemór o-Velho, Esgueira e outras terras, e ella pediu ao pae o mosteiro de Lorvão, onde se fez freira. A 24 de junho de 1282 realisou se em Trancoso o casamento d'el rei D. Diniz, com a infanta d'Aragão D. Izabel, dando lhe o regio noivo, n'esse dia, por prenda de noivado o senhorio da villa. Houve grandes e sumptuosas festas; os campos dos arredores pareciam uma grande cidade, cobertos de tendas e de casas de madeira, que os ricos homens e outros muitos fidalgos mandaram levantar e ornar de riquissimas telas e bandeiras. As festas duraram muitos dias, havendo justas, torneios, jogos, *invenções*, etc. O rei fez então muitas mercês aos fidalgos que o acompanharam. Como é sabido, a egreja canonisou a santa rainha. Durante a guerra de 10 annos que assolou Portugal e Castella, por D. João I, d'aquelle reino, querer ser tambem rei de Portugal, os castelhanos invadiram este paiz e tomaram lhe varias povoações, entre ellas a cidade de Vizeu, que saquearam. Animados com esta victoria, puzeram cêrco a Trancoso, que tinha uma pequena guarnição, mas commandada pelo seu intrepido alcaide-mór Gonçalo Vasques Coutinho, que resistiu heroicamente. João Fernandes Pacheco e Martim Vaz da Cunha, alcaide-mór de Linhares, com alguns fidalgos cavalleiros, e os lavradores que puderam á pressa reunir, atacaram os castelhanos pela retaguarda, e saindo ao mesmo tempo Gonçalo Vaz Coutinho com a guarnição, em 25 d'abril em 1385, deram sobre os inimigos, e apezar do numero d'estes ser muito superior ao dos portuguezes, fôram completamente derrotados, deixando no campo numerosos mortos e feridos, além do todas as suas bagagens, e tudo quanto haviam roubado em Vizeu. A batalha foi dada a 2 k. de Trancoso, no logar de S. Marcos, e começou de manhã, acabando ao anoitecer. Cumpre registar, todavia, que o acto de Gonçalo Coutinho não foi espontaneo. Contam varios escriptores que elle, despeitado por Martim Vasques seguir o partido do mestre do Aviz, quizéra bandear-se com Castella, seguindo assim o exemplo de outros alcaides móres e de varios fidalgos portuguezes, bem como o de D. Diniz e D. João, filhos de D. Pedro I e de D. Ignez de Castro, que commandavam uma grande parte do exercito invasor. Fôsse esse o motivo ou outro qualquer, o facto é que de tão ruim proposito o demoveu sua mãe, D. Beatriz Gonçalves de Moura, que foi camareira da rainha D. Filippa de Lencastre e senhora das mais nobres virtudes civicas, a qual, n'um impeto de irreprimivel indignação, disse ao filho que na familia nunca tinha havido traidores á patria, e que se elle persistisse em deshonrar a sua illustre progenie declarando se por Castella, que a apunhalasse primeiramente, porque não queria sobreviver a tão grande infamia. Estas nobilissimas palavras, e tambem as exhortações do bravo

Trancoso—Alto dos Frades

e leal D. João Fernandes Pacheco, senhor de Tavira e alcaide mór de Celorico da Beira, obstaram a que Gonçalo Coutinho so cobrisse de opprobrio. Mas para isso tambem foi preciso que o velho e honrado Martim Vasques, senhor de Táboa, Ceia e Gouveia, e vulto tão importante que chegou a fazer sombra á poderosa influencia do D. Nuno Alvares Pereira, cedesse da sua primazia perante a ciosa fogosidade de Gonçalo Coutinho e se sujeitasse ao sou commando para que os castelhanos não se apoderassem da villa. Para commemorar a batalha, a camara de Trancoso mandou edificar uma capella com a invocação de S. Marcos, no sitio onde se travou o combate, a qual o rei de Castella mandou arrazar quando passou por ali, indo á batalha d'Aljubarrota, para ficar aquelle padrão a perpetuar a memoria da derrota. A 6 do maio seguinte houve um novo combate contra os castelhanos, que não fôram mais bem succedidos do que anteriormente. Calcula so que as primeiras fortificações de Trancoso sejam obra dos romanos, ou pelo menos, dos arabes. D. Affonso Henriques, com certeza, a achou cingida de muralhas, mais ou menos fortes, pois as reedificou, achando as arruinadas pelos moiros; mas não são decerto essas obras do defeza as que existem hoje. Suppõe-se com bons fundamentos, que tudo quanto existe, e o que se arruinou, era obra do rei D. Diniz, feita em 1290, aproximadamente, e reparada no reinado de D. João I. A villa é circumdada de muralhas, na circumferencia de 1 k., ou pouco menos, defendidas por 15 torres, entre as quaes se abriam 4 portas: *D'El rei*, do *Prado*, de *S. João* e do *Carvalho;* e 3 postigos: *da Traição*, *do Olhinho do Sol* e *do Boeirinho* O castello, ou cidadella, tem uns 220 m. de circumferencia, com 5 torres, ligadas por fortes muros ameiados, tendo, no centro, a torre de menagem, muito mais alta do que as outras. E' tão solida a construcção d'estas obras, que apezar da sua grande antiguidado, ainda os seus muros estão perfeitamente conservados, faltando-lhes apenas as ameias. As torres é que estão desmanteladas. Trancoso tinha voto em côrtes com asseuto no 8.º banco. As suas armas são um castello de prata sobre um outeiro, em campo verde, tendo por cima uma aguia de ouro, levantando o vôo. São estas armas que estão na *Torre do Tombo* mas alguns escriptores lhe juntam uma estrella, outros accrescentam-lhe as armas de Portugal sobre o castello, ficando-lhe d'um lado a aguia, e do outro a estrella. Dizem que foi el-rei D. Diniz que accrescentou assim o brazão, em memoria de ter aqui recebido sua mulher, a rainha, depois santa Izabel. Por vezes se tem encontrado na villa moedas romanas, e tumulos abertos em rocha, que se suppõem serem árabes. A egreja parochial de Santa Maria é um templo elegante, com a sua torre para sinos. A de S. Pedro é um bom templo, mas nada tem de notavel. Tem uma só torre com sinos, sendo um d'elles o do relogio. A capella-mór é d'uma architectura magnifica, mas o corpo da egreja não lhe corresponde. Na villa e suas immediações ha diversas ermidas, notando-so a da *Senhora da Fresta*, ou do *Sepulchro*, que foi egreja matriz até ao primeiro quartel do seculo passado. Segundo a tradição já existia desde o tempo dos gôdos, e quando os moiros invadiram estas terras, os christãos esconderam a imagem da padroeira n'uma fresta da capella-mór, que taparam com uma parede de tijolo. Resgatada a villa do poder dos moiros, foi reparada e benzida a egreja. N'essa occasião, destapando se a fresta, foi ali achada a imagem, que por isso se lhe ficou chamando desde então *N. S.ª da Fresta*. A egreja é muitissimo antiga, mesmo como matriz, pois que a sua freg. foi creada em 1225, como consta de uma inscripção que está sobre a verga da porta principal da egreja. Onde se vê hoje a ermida de S. Bartholomeu, existiu uma grande egreja, pelo menos tão antiga como a monarchia portugueza, e com toda a probabilidade, fundada por D. Affonso Henriques, ou, pelo menos, no seu reinado; e que então, ou pouco depois, se erigiu em egreja matriz d'uma freg. de ha muitos annos supprimida. No seculo XIII era o templo mais sumptuoso da villa, e por isso foi escolhido por D. Diniz para ali se celebrar o seu casamento. Supprimida a freg , talvez porque a egreja já estivesse em grande ruina, foi demolida, construindo se n'aquelle local, e com os mesmos materiaes, a actual capella. Houve em Trancoso dois conventos: o de *Santa Clara*, de freiras franciscanas, fundado por Christovão Mendes de Carvalho, em 1539, com a invocação de *N. S.ª do Sepulchro*, que depois se mudou para a de Santa Clara, que era a de muitos mosteiros de freiras da mesma ordem. Foi supprimido em novembro de 18[illegible]4. Estava situado na praça. O outro convento era de frades franciscanos, fundado em 1569 pelo mesmo fundador do mosteiro das freiras Está n'um vasto campo, povoado de frondoso arvoredo, extramuros da villa. O convento já não existe desde 1834, mas a egreja conserva se, e foi dada á irmandade dos terceiros franciscanos. N'esta egreja ha soberbas imagens, primorosamente esculpidas, que são ainda do tempo dos frades Na sua *Monarchia Lusitana*, diz Fr. F. Brandão, que Trancoso foi solar de muitos fidalgos, dos appellidos Cardoso, Fonseca, Pereira, Vasconcellos, Pacheco, Sampaio, Lucena, Amaral, Borges, Tavares e Saraiva. Em junho de 1247, a famosa D. Maria Paes Ribeira, a *Ribeirinha*, que fôra amante de D. Sancho I, deu á ordem do Templo tudo quanto possuia em Trancoso. Os suburbios da villa são muito amenos, pittorescos o bem cultivados. Pelas margens do rio Tavora estendem-se bellas campinas. O conc. é muito fertil, pois o regam muitas fontes e ribeiras. Cria-se n'elle bastante gado, e produz alguns cereaes, com especialidade de milho e centeio, legumes, algum vinho o azeite, o variedade de fructas. Proximo do logar da Aldeia Nova, pertencente ao conc., ha uma fonte d'aguas sulphureas, chamada *Fonte do Peião*. Nas serras de todo o conc. se encontra bastante caça. Nas freguezias do Cotimos e Villares, do conc. ha tambem banhos sulphurosos. A villa pertence á 2.ª div. mil., 4.ª brigada, grande circumscripção mil. Central, e ao distr. de recrut e res. n.º 12, de que é séde. Tem est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; escolas d'ambos os sexos, advogados, agencias bancarias e de companhias de seguros, hoteis, productor de madeira do carvalho, medicos, pharmacias, Misericordia, fabrica do moagens, notario, sociedades de recreio: *Gremio Trancosense*, *Sociedade Philarmonica Trancosense*, *Theatro Santa Barbara*, a cargo da camara municipal. Tem-

se publicado ali os seguintes jornaes: *O Trancosence*, e *O Montanha;* hoje existem A *Democracia da Beira* e a *Folha de Trancoso*. O conc. compõe-se de 29 freguezias, com 4:612 fog. e 17:918 hab., sendo 8:534 do sexo masc. e 9:381 do fem., n'uma superficie de 36:026 hect. As freguezias são: N. S.ª da Conceição, de Aldeia Nova e Aldeia Velha, 957 hab.: 472 do sexo masc. e 485 do fem.; N. S.ª da Calçada, de Carnicães, 476 hab. 240 do sexo masc. e 236 do fem.; N. S.ª da Graça, de Castanheira, 349 hab.: 177 do sexo masc. e 172 do fem.; S. Silvestre, de Coguda, 497 hab.: 225 do sexo masc. e 272 do fem.; Santo André, de Cotimos, 495 hab.: 225 do sexo masc. e 270 do fem.; Santa Margarida, de Feital, 271 hab.: 145 do sexo masc. e 126 do fem.; N. S.ª da Graça, de Fiães, 472 hab.: 231 do sexo masc. e 241 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Fréches, 1:111 hab.: 508 do sexo masc. e 603 do fem.; S. João Baptista, de Granja, 497 hab.: 236 do sexo masc. e 261 do fem.; S. Pedro da Cadeira, de Guilheiro, 426 hab.: 196 do sexo masc. e 2.0 do fem.; S. João Baptista, de Moimentinha, 316 hab.: 150 do sexo masc. e 166 do fem.; Santa Maria e Espirito Santo, de Moreira do Rei e Moreirinhas, 1:393 hab.: 664 do sexo masc. e 729 do fem.; Santo Antonio, de Palhaes, 284 hab.: 134 do sexo masc. e 150 do fem.; N. S.ª da Graça, de Povoa do Concelho, 816 hab.: 392 do sexo masc. e 424 do fem.; Santa Catharina, de Reboleiro, 235 hab.: 103 do sexo masc. e 132 do fem.; N. S.ª da Graça, do Rio de Mel, 570 hab.: 288 do sexo masc. e 282 do fem.; Santa Margarida, de Sebadelhe da Serra, 396 hab.: 195 do sexo masc. e 201 do fem.; Santa Barbara, de Souto Maior, 509 hab.: 236 do sexo masc. e 273 do fem.; Santo Antonio, de Tamanhos e Falachos, 666 hab.: 351 do sexo masc. e 345 do fem.; S. Martinho, de Terranho, 489 hab.: 226 do sexo masc. e 263 do fem.; N. S.ª do Pranto, de Torre de Terranho, 526 hab.: 253 do sexo masc. e 273 do fem.; Santa Agueda, de Torres, 517 hab.: 249 do sexo masc. e 268 do fem.; Santa Maria, de Trancoso, 1:463 hab.: 674 do sexo masc. e 789 do fem.; S. Pedro, de Trancoso, 1:430 hab.: 646 do sexo masc. e 784 do fem.; N. S.ª da Consolação, de Valdujo, 693 hab.: 342 do sexo masc. e 351 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Valle do Seixo, 342 hab.: 153 do sexo masc. e 189 do fem.; N. S.ª dos Prazeres, de Villa Franca das Naves, 631 hab.: 294 do sexo masc. e 337 do fem.; N. S.ª dos Prazeres, de Villa Garcia, 463 hab.: 247 do sexo masc. e 216 do fem.; N. S.ª da Graça e Maçal da Ribeira, 598 hab.: 282 do sexo masc. e 316 do fem. O principal commercio de todo o conc. é azeite, cereaes de todas as qualidades, fructas de toda a especie, castanha em grande abundancia, madeiras, gados, vinhos e batatas. || Povoações nas freguezias: Santa Cruz, d'Alvarenga, conc. d'Arouca, distr. d'Aveiro. || S. Pedro, de Couto, conc. d'Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Cruz do Douro. conc. de Baião, distr. do Porto. || Rio da prov. do Minho. N. junto e a NE de Castro Laboreiro e lança se no rio Minho, junto do logar de Cebide, com cêrca de 35 k. do curso. Serve de fronteira por espaço de 18 kilometros.

Trancoso de Baixo, de Cima e do Meio. Tres povoações na freg. de S. João Baptista, de S. João dos Montes, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Trandeiras. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 53 fog. e 197 hab. Tem esc. do sexo masc. e está situada n'um valle chamado Veiga do Penso, a 7 k. da séde do conc. E' fertil em generos agricolas, cria gado e tem caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Affonsim, conc. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real.

Tranqueda. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Jorge, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

Tranqueira. Ilha de Santa Maria, Açôres; pov. na freg. de Santa Barbara, conc. de Villa do Porto, distr. do Ponta Delgada.

Tranquel. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Braz, de Campanario, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

Tranquilhos. Pov. na freg. de S. Miguel, de Creixomil, conc. do Guimarães, distr. do Braga.

Transfiguração *(Fr. José Pedro da)* Religioso franciscano observante da provincia de Portugal, e depois conego da congregação do Oliveira do Douro. Viveu na segunda metade do seculo XVIII. Parece que foi muito perseguido pelos seus confrades, por se ter deixado seduzir pelas theorias revolucionarias e republicanas de 1792. Morreu ainda muito novo em 1798 ou 1799, contando pouco mais de 40 annos de edade. Foi professor de historia ecclesiastica no convento de S. Francisco, do Porto, e exercia essas funcções, quando publicou em 1792 a seguinte obra: *Dissertação, ou breve tratado sobre algumas regras mais necessarias da hermeneutica e diplomatica para o estudo da historia ecclesiastica*. Publicou: *Sermão do Santissimo Sacramento da Eucharistia, prégado na sé de Braga*, etc., Lisboa, 1803; *Pensamentos, reflexões e maximas do Rev.*^{mo} *P. M. Transfiguração dados á luz por José Pedro da Cunha Coutinho, presbytero secular professo na Congregação de Oliveira do Douro, unico amigo do autor*, Porto, 1807.

Transfontão. Povoações nas freguezias: S. Pedro, do Bairros, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Pedro, de Figueiredo, conc. d'Amares, do mesmo distr. || S. Martinho, de Fornellos, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Transleça. Pov. na freg. de S. Vicente, de Alfena, conc. de Vallongo, distr. do Porto.

Trapa. Pov. na freg. de S. Mamede, de Santa Cruz da Trapa, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Trapiche Caes com armazem onde se guardam generos de embarque á borda do mar.

Trapiche. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santo Antonio, conc. e distr. do Funchal.

Traquinaes. Pov. na freg. de S. Sebastião, do Espinhal, conc. de Penella, distr. de Coimbra

Trasborda. Pov. na freg. de S. Miguel, de Borba de Godim, conc. do Felgueiras, distr. do Porto.

Trascova. Pov. na freg. do Salvador, de Villa Cova da Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Tratamento. Titulo de graduação. V. *Alteza*, *Excellencia*, *Majestade*, etc. São muito interessantes os diplomas que preceituaram os trata-

mentos. Já por alvará de 30 do agosto de 1612 se mandou observar a pragmatica do 6 de setembro de 1597, perguntando se na devassa geral pelos que recebiam tratamentos que lhes não compe tia. A lei de 29 de janeiro de 1739 declarou quaes eram os tratamentos que se deviam dar ás pes soas, segundo a honra, distincção e grandeza d'ellas, o que esses tratamentos se denegassem ás quo casassem sem licença regia, devendo pedil-a, e o mesmo aos filhos o filhas que nascessem d'es se matrimonio. A provisão de 15 de julho de 1744 mandava lacerar os livros em que se dessem tra tamentos a individuos que os não tivessem. Para que um filho do infante D. Francisco, irmão do D. João V, pudesse ter o tratamento de *Senhor* foi necessario um decreto, que tem a data do 19 do maio de 1750. O alvará de 15 de janeiro do 1759 mandava observar uma regra certa e clara nos tratamentos a dar a cada um, conforme o seu estado e nascimento. Mandaram se romper as dedicatorias dos livros em que davam tratamentos indevidos, prohibindo que se imprimissem d'ahi em deante, por decreto do 13 de junho de 1744.

Trava *(Fernão Peres de)*. Fidalgo gallego dos seculos XI e XII, celebre na historia portugueza por ter sido amante da infanta-rainha D. Thereza, mãe do primeiro rei de Portugal. Era filho de Pedro Froylas de Trava, que foi um dos maiores agitadores da Galliza no seu tempo, e que representou na côrte de D. Urraca, irmã de D. Tareja, ou Thereza, um papel importante, porque foi elle o educador do joven D. Affonso Raymundes, depois Affonso VII de Leão. N'uma das muitas revoltas que so deram na Galliza, Fernão Peres refugiou-se em Portugal, governado então pela viuva do conde D. Henrique, a infanta-rainha D. Thereza. Esta apaixonou-se vivamente por elle, deu-lho logo na sua côrte e no seu espirito uma preponderancia, que irritou sobrema neira os varões portuguezes que não toleravam a supremacia d'um conde gallego que elles já consideravam como estrangeiro. Fernão Peres, cujos conselhos D Thereza seguia cegamente, quiz subjugar pela força o descontentamento dos fidalgos portuguezes. Ou para prevenir uma re volta ou para castigar alguma recalcitrancia, não hesitou em aconselhar a prisão do arcebispo de Braga, que tinha uma importancia dupla pelo al to cargo ecclesiastico que exercia e pela familia a que pertencia, que era a dos Mendes da Maia, uma das mais influentes e das mais insoffridas de Portugal n'esse tempo. Prender o arcebispo era lançar essa familia na revolta. Encontraram os varões descontentes um chefe excellente, que por então era apenas um instrumento, no joven D. Affonso Henriques, quo sua mãe ombevecida nos seus novos amores, não soubera educar a seu geito e compenetrar do seu espirito. Os fidalgos irritaram-se com a influencia do conde estrangeiro e mostraram so escandalisados com o procedimento de D. Thereza que assim polluia com amores illegitimos o thalamo do seu defunto marido. Affonso Henriques tomou assim o caracter de vingador dos manes de seu pae. A revolta começou, cortada e interrompida por varias peripecias como foi a da entrada de D Affonso VII em Portugal e do cêrco que pôz a Guimarães. Em 1128, desembaraçado o condado da presença do rei do Leão, travaram os dois partidos uma lucta suprema. D. Thereza o o conde de Trava, seu amante, occuparam Guimarães. Contra elles marchou D. Affonso Henriques. Saiu ao seu encontro Fernão Peres de Trava, e deu-se a batalha nos campos de S. Mamede. A victoria infunou as prégas dos balsões do D. Affonso Henriques, e o conde de Trava teve de fugir de Portugal com a sua régia amante. Dois annos depois D. Thereza morria em Leão, e Fernão Peres parece que a seguiu de perto uo tumulo, porque o seu nome não figura na conspiração do 1131, que seu irmão Bermudo Peres de Trava, senhor do castello de Ceia, teceu contra D. Affonso Henriques, conspiração mallograda, que obrigou Bermudes Peres a refugiar se na côrte do D. Affonso de Leão.

Travacôa. Pov. na freg de S. João Baptista, de Folhada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Travagem Pov. na freg. de S. Lourenço, de Asmes, conc. de Vallongo, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural, e apeadeiro no ramal do caminho de ferro de Porto a Braga, entre o de Leandro e a estação de Ermezinde.

Travanca. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Douro, conc. e com. da Feira, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 213 fog e 1:002 hab. Tem esc. do sexo masc. Está situada na estrada da Feira a Ovar, a 10 k. da séde do conc. E' terra muito fertil; cria gado de toda a qualidade, e tem abundancia de peixe do mar, que lhe fica perto. Já existia a pov. com certeza no dominio dos romanos, porque em maio de 1877 achou-se aqui, n'um terreno pertencente a Antonio Valente de Rezende, uma sepultura do pedra lavrada, formada de tijolos, assentes em argamassa, com 2 m. de comprido, que parece ser obra romana. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. ‖ Pov. e freg. do S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Oliveira de Azemeis, distr. d'Aveiro, bisp. do Porto; 182 fog. e 732 hab. Tem est. post., uma fabrica de chales e cintas de lã, e um apeadeiro na linha do caminho de ferro do Valle do Vouga, entro o do Figueiredo e a est. de Ul. Está situada na estrada do Porto a Coimbra, a 4 k. da séde do conc. E' fertil em generos agricolas, cria gado e tem caça. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. ‖ Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mogadouro, distr. o bisp. de Bragança; 107 fog. e 429 hab. Tem esc. do sexo fem e está situada na estrada de Mogadouro a Miranda, a 20 k. da séde do conc. E' terra pouco fertil, mas cria muito gado de toda a qualidade, e tem abundancia de caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 10, com a séde em Mirandella. ‖ Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Vinhaes, distr. e bisp. de Bragança; 60 fog. e 206 hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. Está situada na falda da serra de Corôa, a 7 k. da séde do conc. E' terra pouco fertil e muito fria, mas cria bastante gado de todas as qualidades, e nos seus montes ha muita caça grossa e miuda. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. o res. n.º 10, com a séde em Mirandella. ‖ Pov. e freg. do S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. do Pe-

nacova, distr. e bisp. de Coimbra; 136 fog. e 507 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. Está situada a 2 k. da margem esquerda do rio Mondego, 4 da margem direita do rio Alva, e a 14 da séde do conc. Tambem é conhecida pelo nome de *Travanca de Farinha Pôdre*, por estar proximo da pequena villa de Farinha Pôdre, que foi séde d'um conc. creado por decreto de 6 de novembro de 1835 e supprimido a 24 de outubro de 1855. Travanca pertencia a este conc. e desde então ficou pertencendo ao de Taboa, passando mais tarde para o de Penacova. Por decreto de 7 de setembro de 1895 voltou para o de Taboa, sendo ali desannexada por decreto de 16 de janeiro de 1898, passando novamente para o de Penacova. A terra é fertil em quasi todos os fructos do paiz; tem azeite, vinho, trigo, milho, batatas, que transportam para varias localidades. Os seus moradores são muito dados ao negocio de aguardente, e chegou a haver aqui 4 fabricas. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.° 23, com a séde em Coimbra. || Pov. e freg. do Divino Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. d'Amarante, distr. e bisp. do Porto: 379 fog. e 1:519 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. Está situada junto da estrada de Penafiel á Lixa e Amarante, a 14 k. da séde do conc. E' pov. muito antiga, e foi villa e couto do mosteiro, mas nunca teve foral, novo ou velho. O seu mosteiro da ordem de S. Bento foi fundado em 970, por D. Garcia Moniz, que o dedicou ao Salvador do Mundo, ficando elle e os seus descendentes padroeiros do mosteiro. Morrendo D. Garcia Moniz, antes de se acabarem as obras da construcção do convento, foi seu filho, D. Gastão Moniz, que as concluiu em 1002. Os abbades d'este convento eram senhores donatarios de Travanca e capitães-móres do seu couto. Ha muitos annos que está tudo reduzido a um monte de ruinas. O couto do mosteiro foi feito pela rainha D. Thereza, que tambem instituiu a freg. em 1120. A terra é fertil, tem gado e caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de Santa Leocadia, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Sinfães, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 199 fog. e 468 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e uma feira no 1.° domingo de cada mez. Está situada a 1 k. da margem direita do rio Paiva, a 4 da margem esquerda do rio Douro e a 15 da séde do concelho. Tambem é conhecida pela designação de *Travanca do Douro*. Esta freg. é a ultima do lado occidental do districto de Vizeu, e termina tambem aqui a prov. da Beira Alta. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 9, com a séde em Lamego. || Povoações nas freguezias: S. Miguel e conc. de Armamar, distr. de Vizeu. || S. Mamede, de Bostello, conc. d'Amarante, distr. do Porto || Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, do mesmo distr. || S. Pelagio e conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || S. Pedro e conc. de S. Pedro, do Sul, do mesmo districto.

Travanca de Baixo. Pov. na freg. do Salvador, de Travanca de Tavares, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Travanca de Cima. Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Travanca, conc. da Feira, distr. d'Aveiro.

Travanca da Egreja. Pov. na freg. do Salvador, de Travanca de Tavares, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Travanca Grande Pov. na freg. de S. Miguel, de Bodiosa, conc. e distr. de Vizeu. Tem correio com serviço de posta rural.

Travanca de Lagos. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc e com. de Oliveira do Hospital, distr. e bisp. de Coimbra; 488 fog. e 2:072 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. Está situada entre os rios Mondego e Alva, a 7 k. de cada um d'elles e a 2 da séde do conc. E' uma das freguezias mais populosas, ferteis e ricas da comarca, e mesmo das freguezias ruraes do seu districto. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 23, com a séde em Coimbra.

Travanca Pequena Pov. na freg. de S. Miguel, de Bodiosa, conc. e distr. de Vizeu.

Travanca de S. Thomé. Pov. na freg. de S. Pedro, d'Oliveira do Conde, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu.

Travanca de Tavares. Pov. e freg. do Salvador, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu; 70 fog. e 303 hab. Tem est. post. e esc. do sexo fem. Está situada entre os dois affluentes do rio Dão, a 14 k. da séde do conc. A freg. é mais antiga que a monarchia portugueza. Em 1154, D. Affonso Henriques e sua mulher, a rainha D. Mafalda, doaram ao *mestre Soeiro Tedoniz, professor de medicina*, 5 casaes em Travanca, como recompensa da cura que tinha feito a Rodrigo Exemeniz, por ordem real. Em 1183, o mesmo D. Affonso Henriques doou a D. João Pires, bispo de Vizeu, outra herdade que tinha em Travanca de Tavares. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Travancas. Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. de Traz os Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, bisp. de Bragança; 167 fog. e 680 hab. Tem est. post. e está situada a 8 k. do rio Mente, e a 17 da séde do conc. A terra é pouco fertil, mas cria muito gado, e tem caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 19, com a séde em Chaves. || Ribeira que nasce na Galliza, e entrando em Portugal por entre as freguezias de Travancas e S. Vicente, se lança no rio Mente, a O de S. Jomil com cêrca de 18 k. de curso no paiz.

Travancella. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Mancellos, conc. d'Amarante, distr. do Porto. || S. Miguel de Villa Boa, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Travancinha. Pov. e freg. de N. S.ª do Rosario, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Ceia, distr. e bisp. da Guarda; 210 fog. e 995 hab. Tem esc. para o sexo fem., est. post., fabrica de louça, casa de pasto, viveiro de videiras, etc. Está situada a 4 k. da margem esquerda da ribeira de Ceia, e a 7 da séde do conc. A terra é pouco fertil. Cria muito gado, principalmente miudo, e tem grande abundancia de caça, grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 12, com a séde em Trancoso.

Travassinho. Pov. na freg. de S. Miguel de Villa Boa, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Travassinhos Pov. na freg. de Santo André,

de Friande, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. do Braga.

Travasso. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Barreiros, conc. e distr. de Vizeu. ‖ S. Pedro, de Cesar, conc. de Oliveira d'Azemeis, distr. d'Aveiro. ‖ S. Miguel, de Lazarim, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. ‖ N. S.ª d'Assumpção e conc de Penacova, distr. de Coimbra. ‖ S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria ‖ S. Romão, conc. de Armamar, distr. de Vizeu. ‖ S. Vicente, de Vacariça, conc. de Mealhada, distr. d'Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural. ‖ S. Miguel de Villa Boa, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Travassô. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. d'Agueda, distr. d'Aveiro, bisp. de Coimbra; 189 fog. e 735 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. Está situada a 1 k. da margem esquerda do rio Vouga, a 500 m. da margem direita do rio Agueda e a 7 da sé de do conc. A pov. é muito antiga. Ha todas as razões para se suppôr que esteve, talvez por muitos seculos, coberta pelas aguas do Oceano, pois que o seu terreno pertence á *epoca quaternaria*, e até e mais metros de profundidade, se encontra grande profusão de *seixos rolados*. O seu antigo nome era *Travaçoulo*, ou *Travazolo*, e jé era parochia em 1063, pois que n'esse anno deu D Fernando I, de Leão, ao bispo de S. Thiago de Compostella, a *terça parte de Travazolo, entre o Agueda e o Vouga*. Foi tambem um antigo couto. Ha aqui a ermida de N. S.ª do Amparo, ou da Lapa, nos campos de Travassô, mas em sitio mais elevado, ao abrigo das enchentes do Agueda. Tem capella-mór e corpo da egreja; a imagem da padroeira é de pedra, de pouco mais de 1 m. de altura, denotando grande antiguidade. Pertence a pov. á 5.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24 com a séde em Aveiro. ‖ Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Abbedim, conc. de Mousão, distr. do Vianna do Castello. ‖ Santo André, de Rio Douro, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. do Braga.

Travassôa. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Folhada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto

Travassos. E' appellido nobre de Portugal, cuja familia teve o seu solar na aldeia de Travassós, no concelho de Fafe, na provincia do Minho, de que foi donataria. O primeiro que consta ter-se assignado com este appellido foi D. Pedro de Travassos, que viveu durante o reinado de D. Sancho I e de D Affonso II, e teve descendencia. As suas armas são: Em campo de púrpura 5 flôres de trevo de ouro, em áspa; elmo de aço aberto, e por timbre dois troncos de púrpura, em áspa, com uma flôr de trevo em cada extremidade superior dos troncos.

Travassos *(Diogo Gonçalves)*. Illustro fidalgo valido d'el rei D. João I, do conselho de D. Affonso V, do infante D. Pedro, regente do reino, aio de seus filhos, etc Não se conhecem as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de Martim Gonçalves do Travassos e de Catharina Dias de Mello. Na conquista de Ceuta foi armado cavalleiro pelo infante D. Pedro em 25 de agosto do 1415, quatro dias depois da tomada d'aquella praça. Casou com D. Violante Cabral, filha de Fernão Velho e de D. Maria Alvares Cabral Foi grande privado dos reis do seu tempo, escrivão da puridade e veador da casa do infante D. Pedro regente do reino, mas na sua chancellaria, diz D. Luiz Caetano de Lima, é chamado veador das terras do referido infante. Das suas acções nada dizem os historiadores, omissão bem para se sentir, pois que se póde inferir, que fôram taes, que não só em vida mereceu toda a estima o acceitação dos reis, e os grandes e honorificos cargos que serviu, mas até depois da sua morte a grande honra de ser enterrado dentro da egreja do convento da Batalha, na qual, como em edificio que se levantára para jazigo dos reis o dos infantes seus filhos, ninguem n'aquelles tempos se enterrava e sómente se concedeu por privilegio a Diogo Gonçalves de Travassos, ao architecto Matheus Fernandes, o ao soldado que salvou D. João I da morte. Mandou-se-lhe erigir uma magnifica campa com epitaphio em letra gothica e varias folhagens, que a vestem e lhe servem de ornato Na campa vê se tambem um escudo d'armas. Tudo isto se pode vêr reproduzido na obra *Frei Gonçalo Velho*, do sr. Ayres do Sá, vol. I, Lisboa 1899.

Travassos *(Fr. Filippe de S. Thiago)*. Eremita da congregação de S. Paulo da Serra d'Ossa, mestre em theologia na sua ordem. N. em Lisboa em 1746, ignora se a data do fallecimento. Escreveu: *Sermões panegyricos e moraes*, tomo I, Lisboa, 1794; não consta que se publicasse a continuação; *Oração gratulatoria na acção de graças celebrada pela preservação da vida do ill.mo e ex.mo sr. Marquez de Pombal*, etc, Lisboa, 1776.

Travassos *(Francisco de Paula)*. Doutor em mathematica e lente substituto da mesma faculdade na Universidade de Coimbra; lente jubilado na Academia Real de Marinha do Lisboa; coronel do corpo de engenheiros, socio effectivo e director de classe da Academia Real das Sciencias do Lisboa, e secretario da Sociedade Real Maritima e Geographica, etc. N. em Elvas em 1764, fal. em Lisboa a 6 de julho de 1833. Seguindo o curso de mathematica, recebeu o grau de doutor a 26 d'outubro de 1788. Escreveu: *Explicação da Taboada nautica para o calculo das longitudes, por José Monteiro da Rocha, e indagação das formulas que serviram para a sua construcção*, Lisboa, 1801; com 3 estampas o 3 taboas; *Taboas para o calculo de longitude geographica, segundo o methodo de José Monteiro da Rocha, publicadas com a approvação da Sociedade Real Maritima*, Lisboa, 1803; *Methodo de educação nas distancias observadas no calculo das longitudes*, Coimbra, 1805; *Ensaio sobre as brachystochronas, e reflexões sobre as proposições 42 e 76 do 2.º tomo da Mechanica d'Euler;* inserto no tomo II das *Memorias da Academia Real das Sciencias; Reflexões tendentes a esclarecer o calculo das Notações*, etc.; no tomo III, parte II, das ditas *Memorias*.

Travassos Valdez *(Antonio)*. Commendador da ordem de Christo e das ordens estrangeiras: da Legião de Honra de França e de Carlos III de Hespanha; diplomata, socio honorario da Sociedade das Artes o Manufacturas de Londres, etc. N. em Lisboa a 13 de maio de 1818, fal. em Copenhague a 25 de novembro de 1855. Era filho do general 1.º conde de Bomfim José Lucio Travassos Valdez, o de sua mulher D. Jeronyma Emilia Godinho Valdez Encetou a carreira diplomatica, como addido do 2.ª classe á legação do

Portugal á côrte da Haya em 1840; no anno seguinte passou a 1.º addido para a legação de Londres; foi 1.º secretario da legação de S. Petersburgo, Paris e Madrid, sendo depois n'esta ultima côrte encarregado de negocios, e em 1855 foi no mesmo cargo para a Suecia e Dinamarca, fallecendo em Copenhague, conforme dissémos, aos 37 annos de edade, lançando-se ao mar, ficando ignorados os motivos que o levaram ao suicidio. Antonio Travassos Valdez casou em Inglaterra a 2 d'agosto de 1849, com D. Angelina Quigley Doyle, filha de Miguel Doyle, e de sua mulher Hannah Cecilia Doyle. Escreveu o *Annuario Portuguez, historico, biographico e diplomatico, seguido d'uma Synopse de Tratados e Convenções celebrados entre Portugal e outras Potencias, ou em que este reino foi comprehendido, desde 1093 até 1854*, Lisboa 1855. Esta *Sinopse* serviu de base para a collecção de Tratados Portuguezes, feita pelo visconde Borges de Castro, additada, corrigida, e accrescentada com annotações muito importantes, pelo 1.º official archivista do ministerio dos estrangeiros J. F. Judice Biker.

Travassos Valdez *(Francisco)*. Funccionario publico e escriptor. N. em Setubal a 29 de outubro de 1825, sendo filho do 1.º conde de Bomfim, e irmão de Antonio Travassos Valdez (V. o *artigo antecedente*). Fez os seus estudos na Escola Polytechnica, os quaes não pôde concluir em razão de haver, em 1844, tomado parte nas tentativas da revolução começada em Torres Novas para derribar o ministerio Costa Cabral. Em 1846 foi despachado para o logar de correio assistente na cidade de Elvas, que exerceu durante curto prazo, por haver sobrevindo a lucta civil, em que tomou parte egualmente, abraçando o partido da Junta do Porto, e servindo militarmente como official em diversos corpos, até ser em junho de 1847 aprisionado pelas forças inglezas, juntamente com toda a divisão do commando do conde das Antas. Recolhido a Lisboa por virtude da amnistia dada pelo governo, viveu particularmente entregue ao cultivo das letras, até que instigado pelos desejos de correr mundo e escrever o resultado das suas viagens, alcançou ser nomeado, em 1851, arbitro por parte de Portugal na Commissão mixta luso-britannica estabelecida em Loanda para julgar em ultima instancia os casos de trafico de escravatura. N'este emprego e no de administrador interino do Correio Central d'Angola prestou assiduo serviço, até que deteriorada a saude pelas febres do paiz, e extincta a Commissão, de que era membro, pela nova creação da Relação de justiça, houve de voltar para Lisboa. Esteve alguns annos desempregado, obtendo emfim no anno de 1857 a nova nomeação de arbitro da Commissão mixta luso-britannica do Cabo da Boa Esperança. Foi durante a sua permanencia, n'esse exercicio, que escreveu e publicou algumas das obras abaixo mencionadas, em cujo producto procurou meios de occorrer á situação precaria em que o collocara a tenuidade dos vencimentos que recebia por aquelle emprego, vendo se afinal obrigado a resignal o, e a procurar melhor fortuna, entrando no serviço de uma companhia que contratara o fornecimento de colonos e trabalhadores chinezes para as Antilhas francezas. Foi então que se lhe deparou ensejo para percorrer uma grande parte do mundo, e poder estudar praticamente as graves questões de colonisação e trabalho indigena, visitando successivamente as ilhas da Ascensão, Santa Helena, as Guyanas, as Antilhas grandes e pequenas, o Guatemala, o Mexico, os Estados Unidos, as Bahamas, Terra Nova, Açôres, Marrocos, Gibraltar, e as Baleares; terminando pelo desembarque em França a sua longa peregrinação maritima, e correndo depois por terra alguns paizes da Europa, até recolher se a Portugal atravessando a Peninsula. Dos conhecimentos adquiridos no curso das suas viagens, são provas os muitos artigos que publicou em varios jornaes, e especialmente no *Jornal do Commercio*, do qual foi por muitos annos collaborador mais ou menos assiduo. Chegado a Lisboa empregou-se por algum tempo como empreiteiro dos caminhos de ferro portuguezes, na construcção dos lanços entre Santa Eulalia e Badajoz, porém foi pouco feliz n'esta especulação. Em 1863 o governo, pela repartição da marinha e ultramar, de que era então ministro Mendes Leal, desejando aproveitar os seus conhecimentos, não só contratou com elle a composição e publicação em portuguez da obra ácêrca da Africa Occidental, que devia constar de 3 volumes, mas o escolheu para secretario de uma commissão especial, destinada ao estudo das questões de colonisação e trabalho indigena nas possessões ultramarinas portuguezas, e encarregado de propôr a este respeito um plano, que satisfizesse ao fim pretendido. E sendo n'esse mesmo anno elevada á categoria de provincia independente a ilha de Timor, foi Travassos Valdez nomeado secretario do respectivo governo; saindo de Lisboa em fevereiro de 1864, e aportando á Oceania portugueza em junho seguinte. O estado de completa anarchia, falta absoluta de recursos e miseria geral em que estava o paiz, deu logar a que o governador resolvesse, com o concurso da Junta de Fazenda, levantar um emprestimo de 90:000$000 reis, como unico recurso para obstar á total ruina d'aquelle ultimo padrão, que resta ainda das nossas antigas glorias na quinta parte do mundo. Para negociar este emprestimo enviou o governo á ilha de Java uma commissão de tres membros, presidido pelo secretario do governo. E' extensa a narrativa dos incidentes, embaraços e difficuldades que obstaram ao desempenho satisfatorio de tal commissão, bastará dizer que Travassos Valdez, tendo adoecido perigosamente em Java, d'onde officiara ao governo de Portugal expondo o estado das cousas e pedindo a exoneração do cargo, que por doente e exhausto de forças já não podia exercer, voltou para Dilly, onde o seu estado se aggravou a ponto de obter do governador da provincia licença para vir pelo isthmo de Suez tratar-se na patria. Chegando a Lisboa, depois de prolongada viagem, veiu achar aqui a sua exoneração de secretario do governo de Timor: posto que tivera a satisfação de vêr publicado na *Correspondencia de Portugal* logo no dia seguinte ao da sua demissão a declaração de que fôra esse jornal competentemente autorisado a dizer *que a exoneração não tivera logar por motivo algum que ficasse mal ao sr. Valdez, nem como cavalheiro, nem como empregado publico.* Esta declaração servia de resposta aos artigos anonymos, que em seu desabono haviam apparecido em outro jornal, e a que elle entendeu não dever outra resposta mais que a publicação circums-

tanciada dos seus actos, em relatorios que fez inserir em varias folhas e particularmente no *Jornal do Commercio*, reclamando pela imprensa e instando com o governo que se lhe tomassem contas, e se procedesse á syndicancia que é de lei fazer se aos empregados do ultramar, quando terminam o seu serviço. Como porém, apezar das instancias, a syndicancia se demorasse, tirou passaporte legal; e emprehendeu novas viagens a diversas partes do mundo, dirigindo se d'esta vez especialmente ás duas Americas. Chegando ao Brazil, onde foi bem acolhido, tanto pelos portuguezes como pelos brazileiros, exerceu por algum tempo a direcção dos estudos secundarios no collegio Pinheiro, estabelecido no Rio de Janeiro, publicando a expensas de muitos portuguezes ali residentes o seu livro *Da Oceania a Lisboa*, que em signal de gratidão lhes dedicou. Passados mais de dois annos resolveu aproveitar se da entrada para o ministerio do conselheiro Casal Ribeiro, seu antigo amigo, para vir sollicitar outra vez a syndicancia requerida, afim de que a resolução d'esta em fórma categorica o habilitasse a entrar de novo no serviço publico em posição segura e independente. Deixou, pois, o Brazil, e aportando a Lisboa, conseguiu que se lhe instaurasse o competente processo, do qual saiu puro e illibado em todas as instancias. Travassos Valdez casou a 26 de junho de 1851, com D. Maria do Carmo Travassos Valdez, sua prima, filha de Joaquim Travassos d'Araujo Valdez, irmão do 1.° conde de Bomfim, e de sua mulher D. Maria do Carmo Godinho Valdez. Começou o seu tirocinio litterario, qualidade de redactor do *Jardim das Damas*, jornal publicado em Lisboa, de 1845 a 1849. Bibliographia: *South African Ladies Companion*, livro de instrucção e recreio, impresso na cidade do Cabo em 1858; 2 tomos; *Six years of a traveller's life in Western Africa*, Londres, 1861; 2 tomos, adornados com gravuras; *Africa Occidental: noticias e considerações*, mandada imprimir por ordem do ministerio da marinha, Lisboa, 1864; com o retrato do autor e mais 17 estampas lithographadas contendo diversas vistas e plantas; *Da Oceania a Lisboa*, já citada; Rio de Janeiro, 1866. No *Jornal do Commercio*, entre os numerosos artigos que publicou, sobresaem por mais notaveis os seguintes: *Sobre as minas de Portugal e do Ultramar, e ácêrca das viagens de exploração na Africa pelo dr. Livingstone; Angola; scenas, costumes, reflexões*, etc., digressão curiosa sobre as suas jornadas no sertão; outra serie de artigos sobre *Colonisação, suas vantagens, difficuldades e progresso*, tudo escripto antes da sua partida para a Oceania em 1861; *Considerações sobre a colonisação e o trabalho indigena das provincias ultramarinas* — e *A proposito da organisação militar da provincia de Angola;* series de artigos publicados em 1856 e 1867; *Nova serie de artigos sobre o ultramar e colonias*, começada no jornal de 20 de novembro de 1868; *Os Boers na Africa austral;* serie de artigos publicados, o 1.° em 9 de abril de 1869, e o 5.° no dia 21 do dito mez. Tambem escreveu no *Transtagano*, jornal d'Elvas, em 1862, na *Correspondencia de Portugal*, 1863, etc.

Travassos Valdez *(Luiz)*. General de divisão reformado. N. em Lisboa a 8 de fevereiro de 1816, filho 2.° do tenente general 1.° conde de Bomfim. Principiou a sua carreira militar, sentando praça em infantaria n.° 10 a 29 de novembro de 1831, sendo declarado cadete em abril de 1832. Tendo ficado nos Açôres, quando o regimento partiu para o Porto fazendo parte do exercito libertador, reuniu ao seu regimento em 1 de fevereiro de 1833. N'esse anno teve a promoção de alferes de infantaria n.° 10. Foi desligado do regimento para ir desempenhar o cargo de deputado do ajudante general do exercito libertador em fevereiro de 1834, sendo ainda no mesmo anno promovido a tenente com o mesmo exercicio. Pela extincção do estado maior imperial, foi empregado no ministerio da guerra, e depois nomeado adjunto da repartição do ajudante general em 1835. Passou ao corpo do estado maior no mez de dezembro de 1835. Em 1836 foi addido á repartição do ajudante general. Em 1837 foi nomeado ajudante d'ordens do general commandante das forças do sul do reino. Em 1839 ajudante d'ordens do ministro da guerra conde de Bomfim. Em 1840 capitão, continuando sempre na secretaria da guerra até que em 1846 pediu a sua exoneração, por effeito dos acontecimentos politicos. Pelos mesmos acontecimentos foi demittido do posto de capitão do estado maior, sendo mais tarde reintegrado no posto (novembro de 1850). Em 28 de setembro de 1859 passou a servir como sub chefe do gabinete do ministerio da guerra, e em 1860 foi nomeado chefe do dito gabinete onde serviu debaixo das ordens do marquez de Sá da Bandeira. Sendo promovido a coronel em 1865, passou a desempenhar o logar de chefe do estado maior da 1.ª divisão militar onde serviu sob as ordens do marechal conde da Ponte de Santa Maria e dos generaes Oliveira Miranda, conde de Castello Branco e visconde de Sagres. Foi promovido a general de brigada em 1875, conservando se sem commissão, até que em 1883 foi nomeado director da administração militar, sendo promovido a general de divisão em 1885, continuando a desempenhar o mesmo cargo, até que em 1889 foi nomeado vogal do Tribunal Superior de Guerra e Marinha. Teve a sua reforma a 26 de fevereiro de 1890. Agraciado com a gran-cruz da ordem militar de S. Bento d'Aviz, recebeu tambem diplomas de commendador da ordem de Carlos III de Hespanha e da Corôa d'Italia, mas nunca usou estas ultimas insignias. Contando apenas 15 annos de edade foi um dos bravos que vieram desembarcar no Porto debaixo do fogo das baterias absolutistas. Assistiu ás acções de 4 e 24 de março, 9 e 10 d'abril, 5 e 25 de julho, 18 d'agosto e 5 de setembro de 1833. Foi levemente ferido na acção de 28 d'agosto de 1837 no Chão da Feira e assistiu á de 22 de dezembro de 1846, em Torres Vedras. Foi trabalhador infatigavel até aos ultimos annos de vida, como se póde colligir da seguinte relação das suas obras: *Lista geral dos officiaes do exercito libertador referida ao dia 25 de julho de 1833*, publicada em 1835 com 188 paginas, das quaes as ultimas 25 comprehendem mappas dos mortos, feridos, prisioneiros e extraviados do mesmo exercito nos diversos combates e acções occorridos de 11 de agosto de 1829 a 25 de julho de 1833. Traz tambem relação de todas as batalhas, combates, defeza e tomada de diversos logares, para a sustentação e recuperação do governo legitimo e da Carta Constitucional, desde 4 d'outubro de 1828 na ilha Terceira, até ao referido dia 25 de julho

de 1833 em Portugal, e os nomes dos officiaes mortos, feridos, aprisionados e condecorados por distincção; *Lista geral dos officiaes e empregados civis do exercito, marinha e ultramar*, Lisboa, 1842. Um volume de 264 paginas. N'esta lista apparecem pela primeira vez indicadas em se guida aos nomes, as condecorações e medalhas de distincção couferidas aos officiaes designados. Comprehende tambom uma parte noticiosa e indicativa da legislação que creou e regulou as dif ferentes repartições militares e civis tanto do exercito como da armada, alguns mappas interessantes, etc.; *Lista geral dos officiaes da primei ra, segunda e terceira secção do exercito*, Lisboa, 1843; coordenado por L. Valdez com o fim de se conhecer a situação na escala de accesso a que passavam os officiaes nas referidas secções, quando fôsse convertido em lei o projecto da camara dos deputados de 8 d'abril do dito anno; *Lista geral dos officiaes do exercito referida ao 1 d'agosto de 1850*, um volume em 8.°, 320 paginas. Appareceu n'esta *Lista* pela primeira vez a indicação da data da praça e accesso de cada um dos individuos mencionados e legislação relativa a cada uma das especialidades; *Almanach do Exercito referido ao 1.° de julho de 1895*, 8.° grande de 183 pag. De todas as publicações d'este genero é esta sem duvida a mais curiosa e interessante, pois que apresenta bastantes indicações historicas sobre a organisação, força e estado militar de Portugal, desde a mais remota epoca da sua independencia até 1834, com a synopse das provi dencias militares decretadas na regencia de D. Pedro, duque de Bragança, e no reinado de D. Maria II, e muitas outras noticias. Este almanach ainda hoje é consultado com aproveitamento e não é já muito vulgar. *Almanach do Exercito referido a 30 d'abril de 1858*, Lisboa, 8.° grande 256 pag. Por T. V. Valdez ou pelo menos com a sua collaboração: *Lista dos officiaes empregados da marinha e ultramar referido ao 1.° de novembro de 1850*, Lisboa, vol. em 8.° com 240 paginas. Os *Almanachs do exercito* do 1860 e de 1861 fôram feitos sob a direcção de L. Valdez pelos srs. D. José da Camara Leme o pelo general refor mado José Ricardo da Costa Silva Antunes. O de 1861 foi o primeiro que teve caracter official, sendo publicado por ordem do ministerio da guerra em conformidade com a nova organisação da secretaria da guerra. *Almanach de Portugal para o anno de 1855*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1 vol. em 8.° 703 pag ; *Almanach para o anno de 1856*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1 vol. 8.° 896 pag.; *Serviço militar no ultramar, projecto de lei regulando as vantagens dos militares que servissem no ultramar*, Lisboa, Typographia Universal, 1860 8.° graude, de 20 pag. Foi tambem impresso na *Revista militar*, de 1860; comprehende tres projectos de lei tendentes a melhorar a sorte dos militares no ultramar, sendo escripto o primeiro por L. Valdez, o segundo pelo visconde de Sá da Bandeira e o terceiro por alguns deputados; *Estado militar de Portugal em 30 de janeiro de 1877, contendo os nomes dos officiaes superiores, e empregados principaes do exercito, marinha e ultra mar*, Lisboa, Typographia Universal, 1877, 8.° de 67 pag. Foi publicado pela Empresa da *Revista militar*. O general Travassos Valdez foi membro da commissão nomeada em 12 de dezembro de 1860 para preparar um projecto de lei sobre o serviço militar prestado nas provincias ultramarinas por corpos ou forças mandadas de Portugal. O relatorio foi publicado no *Diario de Lisboa*, de 1865. Foi membro da redacção da *Revista militar* e collaborou por muito tempo no *Jornal do Commercio*. *Memoria ácêrca das imprensas do governo, obras subsidiadas pelo estado, bibliotheca, archivos, boletins das provincias ultramarinas*, Lisboa, Typographia Lisbonense, 1880 8.° grande, 23 paginas. Foi primeiro publicado em folhetins no *Diario Popular*. Colligiu extensos e detalhados apontamentos chorographicos e estatisticos de todo o reino, ilhas adjacentes e provincias ultramarinas, que não chegou a publicar. Foi por muitos annos correspondente do *Almanach de Gotha*, ao qual fornecia a totalidade das comple tas informações que annualmente trazia do nosso paiz. Falleceu em Lisboa a 5 de março de 1900.

Travassos. Pov. e freg. de S. Martinho, conc. e com. de Povoa de Lanhoso, distr. e arceb. de Braga; 162 fog. e 680 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada nas proximidades da margem direita do rio Ave, a 7 k. da séde do conc. E' fertil em generos agricolas, tem gado e caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias: S. Thiago, d'Amorim, conc. do Povoa de Varzim, distr. do Porto. || N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.° bairro de Lisboa. || O Sal vador, de Bilhó, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || Santa Christina, de Couto, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Cova, conc. de Vieira, distr. de Braga || S. Pedro de France, conc e distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Landim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Lucrecia, de Louro, do mesmo conc. e distr. || S. João Baptista, de Luzim, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santo Adrião, de Macieira de Rates, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Oliveira, conc. de Arcos de Valle-de Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Pelagio e conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu || Santo André, de Sanhoane, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Cypriano, de Senharei, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Martinho, do Varzea do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Villar, conc. de Terras do Bouro, distr. de Braga

Travassos de Baixo e de Cima. Duas po voações na freg. de S Pedro, de Loureiro, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real.

Travassos da Chã. Pov. na freg. do S. Vicente, do Chã, conc. de Montalegre, distr de Villa Real.

Travassos do Rio. Pov. na freg. de Santo André, de Sezêlhe, conc de Montalegre, distr. de Villa Real.

Travassós. Pov. e freg. de S. Thomé, da prov. do Minho, conc. e com. de Fafe, distr. e arceb. de Braga; 363 fog. e 1:269 hab. Tem esc. do sexo masc. e está situada a 4 k. da margem esquerda do rio Ave, a egual distancia da margem direita do Vizella, e a 7 da séde do conc. E' pov. mais antiga que a monarchia portugueza. E' muito fertil, cria gado e tem caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n. 20, com a séde

em Amarante. || Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 43 fog. e 211 hab. Tem est. post. e está situada na encosta do monte Castello, a 4 k. da margem esquerda do rio Neiva, e a 7 da séde do conc. E' terra pouco fertil, mas mas cria muito gado, e caça grossa e miuda. Pertence á 3.ª div. mil, e ao distr. de recrut. e res n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Jugueiros, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Sant'Anna, d'Orgens, conc e distr. de Vizeu. Tem correio com serviço de posta rural.

Travassós de Baixo e de Cima. Duas povoações na freguezia de S. Simão, de Rio de Loba, conc. e distr. de Vizeu.

Traveira. Pov. na freg. de S Pedro, de Villa Secca, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra.

Travessa. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Alvaro, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || S. Silvestre, de Chãos, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S. João Baptista, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Santo André, de Painzella, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Verissimo, de Paranhos, bairro oriental do Porto. || S. Miguel, de Rebordosa, conc. de Paredes, do mesmo distr. || Santo Adrião, de Santão, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Villar de Pinheiro, conc. de Villa do Conde, do mesmo distr. || Ilha da Madeira; N. S.ª d'Ajuda, de Serra d'Agua, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || Povoação na freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pov na freg de N. S.ª do Monte, no conc. da ilha Brava, do mesmo archipelago e provincia.

Travessa da Rua de Cima. Pov na freg. de S. Martinho de Lordello do Ouro, bairro occidental do Porto.

Travessas. Povoações nas freguezias: Santa Leocadia, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel, de Celavisa, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || S. Martinho, de Dume, conc. e distr. de Braga. || S. Salvador, de Infesta, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || S. João Baptista, de S. João da Madeira, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Ilha de S. Jorge, Açôres; S. Thiago, de Ribeira Secca, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Travesso. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Azias, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc de Proença a-Nova, distr. de Castello Branco.

Traz Arnoso. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Traz Borba Pov. na freg. de S. Miguel, de Borba de Godim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Traz do Castello. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. da Vidigueira, distr. de Beja.

Traz do Couto. Pov. na freg. de S. Lourenço, do Prado, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Traz Cova. Pov. da freg de S. João Baptista, no conc. da ilha Brava, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Traz da Deveza. Povoações nas freguezias: Santo André, de Friande, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga || S. Thiago, de Villela, conc. de Amares, do mesmo districto.

Traz da Egreja. Santa Maria, de Ferreiros de Avões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu || S. Mamede, de Guizande, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Traz das Eiras. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Sobrosa, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Traz de Figueiró. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alvorge, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Traz da Fonte. Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Gallegos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Rio Côvo, do mesmo conc. e districto.

Traz Lamas. Pov. na freg. de S. Salvador, de Victorino das Donas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Traz Leiras. Pov. da freg. do Salvador, de Rossas, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Traz do Lombo. Pov. na freg. do Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

Traz os Mattos Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Villa Cã, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Traz da Moita. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Vagos, distr. d'Aveiro.

Traz do Monte. Pov. na freg. de Santa Magdalena e conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Traz os Montes Uma das antigas 6 provincias em que se dividia Portugal, e uma das 8 actuaes, divisão feita em 1834, em que a provincia da Beira se dividiu em duas: Beira Alta e Beira Baixa, e se creou a provincia do Douro. (*V. este nome*). Traz os-Montes é limitada ao N pelas provincias hespanholas de Orense e Samora; a E pelas de Samora e Salamanca; ao S pelas da Beira Alta e Beira Baixa; e a O pela do Minho e parte da do Douro. Tem 11:015 k. q. de superficie, e proveiu lhe o nome por estar situada, com respeito á provincia do Minho, por detraz da grande serra do Marão. Desde Freixo de Espada á Cinta, para O, toda esta provincia e a de Entre Douro e Minho formavam antigamente parte da Gallisa, razão porque não é raro ainda hoje a gente do sul chamar *gallegos* aos filhos de d'estas duas provincias do norte. Na divisão administrativa, a provincia de Traz os Montes comprehende dois districtos: Bragança e Villa Real, e abrange 26 concelhos, que são os seguintes: districto de Bragança: Alfandega da Fé, Bragança, Carrazêda de Anciães, Freixo de Espada á Cinta, Macedo de Cavalleiros, Miranda de Douro, Mirandella, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Villa Flôr, Vimioso e Vinhaes. Districto de Villa Real: Alijó, Boticas, Chaves, Mesão Frio, Mondim de Basto, Montalegre, Murça, Peso da Regoa, Ribeira de Pena, Sabrosa, Santa Martha de Penaguião, Valpaços, Villa Pouca de Aguiar e Villa Real. Tem duas cidades: Bragança e Miranda do Douro, e algumas villas importantes,

como Villa Real, séde do districto d'este nome, Chaves, Peso da Regoa, Mirandella e Moncorvo Na divisão ecclesiastica, pertencem ao bispado de Bragança as freguezias dos concelhos do districto d'este nome e algumas dos concelhos de Chaves e Valpaços, do distr. de Villa Real; e as restantes pertencem ao arcebispado de Braga e ao bispado do Lamego. As serras e os montes abundam n'esta provincia, mas tambem não es casseiam n'ella planicies vastas e ferteis, como os campos de Chaves, a Ribeira d'Oura e o valle da Villariça As N levantam se na fronteira as serras do Gerez, do Mourilhe, Larouco, Mairos, Montezinho, Vilia de Frades e Avellanoso. O rio Douro fórma a E a fronteira até á confluento com o Aguoda, n'uma extensão de 97 k. A fronteira N tem 231 k. de extensão. As serras da provincia prendem se com o systema montanhoso da Galliza, e pódem considerar se como contrafortes da serra de S. Mamede. A serra de Larouco, que fica ao NE de Montalegre, prolonga se para o S, formando a serra das Alturas; a serra de Mairos fica entre os rios Mente o Tamega; a de Padrella fica ao S da antecedente; o Marão, situado ao SO de Villa Real, é uma vasta serrania quo se eleva a 1:422 m; o Montezinho, ao N de Bragança, na raia, tem 1:595 m. do altitude e é a continuação da serrania hespanhola de Sinabria; a serra de Nogueira, ao S da antecedente, tem 1:321 m. de altitudo; e a de Bornes, tambem ao S, tem 1:202 m. Nas visinhanças do Douro as serranias diminuem de altitude formando planaltos importantes ao S da serra de Bornes, e entre o Sabor e aquelle rio. Estes planaltos teem a altitude maxima de 800 m N'um ou n'outro ponto correm ainda algumas serras, como as de Avellanoso e Roboredo com 897 m. e os de Matança e Lagoaça com 883. O principal rio da provincia é o Douro, que, como já ficou dito, lhe fórma em grande parte a fronteira a E e ao S. Além d'este rio e dos seus numerosos affluentes, é banhada ao NO pelo Cávado e tambem por alguns dos seus affluentes. Tem tres alfandegas de 2.ª classe: Chaves, Bragança e Barca d'Alva; a 1.ª com duas delegações de 1.ª classe em Montalegre e Vinhaes, e duas de 2.ª classo em Villar de Perdizes e Rebordello; a 2.ª com uma delegação de 1.ª classe em Miranda do Douro e duas de 2.ª classe em Outeiro e Vimioso, a 3.ª com duas delegações de 1.ª classe em Bemposta e Freixo de Espada á Cinta, e duas de 2.ª em Lagoaça e Escarigo Tem 3 districtos de fiscalisação: o 1.º em Pitões ao rio Toela, dividido em 4 secções: a 1.ª de Salamonde a Sauto André, a 2.ª de Santo André a Lama de Arcos, a 3.ª de Lama de Arcos, a 4.ª de Lama de Arcos a Villar Secco; o 2.º do rio Toela a Sendim dividida em 4 secções: a 1.ª do rio Toela ao de Onor, a 2.ª do rio do Onor a Maçãs, a 3.ª do rio Maçãs a Sicouro, a 4.ª de Sicouro a Sendim; a 3.ª de Sendim a Malpartida, dividida em 4 secções, das quaes só duas pertencem a Traz os Montes, a que vae do Sendim a Villarinho dos Gallegos, e a que vae do Villarinho dos Gallegos á Barca d'Alva. As condições climatericas da provincia variam conforme as regiões. A parte montanhosa é naturalmente fria; e a meridional, especialmente a que é comprehendida pelos valles do Tua o do Sabor, é temperada e fórma um notavel contraste com a primeira. As arvores predominantes são o carvalho e o castanheiro. Na composição dos terrenos encontram se principalmente os schistos e alguns granitos. Em geral, a provincia é fertil e apta para uma grande producção agricola. A região tão afamada, pelos preciosos vinhos do *Porto*, está quasi inteiramento comprehendida em Traz os-Montes. Pertence lhe a zona vinhateira do Alto Douro, e d'esta, apezar dos estragos consideraveis quo o phylloxera lhe causou, resulta ainda hoje uma das mais valiosas producções do paiz. Não obstante, o solo não está ainda, om grande parte, e sobretudo no districto de Bragança, convenientemente aproveitado, o que tem sido devido á falta de communicações rapidas com os grandes centros de consumo, mas quo a construcção da linha ferrea de Mirandella a Bragança por certo attenuou muito. Além do vinho, a provincia produz azeite de excellente qualidade, cereaes, legumes, hortaliças, etc., e faz uma importante creação de gado. Se não é tão elevada como em outras regiões a sua percentagem de gado bovino em relação á superficie, aproxima so, comtudo, da média geral do paiz; a do gado lanigero é consideravel, principalmente no districto de Bragança; e a do gado caprino tambem tem certo valor. Nos seus montes e florestas abunda a caça, e encontram se lobos e raposas, e antigamente até appareciam javalis o ursos, que felizmente já ha muito se extinguiram O solo da provincia é, em geral, granitico e abundante em excellentes aguas potaveis. Tem aguas mineraes em Carlão, Chaves, Favaios, Lagoaça, Loureiro, Moledo, Pombal de Auciães, Ponte de Cavez, Rêde, Villarelho, Pedras Salgadas e Vidago. A provincia de Traz-os Montes teve nos ultimos tempos melhoramentos sensiveis em quo se contam a linha ferrea de Mirandella a Bragança, já citada, e a da Regoa a Chaves. A importancia que estes dois melhoramentos tiveram para a provincia é tão conhecida que basta apenas accentuar que a rapidez e a facilidade das communicações, de quo goza presentemente, muito ha de contribuir a breve praso para a transformação da sua situação economica Em grande parte, Traz os-Montes foi feudo da Casa de Bragança, do Infantado (o que pertenceu aos marquezes de Villa Real e de Tavora), do arcebispo de Braga, o antigamente do varias ordens religiosas. Até 1834 havia aqui grande numero de commendas das diversas ordens militares, principalmente da do Christo. || Pov. da freg. de Santo Amaro Abbade, no conc. do Santa Catharina, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Roça da ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Traz do Mosteiro. Pov. na freg. de Santa Maria Maior, de Carvoeiro, conc. e distr. do Vianna do Castello.

Traz do Outeiro. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Cabanellas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Alliviada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Pedro e conc. de Obidos, distr. de Leiria. || S. Thiago, do Soppo, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Santa Clara, de Torrão, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Traz das Pedras Pov. na freg de Santa Maria, de Ul, conc. d'Oliveira d'Azemeis, distr. de Aveiro.

Traz do Rio Povoações nas freguezias: San-

ta Maria, de Moreira, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Riba de Ancora, conc. de Caminha, do mesmo distr. || Santa Maria, de Sequeira, conc. e distr. de Braga.

Traz da Serra. Povoações nas freguezias: Santa Cruz, de Jovim, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição e conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

Traz Souto. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Trute, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Tras do Valle. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Ardegão, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Traz dos Valles. Pov. na freg. de S. Christovão, de Mafamude, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Traz da Vinha. Pov. na freg de N. S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Traz das Vinhas Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr de Lisboa. || S. Miguel, de Rio de Gallinhas, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Sitio na freg. de S. Julião, de Portunhos, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Trazeiros. Pov. na freg. de S. Pedro, de Cesar, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. d'Aveiro.

Tregosa. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 265 fog. e 1:059 hab Tem esc. do sexo masc. e está situada na margem esquerda do rio Neiva, a 15 k. da séde do conc. E' terra fertil em generos agricolas, tem gado e caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Tregua. Antiquissima cidade da Lusitania, na diocese de Braga, cujo assento se ignora hoje, mas suppõe-se ter existido na serra d'Arga, o *Medulio*, dos antigos. No dia 29 de novembro do anno 50 da era christã, imperando Nero, aqui padeceu martyrio S. Nathanael, um dos 72 discipulos de Christo Foi sepultado n'esta mesma cidade, mas os suevos lhe destruiram os restos mortaes, no principio do seculo v.

Treixedo (*Francisco de Gouveia Bandeira e Figueiredo, visconde de*). Bacharel em direito pela Universidade de Coimbra. Foi nomeado delegado do procurador regio na comarca de Ceia por decreto de 5 de dezembro de 1889. Passou para a de S. Pedro do Sul por decreto de 4 de agosto de 1897, e outra vez para Ceia, por decreto de 5 de julho de 1900. Foi nomeado juiz de direito para a ilha das Flôres, por decreto de 3 de maio de 1906.

Treixêdo. Antiga villa da provincia da Beira Alta, então da comarca de Vizeu, e actualmente freguezia da comarca e conc. de Santa Comba Dão, districto e bispado de Vizeu. Dista 25 kilom. de Vizeu, 25 kilom. de Coimbra, 255 kilom. ao N. de Lisboa. A sua população, conforme os documentos, tem sido: Em 1732, 115 fogos e 359 visinhos; em 1768, 110 fogos; em 1826, 363 fogos, em que se comprehendiam 77 de Villa Nova da Rainha; em 1874, 1433 almas; em 1880 370, fogos; em 1890, 220 fogos; e em 1900 1:617 habitantes, sendo: 710 do sexo masc. e 907 do sexo feminino. Esta povoação é muito antiga, pois já existia no tempo dos godos. O bispo de Coimbra, com autoridade do conde D. Henrique e sua mulher, a rainha D Thereza, deu foral a esta villa, em outubro de 1102, conforme consta do *Livro preto* da cathedral de Coimbra, folhas 33 verso. Em 1133 coutou D. Affonso Henriques para o mosteiro de Lorvão o mosteiro e cêrca de *Sperandei*, com a villa do mesmo nome, *Sabugosa*, *Midões* e *Treixêdo*. Segundo Fr. Antonio Brandão, na sua *Monarchia Lusitana*, quando D. Affonso Henriques regressou das côrtes de Lamego, em 1143, para a cidade de Coimbra, tomou aos moiros as villas de *Nagozellos* (hoje Nagosella) e *Treixêdo*. E' engano manifesto do erudito escriptor, pois estas terras já estavam em poder dos portuguezes desde o reinado de D. Affonso VI, de Castella e Leão, sogro do conde D. Henrique. Em 1253, D. Pedro Gonçalves, bispo de Vizeu, fez uma concordata com a abbadessa de Lorvão sobre o que a egreja de Treixêdo devia pagar de *reconhecença* á cathedral, da qual tinha recebido a mercê da isenção da *terça pontifical*. No *Santuario Mariano*, tomo V, pag. 214, diz-se que el-rei D. Manuel I lhe deu foral novo, em 1514, mas Franklin, na sua *Memoria dos Foraes*, não fala de similhante foral. Treixêdo assenta n'uma eminencia a 2 kilometros de distancia do rio Dão, que lhe fica para parte do nascente, e acha se situada entre as serras da Estrella e do Caramullo, estando a primeira a seis legoas para o nascente e esta a duas legoas para o poente. Da povoação se descobrem algumas outras pov., que estão entre as duas referidas serras. A antiga villa de Treixêdo tinha ainda no seculo XVIII juiz ordinario, dos orphãos, camara e mais justiças, postos pelo corregedor da comarca de Vizeu. Então o seu termo comprehendia o logar de Nagosella, que ainda é da freguezia, e o logar de Villa Nova da Rainha, com um curato annexo á matriz da mesma villa, sendo portanto o cura apresentado pelo prior de Treixêdo, e este apresentado pela abbadessa de Lorvão, com 800$000 ou 900$000 reis de rendimento. A egreja matriz está n'um ameno valle, proximo e ao sul da povoação. Em tempos antigos estava fóra da villa, embora a pouca distancia. O seu orago era então Santa Maria, como ainda no seculo XVIII se designava *Santa Maria de Treixêdo*. Mais tarde o orago passou a ser Nossa Senhora d'Assumpção. O primitivo templo era antiquissimo, provavelmente do tempo dos gôdos, mas soffreu repetidas reconstrucções, revelando sempre grande antiguidade. Sendo prior d'esta freguezia o doutor João Ayres Correia d'Abreu, que foi muitos annos vigario geral do bispado, e algumas vezes seu governador, se deu principio a uma nova egreja, para matriz da freguezia. D. Jeronymo Soares, bispo de Vizeu, lhe lançou a primeira pedra, a 29 de maio de 1712. E' o cunhal do lado direito do frontispicio, onde se gravou esta inscripção:

D. HYERONYMUS SUARES, EPISCOPUS
VISENSES, ME FECIT, ANNO 1712.

Esta pedra era cavada e n'ella se tinha mettido um *Agnus Dei* e um pergaminho que dizia:

SUMMO PONTIFICE CLEMENTE XI.º
REGE JOANNE V.º, EPISCOPO D.

HIERONYMO SOARES, PRIOR JO-
ANNE AYRES CORREA DE ABREU
ANNO 1712, 29 MAY.

O templo foi construido com grande magnificencia, e em 12 de maio de 1732 o prior, P. Simão Paes do Amaral, informava para o *Diccionario Geographico, (M.*^s^ do Archivo Nacional, vol. 43, fol. 445) o seguinte: «A egreja parochial de Treixêdo está fóra em pouca distancia da villa e seu orago é Santa Maria. Tem cinco altares com o mór, em que está a imagem da Senhora e os collateraes, um é do Santissimo Nome de Jesus, e o outro da Senhora do Rosario, e os outros dois, que estão ao lado do cruzeiro, metidos em arcos nas paredes, um é da invocação de Santa Cruz e o outro da Familia Sacra. A egreja é de uma só nave, foi feita ha poucos annos. A capella mór é de abobada e estucada com boas pinturas e o corpo da egreja é apainelado com suas talhas de madeira. Tem duas irmandades, uma do Santissimo Sacramento e outra das Almas.» Simão Paes de Amaral acha-se sepultado no corpo da egreja, com uma lapide epigraphada. Deixou varios legados, sendo um para se conservarem accesas duas lampadas, outro para esmolas aos pobres de Mangualde, e para dotes a donzellas de Treixêdo. O edificio particular mais importante de Treixêdo é o palacio que foi do dr. Henrique de Queiroz. No frontispicio vê-se o brazão d'armas do seu proprietario. O palacio tem boas salas e acha se ornamentado com muito gosto. Na sua frente está o jardim. O dr. Henrique de Queiroz Pinto de Athaydo e Mello, que foi proprietario d'esse palacio, falleceu na sua casa na quinta do Cruzeiro, junto a Fontelo, freguezia oriental de Vizeu, em 8 d'abril de 1902, sendo inhumado no seu jazigo de Treixêdo. Casou em primeiras nupcias, com D. Maria do Amparo Bandeira Juzarte Gouveia, senhora d'aquelle palacio e da qual não teve successão, e em segundas nupcias com D. Maria José de Lemos Azevedo e Athaide, que nasceu a 5 de fevereiro de 1859, na quinta de São Salvador, filha de José Maria de Lemos Azevedo Sousa Costa Beltrão, de Paredes da Beira, bispado de Lamego, e de D. Maria da Conceição de Gouveia Bandeira Jusarte, de Paranhos, bispado de Coimbra, recebidos na freguezia de Ruidade, bispado de Lamego, residentes na quinta da Cruz, de Castellões, concelho de Tondella; neta paterna de Antonio de Lemos Carvalho e Almeida de Sousa Beltrão, da quinta do Ribeiro, freguezia da Rua, e de D. Maria José de Azevedo Sousa Coutinho, de Paredes da Beira, bispado de Lamego, neta materna de Sebastião Manuel de Gouveia Almeida Carvalho, de Paranhos, de Coimbra, e de D. Maria Angelina da Cunha Bandeira, de Vianna do Minho. Do seu casamento com a sr.ª D. Maria José de Lemos houve o dr. Henrique de Queiroz dois filhos: D. Maria do Amparo Queiroz Lemos e Athayde e Henrique de Queiroz Pinto Lemos Athayde A senhora D. Maria do Amparo é uma distincta cultora das boas-artes, distinguindo-se na da piutura, de que se vêem alguns bellos quadros de figura e de genero, flôres e fructos, nas salas da casa do Cruzeiro, em Vizeu, onde reside. No dia 27 d'abril de 1801 nasceu em Treixêdo um illustre membro d'estas familias, D. Anselmo José Maria de Gouveia Juzarte e Almeida de Figueiredo Carvalho e Sousa. Professou na ordem dos conegos regrantes de Santo Agostinho, no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, em 29 de setembro de 1821. Em 30 de janeiro de 1839 foi nomeado para substituir o doutor José Ernesto de Carvalho Rego, na commissão dos egressos, do districto administrativo de Coimbra. Por decreto de 31 de agosto de 1842 foi apresentado abbade da freguezia de S. Miguel de Papisios, concelho do Carregal, comarca de Santa Comba-Dão, onde falleceu em 18 de julho de 1876. Era um clerigo muito illustrado. Treixêdo não conserva nenhum monumento proprio da antiga villa, nem pelourinho, nem casa da camara, e da cadeia apenas resta a memoria de ter sido no largo de S. João. Comtudo vê-se ainda ali perto uma grande casa com uma janella bipartida, que o vulgo diz ser obra dos moiros e ter enterrada nos seus alicerces uma bacia de ouro. Foi ha pouco mandada reconstruir pela actual proprietaria, que teve o bom gosto de lhe conservar o aspecto vetusto que distingue aquella construcção. Treixêdo dista 6 k. da séde do concelho; pertence á Junta de Parochia de S. Joaninho. Tem estação do caminho de ferro, a dois kilometros da povoação, na linha de Santa Comba Dão a Vizeu, achando se ligada á estação por um ramal da estrada nacional n.º 8. Tem correio, e pertence ao 35 distr. mil. de recrut. e reserva, com a séde em Santa Comba Dão. O termo de Treixêdo produz varios fructos e fructas, taes como azeite, vinho, milho, castanha, feijão, etc. O termo actual da freguezia de Treixêdo abrange a Povoa do Granjal, onde existem as aguas thermaes d'este nome, a Povoa de João Dias, tambem conhecida por Povoa da Barca, ou ainda por Povoa das Carvalhas, e o logar de Nagozella. Tem varias ermidas, sendo uma de S. João Baptista, em Treixêdo, que é de posse particular, pertencendo hoje á familia de D. Maria do Céo Sá Pinto, a de Santo Estevão, de Nagozella, que é do povo, e a de Nossa Senhora da Saude, no Granjal, tambem do povo. Existem na povoação duas capellas oratorios particulares. Treixêdo tem tres fontes: A da egreja, que nasce por debaixo da capella-mór; a do chafariz, no Arieiro, que foi encanada ha poucos annos; e a do Barreiro, á entrada da povoação. Existe ainda a fonte de Mattos, porém, acha se abandonada. Todas estas fontes são publicas, á excepção da do Barreiro, que é propriedade particular, mas de que o povo se utiliza ha muitos annos

Trela Cosinha. Pov. na freg. de S. Lourenço do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Treladinha. Pov. na freg de S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Trelães. Pov. na freg. de S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Tremelgo. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Ferreira a Nova, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Nossa Senhora da Conceição, de Martim Longo, conc. de Alcoutim, distr. de Faro.

Tremez. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. da Extremadura, conc., com. e distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 433 fog. e 1:773 hab. Tem est. post., esc. do sexo masc., pharmacia e

uma fabrica de telha. Está situada na estrada de Alcanede a Santarem, a 16 k. da séde do conc. E' terra muito fertil, cria gado, tem caça, e peixe que lhe vem do rio Tejo, que lhe fica perto, ao sul. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa.

Tremoa Quinta importante na freg. de S. Pedro, de Mioma, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Tremoa de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Thiaog, d'Almelaguez, conc. e distr. de Coimbra

Tres Arcos Pov. na freg. de S. Paio, de Arcos, conc. d'Anadia, distr. d'Aveiro.

Tres Bazarucos V. *Bazaruco.*

Tres de Cima. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro.

Tres Campos. Pov. na freg. de S. Martinho, de Courel, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Tres Concelhos Pov. na freg. do Salvador, de Villa Cova da Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Tres Estados do Reino Côrtes convocadas em julho de 1828.

Tres Estados *(Junta dos).* V. *Junta.*

Três Horas. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Godinhaços, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Tres Irmãs Rochedos situados na costa do distr. de Mossamedes, na prov. d'Angola, Africa Occidental. Ficam entre a ponta d'Annunciação ou da Conceição, e o Cabo Negro.

Tres Mil. Pov. na freg. de S. Martinho, de Silvares, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Tres Minas. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 211 fog. e 819 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada em terreno agreste, na aba da serra de Padrella, na estrada de Villa Pouca de Aguiar a Mirandella, a 15 k. da séde do conc. E' uma pov. antiquissima N'esta freg. ha grandes escavações para extracção de mineral, e d'essa circumstancia lhe provém o nome. Por cima do logar da Ribeirinha, do lado O, junto ao caminho que vae para Alfarella, está uma grande concavidade, chamada vulgarmente o *Lago*, aberta a picão, n'uma rocha de schisto. Segundo a constante tradição, foi uma mina, lavrada em tempos remotissimos Toda a sua descida para a ribeira de Jalles, está coberta de grandes montes de cascalho e seixos, que se extrahiram da mina, por uma bem feita estrada carreteira, construida na mesma qualidade de pedra, e ao NO, com mais de 22 m. de altura, e obra dispendiosissima. A' entrada da serventia principal, na altura de 13 m., n'um baixo ou penhasco que lhe faz muro, está um buraco redondo, que se affirma ser continuado pelo penhasco dentro, feito a picão. Ainda ninguem se atreveu a ir até ao fim. Do lado esquerdo da mesma entrada, está outro buraco, feito a picão, no schisto, de tanta largura e tão alto, que facilmente póde por elle entrar qualquer homem, ainda que seja de figura agigantada. Só tem desentupidos uns 5 m. Continuando a concavidade, ou lago, do E, adeante do meio d'ella, á esquerda, está um grande e largo buraco, tambem aberto a picão no schisto, por onde cabem quatro pessoas a par; e diz-se que é uma galeria dilatadissima, que ainda ninguem se atreveu a percorrer; até que, no principio do seculo XVIII. Antonio de Sousa Pinto, por curiosidade, e para dar certas noticias á Academia Real das Sciencias, animado com a companhia do P. Silvestre de Meyrelles, então parocho de Tres Minas, e de outras pessoas, preparados todos com archotes, entraram n'esta galeria. A distancia de 30 m. acharam um largo, obrado na mesma pedra, a modo de sala, e tão alta, que com as luzes se lhe não podia vêr o tecto; e á esquerda, viram o principio de uma outra galeria, levantada do pavimento, 1 m , pouco mais ou menos, com um largo á direita. Ainda se descobriram mais outras galerias de menos largura e comprimento. No alto da rocha que serve de muro á concavidade, está obrada uma janella quadrada, bem feita, e de bastante largura. Tambem aqui existe uma profunda cisterna, construida na rocha, com agua na altura de uns 30 m. Proximo a esta, está outra cisterna, tão medonhamente funda, que Antonio de Sousa Pinto e os seus companheiros se não atreveram a examinar. N'uma vinha, do logar de Filhagosa, d'esta freg , está, com a entrada pelo N, um grandissimo buraco, cabendo por elle tres carros a par. Diz-se que era a entrada por onde os mineiros do Campo e Cidadella se communicavam com estas da Ribeirinha. Continúa esta galeria, sempre larga, com seus frizos, ou banquetas, feitos a picão, á maneira de assentos, tendo em varias partes, arcos de cantaria, bem lavrada, assentes em columnas, para sustentarem a rocha mais friavel. Em distancia d'uns 40 m está uma cisterna, tomando quasi toda a largura do pavimento da galeria, com agua da altura d'elle. Pela perfeição d'estas obras se julga, com bons fundamentos, serem dos romanos, para extracção de ouro ou prata. Sobranceiro ao logar da Ribeirinha, no alto do monte que lhe fica a SE, se vêem as ruinas d'um pequeno castello, feito de schisto. Ainda se chama o *Castello da Ribeirinha.* N'esta freg. ainda, no ponto mais elevado do monte que está sobranceiro ao logar de Covas, do lado do N, está outra grande concavidade, chamada tambem vulgarmente *lago*; certamente uma das *Tres minas* d'esta freg. Tem no seu ambito algumas arvores silvestres; o caminho aberto, na rocha, onde toda a concavidade é feita, o qual dá serventia para esta escavação. Tem na rocha que lhe serve de muro, do lado do N, entrando para ella, com a porta ao S, um buraco feito a picão, pelo qual, a distancia de 16 m está um lago de optima agua potavel, que serve para desalterar os caminhantes da estrada visinha, que vae de Murça de Panoias para S Martinho de Bornes. No fim vêem-se 3 filões metalicos, d'onde rebenta a agua. No fundo d'esta concavidade está u'uma pedra, levantada do chão, 5,m 50, uma especie de altar, e sobre elle um arco; e por baixo, uma grande sala, aberta na rocha, onde sempre está manando agua. No alto da serra das Tres Minas, limites d'esta freg., houve, segundo a tradição, uma grande cidade, romana ou moirisca. Tres Minas pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 8. com a séde em Braga. Tambem se escreve *Tresminas.*

Tres Moinhos. Pov. na freg. de S. Salvador, de Victorino das Donas, conc. de Ponte do Lima. distr. de Vianna do Castello.

Tres Pãus. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santo Antonio, conc. e distr. do Funchal.

Tres Penas. Pov. na freg. de Santa Leocadia e conc. de Baião, distr. do Porto.

Tres Pontas. Estão situadas na costa do caminho de Novo Redondo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. Fica ao S do morro de Benguella-a-Velha e ao N do rio Cuvo.

Tres réis Moeda de cobre. Existiu desde D. João IV até D. Luiz I.

Tres tostões. Moeda de prata de D. Maria I para os Açôres.

Tres vintens. Moeda de prata, mandada lavrar nos reinados de D. Pedro II até D. Pedro IV. V *Vintem*

Trescarreira. Pov. na freg. de Santa Lucrecia, do Louro, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Tresmonde. Pov. na freg. de S. Miguel, de Cabaços, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Tresmonte. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Gestosa, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. || S. Julião, de Villar Sêcco da Lomba, do mesmo conc. e districto.

Tresmundes. Pov. na freg. de N. S.ª das Noves, de Cella, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Trespostos. Pov. na freg de N. S.ª da Graça, de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Tresuma. Pov. na freg. de Santa Maria, de Pigeiros, conc. da Feira, distr. d'Aveiro.

Tresval. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Gião, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Tresvallo. Pov. na freg. de S. Thiago, de Ceruadello, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Trevilhadouro. Pov. na freg. de S. Braz e conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Trevões. Villa e freg. de Santa Marinha, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S João da Pesqueira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 300 fog. o 1:078 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., advogado, agencia da *Companhia de seguros Previdencia*, productores de azeite, de cercaes e de vinhos; casas de pasto, creadores de gado, medico, pharmacia, notario, fabrica de moagens: feira no dia 21 ou 29 de cada mez, etc. Está situada junto da ribeira de Gallegos, a 3 k. da margem esquerda do rio Torto e a 11 da séde do conc. Pretendem alguns que o verdadeiro nome d'esta villa é *Trovões*, e procede da grande abundancia de trêvo que por aqui nasce, mesmo sem cultura. Pinho Leal, no *Portugal antigo e moderno*, dando esta noticia, accrescenta: «Será, mas em todos os livros e documentos antigos se lhe dá o nome de *Trevões*. Nem (quanto a mim) colhe, o dizer-se que no seu antigo pelourinho, se via um escudo d'armas, com cinco folhas de *trêvo;* porque Trevões ou Trovões, nunca teve brazão. Se no pelourinho estava o tal escudo com as folhas de trêvo, é porque em algum tempo seria senhor d'esta villa algum fidalgo do appellido Travassos, que mandaria gravar no pelourinho o seu escudo,» e accrescenta que uma das familias d'esse appellido é que tem 5 folhas de trêvo ornando o brazão. Ha todas as razões para acreditar que esta pov. já existia no tempo dos romanos, e aqui se tem encontrado por varias vezes differentes moedas do *povo rei*. Só no sitio da Barra se encontraram, em 1761, meio alqueire d'essas moedas, tódas de cobro, e de varios imperadores. Quando em 1775 se demoliu a velha torre da egreja matriz, appareceram pedras, com inscripções gothicas, e outras da mesma epoca se teem achado em mais alguns edificios antigos. N'uma propriedade fôram descobertas algumas sepulturas, cavadas na rocha, revelando grande antiguidade. Trevões foi sédo d'um antiquissimo conc. do seu nome, pertencente á com. de Taboaço, o qual foi extincto pelo decreto de 24 de outubro de 1855. El-rei D. Manuel I lhe deu foral, em Lisboa, a 15 de dezembro de 1512, em que lhe dá o nome de *Trovões.* Tem boa egreja matriz, que apezar de ser muito antiga, é elegante e de architectura gothica, bastante alta, tendo todas as suas portas e janellas em ogiva. Não se conhece a data da fundação. A capella mór está bem ornada, porque a sua fabrica e a da sacristia perteneiam ao bispo. Além d'este altar onde está o Sacramento e a imagem da padroeira, ha mais 5 no corpo da egreja. A torre dos sinos foi mandada construir em 1775, pelo bispo de Lamego, D. Manuel de Vasconcellos. E' alta, elegante, com zimborio e varanda de cantaria, bem lavrada, com 3 sinos e relogio. E' notavel a imagem da Senhora da Conceição de 4 centimetros de altura, toda em marfim; assim como o globo em que se enrosca a serpente, da mesma materia. E' um primôr de esculptura. Não está na egreja senão no dia da festividade; porque fóra d'esse dia conserva se cuidadosamente guardada como joia de alto preço. Consta que foi dada á egreja, em 1600, por Nuno Cayado de Gambôa, distincto fidalgo que veiu para Portugal em 1586. Este mesmo devoto foi quem, á sua custa, mandou fazer os altares lateraes. Junto á egreja está o palacio dos bispos, residencia do parocho, e a casa da tulha, onde até 1833 se recebiam os dizimos. O palacio foi construido em 1777, pelo bispo D. Manuel de Vasconcellos, acima citado. Tem junto um grande campo, ou quinta, com pomares, hortas, vinhas, olival e terras de pão, tudo muito fertil pela grande abundancia de agua de rega. Os condes da Vidigueira (marquezes de Niza), eram senhores donatarios d'esta freg. Teve Misericordia e hospital, de que apenas existe a tradição. O terreno de Trevões é muito fertil em cereaes, azeite, vinho, fructa, legumes, linho, hortaliças e outros productos agricolas. Cria muito gado, e é abundante de caça de toda a qualidade. Tem muitas arvores silvestres, que produzem optima madeira para construcções, o os sobreiros e carvalhos dão bolota e lande para o gado suino. Na villa ha duas copiosas fontes de bella agua potavel, e muitas no seu termo, o qual é regado pela ribeira do Gallegos, que nasce nas grandes lameiras de Paredes da Beira, recebendo varios regatos, pelos limites de Paredes e Penella; passa junto a Trevões, sob uma boa ponte de cantaria, e junto ás Varzeas, sob outra ponte de pedra e madeira, e morre no rio Torto. As suas aguas servem de motor a grande numero de moinhos. A villa tinha casa da camara, cadeia e pelourinho, assim como vereadores e mais autoridades e empregados, como nos outros concelhos. Eram os senhores donatarios que nomeavam quasi todas as autoridades, os escrivães do judicial e notas; e tinham aqui um ouvidor, que conhecia, por appel-

lação ou aggravo dos juizes ordinarios da villa, e n'ella fazia correições; mas desde 1725 deixou de haver aqui ouvidores, e as correições fôram feitas, até 1834, pelo corregedor de Pinhel. Poucas villas da Beira Alta terão tantos palacetes brazonados, como esta, pertencentes a familias fidalgas, como os palacetes dos Almeidas, dos Mellos, dos Sarmentos, dos Caiados, dos Almeidas Figueiredos, etc. A villa pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Trezentos réis. V. *Tres tostões.*

Trezeste. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Celleirós, conc. e distr. de Braga.

Trezouras. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. de Baião, distr. e bisp. do Porto; 188 fog. e 825 hab. Tem esc. do sexo fem Está situada junto do rio Teixeira, a 3 k. da margem direita do rio Douro e a 14 da séde do conc. Foi commenda da ordem de Christo, dos marquezes de Niza. Tem duas ermidas: *N. S.ª de Calvos* e *S. Thiago*, da Ponte, que serviu algum tempo de egreja matriz. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. || Pov. na freg. do Salvador, do Meixomil, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Trezoy. Pov. e freg. de S. Thomé, da prov. da Beira Alta, conc. de Mortagoa, com. do Santa-Comba-Dão, distr. de Vizeu, bisp. de Coimbra; 173 fog. e 726 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada n'um valle, a 2 k. da estrada de Mortagoa á Mealhada, e a 13 da séde do conc. E' fertil em generos agricolas, cria gado e tem caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba-Dão.

Triana. Pov. na freg. do S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Tribunal. Desde os romanos, o tribunal era o estrado em que nas casas destinadas ao julgamento e á administração da justiça tomavam assento os juizes e outras pessoas de distincção. Por extensão se designou por tribunal a casa das audiencias judiciaes. E' sabido como no principio da monarchia eram julgadas as contendas. O conde D. Henrique algumas julgou, e as do bispo de Coimbra com o abbade de Lorvão fôram julgadas por D. Tareja. Estas attribuições passaram para os *alvazis*, juizes, eleitos pelo povo d'entre os naturaes das terras e segundo os foraes. Das suas sentenças recorria-se para o *Conselho dos homens bons*, cuja presidencia era commettida ao conde, ao governador ou ao tinphado, e em ultima instancia ao rei. Conservou se assim até D. Affonso II. Nas côrtes de Coimbra de 1211 estabeleceram-se leis geraes, e nomearam se juizes para as cidades e villas que as mereceram. Crearam se depois os *pretores* ou *corregedores*, um em cada provincia, e até D. João II as appellações, que eram resolvidas pelos homens bons recrutados d'entre os nobres, passaram para os jurisconsultos. Seguiu-se lhe os *adeantados* e *sobre juizes*, que tinham quasi as mesmas funcções e jurisdicção dos *corregedores*. Antes do decreto n.º 24 de 16 de maio de 1832, o reino era dividido em *districtos judiciaes, comarcas, termos* e *vintenas* Em Lisboa houve os seguintes tribunaes: *Desembargo do Paço*, (V *Portugal*, vol III, pag. 30); *Mesa da Consciencia e Ordens*, (V. no vol. IV, pag. 1071 e 1072); do *Santo Officio*, (V. *Inquisição*, vol. III, pag. 979 e seguintes); *Casa do Supplicação*, tambem chamada *Relação de Lisboa*. (V. *Casa da Supplicação*, no vol. II, pag. 811 e vol. VI, pag 1116). Havia tambem as Relações de Gôa, Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão e Pernambuco. A'cêrca da *Relação* e d'outros tribunaes do Porto. V. no respectivo artigo, no vol V. Em 1831 acabou a Casa da Supplicação, creando se depois em 1811 o *Supremo Tribunal de Justiça*, com 11 conselheiros Este tribunal tem passado por varias modificações quanto ao numero dos seus membros, os quaes eram de nomeação regia, tirados dos juizes das Relações pela ordem da antiguidade. Junto a este tribunal servia o procurador geral da corôa. Os juizes do Supremo Tribunal de Justiça fôram elevados a 15 pela lei de 7 de junho de 1882, e por decreto de 15 de setembro de 1892, ficaram reduzidos a 13, restabelecendo outra vez 15, a lei de 1 de julho de 1903. Segundo o artigo 125.º da Carta Constitucional, nas provincias do reino haveria as Relações ções fôssem necessarias para as commodidades dos povos. A séde das Relações do continente do reino e ilhas adjacentes é nas cidades de Lisboa, Porto e Ponta Delgada. As Relações de Lisboa e Porto tem cada uma 18 juizes e a da Ponta Delgada 7, fóra os presidentes. Eram nomeados pelo rei, tirados dos juizes de 1.ª instancia, conforme a sua antiguidade. Junto das Relações havia um procurador regio com o seu ajudante. O procurador régio dos Açôres não tinha ajudante. Perante cada uma das Relações de Nova Gôa, Loanda e Moçambique, havia um procurador da corôa e fazenda. As Relações judiciaes ultramarinas dividem-se em 3 districtos: Loanda, Moçambique e Gôa, tendo esta a sua séde em Pangim. Cada uma é constituida por 5 juizes, e a de Moçambique por 3. O districto judicial de Loanda comprehende 6 comarcas; o de Moçambique outras 6; o de Nova Gôa, 8 || *Tribunal de contas.* Era composto de 7 conselheiros effectivos, sendo um d'elles o presidente, 2 vogaes supplentes, representantes do ministerio publico e secretario, sem voto. Tinha categoria immediata á do Supremo Tribunal de Justiça, e os conselheiros gozavam das mesmas honras. Exercia jurisdicção em 1.ª e 2.ª instancia. || *Tribunal do contencioso fiscal de 1.ª instancia.* Exerce funcções junto das alfandegas de Lisboa e Porto || *Tribunal superior do contencioso fiscal* Exerce funcções junto da administração geral das alfandegas e contribuições indirectas. Ha ainda o *Tribunal superior do contencioso technico*; o *Tribunal maritimo commercial; Tribunal de verificação de poderes; Tribunaes de commercio;* foi creado um em cada comarca. || *Tribunal collectivo.* A lei de 12 de junho de 1 01 mandou que os crimes de moeda falsa fôssem julgados por um tribunal de 3 juizes togados. Tambem são julgados por *Tribunal collectivo* os delictos par abuso de liberdade de imprensa. A carta de lei de 14 de agosto de 1889 autorisou o governo a crear *Tribunaes de arbitros avindores* nas localidades que houvesse centros industriaes importantes. O processo é regulado pelos decretos de 19 de março de 1891 e 14 de abril do mesmo anno. || *Tribunaes militares.* A sua competencia em tempo de paz e de guerra está estabelecida nos artigos 287.º a 325.º do Codigo de Justiça Mi-

litar de 13 de maio do 1896. O regulamento disciplinar do exercito era de 12 de dezembro de 1896. || *Supremo conselho de justiça militar*. Na capital havia um, com jurisdicção para todo o reino e ultramar. || Depois da implantação da Republica, em 5 de outubro de 1910, alguns d'estes tribunaes fôram extinctos e outros soffreram varias modificações, e denominação differente.

Triga. Ponta situada na costa S da ilha de S. Jorge, Açôres.

Trigaches Pov. na freg. de Santo Estevão, de Beringel, conc. e distr. de Beja.

Trigaes. Povoações nas freguezias: S. Miguel e conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Pedro, de Polvoreira, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, do Sediellos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Erada, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || Santa Luzia, de Bendada, conc. de Sabugal, distr da Guarda. || S. Silvestre, de Inguias, conc. de Belmonte, distr. do Castello Branco.

Trigal Pov. na freg. de S. João Evangelista, do Athães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Trigoso d'Aragão Morato *(Francisco Manuel).* Doutor e lente da faculdade de direito canonico da Universidade de Coimbra, deputado, ministro de Estado, par do reino, socio da Academia Real das Sciencias, escriptor, etc. N. em Lisboa a 17 de setembro de 1777, onde tambem fal. a 11 de dezembro de 1838. Matriculando-se em canones na referida Universidade, tomou o grau de doutor a 22 de julho de 1799, e ali ficou regendo uma cadeira na qualidade de lente de Instituições Canonicas. As theses, que escreveu em latim para o seu doutoramento, publicaram se n'esse mesmo anno em Coimbra, com o titulo de *Theses Jurisprudentia naturali, sacra, et civili Lusitanea*. Em 1800 imprimiu em Lisboa um *Catalogo dos impressos e manuscriptos de Antonio Pereira de Figueiredo, da Congregação do Oratorio, com um indice chronologico da sua vida*, etc. Houve quem lhe não attribuisse esta obra, porque o achou demasiadamente novo para ser auctor d'essa composição, por ter apenas 23 annos. E comtudo, aos 15 annos, escrevera elle obra muito mais importante, como fôram umas *Observações sobre a sciencia dos numeros*, que dedicou ao secretario de marinha Martinho de Mello e Castro, e que nunca se imprimiram. Durante muitos annos se dedicou exclusivamente á regencia da sua cadeira, e os discursos quo proferiu na abertura das aulas, e as exposições do doutrina que fez durante o seu curso sobre varios pontos de direito canonico, ficaram em manuscripto, como ficaram tambem um grande numero de memorias apresentadas por elle sobre assumptos economicos e agricolas á commissão de foraes e de melhoramento de agricultura, de que foi nomeado membro. A reputação que adquiriu, assim, foi que o indigitou para socio effectivo da Academia Real das Sciencias, logar para que foi eleito em 1814, sem que até ahi tivesse publicado cousa alguma importante. Depois da sua eleição é que principiou a manifestar vocação litteraria, escrevendo em estylo correcto, e publicando nas *Memorias* da referida academia differentes trabalhos. Em 1820, quando rebentou a revolução liberal, foi eleito deputado ás côrtes constituintes do 1821, onde representou um papel importante, sendo por vezes eleito presidente. Trigoso era homem de ideias liberaes moderadas e de grande senso pratico. Muitas vezes a sua palavra auctorisada impediu, que entrassem por um caminho nimiamente radical os deputados revolucionarios que tinha por collegas. Na questão do Brazil e em outras que as côrtes resolveram imprudentemente, o seu voto e a sua palavra fôram o constante protesto do bom senso contra as loucuras a que as côrtes se deixavam arrastar. Grangeou alguma impopularidade, mas nem por isso deixou de ser eleito deputado ás côrtes ordinarias, do anno seguinte, em que continuou a desempenhar o mesmo papel, e em que o seu voto, se tivesse sido seguido, podia ter evitado muitos desastres. Não o perseguiram os reaccionarios de 1823, mas Trigoso conservou sempre as suas ideias liberaes, e em 1826, quando a infanta regente D. Izabel Maria formou um ministerio onde entravam Saldanha e outros importantes vultos politicos, a regente convidou Trigoso para se encarregar da pasta do reino. Durante a sua regencia, occupou se muito dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos, adoptando providencias muito proveitosas em seu beneficio. No tempo do governo absoluto, viveu em Portugal, mas em continuo receio e em continuado sobresalto, apezar de pretenderem alguns liberaes fanaticos, que elle estava mais inclinado do que se suppunha, para o governo miguelista. A prova de que não era assim, foi o ter sido nomeado par do reino em 1834, e vice-presidente da respectiva camara, no mais acceso das vinganças politicas. Em 1836 entrou na questão da successão da corôa, no caso da rainha D. Maria II não ter successão. Conservou se, porém, afastado da politica activa e militante, até fallecer. Em 1833 instituiram-se em Lisboa as casas de asylo da infancia desvalida, sendo D. Pedro IV dos primeiros instituidores, e presidente da associação assistindo ás sessões do conselho director. D. Pedro nomeou uma commissão, que se compoz do duque de Palmella, Francisco Trigoso d'Aragão Morato e D. Lourenço Lima, sendo Trigoso quem elaborou o projecto de estatutos, o qual teve a publicidade em 1834 debaixo do titulo de *Projecto de regulamento para as casas de asylo da primeira infancia*. (V. *Portugal*, vol III, pag. 909 e seguinte). Trigoso era socio effectivo da Academia Real das Sciencias, conforme dissémos, e tambem o seu vice-presidente. O illustre academico foi o autor da *Collecção systematica das leis e estatutos, por que se tem governado a Academia Real das Sciencias de Lisboa, desde o seu estabelecimento até o tempo presente, e por ella mandada imprimir*, Lisboa, 1822; saiu sem o seu nome. Escreveu egualmente: *Elogio historico de D. Fr. Manuel do Cenaculo, arcebispo de Evora*, inserto no tomo IV da parte 1.ª das *Memorias da Academia*, 1815; *Elogio historico de João Guilherme Christiano Muller*, no mesmo tomo das referidas *Memorias*, parte 2.ª, 1816. A's suas doutas investigações, ao seu amor ás letras, e aos seus sentimentos patrioticos, são devidas as seguintes *Memorias*, publicadas nas referidas *Memorias da Academia*: *Dissertatio academica*, etc., escripta em latim, e por elle mesmo traduzida em portuguez, com o titulo: *Memoria em que se pretende mostrar que até o tempo d'el-rei D. Diniz não existiu lei alguma em Portugal, que prohibisse ás egrejas e mosteiros a acquisição de bens de raiz;* inser-

ta no tomo VII; *Memoria sobre o theatro portuguez*, no tomo V, parte 2.ª, 1817; *Memoria sobre o estabelecimento da Arcadia de Lisboa;* no tomo IV, parte 2.ª; *Memoria á lei das Sesmarias;* no tomo VII, parte 1.ª; *Observações sobre a verdadeira significação da palavra «Privado»;* no tomo XI, parte 2.ª; *Memoria sobre os escrivães da puridade do reino de Portugal, e do que a este officio pertence;* no tomo XII, parte 1.ª; *Memoria sobre os chancelleres móres do reino de Portugal, considerados como primeiros ministros do despacho e expediente dos nossos soberanos;* no mesmo tomo, parte 2.ª; *Memoria sobre os secretarios dos reis e regentes do reino de Portugal, desde os antigos tempos da monarchia até á acclamação d'el-rei D João IV;* no tomo I, parte 1.ª da 2.ª serie, 1844. Por Trigoso foi escripto o *Discurso preliminar e introducção ás Chronicas de Fernão Lopes*, que se lê no tomo IV da *Collecção de livros ineditos da historia portugueza, publicados por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa.* No *Diccionario bibliographico*, do Innocencio Francisco da Silva, vol. II, pag. 460 e 461, vem uma relação das obras de Trigoso, que ficaram manuscriptas. A reforma da Academia em 1834 deve se ao distincto academico, embora os estatutos approvados em 15 do outubro de aquelle anno fôssem expedidos e assignados pelo ministro D. Fr. Francisco de S. Luiz, já no reinado da rainha D. Maria II. Além do *Diccionario bibliographico*, já citado, póde lêr se para a biographia de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato o seguinte: *Apontamentos para o elogio historico de Trigoso*, pelo conde de Lavradio, 1840; *Galeria dos deputados das côrtes geraes extraordinarias e constituintes da nação portugueza instauradas em 26 de janeiro de 1821.* Este escripto vae seguindo o deputado Trigoso em todas as votações no parlamento, mas sempre em sentido menos favoravel, porque o autor da *Galeria* não sympathisava com a moderação politica do sabio orador. Leiam-se, porém, nos diarios das cortes os seus discursos parlamentares, e conhecer se-ha o importante papel que n'essas côrtes representou o illustre deputado. Trigoso de Aragão Morato havia colligido uma das mais amplas e selectas collecções da legislação portugueza até então conhecidas, que deixou em testamento á Academia das Sciencias, onde, por sua morte, foi recolhida e se conserva. Dos raros e preciosos documentos que encerra, o mais antigo é do anno 872, e os ultimos de 1838.

Trigoso *(Sebastião Francisco Mendo).* Fidalgo da Casa Real, bacharel formado em philosophia pela Universidade de Coimbra, tenente coronel do regimento de voluntarios reaes de milicias a cavallo, corpo que se não chegou a organisar completamente em 1809, ficando depois substituido pelo de voluntarios reaes do commercio; censor regio da Mesa do Desembargo do Paço, membro da commissão de censura nomeada em setembro de 1820, socio, vice secretario e depois secretario da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. em Lisboa a 18 de maio de 1773, fal. em 18 de maio de 1821. Era filho primogenito de Francisco Mendo Trigoso Pereira Homem de Magalhães e de D. Antonia Joaquina Thereza de Sousa Morato, ambos de illustre linhagem. Tendo frequentado o curso de estudos secundarios como alumno do Collegio dos Nobres, passou a matricular se na Universidade, onde fez a sua formatura em 9 de julho de 1792. Em 1811 foi admittido socio da Academia, sendo depois eleito vice-secretario. Uma affecção gotosa, que desde algum tempo se lhe aggravára consideravelmente com o excesso dos trabalhos litterarios, o victimou no proprio dia em que completava 48 annos de edade. Para a sua biographia veja se o *Elogio historico*, recitado na Academia por Manuel José da Costa e Sá, na sessão publica do 24 de junho de 1822, o qual vem publicado no tomo IX das respectivas *Memorias*, pag. LXVII e seguintes Bibliographia: *Hypolito, tragedia de Séneca, e Phedra, tragedia de Racine, com a traducção em verso portuguez; publicada por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, 1813; *Memoria sobre a cultura das oliveiras em Portugal, por João Antonio Dallabella*, na 2.ª edição foi accrescentada com um appendice por Sebastião Francisco Mendo Trigoso; *Memoria sobre a pretendida chuva de algodão, que caiu nas visinhanças de Lisboa;* inserta nas *Memorias e Historia da Academia*, tomo III, parte 2.ª; *Projecto para o estabelecimento de escolas de agricultura pratica;* nas ditas *Memorias*, tomo IV, parte 1.ª; *Memoria sobre o apparecimento de certo verme no olho de um cavallo;* idem, tomo V, parte 1.ª; *Relatorio da commissão nomeada pela Academia para examinar a edição dos «Lusiadas» do morgado Matheus;* idem, tomo V, parte 2.ª; *Memoria ou exame critico comparativo das primeiras cinco edições dos «Lusiadas»;* idem, tomo VII, parte 1.ª; *Elogio historico de Fr. João de Sousa*, idem, tomo IV, parte 1.ª; *Elogio historico do conde da Barca, recitado na sessão publica da Academia*, idem, tomo VIII, parte 2.ª; *Elogio historico do academico Antonio Caetano do Amaral;* idem no mesmo tomo e na mesma parte; *Discursos recitados nas sessões publicas annuaes da Academia*, dando conta dos trabalhos academicos na qualidade de secretario interino; annos do 1814, 1817 e 1820; idem, tomo VIII; *Memoria sobre a vida de Martim de Bohemia*, no mesmo tomo; *Memoria sobre o damno e detrimento que resultam á agricultura dos terrenos baldios*, nas *Memorias Economicas da Academia*, tomo V; *Memoria sobre a introducção em Portugal do systema metrico decimal*, idem, idem; *Memoria sobre as medidas portuguezas;* inserta nos *Annaes das Sciencias e das Artes* (Paris 1820) no tomo VII. Dirigiu por ordem da Academia a publicação da *Collecção de noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas*, etc; e fôram por elle redigidas as prefações das memorias e documentos conteúdos nos tomos I e II d'esta collecção. Mais apresentou á Academia em diversos tempos as seguintes *Memorias* e escriptos, que fôram acceitos, mas não chegaram a ser impressos, ou publicados: *Memoria sobre o exame das causas accidentaes da epidemia que grassou em Lisboa no anno de 1811, com os meios de a atalhar, evitando se os seus effeitos e ulterior progresso; Descripção de duas especies de peixes da nossa costa, das quaes uma não está descripta pelos icthyologos;* lida na sessão de 25 de novembro de 1811; *Reflexões sobre a meteorologia dos antigos;* lida em 18 de fevereiro de 1817; *Georgias de Virgilio*, traduzidas em verso portuguez e addicionadas com illustrações philologicas e agriologicas.

Triguelra. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Mancellos, conc. de Amarante, distr.

do Porto. || S. Mamede, de Parada do Monte, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Trigueiros. Familia hespanhola, que passou a Portugal no tempo d'el-rei D. Manuel I, e cujas armas são: Em campo verde cinco espigas de trigo de ouro em santor; timbre, um passaro chamado triguciro, da sua côr, com uma espiga do ouro no bico.

Trigueiros *(João Luiz Rodrigues)*. Funccionario publico e escriptor, condecorado com a ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. N. em Almada, sendo filho do João Luiz e de D. Maria Basilisa Rodrigues. Depois dos estudos do lyceu, seguiu o curso da aula do commercio, e em 1812 entrou como addido ou temporario, na extincta repartição do commissariado do exercito, passando em 1844 para aspirante de 2.ª classe das pagadorias militares. Em 1850 foi mandado para a repartição do ministorio da guerra, sendo desde então, na devida altura, promovido até á collocação de 1.º official, sub chefe, que exercia em 1883, exercendo as funcções de chefe da 1.ª repartição da direcção da administração militar. Durante a sua carreira de funccionario publico, e aproveitando as suas aptidões, a sua dedicação pelo serviço e o seu merito, desempenhou varias commissões, como na repartição de viveres, em campanha em 1846, na padaria militar do exercito de operações em 1851; na padaria militar, na qualidade de sub-director de 1877 a 1879; na direcção geral de artilharia exercendo as funcções de thesoureiro desde 1879 a 1882, etc. Nas horas que lhe deixavam livres os seus deveres officiaes, empregava a sua actividade na traducção de diversos romances francezes, de escriptores de mais nomeada n'aquella epoca, e em 1845 começou, quasi sempre de sua conta, a publicação d'uma serie a que deu depois o titulo do *Bibliotheca romantica luso-brazileira*. Das obras impressas em Lisboa sabemos das seguintes: *Arthur*, de Eugenio Sue, 1850, 2 tomos; *O padre e a bailarina*, 1851; 2 tomos. A versão d'esta obra foi começada em 1846, mas teve de ser interrompida por causa da guerra civil, o porque Rodrigues Trigueiros foi então encarregado de uma commissão urgente; *Os dois lobos*, de P. Jacob, 1853; *O corsario vermelho*, 4 tomos; *A familia de Jouffroy*, de Eugenio Sue, 1854, 6 tomos; *Miss Mary, a preceptora*, 1854, 2 tomos; *João Cavalleiro*, do Eugenio Sue, 1854, 2 tomos; *Gilberto e Gilberta*, 1855, 6 tomos; *A menina do 5.º andar*, de Paulo de Kock, 1856, 2 tomos; *O czarwitz Constantino; O ultimo rei dos francezes*, 1856, 4 tomos; *André o feiticeiro*, 1857, 1 volume; *O espião do campo neutro*, 1857, 4 tomos. Pertencem á referida *Bibliotheca romantica luso brazileira* os seguintes: *O filho do barqueiro*, de C. Lee Hentz, 1858, 2 tomos; *A louca de Pelvooux*, do E. Berthot, 1858, 2 tomos; *Os favos de ouro*, de Paulo Féval, 1859, 2 tomos; *Os segredos do travesseiro*, de Eugenio Sue, 1858, 4 tomos; *O pagem de Luiz XIV*, de Ponson de Terrail, 2 tomos; *Lagrimas e sorrisos*, de Smith, 6 tomos; *Opulencia e miseria*, de A. Stephens, 1860, 2 tomos; *A velhice de Camões*, de G. de la Landelle, 1860, 2 tomos; *O encarnado*, de Siguelay, 1861, 4 tomos, *As gemeas Machicoul*, de Alexandre Dumas, 1862, 4 tomos; *A Cigarra*, de Montépin, 1862, 4 tomos; *Os mohicanos de Paris*, de Alexandre Dumas, 1863-1864, 12 tomos; *Os companheiros do silencio*, de Paulo Féval, 1861, 2 tomos; *Mulher e marido, escrava e senhor*, de Smith, 1864, 4 tomos; *A furna do inferno* de Alexandro Dumas, 1866, 1 volume; *Deus dispõe*, idem, 1866, 2 tomos; *As duas mulheres do rei*, de Paulo Féval, 1866, 1 volume; *A familia Vanharac*, de Montépin, 1866, 3 tomos; *Os filhos familias*, de Eugenio Sue, 1866, 3 tomos; *Os infernos de Paris*, de Montépin, 1857, 3 tomos; *A duqueza de Nemours*, de Paulo Féval, 1857, 2 tomos; *Mysterios da India*, de Montépin, 1858, 2 tomos; *A pupilla do Judeu*, de La Croze, 1868, 1 volume, *O tribunal secreto*, de Clémence Robert, 1868; 2 tomos; *O corsario vermelho*, de Coopor, 1868, 2 tomos; *Miserias de Londres*, de Ponsou de Terrail, 1869, 5 tomos; *Rocambole na prisão*, idem, 1870, 2 tomos; *Dramas de Londres*, de Reynolds, 1868 1872, 10 tomos; *O calvario das mulheres*, de Gagneur, 1872; 4 tomos; *A corda do enforcado*, de Ponson do Terrail, 1872, 3 tomos; *Mysterios de Londres*, de Trolopp, 1873, 6 tomos; *A feiticeira loura*, de Montépin, 1874, 2 tomos; *D. Ramiro de Aragão*, de Fornandez y Gonzalez, 1875, 2 tomos; *O collar do diabo*, idem, 1875-1876, 6 tomos; *O coronel Chamberlain*, de H. Mallas, 1870, 1 volume; *A marqueza de Lucilliére*, idem, 1878, 1 volume; *Demonstração de Jesus Christo*, de Nicolas, 1864, 2 tomos; *Bibliographia de Ernesto Renan*, 1864, 1 volume. Na *Bibliotheca economica*, de Ernesto de Faria: *O amor de guarnição*, 1 volume; *Os valentões de el rei*, 3 tomos; *A vigia de Koat-Ven; A mão direita do sr. de Giac*, 1 volume; *Baile de mascaras*, 1 volume; *O cocheiro do cabriolet*, 1 volume; *Paulina*, 1 volume; *Cabana do pae Thomé*, 1 volume; *Valentina*, 1 volume.

Trigueiros *(João Pedro Tavares)*. General de divisão reformado. N. em Lisboa a 5 de outubro de 1831, onde tambem fal. a 27 de fevereiro do 1902. Era filho de Luiz Tavares do Carvalho e Costa, juiz da Relação de Lisboa, de sua mulher D. Anna Emilia, filha de João José Martins Pereira do Rego Goulão, proprietario, e de sua mulher, D. Maria Antonia Trigueiros Martel Robello Leite. Assentou praça na arma de cavallaria a 5 de setembro 1845. Foi promovido a alferes em 29 de abril de 1851, a tenente em 9 de junho de 1854, a capitão em 19 de agosto de 1863, a major em 22 de dezembro de 1875, a tenente coronel em 13 de janeiro de 1879, a coronel a 11 de junho de 1884, a general de brigada em 30 d'abril de 1890 e a general de divisão em 3 de março de 1895, passando pouco depois ao quadro auxiliar, e por fim ao de reformados, por ter completado 70 annos de edade, em 16 de janeiro de 1902. Fez o curso do antigo corpo do estado maior, para onde passou, o serviu alguns annos. Era gran-cruz, official, commendador e cavalleiro da ordem d'Aviz, e possuia a medalha de comportamento exemplar. Havia mais de 30 annos quo estava ao serviço das obras publicas, onde exerceu differentes commissões importantes de serviço. Entrou para o serviço dos caminhos de ferro do sul e suesto como chefe do exploração, sendo depois nomeado director, logar que desempenhou durante 25 annos. Quando deixou este cargo, o conselheiro Tavares Trigueiros foi nomeado para a junta consultiva de obras publicas, e quando se organisou o conselho de administração dos caminhos de ferro d'Estado, foi nomeado membro d'esse conselho. Fazia parte do conselho de obras publicas quando falleceu.

Trigueiros Goes *(Francisco).* Advogado muito considerado, que floresceu no seculo XVIII. N. em Lisboa, onde tambem fal. a 29 de de junho de 1732. Formou se em direito na Universidade de Coimbra, e vindo para Lisboa, exerceu a advocacia com o maior exito, sendo uma das causas mais importantes, que sustentou, a do prior e beneficiados da egreja de S. Nicolau contra os padres da Congregação do Oratorio, causa em que escreveu duas allegações, que se imprimiram em 1730 e 1731.

Trilho. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Espinhal, conc. do Penella, distr. de Coimbra.

Trinaterra. Pov. na freg. de S. Mamede, de Corouado, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Trindade *(Fr. Adeodato da).* Eremita da ordem de Santo Agostinho. N. em Gôa e professou no convento da Graça, do Lisboa, em 1565. Era um excellente calligrapho, e devem se-lhe alguns dos primorosos livros de côro que existiam no seu convento. Sendo cunhado do famoso historiador Diogo do Couto, que casára com sua irmã Luiza de Mello, foi encarregado por Filippo III de Hespanha de corrigir a 6.ª decada de Diogo do Couto, que ficára sem a ultima demão, o reviu as provas das outras.

Trindade *(Fr. Agostinho da).* Conego secular da congregação do S. João Evangelista. N. no Porto em 1518, e fal. em 1603, no convento do Xabregas. Professou no convento de Santo Eloy, de Lisboa em 1545, resolução que tomou aos 27 annos de edade. Foi confessor do celebre Fr. Antonio da Conceição, o *beato Antonio*, e muito acceito dos monarchas portuguezes. Era homem respeitado pela sua humildade e virtudes ascéticas. Deixou manuscripto um *Ritual das ccrimonias ecclesiasticas*, que por muito tempo foi adoptado nos conventos da sua ordem.

Trindade *(Antonio).* Official do exercito, morto em Africa no revez da expedição contra os cuamatas commandada pelo capitão Aguiar, em 1904, mais tarde, em 1907, vingada pelo major Alves Roçadas. Serviu no Porto como official de infantaria n.º 18, o contava 31 annos de edade. Era tenente da administração militar. Fazia serviço na Guiné, d'ondo foi transferido para Angola quando se preparavam os trabalhos da expedição.

Trindade *(Fr. Bento da).* Religioso da ordem dos agostinhos descalços, doutor em theologia pela Universidade de Coimbra, prégador régio, examinador synodal das dioceses da Bahia e Pernambuco, etc. Não se sabe se nasceu no Brazil ou em Portugal, nem as datas do nascimento o fallecimento. Doutorou se em 14 de julho de 1768. Publicou em Lisboa varios dos seus sermões nos annos de 1783, 1784, 1791; e no Rio de Janeiro, em 1809, 1811 e 1812. Publicou tambem: *Orações sagradas, offerecidas ao Serenissimo Senhor D. João, Principe Regente*, Lisboa, 1817, 6 tomos, de que se fez outra edição em 1811. Os 4 primeiros tomos imprimiram se pela primeira vez, tambem em Lisboa, em 1803. Os V o VI é que parece quo se publicaram depois com a reimpressão dos primeiros.

Trindade (*Fr. Estacio da*). Religioso da ordem dos agostinhos descalços. N. em Lisboa em 1676, e chamava-se Estacio Pinheiro de Vargas. Em 1694 professou no convento de Monte Olivete Foi professor de theologia no seu convento, qualificador do Santo Officio, consultor da Bulla da Cruzada, examinador das ordens militares e examinador synodal do arcebispado do Lisboa. Foi tambem commissario geral e vigario geral da sua ordem. Publicou alguns versos sagrados com pseudonymo, e com pseudonymo imprimiu um *Promptuario augustiniano, ou despertador diario para os maiores lucros das almas, e remissão mais efficaz de culpas, com que no fertil campo da Egreja catholica sem muito trabalho acham o thesouro mais rico todos os negociantes da divina graça*, que saiu em 1737, e deixou manuscripta uma *Summa de toda a philosophia*, em latim, o uma *Breve summa de uma theologia especulativa.*

Trindade (*Eusebio Pereira da Camara*). Escriptor. N. em Lisboa em 1801, fal. em Paris depois do anno de 1870. Frequentou a Universidade de Coimbra, onde em 1822 estava matriculado na faculdade de mathematica. Procurou depois empregar-se em Lisboa, e não o conseguindo foi para Paris em 1825. Escreveu: *Epicedio á morte de Manuel Fernandes Thomaz, um dos regeneradores da patria*, Coimbra, 1822; *Ode, visitando em Paris o tumulo de Francisco Manuel do Nascimento;* saiu nos *Novos Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, Paris, 1826; *Nova Heloisa, ou cartas de dois amantes*, etc., por *J. J. Rousseau, traduzidas em portuguez,* Paris, 1837; 4 tomos com estampas.

Trindade *(D. Francisco da).* Conego regular de Santo Agostinho, doutor em theologia, etc. Nasceu em Fonte Arcada, e falleceu em Coimbra a 13 de junho do anno de 1654. Professou no convento de Santa Cruz em 1616, onde foi lente de theologia. Deixou impresso um *Sermão prégado no Real Convento de Santa Cruz em acção de graças pela restauração de Portugal*, Lisboa, 1642.

Trindade (*Fr. Francisco da).* Religioso da ordem de S. Domingos. N. em Lisboa, onde tambem fal. em 1730. Partiu para a India, e foi lente de theologia e artes no convento de Gôa. Passou como missionario a Moçambique, e sendo ali parocho de Rios de Sena, converteu muitos pretos, entre elles dois filhos do soberano de Monomotapa. Voltando a Portugal foi prégador do infante D. Francisco, e morrou no seu convento do S. Domingos de Lisboa. Compoz na lingua dos pretos do Rios de Sena um *Cathecismo e um confessionario*, que ficou manuscripto, e que era destinado expressamente para o Monomopata.

Trindade *(Fr. Francisco da).* Religioso da ordem de S Francisco. Era natural de Couto de Semide, professou em Lisboa no anno do 1725, foi professor de theologia no convento de Mafra e em muitos outros conventos, e guardião do convento do S. Francisco em Lisboa. Deixou manuscriptas muitas obras theologicas em latim.

Trindade *(Fr. João da).* Religioso da ordem de S. Francisco. Era natural de Lisboa, ondo tambem fal. em 1678. Partiu para a India em 1645, como soldado, o ali vestiu o habito franciscano no convento do Gôa, entregando-se com afinco ao estudo, o quo lhe valeu desempenhar alguns cargos importantes na sua ordem, entre outros o de guardião do convento de S Boaventura de Gôa. Encarregado por diversos governadores da India de vir com differentes commissões a Portugal, fez

sempre a viagem por terra, todas as quatro vezes que veiu ao reino. Fal. quando estava para de novo partir para a India com o cargo de guardião do convento de Salsete, deixando manuscripta uma relação das suas viagens.

Trindade *(D. João Xavier de Sousa)*. Bispo eleito de Malaca. N. em Apagão na India, provincia do Bardez, em 1801, fal. a 22 de janeiro de 1864. Era brahamane de casta, mas christão. Entrou no convento de S. Domingos de Gôa, onde foi prior, e depois superior do collegio filial da sua ordem em Macau; professor de philosophia e theologia, commendador da ordem de Christo, e bispo eleito de Malaca. Foi deputado ás côrtes, e apresentou varios projectos sobre assumptos theologicos. Em 1849 publicou um livro intitulado: *Exposição documentada*. Tem alguns artigos na *Chronica de Macau*, de 1836, e nos *Annaes maritimos e coloniaes*, etc.

Trindade *(José da)*. Official de marinha do seculo XVIII, que serviu no Brazil. Ha d'elle mappas e planos de portos e rios, memorias e mappas de viagens, entre elles um de viagem ao Maranhão entre 1784 e 1786, e o do porto e rio do Parahyba apresentado em 1800.

Trindade (*José Antonio de Sousa Basto, 1.º visconde e 1.º conde da*). Fidalgo e cavalleiro da Casa Real, commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, cavalleiro da Torre e Espada; gran-cruz da de Izabel a Catholica de Hespanha, commendador da de Carlos III, tambem de Hespanha; grande official da Corôa de Italia, commendador de S. Gregorio Magno de Roma, official da Rosa do Brazil; guarda-roupa honorario, proprietario e capitalista no Porto. Nasceu a 19 de março de 1805; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Joaquim de Oliveira e Sousa, proprietario, e de sua mulher D. Thereza Maria de Sousa. Casou duas vezes: a primeira, a 7 de dezembro de 1834 com D. Escolastica Rosa de Amorim, que fal. a 29 de junho de 1837, filha de Antonio Ferreira de Amorim, cavalleiro da ordem de Christo, no Brazil, e de sua mulher D. Balsina Rosa d'Oliveira; e a segunda vez, a 26 de fevereiro de 1838, com sua cunhada D. Josepha Rosa d'Amorim, dama da ordem de Maria Luiza de Hespanha. Foi agraciado com o titulo de visconde da Trindade, por decreto de 10 de novembro de 1852, e com o de conde pelo decreto de 22 de dezembro de 1881. Por alvará de 21 de agosto de 1853, foi-lhe concedido brazão d'armas, que é um escudo com as armas dos Sousas: Escudo esquartelado: nos 1.ºs e 4.ºs quarteis as armas de Portugal com um filete de negro sobreposto em banda; 2.º e 3.º, leão rompante, em campo de púrpura, armado e lampassado de vermelho.

Trindade (*José Antonio de Sousa Basto Junior, 2.º conde da*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real; cavalleiro das ordens de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e de Carlos III de Hespanha. N. a 5 de julho de 1813, sendo filho do 1.º visconde da Trindade, e de sua segunda mulher *(V. o artigo antecedente)*. Casou no Rio de Janeiro com a actriz Marianna Rochedo. Foi lhe renovado o titulo de conde da Trindade, por decreto de 16 de janeiro de 1866.

Trindade (*Fr. Manuel da)*. Religioso da ordem de S. Francisco, missionario apostolico do seminario de Brancanes, junto a Setubal. N. no concelho do Crato, e chamava-se no seculo Manuel Ravisco Lobo. Escreveu: *Bibliotheca do mundo visivel e invisivel da eterna philosophia. Theatro copioso de divinas reflexões, dividido em duas partes, sobre as questões polemicas, dogmaticas, theologicas, escolasticas, moraes e mysticas*, Lisboa, 1752.

Trindade (*Fr. Marcos da*). Religioso franciscano da ordem terceira. Era natural de Santarem e fal. a 3 de outubro de 1628. Foi eleito duas vezes ministro provincial da sua ordem, a primeira em 1598 e a segunda em 1607. Escreveu: *Estatutos da provincia da Penitencia de Portugal, terceira ordem do nosso padre S. Francisco, novamente recopilados*, etc., Lisboa, 1617.

Trindade (*Marianna*). Actriz dramatica de muito valor, que floresceu na primeira parte do seculo passado. Representou os primeiros papeis nos antigos theatros do Salitre e Rua dos Condes, pelos annos de 1840 e 1850. Era mãe da actriz Guilhermina Trindade, que nos mesmos theatros representava com agrado papeis de ingenua.

Trindade (*D. Fr. Paulo da*). Religioso da ordem de S. Francisco. Era natural de Macau, onde nasceu em 1571; fal. em 1651. Vestiu o habito franciscano, depois de adquirir uma elevada instrucção, que de muito lhe serviu nas missões. Foi commissario geral da ordem, bispo de Malaca, e chegou a ser nomeado inquisidor, cargo que não chegou a exercer, por ter fallecido Escreveu uma obra intitulada: *Conquista espiritual do Oriente*, e outras, como: *Theologia moral*, *Embaixada de Roma*, *Juramento de D. Affonso Henriques*, etc.,

Trindade. Pov. e freg. da Santissima Trindade, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. de Villa Flôr, distr. e bisp. de Bragança; 87 fog. e 338 hab. Tem est. post. e está situada a 8 k. do rio Tua, na estrada de Alfandega da Fé a Mirandella, a 15 da séde do conc. Tendo-se insurgido contra a constituição de 1820 os habitantes d'esta freg., o general Pêgo, em cumprimento de uma *lei marcial*, incendiou a pov. da Trindade em 13 de maio de 1823. Esta lei era assignada por D. João VI, e tinha a data de 21 de março do mesmo anno. A pov. pertence á 6.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. da Santissima Trindade, da prov. do Alemtejo, conc., com., distr. e bisp. de Beja; 218 fog. e 848 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada a 4 k. da margem esquerda do rio Terges, na estrada de Beja a Tavira, e a 14 da séde do conc. A terra é muito fertil em cereaes, e cria muito gado, principalmente suino. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. || Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Campo, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || O Salvador, de Meixomil, conc. de Paços de Ferreira, do mesmo distr. || Villa do distr. de S. Thomé, na prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. || Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Trindade Coelho (*José Francisco*). Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, escriptor e jornalista. N. no Mogadouro em 18 de junho de 1861, fal. em Lisboa a 9 de junho de 1908. Era filho de João Trindade, commerciante n'aquella villa. Aos 7 annos já estudava

na escola régia de Mogadouro, tendo ao mesmo tempo em casa um professor que lhe ensinava as lições. Aos 8 annos foi com um seu irmão para a aula régia de Travanca, povoação que ficava na distancia de 15 k., sendo ali hospedados na propria casa do professor, que os teve como hospedes e discipulos. Mais tarde passou a um collegio do Porto, onde esteve 6 annos. Foi assim fazendo os preparatorios, sendo sempre um estudante distincto, vindo nas ferias visitar a sua terra natal. D'ali partiu para Coimbra a matricular-se na faculdade de direito. Já no collegio do Porto elle começara a escrever, e assim compoz dois contos, *O Engeitado* e *Uma trovoada*, que dedicou a seu pae. Escreveu tambem um artigo intitulado *Scepticismo*, que foi publicado n'um jornal. Em Coimbra entregou-se um pouco á estúrdia, mas não deixando de estudar, teve, porém, a infelicidade de ficar reprovado no exame do primeiro anno do curso. A este respeito lê se na sua *Auto biographia*, publicada depois da sua morte, no *Diario de Noticias* de setembro de 1908: «Deante de mim, no exame, tinha o manuscripto d'um livro sobre Direito Romano, que eu escrevera durante o anno; e depois de ficar reprovado, fui á imprensa, onde deixei o manuscripto; e um mez depois entregava, em casa do lente que me reprovára, um exemplar, e ia para férias, onde meu pae quasi me não falou durante dois mezes, e no fim não me deu a mesada para voltar para Coimbra, mas eu fui, disposto a viver do meu trabalho, como de facto vivi. Os lentes arrependeram se de me ter reprovado; e o meu livro até foi recommendado aos meus condiscipulos para estudarem por elle. Não querendo depois acceitar mais a mesada paterna, continuou o curso á sua custa, com o trabalho de varias explicações mal remunerado. Satisfeita a mocidade nas fartas alegrias bohemias e illuminado o espirito já de uma vasta bibliotheca litteraria, o seu curso trazia como paralellas as palestras romanticas com o povo da sua terra. Foi então que Camillo Castello Branco o conheceu, tomando por elle uma affeição protectora, que mais tarde devia abrir as portas da vida ás suas cartas ainda mal seguras de bacharel formado. Em Coimbra, no tempo de estudante, continuou a escrever, e durante dois annos assignou se com o pseudonymo de *Belizario*, em jornaes de que se tornou collaborador assiduo: *Progressista*, *Imparcial*, etc., n'outro, de que foi fundador, com o nome de *Porta Ferrea;* mas depois começou a usar do seu nome *Trindade Coelho*. Tambem fundou em Coimbra o *Panorama contemporaneo*. Escrevia *chronicas* para os jornaes da provincia, *Tirocinio*, *Beira e Douro*, etc.; para o *Jornal da Manhã*, do Porto, para o *Diario Illustrado*, de Lisboa, etc. Quando cursava o 4.° anno, falleceu-lhe seu pae, e poucos mezes depois casou, mesmo em Coimbra. Concluiu o curso em 1885, recebeu a carta de bacharel, e dedicou se á advocacia. Esteve algum tempo servindo de administrador interino de Coimbra. Veiu depois a Lisboa a dois concursos: para conservador do registo predial e para delegado do procurador regio, mas regressou sem a mais leve esperança de ser despachado, porque não tinha ninguem que o protegesse. Mas um dia de manhã recebeu uma carta de Camillo Castello Branco, dizendo lhe que vira nos jornaes que se apresentara ao concurso, e escrevera ao ministro, pedindo lhe que o despachasse. Foi grande a admiração de Trindade Coelho, e na verdade, d'ahi a poucos dias estava despachado delegado do procurador regio da comarca do Sabugal, tendo em menos d'um mez transferencia para Portalegre, onde se conservou 4 annos. Foi n'esta cidade que conseguiu a rehabilitação de um erro de justiça, que condemnava ao maximo da pena, como ladrão e assassino, um innocente, sendo o réu restituido á liberdade. Em Portalegre fundou dois jornaes: *Gazeta de Portalegre* e *Commercio de Portalegre*, de que foi exclusivamente redactor litterario. Em 1891, quando menos o esperava, teve transferencia para Ovar, mas sabendo que essa transferencia tinha por fim tornar possivel a sua eleição de deputado por Portalegre, onde era muito estimado, fez saber ao governo que não acceitaria o mandato, nem, por esse preço, o logar de juiz, pois o queriam nomear para o tribunal administrativo de Vianna do Castello, chegando a estar lavrado o decreto da sua nomeação. De Ovar, onde apenas esteve um mez, veiu para Lisboa, por indicação do proprio procurador geral da corôa, servindo no tribunal auxiliar do 2.° districto, primeiro com o conselheiro Neves e Sousa, e depois com o conselheiro Francisco Maria da Veiga. Foi n'esse anno de 1891, que ao chegar a Lisboa, fez parte, com intermittencias, da redacção de tres jornaes diarios: *Portugal*, *Novidades* e *Reporter*. Fundou o jornal *Revista Nova*, e de sociedade com o juiz Francisco Maria da Veiga, a *Revista de Direito e Jurisprudencia*. Sendo extinctos em 1892 os tribunaes auxiliares, foi servir n'um tribunal exclusivamente fiscal, mas complicando-se-lhe ainda mais a sua vida, resolveu ir a Africa defender 33 desgraçados que estavam ali na cadeia, perseguidos pela politica, e ali se demorou tres mezos, retirando-se para o continente, só quando pôde conseguir pôl os todos em liberdade e absolvidos, ficando presos todos os perseguidores poderosos d'esses infelizes, mais de 50. Regressando a Lisboa, voltou ainda para o tribunal fiscal, que era do 1.° bairro, sendo depois transferido para Cintra, onde sómente ia duas vezes por semana. Finalmente, em novembro de 1895 veiu para o 2.° districto de Lisboa, como delegado do procurador régio da 3.ª vara, e ali se conservou até 1907,

José Francisco Trindade Coelho

em que por seu pedido, foi exonerado. Desde então, amargurado o desgostoso, e tambem cançado dos seus muitos continuos trabalhos a existencia se lhe tornou insoffrida, e apoderando-se do seu espirito o mais desolador desanimo, recorreu ao suicidio, tristissima resolução que o levou á sepultura, causando essa lamentavel catastrophe, o mais profundo pezar e assombro. Trindade Coelho era uma figura de destaque nas letras e no fôro. Na alta jurisprudencia era um dos mestres autorisados, e um educador do espirito moderno. Da auto-biographia acima citada, transcrevemos o seguinte: «Em 1896 tinha logar em Lisboa o primeiro attentado anarchista, e o governo fez um projecto de lei contra estes, mas as suas disposições abrangiam tambem, embora disfarçadamente, os republicanos. Contra isto dei na imprensa um *grito de alarme* que todavia ficou sem ecco, e a lei foi promulgada em harmonia com o projecto do governo, e eu, como delegado, tive de applicar como ella era. Cresceram contra mim os ataques da imprensa, em vez de serem dirigidos contra a lei; mas vendo eu que a occasião era favoravel para destruir esta, eu proprio escrevi um artigo contra mim mesmo (para não contradizer a corrente) *mas tambem contra a lei*, artigo que os outros jornaes transcreveram, atacando-me (mas d'esta vez tambem á lei!) com a sua doutrina. Elles não suspeitavam sequer de que o artigo era meu, mas consegui o que desejava e eu calculava: o governo encarregou-me de fazer um novo projecto de lei, e eu fil-o, sendo votado pouco depois no parlamento sem alteração de uma palavra e muito a contento de toda a imprensa que não sabia tambem que o projecto e o seu relatorio, eram meus (*Lei de 21 de julho de 1899*). Além d'isso, no Congresso Internacional de Direito Penal, reunido em Lisboa, eu apresentava um opusculo (*Liberdade de Imprensa*) indicando as bases d'uma reforma liberal da lei de imprensa; o ministro da justiça convidava-me a collaborar com elle no novo projecto, o este, apresentado ao parlamento, era convertido pouco depois na lei hoje em vigor; e outro projecto, feito por mim, punha os jornaes a coberto do editor, entidade viciosa que não raro podia estorvar, nos tormos da legislação antiga, o jornal e o jornalista, e a pedido do ministro, ainda fiz o extenso *Regulamento do Ministerio Publico* (hoje em vigor), e de collaboração com o juiz do instrucção criminal, o dr. Francisco Maria da Veiga, o projecto do *Codigo do Processo Penal*.» Bibliographia: *Recursos finaes em processo criminal*, que teve mais d'uma edição; *Annotações ao Codigo e Legislação Penal; Os Incidentes em Processo Civil, Roteiro dos processos especiaes; Os meus amores*, livro de contos, publicado na *Collecção* Antonio Maria Pereira; *Terra Mater;* saiu na collecção de *Brindes do Diario de Noticias*, n.º 32; *Primeiras noções de educação civica*, Lisboa, 1906, livro que foi adoptado para o ensino primario; *In illo tempore*, um conjunto de chronicas sobre estudantes, lentes e futricas de Coimbra, Paris, 1902; *Manual politico do cidadão portuguez*; que teve duas edições; *Dezoito annos em Africa*, Lisboa, 1898; notas e documentos para a biographia do conselheiro José d'Almeida. Com o titulo do *Folhetos para o povo*, escreveu: *Parabola dos sete vimes, Remedio contra a usura, Cartilha do povo, Abc do povo*, 1.º, 2.º e 3.º *Livros de Leitura, Elementos de educação civica, A minha candidatura por Mogadouro, Lôas á cidade de Bragança, Pão nosso ou Leituras elementares e encyclopedicas para uso do povo;* etc. Redigiu tambem um pequeno jornal, intitulado *Boletim parlamentar do districto de Bragança*.

Trinhão. Pov. na freg. de N. S.ª da Paz, de Portella do Fojo, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Trinta. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda; 291 fog. e 1:237 hab. Tem est. post. e fabricas de lanificios. Está situada n'um monte da serra da Estrella, na margem direita do rio Mondego e na estrada da Guarda a Gouveia, a 9 k. da séde do conc. E' muito fertil em cereaes: cria gado, tem caça e peixe que lhe vem do rio. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Trinta reis. Moeda de bronze de D. João IV.

Trinta reis. Moeda de cobre em Moçambique, lavrada em 1725.

Trinta e Um de Julho. Fortaleza ou reducto que faz parte do systema de fortificações que defendem a praça de Lourenço Marques, no distr. d'este nome e prov. de Moçambique, Africa Oriental. Foi mandada construir em 1867, pelo governador do districto Frederico Augusto Gourgell.

Tripa. Pov. na freg. de S. Miguel de Varziella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Tripeiro. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de S. Vicente da Beira, conc. e distr. de Castello Branco.

Triptyco. Quadro, constituido por tres partes das quaes se dobram as das extremidades sobre a do centro, fechando o. Não só as faces internas, mas tambem quasi sempre as externas, são cobertas de artisticas pinturas, esmaltes, pedraria e outros adornos. Existem triptycos de madeira, formando grandes painois, e outros de marfim, ouro ou prata, constituindo relicarios preciosos. Os primeiros serviam de oratorios volantes, como o que se conserva no convento da Batalha, e que se diz ter sido tomado em Aljubarrota a D. João I, de Castella. Outros serviam de relicarios, ou símplesmente de pequeninos oratorios, sendo notaveis como trabalho de ourivesaria, ou de esmalto, como o que se guarda na Bibliotheca de Evora. Na *Exposição retrospectiva da Arte Ornamental*, em 1882, admiravam se do varios triptycos, ou relicarios. No *Occidente*, de 11 de fevereiro de 1882, acha se reproduzido e descripto o Triptyco do extincto convento dos Carmelitas da Vidigueira, que pertence á Academia de Bellas Artes de Lisboa. O triptyco de Evora, que tambem esteve n'aquella exposição, tem sido assumpto de muito estudo e discussão, especialmente por parte dos francezes, que n'elle vêem o maior e mais precioso exemplar dos seus esmaltes de Limoges dos principios do seculo XVI. Ha a tradição de que este triptyco fez parte dos despojos tomados por Carlos V a Francisco I na batalha de Pavia, mas os criticos francezes negam tal proveniencia. Viram, entre outros, este precioso esmalte os eruditos francezes Mr. Alfred Demersay, em 1862, Mr. Charles Iriarte, em 1882, e Mr. Alexandre Boutroue, em 1891. Do relatorio d'este ultimo, destacaremos algumas affirmativas mais interessantes. Não se conformou elle com o

teor da inscripção latina, que está na caixa em que se guarda o triptyco, e que dá a este uma grande antiguidade. Nega que seja em ouro, mas sim em cobre, e destroo a lenda de quo fôsse um dos tropheus da batalha de Pavia. Considera o, sem duvida, uma obra franceza saida das officinas de Limoges, no tempo dos Penicauds, fundando se para isto na palavra *avugle*, quo se lê junto do São Longino. O esmalte teria sido pintado por copia d'uma estampa allemã Descrevendo esta obra prima da arte do esmalte, Mr. de Boutroue diz o seguinte: «Esto triptyco é um esmalte pintado sobre cobre com as côres brilhantes muito bom conservadas. Compõe-se d'um painel central e de dois volantes, podendo estes fechar sobre o do centro, no qual está representado o Christo na cruz entre os dois ladrões, no momento em que o soldado, a quem a lenda da edade média chamou Santo Longino, e que ficou cego ao dar uma lançada. Sobre o vestuario d'este soldado lêem-se as palavras *Longis avugle sanct.* Cada um dos paineis dos lados está dividido no sentido da altura, e comprehendo dois assumptos sobrepostos. O da esquerda representa Pilatos, no momento em que lava as mãos, e, por baixo, o encontro de Christo, caindo sob o peso da cruz, com Santa Veronica, que lhe vae enxugar o rosto. O painel da direita mostra Jesus Christo nos limbos por cima de uma *sacra conversazione* de Christo e da Virgem a quem apparece coberta com a sua mortalha. A Virgem está ajoelhada deante d'um genuflexorio aos pés do qual escreveu o autor *O mater Dei memento mei.* No painel central as santas mulheres, São João Baptista, Santo Longino, São José d'Arimathcia, o Centurião a cavallo, etc. estão vestidos com ricos fatos do seculo XVI. As personagens teem o typo allemão, a composição, os vestuarios e os accessorios são egualmente allemães, notoriamente o vaso com que o servo deita agua ás mãos de Pilatos, que simelha um jarro de cerveja, tal como são ainda usados na Allemanha. Nota se comtudo que os arminhos, que figuram nas armas de Anna da Bretanha, estão semeados pelo vestido de Santa Magdalena, ao pé da cruz. O triptyco tem á volta as palavras *Atendite et videte si est dolor similis sichut dolor meus*, gravadas de fórma que mostram bem que o gravador não comprehendeu a inscripção que lhe mandaram transcrever. Os arminhos permittem o suppôr-se que o triptyco seja anterior a 1514, anno em que morreu Anna da Bretanha.

Tristão. Ponta situada na costa N da ilha da Madeira. Fórma o extremo NO da ilha, ficando antes d'elle o Porto Moniz. || Pequeno rio da costa da Guiné, Africa Occidental, em cuja embocadura ficam as ilhas de Tristão.

Triptyco de Limoges, existente no Museu de Evora

Tristão da Cunha. Grupo das ilhas do Oceano Atlantico, Africa, ao SSO de Santa Helena e a OSO do Cabo da Boa Esperança A maior d'estas ilhas é que tem o nome de Tristão da Cunha. Estas ilhas fôram descobertas pelo grande navegador Tristão da Cunha, em 1506, o por isso lhes deu o seu nome.

Triste Feia Pov. na freg. de N. S.ª dos Milagres, conc. e distr. de Leiria.

Trizia. Pov. na freg de N. S.ª d'Annunciação, de Palhaes, conc Certã, distr do Castello Branco.

Trobulhão. Pov. na freg. de Nossa Senhora do Soccorro, de Serpins, conc. da Louzã, distr. de Coimbra.

Trocheiros. Pov. na freg. de Santo Antonio, do Pinzio, conc. de Pinhel, distr. da Guarda.

Troeira. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Conceição, de Vermoil, conc de Pombal, distr. de Leiria.

Trofa. Villa e freg. de S. Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. d'Agueda, distr. d'Aveiro; bisp. de Coimbra; 301 fog. e 1:080 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. telegr. post., e pharmacia. Está situada n'um outeiro, a 1 k. da margem esquerda do rio Vouga, e a 6 da séde do conc. A pov. é muito antiga. El rei D. Manuel I lhe deu foral, em Lisboa, a 20 de março de 1517. No tempo dos reis de Leão, servia o rio Vouga, n'estes sitios, do limite entre os territorios moiros e christãos, por isso os arabes deram a esta villa o nome de *Tarufa*. Segundo se deduz d'uma certidão, que existe no archivo do cabido de Coimbra, e que concorda com a tradição, a primitiva egreja matriz d'esta freg. estava na aldeia de Covellas, ao N da villa; e aqui tem apparecido muitos objectos antigos, soterrados, como columnas ou pilares de pedra, calices, tijolos, ossadas humanas, azulejos, e alicerces de paredes. Estando esta egreja muito arruinada e grassando então ali uma grande epidemia, muitos dos seus habitantes fugiram para um sitio perto do logar da Moirisca, e outros para o logar de Christovães. Como por essa occasião já os Lemos, fidalgos senhores do Trofa, aqui existiam, offereceram a sua capella particular para capella-mór de uma egreja, que edificassem ali, dando o terreno necessario para isso com a condição d'esses fidalgos ficarem com o direito de apresentar o parocho, direito que até então residia no povo da freg. de Covellas. Acceita a proposta, edificou-se a nova egreja, ficando os fidalgos com o direito da apresentação, o qual depois passou para a familia do conde de Mello, Pedro do Mello Breyner, que foi o ultimo senhor donatario da villa de Trofa. Ignora-se a data da fundação da egreja. A capella-mór, que fôra a capella d'esses fidalgos, é a parte mais importante da egreja, pelos primorosos ornatos com que estão lavrados os mausoléus dos Lemos, senhores de Trofa São 4, sendo dois de cada lado, embebidos nas paredes, debaixo dos arcos, forrados de pedra de Ançan, com muitos e delicados lavores, tendo no centro as armas reaes, e todos com os seus epitaphios. A pov. pertence á 5.ª div. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. || Povoações nas freguezias: S. Miguel, do Barrio, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Cavez, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S Mamede, de Friestas, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Pombeiro de Riba Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || O Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Segadães, conc. d'Agueda, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Bougado, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. Tem uma elegante ponte pensil sobre o rio Ave, e estação do caminho de ferro, na linha do Minho, entre Mosteiró e Louzada, no entroncamento do ramal de Guimarães.

Trogal. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Arcos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Graça, de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || Santa Eulalia, de Gondoriz, conc. de Arcos de Vallo-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Troia. V. *Cetobriga ou Troia.*

Troia. Povoações nas freguezias: O Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || Santa Maria, do Sardoura, conc. de Castello de Paiva, distr. d'Aveiro.

Trolho. A 16.ª parte de um alqueire, ou uma maquia. Medida usada nas margens do rio Lima.

Trombas Insignias, sceptros, ou maças, usadas nas cathedraes e nas collegiadas mais insignes. Ainda se diz *maças*. V. *Maça* e *Maceiro.*

Trombeta. Pov. na freg. de Santo Estevão e conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa.

Tromelgo. Pov. na freg de Santa Eulalia, de Ferreira a-Nova, conc. do Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Tromezinho Pov. na freg. de S. Romão, de Carvalhosa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Troncal. Pov. na freg. do S. Martinho, de Gandara, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Tronco. Cadeia que existia em Lisboa. Era prisão municipal, distinguindo-se da *cadeia da côrte.* V. *Cadeia.*

Tronco Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, bisp. de Bragança; 108 fog. e 413 hab. Tem est post. e está situada na estrada de Chaves a Pinheiro Novo, a 15 k. da séde do conc. E' fertil em cereaes, cria gado e tem muita caça Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Infesta, conc. de Bouças, distr. do Porto. || S. Verissimo, de Paranhos, bairro oriental do Porto. || Pov. na freg. de S. João Baptista, no conc. da Praia, archipelago e prov. do Cabo Verde, Africa Occidental.

Tronqueira Archipelago dos Açôres: Ilha do Pico; pov. na freg de Santo Antonio, conc. de S. Roque do Pico, distr. de Horta. || Ilha de Santa Maria; pov. na freg de Santa Barbara, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada.

Tronqueiros. Ilha de S. Jorge, Açôres; pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Topo, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Trony *(Alfredo).* Bacharel em direito pela Universidade de Coimbra, que fal. em Loanda em 1904. Era filho do dr. José Adolpho Trony distincto advogado. Foi secretario geral da provincia de S. Thomé e Principe, delegado em Cabo Verde, juiz em Benguella, curador dos serviçaes em Loanda, etc. E' d'elle o regulamento publicado por occasião de se abolir a escravatura nas colonias. Eleito deputado por Angola, o governo annullou a eleição, e por questões politicas mandou o para Lourenço Marques como juiz. Pedindo a demissão, abriu banca de advogado em Loanda. O destino, porém, parecia apostado a contraria lo. Infeliz como jurisconsulto, a doença salteou-o tambem, enchendo-o de amarguras, de que a morte o libertou.

Trony (*Augusto*). Bacharel em medicina pela Universidade de Coimbra N. n'esta cidade a 3 de fevereiro de 1818, fal. em Alemquer a 18 de novembro de 1909. Era filho do dr. José Adolpho Trony *(V. o artigo seguinte)*. Seguindo o curso de

medicina, formou se em julho de 1872. Em 1888 concorreu ao partido medico municipal de Alemquer, sendo n'elle provido, e tomando posse do cargo a 21 de julho do mesmo anno, exercendo sempre esse logar até á data do seu fallecimento. Era tambem sub delegado de saude e director das enfermarias do hospital da Misericordia da referida villa. O dr. Trony foi um polemista do temer, e muito amigo dos pobres, a quem desinteressadamente soccorria sempre com os recursos da sua profissão com a maxima solicitude e sem distincção de classes.

Trony *(José Adolpho)*. Doutor e lente em direito pela Universidade de Coimbra. N. em Madrid a 30 de janeiro de 1825, fal. em Lisboa a 11 de setembro de 1886. Era filho d'um italiano, Luiz Trony, que estivera ao serviço de Napoleão, o que sendo ferido gravemente em Hespanha em 1808, ahi ficára prisioneiro até 1814, sendo mais tarde posto em liberdade. Comprommettido, porém, n'um movimento revolucionario liberal, Luiz Trony teve de emigrar para Portugal, estabelecendo-se em Coimbra. José Adolpho Trony matriculou-se na Universidade, mas os acontecimentos politicos de 1846 o obrigaram a interromper o curso, e só pôde concluir a sua formatura em 1848, tomando o grau de bacharel. Matriculou-se então como advogado nos auditorios de Coimbra, Em 1852, tendo se naturalisado cidadão portuguez, fez parte do conselho do districto de Coimbra, cargo que exerceu durante 6 annos, sendo relevantes os serviços, que essa corporação administrativa prestou, durante aquelle tempo, taes como a extincção da cadeia no pateo de Santa Cruz, fundação do Asylo de Mendicidade, etc. Em 1853, graças á lei que acabou na Universidade com o antigo systema das opposições, o bacharel Trony matriculou-se no 6.º anno da faculdade de Direito, vindo a doutorar-se a 23 de julho de 1854. Em 1861, precedendo concurso, foi despachado lente da Universidade, estreando se no magisterio pela regencia da cadeira de Direito ecclesiastico. Em 1866 foi nomeado vogal da commissão encarregada de revêr a legislação commercial, commissão que foi dissolvida pelo ministerio do bispo de Vizeu, em 1868, e novamente creada em 1871. D'esta commissão ainda fazia parte quando falleceu. Estas e outras commissões do serviço publico afastaram o dr. Trony do ensino da Universidade, onde conseguira nivelar-se com os professores mais abalisados. Exercia a advocacia em Lisboa com muita fama e encarregou se d'algumas causas celebres, como a do Banco Ultramarino, mas a tendencia do seu espirito levara o a perder, nos ocios da capital, o tempo que poderia ter aproveitado com grande gloria para o seu paiz. Só compellido por uma extrema urgencia de serviço universitario, ia a Coimbra reger a cadeira. Ha d'elle apenas publicados differentes folhetos relativos ás questões que advogou, e em especial á da quinta das Lagrimas, de Coimbra, de que foi advogado de Miguel Osorio, e a sua dissertação inaugural.

Tropeço. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Douro, conc. e com do Arouca, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 191 fog. e 8·9 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Está situada a 7 k. da séde do conc., na serra dos Pousadores, e em varias das suas ramificações, sendo as principaes, os montes de S. João, Vergadellas, Ferreiros, Povoa, Carraceira, e outros. E', portanto, o seu territorio muito accidentado, mas fertil em todos os generos agricolas, produzindo muito e bom vinho, algum azeite. Cria muito gado de toda a qualidade, exportando grande porção de juntas de bois para a Inglaterra. E' terra muito abundante de boas aguas, de fontes e minas, e de varios regatos, que todos vão desaguar no rio Arda. Nos seus montes ha muita caça, e grande creação de colmeias A egreja matriz é muito antiga, mas pequena e forte. Está edificada n'uma planicie do alto da serra, em sitio bonito e saudavel. E' pov. muito antiga, pois já era parochia em 900, o que constava de documentos existentes no cartorio do mosteiro cisterciense de Arouca. Foi habitada pelos moiros, de que ha muitos vestigios de lavra de minas metalicas, tanto no sitio dos Sete Buracos, como pelas margens do rio Arda, onde ainda existem varias galerias, e tem apparecido algumas mós, em que os arabes (e talvez mesmo povos anteriores ao seu dominio na Lusitania), moiam o quartzo para lhe extrahir as particulas de ouro que continha. Tropeço pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res e n.º 6, com a séde no Porto.

Troto. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Almansil, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Trouxainho. Pov. na freg de S. Martinho, de Mancellos, conc. de Amarante, distr do Porto.

Trouxemil Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc, com., distr. e bisp. de Coimbra; 276 fog. e 1:095 hab. Tem esc. do sexo fem., correio com serviço de posta rural; feira no logar de Rachados, d'esta freg, de utensilios para carros de bois e de utensilios agricolas, em 18 d'agosto; em Trouxemil, feira de gados, no dia 5 de cada mez, denominada *Feira das Neves*. Está situada a 8 k. da séde do conc. E' terra fertil, cria gado e tem caça. Pertence á 5.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra.

Troviscaes. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Covões, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Troviscaes Cimeiros e Troviscaes Fundeiros Duas povoações na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Troviscainho. Pov. na freg. de S. Vicente, de Troviscal, conc. da Certã, distr. de Castello Branco

Troviscal. Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. do Douro, conc. de Oliveira do Bairro, com. de Anadia, distr. de Coimbra: 301 fog. e 1:259 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, correio com serviço de posta rural, medico, fabrica de cal, etc. Está situada n'uma planicie a 7 k. da séde do conc. E' muito fertil, cria gado, tem caça, e peixe que lhe vem do mar, que fica proximo a O. Pertence á 5.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. Tendo sido annexada ao conc. de Anadia por decreto de 21 de novembro do 1895, que supprimiu o de Oliveira do Bairro, voltou a este, depois de restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. ‖ Pov. e freg. de S Vicente, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Certã, distr de Castello Branco, bisp de Portalegre; 326 fog. e 1:614 hab. Tem est.

post. Está situada a 2 k. da margem direita da ribeira Grande, na estrada da Certã a Oleiros, e a 15 da séde do conc. A terra é muito fertil em cercaes; tem grande abundancia de gado e de caça. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. || Povoações nas freguezias: S. Domingos, de Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || Santa Maria, d'i l, conc. de Oliveira d'Azemeis, distr. de Aveiro.

Trovisco. Pov. na freg. de S. Martinho, de Villa Fria, conc e. distr. de Vianna do Castello.

Troviscosa. Pov. na freg. de S. Pedro, de Vaqueiros, conc. de Alcoutim. distr. de Faro.

Troviscoso. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Minho, conc. o com. de Monsão, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 167 fog. e 698 hab. Tem est post. e productores de vinho Está situada nas proximidades do rio Minho, a 3 k. da séde do conc. A terra é muito fertil; cria gado, tem caça, o peixe, do rio Minho e do mar, que lho vem pelo mesmo rio. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Carreço, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Trovisqueira *(José Francisco da Cruz Trovisqueira, barão da)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem do Christo, e deputado n'algumas legislaturas. Casou com D Ignez Móra, filha de Joaquim da Costa Araujo, e do sua mulher D. Ignez Móra Varona Falleceu ha bastantes annos. Foi agraciado com o titulo de barão por decreto de 14 de janeiro de 1864.

Trovisqueira. Pov. na freg. de S. Thiago, de Gavião, conc de V. N. do Famalicão, distr. de Braga.

Trovoada Povoações nas freguezias: O Salvador, de Travanca, conc. d'Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, de Villar do Torno, conc. de Louzada, do mesmo districto.

Trufei. Pov. na freg. de S. Pedro, de Lomba, conc. d'Amarante, distr. do Porto.

Trulhe Pov. na freg. de S. Paio, de Agua Longa, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Trnamonde. Pov. na freg. de S. Miguel, de Cabaços, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Truta. Pov. na freg. de S. Martinho, de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Truta de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Pedro, de Espinho, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu.

Trutas Povoações nas freguezias: N. S.ª do Rosario, de Marinha Grande, conc. e distr. de Leiria || N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Trute. Pov. e freg. de Santa Eulalia, d prov. do Minho, conc. e com. de Monsão, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 140 fog. e 499 hab. Tem esc. do sexo masc. Está situada na estrada do Monsão aos Arcos de Valle-de-Vez, a 7 k. da séde do conc. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Tua. Pov. na região do café, no conc. de S Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tua. Rio da prov. de Traz-os-Montes. N. na Galliza, proximo da aldeia de Avioso, com o nome de *Tuano*, o entra na margem direita do Douro, abaixo de Anciães e proximo do S. Mamede, de Riba Tua. Tem na Galliza 40 k. de curso e em Portugal 80, ao todo 120. Rega grande numero de terras, e as suas aguas servem de motor a muitos moinhos, lagares de azeite, e pisões.

Tuandiva. Pov. do sobado de T'chipelongo, na div. e conc. do Humbe, distr. de Mossamedes, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tubaral. Pov. na freg. de S. Pedro, de Alvega, conc. d'Abrantes, distr. de Santarem.

Tubarão. Ponta situada na costa S da ilha de S Thiago, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. V. *Temerosa.*

Tube Quissange. Pov. da div. de Quissanga, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Tuberal. Povoações nas freguezias: S. Christovão, e Caranguejeira, conc. e distr. de Leiria. || S. Simão, de Gouveia, conc. d'Amarante, distr. do Porto.

Tubilhão. Pov. na freg. de S. Mamede, de Cabreiros, conc de Arouca, distr. do Aveiro

Tucarume. Territorio da região do Manica, Africa Oriental. Tem minas de ouro e de ferro.

Tuco. Pov. do sobado de Sougula, na div. de Mandimba, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. do Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Quimalo, no mesmo conc e prov. || Pov. do sobado de Ridise, no mesmo conc. o prov. || Pov. do sobado de Mussungo Aposse, na 2.ª div. da freg. de S. Joaquim, conc. de Goluugo Alto, distr. de Loanda, da mesma prov. || Pov. do sobado de Calunga Cagimbi, na 2.ª div. da freg. de S. Joaquim, conc. de Goluugo Alto, do mesmo distr. e prov. || Pov. do sobado de Ganga Licungo, na freg. de S. José d'Encoge, conc. d'Encoge, do mesmo distr e provincia.

Tuddou Povoação do torofo do mesmo nome, no concelho de Sanguém, districto de Gôa, na India.

Tudella e Napoles (*Jayme de Sousa)*. Official de artilharia. N. a 14 de junho de 1867; assentou praça em 5 de dezembro de 1888, sendo promovido a alferes em 13 de outubro de 1897, e a tenente em 24 de agosto de 1900. Fez parte da expedição enviada em 1899 contra o regulo Mataca, distinguindo-se notavelmente n'essa memoravel campanha atravez o Nyassa. Commandando uma columna de artilharia, portou se com o maior denodo e valentia Saltando para cima d'uma peça, dirigiu d'ali as vozes de commando, e do tal modo animou os soldados com este procedimento, verdadeiramente heroico, quo o inimigo pouco depois batia em retirada. Por este facto foi agraciado com o grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada. Possue a medalha de prata de comportamento oxemplar, e a de prata para commemorar a expedição á região do Nyassa, no anno de 1899.

Tuella. Um dos principaes affluentes do rio Tua. N. tambem na Galliza, e entra em Portugal pela freg. de Moimenta, corre ao S e passa a 1 k. ao E de Paçô, muda depois a direcção para SO, passa a 2 k. ao SE de Vinhaes, ondo tem uma ponte na estrada de Miranda, a 2 k. ao O de Ervedosa e Torre de D. Chama, onde tem ponte na estrada para Valpaços, e outra no rio Tua, depois de 105 k. de curso. Réga e móe.

Tuem. Pov. da regedoria de Ozorim, no conc. de Peruem, Novas Conquistas, no distr. o arceb. de Gôa, India. Está situada na margem do rio de Chaporá.

Tues. Pov. do sobado de Quimpacassa, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, na prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Futila, no referido conc., distr. e provincia.

Tufe. Pov. na freg do Santa Eulalia, de Ruivos, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

Tufeira. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Tufos Pov. na freg do Santa Maria e conc. de Silves, distr. de Faro.

Tugilde. Povoações nas freguezias: S Paio, de Pinheiro da Bemposta, conc d'Oliveira d'Azemeis, distr. d'Aveiro. || S. Thiago, de Lobão, conc. da Feira, do mesmo districto

Tugueira. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Paredes de Coura, distr. do Vianna do Castello.

Tuido. Pov. na freg de S. João Baptista, de Ribeira, conc. do Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Tuizelo. Pov. e freg. de Santo André, da prov. do Traz os Montes, conc. o com. do Vinhaes, distr e bisp. de Bragança; 196 fog. e 837 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada na estrada do Vinhaes a Pinheiro Novo, a 6 k. da margem esquerda do rio Rabaçal. Pertence á 6.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.° 10, com a séde em Mirandella.

Tuizendes. Pov. na freg. do Salvador, de Torqueda, conc. o distr. de Villa Real.

Tujães. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Padornello, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Tulha. Povoações nas freguezias; Santa Maria, do Alcofra, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. Tem caixa post. || S. Pedro, de Agrella, conc de Santo Thirso, distr do Porto || N. S.ª da Purificação, de Freigil, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Martinho, do Moreira do Rei, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Pelagio, do Ovadas, conc. de Rezende, distr. de Vizeu || Ilha da Madeira; N. S.ª da Luz e conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Tulhas. Pov. na freg. de S. Matheus, d'Alvares, conc. do Goes, distr. de Coimbra.

Tulho. Pov. na freg. do S. Martinho, de Monsul, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Tullio *(Antonio da Silva).* Conservador da 2.ª repartição da Bibliotheca Nacional de Lisboa, socio da Academia Real das Sciencias, escriptor, jornalista, etc. N em Carnido a 15 de agosto de 1818, fal em Lisboa a 4 de janeiro de 1884. Começou a sua vida publica, aos 18 annos de edade, entrando em 28 do dezembro de 1836 como escripturario, no cartorio do solicitador Francisco José Caldas Aulete. Os dotes intellectuaes e moraes do joven escripturario, a par das suas tendencias constantemente estudiosas, e do seu genio laborioso nunca desmentido, inspiraram bem cedo no animo de Caldas Aulete a mais decidida sympathia por Silva Tullio. Foi então que tambem conheceu Antonio Feliciano de Castilho, e por intermedio d'esto distincto poeta, travou relações com Almeida Garrett e Alexandre Herculano Foi na familia Caldas que Silva Tullio encontrou uma estremosa esposa, D. Anna Caldas, com quem casou no anno de 1858. Em 1844, empregou se na Bibliotheca Nacional de Lisboa, como official na secção dos manuscriptos o dos jornaes politicos e litterarios. Por virtude da reorganisação da Bibliotheca decretada em 31 de dezembro do 1863, passou a exercer o alto cargo de conservador da 2.ª repartição (Historia e Litteratura), e por mais d'uma vez assumiu a direcção interina d'aquelle instituto, na ausencia do bibliothecario mór, o conselheiro José da Silva Mendes Leal. Como official, como conservador e como bibliothecario, soube sempre deixar assignalada a gerencia dos seus diversos cargos por serviços relevantes e por importantes trabalhos. Entre esses trabalhos merece especial menção o relatorio e o regulamento que elaborou na reforma da Bibliotheca em 1863, sendo tambem um enthusias-

Antonio da Silva Tullio

tico iniciador de muitos melhoramentos que se fizeram. Como escriptor tambem muito se evidenciou, entregando se do coração a investigações historicas o archeologicas Era socio correspondente da Academia Real das Sciencias, passando a socio effectivo em 8 de abril de 1862, sendo varias vezes eleito vice-secretario na classe do sciencias moraes, politicas e bellas artes, e onde exerceu o cargo de administrador e revisor litterario da respectiva imprensa. Em 1857, durante a epidemia da febre amarella, prestou relevantissimos serviços humanitarios, fazendo parte da commissão parochial creada na freguezia de Santa Justa para soccorrer os pobres atacados pelo terrivel flagello. Em recompensa, foi condecorado com o grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada. Tambem recebeu a medalha instituida pela camara municipal para galardoar os serviços prestados n'aquelle anno fatal. Silva Tullio collaborou no jornal *A Epoca*, publicado de 1848 a

18·9, e ali escreveu muitos artigos de critica, sob o pseudonymo do *Barão de Alfenim*. Foi director e redactor principal da *Semana, jornal litterario*, a 1851 e 1852, onde inseriu, entre outros, alguns artigos sob a assignatura de *Visconde de XXX*. Encontram-se, da sua penna, muitos folhetins, chronicas e artigos de critica e litteratura nos jornaes politicos: *Restauração*, *Carta*, *Tempo*, *Regeneração*, *Paiz*, *Paiz, Patria*, *Civilisação*, etc. e nos litterarios *Jornal de Bellas Artes*, *Fama*, *Portugal Artistico*, *Revista Peninsular*, *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, etc.; alguns assignados com o seu nome, outros com a inicial T., e a maior parte anonymos. Na *Revolução de Setembro* publicou em 1855 uma importante memoria sobre a eloquencia sacra, com o titulo de *A Universidade no pulpito de Lisboa*. A sua collaboração na *Revista Universal Lisbonense* mereceu os elogios de Castilho, de Garrett e do Herculano. Em principios de 1860 tomou conta da direcção e redacção principal do *Archivo Pittoresco*, onde entre os seus artigos se tornaram mais notaveis os seguintes: *A casa dos bicos*, estudo archeologico, biographico, genealogico, etc.; no vol. III; *Estudos da lingua materna*, serie de artigos, no vol. III e seguintes até ao VIII; *Monumento e estatua de Camões*, no vol. IV; *Constantino, rei dos floristas*, estudo biographico, tomo VIII. Em separado publicou em 1850, sem o seu nome, um pamphleto critico-theatral, com o titulo *As Trévas em S. Carlos*, e em 1853, outro, chamado *Rilhofoles em S Carlos*. Publicou tambem: *José da Silva Mendes Leal*; estudo biographico-litterario, cuja primeira parte saiu na *Revista Contemporanea*, tomo I, pag. 413 a 452, mas ficou incompleta; *Introducção bibliologica ao livro «Brinde aos senhores assignantes do Diario de Noticias;»* foi com que se iniciou aquella curiosa collecção. Em 1851 propoz-se a publicar por meio de subscripções a *Historia Litteraria do Jornalismo em Portugal*, obra que comprehendia o periodo decorrido de 1641 a 1850, e que infelizmente ficou incompleta, assim como uma extensa *Memoria* sobre a vida e escriptos do P. Antonio Vieira, trabalhos importantes que a morte lhe não deixou concluir. Silva Tullio fez parte da *Junta consultiva de instrucção publica*, creada por decreto de 14 de dezembro de 1869, a qual se compunha de 6 vogaes e presidida pelo ministro do reino. Silva Tullio era tambem socio effectivo da antiga *Sociedade Escolastico Philomatica de Lisboa*, e da *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes;* socio correspondente do *Instituto «Vasco da Gama»*, socio fundador da *Associação dos Jornalistas e Escriptores Portuguezes;* socio honorario, correspondente do *Gabinete Portuguez de leitura no Rio de Janeiro* e do *Gabinete Portuguez de leitura* em *Pernambuco*, membro correspondente da *Real Academia Hespanhola;* membro honorario da *Sociedade Academica Hispano Portugueza de Tolosa*, membro correspondente da *Sociedade Liguriana de Historia Patria*, e membro effectivo da *Associação Litteraria Internacional;* commendador da ordem da *Rosa*, do Brazil, e official da *Instrucção Publica*, em França.

Tulumba. Pov. da região do café, na conc. de S Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Tumba. Pov. do conc de Cabinda, na delegação do Chiavalla, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tumbe. Pov. da div. do Congo Ialla, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tumginga. Pov. da 2.ª div. do conc. de Cazengo, no distr. de Loanda, prov d'Angola, Africa Occidental.

Tumbine. Cordilheira no praso Milange, na Zambezia.

Tumbo. Pov. do conc. do Dombe Grande, no sobado de Dombe e Luacho, distr. de Benguella, prov. de Angola, Africa Occidental. || Ilha da costa da Guiné, Africa Occidental. Fica proximo das ilhas dos Idolos, ás quaes alguns autores dizem que ella portence, excluindo-a, porém, outros d'esse archipelago, em razão da sua vizinhança da terra firme, e não lhe chamando mesmo ilha ainda outros, por estar ligada ao continente por baixios que quasi se descobrem na vasante. Está sempre coberta de vegetação e é habitada. A sua ponta S, tambem chamada *ponta Tumbo*, é mais conhecida por *Cabo de Sagres*.

Tumio. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Bico, conc. de Paredes de Coura, distr. do Vianna do Castello.

Tumpa. Pov. do sobado de Quimpalo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov d'Angola, Africa Occidental.

Tunda Pov do sobado do caminho do Tumba, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado da cataracta do Quisulo, no mesmo conc, distr. e prov. || Pov. do sobado de Bongue, no Zombo, no mesmo conc, distr. e prov. || Pov. do sobado do Elamba, no caminho do Zombo, do mesmo conc, distr. e prov. || Pov do sobado de Quimpece, no mesmo conc., distr. e provincia.

Tunda do Mossungo. Pov. do sobado do Carambombollo, na 6.ª div. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tunda Quilombo Pov. do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tundo. Prazo da corôa do distr. de Tete, Africa Oriental.

Tundu. Monte no praso Milange, na Zambezia.

Tunes Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Algoz, conc. de Silves, distr. do Faro. Tem est. na linha do caminho de ferro do sul, entre Messines e Albufeira, no entroncamento do ramal do Portimão.

Tunim. Pov. na freg. de S. Vicente, de Boim, conc. de Louzada, distr. do Porto.

Tunta. Prazo da corôa do distr. de Tete, Africa Oriental.

Tuntobriga. Cidade antiquissima da Lusitania, da prov. do Minho. Suppõe se ter existido no *monte Medulio* (serra d'Arga) mas ignora-se o logar em que era assente. Existia no tempo dos romanos, e Ptolomeu a sitúa em 8,° 30 de longitude. Ainda existia no tempo de Theodomiro, rei dos suevos (558-570) pois ainda figura Tuntobriga na repartição que este monarcha fez das egrejas do Minho, para o bispado de Tuy.

Turcifal. Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. da Extremadura, conc. o com. de

Torres Vedras, distr. o patriarc. de Lisboa; 685 fog. e 2:731 hab. Tem est. post. no logar da Freixoeira, esc. do sexo fem e pharmacia. Está situada na estrada de Lisboa a Torres Vedras, a 8 k. da séde do conc. A pov. é antiquissima, e foi sé de d'um conc. do seu nome, ha muitos annos supprimido. O parocho teve antigamente o titulo de cura, e era apresentado pelo prior da freg. de Santa Maria do Castello, de Torres Vedras; de pois passou a vigairaria perpetua, da apresentação da corôa. A egreja matriz tem uma só nave, e é uma das mais amplas e magnificas das freguezias ruraes do patriarchado. E' toda de can taria, até ás cimalhas da abobada, e com tribunas d'ambos os lados, com altar-mór, o 12 lateraes no corpo da egreja. N'ella se vêem muitas sepulturas com epitaphios brazonados. Foi con cluida esta egreja em 17.1, e em 21 de novembro d'esse anno se fez a trasladação do Sacramento para esta nova egreja, com uma solemnissima procissão. Ignora se a data da fundação da primitiva egreja, só se sabe que era muito antiga, sendo demolida, para no mesmo local se construir a que hoje existe. As obras duraram 41 annos, pois tinham principiado em 1710. Emquanto duraram estas obras, serviu de matriz a ermida do Espirito Santo, que era a egreja d'uma antiquissima albergaria, que depois foi administrada pela camara municipal de Torres Vedras. N'esta freg. era a 14.ª estação do caminho de ferro Larman jat, do Lisboa a Torres Vedras. No Turcifal ha a casa que pertenceu ao morgado de Assentis. O sr. dr. Theophilo Braga, no seu livro *Bocage*, fala do theatro que o morgado possuia na rua de S. José. Como pormenor interessante podemos ac crescentar que n'esta sua casa teve elle um theatro. A casa parece ter sido construida exclusiva mente para theatro e para reunião. Segundo é tradição, realisaram se n'ella outeiros. No mesmo edificio havia ainda uma capella. Da traça interior se vê, que os seus proprietarios não peruoi tavam ali. Pertence actualmente ao sr. Carlos Ahrends, que reconstruiu a casa, conservando lhe o cunho primitivo E' hoje a *Quinta de Fez* Turcifal pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa.

Turcifal de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. do N. S.ª d'Assumpção e conc. da Lourinhã, distr. do Lisboa.

Turdulos. Antigos lusitanos que habitavam entre os rios Guadiana e Tejo. Os turdetanos eram os turdulos que habitavam no Algarve actual; mas os que estavam mais a O nas proximida des do *Cabo Cuneo (*Cabo de S. Vicente*)*, eram designados pelo nome de *cuneos*, todavia, todos eram turdulos. Segundo os nossos antigos historiadores, os turdulos e os celtas, alliados, accommetteram os povos que estanciavam na Lusitania septentrional *(limicos, ligoros, spacos*, etc.*)*, o chegados ao rio Lima, apenas o passaram para a margem direita, N, se moveu entre elles tal discordia, e morrendo o general, esqueceram a alliança que tinham feito, e espalharam-se pelo paiz. D'este facto nasceu chamar se ao Lima, *Rio do Esquecimento* (V. *Lima, Rio*). Alguns escriptores teem por fabulosa esta invasão dos povos meridionaes da Lusitania, na sua ex tremidade setentrional; porém, Avieno, copiando d'um escriptor contemporaneo d'esta invasão, diz: «Se alguem, des le as *Ostreminias*, virar a embarcação para o rumo do N, entra na terra dos *ligoros*, falta de moradores, porque, *ha pouco tem po*, os expulsaram d'ali os celtas, com o seu exercito, em muitas batalhas. E os vencidos, vendo-se despojados, vieram para estas terras, cheias de horrorosos silvados, que hoje occupam. Ali, tudo é penedia, rochedos e montes, que se vão ao céu. E esta gente fugitiva, muitos annos passou a vida entre penhascos, arredada do mar, porque o temia, em razão do antigo infortunio.» Estes montes para onde fugiram os habitantes das margens do Lima, são os que ficam sobranceiros e ao N e NO da actual villa de Ponte do Lima, chegando até ao concelho de Paredes de Coura e margens do rio d'este nome, e esquerda do Minho. Por toda esta serrania ainda se vêem ruinas de muitas povoações, o que confirma o que diz Avieno.

Tureixas. Pov. na freg. de Santo André, d'Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto.

Turgueira. Barroca no sirgadouro do Pégo dos Orgãos no rio Tejo

Turio. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Castellões, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Turiscaem. Um dos reinos de Leste do distr. autonomo de Timor, na ilha de Timor, archipelago da Sonda. Fica no commando mil. de Allas.

Turi-Turi. Pov. da div. do Mussuco, conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Turiz. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 203 fog. e 772 hab. Está situada a 3 k da margem direita do rio Cávado e a egual distancia da séde do conc E' pov. antiquissima, e foi villa chamada *Tellìannes* ou *Teudilannes*, corrupção de *Tello Annes*, ou de *Theudo Annes*. Segundo Argote, estava esta villa situada debaixo do monte Barbudo, aguas vertentes do rio Cávado. Já no seculo x possuiam aqui uma fazenda, Affonso Guterres, e sua mulher Adipia Sentaris, que a venderam então ao mosteiro de Santo Antonino. Turiz pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res n.º 8, com a séde em Braga.

Turodos, ou Turolicos, ou Turolicenses. Antigos povos que habitavam na margem esquerda do rio Minho, o cuja principal povoação era a cidade do Aguas Laias. Na villa de Freixo Numão existiu um cippo com uma inscripção, que traduzida, quer dizer: A' memoria dos deuses das casas dos tarulicenses, dedicou, Catueno, decurião, filho de Ocquirino.» Os turodos eram um ramo dos bráccaros.

Turquel. Pov. e freg. da prov. da Extremadura, conc. e com. de Alcobaça, distr. administrativo de Leiria, patriarc. de Lisboa; orago, N. S.ª da Conceição; 590 fog. e 2:600 hab., sendo 1:304 do sexo masc. o 1296 do fem. (censo de 1.º dezembro de 1911). Séde d'um juizo de paz e d'uma assembleia eleitoral. Escolas officiaes de instrucção primaria para ambos os sexos e est. post. com serviço de registos, permutando diariamente malas com a de Alcobaça. Feira annual de gado, etc., por occasião das feiras da Vera Cruz, a 3 e 4 de maio. Dista do litoral cêrca de 3 leguas, 2 da cabeça do conc., 7 da capital do distr. e 16 de Lisboa. Turquel foi uma das 13 villas que, com

suas dependencias, constituiram a celebre commenda da ordem de Cistér em Portugal, conhecida pela denominação de *Coutos de Alcobaça*. Prolonga se pelo dorso d'uma collina que na sua parte meridional, primitivo nucleo da povoação, se eleva em fórma de cabeço; e d'esta circumstancia lhe adveiu talvez o nome, cujas fórmas antiquadas *Turuquel* e *Turuquello* bem pódem ser diminutivos do vocábulo céltico *turuco*, que significa *monte*. Diz o padre Carvalho quo D. Affonso Henriques aforalára Turquel em 1162; mas Franklin não faz d'isso menção. O que está averiguado é que em 1314 lhe foi dada carta de povoação por Fr. Pedro Nunes, abbado do mosteiro de Alcobaça, e que D. Manuel lhe deu foral em 1514. O antigo conc. do Turquel, da com. de Leiria, comprehendia a freguezia do mesmo nome e a parte oriental da freg. da Benedicta. O seu pelourinho, um specimen, no genero, da arte medieval, figura desde 1874 no museu archeologico do Carmo, em Lisboa. O primeiro templo que houve n'estas visinhanças, uma ermida da invocação de S. Bartholomeu, e da qual já se faz menção na carta de povoação na villa de Turquel, era situado na vertente NO das Cabeças Ralas, proximo d'uma fontinha que ali brota no respaldo do monte. Parece que tambem ali existiu uma gafaria. Em 1528 este povo erigiu aqui uma capella, que dedicou a N. S.ª da Conceição, e que n'esse mesmo anno foi convertida em parochia, com curato amovivel, por um alvará do commendatario do mosteiro de Alcobaça, o cardeal infante D. Affonso. Em 1565 o cardeal infante D. Henrique, depois rei, desmembrou-a da matriz de Santa Maria de Aljubarrota, a que pertencia, e constituiu-a vigairaria perpétua. Além da egreja parochial, ha em Turquel a capella do Senhor Jesus do Hospital e a de Santo Antonio. Aquella, erecta em 1762 n'um dos aposentos do hospital da Misericordia d'esta villa, foi reconstruida em 1871. Junto a esse hospital havia tambem a egreja do Espirito Santo, convertida em Misericordia no reinado do D. João IV e demolida pouco depois do meado do seculo passado, em razão do seu estado de ruina. No Silval ha a capella de S. Pedro, e a de N. S.ª da Serra na quinta de Val de-Ventos, que foi dos frades bernardos e pertence hoje ao sr. D. José de Saldanha Oliveira e Sousa. Na quinta da Granja, outr'ora propriedade dos mesmos frades, vêem-se ainda os restos da capella de N. S.ª do Desterro. Deparam-se-nos na freguezia de Turquel varias grutas que serviram de habitação ou de necrópole em tempos prehistoricos; taes são a *Casa da Moira*, a *Cova da Ladra*, o *Algar do Estreito*, o *Algar de João Ramos* e a *Buraca do Moniz*. Das pesquizas em tempos ali effectuadas por alguns archeólogos, resultou o apparecimento do muitos petrechos pertencentes aos periodos neolithico, do cobre e do bronze, a saber: facas, machados, lanças, pontas de frecha, vasos de barro, etc. Sepulturas pertencentes a epocas remotas e desconhecidas teem se encontrado nas Longas, Cancella dos Chães, Fies de Deus (á Fonte Maceira) e Cabeça Fragosa (proximo do Chão do Gallego). São uns caixões rectangulares formados por quatro lages postas de cutello e inteiramente sotterradas As da Cancella dos Chães continham urnas cinerarias, e juntamente anéis, contas, brincos e outros adornos, de cobre e de bronze; nas demais só se acharam ossadas meio desfeitas. Proximo do Lombo Ferreiro foi ha annos desmantelado pelos camponezes um *dólmen*, onde elles contavam descobrir um rico thesouro. Ao sitio dão ainda hoje o nome de *Pedra das Antas*. Turquel é muito salubre. Nas suas immediações ha alguns sitios pittorescos e nascentes de excellente agua potavel. A freguezia produz azeite em grande quantidade, cereaes, fructas e outros generos. Tem boas mattas do carvalhos e sobreiros. Exploram se em grande escala pedreiras de cantaria e fabrica se alguma cal. E' de 40 k. quadrados a sua área, limitada a L pela cumeada da serra de Albardos (chamada tambem dos Candieiros), uma das que fórmam a cordilheira que se prolonga da Estrella ao Cabo da Roca. Cêrca de 3 k. ao norte do Casal de Val-de-Ventos, situado n'um dos visos da serra, ergue-se o chamado *Arco da Memoria*, o qual, segundo os chronistas de Alcobaça, aponta o local em que D. Affonso Henriques estacionara com os seus, quando em 1147 se dirigia a Santarem no intuito de a tomar aos moiros, e onde fizéra o voto de doar á ordem de Cistér, se saisse vencedor, os terrenos que d'ahi se avistam «*aguas vertentes ao mar*» Foi erecto este arco por diligencias de Fr. Bernardo de Brito, e em 1830 D. Miguel mandou o restaurar. A's abas da serra passa a velha estrada mandada construir por D. Maria I e que devia ligar Lisboa ao Porto. A freguezia de Turquel comprehende grande numero de povoações e vivendas isoladas, a saber: Ardido, Azambujeira, Azenhas (de Baixo e de Cima), Bôiça, Cabeça Feitosa, Cabeça Lagoa, Cabeço do Seixo, Cabeço do Vento, Cancella, Carvalhal, Casaes dos Tintas, Casal do Alvaro, Casal de Baixo, Casal das Cigarras, Casal da Serra (ou de Val-do-Ventos), Chão do Gallego, Charneca, Curraes Brancos, Eiras, Frazões, Gaiteiros, Granja (Quinta da), Lagoa, Lagoa das Talas, Lombo, Lôpa, Louções, Moinhos, Moita do Poço, Moniz, Mortórios, Mózinha, Orjo, Pedregueiras, Pinheiro, Poço das Vinhas, Porto Velho, Quintola, Redondas, Rio Sêcco, Silval, Turquel, Val-de Ventos (Quinta de), Vargiuha. Bibliographia: *Memorias de Turquel*, por José Diogo Ribeiro (Porto, 1903).

Tutalega. Ribeira do distr. do Beja. N. a 5 k. ao NE de Ficalho, corre para o N, e depois para o NO, tem ponte na estrada de Moura a Amareleja e Barrancos, e vae desaguar na ribeira d'Ardilla depois de 35 k. de curso.

Tutilla. Pov. do conc. de Cacongo, no distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Tuto. Pov. do sobado do mesmo nome, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tuto de Baixo e Tuto de Cima. Duas povoações no sobado de Queta, na 7.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Tutorio. Pov. na freg. de S. João Baptista, do Mosteiro, conc. do Vieira, distr. de Braga.

Tututuro Um dos reinos de Léste, do distr. autonomo de Timor, na ilha de Timor, archipelago da Sonda. Fica no commando mil. de Allas.

Tuvirães. Pov. na freg. de S. João Bapista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Typographia. V. este artigo no fim do presente volume.

U

Uallua. Pov. do sobado de N'Guimbi, na 6.ª div. da freg. de S. José de Cabiri, conc. d'Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Uanetzi Commando mil. do distr. de Gaza, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Uau. Pov. do sobado de Dembo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Uba Budo. Denominação de duas roças pertencentes a particulares na ilha de S. Thomé, Africa Occidental. ‖ Roça na Ilha do Principe, Africa Occidental.

Uba Flôr. Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Uba Metade. Roça na ilha de S Thomé, na Africa Occidental.

Ubarvanim. Aldeia pertencente á divisão de Uply-Pahw, ao sul do rio Saudalcalo, no concelho de Nagar-Avely, districto de Damão, na India.

Ucanha. Pov. e freg. de S. João Evangelista, da prov. da Beira Alta, conc. de Tarouca, com. e bisp. de Lamego, distr. de Vizeu; 154 fog. e 651 hab. Tem escolas de ambos os sexos e est. post. Está situada na margem direita da ribeira Barosa, a 5 k da séde do conc. E' pov. antiquissima, e foi villa. O seu primitivo nome era *Burgo de Cucanha*, depois foi *Cucanha*, e por fim *Ucanha*. Foi couto do convento de Salzedas. Não tinha foral proprio, porque se regia pelo de Salzedas, sendo este datado de Lisboa, a 5 de janeiro de 1501, e um dos primeiros que el-rei D. Manuel I concedeu. Aqui fundou D. Fernando (1.º do nome) abbade d'aquelle convento, em 1418, um hospital para pobres, estabelecendo-lhe rendas sufficientes para 12 desvalidos, dos quaes tratava o cirurgião do convento, vindo os remedios da botica dos religiosos. O abbade D. Fernando (2.º do nome), filho bastardo d'um irmão de D. Nuno Alvares Pereira, mandou edificar na pov., em 1427, uma ponte sobre a ribeira Barosa; outros pretendem que elle só reedificou a ponte e a torre que estavam arruinadas, mas a fundação de uma e outra fôra feita pelos celebres dois irmãos D. Thedon e D. Rauzendo; outros, ainda suppõem, que eram obras de Egas Moniz, que por estas terras viveu muitos annos. O que é certo é que o abbade D. Fernando senão construiu, reedificou estes dois monumentos. Eram donatarios d'esta freg. os religiosos do convento de Salzedas. Pertencia ao antigo conc. de Mondim da Beira; que foi supprimido pelo decreto de 26 de junho de 1896, passando então para o de Armamar, e mais tarde foi para o de Tarouca, que tendo sido tambem supprimido, ficou restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Ucanha tem varias ermidas, sendo as melhores as de Santa Cruz e Santa Catharina. A torre, acima citada, que está junto á ponte, apezar de ter perto de 5 seculos, aproximadamente, é de tão forte construcção, que ainda está bem conservada, com o seu terraço que está sobre o arco que dá passagem á ponte. Junto ao terraço, e a distancia de 5,m5 da base da torre, para a parte do S, ha uma ponta, de estylo árabe, com uma varanda; por onde se entrava para a torre, por uma escada de mão, não havendo indicios de ter havido outra de pedra, ou madeira. Do lado do E ha uma pequena fresta; e para O outra maior, cabendo por esta um homem; e para o N tem a parede um cano, junto ao terraço para despejo das aguas pluviaes. Acima do terraço 3,m5, teem as paredes menos um palmo de espessura do que as inferiores, formando uma especie de cornija, onde assentava o travejamento do 2.º andar da torre, havendo n'elle duas pequenas janellas, tambem de architectura árabe, separadas apenas por uma pequena columna. Outras duas janellas eguaes se vêem para O. Sobre o 2.º andar ainda havia 3.º, como se mostra pelo resalto onde descançavam as traves que sustentavam este pavimento, que tem duas janellas, uma de cada lado, ambas com sua varanda, sendo coroadas como uma ameia, assim como as esquinas da torre. Do lado do E, e um pouco acima do arco da passagem, se vê um oratorio, com a imagem de N. S.ª da Torre Um pouco abaixo d'esse oratorio, para o lado direito, está gravada n'uma pedra, uma inscripção, em letra gothica, que se não póde lêr, por estarem apagados a maior parte dos caracteres. E' a este curiosissimo monumento, que se dá geralmente a denominação de *Castello de Ucanha*.

Uccassaim Regedoria do concelho de Bardez, districto e arceb. de Gôa, na India.

Ucha. Pov. e freg. de S. Romão, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 164 fog. e 710 hab. Tem est. post. e está situada a 2 k. da margem direita do rio Cávado e a 12 da séde do conc. Pertenceu em tempos antigos ao couto da villa de Azevedo, o qual se compunha de toda a freg. da Lama, e d'algumas aldeias da freg. de Santa Eulalia, de Oliveira, que lhe fica contigua ao N, e de outras aldeias d'esta freg. de Ucha. No civel e no crime estava sujeito este couto ao juiz do antigo conc. do Prado, que tinha jurisdicção municipal e sobre coimas. A terra é muito fertil, cria muito gado e tem abundancia de peixe e de caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. ‖ Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Anhães, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. ‖ O Salvador de Figueiredo d'Alva, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Ucha. Caixa de guardar pão, e outras vitualhas.

Uchão. Dispenseiro. Chefe official da Ucharia, casa da guarda das aves e carnes para a meza dos reis.

Ucharia. Casa ondo se guardam as viandas, ou dispensa, no palacio real. Encontra se mencionada em autores antigos. Na *Chronica de D. João II*, de Rezende, so fala «na sua ucharia todolos pescados bons, e chacinas.»

Ucharia. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Villa Maior, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Uchas. Pov. na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto.

Ucongo Pov. e sobado do conc do Egito, no distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Ucundo. Pov. do sobado de Ucusso, na freg de Nossa Senhora da Conceição, conc. da Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Udata Laia ou Lais. Antiquissima cidade do Lusitania, da actual prov. do Minho. Foi municipio do antigo direito latino, e estava situada sobre a margem esquerda do rio Minho. Ptolomeu, na descripção da chancellaria de Braga, trata d'esta cidado, na 2.ª *Táboa da Europa*, cap. 6.º diz que era a capital dos povos *turolos*, ou *turodos*, e lhe dá o nome de *Udata Laia*, palavra grega, composta, quo siguifica *Aguas Laias*, em latim *Aquaelae*.

Uêca. Pov. do sobado e conc. de Cabinda, na delegação do Chiavala, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Uéne Pov. do sobado de Lembelua, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador o distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Uesca *(D. Domingo Solla, bispo de)*. Este notavel prelado, cujos ascendentes eram de origem portugueza (da collacção ou freguezia de S. Pedro de Sola Rex, julgado de Ponte do Lima), nasceu em Aragão. Os seus vastissimos conhecimentos em theologia e os seus dotes de eloquencia elevaram n'o áquella jerarchia ecclesiastica. Durante o seu governo espiritual fundou-se e construiu-se n'aquella antiquissima cidade o convento dos dominicanos, em cuja egreja foi sepultado D. Domingo Solla. Em 1251 era bispo de Uesca ou Hesca. A elle se refere o «Diccionario Bibliografico-Biografico de Don Miguel Gomez Uriel, Zaragoza, 1886,» tomo III, pagina 219, 2.ª columna, terminando assim: «Escribió sobre varios puntos de religion y las fundaciones de dos capellanias» Esta familia Solla teve outros homens notabilissimos no clero. Por exemplo: o padre Magino Solla, da Companhia de Jesus. A elle se refere Medina na sua «Bibliografia de las Islas Filipinas,» a pagina 335, n'estes termos: *El P. Magino Solla nació em Manresa el 18 de Diciembro de 1644, y entró en la Compañia en la Provincia de Aragón. Em 1666 pasó á Filipinas, donde profesó á 2 de Febrero de 1669. En Manila leyó artes tres años y cinco teologia; fué vicerrector de Cavite; rector de Silang tres años; pasó á México como procurador, y alli estuvo otros cinco años, y á su regreso fué durante dos vicerrector del Colegio de Manila y provincial. Murió en Manila en 5 de Julio de 1696.* Publicou em 1659 uma obra notavel e rarissima, com o titulo seguinte: *Informé al Rey Nvestro Señor, Felipe Quarto. en fu Real, y Supremo Confejo de las Indias, del Eftado Eclefiaftico, y Seglar, de las Islas Filipinas Por el padre Magino Sola, de la Cõpañia de Iefus, como procurador general de vno, yotro Efta do en entrambas Cortes.* Esta obra, quo pertencera á bibliothoca do marquez de Ovando Don Francisco Joséf de Ovando y Solis, appareceu em 1912 á venda, em Madrid, na livraria de P. Vindel, pela quantia do 8:000 pesetas, como se póde vêr no catalogo intitulado «Bibliotheca Oriental,» tomo II, paginas 67, 68 e 69. P. Vindel, diz a pag. 67: *El P. Magino Solla fué comisionado por el Cabildo, Justicia y Regimiento de la ciudad de Manila para representalros en México, Madrid y Roma. El informe que con este motivo dirige á Felipe IV es una obra verdaderamente magna.»* Na bibliotheca da Casa do Ficalho havia esta mesma obra, encadernada em pergaminho, e tendo no frontispicio o carimbo usado pelo P. Magino Solla, que figurava um castello. Magino Solla descendia da familia portugueza que da freguezia de S. Pedro de Sola Rex tirou o seu appellido, á semelhança de tantas outras nobres de Portugal.

Ufe. Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Ganfei, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Julião, de Silva, conc. de Barcellos, distr. de Braga. ‖ Santa Eulalia, do Lamellas, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. ‖ S. Lourenço, de Calvos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Uguém. Regedoria do concelho de Perném, districto de Gôa, na India.

Ul. Pov. e freg de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Oliveira do Azemeis, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 417 fog. e 1:801 hab Tem escolas d'ambos os sexos, correio com serviço de posta rural, est. do caminho de ferro, da linha do Valle do Vouga, entre a de Oliveira de Azemeis e o apeadeiro de Travanca. Está situada na margem do rio do mesmo nome, a 3 k. da séde do conc. A pov. é antiquissima. Na egreja matriz acha-se uma lapide com uma inscripção, a qual foi achada em 1803, nos alicerces da antiga egreja, que então se demoliu para se construir a actual, e mandada collocar no sitio ondo hoje se vê. Encontraram se ainda mais objectos no mesmo local, o que faz acreditar que a primitiva egreja fôsse construida com os materiaes de algum edificio romano. Na aldeia do *Crasto*, uns 400 m. a SO da egreja matriz, teem se encontrado muitas pedras quadradas, e vestigios de alicerces, provando a existencia d'uma pov. n'aquelle sitio, com toda a probabilidade romana. Junto a esta aldeia é o sitio da *Corredoura*, onde diz a tradição ser aqui que os moiros faziam corridas de cavallos, torneios e outros jogos. Passando o rio, mais abaixo para o O, sóbe-se o *Monte das Almas da Moira*, ao qual, em antigos documentos se dá o nome de *Mamoinhas*. E' atravessado pelos alicerces de um muro, ainda bastante visiveis em partes. Isto prova com evidencia, que esta terra já era habitada por um povo pré historico, que existiu muitos seculos antes da invasão dos phenicios e dos carthaginezes. Pertence a pov. á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. ‖ Pequeno rio do distr. de Aveiro N. na freg. de Carregosa, corre para SO, passa a 1 k. a E de Oliveira de Azemeis, por baixo da estrada de Arouca, um pouco mais abaixo sob outra ponte da estrada de Coimbra ao Porto, e finalmente na freg. de Ul, entrando no rio Antua com 7 k. de curso.

Ulgueira. Pov. na freg. de Nossa Senhora da

Assumpção, de Collares, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Ulla. Pov. da região do Damba, no Zombe, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Ulmar. Antiquissima pov. da Lusitania, a que se dá hoje o nome de *Verride*, no conc. de Montemór-o Velho. V. *Verride.*

Ulmar. Nome d'um pantano ou lagôa junto a Leiria, que el rei D. Diniz em 1291, mandou abrir e repartir pelo povo. Fez estas partilhas, por ordem do rei, Fr. Martinho, monge bernardo do convento de Alcobaça, e esmoler mór do mesmo D. Diniz. Hoje é um terreno cultivado e muito fertil.

Ulme. Villa e freg. de Santa Maria, da prov. da Extremadura, conc. da Chamusca, com. da Gollegã, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 345 fog. a 3:667 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada n'um valle, junto da margem esquerda do rio Tejo, e a 8 da séde do conc. Foi séde d'um conc. muito antigo, que se suppriniu pelo decreto de 24 de outubro de 1855. El-rei D. Sebastião lhe deu foral em 13 de fevereiro de 1561. Foi senhor de Ulme e da Chamusca o portuguez degenerado Ruy Gomes da Silva, que Filippe II de Hespanha fez *principe de Eboli*. A pedido d'este tal *principe* deu o rei castelhano o titulo de villa á aldeia de Ulme, em 1594. A villa é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz, e cria muito gado e colmeias. E' tambem abundante de peixe, do rio Alpiarça e do Tejo, que lhe fica perto, ao N. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 2, com a séde em Lisboa.

Ulmeira. Pov. na freg. do Santissimo Nome de Jesus, de Odivellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Ulmeiro Pov. na freg. de Santa Catharina da Serra, conc. e distr. de Leiria.

Ulmera. Pov. da regedoria do reino do Montael, na ilha de Timor, na Oceania.

Ulombe. Pov. da 5.ª div. (*Lutete*) do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov d'Angola, Africa Occidental.

Ulongo. Pov. do sobado de Futila, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Ulopoto. Pov. do sobado de Dala ou Ulopoto, na 3.ª div. do conc. de Cacouda, distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. na circumscripção militar de Sanguem, no concelho e commando do mesmo nome, districto de Gôa, na India.

Ulrich (*João Henrique*). Cavalleiro da ordem de Christo e commendador da ordem hespanhola de Izabel a Catholica, vice-governador da Companhia do Credito Predial, etc. N. no Rio de Janeiro a 22 de novembro de 1851, fal. em Lisboa a 19 de janeiro de 1895. Era filho do commendador João Henrique Ulrich, e de sua mulher D. Maria Luiza de Sá Ulrich. Vindo para Lisboa, seguiu o curso do Lyceu Nacional, e depois o curso preparatorio dos officiaes de artilharia na Escola Polytechnica, que não pôde concluir por ter adoecido gravemente; comtudo, n'esta escola obteve o premio na cadeira de chimica mineral, e distincção nas de algebra transcendente, geometria analytica, chimica analytica, etc., com o que provou a sua assidua applicação. Percorreu em seguida, para complemento da sua instrucção, os principaes paizes da Europa, e visitou o Brazil. Estando casualmente no Funchal, de passagem durante esta viagem, escreveu e publicou: *Duas palavras aos leitores das «Farpas,» de dezembro de 1872.* Em 1882 recebeu a nomeação de vice-consul do Brazil, e a imprensa lisbonense, mencionando o despacho do governo imperial, elogiou as qualidades e o merito do agraciado, que passado algum tempo sollicitou, e lhe foi concedida, a exoneração de taes funcções. Estabelecendo a sua residencia em Portugal, patria de seu pae, dedicou se então ao commercio, sem descurar, porém, os estudos litterarios e scientificos, para que tinha decidida vocação. Foi director da Companhia de Minas de Santa Eufemia, secretario, e depois director-thesoureiro da Sociedade de Geographia, de que fôra um dos fundadores, director da Companhia Nacional de Tabacos, secretario das Casas de Asylo da Infancia Desvalida; vice-governador da Companhia do Credito Predial, cargo que exercia quando falleceu. A pedido do editor Antonio Maria Pereira, traduziu o *Tratado do jogo do bilhar*, o qual se publicou com as suas iniciaes. Collaborou na *Revista de Portugal e Brazil.* Para o *Diccionario Popular*, dirigido por Pinheiro Chagas, tambem escreveu alguns artigos. São filhos de João Henrique Ulrich os srs. Fernando Ennes Ulrich, João Henrique Ulrich, advogado e vice-governador do Banco Nacional Ultramarino, e o dr. Ruy Ennes Ulrich, a quem se refere o artigo seguinte.

Ulrich (*Ruy Ennes*). Doutor em direito pela Universidade de Coimbra. Lente na mesma Universidade, do que pediu a sua exoneração em fins de 1910. Vogal eleito pelos juristas para a Junta do Credito Publico Nasceu em Lisboa, freguezia dos Martyres, a 20 de abril de 1883. E' filho de João Henrique Ulrich, (V. *este nome*), e de D. Maria Christina de Orta Ennes Ulrich, natural de Lisboa e fallecida na mesma cidade. Casou a 22 de abril de 1907 na freguezia de Santos-o Velho com D. Genoveva de Lima Mayer Ulrich, natural da freguezia da Lapa, filha de Carlos de Lima Mayer, natural e fallecido em Lisboa, e de D. Amelia Veiga de Araujo Mayer, natural da mesma cidade. Cursando distinctamente a Universidade, onde se matriculou no anno lectivo de 1899-1900, doutorou-se em 1906, sendo nomeado lente em seguida, logar que desempenhou com o maior brilho, como se comprova pelas lições publicadas. Em 21 de agosto de 1911 foi eleito pelos juristas primeiro vogal substituto para a Junta do Credito Publico no triennio de 1911-1914, sendo chamado a substituir um vogal effectivo da mesma Junta em 7 de setembro, servindo até 5 de novembro seguinte. Chamado novamente, em 25 do mesmo mez, ficou até 6 de janeiro de 1912. Dos seus trabalhos universitarios estão publicados os seguintes: *Theses ex universo jure*, Coimbra, 1906; *Sciencia e administração colonial*, vol. I—*Introducção*, Coimbra, 1908, (Lições em 1907 1908); *Politica colonial*, Coimbra, 1909. (Lições em 1908-1909); *Estudos de economia social: Vol. I—Crises economicas portuguezas*, Coimbra, 1902; vol. II: *Legislação operaria portugueza*, Coimbra, 1906, (Dissertação para a licenciatura); *Estudo sobre a condição legal das ordens e congregações religiosas em Portugal*, Coimbra, 1905 (Dissertação para a 13.ª cadeira); *Da bolsa e suas operações*,

Coimbra, 1906, (Dissertação inaugural); *Do reporte no direito commercial portuguez*, Coimbra, 1906, (Dissertação de concurso ; *Economia Colonial*, lições feitas ao curso do 4.° anno juridico no anno de 1909 1910, vol. I, Coimbra, 1910. No *Boletim* da Sociodade de Geographia de Lisboa, publicou na 29.ª serie—1911—um importante trabalho intitulado *Regimen monetario colonial*. No pouco tempo em que permaneceu na Junta do Credito Publico redigiu varias *Consultas*, achando-se publicadas duas das mais importantes: *Consulta de 30 de dezembro de 1911 sobre Dotação da Divida Interna* e *Consulta de 6 de janeiro de 1912 sobre a Divida Inscrita*, Lisboa, 1913.

Ultima Terra. Pov. do sobado e conc. de Cabinda, na delegação do Chiavala, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Ultra Machado *(Alberto Telles de)*. Bacharel formado em direito pela Universidade do Coimbra, chefe da repartição da direcção geral dos negocios ecclesiasticos, professor do lyceu, socio correspondente da Academia Real das Sciencias. E' natural da ilha Terceira. Escreveu: *Contos açorianos*. *D. Affonso VI, fragmento*, Angra do Heroismo, 1857; *Rimas*, Coimbra, 1863; *Lord Byron em Portugal*, Lisboa, 1879. Tem collaborado no *Occidente*, *Archivo Pittoresco* e *Esmeralda Atlantica*, e traduziu do inglez, firmando os seus artigos, com o nome de *Alberto Telles* uns livros que fôram distribuidos gratuitamento pelo sr. Julio do Andrade ás escolas. V. *Andrade (Julio de)*.

Umbigo. V. *Armadura*.

Umboma. Pov. e freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Umborcul. Aldeia pertencente á divisão Ety-Pahw, ao norte do rio Sandalcalo, no concelho, de Nagar Avely, districto de Damão, na India.

Umbria. Povoações nas freguezias: S. Romão, de Alferce, conc. de Monchique, distr. de Faro. || Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, do mesmo districto.

Umpanzo. Pov. da 3.ª div. do conc. do Alto Dande, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidedtal.

Upmungo. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Umthó. Pov. do sobado e conc. de Cabinda, na regedoria do Sócca, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Umvuma. Pov. do sobado do Congo Ialla, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Uncollo. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Undanga. Pov. do sobado do Quimbuebué, na 7.ª div. do conc. de Caconda, distr. do Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Undorna. Aldeia da regedoria de Malcornéra, no conc. de Quepém, districto de Gôa, na India.

Unga. Pov. do sobado de Lué, no conc. de S. Salvador, distr do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Ungoio Ancanga. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occideutal.

Ungulla. Pov. da 4.ª div. do conc. de Zouza, do Golungo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Unhaca. V. *Inhaca*.

Unhaes. Rio do distr. de Coimbra. N. na serra de Açôr, a 10 k. ao E de Fajão, corre para SO descrevendo varias curvas, passa ao N e ao NO da Pampilhosa, a 4 k ao S de Alvâros, e vae desaguar no rio Zezere, depois de 50 k. de curso.

Unhaes da Serra. Pov. e freg de Santo Aleixo, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Covilhã, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 333 fog. e 1:508 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., hoteis, fabricas de lanificios, sociedades de recreio: *Casino Estrella*, *Parque*, *Philarmonica Estrella*. Está situada n'um valle cercado de alcantilada serrania, na margem de um pequeno affluente do rio Paúl, na estrada da Covilhã a Alvôco da Serra, a 23 k. da séde do conc. A terra é muito abundante, sobretudo em milho, batatas e castanhas. A 20 m. da pov., parecendo dimanar da mesma origem, commum tambem ás Caldas de Manteigas, surgem em diversos pontos nascentes de agua thermal, das quaes duas, a dos *Banhos* e a da *Fonte de Cortiço*, para uso interno, são as mais importantes. Distam entre si uns 15 m. Aquella foi aproveitada para um pequeno estabelecimento balnear, regularmente concorrido, de aspecto exterior similhante a uma ermida. Actualmente é uma casa de construcção moderna, sendo as aguas exploradas pela camara municipal da Covilhã. A temperatura é de 13.°, podendo elevar-se artificialmente. Ha tres classes de banhos, tendo facultativo na epoca balnear. O sitio é muito pittoresco e muito afamado pelos seus bons ares. O estabelecimento balnear tem divisões de quartos muito confortaveis, banheiras de louça e de zinco, apparelhos para duches, banhos de chuva, etc. As aguas fôram analysadas em 1881 por Leonardo Torres e Augusto Medina. Mais tarde fôram tambem analysadas por Emilio Dias. São muito recommendadas e proveitosas no tratamento das doenças de pelle. Descobriu-se ha pouco uma nascente de agua ferrea. Bibliographia: *Aguas mineraes, Beira Baixa*, por A. J. dos Santos, na *Galeria Medica do Porto*, 1845; *Resoluções do Conselho de Estado*, por José Silvestre Ribeiro, tomo IX, pag. 225; *Expedição scientifica á serra da Estrella em 1881, Sub-secção de hydrologia mineromedicinal, relatorios dos srs. Leonardo Torres e Jacinto Augusto Medina*, publicação da Sociedade de Geographia de Lisboa; Lisboa, 1883. Unhaes da Serra pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 21, com a sédo em Castello Branco.

Unhaes o Velho. Pov. e freg. de S. Matheus, da prov. do Douro, conc. e com. da Pampilhosa, distr. e bisp. de Coimbra; 157 fog. e 710 hab. Tem esc. do sexo masc., correio com serviço de posta rural, e uma fabrica de velas de cêra. Está situada nas nascentes do rio Unhaes, a 20 k. da séde do conc. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 23, com a séde em Coimbra.

Unhão *(Fernão Telles de Menezes, 1.° conde de)*. Era o 9.° senhor da villa de Unhão, de Gestaçô, da honra da villa de Meinedo, que hoje é apenas uma aldeia, e d'outras muitas terras. Era filho 2.°

de Ayres Gomes da Silva, 3.º senhor de Vagos, e de sua mulher, D. Brites de Menezes, da qual tomou o appellido; mas a sua varonia é a dos Silvas, de Vagos, em cuja casa andava, desde 25 de junho de 1394, o senhorio de Unhão. Descendia de D. Gonçalo Gomes, rico-homem do tempo de D. Affonso Henriques, e de sua mulher D. Leonor Gonçalves Coutinho. O titulo de conde de Unhão foi creado por Filippe IV de Hespanha e III de Portugal, em 7 de junho do anno de 1630.

Unhão *(Fernão Telles de Menezes e Castro, 3.º conde de).* Commendador de Ourique, do conselho de el rei, 11.º senhor da villa de Unhão, e de toda a casa de seus paes, os 2.os condes do mesmo titulo *(V. adeante).* Falleceu a 30 de agosto de 1687. Casou com D. Maria de Lencastre, aia de D. João V e dos infantes seus irmãos, e depois camareira mór da rainha D. Maria Anna d'Austria. Esta senhora, quando enviuvou, foi elevada a marqueza de Unhão. Fal. em 19 de outubro de 1789, com 83 annos de edade, e 49 de serviço no paço. Era filha do 4.º conde de Santa Cruz, D. Martinho Mascarenhas, e de sua mulher D. Julianna de Lencastre, filha de D. Manrique da Silva, 1.º marquez de Gouveia, 5.º conde de Portalegre, mordomo-mór de D. João IV, e de sua mulher, D. Maria de Lencastre

Unhão *(D. João Xavier Telles de Menezes e Castro, 5.º conde de).* Era o 13.º senhor da villa de Unhão, e de toda a casa de seus paes, os 4.os condes do mesmo titulo *(V. adeante).* N. a 13 de janeiro de 1703, sendo seu padrinho de baptismo o principe D. João, depois D. João V. Foi coronel do regimento de infantaria de Lagos, quando seu pae era governador e capitão-general do Algarve, passando mais tarde, no mesmo posto, para o regimento de Cascaes. Em 1750 foi feito deputado da Junta dos Tres Estados, e no mesmo anno nomeado gentil homem da camara de D. João V. Em 1751 teve a promoção de general de batalha, e de governador das armas da Beira. Em 1752 foi como embaixador á côrte de Madrid. Casou, a 28 de agosto de 1741, com D. Maria José da Gama, marqueza de Niza.

Unhão *(D. Rodrigo Xavier Telles de Menezes Castro e Silveira, 4.º conde de).* Foi o 12.º senhor da villa de Unhão, e de toda a casa de seus paes, os 3.os condes de Unhão, que era uma das mais ricas casas de Portugal, no seu tempo, pois, além do senhorio do concelho e honra de Unhão, eram tambem senhores dos concelhos e honras de Cepães, Gestaçô, Meinedo e Ribeira de Soaz; e dos coutos de Parada de Bouro e Pouzella; e das commendas de Ourique, da ordem de S. Thiago; Santa Maria d'Alcaçova, de Santarem; Nossa Senhora de Souzel; Santa Maria, de Pernes; Arruda dos Pizões, e Azoia, da ordem de Aviz; de S. Matheus, de Soure; e dos Casaes, no termo de Cintra, da ordem de Christo. Foi coronel de um regimento de ordenanças da côrte, do conselho de guerra e védor da fazenda, da repartição do reino, gentil-homem da camara de D. João V; deputado da Junta dos Tres Estados, cujo logar serviu longos annos, governador e capitão general do Algarve. Casou a 29 de janeiro de 1702, com D. Victoria de Tavora, filha de Miguel Carlos de Tavora, 2.º conde de S. Vicente, e de sua mulher, D. Maria Caetana da Cunha, filha e herdeira de João Nunes da Cunha, 1.º conde de S. Vicente.

Unhão *(D. Rodrigo Xavier Telles de Castro e Silveira, 6.º conde de).* Foi o 14.º senhor de Unhão, herdando não só a casa de seu pae, o 5.º conde do mesmo titulo, mas tambem a de sua mãe, pelo que ficou sendo conde de Unhão e da Vidigueira, marquez de Niza *(V. este titulo),* senhor do almirantado do mar da India, e dos morgados de Boquilobo, de S. Matheus, de Santo Eutropio, da Foz; e dos casaes de Niza, Cascaes, Unhão, Castanheira e Castro Daire. D'esta maneira se reuniram, n'um só individuo, o marquezado de Niza, e os condados de Unhão e Vidigueira. O brazão d'estes nobres fidalgos é o dos Gamas, tambem usado pelos condes da Vidigueira, e marquezes de Niza, já descripto no vol. V do *Portugal,* a pag. 69. A filha do ultimo marquez de Niza, D. Eugenia Telles da Gama, foi dama camarista da rainha D. Maria Pia, e por occasião do centenario da India, em 1898, foi agraciada com o titulo de marqueza de Unhão.

Unhão *(Ruy Telles de Menezes e Castro, 2.º conde de).* Commendador de Alcaçova de Santarem, 10.º senhor de Unhão e do conselho d'el-rei, etc. Era filho do 1.º conde do mesmo titulo, e fal. em 1671. Casou duas vezes: a 1.ª com D. Julianna Maria Maxima de Faro, duqueza viuva de Caminha, 4.ª senhora do condado de Faro, fallecida a 22 de março de 1651. Era filha e herdeira de D. Diniz, 2.º conde de Faro, e de sua mulher, D. Magdalena de Lencastre, filha de D. Alvaro, 3.º duque de Aveiro. Em segundas nupcias casou com D. Julianna Luiza de Lencastre, filha de seu primo D. Rodrigo de Lencastre, commendador de Coruche, e de sua mulher, D. Ignez de Noronha, filha dos 3.os condes de Aveiras.

Unhão. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto; 136 fog. e 529 hab. Tem correio com serviço de posta rural, hospital, pharmacia, escolas de ambos os sexos, e uma sociedade de recreio: *Grupo Musical de Unhão.* E' pov. muito antiga, foi villa e séde d'um conc. do seu nome. El-rei D. Manuel I lhe deu foral, em Lisboa, a 20 de março de 1515. A terra é fertil em cereaes, fructa, vinho verde, linho, etc. Cria muito gado de toda a qualidade, e o rio Sousa, que lhe passa proximo, a fornece de algum peixe miudo. Os condes de Unhão, como senhores donatarios d'esta villa, nomeavam todas as justiças e tinham um escrivão privativo, para instituições de prazos, execuções e penhoras, por dividas á casa. O concelho de Unhão tinha 10 freguezias. Os seus paços do concelho deixaram de existir ha muitos annos, e d'elles já não ha o menor vestigio. Unhão pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Unhos Pov. e freg. de S. Silvestre, da prov. da Extremadura, conc. de Loures, com., distr. e patriarc. de Lisboa; 113 fog. e 499 hab. Tem esc. do sexo fem., est. post. e uma fabrica de lanificios. Está situada a 3 k. da margem direita do rio Tejo e a 10 da séde do conc. Segundo o *Catalogo dos bispos de Lisboa* do arcebispo D. Rodrigo da Cunha, esta egreja foi fundada em 1277, pelo bispo D. Matheus. Dizem, porém, que no cartorio da egreja ha um documento, pelo qual consta que ella já existia em 1257. O que parece estar averiguado é que a egreja já existia em 1259, quando D. Matheus foi feito bispo, e que

1277 seja a data em que este bispo a elevou a matriz de uma freg. que então creou. A pov. está situada em terreno pouco accidentado, junto ao rio Friellas, ou de Sacavem, que a réga e fertilisa. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 5, com a séde em Lisboa.

Universidade. V. *Coimbra.*

Uno Ilhota do archipelago do Bijagoz, na Guiné, Africa Occidental. E' a mais occidental do archipelago.

Unssadi. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Urbão. Pov. na freg. de Santa Maria, de Tarouquella, conc. de Sinfães, distr. do Vizeu.

Urgal. Pov. na freg. do Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Uply-Pahw. Denominação dada á divisão do concelho de Nagar-Avely, ao sul do rio Sandalcalo, no districto de Damão, na India.

Urgeira (*Bento Leite Ribeiro e Silva, 2.º barão de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real. N. em Valença, sendo filho dos 1.ºs barões do mesmo titulo. (V. o *artigo seguinte*). Casou a 22 de fevereiro de 1875 com D. Maria Izabel Teixeira Leite Ribeiro, filha de Marcos José Teixeira, e de sua mulher D. Adelaide Izabel Julia Teixeira, filha do 2.º barão do Vallado, Raymundo Correia Pinto Tameirão, e de sua mulher, D. Izabel Julia Teixeira Pinto Basto. Foi-lhe renovado o titulo de barão, por decreto de 17 de abril de 1884.

Urgeira (*Manuel Leite Ribeiro e Silva, 1.º barão de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e da ordem hespanhola de Carlos III; gran-cruz de Izabel a Catholica, tambem de Hespanha; deputado em duas legislaturas; rico proprietario, etc. N. em Valença, e fal. a 4 de fevereiro de 1883. Pertencia á distincta familia dos *Cerijinhas*. Possuia uma importante quinta na aldeia de Urgeira, que lhe deu o titulo. N'esta quinta ensaiou a cultura da beterraba com magnificos resultados. O titulo foi-lhe concedido por decreto de 4 de janeiro de 1877.

Urgeira. Pov. na freg. de Nossa Senhora dos Anjos e conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Urgeiro. Pov. na freg. de S. Domingos, de Janeiro de Baixo, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Urgezes. Pov. o freg. de Santo Estevão, da prov. do Minho, conc. o com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 208 fog. e 914 hab. Tem esc. do sexo fem. o uma fabrica de luz electrica. Dista 2 k. da séde do conc. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Urgueira. Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Sabugal, distr. e bisp. da Guarda; 182 fog. e 759 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada na estrada de Sabugal a Sortelha, a 4 k. da séde do conc. Tambem é conhecida pela denominação de *Aldeia de Santo Antonio*. E' pouco fertil; cria gado de toda a qualidade, e tem caça grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. o ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Jarmello, conc. e distr. da Guarda. || S. Martinho, de Macieira d'Alcobã, conc. de Agueda, distr. do Aveiro. || S. Martinho da Cortiça, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Purificação, de Pena Verde, conc. de Aguiar da Beira, distr. da Guarda. || S. Thiago, de Valladares, conc. de Baião, distr. do Porto.

Urjal. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, do Gondar, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Julião, do Lage, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Urjariça. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, d'Alvorge, conc. d'Ancião, distr. de Leiria || Santa Maria do Castello e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Urmal. Pov. da freg de N S.ª da Purificação, de Montelavar, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Urmar. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Samuel, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Urmeira. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, do Lumiar, 3.º bairro de Lisboa. || Santissimo Nome de Jesus, d'Odivellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Urmeiro. Pov. na freg. de Santa Catharina da Serra, conc. e distr. de Leiria.

Urqueira. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Urra. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Alemtejo, conc., com., distr. e bisp. de Portalegre; 1:510 fog. e 6:405 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada a 3 k. da margem direita do rio Caia ou Caiolla, na estrada de Portalegre a Arronches, a 8 k. da séde do conc. Esta freg., para effeitos civis, está annexada á da Sé. A terra é fertil em cereaes; tem muitos e grandes montados, que criam muitas varas de porcos. Cria muito gado. Antigamente tinha juiz de vintena, feito pela camara de Portalegre. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes.

Urraca (*D.*). Rainha de Portugal, mulher de D. Affonso II. Era filha de D. Affonso IX, de Castella, e irmã da rainha de França D. Branca, mãe de S. Luiz. Casou com D. Affonso, herdeiro do throno de Portugal, ainda em vida de D. Sancho I, em 1209, e fal. em Coimbra a 30 de novembro de 1220. Este casamento deu origem ás luctas travadas entre D. Sancho I o o bispo do Porto D. Martinho Rodrigues. Quando D. Affonso e sua mulher passaram pouco tempo depois de casados por esta cidade, aquelle prelado recusou-se a recebel-os processionalmente, allegando que eram parentes. Era um pretexto a que o bispo se soccorria, porque o chefe da egreja havia autorisado o casamento e, portanto, sobre a sua legalidade não podiam existir duvidas. D. Martinho, porém, era teimoso e irascivel, e esse feitio do seu caracter custou lhe bem amargos dissabores. (*V. Rodrigues, D. Martinho*). D. Urraca teve 4 filhos, 2 dos quaes reinaram, D. Sancho II e D. Affonso III (*V. estes nomes*). Felizmente para ella, não teve de soffrer com as luctas que deram em resultado a deposição de D. Sancho II o a acclamação de seu irmão, porque falleceu 3 annos antes do seu marido. D. Urraca nunca se intrometteu nos negocios politicos, cuidando ape-

nas da educação dos filhos e dos negocios internos da sua casa. Foi sepultada do mosteiro d'Alcobaça.

Urraca *(D.)*. Infanta de Portugal, filha do conde D. Henrique, e de sua mulher a infanta-rainha D. Thereza. N. em Guimarães, sendo mais velha que D. Affonso Henriques. Casou com Bernardo Peres de Trava, irmão de Fernão Peres do Trava, que foi amante de sua mãe.

Urraca *(D)* Infanta de Portugal. N. a 1148, e fal. a 16 de novembro de 1171. Era filha de D. Affonso Henriques. Casou em 1165 com D. Fernando II, rei do Leão. Este casamento não impediu D. Affonso Henriques de fazer guerra ao genro, em que foi infeliz, porque n'ella lhe succedeu o grande desastre de Badajoz. D. Fernando portou-se generosamente com o seu sogro, mas em 1171, com o pretexto de parentesco, pretexto vulgar n'esse tempo, divorciou-se.

Urraca *(D.)*. Filha bastarda de D. Sancho I, e por isso conhecida pelo nome de Urraca Sanches. Sua mãe chamava-se D. Maria Annes. Casou com um neto de Egas Moniz, e foi testamenteira da infanta D. Mafalda.

Urraca *(D.)*. Filha bastarda de D. Affonso III, que casou com D. Pedro Aunes, fronteiro da provincia de Traz os Montes. Com o mesmo nome houve outra filha illegitima do referido monarcha, a qual viveu no convento de Lorvão, onde fal. a 4 de novembro do 1281.

Urraca. Povoações nas freguezias: S. Francisco d'Assis, d'Amieira, conc. d'Oleiros, distr. de Castello Branco ‖ N S.ª do Monte, de Caparica, conc. d'Almada, distr. de Lisboa.

Urraes Pov. na freg. de S. Mamede, de Cepães, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Urrô. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. de Arouca, distr. d'Aveiro, bisp. do Porto; 68 fog. e 841 hab. Tem esc. do sexo masc. Está situada a 1 k. da margem direita do rio Pedonde, e a 7 da séde do conc. O antigo nome d'esta freg. era *Valle de Arouca*. A egreja era muito antiga e de architectura gothica. A terra é fertilissima em todos os generos agricolas do paiz, e cria muito gado. Nos seus montes ha abundancia de caça, e o rio Arda, que atravessa a freg., lhe fornece algum peixe miudo. Do mar, que lhe fica a 40 k. a O, lhe vem bastante peixe fresco e salgado. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto. ‖ Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. do Porto; 77 fog. e 302 hab. Está situada a 6 k da séde do conc. o perto do rio Sousa. A terra é fertil; cria gado, tem caça, e algum peixe miudo que lhe vem do citado rio. ‖ Pov. na freg. de Santo André, de Villa Boa de Quires, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Urros. Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. da Torre de Moncorvo, distr e bisp. de Bragança; 325 fog. e 1:217 hab. Tem escolas de ambos os sexos, est. post. e uma feira no 1.º domingo de cada mez. Está situada n'um alto, a 2 k da margem direita do rio Douro, e a 13 da séde do conc. A pov. é antiquissima, e já existia no tempo dos romanos, mas ignora-se o nome que tinha n'essa epoca, no que ha duvidas e contestações. Esta freg. tinha fôro de villa nos principios da monarchia, mas não teve nunca foral proprio, regendo-se pelo da Torre de Moncorvo. Ha aqui minas de chumbo, estanho, enxôfre, ferro e carvão, mas nenhuma tem sido explorada No sitio chamado da *Ferraria*, ha vestigios de antiga lavra de minas, e uma nascente de aguas ferreas, que parece não terem sido ainda analysadas, mas que dizem haver pessoas que teem tirado bom resultado no tratamento de doenças do estomago. O terreno da pov. é fertil em cereaes, vinho, azeite, fructas, principalmente amendoas, e outros generos agricolas. Tambem cria gado, de toda a qualidade, e nos seus montes ha abundancia de caça. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Urrós. Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança; 195 fog. e 802 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Está situada nas proximidades da margem direita do rio Douro, na estrada da Bemposta a Miranda, a 20 k. da séde do conc. E' fertil em cereaes, cria gado e tem caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Urval. Pov. na freg. de Santo Adrião, de Cever, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

Urzal. Pov. na freg. de N. S.ª do O' do Porto, de Reguengo da Carvoeira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Urzão. Pov. do conc. de Sanquelim, Novas Conquistas, no distr. o arceb. de Gôa, India Tem escola.

Urzelhe. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Lamas, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Urzelina. Ilha de S. Jorge, Açôres; pov. e freg. de S. Matheus, no conc. de Velas, com. da ilha de S. Jorge, distr. e bisp. de Angra do Heroismo; 315 fog. e 1:173 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., medico e pharmacia. Dista 10 k. da séde do conc. Pertence ao commando mil. dos Açôres e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo.

Usagem V. *Costumagem*.

Usgão. Regedoria do concelho de Sanquelim, districto de Gôa, na India, comprehendendo a povoação de Gaugém.

Usque *(Samuel)*. Judeu, nascido em Lisboa, e que floresceu no seculo XVI. Era filho de Salomão Usque, que nascera tambem em Lisboa, no anno de 1507, e por causa das perseguições da Inquisição, foi para Italia, com os seus dois filhos, Samuel o Abrahão, e vivou em Veneza e em Ancona. Abrahão Usque tornou-se muito conhecido pela typographia que estabeleceu em Ferrara, e onde Samuel imprimiu no anno de 1553 a *Consolação ás tribus de Israel*, obra tendente a robustecer as crenças judaicas, o que se compõe de 3 dialogos em que são interlocutores o patriarcha Jacob e os prophetas Nahum e Zacharias. O primeiro dialogo trata das tribulações dos judeus até á destruição do primeiro templo; o segundo das suas tribulações até á destruição do segundo templo; o terceiro das subsequentes. A obra é dedicada a D. Gracia Nasci, e foi reimpressa em Amsterdam. Esta obra, como é de imaginar, foi proscripta, assim que appareceu, pelas inquisições de Portugal e Hespanha, e incluida em todos os Indicos Expurgatorios «O livro de Usque,

diz o sr. dr. Mendes dos Remedios, a quem se deve uma excellente edição da *Consolação*, é, pelos subsidios historicos que fornece e pelo seu caracter linguistico e litterario do mais alto valor, tendo inteiro jus a ser conhecido o divulgado. Não é uma obra de mero caracter regional que pudesse interessar sómente aos que ainda hoje professam a crença judaica, não é tambem uma obra que venha satisfazer, apenas, qualquer exotismo ou curiosidade litteraria. Os entendidos poderão dizer se não encontram em muitas das suas paginas o sabor bucolico que fez a fortuna dos melhores trechos de Rodrigues Lobo. Nós, pelo menos, assim o pensamos, e porque de isso estamos convencidos, é que nos resolvemos a publicar esta nova edição.» Essa edição é de 1906 e publicada em Coimbra, pelo editor Francisco França Amado.

Usseira. Povoações nas freguezias: N. S.ª das Mercês, de Carvalhal Bemfeito, conc. de Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || S. Pedro e conc. de Obidos, do mesmo districto.

Ustém. Aldeia da circumscripção militar de Coddal, na provincia do Satary, districto de Gôa, na India.

Uteca Soba do concelho de Líbollo.

Utima. Pov. e sobado do conc. do Egito, no distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Utordá. Povoação na freg. de Majordá, na India.

Utrecht *(Tratado de)*. Com o nome d'esta cidade dos Paizes Paizes se designa o tratado, ou melhor o conjuncto dos actos diplomaticos, que puzeram termo á guerra da Successão de Hespanha. O tratado de Utrecht foi assinado a 11 de abril de 1713, e no anno seguinte os de Rastadt e de Baden, que o completam. Estes tratados fôram impostos a todos pelo cansaço geral dos belligerantes. Não ha duvida que o tratado d'Utrecht marca uma divisão bem distincta na historia. Reunido em 1709 o congresso de Utrecht, ao qual assistiu como plenipotenciario de Portugal o IV conde de Tarouca, D. João Gomes da Silva, seguiram-se luctas e complicadas negociações, sendo por fim assignada a paz geral no referido anno de 1713. A 7 de novembro de 1712 tinha sido assignada a suspensão d'armas entre Portugal, França e Hespanha. O tratado de paz definitivo foi passado pelos nossos embaixadores, conde de Tarouca o D. Luiz da Cunha, ratificado por Luiz XIV a 13 de abril de 1713 o por D. João V a 9 de maio. Os nossos historiadores dedicaram a estos acontecimentos, e aos que se produziram depois, largas paginas. Bibliographia: *A Historia de Portugal*, por Pinheiro Chagas; a de Oliveira Martins o de Schaeffer; *Quadro elementar*, do visconde de Santarem; a *Historia Genealogica*, de D. Antonio Caetano de Sousa, etc. No cartorio dos srs. condes de Tarouca, encontram-se numerosos e valiosos documentos das *Negociações* do illustre embaixador, seu antepassado Quanto ás medalhas commemorativas da paz do Utrecht, mandadas cunhar pelo condo da Ribeira, veja-se a *Memoria*, de Lopes Fernandes, e a *Noticia da entrada publica que fez em Paris*, a 18 de Agosto de 1715 o mesmo conde, por Ignacio Barbosa Machado, Lisboa, 1716. Tambem se publicou em Lisboa uma edição official do *Tratado*.

Utsbihu Pov. e sobado do conc. do Egito, no distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Uva. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Vimioso, distr. o bisp. de Bragança; 120 fog. e 482 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada nas proximidades da margem esquerda da ribeira de Angueira, a 8 k. da séde do conc. E' fertil em generos agricolas, tem muito gado e grande abundancia de caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a sédo em Mirandella.

Uveira. Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Felgueiras, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria Magdalena, de Loivos da Ribeira, conc. de Baião, distr. do Porto.

Uveiras. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Borba de Godim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Martinho, de Caramos, do mesmo conc. o distr. || S. Cosme, de Podame, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Valdreu, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santo Adrião, de Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Uzenda. Pov. na freg. de Santa Maria, do Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

V

Vábo. Familia do Alemtejo, cujas armas são: Em campo vermelho um leão xadrezado de prata e negro, sobre um pé d'agua de prata e azul; timbre o leão do escudo.

Vacalar. Pov na freg. de S. Miguel e conc. d'Armamar, distr. de Vizeu.

Vacca. Antiga cidade da Lusitania que, segundo a tradição e as *Memorias* do varios escriptores, existiu sobre um cabeço perto da actual villa de Vouga, na provincia do Douro, na freg. de Lamas, conc. de Agueda, onde se vê a ermida do Espirito Santo. Segundo outros escriptores, a cidade de Vacca existiu proximo de Vizeu, onde é a *Cava de Viriato*. Diz se tambem que Vacca foi o primeiro nome do rio Vouga.

Vacca Negra. Pov. na freg. do Santo Estovão, de Urgezes, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Vaccaria. Povoações nas freguezias: S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Salvádor, de Carregosa, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Maria Maior, de Carvoeiro, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Nossa Senhora da Graça, de Sezures, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu.

Vaccariça. Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. do Douro, conc. da Mealhada. com. de Anadia, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 687 fog. e 2:611 hab. A séde do conc. a que pertence, está comprehendida na área d'esta freg. *(V. Mealhada)*. Foi uma antiquissima pov. da Lusitania, e cabeça do couto do seu nome. El-rei D. Manuel I lhe deu foral, em Lisboa, a 12 de setembro de 1514, e n'esse mesmo dia e anno, se deu foral á

villa de Mealhada. Houvo aqui o importante convento *duplex*, denominado *Bobulense*, fundado em 541. Parece que foi primitivamente de eremitas de Santo Agostinho, e depois de monges benedictinos. || Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Lanhellas, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria de Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima, do mesmo districto.

Vaccas *(Bahia das)*. Antigo nome da bahia de Benguella. V. *este nome*.

Vaccina. Qualquer substancia que, inoculada n'um individuo, lhe dá a immunidade contra a doença parasitaria que produziu, directa ou indirectamente, essa substancia. A vaccina não consiste essencialmente em picadas ou incisões ligeiras na pelle, praticadas no braço, nas coxas, nas nadegas, nas costas, etc., por meio de uma lanceta ou de um vaccinador. Deve ter-se o cuidado de antiseptizar a pelle no ponto em que é feita a inoculação. A pequena ferida que d'ella resulta, sècca rapidamente e dá logar, nos individuos que não estão já immunizados, á formação de pustulas cuja evolução é muito rapida (tres dias em media). Ao fim d'alguns dias a pustula sécca e cae, deixando em seu logar uma cicatriz, que só desapparece muito lentamente. Ha muito raramente symptomas geraes: febre, dôres, etc. A vaccinação é um verdadeiro methodo therapeutico que tem por fim croar a immunidade com uma determinada infecção. Este methodo foi descoberto e utilisado por Jeuner em 1775, mas as experiencias decisivas só se deram a partir de 1796. Jenner contentava se para vaccinar, em transportar d'um individuo para outro o virus vaccinal, virus previamente adquirido de um bovideo atacado de cowpox. Este processo foi empregado por muito tempo, mas prefere se hoje o methodo directo, que consiste em tirar a uma vitella ou bezerro perfeitamente sãos e atacados de cowpox a lympha vaccinal, quo se dilue ou não com glycerina, e que se conserva em tubos de vidro esterilisados e fechados á lampada, o que só são abertos na occasião de servirem. Em Portugal, foi no principio do seculo passado, quo só começou a conhecer a vaccina. Em 1801, o doutor em medicina pela Universidade de Coimbra, Manuel Joaquim Henriques de Paiva, escreveu e publicou o seguinte livro: *Preservativo das bexigas e dos seus terriveis estragos, ou historia da origem e descobrimento da vaccina, e dos seus effeitos ou symptomas, e do methodo de fazer a vaccinação*, etc., com estampas, livro de que se fez 2.ª edição em 1806. Foi por iniciativa do abalisado medico dr. Bernardino Antonio Gomes, que se fundou, em 7 de junho de 1812, o primeiro instituto vaccinico, que era annexo á Academia Real das Sciencias. Muitos annos depois estabeleceu-se um instituto vaccinico, annexo ao Conselho de Saude Publica do Reino, sendo nomeados seus vaccinadores os medicos Luiz Cesar Bourquin e Alexandre José da Silva Campos. O decreto de 3 de dezembro de 1868 aboliu aquelle conselho o com ello o instituto vaccinico, encarregando a vaccinação official, exclusivamente, aos sub-delegados de saude, sob a direcção do delegado technico e superintendencia do governador civil. Então, os dois medicos acima citados, dispensados do serviço official de vaccinadores, fundaram um instituto particular, quo se abriu ao publico em 4 d'abril de 1869. A importancia d'este instituto e os serviços que prestou, estão bem documentados nas biographias d'esses medicos (V. *Portugal*, vol. II, *Bourquin* e *Campos*). Hoje existem o *Instituto Pasteur*, de Lisboa, na rua Nova do Almada, e o *Parque Vaccinogenico*, do dr. Moniz Tavares, na Avenida Almirante Reis. No Porto, o *Instituto Vaccinico Portuense*, na rua de Santa Catharina, etc.

Vade. Pov. e freg. de S. Pedro, na prov. do Minho, conc. e com. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 71 fog. e 270 hab. Está situada a 5 k. da margem esquerda do rio Lima e a 6 da séde do conc. E' fertil em generos agricolas, cria gado, tem caça e peixe. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Thomé, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 114 fog e 459 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada a 3 k. da margem esquerda do rio Lima e a egual distancia da séde do conc. Ambas estas freguezias formavam uma só no principio da monarchia. Depois a segunda separou-se da primeira, erigindo em matriz a ermida de S. Thomé, que ficou seu padroeiro. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Rio do distr. de Vianna do Castello, que nasce na freg. de Vade, corre para o N, e vae desaguar no rio Lima, nas proximidades de Ponte da Barca, com 8 k. de curso.

Vadi-vary. Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freguezia de Santo André de Brancavará, do concelho de Diu, na India.

Vadleiro. Pov. na freg. de S. Julião, de Covellas, conc. do Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Vadre *(Fr. Guilherme de)*. Prégador muito apreciado no seu tempo. Nasceu em Lisboa on de tambem falleceu no anno de 1675. Professou na ordem de S. Domingos em 1629. Estudou e foi professor de sciencias ecclesiasticos no convento de S. Domingos, de Lisboa. Deixou impresso um dos seus sermões prégado om Bemfica..

Vaddém. Povoação da freguezia de Mormugão, na India.

Vaddy. Povoação da regedoría de Talaulim, do concelho do Pondá, districto de Gôa, na India.

Vaes. Logar da Freixieira, freg. de S. Pedro de Lousa, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Vagehaurum. Aldeia pertencente á divisão de Uply-Pahw, ao sul do rio Sandalcalo, no concelho de Nagar-Avely, districto de Damão, na India.

Vagchimpá. Aldeia pertencente á divisão de Etly Pahw, as norte do rio Sandalcalo, no concelho de Nagar-Avely, districto de Damão, na India.

Vaginhsa. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, d'Atalaia, conc. de V. N. da Barquinha, distr. de Santarem.

Vagos *(Duarte Anastacio da Silva Tello de Menezes, 7.º conde de Aveiras e 1.º marquez de)*. No *Portugal*, vol. I, pag. 867, houve lapso ao dizer-se que o 1.º marquez de Vagos fôra Fran-

cisco da Silva Tello de Menezes, 6.° conde de Aveiras; seu filho, acima indicado, é que recebeu essa mercê, concedida por D. João VI, por decreto de 14 de novembro de 1802. O 6.° conde nasceu em 1 de janeiro de 1723, em Lisboa, e foi baptisado na capella real do paço da Bemposta, sendo seu padrinho o infante D. Francisco, filho de D. Pedro II e irmão de D. João V. Fal. em Salvaterra de Magos em março de 1753. Havia herdado toda a casa de seus paes, os 5.os condes de Aveiras, o senhorio de Vagos, que fôra concedido aos seus ascendentes por carta de 22 de setembro do anno de 1450. Casou a 22 de outubro de 1743 com D. Barbara Josepha da Gama, filha dos 4.os marquezes de Niza. Seu filho primogenito Duarte Anastacio da Silva Tello de Menezes, que herdou a casa de seus paes e o condado de Aveiras, foi a quem D. João VI, sendo ainda regente do reino, concedeu o marquezado de Vagos, conforme dissémos. O brazão de armas d'estes fidalgos é o mesmo dos condes d'Aveiras, que já está descripto no vol. I do *Portugal*, a pag. 867.

Vagos *(D. Francisco Antonio de Noronha, 10.° conde de Aveiras e 4.° marquez de)*. Fidalgo da Casa Real. N. a 4 d'outubro de 1815, e fal. a 29 d'outubro de 18?3. Era filho dos 8.os condes de Valladares, D. Pedro Antonio de Noronha e D. Maria Helena da Cunha. Casou a 26 de novembro de 1835 com D. Maria José da Apresentação Pedro Regala do Balthazar do Pé da Cruz da Silva Tello de Menezes Côrte Real de Noronha, filha primogenita dos 3.os marquezes de Vagos, de quem herdou toda a casa e o titulo, sendo a 4.ª marqueza de Vagos, e a 10.ª condessa de Aveiras, titulos que fôram confirmados tambem a seu marido por decreto de 17 de dezembro de 1835. Esta senhora nasceu a 21 de novembro de 1816, e succedeu a sua mãe a 24 d'abril de 1828. D'este consorcio houve um unico filho, que foi o 5.° e ultimo marquez de Vagos.

Vagos *(D. José de Noronha, 9.° conde d'Aveiras, 3.° marquez de)*. Fidalgo da Casa Real, veador da princeza D. Maria Francisca Benedicta, irmã da rainha D. Maria I, commendador da ordem de Christo, etc. N. a 25 de fevereiro de 1793, fal. a 24 de janeiro de 1834. Era filho dos 8.os condes dos Arcos de Valle-de-Vez, D. Marcos de Noronha e Brito e D. Maria Rosa Caetana de Lorena. Foi par do reino por carta régia de 30 d'abril de 1826, de que tomou posse e assento na respectiva camara na sessão de 31 d'outubro do mesmo anno. Casou a 10 de setembro de 1815 com D. Joanna Maria José da Silva Tello e Menezes Côrte Real, 9.ª condessa d'Aveiras e 3.ª marqueza de Vagos, que nasceu a 26 de fevereiro de 1781 e fal. a 21 d'abril de 1828, filha e herdeira dos 2.os marquezes do mesmo titulo. D. José de Noronha pelo seu casamento recebeu a mercê dos titulos de sua mulher.

Vagos *(D. José Tello da Silva Menezes Côrte Real, 11.° conde de Aveiras, e 5.° marquez de)*. Fidalgo da Casa Real; senhor das villas d'Aveiras e de Vagos, representante das casas dos condes de Valladares e de Povolide, dos duques de Caminha e marquezes de Villa Real. N. a 7 de agosto de 1838, fal. a 9 de outubro de 1907. Era filho unico dos 4.os marquezes de Vagos. (V. o *artigo respectivo*). O titulo de conde de Aveiras foi lhe renovado de juro e herdade, por decreto de 28 de fevereiro de 1863, e o de marquez de Vagos, tambem de juro e herdade, por decreto de 28 de dezembro do mesmo anno. Casou em 1862 com D. Maria José Xavier de Sousa, filha de D. Francisco de Sousa, fidalgo de geração, védor da Casa Real, commendador da ordem de N. S.ª da Conceição de Viçosa, e de sua mulher, D. Maria do Carmo Portugal, filha dos 5.os marquezes de Valença. O 5.° marquez de Vagos dedicára se muito ao exercicio da caça, sendo um notavel caçador.

Vagos *(D. Nuno da Silva Tello de Menezes, 8.° conde de Aveiras, 2.° marquez de.)* Gentil homem da camara de D. Maria I, e seu estribeiro mór no Brazil; mordomo mór da princeza viuva D. Maria Francisca Benedicta, gran-cruz das ordens de Christo e da Torre e Espada, conselheiro do Supremo Conselho Militar e da Justiça, senhor das villas de Aveiras e de Vagos, governador das armas da côrte e provincia do Rio de Janeiro, marechal de campo. N. a 25 d'outubro de 1746, e fal. a 12 de novembro de 1813. Era filho do 7.° conde d'Aveiras e 1.° marquez de Vagos, Duarte Anastacio da Silva Tello de Menezes, do quem herdou a casa e o titulo.

Vagos. Villa da prov. do Douro, séde de conc. e de com., distr. de Aveiro, Relação do Porto e bisp. de Coimbra. Tem só uma freg. cujo orago é S. Thiago. Está situada a 1 k. do Areal da Gafanha, na parte S da ria de Aveiro, e a 10 da capital do districto. Vagos foi séde d'um conc. muito antigo, que se supprimiu, passando a fazer parte do conc. de Soza, mas em 1853 tornou a ser restaurado o conc. Tinha uma companhia de ordenanças, com seu capitão e subalternos. Por decreto de 10 de dezembro de 1867 foi supprimido e annexo a Aveiro, mas não teve effeito este decreto. A pov. é antiquissima, mas ignora se qual fôsse o seu primitivo nome. Os romanos chamaram-lhe *Vacus*, e é, com pequena corrupção, o seu actual nome. Ha annos achou se uma ponte, construida de tijolos e argamaça, sobre um ribeiro que as areias das dunas entupiram completamente. Esta construcção denotava uma grande antiguidade, e attribue se aos romanos. A ponte dava passagem para as terras que ficam a O da villa, e estava perto do Santuario de N. S.ª de Vagos. Nas muralhas de Aveiro, mandadas construir pelo infante D. Pedro, filho de D. João I, e regente do reino na menoridade de D. Affonso V, havia uma porta ao S, denominada *Porta de Vagos*, o que faz acreditar que no seculo xv, era esta villa a principal pov. das immediações, ao S. de Aveiro. Junto a Cantanhede, que fica a 26 k. ao NE de Vagos, tambem existe uma antiquissima ponte, que de tempos immemoriaes se chama *Ponte de Vagos*. El rei D. Manuel I deu-lhe foral, em Lisboa, a 12 d'agosto de 1514. A egreja matriz é um templo alegre, muito bem conservado, onde se admiram primorosas obras de talha, no gosto moderno, e imagens de santos de perfeita esculptura, principalmente a da Senhora da Agonia, de tamanho natural. Os condes de Aveiras eram senhores donatarios d'esta villa, e depois os marquezes de Vagos. Na villa ha uma estrada para a Figueira da Foz, sobre a qual ha uma ponte de notavel construcção, delineada pelo engenheiro Silverio Augusto Pereira da Silva, e inaugurada a 27 d'agosto de 1873. Esta ponte é de um systema novo, e apresenta um bellissimo aspecto,

sendo a unica, no seu genero, em Portugal. E' mixta (de ferro e madeira) apropriada ao terreno em que está construida, e uma perfeita solidez reune incontestavel elegancia. Foi muito difficil solidifical-a, em razão do sitio pantanoso em que assenta. Só a especialidade do systema obstou a que se gastassem sommas importantissimas para o assento dos seus fundamentos. A direcção das obras publicas do districto enviou á exposição de Philadelphia o modelo d'esta ponte, que foi ali muito elogiada. Ha aqui uma ermida dedicada a Santo André, que, segundo a tradição, foi egreja d'um hospicio dos templarios. O Santuario de N. S.ª da Conceição, vulgo Senhora de Vagos, é antiquissimo, e ignora se a data da fundação, mas é certo ser dos nossos primeiros reis. Se dermos crédito, não só á tradição constante, mas a varios historiadores, deve-se esta fundação a D. Sancho I, e portanto foi entre os annos de 1185 e 1211. A imagem da Senhora é de muita devoção, e muitos devotos ali iam em continuas romarias. E' de marmore (pedra de Ançã) de 1 m. e 20 c. de alto, e de boa esculptura; está collocada no altar mór, que é de boa talha dourada. O templo é bastante espaçoso, com capella mór e corpo da egreja, tudo de boa construcção. Nas paredes interiores vêem-se 7 cruzes, de differente fórma e grandeza. Segundo a tradição, significa ter sido o templo sagrado por 7 bispos. Vagos pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro; tem est. telegr.-post., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, lotras e vales; escolas d'ambos os sexos, fabricas de louça de barro e telha; advogados, agentes dos bancos *Alliança* e *Commercial;* hoteis, medicos, pharmacias, *Club Vaguense*, *Philarmonica Vaguense;* productores de vinho, etc. O conc. compõ-se de 3 freguezias, com 3:059 fog. e 11:671 hab., sendo 5:343 do sexo masc. e 5:328 do fem.; n'uma superficie de 18:933 hect. As freguezias são: S. Salvador, de Covão do Lobo, 2:299 hab.: 1:039 do sexo masc. e 1:260 do fem.; S. Miguel, de Soza, 3:349 hab.: 1:481 do sexo masc. o e 1:868 do fem.; S. Thiago, de Vagos, 6:023 hab. 2:823 do sexo masc. e 3:200 do fem. O principal commercio do conc. é adubos, arroz, feijão, batata, vinho, milho, cevada e centeio.

Vagurbém. Povoação da regedoria de Verém, concelho de Pondá, districto de Gôa, na India.

Vagurlêm. Aldeia da circumscripção militar de Onda, provincia do Satary, districto de Gôa, na India.

Vahia (*Fr. Alvaro*). Poeta do seculo XVI, creado dos duques de Bragança. Compoz um grande numero de comedias e de tragedias, que se representaram no paço de Villa Viçosa, e que ficaram inéditas. Fal. em 1592, victima da peste, que n'esse anno grassou em Portugal.

Vahia (*Fr. Jeronymo*). Monge da ordem de S. Bento, prégador de D. Affonso VI, e afamado orador e poeta latino do seu tempo. N. em Coimbra, e fal. em 1688, tendo provavelmente entre 60 e 70 annos de edade. Era filho de Francisco Rodrigues Pereira e do Maria Vahia Teixeira. Tinha perto de 20 annos quando professou no convento de Tibães a 4 de maio de 1643. O seu notavel talento como orador e escriptor fez com que fôsse nomeado prégador do el-rei D. Affonso VI e chronista da ordem de S. Bento. Com a queda do D. Affonso VI, perdeu Fr. Jeronymo Vahia todo o seu valimento, o pareco quo nunca foi bem visto na côrte do novo soberano, apezar de lhe escrever muitos versos laudatorios. D. Pedro II não devia, porém, ignorar que elle compuzera um poema em honra de D. Affonso VI, intitulado a *Alfonseada*, que não chegou a publicar se. Fr. Jeronymo Vahia afastou se da côrte, e foi viver no convento de S. Romão de Neiva, proximo de Vianna do Castello, onde falleceu. As suas numerosas poesias nunca se publicaram em separado. Grande parte d'ellas sairam na *Fenix Renascida*, tomo I, de pag. 215 a 376; tomo II de pag. 290 a 383; tomo III, de pag. 1 a 19; e tomo IV, de pag. 34 a 150. Algumas fôram reproduzidas no *Pavilhão de Apollo*. Escreveu mais: *Sermão de Santa Comba, virgem e martyr*, Coimbra, 1661; *O peccador arrependido se enternece na ultima hora á vista de Christo crucificado*, Lisboa, 1736. E' um romance que saiu posthumo, e que se diz ter sido por elle composto durante a sua ultima enfermidade; *Elysabetha Triumphans. Poema heroicum, duobus libris absolutum*, Lisboa, 1732. O assumpto d'este poema é Santa Izabel, rainha de Portugal. Foi traduzido em portuguez por José Antonio de Campos Henriques, e impresso em Paris em 1831. Deixou manuscriptos em prosa uns *Annaes lusitanos*, e uma collecção de *Orações sagradas*. Obras poeticas, deixou manuscripta, além da *Alfonseada*, poema epico em 12 cantos, *A Fonte dos Amores*, fabula dedicada por elle a João Soares de Brito.

Valamonte. Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. do Alemtejo, conc. de Monforte, com., distr. e bisp. de Portalegre; 205 fog. e 951 hab. Tem escolas do sexo fem., estação post., productores de cortiça, medico, moagem de farinhas, na Herdade de Palma. Está situada n'uma planicie a 6 k. da margem direita da Ribeira Grande, na estrada de Monforte a Cabeço de Vide, a 8 da séde do conc. Junto á egreja matriz está um outeiro, do nome da freg., d'onde tomou o nome, do qual consta ter sido habitação dos moiros, que d'ali saiam a fazer cruel guerra aos cavalleiros da ordem de Aviz; mas estes lhe deram tão sanguinolenta batalha e derrota que um ribeiro que passa á raiz do Monte, correu tres dias ensanguentado, e d'ahi lhe veiu o nome de *Matança*, que tem ainda. D. Sancho II a tomou aos moiros em 1240, dando-a logo a D. Paio Peres Correia, mestre da ordem do S. Thiago, para os cavalleiros da sua ordem, em recompensa dos grandes serviços que elles tinham prestado e continuavam a prestar para resgatar Portugal do dominio moirisco. Proximo d'esta freg. está a Torre da Palma, que foi primeiro dos Sequeiras, e depois de Diogo Mendonça Côrte Real, cujo nome está na porta principal. Perto da torre está a fonte da Fornalha, que sécca de inverno e é abundante do verão. A terra é fertil e pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. Tendo sido annexada ao conc. de Fronteira por decreto de 26 do setembro de 1895, que extinguiu o de Monforte, voltou para este, depois de restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898.

Vainguinim. Regedoria do concelho de Sanquelim, districto de Gôa, na India, comprehendendo a povoação de Aturly.

Vairão. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. de Villa do Conde, distr. do Porto, arceb. de Braga; 231 fog e 974 hab. Tem esc. do sexo masc., correio com serviço de posta rural, e pharmacia. Está situada na estrada que vae de Espozende entroncar com a estrada do Porto a Villa do Conde, a 6 k. da séde do conc. E' pov. muito antiga, e já existia no tempo dos gôdos, mas não se sabe o nome que tinha então. O actual parece que lhe foi dado pelos moiros. Nunca teve foral. O terreno é accidentado mas fertilissimo; cria muito gado bovino, que exporta para Inglaterra e outros logares, e é abundante de peixe do mar, que lhe fica a uns 10 k. de distancia, a O, e do rio Ave, que fica proximo. A egreja matriz é a do antigo convento das religiosas benedictinas. Este convento foi fundado em 1110 por D. Turriz Serna. A egreja tem sido reparada por diversas vezes, motivo porque já pouco existe da sua primitiva construcção. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto.

Valador. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Castello de Vide, distr. de Portalegre.

Valasco Gouveia *(Francisco)*. Doutor e lente da faculdade de canones pela Universidade de Coimbra, arcediago de Villa Nova da Cerveira no bispado de Braga, desembargador aggravista da Casa da Supplicação, etc. N. em Lisboa na segunda metade do seculo XVI, onde tambem fal. em 1659, com mais de 79 annos de edade. Era filho do celebre jurisconsulto Alvaro Valasco. Estudando na Universidade o curso canonico, recebeu o grau de doutor, e depois foi lente desde 1607 até 1633. Deixando então o magisterio, foi desembargador da Casa da Supplicação e dos aggravos. Segundo se lê a pag. 1074 do *Portugal Convenzida*, de D. Nicolas Fernandez de Castro, o dr. Valasco de Gouveia foi preso pela Inquisição em 1636, e saiu reconciliado no auto da fé por culpas de judaismo. O *Diccionario Bibliographico*, no Supplemento, vol. IX, a pag. 288, diz que ha engano na data, porque o dr. Valasco de Gouveia saiu penitenciado pela Inquisição no auto da fé celebrado em Coimbra a 17 de agosto de 1631. Bibliographia: *Justa acclamação do serenissimo rei de Portugal D João IV: Tratado analytico dividido em tres partes: Ordenado e divulgado em nome do mesmo reino, em justificação de suas acções*, Lisboa, 1644; esta obra saiu tambem traduzida em latim pelo proprio autor, e se imprimiu em Lisboa, 1646; do original portuguez fez-se *segunda edição correcta*, em Lisboa, 1646. Escreveu varias allegações em differentes causas importantes que no seu tempo se debateram. No *Memorial do geral da ordem de Christo*, e no tomo III das *Decisões* (em latim) de Manuel da Fonseca Themudo, sairam algumas obras d'este escriptor. Deixou outras manuscriptas, que menciona a *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado. Em castelhano compoz tambem a seguinte: *Perfidia de Alemania y de Castilla en la prision, entrega, accusacion y processo del serenissimo infante de Portugal D. Duarte. Fidelidad de los portuguezes en la acclamacion de su legitimo rey, el muy alto y muy poderoso Don Juan, quarto d'este nombre, contra los pretensos derechos de la corona castelhana*, Lisboa, 1652. N'este livro tratou o autor de confutar o que sobre a materia escrevera D. Nicolas Fernandez de Castro, no seu *Portugal convenzida con la razon venzida con las armas*, etc., impresso em Milão, 1648.

Valbeira. Pov. na freg. de Santa Maria, de Adaufe, conc e distr. de Braga.

Valbemfeito. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 154 fog. e 639 hab. Tem esc. do sexo fem. e est post. Está situada na falda da serra de Monte Mel, a 6 k. da séde do conc. Foi villa, e teve foral dado por el rei D. Diniz, em Santarem, a 19 de janeiro de 1295. E' terra muito abundante de aguas e por isso muito fertil em todos os generos agricolas do paiz; cria muito gado de toda a qualidade, e na serra ha abundancia de caça, do chão e do ar. N'um ameno prado que fica á raiz da serra, e povoado de muitas e frondosas arvores, principalmente freixos, está a ermida de N. S.ª do Freixo, tão antiga que se ignora quando e por quem foi construida Diz-se que lhe foi dado este titulo, por ter sido a imagem da padroeira achada na cavidade do tronco de um grande freixo. E' imagem de muita devoção dos povos d'esses sitios. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Valbom *(Joaquim Thomaz Lobo d'Avila, conde de)*. Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de Aviz, grancruz da de S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia, e da Rosa do Brazil; coronel de engenheiros honorario, conselheiro de Estado effectivo, ministro de Estado, par do reino, diplomata, vice governador da Companhia do Credito Predial e do Conselho Superior de Obras Publicas e Minas, grande proprietario, socio effectivo da Academia Real das Sciencias, inspector geral das obras publicas, etc. N. em Santarem a 15 de novembro de 1819, fal. em Lisboa no dia 1 de fevereiro de 1901. Era filho do capitão de infantaria, proprietario e lavrador em Santarem, Joaquim Anastacio Lobo d'Avila, e de sua mulher, D. Marianna Victoria de Mendonça Pessanha Mascarenhas. Educado no Collegio Militar, concluiu o respectivo curso aos 17 annos de edade, tendo sido laureado com os primeiros premios, e gozado dois annos da ambicionada honra de commandar o batalhão escolar; matriculou se em seguida na Escola Polytechnica, assentou praça na arma de infantaria, sendo promovido a alferes a 26 de novembro de 1840. Annos depois, em 1844, rebentou a revolta de Torres Novas. Educado nas ideias liberaes, tendo assistido ainda na infancia á lucta tremenda que finalisára triumphando o constitucionalismo e a liberdade, o joven official não podia ficar tranquillo, e a revolução encontrou o de espada desembainhada, abandonadas as lides escolares, ao lado de José Estevão. A intelligencia e a bravura do joven revolucionario deram-lhe n'essa occasião um posto arriscado e invejavel, o de ajudante d'ordens do general Cesar de Vasconcellos. O movimento, porém, mallogrou-se, e Lobo d'Avila teve de emigrar para Hespanha com as tropas sublevadas. D'ali seguiu para Paris, onde fez o curso da Escola de Pontes e Calçadas, praticando tambem nos trabalhos publicos da França. Concluiu o curso de engenharia, em que obteve classificações distinctas, a formatura nos cursos de economia e direito administrativo.

Já antes da sua partida para França, se assignalára como orador e homem de letras. Sendo um dos fundadores da *Sociedade Escolastico-Philomatica*, que teve por presidente Rodrigo da Fonseca, Lobo d'Avila conquistou d'uma vez logar proeminente com as suas memorias sobre a influencia das cruzadas na civilisação e sobre a pena de morte. Regressando a Portugal depois de assignada a convenção de 1849, constituiu a sua cruzada litteraria fundando primeiro o *Cosmorama* e depois o *Atheneu*, jornaes em que se discutiam as mais altas questões sociaes e economicas. A 15 de novembro do citado anno de 1849 foi admittido ao serviço das obras publicas, entrando justamente quando se iniciavam os melhoramentos materiaes. Em 15 de fevereiro de 1851 foi encarregado da regencia da 5.ª cadeira auxiliar (estradas de caminhos de ferro) da Escola do Exercito, serviço de que pediu a exoneração em 1856. Fez parte da commissão nomeada

Conde de Valbom

em 1851 para estudar uma proposta do Hardy Hislop para a construcção de linhas ferreas em Portugal. Fôram as bases apresentadas por esta commissão, que serviram de programma ao concurso aberto no anno de 1852 para a construcção da linha de Lisboa á fronteira de Hespanha por Santarem. Em 30 de agosto de 1852 creou-se o ministerio das obras publicas, para que muito contribuiu Lobo d'Avila, sendo Fontes Pereira de Mello encarregado de gerir a nova pasta, e em outubro d'esse anno foi Lobo d'Avila nomeado secretario do conselho de obras publicas, logar que desempenhou até 24 de abril de 1861, data em que passou a exercer o cargo de inspector de obras publicas. Filiado no partido regenerador, que se formara com o movimento da *Regeneração* em 1851, Lobo d'Avila iniciou a sua vida de estadista, sendo successivamente eleito deputado por varios circulos, e assignalando-se desde logo na tribuna parlamentar por triumphos de primeira ordem. Na camara foi relator das commissões mais importantes, como por exemplo, das de resposta ao discurso da corôa, fazenda e obras publicas. No seu logar de secretario do conselho das obras publicas deixou assignalada a sua iniciativa com muitos trabalhos importantes, constituindo-se no parlamento e fóra d'elle um dos mais energicos propuguadores do estabelecimento dos caminhos de ferro em Portugal e publicando muitos artigos em differentes jornaes e varios opusculos sobre diversas questões referentes á viação accelerada. Em 1853 escreveu um folheto intitulado: *Reflexões sobre o contrato para a construcção do caminho de ferro de leste*, no qual, respondendo a tres extensos artigos da *Imprensa*, defendia, com os seus conhecimentos do engenheiro e grande vigor de polémista, a proposta que o governo ia apresentar á camara para approvar o contrato da construcção d'aquella linha com a companhia central peninsular dos caminhos de ferro em Portugal, representada por Hardy Hislop. Em 21 de fevereiro de 1862 foi chamado pela primeira vez aos conselhos da corôa, n'uma larga recomposição concedida ao gabinete Loulé-Sá da Bandeira. Lobo d'Avila succedia na pasta da fazenda a Antonio José d'Avila, e entrava com Braamcamp e Mendes Leal para um notavel ministerio onde elle foi figura preponderante. Entre as suas providencias se contam a extincção dos morgados, a abolição do monopolio dos tabacos, a abertura da linha de leste até á fronteira (24 de setembro de 1863) e da linha do norte até Gaia (7 de julho de 1864) e, como privativas da pasta da fazenda, a consolidação do credito no estrangeiro, a instituição do credito predial e a reforma dos serviços aduaneiros. Deixou o poder a 5 de março de 1865. Em 1868 redigiu e assignou com João Chrysostomo d'Abreu e Sousa a exposição, que corre impressa, dirigida ao marquez de Sá da Bandeira, presidente do conselho de ministros, em nome dos engenheiros civis. Na carreira militar, Lobo d'Avila foi promovido a tenente em 1847 e a capitão em 1864. No anno de 1870 obteve a sua demissão de official, o que solicitou porque o marechal Saldanha o mandara arregimentar por motivos politicos. No mesmo anno foi graduado capitão de engenheiros, segundo as disposições da legislação de 1868; depois foi successivamente graduado nos diversos postos, até que no anno de 1883 attingiu a graduação de coronel. Em 1886 foi classificado engenheiro de 1.ª classe do ministerio das obras publicas na situação de inactividade; em 1892 inspector de 1.ª classe, e em 1899 recebeu a categoria de inspector geral. Lobo d'Avila no dia 5 de março de 1869, voltou ao ministerio, no gabinete presidido pelo duque de Loulé, sendo-lhe confiada a pasta das obras publicas, onde reformou o serviço technico das obras publicas, os serviços geodesicos e geologicos, e o ensino industrial e agricola; e mais tarde tambem a pasta da guerra que occupava em 19 de maio de 1870, quando se deu a sublevação commandada pelo marechal Saldanha, que derrubou o ministerio. A proposito d'este acontecimento pronunciou Lobo d'Avila um notavel discurso na camara dos deputados, em 12 de dezembro, em que explicou os motivos porque o gabinete Loulé não pôde evitar que o revoltado marechal fôsse ao paço d'Ajuda. Depois da morte

do duque de Loulé, Lobo d'Avila retrahiu-se do campo partidario propriamente dito. Em 1874 escreveu os *Estudos de administração*, livro que lhe conquistou o logar de socio effectivo da Academia Real das Sciencias. Esta obra goza de subida reputação no meio scientifico portuguez, na qual o seu autor faz d'um modo geral a historia da administração publica em Portugal; aprecia as côrtes de 1820, como mais declamatorias que reformadoras, occupando-se mais de controversias politicas do que de questões economicas; estabelece que as reformas de 1832, obra do genio de Mousinho da Silveira, constituem a principal força moral do exercito libertador; condemna o Codigo Administrativo de 1842, e exalta o principio da descentralisação. A 16 de maio do referido anno de 1874 subiu ao pariato, tomando posse na respectiva camara na sessão de 5 de janeiro de 1875; por decreto de 5 de abril d'este anno foi agraciado com o titulo de conde de Valbom. Em novembro de 1876 iniciou a sua carreira diplomatica, sendo nomeado ministro plenipotenciario em Madrid; em novembro de 1878 conselheiro de Estado effectivo, e em 1882 recebeu a mercê da gran cruz da ordem de Christo. Em 1886 foi nomeado ministro plenipotenciario em Paris, onde esteve até 1890. N'este anno tomou parte no ministerio que se formou depois do ultimatum da Inglaterra de janeiro, presidido pelo general João Chrysostomo de Abreu e Sousa, encarregando se da pasta dos estrangeiros. Exerceu muitas commissões no ministerio das obras publicas, cujo serviço por largo periodo interrompeu para occupar os elevados cargos publicos, já referidos Citaremos as nomeações de vogal da junta consultiva de obras publicas e minas em 1875, da commissão de inquerito industrial de 1881, da commissão encarregada de examinar as reclamações dos empreiteiros do porto de Lisboa em 1892, n'este mesmo anno iuspector dos officios publicos, vice-presidente do conselho d'obras e minas em 1895, e de presidente do conselho technico de obras publicas em 1899. Quando falleceu, era o decano dos engenheiros de obras publicas. Em differentes circumstancias politicas, tomou parte activa na imprensa militante, ora ajudando a fundação de jornaes diarios, como a *Politica Liberal*, e a *Gazeta do Povo*, o *Commercio de Lisboa*, e *Diario de Lisboa*, ora collaborando mais ou menos seguidamente, na *Revolução de Setembro*, *Civilisação*, e outros. Tambem collaborou em jornaes litterarios e scientificos, como o *Atheneu*, *Revista Universal*, *Revista de obras publicas e minas*. etc. O conde de Valbom casou em 19 de setembro de 1857 com D. Maria Francisca de Paula Orta, condecorada com a banda da ordem de Maria Luiza, de Hespanha, e filha dos 1.ºs viscondes de Orta.

Valbom. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arcebisp. de Braga; 81 fog. e 319 hab. Tem est. post. e está situada na margem direita do rio Homem, a 12 k. da séde do conc. E' pouco fertil, cria muito gado, e tem caça grossa e miuda. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga, 67 fog. e 277 hab. Está situada, como a antecedente, na margem direita do rio Homem, a 15 k. da séde do conc. E' tambem pouco fertil, mas cria gado e tem caça Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Verissimo, da prov. do Douro, conc. de Gondomar, com., distr. e bisp. do Porto; 1:304 fog. e 5:911 hab Tem escolas de ambos os sexos, est. post., fabricas de cortumes e de moagens, medico e pharmacia. Está situada na margem direita do Douro, a 2 k. da séde do conc. E' uma freg vasta, muito populosa, rica e fertilissima, uma das povoações mais importantes de todo o conc., sobretudo pelas suas industrias de marcenaria e ourivesaria, que occupam numerosos braços, sendo todos, ou pelo menos a maior parte dos trabalhos produzidos, destinados ao Porto. Ha aqui boas quintas e casas de campo, distinguindo-se a *Quinta das Sete Capellas*, um dos mais tormosos sitios dos arredores do Porto. No logar da Lagôa d'essa freg. ha a bonita ermida de Nossa Senhora da Conceição. Pertence á 3.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Povoações nas freguezias: S. Sebastião, de Almaceda, conc. e distr. de Castello Branco. || N. S.ª da Conceição, de Arega, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || Santo André, de Cella, conc. de Alcobaça, do mesmo distr. || S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Fonte Arcada, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Nossa Senhora da Graça, de Maçãs de Caminho, conc. de Alvaiazere. distr. de Leiria. || N. S.ª do O' do Porto, de Reguengo da Carvoeira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Santo André, de Rendufe, conc. de Amares, distr. de Braga. || Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || Santa Maria dos Olivaes e conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Valbom dos Figos Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mascarenbas, conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Valbom Petiz. Pov. na freg. de Santo André, de Valle de Gouvinhas, conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Valbona. Pov. na freg. de S. Gens e conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Valcanosa. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Meãs do Campo, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Valcenteio. Pov. na freg. de N. S.ª d'Annunciação, de Pombalinho, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Valcouce. Pov. na freg. de S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Valcouço. Pov. na freg. de S. Martinho, de Ovoa, conc. de Santa-Comba Dão, distr. de Vizeu.

Valcova. Pov. na freg de S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. d'Aveiro.

Alcovo. Povoações nas freguezias: S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Santa Maria, de Moreira de Rei, conc. de Trancoso, distr. da Guarda. || O Salvador, de Panoias de Cima, conc. e distr. da Guarda. || Santa Marinha, de Villa Marim, conc. e distr. de Villa Real. || Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, distr. de Faro.

Valcurral. Pov. na freg. de S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. d'Aveiro.

Valdante. Pov. na freg. de S. João Baptis-

ta, de Brito, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Valdasna. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João do Monte, conc de Tondella, distr. do Vizeu.

Valdavaia. Pov. na freg. de N. S.ª das Mercês, de Carvalhal Bemfeito, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Valdavez. Pov. na freg. de S. João Evangelista, de Ucanha, conc. do Tarouca, distr. de Vizeu.

Valdazirma. Pov. na freg. do Salvador, de Villar de Nautes, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Valdgeas. Pov. na freg. de Santa Martha, de Pinho, conc. de Boticas, distr. de Villa Real.

Valdeira Povoações nas freguezias: S Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Vicente, do Troviscal, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Valdeiras. Povoações nas freguezias: S Miguel, de Jarmello, conc. e distr. da Guarda. || N. S.ª da Expectação, de Varzea, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

Valdemil. Pov. na freg de S. Thiago e conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Valdemir. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Gallegos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção, de Pegarinhos, conc. d'Alijó, distr. de Villa Real.

Valdera. Povoação que dá o nome a um apeadeiro na linha do caminho de ferro do sul e sueste, entre as estações do Pinhal Novo e Poceirão.

Valdevinos Pov. na freg. de S. Pedro e conc. do Porto de Moz, distr. de Leiria.

Valdez. Familia hespanhola que passou a Portugal, e cujas armas são: Em campo vermelho um elephante de sua côr, armado de prata, e sobre este um castello de madeira de sua côr ligado com contas de prata; timbre, dois dentes de elephante de prata em aspa atados com um torçal verde. Os de Castella têem em campo de prata tres faxas de azul e de arruelas xadrezadas de ouro e azul, tres no campo superior, tres no inferior, e duas em cada uma das do meio. Outros usam em campo de prata tres barras azues, orla branca com um cordão por ella

Valdez (*Antonio de Campos*). Antigo empresario do theatro de S. Carlos. N. em Alcacer do Sal a 5 de agosto de 1837, fal. em Paris a 8 de maio de 1889. Era filho do desembargador da Relação Francisco Manuel de Campos e de D. Henriqueta Gomes Travassos Valdez. Aparentado por sua mãe e por seu pae com as distinctas familias dos Bomfins, Penalva d'Alva e outras, Campos Valdez foi destinado desde muito novo á carreira militar, e cursou as aulas da Escola Polytechnica. Mas não era para o exercito que o chamava a sua vocação, era para o theatro. Estudava com muito mais enthusiasmo a musica do que as mathematicas, fazia grandes progressos no piano, e aos 20 annos era já um pianista distincto e um musico erudito. Campos Valdez era assiduo frequentador do theatro de S. Carlos, e dos frequentadores mais ardentes e enthusiastas Tinha o seu logar de assignatura no fundo da plateia, no ultimo banco da geral, e d'ahi se tornava notavel ou pelo enthusiasmo com que applaudia um artista, ou pelo desespero com que pateava outro. E dava sempre nas vistas, e era já conhecido como um dos cabeças de motim da plateia de S. Carlos, e era temido e respeitado pelos artistas, porque Campos Valdez não applaudia ou pateava por desfastio, por mau humor, ou por capricho, era um entendedor a serio e a sua pateada e as suas palavras representavam uma opinião auctorisada, uma critica a valer, com criterio, com razão. Campos Valdez foi empresario de S. Carlos ainda muito novo; tinha 24 annos. Foi em 1861 quando á empresa Corradini succedeu a empresa Frescata & C.ª A companhia era elle. Desde o primeiro dia em que entrou no palco do theatro como empresario, logo a sua individualidade se desenhou, a salutar a influencia das suas raras aptidões sentiu se immediatamente. E desde 1861 até 1873, Valdez foi sempre empresario do theatro de S. Carlos. Durante esses 12 annos apresentou ao publico de Lisboa os mais notaveis cantores de então, o Mongini, o Naudim, a Lotti, a Galletti, o Fancelli, o Junga, a Borghi Mamo, a Volpini, a Rei Bala, as irmãs Marchisios, o Petit, o Squartia, o Pandolphini, a Frici, o Cotogni, a Benza, a Harris, o Massini, a Ferruci, etc., fez lhe operas importantes, entre outras, o *Fausto*, a *Africana*, a *Hebrea*, a *Linda de Chamounix*, *A Ione*, o *Ruy Blas*, o *Caligula*, o *Arco de Santa Anna*, o *Eurico*, a *Semiramis*, a *Vestal*, etc. Apresentou tambem o mais formoso grupo de bailarinas que Lisboa tem contemplado, o corpo de baile Viennense, que era dirigido por Katti Laner, uma celebridade chorographica, e de que fazia parte a Bertha Linda, uma austriaca não menos celebre. Em 1873, já fatigado de ser empresario, deixou o theatro, para descançar algum tempo. Este descanço durou 10 annos, durante os quaes houve pelo theatro uma serie de empresas de transição que duravam pouco. Em 1883, rescindido o contrato á empresa Freitas Brito, que foi a que mais tempo se aguentou, que mais provas deu de aptidão, e que então prestou mais serviços ao publico. Valdez foi chamado para administrar por conta do governo o theatro durante um anno, e em 1884 posto o theatro a concurso, era lhe adjudicado por 5 annos, adjudicação que terminou em abril de 1889, e sendo então renovado, em concurso, tornou a ser lhe dado o theatro, dias antes da sua morte. N'estes ultimos 5 annos da sua ultima gerencia do theatro de S. Carlos, Campos Valdez, como presentindo proximo o seu fim, quiz assignalar a sua administração por uma serie de novidades artisticas importantissimas, e começou a encher o theatro de notabilidades; trouxe a Lisboa a celebre contralto Patti, em duas epocas, a Devriés, a Nevada, a Van Zaudt, a Theodorini, a Tetrazini, o Massini, o Devoyod, o Batistini, etc. Abriu as portas do theatro a artistas e a operas portuguezas, aos irmãos Antonio e Francisco Andrade, a Regina Paccini, á *Derelita*, do visconde d'Arneiro, á *Lauriana* e aos *Dorias*, de Augusto Machado; á *D. Branca*, de Alfredo Keil, sem contar com as obras primas da musica moderna que pôz em scena, como a *Carmen*, o *Rei de Lahore*, o *Romeu e Julieta*, do Gounod; os *Pescadores de Perolas*, a *Lakmé*, a *Gioconda*, e por ultimo o *Otello*, de Verdi. Campos Valdez falleceu no Grand Hotel, em Paris, quasi repentinamente. A sua morte causou profunda sensação em todos os portuguezes resi-

dentes n'aquella cidade, assistindo quasi todos aos officios funebres, em que tomaram parte espontaneamente, como cantores, o tenor Talazac e o baixo Lorrain. Valdez era casado com D. Maria Guerra de Campos Valdez. A sua casa d'Alcacer do Sal era uma das mais importantes e ricas d'aquelle concelho. Campos Valdez era ali muito estimado, e exerceu alguns cargos administrativos; varias vezes aquelle concelho o elegeu deputado, e o de S. Thiago do Cacem tambem o elegeu n'uma legislatura. Estava filiado no partido progressista, mas pouca attenção dava á politica, porque a sua grande paixão eram a musica e o theatro.

Valdez *(José Joaquim d'Ascensão)*. V. *Ascensão Valdez*.

Valdez. V. *Travassos Valdez*.

Valdigem. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. da Beira Alta, conc. com. e bisp. de Lamego, distr. de Vizeu; 280 fog. e 1:252 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada junto da serra de S. Domingos da Queimada, nas proximidades da margem direita da ribeira Barosa, a 8 k da séde do conc. E' pov. muito antiga, e pertencia á corôa. D. Affonso Henriques lhe deu foral, em Coimbra, no anno de 1182, que D. Affonso II confirmou, em Santarem, no mez de abril de 1217 El-rei D. Manuel I lhe deu foral novo, em Lisboa, a 10 de fevereiro de 1514. Foi villa, e por muitos seculos cabeça d'um conc. do seu nome, com paços municipaes, cadeia, pelourinho, e todas as justiças e vereadores. Depois de 1834, sendo supprimido o antigo conc. de Parada do Bispo, foi annexo ao de Valdigem, que por fim foi tambem supprimido, unindo-se ao de Lamego. Nos limites de Valdigem, e sobre o Baroza, ha uma magnifica ponte de cantaria, d'um só arco, mas de grande altura. Tem esta freg. boas quintas, pertencentes a pessoas de outras localidades, como a de *Valle da Lagem*, a da *Bouça*, a dos *Pôços*, a do *Torrão*, a de *Melres*, etc. A egreja matriz é muito antiga, mas não tem nada de notavel. Na pov. ha diversas ermidas publicas e algumas particulares. A montanha de S. Domingos torna-se notavel pela sua abundancia de excellente granito, com o qual são construidos, na maior parte, os edificios de Lamego, da Regoa, e d'outras localidades. N'esta montanha existem umas cavernas dignas de menção, principalmente a chamada *Mina*, que, segundo dizem, se prolonga atè á ermida de S. Domingos, que fica nos limites da freg. de Foutêllo, onde em tempos remotos houve um castello fortificado Nos limites da freg., no leito do Varosa, ha um sitio pittoresco, denominado *Penedo do Guincho*, que é um penhasco enorme, a prumo sobre o rio, que passa aqui profundo e medonho, junto dos *moinhos do Chocalho*. A terra é muito fertil em cereaes, e muito abundante de bom vinho, azeite e fructas. O rio Douro, que passa a 3 k. ao N da freg., a fornece de bom peixe. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Valdoazar. Pov. no freg. de S. Paio, de Arcos, conc, d'Anadia, distr. de Aveiro.

Valdoe. Pov. na freg. de S. Thiago, de Gavião, conc. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga.

Valdogueiro. Pov. da freg. de S. Miguel de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra.

Valdoleiros. E' appellido dos mais antigos e illustres de Portugal. Foi tomado do *Valle de Oleiros*, junto a Lamego por ser ali que esta familia estabeleceu o seu solar, do qual, em 1700, existiam os restos d'uma torre que lhe assignalava a sua passada grandeza. Descende d'um dos netos de D. Diogo Rodrigues, duque das Asturias que, tendo vindo de Hespanha com a primeira rainha de Portugal, ajudou a fundar os alicerces da monarchia portugueza, e foi o 1.º senhor do dito Valle. Fôram importantes as allianças d'esta casa; n'ella entrou o sangue esclarecido dos Osorios, Rebellos, Almeidas da Cavallaria, Cardosos de Anreade, Valladares e Soares de Monsão, Falcões de Braga, etc. e com ellas a varonia dos Osorios da casa da Ratoeira e dos Cardosos d'Anreade. As suas armas estavam esculpidas na sepultura privativa que existiu na capella mór da Misericordia de Lamego, como consta do *Diccionario Chorographico* que o marquez de Pombal mandou elaborar, e que ainda se conserva inedito na Torre do Tombo; nã da va, porém, a descripção d'essas armas.

Valdoleiros. E' corrupção da antiquissima denominação *Valle* ou *Val de Oleiros*, conforme se vê da *Chronica da Conceição* a folhas 230 do tomo II, capitulo IX. Fica entre Manhos e Portêllo, ao lado esquerdo da antiga estrada, que vae de Lamego á Regoa e dista 2 k. d'aquella cidade. Conservam ainda esta denominação duas quintas das principaes que existem ali. Uma d'ellas chama se Valdoleiros de Cima e a outra Valdoleiros de Baixo. Na de cima vê-se ainda uma pequena capella ou ermida sob a invocação de S. João de Valdoleiros, já em abandono, e os restos d'um antigo palacio que foi solar muito antigo e illustre, e onde eram predominantes os appellidos de Osorio e Rebello. Quanto á origem do nome, diz a tradição que nas brenhas do valle existia grande quantidade de barro e que, servindo-se d'elle um não pequeno numero de oleiros d'uma povoação proxima, que o iam explorar, d'ahi nasceu a referida denominação de *Valle de Oleiros*, que o tempo veiu corromper em Valdoleiros, nome que assim escripto e pronunciado, é tambem appellido de alguns descendentes dos antigos senhores do mesmo valle. V. o *artigo antecedente*.

Valdomar. Pov. na freg. de S. Christovão, de Refoios de Riba d'Ave, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Valdozende. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Minho, conc. de Terras de Bouro, com. de Amares, distr. e arceb. de Braga; 121 fog. e 514 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada a 1 k. da margem direita do rio Cávado, na estrada de Amares a Villar da Veiga, e a 12 da séde do conc. E' terra muito fertil em todos os generos agricolas do paiz, cria muito gado, e nos seus montes ha abundancia de caça, grossa e miuda. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Valdreu. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 293 fog. e 1:013 hab. Está situada a 1:500 m. da margem direita do rio Homem e a 13 k. da séde do conc. E' terra muito fertil, cria muito gado e tem abundancia de caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Valdrez Pov. na freg. de S. Lourenço, de Salsellas, conc. de Macedo de Cavalleiros, distr. de Bragança.

Valdrejal. Pov. na freg. de S. Miguel de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra.

Valduge. Pov. na freg. de Santo Estevão das Galés, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Valdujo. Pov. e freg. de N. S.ª da Consolação, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Trancoso, distr. e bisp. da Guarda; 176 fog. e 693 hab. Tem escolas de ambos os sexos, e est. post. Dista 10 k. da séde do conc. Esta freg. é composta de 3 aldeias: a da Egreja, onde está a matriz, que é de fabrica humilde e pequena; a do Cabeço e a da Quintan. E' fertil em cereaes, azeite, e vinho, que dizem ser o melhor do conc. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Valeira. Pov na freg. de Santo Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Valeirinha. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação de Bordeira, conc. d'Aljesur, distr. de Faro.

Valeisão. Pov. na freg. de Sauto André, de Boidobra, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Valença A familia d'este appellido tem por armas: Em campo azul uma torre d'ouro assente sobre ondas de prata e azul; timbre, um lebreu negro faxado d'ouro.

Valença *(D. Affonso, conde de Ourem e 1.º marquez de).* Era filho primogenito do 1.º duque de Bragança, D. Affonso filho de D. João I, e de sua mulher D. Brites Pereira, condessa d'Ourem, filha do condestavel D. Nuno Alvares Pereira. N. em Lisboa, fal. em Thomar a 29 de agosto de 1460. Depois de cultivar os estudos proprios da sua jerarchia, tornou-se distincto pelas suas virtudes moraes e politicas, pelas quaes mereceu ser estimado dos principes do seu tempo. Seu tio, o rei D. Duarte, resolvido a mandar um embaixador ao concilio de Basileia, que se tinha congregado para pacificar as largas discordias entre a Egreja Grega e a Latina, que depois foi transferido por Eugenio IV para Ferrara, o nomeou a elle, confiando na sua profunda capacidade, que felizmente desempenharia as obrigações do seu cargo. Com outros companheiros e mais comitiva, saiu de Lisboa a 21 de janeiro de 1435, e chegando a Bolonha a 24 de julho do mesmo anno, foi recebido pelo papa com as manifestações de paternal benevolencia. Concluido o concilio, foi á Palestina visitar os logares santos, regressando depois a Lisboa Mais tarde, tambem teve a incumbencia de acompanhar D. Leonor, quando esta infanta e sua prima foi desposar Frederico III, imperador de Allemanha. Saiu de Lisboa a 20 de outubro de 1451, como general da armada que a conduziu a Leorne. D'esta cidade caminhou até Sena, despertando todas as attenções pela numerosa e magnifica comitiva que os acompanhava Chegando a Roma, proceden á coroação dos dois esposos o papa Nicolau V. Terminada a cerimonia, o imperador o armou cavalleiro. Em 1445 fundou a importante collegiada de Ourem, consignando-lhe copiosas rendas para sustentação das dignidades e conegos, de que ella se compunha. Edificou tambem a egreja de N. S.ª das Misericordias, de Ourem, sumptuoso templo e séde da referida collegiada. D. Affonso V, por decreto de 11 de outubro de 1451, lhe fez doação da villa de Valença, com todos os seus termos e limites, concedendo lhe tambem o titulo de marquez de Valença, sendo este o primeiro marquezado que houve em Portugal. O seu corpo foi trasladado para Ourem, em 1487, sendo sepultado na capella debaixo do côro da egreja da collegiada, n'um soberbo mausoléu, em que se gravou um longo epitaphio Dizem alguns antigos escriptores, que D. Affonso foi casado occultamente com D. Brites de Sousa, filha de Martim Affonso de Sousa, senhor de Mortagoa, de cujo matrimonio houve um filho, D. Affonso de Portugal, que pretendeu succeder na casa de seu avô, o que se não póde provar, mas o que não padece duvida é a existencia d'esse filho, a quem, segundo a tradição, D. João II obrigou a ser clerigo, ainda em curta edade, e foi bispo d'Evora, fallecendo a 24 d'abril de 1522. O marquez de Valença compoz: *Itinerario ao Concilio de Basileia no anno de 1435*, que saiu impresso no tomo V das *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, por D. Antonio Caetano de Sousa, pag. 573. O brazão d'armas é o antigo da Casa de Bragança: uma aspa vermelha em campo de prata, e sobre a aspa cinco escudos das quinas do reino; são as mesmas de que usam os duques de Cadaval.

Valença *(D. Affonso Miguel de Portugal e Castro, 11.º conde de Vimioso e 4.º marquez de).* Gentil homem da camara de D. Maria I, gran-cruz da ordem de Christo, governador e capitão general da Bahia, deputado da Junta dos Tres Estados e presidente da do Tabaco. N. a 8 de maio de 1748, fal. a 22 de dezembro de 1802. Casou a 20 de junho de 1778 com D. Maria Telles da Silva, dama da ordem de Santa Izabel, filha dos 3.ºˢ marquezes d'Alegrete, Manuel Telles da Silva e D. Eugenia de Lorena.

Valença *(D. Francisco Paulo de Portugal e Castro, 8.º conde de Vimioso e 2.º marquez de).* Senhor da casa de Basto, donatario da capitania de Machico, ilha da Madeira; commendador das commendas de S. Miguel de Chorense e de S. Thiago de Androens, e S Martinho de Sande, no arcebispado de Braga, S. Miguel de Souto, no bispado do Porto, S. Nicolau de Saleas no de Miranda, todas na ordem de Christo, e das commendas de Almodovar e Garvão no Campo de Ourique na ordem de S. Thiago da Espada; governador do forte de Alcantara, padroeiro do convento de S. José de Ribamar, e de outros; do conselho de el-rei, mordomo mór da rainha D. Maria Anna d'Austria, mulher de D. João V, nomeado a 30 de maio de 1749, academico da Academia Real de Historia Portugueza, etc. N a 25 de janeiro de 1679, fal a 10 de setembro da 1749. Era filho do 7.º conde de Vimioso, D. Miguel de Portugal, e de sua mulher D. Maria Margarida de Castro e Albuquerque. Sendo ainda muito creança, falleceu seu pae, e foi educado até aos 11 annos por sua tia, a condessa D. Maria Margarida de Castro e Albuquerque. Logo que principiou a receber as primeiras instrucções da lingua latina e de letras humanas, fez notaveis progressos, dando provas de grande intelligencia e de admiravel talento. De todas as artes, a que mais se dedicou, como a mais propria de cava-

lheiro e de fidalgo, foi o manejo de cavallos, em cujo exercicio adquiriu o maior desembaraço e elegancia no montar. Ao continuo estudo a que se entregou durante muitos annos, deveu o vastissimo conhecimento da filologia, deleitando-se o seu genio com a lição dos poetas e dos historiadores antigos. As suas producções litterarias fôram sempre muito apreciadas. Na Academia Real de Historia, de que era socio, teve o encargo de censor, e não havia assumpto festivo ou funebre, moral ou politico, civil ou militar, que não fôsse profundamente escripto pela sua penna, sempre fecunda em conceitos finos, razões concludentes e agudas sentenças. Era muito generoso, o que tambem o tornava muito considerado e respeitado. Dispendeu 16 mil cruzados, quando por ordem de D. Pedro II alistou soldados no termo de Torres Vedras e de Alemquer; 17 mil cruzados, sendo provedor da mesa da Misericordia; 3 mil cruzados para remedios dos presos, e outras sommas importantes para o culto religioso. D. João V o agraciou com o titulo de marquez de Valença, por carta de 10 de março de 1716, por ser descendente do antigo marquez d'esse titulo, honrando-o tambem com as honras de parente, dando-lhe o tratamento de sobrinho Casou em 24 de setembro de 1699 com D. Francisca Rosa de Menezes, filha de Manuel Telles da Silva, 1.º marquez de Alegrete, e de sua mulher, D. Luiza Amaro Coutinho. No dia 7 de setembro de 1749, estando no palacio real assistindo ás festas do anniversario da rainha, foi accommettido d'um ataque apopletico, fallecendo tres dias depois. Foi sepultado no convento de S. José de Ribamar. Pertencia tambem á Academia dos Occultos. Fez o seu *Elogio funebre* o P. Francisco José Freire, mais conhecido por *Candido Lusitano*, que se imprimiu no mesmo anno de 1749, o qual traz no fim o catalogo das obras do marquez, tanto impressas como manuscriptas. No vol. II da *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado tambem se encontram menciona das. O marquez de Valença foi um dos fidalgos mais illustrados do seu tempo, bom conhecedor de differentes idiomas, e orador de facil elocução. D. João V estimava-o muito, e bem lhe mostrou essa estima, quando no anno de 1726, tendo ardido completamente o palacio do marquez, se apressou a offerecer-lhe para sua habitação um dos proprios palacios reaes. Foi um dos academicos mais activos e prestimosos da Academia Real de Historia, sendo incansavel na recitação de praticas, orações gratulatorias, e outros discursos cortezãos, e muitos elogios a varios sabios, e discursos philosophicos sobre diversos assumptos metaphysicos, taes como o de se provar que se deve applicar a palavra *herõe*, não só aos que são insignes na guerra, mas tambem aos que se distinguem pela sciencia. São muito apreciaveis e mais dignos de consulta os seus elogios funebres de Belchior Rego de Andrade, conde de Tarouca, do marquez de Alegrete, de D. Alvaro Abranches. O marquez de Valença tambem se applicou ao genero de critica litteraria, escrevendo um discurso apologetico em defeza do theatro hespanhol, e uma critica do *Cid*, de Corneille. Responderam-lhe e elle replicou. Era geralmente respeitado pelos nossos philologos-criticos como um dos que mais se aproximavam dos antigos classicos emquanto á pureza de linguagem e gravidade no estylo. D. Thomaz Caetano do Bem diz d'elle por palavras formaes: «Falou com notavel elegancia e propriedade a nossa lingua, bebendo nas obras do incomparavel Vieira o estylo e a pureza de idioma que se acha dos seus discursos »

Valença *(D José Bernardino de Portugal e Castro, 12 º conde de Vimioso e 5.º marquez de).* Gentil homem da camara real, gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa e commendador da de Christo; cavalleiro e ministro de Estado, par do reino, em 1826, brigadeiro, etc. N. a 20 de maio de 1780, fal a 26 de fevereiro de 1840. Era filho dos 4.ºs marquezes de Valença, D. Affonso Miguel de Portugal e de D. Maria Telles da Silva. Foi ministro da guerra desde 6 de dezembro de 18_6 até 9 de janeiro de 1827. Casou a 19 de julho de 1813 com D. Maria José de Noronha, 2.ª filha dos 1.ºs condes de Peniche, D. Caetano de Noronha e D. Maria José Juliana Lourenço de Almeida. Apezar de ter deixado descendencia, pela morte do 5.º marquez de Valença não se renovou este titulo.

Valença *(D. José Miguel João de Portugal, 9.º conde de Vimioso e 3.º marquez de).* Fidalgo da Casa Real, do conselho de D. João V, presidente da Mesa da Consciencia e Ordens, deputado da Junta dos Tres Estados, academico da Academia Real de Historia Portugueza, etc. N. em Lisboa a 27 de dezembro de 1705, fal. em 1775. Era filho dos 2.ºs marquezes de Valença, Francisco Paulo de Portugal e Castro e D. Francisca Rosa de Menezes. Succedeu na casa de seu pae, e tomou posse do seu cargo na Mesa da Consciencia e Ordens a 30 de agosto de 1749. Era muito instruido, dedicando se com enthusiasmo ao estudo da historia ecclesiastica e secular, assim como á arte poetica. Foi um dos mais considerados membros da Academia Real de Historia, distinguindo-se pela eloquencia dos seus discursos. Casou a 24 de outubro de 1728 com D. Luiza de Lorena, filha de seu primo co-irmão Manuel Telles da Silva, 3.º marquez de Alegrete, e de sua mulher, D. Eugenia de Lorena. Bibliographia: *Vida do infante D. Luiz*, Lisboa, 1735; *Parabens ao ex.mo duque do Cadaval por occasião do seu casamento*, sem logar, nem anno de impressão; *Instrucção dada a seu filho D. Francisco José Miguel de Portugal, fundada nas acções moraes, politicas e militares dos condes de Vimioso seus ascendentes*, Lisboa, 1741; *Instrucção que dá a seu filho segundo D. Manuel José de Portugal, fundada nas acções christãs, moraes e politicas dos ecclesiasticos que teve a sua familia*, Lisboa, 1744; *Oração ao Principe nosso senhor pelo feliz nascimento da serenissima senhora infanta, quarta filha de sua Alteza*, sem logar nem anno de impressão, mas é de 1746; *Oração de parabens á serenissima rainha de Castella D. Maria Barbara*; sem logar, nem anno de impressão; *Elogios das Rainhas, mulheres dos cinco reis de Portugal do nome D. João*, Lisboa, 1747; *Elogios das Princezas portuguezas, descendentes do primeiro duque de Bragança, que tiveram soberania*, Lisboa, 1748; *Discurso á Soledade da Virgem Senhora Nossa*, Lisboa, 1750; *Discurso á melhoria da Princeza nossa senhora*, Lisboa, 1753; *Parabens á ex.ma Marqueza de Tavora, chegando da India;* sem logar nem anno de impressão; *Collecção de duas relações; uma da*

morte e caracter do principe Eugenio de Saboia, por João Gomes da Silva, conde de Tarouca; outra da morte e caracter d'el-rei D. João V, composta por D. José Miguel João de Portugal, etc., Lisboa, 1762. Publicou tambem varias composições latinas em verso e, em prosa, que veem mencionadas na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. II.

Valença. Villa da prov. do Minho, séde de conc. e de com., Relação do Porto, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga. Tem uma só freg., cujo orago é Santa Maria dos Anjos. Está situada na margem esquerda do rio Minho, quasi em frente da cidade de Tuy, na Galliza, a 48 k. da capital do distr. E' praça de guerra des classificada, menos na parte sobranceira á ponte internacional sobre o rio Minho, que a liga á cidade de Tuy. Como succede a respeito de quasi todas as nossas povoações, que teem uma origem remota, ignora se a epoca da fundação d'esta villa, e tambem quem fôram os fundadores. Ha quem designe, como taes, uns soldados veteranos que militaram sob as ordens de Viriato, o grande capitão da antiga Lusitana, dizendo que Decio Junio Bruto, consul romano na Hespanha ulterior, reconciliando-se com elles, lhes déra aquelle sitio para edificarem uma povoação pelos annos de 136 antes da vinda de Christo. Esta opinião, parece, todavia, destituida de fundamento, se se attender a que no itinerario, que descreve a via militar romana, que communicava as cidades de Braga e d'Astorga, vem nomeados Ponte do Lima e Tuy, e não se faz menção de nenhuma outra povoação no intermedio de aquellas, quando se sabe, que a referida via militar passava proximo do logar, onde está Valença. Portanto não é provavel, que se esta villa existisse n'aquelle tempo, deixasse o itinerario de a mencionar. Na divisão dos condados do Entre Douro e Minho, feita no reinado de D. Fernando Magno, de Castella e Leão, pelos annos de 1026, se menciona o *Castello de Tuy, que está nas margens do rio Minho, da parte de Portugal, e ao qual se dá tambem o nome de Valença.* Florian do Campo, na *Historia de Hespanha*, liv. 1.°, cap. 42, diz que *entre os rios Minho e Lima, havia antigamente uma povoação chamada Tyde, isto é, Tuy, e que d'esta povoação sairam os que povoaram nas margens do mesmo rio, e fundaram, a cidade de Tuy, em Galliza, que ainda hoje permanece.* Cita em abono d'esta asserção varios escriptores antigos. Diz se que por a tal Tuy portugueza ser fundada antes da gallega, se veiu a denominar *Tuy a Velha.* E' certo que em frente da actual Tuy existiu uma torre ou castello, sobre a margem do rio Minho, de construcção tão antiga que se ignora a sua data. N'um manuscripto antigo, de autor anonymo, que Pinho Leal diz que possuia, se lê o seguinte: «O castello de Tuy, que depois se chamou *Concrasta*, e por fim *Valença*, era no alto do monte, onde não havia mais edificio algum além da fortaleza, e só *dentro d'ella* estavam algumas casas para quarteis da sua guarnição. O povo ou aldeia, estava na raiz do monte, em um pequeno *valle*, pelo que se chamava *Vallença;* e em razão da proximidade do castello, que, em caso de necessidade, lhe servia de refugio se lhe dava o nome de *Vallença de Concrasta.*» O manuscripto não diz qual era o monte onde estava o castello, nem o valle onde existia a povoação; o monte, tanto podia ser on de hoje existe a villa, como o de Faro, e a povoação talvez fôsse a actual aldeia da Urgeira, que fica ao sopé do monte onde hoje vêmos a praça de Valença. Vilhena Barbosa, no vol. III das *Cidades e villas da Monarchia Portugueza*, diz que não «havendo tambem memoria d'esta villa no tempo dos gôdos, nem dos arabes, mas sendo certo que el rei D. Sancho I lhe deu foral e a fez povoar, póde-se razoavelmente presumir, que foi fundada no reinado antecedente. E' bem natural que nas guerras, que houve entre Portugal e Leão, se lembrasse D. Affonso Henriques de occupar com alguma povoação fortificada em ponto importante, como é Valença, para defensa d'aquella fronteira do reino, por onde os leonezes faziam continuas invasões. Acceitando se esta hypothese, conjecturaremos ainda mais, que durante as mesmas guerras se arruinaria e despovoaria aquella terra, pois que D. Sancho I a mandou povoar em 1200» D. Affonso II reformou este foral em Guimarães a 11 de agosto de 1217, accrescentando lhe novos privilegios e regalias com o fim de attrahir maior numero de moradores. Nas discordias que se suscitaram entre este soberano e as infantas suas irmãs, chamaram estas em seu soccorro os leonezes, que logo na sua entrada tomaram e queimaram a villa de Valença. Foi D. Affonso III quem depois a mandou novamente povoar, cercando-a de fortes muralhas duplas, e lhe deu novo foral, confirmando o antigo, em Guimarães, a 11 de agosto de 1262. Mais tarde teve foral novo, dado por D. Manuel I, em Lisboa, em 1 de junho de 1512. Valença teve tambem uma sentença para as mercadorias, que veem da Galliza, não entrarem senão pela alfandega de Monsão. E' datada de 19 de dezembro de 1533. Segundo consta da *Chronica* do rei D. Fernando, cap. 57, foi n'esta villa que existiu a 3.ª casa da moeda, que houve em Portugal (a 1.ª foi na cidade do Porto e a 2.ª em Lisboa). A casa, onde diz a tradição, que se cunhava a moeda, ainda existe na praça do Visconde de Guaratiba. A egreja parochial Santa Maria dos Anjos foi fundada em 1276, como consta d'uma inscripção que está no cunhal do sul, e diz:

VIII DIAS ANDADOS DO MEZ DE JULHO,
FOI FUNDADA
ERA DE M. CCC. X III.

Vem a ser 27 de junho do anno de Christo de 1276. Os frades benedictinos do mosteiro de Ganfei deram avultadas esmolas para esta construcção. O templo é d'uma só nave, e nada tem de notavel senão o frontispicio e a porta principal. O mestre escola da collegiada do Santo Estevão, intitulava-se abbade d'esta freg., e por ser annexa ao seu beneficio, e por isso apresentava o cura, por carta annual. Desde a extincção dos dizimos, passou o parocho a intitular-se reitor, e desde 2 de março de 1859, abbade. A collegiada de Santo Estevam foi tambem freg. até ao meado do seculo passado, reunindo se depois á de Santa Maria dos Anjos, ficando sendo esta a unica matriz. O templo de Santo Estevão foi fundado em 1378, no reinado de D. Fernando I. Soffreu varias reparações, sendo construida, na que se effeituou em 1792, a torre dos sinos, a qual ficou com tão pouca solidez que n'esse mesmo anno

caiu. A que existe actualmente foi feita em 1807, e n'ella está o relogio da villa, que principiou a funccionar no 1.º de novembro de 1857. Em Valença ha ainda as ermidas de *N. S.ª da Piedade*, *N. S.ª da Saude*, *Bom Jesus*, *Senhor do Encontro*, *N. S.ª d'Assumpção*, vulgo *Senhora de Faro* e *capella do Passo*. A Misericordia é fundação do principio do seculo XVI. O brazão de Valença é um escudo azul com as quinas no centro, e aos lados, na parte superior, dois crescentes de prata, com as pontas para baixo; e na inferior, duas estrellas, tambem de prata. A villa, apezar de estar situada em logar elevado, tem o assento plano. As suas primeiras fortificações consistiam apenas n'uma simples cêrca de muros com tres portas. Porém as obras regulares de defeza que a elevaram a praça de guerra de primeira ordem, tiveram principio no reinado de D. João IV, por occasião da guerra da Restauração do reino. Como em toda essa campanha era sempre o Alemtejo o principal theatro da guerra, para esta provincia se voltaram todas as attenções, e assim as obras de Valença progrediram vagarosamente, tanto n'aquelle reinado como nos dois seguintes. Em tempos posteriores ainda se lhe accrescentaram novos melhoramentos. Consta esta praça de 7 baluartes, que atam com a muralha antiga, a que se fizeram algumas cortinas de novo. Em razão de ser muito alta aquella muralha, e de so lhe ser profundado os fossos, accrescentaram-se-lhe mais tres baluartes a cavalleiro, uns dentro dos outros. Em volta tem tres revelins, dois que cobrem as portas, e flanqueam os arredores, que são fundos; e o terceiro, que defende a fonte, que lhe fica de fóra, e varre uma planicie, que se estende até ao rio. Além d'estas tem ainda outras de fortificação no corpo propriamente da praça; e fóra d'elle, em um outeiro visinho chamado do *Bom Jesus*, tem um forte com tres baluartes, dois meios baluartes, e dois revelins. Tres portas communicam com a praça e com os arrabaldes a de *S. Thiago*, que é a principal, e está voltada para o sul; a do *Poço* que dá saida para a fonte; e a do *Postigo do poço de S. Vicente*, que olha para o norte, e deita para o lado do rio e da cidade de Tuy. Valença tinha voto nas nossas antigas côrtes com assento no 10.º banco. A villa, no antigo regimen, foi cabeça de uma ouvidoria. Era a mais pequena de toda a provincia, pois comprehendia apenas tres villas: Caminha, Valença e Valladares; e dois coutos: Fiães e Paderne. O *Hospital de caridade* foi fundado em 1838, por dadiva do barão de Guaratiba, residente no Rio de Janeiro, que mandou para os começos da construcção dois contos de reis. Mais tarde, um sobrinho do mesmo titular deu tambem avultadas esmolas, podendo-se dizer que se deve o hospital a estes dois benemeritos. Na praça de S. João estão situados os paços do concelho, installados desde 1835 no edificio que pertenceu ao arcebispo de Braga. E' uma edificação moderna, das melhores da villa; ha tambem ali estabelecimentos commerciaes importantes. N'aquella praça se faz o mercado, que é muito abundante. No edificio dos paços do concelho estão: a repartição de fazenda, a recebedoria, a administração, a secretaria da camara e o tribunal judicial. Junto ao cruzeiro, chamado da Praça, vê-se um marco milliario servindo de pelourinho, com esta inscripção, em latim: «Tiberio Claudio, cesar augusto, germanico, pontifico maximo, 5 vezes imperador, tres vezes consul, tres vezes tribuno, pae da patria. D'aqui a Braga, 42 mil passos.» Este marco foi achado no logar das Lojas, extramuros da villa. E' um testemunho de que passou ali a 3.ª via militar dos romanos, de Braga a Astorga. O jardim publico fica fóra das muralhas e muito proximo da estação do caminho de ferro, que dista uns 600 metros das Portas do Sol. E' orlada de corpulentas faias a estrada que d'estas portas vae dar á estação, onde o movimento de comboios de Portugal e Hespanha é sempre consideravel. Nas immediações ha dois hoteis e um restaurante. A estação foi inaugurada no dia 8 de dezembro de 1884. O edificio é elegante e do simplicidade architectonica. O corpo central tem 3 portas e janellas de frente, sendo coroado como os torreões das extremidades, por aguas furtadas com coberturas á Mansard, correndo na frente, entre os torreões e o corpo central e as galerias cobertas. O alpendre principal mede a area coberta de 820 metros quadrados, sendo sustentado por 8 columnas de ferro fundido; a lanterna e empenas são envidraçadas a vidro fôsco. A cocheira de carruagens mede a superficie de 320 metros quadrados, tendo duas naves e capacidade para 8 vehiculos. Nas sobrelojas ha habitações para o pessoal. A cocheira das locomotivas tem 350 metros quadrados de superficie, accommodando a sua nave quatro machinas e respectivos *tenders*. Os pavimentos terreos das diversas dependencias e passeios são cobertos por formigão hydraulico Wilkinson ou por ladrilho mosaico de fabricação nacional. Quasi ao pé das Portas do Sol, indo da estação para a praça, encontra-se a celebre fonte de Chrestelo, cuja agua é a melhor de que a villa se abastece. Houve em Valença um convento de frades de S. João de Deus (hospitaleiros). Occupava toda a area da actual hospedaria militar, e casas do Ferreira, formando um espaçoso claustro quadrado. Este edificio não era sómente occupado pelos frades; estava ali tambem o hospital militar e uma capella. O edificio foi destruido por uma explosão do paiol da polvora, pelas tropas francezas do Soult, em abril de 1809. Os frades passaram os doentes para o edificio onde está hoje o hospital militar, mas pouco tempo ali se demoraram em consequencia da reforma do seu instituto. Houve um convento de freiras franciscanas, de Santa Clara, fundado por Fernão Caramena e sua filha D. Leonor Caramena, que foi abbadessa perpetua do mosteiro. A egreja era de majestosa architectura; as paredes cobertas de azulejos, onde se viam representadas varias passagens da vida de Christo e de S. Francisco. Tanto a egreja como o convento estão em ruinas. O cemiterio de Valença foi benzido em janeiro de 1850, e depois entregue á junta de parochia. Foi o primeiro que se construiu no districto de Vianna do Castello. Está cercado de muros, com portão de ferro. As cercanias de Valença são muito lindas. Basta para as fazer summamente aprazíveis a vizinhança do formoso rio Minho. Das muralhas da praça gozam-se para qualquer dos lados vistas deliciosas de prados e collinas, que verdejam continuamente; do rio, que vae correndo em largo alveo por entre frondosos arvoredos; e da visinha cidade de Tuy, que se levanta sobranceira ao rio, toda cercada de verdores. No seculo passado, além do

pequeno bombardeamento que os francezes lhe fizeram em 1809, Valença soffreu quatro assedios. N'aquello anno, um troço de tropas francezas que entrou na praça e n'ella se demorou de 10 a 17 d'abril, arrazou por meio d'uma explosão de polvora a abobada das Portas do Sol, então a mais nobre entrada na praça. Esta explosão fez desmoronar muitas casas e o convento de S. João de Deus, que era occupado, conforme dissémos, pelos frades e pelo hospital militar. Valença, com os progressos da artilharia, perdeu a grande importancia que tinha como praça de guerra. A sua situação, porém, dominando por completo a ponte internacional, a vizinha cidade de Tuy e um grande troço da linha ferrea hespanhola para Vigo e Orense, e ainda por se achar no centro d'uma extensa linha de raia, precisa de ter uma regular guarnição militar. Foi quartel do regimento de artilharia de Valença, mais tarde n.º 4, do regimento de infantaria n.º 21, que se cobriu de gloria na Guerra Peninsular, e do regimento de caçadores n.º 7. Hoje a sua guarnição é o 3.º batalhão de infantaria n.º 3, com um pequeno destacamento de artilharia, e o 8.º grupo de metralhadoras. E' séde da 1.ª companhia de reformados e da 3.ª companhia da circumscripção do norte da guarda fiscal. Pertence á 3.ª div. mil., 5.ª brigada, e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Tem est. telegr. postal., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; escolas d'ambos os sexos; advogados, agentes de diversas casas bancarias, e de companhias de seguros do paiz, agencias de vapores, *Associação Artistica Valenciana*, de soccorros mutuos, fundada em 26 de maio de 1864, fabrica de chocolate, hoteis, inspecção de engenharia militar, medicos, notarios, pharmacias, restaurantes, sociedades de recreio: *Assembleia Valenciana*, fundada em 20 de março de 1851; *Theatro Valenciano*, estabelecimentos commerciaes e industriaes, etc. Tem-se publicado os seguintes jornaes: *Correio do Norte*, 1 de janeiro de 1864 a 12 de novembro de 1865; *Gazeta de Annuncios*, 6 novembro a 4 dezembro de 1875; passou a chamar-se *Gazeta do Norte* do numero 6 em deante; *Gazeta do Norte*, 12 de dezembro de 1875 a 31 de janeiro de 1880; é o seguimento da *Gazeta d'Annuncios*, e foi continuado pelo *Valenciano; Gazeta de Valença*, 1883 a 31 dezembro de 1884; *Internacional (O)*, 3 de julho de 1889; *Jornal de Valença*, 10 de janeiro de 1872; *Noticioso (O)*, setembro de 1869; em publicação (em 1910); *Passatempo (O)*, 1862; *Petardo (O)*, 1896; *Razão (A)*, 17 de novembro de 1854 a fins de 1867; continuou com o titulo *A Voz do Minho* com o n.º 1422, 9.º anno; *A Razão* foi o primeiro jornal d'esta villa e do districto de Vianna do Castello; *Renegado (O)*, agosto a outubro 1881; *Sentinella do Minho*, 9 março a 15 agosto, 1881; *Via Ferrea (A)*, 1 de maio de 1892; *Valenciano (O)*, 23 de fevereiro de 1880; em publicação em 1911; veiu da *Gazeta do Norte; Voz do Minho (A)*, 15 de novembro de 1867 a 3 de março de 1870; continuador da *Razão* com o n.º 1422; *Plebe (A)*, em publicação, (1911). Numeros unicos: *Caridade para o Instituto do Infante D. Affonso*, 1899; *Valença a Pombal*, 8 de maio de 1882. Valença, além d'alguns edificios militares para alojamento de tropas, tem vastos armazens para material de guerra, alguns paioes, sendo o principal o que se acha na gola do baluarte de S. Jeronymo, na Obra Corôa. Valença foi berço de homens notaveis, como: os generaes conde das Antas, Francisco Xavier da Silva Pereira; e conde de Santa Maria, Antonio Vicente de Queiroz; do distincto medico, dr José Francisco de Almeida, etc. O conc. compõe se de 16 freguezias, com 3:821 fog. e 14:716 hab, sendo 6:429 do sexo masc. e 8:287 do fem., n'uma superficie de 12:246 hect. As freguezias são as seguintes: S. Salvador, de Arão, 669 hab: 290 do sexo masc e 379 do fem.; S. Thiago, de Boivão, 484 hab.: 238 do sexo masc. e 246 do fem.; Santa Eulalia, de Cerdal, 1:932 hab.: 804 do sexo masc. e 1:128 do fem.; Santa Maria, de Christello Covo, 701 hab: 341 do sexo masc. e 360 do fem.; S. Miguel, de Fontoura, 1:002 hab.: 439 do sexo masc. e 563 do fem.; S. Mamede, de Friestas, 703 hab.: 319 do sexo masc. e 384 do fem; S. Salvador, de Gandra, 1:013 hab.: 447 do sexo masc. e 566 do fem; S. Salvador, de Ganfey, 1:248 hab.: 478 do sexo masc. e 770 do fem.; S. Christovão, de Gondomil, 709 hab.: 333 do sexo masc. e 376 do fem.; S. Felix, de Sanfins, 371 hab.. 167 do sexo masc. e 204 do fem.; S. Pedro, de S. Pedro da Torre, 1:039 hab.: 427 do sexo masc. e 612 do fem.; Santa Maria, de Silva, 445 hab.: 191 do sexo masc. e 254 do fem.; S. Julião, de Silva, 703 hab.: 284 do sexo masc. e 419 do fem.; Santa Marinha, de Tayão, 276 hab.: 130 do sexo masc. e 146 do fem.; Santa Maria dos Anjos, de Valença, 2:760 hab.: 1.250 do sexo masc. e 1:510 do fem.; Santa Marinha, de Verdoejo, 661 hab.: 291 do sexo masc. e 370 do fem. O principal commercio do conc. é vinho, cereaes, madeiras e tecidos de algodão. || Pov. do sobado e conc. de Cabinda, na delegação do Chiavala, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Valença do Douro. Villa e freg. de S. Gonçalo, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Tabuaço, distr. e bisp. de Vizeu, 125 fog. e 466 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada na encosta d'um monte, a 1:500 m da margem esquerda do rio Douro, e a egual distancia da margem direita do rio Tavora, a 10 k. da séde do conc. E' esta villa mais antiga que a monarchia portugueza, com toda a certeza do tempo dos arabes, e talvez do tempo dos godos. Ignora-se qual foi o seu primitivo nome; no seculo XIII chamava-se *Perencia*, porque se vê assim nomeada n'um aforamento do mosteiro de S. Pedro das Aguias, que a fez povoar de novo, em 1269, repartindo-a em 24 casaes, ou courellas. O primeiro foral foi-lhe dado pelo referido mosteiro no mesmo anno de 1269. El-rei D. Manuel I lhe concedeu foral novo, em Lisboa, a 16 de maio de 1514. A terra é pouco fertil em cereaes, mas produz bom vinho, azeite e fructas de boa qualidade. O rio Douro, que a banha pelo N e lhe dá o nome, a fornece de bom peixe, e lhe serve de via de communicação com a cidade do Porto. Valença do Douro foi séde d'um conc. do seu nome, o qual se supprimiu depois de 1834, e passou a formar parte do de Tabuaço. Foi depois do conc. de S. João da Pesqueira, sendo outra vez annexada ao de Tabuaço, por decreto de 7 de setembro de 1895. No termo d'esta villa, e que pertenceram ao seu conc., estão as freguezias de Sarzedinho, e as duas unidas, Balça e Desejosa, que, como a

de Valença, eram senhorio dos marquezes de Tavora, cujo progenitor, o famoso D. Thedon, conquistára aos moiros no principio do seculo XI, todo o vasto territorio que constituiram depois as comarcas de Sinfães, Rézende, Lamego, S. João da Pesqueira, e outras. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Valenças *(Luiz Leite Pereira Jardim, conde de).* Doutor em Direito e lente d'esta faculdade na Universidade de Coimbra, funccionario publico, diplomata, socio da Academia Real das Sciencias, deputado, par do reino, grande proprietario, lavrador, escriptor, jornalista, etc. N. em Coimbra a 15 de setembro de 1844, fal. em Lisboa a 16 de outubro de 1910. Era filho do visconde de Monte-São, dr. Manuel dos Santos Pereira Jardim, lente de prima na Universidade, e de sua mulher, D. Guilhermina Amalia Leite Ribeiro Freire. Desde muito novo demonstrou a

Conde de Valenças

sua applicação ao estudo, galgando depressa, ajudado pela sua lucida intelligencia, dos preparatorios aos estudos superiores, sempre affirmando-se um dos primeiros estudantes do seu tempo. Matriculando-se na faculdade de direito na Universidade, ali foi constantemente laureado em todos os annos lectivos, pelo que na mesma faculdade defendeu theses *Ex Universo Jure*, em 1866, as quaes se publicaram n'esse anno, fazendo tambem exame de licenciado, obtendo o grau de doutor a 27 de janeiro de 1867. Tambem em 1866 publicou a sua dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas, com o titulo de *Estudos sobre a organisação judiciaria*, na qual desenvolveu o argumento proposto pela faculdade de direito em congregação de 13 de dezembro de 1865: «Na reforma da organisação judiciaria, qual dos systemas é preferivel: a renovação dos juizes singulares nas primeiras instancias, ou a sua substituição por tribunaes collectivos?» Affeiçoado desde a juventude á carreira das letras, escreveu na *Crysalida*, jornal litterario dirigido por Duarte de Vasconcellos, e n'*A Folha*, dirigida por João Penha, ora versos, ora artigos de critica litteraria e artistica. Tambem collaborou, e distinctamente, em diversos jornaes de Coimbra, Lisboa e Porto, especialmente no *Instituto* de Coimbra, e no *Diario Popular*, de Lisboa, de que foi um dos proprietarios nos primeiros tempos, assim como do *Correio da Noite*, e em differentes publicações litterarias, scientificas e politicas. Em 1867 fundou com o dr. Manuel de Oliveira Chaves e Castro a *Revista de Legislação e Jurisprudencia*, repositorio de preceitos legaes e de actos juridicos. No *Tribuno Popular* e na *Correspondencia de Coimbra* inseriu numerosas chronicas estrangeiras, secção especial a seu cargo officioso, e muitos outros artigos, sempre muito apreciados. Por decreto de 10 de novembro de 1870 foi nomeado para secretario geral do governo civil do Algarve, onde tambem chegou a servir como governador civil. Em 1871, sujeitando-se a concurso por provas publicas, em que eram 10 os concorrentes e 4 os logares, foi admittido lente da Universidade, decisão que foi confirmada, na fórma da lei, por decretos de 15 de março de 1871 e 10 de junho de 1873. Pediu então a exoneração do seu cargo de governador civil do Algarve, para se entregar á regencia da sua cadeira, e exerceu as funcções de lente durante seis annos. O destino, porém, não permittiu que elle continuasse no magisterio da Universidade, por ter sido escolhido, por decreto de 1 de maio de 1875, para a commissão encarregada de redigir o Codigo do Processo Criminal, motivo porque se exonerou de lente nos começos do anno de 1877, vindo então para Lisboa fixar residencia. Conhecidas as suas poderosas faculdades, foi pouco depois eleito vereador da Camara Municipal, e escolhido para seu vice-presidente, cabendo-lhe o pelouro da instrucção. Dedicou-se então com os mais intelligentes e vigorosos esforços ao melhoramento do ensino elementar. Durante a sua gerencia conseguiu que se concedesse a cada professor e professora de Lisboa, a verba annual de 100$000 reis para auxilio de renda de casas e para a mobilia das escolas. Esta medida, além de muito contribuir para melhorar as condições da instrucção primaria, foi tambem a causa immediata e salutar de serem providas varias cadeiras, que estavam vagas no professorado municipal. A' sua benemerita dedicação pela causa publica e ao seu muito prestigio, se deveram as seguintes concessões, que por proposta sua a Camara votou: á Associação Civilisação Popular, 1630 metros quadrados de terreno entre a calçada da Estrella e a rua do Quelhas, para ahi se construir um grande edificio escolar; um subsidio annual á irmandade dos Passos de S. Caetano, para auxiliar a sua escola de ensino primario; um subsidio á escola da freguezia do Castello de S. Jorge; um logar de professor de gymnastica na escola n.º 1; um logar de professor substituto na escola municipal da rua da Inveja, e a construcção do respectivo gymnasio. Além d'estes, muitos outros beneficios e melhoramentos se deveram á sua incansavel iniciativa. No ultimo periodo da sua gerencia no municipio, escreveu e fez imprimir um magnifico relatorio contendo o registo de todos os seus actos administrativos e a pro-

posta para a reforma dos serviços da instrucção primaria. Este livro não é um simples relatorio, é um livro repleto de pensamentos judiciosos, de reflexões serias e de exemplos persuasivos. N'esse seu projecto de reforma reclamava, como obrigatorios nas escolas, os exercicios militares com instructores do exercito, dirigindo assim a educação da mocidade no sentido da melhor defeza futura do paiz, disposição essa de que, posteriormente, fez um projecto de lei, que foi presente ao parlamento em 1882. Infatigavel nos seus propositos civilisadores, solicitou e obteve a creação de duas escolas centraes de ensino primario: adquirindo e fazendo distribuir a todas as do municipio, objectos necessarios para a proficiente e bem regularisada educação do um e outro sexo, taes como machinas de costura (uma a cada escola do sexo feminino) livros elementares, espheras, armas de combate, mappas, etc. Desde então continuou sempre, já com os seus escriptos, já com a sua palavra autorisada, a pugnar pelo aperfeiçoamento da instrucção elementar do povo. Eleito deputado, em outubro de 1879, pelo circulo de Extremoz, apresentou logo n'uma das primeiras sessões a que assistiu, um largo projecto sobre a reforma da instrucção primaria em Portugal e seus dominios, que lhe valeu os mais alevantados elogios, tanto dos seus collegas da camara como de toda a imprensa liberal. El-rei D. Luiz I, por esse tempo, teve a ideia de prover á necessidade publica, creando um asylo nocturno para os que não teem tecto amigo onde recolher os corpos exteuuados. A auxiliar o intuito generoso do monarcha, correram pressurosos muitos cidadãos philantropicos e de animo valedor. O dr. Luiz Jardim foi um dos primeiros, senão o primeiro a responder ao chamamento. A sua generosidade e philantropia desentranharam-se em esforços d'uma dedicação extraordinaria Depois do rei, foi só elle a alma, o centro, a coragem, a perseverança, o impulso da commissão organisadora de tão util melhoramento Ninguem mais do que elle trabalhou para a fundação dos Albergues Nocturnos, instituição feita em 1881, de que foi secretario durante muitos annos, prestando assignalados serviços. Foi elle que elaborou o seu projecto de estatutos, que discutiu em duas sessões da sociedade, presididas por el-rei. Quando saiu da sua regencia deixou aquella benemerita associação em casa propria, com escola nocturna para educação dos albergados analphabetos, com todos os relativos confortos da hygiene, e com fundos para sua sustentação, de não poucas dezenas de contos de reis. Nas eleições de 1885 foi reeleito deputado pelo mesmo circulo de Extremoz, e ainda por esse circulo foi escolhido em 1887 para par do reino electivo. Nas duas camaras, abordando todos os assumptos da publica administração, pois nenhum ramo do saber humano tinha segredos para o seu espirito de estudioso, proferiu, entre outros, na camara alta, em 1889, um discurso que durou duas sessões, e no qual, tratando da importante questão cerealifera demonstrou os seus muitos conhecimentos sobre assumptos agricolas Por decreto de 3 de março de 1887, foi agraciado com o titulo de conde de Valenças, em duas vidas, nome de uma das suas propriedades do Alemtejo, sendo-lhe tambem conferida a commenda da ordem de S. Thiago. Em 1886 foi proposto para socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, formando o parecer, altamente honroso para o candidato, Thomaz Ribeiro, relator, José Dias Ferreira e Ignacio Francisco da Silveira da Motta. Foi com o voto unanime da Academia, que o conde de Valenças entrou n'aquella douta corporação, que sempre soube honrar. Já em 1868 havia recebido o diploma de socio effectivo do Instituto de Coimbra, uma das congregações scientificas mais respeitaveis e mais importantes do paiz. Um anno antes, a Associação dos Artistas de Coimbra o tinha nomeado seu socio honorario, elevando-o mais tarde á sua presidencia tambem honoraria. N'essas associações fez varias conferencias sobre instrucção intellectual e profissional, que lhe mereceram os maiores elogios. Em 1869, fazendo parte do juri mixto, que de Coimbra, Arganil e Santa Comba Dão, foi a Tabua julgar o facinora João Brandão, elegeram-n'o presidente d'esse juri, que condemnou o celebrado criminoso por unanimidade. Este serviço, libertando as duas Beiras d'um salteador destemido, que as assoberbava, tornou popular o nome do dr. Luiz Jardim, que apenas contava então 24 annos. Em 1890 foi nomeado ministro plenipotenciario de Portugal em Vienna d'Austria, cargo que exerceu alguns annos, sendo dos diplomatas mais estimados pelo imperador Francisco José e pelos archiduques da casa d'Austria. Assistiu ao congresso juridico realisado em Madrid, em 1892, nas festas commemorativas do centenario de Christovão Colombo. O congresso era presidido por Canovas del Castillo, presidente do conselho de ministros e da Real Academia de Jurisprudencia. Na primeira reunião do congresso foi logo eleito vice-presidente, o conde de Valenças, tomando logar ao lado do presidente, o que foi uma prova da alta consideração em que o congresso tinha a presença do illustre titular no meio d'aquella assembleia composta dos mais eminentes jurisconsultos N'este congresso apresentaram-se varias memorias, sendo as de maior alcance sobre arbitragem internacional, firmadas por Moret, Balbin, de Unquerra, Torres Campos, Marquês de Véga de Armijo, e conde de Valenças. Esta foi acolhida pela douta assembleia com a maior distincção, como sendo a que, por ventura, apresentava mais vasto conhecimento das leis, desde os antigos codices até á moderna legislação, chegando a irretutaveis conclusões de quanto a arbitragem prepondera hoje, mais do que nunca, na consciencia dos povos, tendo a guerra pelas armas de ceder o campo ás luctas incruentas do trabalho universal. A par dos differentes cargos publicos, por vezes tambem o honraram os seus concidadãos com differentes commissões em companhias poderosas. Assim, foi eleito em 1876 administrador da Companhia do Credito Predial Portuguez, de que foi presidente da assembleia geral, administrador do Banco Ultramarino, em 1878 e 1881; presidente do Conselho Fiscal da Companhia dos Caminhos de Ferro Portuguezes; e presidente da assembleia geral da Companhia das Aguas Thermaes da Amieira. No anno de 1901 foi nomeado par do reino vitalicio, em successão a seu pae. O conde de Valenças viajou pelo estrangeiro, esteve em Hespanha, França e na Suissa. Fez parte da grande commissão organisada para se erguer um monumento em homenagem ao fallecido jornalista Eduardo Coe-

lho, sendo elle o presidente da commissão executiva. A inauguração realisou se na alameda de S. Pedro d'Alcantara em 29 de dezembro de 1901. Tratando-se de honrar a memoria do visconde de Almeida Garrett, tambem o conde de Valenças se associou com verdadeiro enthusiasmo á creação da Sociedade Litteraria Almeida Garrett, sendo um dos fundadores e presidente do conselho director, cargo para que foi reeleito successivamente até 1910, anno em que falleceu o illustre titular. O conde de Valenças apresentou na camara dos pares uma representação da referida sociedade, que elle defendeu e justificou em vibrante e eloquente discurso, pedindo para que os restos mortaes do grande poeta e escriptor fôssem depositados no convento de Belem, representação a que se reuniram outras das principaes cidades do paiz, das colonias portuguezas em Paris e no Brazil, e varias sociedades scientificas, incluindo a do Atheneu Commercial do Porto. Aquelle discurso terminava com a seguinte moção: «A camara convida o governo a decretar que os restos mortaes do insigne visconde de Almeida Garrett sejam trasladados para o pantheon dos Jeronymos, e que o dia em que se realisar aquelle acto solemne seja considerado de festa nacional.» A moção foi approvada, e a trasladação effeituou-se no dia 3 de maio de 1903. O conde de Valenças, além das distincções já citadas, era tambem gran cruz da ordem do Izabel a Catholica, e da ordem civil de Beneficencia, ambas de Hespanha. Casou em Lisboa, a 28 de fevereiro de 1874, com D. Guilhermina Anjos, filha do abastado proprietario e negociante Antonio Lopes Ferreira dos Anjos, e de sua mulher, D. Maria Guilhermina Marques dos Anjos. O seu brazão d'armas consta do seguinte: Escudo partido em pala, na primeira que é dos Ribeiras, esquartelada: no 1.º quartel as armas do Aragão, quatro barras vermelhas em campo de ouro, no 2.º as dos Vasconcellos, em campo negro tres faixas veiradas de prata e vermelho, e assim os contrarios. Na segunda pala as armas dos Freires, em campo verde uma banda vermelha coticada de ouro saindo de duas cabeças de serpes do mesmo metal, armadas de sanguinho; e sobre tudo um escudete veirado de prata e azul com tres aves de ouro. Timbre, o dos Ribeiras, um lyrio verde com flôres de ouro. Bibliographia: *Estudos sobre a organisação judiciaria*, já citados: *Do regimen das successões. A liberdade testamentaria*, 1871; *As alfandegas e o systema economico de Portugal*, serie do artigos publicados no *Instituto*, de Coimbra, 1872; *As magistraturas populares*, 1877; *A instrucção primaria no municipio de Lisboa*, 1877; *O tumulo de Gambeta em Nice (memoria)*, 1885; *Cartas a um philosopho*, serie que saiu na gazeta litteraria *O Povo*, de Coimbra; anno de 1866, *Elementos que concorreram para a formação do terceiro estado em Portugal*, serie de folhetins no *Conimbricense*, de janeiro de 1810; *A Italia*, publicação feita com luxo notavel, e com chromo lithographias, desenhos de Raphael Bordallo Pinheiro; offerecida á rainha D. Maria Pia, para o producto da venda reverter em beneficio do cofre da associação das créches, a favor do qual a piedosa rainha iniciára, protegera, e dirigira uma *kermesse* na tapada d'Ajuda, 1884; *Notas de viagem*, publicadas no *Diario Popular; Relatorios sobre a beneficencia e economia dos Albergues Nocturnos de Lisboa*, annos de 1881 a 1887, inclusivé. Em 1890 publicou em volume muitos dos seus discursos em academias e sociedades, e no parlamento, intitulando esse livro *Discursos politicos e litterarios;* em 1892, fez imprimir o seu notavel trabalho *Arbitragem Internacional*, a memoria que apresentou, como delegado de Portugal, no Congresso Juridico de Madrid, realisado n'aquelle anno. Deixou manuscriptos, entre os quaes os volumes *A Revolução e a Burguezia*, que tencionava publicar, quando falleceu, e de que sairam alguns excerptos no *Occidente; Cartas de Vienna d'Austria*, escriptas no tempo em que foi ali ministro plenipotenciario de Portugal; *Homens novos e cidades velhas*, memorias ácêrca das suas viagens de observação pela Hespanha, França, Suissa, Belgica e outras nações; e o seu apreciado *Livro azul*, memorias academicas, que era dedicado a sua mãe. Tambem publicou um dos seus mais importantes discursos na camara dos pares sobre *Concessões de terrenos no Ultramar*. Em 1909, publicou-se em Coimbra um opusculo, com o titulo de *Conde de Valenças; homenagem do «Noticias de Coimbra,»* collaborado por distinctos jornalistas, e com o seu retrato. Por occasião da sua morte todos os jornaes lhe dedicaram saudosos artigos enaltecendo a sua memoria e o seu grande valor; a sociedade litteraria Almeida Garrett, dedicou lhe em sentida homenagem, um numero especial do seu boletim intitulado *In Memoriam*, publicado em 16 de dezembro de 1910. Esse boletim traz diversos retratos seus, tirados em differentes epocas, e os de seus paes, o visconde e a viscondessa de Monte-São, sendo os artigos firmados por escriptores e jornalistas bem conhecidos no campo litterario e politico.

Valente. E' appellido nobre em Portugal, tomado por alcunha. Vem de Gonçalo Oveques companheiro do conde D. Henrique. Um seu descendente Abril Pires Valente, foi a primeira pessoa que usou d'este appellido. Era pae de D. Vicente Affonso Valente, ou Affonso Pires Valente, pae do D. Martinho Pires Valente, ascendente dos condes de Valle de Reis, que instituiu o morgado de Povoa no Alemtejo, em 1318, o qual foi confirmado n'esse anno, por D. Affonso IV. (V. *Povoa e Meadas*, Portugal, vol. V, pag. 1027). As suas armas são: Em campo de purpura, um leão d'ouro faxado de tres faxas azues; elmo d'aço aberto, e por timbre o mesmo leão.

Valente *(André)*. Vereador da camara municipal de Lisboa no seculo XVII. Era doutor, mas ignora se de que faculdade. Exercia aquelle cargo quando falleceu D. Filippe II de Hespanha e I de Portugal, e assistiu á acclamação de seu filho D. Filippe, que lhe succedeu. Era proprietario d'uma casa onde residia na calçada do Combro, esquina de uma travessa, para onde tinha a entrada, a qual por esse motivo tomou o nome de *Travessa de André Valente*, que ainda hoje se conserva. N'esta travessa existe a casa celebre onde falceceu o grande poeta Manuel Maria Barbosa du Bocage.

Valente *(Antonio Diniz do Couto)*. Commendador da ordem de Aviz e da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, capitão de mar e guerra da armada nacional, etc. N. em Lisboa a 17 do agosto de 1800, e fal. em 1867. Era filho de Matheus Valente do Couto. Seguindo a carreira

naval, tornou se distincto nos estudos astronomicos. Foi lente da Escola Naval, e ajudante do Observatorio Astronomico de Marinha. Em 1831 foi eleito socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e seu thesoureiro, sendo n'esse cargo reeleito por muitos annos. Collaborou com seu irmão Matheus Valente do Couto Diniz, na publicação das *Ephemeridos nauticas* mandada fazer pela Academia, e pertence-lhe a elle a coordenação das ephemerides relativas aos annos de 1820 a 1825 e de 1827 a 1835.

Valente *(Antonio Lopes dos Santos).* Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, escriptor, etc. N. na Certã a 4 de dezembro de 1839, fal. em Lisboa a 11 de abril de 1896. Muito novo ainda matriculou-se na Universidade no anno lectivo de 1858 1859, onde fez um curso brilhantissimo, terminando a sua formatura em 1863. Pouco depois foi nomeado administrador do concelho de Villa de Rei, cargo que exerceu com singular rectidão e cordura A sua carreira administrativa não foi longa, pois passados alguns annos veiu para Lisboa, onde concorreu a um logar de amanuense na secretaria da justiça, e ali falleceu, no fim de bastantes annos, no logar de 2.° official, embora as suas faculdades excepcionaes de erudito lhe dessem direito a um logar muito superior. Pouco antes da sua morte, foi condecorado com a ordem de S. Thiago. Santos Valente logo nos primeiros mezes do seu primeiro anno de direito se tornou conhecido na Academia como abalisado latinista, por causa d'uma celebre dissertação *escripta em latim de Cicero*, como a qualificou na aula o dr. Paes, lente da cadeira de encyclopedia juridica e de historia de direito patrio. D'ahi lhe veiu ser elle durante algum tempo conhecido em Coimbra pelo *Cicero*. Profundamente versado n'esta lingua, compunha com a maior facilidade, tanto em prosa como em verso; e d'esses estudos ficou um magnifico volume, feito na Imprensa Nacional, a que elle pôz o titulo de *Carmina*. Não lhe era menos familiar a lingua grega, da qual foi professor particular. Tinha tambem muita predilecção pela lingua italiana, e desde a mocidade o Dante foi sempre um dos seus poetas favoritos. Traduziu diversos romances e outras obras da moderna litteratura da Italia, editadas sem o nome do traductor pela typographia Elzeveriana, com a nota de *Traducção autorisada*. A sua obra principal foi o *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza*, que dizem ser o melhor que possuimos, sendo todo producto do seu trabalho, excepto o prefacio da introducção, que é do professor Caldas Aulete. Estando ainda em Coimbra publicou, durante a sua formatura, um volume de versos, intitulado *Primicias*, que foi muito apreciado por todos os cultores da lingua latina e da lingua portugueza, que elle conhecia a fundo. Na sua mocidade escreveu ainda versos latinos e portuguezes de muito apreço, que andam dispersos pelos jornaes e revistas litterarias do tempo, ficando outros ineditos Era amigo intimo de João de Deus e de Anthero do Quental, e grande foi o seu desgosto pela morte d'estes dois poetas. A camara municipal da Certã, para exaltar a memoria do seu illustre nome, deliberou que a rua onde está a casa em que elle nasceu ficasse sendo chamada *rua do dr. Santos Valente.*

Valente *(D. Antonio Sebastião).* Doutor em theologia pela Universidade de Coimbra e lente cathedratico da mesma facoldade; arcebispo de Gôa, patriarcha das Indias Orientaes. N. no Porto de Santa Maria, Hespanha, a 20 de janeiro de 1846, fal. em Gôa a 26 de janeiro de 1908. Era filho do dr. João Maria Valente, que foi o primeiro medico que houve nas Minas de S. Domingos, e mais tarde do partido municipal de Cascaes. Iniciou os seus estudos em Beja, passando depois a Lisboa, onde frequentou o Collegio Artistico, que mais tarde teve o nome de Collegio Parisiense, completando ali com muito aproveitamento os seus preparatorios. Em 1865 matriculou-se na Universidade no 1.° anno de theologia, seguindo um curso brilhante em que conquistou os principaes premios e distincções, fazendo a sua formatura em 1870, doutorando se dois annos depois, a 14 de julho de 1872, indo em seguida reger aulas no seminario de Santarem, onde deixou renome, e aberta uma vaga na faculdade de theologia na Universidade, foi nomeado em 9 de junho de 1875 lente substituto, logar de que tomou posse no primeiro do mez de julho seguinte, regendo a sua cadeira com excepcional competencia A 14 de setembro de 1876 foi promovido a lente cathedratico, tomando posse a 19 de outubro immediato. Em 2 de maio de 1881, sendo ministro da marinha, o sr. conselheiro Julio de Vilhena foi nomeado arcebispo de Gôa. Essa nomeação levantou larga discussão na imprensa, fundando-se em que o novo arcebispo não era portuguez, por ter nascido n'uma terra hespanhola, mas afinal provou-se ser de origem portugueza. A 25 de setembro do mesmo anno de 1881 recebia o novo prelado a sagração episcopal. Leão XIII pela bulla *Humanae salutis auctor*, erigia o patriarchado das Indias Orientaes, sendo o arcebispo de Gôa promovido a patriarcha em 1 de setembro de 1886. Na celebre questão do Padroado, monsenhor Valente soube proceder como um habil diplomata e um intelligente patriota. Homem virtuoso, austero e disciplinador, alcançou prestigio entre os seus diocesanos e os seus suffraganeos, e tomando a peito a sua missão ao mesmo tempo espinhosa e insigne, nunca pensou em retirar se para a metropole senão nos ultimos annos, quando ao sentir-se cançado e doente, pretendeu resignar a mitra. Leão XIII tinha por monsenhor Valente a maior consideração, quo o venerando prelado chegou até a ser indigitado para a purpura cardinalicia, quando falleceu o cardeal D. Americo. Desveladamente se dedicou á instrucção do clero, elevando o seminario de Rachol á categoria dos primeiros da Europa, na educação religiosa e scientifica, creando verdadeiros sacerdotes e dotando o seminario com mais uma cadeira de philosophia e outras novas de physica, chimica, introducção e historia natural, com o competente laboratorio, reformando tambem a escola de canto sacro, e es colhendo para tudo bons reitores devidamente remunerados O papa, reconhecendo o elevado grau de perfeição dos cursos do seminario de Rachol, concedeu lhe a faculdade de conferir o grau de bacharel aos alumnos quo n'elle completassem o curso com distincção, regalia que nenhum seminario tinha, quer na India, quer no reino. A par dos melhoramentos dos cursos realisou os materiaes, alargando consideravelmente o edificio com

suas dependencias apropriadas, de modo que se tornou o primeiro de toda a India. Assim como procedeu uo seminario, tambem não descurou a educação e instrucção dos seus diocesanos, merecendo-lhes sua especial attenção. Por vezes presidiu ao conselho do governo do Estado da India, com imparcial justiça, de 4 de fevereiro a 11 d'abril de 1886, e de 3 de novembro a 16 de dezembro do mesmo anno Esteve em Roma pela primeira vez de visita *ad sacra limina*, e pela segunda por occasião do jubileu episcopal de Leão XIII, na qual obteve de Sua Santidade a graça de celebrar missa de pontifical no dia da canonisação dos martyres de Cuucolim. Durante a sua permanencia na India o reverendo prelado veiu apenas tres vezes ao reino, sendo a ultima em 1904 para procurar allivios á enfermidade de que soffria, a diabetes. Esteve nos Cucos, e em Coimbra, onde descançou. Estava na ideia de voltar novamente ao reino, quando a morte o arrebatou.

Valente *(João Gomes)*. Escrivão da cozinha do duque de Guimarães D. Duarte, filho d'el rei D. Manuel. Mais versado em assumptos genealogicos do que em culinaria, escreveu um *Nobiliario das familias de Portugal*, que se não chegou a imprimir, mas que é citado por D. Antonio Caetano de Sousa.

Valente *(José Maria dos Passos)*. Chefe da 2.ª repartição da direcção geral da fazenda publica, e escriptor dramatico. N. em Lisboa a 5 de março de 1841. Tem collaborado anonymamente em varios jornaes, e tambem anonymamente tem traduzido algumas peças para os theatros do Gymnasio e Trindade, em que se contam: *O Rascunho, Revista homeopathica, O senhor está no club, As amazonas de Tormes, Tres noivos distinctos e um só verdadeiro*, etc.

Valente *(P. Manuel Correia)*. Padre da Congregação das Missões. N. em Reguengo no anno de 1735, e fal. em 1804. Era, ao que parece, homem da predilecção do infante D. Pedro, depois rei D. Pedro III por ter casado com sua sobrinha a rainha D. Maria I. Por sua ordem, provavelmente, escreveu para o priorado do Crato e imprimiu em 1767 uma *Instrucção da doutrina christã*. Dez annos antes entrara na congregação. Foi nomeado superior do collegio de Macau, esteve n'essa colonia, e quando em 1804, depois de ter vindo ao reino, partia de Lisboa para Macau, falleceu na viagem.

Valente do Couto *(Matheus)* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de S Bento d'Aviz, conselheiro de Estado, coronel de engenheiros, bacharel formado em mathematica pela Universidade de Coimbra, etc. N. na praça de Macapá sita na embocadura do rio Amazonas, na capitania, hoje provincia do Pará, a 19 de novembro de 1770; fal. a 3 de dezembro de 1848. Era filho de Antonio Diniz do Couto Valente e de D. Margarida Josepha da Fonseca, naturaes de Mazagão, que fôram obrigados a sair d'ali quando em 1769 abandonámos essa praça. Estudando os primeiros rudimentos com seu tio Luiz da Fonseca Zuzarte, passou, quando tinha 11 annos de edade, para a capital do Grão Pará, onde cursou as aulas de linguas, partindo depois para Portugal em resultado das ordens do governo ao capitão general, mandando-lhe escolher dois rapazes que mostrassem talento, para irem estudar medicina na Universidade de Coimbra. Chegando a Lisboa, aos 19 annos, matriculou-se na Universidade como pensionista da Casa Pia, e demonstrando logo no 1.º anno de mathematica, (obrigatorio para os alumnos da faculdade de medicina), extraordinario engenho e talento para essa especialidade, o intendente da policia Pina Manique lhe propôz graduar se em mathematica sem abandonar o estudo das sciencias medicas, offerecendo-lhe ao mesmo tempo os subsidios pecuniarios de que para isso carecesse. Acceita de bom grado a proposta pelo joven estudante, Valente do Couto concluiu com muita distincção a sua formatura em mathematica no anno de 1795, e continuou depois a estudar o curso medico, até que vindo passar umas férias a Lisboa, lhe foi offerecido pelo ministro da marinha D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o posto de 2.º tenente da armada. Valente de Couto que nenhuma inclinação tinha para a carreira de medicina, acceitou gostoso o offerecimento que lhe faziam, e em 1797 era despachado official da marinha. Depois d'algumas viagens de curta duração foi em 1798 nomeado partidista do Observatorio Real de Marinha, que então se creára, e por esse tempo escreveu: *Instrucções e regras praticas derivadas da theoria da construcção naval, relativas á construcção, carregação e manobra do navio*, que mais tarde fôram publicadas na *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, no tomo III, parte 2.ª. De partidista passou no fim d'um anno a ajudante do official encarregado das ephemerides nauticas, e em 13 d'outubro de 1800 foi nomeado lente substituto das duas academias reaes de marinha e dos guardas marinhas, recebendo ao mesmo tempo o posto de 1.º tenente. Dentro em pouco passou a substituto ordinario, e em 25 d'agosto de 1803 foi transferido com o posto de capitão para o corpo de engenheiros do exercito. Promovido a lente proprietario da Academia Real de Marinha, foi depois nomeado director do Observatorio, logar que conservou quando no anno de 1821 se jubilou como lente. Além d'estes cargos, Valente do Couto fez parte de varias commissões importantes, entre as quaes citaremos a que foi encarregada de uniformisar o systema metrologico, a de propôr a melhor fórmula da arqueação dos navios, a de escrever o plano de estudos militares, etc. Foi socio effectivo durante muitos annos e director de classe da Academia Real das Sciencias, socio aggregado da Sociedade de Sciencias Medicas da mesma cidade, e censor regio da Mesa do Desembargo do Paço para a censura dos livros. Bibliographia: *Tratado de trigonometria rectilinea e spherica*, Lisboa, 1808; 2.ª edição, publicada por ordem da Academia, 1819; 3.ª edição, em 1825, com uma estampa; *Principios de Optica, applicados á construcção dos instrumentos astronomicos, para uso dos alumnos que frequentam o Observatorio de Marinha*, publicado de ordem da Academia, Lisboa, 1836, com 6 estampas; *Astronomia spherica e nautica*, publicada por ordem da Academia, 1839, com 7 estampas; *Breve exposição do systema metrico decimal*, 1820; saiu anonymo; *Segunda parte do calculo das notações* (a 1.ª é de Francisco Simões Margiochi), no tomo II, parte 2.ª da *Historia e Memorias da Academia; Memoria em que se pretende dar a solução de um programma de analyse para 1812*,

idem; *Breve ensaio sobre a deducção philosophica das operações algebricas*, idem; *Memoria em que se pretende dar a solução do programma de astronomia proposto em 1820;* no tomo VIII, parte 1.ª; *Resposta do parecer sobre a arqueação dos navios*, no tomo I, parte 2.ª da 2.ª serie das *Memorias*, 1848, pag. 1 a 13; *Memoria sobre os principios em que se deve fundar qualquer methodo de calcular a longitude geographica de um logar;* no tomo II, parte 1.ª da 2.ª serie, 1818, pag. 301 a 316. Deixou manuscriptas varias obras scientificas, mais ou menos importantes, versando principalmente sobre diversos ramos das mathematicas; muitas consultas e pareceres ácêrca de assumptos em que foi mandado ouvir pelo governo ou pela Academia, varias poesias fugitivas, etc. Fez o seu *Elogio historico* o P. Francisco Recreio, recitado na sessão litteraria de 9 de maio do anno de 1819, na Academia Real das Sciencias.

Valerio (*Fr. Francisco*). Religioso da ordem dos carmelitas. N. em Lisboa e professou em 1709. Doutorou se na Universidade de Coimbra na faculdade de theologia. Era bom prégador e latinista, mas só deixou impresso um discurso em latim, que recitou em Coimbra no anno de 1722.

Valhadolit *(Francisco de)*. Mestre de musica no seminario de Lisboa e na parochia de Santos. N. no Funchal pelo meado do seculo XVII, fal. em Lisboa a 16 de julho de 1700, sendo sepultado na egreja de Santos. No Funchal teve por mestre de musica o conego Manuel Fernandes, e vindo para Lisboa foi aqui discipulo do bibliothecario de D. João IV, Alvares Frovo. Era homem muito estudioso, e juntou uma copiosa livraria de musica. Quando falleceu, consta, que tinha prompto para a impressão um livro em que comprehendia os *Mysterios da Musica*, assim pratica como especulativa. Deixou grande numero de missas, misereres, ladainhas e outras musicas religiosas.

Valhelhas Villa e freg. de Santa Maria Maior, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda. Está situada entre montanhas, na margem de um pequeno affluente do rio Zezere e nas proximidades da margem esquerda d'este rio, a 9. k. da séde do conc. Tem est post. E' pov. muito antiga, existindo já no tempo dos romanos. Despovoou-se com as guerras da edade media, e D. Sancho I e seus filhos a mandaram povoar em 1187, dando lhe foral, com grandes privilegios, em julho de 1188, que foi confirmado por seu filho, D. Affonso II, em Santarem, em outubro de 1217. O rei D. Manuel I lhe deu foral novo, em Lisboa, a 20 de maio de 1514. No foral antigo declarava D. Sancho I, que tinha dado esta villa de juro e herdade a D. Gomes Ramires, mestre da ordem do Templo, e aos seus frades, os quaes d'aqui fizeram uma commenda, e aqui construiram uma casa, em que alguns d'elles residiram temporariamente. Pela extincção de aquella ordem, em 1311, esteve a commenda de Valhelhas em poder da corôa até 1319, passando então para a nova ordem de Christo, que el rei D. Diniz havia instituido. Teve um convento de religiosos franciscanos, fundado em 1680 por D. Rodrigo de Castro, senhor de Valhelhas, e seu neto e herdeiro, D Diogo de Castro, vindo habital o frades que vieram da Guarda. A egreja matriz é um templo regular e muito antigo. Tem altar mór e dois lateraes no corpo da egreja, todos de talha dourada, já muito deteriorada. Por detraz da capella-mór ergue se um antiquissimo campanario, para o qual se sobe, pelo lado do rio, por toscos de graus de pedra. Tem dois sinos, um com a data de 1778, e o outro com a de 1797, um relogio, e na verga da pequena casa onde está a fabrica d'elle, a data de 1789. No angulo do N do campanario estão as armas dos Castros, e o mesmo brazão está no cimo do retábulo do altar mór, o que prova que estes Castros possuiam no seculo XVII o senhorio de Valhelhas e a alcaidaria-mór do seu castello. Esta velha fortaleza está situada no tope d'uma collina e contigua á pov. Foi demolida, empregando-se os seus materiaes em outras construcções. Parece ter sido obra dos templarios. Ainda no anno de 1755 havia em volta da torre de menagem uma cinta de muralhas, e dentro d'ellas algumas casas, que tudo foi destruido pelo terremoto do 1.º de novembro d'esse anno. Nos principios do seculo XVIII eram senhores d'esta villa os condes de Castello Melhor. Teve Misericordia e hospital, que ha muito não existe. A villa foi séde d'um conc. do seu nome, que se supprimiu em 1836; n'esse tempo tinha juiz ordinario, vereadores, escrivão da camara, procurador do concelho, juiz dos orphãos e seu escrivão, e dois escrivães do judicial e notas. Junto da villa, sobre o rio Zezere, ha uma ponte de pedra de 4 arcos. As principaes producções agricolas d'esta freg., são: milho, feijão, batatas, castanhas, vinho, azeite, fructas, centeio e legumes. O Zezere a fornece de bom peixe, e é abundante de gado, principalmente miudo, e caça de toda a qualidade. Esta villa soffreu muito durante a Guerra Peninsular, pois que os francezes roubaram da egreja matriz e da capella do Corpo Santo, que existe n'esta freg., uma custodia de ouro, dois calices, um de ouro e outro de prata, varios paramentos, bordados, uns a ouro e outros a matiz, e ainda outros objectos de valor. Tambem saquearam as casas de varios habitantes da villa, praticando as maiores crueldades. Valhelhas pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. nº. 12, com a séde em Trancoso. ‖ Pov. na freg de N. S.ª do O', de Olaia, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Valia. Pov. na freg. de S. Paio, de Jolda, conc. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello.

Valigote Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Asseiceira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Valigôto Sitio da freg. de Santo Aleixo do Becco, conc. de Ferreira do Zezere, onde está um marco geodesico.

Valizellas. Pov. na freg. da Assumpção, de Tazem, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real.

Valjada Pov. na freg. de S Salvador, de Fornos, conc. da Feira, distr. d'Aveiro.

Valla Povoações nas freguezias: N. S.ª da Luz e conc. de Lagôa, distr. de Faro. ‖ N S.ª da Conceição e conc. de Silves, do mesmo distr. ‖ S. Thiago, de Valpedre, conc. de Penafiel, distr. do Porto. ‖ Apeadeiro no ramal de Portimão entre as duas estações de Poço Barreto e Valle da Lama. ‖ Ribeira do distr. de Leiria. N. ao N de Aljubarrota, corre para o O, passa ao S de Maior-

ga, o vae desaguar no Alcobaça, depois de 10 k. do curso.

Valla do Carregado. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Purificação, de Cachoeiras, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

Valla da Silva. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Sagres, conc. de Villa do Bispo, distr. do Faro.

Vallada *(D. Francisco de Menezes da Silveira e Castro, 1.º conde de Caparica e 1.º marquez de)*. Veador da rainha D. Carlota Joaquina, mulher de D. João VI, seu estribeiro-mór e mordomo-mór; gran-cruz da ordem de Aviz, commendador de Vallada, commenda instituida a 7 de abril de 1573, na ordem de Christo; cavalleiro da ordem de Tosão do Ouro, de Hespanha, membro do governo do reino, pelo fallecimento de D. João VI, em 1826, e par do reino, nomeado n'esse mesmo anno, etc. N. a 10 de março de 1754, fal. a 22 de julho de 1834. Era o 12.º sr. do morgado de Caparica, instituido em 25 de agosto de 1419; 14.º sr. do da Patameira, instituido em 1447. Foi elle quem acompanhou a Madrid as infantas D. Maria Izabel, que foi rainha de Hespanha, e D. Maria Francisca, as quaes sairam do Rio de Janeiro a 3 de julho de 1816 para Cadiz, a bordo da nau de guerra portugueza *S. Sebastião* Succedeu na casa de seu pae a 12 de maio de 1780. Foi-lhe concedido o titulo de conde de Caparica por decreto de 23 de abril e portaria de 10 de maio de 1793, e o de marquez de Vallada por decreto de 24 de dezembro de 1813. Casou duas vezes: a primeira, a 16 de julho de 1776, com D. Anna Thereza d'Almeida, dama da ordem de Santa Izabel, filha dos 2.ºs marquezes do Lavradio, que falleceu no Rio de Janeiro a 18 de dezembro de 1815; a segunda vez, em junho de 1816, com D. Francisca d'Almeida, filha dos 3.ºs marquezes do Lavradio. O brazão d'armas é o escudo com as armas dos Tavoras, por descender por varonia de D. José de Menezes e Tavora, sr. de Patameira, governador da Torre Velha e veador da rainha D. Maria Sophia de Neubourg. O brazão citado já vem descripto n'este vol. a pag. 49.

Vallada *(D. José de Menezes da Silveira e Castro, 2.º marquez de)*. Do conselho d'El-Rei, par do reino por direito hereditario, official-mór da Casa Real, commendador da ordem de Christo e da de S. Thiago, bailio da Ordem Hospitaleira e Soberana de S. João de Jerusalem, membro da Academia das Sciencias Britanica, e do Instituto Archeologico de Londres, e 3.º senhor do morgado de Caparica, 15.º do da Patameira, etc. N. a 13 de fevereiro de 1826, fal. em Lisboa a 15 de outubro de 1895. Era filho do 1.º conde de Caparica e 1.º marquez de Vallada, e de sua segunda mulher. (V. o *artigo antecedente)* Antigo parlamentar e possuindo uma erudição pouco vulgar, os seus discursos na camara dos pares eram sempre escutados com a attenção especial que chamam as orações dos privilegiados. Embora militasse activamente na politica, o marquez de Vallada tinha sempre tempo para ler os seus poetas favoritos, gregos e latinos, e assim é que Homero e Virgilio raras vezes deixavam de ser citados nos seus discursos. Em 1877 foi escolhido pelo duque de Avila, então presidente de ministros, para governador civil do districto de Braga, e posteriormente, antevendo Fontes Pereira de Mello a dissavença entre as cidades de Braga e Guimarães, confiou-lhe novamente o governo do mesmo districto, por decreto de 11 de dezembro de 1884, cargo que desempenhou sempre com a maior proficiencia, sendo louvada a sua administração. Tambem exerceu alguns annos o logar de governador civil substituto do districto de Lisboa. Em 1834, pela morte de seu pae, succedeu a toda a sua casa e honras, e ao titulo de marquez, que lhe foi renovado por decreto de 1 de dezembro do mesmo anno. O titulo de conde de Caparica foi mais tarde concedido a seu filho, a instancias suas (V. *Caparica)*. O marquez de Vallada casou em Paris, a 9 de julho de 1848, com D. Maria Izabel do Carmo Paula Maxima Gonzaga de Bragança, filha dos duques de Lafões. Possuia uma grandiosa livraria, talvez das mais ricas e importantes do paiz, cujo catalogo foi publicado em 1836. Foi collaborador em jornaes politicos e litterarios, e por alguns annos um dos redactores principaes do jornal religioso *O Bem Publico*. Em 1853 publicou, em separado, o seguinte discurso com que fez a sua estreia parlamentar: *Discurso pronunciado na sessão da camara dos dignos pares do 1.º de agosto de 1853, sobre a questão da pensão que o sr. Conde de Penafiel recebe do correio geral.* Publicou tambem: *Discurso pronunciado na sessão da camara dos dignos pares, em 12 de abril de 1873*, Lisboa, 1873. E' relativo á necessidade de combater as tramas dos absolutistas e demagogos que pretendem destruir a verdadeira liberdade. No *Diario do Governo* n.º 140 de 1858, encontra-se tambem este escripto: *A' memoria da nobre marqueza da Ribeira Grande D. Maria d'Assumpção de Bragança.*

Vallada. Pov. e freg. de N. S.ª da Espectação, da prov. da Extremadura, conc. e com. do Cartaxo, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 436 fog. e 1:918 hab. Tem esc. do sexo fem., est. telegr.-post., medico, pharmacias, productores de cereaes e de vinhos, creadores de gados, e uma feira de gado no 4.º domingo de agosto. Está situada na margem direita do rio Tejo, a 9 k da séde do conc. Foi commenda da ordem de Christo. Esta freg., como todas as do Ribatejo, é fertilissima em todos os fructos agricolas do paiz; cria muito gado bovino, e é abundante de peixe do Tejo, e do mar, que lhe vem por este rio. O Reguengo de Vallada, que lhe fica proximo, foi vendido em 1688, estando incorporado na Corôa, sendo tomado por 100:000 cruzados para a Casa do Infantado. Depois d'esta casa ser extincta, em 1834, o Reguengo de Vallada foi vendido em 1836 á Companhia das Lezirias. ¶ Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Anha, conc. e distr. de Vianna do Castello || Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Salvador, de Bertiandos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Purificação, de Ceissa, conc. do V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || S. Pedro, de Condeixa-a-Velha, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição, de Gesteira, conc. de Soure, do mesmo distr. || Santa Maria, de Egreja Nova, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Christovão, de Labruja, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || S Pedro e conc. da Certã, distr. do Castello Branco. || S. Miguel, de Villa Franca, conc. e distr. de Vianna do

Castello. ‖ Sitio da freg. de Silvestre, de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Vallada da Legua. Dique no Tejo perto da Ponte de Asseca.

Valladares. Esta grande e notavel familia é das mais esclarecidas e illustres de Portugal e Hespanha. Descendem d'ella, por allianças, não só as principaes casas de Hespanha, mas até muitas pessoas reaes das casas reinantes da Europa. Traz a sua origem dos antigos condes de Trava e, portanto, descende de Desiderio, rei dos Lombardos. Esta familia veiu da Galliza para Portugal no principio da monarchia e ajudou relevantemente a fundar a nacionalidade portugueza. Tomou o appellido de *Valladares* por ter estabelecido o seu solar na villa d'este nome, entre Monsão e Melgaço. Quem primeiro o usou foi D. Soeiro Arias, que esteve em duas batalhas que os portuguezes tiveram no mesmo dia, commandados pelo famoso D. Gonçalo Mendes da Maia, o *Lidador*, contra os moiros, perto da cidade de Beja, em 1169. De D. Soeiro procede D. Lourenço Soares de Valladares que, em tempo d'el-rei D. Diniz, foi governador de toda a provincia de Entre Douro e Minho, senhor do castello de Tangil e avô da rainha D. Ignez de Castro. D'elle procedem muitas casas illustres, como a dos Castros, Soares de Tangil e de Monsão, d'onde um dos seus ramos passou ao antigo solar de Val de Oleiros. São suas armas um escudo esquartelado: no 1.° e 4.° quarteis, em campo azul um leão de prata armado de vermelho; nos 2.° e 3.°, um xadrezado de prata e vermelho de 6 peças em faxa; timbre, um leão de prata com a cabeça xadrezada. Alguns Valladares teem as armas dos Sotto-Maiores.

Valladares (*D. Alvaro Antonio de Noronha Abranches Castello Branco, 7.° conde de*). Foi o 1.° marquez de Torres Novas. V. *este titulo*.

Valladares (*D. Alvaro de Noronha e Castello Branco, 5.° conde de*). Nasceu a 27 de dezembro de 1713, sendo filho do 3.° conde do mesmo titulo D. Miguel Luiz de Menezes, e de sua mulher D. Maria de Castello Branco. Herdou o titulo de seu irmão, o 4.° conde que falleceu ainda em vida de seu pae, sendo-lhe concedido em 1719. Serviu na infantaria, foi capitão d'um dos regimentos da guarnição de Lisboa, e deputado da Junta dos Tres Estados. Fal. a 27 de maio de 1752. Casou em 23 de outubro de 1738, com D. Thereza de Noronha, filha dos 2.os marquezes de Angeja.

Valladares (*D. Carlos de Noronha, 2.° conde de*). Vedor da rainha D. Maria Sophia Izabel de Neubourg, 2.ª mulher de D. Pedro II; gentil-homem da camara de D. João V, commendador das commendas de S. João da Castanheira, S. Julião de Montenegro, Santa Maria de Veade e Santa Maria de Locores, na ordem de Christo. N. a 8 de janeiro de 1658, fal. a 8 de fevereiro de 1731. Era filho dos 1.os condes de Valladares D. Miguel Luiz de Menezes e D. Magdalena de Lencastre e Abranches. Casou com sua prima D. Maria de Lencastre, filha de Luiz da Cunha Athaide, senhor de Povolide, e de D. Guiomar de Lencastre.

Valladares (*D. Carlos de Noronha, 4.° conde de*). Era filho dos 3.os condes do mesmo titulo, D. Miguel Luiz de Menezes e D. Maria de Castello Branco. Fal. a 14 de setembro de 1722, ainda em vida de seu pae, mas já usando o titulo de conde, de que depois foi herdeiro seu irmão D. Alvaro. Estava para casar com D. Thereza de Assis Mascarenhas, dama do paço, filha de D. Fernando Mascarenhas, conde d'Obidos, quando falleceu.

Valladares (*Joaquim Thomaz*). Cirurgião militar, fallecido em 1869, na avançada edade de 93 annos. Entrou para o exercito em 1809, desempenhando differentes commissões de serviço, entre as quaes a organisação dos hospitaes da provincia de Traz-os-Montes e a direcção do hospital da praça d'Almeida. Emigrando em 1829, voltou a Portugal em 1832, servindo no Porto, sendo reformado em 1837.

Valladares (*D. José Antonio Abranches de Castello Branco, 9.° conde de*). Commendador da ordem de Christo, 2.° tenente honorario da armada. N. a 14 de fevereiro de 1813, fal. a 24 de junho de 1873. Era filho dos 8.os condes do mesmo titulo, D. Pedro Antonio de Noronha e D. Maria Helena da Cunha. Pertenceu sempre ao partido legitimista. O representante d'esta nobre casa ficou sendo D. Francisco Antonio de Noronha Castello Branco, que não quiz a renovação do titulo pelo governo constitucional.

Valladares (*D. José Luiz de Menezes Castello Branco Abranches, 6.° conde de*). Gentil-homem da camara de D. Maria I, governador e capitão general de Minas Geraes em 1768, etc. N. a 5 de dezembro de 1743, fal. a 17 de novembro de 1792. Era filho dos 5.os condes de Valladares, D. Alvaro de Noronha de Castello Branco e de D. Thereza de Noronha. Succedeu por morte de seu pae a toda a sua casa e titulo. Foi enviado extraordinario e ministro plenipotenciario a Madrid em 1785, por occasião do casamento dos infantes D. João e D. Gabriel; deputado da Junta dos Tres Estados, inspector geral do Terreiro Publico e das estradas. Casou com D. Luiza Josepha Maria Rita Antonia Fausta de Noronha, 3.ª filha dos 3.os marquezes de Angeja.

Valladares (*Fr. Manuel de*). Religioso da ordem de S. Bernardo. N. em Leiria, e falleceu no convento d'Alcobaça a 28 de junho de 1723. Professou no referido convento em 1679, foi reitor do collegio de Coimbra, abbade do convento de Ceissa, e confessor das freiras benedictinas de Evora. Publicou muitos sermões que prégou. Era considerado prégador distincto e excellente professor.

Valladares (*P. Manuel de*). Jesuita. N. no Pombal em 1534, fal. no collegio de Cochim em 1598. Foi coadjuctor espiritual da Companhia de Jesus e missionario na India. Deixou umas cartas escriptas de Coulão e da ilha de S. Miguel.

Valladares (*Manuel Pacheco Sampaio*). Bacharel formado em canones pela Universidade de Coimbra e socio da Academia dos Anonymos. N. em Benavente em 1673, fal. a 1 de março de 1737. Estudou philosophia no collegio de Santo Antão, de Lisboa, matriculando-se depois na Universidade. Obtendo a sua formatura, veiu fazer exame no desembargo do paço, mas não quiz seguir a carreira judicial, e preferiu entregar se livremente á arte poetica, sendo principalmente feliz no genero jocoso. Escreveu diversas comedias em hespanhol, como era costume no seu tempo, das quaes se imprimiram: *Querer sin querer querer*,

Tenerse muertos por vivos, ficando manuscriptas as que se intitulavam: *Como agravio a amar enseña*, *El valiente sin pavor* e *El gran empório del mundo*. Escreveu e publicou em 1750: *Arte de Rhetorica, que ensina a falar, escrever e orar, com uma rhetorica particular, para uso dos prégadores*. Entre as obras que deixou manuscriptas, contam-se, além das comédias citadas, muitas prosas, provavelmente satyricas, umas reflexões sobre orthographia, uns estudos geographico archeologicos, um auto allegorico, etc.

Valladares *(D. Miguel Luiz de Menezes, 1.º conde de)*. Commendador de S. Julião do Monte-Negro e da Granja de Loares. Era filho de D. Carlos de Noronha, commendador de Marvão, na ordem de S. Bento de Aviz, e presidente da Mesa da Consciencia e Ordens, e de sua segunda mulher, D. Antonia de Menezes, filha natural de D. Miguel de Menezes, 6.º marquez de Villa Real e 1.º duque de Caminha. D. Miguel Luiz de Menezes teve o titulo de conde de Valladares por decreto de 20 de junho de 1702, e varias rendas, por ajuste com D. Pedro II, fundado no direito que tinha a casa de Villa Real depois da execução do marquez d'este titulo e de seu filho o duque de Caminha Casou com D. Magdalena de Lencastre e Abranches, filha herdeira de D. Alvaro de Abranches da Camara, do conselho de Estado e governador das armas da provincia do Minho, e de sua mulher D. Maria de Lencastre. O conde de Valladares fal. a 1 de fevereiro de 1717.

Valladares *(D. Miguel Luiz de Menezes, 3.º conde de)* Deputado da Junta dos Tres Estados e coronel do regimento dos Privilegiados da Côrte. N. a 31 de janeiro de 1680, fal a 11 de dezembro de 1744. Era filho do 2.º conde de Valladares D. Carlos de Noronha, e de sua mulher D. Maria de Lencastre. Succedeu em toda a casa de seu pae e no titulo. Casou em 7 de março de 1707, com D. Maria de Castello Branco, filha de Fernão Telles da Silva, 2.º marquez de Alegrete, e de sua mulher, D. Helena de Bourbon.

Valladares *(D. Pedro Antonio de Noronha, 8.º conde de)*. Gentil homem da camara de D. Maria I; gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, commendador da de Christo, chefe de divisão da armada real, ajudante d'ordens do infante almirante. N. a 1 de agosto de 1778, fal. a 4 de agosto de 1827. Era filho do 6.º conde de Valladares D. José Luiz de Menezes de Castello Branco, e de sua mulher D. Luiza Josepha de Noronha. Herdou o titulo a seu irmão D. Alvaro de Noronha, que foi o 7.º conde de Valladares o marquez de Torres Novas *(V. este titulo)*. Em 1822 acompanhou a Madrid a princeza D. Maria Thereza e seu filho o infante D. Sebastião. Casou a 24 de julho de 1810 com D. Maria Helena da Cunha, dama da rainha D. Maria I, filha dos 3.ºˢ condes de Povolide.

Valladares *(D. Rodrigo, ou Ruy, Paes de)*. Fidalgo do seculo XII, filho de D. Soeiro Arias de Valladares. Foi do conselho de D. Sancho I, seu mordomo mór e alcaide-mór de Coimbra. Passou a segundas nupcias com D. Thereza Gil de Almeida, havendo matrimonio varios filhos, um dos quaes foi o famoso S. Frei Gil, que antes de professar se chamava D. Gil Rodrigues de Valladares. V. *Gil (S. Frei)*.

Valladares. Villa e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho, conc. e com. de Monsão, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 74 fog e 309 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Minho, a 12 k. da séde do conc., n'um formoso valle, com bellos arrabaldes, e cercada de quintas muito ferteis. E' uma das mais antigas povoações da prov. do Minho. e com certeza do tempo dos godos. Foi capital de um conc do seu nome, que se supprimiu por decreto da regencia de 24 d'outubro de 1855. Já era conc. desde os principios da monarchia, e parece que de importancia, tendo juiz ordinario, tres vereadores, procurador do conc., escrivão da camara, almotacés, quatro escrivães do publico, judicial e notas, meirinho, juiz dos orphãos, com seu escrivão privativo, distribuidor, inquisidor e contador, tudo de nomeação régia. Tinha tambem escrivão das sizas, capitão mór, sargento-mór e 4 companhias de ordenanças. D. João I lhe deu carta de foral, em Lisboa, no 1.º de julho de 1317; D. João II a confirmou, em Santarem, a 12 de julho de 1487, e n'esta carta de confirmação vem inserta a de foral El rei D. Manuel lhe deu foral novo, em Lisboa, no 1.º do junho de 1512. Ao sul d'esta pittoresca pov. se eleva um outeiro, chamado de *Nossa Senhora da Graça*, e no tópe d'elle está a ermida d'esta invocação, que lhe dá o nome. E' muito antiga, com um adro ou alpendre, cercado de bellas paredes, com columnas na entrada e em todos os 4 lados. Do alto d'este outeiro se gozam bellos pontos de vista. A villa pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Douro, conc. de V. N. de Gaia, com., distr. e bisp. do Porto; 357 fog. e 2:400 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. com serviço de encommendas; est do caminho de ferro, na linha do norte, entre as da Granja e V. N. de Gaia, ou melhor, entre os apeadeiros Magdalena e Francelhos, servida por comboios ordinarios e *tramways;* medico, associação de soccorros mutuos, com o nome de *Associação Funebre de Nossa Senhora dos Afflictos de Valladares*. Dista 7 k da séde do conc. E' terra muito fertil em todos os generos agricolas do paiz; cria muito gado bovino, que exporta quasi todo para Inglaterra, e é abundante de peixe do rio Douro e do mar, que lhe fica a 3 k. ao O. A freg é muito rica pelo constante negocio que faz com a cidade do Porto. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto. || Pov e freg. de N. S.ª da Expectação, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. Pedro do Sul, distr. e bisp. de Vizeu; 283 fog. e 1:302 hab. Tem est. post. Está a 1 k. da margem direita do rio Vouga e a 16 da séde do conc. E' pov. muito antiga, muito fertil em todos os generos agricolas do paiz. Cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus montes e bosques ha abundancia de madeira e de lenha, e muita caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. de Baião, distr. e bisp. do Porto; 210 fog e 911 hab. Tem escolas d'ambos os sexos. Está situada a 5 k. da margem direita do rio Douro e a 6 da séde do conc. A pov. é muito antiga, mas ignora-se a data da sua fundação e o nome do fundador. A terra é muito fertil em todos os generos agrico-

las, e o Douro que lhe fica proximo, ao sul, lhe fornece bom peixe. Pertence á 6.ª div. mil. o ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. || Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Messegães, conc. de Monsão, distr de Vianna do Castello. || Santo André, de Varzea da Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Valladares e Sousa *(José Xavier de)*. Bacharel formado em canones pela Universidade de Coimbra, capitão mór de ordenanças de Alemquer, etc. N. n'esta villa, onde tambem fal. depois de 1759. Era filho do dr. Francisco Leitão de Carvalho e de D. Izabel de Lima. Entregou-se ao cultivo da poesia, e foi socio da Arcadia de Lisboa, com o nome pastoril de Sincer Jorabriense. Escreveu: *Em louvor do ill.mo e rev.mo sr. D. Antonio, monsenhor de Napoles, na occasião de ser elevado á dignidade de ministro da Santa Sé Patriarchal*, Ode; 1739, impressa sem designação de logar; *Exame critico d'uma Sylva poetica feita á morte da ser.ma senhora infanta D. Francisca*, Coimbra, 1739; saiu com o nome supposto de Diogo Novaes Pacheco; era autor da sylva criticada o celebre Caetano José da Silva Sotto Maior, conhecido pelo nome de *Camões do Rocio*.

Valladares Sotto Maior *(Filippe de)*. Governador da India. N. em Tavira a 15 de agosto de 1691, fal. em Gôa a 4 de maio de 1775. Foi governador do Damão, e era mestre de campo do terço velho de Bardez, quando em 1756, tendo morrido o conde d'Alva, lhe succedeu no governo Filippe de Valladares, associado com D. Antonio Taveira de Neiva Brum da Silveira e João do Mesquita Mattos Teixeira Governaram até 1758 em quo entregaram o poder ao conde da Ega. Houvera no tempo dos tres governadores bastantes abusos o prevaricações, o attribue-se a principal responsabilidade d'estes abusos a Mattos Teixeira e a Filippo de Valladares. O conde da Ega levava ordem para os mandar a ambos para o reino, mandou effectivamente Mattos Teixeira, mas lembrou que o Filippe de Valladares era o portuguez mais rico de Gôa, que a sua partida importaria o levantamento de grossos capitaes, com prejuizo da provincia, que além d'isso tinha cêrca de 70 annos, e que lhe podia ser fatal a viagem, o emfim que não tinha descendentes, e que estava construindo e dotando um hospital para engeitados. O marquez de Pombal não acceitou as razões do conde da Ega, e ordenou que Valladares Sotto Maior fôsse remettido para Lisboa, e assim o praticou o vice rei em 1764, vindo elle preso e entregue ao cuidado do capitão de mar e guerra Bernardo Carneiro do Alcaçova. Em 1774 foi, porém, declarado innocente, o regressou á India, sendo nomeado de novo governador d'esse estado a 13 de janeiro do mesmo anno, por morte inesperada de D. João José do Mello, mas em setembro ainda d'esse anno entregou o governo a D. José Pedro da Camara.

Valladas Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Valladim *(Eduardo Antonio Prieto)*. Tenente de infantaria. N. em Lisboa a 15 de junho de 1865, sendo filho do vice-almirante reformado Eduardo Augusto Valladim o de D. Irene Adelaide Prieto Valladim. Entrou para o Collegio Militar aos 10 annos de edade, onde fez o curso secundario, indo depois do concluidos os estudos, assentar praça no antigo batalhão de caçadores n.º 2, sendo logo despachado 1.º sargento aspirante a official. Seguidamente matriculou-se na Escola do Exercito, cujo curso não concluiu, sendo despachado alferes para o Ultramar em 26 de novembro de 1884, indo servir na provincia de Moçambique. para onde partiu em 22 de fevereiro de 1885. Chegado a Moçambique foi nomeado ajudante do conselho governativo, e, depois, do governador geral, o conselheiro Augusto de Castilho. Durante o governo do alludido governador percorreu quasi toda a provincia, fez uma viagem a Manica pelo sertão, tomou parte na guerra dos vatuas, foi com o governador a Zanzibar e fez parte da expedição que tomou a bahia de Tungue. Em 1888 regressou ao reino por motivo de doença, partindo de novo, ainda convalescente, para Moçambique, em fevereiro de 1889. Chegado a Moçambique foi nomeado chefe de uma expedição ao regulo da Mataca, nos sertões do Cabo Delgado, a qual não se pôde concluir por falta de carregadores. Em 13 de junho de 1889 foi promovido a tenente e por esse tempo condecorado pelos seus serviços em Africa com o grau de cavalleiro da ordem de Christo. Em outubro de 1889 partiu para Quelimane acompanhado pelo aspirante da alfandega de Moçambique, José Thomaz de Almeida, e por 50 pretos landins armados e 250 carregadores, afim de estabelecer missionarios em Maponda: o d'ali dirigiu se á Cuirassia, a dar posse do governo militar ao tenente Marques Lourenço. Concluidos estes serviços partiu para a Mataca, proximo ao Nyassa, afim de entregar um presente ao regulo d'ali e procurar avassallal-o. Chegou á Mataca, segundo se crê, nos fins de janeiro de 1890, sendo bem recebido pelo regulo, a quem entregou o presente, içando então a bandeira portugueza. Pouco depois, segundo o testemunho de alguns pretos, querendo um grupo de negros do regulo arriar e rasgar a bandeira, o tenente Valladim oppôz se a que tal desacato se fizesse, chegando a repellir os mais audazes; não tardou, porém, que se visse atacado por grupos numerosos do negros, que bem depressa o dominaram e martyrisaram de todos os modos, até que o proprio regulo o degolou. O aspirante Almeida, bem como os 50 homens da escolta, fôram todos mortos, e os 250 carregadores vendidos como escravos. A origem d'este tragico acontecimento fôram intrigas d'uns arabes que persuadiram os negros e o proprio régulo de que a expedição do infortunado tenente tinha por fim desthronal-o, aprisional o e leval-o para a costa A scena passou se em Muembue. A expedição, fraca para ser de guerra, era todavia, bastante apparatosa para não ser tida por pacifica. O tenente Valladim contava por esse tempo 25 annos incompletos. Era geralmente bemquisto em Portugal, illustrado e de fino tacto. A sua morte foi muito lastimada. A ella se referiram com palavras sentidas todos os jornaes, quer noticiosos, quer politicos. Tambem na camara dos deputados se votou por unanimidade uma proposta do sentimento, mandada para a mesa por Costa Lobo. Algumas camaras municipaes deram o nome de *Tenente Valladim* a vias publicas.

Valladim *(Eduardo Augusto)*. Vice-almirante reformado. N. a 8 de julho do 1835, fal. em Lisboa a 21 de fevereiro de 1907. Assentou praça

como aspirante de marinha em 9 de agosto de 1853, foi promovido a aspirante do 2.ª classe, em 3 de setembro seguinte, á de 1.ª classe em 7 de dezembro do 1855, a guarda marinha em 26 de maio do 1858, a 2.º tenento em 8 de junho de 1860, a 1.º tenente em 30 de outubro de 1871, a capitão-tenente em 9 de novembro de 1880, a capitão de fragata em 9 de dezembro de 1887, a capitão de mar e guerra supranumerario em 23 do janeiro de 1890, á effectividade em 4 de julho do mesmo anno, sendo reformado por equiparação no posto de vice-almirante em 5 de abril de 1900. Fez parte dos expedições ao Quiccmbe em 1880 e a Moçambique em 1894 1895. Commandou o brigue escuna *Trindade*, transporte *India*, corveta *Rainha de Portugal*, e divisão naval do Indico. Desempenhou as seguintes commissões: chefe do departamento maritimo do sul, em 26 de novembro de 1896; chefe dos depositos do material de marinha, em 31 de maio de 189 ; chefe do estado maior da divisão naval do Indico; capitão dos portos de Faro, Mormugão, Olhão, Figueira da Foz e Tavira; chefe do estado maior da divisão naval do Atlantico Sul; commandante da 1.ª divisão do corpo do marinheiros, subaltorno e ajudante do mesmo corpo, delegado do 3.º districto maritimo do sul, ajudante do chefe do departamento maritimo do centro, idem da 1.ª direcção dos serviços maritimos do Arsenal da Marinha; vogal do jury de exames de guardas-marinhas, idem das commissões encarregadas de formular um regulamento disciplinar da armada, de apresentar um projecto de regulamento das capitanias dos portos do reino e ilhas adjacentes e de elaborar um projecto de regulamento para o serviço de pilotagem; vogal e presidente dos conselhos de guerra de marinha, chefe dos depositos do Arsenal de Marinha, director dos serviços maritimos do mesmo arsenal, presidente do conselho fiscal de administração naval, commandante dos serviços das reservas da armada e superintendente interino do Arsenal do Marinha. O vice-almirante Valladim era cavalleiro das ordens da Torre e Espada, de Christo e d'Aviz; possuia a medalha de ouro de comportamento exemplar e da expedição a Moçambique; as medalhas de prata de bons serviços o de comportamento exemplar. Tinha uma folha de serviços tanto na Europa como no ultramar, obtendo grande numero de louvores pela maneira distincta e intelligente como se desempenhou de várias e importantes commissões de serviço.

Vallado *(Augusto Correia Pinto Tameirão, 3.º barão de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, etc. N. a 28 de agosto de 1842, sendo filho do 2.º barão, Raymundo Correia Pinto Tameirão, e de sua mulher D. Izabel Julia Teixeira Pinto Basto. Cursou na Universidade de Coimbra os annos lectivos de 1861 1862 e 1862-1863, foi procurador á Junta Geral do districto do Porto em 1868, e nos biennios seguintes até 1878, e para o mesmo logar do 1878 a 1879, pelo concelho de Villa Nova de Gaia, sendo membro effectivo do mesmo concelho até 1885. Casou em 27 de agosto de 1863, com D. Josephina Henriqueta de Sousa Basto, filha dos 1.ºs viscondes da Trindade, José Antonio de Sousa Basto e D. Josepha Rosa de Amorim. O titulo foi-lhe renovado por decreto de 9 d'agosto de 1855. O seu brazão d'armas é um escudo partido em pala, tendo na primeira as armas dos Correias: Em campo de ouro um escudo fretado de correias sanguinhas repassadas umas por outras do seis peças, tres em banda o outras tres em contra-banda; na segunda pala as armas dos Pintos: Em campo de prata cinco crescentes de púrpura, em aspa. Timbre, o dos Correias, dois braços armados de prata com as mãos abertas e as palmas para a frente, atadas pelos pulsos com uma correia sanguinha. O timbre é collocado sobre o coronel de barão.

Vallado *(Manuel Luiz Correia, 1.º barão do)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem da Torre e Espada e da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; cavalleiro da de Aviz; condecorado com a Granada de Ouro pelas campanhas da Catalunha e Roussillon, com a medalha de commando na batalha de Nive, e com a Cruz do Ouro n.º 4 das campanhas peninsulares. N. no Porto a 2 de dezembro de 1772, fal. a 21 de março de 1845. Era filho de José Luiz Correia e de D. Josepha Maria do Nascimento Correia. Tendo feito um grande tirocinio militar com valor e pericia, chegou a marechal de campo, general das armas em varias conjecturas politicas. Foi agraciado com o titulo de barão do Vallado por decreto de 21 de janeiro de 1837. Casou a 7 de janeiro de 1806 com D. Maria Magdalena Correia Pinto Tameirão, filha de Manuel Teixeira Novaes, e de sua mulher D. Anna Margarida Pinto Tameirão.

Vallado *(Raymundo Correia Pinto Tameirão, 2.º barão do)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Izabel a Catholica, do Hespanha; bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra; cadete e porta-bandeira do regimento de infantaria n.º 9; vereador e guarda mór de saude, no Porto em 1837; procurador á Junta Geral do districto da mesma cidade, juiz substituto de direito, governador civil do Porto, de 1853 até 1859, deputado em varias legislaturas, condecorado com a medalha n.º 2 das campanhas da Liberdade; associado provincial da Academia Real das Sciencias. N. a 21 de maio do 1807, fal. a 25 de março de 1889. Era filho do 1.º barão de Vallado, Manuel Luiz Correia, e de sua mulher D. Maria Magdalena Correia Pinto Tameirão. O titulo foi-lhe renovado por decreto de 17 de dezembro de 1851. Casou em 28 de dezembro de 1835 com D. Izabel Julia Teixeira Pinto Basto, filha de Custodio Teixeira Pinto Basto, e de sua mulher D. Anna Barbara Teixeira. Publicou: *Relatorios apresentados á Junta Geral do Districto do Porto nas suas sessões ordinarias de 1854, 1855, 1856, 1857 e 1858.*

Vallado. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Ossella, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Salvador o conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Santa Leocadia, do Travanca, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Vallado dos Frades. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Extremadura, conc. da Pederneira, com. de Alcobaça, distr. do Leiria, patriarc. do Lisboa; 386 fog. e 1:416 hab. Tem escolas de ambos os sexos, est. post. com serviço de encommendas e est. do caminho de ferro, na

linha de Oeste, entre a de Cella e o apeadeiro de Pataias; *Philarmonica Valladense*. Está situada a 4 k. do Oceano e a 5 da sédo do conc. (*Nazareth*). E' fertil em generos agricolas. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria.

Vallado das Hortas. Pov. na freg. de Santo André, de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra.

Vallado de Santa Quiteria. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Alfeizerão, conc. d'Alcobaça, distr. da Leiria.

Vallador. Pov. na freg. do S. João Baptista e conc. de Castello de Vide, distr. de Portalegre.

Vallados Povoações nas freguezias: Santa Leocadia e conc. de Baião, distr. do Porto. ‖ Santa Barbara, de Santa Barbara de Nexo, conc. e e distr. de Faro. ‖ Santa Eulalia, de Lamellas, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. ‖ S. Thomé, de Travassos, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Vallalhe. Pov. na freg. de S. Thiago, de Guilhofrei, conc. de Vieira, distr. de Braga.

Vallão. Pov. na freg de S. Paulo e conc. de Salvaterra de Magos, distr. de Santarem.

Vallarinho Pov. na freg. do S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Vallascos. Pov. na freg. de S. Thiago e S. Matheus, e conc. do Sardoal, distr. de Santarem.

Valle. Appellido nobre em Portugal. O conde D. Pedro, no seu livro de linhagens, faz esta familia descendente de D. Sisnando, fundador do mosteiro de Oliveira. O primeiro nome que o conde D. Pedro nomeia com este appellido, é Lopo Fernandes do Valle. O seu solar é na freguezia do Valle, no termo de Valle-de-Vez. As suas armas são: Em campo de púrpura, tres espadas de prata, com guarnição de ouro, em pala, com as pontas para baixo; elmo de prata aberto; e por timbre, as tres espadas atadas em roquete, com fita de púrpura, e as pontas firmadas no virol do elmo.

Valle (*Amaro do*). Pintor d'arte. N. em Lisboa, onde tambem fal. em 1619. Estudou pintura em Roma, e quando regressou a Portugal, pintou a capella-mór da Sé de Lisboa. São-lhe attribuidos os seguintes quadros: *S. Lucas*, na egreja de Santa Joanna; a *Christo crucificado*, collocado n'um dos altares do autigo convento de S. Francisco; e o *Nascimento* do rofeitorio do convento de Belem. Foi pintor de Filippe II, de Hespanha. Dizem que morreu na miseria.

Valle (*Balthazar do*). Cavalleiro da Casa Real e rei d'armas; por carta regia, passada em Lisboa a 30 de julho de 1588, foi eleito abridor de cunhos da Casa da Moeda de Lisboa, pelo fallecimento de Gaspar Paz.

Valle (*Bartholomeu Casella do*). Doutor em theologia e conego magistral da sé d'Elvas. Viveu no seculo XVII, mas ignora-se a terra da sua naturalidade e as datas do seu nascimento e fallecimento Imprimiu em 1625 o sermão que prégou na solemnidado que so fez em Elvas quando foi eleito bispo d'aquella diocese o prelado D. Sebastião de Mattos de Noronha.

Valle (*Bruno José do*). Pintor d'arte. Era natural do Lisboa, e morreu em 1780. Foi discipulo de José da Costa Negreiros. E' trabalho seu o quadro do meio do tecto na escada do Arsenal do Exercito; pintou varios paineis allegoricos na casa das pistolas, um quadro do S. Sebastião para a egreja de Santa Izabel, e outros nas egrejas da Trindade, Santo Antonio da Sé, etc.

Valle (*Fr. João de*). Religioso da ordem de S. Jeronymo, doutor em theologia, pela Universidado de Coimbra. N. em Lisboa e fal. em Coimbra em 1731. Professou no convento de Belem. Foi lente muito distincto na referida Universidade. Não imprimiu as suas lições, e só o que deixou, foi um livro insignificante o anonymo, escripto em hespanhol, em louvor do archiduque Carlos, então pretendente ao throno de Hespanha.

Valle (*João Manuel Nunes do*). Bacharel em medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Cezimbra em 1767, fal. no Rio de Janeiro a 27 de março de 1812. Era filho de Raphael Mendes do Valle, medico do partido do Coimbra, e irmão do advogado Joaquim José do Valle. Seguindo a carreira de medico militar, fez a campanha do Roussillon na qualidade do segundo medico, e foi depois nomeado physico mór do exercito. Por causa d'essa nomeação teve grandes contendas com o dr. Abrantes, e escreveu uma defeza sua que ficou manuscripta. Tendo sido nomeado em 1805 medico da real camara, acompanhou a familia real para o Rio de Janeiro em novembro do anno de 1807, e ali se conservou até fallecer.

Valle (*Joaquim José do*). Empregado na camara municipal do Porto, e escriptor. Fal. aproximadamente em 1853. Escreveu: *Bibliotheca erudita, obra de erudição e recreio para os amadores da patria e das bellas letras*, Porto, 1837; 2 tomos; *Analeto poetico, illustrado com notas*, Porto, 1836; 2 tomos; saiu, em 1846, tambem no Porto: *Continuação do Analeto poetico, publicado em 1836, a qual contém tres cantos d um poema sacro, «A Redempção», diversas poesias e um drama em prosa, n'um acto, «O Casamento industrioso, ou a escola de costumes»; Arte poetica, novamente ordenada para conhecimento dos principios elementares da versificação e poesia portugueza dividida em duas partes*, Porto, 1852.

Valle (*Joaquim Raphael do*). Bacharel formado em leis pela Universidade de Coimbra. N. em Cezimbra a 21 de outubro de 1778, fal. em Lisboa a 10 de março de 1853. Seguiu a carreira da magistratura, desempenhando alguns cargos judiciaes, até que foi provedor em Santarem, com a graduação do desembargador da Relação do Porto; tambem esteve como juiz do crime no bairro do Andaluz em Lisboa. Como se mostrou muito dedicado ao partido liberal, abandonou a magistratura, e seguiu a carreira da advocacia, sendo um dos socios fundadores da Associação dos Advogados. Imprimiu em 1740 o discurso que proferiu na sessão da abertura do 1.º d'outubro d'esso anno; imprimiu tambem uma *Allegação a favor de João Carlos de Moraes Palmeiro nos autos do procurador geral da santa egreja patriarchal;* em 1841, publicou uma *Classificacão geral da Legislação Portugueza, desde o codigo filippino*. Em 1811 havia tambem publicado um *Manifesto juridico e politico a favor da conducta do principe regente;* em 1841, um folheto intitulado: *D. Pedro IV duque de Bragança em Portugal;* em 1819, umas *Notas ao manual pratico, judicial, civil e criminal de Alexandre Caetano Gomes*, que

tiveram muitas edições, e o *Additamento á Pratica dos inventarios, partilhas e custas dos juizos divisorios de Alberto Carlos de Menezes*, que saiu na 4.ª edição d'esta obra. Foi editor responsavel do jornal legitimista *O Portugal Velho*, até ao dia 16 de setembro de 1813. Tambem escreveu uma ode ao 2.º marquez de Pombal.

Valle *(José Antonio do)*. Artista dramatico muito apreciado e muito popular. N. em Lisboa a 20 de outubro de 1845, onde tambem fal. a 20 de fevereiro de 1912. Desde muito novo, enthusiasmado pelo theatro, representou pela primeira vez n'um theatrinho improvisado na casa d'um visinho da sua familia, de appellido Paes. Foi depois representar como amador um papel de creança no *Casamento em miniatura*, na antiga Rua dos Condes. Entrou depois para socio da Sociedade Regosijo Thaliense, onde começou a evidenciar-se como amador muito habil e com as maiores aptidões para a scena. Como actor, estreou se no antigo theatro de Variedades na comedia em 1 acto, de Parizini; *Um parocho virtuoso*, em que fazia com muita graça um pregoeiro de leilões. Chegou a ir a Setubal escripturado por uma companhia. Passando depois ao Gymnasio, debutou na comedia em 3 actos *Prodigos e economicos*, e na comedia n'um acto *A Tia Anna de Vianna*, agradando immenso, sendo bem recebido do publico, de que mais tarde se tornou o seu actor predilecto. Valle caminhou a passos agigantados, achando por fortuna, um bom protector no grande actor Taborda, que muito se lhe affeiçoou, e um ensaiador competentissimo, que muitos annos se conservou no Gymnasio, Romão Antonio Martins. Conservou-se muito tempo no Gymnasio, que se tornou o verdadeiro theatro das suas glorias artisticas, ao lado de Taborda, que mais tarde ficou substituindo, por assim dizer quando aquelle artista principiou a afastar-se do palco, por se sentir cançado e doente. Foi ao Brazil e representou no Rio de Janeiro, no theatro de S. Luiz, de que era empresario Furtado Coelho, nas comedias *O Mestre Jeronymo* e *Quem o feio ama*. Agradou immenso, recebendo fartos applausos, ganhando logo as maiores sympathias. Obteve um successo no papel de Vasco da magica *A Pera de Satanaz*. Não tardou, que se tornasse empresario, e tanto se insinuou no meio theatral, que era elle quem dava leis a todos os theatros do Rio de Janeiro. Foi elle quem levou para ali a actriz Anna Cardoso, os actores Silva Pereira, Silveira e outros. Percorreu com a sua companhia todo o Brazil, estando em S. Paulo, Santos, Campinas, Rio Grande do Sul, etc., sendo sempre muito applaudido. Estreou no Brazil o genero dramatico, representando o *Paralytico*, o *Centenario*, e a *Creança de 90 annos*. Chegou lhe depois a hora da adversidade, o que ordinariamente succede a todos os empresarios, e Valle resolveu voltar a Lisboa. Esteve no Principe Real, hoje Apollo, n'uma empresa de Sousa Bastos, onde agradou muito na *Revista de 1879*, no *Capitão maldito*, e n'outras peças. Foi d'aqui para o Gymasio, onde então ainda mais se distinguiu a sua competencia artistica. Valle, no seu vastissimo reportorio, creou uma infinidade de typos, qual d'elles o mais jocoso, o mais comico, o mais hilariante. D'esse reportorio mencionaremos algumas peças em que mais se glorificou, como no *Commissario de policia*, *O primeiro marido da França*, *Em boa hora o diga*, *A Madrinha de Charley*, *As Noivas de Enéas*, *O Filho da Carolina*, *Anastacia & C.ª*, *O Assassino de Macario*, *O sr. Governador*, *Magina ou o dó do peito*, etc. Por desintelligencias com a empresa, saiu do Gymnasio, e tomou parte em varias sociedades artisticas nos theatros da Trindade, D. Amelia, hoje Republica, Avenida e Rua dos Condes, sendo n'este tambem actor e ensaiador. Com o reportorio de Gervasio Lobato e D. João da Camara teve brilhantes epocas. Nas suas festas artisticas, eram disputados os bilhetes, que não chegavam para satisfazer todos os pedidos, vendo se, por isso obrigado um anno a realisar a sua festa no theatro de S. Carlos, em abril de 1893, por ser aquelle theatro de muito maiores dimensões que o Gymnasio, e teve a satisfação de vêr aquella sala vastissima

José Antonio do Valle

com uma enchente enorme, não se achando vago um unico logar. Nos ultimos annos voltou para o Gymnasio, e tendo deixado de ser empresario, o bem conhecido Pinto, que conservára a sua empresa por mais de 20 annos, Valle tomou aquelle encargo, mas não foi feliz. A saude tambem começou a faltar-lhe. Uma doença na lingua foi successivamente aggravando se, chegando a representar, sem quasi se perceber o que elle dizia, apezar dos seus esforços, o que muito o magoava. Apoderou se d'elle uma grande tristeza. Deixando a empresa, não deixou comtudo, o seu querido Gymnasio, onde ia todos os dias e todas as noites, até que na ultima noite foi em braços para casa, fallecendo poucos dias depois.

Valle *(José de Sá Ferreira Santos)*. Religioso agostiniano descalço, com o nome de Fr. José da Piedade; doutor em philosophia pela Universidade de Coimbra. N. em Santarem em 27 de outu-

bro de 1772, fal. em 21 de dezembro de 1851. Era filho de Manuel José dos Santos Recebeu de seus paes uma esmerada educação civil, religiosa e litteraria. No anno de 1788 entrou para a congregação dos agostinhos reformados, onde to tomou o nome de Fr. José da Piedade, como acima dissémos. Seguindo os estudos mostrou logo tanta aptidão e talento que a ordem o mandou para o seu collegio de Coimbra Fez os seus exames preparatorios, e entrando na Universidade frequentou a faculdade de philosophia, em que se doutorou a 25 de julho de 1806, obtendo o 1.º despacho de demonstrador em 17 de outubro de 1807. Em 20 de novembro do 1816 foi promovido a lente substituto, e em 12 de agosto de 1822 a cathedratico com exercicio na cadeira de botanica e agricultura. Por carta regia de 12 de dezembro de 1837 foi nomeado decano e lente do prima na faculdade. Prestou relevantes serviços na ordem religiosa a que pertenceu antes de secularisar-se. Regeu cadeiras de theologia, de philosophia racional e moral, e de geometria em Coimbra, Setubal, Extremoz e Portalegre. Grangeou fama de orador sagrado distincto, e governou por muitos annos o collegio da sua ordem, em Coimbra. Foi vogal do Conselho Superior de Instrucção Publica desde a sua instituição Obteve a carta de conselho e a commenda da ordem de Christo, não só pelos serviços, como pelo direito que tinha a estas condecorações como decano da faculdade. Foi deputado nas côrtes ordinarias no anno de 1822, e nas extraordinarias no de 1831. Desde junho do anno 1828 emigrou para Londres, Paris e Bruxellas, regressando a Lisboa em setembro de 1833. Por decreto de 26 de maio de 1834 foi nomeado director do real museu e jardim botanico d'Ajuda, commissão que abandonou para exercer o logar de decano e lente do prima da faculdade de philosophia e de professor de botanica. Serviu de presidente na commissão encarregada de redigir o Codigo Florestal; concluido este importante trabalho foi presente ás côrtes e revisto por uma commissão especial em março de 1849. Este projecto de lei, offerecido n'esta epoca á sancção legislativa, depois de algumas alterações não chegou a ser approvado. Desempenhou outras commissões, e pertenceu a varias associações litterarias e scientificas. Na direcção do Jardim Botanico de Coimbra prestou muitos serviços na classificação das escolas e na boa ordem do estabelecimento. Permaneceu, porém, no serviço da Universidade, porque os trabalhos do Codigo Florestal o chamavam frequentes vezes a Lisboa, onde residia a maior parte do tempo. Deixou importantes manuscriptos, principalmente em instrucção publica, em botanica e agricultura, e numerosa collecção de sermões.

Valle *(Manuel Alvares Solano do)*. Jurisconsulto. N. em Elvas no anno do 1700, fal. depois de 1759. Ficando orphão de pae aos 6 annos de edade, foi para Lamego para a companhia d'um tio, e fallecendo este, foi aprender latim em Tondella, matriculando-se depois em leis na Universidade de Coimbra, formando se em 1722. Entregando se então á carreira do fôro, advogou durante 8 annos em Coimbra e em Elvas, passando em 1730 a Lisboa, onde não tardou a encontrar grande clientella, graças á brilhante reputação de que vinha precedido. Publicou um grande numero de obras de jurisprudencia todas em latim. Em portuguez só deixou uma allegação, escripta em defeza dos habitantes do concelho de Barbacena que andavam em litigio com o donatario da villa. Consta que Solano do Valle teve por algum tempo uma typographia em seu nome.

Valle *(Miguel do)*. Feitor da alfandega de Ormuz e contemporaneo de Affonso de Albuquerque. Está sepultado na capella de Santa Iria, em Thomar.

Valle *(Victorino José de Almeida Soares Serrão, barão do)*. Brigadeiro do exercito, cavalleiro das ordens de Aviz, e de S Fernando de Hespanha, condecorado com a medalha da Guerra Peninsular, e com a da batalha de Vitoria, etc. N. em Setubal a 20 de julho de 1788, fal. em Lisboa a 26 de dezembro de 1836. Era filho do major Antonio Marcellino Soares Serrão e de D. Eufrazia Balbina Rosa Benedicta de Almeida. Destinando-se á vida militar, sentou praça de voluntario no regimento de infantaria de Setubal, depois n.º 7, no 1.º de agosto de 1800, principiando a fazer serviço em 1804, sendo então reconhecido cadete. Obteve licença para frequentar os estudos, e matriculou se no Collegio dos Nobres, mas em 1808, não querendo obedecer ao general Junct, pediu a sua demissão, porém apenas o povo portuguez se levantou contra o dominio dos francezes, tomou as armas em defeza da patria, e em janeiro de 1809 foi feito alferes do seu antigo regimento, e em março seguinte promovido a tenente por distincção por ter suffocado uma insurreição militar em Thomar, e d'ahi a pouco, mais de 6 mezes elevado a capitão, posto em que tomou parte em toda a Guerra Peninsular. Em dezembro de 1820 foi promovido a major, e em maio de 1821 a tenente-coronel do 1.º batalhão de infantaria da Legião Constitucional, com o qual embarcou para a America, e desprezando os offerecimentos que o governo brazileiro lhe fez para ficar ao serviço do novo imperio, depois da proclamação da independencia do Brazil, a 11 de janeiro de 1822, voltou a Portugal. A legião foi então dissolvida em Setubal pelo general Povoas e o tenente coronel Serrão, depois de estar algum tempo preso, foi desligado do exercito. Em 1826 tornou para o serviço, e em 1828 adherindo á revolta de 16 de maio, que foi desastrosa para os revoltosos, Victorino Serrão teve de emigrar para Inglaterra, com sua mulher e filho, e de lá para França, soffrendo o desgosto da perda de sua esposa, D. Maria Victoria Caldas, que falleceu em Brest a 28 de junho do anno de 1829. De França passou Victorino Serra para a ilha Terceira, e ahi tomou parte na campanha da Liberdade, sendo promovido a coronel graduado, ficando então nos Açôres como governador das tropas liberaes, quando veiu para Portugal o exercito libertador. Chamado a Lisboa em 1833 com o batalhão de fusileiros terceirenses foi no anno seguinte promovido a coronel effectivo, e n'esse mesmo anno de 1834 a brigadeiro. Por decreto de 9 de outubro de 1835 foi agraciado com o titulo de barão do Valle. Em 1835 teve o encargo do commando em chefe da divisão auxiliar á Hespanha, mas pouco tempo exerceu essa importante commissão, porque a sua saude estava muito arruinada. Pediu em 1836 a sua exoneração, que lhe foi concedida, e pouco depois falleceu. O barão do Valle havia passado a segundas

nupcias com sua cunhada D. Rita Izabel Caldas, sendo ambas as senhoras filhas de Fernando Antonio Mendes Caldas, cavalleiro da ordem de S. Thiago, ereado particular da rainha D. Maria I, e de sua mulher, D. Anna Domingas Caldas.

Valle. Pov. e freg. do Santa Maria, da prov. do Douro, conc e com. da Feira, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 225 fog. e 1:001 hab. Tem esc. do sexo masc. e está situada a 8 k. da margem esquerda do rio Douro e a 15 da séde do conc. A terra é muito fertil, e tem gado e caça Esta freg. é atravessada pela estrada quo vae d'Arouca ao Porto, pelo rio Inha e por varios regatos que a regam e fertilizam, e cujas aguas servem de motor a grande numero de moinhos de cereaes Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. || Pov. e freg dos Santos Cosme e Damião, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 248 fog. e 953 hab Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada n'um valle, a 7 k. da séde do conc. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 152 fog. e 602 hab. Está situada a 9 k. da margem direita do rio Ave e a 6 da séde do conc. E' muito fertil em generos agricolas. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc e com. de Arcos de Valle-do-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 398 fog. e 1:437 hab. Tem esc. do sexo masc. Está situada proximo do rio Lima, a 6 k. da séde do conc. E' muito fertil em todos os generos agricolas, cria gado e tem caça. Antigamente chamava se S. Pedro dos Arcos. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Assumpção, de Aboim da Nobrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga || Santa Maria, d'Adaufe, conc. e distr. de Braga. || N. S.ª da Graça, de Aguas Bellas, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Alvarelhos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || O Salvador, de Alvor, conc. do V. N. de Portimão, distr. de Faro. || S. Miguel, de Arcozello, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santa Maria, d'Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Julião, de Badim, conc. de Monsão, distr. do Vianna do Castello. || S. Miguel, de Baltar, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Banho, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || N. S.ª da Natividade, do Barreiro, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro. || S. Miguel, de Bodiosa, conc. e distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Boivães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro. || S Miguel, do Bostello, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Maria Magdalena, de Chaviães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª dos Anjos, do Côtto, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || S. Martinho, de Coura, conc. do Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador, de Covão do Lobo, conc. de Vagos, distr. de Avoiro || O Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Duas Egrejos, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Mamede, de Ferreira, conc. de Parodes de Coura; distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Formariz, do mesmo conc. e distr. || Santa Maria, de Freiriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Gavea, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Bartholomeu, de S. Gens, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Geraz do Lima, conc. e distr de Vianna do Castello. || S. José, de Godim, conc. do Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. João Baptista, de Guidões, conc. do Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. || Santa Maria, de Magdalena, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santa Christina, de Mansôres, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Medello, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Christina, de Mentrestido, conc. do V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || S. Martinho, de Moreira de Rei, conc. de Fafe, distr. de Braga. || N. S.ª da Victoria, de Mosteiro, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || S João Evangelista, de Nespereira, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Verissimo, de Nevogilde, do mesmo conc. e distr. || Santa Eulalia, do Ordem, do mesmo conc. e distr. || S. Pedro, de Paús, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Parada, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Bento, de Pedraido, conc de Fafe, distr. de Braga. || S. Pedro, de S. Pedro Fins, conc. da Maia, distr. do Porto. || S. Thiago, de Pinheiro, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Miguel, de Rans, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Mamede, de Recezinhos, do mesmo conc. e distr. || Ilha da Madeira; S. Bento, de Ribeira Brava, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || S Thomé, de Ribeira de Fragoas, conc. de Albergaria a-Velha, distr. de Aveiro. || S. Mamede, de Ribeirão, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Salvador, de Salvador do Monte, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, de Sandim, conc. de V. N. de Gaia, do mesmo distr. || S. Pedro, do Seixas, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Soalhães, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto || S. Thiago, do Soppo, conc. do V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Marinha, do Verdoejo, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco do Canavezes, distr. do Porto. || S. Bartholomeu, de Villa Cã, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Santo André, de Villa Nume, conc de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Paio, de Villar de Figos, conc de Barcellos, do mesmo distr. || S. Pedro, de Villarinho, conc. de Louzã, distr. do Coimbra. || Pov. do conc. do Cabinda, na delegação do Chiavala, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. da 3.ª div. do conc. do Alto Dande, no distr. do Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Valle de Abbade de Cima. Pov. na freg. de Lourenço, de Galveias, conc. de Poute do Sôr, distr. de Portalegre.

Valle de Abbade do Meio. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Galveias, conc. de Ponte do Sôr, distr. do Portalegre.

Valle de Abbade Fundeiro Pov. na freg de S. Lourenço, de Galveias, conc. de Ponte do Sôr, distr. de Portalegre.

Valle d'Abelha. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Conceição e conc. de Mação, distr. de Santarem.

Valle de Abelheira. Pov. na freg. de S Genosio, de Cellas, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

Valle de Abrigo. No limite do logar de Adão Lobo, na freg. e conc. do Cadaval, distr. de Lisboa.

Valle Abrigoso. Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu, de Campello, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Miguel, de Mezzio, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Valle de Açôr. Povoações nas freguezias: Santa Maria Magdalena, da Bemposta, conc. de Abrantes, distr. de Vianna do Castello. || S Francisco d'Assis e conc. de Ponte do Sôr, distr. do Portalegre. || O Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || S. Silvestre, de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Valle de Acordella. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Ceissa, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Valle de Açôres Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção, conc. do Mortagoa, distr. de Vizeu.

Valle dos Açouges Pov. na freg. de S. Luiz, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Valle da Adega. Pov. na freg. de S. Thiago de Fontes, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

Valle d'Affonsinho. Pov. e freg. de S. Gregorio, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Figueira de Castello Rodrigo, distr. e bisp. da Guarda; 72 fog. e 300 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada a 3 k. da margem direita do rio Côa e a 9 da sède do conc. Esta freg., como muitas outras de Riba Côa, foi até ao ultimo quartel do seculo XIII do bispado de Ciudad Rodrigo. Veiu para Portugal com outras do Riba Côa em dote da rainha Santa Izabel, e ficou pertencendo ao chamado *Bispado Novo*. Depois passou a ser do bispado de Lamego, e por fim de Pinhel. Actualmente é do bispado da Guarda Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Valle de Affonso. Pov. na freg. do Santo André do Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra.

Valle de Agodim. Pov. na freg de Santa Marinha, de Villa Verde, conc. de Alijó, distr. de Villa Real.

Valle de Agua Povoações nas freguezias: S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa || S. Miguel, de Juncal, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || S. Julião, de Portunhos, conc. de Cantanhede. distr. de Coimbra. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença-a Nova, distr. de Castello Branco. || O Salvador, de Sabbadim, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr de Vianna do Castello || Santa Maria, de Vallega, conc. de Ovar, distr. d'Aveiro

Valle de Agua de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Nossa Senhora da Encarnação, de Mamelete, conc. do Monchique, distr. de Faro.

Valle de Aguia. Pov. na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Miranda do Douro, distr. de Bragança. || Sitio na freg. de Barbacena, conc. de Elvas.

Valle d'Aguiar. Herdade na freg. de S. Pedro, d'Elvas. Pertenceu á commenda do Torrão, na ordem de Christo.

Valle de Aires. Pov. na freg. de S. Miguel, na Foz de Arouce, conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

Valle do Alamo. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Valle d'Alcaide. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Querença, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Valle d'Além. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Aguas Bellas, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || O Salvador, da Villa Garcia, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Valle de Algoso. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Algoso, conc. de Vimioso, distr. de Bragança.

Valle das Almas Pov. na freg. de S. Pedro, conc. e distr. de Faro.

Valle de Almoinha. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Valle Alto. Pov. na freg. do N. S.ª d'Assumpção, de Minde, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Valle dos Amarellos. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Semide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Valle das Amoras. Ilha de S. Jorge, Açôres; pov. na freg. de Santa Catharina e conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

Valle da Amoreira. Pov. e freg. de N. S.ª da Assumpção, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda; 292 fog. e 1:177 hab. Está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Zezere, nas margens d'uma pequena ribeira affluente d'este mesmo rio, na estrada de Valhelhas a Manteigas, a 2 k. da séde do conc. O seu clima é excessivo, mas saudavel E' pouco fertil, mas tem abundancia de gado, principalmente miudo. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Povoações nas freguezias: S. Lourenço, de Alhos Vedros, conc. da Moita, distr. de Lisboa. || Santa Maria e conc. de Lagos, distr. de Faro. || Santa Maria e conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Valle de Amores. Pov. na freg. do S. João Evangelista, de Eiriz, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Valle do André. Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Travancinha, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Valle d'Andreo Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Valle d'Anito. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Grillo, conc do Baião, distr. do Porto.

Valle de Anna Justa. Povoações nas freguezias: N S.ª da Conceição, de Carvalho, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Con-

coição, de Cercosa, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu.

Valle de Anta. Pov. e freg. de S. Domingos, da prov. de Traz os-Montes, conc e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 141 fog. e 647 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada a 2 k. da margem direita do rio Tamega, e a 3 da séde do conc. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. ‖ Pov. na freg. de S. João Baptista, de Brito, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Valle das Antas. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Valle de Arante. Pov. na freg. de S. Martinho, de Leitões, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Valle do Arco. Pov. na freg. de S. Francisco de Assis e conc. de Ponte do Sôr, distr. de Portalegre.

Valle de Armada. Pov. na freg. de S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Valle de Armeiro. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Rebordello, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

Valle do Armeiro. Pov. na freg. de Nossa Senhora dos Prazeres, de Aldeia Gallega da Merceana, conc de Alemquer, distr. de Lisboa.

Valle das Aroeiras. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. d'Azambuja, distr. de Lisboa.

Valle da Arrancada. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

Valle de Asna. Povoações nas freguezias: S Bartholomeu e conc de Arouca, distr. de Aveiro. ‖ S. João Baptista, de S. João do Monte, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. ‖ N. S.ª da Conceição, de Covas, conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Valle d'Asna de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Romão, conc. de Montemór o Novo, distr. de Evora.

Valle de Asnes. Pov. e freg de S Pedro, da prov. de Traz os Montes, conc. e com. de Mirandella, distr. o bisp. de Bragança; 124 fog. e 452 hab. Tem est. post. Está situada junto d'uma ribeira affluente do rio de Lobos, a 15 k. da séde do conc. O seu antigo nome era *Val d'Asnas*, e é como está escripto no foral que lhe deu el rei D. Manuel I, em Lisboa, a 14 de julho de 1514. E' de fundação antiga, foi villa e couto do seu nome. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Valle de Asnos. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Valle de Astlas. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Valle d'Aves. Pov. na freg. de S. João Evangelista, de Ucanha, conc. de Tarouca, distr. de Vizeu.

Valle de Avessada de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Valle de Avim. Pov. na freg. de S. Thiago, da Moita, conc. de Anadia, distr. d'Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural.

Valle do Azar. Pov. na freg. do S. Paio, de Arcos, conc. de Anadia, distr. d'Aveiro.

Valle d'Azares. Pov. e freg. de N. S.ª da da Consolação, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Celorico da Beira, distr. o bisp. da Guarda 284 fog. e 1:124 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., lagar de azeite, fabricas do polvora e de fogos d'artificio. Está situada junto de um affluente do rio Mondego, a 6 k. da séde do conc. E' fertil em generos agricolas, cria gado e tem caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Valle da Azenha. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Troviscal, conc. de Oliveira do Bairro, distr. d'Aveiro.

Valle de Azurva. Pov. na freg. de N. S.ª da Finisterra, de V. N. d'Anços, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Valle de Baixo. Pov. na freg. de S. Verissimo, de Paranhos, bairro oriental do Porto.

Valle de Banho. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. do Lisboa.

Valle de Barflo. Povoações nas freguezias: Santa Maria, do Sobre Tamega, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto ‖ S. Paio de Farinha Pôdre, conc, de Penacova, distr. de Coimbra. ‖ N. S.ª d'Assumpção e conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Valle da Barqueira. Pov. na freg. do Salvador, de Sines, conc. do S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Valle das Barreiras. Pov. na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Valle das Barrocas. Povoações nas freguezias: Espirito Santo, de Castello, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. ‖ Santo Ildefonso, de Montargil, conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre.

Valle Barrocho. Limite do Cheira. Sitio na na freg. de Pudentes, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Valle do Beiçudo. Pov. na freg. de S. Nicolau, conc. e distr. de Santarem.

Valle Beira. Pov. na freg. do Santa Maria, de Adoufe, conc. e distr. de Villa Real.

Valle Beiró. Pov. na freg. de S. Martinho, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Valle da Bezerra. Povoações nas freguezias: Nossa Senhora da Conceição, de Chouto, conc. da Chamusca, distr. de Santarem. ‖ S. Pedro, de Fratel, conc. de Villa Velha de Rodam, distr. de Castello Branco.

Valle Boa. Pov. na freg. de Santa Maria Maior e conc de Goes, distr. de Coimbra.

Valle de Boa Hora. Pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Valle de Boi. Povoações nas freguezias: S. Sebastião, de Budens, conc. de Villa do Bispo, distr. de Faro. ‖ S. Thiago de Moita, conc. da Anadia, distr. de Aveiro. ‖ S. Thiago, da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria ‖ Santo Amaro, conc. de V. N do Fozcôa, distr. da Guarda.

Valle Bom. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. do Pinhel, distr. e bisp. da Guarda; 102 fog. e 437

hab. Tem esc. do sexo fem: e est post. Está si tuada na estrada de Pinhel a Trancoso, a 6 k. da séde do conc. Produz esta freg. muito milho e centeio. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Valle Bonito. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco.

Valle de Bordallo. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Margem, conc. de Gavião, distr. de Portalegre. Tem est. post.

Valle da Borra. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Valle de Borralha. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Dalvares, conc. de Tarouca, distr. de Vizeu.

Valle de Botelhos Sitio na freg. de Pudentes, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Valle de Bouro. Pov. na freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Celorico de Basto, distr. e arceb. de Braga; 230 fog. e 923 hab. Está situada a 4 k. da margem esquerda do rio Tamega, e a 9 da séde do conc. E' pov. antiquissima mesmo como parochia. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19 com a séde em Chaves.

Valle do Brejo. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, d'Aveiras de Cima, conc. d'Azambuja, distr. de Lisboa.

Valle Cabeiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Valle de Cabra. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Lobão, conc da Feira, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || N. S.ª da Conceição, de Vermoil, do mesmo conc. e districto.

Valle do Cabrão Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa Velha de Rodão, distr. de Castello Branco.

Valle das Cabras Pov. na freg. de S. Thiago, de Almelaguez, conc. e distr. de Coimbra.

Valle de Cabrito. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, do Cem Soldos, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Valle Cachopos. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Valle de Cães. Pov. na freg. de S. Christovão, de Caranguejeira, conc. e distr. de Leiria

Valle de Cães de Cima. Pov. na freg. de S. Martinho, de Chambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Valle de Caldeira. Pov. na freg. da Santissima Trindade, de Trindade, conc. e distr de Beja.

Valle das Calles Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Cumieira, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

Valle do Calvo. Pov da freg. de S. Silvestre, do Bazelga, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Valle do Cambão Pov. na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Valle Cambos Limite da Cheira. Sitio na freg. de Pudentes, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Valle de Camellos. Pov. na freg do N. S.ª da Conceição, de Alcaria Ruiva, conc. de Mertola, distr. de Beja.

Valle de Campo. Pov. na freg. de S. Miguel, de Curros, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real.

Valle da Canada. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Ferragudo. conc. de Lagôa, distr. de Faro. || S. Simão, de Vermelha, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa.

Valle de Canhestro. Pov. na freg. de S. Pedro, de Esteval, conc. de Proença-a Nova, distr. de Castello Branco.

Valle de Cannas Pov. na freg de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra.

Valle Canosa Povoações nas freguezias: N. S.ª do Prauto, de Arazede, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || Santa Suzana, de Carapinheira, do mesmo conc. e distr. || S. Sebastião, de Meãs do Campo, do mesmo conc. e districto.

Valle do Cantaro Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Assafarge, conc. e distr. de Coimbra.

Valle do Cão. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Valle de Caranguejo. Pov. na freg. de Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, distr. de Faro.

Valle das Cardas Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Zebreira, conc. de Idanha-a Nova, distr. de Castello Branco.

Valle de Carneira. No limite das Aradas. Sitio na freg. de Pudentes, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Valle Carneiro *(Carlos de)*. Escriptor que viveu na segunda metade do seculo XVII, e que publicou em 1677 as *Horas Portuguezas do Officio da Virgem Nossa Senhora e Ramalhete Manual de diversas orações*, livro que foi reimpresso diversas vezes até ao anno de 1820.

Valle de Carneiro. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Espinho, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Corval, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. d'Evora.

Valle da Carregueira. Pov. na freg. de Santa Maria, de Pinheiro Grande, conc. de Chamusca, distr. de Santarem.

Valle de Carreira Povoações nas freguezias: Santo Aleixo, de Beco, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Valle do Carro. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição e conc. d'Albufeira, distr. de Faro. || N. S.ª da Purificação, de Alcanede, conc. e distr. de Santarem. || N. S.ª da Purificação, de Freixianda, conc. de V. N. d'Ourem, do mesmo districto.

Valle de Carros. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Valle de Cavallos, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Valle da Carvalha. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Carvalho, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição, de Sinde, conc. de Taboa, do mesmo districto.

Valle de Carvalhal. Pov. na freg. de Santa Maria, d'Arrifana, conc. de Poiares, distr de Coimbra.

Valle do Carvalhão. Pov. na freg. do N. S.ª da Conceição, do Carvalho, conc. de Ponacova, distr. de Coimbra.

Valle de Carvalho. Povoações nas freguezias: S. Braz de Alportel, conc. e distr. do Faro. || S. Miguel, de Carregueiras, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || N. S.ª do Pranto e conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra. || S. Vicente, do Troviscal, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Valle de Carvalhos. Pov. na freg. de N. S.ª do Soccorro, do Serpins, conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

Valle de Carvão. Povoações nas freguezias: S. Martinho, d'Arco de Baúlhe, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Santa Maria e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Valle de Carvão de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santo Antonio, do Areias, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Valle da Casa. Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves, d'Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || N. S.ª da Apresentação, de Lavre, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

Valle de Casal. Pov. na freg. de S. Miguel, de Milharado, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Valle das Casas. Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu, de Barqueiros, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real || N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco. || Santa Maria e conc. do Valpaços, distr. de Villa Real.

Valle das Casas Cimeiro. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Carvoeiro, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Valle das Casas Fundeiro. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Carvoeiro, conc. do Mação, distr. de Santarem.

Valle do Castanheiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, do Sabacheira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Valle da Catharina Pov. na freg. de S. Christovão, de Caranguejeira, conc. e distr. de Leiria.

Valle das Catinhas. Pov. na freg. de S. Domingos, de Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Valle da Cayadinha. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Valle de Cavalleiros. Pov. na freg. de Nossa Senhora d'Assumpção, de Freixianda, conc. de Villa Nova de Ourem, distr. de Santarem.

Valle de Cavallos. Pov. e freg. do Divino Espirito Santo, da prov. da Extremadura, conc. da Chamusca, com. da Gollegã, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 411 fog. e 1:605 hab Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada na margem esquerda da ribeira de Alpiarça, a 10 k. da séde do conc., n'uma fertil e alegre planicie. E' abundante de peixe do rio Tejo, que lhe traz tambem peixe do mar que lhe fica a 115 k. a O. Era da Casa das Raiubas. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 2, com a séde em Lisboa. || Pov. na freg. de Santo Antonio, de Fatima, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Valle da Cebola. Pov. na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Canha, conc. d'Aldeia Gallega do Ribatejo, distr. de Lisboa.

Valle do Celceiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. do Pombal, distr de Coimbra.

Valle da Cella. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Alfeizerão, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria.

Valle Centelo. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Annunciação, de Pombalinho, conc. de Soure, distr. de Coimbra || Nossa Senhora da Assumpção, de Sernache dos Alhos, conc. e distr. de Coimbra.

Valle da Cerdeira. Pov. na freg. de Santo André, de Aucede, conc. de Baião, distr. do Porto.

Valle de Cerejeira. Pov. na freg. de S. Vicente e conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Valle Certo. Pov. na freg. do S. Martinho do Peso, conc. de Mogadouro, distr. de Bragança.

Valle de Chaim de Baixo. Pov. na freg de Santa Maria e conc. do Odemira, distr. de Beja.

Valle de Chãos. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Paços, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Valle de Choupos Pov. na freg. de S. Lourenço, de Villa Nogueira de Azeitão, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Valle de Cima. Povoações nas freguezias: S. Verissimo, de Paranhos, Porto, bairro oriental. || S. Bento, de Pedraido, conc. do Fafe, distr. de Braga.

Valle da Clara. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Arrifana, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Foz d'Arouce, conc. da Louzã, do mesmo districto.

Valle Claro. Pov. na freg. do Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Valle do Clerigo. Pov. na freg. de S. Thiago, de Peral, conc. de Proença a-Nova, distr. de Castello Branco.

Valle da Coelha. Villa e freg. de Santa Maria, da prov. da Beira Baixa, conc. e com d'Almeida, distr. e bisp. da Guarda; 52 fog. e 219 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada na estrada de Malpartida a Alfaiates, na margem esquerda da ribeira de Tourões, a 8 k. da séde de conc. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Valle do Coelheiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco.

Valle do Coelho. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Visitação, de Belver, conc de Gavião, distr. de Portalegre. || Santa Luzia, conc. de Ourique, distr. do Beja. || N. S.ª dos Milagres, conc. e distr. do Leiria. || S. Thiago Maior, conc. de Alandroal, distr. de Evora. || N. S.ª da Graça, de Envendos, conc. do Mação, distr. de Santarem.

Valle de Coitos. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Odiaxere, conc. de Lagos, distr de Faro.

Valle Colmaço. Pov. na freg. do S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. do Vizeu.

Valle Colmeias. Povoações nas freguezias: N. S.ª do Reclamador, de Casaes, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || N. S.ª d'Assumpção, de Semide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Valle do Conde. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Expectação, de Fermedo, conc. d'Arouca, distr. d'Aveiro. || S. Matheus, de Friumes, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || S. Gens, de Marmellos, conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Valle das Cordas. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Pombal, conc. d'Alfandega da Fé, distr. de Bragança.

Valle de Cordeiro. Pov. na freg. de S. Gens e conc. d'Arganil, distr. de Coimbra.

Valle da Cordella. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, Ceissa, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Valle do Corte. Limite do logar da Veiga. Cumieira.

Valle da Cortiçada. Pov. na freg. de Santa Anna, de Cumeada, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Valle das Cortiças. Pov. na freg. de S. Miguel, de Rio Torto, conc. d'Abrantes, distr. de Santarem. || Sitio no limite da Povoa, conc. e freg. de Goes, distr. de Coimbra.

Valle de Couço. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Ovoa, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. || Nossa Senhora da Assumpção, de Romeu, conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Valle de Couda. Pov. na freg. do Salvador do Mundo, de Almoster, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Valle do Couro. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pedrogão Pequeno, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Valle do Couteiro. Pov. na freg. de S. Mamede, de Matta Moirisca, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Valle do Couto. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Palma, conc. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Valle dos Covaes. Sitio na freg. de Souto, conc. d'Abrantes, distr. de Santarem.

Valle do Côvo. Povoações nas freguezias: S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Nossa Senhora da Annunciação, conc. de Mertola, distr. de Beja. || Santa Maria, de Moreira de Rei, conc. de Trancoso, distr. da Guarda. || O Salvador, de Panoias, conc. e distr. da Guarda. || Santa Maria, de Rendufinho, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, distr. de Faro. || O Salvador, de Bombarral, conc. d'Obidos, distr. de Leiria.

Valle da Cruz. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria

Valle de Cuba. Pov na freg. de N S.ª das Dôres, de Isna, conc. d'Oleiros, distr. de Castello Branco.

Valle de Cubas. Povoações nas freguezias: Nossa Senhora das Mercês, de Carvalhal Bemfeito, conc. de Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || S. Martinho e conc. de Pombal, do mesmo districto.

Valle de Cunho. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Populo, conc. de Alijó, distr. de Villa Real.

Valle do Curral. Pov. na freg. de S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. d'Aveiro.

Valle da Custa. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Luz, conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Valle de Custas. Pov. na freg. de S. Paulo de Frades, conc. e distr. de Coimbra.

Valle Dama. Sitio na freg. de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Valle Derradeiro. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Tropeço, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Valle Diogo. Povoações nas freguezias: Santo Antonio, d'Oliveirinha, conc. e distr. d'Aveiro. || O Salvador, de Pombeiro, conc. d'Arganil, distr. de Coimbra.

Valle Domingos. Pov. na freg. de S. Silvestre e conc de Louzã, distr. de Coimbra.

Valld de Donas. Pov. na freg. de Santa Maria dos Olivaes e conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Valle de Egas. Povoações nas freguezias: Santa Martha, de Pinho, conc. de Boticas, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Varzea, conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Valle de Egoa. Povoações nas freguezias: Santo André, de Jou, conc. de Murça, distr. de Villa Real. || N. S.ª d'Assumpção, de Fajão, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Valle das Egoas Pov. e freg. de S. João Degolado, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Sabugal, distr. e bisp. da Guarda; 65 fog. e 264 hab. Tem est. post. Está situada n'um valle, a 2 k. da margem direita do rio Côa e a 15 da séde do conc. E' pov. muito antiga. E' fertil em generos agricolas, cria gado e tem caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Povoações nas freguezias: Nossa Senhora da Conceição, de Carvalho, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição de Cercosa, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Almansil, conc de Loulé, distr. de Faro.

Valle da Egreja. Pov. na freg. de S. Martinho, de Paranhos, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Valle de Eira. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Valle de Eiras. Pov. e freg. de S. Miguel, de Janello, conc. e distr. da Guarda.

Valle de Eirinho. Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Fajão, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Valle d'El-Rei. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Luz e conc. de Lagôa, distr. de Faro.

Valle do Engenho. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Luz e conc. de Lagôa, distr. de Faro.

Valle de Enxame. Pov. da freg. de Thiago e S. Matheus e conc. de Sardoal, distr. de Santarem.

Valle de Enxudro. Pov. na freg. do Salvador, de Pinheiro, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Valle da Ermida. Pov. na freg. de Santa Comba de Ermida, conc. e distr. de Villa Real.

Valle Escuro. Povoações nas freguezias: S.

João Baptista, do Arga de S. João, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. Tem caixa post. || Santa Comba, de Fornellos, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Valle de Espinhal. Pov. na freg. de Santa Eufemia e conc. de Penella, distr. do Coimbra.

Valle de Espinho. Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. da Beira Baixa, conc e com. de Sabugal, distr. e bisp da Guarda; 373 fog. e 1:555 hab. Tem esc. de ambos os sexos e est. post. Está situada n'um outeiro, nas proximidades da margem direita do rio Côa, a 14 k. da séde do conc. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Povoações nas freguezias: S. Mamede, d'Argeriz, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real. || S. Martinho, da Cortiça, conc. d'Arganil, distr. de Coimbra.

Valle de Estacas. Povoações nas freguezias: S. Salvador, conc. e distr. de Santarem || Santo Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Valle do Esteio. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Moiriscas, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Valle da Estrada. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco. || Nossa Senhora da Natividade, de Luso, conc. da Mealhada, distr. de Aveiro.

Valle Falante. Sitio, limite de Rio Maior.

Valle Farto. Ilha Terceira, Açôres; pov na freg. de Santa Cruz e conc. da Praia da Victoria, distr. d'Angra do Heroismo.

Valle de Favas. Pov. na freg de Nossa Senhora do O', de Ançã, conc. de Cantanhede, distr. do Coimbra.

Valle da Feiteira. Pov. na freg de N. S.ª da Graça, de Commenda, conc. de Gavião, distr. de Portalegre.

Valle de Ferradas Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco.

Valle de Ferreiros Pov. da freg. de S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Valle de Ferrem. Pov. na freg. do Salvador, de Castellões, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Valle do Ferro. Povoações nas freguezias: Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra. || Santo André, de Ervedal, conc. d'Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Valle Fetal. Pov. na freg. de N. S.ª do Monte, do Caparica, conc. d'Almada, distr. de Lisboa.

Valle de Féteira. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Commenda, conc. de Gavião, distr. de Portalegre.

Valle do Feto. Pov. na freg. de S. João Baptista, d'Espite, conc. de V. N. d'Ourem, distr de Santarem.

Valle de Figueira. Pov. e freg de S. Domingos, da prov. da Extremadura, conc, com. o distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 201 fog. e 803 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post e est. no caminho de ferro de leste, entre as de Santarem e Matto de Miranda. Está situada a 2 k. da margem direita do rio Tejo e a 7 da séde do conc. N'esta freg. houve um convento de religiosos arrabidos, fundado em 1456 por D. Manuel de Portugal, que tinha aqui uma quinta. Era filho do 1.º conde de Vimioso. A pov. pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa. || Pov. e freg. de Nossa Senhora do Rosario, da prov. da Beira Alta, conc. o com. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu, bisp. do Lamego; 200 fog. e 760 hab. Tem est. post., productores de aguardente, de azeite, de cereaes e de vinho. Está situada n'um alto serro, a 2 k. da margem esquerda do rio Douro e a 9 da séde do conc. O clima é abrazador n'esta pov., que é pobre, pouco fertil e muito doentia Tem annexas as 3 freguezias seguintes: *Valle da Villa*, que fica a 3 k. ao SO da matriz principal; *Ollas*, ao E, distante 13 k. da referida matriz, situada n'uma costa de tanta elevação, que torna muito difficil a sua subida; *S. Xisto*, na margem esquerda do rio Douro. Estas 3 freguezias annexas são ferteis em azeite, vinho e fructa. Nos seus montes ha bastante caça, e o Douro as fornece de bom peixe. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Pov. e freg. de Nossa Senhora da Apresentação, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Taboaço, distr. e bisp. de Vizeu; 69 fog. e 953 hab. Tem esc. do sexo fem., correio com o serviço de posta rural, e uma fabrica do telha. Está situada a 7 k. da margem esquerda do rio Tavora, a 8 da margem direita do Douro, e a 15 da séde do conc. No fim do seculo XVIII era uma aldeia da freg. do Chaviães, da qual se separou então para se tornar parochia independente. Como aldeia, é muito antiga, pois já existia no seculo XIII. Pertence á 2.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 9 com a séde em Lamego. || Povoações nas freguezias: Nossa Senhora das Neves, do Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S. Domingos, de Lagarteira, conc. de Ancião, distr. do Leiria. || Nossa Senhora do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa. || S. Miguel, de Carregueiros, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Nossa Senhora da Conceição, de Cercal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || S. Pedro, do Fratel, conc. de Villa Velha do Rodam, distr. de Castello Branco. || S. João Baptista, de S. João da Talha, conc de Loures, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa || Nossa Senhora da Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc. de Villa Nova de Portimão, distr. de Faro. || S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Valle de Figueiras. Povoações nas freguezias: S. Domingos, de Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || Nossa Senhora do Soccorro, de Serpins, conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || Nossa Senhora d'Assumpção, de Triana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro. || S. Pedro, de Evora Monte, conc. d'Extremoz, distr. de Evora. || Nossa Senhora d'Assumpção, de S. Vicente da Beira, conc. e distr. de Castello Branco.

Valle da Figueirinha. Limite das Vendas. Sitio na freg. de Pudentes, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Valle Flôr *(José Constantino, visconde, conde, e marquez de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real,

commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, presidente da camara municipal de S. Thomé, grande proprietario n'esta ilha. Foi agraciado com o titulo de visconde de Valle Flôr por decreto de 3 de maio de 1890, sendo depois elevado a conde, e por fim ao titulo de marquez, em sua vida, por decreto de 21 d'outubro de 1907.

Valle Flôr. Roça na ilha de S. Thomé, Africa Occidental, pertencente ao marquez do mesmo titulo.

Valle de Flôres. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Achete, conc. e distr. de Santarem. Tem correio com serviço de posta rural. ‖ S. Pedro, de Penaferrim e conc. de Cintra, distr. de Lisboa. ‖ Santa Maria e conc. de Extremoz, distr. de Evora. ‖ Santa Maria, de Lobelhe, conc. de Villa Nova da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Miguel, de Refoios de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. ‖ S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto. ‖ N. S.ª da Graça e conc. de Móra, distr. d'Evora.

Valle Florido. Povoações nas freguezias: Nossa Senhora da Conceição, de Alvorge, conc. de Ancião, distr. de Leiria. ‖ S. Pedro, de Beberriqueira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Valle do Fojo. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Valle de Fojos. Logar da antiga freg. de Santa Cruz, em Terras de Bouro, na prov. do Minho. Passava por elle a via mil. romana, chamada *estrada da Geira*, mandada construír pelo imperador Vespasiano.

Valle Fontão. Pov. na freg. de S. Nicolau e conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Valle da Fonte. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Victoria, de Mosteiro, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Valle das Fontes. Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Vinhaes, distr. e bisp. de Bragança; 161 fog. e 616 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada n'um valle, a 5 k. da margem esquerda do Rabaçal, a 2 da margem direita do Tuella, na estrada de Vimioso a Chaves, e dista 17 k. da séde do conc. A terra é fertil em generos agricolas, cria gado e tem caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. ‖ Povoações nas freguezias: S. Vicente de Paul, conc. e distr. de Santarem. ‖ S. Vicente e conc. d'Abrantes, do mesmo distr. ‖ S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro.

Valle da Fontinha. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Moiriscas, conc de Abrantes, distr. de Santarem.

Valle da Formiga. Pov na freg. de N. S.ª da Conceição, de Carvalho, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Valle das Formosas. Pov na freg. de S. Martinho, de Travanca, conc. d'Oliveira de Azemeis, distr d'Aveiro.

Valle Formoso. Povoações nas freguezias: Santa Clara, de Alcaravella, conc. de Sardoal, distr. de Santarem. ‖ Nossa Senhora da Victoria, de Famalicão, conc. da Pederneira, distr. de Leiria. ‖ S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. ‖ Nossa Senhora da Conceição e conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. ‖ Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, distr. de Faro. ‖ Logar da freg. do conc. de Loulé, que dá o nome a est. do caminho de ferro do ramal de Portimão, entre as de Loulé e Almancil-Nexe. ‖ Rio do distr. de Faro; nasce na freg. de S. Braz de Alportel, corre em curvatura para SO até á freg. do Estoy, depois quasi em linha recta para o S, tem ponte na estrada de Faro a Tavira, e vae desaguar ao Oceano, a 2 k. ao E de Faro, depois do 20 k. de curso. ‖ Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Valle do Fôrno. Pov. na freg. de S. Salvador, de Salvador do Monte, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Valle do Frade. Pov. na freg. de S. Matheus, de Barosa, conc. e distr. de Leiria.

Valle de Frades. Pov. e freg. de Santo André, da prov. de Traz os Montes, conc. e com. de Vimioso, distr. e bisp. de Bragança; 152 fog. e 617 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada a 3 k. da margem direita da ribeira de Angueira, a 6 da margem esquerda da ribeira de Maçãs, e a 5 da séde do conc. E' fertil em generos agricolas, cria gado e tem caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Valle da Fraga. Pov. na freg. de S. Thiago, de Cepões, conc. e distr. de Vizeu.

Valle de França. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Conceição e conc. de Villa Nova de Portimão, distr. de Faro.

Valle de Franco. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Conceição, de Abitureiras, conc. e distr. de Santarem.

Valle Frechoso. Pov e freg. de S. Lourenço, da prov. do Traz os-Montes, conc. e com. de Villa Flôr, distr. e bisp. de Bragança; 92 fog. e 416 hab. Tem esc. do sexo fem., est. post., e agencia da Companhia de seguros *Argus*. Está situada a 5 k da margem esquerda do rio Tua e a 8 da séde do conc. E' fertil em generos agricolas, cria gado e tem caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Valle de Freiras. Pov. na freg. de S. Thiago, de Camarate, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Valle de Freixo. Povoações nas freguezias: Nossa Senhora do Pé da Cruz, de Santa Cruz, conc. de Almodovar, distr. de Beja. ‖ Nossa Senhora da Graça, de Casa Branca, conc. de Souzel, distr. de Portalegre. ‖ Nossa Senhora da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Valle de Fuzeiros. Pov. na freg. de S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro.

Valle do Gaio. Povoações nas freguezias: Nossa Senhora d'Assumpção, de Torrão, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa ‖ Nossa Senhora das Neves, de Midões, conc de Taboa, distr. de Coimbra.

Valle Galhardo. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, distr. d'Aveiro.

Valle de Galhufe. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S João da Cerveira, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real.

Valle da Gallega. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Pedrogão Pequeno, conc da Certã, distr. de Castello Branco || S. Braz de Alportel, conc. e distr. de Faro. || S. Martinho, de Estoy, do mesmo conc. e districto

Valle de Gallego. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Conceição, de Alvorge, conc. d'Anciâo, distr. de Leiria.

Valle do Gallo. Pov. na freg de S. Bartholomeu, de Santa Leocadia, conc. de Tabuaço, distr. de Vizeu.

Valle da Gama (*Ignacio da Cruz Guerreiro, visconde de*). Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e da de Santo Estanislau da Russia; cavalleiro da de S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia, addido honorario de legação, conselheiro, etc. N. em Londres a 12 de março de 1812, fal em Cintra a 31 de julho de 1877. Era filho de Raphael da Cruz, conselheiro, commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, gran cruz da ordem de Santo Estanislau da Russia e cavalleiro da de S Mauricio e S Lazaro, antigo official da secretaria dos negocios estrangeiros, encarregado de negocios em varias côrtes, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em S. Petersburgo, etc. e de sua mulher D. Evelina Clamouse Palyart. O titulo de visconde de Valle da Gama foi concedido por decreto de 19 de junho de 1867. Casou com D. Emma Sophia Bond, filha de Jaunes Bond, e de sua mulher D. Anna Wallis. D'este consorcio houve uma filha unica, D. Albertina Emma Luiza da Cruz Guerreiro, que casou com o 1.º visconde de Chancelleiros, Sebastião José de Carvalho. O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo d'azul, com tres montanhas da sua côr, esclarecidas por um sol esplendente, e sobre ellas duas espadas em aspa, tambem da mesma côr.

Valle da Gama. Pov. na freg. de N S.ª da Graça, de Envendos, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Valle de Garcia. Pov. na freg de N. S.ª do Desterro, de Pousos, conc. e distr. de Leiria.

Valle do Gato. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Graça, de Margem, conc. de Gavião, distr. de Portalegre.

Valle de Gaviões Pov. na freg. de Nossa Senhora da Graça, de Margem, conc. de Gavião, distr. de Portalegre.

Valle de Geás. Pov. na freg de Nossa Senhora da Graça, de Ega, conc. de Condeixa-a Nova, distr. de Coimbra.

Valle de Geme. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Bico, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Valle de Glão. Pov. na freg. de Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr de Coimbra.

Valle de Godinho. Povoações nas freguezias: Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra. || Santo Antonio, de Marmelleiro, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Valle de Goes. Pov. na freg. de Nossa Senhora d'Assumpção e conc do Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Valle de Golvos. Pov. na freg. da Sé e conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Valle de Gonçalo. Pov. na freg. de Nossa Senhora d'Assumpção e conc. de Penacova, distr. de Coimbra

Valle de Gouvinhas. Pov. na freg. de Santo André, da prov. de Traz-os-Montes, conc e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança; 142 fog e 409 hab. Tem esc. do sexo fem. e est post. Está situada entre os rios Rabaçal o Tuella, a 2 k. da margem direita d'este e a egual distancia da margem esquerda d'aquelle, a 16 k. da séde do conc. Pertenceu ao antigo conc. de Torre de Dona Chamma, que foi supprimido a 24 d'outubro de 1855. A pov. é fertil em generos agricolas, cria gado e tem caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. o res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Valle Gracioso. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Azoia, conc. e distr. de Leiria.

Valle das Gralhas. Pov. na freg. de S. Martinho, de Estoy, conc e distr. de Faro.

Valle Grande. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Aguada de Cima, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Domingos, de Cabril, conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra. || S Martinho, de Cocujães, conc. de Oliveira d'Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Escapães, conc. da Feira, do mesmo distr. || S. Martinho, de Estoy, conc. e distr. de Faro. || Santo André, de Friande, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Marcos da Serra, conc. de Silves, distr. de Faro. || Nossa Senhora da Expectação, de Revelles, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || S. Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

Valle de Grou. Povoações nas freguezias: Nossa Senhora do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa || Nossa Senhora da Graça, de Commenda, conc. de Gavião, distr. de Portalegre. || Nossa Senhora da Graça, de Envendos, conc. de Mação, distr. de Santarem. || Nossa Senhora da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco || S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria. || S. Marcos da Serra, conc. de Silves, distr. de Faro.

Valle do Gueiro. Pov. na freg. de S. Miguel de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra.

Valle de Guizo. Pov. e freg. de Nossa Senhora do Monte, da prov. da Extremadura, conc. e com. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa, arceb. de Evora; 162 fog. e 695 hab. Tem esc. do sexo masc. Está situada na margem esquerda do rio Sado a 9 k. da séde do conc. E' terra muito fertil mas pouco saudavel. Tem abundante peixe do Tejo e tambem do mar, que lhe vem por este rio e pelo Sado.

Valle da Gunha. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Luz, de Maceira, conc. e distr. de Leiria.

Valle do Homem. Povoações nas freguezias: Santo Antonio, de Marmelleiro, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || S. Sebastião, de Sarnadas de Ródam, conc. de Villa Velha de Ródam, do mesmo districto.

Valle da Horta. Povoações nas freguezias: Santa Maria Magdalena, de Bemposta, conc. de Abrantes, distr de Santarem. || Nossa Senhora da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro.

Valle das Hortas. Pov. na freg de N. S.ª da

Encarnação, de Villa Ruiva, conc. de Cuba, distr. de Beja.

Valle do Horto. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Azoia, conc. e distr. de Leiria.

Valle da Idanha. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Conceição, de Olálhas, conc. de Thomar, distr. de Santarem. Está situada em sitio muito ameno e fertil. Ha aqui uma antiquissima ermida dedicada á Senhora da Piedade, cuja imagem é feita de marmore. Não se sabe quando, nem por quem foi construida.

Valle de Ilhavo. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Ilhavo, distr d'Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural.

Valle do Inferno. Povoações nas freguezias: Santo Antonio, de Rapoza, conc. de Almeirim, distr de Santarem. || S Salvador, conc. e distr. de Santarem || S. Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Valle de Janeiro. Pov. e freg. da Nossa Senhora d'Assumpção, da prov. da Traz-os Montes, conc. e com. de Vinhaes, distr. e bisp. de Bragança; 94 fog. e 361 hab. Tem est. post. Está situada na estrada de Vinhaes a Valpaços, a 2 k. da margem direita do rio Tuella, a 5 da margem esquerda do Rabaçal, e a 10 da séde do conc. A egreja fica n'um outeiro cercado de vinhas. E' um templo notavel pela sua fórma, parecendo mais um forte castello do que uma egreja christã. E' construcção muito antiga, e certamente ainda anterior á monarchia portugueza. Segundo a tradição, os christãos construiram aqui um castello com uma ermida dedicada a Santa Maria Maior, e quando em 1250 os moiros fôram expulsos para sempre de Portugal, a capella demoliu-se, sendo toda a fortaleza transformada em egreja dedicada á mesma padroeira. O clima d'esta freg., apezar de ser excessivo, é muito saudavel, e a terra é fertil em todos os productos agricolas, sobretudo em vinho e azeite. Nos seus montes ha abundancia de caça grossa e miuda Cria muito gado. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Valle de Jegundo. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Valle de João Farto. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Valle do Jorge. Pov. na freg. de S. Theotonio, de Brenha, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Valle do Judeu. Pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Loulé, distr. de Faro. Ha aqui um apeadeiro, na linha de Faro a Portimão, entre Valle da Mão e Boliqueime.

Valle do Juncal. Povoações nas freguezias: S. Thomé, de Abambres, conc. de Mirandella, distr. de Bragança. || Nossa Senhora d'Alva e conc. d'Aljezur, distr. de Faro. || S. Theotonio, conc. d'Odemira, distr. de Beja

Valle de Junco. Povoações nas freguezias: Santo Antonio, de Covões, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || Santa Maria, de Pinheiro Grande, conc. de Chamusca, distr. de Santarem || Santa Maria do Castello, conc. de Tavira, distr. de Faro. || S. Pedro, de Varzea dos Cavalleiros, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Nossa Senhora da Graça e conc. de Benavente, distr. de Santarem. || Nossa Senhora da Graça, de Commenda, conc. de Gavião, distr. de Portalegre. || Nossa Senhora da Graça, de Envendos, conc. de Mação, distr de Santarem.

Valle do Laço. Pov. na freg. de S. Vicente, de Troviscal, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Valle de Ladrões Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Mêda, distr. da Guarda, bisp. de Lamego; 185 fog. e 754 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Dista 5 k. da séde do conc. Pertenceu ao antigo conc. de Marialva, que foi supprimido por carta de lei de 24 d'outubro de 1855, passando então esta freg. a fazer parte do conc. e com. de Villa Nova de Fozcôa, e em 18 de dezembro de 1872 passou para a com. e conc. de Mêda Os marquezes de Marialva eram senhores donatarios d'esta freg. A pov. é fertil em cereaes e azeite, e muito abundante de caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Valle de Lagar. Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Valle da Lage. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Valle de Lama. Povoações nas freguezias: Nossa Senhora da Conceição, de Odiaxere, conc. de Lagos, distr. de Faro. || Santa Maria e conc. de Silves, do mesmo distr. Ha aqui um apeadeiro na linha do caminho de ferro, na ramal de Portimão, entre Valla e Silves.

Valle de Lamas. Povoações nas freguezias: S. Romão, de Baçal, conc. e distr. de Bragança. || Espirito Santo, de Lamas, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Valle da Lameira. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Graça, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Valle de Lameiras. Pov. na freg. de S. Vicente, de Paio Mendes, conc de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Valle de Lameiro Povoações nas freguezias: Santo Antonio, de Escariz, conc. d'Arouca, distr. d'Aveiro. || Ilha de S. Jorge, Açôres; Nossa Senhora das Neves, de Norte Grande, conc. de Vélas, distr. d'Angra do Heroismo.

Valle de Lande. Pov. na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de de Beja.

Valle de Landeiro Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro.

Valle Lezide. Pov. na freg. de S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr de Leiria.

Valle de Linhares. Está situado na serra do Gerez, prov. do Minho, nas freguezias de S. João Baptista, de Campo de Gerez, e de S. Paio, de Carvalheira, ambas do conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. *A Casa da Guarda* é um môrro elevado do Gerez, onde, segundo dizem, ainda se vêem vestigios de dois pequenos edificios que lhe deram o nome. Um d'elles pertencia ao conc. de Terras de Bouro, e outro ao extincto conc. de Santa Martha de Bouro. Na falda d'este môrro está o Valle de Linhares, apertado entre aquelle e o rio Homem, perto do celebre *Bi-*

co da Geira. Na frente das *Casas da Guarda* estende-se em meia lua uma trincheira, tocando a extremidade n'um temeroso despenhadeiro, chamado *Sarilhão*. N'esta extremidade, que é um pico, se vêem ainda os restos d'uma muralha tosca, que parece ter sido baluarte. Chama-se *Côtto dos Monteiros*. Entre este e o *Sarilhão* passa um brejo muito fundo e estreito. A extremidade esquerda da referida trincheira toca o rio Homem. E' de pedra tosca, recoberta de terra, em rampa, pela frente. Era uma terrivel posição, que encurralava o inimigo n'um temeroso desfiladeiro, de mais de 2 k., cercado pelo monte *Carro* ou *Volta do Carro*, onde tambem ha restos d'uma outra trincheira, encostada a uma alcantilada montanha, de difficil accesso para gente de pé e inaccessivel a cavallaria o artilharia. No meio de Valle de Linhares e sobre a margem esquerda do rio Homem, se fundou no principio do seculo passado, o montou-se, com todos os aprestes, uma grande fabrica de vidros por conta d'uma sociedade de proprietarios de Braga. Trabalhou dois annos produzindo já muitos artefactos de vidro, de muitas qualidades, e ia prosperando bastante, porque eram propriedade do estabelecimento vastos terrenos incultos, as mattas do Gerez e a materia prima principal, o quartzo (seixo). No dia 11 de julho de 180?, uma horda de turbulentos obrigou varios lavradores d'estes sitios a acompanhal-a; arrombaram a residencia de S. Paio da Carvalhoira, para assassinarem o abbade, que escapou milagrosamente, sob pretexto de que era *jacobino*, quando o seu unico crime era ser amigo dos empregados da fabrica de vidros. Não podendo haver ás mãos o abbade, correram sobre a fabrica, que arrombaram e saquearam, lançando lhe por fim o fogo. e incendiando-a. || Povoações nas freguezias; Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra. || Ilha Terceira, Açôres; S. Bento, conc. e distr. de Angra do Heroismo. || S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Valle dos Lobatos. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Valle de Lobo. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. da Beira Baixa, conc. de Penamacôr, com. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 153 fog. e 608 hab. Tem escolas de ambos os sexos e est. post. Está situada n'um valle, na estrada de Penamacôr a Maçainhas de Belmonte, a 15 k. da séde do conc. E' pouco fertil em cereaes, mas abundante de fructas; cria muito gado de toda a qualidade, e tem grande quantidade de caça, grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Aguada de Cima, conc. de Agueda, distr. d'Aveiro. || Santo Ildefonso, de Cedães, conc. de Mirandella, distr. de Bragança. || S. João Baptista, de S. João do Monte, conc. com., de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Mancellos, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Thiago, de Préstimo, conc. de Agueda, distr. d'Aveiro. || Nossa Senhora da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Valle de Lobos. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Almargem do Bispo, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || Nossa Senhora das Misericordias, de Bellas, do mesmo conc. e distr. || S. Lourenço, de A dos Francos, conc. da Lourinhã, do mesmo distr. || Nossa Senhora da Conceição, de Sabacheira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Nossa Senhora do Monte, de Valle do Guizo, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Valle de Lobos. V. *Azoia de Baixo*.

Valle Longo Pov. e freg. de Nossa Senhora da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Sabugal, distr. e bisp. da Guarda; 68 fog. e 266 hab. Tem escolas do sexo fem. e est. post. Está situada no fundo de um valle nas proximidades da margem direita do rio Côa, a 18 k. da séde do conc. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Valle de Lourenço de Cima. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Alegrete, conc. e distr. do Portalegre.

Valle do Louo. Pov. na freg. de Nossa Senhora das Dôres, de Isna, conc. d'Oleiros, distr. de Castello Branco.

Valle de Louzal. Pov. na freg. de Nossa Senhora d'Assumpção, de Abella, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Valle de Louzas. Povoações nas freguezias: Nossa Senhora da Conceição, de Alcantarilha, conc. de Silves, distr. de Faro. || Nossa Senhora da Encaruação, de Porches, conc. de Lagôa, do mesmo districto.

Valle de Lucas. Pov. na freg. de Santo Antonio de Cerdeira, conc. d'Arganil, distr. de Coimbra.

Valle de Luz. Povoações nas freguezias: S. Paulo de Frades, conc. e distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Serzedello, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Valle de Maceira. Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu, de Aldeia das Dez, conc. d'Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || S. João Baptista, do Alfeizerão, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria. || Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Valle da Maceira de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Silvestre e conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

Valle de Maceiras. Pov. na freg. de S. Saturnino, de Vallongo, conc. de Fronteira, distr. de Portalegre.

Valle da Madeira. Pov. e freg. de S Sebastião, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Pinhel, distr. e bisp. da Guarda; 73 fog. e 290 hab. Tem est. post., esc. do sexo fem., fabrica do cortiça. Dista 5 k. da séde do conc. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. na freg. de Nossa Senhora da Graça, de Margem, conc. de Gavião, distr. de Portalegre.

Valle de Madeiras. Pov. na freg. de Nossa Senhora do Soccorro, de Serpins, conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

Valle de Madeiro. Pov. na freg. do Nossa Senhora da Encarnação e conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Valle de Madeiros. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Canuas de Senhorim, conc. de Nellas, distr. de Vizeu. || Santa Marinha, de Palmaz, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Nossa Senhora do Soccorro, de Serpins, conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

Valle da Madre. Pov. e freg. de S. Braz, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança; 65 fog. e 252 hab. Tem esc. do sexo fem. Está situada proximo da estrada de Mogadouro a Algoso, a 4 k. da séde do conc. A pov. é pouco fertil; cria gado e tem caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Valle Maior. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Douro, conc. e com. de Albergaria-a-Velha, distr. d'Aveiro, bisp. do Porto; 251 fog. e 1:009 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., fabrica de papel pertencente á mesma Companhia da do Prado (*V. Portugal*, vol. V, pag. 1:036). Está situada na margem esquerda do rio Caima, a 2 k. da séde do conc. São n'esta freg. as celebres minas do Braçal (*V. Portugal*, vol. II, pag. 432). Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. || Povoações nas freguezias: Santa Catharina da Serra, conc. e distr. de Leiria. || Santo André, de Valle de Gouvinhas, conc. de Mirandella, distr. de Bragança. || S. Matheus, de Friunes, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Valle Maior de Santo Antonio. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Valle Maior, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. d'Aveiro.

Valle de Manços. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Valle de Mar. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Rande, conc de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Miguel. de Gondufe, conc. do Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Valle de Marcos. Sitio na freg. de Pudentes, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Valle de Marello. Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Semide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Valle da Margem. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Pera, conc. de Silves, distr. de Faro.

Valle de Maria Dona. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco.

Valle de Marinha. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Troviscal, conc. de Oliveira do Bairro, distr. d'Aveiro. || Ribeira, na prov. de Traz-os-Montes, entre os limites da Lagoaça, conc. de Freixo de Espada á Cinta, e Quinta das Quebradas, conc. de Mogadouro. Corre em sitio muito agradavel.

Valle de Marinhas. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Ribeira, de Outeiro, da Cortiçada, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

Valle de Marmellos. Pov. na freg. de S. Pedro, de Palmella. conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Valle de Martinho. Pov. na freg. de S. Thomé, d'Abambres, conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Valle dos Massos Pov. na freg. de Nossa Senhora da Graça, de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Valle do Matoco Pov. na freg. de S. Martinho, da Cortiça, conc. d'Arganil, distr. de Coimbra.

Valle de Mattos. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Esteval, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco. || S. Pedro e conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Valle de Mattoso. Pov. na freg. de S. Martinho, da Cortiça, conc. d'Arganil, distr. de Coimbra.

Valle Meão. Povoações nas freguezias: Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra. || Nossa Senhora da Conceição, de Sabacheira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Valle da Meda. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Purificação, de Freixianda, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Valle do Meio. Pov. na freg. de S. Matheus, de Friumes, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Valle da Meira. Sitio na freg de Pudentes, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Valle Melhorado. Pov. na freg. de S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc. de Siufães, distr. de Vizeu.

Valle Mendinho. Pov. na freg. de S. Pedro, de Souto da Casa, conc. do Fundão, distr. de Castello Branco.

Valle de Mendiz. Pov. e freg. de S. Domingos, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Alijó, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 93 fog. e 510 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada na margem esquerda rio Pinhão, a 10 k. da séde do conc. Não é fertil em cereaes, mas o seu vinho é de superior qualidade e um dos melhores do Alto Douro. Tambem produz azeite, considerado de superior qualidade. Pertence á 6.º div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Valle do Mendo. Povoações nas freguezias: S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. d'Alvaiazere, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Rego da Murta, do mesmo conc. e districto.

Valle de Merendeiros. Sitio na estrada de Castello Branco á Guarda.

Valle de Mestre Pov. na freg. de Santa Margarida da Coutada, conc de Constancia, distr. de Santarem.

Valle de Milhaço. Pov. na freg. de N. S.ª de Monte Sião, de Amora, conc. do Seixal, distr. de Lisboa.

Valle do Milho. Pov. na freg. de Nossa Senhora das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria || Pov. na freg. de S. Pedro do Penaferrim e conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Valle de Mira. Pov. na freg. de N. S.ª do Monte, do Duas Egrejas, conc. de Miranda do Douro, distr. de Bragança.

Valle da Mizarella. Pov. na freg. de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra.

Valle da Mó. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Conceição, conc. e distr. de Faro. || S. Thiago, da Moita, conc. d'Anadia, distr. d'Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural. Ha aqui umas aguas mineraes (*V. Anadia*). E' logar extremamente pittoresco. || S. Bartholomeu, de Pexão, conc. de Olhão, distr. de Faro. || Sitio da freg. de Souto, conc. d'Abrantes, distr. de Santarem.

Valle de Mógão. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Castella, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Valle do Moinho. Povoações nas freguezias: Nossa Senhora d'Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja. || S. Martinho da Corti-

ça, conc. d'Argauil, distr. de Coimbra. || S. Christovão, de Nogueira do Cravo, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. d'Aveiro.

Valle de Moinhos. Pov. na freg. de Santa Maria, de Gandar, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Valle Moirisco. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Aguas Bellas, conc. de Sabugal, distr. da Guarda. Tem caixa postal.

Valle das Moitas. Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Matta Moirisca, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Nossa Senhora da Conceição, de Vermoil, do mesmo conc. e districto.

Valle de Monteiro. Pov na freg. do Salvador, de Pombeiro, conc. d'Argauil, distr. de Coimbra.

Valle de Monteiros. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Alegrete, conc. e distr. de Portalegre.

Valle de Moraes *(Antonio de)*. Poeta que viveu no seculo XVII. Militou nos estados da India, para onde partiu em 1635. Escreveu um poema em 6 cantos, intitulado *Nautica Lusitana*, em que descreve a sua viagem de Portugal a Gôa. Nunca se imprimiu, e parece que existe na bibliotheca da Academia das Sciencias de Lisboa, manuscripto, senão o autographo, pelo menos uma copia.

Valle Moreira. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Barqueiros, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real.

Valle de Moreiro. Pov. na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Valle das Mós. Povoações nas freguezias: S. Domingos, de Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || S. Facundo, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || S. Thiago do Escoural, conc. de Montemór-o-Novo, distr. d'Evora. || S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro. || Nossa Senhora da Victoria, de Mosteiro, conc. d'Oleiros, distr. de Castello Branco.

Valle de Mosteiros. Pov. na freg. de Santo André, de Villa Nume, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Valle de Moura *(Manuel do)*. Doutor em theologia pela Universidade de Evora, e formado em direito pela de Coimbra. Era natural de Arrayollos, fal. em Evora a 18 de maio de 1650. Foi abbade da freg. de Santa Christina de Barroso, mestre de D. Alexandre, filho do duque de Bragança, e deputado da inquisição de Evora. Escreveu muitas obras, mas apenas consta que se imprimisse uma com o titulo de *De encantationibus*. Manuel do Valle de Moura foi um dos auctores da *Parodia ao primeiro canto dos Lusiadas*, que saiu n'um dos tomos do *Anatomico jocoso*, impressa no meado do seculo XVIII e publicada mais tarde no Porto em 1845. Segundo uma noticia assignada por Francisco Soares Toscano e que precede a *Parodia* na edição do Porto, foi essa peça composta nos fins do seculo XVI por 4 estudantes da Universidade de Evora, que fôram, além de Moura, Bartholomeu Varella, Manuel Luiz Freire e Luiz Mendes de Vasconcellos, concorrendo o ultimo só com um verso e pertencendo a parte principal da obra a Manuel Luiz Freire.

Valle de Moura. Pov. na freg. de S. Jordão, conc. e distr. de Evora.

Valle de Mouro. Pov. e freg. de Nossa Senhora da Graça, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Trancoso, distr. e bisp. da Guarda. E' fertil, tem muito gado e caça. Está ha muitos annos annexada á freg. de Tamanhos. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Espinho, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu || Santa Maria, de Pinheiro Grande, conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || S. João Baptista e conc. de Coruche, do mesmo distr. || S. Lourenço, de Ramalhal, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Valle de Mouros. Pov. na freg. de S. Romão, de Paredes de Viadores, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Valle da Múa. Povoações nas freguezias: Nossa Senhora da Graça, de Envendos, conc. de Mação, distr. de Santarem. || S. Thiago, de Peral, conc. de Proença a-Nova, distr. de Castello Branco.

Valle de Mugem. Ribeira, na prov. da Extremadura, ao S do Tejo, na freg. da villa de Muge.

Valle de La Mulla. Pov. e freg. de Nossa Senhora d'Assumpção, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. d'Almeida, distr. e bisp. da Guarda; 173 fog. e 709 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada na margem esquerda da ribeira de Tourões, a 8 k. da séde do conc. Pertencia á Casa do Infantado. Até ao ultimo quartel do seculo XIII, foi do bispado de Ciudad Rodrigo, passando á corôa portugueza em dote da rainha Santa Izabel, em 1282. Durante a guerra da Restauração de 1640, foi esta pov. tomada pelo duque de Ossuna, general castelhano, em 1661, mas foi logo derrotado pelos portuguezes em Perales. No anno de 1663 houve aqui um combate entre portuguezes e castelhanos commandados pelo intrepido Affonso Furtado, que fez soffrer uma grande derrota ao inimigo. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Valle de Mulheres. Pov. na freg. de Santa Anna, d'Aldeia do Matto, conc. de Coruche, distr. de Santarem.

Valle de Murta. Pov. na freg. de Santa Maria do Castello e conc de Tavira, distr. de Faro.

Valle da Murtinheira. Limite da villa de Asseiceira.

Valle de Nabal. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Graça, d'Almagreira, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Valle da Negra. Pov. na freg. de Santa Suzana, de Carapinheira, conc. de Montemór o-Velho, distr. de Coimbra.

Valle de Nieira. Pov. na freg. de S. Silvestre e conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

Valle de Nogueira. Pov. e freg. de Nossa Senhora d'Assumpção, da prov. de Traz os-Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança, que está ha muitos annos annexa á freg. de S. Nicolau, de Salsas. Valle de Nogueira foi villa e séde de conc. a que el-rei D. Manuel I deu foral, que se não chegou a publicar; tinha, porém, um foral velho dado por D. Affonso Rodrigues, procurador d'el rei D. Diniz e seu povoador em Bragança, datado de Ventozello a 6 de fevereiro de 1299, e confirmado pelo mesmo soberano, na Guarda, a

12 d'abril de 1208. Povoações nas freguezias: Santa Catharina, de Villa Facaia, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || S. Gens e conc. d'Arganil, distr. de Coimbra. || Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa. || S. Silvestre e conc. de Lonzã, distr. de Coimbra.

Valle de Nogueiras. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz-Montes, conc., com. e distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 294 fog. e 1:170 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. Está situada na area da antiga Terra de Panoyas, a 5 k. da séde do conc. Teve foral dado por D. Affonso III, em Guimarães, a 2 d'abril de 1258. (V. *Panoyas*). Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Valle da Nora das Arvores. Pov. na freg. de Nossa Senhora d'Alva e conc. d'Aljezur, distr. de Faro.

Valle da Nora das Sobreiras. Pov. da freg. de Nossa Senhora d'Alva e conc. d'Aljezur, distr. de Faro.

Valle d'Obidos. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

Valle do Odre. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Cacbopo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Valle de Olheiro. Pov. na freg. de S. Mamede, de Matta Moirisca, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Valle do Olival. Povoações nas freguezias: Nossa Senhora da Graça, de Aguas Bellas, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Nossa Senhora da Encarnação, de Porches, conc. de Lagôa, distr. de Faro.

Valle de Onégas. Pov. na freg. de Santa Clara, de Alcaravella, conc. de Sardoal, distr. de Santarem.

Valle do Orvalho. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Estreito, conc. d'Oleiros, distr. de Castello Branco.

Valle de Ossos. Povoações nas freguezias: Santa Leocadia, de Fradellos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Salvador, conc. e distr. de Santarem.

Valle d'Ourem. Pov. na freg. de Nossa Senhora dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Valle d'Onzanda. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Estreito, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Valle da Ovelha. Povoações nas freguezias: Bom Jesus, de Carapinha, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || S. Thomé, de Trezoi, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu.

Valle de Ovelhas. Povoações nas freguezias: Nossa Senhora da Conceição e conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || Nossa Senhora da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco.

Valle Paço. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Curópos, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

Valle do Palo. Pov. na freg. de S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Valle de Palheiro. Sitio na freg. de Mosteiros, conc. de Arronches.

Valle de Papas. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Ramires, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Villa de Parada. Pov. da freg. de S. Miguel, de Trezouras, conc. de Baião, distr. do Porto, menos a *Casa Santa* e propriedade annexa, que passou para a freguezia de Gestaçô por decreto de 25 de junho de 1892.

Valle do Paraizo. Povoações nas freguezias: S. Martinho do Porto, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria || Nossa Senhora da Conceição e conc. de Albufeira, distr. de Faro. || Nossa Senhora da Purificação, de Aveiras de Cima, conc. d'Azambuja, distr. de Lisboa. Tem correio com serviço de posta rural. || Ilha da Madeira; S. Lourenço, de Camacha, conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal. || Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Valle de Paredes. Pov. na freg. de S. Miguel, de Sobral, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu.

Valle de Parra. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Visitação, de Guia, conc. d'Albufeira, distr. de Faro.

Valle da Paz. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Graça, d'Almagreira, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Valle da Pedra. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Purificação, conc. do Cartaxo, distr. de Santarem.

Valle de Pedras. Povoações nas freguezias: Nossa Senhora da Conceição e conc. d'Albufeira, distr. de Faro. || Nossa Senhora da Graça, de Vinha da Rainha, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Valle de Pedro Annes. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Carvoeira, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Valle de Pedro Dias. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Visitação, de Belver, conc. de Gavião, distr. de Portalegre.

Valle de Pégas. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Esperança, de Paderne, conc. d'Albufeira, distr. de Faro.

Valle Tegudo. No sitio e limite do logar do Valle de Godinho, conc. e freg. de Goes.

Valle de Pena. Pov. na freg. de S. José, de Lavegadas, conc. de Poiares, distr. de Coimbra.

Valle de Penella. Pov. na freg. de S. Miguel, de Riodades, conc. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu.

Valle Penteiro. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Barqueiros, conc. de Mesão Frio, dis distr. de Villa Real.

Valle Pequeno. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Expectação, de Revelles, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

Valle de Pereira. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Castello Branco.

Valle de Pereiras. Pov. na freg. de S. Miguel, de Machio, conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra.

Valle Pereiro. Pov. e freg. de Santo Apollinario, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. d'Alfandega da Fé, distr. e bisp. de Bragança; 76 fog. e 338 hab. Está situada na margem d'um affluente do rio Zacharias, a 10 k. da séde do conc. Pertenceu até 1855 ao extincto conc. de Chacim. Esteve muitos annos annexa á freg. do

Agro Bom, de que ora filial, e da qual fôra desmembrada no fim do seculo XVIII, para formar freg. independente. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. na freg. de Nossa Senhora d'Assumpção, de Mascarenhas, conc. de Mirandella, distr. de Bragança. Junto a esta aldeia está um cabeço pyramidal, bastante elevado, ao qual se dá o nome de *Viso*, d'onde se descobre um vasto e variado horizonte. No vertice d'este monte está construido o notavel templo de Nossa Senhora do Viso, em fórma do castello, com robustas muralhas, botareus e barbacans, que cercam a egreja, a qual fica ao centro, como cidadella. || Povoações nas freguezias: S. Marcos da Serra, conc. de Silves, distr. de Faro. || Nossa Senhora da Conceição e conc. de Monchique, do mesmo distr. || Nossa Senhora da Visitação, de Odeloite, conc. de Castro Marim, do mesmo distr. || Santa Justa, conc. de Arraiollos, distr. de Evora. Ha aqui uma est. do caminho do ferro, do ramal a Evora e Villa Viçosa, entre as de Azaruja o Vimieiro.

Valle de Pernete. Pov. na freg. de Nossa Senhora das Neves, d'Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Valle de Pero Dias. Sitio na freg. de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Valle da Perra. Pov. na freg. do Nossa Senhora da Visitação, d'Ourem, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Valle Perro. Povoações nas freguezias: S. Pedro e conc. de Porto do Moz, distr. de Leiria. || Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, distr. do Villa Real.

Valle do Peso. Pov. e freg. de Nossa Senhora da Expectação, da prov. do Alemtejo, conc. do Crato, com., distr. e bisp. de Portalegre; 158 fog. e 601 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post com serviço de posta rural. Está situada na estrada de Alpalhão ao Crato a 8 k. da sédo do conc., n'uma collina pouco elevada. Dá o nome a esta freg. um pequeno valle, que lhe fica contiguo, a E, muito ameno, com hortas e pomares, sendo notaveis as suas figueiras, pela belleza e tamanho descomunal d'algumas d'ellas. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes.

Valle de Pentevens. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Conceição, de Sinde, conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Valle da Pia. Pov. na freg. de S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Valle do Pião. Pov. da freg. de S. Domingos, de Lagarteira, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Valle do Pinheiro. Pov. na freg. de S. Martinho de Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Valle de Pinhel. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Visitação, d'Ourem, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Valle da Pinta. Pov. e freg. do S. Bartholomeu, da prov. da Extremadura, conc. e com. do Cartaxo, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 224 fog. e 879 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post. e productores de vinho. Está situada na estrada do Cartaxo a Rio Maior, 4 k. da séde do conc. A terra é fertil em cereaes, vinho, fructa e caça. Tem peixe do rio Tejo, que fica proximo ao sul. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Estombar, conc. de Lagôa, distr. de Faro.

Valle de Pizão. Grande montanha da prov. do Douro, junto á villa de Argauil, distr. de Coimbra, e que como a serra da Aveleira, sua visinha, são projecções da serra da Estrella. Ambas aquellas serras são atravessadas, cada uma por sua galeria subterranea aberta na rocha. junto ao rio Alva. E' difficil, se não impossivel, dizer-se hoje para que foi construida obra tão dispendiosa e que tantos obstaculos devia offerecer para se levar a effeito. O povo dá a estas galerias o nome de *Furados*. Ficam a uns 2:300 m de distancia uma da outra, e são construidas em linha recta, o que prova não terem sido feitas para lavra de minas, visto que os filões metalicos descrevem muitos meandros, e differentes larguras. Suppõem algumas pessoas que teem examinado esta raridade, que o fim a que foi destinada esta obra pasmosa, era desviar parte das aguas do Alva, para serem empregadas como motor de algum estabelecimento industrial, o com effeito recebe as aguas do rio, de um lado, e as lança pelo outro, de uma altura de 5 a 6 m., formando, na descida, uma catadupa cujo fragôr se ouve a bastante distancia. As suas entradas são ao nivel do leito do rio, e o pavimento offerece um declive muito pequeno, apenas o sufficiente para a agua correr com facilidade *Os Furados de Cima* teem maior largura, e mesmo durante a estiagem, recebem um grande volume de agua, que, com a força da corrente, por espaço de mais de 10 seculos, tem cavado alguns poços, nos sitios onde a rocha é menos dura. Não consta que pessoa alguma se tenha aventurado a atravessar esta galeria, que é objecto de terror para o povo d'estas terras, fantaziando a existencia ali de esplendorosos palacios de *mouras encantadas*, que na manhã de S. João veem para o exterior assoalhar os seus diamantes, em cobertores tecidos de ouro e prata. Os *Furados de Baixo* dão facil passagem de uma a outra extremidade, tendo sufficiente ar e luz, pelo que são muito frequentados no verão. Ha ainda a notar que, na extremidade inferior d'esta galeria, não ha o minimo vestigio de construcção de qualquer natureza, onde se pudesse aproveitar a quéda da agua. Faz acreditar que um obstaculo qualquer impediu a fundação do estabelecimento para o qual a agua devia servir de motor. Ha toda a razão para acreditar que esta obra seja romana. E' provavel que depois da sua conclusão e antes de se construir o estabelecimento a que ella podia aproveitar, acontecesse a invasão dos barbaros do Norte, que transtornou bastante o plano dos constructores.

Valle do Pocinho. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Conceição, de Cereal, conc. do S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Valle do Poço. Povoações nas freguezias: N. S.ª do Reclamador, de Casaes, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Nossa Senhora da Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

Valle de Poços. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Conceição, de Paio do Pelle, conc. de Villa Nova da Barquinha, distr. de Santarem.

Valle de Pomares. Pov. na freg. de S Si-

mão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Valle Ponte (*P. Sebastião do*). Deão da sé da Bahia, desembargador da Relação Ecclesiastica, provisor e vigario geral do arcebispado, etc. N. na Bahia em 1630, fal. a 10 de abril de 1736. Formou-se em canones na Universidade de Coimbra, e regressando á sua patria, exerceu ali a advocacia, até que se ordenou de presbytero. Foi tambem conego e um prégador muito considerado. Publicou as orações funebres do papa Benedicto XIII e do arcebispo de Braga, D. Rodrigo de Moura Telles. Em Lisboa, publicou tambem, em 1729, um *Sermão em acção de graças*, que na sé cathedral da Bahia se celebrou pelos felicissimos casamentos dos serenissimos senhores principes de Portugal e Castella, etc.

Valle da Ponte. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

Valle da Porca. Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 96 fog. e 411 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada nas proximidades da nascente do rio Azibo, a 6 k. da séde do conc. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Valle de Porcas. Pov. na freg. de S. Pedro de Penaferrim e conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

Valle de Porco. Pov. e freg. de S. Braz, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. do Mogadouro, distr. e bisp de Bragança; 86 fog. e 361 hab. Tem esc. do sexo masc. e est post. Está situada na aba da Serra de Villar do Rei, a 6 k. da séde do conc. E' pouco fertil; cria gado e tem caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Povoações nas freguezias: Nossa Senhora do Pranto, de Poço do Canto, conc. de Mêda, distr. da Guarda. || Nossa Senhora da Apresentação, de Lavre, conc. de Montemór o Novo, distr. d'Evora || Nossa Senhora da Natividade, de Barreiro, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Nossa Senhora da Conceição, de Chouto, conc. de Chamusca, distr. de Santarem. || S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Valle Porrim. Pov. na freg. do Espirito Santo e conc. de Aldeia Gallega do Ribatejo, distr. de Lisboa.

Valle do Porto. Povoações nas freguezias: Santo Antonio, de Fatima, conc. de Villa Nova de Ourem, distr. de Santarem. || Nossa Senhora da Visitação, d'Ourem, do mesmo conc. e districto.

Valle de Pousadas. Pov. na freg. de Santo Antonio, d'Alfrivida, conc. de Villa Velha de Ródam, distr. de Castello Branco.

Valle de Pradinhos Pov. na freg de S. João Baptista, de Pezulfe, conc. de Macedo de Cavalleiros, distr. de Bragança.

Valle do Prado. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Conceição, d'Arega, conc de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Valle de Prados Villa e freg. de S. Jeronymo, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 113 fog. e 459 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada proximo da estrada de Bragança a Mirandella, a 3 k. da séde do conc. E' pov. muito antiga. El rei D. Diniz lhe deu foral, na Guarda, a 9 de agosto de 1287. Valle de Prado foi séde de conc., com justiças proprias, casa da camara, cadeia, pelourinho, etc. Por um documento que existiu no archivo da camara de Bragança, consta que, em 1490, D. João II *julgou e teve por bem* que a villa de Valle de Prados tivesse *forca, picota e tronco*, sem por isso *viliar e deshonrar* a villa de Bragança, pois que os moradores de aquella (Valle de Prados), eram iseutos, e villa sobre si. A *picóta* era signal de jurisdicção. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. na freg. de S. Lourenço, de Milhão, conc. e distr. de Bragança.

Valle de Prados de Ledra. Pov. na freg. de S. Martinho, de Murias, conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Valle de Prazeres e Matta. Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. do Fundão, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 669 fog. e 2:878 hab. Tem escolas de ambos os sexos, est. post. e um apeadeiro, na linha do caminho de ferro da Beira Alta, entre as estações de Alpedrinha e Fatella. Está situada na aba da serra da Gardunha, a 10 k. da séde do conc., n'um delicioso valle, muito fertil em generos agricolas, e abundante de gado e de caça, grossa e miuda, assim como de muito boas aguas. O seu clima, apezar de excessivo, é saudavel. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Valle dos Prégos. Pov. na freg. de Santa Clara, d'Alcaravella, conc. de Sardoal, distr. de Santarem.

Valle da Presa. Pov. na freg de S. Thiago, de Peral, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Valle da Prôa. Pov. na freg. de Nossa Senhora d'Assumpção, de Semide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Valle da Prova. Sitio na freg. de Forninho, conc. de Cantanhede, distr de Coimbra.

Valle da Quebrada. Pov. na freg do Nossa Senhora dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, distr. do Leiria.

Valle da Quinta Pov. na freg. de Santo Aleixo, conc. de Monforte, distr. de Portalegre.

Valle de Rabelho. Pov. na freg de Nossa Senhora da Visitação, de Guia, conc. d'Albufeira, distr. do Faro.

Valle de Rainha. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de S. Thiago do Cacem, distr. do Lisboa.

Valle Raivoso. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Conceição, de Conceição, conc. e distr. de Faro.

Valle da Rama. Pov. da freg. de S. Martinho, de Salreu, conc. de Estarreja, distr. d'Aveiro.

Valle das Ramadas Pov. na freg de Nossa Senhora da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco.

Valle das Rãs Povoações nas freguezias: S. Vicente e conc do Abrantes, distr. do Santarem. || S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Valle de Reis. Pov. e freg. de Nossa Senhora dos Reis, da prov. da Extremadura, conc. e com. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa, arceb de Evora; 47 fog. e 276 hab. Tem lagar do azeite. Está situada a 4 k. da margem diroita do rio Sado, e a 5 da séde do conc. E' terra fertil, mas bastante doentia. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n. 11, com a séde em Setubal.

Valle de Reis *(Lourenço de Mendóça de Moura e Sousa, 3.º conde de)*. A familia d'estes distinctos fidalgos, que tiveram depois o titulo de marquez de Loulé, é da mais antiga e nobre ascendencia (V. *Portugal*, vol. IV, *1.º marquez de Loulé*, pag. 521). O 3.º conde nasceu a 27 de janeiro de 1642, fal. a 26 de outubro de 1707. Era filho dos 2.ºˢ condes do mesmo titulo, Nuno de Mendóça e D. Luiza de Castro. Foi commendador de S. Lourenço do Covo; tevo tambem as commendas e alcaidarias-móres de seu pae, e mais a alcaidaria-mór de Moura, successão de seu avô materno, que era senhor de Villa da Povoa e Meadas, por serem de juro e herdade, alcaide mór de Moura, sendo tambem senhor d'esta villa de juro e herdade, com obrigação de usar o appellido de Moura. Serviu como capitão de cavallaria da ordenança de Lisboa, foi coronel do regimento dos privilegiados, e tenente general da cavallaria do Algarve; deputado da Junta dos Tres Estados, regedor das justiças, logar que exerceu durante 14 annos; do conselho de Estado e do guerra de D. Pedro II o de D. João V. Casou em 15 de janeiro de 1669 com D. Magdalena de Mendóça, filha de Manuel de Sousa e Silva, aposentador-mór, officio que serviu na menoridade do seu sobrinho Lourenço de Sousa, 1.º conde de S. Thiago, e foi mestre sala do principe D. Theodosio, filho de D. João IV, e védor da rainha D. Maria Francisca de Saboia; e de sua mulher D. Joanna de Mendóça. O brazão dos condes de Valle de Reis é o dos Mendóças, que usam os duques de Loulé e condes d'Azambuja, o qual já está descripto no vol. IV do *Portugal*, a pag. 523.

Valle do Reis *(Lourenço Filippe de Mendóça e Moura, 5.º conde de)* Capitão de cavallaria da prov. do Alemtejo, deputado da Junta dos Tres Estados, etc. N. a 26 de maio de 1705; ignora se a data da sua morte. Era filho dos 4.ºˢ condes do mesmo titulo Nuno de Mendóça e D. Leonor Maria Antonia de Noronha. Succedeu em toda a casa e no titulo de seu pae. Entrou no exercicio do seu cargo na Junta dos Tres Estados no anno de 1749. Casou a 24 de fevereiro de 1732 com D Joanna de Noronha, sua prima, filha dos 4.ºˢ marquezes de Angeja, D. Antonio de Noronha e D. Luiza Josepha de Menezes.

Valle de Reis *(Nuno de Mendóça, 1.º conde de)*. Commendador de Santa Maria de Villa Covo, e S. Miguel de Armamar. Fal. a 23 de março de 1632. Era filho de João de Mendóça, vice-rei da India e general da armada do Portugal; e de sua mulhor D. Joanna de Aragão. O titulo de conde de Valle de Reis foi-lhe concedido, por carta passada a 16 d'agosto de 1628, por D. Filippe III de Portugal. Serviu em Flandres, onde foi mestre de campo no tempo em que governava aquelles estados o cardeal archiduque, e foi seu gentil homem, governador de Tanger, presidente da Mesa da Consciencia e Ordens, do conselho d'Estado; foi nomeado vice-roi da India, cargo que não acceitou, mas foi governador d'aquelles estados, juntamente com D. Antonio de Athaide, conde de Castro Daire, desde 26 d'agosto de 1631 até 9 do março de 1632, e pelo seu fallecimento, ficou o conde de Castro Daire governando só, desde 29 d'esse mez até 29 de abril de 1633. Casou com D. Guiomar da Silva, filha de Luiz da Silva, senhor de Lamarosa, commendador de Campanhã, na ordem de Christo, e de D. Izabel Pereira de Miranda e Berredo.

Valle de Reis *(Nuno de Mendóça, 2.º conde de)*. Commendador de Santa Maria de Villa Covo, de S. Miguel d'Armamar, S. Salvador de Monte Corveda, e Santo André de Theozello, alcaide-mór de Faro, Loulé o Albufeira, etc. N. a 31 de dezembro de 1612, fal. a 15 de março de 1692. Era filho dos 1.ºˢ condes de Valle de Reis, Nuno de Mendóça e D. Guiomar da Silva, de quem herdou toda a casa e o titulo. Foi gentil homem da camara do principe D. Theodosio, filho de D. João IV, governador e capitão general do reino do Algarve, presidente do senado da camara, e depois do conselho ultramarino, do conselho de Estado dos reis D. Affonso VI e D. Pedro II Foi nomeado védor da fazenda, cargo de que não chegou a tomar posse, mordomo-mór da infanta D Izabel Josepha. Casou com D. Luiza de Castro, filha herdeira de Ruy Telles, senhor da Povoa e Meadas, do conselho de Estado, véador da fazenda, presidente do desembargo do Paço e estribeiro-mór da rainha D. Luiza de Gusmão, mulher de D. João IV, e gentil-homem da camara de D. Pedro II, sendo ainda infante; e de sua mulher. D. Luiza de Castro.

Valle de Reis (*Nuno de Mendóça, 4.º conde de*). Senhor de Povoa e Meadas e do Valle de Reis, commendador e alcaide-mór das commendas e alcaidarias quo teve seu pae; deputado da Junta dos Tres Estados. N. a 7 de junho de 1670; fal. a 3 de janeiro de 1732, na sua quinta de Villa Longa. Era filho dos 3.ºˢ condes de Valle de Reis Lourenço de Mendóça de Moura e Sousa e D. Magdalena de Mendóça. Casou em 31 do outubro de 1700 com D. Leonor Maria Antonia de Noronha, dama da rainha D. Maria Sophia de Neuburgo, e filha de D. Pedro de Noronha, 1.º marquez de Angeja, e da marqueza D. Izabel de Mendóça.

Valle de Reis *(Nuno José Fulgencio Agostinho João Nepomuceno de Mendóça e Moura, 6.º conde de*). Senhor de toda a casa e titulo de seus paes, os 5.ºˢ condes do mesmo titulo, Lourenço Filippe de Mendóça e Moura e D. Joanna de Noronha. N. a 16 de maio de 1733, sendo-lhe confirmado o titulo a 4 de setembro do 1750. Casou com D. Anna José Monica de Menezes e Noronha, filha dos 4.ºˢ marquezes de Marialva e 6.ºˢ condes de Cantanhede. D'este consorcio, entre outros filhos, houve José Maria de Mendóça, que foi o 7.º conde, que renunciou a favor de seu irmão Agostinho José de Mendóça todos os direitos á casa paterna, reservando para si apenas as honras de conde, o qual foi o 8.º conde do Valle de Reis, e 1.º marquez de Loulé. V. *este titulo*.

Valle de Remigio *(José Ignacio Homem de Gouveia, visconde de)*. Bacharel formado em leis pela Universidade de Coimbra, deputado em varias legislaturas, rico proprietario em Valle de Remigio, onde tinha a sua importante casa, em

que falleceu a 17 de março de 1883. Foi agraciado com o titulo de visconde de Valle de Remigio por decreto de 9 de novembro de 1880. O illustre titular tornou-se digno dos maiores elogios pela dedicação que sempre consagrou á terra da sua naturalidade. Entre os melhoramentos a que procedeu, exclusivamente á sua custa, contam se os seguintes: a construcção mandada fazer em 1875, d'um ramal da estrada, que saindo da freguezia, fôsse entroncar na estrada que segue para Vizeu e Mealhada, e por consequencia com os caminhos de ferro e leste, e o da Beira; um cemiterio parochial; uma casa para escola de instrucção primaria; um côro na egreja matriz, etc. Fundou uma *Sociedade Philantropica Recreativa*, que dotou com 400$000 reis.

Valle de Remigio Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. da Beira Alta, conc. de Mortagoa com. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu, bisp. de Coimbra; 207 fog. e 757 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada a 1 k. da estrada de Mortagoa á Mealhada, e a 4 da séde do conc. E' fertil em todos os generos agricolas do paiz, cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus montes ha bastante caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Valle da Ribeira Povoações nas freguezias: S. Pedro da Cadeira e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Santo André, de Ferreira de Aves, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Valle da Rica. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Victoria, de Famalicão, conc. de Pederneira, distr. de Leiria.

Valle Rico. Pov. na freg. de S. Miguel, de Souto, conc. da Feira, distr. d'Aveiro.

Valle do Rio. Pov. da freg. de S. João Baptista e conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Valle de Ródão. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

Valle de Rodrigo. Povoações nas freguezias: S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Nossa Senhora das Neves, d'Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Nossa Senhora da Graça, d'Areias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Valle da Rosa. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Estoy, conc. e distr. de Faro. || S. Clemente e conc. de Loulé, do mesmo distr. || S. Sebastião e conc. de Loulé, do mesmo distr. || S. Sebastião, de Salir, do mesmo conc. e distr. || Santa Clara-a-Velha, conc. de Odemira, distr. de Beja. || S. Pedro, de Vaqueiros, conc. d'Alcoutim, distr. de Faro.

Valle do Rosal. Pov. na freg. de N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. d'Almada, distr. de Lisboa.

Valle de Rosas. Pov. na freg. de Santo Varão, de Lamarosa, conc. e distr. de Coimbra.

Valle do Rotão. Limite da Cheira. Sitio na freg. de Pudentes, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Valle de Roxo. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Valle da Rua Pov. na freg. de Nossa Senhora d'Assumpção, de Sobrado, conc de Castello de Paiva, distr. d'Aveiro.

Valle de Ruana. Pov. na freg. de Santo Ildefonso, de Montargil, conc. de Ponte do Sôr, distr. de Portalegre.

Valle dos Sachos. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Valle do Salgado. Pov na freg de Nossa Senhora da Conceição, de Cercal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Valle de Salgueiro. Pov. e freg de S. Sebastião, da prov de Traz-os Montes, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança; 166 fog. e 575 hab. Tem esc. do sexo fem e est. post. Está situada na margem direita do rio Rabaçal, a 15 k. da séde do conc. E' terra pobre e pouco fertil, mas cria bastante gado de toda a qualidade, e é abundante de caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Povoações nas freguezias: Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria. || Nossa Senhora da Luz, de Maceira, conc. e distr. de Leiria. || O Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || Nossa Senhora da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Valle da Sancada. Pov. na freg. de S. Domingos, de Lagarteira, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Valle da Sancha. Pov. e freg. de S. Gonçalo, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança; 74 fog. e 286 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada a 9 k. da margem esquerda do rio Tua e a 15 da séde do conc. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 10, com a séde em Mirandella.

Valle do Sancho. Povoações nas freguezias: Santo Antonio, de Casal d'Ermio, conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || Nossa Senhora da Conceição, de Sabacheira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Valle de Santa Maria. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Albufeira, distr. de Faro.

Valle de Santarem. Pov. e freg. de N. S.ª da Expectação, da prov. da Extremadura, conc., com. e distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 373 fog. e 1:605 hab. Tem est. telegr. post., esc. do sexo fem; agentes das companhias de seguros: *Portugal* e *Sociedade Portugueza;* fabricas de azeite, e de distillação de aguardente, pharmacia, estabelecimentos commerciaes e industriaes, etc.; sendo o principal commercio azeite, cereaes, fructa e vinho; est. do caminho de ferro de leste, entre as de Santarem e Sant'Anna Está situada no pittoresco e fertilissimo valle que lhe dá o nome, proximo da margem direita do rio Tejo, que a fornece de bom peixe, a 7 k. da séde do conc. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa.

Valle de Santo Antonio Sitio na freg. de Pudentes, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Valle de Santos. Pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Valle de S. Barão. Pov. na freg. do Salvador e conc. d'Ourique, distr. de Beja.

Valle de S. João. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Commenda, conc. de Gavião, distr. de Portalegre.

Valle de S. Thiago. Pov. e freg. de Santa Catharina, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Odemira, distr. e bisp. de Beja; 182 fog. e 739 hab Tem esc. do sexo masc, est. post. e hospedaria. Está situada junto do rio Sado, a 25 k. da séde do conc. Foi commenda da ordem de S. Thiago. A maior parte d'esta freg. é banhada pela ribeira de Campilhas, que a torna muito fertil em cereaes, legumes e fructas. Tem vastos montados, onde se cria muito gado de toda a qualidade, e muitas colmeias que produzem abundancia de cêra e de mel. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. ‖ Pov. na freg. de S João Baptista, de Carvoeiro, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Valle da Saraça. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco.

Valle Saramago. Pov. na freg de S. João Baptista, de Seixo de Gatões, conc. de Moutemór o-Velho, distr. de Coimbra.

Valle da Sardinha. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. d'Oleiros, distr. de Castello Branco.

Valle de Seixas. Pov. na freg. de S. Martinho, de Estoy, conc. e distr. de Faro.

Valle do Seixo. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da Beira Baixa, conc. e com. de Trancoso, distr. e bisp. da Guarda; 89 fog. e 342 hab. Tem esc. do sexo fem. E' fertil em castanhas, cereaes e fructa. Tem um bom cemiterio parochial, construido no chão onde existiu a antiquissima egreja da Senhora a Nova, e que fica uns 500 m. ao N da pov. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Valle da Serra. Povoações nas freguezias. S. João Baptista, de Pedrogão, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. ‖ N. S.ª d'Assumpção, de Semide, conc. do Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Valle de Serrão. Povoações nas freguezias: Nossa Senhora de Alvorninha, conc. de Caldas da Rainha, distr. de Leiria. ‖ N. S.ª do Pranto e conc. de Pampilhosa, distr. do Coimbra. ‖ N. S.ª do Pranto, de Dornes, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Valle de Serves. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Conceição e conc. d'Albufeira, distr. de Faro.

Valle do Servo. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Samuel, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Valle da Setta. Pov. na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, distr. do Leiria.

Valle de Sil. Pov. na freg. de Santa Maria, de Arrifana, conc. de Poiares, distr. de Coimbra.

Valle Silgo. Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Barcouço, conc. de Mealhada, distr. d'Aveiro.

Valle da Silva. Pov. na freg. de S. Thiago, de Rio de Vide, conc. do Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Valle da Silva de Baixo. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João de Loure, conc. de Albergaria-a Velha, distr. d'Aveiro.

Valle do Silval. Sitio na freg. de Portunhos, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

Valle de Silvas. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro

Valle de Soares. Pov. na freg. de S. Pedro, do Aboim, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Valle da Sobreda. Pov. na freg. de N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. d'Almada, distr. de Lisboa.

Valle de Sobreira. Pov. na freg. de S. Mamede, de Matta Moirisca, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Valle do Sobreiro Pov. na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Valle do Sobreiro de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Christovão, de Caranguejeira, conc. e distr. de Leiria.

Valle de Sobrigo. Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Torrão, conc. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Valle do Sôppo Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Alcanêde, conc. e distr. de Santarem.

Valle de Soure Pov. na freg. de S. Sebastião, de Alfarellos, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Valle de Souto. Pov. na freg. de N. S.ª da Victoria, de Mosteiros, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

Valle do Sumo Pov. na freg. do Santa Catharina da Serra, conc. e distr. de Leiria. Tem est. postal.

Valle de Suso Pov na freg. do Salvador, de Penaguião, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Valle de Taboas. Povoações nas freguezias: S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. d'Alvaiazere, distr. de Leiria ‖ S. Silvestre, de Souto, conc. d'Abrantes, distr. de Santarem.

Valle Tacão. Pov. na freg. de Santa Catharina da Serra, conc. e distr. de Leiria.

Valle de Taipa. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Povoa de Midões, conc. de Taboa, distr. de Coimbra

Valle de Taipas. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Purificação e conc. de Silves, distr. de Faro. ‖ N. S.ª das Reliquias, de Reliquias, conc. d'Odemira, distr. de Beja.

Valle de Tão Pov. na freg. de S. Martinho, de Maucellos, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Valle de Teira. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Alcobertas, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

Valle de Telhas. Pov. e freg. de Santo Ildefonso, da prov. do Traz os Montes, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança; 116 fog. e 479 hab. Tem esc. do sexo fem., e está situada entre os rios Rabaçal e Tuella, a 4 k. da margem direita d'este, a 1 da margem esquerda do primeiro, e a 15 da séde do conc. E' pov. muitissimo antiga. El rei D. Diniz lhe deu foral em Lisboa, a 22 de junho de 1289. Proximo a esta pov. ou no mesmo logar que hoje occupa, existiu a antiquissima cidade da Lusitania, *Pinéto*. (V. *este nome*). Por varios sitios d'esta freg. teem apparecido differentes vezes, cippos com inscripções romanas, que provam ter ali existido familias patricias. Além d'estes cippos, tem appare-

cido muitas outras antiguidades por estes sitios, que indicam a existencia d'uma cidade ou d'uma grande pov. em tempos remotos. Pertence á 6.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Valle do Telheiro. Povoações nas freguezias: S. Sebastião e conc. de Loulé, distr. de Faro. ‖ N. S.ª da Luz, de Albernôa, conc. e distr. de Beja.

Valle Thomar. Limite da Cheira. Sitio na freg. de Pudentes, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Valle de Tijollos. Na valla ou canal de Alpiarça.

Valle de Todos V. *Torre de Valle de Todos*.

Valle do Tojeiro. Pov. na freg. de N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. d'Almada, distr. de Lisboa.

Valle do Torno. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz os Montes, conc. e com. de Villa Flôr, distr. e bisp. de Bragança; 182 fog. e 648 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada n'um serro, rodeada de valles, a 8 k. da séde do conc. E' uma das freguezias mais ricas e ferteis do conc., pois abunda em azeite, vinho, trigo, centeio, batatas, castanhas e outros generos agricolas. Ha tambem grande creação de bicho de seda A pov. é muito antiga, mas não se sabe quando, nem por quem foi fundada. A egreja matriz, de architectura gothica, revela muita antiguidade. Está situada n'uma encosta, 400 m. ao SE da pov., e é vasta, mas singela. A freg. é atravessada por tres ribeiros, cujas aguas servem para regar e fertilisar as terras, e de motor de varios moinhos de pão. Depois de reunidos vão desaguar na ribeira de Sabôr. Além d'isso ha na pov. muitas fontes de boa agua potavel, havendo entre ellas uma de boa cantaria lavrada, dentro d'um arco, com as sentos dos lados, que é legendaria. A pov. pertence á 6.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. ‖ Povoações nas freguezias: N. S.ª da Purificação, de Pernes, conc. e distr. de Santarem. ‖ Santa Luzia, de Pomares, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Valle da Torre. Pov. na freg. de S. Martinho, do Lordosa, conc. e distr. de Castello Branco

Valle Torto. Povoações nas freguezias: Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra. ‖ S. Pedro, de Seixo do Ervedal, conc. d'Oliveira do Hospital, do mesmo districto.

Valle de Touris Povoações nas freguezias: S. Marcos da Serra, conc. de Silves, distr. de Faro. ‖ Nossa Senhora da Assumpção, de Saboia, conc. d'Odemira, distr. de Beja.

Valle da Trave. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Alcanede, conc. e distr. de Santarem.

Valle Travesso. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Piedade e conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem. ‖ Santa Maria e conc. d'Extremoz, distr. de Evora.

Valle do Trigo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Bellazaima, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Valle do Tronco. Pov. na freg. de S. Matheus, de Friumes, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Valle Tulha. Pov. na freg. de S. Martinho, de Moreira de Rei, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Valle de Urgel. Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Valle da Urra Cimeiro. Pov. na freg de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Valle da Urra Fundeiro. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Valle da Urra do Meio. Pov. na freg. de N S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Valle da Ursa. Ponte sobre o Zezere, que liga as povoações de Rio Fundeiro e Cimeiro, Valle Serrão a Sernache de Bomjardim.

Valle da Ursa. V. *Foz da Certã*.

Valle da Ursa. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Visitação, de Guia, conc. de Albufeira, distr. de Faro. ‖ S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a Nova, distr. de Castello Branco.

Valle do Urso. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença-a Nova, distr. de Castello Branco. ‖ S. Pedro, de Souto da Casa, conc. do Fundão, do mesmo districto.

Valle da Vacca. Povoações nas freguezias: S. Sebastião, de Boliqueime, conc de Loulé, distr. de Faro. ‖ N. S.ª das Mercês, de Carvalhal Bemfeito, conc. de Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Valle das Vaccas. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Esther, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. ‖ Nossa Senhora da Conceição, de Amendoa, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Valle de Vaide. Pov. na freg. de Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Caminha. Tem correio com serviço de posta rural.

Valle de Vargo Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. do Alemtejo, conc. e com de Serpa, distr. e bisp. de Beja; 239 fog. e 1.001 hab. Tem esc. do sexo masc. e está situada na margem direita da ribeira Echoé, a 19 k. da margem esquerda do Guadiana, e na estrada de Moura ás Minas de S. Domingos. E' fertil em cereaes, e cría muito gado, principalmente suino, que exporta. Sendo do conc. de Moura, passou para o de Serpa por decreto de 13 de janeiro de 1898. Pertence á 4.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 17, com a séde em Lagos.

Valle dos Vascos. Pov. na freg. de S Thiago, de Alvaro, conc. de Oleiros, distr de Castello Branco.

Valle de Vaz. Pov. na freg. de Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra.

Valle de Veias. Pov. na freg. de S. Luiz, de Pias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Valle da Velha. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Santarem.

Valle das Velhas. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Valle de Vellide. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Valle da Venda. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Almansil, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Valle Vendeiro. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Paião, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Valle Verde. V. *Valverde*.

Valle Verdinho. Pov. na freg. do Salvador, do Castelleiro, conc. de Sabugal, distr. da Guarda.

Valle de Vez. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. ‖ Santa Maria Maior, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. do Leiria.

Valle de Vicente. Pov. na freg. de N. S. da Graça, de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Valle da Vide. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Espinho, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu. ‖ N. S.ª das Neves, de Pousaflôres, conc. de Ancião, distr. de Leiria. ‖ N. S.ª da Assumpção, de Torrão, conc. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Valle da Videira. Sitio na freg. de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Valle das Videiras. Pov. na freg. de S. Thiago, de Peral, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

Valle de Viga. Pov. na freg. de N. S.ª d'Annunciação e conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa.

Valle da Vigaria. Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Valle da Villa. Povoações nas freguezias: N. S.ª do Rosario, de Valle de Figueira, conc. de S João da Pesqueira, distr. de Vizeu. Tem caixa postal. ‖ S Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. ‖ N. S.ª da Conceição e conc. de Silves, distr. de Faro.

Valle de Vime. Povoações nas freguezias: S. Thiago, da Moita, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. ‖ Nossa Senhora da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Valle da Vinha. Povoações nas freguezias: S. Vicente e conc. de Abrantes, distr. de Santarem, ‖ S. Paio de Farinha Pôdre, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. ‖ N. S.ª da Graça, de Margem, conc. de Gavião, distr. de Portalegre. ‖ S Bartholomeu, de Villa Cã, conc. de Pombal, distr. de Leiria. ‖ N. S.ª d'Alva e conc. d'Aljezur, distr. de Faro ‖ S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Braga.

Valle do Zebrinho. Pov. na freg. do S. Facundo, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Valle do Zebro. Pov. da freg. de N. S.ª da Graça, conc. do Barreiro, distr. de Lisboa. Valle do Zebro foi a antiga padaria do Estado, estabelecimento importante n'outras epocas, mas que veiu a cair com as machadadas do progresso e o inconveniente da distancia para a elaboração de um genero do uso diario e de primeira necessidade. Era tambem dependencia do arsenal de marinha e deposito de materiaes, especialmente de material de guerra desusado. No estuario que segue entre o Barreiro e Azinheira e vae a Coina, ainda lá se vê, ao fundo, um amontuado de edificios, já damnificados pelos tempos e que n'outras eras constituiu um centro de actividade o do movimento, quando ali se fabricava o pão e bolacha, principalmente para a antiga marinha de guerra; e se fazia o embarque e desembarque do commercio do Alemtejo. Junto á fabrica, com os seus fornos, grandes armazens o moinhos do agua, ficava a residencia real, descanso obrigado dos nossos reis nas suas jornadas para o sul. Do vetusto edificio não desspparece ram totalmente os vestigios da regia influencia, comquanto a acção do tempo e o vandalismo tenham apagado grande parte d'elle. Quem percorre a varanda envidraçada que lá existe, as salas nuas, o singelo claustro, a pequena capella com os preciosos azulejos, evocará reminiscencias historicas da vida faustosa dos antigos monarchas, os seus gestos e inclinações artisticas. A rainha D. Carlota Joaquina, que ali residiu, a miude, attrahia áquelle ermo a fina flôr da aristocracia portugueza da sua côrte. Valle do Zebro, relativamente ás condições de salubridade, acha se muito melhorado. A incuria e o abandono de tantos annos tinham tornado o local palustre. A' medida que se foi restaurando o edificio, preparando os fornos para os paioes, abrindo as trincheiras para estabelecer a platafórma, e o caneiro, os arrozaes desappareceram e aterraram-se os pantanos proximos. A carreira de tiro está estabelecida na margem direita do rio Coina, que lança as suas aguas no Tejo junto do Barreiro. Valle do Zebro é actualmente um polygono bem montado, não faltando a residencia occidental da commissão technica. Ali se encontra o seguinte material para experiencias: 2 peças Schneider Canet de 12 a 15 centimetros, 1 peça de tiro rapido Armstrong de 10 centimetros, a metralhadora automatica Hotchkiss de 6,5 millimetros e uma peça semi automatica Hotchkiss de 47 millimetros e as respectivas munições para taes estudos. As modificações e innovações feitas na carreira do tiro consistem principalmente: 1.º na ligação da casa dos chronographos com a carreira por conductores subterraneos; 2.º construcção de nova camara de areia por a primeira estar bastante deteriorada, tendo avançado este a fim de se augmentar a carreira em mais 25 m.; 3.º na installação d'uma nova platafórma á esquerda da antiga, de maneira a poder ser n'ella montada a artilharia dos maiores calibres que possue a marinha; 4.º na construcção d'uma casa de carregamento, havendo assim mais facilidade no serviço e sendo esta construcção ligeira mais adequada ao seu fim do que a antiga casa onde se faziam os carregamentos que teve de ser deitada a baixo, para se poder convenientemente ventilar uma das casernas da escola de torpedos. Os circuitos do chronometro o registador dos chronographos são alimentados por baterias de pilha de bichromato em substituição dos accumuladores. Quando a escola de torpedos puder fornecer electricidade para o serviço da carreira, serão então os circuitos alimentados por baterias de accumuladores. Ao lado esquerdo da carreira e a uns 100 metros, n'uma elevação de terreno, fica situado o novo paiol para polvora sem fumo e que ainda está em estudos. Acham-se installadas as casas dos chronographos, e do carregamentos o paioes de polvora, baterias de pilhas e accumuladores. Tem uma ponte volante para suspender até 11 toneladas de peso. Possue uma casa de abrigo em ferro recoberta d'areia para o pessoal, e uma via

ferrea desde o caes de desembarque até á carreira. Pela direcção do material de guerra fôram fornecidos 3 chronographos, sendo um de campanha, Schametz, e os restantes do systema Boulango e apparelhos de medição de velocidades. Existem duas plataformas para fixação de peças de diversos calibres. Estão montadas turbinas a fim de serem movidas pela queda de agua da caldeira do moinho para darem movimento a um dynamo que fornecerá a energia electrica para os apparelhos da carreira. A carreira, que tem soffrido algumas modificações, serve para experiencias de velocidades iniciaes e pressões.

Valle da Zimbreira. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Envendos, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Valle das Zimbreirinhas. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Envendos, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Valle da Zirma. Pov. na freg. do Salvador, de Villar de Montes, conc. de Chaves, distr. do Villa Real.

Valle de Zorro. Pov. na freg. de S. Marcos da Serra, conc. de Silves, distr. de Faro.

Vallega. V. *Pereira Jusã*.

Valleiras. Pov. na freg. de S. Pedro, d'Aviutes, conc. de Villa Nova de Gaia, distr. do Porto.

Valleirinha. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Bordeira, conc. de Aljesur, distr. de Faro.

Valleirinho. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Lagares, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Sitio no limite da Povoa, freg. de Goes.

Valleiros. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João do Monte, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Vallejas. Pov. na freg. de S. Pedro, de Barcarena, conc. de Oeiras, distr. de Lisboa.

Valles. Pov. e freg. de Santa Cruz, da prov. do Douro, conc. e com. da Alfandega da Fé, distr. e bisp. de Bragança; 55 fog. 233 hab. Está situada proximo das nascentes do rio Zacharias, a 7 k. da séde do conc. E' muito fertil, mas cria muito gado e tem caça. Pertence á 6.ª div. mil. o ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de S. Nicolau, da prov do Traz-os-Montes, conc. e com. de Valpaços, distr. de Villa Real, bisp de Bragança; 120 fog. o 476 hab. Tem est. post. Está situada na estrada de Mirandella a Villa Pouca d'Aguiar, a 16 k. da séde do conc. E' pouco fertil; cria muito gado e tem caça. Está annexada á freg. de S. Pedro da Veiga de Lilla. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. Tendo sido annexada ao conc. de Murça, por decreto de 26 de setembro de 1895, voltou para o de Valpaços por decreto de 13 de janeiro de 1898. || Povoações nas freguezias: Nossa Senhora d'Annunciação, do Aldeia de Paio Pires, conc. do Seixal, distr. do Lisboa. || Nossa Senhora da Piedade, de Algôz, conc. de Silves, distr. de Faro. || Santo Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja. || S. José, de Alqueidão da Serra, conc. do Porto de Moz, distr. de Leiria. || Santo Antonio, de Areias. conc. de Marvão, distr. de Portalegre. || Nossa Senhora d'Assumpção, de Barrô, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Santo Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro. || S. Miguel, de Campia, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || Nossa Senhora d'Assumpção, de Cardigos, conc. de Mação, distr. de Santarem. || S. Pedro, de Castello de Penalva, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Castellões, conc. de Tondella, do mesmo distr. || Santos Cosme e Damião, de S. Cosmado, conc. de Armamar, do mesmo distr. || Santo Estevão, de Escariz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Thiago, de Fonte Areada, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Maria, de Guardizella, conc. do Guimarães, distr de Braga. || S. Matheus, de Junceira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Nossa Senhora da Luz e conc. de Lagôa, distr. de Faro. || Ilha do S. Jorge, Açôres; Nossa Senhora das Neves, de Norte Grande, conc. do Vélas, distr. de Angra do Heroismo. || Nossa Senhora da Conceição, de Odeleite, conc. de Castro Marim, distr. de Faro. || Nossa Senhora da Conceição, do Odiaxere, conc. de Lagos, do mesmo distr. || Nossa Senhora da Purificação, de Olival, conc. de Villa Nova d'Ourem, distr. de Santarem. || Nossa Senhora da Visitação, de Ourem, do mesmo conc. o distr. || O Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Nossa Senhora do O', de Paião, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Espirito Santo, de Pera, conc. de Silves, distr. de Faro. || Nossa Senhora da Consolação, de Pero Vizeu, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco. || Santa Maria Magdalena, de Peso, conc. da Covilhã, do mesmo distr. || S. Miguel, de Rebordosa, conc de Paredes, distr. do Porto. || S. Sebastião, de Regueira de Pontes, conc. e dist. de Leiria. || S. Sebastião, do Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Miguel, do Tres Minas, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr de Villa Real. || O Salvador, de Villa Garcia, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr de Vianna do Castello. || S. José de Alqueidão da Serra, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || S. Vicente do Paul, conc. o distr. do Santarem || S. Silvestre e conc. de Louzã, distr. do Coimbra. || S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a-Nova, distr. do Castello Branco. || Sitio da freg e conc. do Cadaval.

Valles de Baixo. Povoações nas freguezias: Nossa Senhora da Purificação, de Assentiz, conc. do Torres Novas, distr. de Santarem. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Valles de Cima. Povoações nas freguezias: Nossa Senhora da Purificação, de Assentiz, conc. do Torres Novas, distr. de Santarem. || Nossa Senhora da Assumpção e conc. do Ceia, distr. da Guarda.

Valles de Luiz Netto. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Valles de Maria Dias. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Vallezim. Pov. e freg. de Nossa Senhora do Rosario. da prov da Beira Baixa, conc e com. de Ceia, distr. e bisp. da Guarda; 185 fog. e 773 hab. Tem esc d'ambos os sexos, e est. post Está situada proximo d'um affluente do rio Alva, na estrada de Ceia a Alvoco da Serra, a 11 k. da séde do conc E' pov. muito antiga, mas não se sabe

a data da sua fundação, nem o nome do fundador. E', porém, tradição que foi fundada pelos moiros que, sendo expulsos de Loriga, povoação limitrophe, se vieram estabelecer n'este valle. A tradição tambem diz que o grande Viriato Herminio nasceu n'esta freg. e que fundou aqui duas fortalezas, no alto de dois montes. E' certo que ao N está o outeiro, chamado *Monte do Crasto*, e ao S o *Cabeço do Castello*, e em ambos estes montes ha vestigios de antiquissimas construcções e ali se tem achado tijolos e moedas romanas. El-rei D. Manuel I lhe deu foral, em Lisboa, a 24 de março de 1514, dando se lhe o nome de *Valazim*. Até ao principio do seculo passado foi séde d'um conc. do seu nome, com justiças, autoridades e empregados que lhe competia, sendo 2 juizes ordinarios, 3 vereadores, 1 procurador do conc., 1 escrivão da camara, juiz dos orphãos com seu escrivão, 1 escrivão do judicial e notas, 1 inquiridor, 1 distribuidor, 1 contador, 1 alcaide e uma companhia de ordenanças com seu capitão e respectivos officiaes. Pertencia á provedoria da Guarda. Vallezim foi muito importante, mas depois caiu em grande decadencia. Até aos principios do seculo XVII tôram ali de grande importancia a industria e o commercio de *panno de vára* (saragoças e bureis) que se vendiam em grande quantidade nas feiras do Minho e Traz-os-Montes; mas, tanto os fabricantes como os vendedores roubavam os compradores dando ás teias maior numero de varas do que ellas tinham. Esta fraude durou muito tempo, até que os consumidores deixaram de comprar estes pannos, e ainda por cima, se queixaram ao papa de tão escandaloso roubo, e o papa, em vista d'esta queixa, expediu uma carta de excommunhão contra os ladrões. Por este facto, o fabrico e commercio dos referidos pannos foi quasi completamente abandonado, e a pov. foi consideravelmente decahindo. Tambem contribuiu para esta decadencia a destruição dos castanheiros, cujo fructo era uma das principaes producções de Vallezim. Agora produz-se ali apenas centeio, lã, algum vinho, e bons queijos, por haver aqui grandes rebanhos de ovelhas. No principio da fundação da monarchia, construiu-se uma sumptuosa egreja de tres naves, divididas por arcaria granitica e elegante e um typico e curioso campanario. Em volta d'ella está o cemiterio parochial muito espaçoso. Em 1876 montou se aqui uma fabrica de lanificios (saragoças) junto da villa, na margem direita da ribeira de Vallezim, servindo-lhe de motor a agua da mesma ribeira. Está fechada desde 1877, e era propriedade do dr. João de Freitas Castello Branco, já ha muitos annos fallecido. Pertence a villa á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Vallia. Pov. na freg. de S Paio, de Jolda, conc. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello.

Valligote. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Asseiceira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Vallinha. Povoações nas freguezias: S Paio, de Agua Longa, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna da Castello. || O Salvador, de Ceivães, conc. de Monsão, do mesmo distr. Tem est. post. || S. Pantaleão, de Cornes, conc. de V. N. da Cerveira, do mesmo distr. || S. Miguel, de Fontoura, conc. de Valença, do mesmo distr. || Santa Maria, de Moreira, conc. de Monsão, do mesmo distr. || Santa Maria, de Padornello, conc. de Paredes de Coura, do mesmo distr. || S. Pedro, de Polvoreira, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Vallinhas. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Espargo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Thiago, do Gemieira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Gondufe, do mesmo conc. e distr. || Santa Comba, de Regilde, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Pedro, de Saufins de Ferreira, conc. de Paços de Ferreira, do mesmo districto.

Vallinho. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Athães, conc. do Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel, de Beire, conc. de Paredes, distr. do Porto. || O Salvador, de Covas, conc. de Villa Nova da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Folgoza, conc. da Maia, distr. do Porto. || Santo André, de Victorino dos Piães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Vallinhos Povoações nas freguezias: Nossa Senhora d'Alva e conc. d'Aljesur, distr. de Faro. || S. Martinho, de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, distr. de Faro.

Vallões. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 67 fog. e 238 hab Tem est. post. Está situada a 2 k. da estrada de Braga a Valença, e a 11 k. da séde do conc. E' terra fertil; tem grande abundancia de gado de toda a qualidade, e muita caça grossa e miuda. Pertence á 3.ª div. mil e ao distr. de recrut e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Vallongo (*Luiz Pinto de Mendonça Arraes, barão e visconde de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, conselheiro, commendador e gran cruz da ordem de S. Bento de Aviz, commendador da Torre e Espada, condecorado com a cruz n.º 4 das campanhas da Guerra Peninsular, e pelo governo de Hespanha com a medalha de Albuhera; bacharel em leis pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Ceia a 9 de julho de 1787, fal. em Lisboa a 30 de julho de 1859. Seus paes eram Luiz Bernardo Pinto de Mendonça Figueiredo, morgado de Nossa Senhora das Preces em Ceia, e senhor da quinta de Pinhanços, fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo e desembargador da Relação do Porto; e D. Anna Leonor Nogueira do Abreu Abranches Homem Pessoa. Entrou para o Collegio dos Nobres, em Lisboa, no anno de 1798, passando depois para a Universidade em 1803, cursando a faculdade de leis, tomando o grau de bacharel em 1807, e formando se em 1808. Assentou praça de cadete n'esse mesmo anno a 5 d'agosto, no regimento de infantaria n.º 11, e foi despachado alferes em 14 do janeiro de 1809, e promovido a tenente em 25 de setembro de 1811. Tomando parte activa na Guerra Peninsular, entrou nas batalhas de Albuhera, a 16 do maio de 1811; de Vitoria a 25 de julho de 1813, em que ficou contuso; dos Pyrineus em 29 e 30 de julho do mesmo anno; de Orthez, em 27 de fevereiro de 1814; e de Toulouse, em 19 d'abril do mesmo anno. Assistiu ás acções de Redinha, a 12 de março de 1811; de

Alfaiates, em 27 de setembro do mesmo anno; de Roncesvallos, 25 de julho do 1813; e Alturas de Salim, a 31 de agosto do mesmo anno, em que ficou gravemente ferido. Estove no sitio de Ciudad Rodrigo, desde 2 até 17 de janeiro de 1811; no de Badajoz, desde 17 de março até 6 d'abril de 1812, em que foi o assalto, no qual tambem ficou ferido gravemente. Sendo promovido a capitão em 28 de novembro de 1817, n'esse mesmo anno embarcou para o Brazil, onde se conservou até 1823, anno em que regressou á patria, tendo já o posto de major, a que fôra promovido em 6 de fevereiro de 1818; teve a promoção de tenente coronel em 28 de dezembro de 1826, e entrou nas campanhas d'esse anno o de 1827 contra os absolutistas, mas em 1828 adheriu á acclamação do infante D. Miguel. N'esse mesmo anno porém, quando rebentou no Porto a revolução liberal, no mez de maio, foi unir-se á Junta com o batalhão de infantaria n.º 23, que ello revolucionou, pelo que teve de emigrar para Galliza e Inglaterra, partindo depois para a ilha Terceira, vindo mais tarde na expedição que desembarcou nas praias do Mindello, commandando o corpo de Voluntarios da Rainha, em julho de 1832. Sendo ferido gravemente no reconhecimento de Vallongo e agraciado com o grau de official da Torre e Espada, foi em 6 de agosto seguinte promovido a coronel, e a brigadeiro em 4 de abril de 1833. Foi nomeado prefeito da provincia occidental dos Açôres em 15 de julho d'este anno e governador civil de Angra do Heroismo em 15 de setembro de 1835; promovido a marechal de campo em 4 de julho de 1845 o a tenente-general supranumerario em 6 de julho de 1847. Commandou as 4.ª, 6.ª, 7.ª e 9.ª divisões militares, foi vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar, governador civil de Braga e de Coimbra. Por decreto de 22 de setembro do 1835 recebeu o titulo de barão do Vallongo, sendo elevado a visconde, por decreto de 10 de março de 1842. Quando falleceu, já havia tempo que estava fóra do serviço activo. O visconde de Vallongo casou em Ceia, a 19 d'abril de 1851, com sua sobrinha D. Anna de Guadalupe Pinto de Mendonça Arraes Nogueira, filha herdeira de seu irmão, Francisco Pinto de Mendonça Arraes, que tinha sido coronel de milicias da Covilhã, e de sua mulher D. Anna Antonia Benedicta Castello Branco Osorio da Fonseca Coelho d'Abreu.

Vallongo. Villa da prov. do Douro, séde de conc. e de com., distr. e bisp. do Porto. Tem uma só freguezia., cujo orago é S. Mamede. Está situada a 7 k. da margem direita do rio Douro, na estrada do Porto a Penafiel, a 11 k. da capital do distr., nas faldas de extensas montanhas, sobre uma dilatada planicio das mais pittorescas e luxuriantes de vegetação. A sua fundação, comquanto não seja possivel fixar se em epoca determinada, remonta, segundo a tradição mais geralmente seguida, ao tempo dos romanos O seu primitivo nome, o unico que, atravessando seculos, a tradição nos lega era *Susaca* ou *Suzãa*, nome d'uma mulher, que habitara o se estabelecera precisamente no logar que ainda hoje fórma a aldeia do *Suzão*. Mais tarde, á medida que a povoação se ia multiplicando progressivamente para o sul, formando edificações urbanas e constituindo familias sobre o extenso e aprazivel valle que a natureza creara, foi-se substituindo naturalmente a denominação obsoleta o impropria de *Susaca* pela mais logica o racional de Vallo longo, que a linguagem popular simplificou em Vallongo, denominação por que é hoje geographicamente conhecida. Em 15 de dezembro de 1519 foi concedido por el rei D. Manuel, em Evora, o foral á terra e conc. da Maia, depois de ter mandado inquirir, em 11 de agosto de 1518, o que rendia a dita terra e concelho. Ahi se encontra a descrição dos logares, freguezias e rendeiros, e no numero das terras que pertenciam á Maia vem incluida Vallongo, dividida em duas, e sob a denominação de *Vallongo da Estrada* e *Vallongo Jusão.* N'esta carta foral está bem distincta a divisão das povoações de Vallongo: a da Estrada no logar de Susão, por onde então passava a antiga estrada que ligava o Porto á provincia de Traz-os-Montes e a de Jusão, que lhe ficava ao sul, quasi parallela, e fórma hoje a rica povoação da villa. Como a principio Vallongo era pouco povoado, o mosteiro das religiosas benedictinas do Porto apoderou-se da maior parte dos seus terrenos, que foi empregando indistinctamente como bens proprios. Recebia outr'ora esse mosteiro os dizimos de todas as terras, e assistia-lhe o direito e a obrigação de nomear o reitor d'esta freguezia, reparar e ornar a capella-mór da egreja matriz o dar-lhe um sino quando d'elle carecesse, facto que caducou em 1832. Vallongo fazia parte antigamente do concelho da Maia, mas por decreto de 29 de novembro do 1836, ficou constituindo a séde d'um novo concelho, sendo-lhe aggregadas as importantes freguezias de S. Martinho de Campo e Sobrado, do extincto conc. de Aguiar de Sousa, e Alfena e S. Lourenço de Asmes do concelho da Maia. Comquanto formado apenas de 5 freguezias, incluida a da villa, este novo conc. é muito notavel pela sua riqueza, grangeada n'uma labutação agricola, industrial o fabril. Os seus principaes ramos de commercio são os seguintes: cereaes, vinho, pão, moagem, lousa, antimonio, telha, madeira, etc. Possue tambem uma importante fabrica de fiação De todas as freguezias do concelho, exceptuando a de Vallongo, é talvez Alfena a mais antiga o notavel. *(V. Alfena).* Por decreto de 17 de abril de 1837 foi a pov. elevada á categoria de villa, tendo em vista a gloriosa recordação, por ter sido d'este ponto que D. Pedro IV dirigiu a memoravel batalha do *Ponte Ferreira*, que entre as tropas liberaes e absolutistas se travou em 22 de julho de 1832. E' hoje esta villa uma pov. muito importante, quer pela sua posição topographica, como ponto estrategico militar, quer sob o ponto de vista industrial, commercial e agricola. Possue ricos jazigos de minerio o ardosia em exploração o um consideravel trafego de trigo manipulado com que abastece a maior parte dos concelhos limitrophes especialmente o Porto, além da importante industria de moagens nas margens do rio Ferreira. Foi sempre de remotas eras um centro de producção metallurgica de bastante importancia. Ainda se observam, com o nome de *fojos*, vestigios de galerias, abertas muito provavelmente pelos romanos, mas que o vulgo attribue aos moiros, povoando-os de narrativas lendarias. Ultimamente estavam em laboração algumas minas de antimonio, cujos resultados liquidos não compensavam sufficientemente a despeza. Em 1905 achavam se em plena actividade

as minas de louza ou ardozia, havendo principalmente uma companhia ingleza que se empregava vantajosamente n'esta exploração, exportando para o estrangeiro a maior parte dos seus productos. A egreja matriz é sumptuosa. A sua construcção começou no reinado de D. Maria I e levada a effeito segundo o modelo do templo da Lapa, do Porto. Foi construida a expensas de um tributo especial de 5 reis em cada antigo alqueire de trigo importado na villa para manipulação ou consumo. E ainda com metade do producto d'este imposto se construiu a *Ponte Carvalha*, no centro da villa, por onde passa um affluente do rio Ferreira. A nave do templo encerra 6 ricos altares lateraes, symetricamente construidos e dourados, destacando se ao fundo na capella-mór toda majestosa a tribuna realçada por um magnificente throno revestido litteralmente d'um rico douramento. Alguns quadros dos altares, principalmente o da tribuna, representando a Ascenção do Senhor, são obras primas do lente que foi da Academia de Bellas Artes Portuense, João Baptista Ribeiro. No baptisterio existe um não menos primoroso quadro do distincto pintor e tambem lente da Academia Francisco José Rezende, representando o baptismo de Christo. A abobada do templo é pintada a fresco, representando essa pintura decorativa diversas allegorias da ladainha de Nossa Senhora. No cimo das duas serras ao sul e ao poente da villa, erguem-se sobranceiras as capellas de Santa Justa e Senhora das Chans, sendo esta ultima mandada erigir em 1625, por Thomé Antonio, em cumprimento d'um voto feito no alto mar no meio d'uma horrivel tempestade. O edificio da camara municipal é importante: ali se reunem todas as repartições publicas, camara municipal, administração do concelho, bibliotheca municipal, repartição telegrapho-postal, repartição de fazenda, thesouraria e recebedoria do concelho, escola do sexo fem. e cadeias, além d'uma bonita capella da invocação de S. Bruno. A villa é abastecida com abundancia de aguas potaveis por meio de fontes e chafarizes publicos e poços particulares. Tem um mercado semanal de hortaliças, legumes, fructas, sementes, etc, sempre muito concorrido, além d'uma feira quinzenal de gado bovino, suino, productos agricolas. O cruzeiro de Vallongo levanta-se quasi no extremo da villa. Este monumento é conhecido pelo nome de *Padrão da Portella* ou *Senhor do Padrão*. Está no meio da rua assim denominada. Tem 7 m. d'altura, e acha-se circumdado por uma grade de ferro. Na base vê-se a figura de Santo Antonio. No alto da columna, que termina em cruz, avulta a imagem de Christo crucificado bem cinzelada. Não se sabe quando foi erigido este monumento, nem o motivo da sua construcção. O letreiro, que o adorna, apenas diz: «Bemdito e louvado seja o Santissimo Sacramento da Eucharistia.» Vallongo pertence á 3.ª div. mil., 6.ª brigada, grande circumscripção mil. N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. Tem est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e valles. Tem agentes de diversas casas bancarias e de companhias de seguros do paiz, *Associação Humanitaria de Bombeiros Voluntarios*, *Associação de soccorros mutuos e funebres*, das classes trabalhadoras do concelho de Vallongo; fabricas de bolachas, de moagens e de louza; escolas d'ambos os sexos, hospital, medicos, pharmacias, notario, varios estabelecimentos commerciaes e industriaes. Publicou-se aqui o jornal *O Concelho de Vallongo*, em 3 de outubro de 1886, e o n.º unico do *Villa de Vallongo*, em março de 1885. O conc. compõe se de 5 freguezias, conforme dissémos, com 2:725 fog. e 11:780 hab , sendo 5:610 do sexo masc. e 6:170 do fem , n'uma superficie de 7:605 hect. As freguezias são as seguintes: S. Vicente, de Alfena, 1:768 hab.: 858 do sexo masc. e 910 do fem.; S. Lourenço, de Asmes; o nome d'esta freg., pelo decreto de 6 de fevereiro de 1911, ficou sendo Ermezinde; 2:698 hab.: 1:317 do sexo masc. e 1:381 do fem.; S. Martinho, de Campo, 2:012 hab.: 970 do sexo masc. e 1:012 do fem., Santo André, de Sobrado, 1:692 hab. 773 do sexo masc. e 919 do fem.; S. Mamede, de Vallongo, 3:610 hab : 1:692 do sexo masc. e 1:918 do fem. A'cêrca d'esta villa, escreveu o sr. Francisco José Ribeiro Seara, e publicou em 1896 no Porto, o seguinte opusculo: *Bosquejo historico da Villa de Vallongo e suas tradições*, de que extrahimos alguns elementos. ‖ Pov. e freg. de S. Gonçalo, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Murça, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 143 fog. e 601 hab. Tem est. post. e está situada entre dois affluentes do rio Tinhella, a 5 k. da séde do conc. E' fertil em generos agricolas, tem bom vinho, abundancia de caça, e cria muito gado. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19. com a séde em Chaves. ‖ Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Agueda, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 575 fog. e 2:047 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., fabrica de azeite, pharmaceutico e medicos; est. do caminho de ferro na linha do Douro, entre as de Ermezinde e Recarei; e no serviço de comboios tramways entre a de Suzão e o apeadeiro de S. Martinho. Está situada a 1 k. da margem esquerda do rio Vouga, junto do rio Marnel, a 1 k. da estrada de Coimbra ao Porto, e a 6 da séde do conc. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas, cria gado de toda a qualidade; tem colmeias e caça; e peixe do rio Vouga e do mar. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. Esta pov. tambem é conhecida por *Vallongo do Vouga*. ‖ Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. do Alemtejo, conc., com., distr. e arceb. de Evora; 52 fog. e 232 hab. Está situada junto de um affluente da ribeira de Alcorovisca, a 21 k. da séde do conc. E' fertil em cereaes, cria gado e tem caça. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. Esta freg., estando annexa para effeitos civis á de Nossa Senhora de Machede, foi transferida para o conc. de Redondo por decreto de 12 de julho de 1895, e voltou para o de Evora por decreto de 13 de janeiro de 1898. ‖ Pov. e freg. de S. Saturnino, da prov. do Alemtejo, conc. e com de Aviz, distr. de Portalegre, arceb. de Evora. Tem productores de cortiça. Está situada a 2 k. da margem direita da ribeira da Seda, e a 14 da séde do conc. E' fertil em cereaes, cria gado, tem colmeias e caça. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. ‖ Pov. e freg. de S. Saturnino, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Fronteira, distr. de Portalegre, arceb de Evora; 86 fog. e 355 hab. Tem esc.

do sexo fem. Está situada a 1 k. da margem esquerda da ribeira Grande, e a 9 da séde do conc. E' muito fertil em cereaes, fructas, legumes e hortaliças; cria muito gado de toda a qualidade e tem caça. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. || Povoações nas freguezias: S. José, de Alqueidão da Serra, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || Nossa Senhora da Alegria, de Antanhol, conc. e distr. de Coimbra. || S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro. || S. Sebastião, de Cabanellas, conc. de Mirandella, distr. de Bragança. || S. Miguel, de Colmeias, conc e distr. de Leiria. || Nossa Senhora da Conceição, de Conceição, conc. de Tavira distr. de Faro. || S. Miguel, de Espadanedo, conc. de Macedo de Cavalleiros, distr. de Bragança. || S. Domingos, de Fanga da Fé, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. Thomé, de Friande, conc. de Felgueiros, distr. do Porto. || Nossa Senhora d'Assumpção, de Ourosinho, conc. de Penedono, distr. de Vizeu. || Nossa Senhora da Annunciação, de Palhaes, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || S. Miguel, de Rio Torto, conc. d'Abrantes, distr. de Santarem. || Serra no distr. do Porto. Está situada junto da villa de Vallongo, corre na direcção NO a SE, e tem pouco mais de 7 k. de comprimento, 1:500 m. de largura e 375 d'altura. E' notavel pelos muitos vestigios que n'ella se encontram de custosos e profundos trabalhos de lavra de minas de ouro e prata feitos pelos arabes, e ainda ha n'ella grandes minas de antimonio, carvão fossil e ardosia.

Vallongo dos Azeites. Pov. e freg. de Santa Catharina, prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 102 fog. e 367 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post., advogado, productores d'aguardente, de azeite e de vinho, e viveiros de vinha americana. Está situada n'uma baixa, a 3 k. da margem esquerda do rio Torto e a 10 da séde do conc. E' pov. muito antiga, mas nunca teve foral, nem velho nem novo, e foi séde d'um conc. ha muitos annos supprimido, com camara municipal e seu escrivão, juiz ordinario e juiz dos orphãos, cada um com seu escrivão; e uma companhia de ordenanças commandada palo respectivo capitão, e mais empregados publicos, respectivos a um conc. Produz muito e bom azeite, algum vinho de boa qualidade; pão, castanhas e alguma fructa. E' abundante de caça. A villa nada tem de notavel, e foi dos marquezes de Marialva. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Vallongo de Baixo e de Cima. Duas povoações nas freguezias: Nossa Senhora da Conceição, de Covas, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || S. João Baptista, de Ervões, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real.

Vallongo da Pederneira. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Freixianda, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Vallonguinho. Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Barrô, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Vallos. Pov. na freg. de Santa Maria, de Fiães, conc. da Feira, distr. d'Aveiro.

Valloura. Pov. e freg. de Santa Iria, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. do Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 207 fog. e 774 hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. Está situada nas proximidades da serra de Padrella, a 3 k. da estrada de Chaves a Villa Pouca de Aguiar e a 13 da séde do conc. Tem caça, é fertil em cereaes e cria muito gado. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Vallugas. Pov. na freg. de S. Martinho, de Bornes, conc. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real.

Valoly. Aldeia da circumscripção militar de Coddal, na prov. de Satary, dist. de Gôa, na India.

Valmão. Pov. na freg. de S. Miguel, de Lieêa, conc. de Montemór o Velho, distr. de Coimbra.

Valmôr (*Fausto de Queiroz Guedes, 2.º visconde de*). Moço fidalgo com exercicio no paço, par do reino, gran cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, commendador da de Christo, e da Rosa do Brazil, cavalleiro da de S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia, diplomata, etc. N. em Lamego no mez de janeiro de 1837, fal. em Paris a 24 de dezembro de 1898. Era filho de Antonio Joaquim Guedes, commendador da ordem de Christo, e de sua mulher, D. Maria Leopoldina Pereira de Queiroz; sobrinho do 1.º visconde de Valmôr, de quem foi universal herdeiro (*V. o artigo seguinte*). Seguindo a carreira diplomatica, foi primeiro secretario das embaixadas de Roma, Madrid e Rio de Janeiro, sendo n'esta ultima que recebeu a noticia da morte de seu tio, regressando em seguida a Lisboa. Como addido á legação de Portugal no Rio de Janeiro, serviu n'aquella côrte durante alguns annos, passando depois a servir na secretaria dos negocios estrangeiros. Voltou novamente ao Rio de Janeiro, na qualidade de segundo secretario de legação, servindo ali durante um longo periodo como encarregado de negocios de Portugal. Foi promovido a ministro plenipotenciario de 2.ª classe para Vienna d'Austria, onde permaneceu durante alguns annos. Em 1879 foi nomeado ali ministro plenipotenciario, cargo de que foi exonerado, sendo substituido pelo conde de Valenças. Foi novamente occupar o seu posto até 1897, em que teve a nomeação de ministro plenipotenciario de 1.ª classe junto da côrte de Italia. Ali se conservou até novembro do mesmo anno, em que se retirou da vida activa, por se sentir muito cançado e doente. Por decreto de 26 de janeiro de 1870 foi-lhe verificada a segunda vida, concedida no titulo de visconde a seu tio, José Isidoro Guedes, de quem fôra herdeiro. Casou duas vezes: a 1.ª com D. Joaquina Cardoso, que falleceu a 5 de setembro de 1859, e a 2.ª, a 18 de novembro de 1871, com D. Josephina Clarisse de Oliveira, que enviuvara do segundo visconde de Loures, Angelo Francisco Carneiro. O visconde de Valmôr foi par do reino e governador civil de Lisboa; pertencia ao partido progressista, a que era muito dedicado e a que prestou bons serviços. O seu nome veiu impôr-se á veneração e ao respeito dos portuguezes, ainda mais pela protecção que principalmente concedeu á classe artistica, decidida protecção como provou nas suas disposições testamentarias. Effectivamente, no seu testamento deixou dois legados importantes, que bem manifestam quanto elle se

interessava pela arte o artistas portuguezes; o 1.º instituindo um premio annual para o autor do edificio melhor construido conforme as regras da arte; o 2.º; com respeito a cousas d'arte, foi o de subsidiar artistas portuguezes para irem estudar no estrangeiro. Por iniciativa dos professores e alumnos da Academia de Bellas Artes de Lisboa, foi erigido um monumento ao illustre titular, cuja inauguração se realisou no dia 9 de janeiro de 1904, perante grande numero de artistas, alumnos da Academia, representantes da imprensa, etc., no largo da Bibliotheca, revestindo a cerimonia publica da entrega do monumento á camara municipal de Lisboa um tom festivo. Houve discursos em que oradores distinctos enalteceram os serviços que o visconde de Valmôr prestára ás artes portuguezas, fazendo sobresair principalmente o valor do legado que tantas vantagens trouxera á Arte Nacional. O busto estava coberto com a bandeira portugueza, que foi des

Visconde de Valmôr

cerrada com toda a solemnidade. A cerimonia concluiu pela leitura do auto da entrega á camara municipal. O simples e elegante pedestal foi traçado em marmore pelo professor de architectura Luiz Monteiro, e o busto pelo esculptor Teixeira Lopes. O cadaver do visconde de Valmôr veiu para Lisboa, onde chegou a 16 de janeiro de 1899 sendo encerrado n'um sumptuoso tumulo no cemiterio do Alto de S João. O projecto d'este monumento foi do architecto Alvaro Machado, que obteve a primeira classificação, no concurso aberto entre os architectos portuguezes, pelo Gremio Artistico. O tumulo é uma preciosa obra d'arte, todo de marmore lioz, vindo de Pero Pinheiro, sendo a porta que para elle dá entrada, toda de bronze. Defendendo o monumento ha um gradeamento de ferro, distanciado pouco mais de um metro da pedra, sendo o solo, comprehendido entre o ferro e o marmore, de mosaico escuro. Sobre a parte do mausoleu lê se em letras de bronze o titulo do jazigo, ficando um pouco mais abaixo a corôa. As 4 estatuas, que assentam sobre uns pedestaes grandes, são egualmente de marmore e de grande valor artistico. Do lado direito da entrada está a de *Architectura*, de Costa Motta; do lado esquerdo a *Esculptura*, de Fernandes Sá; na retaguarda, do lado direito a *Gravura*, de Thomaz Costa, e do lado esquerdo a *Pintura*, de Moreira Rato, sobrinho. Na parte posterior lê se em letras douradas: *Artistas portuguezes em homenagem ao visconde de Valmor, A viscondessa de Valmor.*

Valmôr (*José Isidoro Guedes, 1.º visconde de*). Fidalgo da Casa Real, commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; conselheiro, par do reino, deputado nas legislaturas de 1846, 1848 e 1851, caixa geral da Companhia do Tabaco e Sabão. Ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Casou com D. Amelia Augusta da Silva Lima. Esta senhora, tendo enviuvado, passou a segundas nupcias com o 2.º visconde de Sacavem, José Joaquim Pinto da Silva. Foi agraciado com o titulo de visconde de Valmor, em duas vidas, por decreto de 11 de março de 1867. O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo esquartelado: no primeiro quartel as armas dos Guedes: Em campo azul cinco flôres de liz de ouro, em santor; no segundo as dos Pereiras. Em campo vermelho uma cruz de prata florida, e vazia do campo; no terceiro as dos Oliveiras: Em campo vermelho uma oliveira verde com azeitonas de ouro e raizes de prata; e no quarto as dos Ramalhos: Escudo esquartelado: no primeiro e ultimo quartel, em campo de prata, seis crescentes de vermelho em duas palas; no segundo e terceiro, no mesmo campo de prata, um leão de púrpura rompente; timbre, o dos Guedes: um leão azul nascente, com uma das flôres de liz na testa, sobre coronel de conde, por ser par do reino.

Valmôr. Ribeira do distr. de Leiria. Nasce nas proximidades de Abiul, corre para o S, passa o O d'esta villa, depois inclina-se para O, descrevendo pequenas curvas até á freg. de Villa Cã, e finalmente para NO, desaguando no Arunca, um pouco abaixo de Pombal, com 7 k. de curso.

Valouta Pov. na freg. de S. Thiago, de Fontes, conc. de Santa Martha do Penaguião, distr. de Villa Real.

Valpaços. Villa da prov. de Traz-os Montes, séde de conc. e de com., Relação do Porto, distr. de Villa Real, arceb. de Braga. Tem uma só freguezia, Santa Maria. Está situada a 6 k. da margem direita do rio Rabaçal e a 15 da séde do distr., n'um pequeno valle, na encosta d'uma serra pouco elevada. O seu territorio é notavel pela variedade, quantidade e bella qualidade dos seus productos agricolas, como são: excellente vinho, azeite, cereaes, legumes, batatas, castanhas, hortaliças, fructas, cêra, mel, etc. Cria muito gado bovino, lanigero e suino, pelo que é abundante de boas lãs, e é famosa a carne dos seus porcos. Tem por quasi todos os lados, collinas povoadas de pinheiros e outras arvores silvestres, que lhe dão um aspecto sobremodo agradavel e pittoresco, tornando a pov. muito saudavel, e fornecendo a de boas madeiras e bastante caça, do chão e do ar. Tem abundancia de muito boa agua potavel. Valpaços nunca teve foral novo nem ve-

lho: foi elevada a séde de conc., por decreto de 6 de novembro de 1836, e a séde de comarca por decreto de 31 de dezembro de 1853. A categoria de villa, com o nome de *Val de Paços* ou *Val Paços*, porque até então se chamava simplesmente *Paços*, ou *Passos*, foi lhe concedida por decreto de 27 de março de 1861. A egreja matriz, construida no principio do seculo passado, é um templo amplo e majestoso, todo de abobada, e com uma elegante torre de cantaria lavrada, de 25 m. d'altura. N'este conc. ha minas de prata, enxofre, chumbo, ferro, antimonio e outros metaes, mas nenhuma se explorou. Valpaços tornou-se notavel nos fastos das nossas guerras civis, pela batalha que se deu aqui a 15 de novembro de 1846, entre as forças populares, commandadas por Sá da Bandeira e as cabralinas, sob as ordens do barão do Casal. Estas seriam decerto derrotadas se os regimentos n.os 3 e 15 da Junta se não passassem para os cabralinos, o que deu em resultado a completa derrota das tropas populares. A villa pertence á 6.ª div. mil, 11.ª brigada, grande circumscripção mil. N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. Tem est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e valles; escolas d'ambos os sexos, advogados, medicos, pharmacias, notarios, hoteis e feiras mensaes a 13 e 20. Tem se ali publicado os jornaes: *Avisos semanaes*, 7 de outubro de 1888, e *Folha de Valpassos*, maio de 1904. O conc. de Valpaços compõe se de 31 freguezias, com 6:227 fog. e 25:051 hab., sendo 11:900 do sexo masc. e 13:151 do fem., n'uma superficie de 53:910 hect. As freguezias são: S. Bartholomeu, de Agua Revez, 499 hab.: 223 do sexo masc. e 276 do fem.; S. Thiago, de Alhariz, 1:441 hab.: 706 do sexo masc. e 735 do fem.; N. S.ª da Expectação, de Alvarelhos, 312 hab : 150 do sexo masc. e 162 do fem.; S Mamede, de Argeriz, 898 hab.: 427 do sexo masc. e 471 do fem ; S. Vicente, de Barreiros, 383 hab : 193 do sexo masc. e 1.0 do fem.; N. S.ª da Ribeira, de Bouçoães, 1:073 hab : 529 do sexo masc. e 544 do fem.; N. S.ª da Expectação, de Canavezes, 368 hab.: 172 do sexo masc. e 196 do fem ; S. Nicolau, de Carrazedo de Montenegro, 1:546 hab : 698 do sexo masc. e 848 do fem.; S. João Baptista de Corveira e Nozedo, 876 hab.: 418 do sexo masc. e 458 do fem.; N. S.ª da Expectação, de Crasto, 161 hab.: 77 do sevo masc. e 48 do fem ; S. Miguel, de Curros, 418 hab.: 221 do sexo masc. e 197 do fem ; Santa Maria, de Eméres, 613 hab : 268 do sexo masc. e 357 do fem.; S. João Baptista, de Ervões, 1:324 hab : 614 do sexo masc. e 710 do fem.; S. Miguel, de Fiães, 401 hab.: 198 do sexo masc. e 203 do fem.; S. João Baptista, de Fornos do Pinhal, 696 hab.: 348 do sexo masc. e 348 do fem ; S. Pedro, de Friões, 1:506 hab : 651 do sexo masc, e 852 do fem.; S. Nicolau, de Lebução, 1:173 hab.: 545 do sexo masc. e 628 do fem.; S. Pedro, de Padrella e Tazem, 569 hab : 269 do sexo masc. e 300 do fem ; N. S.ª das Neves, de Possacos, 875 hab.: 410 do sexo masc. e 465 do fem.; S. Pedro, do Rio Torto, 655 hab.: 326 do sexo masc. e 329 do fem.; S. Pedro, de Sanfins, 342 hab.: 151 do sexo masc. e 191 do fem ; Santa Eulalia, de Santa Valha, 9.0 hab.: 473 do sexo masc. e 477 do fem ; S. Pedro, de S. Pedro da Veiga de Lila, 528 hab.: 254 do sexo masc. e 274 do fem.; Sant'Anna, de Serapicos, 328 hab.: 214 do sexo masc. e 214 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Sonim, 643 hab.: 324 do sexo masc. e 319 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Tinhella, 732 hab.: 348 do sexo masc. e 384 do fem.; Santa Maria, de Valpaços, 2:561 hab.: 1:203 do sexo masc. e 1:358 do fem.; S. Nicolau, de Valles, 476 hab.: 216 do sexo masc. e 260 do fem.; N. S.ª da Expectação, de Vassal, 810 hab.: 384 do sexo masc. e 426 do fem.; Santa Maria, de Veiga de Lila, 306 hab : 163 do sexo masc. e 163 do fem.; S. Vicente, do Villarandello, 1:455 hab : 721 do sexo masc. e 734 do fem. O commercio principal do conc. é vinho, azeite, trigo, castanha, batata e lã.

Valparaiso. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Aveiras de Cima, conc. d'Azambuja, distr. de Lisboa.

Valpédre. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. do Porto; 157 fog. e 645 hab.: Tem fabricas de manteiga. Está situada a 10 k. da margem direita do rio Douro e a 6 da margem direita do Tamega, na estrada de Melres a Penafiel, a 7 k. da séde do conc. Ao O da freg., no monte que fica entre Santa Marinha da Figueira e esta parochia, existe um monumento chamado a *Cruz da Gésteira*, dando-se o mesmo nome ao terreno em volta. Segundo a tradição, foi feito para marcar as legoas, o que parece confirmar a existencia do *Cruzeiro das Lampreias*, situado em um outro monte, da freg. da Cabeça Santa, a 5 k. e meio do da Gésteira. Ao norte da pov. está o *monte do Crasto*, onde se vêem ainda vestigios de uma fortaleza, que se julga do tempo dos romanos. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Valpoy. Circumscripção da provincia de Satary, districto de Gôa, na India, comprehendendo vinte e cinco aldeias.

Valsassina *(Cesar Alexandre Monte Cembra)*. Capitão de mar e guerra. N. em 21 de julho de 1846, e fal. a 23 de outubro de 1905. Era filho de Carlos Monte Cembra, barão de Valsassina, official do exercito allemão, um dos companheiros de D. Pedro IV nas campanhas da Liberdade, e de D. Maria d'Assumpção Monte Cembra Valsassina. Foi nomeado aspirante de 3.ª classe em 24 de julho de 1861, terminando o curso em 1870, sendo promovido a guarda marinha em 27 de dezembro de 1870, a 2.º tenente em 26 de março de 1874, a 1.º tenente em 25 de janeiro de 1883, a capitão tenente em 25 de julho de 1889, a capitão de fragata em 28 de dezembro de 1895, a capitão de mar e guerra em 16 de janeiro de 1902. Em 31 de maio de 1875, sendo 2.º tenente, foi nomeado commandante do vapor *Sena*, aprisionando em Africa o batel *Dois irmãos*, que se empregava no trafico da escravatura; em 4 de abril de 1880 foi nomeado immediato do transporte *India;* em 3 de setembro de 1884 nomeado commandante do rebocador *Lidador;* em 6 de maio de 1885 nomeado commandante da canhoneira *Rio Ave;* em 6 de junho de 1887 nomeado 1.º commandante da 1.ª companhia de marinheiros; em 26 de agosto de 1889 nomeado commandante do transporte *India;* em 16 de abril de 1890 nomeado commandante da canhoneira *Tamega;* em 6 de outubro de 1891 nomeado immediato do transporte *Africa;* em 14 de dezembro de 1895 nomeado immediato da corveta *Duque da Terceira;* em

7 de agosto de 1896 nomeado immediato do cruzador *Vasco da Gama;* em 30 de julho do 1897 nomeado commandante interino do mesmo cruzador; om 31 de julho de 1898 nomeado commandante da canhoneira *D. Luiz.* Entre outras commissões desempenhou as seguintes: em 27 de junho de 1895, encarregado da vigilancia dos trabalhos da canhoneira *D. Luiz;* em 28 de novembro, director dos serviços maritimos; em 10 de setembro do 189?, chefe do estado maior da divisão de instrucção; em 29 de setembro de 1898 commandante da divisão naval do Atlantico Sul; em 9 de janeiro de 1902, capitão dos portos de Lourenço Marques e Inhambane; em 10 de fevereiro, presidente da camara municipal de Lourenço Marques; em 4 de fevereiro de 1905, governador interino do districto do mesmo nome, e em julho de 1905 director dos serviços maritimos do Arsenal da Marinha. Quando era 2.º tenente fez parte da expedição ao Barué para castigar o gentio, que tinha aprisionado o tenente Francisco Antonio Vieira. Em 21 do junho de 1886 foi louvado, sendo commandante da canhoneira *Rio Lima*, pelos serviços prestados por occasião do sinistro succedido no baixo Amelia, em Mossamedes, em 18 do mesmo mez. Sendo commandante da canhoneira *Tamega*, por occasião do *ultimatum*, achava se na Beira este barco, quando um barco inglez quiz entrar a barra, ao que o capitão Valsassina se oppoz, mas como o inglez persistisse no seu proposito, ameaçou o de que faria fogo se não recuasse. Foi tambem louvado, juntamente com o commandante do *Africa*, pelos bons serviços prestados no mesmo navio. Em 20 de julho de 1900 foi louvado por bons serviços prestados a bordo da canhoneira *D. Luiz.* Quando era commandante do *Lidador* rebocou o vapor inglez *Bernina*, que tinha abalroado e mettido a pique o vapor *Buskire*. Os donos e seguradores do barco, reconhecidos pelo serviço prestado, offereceram-lhe um magnifico chronometro e corrente de ouro, com uma inscripção em inglez n'uma das tampas. O capitão de mar e guerra Valsassina era cavalleiro das ordens de Christo e de S. Bento d'Aviz, commendador d'esta ultima ordem, e official da Torre e Espada.

Valverde. Pov. e freg. de N. S.ª da Encarnação, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Alfandega da Fé, distr. o bisp. de Bragança; 66 fog. e 291 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Dista 3 k. da séde do conc. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. do Traz-os Montes, conc. e com. de Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança; 141 fog. e 526 hab. Tem est. post. post. e uma mina de prata e chumbo, denominada de *S. Caetano*. Está situada a 3 k. da margem esquerda do rio Sabor, e a 10 da séde do conc. E' terra pobre, cria muito gado de toda a qualidade, e é abundante de caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. o res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. do Fundão, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 195 fog. e 804 hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. Está situada a 4 k. da margem esquerda da ribeira Meimôa o a 3 da séde do conc. E' pouco fertil, mas cria muito gado de toda a qualidade, e tem caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. o res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Aguiar da Beira, distr. da Guarda, bisp. de Vizeu; 85 fog. e 318 hab. Tem esc. para ambos os sexos, e est. post. Está situada n'um valle que confina com a Serrinha; fica a sudeste de Aguiar da Beira e a 7 k., contados pela estrada que passa muito proximo. E' fertil em generos agricolas, cria gado e tem caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Trancoso. || Pov. e freg. do Nossa Senhora da Expectação, da prov. do Traz-os Montes, conc. e com de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança; 70 fog. e 263 hab. Tem esc. do sexo fem. Está situada a 10 k. da séde do conc. E' terra pobre e pouco fertil; tem gado e caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da Beira Baixa, conc e com. d'Almeida, distr. e bisp. da Guarda; 97 fog. e 414 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada a 3 k. da margem esquerda do rio Côa e a 10 da séde do conc. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. Valverde era do conc. de Pinhel, mas passou ao de Almeida, por decreto de 12 de julho de 1895. || Povoações nas freguezias: Nossa Senhora da Purificação, de Alcanede, conc. e distr. de Santarem || Santo André, de Ancede, conc. do Baião, distr. do Porto. || Santo André do Poiares, conc de Poiares, distr. de Coimbra. || Nossa Senhora d'Assumpção, de Cannas de Sabugosa, conc. de Tondella, distr. do Vizeu. || Nossa Senhora da Assumpção, de Chelleiros, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. Domingos, de Fortios, conc e distr. de Portalegre || Nossa Senhora da Visitação, de Guia, conc. d'Albufeira, distr. de Faro. || Nossa Senhora da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. João Baptista, de Longos Valles, conc de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Loureiro, conc de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro || Nossa Senhora da Luz, de Luz, conc. de Lagos, distr. do Faro. || Nossa Senhora da Luz, de Maceira, conc. e distr. de Leiria. || Ilha do Pico, Açôres; Santa Maria Magdalena e conc. de Magdalena, distr. de Horta. || S. Miguel, de Palhacana, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa. || O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Nicolau, de Pinella, conc. e distr. de Bragança. || Nossa Senhora da Expectação, de Selhariz, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || O Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. do Lisboa. || S. Braz e conc. de Tarouca, distr. de Vizeu. || Santa Christina, de Tendaes, conc. de Siufães, do mesmo distr. || Santa Maria e conc. do Valpaços, distr. de Villa Real. || Ilha de Santa Maria, Açôres; N. S.ª d'Assumpção e conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada.

Valverde *(Batalha de)*. Esta povoação hespanhola tornou se celebre pela batalha que se deu ali entre portuguezes e hespanhoes, em outubro de 1385. Depois da batalha d'Aljubarrota, o condestavel D. Nuno Alvares Pereira partiu por ordem d'el rei D. João I para a provincia do Alemtejo, de que continuava a ser fronteiro, e pensou logo em não permanecer na defensiva, e pagar aos castelhanos invasão com invasão. A

roalisação d'esse projecto foi coroada d'uma brilhante victoria para os portuguezes. A' frente de mil lanças, dois mil peões, e um punhado de bésteiros, entrou o condestavel pela fronteira de Badajoz. Este pequeno exercito marchava em perfeita ordem. A vanguarda ora commandada pelo condestavel, como sempre, e a retaguarda fôra confiada ao prior do Hospital, uma das alas a Gonçalo Eannes Castel-Vido, a outra a Martim Affonso de Mello, bagagem no centro e bésteiros e peões convenientemente distribuidos. Assim entrou D. Nuno Alvares Pereira 11 legoas pelo interior de Castella, saindo-lhe então ao encontro Martim Annes do Barbuda, que retirou sem combater, refugiando se na serra, e deixando-o tomar posse do castello de Villa Garcia, que os defensores tinham abandonado. Em Villa Garcia recebeu o condestavel um arauto, que o vinha desafiar da parte de todos os fidalgos castelhanos que estavam por aquelles sitios reunidos, e apresentar lhe ao mesmo tempo da parte d'elles um feixe de varas como que dizendo-lhe que tencionavam castigal o. O condestavel recebeu imperturbavel o recado, mandou dar 100 dobras ao mensageiro, e respondeu com muito graciosa amabilidade que agradecia infinitamente tanto o desafio como o feixe de varas, que não deixaria de aproveitar dentro em pouco, indo com ellas fustigal-os a todos. Internou-se mais o condestavel em Castella, e subindo duas legoas acima de Merida, foi na direcção d'uma aldeia chamada Valverde, quo as armas portuguezas tinham de illustrar com uma nova victoria. Seguiam n'o passo a passo mas de longe os castelhanos, que esperavam reforços. O condestavel acampou a legoa e meia do Guadiana. O inimigo dirigiu se para Valverde, onde esperava impedir os portuguezes de atravessar o rio. Tinham os castelhanos recebido emfim os reforços que esperavam, os quaes consistiam em numerosos populares da Andaluzia, e até do Aragão. As forças que então se juntaram, segundo o uniforme testemunho dos chronistas portuguezes e castelhanos, eram superiores ás que tinham pelejado em Aljubarrota. Uma differença, comtudo, havia, toda a favor dos portuguezes, e era que os inimigos em Aljubarrota eram bons, valentes e experimentados soldados, era a flôr da nobreza e da cavallaria; em Valverdo o grande numero de inimigos compunha se de lavradores juntos á pressa, e que tremiam só de ouvirem proferir o nome do condestavel. Além d'isso, faltava, como faltara em Aljubarrota, a unidade do commando: ciumes e rivalidades dividiam os chefes. Os castelhanos desconfiavam do mestre d'Alcantara, por elle ser portuguez, ou chamorro, como diziam; o mestre d'Alcantara despresava-os; mas em todo o caso a desproporção numerica era formidavel. A hoste portugueza marchava bem unida e bem formada em direcção a Valverde, afim de passar o Guadiana. O inimigo dividira-se: uma parte das tropas atravessara o rio e collocara-se na margem opposta; os restantes conservaram-se do lado por onde vinha o condestavel para o impedirem de passar. O plano do inimigo podia ser, quando o condestavel atravessasse o rio, mettel-o entre dois fogos, porque d'um lado lhe picariam a retaguarda, do outro lançariam ao Guadiana a vanguarda n'esta difficilima passagem do rio. Com o seu grande tacto militar percebeu os D. Nuno Alvares Pereira, e sem hesitar ideou o seu plano. Com o seu pequeno exercito formado em massa compacta, na disposição em que sempre marchara, bagagens no centro, atravessou impetuoso a massa dos inimigos que d'esse lado se lhe oppunha. Deixaram-n'o passar depois d'um breve combate, tanto porque era esse o plano, como porque os lavradores arremettiam de má vontade contra esso homem terrivel, que se chamava Nuno Alvares Pereira. Chegando á beira do rio, o condestavel doixou ficar a retaguarda guardando as bagagens e contendo o inimigo, e com a vanguarda avançou. Debalde os castelhanos da margem fronteira, que eram dez mil, procuraram oppôr se-lhe; o desembarque custou muitas vidas aos portuguezes, mas effeituou-se. Deixando a vanguarda em posição, defendendo a praia contra a turba castelhana, D. Nuno atravessou de novo o rio, passou com as bagagens, voltou a buscar a retaguarda, quo os castelhanos debalde feriam de longe com pedradas e settas. Em pouco tempo estava o exercito portuguez todo na margem opposta. Ali o combate tornou-se mais vivo, os castelhanos não se deixaram repellir facilmente. Desalojados emfim, reuniram-se n'um cabeço proximo, o condestavel marchou contra elles e de novo os sacudiu das penhas em que se abrigavam, repetiu o mesmo assalto feliz contra segundo e terceiro outeiro, mas os castelhanos multiplicavam-se. Sem ordem, mas numerosos, afogavam a cada momento na sua massa tumultuosa e oscillante a pequena hoste portugueza. Lançando os olhos para traz, viu D. Nuno a sua retaguarda em grande perigo; correu a ella, desembaraçou-a com o prestigio da sua presença, com a energia da sua voz. Gil Fernandes (o de Elvas) sempre heroico e sempre descontente, depois de pelejar como um leão, não se pódo eximir a dizer ao condestavel duas palavras desagradaveis por ter deixado a retaguarda em tanto risco. D. Nuno, sem lhe responder, tornou á vanguarda, que se achava empenhada em combate desegual com a flôr da cavallaria inimiga, e conseguiu fazel a avançar a custo, semeando o caminho de mortos e feridos. Os portuguezes enthusiasmados com o exemplo do seu chefe, combateram como leões, e ufanos do prestigio que a victoria constante imprimia ás suas bandeiras. chacoteavam dos inimigos, dirigindo lhes a um tempo tiros de settas e motejos. A retaguarda estava de novo em perigo, e de novo ali correu o condestavel, chegando um momento em que a esperança estava quasi perdida; os seus esforços sobrehumanos, os esforços sobrehumanos dos soldados que o acompanhavam, não conseguiam dissipar essa nuvem de inimigos, que os envolvia, demolir essa barreira viva que por toda a parte os rodeava Então passou-se uma scena, que recorda as singelas lendas do christianismo primitivo. Os portuguezes debalde procuravam o seu chefe, e não o encontrando, começavam a espantar-se e a desanimar. Alguns fôram afinal encontral-o entre dois penhascos resando com fervor; mudo e abatido, a dois passos, o seu pagem de lança, tinha á mão o seu corcel de combate. Os cavalleiros que o buscavam, queriam interrompel o, elle, porém, fez-lhes um signal com a mão, que os suspendeu, e acabou a sua oração. Ergueu-se então radiante, correu á sua hoste, e firmou de novo as vacillantes fileiras. Os portu

guezes creando animo, romperam derrubando tudo quanto so lhes oppunha. O combato era furioso, e por fim os portuguezes, depois do vertiginosa lucta, ficaram victoriosos, saudando enthusiasticamente o seu heroico chefe. Orgulhoso com o successo D. Nuno Alvares Pereira retirou-se para Portugal, e os castelhanos escarmentados mal ousavam contar esta incrivel derrota.

Valorado *(José Francisco)*. Medico e botanico distincto. N. em Lagos a 31 de maio de 1768, fal em Lisboa a 28 de março de 1850. Seus paes eram de condição humilde, mas muito considerados pela sua seriedade. Era seu padrinho, um tio materno, beneficiado na matriz da collegiada do Lagos, respeitavel ecclesiastico que desejava vêr o seu sobrinho e afilhado dedicar se ao serviço da Egreja; o pae, porém, que era militar, queria que o filho seguisse a carreira das armas, como elle. Qualquer d'estas profissões repugnavam ao pobre rapaz, cujas tendencias e aspirações, eram para o estudo das sciencias naturaes e da medicina. Vendo se continuamente apoquentado pelo pae o pelo tio para que se decidisse ácêrca da carreira que seguiria, Valorado resolveu fugir de casa paterna, o pôz-se a caminho para Coimbra, onde sem amigos e sem protectores, esperava poder seguir os estudos universitarios. A desvelada mãe conhecia os sentimentos do filho, e havia já suspeitado de longo tempo a sua resolução, e apenas deu pela sua falta, correu lacrimosa na esperança de o encontrar, e na verdade alcançou o a algumas legoas do cidade, onde elle, vencido pela fadiga, descançara debaixo d'uma copada arvore, e adormecera. A' custa de muitas rogativas e do muitas lagrimas, conseguiu a pobre mãe trazel-o para casa O pae, muito afflicto pela desapparição do filho, e sabendo os motivos d'aquelle excesso, desistiu logo das suas ideias, assim como o tio, o venerando sacerdote. Cuidou-se então com a maior solicitude da sua instrucção litteraria, e em poucos annos adquiriu vastos conhecimentos das linguas latina o grega, bem como das disciplinas de philosophia nacional e moral, e de rhetorica. Concluidos os preparatorios, em que deu provas de superior intelligencia, dispoz se a sua ida para Coimbra, mas havendo falta de recursos, o venerando padre e seu protector, ainda que com muito sacrificio, pois não tinha fortuna, queria correr com as despezas. Valorado, porém, não quiz consentir no sacrificio do tio e padrinho, e solicitou de Lisboa, e alcançou, mediante o empenho d'um seu amigo, o dr. José Rodrigues Ribeiro Cesar, ser um dos subsidiados da Casa Pia, que n'aquelle tempo era a providencia e o amparo dos grandes engenhos desajudados da fortuna. Partiu então para Coimbra, entrando na Universidade no anno lectivo de 1791 1792. Em pouco tempo se evidenciou n'aquella douta academia, pelo seu subido talento e constante applicação. O celebro botanico Avellar Brotero, que n'esse tempo regia a cadeira de botanica e agricultura da Universidade, descobriu desde logo n'aquello seu discipulo uma pronunciada paixão pelo estudo da sciencia dos vegetaes, paixão que elle animava por todos os meios ao seu alcance. Nas herborisações em volta de Coimbra começou logo Valorado a colligir plantas para o seu herbario, consultando muitas vezes o sabio mestre sobre a exacta determinação d'algumas especies Em 21 de junho de 1798, Valorado recebeu o grau de bacharel em medicina, e em 30 de julho do anno seguinte fez a sua formatura. Concluidos os estudos veiu para Lisboa, onde permaneceu algum tempo em casa d'um seu amigo, o citado dr. Ribeiro Cesar, até que em maio de 1800 se estabeleceu em Cascaes na qualidade de medico de partido. Ali começou a enamorar-se d'uma distincta senhora D. Faustina Maria Neves de Macedo, com quem mais tarde veiu a casar se. Alguns dissabores que soffreu, sendo medico do hospital militar, com o regimento n.º 19, então estacionado em Cascaes, o resolveram a abandonar o partido d'esta villa, e a acceitar o de Cintra, para onde se transferiu em 1805. Desejoso de continuar os seus estudos botanicos, nenhuma estação lhe poderia proporcionar em tão pequeno recinto uma flora tão variada, tão rica e numerosa. Quiz então isolar-se o mais possivel, o foi residir no sitio do Arrabalde n'uma casa retirada e sombria, junto da qual se erguia uma arvore, e corria uma cristallina fonte. Foi n'esta epoca quo se entregou com perseverança ao estudo dos classicos latinos o á litteratura franceza e italiana, sem nunca deixar, comtudo, de se dedicar á sua querida botanica, quo estudava nos campos e valles do Cintra. As plantas raras que encontrava nas suas repetidas herborisações, eram logo enviadas ao seu mestre para Coimbra. Não se julgue, porém, que estes estudos predilectos lhe distraiam a tal ponto a attenção, que esquecesse, nem de leve, as obrigações do seu cargo. Em 20 de janeiro de 1819 casou com a sua antiga noiva, já mencionada, e abandonando então a clinica, veiu para Lisboa, proseguindo exclusivamente os estudos botanicos. O seu herbario continuou a enriquecer-se, contendo por fim um grande numero de plantas, a maior parte das quaes, além da denominação especifica escripta pela propria mão do collector, tinham recebido a sancção do dr. Avellar Brotero. Animado por sentimentos liberaes, apezar de nunca se entregar á politica, soccorreu muitos emigrados durante as luctas da liberdade, do 1828 a 1833, auxiliou com risco da propria vida, alguns perseguidos pelo partido absolutista, pondo-os a bordo do paquete inglez, onde lhes mandava pagar a passagem, o concorreu com avultados donativos para sustentar no Porto alguns dos bravos que so alistaram debaixo das bandeiras constitucionaes. Quando o regimen constitucional ficou victorioso, Valorado soccorreu tambem os vencidos. O seu caracter bondoso e humanitario, não olhava a partidos politicos, só pensava om valer aos que soffriam. Nos ultimos annos de vida, havendo contrahido relações com o naturalista allemão dr. Frederico Welwitch, e tendo esse botanico distincto participado a alguns dos seus sabios compatriotas que ainda existia aqui aquelle discipulo do dr. Avellar Brotero por elle varias vezes citado na *Phytographia Lusitana*, um d'aquelles sabios lho dedicou uma planta, que foi appellidada *valoradia*, e que é o *plumbago glandulosa de Roberto Brown*. De dois herbarios que possuia, offereceu um, ainda em sua vida, ao distincto e laborioso professor da Escola Medico Cirurgica dr. Bernardino Antonio Gomes, de quem fez sempre o maior apreço; e o outro, quiz, que por sua morte fôsse offerecido a um dos seus melhores amigos, a quem por espaço

de 40 annos consagrava a mais profunda estima, Manuel Bernardo Lopes Fernandes.

Vamba. Pov. do sobado de Luanza, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado do Bamba, no mesmo conc., distr. e prov. || Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. do Angola, Africa Occidental.

Vamonde. Pov. na freg. de Santa Comba, de Regilde, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Vampo. Pov. do sobado de Songula, na div. de Mandimba, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Vandelli (*Alexandre Antonio*). Socio e guarda-mór dos estabelecimentos da Academia das Sciencias de Lisboa, ajudante servindo de intendente geral das minas e metaes do reino, membro da commissão da reforma de pesos e medidas, etc. N. em Lisboa em 1784, fal. no Rio de Janeiro em 1859. Era filho do distincto botanico Domingos Vandelli (*V. o artigo seguinte*). Em 1834, por causa das mudanças politicas, embarcou para o Brazil, onde falleceu. Escreveu: *Resumo da Arte da Distillação*, Lisboa, 1813; este opusculo foi mandado imprimir pela Junta do Commercio, para se distribuir gratuitamente aos povos; *Apontamentos para a Historia das Minas em Portugal, colligidos pelo ajudante servindo de intendente geral das Minas e Metaes do Reino, Parte primeira*, Lisboa, 1824; *Memoria sobre a gravidade especifica das aguas de Lisboa e seus arredores;* saiu nas *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias*, tomo IV; *Additamento ou notas á «Memoria Geognostica ou golpe de vista do perfil das stratificações das differentes rochas, que compõem os terrenos desde a serra de Cintra até á da Arrabida»* (do Barão de Eschwege); sairam na *Historia e Memoria da Academia Real das Sciencias*, tomo XI, a pag. 281 e seguintes.

Vandelli (*Domingos*). Medico e distincto botanico italiano, um dos professores mandados vir pelo marquez de Pombal para a Universidade de Coimbra, quando se deu a sua reforma em 1772. N. em Padua, segundo se julga, em 1730, fal. em Lisboa a 27 de junho de 1816. Era filho do dr. em medicina Jeronymo Vandelli, lente da Universidade de Padua. Frequentou esta universidade, onde se doutorou em philosophia. Convidado pelo marquez de Pombal para professor das duas cadeiras de Historia Natural e de Chimica da nova faculdade, instituida em 1772, veiu exercer o magisterio para Coimbra, onde o proprio marquez o graduou gratuitamente nas faculdades de philosophia a 9 e de medicina a 12 d'outubro do mesmo anno. Naturalista distincto, desempenhou o professorado com muita superioridade, e mereceu grandes elogios e considerações do governo e não menos veneração dos seus discipulos. Prestou grandes serviços a Portugal no ensino das sciencias de que estava encarregado, especialmente no laboratorio de chimica. Doou ao museu importantes collecções de historia natural. Fundou em Coimbra uma fabrica de louça, cujos productos tanto se distinguiam pela sua perfeição que lhes chamavam *Louça de Vandelli*. Dirigiu os primeiros trabalhos do Jardim Botanico da Universidade, e foi o primeiro director do Jardim Botanico d'Ajuda em Lisboa. Quando desempenhava esta ultima commissão, no tempo da invasão franceza, houve quem o accusasse de suspeito o *afrancezado;* e em 1810, apezar dos seus 80 annos e das enfermidades proprias de tão longa vida, foi com outros incluido na denominada *Setembrisada* e deportado para bordo da fragata *Amazona*, para n'ella seguir viagem para a ilha Terceira com os seus companheiros de infortunio. Concederam-lhe, porém, a transferencia para Inglaterra, onde teve de se demorar até á paz geral. Regressando a Portugal em 1815, ainda viveu algum tempo em Lisboa, onde falleceu. O dr. Vandelli mantinha relações com muitos sabios estrangeiros, e particularmente com o celebre Linneu, com quem frequentes vezes se correspondia. Foi commendador da ordem de Christo, lente jubilado da Universidade de Coimbra, deputado da Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação, director do Jardim Botanico d'Ajuda, socio da Academia Real das Sciencias, e das academias de Upsala, Lusacia, Padua, Florença, etc. Fóram numerosas as obras que escreveu em portuguez e latim, sendo umas publicadas nas collecções da Academia, outras em separado, ficando algumas manuscriptas no poder de seus filhos, segundo consta. Bibliographia: *Dissertatio de arbore Draconis, seu Dracoena. Accessit dissertatio de studio Historiae Naturalis necessario em Medicina, O Economia, Agricultura, Artibus et Commercio*, Olissipone, 1768; *Fasciculus Plantarum cum novis generibus et speciebus*, idem, 1771; com 4 estampas; *Memoria sobre a utilidade dos Jardins Botanicos*, Lisboa, 1770; *Diccionario dos termos technicos de Historia Natural, extrahidos das obras de Linneu, com sua explicação e estampas abertas em cobre, para facilitar a intelligencia dos mesmos*, Coimbra, 1788; com 22 estampas gravadas em chapas de metal; *Veridiarium Grisley Lusitanium, Linnoeanis nominibus illustratum. Jussu Academiae in lucem editum*, Olissipone, 1789; *Florae Lusitaniae et Brasiliensis Specimen. Et Epistolae ab eruditis viris Carolo a Linné, Antonio de Haen ad Dom. Vandelli escriptae;* Conimbricae, 1788; com 5 estampas; *De Vulcano Olissiponensi et montis Erminii*, no tomo I, das *Memorias da Academia*, pag. 1797. Nas *Memorias Economicas da Academia*, que fôram ao principio colleccionadas em separado, no formato de 4.º, vem d'elle as seguintes: *Memoria sobre a ferrugem das oliveiras*, no tomo I; *Memoria sobre a agricultura d'este reino e das conquistas*, no mesmo tomo; *Memorias sobre algumas producções naturaes d'este reino*, idem; *Memoria sobre algumas producções naturaes das conquistas*, idem; *Memoria sobre as producções naturaes do reino e das conquistas, primeiras materias de differentes fabricas e manufacturas*, idem; *Memoria sobre a preferencia que em Portugal se deve dar á agricultura sobre as fabricas*, idem; *Memoria sobre varias misturas de materias vegetaes na factura dos chapéos*, no tomo II; *Memoria sobre o modo de aproveitar o carvão de pedra e paus bituminosos*, no mesmo tomo; *Memoria sobre o encanamento do rio Mondego*, no tomo III; *Memoria sobre as Aguas Livres*, no mesmo tomo; *Memoria sobre o sal gemma das ilhas de Cabo Verde*, no tomo IV. Antes de vir para Portugal publicou em linguas estrangeiras algumas obras em Italia.

Vandembo. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Van Delters *(Henrique)*. Poeta de muito ta lento, que morreu ainda novo. N. em Lisboa em 1839, pouco mais ou menos, sendo oriundo d'uma familia hollandeza. Fal. na mesma cidade a 9 de setembro de 1862, victima de tisica pulmonar. Collaborou em varios jornaes, como a *Illustração, Panorama, Estrella d'Alva, Revista contemporanea, Nação*, etc. Publicou em 1860 um volume de poesias. Na *Revista contemporanea* inseriu uma elegia ao naufragio do brigue *Mondego*, e a traducção em verso da lenda allemã do *Judeu errante*, composições de largo folego, que lhe deram reputação de poeta. Depois da sua morte publicaram-se no anno de 1861 tres comedias em 1 acto, que elle escrevera em collaboração com Avellar Machado: *Dois cães a um osso, Scenas intimas*, e *Não envenenes, tu, a mulher*.

Van der Laan. Medico hollandez que fixou a sua residencia em Lisboa, onde falleceu em 1888. N. na Hollanda em 1841, e estudou na Universidade de Utrecht, onde alcançou os graus de doutor em medicina, cirurgia e partos. Depois de ter servido como adjunto na clinica de doenças de olhos do celebre especialista o professor Donders, foi aperfeiçoar os seus estudos em Vienna, Praga, Berlim e Paris. Vindo para Portugal, em 1869, em busca d'um clima mais temperado que o auxiliasse a conjurar o padecimento pulmonar de que fôra atacado, abriu em Lisboa consultorio de doenças d'olhos, alcançando em pouco tempo grande nomeada. Foi o creador da escola de ophtalmologia que produziu notaveis discipulos, entre os quaes os drs. Lourenço da Fonseca, de Lisboa, e Antonio Placido da Costa, actual professor da Faculdade de Medicina do Porto. O illustre especialista fundou um hospicio para tratamento de doenças d'olhos, tratando com egual carinho e zelo os abastados e os pobres. Foi ainda elle quem primeiro apresentou a ideia de se fundar em Lisboa um Jardim Zoologico, trabalhando dedicadamente para se dotar a capital com um estabelecimento que não possuia, e que se encontra em todas as grandes cidades da Europa. V. *Jardim Zoologico*.

Vandoma. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Douro, conc. e com. de Paredes, distr. e bisp. do Porto; 156 fog. e 614 hab. Tem escola d'ambos os sexos. Dista 7 k. da séde do conc. E' pov. muito antiga, pois, segundo o *Catalogo dos bispos do Porto*, foi fundada pelos gascões, entre os annos 934 e 1025. Ha aqui vestigios de uma antiquissima cidade, cuja fundação se attribue aos gallos-celtas, mas não se sabe qual era o seu nome. A terra é muito fertil em todos os fructos do nosso clima, cria gado, e exporta bois para Inglaterra. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto.

Vanelim. Pov. do conc. de Salsete, do distr. e arceb. de Gôa, India. Tem escola. || Pov. da freg. de Colvá, na India.

Vanga. Pov. do sobado de N'Cama, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de N'Guimbi, na 6.ª div. da freg. de S. José de Cabiri, conc. de Icolo Bengo, distr. de Loanda, prov. d'Angola Africa Occidental.

Vangada. Pov. na freg. de S. Pedro, de Goudalães, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Vangeira. Pov. na freg. de S. Pedro Fins, de Torno, conc. do Louzada, distr. do Porto.

Vanguinim. Aldeia da circumscripção militar de Coddal, na provincia de Satary, districto de Gôa, na India.

Vaniã. Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freguezia de Santo André de Brancavará, do concelho de Diu, na India.

Vantém. Aldeia da circumscripção militar de Onda, provincia de Satary, districto de Gôa, na India.

Vantsò. Povoação da regedoria do Santo Estevam, no concelho das Ilhas, districto de Gôa, India.

Vanxim. Povoação da regedoria de S. Mathias, no concelho das Ilhas, districto de Gôa na India, tambem denominada Capão.

Vanzeller. Familia da provincia de Gueldre, que passou a Portugal no tempo de D. Pedro II. As suas armas são: Em campo de prata tres melros de negro armados de ouro em roquete, e entre elles uma estrella de ouro de seis pontas; timbre, um dos melros do escudo com a estrella no peito.

Vaqueira. Povoações nas freguezias: Nossa Senhora das Neves e conc. de Borba, distr. de Evora. || Santa Maria, de Miranda, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Vaqueirinho. Pov. na freg. de S. Silvestre e conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

Vaqueiro. Povoações nas freguezias: S. João de Souto, conc. e distr de Braga. || S. Miguel, de Villa Cova a Coelheira, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Vaqueiros. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Algarve, conc. d'Alcoutim, com. de Villa Real de Santo Antonio, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 560 fog. e 1:445 hab. Tem esc. do sexo fem., minas de cobre, productores de cereaes e de gado; feira a 29 de junho. Está situada a 3 k. da margem direita da ribeira Foupana, a 5 da margem esquerda da ribeira d'Odeleite, na estrada de Castro Verde a Tavira, e a 30 da séde do conc. E' muito fertil em cereaes; tem grande abundancia de caça, e peixe do Guadiana, que lhe corre perto, ao S, e do mar que lhe vem pelo mesmo rio. A egreja é pobre e nada tem de notavel. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. da Extremadura, conc., com. e distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 91 fog. e 353 hab. Está situada na margem esquerda do rio Alviella, a 1 k. da estrada de Santarem a Torres Novas, a 26 da séde do conc. E' terra fertil em todos os fructos do paiz, e o seu vinho é de superior qualidade, Esta pov. foi grande e nobre, porque, em outros tempos, viviam aqui muitos fidalgos. Quasi em frente da egreja, ao lado do cemiterio, existe um cruzeiro, monumento modesto, tendo no alto da cruz as 4 letras conhecidas nos crucifixos: *J. N. R. J.* N'uma das faces lateraes ha uma inscripção, em que se lê a data de 1662. Vaqueiros pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a sede em Lisboa. || Pov. na freg. de S. Miguel do Pinheiro, conc. de Mertola, distr. de Beja.

Vaquinhas Cimeiras. Pov. na freg. de Santa Anna, de Cumeada, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Vaquinhas Fundeiras. Pov. na freg. de Santa Anna, de Cumeada, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Vara. Insignia de juizes o vereadores que consiste em um pau dolgado, roliço e alto, sendo a dos juizes branca com as armas da nação pintadas no alto, e a dos vereadores vermelha com as armas do municipio. O juiz do povo *(V. este nome)* tambem usava de vara identica, com as armas reaes. Os juizes das Irmandades ricas tinham vara de prata. || Cada uma das circumscripções ou areas judiciaes em que se dividem as comarcas de Lisboa ou do Porto, e a que preside um juiz de direito. || Medida antiga de comprimento, egual a 1 metro e 10 centimetros.

Varacunda. Aldeia ao norte do rio Saudalcalo, da regedoria de Nossa Senhora do Mar, no concelho e districto do Damão, na India.

Varanda. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Fermentões, conc. de Guimarães, distr. de Braga || Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pov. e denominação d'uma est. do caminho de ferro, do ramal de Portimão, entre as Pedras d'El-Rei e Tavira.

Varandas. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Ferreiros de Avões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Lourenço, conc. e distr. de Portalegre.

Varatojo. Pov. na freg. de S. Pedro da Cadoira e conc. de Torres Vedras, distr. do Lisboa. Esta aldeia teve epocas de grande prosperidade, porque n'ella tiveram habitação nobres fidalgos, d'essas casas, porém, já não restam nem vestigios. A pov. fica a 2 k ao O de Torres Vedras. Existe ainda ali o convento, bem conhecido pelo nome de Varatojo, da ordem de S. Francisco. A fundação d'aquella casa religiosa é assim descripta pelos nossss chronistas: No logar do Varatojo, n'um dos pontos mais pittorescos, em terreno exuberante, fundou n'uma quinta sua, em 1470, el-rei D. Affonso V, este convento da invocação de Santo Antonio, onde se propunha a passar o resto da vida. Mais tarde foi dado aos frades franciscanos que o possuiram até 1680. D'esta data em deante tornou-se seminario, pois que D. Pedro II o cedeu a Fr. Antonio das Chagas O edificio é importante, não só pela sua solida construcção como por ter sido edificado com arte. Os trabalhos de talha são o que ha de melhor, e os varios quadros, em azulejos, que revestem as paredes da egreja, são d'um grande valor. A porta principal do convento é em estylo gothico. A egreja é d'uma só nave, e o tecto de abobada. A' esquerda do atrio, em frente da porta da egreja, vê se uma elegante capella construida no seculo XVIII, onde se venera Nossa Senhora do Sobreiro Foi um devoto, que em 1777 a edificou, á sua custa, tornando-se a imagem de muita devoção A cêrca do convento é vastissima, tem uma grande matta, boas hortas, pomares de espinho e caroço, sendo as fructas de qualidades apreciaveis. A agua é em abundancia e de bella qualidade. Em 1833 foi extincto o convento, e mais tarde, foi vendido o edificio e a cêrca em leilão, a 8 de fevereiro de 1815, sendo o compradar o barão da Torre de Moncorvo. Annos depois tornou a ser vendido, comprando-o o padre fr. Joaqpim do Espirito Santo, que pertencera ao antigo convento, e que d'elle fez a casa principal da ordem dos franciscanos portuguezes, até ao decreto de Hintze Ribeiro, do 1903, que extinguiu de todo as ordens religiosas. Foi depois habitado por alguns padres, estando reduzido á expressão de collegio das Missões Ultramarinas. Depois da proclamação da Republica, em outubro do anno de 1910, os padres fôram obrigados a abandonar o edificio.

Varcà. Freguezia no concelho de Salsete, no districto e arcebispado de Gôa, na India. Tem escola.

Varcanda. Povoação da regedoria de Casném, no concelho de Pernêm, districto de Gôa, na India.

Varche. Ribeiro do distr. de Portalegre. N. a 5 k. ao O de Elvas, na freg. de S Braz, onde tem uma ponte na estrada de Elvas a Vendas Novas, corre para o SSE, e vae desaguar no rio Guadiana, na freg de N. S.ª d'Ajuda, com 7 k. de curso.

Varejadores dos arcos e pipas. Officio que tinha Regimento na Collecção dada pelo Senado de Lisboa em 1572.

Varejão As armas da familia d'este appellido são: Em campo vermelho um castello de prata sobre ondas de agua da sua côr o na ilharga direita do castello, saindo da fresta um braço nú, com uma vara de sua côr na mão; o castello com uma bandeira entre duas estrellas de ouro de seis raios; timbre, o braço com a vara.

Varejão. Pov. na freg. de S. Verissimo, conc. do Amarante, distr. do Porto.

Varejolla. Familia que tem por armas: Em campo vermelho, quatro lisonjas de ouro postas em pala, acompanhadas de seis flôres de liz do mesmo metal, tres em banda: timbre, uma flôr de liz do escudo e quatro lisonjas, tudo posto em aspa ou só a flôr de liz.

Varella. As armas d'esta familia, que se encontra desde o tempo de D. Sancho I, são: Em campo da prata, cinco bastões verdes em banda alçados; timbre, um leão de prata nascente, com um bastão do escudo nas mãos

Varella *(Ayres)*. Conego magistral da sé d'Elvas, escriptor, etc. Não se sabe ao certo a sua naturalidade, mas julga se que nascesse em Elvas; fal. em 8 d'outubro de 1655. Era filho de André Affonso o Francisca Varella. Ficou orphão de pae, ainda muito creança, encarregando-se da sua educação um seu tio materno, o licenceado em theologia Ayres Varella. Seguindo a vida ecclesiastica, recebeu ordens de subdiacono em 18 de dezembro de 1605. O bispo d'Elvas D. Antonio de Mattos de Noronha, reconhecendo o seu elevado merecimento, lho deu os officios de inquiridor, contador e distribuidor do juizo ecclesiastico, em cujos cargos o confirmou depois o cabido, séde vaccante, em sessão de 18 de novembro de 1610. No tempo do bispo D. Lourenço de Tavora, alcançou a mercê de ser provido n'uma das tres escrevanias do auditorio ecclesiastico; e por lembrança do mesmo prelado, em 1623, estando vago o priorado de S. Pedro *intra muros*, desempenhou as funcções parochiaes, até que em agosto de 1624 foi collado na dita egreja o licenceado Antonio Simões. Em 1626 era capellão da egreja de Nossa Senhora d'Ajuda, da Ponte de Olivença, e acompanhou muitas vezes o bispo D. Sebastião de Mattos de Noronha nas suas visitas pastoraes. Tanto o considerava este prelado

que o nomeou secretario do synodo, que celebrou com a maxima pompa na sua cathedral em 8 de maio de 1633. Ayres Varella, que além de seus officios era beneficiado nas tres egrejas da Alcaçova d'Elvas, de S. Pedro d'Alemquer e de Santa Maria de Povos, foi então proposto e votado examinador synodal. Em 1634 vagou a cadeira magistral do cabido da sé d'Elvas pela desisteucia do licenceado Francisco de Faria. Conforme os estatutos da cathedral abriu-se o concurso por editos, que fôram fixados na porta da egreja da Sé, e nas Universidades de Coimbra e de Evora Foi elle o escolhido para exercer aquelle elevado cargo, de que tomou posse a 23 de fevereiro do 1635. Em 21 de maio de 1837 foi eleito vigario geral na sé d'Elvas. Mais tarde, o bispo D. Manuel da Cunha, saindo da sua diocese para Lisboa, investiu o licenceado Ayres Varella de tres cargos da mais alta importancia, constituindo-o governador, vigario geral e provisor do bispado. A Santa Sé concedeu-lhe o titulo de protonotario apostolico. Foi visitador do bispado nas egrejas *intra muros* da cidade d'Elvas; juiz synodal no synodo que o bispo D. Manuel da Cunha celebrou no anno de 1652 no dia 15 de dezembro. As obras de Ayres Varella, apezar de ficarem na maior parte ineditas, grangearam lhe grande reputação. D'elle fazem a mais honrosa memoria Moreri e Nicolau Antonio entre os estrangeiros; e dos portuguezes D. Francisco Manuel de Mello, o P. João de Vasconcellos, Antonio Carvalho da Costa, Diogo Barbosa Machado, Fr. Jeronymo Belem, D. Antonio Caetano de Sousa, J. C. de Figamiere, Innocencio Francisco da Silva, e outros. As obras que correm impressas são as seguintes: *Successos que houve nas fronteiras d'Elvas, Olivença, Campo Maior e Ouguella o primeiro anno da recuperação de Portugal, que começou no 1.° de dezembro de 1640, e fez fim no ultimo* de *novembro de 1641*, Lisboa, 1642; foi reimpressa em Elvas no anno de 1861; *Successos que houve nas fronteiras d'Elvas, Olivença, Campo Maior e Ouguella o segundo anno da recuperação de Portugal, que começou no 1.° de dezembro de 1641 e fez fim no ultimo de novembro de 1642*, Lisboa, 1643; com algumas estampas, que representam a planta das praças tomadas ao inimigo. As obras manuscriptas que se consideram perdidas consta serem as seguintes: *Successos*, etc., *no terceiro anno da recuperação de Portugal, que começou em 1.° de dezmbrode 1642 e fez fim em o ultimo de novembro de 1643;* o original estava no cartorio da Casa de Bragança, e foi devorado pelo incendio que succedeu ao terremoto do 1.° de novembro de 1755; *Genealogia de todas as Familias do Bispado de Elvas; Theatro das Antiguidades d'Elvas com a historia da mesma cidade e descripção das terras da sua comarca;* a esta obra se refere D. Francisco Manuel nas suas *Cartas Familiares*, publicadas em Roma em 1664.

Varella *(Fr. Domingos de S. José)*. Organista e organeiro muito notavel. Era natural de Guimarães, e fal. pouco antes do anno de 1839. Professou na ordem de S. Bento, residindo primeiro no convento de Tibães, e mais tarde no de S. Bento da Victoria, no Porto. Era na portaria d'esto convento que se vendiam em 1825 os exemplares da obra que publicou, segundo se lê nos respectivos annuncios. Essa obra, apezar de pouco volumosa, é, segundo se lê no *Diccionario biographico dos Musicos Portuguezes*, de Ernesto Vieira, vol. II, pag. 384, uma das mais interessantes que se tem publicado em portuguez, reunindo muito resumidamente mas com a maior clareza e perfeita sciencia, os mais variados assumptos. Tem este titulo: *Compendic de Musica, theorica e pratica, que contém breve instrucção para tirar musica; Lições de acompanhamento em orgão, cravo, guitarra, ou qualquer outro instrumento, em que se póde obter regular harmonia; Medidas para regular os braços das violas, guitarra*, etc., *e para o canario do orgão. Appendice em que se declaram os melhores methodos de afinar o orgão, cravo*, etc.; *Modo de tirar os sons harmonicos ou flautados com varias e novas experiencias interessantes ao Contraponto, Composição e á Physica*, Porto, MDCCCVI. Em 1826 juntou Varella aos exemplares que ainda lhe restavam da sua obra, um supplemento com 8 paginas, cujo titulo diz: *Supplemento ao Compendio de Musica Theorica e Pratica, de Fr. Domingos de S. José Varella, monge benedictino.* Varella tocava os instrumentos que descreve, e elle mesmo construia, assim como diz ter construido um piano da sua invenção Construia tambem muitos orgãos, sendo os mais considerados os dois dos conventos de S. Bento, do Porto, e dos Paulistas, de Lisboa. Este é um instrumento bastante grandioso, com dois teclados manuaes, alguns pedaes e grande quantidade de registos. Foi construido, aproximadamente, em 1820, mas só a machina, porque a fachada que ostenta trabalho de talha dourada, é mais antiga. O cardeal Saraiva, na *Lista d'alguns artistas portuguezes*, publicada em 1839, diz: «*Fr. Domingos José Varella*. Natural de Guimarães, insigne organista, e o melhor que teve a Congregação Benedictina de Portugal n'estes nossos tempos Tinha amplissima instrucção e conhecimento da Musica antiga e moderna, e dos seus varios systemas: conhecia perfeitamente o mecanismo do orgão, e tocava este bello instrumento com admiravel perfeição, e apurado gosto. Presumo que ao presente é fallecido.»

Varella Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Aguas Bellas, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Varellinha. Pov. na freg de N. S.ª da Graça, de Aguas Bellas, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Vareta *(Bernardino Joaquim de Azevedo)*. Engenheiro constructor naval. N. em Villa do Conde em 1810, fal. no Porto em 1858. Era descendente d'uma antiga familia de constructores navaes. Depois de estudos theoricos e praticos da sua arte, passou á Inglaterra, e ali completou a sua educação profissional. Regressando ao paiz em 1834, imprimiu notavel desenvolvimento á construcção naval portugueza, collocando-a a par dos progressos realisados n'aquelle tempo, sendo encarregado pelo governo da construcção de differentes vasos de guerra nos estaleiros do Porto: Brigues: 1843, *Douro* (20 peças); 1844, *Serra do Pilar* (20 peças)—Cutters de guerra: 1846, *Conde de Tojal* (5 peças); *Duque da Terceira* (4 peças)—1848, corveta *Porto* (24 peças). Em Lisboa e no Porto construiu extraordinario numero de navios de commercio de longo curso, para as praças do Portugal e Brazil n'um periodo de 25 annos. A este constructor se devem os primeiros ensaios de construcção do vapores realizados com o me-

lhor exito em 1851, com a construcção do vapor *Douriense*, quo ficaram infelizmente infructiferos por falta de auxilios e apoio dos governos e do armamento portuguez. A elle, em collaboração com o engenheiro naval Manuel Luiz dos Santos, se deve tambem a iniciativa da introducção em Portugal do *plano inclinado de Ward*, e outros trabalhos notaveis de engenharia naval.

Vareta *(Carlos Joaquim de Azevedo)*. Engenheiro constructor naval. N. em Villa do Coudo em 1833. Era filho do engenheiro Bernardo Joaquim de Azevedo Vareta (V. o *artigo antecedente*). Construiu, em collaboração com seu pae, numerosos navios de commercio em Lisboa e Porto, e sendo director do Arsenal de Marinha o conde de Linhares, foi contratado para aquelle estabelecimento technico desde 1861 até 1863. Elevou a construcção naval em Portugal a inexcedivel perfeição, sendo os seus modelos, alguns originaes, considerados obras-primas da arte naval, não só no paiz, como nos portos estrangeiros que visitaram. Os seus trabalhos, planos, memorias, etc., apresentados na Exposição Colombina de Madrid em 1892, sendo commissario da secção portugueza o notavel escriptor Ramalho Ortigão, amigo do illustre artista, obtiveram do jury internacional d'aquella exposição uma das mais honrosas classificações. Falleceu de desastre, a bordo d'um dos seus navios, em construcção, a barca *Energia*, a 20 de maio de 1873. Com a morte d'este constructor póde dizer-se que se extinguiu a industria da construcção naval em Portugal, que conquistou nos seculos XVIII e XIX um logar muito honroso entre as nações maritimas, digno das tradições dos aureos tempos da nossa preponderancia naval.

Vargas A familia d'este appellido vem de Tristão Fernandes Vargas, que serviu em Tanger no tempo d'el rei D. Manuel. Tem por armas: Em campo de prata cinco ondas de azul em faxa, orla composta de vermelho e prata, tendo sobre o vermelho castellos de ouro e sobre a prata leões de púrpura; timbre, um leão azul com as cinco ondas de prata.

Vargas *(José Marcellino de Sá)*. Bacharel formado em leis pela Universidade de Coimbra, ministro de Estado, etc. N. em Bragança a 13 de agosto de 1802, fal. em 1876. Tendo seguido a carreira judicial, chegou a conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça. Na politica seguiu a direcção de Costa Cabral, e em janeiro de 1849 foi chamado ao ministerio, e encarregado de gerir a pasta da justiça. Durante esse ministerio em que o duque de Saldanha teve por algum tempo a pasta do reino, geriu-a elle tambem alguns dias, quando o duque de Saldanha estevo doente, desde 1 a 14 de junho de 1849, e 4 dias depois saiu do poder. Em 1860, tendo fallecido de repente na camara o ministro da marinha Ferreri, Sá Vargas acceitou do gabinete regenerador o encargo de o substituir, e foi ministro da marinha de 1 de maio a 4 de julho de 1860. Quando Antonio José d'Avila, depois duque d'Avila e Bolama, chegou a formar, senão um partido, pelo menos uma facção governativa, Sá Vargas adheriu ás suas ideias, e acceitou em 1 de março de 1871 a pasta da justiça vaga pela saida de Saraiva de Carvalho. O ministerio Avila caiu em 13 de setembro de 1871, mas os amigos do chefe do gabinete continuaram a apoiar o gabinete regenerador que lhe succedeu, e Sá Vargas foi por algum tempo presidente da camara dos deputados, sendo depois nomeado par do reino. Sá Vargas fôra um politico muito faccioso, mas apezar d'isso, soubera praticar um acto de generosidade, escondendo em sua casa Antonio Rodrigues Sampaio, quando era perseguido pelo governo cabralista, que tinha em Sá Vargas um dos seus mais dedicados esteios. Sampaio nunca esquecera esse acto cavalheiresco d'um homem que não tinha o habito de os praticar.

Varge. Povoações nas freguezias: S. Cypriano, de Avelleda, conc. e distr. de Bragança. Tem est. post. e importantes jazigos de ferro. || S. Martinho, de Monsul, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || O Salvador, de Monçós, conc. e distr. de Villa Real. Tem caixa post. || Santa Eulalia, de Venade, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello.

Varge do Pinheiro. Torre sita na Ribeira da Mouxeira, freg. de Santo André, do conc de Mafra.

Vargellas Pov. que dá o nome á est. do caminho de ferro na linha do Douro, entre as do Ferradosa e Vesuvio.

Vargem Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Alvarães, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Barbella, conc. e distr. do Villa Real. || Ilha da Madeira e distr. do Funchal: N. S.ª da Piedade, de Canhas, conc. de Ponta do Sol; Santo Antão, de Caniço, conc. do Sant'Anna; Nossa Senhora da Luz e conc. da Ponta do Sol; S. Vicente e conc. de S. Vicente. || N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. do Faro.

Vargem da Azinheira. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

Vargem da Cabelleira. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Azambuja, distr de Lisboa.

Vargem da Companhia. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Vargem da Egreja. Pov. da freg de S. Lourenço dos Orgãos, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Martinho, conc. e distr. do Funchal.

Vargem Grande. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da Praia, archipelago e prov. do Cabo Verde, Africa Occidental.

Vargem da Mão. Pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Loulé, distr. do Faro. Ha aqui um apeadeiro na linha do caminho de ferro, ramal de Portimão, entre o do Valle do Judeu e a est. de Loulé.

Vargem da Maxieira Sitio na freg. de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Vargem da Mó. Pov. na freg. de S Romão do Sádão, conc. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Vargem da Ordem *(Gaspar Pessoa Tavares de Amorim da Vargem, barão e visconde da)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, conselheiro, par do reino, commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, coronel do 1.º Batalhão Nacional Movel, vereador da camara municipal de Lisboa, alcaide mór e senhor de Tolões. N. a 6 de agosto de 1793, fal. a

24 de novembro de 1878. Era filho de Gaspar Pessoa Tavares de Amorim, fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo, opulento commerciante na praça de Lisboa, o de sua mulher D. Anna da Guerra Pessoa. Succedeu a seu pae no morgado de 60:000$000 reis que elle havia instituido; foi nomeado par do reino por carta de 26 dezembro de 1844, e agraciado com o titulo de barão, por decreto de 22 de fevereiro de 1840, sendo elevado ao de visconde por decreto de 23 de janeiro do 1863. Casou a 7 de setembro de 1825 com D. Gertrudes Amalia do Sequeira, filha de Antonio José de Sequeira, commendador da ordem de Christo, e de sua mulher, D. Ignez Maria do Sequeira. Por alvará de 26 de junho de 1795 foi concedido a esta familia o seguinte brazão d'armas: Escudo partido em pala: na primeira as armas dos Pessoas: Em campo azul seis crescentes de ouro, em duas palas, orla de negro, filetada de ouro e carregada de sete estrellas de prata, de cinco pontas, ficando tres em chefe; na segunda, as dos Amorins: Em campo vermelho cinco cabeças de moiro da sua côr, em aspa, cortadas em sangue, com trunfas de prata e azul, e com as barbas de ouro; timbre, o dos Pessoas: um cometa de prata de cinco pontas, ficando com a cauda sobre o elmo, e sobre o timbre colonel de conde, por ser par do reino.

Vargem da Ordem. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Sitimos, conc. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

Vargem da Rainha. Rio do distr. de Leiria; nasce na freg. de Alguber e vae desaguar na lagôa d'Obidos, com 30 k. de curso.

Vargem Redonda Pov. na freg. de S. Romão de Sádão, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa

Vargem de Santo Antonio, Pov. da freg. de N.ª da Luz, no conc. da Praia, archipelago o prov de Cabo Verde, Africa Occidental.

Vargens. Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu, de Via Gloria, conc. de Mertola, distr. de Beja. || Sant'Anna da Serra, conc. d'Ourique, do mesmo districto.

Vargens da Asseca. Pov. na freg de Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, distr. de Faro.

Vargens de Querença. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Querença, conc. de Loulé, distr. de Faro

Vargens do Vinagre. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Fonto do Bispo, conc. de Tavira, distr. do Faro.

Varges Povoações nas freguezias: N. S.ª da Assumpção, de Aboim da Nobrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Coucieiro, do mesmo conc. e distr. || S. João Baptista, de Corveira, conc. do Valpaços, distr. de Villa Real. || Santa Marinha, de Oriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Paulo, de Palheiros, conc. de Murça, distr. de Villa Real.

Vargos. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, de Paço, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. Tem est. postal.

Variagem. Direito antigo que se pagava na alfandega.

Vaiiz. Pov. o freg. de Santo Antão, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança. Está situada nas proximidades da estrada do Mogadouro a Miranda, a 8 k. da séde do conc. E' terra pouco fertil o pobre. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n° 10, com a séde em Mirandella.

Varjão (*Fr. Antonio*). Religioso da ordem de S. Domingos e apreciado theologo. Era natural da Torre de Moncorvo, mas não se conhecem as datas do seu nascimento e fallecimento. Foi mestre em artes e em theologia no convento dominicano do Evora. N'esta cidade imprimiu em 1627 seis livros da *Primeira Parte da Dialectica* em latim, e em 1636 a traducção em boa o vernacula linguagem, da obra latina de Alberto Magno, *Paraizo das Almas, que trata das virtudes.*

Varjota da Nora dos Velhos. Pov. na freg. do S. Sebastião e conc. do Loulé, distr. de Faro.

Varlém (*Torofo de*). Povoação do concelho e commando militar de Sanguém, districto de Gôa, na India.

Varlete. Moço da camara, pagem, creado.

Varmões. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. do Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa.

Vary. Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freguezia de Santo André de Brancavará, do conc. de Diu, na India.

Varzea (*Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, 1.° visconde da*). Do conselho de el-rei D. João VI; commendador das ordens de Christo e da Torre e Espada; marechal de campo, quartelmestre general da divisão dos Voluntarios Reaes em 1816, ajudante general das tropas da côrte e provincia do Rio de Janeiro em 1818; governador o capitão general do Maranhão em 1819; governador das armas da Beira Baixa em 1825: Fal. em maio de 1830. Era filho de João da Silveira Pinto da Fonseca, moço fidalgo, cavalleiro da ordem de Christo, marechal de campo, governador das armas da Beira, e de sua mulher D. Izabel Rita da Camara de Figueiredo e Castro, filha e herdeira de João Correia da Silva e Lacerda, fidalgo da Casa Real. Succedeu á importante casa de sua mãe. Casou com sua prima D. Marianna Silveira Pinto da Fonseca, filha dos 1.ºˢ condes de Amarante. Foi agraciado com o titulo de visconde por decreto de 3 de julho de 1823.

Varzea (*João da Silveira Pinto da Fonseca, 2.° visconde da*). Commendador da ordem de Christo, official de cavallaria e presidente da Companhia Geral d'Agricultura das Vinhas do Alto Douro. N a 16 de outubro da 1805, fal. a 11 de fevereiro de 1858. Era filho do 1.° visconde do mesmo titulo (V. o *artigo antecedente*). Casou a 24 de maio de 1836 com D. Maria Antonia Taveira de Sousa Alvim Lira e Menezes, 2.ª viscondessa da Guiães, filha dos 1.ºˢ viscondes d'este titulo, José Taveira Pimentel de Carvalho e Menezes e D. Anna de Sousa e Alvim Lira do Menezes. O titulo de visconde da Varzea, foi lhe renovado por decreto de 8 de novembro do 1843.

Varzea (*João da Silveira Pinto da Fonseca, 3.° conde da*). E' o actual sr. marquez de Castello Melhor. V. *este titulo.*

Varzea. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. de Arouca, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 192 fog. e 314 hab. Tem esc. do sexo masc. Está situada na aba d'uma serra, na extremidade occidental do bello e fertilissimo

valle de Arouca, junto do rio Pedonde, na estrada de Arouca a Oliveira de Azemeis, a 6 k. da séde do conc. Era commenda da ordem do Christo. A egreja matriz denota muita antiguidade, mas ignora-se a data da sua fundação e o nome do seu fundador, mas ha bons fundamentos para julgar, que é obra das religiosas do mosteiro de Arouca. Pela sua architectura, parece ser construcção do seculo XIII, o que induz a acreditar na tradição, que attribue esta obra á rainha Santa Mafalda, filha do D. Sancho I. A egreja é pequena e baixa, e o seu interior é digno de attenção, por os seus tres altares, todos novos e de talha dourada. O altar-mór foi mandado fazer e dourar, á sua custa, em 1853, pelo proprietario Bento Leite Cabral Tavares Castello Branco. Esta freg., como todas as do Valle de Arouca, é fertilissima em todos os fructos do paiz, sobretudo a parte que é regada pelo rio Arda. Cria-se aqui muito gado bovino, para a lavoura e exportação, e o proximo rio a fornece de algum peixe. Nos montes do sul da freg. ha bastante caça. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr, de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. de Goes, com. de Argauil, distr. e bisp. de Coimbra; 376 fog. e 1:522 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., productores de azeite e de vinhos, fabrica de fiação e tecidos. Está situada na margem esquerda do rio Ceira, a 5. k. da séde do conc. E' fertil em generos agricolas, cria gado de toda a qualidade e tem caça. A egreja matriz foi restaurada em 1881, á custa do povo, dando o governo 1:000$000 réis do cofre das bullas, para ajuda das obras. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. || Pov. e freg. de S. Braz, da prov. do Alemtejo, conc e com. de Elvas, distr. de Portalegre, arceb. de Evora. Tem esc. do sexo fem. e está situada nas proximidades da estrada de Elvas a Extremoz, a 5 k. da séde do conc. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. || Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Douro, conc e com. de Amarante, distr. e bisp. do Porto; 101 fog. e 420 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada junto de um rio do mesmo nome, a 10 k. da séde do conc. E' terra pobre, muito fria e pouco fertil. Cria bastante gado, e é abundante de caça, grossa e miuda. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. Jorge, da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto; 143 fog. e 529 hab. Tem correio com serviço de posta rural, e uma feira annual a 23 de abril. Dista 3 k. da séde do conc. E' fertil, cria gado e tem caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Extremadura, conc, com. e distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 431 fog e 1:665 hab. Tem est. post., escolas d'ambos os sexos, agencia da companhia de seguros *Atlantico*, pharmacia. Está situada a 4 k. da estrada de Santarem a Torres Novas, e a 8 da séde do conc. A egreja matriz está collocada na extremidade NE da freg, em logar alto, com bellos pontos de vista. Segundo a tradição, foi originariamente uma ermida dedicada a S. Miguel. E' um templo vasto; sobre a porta principal está o côro, assente sobre duas columnas de cantaria lavrada, com capiteis da ordem corinthia. O retabulo da capella-mór e o throno são de talha dourada. Ha mais 4 altares lateraes no corpo da egreja, sendo um o do Santissimo. A pov. pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa. || Pov. e freg. de N. S.ª da Expectação, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. Pedro do Sul, distr. o bisp. de Vizeu; 216 fog. e 870 hab. Tem est. post., escolas d'ambos os sexos, hoteis e restaurantes. E' n'esta freg. que está o estabelecimento balnear, das conhecidas termas de S. Pedro do Sul. (V. *este nome*). A pov. dista 3 k. da séde do conc. Esta freg. é povoada desde tempos muito remotos, mesmo como parochia é antiquissima, pois em 1070 Ximena Garcia fez doação a Alvito Sandesi da *oitava parte da egreja de Santa Maria da Varzea*, cuja carta de doação tem a data de 20 de abril de 1070. Pertence a pov. á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. || Pov. e freg. de S. Bento, da prov. do Minho, conc. e com de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 66 fog e 237 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post. e feira a 21 de março e 11 de julho. Está situada na encosta da serra de Airó a 5. k. da séde do conc. E' de fundação muito antiga, e foi couto do mosteiro de Villar de Frades. Pelos annos de 570 fundou aqui um mosteiro de monges benedictinos, o famoso S. Martinho de Dume. No seu principio era mosteiro *duplex* (de frades e freiras). Com a invasão dos moiros em 716, ficou abandonado, e assim esteve por mais de tres seculos, até que D. Soeiro Guedes da Varzea o reedificou em 1110. N'esta freg. ha vestigios d'uma antiquissima torre, de alguns castellos e de muralhas, o que faz acreditar que existiu aqui, em tempos remotissimos, uma grande povoação, provavelmente romana. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: Santa Eufemia, de Agildo, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. Tem caixa post. || S. Vicente, de Alfena, conc. de Vallongo, distr. do Porto. || S. Pedro, do Alhadas, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Arreigada, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Miguel, de Bairros, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Natividade, de Calde, conc. e distr. de Vizeu. || S. Bartholomeu, de Campello, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Pedro, de Canedo, conc. de Feira, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Cette, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Ilha da Madeira e conc. do Funchal: N. S.ª da Graça, do Estreito de Camara de Lobos, conc. de Camara de Lobos; Santa Maria Magdalena, de Magdalena do Mar, conc. de Ponta do Sol. || Ilha de S. Miguel, Açôres; S Sebastião, de Ginetes, conc. e distr. de Ponta Delgada. || N. S.ª do Rosario, de Louredo, conc. de Vieira, distr. de Braga. || O Salvador, de Medrões, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Paio, de Moreira de Conegos, conc. de Guimarães, distr de Braga. || Santa Maria Maior, do Mujães, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede de Negrellos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Maria, de Aboadella Ovelha do Marão, conc de Amarante, do mesmo distr. || S. Salvador, de Paderne, conc. de

Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Parada, conc. de Paredes de Coura, do mesmo distr. || O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Santa Maria, do Pigeiros, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Vicente, de Pinheiro, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Thiago, de Priscos, conc. e distr. de Braga. || S. Martinho, de Reigoso, conc. de Montalegre, distr. do Villa Real. || S. Pedro, de Sanfins de Ferreira, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Santo Adrião, do Santão, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Paio, do Segude, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Christina, de Serzedello, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Martinho, de Soajo, conc. de Arcos de Valle-de Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Podro, de Teixeira, conc de Baião, distr. do Porto || S. Thiago da Guarda, conc. do Ancião, distr. de Leiria || Santa Maria Magdalena e conc. de Santo Thirso. || N. S.ª d'Annunciação, de Torre Deita, conc. e distr. de Vizeu. || S. Thomé, de Travassos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Eulalía, de Vandoma, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Sitio na freg. do Portunhos, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || Ribeira do distr de Leiria; nasce a 2 k. ao N de Alvaiazere, corre para ENE, e entra na ribeira de Alge, a 2 k. ao N do Arega, com 7 k. de curso.

Varzea de Abrunhaes. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Alta, conc., com. e bisp. de Lamego, distr. de Vizeu; 201 fog. e 867 hab. Tem esc. do sexo masc. e está situada a 2 k. da margem esquerda da ribeira Barosa, o a 5 da séde do conc. E' pov. muito antiga, pois já existia como parochia em 1258. Foi villa. E' fertil em generos agricolas, cria gado e tem caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Varzea dos Amarellos. Pov. na freg. de S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Varzea de Baixo. Povoações nas freguezias: S. Martinho e conc. do Cintra, distr. do Lisboa. | S. Thiago, de Varzea de Meruge, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Varzea do Bispo. Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção, de Freixianda, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Varzea da Cacinheira. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Freixianda, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Varzea da Candosa. Pov. na freg. de S. Facundo, de Candosa, conc. de Taboa, distr. do Coimbra.

Varzea de Cavalleiros. Pov. na freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 321 fog. e 1:652 hab Tem correio com serviço de posta rural. Está situada na margem direita d'um affluente do Isna, na estrada da Certã a Sarzedas pela serra do Cabeço Rainha, a 15 k. da séde do conc. Houve aqui uma batalha dada por D. Affonso III, quando ainda era infante regente, contra o rei do Castella, que pretendia repôr no throno o nosso rei D. Sancho II. N'essa batalha, D. João Pires Amaya, cavalleiro portuguez, matou 7 leonezes com 7 lançadas. O rei de Castella, em vista das razões quo lhe apresentaram os nossos bispos, approvou os *factos consummados*, e retirou para Hespanha. Foi n'esta batalha, em que os portuguezes ficaram vencedoros, e na qual muito se distinguiram os cavalleiros das ordens militares, que á terra (que só se denominava Varzea) so lhe deu o sobrenome de *Cavalleiros*. A pov. é muito fertil em cereaes; tem montados e caça, grossa e miuda. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar.

Varzea dos Cavallos. Pov. na freg. de S. Julião, de Lobão, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Varzea de Cima. Povoações nas freguezias: S. Martinho e conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || S. Thiago, de Varzea de Meruge, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Varzea Cova. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Fafe, distr. e arceb. de Braga; 205 fog. e 786 hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. Está situada nas proximidades d'um affluento do rio Vizella, a 11 k. da séde do conc. E' terra fertil o rica; engorda-se aqui muito gado bovino, quo vae para Inglaterra e outras localidades. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 27, com a séde em Amarante.

Varzea do Douro (*Antão Garcez Pinto de Madureira, 1.º barão da*). Fidalgo da Casa Real, gran cruz da ordem d'Aviz, cavalleiro da de Christo, condecorado com a medalha do 4 campanhas da Guerra Peninsular, com a medalha de honra de Albuera, Vitoria e S. Marçal; conselheiro, tenente general, etc. N. a 21 de fevereiro de 1790, fal. a 3 de maio de 1863. Casou a 3 de março de 1835 com D. Maria Eduarda Teixoira de Carvalho Sampaio, filho de José Eruesto Teixeira de Carvalho, morgado de Villar Secco, em Vizeu, e de sua mulher D. Maria José de Sampaio. Foi agraciado com o titulo de barão da Varzea do Douro por decreto de julho de 1846. O seu brazão d'armas é o dos Garcezes: Em campo azul uma ribeira do prata ondada de agua saindo d'ella uma garça de ouro armada de prata, entre quatro estrellas d'ouro de seis pontas, duas em cada banda em faxa.

Varzea do Douro (*José Garcez Pinto de Madureira, 2.º barão da*). Fidalgo da Casa Real, e proprietario. N. a 22 de março de 1836; já fallecido ha annos. Era filho do 1.º barão do mesmo titulo (V. o *artigo antecedente*). Casou em 1863 com D. Augusta Amelia Pimenta de Sousa, filha de José Antonio Marques de Sousa, e do sua mulher, D. Maria Clara Pimenta.

Varzea do Douro. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Marco de Canavezes, distr. e bisp. do Porto; 150 fog. e 673 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada a 24 k. da margem direita do rio Douro e a 19 da séde do conc. O seu territorio é habitado desde tempos remotissimos, talvez desde tempos pre-historicos, porque na margem opposta do Porto (esquerda) o a pouca distancia da extremidade meridional d'esta freguezia (que chega até á margem direita do mesmo rio) está um dolmen. A terra é fertil em todos os fructos do nosso clima; cria muito gado de toda a qualidade, é abastecida de bello peixe do Douro e do mar, que lhe vem por este rio. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Varzea Grande. Pov. na freg. de S. Pedro, de Varzea, conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Varzea do Homem. Pov. na freg. de Santa Maria, de Dardavaz, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Varzea Longa. Povoações nas freguezias: S. Miguel e conc de Penella, distr. de Coimbra. || S. João Baptista, de Pinheiro, conc de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Varzea de Meruge. Pov. e freg. do S. Thiago, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Ceia, distr. e bisp. da Guarda; 105 fog e 452 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada a 1 k. da margem direita do rio Cabral e a 9 da séde do conc. E' terra fertil em todos os generos agricolas, cria muito gado, principalmente miudo, e tem grande abundancia de caça. Foi commenda da ordem d'Aviz, e os priores, até 1834, só podiam ser freires d'aquella ordem militar. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Varzea da Ovelha. Pov. e freg. de Santo André, da prov. do Douro, conc. e com. de Marco de Canavezes, distr. e bisp. do Porto; 355 fog. e 1:484 hab. Tem escolas d'ambos os sexos. Está situada junto do rio Ovelha, a 8 k da séde do conc. A egreja matriz é muito antiga, mas não se sabe quando foi fundada, nem o nome do fundador. E' fertil em generos agricolas. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Varzea de Pedro Mouro. Pov. na freg. de S. Sebastião, do Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Varzea Pequena. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Goes, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural.

Varzea Redonda. Pov. na freg de S. João Baptista e conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Varzea da Serra. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. da Beira Alta, conc. de Tarouca, com. e bisp. de Lamego, distr. de Vizeu; 228 fog e 918 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada n'uma serra, entre regatos que fórmam a ribeira de Tarouca, a 10 k. da séde do conc. Foi villa. Nunca teve foral, antigo ou moderno, mas tinha grandes privilegios, pois era uma das 10 behetrias d'este reino. (V. *Behetrias*). E' fertil em generos agricolas. Pertence á 2.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Esta freg. foi annexada ao conc. de Lamego por decreto de 16 de junho de 1896, que supprimiu o de Tarouca, mas voltou para este, que foi restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898.

Varzea de Tavares. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu; 192 fog. e 849 hab. Tem escolas d'ambos os sexos. Dista 18 k. da séde do conc. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Varzea Travessa. Pov. na freg. de Santa Maria, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Varzeas. Pov. e freg. do Espirito Santo, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 77 fog. e 280 hab. Tem esc. do sexo fem., correio com serviço de posta rural, productores de azeite e de vinhos, fabricantes de queijo. Está situada a 2 k. da margem esquerda do rio Torto e a 11 da séde do conc. E' pov. muito antiga. Foi séde d'um antigo couto do seu nome, com juiz, vereador, procurador, etc., e teve uma companhia de ordenanças com seu capitão e alferes. Este couto era dos bispos de Lamego, e constava de 22 casaes, foreiros ao senhor do couto. A pov. é muito abundante em azeite, centeio, milho, sumagre, algum vinho, castanhas e outras fructas. Ha aqui abundantes minas de chumbo. Pertence á 2.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Povoações nas freguezias: Santa Cruz, de Alvarenga, conc. de Arouca, distr. d'Aveiro. || S. Martinho, do Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. d'Aveiro. || Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro. || S. Bartholomeu, de Esperança, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || O Salvador, de Fonte Arcada, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª da Natividade, de Luso, conc. da Mealhada, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Conceição e conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || S. Paulo de Frades, conc. e distr. de Coimbra. || Santa Maria, de Sobradello da Goma, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Martinho, de Soengas, conc. de Vieira, do mesmo distr. || O Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e distr. de Leiria. || Santa Catharina, de Villa Facaia, conc. de Pedrogão Grande, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco. || Rio do distr. de Vianna do Castello. N. ao N de Castro Laboreiro, corre para o N, divide em parte a fronteira da Galliza, e vae desaguar no rio Minho, proximo do logar de S. Gregorio, com 20 k. de curso.

Varziella. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto; 230 fog e 889 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço do posta rural. Dista 3 k. da séde do conc. E' n'esta freg. o santuario de *N. S.ª do Amparo*, ou da *Pedra Maria*. Está n'um pequeno outeiro, entre o convento benedictino de Pombeiro, e o de cruzios, de Coramós. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas, cria gado e tem caça. Pertence á 6.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Annaes conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna da Castello. || S. Thiago, do Antas, conc. do V. N de Famalicão, distr. de Braga. || O Salvador, de Arvore, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Miguel, de Bustello, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. Pedro e conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || Santa Maria, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello || S. João Baptista, de Cedrim, conc. do Sever do Vouga, distr. de Aveiro || S. Lourenço, de Golães, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, do Moz, conc. de Villa Verde, do mesmo distr || O Salvador, de Penamaior, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Salvador, de Pereira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago, de Préstimo, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Julião, de Silva, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || San-

ta Leocadia, de Tamel, do mesmo conc. e districto.

Varziellas. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Oliveira de Frades, distr. e bisp. de Vizeu; 101 fog. e 394 hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. Está situada na serra do Caramulo, a 20 k. da séde do conc. E' terra muito fertil, cria gado e tem caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. ‖ Povoações nas freguezias: S. João, de Castellões, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ S. Thiago, de Lustosa, conc. de Louzada, distr. do Porto. ‖ Santa Maria, de Sobradello de Goma, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. ‖ Santa Maria Maior e conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Varziellinha. Pov. na freg. de S. Jorge, de Varzea, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Varzina. Pov. na freg. de S. Matheus, d'Alvares, conc. de Goes, distr. de Coimbra.

Varziqueto. Pov na freg. de S. Vicente, d'Ermello, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real.

Vascão. Ribeira do distr. de Faro. N. na serra de Mú ou do Caldeirão, na parte S, corre para ENE, passa nas freguezias do Ameixial, Martim Longo e Giões, e vae desaguar no rio Guadiana, um pouco acima de Alcoutim, com 70 k de curso ‖ Pov. na freg do Salvador e conc. d'Alcoutim, distr de Faro.

Vasco (*Mestre*). Cirurgião no hospital de Todos os Santos, que exerceu este cargo, desde que elle se creou no referido hospital até 9 de julho de 1528.

Vasco da Gama V. *Gama*.

Vasco da Gama. Pov. do conc. de Salsete, no distr. e arceb. de Gôa, na India. Tem escola.

Vasco Gil Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santo Antonio, conc. e distr. do Funchal.

Vasco Neto. Pov. na freg. de S. José, de João Antão, conc. e distr. da Guarda.

Vasco Rodrigues. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Caldeireiros, conc. de Mertola, distr. de Beja.

Vascões. Pov. e freg. de S Pedro, da prov. do Minho, conc. e com. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 88 fog. e 324 hab. Tem esc. do sexo fem. Está situada a 6 k. da margem direita do rio Vez e a 5 da séde do conc. Este territorio é povoado desde os tempos prehistoricos, o que se provou pela existencia de 8 dolmens, que ha annos fôram descobertos no sitio da Lameira. Esta freg., como todas as do Alto Minho, é fertilissima em todos os generos agricolas; cria muito gado, é abundante de caça, e de peixe dos rios Côa e Minho, e do mar que lhe vem pelos mesmos rios. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Vasconcellos. A familia d'este appellido procede de Pedro Martins da Torre, filho de Martim Moniz, o illustre capitão que morreu á entrada da porta do castello de Lisboa, neto do conde D. Osorio de Cabreira, que passou a Portugal no tempo do conde D. Henrique. Teem este appellido os condes de Castello Melhor, de Figueiró, e outros morgados. São suas armas: Em campo preto tres faxas veiradas, e contraveiradas de prata e vermelho; timbre, um leão preto faxado de tres faxas das armas. Os de Castella trazem por armas um castello com as ondas d'um rio pelo pé, feitas em tres faxas de vieiras brancas e vermelhas, atravessadas no escudo, em campo negro; timbre. o mesmo leão faxado de tres faxas avieiradas. Foi seu solar a Torre de Vasconcellos no logar de Amares, na antiga provincia de Entre Douro e Minho, da qual tomaram o appellido, sendo o primeiro que se chamou assim, D. João Pires de Vasconcellos, que se encontrou na conquista de Sevilha com el rei D. Fernando o *Santo*, no anno de 1248. Os Vasconcellos de Villalobos veem de Martim Vicente de Vasconcellos, que viveu em Ceuta no tempo de D. João I, o qual, n'uma occasião muito perigosa livrou das mãos dos moiros o seu capitão o conde D. Pedro de Menezes, e o salvou no seu cavallo, e por este feito lhe concedeu o conde que pudesse usar de suas armas misturadas com as da sua linhagem dos Vasconcellos. E assim lhe deu o escudo partido, tendo á direita as armas dos Vasconcellos, e á esquerda, partido em pala, na primeira dois lobos de ouro em campo vermelho, que eram as armas dos Villalobos por parte de seu pae, e na segunda 15 escaques, 8 de ouro e 7 azues, que eram da linhagem de sua mãe, os Portocarreros

Vasconcellos (*D. Agostinho Manuel de*). Cavalleiro da ordem de Christo. e historiador. Foi um dos fidalgos portuguezes que se tornou tristemente celebre, por ter sido um dos que conspiraram contra a independencia de Portugal. logo depois de proclamada em dezembro de 1640. N. em Evora no anno de 1584, sendo filho de Ruy Mendes de Vasconcellos e D. Anna de Noronha, descendentes de nobilissimas familias. Formou-se em direito civil na Universidade de Salamanca, mas não se dedicou mais ao estudo e á jurisprudencia, e consagrou se pelo contrario ao culto da historia e da poesia. Foi sempre um grande partidario do dominio hespanhol, o que o levou á desastrosa conspiração, de que resultou o seu tragico fim, e essa adhesão manifestou-a até nos seus escriptos, que sempre compoz em linguagem castelhana. As suas obras são as seguintes: *Vida de D. Duarte de Menezes, terceiro conde de Vianna e successos notaveis de Portugal no seu tempo*, Lisboa, 1627; *Successão do sr. rei D. Filippe na corôa de Portugal*, Madrid, 1629; *Vida e acções de el-rei D. João II, decimo terceiro rei de Portugal*, Madrid, 1629; esta obra foi depois traduzida em francez, e publicada em Paris no anno de 1641. Escreveu tambem um *Discurso sobre a Casa de Bragança na occasião da vinda da princeza D. Margarida de Portugal*, em que faz altos elogios ao duque D. Theodosio, e á casa de Bragança. Por elle se vê que D. Agostinho Manuel era affeiçoado á casa ducal, depois dynastia reinante, contra a qual, comtudo, conspirou. Esta obra, que não chegou a imprimir-se, parece ser a mesma que a indicada por outros bibliographos, com este titulo: *Memorial da genealogia e privilegios da Casa de Bragança*. Mas não foi com esse discurso que D. Agostinho Manuel se mostrou affeiçoado á casa de Bragança, por que ainda depois da revolução do 1.º de dezembro, escreveu, tambem em castelhano um manifesto em defeza dos direitos de D. João IV, intitulado: *Manifesto na acclamação d'el rei D João*

IV, que se imprimiu em Lisboa, em 1641. Poucos mezes depois, comtudo, D. Agostinho Manuel, ou porque entendesse que D. João IV não recompensara a sua dedicação, ou porque suppuzesse que effectivamente o reino não podia resistir ás forças de toda a Hespanha, ou porque sentisse emfim reviver os seus antigos enthusiasmos pela causa hespanhola, adheriu facilmente á conjuração tramada pelo marquez de Villa Real e pelo arcebispo de Braga, e auxiliou-a efficazmente arrastando para a conspiração principalmente alguns christãos novos em quem tinha influencia. Descoberta a conspiração, D. Agostinho Manuel foi logo preso no Limoeiro, condemnado á morte, sendo executado a 20 de agosto de 1641 na praça do Rocio, contando apenas 57 annos de edado.

Vasconcellos *(Alexandre Eloy Pereira da Rocha)*. Coronel de infantaria. N. em Mafra a 9 de março de 1849, fal a 31 de julho de 1907. Era filho de João Eloy da Rocha e Vasconcellos e de D. Izabel Severene Pinto da Rocha e Vasconcellos. Assentou praça como voluntario no batalhão de caçadores n.º 5, a 18 d'outubro de 1867, sendo promovido a alferes graduado para o batalhão n.º 2, de caçadores da rainha por decreto de 4 de janeiro de 1871, passando no mesmo posto para o batalhão de caçadores n.º 6 por decreto de 22 de julho, e depois para o batalhão n.º 2 de caçadores da rainha, ordem do exercito n.º 25 de 29 de julho de 1872. Foi mais tarde promovido a tenente para o batalhão de caçadores n.º 9 por decreto de 11 de julho de 1876. Passou ao regimento de infantaria n.º 2, ordem do exercito n.º 19 de 25 de julho. Promovido a capitão por decreto de 31 de outubro de 1884, a major para o estado maior de infantaria por decreto do 19 de maio de 1894. Collocado no regimento de infantaria n.º 24, ordem do exercito n.º 20, de 8 de agosto. Passou depois ao regimento de caçadores n.º 1, ordem do exercito n.º 33, de 15 de dezembro, ao regimento n.º 1 de infantaria da rainha, ordem do exercito n.º 31, de 29. Promovido a tenente coronel para o regimento de infantaria n.º 19, por decreto do 16 de dezembro de 1897. Passou ao regimento de caçadores n.º 6, ordem do exercito n.º 30, de 24; ao regimento n.º 5 de caçadores, ordem do exercito n.º 2, de 21 de janeiro de 1898, e passou ao regimento de caçadores d'el rei em 1 d'outubro de 1899, ordem do exercito n.º 16. Foi promovido a coronel para o regimento de infantaria n.º 13, por decreto de 31 de janeiro de 1901; passando ao regimento n.º 5 de caçadores d'el-rei, ordem do exercito n.º 17, de 7 de setembro; ao regimento de infantaria n.º 16, ordem do exercito n.º 2 (2.ª serie) de 11 de janeiro de 1902. O coronel Eloy de Vasconcellos foi coronel effectivo do jury do exame dos capitães de infantaria, candidatos ao posto de major, por portaria de 28 de dezembro; e do jury de exames dos capitães de infantaria, candidatos ao posto de major, por portaria de 16 de janeiro de 1902, e dos candidatos ao posto de major, por portaria de 7 de janeiro de 1904. Era official da ordem de Aviz, por decreto de 1 de janeiro de 1895, commendador da mesma ordem, por decreto de 27 de julho de 1901; possuia a cruz de 2.ª classe da ordem da Aguia Vermelha da Allemanha, ordem do exercito n.º 6, de 18 de abril de 1905. Foi louvado pelo seu criterio, interesse e zelo com que se dedicara aos progressos da instrucção do exercito, ordem do exercito n.º 14, de 23 d'abril de 1906. Agraciado com a cruz de 3.ª classe do merito militar de Hespanha, disposição da 7.ª ordem do exercito n.º 4 (2.ª serie) de 9 de fevereiro de 1907. Possuia tambem a medalha de prata de comportamento exemplar. Em 8 de fevereiro de 1874 havia casado com D. Margarida Camuetre de Cerqueira.

Vasconcellos *(Alvaro Leite Pereira do Lago)*. D'este escriptor, que era no seculo XVIII thesoureiro mór da sé do Porto o abbade de Santo Ildefonso da mesma cidade, conhece-se apenas uma oração panegyrica endereçada a João d'Almada e Mello, governador das armas e das justiças do Porto, e presidente da camara da mesma cidade, impressa em 1765. Vasconcellos era socio da Arcadia Lusitana Portuense, e no volume em que vem essa oração panegyrica, veem tambem outros discursos e varias poesias, tudo socios da referida Arcadia, em louvor do mesmo João de Almada.

Vasconcellos *(André Duarte de)*. Cavalleiro professo da ordem de S. Thiago. N. em Lisboa em 1620, fal. em Santarem a 21 de setembro de 1690. Depois de ter estudado com ardor a lingua latina, deliberou seguir a carreira das armas, e distinguiu-se muito na guerra da Restauração, entre outras acções, na reconquista de Evora em 1663, sendo capitão, depois da batalha do Ameixial Passou mais tarde ao ultramar, e serviu como mestre de campo em Angola, provincia que governou durante uma ausencia do governador. Voltando ao reino, falleceu pouco depois, deixando uma obra inedita, intitulada *Exercicios militares*, que lhe foi mandada compôr por el rei D. Pedro II, a quem a dedicou.

Vasconcellos *(André de Sousa e)*. Bacharel formado em leis pela Universidade de Coimbra. Era natural do Gôa, e foi encarregado pelo senado de aquella cidade de pronunciar uma oração gratulatoria, quando o marquez de Tavora regressou victorioso da guerra do rei de Sunda. Esta obra foi impressa em Lisboa em 1755, e em 1759 foi o marquez decapitado em Belem por crime de alta traição.

Vasconcellos *(P. Antonio de)*. Jesuita e celebre escriptor; prefeito e reitor da Universidade de Evora; preposito da casa de Faro, visitador das Ilhas, etc. N. em Lisboa no anno de 1554, fal. em Evora a 12 de julho de 1622. Era filho de Bartholomeu Froes Perestrello, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher, D. Sueira de Vasconcellos. Professou na Companhia de Jesus em 1570 no collegio de Evora. Depois de estudar profundamente a lingua latina, ensinou a na Universidade de Evora, onde tambem exerceu os cargos acima citados; foi reitor da Casa Professa de Faro, dos collegios de Portalegre e do Porto. Falleceu depois d'uma longa enfermidade, de que soffreu 10 annos. A sua obra mais notavel e muito apreciada principalmente entre os estrangeiros, é a *Anacephaleoses*, resumo latino das chronicas portuguezas, escriptas em excellente estylo. Esta obra, impressa em Antuerpia em 1621, em 12 tomos e acompanhada dos retratos dos reis de Portugal, teve outra edição em Coimbra, em 1793. Escreveu ainda em latim, uma narrativa ácêrca da conquista de Portugal por Filippe II de Hespanha, tambem impressa em Antuerpia,

no mesmo anno. Em Evora publicou em portuguez, n'esse anno de 1621, o *Tratado do Anjo da Guarda, Primeira parte;* e no anno seguinte, 1622, publicou em Lisboa a 2.ª parte da mesma obra.

Vasconcellos (*Antonio Bandeira Monteiro Sa bugosa e*). E' o autor d'um folheto impresso em 1807, que encerra uma ode feita ao principe regente, que foi depois D. João VI, por occasião do nascimento do principe D. Pedro, mais tarde, D. Pedro IV, de Portugal, e D. Pedro I, imperador do Brazil. A ode é acompanhada d'algumas notas.

Vasconcellos (*Antonio Egypcio Quaresma Lopes de*). Moço fidalgo, doutor em medicina pela Universidade, e lente de prima jubilado da mesma faculdade; conselheiro, deputado em varias legislaturas, par do reino, tomando posse na respectiva camara na sessão de 23 de janeiro de 1880. N. em Condeixa em 1817, onde tambem fal. a 27 d'agosto de 1911, com 94 annos de edade. Era filho do dr. Antonio Quaresma de Carvalho. Doutorou-se a 20 de julho de 1815. Pertenceu á camara municipal de Condeixa, assumindo durante alguns annos o logar de presidente. Era casado com a sr.ª D. Emilia Eduarda Torres Quaresma.

Vasconcellos (*Antonio Garcia Ribeiro de*). Doutor e lente cathedratico em theologia pela Universidade de Coimbra, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa. N. na freg. de S. Paio, de Gramaços, districto de Coimbra, em 1 do junho de 1860, sendo filho de Seraphim Garcia Ribeiro, e de D. Maria José de Vasconcellos. Matriculou-se na referida faculdade em outubro de 1879, o concluiu a sua formatura em junho de 1884, obtendo no 1.º anno o 2.º premio, no 2.º anno o 1.º *accessit*, e nos tres annos restantes o 1.º premio e nas suas informações 17MB. Doutorou-se no dia 27 de junho de 1886, sendo mais tarde nomeado lente da sua faculdade. Actualmente é director da faculdade de letras e do Museu d'Arte, e pertence ao senado universitario. Publicou: *Evolução do culto de Dona Izabel de Aragão*, (Rainha Santa) Coimbra, 1892, 2 vols.

Vasconcellos (*Antonio Lomelino de*). Professor regio de grammatica latina, pela resolução regia de 10 de novembro de 1771. Era natural da ilha da Madeira. Consta ter sido um curioso e diligente bibliophilo. Chegou a formar uma numerosa e escolhida collecção de alguns milhares de volumes, em que se incluiam muitos de grande apreço e raridade, sendo na maior parte obras do classicos portuguezes. Esta livraria importantissima passou mais tarde ao conde da Ega, Ayres de Saldanha, o pelo sequestro a que se procedeu em 1808 aos bens d'este fidalgo, foi vendida em hasta publica a differentes compradores.

Vasconcellos (*Antonio Pedro de*). Official do nosso exercito no seculo XVIII, que serviu na guerra da successão de Hespanha. Foi sargento mór do regimento do conde da Ilha, e com este posto assistiu á batalha de Almanza, onde foi ferido, sendo depois ajudante general do exercito do Alemtejo e brigadeiro. Em 1721 foi nomeado governador da Colonia do Sacramento, quo defendeu com valor em 1736.

Vasconcellos (*Antonio Pedro Ribeiro de Sousa Almeida e*). Capitão do nosso exercito. N. na freg. de Villarôco, do districto de Vizeu, em 1793 fal. em Lisboa a 17 de março de 1882. Era filho do desembargador, o dr. João Antonio Ribeiro de Sousa Almeida e Vasconcellos (V. *adeante*), e de sua mulher, D. Anna Josepha Freire Soares de Miranda. Entrou para o Collegio Militar por uma provisão regia de D. João VI, que o dispensou do pagamento de toda e qualquer pensão, em attenção aos relevantes serviços de seu pae, não obstante não ser militar, mas pertencer á magistratura. Antonio Pedro foi premiado em diversos annos do curso e commandante do batalhão collegial. Em 1823 assentou praça em cavallaria n.º 7, sendo reconhecido cadete; tomou parte no pronunciamento realista, pelo que tres vezes emigrou para Hespanha com o marquez de Chaves, Magessi, etc., e fez toda a campanha realista até á convenção de Evora Monte, sendo n'essa data capitão, por distincção e ajudante d'ordens do general Tovar de Albuquerque. Terminada a lucta civil em 1834, abandonou inteiramente a politica, o casou em Lisboa, n'esse mesmo anno, com D. Maria José Fêo de Siqueira Coutinho, filha de José Maria Fêo de Siqueira Coutinho, escrivão do Real Erario.

Vasconcellos (*Antonio Pedro Ribeiro de Sousa Almeida e*). Mais conhecido vulgarmente por Antonio de Sousa e Vasconcellos. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, com moradia no paço, commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e da ordem pontificia de S. Gregorio Magno; professor da Academia de Bellas Artes, empregado superior da Companhia dos Caminhos de Ferro, escriptor, jornalista, etc. Era natural de Lisboa, e fal. em Oeiras a 8 de agosto do 1903. Seu pae tinha egual nome (V. o *artigo antecedente*). Entrou muito novo para a Companhia dos Caminhos de Ferro, como amanuense pela sua muita illustração e trabalho dedicado depressa conseguiu elevar se, chegando ao logar de secretario da administração, que ainda exercia quando falleceu. Foi professor de historia da arte e esthetica na Academia de Bellas Artes, e durante alguns annos commissario regio junto ao theatro de D. Maria II, hoje theatro Nacional. Collaborou em diversos jornaes de arte e litteratura. e foi director litterario e artistico do jornal *A Arte* que principiou a publicar-se em 1879. Dedicando-se tambem a escriptor dramatico, compoz o drama historico em 5 actos, *A duqueza de Caminha*, que foi premiado no concurso dramatico de 1877-1878, e representado pela primeira vez no theatro de D. Maria II, em beneficio da actriz Emilia das Neves em 10 de novembro de 1877; este drama publicou-se no Porto, em 1881. Escreveu mais os seguintes originaes, que muito agradaram, representados no Gymnasio: *A Mana do conselheiro*, 1 acto; *Uma amostra de barões*, 1 acto; *A Orphã de Aldoar*, comedia-drama em 3 actos; *Tres mulheres*, comedia-drama em 3 actos; *Inglez e francez*, em 1 acto. Sousa e Vasconcellos conservava inedito, o contava em breve imprimir quando falleceu, um livro ácerca da *Arte em Portugal*, para o que tinha colligido desde alguns annos interessantissimos apontamentos. Casou em Lisboa com D. Izabel Maria da Costa Freire, filha de Ceslau da Costa Freire, official do antigo senado da camara de Lisboa, cavalleiro da ordem de Christo e da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa.

Vasconcellos *(Augusto).* V. *Vasconcellos Correia (Augusto Cesar de Almeida).*

Vasconcellos *(Augusto Cesar de).* Official do corpo do estado maior. N. no Porto em 1821, sendo filho de Frederico Pinto Pereira de Vasconcellos. Estudou na Universidade de Coimbra, formando-se em mathematica, e tendo assentado praça em 1838, foi em novembro de 1844 despachado alferes para o regimento de infantaria n.º 8. Estava frequentando a Escola do Exercito, quando em 1840, na occasião em que se receou um rompimento entre o nosso governo e o do paiz visinho por causa da navegação do rio Douro, se adoptaram varias providencias militares, e sendo então mandado servir no estado maior do exercito de observação que n'essa epoca se formou, regressou depois á Escola do Exercito e concluiu em 1842 o curso de estado maior, tendo alcançado o 1.º premio em todas as cadeiras, menos uma em que obteve um premio honorifico. Promovido em 1843 para o estado maior, foi em junho de 1845 nomeado lente substituto da Escola do Exercito, e pedindo a exoneração em março de 1849, voltou a servir no mesmo estabelecimento commissionado em novembro do mesmo anno. No exercicio d'esse logar que desempenhou até março de 1854, deu manifestas provas dos seus conhecimentos especiaes como official do estado maior, merecendo subidos elogios pelo modo como dirigiu os trabalhos de reconhecimentos militares executados pelos alumnos da escola nas ferias de 1853 e 1854. Esses trabalhos que tiveram por objecto as linhas e posições de Torres Vedras, acham se devidamente archivados na bibliotheca da Escola do Exercito. Nomeado em 1856 chefe de secção do commando em chefe, serviu n'essa repartição até ella ser extincta em 1859, e passando então a sub-chefe da 3.ª repartição da secretaria da guerra, ahi se conservou até 1862, sendo no intervallo incumbido de algumas commissões importantes. Em maio de 1862 foi nomeado chefe do estado maior da 4.ª divisão militar, cujo quartel general era em Braga, e rebentando n'essa cidade o movimento de 15 de setembro d'esse anno, o major Vasconcellos caiu victima da sua dedicação assassinado barbaramente por um bando de soldados indisciplinados, que não obedeciam a nenhuma ideia generosa. Dentro em poucos a revolta acabou, mas infelizmente nos poucos instantes que teve de existencia, tirou a vida a um dos mais distinctos officiaes do nosso corpo do estado maior, e a um dos mais prestantes membros do nosso exercito. Por iniciativa do general barão do Wiederhold, saiu posthumo um escripto do major Vasconcellos, com o titulo de: *Memoria sobre o corpo do estado maior do exercito portuguez offerecida em 1857 a S. M. el-rei o senhor D. Pedro V.*

Vasconcellos *(P. Bartholomeu de).* Jesuita. N. em Lisboa, e fal. na segunda metade do seculo XVIII. Era filho do poeta Troilo de Vasconcellos da Cunha. Professou no noviciado de Lisboa em 1692; foi mestre de humanidades e sciencias escolasticas nos collegios de Evora e de Coimbra, e de controversia no seminario dos irlandezes. Tendo adquirido bastante reputação, foi um dos primeiros 50 academicos da Academia Real da Historia Portugueza, instituida por D. João V em 1720, e encarregado de escrever em latim as *Memorias ecclesiasticas do bispado de Miranda.* Não chegou, porém, a escrevel as, e apenas publicou as *Contas dos seus estudos academicos.* Foi confessor do 1.º patriarcha de Lisboa, D Thomaz d'Almeida.

Vasconcellos *(Bernardo de).* Coronel de infantaria e governador da Torre de Outão. Era filho do 3.º conde de Castello Melhor, e fal. em 30 de março de 1719.

Vasconcellos *(Carolina Wilhelma Michaelis de).* Illustre escriptora berlinense nascida em 15 de março de 1851, filha do dr. Gustavo Michaelis, lente da universidade, que se occupava especialmente de problemas de tachygraphia (systema Stolze) ortographia e phonetica, e de Henrietto Lobeck. Frequentou dos 7 aos 16 annos a Escola superior municipal do sexo feminino (Hohore Tochterschule), então regida pelo eminente philologo Eduardo Matzner. Guiada por Carlos Goldbeck, o mais distincto professor d'esse instituto, estudou de 1865 em deante, como autodidacta, linguas e litteraturas romanicas, classicas, eslavas, semiticas. Ainda então, as universidades não estavam abertas ao sexo feminino. De 1872 em deante até sair da patria, serviu o Estado e a municipalidade como interprete official ajuramentada em assumptos peninsulares, tanto civis como criminaes e politicos. Collaborou nas melhores revistas romanicas e nas Encyclopedias de Brockhaus e Meyer, e esteve em correspondencia com os mais illustres philologos como Ascoli, Gaston Paris, Schuchardt, Mussafia, sem exclusão do fundador e mestre dos estudos das linguas romanicas Frederico Diez. Por occasião da questão do *Fausto*, D. Carolina Michaelis entrou em relações litterarias com os srs. dr. Theophilo Braga, dr. Adolpho Coelho e Joaquim de Vasconcellos. Graças á *Bibliographia critica de historia e litteratura*, o commercio epistolar com este ultimo escriptor desenvolveu se, e foi essa a origem do seu casamento com D. Carolina Michaelis; que em 1876 veiu residir para o Porto. Desde então, dedicou o melhor da sua actividade á investigação da lingua e litteratura do folklore e da civilisação de Portugal, especialmente no seu periodo archaico E tem n'o feito com tal competencia, com tanto escrupulo, com tanto amor ás cousas da sua terra adoptiva que, a todo aquelle que em Portugal se serve d'uma penna, o seu nome impõe se com respeito, com estima, com gratidão. E' socia honoraria de varias sociedades scientificas, como por exemplo da das linguas vivas de Berlim (desde 1877) e do Instituto de Coimbra (desde 1900), sem falar d'outras de duração ephemera. Em 1893 teve a honra de ser nomeada doutora em philosophia pela universidade de Freiburg, ultima residencia do grande humanista Erasmo. Em 1901, o governo portuguez, querendo premiar os trabalhos d'esta infatigavel operaria das letras, concedeu-lhe o officialato da ordem de S. Thiago. Em 1911 foi eleita socia da Academia das Sciencias de Lisboa, e pouco depois nomeada lente da Universidade de Coimbra; As suas obras principaes são as seguintes: *Erlauterumgen zu Herder's Cid*, Leipzig, 1868; *Romancero del Cid*, Leipzig, 1870; *Tres flores del Teatro Antiguo Español*, Leipzig, 1876; *Studien zur romanischen Wortschopfung*, Leipzig, 1876; *Pratica de tres pastores*, Braunschweig, 1881; *Versuch uber den Ritterromen Palmeirim de Inglaterra*,

Halle, 188?; *Studien zur hispanischen Wortdentung*, Milão, 1885; *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, Halle, 1885; *Der Portugiesische infinitiv*, Erlaugen, 1891; *Romanzenstudien*, Halle, 1890; *Geschichte der portugiesischen Litteratur*, Strassburg, 1893; *Fragmentos etymologicos*, Porto, 1894; *Randglossen zum altportugiesischen Liederbuch*, Halle, 15 fasciculos, 1896 a 1905; *Wilhelm Storck, Vida e Obras de Luiz de Camões*, Lisboa, 1897; *La Tragedia de Reina Izabel*, Madrid, 1898; *A Infanta D. Maria e as suas damas*, Porto, 1902; *Pedro de Andrade Caminha*, Paris, 1901; *O Cancioneiro da Ajuda*, 1904, vol. I. Textos com resumos em allemão, notas e eschemas metricos, I vol., 8.º gr.; vol. II. Investigações bibliographicas, biographicas e historico litterarios, 8.º gr. No *Occidente*, de 20 de junho de 1912, acha-se publicada uma minuciosa bibliographia da sr.ª D. Carolina Michaelis de Vasconcellos, colligida pelo sr. Alvaro Neves. Tambem no mesmo numero está publicado o retrato da illustre senhora.

Vasconcellos *(Cypriano de Figueiredo e)*. Celebre patriota, a cuja energia se deve a heroica resistencia que a ilha Terceira oppôz ás armas de Filippe II de Hespanha, mantendo intemerata a bandeira de D. Antonio, prior do Crato. N. em Alcochete, sendo filho de Sebastião Gomes de Figueiredo e de D. Antonia de Vasconcellos. Era da casa dos condes de Vimioso, muito dedicado partidario do prior do Crato, e este, por conseguinte, logo que assumiu o titulo e a autoridade de rei de Portugal, mandou o como regedor para a ilha Terceira Foi uma feliz nomeação, tanto mais que D. Filippe II descuidou-se, e não deu attenção á opinião de D. Antonio de Castro e de outros fidalgos portuguezes, que tinham seguido o seu partido e aconselhavam o marquez de Santa Cruz e o duque de Medina Sidonia que enviassem algum navio á ilha Terceira, e a segurassem, porque podia ser um baluarte para a resistencia patriotica. Quando Filippe II foi proclamado na ilha de S. Miguel, já não era tempo. Cypriano de Figueiredo mantinha a ilha Terceira com energia no dominio de D. Antonio, auxiliavam n'o os frades franciscanos, e tão enthusiasmados estavam os habitantes da ilha pela causa do prior do Crato, que saiu caro aos padres jesuitas o quererem oppôr-se á corrente. D. Filippe II nomeou Ambrosio de Aguiar para governador da ilha Terceira e Jorge Correia para corregedor. Tentaram elles desembarcar na ilha, mas fôram logo presos, e Cypriano de Figueiredo teve immenso trabalho para os livrar da furia dos habitantes. D. Pedro Valdez tentou tomar a ilha com uma pequena esquadra, e desembarcou forças relativamente importantes. Marchou contra ellas Cypriano de Figueiredo, o qual usando do estratagema que ficou celebre de arrojar contra ellas manadas de vaccas bravas, que lançaram a perturbação nas suas fileiras, as quaes fôram depois postas em debandada pelos valentes açorianos, conseguiu destroçar os inimigos, e obrigar os hespanhoes a uma precipitada fuga. D. Antonio teve porém a má inspiração de mandar governar a ilha Manuel da Silva, que fez conde de Torres Vedras. Diz Camillo Castello Branco que D. Antonio não foi ingrato com Cypriano de Figueiredo, pois que o conservou como corregedor, dando a Manuel da Silva o cargo de governador; mas, como governador e corregedor é que Cypriano de Figueiredo fizera a maravilha de susteutar a Terceira contra os hespanhoes. Tirar-lhe a direcção suprema da defeza era um erro capital. Quando D. Antonio, que estivera algum tempo n'aquella ilha, partiu para França depois da perda da esquadra de Strozzi, levou comsigo Cypriano de Figueiredo e Vasconcellos, a quem fez conde de S. Sebastião, em memoria do destroço de Pedro Valdez, que fôra effectivamente batido junto da pequena villa de S. Sebastião. Cypriano de Vasconcellos viu morrer D. Antonio, e entrou ao serviço da França Foi a Italia em 1601 para levar ao grão duque da Toscana uma carta de Maria de Medicis, e voltando para França, foi residir ao pé de Lagnay, n'um sitio chamado *Fontanier*, onde morreu depois de ter entrado n'uma campanha, em que recebeu umas poucas de feridas. A Cypriano de Figueiredo se attribue um livro intitulado *Resposta que os tres Estados do reino de Portugal, a saber: Nobreza, Clerezia e Povo mandaram a D. João de Castro sobre um discurso que lhes dirigiu sobre a vinda e apparecimento d'el rei D. Sebastião* Este livro, publicado em 1603, é com toda a probabilidade de Cypriano de Figueiredo, não só porque o ex corregedor da Terceira esteve frequentes vezes em conflicto com D. João de Castro, como se sabe pela apologia que lhe escreveu a favor de D. Antonio contra D. João de Castro, quando este tomou o partido da duqueza de Bragança, mas tambem porque até n'esse livro veiu transcripta a carta que o mesmo Cypriano de Figueiredo escreveu a D. Filippe II para lhe explicar os motivos que o fizeram seguir a causa de D. Antonio e ainda por muitas outras suspeitas, que dão a este facto o caracter de evidencia.

Vasconcellos *(Diogo Mendes)*. Celebre latinista. N. em Alter do Chão em 1 de maio de 1523, fal. em Evora a 24 de dezembro de 1599 Era filho de Gonçalo Mendes de Vasconcellos, e sobrinho do bispo de Vizeu, D. Gonçalo Pinheiro, que dirigiu a sua educação até 1537, anno em que teve de sair para França como embaixador de D. João III. Como, porém, visse que teria de se demorar, mandou ir para ali o sobrinho, e fê-l-o entrar no collegio de Bordeus, de que era reitor André de Gouveia. Foi depois estudar jurisprudencia na Universidade de Tolosa, vindo em 1543 concluir os seus estudos a Coimbra, onde se doutorou em ambos os direitos Ainda tornou a França a completar a sua esmeradissima educação nas universidades de Orléans e de Paris Tendo adquirido assim grandissima reputação de sciencia, teve a honra de ser escolhido por D. João III para ser um dos seus embaixadores no concilio de Trento. Tendo-se interrompido e concilio pouco depois da sua chegada, fez uma viagem a Italia, e tornando a Portugal, recebeu um canonicato em Evora, e foi nomeado inquisidor d'essa mesma cidade pelo cardeal D. Henrique, inquisidor-mór, cargo que mostrava que, se adquirira sciencia nas universidades estrangeiras, não levantára comtudo bastante o seu espirito á altura de elevadissimos deveres que impõe ás consciencias um alto grau de cultura intellectual. Deixou de ser inquisidor em 1573, e conservou-se em Evora, onde annos mais tarde veiu a fallecer. E' longa a lista das suas obras, porque demais a mais escreveu em variados ge-

neros, sendo emulo de André de Rezende em assumptos archeologicos, como o provam os scholios latinos que compôz á famigerada obra de André de Rezende sobre as antiguidades lusitanas, e os commentarios do municipio de Evora tambem em latim, obras que sairam juntamente com o livro de Rezende e com uma autobiographia de Diogo Mendes de Vasconcellos escripta em latim nas edições de Colonia de 1600, e de Francfort de 1603 e de 1608. Em 1591 imprimiu em Evora a *Vida de D. Gonçalo Pinheiro*, em latim, que se reimprimiu em Roma no anno de 1597, e em Francfort no de 1608; e em 1593 imprimiu tambem em Evora a *Vida de André de Rezende*, em latim, que se reimprimiu em Colonia em 1600. Escreveu egualmente a *Vida de Miguel Cabedo*, impressa em Roma, 1597, e reimpressa em Francfort em 1608. Na *Bibliotheca Lusitana* de Barbosa Machado veem mencionadas muitas das suas obras, todas em latim; as unicas que publicou em portuguez fôram uns *Discursos da agricultura*, e uma *Oração do Padre Nosso e da Ave Maria*, não só em verso portuguez, mas tambem em verso latino.

Vasconcellos (*Ernesto Julio de Carvalho*). Capitão de mar e guerra, engenheiro hydrographo, professor da Escola Naval, socio da Sociedade de Geographia, de que foi secretario, jornalista, etc. N. a 17 de setembro de 1852; assentou praça em 5 de fevereiro de 1864, sendo promovido a guarda-marinha em 20 de outubro de 1871; a 2.º tenente em 11 de abril de 1878; a 1.º tenente em 11 de dezembro de 1881, a capitão tenente em 2 de julho de 1891, a capitão de fragata em 28 de março de 1910, sendo actualmente capitão de mar e guerra. Foi secretario da commissão de Cartographia. Como official da armada obteve Ernesto de Vasconcellos permissão para estudar o curso de engenheiro hydrographo, que completou tendo depois praticado nos observatorios astronomico e meteorologico, e tomado parte no levantamento da Carta da Barra de Lisboa e do rio Guadiana. Pelos seus trabalhos geographicos foi chamado a fazer parte da commissão de Cartographia, onde deu notavel impulso á publicação e elaboração dos mappas das nossas provincias de Africa, nomeadamente as de Cabo Verde e S. Thomé e Principe, podendo dizer-se que, para estas duas colonias, representou o mesmo papel que o marquez de Sá da Bandeira, ao elaborar o unico mappa d'Angola de que por muitos annos se serviu a nossa administração. Concluidas estas cartas, voltou para Angola, elaborando, com mais dois outros funccionarios da commissão, a carta de Angola contendo indicações de producção e salubridade o que lhe valeu, estando em Londres, uma polemica interessante com John Cole, o *map curator* da Sociedade de Geographia de Londres. Pouco depois, na sua qualidade de hydrographo, a sua paixão pelos estudos da electricidade e o facto de ser um dos fundadores da Sociedade Internacional dos electricistas de Paris, levou-o a acceitar o espinhoso cargo de engenheiro representante do governo portuguez para a construcção e lançamento dos cabos submarinos desde Cadiz até ao Cabo da Boa Esperança tocando em todas as colonias portuguezas. Foi o primeiro official da nossa armada que tomou parte em operações de oceanographia, sobretudo no estudo do perfil hydrographico entre a foz do Gambia e a Praia do Cabo Verde em que se realisaram sondagens com 4:000 metros de profundidade. Pelo serviço que prestou n'esta commissão que durou anno e meio, foi excepcionalmente elogiado pela empresa concessionaria e pelo governo portuguez, e o seu relatorio foi devidamente apreciado Desde essa epoca tem desempenhado importantissimas commissões em Portugal e no estrangeiro, onde representou officialmente o paiz nos congressos geographicos de Berne, Londres e Berlim, tomando parte nos trabalhos de diversas secções, em que sempre procurou e conseguiu levantar o nome portuguez. Tratando se de regular a fronteira das aguas jurisdiccionaes, na foz do Guadiana, foi nomeado commissario do governo portuguez para tratar com os delegados hespanhoes. A questão das fronteiras de Timor dera origem a varios differendos com a Hollanda, e foi tambem Ernesto de Vasconcellos que, com o almirante Hermenegildo Capello, conseguiu alcançar as maiores vantagens para a nossa causa, e fazer uma convenção que em 1907 ia ser presente ao parlamento Tendo a Inglaterra e Portugal concordado em submetter á arbitragem do rei de Italia a questão da fronteira de Baroce, havia já Ernesto de Vasconcellos, como chefe da secção do ministerio do ultramar, que trata dos negocios consulares e diplomaticos, elaborado uma notavel memoria em defeza dos nossos direitos, e que foi mandada imprimir pelo sr. conselheiro Teixeira de Sousa, sendo ministro da marinha. Esse mesmo ministro mandou então a Londres uma missão presidida pelo almirante Capello, e de que fazia parte Ernesto de Vasconcellos, para tratar com os delegados do governo britannico da elaboração do compromisso arbitral. O papel, que ahi representou, foi proeminente o d'um fino tacto diplomatico, conseguindo que a redacção do compromisso fôsse o mais favoravel aos interesses portuguezes. A orientação que depois d'isso deu ao processo adoptado para a nossa defeza perante o arbitro, denuncia uma rara habilidade diplomatica e em tão pouco tempo, o seu plano, posto em pratica, quer em Lisboa quer em Angola, deu um optimo resultado, porque em face das memorias que, com outro collaborador, teve de escrever, para sustentar os nossos direitos, o arbitro deu razão completa ás nossas reclamações, conquistando-se para a provincia de Angola uma area territorial de $^1/_4$ da area total da provincia. Os serviços que tem prestado á Sociedade de Geographia são tambem de grande valor. Além dos muitos e notaveis melhoramentos que tem ali introduzido pela sua perseverante acção, a elle se deve a exposição de Cartographia e a exposição Colonial, realisada em janeiro do anno de 1907, de que a primeira foi uma verdadeira revelação pelos documentos historicos que foi desencantar nos archivos. Os seus trabalhos sobre colonias e sobre geographia o tornaram conhecido no estrangeiro, e o dr. Mill convidou-o para collaborar na grande obra a *Nova Geographia Internacional*, e a *Encyclopedia Britannica* pediu lhe tambem a sua collaboração por parte de Portugal e colonias. O mesmo fez a casa Larousse de Paris. O sr. Ernesto de Vasconcellos pugnou muito pela fundação da Escola Colonial, que foi uma das medidas de maior alcance, decretadas pelos ultimos governos monarchicos, on-

de o distincto official de marinha, ainda hoje é professor, regendo a 1.ª cadeira *Geographia Colonial*. O sr. Ernesto de Vasconcellos foi secretario geral do Congresso da Sociedade de Geographia, em 1901. Tem a carta de conselheiro do regimen deposto, a commenda e officialato das hoje extinctas ordens de S. Thiago e de S. Bento d'Aviz; é cavalleiro de 2.ª classe da ordem Real da Corôa da Prussia, e possue a medalha de prata de comportamento exemplar.

Vasconcellos *(D. Francisco de)*. Padre jesuita e bispo de Cochim, elevado cargo para que foi nomeado em 1721. No anno de 1742 foi convidado a fazer parte da junta que ficou governando a India depois da morte do marquez de Louriçal Falleceu em Gôa a 29 de março do anno de 1743.

Vasconcellos *(Francisco Augusto Florindo de Mouta e)*. Funccionario publico, deputado, escriptor, etc. N. em 2 de janeiro de 1836. Encetou a sua carreira publica alcançando, por concurso, em novembro do 1854, o logar de amanuense de 2.ª classe no ministerio das obras publicas, e pela sua dedicação ao trabalho e muito merecimento, foi em 1858 despachado amanuense de 1.ª classe. Depois foi nomeado para fazer parte do pessoal da commissão portugueza na exposição internacional de Londres, em 1862, e na de Paris em 1867, onde redigiu um bem elaborado catalogo da secção portugueza, e teve a honra de ser adjunto do grande jury internacional. Na exposição do Porto, em 1865, desempenhou as funcções de jurado e membro da commissão de exame, juntamente com o distincto estadista João d'Andrade Corvo e com o professor José Horta. Depois d'estes notaveis serviços subiu a 1.º official em 1873, sendo no anno seguinte, 1874, nomeado chefe da repartição de estatistica, onde deixou bastantes vestigios da sua passagem, tendo em 1878 transferencia para a repartição do commercio e industria. A sua actividade logo ali se evidenciou, publicando o *Annuario Estatistico*, que veiu preencher uma notavel lacuna, e que entre muitos testemunhos de apreço, lhe trouxe o d'uma honrosa carta do celebre economista Mauricio Block; pouco depois dava ainda uma nova prova de amor ao trabalho util e proficuo, organisando o *Censo* geral da população do paiz, cuja revisão não fôra mais attendida desde 1864. Tambem prestou valiosa cooperação na refundição do regulamento geral dos correios, telegraphos e pharoes, que lhe trouxeram as mais subidas affirmações de consideração da parte d'um ministro seu adversario politico, e depois o monumental trabalho do inquerito industrial, de cuja commissão foi membro e secretario zeloso, sendo por elle redigidos e coordenados todos os documentos preparatorios, e tendo sabido arcar com o trabalho herculeo de fazer imprimir, corrigir e coordenar todos os resultados d'essa importante operação do inquerito, tendo ainda além d'isso desempenhado notorio papel na commissão da exposição retrospectiva da arte ornamental, verificada em 1882. Entrando na politica militante, filiado no partido regenerador, foi eleito deputado em 1874, pelo circulo de Figueiró dos Vinhos, e nas legislaturas de 1875 e de 1878 foi na camara o 2.º secretario, e depois 1.º, logar que exerceu sob a presidencia do duque d'Avila; e ao lado do visconde de Soares Franco, 1.º secretario da camara dos pares, na sessão solemne das côrtes celebradas para o juramento do principe real D. Carlos, mais tarde rei D. Carlos I. Na legislatura immediata foi eleito deputado pelo circulo de Abrantes. Mouta e Vasconcellos publicou em alguns jornaes diversos artigos em que affirmava os seus profundos conhecimentos em sciencias economicas. Foi nomeado para fundar o primeiro banco de credito agricola e industrial, em virtude da lei de 1867. Era agraciado com o habito de Christo, a gran-cruz da Izabel a Catholica e a commenda de Carlos III, ambas de Hespanha, e com a do Leão Neerlandez, dos Paizes Baixos.

Vasconcellos *(Francisco Botelho de Moraes e)*. Poeta natural de Moncorvo, onde nasceu em 1670, e fal. em Salamanca em 1747. Sendo muito novo ainda foi viver para Hespanha na companhia de um tio, e a viveza do seu espirito e os conhecimentos, que rapidamente adquiriu, conquistaram-lhe a estima e protecção de alguns grandes de Hespanha, entre os quaes se contavam o duque d'Alba, duque dos Arcos e o almirante Cabrera. Rebentando a guerra da successão n'aquelle paiz, Francisco Botelho viu se obrigado a regressar a Portugal, sob pena de se desnacionalisar. Foi muito bem acolhido em Portugal, onde já era bastante conhecido pelo seu poema *O Affonso*, e onde tinha parentes de alta jerarchia, principalmente em Traz os-Montes. Quando em 1711 o marquez de Abrantes foi como embaixador a Roma, escolheu para seu secretario Francisco Botelho, que n'essa cidade foi estimadissimo pelo seu engenho, e sobretudo pelo seu fino e ás vezes mordente espirito. Tendo recebido a noticia da morte do pae, voltou á sua terra para receber a herança paterna, e entregou se então a rever e corrigir os seus poemas mais notaveis. Farto de viver nas serranias de Traz-os-Montes, mas não querendo afastar-se muito das suas terras e propriedades, foi residir para Salamanca, e ali se conservou até fallecer. Os trabalhos d'este poeta tão applaudido no seu tempo, são os seguintes: *El Nuevo mundo, poema heroico, com as allegorias de D. Pedro de Castro, cavalleiro andaluz*, Barcelona, 1701; consta de 10 cantos, sendo o assumpto o descobrimento da America por Christovão Colombo; *El Alfonso del cavallero Don Francisco Botello de Moraes y Vasconcellos, dedicada a la Majestad de Don Juan el V rey de Portugal*, etc., Paris, 1711; e a 2.ª edição foi feita em Salamanca em 1731, com o titulo *El Alfonso, de la fundacion del reyno de Portugal, assegurada y perfecta en la conquista de Lysboa; poema epico; dirigele su author a la presencia de la serenissima Dona Maria, princeza de las Asturias*, etc.; a 3.ª tambem foi feita em Salamanca, em 1737; tem o titulo egual ao da 2.ª, mas traz no fim uma satyra em latim, que não vem nas outras edições; o poema que na 1.ª edição constava de 12 cantos, ficou depois reduzido a 10, havendo egualmente outras alterações notaveis, que fazem com que as tres edições defiram consideravelmente umas das outras. Parece que ainda houve outra, feita em Luca em 1716, mas que ficou incompleta. Ainda escreveu mais: *Historia de las cuevas de Salamanca*, Salamanca, 1734. Escreveu ainda o *Panegyrico historial da familia ae Sousa*, varias poesias latinas em louvor do reis e de santos, etc. Depois da sua morte, publicou se em Lisboa,

1752, escripto em portuguez: *Discurso politico, historico e critico, que em fórma de carta escreveu a certo amigo, passando d'este reino para o de Hespanha sobre alguns abusos que notou em Portugal.*

Vasconcellos *(Francisco do Carvalhal e)*. Fidalgo da Casa dos duques de Bragança; viajou muito no estrangeiro e teve uma vida aventurosa, que narrou n'uma obra, que infelizmente ficou manuscripta, que elle dedicou a D. João IV, no tempo em que este era ainda duque de Barcellos, e que se intitula *Primeira y segunda parte de los trabajos y peregrinaciones de Fenicio.*

Vasconcellos *(Francisco Luiz de)*. Cavalleiro da ordem de Christo, governador na ilha de S. Miguel, poeta apreciado, etc. Viveu no seculo XVII, sendo filho de Luiz Mendes de Vasconcellos. Recebeu uma esmerada educação, e foi um dos poetas e prosadores festejados no seu tempo, mas cujas obras ficaram ineditas. A unica obra que publicou foi um *Epitome da vida de D. Francisco de Portugal*, que saiu no principio da edição de 1652 da *Arte de galanteria* d'esto fidalgo. Os versos e as cartas não se chegaram a imprimir.

Vasconcellos *(Francisco Mendes de)*. Um dos poetas do *Canccioneiro* de Garcia de Rezende; viveu na côrte de D. Manuel, e as suas poesias figuram na edição de 1516 do *Cancioneiro*, a fol. 197.

Vasconcellos *(Joanne Mendes de)*. Illustre general do tempo da Restauração. N. em Evora, sendo filho do escriptor Luiz Mendes de Vasconcellos, que tambem exerceu o cargo de capitão mór das naus da India. Seguindo a carreira das armas, foi em 1625 na esquadra que tinha por fim recuperar a Bahia tomada pelos hollandezes, e depois de se distinguir n'uma facção militar, deixou-se ficar no Brazil, onde militou por espaço de 15 annos, e onde estava commandando um dos dois terços ou regimentos da guarnição da Bahia, quando chegou no começo de 1641 a noticia da restauração de Portugal no dia 1 de dezembro do 1640. Dizem alguns escriptores que Joanne Mendes de Vasconcellos obrigou de espada em punho o marquez de Montalvão, vice rei do Brazil, a reconhecer a nova ordem de cousas. E' este ainda um ecco das calumnias urdidas principalmente pelos jesuitas contra o infeliz vice-rei. O que é certo e incontestavel é que a acclamação de D. João IV foi feita na Bahia pacificamente e sem effusão de sangue, e com unanime enthusiasmo, o que não succederia decerto se Joanne Mendes de Vasconcellos tivesse sido obrigado a empregar a força, e para o provar basta que lembremos que, se Joanne Mendes de Vasconcellos commandava um dos terços da guarnição da Bahia, o outro era commandado por D. Fernando de Mascarenhas, filho do proprio vice rei. Vendo, porém, Joanne Mendes de Vasconcellos que se lhe abria na Europa um campo mais vasto á sua actividade e aos seus talentos militares, partiu para Lisboa, onde chegou precedido effectivamente de grande reputação, tanto assim que, deliberando D. João IV, em 164', passar ao Alemtejo, e formando para isso um luzido exercito de que foi nomeado commandante debaixo das ordens immediatas d'el rei o conde d'Obidos, foi Joanne Mendes de Vasconcellos escolhido para seu mestre de campo general. Eram estes dois generaes que tinham a responsabilidade da campanha, cujas glorias ficariam decerto para el-rei, se ella fôsse victoriosa. O exercito invadiu a Extremadura hespanhola, ficando D. João IV prudentemente em Evora, tomou Valverde, e pôz cêrco a Badajoz, mas logo, tanto o conde d'Obidos como o seu chefe de estado maior perceberam que não tinham forças bastantes para facção de tanta importancia, e depois de reunido o conselho, levantaram o cêrco. O rei indignou-se, cá de longe, com tão frouxo procedimento, e sempre de Evora deu a demissão ao conde d'Obidos e a Joanne Mendes de Vasconcellos, e ordenou que se recolhessem a Lisboa presos em suas casas. Mas não tardaram a ser vingados os dois generaes, porque o seu successor na direcção das operações militares, Mathias d'Alhuquerque, entendeu, como elles, que não podia cercar Badajoz, e el rei não se atreveu a demittil-o nem a prendel-o, e viu se portanto obrigado a soltar os seus antecessores. Fez mais alguma cousa ainda, nomeou Joanne Mendes de Vasconcellos membro do conselho de guerra, e Joanne Mendes, apezar dos seus grandes talentos, contribuia tanto quanto possivel para perturbar as operações, e contrariar os generaes que as dirigiam. Ao conde de Castello Melhor levantou elle toda a casta de difficuldades, e finalmente, indo servir no Alemtejo debaixo das ordens d'este general, tão impertinente se tornou que o conde demittiu-se, e foi Joanne Mendes de Vasconcellos que ficou á frente do exercito. Sempre descontente, sempre intrigando contra os seus superiores, tornava difficil a qualquer general o commando do Alemtejo. Isto dava em resultado tambem que Joanne Mendes de Vasconcellos não podia facilmente commandar em chefe, porque, a sua nomeação creava descontentamentos. Logo n'esse anno começaram a ferver as discordias no exercito de D. João IV, que não pôde conseguir que Martim Affonso de Mello assumisse o commando, e teve de pedir a Mathias d'Alhuquerque, feito por elle conde d'Alegrete, que voltasse a commandar aquelle exercito, ao que elle não accedeu senão com a condição expressa de que seria Joanne Mendes de Vasconcellos demittido do posto que exercia de mestre de campo general. Comtudo, Joanne Mendes de Vasconcellos conseguiu evitar essa demissão, escrevendo ao conde d'Alegrete uma carta extremamente melliflua. O conde não tardou a arrepender-se da sua condescendencia. Foi á opposição que Joanne Mendes de Vasconcellos fez aos planos do conde d'Alegrete, que se póde attribuir o ter ficado indecisa a batalha de Telena, que podia ter sido uma victoria. O transtorno que o seu conselho causou não compensou a bravura inexcedivel que mostrou na batalha. Este resultado desgostou profundamente o conde de Alegrete, que bem viu que não podia continuar a exercer um commando, em que era constantemente contrariado por Joanne Mendes de Vasconcellos, a quem se azedava a indole naturalmente opposicionista que tinha com o desgosto motivado pela injustiça de lhe não terem dado nunca, senão interinamente, o commando em chefe. Foi o que mais uma vez lhe aconteceu Tendo o conde de Alegrete pedido a demissão, ficou Joanne Mendes de Vasconcellos commandando inte-

rinamente até ser nomeado general em chefe Martim Affonso de Mello, e Joanne Mendes de Vasconcellos voltou a ser mestre de campo general, e a ter com Martim Affonso de Mello, que fôra feito conde de S. Lourenço, as mesmas contendas e os mesmos debates que tivera com os condes d'Alegrete e de Castello Melhor. D'esta vez, porém, chegou ao excesso de partir d'Elvas para Lisboa sem licença, e sem ter dado satisfação alguma ao seu general. Contava com um certo valimento que tivera outr'ora na côrte, mas que a sua indole irrequieta lhe fizera perder. O certo é que, apenas chegou a Lisboa, foi logo preso por ordem d'el rei e mettido na Torre Velha. Quando o soltaram, desligou-se do serviço activo, e foi descançar para uma quinta que possuia em Traz os-Montes, mas tinha a nostalgia das batalhas, e quando soube em 1649 que os hespanhoes se estavam assenhoreando de Chaves, não lhe permittiu o animo que ficasse impassivel, e correu em soccorro da praça, que salvou. Foi o bastante para de novo se lembrarem d'elle na côrte, onde continuaram a ser muito considerados os seus talentos militares, e Joanne Mendes de Vasconcellos foi nomeado, em substituição do conde d'Athouguia, general em chefe do exercito de Traz-os-Montes. Era como que uma rehabilitação, mas esse insignificante commando em chefe não resgatava de modo algum o desgosto que Joanne Mendes de Vasconcellos sentia por não desempenhar o principal papel no theatro importante da guerra, que era o Alemtejo. Depois da morte de D. João IV recebeu emfim Joanne Mendes de Vasconcellos esse commando que tanto ambicionava. As luctas entre os condes de Soure e de S. Lourenço e entre os partidos que os apoiavam, e que eram quasi de egual força, fizeram com que essas influencias oppostas se neutralisassem e d'ali resultou escolher se um general, cujo talento era reconhecidissimo, que não pertencia a partido algum, porque a todos criticava, e que, se tinha muitas inimizades no exercito, não as tinha, porque não tinha tambem amizades, no mundo politico. Joanne Mendes de Vasconcellos foi pois nomeado commandante em chefe do exercito do Alemtejo no outono de 1657. A situação era difficil, em primeiro logar porque as luctas politicas tinham paralysado e embaraçado a acção militar, em segundo logar, porque os hespanhoes, vendo Portugal a braços com as difficuldades d'uma regencia, entenderam que era occasião propicia para tomarem a desforra, e redobraram de esforços. De tudo isto resultára para nós um desastre serio, como fôra a perda de Olivença. Quando Joanne Mendes de Vasconcellos chegou a Elvas, nada se fizera para reparar a vergonha das nossas armas. Tomando logo rapidamente as suas disposições, e determinando aproveitar a repugnancia que os hespanhoes mostravam por uma campanha no outono, que entrava já com apparencias invernosas, marchou sobre Mourão, que tambem perderamos, e que elle tomou de assalto. Recolheu se depois a quarteis d'inverno, e a 12 de junho de 1658 entrava de novo em campanha com um luzido exercito. Como Joanne Mendes de Vasconcellos conseguira tão inesperadamente o commando que ambicionava, não estava disposto a cedel o por caso algum, e afim de o conservar mais tempo, não recuara deante da ideia de lisonjear a rainha, embora sacrificasse o exercito. A opinião predominante na côrte cifrava se em que era necessario que se restaurasse a vergonha da passada campanha, e ao mesmo tempo que se não tinham forças bastantes para se intentar empresa de importancia. Mas Joanne Mendes de Vasconcellos declarou que, para tomar Badajoz, o que promettia fazer, precisava apenas d'um exercito de 15:000 homens. Debalde alguns homens prudentes combateram o projecto, a rainha e com ella o partido da acção, que era o predominante, apezar da queda do conde de S. Lourenço, insistiram que se dessem amplos poderes a Joanne Mendes de Vasconcellos e a expedição emprehendeu se. Não só a expedição era imprudente, mas nos pormenores foi tambem imprudentemente intentada. Joanne Mendes de Vasconcellos não tivera tempo de reconhecer a praça, de formar cautelosamente o seu plano, e seguindo sem mais maduro exame a velha tradição dos generaes portuguezes, entendeu que não podia tomar Badajoz sem tomar primeiro o forte de S. Christovão. Suppôz que o poderia tomar n'um assalto, mas encontrou resistencia aspera e teve de desistir. Joanne Mendes de Vasconcellos, desanimado, pensou em retirar, mas a detestavel influencia das intrigas da côrte, veiu actuar miseravelmente no seu espirito, e obrigal-o ainda a sacrificar soldados, quando elle mesmo reconhecia a inutilidade do sacrificio. Com effeito, Joanne Mendes de Vasconcellos entendeu que estava perdido senão tomasse Badajoz. O não ser feliz era um crime de primeira ordem para um general d'esses tempos, e principalmente para um general, que só se podia sustentar á força de prestigio pessoal adquirido por victorias, n'um commando, que era cubiçado por dois partidos poderosos na côrte, emquanto a elle nenhum partido o apoiava. Decidiu por conseguinte proseguir na empresa que intentára, e abrir a circumvallação deante de Badajoz. Para completar essa circumvallação, teve Joanne Mendes de Vasconcellos de dar uma batalha, e uma batalha renhida que foi a do forte de S. Miguel, batalha que deu e ganhou no dia 22 de julho de 1658. Foi esta uma das 6 victorias que ganhámos no tempo da guerra da Restauração, a mais infructifera de todas, mas não a menos gloriosa; Mathias d'Albuquerque ligára o seu nome á victoria do Moutijo, o marquez de Marialva á das linhas d'Elvas e á de Montes Claros, o conde de Villa Flôr á do Ameixial, Pedro Jacques de Magalhães á de Castello Rodrigo, Joanne Mendes de Vasconcellos ligou o seu á do forte de S. Miguel, batalha sangrenta em que foi completamente derrotado o duque de S. Germano. Não houve, porém, batalha mais infructifera. Tomou o forte de S. Miguel, mas não se tomou Badajoz, desbaratou-se o exercito, que o guarnecia, mas a guarnição escapa bastava e bastou para defender a praça, e o exercito que fugiu foi nucleo do que d'ahi a pouco era organisado por D. Luiz de Haro. Completou-se a circumvallação, mas ficou tão fraca e tão extensa que, depois de quatro mezes de cêrco, em que uma epidemia dispersou o exercito sitiador, e em que Badajoz continuou a ser abastecida livremente, constando a Joanne Mendes de Vasconcellos que D. Luiz de Haro, o proprio primeiro ministro de Filippe IV, marchava em soccorro da praça com um poderosissimo exercito, levantou o cêrco, e voltou triste

mente a Portugal, levando comsigo os louros estereis do forte de S. Miguel, e tendo deixado estendida nos campos do Xévora e do Guadiana, metade do seu exercito, o mais formoso, o mais luzido, o mais brilhante que se organisára em Portugal desde o começo das hostilidades. O resultado foi o que se podia esperar. Pouco depois de chegar a Elvas, recebeu ordem da rainha, que elle procurava tanto lisonjear, para entregar o commando do exercito a André d'Albuquerque, e este recebeu ordem para prender o seu antigo general, e para o mandar preso para Lisboa. Reuniu se o conselho de guerra para o julgar, e absolveu o unanimemente. Não se podia considerar crime nem a infelicidade, nem sequer o erro dos calculos estrategicos, mas esta campanha acabou com o velho prestigio militar de Joanne Mendes de Vasconcellos. Nunca mais commandou, nem em chefe, nem como subalterno, e morreu pouco depois. Joanne Mendes de Vasconcellos fôra agraciado com a commenda da ordem de Christo, e foi tambem escriptor, sendo muito considerado no seu tempo como um verdadeiro oraculo em assumptos militares.

Vasconcellos (*Fr. João de*). Religioso da ordem de S. Domingos. N. em Lisboa em 1590, onde tambem fal. a 1 de fevereiro de 1652. Era filho de Manuel de Vasconcellos, commendador da ordem de Christo, presidente da camara de Lisboa e regedor das justiças, e de sua mulher, D. Luiza de Vilhena de Moudoça; irmão do 1.º conde de Figueiró, Francisco de Vasconcellos. Depois de estudar humanidades em Lisboa, debaixo da direcção de Fr. Antonio da Conceição, partiu para Coimbra, onde começou a frequentar a Universidade, até que determinou, por impulso proprio, tomar o habito dominicano, e contra a expressa vontade de seu pae entrou no convento da Batalha, professando finalmente em 1608 no convento d'Almada. Proseguiu então uos seus estudos, dictou philosophia e theologia em varios conventos, até que recebeu o grau de mestre. Em 1624 foi eleito prior do convento de S. Domingos de Bemfica, e tendo chamado a attenção do publico pela energia da sua palavra como prégador, foi chamado em 1632 a Madrid, e nomeado prégador régio e deputado do Santo Officio, sendo finalmente eleito provincial da sua ordem. Rejeitou as mitras de Braga e de Bragança, e só acceitou de D. João IV a commissão de reformador da Universidade de Coimbra. Deixou manuscripto o seu *Cursum Artium*, e umas *Capitulaciones entre la inquisicion de Castella y Portugal*, além d'umas cartas e pareceres, que, ou ficaram ineditas, ou fôram publicadas pelos seus biographos, como de varão que honrara extremamente a religião dominicana a quo pertencera, em hespanhol por Fr. André Ferrer de Valdecc, em portuguez por Fr. Lucas de Santa Catharina.

Vasconcellos (*Fr. João de*). Religioso da Santissima Trindade, quo professou no convento da Trindade de Santarem, e fal. na segunda metade do seculo XVIII. Publicou em 1737, com o pseudonymo de *Padre Nicolau Carlos Vejéce, sacerdote olyssiponense*, o seguinte curioso livro: *Escudo santissimo e armas da Egreja contra a malicia diabolica com que os espiritos immundos, juntando se torpemente com as bruxas ou feiticeiras as tomam por instrumentos para infestar os caminhos, inquietar as casas, aterrar os moradores com fantasmas nocturnos, e matar os meninos innocentes antes do baptismo, tiradas da Escriptura Sagrada e das Orações da Egreja.*

Vasconcellos (*P. João de*). Jesuita. N. em Leiria em 1592, fal. em Coimbra a 21 de setembro de 1661 Professou na Companhia de Jesus em 1607, no collegio de Coimbra, onde ensinou theologia por espaço de 8 annos, e foi reitor, depois de já o ter sido nos collegios de Braga, Santarem e Porto. O P. João de Vasconcellos foi um dos que mais contribuiram para firmar nos espiritos credulos a lenda do sebastianismo. Escreveu: *Restauração de Portugal prodigiosa; offerecida ao senhor rei D. João o IV*, Lisboa, 1643; foi publicado este livro com o nome supposto de dr. Gregorio d'Almeida Ulyssiponense; *Sermão nas exequias do mui esclarecido senhor D. Fr. Luiz Alvares de Tavora, bailio de Leça e Langó, que se celebraram no collegio de S. Lourenço da cidade do Porto a 28 de novembro de 1645*, Lisboa, 1646.

Vasconcellos (*D. João Affonso de*). Prelado que viveu no seculo XVI, filho do arcebispo de Lisboa D. Fernando de Vasconcellos. Teve differentes beneficios em varias dioceses do reino, foi prior-mór d'Almeirim, conego da sé de Lisboa; nas côrtes de Thomar desempenhou as funcções do ecclesiastico, e sendo em 1582 nomeado arcebispo de Braga, falleceu a 14 de julho do anno de 1587.

Vasconcellos (*João Antonio Ribeiro de Sousa Almeida e*). Desembargador da Casa da Supplicação, por D. João VI, e depois aggravista e desembargador do paço no tempo do dominio miguelista; fidalgo cavalleiro da Casa Real e cavalleiro da ordem de Christo. Frequentando ainda a Universidade de Coimbra, casou em 1790 com D. Anna Josepha Freire Soares de Miranda, da nobre casa dos doutores Miranda de Figueira de Castello Rodrigo, casa, depois desbaratada pela convenção de Evora Monte. Foi juiz em Mafra e acompanhou D. João VI ao Brazil em novembro de 1807, e por ordem do mesmo soberano voltou para o reino alguns annos antes do regresso da familia real. Era fervoroso partidario do governo absolutista; foi procurador por Figueira de Castello Rodrigo, em 1828, ás côrtes, ou Junta dos Tres Estados, que em Lisboa acclamaram D. Miguel como rei, e tanto se pronunciou a seu favor durante a grande lucta, quo foi preso por duas vezes, e viu toda a sua casa sequestrada. Desde 1834 viveu homiziado em Lisboa, fallecendo em janeiro de 1843.

Vasconcellos (*João Casimiro Pereira da Rocha e*). Official do exercito, que fal. em Benguella a 21 de janeiro do 1845. Assentou praça em 1808 na Leal Legião Lusitana, e fez as campanhas da Guerra Peninsular, depois de ter servido no Brazil. Em 1821 foi promovido a coronel graduado, e passou á India como governador do Diu, mas D. Manuel de Portugal não lhe quiz dar posse, em 1824, por informações confidenciaes que recebera da metropole, e quo o pintavam naturalmonte como revolucionario. Desempenhou então na India varias commissões, e em 1835 foi o chefe da revolta que depôz o marechal Correia do cargo do governador da India, e assumiu a presidencia do governo provincial em Gôa. Em 1837 chegou o barão de Sabroso, o novo governador nomeado pelo governo da metropolo, que amnistiou os implicados no movimento politico do

1835. João Casimiro regressou então ao reino, e sendo nomeado em 1844 governador do districto de Benguella, e só n'essa occasião promovido a capitão effectivo, partiu para o seu destino, onde fal. no anno seguinte.

Vasconcellos *(João José Pinto de)*. Escriptor. N. em Lamego, e fal em Lisboa depois de 18 8. Vindo para a capital, parece que adquiriu a protecção da familia Sobral, muito poderosa no tempo d'el rei D. José, e obteve assim a nomeação de secretario do governo da provincia d'Angola, passando depois a consul geral de Portugal na côrte de Dinamarca, e regressando ao reino, falleceu. Escreveu: *Compendio historico da vida, acções e milagres de Santa Margarida de Cortona*, traducção do italiano, Lisboa, 1780; *Elogio consagrado á saudosa memoria do sr. conselheiro Joaquim Ignacio da Cruz Sobral*, Lisboa, 1781; *Ao Augusto Principe Regente nosso senhor, na occasião da paz; Ode e soneto*, Lisboa, 1792; *Aos desposorios da ex.ma sr.a D. Emilia Henriqueta Pinto de Sousa com o ill.mo sr. Bernardo José Correia Henriques Bettencourt, ode epithalamica*, Lisboa, 1792; *Collecção de prosas e versos; Primeira e Segunda Parte*, Lisboa, 1793; *Elogio funebre do sr. conselheiro Anselmo José da Cruz Sobral*, Lisboa, 1802; *Os tres tempos, ou trabalhos passados, e as alegrias de Portugal presente, e futuras*; sem logar, nem anno, mas é de 1808; tem no fim as iniciaes J. J. P. de V.; *Sentimentos saudosos na morte do serenissimo principe D. José*, Lisboa, 1798.

Vasconcellos *(João Rosado Villalobos e)*. Bacharel pela Universidade de Coimbra, e professor regio de rhetorica e poetica em Evora. Nasceu em Beja, e falleceu em Evora, aproximadamente, em 1786. Era filho de José Rosado de Villalobos e de D. Antonia Rita, mas por antigas tradições constava que era filho illegitimo de D. José de Bragança, um dos chamados *meninos de Palhavã*, filhos, tambem illegitimos de D. João V. Escreveu: *Arte Rhetorica para uso da mocidade lusitana, escripta com juizo critico*, Evora, 1773; *Reconhecimento publico da mocidade lusitana na feliz acclamação da Rainha Nossa Senhora*, Lisboa, 1777; *Os costumes dos israelitas, compostos por Mr. Fleury, e traduzidos em portuguez*, Lisboa, 1778; *Os costumes dos christãos, desde os primeiros seculos da egreja até ao presente*, Lisboa, 1782; 2 tomos; *Plano d'uma obra pia geralmente util ao reino de Portugal, por D. Bernardo Ward, traduzido em portuguez*, Lisboa, 1782; *Perfeito pedagogo, ou arte de educar a mocidade, em que se dão as regras da policia e urbanidade christã, conforme os usos e costumes de Portugal*, Lisboa, 1782; fez-se uma nova edição em 1816; *Instituições rhetoricas do Quintiliano, accommodadas aos que se applicam ao estudo da eloquencia, por Pedro José da Fonseca, traduzidas da lingua latina para a portugueza*, Coimbra, 1782; 2 tomos; *Livro dos meninos, em que se dão as ideias geraes e definições das cousas, que os meninos devem saber*, Lisboa, 1778; *Elementos da policia geral de um Estado*, etc., *traduzidos do francez*, Lisboa, 1786; 2 tomos; *Dialogos dos mortos para desabusar a mocidade de muitas preoccupações, escripto em francez por um anonymo; traducção*, Lisboa, 1785.

Vasconcellos *(Joaquim Antonio da Fonseca)*. Mais geralmente conhecido por Joaquim de Vasconcellos. Professor no Lyceu Rodrigues de Freitas, do Porto, socio correspondente da Academia Real das Sciencias, escriptor, etc. N. no Porto a 10 de fevereiro de 1849, sendo filho de José Antonio da Fonseca e Vasconcellos, negociante, consul geral da Toscana, e de D. Rita Maria de Freitas de Fischer. Orphão em tenros annos, começou a sua educação em varios estabelecimentos d'aquella cidade, até que em 1859 a familia o mandou para Hamburgo, onde esteve no collegio Harms até agosto de 1865, adquirindo n'esse collegio uma solida instrucção; ali estudou tambem canto e solfejo, começando em 1862 os seus estudos artisticos. Saindo de Hamburgo visitou a maior parte da Allemanha, Dinamarca, França e Inglaterra, regressando a Portugal em 1865, partindo n'esse mesmo anno para Coimbra onde estudou preparatorios no intuito de se matricular nos estudos superiores da Universidade de que desistiu em 1869 para de novo voltar para Allemanha, mas não o fez por causa da guerra franco prussiana que então se declarou. Entretanto, continuava os seus estudos artisticos, para os quaes sentia uma irresistivel inclinação, e reunia os elementos para a sua obra. Dos seus numerosos trabalhos litterarios mencionaremos os seguintes: *Os musicos portuguezes. Biographico bibliographia*, Porto, 1870; 2 tomos, com 4 documentos historicos, sendo 3 desdobraveis; esta obra deu origem a extensas analyses, mais ou menos apaixonadas, em que entraram diversos escriptores conhecidos; *O Fausto de Goethe e a traducção de Castilho*, Porto, 1872; *O consummado germanista (*vulgo o sr. José Guedes Monteiro*) e o mercado das letras portuguezas*, etc., Porto, 1873; *O Fausto de Castilho, julgado pelo «Elogio mutuo,» artigos colleccionados e glosados*, Porto, 1873; *Eurico; analyse*, Porto, 1874; *Reforma do ensino de bellas artes Parte I; Analyse do relatorio e projectos da commissão official nomeada em novembro de 1875*, Porto, 1877; *Parte II: Analyse da segunda parte (actas) do relatorio*, Porto, 1878; *Parte III: Reforma do ensino de desenho, seguida d'um plano geral de organisação das escolas e collecções do ensino artistico, com os respectivos orçamentos*, Porto, 1879; *Parte IV: Historia das academias de bellas artes de Lisboa e Porto* (e da Sociedade promotora de bellas artes*). Ensaio historico, critico e economico por documentos officiaes; Archeologia artistica*, estudos historicos, archeologicos e artisticos, de tiragem limitada; *Cartas curiosas do abbade Antonio da Costa; annotadas e precedidas d'um ensaio biographico, por Joaquim de Vasconcellos*, Porto, 1879. Foi um dos fundadores da *Revista da Sociedade de instrucção do Porto*, em cuja creação tivera egualmente parte importante e desempenhou o logar de secretario, ali se encontram numerosos artigos seus, uns originaes, outros traduzidos. Tomou parte muito activa na fundação da Sociedade Camoneana, e com Tito de Noronha compoz a *Bibliographia camoneana* da commissão dos festejos do Palacio de Crystal Portuense, de que foi um dos membros mais enthusiastas. Tem collaborado em diversos jornaes, como na *Actualidade*, onde publicou uma serie de folhetins de critica; na *Renascença*, onde sustentou uma contraversia com o dr. A. Filippe Simões; no *Jornal do Commercio*, no *Ensino*, folha pedagogica do collegio de Patricio Ferreira, em 1878; no *Plutarcho Portuguez*, magnifica col-

lecção de retratos e biographias, 2 volumes; no *Commercio do Porto*, em que publicou varias series de artigos ácêrca de assumptos artisticos e industriaes. Com Manuel Maria Rodrigues redigiu a revista illustrada portuense *Arte Portugueza*, de que apenas sairam 12 numeros, e que era orgão do Centro Artistico Portuense, sociedade de que foi presidente. Em 1833 foi nomeado professor de allemão no Lyceu do Porto, membro do jury de exames secundarios, e conservador do Museu Industrial Em 1884 realisou se a *Exposição industrial de Coimbra*, publicando-se n'essa occasião um livro, intitulado *Exposição districtal de Coimbra em 1884*. Este livro é precedido de uma introducção de A. A. da Fonseca Pinto, e compõe-se de 5 partes: 1.ª *Revista* consagrada á descripção minuciosa da exposição; a 2.ª as *Conferencias* que fôram celebradas a proposito da Exposição; e a 3.ª, os *Premios* que fôram distribuidos aos expositores. Os conferentes eram o dr Augusto Filippe Simões, sendo o assumpto: *A esculptura em Coimbra no seculo XVI, a proposito das reproducções em gesso do pulpito de Santa Cruz e do tympano da porta lateral da Sé Velha.* — A conferencia do sr. Joaquim de Vasconcellos, era: *Poderá crear-se um estylo original, portuguez, na arte? Existiu alguma vez esse estylo? E quaes os elementos que o caracterisavam? Poderá esperar se esse estylo no futuro?*—de Alexandre da Conceição: *Caminho de ferro*—Do dr. Augusto Rocha: *O papel*—Do sr dr. Antonio Candido Ribeiro da Costa: *Relações da politica com a industria.* Em junho de 1908 fez na Sociedade das Bellas Artes Portuense varias interessantes conferencias sobre diversos monumentos architectonicos de Coimbra, e nas quaes demonstrou mais uma vez a sua muita competencia em questões de arte. A seguir realisou no Museu da Academia de Bellas Artes uma serie de conferencias sobre a historia da arte nacional. No *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos*, pag 117 do vol. IV, vem uma conferencia feita em Coimbra pelo sr. Joaquim de Vasconcellos, sobre a architectura manuelina. Em 1909 publicou tambem no Porto o distincto escriptor: *Museu Municipal do Porto. Catalogo da ceramica portugueza (antiga collecção de Antonio Maria Cabral).*

Vasconcellos (*Joaquim Lebre de Sousa e*). Doutor em mathematica, lente d'esta faculdade e vice-reitor da Universidade de Coimbra. Nasceu na Mealhada, sendo filho de José Lopes Lebre Teixeira. Doutorou se a 26 do novembro de 1815. Casou com D. Maria da Piedade Cerveira e Sousa, da casa da Quinta do Tanque, em Mogofores.

Vasconcellos (*Jorge Ferreira de*). Cavalleiro professo na ordem de Christo, escrivão do Thesouro Real e da Casa da India, etc. N. em Lisboa, o que parece mais provavel, ou em Coimbra, ou em Montemór o-Velho, nos principios do seculo XVI, e depois ter sido creado da casa d'Aveiro, mas creado no sentido elevado da palavra, logar que não excluia de ser cavalleiro da ordem de Christo, passou depois a exercer o cargo de escrivão do Thesouro Real e da Casa da India, como dissémos. Casou com uma senhora fidalga, D. Anna da Silva, de quem teve um filho, que morreu na batalha d'Alcacer Kibir, e uma filha que casou com D. Antonio de Noronha. Consta que Jorge Ferreira morreu em 1585, e que foi sepultado e mais sua mulher no cruzeiro da egreja do antigo convento da Trindade de Lisboa. Escreveu: *Euphrozina*, comedia em prosa, imitação da popularissima *Celestina hespanhola*, e incorrendo por isso nas censuras do *Indice expurgatorio* de 1581, razão porque em 1616 appareceu remodelada, e teve ainda varias edições, duas das quaes em hespanhol; *Ulyssipo*, comedia de entrecho insignificante mas preciosa pelo classissimo da sua linguagem, pelas indicações ácêrca dos costumes portuguezes do seculo XVI, e tambem pela prodigiosa quantidade de proverbios e annexins portuguezes, a qual tambem teve varias edições, egualmente incorreu nas censuras da Inquisição e teve de ser remodelada; e *Aulegraphia*, tambem comedia que teve a primeira edição em 1618, já depois da morte do autor, e na qual ha tambem, como na *Ulyssipo*, um precioso filão de locuções e de indicações sobre os costumes nacionaes do tempo. Parece que deixou em manuscripto uma outra comedia, *O Peregrino*, um *Dialogo sobre as grandezas de Salomão* e *Colloquio dos parvos.*

Vasconcellos (*José Ayres da Maia e*). Filho do tenente coronel Vicente Caetano da Maia e Vasconcellos, que foi governador de Moçambique, e de D. Anna Luiza Caetana de Freitas e Mattos, nasceu em Lisboa, e foi baptisado na freguezia d'Ajuda a 23 de setembro de 1777, sendo padrinho o marquez de Niza, D. Rodrigo Xavier Telles. Sentou praça aos 15 anuos no regimento de infantaria 4, do qual passou ao de Castello de Vide; e, servindo no de Lencastre, passou de novo ao 4.º regimento. Em 1795 foi feito escudeiro-fidalgo da Casa Real. Em 29 de março de 1797 mudou de arma, ascendendo a alferes, para cavallaria n.º 4. Como tal, tomou parte nas mallogradas operações de 1801, no Alemtejo. Por decreto de 12 d'outubro de 1806 foi promovido a tenente. No anno immediato, fugindo ao serviço dos francezes, passou ao Brazil, onde serviu, como capitão aggregado, nos Dragões de Rio Grande de S. Pedro. Levantado em Portugal o grito de revolta contra as aguias oppressoras, logo elle se reuniu aos seus concidadãos para combater os inimigos da Patria, e pelo decreto de 17 de dezembro de 1808, «passou de novo a brilhar a sua valente espada, entre as dos distinctos cavalleiros do regimento de cavallaria 4, a que anteriormente pertencera» N'elle o vêmos figurar em distinctos combates. Em 31 de dezembro de 1811 tomou importante parte no de Mérida, á frente de 292 cavalleiros do seu regimento; no combate de Almendralejo, que teve logar no dia seguinte, coube lhe o commando das avançadas; e no dia 3, no combate memoravel de Fuente del Maestro, houve-se por fórma a merecer os elogios do seu commandante, o coronel Campbell, e do general Hill (ordem do dia de 23 de fevereiro de 1812). Tendo sido promovido a major em 6 de junho de 1812, no anno seguinte, «pelos seus peculiares meritos, e pelo conceito em que com justiça era tido, de perfeito official de cavallaria, foi encarregado do commando do esquadrão de reserva no deposito geral d'aquella arma. Promovido a tenente coronel para cavallaria n.º 8 em 12 de outubro de 1815, organisou e disciplinou esse corpo com tão notavel esmero, que, por decreto de 29 de maio de 1819, lhe foi feita mercê

de 160:000 reis de tença pelo cofre de commendas vagas. Em 18 de dezembro de 1820 ascendeu ao posto de coronel, no qual, continuando a bem servir, tres annos depois o surprehendeu a morte, quando contava apenas 46 annos de edade. O valoroso militar, que tão distinctamente soube merecer em toda a sua carreira o applauso dos chefes, e a gratidão da Patria,—que tão lealmente serviu, falleceu a 3 de agosto de 1823, tendo consideravelmente augmentado as já gloriosas tradições que herdára d'uma serie de antepassados illustres. O coronel Maia e Vasconcellos era cavalleiro da extincta ordem militar de S. Bento d'Aviz, e foi sepultado na egreja de S. João Baptista, da villa de Campo Maior.

Vasconcellos *(José Barreto Ferraz de)*. Doutor pela Universidade de Coimbra. Nasceu em Guimarães, sendo filho de Casimiro Barreto Ferraz do Vasconcellos. Doutorou-se a 29 de junho de 1802.

Vasconcellos *(José Barreto de Valdevinos)* Genealogista e poeta. N. em Evora em 1654, onde tambem fal. em 1737. Compôz versos em portuguez e em castelhano, foi habil paleographo, e um dos socios da Academia Real da Historia Portugueza, que se fundou, tendo elle já edade muito avançada, mas para cujos trabalhos contribuiu, enviando-lhe uma obra manuscripta intitulada: *Noticias de Evora e de todo o reino de Portugal.*

Vasconcellos *(José Estevão)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, deputado, jornalista, administrador da Caixa Geral dos Depositos, etc. N. em Olhão a 13 de novembro de 1869. Concluiu o curso em 1894. Iniciou a sua carreira publica em janeiro de 1890, escrevendo na *Patria*, o primeiro artigo republicano que aquelle jornal publicou. Em 1891 entrou para a redacção da *Vanguarda*, onde por vezes substituiu Alves Correia na direcção do jornal. Tomou parte muito activa nos trabalhos de propaganda na Liga Nacional contra a tuberculose, sendo relator de varias theses nos congressos d'essa Liga, que se realisaram em Lisboa, Coimbra e Porto. Presidente da commissão municipal republicana de Lisboa, em 1900, dirigiu os primeiros trabalhos de reorganisação partidaria que se realisaram na capital em seguida ao periodo de abstenção eleitoral. Foi candidato a deputado por Lisboa nas eleições de 1900 e 1901. No congresso de Coimbra, de janeiro de 1902, foi eleito membro do directorio do partido republicano. Em maio de 1903 abandonou o directorio, retirando se de Lisboa por não ter podido cumprir o programma que apresentara no congresso de Coimbra. Collaborou em varios jornaes, redigiu por algum tempo no *Mundo* uma secção intitulada *Revista de acontecimentos sociaes*. Em 1908 foi eleito deputado pela maioria do circulo de Setubal. Apresentou dois projectos de lei sobre *accidentes de trabalho* e atacou sempre o regimen monarchico, tratando principalmente do problema nacional no seu aspecto economico e social. Actualmente é administrador da Caixa Geral dos Depositos, e deputado nas côrtes constituintes, eleito pelo circulo de Beja. Fundou depois o jornal *A Patria*, que teve curta duração.

Vasconcellos *(Dr. José Leite de)*. V. *Leite de Vasconcellos.*

Vasconcellos *(José Luiz Mouta de Gouveia e)*. Nome que se conhece sómente, por ter escripto e publicado um *Discurso sobre o estado da lavoura e da cultura, dividido em tres partes, nas quaes se mostram os principios da sua decadencia, os meios de se restabelecer, e se responde a algumas objecções*, etc., Lisboa, 1780.

Vasconcellos *(D. José Maria de Sousa Botelho Mourão e)*. Mais conhecido pelo *Morgado Matheus* Moço fidalgo da Casa Real, senhor e administrador dos morgados de Matheus, Sabrosa e outros vinculos; commendador da ordem do Christo, conselheiro de fazenda, diplomata, etc. N. no Porto a 9 de março de 1758, fal. em Paris em 1 de junho de 1825. Seguindo a carreira diplomatica, foi encarregado de negociar a paz em 1801 entre Portugal e a França, paz de que a Hespanha tinha de ser medianeira. A paz não pôdo celebrar se, e pelo contrario accendeu-se a guerra tambem com a Hespanha. D'ahi resultou a triste campanha em 1801, finda a qual se celebrou a paz com os dois paizes, sendo ainda o morgado Matheus o negociador, e que foi em seguida nomeado ministro de Portugal junto do primeiro consul Bonaparte. Desempenhou com habilidade essa missão difficil, e procedeu com energia na questão do general Lannes, que Bonaparte nomeou consul em Portugal, e que procedeu aqui com a maior insolencia praticando toda a casta de despropositos que o governo do regente lhe tolerou pela sua nimia fraqueza. Ao despotico primeiro consul não convinha um ministro como D. José Maria de Sousa, e por isso exigiu a sua transferencia para outra côrte, e effectivamente foi mudado para S. Petersburgo, sendo substituido em Paris por D. Lourenço de Lima. O morgado Matheus passou ainda para Stockolmo e Copenhague, quando Bonaparte nos impôz tambem a obrigação de rompermos com a Russia. Havia casado com D. Thereza de Noronha, filha de D. José de Noronha, e tendo enviuvado, casou segunda vez, em Paris, em 1802, com Madame Adelaide Maria Filcul de la Billarderie, viuva do conde de Flahaut, autora de varios romances, muito apreciados no seu tempo, e conhecida na republica das letras por *Madame de Sousa*. Depois da Restauração, voltou para Paris, em 1817. Apaixonavam o sobretudo as suas predilecções litterarias. Madame Sousa era uma grande escriptora e o morgado Matheus um homem de fina e cultivada intelligencia. Emquanto sua mulher escrevia os seus romances, o morgado Matheus preparava a sua edição monumental dos *Lusiadas*, de Camões, mandando imprimir em Paris, n'esse anno de 1817, o volume do celebre poema que apresentou depois á Academia Real das Sciencias. Esta nomeou uma commissão composta de Antonio Caetano do Amaral, Matheus Valente do Couto e Francisco Mendes Trigoso, que deu a respeito d'essa edição um parecer muito lisonjeiro, observando apenas que o editor deveria ter seguido a edição de 1572. A este reparo respondeu D. José Maria de Sousa n'uma carta que foi impressa nas *Memorias da Academia*. Os *Lusiadas* eram precedidos por um artigo do morgado Matheus, sobre a *Vida de Camões*, trabalho muito notavel. A despeza feita pelo morgado Matheus com esta edição, foi de 51:152 francos o 40 centimos (9:207$432 reis) os desenhadores fôram Gerard, Fragonard, Visconti e Desenne; fôram 12 os gravadores, e o rovi-

sor da obra foi um tal Menia. Durou 17 mezes a impressão que era em magnifico papel velino, sendo os typos fundidos de proposito. Tiraram se 210 exemplares, de que D. José Maria de Sousa distribuiu em presentes 179, sendo 11 para o Brazil, 66 para Portugal, 22 para França, 28 para Inglaterra, 5 para Hespanha, 13 para Italia, 30 para o Norte, 2 para a America, e 2 para a Asia. Entre os presenteados, além das testas coroadas e principes, contavam se o conde de Palmella, Antonio Ribeiro dos Santos, Sismonde de Sismondi, Lord Castlereagh, Reynouard, David Hume, a condessa d'Albany, o conde de Nevelrode, Metternich, e dois membros da familia Bonaparte, o principe Eugenio, a rainha Hortensia, etc. Esta edição foi exclusivamente destinada para presentes, mas o morgado Matheus consentiu que na imprensa Didot, onde se fizera aquelle primoroso trabalho, se fizesse uma edição para o publico, reimprimindo se ainda em 1835. D José Maria de Sousa tambem publicou: *Lettres portugaises, traduzidas em portuguez com o texto francez em frente, e precedidas d'uma noticia bibliographica por D. J. M. S;* Paris, 1824. São as celebres cartas attribuidas a D Marianna Alcoforado, isto é, as ultimas cinco das doze que Filinto Elysio tambem traduziu, visto que as outras sete são com certos fundamentos julgadas apocryphas. Fez-se uma nova edição, em 1853, tambem em Paris, reproduzindo sómente o texto francez, com o titulo: *Lettres portugaises; nouvelle edition conforme à la première, avec une notice bibliographique sur ces lettres.*

Vasconcellos *(José Maximo de Castro Neto Leite e).* Commendador da ordem de Christo, conselheiro, juiz da Relação de Lisboa, e de Gôa, etc. N. no Porto em 1807, fal. em Lisboa a 1 de janeiro de 1866. Seguindo a carreira juridica, foi juiz da Relação de Gôa em 1836, e ali instituiu os tribunaes que o decreto de 27 de dezembro d'esse anno mandára formar. Foi presidente da referida Relação, e em 1842 foi nomeado procurador regio junto da de Lisboa, entrando depois como juiz n'esta mesma Relação. Este acto do governo foi combatido na camara como illegal pelos deputados Alvares Fortuna e Rebello Cabral, o que deu causa a que o interessado publicasse em 1844 a seguinte: *Contestação de... aos fundamentos da interpellação feita ao ex.mo ministro da justiça pelos srs. deputados Alvares Fortuna e Rebello Cabral, na sessão da respectiva camara de 4 de dezembro publicada no «Diario do Governo» n.º 288.* A interpellação versava sobre se era legal a transferencia do juiz da Relação de Gôa para a de Lisboa, sem ter desempenhado essas funcções na India pelo tempo que a lei determina. O dr. Leite e Vasconcellos escreveu e publicou mais: *Peculio do procurador regio, ou resumpta e promptuario alphabetico de todas as leis, decretos, etc; seguido de uma taboada chronologica das mesmas leis*, Lisboa, sem data; *Memoria sobre a publicidade das hypothecas, e de outros contratos por meio de registos*, etc., Lisboa, 1842; *Codigo administrativo de 1842 annotado*, Lisboa, 1849; *A Syndicancia da Relação do Porto*, etc., Lisboa, 1855. Tem algumas *Memorias* publicadas na collecção dos *Annaes Maritimos e Coloniaes*, nomeadamente no tomo I, etc. Por morte de Antonio Delgado da Silva, em 1850, foi encarregado do redigir a *Collecção Official da Legislação Portugueza.*

Vasconcellos *(José de Seixas de).* Escriptor mystico do seculo XVIII, de que apenas se conhece o nome, por ter publicado em 1758, a seguinte obra: *Anno admiravel, diario prodigioso e primeiro instante purissimo de Maria.*

Vasconcellos *(José Smith de Vasconcellos, 1.º barão de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Christo, e da ordem imperial da Rosa, do Brazil. Era natural de Lisboa, sendo filho de José Ignacio Paes Pinto de Sousa e Vasconcellos, fidalgo da Casa Real, bacharel em leis pela Universidade de Coimbra, desembargador da Relação do Porto, juiz da Corôa e da Casa da Supplicação em 1821, cavalleiro professo da ordem de Christo; e de sua mulher D. Maria Martha Smith. O titulo foi-lhe concedido por decreto de 9 de abril do anno de 1869. Era casado com D. Francisca Carolina Mendes da Cruz Guimarães.

Vasconcellos *(Lourenço de Azevedo).* Capitão-mór de Mesão Frio, onde nasceu. Estudou no Porto, e depois cursou a Universidade de Coimbra. Foi um d'aquelles poetas comicos portuguezes que tanto contribuiram para enriquecer o reportorio do theatro hespanhol. Em Madrid se imprimiram as seguintes comedias, que elle compôz: *El hacer bien nunca se pierde; Mucho alcanza quien porfia; El mayor rasgo de la Providencia, S. Caetano; La industria y la confession; No hay fuerzas contra la dicha; La más dichosa embajada; Aprecios del natural y lá traicion castigada.*

Vasconcellos *(Lourenço Carneiro de).* Capitão-mór de Moncorvo e governador de Freixo de Espada á Cinta. Nasceu em 1663 e fal. em 1732, deixando manuscriptas numerosas poesias serias e jocosas, e um *Tratado da boa amizade*, traduzido do francez.

Vasconcellos *(Lourenço Mendes).* Morgado de Fontellas. N. n'uma quinta junto a Coimbra em 1679, e fal. em 1752 deixando manuscriptas um grande numero d'obras genealogicas, muitas das quaes se perderam.

Vasconcellos *(Luiz Maria de Mesquita Carvalho e).* Escriptor e poeta. Era natural de Penafiel, sendo filho de Rodrigo de Carvalho. Foi abbade da freguezia de Escatães, no concelho da Feira, e depois prior da freguezia de Avelleda, no concelho de Louzada. Encontram se muitos artigos seus e poesias nos jornaes *A Harpa*, na *Renascença*, no *Museu illustrado*, e em outras folhas do Porto e das provincias. Em 1879 fundou com o advogado Antonio Joaquim de Araujo e o antigo jornalista Rodrigo de Bessa, a *Gazeta de Penafiel*, onde Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos (V. *este nome*), publicou pela primeira vez, em folhetins, o seu romance *Lição ao mestre*. Sendo estudante, publicou: *Ernestina ou o nascimento do amor*, Porto, 1855. Escreveu tambem uma *Historia de Penafiel*, um grosso volume com muitas investigações e documentos, que, parece, se não imprimiu.

Vasconcellos *(Luiz Mendes de).* Commendador da ordem de Christo, official do exercito, escriptor, etc. N. em Lisboa, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de João Mendes de Vasconcellos. Seguiu a carreira das armas, e foi capitão-mór de algumas armadas que partiram de Lisboa para o Oriente. Nomeado em 1617 governador da nova colonia de Angola, procedeu n'esse governo com grande energia, man-

dando fundar por Manuel Cerveira Pereira a fortaleza de Benguella, derrotando umas poucas do vezes o regulo de Matamba, e obrigando o do Dongo a avassallar-se á corôa portugueza. Foi no seu tempo que se estabeleceu o presidio de Ambaca, e se descobriram as minas de cobre de Zumbe. Em 1621 entregou o governo a João Correia de Sousa, e partiu para Lisboa, onde morreu pouco tempo depois. Escreveu: *Do sitio de Lisboa, dialogo*, Lisboa, 1608. Perto de 200 annos depois, fez se uma nova edição, com o titulo de: *Do sitio de Lisboa, sua grandeza, povoação, e commercio*, etc., *dialogos de Luiz Mendes de Vasconcellos, reimpressos conforme a edição de 1608; novamente correctos e emendados*, Lisboa, 1786; houve ainda 3.ª edição, Lisboa, 1803; *Arte Militar dividida em tres partes: a primeira ensina a pelejar em campanha aberta; a segunda nos alojamentos; e a terceira nas fortificações; com tres dis cursos antes da Arte; no primeiro se mostra a ori gem e principio da guerra e arte militar, e o seu primeiro autor; no segundo a necessidade que d'ella tem todos os estados; e no terceiro, como se poderá saber e conservar. E uma comparação da antiga milicia dos gregos e romanos com a d'este tempo. Imprensa no termo de Alemquer, na quinta do Mascotte*, Lisboa, 1612. Luiz Mendes de Vasconcellos deixou manuscriptas varias poesias em portuguez e hespanhol, uma *Historia de Cuchale, celebre corsario da India*, um tratado da conquista da India, em que reproduz as ideias já per elle apresentadas no *Sitio de Lisboa*, e em hespanhol um *Tratado de la conservacion de la monarchia de España*.

Vasconcellos *(Manuel)*. Foi presidente do senado da camara de Lisboa, regedor das justiças do conselho d'Estado de Portugal em Madrid, e morreu a 25 d'abril de 1637.

Vasconcellos *(Fr. Manuel de)*. Religioso da ordem de S. Domingos. N. em Aveiro, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Professou no convento da sua terra em 1632. Leccionou na sua ordem as sciencias escolasticas. Escreveu: *Exemplo illustre de veneração e grandeza da real casa de Medina Sidonia, com que aos principes d'ella honraram os reverendos padres geraes da ordem dos prégadores*, Lisboa, 1652.

Vasconcellos *(Fr. Manuel)*. Religioso da ordem de S. Bernardo. N. em Braga, e viveu no começo do seculo XVIII. Entregou-se particularmente ao estudo da genealogia, e deixou manuscriptos uns nobiliarios.

Vasconcellos *(Manuel Antonio de)*. Politico e escriptor. N. nos Açôres entre os annos de 1786 e 1790. Mostrou-se em politica um democrata exaltado, e em 1835 publicou o jornal intitulado *Açoriano Oriental*. Em 1837 foi eleito deputado ás côrtes constituintes, e ali mostrou as suas tendencias democraticas, assim na redacção do *Tempo*, jornal publicado em Lisboa, 1836, e em quo tambem escreveu José Estevão Coelho do Magalhães. Pouco depois partiu para os Açôres, e na *Revista dos Açôres* publicou varias poesias em quo já começava a sentir-se o reflexo da chamma que dentro em pouco lhe devia abrazar a intelligencia. Tendo depois regressado a Lisboa, principiou a dar provas de alienação mental, e pouco depois morreu doido. Na *Revista dos Açôres* deixou varios trechos de mediocre poesia, entre elles o *Templo do Terror*, e umas odes anacreonticas.

Vasconcellos *(Manuel de Carvalho e)*. Doutor em direito pela Universidade do Coimbra. Era natural de Cantanhede, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento, sendo filho de Mathias de Carvalho Mendes Coutinho e Vasconcellos. Havendo-se formado em direito em 1850, resolveu se passados alguns annos rehabilitar-se para receber o grau de doutor, e matriculou-se nas aulas do 6.º anno da mesma faculdade, em 1858, vindo a doutorar-se a 17 de julho de 1859. Escreveu: *Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas*, Coimbra, 1859; *Questões da India. Pareceres ao governo do mesmo estado*, etc., Nova Gôa, 1874; *Juizo critico acêrca da obra «O governo do vice rei conde de Rio Pardo»*, etc., vem á frente do mesmo livro, Nova Gôa, anno 1869.

Vasconcellos *(Manuel de Gouveia)*. Poeta do seculo XVII. Publicou sómente em 1620 o *Certamen poetico do conde de Linhares*. E' muito elogiado por Manuel de Galhegos e Jacinto Cordeiro,

Vasconcellos *(Manuel José Gonçalves de)*. Major de ordenanças no estado da India. Na qualidade de procurador do exercito para promover a devassa coutra os tumultos de Bardez, publicou o seguinte: *Manifesto que... faz publico, corroborado com documentos*, Nova Gôa, 1832.

Vasconcellos *(Manuel Quintano de)*. Fidalgo da Casa Real, senhor do morgado da Silveirinha, e poeta. Era natural de Extremoz, e viveu no seculo XVII, falleceudo n'aquella mesma villa a 3 de junho do 1655. Renunciou o referido morgado a favor de seu sobrinho João de Villalobos de Vasconcellos, em 18 de janeiro de 1635. Escreveu: *Paciencia constante; discursos poeticos em estylo pastoril*, Lisboa, 1622. E' um romance ou novella, dividido em 5 partes, cuja continuação o autor promettia em segunda parte, que parece não ter chegado a escrever, e se escreveu, não se imprimiu. Deixou manuscriptas varias poesias e a *Historia septentrional*.

Vasconcellos *(Mathias de Carvalho e)*. Doutor e lente da faculdade de philosophia na Universidade de Coimbra, e bacharel em mathematica; commendador da ordem de Christo, conselheiro, ministro de estado, distincto diplomata, deputado, par do reino, socio correspondente da Academia Real das Sciencias e de outras corporações scientificas, etc. N. na freguezia de Orentã, no concelho de Cantanhede, a 24 de outubro de 1832, fal. em Florença a 3 de dezembro de 1910. Era filho do abastado lavrador Mathias de Carvalho Mendes Coutinho de Vasconcellos. Frequentou a Universidade, tomando o grau de bacharel em mathematica, e doutorando-se em philosophia a 23 de julho de 1854, sendo pouco depois nomeado lente da sua faculdade. Em 1859 e annos seguintes foi encarregado de uma commissão scientifica em paizes estrangeiros por ordem do governo. Filiado no partido progressista nos tempos dos grandes estadistas duque de Loulé e Anselmo José Braamcamp, foi eleito deputado em varias legislaturas, manifestando sempre na discussão de importantes questões os mais profundos conhecimentos financeiros, quo o elevaram a ministro, acceitando a pasta da fazenda, em 1865, n'um gabinete presidido pelo duque de Loulé.

Este ministerio teve tão pouca duração que o novel ministro não pôde, sequer, revelar as suas qualidades de estadista. O dr. Mathias de Carvalho era homem de iniciativa, de elevada intelligencia, e de grande actividade. Pouco depois foi nomeado director da Casa da Moeda, e a sua acção n'este estabelecimento do Estado notabilisou se pelas reformas que realisou no sentido de o fazer progredir, tanto na cunhagem da moeda, como no fabrico das estampilhas do imposto do sêllo, que se encontrava na maior desorganisação. Para esse fim convidou, em 1867, o gravador sr. Caetano Alberto, que annos depois fundou a importante revista *O Occidente*, a fazer novas matrizes e remodelar o fabrico, e foi sob os novos modelos de estampilhas e organisação do seu fabrico, apresentado por este artista, que aquelles serviços se reformaram, sem augmento de despeza, modelos e fabrico. Deixou a direcção da

Mathias de Carvalho e Vasconcellos

Casa da Moeda para entrar na carreira diplomatica, sendo nomeado ministro plenipotenciario de Portugal no Rio de Janeiro, cargo que exerceu com toda a proficiencia, ganhando as maiores sympathias. A sua saude, porém, não lhe permittiu demorar se no Brazil, e teve então transferencia para a legação de Roma junto do governo de Italia, permanecendo alí até 1894, anno em que foi transferido para Berlim, onde tambem a sua saude lhe não permittiu ter demora, por se dar mal com o clima, voltando então outra vez para Italia, pelo clima lhe ser mais favoravel. Era tão estimado n'esta côrte que os reis de Italia, antes da retirada do illustro diplomata, lhe offereceram um jantar. O dr. Mathias de Carvalho vinha para Lisboa, para fazer parte de um ministerio organisado em fevereiro de 1897 pelo conselheiro José Luciano de Castro, sendo-lhe distribuida a pasta dos negocios estrangeiros. Havia já sido nomeado par do reino, e tomado posse na respectiva camara na sessão de 3 de fevereiro de 1880. Quando saiu do ministerio, voltou para Roma, como ministro de Portugal, cargo que exerceu até á proclamação da Republica Portugueza em outubro de 1910. O conselheiro Mathias de Carvalho fez parte, como delegado diplomatico de Portugal, no Congresso reunido em Roma em 1905, quando da fundação do Instituto Internacional de Agricultura, pelo rei Victor Manuel. Nos *Livros brancos* correspondentes aos periodos de suas missões diplomaticas no estrangeiro, encontram-se muitos documentos da sua penna. No *Diario das Camaras* estão, entre os discursos do grande diplomata, o que elle proferiu na camara dos pares, quando terminou a sua missão diplomatica em Roma. No anno de 1855 publicou em Coimbra um opusculo: *Principios de Physica e Chimica*, etc. No *Instituto de Coimbra* publicaram se *Relatorios* sobre os trabalhos de que fôra encarregado, no vol. VII, n.º 10 o 12, e no vol. VIII, n.º 2, 3 e 4, etc. Em 1892 tambem se publicou em Lisboa: *A questão de fazenda. Discurso pronunciado na camara dos dignos pares do reino na sessão de 29 de dezembro de 1891.* O conselheiro Mathias de Carvalho era o mais antigo dos nossos diplomatas.

Vasconcellos *(Mem Rodrigues de)*. Celebre cavalleiro de D. João I, conhecido sobretudo por ter sido o commandante da *Ala dos namorados*, que na batalha de Aljubarrota formava o flanco direito do exercito portuguez. N. em Alcacer do Sal, e era filho de Vasco Mendes de Vasconcellos, mestre da ordem de S. Thiago. E' d'elle tambem, ou pelo menos a elle attribue o chronista Fernão Lopes, uma resposta a D. João I, que ficou celebre. Queixava se D. João I no cêrco de Coria, depois de um assalto infructifero, dizendo: «Que falta me fizeram hoje os cavalleiros da Tavola Redonda.» E Mem Rodrigues atalhou logo: «Não sei porque vos queixaes; aqui temos nós Martim Vasques da Cunha que vale bem Galaad, Gonçalo Vasques Coutinho pede meças a Tristram, Lancelot é bem substituido por João Fernandes Pacheco, e eu creio que posso competir com o bom cavalleiro Key. Não nos faltaram cavalleiros, continuou Mem Rodrigues com o dessasombro caracteristico de aquella esplendida pleiade de nobreza, quem nos faltou foi o rei Arthur.»—Pois quando disse, acudiu D. João I, que me faltavam os cavalleiros da Tavola Redonda, não esqueci o rei, que era como os outros cavalleiros.» E levou o caso assim a rir, mas a historia celebrou o dito, e conservou aos valentes companheiros de D. João I o nome de cavalleiros da Tavola Redonda.

Vasconcellos *(Mendo de Motta e)*. Formado em direito pela Universidade de Coimbra. Era natural de Setubal, mas desconhecem-se as datas do nascimento e fallecimento. Entrou como collegial no collegio de S. Pedro em 1590, e em 1596 foi nomeado lente de Codigo, passando depois para outras cadeiras. Nomeado desembargador da Casa da Supplicação, foi depois desembargador do Paço e conselheiro de Estado. Deixou varias postillas em latim.

Vasconcellos *(Miguel de)*. E' bem conhecido na historia patria o nome d'este grande traidor dos portuguezes durante o dominio de Castella.

Era filho do desembargador dos aggravos e corregedor do civel da côrte Pedro Barbosa, e de D. Antonia de Mello. N. em Lisboa nos ultimos annos do seculo XVI ou principios do XVII. Seu pae, o dr. Barbosa, excitára contra si as iras da plebe e da nobreza pelo calor e violencia com que justificára a invasão castelhana, e com que, depois d'ella se ter realisado, se tornara instrumento das perseguições e das vinganças castelhanas. Um dia chegou a ponto a indignação popular, que a turba viera assaltar-lhe a casa, quebrara os vidros ás pedradas, e obrigára o jurisconsulto a fugir pelos telhados. Pouco depois Pedro Barbosa morreu atravessado por uma estocada que mão desconhecida lhe vibrara. Miguel de Vasconcellos herdara as qualidades do seu pae, a energia, o talento e a indole estudiosa, mas herdara tambem as inclinações ambiciosas, que nenhuns escrupulos faziam recuar, e uma natural maldade, exacerbada ainda pelo desejo de vingança, que a recordação dos insultos feitos a seu pae e da sua morte mysteriosa accendera na sua alma. Em 1634, quando o conde duque d'Olivares reformou a organisação do governo de Portugal, dividiu esse governo em Madrid em tres ministerios, confiando a Gabriel de Almeida de Vasconcellos o despacho das mercês, ordens militares e padroado; a Luiz Falcão o da India e conquistas, e Diogo Soares, que era em tudo que dizia respeito a Portugal o seu braço direito, foi nomeado secretario dos negocios d'Estado, fazenda e justiça. Marçal da Costa foi feito escrivão do registo das mercês, e Miguel de Vasconcellos escrivão do fazenda do reino em Lisboa. A nomeação de Miguel de Vasconcellos fôra inspirada principalmente pelo facto d'elle ser parente proximo de Diogo Soares, e estar com elle na melhor harmonia. Tentaram um e outro de submetter Portugal ás mais implacaveis extorsões, afim de arrancarem ao reino quasi exhaustos o seus ultimos recursos pecuniarios. Augmentaram se de um modo gravoso os direitos do assucar, e levantou-se um emprestimo forçado sobre os portadores de titulos de divida publica, mandando que se retivesse no thesouro o primeiro trimestre de juros. Estas medidas tornaram logo ainda mais odioso o nome de Miguel de Vasconcellos, e ainda maior foi a irritação de todo o paiz quando, tendo sido nomeada vice rainha de Portugal a duqueza de Mantua, Miguel de Vasconcellos foi nomeado seu secretario de Estado. Apezar d'isso, em janeiro de 1635 tomou posse d'esse alto cargo e desde então era elle verdadeiramente quem governava o reino, em nome da fragil senhora que exercia nominalmente o poder. Debalde os fidalgos portuguezes protestaram com energia contra a nomeação do secretario do Estado, e fizeram circular as maximas injurias contra o seu caracter, accusando-o de muitos vicios e entre outros, o da embriaguez. Miguel de Vasconcellos respondia aconselhando para Madrid, onde tinha o completo apoio de Diogo Soares, e este o do conde duque d'Olivares, as medidas mais rigorosas. Em vexames fiscaes é que era fertil sobretudo a imaginação de Miguel de Vasconcellos. Lançou o tributo do real d'agua, augmentou uma quarta parte nas sizas; mas estes impostos ficaram improductivos, porque o povo esquivava se o mais possivel a pagal-os, e os magistrados portuguezes não o obrigavam. Então Miguel de Vasconcellos quiz estabelecer o registo dos pescadores mas estes amotinaram-se e com tanta energia que estiveram um dia inteiro a apedrejar as vidraças do palacio de D. Fernando de Toledo, que era o encarregado de pôr em execução essa medida. Miguel de Vasconcellos aconselhou então um expediente: supprimir os impostos do sal e do real d'agua, augmento das sizas, e lançar sobre o paiz inteiro uma imposição de 500 mil cruzados, que as camaras municipaes ficariam obrigadas a pagar, lançando ellas depois os tributos necessarios para satisfação d'essa quantia, como melhor entendessem. As camaras não accederam, e esta nova violencia provocou os tumultos de Evora, reprimidos facil, mas sanguinolentamente. O mallogro da revolta fez com que os tyrannos de Portugal suppuzessem que poderiam ir á sua vontade esmagar o paiz Os tributos subiram ao seu auge, o imposto do sal tornava impossivel a exportação, os direitos de mercê pesavam rudemente sobre todos os empregos. Obedecia-se realmente já a um plano infame, mas seguido com uma pertinacia inacreditavel. Não se tratava simplesmente de obter recursos financeiros. Tratava se de exhaurir o paiz, arrancar-lhe dinheiro e braços, privando se de seus chefes naturaes, desautorando as familias mais respeitadas para n'um momento dado se arrancarem os foros e privilegios que conservava para o collocarem debaixo do mesmo jugo que pesava sobre as provincias de Hespanha. Para chegarem a esse fim não recuavam por exemplo deante do seguinte meio: Diogo Soares aconselhava a Miguel de Vasconcellos que, para rebaixar mais, para aviltar completamente, as familias nobres, empregasse todos os meios para que fôssem seduzidas e deshonradas as filhas e as irmãs dos primeiros fidalgos do reino. Lembrava-lhe tambem que procurasse arruinar outras por meio da calumnia, empregando para esse fim testemunhas falsas. Essa correspondencia de Soares e Vasconcellos, publicada por João Pinto Ribeiro na *Usurpação, retenção e restauração de Portugal*, é curiosa por muitos titulos. Ali, chamando-se, por disfarce, a Filippe IV *estrella*, á duqueza de Mantua *sol* e a Olivares *raio*, não poupavam os dois amigos a zombaria e o insulto aos amos a quem serviam com tanta infamia. Finalmente, este estado horroroso devia de ter um fim. A revolução da Catalunha fez com que Filippe IV reclamasse com urgencia os serviços militares da nobreza de Portugal. Receberam os fidalgos ordem de partir para Catalunha, e recebeu sobretudo apertadas ordens o duque de Bragança D. João. Além dos motivos habituaes que a Hespanha tinha para assim proceder, havia então outro ainda mais forte; era o de saber Miguel de Vasconcellos, de sciencia certa, que os fidalgos portuguezes pensavam em fazer subir ao throno D. João de Bragança, por isso instava com o governo de Madrid para que o chamassem. Entretanto enleavam-se os primeiros fios da conspiração dos fidalgos, e planeava se a revolução de 1 de dezembro de 1640. Miguel de Vasconcellos tinha vagas suspeitas do que se passava, tanto que o communicou para Madrid, e pediu instrucções. Mandaram-lhe ordens para a prisão de alguns fidalgos, ordens que chegaram quando o duque de Bragança já era rei de Portugal. O que perdeu Miguel de Vasconcellos foi

o profundo desprezo que elle tinha pela nobreza de Portugal. Julgava a incapaz de conspirar e de se revolucionar. Recebeu umas poucas de denuncias de que não fez caso, e ainda na vespera do proprio dia 1 de dezembro teve uma carta que tudo lhe dizia, inclusivamente a hora da revolução, que elle nem abriu E comtudo era muitissimo mais grave do que ello suppunha. No ultimo conciliabulo dos conjurados fôra resolvida a sua morte. Ninguem ousou defendel-o. No dia 1 do dezembro ás 9 horas da manhã, já os conjurados tinham desarmado os tudescos, que eram a guarda do palacio da Ribeira, e estavam na galeria que os conduzia ao forte onde ficavam os aposentos do secretario de Estado, c ainda Miguel de Vasconcellos dormia a somno solto. Acordou-o o corregedor Manuel Mansos da Fonseca, que lhe disse, que havia grande novidade, sem saber ainda o que era. Miguel de Vasconcellos, acordando emfim, ouviu effectivamente estranhos rumores Pallido de susto correu á porta e fechou a por dentro. Logo sentiu os fidalgos a baterem á porta fortes aldravadas, e em seguida a lascarem a madeira com os machados com que pretendiam arrombal-a. Então, vendo-se perdido, pegou n'uma clavina carregada e encerrou-se n'um armario de papeis Ali, reprimindo a respiração, e com a fronte aljofrada pelo suor da agonia, sentiu a porta ceder, entrarem os fidalgos como uma torrente, e revolveram, blasphemando, todos os cantos do aposento. Esteve por um fio a sua salvação, porque os conjurados, não o encontrando, iam procural o á Casa da India, para onde julgaram, que tivesse fugido, mas pela estreiteza do esconderijo, Vasconcellos não pôde evitar um leve movimento. Sentiram-n'o, e correram lá com um grito de alegria feroz, e logo se dispararam uns poucos de tiros, atravessando duas balas a garganta de Vasconcellos, que caiu morto, golfando jorros de sangue. Os fidalgos largaram-n'o para seguirem a sua gloriosa obra. Fôram os creados de D. Gastão Coutinho que arremessaram das janellas o corpo do odiado ministro. O povo desesperado apoderou se d'elle, e o cadaver foi mutilado, e arrastado na maior furia, ficando por fim abandonado, e só mais tarde, por iniciativa do João Pinto Ribeiro e de D. Gastão, é que foi mettido n'um esquife da Santa Casa da Misericordia. Miguel de Vasconcellos era poeta, mas as suas poesias ficaram todas ineditas assim como um *Nobiliario de familias portuguezas*, que tambem escreveu.

Vasconcellos (*Paulino Antonio Cabral de*). Presbytero secular, bacharel formado em direito canonico pela Universidade de Coimbra e poeta. N. na quinta do Reguengo, junto de Amarante, a 6 de maio de 1720; não se conhece a data da sua morte, mas sabe-se que vivia ainda em 1787. Era filho do dr. João Cabral Moreira, medico, e de sua mulher, Anna Cerqueira Pereira. Depois da sua formatura, foi apresentado como prior da freguezia de Santa Maria de Jazente em 1748. Ali viveu largos annos, indo frequentes vezes ao Porto assistir aos abbadessados, assistindo ás festas do bispo, onde era muito bem recebido, assim como ás do arcebispo de Braga, D. Gaspar. Pela longa permanencia no seu priorado, tornou-se mais conhecido pelo *abbade de Jazente*. O marquez de Pombal não teve maior defensor do que elle foi, o decerto no primeiro periodo de reacção contra o ministro omnipotente, devia ter-lhe custado caro o seu enthusiasmo, se elle não tivesse tido o cuidado de não publicar as suas poesias, que só sairam pouco antes da sua morte, em 1786 ou 1787. Paulino Cabral de Vasconcellos gozava da fama de poeta muito jovial; depois de ter renunciado, ao que parece com grande pena, a sua abbadia de Jazente, foi viver para o Porto. Haviam-lhe morrido a maior parte dos seus amigos e visinhos, o abbade da Polvoreira, a quem dirige versos frequentemente, e Theodoro do Sá Coutinho, com quem tivera uma larga e engraçada polemica em verso, ácêrca das edades que tinham. O abbade de Jazente quasi que fez exclusivamente sonetos, e quasi sempre joviaes, apezar de ter alguns bem serios e tragicos, como os que se referem ao terremoto os seus sonetos jocosos tinham sobretudo o fim de satyrisar as modas novas, o abuso dos tratamentos, a perda da velha simplicidade portugueza. Bibliographia: *Poesias de Paulino Cabral de Vasconcellos, abbade de Jazente*, tomo I, Porto, 1786; tomo II, 1787. Em 1837, o editor Roland fez por sua conta uma nova edição d'estes 2 tomos. Na *Bibliotheca familiar e recreativa*, encontram se 4 sonetos seus, a pag. 225 e 355 do vol. VI, e a pag. 9 e 129 do vol. VII. Publicou tambem: *Ao terremoto do 1.º de novembro de 1755. Romance funebre;* sem data nem logar de impressão.

Vasconcellos (*Fr. Paulo de*) Prior geral da ordem de Christo no seculo XVII. Era natural de Arelloso, no bispado de Lamego, e fal. em Thomar a 29 de julho de 1654. Professou n'aquella ordem militar, no convento de Thomar em 1587. Foi tambem superior do collegio de Coimbra e do convento da Luz. Escreveu: *Arte espiritual que ensina o que é necessario para a meditação e contemplação*, Lisboa, 1649; tem no fim 5 sermões; *Instrucção como se ha de dar posse do mestrado da milicia de N. Sr. Jesus Christo, e de como se ha de celebrar Capitulo geral da mesma milicia. Tirada dos autos das posses que se deram aos senhores reis d'este reino, e dos capitulos que se celebraram pelos mesmos senhores*, Lisboa, 1649. Deixou algumas obras manuscriptas.

Vasconcellos (*Paulo Amado de Mello Ramalho da Cunha e*). Tenente do exercito d'Africa Occidental, cavalleiro da ordem da Torre e Espada e condecorado com a medalha de valor militar; terceiro filho varão de Francisco Amado de Mello Ramalho Pereira Cardoso da Cunha e Vasconcellos e de D. Maria da Madre do Deus da Silva Ribeiro. Fôram seus avôs paternos João Maria de Mello Ramalho Pimentel do Almeida e sua mulher D. Marianna Antonia Amado da Cunha e Vasconcellos. N. em casa de seus paes em Formoselha, concelho de Montemór o-Velho, em 1 de março de 1862. Assentou praça em 25 de agosto de 1880, sendo promovido a alferes em 24 de janeiro de 1886. Seguiu para a provincia de Angola em 6 de março do mesmo anno, como ajudante do batalhão de caçadores 5 que se ia organisar em Mossamedes para a occupação de Cabinda. Serviu n'esse logar, onde deu exuberantes provas de intelligencia, saber e disciplina até 18 de maio de 1887. Por esto tempo, vendo o governo que era indispensavel organisar um esquadrão de cavallaria irregular no planalto da Chella para conter em respeito o gentio d'aquella região, que amiudadas vezes se revoltava cou-

tra a nossa autoridade, entregou essa espinhosissima missão ao então alferes Paulo Amado, que seguiu para o Humpata com 25 muares e 6 homens que iam formar o nucleo do futuro esquadrão, em 16 de junho, do mesmo anno. Este esquadrão, que chegou a ter um effectivo de 58 praças de pret e 86 cavallos e muares, era composto só de degredados e soldados deportados, a maior parte dos quaes tinham pertencido no reino á arma de infantaria. No esquadrão não havia veterinario, nem picador, nem ferrador. Avalia-se pois a energia que o tenente Paulo Amado teve de desenvolver para por si só supprir todas estas faltas, e a disciplina de ferro que usou, para conter em ordem esta gente indisciplinada que pouco ou nada tinha a perder, e isto a 42 leguas do litoral e sem meios de communicação rapida com o governo do districto. Pois

Paulo Amado e Vasconcellos

apezar d'isto, nunca houve uma queixa contra um soldado do esquadrão nem um pequeno movimento de insubordinação. Durante o tempo que commandou o esquadrão (16 de junho de 1887 a 2 de junho de 1894) provou a energia inquebrantavel do seu caracter e a sua extrema coragem que por vezes chegou a temeridade. Um dia, o gentio em grande numero, atacou a tiro a propria casa do chefe do concelho, á 1 hora da tarde, conseguindo roubar lhe 25 bois que este official tinha em deposito. O chefe do concelho, na impossibilidade de perseguir e castigar os autores de tão extraordinaria aggressão, foi a correr pedir auxilio ao tenente Paulo Amado. Este achava se sósinho em casa, e ficou apoquentadissimo por não poder ir com o esquadrão em perseguição dos ladrões, porque, conforme o costume todos os animaes do esquadrão andavam no pasto e para os irem buscar era dar tempo ao gentio de fugir para longe com a preza, sendo depois impossivel encontral-os. Mas tambem não lhe soffrendo o animo valoroso que ficasse impune tal desacato ao seu paiz, montou a cavallo, pegou n'uma espingarda e lá foi sósinho em perseguição dos ladrões. Tendo-os encontrado a 3 k. de distancia conduzindo com canticos de victoria os bois que á fôrça tinham roubado, caiu como um raio no meio d'elles, os quaes depois do primeiro momento de espanto, e vendo que era só um que os atacava, o receberam a tiro; mas elle não perdeu o sangue frio e de tal maneira se houve, que passados poucos minutos o gentio fugia em debandada, deixando no campo 3 mortos, 2 feridos e o gado roubado, que o tenente Paulo Amado veiu entregar de novo ao chefe do concelho. Este magnifico feito d'armas que parece dos tempos da antiga cavallaria, foi justamente louvado em portaria provincial de 8 de fevereiro de 1890, assim como o foi por toda a imprensa do paiz, e pela estrangeira que d'elle teve conhecimento. Em 1888, mostrando se irrequieto o gentio do Humbe, e ameaçando sublevar-se mais uma vez contra a nossa autoridade, foi incumbido de marchar com o esquadrão para aquelle ponto, afim de socegar os brancos residentes no Humbe, que não viviam satisfeitos com a attitude hostil do gentio, e fazer perante estes uma demonstração de fôrça. Esta importantissima commissão de serviço teve magnifico exito porque o gentio socegou por completo. No regresso ao seu quartel mostrou o tenente Paulo Amado mais uma vez as suas esplendidas qualidades militares, fazendo uma marcha do Humbe á Humpata em 3 dias, ou uma media de 20 legoas por dia, por pessimos caminhos, luctando com falta de agua e pastos e sem deixar para traz nem um soldado nem um animal. N'este mesmo anno tomou parte na guerra do Cubango onde se distinguiu por fórma a ser condecorado com a medalha de valôr militar. Em 1891, sempre como commandante do esquadrão, fez parte da columna de operações que bateu o Bihé. Depois de tomada a Cubata, conseguiu o sóba fugir indo refugiar-se nas Ganguellas. Como o povo Ganguella o não quiz entregar e até mandou desafiar a columna de operações para o ir lá buscar se a isso se atrevesse, foi encarregado pelo commandante da expedição para marchar para aquella região castigar o gentio e tentar aprisionar o foragido. Durante 10 dias andou com o seu esquadrão sem vir ao acampamento n'um trabalho insano, tendo derrotado por completo as forças Gangvellas em varios combates, mas não pôde prender o sobado de Bihé por ter fugido para mais longe e nada se saber do seu novo refugio. Pela maneira como procedeu n'esta campanha foi condecorado com o grau de cavalleiro da Torre e Espada. De regresso d'esta expedição e ainda mal refeito das fadigas de 8 mezes de campanha, foi convidado pelo governo para ir ao Cuanhama vêr se era verdade, como se dizia, estar ali hasteada alguma bandeira estrangeira como signal de posse, e ao mesmo tempo estudar a maneira de se occupar militarmente essa região. Em 1885 tinha o povo do Cuanhama massacrado a missão catholica que lá se estabelecera, e desde essa epoca que não consentia a entrada nas suas terras a brancos portuguezes. Alguns negociantes do matto ainda tentaram ir ali negociar; mas uns fôram

mortos e os mais felizes completamente espoliados de tudo quanto levavam. Por aqui se vê o perigo da honrosa mas perigosissima commissão de serviço para que o tenente Paulo Amado tinha sido convidado. Accrescia ainda a circumstancia de o gentio do Humbe estar revoltado contra a nossa soberania, já ter atacado a fortaleza onde se tinham refugiado todos os brancos que lá viviam, e estar se a organisar uma expedição para os ir bater, e para ir ao Cuanhama, forçoso era atravessar o Humbe. Pois apezar de todos estes perigos e difficuldades, era mais um bom serviço á patria que d'elle reclamavam, e por isso não teve um momento de hesitação, e foi Compunha-se a pequena expedição de 2 carros boers e 9 pretos, e assim marchou atravessando o Humbe com uma rapidez extraordinaria não dando quasi tempo ao gentio de voltar a si do espanto que lhe causava, vêr abrir os seus caminhos por tão pouca gente. No dia 16 de abril de 1891 saiu da Humpata e a 23 dava entrada na fortaleza do Humbe, onde foi admirada tanta audacia. Fez pois uma viagem em 7 dias, com carros boers, que então e ainda hoje leva em média 15 dias. Depois de se demorar 5 dias no Humbe para melhor se preparar para a arriscadissima viagem que ia tentar, seguiu para o Cuanhama em 28 d'aquelle mez apenas com 6 homens por 3 d'elles terem ficado doentes no Humbe. Se o tenente Paulo Amado causa assombro pela sua coragem e energia militar, não são menos para admirar as suas qualidades diplomaticas, como provou n'esta commissão. Durante 14 dias que esteve no Cuanhama conseguiu a tal ponto captar a amisade do sóba que este, até então, grande inimigo de tudo quanto era portuguez, mandou com elle 3 dos seus *secúlos* com plenos poderes para em nome d'elle soba, prestarem preito de vassalagem a el-rei de Portugal e seus descendentes, do que se lavrou auto na presença do então governador do districto de Mossamedes capitão tenente Leitão Xavier, que o assignou. Mas não pára aqui a sua acção diplomatica no Cuanhama, porque, passados poucos dias depois do seu regresso, mandava o soba ao commandante da columna de operações no Humbe e a pedido d'este, 2:000 homens das suas melhores tropas para o auxiliarem no ataque ao Cuamato, que se ia fazer. Ao regressar do Cuanhama e passando de novo no Humbe encontrou a columna de operações que já tinha por mais d'uma vez entrado em fogo; mas o chefe dos rebeldes tinha so fortificado n'um ponto d'onde só a artilharia o podia desalojar e, caso extraordinario em toda a columna não havia quem soubesse manobrar com uma peça. Sabendo isto, Paulo Amado, em logar de voltar descançado para o seu quatel livre de perigos e gosar temporariamente d'um socego tão bem ganho, não teve animo para deixar a columna a braços com uma difficuldade podendo remedíal-a, e foi offerecer os seus serviços ao commandante, que alegremente os recebeu, encarregando o da artilharia. No dia seguinte era atacada a fortaleza do chefe rebelde, que foi tomada, sendo então occasião de se vêr que effectivamente só com o emprego da artilharia ella o podia ter sido. Da sua viagem fez um extenso relatorio que entregou ao governo no qual se dizem muitas cousas que passados annos, se iam pôr em pratica, como era a occupação do Evale, por exemplo. Em 1893, n'um exercicio militar e á frente do seu esquadrão, teve a infelicidade de cair com o animal que montava, fracturando o braço direito pelo cotovello. Por falta de assistencia medica não se pôde curar, e teve de ser reformado em 1894 com 32 annos de edade. E assim acabou a brilhante carreira d'este bravo militar, quando o paiz ainda tanto esperava da sua extraordinaria energia, da sua coragem nunca desmentida e do seu enorme patriotismo. Para que o seu nome não pudesse ser esquecido, principalmente nos sitios onde tanto se distinguiu, deu o coronel Arthur de Paiva, já fallecido, e que foi um dos nossos maiores africanistas, bem como uma gloria do exercito, o nome de «Monte Paulo Amado» a um elevado cêrro de 2:200 metros de altura na serra do Huambo, districto de Benguella, e o medico naval major Pereira do Nascimento, pôz o nome de «Colma Paulo Amado» a um monte no Cuamato, districto de Benguella, nome este que vem nas modernas cartas geographicas d'aquellas regiões. Depois de reformado tem o tenente Paulo Amado exercido o cargo de administrador de concelho em Castello de Paiva, Silves, Moimenta da Beira, Almeirim, Ilhavo e Oliveira do Bairro. Paulo Amado casou em Coimbra a 15 de novembro de 1892 com D. Sophia Henriqueta Lindenberg Moller, filha de Adolpho Frederico Moller e de sua mulher D. Mathilde Coelho Moller.

Vasconcellos (*Rodolpho Smith de Vasconcellos, 2.º barão de*). Fidalgo da Casa Real. Era filho do 1.º barão do mesmo titulo, José Smith de Vasconcellos, e de sua mulher D. Francisca Carolina Mendes da Cruz Guimarães. Casou em 20 de abril de 1874 com D. Eugenia Pereira Felicio, filha dos 1.ºs condes de S. Mamede, Rodrigo Pereira Felicio e D Joanna Maria Ferreira da Silveira. O titulo foi lhe renovado por decreto de 9 d'abril de 1874.

Vasconcellos (*D. Sebastião de*). Militar do seculo XVI. Esteve na restauração da Bahia por mestre de campo do terço da armada, e morreu afogado ao entrar a barra no anno de 1642, juntamente com o general Tristão de Mendoça.

Vasconcellos (*D. Sebastião Leite de*). Bispo de Beja. N. no Porto a 3 de maio de 1852, sendo filho de modesta e honrada familia. Frequentou como porcionista o Collegio dos Orphãos d'aquella cidade, desde 1861 até 1865, onde fez exames de instrucção primaria, portuguez, francez e latim. Em 1866 veiu para Lisboa, e entrou no Collegio de Campolide, do padre Cabral, estudando ali latinidade, grego e philosophia. Em 1868 voltou ao Porto, concluiu os preparatorios no Lyceu para o curso theologico, frequentando depois, como externo, os tres annos do curso triennal theologico, sempre com muito aproveitamento e distincção. Em 1872 estudou no Seminario o curso ecclesiastico. Tomou ordens menores, a 20 de setembro de 1871, e de presbytero a 15 de novembro de 1874, celebrando a sua primeira missa a 8 do seguinte mez de dezembro na egreja parochial de Santo Ildefonso, onde fôra baptisado, tendo como padrinhos seculares o duque de Saldanha e o conde de Samodães. Em 1871 começou a exercer o logar de escrivão ajudante da Camara Ecclesiastica, foi nomeado registrador da mesma em 1876, distribuidor em 1880, e escrivão de um dos officios do auditorio ecclesias

tico em 1882. Foi approvado em concurso por provas publicas para parocho, e esteve encarregado de auxiliar a distribuição da Bulla da Santa Cruzada. Exerceu tambem as funcções de chanceller do bispado. N'estas nomeações que tanto o honravam, via se a estima e alta consideração que lhe dava o digno prelado, o cardeal D. Americo. Foi depois commissario da Ordem Terceira de S. Francisco, onde se assignalou pela sua energia, actividade e dedicação. Durante alguns annos, o reverendo Sebastião Leite de Vasconcellos leccionou particularmente portuguez, francez e italiano. De caracter bondoso e beneficente, vendo tantas creanças ao desamparo, lembrou-se da fundação d'um instituto, onde essas creanças pudessem ser recolhidas e educadas, e para isso foi ao estrangeiro estudar as casas d'este genero fundadas pelo P. Bosco, e assim se habilitou para a fundação no Porto, em 1883, das officinas de S. José, que foi a primeira casa, d'este genero no paiz. No vol. V do *Portugal*, artigo dedicado ao Porto, a pag. 959, vem minuciosamente descripto este benemerito instituto. Em setembro de 1907 D. Sebastião Leite de Vasconcellos foi eleito bispo de Beja, verificando-se a sua sagração em 20 de fevereiro de 1908 na sé do Porto pelo bispo do Porto D. Antonio Barroso, tendo por assistentes os bispo conde de Coimbra, e o bispo de Bragança D. José Mariz, e assistindo todo o cabido. A cerimonia realisou se com toda a solemnidade, retirando-se do Porto poucos dias depois o novo bispo de Beja a tomar posse da sua diocese. Por decreto de 18 de Abril de 1911 foi o sr. Sebastião Leite de Vasconcellos destituido das suas funcções de bispo de Beja, retirando-se para o extrangeiro.

Vasconcellos (*Servulo de Paula Medina*). Poeta e escriptor. N. na ilha da Madeira, mas ignora se a data do nascimento. Seu pae era o poeta funchalense Francisco de Paula Medina e Vasconcellos (V. *Medina e Vasconcellos*). Escreveu o drama em 4 actos e 7 quadros, intitulado *Amor e patria*, que se publicou em 1835 no Funchal. Depois de ter vivido alguns annos na ilha da Madeira, partiu para Cabo Verde, onde seguiu a vida commercial.

Vasconcellos (*P. Simão de*). Jesuita. N. no Porto em 1597, fal. no Rio de Janeiro a 29 de setembro de 1671. Entrou na Companhia de Jesus, em 1616, contando 19 annos de edade, no collegio da Bahia. Foi n'esse collegio professor de philosophia e theologia. Ligando-se depois intimamente com o P. Antonio Vieira, foi com elle para Roma em 1624 na qualidade de procurador da Companhia Eleito pouco depois provincial do Brazil, voltou para a sua provincia, vindo a fallecer no Rio de Janeiro, conforme dissémos. Escreveu: *Chronica da Companhia de Jesus no Estado do Brazil, e do que obraram seus filhos n'esta parte do mundo*, tomo I, Lisboa, 1663. Saiu só este tomo, que no seculo passado, em 1865, se reimprimiu correcto e augmentado. Esta edição foi dirigida por Innocencio da Silva, que lhe addicionou em appendice as cartas escriptas do Brazil pelo P. Manuel da Nobrega, copiadas da *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*, onde appareceram pela primeira vez. No Rio de Janeiro tambem se fez uma *Segunda edição* accrescentada com uma introducção e notas historicas e geographicas pelo conego dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro; *Vida do P. João de Almeida, da Companhia de Jesus, na provincia do Brazil*, Lisboa, 1658; *Continuação das maravilhas que Deus é servido obrar no Estado do Brazil, por intercessão do mui religioso e penitente servo seu, o veneravel P. João de Almeida, da Companhia de Jesus*, Lisboa, 1662; *Sermão que prégou na Bahia em o 1.º de janeiro de 1659, na festa do nome de Jesus*, Lisboa, 1663; *Vida do veneravel P. José de Anchietta, da Companhia de Jesus*, etc., Lisboa, 1672; *Noticias curiosas e necessarias das cousas do Brazil*, Lisboa, 1668; fôram reimpressas no Rio de Janeiro no anno de 1824.

Vasconcellos (*Vicente Caetano da Maia e*). Um dos valentes defensores da causa constitucional, nas luctas civis de 1828 a 1833. N. em Lisboa a 10 de maio de 1810, fal. em Loanda a 31 de maio do anno de 1856. Era filho do coronel de cavallaria n.º 8, José Ayres da Maia e Vasconcellos e de D. Marianna Rita do Carmão Borzão; neto de tenente coronel Vicente Caetano da Maia e Vasconcellos. Concluidos os preparatorios do Collegio Militar, passou a frequentar em 1826, na Academia Real da Marinha, o curso de mathematica, de que estudou os 4 annos, requerendo apoz a indispensavel *justificação de sua nobreza*, para assentar praça de aspirante a guarda-marinha. Não era, porém, essa a orientação que n'aquelle momento mais convinha ao seu temperamento liberal e combativo. Quando na noite de 21 para 22 de agosto de 1831, o regimento de infantaria n.º 4 commetteu em Lisboa a louca temeridade, depois cruelmente afogada em sangue, de sair isolado para a rua levantando o grito a favor da rainha D. Maria II, Maia e Vasconcellos a elle se aggregou como paizano, conservando-se no seu posto até que os ultimos soldados debandaram, segundo o testemunho occular de um seu superior. Encontrando-se emigrado em Inglaterra, de lá se dirigiu para a ilha Terceira, onde assentou praça no Regimento de Voluntarios da Rainha, em 17 de dezembro de 1831, sendo ainda estudante. Fez parte do exercito libertador, que em 1832 veiu para Portugal, ficando conhecido pela designação de *bravos do Mindello*. N'esse anno tomou parte nas seguintes importantes acções: a 18 de julho, o renhido combate de Penafiel em que as tropas miguelistas fôram repellidas; a 22, em Vallongo, na victoria de Ponte Ferreira, ganha a 23 por D. Pedro contra as tropas do general Povoas; de Villa do Conde, a 31; das Linhas do Porto, a 29 de setembro; e de 17 de novembro, na Cruz da Regateira, *onde, além da heroica maneira com se portou durante o fogo, apresentou na crise em que a polvora ia faltando em parte dos atiradores um barril d'ella que fez conduzir á linha, tendo de o transportar ás costas por impraticaveis caminhos que haviam entre uma e outra linha*, como diz official documento; e em todos os mais que n'esse anno tiveram logar para a defeza das linhas do Porto, mostrando sempre valor e temeridade, conduzindo-se como bom militar e bom cidadão. No anno seguinte tomou parte na acção de 25 de julho em Campanhã, sendo, por feitos de valor, nomeado cavalleiro da Torre e Espada, por decreto de 22 de setembro de 1834; e nas de 13 de agosto ao norte do Douro, a 5 de setembro. Em 1834, egualmente tomou parte activa nas de 26 de março em

Santo Thirso, e 22 de abril na Lixa. As convulsões politicas do anno de 1846 de novo o attrahiram ás fileiras da liberdade. A 13 de outubro assentou praça de soldado no Batalhão de Voluntarios da Côrte, passando a 15 de dezembro para o 2.º batalhão movel de atiradores com a patente de alferes. Serviu: em 1832 e 1833 na secretaria do general Stubbs, e a partir do 21 de junho de 1834, na repartição do ajudante do Estado Maior Imperial. Extincta esta repartição mezes depois, e por attenção aos serviços que prestára á causa da Rainha, foi collocado no ministerio da guerra a 1 de novembro do mesmo anno. Por decreto de 7 de julho de 1847 foi nomeado guarda mór da alfandega de Loanda, logar que exercia quando falleceu. Vicente Caetano da Maia tinha o fôro de cavalleiro fidalgo.

Vasconcellos *(Fr. Vivaldo de)*. Religioso da ordem de S. Bernardo. N. proximo de Lamego; professou em 1620 no collegio de Coimbra. Foi procurador geral da ordem no Porto, secretario geral de Fr. Luiz de Sousa, abbado do convento do Desterro, em Lisboa, e geral da congregação, eleito em 1657. Morreu em Alcobaça em 1681, deixando manuscripta a historia da fundação do convento da Nazareth, de bernardas descalças, de Lisboa.

Vasconcellos. Pov. na freg. de Santa Maria, de Ferreiros, conc. de Amares, distr. do Braga.

Vasconcellos Azevedo e Silva *(Luiz de)*. Escriptor dramatico e jornalista. N. em Lisboa a 23 de setembro de 1818, onde tambem fal. a 11 de fevereiro de 1863. Seu pae tinha egual nome, e era tenente-coronel graduado de cavallaria. Collaborou nos jornaes politicos: *A Lei*, *Imprensa e Lei*, *Jornal Mercantil*, *O Parlamento* e *A Opinião*, de quo era um dos redactores quando morreu. Como escriptor dramatico escreveu varios dramas e comedias, que se representaram com grande succcsso, de cujas peças estão apenas impressas, ao que consta, as seguintes: *A Cruz*, drama em 5 actos, representado no theatro de D. Maria II, Lisboa, 1855; *Nobreza por nobreza*, comedia-drama em 3 actos, imitação, Lisboa, 1856, representada no theatro de S. João do Porto; *A Historia d'um pataco*, comedia em 1 acto, imitada do francez, representada no theatro do D. Maria; está na collecção do *Theatro Moderno*, sendo o n.º 43. Das que se não imprimiram, sabemos das seguintes representadas no theatro de D. Maria e imitadas do francez: *O Anjo da Reconciliação*, comedia em 3 actos; *A Mulher Economica*, em 1 acto; *A Doença do medo*, em 1 acto; *Situação difficil*, 1 acto; *Lagrimas de crocodilo*, 1 acto; *Lucia*, 1 acto; *A Chavena quebrada*, 1 acto; *A Condessa de Sidiane*, 1 acto, traduzida; *O tyranno domestico*, 1 acto, idem; *As tranças de minha mulher*, 1 acto, idem. No Gymnasio representaram se as seguintes, traduzidas do francez, ambas em 2 actos: *Um homem honrado* e *O Mudo de Ingouville*. Traduziu as *Memorias de Alexandre Dumas* e o romance *Leone Leoni*, de Jorge Sand, que fôram publicadas pela empresa da *Bibliotheca Economica*, de Eduardo de Faria.

Vasconcellos e Castro *(Jacome Luiz Sarmento de)*. Doutor em mathematica pela Universidade de Coimbra. N. na aldeia de Paradinha, districto de Vizeu, a 23 de março de 1814, fal. em Coimbra a 26 de abril de 1874. Era filho de José Sarmento de Vasconcellos o Castro, e de D. Antonia Ludovina Amelia Carneiro Sarmento Botelho de Vasconcellos. Matriculou se na faculdade de mathematica no anno de 1836, doutorando-se a 21 de outubro de 1841. Era tão assiduo no trabalho, que a elle se deveu, em grande parte, abreviar a sua existencia. O Asylo da Infancia Desvalida de Coimbra mereceu lhe por muitos annos os maiores desvellos. Depois de ser algum tempo subsciptor para este este estabelecimento de caridade, foi eleito em 1850 primeiro secretario da direcção, cargo que serviu com o maior zelo até 1856, contiuuando, depois a ser subscriptor do mesmo asylo. O dr. Jacome de Vasconcellos e Castro era cavalleiro da ordem de S. João de Jerusalem. Casou com D. Guilhermina da Piedade da Fonseca Mangas.

Vasconcellos Correia *(Antonio Cesar de)*. Empregado n'uma das repartições do ministerio da marinha, escriptor dramatico e jornalista. N. em Lisboa a 11 de maio de 1828, onde tambem fal. a 5 de maio de 1870. Fundou e foi director da *Revista das Colonias*, jornal que se publicava em Lisboa duas vezes por semana; sairam ao todo 26 numeros, sendo o ultimo a 13 de dezembro de 1863. Foi um dos redactores do *Commercio de Lisboa*, de que era director politico o fallecido jornalista Eduardo Tavares, e collaborou tambem em outros jornaes politicos, tanto em prosa como em verso, como o *Patriota*, *Parlamento*, *Conservador*, *Revolução de Setembro*, etc. Para o theatro escreveu as seguintes peças, que se representaram com grande exito no antiga Rua dos Condes, no Gymnasio, e em outros theatros: *O Anjo Maria*, drama original em 3 actos, que está publicado na collecção do *Theatro Moderno*, de que é o n.º 23; *Santa Iria*, drama sacro em 3 actos; *Pretos e brancos*, 4 actos; *A Italia*, 3 actos; *Flôres sem cultura; O Mentiroso; A' cata de um namorado; D. João I*, etc.

Vasconcellos Correia *(Augusto Cesar de Almeida)*. Lente da Escola Medico Cirurgica de Lisboa, ministro do Estado, etc. N. em Lisboa a 24 de setembro de 1867, sendo filho de Julio Cesar de Vasconcellos Correia. Matriculando se na referida Escola, seguiu o respectivo curso que terminou, em 1891, defendendo em 21 de julho d'esse anno a these inaugural seguinte: *Hygiene hospitalar. Nosocomialismo e microbismo*, Lisboa, 1891. Foi nomeado, procedendo concurso, demonstrador da secção cirurgica da mesma Escola, por decreto de 3 de fevereiro de 1899. Fôram estas as theses apresentadas: *Stenoze do pyloro (tratamento cirurgico)*, Lisboa, 1898; *Exclusão total do intestino*. Lisboa, 1898. Foi promovido a lente substituto da mesma secção, por decreto de 1 d'outubro de 1903, e fez parte do Congresso de Medicina, que se reuniu em Lisboa no anno do 1906. Teve a seu cargo a direcção da enfermaria de S. Fernando, do hospital do Desterro; é hoje cirurgião-director de clinica cirurgica da enfermaria de S. Fernando, no hospital de S. José. O sr. dr. Augusto de Vasconcellos é bem conhecido operador e medico muito distincto; é professor ordinario de Anatomia (descriptiva e topographica) da Escola Medica, socio titular da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, da Associação dos Medicos Portuguezes, da Assistencia Nacional aos Tuberculosos (vogal da sub-commissão do estudo e estatistica da tuberculose), da So-

ciedade de Geographia, etc. Pertenceu sempre ao partido republicano, a que prestou relevantes serviços, e depois de proclamada a Republica, em outubro de 1910, foi nomeado pelo governo provisorio ministro de Portugal em Madrid, logar que deixou de exercer por ter sido chamado a Lisboa, quando se formou, em 3 de setem-

Augusto Cesar de Almeida Vasconcellos Correia

bro de 1911, o primeiro ministerio, a que presidiu o sr. João Chagas, para dirigir a pasta dos estrangeiros, que lhe fôra destinada. Sendo este ministerio de curta duração, foi incumbido de formar um novo gabinete, que constituiu em 12 de novembro de 1911, ficando com a presidencia do ministerio, e a referida pasta dos estrangeiros a seu cargo.

Vasconcellos Coutinho *(Francisco de)* Bacharel formado em canones pela Universidade de Coimbra. Era natural do Funchal, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Escreveu: *Feudo do Parnaso, e victima numerosa, consagrada ás aras da soberana magestade do muito alto e poderoso rei D. João V*, Lisboa, 1729; reimpresso, accrescentado com outras composições do autor, Lisboa, 1773; *Hecatombe metrico, consagrado ás aras da Cruz Santissima, e á pureza da immaculada Virgem Maria, Nossa Senhora*, Lisboa, 1729. Andam algumas das suas composições na *Fenix Renascida*, tomo I, pag. 1 a 32, e no tomo II, pag. 220 a 251.

Vasconcellos da Cunha *(Bartholomeu de)*. Valente official de marinha, do seculo XVII. Era irmão de Francisco de Vasconcellos da Cunha, que foi governador de Cabo Verde e de Angola. Acompanhando seu irmão a Angola, andou cruzando sempre na costa com uma esquadra para a defender dos ataques dos hollandezes que cubiçavam a provincia, e effectivamente por mais de uma vez teve de se bater com elles, tomando-lhes em 1637 um navio de 24 peças. Ficou em Angola depois da partida do seu irmão. Acompanhou o governador Pedro Cesar do Menezes para o Bengo, e depois para Massangano, quando em 1641 Loanda caiu em poder dos hollandezes. No dia 26 de maio de 1643, tendo os hollandezes assaltado o acampamento portuguez por surpreza, e até á traição, porque estavam ajustadas tregoas, foi Bartholomeu de Vasconcellos ferido e caiu prisioneiro. Tendo recuperado a liberdade, foi um dos tres governadores, que assumiu a direcção da provincia em 1646, quando morreu Francisco de Sotto Maior. Os outros dois governadores eram Zuzarte Lobo e Antonio Teixeira Mendonça. A séde do governo do Angola era ainda Massangano, e como os hollandezes tentaram tomar Muxima, soccorreram n'a os tres governadores com exito, mas reforçados os hollandezes, viram se obrigados os nossos a recolher a Massangano. Em 1648 foi restaurada Loanda por Salvador Correia de Sá e Benevides, vindo do Brazil com uma esquadra. Bartholomeu de Vasconcellos, como era de crer, mereceu a plena confiança de Salvador Correia, e foi encarregado de ir subjugar o rei do Congo e a rainha Ginga, o que fez com a sua habitual energia; o rei do Congo cedeu territorio, a rainha Ginga humilhou se. Em 1653, tendo morrido o governador Rodrigo de Miranda Henriques, que succedera a Salvador Correia, assumiu Bartholomeu da Cunha o governo, que exerceu dois annos, mantendo Angola em socego, e que entregou em 1655 ao novo governador Chichorro. Continuou, porém, a residir em Angola como capitão do mar, e em 1658 foi subjugar, por ordem do governador André Vidal de Negreiros, os sobas revoltados do Golungo Alto. Parece que morreu pouco depois, porque o seu nome glorioso não tornou a apparecer nos annaes da provincia de Angola, onde esteve pelo menos 23 annos.

Vasconcellos da Cunha *(Francisco de)*. Governador de Cabo Verde e de Angola. Em 1624 assumiu o governo do archipelago, que conservou no periodo em que por ali passavam as esquadras que iam tomar e restaurar a Bahia. Em 1635 foi governar Angola, e teve a felicidade de a conservar immune de invasões hollandezas, graças sobretudo á energia de seu irmão Bartholomeu de Vasconcellos da Cunha que protegia a costa com uma esquadra. Entregou em 1639 o governo ao seu successor Pedro Cesar de Menezes, que, menos feliz, perdeu Loanda.

Vasconcellos da Cunha *(Troylo)*. Fidalgo da Casa Real, secretario da Junta dos Tres Estados do Reino, etc. N. no Funchal em 1654, fal. em Lisboa a 9 de agosto de 1729. Era filho de Bartholomeu de Vasconcellos da Cunha, que fôra mestre de campo de Olivença, e capitão mór das naus da India. Como pertencia a uma familia illustre, sem ter mais do que a instrucção secundaria, como hoje se diria, e bastantes luzes de theologia, foi nomeado secretario da Junta dos Tres Estados, tendo sido antes reconhecido como fidalgo da Casa Real. Casou com D. Monica da Silva Coutinho. Era theologo habil, e poeta distincto. Vasconcellos da Cunha escreveu muito, mas parece que imprimiu muito pouco. A maior parte das suas poesias e prosas fôram recitadas e lidas por elle nas muitas academias de que era

membro. Só se conhece publicadas as duas seguintes composições: *Espelho do invisivel, em que se expõe a Deus, um, e trino, no throno da eternidade; as divinas ideias; Christo e a Virgem; o céu e a terra; poema sacro*, etc, Lisboa, 1711; *Justino Lusitano, ou traducção de Justino da lingua latina para a portugueza, em que seu autor descreve as historias do mundo, recopilando nos quarenta e quatro livros que vão n'estes, outros tantos volumes em que as escreveu Troyo Pompeio*, Lisboa, 17-6.

Vasconcellos Gouvela (*Pedro d'Abreu*) Presbytero secular. N. perto de Vizeu a 25 de setembro de 1669. Foi reitor do seminario de Vizeu e reitor da vigairaria de S. Miguel, d'esse bispado. Compôz uma obra intitulada *Synonimos politicos e moraes*, que ficou inedita.

Vasconcellos de Gusmão (*Joaquim*). Lente jubilado da Escola Polytechnica, antigo deputado, par do reino, jornalista, etc. N em Mourão a 4 de dezembro de 1837, fal. em Queluz a 18 de fevereiro de 1912. Pertenceu ao partido progressista, e foi um dos fundadores e por muitos annos o unico proprietario do *Diario Popular*, jornal de que era director politico o distincto estadista e escriptor Marianno de Carvalho, de quem foi um dos mais intimos amigos Teve bastante influencia eleitoral no Alemtejo, d'onde elle e sua familia era natural, sendo uma das mais consideradas d'aquella provincia. Foi deputado nas legislaturas de 1868 a 1869, de 1869 a 1870, de 1870 a 1871, e de 1880 a 1881. Foi elevado a par do reino por carta régia de 7 de janeiro de 1881, tomando assento na respectiva camara na sessão de 12 de março do mesmo anno. Em 1865 foi nomeado por concurso para o logar de lente substituto para a cadeira de economia politica na Escola Polytechnica, em cujo concurso apresentou a seguinte dissertação, que n'esse mesmo anno publicou: *Dissertação para o concurso ao logar de lente substituto da 10.ª cadeira da Escola Polytechnica de Lisboa, economia politica e principios de direito administrativo e commercial*. Mais tarde teve a propriedade da sua cadeira, que regeu, até ser jubilado em 1911. Pertenceu muitos annos ao conselho de administração da Companhia dos Tabacos e ao Supremo Tribunal Administrativo.

Vasconcellos e Lima (*Francisco*) Medico. Era natural de Setubal, onde nasceu no meado do seculo XVIII. Em 1792 publicou um *Discurso preliminar á mathematico; por occasião da abertura da aula d'esta sciencia, que hoje serve de instrucção aos ordinandos do bispado de Beja*. Veiu exercer clinica para Lisboa, onde ainda vivia em 1824.

Vasconcellos e Menezes (*D. Affonso*). Védor da fazenda e do conselho de D. João III, seu capitão dos ginetes, cargo que tambem exerceu no tempo de D. Sebastião. Era filho primogenito do 2.º conde de Penella, D. João de Vasconcellos de Menezes e de sua primeira mulher D. Maria de Sousa e Athayde. Herdou toda a casa de seu pae, menos o titulo, e foi senhor de Penella, Mafra, Enxara dos Cavalleiros, Soalhães, e da ilha do Fogo. Casou com D. Guiomar Soares, filha herdeira de Lopo Soares de Albergaria, 3.º governador da India, e de sua mulher D Joanna d'Albuquerque. O officio de capitão de ginetes houve-o em dote de sua mulher em 24 de fevereiro de 1521. Fal. em 1573.

Vasconcellos e Menezes (*Antonio Cardoso de*). Capitão mór de Fontello e Sepães. N. em Murça em 1666, fal. em 1748. Escreveu um romance lyrico em 714 coplas, denominado *Vida do glorioso Santo Antonio de Lisboa*.

Vasconcellos e Menezes (*D. Fernando de*). Arcebispo de Lisboa. Era filho 2.º de D. Affonso de Vasconcellos e Menezes, 1.º conde de Penella, e de sua mulher D. Izabel da Silva. Foi prior do convento de S. Vicente de Fóra, onde professou o instituto de Santo Agostinho, e em 1513 foi nomeado bispo de Lamego, sendo confirmado n'esse mesmo anno, e n'aquella cidade edificou um magnifico palacio episcopal. Exerceu o cargo de capellão mór de el-rei D. Manuel para que teve a nomeação no anno de 1516, e continuando ainda n'este cargo no tempo de D. João III. Em 1535 foi eleito inquisidor geral, e em 15 de setembro de 1540 arcebispo de Lisboa, tomando posse a 8 do mez de novembro d'esse anno Em 1543 foi conduzir a Castella a princeza D. Maria, que se desposou com o principe D. Filippe, filho do imperador Carlos V. No anno de 1517 fez o livro do censual do arcebispado. Ordenou uma procissão em dezembro de 1552, pelo desacato commettido por um inglez na capella real, e acompanhou-a descalço, com exemplar humildade. Foi feito á sua custa o antigo altar de S. Vicente, na sé de Lisboa. Tendo varias e importantes questões com o cardeal D. Henrique, retirou-se para o logar de Santo Antonio do Tojal, onde em 1554 fundou a egreja, a expensas suas, construindo tambem um palacio e jardim para a habitação dos seus successores. Fal. em edade muito avançada, a 7 de janeiro de 1564. Foi sepultado na capella mór da sua Sé.

Vasconcellos e Menezes (*D. João de*). Filho legitimado de D. Affonso de Vasconcellos e Menezes e neto do 2.º conde de Penella. Foi alcaide-mór de Castello Branco, senhor de Enxara dos Cavalleiros, dos concelhos de Aregos e Soalhães e da ilha do Fogo. Acompanhou el-rei D. Sebastião a Africa, e esteve na batalha d'Alcacer Kibir, onde ficou captivo dos moiros, mas com grandes disfarces e á custa de muitos perigos e trabalhos, conseguiu voltar ao reino. Exerceu depois o cargo de capitão-mór de uma armada que foi ás ilhas, e serviu algum tempo de aposentador-mór, exercendo tambem o cargo de vereador do senado de Lisboa.

Vasconcellos Pereira Coutinho de Macedo (*Antonio de*). Magistrado conhecido mais vulgarmente pelo nome de juiz Vasconcellos. N em Oliveira do Hospital a 9 de maio de 1818, fal. em Lisboa a 9 de julho de 1880. Era filho de Luiz Xavier de Figueiredo e Aguiar e de D. Maria Feliciana Rebello de Faria Macedo de Vasconcellos. Estudou o curso de direito na Universidade de Coimbra, formando se em 1841. Foi exercer a advocacia para a sua terra natal, onde se conservou até 1846, e vindo então para a capital, foi nomeado auditor do exercito. Acompanhou o marechal Saldanha durante a guerra civil, e sendo depois collocado n'uma das comarcas dos Açôres, foi transferido mais tarde para um dos districtos criminaes de Lisboa, e por ultimo, elevado a juiz do tribunal da Relação, sendo d'elle nomeado vice-presidente em 1865. Foi governador civil de Lisboa, deputado em varias legislaturas, e um dos signatarios do pacto da

Granja, pelo qual se fundiram os dois partidos historico e reformista. Tendo sido feito par do reino em 8 de janeiro de 1880, fal. de repente n'esse mesmo anno.

Vasconcellos Pimentel (*Antonio Telles Pereira de*). Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, antigo deputado, par do reino, ministro de Estado, juiz do Supremo Tribunal Administrativo, etc. N. em Bouças, em 1833, fal. em Lisboa a 13 de maio de 1907. Cursou a referida Universidade, formando-se em 1857. Principiou a sua carreira publica por ser governador civil do districto de Coimbra e da Guarda. Pertencendo ao partido regenerador, foi deputado pela primeira vez, em 1858, sendo eleito pela cidade da Guarda, que o reelegeu em legislaturas successivas, até 1882, anno em que foi nomeado par do reino, tomando posse na respectiva camara na sessão do dia 14 de fevereiro. Durante 24 annos occupou honrosamente a sua cadeira de deputado, em que foi um dos mais distinctos parlamentares. Na camara dos pares foi presidente mais de uma vez. O seu nome foi por vezes indicado para ministro, mas a que sempre se escusou, porém em junho de 1892, sendo muito instado, acceitou a pasta da justiça, de negocios ecclesiasticos, n'um ministerio presidido pelo conselheiro José Dias Ferreira. Por occasião da viagem real a Hespanha, no centenario da descoberta da America, tendo o dr. Dias Ferreira ido a Madrid, como presidente do conselho acompanhar o rei D. Carlos, o conselheiro Telles de Vasconcellos assumiu interinamente a gerencia da pasta do reino. Era então regente do reino a rainha D. Maria Pia, a quem o distincto estadista acompanhou nas suas visitas officiaes aos diversos estabelecimentos do Estado e que finda a regencia, o agraciou com uma gran-cruz. Foi elle, como ministro do reino interino, quem ficou presidindo aos conselhos de ministros durante a ausencia do chefe do governo. Além de juiz do Supremo Tribunal Administrativo, era tambem presidente da commissão revisora de contas. Foi presidente do conselho superior da administração da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portuguezes. Nos ultimos annos de vida abandonara a politica partidaria, desgostoso com a marcha dos partidos. Possuia varias gran cruzes e commendas nacionaes e estrangeiras, contando se entre ellas a gran-cruz de S. Mauricio e S. Lazaro de Italia, de Carlos III de Hespanha, e a commenda Francisco José da Austria, distincções com que fôra agraciado por serviços prestados á causa publica. Publicou varios trabalhos sobre questões administrativas, e durante algum tempo dirigiu o *Diario Illustrado*.

Vasconcellos Porto (*Antonio Carlos Coelho de*). Coronel de engenheiros, ministro de Estado, ajudante de campo honorario de el rei D. Carlos, lente da Escola do Exercito, deputado, etc. N. em 26 de agosto do anno de 1855. Assentou praça em 9 de julho de 1873, sendo promovido a alferes em 29 de dezembro de 1877, a tenente em 14 de janeiro de 1880, a capitão em 31 de outubro de 1884, a major em 24 de agosto de 1898, a tenente coronel em 19 de setembro de 1902, a coronel em 7 de novembro de 1907. Fez o curso do Lyceu, e depois matriculou se na Escola Polytechnica de Lisboa, onde foi sempre o primeiro estudante em todas as cadeiras, o ganhou os primeiros premios, concluindo os estudos, em 1878, aos 23 annos de edade. Foi a concurso para uma vaga de lente da Escola do Exercito, e deu as mais brilhantes provas do seu muito saber e intelligencia, regendo um anno depois a cadeira de topographia de aquelle importante estabelecimento. Mas foi sobretudo como engenheiro civil que o sr. Vasconcellos Porto revelou as suas prodigiosas faculdades de talento e actividade. Dirigiu os trabalhos de construcção do caminho de ferro do Mondego, que é um modelo de linha ferrea construido pelos adeantados processos da engenharia moderna, sendo nomeado director do mesmo caminho de ferro. Como chefe de construcção trabalhou nas obras feitas nas novas linhas da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portuguezes, e como engenheiro adjunto do mesmo serviço de construcção da mesma companhia, su-

Antonio Carlos Coelho de Vasconcellos Porto

perintendeu nos trabalhos de perfuração do grande tunnel que atravessa Lisboa, e tão correctos fôram os seus estudos n'essa obra monumental que, a 26 de maio de 1888, quando, para a communicação dos ultimos dois poços, faltava apenas remover a pequena parede que os separava, os trabalhadores d'um e d'outro lado encontraram-se disputando a ultima pedra, e, quando esta caiu, as picaretas feriam lume umas nas outras. Foi depois promovido a engenheiro em chefe da exploração da referida companhia, e nomeado seu sub director, dirigindo a construcção dos caminhos de ferro da Beira Baixa e de Sant'Anna a Vendas Novas. Pertencendo ao partido regenerador foi eleito deputado em 1894; em 1900 representou brilhantemente a Companhia Real na Exposição Universal de Paris, e em 1901 voltou ao parlamento, deixando a camara para acompanhar o conselheiro João Franco, quando se produziu a scisão do partido regenerador e se for-

mou o novo partido regenerador liberal. Em maio de 1906, caindo o gabinete da presidencia de Hintze Ribeiro, e tendo sido encarregado o conselheiro João Franco de organisar o novo ministerio, o que realisou logo no mez seguinte, foi o sr. Vasconcellos Porto convidado para dirigir a pasta da guerra e no desempenho das suas elevadas funcções applicou uma actividade verdadeiramente prodigiosa. A organisação do exercito mereceu-lhe sempre os maiores cuidados e desvellos, e assim é que fôram poucos os quarteis que não visitou no periodo verdadeiramente curto da sua gerencia. As medidas mais importantes fôram: creação do supremo conselho de defeza nacional, como orgão especial para a preparação da guerra, presidiudo á elaboração dos projectos de organisação militar, de planos de mobilisação, de operações terrestres e maritimas, e organisação defensiva da metropole e das colonias; remodelação das tabellas de vencimentos e gratificações, melhorando as condições economicas de officiaes e praças de pret; instrucção militar preparatoria, tendendo a generalisar em todas as classes da sociedade a pratica dos exercicios militares, facultando o estabelecimento de carreiras de tiro nos centros importantes pela sua população ou incremento agricola, industrial e commercial; transformação do ensino elemenrar ministrado nos regimentos aos soldados analphabetos, fazendo despertar o mais vivo interesse em todo o exercito; notavel impulso dado a toda a instrucção profissioual, regulamentando os exercicios de quadros e as conferencias regimentaes em bases mais racionaes, que asseguraram resultados mais beneficos e proficuos; importantes providencias adoptadas para se dotar o exercito com o material indispensavel para a sua mobilisação, construindo se cêrca de 400 viaturas para a 4.ª divisão militar, e ficando em via de construcção egual numero para a 1.ª divisão; remodelação dos serviços da manutenção militar e do deposito de fardamentos; reorganisação da secretaria da guerra em bases mais consentaneas com a moderna orientação seguida nos paizes que primam pela excellencia das suas instituições militares; modificações introduzidas na fabrica de polvora, de fórma a obter-se a producção mais perfeita e economica das munições para armas portateis e para peças de tiro rapido. Proseguia incansavelmente na execução do seu vasto e intelligente plano, quando, com o regicidio de 1 de fevereiro de 1908, se deu a demissão do gabinete João Franco. O sr. conselheiro Vasconcellos Porto é gran cruz, commendador e official da ordem de S. Thiago, commendador e official por serviços distinctos da de S. Bento de Aviz, e cavalleiro d'esta ordem, e possue a medalha d'ouro de bons serviços, e a de prata de comportamento exemplar. E' tambem commendador da ordem Victoria de Inglaterra; gran-cruz e cruz da 2.ª e 3.ª classe da de Merito Militar de Hespanha; official da Instrucção Publica de França; gran-cruz da Corôa de Italia; gran-cruz de honra de 1.ª classe de Hohenzollern; gran-cruz da ordem de Leopoldo da Belgica e da de Alberto da Saxonia. Depois da implantação da Republica, em outubro de 1910, retirou-se para o estrangeiro, onde se tem conservado.

Vasconcellos Porto *(Nuno Antonio Coelho de).* Cirurgião-medico pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa. N. a 23 de julho de 1858. Terminou o curso em 1882, defendendo a these seguinte, publicada n'esse mesmo anno: *A trepanação e as localisações cerebraes.* Foi nomeado interinamente cirurgião do banco do hospital de S. José em 6 de abril de 1883, logar que exerceu até 23 de fevereiro de 1885. Em 14 de agosto d'este anno foi nomeado medico extraordinario, suspendendo o exercicio d'este logar em fevereiro de 1886, por ter sido nomeado sub delegado de saude em Belem. Actualmente exerce estas funcções na 11.ª circumscripção, a que pertencem as freguezias da Encarnação e Sacramento, medico director de uma enfermaria no hospital do Rego, e da Casa Pia. Tem collaborado em varias publicações e escripto differentes relatorios.

Vasconcellos e Sá *(Luiz Augusto de).* General de divisão reformado N. em 28 de agosto de 1812, sendo filho do tenente general João de Vasconcellos e Sá, official ás ordens de lord Wellington, e profusamente condecorado com as medalhas das campanhas peninsulares e da Liberdade. Assentou praça na arma de artilharia em 23 de julho de 1859, sendo promovido a alferes em 17 de setembro de 1862. Terminou o primeiro curso da Escola Polytechica em outubro de 1865, e o de artilharia em dezembro de 1867. Foi promovido a segundo tenente de artilharia em maio de 1868, e a primeiro tenente em 2 de outubro de 1869: a capitão em 14 de outubro de 1874, a major em 4 de agosto de 1886, a tenente-coronel em 12 de março de 1890, e a coronel em 16 de maio de 1895, pertencendo ao estado maior. Em 9 de junho de 1868, fazendo parte de uma bateria para exercicio, deu uma queda d'um cavallo, dando entrada no hospital da Estrella em estado comatoso, onde se esteve tratando até janeiro de 1869. Pela carta de lei de 24 de agosto d'este anno foi lhe coutado como tempo de serviço effectivo para o tirocinio a que era obrigado para a promoção a primeiro tenente, todo aquelle tempo que esteve doente por motivo da referida queda dada em serviço e por motivo do mesmo serviço, Como capitão commandou a companhia n.º 1 d'artilharia dos Açôres e a companhia n.º 3 de artilharia de guarnição. No mesmo posto foi sub-director da fabrica de polvora de Barcarena desde 23 de maio de 1893 até ser promovido a major exercendo em quasi todo este periodo o logar de director interino. Como major commandou a brigada de artilharia de montanha. Sendo tenente coronel, foi nomeado governador da Guiné em 30 de abril de 1891, em seguida aos desastres que as nossas armas soffreram n'aquella colonia. Assumindo o governo em 22 de junho d'esse anno, encontrou a em bem desgraçadas condições, consequencia fatal dos acontecimentos que se tinham dado, porém, em pouco tempo pôde conseguir melhorar muitas d'essas condições ao ponto de em 20 de agosto do mesmo anno os rebeldes de Bissau entregarem as peças de montanha com que tinham ficado e algumas armas, implorando submissamente o perdão, que lhes foi concedido em março de 1892. Em janeiro d'este anno, vendo a impossibilidade de poder conseguir o restabelecimento de socego e ordem na circumscripção de Geba perturbada pelo chefe de guerra do rei Dombel de Fuidu, Mussáir Malé e seus sequazes, e vendo que eram infructiferas todas as tentativas de a conseguir pela moderação, mandou de

clarar a dita circumscripção em estado de guerra, organisando uma columna de operações para castigar os actos de rebellião e vandalismo praticados. Esta columna que sempre victoriosamente castigou os rebeldes, terminou as operações com a tomada da cubata de Gussará Dannolu em 12 de março, onde houve uma resistencia fortissima. Depois d'isto gozou a provincia um relativo socego, apenas perturbado pela desconfiança que inspirava a submissão dos papeis e grumetes de Bissau, na verdade ephemera, pois da parte d'aquelles sempre havia a convicção de superioridade devida aos desastres que d'elles tinhamos soffrido, alimentada pela intriga vulgar em toda a parte e mais ainda onde falta a illustração para a reconhecer e avaliar. N'este periodo os rendimentos da provincia elevaram-se bastante, porém o mal latente evideuciou-se em outubro de 1893 obrigando o governador que tinha vindo ao reino para restaurar a saude depauperada pela residencia effectiva n'aquella colonia por mais de dois annos, e regressar, desistindo da licença da junta que lhe tinha sido concedida, regresso que se realisou em 22 d'outubro do dito anno. Depois chegou a rebellião de Bissau ao estado agudo, que só terminou em maio de 1894 pelo castigo que lhe infligiu a columna de operações que commandou, cujos resultados fôram taes, que á sombra d'elles se tem executado outras guerras levando os grumetes de Bissau como auxiliares importantes. Na occasião da vinda ao reino tinha sido nomeado secretario geral da Guiné um funccionario contra o disposto no artigo 52 do decreto do 21 de maio de 1892, que organisou o districto militar autonomo, em vista do que pediu a sua exoneração, que lhe não foi concedida, sendo lhe declarado que aquelle funccionario iria assumir o logar. Em março de 1895 voltou á Guiné o mesmo secretario acompanhado de um officio confidencial do ministro da marinha, em que se dizia ao governador que para continuar a merecer a confiança do governo era preciso acceitar aquelle funccionario, o que deu em resultado pedir a sua exoneração e retirar por opinião da junta de saude da Guiné. Foi n'esta occasião que se deu o acto notavel de ter havido a intenção de castigar quem vinha ao abrigo da lei pela opinião da junta de saude, de que desistiu, exigindo comtudo a entrada no hospital de marinha no dia do desembarque afim de se verificar se a dita junta tinha andado conscienciosamente, o que foi confirmado pela junta de saude no dia seguinte, apezar de ser quinta feira da semana santa. Como coronel, entrou na effectividade do posto em 16 de abril de 1895 sendo nomeado inspector do material de guerra da 4.ª divisão militar. Em 10 de março de 1896 foi nomeado inspector do material de guerra das provincias ultramarinas, seguindo para Moçambique em 21 de agosto onde desembarcou em 23 de setembro. Tendo sido nomeado para presidente de conselho de guerra que acompanharia a columna de operações que se organisou para castigar os namarraes, reclamou contra a nomeação por ser, segundo o codigo de justiça militar, um tenente coronel que devia ser nomeado para aquelle cargo. Embarcou para o reino no primeiro transporte, o que teve logar em 5 de novembro. Este procedimento deu origem a que escrevesse uma carta ao governador geral protestando contra elle, carta que ao chegar ao reino fez publicar em diversos jornaes. Deu esta carta origem a um processo em que chegou a ser proposto para ser reformado por incapacidade moral, com o que os generaes do conselho disciplinar não concordaram, sendo comtudo castigado com a reprehensão na presença dos officiaes de egual posto em serviço no quartel general da 1.ª divisão militar no dia 22 de fevereiro de 1897. Tendo reclamado contra o castigo, a reclamação foi julgada improcedente. Em 11 de janeiro de 1897, tendo-se apresentado no ministerio da guerra, passou á disponibilidade, situação em que se conservou, sem gratificação, até 7 de junho em que foi nomeado tenente governador do castello d'Angra, ficando até nova deliberação prestando serviço na commissão de codificação das leis militares. Commandante do regimento de artilharia de montanha em 7 de janeiro do 1898, do regimento de artilharia n.º 4 em 9 de outubro de 1899, inspector do serviço de artilharia na 2.ª divisão militar em 4 de maio de 1901, inspector do serviço de artilharia na 4.ª divisão militar em 22 de junho, commandante do regimento de artilharia n.º 2 em 20 de janeiro de 1902, inspector do serviço de artilharia da grande circumscripção militar do sul em 24 do outubro do 1903, em 15 de maio de 1905 foi nomeado inspector dos grupos de artilharia de guarnição, accumulando com o serviço em que estava; esta nomeação foi confirmada por portaria de 31 de janeiro de 1906; inspector dos corpos de artilharia montados em 15 de junho, deixando de ser inspector do serviço d'artilharia na grande circumscripção militar do sul. Inspeccionou no anno de 1905 os grupos de artilharia de guarnição n.os 1, 2, e 6, e em 1905 os grupos n.os 3 e 4. Por ter chegado ao limite da edade, foi julgado incapaz do serviço activo e reformado no posto de general de divisão em 29 de agosto de 1906. E' condecorado com a medalha militar de comportamento exemplar, cavalleiro da ordem militar de S. Bento de Aviz, commendador da mesma ordem em 28 de setembro de 1892 como governador da Guiné; commendador da Torre e Espada em 5 de julho do 1894 de que requereu a renuncia em 24 d'agosto, e que lhe foi concedida em 4 d'outubro de 1895; medalha de ouro dos serviços distinctos no ultramar, boletim militar do ultramar do 3 de junho de 1898; medalha de ouro de valor militar, ordem do exercito n.º 13 de 30 do mesmo mez. Estas medalhas, requeridas em seguida ao castigo que soffreu, fôram approvadas a primeira por unanimidade em sessão do Supremo Tribunal de Justiça militar em 28 de outubro de 1897, e a segunda tambem por unanimidade pela Junta Consultiva do Ultramar na sessão de 23 de setembro de 1897.

Vasconcellos e Sá *(Theodoro José de)*. Fidalgo da Casa Real, capitão de infantaria, cavalleiro das ordens de Aviz e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. N. a 11 de agosto de 1800, fal. a 22 de agosto de 1847. Era filho do 1.º barão de Albufeira, José de Vasconcellos e Sá, e de sua primeira mulher e prima D. Maria José de Vasconcellos e Sá. Casou em abril de 1825 com D. Thereza de Sequeira, filha de José do Nascimento Sequeira e de D. Maria Antonia Azinhaes.

Vasconcellos e Sousa *(Antonio de)*. Doutor

em leis pela Universidade de Coimbra. N. em Santa Comba Dão, e era filho de Antonio de Sousa Almeida e Vasconcellos Doutorou-se a 30 de julho de 1816. Foi nomeado lente da Universidade.

Vasconcellos e Sousa *(Luiz de)*. Fidalgo da Casa Real, gran cruz da ordem de S. Thiago, commendador de Ouzena, na mesma ordem, bacharel formado em canones pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Lisboa a 10 de outubro de 1740, fal. em 1807. Era filho do 1.º marquez de Castello Melhor, José de Caminha Vasconcellos e Sousa Tavora Faro e Veiga, e de sua mulher, D. Maria Rosa Quiteria de Noronha. Foi porcionista no Collegio de S. Paulo, de Coimbra, desembargador da Relação do Porto e da Casa da Supplicação; veador da princeza viuva do principe D. José, D. Maria Francisca Benedicta; desembargador do Paço, conselheiro de Estado, vereador do senado de Lisboa, presidente da Mesa do Desembargo do Paço. Em 1778 foi nomeado vice-rei do Brazil, e n'essa qualidade prestou muitos e valiosos serviços, a que o escriptor brazileiro Joaquim Manuel de Macedo se refere em palavras muito elogiosas.

Vasconha de Queirã Pov. na freg. de S. Miguel, de Queirã, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Vasconha da Serra Pov. na freg. de S. Miguel, de Queirã, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Vascos. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Almagreira, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || N. S.ª d'Assumpção, de Espinhel, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Oliveira, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Vascoveiro. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Pinhel, distr. e bisp. da Guarda; 106 fog. e 368 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada na estrada de Pinhel ao Sabugal, a 6 k. da séde do conc. A terra é pouco fertil. Cria bastante gado, e tem muita caça, grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Vasques *(Fernão)*. Alfaiate que viveu no seculo XIV, e se tornou celebre por ser chefe do povo de Lisboa, quando os populares, indignados com o casamento de el-rei D. Fernando com D. Leonor Telles, se dirigiram aos paços de S. Martinho, onde residia D. Fernando e a adultera. Fernão Vasques não hesitou em tomar a palavra, e em dizer ao monarcha que o povo de Lisboa não consentiria que elle casasse com D. Leonor Telles, que era má mulher e feiticeira. D. Fernando, aterrado com a revolta, respondeu jurando que D. Leonor Telles não era sua mulher, nem o seria nunca, e prometteu ir no dia seguinte a S. Domingos para se explicar com o povo. No dia seguinte, D. Fernando, em vez de ir a S. Domingos, fugiu para o Porto com D. Leonor Telles, que n'essa cidade desposou, e entretanto Fernão Vasques em S. Domingos fazia ouvir aos fidalgos d'el-rei D. Fernando palavras asperas e severas, que produziram grande tumulto. Não duraram muito tempo as glorias de Fernão Vasques. D. Leonor voltou a Lisboa, profundamente indignada. Fernão Vasques foi enforcado n'esse mesmo anno de 1371, em que ousára erguer a sua voz altiva deante dos reis em defeza dos fóros populares.

Vasques *(Martim)*. Era filho de Vasco Lourenço, que foi creado do Mestre de Aviz. Educou-se em casa do condestavel D. Nuno Alvares Pereira. Foi capellão mór do duque de Bragança, D. Fernando, prior da egreja da Vidigueira, e chantre da Sé de Evora. Compôz um livro intitulado *Anniversarios da sé de Evora*, que se guardava escripto em pergaminho no cartorio da mesma Sé, ainda no tempo de Barbosa Machado, autor da *Bibliotheca Lusitana*. N'esse livro, acabado de escrever em 1412, havia noticias preciosas de que muito se aproveitou o celebre antiquario Manuel Severim de Faria.

Vasques de Azevedo *(Gonçalo)*. Fidalgo do seculo XIV, escrivão da puridade de D. Pedro I, e depois ainda muito estimado na côrte de D. Fernando I. Era parente um pouco afastado da rainha D. Leonor Telles, senhor de Torres Novas e alcaide mór de Santarem. Tinha por esposa uma dama da rainha chamada Ignez Affonso. Estando D. Leonor em Evora n'um dia de grande calor, e chegando o conde D. Gonçalo, seu irmão, e o conde de Andeiro muito encalmados, D. Leonor rasgou o véo, e deu a cada um metade. O conde de Andeiro, limpando o suor, disse á rainha algumas palavras que envolviam allusões obscenas, e que mostravam bem as relações que existiam entre os dois amantes, e que ainda não eram conhecidas. Essas palavras de que D. Leonor Telles riu muito, fôram ditas em voz baixa, mas apezar d'isso, Ignez Affonso, que estava presente, ouviu as e repetiu-as ao marido. Uma vez que Gonçalo Vasques estava falando com a rainha sobre os costumes dos inglezes, teve a imprudencia de alludir claramente ao que sua mulher lhe contára, e a rainha não podendo reprimir a colera, disse-lhe logo, que bem percebia a que ponto elle mirava e que lhe faria pagar caro o atrevimento. Planeando de um só golpe desfazer se de dois inimigos importantes, D. Leonor obteve, não se sabe bem por que meios, ordem de prisão contra o Mestre de Aviz e contra Gonçalo Vasques de Azevedo, os quaes fôram mettidos no castello de Evora e entregues á guarda de Vasco Martins de Mello. Este alcaide recebeu alta noite uma ordem de el-rei para matar secretamente os dois presos, mas como era homem prudente e conhecia as intrigas de D. Leonor, resolver esperar pelo dia para receber a confirmação dos alvarás da bocca do proprio soberano. Isto foi o que elle respondeu aos mensageiros que lhe appareceram a perguntar se a ordem estava cumprida, e logo de manhã foi ao paço D. Fernando ficou espantado, porque nunca déra similhantes ordens, e louvando muito a Vasco Martins, pediu-lhe que guardasse sobre o caso o mais inviolavel segredo. D. Leonor, vendo que lhe talhava o plano, mudou de tatica; fez se ella mesma, junto do rei, protectora d'aquelles que por suas insinuações haviam sido presos, e D. Fernando, concedendo á rainha o favor que ella lhe pediu, mandou pôr em liberdade os dois fidalgos, e pouco tempo depois nomeou Gonçalo Vasques de Azevedo marechal, sendo elle o primeiro que teve esse cargo no paiz. Posteriormente, esquecido dos aggravos que tinha de D. Leonor, Gonçalo Vasques seguiu o partido d'esta nas luctas que houve por causa da successão da corôa,

e deu lhe refugio em Santarem, de que era alcaide-mór, conforme dissémos. Mais tarde, D. Nuno Alvares Pereira, passando em Torres Novas, tentou convertel-o ao serviço do Mestre de Aviz, mas Gonçalo Vasques ao mesmo tempo escreveu ao rei de Castella mostrando quanto seria util para a causa, que defendiam, um guerreiro como D. Nuno Alvares, e pedindo-lhe autorisação para tentar a empresa A autorisação não se demorou, e um judeu fez a D. Nuno Alvares a offerta de mil dobras e de outras mercês, mas como é sabido, todas essas propostas fôram repellidas. Por ultimo, Gonçalo Vasques de Azevedo, vendo que o rei de Castella fôra mal succedido no cêrco de Lisboa, cuidou de se passar para o lado do Mestre de Aviz. O soberano de Castella, porém, sabendo d'essas ideias por indiscrição de Ignez Affonso, conseguiu attrahil-o ao arraial, e levou o para Castella mais como prisioneiro de que como partidario. Acompanhando depois o monarcha na sua nova invasão ao nosso paiz, ficou morto na batalha de Aljubarrota.

Vasques Chaves *(Antonio)*. Celebre professor de jurisprudencia do seculo XVII. Era natural de Chaves, e imprimiu n'essa villa um *Biformis tractatus de successione*.

Vasques Coutinho *(Gonçalo)*. Era alcaide mór de Trancoso no tempo em que rebentaram as discordias entre D. Leonor Telles e o Mestre de Aviz. Primeiro conservou-se neutral, mas não tardou a tomar o partido do Mestre, que era o partido da independencia portugueza. Quando em 1384 os castelhanos invadiram Portugal pelos lados da Beira andava Gonçalo Vasques Coutinho em desavença com Martim Vasques da Cunha que estava em Linhares e essa desavença permittiu aos castelhanos invadirem o reino muito a seu salvo. Mas o alcaide mór de Ferreira logrou concilial-os, e conciliador e conciliados marcharam juntos contra os castelhanos, resultando de ahi a batalha de Trancoso em que as discordias entre os dois chefes não tiveram outro resultado senão fazer com que o estimulo levasse cada um d'elles a praticar maiores façanhas. Bradavam *Cunha* os partidarios de Martim Vasques, bradavam *Coutinho* os partidarios de Gonçalo Vasques, e uns e outros cairam com uma intrepidez irresistivel sobre os castelhanos, que fôram completamente derrotados. Gonçalo Vasques era um dos cavalleiros mais valorosos das hostes de D. João I; foi elle o primeiro que se oppôz á entrada em Portugal do infante D. Diniz, filho de D. Ignez de Castro, e que tendo sido nomeado marechal de Portugal, tomou ainda parte, como tal, na tomada do Ceuta no anno de 1415, fallecendo pouco depois.

Vasques da Cunha *(Martim)*. Fidalgo, que por occasião da morte de el-rei D. Fernando, se conservou por algum tempo neutral, não tomando partido nem pelo Mestre de Aviz, nem pelo rei de Castella, e mostrando-se antes disposto a sustentar os direitos á corôa do infante D. João, filho de D. Pedro I e de D. Ignez de Castro. Quando em 1384 se reuniram as côrtes em Coimbra para tratar d'essa questão da successão do reino, Martim Vasques apresentou se como chefe do partido que sustentava os direitos do filho de D. Ignez de Castro, ao passo que D. Nuno Alvares Pereira capitaneava o partido que defendia os direitos do Mestre de Aviz. Resistiu por muito tempo aos argumentos de João das Regras tambem defensor do Mestre, e João das Regras já queria decidir o caso com o fio da espada, cortando todas as difficuldades, e matando Martim Vasques. Quando, porém, João das Regras apresentou documentos que provavam que o casamento de D. Pedro e de D. Ignez estava nullo, porque havia entre elles grau de parentesco muito chegado, e não havia dispensa do papa, Martim Vasques rendeu se immediatamente e votou pelo Mestre de Aviz. Logo teve occasião de provar a sua lealdade, porque teve de combater em Trancoso os hespanhoes. Deram-se então desavenças entre Martim Vasques e Gonçalo Vasques Coutinho (V. *este nome)*, poudo, porém, ambos de parte rivalidades para se unirem contra os hespanhoes, resultando d'essa abnegação a gloriosa victoria de Trancoso. Havia, comtudo, uma cousa que desgostava profundamente Martim Vasques, era que, conhecebendo elle a sua propria importancia, via que o condestavel monopolisava, por assim dizer, os favores e as boas graças do rei. E' verdade que seu irmão Gil Vasques da Cunha fôra nomeado alferes mór, mas isso não contentava o orgulhoso fidalgo. Entendia que o condestavel era poderoso de mais para um vassallo, e que se distanciava mais, do que cumpria, de fidalgos que, como elle, não lhe cediam nem em nobreza, nem em bravura, nem em merecimentos. Esteve Martim Vasques da Cunha no celebre cêrco de Coria, em que D. João I se queixou de não ter comsigo os cavalleiros de Tavola Redonda, e em que Mem Rodrigues de Vasconcellos lhe respondeu ousadamente. (V. *este nome*). Durante dez annos de guerra teve sempre Martim Vasques da Cunha commandos importantes, mas o despeito que sentia pela elevação do condestavel, e pela especie de desconsideração que D. João I parecia ter por elle, não lhe dando na sua côrte senão um papel secundario, era tal que em 1395, apagando n'uma só hora dez annos de lealdade, abandonou a causa patriotica que dez annos servira, passou para Castella, onde, como se póde imaginar, foi recebido de braços abertos. Logo depois da sua deserção, fez uma entrada em Portugal acompanhado por outros fidalgos, e veiu queimar Vizeu. Em recompensa da sua traição Martim Vasques da Cunha, que nunca mais voltou á sua patria e fundou casa em Castella, recebeu o titulo de conde de Valencia del Campo, titulo deshonroso, porque fôra comprado pela traição, de que devêra, ter-se envergonhado o honrado e brioso fidalgo, que durante tantos annos fôra considerado como espelho de lealdade.

Vasques de Mesquita *(Augusto de Carvalho)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, advogado e escriptor. N. no Porto a 30 de setembro de 1839. Seguindo o curso da Universidade tomou o grau de bacharel no anno de 1361, e em seguida foi praticar com o afamado jurisconsulto Custodio José Vieira; praticou tambem, em Lisboa, com o illustre advogado dr. Bruschy. Fez a sua estreia na advocacia defendendo uns carniceiros que, na passagem de um contrabando, mataram dois zeladores da Camara Municipal. Essa causa crime deu lhe grande notoriedade, não só por conseguir a absolvição dos reus mas por se ter de se defrontar com o illustre advogado dr. Marcellino de Mattos, que

sustentou a accusação. Associado mais tarde ao dr. Alexandre Braga, continuou o dr. Vasques de Mesquita a affirmar brilhantemente os seus grandes dotes de advogado. Nos processos do abbade de Santo André de Canidello, accusado do estupro, Balbina Guerra, arguida de assassinar o marido a golpes de machado, do banqueiro Roriz, accusado de quebra fraudulenta, etc., desenvolveu todas as brilhantes qualidades que o distinguiram como orador forense. As audiencias do julgamento d'aquello banqueiro fôram stenographadas por tachygraphos de Lisboa, formando um volume. N'esse julgamento figurou tambem como advogado do reu o dr. Alexandre Braga. No ruidoso processo do medico Urbino de Freitas, accusado de envenenamento, representou, até á audiencia do julgamento, a familia Sampaio, que se constituiu parte accusadora Homem de rija tempera o de sentimentos rasgadamente liberaes, salientou se notavelmente na campanha sustentada contra o bispo do Porto D. Americo, que deu em resultado a secularisação da capella situada no antigo largo da Aguardente, hoje praça do Marquez de Pombal. Recusando-se o prelado a destituir uns ecclesiasticos que n'aquello templo davam livre curso aos seus sentimentos reaccionarios, Vasques de Mesquita, eleito juiz da respectiva irmandade, depois de tentar, por meios suasorios, convencer o bispo a mudar de ideias, appellou para os comicios, produzindo se acontecimentos de certa gravidade que terminaram com a secularisação do pequeno templo que se tormou em escola, patrocinada pela Associação do Marquez de Pombal. Mais tarde essa escola acabou e a antiga capella foi convertida n'uma mercearia. Ha poucos annos foi reparada e restituida ao culto, sob a invocação de *S Joaquim.* O dr. Vasques de Mesquita collaborou no *Nacional*, *Diario da Tarde*, *Primeiro de Janeiro*, *Jornal do Porto*, etc. Em 1894, sendo atacado de uma hemiplegia que lhe paralysou a perna o o braço esquerdo, abandonou o seu escriptorio. Datam d'essa epoca uns artigos que escreveu sob o pseudonymo de *Rean*, e se acham publicados no *Bouquet litterario*. Em 1903 voltou ás lides forenses limitadas a trabalhos de banca, pois os medicos prohibiram lhe expressamente as luctas da tribuna, onde o illustre advogado tão distinctamente se salientou pelo brilho e pelo vigor da sua palavra tão elegante e impetuosa.

Vasques de Sousa *(Affonso)*. Fidalgo do seculo XIV, chamado *Cavalleiro*, sem duvida por se distinguir em algumas occasiões de guerra n'aquelle tempo. Era filho primogenito de Martim Affonso de Sousa, e de sua segunda mulher D. Estephania Garcia. Seu filho, do mesmo nome, foi claveiro da ordem de Christo.

Vasquesteves de Baixo e Vasquesteves de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª do Rosario, de Alvoco da Serra, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Vassal. Pov. e freg. de N. S.ª da Expectação, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Valpaços, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 188 fog. e 810 hab Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada n'um valle a 5 k. da séde do conc. E' fertil em generos agricolas, cria gado o tem caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res. n.º 19, com a séde em Braga.

Vassallaria. Dava-se este nome antigamente a uns predios rusticos, que constavam de 10 ou 12 casaes, cada um, com uma junta de bois, ou de vaccas, e de *vacca* é que se deriva a palavra, porque *Vassalaria* é corrupção de *Baccalaria.* Os que tinham o dominio util de qualquer d'estes casaes se denominavam *baccalarios*, titulo então mais honrado, do que o de simples lavrador ou colono d'esses predios. Eram isentos de cargos civis. Os reis e os conventos fôram *directos senhorios* das *baccalarias*.

Vassallo. No antigo portuguez significava fidalgo, aulico, ministro e seus accessores. Era, portanto, um titulo de honra Hoje diz-se *subdito*, isto é, o que reconhece um soberano por seu chefe. Na baixa latinidade se dava o honroso titulo de *vassus* ao soldado forte e generoso, e é de *vassus* que se deriva a palavra *vassallo*. Dos antigos vassallos escolhiam os nossos primeiros reis os *infanções* e os *ricos homens.* Quando a um individuo qualquer o rei dava o titulo de vassallo consignava lhe logo uma renda, em dinheiro ou em cereaes, e muitas vezes em ambas as cousas, para sustentar o luzimento de aquella dignidade. A esta renda se chamava moradia. Até ao reinado de D. Pedro I só podia ter o titulo de vassallo o filho, o neto, ou bisneto de fidalgo de linhagem. Desde o rei D. Fernando I até D. Manuel I ampliou-se esse titulo até aos *acontiados (V este nome)*, limitando se aos *lanceiros*, de maneira que podiam ter as honras e privilegios de vassallos os *officiaes mechanicos* e os lavradores, que formavam parte da milicia do reino. Dava-se lhes tambem o nome de *cavalleiros peões.* D. Affonso V, precisando de muita gente para as guerras d'Africa e de Castella, e para remunerar os que n'ellas se haviam distinguido, admittiu muitos populares na categoria de vassallos, apezar da forte opposição dos nobres, que não queriam que tal honra fôsse concedida senão a fidalgos. Seu filho, D. João II, sendo requerido nas côrtes de Evora em 1481, primeiro anno do seu reinado, para que fizesse certo numero de vassallos, homens fidalgos, ordenou que houvesse 4:000 vassallos, nobres, com a designação de *vassallos de El-Rei*, como sempre até ali se uzára; não podendo estes ser vassallos de outro qualquer senhor ou rico homem. Dois mil eram de cavallaria, denominados *Lanças de homens d'armas*, e tinham todos os antigos privilegios dos vassallos, e 2$500 reis de *contia* Os outros 2:000 eram chamados *Piqueiros de pé*, e tendo os mesmos privilegios, não recebiam *contia*. Tantos uns como outros tinham obrigação de estar sempre promptos á primeira voz com armas e cavallos Esta qualidade de vassallos terminou no reinado de D. João III. Havia ainda uns outros individuos denominados *vassallos das lanças*, que viviam em terras *jugadeiras*. Não eram fidalgos de linhagem, nem gozavam outros privilegios, senão serem escusos das *jugadas*, em 30 alqueires do trigo, pelo *Assento*, de 7 de dezembro do anno de 1487.

Vassar-vau. Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freguezia de Santo André de Brancavará, do concelho de Diu, na India.

Vassoua. Aldeia pertencente á divisão de Uply-Pabw, ao sul do rio Saudalcalo, no concelho de Nagar-Avely, districto de Damão, na India.

Vassongo. Pov. do sobado do mesmo nome, na

4.ª div. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Vatuas. Povo negro da prov. de Moçambique, Africa Oriental, definitivamento submettido á autoridade portugueza pela campanha de 1895. Estes negros eram o terror dos povos de Inhambane, e chegaram mesmo a atemorisar o proprio districto de Lourenço Marques, tornando se por isso indispensavel, para o prestigio do nosso nome, que se lhes castigasse severamente a audacia e se lhes refreasse a ferocidade. A expedição militar de 1895 conseguiu esse *desideratum*, derrotando os vatuas em sucessivos combates, como os de Marracuene e Manjacaze, acabando com o poder do Gungunhana, que em 1907 morreu nos Açôres n'uma prisão do Estado, e pacificando as terras de Gaza pelo estabelecimento d'um corpo regular de policia.

Vau Pov. e freg. de N. S.ª da Piedade, da prov. da Extremadura, conc. d'Obidos, com. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa; 128 fog. e 525 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada a 1 k da margem esquerda do rio Real e a 9 da séde do conc. Esta freg. comprehende 11 casaes, todos de boa terra, e a excellente *Quinta do Bom Successo*, junto á Lagôa d'Obidos. A capella d'esta quinta é dedicada á Senhora do Bom Successo, tem porta para a rua. A esta capella vinham antigamente os cirios de Peniche, do Nadadouro, do Valbemfeito e do Vau. Em outros tempos era o terreno d'esta freg. inculto e povoado de matto, carrascos e outros arbustos silvestres; e quando se principiou a povoar, ficou pertencendo á freguezia, ha muitos annos supprimida, de S. João de Mocharro, extramuros da villa d'Obidos, cuja egreja está hoje reduzida a ermida, com a invocação de N. S.ª do Monte do Carmo e S. Vicente. Principiou a povoar-se esta terra, e como é muito fertil, foi pouco a pouco augmentando a população. Construiu se então uma pequena ermida, com o nome de *Santo Antonio de Lisboa*, a qual, passados alguns annos foi restaurada e ampliada, pintando o retabulo da capella mór a apreciada pintora Josepha d'Ayala, mais conhecida por *Josepha de Obidos*. A freg. de Vau passou depois a pertencer á freg. da Amoreira, que ficava mais perto do que a do S. João de Mocharro, mas ainda assim, o caminho a percorrer para ir á egreja matriz, era pessimo, sobretudo no inverno, e tinha de passar-se por mattas perigosas. Em 1740, indo D. João V aos banhos das Caldas da Rainha com seus filhos, resolveram fazer uma caçada e pescaria á Lagôa d'Obidos e á *Póça d'Albufeira*. Eram do logar de Vau os remadores das bateiras que conduziam a familia real. Os remadores aproveitaram a occasião para pedirem que a sua terra se constituisse em freg. independente. O pedido foi satisfeito, e instituiu se a freg. de N. S.ª da Piedade de Vau. Em 1750 foi ella annexada á do Sobral da Alagôa, e assim se conservou até 1879, em que ficou outra vez independente. Vau pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res, n.º 1, com a séde em Lisboa. || Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Canellas, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Gondar, conc. de Amarante, distr. do Porto. || O Salvador, de Joanne, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Martinho, de Mauhente, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Clemente, de Paços de Gaiollo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Matheus, de Ribeira, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. Tem correio com serviço de posta rural. || Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, distr. de Faro. || Santa Eulalia, de Villar de Moiros, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello.

Vau da Rocha. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

Vaugurdêm. Aldeia da regedoria de Aranlly, no concelho de Quepém, districto de Gôa, na India.

Vausdá. Aldeia pertencente á divisão de Uply-Pabw, ao sul do rio Sandalcalo, no concelho de Nagar-Avely, districto de Damão, na India.

Vava Pov. do sobado e conc. de Cabinda, na delegação do Chiavala, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Vaz. As armas da familia d'este appellido são: Em campo vermelho um castello de prata assentado sobre ondas de azul e prata. Martim Vaz, arauto d'el rei D. Manuel, foi por este soberano mandado com o rei d'armas Antonio Rodrigues ás côrtes da Europa para se instruirem nas obrigações dos seus officios de armaria, e chegando á côrte do imperador Maximiliano recebeu d'elle por armas: Escudo partido em pala; na primeira em campo de ouro meia aguia vermelha estendida, na segunda em campo azul tres pombos de prata com os pés e bicos vermelhos, em pala; timbre, uma cabeça de leão vermelho entre duas pennas de pavão de ouro de fórma que a cercam.

Vaz *(Alvaro)*. Jurisconsulto muito apreciado. N. em Evora em 1526, fal. a 17 de abril de 1593 Estudou preparatorios na sua terra natal, e foi depois frequentar a faculdade de leis na Universidade de Coimbra, onde se doutorou, passando em 1526 a ser lente de Instituta na mesma Universidade. Tendo ido a concurso para a cadeira de Digesto com Pedro Barbosa, foi este o preferido. Julgou se affrontado com isso Alvaro Vaz, e passou a Lisboa, onde foi escolhido para advogado da Casa da Supplicação. Em 1577 foi nomeado por el-rei D. Sebastião desembargador dos aggravos. N'esse mesmo anno foi nomeado pelo mesmo soberano lente de prima na Universidade, onde pouco tempo pôde estar, porque os achaques não lhe permittiram o exercicio do magisterio, e voltando a Lisboa continuou a desempenhar as obrigações de desembargador. Em 1588 começou a publicar as suas obras, mas só pôde sair a lume os primeiros tomos, porque o interrompeu a morte, quando contava 67 annos de edade. São as seguintes as suas obras juridicas: *Consultationum ac rerum judicatarum in regno Lusitaniae*, impressa em 1588, e reimpressa em 1593; *Decisionum*, impressas em 1601 e reimpressas em Francfort em 1608 e em 1656, em Veneza em 1599, em Antuerpia em 1621, e em Coimbra em 1686 e 1730; *Praxis partitionum et collationum irten heredes secundum jus regium Lusitaniae*, impressa em Coimbra em 1605, em Francfort em 1607, em Veneza em 1609, em Antuerpia em 1612 e em Coimbra em 1730; *Questionum juris emphyteutici*, impressas em Lisboa em 1591 e em 1611, em Francfort em 1599 e em 1618, em Cremona em 1591 e em Coimbra em 1628. Todas

estas obras reunidas em 3 volumes se imprimiram em Francfort em 1650, em Coimbra em 1681, em 1713 e em 1731, sendo porém, na edição d'este ultimo anno condensada em 2 tomos, em Colonia, em 1735. Deixou além d'isso muitas obras manuscriptas que ficaram na Universidade, mas fôram commentarios aos titulos do Codigo. Tambem redigiu como advogado um grande numero de allegações, entre as quaes ficou celebre a que fez na questão da herança da casa do duque d'Aveiro, pleito celebre que por mais de uma vez se renovou atravez dos seculos e que foi sempre causa de longos e prolongados debates. Escreveu egualmente um grande numero de notas á Ordenação do Reino. Pelo numero de edições, que tiveram as obras d'este jurisconsulto, póde bem avaliar-se a fama europêa de que elle gozou no seu tempo.

Vaz (*Angelo Alves de Sousa*). Medico, deputado, jornalista, etc. N. em Lisboa em 1879, sendo filho de Julio Alves de Sousa Vaz e de D. Maria Victoria de Sousa Vaz. Concluiu a sua formatura em 1902, tendo sido premiado em muitas das cadeiras do curso, em que defendeu a sua these sobre *O Neo malthusianismo*, como systema de selecção e prophylaxia social e como processo de combato do proletariado contra o patronato. No mesmo anno de 1902 foi para Paris, ondo cursou as clinicas pediateicas de Comby, Marfan, Meigard, Mery, Variot, Kiemisson e Broca. Fez uma viagem de estudo pela Suissa, Belgica, Inglaterra e Allemanha. Voltou para o Porto, onde estabeleceu residencia, exercendo clinica, consagrando-se á especialidade de doenças das creanças. Escreveu um livro de vulgarisação scientifica sobre puericultura, intitulado *A's mães*, e varios artigos sobre a especialidade publicados em jornaes de medicina. Em 1904 entrou na politica militante do partido republicano. Fez parte da commissão municipal republicana do Porto no triennio de 1905 a 1908. Durante a dictadura franquista, e ainda no reinado de D. Manuel II, foi redactor politico do *Norte*, tendo antes já collaborado no *Mundo*, de Lisboa. Escreveu varios artigos combatendo a monarchia, na revista internacional *Les documents du progrés*. Tomou parte em campanhas eleitoraes, falando em conferencias e comicios. Collaborou mais tarde na *Patria* e na *Montanha*, e durante a monarchia trabalhou na organisação de varios recenseamentos eleitoraes. Depois de proclamada a Republica em outubro de 1910, tem sido presidente da junta de parochia da freguezia de Santo Ildefonso, logar que já anteriormente exercia, o secretario da Junta Autonoma dos melhoramentos do Porto, cargo para que foi eleito por todas as juntas de parochia de aquella cidade. As commissões republicanas o elegeram para deputado ás côrtes constituintes de 1911. O sr. Sousa Vaz é medico escolar d'ambos os lyceus do Porto, e exerce a clinica particular.

Vaz (*Antonio José*). O nome d'este poeta é apenas conhecido por ter publicado as seguintes poesias: *A Deus Omnipotente, optimo, maximo; em acção de graças pelos faustissimos annos de S. A. R. o Principe regente nosso senhor; cantico*, Rio de Janeiro, 1810; *A S. A. R. o Principe regente nosso senhor em 7 de março de 1810, anniversario da sua chegada ao Rio de Janeiro; As offrendas pastoris, Idyllio*, e outras poesias, Rio de Janeiro, 1810; *Epicedio á sentida morte do sr. Infante D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança*, Rio de Janeiro, 1812.

Vaz (*Ayres*). Medico e astronomo, ou antes astrologo, do seculo XVI; era christão novo, e vivia em Lisboa, á sombra do regimen de tolerancia estabelecido nos ultimos annos do reinado de D. Manuel, quando D. João III começou a perseguir essa raça proscripta. Estabelecido o tribunal da Inquisição, Ayres Vaz não tardou a ser preso por crimes de astrologia judiciaria. Tinha elle, porém, um irmão, que era pagem do nuncio, e este resolveu arrancar o irmão do seu pagem ás garras inquisitoriaes. Effectivamente mandou o reclamar por um official da nunciatura. João de Mello, o inquisidor de Lisboa, cedeu, mas o inquisidor-mór, o infante D. Henrique, reagiu e mandou arrancar aos officiaes do nuncio o desgraçado medico. Seguiu-se uma lucta ingente entre o nuncio Capodiferro e o inquisidor-mór de Lisboa, entre o papa e o embaixador portuguez D. Pedro Mascarenhas. Afinal o nuncio foi chamado a Roma, e a Inquisição consentiu que o medico fôsse tambem justificar-se perante a Santa Sé. Foi a salvação de Ayres Vaz. Paulo III era fanatico pela astrologia judiciaria, encontrou em Ayres Vaz, um collega, affeiçoou-se lhe, e D. João III encontrou obstaculos quasi invenciveis na inimizade do christão novo. Afinal a poso de ouro triumphou a intolerancia, mas Ayres Vaz morreu tranquillamente em Roma.

Vaz (*P. Francisco*). Presbytero, natural de Guimarães. Apenas se sabe que escreveu e publicou a seguinte obra, que é um auto escripto em verso de varia metrificação, e teve uma grande popularidade, com o titulo: *Obra novamente feita, da muito dolorosa morte e paixão de N. S. Jesus Christo, conforme a escreveram os quatro Evangelistas, feita por um devoto padre, chamado Francisco Vaz de Guimarães*, Lisboa, 1559. Esta obra teve numerosas reimpressões: em Evora, em 1593 e 1600; em Braga, 1613; em Lisboa, 1617, 1639, 1659, 1739, 1783 e em 1862; no Porto em 1786. N'esse mesmo seculo XVII foi traduzida na India em lingua concani, imprimindo se essa versão em Bombaim, 1825.

Vaz (*Francisco de Assis de Sousa*). Era mais geralmente conhecido pela designação de *Medico Assis*. Do conselho d'el rei, commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de S. Mauricio e S. Lazaro de Sardenha, doutor em medicina pela faculdade de Paris, lente jubilado e director da Escola Medico-Cirurgica do Porto, socio da Sociedade Litteraria Portuense, etc. N. no Porto a 7 de agosto de 1797, onde tambem fal. a 6 d'abril de 1870. Dedicando-se aos estudos de medicina, frequentou a Universidade de Coimbra, e depois de se formar, foi nomeado professor substituto da Escola Medico-Cirurgica do Porto. Por causa das suas ideias liberaes viu se obrigado a emigrar em 1828. Durante o exilio cursou as aulas da faculdade de Paris, e ahi se doutorou em 1832, apresentando a these seguinte: *De l'influence salutaire du climat de Madère (ile portugaise) dans le traitement de la phtisie pulmonaire*. Regressando a Portugal publicou ainda em Paris no anno de 1833 uma *Relação historica, estatistica e medica da cholera morbus em Paris, precedida da topographia medica d'esta capital*, e depois, em Lis-

boa, um opusculo com o titulo de *Curativo da Cholera morbus*. Voltando ao Porto entrou novamente para a Escola Medico-Cirurgica, onde foi lente substituto, e em 183? lente proprietario, em que se jubilou, e por fim director da mesma escola. Foi medico da administração dos expostos no Porto, e dando especial attenção a esse serviço, escreveu a tal respeito o seguinte livro: *Noticia sobre o estado actual da casa da roda da cidade do Porto, seguida de algumas considerações hygienicas*, etc., Porto, 1834. A respeito d'este mesmo assumpto, publicou ainda, em 1841, a traducção d'um escripto de Benoiston e Chateauneuf, intitulado *Algumas palavras ácêrca de expostos*. Publicou tambem: *Algumas considerações sobre expostos; fragmento da obra do Barão de Gerardo «De la Bienfaisance publique,»* Porto, 1843. Ali se encontra uma extensa nota do traductor ácêrca do estado regulamentar da educação dos orphãos e expostos de Portugal, e um additamento sobre o mesmo assumpto, referido especialmente ao districto do Porto. Esta mesma versão saiu primeiro publicada na *Revista Litteraria do Porto*, tomos X e XI, tendo ahi por assignatura as letras S. V., iniciaes dos seus appellidos. Na edição feita em separado, tem a mais dois mappas estatisticos, relativos ao movimento dos expostos no districto do Porto. Ainda em 1848 publicou uma memoria sobre os *Expostos.— Hospicio do Porto*, que apresentou na Sociedade Litteraria Portuense. Em 1835 publicára no Porto tambem uma *Memoria sobre a inconveniencia dos enterros nas egrejas, utilidade da construcção dos cemiterios*. Em 1845 publicou: *Da verificação dos obitos*, memoria offerecida ao Conselho de Saude Publica do reino, e n'esse anno ainda publicou: *Addição ao opusculo «Da verificação dos obitos.»* Os Annaes da Sociedade Litteraria Portuense, n.º 6, 1838, inseriram um *Elogio de Antonio José de Sousa, lente da Escola Medico Cirurgica Portuense*. O medico Assis foi um dos facultativos mais acreditados do Porto no seu tempo, e o assistente do rei Carlos Alberto, da Sardenha, avô da rainha D. Maria Pia, pelo que recebeu depois o titulo de medico honorario da casa de el rei da Sardenha. Projectava deixar, no seu testamento, um legado á Escola Medica para o seu rendimento ser applicado ao aperfeiçoamento e derramamento dos conhecimentos medicos, bem como a subsidiar alguns alumnos necessitados, e não tendo podido realisar tão util pensamento, foi este interpretado por sua irmã e herdeira D. Rita d'Assis de Sousa Vaz, legando á mesma Escola, e para o fim indicado 60 inscripções da divida publica interna do valor nominal de 1:000$000 reis cada uma.

Vaz *(P. Gaspar)*. Jesuita. N. em Chaves, o fal. em Lisboa na Casa Professa em S. Roque em 1596. Entrou no collegio da Companhia de Jesus, de Coimbra, e formou-se na Universidade d'Evora. Foi missionario no Algarve, por chamamento do bispo D. Fernando Martins Mascarenhas, ali adoeceu, e vindo procurar alivios para Lisboa, falleceu. Escreveu as seguintes obras: *Introductio ad dialecticam*, *Logica* e varios commentarios a Aristoteles, obras que ficaram ineditas. O manuscripto da *Logica* foi ter á Universidade do Oxford em Inglaterra, em cuja livraria se conservava ainda no meado do seculo XVIII.

Vaz *(P. Gomes)*. Jesuita. N. em Serpa em 1542, fal. em Lisboa a 3 de setembro de 1610. Entrou na Companhia de Jesus, no collegio de Evora, em 1562. Dois annos depois. em 1564, partiu para a India, regeu algumas cadeiras na Casa professa de Gôa, e foi mais tarde missionar, acabando por ser, antes de voltar ao reino, professo da Casa professa do Gôa, e superior da do Malaca. Voltando a Portugal, veiu a fallecer em Lisboa, conforme dissémos. Deixou manuscriptas varias cartas dirigidas de Gôa para alguns dos seus confrades, e uma obra intitulada *Tratados moraes*. N'uma d'essas cartas dá largas noticias dos ritos religiosos da China. Os extractos das cartas do P. Gomes Vaz fôram publicados traduzidos em italiano.

Vaz *(Gonçalo)*. Jurisconsulto. N. em Froes, junto a Armamar, em 1490, e onde tambem fal. em 1570. Frequentou a Universidade, onde se doutorou em leis, e foi depois ouvidor do infante D. Fernando. Foi orador do braço do povo nas côrtes de Torres Novas de 1525. O discurso ali proferido publicou-se em 1563.

Vaz *(P. Gonçalo)*. Presbytero secular, licenceado em theologia. Era natural de Lisboa, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Escreveu: *Breve compendio das rubricas geraes, e particulares cerimonias que se devem observar no sacrosanto sacrificio da missa resada e solemne, conforme a ultima reformação do papa Urbano VIII*, Lisboa, 1651; *Novamente emendado e accrescentado pelo autor n'esta segunda impressão*, Lisboa, 1656; mais tarde ainda se publicou, com o titulo: *Breve declaração das rubricas do Breviario Romano, conforme a ultima reformação do papa Urbano VIII de boa memoria*, Lisboa, 1674.

Vaz *(D. Joanna)*. Celebre poetisa, uma das tres damas da infanta D. Maria, filha de el-rei D. João III que tão famosas se tornaram pelos seus talentos poeticos e pela sua erudição, companheira, pois, de Luiza Sigéa e de Publia Hortensia de Castro. Era natural de Coimbra, sendo filha do licenceado João Vaz Chamada a Lisboa para ser mestra de latim da infanta, não contribuiu pouco para desenvolver no espirito d'esta princeza o gosto por uma erudição transcendente. D. Joanna Vaz sabia grego, latim e hebraico, e em todas estas tres linguas escrevia, como se sabe pelas epistolas que n'estas linguas escreveu ao pontifice Paulo III. Casou com Fernão Alvares da Cunha, e não se conhece a data da sua morte. Escreveu muitas poesias latinas, umas que se imprimiram, outras que ficaram ineditas. Fôram muito cantados os seus louvôres pelos poetas do seu tempo, e André de Rezende dirigiu lhe uma epistola em versos latinos.

Vaz *(João)*. D'este escriptor nos fala Barbosa Machado na *Bibliotheca Lusitana*, dizendo apenas que estudára letras humanas e philosophia na Universidade de Evora, cidade de que era natural. Escreveu: *Breve recopilação e tratado agora novamente tirado das antiguidades de Hespanha, que trata como el rei Almansor morreu em Portugal junto á cidade do Porto, onde agora chamam Gaia, ás mãos de el-rei Ramiro e sua gente; d'onde tambem cobrou e matou sua mulher chamada Gaia, que estava com este moiro, da qual ficou este logar chamado de seu nome*, Lisboa, 1601; foi reimpressa em 1630, e depois em 1661. O sr. dr. Theophilo Braga fez uma nova edição,

em Coimbra, no anno de 1868, sobre a de 1630, e *acompanhada d'um estudo sobre a transformação do romance popular no romance com fórma erudita nos fins do seculo XVI.*

Vaz *(João).* Celebre latinista, bacharel pela Universidade de Coimbra. Emendou a *Grammatica latina* de Pastrana, que se intitulava *Thesaurus et speculum puerorum.*

Vaz *(João).* Pintor d'arte, professor e director da Escola Industrial Affonso Domingues. N. em Setubal, no anno de 1852, sendo ainda muito creança, manifestando já grande tendencia para a pintura, entrou para a Academia de Bellas Artes, de Lisboa, estudou com o distincto professor Annunciação, tendo depois por mestre Silva Porto. Concluido o curso em 1878, fez a sua viagem de estudo por Madrid e Paris, demorando-se algum tempo n'esta cidade a estudar na companhia de Ramalho. Nas exposições por elle organisadas nas salas da Sociedade de Geographia, em 1881, e depois nas do *Commercio de Portugal*, do Grupo de Leão, de que elle foi um dos fundadores, e d'onde rompeu a aurora do nosso movimento artistico moderno, entre varias telas promettedoras que o nome de Vaz assignava, appareceram umas deliciosas marinhas como a *Benção da rêde*, os *Barcos no Sado* e a *Pesca das lulas*, todas ellas colhidas nas aguas do mesmo rio. Já então pintava paineis com um verdadeiro sentimento de côr. *Caminho do Pinhal*, por exemplo, cheio de emoção artistica; *A porta da egreja*, de Setubal; o *Castello d'Obidos*, o *Convento de Santarem*, a *Torre das Cabaças*. Nas 8 exposições successivas do citado Grupo do Leão, os quadros e estudos de João Vaz fôram provando a sua aptidão artistica, e o seu amor pela arte. São d'esse tempo, além dos referidos, as *Margens do Sado*, *Convento d'Arrabida*, *A' beira mar*, *Barracas de Pescadores*, *Convento de Christo*, *Uma manhã no Sado*, *A torre d'Ajuda*, *Margens do Tejo*, *Papôa*, de Peniche. João Vaz evidenciou-se sobretudo como pintor de marinhas produzindo telas de uma grande delicadeza de observação e de uma grande justeza de colorido, mas tambem tem tratado dignamente a paizagem e a pintura decorativa moderna. Pelos seus elevados meritos artisticos, foi nomeado em 1884 professor da Escola Industrial Affonso Domingues, em Xabregas, de que em 1889 assumiu a direcção. Nas exposições do Gremio Artistico, as marinhas de João Vaz chamaram sempre a attenção pelo attractivo do harmonioso colorido, da frescura inconfundivel das aguas; fôram numerosas em todas as exposições. Em 1891: a *Calmaria*, Outão; *Um canto de Evora*, *Na Praia*. Em 1892: *Desembarque de peixe*, Setubal; *Povoa de Varzim*, *Matriz da Villa do Conde*, *Portuzello*, Vianna do Castello; *A Praia*, Setubal. Em 1893: *Baixa mar*, *Pôr do Sol*, *Vespera de temporal*, *Patacho á carga*, *A Torre das freiras*, *Em terra*. Em 1894: *As gaivotas*, *Barcos da minha terra*, *O concerto da rêde*, outro *Pôr do Sol*, *Tranquilidade*. Em 1895; *Fins da tarde*, *Esperando a maré*, *O carreiro de Joanna*, Peniche; *A ribeira de Peniche*. Em 1896: *Tarde de outono*, *Bahia de Lagos*, *Rochedos a beira mar*. Lagos. Em 1897: *No Tejo*, *Chegada de barcos*, *Nazareth*; *Effeitos de Nebrina*, *Cair da Tarde*, Xabregas. Esta longa resenha é apenas uma parte dos trabalhos então expostos por João Vaz no Gremio Artistico. Tem se occupado tambem muito de importantes trabalhos decorativos. Foram Vaz e Ramalho que decoraram o theatro *Garcia de Rezende*, de Evora. Para Alcacer do Sal pintou João Vaz um magnifico pano de bôcca, cujo assumpto é uma formosa marinha. O theatro, que a cidade de Setubal inaugurou em 1 de agosto de 1897, deve ao pincel de João Vaz uma bella decoração. O pano de bôcca, que elle offereceu, é primoroso, e do mais bello effeito a decoração do café, toda em assumptos maritimos. Pintou varios quadros para a secção portugueza da exposição de Paris de 1900; e para a mesma secção da exposição do S. Luiz, em 1904 apresentou 3 quadros decorativos, que são 3 grandes telas, representando a primeira uma vista de Lisboa, a segunda uma vista do Porto, e a terceira uma paizagem da região vinicola do Douro. João Vaz é collaborador artistico da antiga revista *O Occidente*, e foi um dos decoradores da sala do restaurante Leão de Ouro, de Lisboa. Em 1908 teve o encargo, pela commissão organisadora da secção portugueza na exposição do Rio de Janeiro, de executar o projecto da parte decorativa respectiva, e n'essa ordem de ideias foi por elle desenhado todo o mobiliario, as pinturas muraes, bem como fôram compostos todos os elementos decorativos. Além d'esses trabalhos, todos d'uma grande belleza e d'um subido valor artistico, em que o distincto pintor teve como auxiliares varios alumnos e ex-alumnos da Escola Affonso Domingues e diversos artistas que trabalharam sob a sua direcção, mandou elle para a referida exposição varias télas suas, contando-se entre ellas *Margens do Sado*, *Douro*, painel decorativo; o *Um canto do Tejo*. Em 23 de janeiro de 1904, foi João Vaz nomeado academico de merito da Academia Real de Bellas Artes.

Vaz *(P. José).* Padre indio, nascido em Sacoale, povoação da provincia de Salsete, a 21 de abril de 1651, fal. a 16 de janeiro de 1711. Depois dos estudos preparatorios no collegio dos jesuitas de Gôa, passou para o de S. Thomaz de Aquino, d'ondo saiu perito em philosophia e theologia: O arcebispo de Gôa lhe conferiu ordens de presbytero em 1676, e José Vaz começou a prégar com grande applauso dos seus ouvintes. Passando a missionar no Canará, fundou por ali muitas egrejas e ermidas, até que, voltando a Gôa, vestiu o habito da Congregação do Oratorio em 1685, sendo elle que no Oratorio de Gôa introduziu os estatutos do Oratorio de Lisboa, compostos pelo P. Bartholomeu do Quental. Pouco tempo se demorou na casa oratoriana, e passou de novo ao Canará, d'onde passou em 1687 a Ceylão, ilha a que chegou gravemente doente, mas, apenas se restabeleceu, voltou a missionar, indo parar á côrte de Candy, onde foi primeiramente acolhido como espião, a ponto de o prenderem; mas sendo logo solto, edificou uma egreja a que deu por orago Nossa Senhora da Conceição dos Fieis. Em Kandy tambem alcançou grande prestigio pela caridade com que tratou os doentes de uma epidemia de variola, que então ali grassava. Além de muitas cartas escriptas para Portugal, deixou manuscriptas umas *Obras espirituaes para a instrucção de um missionario*, escriptas na lingua tamul, e um *Vocabulario* da lingua shingalá.

Vaz *(Leonardo).* Architecto que em 1517 construiu o refeitorio do convento do Belem.

Vaz (*Lopo*). Jurisconsulto, que viveu no seculo XVI. Foi desembargador da Casa da Supplicação, e em 1544 procurador ás côrtes de Almeirim, onde foi jurado herdeiro da corôa o principe D. João, filho de D. João III e pae d'el rei D. Sebastião. O discurso que elle proferiu, em nome do povo de Lisboa, foi impresso em Lisboa em 1563, com outros discursos proferidos nas mesmas côrtes, e tinha por titulo: *Resposta pelo povo de Lisboa nas côrtes celebradas em Almeirim no anno de 1544 por el rei D. João III, quando chamou os tres estados do reino para o juramento do principe D. João, seu filho.*

Vaz (*Lourenço*). Um dos primeiros e mais nobres povoadores da ilha de S. Jorge. Foi do Algarve para a ilha Terceira, d'onde passou á de S. Jorge. Era filho de João Vaz Côrte Real, alcaide-mór de Angra, capitão donatario da referida ilha de S. Jorge e de metade da ilha Terceira; e de sua mulher D. Maria d'Abarca, fidalgos de antiga nobreza. O P. Cordeiro e os que d'elle se tem servido como fonte historica, não mencionam este filho, aliás legitimo, do celebre Côrte Real, a que se attribue a descoberta da America.

Vaz (*P. Manuel Pires*). Presbytero secular, prior da egreja do Couto do Mosteiro, no bispado de Coimbra, e professor de philosophia e theologia no seminario episcopal da mesma cidade. N. em Santa Comba Dão, sendo ali baptisado a 23 de setembro de 1762, fal. em Couto do Mosteiro a 4 de maio de 1834. Seu pae tinha o mesmo nome, e sua mãe chamava-se Antonia das Dôres. Escreveu: *Discurso sobre a liberdade de imprensa, dividido em duas partes, no qual se demonstra a necessidade e utilidade da censura prévia, e se responde ás razões e argumentos dos que a combatem... com um plano geral para uma lei que a regule*, etc., Coimbra, 1823; *Discurso philosophico e theologico, juridico e politico, sobre a liberdade humana physica e moral, e sobre o seu recto uso individual e social. Com um appendix e duas addições*, Coimbra, 1823.

Vaz (*P. Miguel*). Jesuita, que viveu no seculo XVI. Professou em 1561, na Collegio de Coimbra da Companhia de Jesus, e foi missionario no Japão. Ha nas *Cartas do Japão* impressas varias cartas d'elle, sendo a primeira datada de 6 de setembro de 1566, e a ultima de 27 de setembro de 1577.

Vaz (*Pedro*) Celebre medico, que nasceu na Covilhã, e parece ter sido de origem judaica. Viveu na Italia e na Hespanha, onde imprimiu um *Commentario medico* em latim no anno de 1576; uma *Apologia*, em 1582, em que combatia uns methodos de allemão; em 1601, uma obra intitulada *De scopis mittendi sanguinem*, e um tratado da epidemia pestilente, tudo em latim.

Vaz (*Thiago*). Pintor que vivia ainda em 1538; ignora se a terra da sua naturalidade, e as datas do nascimento e fallecimento. Foi autor das pinturas da sacristia do convento de Alcobaça.

Vaz (*Thomé*). Jurisconsulto. N. em Coimbra em 1355, e ainda vivia em 1612. Depois de se formar em leis na Universidade, foi exercer a advocacia no Porto, onde adquiriu tão grande fama como advogado que as suas allegações em latim, sobre diversos assumptos, impressas em 1612, fôram reimpressas em 1679, 1701 e 1731. No anno de 1656, saiu já posthuma, uma obra sua de *Explanações da nova reforma de justiça*, que tem a singularidade de ter o titulo em latim e ser escripta em portuguez. Deixou manuscriptos tambem uns *Commentarios ás Pragmaticas*, em 60 capitulos.

Vaz. Sítio na freg. de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Vaz d'Almada. V. *Abranches (D. Alvaro Vaz de Almada, (conde de)*.

Vaz de Carvalho (*D. Maria Amalia*). Distincta escriptora e poetisa. Nasceu em Pinteus, n'uma propriedade que ali possuia seu pae, José Vaz de Carvalho, povoação da freguezia de Santo Antão do Tojal. Viveu muitos annos n'essa propriedade, que se tornara ponto de reunião de alguns escriptores e poetas dos mais afamados e considerados d'esse tempo N'esse convivio litterario, se fôram desenvolvendo as suas faculdades intellectuaes, a que reunia um brilhantissimo talento. Em 11 de março de 1874 casou com o mimoso poeta Gonçalves Crespo, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, que falleceu em 11 de junho de 1883. Com seu marido escreveu em 1882 um livro com o titulo de *Contos para os nossos filhos*, que o Conselho Superior de Instrucção Publica approvou para uso das escolas primarias. Esse volume veiu a publicar-se em 1886. A illustre escriptora escreveu no *Diario Popular*, *Jornal do Commercio*, e em outros jornaes, varios folhetins de critica, com o pseudonymo de Valentina de Lucena. Escrevia tambem, ao mesmo tempo, 5 chronicas mensaes para os jornaes do Brazil. E' numerosa a sua bibliographia, da qual mencionaremos os seguintes trabalhos: *Uma primavera de mulher, poema em quatro cantos, precedido de um prologo* (conversa ao reposteiro), por Thomaz Ribeiro, Lisboa, 1867. D'este poema fez Pinheiro Chagas uma analyse critica, no *Jornal do Commercio* de 6 de dezembro de 1867, em extremo lisonjeira para a autora; *Vozes do ermo*, Lisboa, 1876; *O Noivo da menina*, romance de Cherbuliez, traducção, Coimbra, 1876; *Heroismos do clero pelo general Ambert*, traducção, Lisboa, 1877; *Serões no campo*, Lisboa, 1877; *Arabescos*, Lisboa, 1880; *Contos e phantasias*. Porto, 1880; *Cartas a Luiza*, Lisboa, 1886; *As mulheres e creanças*, Lisboa, 1887; *Alguns homens do meu tempo*, Lisboa, 1887; *Chronicas de Valentina, com uma carta de Ramalho Ortigão*, Lisboa, 1890; *Octavio Feuillet e a sua obra*, (prefacio da edição do *Romance d'um rapaz pobre*, publicado em 1888); *Raphael*, de Lamartine, traducção, Lisboa, 1889; *O Pescador da Islandia*, de P. Leote, traducção, Paris; *Aventuras de um polaco*, romance de Cherbuliez, Lisboa, 1891, 2 tomos: são os n.ºs 13 e 14 da *Collecção Antonio Maria Pereira*; *Cartas a uma noiva*, Lisboa, 1871; *A Marqueza de Alorna; A arte de viver na sociedade; Cerebros e corações*, Lisboa, 1904. Escreveu um prefacio para a traducção do *Filho prodigo*, de Hall Cain, feita do inglez por Januario Leite, que se publicou em Lisboa, 1906. E' importantissima a sua obra intitulada *A Vida do Duque de Palmella*, que se compõe de tres volumes. A'cêrca d'esta obra escreve o sr. conde de Sabugosa, no *Diario Illustrado*, de 19 de agosto de 1901: «Maria Amalia Vaz de Carvalho depois de tentear com a penna, já superior em outros ramos de litteratura, um estudo sobre a Marqueza

d'Alorna, traçou agora com mão segura o quadro completo de uma epoca, e das mais difficeis de descrever, deduzindo a das precedentes, fazendo a genealogia das ideias, marcando o nivel da intellectualidade, ligando e comparando o estado social da vida portugueza ao do resto das sociedades da Europa, estudando as qualidades, os defeitos e os ridiculos do nosso organismo, e fazendo com esse estudo o fundo proprio da tela para d'elle destacar a figura principal do seu trabalho em toda a superioridade do talento e do coração. Do talento, mostrando a acção e a influencia do duque de Palmella nos acontecimentos do seu tempo e nas sociedades em que viveu, a habilidade com que se serviu dos factos, a perspicacia com que aproveitou as circumstancias, a argucia com que convenceu os homens, o poder de seducção com que captivou as mulheres. Do coração, apresentando um duque de Palmella intimo que melhor explica o homem publico. E, o que constitue uma das mais felizes qualidades d'esse trabalho, é que, utilisando em parte a auto biographia, em parte a correspondencia familiar, que não era destinada á publicidade, leva o espirito do leitor á convicção da sinceridade do patriotismo, do duque, que nas suas mais intimas confidencias ás irmãs as informa das esperanças e dos desalentos no proseguimento da sua missão de homem de Estado. N'esses dois volumes, em que ha figuras e scenas es boçadas com arte, e um plano de estudo concebido com criterio scientifico, firma se um trabalho de historiador. E esse historiador tem a solidez do pensamento, e a poesia da arte».

Vaz **Castello** *(Pedro)*. Medico doutissimo, natural de Bragança, que foi professor de medicina em França na Universidade de Tolosa, onde adquiriu a mais elevada reputação. Escreveu e publicou em 1616 um livro em latim sobre as enfermidades do thorax.

Vaz **de Castello Branco** (*Antonio*). Fidalgo, que nasceu em Lisboa a 1 de agosto de 1649, oude tambem falleceu a 1 de agosto de 1723. Foi formado em direito cesareo pela Universidade de Coimbra, mas dedicou se mais a estudos historicos, e deixou umas obras genealogicas manuscriptas.

Vaz Côrte Real (*João*). Donatario da capitania de Angra na ilha Terceira, vivia no seculo XV, e conta Antonio Cordeiro na sua *Historia Insulana* que, navegando em 1463 ao noroeste dos Açôres, encontrara uma ilha, que não era outra senão a conhecida actualmente pelo nome de *Terra Nova* e a que elle chamou *Terra dos Bacalhaus*.

Vaz **Coutinho** *(Gonçalo)*. Filho 3.º de Lopo de Sousa Coutinho e irmão do celebre Fr. Luiz de Sousa. Foi capitão de uma nau da armada guarda costa do reino, e em 1597 nomeado governador da ilha de S. Miguel. Ahi se conservava ainda quando a ilha foi ameaçada pela esquadra ingleza commandada pelo conde de Ecci, e do que então se passou, escreveu o governador uma relação que se não imprimiu. No anno de 1598 entregou o governo, e regressando a Portugal apresou um corsario inglez entrando elle a barra de Lisboa.

Vaz Coutinho (*D. Gonçalo*). Fidalgo que viveu no seculo XV Foi casado duas vezes: a 1.ª com D. Izabel da Guerra, que descendia de D. Ignez de Castro. Sem que se saiba o motivo matou a mulher; casou 2.ª vez com D. Joanna de Castro, que tambem matou sem causa conhecida. Afinal foi processado, convencido dos crimes que praticara, e degolado em Santarem.

Vaz da Cunha *(Pedro)*. Fidalgo da côrte de D. João II, encarregado por elle de acompanhar um principe negro, chefe dos Jolofas das margens do Senegal, chamado Bemohi, que viera a Portugal fazer se baptisar. Pedro Vaz da Cunha, que era conhecido pelo appellido de Bisagudo, commandava 20 caravellas, levava a bordo muitos missionarios, e ordem de construir uma fortaleza na foz do Senegal. Apenas lá chegou, Pedro Vaz teve contendas com o pobre Behomi, matou o, e voltou a Portugal sem ter construido a fortaleza. Contra o costume de D. João II, o crime e a desobediencia ficaram impunes por, segundo diz o chronista Ruy de Pina, estavam envolvidos no caso muitas personagens importantes.

Vaz Pereira (*Pedro)*. Architecto, ou pelo menos sabedor de architectura e tambem de mathematica. N. em Portalegre, e em 1601 escreveu e dedicou ao duque de Bragança, D. Theodosio, uma obra que ficou manuscripta, intitulada: *Fabrico e uso do radio latino*.

Vaz Pinto *(Gonçalo)*. Jurisconsulto muito distincto. N. em Evora, e floresceu no seculo XVI. Foi professor de jurisprudencia na Universidade de Lisboa pelo longo espaço de 30 annos, e passando depois para Coimbra, quando para ali ella foi transferida. Em 1546, sendo já velho, tomou ordens de presbytero, e foi nomeado conego de Evora, tomando posse do seu canonicato em 1554. Deixou manuscriptos uns commentarios latinos ás ordenações do reino, e uns *Commentaria ad infortiatum*.

Vaz Pinto de Sousa *(José)*. Era natural do Sarajal, no bispado de Lamego, sendo irmão de Gaspar Pinto Correia. Compôz a seguinte obra: *Thesaurus Musae Virgilianae, in quo germanus verborum ordo lusitano primum idiomate uberiores deinde rerum notae invenientur;* em seguida a este titulo estão as armas do duque de Bragança, gravadas, e por baixo a data de 1628. A dedicatoria, em latim, é ao duque de Bragança D. Theodosio II.

Vaz Preto *(D. Marcos Pinto Soares)*. Apezar da similhança dos appellidos, este celebre padre, tão conhecido pelo nome de *Padre Marcos*, nada tem de commum com a illustre familia Vaz Preto da provincia da Beira Baixa. O Padre Marcos nasceu em Cezimbra no anno de 1782, fal. em Lisboa a 6 de dezembro de 1851. Era filho de uns pobres e obscuros pescadores. Revelando talento e gosto de aprender, pôde tomar ordens, professou como freire conventual no convento dos freires de S. Thiago de Palmella, e alcançou ser provido no priorado da egreja matriz de Alhos Vedros, em que era a ordem de S. Thiago que apresentava o parocho. Abraçou com enthusiasmo a causa da revolução de 1820, prégou em Alhos Vedros um sermão aos parochianos congregados na egreja para as eleições, e este sermão, todo impregnado em ideias liberaes, agradou tanto aos chefes da revolução que José da Silva Carvalho, sendo então ministro da justiça, affeiçoou-se extremamente ao padre, chamou o a Lisboa, transferindo-o em 1822 para a

egreja da Pena, como prior encommendado. Ao mesmo tempo incumbiu o da redação d'um jornal, todo dedicado ao proprio José da Silva Carvalho, chamado *Censor lusitano ou Mostrador dos poderes politicos*. O padre Marcos era mais redactor apparente d'este jornal, do que verdadeiro redactor. A maior parte dos artigos eram escriptos pelo proprio José da Silva Carvalho. A 4 de julho de 1822 prégou um sermão para festejar o anniversario do juramento das bases constitucionaes pelo rei. Este e outros sermões, se agradavam aos liberaes, desagradavam aos absolutistas, por isso os acontecimentos politicos de 1823 bastante o prejudicaram, e em 1828, tendo já perdido o seu priorado da freguezia da Pena, emigrou para Inglaterra, e achando se no deposito de Plymouth, redigiu um jornal todo dedicado a Candido José Xavier, com o titulo de *Portuguez emigrado*. Passando a Londres, tomou parte activa na redacção do *Paquete de Portugal*. Entretanto, como o padre Marcos estava sendo, por assim dizer, o capellão official da emigração, foi elle quem prégou na egreja catholica de Stonehouse o sermão de acção de graças pela feliz chegada da rainha D. Maria II a Inglaterra. Em 1832 foi para a ilha Terceira, e nos Açôres se aproximou de D. Pedro IV, que lhe tomou affeição e de quem foi sempre o confidente dilecto. Em Angra prégou tambem o sermão de anniversario da rainha D. Maria II. Com D. Pedro partiu para o Porto, e entrou depois em Lisboa; e foi tambem o padre Marcos, que no dia 24 de setembro de 1835 prégou em S. Vicente a oração funebre, commemorando o primeiro anniversario da morte de D. Pedro. Nas luctas politicas travadas, depois da fundação do regimen constitucional, mostrou se cartista decidido, e por isso grangeou a animadversão popular, porque demais a mais, o povo attribuia-lhe uma influencia nefasta no animo de D. Maria II, de quem era esmoler-mór e confessor. Deputado em 1842 e em varias outras legislaturas, foi por mais d'uma vez presidente da camara. O governo quizera recompensar os seus serviços politicos, dando-lhe a mitra e apresentou-o como coadjutor do patriarchado de Lisboa, com o titulo de arcebispo de Lacedemonia, mas a Curia romana recusou tenazmente confirmal o, e o padre Marcos ficou sendo arcebispo eleito de Lacedemonia. Mais tarde é que obteve a pingue conezia de D. Prior da Collegiada de Guimarães. Além dos sermões já mencionados e que todos se imprimiram, tambem se imprimiu o que elle prégou, quando em 1822 veiu para a Sé a imagem da Senhora apparecida n'esse anno em Carnaxide, e onde esteve até 1833, em que voltou para uma nova egreja que se construiu n'aquella povoação. No *Diario das Sessões* corre tambem impresso um discurso que pronunciou, quando se discutiu o projecto da fundação de umas casas penitenciarias.

Vaz Sampaio *(João de Mello Vasconcellos Pereira)*. Fundador da casa de Gouvães do Douro, foi moço fidalgo da Casa Real, sargento mór e capitão dos voluntarios de Traz-os-Montes e grande caudilho do partido legitimista. Conhecia varias linguas e foi tido e havido como um dos maiores politicos d'aquella provincia. Foi filho da 3.ª morgada de Durcello, e de Antonio Pereira da Silva, fidalgo da casa de Barbeita no Minho Era conhecido em Traz os-Montes pela alcunha de *Portugal velho*, sendo muito respeitado pelos partidarios de D. Miguel. João de Mello foi escolhido para receber na fronteira D. Carlos de Bourbon, entrando com elle em Villa Real, sem incidente algum, seguindo com aquelle principe até Vizeu, tendo em seguida que voltar para o seu solar de Gouvães, pelo motivo da sua ausencia, estar prejudicando o partido n'aquella provincia. Casou com D. Maria Antonia de Moraes Correia do Amaral, da cidade de Braga, 3.ª morgada da capella instituida em Lisboa. D'este matrimonio houve a Antonio Carlos de Mello que se tornou tambem notavel nas figuras legitimistas. João de Mello falleceu em Gouvães e jaz sepultado no jazigo da familia na capella do solar de Durcello.

Vaz de Sampaio *(Lopo)*. Capitão mór e 8.º governador da India, commendador da ordem de Christo, etc. N. em Anciães na segunda metade do seculo XV, sendo filho de Diogo de Sampaio, senhor da mesma villa de Anciães, Villarinho, Castanheira e Linhares, que esteve com D. Affonso V na tomada de Arzilla, sendo ali armado cavalleiro pelo dito soberano, e acompanhou-o á batalha de Toro, onde ficou gravemente ferido, e confundido entre os mortos uma noite inteira no campo. Sua mãe chamava se D. Briolanja de Mello. Passados os primeiros annos, seguiu a escola militar a que se davam n'aquelle tempo todos os nobres, aspirando á gloria a que subiram os seus antepassados. Serviu 11 annos em Africa, para onde fôra com D. João de Menezes, conde de Tarouca, depois prior do Crato, na armada que el rei D. Manuel mandou em auxilio dos venezianos contra os turcos no anno de 1501. Regressando a Portugal, foi outra vez mandado com o mesmo conde de Tarouca, a Tanger, e ali serviu dois annos, e achou se, em 1503, na entrada de Alcacer Kibir, em que ficou ferido. Voltou novamente ao reino, e d'aqui partiu com D. Rodrigo de Sousa para Alcacer Ceguer, onde esteve tres annos, sendo ferido em Gualdião. Vindo ao reino, tornou outra vez a Alcacer-Ceguer, conservando-se ali quatro annos, tres dos quaes, servindo de capitão. Voltando a Tanger, onde estava quando o rei de Fez cercou aquella cidade, sendo governador D. Duarte de Menezes, novamente foi ferido. El rei D. Manuel, por todos estes serviços lhe fez mercê de 15$000 reis de tença n'uma provisão de 15 de junho de 1509. Estando em Tanger, foi chamado ao reino pelo monarcha, e mandado á India, em 1512, e combateu debaixo das ordens de Affonso de Albuquerque na tomada de Gôa e na empresa de Adeu, onde arriscou a vida, para salvar a do grande general. Regressou depois ao reino, e só tornou á India, em 1524, com D. Vasco da Gama, que fôra nomeado governador de aquelle Estado. Lopo Vaz de Sampaio ia com o posto de governador de Cochim, em que prestou muitos e bons serviços. Quando morreu D. Vasco da Gama, abriram-se pela primeira vez as vias de successão, systema que até ahi se não empregára, e como elle fallecera em Cochim, e em Cochim encontrara todo o machinismo da administração superior da India, foi Lopo Vaz de Sampaio que teve de abrir com todas as formalidades o fatidico papel. O nome que encontrara foi o de D. Henrique de Menezes, e Lopo Vaz teve logo com isso um profundo desgosto, mas occultou o, e tomando interinamente

com Affonso Mexia, védor da fazenda, o governo da India, mandou a Gôa avisar D. Henrique de Menezes, quo era capitão n'essa cidade, da sua nomeação. Em 1526, porém, morreu D. Henrique de Menezes, e teve de se abrir segunda via de successão. Appareceu nomeado Pero Mascarenhas, governador de Malaca. Tinham, portanto, de decorrer uns poucos de mezes antes que Pero Mascarenhas pudesse vir tomar posse do governo da India. Quem governaria interinamente? Resolveu se, depois de largos debates, que se deveria abrir a terceira via de successão, e que o nomeado tomaria o governo, jurando entregal-o a Pero Mascarenhas, apenas elle chegasse. Assim se fez, e appareceu nomeado Pero Vaz de Sampaio, quo jurou o que lhe exigiam. Mas a tentação era demasiadamente forte. Tomou logo varias providencias urgentes que attestavam a sua capacidade, e partiu para Ormuz, onde estava sendo necessaria a sua presença. Entretanto, Pero Mascarenhas perfeitamente socegado, partiu para a India, mas como teve de retroceder por causa de um grande desastre maritimo, e por conseguinte de esperar seis mezes por nova moução, aproveitou o ensejo para concluir uma campanha gloriosa contra o sultão de Bintam. Entretanto, Lopo Vaz de Sampaio, e o védor da fazenda Affonso Mexia, que era quem mais o incitava n'esta campanha, por odios profundissimos que tinha a Pero Mascarenhas, tratava de se assegurar do governo da India. Do que então se passou sobre este caso, leia-se no vol. IV, d'esta obra, o artigo *Mascarenhas (Pero)*. A causa, no fim de muitos debates, foi resolvida a favor de Lopo Vaz de Sampaio, que tomou então definitivamente posse do governo, e mostrou so digno de o exercer, mas a illegalidade e iniquidade que tinham sido os fundamentos do seu poder, esterilisaram completamente o bem que podia advir á India das qualidades do novo governador. Promovera a indisciplina, e foi a indisciplina que encontrou deante de si. Queria reprimir e castigar actos execrandos, os compromissos que tomára com os que os praticavam para lhes conquistar o voto e a adhesão, o obrigavam a transigir com elles e a assegurar lhes a impunidade. Comtudo, Lopo Vaz de Sampaio pôde continuar victoriosamente as guerras contra o samorim de Calicut e o sultão de Cambaya, e com tal actividade se occupou nos reparos das fortalezas, e sobretudo em construcções novas que deixou uma formidavel esquadra ao seu successor Nuno da Cunha, esquadra que serviu a este para as grandes empresas que tentou. Em 1529 entregou o governo a Nuno da Cunha, que lhe vinha succeder, e que trazia contra elle as ordens mais severas. Pero Mascarenhas chegára a Lisboa, queixara se, e a justiça das suas reclamações obrigara o governo a proceder com energia. Nuno da Cunha, apenas chegou, prendeu Lopo Vaz em Cananor com menagem, e recebendo ordens ainda mais severas do reino, teve de o remetter para Lisboa, debaixo de rigorosa prisão, depois de lhe terem sido confiscados todos os bens. Chegando a Lisboa foi logo conduzido preso ao castello, e com ordens tão apertadas que nem lho consentiam que visse a sua propria mulher. Empenhou se em seu favor o duque de Bragança, D. Jayme, compadecido do miseravel estado d'este valoroso fidalgo. E' sua uma carta, escripta a D. João III, em data do 16 de agosto de 1530, em que lhe rogava por elle com grandes instancias. Os rigores da prisão abrandaram-se, porém, quando dois annos depois conseguiu uma audiencia de el rei, e na Casa da Relação em pé como réu perante elle e os desembargadores recitou em justificação e defeza da sua innocencia o admiravel discurso que vem na quarta decada de Diogo de Couto, de tão efficazes e bem assentadas razões que commoveram o rei e os ministros. Prevaleceu, comtudo, a sua desgraça, e foi condemnado por sentença a perder os ordenados todos do tempo que governou a India, sobre 10 mil cruzados de pena, e degredo por certos annos para os logares de Africa. El rei, em respeito aos seus muitos serviços e honrados feitos, perdoou-lhe por um alvará toda esta condemnação, e retirado a Anciães, sua patria, de que era senhor, veiu a fallecer em 18 de abril de 1538. Instituiu na egreja da Trindade, de Lisboa, uma capella, com a invocação dos Santos Reis Magos. Lopo Vaz de Sampaio havia casado, ainda antes de partir para a India, com D. Guiomar d'Eça, filha de D. João d'Eça, alcaide-mór do Villa Viçosa, e de D. Maria de Mello.

Vaz de Sampaio e Mello *(Lopo)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, ministro de Estado, deputado, vogal do Supremo Tribunal Administrativo, par do reino, etc. N. na povoação de Gouvinhas, na provincia de Traz-os-Montes, concelho de Sabrosa, a 29 de setembro de 1848, fal. em Lisboa a 20 de março de 1892. Pertencia a uma das familias mais aristocraticas de Portugal, á casa do Espinhosa, familia que contava entre os seus membros homens, como o grande governador da India Lopo Vaz de Sampaio, o predecessor de Nuno da Cunha (V. *Vaz de Sampaio (Lopo)*. Desde creança deu signal de um vivo e brilhantissimo talento. Desejos teve o pae de o doutorar, e Lopo Vaz partiu muito novo para Coimbra, mas no 1.º anno do curso pensou mais em gozar a sua liberdade de estudante, do que em seguir as aulas. Não tardou, porém, a recuperar o terreno, tornando se em breve distinctissimo e alcançando os primeiros premios. O talento de Lopo Vaz affirmou se d'um modo notavel no resto do seu curso. Estudante de primeira ordem, era um dos lentes que a Universidade para si cubiçava, e seu pae desejava muitissimo que elle se doutorasse. Para condescender com esses desejos entrou Lopo Vaz no sexto anno do curso de direito, anno dos doutorandos, mas era grande a sua repugnancia pelo doutoramento, porque não desejava ficar em Coimbra. Do seu tempo de estudante datam as seguintes obras que elle publicou: *Finanças. Theoria do imposto*, dissertação, Coimbra, 18[illegible]7; *Bases para uma theoria das provas judiciaes em causas civeis*, Coimbra, 1869. Comtudo, seguia na ideia de se doutorar, e já elaborara as theses para esse acto solemne, quando o suffragio popular o foi arrancar á tranquillidade de Coimbra para o enviar ao parlamento, onde pela primeira vez entrou, na legislatura de 1870, pertencendo então ao partido reformista, passando mais tarde ao partido regenerador. A dissolução da camara electiva afastou o dos trabalhos parlamentares, dedicando se por essa occasião a longos e prestimosos estudos sobre sciencias economicas. Em 1877 entrou novamente na camara por uma elei

ção supplementar. Pouco tempo durou o ministerio a que elle vinha dar o seu apoio, pois que pediu a demissão em maio d'esse anno, sendo chamado o marquez d'Avila para constituir o novo gabinete. O parlamento não foi dissolvido, a maioria continuou a ser regeneradora. Quando, porém, se abriu a sessão de 1878, a maioria que até ahi apoiára o governo, mostrou-se adversa. Votou-se uma moção de censura, e n'esse debate em que tomaram parte alguns dos mais notaveis oradores da camara, revelou Lopo Vaz as suas eminentes qualidades oratorias. Em setembro do anno de 1878 foi nomeado director geral da instrucção publica, cargo que exerceu dignamente, mas por pouco tempo, porque em novembro do mesmo anno passou para a direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas. Em 1880 foi assaltado de uma grave enfermidade, e aconselhado pelos medicos, foi consultar a medicina estrangeira. Por essa occasião, visitando a França, a Belgica e a Inglaterra, teve ensejo de enriquecer com novos conhecimentos praticos o seu espirito. Aproveitou esta viagem para estudar a legislação das pautas, a organisação das alfandegas, para estudar, finalmente, no campo da observação, todos os assumptos que se podiam relacionar com a sua posição burocratica. Caindo o ministerio na sessão parlamentar de 1879, organisou-se um gabinete do partido progressista, e nas renhidas eleições que se travaram, veiu Lopo Vaz como deputado da opposição. Fôram dois annos de rija campanha os que então se seguiram, e Lopo Vaz militou sempre nas primeiras fileiras. Em 1881, na famosa questão dos coroneis, pronunciou um discurso admiravel, que enleiou completamente todos os membros do governo. Chegou depois a questão de Lourenço Marques, a que o ministerio progressista não resistiu. Recusando Fontes Pereira de Mello a presidencia, foi chamado Antonio Rodrigues Sampaio, em 1881, a constituir o novo gabinete, e convidou Lopo Vaz para ministro da fazenda. Apenas entrou na gerencia d'esta pasta, teve logo uma grave questão a resolver, e logo se affirmaram as suas altas qualidades governativas, que o designaram para o commando supremo effectivo, apezar de estarem nominalmente as redeas do poder nas mãos de Antonio Rodrigues Sampaio. D'uma serie de artigos publicados, pelo fallecido estadista Pinheiro Chagas no *Occidente*, de 1892, transcrevemos o seguinte: «Lopo Vaz luctou com serias difficuldades, como ministro da fazenda. Segundo o costume, o orçamento portuguez saldou-se com *deficit*, e não era facil n'essa occasião recorrer á costumada fonte dos emprestimos. Não era felizmente porque o paiz não tivesse ainda o seu credito intacto, mas fizera-se pouco tempo antes um emprestimo com resultado pouco satisfatorio, e não era prudente bater de novo á porta dos banqueiros. Lopo Vaz teve essa ideia luminosissima e de que o paiz tirou logo proveito, a da conversão. Por esse motivo não só aproveitou a reputação que tinham os titulos portuguezes, mas abria um novo mercado, o de Paris, que era para nós vantajosissimo n'uma occasião em que a praça de Londres começava a fatigar-se dos incessantes emprestimos portuguezes. A operação deu excellentes resultados, o thesouro ganhou mais de 2:000 contos n'essa conversão que foi a unica de todas que se fizeram no nosso paiz que se saldou com beneficio para o thesouro. Lopo Vaz pôde assim, apenas, affirmar a sua alta capacidade financeira porque o ministerio que estava no poder teve uma curta duração. Debaixo da presidencia de Antonio Rodrigues Sampaio tinham entrado no gabinete: Lopo Vaz para o ministerio da fazenda, os srs: Julio de Vilhena para o da marinha, Sanches de Castro para a guerra, Hintze Ribeiro para as obras publicas e para os estrangeiros interinamente, por não ter o sr. Martins Dantas consentido em permanecer na gerencia d'esta pasta, que primeiro lhe foi confiada, e o sr. Barros e Sá para a justiça. Com a pasta do reino ficou Rodrigues Sampaio. Qual foi o motivo da curta duração d'este ministerio? Não o sabemos nós, e sempre nos pareceu que Lopo Vaz vira com um certo resentimento a evolução politica de que resultou a formação de um novo

Lopo Vaz de Sampaio e Mello

ministerio, em que elle não entrou. Não que elle fôsse aferrado á pasta; o exercicio do poder era para elle mais um sacrificio do que um jubilo. Desejava muitissimo ter uma grande influencia, mas não desejava ter exclusivamente o poder. A sua indole, um pouco preguiçosa, fatigava-se com as mil occupações de um ministro, principalmente quando esse ministro tinha, como elle, a um tempo de gerir a sua pasta e de se preoccupar com os infinitos negocios politicos de um homem, que tem n'um partido a situação que elle alcançara. E' comtudo evidente que não foi a seu gosto que se fez a profunda modificação ministerial de 11 de novembro de 1881. E' nos impossivel, porém, penetrar no mysterio d'essa evolução. O que é certo é que Rodrigues Sampaio demittiu-se, e Fontes Pereira de Mello assumiu a presidencia do novo gabinete, reservando para si as pastas da guerra e da fazenda, le-

vando o sr. Thomaz Ribeiro para a do reino, o sr. Antonio de Serpa para a dos estrangeiros e o sr. José de Mello Gouveia para a da marinha. Dos membros do anterior gabinete só ficavam dois: o sr. Julio de Vilhena, que passara da marinha para a justiça, o sr. Hintze Ribeiro que ficou exclusivamente com a pasta das obras publicas. Sem que Lopo Vaz se manifestasse hostil ao novo gabinete e sem que Fontes Pereira de Mello deixasse de falar com a mais alta estima do seu antecessor na pasta da fazenda, é para nós incontestavel que houve attrictos n'essa passagem do poder, attrictos que logo se dissiparam, porque tanto Lopo Vaz como Fontes tinham bastante perspicacia para perceber que precisavam immensamente um do outro. Mal se manifestaram, póde-se dizer, esses attritos. Lopo Vaz, como chefe natural da maioria na camara dos deputados, prestou ao novo governo o mais dedicado auxilio, e Fontes aproveitou o primeiro ensejo que teve para reconstituir o ministerio, entrando Lopo Vaz. Foi no dia 24 de outubro de 1883 que o ministerio se recompoz.» Lopo Vaz ficou com a pasta da justiça. O trabalho mais importante, que fez n'esse ministerio, foi o da reforma do Codigo Penal, que os jurisconsultos consideraram como um verdadeiro monumento. Esta reforma acompanhava todos os progressos da jurisprudencia, e parecia impossivel como Lopo Vaz tinha tempo de os acompanhar, sem se desprender do movimento politico do paiz, que seguia com afan, e sem deixar de estudar todas as questões que os seus collegas levavam a conselho de ministros. Era n'essas reuniões, celebradas em casa de Fontes Pereira de Mello, e que se prolongavam até á madrugada, que se affirmava a superioridade do talento de Lopo Vaz; ali se debatiam as questões mais diversas, fazenda, diplomacia, assumptos coloniaes, obras publicas, administração, reformas militares. Em todos os assumptos se ouvia a palavra luminosa de Lopo Vaz, e raras vezes deixava de ser a sua opinião a mais acertada. Até 20 de fevereiro de 1886 teve o ministerio que ficou, e que só se recompoz no fim de 1885, em Lopo Vaz o mais dedicado e affectuoso auxiliar. Caindo o ministerio, e succedendo-lhe o partido progressista, Lopo Vaz tomou, como era natural, na camara dos deputados, o commando do partido regenerador. Accentuou-se ainda mais a sua influencia, quando a inesperada morte de Fontes Pereira de Mello, em janeiro de 1887, deixou o partido regenerador sem chefe. Póde dizer se que foi Lopo Vaz que indicou o caminho a seguir, e a escolha de Antonio de Serpa para a chefia foi obra sua. A campanha contra o partido progressista foi memoravel, e dirigida sempre habilmente por Lopo Vaz, que soube, comtudo, no meio da guerra implacavel em que tomara parte, manter a sua linha séria e moderada de estadista. Alguns dos seus discursos de opposição fôram verdadeiramente notaveis, como o que abriu a discussão do caso dos Tabacos, e como o que pronunciou na discussão da lei do Banco de Portugal. Depois de quatro annos de lucta incessante caia emfim o ministerio progressista, mas por causa externa, a do *ultimatum* inglez de 11 de janeiro de 1890, que ia enfraquecer terrivelmente o partido que lhe succedeu. Entendia Lopo Vaz que não era conveniente herdar o poder em tão desastrosas condições, mas o conselheiro Antonio de Serpa, chefe do partido regenerador, foi encarregado de constituir novo gabinete, no seguinte mez de fevereiro, e Lopo Vaz teve a seu cargo a pasta da justiça. Foi attribulada a existencia d'esse ministerio. Enveredando desde logo pelo caminho da repressão violenta contra o povo de Lisboa e do Porto, que reclamava a desaffronta do enxovalho que o paiz recebera, tão longe a levou que teve a execração geral. Lopo Vaz, como ministro da justiça, reformou a lei da imprensa, e em taes condições o fez que provocou os mais vivos e energicos protestos; mas sem que afinal, d'ella proviessem resultados proficuos, porque o momento era de lucta ardente e sem treguas, e nem as pesadas multas nem a perspectiva do carcere attenuaram o impeto dos jornalistas que figuravam na vanguarda do movimento de desforço. Lopo Vaz fez tambem a reforma judicial e a lei da aposentação dos parochos, submettendo-se, n'esta ultima, ás conveniencias e ás pressões politicas mais do que aos verdadeiros interesses do paiz, e fôram estes os seus unicos actos de destaque na vigencia do ministerio. Em setembro de 1890, a promulgação do tratado com a Inglaterra, fez cair o gabinete regenerador. Em maio de 1891, Lopo Vaz foi chamado para fazer parte do ministerio ex partidario, presidido pelo general João Chrysostomo de Abreu e Sousa, encarregando se das pastas do reino e de instrucção publica, mas o seu estado de saude era então tão melindroso que foi tratar se para Mondariz, deixando para melhores dias o occupar-se dos negocios publicos. Voltou apparentemente melhorado, enfermou outra vez e ainda mais gravemente, restabeleceu se no fim de dois ou tres mezes que esteve entre a vida e a morte, e os seus amigos festejaram com um *Te-Deum* a sua como que resurreição. Afinal o governo, de que fazia parte, durou apenas sete mezes, e a agonia moral que resultou a Lopo Vaz das circumstancias que occasionaram a queda do ministerio, aggravou-lhe os soffrimentos e victimou o em pouco tempo. Lopo Vaz fôra elevado á categoria de conselheiro de Estado; a 11 de dezembro de 1885 fôra nomeado par do reino. Era tambem vogal do Tribunal Administrativo. Havia casado com a sr.ª D. Virginia Lages de Sampaio e Mello, filha do conselheiro Gomes Lages. Foi redactor da *Correspondencia de Coimbra*, e do *Jornal da Noite*, de Lisboa, onde substituiu o antigo jornalista Teixeira de Vasconcellos. Na sessão de 22 de março de 1893 da camara dos deputados, foi lido o seu *Elogio historico* pelo sr. conselheiro Veiga Beirão, achando-se publicado no livro d'este distincto estadista, *Commemorações*.

Vaz de Sousa *(P. Antonio).* Presbytero secular, theologo e prégador muito afamado, que viveu no seculo XVII. Escreveu: *Conselheiro celestial para o exercicio santo da vida activa e contemplativa*, Lisboa, 1627; outras edições em 1657 e 1679; *Historia da vida da Virgem Maria Senhora Nossa, tirada dos Santos Padres com suas meditações*, etc., traduzida da lingua italiana, do P. Lucas Pinello, Lisboa, 1626; mais duas edições, em 1631 e 1679; *Disciplina claustral em praticas e exercicios dos actos da vida religiosa, para os fazer com espirito e devoção;* tambem traducção do italiano do mesmo padre Pinello, Lisboa, 1626.

Vazeiros Pov. na freg. de Santo André, de Painzella, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Veade. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Celorico de Basto, distr. e arceb. de Braga; 199 fog. e 782 hab. Tem esc do sexo fem., medico. Está situada a 1 k. da margem direita do rio Tamega, nas proximidades da estrada de Freixieiro á Ponte de Mondim, a 5 k da séde do conc. E' terra fertil, cria muito gado e tem caça. Faz grande exportação de bois para a Inglaterra. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Veador. V. *Vedor.*

Veade de Baixo e Cantim Pov. na freg. de Santa Maria, da prov. de Traz os Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 274 fog. e 1:305 hab. Está situada a 3 k. da margem direita do rio Rabagão, a 5 da margem esquerda do rio Cávado, e a 10 da séde do conc. Tem esc do sexo masc. e est. post. O terreno é fertil em cereaes, cria gado de toda a a qualidade, e tem muita caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. Por decreto de 13 de janeiro de 1898 passou para esta freg., que é tambem conhecida por *Viade*, a pov. do Telhado, que pertencia á freg. de Alturas de Barroso, conc. de Boticas, do mesmo districto.

Veade de Cima. Pov. na freg. de Veade de Baixo, do conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Veatodos. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 282 fog. e 903 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e está situada na estrada de Barcellos a V. N. de Famalicão, a 1 k. da margem direita do rio Este e a 12 da séde do conc. Foi commenda da ordem de Christo. E' fundação muito antiga, muito fertil em cereaes, cria gado e tem caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Vecchi (*Emilio Augusto*). Professor de lingua italiana no *Conservatorio de Lisboa*, vogal fundador da *Academia de Sciencias de Portugal*, 2.º secretario fundador da secção portugueza da *Liga Latino-Eslava*, socio correspondente do *Instituto de Coimbra*, vogal da commissão de paz e arbitragem da *Sociedade de Geographia* de Lisboa, socio correspondente da Sociedade scientifico-artistico-litteraria *Luiz de Camões*, de Napoles, cavalleiro da antiga, nobilissima e esclarecida ordem de *S. Thiago da Espada*, do merito scientifico, litterario e artistico, official da *Corôa de Italia*, e administrador substituto do antigo bairro central de Lisboa. Nasceu em Lisboa a 27 de dezembro de 1854, sendo filho de Felix Vecchi e de D. Leonor Augusta Vecchi. Seu pae era natural de Modena (Italia), major do exercito italiano e tenente do exercito portuguez, cavalleiro das ordens de *Christo* e de *S. Fernando*, de 1.ª classe, condecorado com as medalhas do *Valor Militar*, de Italia, do governo da Republica romana, em 1848, da liberdade, algarismo n.º 3, de Portugal, com a de distincção pelo cêrco e tomada de Cantavieja (Hespanha), declarado benemerito da Patria pela defeza da cidade de Castellon e por outros distinctos serviços. Emilio Augusto Vecchi tem publicado os seguintes trabalhos: *Grammatica da lingua italiana*—Lisboa, 1901, approvada pelo Conselho Superior de Instrucção Publica; *Antonio Cabreira—Noticia sucinta da sua vida e obras*—Lisboa, 1907; *Notas—(Trabalhos da Academia de Sciencias de Portugal*, Tomo 1.º da 1.ª serie). Collaborou como correspondente artistico nas revistas estranjeiras *L'Europe artiste*, de Paris, e *Gazzetta Melodramatica*, de Milão; e como redactor nos jornaes de Lisboa, *O Nacional*, *Diario Popular*, *Folha do Povo* e *Vanguarda*.

Emilio Augusto Vecchi

Vede Pov. na freg. de S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Vedoiro Pov. na freg. do Salvador, de Bravães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello

Vêdor ou **veador** Antigo officio da Casa Real, com superintendencia na ucharia, etc. Andava antigamente na casa dos marquezes de Borba, tendo passado depois para o administrador da Casa Real. As suas attribuições fôram reformadas por decreto de 18 de março de 1835. ‖ *Vêdor da Fazenda;* antigo cargo que correspondia ao de ministro.

Vedor. Aldeia na freg. de Santa Maria, de Alcaçovas, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

Vedor dos pannos. Officio que tinha regimento na collecção dada pelo senado de Lisboa em 1572.

Vedouro (*Antonio Rodrigues*). Escriptor, cujo nome só se conhece por ser autor dos seguintes folhetos: *Desafio dos doze de Inglaterra, que em Londres se combateram em desaggravo das damas inglezas*, e *Desafio sustentado e defendido na praça de Granada em defeza da rainha Sultana, mulher de el rei Andulha.* Este ultimo folheto foi impresso em Lisboa em 1734, o outro em 1732, e ha d'elle uma reedição feita no Rio de Janeiro em 1843.

Vedro (*P. Nicolau Ribeiro Passo*). Compositor e mestre de musica no Seminario Patriarchal, desde 1750, aproximadamente, até aos fins do seculo XVIII. Fal. em agosto de 1803. Estudou na escola de musica religiosa estabelecida em Ribamar por D. João V, da qual foi mestre o padre italiano João Jorge. Entrou para a irmandade de Santa Cecilia a 20 de novembro de 1756. Em 1760 era secretario da mesa da mesma irmandade e na reforma do compromisso feita em 1765, assignou como 2.º assistente, nome que então se dava aos presidentes, sendo o 1.º o mestre de D. Maria I D. Lucas Giovine. Desempenhou tambem na Patriarchal as funcções de conego beneficiado, consistindo o beneficio n'uma propriedade rural situada em Alemquer, concedido por despacho do patriarcha Saldanha em 27 de março de 1768 Este beneficio rendia por semestre 50$000 reis, dos quaes lhe tocavam 20$000 reis, pertencendo o restante a seu irmão, o conego Verissimo Telles Passo Vedro. Compoz alguma musica religiosa. No archivo da sé de Lisboa ha uns responsorios com a data de 1756, uma novena e motete. Na Bibliotheca d'Ajuda ha um motete, dividido em duas partes. Todas estas composições são a 4 vozes e orgão.

Vedro. Pov. na freg. de S. Thiago, de Atheães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Vegide. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Sandim, conc. do Villa Nova de Gaia, distr. do Porto. || Nossa Senhora da Assumpção, de Sobrado, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Veiga. E' um appellido nobre em Portugal procedente de varias origens. O primeiro que se encontra, com este appellido, é D. João Esteves da Veiga, tomando-o do logar de Veiga de Santa Maria, a 6 k. de Braga. Teve o titulo de *rico homem* e foi senhor de Salvaterra de Magos, e do conselho de D. João I. Era filho de Leonardo Esteves de Napoles, cavalleiro nobilissimo, que se conservou em Portugal depois da batalha do Salado, em 30 d'outubro de 1340, por ser partidario de D. Affonso V. Os Veigas d'este ramo trazem por armas: Em campo de púrpura, uma aguia de ouro armada do prata; elmo d'aço, aberto, e por timbre a aguia do escudo. Outro ramo de familia d'este appellido é o que procede de D. Vasco Lourenço da Veiga, filho de D. Lourenço Vicente de Lemos, arcebispo de Braga. Estes trazem por armas: Escudo esquartelado; no 1.º quartel, em campo vermelho, a aguia de ouro aberta armada de prata dos Veigas; no 2.º, em campo de prata, 3 flôres de liz de azul em roquete, e assim os contrarios; timbre, a aguia do escudo. Os manuscriptos da casa Palmella dão aos Veigas as armas seguintes: Em campo de púrpura, uma cruz de prata, firmada, cantonada d'uma flôr de liz de ouro, tendo elmo de prata, aberto, e por timbre, uma aguia de purpura. Outro ramo d'esta familia, traz por armas: Escudo esquartelado: no 1.º quartel, de púrpura, aguia de ouro, armada de prata; no 2.º e 3.º, de prata, a cruz de S. Jorge (de púrpura) cantonada de uma flôr de liz, azul; no 4.º, de prata, 3 flôres de liz, azues, om roquete. *Veiga de Napoles* é tambem um appellido nobilissimo em Portugal onde um ramo da familia dos Veigas se enlaçou com a dos Napoles, e usa as seguintes armas: Em campo de prata, 9 flôres de liz, de púrpura, em 3 palas; elmo de prata, aberto, e por timbre, uma das flôres de liz, do escudo.

Veiga (*André da*). Latinista. N. em S. Thiago do Cacem em 1474, fal. em Santarem a 1 d'abril de 1534, com 110 annos de edade. Vestiu em Santarem o habito da ordem terceira de S. Francisco. Foi professor de latim, de rhetorica e de outras disciplinas em Setubal, S. Thiago do Cacem e Portalegre. Teve fama de santo, e deixou impresso um *Acetarium varias rerum materias continens, multiplici carminae sacro presertim constans*, impresso em 1571. Deixou tambem um poema em 3:000 versos, manuscripto, e que se perdeu.

Veiga (*Antonio da*). Cavalleiro da ordem militar de Malta e secretario do grão mestre. N. em Villa Viçosa em 1543. Foi poeta, geometra e musico, porque dizem que tocava muito bem varios instrumentos, compunha a musica para os seus versos e cantava os excellentemente. Era tambem jurisconsulto, e vivia em Torres Vedras ainda em 1618. Deixou manuscriptos alguns tercetos e algumas composições musicaes.

Veiga (*Antonio Lopes da*). Poeta, nascido em Lisboa em 1586. Acompanhou a Madrid seu tio bispo de Otranto, e n'essa cidade grangeou grande fama pela sua erudição. Foi secretario do condestavel de Castella, e deixou se ficar em Hespanha depois da proclamação da independencia de Portugal. Ainda vivia em 1656. No anno de 1620 publicou em Madrid um volume de poesias lyricas, em 1626 o *Sueño politico, com otros varios discursos y otras poesias varias;* em 1641, *Heraclito y Democrito de nuestro siglo*, que é uma serie de dialogos sobre a nobreza, as letras o a riqueza. Tambem em varias collecções de poesias se publicaram muitos versos d'este escriptor.

Veiga (*Antonio Mendes da*). Poeta do seculo XVII, que deixou manuscripto um volume de versos dedicado ao conde de Linhares D. Miguel de Noronha, com o titulo de *Primavera del alma.*

Veiga (*Bartholomeu da*). Chronologista do seculo XVI. Foi religioso dominicano da ordem dos prégadores. Escreveu e imprimiu em 1588, em Pamplona, uma obra intitulada: *De computo ecclesiastico.*

Veiga (*Diogo Martins da*) Escriptor, natural de Braga, muito versado nas regras astronomicas e calculos da astrologia. Floresceu nos fins do seculo XVI e principios do seculo XVII. Publicou os seguintes escriptos: *Juizo astrologico, prognostico e lunario para o anno de 1604 tirado ao meridiano de Lisboa*, Lisboa, 1604; *Juizo*, etc., *para o anno de 1605, com um summario breve ao cabo dos reis mais poderosos que hoje ha no mundo*, Lisboa, 1605; *Juizo*, etc., *para o anno de 1606, calculado ao merediano da cidade de Braga, com uma relação breve ao cabo das grandezas de Lisboa e dos bispos e senhores de titulo d'estes reinos e suas conquistas*, Lisboa, 1606; *Juizo*, etc., *para o anno de 1607, calculado ao merediano da cidade de Braga, e no cabo uma lista dos officios da Casa Real de Portugal, e quem os tem, e outras curiosidades*, Lisboa, 1607; *Juizo*, etc., *para o anno de 1608, calculado ao merediano de Lisboa, com um summario das grandezas e cousas notaveis da comarca de Entre Douro e Minho, com outras curiosidades tendentes a este reino*, Lisboa, 1608.

Veiga (*P. Eusebio da*). Jesuita. N. no logar

de Revelles, do bispado de Coimbra, a 1 de junho de 1718, fal. em Roma a 9 de abril de 1798. Foi professor de mathematica no collegio de Santo Antão, da Companhia de Jesus, em Lisboa. Pela extincção da ordem jesuitica passou ao estado de presbytero. Sendo, porém, incluido na proscripção geral dos seus confrades, decretada por el-rei D. José em 1759, saiu de Portugal para Roma, e ahi viveu o resto dos seus dias. O P. Eusebio da Veiga havia publicado em Lisboa: *Planetario Lusitano, calculado para o anno de 1757*, anno de 1757; *Planetario Lusitano explicado em problemas e exemplos praticos, para melhor intelligencia e uso das Ephemérides, que para os annos futuros se publicam no Planetario calculado, e com as regras necessarias para se poder usar d'elle, não só em Lisboa, mas em qualquer merediano. Para uso da nautica e astronomia em Portugal e suas conquistas*, Lisboa, 1758. Foi, portanto, a este sabio jesuita que devemos as primeiras *Ephemérides* regulares e methodicas que em Portugal se publicaram, coordenadas por modo que não tinham que invejar ás que então se haviam por mais perfeitas na Europa, isto é, ás de Paris, dadas pela respectiva Academia das Sciencias, e ás de Bolonha. N'uma d'essas *Ephemérides* vem as observações de um eclipse do sol, observadas pelo P. Eusebio da Veiga a 28 d'outubro de 1753. Em Roma foi o P. Eusebio da Veiga encarregado pelo duque de Sulmona da direcção de um observatorio astronomico, que o duque mandara construir no seu palacio, e assim pôde o erudito padre entregar-se á composição das ephemérides elaboradas, segundo os principios da *Connaissance du temps*. Em Roma publicou, de 1786 a 1794, 9 volumes em italiano de *Ephemerides astronomicas ou Planetario Romano*. Em 1745 imprimira uma *Trigonometria spherica* em latim. Depois publicou umas cartas do rio Orenoso e do rio de Santa Magdalena, que sairam em differentes obras jesuitas e um mappa das 4 partes do mundo, mandado fazer pelo rei da Sardenha. Por protecção do duque de Lafões, e já muito depois da morte do marquez de Pombal, foi o P. Eusebio da Veiga nomeado reitor do hospital dos portuguezes, em Roma, e ali falleceu.

Veiga *(Fr. Francisco)*. Religioso da ordem de S. Francisco, que viveu no seculo XVII. Era sobrinho do grande jurisconsulto Thomé Pinheiro da Veiga. Era por tal fórma asceta, que retirando-se para um convento da ilha da Madeira, sepultou-se n'uma cova por seis mezes, comendo só hervas. Com isso apanhou uma doença, mas que não o impediu de compôr a *Perfeição da vida evangelica*, os *Fructos do sangue de Christo*, que ficaram manuscriptos. Prégou tambem muitos sermões, que não chegou a imprimir.

Veiga *(P. Francisco da)*. Jesuita. N. em Villa Viçosa em 1600, fal. a 7 de dezembro de 1643. Professou no collegio da Companhia de Jesus, de Evora. Foi mestre da Sagrada Escriptura na Universidade eborense, e prégador muito apreciado. Deixou manuscriptos uns commentarios latinos do propheta Jonas.

Veiga *(Francisco Pinto da)*. Abbade de S. Mamede de Canellas, no bispado do Porto, e tornou-se celebre como latinista. Era sobrinho de D. Marcos de Lisboa, bispo do Porto. Conta Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, que o abbade de Canellas «viveu sempre retirado do commercio humano, de tal sorte que, não tendo mais que um creado, lhe falava a horas determinadas, passando todo o mais tempo fechado n'uma casa, onde cozinhava o que comia.» Deixou impressas tres poesias latinas em louvor de D. Rodrigo da Cunha. Sairam em 1623. Eram estas consagradas especialmente ao *Catalogo dos bispos do Porto*. Em louvor da *Historia Ecclesiastica de Braga*, do mesmo autor, tambem compôz um poema latino, que imprimiu em Braga no anno de 1634.

Veiga *(Gaspar Alvares da)*. Latinista, que nasceu em Freixo de Espada á Cinta. Indo para Hespanha, foi mestre de latim na Universidade de Salamanca. Escreveu uns *Exercicios de lingua latina*, que publicou em 1618, em Salamanca.

Veiga *(D. Isabel da)*. Uma das heroinas de Diu. Era mulher de um cavalleiro chamado Manuel de Vasconcellos, e instada por este para se retirar para Gôa, não quiz, e foi continuar n'aquelle terrivel posto de combate, animando as suas companheiras, e capitaneando-as na empresa do levarem pedra para os reparos da fortaleza.

Veiga *(Jeronymo José da Silva)*. Voluntario, que pelo seu grande patriotismo, defendeu distinctamente a liberdade, na epoca do absolutismo, que terminou em 1834. N. em Veiga do Penso, no arcebispado de Braga, em 19 de setembro de 1799, fal. no Porto em 1 de setembro de 1860. Era filho de Bento José da Silva Veiga. Começou a sua carreira commercial em casa d'um seu tio, Mathias Vieira de Araujo Veiga, negociante da praça do Porto. Em 1820 estabeleceu-se, e casou com sua prima D. Maria do Sacramento Gomes Allão Veiga. Quando D. Pedro desembarcou em 8 de julho de 1832 nas praias do Mindello, foi voluntariamente alistar-se no exercito libertador, no dia 25 do referido mez, e entrou em alguns combates do cêrco do Porto, sendo ferido gravemente no tiroteio de 16 de setembro de 1832. Foi promovido a cabo de esquadra em 19 de outubro de 1833, e a 2.º sargento em 2 de fevereiro de 1834. Em 1832 tambem tomou parte nos tiroteios de 8 e 9 de setembro, e sortida de 17 de novembro sobre a estrada da Cruz da Regateira. Em 1833, no tiroteio de 4 de março, nas linhas; acção de 18 de agosto ao norte do Douro sobre as linhas dos rebeldes. Em 1834, acção de 26 de março em Santo Thirso, e no mez de abril a 4, na Lixa, no dia 11 na passagem do rio Tamega em Amarante, e a 16 no tiroteio da Barca da Pocinha; a 16 de maio na memoravel batalha nas serras da Asseiceira, portando-se em todas as occasiões de fogo com valor e sangue frio, tendo sempre uma conducta exemplar, tanto civil como militar. Como patuleia tambem se distinguiu mais tarde, prestando bons serviços no movimento de 1846, em que tomou parte muito activa, no posto de major n'um dos batalhões patrioticos do Porto.

Veiga *(João)*. Cantor distincto. N. em Lisboa a 13 de fevereiro de 1843, fal. em Milão a 15 de março de 1881. Era filho de Joaquim José Ferreira da Veiga, negociante e importante proprietario em Lisboa e em Macau, e de sua segunda mulher, D. Joanna Ulmann Veiga. Era irmão do visconde d'Arneiro, distincto pianista e compositor *(V. Arneiro)*. A grande riqueza de sua familia fez com que João Veiga, durante os primei-

ros tempos da sua mocidade, não pensasse na arte senão como na satisfação d'uma das grandes necessidades do seu espirito. Seguir a carreira theatral teria sempre, para uma grave familia portugueza, objecções e preconceitos importantes Um dia, porém, o sonho, o ideal, a visão da scena, do publico, das grandes personagens romanticas, dos meios definitivos de expressão que só um grande theatro póde empregar, das ovações gloriosas, tudo arrastou a vocação, e João Veiga partiu para Italia Estudara em Lisboa com Luiz Cossoul, pae do maestro Guilherme Cossoul, e depois com este ultimo, musica e violoncello, que fôra o seu instrumento favorito. Aprendera canto em Lisboa com o maestro Angelo Frondoni, e depois em Milão com o baritono Corsi. A sua voz era, pelo timbre, a de um baritono legitimo, um timbre de uma belleza extraordinaria. Até 1879 o longo trabalho de uma grande opera fatigava o um pouco, ás vezes, nos ultimos actos, tinha a voz alterada. Mas uma pequena operação que então fez na garganta, corrigiu-lhe o defeito e augmentou lhe consideravelmente a vibração. A sua escola, a sua educação, a sua expressão de cantar, eram sobretudo italianas. Conhecia, intelligentemente, as condições criticas da escola dramatica franceza, mas não deixara que no canto influissem nunca puderantemente. Filho legitimo, pelo seu espirito, da Italia, os seus maestros eram principalmente Donizzetti e Verdi, as suas operas *Favorita*, *Ernani* e *Baile de Mascaras*. O maestro Manzochi, que o estimava muito, queria, em 1880, fazer lhe crear o papel de baritono n'uma das suas operas, a *Stella*. As ovações succediam-se nos theatros de Italia, em volta do baritono portuguez Na noite de 20 de dezembro de 1896 debutou no theatro Cercano, de Milão, cantando a *Favorita*. O triumpho foi immenso. Toda a imprensa italiana o encheu de louvores. Na estação lyrica do 1881-1882 a empresa do theatro de S Carlos, de Lisboa, resolvera contratar o notavel baritono portuguez, mas uma grave doença do artista inutilisou o projecto. João Veiga falleceu de repente no principio do anno de 1881, sem conseguir, como elle tanto desejava, vir cantar no theatro lyrico dasua terra natal.

Veiga *(P. João Crysostomo da)*. Presbytero secular. N. no logar de Telhados, no bispado do Algarve, a 2 de outubro de 1796. Tendo concluido os estudos de humanidades e theologicos em 1820, serviu por algum tempo de coadjutor na egreja parochial da Castanheira do Vouga, do mesmo bispado. Em 1828 passou a ser cura na freguezia de Avellans do Caminho, e em 1841 foi collado como parocho na egreja de S. Martinho da Aguada de Baixo, ondo morreu, ignorando se a data da sua morte. Escreveu: *Reflexões ou breve discurso sobre a roda dos expostos*, Coimbra, 1853; *Historia Universal sagrada, profana, politica e ecclesiastica*, Coimbra, 1857; 2 tomos; *Novena do Menino Jesus, com uma meditação particular para cada dia*, etc., Coimbra, 1856.

Veiga *(João de Sousa Freire de Araujo Borges da)*. Este escriptor, e outro que figura com o nome do José de Sousa Freire Araujo Borges da Veiga, são autores de um folheto publicado em 1766, e que se intitula: *Dialogo epistolar astronomico sobre o cometa apparecido em Lamego a 7 de abril e observado até ao dia 9 do dito mez do anno de de 1766*. Saiu em Salamanca, e diz Innocencio da Silva, que pareco quasi todo transcripto da *Recreação philosophica*, do P. Theodoro d'Almeida.

Veiga *(Joaquim Urbano da)*. Pharmaceutico de primeira classe pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, socio da pharmacia Azevedo & Irmão, etc. Nasceu em Villa Viçosa a 7 de agosto de 1836, sendo filho de Antonio José da Veiga e de D. Maria Dorothcia Jordão da Veiga. Praticou e estudou a pharmacia no estabelecimento pharmaceutico Azevedo & Irmão, na rua de S. Roque, onde entrou a 30 de novembro de 1853. Concluiu o seu curso, e fez exame final a 10 do julho de 1857. Nomeado para o Hospital de Marinha por decreto de 25 de junho de 1862, promovido á 1.ª classe por decreto de 16 de julho de 1872. Em 1884 fazia parte da sociedade, da firma Azevedo Irmão & Veiga, antiga pharmacia onde praticára, conservando-se ainda n'aquella sociedade, depois da morte dos irmãos Azevedos, do quem foi um dos herdeiros. O sr. Joaquim Urbano da Veiga é socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, vogal da commissão que redigiu a *Pharmacopéa portugueza*, e em consequencia d'este trabalho foi eleito membro benemerito da Sociedade Pharmaceutica Lusitana; socio honorario da Sociedade dos Artistas de Coimbra e da Sociedade das Sciencias Medicas, de Lisboa; socio correspondente do Collegio dos Pharmaceuticos de Madrid, do Instituto Medico Valenciano, e da Sociedade Real da Pharmacia de Bruxellas, etc. E' condecorado com o habito das ordens de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa e de Aviz. Tem sido secretario e presidente da Sociedade Pharmaceutica Lusitana, pertencendo a quasi todas as suas commissões permanentes, especialmente á de chimica durante 17 annos, e redigindo grande numero de pareceres, que se encontram nos 42 volumes do respectivo jornal. Escreveu: *Relatorio dos trabalhos da Sociedade Pharmaceutica Lusitana durante o anno de 1863 1864*, inserto no *Jornal* da mesma sociedade, 4.ª serie, tomo V, pag. 115; *Causas da decadencia da pharmacia entre nós; meios de as evitar ou destruir*, idem, (1866) 5.ª serie, tomo II, pag. 229; *Discurso* da presidencia da dita sociedade, idem (1878) 7.ª serie, tomo IV, pag. 230, *Discurso*, idem, idem, (1879), 8.ª serie, tomo II, pag. 5; *Considerações sobre o estado actual do ensino pharmaceutico em Portugal*, Lisboa, 1872. No anno de 1868 publicou, do collaboração com Antonio Pinto Roquete, um *Formulario magistral e official*.

Veiga *(José Joaquim da Cunha e)*. Doutor em canones pela Universidade de Coimbra Era natural do Faveiro, sendo filho de José Pires da Veiga Bulhões. Doutorou-se a 14 do novembro de 1813.

Veiga *(José Manuel da)*. Bacharel formado em canones pela Universidade de Coimbra, advogado em Lisboa. N na ilha da Madeira a 12 de dezembro de 1795, fal. em Lisboa a 26 de setembro de 1859. Veiu para Coimbra frequentar a faculdade de canones, destinando-se primeiro ao estado ecclesiastico, a ponto de chegar a tomar ordens sacras, inclusivamente as de presbytero, mas deixou depois o estado clerical, segundo se affirma com autorisação da Sé Apostolica, da qual houve a dispensa necessaria para se casar. Abandonando o estado ecclesiastico, entregou-se

á advocacia, que exerceu em Lisboa, grangeando grande reputação. O gabinete saido da revolução de setembro encarregou o de organisar um projecto do Codigo Penal, que elle effectivamente elaborou, e imprimiu em Lisboa, em 1837, com o titulo de *Codigo Penal da nação portugueza.* Escreveu: *Medéa, ensaio tragico*, Coimbra, 1821; *Memoria sobre o celibato clerical, que deve servir de fundamento a uma das theses dos actos grandes de seu autor*, Coimbra, 1821; *Controversia entre os advogados, o dr. Antonio Marciano de Azevedo e o dr. José Manuel da Veiga, sobre a intelligencia da Ordenação, livr. IV, tit. 41, na causa da appellação entre partes D Francisca Candida de Menezes* (aliás de Medeiros), *e os herdeiros de Manuel José da Silva Pontes. Para servir de esclarecimento aos senadores que vão fazer sobre o caso* (requerido pelo dr. Veiga, como advogado da embargante), Lisboa, 1832; *Apontamentos juridicos sobre a celebre questão da successão ab intestato dos prasos de nomeação, com representação ou sem ella*, Lisboa, 1845; *Os aterros da Boa Vista, e o dominio dos confinantes* (Memoria juridica), Lisboa, 1858. Em 1821 publicou tambem uma collecção de poesias, feitas e recitadas por elle em honra da revolução. Ha quem lhe attribua a paternidade da seguinte obra, que appareceu em Lisboa, 1857, com o nome de sua filha Theodolinda Amelia Christina Leça da Veiga; *Elementos de instrucção moral para uso da mocidade portugueza, dedicados a Sua Alteza a senhora infanta D Maria Anna.*

Veiga *(Lourenço da)* Foi o 5.º governador do Brazil nomeado por el rei D. Sebastião, de cujo governo tomou posse a 1 de janeiro de 1578, succedendo a Luiz de Brito e Almeida. Estava governando esta colonia já então relativamente prospera, quando Filippe II tomou posse do reino. No Brazil não houve um unico protesto contra o dominio hespanhol. Lourenço da Veiga morreu em 1581, succedendo-lhe Manuel Telles Barreto.

Veiga *(P. Manuel da)*. Jesuita. N. em Coimbra em 1548, fal. em Roma em 1638. Professou na Companhia de Jesus, e doutorou se em theologia. Saindo para o estrangeiro, foi lente na Universidade de Wilna na Lithuania. Deixou impressas umas *Assertiones theologicae de eucharistiae augustissimo sacramento*, que sairam em Wilna em 1585, e em Antuerpia em 1586. Imprimiu tambem n'este anno em Wilna um tratado em latim ácêrca da missa, outro tratado defendendo o culto das imagens e a invocação dos santos, impresso na mesma cidade em 1586, uma obra intitulada ironicamente *Da vida e milagres de Luthero, Calvino e Beze* Em Braga imprimiu umas *Theses theologicas*, em Vienna d'Austria uma *Defeza da divindade de Christo.* Entrou tambem na grave questão da predestinação, da liberdade divina e da liberdade humana, escrevendo a esse respeito uma obra que saiu impressa já posthuma em Roma, 1639.

Veiga *(P. Manuel da)*. Jesuita. N. em Villa Viçosa em 1567, fal. em Lisboa a 15 de janeiro de 1647. Missionou em Portugal. Escreveu o seguinte livro: *Tratado da vida, virtudes e doutrina admiravel de Simão Gomes portuguez, vulgarmente chamado o sapateiro santo*, Lisboa, 1625, outra edição em 1673; outra em 1723, e ainda outra em 1759. Diz Innocencio da Silva: «Foi este livro, não só prohibido, mas tambem mandado lacerar e queimar na praça publica por mão do algoz, executor da alta justiça, assim o decretou a Real Mesa Censoria pelo seu edital de 10 de junho de 1768, executando-se a pena na praça do Commercio em 14 do dito mez. Esta condemnação recaiu principalmente sobre as prophecias que no livro so attribuem a Simão Gomes, as quaes serviram do thema aos sebastianistas, para n'ellas cimentarem em parte a sua crença na vida e vinda miraculosa do seu rei encoberto.» Escreveu mais: *Relação geral do estado da christandade da Ethiopia*, etc., *composta e copiada das cartas que os padres da Companhia de Jesus escreveram da India, dos annos 624, 625 e 626*, Lisboa, 1628. Escreveu ainda outras que se não imprimiram, sobre a vida de alguns padres da Companhia.

Veiga *(Manuel Eduardo da Motta).* Doutor em theologia e lente cathedratico da Universidade de Coimbra, deputado, conego capitular da sé de Coimbra, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa e do Instituto de Coimbra, director da imprensa da Universidade, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, etc. N. em Ceia a 23 de janeiro de 1831, fal. em Lisboa a 1 de fevereiro de 1879. Era filho de Jacinto da Motta Veiga. Seus paes, em hora dispuzessem de escassos bens de fortuna, o mandaram educar para Coimbra, attendendo á notavel intelligencia que desde creança elle revelava. Matriculou se na Universidade, seguindo o curso de theologia, obtendo sempre as primeiras classificações escolares. Formou se em 9 de novembro de 1851, defendendo brilhantemente as suas theses, e doutorou-se a 19 do mesmo mez e anno. Foi despachado lente substituto de theologia em 9 de março de 1859, e lente cathedratico em 25 de dezembro de 1875. Levado tão novo dos bancos das aulas para as cadeiras do magisterio, pois apenas contava 23 annos de edade, o dr. Motta Veiga sustentou, não obstante, os creditos de bom professor, chegando a ser considerado um dos mais distinctos da Universidade. Foi tambem nomeado conego capitular da sé de Coimbra, com obrigação de ensino no seminario diocesano, e examinador pró-synodal. Era orador sagrado dos mais eminentes, sendo os seus sermões sempre escutados com a maior consideração e attenção Profundamente versado nas sciencias sociologicas, discutia com proficiencia rara os seus difficeis problemas. Tratando-se na Universidade de celebrar o primeiro centenario da sua reforma de 1772, resolveu o claustro pleno, entre outros alvitres, que cada uma das faculdades elaborasse uma memoria commemorativa d'essa reforma, em que se desenvolvessem as phases e systemas do ensino, os progressos da sciencia e os factos escolares que pudessem interessar a historia das letras e das sciencias. Eleito o dr. Motta Veiga na congregação da faculdade de theologia, de 4 de junho de 1872, para compôr a memoria relativa á mesma faculdade, tal diligencia empregou que, passados 4 mezes, em 1 d'outubro seguinte, estava a obra concluida e prompta para ser impressa. Essa obra, que foi publicada no mesmo anno de 1872, tem o titulo seguinte: *Esboço historico litterario da faculdade de theologia da Universidade de Coimbra em commemoração do centenario da reforma e restauração da*

mesma universidade effectuada pelos sabios estatutos de 1772 Este livro encerra uma estampa da medalha commemorativa do primeiro centenario d'essa reforma O dr. Motta Veiga foi eleito deputado em 1868, e foi elle que propôz que se reduzissem a 50 por cento os ordenados de todos os funccionarios publicos, e adquiriu por isso a fama de chefe da tribu de *Possidonios*, que a penna galhofeira de Manuel Roussado ridiculisou. Comtudo, o talento de Motta Veiga era superior a essa reputação ridicula, e foi um notavel parlamentar, revelando sempre sinceros desejos de bem servir o paiz, e a vehemencia das suas palavras era temperada pelo bom senso e pelas suas altas qualidades moraes Em 1879 voltou á camara, como deputado por Ceia. A eleição fôra tempestuosa, e o dr. Motta Veiga veiu á camara para a defender. O seu estado de saude, porém, era já muito melindroso, minava o a doença a que devia succumbir. Depois d'uma discussão acalorada em que tomou parte activa, e na qual revelou ainda a energia e vehemencia da sua palavra, foi proclamado deputado; mas essa exaltação ainda mais contribuiu para lhe attenuar as forças. Poucos dias depois, no dia 1 de fevereiro d'esse anno de 1879, ao abrir a sessão da camara, o dr. Motta Veiga, entrando no edificio, foi acommettido de morte repentina n'um dos corredores. Succumbira a um aneurisma. O dr. Eduardo da Motta Veiga falava correctamente as linguas franceza, allemã, ingleza e italiana Convidado algumas vezes para o episcopado, rejeitou o arcebispado de Gôa, o bispado de Angola e outros. Com seis collegas no magisterio da Universidade fundou, em 1863, o jornal politico *A Liberdade*, que se publicou em Coimbra desde 22 de fevereiro de aquelle anno até 4 de fevereiro do anno de 1866. Passou depois a ser redactor principal do *Paiz*, outro jornal da mesma cidade, quo se seguiu áquelle desde 9 de fevereiro de 1866 até 30 de novembro de 1869. Assignou, e talvez collaborasse tambem, com outros lentes da Universidade, a *Representação contra a portaria de 12 de novembro de 1863, que annullou a resolução da faculdade de theologia sobre a distribuição do serviço dos substitutos*, dirigida a el-rei D. Luiz pelo conselho da faculdade de theologia da Universidade de Coimbra, impressa em 1864. Na sé de Coimbra recitou umas conferencias religiosas nos domingos de quaresma do anno de 1874; fôram cinco as conferencias, que elle publicou em volume, e que na carta de 13 d'abril de 1874 offereceu ao bispo conde, D. Manuel Correia de Bastos Pina. A *Revista de theologia*. jornal religioso, scientifico, moral e litterario, publicado em 1877 e 1878, teve por fundadores e redactores os lentes de theologia Antonio Bernardino de Menezes, Antonio João de França Bettencourt, Manuel de Jesus Lino e Manuel Eduardo da Motta Veiga. D'este ultimo, cuja collaboração terminou no n.º 6, são os artigos *A theologia catholica e o seculo actual* (n.º 1); *O sermão do Monte ou o codigo civil dos christãos*, incompleto (n.os 2, 5 e 6); *Os livres pensadores e a ordem social*, incompleto, (n.os 3 e 4); e *Bibliographia* e *Varia* (n.º 1, 2 e 3). Deixou impresso um *Resumo da historia moderna de Portugal, para uso d'aquelles que pretendem habilitar se para o exame de instrucção primaria*, etc, Coimbra, 1851; sendo o autor, n'esta data, ainda estudante do 3.º anno de theologia. Em 1883 já contava 14 edições. Em 22 de outubro de 1862, sendo substituto na sua faculdade, compôz e recitou, em latim, a oração de sapientia na abertura da Universidade. Escreveu mais: *Breves considerações sobre se os conegos da cathedral de Coimbra, professores de theologia no seminario diocesano e que são lentes da Universidade, estão obrigados a servir no côro*, Coimbra, 1867. A opinião do autor era em sentido negativo. Deixou um grande numero de artigos de polemica politica e theologica, e artigos doutrinarios em diversos jornaes.

Veiga *(Manuel Luiz da)*. D'este escriptor, que publicou obras apreciaveis sobre cousas mercantis, sabe-se apenas que residia em Londres em 1808, e consta que em 1809 foi estabelecer-se em Pernambuco. As suas obras publicadas são: *Escola mercantil sobre o commercio, assim antigo como moderno, entre as nações commerciantes dos velhos continentes*, Lisboa, 1803; *segunda edição correcta e augmentada*, Lisboa, 1817; *Novo methodo das partidas dobradas, para uso d'aquelles que não tiverem frequentado a aula do commercio*, Lisboa, 1803; *Reflexões criticas sobre a obra de José da Silva Lisboa, intitulada «Principios de Direito Mercantil» feitas por um homem da mesma profissão*, Lisboa, 1803; *Analyse dos factos praticados em Inglaterra, relativamente ás propriedades portuguezas de negociantes residentes em Portugal e Brazil. Feita pelo autor da Escola Mercantil*, Londres, 1808; *Systema de educação*, *Retrato da formosura*. Estas duas ultimas obras, que vem citada na *Analyse dos factos*, etc., parece que não se chegaram a publicar se.

Veiga *(Ruy Lopes da)* Jurisconsulto, que viveu no seculo XVI. Era natural de Coimbra, e fal. a 17 de janeiro de 1600. Formou se em leis na Universidade, doutorou se, e entrou no magisterio em 1569. Foi energico defensor dos direitos da duqueza de Bragança D. Catharina, e publicou a allegação que fez a favor do direito da mesma senhora á corôa de Portugal. São celebres as differentes apostillas que escreveu emquanto regia a sua cadeira da Universidade.

Veiga *(Sebastião Philippes Martins Estacio da)*. Era mais conhecido pelo nome abreviado de *Estacio da Veiga*. Moço fidalgo com exercicio, official da sub-inspecção geral dos Correios e Postas do Reino, socio correspondente da Academia Real das Sciencias, da Sociedade de Geographia, do Instituto de Coimbra, da Sociedade Broteriana de Coimbra, do Instituto Archeologico de Roma, da Sociedade Franceza de Archeologia, da Real Academia de Historia de Madrid, da Sociedade Economica de Malaga, da Academia Belga de Archeologia, do Instituto Archeologico e Geographico de Pernambuco, historiador e archeologo, etc. N. em Tavira a 6 de maio de 1828, fal. em Lisboa a 7 do dezembro de 1891. Era filho de José Agostinho Estacio da Veiga, fidalgo da Casa Real, e de D. Catharina Philippes Martins. Frequentou os estudos secundarios do Lyceu Nacional de Faro, e foi por algum tempo alumno da Escola Polytechnica de Lisboa Collaborou em alguns jornaes litterarios e politicos, e em 1859 era o redactor da secção noticiosa e litteraria da *Nação;* escreveu tambem nos jornaes de Madrid: *La America* e *Revista Iberica*. Collaborou egualmente na *Encyclopedia para o uso das escolas*, e nas *Notas á traducção dos Fastos de*

Ovidio, de Antonio Feliciano de Castilho, e no *Almanach de lembranças*, dirigido por Alexandre Magno de Castilho. Apezar da sua construcção debil e saude melindrosa, não receou entregar-se com uma actividade que se não poderia suppôr da sua organisação, aos estudos historicos e archeologicos, tornando-se um trabalhador e investigador incansavel, prestando á sciencia os mais altos serviços. Foi o fundador do Museu Archeologico do Algarve, que depois serviu para a creação do Museu Archeologico no edificio dos Jeronymos, em Belem, cuja direcção foi confiada ao sr. dr. Leite de Vasconcellos. Aquelle museu, existe na Academia de Bellas Artes, exposto n'uma galeria archeologica ali organisada. Estacio da Veiga conseguiu, á custa de immensos cansaços e sacrificios, reunir ali elementos para a apreciação completa da physionomia geologica do Algarve. Uma ocurrencia fortuita revelou ao paiz o seu talento de observador fino, methodico e seguro. Em 1876, uma copiosa quantidade de agua torrencial pôz a descoberto nas provincias do Alemtejo e do Algarve, restos preciosos de antiguidades historicas sepultadas desde seculos, e sendo elle encarregado de ir reconhecel-os apezar do pouco tempo de que dispunha e dos embaraços que lhe oppuzeram os homens e a natureza, conseguiu reunir e classificar uma tal somma de monumentos de civilisação que estancearam por aquellas provincias, que foi um assombro. D'ahi, a sua ideia de estabelecer uma base methodica como ponto de partida para a carta archeologica do paiz e sua ligação com o resto da peninsula. Por occasião do Congresso de anthropologia e archeologia prehistorica, de que Estacio da Veiga foi secretario adjunto, todos os sabios estrangeiros que vieram a Lisboa, visitaram o Museu Archeologico do Algarve, e renderam ao seu devotado collector os mais alevantados elogios, admirando o methodo, ordem e disposição dos trabalhos do illustre archeologo. Por essa occasião publicou elle, e apresentou ao congresso duas obras: *A Tabula de bronze de Aljustrel*, lida, deduzida e commentada, e a *Memoria das antiguidades de Mertola*, que fôram muito apreciadas. Possuidor d'uma vasta erudição, passava a vida entregue a penosas investigações, sempre recolhido na sua modestia, amando entranhadamente as cousas da sua terra e como que só vivendo para exalçal as mais e mais. Correspondia se com todos os sabios do mundo da sciencia e estava a par de todas as modernas investigações. A geologia, a paleoethnologia e a prehistoria eram o assumpto favorito dos seus labores. Como homem de letras, conhecia profundamente a nossa historia e a litteratura de todos os povos. Foi um poeta distinctissimo, um verdadeiro fidalgo pelo porte e pela figura aristocratica. Em 1863 publicou um folheto intitulado: *Gibraltar e Olivença, apontamentos para a historia da usurpação d'estas duas praças*. Em 1866 publicou o estudo botanico das *Plantas da serra de Monchique observadas n'esse anno;* separata do *Jornal de Sciencias Mathematicas, physicas, e naturaes*, da Academia Real das Sciencias de Lisboa. N'esse mesmo anno publicou: *Os povos balsenses, sua situação geographica e physica, indicada por dois monumentos romanos descobertos em Tavira;* e pouco depois apparecia o *Romanceiro do Algarve*, um bello volume, que o nosso academico inseriu no *Futuro* e na *Nação*, de 1858 a 1860, e de que fôram alguns romances transcriptos no *Romanceiro Geral* do dr. Theophilo Braga. Seguem-se as *Antiguidades de Mafra*, em 1879; a celebre decifração da *Tabula de bronze de Aljustrel*, memoria apresentada á Academia das Sciencias, em 1876, e depois no Congresso anthropologico e archeologico em 1880; a *Memoria das antiguidades de Mertola* observadas em 1877, tambem apresentada no referido congresso de 1880; 5 annos depois, em 1885, publicou a monumental carta archeologica historica do Algarve, e no anno seguinte, 1886, as *Orchideas de Portugal*. De 1886 a 1891 empregou-se Estacio da Veiga na publicação da sua obra prima, em 4 volumes, *Antiguidades do Algarve*, saindo o 1.º volume em 1886, o 2.º em 1887, o 3.º em 1889, e o 4.º em 1891. A'cêrca d'esta obra, encontra-se no *Occidente*, vol. XV, 1892, pag. 10, 11 e 30, uma minuciosa descripção e devida apreciação, feita pelo já fallecido escriptor Manuel Barradas.

Veiga *(Simão Rodrigo da)*. Poeta quasi desconhecido, porque as suas poesias estão compiladas no Cancioneiro de Pero Ribeiro, compilado no anno de 1577, mas que não chegou a publicar se.

Veiga *(Fr. Thomaz da)*. Religioso da ordem terceira de S. Francisco. N. em Coimbra, sendo baptisado a 10 de fevereiro de 1578, fal. no convento da sua ordem, de Lisboa, a 4 de novembro de 1638. Era filho de Ruy Lopes da Veiga, lente da Universidade. Depois de aprender humanidades debaixo da direcção de seu pae, deixou a casa paterna aos 15 annos de edade, e professando no convento de N. S.ª da Esperança, de Belmonte, a 22 de fevereiro de 1594. Depois de estudar no collegio de Coimbra as sciencias maiores, habilitando-se para o magisterio, foi nomeado mestre de philosophia; e achava-se nomeado professor de theologia, quando o propozeram definitivamente para ir lêr Artes no convento da provincia de Leão e Castella. Não chegou, porém, a partir, e tendo já 10 annos de exercicio, foi graduado com o grau de jubilação em 1614. Então principiou a mostrar os fructos do seu aproveitamento nas disciplinas litterarias que professára, compondo diversas obras, nas quaes resplandece a pureza de linguagem, verdadeiramente notaveis, sendo as suas obras isentas do cultismo tão vulgares no seu tempo. Foi reitor do collegio de Coimbra, definidor e examinador das tres ordens militares. Deixou impresso um volume de *Sermões* de quaresma e da semana santa, Lisboa, 1618; umas *Considerações sobre os Evangelhos*, que sairam, em 1619 a 1.ª parte, e a 2.ª em 1620; umas *Considerações litteraes, moraes e allegoricas sobre os Threnos e Lamentações do propheta Jeremias*, etc., Lisboa, 1633. Fr. Thomaz da Veiga era considerado um dos primeiros oradores do seu tempo.

Veiga *(Thomaz José Nepomuceno Ferreira da)*. Bacharel formado em leis, e seguiu a carreira da magistratura Foi um dos muitos que formularam projectos politicos, quando se deu a revolução de 1820. Escreveu, e publicou n'esse anno: *Projecto politico sobre o pagamento da divida do Estado, com a extincção dos morgados, das apolices e do papel moeda*.

Veiga *(Thomaz Rodrigues da)*. Formado na Universidade de Coimbra, onde foi professor de

medicina, tomando posse da cadeira de prima em 1558, e jubilou se em 1559. Fal. a 16 de maio de 1593 Foi physico mór de D. João III e de D. Sebastião. Deixou impressos uns commentarios a Galeno, que sairam em Antuerpia em 1554, ou tros que sairam em Coimbra em 1568, outros a Hypocrates que sairam em Lyão em 1586, e ali se reimprimiram em 1594; e uma *Pratica medica*, que saiu posthuma em Lisboa em 1668. Todas estas obras são em latim.

Veiga *(Thomé Pinheiro da)* Cavalleiro profes so da ordem de Christo, doutor e lente de direito civil na Universidade de Coimbra, desembarga dor da Relação do Porto e da Casa da Supplica ção, etc. N. em Coimbra em 1566, fal. em Lisboa, contando 90 annos de edade, a 29 de julho de 1656. Era filho de Ruy Lopes da Veiga. Frequen tou o curso de direito civil, e doutorou se em 1593; seguindo a carreira da magistratura, foi ouvidor da Esgueira, e ali sustentou energica mente os direitos da corôa contra os pretenden tes da casa de Aveiro. Foi transferido no mesmo cargo para Alemquer, sendo promovido depois successivamente a desembargador da Relação do Porto e a desembargador da Casa da Supplica ção, para que foi nomeado em 1617, e a desem bargador dos aggravos em 1620. Em 1627 passou a procurador da corôa, e n'este cargo se conser vou depois de proclamada a independencia de Portugal, em 1640, e seria nomeado para elle se o não estivesse já, bastando lhe para isso ser fi lho de Ruy Lopes da Veiga, que tantos serviços prestára á Casa de Bragança *(V. Veiga, Ruy Lo pes da)*. Foi tambem por mais de uma vez chan celler, e teve os cargos de juiz das capellas e de vedor da rainha. Como juiz das capellas prestou valiosos serviços á corôa, revolvendo os archivos da Torre do Tombo para encontrar documentos com que pudesse fazer voltar ao dominio real bens que andavam indevidamente distrabidos Como procurador da corôa, interveiu nos traba lhos das côrtes que se celebraram no tempo de D. João IV, e foi elle tambem, que intentou con tra o marquez de Villa Real e seus cumplices o fulminante libello, que deu em resultado a morte de tantos homens, alguns culpados e outros in nocentes. As suas obras authenticas são as se guintes: *Cartas sobre os salarios dos legados*, que saiu em 1643, nas *Decisões* de Manuel Themudo da Fonseca, e com ellas se reimprimiu em 1729; *Quatro respostas que déra sendo procurador da co rôa*, publicadas no mesmo livro. Ficaram manus criptos um *Epitome da vida de Gabriel Pereira de Castro*, uns *Discursos de ministros da justiça*, uma obra sobre os *Varões illustres do Reino de Portugal*, e emfim a seguinte obra, em que trans parece o seu espirito faceto e jocoso: *Fastigenea, ou factos joviaes, tirados da tumba de Merlin, on de fôram achados e publicados pelo famoso lusita no Pantaleão, que as achou no mosteiro de Calou ros repartidos em duas partes*: *1.ª Das festas que se fizeram por nascimento do principe Philippe, depois rei quarto, ao qual pôz titulo de Philipes tis*; a 2.ª *Pratilogia em que se trata da pratica e do Prado de Madrid, e boa conservação das da mas, por outro nome Baratitto Quotidiano. Vae accrescentada n'esta edição a Pincigraphia, ou descripção e historia natural e moral de Vallado lid.* Tambem ficaram manuscriptas as suas *Res postas*, os seus *Pareceres*, os seus *Regimentos pa ra diversos tribunaes*, e um volume de *Poesias varias*, etc.

Veiga *(Valentim Thimoteo de Mendonça e)*. Poeta, natural de Tavira que escreveu e publi cou em 1795, um folheto intitulado: *Eccos de al voroço; Ode relatoria das festas de Tavira pelo feliz nascimento da serenissima princeza da Bei ra.*

Veiga. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Maximinos, conc. e distr. de Braga. || S. Martinho, de Candoso, conc. de Guimarães, do mesmo dis tr. || S. João Baptista, de Castellões, do mesmo conc. e distr. || S. Miguel, de Christello, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Curciciro, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Crasto, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Cumieira, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Santo André, de Ferreira d'Aves, conc. de Sat tam, distr. de Vizeu || Santa Comba, de Fornel los, conc de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Labrujó, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Mazedo, conc. de Monsão. do mesmo distr. || Santa Mari nha, de Oleiros, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Oliveira, conc. de Ar cos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castel lo || Santo Adrião, de Padim da Graça, conc. e distr. de Braga || Santa Marinha, de Padornello, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Paio de Melgaço, conc. de Melgaço, do mesmo distr. || S. Christovão, de Pico de Re galados, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Quinchães, conc. de Fafe, do mesmo distr. || O Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Ri beiros, conc. de Fafe, distr. de Braga || S. Gens, de Salamonde, conc. de Vieira, do mesmo distr. || S. Martinho, de Sande, conc. de Marco de Ca navezes, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Semelhe, conc. e distr. de Braga. || S. Pedro Fins, do Torno, conc de Louzada, distr. do Porto. || Santa Leocadia, de Travanca, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Vallongo, conc. de Agueda, distr. d'Aveiro. || Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, dis tr. do Porto.

Veiga Beirão *(Francisco Antonio da)*. V. *Bei rão*.

Veigas. Povoações nas freguezias: Santa Com ba, de Fornellos, conc de Fafe, distr. de Braga. || S. Thomé, de Quintanilha, conc. e distr. de Bragança. || Nossa Senhora da Assumpção, de Quintella de Lampaças, do mesmo conc. e distri cto.

Veiga de Lilla. Pov e freg. de Santa Maria, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. de Valpaços, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 77 fog. e 306 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada na estrada de Mirandella a Boticas, a 10 k. da séde do conc. E' fertil em todos os generos agricolas, cria muito gado de toda a qualidade, e tem abundancia de caça. Per tence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves

Veiga do Monte Pov. na freg. de S. Thiago, de Romarigães, conc. de Paredes de Coura, dis tr. de Vianna do Castello.

Veiga e Napoles *(Diogo Esteves da)*. Fidalgo

da Casa Real. N. em Lisboa a2 de julho de 1551, fal. em 1635. Foi senhor da honra de Nandufe, na comarca de Vizeu, e capitão mór dos concelhos de Bésteiros, Freixedo de Marcos e S. João de Monte Gardão. Era muito dado a estudos genealogicos e escreveu um *Nobiliario das familias d'este reino* e *Nota ao Nobiliario do conde D Pedro*, mas ambos estes trabalhos ficaram manuscriptos.

Veiga e Lima *(Francisco Manuel Gravito)*. Desembargador da Casa da Supplicação. Adversario intransigente das ideias absolutistas, foi preso com outros partidarios do systema liberal, e enforcado na Praça Nova, do Porto, na tragica manhã de 7 de maio de 1829. Os restos mortaes do illustre patriota fôram, com os dos seus companheiros justiçados n'aquelle mesmo dia, piedosamente encerrados n'um mausoléu que durante muitos annos existiu no pateo da egreja da Misericordia. Os preciosos despojos da ferocidade absolutista fôram solemnemente trasladados para um monumento erigido no cemiterio oriental (Prado do Raposo) effeituando-se essa cerimonia no dia 19 de junho de 1878. O prestito que se organisou, foi imponentissimo, encorporando-se n'elle as autoridades, representantes de associações, imprensa, etc.

Veiga Tagarra *(Manuel da)*. Celebre poeta do seculo XVII. N. em Evora, ao que se suppõe, e pertenceu á casa de D. Theodosio II, duque de Bragança; suppõe se tambem, que foi conego, mas talvez conego augustiniano ou de S. João Evangelista, porque de investigações feitas no cartorio do cabido de Evora consta positivamente que não foi conego da Sé d'essa cidade como se suppunha. O que se deduz das suas obras, é que estudou jurisprudencia, que teve uma paixão por uma senhora, que se metteu freira, retirando se elle tambem para o claustro. E' o que parece transparecer das allusões do seu formoso livro de versos *Laura de Anfriso*, impresso em 1627, e em que se sente muito a influencia de Lope de Vega, como diz o sr. dr. Theophilo Braga, porque até o formoso soneto da fuga *del pajarillo* está imitado na *Laura de Anfriso*, que é dedicada a D. Duarte, marquez de Frechilla, irmão da duque de Bragança, o que encerra 4 eclogas e 60 odes, divididas em 6 livros. A *Laura de Anfriso* foi impressa em Evora, em 1627 e reimpressa em Lisboa em 1788. Parece que tambem houve uma edição, em 1628, em que lhe falta o 6.º livro das *Odes*. *A Laura de Anfriso* é, como a *Primavera* de Rodrigues Lobo, um dos mais bellos monumentos do lyrismo portuguez do seculo XVII, ainda completamente isento do cultismo de Gongora.

Veimasse. Reino na parte portugueza da ilha de Timor, na Oceania, 2:000 almas, sendo 1:500 christãos.

Veirigo. Pov. na freg. de Santa Maria, de Freiriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Veiros *(Francicco de Paula Leite de Sousa, 1.º visconde de)*. Tenente general, do conselho de D. Maria I, gran cruz da ordem de Aviz, commendador das de Christo e da Torre e Espada, conselheiro de guerra, etc. N. em Santarem a 7 de março de 1747, fal. a 6 de julho de 1833. Era filho do governador e capitão general de Mazagão, governador da Torre do Outão, e tenente general José Leite de Sousa, e de sua mulher D. Maria Antonia Verissima Pereira de Foios Ferrão Castello Branco. Assentou praça de cadete em 1762 do regimento de cavallaria do Caes, que mais tarde teve o n.º 7, e passando no anno immediato para a armada com a patente de guarda marinha, fez algumas viagens no serviço de guarda costa e cruzeiros, e uma a Mazagão, demonstrando n'esta ultima grande valor e coragem n'um reconhecimento que foi necessario fazer, e que elle realisou com extrema habilidade e fortuna. Despachado tenente de mar e guerra fez ainda novas viagens de guarda costa, foi á India em 1774 na nau de guerra *Nossa Senhora da Madre de Deus*, da qual era commandante o capitão de mar e guerra Sanches de Brito, e voltaudo a Lisboa em 1780, foi promovido a capitão tenente, e continuou no serviço maritimo, distinguindo-se muito, especialmente, na expedição á praça d'Argel em 1784, fazendo então serviço da nau *Bom Successo*, da esquadra do coronel de mar e guerra, Bernardo Ramiro Esquivel, que depois foi o 1.º viscoude de Extremoz. Elevado em dezembro d'esse anno a capitão de mar e guerra, continuou a andar sempre embarcado, fez uma viagem ao Brazil, foi a Napoles em 1792 por capitão de bandeira da nau *Rainha de Portugal* da expedição do almirante Sanches de Brito; andou cruzando na costa e no estreito, e fez parte da esquadra que em 1794 foi para Inglaterra, como commandante da nau *Princeza da Beira*, unir-se ás forças navaes de lord Howe, então em guerra contra a republica franceza. Desempenhada essa commissão, regressou de novo a Portugal, e sendo em setembro de 1795, promovido a chefe de divisão, foi em 1797 mandado ás ilhas de S. Thomé e Principe para acabar as revoltas que lavravam ali com grande intensidade; e seguindo depois para a America, voltou ao reino de 1798, entrando a barra de Lisboa em 10 de setembro d'esse anno, vindo por commandante d'uma das maiores frotas, que do Brazil vieram a Portugal, pois, além dos vasos de guerra, comprehendia 122 navios mercantes. Na sua chegada ao porto de Lisboa nenhuma d'essas embarcações soffreu o menor desaire, apezar dos corsarios que infestavam os mares e dos navios francezes que buscavam por todos os meios captivar os barcos portuguezes. Magoado por vêr que no fim de tantos annos de serviço lhe davam a graduação de chefe de esquadra, ao passo que a outros officiaes mais modernos era concedida a effectividade d'esse posto, pediu passagem para o exercito, e sendo-lhe deferida a pretenção, foi por decreto de 9 de maio de 1799 transferido para as forças de terra no posto de marechal de campo. Nomeado logo em seguida governador do castello de S Filippe, de Setubal, foi em junho de 1807 elevado a tenente general e incumbido do governo da praça d'Elvas em substituição do marquez de Alorna, mas a invasão do paiz pelas forças de Junot, obrigou o illustre general a retirar se para Evora, onde se conservou afastado da vida publica até julho do anno seguinte. Assumindo então a direcção do movimento insurrecional no Alemtejo, depois da tomada e saque de Evora por Loison, passou a Olivença, entrou novamente em Portugal por Campo Maior, e reunindo as forças d'aquella provincia, dispunha se a marchar para a capital, quan-

do a convenção de Cintra o impediu de contribuir mais activamente para a expulsão dos soldados imperiaes. Durante todo o tempo da guerra da Peninsula exerceu o cargo de governador das armas do Alemtejo, para que foi nomeado em 1808. e em que prestou serviços importantissimos aos exercitos em operação na fronteira d'aquella provincia, especialmente por occasião da batalha de Albuhera, e sendo transferido em 1814 para o governo das armas da côrte e Extremadura, ficou encarregado do commando em chefe do exercito nas duas vezes que o marechal Beresford saiu de Portugal em 1818 e 1820. A revolução liberal d'este ultimo anno privou o general Leite de Sousa d'esse commando, mas logo em fevereiro de 1821 lhe foi confirmada pela regencia a nomeação de commandante do governo das armas que anteriormente exercia, e n'esse cargo permaneceu até ser em fevereiro de 1822, exonerado a seu pedido, recebendo logo no mez seguinte, por decreto de 11 de março, o titulo de visconde de Veiros, em duas vidas. Voltando á mesma commissão logo depois da queda do governo constitucional, nos primeiros dias no mez de junho de 1823, foi d'elle novamente exonerado a 12 de junho de 1821, e voltando a exercel-a em maio de 1828, conservou a até outubro de 1832, tendo antes d'essa epoca recebido a nomeação de governador da Torre de Belem, e de conselheiro de guerra, e sendo agraciado com as maiores distincções honorificas que era uso conceder aos militares do nosso exercito. Acommettido em 1831 d'uma paralysia, cujos ataques se repetiram depois, veiu a fallecer da cholera, que no anno de 1833 assaltou Lisboa. O visconde de Veiros casou em 6 de novembro de 1816 com sua sobrinha D. Maria de Santo Antonio de Sousa Freire Salema de Saldanha e Noronha, filha de seu irmão mais velho Fernão Pereira Leite de Sousa e Foyos, e de sua mulher D. Maria Rita de Sousa Freire Salema de Saldanha. D'este matrimonio houve duas filhas: D. Maria Rita Leite de Sousa Freire Salema de Saldanha e Noronha, que foi a 2.ª viscoudessa de Veiros, e D. Jeronyma da Madre de Deus, recolhida no mosteiro das commendadeiras de Santos, de Lisboa, da ordem de S Thiago. O seu brazão d'armas é um escudo com as armas dos Leites: Campo esquartelado; no 1.º quartel, de verde e tres flôres de liz de ouro em roquete; no 2.º, de vermelho, e uma cruz de prata pulmella, e vazia de campo, e assim os contrarios.

Veiros *(João de Mello de Sousa da Cunha Sotto Maior, 2.º visconde de)*. Moço fidalgo com exercicio no paço, commendador da ordem de Christo, 5.º senhor do prazo de Santo Antonio das Aguas Ferreas, do Porto, capitão de voluntarios realistas da mesma cidade. N. a 14 de julho de 1793, fal. a 27 de novembro de 1851. Era filho de Joaquim Cardoso de Sousa e Mello, fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Aviz, governador do castello de Mattosinhos e major de cavallaria, e de sua mulher D. Bernarda Rita da Cunha Sotto Maior. João de Mello de Sousa succedeu no referido prazo e nas quintas da Senhora da Penha de França e seu padroado, no concelho de Bouças, e de S. Martinho, de Fornéllo, em Vairão, a José de Sousa e Mello, fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo, vice provedor da extincta Companhia das Vinhas do Alto Douro. João de Mello de Sousa da Cunha Sotto Maior casou a 20 de janeiro de 1836, com D. Maria Rita da Madre de Deus Leite de Sousa Freire Salema de Saldanha e Noronha, 2.ª viscondessa de Veiros, filha primogenita e herdeira do 1.º visconde do mesmo titulo *(V. o artigo antecedente)*, a qual nasceu em 31 d'agosto de 1817, sendo o titulo renovado por decreto de 8 de agosto de 1840. Seu marido, pelo seu casamento, recebeu a mercê do titulo de visconde de Veiros, em 7 de dezembro de 1842.

Veiros (*José Leite de Sousa Mello da Cunha Sotto Maior, 3.º visconde de*). Moço fidalgo com exercicio no paço. N. a 31 de maio de 1841, fallecido ha já bastantes annos. Casou a 12 de fevereiro de 1863 com D. Maria José d'Olival Gouveia e Andrade, filha de Antonio Hygino de Gouveia, e de sua mulher, D. Maria do Carmo Pinto Telles Olival e Andrade. Herdou toda a casa de seus paes, sendo lhe renovado o titulo por decreto de 5 de setembro de 1878.

Veiros Em armaria, é uma risca *colubrada* lançada em faxa, e dando depois, a uma parte e á outra, as côres que o brazão declara. V. *Brazão*.

Veiros. Villa e freg. de S. Salvador, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Extremoz, distr. e arceb. de Evora, Relação de Lisboa; 384 fog. e 1:545 hab. Está situada n'uma elevação, na estrada de Portalegre a Extremoz, a 20 k. da fronteira e a 12 da séde do conc. Passa-lhe ao pé a ribeira de *Anna Loura*, que é abundante de peixe. E' notavel esta ribeira pela abundancia das suas nascentes, que mesmo durante a estiagem servem de motor a muitas dezenas de moinhos e azenhas, regando e tornando fertilissimas as veigas por onde passa. E' atravessada junto á villa por uma ponte de pedra, de tres arcos. Veiros é uma das muitas povoações que datam, pelo menos, do tempo dos romanos. Os gôdos a occuparam desde o principio do seculo v até 816, em que foi tomada pelos arabes, que a conservaram até 1217, em que el-rei D. Affonso II a conquistou, e mandou povoar. Veiros foi séde d'um pequeno conc. do seu nome, abolido a 24 de outubro de 1855, ficando então pertencendo ao de Monforte, e sendo este extincto, foi anuexado ao de Extremoz por decreto de 26 de setembro de 1895, a que ainda hoje pertence, apezar de ter sido restaurado o de Monforte. A villa não teve foral velho, e foi commenda da ordem de Aviz; el-rei D. Manuel é que lhe deu foral em Santarem a 2 de novembro de 1510. O castello de Veiros, cuja fundação se attribue aos romanos, foi reedificado por D. Lourenço Affonso, 9.º mestre da ordem de Aviz. Tinha 4 portas, e 7 torres, ligadas por fortes muralhas, sendo a do centro a torre de menagem, que foi das mais altas e fortes de Portugal. Estas fortificações aiuda existem em parte. Os marquezes de Abrantes eram alcaides móres de Veiros, passando depois a alcaidaria aos condes de Villa Nova de Portimão O seu brazão de armas é um escudo de prata, sem mais divisa. Varios monarchas lhe concederam privilegios, e tinha voto em côrtes com assento no 12.º banco. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz, sobretudo em trigo, que exporta em grande quantidade. Produz bastante azeite e vinho, e nos seus montados se cria muito gado, principalmente suino, que tambem se exporta em grande numero; tem muita caça. O clima é muito

saudavel. D. João d'Austria, filho bastardo de Filippe IV de Hespanha, depois de ter sido derrotado a 8 de junho de 1663 na batalha do Ameixial, ao pôr-se em fuga para além da fronteira com os restos do seu desmantelado exercito, vendo que o povo de Veiros se oppunha tenazmente á sua entrada na villa, assaltou-a e cevou n'ella a sua vingança da derrota que pouco antes soffrera, fazendo assassinar ou mutilar grande parte dos habitantes, saquear a povoação, incendiar os archivos da camara, e na sua retirada mandou destruir, por meio d'uma explosão de polvora, a majestosa torre de menagem. Em maio de 1801 tornou a ser tomada pelos hespanhoes. A egreja matriz fica proximo do castello; é um bom templo, de tres naves, com 8 altares, sendo altar mór de rica talha dourada, e muito elegante. Tem 4 columnas de marmore branco, de ordem dorica, um vasto côro, com grades, tambem de marmore branco. Tem duas torres. O edificio é bastante antigo e de architectura simples. No pavimento ha muitas sepulturas com epitaphios de differentes epocas. Unida á egreja, e communicando com ella por uma porta, está a capella jazigo da familia Galvão Coutinho, e ali se vê um tumulo, tendo sobre a tampa a estatua d'um membro d'esta familia, com a antiga armadura de cavalleiro, e outras campas com diversos e extensos epitaphios. Na praça vê se a casa da camara, edificio muito antigo, onde estão hoje installadas as aulas de instrucção primaria e de musica. Na frente está o pelourinho, insignia da autonomia de Veiros. E' uma columna quadrada, de marmore branco, com uma esphera no tôpo, e uma escadaria em volta da base. A egreja de N. S.ª de Mileu é espaçosa, muito antiga, talvez do seculo XIII ou XVI, de cantaria lavrada, com duas torres, consta que foi a primitiva matriz da freguezia. Veiros pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes; tem est. post. e telegr., escolas de ambos os sexos, agencias de seguros, fabricas de azeite e de moagem, e de telha; Misericordia e hospital, hospedarias, pharmacia, sociedades de recreio: *Club Veirense*, *Philarmonica Veirense* e *Sociedade de Artistas Veirenses*, || Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. do Douro, conc. e com. de Estarreja, distr. d'Aveiro, bisp. do Porto; 541 fog. e 1:651 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e está situada a 1 k. d'uma reintrancia da ria de Aveiro, e a 4 da séde do conc. Pertence á vasta circumscripção territorial, denominada antigamente *Terra de Santa Maria* e hoje *Terra da Feira*. Segundo a tradição, foi em tempos antigos, villa e cabeça d'um couto, comprehendendo o que pertence agora a esta freguezia e á de Mortosa, de que então formava parte, e da qual se separou no principio do seculo XVII. Veiros pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. || Pov. na freg. do Salvador, de Serrazes, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. Tem correio com serviço de posta rural.

Veiroz. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Felgueiras, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Vêiza. Nome que antigamente se dava a toda e qualquer hortaliça, toda a variedade de couves. Ainda nas provincias do norte se dá ás couves o nome de *Berças (vêrças)* corrupção de *Vêizas*.

Vel *(P. Antonio)*. Religioso do ordem de S. Domingos, que viveu no seculo XVII. N. em Lisboa, mas era de origem flamenga. Professou no convento de S. Domingos, foi collegial do collegio de Santo Thomaz, de Coimbra, e professor de artes e de theologia em Evora, sendo em 1650 nomeado qualificador do Santo Officio. Gozou fama de grande prégador, mas apenas deixou publicado um sermão que prégou no anno de 1653 nas exequias de D. Francisco de Castro, inquisidor-mór.

Véla. Vigia, sentinella, vedêta. Dava-se ordinariamente esta denominação aos lavradores e camponezes, que deviam vigiar e guarnecer os castellos dos seus territorios, em tempo de guerra.

Velas. Villa da ilha de S. Jorge, Açôres; séde de conc., com. da mesma ilha, distr. e bisp. de Angra do Heroismo. Tem uma só freg., cujo orago é S. Jorge. Está situada á beira-mar, sendo o seu porto o melhor da ilha. E' percorrida por uma cadeia de montanhas. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. Tem esc. do sexo fem., est. post. e telegr., advogados, agencias de seguros e de vapores; consules do Brazil, Italia, França, Hespanha, Nicaragua, Inglaterra e Cuba; fabricas de carruagens, de lacticinios, de moagem, e serração a vapor; negociantes de couros em cabello, de manteiga e queijos; medico, Misericordia e hospital; notarios, philarmonicas: *Nova Alliança* e *União Artistica;* e *Theatro Velense;* diversos estabelecimentos commerciaes e industriaes. Em 1903 começou a publicar-se aqui o jornal, com o titulo de *O Velense* O conc. compõe-se de 6 freguezias, com 2:220 fog. e 8:510 hab., sendo 3:631 do sexo masc. e 4:879 do sexo fem. As freguezias são: Santa Barbara, de Manadas, 945 hab.: 396 do sexo masc. e 549 do fem.; N. S.ª das Neves, de Norte Grande, 1:798 hab.: 781 do sexo masc. e 1:017 do fem.; N. S. do Rosario, de Rozaes; 1:461 hab.: 601 do sexo masc. e 863 do fem.; Santo Amaro, 1:129 hab.: 507 do sexo masc. e 622 do fem.; S. Matheus, de Urzellina, 1:173 hab.: 491 do sexo masc. e 682 do fem.; S. Jorge, de Velas, 2:001 hab.: 855 do sexo masc. e 1:146 do fem. O principal commercio de todo o conc. é Lacticinios.

Velasco de Gouveia *(Francisco)*. Doutor e lente da faculdade de canones pela Universidade de Coimbra, arcediago de Villa Nova da Cerveira no arcebispado de Braga, desembargador aggravista da Casa da Supplicação, de Lisboa, etc. N. em Lisboa na segunda metade do seculo XVI, onde tambem fal. em 1659, com 70 annos de edade. Estudando direito canonico, recebeu o grau de doutor, e foi lente desde 1607 até 1633. Deixando o magisterio, foi desembargador da Casa da Supplicação e dos aggravos. Em 1631 foi preso pela Inquisição de Coimbra, por culpas de judaismo, saindo reconciliado no auto da fé ali realisado a 17 d'agosto de 1631. Escreveu: *Justa acclamação do serenissimo rei de Portugal D. João o IV; Tratado analytico dividido em tres partes, ordenado e divulgado em nome do mesmo reino, em justificação de suas acçöes*, Lisboa, 1644, com um frontispicio gravado a buril, e n'este o retrato do mesmo rei; esta obra saiu tambem traduzida em latim pelo proprio autor, e se imprimiu tambem em Lisboa, 1646; do original portuguez fêz-se

segunda edição correcta, Lisboa, 1816; *Razões em final offerecidas por parte de Francisco Vaz de Gouveia, lente da Universidade de Coimbra, contra o doutor Francisco Leitão na causa do ferimento que lhe foi feito em Coimbra*, Lisboa, 1618; *Allegação de direito pelo duque de Torres Novas D Raymundo contra o marquez de Porto Seguro, seu tio, sobre a successão do estado e casa de Aveiro*, Lisboa, 1637; *Perfidia de Almania y de Castilla en la prision, entrega, accusacion y processo del serenissimo infante de Portugal Don Duarte. Fidelidad de los portuguezes en la acclamacion de su legitimo rey, el muy alto y muy poderoso Don Juan, quarto d'este nombre .. contra los pretensos derechos de la corona castelhana*, Lisboa, 1652.

Velasques Sarmento *(D. José de Alarcão)*. Genealogista. N. em Penella no dia 28 de janeiro de 1728. Era filho primogenito de Antonio de Castro Sarmento e de D. Anna Maria dos Prazeres Cortez de Macedo. Seguiu a profissão das armas, e foi tenente de infantaria no regimento denominado do marquez das Minas. Casou em Lisboa no anno de 1770, com D. Anna Victoria de Brito e Menezes. Escreveu um livro intitulado *Collecção de genealogias reaes, em que el-rei D. João I, decimo rei de Portugal, se vê por cento e uma linhas genealogicas ascendente d'el-rei fidelissimo nosso senhor D. José I*, Lisboa, 1754,

Velguém. Regedoria do concelho de Sanquelim, districto de Gôa, na India, comprehendendo tambem a povoação de Talle. || Aldeia da circumscripção militar de Valpoy na provincia de Satary, districto de Gôa, na India.

Velha. Povoações nas freguezias: Santa Maria Magdalena, de Alcobertas, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição, de Sinde, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || N. S.ª dos Martyres, de Martyres, conc. do Crato, distr. de Portalegre || Santa Maria, de Amoreira, conc. d'Almeida, distr. da Guarda.

Velha Gôa. Parochia da regedoria de S. Pedro, no conc. das Ilhas, districto de Gôa, na India

Velhas. Pov. na freg. de Nossa Senhora d'Assumpção, de Giões, conc. de Alcoutim, distr. de Faro.

Velho. A familia d'este appellido parece que procede de D. Gayam, alcaido de Santarem, cujo morgado se continuou por muitos annos nos seus descendentes. Tem por armas: Em campo vermelho cinco vieiras de ouro, em sautor; timbre, um chapéu pardo de romeiro com uma vieira na aba.

Velho *(Alvaro)*. Escudeiro d'el rei D. Manuel I, védor e recebedor da obra do convento de S. Francisco, de Evora. Era irmão de Gonçalo Velho Cabral, descobridor das ilhas dos Açôres. *(V. Cabral, Gonçalo Velho)*. Foi um dos companheiros de Vasco da Gama na descoberta na India, e com bons fundamentos, julga se ter sido o autor d'um *Roteiro* d'essa viagem, *Roteiro* que só veiu a publicar se no seculo passado Foi um dos companheiros mais estimados de Vasco da Gama, a quem acompanhou, quando visitou o rajá de Calicut. A edição a que nos referimos, foi feita no Porto em 1838, com o titulo seguinte: *Roteiro da viagem que em descobrimento da India fez D Vasco da Gama pelo Cabo da Boa Esperança em 1497. Publicado por Diogo Kopke e o doutor Antonio da Costa Paiva;* é acompanhado do retrato de Vasco da Gama, d'uma carta demonstrativa da sua viagem, e de um fac-simile do manuscripto pelo qual se fez a edição. E' precedido d'uma erudita introducção ou prologo dos editores, em que se ventilam diversas questões relativas ao assumpto e se expõem os argumentos e conjecturas que induzem a crêr que Alvaro Velho seja o autor d'este escripto. A edição foi feita em presença d'um manuscripto coetaneo, que existe na Bibliotheca de Porto. Em Lisboa fez se uma nova edição, em 1861, com o titulo: *Roteiro da viagem de Vasco da Gama em MCCCCXCVII. Segunda edição correcta e augmentada de algumas observações, principalmente philologicas, por A. Herculano e o Barão de Castello de Paiva;* com os retratos de Vasco da Gama e de el rei D Manuel, fac-simile do manuscripto original, e uma carta itineraria da viagem. O *Roteiro* foi traduzido em francez por Arthur Morelet, com o titulo seguinte: *Journal du voyage de Vasco da Gama em MCCCCXCVII, traduit du portugais*, Lyon, 1864; tambem com uma carta itineraria, fac-simile do manuscripto original, e o retrato do Vasco da Gama.

Velho *(Bartholomeu)*. Celebre cosmographo de D. João III. Tendo-se expatriado, esteve ao serviço do rei de França. Inventou varios instrumentos da sua especialidade, e fez um mappa geral do globo, que acabou no anno de 1562. Este mappa é manuscripto e acompanhado n'uma nota justificativa, onde elle fala da boa fé com que se tratam os negocios da colonia do Sacramento, na capitania de S. Vicente.

Velho *(Domingos)*. Bacharel em canones pela Universidade de Coimbra, escriptor ascético. Não se conhece o nome da terra da sua naturalidade, nem as datas do seu nascimento e fallecimento. Tornou se mais conhecido por ter escripto e publicado a seguinte obra: *Principio do divino amor e considerações de Jesus, dirigido a Jesus Christo no Santissimo Sacramento*, Lisboa, 1625.

Velho *(Estevão de Liz)*. Capitão tenente da praça de Sines e secretario da Academia Problematica estabelecida em Setubal. N. n'esta cidade em 1691, e fal. a 12 de julho de 1748. Escreveu o seguinte livro: *Exemplar da constancia dos martyres, em a vida do glorioso S. Torpes, mordomo e valido de Nero, na qual se expõe desde o seu nascimento até o seu glorioso triumpho, e se relata a vinda prodigiosa do seu sagrado corpo a este reino, á villa de Sines, onde Santa Celerina conhecendo-o por especial revelação de Deus, lhe deu decente sepultura, construindo lhe um magnifico templo, que foi o primeiro da Europa e o segundo da christandade, o que se justifica com induôitaveis fundamentos, deduzidos dos mais antigos e veridicos escriptores, com dissertações e noticias muito curiosas sobre o mais que contém a mesma historia*, Lisboa, 1746.

Velho *(Fernão)*. Escudeiro do infante D. Pedro, irmão d'el rei D Duarte, e coudel da cidade de Braga, nomeado por carta régia de D. Affonso V, passada em Torres Novas, a 29 de novembro de 1438. Nomeado depois alcaide-mór do castello de Braga, por carta regia do mesmo soberano, datada de Evora, a 15 de junho de 1453 Foi depois escudeiro da rainha D. Leonor, mulher de D. João II.

Velho *(Francisco)* Heroico soldado portuguez que estando no Rio de de Janeiro com Estevão de Sá, e indo buscar n'uma canôa, madeira, no

dia 17 de julho do anno de 1566 para uma capella de S. Sebastião, caiu n'uma formidavel embuscada de francezes e indios, e comba eu com uma valentia maravilhosa, até que Estevão de Sá o pôde soccorrer, e inflingir uma derrota formidavel aos nossos inimigos. Em memoria d'este acto heroico ficou-se celebrando no Rio de Janeiro, no dia de S. Sebastião, uma especie de regata, a que se chama *festa das canôas*.

Velho *(P. Francisco)*. Jesuita. N. no logar de Santo André de Palma, no termo de Braga, em 1605, fal. em Ponte do Lima a 30 de novembro de 1662 Entrou na Compadhia de Jesus em 1620. No collegio de Lisboa foi professor de humanidades e de philosophia. Passando a Roma foi substituto do assistente da provincia de Portugal, e penitenciario do santuario do Loreto. Voltando a Portugal, e residindo na provincia de Entre Douro e Minho, com tanto zelo acudiu aos soldados do exercito que n'essa provincia combatia pela independencia da patria, que n'esse mister contrahiu uma grave enfermidade, e recolhendo se ao collegio de Braga, veiu a morrer no hospital de Ponte do Lima pertencente aos religiosos de S. João de Deus Deixou as seguintes obras manuscriptas: *Vida de Santo Olympio*, *Vida de Santo Epitacio*. Escreveu tambem uma elegia latina á morte de Francisco de Mendonça.

Velho *(Ruy)*. Estribeiro-mór d'el-rei D. João II, commendador das commendas do castello de Almourol, Pias, Bezelga e Cardiga, na ordem de Christo. Era filho de D. Violante Velho Cabral e de Diogo Gonçalves de Travassos.

Velho (*Theotonio José de Oliveira)*. Pharmaceutico em Thomar e continuador do *Diccionario* de Antonio Moraes da Silva, mais conhecido por *Diccionario de Moraes*. N. em Thomar entre os annos de 1776 e 1778, onde se estabeleceu com pharmacia. Em 1818 passou para Lisboa, sendo aqui, por influencia do barão de Villa Nova de Fozcôa, admittido ao serviço do Contrato do Tabaco, e encarregado de correspondencias e fiscalisações. Tempos depois, tratando a casa Borel & C.ª de realisar a 4.ª edição do *Diccionario* de Moraes, que só veiu a imprimir se em 1831, e precisando de pessoa competente que se encarregasse de coordenar para esse fim os apontamentos deixados por Moraes, e de aproveitar o mais que conviesse, nos *Ensaios de alguns synonimos da lingua portugueza*, de Fr. Francisco de S. Luiz (cardeal Saraiva), e em outras obras posteriormente publicadas, pediu-se ao referido titular que inculcasse alguem que estivesse nas circumstancias de desempenhar similhante trabalho. O barão, sempre protector de Oliveira Velho e reconhecendo-lhe verdadeira competencia, o indigitou, a que elle correspondeu da fórma que pôde e soube, segundo diz Lopes Fernandes, n'umas informações que remetteu a Innocencio da Silva, de quem era amigo. Dizem, que em 1832, sendo ainda empregado no Contrato do Tabaco, Oliveira Velho fôra encarregado pelo contratador João Paulo Cordeiro de comprar nas provincias trigos e outros generos para abastecimento das tropas empregadas no cêrco do Porto, Depois, nada mais consta da sua pessoa, havendo apenas quem affirmasse, que vivia ainda em Santarem no anno de 1837, o que, entretanto, parece não ser certo, mas que morrera em Lisboa, por esse tempo, ou pouco depois.

Velho. Pov. na freg. de S. Pedro, de Beberriqueira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Velhos. Pov. na freg. de S. Miguel, de Cardozas, conc. de Arruda dos Vinhos, distr, de Lisboa.

Velim. Freguezia do concelho de Salsete, no districto e arcebispado de Gôa, India. Tem escolas.

Velinga. Regedoria do concelho de Pondá, districto de Gôa, na India.

Vella. Appellido nobre, mas não se sabe, quem primeiro o usou, e só se encontra na descripção das suas armas, que é: Em campo verde uma laranja de prata, carregada d'uma aguia negra, e nos quatro cantos do escudo, uma vella de prata, com a luz de ouro.

Vella. Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Beira Baixa, conc, com., distr. e bisp. da Guarda; 293 fog. e 1:222 hab. Tem est. post. Está situada na margem direita da ribeira Teixeira, affluente de outra que vae desaguar no rio Zezere, a 12 k. da séde do conc. E' pov. muito antiga, e foi villa com o nome de *Veela*. D. Affonso III lhe deu foral, em Cette, a 25 de agosto de 1255. Perto d'esta aldeia principia a extensa e fertil bacia, chamada *Cóva da Beira*, atravessada pelo rio Zezere que, pouco abaixo, sáe de entre as serras proximas á antiga villa de Valhelhas, e se estende em frente das villas de Belmonte, Caria, Teixoso, Covilhã, Fundão, e outras povoações, até perto do rio Tejo, onde o Zezere vae desaguar O clima d'esta freg, pela sua exposição ao sul, é ameno e fertil, produzindo todos os fructos agricolas do paiz, e principalmente bom vinho, excellente azeite, cereaes de toda a especie, muita castanha, e magnificas fructas. A egreja parochial está edificada ao fundo da pov., mas dominando as terras da ribeira que lhe corre ao pé. E' um espaçoso e bello templo, com uma bonita capella do Santissimo, denotando pela sua architectura, mais antiguidade do que o resto da egreja, com a qual communica, por um arco ogival. A' entrada d'esta capella está uma sepultura com brazão d'armas, e com uma inscripção, de que apenas se póde lêr o anno, que é 1662. Por baixo d'esta capella ha um vasto caneiro subterraneo. Na egreja ha ainda outras sepulturas brazonadas, com datas anteriores ao seculo XVII, e fóra da porta principal estão outras duas sepultusas, mais modernas que as antecedentes. Em frente da porta lateral, no atrio que serve de cemiterio da freguezia, está uma elegante urna funeraria, de marmore, que cobre a sepultura dos dois irmãos, generaes, Alvaro e Antonio Póvoas. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Balazar, conc. do Povoa de Varzim, distr. do Porto. || S. Paio, de Moreira de Conegos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Ribeira do distr. da Guarda; nasce na serra da Estrella, na freg. de Porcas, corre para S SE, passa proximo da egreja porochial da freg. de Vella, e vae desaguar na ribeira Teixeira com 7 k. de curso.

Vellacães. Pov. na freg. do Salvador, de Moures, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Vellada. Pov. na freg de S. Mathias, de Caixeiro, conc. de Niza, distr. de Portalegre.

Vellal. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de La-

mellas, conc. de Santo Thirso, districto do Porto.

Vellariça. Ribeira do distr. de Bragança. Nasce na serra de Sambade ou de Monte Mel, nas proximidades de Villar de Baixo, corre para SE, recebe outra ribeira que vem dos lados de Villas Boas, e inclinando-se então para o S, entra no rio Sabor, depois de 30 kilom. de curso.

Velledo. Pov. na freg. de Santa Maria, de Infias, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Vellez. O appellido d'esta familia tem as seguintes armas: Em campo vermelho uma torre de prata lavrada de preto, e portas de vermelho; e á porta d'ella uma cabeça de moiro toucada de prata, cortada em vermelho, e junto d'ella uma maça de sua côr com o cabo de ouro; timbre, meio moiro vestido de verde e toucado de prata com uma maça azul ás costas, com o cabo d'ouro, e os braços nús.

Vellez *(P. Antonio)*. Jesuita. N. em Portalegre no anno de 1546, fal. em Evora a 20 de março de 1609. Professou em Coimbra em 1569. Foi latinista celebre, regeu por 7 annos rhetorica e theologia moral, e foi nomeado emfim prefeito da Universidade de Evora. No anno de 1599 publicou um Commentario latino á Grammatica de Manuel Alvares; ordenou de um modo mais claro essa grammatica, accrescentou lhe a Syllaba e um Diccionario de nomes e de verbos, e pôz em verso latino os preceitos da Grammatica. Deixou manuscripta em portuguez uma *Vida de D. Gonçalo da Silveira*, e em latim um tratado *De nominibus nominalibus*.

Vellez Guerreiro *(João Tavares de)*. Serviu como capitão de mar e guerra na India Oriental, e n'esta qualidade acompanhou em 1718 o governador de Macau, quando este foi tomar posse do seu cargo. Era natural de Portalegre. Escreveu: *Jornada que o sr. Antonio de Albuquerque Coelho, governador e capitão geral da cidade do Nome de Deus de Macau na China, fez de Gôa até chegar á dita cidade;* impressa em Macau no anno de 1718; e reimprimiu se em Lisboa no anno de 1732.

Vellez Tonel *(Manuel)*. Cavalleiro da ordem de Christo, commissario dos familiares do Santo Officio, e sargento mór de dragões. Era natural de Turcifal, e viveu no seculo XVII. Deixou manuscriptas umas *Obrigações militares*, divididas em duas partes, referindo-se a primeira á cavallaria e a segunda á infantaria.

Vellide. Povoações nas freguezias: S. Pedro de Vascões, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Simão, de Arões, conc. de Macieira de Cambra, distr. d'Aveiro.

Vellido. Pov. na freg. de S. Julião, de Lage, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Vellosa. Pov. e freg. de N. S.ª dos Prazeres, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Celorico da Beira, distr. o bisp. da Guarda; 112 fog. e 367 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada entre dois regatos que se vão reunir mais abaixo o formar um affluente do Mondego, a 2 k. da margem direita d'este rio e a 13 da séde do conc. Ignora se o primitivo nome d'esta freg. O actual, consta, que provém do fidalgo gallego D. Antonio Velloso, que veiu para Portugal por occasião do assassinio de D. Pedro o *Cru*, rei de Castella, por seu proprio irmão D. Henrique, que se lhe apoderou da corôa. Entre os castelhanos partidarios de D. Pedro o *Cru*, que ficaram em Portugal, receando as iras do sanguinario D Henrique, achava-se o referido fidalgo, a quem el-rei D. Fernando deu esta pov. D. Antonio Velloso elevou-a a villa, dando lhe o nome de *Vellosa*. Os reis de Portugal, porém, nunca reconheceram essa categoria á pov. que ficou sendo sempre uma aldeia, mas conservaram-lhe o nome. Pertence a pov. á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Velloso. A familia d'este appellido tem por armas: Em campo vermelho um castello de prata com tres torres, e a cima de cada uma d'estas uma flôr de liz de ouro em chefe; o castello sobre um monte de sua côr com portas e frestas de negro, e junta a este um açôr com uma perdiz nas unhas, tudo de suas côres; timbre, o açôr com a perdiz, sendo o açôr armado de ouro.

Velloso *(Fr. Agostinho)*. Religioso da ordem de Santo Agostinho. N. em Lisboa, e fal. no convento de Torres Vedras em 1696. Professou a 11 de fevereiro do anno de 1682. Foi organista e prégador, deixando impresso apenas um dos seus sermões.

Velloso *(P. Antonio)*. Jesuita. N. em Braga em 1598; ignora-se a data da sua morte. Entrou na Companhia de Jesus em 1615. Partiu depois, como missionario, para o Oriente. Foi mestre de theologia, reitor do collegio de Cochim e procurador da mesma Companhia nas Indias Orientaes. Escreveu: *Sermão funeral nas exequias que o Collegio da Companhia de Coimbra celebrou ao Serenissimo Principe de Portugal D. Theodosio, em 17 de junho de 1653*, Lisboa, 1653.

Velloso *(Fernão)*. Companheiro de Vasco da Gama, que sobretudo se tornou celebre, porque Luiz de Camões lhe immortalisou o nome nos seus *Lusiadas*. Segundo diz Damião de Goes, era «rebolão, assumado, amigo de andar sempre a falar em valentias.» Quando os portuguezes chegaram a um rio, a que chamaram do S. Thiago, e que depois se ficou chamando rio de Berg, Fernão Velloso quiz acompanhar uns negros que vieram a bordo, foi effectivamente com elles, e com elles tomou parte, segundo contou mais tarde, n'um banquete que tinha por prato fundamental carne de lobo marinho. Os negros acolheram-n'o bem, até que elle os quiz acompanhar a sua cubatas; elles então não quizeram, e parece que procuraram maltratal o, e Fernão Velloso deitou a fugir. O nome de Fernão Velloso desapparece depois da historia. Tirou o principalmente da obscuridade a escolha do grande poeta, que fez d'elle como que o personagem humoristico da sua grande obra.

Velloso *(P. João Antonio)* Notavel orador sagrado, theologo e jornalista. N. em Braga, em 1828, aproximadamente, onde tambem fal. a 20 de agosto de 1898. Foi educado no seminario dos Orphãos de S. Caetano, d'aquella cidade, onde aprendeu musica, juntamente com as sciencias ecclesiasticas, e em 1859, sendo já professor estimado, obteve o logar de mestre de canto no mesmo seminario, e tambem o de organista. Ao mesmo tempo iam se, porém, desolvendo os seus talentos litterarios, e em 1868 demittiu-se de aquelles logares para seguir unicamente a carreira sacerdotal. Continuou, porém, cultivando ardentemente a arte musical, como amador, e com-

pôz algumas pequenas obras religiosas, principalmente canticos populares, hymnos, novenas, etc..

Velloso (*João Xavier da Costa*). Do conselho d'el rei, commendador da ordem de S. Bento de Aviz e cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, marechal de campo reformado, etc. N. em Lisboa a 22 de dezembro de 1778, onde tambem fal. a 9 de janeiro de 1859. Era filho de Estevão Xavier da Costa Velloso, e de sua mulher D. Joanna Rosa de Almeida. Aos 15 annos de edade, tendo já adquirido a instrucção preparatoria para o curso de estudos superiores, alistou-se como voluntario no regimento de artilharia da marinha a 21 de março de 1794, e foi reconhecido cadete em 22 de junho de 1796. Depois de haver realisado diversos embarques em navios de guerra, pela extincção de aquelle regimento, passou, em 25 de fevereiro de 1801, para o regimento n.º 1 de artilharia da côrte, onde seguiu brilhantemente os cursos de mathematica, na Academia Real de Fortificação, e de fortificação, na Academia Real da Marinha; pelo que lhe fôram successivamente conferidos, conforme a lei vigente para as promoções de artilharia, o posto de 2.º tenente a 21 de março de 1804, e o de 1.º tenente a 24 de junho de 1807. E emquanto o joven estudante se illustrava por um lado, colhendo habilitações scientificas que lhe facultassem promoções de posto, a sua aptidão era, por outro lado tão reconhecida que pela creação do Collegio Militar o escolheram para professor, e o nomearam depois commandante, cargo que n'aquelle estabelecimento desempenhou com um zelo exemplar, e sem gratificação alguma, desde 1802 até 1806. Isto revelava bem os creditos de que o moço artilheiro gozava: levantava-se dos bancos das aulas, escutava as prelecções dos seus lentes, e ia depois na cadeira do Collegio Militar leccionar os seus educandos. Veiu a invasão franceza em 1807, com todas as suas peripecias, e quando no Algarve rebentou o grito de revolta contra a escravidão da patria, Costa Velloso, passando para bordo da esquadra ingleza, solicitou licença para desembarcar em ponto onde o seu serviço pudesse concorrer nos patrioticos esforços que os sublevados faziam em prol da restauração do legitimo governo; assim pôde unir se ao exercito do sul que vinha em soccorro da capital, e pela parte que tomou em tão gloriosa expedição lhe foi conferido o distinctivo d'esse acto de lealdade. Seguiu-se a Guerra Peninsular, e Costa Velloso obteve concessão de ir acompanhar os seus camaradas nas heroicas fadigas de similhante campanha e participar da gloria que tão distinctamente adquiriram. Lá permaneceu desde janeiro de 1813 até agosto de 1814, e dos serviços que prestou durante essa epoca, eram-lhe documento honroso a cruz n.º 2, que mais tarde lhe pendia ao peito. Coube-lhe então assistir ao sitio e á tomada da praça de S. Sebastião da Biscaia, entrando egualmente em varios outros combates e batalhas, como as de Tolosa e Nivelle. Pelo valor e disciplina de que deu exuberantes provas na batalha de Tolosa, a 10 de abril de 1814, foi Costa Velloso promovido no proprio campo da batalha a capitão graduado, posto cuja effectividade obteve em 11 de outubro do anno seguinte. A isto accresceu tambem ser condecorado pelo governo hespanhol com a Cruz de Distincção concedida por Fernando VII aos mais briosos de aquelles bravos militares. Feita a paz, ficou empregado no serviço ordinario do regimento n.º 1, a que pertencia, occupando-se ao mesmo tempo, por convite do respectivo coronel, em gratuitamente leccionar os officiaes inferiores adextrando os no desempenho dos trabalhos de secretaria. No anno de 1821, tendo sido nomeado secretario da regencia do reino na repartição dos negocios da guerra o marechal de campo Antonio Teixeira Rebello, director do Real Collegio Militar, Costa Velloso, cuja aptidão o marechal conhecia bem dos tempos antigos, foi reclamado para o cargo de commandante do sobredito collegio e nomeado ajudante do director no ramo da instrucção; por essa occasião, em 22 de março de 1821, era lhe dada a graduação de major annexo ao estado maior do exercito. Escolhido para commandar a artilharia da divisão de operações na campanha de 1826 e 1827, Costa Velloso foi por seu distincto comportamento e por importantes serviços que prestou na acção de Coruche, Ponte do Prado, e varios outros combates, recommendado e agraciado com o habito de cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. A constante manifestação de seus sentimentos, e os seus actos de lealdade, e a sua adhesão aos principios liberaes, fizeram que, declarado o governo absoluto do infante D. Miguel, fôsse desligado do regimento n.º 1 por decreto de 5 de junho de 1828, e deportado para a praça de Cascaes, depois para a de Cezimbra, d'ahi para a Vidigueira, e finalmente d'esta para a de Juromenha,, onde permaneceu preso perto de 4 annos, até que pela total restauração do reino, depois de 6 annos de desterro e oppressão, foi restituido em 29 de maio de 1834 ao exercicio do seu posto. Em 4 de julho d'esse anno apresentou se em Lisboa com guia do governador das armas do Alemtejo, e ficou pertencendo ao estado maior. Em 24 do mesmo mez passou a major effectivo do regimento n.º 1. Em 1 de julho de 1837 passou para o regimento n.º 3, e em 5 de setembro d'esse anno foi lhe dada a graduação de tenente coronel, cujo posto se tornou effectivo em 20 de março de 1838. Em 9 de novembro d'esse anno foi nomeado chefe do estado maior de artilharia, cargo que serviu até que pelo decreto de 21 de setembro de 1846 o nomearam commandante do material de artilharia da 1.ª divisão militar, tendo sido promovido a coronel em 26 de novembro de 1840, e por decreto de 22 de fevereiro de 1842 nomeado commendador da ordem de S Bento de Aviz, de que já era cavalleiro; o cargo, porém, de commandante do material de artilharia da 1.ª divisão militar, pouco tempo o exerceu, porque, por decreto de 9 de outubro do mesmo anno de 1846, voltou a ser chefe do estado maior de artilharia. Em 1849, por decreto de 7 de março, foi agraciado com o titulo de conselheiro. Promovido, por decreto de 31 de maio de 1851, a brigadeiro graduado, obteve depois a reforma no posto de marechal de campo. O general Costa Velloso, além de militar brioso, intelligente, illustrado e liberal, de que deu provas incontestaveis tanto nas campanhas em que entrou, como nas commissões que desempenhou, já no serviço da sua arma, já nos cargos do professorado, era tambem amador das letras e seu esmerado cultor. Publicou em diversos jornaes, especialmente na *Revis-*

ta Militar, varias composições poeticas, taes como uma *Ode ao anniversario d'el rei*, recitada no Collegio Militar em 31 de maio de 1825; *Aos actos de regia clemencia de valor e de grandeza de sua majestade el rei o magnanimo, muito alto e muito poderoso senhor D. Pedro V;* saiu no n.º 334 do *Rei e Ordem; A sua majestade fidelissima, o mui to e magnanimo rei o senhor D Pedro —indice de reverente gratidão; Ode ao anniversario natalicio do marechal de campo Adriano Mauricio Guilherme Ferreri; Epistolas* (ao mesmo); *A' morte do con selheiro Antonio José da Silva Bastos, coronel do estado maior d'artilharia; Expressão de sentimen to pela morte do brigadeiro d'artilharia barão de Almofala.* Nas composições que publicava, não costumava assignar o seu nome, firmava as apedas: *por um official artilheiro* Em 1822 havia publicado, sem o seu nome: *Direitos e deveres do ci dadão, por Mably, traduzido em portuguez;* era acompanhado com algumas notas illustradas. Em 1858 tambem publicou, sem o nome do autor, uma composição em versos hendecasyllabos soltos, intitulada: *Ao ill.mo e ex.mo sr. Antonio Teixeira Rebello, creador e primeiro director do Collegio Militar. Tributo de saudosa e respeitosa memoria.*

Velloso (*José Maria de Queiroz*). Chefe da 1.ª repartição da Direcção Geral de Instrucção secundaria, superior e especial E' natural de Vianna do Castello, mas foi ainda muito creança para o Porto, onde cursou com distincção a Escola Medica. Depois concorreu por provas publicas ao logar de professor do lyceu de Evora, em que obteve honrosa classificação, sendo immediatamente despachado Os eborenses dedicaram-lhe a maior estima, e o elegeram presidente da sua camara municipal. Filiado no partido regenerador, de que era um dedicado membro, foi deputado n'algumas legislaturas, eleito tambem pelo circulo de Evora. Mais tarde ascendeu, mediante concurso, ao logar de lente do Curso Superior de Letras, e a chefe da 3.ª repartição da Direcção Geral de Instrucção Publica. Tem prestado muitos serviços á instrucção, não só no exercicio dos importantes mandatos que lhe tem sido commettidos no magisterio e na burocracia, mas tambem na tribuna, nos jornaes e no livro. Em 1901, quando se deu a scisão no partido regenerador, formando-se o novo partido regenerador liberal sob a direcção do conselheiro João Franco, o sr. Queiroz Velloso conservou-se fiel correligionario do seu antigo chefe Hintze Ribeiro, que n'essa difficil conjunctura precisava soccorrer-se de todos os seus partidarios leaes e de valor. O sr. Queiroz Velloso foi então convidado para governador civil de Vianna do Castello, onde o seu nome era pouco conhecido, apezar de ser a sua terra natal, mas pela circumstancia de ter d'ali saido em creança. A fórma digna e intelligente, como se houve, valeu lhe o ser agraciado por elrei D. Carlos com a grau cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. Esta mercê regia provocou uma das mais significativas manifestações de sympathia; os administradores de todo o districto de Vianna do Castello adquiriram por meio de subscripção as insignias, e constituiram uma commissão de representantes dos diversos concelhos para as offerecerem ao illustre agraciado Este acto foi revestido de toda a solemnidade, sendo lida por essa occasião uma bem redigida mensagem congratulatoria, em que se punham em relevo as virtudes civicas de tão prestante cidadão. Ainda se conserva no seu antigo logar no ministerio da instrucção publica.

Velloso (*Fr. José Marianno da Conceição*) Religioso franciscano da provincia do Rio de Janeiro. N. em Minas Geraes, na freguezia do Santo Antonio, da villa de S. José, em 1742, fal. no Rio de Janeiro a 14 de julho de 1811. Chamava-se no seculo José Velloso Xavier, e era filho de José Velloso da Camara e de Rita de Jesus Xavier. Aos 19 annos de edade entrou no convento de S. Boaventura da ordem franciscana em Macacú, como noviço, em 1761, e professou a 12 de abril do anno seguinte, tomando então o nome de Fr. José Marianno da Conceição Velloso. Conferiu lhe ordens sacras o bispo D. Antonio do Desterro em 1766, e na congregação de 1768 foi nomeado prégador. Não tardou a tornar-se distincto pelas suas letras e virtudes, e por isso no convento da sua ordem, do Rio de Janeiro, foi nomeado confessor dos seculares; depois, na cidade de S. Paulo, foi lente de rhetorica no convento do S. Paulo, tambem franciscano, e exerceu varios cargos no Rio de Janeiro. Mas não era só em sciencias theologicas que se tornára eminente, tambem se distinguira muito na philosophia, em humanidades, em sciencias naturaes, e especialmente em botanica, sendo sempre da botanica os seus estudos mais predilectos. Conta se até que logo nos primeiros annos da sua vida claustral, transformára a cella n'um museu e n'um herbario. O vice-rei do Brazil Luiz de Vasconcellos e Sousa, que o conhecera em S. Paulo, e que soubéra apreciar-lho os altos merecimentos, trouxe o comsigo para o Rio de Janeiro, e desejoso de aproveitar em beneficio da sciencia e da patria tão raras aptidões, deu ordem ao provincial Fr. José dos Anjos Passos, para que elle pudesse sair francamente do convento de S. Paulo e ir fazer as suas excursões scientificas, de que resultou a obra importantissima da *Flora Fluminense*, que se imprimiu em Paris no anno de 1790, e que consta de 11 volumes, sendo todos de estampas. Quando Luiz de Vasconcellos e Sousa recolheu a Portugal, tendo acabado o seu governo, Fr. José Marianno acompanhou-o, vindo então para Lisboa, onde foi director da Typographia Chalcographica, Typoplastica e Litteraria, do Arco do Cego, creada em 1800 sob os auspicios de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, então ministro de Estado. Este estabelecimento foi pouco depois mandado incorporar na Imprensa Nacional, que se designava n'esse tempo pelo titulo de Regia Officina Typographica, e passou a ter o de Impressão Regia, sendo Fr. José Marianno nomeado para o logar de director litterario, juntamente com os professores Custodio José de Oliveira, Joaquim José da Costa e Sá, e o brazileiro Hypolito José da Costa. Em remuneração dos serviços ali prestados e dos seus trabalhos botanicos, recebeu de D. João VI, então principe regente, a patente de padre ex provincial da sua provincia, e uma pensão de 500$000 reis. Foi durante algum tempo socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, porém, desintelligencias que teve com aquella corporação, fizeram com que ella o riscasse do numero dos seus membros Em 1807 partiu para o Brazil com a familia real, e no Rio de Janeiro continuou

sempre a dedicar-se aos estudos botanicos que o tornaram celebre. Em 1808 tratava se de se fazer uma nova edição da importantissima obra acima citada, *Flora Fluminense*, mas não chegou a realisar-se, porque a 20 de agosto d'esse anno, o celebre naturalista francez Geoffroy Saint Hilaire, que estava em Portugal com Junot, foi á Imprensa Nacional buscar 551 chapas das gravuras por ordem do duque de Abrantes, e levou-as comsigo. Depois fez se tambem no Rio de Janeiro uma edição luxuosa. Fr. José Marianno emprehendeu em 1798 a publicação d'uma obra, que durou até 1806, *O Fazendeiro do Brazil, melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros que se pódem introduzir; e nas fabricas que lhe são proprias, segundo o melhor que se tem escripto a este assumpto, colligido de memorias estrangeiras por Fr. José Marianno da Conceição Velloso*, Lisboa. Divide se em 11 volumes. Applicando se sempre ao lado pratico das sciencias botanicas, traduziu em 1798 uma *Memoria sobre a cultura e preparação do girofeiro aromatico, vulgo cravo da India, nas ilhas de Bourbon e Cayena*, etc. traslada em vulgar, etc. Publicou ainda: *Memorias e extractos sobre a pipereira negra (*Piper nigrum L*)) que produz o fructo conhecido vulgarmente pelo nome de pimenta da India*, Lisboa, 1798; *Alographia dos alkalis fixos vegetal ou potassa, mineral ou soda, e dos seus nitratos, segundo as melhores memorias estrangeiras*, etc., Lisboa, 1798. *Jacob Dikson Fasciculus plantarum crytogamiarum Britanniae Lusitanorum Botanicorum, in usum celsissimi ac potentissimi Lusitaniae Principis Regentis*, Ulyssipone, 1800; *Cultura americana, que contém uma relação do terreno*, etc., de José Feliciano Fernandes Pinheiro, publicada por Velloso; *Manual Mineralogico, ou esboço do reino mineral*, etc., de Martinho Francisco Ribeiro de Audrade; idem; *Memoria sobre os queijos de Roquefort, por mr. Chaptal, traducção*, Lisboa, 1799; *Collecção de memorias inglezas sobre a cultura e commercio do linho canamo, tiradas de differentes autores, que devem entrar no tomo V do Fazendeiro do Brazil*, traduzidos, etc., Lisboa, 1799; *Tratado sobre o canamo, composto em francez por Mr. Marcandier*, etc., traducção de Martim Francisco Ribeiro de Andrade, publicado por Velloso, 1799; *Discurso sobre o melhoramento da economia rustica do Brazil*, etc., de José Gregorio de Moraes Navarro, idem, 1799; *Memoria sobre a cultura dos algodoeiros*, etc., por Manuel Arruda da Camara, idem; idem, 1799; *Quinographia portugueza, ou collecção de varias memorias sobre vinte e duas especies de quinas, tendentes ao seu descobrimento nos vastos dominios do Brazil, copiada de varios autores modernos*, Lisboa, 1799; *Helminthologia portugueza, em que se descrevem alguns generos das duas primeiras ordens, intestinaes e molluscos da classe sexta do reino animal, vermes, por Jacques Barbut, traducção*, anno 1799; *Discurso pratico ácêrca da cultura, preparação e maceração do canamo, lido e approvado pela Real Sociedade Agraria de Turim, traducção do italiano*, 1799; *Tentamen dispositionis methodicae fungorum in classes, ordines, genera et familias; Cum supplemetum adjecto, autore C. U. Persoon*, Uylissipone, 1800; *Aviario brazilico, ou galeria ornithologica das aves indigenas do Brazil, disposto e descripto segundo o systema de Carlos Linneu, copiado do natural e dos melhores autores, precedido de diversas dissertações analogas ao seu melhor conhecimento, acompanhadas de outras extranhas ao mesmo continente*, 1800; *Memoria sobre a moagem dos grãos, e sobre outros objectos relativos, por Mr. Muret, traducção*, 1800; *Naturalista instruido nos diversos methodos antigos e modernos de ajuntar, preparar e conservar os productos dos tres reinos da natureza, colhido de differentes autores*, 1800; *Instrucções para se transportarem por mar as arvores, plantas vivas, sementes, e outras curiosidades naturaes*, 1800; *Memoria sobre a cultura da urumbeba, e sobre a creação da cochonilha, extrahida de Mr. Bertholet*, etc. e *copiada do 5.º tomo dos Annaes de chimica*, etc., 1799; *Sciencia das sombras relativas ao desenho: obra necessaria a todos os que querem desenhar architectura civil e militar, ou que se destinam á pintura*, etc., *por Mr. Dupain*, traducção, 1799; *Tratado sobre a cultura, uso e utilidade das batatas, etc. por D. Henrique Doyle, traducção do hespanhol*, 1800; *Extracto sobre os engenhos de assucar do Brazil, e sobre o methodo já então praticado na factura d'este sal especial; tirada da obra «Riqueza e opulencia do Brazil»*, 1800; *Relação das moedas dos paizes estrangeiros, com o valor de cada uma, reduzida ao dinheiro portuguez, para uso dos commerciantes*, 1800; *Tratado da agua, relativamente á economia rustica, ou irrigação dos prados, por Mr. Bertrand, traducção*, 1800; *Memoria sobre a qualidade e sobre o emprego dos adubos, ou estrumes, por Mr. Massac, traducção*, 1801; *Ensaio sobre o modo de melhorar as terras, por Mr. Patullo, traducção*, 1801; *Collecção de memorias sobre a quassia amarga e simaruba, traducção*, 1801; *Compendio sobre a cana do assucar, e sobre os meios de se lhe extrahir o sal essencial, por J. A. Dutrone, traducção*, 1801; *Mineiro livelador, ou hydrometra, copiado do novo tratado de livelamento de Mr. le Febure*, 1803; 2 tomos, *Mineiro do Brazil, melhorado pelo conhecimento da mineralogia, e metalurgia, e das sciencias auxiliadoras, por Mr. de Genssane, traducção*, 1801; *Memoria sobre a cultura do loureiro cinomomo, vulgo caneleira de Ceylão, que acompanhou a remessa das plantas da mesma, feita de Gôa para o Brazil*, 1798; *Mappa botanico para uso do ill.mo e ex.mo sr. Luiz Vasconcellos e Sousa, vice rei do Brazil;* o original existe na Bibliotheca do Rio de Janeiro; *Descripção e classificação de varias plantas do Brazil;* é uma collecção de 31 estampas, representando diversas plantas coloridas, e antecedidas de sua descripção em portuguez; o original existe tambem na mesma Bibliotheca.

Velloso *(José Mauricio)*. Illustre e distincto typographo da Imprensa Nacional. N. na Lourinhã a 22 de setembro de 1823, fal. em Lisboa a 16 de agosto de 1859. Foi admittido na referida imprensa aos 16 annos de edade, a 8 de abril de 1839, e concluiu a aprendizagem de compositor typographico em egual mez do anno de 1843, distinguindo se desde logo pela intelligencia e habilidade artistica, dotes que mereceram a consideração do funccionario superior de aquelle estabelecimento, nomeando o depois, juntamente com outro artista distincto, Francisco de Paula Nogueira, que mais tarde foi mestre da officina de impressão, para ir estudar em Paris os progressos da arte e adquirir machinas e outros objectos dos systemas mais aperfeiçoados. Os dois artistas sairam de Lisboa a 4 do março de 1857,

e voltaram a 2 de dezembro do mesmo anno. O modo por que Velloso desempenhou a sua missão, consta do relatorio abaixo mencionado e da extensa correspondencia existente no archivo da Imprensa Nacional, além do attestado muito honroso do director da Imprensa Imperial de Paris, Vernoy de Saint Georges, passado em 20 de novembro de 1887, em que declara que José Mauricio Velloso, compositor da Imprensa Nacional de Lisboa, mandado a França para se aperfeiçoar na sua arte, foi admittido, n'esta qualidade, na Imprensa Imperial de França, onde trabalhára oito mezes successivos, com zelo, assiduidade e intelligencia, merecendo sempre elogios; que iniciado nos casos mais difficeis da composição, da paginação, dos trabalhos de administração, dos quadros, das obras com vinhetas e em cifras, tiragens de toda a especie, etc., adquirira todos os conhecimentos praticos que podiam faltar-lhe, e que finalmente deixando a Imprensa Imperial para regressar á sua patria e ao estabelecimento a que pertencia, estava completamente instruido e capaz de executar e de superintender a todos os trabalhos concernentes á arte typographica. Sete dias depois da sua chegada a Lisboa, José Mauricio Velloso foi nomeado para coadjuvar a direcção da officina typographica, que a esse tempo estava a cargo dos artistas Filippe Camillo Tarré e Francisco da Silva Tojeiro. Por decreto de 13 de maio de 1862 el-rei D. Luiz conferiu-lhe o grau de cavalleiro da ordem de Christo, em attenção aos bons serviços technicos que prestára. Quando o governo, pelo ministerio das obras publicas, resolveu subsidiar 5 artistas de Lisboa e 5 artistas do Porto que fôssem commissionados á exposição internacional de Londres que se realisou em 1862, encarregou o administrador geral da Imprensa Nacional, então o conselheiro Pereira Marécos, da escolha d'um d'elles entre os individuos pertencentes á mesma imprensa, sendo proposto e muito acceito José Mauricio Velloso, que satisfez com proficiencia aquella nova commissão, e elaborou um curioso e desenvolvido relatorio, illustrado de estampas sobre diversos ramos da industria typographica. Velloso passou em 1 de março de 1863 a exercer as funcções de sub director, logar em que se conservava aiuda quando falleceu. José Mauricio Velloso pertencia á Sociedade dos Artistas Lisbonenses, á Caixa de Soccorros da Imprensa Nacional, á Associação dos Empregados do Estado, ao Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, á Associação Typographica Lisbonense e Artes Correlativas etc.; em quasi todas estas associações exerceu cargos, ou fez ouvir a sua fluente e vigorosa palavra nos debates mais importantes. Collaborou em diversos jornaes, nomeadamente na *Tribuna do Operario*, *Jornal do Centro Promotor*, e *Echo dos Operarios*, e foi um dos fundadores e redactores da folha hedomadaria *Federação*, onde se encontram numerosos artigos seus sobre questões industriaes, artisticas e de educação popular. Escreveu mais: *Homenagem a Mr Vernoy de Saint Georges, director da Imprensa Imperial de França, pelos typographos portuguezes commissionados em Paris, J. M. Velloso e F. P. Nogueira*, 1 pagina de folio com o texto a preto e guarnição de filetes e vinhetas a ouro, azul e carmezim. Os exemplares tiraram se em setim branco e papel velino. Fez-se outra edição na lingua franceza, mas identica emquanto á parte artistica; *Relatorio dirigido ao conselheiro administrador geral da Imprensa Nacional de Lisboa, em 8 de março de 1858;* está impresso no *Diario do Governo*, de 26 d'abril do mesmo anno; juntamente saiu a portaria do ministerio do reino de 15 de abril e o officio da administração geral da Imprensa Nacional de 26 de março, referindo-se ao assumpto; *Typographia.* E' a parte I (pag. 9 a 46) do livro sob o titulo *Relatorio da commissão dos artistas de Lisboa ácêrca da exposição internacional de Londres em 1862, apresentado em 14 de agosto de 1863 a s. ex.ª o ministro das obras publicas, commercio e industria*, Lisboa, 1863; com estampas intercaladas no texto. Publicou se tambem no *Boletim* do respectivo ministerio, do mesmo anno, pag. 221 e seguintes, assim como na *Federação*, vol. VIII, a começar em pag. 165.

Velloso *(José Pereira)*. Livreiro em Lisboa, onde nascera em 1645, e fal. a 7 de julho de 1711. Imprimiu em 1686 um livro ascético, intitulado: *Desejos piedosos de uma alma saudosa do seu divino esposo Jesus Christo, divididos em varios emblemas para antes e depois da communhão*, etc, consta de uns canticos espirituaes, de que parece ser autor o padre Antonio das Chagas, precedidos por umas explicações em prosa, de José Pereira Velloso. Publicou se depois em 1688 com 46 pequenas estampas abertas a buril. Reimprimiu-se no seculo seguinte, em Coimbra, 1725, sem estampas, e depois em Lisboa, em 1754. Publicou tambem um *Sermão do glorioso S. Miguel, prégado na egreja matriz do Arrecife de Pernambuco*, Lisboa, 1691. Posto que no frontispicio se diga ser o autor d'este sermão o P. José Velloso, natural da Bahia e vigario da egreja do Recife, Barbosa Machado affirma de modo positivo, que o autor fôra o livreiro José Pereira Velloso. Deixou manuscripto, segundo consta, um *Martyrologio portuguez*.

Velloso (*José Valerio*). Cavalleiro da ordem de Christo, conego da Real Collegiada de Barcellos, etc. Parece que acolheu bem os francezes de Soult, porque, quando estes se retiraram no mesmo anno de 1809, em que entraram em Portugal, José Valerio Velloso teve de os seguir, porque estava acoimado de jacobino, e tinha por conseguinte tudo a temer das furias populares. Passou então a Hespanha, e d'ali para França, d'onde só voltou a Portugal em 1821. Escreveu: *Memoria dos factos populares na provincia do Minho em 1809; onde fôram sacrificados os chefes do exercito, e outras muitas pessoas mercantes Superviveu á tormenta onde pereceram alguns dos seus parentes, José Valerio Velloso. Offerecido aos magistrados e paes de familias para evitarem seus horrores, um dos maiores flagellos da humanidade. Reimpressa, e augmentada de novos acontecimentos, conhecidos posteriormente em 1821*, Porto, 1823. Segundo o titulo indica, esta obra, parece, que tivéra primeira edição, mas se effectivamente existiu, não se conhece nenhum exemplar.

Velloso *(Luz)*. Artista dramatica. N. no Porto a 3 de março de 1850. Iniciou a sua carreira artistica ainda creança, pois começou a representar regularmente aos 13 annos, pouco mais ou menos, no Porto, no theatro de D. Affonso, na empresa Coelho Ferreira. Passou depois ao de

Principe Real, empresa de Affonso Taveira, e com a companhia respectiva foi ao Brazil, voltando depois para o Porto, para o theatro de D. Affonso, fazendo parte da companhia José Ricardo, transitando para o de Carlos Alberto, vindo mais tarde para Lisboa representar no theatro de D. Maria II, onde fez algumas epocas. De compleição delicada, mas com uma decidida vocação para a scena, conseguiu fazer se applaudir tanto no drama como na comedia, na opereta como na revista, apezar de não dispôr dos recursos de cantora. Entre outras muitas peças, entrou no *Porteiro do Inferno*, *Lampada maravilhosa*, *Dominó Vermelho*, *Noivas de Enéas*. *Cabo Simão*, *Causa celebre*, *Pescador de baleias*, *Testamento da velha*, *Mulher do pastelleiro*, *Doutora*, *Cossaca*, *Cigarra*, *Dois garotos*, *Galderia*, *Cem mil diamantes*, *Segredo da morgada*, *Fr. Luiz de Sousa*, etc.

Velloso *(Rodrigo Augusto Cerqueira)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra N. em Ponte da Barca a 4 de fevereiro de 1839; fal. em Lisboa a 24 de junho de 1913. Era filho do dr. Bernardino Mendes Velloso, que foi juiz de direito de 2.ª instancia com exercicio na Relação do Porto. Tendo concluido com aproveitamento os estudos preparatorios, matriculou-se na Universidade, formando-se em 1864. Começou o seu tirocinio litterario, sendo ainda estudante, escrevendo varios artigos e folhetins, que fôram insertos no *Bracarense*, jornal de Braga, na *Aurora do Lima*, de Vianna do Castello, no *Barcellense* e *Echo de Barcellos*, revelando a sua grande tendencia litteraria. Foi tambem um dos redactores do *Minho*, folha semanal publicada em Coimbra por alguns academicos naturaes d'aquella provincia, tendo o n.º 1 a data de 11 de março de 1862. De propriedade sua, e por elle fundados, sairam 2 jornaes litterarios, criticos e noticiosos: em 1860, o quinzenario, *O Phosphoro*, de que se imprimiram 12 numeros; o *Tira teimas*, *semanario*, que publicou o 1.º numero em 1 de novembro de 1861, terminando com o n.º 24, de 11 de abril de 1862; pertence lhe ali, além dos artigos firmados com o seu nome, *Rodrigo Velloso*, outros tendo por assignatura varios pseudonymos, como o *Phosphoro*, *O Tira teimas*, *Carnaval*, etc. Publicou ainda outro semanario na mesma cidade, com o titulo de *Atila*, em que collaboraram, como nos dois antecedentes, muitos dos mais talentosos entre os academicos que então cursavam a Universidade. Em Coimbra mandou imprimir, no anno de 1863, um volume com o titulo *Folhas ao vento*, dividido em 3 partes: *Scenas academicas*, *O ultramontanismo na instrucção publica em Portugal* e *A Instrucção publica em dois capitulos*. Terminando o seu curso universitario, casou com a sr.ª D. Suzana Julia de Villas Boas Sarmento, e fixou a sua residencia em Barcellos, abriu banca de advogado e recebeu a nomeação de administrador de aquelle concelho, cargo que exerceu 4 vezes em differentes epocas, não deixando nunca a advocacia, até que no meado do anno de 1898 veiu residir para Lisboa, por ter sido despachado notario n'esta comarca. Em Barcellos adquiriu uma imprensa, e em agosto de 1867, consentiu que Manuel Guilherme de Azevedo, que fôra por muitos annos creado da numerosa *republica* de estudantes que elle constituira em Coimbra com companheiros seus, e o acompanhara para Barcellos, imprimisse ali um jornal que fundara com o titulo de *Aurora do Cavado*, que Manuel Guilherme de Azevedo dirigiu até ao n.º 46, de 16 de fevereiro de 1868, continuando depois Rodrigo Velloso na sua direcção até agosto de 1898, em que se suspendeu a publicação. Na *Aurora do Cavado* collaboraram muitos, entre os mais distinctos, dos nossos poetas e prosadores. Em 1868 fez uma nova edição do *Reino da estupidez*, de Francisco de Mello Franco. Em 1876 publicou 3 poemas: *O Hyssope*, de Diniz, com curiosas notas, que em grande parte lhe haviam sido fornecidas pelo seu fallecido amigo intimo dr. Augusto Filippe Simões, sendo em seguida aproveitadas para a edição posteriormente publicada por Castro & Irmão. de Lisboa; a *Agostinheida*, de Pato Moníz, e a *Benteida*, de Alexandre Antonio de Lima. No anno de 1878 editou um livro de Antonio Francisco Barata, denominado *Miscellanea historico-romantica*, que acompanhou com uma introducção sua. Em 1884 publicou em 1.ª edição a *Malhoada*, poema heroe-comico em 5 cantos, de Anacleto da Silva Moraes, dois curiosissimos opusculos: *Oração funebre nas exequias do ex.^{mo} sr. D. Papagaio do Monte Carmello*, pelo P. M. Fr. Mocho da Costa (o padre Braz da Costa) e *Paraphrase da sequencia dos defuntos*, pelo padre mestre Francisco de Santo Ignacio de Carvalho. No anno de 1894 editou 2 livros de Antonio Francisco Barata para os quaes escreveu umas breves introducções, *Viagem na minha livraria*, em 2 tomos n'um volume, e *Infantes portuguezes*; e em 1.ª edição *A Manoclea*, poema de Fr. Simão Antonio de Santa Catharina, acompanhado de numerosas notas, e mais *A Sciencia do bom homem Ricardo* e *Miscellanea da moral e economia*, de Benjamin Franklin, que traduziu; *A minha confissão*, do principe de Talleyrand, que traduziu do *Figaro*; *Algumas poesias* (de João de Deus), *pouco conhecidas*, e seguidamente *Algumas poesias* (de João de Deus) *mas pouco conhecidas* (2.º opusculo); *Cartas*, de Joaquim de Araujo a Rodrigo Velloso *ácêrca dos versos* de João de Deus. Todos estes 3 opusculos acompanhados de muitas notas curiosas e aproveitadas em muito para a 2.ª edição do *Campo das flôres*, pelo dr. Theophilo Braga No mesmo anno de 1895 publicou em volume *Algumas poesias mas pouco conhecidas* (de Anthero do Quental) que não tinham entrado nos *Raios de extincta luz*, edição de 1892, seguidas de curiosas notas. Em 1894 publicou um opusculo o que no n.º 146 da *Aurora do Cavado* publicara sobre João de Deus a proposito do seu anniversario natalicio, a 6 de março d'esse anno. Tambem editou então as *Tradições populares do Douro*, de João Vieira de Andrade, e publicou o 1.º tomo da *Collecção romantica da Aurora do Cavado*. Em 1896 traduziu para opusculo tudo o que Mr. L. Pilate de Brinn Gaubast publicára sobre João de Deus na *Ermitage*, na *Nouvelle Revue*, na *Revue blanche* e na *Revue encyclopedique*, Larousse. De 1893 a 1898 editou em diversos opusculos, em numero de 36, as *Prosas*, de Anthero do Quental, constituindo 2 tomos. Em 1898 fez edição das *Poesias* de Guilherme Braga, *na sua maior parte não entradas* nas «*Heras e violetas*», introducção e notas, e publicou os *Versos* de Francisco Bastos, poeta brazileiro. Além d'estas obras, mandou imprimir de sua conta

outros muitos opusculos de varios autores, entre elles de Antonio Feliciano de Castilho, Sebastião de Almeida e Brito, Leite de Vasconcellos, Joaquim de Araujo, etc. Collaborou no *Occidente* e em muitos outros jornaes politicos e litterarios, tanto de Lisboa como de outras cidades das provincias Falleceu no hospital de S. José, onde se havia recolhido para soffrer uma operação melindrosa. Rodrigo Velloso escreveu mais: *Alfredo de Andrade*, separata do *Occidente*, Lisboa, 1906; *Advogados*, 2 folhetos, Lisboa, 1910 e 1911; *Direito civil*, 3 folhetos, em Lisboa, um em 1910, e os outros em 1911; *Aspectos litterarios (apreciações)*, Lisboa, 1912; *Aspectos sociaes*, Lisboa, 1911; *No Juizo correccional*, de Ch. d'Arcis, traducção, Lisboa, 1911; *Aspectos de Lisboa*, Lisboa, 1911; *Os Novos*, Lisboa, 1910; *Galeria parlamentar*, 2 folhetos: *Conselheiro João Arroio* e *Conselheiro Teixeira de Sousa*, Lisboa, 1911, *Jornalistas portuguezes*, 5 folhetos: 1.º *Antonio Rodrigues Sampaio*, Lisboa, 1910; 2.º *Emydio Navarro*, Lisboa, 1910, 3.º *Conselheiro Marianno de Carvalho*, Lisboa, 1911; 4.º *Barbosa Collen*, Lisboa, 1911; 5.º *Conselheiro José de Alpoim*, Lisboa, 1911; *Galeria dos benemeritos*, 4 folhetos: 1.º *José de Beça e Menezes*, Lisboa, 1910; 2.º *Dr. Eugenio de Castro*, Lisboa, 1910; 3.º *Branco Rodrigues*, Lisboa, 1911; 4.º *Trindade Coelho*, Lisboa, 1911; *Perfis forenses;* 17 folhetos: 1.º *Augusto Carlos Cardoso Pinto Osorio*, Lisboa, 1910; 2.º *Dr. José Maria Barbosa Magalhães*, Lisboa, 1910; 3.º *Conselheiro Antonio Alves d'Oliveira Guimarães*, Lisboa, 1910; 4.º *Conselheiro Francisco José de Medeiros*, Lisboa, 1910; 5.º *Dr. José Barroso Pereira de Mattos*, Lisboa, 1910; 6.º *Conselheiro Arthur Alberto de Campos Henriques*, Lisboa, 1910; 7.º *Fernão Botto Machado*, Lisboa, 1910; 8.º *Agostinho Barbosa Sotto Maior*, Lisboa, 1910; 9.º *Dr. Luiz Novaes*, Lisboa, 1910; 10.º *Conselheiro Joaquim Gualberto de Sá Carneiro*, Lisboa, 1910; 11.º; *Dr Affonso Costa*, Lisboa, 1911; 12.º, que se não publicou, apezar de estar impresso: *Francisco Pires da Costa;* 13.º *Dr. João Baptista de Castro*, Lisboa, 1911; 14.º *Frederico A. Franco de Castro*, Lisboa, 1911; 15.º *Adriano Anthero de Sousa Pinto*, Lisboa, 1911: 16.º *Dr. Vladimiro Pappafava*, Lisboa, 1911; 17.º *Dr. Alexandre Braga (filho)*, Lisboa, 1911. A maior parte d'estes folhetos fôram impressos em Famalicão.

Velloso *(Thomazia)*. Artista dramatica muito apreciada. N. a 22 de abril de 1865, fal. no Porto a 6 de abril de 1888. Era filha da actriz Carlota Velloso e do actor Alves, que se não salientaram. Começou a sua carreira artistica em Setubal, aos 6 annos aos hombros do antigo actor, ensaiador e escriptor dramatico, José Romano, que era o emprezario da companhia de que seus paes faziam parte, n'um papel de creança no drama em 5 actos, *O Cabo Simão*, entrando tambem na *Mãe dos escravos*. Foi depois para o Porto com sua mãe, trabalhou com muito agrado nos extinctos theatros da Trindade, que foi destruido por um incendio, onde figurou no *Martyr da Victoria*, e das Carmelitas. Representou tambem, n'um papel de rapazinho, no *Padre*, um dos papeis de creança de mais difficil execução, o do filho *Mr. Alphonse*, em que obteve um triumpho. Entrou no *Lenço branco*, no *Supplicio d'uma mulher*, com Lucinda Simões e Furtado Coelho; depois foi o anjo do *Samsão;* entrando tambem nas seguintes peças: *Romã encantada*, *Homens do povo*, *Trabalho e honra*, *Incendiarios*, etc. Em 1878 veiu para Lisboa, escripturada na companhia de Sousa Bastos, para o theatro do Principe Real. Debutou no *Verde Gaio*, que lhe valeu um grande successo. Thomazia Velloso era uma actriz de excepcional talento, uma perfeita vocação artistica. Corria todos os generos com facilidade; cantava musica seria, musica ligeira; muito graciosa, saltando da opera para o drama e para a comedia, conseguindo sempre applausos. No fim da epoca de 1878-1879 voltou para o Porto, onde continuou a sua carreira triumphal no Principe Real, brilhando em numerosas peças, até que por fim a victimou, aos 24 annos, um typho que contrahiu por commetter a imprudencia de assistir descalça e em camisa, na varanda da sua residencia na rua de Sá da Bandeira, que ficava na frente do theatro Baquet, ao tragico incendio que destruiu completamente aquella casa de espectaculos no dia 20 de março do anno do 1888.

Velloso de Azevedo *(Francisco Gomes)*. Negociante, natural da cidade do Porto, proprietario de uma fabrica de estamparia e tecidos d'algodão. Foi um dos muitos que aventaram alvitres patrioticos por occasião da reunião das côrtes de 1820. Escreveu: *Indicação do projecto sobre a amortisação da divida publica, offerecido á illuminada consideração do Soberano Congresso*, Lisboa, 1822; *Projecto de melhoramento dos tres importantissimos esteios da felicidade do Estado portuguez, artes, manufacturas e commercio, offerecido aos ill.^{mos} e ex.^{mos} deputados de côrtes*, etc. *Feito em 1814 e impresso em 1821*, Lisboa, 1821; saiu com as iniciaes F. G. V. A.; *Methodo de evitar a introducção do falso papel moeda, e extinguir o que actualmente circula*, Lisboa, 1822.

Velloso Camacho *(Jorge Perestrello de Pestana)*. Capitão de infantaria. N. no Funchal a 23 de maio de 1870, sendo filho do coronel Augusto Maria Camacho, representante das casas vinculadas dos Pestanas Vellosos, do Cadeado e do Padroado de S. Bartholomeu, na ilha da Madeira. Assentou praça em 18 de novembro do 18*6, concluindo o curso de infantaria em 1889, sendo promovido a alferes em 23 de abril de 18*0, a tenente em 15 de maio de 1895, e a capitão em 14 de outubro de 1903. Entre outros cargos que desempenhou com geral louvor, conta-se o do ajudante de campo do governador de Lourenço Marques, dos commandantes da 2.ª e 8.ª brigada de infantaria; o de administrador dos concelhos do Funchal e Covilhã, e de commissario da policia civil da primeira d'essas cidades; ainda o de director do museu e bibliotheca da direcção geral de infantaria e secretario da commissão de aperfeiçoamento da mesma arma. Em 1899 fez parte da expedição ao Nyassa, entrando nas operações contra o regulo Huamba em 3 recontros a 11 de agosto, em um outro a 20, no de Macama, a 24, na acção de 22 e no combate Metanculo a 28 e nas operações contra o regulo Mataka, no encontro e passagem do Livambala a 14 do outubro, na acção de Nangama e passagem do rio Luangua a 17 e no combate de Namatanda a 16. Em 1902 fez parte da columna de operações ao Barué como commandante da columna auxiliar de Macequece, entrando no combate de Xoarira em 12 de setembro. Na guerra da Guiné em 1908, foi um dos

officiaes que mais se distinguiram, onde mais uma vez affirmou a sua coragem e bravura, já por tantas vezes manifestadas nas campanhas de Africa. Na guerra da Guiné commandou a companhia de infantaria n.º 13, e no *Supplemento ao Boletim Official* n.º 8, de 10 de julho de 1908 da provincia da Guiné, veem os seguintes louvores: «3.ª secção da companhia de infantaria n.º 13 sob o commando do capitão commandante da mesma companhia Jorge Perestrello de Pestana Velloso Camacho, pela maneira como sustentou o fogo pôz em debandada o inimigo no ataque que este fez á ponte de Gautoré na tarde de 6 e para o que muito contribuiu a presença de espirito, sangue frio e coragem do mesmo capitão.» —«Capitão de infantaria Jorge Perestrello de Pestana Velloso Camacho, pela coragem, valor e sangue frio que sempre deu provas em todas as occasiões que a sua companhia foi mandada em destacamento isolado procurar o contacto immediato com o inimigo, quer a Bandim, quer muito principalmente no renhido combate de Contumo, no qual fez restabelecer a ordem immediata depois de feridos o tenente Montalvão e o alferes Duque, levando a bom fim a missão que lhe havia sido confiada.» Estes honrosos attestados demonstram o alto valor e a inexcedivel coragem do illustre official. O capitão Jorge Camacho é official e cavalleiro da ordem da Torre e Espada; condecorado com a medalha de ouro de serviços no ultramar com legenda—*Operações do Barué em 1902;* com as de prata para commemorar a expedição á região do Nyassa, em 1899; e para commemorar a campanha de Barué em 1902; cruz de 1.ª classe do Merito Militar de Hespanha; cavalleiro da ordem da Corôa de Italia e da Legião de Honra de França. Depois da proclamação da Republica, em outubro de 1919, o capitão Jorge Camacho foi accusado de conspirador, pelo que se conservou no estrangeiro.

Velloso da Gama *(Miguel Marcellino)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, desembargador que viveu no seculo XVIII, sendo tambem ouvidor na provincia do Maranhão. Escreveu: *Oração que recitou no dia da posse do ill.mo e ex.mo sr. Joaquim de Mello e Povoas, do conselho de sua majestade, governador e capitão general do estado do Maranhão*, Lisboa, 1775; *Oração que no dia da posse do sr. Bernardo José de Lorena recitou*, etc., Lisboa, 1789.

Velloso Salgado (*José*). Um dos mais illustres pintores d'arte contemporaneos; distincto professor de pintura da Academia de Bellas Artes de Lisboa. N. em Melon (Hespanha) a 2 de abril de 1864. Vindo para Lisboa em 1875, fez os seus primeiros estudos artisticos na Escola de Bellas Artes com o professor Chaves, concluindo o curso geral de desenho e especial de pintura historica. Naturalisando-se cidadão portuguez em 1887, entrou no anno seguinte, 1888, como pensionista do Estado em paizes estrangeiros, sendo o primeiro classificado, e partiu para Paris a 27 de maio do mesmo anno. Frequentou a Escola nacional e especial de Bellas Artes de Paris durante tres annos, sendo discipulo dos professores Cabanel e Delaunay, obtendo entre outras recompensas o primeiro premio pecuniario *de atelier*. Esteve um anno em Italia, onde estudou especialmente os artistas primitivos. O seu grande quadro *Jesus* foi executado em Florença durante esse periodo. Expôz pela primeira vez no *Salon* em 1889; mas em 1891 já foi distincta a sua exposição com o *Amor e Psyché*, e o retrato do conselheiro Wenceslau de Lima, premiado com a 3.ª medalha; em 1892 expôz o quadro *Jesus*, já citado, o qual, como toda a obra que de algum modo se impõe, soffreu as investidas da critica, e um bello retrato do pintor francez *Adrien Demont*, que obteve a segunda medalha, e a honra de o considerar *hors concours*, como artista consagrado. N'uma exposição realisada depois em Anvers, obteve uma 2.ª medalha, e medalha de ouro na de Munich; medalha de prata em Antuerpia; de 2.ª classe em S. Luiz, e de 1.ª classe nas exposições universaes de Berlim e de Paris. O *Gremio Artistico de Lisboa* premiou tambem o seu esplendido retrato de Braamcamp Freire, com a 1.ª medalha, em 1894, e o governo condecorou-o com o habito da ordem de S. Thiago. Charles Yriarte, fazendo no *Figaro Salon* a critica dos trabalhos expostos em Paris no anno de 1895, collocava Salgado no grupo dos primeiros retratistas francezes da actualidade. E na verdade era o retrato a que o artista mais se havia dedicado então, levando-o a essa preferencia o desejo de estudar fundamente a personalidade humana, para assim melhor comprehender as grandes figuras historicas, a cujo caracter as linhas physionomicas pódem dar o verdadeiro relevo. Nas exposições do *Salon* continuou a firmar a sua reputação com magnificos retratos, como o da *Rainha D. Amelia*, a cavallo; e um bello retrato de *Madame Demont Breton*, que a critica franceza muito elogiou. Para as exposições do *Gremio Artistico* mandava de Paris, além dos principaes quadros expostos no *Salon*, varios retratos, uma valiosa collecção de cabeças de estudo, algumas de grande valor, e varias paizagens, bastante originaes, como *Noir et rose*, exposta em 1893, *Noite de Leça*, etc. Em 1903 apresentou um magnifico retrato de el-rei D. Carlos, para ser collocado no salão principal da camara municipal de Lisboa, por occasião da vinda a esta cidade do rei de Hespanha D. Affonso XIII. Velloso Salgado é academico de merito da academia de Lisboa e por decreto de 30 de setembro de 1907 foi tambem nomeado academico de merito da Academia de Bellas Artes Portuense. Em 1895 teve a nomeação de professor interino de pintura historica da Escola de Bellas Artes. Classificado em primeiro logar no concurso realisado em 1897 para o preenchimento definitivo da mesma cadeira, foi nomeado professor effectivo em 1901. Na Bolsa do Porto e na nova Escola Medico Cirurgica, de Lisboa, ha magnificos paineis seus.

Vellude Pov. na freg. de S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Velsão Freguezia no concelho de Salsete, no districto de Gôa, na India.

Veludo *(Morgados de)*. V. *Fr. Mello (Theodoro de)*

Velugão Aldeia pertencente á divisão de Uply-Pahw, ao sul do rio Sandalcalo, no concelho de Nagar-Avely, districto de Damão, na India.

Velus. Aldeia da circumscripção militar de Valpoy, na provincia de Satary, districto de Gôa, na India.

Vemor. Sitio na ilha de Timor, na Oceania.

Venade. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho, conc. e com. de Caminha, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 251 fog. e 1:175 hab. Tem esc. do sexo fem., correio com serviço de posta rural, e uma fabrica de manteiga. Está situada a 2 k. da margem esquerda do rio Coura e a 3 da séde do conc. Eram senhores donatarios d'esta freg. os marquezes de Villa Real e seu filho o duque de Caminha, mas sendo confiscados todos os bens d'estes fidalgos, por terem sido accusados de traidores á patria, e perdendo a vida no patibulo, passou o senhorio de Venade para a Casa do Infantado. E' uma das mais ricas e ferteis parochias da comarca de Caminha, abundantissima de bellas aguas; o rio Coura a abastece de muito peixe. Venade tambem é fornecida de peixe, do rio Minho, e do mar, que lhe vem por este rio. A egreja matriz está em bonita situação, ao centro da aldeia. E' de tres naves, e muito antiga, mas não consta por quem foi construida. Ha n'esta freg. duas elegantes capellas particulares, a do *Senhor do Soccorro* e a do palacete do barão de S.Roque Nas proximidades fica a casa das escolas parochiaes *Barão de S. Roque*, que tomou este nome por ter sido construida pelo benemerito titular de proposito para as escolas por elle fundadas. Ha em Venade um cruzeiro todo de granito, o qual foi construido par finta parochial, na ultima metade do seculo XVIII, talvez entre os annos de 1760 e 1790. Sobre uma escadaria de 5 degraus, em octogono, eleva-se o elegante cruzeiro, cujo pedestal tem aos cantos figuras que se suppõe representarem os 4 evangelistas. O fuste salomónico, tem a espiral ornamentada, em pequeno relevo, com folhagem diversa; a meio suspende se a imagem de N. S.ª da Conceição, coroada por dois anjos, com peanha decorada com a serpente e cherubins. O capitel, em fórma de corôa, tem as volutas dispostas em sentido vertical e da sua juncção nasce a cruz, octogonal, como Christo crucificado. As esculpturas do grupo do fuste e a de Christo estão bem conservadas, outro tanto não acontece ás do pedestal. Primitivamente este cruzeiro levantava-se defronte da egreja matriz, um pouco ao poente da porta principal; em 1896, foi mudado, pelo barão de S. Roque, para a frente da casa das escolas. Na mesma freguezia ha mais 5 cruzeiros, 3 dos quaes são de bastante valor e de maior antiguidade. Venade pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov na freg. de S Mamede, de Ferreira, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Venancio *(Francisco)*. Organista da egreja de Nossa Senhora da Oliveira, de Guimarães, logar que desempenhou por mais de 40 annos. Nasceu em Vianna do Costello em 1819, e falleceu em Guimarães em 1889. Foi muito novo para esta cidade, onde se estabeleceu, exercendo a profissão de cantor, organista, como dissémos, e professor de piano, ao mesmo tempo que regia a cadeira de latim com muita proficiencia. Era cantor muito afamado em toda a provincia do Minho, tendo uma excellente voz de tenor.

Venancio *(Jayme)*. Actor, escriptor, scenographo e aderecista. N. em 1844, e fal. obscuramente ha bastantes annos. Nunca passou dos ultimos theatros populares, incluindo os de feira, comquanto dispuzesse de figura e de aptidões para outros de mais alta categoria. Assim só n'esses theatros foi conhecido e só n'elles brilhou, mas como escriptor dramatico gozou de uma certa fama, e foi muito festejado no seu tempo. Entre outras peças, teve grande acceitação o *Processo do Rasga*, parodia ao *Processo do Cancan*, opereta comica e burlesca em 2 actos e 8 quadros, que se representou em 1878 no Porto, no extincto theatro da Trindade, na empresa Dollet, onde deu centenares de representações, correndo depois todo o paiz em companhias ambulantes sempre com exito. Passou mesmo para theatros de 2.ª ordem como o Principe Real, do Porto, n'uma recita effeituada pelos bombeiros voluntarios, e o Sant'Anna do Rio de Janeiro, na empresa Heller. Escreveu tambem uma parodia feliz ao *Testamento azul*, *O Casamento do Rasga-Roupa*, que poucas recitas deu, etc. Como scenographo pintou varias peças, e sem ser notavel n'esta especialidade, era, comtudo, um artista de merecimento. Foi casado com a actriz hespanhola Elisa Aragonez, tambem já fallecida ha bastantes annos.

Vencemal. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Bico, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Vencimento *(Fr. Caetano do)*. Escriptor mystico. N. em Lisboa em 1717, foi carmelita calçado, mestre jubilado em theologia, e fal. em 1785. Deixou impresso um livro intitulado: *Fragmentos da prodigiosa vida da muito favorecida e amada esposa de Christo, a veneravel madre Mariana da Purificação, religiosa carmelita no convento de Beja*, Lisboa, 1747.

Venda. Dava se este nome ao laudemio que se pagava da fazenda aforada, quando se vendia. Em 1201, D. Pedro Gonçalves, bispo de Vizeu, e o seu cabido, deram foral aos moradores do seu couto, da mesma cidade, e n'elle permittem, que possam vender as suas propriedade, mas, a quem lhes pague o seu laudemio. *Et qui dent nobis nostram vendam* (Documento da sé de Vizeu). N'um documento do convento de S. Thiago, de Coimbra, de 1356, se diz: *E se algum caseiro quizer vender, que nós ajamos a venda*.

Venda. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Ajuda, de Ajuda, conc. d'Elvas, distr. de Portalegre. || S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, distr de Braga. || Santo Estevão, de Barrozas, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Pedro, de Beberriqueira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || S. Silvestre, de Britiande, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Campo, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Thiago, de Carreira, do mesmo conc. e distr. || S. Miguel, de Christellos, conc. de Paredes, do mesmo distr. || S. Lourenço, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Crespos, conc. e distr. de Braga. || S. Mamede, de Este, do mesmo conc. e distr. || S. João Baptista, de Gestaçô, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Thiago, de Goães, conc. de Amares, distr. de Braga. Tem caixa post. || S. Miguel, de Gonça, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Simão, de Junqueira, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Lomar, conc. e distr. de Braga. || S. Christovão, de Lauredo, conc. de Paredes, distr. do Porto. || N. S.ª da Luz, de Maceira, conc. e distr. de Leiria. || Santa Maria, de Martim, conc.

de Barcellos, distr. de Braga. || Santo André, de Molares, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || Santa Maria, de Moreira, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, do Pentieiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Christovão, de Pico do Regalados, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Cypriano, do Refontoura, conc, de Felgueiras, distr. do Porto. || N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, distr. de Sautarem. || Santa Maria, do Vermoim, conc. do V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Villar de Bésteiros, conc. de Tondella, distr. do Vizeu. || Santa Marinha, de Villar de Pinheiro, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Sebastião, de Moiriscas, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença a Nova, distr. de Castello Branco. || Santa Maria, de Bagunte, conc. do Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Miguel, de Santagões, do mesmo conc. e distr. Tem correio com serviço de posta rural.

Venda do Alcaide. Pov. na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Venda e Avelleira Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Crespos, conc. e distr. de Braga. Tem est. postal.

Venda de Baixo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Venda do Brazil. Pov. na freg. de S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Venda das Burceiras. Pov. na freg. de S. Bento do Matto, conc e distr de Evora.

Venda do Campo. Pov. na freg. de S. Martinho, de Recezinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Venda do Cebo. Pov. na freg. de S. Martinho, do Ovoa, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. Tem correio com serviço de posta rural.

Venda do Cego. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Sernache dos Alhos, conc. e distr. de Coimbra.

Venda do Cepo. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Trancoso, distr. da Guarda.

Venda de Cima. Pov. na freg de S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto

Venda da Costa. Pov. na freg. de Santa Maria, de Gemeos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Venda da Cruz (*João Pedro Migueis de Carvalho e Brito, barão de*). Do conselho d'el-rei, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Roma, Napoles e Florença; bacharel formado em mathematica pela Universidade de Coimbra; commendador da ordem do Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, gran cruz da de Izabel a Catholica, de Hespanha, e do S. Gregorio de Roma. N. na freg. da Venda da Cruz a 21 de setembro de 1786, fal. em Roma a 21 de novembro do 1853. Era filho de João Pedro Migueis de Carvalho, capitão de engenharia, cavalleiro professo na ordem do Christo, e de sua mulher D. Barbara Liberia Magdalena. Foi agraciado com o titulo de barão, por decreto de 6 de agosto de 1846. A instancias d'este illustre titular creou-se a 10 do março de 1847 a freguezia de Pelariga, do concelho de Pombal, districto de Leiria. Casou em 29 de outubro de 1827 com D. Marianna Benedicta Victoria de Sequeira, filha do notavel pintor Domingos Antonio de Sequeira (*V. este nome*), e de sua mulher, que tinha o nome egual ao de sua filha. O seu brazão d'armas é um escudo esquartelado: no primeiro quartel as armas dos Migueis: Em campo azul uma espada de prata enfiada por uma quaderna de crescentes do mesmo metal entre cinco flôres de liz de ouro; orla sanguinha carregada de oito aspas de ouro; no segundo quartel, as dos Gonçalves: Em campo verde uma banda de prata carregada de dois leões vermelhos; no terceiro, os dos Carvalhos: Em campo azul uma estrella de ouro, entre uma quaderna de crescentes do prata; no quarto, as dos Britos: Em campo vermelho nove lisonjas de prata, em tres palas, cada uma d'ellas carregada de um leão de púrpura, timbre, o dos Migueis: uma cruz de prata cruzada, sobre coronel de barão.

Venda da Cruz. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pelariga, conc. de Pombal, distr. de Leiria. Tem caixa postal.

Venda do Duque. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Vidigão, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

Venda da Esperança. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Covas, conc de Taboa, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço do posta rural.

Venda do Ferrador. Pov. na freg. de S. Domingos de Anna Loura, conc. de Extremoz, distr de Evora

Venda das Figueiras. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Cumieira, conc de Penella, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural.

Venda da Gaita. Povoações nas freguezias: O Salvador do Mundo, de Almoster, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || S. Thiago e conc. do Torres Novas, distr. de Santarem.

Venda da Goita. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria

Venda da Grade Pov. na freg. de S. Pedro, d'Alcanena, conc de Torres Novas, distr. de Santarem. Tem caixa postal.

Venda da Ladra Pov. na freg. de S. Thiago, de Ronte, conc. do Guimarães, distr. de Braga.

Venda da Luiza. Povoações nas freguezias: Santa Catharina, de Anóbra, conc. de Condeixa a Nova, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Sébal Grande, do mesmo conc. e districto.

Venda de Maria. Pov. na freg. de S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

Venda dos Moinhos Pov. na freg. de S. Sebastião, de Cumieira, conc de Penella, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural.

Venda do Negro. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Pousaflôres, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Venda Nova. Pov. e freg. de S Simão, da prov. de Traz-os-Montes, conc e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 63

fog. e 290 hab. Tem est. post. Está situada na estrada de Chaves a Braga, na margem esquerda do rio Rabagão, a 22 k. da séde do conc. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Beire, conc. de Paredes, distr. do Porto. || N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa. || S. Mamede, de Bolho, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Britello, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S Thiago, de Cambezes, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || N. S.ª do Reclamador, de Casaes, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Santa Eulalia, de Constance, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || N. S.ª das Neves, de Covas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Crespos, conc. e distr. de Braga. || N. S.ª da Graça, de Envendos, conc. de Mação, distr. de Santarem. || S. Thiago, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Christovão, de Louredo, conc. de Paredes, do mesmo distr. || O Salvador, de Lufrei, conc. de Amarante, do mesmo distr. || N. S.ª da Natividade, de Luso, conc. de Mealhada, distr. de Aveiro. || S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazero, distr. de Leiria. || S Martinho do Porto, conc. de Alcobaça, do mesmo distr. || Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Poiares, do mesmo conc. e distr. || O Salvador, de Moure, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Romão, de Mouriz, conc. de Paredes, do mesmo distr. || S. Pedro, de Pedome, conc de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Paio, de Pousada, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago, de Prestimo, conc de Agueda, distr. de Aveiro. || Santa Marinha e conc. de Pena, distr. de Villa Real. || Santa Marinha, de Rio Tinto, conc. de Espozende, distr. de Braga. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Thiago e conc. de Sardoal, distr. de Santarem || S. Thiago, de Sequiade, conc. de Barcellos, distr de Braga. || S. Miguel, de Serzedo, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || Espirito Santo, de Tapeus, conc de Soure, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Trezouras, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Miguel, de Varziella, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão, Frio, distr. de Villa Real. || N. S.ª da Assumpção, de Albergaria das Cabras, conc. d'Arouca, distr. d'Aveiro. || S. Claudio, de Curvos, conc. de Espozende, distr. de Braga.

Venda Nova de Baixo. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Constance, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Pedro d'Alva, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. Tem est. post creada por portaria de 5 de maio de 1905.

Venda Nova de Cima. Pov. na freg. de S. Pedro de Alva, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Venda do Pinheiro. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Alcainça, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. Miguel, de Milharado, do mesmo conc. e distr. Tem est. post. Era aqui a 9.ª estação do antigo caminho de ferro Larmanjat, de Lisboa a Torres Vedras.

Venda do Porco. Pov. na freg de S. Thiago, de Pinheiro de Côja, conc. de Taboa, distr de Coimbra.

Venda da Rega. Pov na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Benedicta, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria.

Venda dos Salgueiros. Pov. na freg de N S.ª da Conceição, d'Alcaria Ruiva, conc. de Mertola, distr de Beja.

Venda Secca. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. Tem correio com serviço de posta rural.

Venda da Serra. Povoações nas freguezias: Santo André, de Escariz, conc. de Arouca, distr. d'Aveiro. || S. Julião, de Mouronho, conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Venda da Serra de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Nossa Senhora da Graça, de Aguas Bellas, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Venda do Sobral. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

Venda dos Tremoços. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

Venda do Valle. Pov. na freg. de S. Julião, de Mouronho, conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Venda Velha. Pov. na freg. de S Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

Vendada. Freguezia annexa á de Lameiras. V. *este nome*.

Vendas. Povoações nas freguezias: Santa Maria Magdalena e conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria, || O Salvador, de Balazar, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S Mamede, de Bostello, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santo André, de Campeã, conc. e distr. de Villa Real. || S. Martinho, de Carneiro, conc. de Amarante, distr. do Porto. || N. S.ª da Purificação, de Ceissa, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem. || S. Thiago, de Cruz, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Mamede, de Santa Cruz da Trapa, conc. de S. Pedro do Sul, distr de Vizeu. || S. Bartholomeu, de Esperança, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. João Baptista, de S. João da Madeira, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Christovão, de Mafamude, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. João, de Ponte, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Pedro, de Riba d'Ave, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Seixezello, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. Tem caixa post || S João Baptista, de Silveiros, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Salvador, de Taboado, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || O Salvador, de Tebosa, conc. e distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Vandôma, conc. de Paredes, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

Vendas de Alcalmouque. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, d'Alvorge, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

Vendas de Sant'Anna. Pov. na freg. de S. João Evangelista, de Vil de Mattos, conc. e distr. de Coimbra.

Vendas de Baixo. Pov. na freg. de S. Thiago, de Lourosa, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Vendas de Cima Pov. na freg. de Santo André, de Campeã, conc. e distr. de Villa Real.

Vendas de Gallizes. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Expectação, de Nogueira do Cravo, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. Tem est. post. com serviço de encommendas.

Vendas de Gavinhos Pov. na freg. de S Pedro, de Travanca de Lagos, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Vendas de Grijó Pov na freg. de S. Martinho, d'Argoncilhe, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. Tem est postal.

Vendas da Moita. Pov. na freg. de Santo Isidoro, de Cavernães, conc. e distr. de Vizeu.

Vendas Novas. Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Montemór-o Novo, distr. e arceb. de Evora; 408 fog. e 2:081 hab. Está situada a 6 k. da margem esquerda da ribeira de Canha, e a 22 da séde do conc. Tem est. telegr. post. e est. do caminho de ferro, na linha do sueste, entre as de Bombel e Cabrella; agentes de diversas casas bancarias de Lisboa e do Porto, e de companhias de seguros; medicos civis e militares, pharmacias, escolas de ambos os sexos, associações diversas, fabricas de azeite e de cortiça, productores de vinhos e de aguardente, hotel, casas de pasto, sociedades de recreio: *Grupo 1.° de Janeiro* e *Philarmonica Dr. João Ricardo*, feira annual a 20 de maio, mercado de gado a 16 e 20 de dezembro; pertence a pov. á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.° 11, com a séde em Setubal. Até ao meado do seculo XVIII, Vendas Novas era apenas um logarejo com alguns miserandos casebres, iniciado por umas vendas para almocreves e viandantes; hoje é um grande povoado com maior população que algumas villas do paiz. Bem póde dizer-se que a pov. nasceu d'uma construcção dispendiosissima que mandou ali fazer D. João V, um palacio grandioso, com o unico fim de dar pousada durante duas noites, uma á ida e outra á volta, á comitiva real que foi effeituar no rio Caia a troca das duas princezas portugueza e hespanhola que iam ser esposas dos herdeiros das duas corôas; o principe do Brazil D. José com a princeza D. Marianna Victoria, filha de Filippe V, de Hespanha, e o da infanta D. Barbara com o principe das Asturias, D. Fernando, tambem filho de Filippe V. O dia 9 de novembro de 1725 foi de geral alegria para Lisboa, e pouco depois para todo o reino. Foi então que se publicaram na côrte o ajuste dos dois casamentos. Celebrou-se esta noticia na Basilica Patriarchal e em todas as egrejas, com um solemne *Te Deum* e com tres noites de luminarias. Na côrte de Madrid houve as mesmas festas. Os dois casamentos vieram a realisar-se em 1728 Vendas Novas era, como dissémos, um deserto, tendo apenas umas barracas miseraveis; nem agua tinha, nem bons caminhos que a ligassem aos grandes centros de população. D. João V, porém, com as suas loucas prodigalidades, e na vaidosa mania de querer imitar Luiz XIV, que tanto o preoccupava nas suas grandezas, insistiu que se construisse um palacio em Vendas Novas, onda tudo faltava, onde não havia pedra, nem materiaes, nem agua. E tudo isto se fez em 9 mezes debaixo da habil direcção do coronel de engenheiros José da Silva Paes e Vasconcellos, e do architecto Custodio Vieira. As obras começaram com a maior actividade. Perto de 2:000 trabalhadores fôram ali empregados; a pedra para a cantaria ia se buscar a duas leguas de distancia; a cal, as vigas, o taboado, as cavilhas, o tijolo e a telha vinham de sitios que ficavam d'ali a 10, 12 e 15 legoas. Andavam n'isto empregadas mais de 200 bestas de carga. Trabalhava se de dia e de noite. Mais de 10:000 archotes se consumiram nos serões, e apezar de tudo, ainda á volta da viagem de el-rei á fronteira hespanhola, se estava trabalbando nas porções mais secundarias do edificio. Na verdade, era um casarão immenso, como ainda hoje se vê, com vastas cavallariças, largos pateos e amplas accommodações para a comitiva. N'estas obras se gastou a enorme quantia de um milhão de cruzados. Fôra preciso tambem construir barracas para toda aquella gente trabalhadora e pousadas para os recoveiros; fizeram-se estalagens e estabulos, fôram ali estabelecer-se vendilhões de varias especies. Por assim dizer, foi este grandioso edificio, que deu começo á povoação que se tornou muito importante, embora sem caracter de permanencia. Concluidas as obras, era natural que de toda aquella gente alguma se deixasse ali ficar, e assim foi. Desappareceu a povoação adventicia de mais de 2:000 pessoas, mas houve outra constituida por aquelles que tinham ali firmado interesses e estabelecido familia. A Administração e a lavoura da vastissima herdade do *Monte Real* ou do *Vidigal*, como hoje se lhe chama, tambem mantinha n'aquelles sitios um certo nucleo de população. O palacio, que era apenas extraordinariamente grande e por nenhuma obra d'arte se recommendava, ficou quasi ao abandono. Em 1861 determinou-se que em Vendas Novas se estabelecesse um campo de instrucção e manobras para o exercito, mas esse pensamento não chegou ser posto em pratica, e por fim creou se ali a Escola Pratica ou polygono de artilharia, aproveitando para quartel permanente o palacio de D. João V, de bom grado cedido por el-rei D. Luiz Desde 1864, pouco mais ou menos, funccionava regularmente o polygono. Em todos os annos, durante o espaço de dois mezes, ordinariamente decorridos do meado de abril ao meado de junho, ali concorriam forças de artilharia, n'uma totalidade media de 450 homens, 60 cavallos e 10 muares. A um canto do vasto palacio, por assim dizer, cabia tudo isto. Como durante largos annos, pelo ermo e desamparado sitio, sem commodidades nenhumas, não houvesse maneira de aproveitar a edificação enorme ali perdida no meio da charneca, foi o tempo accumulando os naturaes estragos, e por isso os telhados estavam exigindo dispendiosas reparações. Uma grande parte do edificio é construido de tijolo. Os tectos dos vastissimos salões do pavimento terreo e do andar nobre, naturalmente pela exiguidade do tempo em que fôram construidos, são de lona, com vistosas pinturas no estylo da epoca, que o correr dos annos havia deteriorado. Muitos d'esses salões, a capella, etc., tiveram de ser fechados em consequencia do infiltramento das aguas ter apodrecido as lonas e estarem estas caindo a pedaços. N'um amplo salão, de passagem, cujo tecto era lateralmente coberto por uma grande e vistosa composição, na qual abundavam figuras de mulheres e de anjos, fôram os olhos de todas es-

sas figuras aproveitados para alvos do tiro á pistola; porém, como as pontarias nem sempre podiam ser certeiras, o resultado foi o tecto inteiro ser transformado n'um enorme crivo, que teve, ainda assim, a vantagem de pôr a descoberto os vigamentos do telhado e mostrar o estado deploravel em que elles se encontravam. As reparações parciaes, quo a Escola Pratica de Artilharia, ali estabelecida, a ia annualmente com a sua pequena dotação, não eram sufficientes para pouparem o edificio a uma ruina total, que seria inevitavel se o ministerio da guerra lhe não acudisse com uma reparação radical, aproveitando d'esse modo com pequena despeza, para uma força consideravel de artilharia, até mesmo um regimento inteiro, um bom e bem situado quartel. Quando em Vendas Novas se installou pela primeira vez o polygono de artilharia, eram pessimas as condições climatericas da localidade. Ali não havia agua nem vegetação. A terra arida e brava só produzia matto. Meia duzia de casinholas pobrissimas constituiam todo o povoado. Pouco a pouco se foi tudo transformando. Não se póde esquecer, a este respeito, quão benefico foi o largo commando de 8 anuos exercido pelo coronel Antonio Valento do Couto, mais tarde general de divisão reformado, official de lucida intelligencia e de brilhante illustração. Este distincto commandante assentando definitivamente em Vendas Novas a sua residencia, durante aquelle praso relativamente longo, e applicando com bastante habilidade como energia, os recursos de que dispunha, a melhoramentos serios e bem pensados, operou quanto estava em seu alcance, em todas aquellas dependencias da Escola Pratica, uma transformação salutar. Começou por descobrir e aproveitar muito próximo do quartel, uma abundante nascente de boa agua, construindo um bom chafariz, com um amplo tanque, onde o gado podia, commoda e fartamente desalterar-se. Posteriormente, sondando os terrenos do proprio quartel, encontrou agua no recinto do pateo principal, que logo foi explorada, e do qual se enchem directamente os vastos bebedouros, expressamente construidos. e que dispensam ao pessoal e ao gado o incommodo de, por causa da falta de agua, ter de sair do quartel A população, chamada pelo interesse, foi se chegando de diversos pontos; principiaram se a construir casas de agradavel apparencia; estabeleceram se lojas de venda de toda a especie onde os objectos de primeira necessidade se encontram; fundaram se, finalmente, alguns hoteis. Entre as variadissimas especies de arvoredo que, durante o commando de Valente do C uto, fôram dispostas no terreno do polygono, avultam as differentes qualidades de *eucalyptus* E' formosissima e digna de ser vista pela magnificencia e boa disposição d'estas arvores, a entrada do polygono propriamente dito. ponto onde dois caminhos se bifurcam. Sobre o fundo escuro, com reflexos argentinos d'este pujante macisso, projecta-se tremulante a bandeira portugueza, içada n'um mastro, á cancella do polygono. Durante dois mezes do anno, em anima da concorrencia, ali entram, para a execução dos seus exercicios, a toda a hora do dia, as baterias com o som festivo dos clarins, as brilhantes cavalgadas de officiaes novos e esperançosos, os pelotões armados em guerra, que vão executar os fogos das baterias permanentes ou ensaiar-se ao alvo no tiro de carabina, os grupos de fachinas, com seus fatos de linhagem, caminhando alegremente para os trabalhos de remoção de terras, para a construcção de baterias rapidas e de estudo, para a execução das obras de fachinagem, ou para a organisação de abrigos e observatorios, e collocação de alvos. O polygono tem a fórma geral de um pentagono extremamente irregular, com uns 3 k. na maior extensão e menos de 1 na maior largura. O seu terreno é ondulado, tendo mesmo nos seus dois extremos fortes depressões. Estas condições teem sido todas aproveitadas, a bem da instrucção e da variedade dos exercicios. Ha, entre outras edificações, um bom paiol, uma casa de guarda do campo, um vasto armazem com alpendres para arrecadação do ferramental em emprego diario; uma casa com sua carreira de tiro propria, para a determinação de velocidades iniciaes e estudo e emprego dos chronographos; uma officina pyrotechnica devidamente isolada; uma extensa carreira de tiro nivelada, redentes e outras obras simuladas de fortificação de campanha para collocação de reparos alvos em condições análogas ás da guerra; 4 baterias permanentes, funccionando umas como baterias de sitio, outras como baterias de praça, etc. No palacio, além das magnificas cavallariças para grande numero de cabeças de gado, de vastas casas de parque e armazens para o trem das baterias, ha as necessarias arrecadações, casernas bem situadas e confortaveis, onde se pódem alojar, sem accumulação, mais de 600 homens, quarto para officiaes inferiores, cozinhas, casa de guarda, repartição telegraphica, enfermaria, ambulancia, e quartos espaçosos e bem situados, para grande numero de officiaes. Valente do Couto, com a mais desvellada sollicitude, introduziu quantos melhoramentos lhe foi possivel para tornar aprazivel aos officiaes ali estacionados annualmente, a residencia dentro d'aquelle edificio. Deve se exclusivamente á sua iniciativa a installação de uma sala de armas, um gymnasio, um bilhar, e o nucleo de um pequeno museu e de uma bibliotheca, instituições que, todas ellas teem sido amparadas pelos successores de aquelle official e que, por isso, tem progredido. O polygono de artilharia de Vendas Novas é uma das nossas boas instituições militares. A pov. tambem se tem desenvolvido muito na sua industria, especialmente em cortiça, de que tem 6 fabricas, pertencentes a diversas companhias, as quaes dão trabalho a uns 400 operarios d'ambos os sexos, e exportam annualmente mais de 2:000 contos de cortiça preparada e em bruto. Tem annualmente dois grandes mercados de gado suino, conforme já dissémos, a 16 e 20 de dezembro. A maior propriedade agricola de aquella região, uma das maiores, ou talvez a maior do paiz, é a que fica a pequena distancia de Vendas Novas, a chamada *Monte Real*, a grande propriedade do *Vidigal*, que já citámos, e que pertence á Casa de Bragança. Tem 11 k. de comprimento por 9 de largura, ou uma superficie de 99 k. quadrados. E' constituido pelas 9 seguintes herdades: Travessos, Ameixieira, Cuncos, Amieira, Canafrexeira; Valle de Boi, Valle d'Aguia, Faias e Vidigal. Cada uma d'estas herdades tem o seu *monte* (nucleo de edificações) e a sua *sesmaria* do monte. Só uma parte das terras, relativamente pequena, é destinada á cultura de centeio, de cevada, de

milho e outras. Os grandes tratos de terreno estão cobertos de pastagem bravia para o gado, de soberbos montados de sobro e azinho oude se alimentam uumerosas varas de porcos de raça alemtejana e de matto, que em certos periodos se corta e se aproveita. Encontram-se ali soberbos exemplares de sobreiros. A administração do Monte Real andou por muito tempo um tanto abandonada e com ella os trabalhos agricolas. Na sua predilecção pela agricultura, o rei D. Carlos tomou a peito os progressos de aquella valiosa propriedade, o encontrou dois dedicados auxiliares, Charters de Azevedo, administrador geral da Casa de Bragança, o José Pinto dos Santos, administrador do Vidigal. Em 1895 resolveu el rei a construcção de um edificio de habitação no Monte Real. Não seria um palacio, mas uma ampla e singela casa de campo, bem portugueza e bem caracteristicamente alemtejana. Foi o proprio D. Carlos quem deu o risco, sendo a obra dirigida por Charters de Azevedo e Pinto dos Santos. E' uma construcção vasta e despretenciosa, tendo á frente a grande varanda de alpendre, tão antiga e genuinamente portugueza. Nada mais singelo e elegante do que a mobilia e a ornamentação interior. Cobrejões alemtejanos em guisa de reposteiros, quadros e photographias, alguns de D. Carlos, e uma excellente mobilia nacional feita no Porto. As cadeiras e tremós de platano teem um bello tom de marfim, muito branco. Na sala de jantar a mobilia é de carvalho. As paredes d'esta sala são adornadas com caboças embalsamadas de grandes animaes, e entre ellas, as de 8 javalis de enormes dentes como navalhas, mortos pelo rei, sendo um d'elles um velho e enorme javali, que foi caçado em França por D. Carlos, quando ainda era principe real. Ha perto de 30 annos ardeu uma porção consideravel do palacio de Vendas Novas que se não reconstruiu, por não fazer falta. A parte que escapou ao incendio, ainda dá alojamento a um regimento inteiro de artilharia. Em fins de agosto de 1908, um novo incendio causou no edificio estragos consideraveis. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Fiães, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. || S. Thiago, de Lourosa, do mesmo conc. e distr. Tem correio com serviço de posta rural.

Vendas de Pedreiras. Pov. na freg. de S. Paio dos Arcos, conc. d'Anadia, distr. d'Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural.

Vendas de Pereira. Pov. na freg. de S. Martinho, de Argoncilhe, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Vendas de Pudentes. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Pudentes, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Vendas de Pousada. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Sernache dos Alhos, conc. e distr. de Coimbra.

Vendas do Rijo. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Olhalas, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Vendas de Somel. Pov. na freg. de S. Miguel, de Villarinho do Bairro, conc. d'Anadia, distr. do Aveiro.

Vendas de Travanca. Pov. na freg. de S. Miguel, de Bodiosa, conc. e distr. de Vizeu.

Vendeira. Pov. na freg. de S. Miguel, de Gonça, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Vendinha. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Grauja, conc. de Trancoso, distr. da Guarda. || O Salvador, de Magrellos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || S. Miguel de Poiares, do mesmo conc. e distr. Tem correio com serviço de posta rural. || N. S.ª da Graça, de Sorval, conc. de Pinhel, distr. da Guarda.

Vendinhas. Pov. na freg. de Santo André, de Tellões, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Vendonages. Pov. na freg. de S. Vicente, de Lafões, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Vené. Pov. do sobado de Quilongo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Venestal. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Venheirão. Pov. na freg. de S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Venteira. Pov. na freg. de Nossa Senhora do Amparo, de Bemfica, 3.° bairro de Lisboa.

Ventelharia. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. do V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Ventiella. Pov. na freg. de S. Mamede, d'Infesta, conc. de Bouças, distr. do Porto.

Vento. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Pelmá, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || S. Gregorio, de Reguengo, conc. e distr. de Portalegre.

Ventosa. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Vieira, distr. e arceb. de Braga; 107 fog. e 421 hab. Tem esc. do sexo fem. Está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Cávado, a 9 k. da séde do conc. E' fertil em generos agricolas. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de N. S.ª das Virtudes, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Alemquer, distr. e patriarc. de Lisboa; 603 fog. e 2:601 hab. Tem esc. do sexo fem., est. telegr.-post., e medico. Está situada na chã de um monte, a 12 k. da séde do conc. e a egual distancia da est. de Runa. E' pov. antiquissima. A primitiva egreja matriz era de uma data remotissima, a actual foi feita sobre os alicerces e com os materiaes da antiga, e é construcção do meado do seculo XVI. Está situada n'uma elevação, a egual distancia dos logares da Atalaia e Labrujeira. Na hombreira d'uma das portas está gravada a era de 1235 (1197 da era de Christo), que talvez seja a data da fundação, ou reconstrucção da egreja antiga. E' certo que o templo foi fundado pelos templarios, ou pelo menos, pertenceu ao seu padroado, o que se prova pelas cruzes d'esta ordem, que se vêem serviudo de lages no pavimento do alpendre, á entrada da actual egreja, que provavelmente fôram campas da primitiva. O interior do templo é de architectura singela; de ambos os lados se vêem pesadas columnas e arcos gothicos que separam as naves do corpo principal. Esta egreja foi restaurada em 1882 com ajuda de um valioso subsidio, concedido no tempo em que o 1.° visconde de Chancelleiros era ministro. N'esta freg. ha diversas quintas mais ou menos importantes. Ventosa foi da Casa das Rainhas até 1834, em que ella se supprimiu. Per-

tence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 5, com a séde em Lisboa. || Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. da Extremadura, conc e com. de Torres Vedras, distr. e patriarc. do Lisboa; 682 fog e 3:171 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada a 1 k. da ribeira do Gradil e a 5 da séde do conc. A egreja matriz é muito antiga, mas não se sabe quando nem por quem foi construida. E' de tres naves, sustentada por columnas muito bem lavradas. Tem altar-mór, e 6 altares lateraes no corpo da egreja. A terra é muito fertil, rica e prospera. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. da Beira Alta, conc. e com de Vouzella, distr. e bisp. de Vizeu; 333 fog. e 1:527 hab. Dista 3 k da séde do conc. E' pov. muitissimo antiga, pois já era freg. em 1134. Foi commenda da ordem dos templarios, e passou em 1319 á ordem de Christo. E' muito fertil, cria gado e tem caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão || Denominação dada pelo alvará do governo civil de Portalegre de 20 de dezembro de 1901 á freg de Aventosa, actualmente annexada á de S. Vicente, do conc. de Elvas *(V. Aventosa.)* || Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Creixomil, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Ferreiros, conc. e distr. de Braga. || S. Thomé, de Lamas, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa || Nossa Senhora d'Annunciação e conc. de Lourinhã, do mesmo distr. || S. Pedro de Sollis, conc. de Mertola, distr. de Beja. || S. Paio, de Pico de Regalados, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra.

Ventosa do Bairro Pov. e freg. de N S.ª d'Assumpção, da prov. do Douro, conc. de Mealhada, com. d'Anadia, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra, 315 fog. e 1:274 hab. Tem correio com serviço de posta rural, escolas d'ambos os sexos, pharmacia, productores de azeite e de vinhos. Está situada a 3 k. da estrada do Porto a Coimbra, a 2 da margem esquerda do rio Certime e a 4 da séde do conc. E' pov. muitissimo antiga, talvez do tempo dos romanos, e affiança-se que já era habitada no tempo dos gôdos. A terra é fertil em todos os fructos do paiz, e o seu vinho já pertence ao classificado como *vinho da Bairrada*. Pertence a pov. á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra.

Ventosel. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, distr do Santarem.

Ventosella. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Campo, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr || Santa Marinha, de Mogege, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. João, de Ponte, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Christovão, de Refoios de Riba d'Ave, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Romão, de Villa Cova de Vez de Aviz, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Ventosellas. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Lustosa, conc. do Louzada, distr. do Porto. || S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real.

Ventosello. Pov. e freg de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança; 146 fog. e 545 hab Tem esc. do sexo masc e está situada na estrada da Bemposta a Freixo de Espada á Cinta, a 3 k. da margem direita do rio Douro e a 15 da séde do conc. E' terreno pouco fertil; cria gado e tem caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Povoações nas freguezias: N. S.ª dos Anjos e conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Izabel, de Monte, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga || S. Thiago, de Sampriz, conc. de Ponte da Barra, distr. de Vianna do Castello.

Ventosellos Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Granja, conc. de Boticas, distr. de Villa Real. || S Pedro d'Agostem, conc. de Chaves, do mesmo districto.

Ventoso. Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Alvega, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || S. Pedro, de Alviobeira, conc. do Thomar, do mesmo distr. || Santa Maria, de Arrifana, conc. de Poiares, distr. de Coimbra || Santo Aleixo, de Beco, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem || S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Leocadia, de Geraz do Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Lomar, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago, de Prestimo, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Tangil, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Urra, conc. e distr. de Portalegre.

Ventoso Cimeiro e Ventoso Fundeiro. Duas povoações na freg. de S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Ventreiro. Pov. da freg. de S. João Baptista, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Ventreixa Ilha de S. Miguel, Açôres; pov. na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Agua de Pau, conc. de Lagôa, distr. de Ponta Delgada.

Ventura *(José Gonçalves da Costa)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra. N. na aldeia de Folques, conc. de Arganil, a 19 de março de 1836, fal. em Lisboa a 14 de dezembro de 1900. Pertencia a uma das mais distinctas familias da villa, ligada á aristocracia de aquella provincia. Fez um curso brilhante na Universidade, e apenas concluiu a sua formatura, foi nomeado administrador do concelho de Arganil, logar que exerceu de 1859 a 1860, e depois, de 1864 a 1866. Em outubro d'este ultimo anno foi nomeado delegado do procurador regio para a comarca de Taboa. A 13 de dezembro de 1877 foi despachado juiz de direito para Mertola, onde pouco tempo se demorou, sendo transferido em 1879 para Niza, em 1885 para Montemór o Velho, depois em 1888 promovido a juiz de 1.ª classe para Amarante, Em abril de 1892 passou a governador civil de Bragança, onde se conservou até outubro, mez em que teve despacho para o 4.º districto criminal da comarca de Lisboa, creado havia pouco tempo, cargo que principiou a exercer em 7 de dezembro do mesmo an-

no de 1892, conservando se até 1 de setembro de 1897, data em que, por morte do dr. Xavier de Lima foi transferido para o 1.º districto, onde serviu até 12 de julho de 1899, em que o promoveram para juiz da Relação dos Açôres, logar que desempenhou 4 mezes, vindo depois para o continente. Na legislatura de 1900 tomou assento na camara dos deputados, eleito pelo circulo d'Almada. Muitas e importantes fôram as causas em que se distinguiu, entre ellas algumas deveras celebres, como a do crime da rua de Sant-Anna á Lapa, a do Covões, na serra do Monsanto, e a do assassinio da taberneira dos Terremotos, Maria Luiza. Em Taboa, no processo do temivel João Brandão, fez o libello accusatorio, tendo de arcar com as grandes influencias que se moviam a favor do criminoso. O dr. Costa Ventura era casado com a sr.ª D. Izabel Maria Mattoso da Camara.

Ventura (*José Miguel*). Economista. N. em Lisboa em 1830, onde tambem fal. a 21 de abril de 1873. Collaborou em diversos jornaes de Lisboa, dedicando-se especialmente a estudos economicos. Escreveu: *Estudos sobre economia politica*, Lisboa, 1870, 12 volumes.

Ventura da Silva (*Joaquim José*). Professor de instrucção primaria e secundaria, e um dos melhores calligraphos portuguezes do seu tempo. N. em Lisboa a 14 de março de 1777, e fal. a 5 de setembro de 1849. Escreveu: *Regras methodicas para se aprender o caracter da letra ingleza acompanhadas de umas noções de arithmetica; offerecidas ao Serenissimo Senhor D. Pedro, principe da Beira*, Lisboa, 1803; saiu mais tarde em 2.ª edição, com o titulo: *Regras methodicas para se aprender a escrever todos os caracteres de letras, acompanhadas d'uma completa arithmetica e d'um appendice de Geographia*, Lisboa, 1819; ha ainda outra edição muito posterior, feita em 841; *Regras methodicas para se aprender a escrever os caracteres das letras ingleza, portugueza, aldina, romana, gothica italica e gothica germanica; offerecidas ao ser.mo sr. D. Pedro, principe da Beira*, Lisboa, 1803; Fol. oblongo; compõe-se de 43 estampas ou traslados, inclusive a que serve de rosto, desenhadas por Ventura, e gravadas a buril pelos artistas Lucio e Freitas; *Descripção topographica da nobilissima cidade de Lisboa, e plano para a limpeza e conservação da saude de seus habitantes; com um mappa corographico das parochias e sua população*, Lisboa, 1830; *Orthographia da lingua portugueza, reduzida a regras geraes e especiaes*, etc.; *divide se em duas partes, a segunda das quaes é seguida de um appendice, que comprehende um facilimo e novo methodo de ensinar e de aprender a lêr o portuguez*, Lisboa, 1834.

Ventura Terra (*Miguel*). Architecto contemporaneo, muito apreciado. N. em Seixas no anno de 1866. Estudou na Academia de Bellas Artes do Porto, e sendo o melhor classificado no concurso para pensionista do Estado em paizes estrangeiros, partiu para Paris em 1886, e ali foi discipulo dos eminentes architectos e professores Jules Andrés e Victor Laloux, reputado o mais notavel architecto da França moderna. Tomou parte em Paris n'alguns concursos artisticos, obtendo 6 medalhas, 21 primeiras menções honorificas e 13 segundas. Reconhecendo o seu elevadissimo valor, o governo francez o admittiu no concurso dos architectos de 1.ª classe diplomados pelo mesmo governo. Em 1895 foi-lhe dado novo diploma pela prova artistica e scientifica do projecto do palacio da justiça de Lisboa, que lhe tinha sido encommendado pelo governo portuguez. N'esse mesmo anno expôz no *Salon* um trabalho, que obteve menção honrosa. Regressou a Portugal em 1896, e tomou parte no concurso internacional aberto pelo governo para o projecto de construcção da camara dos deputados e parte restante do parlamento, excepto a sala da camara dos pares. N'esse concurso teve o 1.º premio, sendo encarregado da direcção das respectivas obras, que terminaram em 1902, anno em que foi inaugurada. E' uma obra gigantesca, a primeira d'este genero que existe em Portugal. O requintado gosto artistico que presidiu á sua construcção, imprimiu-lhe uma grandiosidade tão estheticamente bella, que póde o novo edificio rivalisar com os de melhor execução no estrangeiro. Nos concursos para a construcção de dois pavilhões portuguezes na Exposição Universal de Paris em 1900, obteve os 2 primeiros premios. Projectou e executou uma capella para a rainha

Miguel Ventura Terra

D. Amelia no Paço d'Ajuda, e tem elaborado differentes projectos no ministerio das obras publicas. E' autor de varios projectos de edificios executados e em execução no Brazil, estando confiada á sua competencia artistica a execução das grandiosas obras no Monte de Santa Luzia, na pittoresca cidade de Vianna do Castello. O sr. Ventura Terra foi tambem um grande auxiliar do autor do monumento do marechal duque de Saldanha, na execução dos trabalhos. O sr. Ventura Terra foi agraciado com o officialato da ordem de S. Thiago, em 23 de março de 1904. E' academico de merito da Academia do Porto, vogal do conselho dos monumentos nacionaes, socio da Sociedade dos Architectos Diplomados pelo governo francez, etc. Era casado com Madame Louise Andigé Terra, natural de Genebra, que falleceu em Lisboa a 20 de maio de 1912.

Ventureira. Pov na freg. de N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Ver. Pov. na freg. de Santo André, de Escariz, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. Está situada n'um valle levemente ondulado, cercada de

montes de pouca elevação, por todos os lados, menos pelo SE, onde se eleva o notavel *monte do Castello*, onde se tem encontrado antiguidades romanas e pre-celtas. O territorio d'esta aldeia é bastante fertil e abundante de aguas, que descem do *monte do Curúto*, correndo lhe tambem pelo SE o *ribeiro de Vér*, que divide os campos e mattas, d'esta aldeia, do monte do Castello, e da freg. de Mançôres. E' incontestavel ser este logar povoado desde os tempos pré-historicos, pois que proximo d'elle, ao ONO, ha varias mâmoas, e no monte de *Barralhoso*, que tambem lhe fica proximo, mas ao NO, existe um dolmeu.

Vera. As armas da familia d'este appellido são: Em campo vermelho um castello de ouro, tendo sobre a torre do meio uma bandeirinha de prata e o contra chefe ondado de agua azul e prata. Timbre, o castello com a bandeirinha.

Vera *(Alvaro Ferreira de).* Escriptor que viveu no seculo XVII. Era natural de Lisboa, e foi discipulo dos jesuitas no collegio de Santo Antão. Como era de nobre e opulenta familia, dedicou-se sempre ao estudo da genealogia portugueza, esquadrinhando cuidadosamente os archivos publicos e particulares; passou depois a Hespanha, applicando o mesmo zelo e a mesma actividade á genealogia hespanhola. Indifferente, segundo parece, á questão do patriotismo, continuou pacificamente em Madrid, depois de se haver proclamado a independencia de Portugal, em 1640. Morreu em Madrid, ignorando-se a data da morte, mas sabe-se que vivia ainda em 1647. Escreveu: *Origem da Nobreza politica, blasões d'armas, appellidos, cargos e titulos nobres. Dirigido a Luiz d'Albuquerque e Mello*, etc, Lisboa, 1631; reimprimiu se em 1791; *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua portugueza; com um tratado de memoria artificial; outro da muita similhança que tem a lingua portugueza com a latina. Dirigido a D. Manuel de Eça*, etc., Lisboa, 1631; no mesmo volume, continuam, seguindo a mesma numeração, os seguintes: *Modo para saber contar por calendas, nonas, e idus; e pelas notas e abreviaturas dos Romanos e Gregos; Memoria artificial, ou modo para adquirir memoria por arte; Breves louvores da lingua portugueza, notaveis exemplos da muita similhança que tem com a latina; Notas ao Nobiliario do conde D. Pedro*, Lisboa, 1640; reimprimiu-se em Madrid, em 1643 e em Roma em 1646; *Vidas abreviadas del conde D. Henrique de Borgoña, del Rey D. Alfonso Enriquez e de D. Sancho el primero, D. Alonso el segundo, D. Sancho el segundo, D Alonso tercero, d'elrey D Dioniz, unico en Portugal, seis en numero, de D. Alonso quarto, e de D. Pedro primero*, Saragoça, 1643; *Informacion sobre el titulo de Gojim*, Madrid, 1645; *Linhas reaes dos condes de Penaguião; Linhas geraes dos marquezes de Torre de Segura;* estas duas ultimas ficaram manuscriptas; *Informacion de la origen de los Vasconcellos*, Madrid, 1646. Tambem ficaram manuscriptas: *Genealogia de la casa de Contreras, Compendio de vocabularios, e lexicon lusitano,—Cortezão perfeito.* Ferreira de Vera é autor estimado, e a sua obra sobre a origem da nobreza é considerada como classica.

Vera. Pov. da freg. de Santa Martha, de Serdedello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Viana do Castello.

Vera Cruz Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Quinta Grande, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal. ‖ Pov. na freg. de Santo Varão, de Lamarosa, conc. e distr. de Coimbra. ‖ Monte, na prov. da Beira Baixa, proximo á villa de Gouvoia, que se denominava antigamente *Outeiro da Fôrca*, por se ter ali construido uma fôrca, onde eram justiçados os criminosos. Hoje vê se ali uma ermida, dedicada a *N. S.ª da Vera Cruz*, e que deu o nome moderno a este outeiro. Deu causa á construcção da ermida o seguinte facto: Pelos fins do seculo XV, ou principios do XVI, uns judeus que então residiam na villa, roubaram, de noite, da egreja matriz de S. Sebastião, uma imagem da Santissima Virgem, e a dependuraram na fôrca d'este outeiro. No dia seguinte, o povo, afflicto e aterrado, viu este sacrilego espectaculo, o acudindo o parocho de S. Pedro, foi a santa imagem tirada de aquelle logar e levada em procissão para a egreja d'onde tinha sido roubada. O povo, não contente com isto, tratou logo de construir á Senhora, junto ao logar do desacato, uma bonita ermida, onde foi collocada a santa imagem, sob a denominação de *N. S.ª da Vera Cruz*, porque a ermida foi edificada junto á fôrca, que foi então transformada em uma cruz.

Vera Cruz do Marmelar. Pov. e freg. de Santa Cruz, da prov. do Alemtejo, conc. e com. do Portel, distr. e arceb. de Evora; 217 fog. e 786 hab. Tem esc. do sexo fem.. est. post, e uma fabrica de rolhas. Está situada na estrada da Vidigueira a Moura, a 12 k. da margem direita do Guadiana e a 10 da séde do conc. A pov. é muito antiga, mas não se sabe quando, nem por quem foi fundada. Pertenceu á ordem de Malta, sendo os bailios d'esta ordem os seus donatarios, vivendo aqui n'um magnifico palacio. Existiu n'esta pov. o mosteiro da Vera Cruz de Marmelar, e a egreja, que é um rico templo, serve hoje de egreja matriz A terra é fertil em todos os generos agricolas. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal.

Veral. Pov. na freg. de Santa Maria, de Fiães do Tamega, conc. de Boticas, distr. de Villa Real.

Verba. Pov. na freg. de S. Pedro, de Nariz, conc. e distr. d'Aveiro.

Verdade. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Rouças, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Verde *(José Joaquim Cesario).* Poeta. N. em Lisboa a 25 de fevereiro de 1855, onde tambem fal. a 18 de julho de 1886. Era filho de José Anastacio Verde, e de sua mulher D. Maria da Piedade Verde. Dedicou se á vida commercial, mas entregava-se ao culto da poesia, para que sentia verdadeira vocação. Estreou so no *Diario da Tarde*, em 1873 ou 1874. Collaborou na *Renascença, Occidente, Harpa, Portugal a Camões, Diario de Noticias, Illustração portugueza e brazileira*, e outros jornaes. Escreveu tambem: *Ao Diario Illustrado;* satyra mandada imprimir n'uma tira de papel; *O sentimento d'um occidental;* poemeto no *Portugal a Camões; Um bairro moderno, poemeto;* saiu no 13.º livro da collecção dos *Brindes* aos assignantes do *Diario de Noticias; Nós*, poemeto; na *Illustração* n.º 9, 5 de setembro de 1884. Deixou publicado um interessante volume de versos.

Verde. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

Verde Lama. Ilha das Flôres, Açôres; pov. na freg. de Nossa Senhora dos Remedios, de Fajãsinha, conc. de Lagens das Flôres, distr. de Horta.

Verdelha. Logar na prov. da Extremadura, na freg. de S. Pedro, de Alverca, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. Está situada sobre a margem direita do rio Tejo, na circumscripção denominada de *Riba Tejo* || Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, do mesmo conc. e districto.

Verdelho. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Purificação, de Achete, conc. e distr. de Santarem. || Santa Senhorinha, de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Verdelhos. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Covilhã, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 261 fog. e 1:047 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. post. Está situada n'um valle, entre 2 pequenos affluentes do rio Zezere, a 3 k. da margem direita d'este rio, na estrada da Covilhã a Manteigas, e a 15 da séde do conc. O clima é excessivo, mas a terra é muito fertil em todos os fructos agricolas, e abundante de gado, colmeias, caça grossa e meuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Pov. na freg. de S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Verdemilho. Pov. na freg. de S. Pedro Fins, de Aradas, conc. e distr. de Aveiro. Tem caixa postal.

Verdial (*Miguel Henriques*). Actor dramatico Natural da freguezia de S. Faustino, de Peso da Regoa, onde nasceu a 15 de outubro de 1851. Orphão de pae aos 13 annos de edade, e feito chefe de familia, cargo que sempre conscienciosa e escrupulosamente procurou cumprir, veiu para o Porto para um officio. Em 1869 estreou se como actor no theatro Baquet no drama *O 1º de dezembro de 1640 ou a Restauração de Portugal*, de Alfredo Hogan, e 2 annos depois distinguiu se na peça de Augusto Garraio, *O porta bandeira do 99 de linha*, e no *Pedro Grande ou os falsos mendigos*. Sendo um distincto actor dramatico, desempenhou, comtudo, na opereta varios papeis com successo, tanto em Lisboa como Porto, na *Filha de Madame Angot*, *Embaixatriz*, *Perichole*, *Gran duqueza de Gerolstein*, *Sultão de Gerinfá*, *Marselheza*, *Sinos de Corneville*, *Viagem á lua*, *Segredo d'uma dama*, *Educandas de Sarrento*, *Duquezinho*, *Milho da padeira*, *Filha do Inferno*, *Amar sem conhecer*, etc. Foi empresario em diversas epocas nos extinctos theatros Baquet e Chalet do Porto. Em 1890 tomou parte muito activa no movimento de protesto popular contra o *ultimatum* inglez de 11 de janeiro, mostrando se um ardente patriota e fazendo ouvir em varios comicios a sua voz flammejante de indignação, contra aquella affronta que o paiz tinha recebido. Foi o inspirador da creação da Liga Patriotica do Norte, e tanto se apaixonou pela causa da patria que, effectuando-se um espectaculo no theatro do Principe Real no Porto em beneficio da Defeza Nacional, e vendo elle a sala pouco concorrida, percorreu os cafés a dizer a toda a gente que era uma vergonha que se estivesse a realisar esse espectaculo, que tinha tão alto fim, e que se deixassem ficar ali sentados os que tinham obrigação de não faltar a elle. Seguiu-se a revolução de 31 de janeiro de 1891, e tambem Miguel Verdial tomou n'ella uma parte activa. Na madrugada de aquelle dia entrou no quartel de infantaria n.º 18, a parlamentar com o seu commandante, e, lendo d'ahi a horas a proclamação da Republica e a lista do governo provisorio da varanda dos Paços do Concelho, foi preso e julgado no conselho de guerra de Leixões, onde por unanimidade se respondeu *sim* ao quesito que dizia: «Está ou não provado que o accusado procedeu em todos os actos publicos de harmonia com o mais acrisolado amor da patria?» Sendo condemnado a 3 annos de degredo em Angola, de ali fugiu no fim de 7 mezes com o capitão Leitão, chefe militar da revolução de janeiro, dentro de uma caixa despachada por Julio Emilio da Rocha Vasconcellos, como contendo aves raras para embalsamar. Descobertos a bordo do paquete francez *Ville de Maranhão*, fôram os fugitivos postos a ferros no porão e entregues depois ás autoridades do Ambriz, d'onde fugiram novamente d'ahi a 3 dias, conseguindo chegar, depois de andarem 3 dias perdidos no mar, a Livreville, onde embarcaram para o Havre. Amnistiado em 1893, voltou Miguel Verdial ao Porto, onde foi festivamente recebido pela população. Recomeçando então a sua vida artistica, trabalhou ainda em theatros d'esta cidade e de Lisboa, onde esteve alguns annos, abandonando por fim o theatro e regressando ao Porto. Ali, depois de exercer a sua actividade em varios logares, trabalhou dedicadamente para a fundação da sociedade cooperativa *Panificia*, que logo nos primeiros tempos do seu estabelecimento deu os mais lisonjeiros resultados Em 1907 deixou aquella sociedade, e tratou immediatamente da creação d'outra do mesmo genero, a *Equidade do Mirante*.

Verdigão. Pov. na freg. de Santo André, de Barroças e Tayas, conc. de Mousão, distr. de Vianna do Castello. Tem caixa postal.

Verdinho. Pov. na freg. de Santo André, de Canidello, conc. de Villa Nova de Gaia, distr. do Porto.

Verdoejo. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Minho, conc. e com. de Valença, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 177 fog. e 661 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Está situada a 1:500 m. da margem esquerda do rio Minho e a 7 k. da séde do conc. E' muito fertil; cria gado e tem caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Verdozedo. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Ramires, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Verdugal. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pera do Moço, conc. e distr. da Guarda.

Verduras. Pov na freg. de S. Sebastião, de Gomes Ayres, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Vereador. Membro da camara municipal. Nos *Elementos para a historia do Municipio de Lisboa*, de Eduardo Freire de Oliveira, encontram-se muitas noticias a este respeito, das quaes men-

cionaremos as seguintes: No reinado de D. João II, a carta de lei de 4 de março de 1488, que ordena aos vereadores, que depois de eleitos e confirmados, sejam chamados á camara, para se lhes notificar, da parte d'el-rei, a sua nomeação «para bem e verdadeiramente servirem seus cargos, guardando o serviço de Deus e de sua Alteza, e o direito e justiça ás partes, olhando pela jurisdicção e liberdades da cidade,» de que prestavam juramento aos santos Evangelhos e se lavrava assento no livro da vereação que todos assignavam.—Carta regia de 1 de fevereiro de 1509, em que D. Manuel I mandava, para melhor despacho dos negocios, que se distribuisse o serviço por pelouros, que os vereadores tirariam á sorte. A divisão dos serviços municipaes em pelouros data d'esta carta e os que então fôram organisados denominavam se *das carnes, da execução das penas e feitos* (almotaçaria), *das obras e da limpeza da cidade.* Esta organisação foi depois alterada, mas a distribuição por pelouros ficou subsistindo.— O alvará do mesmo soberano, de 13 de março de 1513, regulava o vencimento annual de cada um dos vereadores em 20$000 reis em dinheiro e 10 moios de pães meiados, á custa das rendas da cidade, em attenção ao muito trabalho, que tinham por serviço d'aquelles cargos e os prejuizos que por este facto soffriam nos seus bens. Ainda em 1536 tinham este vencimento, como se vê na carta regia de 17 de março d'esse mesmo anno. Pão meiado chamava-se ao que era fabricado de trigo e centeio, ou milho e cevada, etc., metade de cada especie. Do assento da vereação de 26 de fevereiro de 1579 consta que na occasião de qualquer vereador tomar posse do seu cargo, empunhasse, n'esse acto, uma vara vermelha, como insignia da sua magistratura.

Vereia. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Abbade de Neiva, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago, de Cardiellos, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Carreiras, conc. de Villa Verde, distr. de Braga || S. Salvador, de Estorãos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello || S. Pedro, de Fragoso, conc. de Barcellos, distr. de Braga. Tem caixa post. || N. S.ª d'Assumpção, de Lovelhe, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Mazedo, conc. de Monsão, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Nogueira, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Lourenço, do Prado, conc. de Melgaço, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Prozello, conc. de Arcos de Valle-de Vez, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Rio de Moinhos, do mesmo conc. e distr. || Santa Maria, de Souto, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Salvador, de Touvedo, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Vermoim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Thiago, de Faia, conc. de Cabeceiras de Basto, do mesmo distr. || Santa Christina, de Affife, conc. e distr. de Vianna do Castello

Vergadinha. Sitio no limite do logar de Sivado, freg. e conc. de Goes.

Verém. Regedoria do concelho de Pondá, distr. de Gôa, na India, comprehendendo as povoações de Volvoy e Vagurbém.

Vergão Cimeiro e Vergão Fundeiro. Duas povoações na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc de Proença-a-Nova, distr de Castello Branco.

Vergas. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Vagos, distr. d'Aveiro.

Vergeiros. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

Vergilios. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Assumpção (Sé) de Faro, conc. e distr. de Faro.

Vérigo. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pelariga, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Verlá. Povoação da regedoria de Parrá, no concelho de Bardez, na India.

Verim. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Povoa de Lanhoso, distr. e arceb. de Braga; 82 fog. e 380 hab. Tem esc. do sexo masc. e está situada junto da margem esquerda do rio Cávado, a 7 k. da séde do conc. E' terra muito fertil, e cria muito gado, principalmente gado bovino, que exporta, e nos seus montes ha bastante caça e colmeias. Pertence á 2.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Villarelho da Raia, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Vermelha. Pov. e freg. de S. Simão, da prov. da Extremadura, conc. de Cadaval, com. de Torres Vedras, distr. e patriarc. de Lisboa; 293 fog. e 1:146 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., fabricas de aguardente, e lagares de azeite. Está situada nas margens d'um affluente do rio Real, a 4 k. da estrada de Lisboa ás Caldas da Rainha e a 5 da séde do conc. E' fertil em generos agricolas, cria gado e tem caça. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 5, com a séde em Lisboa. Esta freg foi annexada ao conc. d'Obidos, pelo decreto de 26 de setembro de 1895, que supprimiu o do Cadaval, mas voltou para este, que foi restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. || Serra no distr. de Castello Branco. Estende se entre o rio Zezere e a Ribeira Grande, de NE a SO, desde a villa de Oleiros até defrontar com a villa de Dornes, na margem opposta do Zezere. Tem 35 k. de comprimento, 7 de largura e 904 m. de altura.

Vermelho. Pov. na freg. de S. Domingos, de Castanheira, conc de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Pov. da freg de S. João Baptista, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

Vermelhos. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Ameixial, conc. de Loulé, distr. de Faro.

Vermil. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 90 fog. e 372 hab. Dista 8 k. da séde do conc. E' fertil em generos agricolas. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. na freg. de S. João, de Villa Boa, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Vermilhas. Pov. na freg. de S Simão, de Carvalhal de Vermilhas, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Vermiosa. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Figueira de Castello Rodrigo, distr. e bisp. da Guarda; 217 fog. e 871 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. Está situada na margem esquerda da ribeira de Aguiar, a 11 k da séde do

conc. E' fertil em generos agricolas, cria gado e tem caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Vermoeira. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Azueira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. Vicente, de Formigaes, conc. de V. N de Ourem, distr. de Santarem.

Vermoeiros. Pov na freg. de S. Pedro, de Beberriqueira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Vermões. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa.

Vermoil. Pov. e freg de N. S.ª da Conceição, da Extremadura, conc. e com. de Pombal, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 697 fog. e 2:861 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post, est. na linha do caminho de ferro do Norte, entre as de Albergaria e Pombal. Está situada na margem esquerda do rio Arunca, a 8 k. da séde do conc. A egreja é muito antiga, mas não se sabe quando foi construida, nem quem foi o fundador. Estando muito arruinada, reedificou-se, terminando os obras em 1656. Por esta freg. corre o pequeno rio, tambem chamado de Vermoil, que rega e fertilisa uma formosa região, muito productiva. A terra é fertil em cercaes, vinho, legumes, fructas, linho e outros generos agricolas. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar.

Vermoim. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 172 fog. e 738 hab. Tem esc. do sexo masc. e está situada proximo da estrada de Guimarães a V. N. de Famalicão. a 7 k. da séde do conc Esta freg. tornou-se notavel, por ter sido aqui arcediago o P. Pedro Julião, prior-mór da collegiada de Guimarães, abbade commendatario do mosteiro de Pedroso, e finalmente, em 1276, pontifice romano, com o nome de João XXI. A pov. é antiquissima, pois já existia, pelo menos, no tempo dos romanos, e era defendida por um castello, fundado pelo conde D. Vermuiz Forjaz, tronco da nobilissima familia Pereira Forjaz, cujo ramo principal fôram os condes da Feira. Foi o conde de Vermuiz, que deu o nome á pov. Foi julgado, cuja capital era V. N. de Famalicão, e era um dos arcediagados de Braga. Destruida pelos moiros em 998, bem como todas as outras povoações d'aquella parte do Minho, poucos annos depois tambem os normandos a puzeram a duros tratos. Ignora-se a data em que foi reconstruida. Arias de Brito fundou aqui, em 1032, o mosteiro de Santa Maria de Oliveira, de conegos regrantes de Santo Agostinho (cruzios), fazendo lhe valiosas doações, e fazendo-o povoar de frades. Em 1599 entraram n'esta casa os conegos de Santa Cruz de Coimbra, por breve do papa Clemente VIII. Vermoim é fertil em generos agricolas. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Romão, da prov. do Douro, conc. de Maia, com., distr. e bisp. do Porto; 236 fog. e 1:003 hab. Tem esc. do sexo fem. Dista 4 k. da séde do conc. E' pov. muito antiga, e em tempos remotos houve aqui um mosteiro duplex da ordem de S. Bento, pequeno e de poucos rendimentos, e cujas religiosas, com as suas rendas, fóram para o convento de Arouca, da ordem de S. Bernardo, que era uma reforma da benedictina. A egreja matriz é pequena e pobre. Tem um cemiterio, construido em 1880. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 18, com a séde no Porto || Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Carreira, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Pedro, de Fratel, conc. de Villa Velha de Ródam, distr. de Castello Branco || O Salvador, de Gallegos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Guidões, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || S. Pedro, de Ossella, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. d'Aveiro.

Vermoso. Pov. na freg. de S. Martinho, de Carvalhas, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Verná. Freguezia no concelho de Salsete, districto e arceb. de Gôa, India. Tem escolas.

Verney *(Luiz Antonio)*. Cavalleiro da ordem de Christo, arcediago da egreja metropolitana de Evora, graduado em theologia e mestre em Artes pela Universidade da mesma cidade, e doutor n'aquella faculdade e na de direito civil pela Universidade de Roma, etc. N em Lisboa a 23 de julho de 1713, fal. em Roma a 20 de março de 1792. Era filho de Dionisio Verney, oriundo da cidade de Lyão, em França, e de D. Maria da Conceição Arnaut, natural da villa de Penella, no bispado de Coimbra. Logo nos primeiros annos o destinou seu pae para o estudo das letras, vendo que transluzia n'elle agudo engenho, facil comprehensão, acompanhada d'uma felicissima memoria, e deu lhe por mestre o P. Manuel de Aguiar Paixão, que fôra capellão de sua casa, pertencendo depois á Santa Egreja Patriarchal. Não contava ainda 6 annos de edade, já lia e escrevia perfeitamente; sem outras lições mais do que ouvia ensinar e explicar a seu irmãos mais velhos, pelo que se achou nos termos de começar em casa o estudo da Grammatica Latina, aprendendo ao mesmo tempo sem difficuldade, as linguas castelhana, franceza e italiana. Frequentou depois as aulas do Collegio de Santo Antão, desenvolvendo tão grande talento e tão superior capacidade para as sciencias, que os jesuitas, que regiam ali os estudos, por muitas vezes e com as maiores instancias o pretenderam attrahir á sua ordem, porém Luiz Verney sempre resistiu ás suas solicitações, apezar da vocação que tinha para o estado ecclesiastico. Na Congregação do Oratorio ouviu as lições de philosophia do P. Estacio de Almeida, academico da antiga Academia Real de Historia Portugueza, e chronista latino do reino; e aos 12 annos de edade se dirigiu a Evora para estudar as sciencias nos collegios jesuiticos, que formavam aquella Universidade, insistindo com discretas razões, e apezar dos desejos de seu pae, em não seguir a Universidade de Coimbra, cuja decadencia já conhecia e lamentava. Fôram tão rapidos e tão surprehentes os seus progressos n'aquelles collegios, e no da Madre de Deus, em que foi porcionista, que apezar dos seus tenros annos era considerado como um portento; tornou-se tão notoria a fama da sua sciencia, que pelos seus proprios mestres era muitas vezes consultado e ouvido como oraculo. N'este mesmo tempo se applicou ao estudo das linguas orientaes, que soube perfeitamente,

chegando a compôr uma Grammatica Hebraica, que por infelicidade se não chegou a imprimir. Tomou o grau de Mestre em Artes, seguindo depois pelo espaço de dois annos os estudos ecclesiasticos, graduou se em theologia na mesma Universidade de Evora. Por fim, teve o pensamento de sair do reino desejando instruir se ainda mais nos perfeitos conhecimentos que constituem o verdadeiro sabio, e que grande parte da Europa já havia adoptado nas suas universidades, saiu a viajar no mez de agosto de 1736, e encaminhando-se até á Italia, permaneceu em Roma, onde passou a maior parte da sua vida, sem que mais tornasse a vêr a patria. Ali não tardou a dar provas da elevação do seu talento, cuja fama já o acompanhava de Portugal. Sustentou publicas conclusões de theologia especulativa e dogmatica, as quaes offereceu ao Summo Pontifice, e recebeu as insignias doutoraes, tanto n'aquella faculdade, como na jurisprudencia civil. O interesse que sempre tomou pelo bem da sua patria, á qual dedicou todas as suas vigilias e fadigas, lhe fez emprehender então aquella grande obra, a que deu o titulo de *Verdadeiro methodo d'estudar para ser util á Republica e á Egreja, proporcionada ao estilo e necessidade de Portugal*. Foi esta a primeira composição que mostrou a todo o orbe litterario o singular talento de Luiz Antonio Verney. N'ella teve o intuito do melhorar os estudos que se achavam totalmente decahidos e quasi amortecidos em Portugal, pela falta de systema e de bons principios, quando na Europa mais culta já tinham feito adeantar as sciencias, e com ellas as boas artes. Com esta ideia discorreu por cada uma das mesmas sciencias em particular, e organisou com muita perfeição e methodo um curso completo de estudos em 16 cartas, que imprimiu em 1746, mostrando n'ellas com toda a evidencia os prejuizos que havia no ensino da mocidade, e as verdadeiras regras de adquirir as sciencias ignoradas até então entre nós por desgraça dos tempos. A razão que o levaria a occultar o seu nome n'esta obra, facil fica de conjecturar, ousando elle corajosamente combater n'ella, com toda a força de illustrada razão, o antigo e inutil methodo, que era então adoptado com grave damno por homens de poderosa influencia e valia no ministerio e na côrte, e haviam necessariamente levar muito a mal o descredito da sua reputação. Foi, porém, com o tempo descoberto o autor que em qualquer obra sua era já impossivel occultar se, mas nem por isso desistiu da sua utilissima empresa. Correspondeu tão copioso fructo a seus incansaveis desvellos, que se póde fixar desde então a epoca feliz, em que em Portugal começou a reforma das letras, de que elle foi o restaurador, desempenhando muito acertadamente o titulo que déra ao dito methodo, não só de verdadeiro, mas de util egualmente ao Estado e á Religião. A acceitação que esta obra grangeou na republica litteraria, deu o ultimo testemunho ao merecimento do seu autor, sendo logo traduzida por varias nações estrangeiras, e adoptadas nas escolas da mesma Italia. Levantou, todavia, a ignorancia, sempre indocil e indisposta contra toda a util invenção, tão obstinadas e malignas contestações contra elle, que mais pareciam querer desacreditar o autor da obra, do que os principios e opiniões que na mesma se estabeleciam, e vigorosamente se sustentavam. Essas contestações, porém, só serviram para maior credito e gloria de Veruey, o qual, por aquelle motivo publicou as sabias respostas e apologias, que servem de appendice á mesma obra, nas quaes anniquilou totalmente os seus adversarios, deixando assim em mais brilhante triumpho a verdade das suas doutrinas. Taes fôram: as *Respostas ás reflexões de Fr. Arsenio da Piedade*, em 1748; a *Carta d'um philologo de Hespanha*, em 1749; o *Parecer do doutor Apolonio Polomuso*, em 1750; e a ultima *Resposta de Gelarte Mastigoforo*, publicada em Sevilha, e escripta em 150 paginas de 4.º grande. No *Diccionario Bibliographico*, de Innocencio da Silva, vol. V, pag. 223 a 225, encontram-se ainda muitos d'estes escriptos. Para completar este tralho e pôr em pratica as regras que prescrevía em seu methodo, compôz uma *Grammatica philosophica da lingua latina, tratada por um methodo novo, claro e facil*, etc., obra de tanta utilidade para todas as nações, que mereceu ser logo adoptada nas escolas de Italia, no Collegio Real de Napoles, no Ephebeo Regio, e em outros diversos seminarios na Apulia, e em muitos outros fóra da Italia; tendo elle já d'antes publicado a *Orthographia* da mesma lingua. Compoz tambem a sua *Logica* em 6 livros, que imprimiu em Roma, e dedicou a el rei D. José I, o qual, convencido do seu merecimento e de ser a melhor n'aquelle seculo, creando então as escolas menores do paiz, a mandou adoptar para uso d'ellas. Não foi só aquelle monarcha, as nações estrangeiras tambem a adoptaram, convencidas da sua utilidade, e de quanto eram bem merecidos os elogios que se lhe faziam no *Jornal dos Sabios*, pag. 1200, os quaes analysando-a com toda a imparcialidade, lhe deram a preferencia a todas quantas até então tinham apparecido, dizendo que Luiz Antonio Verney pela firmeza do seu caracter e espirito, pela attenção com que evitava os enganos dos sentidos, e pela louvavel perseverança com que rejeitava todas as preoccupações, que o habito, o costume, e as diversas paixões tem introduzido no mundo era o unico homem que julgavam mais proprio para tratar dignamente da Logica. Assim, e pelo mesmo systema publicou 4 livros de Metaphysica, que tambem imprimiu em Roma, e tiveram egual estima em toda a Italia, que era então o berço das sciencias. No *Jornal dos Litteratos de Roma* para os annos de 1752 e 1753, se dão a esta obra os titulos de bellissima e eruditissima, por illustrar maravilhosamente aquella materia. Publicou tambem um perfeito *Curso de Physica* em 10 livros, que dedicou a el rei D. José, para uso da mocidade portugueza, os quaes tinha já acabado em 1755, mas que só pôde imprimir em 1769, á custa de gravissimos incommodos e despesas superiores á sua possibilidade, por ter perdido seus bens na occasião do calamitoso terremoto e incendio do mesmo anno de 1755. Escreveu outra obra com o titulo de *Apparatus ad Philosophiam et Theologiam*, que lhe grangeou muito credito, e os elogios dos sabios autores do referido jornal. Foi esta obra como um preliminar do *Curso philosophico* que então meditava, e sobre o qual recitara uma Oração Academica, que se imprimiu em Roma em 1747, com o titulo de *Conjungenda Lectissima Philosophia cum theologia*, o qual mereceu os applausos de toda a Curia, e eruditos, e foi dedicada ao seu

particular amigo o P. Domingos Pereira da Congregação do Oratorio de S. Filippe Nery de Lisboa. Teem estas obras o grande merecimento de serem escriptas em latim, com toda a pureza de dicção e de estylo. Sendo já sobejas provas da sua perfeição n'aquella lingua as Orações que imprimiu em Roma com os titulos: *De recuperanda Sanitate Joannis V Lusitanorum Regis; de funere Joannis V Lusitanorum Regis Fidelissini ad Cardinales*, que lhe fôram encarregadas pela côrte de Portugal, e algumas cartas excellentes em obsequio de seus meritos nacionaes, entre as quaes é bastante notavel a que escreveu ao marquez de Valença no anno de 1748. Além das referidas obras, deixou muitos commentarios, respostas, illustrações, e pareceres em diversos assumptos, e tambem algumas composições poeticas, como foi o *Poema Geneathliaco*, que recitou em Roma ao principe Luiz, duque de Borgonha, e neto de Luiz XV, rei de França, que corre impresso com o titulo de *Serenissimo Principi Ludovico Burgundiae Duci, Galiarum Delphini filio, Christianissimi Regis Ludovici XV, nepoti Carmen Geneathliacum Romãe*, 1752. Não fôram menos notaveis e importantes os serviços que este illustro e benemerito vassallo prestou á corôa portugueza na carreira politica, quando exerceu em Roma o cargo de secretario da legação de Portugal, para que o marquez de Pombal, que nunca esquecera o antigo arcediago de Evora, o havia nomeado. Havia differenças e ruptura entre as côrtes de Portugal e de Roma, pelo motivo da usurpação da regia autoridade que esta praticara; havendo as tambem entre outras côrtes, pelos notorios e escandalosos procedimentos a respeito de Parma; o querendo o ministro de rei D. José ter um agente habil n'aquella côrte, que soubesse negociar com discreção e vantagens em tão criticas circumstancias, e dirigir além d'isto o grande projecto que meditava da extincção dos jesuitas, quiz, pela muita confiança que o seu merito lhe inspirava, nomeal-o secretario da legação, afim de ajudar o ministro plenipotenciario Francisco d'Almada e Mendoça nos negocios de que estava encarregado, tanto na Curia de Roma como nas mais côrtes, onde a sua residencia fôsse precisa; nomeação feita por carta de 13 de abril, dada em Pancas no anno de 1768, e que lhe foi apresentada pelo mesmo ministro de Portugal na cidade de Piza em 21 de maio, quando elle ali então residia pelo motivo d'aquella mesma ruptura. Acreditaram e autorisaram muito esta nomeação os officios, e instrucções particulares do 1.º ministro de Estado, nos quaes, como consta d'algumas memorias que se encontraram entre papeis do mesmo Verney, lhe recommendava que fôsse tão unido com elle o plenipotenciario, que consultando-o, em tudo, obrassem ambos com o mesmo espirito, de sorte que, representando o plenipotenciario em publico como tal pelo decoro do seu caracter, nada deliberasse sem o seu voto e approvação secreta; e que nas conferencias com os ministros borboniaes ou com o secretario do papa, ou ainda com os de França ou de Hespanha, primeiro concordassem entre si secretamente, participando se tambem ao dito ministro esta mesma recommendação. Lidas taes instrucções, logo previu Verney muitas difficuldades que haviam de occorrer, sendo a primeira a entrada do ministro em Roma, pelos factos anteriores que se lhe oppunham. Sabia que do acerto dos primeiros passos dependia o bom exito da sua nogociação, e por isso passou com o ministro á cidade de Siena, e depois a Florença, afim de conferenciar com o conde de Rosemberg, ministro de Estado de aquella côrte, o qual lhes aconselhou que fôssem para Veneza esperar o resultado das tentativas, o proposta que Verney tinha feito, e adeantado já no espaço de 3 mezes que residira em Siena. Com effeito, em Veneza achou Verney os melhores meios de promover os interesses da sua côrte, aproveitando a influencia de seus antigos amigos de correspondencia litteraria, e grangeando outros poderosos, pelos quaes apresentou na Curia excellentes memorias e sabias reflexões, que os ministros borbonicos muito approvaram, vendo que ellas conciliavam o mais favoravel partido em tão arriscada conjuncção. E na verdade prosperaram ellas muito felizmente na futura eleição do papa, a que se procedeu por morte de Clemente XIII. Por este acontecimento lhes participou D. Vicente de Sousa, embaixador em Paris, que partissem logo para Roma, como lhe avisara a côrte de Lisboa. Assim o executaram, apezar dos embaraços pela grande politica de Verney, verificando felizmente a sua entrada em Roma no dia 10 de maio de 1769, tempo em que elle começou a exercer os profundos conhecimentos que tinha de politica, e a dirigir com o melhor successo os importantes negocios de que estava encarregado, auxiliando por tal maneira os embaixadores das differentes nações, que conciliada a attenção do pontifice sobre o grande artigo da extincção dos jesuitas, que requeriam os soberanos da Europa para bem de seus Estados, foi por elle ordenado em audiencia particular, dada ao cardeal de Bernis, que se unissem em uma supplica as pretenções de todos os monarchas, sobre aquelle ponto, para elle as ponderar e resolver como convinha. Participada esta resposta a todos os ministros, unanimemente assentaram que fôsse Luiz Antonio Verney quem organisasse aquella representação, por ser o mais capaz de escrever em tão grave materia. Assim o fez, e com tanta gloria sua, como satisfação d'aquelle respeitavel congresso, o qual assumiu logo ás suas côrtes a bem fundada esperança que todos tinham no exito feliz, que depois se verificou, com a notavel bulla da mesma extincção, que será sempre memoravel nos annaes da historia. Tão importantes serviços, como Verney prestára então á côrte de Portugal, mereciam bem distincta recompensa que não tiveram; mas como por fatalidade da humana condição lucte sempre o merito com a inveja, fez esta verificar-lhe a demissão do emprego, em que tanto se distinguira. Nada, porém, diminuiu a sua honrosa memoria, que a Europa litterata, e muito mais a nação portugueza lhe consagra agradecida Mais tarde a rainha D. Maria I, que reconhecera a sua fidelidade e bom serviço, lhe fez a mercê de o nomear deputado honorario da Mesa da Consciencia e Ordens, por decreto datado de Mafra a 11 de setembro de 1790; porém aconteceu que este principio de contemplação se verificasse no ultimo periodo da vida de Verney, que que aproximado dos 80 annos de edade, contando mais de 50 com grandes serviços á sua patria, em 3 distinctos reinados, falleceu em Roma, confor-

me dissémos. Luiz Antonio Verney foi tambem Arcade de Roma com o nome de *Verenio Drigian*, e socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

Verodá. Povoação da freguezia de Cuncolim, na India.

Verride. Villa e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. do Douro, conc. e com. de Montemór-o-Velho, distr. e bisp. de Coimbra, 566 fog. e 2:112 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., medico, pharmacias, est. do caminho de ferro de Oeste, na linha de Lisboa á Figueira da Foz, entre as de Amieira e Alfarellos; no ramal de Alfarellos á Figueira da Foz, serviço, de tramways, entre os apeadeiros de Marujal e Revelles; creadores de gado cavallar e hovino; sociedades de recreio: *Philarmonica União Verridense*, *Rancho Flôr da Mocidade*, *Rancho Flôr das Tricanas*, *Sociedade dos Lavradores de Verride*, *Theatro Recreativo*. Está situado na margem esquerda do rio Mondego, a 5 k. da séde do conc. n'um alto, e fronteira á de Montemór o-Velho. E' povoação antiquissima, pois já existia no tempo dos romanos na antiga Lusitania, com o nome de *Ulmar*. Parece que esteve tambem no dominio dos agarenos, pois que em 9 de janeiro, de anno que se ignora, fôram aqui martyrisados por elles os bemaventurados Domingos e João, como consta do livro dos obitos do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. El-rei D. Manuel I lhe deu foral, em Lisboa, a 23 de agosto de 1514. Verride era um antigo couto do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra; depois passou a ser séde de um concelho, que foi supprimido por decreto de 31 de dezembro de 1853. Era o concelho composto de 7 freguezias, passando para o de Montemór-o-Velho, as de Verride, V. N. da Barca e Revelles; e para o de Soure, as de Samuel, Vinha da Rainha, Gésteira e Brunhoz. Ao conc. de Verride se annexaram, pelos decretos de 7 d'outubro e 5 de novembro de 1841, os 2 pequenos e antigos concelhos: de *Samuel*, que foi da casa ducal de Aveiro até 1759, passando então para a corôa, e *Urmar*. Estes 3 concelhos, Verride, Samuel e Urmar, em 1836, pela divisão territorial que n'esse anno se fez, ficaram formando um unico concelho, com a séde na *Abrunheira*, antiga freguezia, que ha muitos annos lhe está annexa, e é uma das suas principaes povoações. Em 1844 como fica dito, é que a séde do conc. se mudou para Verride, annexando se lhe tambem a *Ereira* e seus campos, que antigamente, em parte, pertenciam aos concelhos de Montemór o Velho e Maiorca, e que fórmam uma ilha, cercada pelas aguas do Mondego, e da Valla Real, de Montemór. Em 1853 foi o concelho supprimido, como acima dissémos. Os montes de Verride são formados de carbonato de cal (pedra calcaria) de que ha abundantes pedreiras. Devido á sua formação calcaria, é o territorio d'esta freg. muito fertil em todos os generos agricolas; fornecendo lhe o rio Mondego e o mar, que lhe fica a pouca distancia, ao O, muito e bom peixe. A egreja matriz é muito antiga, mas a sua reconstrucção data do seculo XVI, e foi feita pelos seus padroeiros, os cruzios de Coimbra. E' um bom templo, restaurado em 1868, sendo então levantadas as paredes do corpo da egreja, e o seu tecto estucado. Em outubro de 1882 tambem ali houve obras, alteando-se então as paredes da capella-mór, que se estucaram, assim como o tecto. Actualmente tem a egreja 2 magnificos adros, um ao S e o outro ao N, pertencendo este á irmandade do Santissimo, e aquelle á junta de parochia. São ambos resguardados por gradeamento de ferro. Na pov. ha diversas capellas, todas antigas e mais ou menos importantes. No fundo d'um valle formado pelos montes calcareos de Revelles e Verride, rebentam do chão diversos jactos verticaes de agua que borbotam libertando bolhas de gaz. Um tanque, que mede aproximadamente 10 m. de comprimento por 5 de largura e 1,50 de profundidade, recolhe as aguas perfeitamente limpidas, nas quaes os peixes morrem quasi instantaneamente. Ao local se dá o nome de *Brulho*, onde está hoje um estabelecimento thermal. As aguas são limpidas, inodoras, de sabor agradavel, com temperamento de 17.°, sendo de 14° o calor atmospherico. O gaz, que a atravessa em abundancia, é o acido carbonico. Pela analyse chimica, feita em 1859 por D. Antonio de Almeida, tenente em commissão hydraulica, viu se conterem abundante percentagem de cal, potassa, soda, magnesia e ferro, em combinação com acido carbonico (em grande quantidade), silicico, sulfurico, phosforico e chloro. Tem fama de serem diureticas e digestivas, e como tal são empregadas como remedio popular. Na *Gazeta Medica de Lisboa*, 2.ª serie, tomo I, 1859, pag 66, vem publicada a *Analyse qualificativa das aguas mineraes de Verride*, por D. Antonio de Almeida. A villa pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 7, com a séde em Leiria.

Versal. Pov. na freg. de Santo André, de Fermentellos, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

Vesparia. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Espite, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

Vespeira. Pov. na freg. de S. Miguel, de Loureda, conc. de Arcos de Valle-de Vez, distr. de Vianna do Castello.

Vessada. Povoações nas freguezias: Santissimo Sacramento, de Burgo, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Marinha, de Chorense, conc de Terras de Bouro, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Crestuma, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santa Cruz, de Juvim, conc. de Gondomar, do mesmo distr. Tem caixa postal. || S. Thiago, de Milheirós, conc de Maia, do mesmo distr. || S. Pedro, de Nariz, conc. e distr. de Aveiro. || S. Christovão, de Nogueira, de Regedoura, conc. da Feira, do mesmo districto.

Vessadas. Povoações nas freguezias: S. Matheus, de Bunheiro, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Gallegos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || O Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Valle, conc. de Arcos de Valle de Vez, do mesmo districto.

Vessadinha. Pov. na freg. de S. Thiago, de Encourados, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Vessadios. Pov. na freg. de S. Thiago, d'Audrães, conc. e distr. de Villa Real.

Vestiaria. Pov. e freg. de N. S.ª d'Ajuda, da prov. da Extremadura, conc. e com. d'Alcobaça, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa; 232 fog e

795 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 2 k. da séde do conc. E' terra muito fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria.

Vestimenteiro Officio que tinha regimento na collecção dada pelo senado de Lisboa em 1572.

Vesuvio. Pov. que dá o nome a uma est. do caminho de ferro, da linha do Douro, entre as de Vargellas e Freixo.

Veterinaria. A sciencia medica applicada aos animaes. V. *Lapa (João Ignacio Ferreira)*. *Rezende (João Januario Vianna)* e *Instituto Agricola de Lisboa*.

Veterinario. Pessoa que exerce a medicina dos animaes, que trata das doenças d'elles, ou que mesmo sem a exercer, tem cabal conhecimento d'essa sciencia. V. *Alveitar*.

Vetones. Povos da antiga Lusitania, a cujo paiz servia de divisão o rio Douro, sendo na margem opposta, o paiz dos *astures*, e cuja capital era *Vetonia*, que ficava perto da actual villa de Freixo de Espada á Cinta. O paiz dos vetones pertence hoje á Galliza.

Véve. Pov. do sobado de Tomboco, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Vez. Rio do distr. de Vianna do Castello. N. em Valle de Podros, corre para O pela freg. de Sistello, depois a SO até á freg. de Villela, inclina-se quasi ao S, fertilisa os campos de Valle de Vez, a que dá o nome, passa a E da villa dos Arcos de Valle de-Vez, onde tem uma boa ponte, e vae desaguar no rio Lima, um pouco abaixo de Ponte da Barca, com 35 k. de curso.

Vez de Aviz. Pov. na freg. de S. Pedro, de Abragão, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Via Chã. Pov. na freg. de S. Jorge, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Via Cova. Povoações nas freguezias: Santa Comba, de Fornellos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Lamaçães, conc. e distr. de Braga. || O Salvador, de Lemelhe, conc. de Villa Nova de Famalicão, do mesmo distr || S. Miguel, de Paredes Sêccas, conc. de Amares, do mesmo districto.

Via Figueira. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Alcanede, conc. e distr. de Santarem.

Via Gallega. Pov. na freg. do Salvador do Mundo e conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa.

Via Gloria. Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Mertola, distr. e bisp. de Beja; 116 fog. e 391 hab. Tem esc. do sexo fem. e está situada n'um valle a 4 k. da margem esquerda da ribeira Vascão, a 12 da margem direita do rio Guadiana, na estrada de Castro Verde, e a 12 da séde do conc. E' fertil em todos os generos agricolas, cria gado, tem caça, e peixe vindo do Guadiana, e do mar pelo mesmo rio. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro.

Via Rara ou Rala. Pov. na freg. de Santa Iria, da Povoa de Santa Iria, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

Via Sacra. Pov. na freg. de S. Christovão, de Mafamude, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

Viação de Lisboa. V. *Portugal* no artigo *Lisboa*, vol. IV, pag. 422

Viação Municipal em Portugal. V. *Antunes Navarro*, *Portugal*, vol. I, pag. 616.

Viadal. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Cepellos, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

Viade. V. *Veade*.

Viado. Pov. na freg. de S. Martinho, de Reriz, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

Viadores. Pov. na freg. de S. Romão, de Paredes de Viadores, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Viaducto Ponte ou arcada construida sobre valle, ribeiro, estrada, etc., para a passagem do caminho de ferro ou de qualquer outra estrada. V. *Portugal*, vol. IV, pag. 426, no artigo *Lisboa*.

Viale *(Antonio José)*. Hellenista. N. em Lisboa no anno de 1807, fal. em Belem a 26 d'abril de 1889. Era filho de José Viale, primeiro pintor de miniatura da camara e côrte, natural de Genova, e de D. Antonia de Lodi, natural de Savona. Estudou humanidades e logo depois theologia dogmatica, moral, escriptura e canones, tendo como professor D. Carlos Mignardi, auditor da Nunciatura, por quem foi dirigido até 1827. Contando apenas 12 annos de edade publicou um poema em 2 cantos e oitava rima, com o titulo *David Triumphante*, offerecido ao conde d'Alva, D. Vicente de Sousa Coutinho, Lisboa, 1819. Acabados os estudos, foi lhe offerecido o priorado de S. Miguel de Cintra, mas não acceitou; preferiu, requerendo, um logar de amanuense na secretaria de Estado dos negocios estrangeiros, deferiram lhe o requerimento, e elle que pedira de segunda classe, foi lhe dado um logar de primeira, passando pouco depois a official ordinario. Estava-se em 1833, quando a guerra civil se alastrava pelo paiz, e Antonio Viale, envolvido n'umas medidas geraes, foi demittido. O pae chamou o a Genova, e ali esteve até que no anno de 1837 tomou o cargo de professor de humanidades no collegio de *Fontenay aux Roses*, situado nos arredores de Paris, onde se demorou até 1843. Durante a sua permanencia ali, foi-lhe dado o ensino de historia antiga e moderna, litteratura, linguas mortas e vivas. Voltando a Lisboa nos meados de 1843, entrou em 1846 no concurso para official da bibliotheca publica, no qual obteve uma das melhores classificações, sendo a breve trecho promovido ao logar de primeiro conservador, onde se conservou até á ultima reforma, que se fez n'aquelle estabelecimento, sendo elle já de muito avançada edade e doente. Em 1848 foi indicado como mais que competente para dirigir o desenvolvimento e educação intellectual dos filhos de D. Maria II. Ensinou humanidades a D. Pedro V, D. Luiz I e seus irmãos, iniciando tambem o principe D. Carlos e o infante D Affonso nos rudimentos de instrucção secundaria. Chamado a Berlim e Dusseldorf, ali ensinou lingua, historia e litteratura patria á princeza allemã D. Estephania com quem estava tratado o casamento com D. Pedro V. Voltou a Lisboa acompanhando sua discipula. Mais tarde, a rainha D. Maria Pia, que em outubro de 1862 casou com el-rei D. Luiz I, tambem aprendeu a lingua portugueza com o illustre erudito. Em 1858, estando Antonio José Viale em Berlim, foi

fundado o Curso Superior de Letras, e em 1859, aberto ao publico com o augmento de duas cadeiras, foi elle o escolhido para leccionar litteratura classica, grega e latina, cargo que exerceu até 1878. Prestou se a estabelecer dentro da Bibliotheca Nacional um *curso subsidiario de lingua grega*, e o governo autorisou a abertura da referida aula no local indicado, por portaria de 16 de março de 1861. N'aquella aula, que o douto professor generosamente se prestou a abrir, tinha elle por fim preparar e habilitar os discipulos, que sendo estranhos á citada disciplina, teriam de seguir com menos proveito o curso superior de litteratura antiga. Em 1877 foi nomeado vogal da Junta Consultiva, e em 1884 do Conselho Superior de Instrucção Publica, permanecendo n'aquelles logares até que a doença e a sua avançada edade o privaram de continuar na sua carreira gloriosa. Gasto pelo estudo, exhausto de forças distribuidas no labutar de muitos annos, já quasi cego, ainda ia, comtudo, ás sessões da secção permanente do conselho, até que falleceu. Antonio José Vialo foi agraciado em 1858 com a carta de conselheiro, depois, successivamente, recebeu as mercês das commendas das ordens de Christo e de S. Thiago, de merito scientifico, litterario e artistico, reformada por alvará de 31 de outubro de 1882; recusando a gran cruz d'esta ordem, e a commenda da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; tambem possuia as commendas ordens italianas de S. Mauricio e S. Lazaro, da prussiana Lealdade e Merito, e a brazileira da Rosa. Foi socio da Academia Real das Sciencias, socio honorario do Institute de Coimbra; socio correspondente da Academia de Historia Patria de Genova, socio do Gabinete de Leitura Portugueza de Pernambuco, e de muitas outras corporações scientificas e litterarias, no paiz e no estrangeiro. Dotado de vastissima memoria e erudição, Antonio José Viale repetia de cór centenas de versos dos poetas gregos, latinos e italianos. A imprensa do paiz e do estrangeiro, as sociedades litterarias, os vultos mais proeminentes do paiz, todos deploraram com palavras cheias de affecto e repassadas de magua, a perda de aquelle veterano das letras e do professorado, do nosso primeiro hellenista. Bibliographia: *Aventuras maravilhosas de Lazarilho de Tormes, extrahidas das antigas chronicas de Toledo por G. F. Grandmaison y Bruno, traduzidas da lingua franceza*, Paris, 1838; saiu sem o nome do traductor; *Maniére de vivre chrétiennement dans le monde, traduite de l'italien*, Paris, 1838; esta versão do francez teve depois algumas reimpressões; *Bosquejo historiço poetico dos acontecimentos mais importantes occorridos em Portugal até á morte do senhor rei D. João VI;* Lisboa, 1856; é dividido em 2 cantos em oitava rima. Em 1858 fez 2.ª edição com o titulo *Bosquejo metrico;* houve 3.ª edição, em 1861; e depois em 1866; 4.ª edição, com o titulo; *Bosquejo metrico da historia de Portugal, por* etc.; *opusculo approvado pelo Conselho Geral de Instrucção Publica; Novo Epitome da Historia de Portugal para uso da Real Escola Primaria estabelecida por Sua Majestade El-Rei no palacio de Mafra*, Lisboa, 1856; esta obra foi approvada pelo Conselho Geral do Instrucção Publica, e adoptada para uso dos alumnos das escolas reaes de Mafra e das Necessidades; fizeram se mais duas edições, em Lisboa, successivamente augmentadas e corrigidas, em 1861 e 1864, trazendo n'esta ultima tambem uma breve noticia dos reinados de D. Pedro IV, D. Maria II e D. Pedro V, em additamento ás edições anteriores, que terminavam com o fallecimento de D João VI; *O sexto canto da Iliada, e os dois primeiros cantos do Inferno de Dante, traduzidos das linguas originaes*, Lisboa, 1855; e no tomo I, parte II das *Memorias da Academia*, nova serie, classe 2.ª; *O Canto V do Inferno de Dante;* nos *Annaes das Sciencias de Letras, publicados sob os auspicios da Academia*, classe 2.ª, tomo I, pag. 185 e seguintes; *Fragmento do canto primeiro da Odysséa, traduzido em verso solto;* na *Revista Universal Lisbonense*, vol. IV, 1845, pag. 471; *Conferencias ecclesiasticas de Massillon, traduzidas em portuguez por ordem, e a expensas de S. M. a rainha D. Estephania*, etc., Lisboa, 1859; *Apontamentos para uma biographia de S. M. a Rainha, a senhora D Estephania de saudosissima memoria*, Lisboa, 1859; saiu anonymo; *Elogio historico do sr. João da Cunha Neves e Carvalho Portugal, lido na sessão publica da Academia em 10 de março de 1861*, Lisboa, 1861, e inserto no tomo das *Memorias da Academia*, nova serie, classe 2.ª, publicado em 1862; *Selecta Camoniana, ou excerptos dos Lusiadas, com summarios e notas explicativas*, Lisboa, 1863; no prologo se dão as causas e motivos que determinaram esta publicação, destinada para uso das escolas primarias; *Discurso proemial na abertura da aula de litteratura grega e latina do Curso Superior de Letras, em 15 de janeiro de 1861;* saiu no *Instituto* de Coimbra, tomo X, pag. 36 a 41; *A Academia das Bellas Artes de Dusseldorf;* serie de 5 artigos, insertos no *Monitor Portuguez*, n.os 15, 16, 18, 22 e 25; *O advento de Saturno á Italia*—*Februas*—Notas aos logares correspondentes da versão dos *Fastos*, de Ovidio, por Antonio Feliciano de Castilho, no tomo I, pag. 391 a 544. Dois excertos da tragedia *Iphigénia em Aulide*, de Euripedes, traduzidos em verso do original grego, fôram publicados no jornal litterario *A Semana;* bem como o fôram no *Instituto* algumas outras versões de poetas gregos, a saber: uma ode de Sapho, um hymno, varias poesias lyricas, e os primeiros 67 versos da Iliada, no tomo X, a pag 129, 187 e 236;—a XI *Olympica* de Pindaro, e o monologo do *Ajax* de Sophocles, no tomo XI, a pag. 16 e 17, etc. Antonio José Viale collaborou com João da Cunha Neves Carvalho Portugal na redacção do *Jornal da Sociedade Catholica* em 1844, e foi depois redactor principal do *Catholico*, quo passou de suas mãos para as de José Barbosa Canaes de Figueiredo Castello Branco.

Vialonga. Pov. e freg. do N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Villa Franca de Xira, distr. e patriarc. de Lisboa; 420 fog. e 1:789 hab. Tem escolas de ambos os sexos e est. post. Está situada a 2 k. da margem direita do rio Tejo e a 13 da séde do conc., n'uma elevação. E' pov. muito antiga. Em 1390 ainda não era parochia, e os seus habitantes construiram uma ermida, e pediram licença a D. João Annes, bispo de Lisboa, para terem n'ella um capellão que lhes dissesse missa e administrasse os sacramentos, porque a sua egreja matriz era, e ainda foi por muito tempo, a de Santo André, de Lisboa que lhe ficava a 18 k. de distancia, e para

irem a ella, tinham de atravessar varias freguezias. O prelado concedeu-lhes o que pediam, mas *sem prejuizo dos direitos parochiaes do prior de Santo André.* Em 1440 tornou este povo a representar ao seu prelado, os grandes vexames que soffria, por ter a egreja matriz a tão grande distancia. Governava então o cabido, em *séde vacante*, por estar desterrado o arcebispo D. Pedro de Noronha. O cabido concedeu-lhes um cura na ermida, mas com a condição de só receber metade dos rendimentos parochiaes, entregando a outra metade ao prior de Santo André, que ficou com o direito de apresentar o parocho, mas este oppôz se a esta decisão, e houve uma longa demanda, que afinal venceu o povo, que ficou com o direito de apresentar o seu parocho, sendo este apenas obrigado a dar ao de Santo André, 8$000 reis annuaes. Tornada a freguezia independente, o povo ampliou a sua antiga ermida, que é hoje a egreja matriz. E' n'esta freg. o tristemente celebre logar de Alfarrobeira, onde a 20 de março de 1449 foi morto o infante D. Pedro, filho de D. João I e tio e sogro de D. Affonso V. Ha tambem em Vialonga duas quintas importantissimas: a *Quinta da Alfarrobeira*, no logar d'este nome, pertencente á casa dos duques de Cadaval; tem grande numero de frondosas arvores, um grande e formoso palacio, com uma elegante ermida; e a quinta dos duques de Loulé, chamada da *Vialonga*, que tem tambem um bom palacio e uma ermida consagrada a N. S.ª da Graça. Este palacio foi construido, com grande magnificencia, pelo cardeal patriarcha de Lisboa D. José Francisco Miguel Antonio de Mendonça, no anno de 1800, aproximadamente. Vialonga pertence á 1.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa. || Povoações nas freguezias: O Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição, de Olalhas, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

Viamonte da Boa Vista *(José Dias d'Oliveira da Cunha de Viamonte, 2.º barão de).* Fidalgo da Casa Real, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, e proprietario. N. a 2 de janeiro de 1839, sendo filho do 1.º barão do mesmo titulo *(V. o artigo seguinte).* Casou em 1859 com D. Augusta Amelia de Faria Pinho Vasconcellos Soares de Albergaria, filha dos 1.ºˢ barões de Salgueiro, Manuel José de Pinho Soares de Albergaria e D. Maria Benedicta de Faria Vasconcellos. O titulo foi-lhe renovado por decreto de 24 de julho de 18·0

Viamonte da Boa Vista *(José Joaquim de Viamonte, 1.º barão de).* Coronel das extinctas milicias de Villa Real, e mais tarde capitão da 1.ª linha; condecorado com a medalha de tres campanhas da Guerra Peninsular. N. a 2 de janeiro de 1791, fal. em 1859. Casou a 31 de agosto de 1836 com D. Silvina Severa da Cunha, filha de João da Cunha Pinto, fidalgo da Casa Real, tenente coronel addido ao castello de S. João da Foz, e de sua mulher D. Rosa Joaquina Baptista. Foi agraciado com o titulo de barão de Viamonte da Boa Vista, por decreto de 17 de fevereiro de 1848.

Vianna. Appellido nobre, tomado da antiga Vianna do Minho, hoje Vianna do Castello. As armas d'esta familia são: Em campo de ouro uma aguia da sua côr.

Vianna *(Album de D. Maria Ernestina Iglesias).* Valiosa collecção que pertenceu a el-rei D. Luiz I, de autographos de academicos francezes, organisada em 1888 pela illustre senhora com cujo nome ficou conhecido tão notavel album.

Vianna *(Antonio).* V. *Silva Carvalho (Antonio Vianna).*

Vianna *(Antonio Barbosa Lobo).* Commerciante. N. na freg. de Monserrate, em Vianna do Castello, a 17 de junho de 1792, fal. em Lagos a 9 de abril de 1873. Era filho de Francisco José Barbosa e de D. Maria do Resgate Coelho Barbosa Lobo. Ainda muito novo, mas sentindo já em si o amor do trabalho e o desejo de procurar fortuna, partiu para o outro extremo de Portugal, para a cidade de Lagos, onde se dedicou com ardor á vida commercial. Pela sua honestidade e lealdade nas transacções, ganhou logo as maiores sympathias e bons creditos. Deus abençoou os seus esforços, e o arrojado minhoto via multiplicar se lhe os lucros do seu trabalho incansavel, e destructuava já dos resultados d'uma parca mediania. Casou em 1825 com D. Maria Sant'Anna Costa Franco, de quem não teve descendencia. Por este tempo se abria o periodo verdadeiramente grande da sua vida. Nas luctas civis de 1820, 1828, 1831 e 1836, que estenderam a sua acção por todo o paiz, não foi a cidade de Lagos poupada pela onda revolucionaria. Liberal convicto e enthusiasta, o viram sempre como primeiro campeão da grande ideia. Quando as antigas muralhas da praça de Lagos eram assaltadas de todos os lados pelas celebres guerrilhas do *Remexido*, Lobo Vianna foi um dos escolhidos pelo governador para manter a ordem nas ruas, onde ás vezes surgiam elementos miguelistas a atraiçoarem a causa da Liberdade. Lobo Vianna cumpriu admiravelmente a sua missão, não só pela energia do seu caracter, mas, e sobretudo, pela poderosa influencia do seu nome e da sua palavra. Em 1828 foi tambem nomeado alferes quartel mestre do regimento de milicias de Lagos. Lobo Vianna era tido na provincia do Algarve como um caracter austero, um negociante honrado, um cidadão philantropico, e um rasgado liberal. Juizo claro e intelligencia fecunda pelos azares da vida, conhecia o mundo, e sabia avaliar e julgar as intenções dos partidos, o que o tornou muitas vezes o homem indispensavel na questão da paz e da guerra, quer pelos conselhos sensatos e prudentes, quer pela sua autoridade pratica e incansavel. D'este bom conceito que todos d'elle faziam, lhe proveiu o ser algumas vezes chamado pela vontade das eleições populares a occupar alguns cargos electivos, nos quaes se houve sempre com todo o zelo e dedicação. Em 1846 foi tambem nomeado membro da junta filial que se organisou em Lagos na triste crise politica, em que a pertinacia de um governo nefasto em se conservar no poder contra a vontade da opinião, fez correr nos campos da patria rios de sangue. Se os seus dotes de patriota eram assim notaveis, se as virtudes do honesto negociante o tornaram respeitado de todos, as suas qualidades de caridoso e philantropico accrescentaram ainda á sua corôa de gloria um brilho novo e inapagavel. Sobre a cidade cairam as terriveis epidemias que tão cruamente dizimaram a população, sobretudo no pobre e indigente. Morriam chefes de familia, deixando no desamparo e na miseria, filhos ainda creanças; a cholera tudo in-

vadia, tanto as casas dos ricos, como as dos pobres, e até os miseros casebres. As ruas eram cortadas pelos carros, levando ao cemiterio os cadaveres dos que falleciam; ás egrejas abertas occorriam uma multidão de pessoas implorando a clemencia de Deus; em todos se divisava o terror, sobre a cidade pesava uma atmosphera de morte e do devastação. D'entre os homens benemeritos que em tal momento se votavam á santa missão da caridade, evidenciava se Antonio Barbosa Lobo Vianna, quo percorria pessoalmente os bairros mais pobres da eidade, sem receio do contagio da terrivel doença, com a bolsa aberta em soccorro dos pobres enfermos. Ainda se conserva na memoria de muitos dos antigos habitantes de Lagos, n'esta epoca calamitosa, como se tornou inexgotavel a sua caridade evangelica. O benemerito Antonio Barbosa Lobo Vianna falleceu com 81 annos de edade incompletos.

Vianna *(Antonio Bento Ribeiro)*. Lente jubilado da Escola Medico-Cirurgica, medico honorario da Real Camara, etc. Estudou na referida escola, acabando o curso em 1837. Foi nomeado cirurgião extraordinario do hospital de S. José, pela mesa, em 24 de novembro de 1842. Precedendo concurso, teve a nomeação de lente substituto da secção de cirurgia, por decreto de 25 de junho de 1846, passando a lente proprietario da cadeira de operações, por decreto de 6 d'agosto de 1850. Foi director do banco, por portaria da administração de 23 de dezembro de 1850, cirurgião ordinario por decreto de 21 de julho de 1852, director de enfermaria em 17 de março de 1854. Jubilou se em 12 de dezembro de 1879. Escreveu, além de muitos artigos em jornaes de medicina, uma memoria sobre *pustula maligna*, (1850); uma dissertação de concurso sobre *tumores brancos* (1844), alguns annos de *estatisticas clinicas* no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, desde 1837 até 1845, um estudo sobre *systemas vasculares*, no mesmo jornal, em 1846, etc.

Vianna *(Antonio Caetano Ribeiro)* Coronel de infantaria. N. em 15 de outubro de 1850; assentou praça no regimento de infantaria n.º 15 em 17 de novembro de 1869. Concluido o curso da Escola do Exercito, foi despachado alferes a 21 de janeiro de 1873, sendo promovido a tenente em 31 de janeiro de 1878, a capitão em 31 de outubro de 1884, a major em 15 de agosto de 1895, sendo então collocado no regimento de caçadores n.º 5, onde serviu por largo tempo. Fôram lhe offerecidas varias commissões de serviço fóra do quartel, que não quiz acceitar, mantendo se sempre á frente da sua companhia ou do seu batalhão. Acceitou sómente uma commissão, a muito custo, a de commandante do batalhão de alumnos da Escola do Exercito. Foi o commandante da expedição, que em agosto de 1897 partiu para Africa, d'onde regressou em novembro de 1898, voltando outra vez para o regimento de caçadores n.º 5. Em Africa prestou assignalados serviços. Foi promovido a tenente coronel em 8 de março de 1900, e a coronel em 15 de janeiro de 1904, indo então para infantaria n.º 11. E' cavalleiro da ordem de Aviz; commendador e official por serviços distinctos da mesma ordem, e possue a medalha de prata de comportamento exemplar.

Vianna *(Antonio Correia)*. Poetastro que viveu na segunda metade do seculo XVIII, que, segundo diz Innocencio da Silva, se acha hoje totalmente ignorado e confundido na turba immensa dos que por aquelle tempo publicaram composições avulsas de prosa e verso, em circumstancias de regosijos e tristezas publicas, de que se formaram numerosas collecções. A primeira d'estas collecções, em que se encontram versos de Antonio Correia Vianna, é a que em 1750 se reuniu por occasião da morte de el-rei D. João V; obra que comprehende 4 bons volumes de 4.º Ha outra collecção similhante, do que se compôz allusivo á acclamação de el-rei D. José I, formando um volume de 4.º, e outra ao nascimento do principe do Brazil D. José em 1762; um volume dito, á acclamação da rainha D. Maria I, em 1777; outro dito, á morte do referido principe D. José, etc. Em todos ou em quasi todos apparecem sonetos, eclogas, romances, etc. do citado Vianna.

Vianna *(Bento José da Cunha)*. V. *Cunha Vianna*.

Vianna *(Bento Luiz)*. Poeta açoriano. N na ilha de S. Miguel nos ultimos annos do seculo XVIII. Indo para Paris com a ideia de se formar na faculdade de direito, ali se encontrou com Francisco Manuel do Nascimento, o famoso Filinto Elysio, e foi seu discipulo, procurando imital-o na marcha e estilo de suas composições poeticas. Era de engenho cultivado, e de quem muito se poderia esperar, mas a morte cortou essas esperanças, levando o prematuramente em 1823. Escreveu: *Renato, episodio do Genio do Christianismo de F. A. de Chateaubriand;* e *Aventuras de Aristonous por Fenelon*, traduzidas em portuguez, Paris, 1818; *Breve resposta á critica da nova edição dos Lusiadas, publicada em oitavo n'este anno por Firmino Didot, e conforme em tudo á que em quarto deu á luz o ill.mo e ex.mo sr. D. J. M. Botelho*, Paris, 1819; a critica que occasionou esta resposta, havia saido no tomo IV dos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, sendo o autor d'ella o medico Francisco Solano Constancio; *Versos sobre a morte do inimitavel poeta Filinto Elysio*, Paris, 1820; *Contrato Social, ou principios de Direito Politico de J J. de Rousseau, traduzido em portuguez*, Paris, 1821; *Poesias*, Paris, 1821; *Pensamentos a bem do exercito portuguez*, Lisboa, 1822; *Reflexões ácêrca d'uma portaria do ex.mo sr. Candido José Xavier*, Lisboa, 1822; versa sobre a expulsão do francez Chapuis, mandado sair peremptoriamente de Lisboa, no praso de tres dias, em razão de alguns artigos que publicara do periodico *Le Regulateur*, de que por aquelle tempo foi fundador em Lisboa. Bento Luiz Vianna partiu de Portugal para Inglaterra ainda no anno de 1822, e achava-se em Londres no principio de 1823; em janeiro d'esse anno começou ali a publicar um jornal, cujo titulo era: *O Bom senso, periodico mensal politico e litterario.*

Vianna *(David Augusto de Carvalho)*. General de brigada reformado. N. em 5 de outubro de 1837, fal. em Bemfica a 6 de julho de 1908. Era filho do brigadeiro Barnabé Carvalho Vianna. Serviu na arma de infantaria, e serviu por muitos annos na secretaria da guerra, sendo nomeado em 1869 adjunto da 1.ª repartição da direcção geral, e mais tarde exerceu os cargos de subchefe e chefe da 5.ª repartição, onde se conservou até principios de janeiro de 1892, em que sendo promovido a coronel, pediu a sua reforma

em general de brigada, que lhe foi concedida em 28 d'esse mez e anno. Sendo alferes de caçadores n.º 5, foi em 1868 nomeado ajudante de campo do ministro da guerra José Maria de Magalhães. Era commendador da ordem de Aviz, e cavalleiro da de Christo; possuia a medalha de prata de comportamento exemplar.

Vianna *(D. Duarte de Menezes, 3.º conde de).* Illustre cavalleiro, alferes-mór dos reis D. Duarte e D. Affonso V, e 1.º capitão e governador de Alcacer Coguer no reino de Fez em Africa. N. em Lisboa em 1414. Era filho natural de D. Pedro de Menezes, 1.º capitão de Ceuta e 2.º conde de Vianna e de Izabel Domingues, a quem chamavam a *Pixegueira*, senhora de sangue nobre, e da camara de sua 1.ª mulher; neto do conde D. João Affonso Tello, e bisneto do conde de Ourem, por onde descendia por linhagem dos reis de Castella. Foi legitimado a 15 de março de 1424. Não contava ainda 10 annos quando seu pae lhe deu casa, e posto que pelas virtudes com que ia crescendo, o encaminhava para o estado ecclesiastico, descobrindo n'elle particular inclinação para a guerra, depois do 2.º cêrco que sustentou em Ceuta, o mandou buscar para junto de si para o exercitar. Desenvolveu se-lhe o espirito guerreiro de tal fórma que tendo apenas 12 annos mal completos, já saía, juntamente com outros cavalleiros de nome não menos illustre, a pelejar com os arabes, que em amiudadas correrias se aproximavam dos muros. Em 5 do janeiro de 1427, D. Duarte, depois d'um heroico feito de armas em que libertou Martim Affonso de Miranda, que havia sido aprisionado pelos arabes, foi armado cavalleiro por seu proprio pae em campanha, e á vista do inimigo. Desde esse dia em deante, pareceu a D. Duarte, que estava mais obrigado a merecer por grandes acções a gloria de seus maiores; e se esmerou muito mais em se fazer por ellas celebrado, defendendo seu cunhado D. Fernando de Noronha da morte contra 400 moiros de cavallo, e 1000 de pé; e outras mais, em que por vezes desbaratou os moiros, que acommetteram a praça, principalmente no tempo, em que pela vinda de seu pae a Lisboa, em 1430, elle o ficára substituindo no governo de Ceuta. D. Pedro de Menezes, depois da morte de D. João I, succedida a 14 de agosto de 1433, voltou a Ceuta, onde o filho o recebeu com as maiores demonstrações de prazer, entregando-lhe em seguida o governo. O arrojo sublime que se coroou de feliz exito com a tomada de Ceuta, abriu aos portuguezes nas regiões africanas uma senda de perigos e gloria; a entrada estava franca, e por isso o iniciador dos nossos descobrimentos maritimos, o infante D. Henrique, julgou dever continuar a obra iniciada por seu pae, diligenciando tomar Tanger, porto maritimo de grande importancia, pois era considerado n'aquella epoca como a chave do Mediterraneo. Alcançada a permissão do rei, não sem grandes difficuldades, pois todos tinham a expedição como temeraria, embarcou em Lisboa no dia 17 de agosto de 1437 aquelle infante acompanhado de seu irmão D. Fernando e de muitos outros nobres; a 26 do mesmo mez aproaram a Ceuta, onde fôram recebidos pelo governador D Pedro de Menezes e seu filho D. Duarte, que debalde tentaram dissuadil-os do acommettimento que iam emprehender. D. Henrique, partindo de Ceuta, levou comsigo D. Duarte de Menezes como alferes-mór, em logar de seu pae que se sentia doente, e D. Duarte, apezar de conhecer o mau resultado que esperava da expedição, não quiz deixar de tomar parte nos perigos que se anteviam. A 23 do setembro de aquelle anno acampava em frente de Tanger o exercito portuguez, que se compunha apenas de 6:000 homens; feitas as baterias começou o ataque por abrir brecha. O infante D. Fernando atacou a praça pelo lado da porta de Fez, e o infante D Henrique dirigiu se immediatamente ao castello; as tropas avançaram destemidas ás muralhas, não obstante os tiros quo d'ellas choviam; porém fôram obrigados a retirar pelas escadas que levavam serem demasiado curtas. Havia 10 dias que os portuguezes cercavam Tanger, quando um exercito arabe de 10:000 cavallos e 90:000 homens de infantaria veiu em soccorro da praça sitiada; os infantes não se atemorisaram; sairam logo ao encontro do inimigo quo, atonito com tamanha ousadia, se retirou para os montes circumvisinhos que alguns dias depois fôram obrigados a abandonar pelo infante D. Fernando e conde do Arraiollos. Os arabes, recebidos alguns soccorros, voltaram a atacar os logares que tão vergonhosamente haviam abandonado, porém a resistencia dos portuguezes foi heroica, e aquelles viram-se novamente obrigados a retirar deixando o campo de combate juncado de cadaveres. N'este ataque e nos que se lhe seguiram, tomou D Duarte de Menezes parte muito activa, porque, combatendo sempre na vanguarda, obstou mais de uma vez que as fileiras fôssem rôtas. Ordenado segundo assalto á praça, teve os mesmos resultados do primeiro, senão ainda mais fataes para os portuguezes, que na retirada fôram atacados por numerosas fôrças, que cercando-os lhes fizeram desapparecer todas as esperanças de se apoderarem de Tanger. O nosso exercito, apezar de pequeno, combateu valorosamente ainda durante alguns dias, mas afinal viu-se obrigado a capitular, comprando em seguida a liberdade com a promessa da entrega de Ceuta. O infante D. Fernando ficou como refens nas mãos dos barbaros, e lá falleceu no captiveiro. Logo que o exercito voltou ao reino, D. Duarte de Menezes partiu para Ceuta, onde foi encontrar seu pae a morrer, tal fôra a sensação produzida pelos ultimos acontecimentos, no seu animo guerreiro. Morto seu pae, e deixando-o sepultado na sé de aquella cidade, veiu para Portugal no meado do anno de 1438 em companhia de sua irmã D. Leonor, e com a prospera viagem do 4 dias entrou em Lisboa, onde foi festejada a sua vinda. El-rei D. Duarte, quo estava em Aviz, ali o recebeu com grandes honras; nomeou o do seu conselho, mercê então muito rara e só concedida por notaveis serviços, ou por grande nobreza; deu-lhe o cargo de alferes mór, que era de seu pae, e juntamente o castello de Beja, de que o fez fronteiro e alcaide-mór com todas as suas rendas; promoveu-lhe o casamento com D. Izabel de Mello, já viuva de João Coutinho, e filha de Martim Affonso de Mello. D'este consorcio houve apenas uma filha, D. Maria de Menezes, que foi mulher de D. João de Castro, filho herdeiro do D. Alvaro, conde do Monsanto. Mais tarde, tendo enviuvado, casou segunda vez, com D. Izabel de Castro, da mesma casa de Monsanto, filha de D. Fernando de Castro, e neta de D. Pedro de Castro, filho

segundo de D. Alvaro Pires de Castro, conde de Arraiollos e 1.º condestavel de Portugal. D'este casamento houve a seguinte descendencia: D. Henrique de Menezes, que lhe succedeu na casa; D. Garcia de Menezes que foi bispo de Evora e da Guarda, e egualmente famoso nas letras e nas armas; D. Fernando de Menezes, similhante ao pae e ao avô, na valentia; e D. João de Menezes, que foi prior do Crato e 1.º conde de Tarouca; e uma filha, D. Leonor de Menezes, que foi religiosa no mosteiro de Jesus de Aveiro, e companheira inseparavel da infanta Santa Joanna. Fóra do matrimonio, e antes ainda de casar a primeira vez, teve outro filho, que foi D. Pedro de Menezes, legitimado em Extremoz a 6 de agosto de 1444. D. Duarte de Menezes acompanhou o condestavel D. Pedro, filho do infante regente D. Pedro, quando elle foi a Castella por ordem de seu pae, e a pedido do condestavel de Castella D. Alvaro de Luna combater contra os infantes de Aragão. Achando se retirado da côrte, D. Affonso V o mandou chamar, em 1458, participando-lhe o designio em que estava de passar á Africa, e o convidou para o acompanhar ao que o guerreiro de prompto accedeu, gostoso de enlaçar novos louros na sua corôa de gloria. A 30 de setembro d'esse anno levantava ferro em Setubal com destino a Africa, uma frota de 200 vélas levando a seu bordo D. Affonso V, acompanhado de 20:000 combatentes. A cidade escolhida pelo rei para ser o trophen das armas portuguezas, foi Alcacer Ceguer, que não obstante ser menos forte que Tanger, não era de menos importancia, sob o ponto de vista de sustentar Ceuta, como o havia demonstrado o governador d'esta praça D. Sancho de Noronha, conde de Odemira. A 17 do outubro seguinte operava se o desembarque do exercito portuguez nas praias de Alcacer Ceguer, não sem resistencia da parte dos musulmanos que avisados da chegada dos nossos, tentavam embargar-lhes o passo. Alcançado o primeiro triumpho, e havendo o rei ordenado o necessario para o ataque, deu o signal de assalto que de prompto foi correspondido, subindo os soldados ás muralhas sob um chuveiro de pedras e fléxas. A proximidade da noite fez cessar o assalto que não continuou no dia seguinte, pois ao alvorecer, os sitiados, em virtude da derrota da vespera, abandonaram a praça, e os nossos a occuparam triumphantes Os feitos obrados n'este dia por D. Duarte de Menezes não desmereceram dos que seu pae praticára na tomada de Ceuta, não obstante não ter nenhum dos principaes commandos, e isto porque tinha em tanta conta o obedecer como o mandar. D. Affonso V, conhecedor de perto das virtudes civicas o vastos talentos militares de D. Duarte de Menezes, confiou-lhe immediatamente o governo de Alcacer Ceguer, dizendo, ao entregar-lhe o bastão de governador, que não só confiava d'elle o governo da praça, mas até que esperava, graças ao seu valor, conquistar todo o reino de Fez. D. Affonso V retirou-se para Ceuta, mas passado pouco tempo teve noticia de que o rei de Fez preparava em Tanger um poderoso exercito com o fim de atacar D. Duarte de Menezes; a noticia dos preparativos dos musulmanos não atemorisou ninguem, pois desde logo se principiou a aprestar o necessario para a defeza da nova conquista. O monarcha, ouvindo o conselho de alguns nobres, resolveu propôr ao rei de Fez uma acção campal em que se decidisse a sorte de Alcacer Ceguer, mas aquelle soberano não accedeu, recusando até receber Martim de Tavora e Lopo de Almeida, que haviam sido encarregados de o provocarem. A 13 de novembro um exercito musulmano de 30:000 cavallos e um sem numero de homens de infantaria acampou em frente de Alcacer Ceguer, a que puzeram apertado cêrco. D. Affonso, que estava ainda em Ceuta, em breve se apresentou com toda a esquadra na frente da cidade sitiada, porém, reconhecendo que lhe era impossivel alcançar qualquer vantagem sobre os sitiantes, resolveu vir a Portugal em demanda de soccorros para de novo voltar a Africa. A retirada da esquadra portugueza causou grande alegria nos arraiaes musulmanos, onde se contava com uma victoria prompta e decisiva O primeiro assalto ás muralhas foi dado, porém a coragem e o arrojo com que os sitiados receberam os musulmanos, deu causa a que o rei de Fez suspendesse os assaltos e tornasse mais rigoroso o assedio. N'este meio tempo Luiz Alvares de Sousa fez introduzir na praça uma carta de D. Affonso V, em que exhortava D. Duarte de Menezes a defender se, promettendo-lhe vir brevemente em seu soccorro, ao que este respondeu que lhe faltavam viveres e munições. A resposta de D. Duarte caiu no poder do rei de Fez, que lhe escreveu dizendo que, já que tinha falta de tudo, fizesse uma honrosa capitulação. A seguinte resposta dada ao monarcha africano por D. Duarte de Menezes, foi em tudo digna de um heroe: «El rei, meu senhor e meu soberano, não me deu a cargo o governo e guarda d'esta praça com tão valentes soldados para t'a entregar, mas para defendel-a não só contra as tuas forças, mas tambem contra as de todos os moiros do mundo. O trabalho que nos dás e os perigos a que nos expões, não são tão arriscados que nos amedrontem, e quando o fôssem, nunca triumpharias de nós senão depois de tirar-nos a vida. Sei que te afadigas em fabricar escadas para escalar as nossas muralhas; para poupar-te esse trabalho, offereço-te as que tenho. Vem pois atacar-nos, que esta é a unica missão que desejamos de ti, e mostra-nos tal valor que não nos dê logar a envergonhar-nos da nossa victoria.» Esta carta produziu sensação entre os musulmanos; tão grande constancia fêl-os estremecer. A falta absoluta de viveres e munições que se principiava a sentir entre elles, fez com que o rei de Fez ordenasse um ataque geral, em que a victoria por mais d'uma vez coube aos heroicos companheiros de D. Duarte do Menezes, que rechaçando os assaltantes, fizeram levantar o cêrco que durava havia 40 dias. Retirados os musulmanos, emprehendeu D. Duarte de Menezes diversas obras de defeza, e que o rei de Fez tentou impedir fazendo approximar das muralhas algumas tropas, que batidas em differentes recontros tiveram de procurar a salvação na fuga. A 2 de julho de 1459, o rei de Fez, excitado por tão continuos revezes, veiu outra vez acompanhado d'um numeroso exercito assentar as suas tendas em frente de Alcacer Ceguer, mas não fez demorar um novo ataque, que lhe deu em resultado o cruel desengano de se não apossar de Alcacer, pois os portuguezes com a sua costumada constancia o inexcedivel valor o obrigaram a levantar o cêrco. Estas façanhas de tal modo estende-

ram a fama de D. Duarte, que em abril do anno immediato, 1460, foi chamado a Lisboa por D. Affonso V, onde o soberano e toda a côrte o receberam com singulares honras; passando a Santarem, ahi foi feito conde de Vianna, succedendo n'este titulo a seus maiores, por carta de 6 de julho do mesmo anno de 1460, em que expressamente se declara ter sido esta mercê em recompensa do valor e bravura com que defendera Alcacer Ceguer, duas vezes cercada. Em 1462 voltou D. Affonso V á Africa, a emprehender uma expedição contra Tanger, expedição que se mallogrou e que tivera contra si o voto de D. Duarte de Menezes. Contra o voto tambem d'esse illustre caudilho emprehendeu o infante D. Fernando varias expedições ainda contra Tanger, e depois do mallogro, uma vez, teve de supportar as iras do infante, que suppunha ter sido elle quem revelára ao rei a sua tentativa; d'outra vez que o desastre fôra mais serio, foi elle o encarregado pelo rei de consolar o infante da sua desventura. Mas D. Affonso V, que se irritava com as imprudencias do irmão, não era menos imprudente do que elle. No principio do anno de 1464, levado perfeitamente por ideias romanescas de cavallaria, querendo vencer umas tribus que se diziam invenciveis, internou-se na serra Benacofú. N'esses ingremes serros, viu-se el-rei perdido, e foi ter então com o conde de Vianna, cujos conselhos primeiro despresára, e disse-lhe que, como melhor conhecedor dos ardis da guerra dos moiros, lhe protegesse a retirada. O conde observou-lhe, que era difficil ser elle obedecido por cavalleiros que desobedeciam ao seu rei, mas que apezar d'isso, faria tudo quanto pudesse para defender a pessoa do soberano. Succedeu exactamente o que elle previra. Apenas el rei começou a retirar, todos o seguiram á pressa, e D. Duarte de Menezes ficou, quasi sósinho, a sustentar a retaguarda. Logo os moiros se accumularam em torno d'elle, e não tardou que o heroe succumbisse, victima da sua dedicação e das imprudencias do monarcha. Ao tempo que caiu, vieram sobre elle com tamanho impeto, que despedaçaram o corpo morto de tal maneira, que lhe não deixaram membro inteiro. Esta inqualificavel crueldade foi muito lamentada pelos nossos, e festejada pelos moiros com enormes alaridos de regosijo como do triumpho maior a que podiam aspirar. A condessa de Vianna, D. Izabel de Castro, que estava em Alcacer Ceguer com seus filhos, quando lhe chegou a noticia de tão horrorosa morte, vindo a Santarem, mandou levantar no convento de S. Francisco um rico tumulo de pedra, e mandou lançar n'elle, n'um rico estojo, um dente, unico despojo que lhe restava de seu marido. *(V. Santarem, Portugal*, vol. VI, pag. 615 e 616*)*. Assim acabou o intrepido e heroico guerreiro em 20 de janeiro de 1464, na edade de 50 annos, combatendo pela patria e em defeza do seu rei. A'cêrca de D. Duarte de Menezes são interessantes os estudos de Marques Gomes e Luciano Cordeiro.

Vianna *(Francisco Isidoro)*. Opulento banqueiro, chefe da importante casa bancaria da praça de Lisboa, *Fonsecas, Santos & Vianna*. Nasceu em Lisboa a 21 d'abril de 1821, onde tambem fal. a 1 de junho de 1900. Assim como seu irmão José Isidoro Vianna *(V. este nome)*, começou os seus estudos no intuito de alcançar grau em medicina, e chegou a cursar as humanidades e a concluir o 1.º anno de philosophia e de mathematica na Universidade de Coimbra, cêrca de 1837. Não se demorou, porém, em Coimbra e ao fim d'umas ferias, sentindo o coração enamorado por uma senhora, com quem casou, conservou se em Lisboa. Essa senhora era D. Capitolina da Silveira, filha de José Nunes da Silveira, um dos governadores do reino acclamados pela revolução de 1820, e que no commercio portuguez occupou um logar distincto *(V. Nunes da Silveira)*. Por este seu enlace forçoso foi a Francisco Isidoro Vianna o occupar se solicitamente dos seus negocios de familia e abandonar a ideia de proseguir nos estudos; a administração da sua casa era bastante importante. Passados alguns annos, tanta era a sympathia e consideração, que desde cedo mereceu, que foi instado para que acceitasse a eleição da *Junta do Credito Publico*, e ali permaneceu desde 1854 a 1865, exercendo grande preponderancia, até que, ligado a Pinto da Fonseca e a Carlos Santos, fundou a sua casa bancaria. Em 1850, a politica, que conseguira attrahir Francisco Isidoro Vianna, levou-o deputado contra Casal Ribeiro, então ministro da fazenda, eleito pelo circulo dos Olivaes. Esta derrota a tão poderoso adversario politico, era significativa e bem patenteava a convicção dos eleitores no caracter do seu candidato. Nas suas obras de beneficencia ha que enumerar os asylos de D. Pedro V, no Campo Grande, e o de D. Luiz I, em Marvilla, cuja iniciativa e desvelos de zelosa administração que a elles consagrava, eram particularissimos. Do primeiro foi elle o principal iniciador e fundador, para o que andou de casa em casa promovendo subsidios. Do segundo foi nomeado provedor e prestou-lhe os mais assignalados serviços de dinheiro, e o que é mais, de trabalho. São dois estabelecimentos importantes a que ficou ligado o nome de Isidoro Vianna. Parece que foi por esta epoca, ou pouco depois, que entrou no chamado *Contrato do Tabaco*, em que então se interessavam as maiores fortunas do paiz, e onde se conservou até á sua extincção em 1864. Mas o negocio do tabaco prendera-o definitivamente. Tendo explorado em larga escala com João Paulo Cordeiro e outros capitalistas n'aquella industria, Francisco Isidoro Vianna, quando o governo expropriou as fabricas e instituiu a *régie*, foi ainda quem se collocou á frente do grupo financeiro que, extincta a administração por conta do Estado, firmou com o governo em 1891, mediante uma renda annual de 4:250 contos, o contrato do exclusivo do fabrico, que deu origem á Companhia dos Tabacos de Portugal, de que a casa *Fonsecas, Santos & Vianna* se tornou um dos maiores accionistas. A' direcção superior da Companhia consagrou dedicadamente Francisco Isidoro Vianna a sua reconhecida competencia, e no desempenho d'aquelle elevado cargo se conservou até fallecer. A homenagem prestada no seu funeral foi imponente. No cortejo, que da sua residencia ao Campo Pequeno acompanhou o illustre extincto até ao Alto de S. João, notavam-se as pessoas mais conhecidas da boa sociedade. Via se o governo representado por todos os ministros, muitos ministros de Estado honorarios, presidente e vice-presidente da camara dos deputados, presidente da camara municipal, alta finança, aristocracia e

funccionalismo. No cemiterio aguardavam os empregados das fabricas de tabaco e as creanças dos asylos de D. Pedro V e D. Luiz I. Isidoro Vianna deixou quatro filhos: D. Capitolina da Silveira Vianna Pinto da Fonseca, D Eugenia da Silveira Vianna Machado, Francisco da Silveira Vianna e José da Silveira Vianna.

Vianna *(Francisco José da Cunha).* Bacharel formado em medicina e cirurgia, e em philosophia pela Universidade de Coimbra, socio do Instituto da mesma cidade, lente de medicina na Escola Medico Cirurgica de Lisboa, medico honorario da Real Camara, etc N. em Lisboa em 1812, onde tambem fal. a 31 d'agosto de 1885. Entrou como medico extraordinario no hospital de S José a 13 de novembro de 1848; foi director do da cholera no Bairro Alto em 1849, e dos cholericos de S. José em 1855; nomeado medico da tarde em 1856 e director de enfermaria em 1860; dirigiu em 1878 uma das enfermarias do hospital Estephania. Cunha Vianna foi tambem medico e adjunto da provedoria da Santa Casa da Misericordia, medico do Lazareto, secretario e bibliothecario da Escola Medica de Lisboa. Era socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa e da Sociedade das Sciencias Medicas, de que foi presidente nos annos de 1867 a 1869; lente cathedratico da Escola Medica com exercicio na cadeira de pathologia e therapeutica medicas. Em janeiro de 1868 foi agraciado com a commenda da ordem de S. Thiago. Nomeado frequentes vezes para differentes commissões scientificas, como a de fazer a medição das enfermarias do hospital de S. José e de apresentar um projecto de reforma dos estudos medicos, publicou os relatorios d'essas differentes commissões. Collaborou muito no *Jornal das Sciencias Medicas de Lisboa*, no *Jornal de Pharmacia*, e na *Gazeta Medica*, de que foi um dos fundadores em 1853. Escreveu: *Ensaio sobre a cholera epidemica*, Lisboa. 1854; *Instrucção contra a Cholera-morbus epidemica*, Lisboa, 1854; *Discurso recitado na abertura na Escola Medico Cirurgica de Lisboa*, Lisboa, 1861; *Relatorio da commissão encarregada da medição das enfermarias do Hospital de S. José, e de fixar o numero de camas que cada enfermaria deverá conter*, Lisboa, 1860; em collaboração com os drs. Antonio Maria Barbosa e Joaquim Theotonio da Silva; *Relatorio da commissão nomeada pelo conselho da Escola Medico Cirurgica de Lisboa para redigir o projecto de reforma dos estudos medicos*, Lisboa, 1866; em collaboração com os drs. Abel Jordão e Theotonio da Silva: *O Ensino na Escola Medico Cirurgica de Lisboa;* serie de artigos publicados na *Gazeta Medica*, no anno de 1862, a pag 533, 561, 589, 617 e 645; n'este jornal publicou muitos artigos importantes; *Breve resenha dos trabalhos scientificos de Francisco José da Cunha Vianna, candidato ao logar vago de socio effectivo da Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1867.

Vianna *(Francisco da Silveira.* Bacharel em direito pela Universidade de Coimbra; presidente do conselho de administração da Companhia dos Tabacos de Portugal; antigo deputado da Nação; socio da importante casa bancaria *Fonsecas, Santos & Vianna*, de Lisboa. Gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, commendador da de Carlos III, de Hespanha. Nasceu em Lisboa a 19 de dezembro de 1841. Foram seus paes Francisco Isidoro Vianna (*V. este nome)* e D. Capitolina da Silveira Vianna. Casou com sua prima D Eugenia Gonçalves de Lemos Pertencendo ao partido progressista foi eleito deputado pelo antigo circulo de Belem. Numismata distincto possue uma collecção importante, citada por Teixeira de Aragão na sua *Memoria das Moedas*. O sr. dr. Silveira Vianna tem prestado á Companhia dos Tabacos de Portugal valiosos serviços, proseguindo as honrosas tradições de seu pae na mesma Companhia.

Vianna *(João de Carvalho Ribeiro).* Contra-almirante reformado. N. em Lisboa a 8 de maio de 1831, fal. na sua quinta em Vermoeiro a 20 de fevereiro de 1890. Seu pae tinha egual nome. Assentou praça aos 11 annos de edade de aspirante a guarda marinha a 9 de dezembro de 1842. Compellido a esperar pelos 14 annos para se matricular na Escola Polytechnica, seguiu depois o curso de marinha sem interrupção, conseguindo alcançar as dragonas de guarda marinha em 23 d'outubro de 1849. Passando a embarcar, foi para bordo do vapor *D. Luiz*, mau navio e das peores condições nauticas, mas abastecido para uma commissão no Porto, com o fim de tomar parte na trasladação dos ossos do rei Carlos Alberto para Italia. Regressando ao Tejo, e estando prompta a fazer-se de vela a corveta *D. João I*, pediu e obteve para fazer parte do estado maior d'esse navio, que seguiu viagem para Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Na Bahia appareceram a bordo alguns casos de febre amarella, que fôram quasi todos mortaes. Depois d'uma quarentena obrigada no Rio de Janeiro, tomou desenvolvimento a terrivel epidemia causando enorme mortandade. A corveta *D. João I* recebeu ali ordem para transportar a Macau o conselheiro Pedro Alexandrino da Cunha, nomeado governador d'aquella provincia. Em Macau foi o guarda-marinha Vianna encarregado de commandar uma lorcha, armada em guerra, que saiu para Tai-hó, a fim de perseguir os piratas da costa da China, e proteger o navio mercante inglez *Good Succes*, que estava abandonado e saqueado em parte da sua carga. No dia 15 de outubro de 1850 tomou parte no combate contra um grande *Taumão* de piratas, o qual ficou prisioneiro, depois de algumas horas de fogo. Emquanto a corveta esteve em Macau, foi o illustre official encarregado de varias commissões de serviço, que desempenhou sempre com o maior zelo. De Macau partiu para Singapura, Gôa, Malaca, Moçambique, Benguella e Loanda. Ao chegar a este ultimo porto foi intimado a ficar ali, onde se conservou até receber ordem de transferencia para bordo da corveta *Oito de Julho*. Ao apresentar-se na tolda d'esta corveta, mandou formar o destacamento do batalhão naval, para serem cumpridas as disposições regulamentares no içar da bandeira, ás 8 horas. Ignorando, porém, o estado anarchico em que tudo se achava a bordo, viu ser a sua determinação recebida pelos soldados com o bater das coronhas das armas e com signaes de zombaria. Surprehendido com o procedimento dos soldados, desembainhou a espada que tinha no cinto, e impondo-se com toda a valentia, obrigou-os a entrar na ordem. Foi trabalhosa a viagem da corveta com escala por S. Thomé e pelo Principe, pelos ventos escassos e falta de mantimentos. Sobre o guarda-marinha Ribeiro Vianna pesava

grande responsabilidade, attendendo aos serviços de pilotagem e de outra ordem que lhe estavam sendo encargo. Ao chegar a Lisboa um pouco arruinado de saude, foi-lhe compensação o bem que d'elle informou vocalmente o seu commandante, e sendo mandado á presença do major general da armada, este lhe disse palavras de consideração e de agradecimento, cousa d'alguma valia n'esse tempo. Passou em Lisboa a servir o logar de secretario do corpo de marinheiros aquartelado a bordo da fragata *D. Fernando*, e mais tarde no edificio d'Alcantara. Estando n'esta commissão foi instado e proposto para exercer as funcções de ajudante do chefe do estado maior da marinha, encargo bastante espinhoso. Retirado assim do viver maritimo, diligenciou ser prestavel no serviço das secretarias, o que conseguiu. Algum tempo depois foi nomeado ajudante da majoria general da armada. Durante o tempo que esteve exercendo estes cargos, foi nomeado para embarcar na corveta *Bartholomeu Dias*, seguindo para Anvers e Ostende em 1858 na honrosa commissão de conduzir a Lisboa a rainha D. Estephania. Tambem lhe coube a distincção de ser nomeado para a referida corveta na viagem que em 1862 fez a Genova para receber a rainha D. Maria Pia, exercendo Ribeiro Vianna, de facto, a bordo, as funcções inherentes aos tres logares de chefe de estado maior, de ajudante e de secretario do almirante de força naval, composta de 3 corvetas. Os serviços que este official prestou, fôram, pelo referido almirante, considerados, dizendo-se em informação escripta sobre um requerimento de renuncia de condecoração concedida, «que haviam sido importantes, e que desejaria de fazer se acompanhar do mesmo official no caso de ser chamado a desempenhar se de outra commissão egualmente honrosa» Ao chegarem a Gibraltar as forças navaes, portugueza e italiana, recebeu o duque de Loulé, que ia a bordo da *Bartholomeu Dias*, um telegramma de el-rei D. Luiz, mostrando desejo de que a rainha entrasse em Lisboa a uma certa hora do dia indicado. Mas precisando metter carvão, para continuarem na viagem, as fragatas italianas, sob o commando do almirante Albini, o duque de Loulé escreveu a resposta, ponderando as difficuldades em que se encontrava. Então o official Ribeiro Vianna promptificou-se a solicitar do almirante Albini toda a actividade possivel no recebimento do combustivel, fazendo-se acompanhar de dois telegrammas para ser transmittido o que fôsse compativel com o resultado obtido. Em conclusão, decorrida uma parte da noite, recolheu o official a bordo da *Bartholomeu Dias*, depois de haver feito entrega, a um capitão de navio mercante inglez, do telegramma annunciando a partida da esquadra, que devia ser transmittido logo de manhã cêdo. Tambem coube de outra vez ser nomeado Ribeiro Vianna para embarcar no vapor *Mindello*, na qualidade de ajudante do almirante que commandava a força naval, composta d'este navio e de duas corvetas, e que foi conduzir a Vigo o rei e a rainha. Por occasião da guerra da separação da America, achando-se no Tejo o couraçado *Stonwall* e as fragatas *Niagara* e *Sacramento*, receou-se *casus belli* nas aguas do Tejo Para bordo da *Sagres* foi o official Ribeiro Vianna, ás ordens do commandante general da armada, sendo este navio e o *Mindello*, commandado por Caetano d'Albuquerque, encarregados de vigiar o movimento dos belligerantes. Foi o couraçado compellido a sair em praso determinado do porto de Lisboa, indo a bordo intimar-lhe a respectiva ordem Caetano d'Albuquerque e Ribeiro Vianna. Deram-se graves occorrencias, fazendo fogo a torre de Belem, e sendo tudo relatado pelo commandante superior da força de vigilancia, para conselho de ministros em reunião n'esse dia, servindo de secretario o segundo dos mencionados officiaes, que tambem esteve presente á sessão do conselho. Pela promulgação de uma lei reorganica dos serviços do arsenal, recebeu Ribeiro Vianna nomeação para exercer o logar de ajudante do intendente da marinha de Lisboa. Por effeito da publicação d'uma nova lei organica para o arsenal da marinha, foi o official Ribeiro Vianna instado pelo ministro, então Rebello da Silva, para acceitar o logar de secretario da Superintendencia, tomando assim valiosa parte nas responsabilidades sempre resultantes de interesses feridos. Pela sua promoção ao posto de capitão tenente, teve de deixar o arsenal, sendo louvado, e recebendo provas de elevada consideração do seu chefe. Mais tarde, foi nomeado chefe da 1.ª direcção do arsenal, sendo notorios os serviços que n'este cargo prestou. Pedindo a sua exoneração, foi pouco tempo depois nomeado para o logar de vice-commandante da companhia dos guarda-marinhas, sendo d'elle exonerado pelo facto de promoção ao posto de capitão de mar e guerra. Serviu ainda em outras commissões, como a de reorganisação de serviços de marinha; na de defeza de Lisboa e portos do reino, de que publicou um estudo na *Revista Militar;* na de estabelecer instrucções para medição de tonelagem pelas capitanias dos portos, etc. Ribeiro Vianna foi promovido a 2.º tenente em 19 d'outubro de 1852; a 1.º tenente em 9 de abril de 1862; a capitão-tenente em 15 de novembro de 1871; a capitão de fragata em 5 de junho de 1877; e a capitão de mar e guerra em 5 de julho de 1884, reformando se no posto de contra-almirante em 14 de setembro de 1887. Era commendador e cavalleiro da ordem de Aviz, cavalleiro da de Christo, de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, da Torre e Espada e da de Carlos III de Hespanha; official da de S. Mauricio e S. Lazaro de Italia. Collaborou em diversos jornaes, especialmente no *Diario Popular*, em que foi mais assiduo; tem varios escriptos, uns assignados e outros não, em geral relativos a assumptos navaes, no *Jornal do Commercio*, *Revista Militar*, *Commercio de Portugal*, *Diario de Noticias*, e em outras folhas periodicas. Escreveu mais: *Recordações historico maritimas*, Lisboa, 1868; com 3 estampas; *Folhetins de um marinheiro*, Lisboa, 1870; 2.ª edição, 1873; *Na terra e no mar. Estudos e recordações*, Coimbra, 1883.

Vianna *(João Luiz da Silva)*. Escriptor. N. em Benguella, e fal. em Lisboa a 29 de outubro de 1882. Vindo residir para esta cidade, collaborou em varios jornaes litterarios, dedicando-se tambem a escrever para o theatro. Compoz, traduziu e imitou algumas comedias em 1 acto; alguns romances originaes e outros traduzidos, e varios folhetos sobre assumptos politicos e litterarios. Bibliographia: *Como é o mundo?* romance original; *Flóra*, romance de Charles Deslys, traducção; *Ideias do seculo: reflexões àcêrca do pre-*

sente e do futuro de Portugal, Lisboa, 1871; comedias: *A. B. C.*, imitada do hespanhol, representada no theatro de D. Maria II; *A Força do destino*, traducção do francez, no mesmo theatro; *Um Modelo*, imitação do francez, no theatro do Principe Real; *Guerra ás mulheres*, traduzida do hespanhol, representada em varios theatros; *Quem será?* imitação do hespanhol, no theatro de D. Maria II; *Por causa d'uma viuva*, original; *Questões litterarias e politicas; Decadencia da arte dramatica em Portugal*, Belem, 1880.

Vianna *(D. João Manuel de Menezes, 1.° conde e 1.° marquez de)*. Gentil-homem da camara da rainha D. Maria I, grau cruz da ordem da Torre e Espada, e commendador da de Aviz; major general da armada, conselheiro do real conselho de marinha, par do reino, etc. N. a 27 d'abril de 1763, e fal. a 20 d'abril de 1831. Era filho dos 3.os marquezes de Tancos: Antonio Luiz de Menezes e D. DomingasManuel de Noronha. Seguindo a carreira naval, estreou-se como official em 1806 a bordo da esquadra do Estreito, debaixo do commando do chefe de divisão Luiz da Matta Feio. Em 1807 seguiu ao Brazil o principe regente D. João, como commandante da fragata *Urania*, unica que nunca desamparou em toda a viagem o navio em que ia a familia real. Por decreto de 13 de maio de 1810 foi agraciado por D. João VI, sendo ainda regente, com o titulo de conde de Vianna. Em 1817, por occasião da guerra de Montevideu, teve o commando da esquadrilha que foi auxiliar os movimentos do general Lecor. Distinguiu se n'essa expedição, e mais se distinguiria se aquelle general não tivesse dispensado, e desacertadamente, os serviços da esquadrilha. Em 1821 teve tambem o commando da esquadra, em que D. João VI regressou do Brazil para Lisboa, sendo então elevado a marquez por decreto de 3 do julho do mesmo anno de 1821. Em 1826 foi nomeado par do reino, e teve tambem a nomeação de major general da armada. O marquez de Vianna casou em 7 de fevereiro de 1808 com D. Anna de Castello Branco, filha dos 1.os marquezes de Bellas: D. José Luiz de Vasconcellos e Sousa e D. Maria Rita de Castello Branco Correia e Cunha. O seu brazão d'armas é um escudo com as armas dos marquezes de Tancos e condes de Atalaia: no 1.° quartel, de vermelho, um côto de aguia de ouro com uma mão, tendo n'ella uma espada levantada guarnecida de punho de ouro; no segundo um leão de púrpura, armado de azul em campo de prata, e assim os contrarios.

Vianna *(D. João Manuel de Menezes, 2.° conde e 2.° marquez de)*. Capitão tenente reformado da armada; gran cruz da ordem de Christo, e par do reino. N. no Rio de Janeiro a 21 de janeiro de 1810, falleceu já ha bastantes annos. Era filho dos 1.os marquezes do mesmo titulo *(V. o artigo antecedente)*. Succedeu em toda a casa de seu pae a 20 de abril do 1831. Casou a 27 de janeiro de 1827 com D. Maria do Carmo da Cunha Quintella, filha dos 4.os condes da Cunha, D. José Maria Vasques Alvares da Cunha e D. Maria Gertrudes Quintella. O titulo de conde de Vianna foi lhe renovado por decreto de 4 de abril de 1820, e o de marquez por carta de 13 de setembro de 1841.

Vianna *(José Caetano Ribeiro)*. General de brigada reformado N. a 16 de novembro de 1853. Assentou praça em infantaria n.° 5, a 7 d'outubro de 1874, sendo promovido a alferes, no mesmo regimento, a 8 de janeiro de 1879; a tenente em 23 de dezembro de 1884, a capitão em 24 de fevereiro de 1894, a major a 16 de novembro de 1905; na reserva, com o posto de general de brigada, em 21 de novembro de 1907. Em 1895, estando para embarcar na expedição de Moçambique, os medicos lhe aconselharam que não fôsse, porque pouco antes tinha soffrido uma grande doença, de que estava ainda convalescente. Não obstante esta advertencia dos medicos, o capitão Ribeiro Vianna tinha tanto empenho em partir, quo sendo apresentado á junta que o inspeccionou, não deu conhecimento da opinião dos medicos, e assim conseguiu fazer parte da expedição, que no dia 8 de abril do referido anno embarcou, regressando no anno seguinte, 1896. O capitão Ribeiro Vianna distinguiu-se muito nos diversos combates. E' cavalleiro e official da ordem de Aviz, e possue as medalhas de prata de bons serviços e de comportamento exemplar; e a medalha commemorativa da expedição de Moçambique, 1894-1895.

Vianna *(José Isidoro)*. Medico pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa, e grande proprietario. N. n'esta cidade em 1825, onde tambem fal. a 7 de novembro de 1902. Era filho de Luiz Manuel Gonçalves Vianna, e de sua mulher D. Eugenia Maria Isidoro Vianna. Acabou o curso de medicina, com approvação plena, sendo-lhe passada a carta de medico em 1 de abril do 1852. Exerceu varias vezes o cargo de vereador da camara municipal, sendo a vereação, começada em 1866, a primeira em que serviu; no biennio de 1874-1875, era vereador, sendo presidente da camara Rosa Araujo. Foi elle um dos principaes influentes para a construcção da Avenida da Liberdade e do Jardim de S Pedro d'Alcantara. Era medico da Real Camara, por nomeação d'el rei D. Luiz, em 17 de outubro de 1862. Por mais de 30 annos exerceu o cargo de sub delegado de saude, sendo nomeado a primeira vez, em 7 de janeiro de 1869 para os Olivaes, servindo depois diversas areas. Foi um dos membros do congresso internacional dos orientalistas, o serviu tambem muito tempo no Lazareto de Lisboa; presidente da commissão parochial de beneficencia da freguezia das Mercês. O dr. José Isidoro Vianna prestou grandes serviços por occasião da epidemia da febre amarella, quo assolou Lisboa em 1857, recebendo por esses serviços em 20 de julho de 1859 a medalha de prata, concedida pela Camara Municipal. Era cavalleiro da ordem da Torre e Espada, e socio das academias cirurgicas Marilense e Malhorquina. Pertencia á Maçonaria portugueza, possuindo o grau 33.° O seu nome ficou vinculado a grandes obras de caridade.

Vianna *(José Joaquim Abreu)*. General de brigada. N. em Lisboa a 15 de agosto de 1812, fal. a 26 de fevereiro de 1876 Tendo frequentado a Academia de Marinha e de Fortificação, artilharia e desenho, desde 1826 até 1832, assentou praça em 6 de agosto de 1833, o logo a 25 d'esse mez foi mandado servir como engenheiro nas linhas de Lisboa, onde assistiu á acção de 5 de setembro e depois á de 10 de outubro, sendo elogiado pelo modo como serviu pelo general de engenharia José Feliciano da Silva e Costa, em consequencia do que foi despachado segundo te-

nente d'essa arma em março de 1834. Terminada a guerra civil commandou a companhia telegraphica desde 14 de setembro até 27 de outubro d'esse mesmo anno de 1834, serviu depois no corpo de operações do general conde de Avilez desde dezembro até novembro do anno seguinte, e partindo então com a divisão auxiliar para Hespanha, ali esteve como commandante do destacamento de engenharia da 2.ª brigada até 3 de setembro de 1837. Promovido no dia 5 a 1.º tenente, assistiu á acção de Ruivães, pelo que foi elogiado pelo conde das Antas, e continuou na divisão de operações até 10 de outubro d'esse anno, exercendo depois varias commissões de engenharia militar. Seguindo em 1846 o partido da Junta do Porto, fez parte da expedição do Algarve na qualidade de secretario do então barão de Sá da Bandeira, e depois pertenceu ao estado maior da divisão que foi a Setubal dar a acção do Alto do Viso. Collocado na 3.ª secção depois de acabada a guerra civil, esteve empregado no ministerio do reino, em obras publicas até voltar em junho de 1851 á effectividade do serviço militar, que nunca mais deixou, subindo os diversos postos da hierarchia militar até ser despachado general de brigada em 5 de janeiro de 1876. Entre varias e importantes commissões que desempenhou nos ultimos annos da sua vida conta-se a de vogal da commissão de defeza de Lisboa e seu porto; a de membro da commissão encarregada de elaborar o projecto para a organisação dos exercicios, a de commandante de engenharia no campo de Tancos em 1866, a de inspector de engenharia na 1.ª divisão e a de director da secretaria na direcção geral da sua arma.

Vianna *(José da Silveira)*. Vice-presidente da Junta do Credito Publico, vogal do conselho fiscal do Banco de Portugal, etc. Antigo par do reino, conselheiro de S. M., moço fidalgo com exercicio no paço, gran cruz da ordem militar de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa, gran cruz de Izabel a Catholica, de Hespanha, commendador da Legião d'Honra, de França, official da ordem de Leopoldo, da Belgica, cavalleiro da de Carlos III, de Hespanha, etc. Nasceu em Lisboa a 7 de dezembro de 1855, segundo filho de Francisco Isidoro Vianna, antigo deputado da nação e antigo vogal da Junta do Credito Publico, e de D. Capitolina da Silveira Vianna, já fallecidos, neto materno de José Nunes da Silveira, membro da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, em 1820, natural da ilha do Pico, nos Açôres, e fal. em Lisboa a 16 de junho de 1833. *(V. Nunes da Silveira)*. Casou a 6 de dezembro de 1879 com D. Maria Ernestina Iglezias, distincta senhora, filha do abastado capitalista José Iglezias e de sua mulher D. Maria Rufina Iglezias, já fallecidos. El-rei D. Manuel II, por alvará de 10 de fevereiro de 1910 e carta de 7 de março do mesmo anno, concedeu ao sr. conselheiro José da Silveira Vianna o seguinte brazão de armas: Escudo em campo de prata, com tres cabeças de javali de sua côr, postas em contra roquete. Sobre o escudo a corôa de conde. Timbre uma das cabeças do escudo entre silvas verdes. E por differença uma brica verde do lado direito do escudo. Esta carta de brazão acha se registada no Archivo da Torre do Tombo, L.º III, fol 123 em data de 12 de março de 1910. As armas acima são as da familia do nobre flamengo Wilhelm Van der Haghe, colonisador açoriano, de quem descendem os Silveiras, do Faial. Já D. João III, em 23 de dezembro de 1534, concedeu a um fidalgo do illustre appellido Silveira brazão de armas em que apparece «um meio urso preto, cortado em sangue dentro d'uma capella de silvas de prata florida», o que evidentemente se aproxima d'aquellas armas. Na Junta do Credito Publico o sr. conselheiro Silveira Vianna é vogal representante dos juristas desde 15 de junho de 1882, successivamente reeleito, tendo desempenhado as funcções de secretario da Junta desde 1893 até 1899, anno em que foi escolhido para vice presidente, pelo que muitas vezes tem assumido a presidencia de tão importante corporação Por

José da Silveira Vianna

decreto de 2 de dezembro de 1887 foi nomeado vogal da commissão encarregada do exame e reforma dos padrões inutilisados pelo incendio succedido nos paços do concelho de Lisboa em 19 de novembro de 1863. Por decreto de 8 de maio de 1900 passou a presidente da mesma commissão. No desempenho do seu cargo na Junta do Credito Publico tem escripto, sempre com a maior pontualidade, os relatorios da Junta, que constituem documentos interessantes e indispensaveis para a historia da administração da nossa divida publica. Tem publicado· *A Junta do Credito Publico de 1893 a 1899 - Exposição resumida feita por... seu vice presidente na sessão de 1 de setembro de 1899*, 1899; *Notas biographicas de José Nunes da Silveira, governador do reino em 1820, etc, por seu neto* .. Lisboa, 1901.

Vianna *(Ludgero)*. Jornalista com mais de 50 annos de lide na imprensa do paiz, e ainda na do estrangeiro (Hespanha e Brazil) e escriptor dramatico. N. em Lisboa a 16 de março de 1842. E',

portanto, um dos mais antigos membros da imprensa lisbonense e um dos que sabem bem do seu officio. Filho do antigo negociante e armador de navios Francisco José Gonçalves Vianna e de D. Emilia Felicidade Vianna, recebeu a sua primeira educação no collegio dos padres inglezes, passando d'ahi para o lyceu. O dr. José Justino de Andrade, jurisconsulto distincto, que foi tabellião, e proprietario do theatro do Gymnasio, dirigiu a sua educação litteraria ao mesmo tempo que n'uma sua pequena typographia o iniciava elle proprio na arte typographica. Viveu de traducções para diversas bibliothecas, sendo alguns d'esses trabalhos por conta da extincta *Bibliotheca dos Dois Mundos*, de Pedro Correia da Silva. Foi correspondente de varios jornaes, entre estes o *Conimbricense*, a *Provincia*, do Porto, *Diario de Noticias*, da Bahia, e ainda outros

Ludgero Vianna

jornaes d'aquelle paiz. Em 1863 entrou para a redacção da *Epoca*, de que era proprietario João Viegas (Agapito), sendo o seu primeiro collega n'esse jornal Henrique Gorjão, que foi durante annos collaborador do *Diario de Noticias*. Em 1870 encarregou-se da direcção do *Correio do Sul*, tendo por collegas Ferreira Lobo, que n'esse tempo tinha já uma bella cotação jornalistica, Freitas de Oliveira, polemista de valor, Guimarães Fonseca, estylista que deixou nome, Gomes Leal, que publicou ali versos primorosos, e João da Silva Vianna. Passou d'ali, em 1873, para o *Diario Illustrado*, de cuja redacção foi secretario, pelo fallecimedto de Gastão da Fonseca, demorando se n'esse jornal cêrca de 20 annos. Fundado por Pedro Correia da Silva o *Correio da Europa*, foi o primeiro numero d'esse jornal feito por Manuel Joaquim Pinheiro Chagas, Alberto Pimentel e Ludgero Vianna, sendo os artigos firmados pelos seus autores. D'esse jornal ficou sendo tambem secretario. Em 1888 fundou o *Correio do Povo*, que teve um bello inicio, e cuja propriedade deixou por motivos alheios á sua vontade. Em 1893, fallecendo Pedro Correia da Silva, saiu do *Diario Illustrado*, não obstante ser instado para ali se conservar. Em 1894 fundou a *Mala da Europa*, o brilhante jornal destinado á colonia portugueza no Brazil, redigindo esse jornal de camaradagem com Thomaz Ribeiro e o dr. Marques Guimarães. Para estabelecer convenientemente a *Mala da Europa* no Brazil, foi ali em 1894 e 1895. A *Mala da Europa* chegou a fazer tiragem de mais de 50:000 exemplares. Thomaz Ribeiro, o impagavel poeta do *D. Jayme*, distinguia e era amicissimo de Ludgero Vianna. Um facto basta para o provar. Por occasião das festas commemorativas do centenario do descobrimento da India, em 1898, Thomaz Ribeiro, altamente considerado em todo o Brazil, recebeu d'uma importante sociedade litteraria de Manaus um extenso telegramma solicitando lhe que a representasse n'essas festas. Thomaz Ribeiro, que então estava doente, escreveu a Ludgero Vianna uma carta, um verdadeiro primôr litterario, pedindo-lhe que substituisse como melhor pudesse o poeta do *D. Jayme*, n'esses festejos commemorativos. Essa carta e a resposta de Vianna, acceitando o encargo que tanto o honrava, encontram-se publicadas no *Seculo* de maio de 1898. Estando ainda na *Mala da Europa*, foi por convite de Silva Graça para a redacção do *Seculo*, assumindo o cargo de redactor delegado d'esse jornal junto da Sociedade de Geographia. Quando creança, escreveu uma comedia intitulada *A Familia do sr. Barnabé*, para ser representada pelas educandas do Recolhimento do Calvario. Escreveu tambem a letra do hymno *Estudo e trabalho*, que n'aquelle collegio foi cantado durante annos por occasião das festas escolares. A musica era de Cordeiro. Escreveu depois duas comedias, cujos titulos nos não recordam, para o antigo theatro da Rua dos Condes e ao Gymnasio uma comedia, *Casar por força*, de collaboração com Maximiano Julio de Figueiredo e Silva. Mais tarde, escreveu 5 revistas, todas em 3 actos, que obtiveram grande successo, especialmente, a primeira, *Seis annos na Parvonia*, no Chalet da Rua dos Condes, theatro que se improvisou no local do velho theatro da Rua dos Condes, antes da construcção do actual; as coplas d'esta revista tornaram-se popularissimas; e o *Az de copas*, representada no theatro do Rato, que deu enorme numero de representações, assim como a antecedente. No Rato representou-se a revista *A outra metade;* no theatro da Alegria, a *Zig-zag*, e no actual theatro da Rua dos Condes, a ultima que escreveu, *Na Lua*. Escreveu 2 dramas: *Os Malhados* e o *Povo*. O primeiro militar e o segundo maritimo. Tambem com o titulo de *Os Malhados* foi representado no theatro de D. Amelia, hoje da Republica, uns 20 annos depois, um drama, de que foi autor o conhecido jornalista e escriptor sr. Arthur Lobo d'Avila; 3 operettas, uma das quaes, a *A Filha do sr. Chrispim*, fez epoca, sendo representada em Lisboa, Porto, Coimbra, e outras terras de Portugal, em Hespanha, traduzida em hespanhol, e no Brazil. Escreveu ainda outras comedias, sendo uma d'ellas as *Abençoadas nozes*, representada no Gymnasio. Publicou

varios folhetos, um romance historico, *O mestre André*, que saiu em livro (edição esgotada) e em folhetins no *Diario de Noticias*, e collaborou em muitos jornaes litterarios. Em 1886, convidado por Antonio José Ferreira, proprietario da *Folha do Povo*, creou n'esse jornal a secção *Os Ridiculos*, quasi toda escripta em verso, e que obteve o mais extraordinario successo. Manteve essa secção durante dois annos. E' socio fundador e presidente honorario da Associação da Imprensa Portugueza, socio correspondente da Sociedade de Jornalistas e Homens de Letras, do Porto; socio correspondente de varias sociedades litterarias e de Beneficencia do Brazil. Foi Ludgero Vianna quem, em 1893, levantou a questão da chamada *Cholera Sousa Martins*. Tambem n'esse anno, por causa da reforma das pautas alfandegarias, manteve uma discussão na imprensa, em resultado da qual esteve para se bater em duello com um dos homens mais em evidencia na nossa politica de então, duello que foi evitado por Pedro Correia da Silva. Ludgero Vianna entrou para a redacção do *Diario de Noticias*, ha mais de 12 annos, como redactor effectivo, ainda ali se conserva.

Vianna *(Manuel de Paula Rocha)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, advogado em Evora, sua patria, onde falleceu a 20 de fevereiro de 1890 com pouco mais de 53 annos de edade. Era filho de Manuel Affonso Vianna. Por muitos annos exerceu a advocacia em Evora, sendo muito considerado e gozando de geraes sympathias. Exerceu tambem diversos cargos publicos, com muito zelo e dedicação, como o de vereador da camara municipal, do que foi presidente no biennio de 1870 e 1871, logar em que prestou relevantes serviços. A elle se deve a restauração, aformoseamento e conservação do bello templo romano, como uma das reliquias de Evora, e outros muitos melhoramentos. Foi por vezes nomeado procurador á junta geral do districto; vice-bibliothecario da Bibliotheca Publica, etc. Jornalista consciencioso, foi o fundador, juntamente com o dr. Augusto Filippe Simões, lente da Universidade, do jornal *Folha do Sul*, que se publicou em Evora desde dezembro do 1863 até dezembro de 1865. Teve parte na redacção do *Manuelinho de Evora*, folha politica, litteraria, noticiosa e independente, que principiou a publicar-se em 1880 e durou muitos annos.

Vianna *(D. Pedro de Menezes, 2.º conde de)*. N. no ultimo quartel do seculo XIV, sendo filho de D. João Affonso Tello de Menezes, que fôra feito conde de Vianna por el-rei D. Fernando em 30 de março de 1368, e da condessa D. Maior de Porto Carreiro. Era descendente por varonia de Affonso Tello de Menezes, rico homem de Castella, que retirando se para Portugal, D. Affonso IV o fez seu mordomo mór. Ficando ainda creança quando falleceu seu pae, sua mãe o levou comsigo a Castella por causa das alterações entre Portugal e aquelle reino, e porque seu pae seguira o partido de D. Leonor Telles; por cuja razão entre as mercês que a rainha D. Brites de Castella fez á mãe, nomeou tambem o filho conde de Ilhó. D. João Affonso Tello de Menezes tomou depois, em 1383, o partido de D. João I de Castella contra o Mestre de Aviz, e por esta razão, segundo a tradição, foi assassinado em 1384 pelos habitantes de Penella. A D. Pedro de Menezes não faltou applicação ao estudo das artes liberaes, e tanto se evidenciou n'esse estudo, que era depois consultado e a sua opinião ouvida com consideração. N'aquelle tempo, a guerra era a escola mais habitual nos jovens da nobreza, e como D. Pedro notava em si brio e desenvoltura de soldado, de todo se dedicou ás armas. Na expedição de Ceuta em 1415, e para a conquista de aquella praça, acompanhou D. João I, e os infantes, em 6 galeras equipadas e armadas á sua custa, para satisfazer ao seu ardente desejo de servir em tão gloriosa empresa. A armada real compunha-se ao todo, de 230 vélas. Conseguida tão gloriosa victoria em 21 d'agosto do referido anno, aprazou-se o domingo seguinte 25 para se armarem cavalleiros os infantes, que fôra o fim principal de aquella empresa, e n'esse dia foi tambem, com toda a solemnidade armado cavalleiro por mão do infante D. Duarte, D. Pedro de Menezes, seu alferes mór. D. João I, desejando voltar ao reino, encarregou do governo da praça D. Nuno Alvares Pereira; porém o valente guerreiro recusou-se a tão elevada honra, allegando a sua avançada edade e os desejos que nutria de passar os ultimos dias de vida sob as abobadas d'um claustro. Esta recusa causou serios cuidados ao monarcha, pela grande difficuldade de encontrar de prompto cavalleiro digno e capaz de defender Ceuta de qualquer agressão dos arabes; então D. Pedro de Menezes, vendo que ninguem accedia aos desejos do rei, com coração intrepido e desprezador de perigos, se offereceu generosamente. D. João I acceitou e o nomeou governador e capitão general de Ceuta, deixando lhe 2:700 soldados, e em premio de tanto valor não consentiu que lhe prestasse homenagem da sua tenencia, como era costume n'aquelles tempos cavalheirescos. A 2 de setembro de 1415 a esquadra real largava ferro com destino ao reino, e D. Pedro de Menezes dispunha o necessario para defender até á morte com a sua gente a praça, cujo governo lhe havia sido confiado, e que elle conservou por mais de 22 annos, sustentando-a com incrivel resistencia em repetidas correrias e assaltos de moiros, e principalmente em dois porfiados cêrcos. No primeiro logo quasi 3 annos depois, e que principiou em 11 d'agosto de 1418, desbaratou mais de 120:000 barbaros por terra, com muitas galés, e outras embarcações por mar, deixando mortos no campo 3:000, e dos melhores, além de inumeraveis feridos. Foi mais furioso o segundo, que não tardou muito, em que dando se por afrontados os moiros, vieram com o soccorro do rei de Granada, facil valedor de amigos, e parentes, com tamanha furia de gente, que pareciam querer rendel-a só com o mêdo. Foi preciso, que o conde D. Pedro vendo-se cercado, e em tamanho aperto, recorresse a el-rei D. João I, que logo mandou com uma poderosa esquadra o infante D. Henrique, indo na sua companhia, o infante D. João. O conde tomou tanto animo, só com a vista d'aquelle soccorro, que se arremessou com o maior impeto sobre os inimigos, que os desbaratou e venceu, ficando muitos mortos e muitos captivos, de sorte que os infantes, quando desembarcaram, fôram logo a render a Deus as graças da victoria. N'este segundo cêrco tomou parte seu filho D. Duarte de Menezes, que D. Pedro chamara para seu lado, sendo ainda muito

novo, para o exercitar na arte da guerra. (*V. o 3.º conde de Vianna, D. Duarte de Menezes*). Com este motivo o conde D. Pedro recebeu em sua casa os dois infantes, por hospedes, que estiveram ali uns tres mezes, tratando os com despezas de tal franqueza e profusão, assim como aos fidalgos da sua comitiva, que eram em grande numero, que por muitos tempos foi celebrada a sua grande magnificencia. Em tantos e tão assignalados serviços, determinando vir a Lisboa, e obtida a licença d'el rei, veiu ao reino em 1430 deixando em seu logar seu filho D. Duarte com alguns fidalgos para sua direcção e conselbo, sendo recebido em Lisboa com festas e solemnidades de muita honra, assim como em Almeirim, onde el-rei o esperava, e em algumas outras terras por onde passava. Em 1433, D. Pedro, depois do fallecimento de D. João I, regressou a Ceuta, onde retomou o governo. Quando el-rei D. Duarte determinou a empreza de Tanger, a que haviam de ir os infantes D. Henrique e D. Fernando, o conde D. Pedro offereceu-se com 400 cavalleiros e 1:000 bésteiros, que elr ei lhe agradeceu, mas attendendo aos seus annos não consentiu que elle fôsse, e só acceitou a gente com seu filho D. Duarte por alferes da bandeira em seu logar. Em agosto seguinte de 1437, passando os infantes a Ceuta, o acharam muito doente. Sendo chamado ali seu filho, falleceu o nobre e denodado guerreiro em 22 de setembro seguinte. Foi sepultado na sé de Ceuta, e nos principios do reinado de D. Affonso V, sendo regente o infante D. Pedro, seu tio, foi trasladado por sua filha D. Leonor para o convento de Santo Agostinho de Santarem, que fôra fundado por seu avô, o conde de Ourem. Sobre o tumulo está esculpido em vulto de pedra com sua segunda mulher, D. Brites Coutinho, onde se lê um longo epitaphio. O conde de Vianna casou 4 vezes: a 1.ª com D. Margarida de Miranda, filha de Martinho Affonso Pires da Charneca, arcebispo de Braga, de quem houve D. Brites de Menezes, que casou com D. Fernando de Noronha, tronco da casa de Villa Real e dos condes de Valladares; e D. Leonor de Menezes, 2.ª mulher de D. Fernando III, duque de Bragança; a 2.ª vez, casou com D. Brites Coutinho, filha de Fernão Martins Coutinho, senhor de Mafra; a 3.ª vez com D. Filippa Coutinho, filha do marechal Gonçalo Vasques Coutinho, a qual morreu no mar, indo para Ceuta, e o 4.ª com D. Ginebra Pereira, filha e herdeira da almirante Carlos Pessanha.

Vianna. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santo Antonio, conc. e distr. do Funchal.

Vianna do Alemtejo. Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc. e de com., Relação de Lisboa, distr e bisp. de Evora. Tem uma só freguezia cujo orago é N S.ª d'Annunciação Está situada n'um alto, a 6 k. da margem esquerda do rio Xarrama e a 29 da capital do districto. E' pov. muitissimo antiga; pretendem varios escriptores que fôram os gallos-celtas que a fundaram, 300 annos antes da vinda de Christo. O que se não póde negar é a sua grande antiguidade, e que já no tempo do dominio dos godos tinha o nome actual. A memoria mais antiga, que se encontra d'esta terra, é que, achando-se em ruinas e abandonada, D. Gil Martins e sua mulher D. Maria Annes, a mandaram povoar e reconstruir, e lhe deram o primeiro foral. Este Gil Martins viveu nos principios do seculo XIII, e foi avô de D. Martim Gil, conde de Barcellos, e alferes mór e'el-rei D. Diniz. Por morte d'este fidalgo, vagou o senhorio para a corôa, e D Diniz lhe concedeu a categoria de villa, em 1313, dando lhe por termo Alvito, Villa Nova, Villa Ruiva e *Malcabron* (terra de que já não ha memoria); dando aos seus moradores 1:000 livras para ajuda da construcção de 400 braças de muralha, o que só se effeituou passados muitos annos. D. Diniz construiu tambem o castello, e deu á villa um novo foral, com os privilegios do de Santarem, n'um dos quaes determinava que não poderiam residir ali fidalgos sem licença da camara. Em 17 d'outubro de 1314 fez

Vianna do Alemtejo—Vista geral

doação d'este senhorio a seu filho e herdeiro, o infante D. Affonso, mais tarde el rei D. Affonso IV, com a condição de o não poder doar, senão á infanta sua mulher, ou a algum filho seu. Mais tarde foi dado o senhorio por D. Affonso V a D. João, irmão do duque de Bragança D. Fernando II, em troca de metade da sua *Quinta das Ilhas*, no termo de Mafra, e que pertencera á duqueza sua mãe. Vianna teve, annos depois, foral novo, dado por D. Manuel I, em Lisboa, a 25 de dezembro de 1517. Este foral dá lhe o nome de *Vianna d'Alvito*, mas em outros documentos se chama *Vianna a par d'Alvito*. Apezar dos chronistas de D. João II, Ruy de Pina e Garcia de Rezende, não mencionarem convocação alguma de côrtes n'esta villa durante o reinado d'aquelle monarcha, é certissimo que ellas se reuniram aqui em 1482, e fôram as 73.as d'este reino. Principiaram em Evora em 1481, para onde D. João II as havia convocado, e terminaram em Vianna, por causa da terrivel peste que então fez grande numero de victimas n'aquella cidade. Vianna tinha voto em côrtes, com assento no 17.º banco. O seu brazão d'armas é: Em campo azul um leão rompente de ouro, collocado no centro do escudo entre dois escudetes de prata esquartelados por uma cruz vermelha, um de cada lado, e entre dois signos de Salomão, tambem vermelhos, um na parte superior do escudo, e outro na parte inferior. Os arredores da villa são muito aprazíveis pelas hortas, pomares, olivedos, vinhas, arvoredos silvestres, e fontes de boa agua, que n'elles se encontram. No seu termo ha abundancia de caça, e nos montes que circumdam a villa, ha pedreiras de marmores finissimos, de muito diversas qualidades d'onde costumam vir bastantes, segundo dizem, para as officinas de Lisboa. Uma parte d'aquella collecção preciosa de marmores portuguezes que figurou em tempo nas exposições de Londres e de Paris, e que pela sua belleza attrahiu a attenção dos visitantes, foi d'aqui extrahida. O castello, que existe ainda, é obra d'el rei D. Diniz, conforme dissémos. Ha escriptores que julgam provavel, que se aproveitasse para esta construcção os materiaes d'alguma antiquissima fortaleza, romana, gothica ou arabe; outros, porém, contestam esta opinião, allegando que os povos que dominaram na Lusitania, escolhiam sempre os pontos mais elevados para ali construirem as suas fortificações, e que, por isso, não edificariam uma em logar tão baixo como aquelle de que se trata. O castello de Vianna, hoje considerado monumento nacional, é um pentagono irregular, constituido de muralhas ameiadas, tendo nos angulos torres circulares rematadas por uma cobertura cónica. Pela configu-

Vianna do Alemtejo—Portico da Egreja Matriz

ração das torres destôa por completo de todas as construcções do genero que se conhecem no paiz. O seu estado de conservação é ainda muito apreciavel. A egreja matriz foi mandada construir por el-rei D Diniz, nos primeiros annos do seculo xiv. Está encostada á muralha do SE que circumda parte da povoação. O seu primeiro orago foi Santo Aleixo. Reconstruiu-se durante os reinados de D. João II e D. Manuel, e suppõe se que n'essa occasião se lhe mudou o orago para o actual. E' um templo espaçoso e elegante, de 3 naves, de estylo *manuelino*, ou gothico moderno. Tem altar-mór e 6 altares no corpo da egreja. As suas janellas eram ornadas com magnificas pinturas em vidro; hoje só uma das janellas conserva os seus primitivos vidros, onde se vê um bello retrato de S. Pedro em brilhantes côres. A capella do Santissimo Sacramento, que fica do lado da Epistola, é moderna, e foi construida em 1851, á custa d'um legado do benemerito padre Luiz Antonio da Cruz, natural de Vianna, que foi parocho d'esta freguezia. Esta egreja tambem é considerada monumento nacional. Dentro do recinto do castello está a Santa Casa da Misericordia e edificios annexos. Foi edificada pela rainha Santa Izabel, com uma albergaria, hospital e pharmacia, fornecendo medicamentos a todos os pobres, embora tratados nos domicilios, e subsidía o medico do partido municipal para que assista aos enfermos pobres. Este estabelecimento possue uma bibliotheca com um avultado numero de obras litterarias, historicas e scientificas, constando haver entre ellas algumas muito raras e preciosas. No mesmo ambito do castello estava o cemiterio parochial, mas em 1871, por medida hygienica, se mudou para fóra da villa Em 1866, por iniciativa do benemerito medico Antonio José de Sousa e de sua mulher D. Maria José de Sousa se creou pela *Associação de Caridade* da villa uma *créche*, que foi a segunda que se estabeleceu em Portugal. A *créche*, asylo e bibliotheca estão installadas em edificio proprio, construido em parte do antigo convento de S. Francisco, cedido generosamente para este fim pelo seu proprietario, João Antonio Martins Moron. Por portaria de 28 d'outubro de 1893 foi concedida a creação da *Escola Officina Medico Sousa*, sendo-lhe esta denominação conferida pela portaria de 24 d'abril de 1894, como tributo de gratidão á memoria do benemerito medico Antonio de Sousa, acima mencionado. N'ella se ensinam praticamente os processos relativos aos officios de oleiro, forneiro de louça e pintor ceramico, havendo durante as férias um curso de desenho applicado á olaria. O edificio da camara municipal é um dos mais importantes da villa. Não se conhece a data da sua fundação, mas parece ser do seculo xviii. No entretanto, os arcos geminados que ornam um chafariz encravado na parede do edificio e um frontal de pedra accusam trabalho do seculo xvi No frontal ha uma data illegivel. A agua d'este chafariz, proveniente de um aqueducto existente no subterraneo de uma das torres do castello, é de excellente qualidade e abastece quasi toda a povoação O edificio está situado na praça principal da villa, é muito espaçoso, e n'elle estão installadas todas as repartições publicas do concelho e a cadeia civil. Em Vianna do Alemtejo houve 2 conventos: o de *Jesus*, de religiosos da ordem terceira de S. Francisco, que foi fundado em 1528 por D. Izabel Cardim e seu marido Manuel Fernandes Rodovalho. Mandaram construir umas casas nas quaes instituiram um albergue para mulheres pobres e desvalidas, dando-lhe o nome de *Recolhimento de Beatas*, com a regra de S Francisco. Alguns annos depois mudou-se o recolhimento para uma casa pertencente a D. Brites Rodovalho, filha dos fundadores, e situada na rua do Poço Novo. Esta senhora, mais tarde, em 1580, pouco mais ou menos, cedeu o edificio aos frades da ordem terceira de S. Francisco, e estes trataram logo de construir um convento e a sua respectiva egreja, cujas despezas fôram feitas com esmolas dos devotos. E' aqui que está actualmente estabelecida, conforme dissémos, a *Créche*. O outro convento, o do *Bom Jesus*, foi fundado em 1553, pela referida D. Brites Rodovalho. Está situado no rocio da villa. E' vasto e conservava se em bom estado, ainda em 1897, sendo a egreja magnifica e artisticamente ornamentada. Era de freiras da ordem de S. Jeronymo, professando ali tambem a fundadora com o nome de *soror Brites Columna*. Pouco distante da villa, em sitio muito aprazivel e pittoresco, está situado o santuario de N. S.ª d'Ayres. Fica no centro d'uma formosa planicie, constante de alegres e ferteis terras cultivadas. Não é, porém, esta a primitiva egreja ou capella edificada em epoca remotissima para o culto da Senhora d'Ayres. Em relação a essa primitiva egreja, apenas nos diz a tradição que, andando um lavrador do termo de Vianna, Martim Vaqueiro, abrindo a terra na sua herdade, a relha do arado levantou uma caixa que continha a imagem da Senhora, e que esse lavrador fez edificar n'este sitio uma pequena capella, onde o precioso achado foi exposto á veneração dos fieis. Esta tradição harmonisa-se com uma inscripção latina lavrada n'uma pedra que está collocada por cima da porta principal da moderna egreja e emoldurada em graciosos arabesco de fino marmore branco. A egreja actual, cuja architectura é muito similhante á do Coração de Jesus da Estrella, tem uma só nave, e foi começada a edificar em 29 d'abril de 1743. Os angulos da capella-mór são ornados por 8 columnas de marmore raiado, saido d'uma pedreira, que ainda conserva hoje o nome de *Pedreira de N. S.ª de Ayres*. Esta capella tem 4 altares ao centro formando throno á redoma onde se vê encerrada a imagem, e são ornados de delicada obra de talha. Ornam ainda a capella-mór 4 magnificas estatuas de evangelistas, em madeira. Junto d'este soberbo templo, que tantas bellezas artisticas contém e que fazem a admiração de quantos o visitam, realisa-se n'um domingo do mez de setembro uma das mais importantes feiras do Alemtejo. E' ali que os lavradores vão comprar o gado suino de que precisam para encabeçar os seus montados. Deu origem a esta feira, que foi declarada franca por alvará de 27 de setembro de 1751, uma das muitas festividades que n'outro tempo se celebravam em homenagem á Senhora d'Ayres. Vianna do Alemtejo pertence á 4.ª div. mil., 7.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut, e res. n.º 11, com a séde em Setubal. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales, est. do caminho de ferro, na linha de Lisboa a Beja, en-

tre as de Alcaçovas e Villa Nova; agentes de diversas casas bancarias e de companhias de seguros do paiz; *Associação de beneficencia e instituto de piedade; Associação de caridade* e *Caixa Economica*, etc., asylos e creche, productores d'aguardente, d'azeites e de vinhos; fornos de cal, fabricas de carros, de ceramica, de moagem, de queijos, de rolhas e de tijolo; medicos, pharmacias, sociedades de recreio: *Grupo Artistico de Sapateiros*, com philarmonica; *Sociedade Viannense*, com um theatro, que foi construido em 1843; mercado todos os dias. O conc. compõe-se de 3 freguezias, com 1:499 fog. e 6:253 hab., sendo 3:202 do sexo masc. e 3:051 do fem., pelo censo de dezembro de 1911, n'uma superficie de 43:307 hect. As freguezias são: O Salvador, de Alcaçovas. 2:944 hab.: 1:480 do sexo masc. e 1:464 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Aguiar, e N. S.ª da Annunciação, de Vianna do Alemtejo, estas duas freguezias reunidas; 3:309 hab.: 1:722 do sexo masc. e 1:587 do fem. Este conc. foi supprimido e annexo ao de Evora por decreto de 12 de julho de 1895, e foi restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1908. Os seus principaes artigos de commercio são: azeite, cortiça, cereaes, legumes, ceramica, gado, lans e vinho.

Vianna do Alemtejo—Egreja de Nossa Senhora do Ayres

Vianna do Castello *(Districto administrativo de).* E' limitado ao N pela Galliza, da qual o separa o rio Minho; a E pela Galliza e pelo distr. de Villa Real, ao S pelo distr. de Braga e ao O pelo Oceano Atlantico. Tem 2:238 k q de superficie. O seu numero de fogos é de 53:217 para 218:525 hab. de residencia habitual. A costa do districto prolonga se desde a foz do rio Minho até á do Neiva, sem recortes sensiveis. A foz do rio Minho fórma o porto de Caminha. Da ponta do Cabedello segue para SO, encontrando-se proximo da foz a ilhota denominada *Insua*, e sendo o canal principal da barra entre esta ilhota e a costa. Para o SO encontra se a ponta Montedor, seguindo depois a costa para SE até á barra do rio Lima. Este rio fórma o porto de Vianna, cuja barra se abre a SO. A costa continúa para SO até á foz do Neiva, encontrando-se varios recifes n'esta parte do littoral. Além dos rios Minho, Lima e Neiva, vem desaguar no littoral a pequena ribeira de Ancora. O rio Minho divide a nossa fronteira da da Galliza, correndo para o SO n'uma extensão de 65 k. e sendo engrossado com o Coura, que vae affluir n'elle proximo de Caminha; o Lima tem em Portugal 58 k. de curso na direcção de SO, e o seu affluente mais importante é o Vez, que se lhe vae juntar em Ponte da Barca; e o Neiva nasce na serra do Oural e fórma em parte ao S o limite do districto. Temos ainda ao N o Ancora, que descendo da serra de Arga, vae desaguar no Oceano. O distr. de Vianna do Castello é cortado pelas serranias da Peneda da Amarella, que são contrafortes da serra de S. Mamede. Estas serranias dividem-se em varias ramificações. Entre o Minho e o seu affluente Coura correm as serras de Bolhosa e Sampaio; entre os rios Minho e Lima levanta-se a serra da Peneda; entre o Coura e o Lima as de Santa Luzia, Arga e Miranda; e entre o Lima e o Neiva as de Oural, Nora, Padella, Villa Franca e Faro. Perpendicularmente a estas serranias correm outros pequenos contrafortes. A serra da Peneda liga-se com as serra de Soajo e da Gavieira, elevando se á altura de 1:446 m. Na constituição geologica predomina o granito; apenas em algumas fachas projectadas aproximadamente na direcção N e a SE, especialmente nos concelhos de Caminha, Coura e Villa Nova da Cerveira, predomina o schisto. As especies florestaes que se encontram mais frequentemente nas serras, são o pinheiro bravo e o carvalho. No que respeita a aguas mineraes, devemos citar as de Mou-

são, que brotam proximo da villa, na margem do rio Minho, o são muito frequentadas na estação propria, e as de Melgaço, (V. *Monsão, (Caldas de)*, e *Melgaço)*. O solo é geralmente muito fertil, encontrando-se por toda a parte grandes tractos de terreno cultivado que são do mais bello aspecto. E' nos valles dos rios onde a vegetação mais viceja e espleude, encontrando-se por vezes zonas cultivadas de mais de 3 k de extensão. Os accidentes do terreno são habilmente aproveitados para os generos de cultura a que mais se prestam, resultando, não raro, do conjuncto das tonalidades da paizagem, um golpe de vista admiravel. O districto abunda em gado, sendo a especie mais importante a bovina. As raças mais importantes são a gallega e a barrozã Importa-se gado para creação, tanto dos outros districtos do paiz como da Galliza. Abundam os carneiros, as cabras e os porcos, e a especie cavallar é pouco importante. E', todavia, um dos districtos mais notaveis pela sua densidade pecuaria. A propriedade está muito dividida em todo o districto, que é tambem um d'aquelles onde a população está mais accumulada. D'ahi o recurso para a emigração, na qual o districto figura com uma percentagem consideravel. No que respeita a vias de communicação, atravessa o districto a linha ferrea do Minho, que vae do Porto a Valença, na extensão de 133 k., e está em projecto d'um prolongamento até Monsão, e d'um ramal para a Ponte da Barca. As estações d'esta linha dentro do districto, são as de Barrozellas, Alvarães (apeadeiro), Darque, Vianna, Areosa, (apeadeiro), Montedor, Affife, Ancora, Moledo do Minho (apeadeiro), Caminha, Seixas, Lanhellas, Gondarem (apeadeiro), Cerveira, Campos (apeadeiro), S. Pedro da Torre e Valença. As estradas nacionaes são: de Valença a Melgaço, de S. Pedro da Torre a Paredes de Coura, de Vianna aos Arcos de Valle-de-Vez, de Vianna a Lindoso, de Ponte do Lima aos Arcos pela Barca e dos Arcos a Monsão, Barcellos a Vianna e de Vianna a Valença, que segue até á fronteira, passando por Caminha, Cerveira, Valença, Monsão, Melgaço e finda em S. Gregorio; de Braga á Ponte da Barca, passando por Villa Verde e Pico do Regalados, e a de Ponte da Barca a Lindoso. As principaes estradas districtaes, são: a de Caminha a S. Martinho de Coura, a de Vianna e de Ponte do Lima. O districto está dividido em 10 concelhos: Arcos de Valle de-Vez, Caminha, Melgaço, Monsão, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte do Lima, Valença, Vianna do Castello e V. N. da Cerveira. Tem uma só cidade: Vianna do Castello, e 9 villas: Arcos de Valle-de-Vez, Caminha, Melgaço, Monsão, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte do Lima, Valença, e V. N da Cerveira. Na divisão judicial pertence á Relação do Porto; na militar á 3.ª divisão; e na ecclesiastica á diocese de Braga e á provincia ecclesiastica bracarense. Tem duas praças fortes: Valença e Vianna ambas de 2.ª classe, dois portos, Caminha e Vianna; alfandega maritima de 2.ª classe em Vianna, e delegações em Caminha e Espozende; Alfandega e Valença, e delegações de 1.ª ordem em V. N. da Cerveira, Monsão, Melgaço e Ponte da Barca O commercio de importação consiste principalmente na introducção de gado, vindo de Hespanha, pela alfandega de Valença. A que se fez pela alfandega de Vianna comprehende quasi todos os artigos, sendo os mais importantes: gado, cereaes, assucar, carvão de pedra e petroleo. A exportação pela alfandega de Valença consta de gado, ovos, madeira, ferro em obra, mineraes e vinho; o pela de Vianna, ovos, madeira e cortiça. A industria fabril tem adquirido uma certa importancia nos ultimos tempos, contando-se no districto diversas fabricas excellentemente montadas. A instrucção é facultada em numerosos estabelecimentos publicos e particulares, havendo um lyceu em Vianna. O conc. de Vianna do Castello é composto de 40 freguezias, com 10:953 fog. e 49:890 hab., sendo 21:614 do sexo masc. e 28:276 do fem. pelo censo de 1911. As freguezias são as seguintes: Santa Christina, de Affife, 1:348 hab.: 437 do sexo masc. e 911 do fem; S. Miguel, de Alvarães, 1:562 hab.: 663 do sexo masc. e 899 do fem.; Santa Maria, de Amonde, 413 hab.: 156 do sexo masc. e 257 do fem.; S. Thiago, de Anha, 2:630 hab : 1:159 do sexo masc. e 1:471 do fem.; Santa Maria da Vinha, de Areosa, 1774 hab.: 673 do sexo masc. e 1:101 do fem.; S. Pedro, de Capareiros, 2:264 hab.: 1:051 do sexo masc. e 1:213 do fem.; S. Thiago Maior, de Cardiellos, 671 hab.: 267 do sexo masc. e 404 do fem.; Santa Maria, de Carreço, 1: 93 hab.: 436 do sexo masc. e 757 do fem ; Santa Maria Maior, de Carvoeiro, 848 hab : 372 do sexo masc o 476 do fem.; S Thiago, do Castello de Neiva, 1:854 hab.: 804 do sexo masc. e 1:050 do fem ; S. Sebastião, de Darque, 1:791 hab.: 738 do sexo masc. e 1:053 do fem ; S. Pedro, de Deão, 637 hab.: 289 do sexo masc. e 348 do fem.; S. Mamede, de Deo Christe, 544 hab.: 251 do sexo masc. e 293 do fem.; S. Martinho, de Freixoeira de Soutello, e S. Pedro, de Soutello, estas duas freguezias, 646 hab : 246 do sexo masc. e 400 do fem.; Santa Leocadia, de Geraz de Lima, 805 hab.: 345 do sexo masc. e 460 do fem.; Santa Maria, de Geraz de Lima, 636 hab.: 290 do sexo masc. e 346 do fem.; Santa Eulalia, de Lanhezes, 1:057 hab.: 421 do sexo masc. e 636 do fem., S. Nicolau, de Mazarefes, 757 hab.: 339 do sexo masc. e 418 do fem.; Santa Christina, de Meadella, 1:506 hab.: 734 do sexo masc. e 772 do fem., S. Paio, de Meixêdo; 463 hab.: 186 do sexo masc. e 277 do fem ; S. Lourenço, de Montaria, 950 hab.: 368 do sexo masc. e 582 do fem.; Santa Marinha, de Moreira de Geraz de Lima, 326 hab.: 128 do sexo masc. e 198 do fem ; Santa Maria Maior, de Mujães, 1:016 hab.: 458 do sexo masc ; o 558 do fem.; S. Romão, de Neiva, 708 hab. 312 do sexo masc. e 396 do fem ; S. João e S. Claudio, de Nogueira e S. Claudio, 585 hab : 254 do sexo masc. e 331 do fem ; S. Martinho, de Outeiro, 1:164 hab.: 535 do sexo masc. e 629 do fem.; S. Miguel, de Pêrre, 2:018 hab.: 971 do sexo masc. e 1:047 do fem ; S. Salvador, de Portella Suzã, 395 hab.: 167 do sexo masc. e 228 do fem ; Santa Martha, de Portuzello, 2:429 hab.: 1:120 do sexo masc. e 1:309 do fem.; S. Pedro, de Serreleis, 643 hab : 28[illegible] do sexo masc. e 357 do fem.; S. Pedro, de Sub-Portella, 835 hab.: 400 do sexo masc. e 435 do fem.; S. Salvador, de Torre, 446 hab.: 199 do sexo masc. e 247 do fem.; N. S.ª do Monserrate, de Vianna do Castello, 4:799 hab.: 2:202 do sexo masc. e 2:593 do fem ; Santa Maria Maior, de Vianna do Castello, 5:687 hab.: 2:411 do sexo masc. e 3:276 do fem ; S. Miguel, de Villa Franca, 983 hab.: 446 do sexo masc. e 537 do fem.; S

Martinho, de Villa Fria, 781 hab.: 340 do sexo masc. e 441 do fem.; S. Martinho, de Villa Mou, 504 hab.: 229 do sexo masc. e 275 do fem.; Santa Eulalia, do Villa de Punhe, 1:789 hab.: 806 do sexo masc. e 983 do fem.; S. Miguel, de Villar de Murteda, 303 hab.: 121 do sexo masc. e 182 do feminino.

Vianna do Castello. Cidade da prov. do Minho, séde de conc., de com. e de distr., Relação do Porto e arceb de Braga. Tem duas freguezias: N. S.ª do Monserrate e Santa Maria Maior. Está situada na margem direita do Lima, em formosa e vasta planicie, que se estende entre a toz d'este rio e o monte de Santa Luzia, ramificação da serra do mesmo nome, que lhe fica ao norte com a altitude de 205 m. Tem uma vista surprehendente sobre as duas margens do rio Lima sempre cobertas de verdura e orladas de frondoso arvoredo, alternado de bonitas povoações, magnificos edificios, e poeticas egrejas e do productos industriaes e do passageiros. Além do passeio publico, aformoseiam o caes outras plantações de arvoredo, e chafarizes de fórma elegante, d'onde as embarcações se fornecem de aguada. Uma elegante ponte de ferro, abrangendo o rio Lima, liga a á outra margem. Vianna é uma pov. antiquissima. Segundo a opinião de varios escriptores, foi fundada com o nome de *Calpe* no anno 2806 da creação do mundo, 1156 annos antes da vinda de Christo, por Diomedes, filho de Tydeu, rei da Otolia na Grécia, poucos annos depois da destruição de Troia. Errando aquelle valente capitão com muitos dos seus em vida aventurosa pelos mares, entrou a foz do Lima, e convidado pela amenidade do rio e das suas margens, fundou aqui a velha *Calpe*. Dizem mais que a primitiva *Calpe* já contava 7 seculos de existencia, quando pelos annos do 3603 da creação do mundo os celtas e turdetanos, invadindo a parte occidental da peninsula, feriram entre si grande

Vianna do Castello — Antigo largo de S. Domingos

ermidas. De qualquer ponto da cidade se descobre uma vasta extensão do Oceano Atlantico, mas o panorama que se desfructa do alto de Santa Luzia é sobremaneira espaçoso e admiravel. Ao longo da margem direita do rio tem um bello caes de cantaria, que principia da barra junto ao castello de S. Thiago, e segue até quasi ao extremo opposto da cidade, offerecendo em toda a sua extensão diversos e commodos desembarcadouros. O caes de Vianna do Castello, além da sua importancia para o porto como obra hydraulica de muito solida construcção, é um passeio publico lindissimo e de muito trafego commercial, porque em umas partes dão lhe animação os navios e embarcações de cabotagem, recebendo e descarregando generos do paiz e do estrangeiro, para a alfandega, que se acha proxima do rio; em outras partes é o commercio interior que faz o movimento, trazendo continuamente ao caes muitos barcos da navegação do rio, carregados batalha nas margens do Lima, e que invocando os celtas a protecção dos habitantes de *Calpe*, estes os receberam generosamente e os penhoraram tanto que os dois povos em breve se confundiram e identificaram, e para melhor resistirem ás aggressões dos turdetanos, transferiram para o monte, hoje denominado de Santa Luzia, proximo e muito mais defensavel, a primitiva *Calpe*, dando-lhe os celtas o nome de Vianna, em memoria da sua cidade de *Vienne*, em França. Querem outros que o nome de Vianna seja modificação de *Biduana*, por ter sido a nova cidade feita com grande rapidez. Mas a opinião geralmente seguida é que a nova cidade tomou o nome de Vianna d'um templo de Diana, que existia no local para onde a transferiram. Pelos annos 3827 da creação do mundo foi esta cidade, já então florescente, conquistada pelos romanos, e em memoria d'esto facto o seu conquistador Decio Junio Bruto lhe impôz o nome de *Brutonia*,

depois *Britonia*, cidade famosa sob o dominio do povo rei, e tanto que teve presidentes, e chegou a ser cidade episcopal até ao anno 610 da era christã, em que este bispado foi supprimido, unindo se ao de Tuy, e passado tempo ao arcebispado de Braga. Ali padeceram martyrio S. Theophilo, S. Saturnino e Santa Revocata em 6 de fevereiro de 260. Vianna soffreu muito, como todas as terras da peninsula, nas luctas com os godos, alanos, suevos e arabes, sendo tomada e saqueada differentes vezes, e arrazada até aos fundamentos pelo sanguinario Almançor. Os infelizes habitantes de Britonia que escaparam ao massacre, fôram habitar o sitio denominado as *Povoanças*, e por essa occasião fundaram um templo no local que hoje occupa a egreja matriz da freg. d'Areosa com a invocação de *Santa Maria de Vianna*, que com o tempo se denominou *Santa Maria da Vinea e da Vinda*, e actualmente conserva o nome de *N. S.ª da Vinha*. Deram principio á nova pov. tambem chamada Vianna, em 983, que em breve se estendeu até á foz do Lima, occupando todo o territorio que dista das *Povoanças* até á freg. de Santa Christina da Meadella; mas no anno 997 foi tambem destruida pelo mesmo Almançor. Depois da morte d'este barbaro, os habitantes que tinham sobrevivido passaram a habitar o Atrio, aproximadamente o sitio onde se vê hoje a capella de Santa Catharina d'esta cidade. Desenvolveu-se lentamente a nova povoação, e quando em 1253 ali esteve D. Affonso III, já ella explorava com vantagem o commercio maritimo, o que determinou el rei a construir um forte castello para o proteger. O soberano resolveu-se a restaurar Vianna, mas preferiu ao cume da ingreme montanha a planicie que se estende das suas faldas até ao rio, logar não só mais bello e mais commodo, como tambem mais apropriado ao desenvolvimento da nova villa. Esta fundação effeituou se em 1260, e para ella serviram-se de uma grande parte dos materiaes da antiga Vianna, que jaziam abandonados no alto do monte. D. Affonso III, estava então em Guimarães, e deu foral á pov. com muitos privilegios, a 18 de junho de 1258, dando-lhe a categoria de villa e o nome de *Vianna da Foz do Minho*. Ainda em Guimarães, o mesmo soberano lhe deu outro foral, em 1262, augmentando-lhe os privilegios. Reconhecidos os viannenses pelos privilegios e regalias que o soberano lhes concedera n'estes dois foraes, se obrigaram a pagar lhe cada anno, a elle e aos seus successores 1:100 maravedis velhos, e fazerem á sua custa os muros de circumvalação, construidos de cantaria, defendidos com torres. Principiava a circumvalação na Porta da Ribeira, seguindo pela rua do Caes, Victoria, arco de S. Chrispim, rua do Caxuxo, direita ao Eirado, voltando d'ahi á praça da Herva, e terminando na da Picóta. Tinha 5 portas: de *S. Thiago*, ao N, de *S. João* e *Senhora da Victoria* ao S, de *S. Pedro* a E de *S. Filippe* ao O. Hoje, parece que já nem restam vestigios d'estas portas. Ao pé de todas ellas, menos da de S. Thiago, havia ermidas, dedicadas, a da porta de S. Filippe, aos Santos Chrispim e Chrispiniano, e as outras aos santos da sua invocação. El rei D. Diniz, filho de D. Affonso III, para animar o commercio, que então começava a desenvolver-se, creou na villa uma feira franca, ou mercado, de 15 em 15 dias Os viannenses entregavam se de preferencia ás pescarias, explorando o mar e o rio Lima, tornando-se este quasi o exclusivo ramo da sua industria; comtudo, não deixavam tambem de explorar a riqueza dos seus campos. Foi, porém, no reinado de D. Manuel I, que Vianna attingiu o maior esplendor, quando a vida do paiz se concentrou nas terras do littoral com a conquista e exploração das nossas possessões ultramarinas. E tanto se distinguiu Vianna n'essa lucta de gigantes, que lhe foi dado por brazão um escudo de prata, coroado, com uma nau de ouro á vela, sobre ondas azues, tendo na vela do mastro grande as armas de Portugal, e na prôa uma ancora. O seu porto encheu se de navios, que demandavam as nossas ilhas, varios paizes da Europa, o Brazil, e os barcos da Terra Nova para a pesca do bacalhau. A villa constituiu se um pequeno emporio dos generos coloniaes, não só para o consumo da provincia, mas para a exportação em grande escala para os paizes estrangeiros. El-rei D Manuel lhe havia dado foral novo, em Lisboa, no 1.º de julho de 1512. El-rei D. Sebastião outorgou-lhe o titulo de notavel em 26 de março de 1563 Conforme dissémos, D. Affonso III, desejando defender a barra do Lima, porto da sua nova povoação, das surprezas dos invasores, construiu um forte castello, a que deram o nome de *Roqueta*. Em 1498 passando el-rei D. Manuel pela villa, para ser jurado em Toledo herdeiro de Castella, visitou a Roqueta, e mandou ali levantar uma alta torre, guarnecida de artilharia, para defeza da barra; restaurou tambem o castello, e é d'esse tempo ainda a parte do actual, denominada *Roqueta*, onde se vêem as armas reaes e a esphera armillar, divisa d'aquelle soberano. Taes eram n'esse tempo os recursos da villa, que os seus habitantes generosamente fizeram á sua custa todas as obras de defeza ordenadas por D. Manuel, e este os remunerou confirmando e ampliando as isempções e privilegios do foral de D. Affonso III, dando-lhe o foral novo citado; deu-lhes o brazão d'armas já tambem descripto, e entregou á camara a jurisdicção de capitão-mór da villa e seu termo, e lhe permittiu prover todos os officios d'ella. Em 1574, depois d'algumas prevenções de que em França se aprestava uma armada, destinada a infestar as costas do Minho, appareceu a esquadra franceza, composta de 8 navios, nas aguas de Vianna, em 8 de setembro. O inimigo pretendeu forçar a barra, mas foi repellido com tanta energia e acerto pela guarnição do castello, e pelos habitantes que acudiram promptamente em auxilio da fortaleza, que se viu obrigado a levantar mão da empresa. Em 1592, o rei castelhano Filippe II mandou accrescentar e fechar o castello com as competentes cortinas, defendido por 5 baluartes e 2 revelins, e cercado de fossos. Ainda estas obras não estavam concluidas quando se deu a acclamação de D. João IV. O jugo estrangeiro com todo o peso dos seus vexames, não conseguira quebrar o animo dos viannenses. Apenas chegou a noticia da revolução de Lisboa do 1.º de dezembro de 1640, não sómente secundaram com acclamações este brado patriotico, mas dispuzeram se a acommetter o castello, cuja guarnição castelhana se apercebeu a seu turno para uma resistencia a todo o transe. Quasi toda a gente da villa e das visinhanças, capaz de manejar uma arma, correu a unir se em um corpo para o ataque da fortaleza. Começaram por lhe for-

marem cêrco, e n'uma noite construiram sobre a barra um reducto para obstar a que o inimigo recebesse soccorros por mar. Depois edificaram mais 2 fortes em sitios convenientes para combater o castello. A' vista de taes disposições, o governador Bernardino Golanco Santilhana pediu capitulação, e sendo acceita, entregou o castello no dia 20 de dezembro de 1640. Passados seis annos, deram os viannenses outra prova do seu valor. Tendo partido da cidade do Porto para Vianna, em outubro de 1646, uma caravela carregada de artilharia destinada a guarnecer as praças da fronteira do Minho, sairam lhe ao encontro defronte de Espozende uns corsarios francezes de Dunquerque, que a tomaram depois de algum combate. Apenas isto constou em Vianna, alvoroçou-se a villa, e todos á porfia se offereciam para ir vingar a affronta. Aprestaram, pois uma caravela, e um navio hamburguez, que se achava n'aquelle porto; guarneceram-n'o de gente armada, e sairam ao mar em demanda dos corsarios, que encontraram, acommetteram e puzeram em fuga, resgatando a caravela com a artilharia. No archivo da camara municipal de Vianna guardam se duas cartas de D. João IV, de elogio e agradecimento por estes gloriosos feitos dos viannenses. Vianna começou a decair da sua antiga opulencia, apezar da sua vantajosa posição geographica; primeiro por causa dos pesados impostos lançados pelos governos dos reis castelhanos sobre a navegação, e depois pelas invasões e conquistas dos hollandezes no Brazil, que paralysaram e causaram graves prejuizos ao commercio de Vianna. As guerras da restauração de 1640 e da successão de Hespanha, e por este mesmo motivo a emigração para o Brazil, fizeram augmentar aquella decadencia durante os reinados de D. João IV, D. Affonso VI, D. Pedro II, e parte do de el-rei D. João V. Porém, as descobertas das minas de ouro e diamantes do Brazil, em 1715, o grande desenvolvimento que assumiu n'este ultimo reinado o commercio de Portugal com aquella riquissima colonia, resuscitaram a amortecida industria dos viannenses. E no seguinte reinado de D. José I, ainda recebeu nova vida pelo impulso que o marquez de Pombal soube dar a todos os interesses economicos do paiz N'esta epoca, a sua navegação e commercio estenderam-se, além dos paizes já mencionados, aos portos da Suecia e da Russia. As sabidas desgraças que opprimiram o paiz nos principios do seculo dezanove, a abertura dos portos do Brazil ao commercio das nações estrangeiras, e depois a sua emancipação, fizeram novamente decadente a villa de Vianna. A estes males ainda accresceu outro, que foi o entupimento do seu porto pelas areias, de fórma que não permittia a entrada aos navios de maior lotação, que outr'ora o demandavam. Todavia, este estado precario tem melhorado progressivamente. Vianna foi recuperando nova vida, com diversas reformas que teem creado industrias novas, regenerando e protegendo as antigas. O caminho de ferro tem concorrido tambem para esta prosperidade. O castello de Vianna foi ainda importante no seculo XVIII; é espaçoso, tem no centro um bonito largo e quarteis, assenta todo em rocha firme, e as cortinas S e O são banhadas pelo Oceano; mas está completamente desguarnecido, e dominado por pontos muito proximos, e em frente da artilharia moderna voaria muito facilmente. Hoje tem apenas o valor das suas tradições. Ainda por occasião da guerra civil de 1846 e 1847, conhecida pela Maria da Fonte, tendo-se conservado fiel ao governo de Lisboa o castello de Vianna, foi este cercado e acommettido pelas tropas da Junta do Porto, força muito superior á pequena força que não adherira á revolução, e que estava ali acolhida, mas apezar da desproporção, essa pequena força se sustentou mezes, emquanto teve munições e viveres, obrigando as tropas revolucionarias, em vista de tão pertinaz resistencia, a levantarem o cêrco, e a retirarem se. Em galardão d'esta heroica defeza, a rainha D. Maria II elevou a villa á categoria de cidade por decreto de 20 de janeiro de 1848, dando lhe então o nome de Vianna do Castello, sendo até então mais conhecida por *Vianna do Minho*. Esta fortaleza póde conter 3:000 homens de guarnição, com os competentes quarteis, casa para residencia do governador, egreja, casa d'armas, paiol, etc. Em 1700, sendo D. João de Sousa governador das armas da prov. de Entre Douro e Minho, se construiram os revelins exteriores. Os ultimos melhoramentos são devidos ao general David Calder, em 1799. Os pescadores, ao tempo da sua primeira obra de fortificação, tinham construido uma pequena ermida, dedicada a Santa Catharina, na foz do rio, com o respectivo capellão; mas com as obras mandadas fazer por Filippe II, ficou dentro dos muros, e os pescadores privados de irem ali fazer as suas orações quando quizessem, queixaram se ao monarcha, o qual mandou que se lhes pagasse o damno, determinando que a egreja ficasse annexa ao castello e que tivesse por orago S. Thiago, padroeiro da Hespanha; e mandou lhes construir uma ermida, dedicada á mesma Santa Catharina, fóra dos muros da fortaleza, a qual ainda existe. Vianna tinha voto em côrtes, com assento no 5.° banco. A correição de Vianna, no antigo regimen, tinha dependentes 9 villas, 11 concelhos e 13 coutos, que eram: villas: Arcos de Valle-de Vez, Monsão, Pico de Regalados. Ponte da Barca, Ponte do Lima, Prado, Souto da Ribeira do Homem, Vianna e V. N. da Cerveira; concelhos: Albergaria de Penella, Bouro, Coura, Entre Homem e Cávado, Geraz do Lima, Lindoso, Santa Martha de Bouro, Santo Estevam da Facha, Soajo, Souto de Rebordãos e Villa Garcia; coutos: Aboim da Nobrega, Azevedo, Baldreu, Bouro, Cervães (ou Villar de Areias), Freiriz, Luzio, Manhente, Nogueira, Queijada (unido com Boilhora), Saboriz, Sãofins e Souto. Era, portanto, Vianna cabeça de correição, assento d'um provedor, um corregedor e um juiz de fóra. O governo particular da villa compunha se de 3 vereadores, 1 procurador do concelho e outros ministros e mais empregados publicos. Era praça d'armas, onde residia o mestre de campo general, que governava as armas da provincia No conc. ha varias minas de differentes metaes; *de ferro*, no sitio de N. S.ª do Soccorro; foi declarado seu descobridor legal, em dezembro de 1874, José Pereira Vianna; *de carvão de pedra*, em janeiro de 1875 fôram manifestadas na camara municipal, duas minas de *anthracite*, e outros metaes; *estanho* e *outros metaes*, manifestada em março do mesmo anno; *estanho*, 7 minas; *antimonio* uma; *manganez* uma; todas manifestadas em novembro de 1876; *manganez*, 5 minas, *estanho e outros me*

taes, duas; todas manifestadas em dezembro do mesmo anno. Em 15 de março de 1797, achando-se as costas de Portugal infestadas por piratas francezes, os negociantes de Vianna mandaram construir um vaso do guerra, completamente guarnecido, tripulado e artilhado, que offereceram ao principe regente, depois D. João VI, para defeza da costa. O regente mandou que o navio se chamasse *Leal e Invicta de Vianna*. Este navio prestou brilhantes serviços, como um dos mais audazes da esquadra portugueza. A barra de Vianna é dividida em 3 canaes por varios rochedos, denominados: *Barra Grande* ou *do Sul*, *Portas do Castellão* e *Portas*. Em 1819, D. João VI mandou construir uma ponte de madeira, que atravessava o rio Lima em frente de Vianna, e que o rio começou a demolir e os engenheiros acabaram. Era uma pessima construcção que occasionou bastantes sinistros. N'uma das columnas tinha uma extensa inscripção latina. Os arrabaldes de Vianna do Castello são d'uma belleza encantadora, as margens do rio Lima muito amenas e pittorescas. Todo o conc. é muito bem cultivado e regado por numerosos mananciaes. As suas producções mais communs são cereaes, com especialidade milho, que exporta para differentes pontos do reino; legumes, vinho, linho e fructas. Tem varias marinhas, das quaes recolhe algum sal. Pertence á 3.ª div. mil., 5.ª brigada, grande circumscripção mil. N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 3 de que é séde, bem como do 1.º grupo do artilharia n.º 5, dos 1.º e 2.º batalhões de infantaria n.º 3; tem escolas de ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; semaphorica de 1.ª classe; advogados, agencias bancarias, e agentes de diversos bancos do paiz e de companhias de seguros; agencias de vapores, diversas associações, Asylo de infancia desvalida, e de meninas orphãs desamparadas; fabrico de azeites por systema italiano, bombeiros municipaes e voluntarios, fabricas de cal, de cortumes, de galheteiros, de gaz, de gesso, de grossaria e saccaria, de meias, de moagem, de distillação e serragem, de refinação de assucar, e de fundições de ferro e outros metaes e serralharias a vapor, depositos de aguas mineraes, capitania do porto, casas de pasto, hospedarias, hoteis, Centro Socialista Viterbo de Campos, corpo consular: de Bolivia, Dinamarca, Estados Unidos do Brazil, França, Hespanha, Hollanda, Inglaterra, Italia, Nicaragua, Paizes Baixos, Paraguay, Perú, Republicas Argentina e dos Estados Unidos da America do Norte, Suecia e Noruega; Turquia e Uruguay; corporação de pilotos da barra, delegação da Sociedade da Cruz Vermelha, dispensario anti-tuberculoso, hospital da Misericordia, e de velhos e entrevados de N. S.ª da Caridade; Lyceu Nacional, medicos, pharmacias, notarios, restaurantes; sociedades de recreio: *Assembleia Viannense*, *Club Instructivo de Caçadores*, *Club Magalhães Lima*, *Sport Club Viannense*, *Vianna Taurino Club*, *Theatro Sá Miranda;* typographias, praça de touros, carreira de tiro para o elemento militar e civil, muitos estabelecimentos commerciaes e industriaes, etc. Tem-se publicado os seguintes jornaes: *Archivo Viannense*, 1891; sairam 10 numeros com estampas; *Aurora do Lima*, 15 de dezembro de 1855; ainda em publicação, 1913; foi o primeiro jornal publicado n'esta cidade; *A Bandeira Branca*, 1893; *O Bohemio*, 1893; *Bibliographia*, janeiro, 1890; *A Brisa*, 21 junho, 1857 a 29 dezembro do mesmo anno; *Campeão do Lethes*, 1890; *Commercio de*

Vianna do Castello—Parque e hotel de S. Luzia

Vianna, 2 agosto, 1870 a 2 maio, 1871; *A Cruz*, 17 julho, 1900; *Diario de Vianna*, agosto, 1879; *Districto de Vianna*, 29 junho a julho, 1874; *Districto de Vianna*, fevereiro, 1903; *Districto de Vianna*, 21 setembro, 1899; *O Echo do Mundo*, 1 fevereiro, 1884; *Echo do Povo*, 10 junho, 1877 a 1 outubro, 1883, foi seguido do *Imparcial; Ensaio Litterario*, 24 agosto, 1884 a 4 janeiro, 1885; *Esperança*, 30 janeiro a 31 julho, 1881; *O Etna*, 1894; *Folha de Vianna*, 1913; *Gazeta do Lethes*, 15 março a 30 abril, 1885; *Homenagem*, 10 agosto a 25 setembro, 1856; *O Imparcial*, 1 outubro, 1883, em publicação em 1889; veiu do *Echo do Povo*; *O Ideal*, 23 junho, 1889; *O Ideal*, 4 novembro, 1901; *O Intransigente*, 1892; em publicação, 1903. *Jornal d'Annuncios*, outubro a 20 novembro, 1868; *Jornal de Vianna*, 17 outubro, 1856; em publicação, 1903; *Linia*, revista litteraria, 1913, *A Luz*, 1892; *O Minho*, 24 julho, 1904; *A Mocidade*, 15 dezembro, 1892; *Myosotis*, 1894; *Pero gallego*, 26 janeiro a 25 novembro, 1882; *O Porvir*, 16 setembro, 1885 a 3 janeiro, 1886; *O Povo*, 1913; *O Reclame*, 1899; *Revista Critico Bibliographica*, 1892; publicou só um n.º; *O Sillographo*, 2 novembro, 1856 a 24 maio, 1857; *O Timbre*, 2 julho a 21 outubro, 1856; *A União*, 21 agosto, 1892; *O Viannense*, 17 março, 1858 a 11 maio, 1869; *Vida nova*, 15 maio, 1892; em publicação em 1913.— Numeros unicos: *Caridade*, 1893; *Charitas*, 1891; *Fraternidade*, 2 fevereiro, 1885; *Heroes de 1640* 1894; *Homenagem da Academia*, 1895; *Homenagem da Academia de Vianna*, 1903; *Homenagem da Academia*, 1896; *Lar e Altar*, 1893; *Vianna*, 20 agosto, 1886; *Vianna a Camões*, 10 junho, 1880; *Vianna do Castello*, 1887. Em Vianna do Castello ha feira ás 6.as feiras; de 18 a 20 d'agosto, feiras francas, chamadas de N. S.a d'Agonia.

Vianna do Castello *(Casa da camara municipal e cadeia de)*. Este edificio existia no bairro da Ribeira, quando el rei D. Manuel I mandou construir outro no Campo do Forno, depois Praça da Rainha, para ondo transferiu a camara em 1502. Na fachada sobre as janellas, vêem-se de uma parto as armas da cidade, da outra a esphera armilar, divisa d'aquelle monarcha, e no centro o escudo das armas reaes o a cruz da ordem de Christo, com uma inscripção tirada do foral dado á Vianna por D. Affonso III. A inscripção commemora, entre outros privilegios, o que determina que em tempo algum o senhorio de Vianna se alienará da corôa, excepto se fôr em favor da rainha, ou infante. Este edificio, que é coroado de ameias, foi reconstruido no seculo XVIII. Na mesma praça está tambem o edificio da Misericordia. O Campo do Forno é uma pequena praça, aformoseada por um elegante chafariz com duas taças, e com um tanque circular, rodeado de grades de ferro. N'esta praça correram-se antigamente toiros por occasião de algumas festas. A cadeia, que está no mesmo edificio da camara, é mais moderna, pois foi construida em 1698, no tempo de D. Pedro II, sendo superintendente da camara o corregedor Manuel Mexia Falcão.

Vianna do Castello *(Conventos em)*. Houve aqui os seguintes, de frades:

Convento do Carmo, de religiosos carmelitas descalços. Principiou a edificar-se em 1621, e para a conclusão das obras pediram a el-rei a pedra d'uma torre da freguezia de Darque, torre pertencente á Casa de Bragança, mas D. João IV, que estimava muito aquellas ruinas, de um antigo alcaçar, mandou logo avaliar a pedra, o deu-lhes o seu valor. A egreja ainda existe, e pertence á ordem terceira do Carmo, por cedencia que lhe fez o governo, depois de abolidas as ordens religiosas. E' pequena, mas elegante. Nas aulas d'este convento frequentou os estudos o fallecido estadista o notavel jornalista Antonio Rodrigues Sampaio. N'ello se alojou officina de S. José, sendo reedificado o edificio em 1908, com uma linda fachada.

Convento de Santo Antonio (capuchos) da ordem de S. Francisco da provincia da Conceição. Foi fundado em 1612, á custa de esmolas do povo, sendo seu padroeiro Antonio Martins da Costa, que deu 2:400$000 reis para a sua edificação. O convento foi por muitos annos casa capitular e cabeça da sua provincia, o foi um dos seus melhores conventos. Depois da extincção das ordens religiosas, a egreja ficou pertencendo á camara municipal. Em 1876, estando a fachada muito arruinada, foi demolida o feita de novo. Grande parte da bella cêrca do convento, depois de derrubados os seus majestosos carvalhos, aproveitou-se para cemiterio, em 1840; outra parto foi dada ao Hospicio de Caridade para o seu novo hospital; mas a linha ferrea cortou aquelle terreno, inutilisando-o para esse fim, e a parte restante foi annexada ao hospital militar, que está estabelecido no mesmo edificio.

Convento de S. Domingos, de religiosos dominicanos, fundado pelo arcebispo de Braga D. Frei Bartholomeu dos Martyres. O bondoso prelado, obtendo em 1560 licença da rainha D. Catharina, regente do reino na menoridade de seu neto, el rei D. Sebastião, e consentimento pleno da camara de Vianna, pediu ao Papa Pio IV autorisação para fundar esto mosteiro. Todas estas licenças levaram tres annos a conseguir, pelo que só em abril de 1563 é que se abriram os alicerces do convento, e os da sua egreja em 1566. O edificio é amplo, assim como a egreja, que desde do anno do 1836 serve de egreja parochial da freguezia de Monserrate, cuja matriz ameaçava ruina. N'uma cella do convento passou o bondoso fundador os ultimos annos da sua vida, depois do ter resignado o seu arcebispado, e ali falleceu, sendo sepultado na capella mór da egreja, n'um tumulo elevado, de marmore branco e vermelho, onde se gravou uma extensa inscripção em latim. No edificio do convento estabeleceram-se, depois de 1834, as repartições do governo civil, administração do concelho, recebedoria, pagadoria, obras publicas, districtaes e da junta geral, repartição de fazenda, correio e telegraphos, escola primaria, tribunal judicial. No côro da egreja estão guardadas as bandeiras que ao distincto regimento de infantaria n.º 9 concedeu o governo em 1814, em premio da sua bravura e disciplina na sangrenta batalha e triumpho glorioso de Vitoria (Hespanha) que se realisou a 24 de junho de 1813. A cêrca do convento, comprada pelo visconde de Geraz do Lima, Luiz do Rego, vendeu-se annos depois ao negociante João Antonio de Magalhães, que cedeu parte d'ella para se abrir uma rua em volta do convento, e em outra parte edificou differentes predios, formando um bairro, quasi todo de casas pequenas, o que foi de grande utilidade para a gente maritima.

Convento de S. Francisco do Monte, de religio-

sos franciscanos. Está situado a 2 k da cidade, na encosta de Santa Luzia, lado E, junto da fonte do *Myrto* Foi o primeiro convento de frades que se fundou em Vianna do Castello. Deu principio á fundação Fr. Gonçalo Marinho no anno de 1392. O convento e a egreja são de modesta fabrica. A cêrca, apezar de pequena, é um dos sitios mais adequados para meditação; tem uma frondosa matta, que occupa a maior parte do terreno. Foi reedificado em 1584, e teve tambem umas pequenas reformas no meado do seculo XVIII. Extinctas as ordens religiosas em 1834, vendeu-se o edificio ao 1.º visconde da Carreira A egreja conservou o culto.

Convento de S. Theotonio, de conegos regrantes de Santo Agostinho. O arcebispo de Braga D. Rodrigo da Cunha lançou a primeira pedra no edificio em 5 d'agosto de 1631. Foi fundado n'um sitio aprazivel, sobranceiro á cidade, pelo prior geral de Santa Cruz de Coimbra, D. Miguel de Santo Agostinho. Ficou incompleto, e foi totalmente arrazado em 1876 para se construir a estação do caminho de ferro. O convento era um edificio majestoso, e a sua egreja muito vasta, de paredes colossaes. No seu local fizeram o lavadouro de Santa Thereza.

Conventos de freiras, houve os seguintes:

Convento de Jesus, Maria José, de carmelitas, fundado pelo dr. Caetano Correia de Seixas, á sua custa para menos de 21 religiosas autorisado pela provisão de 13 d'agosto de 1779. A obra principiou no fim da rua da Bandeira, em 1780, e em outubro d'aquelle mesmo anno fôram de Coimbra 5 religiosas, para a instituição da communidade, mas só em 1785 é que se installou definitivamente o convento. Em março de 1884 existiam apenas 3 freiras professas, todas 3 irmãs e naturaes do Porto, d'onde fôram para ali, em 1832, na occasião do cêrco do Porto. Hoje está ali o Asylo das orphãs desamparadas.

Convento de Sant'Anna, de religiosas da ordem de S. Bento Foi mandado edificar em janeiro de 1510 pela camara municipal de Vianna do Castello. Teve encargo de construir uma pequena egreja, campanario e dormitorio, o afamado mestre de pedraria, que foi tambem o architecto da egreja matriz de Caminha. D'aquelle elegante templo resta apenas o campanario e o portal, que na reforma ou reconstrucção da egreja, em 1713, foi levado para a porta do terreiro, e em 1883, quando reedificaram o mirante, por causa do alargamento da rua da Amargura, o collocaram no dito mirante. O edificio occupa grande area de terreno com as suas diversas officinas e dependencias, mas tudo de acanhadas proporções. Grande parte da cêrca está hoje occupada pelas agulhas da estação do caminho de ferro. Contigua á cêrca havia tambem uma boa matta. Depois da morte da ultima freira, o edificio foi reconstruido para n'elle se estabelecer o Hospital de Caridade. Tem boa egreja.

Convento de S Bento, de religiosas benedictinas. A mais antiga provisão para a instituição d'este convento é de 9 de dezembro de 1508, em que 3 senhoras conseguiram licença para se reunirem em communidade, mas só em abril de 1515 alguns viannenses, a maior parte negociantes, resolveram levar ao fim aquella fundação, levantando um extenso dormitorio á beira do Lima na sua margem direita, e tão proximo d'elle que o rio, não contente de visitar as cellas, no inverno damnificava as paredes, pelo que em 1710 teve de ser todo reedificado, protegendo os muros com um revestimento de cantaria, sendo-lhe accrescentado n'essa occasião um bonito mirante. A pequena cêrca soffreu em 1878 um córte para a avenida da ponte do caminho de ferro, e a sacristia exterior foi demolida annos depois para a estrada de Vianna a Lindoso. O convento estava situado proximo da avenida da ponte. Quando em 1881 se principiou a preparação do terreno para o novo mercado no largo de S. Bento, nos primeiros dias do mez d'agosto, appareceram umas sepulturas, contiguas, abertas em rocha, que estavam occultas sob o cruzeiro do Senhor da Boa Lembrança. Correspondiam ao local da primitiva ermida de S. Bento, e n'ellas se sepultaram as primeiras devotas que alcançaram licença para a instituição do convento, como acima dissémos. Aquella ermida, ao pé da egreja das Almas, servia de desembarcadouro na passagem do rio Lima, e por isso vivia n'ella um ermitão, fr. Jeronymo, cujos restos, quando se collocou o cruzeiro, em 1647, fôram trasladados para a egreja do convento, onde estão debaixo da pia baptismal. O edificio, depois da morte da ultima freira, foi demolido, restando unicamente a egreja.

Recolhimento de S. Thiago. Remonta esta casa religiosa ao seculo XV, e o seu oratorio era administrado em 1527 por algumas freiras franciscanas, sob a vigilancia do senado viannense; mas com a entrada de Catharina da Rocha, no anno de 1559, por sua iniciativa se reformou em mosteiro de Santa Clara, que apenas subsistiu alguns annos, durante a vida das religiosas que professaram com a madre Catharina, sendo a falta de rendas proprias a causa de tão rapida decadencia. O recolhimento estava muito reduzido, quando em 1663 a Misericordia o amparou, e lhe deu nova vida e estatutos, beneficiando com o legado de 30 alqueires de milho que a Santa Casa recebera em 1639 para sustentar 10 recolhidas de S. Thiago. Em 1721 estava outra vez o recolhimento sem meios por causa das demandas com a Misericordia, pelo que o arcebispo D. Rodrigo de Moura Telles, por accordão de 27 de janeiro de aquelle anno, ereou de novo o recolhimento, admittindo n'elle até o numero de 10 mulheres honestas (viuvas ou donzellas) de Vianna, sob a administração da Santa Casa. Da egreja de S. Thiago sairam 3 confrarias: a de Monserrate, a de S. Chrispim e a de Santa Clara. O instituto é ainda administrado pela Misericordia, que n'elle sustenta algumas pensionistas, que tem, comtudo, de trabalhar, porque as rendas do recolhimento são insignificantes.

Convento das Ursulinas. No sopé da parte sul do Monte de Santa Luzia se levantou com esmolas, em 1726 uma ermida aos santos martyres viannenses Theophilo, Revocata e Saturnino. Junto da ermida existia uma casa do ermitão, na qual se recolheram 4 ou 5 devotas por iniciativa da beata Izabel de S. Francisco. A pedido do senado de Vianna, a rainha D. Maria I obteve do arcebispo de Braga a ermida e casas annexas, e a seu rogo o bispo-conde enviou de Val-de-Pereira algumas religiosas para ali fundarem um collegio de educação, segundo o instituto ursulino, no anno de 1778. Feito o risco do novo convento, offereceu a camara metade das sobras das

sizas, terreno e agua; mas a obra não chegou a concluir-se, ficando reduzida a limitado espaço, e as freiras alojadas em dormitorio terreo. O local é muito saudavel e tem lindos pontos de vista. Este convento era tambem conhecido pelo nome de *Recolhimento dos Santos Martyres* e *Collegio das Chagas*. Em tempos foi uma casa de educação gozando dos melhores creditos. Actualmente é escola de Domingos José de Moraes, que o comprou, reedificando grande parte do edificio.

Vianna do Castello *(Egrejas parochiaes de)*. A mais antiga é a de Santa Maria Maior. Concluidas as obras de defeza da villa, cuidaram os viannenses de erigir um templo, dentro dos muros. Principiou então esta construcção no anno de 1400, reinando el-rei D. João I, que contribuiu para as obras. Não faltaram outros donativos, mas, sendo insufficientes os particulares, pediu se annos mais tarde, ao infante regente D. Pedro (o da Alfarrobeira), algum subsidio para a continuação das obras, ao que elle annuiu, construindo-se então a sacristia e uma das torres, na qual se collocaram os sinos e as armas da villa, em 1440. D. Justo Balduino, bispo de Ceuta, obteve licença do papa Xisto IV, em 26 de maio de 1483, para crear no novo templo uma collegiada de 6 conegos, tendo um d'elles o titulo de arcipreste; este titulo ainda se conserva no prior de Santa Maria Maior, mas a collegiada foi supprimida em 1848. Em 1598, visitando o cardeal D. Henrique esta collegiada, lhe deu mais dois conegos. A antiga egreja de S. Salvador das Almas foi a primeira parochia de Vianna até se concluir o novo templo, ficando-lhe por isso a denominação de *Matriz Velha*. A egreja de Santa Maria Maior é um templo majestoso. Tem 3 naves divididas por 10 arcos ogivaes, correspondendo lhe outras tantas capellas. A capella-mór foi do real padroado, e depois de varias permutações, veiu a ser, em 1514, do arcebispo de Braga. Visitando-a, em 1695, o arcebispo D. José de Menezes, e vendo-a em ruinas, a mandou levantar de novo, concluindo se estas obras no tempo do seu successor, D. Rodrigo de Moura Telles. As duas capellas das naves são, á direita a dos Mareantes, e á esquerda a dos Clerigos, ou do Senhor dos Passos. A capella de Jesus dos Mareantes é uma das mais antigas da cidade, a privativa dos homens do mar, que entraram na posse d'ella em 1506, como consta do documento existente no cartorio dos Mareantes, titulo n.º 376. Na capella ha uma lapide que a attribue ao anno de 1504, e um precioso modelo de galeão do seculo XVI. A historia d'esta capella, conforme, criteriosamente o annota José Augusto Vieira, é por assim dizer, uma synthese da historia de Vianna commercial e maritima. A florescencia de aquella confraria dos homens do mar, coincidiu com o periodo de esplendor de Vianna e a sua decadencia com a da cidade. A irmandade de S. Pedro dos Clerigos, de antiquissima origem, que foi erecta na egreja de Santa Maria na Vinha, na freg. de Areosa, e transferida depois para a *Egreja Velha*, onde residiu até se levantar o novo templo, para o qual mudaram, depois de terem ajudado a fazer a parte esquerda do cruzeiro, que escolheram por ter mais espaçosas sacristias que a defrontam, e que é dos mareantes. Foi esta confraria, no seu principio, de seculares, mas depois

Vianna do Castello—Igreja de S. Domingos onde se encontra o tumulo de D. Frei Bartholomeu dos Martyres

tornou se privativa dos sacerdotes viannenses. As casas annexas da capella fôram concluidas em 1808. Está annexa a esta a irmandade do Senhor dos Passos. Sobre este braço esquerdo do cruzeiro, se abre uma capella do Senhor da Canna Verde, que pertenceu á familia Brandão, capella muito notavel pelos dois capiteis feitos em 1547. A capella do Sacramento é de excellente architectura, e gosto moderno. Merece tambem menção a capella manuelina, onde jazem Pedro Pinto, o *Velho*, e sua mulher Brites Fernandes de Carvalho, instituidores do morgado da Carreira. Concorreram as mais antigas familias para a conclusão do templo, comprando ahi seus tumulos, entre os quaes ainda se notam os dos Rochas, Cunhas, Britos, Brandões, Sousas, Fagundes, Bottos, Villas Boas, Carvalhos e outros. Apezar do aspecto vetusto do exterior do templo, o seu interior está bem conservado. O corpo do edificio é sustentado por 10 amplos arcos ogivaes como dissémos, aos quaes correspoudem varias capellas, que sommam 20 altares, todos com bastante luz. O frontispicio é de cantaria bem lavrada, no estylo bisantino romano. A porta principal abre sobre arcadas, sustentada por figuras, representando os apostolos, com as insignias do seu martyrio. O mais exteruo dos arcos é formado por mais de 20 anjos, tendo no meio o Salvador, com os braços abertos, mostrando as chagas. Aos lados estão anjos com tubas e com rotulos, que dizem:

SURGETE MORTU ; VENITE AD JUDICIUM

Duas torres de magnifica cantaria e coroadas de ameias terminam a fachada, de pesada construcção. Varios incendios tem soffrido esta egreja, porém o mais terrivel foi o de 1656 que destruiu a sacristia principal, perdendo-se alfaias de grande valor. Mais horroroso foi ainda o incendio de 1806 que reduziu o templo a um montão de ruinas, escapando apenas a capella do Sacramento, a dos Mareantes, onde existe um calix magnifico; a dos Alvins Pintos, dos Fagundes e dos Braudões Algumas obras feitas nos ultimos tempos tem prejudicado bastante a belleza interior do edificio.

Egreja de N. S.ª do Monserrate. A freguezia está, desde 1836, estabelecida na egreja do antigo conveuto de S. Domingos O parocho era conego prior da collegiada, e da apresentação da Mesa Arcebispal de Braga. A antiga egreja foi coustruida em 1601, e tão boa ficou que visitando a o arcebispo D. Affonso Furtado de Mendonça, em 1621, a instituiu em parochia, sem aggravo da irmandade da mesma egreja. Tem capella do Sautissimo, e alguns quadros a oleo de merecimento, mas, segundo consta, fôram-lhe roubados os melhores. Arruinando se com o decorrer o tempo, passou, como fica dito a freguezia para a egreja de S. Domingos, mas couservando a antiga denominação de N. S.ª do Monserrate. O antigo templo chegou a estar quasi abandonado pelo seu mau estado de ruina, querendo até algumas pessoas que fôsse demolido, mas em 1872 a sua confraria de *Coração de Jesus* ou *Irmãs de Maria*, conseguiu restaural-a, pedindo esmolas a devotos, concorrendo tambem expontaneamente muitas pessoas com os seus donativos. Em dezembro do referido anno de 1872, já estavam as obras terminadas, e a egreja aberta ao culto divino, sob a invocação do Coração de Jesus, mas a freguezia continuou na egreja do antigo convento. Esta egreja é de uma só nave, e foi concluida em 1576, sob o projecto de um architecto italiano e a expensas de D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, que falleceu no convento, e foi sepultado na egreja Na capella-mór, ao lado do S vê se o seu singelo moimento classico, de marmore de Pero Pinheiro, mandado fazer em 1607 pelo bispo D. Jorge de Athaide. Um longo epitaphio memorando as virtudes do venerando arcebispo e encimado por um retrato a oleo, chamam a attenção do visitante. No corpo da egreja ha varias capellas particulares, que fôram outr'ora dos Jacomes do Lago, Caminhas, Regos, Sás Sotto Maiores, Tavoras, Rochas Páris, Viannas e Salgados, cuja nobreza de sangue e feitos illustres são attestados pelos brazões que ornam as paredes. O retabulo de N. S.ª do Rosario tambem merece ser visto. Além do tumulo do arcebispo, admira se na capella mór do lado N, uma valiosa reliquia historica: são as bandeiras que o regimento de infantaria n.º 9 trouxe em 1814, no seu regresso da campanha peninsular. Algumas obras a que se tem procedido n'este templo, tambem o prejudicaram bastante, como a remoção de lapides de valor historico e o córte dos preciosos abafadores dos pulpitos.

Egreja de N. S.ª da Agonia. Foi construida no meado do seculo XVIII, começando as obras em

Vianna do Castello—Egreja de N. S.ª da Agonia

1752 e terminando em 1755. Destinou se a esplanada do antigo castello, para ali se edificar a egreja dedicada á Virgem, sob a invocação de

N. S.ª da Agonía, ficando assim aquelle vasto campo intitulado, por esse motivo, *Campo da Agonia*. Só em 1868 é que foi construida a grande torre, que é circumdada por uma varanda de pedra com grades de ferro, formando uma especie de mirante, d'onde se dominam lindos e curiosos panoramas. Em 1873 procederam se a novas obras, em que se ampliou o edificio, ficando bastante prejudicado o risco da primitiva egreja que, segundo a opinião de alguns escriptores, era muito elegante. A egreja actual é clara e alegre, tem bellezas de architectura, boas copias de quadros a oleo, imagens de boa esculptura, e um magnifico carrilhão A capella foi feita a expensas de um devoto, chamado Bento José Alves, natural de Vianna do Castello. Este facto está consignado n'uma inscripção que se lê em um dos lados da referida capella-mór, assim como se vê tambem ali commemorada a construcção da primitiva capella. Na do lado da Epistola lê-se: «Sendo juiz da mesa de devoção Nicolau João Barbosa da Silva, e escrivão Gonçalo Barbosa de Araujo Lima, desde o anno de 1752, que teve principio, até 1755, que se benzeu »—e na do lado do Evangelho: «Esta capella mór mandou fazer, por sua devoção Bento José Alves, natural d'esta villa, e assisteute em Lisboa, concorrendo para todo o ornato d'ella e corpo da egreja.» A feira annual no mez de agosto faz se desde o anno de 1772 no Campo da Agonia; dura 15 dias, mas os 3 primeiros, 18, 19 e 20, são sempre os mais brilhantes, porque além da feira, que é a mais importante que se faz em toda a provincia do Minho, tambem costuma haver festa de egreja, grandes illuminações, fogos de artificio, e um lindo bazar, onde se vêem muitos premios curiosos e de fino gosto, offerecidos, na maior parte, pelas pessoas mais distinctas na localidade. A estas diversões costumam concorrer muitas pessoas dos arredores de Vianna e de pontos muito mais distantes, até de Hespanha. De Braga, Porto, Guimarães e Barcellos, tambem vão expôr n'aquella feira as suas diversas manufacturas e mercadorias, em longas filas de barracas, muitos objectos agricolas, etc. A feira de gado bovino e suino, que tambem ali se realisa, foi instituida por alvará régio de 23 de maio de 1670, fazendo-se então no dia de S. Thiago, no Campo da Penha, depois Praça de D. Fernando.

Santa Casa da Misericordia e hospital. Esta instituição foi de el-rei D. Manuel I, e data do anno de 1520, mas só dois annos depois é que principiou a série dos seus provedores, precedendo os Gonçalo Rodrigues Cavalleiro. Na provedoria de João Jacome de Lima fizeram-se as varandas sobre a praça, obra que deu logar a contendas com a casa fronteira de Martinho Quesado Jacome, chamada do *Pateo*, que já ha muitos annos se demoliu, para o alargamento da rua da Carreira. O provedor venceu a demanda, mas para vingança das offensas dos Quesados e seus parentes, mandou gravar na porta principal da egreja, aos pés da Virgem, esta inscripção: *Da mihi virtutem contra hostes tuos*. Como a egreja estivesse em ruinas, por ser muito antiga, se mandou demolir em 1714, sendo provedor Guilherme Robim Ferreira. O plano da nova egreja foi traçado pelo coronel de engenharia Manuel Pinto Villa Lobos; mas como as rendas fôssem diminutas, concederam os 20.000 cruzados que

Vianna do Castello—Hospital e Egreja da Misericordia

D. Pedro II pedira emprestados para a conclusão das obras da praça de Mousão, governando as armas da provincia o conde da Atalaia, D. Luiz Manuel. Fôram emprestados em 1704, só se pagaram em 1719, por ordem de D. João V. Em 3 annos, e com este rendimento se fez obra aprazivel. Anteriormente ao hospital da Misericordia, existiam dois em Vianna, que lhe fôram annexos, um de *gafos* ou *Gafaria*, junto á capella de S. Vicente, que já em 1535 era administrado pela confraria da Misericordia; e outro denominada *hospital velho, albergue de peregrinos*, para cujas obras D. Affonso V, em 1459, dera 15:000 reis, e foi instituido por João Paes o *Velho*. A frontaria da egreja data de 1589 e é original. Compõe-se de um vestibulo e duas galerias sobrepostas, coroadas por um frontão. O vestibulo é formado por 6 arcos, 5 na frente e 1 lateral; os 5 sustentados por 6 grossas columnas, duas meio embebidas nos cunhaes. Remata a fachada um frontão com as armas reaes, coroado por uma imagem de Christo crucificado, e decorado nos acroterios por duas estatuas. O interior do templo não desmente o frontispicio. As capellas são ricas em obra de talha dourada, e tem bellos azulejos de Polycarpo de Oliveira. A irmandade tem a seu cargo a sustentação do hospital, do recolhimento de S. Thiago e a direcção do Banco Agricola e Industrial, por ella creado com o fundo de 29:000$000 reis. A irmandade da Misericordia teve grandes demandas com os mareantes, por causa da campainha com que iam aos seus enterros e de carregarem as tumbas aos hombros, allegando os mareantes que gozavam estes privilegios, visto serem mais antigos. Por sentença se decidiu que os mareantes iriam sem campainha, e levariam as suas tumbas á mão. Em 1638 fez se uma convenção entre estas duas irmandades, sobre a admissão de mareantes na irmandade da Misericordia, e os d'esta na dos mareantes, sob pena de 80$000 reis de multa no caso de contravenção.

Vianna do Castello (*Capella da Casa da Praça*). Pertence ao palacio da familia Malheiro Reimão, e é da invocação de S. Francisco de Paula, cuja legenda *Charitas* se lê na fachada. E' do genero embrechado, e foi delineada pelo mestre de campo de engenheiros Manuel Pinto de Villa Lobos. Começada a construir em 1752 por ordem do bispo do Rio de Janeiro D. Antonio do Desterro Malheiro, que mandou reliquias para ella, foi restituida ao culto graças á piedade dos seus proprietarios, os viscondes de Monte dor.

Em Vianna do Castello houve muitas ermidas. Apenas existem as de N. S.ª da Purificação ou das Candeias, de N. S.ª da Conceição, de S Roque, S. Vicente, N. S.ª do Resgate e N. S.ª da Victoria. As antigas, de que só resta a memoria, eram as de Santa Clara, N. S.ª da Piedade, N. S.ª da Penha de França, S. Sebastião, N. S.ª da Soledade, N. S.ª d'Annunciação, Santos Reis Magos, S. Chrispim, N. S.ª d'Assumpção, S Mamede e Espirito Santo

Vianna do Castello (*Estação do caminho de ferro de*) No dia 16 de junho de 1876 principiaram os trabalhos do caminho de ferro dentro da cidade. Começou a abrir se a linha a partir do campo de Santo Antonio para o rio, atravessando alguns quintaes. Em março de 1877 deu se começo aos trabalhos da construcção da ponte metalica. O estaleiro de toda aquella fabrica installou se em 3 de outubro de 1876. Os pilares principiaram a assentar-se em 10 de março de 1877, e apezar do inverno desastroso de 1876 1877, que assolou todo o paiz, os 9 pilares e os 2 pegões encontros em que se baseia a ponte, estavam terminados a 20 de agosto de 1877. A ponte veiu a inaugurar se em 30 de junho de 1878, com a assistencia do presidente do conselho de ministros Fontes Pereira de Mello e do ministro das obras publicas Lourenço de Carvalho. Para Vianna e para toda a provincia do Minho foi uma festa pomposa, effeituada no meio das maiores manifestações de regosijo, esta ponte da via ferrea, que atravessando o rio Lima, punha Vianna em communicação com o Porto, Aveiro, Coimbra, Santarem, Lisboa e outras muitas principaes povoações das provincias do Douro, Extremadura, Alemtejo e Algarve, pelo sul; Elvas e Badajoz pelo éste; com a provincia do Minho pelo norte, desde Caminha, V. N. da Cerveira e Valença, e ainda com a Hespanha, e por esta villa, pela ponte metalica, que estava então em construcção, sobre o rio Minho, entre Valença e Tuy. A ponte foi construida pela casa Eiffel & C.ª de Paris; é formada por um taboleiro de 563 m. de comprido com dupla via, inferior e superior, havendo entre as duas a distancia de 7 m. approximadamente. A via inferior é destinada á passagem dos comboios, e a superior ao serviço de pé e viação. Além da ponte do lado de Vianna ha um viaducto de 8 m3., e do lado opposto, em Darque, outro do mesmo comprimento. Foi a primeira ponte de 2 taboleiros que se fez no paiz. Assistiram aos trabalhos, como engenheiro representante, Mr. Charles Nougier; chefe do trabalho, Mr. Ganjarenques, e engenheiro ajudante Sautter. A estação abriu se ao publico em 26 de março de 1882. E' um majestoso edificio, situado no local do antigo convento de S. Theotonio dos conegos regrantes de Santa Cruz. Foi em agosto de 1877, que elle se demoliu, arrazando-se tambem parte do quintal da casa dos Camaridos, Mellos Alves Pintos, para se construir a nova estação do caminho de ferro do Minho, em Vianna, que é uma das principaes do paiz. A fachada principal, que olha para o sul, está dividida em 5 partes: corpo central com andar nobre, duas alas, e pavilhões com as competentes sobrelojas. Mede o edificio 70 m. de comprimento sobre 15 de largo; a altura dos andares terreos é de 7 m., desde a soleira até á cornija, e de a 14 do corpo central; 26 janellas e portas dão luz a este elegante frontispicio. As 10 portas, 5 de cada lado, communicam para um corredor coberto e fechado por grades de ferro e columnas espaçadas por elegantes arcos, dando facil accesso dos pavilhões para o atrio. A construcção do corpo principal termina por um frontão de pequenas volutas, que remata por uma corôa real; dos lados estende se uma balaustrada. A' maneira do rosaceo, sobresae o relogio de grandes proporções e mostrador transparente, para de noite ser illuminado. Os madeiramentos e soalhos são de Riga e pinho de Flandres; nas portas, janellas e mostrador do restaurante, empregou se o acapú, uma especie de castanho do Amazonas. O interior do edificio está magistralmente acabado, como se póde vêr nas salas de espera de 1.ª e 2.ª classe, do magnifico atrio e restaurante, onde sobresaem

sobre um primoroso estuque a esmerada pintura e excellentes azulejos da Allemanha. Os candeeiros são muito bonitos. O projecto do edificio foi do engenheiro Alfredo Soares; dirigiu a construcção, como chefe dos trabalhos, Henrique Simões dos Reis. A estação está construida nas melhores condições, quasi no centro da cidade, e n'um dos locaes mais pittorescos. O edificio principal compõe se de corpos, central e lateraes ligados entre si por duas alas. Simula ter 2 pavimentos, terreo, e no corpo central o andar nobre, havendo, comtudo, sobrelojas nos comprimentos que exigem menos pé direito, bem como amplos compartimentos para arrecadações, por cima do andar nobre, onde se acha o machinismo do relogio que funcciona na fachada principal. No pavimento terreo, o corpo central compõe se de vestibulo de entrada, bilheteira, telegrapho, sala de conductores, gabinete do chefe da estação, e caixa da escada que dá accesso ao pavimento superior. A ala da direita, entrando, compõe se de sala para recepção de bagagens e 2 gabinetes ao fundo, sendo um para bagagens retidas e outro para carregadores. No corpo da direita, saida de passageiros e entrega de bagagens. A ala esquerda, entrando, comprehende as salas de espera, de 1.ª 2.ª e 3.ª classes No corpo da esquerda, está o restaurante com um gabinete reservado e cozinha. As alas que ligam entre si os corpos central e lateraes são mais estreitas do que esses corpos, o que faz entre elles umas passagens que são cobertas por uma cobertura metalica, apoiada sobre columnas. Do lado da via ha uma marquise geral, egualmente apoiada sobre columnas, a qual cobre todo o caes de embarque e a via proxima.

Vianna do Castello. *(Estatua da rua da Bandeira, em).* No Pateo da Morte, na rua da Bandeira, existia uma estatua de granito pouco menos que informe, e sobre a qual muito se tem escripto. Urdiu-se em torno d'ella uma lenda sombria, em que figurava um antigo senhor d'aquella casa, de appellido Rocha, o qual sendo ferido mortalmente no ventre quando entrava na sua habitação, animosamente seguraria, com o escudo que levava, as visceras que tinham irrompido pela ferida, e com a dextra prostraria o inimigo a seus pés Afinal, depois de aturadas investigações, o autor do *Esboço historico de Vianna*, dr. Figueiredo Guerra, esclareceu o caso nas seguintes palavras: «A estatua da rua da Bandeira pertence ao grupo das callaicas ou gallegas, especie de monumentos funerarios que nos deixaram as cohortes romanas acantonadas na Gallecia nos primeiros annos da era christã. A antiga Gallecia ou Galliza estendia-se até ao Douro; sómente n'esta se encontram as memorias supraditas, hoje em dia tão raras e apreciadas. Conhecemos apenas cinco, duas das quaes se acham em Lisboa no Jardim Botanico d'Ajuda, e são as de Montalegre. A estatua de Vianna, como as outras congéneres, está mutilada na cabeça e pés e o escudo transformado, pois nos meados do seculo XV D. Affonso da Rocha, commendatario de S. Paio de Meixêdo, onde estava a estatua, lhe mandou abrir o brazão dos Rochas; d'aqui provém o engano dos archeologos a cujo erro não nos eximimos. No seculo XVII Francisco da Rocha Lobo transportou para Vianna a estatua e a collocou no pateo da sua casa, onde se conserva.» No vol. II dos *Narcoticos*, Camillo Castello Branco explica do mesmo modo a historia d'este monumento archeologico, não pondo em duvida que um Rocha fôsse assassinado no Pateo da Morte,

Vianna do Castello—Estação do caminho de ferro

mas affirmando logo que o monumento nada tem que vêr com o successo. A estatua referida mede 1,m65, e está hoje no Museu de S. Lazaro, no Porto.

Vianna do Castello *(Varões illustres de)* Vianna tem sido patria de muitos varões illustres nas armas, nas sciencias e nas letras. Tambem deu á egreja numerosos prelados, entro os quaes citaremos: D. Gil de Vianna, bispo da Guarda; D. Gil de Vianna, sobrinho do antecedente, que foi bispo da mesma diocese; D. Lourenço Rodrigues, arcebispo de Lisboa; D. Frei Manuel de Jesus Maria, 1.º bispo de Nankin, na China; D. Frei Antonio do Desterro, da nobre familia Malheiros Reimões, bispo de Angola, e do Rio de Janeiro; D. Antonio Caetano Maciel Calheiros, arcebispo de Lacedemonia. Rejeitaram a cadeira episcopal os seguintes: Dr. Domingos Ribeiro Cirne, eleito arcebispo de Gôa. Posteriormente acceitou a mitra d'Elvas, mas morreu antes de tomar posse; Fr. Ambrosio de Santo Agostinho, bispo eleito de S. Thomé, e Dr. Marçal Quesado Jacome, grande jurisconsulto, que depois de viuvo, foi eleito bispo de Portalegre. —Nas letras: Dr. Pedro Barbosa, jurisconsulto e lente da Universidade; P. Antonio Fagundes Jacome, Fr. Pedro de Jesus Maria José, Antonio Moniz de Carvalho, Fr. Estevão Fagundes, Fr Gregorio de Figueirôa, P. Xavier de Mattos, Fr. Jeronymo de Jesus, Ignacio Vaz Dantas, Manuel Pinto Villaslobos, Fr. Manuel de Lima, Pedro Sanches Vianna, Fr. Manuel Homem; João Gonçalves Ligaria, José Barbosa e Silva, P. João Castellão Pereira, Antonio Machado Villaslobos, P. Pedro d'Almeida Couraça, Antonio Lucio de Porto Pedroso, P. Luiz Lourenço Alves, Fr. Manuel do Bom Jesus, José Caetano da Costa Correia, Dr. Luiz de Figueiredo Guerra, Manuel José Dias (Gaio), Manuel Antunes Vianna, Caetano de Sousa Brandão, Dr. José Antonio de Brito, visconde da Carreira, Luiz Bravo, Antonio Pereira da Cunha e seu filho Sebastião Pereira da Cunha e Balthazar Werneck Ribeiro d'Aguilar e Vasconcellos.—Na musica: Francisco Sá de Noronha.—Nas armas: Diogo de Barros, Gastão Velho Barreto, Fernão Brandão, Gaspar da Costa Rego, Matheus Ferreira Villas Boas, Gregorio Correia Rebello, Martim do Rego Barreto, Manuel Gomes de Abreu, Sebastião da Cunha Sotto Maior, Manuel Coutinho de Abreu, Antonio Gomes de Abreu, o Tranca, Francisco de Abreu, Pereira, Manuel da Silva Pereira, Fernão de Villas Boas, Sebastião Pinto Correia, e Sebastião Lopes de Calheiros e Menezes.—No mar: Fernão Martins da Costa, o Mourão; João Velho, o Velho; João Casado Maciel, João Alvares Fagundes, Pero Gallego, Alvaro Rodrigues de Tavora, Braz Soares de Abreu, Pedro Gonçalves Rothéa.—Na diplomacia: Rodrigo da Rocha Villarinho, Luiz Antonio de Abreu e Lima, conde da Carreira; José Barbosa e Silva. Da familia Espregueira e Malheiro Reimão ainda nos ultimos annos da monarchia alguns dos seus membros se salientaram na politica. Além d'estes, muitos outros vianneuses illustres se poderiam citar, mas os que ficam mencionados são bastantes para se avaliar o importantissimo papel que os filhos da linda cidade do Minho tem tido na vida publica portugueza. Em artigos separados, se encontram, na maior parte, n'este diccionario, os nomes apontados. V. os *differentes appellidos*.

Vianna da Motta *(José)*. Illustre pianista e compositor. N. na ilha de S. Thomé em 22 de abril de 1868. Vindo para Lisboa ainda muito creança, cursou o Conservatorio, e contando apenas 9 annos de edade, já entrava na vida artistica, dando os seus concertos, revelando desde logo faculdades verdadeiramente excepcionaes, que lhe asseguravam um brilhantissimo futuro artistico. D. Fernando, o rei artista, que muito apreciava e protegia as artes, ouviu tocar o infantil pianista, e comprehendeu logo que estava ali um talento musical com aptidão rarissima para o o piano, e resolveu subsidial o para que elle pudesse ir completar os seus estudos com os melhores mestres, nos grandes centros musicaes. Foi assim que Vianna da Motta partiu para Berlim a 26 de setembro de 1882, contando pouco mais de 14 annos de edade, tendo já concluido brilhantemente o curso de piano no Conservatorio, fazendo o exame do 7.º anno, educado pelo professor Joaquim Francisco de Azevedo Madeira. Antes da sua partida para Allemanha, deu um concerto no Salão da Trindade, em que teve um espantoso successo, e a que assistiram el-rei D. Fernando e a condessa d'Edla, seus dedicados protectores. Foi uma festa deslumbrante; nunca se ouvira tocar tão bem em tão verdes annos. Em Berlim continuou os estudos no conservatorio Scharwenka, onde a 29 de janeiro de 1883 tomou parte no concerto dado pelos alumnos do mesmo conservatorio, executando o *Concertstuck* de Weber, acompanhado a orchestra, e conseguindo destacar-se logo n'essa primeira prova. Nenhum outro discipulo foi mais applaudido do que elle No concerto seguinte alcançou egual successo, e no ultimo concerto d'aquelle conservatorio, em abril de 1884, chamavam-lhe já o *pequeno artista*. De maio a dezembro do mesmo anno continuou ainda no conservatorio Scharwenka, compondo algumas peças para instrumentos de corda, que fôram ali tocadas, e uma sonata para piano Em março de 1885 compoz uma *Ave Maria* para dois sopranos e dois contraltos, com acompanhamento de orchestra, e em maio d'esse anno uma symphonia para grande orchestra, intitulada *D. Ignez de Castro*. Em julho ainda de 1885 foi recebido em Weimar, como discipulo, por Liszt, que lhe teceu os maiores elogios. Durante o tempo que esteve em Weimar estudou composições com Muller Hartung. Quando terminou as suas lições com Liszt, este, no verso do seu retrato, escreveu lhe: «A José Vianna da Motta, saudando os seus futuros successos. Fr. Liszt.» Em novembro de 1885 voltou o nosso artista a Berlim, e deu ali o seu primeiro concerto. A sala da Ling Akademie estava cheia, e os applausos fôram tantos que teve de tocar fóra do programma. Em dezembro seguinte veiu a Portugal, para mostrar o seu aproveitamento aos seus protectores e ao publico, mas a morte inesperada d'el-rei D. Fernando impediu, que se fizesse ouvir tanto em Lisboa como no Porto, d'onde a sociedade Orpheon lhe mandara convite para ir tocar. Com a protecção do infante D Augusto voltou em principio de 1886 a Berlim, onde continuou a estudar piano e orchestração com Carl Schaffer, partindo para Frankfort sur Main a dar lições de estylo com Hans von Bulow, que o considerou um dos

seus mais distinctos e queridos discipulos, e o que melhor comprehendera o seu methodo de execução no piano. Depois das lições com este professor, voltou a Berlim, onde obteve a distincção de artista notavel nos concertos em que se fez ouvir, e em que foi applaudido com delirio. O empresario Wolff tanto se enthusiasmou que o recommendou a Pablo de Sarasate para tomar parte nos seus concertos. Os dois artistas fizeram então uma *tournée* pela Dinamarca, tocando em Fleusburgo, Copenhague, Hamburgo e em outras cidades. O successo foi egualmente grande tanto para Sarasate como para Vianna da Motta, que era acolhido com enthusiasticos applausos. Em abril e maio de 1888 fez o notavel artista outra *tournée* pela Russia, dando 4 concertos em S. Petersburgo, em Kronstadt, 5 em Helsingfors, 2 em Moscou, em Kiew, em Abo, em Reval, etc A sua passagem pela Russia foi uma serie de triumphos. Em S. Petersburgo, n'um dos concertos, foi-lhe offerecida uma grande corôa de louro, tendo ao centro as iniciaes do seu nome em

José Vianna da Motta

flôres variadas. Nos invernos de 1888, 1889, 1890, 1890 e 1891, percorreu as principaes cidades do imperio allemão com os mais celebres artistas, cantores e musicos. Marcella Sembrich, Herminia Spies, Gabrielle Wietrowetz, Amalia Joachim, Alice Barbi, Francisco Andrade, Henrich Grunfeld, Emile Gotze Mierszwinski, etc O illustre pianista é tambem muito notavel como compositor. Algumas das suas composições fôram editoradas em Berlim, em Leipzig e em Franckfort. Vianna da Motta foi convidado a tocar n'um concerto da côrte de Berlim, perante o imperador Guilherme I, e n'um sarau particular da imperatriz Frederica, e esta honra, só concedida aos grandes artistas, serviu a confirmar os altos creditos de que o illustre artista goza na Allemanha. Indo el-rei D. Luiz a Berlim, Vianna da Motta foi lhe apresentado pelo marquez de Penafiel, então ministro de Portugal n'aquella côrte, e teve a honra de ser convidado para o almoço offerecido a el-rei pelos officiaes do regimento, de que D. Luiz era coronel honorario. Quando el-rei D. Carlos, então ainda principe real, esteve em Berlim, foi Vianna da Motta tambem convidado para o jantar que o marquez de Penafiel lhe offereceu, e no sarau que se seguiu ao jantar, o illustre pianista tocou, com geral agrado, na presença do principe. Varias academias e sociedades musicaes da Allemanha o contam no numero dos seus socios, como a Associação Wagneriana, a Associação Liszt, a Associação Geral de Musica, em Allemanha, etc. De quando em quando, Vianna da Motta vem a Portugal, e de cada concerto que organisa em Lisboa ou no Porto, é mais um triumpho, mais um florão a accrescentar á sua tão brilhante e gloriosa corôa de artista. Em 1908 deu dois concertos no Porto, no theatro do Principe Real, e outros dois em Lisboa, no theatro de D. Maria II. Além de possuir os mais solidos e vastos conhecimentos em tudo quanto respeita a arte musical, Vianna da Motta possue vastos conhecimentos litterarios e philosophicos, sendo Schopenhauer o seu philosopho predilecto. Tocou pela primeira vez no Porto em 1893, a convite do Orpheon Portuense. Juntamente com Moreira de Sá fez as seguintes excursões: á Madeira e a Ponta Delgada em 1895; ao Brazil (Pará, Bahia, Santos, Juiz de Fóra, Rio de Janeiro e S. Paulo) em 1896, 1897, 1901 e 1907; e á Republica Argentina (Montevideu e Buenos Ayres) em 1897. Em 1906 foi contratado para uma série de concertos nos Estados Unidos. D'entre as suas composições musicaes citaremos a formosa symphonia para grande orchestra *A' Patria*, executada com o maior successo no Porto, no theatro Gil Vicente, nos concertos promovidos pelo Orpheon Portuense.

Vianna de Rezende *(João Januario)*. V. *Rezende*.

Viariz. Pov. e freg. de S. Faustino, da prov. do Douro, conc. e com. de Baião, distr. e bisp do Porto; 146 fog. e 586 hab. Tem escolas d'ambos os sexos. Está situada na estrada de Mesão Frio a Baião, a 6 k. da margem direita do rio Douro. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Viariz da Poça. Pov. na freg. de Santo André, de Campeã, conc. e distr. de Villa Real.

Viariz da Santa. Pov na freg. de Santo André, de Campeã, conc. e distr. de Villa Real.

Viavae. Pov. na freg. de Santa Eufemia e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Vibora. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Monte Redondo, conc. e distr. de Leiria.

Vicainha. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Tebosa, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria Maior e conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Vice rainha. Mulher ou viuva do vice rei. Princeza que governa um estado ou provincia com autoridade de vice rei

Vice rei. Governador d'um reino subordinado a outro estado. Governador de um estado com poderes regios, ou quasi regios: *O vice rei da India*. O governo das vastas possessões da India portugueza foi na primitiva entregue a um logar tenente com a denominação de vice-rei, reunindo a autoridade militar de terra e mar, a civil, politica e economica Não convindo algumas vezes conferir tão elevada dignidade, dava-se ao nomeado simplesmente o titulo de governador. Em 1774, acreditando-se já na impossibilidade de restaurar

ali o nosso antigo imperio, foi substituido, como demasiadamente pomposo, o titulo de vice-rei pelo de governador e capitão-general dos Estados da India, como o havia proposto com outras reformas economicas D. João José de Mello, sendo védor da fazenda. A carta régia de Lisboa a 17 d'outubro de 1803 tornou, sem motivo que justificasse, a conferir o cargo de vice rei ao conde de Sarzedas, Bernardo José de Lorena, e as mesmas honras se deram depois ao conde de Rio Pardo D. Manuel da Camara, e a D. Manuel de Portugal e Castro, que tomou posse como governador e capitão general a 9 d'outubro de 1826, e foi elevado a vice rei a 20 de fevereiro de 1831, conservando este titulo até ser exonerado do cargo em 14 de janeiro de 1835. Os antigos vice reis, quando recebiam os embaixadores ou presidiam ao conselho de Estado, sentavam-se debaixo do docel; expediam as ordens geraes por cartas de lei e alvarás, e nos assumptos de maior consideração usavam a fórmula official. Dava se a posse aos vice reis e aos governadores com a mais pomposa solemnidade. E' curioso o regimento e ordem que se observava na recepção do vice rei. que novamente ia á India, que parece ser posterior ao anno de 1597. Não transcrevemos por ser muito extenso; vem no vol. III da *Descripção geral e historica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, de Teixeira de Aragão, pag. 68 e seguintes. A ceremonia observada na posse dos novos vice reis, modificou se depois. (V. *Portugal*, vol. II', (visconde *d'Alvor*, pag. 406). Os vice-reis e governadores da India eram no principio tratados por *mercê* e no sobrescripto, ao *senhor vice-rei*, ou *governador*. A provisão de Filippe II de 16 de setembro de 1597 ordenou que n'aquelle Estado se fallasse e se escrevesse por *senhoria*. O senado de Gôa, que primava em orgulho, continuou a dirigir os officios ao *vice rei* ou *governador*, até ao anno de 1721, em que lhe foi determinado se dirigisse conforme a praxe decretada. A lei de 29 de janeiro de 1739 mandou que aos vice-reis e governadores com a patente de capitães generaes, fôsse dada *excellencia* nas terras da sua jurisdicção, e aos quo não tivessem aquella patente e aos interinos *senhoria* durante o exercicio. O decreto de 7 de dezembro de 1836 dá aos governadores geraes, que passavam a substituir os capitães generaes, o tratamento de *excellencia*, mas em 25 d'abril de 1851 prohibiu-se que na correspondencia, que tinha de ser presente a el rei, se lhes désse esse tratamento.

Vicente *(Affonso)*. Capellão mór do el rei D. Duarte, nomeado expressamente em 1437 para levantar o ensino da musica do abatimento a que chegara.

Vicente *(Gil)*. Cognominado pelos seus contemporaneos o *Plauto portuguez*, e na opinião de D. Francisco Manuel de Mello o «primeiro cortezão, e mais engraçado comico que nasceu dos Pyrineus para cá.» As suas composições dramaticas fôram, por mais de 30 annos successivos, admiradas e applaudidas nos paços reaes durante os reinados de D. Manuel e D. João III. Até entre os estrangeiros soou com tal credito a fama do seu nome, que se affirma que o eruditissimo Erasmo chegara a aprender o portuguez muito de proposito, e só levado pelo desejo de lêr no original as obras de Gil Vicente. A sua biographia é que está envolta nas mais densas nuvens. Com este nome se encontram publicados numerosos documentas, que se referem, tanto a elle, como ao extraordinario ourives que fabricou o assombroso monumento da Custodia de Belem com o primeiro ouro das páreas de Quiloa, trazidas por Vasco da Gama em 1503. E' um problema historico de grande importancia, que se apresenta, se o Gil Vicente poeta e o Gil Vicente ourives serão a mesma individualidade. A solução d'este problema tem obrigado os estudiosos a incessantes pesquizas: os documentos officiaes são por vezes de difficil comprehensão pelos numerosos *homonymos* a que se referem dos fins dos seculos XV e XVI; os documentos genealogicos dos linhagistas dos seculos XVI e XVII, offerecem elementos importantes, a maior parte das vezes confusos. Sómente pela habil conciliação com os dados positivos dos documentos officiaes, fixando um seguro schema genealogico, é que se chega a eliminar os homonymos e a determinar por factos irrefragaveis as duas individualidades historicas, cujas familias se ligaram entre si por casamentos. Eis como as duas individualidades nitidamente se differenciam com um tronco genealogico. Gil Fernandes, ourives de Guimarães, que ainda trabalhava pela sua arte em 1485, do seu casamento com Joanna Vicente, houve 3 filhos: Vicente Affonso, contidor; Luiz Vicente, tambem ourives; Martim Vicente, ourives de prata. Vejamos a genealogia d'estes dois: lê se na *Pedatura lusitana*, de Alão do Moraes, sob o titulo *Dos Vicentes*; «Martim Vicente foi um homem natural de Guimarães; dizem que era ourives de prata; não podemos saber com quem casou; só se sabe de certo que teve a Gil Vicente.» E em successão accrescenta: «Gil Vicente, filho unico d'este Martim Vicente, foi um homem discreto e galante, e por tal sempre muito estimado dos principes e senhores do seu tempo *Foi o que fez os Autos, que em seu nome se imprimiram*, e por sua muita graça fôram sempre celebrados pelos melhores que se fizeram n'aquelle genero. Está sepultado em Evora. Casou com... de Almeida, filha de..., de quem houve, etc.» Authentica-se a genealogia, porque de facto o poeta Gil Vicente foi casado com Branca Bezerra de Almeida, de uma familia de Torres Vedras (da qual escreveu o epitaphio) e de quem houve os seguintes filhos: *Paula Vicente*, tangedora e moça da camara da infanta D. Maria, em 1543, e que teve o privilegio das obras de seu pae, em 1561; *Luiz Vicente*, que foi moço da camara do principe D. João em 1552, e por morte d'este, passou ao mesmo serviço em 1555; em 1562 publicava as obras de seu pae; em 1567 é ainda referido no lançamento d'uma contribuição sobre os habitantes de Lisboa. (Nos documentos officiaes d'esta epoca existem mais tres Luiz Vicente, que são personalidades diversas); *D. Valeria Borges*, de que ha promessa em 11 de julho de 1552 de um provimento em favor de quem casar com ella; e em 1553 casa com Pedro Machado, moço da camara de el-rei, do qual viuvou pouco depois, casando em segundas nupcias por 1557 com D. Antonio do Menezes, de quem teve, entre numerosos filhos, D. Beatriz de Menezes, em quem sua tia Paula Vicente renuncia uma tença de 12$000 reis para se metter freira; *Martim Vicente*, «que serviu bem na India, onde morreu solteiro.» (Alão de Moraes, *Pedatura Lusi-*

tana). Vejamos agora a genealogia do ourives Gil Vicente, que num alvará de D. Manuel, de 15 de fevereiro de 1507, vem designado como «*ourives da Senhora Raynha minha irmã*», isto é, de D. Leonor, viuva de D. João II, sendo nomeado védor de todas as obras de ouro ou prata mandadas fazer para o Hospital de Todos os Santos, convento de Thomar e mosteiro de Belem. Em outro documento de 4 de fevereiro de 1513, lê-se: Gil Vicente «ourives da Raynha minha muito amada e presada irmã ..» N'este documento, em que é nomeado Mestre da Balança da Casa da Moeda, vem a sigla marginal por letra de quem transcreveu o mesmo documento no livro da chancellaria: «*Gil Vicente trobador mestre da balança*» Seria isto sufficiente para levar a identificar o poeta com o ourives, como insinua o sr. Brito Rebello na sua Ementa historica? Não; a sigla foi posta á margem, sem valor official, simplesmente para o distinguir de um outro Gil Vicente, que era então moço do paço; e quando muito póde significar que o eximio lavrante da rainha tambem versejava nos serões do paço. Mais se authentica a sua alta individualidade pelo testamento do rei D. Manuel de 7 de abril de 1517, em que se apontam duas deixas suas: «A Custodia feita por Gil Vicente para o mosteiro de Belem e a grande cruz, tambem feita pelo mesmo Gil Vicente.» E na verba do testamento da rainha D. Leonor, em que deixa ao mosteiro da Madre de Deus: «os dois calices que andam em minha Capella, a saber o que corregeu Gil Vicente, e outro dos que elle fez, que já está no dito Mosteiro.» (*Chronica Seraphica*, III, pag 85). Pela transcripção de uma verba d'este mesmo testamento, sabe-se que Gil Vicente morava junto do paço da rainha em umas casas mandadas construir por ella para os seus serventuarios «*e as em que vivia Gil Vicente* que estão da outra parte (da rua) todas se vendam...» Sabe-se por documento datado de 1510, que o ourives já era fallecido; e no lançamento da contribuição sobre Lisboa, concluida a cobrança em 5 de junho de 1567, sabe se que ainda vivia: «Melicia Rodrigues, *mulher que foi de Gil Vicente*» Vejamos agora os filhos que o ourives houve do seu consorcio: *Vicente Fernandes*, acompanhou para a India Affonso de Albuquerque em 1506; citado nos *Commentarios* de Affonso de Albuquerque pela autonomasia do um *filho de Gil Vicente*, quando mandou assentar pazes com o adail de Gôa, indo elle como escrivão da embaixada; Gaspar Correia, nas *Lendas da India*, chama-lhe *Vicente Fernandes*. Por isso se verá que o ourives era mais velho que o poeta, cujo casamento é de 1513; *Belchior Vicente*, tambem apontado como testemunha em um documento de 16 de abril de 1540; refere-se o facto testemunhado a 1519, e se diz: «It. *Belchior Vicente, filho de Gil Vicente*, que Deus perdõe, moço da capella de el-rei;» o facto passara se: «*sendo elle testemunha moço pequeno.*» Em documento de 14 de março de 1540, é uomeado do 2.º Escrivão da Feitoria da India, cargo que elle renunciou em 1545 em Affonso Castanho. Determina-se a epoca do seu fallecimento, porque em 20 de abril do anno de 1562 é feita mercê á sua viuva Guiomar Tavares de 2 moios de trigo e mais outra de 10$000 reis, bem como para suas duas filhas Paula Vicente e Maria Tavares, que já tinham recebido as suas legitimas em 1565. No Rol da quotização lançada a Lisboa chama-se a esta Paula Vicente neta do Gil Vicente, que é irrefragavelmente o ourives. Tambem um Belchior Vicente, que apparece apontado como moço da camara da infanta D Maria, que foi casado com Catharina Arnaa, e despachado em 30 de abril de 1567 juiz dos orphãos de Miranda de Podentes, deve considerar se, segundo o sr. Brito Rebello, neto do ourives. Dois outros documentos destacam esta individualidade: entre os filhos de Luiz Vicente ourives, existe Filippa Borges; para o casamento d'ella concedeu el rei D. Manuel, em alvará de lembrança de 1514, que se désse a Gil Vicente «vinte mil reis para ajuda do casamento de Filippa Borges, sua *irmã*» E effectivamente se verificou a mercê, assignada em 25 de setembro de 1525 «*Gil Vicente, mestre da balança*,» a declaração de ter recebido essa quantia, tondo casado sua irmã com Estevão de Aguiar Godinho Aqui se enlaçam as duas familias do poeta e do ourives; porque D. Antonio de Menezes, neto de Filippa Borges, casa com Valeria Vicente ou Borges, filha do autor dos *Autos*. Não é esteril este exame genealogico, porque sem o conhecimento de Gil Vicente ourives, não se explicaria bem a entrada do poeta Gil Vicente na côrte. O ourives era lavrante da rainha D. Leonor, antes do desastre da morte desgraçada do principe D. Affonso em 13 de julho de 1491; depois d'esta data, em que a rainha se desfez de todas as suas joias, o ourives apenas trabalhou em alguns calices e relicarios, ficando muito prejudicada a sua actividade. As festas sumptuosas do principe pelo seu casamento celebrado em 29 de abril de 1490, fôram as celebres justas reaes de Evora, em que D. João II manteve com outros cavalleiros um Tablado ou Castello, e em que entrou na sala do banquete invencionado em *Cavalleiro do Cysne*. O poeta já frequentava a côrte; no *Auto pastoril castelhano*, fala de *Juan damado—com su cayado real;* e em nota accrescenta: *Dizia por D Joan II.* Damado, na linguagem da epoca, significava galante, galanteador. Pelo fallecimento do principe, e combinada a successão do *Senhor D. Manuel*, irmão da rainha, foi preciso tratar da sua educação, que até então ficára descurada. Esta circumstancia fez com que fôsse chamado Gil Vicente, o primo do ourives, para mestre de rhetorica do duque de Beja. Lê se no *Nobiliario* de Damião de Goes, fl 28: «Gil Vicente foi mestre de Rhetorica d'El-Rei Dom Manuel» Repete se isto no *Nobiliario* de Cabedo, e nota-o Martins Bastos na *Nobreza Litteraria*, pag. 122 (Lisboa, 1851). Como podia ser conhecido no paço o seu merecimento, frequentando então o curso de Leis na Universidade de Lisboa, se não fôsse abonado por um homem de alto taleuto e confiança como o lavrante da rainha? Frequentaria Gil Vicente os serões do paço, versejando com os poetas palacianos que figuram no *Cancioneiro* de Rezende? No *Cancioneiro Geral* encontra-se um simulacro de Processo judiciario, feito por varios poetas palacianos a Vasco Abul, que vendo dançar uma cigana lhe lançara um collar por graça, fugindo ella em seguida; n'este processo apparecem uns versos epigrammaticos com esta rubrica: *Parecer de Gil Vicente n'este processo de Vasco Abul á Raynha D. Leonor.* Foi a rainha que lhe mandou que versificasse como se infere d'um trecho do mesmo *Parecer*. Em que data fixar este caso? Partindo da circumstancia

que a anecdota se passou em Almada, julgámol-o de 1494, onde estava a rainha, vinda de Setubal, muito doente; mas o luto constante em que vivia, e mesmo a gravidade da sua doença, não a fariam tomar parte n'esse certâme de varios poetas satyricos. Adoptemos o anno de 1509, quando a rainha D. Leonor estanceou por Almada, mais conformada com a sua tremenda desventura. Mais, isto nos revela que Gil Vicente acompanhava a côrte, o que esclarece a situação definitiva da sua vida e a creação do theatro portuguez. Na dedicatoria da tragi comedia *Dom Duardos* ao principe herdeiro de D. Manuel, confessa Gil Vicente que escrevera os seus *Autos* em serviço da rainha D. Leonor: «Como quiera, Excellente Principe y Rey mui poderoso, que *las Comedias y Farsas y Moralidades, que he compuesto en servicio de Reyna la vuestra tia...»* (Edição de 1530, Fol.) A morte desastrosa do principe D. Affonso, a de D. João II, e a viuvez do novo rei D. Manuel, embaraçaram todas as manifestações festivas na côrte. Um accidente casual veiu despertar o genio dramatico de Gil Vicente, já estimulado pelas justas reaes de Evora e pelo singular Momo de Santos (em 24 de setembro de 1490). Tendo D. Manuel casado em segundas nupcias com sua cunhada a infanta D. Maria, para vêr se assim realisava a união de Portugal com Castella, naceu-lhe o principe D. João, que avivou esse plano iberico, contrariado pela morte de D. Miguel da Paz, que ficára do primeiro casamento. O parto feliz da rainha causou um regosijo publico, saindo todas as classes com festejos. Em uma quarta feira 8 de junho de 1502, na segunda noite depois do parto da rainha, Gil Vicente, acompanhado de varios fidalgos, entrou na camara da convalescente e ahi, caracterizado, recitou o *Monologo de um Vaqueiro*, no qual fazia offertas e augurava bons vaticinios ao principe recemnascido. A mãe d'el-rei D. Manuel, a quem Gil Vicente no seu *auto* chamava rainha Velha, ficou tão agradada d'aquelle *Auto da Visitação*, que pediu ao poeta, que o repetisse nas *Matinas do Natal* Gil Vicente, porém, compôz para essa festa o *Auto pastoril castelhano*, na lingua então preferida no paço. A rainha velha ficou maravilhada com a nova obra. A mesma senhora lhe incumbiu outra obra para o dia de Reis, e Gil Vicente escreveu em 1503 o *Auto dos Reis Magos*. Ainda n'esse anno escreveu e representou o *Auto da Sillyba Cassandra* em Enxobregas, o mosteiro predilecto da rainha viuva D. Leonor. A irmã do monarcha, descobrindo este genio inventivo no que escolhera para mestre de Rhetorica do herdeiro do throno, animou-o deliberadamente para que continuasse a compôr mais obras n'aquelle genero novo. Em 1504 Gil Vicente representa nas Caldas, deante da rainha D. Leonor, um trecho do *Auto de San Martinho* E' ainda na presença d'esta rainha, que em 1505 representa o *Auto dos Quatro tempos* no paço da Ribeira, em 1508 o *Auto da Alma* em Santos o-Velho. Em 1509 representa ainda deante da rainha o *Auto da India*, em Almada, e na capella do Hospital de Todos os Santos, o *Auto da Barca do Purgatorio*. Estava o desenvolvimento do theatro portuguez ligado ao gosto e sumptuosidade palaciana; de 1502 a 1536, em que Gil Vicente produz e exhibe toda a sua obra, raro é o anno em que não compõe algum *Auto* para distrahir a côrte, que foge das pestes de Lisboa para Evora, Almeirim, Santarem e Coimbra. Em qualquer successo das armas portuguezas na India ou na Africa, Gil Vicente vem distrahir os animos alquebrados pelos desastres, ou exaltal-os no momento da partida, como na *Exhortação de guerra* na expedição de Azamor; é elle tambem quem festeja o nascimento dos principes e infantes, como D. João, D. Luiz, D. Filippe, ou os casamentos reaes, como o de D. Manuel, D. João III, D. Izabel e D. Beatriz. Era preciso possuir um talento assombroso para atravessar as temerosas intrigas d'estas três côrtes; sustentou-o sempre o apoio da rainha D. Leonor, aquella que com a sua superior intelligencia se assignalou pelo desenvolvimento que deu á Imprensa em Portugal e pela iniciativa que teve na fundação das Misericordias. Esses dois grandes espiritos, do mesmo nome e vivendo ambos no paço ao serviço da mesma rainha, entre malquerenças e invejas, nem mesmo os separaram os ataques malevolos dos seus contemporaneos; o poeta e o ourives são considerados na côrte de D. Manuel, coincidindo o seu decaimento na côrte de D. João III com o facto do fallecimento da rainha D. Leonor. Em 1517 deixou Gil Vicente, ourives, o cargo de Mestre da balança, vendendo o a Diogo Roiz, ourives da infanta D. Izabel, por alvará de 6 de agosto. Por ter dirigido as esplendorosas festas da cidade de Lisboa pelo terceiro casamento de D. Manuel, que fez a camara municipal, como se vê pelo alvará de 29 de novembro de 1520, incorreu na animadversão de D. João III, a quem esse casamento ferira profundamente, produzindo grandes dissidencias na côrte. Para não assistir ás festas, o então principe D. João foi para Evora, para onde o acompanhou Gil Vicente, poeta, representando lhe ali a *Comedia de Rubena*. Parecia que o valimento do poeta prevaleceria com o advento de D. João III ao throno, mas não foi assim. Era atacado pela critica ferozmente. Gil Vicente caracterisa os humanistas, que o atacavam, como *homens de bom saber;* para levantar o repto, escreveu e representou em 1523 a *Farça de Inez Pereira*. Póde dizer-se que esta farça é a primeira comedia regular do theatro portuguez D. João III gostou tanto do repto, que lhe pediu, escrevesse uma continuação á engraçadissima farça. O poeta, antes de cumprir o desejo do monarcha, ainda escreveu 4 peças, apparecendo nos no anno de 1524 sem producção alguma. Seria por ter morte em casa, como se diz nas trovas ao conde do Vimioso? Seria pela terrivel peste de 1524, que recrudesceu em 1525? D. João III fez lhe então a mercê d'uma tença de 3 moios de trigo, por alvará de 19 de janeiro de 1525. Esse reposo forçado de 1524 e 1525 deu lhe a actividade com que escreveu e representou em 1526 a tragicomedia de *D. Duardos*, o *Templo de Apollo*, a *Farça dos Almocreves* e a *Farça do Clerigo da Beira*. A 17 de dezembro de 1525 falleceu D. Leonor, e póde dizer-se que o seu valimento findára, apezar de se tornar mais intensa a sua productividade, em 1527 com a *Nau de Amores*, com a *Divina Cidade de Coimbra*, *Auto da Serra da Estrella* e *Auto da Feira*, até á *Floresta de Enganos* de 1536, «*a derradeira que fez em seus dias*.» Em 1531, no dia 1 de novembro representou Gil Vicente em Alvito o *Auto da Lusitania*, para celebrar o nascimento do infante D. Manuel. O no

me de Gil Vicente era já então conhecido e admirado fóra de Portugal; estava D. Pedro de Mascarenhas, o intimo amigo de Carlos V, embaixador em Bruxellas, e para celebrar ali o nascimento do mais debil filho de D. João III, fez representar o *Auto da Lusitania* em 1532. Gil Vicente estava em Evora em 1533, representando a tragi-comedia de *Amadis de Gaula;* foi ali que falleceu sua mulher Branca Bezerra, a quem elle escreveu um epitaphio em verso. Branca Bezerra d'Almeida era filha de Martinho de Castro e de Anna d'Almeida. Emquanto acompanhava a côrte em Evora em 1534, e ali representava o *Auto da Mofina Mendes*, na festa do Natal, representava-se no convento de Odivellas o seu *Auto de Cananéa*, intermeado de musica. Gil Vicente achava se considerado pelos eruditos do seu tempo, como Fernão d'Oliveira e João de Barros; subitamente, depois de ter escripto o *Auto da Floresta dos Enganos*, em 1536, dá por finda a sua actividade litteraria, alludindo aos *seus sessenta e seis annos* e a ter passado o seu tempo. Porventura o fallecimento do ourives Gil Vicente, o primo e artista genial que tanto o protegera, veiu causar lhe esta depressão do espirito. Sabe se pelo documento de 1540, em que é testemunha Belchior Vicente, que elle já era fallecido. Mais do que isto: Em Evora recebia D. João III, em 22 d'outubro de 1536, o breve da fundação do Santo Officio em Portugal. Era a extincção da liberdade de consciencia; em 1537 começava a censura e exame expurgatorio dos livros. Nos apontamentos manuscriptos de Torres Vedras, extrahiu Sanches de Baena: «Gil Vicente quatro annos antes de morrer retirou-se para a sua quinta do Mosteiro e ahi deu a alma a Deus nos fins de 1540.» Foi n'estes 4 annos que vem de 1536 que o poeta se occupou a coordenar chronologicamente e systematisar por generos a sua obra; sua filha Paula Vicente auxiliou-o n'este empenho. A coordenação d'esses *Autos* fôra provocada por D. João III, como se lê na dedicatoria do poeta ao monarcha: «Por cujo serviço trabalhei a compilação d'ellas com muita pena da minha velhice.» A terra da naturalidade de Gil Vicente, tem sido difficil de averiguar. Alguns, alludindo a algumas phrases dos seus *Autos*, dão-lhe por patria, a Pederneira, Lisboa e Barcellos, mas o unico escriptor contemporaneo que d'elle fala, no seu nobiliario inédito, é D. Antonio de Lima, que nos diz ser o poeta natural de Guimarães, onde nasceu em 1470. Ha tambem incerteza ácêrca do nome dos paes; quasi todos os linhagistas conhecidos davam como pae de Gil Vicente um ourives de Guimarães do nome de Martim Vicente. Sanches de Baena, porém, indica por pae d'elle Luiz Vicente, irmão do ourives Gil Vicente, e ambos filhos de Gil Fernandes, natural de Guimarães. Gil Vicente seguiu os primeiros estudos nas escolas da Collegiada de Oliveira, vindo depois para Lisboa cursar a Universidade, então existente n'esta cidade, onde alcançou o grau de bacharel em leis. D'este importante vulto da nossa historia, se teem occupado muitos dos nossos escriptores antigos e contemporaneos; entre estes citaremos o visconde de Sanches de Baena, visconde de Castilho (Julio), Brito Rebello, Camillo Castello Branco, visconde de Ouguella, dr. Theophilo Braga, Pinheiro Chagas, etc.

Vicente *(D. João).* Bispo de Lamego e de Vizeu. V. *João (Padre Mestre), Portugal*, vol. III, pag. 1058 e 1059.

Vicente *(P. Marcos).* Jesuita e afamado theologo. N. em Geraz do Lima, e professou em Coimbra em 1575. Estudou depois na Universidade de Evora, em cuja bibliotheca ficaram manuscriptos dois tratados seus, theologicos, latinos: um intitulado: *De restitutione, voto et blasphemia;* outro *De poenitentia.*.

Vicente *(Matheus).* Architecto. N. em Barcarena em 1700, pouco mais ou menos, fal. em 1786. Foi architecto da Casa do Infantado, e das obras do senado da camara, por decreto de 1 de setembro de 1760, pelo fallecimento do capitão Eugenio dos Santos e Carvalho, que exercia então aquelle logar. Entre outras obras, que dirigiu, contam-se as do convento e basilica do Coração de Jesus, a reedificação da egreja de Santo Antonio da Sé, e parte do palacio de Queluz.

Vicente *(Paula).* Era filha de Gil Vicente. Senhora muitissimo intelligente e de muita erudição. Foi uma das mestras da infanta D. Maria, filha de el-rei D. Manuel, e das suas mais devotadas damas. Diz-se que representava admiravelmente os autos e comedias de seu pae, e que ella propria compunha outras. Além d'essas comedias, que ficaram manuscriptas e se perderam, attribue se lhe tambem uma obra intitulada: *Arte da lingua ingleza e hollandeza, para instrucção de seus naturaes.* Paula Vicente teve o privilegio das obras de seu pae, em 1561.

Vicente *(Roque).* Pintor que floresceu no seculo XVIII. Foi discipulo de Joaquim Manuel da Rocha, na escola de Domingos Nunes; entre os seus trabalhos notam se os retratos do marquez e da marqueza de Pombal, que se distinguiam pelo bello estylo de côres, e suavidade de pincel. Na egreja de Santa Izabel ha tres quadros de Roque Vicente, feitos em 1764, pouco mais ou menos: o de *Jesus Maria José*, o de *Sant'Anna* e o de *Santo Antonio.*

Vicentes. Povoações nas freguezias: Espirito Santo, conc. de Mertola, distr. de Beja. || O Divino Espirito Santo, de Pereiro, conc. de Alcoutim, distr. de Faro. || S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria. || N. S.ª d'Assumpção, de Querença, conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Bartholomeu, de Villa Cã, conc. de Pombal, distr. de Leiria

Vicentinas *(Ordenações).* As 4 ultimas edições das Ordenações do reino fôram impressas no mosteiro de S. Vicente de Fóra, dos conegos regrantes de Santo Agostinho, que para isso tinha privilegio real, confirmado por D. João IV, por alvará de 29 de janeiro de 1643, a saber: a 3.ª edição do anno de 1695, 2 tomos; a 4.ª de 1708, 3 tomos; a 5.ª, em 1727, 3 tomos; e a 6.ª em 1748. Esta ultima é a que geralmente se conhece com o nome de edição *Vicentina*, mandada fazer com todo o luxo e magnificencia por D. João V, sob a direcção do jurisconsulto Jeronymo da Silva, que lhe ajuntou as *leis extravagantes* publicadas desde 1603 até 1747, collocando-as segundo o logar dos livros e titulos que mais accommodados lhe pareceram, no que não foi muito feliz, além de lhe escaparem algumas leis, como refere Francisco Coelho de Sousa Sampaio nas *Prelecções de direito patrio*, parte 2.ª pag. 15 e 17. Ajuntou mais o *Repertorio* das materias em 2 tomos, e um

Appendice com as leis promulgadas de 1747 em deante, acompanhado ainda de um supplemento, em que inseriu as que haviam escapado (não todas) nas antecedentes compilações. Esta edição compõe-se ao todo, um *Relatorio* e *Appendice*, de 6 tomos.

Vicete. Pov. do sobado do mesmo nome, na 5.ª div. do conc. de Caconda, distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Vichore. Pov. do conc. de Dombe Grande, no sobado de Dombe e Luacho, distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Vichundrém. Povoação do concelho e commando militar de Sanguém, districto de Gôa, na India.

Vico. Pov. na freg. de Santa Maria, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Viçoso. Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves e conc. de Borba, distr. de Evora. || S. Manços, conc. e distr. de Evora. || Nossa Senhora d'Assumpção, de Giões, conc. d'Alcoutim, distr. de Faro.

Victor *(Delfina)*. Actriz cantora. N. em Lisboa a 29 de março de 1875. Depois de completar os seus primeiros estudos, entrou para o Conservatorio de Lisboa em outubro de 1886 para seguir o curso de piano que completou distinctamente em 1893. Terminado elle dedicou-se a leccionar particularmente, tendo tido discipulas que, com distincção, deram as suas provas publicas. Dois annos depois, em 1895, entrou novamente para o Conservatorio, onde concluiu o curso de canto, tendo tido por professor particular o distincto maestro e professor de canto Augusto Machado. Terminado este curso, em que todos os annos recebeu distincções, foi-lhe dado como premio final o diploma de honra, sendo Delfina Victor a primeira alumna a quem, depois de Judice da Costa, foi conferida tal distincção. A 22 de outubro de 1900 estreou-se no theatro da Trindade, no papel de *Frasquita* da operetta *Moleiro de Alcalá*. O seu debute foi muito auspicioso. O publico recebeu a nova actriz com as maiores sympathias, applaudindo-a com enthusiasmo, augurando lhe um brilhante futuro artistico. Entrou em grande parte do reportorio, representando nas *Duas Princezas*, *Rei damnado*, *Surcouf*, *Toutinegra do Templo*, *Amar sem conhecer*, *Aposta de Floriano*, *Bibi & C.ª*, *Major do 36*, *Se eu fôra rei*, *Boccacio*, *Pagem d'el rei*, *A filha do Tambôr mór*, *Lenda do folle*, *Musa dos estudantes*, *Bohemia*, *A Filha do ar*, etc. Em 1905 foi ao Brazil com a companhia Taveira, tendo estado no Rio de Janeiro e S. Paulo. Em 1908 novamente acompanhou a mesma companhia ao Rio de Janeiro, e no regresso a Lisboa continuou no theatro da Trindade.

Victor *(Jayme Justino Olympio)*. Funccionario publico aposentado e jornalista contemporaneo. Nasceu em Torres Novas a 15 de fevereiro do anno de 1855, sendo filho de Justino Olympio Victor e de D. Maria Margarida Victor. Desde muito novo se dedicou ao cultivo das musas, mas a morte de seu pae, succedida em 1857, deixando-o ainda muito creança, lhe não permittiu seguir um curso regular de estudos. No entretanto, estudou quatro annos no Lyceu Nacional de Lisboa, e um de preparatorios na Universidade. Depois de ter sido empregado na administração do *Diario de Noticias* e na Companhia de Seguros Bonança, foi despachado, em 1876, amanuense da Junta do Credito Publico, onde se conservou muitos annos, exercendo por fim o logar de archivista, em que se aposentou, depois da proclamação da Republica em 1910. Como jornalista, fez as suas primeiras armas na *Democracia*, ao lado de Elias Garcia e de Osorio de Vasconcellos, e com Pinheiro Chagas, Urbano de Castro, Gervasio Lobato e outros, fundou o *Correio da Manhã*, depois o *Diario da Manhã*, e foi um dos co-proprietarios e redactores do *Reporter*, que, sua na primeira phase, foi um dos jornaes mais interessantes e mais bem redigidos que se tem publicado no paiz. No principio da sua carreira jornalistica, fundou em março de 1879, juntamente com alguns amigos do partido constituinte, o jornal diario *As Novidades*, de que foi redactor principal, até que o jornal acabou, pouco lhe faltando para completar um anno. Correspondente em Lisboa de varios e importantes jornaes brazileiros, como *A Liberdade*, *Diario Mercantil*, *Paiz* e *Jornal do Brazil*, póde dizer-se que tem consumido no jornalismo a maior parte da sua actividade,

Jayme Justino Olympio Victor

collaborando ainda em prosa e verso em varias publicações litterarias, como a *Revista Litteraria*, *A Mulher*, *A Renascença*, *O Occidente*, *Archivo Litterario*, *Herculano*, *Portugal a Camões*, *Revista Litteraria do Porto*, em que publicou uma collecção de *Perfis* em soneto, *Contemporaneo*, etc. Collaborou tambem no *Diccionario Contemporaneo*, e no *Diccionario Universal*, de que era proprietario o livreiro editor Henrique Zepherino. Foi um dos directores da edição illustrada do *Jornal do Brazil*, um dos proprietarios e redactores dos *Perfis contemporaneos*, e em 1899, juntamente com Augusto Castilho e Lorjó Tavares, fundou o *Brazil-Portugal*, magnifica revista quinzenal, de que é tambem um dos redactores. Em 1897, juntamente com Magalhães Lima, representou a imprensa portugueza na Suecia, no congresso internacional, e em 1898 era secretario da Associação dos Jornalistas de Lisboa e do Congresso da Imprensa. Por diversas vezes tem ido ao Brazil, demorando se ali quasi sempre. Tem impressas algumas poesias em folhas soltas, como, por exemplo, na commemoração camoneana de Coimbra, por occasião da inauguração do mo-

numento a Camões, em maio de 1881. Em 1877 publicou um opusculo com dois poemetos, intitulados *Herculano e Michelet*, que foi a sua estreia poetica; o poemeto *Herculano* foi recitado pelo actor Brazão no theatro de D. Maria II, em 4 de dezembro do mesmo anno de 1877, em que a empresa d'aquelle theatro dedicou o espectaculo á memoria de Alexandre Herculano, representando-se em seguida o *Bobo*, drama extrahido do romance do grande historiador, por Carlos Borges. Para esta recita houve convites especiaes á imprensa e aos homens de letras. Na collecção dos *Brindes aos srs. assignantes do Diario de Noticias*, correspondente ao anno de 1876, publicou *A Mãe, fragmento de um poema inedito*. Escreveu: *Os Invisiveis de Lisboa*, *Os dramas d'Africa* e *Jack o Estripador*, romances, de collaboração com Gervasio Lobato; *Severo Torelli*, drama em 5 actos, de Coppée, traducção em verso com o conde de Monsaraz, representada no theatro de D. Maria II; *O gendarme* e *As mulheres nervosas*, comedias traduzidas do francez e representadas no mesmo theatro; o *Supplicio de mãe*, drama traduzido, representado no Gymnasio, etc. Jayme Victor figurava entre os primeiros criticos theatraes de Lisboa. Actualmente encontra se no Brasil, com licença do governo portuguez, dedicando se a trabalhos litterarios.

Victoria *(Francisco Napoleão de)*. Livreiro editor, proprietario da antiga Livraria Economica da travessa de S. Domingos, e escriptor dramatico. N. em Lisboa a 12 de dezembro de 1848, onde tambem fal a 19 d'outubro de 1907. Aos 10 annos de edade, entrou para uma officina typographica, subindo até onde podia subir na sua arte, tornando-se um typographo distincto. Em 1894 foi sub-director do quadro typographico do *Diario de Noticias*, tendo tambem collaborado em muitas folhas, principalmente litterarias. O theatro mereceu lhe sempre a sua especial predilecção; foi ensaiador de varias sociedades de amadores, redactor e proprietario do jornal *O Curioso dramatico*, e autor das seguintes peças, que se representaram em diversos theatros com geral applauso: *Jocelyn, o pescador de baleias*, drama em 4 actos; *A Expulsão dos jesuitas*, drama historico em 5 actos; *Miserias sociaes*, drama em 3 actos; *O Diabo coxo*, revista em 3 actos; *Tributo de sangue*, drama em 3 actos; *O Diabo em Lisboa*, revista em 3 actos; *Abençoados pontapés*, comedia em 3 actos; *Guerra aos pianos*, operetta em 3 actos; *Situação complicada*, comedia em 3 actos; *Ninguem diga*... comedia em 2 actos; as comedias em 1 acto: *Uma casa de estroinas*, *Um noivo de encommenda*, *Amor constipado*, *Um marido em calças pardas*, *Astucias de actriz*, *Os medrosos*, *Casar por annuncio*, *O Abstracto*, *Dois estroinas*, *Morto e vivo*, *Gostos differentes*, *Minha mulher engana me*, *Medico-mania*, *Os milagres de Santo Antonio*, etc.; e os monologos e scenas comicas: *O Guarda nocturno*, *Sem parar*, duetto; *A flôr das creadas*, *Os bombeiros*, *Que diz, minha senhora?* *As primeiras conquistas*, *Educação religiosa*, *Entre a valsa e a quadrilha*, *O gargarejo*, etc.

Victoria. Uma das freguezias da cidade do Porto. Fica situada no bairro occidental, e tem por orago N. S.ª da Victoria. Até ao anno de 1583 havia no Porto, *intra muros*, uma unica freguezia, a da Sé, e n'aquella data o bispo D. Fr. Marcos de Lisboa, com grande relutancia dos portuenses, creou mais 3, a da Victoria, a de S. Nicolau e a de S. João de Belmonte, intermedia, que foi supprimida em 1592, e dividida pelas de S. Nicolau e da Victoria, quando se fundou n'esse anno o convento graciano de S. João Nôvo, obrigando se o dito prelado, por si e pelos seus successores a todas as despezas inherentes ás fabricas das novas parochias erectas, em firmeza do que se lavrou escriptura publica, em 16 de julho do dito anno, nas notas do tabellião Ruy do Couros. Era pois a mitra fabriqueira d'esta parochia e obrigada a todas as despezas do culto, mas ha muitos annos que todos esses encargos pesam sobre a confraria do Santissimo, como succede nas freguezias de S. Nicolau e de Miragaia, das quaes a mitra era egualmente fabriqueira. A egreja parochial de N. S.ª da Victoria foi fundada sobre uma capellinha do mesmo titulo; mas a este respeito encontra-se divergencia de opiniões. Dizem uns que a origem do Rio Tinto, Campanhã e Victoria, provém de um grande combate ferido entre moiros e christãos em volta do Porto e de que os titulos mencionados commemoram os triumphos alcançados pelos christãos n'aquella sanguinolenta batalha. Outros dizem, que o titulo de N. S.ª da Victoria provém da conversão de grande parte dos judeus que viviam na segunda judiaria do Porto, em volta do local onde se erigiu a citada capella, e que esta symbolisa uma conquista moral, não um triumpho guerreiro. Na opinião de alguns escriptores, parece mais acceitavel a primeira hypothese, que está mais em harmonia com as tradições do fervoroso culto que os christãos de aquelles tempos votavam á Virgem, culto de que nos dão solemne testemunho tantas egrejas que se ergueram na peninsula; e mais ainda porque a judiaria que teve o Porto, e que foi effectivamente n'este sitio, não acabou pela conversão, mas sim pela expulsão dos judeus. Não póde dizer se qual o sitio que occupava a primitiva ermida de N. S.ª da Victoria, nem assignalar se a epoca da sua fundação; parece, porém, que foi em outro local, pois não permittiria a fé dos povos que permanecesse aberta ao culto dentro do bairro dos judeus. O documento mais antigo que se conhece da confraria da Victoria é o seu estatuto, que existe na bibliotheca do Porto, e tem a data de 1638. Diz que é de novo instituida, e fala do *altar da padroeira na sua egreja e das missas que deviam ser ditas pelo abbade*, o que prova que já havia egreja parochial d'esta invocação de *Victoria*. O actual templo foi mandado construir pelo bispo D. Fr. Antonio de Sousa, como se vê da descripção que existe no archivo da confraria. Ali se declara que aquelle bispo, achando muito arruinada a pequena e antiga egreja matriz d'esta parochia, a mandou reedificar, lembrando se dos compromissos contrahidos pelo seu antecessor D. Fr. Marcos de Lisboa, em 1583, quando erigiu as tres freguezias já citadas. O Santissimo Sacramento foi transferido para a capella de S. José das Almas no dia 4 de maio do 1755, e em seguida se deu principio ás obras, não se poupando a despezas o benemerito prelado para que o novo templo ficasse em tudo perfeito, mas, infelizmente, não chegou a vêl-o concluido, porque falleceu a 11 de junho de 1766. As obras continuaram sem interrupção por conta do cabido,

séde vacante, e no dia 6 de agosto de 1769 se fez com extraordinaria pompa a trasladação do Santissimo Sacramento da capella de S. José das Almas, que durante as obras serviu de matriz. Constou a grande festa de apparatosa procissão e triduo solemne. Foi a nova egreja benzida n'uma 6.ª feira, dia 5 de agosto de 1769, fez-se a procissão no domingo immediato, dia 7, e deu se começo ao triduo em 8 do mesmo mez e anno Resadas vesperas e completas na sé cathedral pelo cabido, saiu este processionalmente dirigindo-se á egreja de S. José das Almas, e logo se dispoz a saida da procissão, que percorreu as ruas da freguezia, que estavam todas brilhantemente ornamentadas, na fórma seguinte: Na frente ia uma estrondosa musica formada, ao modo de aquelle tempo, de clarins, tambores, trompas e timbales; seguiam-se diversas confrarias, irmandades e grande numero de andores e de anjos. Depois a cruz parochial da Victoria, levada pelo parochiano e distincto fidalgo Bento Corrêa de Mello; seguiam-se 3 figuras allegoricas representando a *Victoria*, *Confissão* e *Sacramento;* depois a commissão promotora das festas; seguiam-se as communidades de S. Francisco e dos Meninos Orphãos da Graça, depois as communidades dos eremitas de Santo Agostinho, (*gracianos*) do convento de S. João Novo, muitos religiosos dos outros conventos do Porto. O clero da freguezia e o cabido, levando o deão a custodia com o Sacramento debaixo do palio da camara, conduzido por magistrados e pessoas da primeira nobreza da freguezia; acompanhavam tambem os ministros, conselheiros, officiaes do tribunal da Relação, muitas pessoas de notoria distincção, e grande multidão de povo, tanto do Porto como dos seus arrabaldes. Recolhida a procissão á nova egreja, cantou-se um solemne *Te Deum.* No dia seguinte deu-se começo ao triduo com solemne missa, officiando o deão da Sé, com o Santissimo exposto, havendo sermão nos outros dois dias tambem se celebrou missa solemne e sermão, e assim terminaram as grandes festas da reposição do Santissimo Sacramento na sua nova egreja. No anno de 1808 fôram inventariadas as pratas pertencentes á congregação do Santissimo e entregues por ordem do governo intruso ao recebedor das decimas, João Pinto Soares. Como, porém, a confraria entregasse pratas que pesavam 170 marcos e 4 onças, reservando as restantes como indispensaveis ao culto, foi de novo obriga la a entregar o restante, perfazendo tudo um valor importante, pois toda a prata que a confraria perdeu pesava 560 marcos e 5 onças. Em 1829, sendo juiz da confraria Antonio Bernardo de Brito e Cunha, que n'esse anno foi enforcado na Praça Nova por seguir o partido liberal, tal medo se apoderou dos mesarios por este funesto acontecimento, que receando as perseguições da Alçada, uns se esconderam e outros emigraram, a egreja foi entregue ao parocho, ao sacristão e procuradores, e a sua administração no mais completo abandono. Apenas formadas as linhas de defeza do Porto em 1832, foi escolhido o paredão que está junto da egreja para bateria d'onde pudessem os liberaes varejar a trincheira erguida no Pinhal de D. Leonor, em V. N. de Gaia, pelo que se mudou a matriz para a egreja do mosteiro de S. Bento dos Frades, onde se conservou até ao anno de 1852. Abandonado assim o templo e exposto aos tiros da fortalezas inimigas durante a guerra civil, ao terminar o cêrco estava na mais completa ruina, chegando alguem a pensar em o demolir para continuação da rua de S. Miguel. Alguns parochianos mais dedicados ao esplendor do culto, reunidos com o abbade Antonio de Sousa, bem como a mesa do Santissimo e a junta de parochia, resolveram abandonar a egreja de S. Bento, que pela vastidão tornava mais dispendiosas as festividades, e abrir uma subscripção entre os parochianos para reedificar a egreja da Victoria. Adquirindo importantes esmolas esta subscripção, principiaram as obras em março de 1852, e terminaram pela inauguração e transferencia do Santissimo, em 8 de dezembro do mesmo anno, celebrando-se então a festa de N. S.ª da Conceição. Uma inscripção gravada por cima da porta lateral do lado sul, designa este facto da reconstrucção e uma bala das chamadas *balas razas*, encravada na parede, ainda ali está a relembrar a lucta cruenta que originou o abandono em que esteve o templo por espaço de 20 annos. N'esta reconstrucção melhorou muito o templo, e fôram tirados para a nova egreja alguns adornos e peças importantes da egreja de S Bento. Tem um rico cortinado de damasco vermelho com ramagem amarella para todos os altares e frestas, lustres para servirem nas solemnidades, muitas e valiosas pratas, custosos paramentos, um palio bordado a ouro com as varas de prata, tudo de muito valor e merecimento. Em 1874 um incendio destruiu toda a talha do altar da padroeira; mas logo a mesa da irmandade do Santissimo promoveu na freguezia uma subscripção, com que arranjou meios para fazer uma completa reforma no templo. Depois do incendio, a egreja foi de novo inaugurada e benzida a devota imagem de N. S.ª da Victoria, esculptura do professor Soares dos Reis, fazendo entrada solemne o bispo do Porto D. Americo Ferreira dos Santos Silva, festividade que se realisou a 15 de julho de 1875. A egreja é pequena e de uma só nave, mas bem construida; tem um frontispicio todo de granito bem lavrado, mas singelo; recebe luz por uma espaçosa janella da frontaria, 6 janellas, que são tribunas, e duas frestas na capella mór. O retabulo do altar mór é de boa talha toda dourada; tem 4 altares no corpo da egreja, e debaixo do côro; uma sacristia regular com ampla credencia, 1 altar e 2 quadros grandes a oleo, representando um d'elles a *Discussão no templo*, que dizem ser de muito merito artistico; um bom orgão com apparatosos ornatos exteriores, feito no anno de 1872 por Manuel Joaquim da Fonseca.

Victoria. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Martinho, conc. e distr. do Funchal. Tem caixa post. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Purificação, de Roliça, conc. de Obidos, distr. de Leiria. || S. Thiago, de Fontão, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello; tem est. post. || N. S.ª da Purificação, de Sacavem, conc. de Loures, distr de Lisboa. || N. S.ª de Guadalupe, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo, Açôres. Tem caixa post. || Pov. do sobado de Cabiuda, no conc. de Cacongo, regedoria de M'Tamba, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Victoria Pereira *(Albino Estevão)*. Major reformado do exercito e escriptor, residente em Obi-

dos. Nasceu em 26 de dezembro de 1849. Sentou praça na arma de infantaria, reformando se em 25 de maio de 1899. E' condecorado com o grau de cavalleiro da ordem de Aviz e com a medalha de prata de comportamento exemplar. Tendo servido na India, possue a medalha de prata para commemorar a expedição áquelle Estado em 1895. Tem publicado: *Diccionario synoptico de ordens e circulares do Ministerio da Guerra* (1.ª, 2.ª e 3.ª partes); *A raça equina em Portugal; A nova Lisboa*—Uma exploração africana; Marinha Grande, 1890; *Portuguezes e inglezes em Africa*, Lisboa, 1890; *Julgar Deus*, Caldas da Rainha, 1912.

Victoria Pereira *(José Estevão de Cacela)*. Capitão do estado maior, autor de differentes trabalhos para o ensino militar, dos jogos da guerra, da topographia por meio de cartas em relevo, e pintor ceramico, distinguindo-se na especialidade dos azulejos. N. em Leiria a 20 de novembro de 1877 E' filho do major reformado do exercito Albino Estevão Victoria Pereira (V. o *respectivo artigo)* e de sua mulher D. Carolina Amelia de Cacela Victoria Pereira, natural de Leiria e fallecida em Obidos a 24 de outubro de 1913. Tendo sido alumno do Collegio Militar sentou praça em 18 de julho de 1895, sendo promovido a alferes em 1 de março de 1900, a tenente em 1 de dezembro de 1904 e a capitão em março de 1912. Dedicando se ao fabrico de cartas topographicas em relevo, tem visto os seus trabalhos elogiados e apreciados pelos differentes ministros da guerra a partir de 1903. Em sessão de 14 de novembro de 1912 fôram examinadas pelo conselho superior de Instrucção Publica as suas cartas em relevo para as escolas, e por portaria de 29 de dezembro do mesmo anno fôram aprovadas oficialmente. Pelos diferentes trabalhos d'esta especialidade com que concorreu á Exposição das Artes Graphicas de 1913 foi o sr. Victoria Pereira premiado com medalha de ouro. Tendo cultivado simultaneamente a pintura ceramica, produziu trabalhos importantes em azulejos, que se admiram no Museu de Artilharia, Hospital de S José, palacio do dr. Carvalho Monteiro, em Cintra, etc. O sr. capitão Victoria Pereira casou em 20 de junho de 1904 com D. Adelaide de Sousa Victoria Pereira, filha do illustre artista sr. Pereira Junior, conhecido pintor generico, e a qual é uma das mais notaveis amadoras de canto, tendo tomado parte obsequiosamente em importantes concertos. A distincta senhora é socia honoraria da Academia dos Amadores de Musica.

Victorino. Actor afamado dos velhos theatros do Salitre e da Rua dos Condes, sendo depois classificado actor de 1.ª classe para o theatro de D Maria II. Foi um actor da escola antiga, imperfeito por vezes, mas de incontestavel talento artistico. No começo da sua carreira desempenhou alguns papeis de dama, do que lhe resultou habituar-se a uns certos meneios de corpo que, de futuro, o tornaram um pouco ridiculo. E' tudo quanto se sabe a seu respeito.

Victorino das Donas Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 163 fog. e 753 hab. Tem esc. do sexo fem. Está situada a 2 k. da margem esquerda do rio Lima, na estrada de Ponte do Lima a Darque, e a 7 da séde do conc A primitiva parochia foi na capella de Sauta Maria do Barco, titulo d'esta freg. n'esses tempos, e em 1605, supprimido o mosteiro das Donas, passou a sua egreja a ser matriz d'esta parochia e a pov. tomou o nome de *Victorino das Donas*. Nos meados do seculo XIV foi transferído o mosteiro do sitio do Barco, hoje Santo Antonio, para o sítio actual onde existia uma torre, solar dos *Velhos*, seus padroeiros, torre que veiu a cair no poder das religiosas, sendo para aqui transferidas as freiras do mosteiro de S. Salvador do Bulhente, em Ancora e as de Santa Eufemia de Calheiros. Este convento data de tempos remotos, e foi primitivamente de frades. Com o decorrer dos tempos as freiras viviam muito livremente, pelo que o arcebispo D. Frei Agostinho de Castro, cançado de admoestações, lhes mandou edificar em Braga no Campo da Vinha, o convento do Salvador, e resolveu transferil-as para ali, mas como se recusassem obstinadamente, teve de empregar a força. Durante 12 annos instou com ellas o arcebispo até que, esgotados todos os meios de prudencia e brandura, se queixou a el-rei, então D. Filippe II, o *prudente*, que mandou ir ao Porto um desembargador e varias justiças para Braga com grande sequito de liteiras para a conducção das religiosas e muitos homens armados de machados; chegou de madrugada ao mosteiro; intimou-as para que o acompanhassem, e como desesperadamente se oppuzessem, mandou partir as portas com machados. Refugiaram se as freiras em outra casa, trancando as portas; fôram estas tambem despedaçadas; fugiram depois para o côro e n'elle estiveram tres dias sitiadas, até que se renderam obrigadas pela fome, entraram nas cadeirinhas, e fôram conduzidas para o seu novo mosteiro de Braga. Deu se tão extranho acontecimento em 1602, e vem narrado na *Historia Ecclesiastica de Braga*, por D. Rodrigo da Cunha, parte 2.ª, cap. 93, pag. 408. Ficando devoluto o mosteiro de Victorino, foi comprado por Antonio Martins da Costa, cavalleiro professo da ordem de Christo, que reedificou a antiquissima torre dos *Velhos*, e accrescentou a egreja, que cedeu para matriz da freg. em 1605. Em Victorino das Donas ha algumas quintas importantes. No sitio da Almoinha apparecem vestigios de remota povoação, entre elles sepulturas feitas de tijolos. Estes fertilissimos terrenos são banhados pelo ribeiro d'Avel, que se despenha dos montes do Castello da Facha. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Victorino dos Piães. Pov. e freg. de Santo André, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 238 fog. e 1:021 hab. Tem escolas d'ambos os sexos. Está situada n'um valle, a 5 k. da margem direita do rio Neiva, e a 12 da séde do conc. Foi commenda da ordem de Christo, apresentada pelos monteiros-móres do reino. E' cortada pela estrada de Porto a Valença, na extensão de 3 k., e rodeada por elevados montes, ao N pela serra da Nó, Nahor ou Nora, e ao poente pelo monte do Castello. seguindo-se-lhe outros, chamados da Padella, já do conc. de Vianna do Castello. E' séde de julgado e de juizo de paz. Pertence a pov. á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Vida. Nome antigo de sustento, comida, re

feição Pagava-se o *direito da vida* ao rei, aos senhorios das terras ou aos seus mordomos e feitores, segundo o estipulado nos aforamentos e contratos que com os respectivos colonos se faziam: «*Daram a El rei tres vidas, e a gallinha do açôr.*» — «*E quando malhar a messe, denlhe uma teiga da messe, ou vida para quatro homens... E se lhe der vida, devem-lhe dar pam segundo, e borôa, e leite, e falhôas.* .» Esta vida dava-se ordinariamente em cousas já cozinhadas: caldo, carne, leite, filhós, etc, mas algumas vezes se pagava em dinheiro ou em comestiveis não cozinhados. Segundo documentos do convento de Grijó, a *vida d'Elrei* era um alqueire de trigo, outro de milho, outro de cevada e duas gallinhas; em outros eram seis soldos; em outros pão cozido, etc. «*E vidas tres vezes no anno, convem a saber, por Natal pam, vium e carne; por Mayo pam, vium, e huum frango, ou dous... E da outra freguezia de Vouvado* (Bougado) *dam por Vida no tempo da carne huma calaça de carne...*» (Documento de Santo Thirso, de 1279).

Vidaes. Pov. e freg. de N. S.ª da Piedade, da prov. da Extremadura, conc. e com. das Caldas da Rainha, distr. de Leiría, patriarc. de Lisboa; 327 fog. e 1:290 hab. Tem est. post. e productores de vinhos. Está situada n'um valle, por onde passa uma ribeira, a 10 k. da séde do conc. Comprehende esta freg. as aldeias de Vidaes, Crastos, Cortem ou Cotem, Mosteiro, Mathueira, Casaes, Ribeira, Rabaceira, Maias, Carrasqueira, Carrascal, Santa Maria, Casal do Rei, e as quindas de Valverde, Pinheiro, Matta, Bogalhos, Sante, etc. A egreja matriz está na aldeia de Vidaes que domina um valle aprazivel, mimoso e fertil, banhado por uma ribeira. Em tempos remotos, esta freg. formava um conc. com a villa de Alvorninha ou Alvorrinha, que teve foral dado por D. Manuel I em 1 de outubro de 1514 (V. *Alvorninha*). Vidaes pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Louredo, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Vidago. Pov. da freg. de S. Thiago, d'Arcossó, conc. de Chaves, distr. de Villa Real, prov. de Traz-os-Montes. Fica distante 2 k. d'Arcossó, e é pov. antiquissima, maior e mais importante de que a propria freg. de que faz parte, pois tem cêrca de 200 fog., feiras mensaes nos dias 3 e 10. Vidago está situada n'uma encosta arredondada olhando para o valle de Oura e para a ribeira que o atravessa e d'elle toma o nome, indo desaguar no rio Tamega, a 5 k. de distancia, movendo 3 moinhos e uma fabrica de serrar madeira, e sendo atravessada por 5 pontes, das quaes a mais notavel é a que foi feita pelas obras publicas na estrada da Regoa a Chaves. No cimo da encosta em que assenta a pov., ha um morro com amplas vistas que muito provavelmente foi atalaia ou ponto fortificado em tempos remotos, pois era muito defensavel. Composta na sua maior parte por habitações modestas, Vidago tem entretanto edificios relativamente importantes, entre os quaes occupam o primeiro logar os da empresa das aguas mineraes. Possue tambem 4 pequenas capellas, sendo 2 publicas (uma de S. Simão, no campo do Olmo ou da Feira, outra de N. S.ª da Expectação, na rua Direita), e 2 particulares, uma pertencente á familia Machado, outra á familia Campilho, ambas com porta franca para o publico, sendo esta ultima a de mais merecimento: tem as paredes forradas de azulejo, retabulo de talha dourada com pinturas antigas a oleo e a meio a imagem da Virgem. Vidago tem uma delegação do correio e uma est. telegraphica, que foi inaugurada em 1874 com grande pompa, assistindo o ministro do reino Rodrigo da Fonseca Magalhães, que n'esse anno estava em Vidago fazendo uso das aguas, o qual expediu para Lisboa o 1.º telegramma, cumprimentando a familia real; na pov. ha duas pharmacias e hospedarias. Algumas lapides encontradas nas cercanias de Vidago mostram que estas aguas mineraes eram conhecidas e usadas pelos romanos, que no tempo de Trajano ali tinham um estabelecimento thermal designado *Vitaago*. Esquecidas e abandonadas depois, só em 1863 fôram de novo e casualmente descobertas por D. Julia Vaz de Araujo, que as indicou ao dr. Domingos Vieira Ribeiro, advogado em Chaves, o qual pôde conseguir que a camara as mandasse analysar. Por conselhos do visconde de Villa Maior, fôram mandadas para Lisboa em 1863, para o Laboratorio da Escola Polytechnica, 12 garrafas cheias d'agua com alguns especimens de rocha, terra e residuos, etc. A' sua analyse procedeu o grande chimico e professor da mesma escola dr. Agostinho Vicente Lourenço que, em 1865, a publicou n'um relatorio que fez sobre o estudo hydrologico das nascentes mineraes do concelho de Chaves. A primeira fonte onde se fez então correr esta preciosa agua foi mandada construir pelo dr. Carvalho e Sousa, proprietario do terreno onde as aguas appareceram, e ao qual em julho de 1865 a camara municipal de Chaves as comprou, para d'ellas fazer maior e mais bem dirigida exploração. Em 1871, o referido chimico dr. Lourenço procedeu a outra analyse, em que fôram confirmados os preciosos resultados da primeira; constituiu se então, em 1873, a Empresa das Aguas de Vidago, para a sua exploração, e desde logo se iniciaram valiosas construcções, como a do Grande Hotel, e outros melhoramentos, que para aquella epoca fôram considerados como emprehendimentos arrojadissimos, porque então a communicação do resto do paiz com a provincia de Traz-os-Montes, só se fazia por intermedio da estrada que atravessa a serra do Marão, o que dava, só em carruagem, o longo trajecto de 20 leguas aproximadamente. São 6 as nascentes exploradas pela empresa: *Vidago, Vidago 2, Sabroso, Sabroso Novo, Villa Verde* e *Oura*. Em todas estas nascentes a agua é alcalina (bicarbonatada sodica) e gazoza. O quantitativo da mineralisação é que varía muito, e cada uma tem componentes particulares, que lhe conferem uma verdadeira especialisação. Assim *Vidago*, conhecida pela Vichy portugueza, é notavel pela grande quantidade de bicarbonato de sodio e de lithio, e sobretudo pela sua mineralisação total. *Vidago* 2, a que mais se aproxima de Vidago, excede ainda em mineralisação as outras aguas alcalinas de Portugal e de Hespanha, e torna se notavel por conter entre os seus componentes chimicos fluoretos, brometos, iodetos e boratos que lhe dão importancia especial. *Sabroso* assignala-se pelo seu sabor agradavel, pela enorme percentagem de gaz carbonico, e pelo perfeito equilibrio dos outros principios chimicos. *Villa Verde*, agua alcalina media, recommenda se pela dimi-

nuta percentagem de chloretos. *Oura* especialisa se pela quantidade, relativamente grande, de bicarbonato de ferro e de manganez, e ainda pelo arseniato de potassio. E', portanto, uma agua alcalina, ferruginosa e arsenical. As fontes de Vidago e de Vidago 2 encontram se no grande parque que circumda o Vidago-Palace Hotel e são abrigadas por edificações apropriadas, elegantes pavilhões em harmonia com aquellas excellentes aguas. Então o de Vidago é luxuoso, com sua galeria annexa, ricamente decorada, com os seus azulejos artisticos e vitraes. As fontes de Sabroso ficam já no conc. de Villa Pouca de Aguiar, perto das Pedras Salgadas, e por isso é, que não são geralmente bebidas no logar, mas exportadas se no proximo estabelecimento thermal das Pedras Salgadas, aqui vieram de visita no dia 3 de outubro de 1884, descançando tambem no Grande Hotel. As aguas de Vidago são exportadas para Hespanha, Africa, America e Asia. Em França e Inglaterra gozam tambem de grandes creditos. Levadas ás exposições de Vienna d'Austria, Philadelphia, Paris, Rio de Janeiro, Bordeus, Lisboa, Madrid, etc., mereceram sempre os melhores premios, contando-se entre elles a medalha de ouro na exposição de Paris de 1889, unica ali concedida a aguas minero-medicinaes portuguezas; na exposição do Rio de Janeiro obteve egualmente a medalha de ouro. Bibliographia especial: *Relatorio ou analyse das Aguas de Vi-*

Vidago—Palacio-Hotel

em larga escala, como aguas de mesa. E' bella a nova nascente de Sabroso com o enorme caudal de 6:000 litros por dia, emergindo da rocha aos borbotões, sob uma cupola de crystal, mas é tambem sumptuoso o pavilhão que a resguarda, salientando-se o sumptuoso escadorio suspenso, em cimento armado. Villa Verde e Oura ficam junto das povoações que lhes dão o nome, e tambem raras vezes são usadas na origem. A agua d'Oura serve para os banhos de immersão alcalinos, que se administram no balneario em Vidago. El rei D. Luiz fez uso d'estas aguas nos annos de 1875, 1876 e 1877, hospedando se no primeiro andar do Grande Hotel. Mais tarde, tambem ali estiveram el rei D. Fernando e a condessa d'Edla, sua esposa e o infante D. Augusto, que achando-

dago, por Agostinho Vicente Lourenço, no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, 1865, n.os 3 a 12 e 1866, n.º 1; *Agua de Vidago*, na *Revista de Pharmacia e Sciencias Accessorias do Porto*, tomo XV, 1871, pag. 72, e no XVI, 1872, pag. 14; *Aguas de Vidago*, pelo dr. Francisco da Cunha Vianna, no *Correio Medico de Lisboa*, de 23 de julho de 1875; *Vidago Agua alcalinio gaseosa mineral en el reino lusitano, más importante y benefica que la de Vichy*, pelo medico hespanhol D. Justo de Haro e Romero, Madrid, 1875; *Analyse e outros esclarecimentos sobre as aguas de Vidago*, Lisboa, 1885; com uma estampa; houve outra edição em 1891; *Analyse e outros esclarecimentos sobre as aguas alcalino-gazosas lithinadas arsenicaes de Vidago*, com a coadju-

vação de José de Castro Lobo, Lisboa, 1885; *Breve noticia sobre as aguas de Vidago*, por Antonio Teixeira de Sousa, Porto, 1888; *Aguas de Vidago, estação de 1903*, por Antonio Firmo de Azevedo Antas, director clinico do estabelecimento, Porto, 1903. A Empresa das Aguas de Vidago ostenta dois luxuosos hoteis: o *Grande Hotel*, que foi edificado em 1875, o que está solidamente construido, tendo amplos e elegantes aposentos, e uma amplissima sala do jantar, assente em columnas sobre o parque. O Vidago-Palace-Hotel, muito elegante e confortavel, causando a maior admiração as mobilias das vastas salas que occupam todo o primeiro pavimento: a sala de jantar eleva-se á altura de dois andares, e é circumdada, meio das suas paredes, por bem lançadas galerias suspensas. A sala de visitas, o salão nobre, a confortavel sala de fumo, salas de leitura e de escrever, consultorio medico, todas decoradas com luxo e bom gosto. Em ambos os hoteis ha grandes diversões, tanto nos seus salões como nos parques; projectam-se lindos passeios aos arredores, excursões a maiores distancias, que tornam aquella estação thermal um grande encanto para todos que a frequentam. O Estabelecimento Hydrotherapico, sem ser luxuoso, tem o bastante para n'elle poderem ser applicados os differentes processos d'esta medicação. A installação consta de duas partes: uma, ao sul, destinada á baldeação, contém varias banheiras em quartos isolados; a outra possue os apparelhos para todo o genero de duches, banhos de vapor, pulverisações, etc., collocados n'um recinto apropriado em volta do qual existem varios quartos destinados para as pessoas se despirem.

Vidal *(Angelina)*. Professora, poetisa, escriptora e jornalista. Filha do maestro Joaquim Casimiro; muito cedo começou a revelar os seus talentos n'uma serie de trabalhos notaveis, uns editados em separado e outros dispersos em varias publicações. Foi proprietaria e redactora dos jornaes *A Emancipação*, *Justiça do Povo* e *Syndicato*, nos quaes deixou traços indeleveis da sua grande cultura mental. Tem collaborado e redigido, entre outros, nos jornaes *A Voz do Operario*, *Ecco Michaelense*, *Partido do Povo*, *Noticias do Dia*, *Domingo illustrado*, *Bocage*, *O Tecido*, *A Luz*, *Transmontano*, *O Trabalho*, *Partido operario*, *Protesto operario*, *Constructor*, *Luz do Operario*, *Democracia do Sul*, *Folha do Sul*, *Porvir*, *Liberdade*, *Vulcão*, *Cabeceirense*, *Marselheza*, *Tribuna*, *Officina*, *A Resistencia*, *Amphion*, *Voz do Trabalho*, *Alma feminina*, *Sentinella da Fronteira*, *Vanguarda*, *Ecco Popular*, *União Portugueza* (Brazil), *Chronica*, *Gabinete dos Reporters*, *Comarca de Arganil*, *Revista litteraria, artistica e scientifica do Seculo*, *Livre Pensamiento* (Madrid), *Capitulo*, *Loarense*, *O Paiz* (Porto), *Contemporaneo*, *A Obra*, *Productor*, *O Alarme*, *Figueirense*, *O Arbitrador*, *Revista do Congresso litterario do Rio Grande do Norte* (Brazil), *Diario Metallurgico*, *Folha da Tarde*, *Sol do Tejo*, *Revolução*, *Courriéres* (numero unico), *Caixeiro*, *Ideia Nova*, *Futuro de Angola* (Loanda), *Commercio de Lisboa*, *Luz e Vida*, etc. D'entre os seus poemas, citaremos: *Liberdade*, *Morte de Satan*, *O Marquez de Pombal á luz da philosophia*, *O ultrage*, *Semana da paixão*, consagrado á rainha D. Amelia, e que é um brado eloquente em favor dos marinheiros condemnados; *A noite de espirito*, com uma soberba dedicatoria a João de Deus, e que foi premiado n'um concurso internacional; *Icaro*, tambem premiado n'um concurso realisado no Rio Grande do Sul; *Nas florestas da vida* (a proposito da catastrophe de Courriéres), Lisboa, 1906; *Jesus no templo* e *Espiraes de dôr*. Para o theatro escreveu: *O conselheiro Acacio*, em verso, representado em Alcobaça; *Nobreza d'alma*, representada varias vezes em Lisboa; *Lição moral*, em verso, representada em varias terras do continente e em Lourenço Marques; *Caminho errado*, comedia em 3 actos, em verso; *Castigar os que erram*, idem, em 3 actos, em prosa; *O oitavo mandamento*, idem, em 1 acto, em verso. Como trabalho litterario d'um grande valor, além dos seus poemas, consagrados ha muito pela critica, devemos registar os *Contos negros* e os *Contos de crystal*, que só por si bastavam para formar uma solida reputação litteraria, e que é pena não estarem compendiados e reunidos em volume. Como jornalista, tambem a distincta escriptora affirmou os seus profundos conhecimentos dos problemas politicos e economicos, que discutia com rara hombridade. Durante muitos annos escreveu na imprensa republicana, cujas ideias defendeu tambem na tribuna. Depois, a evolução operou-se no seu espirito e acompanhou elementos historicos do partido socialista. Em 1908, os jornaes em que escrevia mais assidua, eram *A Grève*, de Lisboa, e *O Trabalho*, de Setubal, preoccupando-se principalmente com as questões economicas. Tem escripto na *Vanguarda*. Tambem como oradora, a figura de Angelina Vidal tem-se destacado, realisando muitas conferencias, algumas d'ellas por occasião do tricentenario de Camões, em 1880, e do Marquez de Pombal em 1882.

Vidal (*Antonino José Rodrigues*). Doutor em philosophia e lente de prima jubilado da mesma faculdade na Universidade de Coimbra, do conselho de el-rei, deputado, commendador da ordem da Rosa, do Brazil. N. em Anadia a 5 de setembro de 1805, fal. em Travasso a 18 de novembro de 1879. Era filho de Manuel José Rodrigues Vidal. Tendo completado em poucos annos e com distincção o estudo das disciplinas preparatorias, matriculou-se em mathematica e philosophia no anno de 1823, e em medicina no de 1826. Tomou parte activa na revolução liberal, alistando-se em 1825 no batalhão de voluntarios academicos, pelo que foi riscado da Universidade, e sómente em 1837 pôde concluir a formatura em medicina, e tomou o grau de doutor em philosophia a 25 de junho. Foi nomeado lente substituto por decreto de 1 de setembro e carta regia de 14 de dezembro de 1838. Substituiu em 1839 e nos annos immediatos o professor da cadeira de botanica e director do Jardim Botanico. Prestou então bons serviços, que depois fôram continuados pelo professor cathedratico e director effectivo o dr. Pedro Norberto. Por morte d'este professor, o dr Antonino Rodrigues Vidal reassumiu a regencia da cadeira de botanica e a direcção do jardim. Foi desde então que mais se dedicou a melhorar este estabelecimento, pela acquisição do novas plantas. Tanto das plantas como das sementes do jardim imprimiu varios catalogos, escriptos na lingua latina. No anno de 1855 saiu o dr. Antonino José Rodrigues Vidal da regencia da cadeira de botanica e da direcção do jardim, exercendo por muitos annos as funcções o dr. Henri

que do Couto; em 1879, porém, já estava outra vez regendo a cadeira de botanica, dirigindo o jardim, continuando n'este exercicio ainda depois da sua realisação, que foi em 1870. Começou a imprimir-se em 1869 um tratado de botanica, impressão que ficou muito adeantada mas não concluida, tanto do 1.º como do 2.º dos dois tomos de que a obra deveria constar. Em 1846 e 1847 prestou grandes serviços á causa da revolução popular, redigindo em Coimbra o *Grito Nacional*, e contribuindo para a formação do batalhão da Bairrada, em que serviu de major, sendo commandante seu tio Joaquim Rodrigues de Campos. Entrando em Coimbra, o conde das Antas dissolveu o batalhão; ordenou, porém, tanto ao ex commandante como ao ex major que, com os populares, que pudessem ajuntar incommodassem a retaguarda das tropas do duque de Saldanha que se estendiam para a parte do Porto. No dia 25 de fevereiro de 1847, estando em Villa Nova de Monsarros, fôram surprehendidos por uma fôrça de cavallaria, Joaquim Rodrigues de Campos e alguns dos populares fôram assassinados e roubados. Outros, e entre elles o dr. Antonino José Rodrigues Vidal salvaram se a grande custo, fugindo. Deixara o ex commandante assassinado 3 orphãos, que ficariam ao desamparo, so o dr. Rodrigues Vidal os não recolhesse para sua casa occorrendo lhes com as despezas da educação litteraria na Universidade ou n'outras escolas superiores. O dr. Antonino José Rodrigues Vidal foi por duas vezes deputado eleito pelo circulo da Figueira da Foz, sendo uma d'ellas na legislatura de 1860. Depois de jubilado dedicou se á direcção da lavoura da sua casa do Travasso na Bairrada, e serviu ainda o logar de presidente da camara municipal da Mealhada. Foi o principal redactor do jornal *O Liberal do Mondego*, que se publicou em Coimbra no anno de 1851 e terminou no fim de 1852.

Vidal (*Eduardo Augusto*). Inspector geral das alfandegas, poeta distincto, prosador e jornalista, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e conselheiro. N. n'esta cidade a 10 de maio de 1841, onde tambem fal. a 20 de maio de 1907. Tendo entrado para a marinha de guerra como aspirante, trocou depois a carreira naval pela de empregado civil, e foi official da alfandega de Lisboa; quando falleceu, exercia o logar de inspector geral das alfandegas. Como poeta lyrico, teve no seu tempo uma grande aura de celebridade. Muitos dos seus trabalhos litterarios ficaram ineditos. Acham-se publicados os seguintes livros de versos: *Harmonias da madrugada*, Lisboa, 1859; com duas cartas de Bulhão Pato e Rebello da Silva; *Folhas soltas*, 1865; n'este volume estão tambem os poemas romances *Fernando*, *Beppa*, *O Lyrio do Val Magdalena*; relativamente ao merito do livro ha duas cartas notaveis de Antonio Feliciano de Castilho dirigidas, uma a Bulhão Pato, outra á mãe do illustre poeta, as quaes sairam na *Gazeta de Portugal*, de 12 de dezembro de 1865; *Cantos do Estio*, 1868; entre outras poesias, traz este volume o poema *Beatriz*, e alguns trechos já publicados na *Revista Contemporanea* e em outros jornaes; *Cartas obscuras dirigidas a Ernesto Biester*, em prosa; insertas na *Revista Contemporanea*, tomo V, a pag. 441, 472 e 524; *Estudo analytico ácêrca do «Poema da Mocidade» do sr. Pinheiro Chagas*; folhetim na *Gazeta de Portugal*, de 17 dezembro de 1865; *Guelfos e gibelinos, tentativa critica sobre a actual polemica litteraria*, 1866; Estudos sobre o theatro, insertos no *Archivo pittoresco*, vol. IX, começados no n.º 5, e continuados nos seguintes; *Luiz de Camões* (estudo biographico critico); no *Archivo pittoresco*, vol. X, a pag. 220, 239, 250 e 269; *Contos da sésta*, versos; *Crepusculos*, idem; *Entre a murta*, prosa. No *Occidente* publicou varias poesias; collaborou no volume V da *Historia de Portugal illustrada*, com Antonio Ennes, Pinheiro Chagas, Bernardino Pinheiro e outros; no *Correio da Manhã*, *Panorama*, e foi redactor assiduo do *Diario Popular*, onde escreveu uns folhetins semanaes sobre diversos assumptos. Para o theatro escreveu: *O Saboiano*, *Ao luar* e *O que fazem as rosas* (traducção), tres comedias em verso, a primeira das quaes entrou em ensaios por Tasso e Delphina, mas não chegou a ser representada; a segunda foi posta em scena no theatro de D. Maria II, e a ultima representada no theatro do Principe Real, fazendo n'ella a sua estreia o actor Alvaro.

Vidal (*João Evangelista de Lima*). Presbytero. Doutor em theologia pela Pontificia Universidade Gregoriana de Roma. Professor de sciencias ecclesiasticas no Seminario de Coimbra. Traduziu do italiano e annotou o *Compendio da doutrina christã, prescripto por sua santidade Pio X para as dioceses da provincia de Roma*, Coimbra, 1906. Escreveu mais: *A Batalha do Bussaco; Panegyrico de Santa Joanna; Tradicionalismo e Ontologismo; A immutabilidade de Deus; O Symbolo, dos Apostolos; O Primado Pontificio; Synopse da Theologia Moral*, 2 volumes; *Sciencia divina*, controversia dos futuriveis; *Esplendores do Sacerdocio*. Todas estas obras fôram publicadas em Coimbra.

Vidal (*Manuel Bernardo*). Valente militar que tomou parte em toda a campanha liberal, e que adquiriu a reputação de ousado. Exercendo o posto de tenente coronel de infantaria n.º 2, foi collocado na guarda municipal em Lisboa como commandante geral, por decreto de 11 d'outubro de 1836, referendado por Passos Manuel. Pouco tempo exerceu esse commando, porque a 21 de dezembro do mesmo anno de 1836 foi nomeado governador geral d'Angola.

Vidal (*Manuel José Gomes d'Abreu*). D'este escriptor politico, fallecido ha muitos annos, sabe-se apenas que foi advogado junto da Casa da Supplicação de Lisboa, que foi formado em direito pela Universidade de Coimbra, e que depois de ter sido liberal exaltado e defensor ardente dos principios da revolução de 1820, passou a ser defensor não menos ardente dos principios absolutistas. No anno de 1820 publicou em Lisboa: *Analyse da sentença proferida no Juizo da Inconfidencia em 15 de outubro de 1817, contra o tenente-general Gomes Freire de Andrade e outros, pelo crime de alta traição*. Em 1822 publicou: *Allegação em grau de revista, a favor dos martyres da patria, condemnados á morte e a degredos e confiscos, pelas nullas e barbaras sentenças proferidas em 15 e 17 de outubro de 1817*. Além d'isso, redigiu *O Amigo do Povo*, em 1820 e 1821, jornal politico, que durou apenas alguns mezes De repente mudou de opiniões, e em 1828 escreveu uma *Carta ao marquez de Palmella D. Pedro de Sousa Holstein*, que se imprimiu em

1829, apezar da carta ser datada de 12 de julho de 1828. E' uma acalorada diatribe contra o marquez e contra os liberaes, na qual o autor advoga a legitimidade do infante D. Miguel, pretendendo demonstrar que D. Pedro perdera por estrangeiro o direito á corôa de Portugal.

Vidal. Pov. na freg. de S. João Baptista, do Longos Valles, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Vidão. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Bico, conc. de Paredes de Coura, distr. do Vianna do Castello.

Vidas. Pov. na freg. de S. Pedro, de Vascões, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianua do Castello.

Vide (*Mathias Monteiro da*). Clerigo secular, doutor em theologia e deão da sé de Portalegre. Viveu no seculo XVII, e prégou na sé de Portalegre um sermão nas exequias do infante D. Duarte, irmão do D. João IV; parece que se não imprimiu, o tem por titulo: *Oração funebre nas exequias que ao serenissimo infante D. Duarte, preso e morto no castello de Milão, a sé de Portalegre fez em o 1.º de dezembro de 1649.*

Vide (*D. Sebastião Monteiro de*). Arcebispo da Bahia. N. em Monforte a 19 de março de 1643, fal. na Bahia a 7 de setembro de 1722. Professou em 1659 no noviciado de Evora da Companhia do Jesus, e formou-se depois em canones na Universidade de Coimbra. Foi depois prior da freguezia de Santa Marinha de Lisboa, desembargador da Relação Ecclesiastica, e vigario do arcebispado de Lisboa. Em 1701 foi nomeado por D. Pedro II arcebisqo da Bahia. Creou um grande numero de freguezias, e em 1707 reuniu um synodo, e ordenou as Constituições por onde se regem ainda hoje a diocese da Bahia e outras dioceses do Brazil. Escreveu: *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia feitas e ordenadas por... propostas e acceitas em o synodo diocesano que o dito senhor celebrou a 12 de junho do anno de 1707*, Lisboa, 1765; *O Regimento adjunto*, tem a data de 1764; *Historia da vida e morte da madre soror Victoria da Encarnação, religiosa do convento de Santa Clara do Desterro da cidade da Bahia*, Roma, 1720. Deixou manuscripta uma *Exhortação mystica*.

Vide. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Baixa, conc. e com de Ceia, distr. e bisp. de Portalegre; 533 fog. e 2:419 hab Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. Está situada na margem dircita da ribeira de Alvoco, a 23 k. da séde do conc. E' pov. muito antiga, o que revelam differentes inscripções e hieroglіphicos que se encontram ainda aqui em varias rochas. Aponta-se tambem como graudo curiosidade um penedo, oude se vê exteriormente uma abertura de fórma circular como a boca d'um cantaro, e interiormente uma cavidade com a fórma de um cantaro tambem. Vide foi antigamente villa e séde de conc. com justiças proprias, casa de camara, cadeia o pelourinho. A casa da camara e o pelourinho desappareceram ha muitos annos; a cadeia foi vendida, e é propriedade particular. A egreja matriz é um templo pequeno e humilde com boa sacristia, altar-mór, o altares, um dedicado a Santo Antonio, outro a Santa Luzia. Esta egreja conta talvez perto de 300 annos, a velha datava de tempo immemoravel, e foi demolida por se achar em ruinas; no seu chão construiu se um cemiterio. A freguezia tem 7 capellas publicas: a do Senhor do Calvario, em Vide; de S. Pedro, no logar de Baloquinhas; N. S.ª do Carmo, no de Balocas; de Santo Antonio, no de Barriosa; do Bom Jesus, no de Cide; Santo Evaristo, no de Gondufe, e S. José, no de Casal do Rei. As producções principaes da freguezia são milho, azeite, vinho e medronhos, pois abundam n'ella, bem como nas parochias limitrophes, grandes montados de medronheiros, cujo fructo distillado produz muita aguardente. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. ‖ Pov. da freg. de Traz os Montes, conc da Torre de Moucorvo, distr. e bisp de Bragança. Está situada ao sul de uma pequena ribeira affiueute da da Villariça na margem direita d'ella, 6 k. a NO da margem direita do Sabor e a 13 a NO da Villa de Moncorvo. As suas producções principaes são: trigo, centeio, azeite e vinho. Tambem cria algum gado lanigero. Tem caixa postal, e está annexada ha muitos á freg. de Horta ‖ Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Martinho, de Gandara, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. Correio com serviço de posta rural. ‖ Santa Eulalia, de Margaride, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. ‖ S. Pelagio, de Rua, conc. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu. ‖ S. Mamede, de Talhadas, conc. de Sever do Vouga, distr. d'Aveiro. ‖ Santo André, de Tellões, conc. de Amarante, distr. do Porto ‖ S. Miguel, de Bostello, conc. de Penafiel, do mesmo distr. ‖ Ribeira do distr. de Evora. N. na freg. de Divor, a 5 k. ao S do Arraiollos, corre para ONO, tem ponte na estrada de Arraiollos a Montemór, e vae desaguar no ribeiro Divor com 50 k. de curso. ‖ Ribeira do distr. de Portalegro. N. a 2 k. ao NE de Castello de Vide, corre para NO, passa n'aquella villa, e entra na ribeira de Niza com 10 k. do curso.

Vide Entre Vinhas. Pov. e freg. de N. S.ª da Annunciação, da prov da Beira Baixa, conc e com. de Celorico da Beira, distr. o bisp. da Guarda; 145 fog. e 560 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post. e uma fabrica de queijos. Está situada a 2 k. da estrada de Celorico da Beira a Oliveira do Hospital, n'uma ramificação da serra da Estrella e a E da séde do conc. Comprehende esta parochia unicamente duas povoações, Gallisten e Vide, onde está a egreja matriz; em Gallisten ha uma capella publica. As producções principaes são: vinho, legumes, cereaes e lã, pois tambem cria bastante gado lanigero. O clima é saudavel, mas bastante frio, por causa da visinhança da serra da Estrella. Pertence a pov. á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Vide Monte. Pov. na freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda; 246 fog. a 1:040 hab. Tem correio com serviço de posta rural, e está situada na serra da Estrella, a 2 k. da margem esquerda do rio Mondego, e a 12 da séde do conc., a 1:728 m. de altura. E' de fundação antiga; em varios pontos da freguezia tem se encontrado moedas antigas de cobre, prata e ouro, de tempos muito remotos. A egreja matriz é um bom templo, muito solido e elegante, e com uma torre soberba; tem mais duas capellas publicas: *Santo Antonio* e *Santo Antão*. As suas principaes producções são:

milho, batatas, feijão, hervagens, feno, linho, castanhas e muita lã da melhor da serra da Estrella. Cria bastante gado lanigero, cabrum e bovino, pois o seu termo comprehende grande extensão da serra da Estrella. Pertence á 2.ª div. div. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Vide Velha. Pov. na freg. de S. Martinho, de Gondomar, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Videgão. Pov. na freg. de N S.ª da Conceição, de Abitureiras, conc. o distr. de Santarem.

Videira. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Foz de Arouce, conc de Lonzã, distr. de Coimbra. || S. Thomé e conc. de Mira, do mesmo distr. || O Salvador, de Roge, conc. de Macieira de Cambra, distr. d'Aveiro.

Videllas Pov. da freg. de S. Thiago Maior, no conc. da Praia, archipelago e prov de Cabo Verde, Africa Occidental.

Vides. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Pedraça, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

Vidigal (*Antonio Martins*). Cavalleiro da ordem de Christo, cirurgião da camara real. N. em Lisboa, e fal. em edade muito avançada, aproximadamente em 1818. Escreveu: *Descripção das enfermidades dos exercitos por Van-Swieten, traduzida em portuguez*, Lisboa, 1781. Publicaram-se ainda 2.ª e 3ª. edições.

Vidigal (*Manuel José*). Afamado guitarrista que viveu nos ultimos annos do seculo XVIII e nos primeiros do seculo XIX. Era um concertista distincto; recebido nos salões das principaes familias de Lisboa, mas dotado d'um genio intoleravel por frequentemente irascivel, o que acabou por lhe alienar muitas e valiosas sympathias. Um viajante inglez que o conheceu, e que escreveu um interessante livro sobre Portugal, *Sketches of Portuguese Life*, etc., by A. P. D. G. Cap. XII, pag. 221, dá sobre elle algumas curiosas informações. Conta que Vidigal poderia ter feito uma fortuna consideravel, tão grande era o seu talento e tanto era procurado pela melhor sociedade. Era poeta e musico, mas sobretudo musico. Em qualquer sala, porém, que estivesse, se não houvesse n'ella o mais profundo silencio, se alguem fizesse o mais leve rumor, desafinava logo, zangava-se, e ia-se embora, chamando a todos brutos. Em certa occasião, uma senhora que estava deveras incommodada com uma tosse rebelde e para ter o gosto de ouvir os seus improvisos se continha com muito esforço, por fim não pôde reprimir um accesso de tosse, e Manuel Vidigal, com quanto não ignorasse as circumstancias quo se davam, irritou se, quebrou a guitarra nas costas da cadeira, e retirou-se maldizendo aquella interrupção. Por fim viu-se obrigado, para viver, a dar concertos de quando om quando, que eram ainda concorridos por gente escolhida.

Vidigal. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Villarouco, conc. de S. João da Pesqueira, distr de Vizeu. || Pov. na freg. de Vendas Novas, e denominação de um apeadeiro situado entre as estações de Canha e Vendas Novas. Tem est. telegr. postal.

Vidigal de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª do Desterro, de Pousos, conc. e distr. de Leiria.

Vidigal do Zambujo. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Gaiola, de Córtes, conc. e distr. de Leiria.

Vidigão. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Arraiollos, distr. e arceb. de Evora; 84 fog. e 414 hab. Tem est. post., creadores de cera e mel, estalagem, etc. Está situada junto da margem esquerda da ribeira de Tera, a 2 k. da estrada de Extremoz a Montemór e a 25 da séde do conc. A egreja parochial é o unico templo da pov., mas não tem nada de notavel. Banham Vidigão os ribeiros da Egreja, da Vidigueira, da Amieira, da Defesa, da Barroqueira e do Sirigado, que vão desaguar na ribeira de Tera. N'esta freg. ha duas pontes de pedra, uma no ribeiro de Sirigado e outra na ribeira da Farrachinha, mais 1 moinho de vento e 11 de agua. E' muito abundante de agua As suas producções predominantes são cereaes, carne de porco. lã e cortiça, pois tem grandes montados do sobro e azinho, e cria grandes varas de porcos. Perto de 2 k. a NO da matriz d'esta freg. ha junto da estrada uma pyramide geodesica, marcando 244 m. de altitude sobre o nivel do mar. Esta freg. foi annexada á de Vimieiro por decreto de 24 de abril de 1891. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. || Ribeira que se fórma de diversos cursos d'agua que partem do NO da serra de Ficalho e da freg. de Aldeia Nova, e que vão lançar-se no Chança com cêrca de 18 k. de curso.

Vidigueira (*D. Francisco da Gama, 2.º conde da*). Senhor da villa da Vidigueira e da de Frades, almirante da India Oriental, e estribeiro-mór de D. João III, officio que comprou a D. Pedro Mascarenhas. Era filho do 1.º conde da Vidigueira, o grande Vasco da Gama, descobridor do caminho maritimo para a India (V. *Gama, Vasco da*), e de sua mulher, D. Catharina de Athaide. Herdou toda a casa de seu pae, cargos e titulo de conde da Vidigueira Casou com D. Guiomar de Vilhena, filha do 1.º conde de Vimioso, D. Francisco de Portugal, e de sua mulher D. Brites de Vilhena. Edificou, juntamente com sua mulher, o convento de N. S.ª da Assumpção de capuchos da provincia da Piedade, junto á villa da Vidigueira, em 1545. O brazão d'armas dos condes da Vidigueira é dos Gamas, de que usam os marquezes de Niza, e que já vem descripto no vol. V do *Portugal*, a pag. 69.

Vidigueira (*Francisco da Gama, 4.º conde da*). Vice rei da India. N. em 1565, sendo filho do 3.º conde da Vidigueira, D. Vasco da Gama, e de sua mulher D. Maria de Athaide. Acompanhou seu pae á jornada d'Africa, tão fatalmente dirigida por el-rei D. Sebastião, e apezar de ter apenas 13 annos de edade, ali combateu ao lado de seu pae, que foi morto, ficando elle prisioneiro. Depois de resgatado, D. Francisco da Gama voltou a Portugal a 2 de dezembro de 1595, e foi nomeado vice-rei da India, para succeder a Mathias de Albuquerque. A 10 de abril de 1596 saiu de Lisboa, arribou a Mombaça e chegou a Gôa, capital da India Portugueza, a 22 de maio de 1597. Começou a governar em deploraveis condições, pois que não tinha dinheiro nem navios. Ameaçavam-n'o pelo sul os inglezes, e os mongóes pelo norte. A corrupção era espantosa entre os portuguezes, e os abusos corroíam tudo. D. Francisco da Gama

tentou fazer reformas, e isso creou lhe graves indisposições. Accusaram-n'o, calumniaram-n'o, mas é certo que elle conseguiu levantar por emprestimo sommas avultadas, com que preparou esquadras para resistir aos inglezes, para derrotarem os piratas indianos, quando as commandava André Furtado de Mendonça, e com que defendeu contra os mongóes as fortalezas do norte. No governo de D. Francisco da Gama houve uma annexação importantissima. O ultimo rei de Ceylão, desthronado pelo seu parente Raju, e protegido pelos nossos, que durante o governo de D. Duarte de Menezes, tinham destroçado o usurpador na batalha de Paniconda, reconhecido aos portuguezes, legára-lhes a ilha; o usurpador fallecera tambem. D. Jeronymo de Azevedo, capitão de Colombo, pôde por conseguinte tomar posse indisputadamente d'esse riquissimo dominio Como prenuncios de proximas desgraças, appareciam no horizonte os navios hollandezes. Em 1600 foi o conde da Vidigueira substituido por Ayres de Saldanha, que apenas chegou a Cochim, ordenou que o conde da Vidigueira entregasse o governo ao arcebispo. Então desencadearam se contra o energico, e parece que um pouco despotico, vice rei, todos os odios que elle concitara pela sua severa administração. Accusavam n'o de ter extorquido o dinheiro aos particulares e a corporações caridosas para levantar emprestimos de que carecera, diziam que dava os empregos aos seus creados. Diogo de Couto, o austero historiador, mostra se grande panegyrista d'este vice-rei; era tambem seu intimo amigo, o que attenua um pouco, é certo, o valor dos elogios. Comtudo, parece incontestavel que a administração do conde da Vidigueira foi sobretudo energica e repressora dos abusos. Quando saiu, o povo insultou-o, e como elle levantára a estatua do seu bisavô, o grande Vasco da Gama, no arco dos vice reis, para mais amargurar a saida do conde, não duvidaram apeal a. Em 1622 foi nomeado novamente governador da India, tambem com o titulo de vice-rei. Não foi menos feliz n'este segundo governo do que no primeiro, mas tambem não suscitou menos animosidades. Mais bem succedidos d'esta vez, os seus inimigos conseguiram que da côrte, em 1628, fôsse ordem para lhe ser sequestrada toda a sua fazenda por culpas graves, dizia se, e culpas de administração que, afinal, nunca se provaram. O certo é, que durante este segundo governo do conde da Vidigueira, fôram sempre felizes as armas portuguezas, graças aos heroicos esforços de Ruy Freire de Andrade e de Nuno Alvares Botelho, infligindo principalmente aos hollandezes serias derrotas. Malaca defendeu-se brilhantemente contra o sultão de Achem No primeiro governo tinham-se emprehendido algumas edificações importantes como a do palacio dos vice-reis; durante o segundo, construiu-se a fortaleza de Mormugão, a fabrica da polvora, um bello forte em Damão, etc. Recebendo ordem para entregar o governo ao bispo de Cochim, e vendo os seus bens tão severamente sequestrados, que nem os seus papeis particulares que deviam servir para a sua defeza, lhe quizeram entregar, D. Francisco da Gama partiu para a Europa, e pouco tempo sobreviveu a esta sua exautoração. Morreu em julho de 1632 em Oropesa, quando em jornada para Madrid, onde ia provavelmente justificar-se. Os seus ossos fôram trasladados em 1636 para a egreja do convento das Reliquias, junto da villa da Vidigueira. D. Francisco da Gama era casado com D. Leonor Coutinho de Tavora, filha de Ruy Lorena de Tavora, senhora muito dedicada ás letras. Barbosa Machado lhe attribue um romance de cavallaria, que trata muito das façanhas de D. Belindo. Innocencio Francisco da Silva suppõe que essa obra seja uma de que existe o manuscripto em Setubal, intitulada: *Chronica do imperador Beliandro, em que se dá conta das obras maravilhosas, e das gloriosas façanhas que no seu tempo obrou o principe Bélifloro seu filho, e de Belindo, principe de Portugal, e outros muitos cavalleiros.*

Vidigueira *(D. Vasco da Gama, 1.º conde da).* Foi agraciado com este titulo o descobridor do caminho maritimo para a India. V. *Gama (D. Vasco da).*

Vidigueira *(D. Vasco da Gama, 3.º conde da).* Senhor da villa da Vidigueira e da de Frades, almirante da India, estribeiro mór de D. João III, e do principe D. João, na occasião do seu casamento, do conselho de estado d'el rei D. Sebastião, a quem acompanhou em ambas as jornadas d'Africa, e foi morto na batalha d'Alcacer-Kibir, em 4 de agosto de 1578. Era filho dos 2.os condes da Vidigueira, D. Francisco da Gama e D. Guiomar de Vilhena. Casou com D. Maria de Athaide, filha de D. Antonio de Athaide, conde da Castanheira, senhor de Póvos e Chelleiros, alcaide-mór de Collares, e da condessa D. Anna de Tavora.

Vidigueira *(D. Vasco Luiz da Gama, 5.º conde da).* Foi o 1.º marquez de Niza. V. *este titulo.*

Vidigueira. Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc., com. de Cuba, distr. e bisp. de Beja, Relação de Lisboa. Tem uma só freg., sendo S. Pedro o seu orago. Vidigueira é uma das mais formosas villas do Alemtejo. Está situada em terreno plano e cercada de espaçosos rocios, entre duas ribeiras affluentes da ribeira de Odearce, 20 k. a ONO da margem direita do rio Guadiana, e 10 a NE da est. de Cuba, na linha do caminho de ferro do Sul, e a 23 da capital do districto. O primitivo nome da pov. parece ter sido *Vitigeria*, mas depois tomou o de *Vidigueira*, pelas videiras que desde tempos remotissimos abundaram nos seus arredores. Posto que se ignore a origem d'esta villa, consta, no entretanto, que já existia em tempos anteriores á monarchia, tendo então assento no sitio, hoje conhecido por *Alfaiates* e *Ferrarias*, na varzea do Zambujal, e que depois se foi formando pouco a pouco outra povoação em torno da ermida de Santa Clara dos Olivaes, que foi a primeira egreja matriz da villa. Mais tarde, procurou-se novo local, e construiu-se nova parochia, onde existe hoje a Misericordia. Não se sabem as razões porque se fizeram estas mudanças, nem a epoca em que se realisaram. Provavelmente arruinou se nas guerras contra os moiros, e dispersando se os seus moradores, parte d'elles veiu a reedifical a com os seus proprios materiaes em logar melhor, ou mais a seu gosto. Do que ha noticia é que no meado do seculo XIII, Vidigueira não passava de uma pequena e pobre aldeia, e que tratando el rei D. Affonso III de povoar a provincia do Alemtejo, que pela sua recente conquista aos moiros estava quasi deserta, doou o senhorio da Vidi-

gueira ao mestre Thomé, thesoureiro mór da sé de Braga, com a condição de a mandar povoar com gente da sua diocese, onde superabundava a população. O mestre Thomé cumpriu aquella clausula, e a pov. da Vidigueira cresceu rapidamente. Por morte d'este primeiro donatario passou aquelle senhorio para a posse de D. João de Aboim, no anno de 1261, e a seguir para os sobrinhos do mestre Thomé, o conego Pero Fernandes, Pero Paes de Peres, roceiro da Sé, Martim Annes e seu irmão Vasques, os quaes passaram o referido dominio da Vidigueira, para o arcebispo de Braga D. Martinho d'Oliveira. Pouco depois, a 25 de março do anno de 1305, trocou o este prelado com el rei D. Diuiz pela herdade do *Chão da Veleira*, em que instituiu o morgado d'Oliveira, quo anda na casa do conde de Rio Maior, recebendo tambem em troca as terras de S. Pedro d'Elvas e os padroados de Santa Maria de Panoias, no arcebispado de Braga, por contrato feito em Santarem a 20 de dezembro de 1301, segundo a *Monarchia Lusitana*, ou 6 d'outubro, segundo Teixeira de Aragão. Em 1315, D. Diniz fez doação da villa a D. Izabel, filha do infante D. Affonso, seu irmão, por carta passada em Lisboa no dia 7 d'outubro. Por morte d'esta senhora, entrou na posse d'este dominio sua filha, D. Maria, e depois o seu neto D. João. A 7 de junho de 1367, por mercê d'el rei D. Fernando, passou a ser donatario da Vidigueira o guarda-mór Vasco Martins de Mello, só n'uma vida. O mesmo soberano fez depois mercé da villa a D. João, filho do conde D. João Affonso, por carta passada em Campo Maior. Do conde passou o senhorio da Vidigueira a D. Izabel, filha bastarda do mesmo soberano D. Fernando, casada em Hespanha com o conde de Gijon. D. João I fez mercê do senhorio da villa da Vidigueira a Gonçalo Nunes d'Alvellos, por uma sua carta datada de Lisboa a 20 de setembro de 1381 Entre os muitos bens e senhorios, que o mesmo monarcha, em 1385, deu ao condestavel D. Nuno Alvares Pereira, em recompensa dos muitos serviços prestados, figura tambem a doação do senhorio da Vidigueira, e por mercê de 4 de abril de 1422, foi esta mercê confirmada ao neto do condestavel, D. Fernando, conde de Arraiollos, marquez de Villa Viçosa e duque de Bragança. El rei D. Duarte, a 9 de dezembro de 1433, reconduziu na mercê o mesmo conde de Arraiollos. Em 1483, por carta datada de Abrantes a 13 de setembro, D João II fez mercê dos direitos reaes da Vidigueira a Nuno Pereira, fidalgo de sua casa, e por sua morte a seu filho D. Nuno Romão Pereira. Assim andou o senhorio da Vidigueira na casa de Bragança, até que D. Jayme, 4.° duque de Bragança, o cedeu a D. Vasco da Gama por 400$000 reis de juro e 4:000 cruzados em dinheiro, por escriptura feita em Evora a 17 do novembro de 1519, e ratificada por el-rei D. Manuel. Este monarcha havia dado foral á villa em 1 de junho de 1512. A Vidigueira tinha por brazão d'armas: Em campo vermelho um castello de prata com uma vide, tambem em prata, enlaçados. Hoje o seu brazão é um escudo bi partido (em aspa) — na parte superior o busto de Vasco da Gama, na inferior um castello enlaçado por uma vide, e sobre o escudo a corôa de conde. A actual egreja matriz foi fundada por Theodoro de Sequeira e Sá, em 1732. E' um elegante templo de 3 naves, bem decorado, e muito vantajosamente situado n'um amplo rocio. A Santa Casa da Misericordia foi fundada no anno de 1620, o occupa um dos lados da praça da villa. Havia na capella-mór da egreja uma imagem de Christo crucificado, que mereceu o titulo de *perfeita imagem*, a qual ardeu n'um terrivel incendio, que em 1678 destruiu todo o edificio, sendo reconstruido em 1688, como consta d'uma inscripção gravada no lavatorio da sacristia. N'uma eminencia sobranceira ao rocio em que está a matriz, se vêem as ruinas d'um antigo castello, que foi um dos mais notaveis da provincia. Dentro d'elle tinham os condes da Vidigueira um bom palacio, hoje tambem em ruinas. Attribue-se a sua fundação a D. Fernando, 2.° duque de Bragança, então senhor d'aquella villa Pelo tempo adeante fizeram-lhe muitas obras de augmento e reedificação os condes da Vidigueira e marquezes do Niza, alguns dos quaes por vezes residiram no referido palacio Os outros edificios religiosos são o *Recolhimento do Espirito Santo*, de religiosas terceiras carmelitas, que teve principio em 1668 na ermida da mesma invocação; as ermidas de *S Braz*, *S. Sebastião* e *S. Pedro*, dentro da villa, e fóra as de *Santa Clara* e de *S Raphael*. e a egreja do extincto convento de *N. S.ª d'Assumpção*, quo pertence aos frades capuchos da provincia da Piedade, convento que o 2.° conde da Vidigueira, D. Francisco da Gama, fundou em 1545. A um quarto de legua da villa, nas faldas d'uma serra, o sobranceiro a uma dilatada varzea, está o edificio do extincto convento de N. S.ª do Carmo, a que o vulgo chama *N. S.ª das Reliquias*, que foi o 7.° da ordem em Portugal, e o 2.° de frades carmelitas calçados. Fundou-o a mesma ordem em 1495, concedendo-lhe el-rei D. Manuel uma ermida que existia ali, onde se venerava com muita devoção e concorrencia dos povos d'aquelles arredores uma imagem de N. S.ª das Reliquias. Esta imagem, segundo conta a sua lenda, foi salva por uns monges das profanações dos moiros na occasião da sua entrada na Lusitania, permanecendo largos annos escondida n'umas brenhas. Depois foi descoberta n'um zambujeiro no proprio local onde se edificou a ermida. Os carmelitas a tomaram para orago do seu convento, collocando-a na capella-mór da egreja. N'esta capella mór têem seu jazigo os marquezes de Niza, condes da Vidigueira. Em um arco ou nicho, que se abre na parede do presbyterio, do lado do Evangelho, esteve o caixão que encerrava as cinzas do illustre descobridor do caminho maritimo para a India. N'uma pedra embutida na mesma parede, lê-se: «Aqui jaz o grande argonauta D. Vasco da Gama, primeiro conde da Vidigueira, o almirante das Indias Orientaes, e seu famoso descobridor.» Quando em 7 de junho de 1880 fôram transportados para Lisboa os ossos do grande navegador para o Pantheon de Belem, o governo, para indemnisar a villa d'essa gloria que perdia, concedeu-lhe uma escola, que recebeu o titulo de *Vasco da Gama*, de que se pôz a primeira pedra no proprio dia da trasladação. Na parede fronteira do mesmo presbyterio, está n'outro caixão, collocado como aquelle, D. Francisco da Gama, 4.° conde da Vidigueira. No pavimento da capella-mór jazem em sepulturas razas, entre outros membros d'esta familia, D. Vasco Luiz da Gama, 5.° conde da Vidigueira e

1.º marquez de Niza, e seu filho, D. Francisco Luiz Balthazar Antonio da Gama, 6.º conde da Vidigueira e 2.º marquez de Niza. Para uma das paredes d'esta capella-mór deu o 1.º marquez de Niza um grande painel da Ascensão de Christo, de 22 palmos de altura e 16 de largura, que era reputado como obra de primor e de elevado preço. O templo possuia muitas alfaias e vasos de subido valor, e varias reliquias em custosos relicarios de ouro e prata. Um d'estes relicarios, de filigrana de prata e pedras finas, feito na India, figurou n'uma exposição que se effeituou na Sala do Risco do Arsenal da Marinha, e guarda-se na Torre do Tombo, como objecto digno de admiração. A cêrca do convento é grande e muito arborisada. Cortam-n'a duas ribeiras que levam agua todo o anno. E' boje propriedade do sr. visconde da Ribeira Brava, que fez d'ella uma aprazivel quinta de recreio, e do velho convento uma confortavel vivenda. N'um dos angulos da quinta existe uma ermida de Santa Luzia, que o povo julga, por tradição, ser a primeira onde se venerou a Senhora das Reliquias. Quando em 1834 se extinguiram as ordens religiosas, para se vender esta propriedade, incorporada nos bens nacionaes, foi profanada a egreja, fazendo-se d'ella a escola de tiro. Pela referida extincção dos frades foi a imagem da Senhora das Reliquias transferida para a egreja das recolhidas do Espirito Santo. Depois D. José Gil Borja de Macedo e Menezes comprou a propriedade e cedeu a egreja para ali continuar o culto da Senhora, que se conserva, celebrando-se pomposas festas annuaes, em que se distribuem as reliquias que consistem em pãesinhos, ou, como o povo lhes chama, *merendinhos*. A' iniciativa do sr. visconde da Ribeira Brava deve a villa da Vidigueira muitos dos seus melhoramentos. Foi elle quem reedificou os paços do concelho, edificio com as diversas repartições publicas e cadeia; quem ajardinou alguns largos da villa, etc. Não podemos deixar de citar a ermida de S. Raphael, situada nos arrabaldes da Vidigueira, por quanto a imagem do archanjo, seu padroeiro, acompanhou Vasco da Gama na sua primeira viagem á India. Pela muita devoção que lhe consagrava este ousado navegador, levou-a na camara da sua nau, á qual deu o nome de *S. Raphael*. A' camara da Vidigueira concedeu D. João V, por sua provisão de 22 de fevereiro de 1732, licença para a obra de trazer por canos e alguns arcos á praça da villa e ao rocio da Fonte a agua de Val de Marco, supprindo-se assim a falta de agua, com que luctavam os moradores. Para fazer face ás despezas foi autorisada a imposição de dois reis em cada arratel de carne e peixe e em cada uma canada de vinho, que se vendesse pelo miudo, por tempo de dez annos, sem outra qualquer applicação. Esta provisão acha-se no Livro 128 do Archivo Nacional, fol. 361 v. e 362. Entre as antigualhas que a villa da Vidigueira possue, ainda existe um sino do relogio, o das horas, que é versão corrente entre o povo haver pertencido á nau em que Vasco da Gama foi á India. Vidigueira pertence á 4.ª div. mil., 8.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. Tem escolas d'ambos os sexos, est. telegr. post.,-com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; feira de 20 a 22 de janeiro e de 10 a 12 de julho; agentes de diversas casas bancarias de Lisboa, e das companhias de seguros: *A Lusitana*, *Probidade* e *Ultramarina;* fabrica a vapor e lagares de azeite; vice-consul de Hespanha, hospedaria, hotel, medicos, pharmacias, notario, productores de azeitonas, de batatas, de cortiça, de mel, de vinhos; fabricas de carros, de chapeus de lã e feltro, de telha, tijolo e ladrilho; commissarios e negociantes de cereaes, depositos de farinhas, creadores de gado, viveiros americanos, sociedades de recreio: *Circulo Operario Vidigueirense*, *Democratica Vidi Fradense*, *Protectora da Philarmonica*, theatro *Gama Herculano*. O conc. da Vidigueira compõe-se de 5 freguezias com 2:238 fog. e 8:952 hab., sendo 4:471 do sexo masc. e 4:481 do fem., pelo censo de dezembro de 1911, n'uma superficie de 28:616 hect. As freguezias são as seguintes: Santa Brigida, de Marmelar e S. Pedro, de Pedrogão (ambas reunidas) 1:970 hab.: 1:009 do sexo masc. e 961 do fem.; Santa Catharina, de Selmes, 1:675 hab.: 859 do sexo masc. e 816 do fem.; S. Pedro, de Vidigueira, 3:633 hab.: 1:779 do sexo masc. e 1:854 do fem.; S. Cucufate, de Villa de Frades, 1:674 hab.: 824 do sexo masc. e 850 do fem. As principaes producções do conc. são: trigo lobeiro e tremez, cevada branca e aveia, havendo algum centeio e milho, este apenas nas hortas; os legumes tambem se cultivam, especialmente a fava, o grão e o chicharo. A vinha cultiva-se hoje só nas freguezias da Vidigueira, Villa de Frades e Selmes. Juntamente com a vinha ha os olivaes e algumas figueiras, sendo o figo aproveitado para aguardente. Abundam lagares de azeite, na sua maioria pelo systema antigo. No conc. ha bastantes moinhos e azenhas. ‖ Pov. na freg. de S. João, de Loureiro, conc. de Oliveira d'Azemeis, distr. d'Aveiro.

Vidoedo. Povoações nas freguezias: Santa Martha de Montanha, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real. ‖ S. Mamede, de Sortes, conc. e distr. de Bragança.

Vidoedo do Peso. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de S. Paio, conc. de Mogadouro, distr. de Bragança.

Vidoeira *(Pedro d'Alcantara)*. Director adjunto da administração geral dos correios e telegraphos, escriptor e jornalista. N. em Lisboa, a 29 de setembro de 1836. Entrou para o correio geral em 1854 a occupar um logar subalterno, e pelo decorrer do tempo foi nomeado chefe de repartição e escolhido para tomar parte em 2 congressos postaes, um em Lisboa e outro em Paris. Desde muito novo se dedicou ás letras, collaborando em diversos jornaes politicos e litterarios. Foi collaborador effectivo do *Diario Popular*, onde teve a seu cargo a secção de theatros, e para onde escreveu uma serie de folhetins relativos á exposição de Paris em 1867; da *Chronica dos theatros*, semanario de Pereira Rodrigues; do *Boudoir*, revista de critica theatral; do *Correio da Manhã*, sob a direcção de Pinheiro Chagas, creando uma secção intitulada *Lisboa á noite*, para a publicação de scenas da vida da capital. Fundou em 1863, um jornal satyrico e de caricaturas, *O Duende*, com Manuel Rodrigues, que foi depois professor de desenho no lyceu de Faro; com Salvador Marques, Sousa Bastos e Gervasio Lobato, fundou em 1875 o *Contemporaneo*, uma das primeiras folhas que em Portugal se dedicava á

publicação de biographias de artistas e escriptores nacionaes. Na série de diccionarios, edição popular da casa editora de David Corazzi, pertencem lhe: *Diccionario portuguez; Diccionario francez portuguez* e *portuguez francez; Diccionario portuguez inglez;* e *Diccionario latim portuguez.* D'este não chegou a ultimar se a impressão, parece que pelas mudanças que occorreram na casa editora, que passou a uma sociedade, denominada *Companhia Nacional Editora.* Collaborou tambem no *Diccionario de Geographia Universal*, publicado pelo mesmo editor David Corazzi, sob a direcção de Tito Augusto de Carvalho, onde, entre outros artigos de menor importancia, tem os relativos á Africa e America. Tambem traduziu algumas obras de Julio Verne. Por alguns annos successivos redigiu o jornal de modas e litterario *O Elegante*, e para a casa editora de José Bastos, successor da antiga casa Bertrand, redigiu o *Jornal dos Alfaiates.* Sendo cunhado do velho actor João Anastacio Rosa, o mestre da arte, e tio dos grandes actores João e Augusto Rosa, era natural que o theatro o attrahisse, e dedicou se a traductor dramatico, e traduziu varios dramas que se representaram no theatro de D. Maria II. Citaremos os seguintes: *O Conde Hermann*, de Alexandre Dumas, pae; *O Medico das creanças; Luiza Marion; Ricardo III; O Livro negro*, que se imprimiu e está publicado na collecção *Theatro Moderno*, sendo o n.º 21; *O Filho de Giboyer; Os Ciumes; O testamento de Cesar Girodot; Um drama no fundo do mar;* e *Rogerio Laroque.* Escreveu ainda: *A Exposição de Bellas Artes de 1866*, Lisboa, 1866. Colligiu em volume, varias poesias dispersas em differentes jornaes e mandou imprimir: *Lyrica popular com uma carta do eminente poeta João de Deus*, Lisboa, 1895; esta é a data do volume, mas só appareceu em 1897, por se haver extraviado parte do original, que fez demorar dois annos a impressão. Notaremos ainda os seguintes romances: *A familia do conselheiro*, Lisboa, 1897; *O bacharel Trigoso;* e *A fidalga do Juncal*, Lisboa, 1904. O sr. Pedro Vidoeira tem sido um critico theatral dos mais experimentados, e nunca deixou de pôr em evidencia a sua muita competencia no assumpto, que o proprio actor Rosa pae lhe conhecia, ouvindo e acatando as suas indicações a proposito da justa interpretação de varios papeis.

Vidona. Pov. na freg. de Santa Columba, de Couto do Mosteiro, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu.

Vidosa. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Fialhoso, conc. de Murça, distr. de Villa Real.

Vidual. Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. do Douro, conc. e com. da Pampilhosa, distr. e bisp. de Coimbra; 105 fog. e 475 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada na estrada de Pampilhosa ao Fundão, a 13 k. da séde do conc. Além da egreja matriz tem duas capellas: uma de Santa Barbara e outra de Santo Antonio. As suas producções principaes são milho, mel, centeios, batatas e lã, pois cria algum gado lanigero. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Rio de Vide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Viegas. Appellido derivado de Egas Moniz. Tem por armas: Em campo azul quatro bandas de prata; timbre, um leopardo picado de prata.

Viegas *(Adriano de Figueiredo Fazenda).* Coronel de cavallaria reformado. N. em Ceia em 1 de setembro de 1853, fal. em Lisboa a 14 de março de 1909. Era filho do dr. Agostinho Thomaz dos Santos Viegas e de D. Thereza de Jesus Teixeira Fazenda de Figueiredo. Depois de ter concluido os preparatorios no Lyceu de Coimbra, nos quaes obteve algumas distincções, matriculou-se em 1871 na faculdade philosophia, cujo primeiro anno fez em julho de 1872, sendo approvado com distincção. Assentou praça em 14 de setembro d'esse mesmo anno de 1872, em infantaria n.º 10, então aquartelado em Coimbra, indo em outubro seguinte matricular se na Escola do Exercito, frequentando o curso de cavallaria, que completou em julho de 1874, saindo alferes para cavallaria n.º 4 em 12 de janeiro de 1875. Pouco

Adriano de Figueiredo Fazenda Viegas

tempo depois foi para a guarda municipal até que saiu tenente, em 8 de setembro de 1880. N'este posto serviu outra vez em cavallaria n.º 4, e sendo promovido a capitão em 4 de janeiro de 1888, foi para a guarda fiscal de Lisboa, tendo sido antes ajudante de campo do general da 1.ª divisão José Paulino de Sá Carneiro. Em 18 de agosto de 1897 foi promovido a major, estando sempre em commissões na sua arma, até que pela sua promoção a tenente coronel em 23 de outubro de 1902, foi collocado no regimento n.º 9 de cavallaria, com a séde no Porto, d'onde novamente passou para a Guarda Fiscal do Norte como 2.º commandante. Tendo se lhe aggravado os seus padecimentos, passou á inactividade em novembro de 1906, não tendo querido reformar se por não ter os 35 annos de serviço, que completava no dia 14 do mez de setembro seguinte, para se poder reformar em general de brigada. Assim, tendo-se perdido as esperanças de vida, foi reformado em coronel em 11 de março de 1909, pou-

cos dias antes do seu fallecimento. Casou em 22 de março de 1887, em Lisboa, com sua prima paterna, D. Carlota da Camara Quental Calheiros, filha do conselheiro Alexandre Augusto Freire de Calheiros e de sua mulher, D. Maria Vicencia Camara de Quental Athouguia de Sousa. O coronel Adriano Viegas nunca solicitou qualquer condecoração, e por isso só possuia aquellas a que tinha direito ou que os seus superiores hierarchicos quizeram que elle tivesse. Era cavalleiro e official da ordem d'Aviz, possuia a cruz de 2.ª classe do Merito Militar de Hespanha, e a medalha de prata de comportamento exemplar.

Viegas *(Agostinho de Abranches Teixeira Fazenda)*. Juiz e presidente do Tribunal do Commercio, em Alemquer. N. em Ceia, na casa de Submuro, a 2 de fevereiro de 1853, sendo filho do dr. Agostinho Thomaz dos Santos Viegas e de D.

Agostinho de Abranches Teixeira Fazenda Viegas

Thereza de Jesus d'Abranches Teixeira Fazenda de Figueiredo. Em 1867 veiu para Coimbra, depois de ter feito exame de instrucção primaria no Lyceu da Guarda, em que obteve distincção, e ali concluiu os preparatorios em 1872, tendo obtido distincção em portuguez, latim, historia e geographia. Em outubro d'esse anno matriculou-se na Universidade de Coimbra na faculdade de direito, cujo curso concluiu no anno de 1877, tendo sempre sido approvado *nemine discripante*, e obtido boas informações litterarias, com 12 valores, hoje correspondentes a 16 valores. Tendo feito acto de formatura em 1 de junho do anno de 1877, foi no dia 25 d'esse mez despachado administrador do concelho de Penacova, logar que exerceu até á queda do ministerio Avila Barros e Cunha, em 4 de fevereiro de 1878. Em 15 de junho de 1879 foi despachado administrador do concelho da Figueira da Foz, em que se conservou até á demissão do ministerio Braamcamp-Luciano de Castro, em 24 de abril de 1881, e novamente despachado administrador do referido concelho em 24 de março de 1886, no ministerio Luciano de Castro-Marianno de Carvalho, exercendo este cargo até 31 de maio de 1887, em que foi nomeado delegado do procurador regio para a comarca de Angra do Heroismo. Foi depois delegado nas comarcas de Chaves, Covilhã e Oliveira de Azemeis, e em 11 de outubro de 1899 despachado juiz de direito para a comarca de Castello de Paiva. Passou depois ao quadro sem exercicio, mas com vencimento, por motivo de doença, sendo mais tarde, em 7 de novembro de 1900 encarregado, em commissão, de uma missão de serviço, na comarca de Almodovar. Em setembro de 1901 foi collocado na comarca de Monchique, e d'ahi transferido para Alvaiazere, e depois para Villa Nova de Ourem, tudo a seu pedido. Em 9 de julho de 1909 foi promovido a segunda classe para Trancoso, e mais tarde transferido, a seu pedido, para Penacova, e de lá para Alemquer, onde se tem conservado. O sr. dr. Agostinho Viegas foi presidente da commissão do recenseamento eleitoral do concelho de Ceia em 1886, e em novembro de 1885 eleito por Ceia, procurador á Junta Geral do Districto da Guarda. Da fórma como tem exercido as funcções dos seus cargos, são bem evidentes as grandiosas manifestações de despedida, que teve em Angra do Heroismo, Covilhã, Figueira da Foz, Oliveira de Azemeis, Alvaiazere, Villa Nova de Ourem, e Trancoso, onde por mais tempo se conservou.

Viegas *(Agostinho Thomaz dos Santos)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra. N. em S. Martinho, no concelho de Ceia a 20 de abril de 1819, fal. em Coimbra a 5 de janeiro de 1897. Era filho de Thomaz dos Santos Viegas e de sua mulher D. Maria Ludovina Ribeiro Abranches, sendo pelo lado paterno bisneto de Manuel Gomes Viegas e Catharina dos Santos, proprietarios no dito logar de S. Martinho, nos principios do seculo XVIII. Foi muito novo estudar os preparatorios no Collegio das Artes em Coimbra para se poder matricular na Universidade, mas teve de interromper os estudos por causa das luctas civis de 1831 a 1834, e ainda depois até 1839, anno em que voltou a Coimbra para os concluir, como fez em 1840, e em 1841 matriculou se no 1.º anno da faculdade de direito, terminando o curso a 6 de outubro de 1846, tendo obtido durante os 3 primeiros annos distincções; *accessit*, nos 4.º e 5.º, indo, depois da formatura, residir para a sua casa de S. Martinho. Em 27 de fevereiro de 1851 casou em Ceia com sua prima, D. Thereza de Jesus de Abranches Teixeira Fazenda de Figueiredo, e n'esta villa estabeleceu banca de advogado. Em 1852 foi convidado pelo governo do marechal Saldanha para administrador d'aquelle concelho, offerecendo lhe o logar de procurador régio, logo depois de feitas as eleições, mas não acceitou. Em 1856 foi eleito vereador da camara municipal de Ceia, e depois vice presidente, logar que desempenhou até 1860. Em 1861 foi eleito procurador á Junta Geral do districto da Guarda, e em 1868 voltou a ser eleito vereador da camara de Ceia, que o elegeu seu presidente. Fôram tantos e tão valiosos os serviços prestados ao municipio, que o então governador civil da Guarda, Sande e Cas

tro, querendo recompensar-lhe esses serviços, lhe offereceu a carta de conselho, ou a commenda da ordem de Christo, mas não acceitou nenhumas d'estas honras, por causa das suas ideias politicas, pois pertencia ao partido legitimista. Os povos do concelho de Ceia, vendo quanto elle zelava os seus interesses, de novo o elegeram para a camara municipal de 187³-1875, e os seus collegas de novo o elegeram presidente. Em 1871 havia sido outra vez eleito procurador á Junta Geral do districto da Guarda. O dr. Agostinho dos Santos Viegas foi muitas vezes presidente da commissão do recenseamento eleitoral do concelho de Ceia, que então era eleita pelos 40 maiores contribuintes. Foi um advogado muito considerado, sendo o seu escriptorio sempre concorrido, não só de clientes da comarca de Ceia, como tambem das limitrophes. Mostrando desejos de ser sepultado no jazigo de familia em Ceia, para ali foi transferido o seu cadaver, em 8 de janeiro de 1897, tres dias depois do fallecimento. O seu funeral foi concorridissimo por pessoas de todas as classes sociaes, causando a maior consternação a morte do grande amigo de Ceia, sua terra adoptiva.

Viegas *(Alexandre Manuel Thomaz dos Santos)*. Conego magistral da sé de Faro. N. em Rebordosa de Lorvão em 7 de maio de 1831, onde tambem fal. em 1865. Era filho de Constantino Thomaz dos Santos Viegas, capitão de ordenanças, e de D. Maria do O' Almeida Fonseca. Fôram seus bisavós Manuel Gomes Viegas e Catharina dos Santos, proprietarios nos principios do seculo XVIII em S. Martinho de Ceia. Fez muito novo o curso dos lyceus em Coimbra, matriculando se seguidamente na faculdade de theologia na Universidade, concluindo o curso em 1854, sendo sido classificado com *accessit* em todos os annos. Foi depois nomeado professor de Historia Ecclesiastica pelo cardeal D. Guilherme para o seminario de Santarem, e em 1858 conego magistral da sé de Faro. No seminario da mesma cidade foi professor de direito canonico. Era um orador sagrado muito distincto, e d'elle existem impressos differentes discursos, contando-se entre elles a *Oração funebre nas exequias do ex.^mo e rev.^mo sr. D. Carlos Christovão Genuez Pereira, bispo do Algarve, celebradas na sé de Faro a 16 de junho de 1863*, Lisboa, 1863.

Viegas *(Antonio dos Santos)*. Doutor e lente cathedratico de prima na Universidade de Coimbra, decano e director da mesma faculdade, conselheiro, gran cruz da antiga ordem de S. Thiago, de merito scientifico, litterario e artistico, commendador da ordem imperial de Francisco José d'Austria, e da Rosa do Brazil, cavalleiro da Legião de Honra, de França, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e do Instituto de Coimbra, par do reino, deputado, etc. N. na Covilhã em 1835, sendo filho do dr. Antonio dos Santos Viegas, medico municipal, e de D. Anna Maxima Barata Feio; bisneto de Manuel Gomes Viegas e de D. Catharina dos Santos, proprietarios no principio do seculo XVIII, em S. Martinho, do concelho de Ceia. Falleceu em Coimbra a 10 de julho de 1914. O seu curso de philosophia e mathematica foi uma serie continua de triumphos, pois que obteve em todos os annos os primeiros premios. Doutorou se em philosophia em 30 d'outubro de 1859, sendo lhe concedido gratuitamente o grau de doutor, que era n'esses tempos a maior prova de consideração dada aos alumnos de superior talento e optima applicação nos estudos. Pouco tempo depois, a 22 de fevereiro de 1860, foi despachado lente substituto da mesma faculdade, com 24 annos ainda incompletos, logar de que tomou posse em 17 de março seguinte, e que ainda conservava á data do seu fallecimento, tendo sido lente cathedratico de prima, decano e director da sua faculdade. Por portaria de 24 d'outubro de 1866, foi encarregado d'uma viagem scientifica pelos principaes paizes da Europa, devendo visitar as universidades e escolas mais celebres, estudar a organisação do ensino das sciencias philosophicas, e o arranjo e movimento dos diversos estabelecimentos scientificos e das fabricas. O conselho da faculdade recebeu com muito prazer esta resolução do governo, e encarregou uma commissão de redigir as instrucções convenientes para esta viagem, as quaes fôram approvadas em 10 d'outubro de 1867. O dr. Santos Viegas foi deputado, eleito pela Covilhã, nas legislaturas de 1868 e 1871, e par do reino electivo pela Universidade. A commissão encarregada da observação do eclypse solar de 22 de dezembro de 1870, representou a conveniencia de se nomear um dos seus membros, a quem estava commettido o serviço das observações espectraes, para ir visitar os observatorios onde estas observações se executam com maior desenvolvimento, por serem inteiramente novas entre nós, e haver pouco tempo para os observadores se prepararem sem auxilio extranho. Para este serviço foi nomeado o dr. Santos Viegas, lente de physica na faculdade de philosophia, em portaria de 1 d'agosto de 1870, devendo elle desempenhal o no prazo de 50 dias, e regressar ao reino até ao dia 15 d'outubro. No anno de 1881 foi mandado a Paris o dr. Antonio dos Santos Viegas representar Portugal no congresso e exposição de electricidade. Por essa occasião recebeu do governo francez o grau de cavalleiro da ordem da Legião de Honra. Por decreto de 13 de janeiro de 1890 foi nomeado reitor da Universidade, de que tomou posse em claustro pleno a 31 do mesmo mez. Na sua reitoria a Universidade recebeu a visita d'el rei D. Carlos e da rainha D. Amelia, e do principe real D. Luiz Filippe, no mez de julho de 1892. A 6 d'agosto seguinte foi exonerado do cargo. Em 1896 foi novamente nomeado reitor, cargo de que se exonerou em 1898; em abril de 1906 tornou a ser nomeado para esse elevado cargo. Representou Portugal em muitos congressos scientificos, em Roma, Paris e Vienna d'Austria, sendo sempre eleito e acclamado vice presidente, o que foi muito honroso para o illustre professor e para o paiz que representava. Em 17 de março de 1910, realisou se na Universidade uma grande solemnidade. O conselheiro dr. Antonio dos Santos Viegas, que n'esse dia completava 50 annos de professorado, foi alvo d'uma imponente e majestosa manifestação de apreço e consideração pelo seu accesso ao magisterio universitario. Foi uma elevada homenagem em que se associaram as felicitações do rei D. Manuel II ás do reitor, então o sr. conselheiro Alexandre Cabral, lente e alumnos da mesma faculdade e do Instituto. Foi uma agradavel surpreza para o distincto professor, porque na hora em que principiou a regencia da

sua cadeira, outraram na aula o reitor, lentes da faculdade de philosophia e alguns outros professores, empregados no observatorio magnetico, de que o dr. Santos Viegas era director, e grande numero de academicos e de outras pessoas. O dr. Santos Viegas foi assim surprehendido por esta inesperada visita, porque ignorava completamente o que se havia preparado em sua honra. O reitor da Universidade, trajando a farda de par do reino, leu uma carta regia, que só n'esse dia saira no *Diario do Governo*, em que D. Manuel II o felicitava pelo seu 50.º anniversario do magisterio, tendo na maior consideração os serviços que prestára á sciencia em tão longa e laboriosa carreira de ensino. A carta tem a data de 10 de março. Em seguida o sr. dr. Julio Henriques, lente da faculdade de philosophia, leu a mensagem dos lentes da mesma faculdade; o academico do 1.º anno de philosophia sr. Sanches da Gama leu a mensagem do seu curso, e o alumno do 2.º anno das faculdades de mathematica e philosophia sr. Alberto Dias Pereira leu a mensagem d'estes cursos, escripta em pergaminho. O dr. Santos Viegas, visivelmente commovido, agradeceu a todos a honrosa manifestação que lhe era feita, e pediu ao reitor que, em seu nome, agradecesse a el rei a honra da sua carta régia. Entraram em seguida na aula os srs. conde de Felgueiras e dr. José Tavares, presidente e secretario do Instituto, lendo aquelle professor uma mensagem encerrada n'uma pasta de peluche azul, em nome do Instituto. O reitor, lentes, mais de 300 academicos e populares acompanharam o dr. Santos Viegas a casa, levantando enthusiasticos vivas. No vol. 57.º do *Instituto*, n.º 3, março de 1910, vem largamente descripta esta honrosa e digna homenagem. Por occasião do seu falecimento foi a Coimbra o ministro da instrucção a fim de se incorporar no funeral, que foi outra grandiosa homenagem.

Viegas (*Antonio dos Santos*). Capitão de engenharia. N. em Coimbra a 5 de junho de 18?0, sendo filho do conselheiro Antonio dos Santos Viegas e de D. Maria Francisca de Vasconcellos. Assentou praça em 28 d'outubro de 1888. Sendo ainda muito novo, terminou o curso de mathematica e philosophia na Universidade de Coimbra, onde obteve sempre os primeiros premios do seu curso, e matriculando se na Escola do Exercito, de Lisboa, obteve tambem os primeiros premios nos tres annos do curso. Despachado alferes, em 25 d'outubro de 1894, foi para Africa com Mousinho d'Albuquerque, e com elle tomou parte no aprisionamento do celebre Gungunhana e familia, e por isso foi agraciado com o grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada, sendo o porta-bandeira por ser o official mais novo. Foi promovido a tenente em 29 d'outubro de 1896, e a capitão em 14 de julho de 1901. Foi director da Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira Alta, e é engenheiro adjunto do chefe da Exploração da Companhia dos Caminhos de Ferro Portuguezes do Norte e Léste. Official disciplinador foi ultimamente agredido com um tiro por um operario com responsabilidades numa das greves de ferroviarios, tendo estado durante alguns dias entre a vida e a morte. Tem sido encarregado de projectos importantes, como o da mudança do Arsenal de Marinha para a Outra Banda. O sr. Santos Viegas é um dos engenheiros mais considerados, tanto pelos collegas nacionaes, como estrangeiros. Possue a medalha de prata para commemorar a expedição a Moçambique nos annos de 1894-1895.

Viegas (*Antonio Ribeiro dos Santos*). Bacharel formado em theologia pela Universidade de Coimbra, deputado, par do reino, conselheiro, etc. N. em Coimbra a 20 de fevereiro de 1843, fal. no Luso em 3 d'agosto de 1908. Era filho de Francisco Joaquim Pereira Ribeiro da Rocha, e de D. Rita Amalia dos Santos Viegas, natural da freguezia de Santa Marinha de Ceia, e bisneto de Manuel Gomes Viegas e D. Catharina dos Santos, proprietarios em S. Martinho de Ceia, nos principios do seculo XVIII. Matriculando-se na Universidade, fez a sua formatura em theologia no anno de 1866, sendo um dos estudantes mais distinctos do seu curso. Terminando os estudos foi lente de sciencias ecclesiasticas no seminario de Portalegre, onde firmou os seus creditos

Antonio Ribeiro dos Santos Viegas

de professor erudito, e de prégador eloquente. Depois entregou-se á vida parochial, sendo prior, por concurso, de S. Miguel e Santa Maria em Cintra, passando a Lisboa, a parocho da freguezia de S. Vicente de Fóra, e depois da dos Martyres. E n'esta vida tão difficil, tão espinhosa, teve o condão de se fazer amar pelos seus parochianos. Assim, quando em 1894 foi apresentado na abbadia de S. Thiago d'Anta, do concelho de Villa Nova de Famalicão, e teve de deixar de parochiar a freguezia dos Martyres, a sua falta foi ali muito sentida. Dedicando se á politica, filiou se no partido regenerador, de que foi um dos mais distinctos e zelosos membros, e a que prestou relevantes serviços. Eleito deputado pelo circulo de Espozende, fez parte das legislaturas de 1882-1884, 1884-1887, 1890 1892, 1893-1894, 1899 1900, sendo presidente da camara na de 1891 1895. Como orador parlamentar e orador sagrado tornou-se muito distincto. Ha d'elle bastantes discursos impressos, entre os quaes se contam os que pro-

nunciou nas sessões da camara em 11 e 28 d'abril de 1885 sobre o beneplacito em Portugal, e ácêrca das missões ultramarinas em 24 de fevereiro e 13 de março do mesmo anno. Os seus muitos serviços prestados á Egreja fôram reconhecidos pelo papa Leão XIII, que o elevou á dignidade de monsenhor e protonotario apostolico. Em 10 de novembro de 1900 foi agraciado com o titulo de conselheiro, e n'esse mesmo anno, por carta regia de 29 de dezembro, teve a nomeação de par do reino, tomando posse na respectiva camara na sessão de 9 de janeiro do 1901. O seu ultimo discurso na camara dos deputados foi a respeito do divorcio, quando Roboredo Sampaio defendeu a sua proposta. Entre os seus sermões, destaca se o elogio de Fontes Pereira de Mello, que elle proferiu na egreja dos Martyres, por occasião das exequias que o partido regenerador fez celebrar. Na camara dos pares, tambem foi notavel o seu discurso, na sessão do 4 de janeiro de 1904, ácêrca do papa Leão XIII. Acha se publicada a *Oração funebre*, que recitou em Braga, nas exequias do conselheiro Jeronymo da Cunha Pimentel, e a que recitou nas exequias que se effeituaram na egreja de N. Senhora das Mercês pelo já citado estadista Fontes Pereira de Mello. Foi deputado da Junta Geral da Bula da Cruzada; secretario particular do patriarcha D. Ignacio, e desembargador da Relação Patriarchal. Fontes Pereira de Mello e Hintze Ribeiro tiveram sempre n'elle um amigo valioso e dedicadissimo. Falleceu no Luso, conforme dissémos, depois d'um doloroso soffrimento; o seu cadaver foi depositado na egreja parochial, sendo depois removido para Lisboa, onde chegou a 7 d'agosto de 1908, realisando-se o funeral ás 5 horas e meia, com um numerosissimo cortejo que o acompanhou, desde a estação do caminho de ferro até ao cemiterio do Alto de S. João, em que ficou sepultado. No cortejo viam-se muitos dos seus correligionarios, deputados, pares do reino, pessoas da alta sociedade e de todas as classes sociaes, representantes das camaras dos deputados e dos pares; o cardeal patriarcha fez-se representar pelo conego Joaquim Monteiro, e a condessa da Redinha pelo conde de Sampaio. Ao monsenhor Santos Viegas fôram-lhe offerecidas differentes mitras, que não quiz nunca acceitar.

Viegas *(P. Braz)*. Jesuita. N. em Evora no anno de 1553, onde tambem fal. a 22 d'agosto de 1599. Professou no anno de 1569, foi professor de sciencias ecclesiasticas, o doutorou se na faculdade de theologia na Universidade de Evora, em 1594. Conhecia bem as linguas hebraica, grega e latina. Escreveu um grande numero de obras theologicas, e deixou uns *Commentarios do Apocalypse* em latim, que fôram muito estimados no seu tempo, e se imprimiram posthumos em 1601, reimprimindo se logo no anno immediato em Veneza, em 1606 em Paris, em 1614 em Tours, e em 1617 em Colonia, Affonso Mendes, o celebre patriarcha da Ethiopia, traduziu esta obra na lingua ethiopica, e d'ella se servia para discutir com os abyssinios. Deixou ainda manuscriptos varios commentarios theologicos. Traduziu do italiano em portuguez a seguinte obra do P. Vicente Bruno: *Meditações sobre os mysterios da Paixão, Resurreição e Ascensão de Christo Nosso Senhor e vinda do Espirito Santo, com figuras e prophecias do Testamento Velho, e documentos tirados de diversos santos padres e outros devotos autores.*

Viegas *(Fr. Gregorio José)*. Religioso da ordem terceira de S. Francisco, e poeta. N. em Lisboa em março de 1753 Doutorou-se em theologia e jubilou se; acompanhou a familia real para o Brazil, em 1807, e no Brazil foi confessor das filhas de D. João VI, bibliothecario regio, e bispo eleito do Pernambuco. Chegara na sua ordem a ser definidor e ministro geral. Apezar das vantagens que lhe faziam, se quizesse ficar no Brazil, abandonou tudo para acompanhar D. João VI para Lisboa, e com elle partiu em 1821. Fal. n'esta cidade a 7 de março de 1840. Fôra homem muito versado em sciencias ecclesiasticas, humanidades e lingua hebraica, mas apezar de toda essa erudição, apenas deixou impressa uma poesia que compuzera aos 23 annos, por occasião da inauguração da estatua equestre no Terreiro do Paço, e que anda nas collecções que então se publicaram.

Viegas *(Lourenço)*. Um dos heroes que acompanharam D. Affonso Henriques na sua vida guerreira. Era conhecido pela denominação de *Espadeiro*. Attribue-lhe a lenda um papel importante nas chamadas côrtes de Lamego.

Viegas *(Luiz de Freitas)* Medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto, e lento cathedratico da mesma Escola. Depois d'um curso que frequentou sempre com a maior distincção, defendeu these em 1893, a qual se intitula: *A immunidade*, que lhe valeu as mais lisonjeiras referencias. Terminando os estudos, resolveu ir para Paris, onde cultivou com especial desvello a *dermatologia*, e ahi, pelo seu reconhecido merecimento, foi nomeado chefe de clinica d'um dos mais importantes hospitaes d'aquelle cidade. De regresso a Portugal, entrou para o hospital da Misericordia do Porto, como clinico interno, em 1896, e tres annos depois, em 1899, entrou no magisterio da Escola Medica, por concurso, em que apresentou a sua these: *Genococeo*, *Bacterioscopia* e *Medicina legal*, trabalho largamente apreciado, sendo então nomeado com louvor lente cathedratico da cadeira de anatomia. Em 1900, por indicação do conselho da Escola, recebeu a nomeação de medico anthropologista-criminal da circumscripção do Porto, e, creado o posto anthropometrico de aquella cidade, em janeiro de 1902, foi escolhido para seu director, cargo em que, como todos que tem exercido, se tem evidenciado pela sua actividade e competencia, tornando este estabelecimento, sobre todos os pontos de vista, de alto alcance scientifico e reconhecido valor, como meio de investigação criminal e identidade de criminosos. A' sua iniciativa se deve tambem, em grande parte, a installação d'um grande numero de postos anthropometricos do Norte. E' socio da Instituto de Coimbra, tem collaborado em diversos jornaes de medicina e cirurgia, entre os quaes se contam: *Medicina moderna*, *Gazeta Medica do Porto*, *Encyclopedia portugueza*. E' tambem collaborador da *Revista amarella*, scientifica, litteraria e illustrada, que se publica em Lisboa. Por decreto de 11 d'outubro de 1906 foi o sr. dr. Luiz de Freitas Viegas agraciado com a commenda da ordem de S. Thiago.

Viegas *(Luiz dos Santos)*. Doutor em philosophia e em medicina pela Universidade de Coimbra, reitor do Lyceu Central da mesma cidade,

onde nasceu a 16 de novembro de 1868, sendo filho do dr. Antonio dos Santos Viegas, lente de prima e decano da faculdade de philosophia, e de sua mulher D. Maria Francisca de Vasconcellos. Matriculou se no 1.º anno de mathematica e philosophia no anno lectivo de 1885-1886, contando apenas 17 annos de edade. Obteve logo no 1.º anno premio e distincção em desenho mathematico e philosophico. No anno immediato obteve premio em mathematica e outro na 1.ª cadeira chimica organica—e *accessit* na 3.ª cadeira-physica, 1.ª parte. No anno de 1887-1888 alcançou premio na 5.ª cadeira physica 2.ª parte — *accessit* na 4.ª cadeira botanica No anno de 1888-1889 concluiu a sua formatura na faculdade de philosophia, com a informação de merito litterario, de muito bom, 18 valores, tendo tido premio nas cadeiras de mineralogia e geologia e anthropologia e paleontologia. Fez exame de licenciado n'esta mesma faculdade, no dia 11 de janeiro de 1890, obtendo classificação de muito bom, 18 valores. Defendeu theses nos dias 12 e 13 de fevereiro de 1891, e doutorou se no dia 12 de julho d'este mesmo anno. Matriculou se depois no 1.º anno de medicina no anno lectivo de 1893 1894, sendo logo classificado distincto. No 2.º obteve *accessit*, nos 3.º, 4.º e 5.º annos, premio. Fez a sua formatura no anno lectivo de 1897-1898, obtendo a informação de merito litterario=de muito bom, 16 valores, sendo o alumno mais classificado no curso. Fez exame de licenciado no dia 8 de junho de 1899, sendo-lhe dado para dissertação o argumento: *Rythmo do coração.* Defendeu theses nos dias 22 e 23 de maio de 1901, tomando para objecto da sua dissertação: o *corpo tyroide*. Recebeu o grau de doutor em 14 de julho do mesmo anno de 1901. O 1.º despacho para o magisterio universitario foi em 4 de dezembro de 1902, e n'esta mesma data foi nomeado reitor do Lyceu Central de Coimbra, em cujo cargo tomou posse no dia 13 do mesmo mez de dezembro. E' lente de medicina legal na Universidade, e medico da Companhia dos Caminhos de Ferro Portuguezes.

Viegas *(Luiz Thomaz dos Santos).* Doutor em canones pela Universidade de Coimbra, e lente da mesma faculdade. N. em S. Martinho, do concelho de Ceia, a 17 de julho de 1789, onde tambem fal. a 31 d'agosto de 1853. Era filho de Thomaz dos Santos Viegas. Fôram seus avós paternos Manuel Gomes Viegas, e D. Catharina dos Santos, proprietarios n'aquella localidade nos principios do seculo XVIII. Cursou theologia no Seminario de Coimbra, e seguidamente se ordenou de presbytero; em 1817 matriculou-se em canones na Universidade de Coimbra, sendo o 1.º classificado no seu curso, e doutorou-se em 2 de julho de 1826; em 1828 foi despachado lente substituto, regendo a sua cadeira até 1831, em que abandonou a Universidade por não querer jurar a Constituição. A sua dissertação para o acto de conclusões magnas, versou sobre=Juizo e sobre observações exegeticas do artigo 118 da Carta Constitucional de 1826=para o concurso de lente substituto.=Importancia da instituição do jury=O dr. Luiz dos Santos Viegas foi um orador sagrado muito notavel, deixando mais de 80 sermões manuscriptos, muitos dos quaes fôram recitados na sé de Coimbra, e existem d'elle publicadas bastantes poesias, contando-se entre ellas as *elegias* a D. Rita Teixeira Fazenda, dr. Joaquim Tavares de Carvalho, e outras que não fôram publicadas; existem ineditos, como a *Consoada*, versos epicos satyricos-politicos, e a *Moura encantada do Alfotema*, poesia em 5 cantos em que se narram os acontecimentos de 1834 a 1852. Foi homem muito erudito, e um dos primeiros professores e oradores do seu tempo.

Viegas *(P. Manuel).* Jesuita. N. em Marvão no anno de 1533, e passando ao Brazil, professou na Companhia de Jesus em 1556. Aprendendo a lingua dos indios, missionou com grande exito entre elles, e compoz para a sua instrucção um catecismo, um diccionario e uma grammatica.

Viegas *(Manuel Thomaz dos Santos).* Doutor em theologia pela Universidade de Coimbra, e lente da mesma faculdade. N. em Torrozello, comarca da Guarda, em 1787, e fal. em Rebordoso do Lorvão a 12 de junho da 1817. Era filho de Thomaz dos Santos Viegas; neto paterno de Manuel Gomes Viegas e de D Catharina dos Santos, proprietarios em S. Martinho de Ceia nos principios do seculo XVIII. Destinado á carreira ecclesiastica, fez com distincção o curso de theologia no Seminario de Coimbra, e depois de tomar ordens de missa, matriculou-se n'essa faculdade na Universidade, onde fez um curso brilhante, obtendo premios em todos os annos. Depois defendeu theses, e tomou capello a 29 de junho de 1815, sendo logo despachado lente da mesma faculdade, regendo a sua cadeira até 1834, que então abandonou, por causa das suas ideias legitimistas, indo para o seu logar de conego magistral da sé do Porto. Em 1842 lavrou o scisma religioso na diocese de Vizeu, porque o bispo D. Francisco Alexandre Lobo, ao abandonar o bispado, tinha nomeado vigario geral para o administrar, o qual não fôra reconhecido pelo governo de D. Maria II, que havia insinuado ao cabido a nomeação d'outro. Para obstar a esta situação, o ministro da justiça de então, Mello e Carvalho, nomeou-o por portaria datada de Cintra, de 30 de julho de 1842, vigario geral de Vizeu e bispo futuro successor de D. Francisco Alexandre Lobo, o que foi confirmado pelo delegado apostolico Francisco Capacini em nome do papa Gregorio XVI, na mesma data, logar que ao principio não quiz acceitar, e só acceitou depois de ser ameaçado com a pena de excomunhão pelo dito delegado apostolico. Foi orador sagrado notavel, tendo prégado as conferencias quaresmaes algumas vezes nas sés de Coimbra e Porto.

Viegas *(Fr. Nuno)* Religioso da ordem do Carmo. N. em Evora em 1607, fal. em Lisboa a 20 d'abril de 1666. Professou em 1623 no convento do Carmo de Moura. Foi professor de sciencias ecclesiasticas e definidor no capitulo celebrado em Lisboa em 1647. Foi doutor em sapientia de Roma, prior do convento de Lisboa, e em 1661 foi eleito provincial da sua ordem. Deixou publicados alguns dos seus sermões funebres, de autos de fé, e de acções de graças, sendo uma das orações funebres em latim.

Viegas. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Purificação, de Alcanede, conc. e distr. de Santarem.

Viegas da Silva *(Mathias).* Latinista muito apreciado. N. em Evora a 24 de fevereiro de 1695, fal. na segunda metade do seculo XVIII. Estudou na Universidade de Evora, depois de ter tomado ordens de presbytero, e dedicando-se ao

ensino do latim, publicou 3 volumes de *Paes Velhos*, contendo o 1.º os logares selectos de Sallustio e Tito Livio com a traducção intercalada em portuguez; o 2.º os logares selectos de Quinto Curcio e Suetonio, e o 3.º os de Cicero. Publicaram-se successivamente em 1731, 1732 e 1737; os dois primeiros volumes reimprimiram se em 1741 e 1742. Sairam com o titulo: *Ordo verborum cum commentariis Fasciculum ex selectioribus authorum vividariis, ad commodiorum scholasticorum usum industria concinatum* No anno de 1733 publicou tambem um *Commento sobre os cinco livros dos Tristes de Publio Ovidio Nasão com uma breve noticia das fabulas e cousas mais precisas para a intelligencia do mesmo autor*. Esta obra imprimiu-se em Lisboa, e reimprimiu-se depois em Coimbra, em 1735. Tambem publicou, em 1740, com o pseudonymo de Nuno Freire da Silva, as *Instituições de Justiniano, traduzidas em portuguez, com breves notas*.

Viegas de Sousa *(D. Mem, ou D. Mendo)*. Cavalleiro muito nobre, descendente por varonia, e 8.º senhor da antiga Casa de Sousa, cuja origem procede dos reis godos da Hespanha, e teve principio em Portugal em D. Facião Soares, que resgatou do poder dos moiros, por seu valor, o logar de Arrifana de Sousa na provincia de Entre Douro e Minho, que é o solar d'esta familia, e o povoou com os moradores, que tirou da cidade, e castello de Penafiel, e do de Aguíar situados na foz do rio Sousa pelos annos da era christã de 805, d'onde tomaram titulo e appellido os seus descendentes. Seu pae chamou-se D. Egas Gomes de Sousa, um dos principaes fidalgos que acompanharam a côrte de D Affonso VI de Leão, e D. Affonso Henriques de Portugal, em tempo de D. Affonso V, D Bermudo III, e D. Fernando I, o Magno, reis de Leão. Sua mãe, querem uns que fôsse D. Godinha Gonçalves, que fazem filha de D. Gonçalo Mendes da Maia, adeantado d'el-rei D. Affonso Henriques, denominado o *Lidador* pelas muitas batalhas, que venceu contra os moiros, e de sua mulher D. Leonor Viegas, filha do grande Egas Moniz; outros lhe chamam D. Flamula Gontina, e dizem que fôra filha de D. Gonçalo Trastamires da Maia, avô do dito Lidador (o que é mais provavel pela computação dos tempos) e de Mecia Rodrigues ou Godinhes, filha de Rodrigo Vermuiz. Succedeu a seu illustre pae nos principios do governo d'el-rei D. Affonso Henriques. Dos primeiros empregos da sua mocidade nada se sabe, as noticias que se encontram mais antigas, são a piedosa magnificencia com que renunciou a metade dos seus bens, para a amplificação do sagrado solar da casa dos Sousas, fazendo generosamente entre seus filhos ao mesmo Deus coherdeiro de seus bens. A rainha D. Thereza, recem viuva do conde D Henrique, não duvidou imital-o, fazendo ao mosteiro de Pombeiro uma ampla doação de quanto possuia dentro dos Coutos de Avisela, immediato ao proprio solar e mosteiro. Não contava muitos annos, quando D. Henrique o nomeou governador de todo o districto de Santa Cruz, onde havia um castello do mesmo nome, que servia de propugnaculo aos moiros. Eram então estes governos, como rudimentos militares, em que os moços nobres se exercitavam no manejo das armas, e se adextravam para outros maiores empregos. Em quasi todas as grandes emprezas militares, assim do conde D Henrique como de seu filho D. Affonso Henriques, acompanhou sempre D. Mendo Viegas as triumphantes bandeiras da patria. Assignou em segundo logar, como testemunha, na carta de doação, que a rainha D. Thereza fez no anno de 1120 da cidade do Porto ao bispo D. Hugo, que traz Duarte Nunes na *Chronica de D. Affonso Henriques*. Casou com D. Thereza Fernandes, filha de Fernando Gonçalves de Marnel e de D Urraca Gonçalves. D'este consorcio houve 2 filhos e 3 filhas: D. Gonçalo Mendes de Sousa, que lhe succedeu; D. Sueiro Mendes de Sousa, D. Oroanna, D. Flamula e D. Urraca, todas do mesmo patrominico Mendes. D. Gonçalo Mendes de Sousa, chamado o *Bom*, que foi o 9.º senhor da Casa de Sousa, e acompanhou el rei D. Affonso Henriques em muitas acções e com elle esteve na batalha d'Ourique, casou com D. Urraca Sanches, filha de D. Sancho Nunes de Barbosa, e da infanta D. Thereza Affonso, condes de Cella Nova de quem nasceu o conde D. Mendo, chamado o *Sousão*. D. Sociro Mendes de Sousa, segundo filho, tomou o nome de Soeiro, posto que muito vulgar por aquelles tempos, em memoria do seu 7.º avô D. Soeiro Belfaguer, primeiro senhor da Casa de Sousa, foi um dos mais assignalados varões d'aquelle seculo feliz. Rubricou varias doações, que fez D. Affonso Henriques, como fôram a dos Coutos de Campeão ao arcebispo de Braga D. Petaio em março de 1124; outra ao mesmo arcebispo do Couto de Figueiredo em 1128; e outra do mosteiro de Pedroso em abril de 1129, em que o mesmo rei faz mercê dos Coutos d'Oselõa, a certo cavalleiro Mendo Fernandes. Oroanna Mendes de Sousa, filha primeira de D. Mendo Viegas, foi casada com D. Mendo Moniz de Riba do Douro, descendente o successor da casa de Egas Moniz de Riba do Douro; D. Flamula Mendes de Sousa foi casada com D. Gomes Mendes Guedaou, de quem descendem familias nobilissimaes espalhadas por toda a Hespanha; D. Urraca Mendes de Sousa, filha terceira, casou com D. Fafes Luz, um dos heroes que, com o conde D. Henrique, vieram á conquista de Portugal, de quem foi alferes mór e rico homem. A morte de D. Mendo Viegas não consta ao certo, nem d'ella se faz menção em toda a nossa historia, mas deduzindo-se do tempo em que lhe succedeu seu filho D. Gonçalo na posse do morgado, foi em 1130.

Vieira. Appellido nobre. Tem por armas, em campo vermelho, 6 vieiras d'ouro, em duas palas realçadas de preto: timbre, 2 bordões de S Thiago, de vermelho, em aspa, ferrados, com uma vieira das armas entre elles, e atados com um torçal de prata. *Vieira* é um genero de molluscos acéphalos, tambem chamado *penteola*. As conchas d'este marisco começaram a chamar-se *vieiras*, quando se tornaram distinctivo dos romeiros de S. Thiago de Compostella. A Belchior Vieira de Ternate se deu por armas, em campo vermelho um baluarte de prata, sem portas, lavrado de preto, de dentro do qual apparece um braço vestido de malha, com espada núa e cabos d'ouro, ao pé uma cabeça de moiro toucada de prata; timbre, o braço com a cabeça pendurada de uma fita.

Vieira *(Adriano Xavier Lopes)*. Doutor em medicina pela Universidade de Coimbra, e lente cathedratico da sua faculdade, conselheiro, de-

putado. N. em Córtes, do concelho de Leiria, a 14 de setembro de 1846, fal. em Coimbra, a 14 de janeiro de 1910. Era filho de José Lopes Vieira da Fonseca. Doutorou se a 9 de janeiro de 1876, e recebeu a nomeação de lente a 22 de janeiro de 1877. Quando falleceu, regia a cadeira de medicina legal, commum ao 5.º anno de direito e de medicina. Era director do Necroterio e naturalista adjunto da secção de zoologia do Museu de Historia Natural da Universidade, a que prestou valiosos serviços. Deixou muitos trabalhos de preparação zoologica importantes e muitos outros feitos sob a sua direcção. Escreveu diversas obras scientificas, das quaes mencionaremos as seguintes: *O livro das mães ou a creação dos filhos; Hygiene das familias*, *Dermathologia*, *Medicina judiciaria e pericial*, obra adoptada na medicina legal. Ultimamente, o dr. Lopes Vieira havia aberto um curso de dermathologia, sobre cujo tratamento dava consultas especiaes. Foi deputado em diversas legislaturas.

Vieira *(Amador)*. Presbytero secular. Era natural de Monforte, foi prior da egreja de Travanca, e teve o grau de licenciado em canones. Sendo amigo do P. Fernandes Galvão, d'elle herdou sermões manuscriptos, que publicou em 3 volumes, nos annos de 1611, 1613 e 1616, depois de lhe ter addicionado muitos outros, que elle proprio traduziu de linguas estrangeiras.

Vieira *(Amelia)*. Distincta actriz contemporanea, ha já bastantes annos afastada da scena. N. em Lisboa a 17 de fevereiro de 1850. Ficou orphã ainda muito creança, e aos 7 annos de edade matriculou-se na aula de dança no Conservatorio, pelo que era obrigada a figurar nos bailados do theatro de S. Carlos, o que lhe rendia um tostão por cada noite de espectaculo. Por esse tempo a grande tragica italiana *Ristori*, que então estava dando umas recitas no mesmo theatro com a sua companhia, ao representar a *Medéa*, escolheu-a para figurar de sua filha. Em seguida entrava em todas as magicas das Variedades e da Rua dos Condes onde havia bailados, na companhia de Jesuina Marques, que se tornou depois uma grande actriz e já é hoje fallecida, de duas raparigüinhas hespanholas, Paca e Cypriana, e ainda outras. Começou mais tarde a representar em theatros particulares, debutando no theatro dos Inglezinhos, que já não existe ha muitos annos, no papel de creada da *Porta falsa*, em que muito agradou. Matriculou se então na escola dramatica do Conservatorio, tornando-se discipula muito querida dos professores Alfredo de Mello e Duarte de Sá, por lhe reconhecerem muita vocação e grande vontade. Os seus progressos fôram rapidos, recebendo o subsidio de 9$000 reis no 3.º anno de frequencia. O actor Cesar de Lima, então emprezario do theatro do Principe Real, quiz escriptural-a, mas Amelia Vieira preferiu ir para as ilhas dos Açôres, contratada por 8 mezes com o actor Ribeiro. Abalançou-se então a representar o reportorio da actriz Manuela Rey, estreando-se no drama maritimo de Cesar de Lacerda, *Os homens do mar*. Quando regressou a Lisboa, foi escripturada para o theatro das Variedades, pelo emprezario Coelho, e debutou n'uma revista do anno, escripta por Costa Braga, fazendo o papel de Lisboa. Representou então na *D. Ignez de Castro*, e em outros dramalhões. Foi n'aquelle theatro que o grande actor e mestre da arte José Carlos dos Santos a viu, e por ella se apaixonou como mulher e como actriz, fazendo-a mais tarde sua esposa. Principiou então a representar debaixo da direcção do grande mestre e data d'esta epoca o periodo aureo da sua vida artistica. No theatro do Principe Real, na empresa Santos e Pinto Basto, distinguiu-se em todos os papeis de ingenua, de que se encarregava; acompanhou a empresa para o theatro de D. Maria II, d'ali para o Gymnasio, depois para a Rua dos Condes e theatro dos Recreios. Todas as plateias applaudiam ruidosamente a gloriosa actriz, que pelo seu talento, e com a sabia direcção de seu marido, se tornou uma actriz distinctissima. O seu reportorio durante estas epocas de gloria artistica é enorme; apontaremos as seguintes peças: *Oração da Tarde*, *Moda*, *O Paralytico*, *Fernanda*, *Ladrões de Lisboa*, *Lazaristas*, *Actor*, *A Leitora*, *O Anjo da Meia Noite*, *A Taberna*, *Linda de Chamounix*, *Noventa e tres*, *Mirabeau*, *Mon joie*, *Por causa d'uma carta*, *Camões do Rocio*, *Coroa ou a Escravatura*, *Os viscondes d'Algirão*, *As Sabichonas*. *A Morgadinha de Valflôr*, *Julia*, *Marquez de Villemer*, *Claudia*, *O Saltimbanco*, *O Judeu errante*, *As duas orphãs*, *Causa celebre*, *Vida d'um rapaz pobre*, *Leis sociaes*, *Crime e castigo*, *Joanna*, *O crime de Fauverne*, *João carteiro*, *Tezi*, *A Peccadora*, *Princeza e favorita*, *Convento do diabo*, *A Escravatura branca*, *A Carvoeira*, *O Segredo do padre*, etc. A prolongada e dolorosa doença de seu marido afastou-a da scena, porque o dever e a dedicação a obrigavam a não abandonar o leito do infeliz enfermo, de que foi uma dedicadissima enfermeira, só descançando, quando se deu o fatal desenlace, em fevereiro de 1886. Ainda com o seu marido, estando já completamente cego e doente, representou o *Camarote da opera* e *A Irmã do cego*. Depois de se vêr viuva e mãe, teve de procurar o pão para seus filhos, e resolveu voltar ao theatro, que a recebeu com o maior enthusiasmo. Representou então com os mais vehementes applausos, no theatro do Principe Real, onde se escripturou, nos dramas *Tosca*, *Condessa Sara*, *A Mendiga*, *Dama das Camelias*. Em 1898 fez parte da *Sociedade de Artistas Dramaticos*, do theatro da Trindade, em que muito se distinguiu no papel da condessa de Kerlor nos *Dois garotos*. Amelia Vieira representou tambem muito nos theatros do Porto, das provincias, e do Brazil, sendo sempre recebida com os mais phreneticos applausos. Uma grande doença a afastou da scena e mesmo depois de se restabelecer não voltou a representar. Em 4 de junho de 1910, na festa que se realisou no theatro Nacional, em memoria do grande actor Santos, e em que se inaugurou o seu busto no salão d'aquelle theatro, que fôra templo das suas grandes glorias artisticas, Amelia Vieira, com muitos outros antigos collegas e seu filho, o actor Carlos Santos, tomou parte na sympathica festa, representando o papel de Maria Antonieta, no acto d'este drama que se representou.

Vieira *(Anselmo Augusto)*. Professor da Escola Ferreira Borges. Nasceu em 1868, de familia pobre, e estudou á custa das maiores difficuldades. Dispondo de vasta intelligencia, de grandes qualidades de trabalho e sabendo equilibrar perfeitamente a sua vida, sempre cheia de sacrificios, adquiriu um bello nome no Curso Superior de

Letras, cujo diploma é dos mais distinctos que se teem ali passado. Entrando para a camara do commercio como secretario, depressa conquistou a estima e o respeito de toda a corporação que por vezes lhe confiaram missões difficeis e dedicadas. Os seus discursos e as suas conferencias accusam uma rara erudição e profundos dotes oratorios. Sendo professor da Escola do Commercio, arrastou os estudantes por occasião do *ultimatum* inglez de 11 de janeiro de 1890. Em que Anselmo Vieira mais se evidenciou foi no livro que escreveu e publicou: *Espirito revolucionario do seculo XIX*. Este livro mereceu da critica da imprensa os maiores elogios, e foi excellentemente recebido pelo publico. Publicou dois interessantes volumes: *Politica e finança*, que pertence á *Bibliotheca de Estudos Sociaes;* e *Historia do Commercio*. Tem composto alguns versos, mas não consta que os tenha publicado. Entrando na politica, foi deputado, eleito por Villa Real, na legislatura de 1903. No anno de 1905 publicou um novo volume, com o titulo de *A Questão fiscal e as finanças portuguezas*.

Vieira (*Antonio*). Compositor de musica muito apreciado, que floresceu no seculo XVII. Era natural de Villa Viçosa, fal. no Crato em 1650. Foi discipulo do mestre Manuel Soares Rebello. Exerceu o cargo de mestre de capella, successivamente, nas egrejas do Loreto e da Misericordia de Lisboa, passando depois no mesmo cargo para a villa do Crato, onde falleceu. No *Indice* da livraria de D. João IV figuram algumas composições de Antonio Vieira, como *villancicos*, a 5 vozes, *Miserere* a 8 vozes, *Missa* a 8 vozes, *Dois motetes* a 6 vozes, e outros canticos religiosos.

Vieira (*Fr. Antonio*). Organista do convento da Trindade, de Lisboa. N. n'esta cidade em 1627, e professou na ordem da Santissima Trindade em 26 de novembro de 1643. Fal. a 27 de janeiro de 1707. Dedicando se ao estudo do orgão foi um artista notavel. Durante muitos annos desempenhou tambem as funcções de vigario do côro no seu convento. Escreveu diversos trechos para orgão, motetes, missas, psalmos e hymnos a 8 vozes.

Vieira (*P. Antonio*). Um dos homens mais notaveis de Portugal, um dos mestres da nossa lingua, um dos primeiros prégadores do seu tempo, um homem cuja intelligencia vastissima abrangia todos os assumptos e resplandecia em todos os campos. N. em Lisboa a 6 de fevereiro de 1608, sendo baptisado no dia 15 d'esse mez na Sé metropolitana da mesma cidade; fal. na Bahia a 18 de julho de 1697. Era filho de Christovão Vieira Ravasco, fidalgo de nobre ascendencia, e de D. Maria de Azevedo. Nos fins de 1615 partiu com a sua familia para a Bahia, não se sabe bem, porque motivo, suppondo com grande fundamento João Francisco Lisboa que foi por seu pae ter sido nomeado secretario do governo da Bahia, logar que effectivamente por muito tempo exerceu. A 20 de janeiro de 1616 iam naufragando nos baixos da Parahyba, e quasi milagrosamente se salvaram. Ainda depois teve Antonio Vieira uma gravissima doença, de que escapou para gloria do seu nome e da sua patria, que tanto havia de illustrar com o seu maravilhoso engenho. Começou a estudar no collegio da Companhia de Jesus, mostrando, comtudo, ao principio difficuldade em aprender. E' de crer que os padres jesuitas, vendo o grande talento que o seu juvenil discipulo manifestava, procurassem o mais possivel, como sempre faziam, attrahil o ao seu gremio. Diz o proprio P. Antonio Vieira, que sentiu uma grande vocação para a vida religiosa n'uma tarde de março de 1623, quando estava ouvindo o P. Manuel do Carmo prégar, fazendo uma descripção do inferno. E' bem possivel, que effectivamente, sentindo desabrochar em si proprío o talento oratorio, e percebendo que só no pulpito o poderia manifestar d'um modo prestigioso, se sentisse arrastado para a carreira que taes triumphos lhe proporcionaria. Um dia manifestou a seus paes a vontade que tinha de professar, e elles oppuzeram se terminantemente. Procuraram por todas as fórmas dissuadil-o d'esse desejo, mostrando lhe todos os seus inconvenientes, e tentando chamal-o á razão, mas nada conseguiram. Christovão Ravasco manteve-se firme na recusa, e o filho esperou que o tempo o tornasse menos intransigente. Como assim não acontecesse, na noite de 5 de maio de 1623 fugiu da casa paterna e foi para o collegio dos jesuitas. Parece que os padres não seriam extranhos a essa resolução, porque, conforme dissémos, elles procuravam por todos os modos chamar para o seu instituto as grandes intelligencias, e não disperdiciariam decerto um tal discipulo. Os paes empregaram ainda todos os esforços para o arrancarem do poder dos jesuitas, mas Antonio Vieira não se dissuadiu do seu proposito, e no fim dos dois annos de noviciado fez os primeiros votos, e a 6 de maio de 1625 passou á classe dos escolares, ligando se então por votos secretos e tomando cargo das obrigações do ensino. Tão precocemente se desenvolvia o seu talento, que aos 17 annos de edade já era encarregado de escrever em latim as annuas que eram enviadas da provincia ao geral de Roma, e aos 18 era mandado leccionar rhetorica no collegio de Olinda, e depois philosophia dialectica. Ali se manifestaram tambem brilhantemente as suas admiraveis faculdades intellectuaes, fazendo elle uns commentarios a Seneca e a Ovidio, commentarios que se perderam, como os que fez, como theologo, a varias passagens da Escriptura. Aos 20 annos frequentava theologia, e os superiores lhe permittiam redigir uma apostilla para as suas proprías lições; aos 30 era nomeado mestre de theologia. Passou ao 3.º grau da Companhia, dos coadjuctores espirituaes, e depois de ter dito a primeira missa, em 1635, começou a exercer as funcções de prégador, inherentes ao referido grau. As suas provas estavam dadas, e só lhe faltava a edade para se elevar a professo e ser admittido ao 4.º voto, pelo qual reconhecia o papa como unico poder legitimo na terra. Como prégador, revelou desde logo os prodigiosos dotes oratorios que o distinguiam. Póde mesmo dizer se que ascendeu, logo nos primeiros sermões, aos mais altos da oratoria, porque foi em 1640 que prégou o seu famoso sermão contra os hollandezes. As circumstancias eram terriveis. A Bahia já fôra ameaçada pelas armas de Mauricio de Nassau, e os desastres succediam se uns sobre outros com a maior rapidez. Foi então que na cathedral da Bahia se começaram a fazer preces pelo successo das armas portuguezas que tão infelizes andavam. N'um dos dias de preces coube ao P. Antonio Vieira a vez do prégar. Tomou por texto do

sermão a phrase: *Exurge, quare obdormis, Domine?* Dirigindo-se a Deus, não como supplicante mas como censor, n'um rapto sublime de patriotismo e de dôr, dirigiu á Providencia essa famosa apostrophe, que é um dos trechos mais bellos da tribuna sagrada ou profana de todos os paizes, apostrophe em que a accusa amargamente de ter abandonado os seus fieis portuguezes que pela fé tantos sacrificios fizoram, para proteger os herejes da Hollanda, que eram os seus inimigos. E rematando com uma ironia sublime, diz a Deus que ha de ser bem pago d'aquellas complacencias, que da sua tão favorecida Hollanda receberá a condigna recompensa das suas predilecções, porque a Hollanda lhe mostrará como lhe ha de dar adorações e culto. Não se conhece rapto algum de eloquencia que exceda em força e em energia a este admiravel trecho. Devia produzir uma commoção electrica nos ouvintes e pôr-lhes em vibrações a fibra patriotica. O que se vê, porém, d'esse sermão, prégado em principios de 1640, é que já n'esse tempo o P. Antonio Vieira era um orador de primeira ordem, que excedia a todos os do seu tempo em todo o mundo, porque não começara ainda a tornar-se notavel o prégador francez Bossuet, o unico que se lhe póde pôr a par. Pouco tempo depois chegou á Bahia a noticia da restauração de Portugal e da acclamação de D. João IV. Acompanhou o marquez de Montalvão o movimento nacional, e querendo participar isso para Lisboa, mandou seu filho D. Fernando de Mascarenhas cumprimentar o novo monarcha e offerecer-lhe a sua homenagem. Não o deixou, porém, vir só; deu lhe por companheiros de viagem e mentores o P. Antonio Vieira e o P. Simão de Vasconcellos, chronista da Companhia de Jesus. Os tres sairam da Bahia a 27 de fevereiro de 1641 e soffreram tão violenta tempestade durante a viagem, que não puderam ir aportar a Lisboa, como queriam, mas sim a Peniche, que era então governada pelo moço conde d'Athouguia. Chegaram em fins d'abril, e tiveram uma recepção hostil. Ao saber-se em terra que vinha a bordo o filho do marquez de Montalvão, o povo amotinou-o. E' que a marqueza de Montalvão e os filhos que com ella viviam no continente europeu, tinham seguido o partido de Castella, e portanto eram considerados traidores á patria tanto este filho que chegava do Brazil, como os dois padres jesuitas que o acompanhavam. O conde d'Athouguia quiz protegel os contra a furia do povo, mas não conseguiu evitar que o P. Antonio Vieira fôsse aggredido e que o filho do marquez recebesse um ferimento na cabeça. Foi mettendo este ultimo na cadeia, que o conde d'Athouguia conseguiu salvar lhe a vida, ao passo que o P. Antonio Vieira descobria traças de seguir para Lisboa na dia 30, e n'esse mesmo dia falar ao rei, que o recebeu com a maior affabilidade. Foi no dia 1 de janeiro de 1642 que o P. Antonio Vieira prégou pela primeira vez em Lisboa na capella real. «Se houvermos de dar crédito, diz o seu biographo João Francisco Lisboa, ao testemunho unanime de amigos e inimigos, foi verdadeiramente prodigioso o effeito produzido. O orador sabia perfeitamente amoldar-se ao gosto e necessidade do tempo, assim na escolha e preferencia dos assumptos, como nos ornatos do estylo e meneios oratorios, se bem a incontestavel superioridade do seu talento corrigisse ou attenuasse em grande parte os vicios mais communs entre os seus contemporaneos. Ou agitasse as grandes questões politicas como a restauração da independencia nacional, a paz, a guerra, os meios de sustental-a, ou tratasse dos assumptos simplesmente religiosos e moraes mais proprios do seu ministerio, o estylo, ora grave, solemne alevantado, ora brando e familiar, segundo a occasião, a efficacia e nobreza da declamação e do porte, certa novidade no modo de oppôr e argumentar, que trazia o cunho particular do seu engenho, a facilidade, pureza, copia e energia de linguagem, tudo lhe attrahiu e avassalou a multidão, para conter a qual eram ordinariamente insufficientes os templos mais vastos.» Acolhido pelo rei como amigo dilecto, exerceu logo a maxima influencia na politica do seu tempo. Eram os seus sermões muitas vezes verdadeiros discursos politicos com que procurava fazer triumphar na opinião publica as medidas que se pretendiam adoptar, tal é, por exemplo, o seu notavel sermão de Santo Antonio, prégado quando estavam reunidas as côrtes em Lisboa, para conseguir que todos, nobreza, clero e povo, contribuissem com o pagamento dos impostos para se acudir ao perigo geral. De facto, a ascendencia do P. Antonio Vieira sobre o animo de D. João IV era a mais completa que possa imaginar se; elle tinha entrada franca no paço, assistia ás conferencias do rei com os ministros, vivia nas secretarias do Estados, e os tribunaes e juntas eram obrigados a ir conferenciar com elle, cujo parecer era apresentado por escripto ao rei. Parece que esta sua ingerencia nos negocios publicos, ingerencia em que os seus sentimentos patrioticos tomaram muitas vezes o passo ás suas ideias de jesuita, lhe causou desgostos no seio da Companhia de Jesus, que parece ter pensado em o expulsar, ao que obstou D. João IV. Tambem parece que, por essa occasião, o rei o quiz fazer bispo, para o libertar da tutella da Companhia, e que elle rejeitou a mitra. Mas deixar a politica, não o fazia elle, porque tinha uma vocação incontestavel. São admiraveis os seus pareceres a respeito de diversos assumptos, inclusivamente a respeito de assumptos de guerra, sendo a carta em que elle aconselha a guerra defensiva uma das mais sensatas da sua vasta collecção epistolar. A elle se deveu a organisação d'uma companhia de commercio, no genero das que tinham feito a gloria e a riqueza da Hollanda, e apezar da companhia de commercio portugueza não chegar a ter nunca o mesmo desenvolvimento, comtudo prestou na restauração das nossas colonias relevantes serviços. N'esta sua campanha a favor da companhia do commercio sustentou Vieira algumas ideias notavelmente arrojadas para o seu tempo, e que não contribuiram pouco para a inimizade que a Inquisição lhe votou. Prégou a doutrina da tolerancia com os judeus para que Portugal pudesse rehaver a riqueza que se estava accumulando na Hollanda, dizia que a troco da sua participação na companhia do commercio se devia ter com elles a maxima tolerancia, e não o disso só, e não o escreveu simplesmente nos seus livros, mas prégou o até nos seus sermões. Em Roma fizeram a tudo isso a maior opposição, e conseguiram que se revogasse um alvará pelo qual se concedia que os bens dos que fizessem parte da companhia do commercio ficassem isen-

tos de confisco, resalvando assim os bens dos christãos novos. Entretanto, cada vez mais confiado na vasta intelligencia do P. Antonio Vieira, D. João IV, depois de o nomear prègador da sua camara e mestre de seu filho o principe herdeiro D. Theodosio, deliberou tambem empregal-o na diplomacia, e mandou-o como seu enviado particular, sem caracter algum official, á França e á Hollanda, em março de 1646, e n'essa primeira viagem, tratou apenas de se informar do que se pensava a nosso respeito no seio dos gabinetes francez e hollandez, exercendo uma certa fiscalisação sobre os actos dos ministros, cousa que em resultado deu bastantes queixas e protestos. Na segunda viagem, que foi em 1647, tratou já de assumptos importantes em Paris com o cardeal Mazarino, na Haya com os Estados Em Paris teve grandes contendas com o cardeal Mazarino para impedir a realisação de um projecto em que fazia o maximo empenho Mazarino, que era o de casar o principe D. Theodosio com mademoiselle de Longueville, vindo para Portugal o principe de Condé, que ficaria regente do reino até o principe D. Theodosio chegar á maioridade, retirando-se D. João IV para o Brazil. Esse projecto concorreu muito o P. Antonio Vieira para que se dissipasse. Em Amsterdam não prestou o P. Antonio Vieira ao seu paiz identicos serviços, porque foi, e é essa a grande mácula da vida politica d'este sabio e perspicacissimo varão, um dos que suppuzeram que Portugal não podia resistir ás forças da Hespanha na Europa, e ás da Hollanda na America, foi um dos que imaginaram que era preferivel ceder á Hollanda de vez o que na America se lhe contestava, e se lhe contestava victoriosamente, abandonando ao seu destino aquelles heroicos rebeldes de Pernambuco, que sem auxilio da patria, antes renegados por ella, teimavam em querer ser portuguezes. Francisco de Sousa Coutinho, ministro portuguez na Haya, chegou e de certo de accordo com o P. Antonio Vieira a assignar em nome do rei de Portugal a cedencia da capitania do Pernambuco aos hollandezes. Foi, allegava elle depois, o unico modo que teve de impedir a saida d'uma esquadra hollandeza, que ia decerto esmagar, debaixo de fôrças immensamente superiores, a insurreição pernambucana E' certo, porém, que o P. Antonio Vieira, não só n'essa occasião, mas depois em Portugal e em frequentissimas occasiões, defendeu a todo o transe a ideia da paz com a Hollanda, a troco da cedencia de Pernambuco, escrevendo até um parecer, que teve o titulo de *Papel forte*, que lhe deu D. João IV por achar fortissima a sua argumentação. Prevaleceu, comtudo, a opinião contraria á do rei e á do seu intelligentissimo conselheiro, ou antes vieram as dilações e demoras da discussão impedir que se fizesse cousa alguma, e entretanto iam correndo em Pernambuco os successos tão prosperos, para nós, que, contra a vontade do rei, novamente passou á corôa portugueza a opulenta provincia de Pernambuco. O P. Antonio Vieira nunca pôde resignar se a confessar abertamente o seu erro e a sua culpa, dizendo apenas algumas vezes que elle se guiára pelos lumes falliveis da razão, em vez de confiar nos milagres da Providencia. N'uma carta, porém, que escreveu ao conde da Ericeira, para rectificar alguns pontos que lhe pareceram menos exactos do *Portugal restaurado*, procurou tornar Francisco de Sousa Coutinho exclusivamente responsavel pela politica de transigencia com os Paizes Baixos. Era uma pequena traição. O *Papel forte* bastava para depois demonstrar que o P. Antonio Vieira sempre tivéra pouquissima confiança no resultado da lucta com os hollandezes, e que opinava abertamente pela politica da conciliação e da transigencia, á custa dos mais caros interesses do Portugal na America Em 1650 partiu elle em nova missão diplomatica, missão de alta importancia, posto que não fôsse decerto das mais patrioticas. Tratava-se de se pôr termo á guerra entre Portugal e a Hespanha, por meio do casamento do principe D. Theodosio com uma filha de Filippe IV. Era a reconstituição da união iberica que se planeava assim, fazendo se de Lisboa a capital de toda essa vasta monarchia, e ficando assim esse thro-

Padre Antonio Vieira

no na Casa de Bragança. Vieira devia ir a Roma tratar esse negocio, todo de interesse da dinastia mas contrario ao interesse nacional, com o embaixador de Hespanha junto da Santa Sé, duque do Infantado, mas ao mesmo tempo era incumbido tambem d'uma missão contradictoria, porque o encarregavam de fomentar a revolução de Napoles, que rebentára por esse tempo, o que podia ser uma feliz occorrencia para o governo de Portugal. Resultou d'esta dupla missão o não poder conseguir cousa alguma. Os revolucionarios de Napoles queixaram se de que o agente portuguez nada fizéra por elles, e o duque do Infantado, sabedor do que se tramava, fez saber ao geral dos jesuitas que, se não fizesse sair immediatamente de Roma o P. Antonio Vieira, teria de dar ordem para que o jesuita portuguez fôsse assassinado. Vieira, saiu, portanto, muito á pressa de Roma, mallogrando-se-lhe, felizmente para Portugal, a sua nefasta missão. Regressando a

Portugal, encontrou em Lisboa discordia entre a familia real. O principe D. Theodosio, discipulo amado dos jesuitas, e muito especialmente do P. Antonio Vieira, appareceu de subito secretamente no exercito do Alemtejo, cousa em que el-rei seu pae se mostrou muito melindrado, fazendo o recolher a Lisboa, pouco depois da sua partida. Uma carta que o P. Antonio Vieira escrevera ao principe, dando lhe conselhos, serviu de base á accusação que lho fizeram de ter sido elle que acouselhára ao principe essa expedição que tanto desagradára ao rei. Foi de certo essa accusação que modificou bastante as disposições d'el-rei para com o seu favorito, porque o era incontestavelmente e muito o P. Antonio Vieira. D. João IV protegeu o por largo tempo contra os seus inimigos, que não eram poucos, entrando principalmente n'esse numero os seus superiores e confrades. Admira que uma companhia tão desejosa de preponderancia, se mostrasse hostil a um dos seus que alcançara do principe a mais absoluta privança, que dominava o animo de toda a familia, que possuia altissimos talentos e enorme influencia politica. Mas é que o P. Antonio Vieira mostrava uma certa independencia, que era completamente contraria ao dogma fundamental da compauhia, que era o da obediencia cega ás ordens superiores. O P. Antonio Vieira trabalhava por sua conta, e pensava mesmo em introduzir reformas na Companhia, cousa que os mais antigos da ordem lhe levavam muito a mal. D'ahi resultou qne os seus superiores desde 1644 lhe ordenassem positivamente que partisse para as missões do Maranhão. Vieira conseguiu por muito tempo illudir essas ordens successivas, pretextando ao principio as suas missões politicas a Madrid e a Saboia, valendo-se depois de todos os recursos possiveis, e ia ficando. Um dia simulou que obedecia ás ordens superiores e embarcou, mas conseguiu que d'ahi a pouco o rei o mandasse desembarcar e voltar ao Paço. Entretanto, a pacienciada Companhia ia se apurando, e o favor do rei para com elle desapparecia, pelos motivos já citados, e a 22 de novembro de 1652 recebeu ordens terminantes de embarcar para o Maranhão, e effectivamente embarcou, porque já lhe era impossivel illudir por mais tempo essas ordens Contava, porém, que a bordo encontraria ou receberia ordem do rei para não seguir viagem, e tal não aconteceu. A sua influencia no animo do rei estava morta. Teve de partir, pois, e n'uma carta que de Cabo Verde escreveu ao principe D. Theodosio, dizia lhe que estava afflictissimo com a sua *imprevista* partida. Foi esse o justo castigo da sua duplicidade, porque, fiugindo sempre que todo o seu desejo era servir a causa da religião catholica, e que só muito constrangido obedecia ás ordens reiteradas d'el-rei que não podia passar sem elle, afinal foi victima da sua propria astucia, e teve de partir profundamente ferido no seu amor proprio, ao vêr que D. João IV se desprendera com facilidade dos laços em que julgára tel-o perpetuamente preso. Foi bastante trabalhosa a viagem. O navio teve de arribar a Cabo Verde, onde se demorou algum tempo, desembarcando Vieira para prégar, causando tanto successo que a população manifestou desejos de que elle ficasse na ilha, tendo Vieira de embarcar quasi secretamente para seguir a viagem. No principio de 1653 chegou ao Maranhão, onde foi recebido com muito jubilo, mas onde teve logo que luctar, como superior do collegio dos jesuitas, com a má vontade do capitão general e tambem com a má vontade do povo. Defendiam os jesuitas n'essa occasião uma causa justissima n'aquella capitania brazileira, a causa da liberdade dos indios. Queriam os portuguezes residentes no Maranhão conserval-os escravisados, queria o governo emancipal os, queria emancipal os tambem a Companhia, e quando no Maranhão se publicou uma lei mandando restituir á liberdade os indios captivos, houve ali uma verdadeira sublevação, chegando a estar em perigo o collegio da Companhia. Valeu então de muito aos seus confrades e aos povos d'aquella terra a voz prestigiosa e eloquente do P. Antonio Vieira, que muitas vezes, prégando na cathedral, amansou e acalmou as inquietações e turbulencias populares. Comtudo, viu elle bem, porque foi necessario transigir com os que possuissem indios escravos, que aquelle estado de cousas era insustentavel e que se tornára indispensavel alcançar do governo da metropole as medidas indispensaveis para garantir a liberdade dos indios. Encarregou se o P. Antonio Vieira de ir solicitar em Lisboa essas resoluções, e partiu para Portugal, quasi ás escondidas, em junho de 1654, depois de ter prégado ainda quasi na vespera aquello famoso sermão de Santo Antonio prégando aos peixes, que é uma das obras primas da sua eloquencia. Seguiu para a Europa, e depois de ter padecido, como sempre lhe acontecia nas suas viagens maritimas, grandes tempestades, aconteceu lhe tambem cair nas mãos d'um pirata hollandez, que, depois de roubar a embarcação, pôz os roubados em terra nas ilhas dos Açôres. Algum tempo se demorou Vieira n'aquelle archipelago, onde foi muito festejado, e na ilha de S. Miguel prégou, perante um auditorio enthusiasmado o seu admiravel sermão de Santa Thereza. Chegou a Portugal no mez de novembro de 1654, e encontrou el rei D. João IV perigosamente enfermo. Logo, porém, que melhorou, o monarcha o mandou chamar a Salvaterra, onde estava. O P. Antonio Vieira expôz lhe então o assumpto a que vinha, conquistou a sua adhesão, conseguindo que se organisasse uma junta especial de missões, que se tomassem as medidas que elle desejava em relação aos indios, e partiu emfim de novo para o Maranhão a 16 d'abril de 1655. Durou 6 a 7 annos a sua permanencia d'esta vez no Maranhão, e ali, fez maravilhas a sua infatigavel actividade. Estabeleceu missões para o sul, até ua serra Ibiapaba entre os Tobajaras, para o norte entre os Nhecujaibas, visitou as com frequencia, correndo perigos e supportando as maiores fadigas. Teve, sobretudo, que soffrer a constante opposição dos portuguezes, que afinal sublevando-se, investiram contra os collegios dos padres jesuitas no Maranhão, na Bahia e no Pará, sendo n'esta ultima cidade preso o proprio P. Antonio Vieira, que foi com os seus companheiros remettido para a Europa, onde chegou nos fins de 1661. Parece, todavia, que nem só do espiritual cuidavam os padres, mas que tambem entravam muito pelo temporal, invadindo os poderes civis, razão porque lhes aconteceu aquelle desagradavel facto. Os jesuitas procuravam estabelecer no Maranhão o regimen que lograram instituir no Paraguay, pugnava por isso o P. Anto

nio Vieira, e se bem que os portuguezes que se lhe oppunham, não tinham em mira senão defender os seus proprios interesses, é certo que nem d'um nem d'outro lado se defendia com pureza uma causa legitima e sagrada. Ao chegar de novo a Lisboa, o P. Antonio Vieira encontrou a côrte totalmente transformada. O rei havia fallecido 4 annos antes, e o principe herdeiro D. Affonso entregava se já á devassidão, que havia de tornal-o tão tristemente celebre como rei e como marido. A rainha regente D. Luiza de Gusmão acolheu o com enthusiasmo, como o teria acolhido o fallecido monarcha. Mas, vendo então que o sonhado imperio do Maranhão não podia facilmente constituir-se, desistiu de se occupar de missões e lançou se de corpo e alma na politica do seu paiz, então bastante agitada. Por esse tempo terminava a menoridade de D. Affonso VI, e terminava expulsando a rainha da côrte os Contis, indignos validos de seu filho. O P. Antonio Vieira foi em todo este assumpto o braço direito da rainha regente, e tanto confiava no seu valimento ou tão pouco se temia do moço rei, que não hesitou, por indicação da rainha mãe, em ler-lhe uma severa allocução no acto em que elle tomava posse do governo. O P. Antonio Vieira, porém, não contava com o ministro de D Affonso VI, o conde de Castello Melhor, que em breve se assenhoreou do poder, e não consentiu que se tomassem com o soberano que representava, as liberdades que o P. Antonio Vieira entendera dever tomar. A primeira cousa, que fez, foi desterral-o para o Porto, em 1662, e depois para Coimbra, em 1663, quando o padre já imaginava que seria desterrado para o Brazil ou para Angola. Este procedimento do ministro lançou Vieira completamente na opposição, sendo elle um dos que mais trabalharam para que triumphasse a conspiração urdida pelo infante D. Pedro contra el rei seu irmão. Emquanto, porém, não chegava esse triumpho, o P. Antonio Vieira viu se desamparado do valimento do governo, e esse desamparo em que se encontrou, deu largas aos seus inimigos que o não pouparam Denunciado á inquisição de Coimbra em 1664, foi preso em 1665, e o Santo Tribunal lhe intentou um processo, que terminaria desastrosamente para elle, se não fôsse a sua immensa popularidade. O P. Antonio Vieira havia muito que incorrera nos odios da Inquisição; as suas opiniões bem conhecidas a respeito dos christãos novos, o seu trato com os herejes da Hollanda não o tinham posto em cheiro de santidade perante o Santo Officio. Umas tendencias extravagantes da sua potente imaginação e do seu subtilissimo espirito, que se comprazia em adivinhações, nigromancias, explicações propheticas das escripturas, aggravaram ainda a sua situação. Os livros que serviram de base ao processo, fôram o *Quinto Imperio* e a *Clavis Prophetarum*, e o P. Antonio Vieira, longe de confessar o erro e de pedir que lh'o desculpassem, quiz á viva fôrça defender o seu livro, as suas explicações e o seu sebastianismo, porque Antonio Vieira era sebastianista tambem, e foi um dos grandes propagandistas das trovas do Bandarra. Durou largo tempo o processo, porque a Inquisição não se dava por satisfeita e impunha lhe que reconhecesse os seus erros, a que o padre jesuita se recusou, e talvez se não salvasse da fogueira, se a Companhia o abandonasse á sua sorte, e o papa Alexandre VII não interviesse a recommendar-lhe que se retractasse. A sentença do terrivel tribunal foi proferida a 23 de dezembro de 1667, condemnando Vieira a perder a voz activa e passiva, prohibindo-lhe a predica, e ordenando lhe que se recolhesse a um collegio de noviços, elle, consumado theologo; um homem de espirito impressionavel poderia ter caido fulminado ao ouvir lêr a infamante sentença; elle, não; ouviu a de pé e immovel durante duas horas com o olhar fito n'um crucifixo do tribunal, e isto depois de 27 mezes de carcere incommunicavel. Triumphou, por fim, a revolução palaciana que tirou a D. Affonso VI a corôa e a mulher, mas Vieira não encontrou no principe D. Pedro o favor e o valimento que esperava. A pena a que havia sido condemnado foi lhe primeiramente commutada pela Inquisição em 6 mezes de reclusão, e depois completamente perdoada, em 1668, mas não ficou satisfeito, e vendo que continuaria a pesar sobre elle a influencia da Inquisição, entendeu que devia sair de Lisboa. A pretexto de que ia tratar da canonisação de 40 santos da Companhia, partiu para Roma, mas o seu fim unico era conseguir que o papa annullasse a sentença. Em Roma foi recebido pelos jesuitas com as maximas honras e as maiores distincções. Prégou alguns dos seus mais admiraveis sermões na egreja portugueza, e como muitas personagens dos mais notaveis em Roma lamentavam que tão notavel orador prégasse n'uma lingua que nem todos entendiam, Antonio Vieira, depois de se habilitar convenientemente, prégou em italiano. Era uma empresa difficil, por prégar em lingua estranha, sobretudo quando um dos principaes meritos do orador era a vernaculidade incomparavel da sua linguagem. Pois foi extraordinario o seu triumpho, e uma das pessoas que mais se deixaram captivar pelo talento assombroso do jesuita portuguez, foi a rainha abdicataria da Suecia, Christina, que residia em Roma, depois de se ter convertido á fé catholica, e que instou muito com o P. Antonio Vieira, para que elle acceitasse o logar de seu confessor. Vieira escusou-se, muito lisonjeado com o convite, mas do que não podia consolar-se, era de não continuar a figurar na politica do seu paiz, e tanto mais que o papa Clemente X o havia isentado da jurisdicção do Santo Officio. Por muitas vezes solicitou dos seus amigos de Lisboa, que alcançassem do regente D. Pedro que o incumbisse de alguma missão diplomatica, mas tudo foi inutil. D. Pedro, sem que se saiba porquê, nunca se mostrou affeiçoado ao P. Antonio Vieira, apezar d'elle ter trabalhado dedicadamente em seu favor, e o padre vingava-se d'aquella ingratidão, increpando o indirectamente n'um sermão de Santo Antonio. Depois voltou se para a rainha de Inglaterra, D. Catharina, que sempre lhe fôra muito affeiçoada, mas D. Catharina estava indignadissima por causa da revolução do palacio que desthronara D. Affonso VI, seu irmão, e portanto não podia sympathisar com o papel que o P. Antonio Vieira desempenhára em toda aquella intriga. Em 1674 regressou a Portugal, depois de ter recebido em Roma as mais lisonjeiras manifestações de apreço e de enthusiasmo. No seu regresso foi incumbido de tratar em Florença o casamento do herdeiro do grão-ducado de Toscana com a princeza herdeira de Portugal, nego-

cio em que não foi feliz. Passou ainda 5 annos em Portugal, conservando e ampliando cada vez mais a sua reputação de orador sagrado, mas sem tornar a representar na politica o papel brilhante que tanto ambicionava Resolveu se então a partir para a Bahia, mas demorou-se ainda dois annos am Lisboa, depois de ter tomado esta resolução, por lhe custar muito a arrancar-se da patria, e tambem a perder a esperança de voltar a figurar na politica. Embarcou, finalmente, para a Bahia, despeitado e desilludido, a 27 de janeiro de 1681, e recolheu se á quinta do Tanque, na convivencia do seu inseparavel companheiro o P. José Soares, que o incitava á compilação completa de todos os seus sermões e escriptos moraes. Contava já 73 annos de edade, e parecia que devia estar cançado da vida agitadissima que levára, mas é certo que, apezar dos achaques de que frequentemente se queixava, parocia conservar-se em pleno vigor e em pleno viço da mocidade correspondendo se com um grando numero de altas personagens da côrte portugueza, e intervindo em todos os manejos politicos da terra em que vivia. Era velho costume, que difficilmente conseguiriam desarreigar-lho do espirito. Demais era seu irmão Bernardo Vieira Ravasco secretario do governo da Bahia, e isso naturalmente o incitava a occupar-se da politica. Fazia mal, comtudo, sabendo que não podia contar com o regente D. Pedro como contára com D. João IV, tanto mais que o governador da Bahia, que chegára pouco tempo antes de Vieira, era Antonio de Sousa de Menezes, conhecido pela alcunha de *Braço de prata*, homem brutal e violento, que não hesitava deante da gloria do eminente orador. Deu-se na Bahia um triste caso, que foi o assassinio d'um funccionario portuguez por um seu inimigo Antonio de Brito, que era muito parcial de Bernardo Vieira Ravasco, e muito protegido pelo P. Antonio Vieira. Resultou d'este incidente irritar se o governador muito seriamente, e accusar abertamente Bernardo Vieira Ravasco de incitador do crime, e o P. Antonio Vieira de seu cumplice. O padre teve com o governador uma entrevista violenta. Succedia que na Bahia todos estavam a favor do secretario o do jesuita seu irmão, mas em Lisboa não succedia o mesmo, onde Bernardo Vieira Ravasco foi inclusivamente pronunciado. Partiu para Lisboa o filho do secretario Gonçalo Vicira Ravasco, afim do solicitar justiça d'el rei, ou antes do regente. Logo o recebeu D. Pedro, e disse lhe em formaes palavras e sem rodeios, que estava muito pouco satisfeito com seu tio, porque este lhe descompuzera o seu governador. O P. Antonio Vieira, quando soube o que o rei dissera, teve uma syncope, e depois ficou doente. Andava tão habituado ao favor da côrte, e em tão elevado apreço tinha o valimento dos reis que não se podia conformar com a ideia de ter perdido as boas graças do soberano. Escreveu queixoso a todos os seus amigos da côrte, lamentando o ser tão mal tratado por um soberano, a quem prestára tantos serviços, antes d'elle subir ao throno, e que tanto auxiliára n'esse empenho. Mostrou-se mesmo amargamente resentido, mas era tão invencivelmente cortezão, que chegando á Bahia a noticia da morte da rainha que fôra mulher dos dois irmãos, e tendo sido convidado para prégar o sermão das exequias, annuiu immediatamente. O processo em que o P Antonio Vieira fôra envolvido com seu irmão, protelou-se até 1687, concluindo-se pela falta de base para pronuncia de qualquer d'elles, e no anno seguinte a Companhia de Jesus o nomeou visitador da provincia do Brazil, cargo em que tinha de dispender uma energia superior ás suas fôrças, muito enfraquecidas pela velhice. Teve então de abandonar a sua quinta do Tanque, e recolher-se ao collegio da ordem da cidade. Ainda assim exerceu dois annos, segundo o costume, esse cargo, até que já quasi no tumulo, soffreu uma ultima indignidade. Reunindo se a congregação para se eleger um dos padres que devia ir como procurador a Roma, foi accusado o padre Vieira de ter andado solicitando votos. Deram-lhe como provado o crime e o superior do collegio não hesitou em reprehender o grande homem, o venerando velho na presença de todos. Appellou para Roma de tal decisão o P. Antonio Vieira, Roma deu-lhe razão, mas quando chegou a resolução final, que dava plenissima satisfação ao grande homem ultrajado, já elle não existia. O P. Antonio Vieira morreu com perto de 90 annos. Tanto na Bahia como em Lisboa fizeram lhe pomposas exequias. Os sermões de Vieira publicaram-se ainda em sua vida, muitos d'elles soltos, até que principiou a formar-se a collecção em 1679 em que saiu o 1.º volume. O 2.º publicou se em 1682, o 3.º em 1683, o 4.º em 1685, o 5.º em 1689, o 6.º em 1690, o 7.º em 1692; o 8.º que comprehende o *Xavier Dormindo* e o *Xavier acordado*, em 1694; o 9.º, que assim depois foi classificado, mas que se publicára á parte como a 1.ª parte da collecção de sermões do Rosario, imprimiu-se em 1686, e o 10.º que era a segunda parte da mesma collecção, em 1688, o 11.º em 1696. Depois seguiram posthumos em 1699 o 12.º; o 13.º saiu em 1690, mas com o titulo de *Palavra de Deus empenhada e desempenhada em dois sermões;* o 14.º em 1710, o 15.º em 1748, mas saiu ao mesmo tempo como 2.º volume das *Vozes saudosas da eloquencia do padre Antonio Vieira*, cujo 1.º tomo saira em 1736. Ainda em 1754 appareceu um volume com 12 sermões de Vieira, prégados todos em louvor de Santo Antonio, e que se dá como tomo XVI da collecção. Estes sermões fôram muitas vezes reimpressos, mas sem se lhes dar o caracter de edição nova, reimprimindo-se, sem se alterar a data dos volumes, que iam escasseando já muito no mercado. Em 1852 sairam 6 tomos de *Sermões selectos* do padre Antonio Vieira, e mais tarde, fez-se tambem outra edição de sermões escolhidos P. Antonio Vieira com o titulo de *O Chrysostomo portuguez*. A *Historia do futuro* foi publicada em 1718, e reimpressa em 1755. Francisco Luiz Ameno publicou em 1748 um volume com o titulo *Voz sagrada, politica, rhetorica e metrica*, supplemento ás *Vozes saudosas*, que comprehende muitas obras miudas. Em 1745 publicou-se uma *Rhetorica sagrada* ou *Arte de prégar*, que se attribue ao P. Vieira, mas que parece não ter authenticidade. Em 1746 uma *Carta apologetica* escripta em castelhano pelo P Antonio Vieira, o deu-lhe o editor o titulo de *Echo das vozes saudosas*. Das *Cartas* publicaram-se pela primeira vez em 1735 dois volumes, saindo outro em 1746. Publicaram se em 1827 algumas cartas de Antonio Vieira a Duarte Ribeiro de Macedo, trazendo no fim o celebre papel que Vieira compôz por ordem da rainha D. Luiza do Gusmão, para ser lido a D. Affonso VI.

No *Correio Brasiliense* e na *Revista trimensal do Instituto* sairam varios ineditos de Vieira, taes como: *Memoria escripta em nome dos rusticos habitadores da serra da Estrella a el-rei D. Pedro II*, quando se tratou de estabelecer um novo tributo, uma *Carta a el rei ácêrca das missões do Brazil*, a *Annua da missão dos Mares Verdes*. Em 1652 saiu a *Arte de furtar*, que por muito tempo se lhe attribuiu, mas que evidentemente parece não ser d'elle; julga se ser obra de Thomé Pinheiro da Veiga, fallecido em 1656; ha uma edição em 1744 Tambem lhe é attribuido o livro: *Noticias reconditas ácêrca do modo de proceder a Inquisição de Portugal com os seus presos*. Em 1851 publicaram se em Lisboa as obras completas do P. Antonio Vieira, em que foi incluida a *Arte de furtar*. Um discurso feito por Vieira em italiano em Roma sobre as lagrimas de Heraclito, saiu impresso em Napoles. Foi traduzido em hespanhol, e impresso n'esta lingua em Valencia e em Barcelona, e traduzido em portuguez pelo conde da Ericeira, e anda incluido nos volumes dos *Sermões* Algumas cousas ficaram manuscriptas, sendo a principal a *Clavis prophetarum*, mas muitos dos papeis politicos, versos mediocres em portuguez e hespanhol, commentarios do Bandarra, defeza das suas obras incriminadas pela Inquisição, teem ido saindo depois ou em diversos jornaes, ou n'algumas collecções publicadas depois de sair o 1.º volume da *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado. Muitas das obras do P. Antonio Vieira fôram traduzidas; 5 volumes dos sermões appareceram em Colonia, vertidos em latim pelos monges d'essa cidade em 1707. O *Xavier dormindo e Xavier acordado* foi traduzido em latim pelo P. Leopoldo Fuen e impresso em 1707, e em italiano pelo P. Bonucci, saindo impresso em Veneza em 1712. Vieira deu o titulo das *Cinco Pedras de David* a uma serie dos sermões que elle proferira em Roma em italiano. Sairam impressos em 1676. Antonio Vieira traduziu os depois em hespanhol e n'esse mesmo anno se imprimiram, reimprimindo se na mesma lingua em 1678. Depois fôram traduzidos em portuguez pelo conde da Ericeira, e incluidos n'um dos volumes dos sermões do padre. O sermão panegyrico da rainha D. Maria Francisca, prégado por elle e impresso avulso em Lisboa, em 1668, foi traduzido em francez pelo P. Verjus e impresso em Paris, traduzido em italiano e impresso em Roma, e publicado em Saragoça, parece que em hespanhol. O sermão que Vieira prégou em Roma em louvor de Santo Stanislau Kotki foi traduzido em latim pelo P. Bosch e saiu em Cracovia, e traduzido em italiano e impresso em Roma; o sermão das Chagas de S. Francisco foi traduzido em italiano e hespanhol. Os sermões de quaresma traduziu-os em italiano o P. Luiz Vicente Mamiani e publicaram-se em volume; na mesma lingua fôram traduzidos e coordenados em volume pelo P. Annibal Adami varios sermões panegyricos do orador portuguez. Em hespanhol fôram traduzidos todos os sermões do P. Antonio Vieira, e tiveram muitas edições. A *Historia do Futuro* tambem se traduziu varias vezes em hespanhol. Publicou-se ha talvez perto de 40 annos, uma traducção franceza de alguns sermões mais notaveis de Vieira. Julga-se que foi essa traducção, que serviu de base a uma conferencia que ácêrca de Vieira fez em Paris, Mr. Méziéres da Academia Franceza. O P. André de Barros escreveu um notavel estudo sobre o grande orador, que publicou em Lisboa, 1746, muito mais tarde reimpresso na Bahia em 1837. Ha o *Discurso historico e critico* sobre as obras de Vieira, escripto pelo cardeal Saraiva (D. Francisco Alexandre Lobo), impresso em Coimbra em 1823; a sua biographia escripta em apurada critica pelo brazileiro João Francisco Lisboa.

Vieira *(Antonio Carlos da Rocha)*. General de brigada reformado. N em Lisboa, e fal. a 1 d'outubro de 1902. Era filho do official de marinha João Eleutherio da Rocha Vieira, e póde dizer-se que o infortunio o perseguiu desde o berço. Foi n'um dos calabouços do castello de S. Jorge, que elle aprendeu as primeiras letras com seu pae, que tinha sido encarcerado em 1828 por se haver declarado liberal convicto, e cursava o Collegio Militar desde 1835 quando recebeu a infausta noticia do seu fallecimento na Guiné. Ficando sem amparo no mundo, o Collegio Militar passou a prover a todas as suas necessidades, mas a má sorte continuava a perseguir o pobre moço. Andando nas alturas do 3.º anno do seu curso, deu uma canelada tão grave que lhe produziu um padecimento escrofuloso que durante 3 annos o impediu de continuar a estudar, prendendo-o á enfermaria do Collegio. Ali, para entreter o espirito, foi lendo livros de philosophia e outros, aperfeiçoando-se nas linguas latina, franceza e ingleza, até que, restabelecendo-se, continuou o curso. Tinha então 17 annos, o espirito amadurecido, e muitos conhecimentos. O quasi isolamento em que vivera durante tão largo periodo tornára-o melancholico e fizera o poeta. Acabou o curso em 1846, assentou praça em infantaria n.º 7, e a sua entrada na vida militar foi assignalada por um novo infortunio. Tendo rebentado a revolução de 6 d'outubro d'aquelle anno contra o governo que saira da revolução de maio, Rocha Vieira, que servia com Antonio de Serpa Pimentel, José Correia de Freitas e outros n'uma columna de operações commandada pelo major Bernardo Antonio Ilbarco, caiu prisioneiro em Alcacer do Sal com todos os seus camaradas e foi levado para o carcere do castello de Palmella. Ali, para occupar o tempo, enchia de versos e de magnificos desenhos a carvão as paredes que o sequestravam da liberdade, sem que a communidade do carcere com Antonio de Serpa e Correia de Freitas modificasse de qualquer fórma para com elles o seu animo concentrado e melancolico. Quando recuperou a liberdade, Rocha Vieira continuou a sua carreira, servindo por algum tempo na cidade da Guarda, onde lhe não faltaram desgostos. Serviu mais tarde nas obras publicas no Algarve, onde se casou, e em Castello Branco. Depois passou aos Açôres, onde continuou a sua carreira, regressando a Lisboa, reformou-se no posto de general de brigada. N'esta altura da vida feriu-o o ultimo infortunio: o enlouquecimento d'um filho, que teve de ser recolhido no hospital de Rilhafolles. Nos ocios da vida official consagrou-se ás letras, deixando manuscriptas numerosas traducções em prosa e verso, sobretudo do inglez, e contando-se entre ellas o romance *Harold*. Tambem começou a traduzir o *Paraizo perdido*, de Milton, mas a doença que o havia de victimar, obrigou o a interromper esse trabalho no 3.º ou 4.º canto. Foi um cultor apaixonado da lingua universal o *volapuk*, escrevendo a correctamente e conhecendo-a tanto

que o seu nome era citado nas publicações que a essa lingua diziam respeito como o d'uma autoridade de primeira ordem.

Vieira *(Antonio Soares)*. Escriptor que vivou no seculo XVIII, cujo nome só se conhece, por ter publicado em 1763 um livro intitulado: *Luz universal da arithmetica.*

Vieira *(Arnaldo)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto. O seu nome completo era Arnaldo Vieira d'Almeida Menezes. N. em Lamego em 4 de julho do 1863, onde tambem fal. em 14 de abril de 1909. Era filho de Albino Vieira de Almeida e de D. Margarida d'Almeida Menezes, proprietarios. Em 1883, estando já matriculado no 2.° anno do curso da Escola Medico Cirurgica do Porto, assentou praça no dia 7 de novembro no corpo de marinheiros, sendo no mesmo anno nomeado aspirante a facultativo do ultramar, e collocado na provincia da Guiné, contando apenas 20 annos de edade. Em 15 de maio de 1888, terminou o curso com distincção, e foi transferido para o quadro da provincia do Angola. Em 24 de julho do mesmo anno, e para o mesmo quadro, foi despachado medico de 2.ª classe, de cujo logar tomou posse em 1 do mez de outubro seguinte. Em 12 de novembro de 1889, foi demittido, a seu pedido, d'aquelle logar. Para completar o tempo de serviço que lhe faltava, e a que era obrigado pela lei de 1869, foi autorisada a sua substituição pelo dr. Alberto de Vasconcellos Cid, medico civil. Precedido de concurso, onde obteve boa classificação, foi despachado para o quadro de Moçambique, como medico de 2.ª classe, em 20 de fevereiro de 1892, tomando posse d'esse logar em 27 de dezembro do mesmo anno, e por decreto de 8 de fevereiro de 1894, foi promovido á 1.ª classe para o mesmo quadro. Depois de ter servido em varios pontos da provincia de Moçambique, chegou a Lourenço Marques em 27 de setembro de 1894, onde se conservou até 24 de maio de 1895, em que por despacho provincial foi exonerado, por assim o ter pedido, cuja exoneração foi confirmada em 16 de outubro do mesmo anno. Durante o tempo que o dr. Arnaldo Vieira fez serviço em Lourenço Marques, como medico do Estado, prestou relevantes e humanitarios serviços, e sobretudo no hospital, do qual era seu director, pela occasião da guerra em que foi preso o celebre Gungunhana. Houve-se por tal fórma que o conselheiro Antonio Ennes, ao tempo commissario regio d'aquella provincia, lhe teceu os mais levantados elogios. Esses serviços mereceram lhe a medalha de Cruz Vermelha, com que foi condecorado por portaria de 27 de fevereiro de 1896. O dr. Arnaldo Vieira tambem desempenhou os logares do reitor do Lyceu de Lamego, de sub delegado de saude, de medico do hospital D. Luiz I, da camara municipal e da Associação do Soccorros Mutuos de Nossa Senhora dos Remedios, e substituto do juiz de direito d'essa comarca. Era o proprietario d'um posto medico, que tinha perto de 100 socios. O dr. Arnaldo Vieira grangeára as maiores sympathias, e a sua morte causou a maior sensação, porque além de um bom medico, perdia se um bom protector dos pobres.

Vieira *(Bartholomeu)*. D'este escriptor apenas se sabe que foi autor d'uma *Historia do Brazil*, intitula la *Nova Lusitania*, a qual se não imprimiu.

Vieira *(Boaventura José)*. Engenheiro e coronel de infantaria. Era filho do major Francisco José Vieira, um dos 7:500 que desembarcaram na praia do Mindello em 1832. N. em Ponte do Lima a 7 de setembro de 1825 e falleceu em Lisboa a 9 de agosto de 1887. Fez o curso do Real Collegio Militar, sendo promovido a alferes. Adherindo á revolução de 1846, fez parte da columna commandada pelo conde do Bomfim, sendo feito prisioneiro na acção de Torres Vedras em dezembro d'esse anno. Depois d'estes successos politicos, formou se em mathematica na Universidade de Coimbra, e tirou o curso de engenharia civil, carreira que serviu durante toda a sua vida desempenhando numerosissimas commissões no estudo e construcção de grande parte das estradas, e linhas ferreas do paiz. Fez parte da commissão que estudou a ligação das linhas ferreas portuguezas com as hespanholas. Dirigiu a construcção dos caminhos de ferro do Algarve e dos caminhos de ferro do Minho e Douro, e por ultimo foi vogal da Junta Consultiva d'Obras Publicas e Minas, logar que desempenhava quando falleceu. Na politica foi deputado ás côrtes em 1870, representando o circulo de Ponte do Lima, e foi governador civil do districto de Vianna do Castello na situação ministerial presidida por Rodrigues Sampaio.

Vieira *(Belchior)*. Era natural de Faro, onde nasceu em 1540. Foi um dos melhores *espingardeiros* que passaram á India, onde fez prodigios de valor. D. João III o nomeou fidalgo da sua casa, dando-lhe habito de Christo com uma boa tença, brazão d'armas, e quiz que elle passasse a chamar-se *Belchior Vieira Ternate.*

Vieira *(Carlos Augusto de Figueiredo)*. Empregado na Bibliotheca Publica do Porto. N. n'essa cidade a 5 de maio de 1818, onde tambem fal. a 9 d'agosto de 1849. Era filho de Carlos Vieira de Figueiredo, e de sua mulher D. Anna da Fonseca e Figueiredo. Escreveu: *Compendio elementar da Grammatica Portugueza*, Porto, 1841; *Segunda edição, revista e augmentada pelo autor*, Porto, 1844; ainda teve outras edições posthumas; sendo a 7.ª em 1855; *Ensaio sobre a orthographia portugueza*, Porto, 1844.

Vieira *(Custodio José)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, advogado no Porto, deputado, etc. N. na Regoa a 27 de março de 182?, fal. no Porto a 9 de maio de 1879. Depois de fazer exame de preparatorios matriculou-se no 1.° anno juridico, da Universidade, em outubro do 1843. Frequentava o curso quando rebentou a revolução de 184?, em que se lançou com todo o ardor da mocidade e com todo o enthusiasmo das suas convicções, sendo um dos bravos defensores da causa popular. O general Sá Nogueira, então visconde de Sá da Bandeira, nomeou o commissario civil d'uma das tres circumscripções em que então dividiu o Algarve. Terminada a guerra, pela intervenção estrangeira que produziu a convenção de Gramido, Custodio José Vieira continuou os seus estudos, tomando o grau de bacharel em direito no anno de 1849. Em seguida abriu banca de advogado no Porto. Em 1848 já se estreara no jornalismo, escrevendo no jornal republicano *O Echo Popular*, de que era proprietario o livreiro José Lourenço de Sousa. Passou depois, a ser um dos principaes redactores do *Nacional*, que seguia a mesma politica democratica do *Echo Popular*, e então o seu no-

me espalhou-se por todo o paiz como o de um polemista de primeira ordem, de um escriptor politico nervoso e apaixonado; ao mesmo tempo ia grangeando tambem uma alta reputação oratoria, não só no fôro adquirindo fama de primeiro advogado do Porto, mas nos comicios populares, onde a sua eloquencia declamatoria apaixonada e ardente lhe dava sempre um enorme prestigio. Filiando se no partido regenerador, quando este grupo politico se formou, Custodio José Vieira sempre o acompanhou com toda a dedicação, prestando lhe no Porto muitos serviços. Como proprietario e redactor principal do jornal *O Portuense*, continuou sendo um infatigavel e incorruptivel campeão do partido popular que o elegeu deputado em 1867. Nas camaras, senão grangeou uma reputação parlamentar egual á sua reputação forense, não deixou comtudo de ser contado entre os oradores mais fogosos da camara de então. Esteve depois largo tempo sem voltar ao parlamento. Em 1871 foi nomeado commissario dos estudos, e reitor do lyceu do Porto, logar que pouco tempo desempenhou, porque pediu a sua exoneração, que lhe foi concedida. Quando falleceu em Lisboa, Gonçalves de Freitas, director geral das contribuições directas, foi este logar offerecido ao douto jurisconsulto em 1878, que o acceitou, mas pouco tempo o exerceu. N'umas eleições supplementares de 1876 foi eleito deputado por Lisboa, mas quando entrou de novo na camara, já a doença o atormentava cruelmente, e não era o orador d'outros tempos. Conservava o mesmo calor, mas exaggerado, o calor da febre e não da energia saudavel. Em 1877, estando muito violenta a lucta parlamentar, respondendo uma vez a um deputado da opposição, teve uma syncope, que se temeu que fôsse perigosa. Salvou-se, mas a sua saude estava irremediavelmente perdida. Por conselho dos medicos, foi tomar ar patrios, partindo para o Douro, mas nada lucrou, porque veiu a fallecer pouco depois, com 58 annos de edade, incompletos. Deixou apenas impresso um *Discurso pronunciado na aula de pratica forense, sendo estudante do quinto anno juridico. Liberdade de pensamento, direito de insurreição, systema representativo, republica, concorrencia e communismo*, Porto, 1849. Foi elle tambem que escreveu o profacio que precede o volume das obras de José de Sousa Bandeira.

Vieira (*Domingos*). Algebrista do hospital de Todos os Santos, nomeado em 1654, com o ordenado de 15$000 reis por anno, 1 quarto de carneiro pelos Santos, Natal e Paschoa, 1 alqueire de grão e 1 de chicharos pela quaresma. Fal. em 16 de junho de 1658.

Vieira (*Fr. Domingos*). Religioso da ordem de Santo Agostinho, que parece ter fallecido em 1854. Professou no convento da Graça, de Lisboa, onde ficou residindo. Foi mestre de theologia, e depois da extincção das ordens religiosas em 1834, ficou em Braga no collegio de Nossa Senhora do Populo, que pertencera á sua ordem, continuando a leccionar theologia. Nada mais se sabe a seu respeito. Escreveu: *Doutrina christã em fórma de lições de piedade, para uso das casas de educação e das familias christãs, por Lhomond, posta em linguagem* Lisboa, 1841; *Historia abreviada da religião antes da vinda de Jesus Christo, por Lhomond, posta em linguagem*, Lisboa, 1843; *Segunda parte*, 1843; com muitas notas; *Historia abreviada da Egreja, para servir de introducção á historia da religião antes da vinda de Jesus Christo, posta em linguagem*, 1.ª parte, Lisboa, 1846; com muitas notas do traductor; 2.ª parte, tambem com muitas notas. Fr. Domingos Vieira tornou se mais conhecido por ser autor do *Diccionario* que saiu posthumo no Porto, de baixo da direcção do sr. dr. Francisco Adolpho Coelho, o qual tem por titulo: *Grande Diccionario portuguez ou thesouro da lingua portugueza, aberto e exposto ao publico por fr. Domingos Vieira, seguido de um completo diccionario de synonymos, vocabulario poetico de epithetos, adagios, sentenças e proverbios, e d'uma analyse critica e philosophica, trabalho inteiramente novo, ácêrca da indole, qualidades e bellezas da lingua portugueza.*

Vieira (*Ernesto*). Professor de musica, vogal do conselho de arte musical, e escriptor. N. em Lisboa a 24 de maio de 1818, sendo filho do capitão de navios mercantes Antonio Joaquim Ferreira, que falleceu em Angola pouco antes do nascimento de Ernesto Vieira, e de Anna Julia Vieira. Esta senhora, achando se viuva com tres filhos menores e um recemnascido, dedicou se á profissão de fabricante de sêdas, aprendida em casa de seus ascendentes que exerciam a mesma profissão. A pobreza da familia tornou-se extrema. Aos 6 annos foi Ernesto Vieira admittido no Asylo da infancia desvalida, na rua dos Calafates, chamada já ha muitos annos rua do Diario do Noticias, onde lhe davam instrucção e jantar. Aos 8 teve de sair do Asylo por ter attingido o limite da edade, e a custo de muitos sacrificios pôde sua mãe collocal-o no antigo collegio do Rolla, na rua de S. Roque, que frequentou durante 4 mezes, chegando a estar inscripto para exame de instrucção primaria, que não chegou a fazer, por falta de recursos. Ficou então o resto dos estudos á sua custa. Ernesto Vieira, quando fazia compras para casa, aproveitava todos os papeis dos embrulhos e os que estavam em cima dos balcões das lojas, para os lêr; o dono d'uma mercearia quo elle mais frequentava, emprestava lhe o *Jornal do Commercio*, para lêr em voz alta na presença dos freguezes, que sempre lho davam figos ou castanhas. Os cartazes das esquinas tambem lhe forneciam bom exercicio de leitura, sobretudo os cartazes de touros que traziam versos. Sua mãe comprava lhe de quando em quando algum livro barato. Assim alcançou Ernesto Vieira lêr a *Vida de Mafoma*, *O dia 11 de agosto*, poema de Gentil, e outros folhetos. Um dia, sua mãe pôde alargar-se mais na compra de livros, e trouxe-lhe 2 volumes de um *Diccionario francez italiano e italiano francez*, e comprou lhe tambem já muito usado *Os Lusiadas*. Aos 12 annos entrou para o Conservatorio, por ser o unico estabelecimento gratuito de instrucção especial que então existia. Depois dos rudimentos fez os cursos completos de flauta e de harmonia, com distincção em todos os exames, tres premios na flauta o um na harmonia. Matriculou se em seguida no piano e no oboé, mas não concluiu os respectivos cursos porque as necessidades da vida o obrigaram a deixar a frequencia das aulas. A esse tempo, contando já 18 annos de edade, não só fazia parte das orchestras, mas tinha já a sua clientela de discipulos, graças á especial inclinação que sempre teve para o ensino a que se dedicara. Tocou flauta a solo em diversos concertos publicos, es-

teve na orchestra do theatro de S. Carlos como 2.º oboé, um anno com a empresa Pacini, e 5 annos com a empresa Freitas Brito. Tomou parte nas orchestras Barbieri e Colonne, exercendo por esse tempo o cargo de secretario da Associação Musica 24 de Junho. Entretanto, tendo o exercicio do ensino augmentado, levou-o ao abandono completo do exercicio pratico. Ernesto Vieira em 1888 entrou para a Escola Academica como professor de piano, e na Academia dos Amadores de Musica foi durante 13 annos professor de rudimentos, harmonia e flauta. A pedido do dr. Mascaró, estudou a questão da musicographia para cegos, e organisou um systema baseado sobre o alphabeto inventado por aquelle medico, completando a sua ideia de tornar a escripta dos cegos, mais comprehensivel para os videntes. Como experiencia recebeu na Academia duas alumnas cegas, que fizeram os cursos completos de rudimentos e piano. Ernesto Vieira, que tem sido um trabalhor incansavel, concorreu com João Emilio Arroio á cadeira de flauta do Conservatorio; obteve approvação unanime no merito absoluto e 4 votos contra 7 no relativo. N'esse concurso tocou com duas flautas de systema differente (Tulon e Boehm), executou um concerto composto por elle, e fez uma longa dissertação sobre o ensino. Depois de fallecer Emilio Arroio, não pôde obter o logar. Ernesto Vieira tem prestado varios e importantes serviços á classe a que pertence, e tem sido collaborador dos seguintes jornaes especiaes: *Gazeta Musical*, 1872 1873; *Ecco Musical*, 1873-1874; *Amphion*, 1884-1896; *Gazeta Musical de Lisboa*, 1890-1897; *Arte Musical*, 1899. Livros e folhetos publicados: *Diccionario musical; Diccionario de musicos portuguezes*, 2 volumes; *Theoria da musica; Solfejos de rythmo; Solfejos de entoação: Exercicio de canto em côro*, e *A fuga*, esboço historico e technico. Tambem tem publicado alguns trechos para piano. Do seu importante trabalho *Diccionario de musicos portuguezes* se teem soccorrido muitas vezes os redactores da presente obra, prestando assim a devida homenagem a tão notaveis investigações.

Vieira *(Fr. Francisco)*. Eremita augustiniano, doutor em theologia pela Universidade de Coimbra, e lente da sua faculdade. N. em Villa Real de Traz os Montes no anno de 1649, onde tambem fal. a 25 de setembro do 1720. Contava 20 annos de edade, quando por sua livre e espontanea vontade abandonou a casa de seus paes para ir professar na ordem de Santo Agostinho, no convento da Graça, de Lisboa. Doutorou se em 1685, e no magisterio chegou a ser lente de prima. Foi prégador estimado no seu tempo. Imprimiu muitos dos seus sermões, um dos quaes é o auto da fé que se celebrou em Coimbra em 19 de junho de 1718, e um volume intitulado: *Voz evangelica, que nos mudos caracteres da estampa catholicamente brada, e se divulga em quarenta sermões panegyricos festivos, como tambem funebres e quaresmaes*, Coimbra, 1708.

Vieira *(P. Francisco)*. Jesuita. N. na Arruda dos Vinhos, e a 15 de janeiro do 1514 professou na Companhia de Jesus. Foi superior do collegio de Santo Antão, de Lisboa, até que deliberou ir missionar para a India, e partiu a 24 de março de 1553 na nau *Santa Cruz*, que teve de arribar a Lisboa por não poder seguir viagem. Tornou a embarcar para a India, mas d'esta vez com o vice rei D. Pedro do Mascarenhas, e com elle aportou a Gôa no dia 23 de setembro de 1554. Passou depois em 1557 para as ilhas Molucas, onde soffreu grandes trabalhos, querendo matal-o o rei de Geilolo. Não morreu então, mas veiu a fallecer nas ilhas, quando tratava de cumprir dignamente a sua nobre missão. Ha d'elle cartas escriptas das Molucas ou ao seu geral, ou aos padres da sua provincia de Portugal, dando conta de seus trabalhos, e tambem uma relação do martyrio do P. João Baptista Machado. Ficou tudo manuscripto, menos a carta que escreveu ao geral, de que se fez um extracto em lingua latina, publicado juntamente com outros em Lovaina em 1669.

Vieira *(Francisco)*. Pintor historico e de paizagem, lente de desenho na Academia do Porto. Era cognominado *Vieira Portuense*, por ter nascido n'essa cidade, e para se differençar d'outro seu afamado contemporaneo, conhecido pelo nome de *Vieira Lusitano*, por ter nascido em Lisboa. N. portanto, no Porto a 13 de maio de 1765, fal. na ilha da Madeira a 2 de maio de 1805 Era filho de Domingos Francisco Vieira e de Maria Joaquina. Seu pae reunia á profissão da arte da pintura, em que dizem não era dos de *menos conta*, segundo a phrase tradicional. Começando desde creança a dar mostras de grande vocação para o desenho e para a pintura, o pae logo que o viu instruido nas primeiras letras e tendo-o provavelmente iniciado nos rudimentos da arte, entregou-o á direcção de João Grama, celebre pintor, que se suppõe de origem allemã, mas nascido em Portugal. Este artista foi quem primeiro guiou o joven Vieira no estudo da pintura. Mais tarde, achando se no Porto com outro notavel pintor que primava no genero das paisagens, João Pilenan ou Pillement, de nação franceza, recebeu tambem algumas lições o moço Vieira. Este, porém, não se contentando com a instrucção já adquirida e desejando aprofundal a, resolveu em vez de frequentar a aula publica de desenho, que por esse tempo existia no Porto, vir para Lisboa em 1784 matricular se na outra aula da mesma especie, que pouco antes fôra estabelecida pola rainha D. Maria I, e de que era director e professor Joaquim Manuel da Rocha. Esta escola de desenho de figura e historia funccionava com outra de architectura civil, n'um pavimento baixo do convento dos Caetanos, onde está ha muitos annos installado o Conservatorio. Provavelmente a ideia do moço estudante era obter logar entre os alumnos que por concessão do governo e como pensionistas do Estado deviam partir para Roma, mas ou porque lhe faltassem padrinhos ou porque já estivesse preenchida o numero dos escolhidos, Vieira não realisou como desejava aquello seu projecto. O que não pôde alcançar em Lisboa, conseguiu o porém, no Porto, e a junta da direcção da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro, tomando-o sob a sua protecção, mandou lhe abonar, do seu cofre, a pensão annual de 300$000 reis para lhe ser paga durante o tempo que precisasse demorar-se em Roma até á conclusão dos seus estudos. Em 1789 partiu para a Italia, e ao chegar áquella cidade, tratou de escolher mestre capaz de o guiar na carreira a que se destinava, e preferindo Domingos Corvi, desenhador de grande correcção mas de feio colorido, de cujas lições tirou grande proveito, e logo em 1791 obteve na academia romana um pri

meiro premio em roupas. Para augmentar mais os seus conhecimentos artisticos, percorreu as principaes cidades da Italia, visitando os seus mais notaveis edificios e galerias, copiando para exercicio as obras que mais enthusiasmo lhe causavam, e d'este modo formou uma grande quantidade de livros que trouxe comsigo quando recolheu a Portugal, e que eram evidentes provas do seu estudo e da sua applicação. Tinha elle adoptado de preferencia, por mais conforme ao seu gosto, a maneira e estylo mimoso e delicado de Albano e de Guido Reni, mas querendo estudar tambem o colorido de Corregio, dirigiu se a Parma para copiar o magnifico quadro de *S. Jeronymo* que existe na galeria publica da referida cidade, e que é considerado uma das melhores producções do eximio chefe da escola lombarda. A copia feita por Vieira é qualificada de excellente, mereceu os melhores elogios de Taborda e do conde de Raczynski. Depois de ter estado em casa do visconde de Balsemão, passou para a galeria dos duques de Palmella, de que faz parte ha muitos annos. Durante a sua permanencia em Parma, recebeu dos membros da academia grandes provas de consideração pelo seu talento. Foi ali recebido pelas familias da alta aristocracia, chegando a dar lições de desenho á filha do grão-duque, para quem naturalmente o joven pintor portuguez não foi indifferente, e tanto mais que chegou a retratal-a, e tão perfeito ficou o retrato, que lhe deu fama entre a primeira sociedade de Parma. Fez mais retratos, pelos quaes auferiu bons proventos. Voltando a Roma em 1794, demorou-se ali tres annos occupado sempre no estudo dos grandes mestres. Em 1797 saiu de Roma, e na companhia de Bartholomeu Antonio Calixto, pensionista na Casa Pia, que tambem ali fôra aperfeiçoar-se, percorreram juntos parte da Allemanha, até que Calixto veiu para Lisboa, e Vieira ficou em Dresda, fazendo estudos na notavel galeria de pintura d'aquella cidade, da qual copiou os objectos que mais lhe prenderam a attenção. Passou a Hamburgo e depois a Londres, onde se demorou até ao anno de 1801. Travou conhecimento n'esta grande cidade com o insigne gravador Bartholozzi, tomando d'elle algumas lições de gravura; essas relações tornaram-se de intima amizade, casando mais tarde com uma viuva italiana, moça e rica, que dizem pertencer á familia de Bartholozzi. Fez o retrato d'este artista, e começou então a gravar a agua forte um grande trabalho, que por embaraços posteriores não chegou a concluir. Em Londres pintou o *Viriato*, quadro de notavel execução, que offereceu ao principe regente D. João, mais tarde el-rei D. João VI, e foi collocado na galeria do palacio da Ajuda. D'esse quadro abriu Bartholozzi uma bella estampa, assim como outras de diversas composições do artista portuguez. Para obsequiar o ministro de Portugal n'aquella côrte, D. João de Almeida Mello e Castro, depois conde das Galveias, a quem já conhecera em Roma, e lhe devera muitos favores, compoz tambem um primoroso quadro *Nossa Senhora da Piedade* ou do *Descimento da Cruz*, o qual era destinado á capella da embaixada portugueza em Londres, mas depois foi collocado no oratorio do paço das Necessidades. Ou nos ultimos tempos da sua estada em Londres ou logo que regressou á patria, foi Francisco Vieira, por proposta da Companhia das Vinhas do Alto Douro, provido no logar de lente na aula de desenho no Porto, vago por ter sido dispensado d'esse exercicio o professor Antonio Fernandes Jacome. tendo a nomeação a data de 20 de setembro de 1800, mas parece, que se chegou a tomar posse da cadeira, pouco tempo se demorou na sua regencia, porque veiu para Lisboa no principio de 1801. N'essa epoca D. Rodrigo de Sousa Coutinho, depois conde de Linhares, sendo transferido da pasta da marinha para a da fazenda e nomeado inspector da regia officina typographica, ampliou este estabelecimento, que recebeu então o nome de *Imprensa Regia*, e por decreto de 7 de dezembro do mesmo anno e pensou em fazer n'ella uma edição magnifica e luxuosa dos *Lusiadas*, illustrada com estampas representativas dos passos mais notaveis do poema. Esse pensamento não chegou a realisar se por circumstancias imprevistas; entretanto, Francisco Vieira foi encarregado de fazer as composições, motivo porque veiu a Lisboa onde se encontrou com Bartholozzi, que devia de executar as gravuras. Francisco Vieira chegou a fazer 11 quadros ou esboços a oleo, de passos dos *Lusiadas*, que não chegaram a ser gravados, mas que fôram adquiridos pelo duque de Palmella, passando a fazer parte da soberba galeria de pintura d'esta nobre casa. Estando o insigne artista em Lisboa em 1802, na occasião em que tudo se preparava para solemnisar com grandes festas a paz geral de Amiens, que fôra assignada em 27 de março d'aquelle anno, o senado da camara lhe encommendou um quadro allegorico para a sumptuosa festividade que devia realisar-se na egreja de S. Domingos. N'esse quadro que Vieira executou com grande rapidez e que foi muito applaudido, estava no centro a monarchia lusitana representada na figura d'uma gentil matrona com attributos adequados, tendo pendente sobre o peito o retrato do principe regente e servindo-lhe de cortejo outras figuras que representavam as virtudes e as artes egualmente caracterisados. Os ministros D. João d'Almeida e visconde da Anadia, apreciando egualmente o merito de Vieira, falaram a seu respeito ao principe regente, que a 28 de junho de 1802 assignou um decreto nomeando o artista primeiro pintor da real camara com a pensão annual de 2:000$000 reis, permittindo-se-lhe a accumulação d'este com o emprego de lente da aula do Porto, e sendo-lhe commettida a obrigação de dirigir e executar juntamente com o seu collega Domingos Antonio de Sequeira, a quem ficava em tudo e para tudo equiparado, as obras de pintura que se haviam de fazer no paço d'Ajuda. Para se mostrar digno do alto conceito em que era tido e das mercês que lhe conferiam, compoz e em breve concluiu para a galeria real dois formosos quadros que por si sós bastariam para dar ao autor a reputação de abalisado pintor, e que representam, um o *Desembarque de Vasco da Gama na India*, e outro *D. Ignez de Castro ajoelhada com os filhos perante o rei D. Affonso*. Estes quadros fôram depois levados com outras pinturas para o Rio de Janeiro, e dizem que ultimamente existiam n'uma sala do palacio de S. Christovão no chamado *torreão de prata* Pelo mesmo tempo pintou ainda para o conde da Anadia um magnifico quadro, *D. Filippa de Vilhena*, que juntamente com outras producções de Vieira se admiraram n'aquella illustre casa. De

morando-se em Lisboa para attender a estes e outros trabalhos, não podia exercer o magisterio no Porto, e por isso a regencia da cadeira foi dada a seu pae Domingos Vieira, que desempenhou essas funcções desde 1 de novembro de 1802 até 30 de junho de 1803, em que se reformaram os estudos na cidade do Porto, creando-se a Academia de Marinha e Commercio e incorporando-se n'ella a antiga aula de desenho, que passou a denominar se Academia de Desenho e Pintura A aula foi solemnemente inaugurada por Vieira, em cujo acto pronunciou o seguinte discurso, que em 1803 se publicou em Lisboa: *Discurso feito na abertura da Academia de desenho e pintura na cidade do Porto, por Francisco Vieira Junior, lente da mesma academia.* No resto d'esse anno e por todo o seguinte de 1804, foi, segundo parece, effectivo na regencia da cadeira, dividindo porém o tempo entre os cuidados do ensino e a execução das obras d'arte, a que por obrigação do serviço ou por encommendas particulares tinha de satisfazer, e occupava-se na composição d'um quadro em que representava *Duarte Pacheco, Achilles Lusitano, defendendo contra o Comorim o Passo de Cambalão* destinado a ornar a casa das *Descobertas* no palacio de Mafra, quando foi acommettido da grave enfermidade, que em breve o prostrou no tumulo. Esgotados todos os recursos da sciencia para debellar aquelle mal, os medicos lhe aconselharam o clima da Madeira, e obtendo para isso a necessaria licença por aviso do 1.º d'abril de 1805, emprehendeu a viagem, mas em logar das melhoras que esperava, peorou repentinamente, vindo a fallecer pouco tempo depois. Além dos quadros já citados, mencionaremos os seguintes: *S. Sebastião*, que se conservava na galeria do marquez de Borba; uma *Saloia*, de capa e lenço na cabeça, que pertencia á casa dos condes d'Anadia; o esboceto a oleo do quadro *Viriato,* que pertenceu a Silva Oeirense; e *O Amor*, que estava na casa dos condes d'Anadia, e que Bartholozzi reproduziu pela gravura, e mais duas paizagens que pertenceram a Antonio Ribeiro Neves e Joaquim Pedro Celestino Soares. Na capella da ordem terceira de S. Francisco do Porto ha 4 quadros representando: *Santa Margarida; Nossa Senhora da Conceição, Santa Izabel* e *S. Luiz, rei de França.* No museu do Porto ha tambem de Vieira um *Christo crucificado*, um *S. João*, a *Adoração do Santissimo*, e duas bellas paizagens, das quaes uma representa *Uma mulher com um menino*, que parece defender do ataque d'alguns malfeitores. Francisco Vieira falava com facilidade as principaes linguas da Europa, e conhecia perfeitamente a historia das bellas artes. Em 1906 commemorou se no Porto o centenario de Francisco Vieira, fazendo se uma exposição das suas obras no salão nobre do theatro de S. João, a qual se inaugurou no dia 17 de junho. Foi a Sociedade das Bellas Artes que tomou a iniciativa d'esta commemoração, e conseguiu reunir para o seu intento uma boa porção de quadros, desenhos, esboços e gravuras de Vieira Portuense. N'esta exposição figuraram tambem algumas gravuras notaveis de Bartholozzi de desenhos de Vieira.

Vieira *(Francisco Antonio).* Capitão de mar e guerra reformado, 2.º commandante do corpo de bombeiros de Lisboa. N. em Lisboa em 1 de fevereiro de 1850, onde tambem fal. em 8 de dezembro de 1902. Assentou praça em 5 de novembro de 1862, sendo promovido a guarda-marinha em 1 d'outubro de 1870, a 2.º tenente em 26 de março de 1874, a 1.º tenente em 24 d'agosto de 1782, a capitão-tenente em 25 de julho de 1889, a capitão de fragata a 31 d'outubro de 1895, reformando se em capitão de mar e guerra a 3 de junho de 1896. Commandou os vapores *Quelimane* e *Tete* (interinamente); as canhoneiras: *Rio Ave, Açôr* e *Faro*, esquadrilha fiscal da costa. Serviu na commissão especial de chefe da 3.ª secção da 2.ª repartição da direcção geral das alfandegas, nomeado em 29 d'abril de 1891; foi commandante da 2.ª divisão do corpo de marinheiros, chefe da 3.ª repartição do commando geral da guarda fiscal, e encarregado de vigiar o fabrico da canhoneira *Rio Ave.* Nomeado chefe de divisão em 10 de novembro de 1893, em 16 de junho de 1897 vice inspector interino, e por decreto de 17 de agosto de 1901 2.º commandante dos bombeiros municipaes. O capitão de mar e guerra Francisco Antonio Vieira era official e cavalleiro da ordem de Aviz, e possuia a medalha de prata de comportamento exemplar.

Vieira *(Francisco Ferreira da Silva).* Typographo e escriptor. N. em Lisboa a 14 de setembro de 1831, fal. na Bahia em 1888. Era filho de José da Silva Vieira e de D Maria José Ferreira da Silva Vieira. Sendo obrigado pelas precarias circumstancias de seus paes a ir para o Brazil, ali se conservou algum tempo como caixeiro n'uma casa commercial do Maranhão. Regressando a Portugal foi desembarcar no Porto, onde exerceu a arte typographica, que aprendera antes da sua partida para o Brazil, e sendo preso em 1845 para o serviço do exercito, assentou praça no regimento de infantaria n.º 10, e tomou parte na guerra civil que então devastou o paiz. Passou depois como sargento para o exercito do ultramar, mas não chegou a sair de Lisboa, por que resolvendo estudar o curso de artilharia, matriculou-se nas escolas superiores. Transtornos de familia o impediram de levar por deante esse proposito, e dando baixa voltou a exercer a arte typographica em diversas imprensas de Lisboa; sendo encarregado da direcção typographica da imprensa Gonçalves Lopes, ahi dirigiu e reviu o jornal *O Povo*, de que era redactor e proprietario seu irmão mais velho José Martiniano da Silva Vieira *(V. adeante).* Acabando este jornal em 1856, Francisco Vieira da Silva encetou a sua vida de traductor, sendo os seus primeiros trabalhos d'este genero para a empresa editora Gonçalves Lopes. Além das traducções em que se empregava com extraordinaria actividade, acceitou o logar de revisor em diversos jornaes, inclusive do *Diario das Côrtes,* quando esta publicação foi feita na typographia de Eduardo de Faria. Sendo lhe dado o logar de director da Typographia Lisbonense, onde se imprimia o *Diario Popular*, não deixou de trabalhar activamente nas suas traducções, sendo por muito tempo o traductor dos romances que aquelle jornal publicou em folhetins. Em 1882 partiu para a Bahia, empregando-se na redacção do *Diario de Noticias*, e onde fundou uma bibliotheca que chegou a distribuir algumas obras, mas a sorte foi-lhe sempre adversa, apezar do muito que trabalhava, vindo por fim a succumbir a um ataque da febre amarella. Entre os muitos romances que traduziu,

dos melhores autores francezes, citaremos os seguintes: *O Amazonas*, *O Confessor*, *O Cachimbo turco*, de Manuel Gonzalez, 1857; *O Rei do mundo, historia do dinheiro e da sua influencia*, por Emilio Souvestre, 1858 1859, 3 tomos; *Escolhidos e reprobos*, idem, 1861, 3 tomos; *João Diabo*, 1863, 4 tomos; *Salambô*, por Gustavo Flaubert, 1863, 2 tomos; *Victor Hugo descripto por uma testemunha da sua vida*, 1863, 2 tomos; *Estudos philosophicos e litterarios sobre os «Miseraveis» de Victor Hugo*, por Paulo Voitoron, 1863; *Mysterios dos conventos*, por L. Lurine e Affonso Brot, 1863, 2 tomos; *Vida de Jesus*, por Ernesto Renan, 1864; *Os Apostolos*, idem, 1866; *Os operarios do mar*, por Victor Hugo, 1866; *Processo de Clémenceau, memoria escripta pelo reu*, 1866; *A Freira*, pelo Padre XXX, 1864; 2 tomos; *O maldito*, idem, 1864; *O Jesuita*, idem, 1865, 2 tomos; *O Frade*, idem, 1865; *Os Miseraveis*, por Victor Hugo, 10 tomos; *Os mulatos de Marajò*, 1 vol.; *Os revoltosos do Pará*, 1 vol.; *Romance d'uma senhora*, de Alexandre Dumas filho, 2 tomos; *A caça ao leão*, por Julio Gérard, 1 vol ; *Os inglezes em Inglaterra*, por F. Wey, 1 vol.; *Das qualidades physicas e moraes do cavallo*, 1 vol ; *Dois gemeos*, de E. About, 1 vol.; *A torre dos sete andares*, por J. Pizetta, 1 vol.; *Aventuras d'uma codea de pão*, por L. Jourdain, 1 vol.; *O homem que ri*, por Victor Hugo, 2 volumes; *Esplendores e miserias das cortezãs*. por Balzac; em folhetins no *Jornal de Lisboa; A irmã da caridade*, idem, idem; *A maldição materna*, idem, idem; *Os Incendiorios da India*, de Paulo Féval, 4 volumes; *O jogo da morte*, idem, 6 volumes; *O matador de tigres*, idem, 2 volumes; *Os estudantes de Paris*, de Ponson du Terrail; em folhetins no *Diario Popular; Resurreição de Rocambole*, idem, idem; *As ultimas proezas de Rocambole*, idem, idem; *As primas de Satanaz*, por J. de Saint Felix, 1 vol.; *Os phantasmas verdes;* em folhetins no *Jornal de Lisboa; Rocambole, drama em 5 actos e 1 prologo*, por Barrière e Capendu; *Parentes e adherentes, comedia em 4 actos; Duzentas mulheres por um vintem, desconchavo comico em 1 acto; O capitão que Deus haja*, comedia em 1 acto; *O Cortiço do tio Guilherme, comedia em 3 actos; Viagem á roda d'um vestido de folhos*, inserto no *Monitor; Cahos sub marino;* no *Archivo Pittoresco; Compendio de natação*, 1 folheto.

Vieira *(Francisco de Mattos)*. Cavalleiro professo na ordem de S Thiago da Espada, pintor historico da Casa Real, academico de merito da Academia de S. Lucas em Roma, etc. Era mais conhecido pelo *Vieira Lusitano*, por ser natural de Lisboa, onde nasceu a 4 d'outubro de 1699, e fal. no sitio do Beato Antonio a 13 d'agosto de 1783. Era destinado pela sua familia á carreira ecclesiastica, mas desde creança revelou tal vocação para o desenho, tanto parecia que as bellas artes o attrahiam, e que n'ellas poderia alcançar de futuro um grande nome, que essa resolução foi posta de parte. Uns fidalgos da quinta da Boavista, situada proximo do convento da Luz, quizeram conhecel o, e o pae lá foi apresental-o. N'essa quinta é que Francisco de Mattos Vieira se encontrou com uma menina, que foi a sua primeira e unica paixão, e por causa da qual muito havia de soffrer toda a vida. Esse amor que foi desabrochando por entre os brinquedos infantis, havia de atormental-o, depois, até ao fim da vida. Vieira ia fazendo progressos no desenho, e o marquez d'Abrantes, que viu alguns d'esses trabalhos, e estava nomeado embaixador em Roma, propôz lhe leval-o comsigo e protegel-o, para que elle pudesse aperfeiçoar-se na arte, para que mostrava tão evidente vocação. A familia de Vieira acceitou a proposta, e a creança foi estudando regularmente com um professor, cujo nome se ignora, até que a 16 de janeiro de 1712 saiu de Lisboa na companhia do diplomata portuguez com destino á capital italiana O navio que o conduzia soffreu um violento temporal defronte de Carthagena, mas felizmente chegou a porto de salvamento. Em Roma foi discipulo de Lutti, e seguindo as indicações d'este professor, estudou os quadros dos Caraches da galeria dos Farnesios, frequentou as academias nocturnas, e procurou com grande ardor aproveitar utilmente o tempo, mas o marquez d'Abrantes lembrou se de o distrahir d'esses trabalhos encarregando o de lhe fazer desenhos de todos os festejos e funcções religiosas que se effeituavam em Roma. de todos os ornamentos e peças que serviam de adorno aos altares da basilica de S. Pedro, do museu do cardeal de Alpedrinha, e satisfeitas todas estas vontades, ainda o marquez d'Abrantes o mandou copiar os pannos de Arrás, os candelabros, os moveis e tudo quanto guarnecia a sala principal do palacio da embaixada, bem como tirar um desenho da sua carruagem. N'esta altura estava o diplomata portuguez quasi em vesperas de regressar a Portugal, e queria trazer comsigo e seu protegido, ao qual communicou a sua intenção. Vieira recebeu grande desgosto ao saber de tal ideia, porque na verdade, pouco aproveitára com a sua estada em Roma, e pediu-lhe para se demorar mais algum tempo, por ser o seu ardente desejo aperfeiçoar se na pintura. O marquez d'Abrantes não gostou do pedido, e parece mesmo que tratou desabridamente o seu protegido; afinal, reconhecendo que o pedido era razoavel, deixou-o ficar em Roma, e Vieira ali se demorou mais dois annos, entregando-se então com todo o ardor ao estudo, e tendo Trevisani por mestre. Tomando parte n'um concurso da Academia de S. Lucas, ganhou o premio com um trabalho em que representou a conhecida scena de *Noé embriagado deante de seus filhos*, sendo elle o primeiro portuguez que em Roma alcançou tão subida honra. Regressando á patria depois de 7 annos de ausencia, foi logo encarregado por D. João V de fazer um grande quadro do *Santissimo Sacramento* para servir na procissão do Corpo de Deus, e depois de lhe pintar o retrato para servir de modelo aos cunhos da moeda. Posteriormente pintou tambem na sacristia da egreja patriarchal alguns quadros, representando *Os Apostolos*, um *Ecce Homo*. *Christo crucificado, O Senhor preso á columna, Christo caminhando para o Calvario;* e egualmente fez os esboços de 3 quadros do *Salvador, S. João Evangelista* e *S. Lucas*, os quaes não chegou a concluir. Entretanto Vieira Lusitano e a menina de quem já se falou, D. Ignez Helena de Lima e Mello, estavam cada vez mais apaixonados um pelo outro, e como a familia de D. Ignez se oppunha ao casamento por julgarem o noivo de condição inferior, os dois namorados procuraram obter do patriarchado as licenças necessarias para o consorcio se realisar por procuração e apezar d'aquella resistencia. O casamento realisou se, mas os paes da noiva, logo que

souberam das diligencias em que andava Vieira, levaram a filha para o convento de Sant'Anna, e a obrigaram a professar, embora ella protestasse que era casada. Francisco de Mattos Vieira tentou por todos os modos legaes tirar a esposa da clausura, mas como nem o proprio soberano o attendeu, decidiu voltar a Roma afim de pedir ao papa os breves precisos para a realisação do seu desejo. Esteve mais de 5 annos em Roma, trabalhando activamente, por um lado para entrar na posse de sua mulher, e por outro, estudando constantemente para mais se aperfeiçoar na pintura, e se é certo que os seus esforços se mallogravam quanto ao seu casamento não é menos certo, no que respeita ás artes, tiveram elles o melhor exito, porque, consolidando de dia para dia a sua reputação, foi feito academico de merito na Academia de S. Lucas. Já antes da sua segunda viagem, em 22 d'outubro de 1719, havia entrado na confraria de S. Lucas, onde estava designado com o nome de Francisco Vieira de Mattos. No anno seguinte foi feito membro do conselho administrativo d'este instituto. Dos trabalhos que então executou, especialisa-se o quadro que pintou para a Academia representando *Moysés na presença do rei do Egypto.* Voltando á patria desanimado por não ter conseguido do pontifice aquillo que tanto ambicionava, entendeu-se com sua mulher e com ella deliberou levar a effeito o projecto, saltando embora por cima de todas as leis civis e ecclesiasticas. Arranjou meio de lhe chegar ás mãos um fato completo de homem, e um dia, ao anoitecer, D. Ignez saiu da sua cella, passou em frente da abbadessa, que não a reconheceu com aquelle disfarce, e saiu do mosteiro para se encontrar com seu marido, e assim no fim de tantos annos de trabalhos e de amarguras puderam unir se os dois estremecidos esposos. Não tardou que a fuga de Ignez fôsse conhecida no convento, e os parentes, ao saberem do facto, logo juraram que Vieira Lusitano não ficaria impune. Um irmão da ex reclusa constituiu-se em vingador da honra da familia suppostamente ultrajada, e esperando o pintor proximo da rua das Pretas, desfechou sobre elle um tiro de pistola, que o feriu gravemente. Algum tempo depois, Vieira Lusitano achando-se restabelecido, foi pedir a D. João V justiça contra o seu traiçoeiro agressor, mas o monarcha não o attendeu, porque influencias poderosas evitaram que a justiça procedesse; o criminoso saiu do reino livremente, e passados annos, caindo em miseria, viu-se na dura necessidade de ir mendigar o pão áquelle mesmo que tentara assassinar. No entretanto, Mattos Vieira, temendo algum novo insulto, retirou-se por algum tempo para o convento dos Paulistas, onde em 1730 e 1731 pintou uns famosos eremitas para o cruzeiro da egreja, e depois resolveu, para viver socegado, uma nova viagem a Roma, mas chegando a Sevilha em 1733, foi d'ali chamado a Lisboa, e voltando a esta cidade, foi nomeado pintor do rei com o ordenado mensal de 60$000 reis e as obras pagas. Esteve em Mafra, onde enviuvou em 1775, e cheio de desgosto pela perda da sua estremecida companheira, abandonou a pintura, e foi viver para o Beato Antonio, passando ali os ultimos annos da sua existencia. Muitos dos trabalhos de Vieira Lusitano se perderam na terrivel catastrophe do terremoto de 1755, sendo mais notavel de todos elles o tecto da egreja dos Martyres, pintado em 1750, e em que se via representada a tomada de Lisboa por D. Affonso Henriques. Das suas outras obras, que escaparam ao terremoto, citaremos dois paineis na egreja de S. Roque: *Santo Antonio prégando aos peixes* e *Santo Antonio prostrado deante de Nossa Senhora*, os quaes eram muito louvados por Pedro Alexandrino; *Santo Agostinho*, na portaria do convento da Graça, em 1736; uns quadros de *Santo Antonio*, *S. Pedro*, *S. Paulo*, a *Familia Sagrada*, e *Santa Barbara*, pertencentes á casa de Povolide e executados de 1736 a 1740; outra *Sagrada Familia*, pertencente ao conde de Assumar; um grande painel representando *S. Francisco*, do convento do Menino de Deus; um quadro da capella-mór da Cartuxa; os quadros de *S. Francisco de Paula*, na capella mór da sua egreja, e nas capellas lateraes, os de *Nossa Senhora da Conceição*, da *Sagrada Familia* e *Santo Antonio*, todos executados em 1765. A capella dos 7 altares da egreja de Mafra tem um grande quadro da *Sacra Familia;* na capella de S. Joaquim ao Calvario ha outro quadro da *Familia Sagrada*, collocado por cima do altar, que passa por ser um dos seus mais bellos trabalhos; uma *Senhora da Conceição*, que estava na Junta do Commercio. O conde de Lippe visitou Vieira em 1762, e obteve d'elle um *Santo Antonio* que levou para Allemanha; Guilherme Hudson tambem adquiriu um bello quadro da *Adoração dos Reis magos*, que levou para Inglaterra. Fez um numero prodigioso de optimos desenhos, dos quaes a maior parte d'elles possue a Inglaterra, onde os amadores das bellas artes os pagaram por bom preço, e muitos d'elles fôram reproduzidos em gravura. Vieira Lusitano tambem gravou a agua forte, evidenciando se entre os seus trabalhos d'esse genero: *Neptuno e Coronis*, e as *Parcas cortando o fio vital de seu irmão*. A sua vida tão amargurada por causa dos seus primeiros e ultimos amores, contou a elle n'um longo poema impresso em 1780, intitulado: *O insigne pintor e leal esposo, historia verdadeira que elle escreve em cantos lyricos*. Entre os discipulos do notavel pintor conta se sua irmã Catharina Vieira, de quem eram, em parte alguns quadros da ermida de S. Joaquim, e que pintou um *S. Lucas* e um *S. João Evangelista*, que pertenciam a um particular chamado Moreira Dias, que morava na rua da Fé. Tambem foi seu discipulo o morgado de Setubal. Consta que na Bibliotheca de Evora existe uma grande collecção de desenhos de Vieira Lusitano.

Vieira *(P. Ignacio)*. Jesuita. N. em Lisboa em 1676, onde tambem fal a 21 d'abril de 1739. Professou na Companhia de Jesus em 1692. Seguindo os estudos que se faziam nos collegios d'esta ordem, saiu distinctissimo, principalmente em mathematica, de que veiu a ser professor no collegio de Santo Antão. Foi depois mestre de noviços, reitor do collegio de S. Patricio e de Santo Antão, e foi tambem confessor do infante D. Pedro, filho de D. João V, e que veiu a casar com sua sobrinha D. Maria I, tendo o nome de rei D. Pedro III. Falleceu na Casa Professa de S. Roque, deixando manuscriptos tres tratados, um de *Dioptrica*, outro de *cotaptrica* e outro de *pyrotechnica*.

Vieira *(Jacinto José)*. Cirurgião e lente no hospital de S. José, fallecido em 3 de novembro

de 1829. Foi nomeado em 1804 para cirurgião do referido hospital, em 1813 para lente de therapeutica geral e em 24 de abril de 1826 para lente de clinica cirurgica. De 1810 a 1813 interrompeu o serviço hospitalar. Foi cirurgião-mór do reino, director das escolas regias de cirurgia, membro da real junta dos exames dos cirurgiões militares, commendador da ordem de Christo, medico honorario da real camara, etc. Era muito considerado pelo seu talento e illustração. Foi um dos 9 cirurgiões que em 1791 fôram, por indicação de Manuel Constancio e por ordem da rainha D. Maria I, aperfeiçoar os seus conhecimentos no estrangeiro. Escreveu de collaboração com José Maria Soares, em 1812, no *Jornal de Coimbra*, uma observação e reflexões sobre uma especie particular de gangrena.

Vieira *(P. João)*. Jesuita e poeta latino muito apreciado no seu tempo. N. em Elvas em 1545; ignora se a data da sua morte. Entrou para a Companhia de Jesus em 1561, onde foi professor de humanidades no collegio de Lisboa. Deixou depois a Companhia, para ir ser parocho em Ourique. Escreveu um poema epico em latim ácêrca da batalha d'Alcantara, em que ficou derrotado D. Antonio, prior do Crato.

Vieira *(João Eduardo Augusto)*. General de divisão. Era natural do Algarve, e fal. na Parede, com 62 annos incompletos, em 5 de setembro de 1903. Assentou praça em 31 d'agosto de 1860, sendo promovido logo a sargento aspirante por ter o curso do Collegio Militar; em 8 de junho de 1862 foi promovido a alferes; a tenente em 11 de maio de 1863, a capitão em 6 d'outubro de 1875, a major em 17 de dezembro de 1884, a tenente-coronel em 19 de dezembro de 1888, a coronel em 30 de setembro de 1893, e a general de brigada em 2 de setembro de 1901. Em principios de 1903 passou á reserva no posto de general de divisão. Serviu muitos annos em caçadores n.º 4, aquartelado em Tavira. Sendo tenente coronel, nomeado chefe da 1.ª repartição da direcção geral da secretaria da guerra, e em janeiro de 1895, já no posto de coronel, foi nomeado commandante do regimento de caçadores n.º 5, logar em que se conservou até 1901, quando foi promovido a general de brigada. N'este posto commandou a 2.ª brigada de infantaria, até que pelo seu estado de saude se viu obrigado a largar o commando para ser collocado na reserva. Era grande official da ordem d'Aviz por serviços distinctos, commendador e cavalleiro da mesma ordem; possuia a cruz de 3.ª classe de Merito Militar de Hespanha, e a medalha de prata de comportamento exemplar.

Vieira *(João Eleutherio da Rocha)*. Cavalleiro da ordem d'Aviz, capitão de fragata. Fazendo parte da guarnição da nau *Affonso d'Albuquerque*, da esquadra do Mediterraneo, commandada pelo marquez de Niza, que em 1798-1799 tão importantes serviços prestou a lord Nelson nas suas operações no Levante, este mandou a referida nau a Tripoli em 30 d'abril de 1799, levando a bordo o commodoro Dounal Campbell, para obrigar o bey a cumprir o accordo feito com aquelle almirante, e que era o de não consentir os francezes n'aquelle Estado, alliado da Inglaterra, valendo-se das hostilidades que havia entre Portugal e Tripoli. O procedimento desleal do bey levou o commodoro Campbell a romper as hostilidades contra elle sob a bandeira portugueza, resultando uma série de combates no dia 11 de maio entre as forças da nau, embarcadas em escaleres, e o principal navio da armada tripolitana, auxiliado pelo povo, distinguindo-se pela sua valentia Rocha Vieira, que então era 2.º tenente e foi promovido ao posto immediato, bem como os demais seus camaradas, por proposta do proprio commodoro. Em 1828, tendo se Rocha Vieira declarado francamente liberal, foi encerrado n'um dos calabouços do castello de S. Jorge, depois de lhe haverem entrado em casa os caceteiros ao serviço do absolutismo, e destruindo tudo o que encontraram. Restituido á liberdade em 24 de julho de 1833, quando as tropas constitucionaes entraram m Lisboa, passados alguns mezes foi nomeado governador de Bissau e Cacheu, mas pouco tempo exerceu esse cargo, porque falleceu, parece que na Guiné. Traduziu um opusculo intitulado *A Guerra da Peninsula, debaixo do seu verdadeiro ponto de vista, ou carta ao sr. abbade F. a respeito da historia da ultima guerra*, Lisboa, 1820. Não traz o nome do traductor; e o original foi escripto em italiano, attribuido ao conde de Funchal D. Domingos; ha tambem traducção em francez.

Vieira *(João Fernandes)*. Um dos heroes mais notaveis da historia de Portugal e do Brazil. o famoso restaurador de Pernambuco. N. no Funchal no anno de 1613, fal. em Olinda a 10 de janeiro de 1681. Na edade de 11 annos passou ao Brazil, como um dos muitos emigrantes que sempre sairam da ilha da Madeira para procurarem nas terras virgens da America o trabalho e a riqueza. Foi permanecer em Pernambuco, onde trabalhou como caixeiro, e tinha apenas 17 annos de edade, quando os hollandezes invadiram, em 1630, a florescente provincia que Mathias d'Albuquerque defendia. Levado pelo seu generoso coração e brioso patriotismo, pegou logo em armas e alistou-se sob a bandeira da nobreza. Collocado em posição de que dependia a sorte do Recife e a do resto da provincia depois da tomada de Olinda, o forte de S. Jorge, de que era capitão Antonio de Lima, devia conter o exercito hollandez, que desejava tomal o para proseguir na victoria. Era o posto arriscado, tanto mais que as tropas portuguezas estavam de tal modo desorganisadas que Mathias d'Albuquerque mal podia mandar lhe soccorros importantes; escusavam se os mais bravos de se irem juntar á pequenissima guarnição do forte. João Fernandes Vieira offereceu-se espontaneamente. Era um nobre exemplo que Mathias d'Albuquerque applaudiu com reconhecimento, e em que todos presentiram o heroe da restauração do Pernambuco. Coube a João Fernandes Vieira um papel importante na defeza do forte de S. Jorge. Tres dias e tres noites velou como sentinella no mais arriscado posto, e Antonio de Lima bem sentiu que a boas mãos confiara a segurança da fortaleza e a honra de Portugal. Rendeu-se emfim depois de prodigios de valentia o forte de S. Jorge, mas ainda n'este doloroso transe achou João Fernandes Vieira ensejo de mostrar que era homem para todas as circumstancias: enrolando em si a bandeira portugueza, salvou-a da vergonha de ser pisada aos pés pelos inimigos. Perdido o forte de S. Jorge e em seguida o do Recife, fortificaram-se os nossos nos Reaes do Bom Jesus

para sustentarem o tempo que pudess in a campanha. Apezar da sua mocidade extrema, nomeou o Mathias d'Albuquerque para commandar os batedores que tinham de vigiar pela segurança do acampamento, tal era a confiança e sympathia que a todos inspirava o moço madeirense. Não deixou elle ficar por mentirosa a sua fama, e no exercicio de seu cargo, deu provas tanto de valor como de instincto militar, velando pelo Arraial fortificado e rebatendo as surprezas dos hollandezes, mas o infortunio perseguia então as nossas armas, a fortaleza do Arraial caiu como todas as outras nas mãos dos hollandezes, a sua guarnição foi prisioneira, João Fernandes tambem ficou entre os captivos; mas, senão muito opulento, pelo menos abastado, não tardou a resgatar-se. Estava, comtudo, decretado pela Providencia que haviam de perder a provincia de Pernambuco De nada serviu o valor nem a constancia, a Hollanda triumphou. A bravura dos portuguezes tinha anniquilado de encontro ao exercito invasor, e pelo momento era impossivel continuar a lucta. Fernandes Vieira depôz as armas, e recolheu se á vida particular; casou com D Maria Cesar, a quem amava com todo o ardor da mocidade, mas nem pór isso deixou de ser um inimigo temivel dos novos senhores de Pernambuco. Mauricio de Nassau, perspicaz e habil politico, receava-se d'elle. Bem desejaria ter um pretexto para o exilar, pelo menos, mas Fernandes Vieira não lh'o dava. Vivendo tranquillamente como simples particular, parecia estranho á politica, ninguem o ouvia dizer mal do governo que regia Pernambuco. Os seus deveres de subdito cumpria-os fielmente. Não soltáva nunca uma queixa, nem exprimia uma esperança de salvamento. Alma grande e generosa, soccorria todos os desvalidos da fortuna, suavisava muitas dôres e muitas desventuras, e tal prestigio creara entre os seus concidadãos, tão querido se lhes tornára, que seria acto devéras perigoso fazer-lhe a menor offensa. Para desvanecer ainda mais as suspeitas dos hollandezes e tirar lhes quaesquer motivos acceitaveis para o perseguirem, fez se agente da Companhia do Commercio. Isso não o impedia de continuar a odiar os invasores e a desejar ardentemente vêl-os expulsos da provincia, comquanto reconhecesse que o governo de Mauricio de Nassau tinha tanto de energico como de intelligente. O acaso favoreceu os secretos desejos de Fernandes Vieira. Mauricio de Nassau, como todos os homens verdadeiramente superiores, tinha inimigos e invejosos, e teve de partir para a Europa, deixando a colonia entregue a um conselho composto de homens de ideias acanhadas, que pareciam tomar empenho em destruir a obra do illustrado principe hollandez. Ao passo que este sempre procurara attrahir a sympathia dos portuguezes, os membros do conselho tinham n'a em pouca conta, e por isso a desdenhavam As exacções, as crueldades multiplicaram-se, a situação modificara se, pois, consideravelmente, e Fernandes Vieira não perdeu um momento a aproveital-a. Governava então Antonio Telles da Silva o Brazil portuguez, e foi com elle que Fernandes Vieira se entendeu secretamente, por intermedio de André Vidal de Negreiros e d'um Fr. Ignacio, que tinham ido a Pernambuco, com o pretexto de tratarem de negocios particulares. Logo que viu, que podia contar com o auxilio secreto do governador da Bahia e a tacita approvação do rei de Portugal, D. João IV, principiou a sondar os animos dos seus compatriotas, e a excital os á revolução. Houve traidor que o denunciou aos hollandezes, mas estes, receando provocar graves acontecimentos se encarcerassem um homem tão popular, limitaram-se a vigial-o, e a queixar-se por embaixadores na Bahia. Antonio Telles respondeu serenamente que era extranho a quaesquer conspirações, e que as reprovava, e Vieira, com mais cautella, continuou a trabalhar na conspiração. Os hollandezes, incitados por alguns pernambucanos interessados no seu dominio, quizeram vêr se podiam prender traiçoeiramente Vieira, chamando o ao Recife debaixo do pretexto de negocios commerciaes, mas Fernandes Vieira suspeitou da cilada, e escusou se. Resolveram então arrojar a mascara, e prendel o á viva força, e mandaram alta noite cercar-lhe a casa, mas o grande patriota fôra prevenido, e puzera se a salvo, refugiando-se nos mattos com os que tinham querido seguil o. A revolução de Pernambuco estava começada. Succedera isto em junho de 1645. Antonio Telles da Silva promettera secretamente a Fernandes Vieira mandar-lhe em soccorro o preto Henrique Dias e o indio Potyguarami, mais conhecido entre os nossos pelo nome de D Antonio Filippe Camarão; mas esses soccorros não appareceram, e Fernandes Vieira, não se achando com forças para resistir aos hollandezes, andou de engenho em engenho, accendendo onde podia o facho insurreccionario, e furtando-se a um encontro sério com as tropas de Henrique Hus, general hollandez. Como os acontecimentos se fôssem aggravando, o conselho do governo de Pernambuco, lançou um baudo promettendo amnistia aos moradores que tinham seguido Fernandes Vieira, e que no espaço de 9 dias se recolhessem ás suas casas. Vieira respondeu com outro, declarando traidor á patria quem se não juntasse no espaço de 4 horas. Os governadores hollandezes puzeram a preço a cabeça de Vieira. e Vieira pôz o preço á cabeça de cada governador. Debalde esperou João Fernandes Vieira por muito tempo a vinda dos terços de Henrique Dias e de Camarão, e entretanto o exercito hollandez, commandado por Henrique Hus, devastava os campos, perseguindo os soldados de Fernandes Vieira, ou antes as tropas collecticias que elle commandava. Encontraram-se os insurgentes e os hollandezes no monte das Tabocas a 3 d'agosto de 1645. Fernandes Vieira, aproveitando habilmente as difficuldades do terreno, esperou o ataque dos hollandezes e desbaratou-os completamente. Essa victoria inesperada e honrosissima para Fernandes Vieira e para todos os seus, levantou o mais possivel o animo dos pernambucanos. Pouco depois entravam em Tamandaré uns poucos de navios portuguezes que traziam os terços de André Vidal de Negreiros e de Martim Soares Moreno. Como o governador da Bahia continuava a representar a comedia de que Portugal não queria tirar Pernambuco aos hollandezes, o pretexto com que as tropas desembarcavam em Tamandaré era o de subjugar a revolta de Vieira. Mas pelo contrario juntaram se a elle, e o mesmo fizeram as tropas de Henrique Dias e de Camarão, que chegavam quasi ao mesmo tempo por terra, e essas dizia se que tinham desertado. For-

te com estes auxilios marchou João Fernandes Vieira para a varzea do Pernambuco, e encontrando se outra vez com as tropas do general Henrique Hus, derrotou as de novo, e aprisionou o chefe inimigo. A noticia d'esta segunda victoria inflamou por toda a parte a audacia dos portuguezes e a insurreição propagou-se. Parahyba e o Rio Grande do Norte sublevaram-se, e por todos os lados os hollandezes se viam obrigados a encerrar se nas fortalezas. Entretanto João Fernandes Vieira, auxiliando todas estas sublevações, continuava na varzea de Pernambuco a sitiar a cidade. A' custa de muitos sacrificios, perante os quaes nunca vacillou, conseguiu o illustre patriota apertar de tal fórma o cêrco do Recife que os hollandezes se viram nos ultimos apuros. Repellidos sempre em todos os combates, estavam quasi a render-se pela fôrça, quando chegou no principio de 1646 uma formidavel esquadra commandada por Sigismundo Van Schkop, que vinha tomar o governo de Pernambuco, e trazia 4:000 homens de boas tropas. Tornou-se então a situação muito mais grave para os portuguezes, mas Fernandes Vieira cada vez mostrava mais intrepidez e mais inabalavel resolução. Proseguiu desesperadamente na lucta, resistindo ás proprias ordens do rei de Portugal, que mandava, que se abandonasse a campanha, receando talvez sérias desintelligencias do seu governo com o da Hollanda. Por fim, passado algum tempo, como os hollandezes continuavam a enviar reforços, e chegaram a ir atacar a Bahia, foi urgente tomar uma resolução definida e clara. Assim o fez D. João IV, e enviou Francisco Barreto de Menezes para tomar o commando dos sitiadores do Recife. Francisco Barreto era um general habilissimo e João Fernandes Vieira, com uma abnegação para elle honrosissima, entregou-lhe sem hesitar o commando d'um dos terços ou regimentos do exercito. Os hollandezes, comtudo, faziam esforços verdadeiramente desesperados para conservarem Pernambuco, que lhes fugia, e novos reforços vieram augmentar as tropas de Van Schkopp, mas os portuguezes estavam já aguerridos, e Francisco Barreto era um dos bons generaes do seu tempo. E' certo que os hollandezes, saindo de Pernambuco, fôram successivamente batidos em varias sortidas, principalmente nas duas renhidas batalhas dos Gararapes, que se travaram, uma a 19 d'abril de 1648, outra a 19 de fevereiro de 1649. Em ambas se portou brilhantemente o nosso heroe, e á sua bravura e á sua energia se deveu tanto como á habilidade estrategica de Francisco Barreto, o exito d'estas duas batalhas, em que João Fernandes Vieira desempenhou sempre o principal papel. Depois da segunda batalha dos Gararapes póde dizer se que estava livre Pernambuco, mas Francisco Barreto, se tinha já prestigio bastante para impedir os hollandezes de estenderem o seu dominio pela provincia, o que não podia de fórma alguma era estreitar o cêrco de Pernambuco, de fórma que obrigasse os hollandezes a capitular. Faltava lhe sobretudo o estar senhor do mar, porque o governo portuguez ainda continuava com escrupulos, e não se atrevia a declarar guerra aberta e positiva aos hollandezes. Nem o governador do Brazil empenhava na reconquista de Pernambuco todos os seus recursos, como era mister, nem ao menos os navios portuguezes acudiam a auxiliar o bloqueio de Pernambuco. Assim se decorreram 5 annos até que no principio de 1654 Francisco Barreto conseguiu que a frota da Companhia do Commercio viesse a Pernambuco. Foi o bastante: João Fernandes Vieira teve ainda a gloria de ser o primeiro que marchou contra os fortes de Pernambuco. A 20 de janeiro de 1654 assignava o general hollandez uma capitulação, e Pernambuco voltava a fazer parte da monarchia portugueza. Estava completa a grande obra iniciada heroicamente por João Fernandes Vieira. Era de altissima justiça que se recompensasse o grande patriotismo do illustre caudilho, e assim aconteceu. Foi-lhe dado o fôro grande de nobreza, uma das mais opulentas commendas da ordem de Christo, o governo da capitania de Parahyba, emquanto não vagasse a de Angola, e depois foi membro do conselho de guerra Effectivamente, vagando aquelle governo por morte de Martins Chichorro, foi João Fernandes Vieira nomeado governador de Angola. Durante o seu governo, que durou 4 annos, afugentou das costas de Angola e do Congo os piratas inglezes e hollandezes, reedificou a fortaleza de Benguella, e tomou salutares medidas policiaes e administrativas. Em 1662 entregou o governo ao seu antigo companheiro d'armas André Vidal de Negreiros, e partiu para Pernambuco, e viveu respeitado e feliz, fallecendo em Olinda, como dissémos.

Vieira *(José Antonio)*. Notavel pianista e professor do Conservatorio. N. na quinta d'Amora, propriedade de seu pae no concelho do Seixal, a 21 de setembro de 1852, fal. em Lisboa a 26 de novembro de 1894. Era um d'esses musicos de extraordinaria vocação, que trabalham apaixonadamente pela arte. A primeira vez que tocou piano, sendo ouvido por uma sociedade escolhida, n'uma festa na Escola Academica, tinha apenas 11 annos de edade, causando a maior admiração. A sua familia era tambem de grandes artistas, porque seu pae, Antonio Pedro Vieira, fallecido em 1877, foi um pianista muito apreciado no seu tempo, depois de ter sido alumno do seminario da antiga patriarchal, onde eram professores Antonio Baloy, Eleuterio, Antonio Soares e Fr José Marques e Silva. Chegou a dar lições de contraponto com o professor italiano Todi, mestre da familia real. Foi organista da capella real da Bemposta, e depois da sé de Lisboa, logar que exerceu durante 15 annos. Antonio Pedro Vieira foi o unico mestre de seu filho. O avô paterno do distincto pianista tinha sido egualmente musico da capella da Bemposta, e o seu bisavô materno era o illustre concertista André Luigi, natural de Leorne, que veiu a Lisboa no tempo de D. Maria I para fazer parte da orchestra do theatro de S. Carlos, como rabequista, segundo uns, como trompa, segundo outros. Em seguida foi emprezario do mesmo theatro em 1793, de sociedade com Francisco Antonio Lodi. O avô materno de José Antonio Vieira, João Cyriaco Lence, foi tambem alumno do seminario da antiga patriarchal, onde aprendeu a tocar rabeca, abandonando depois a carreira artistica para se dedicar ao commercio de musica e seus instrumentos, fundando na rua Nova do Almada uma casa editora de musica. José Antonio Vieira cursou os preparatorios na Escola Academica e no Lyceu, destinando se á marinha. Mas estudante pouco applicado e manifes-

tando ao mesmo tempo extraordinaria vocação para a musica, seu pae, que começara a ensinar-lh'a como prenda secundaria, resolveu deixal-o applicar se exclusivamente á carreira artistica. Seguindo a orientação da epoca, estudou as obras de Liszt, Thalberg, e outros pianistas então muito em voga. A sua primeira apresentação em publico, realisou se em 1867, no Salão da Trindade, n'um concerto dado pelos irmãos Croner, executando primorosamente a symphonia de *Guilherme Tell*, de Rossini, e a phantasia de Liszt sobre a *Norma*, de Bellini. Depois tomou sempre parte muito distincta em diversos concertos até ao anno do 1875, em que se fundou a benemerita *Sociedade dos Concertos de Lisboa*, que foi a segunda na sua especialidade, a qual deu uma série de 6 concertos de musica de differentes generos, mas especialmente de musica classica, no salão nobre do theatro de S. Carlos. Por esse tempo chegava a Lisboa Victor Wagner, que tinha terminado os seus estudos musicaes em Leipzig, e succedendo que José Antonio Vieira se tivesse desligado da *Sociedade de Concertos*, lembrou se logo com a sua actividade apaixonada pela arte, de fundar a *Sociedade de Quartetos*, á qual pertenceram tambem Ildefonso Reymondes, Eduardo Wagner e João Chesello, dando esta sociedade uma série de 6 concertos no Casino Lisbonense, com o mais brilhante exito, sendo a primeira, quo tornou apreciados do publico os concertos de musica classica. Estes concertos deram ensejo a que José Antonio Vieira so salientasse na execução de musica de estylo elevado, fazendo-se ouvir a solo em composições de Schumann, Chopin, Stepher Heller e Henselt, além da parte que tomou nos quartetos de Mozart, Beethoven, Mendelssohu, Schubert, etc. Data d'esta epoca a reputação que adquiriu como pianista perfeito e artista sincero. No anno seguinte, 1876, tencionavam dar segunda série de concertos, e tinham tambem o projecto de inaugurar os concertos de orchestra, mas a prematura morte de Victor Wagner, que a todos consternou, fez com que nada pudessem levar a effeito, e o ultimo concerto que se realisou foi no salão de S. Carlos, promovido por José Antonio Vieira, com o fim do erigir um mausoléu ao seu chorado amigo e collega, como depois effectivamente se erigiu no cemiterio dos Prazeres. A impossibilidade de organisar uma outra sociedade de quartetos pela falta de Eduardo Wagner, o retirada de Reymondes para a Hespanha, o desgosto da morte de Victor, fizeram com que Vieira deixasse de apparecer em publico até que algum tempo depois realisou um concerto no Salão da Trindade, de sociedade com Alfredo Gazul, desempenhando pela primeira vez e com toda a correcção o logar de director da orchestra. Com Francisco Gazul tambem fundou a *Sociedade de Concertos Populares*, com o fim de tornar conhecidas do publico muitas composições portuguezas de maestros amigos e contemporaneos, chegando a realisar dois concertos, que agradaram, mas a pouca affluencia do espectadores pelo adeantado da estação calmosa, fez com a empresa desistisse de continuar. Em 1881 foi posto a concurso o logar de professor de piano effectivo do Conservatorio, e José Antonio Vieira apresentou-se no dia 8 de outubro, em que o concurso se realisou, sem que ninguem se atrevesse a competir com elle, e executou o concerto em sol menor de Mendelssohn, a *Polaca* em mi bemol de Chopin e a phantasia de Thalberg sobre os *Huguenotes*, além de tomar parte n'um trio executado á primeira vista. Recebeu a nomeação de professor do Conservatorio em 24 de fevereiro do 1882. Em novembro de 1881 estabeleceu na Academia de Amadores de Musica uma aula para aperfeiçoamento de piano, onde fôram admittidos como alumnos alguns discipulos do Conservatorio, que n'este estabelecimento haviam concluido o curso. Tanto na direcção d'esta aula como no exercicio do seu logar no Conservatorio, leccionação particular e concertos em que tomava parte, José Vieira desenvolveu por esse tempo uma actividade febril Um triste acontecimento veiu obrigal o a interromper esse ardente labor; n'um concerto realisado no Asylo das raparigas em 9 de maio de 1885, foi acommettido por um resfriamento occasionado pela imprudencia de tomar neve em quantidade excessiva, resultando lhe d'ahi uma pleuresia, de que enfermou gravemente. Restabelecido, mas não completamente curado, tornou-se aprehensivo pela sorte de sua mulher e filhas, chegando a dar indicios de perturbação mental, pelo que o fizeram recolher ao hospital do Conde de Ferreira no Porto. Por essa occasião lhe fôram tributados muitos testemunhos de estima, promovendo se-lhe em abril de 1886 e em março de 1887, dois concertos que renderam cêrca de dois contos de reis. Em 1888, tendo melhorado consideravelmente, voltou a trabalhar, dedicando-se ao ensino com excessiva actividade O seu estado de saude foi se aggravando, até que lhe sobreveiu uma pneumonia, que em poucos dias o victimou.

Vieira *(José Augusto)*. Cirurgião-medico pela escola do Porto, e escriptor. N. em Valença em 13 de julho de 1856, fal. em 1890, no mesmo dia em que completava 34 annos de edade. Era filho de Antonio José Vieira e de D. Maria das Dôres Cruzeiro Seixas. Querendo seguir a carreira de medicina, matriculou-se na Escola Medica do Porto, seguindo o curso com toda a distincção, defendendo these em 19 de julho de 1880, escolhendo para assumpto: *Um capitulo de hygiene—Os nossos vestidos*, o qual n'esse mesmo anno foi publicado no Porto. Principiou a exercer a sua clinica como medico militar, e depois de ter sido cirurgião ajudante, foi cirurgião-mór d'um regimento, passando por fim a servir na guarda fiscal. Como escriptor, evidenciou-se bastante, principalmente na sua obra *O Minho Pittoresco*, 2 grossos volumes illustrados, que mereceu os elogios da imprensa, os quaes se publicaram em 1886 e 1887, editados pelo livreiro editor Antonio Maria Pereira. Parece que José Augusto Vieira pensava em escrever egual trabalho ácérca das outras provincias do Portugal. Escreveu mais: *Phototypias do Minho*, Porto, 1879; é uma collecção de contos, parte dos quaes tinham saido já em diversos jornaes com o pseudonymo de *Ruy de Pina; A Divorciada*, romance naturalista, Porto, 1881; apreciado favoravelmente pela critica, e muito especialmente por Camillo Castello Branco e Theophilo Braga. Em 1884 publicou um folheto apreciando vantajosamente a *Lyra intima*, de Joaquim de Araujo. Dispersos em varios jornaes, *A Folha Nova*, *A Era Nova*, *A Revista dos Estudos Livres*, se encontram varios e interessantes contos seus intitulados: *A Doença*

de Mimi, Um par de luvas, De marçano a commendador, etc.

Vieira *(José Martiniano da Silva)*. Typographo, jornalista e escriptor. N. em 1802, e fal. em setembro de 1880. Era filho de José da Silva Vieira, um dos soldados da Guerra Peninsular, que depois foi chefe da direcção do ministerio da guerra; irmão mais velho do jornalista e traductor Francisco Ferreira da Silva Vieira (V. *este nome)*. José Martiniano da Silva Vieira foi empregado no ministerio da guerra, como seu pae, desde 1824 até á Convenção de Evora Monte em 1834; sendo ao mesmo tempo empregado civil e pertencente á 1.ª linha do exercito, onde chegou ao posto de alferes do infantaria n.º 7, e assistente do ajudante general com o exercicio na 2.ª divisão do exercito de operações de Santarem. Além d'isso, foi alferes, tenente e capitão graduado do 2.º batalhão de voluntarios realistas, e ajudante do corpo por mais de 2 annos. Foi encarregado de instruir e disciplinar as praças dos voluntarios realistas de Thomar, emquanto estiveram de quartel no convento de S. Francisco de Paula; foi egualmente encarregado de instruir e disciplinar os voluntarios realistas de Leiria, que lhe fôram entregues na Figueira, os de Torres Vedras, com quem serviu em Buarcos, quando ali foi preencher as vagaturas do major Quinhones e ajudante Emiterio, que tinham desertado; o batalhão provisorio organisado em Pombal; a columna sobre o Mondego, e finalmente infantaria n.º 7, onde, como dissémos, foi alferes. Como seguia o partido miguelista, perdeu com a mudança do governo em 1833, o seu logar e a sua carreira, e para assegurar meios de subsistencia, estabeleceu em 1836 uma typographia, onde exerceu a arte typographica, que nunca aprendera, e que só conhecia como curioso por ter visto a imprensa da secretaria da guerra; não obstante, em breve se tornou mestre, chegando a publicar em 1839 alguns numeros d'um guia typographico, com o titulo de *Archivo typographico*. Foi depois socio fundador e presidente por mais d'um anno da *Academia dos Pacificos*, chamada mais tarde *Academia das Letras e Sciencias*, e foi redactor do *Porto Franco*, do *Mercurio Lisbonense*, da *Fenix*, do *Expositor*, do *Viziense*, do *Ecco da Beira e Douro*, e do *Povo legitimista*, onde defendeu com paixão as ideias politicas que professava. Em 1861 retirou-se para uma quinta, de que era administrador ou arrendatario, e directo senhorio o marquez de Penalva, a *Quinta do Paço de Valladares*, d'onde nunca mais saiu, fechando-se em excessiva misantropia, e entregando-se exclusivamente á agricultura. Em fins de 1877 teve um ataque apopletico, que o deixou um tanto leso, o que junto com uns velhos padecimentos de estomago e de intestinos, vivia em estado lastimoso até que falleceu. Com o pseudonymo de *José Pequeno* escreveu *A minha vida e a dos meus amigos ou os ultimos quarenta annos*. Esta obra tem curiosos e interessantes pormenores sobre a vida de muitos homens notaveis, que, como José Agostinho de Macedo, figuraram na scena politica ou litteraria, no principio do seculo XIX em Portugal. Quando se entregava a trabalhos typographicos, publicou muitas obras que elle proprio escrevia ou traduzia do francez, de que mencionaremos as seguintes: *O medico e a menina emigrada, romance de Victor Ducange*, traducção; 3 tomos, Lisboa, 1844-1845; *Os mysterios d'um nascimento, ou a velha da Surena*, do mesmo autor, traducção, 2 tomos, Lisboa, 1845; mais estes 3 romances traduzidos: *O tonel de Diogenes*, *O amnistiado*, e *Léa Amelia*, 2 tomos; publicou tambem um romance original *Eulalia, ou a filha do general*, 3 tomos; e varias peças theatraes: *D. Manuel de Azevedo*, drama; e as comedias *A minha gata malteza*, *Tudo á janella*, *Os dois rivaes de si mesmo*, e *O Baile*. Escreveu mais: *Auxilio de estudiosos ou diccionario de sentenças, conceitos e conhecimentos uteis*, Lisboa, 1845; *Ensaio historico sobre os nomes proprios entre os povos antigos e modernos, trasladados para a lingua portugueza*, Lisboa, 1845; *A victima das traições ou cincoenta annos da vida do sr. D Miguel de Bragança*, Porto, 1855; *Novissimo manual de agricultura, ou guia do lavrador e cultivador portuguez*, Porto, 1855; *Recopilação de cartas e de alguns fragmentos historicos relativos á guerra peninsular*, Lisboa, 1840, sem o nome do autor; *A collocação e serviço dos postos avançados em campanha*, Lisboa; *Diccionario das invenções, origens e descobertas, traduzido e ampliado*; saía periodicamente, mas só se imprimiram 25 folhas; *O juizo imparcial, ou a defeza dos vencidos*, Lisboa; *Bases de um plano geral de organisação para o exercito portuguez, ou de quanto respeita á parte militar desde a secretaria dos negocios da guerra até á ultima repartição sua dependente*, Lisboa, 1851; era dedicada ao conde de Barbacena: *Os legitimistas do norte, ou breve resenha dos ultimos quarenta annos*, Porto, 1854.

Vieira *(Julio)*. Actor muito apreciado e escriptor dramatico, fal. no Rio de Janeiro em 26 de fevereiro de 1894. Era filho do commissario da divisão de guerra, em Extremoz, Manuel dos Santos Moraes Vieira, foi alumno do collegio dos aprendizes do Arsenal do Exercito, onde tantos homens se educaram em artes e officios, distinguindo se n'elles, visto como n'esse util estabelecimento se lhes proporcionava bella aprendizagem e noções litterarias completas para o fim especial da instrucção technologica n'elle ministrada. Saiu do Arsenal aos 17 annos de edade, e tornando-se enthusiasta pelo theatro, escolheu a carreira de actor, que era o seu maior desejo. Conseguiu entrar para o Gymnasio como comparsa. Julio Vieira vivia quasi exclusivamente na caixa do theatro, o o ensaiador Romão Antonio Martins, vendo aquella boa vontade protegeu-o, dando-lhe um papel de creado na comedia em 3 actos, *O Importuno*, de Francisco Serra, do que elle se saiu muito bem. Essa estreia animou o, assim como o ensaiador que desejou logo escriptural o, mas a empresa é que se recusou, e Julio Vieira abandonou o Gymnasio, e fez-se actor ambulante, entrando n'um grupo de actores que se organisou, e percorreu durante seis mezes Thomar, Elvas, Campo Maior, interpretando papeis de primeira ordem no *Grumete* e na *Probidade*, de Cesar de Lacerda. Voltando a Lisboa, a empresa do Gymnasio escripturou o então, e ali se conservou até 1868. Creou o papel do empregado da Misericordia, no drama *Os Engeitados*, de Antonio Ennes A sua scena comica *O Garoto dos jornaes*, representou a pela primeira vez em S. Carlos, n'um beneficio, a 2 de junho de 1873; mais tarde, tambem obteve enorme exito no Porto. Foi convidado para o quadro artistico

do theatro das Variedades em 1868, estreando-se na comedia *A Familia dos Possidonios*. O publico recebia-o sempre com applausos, e a imprensa animava-o com a mais lisonjeira critica. A empresa falliu, e Julio Vieira tornou para a provincia, fazendo parte d'uma companhia debaixo da direcção de Wolckart, homem muitissimo intelligente e d'um tacto superior como empresario. Estando em Evora enamorou-se d'uma senhora, com quem casou 9 annos depois, D. Elisa Augusta Gomes, filha do major reformado José Gomes. Em 1870 foi escripturado para o theatro do Principe Real pela empresa Cesar de Lima. Na epoca seguinte desempenhou muito bem papeis nas peças *João Cocheiro*, *Ali-Baba*, na magica *A Fada do deserto*, e em muitas outras peças, operettas e scenas comicas. Tambem n'essa feliz epoca, estreou-se como autor dramatico, escrevendo, em collaboração, a scena comica *Diogo Alves*, que teve um grande successo. Transitou depois para o antigo theatro da Rua dos Condes, onde desempenhou papeis de responsabilidade, como no drama *A Graça de Deus*, e papeis comicos na *Filha do Ar* e *Cebola mysteriosa*. O empresario Pinto Bastos levou-o para as Variedades, e representou ali com geral applauso nos *Filhos da Republica*, *Louco da Serra*, etc. Em novembro de 1874 fez parte d'uma companhia que devia inaugurar o theatro da Trindade, no Porto, que pouco depois era presa d'um incendio que o destruiu, e nunca mais se restaurou. Ainda ali chegou a representar, obtendo ruidosos triumphos. Por esse tempo tambem entrou n'algumas recitas no theatro Academico, de Coimbra. A convite do escriptor theatral Ernesto Biester, entrou no theatro de D. Maria II, onde continuou a agradar, representando o papel do italiano no *Capitão Carlota*, *Gaiato de Lisboa*, *Mosqueteiro*, *A Conspiração na aldeia*, e na *Mulher que deita cartas*. Conservou-se n'aquelle theatro 5 epocas consecutivas. Esteve depois anno e meio sem escriptura; convidando então alguns collegas desempregados, organisou um grupo que foi explorar o antigo theatro dos Recreios, sob a sua direcção, sendo elle actor e ensaiador. Em dezembro de 1882, por solicitação da empresa Ruas Irmãos, passou ao theatro do Principe Real, onde foi honrosamente nomeado ensaiador na ausencia do actor Brandão, e depois d'este regressar do Brazil, ficou com o cargo de 2.º ensaiador. Entrou logo, ensaiando em 12 dias *O Naufragio da fragata Medusa*. Em 1893 partiu para o Brazil na companhia de Amelia Vieira, Brandão e Alvaro, e ali trabalhou no theatro Apollo do Rio de Janeiro, e nos de S. Paulo, Campinas e Santos, merecendo sempre muitos applausos. Desejando assegurar ao seu grupo um futuro risonho, demorou-se no Rio de Janeiro, onde a fatal epidemia da febre amarella o victimou. Além do que fica apontado, escreveu mais a scena comica *Está tudo no prégo*, que teve numerosas representações; as peças seguintes, que todas obtiveram exito: *O Zé*, *Os terremotos da Andaluzia*, *A Expulsão dos jesuitas*, *Carmo*, parodia á opera *Carmen*, de Bizet, *Braga & Guimarães*, *Martinho dá me o café*, e a *Morgadinha do Valle de Pereiro*, engraçada parodia, em verso, da *Morgadinha de Valflôr*, de Pinheiro Chagas. Julio Vieira redigiu a secção dos *Ridiculos*, na antiga *Folha do Povo*. Era um actor consciencioso, muito estudioso e de elevado merecimento. Sempre alheio ás habituaes intrigas de bastidor, tinha as sympathias não só dos empresarios e dos collegas, como das plateias, tanto em Lisboa, como no Porto e no Brazil.

Vieira *(Manuel José)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, antigo presidente da camara municipal e da junta geral do districto do Funchal, socio do Instituto de Coimbra, da Associação dos escriptores e jornalistas e da Sociedade de Geographia de Lisboa, antigo deputado, conselheiro, etc. N. no Funchal a 7 d'agosto de 1836. Completou em 1855 o curso do lyceu d'aquella cidade, obtendo em todos os exames as mais distinctas classificações. Seguiu pára Coimbra n'esse mesmo anno, onde cursou a Universidade, estudando direito, sendo sempre considerado um estudante intelligentissimo. Em 1860 tinha-se formado na referida faculdade, e foi provido na cadeira de geographia, chronologia e historia no lyceu do Funchal, depois do respectivo concurso. Em maio de 1861 estabeleceu n'aquella cidade banca de advogado, foi depois vereador da camara municipal, sendo eleito presidente por vezes. Os seus serviços n'este cargo em duas gerencias a seguir, fôram importantes. Muitos melhoramentos se iniciaram então, avultando entre elles o magnifico edificio destinado aos paços do concelho e tribunaes, que não se chegou a concluir, em consequencia da crise politica de 1868. Tambem desenvolveu quanto possivel a viação municipal. Em 1880 foi eleito presidente da Junta Geral do Districto do Funchal. N'esta corporação servia já desde 1862, sendo algumas vezes eleito procurador por mais d'um circulo. Exerceu os cargos de conselheiro do districto, presidente da commissão administrativa da Santa Casa da Misericordia, secretario da commissão administrativa do Asylo da Mendicidade e Orphãos, presidente da commissão de recenseamento, vogal da commissão anti-phylloxerica, secretario do lyceu e seu reitor interino, secretario da Associação Commercial, presidente da Sociedade de Beneficencia, e presidente da direcção da Sociedade Cooperativa. Pertencendo ao partido progressista, foi o chefe d'este partido na ilha da Madeira, sendo eleito deputado, pela primeira vez, pelo circulo de Santa Cruz, em 1878, reeleito em 1881, em 1884, e ainda em outras legislaturas. Conseguiu para a Madeira a unificação da moeda, a entrada do milho de Cabo Verde livre de direitos, e mais outras medidas de grande utilidade para aquella ilha. Tem collaborado n'alguns jornaes de Lisboa e do Funchal, tendo sido um dos mais assiduos collaboradores do *Direito*, publicado n'esta ultima cidade. Em 1903 era presidente da camara municipal. Por occasião da visita da familia real, em 1901, á ilha da Madeira e ás dos Açôres, concorreu muito para o brilhantismo das festas que se realisaram no Funchal em honra dos regios visitantes.

Vieira *(P. Manuel Mendes)*. Era natural do Porto e viveu no seculo XVII. Seguindo a vida ecclesiastica, foi beneficiado na sé do Porto, mestre de cerimonias do bispo D. Nicolau Monteiro, depois prior de Santa Marinha do Zezere, e de S. Nicolau da cidade do Porto. Compoz e imprimiu em 1673 um livro lithurgico intitulado *Officio sanctorum*, etc. Deixou manuscripta uma noticia da freguezia de S. Nicolau do Porto.

Vieira *(Fr. Nicolau)*. Religioso da ordem de S. Bernardo. N. em Miranda do Corvo nos fins do seculo XV ou principios do XVI. Foi monge do mosteiro d'Alcobaça. O abbade D. Estevão de Aguiar incumbiu o de escrever um livro intitulado: *Feitos, victorias e martyrios dos apostolos*, outro da *Fundação do mosteiro de Cister*, e outro da *Fórma como se devem fazer as visitas.*

Vieira *(P. Sebastião)* Jesuita. N. em Castro Daire a 20 de janeiro de 1572, e professou na Companhia de Jesus em 1591. Depois de estudar sciencias ecclesiasticas no collegio de Evora, partiu para a India Oriental, e chegando a Gôa, pouco se demorou, seguindo logo viagem para Macau, onde se conservou tres annos como procurador da provincia e mestre de noviços. De Macau passou ao Japão, onde estava em 1619 quando os missionarios jesuitas fôram expulsos d'aquelle imperio. Partiu então para Manilha, mas não tardou a voltar disfarçado ao Japão, d'onde saiu emfim para Roma em 1627 como procurador das christandades d'aquella provincia. Depois de ter sido recebido pelo papa Urbano VIII, tornou a Portugal, d'onde saiu pela segunda vez para o Oriente, seguindo o primitivo itinerario: Gôa, Macau, Manilha e Japão. Ja disfarçado, mas não conseguiu escapar á perseguição do governo d'aquelle imperio. Foi preso e conduzido a Yeddo, onde o condemnaram ao horrivel supplicio das covas em que durou tres dias, até que lhe abreviaram o tormento, queimando o no dia 6 de junho de 1634. Além das cartas annuaes e do diario da sua jornada de Macau a Manilha, ainda ha d'elle duas cartas escriptas do carcere a alguns dos seus confrades da Companhia, e um *Compendio da fé catholica*, escripto em japonez.

Vieira *(Fr. Simão)*. Era natural de Coimbra e viveu no seculo XVI. Professou na Companhia de Jesus, e escreveu duas d'essas tragedias latinas, que constituiram um genero especial dos jesuitas. Uma d'essas tragedias tem por assumpto o caso de Heli, a outra a morte de Saul e de Jonathas. Escreveu tambem em latim um tratado canonico sobre interdicto, suspensão e irregularidade. Tudo ficou manuscripto. Estando em Roma, abandonou a Companhia de Jesus, e passou a vestir o habito de eremita de Santo Agostinho, em 1576, fallecendo pouco depois n'um convento d'essa ordem.

Vieira. Villa e denominação legal d'um conc. e d'uma com. da prov. do Minho, no distr. e arceb. de Braga. A séde d'este conc. fica no logar de Brancelhe da freg. de S. João Baptista, de Mosteiro, que dista de Vieira cêrca de 2 k. O antigo conc. assim denominado, tinha em tempos remotos o nome de Vernaria, e compunha se das 6 freguezias: S. João, de Vieira, Taboaças, Eira Vedra, Cantellães, Pinheiro e Villar Chão; o actual é constituido por 20, que adeante vão mencionadas. Mosteiro é fundação antiga, e consta que foi commenda dos Templarios, que edificaram ali um mosteiro da sua ordem, que existiu até 1311, e em 1319 passou a ser commenda da ordem de Christo, e foi dada aos morgados do Calhariz. A egreja d'esse antigo mosteiro é hoje a matriz. Teve foral, que lhe foi dado por D. Manuel I, em Lisboa, a 15 de novembro de 1514. O seu ultimo donatario foi Francisco Peixoto Pinto Coelho Pereira da Silva, 13.º senhor de Felgueiras e Vieira, 15.º de Fermedo e Prestimo da Marinha com a villa de Cabeçaes, honra e morgados de Calvilhe e Pendilhe, da grande quinta dos Cedros da Regoa, e de varias outras, fallecido em 1845 Pertence á 3.ª div. mil., 5.ª brigada, grande circumscripção mil. N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. Vieira fica situada em terreno montanhoso, mas fertil, na margem esquerda do rio Cávado, e não longe da origem do Ave, a ENE da séde do distr. Vieira tem est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; feira ás 2.ªs feiras na séde do conc., e annual no sabbado, domingo e 2.ª feira do mez d'outubro, denominada *Feira da Ladra;* advogados, associação *Syndicato Agricola de Vieira*, hospedarias, medico, pharmacia, notario, negociantes de gado, escolas d'ambos os sexos, sociedade *Club Vieirense*, etc. Tem-se ali publicado os jornaes: *Aurora do Ave*, 15 de junho de 1892; *Correio de Vieira*, 3 de maio de 1906; em 1913 publicavam-se: *A Cabreira*, *Commercio de Vieira* (semanal), e o *Povo de Vieira*. O conc. compõe-se de 20 freguezias, conforme dissémos, com 3:672 fog. e 15:009 hab., sendo 6:867 do sexo masc. e 8:143 do fem., n'uma superficie de 23:532 hect. As freguezias são as seguintes: Santa Maria, de Anjos, 543 hab.: 234 do sexo masc. e 314 do fem.; Santa Maria, de Annissó, 337 hab.: 156 do sexo masc. e 181 do fem.; S. Vicente, de Campos, 474 hab.: 218 do sexo masc e 256 do fem.; S. Mamede, de Caniçada, 503 hab.: 200 do sexo masc. e 303 do fem.; Santo Estevão, de Cantelães, 695 hab.: 294 do sexo masc. e 401 do fem.; S. João Baptista, de Cova, 341 hab.: 142 do sexo masc. e 199 do fem.; S. Paio, de Eira Vedra, 644 hab.: 309 do sexo masc. e 335 do fem.; S. Thiago, de Guilhofrei, 1:015 hab.: 474 do sexo masc. e 541 do fem.; N. S.º do Rosario, de Loredo, 542 hab.: 253 do sexo masc. e 289 do fem.; S. João Baptista, de Mosteiro, 2:170 hab.: 1:053 do sexo masc. e 1:117 do fem.; S. Julião, de Parada de Bouro, 688 hab.: 296 do sexo masc. e 392 do fem.; Santa Maria, de Pinheiro, 584 hab.: 269 do sexo masc. e 315 do fem ; O Salvador, de Rossas, 2:435 hab.: 1:122 do sexo masc. e 1:313 do fem.; S. Martinho, de Ruivães, 1:686 hab.: 841 do sexo masc. e 845 do fem.; S. Geus, de Salamonde, 557 hab.: 238 do sexo masc. e 319 do fem.; S. Martinho, de Soengas, 168 hab.: 76 do sexo masc. e 92 do fem ; Santo Adrião, de Soutello, 229 hab.; 106 do sexo masc. e 123 do fem.; S. Julião, de Taboaças, 581 hab.: 255 do sexo masc. e 326 do fem.; S. Martinho, de Ventosa, 412 hab.: 164 do sexo masc. e 248 do fem.; S. Paio, de Villar Chão, 400 hab.: 167 do sexo masc. e 233 do fem. O principal commercio de todo o conc. é gado vaccum, milho, centeio, batata e castanhas. || Pov. e freg. de N. S.ª dos Milagres, da prov. da Extremadura, conc., com. e distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 1:038 fog. e 4:037 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., medico, pharmacia, fabricantes de limas; feira de gados e cercaes no dia 12 de cada mez, e um mercado de productos agricolas aos domingos. Está situada n'uma campina a 2 k. da margem esquerda do rio Liz, a 4 do Oceano, e a 17 da séde do conc. Esta parochia comprehendo as aldeias ou casaes dos Lobos, das Raposas, d'Anja, Passagem e Bóco. Vieira foi uma pov. da freg. de S. Lourenço, de Carvide, até 1740. em que se tornou parochia independen-

te. Em 1615 construiu-se em Vieira uma ermida de N. S.ª dos Milagres, para mais commoda administração dos sacramentos, por contar ao tempo a dita pov. já grande numero de habitantes e estar a distancia da freg. de Carvide, a que então pertencia. Creada a nova parochia em 1740, serviu de matriz a citada ermida até 1767, data em que se construiu a matriz actual; apenas em 1783 se fez de novo o arco da capella mór por se julgar pequeno o primeiro Em Vieira ha uma estancia balnear chamada *Praia da Vieira*, que é muito concorrida. A freg é séde d'um partido municipal, do qual fazem parte as freguezias de Carvide, Coimbrão, Monte Real, Monte Redondo e Souto da Carpalhosa. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria. || Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Armil, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Mamede, de Cuide de Villa Verde, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, distr. de Leiria.

Vieira e Brito (*D. Francisco José Ribeiro*). Bispo de Lamego. N. na freguezia do Santa Maria de Rendufinho, concelho da Povoa de Lanhoso, a 6 de julho de 1850, sendo filho do dr. Francisco Hylario Ribeiro de Sousa e Brito, antigo deputado, e de D. Felizarda Rosa Vieira de Campos. Matriculado no lyceu de Braga, fez os seus estudos preparatorios com muita distincção e theologicos no seminario archi-diocese, sabendo conquistar sempre a sympathia e dedicação dos seus condiscipulos. Em 1872 matriculou-se na faculdade do direito na Universidade de Coimbra, recebendo o grau de bacharel em 18 de junho de 1877, depois d'um curso distincto. Concluida a formatura assentou banca de advogado na Povoa de Lanhoso, deixando de exercer a sua advocacia em 30 d'agosto de 1878, pra reger a cadeira de theologia moral no seminario de Braga, sendo poucos mezes depois nomeado pelo prelado archi diocesano para desembargador da Relação Ecclesiastica e promotor do arcebispado. Por duas vezes exerceu o cargo de reitor do lyceu de Braga. Tendo sido elevado a vigario geral em 1888, era em 1891 apresentado conego da Sé Primacial, exercendo as funcções de governador da archi-diocese na ausencia do respectivo prelado. Tal era o seu valor e a grande consideração em que estava tido nos altos poderes, que em 13 de janeiro de 1892 era apresentado bispo de Angra, sendo confirmado em 5 de março do mesmo anno e sagrado em 27 d'este mez, na Sé Primaz. Em 11 d'abril seguinte tomava posse da sua diocese, ondo com a sua actividade, energia e elevada competencia, iniciou um notavel governo, que lhe grangeou o maior respeito e as maiores sympathias dos seus diocesanos. Por occasião da visita das pessoas reaes aos Açôres, em 1901, el rei D. Carlos agraciou-o com a gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa Tendo fallecido em 3 de dezembro de 1901, qua si inesperadamente D. Antonio Thomaz da Silva Leitão e Castro, bispo de Lamego, foi apresentado o illustre bispo de Angra para esse elevado cargo, de que tomou posse em 1 de janeiro de 1902, cerimonia que foi revestida de toda a solemnidade.

Vieira de Campos Carvalho (*Adelino*). Doutor em medicina pela Universidade de Coimbra, e lente da sua faculdade. E' natural de S. Gens de Calvos, concelho de Povoa de Lanhoso. Seu pae tem egual nome. Foi doutorado a 12 de julho de 1897. Rege a 13.ª cadeira da faculdade de medicina, é vogal do conselho fiscal dos hospitaes da Universidade, e director do Laboratorio de analyses chimicas.

Vieira de Castro (*Antonio Manuel Lopes*). Celebre ministro que floresceu no seculo passado. N. na quinta do Ermo, que pertencia desde largo tempo á sua familia, no logar de S. Vicente de Passos, comarca de Guimarães, a 15 de julho de 1796, fal. em Campolide a 20 de setembro de 1842. Era filho de José Luiz Lopes de Castro, capitão de Malta, e de D. Maria Vieira. Em 1813 foi se formar em canones na Universidade de Coimbra, e tendo completado a sua formatura a 10 de julho de 1819, tomou ordens com muita repugnancia, mas para satisfazer ás vivissimas instancias de seus paes, e foi tomar posse da riquissima abbadia de S. Clemente de Basto, que seu pae lhe obtivéra. Era effectivamente uma freguezia de tal fórma importante que tinha annexas 3 parochias, para as quaes podia nomear vigarios seus delegados, e só em dizimos rendia 8 a 10:000 cruzados. Tudo isso devia concorrer para que Vieira de Castro se mostrasse affeiçoado ao velho regimen, que lhe garantia a posse de tão magnificos proventos, mas não succedeu assim, porque Vieira de Castro, obedecendo unicamente á sua consciencia, manifestou-se sympathico á causa da revolução de 1820, e se em 1823 não foi victima da reacção, deveu-o á estima que por elle professavam os parochianos, e que o protegeu n'essa conjunctura. Veiu a proclamação da Carta Constitucional em 1826, e o abbade de S. Clemente de Basto de novo adheriu ao clero liberal. Quando veiu a nova reacção de 1828, d'essa vez é que nada lhe valeu. Vieira de Castro, para fugir ás perseguições miguelistas, teve de emigrar para Inglaterra. Organisada nos Açôres e depois no Porto a resistencia liberal, Vieira de Castro foi um dos que se apresentaram para combater, como soldado, apezar de ser padre, pela causa da liberdade. Esteve no Porto, onde o encarregaram principalmente d'algumas commissões para que estava habilitado, e segundo se affiança foi muitas vezes para a trincheira com a sua espingarda em punho. Ficando victoriosa a causa da Liberdade, uma das difficuldades que encontrou o novo regimen, foi a da questão ecclesiastica. Muitos bispos, partidarios de D. Miguel, tinham emigrado, deixando as suas sés não vagas, mas *impeditas*, e ao mesmo tempo encarregando do governo d'ellas padres que não podiam merecer a confiança do governo. E, para cumulo do infortunio, a Santa Sé, vendo com má vontade a nova ordem de cousas, longe de procurar sanar essas difficuldades, cada vez as aggravava mais. Foi n'estas desagradaveis circumstancias que o governo escolheu Vieira de Castro para governar a diocese de Vizeu, exactamente aquella de que fôra bispo D. Francisco Alexandre Lobo, ministro de D. Miguel e o mais ardente de todos os prelados absolutistas. Vieira de Castro soube ser o mais conciliador possivel. Governando com energia chamou ao mesmo tempo para junto de si o padre que D. Francisco Alexandre Lobo encarregára do governo episcopal, por intermedio d'elle fez expedir as provisões e

ordens politicas, e assim conseguiu evitar os conflictos que podiam d'outra fórma pronunciar-se. Quando se deram as primeiras eleições geraes, em 1834, Vieira de Castro foi eleito deputado pela Beira Alta, e tomou assento na camara nos bancos da opposição progressista. Comtudo, foi sempre moderado, e não acompanhou os seus correligionarios nas aggressões pessoaes aos ministros. Essa moderação não o salvou, comtudo, de ser demittido pelo governo, que estava sendo intransigente, do logar de governador do bispado de Vizeu. Dissolvidas as camaras, Vieira de Castro foi de novo eleito pela Beira Alta, apezar da pressão violenta exercida pela autoridade, e juntamente com Vieira de Castro fôram eleitos todos os da sua lista. D'aqui resultou que o districto de Vizeu, como o districto do Porto, mandaram á camara deputados da opposição, que fôram recebidos com verdadeiro enthusiasmo em Lisboa, resultando d'ahi o movimento de 9 de setembro de 1836, que produziu a queda do ministerio, e que ficou sendo conhecido pelo nome de *revolução de setembro.* Organisou se então o ministerio, de que era alma Passos Manuel, e em que entrou Vieira de Castro como ministro da justiça e dos negocios ecclesiasticos. Procurou o movimento da *Belemzada* derrubar o ministerio de 10 de setembro, mas não conseguiu senão firmal-o, e Vieira de Castro voltou ao poder, reassumindo o seu logar de ministro da justiça e dos negocios ecclesiasticos, sendo tambem nomeado interinamente ministro da marinha e ultramar, o que era um logar pouco extranho para ser exercido por um padre. Depois foi eleito deputado pelos circulos de Guimarães, Penafiel, Porto e Vizeu, optou pelo circulo de Guimarães, que era o da sua naturalidade; caindo o ministerio, Vieira de Castro saiu ainda 4 dias primeiro que os seus collegas, porque pediu a demissão a 27 de maio de 1837, substituindo o provisoriamente na marinha Sá da Bandeira e na justiça Passos Manuel. Resumido ao seu logar na camara, fez moderada opposição ao ministerio seguinte, que o nomeou guarda-mór da Torre do Tombo, logar mais honorifico que rendoso. Nas seguintes eleições foi reeleito por Guimarães. Mais intransigente foi o ministerio Bomfim, que guerreou asperamente a sua candidatura e a dos seus correligionarios, conseguindo que pela primeira vez depois de 1834 deixasse de ser deputado. No principio de 1842 foi restaurada a Carta Constitucional, e uma das primeiras cousas que fez o governo foi demittir Vieira de Castro do logar de guarda-mór da Torre do Tombo. Lisboa e o circulo da Extremadura deram-lhe, porém, uma prova estrondosa de consideração; a freguezia dos Martyres e a do Sacramento, de Lisboa, o escolheram para eleitor, e o collegio dos eleitores da Extremadura elegeu o deputado, sendo elle um dos pouquissimos deputados da opposição, que tomaram assento na camara em julho de 1842. Mas Vieira de Castro já entrou na camara doentissimo; procurou resistir á enfermidade para cumprir os seus deveres parlamentares, mas não pôde e teve de ir tratar-se para Campolide, onde falleceu, contando apenas 46 annos de edade.

Vieira de Castro *(José Cardoso).* Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, deputado, etc. N. no Porto a 2 de janeiro de 1838, fal. em Loanda a 7 d'outubro de 1872. Era filho do Luiz Lopes Vieira de Castro e de sua mulher D. Emilia Angelica Vieira de Castro, sobrinho do padre democrata e austero ministro setembrista Antonio Manuel Lopes Vieira de Castro (V. o *artigo antecedente).* Foi educado no collegio de Nossa Senhora da Lapa, do Porto, e passou depois á Universidade de Coimbra a formar-se em direito, sem que nos primeiros annos do seu curso, da mesma fórma que no tempo dos seus estudos preparatorios se tornasse extraordinariamente notavel. Em Coimbra era conhecido pela facilidade da sua palavra e pela viveza da sua intelligencia, bem como pelas tendencias gongoricas do seu nascente estylo litterario. Em 1857 manifestou se pela primeira vez a sua indole extraordinaria. Tinham se posto a concurso 4 cadeiras vagas da faculdade de direito. Entre os jovens oppositores, doutorados ultimamente na Universidade, o dr. Barjona de Freitas era o mais distincto, o seu talento, que depois se manifestou no fôro, no magisterio universitario, no parlamento e no governo do Estado, grangeara-lhe em Coimbra uma reputação assombrosa. Era uma das glorias incontestaveis da Universidade, e de que ella mais se ufanava. O jury, porém, que tinha de julgal-o tinha-lhe uma decidida má vontade, e Barjona de Freitas, apezar da sua superioridade incomparavel aos outros candidatos, foi reprovado em merito absoluto. Esta resolução era tão imprevista que causou em toda a assembleia um surdo murmurio de reprovação, e o escandalo ia passando som outro protesto, quando de repente saltou para cima d'uma cadeira um moço de 19 annos, e com uma palavra sonora e vibrante de indignação denuncia esse verdadeiro attentado, e declarando que rasgaria ali mesmo a sua batina se a mocidade academica assistisse impassivel a similhante violação de direito. Esse moço intrepido era Vieira de Castro. O applauso retombou por toda a parte fervente e caloroso. (V. no *Portugal*, vol. II, *Barjona de Freitas).* A reputação de Vieira de Castro estava feita. A sua popularidade entre os estudantes era inexcedivel. A cidade de Coimbra acompanhou a Academia nas suas manifestações e nos seus enthusiasmos, e veiu á porta da casa de Vieira de Castro uma turba enorme applaudil o e felicital-o. Comtudo, este acto de generosidade e esta manifestação brilhantissima do talento actuaram d'um modo funesto na carreira de Vieira de Castro; não por lhe demorarem a formatura, porque esse atraso depressa o resgatou a sua notavel intelligencia, mas porque lhe deu uma sêde insaciavel de popularidade, porque o apontou a todos como um agitador, porque o tomou a levar a direcção de manifestações mais infantis e menos justas do que a que fôra provocada por esse revoltante escandalo do jury. N'esse momento o corpo docente cedeu deante d'essa manifestação imponentissima da Academia, retirou-se para deliberar, procedeu a novo escrutinio, e Barjona de Freitas saiu então approvado em merito absoluto e relativo. Comtudo, Vieira do Castro havia de pagar caro a vergonha por que fizéra passar o corpo docente. Não o tardou a sentir. A faculdade de direito, em congregação plena, declarou que Vieira de Castro perdera o anno, e elle partiu logo para Lisboa a protestar contra similhante resolução. Tal era a justiça da sua causa, que o governo fulminou com uma portaria aspera a con-

gregação da faculdade, e mandou admittir Vieira de Castro. Mas a Universidade sentia-se ferida nos seus brios, e por isso não hesitou em proseguir na campanha, deliberando o conselho dos decanos riscal-o por 2 annos. Vieira de Castro recorreu d'essa nova decisão, e tratou de vir a Lisboa. Entre os homens que se interessavam pelo assumpto era geral a indignação. Muitos homens de letras, com Herculano á sua frente, resolveram dirigir uma representação a el-rei D. Pedro V; mas o recurso foi mandado ao conselho superior do instrucção publica, e este, não ousando tomar uma decisão a favor e não querendo tomal-a contra, saiu da difficuldade o melhor que pôde imaginar, não tomando resolução alguma. D'essa fórma, Vieira de Castro conservou-se 2 annos riscado da Universidade. Voltou no fim d'esse tempo a frequentar o curso, estudou o 4.º anno, fez exame, foi approvado, e teve por isso o grau de bacharel. Para ser bacharel formado teve de estudar o 5.º anno. As suas relações com os lentes não eram cordeaes, como bem se póde suppôr, mas conservavam-se n'uma prudente reserva. N'essa epoca, Vieira de Castro escrevia, de collaboração com Castello Branco, no *Atheneu*, e tambem no *Nacional*, do Porto, que já lhe publicára em tempo, em folhetins uma traducção da *Solidão*, de Zimmermann. No *Nacional* publicou por esse tempo uma analyse implacavel d'um discurso do reitor. Pódo se imaginar bem, que o reitor ficou esperando a primeira imprudencia para então se vingar. Essa imprudencia veiu, provocada talvez pelo funccionario com quem se travou a questão. O guarda mór da Universidade, a proposito d'uma frivolidade de trajo, teve uma altercação com Vieira de Castro, em que este o tratou desabridamente. Reuniu-se o conselho dos decanos e condemnou-o a ser riscado para sempre da Universidade, baseando-se a sentença na *reincidencia* do accusado. Foi preciso tomar precauções militares, e Vieira de Castro para evitar conflictos retirou se para a sua quinta do Ermo, junto de Fafe. Foi então que appareceu o seu celebre livro *Camillo Castello Branco —Noticia da sua vida e obras*, que se vendeu rapidamente, tendo em pouco tempo 3 edições, e ficando notavel, mais do que por outro qualquer titulo, porque n'elle se revelava um espirito revolucionario em litteratura e em moral social. Fôra a rispidez do reitor da Universidade, o visconde de S. Jeronymo, que provocára todos os seus infortunios academicos; mas o peso do seu regimen effectivamente despotico, fazia-se tambem sentir sobre os antigos condiscipulos de Vieira de Castro. A Academia em 1864 reagiu contra o reitor, e Vieira de Castro, apenas o soube, escreveu e imprimiu uma *Carta aos academicos*, que fez um successo enorme em Coimbra. As autoridades assustadas tiveram de dissolver uma reunião em que se tratava de descobrir o modo de agradecer condignamente a Vieira de Castro o seu offerecimento. Afinal o reitor foi demittido, e readmittiu se Vieira de Castro, que já tinha licença do governo, e matriculou-se no 5.º anno do curso juridico. Durante esse anno deram-se ainda acontecimentos extraordinarios na Universidade, que puzeram mais uma vez ainda em perigo a formatura de Vieira de Castro. Foi no mesmo anno lectivo de 1864 que a Academia, indignada contra a fôrça militar, pediu que saisse de Coimbra o regimento de guarnição. Como não foi attendida, sairam os estudantes, indo uma grande parte d'elles para o Porto, ficando outros em Coimbra; mas como os chefes entendessem que essa desunião podia prejudicar a causa que elles julgavam sagrada, fôram ter com Vieira de Castro, que se conservava extranho a esse movimento, pedir-lhe que prégasse a união. Vieira de Castro convocou para uma reunião no theatro os seus condiscipulos que se haviam conservado em Coimbra, fez lhes um discurso cheio de eloquencia, incitou-os a partir para o Porto, e foi com elles. N'aquella cidade fizeram-lhe uma recepção extraordinaria. Era já conhecido pelo nome do *orador da Academia*. Deve-se, porém, dizer, que se elle se pôz á frente do movimento, foi tambem quem aconselhou moderação e prudencia, e que por fim levou os seus collegas a acceitarem a conciliação proposta pelo vice-reitor da Universidade José Ernesto de Carvalho Rego. Finalmente, Vieira de Castro conseguiu fazer o acto do 5.º anno, e esse acto foi, por todos os motivos um verdadeiro triumpho. Não pensou em se doutorar, e por conseguinte em frequentar o 6.º anno. Saiu da Universidade com uma tal reputação que logo os eleitores de Fafe lhe deram uma cadeira no parlamento, propondo-se elle pela opposição. A sua vida parlamentar foi distincta; comquanto não abandonasse a locução pomposa dos seus primeiros annos litterarios, proferiu alguns discursos, que ficaram memoraveis, como o da defeza das leis de desamortisação, outro a proposito da lei da liberdade de imprensa, e um outro em que flagelliou o ministerio transitorio do carnaval de 1865, e a que elle pôz a denominação burlesca de *ministerio da Maria Rita que morria a rir*. Era uma allusão a uma celebridade das ruas, a um passarinheiro que tinha uma ave a que chamava *Maria Rita*, e essa allusão foi bastante censurada por ser um recurso á chalaça. No fim da sessão parlamentar de 1866, Vieira de Castro entendeu que devia publicar os seus discursos. Como tinha recebido um grande numero de felicitações do Brazil, pensou que poderia ir ali collocar facilmente uma grande edição, o que lhe proporcionaria meios de fortuna, que lhe estavam escasseando, e em setembro d'esse anno partiu com 10:000 exemplares do seu livro. Foi acolhido admiravelmente, tanto que desistiu do seu primeiro plano, e em vez de vender o livro, resolveu presentear com elles varios institutos portuguezes de beneficencia do Brazil: 1:000 exemplares ao hospital portuguez da Bahia; 1:000 ao de Pernambuco; 3:000 á Sociedade Portugueza de Beneficencia do Rio de Janeiro; 3:000 á Caixa de Soccorros de D. Pedro V, e destinou 1:000 exemplares para auxiliar o projecto d'um passeio publico em Fafe, cujo circulo representava no parlamento. Accrescentou esto acto de beneficencia, fazendo uma conferencia ácêrca da caridade, no dia 26 de janeiro de 1867 no salão do theatro lyrico perante um numeroso auditorio, que concorreu com o seu obulo para esta festa, revertendo o seu producto para um instituto de beneficencia. Um mez depois, a 28 do fevereiro de 1867, casou com uma senhora, de quem se enamorara, filha d'um portuguez enriquecido no Brazil. Durante a sua permanencia no Rio de Janeiro recebeu a commenda da ordem de Carlos III, de Hespanha, que lhe concedeu a rainha D. Iza-

bel, por ter sido o relator da commissão diplomatica do tratado de livre navegação e cabotagem celebrado entre Hespanha e Portugal. Saindo do Rio de Janeiro com sua mulher, fez uma viagem pelos Estados Unidos, passou a Inglaterra, e em setembro de 1867 desembarcava em Lisboa, indo depois viver para uma quinta em Moreira, nas proximidades do Porto. Em 1868 propôz se deputado pelos circulos de Bouças e de Fafe, mas o governo guerreou-lhe a candidatura, e não foi eleito. Em 1869 imprimiu no Porto um folheto brilhantemente escripto, intitulado a *Republica*, inspirado pela sua visita aos Estados Unidos. Principiou então a mudar a cada instante de projectos. Pensou em ir de novo ao Brazil, e exercer ali a advocacia, e começou a preparar-se para esse fim. Abandonou, porém, essa ideia por ter sabido que para advogar no Brazil, precisava naturalisar-se cidadão brazileiro. Quiz voltar á politica, e apresentou a sua candidatura pelo Porto, protegida pelo governo do duque de Loulé, mas á ultima hora, Faria Guimarães, que era uma grande influencia no Porto, apresentou a sua propria candidatura, e Vieira de Castro ficou vencido. Ao desgosto causado por este insuccesso na sua vida politica, succedeu pouco depois um outro de caracter gravissimo. Na tarde de 7 de maio de 1870, Vieira de Castro surprehendeu sua mulher escrevendo uma carta de amores, «sendo essa carta prova de adulterio, que foi confessado por sua propria mulher.» Vieira de Castro não endoideceu, nem caiu fulminado sob o inesperado d'aquelle golpe que o feria em cheio no coração, elle que era uma creatura essencialmente impressionavel, e que tinha por sua mulher a maior das adorações. Nem matou logo, no lance tremendo a adultera, nem succumbiu ao derrocar de todas as suas illusões de felicidade conjugal. O seu pundonor tão cruelmente ferido reclamava um desaggravo, e o offensor da sua honra foi chamado a dirimir pelas armas a aventura criminosa em que se lançára. Respondeu elle a Ramalho Ortigão, intermediario do marido deshonrado, que não se batia; mas que Vieira de Castro podia matal-o que não se defenderia. Participava lhe juntamente a sua intenção de ir para o estrangeiro no dia seguinte, a recolher-se a um convento, e informava-o de que iria a pé para a estação do caminho de ferro e a hora em que embarcava. Repellindo a solução que lhe era proposta, foi contra a esposa culpada que pôz o seu fito. Preveniu se com um frasco de chloroformio e derramou o liquido no leito conjugal, na persuasão de que sua mulher, respirando-lhe as exhalações quando adormecida, morreria sem soffrimento. Não aconteceu, porém, assim; a culpada acordou ao respirar aquelle extranho odôr, suspeitou as intenções do marido e quiz fugir do leito, e elle então asphyxiou-a, premindo-lhe demoradamente com a mão sobre o rosto, a roupa impregnada de chloroformio. Passou-se esta tragedia na madrugada de 9 de maio. Horas depois Vieira de Castro ia denunciar se á justiça e entregar se á prisão. A impressão que este crime causou em todo o paiz foi enorme, mas não foi menos no Brazil. Lá como cá dividiram-se as opiniões, mas no Brazil, sobretudo entre os compatriotas da morta, havia mais quem condemnasse o marido. Em Portugal, a opinião publica, que a principio fôra favoravel a Vieira de Castro, vendo n'elle apenas um marido que vingára a sua honra ultrajada, mudou depois, em parte, de parecer, e começou a suspeitar dos verdadeiros intuitos que tinham tambem actuado no animo do delinquente, não faltando quem o calumniasse. A mãe da victima perseguia implacavelmente o matador de sua filha; quiz ser parte no processo contra elle, escolheu para advogado o dr. Ernesto de Freitas. Vieira de Castro pediu ao dr. Jayme Moniz que fôsse defendel-o á tribuna, e aguardava tranquillamente o dia do julgamento. Escolhia um advogado admiravel, não só pela sua eloquencia, mas tambem porque, afastado sempre do fôro, a sua apparição inesperada e que por fôrça havia de ser brilhante, causaria no auditorio uma favoravel surpreza. O julgamento realisou se nos ultimos tres dias de novembro de 1870, sendo juiz o dr. Aragão de Mascarenhas. O tribunal estava atulhado de gente, porque bem se póde imaginar a curiosidade que este processo despertou. A qualidade do crime e a qualidade das pessoas que no processo figuravam, eram um duplo incentivo para a curiosidade. O julgamento durou tres dias, e de facto, a defeza do advogado do reu foi feita com a mais alta eloquencia. Mas a accusação, por sua parte, tambem aproveitou habilmente para o seu libello as circumstancias em que o crime se havia praticado, e a argumentação cerrada do dr. Ernesto de Freitas, reforçada pelas lagrimas da mãe da victima, que clamava vingança para sua filha, foi decisiva para o animo do tribunal. O jury não deu por provado o adulterio, que tinha sido a causa do crime, e Vieira de Castro foi condemnado a 10 annos de degredo para a Africa Occidental. Emquanto esteve preso no Limoeiro, Vieira de Castro apenas recebeu a visita dos seus amigos intimos e soffreu o flagello da curiosidade e dos insultos dos desconhecidos. Partiu para o degredo com grandes esperanças de voltar ao reino, mas o infortunado levava a morte na alma e não poderia resistir por muito tempo ás terriveis commoções que lhe haviam agitado a vida. Aos 32 annos, em plena força da vida e do talento e com um grande futuro deante de si, se não fôra a estrella funesta que lh'o destruira, a sua energia cada vez mais se aniquilava, porque a felicidade tinha morrido para elle. Todavia luctou ainda. Saiu do reino com a intenção de trabalhar em Angola, entregando se ao commercio ou ás explorações agricolas, percorreu parte da provincia para desenvolver o seu negocio, foi atacado pelas febres, convalesceu, e por fim veiu a fallecer em Loanda, conforme dissémos. A sua morte foi muito sentida, porque eram numerosas as sympathias que tinha creado na capital da provincia, e á beira da sepultura pronunciou Urbano de Castro, irmão do jornalista do mesmo nome, um sentido discurso em que fez, a breves traços, a historia do desventurado moço. Em Lisboa, porém, não se acreditou por muito tempo na veracidade da noticia. Dizia-se que era tudo comedia; que a noticia do fallecimento fôra inventada pelos jornaes de Loanda, e que elle fugira secretamente para a America. Annos depois se affirmava, que elle estava nos Estados Unidos, diziam outros que em Montevideu, e foi preciso que a familia do extincto oppuzesse muitas vezes o mais formal desmentido a tal atoarda. Os debates do processo de Vieira de Castro fôram publicados n'uma brochura intitulada *Processo e*

julgamento de José Cardoso Vieira de Castro, inserindo-se n'elle os notaveis discursos de Jayme Moniz, a quem os portuguezes residentes no Brazil enviaram em testemunho de admiração uma corôa de louros. Camillo Castello Branco, que fôra seu intimo e dedicado amigo, fiel á sua memoria, consagrou-lhe algumas palavras brilhantes, fez d'elle o protogonista do seu drama *O Condemnado*, e do seu conto *Voltareis, ó Christo?*

Vieira de Castro *(José Manuel Ribeiro)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, doutor em leis pela Universidade de Coimbra, desembargador da Relação do Porto, socio da Academia Real das Sciencias, etc. N. em 1760, pouco mais ou menos, fal. no Porto em 1831 ou 1832. Foi tambem juiz dos feitos da Corôa e Fazenda em Lisboa. Escreveu: *Discurso no nascimento da serenissima senhora D. Maria Thereza, princeza da Beira*, Porto, 1793; *Discurso a favor das sciencias no governo monarchico*, Porto, 1795; *Obras do dr. José Manuel Ribeiro Vieira de Castro*, vol. I, Lisboa, 1822; compõe se de 3 *Ensaios:* 1.º *Sobre a origem e abuso da multiplicidade de leis;* 2.º *Sobre a origem e natureza dos bens ecclesiasticos em Portugal;* 3.º *Sobre o uso publico das pessoas e cousas ecclesiasticas em Portugal; Obras do doutor*, etc.; 2.ª parte do 1.º volume: *Poemas juvenis, escriptos desde o anno de 1779 até o anno de 1789*, Lisboa, 1822. Parece ter ficado incompleta a publicação.

Vieira de Castro *(José Ribeiro)*. Director da Companhia dos Carris de Ferro do Porto e da Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe. N. n'esta villa, onde tambem fal. a 4 de julho de 1905, com pouco mais de 60 annos de edade. Foi para o Porto, ainda muito novo, dedicando-se á carreira commercial. Empregou-se n'uma casa de ferragens, em que se conservou por largo tempo. Resolveu depois ir tentar fortuna ao Brazil, e para ali se dirigiu no ardente desejo de exercer a sua actividade. Mais tarde foi para Buenos Ayres, onde auxiliado por um parente, explorou o exclusivo da venda de machinas de costura, que já tinha no Brazil. Depois de muitos annos de ausencia, regressou ao Porto em 1870, tendo adquirido alguns bens de fortuna. Era ainda novo, e apezar de rico, não lhe permittiu a sua actividade, deixal-o em descanço, e dedicou se a novas empresas. Quando a Companhia de Carris de Ferro, ainda no seu periodo de iniciação, atravessava uma vida difficil, Vieira de Castro foi chamado para a sua gerencia. A companhia tinha se fundado em agosto de 1873, e logo em assembleia geral de 27 de janeiro de 1875, Vieira de Castro era eleito vogal supplente do conselho fiscal. A 15 de março de 1877 designava-o a eleição para director substituto, e logo a 31 de julho seguinte era escolhido por voto unanimo da assembleia para gerente effectivo. Na Companhia de Fiação de Fafe tambem prestou relevantes serviços. José Ribeiro Vieira de Castro foi uma das individualidades mais distinctas na finança e no commercio da cidade do Porto.

Vieira Coelho de Sequeira *(Eduardo Henrique)*. Naturalista; socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, socio do Instituto de Coimbra, da *Società Luigi Camoens*, de Napoles, e da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, e jornalista. N. n'esta cidade a 31 de dezembro de 1861. Iniciou a sua carreira jornalistica no antigo *Jornal do Porto*, onde collaborou assiduamente durante annos, até á sua extincção; collaborou depois na *Provincia, Jornal da Manhã, Commercio Portuguez, Vida Moderna, Nova Alvorada*, etc. Quando Duarte d'Oliveira deixou o *Jornal de Horticultura Pratica*, foi lhe por elle e por Marques Loureiro confiada a direcção do jornal, que esteve a seu cargo 4 annos, de 1889 a 1892. Foi redactor do *Archivo Rural*, fundou e dirigiu o *Jornal de Agricultura e Horticultura Pratica*, de 1894 a 1895; collaborou tambem no *Portugal-Agricola, Jornal Horticolo-Agricola*, e no estrangeiro no *Bulletin de Arboriculture*, de Gand, e no *Resumen de Agricultura*, de Barcelona. Foi director do *Diario Nacional*, e é redactor da *Gazeta das Aldeias*, desde muitos annos. Eduardo Sequeira foi um dos vogaes da commissão das festas do centenario do infante D. Henrique, que lhe deve uma parte do seu exito, pois foi esta proposta sua que defendeu e fez vingar na commissão a emissão das estampilhas commemorativas d'onde sairam recursos para as festas e para o monumento do infante. E' secretario da commissão de homenagem ao visconde de Almeida Garrett que lhe fará erguer no Porto um monumento; foi um dos socios fundadores da *Sociedade de Instrucção do Porto*, e fez parte de todas as commissões que n'aquella prestantissima sociedade dirigiram as exposições de historia natural, ceramica, ourivesaria e industrias caseiras, e foi um dos assiduos collaboradores do *Boletim* da mesma sociedade. Exerceu o cargo de secretario da commissão que na Quinta das Virtudes organisou uma série de magnificas exposições de rosas, e tem publicado as seguintes obras: *Os reptis em Portugal*, 1886; *A Fauna dos Lusiadas*, 1887; *Guia do Naturalista*, 1887; 2.ª edição, 1888; *Ninhos e ovos*, 1888; *A' beira mar*, 1889; *Notavel transplantação de uma palmeira*, 1890; *Esboço biographico de Adolpho Frederico Moller*, 1891; *Lendas dos vegetaes*, 1892; *As abelhas*, 1895; 2.ª edição, 1900; *La culture des rosiers en Portugal*, 1897; *Os chrysantemos*, 1898; *Que fazer dos nossos filhos*, 1899; *Notas horticolo-agricolas*, 1900; *Guia illustrado do Porto*, 1902; *Plantas uteis e medicinaes*, 1903; *Portugal Artistico*, 1905; *Teias de aranhas*, 1905; *Botanica Recreativa*, 1910.

Vieira do Couto *(José)*. Mathematico e naturalista. N. no Rio de Janeiro em 1762; formou-se na Universidade de Coimbra em philosophia e mathematica, e escreveu varias memorias scientificas, algumas das quaes só se imprimiram posthumas. Deixou grande nomeada em Coimbra, e foi nomeado lente da Universidade, mas as suas ideias liberaes o apontaram á colera do governo da regencia por occasião das perseguições de setembro de 1810, e victima da celebre *setembrisada*, foi desterrado para a ilha Terceira, como suspeito de *maçon*, e ali falleceu em 1 de maio de 1811.

Vieira da Cruz *(José Augusto)*. Formado em direito pela Universidade de Coimbra. N. n'esta cidade a 13 de junho de 1838, onde tambem fal. a 19 de julho de 1871. Era filho do dr. Nuno José da Cruz, e de sua mulher D. Apolonia Augusta Vieira da Cruz. Matriculando se na Universidade, formou se em 1861, e no anno seguinte concluiu o curso administrativo. Foi um dos directores e collaboradores da *Estreia litteraria*, e

escreveu em mais alguns jornaes. Dedicou-se tambem ao magisterio, e foi professor do francez na Associação dos Artistas de Coimbra. Escreveu: *Nova grammatica elementar da lingua franceza, para uso das escolas, approvada pela junta consultiva de instrucção publica*, Coimbra, 1870. Fizeram-se mais edições posthumas, em 1873 e 1876.

Vieira Godinho *(João Baptista)*. Tenente general, N. em 1742 na cidade de Marianna, da capitania de Minas Geraes, fal. na Bahia a 12 de fevereiro de 1811. Vindo para a Europa, entrou em 1760 na Academia Militar, de Lisboa, onde fez o curso com distincção, sendo em 1764 promovido a 2.º tenente do regimento de artilharia do Porto. Em 1874 organisando-se um regimento de artilharia em Gôa, foi nomeado lente para esse regimento, e capitão da companhia de bombeiros com a clausula de ser promovido a sargento-mór e conservar a categoria de lente, logo que completasse na India a commissão que ia exercer por 6 annos. Em 1780 quiz, como podia, regressar a Lisboa, mas o ministro do ultramar, Martinho de Mello e Castro, não lh'o consentiu, dizendo-lhe que ninguem o poderia substituir na India, e na verdade, Vieira Godinho passou na India uma grande parte da sua vida. Na campanha contra o Sar Dessay serviu de quartel mestre general, em 1784 foi nomeado governador das ilhas de Timor e Solor onde desempenhou esse logar com toda a competencia. Em 1789 regressou á India, e como inspector do trem de artilharia, introduziu n'esse serviço todos os melhoramentos adoptados pelas principaes nações militares. Em 1792 foi-lhe concedido, por graça especial da rainha D. Maria I, vencer soldo dobrado, e continuar assim em todos os postos a que ia sendo promovido. Em 1799 deixou emfim a India, onde estivera 25 annos, e sendo promovido a brigadeiro, pediu para ir servir na Bahia, onde estava aquartelado um regimento de artilharia, e onde Godinho tambem introduziu importantes melhoramentos, taes como o de se aproveitar a polvora deteriorada, que até ao seu tempo era costume deitar ao mar. Em 1801 voltou a Portugal, e apezar de ter 62 annos de edade, casou com a filha mais velha do desembargador Pestana e Vasconcellos, tendo o intuito de ser assim o amparo d'essa familia, a cuje chefe elle devera favores, e que estava luctando com a miseria. Promovido a marechal de campo, estava em Lisboa quando entraram os francezes, em 1807, e teve ordem de Junot para não sair da cidade. Chegou então quasi á penuria, por não receber os seus soldos, e em dezembro de 1808 pôde emfim partir para o Brazil, onde em 1809 foi promovido a tenente general, fallecendo pouco tempo depois. Deixou manuscriptas varias obras sobre artilharia e fortificação todas truncadas, um plano para o estabelecimento d'um fundo de piedade para viuvas e orphãos de militares, e varios trabalhos sobre assumptos economicos do Oriente.

Vieira Lusitano. V. *Vieira (Francisco de Mattos)*.

Vieira de Mattos (*D. Manuel*). Arcebispo-bispo da Guarda. N. em Poiares da Regoa a 19 de março de 1861, pertencendo a uma familia modesta. Ficou orphão de pae aos 6 annos de edade, sem bens de fortuna, entregue aos cuidados de sua mãe, que em vez desanimar, tratou com muitos sacrificios de o educar, elevando-o a uma posição condigna, o que pôde conseguir. Frequentando o Collegio de Nossa Senhora dos Remedios de Lamego, em 1873 e 1874, como alumno interno, alcançou fazer exame de instrucção primaria, com distincção, passando ao seminario de Braga, onde concluiu os preparatorios brilhantemente, sendo premiado no curso theologico, completado em 1882. O bispo de Lamego d'então, D. Antonio da Trindade, o chamou para ensinar na cidade de Lamego sciencias ecclesiasticas, o que fez durante 3 annos, assim como leccionou varias disciplinas de preparatorios no collegio da Roseira. Em 1885 foi para Coimbra cursar a faculdade de theologia, concluindo a formatura em 1890, alcançando *accessits* e premios em todos os annos. N'esse mesmo anno era apresentado conego na sé de Vizeu, e nomeado secretario do bispo d'essa diocese. Durante o tempo da sua estada em Vizeu collocou-se á frente do movimento religioso. Demorou-se 8 annos n'aquella antiga cidade, e d'ali foi chamado para o vigariado geral do patriarchado, a que está annexa a dignidade de arcebispo de Mytilene. N'esta alta posição ecclesiastica, D. Manuel Vieira de Mattos deixou de suas virtudes um traço luminoso, que duas associações, a dos operarios catholicos e a dos catecheses nunca poderão esquecer. Trabalhou como um verdadeiro apostolo. Dada a vaga da mitra da Guarda pelo fallecimento do bispo D. Thomaz Gomes d'Almeida, em 1903, o governo propoz D. Manuel Vieira de Mattos para bispo d'essa diocese, proposta que foi confirmada por Leão XIII, pouco tempo antes de fallecer. Em junho do mesmo anno de 1903 entrou na cidade da Guarda o illustre prelado, a tomar posse da sua diocese, sendo recebido com o maior enthusiasmo. Foi esperado na estação do caminho de ferro pela camara municipal, cabido, academia, autoridades civis e militares. Entrou na egreja da Misericordia, seguindo depois para a Sé, onde teve uma entrada imponente. A allocução que pronunciou na cathedral foi brilhante. Cantou-se então um solemne *Te Deum*. Em 9 de fevereiro de 1904 tomou o seu logar na camara dos pares do reino, que por direito lhe assistia. O sr. bispo da Guarda D. Manuel Vieira de Mattos foi um dos prelados que assistiu, em 1914, ao Congresso Eucharistico, reunido na cidade de Lourdes.

Vieira das Neves *(Fortunato)*. Formado em medicina pela Universidade de Coimbra. N. na aldeia de Oiva do concelho de Santa Comba Dão, a 27 d'abril de 1836, fal. na mesma aldeia em 5 d'outubro de 1907. Era filho de Manuel Vieira das Neves, negociante. Matriculou-se na faculdade de medicina, seguindo o curso com distincção. Depois da sua formatura, foi para o partido medico de Taboa, onde se conservou bastantes annos, gozando sempre das maiores sympathias. Dividindo a sua grande actividade pela politica e pela agricultura, de que foi muito apaixonado, tendo-se aposentado havia 12 annos, não acompanhou a evolução da sciencia medica, e tinha pouca confiança nas maravilhas que os collegas lhe contavam d'algumas drogas modernas, mas o seu diagnostico era sempre seguro. Foi para Taboa em 1861, envolvendo-se, nos primeiros annos pouco em politica, mas em 1870, cedendo aos rogos d'um seu amigo, apresentou a sua candida-

tura, pelos circulos de Taboa e Santa Comba Dão, triumphando em ambos. Desde então foi sempre reeleito por Taboa até 1885 em que perdeu a eleição. Em 1889 apresentou novamente a sua candidatura, mas foi derrotado. Levou recurso para o tribunal de verificação de poderes, mas caindo o gabinete progressista em janeiro de 1890, a camara dos deputados foi dissolvida antes de se constituir, e o dr. Fortunato foi eleito sem opposição e pela ultima vez. Nas eleições geraes de deputados realisada em 1892, sendo presidente do conselho de ministros o conselheiro Dias Ferreira, o dr. Fortunato apresentou a sua candidatura, não havendo opposição, tendo, porém, o primeiro ministro perdido a sua eleição em Aveiro, em virtude do desdobramento dos progressistas, telegraphou ao dr. Fortunato pedindo lhe o circulo, sendo attendido. Em 1894 requereu a sua aposentação de medico do partido de Taboa, e em abril de 1895 retirou se para Ovar, abandonando a politica. Militou sempre no partido regenerador com o maior desinteresse. Casou em 1861 com D. Lucia de Mascarenhas Carvalho Vieira das Neves.

Vieira Pimentel (*Pedro Nolasco*). General de divisão reformado. N. em Tavira a 31 d'outubro de 1840, fal. em Lisboa a 20 de fevereiro de 1909. Era filho do coronel Pimentel, commandante de infantaria n.º 3. Assentou praça em 11 de setembro de 1855, sendo promovido a alferes em 26 de março de 1862, a tenente em 16 de fevereiro de 1869, para infantaria n.º 18, no Porto, onde serviu tambem como tenente ajudante; a capitão em 18 d'agosto de 1875, a major em 31 d'outubro de 1884, sendo transferido para infantaria n.º 3. Passando á guarda fiscal, onde prestou relevantes serviços, foi pouco depois promovido a tenente-coronel em 19 de setembro de 1888, a coronel em 30 de junho de 1893, a general de brigada em 23 de março de 1901, e nomeado commandante da 1.ª brigada de infantaria, e pouco tempo depois da 8.ª brigada de infantaria, em Beja, onde se conservou até 23 de agosto de 1906, anno em que, attingindo o limite da edade, passou ao quadro de reserva no posto de general de divisão. Foi um official muito distincto, e desempenhou muitas commissões de serviço com superior competencia, e por esse motivo foi louvado diversas vezes, especialmente quando esteve na guarda fiscal. Era gran-cruz, grande official, commendador e cavalleiro da ordem de Aviz, possuia as medalhas de ouro de bons serviços e de comportamento exemplar.

Vieira Pinto (*Francisco*). Genealogista do seculo XVIII. Foi reitor da egreja de S. Pedro, de Vallongo, do bispado de Coimbra, e deixou manuscripto um livro intitulado *Familias de Portugal.*

Vieira Pinto (*Tristão*). Genealogista. N. em 1582, foi procurador ás côrtes convocadas em Portugal por Filippe III de Castella, e escreveu uma obra genealogica, intitulada das *Familias do reino de Portugal*, que se não publicou.

Vieira Portuense. V. *Vieira (Francisco).*

Vieira de Sá Junior (*José Luiz*). Formado em direito pela Universidade de Coimbra. N. na aldeia de Calvos, em junho de 1829, fal. em Lisboa a 12 d'agosto de 1871. Fez a sua formatura na Universidade em 1852, e dedicou-se por algum tempo á advocacia. Em 1854 veiu para Lisboa afim de entrar na magistratura judicial, e requereu o logar de delegado do procurador regio, mas não conseguiu ser despachado. Entrou depois como amanuense na secretaria da fazenda. Collaborou em varios jornaes, como no *Bardo*, do Porto; no *Boudoir*, na *Gazeta de Portugal*, e no *Portuguez*, de Lisboa. Foi revisor do *Diario do Governo*, mas adoeceu gravemente no desempenho d'este logar, e falleceu quasi repentinamente. Em 1863 publicára um livro de poesias, com o titulo de *Saudades*.

Vieira Serrão (*Domingos*). Pintor que viveu no tempo em que os reis castelhanos reinavam em Portugal. Foi familiar do Santo Officio, cavalleiro fidalgo da Casa Real. Era natural e morador na cidade de Thomar, filho bastardo de João Henriques Ferrão, cavalleiro fidalgo da Casa Real, natural de Torres Vedras e morador em Thomar, e de Maria Dias, natural do termo da villa d'Ourem e tambem moradora em Thomar. Seus avôs paternos fôram Miguel Henriques e Izabel Serrão, e os maternos João Dias Fevereiro e Victoria Alvares. Pelas habilitações que se fizeram para Domingos Vieira Ferrão ser familiar do Santo Officio, sabe-se que era casado com Magdalena de Frias, irmã de Theodosio de Frias, avô paterno do architecto do mesmo nome. (V. *Frias, Theodosio de*). N'esse processo se lhe chama *pintor a oleo de Sua Magestade*. Julga se que morresse, pouco mais ou menos, em 1611, anno em que Miguel de Paiva lhe succedeu como pintor do rei. Fez um desenho do *Desembarque de Filippe II de Hespanha em Portugal*, que foi gravado por Schorcquens. Segundo diz Taborda, a pag. 193 do seu livro *Regras da arte da pintura*, foi no anno de 1619, que Vieira Serrão succedeu a Amaro do Valle no emprego de pintor do rei.

Vieira da Silva (*Carlos*). D'este escriptor sabe se apenas, que foi um dos que entraram mais vehementemente na campanha dos sebastianistas, combatendo contra José Agostinho de Macedo. Em 1810 publicou os seus 2 folhetos, intitulados: *Os Anti Sebastianistas, que consagra ao ill.mo sr. J. C. P. F. B seu autor um certo rapaz;* e *Tratado de paz entre os sebastianistas, o seu critico e os apologistas da crença sebastica.*

Vieira da Silva (*Francisco*). Celebre apostolo do principio da associação, jornalista e typographo. N. em Lisboa a 25 de fevereiro de 1825, onde tambem fal. a 10 de junho de 1868. Era filho de Francisco Vieira da Silva e de Henriqueta Joaquina d'Oliveira. Seu pae, acerrimo realista, era tunileiro e dedicando-o á vida ecclesiastica, metteu o aos 8 annos de edade no convento da Graça, como noviço. Extincto o convento em 1834, e não tendo o pae de Vieira da Silva meios para o continuar cá fóra nos estudos, viu-se forçado a dedical-o a um officio, e o pequeno Vieira da Silva escolheu a vida de typographo. Entrou então na typographia de José Martiniano da Silva Vieira, amigo de seu pae e realista como elle. Apezar, porém, da atmosphera politica, que o futuro tribuno das classes operarias ahi respirou, Vieira da Silva começou desde então a amar ardentemente a liberdade, a ser o apostolo de todas as ideias de fraternidade e de associação, que eram até então recebidas como a ameaça d'um grande perigo, mesmo por muitos dos mais convictos liberaes. Como a sua saude

fraca lhe não permittisse um trabalho aturado na typographia, começou a ser revisor de jornaes. Filiado no partido setembrista em 1845 e 1846, se não combateu com a espada, combateu quanto podia, com a sua penna modesta e obscura. Em 1845 já escrevera alguns artigos em jornaes litterarios de pequena importancia, artigos relativos quasi todos a ideias de reforma social. Em 1849 é que se tornou mais conhecido por ter publicado na *Revolução de Setembro* um artigo em que defendia a entrada dos operarios na *Liga dos interesses materiaes do paiz*, que se tratava então de constituir. O bom acolhimento que teve esse artigo, fez com que se entregasse com maior assiduidade ao jornalismo, collaborando na *Revista Universal Lisbonense*, na *Revolução de Setembro* e no *Ecco dos operarios*, jornal que n'esse anno de 1849 foi fundado por Lopes de Mendonça e Sousa Brandão. Em 1851 é que o nome do Vieira da Silva se tornou deveras popular, porque n'uma reunião preparatoria para eleições de deputados, pela lei de 20 de junho d'esse anno, pronunciou um discurso energico a favor de uma candidatura operaria. A ideia foi applaudida, mas quando se tratou de chegar a um accordo sobre o nome dos candidatos, não foi possivel proseguir-se. Vieira da Silva defendia a candidatura de José Maria Chaves. Mas obteve grande triumpho, porque viu finalmente vingar a sua ideia querida da associação. Foi elle que, de parceria com Antonio Rodrigues Sampaio, conseguiu fundar o *Centro promotor dos melhoramentos das classes laboriosas*, associação mãe de tantas outras de fecundissimos resultados, e de que Vieira da Silva foi eleito vice-presidente, sendo Antonio Rodrigues Sampaio o presidente. Em 1863, é que Vieira da Silva ficou com a presidencia, sendo Rodrigues Sampaio nomeado presidente honorario. Entretanto, collaborou Vieira da Silva na *Revolução de Setembro*, na *Reforma*, na *Esperança*, no *Arauto*, no *Globo*, na *Illustração*, no *Paiz*, no *Commercio do Porto*, no *Porto e Carta*, na *Aurora*, e na *Aurora Recreativa*. Em 1854 fundou a *Tribuna do Operario*, que durou até 1856. D'este anno em deante passou a ser redactor effectivo da *Revolução de Setembro* na parte não politica, o que não impedia de ali collaborar por vezes tambem, escrevendo artigos de fundo muito apreciados, como fôram os que consagrou em 1856 á crise alimenticia d'esse anno. Quando em 1852 se organisou o novo ministerio das obras publicas, Vieira da Silva foi ali admittido como amanuense de 2.ª classe da direcção geral do commercio e industria. Durante a epidemia da febre amarella que assolou Lisboa em 1857, prestou relevantissimos serviços, que lhe mereceram ser agraciado com o habito da Torre e Espada. Em 1859 foi escolhido para desempenhar a commissão de sub director do *Diario do Governo*, logar em que se conservava ainda quando falleceu. Vieira da Silva era presidente do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, da Associação Typographica, da Associação dos Canteiros, e de muitas outras; teve por amigos e companheiros os homens mais eminentes do seu tempo, entre elles Antonio Rodrigues Sampaio e visconde de Castilho, viveu com elles, com elles trabalhou, e d'elles teve na hora suprema da morte as palavras mais honrosas, que pódem servir de oração funebre a um trabalhador honrado e convicto. O seu funeral foi uma manifestação imponente de sympathia prestada pelo povo ao homem, que tanto zelara os seus interesses e combatera pela sua emancipação. Mas foi ainda mais imponente a manifestação que se fez 13 annos depois, quando, tendo a associação dos canteiros construido um jazigo no cemiterio dos Prazeres encimado pelo busto de Vieira da Silva, para ali se trasladaram os ossos do fervente apostolo do principio da associação, no dia 4 de setembro de 1881. Foi enorme a affluencia do povo, todas as associações que deviam a sua existencia a esse homem benemerito, ali concorreram, e Vieira da Silva teve então a mais solemne e pomposa de todas as homenagens, a que é prestada espontaneamente por um povo livre aos homens que lhe souberam justamente captar as sympathias.

Vieira da Silva *(Francisco Antonio Pinheiro da Fonseca)*. Fidalgo da Casa Real por successão a seus maiores. Era filho de João Pinheiro da Fonseca, fidalgo da Casa Real (V. *Fonseca João Pinheiro da*), e de D. Maria Angelica da Silva Vieira. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Foi desembargador da Relação e Casa do Porto; ouvidor do crime da mesma cidade e districto da Relação, em 24 de novembro de 1789; transferido para a primeira vara em 4 de fevereiro de 1800; corregedor da comarca de Lamego, de que tomou posse em 31 de maio de 1778, fazendo o logar da Relação do Porto; juiz de fóra de Castello Rodrigo, nomeado em 23 d'outubro de 1764; cavalleiro professo na ordem de Christo; bacharel formado em leis, habilitado para os logares de magistratura pela Mesa do Desembargo do Paço em 1762; 3.º administrador do vinculo da capella de Nossa Senhora do Pilar. Casou com D. Bernarda Joaquina Osorio do Pina e Mello, filha unica e herdeira de Francisco José de Sousa Velloso, senhor da Quinta da Rapa, junto a Celorico, e de sua segunda mulher D. Joanna Bernarda Haro Osorio de Pina e Mello.

Vieira da Silva *(D. Luiz)*. Bispo de Leiria e diplomata. N. em Lisboa e fal. em 1 de janeiro de 1725. Era filho de Pedro Vieira da Silva, que foi secretario de estado d'el-rei D. João IV. Doutorou-se na faculdade de canones na Universidade de Coimbra, sendo tambem collegial no collegio de S. Pedro, em que fôra admittido a 26 de fevereiro de 1662. Era um latinista muito distincto. Despachado conego da sé de Evora, foi depois nomeado arcediago de Louro na mesma Sé, deputado do Santo Officio e da Mesa da Consciencia e Ordens, tendo sido escolhido para ser um dos negociadores da paz em 1668 com a Hespanha, em que esse paiz reconheceu a nossa independencia, foi agraciado com as mais altas mercês, como a de bispo de Portalegre, desembargador do Paço, conselheiro geral da Santo Officio o chanceller-mór do reino, e finalmente bispo de Leiria. Tudo, porém, abandonou, para viver algum tempo socegado em sua casa, onde veiu a fallecer. Consagrou os seus ocios aos estudos genealogicos a que muito se consagravam n'esse tempo fidalgos e ecclesiasticos, e escreveu um tratado, *Familias de Portugal*, que D. Antonio Caetano de Sousa aproveitou para a sua *Historia Genealogica da Casa Real*.

Vieira da Silva Guimarães *(José)*. Medico, professor do 4.º grupo, geographia e historia, no

Lyceu Camões, de Lisboa, commendador da ordem de Christo e antigo deputado. N. em Thomar a 13 d'agosto de 1864, tendo por progenitores a João Vieira da Silva Guimarães e D. Margarida Vieira da Silva Guimarães. Seu pae, que era negociante n'aquella cidade, dedicou o á vida commercial, mas não se sentindo o sr. Vieira Guimarães com vocação para essa carreira, diligenciou seguir outra profissão mais conducente ás suas ideias e propensões. Aos 18 annos, por fallecimento de sua mãe, pôde, com a legitima que lhe coube, encetar estudos regulares, fazendo os preparatorios e matricular-se na Escola Medica de Lisboa. Desde muito cedo o sr. Vieira Guimarães deu mostras de grande amor á sua terra, revelando-se esse sentimento nas cousas mais modestas e nas mais altas na escala social. Amante apaixonado do Turismo, em que vê uma grande

José Vieira da Silva Guimarães

industria a desenvolver no nosso paiz e de que resultará a Portugal, á semelhança da Suissa, Italia, Hollanda, Belgica, Noruega, etc., incalculavel beneficio, reconheceu, ainda novo, que a sua terra devia ser, pela situação, natureza e arte, um dos mais afamados centros de excursionismo. Por isso dedicou-se ao estudo da arte e historia, da terra natal o que lhe fez ter, ainda estudante de medicina, a ideia de solemnisar o 7.º centenario da morte do fundador de Thomar, o egregio Gualdim Paes, emprehendimento que, ajudado por seus patricios e por alguns amigos de Lisboa, levou a cabo em 13 de outubro de 1895 com grande galhardia e luzimento, do que veiu á cidade de Nabão justa notoriedade pela intensa e extensa propaganda feita, pelo sr. Vieira Guimarães, aos importantes monumentos e ás bellezas naturaes da sua terra natal. D'essa solemnidade não foi de somenos importancia a Exposição Agricola e Industrial, que se realisou por iniciativa do sr. Vieira Guimarães e que tanto honrou o trabalho dos seus conterraneos. Os seus condiscipulos, querendo dar-lhe uma prova de quanto o estimavam pelas suas bellas qualidades de camarada e de quanto o consideravam pelo seu patriotismo, escolheram Thomar para ahi realisarem o seu jantar de despedida do curso, tendo elles n'essa occasião verificado n'essa visita que não eram exaggerados os encomios que fazia ao falar da terra que lhe fôra berço. Depois de formado foi para junto de seu pae prestar serviços medicos a seus patricios que fizeram á sua chegada a Thomar uma carinhosa e estrondosa recepção. Entregue á clinica, não deixou arrefecer o seu ardente amor patrio, que a 5.ª reunião do Congresso Internacional da Imprensa em Lisboa em 1898, fez explodir, trabalhando afincadamente para que a visita á cidade de Thomar fôsse incluida no programma dos festejos em honra dos congressistas, o que obteve, realisando-se com raro brilhantismo essa visita. Pelas Associações Industrial, Commercial e Lojistas de Lisboa foi offerecido um lauto banquete, que se realisou com o maior enthusiasmo no dia 30 de setembro no soberbo claustro de D. João III no convento de Christo. Por tudo isto e pelo desinteresse com que sempre revestiu essa dedicação, alguns dissabores lhe haviam de vir, principalmente n'um meio em que a politica malsinava tudo, não escapando as boas intenções e patrioticos esforços o que o trouxe de novo para Lisboa a proseguir e concluir a sua obra sobre o grandioso monumento que tanto valorisa Thomar. Dedicando se de alma e coração a essa obra, pôde vêl-a sair da imprensa a 16 d'outubro de 1901, recebendo a o publico com geraes e inequivocas provas de estima e apreço. *A Ordem de Christo* se intitula ella, e n'esse livro deu o sr. Vieira Guimarães sobejas provas de suas faculdades de intelligencia e trabalho e mais uma prova dos seus sentimentos patrioticos, rendendo lhe ser elevado á dignidade de commendador da ordem de N. S. Jesus Christo pelo seu grão-mestre, el rei D. Carlos I, a quem o livro era dedicado Sendo abertos concursos para as vagas das cadeiras de geographia-historia nos lyceus de Amarante e Braga, a que concorreu, foi despachado para o Lyceu de Braga, d'onde teve transferencia para o de Amarante, de que não chegou a tomar posse, ficando no lyceu de Lisboa, fazendo serviço. Pela creação dos novos lyceus da capital foi collocado definitivamente no Lyceu Camões. Ainda n'este logar não descura os interesses da sua terra e com o maior ardor se lança na lucta por tudo quanto lhe parece que póde trazer lustre e grandeza a Thomar. Assim, o ministro das obras publicas conde de Paçô Vieira, em 1904 dou grande incremento ás vias ferreas, fazendo, entre outras cousas, suscitar o cumprimento d'um decreto que mandara elaborar o plano ferro viario da zona central do paiz comprehendida entre o Mondego e o Tejo. Por esse plano não só via o sr. Vieira Guimarães o logar primacial de posição, valor artistico, commercial e industrial, que a commissão nomeada pelo governo dava a Thomar, mas via tambem o grandissimo inconveniente que advinha a esta cidade de não ficar ligada directamente á estação do Entroncamento. Não descançou emquanto não foi reparada essa grave injustiça, livrando

de ficar de futuro mal servida pelo importante meio de communicação que acarretará dias de prosperidade a Thomar. Vendo os povos da parte norte do districto de Santarem, Rio Maior, Torres Novas e Thomar, quão dedicado lhes era o sr. Vieira Guimarães elegeram-n'o deputado nas eleições de 1905, sendo n'essa occasião o candidato mais votado do districto. Em vista do pouco tempo, não chegou a ser grande a sua acção a bem dos seus eleitores; porque ao dar-se o choque da commissão de fazenda com o governo de então por causa da questão dos tabacos, elle acompanhou aquella, seguindo depois a orientação politica do sr. conselheiro José Maria de Alpoim, o que fez com que se não propuzesse nas eleições seguintes pela dissolução que se seguiu da camara. Se muito não pôde fazer nos seis mezes que foi deputado, alguma cousa porém ficou a attestar a sua inquebrantavel dedicação a Thomar. A avenida que vae da cidade ao convento de Christo e que varias tentativas quizeram tornar uma realidade, foi de sua exclusiva iniciativa e patrocinio, pois todos os annos tem alcançado dos poderes publicos os necessarios subsidios, ficando aquelle artistico monumento dotado do melhoramento de que tanto carecia, e a cidade de Thomar com mais um motivo de embellesamento a realçar a sua louçania e lindeza. Socio da Sociedade de Geographia ahi fez tal propaganda a favor do monumento que perpetua a missão gloriosa de Portugal atravez dos mares, que o levou a apresentar, n'uma sessão, uma proposta para essa patriotica agremiação ir a Thomar vêr e admirar a casa mestral dos cavalleiros que com audases feitos descobriram meio mundo, e cujos restos aquella corporação ainda hoje defende e guarda com tão entranhado amor. Sendo esta proposta tomada na devida consideração, foi, em breve creada uma nova secção social, a de excursões scientificas, onde de novo renovou a sua iniciativa, do que resultou a ida d'aquella sociedade a Thomar no dia 9 de julho de 1905. O que foi essa excursão, que jámais se apagará da memoria de quem n'ella tomou parte, não cabe aqui escrevel-o, mas cumpre consignal-o n'estas notas biographicas, como um dos maiores triumphos do sr. Vieira Guimarães. De então para cá não descurara um só instante de continuar a chamar as attenções de nacionaes e estrangeiros, para a sua terra e, pelo livro, jornal, illustrações, mais accentua essa propaganda, de que tantos resultados beneficos já tem rendido a Thomar. N'este proposito e a ser publicada na imprensa uma sua entrevista sobre caminhos de ferro da zona central do paiz, foi convidado pela camara da Nazareth a expôr lhe as suas opiniões sobre o caminho de ferro de Thomar Nazareth, saindo d'essa conferencia a ideia da reunião dos povos interessados n'um grande comicio na Batalha. N'elle defendeu com todo o ardor e patriotismo a construcção d'este importante caminho de ferro de Turismo por ligar os tres principaes monumentos de Portugal, Alcobaça, Batalha e Thomar, vendo a ideia unanimente acclamada, resultando pedir-se ao governo para a mandar estudar e construir. Não se ficou o sr. Vieira Guimarães na sua campanha de já longos annos e auxiliado agora na patriotica propaganda pelas varias camaras da região e corporações, como a Sociedade de Propaganda de Portugal, de que é director, repartição do Turismo, etc., consegue interessar tambem os capitaes, a ponto da casa bancaria Vierling requerer a concessão d'esse caminho de ferro, a quem não foi dada. Para a alcançar põe todos os meios em pratica o sr. Guimarães, fazendo uma conferencia na Propaganda de Portugal, e a qual corre impressa por conta d'essa sociedade. Sobre o assumpto publicou varios artigos e entrevistas, indo a um novo comicio em Alcobaça, acompanhado de engenheiros nacionaes e estrangeiros e dos concessionarios á região da linha, do que resultou vêr essa linha classificada, pelo ministro do fomento, sr. dr. Costa Ferreira. Ainda não satisfeito, continuou afincadamente na propaganda, até que viu chegar o dia em que essa linha foi posta a concurso pelo sr. Antonio Maria da Silva, ministro do fomento de então, sendo adjudicada ao referido banqueiro sr. João Vierling. O sr. Vieira Guimarães tem publicado: *A Ordem de Christo*, Lisboa. 1901; *A Missão de Portugal* e *O Monumento de Thomar* e *A Trilogia Monumental de Alcobaça, Batalha, Thomar e o Caminho de Ferro*, do que tambem ha uma edição em inglez.

Vieira Soares. *(João Pereira Baptista)*. Bacharel em direito canonico pela Universidade de Coimbra. N. no Porto a 5 de março de 1776; fal. a 8 de maio de 1852. Matriculando-se na Universidade, concluiu o curso de canones, fez acto de formatura em 1800, e frequentando o anno de repetição, defendeu theses a 16 de julho de 1801, as quaes publicou em Coimbra n'esse mesmo anno. Habilitado para o serviço dos logares de letras, mediante a competente leitura no desembargo do Paço, chegou a ser provido no logar de juiz de fóra da villa d'Alhandra, que todavia não acceitou, preferindo á carreira da magistratura o exercicio da advocacia, que desempenhou com merecido credito no Porto, na qualidade de advogado de numero da Relação d'aquella cidade, até que havendo triumphado no anno 1828 de a causa de D. Miguel, emigrou para o Rio de Janeiro, onde esteve exercendo a advocacia até aos principios do anno de 1834, em que regressou a Portugal. Em Lisboa foi incumbido pelo governo constitucional de diversas commissões, taes como a de delegado da inspecção geral dos theatros, membro da commissão encarregada do estabelecimento do Asylo de Mendicidade, etc. Pelos serviços prestados foi agraciado com a commenda da ordem de Christo por decreto de 12 de maio de 1840. A 6 de agosto de 1841 teve a nomeação de administrador do 1.º bairro do Porto, logar que desempenhou até 23 de maio de 1846. Bibliographia: *Manual da religião christã, e legislação criminal portugueza, ou Codigo da mocidade; dividido em dez lições, segundo o Decalogo, e a Classe dos crimes*, Lisboa, 1813; *Censura sobre o regimento do Juiz do Povo, procuradores e mesteres da Casa dos Vinte e Quatro da cidade do Porto, ou breve razoamento sobre a origem d'estes homens publicos, e representantes da terceira ordem do Estado, etc.*, Lisboa, 1814; saiu sem o nome do autor; *Historia da vida da virgem e martyr Santa Clara, e da trasladação do glorioso corpo de Roma para a egreja do Senhor do Bomfim*, Porto, 1826; sem o seu nome; *Catecismo politico dos jurados*, etc., *offerecido á briosa mocidade brazileira*, Rio de Janeiro, 1832; *Apontamentos biographicos do dr. Francisco d'Almeida e Mendonça*,

Porto. 1839; *A saudosa despedida dos escravos miguelistas, ou o ultimo adeus a seu senhor D. Miguel*, Rio de Janeiro, 1839; é uma expansão, ou desafogo da magua exacerbada pela longa ausencia da patria, e pela perda da sua casa e fortuna; *Credo politico*; saiu por appenso ao n.º 17 do *Periodico dos Pobres do Porto*, de janeiro, 1840. Deixou algumas obras manuscriptas.

Vieira Transtagano *(Antonio)*. Illustre philologo, que pelo appellido indíca ser natural da provincia do Alemtejo, mas de cuja biographia pouco se conhece. Sabe se que seguira a vida ecclesiastica, mas não ha certeza se foi clerigo secular, se professo em alguma ordem monastica. Parece que chegou a ser perseguido pela Inquisição, e ha quem diga, que chegára a ser preso, e conseguira depois evadir-se dos carceres. Seja como fôr, o certo é, que teve de expatriar se, e passou a Inglaterra, depois para a Irlanda Diz-se que abraçara o protestantismo, e se casara em Dublin. Em 1789 ainda residia n'esta cidade, exercendo o magisterio na qualidade de professor regio das linguas ingleza, hespanhola, italiana, arabia e persa, no Collegio da Santissima Trindade; era socio da Academia Real das Sciencias da Irlanda. Escreveu e publicou em 1773, um *Diccionario inglez e portuguez*, que teve uma infinidade de edições. Escreveu tambem uma *Grammatica ingleza e portugueza para uso dos inglezes que aprendem a lingua portugueza*, Londres, 1827; ha edições anteriores, cujas datas se desconhecem. Deixou duas obras philologicas escriptas em latim, uma de commentarios ao Alcorão, e outra d'um methodo para aprender arabe e persa D'esta obra, de que existe um exemplar na Bibliotheca Nacional de Lisboa, é a ultima que se sabe, que elle imprimiu, porque saiu no anno do 1789.

Vieiras. Povoações nas freguezias: Santa Eufemia e conc. de Penella, distr. de Coimbra. || S. Thiago e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

Vieirinhos. Pov. na freg. de S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. do Leiria.

Vieiro Pensão ou fôro real que se pagava á corôa Era o terço do ouro, da prata e do cobre que nas minas do reino se tirava.

Vieiro. Povoações nas freguezias: Santo André, de Ervedal, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Espirito Santo, de Ervedosa, conc. de Pinhel, distr. da Guarda. || Santa Maria Magdalena, de Freixiel, conc, de Villa Flôr, distr. de Bragança. Tem escola mixta e caixa post. || S. Cypriano, de Senharei, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador, de Christello, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Vieiros Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Cabreiros, conc. e distr. de Braga. || S. Martinho, de Moure, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || N. S.ª das Neves, de Rebordello, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Vieite. Pov na freg. de S. Clemente, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga

Vieito. Pov na freg. de S. Miguel, de Perre, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Viella. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, distr do Porto. || Santa Marinha e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || S. Salvador, de Taboado, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Vienga. Pov. do sobado de Bongo, na div. do Zombo. conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov d'Angola, Africa Occidental.

Vigaria. Pov. na freg. de S. Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Serra do distr. de Evora. Corre a SO da villa de Borba, em direcção ONO a ESE, e parece ser uma ramificação da serra d'Ossa. Tem 10 k. de comprimento, pouco mais de 3 de largura e 348 m. d'altura.

Vigarias. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr de Coimbra.

Vigario. Este nome é dado vulgarmente na Egreja catholica e duas especies de ecclesiasticos: os *vigarios geraes* e os *vigarios das parochias*. Os vigarios geraes são padres encarregados de substituirem o bispo na administração da sua diocese. O § 11.º dos artigos organicos diz que cada bispo poderá nomear dois vigarios geraes e cada arcebispo tres. Os vigarios geraes nomeados pelo bispo ou arcebispo, com approvação do governo, são revogaveis por elle. Segundo o direito canonico, as suas funcções cessam com a morte d'aquelle de quem são delegados; é então nomeado pelo capitulo um vigario capitular, que fica encarregado da diocese durante a vagatura da Sé. Os artigos organicos preceituam que os vigarios geraes continuam nas suas funcções depois da morte do bispo até á sua substituição. Os simples vigarios ou vigarios parochiaes são padres encarregados de ajudarem os curas nas suas funcções, e de os substituirem em caso de ausencia ou de doença. Na pratica, são ao presente nomeados pelos bispos.

Vigario d'El-Rei. Era assim denominado o regedor supremo da justiça.

Vigia. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Braz, de Campanario, conc. de Camara de Lobos, distr do Funchal. || Açôres; ilha do Corvo; pov. na freg. de N S.ª dos Milagres. de Corvo, conc. de Villa do Corvo, distr. de Horta. || Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Vagos, distr. de Aveiro.

Vigião. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Purificação, de Freigil, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Vigide Pov. na freg. de Santa Maria, de Sobrado, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Vil de Ferreiros Pov. na freg. de S. Pedro, de France, conc. e distr. de Vizeu.

Vil do Matto. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Midões, conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

Vil de Mattos. Pov. e freg. de S João Evangelista, da prov. do Douro, conc, com, distr. e bisp. de Coimbra; 138 fog. e 433 hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. Está situada a 11 k. da séde do conc. Atravessa esta freg a estrada municipal da ponte da Carvalhinha á pov. de Vil de Mattos. A egreja matriz é pequena; tem altar-mór e dois lateraes com decorações de talha singela. A povoação tem algumas capellas, entre as quaes se conta a de Sant'Anna, que é muito antiga, e foi matriz da freguezia. A pov. produz milho, trigo, centeio, cevada, arroz, feijões, e nomeadamente vinho de

mesa, muito apreciado. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra.

Vil de Moinhos Pov. na freg. de Nossa Senhora das Neves, do S. Salvador, conc. e bisp. de Vizeu.

Vilgateira. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Conceição, de Varzea, conc. e distr. de Santarem.

Vilhades. Pov. na freg. de Santo André, de Victorino dos Piães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Vilharigues. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Paços de Vilharigues, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu,

Vilhelha. Pov. na freg. de Santa Maria, de Beiral do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Vilhena *(D. Antonio Manuel de).* Grão-mestre da ordem de Malta, e mais conhecido pelo nome de *grão mestre Manuel.* N. em Lisboa a 28 de maio de 1663, fal. a 12 de dezembro de 1736. Era 3.º filho do conde de Villa Flôr, D. Sancho Manuel, o heroe das batalhas das Linhas d'Elvas e do Ameixial. Entrando na ordem de S. João de Jerusalem, partiu muito novo para Malta, e sendo patrão da galé capitanea d'uma armada malteza, foi ferido em um combate contra dois navios de Tripoli, que o general Antonio Correia de Sousa tomou em 1680. Contando apenas 24 annos de edade, foi como capitão d'um dos navios mandados pela ordem á conquista da Morea, e depois successivamente foi nomeado major, coronel da milicia de campanha, gran-cruz, commissario dos armamentos e commissario das guerras. Elevado em 1703 ao cargo de grão-chanceller da ordem e chefe da lingua de Castella e Portugal, e depois a bailio de S. João d'Acre e governador do Thesouro, foi eleito em 1722 grão mestre por voto unanime dos eleitores, sendo um dos mais notaveis da ordem pelo seu valor nas batalhas, e pela sua integridade na administração publica. Apenas sentado no solio, tornou se o seu nome conhecido em toda a Europa, pela habilidade, prudencia e valor com que defendeu a ilha de um ataque dos turcos. Accommettido por Abdi-Capitan que contava com uma revolução dos captivos que havia em Malta na occasião do ataque, não só o repelliu, mas tambem suffocou os movimentos da revolta. Desassombrado d'esse perigo, com tal politica e valor se houve, que o grão-vizir de Constantinopla lhe mandou propôr a troca dos captivos e ao mesmo tempo um tratado que chegou a ajustar-se e que continha as seguintes condições: Que os escravos aprisionados debaixo da bandeira malteza ou turca seriam trocados reciprocamente, e que os demais que houvesse se resgatariam por 100 pias tras cada um; que as treguas durariam por 20 annos, sendo excluidas do beneficio d'este tratado as potencias barberescas, ás quaes o grão senhor se obrigava a não dar soccorro directo ou indirecto contra Malta; que os maltezes gozariam nos estados turcos dos mesmos privilegios que os francezes; e finalmente que este tratado ficaria de nenhum effeito logo que entre a Turquia e algum principe christão se declarasse a guerra Este tratado recebido em Constantinopla com grande applauso, não teve effeito por circumstancias que posteriormente occorreram. Entretanto as esquadras de Malta. que por ordem do grão-mestre cruzavam no Mediterraneo, voltaram sempre victoriosas dos infieis, carregadas de despojos e com grande numero de christãos resgatados, sendo entre outros combates o celebre recontro com a armada turca, no qual ficou prisioneiro o vice-almirante inimigo e a sultana Kali-Michnet. Em 1728 mandou D. Antonio Manuel bombardear Tripoli pelos cavalleiros Frans e Aubepointe, o que não foi um dos menores feitos do seu glorioso mestrado. Ainda que Malta estava bastante fortificada, o grão-mestre querendo que a ilha ficasse de todo o ponto defendida contra qualquer tentativa dos turcos, resolveu fortifical-a mais, e para isso construiu um fórte, que ainda hoje do seu nome se chama *Forte Manuel,* que é umas melhores fortificações de Malta, e que guardando a entrada do porto de Marra Musset, tem entre outras cousas notaveis uma soberba ponte de um só arco lançada sobre um precipicio para por ali transitar a artilharia. Esta obra, como se vê d'uma inscripção latina que ha sobre a porta da fortaleza, foi toda feita á custa do grão-mestre. Ao mesmo tempo que augmentava as forças maritimas da sua ordem, dava o illustre grão-mestre maior extensão a Valetta, edificando um bairro novo que se ficou chamando *Burgo Vilhena,* e onde tambem á sua custa edificou um hospital de invalidos e outro para velhos e incuraveis de ambos os sexos. Tal era a fama do grão mestre, que o papa Benedicto XIII, em reconhecimento dos seus feitos militares, lhe mandou o estoque e o casco bentos, distincção que a Santa Sé não concedia senão a principes e personagens que se distinguiam por feitos memoraveis contra os infieis, e que consistia em uma espada de prata de 5 pés de comprido e n'um barrete de veludo carmezim com a imagem do Espirito Santo, em perolas, benzido solemnemente pelo papa. Esta distincção fôra conferida até essa epoca unicamente a 42 pessoas, sendo D. Antonio Manuel o 1.º grão-mestre de Malta que recebeu essa honra. Foi este illustre portuguez respeitado de todos os soberanos da Europa, e Luiz XIV, de França, o honrou com a sua amizade. Malta deve-lhe grande numero de monumentos. No meio da praça do forte lhe erigiu o commendador Suzo uma estatua, com honrosa inscripção gravada no pedestal; na sala d'armas do palacio dos grãos-mestres, entre as armaduras dos mais celebres d'esses principes se erigiu a sua estatua em bronze, e o seu tumulo na egreja de S. João é um mausoleu tão magnifico, que tem sido comparado ao dos Medicis em Florença. Além dos seus dotes moraes, politicos e militares, D. Antonio Manuel de Vilhena foi homem de natural engenho e de estudos não vulgares, e foi elle quem mandou compilar um novo codigo das constituições da ordem de Malta, vindo esse trabalho a ser concluido em 1782, no tempo do grão mestre Rohan.

Vilhena *(D. Christovão Manuel de).* Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, por alvará de 15 de dezembro de 1821; alcaide mór de Alegrete e da villa da Zibreira, com o senhorio da mesma villa, em verificação da vida que lhe pertencia pelo alvará de 22 de julho de 1795, e que lhe foi confirmada por carta de 11 de dezembro de 1800; official de cavallaria. N. a 23 de setembro de 1799, fal. a 29 de agosto de 1876. Era filho do

1.º conde d'Alpedrinha José Sebastião de Saldanha Oliveira e Daun, e de sua mulher, D. Maria Leonor Carolina da Conceição Manuel de Vilhena da Costa Freire Martins da Fonseca. Succedeu nos morgados da Tapada da Cubeira, de Pancas e Alpedrinha, a sua mãe, em 10 de novembro de 1855. Casou a 27 de janeiro de 1825 com D. Maria Ignez Correia de Sá, filha dos 5.ºs viscondes d'Asseca. Esta senhora fal. a 15 de agosto de 1833, e D. Christovão passou a segundas nupcias, a 9 de setembro de 1835, com D. Maria Benedicta José de Mello, filha dos 9.ºs condes de S. Lourenço.

Vilhena *(D. Filippa de)*. Esta heroica senhora, cujo nome ficou celebre na historia do paiz, n. em Lisboa onde tambem fal. em 1 de abril de 1651. Era filha de D. Jeronymo Coutinho, que foi nomeado vice-rei da India, mas não acceitou a nomeação. Casou com o 5.º conde de Athouguia, D. Luiz de Athayde, que morreu, deixando-a com 2 filhos: D. Jeronymo de Athaide e D. Francisco Coutinho. Senhora resoluta e briosa, teve conhecimento de todos os preparativos da revolução de 1 de dezembro de 1640, e aconselhou a seus filhos que a ella adherissem e partilhassem os perigos de seus irmãos em fidalguia e em nacionalidade. Na madrugada de 1 de dezembro, mostrando realmente uma resolução mais que humana, cingiu ella propria as armas aos seus 2 filhos, e mandou-os combater pela patria, dizendo lhes que não voltassem senão hourados com os louros da victoria. Não foi ella só que procedeu assim n'essa madrugada celebre. O mesmo fez D. Marianna de Lencastre. Não se sabe, porém, o motivo porque mais se gravou no espirito popular o nome de D. Filippa de Vilhena. Talvez por seu filho primogenito, conde ds Athouguia, que não era uma creança como a tradição, corroborada pela peça de Garrett o faz acreditar, mas sim um homem feito, que pouco tempo depois foi nomeado governador de Peniche e alcançou d'ahi a annos a nomeação de vice-rei do Brazil, ter conquistado uma certa celebridade conquistada pelo seu proprio merecimento. O drama de Garrett, intitulado *D. Filippa de Vilhena*, ainda mais contribuiu para idealisar esta figura feminina, que ficou sendo como um symbolo energico do patriotismo. D. Filippa de Vilhena foi chamada ao paço pela nova rainha de Portugal D. Luiza de Gusmão, e recebeu o cargo de camareira mór e de aia do principe D. Affonso, mais tarde el-rei D. Affonso VI.

Vilhena *(José Eduardo de Almeida)*. Escriptor e antigo jornalista. N. em Aveiro a 14 de maio de 1834, e estreou se como escriptor publicando versos e artigos de litteratura no *Jardim Litterario*, semanario saido em Lisboa sob a direcção do poeta Francisco Gomes de Amorim; como jornalista, no *Campeão do Vouga*, periodico que principiou a publicar-se em Aveiro a 14 de fevereiro de 1852, mas onde elle entrou em 1855 como redactor politico até ao anno de 1900. O *Campeão do Vouga*, em 12 de novembro de 1859, tomou o titulo de *Campeão das Provincias*. Almeida Vilhena collaborou activamente no *Ecco Popular*, de que era director politico José da Silva Passos, e bem assim no *Nacional* do Porto, *Revolução de Setembro*, *Vimaranense*, *Jornal do Porto*, *Primeiro de Janeiro*, *Progresso do Sul*, *Paiz*, folha historica; *Progresso*, *Correio da Noite* e *Correio da Tarde*. Em 1865 teve a direcção politica da *Opinião*, jornal dos dissidentes do partido historico, que se publicou em Lisboa, e onde tambem escreviam Luiz Filippe Leite e Pereira Carrilho. Em março de 1855 fundou em Aveiro com o conselheiro José Luciano de Castro, o jornal litterario *A Aurora*. Em 1903 era redactor em chefe do *Progresso de Aveiro*, sendo considerado como um dos mais antigos jornalistas portuguezes. Em 1853 publicou em Aveiro um romance original com o titudo de *O Emigrado*.

Vilhena *(Julio Marques)*. Doutor em direito pela Universidade de Coimbra, conselheiro, ministro de Estado, par do reino, deputado, chefe do partido regenerador, socio effectivo da Academia Real das Sciencias, do Instituto de Coimbra, da Academia de Jurisprudencia de Madrid, e de outras corporações litterarias e scientificas, nacionaes e estrangeiras, N. em Ferreira do Alemtejo a 31 de julho de 1846, sendo filho de Francisco Marques de Barbuda. Aos 19 annos foi para Coimbra, matriculando-se no 1.º anno de theologia na Universidade, em que não continuou. No anno seguinte matriculou-se na faculdade de direito, curso que seguiu e concluiu com brilhantismo notavel em 1871, fazendo a sua formatura. Teve como companheiro e condiscipulo, em todo o curso, Hintze Ribeiro, e a tal ponto estava ligado com este, que a these para o acto de licenciatura de ambos foi impressa n'um só volume, em 1872, sendo a primeira parte (102 pag.) do primeiro e a segunda parte (pag. 103 a 220) do segundo. O titulo da these de Hintze Ribeiro era: *O caso julgado e os documentos particulares segundo o Codigo Civil Portuguez;* e a do sr. Julio de Vilhena: *A prova por documentos particulares segundo o Codigo Civil Portuguez*. N'este mesmo anno escreveu e publicou em Coimbra mais dois trabalhos: *As segundas nupcias no direito civil moderno, commentario aos artigos 1233.º a 1239.º do Codigo Civil Portuguez; Theses selectas de direito, as quaes, presidindo o sr. dr. Bernardo de Serpa Pimentel, se propõe defender para obter o grau de doutor nos dias 11 e 12 de julho*, etc.; são em latim e portuguez, e dedicadas ao conselheiro Fontes Pereira de Mello. No dia 14 do mesmo mez e anno recebeu o grau de doutor. Em 1873 publicou ainda em Coimbra: *Problemas de direito moderno (opusculos juridicos baseados no Codigo Civil): 1.º Perfilhação dos filhos sacrilegos; 2.º Alimentos e apanagios;* este 2.º opusculo foi offerecido pelo autor como dissertação para o concurso da substituição d'uma cadeira na faculdade de direito. No referido anno de 1873, publicou tambem a sua valiosa obra: *As raças historicas da peninsula iberica e a sua influencia no direito portuguez*, que lhe valeu os elogios de nacionaes e estrangeiros, como Herculano, Castilho, Camillo Castello Branco, Oliveira Martins, Thomaz de Carvalho, D. Antonio da Costa, Sousa Viterbo, Innocencio Francisco da Silva, Victor Hugo, Michelet, J. Elva y Vila, Amador de los Rios, Benigno Martinez, Manuel Torres Campos, e outros. A Academia Real das Sciencias abriu as suas portas ao autor, e a sua candidatura academica foi approvada por honrosa unanimidade. Esta obra deu origem a varias controversias, entrando na contenda Theophilo Braga, Oliveira Martins, Adolpho Coelho, etc. Em 1874 entrou na

politica militante, filiado no partido regenerador, e foi pela primeira vez deputado, eleito pelo circulo de Felgueiras. Desde logo comprovou no parlamento a fama de orador que acompanhava o seu nome, sendo depois reeleito em successivas legislaturas até 1885, anno em que foi par do reino eleito pelo districto da Guarda, até que no anno de 1890 foi nomeado par do reino vitalicio, tomando posse na respectiva camara na sessão do dia 17 de fevereiro d'esse mesmo anno. Como parlamentar distincto, conquistou um logar eminente pelos numerosos projectos de lei da sua iniciativa, ou por aquelles em cuja elaboração e discussão collaborou: em 1875 na defeza do codigo penal militar, em 1876 na discussão da reforma da Carta Constitucional, em 1877 na reforma administrativa apresentada pelo ministro Antonio Rodrigues Sampaio, e combatendo depois a reforma administrativa do conselheiro José Luciano de Castro. Fôram estas as principaes discussões doutrinarias em que entrou; nas discussões politicas em que a opposição parlamentar procurou envolver o ministerio regenerador tomou sempre uma parte activissima O seu discurso na questão da Zambezia foi muito apreciado como um modelo de eloquencia parlamentar. Em 1878 foi nomeado ajudante do procurador geral da corôa e fazenda, cargo que costumava ser confiado só a abalisados jurisconsultos. Fontes Pereira de Mello tinha por elle particular estima, e em 1881 foi pela primeira vez ministro no gabinete presidido por Antonio Rodrigues Sampaio, dirigindo a pasta da marinha e ultramar, e ainda n'esse anno ministro da justiça e dos negocios ecclesiasticos até 1883, sendo presidente do conselho Fontes Pereira de Mello. N'essa primeira gerencia dos negocios da marinha e ultramar deixou assignalada a sua passagem por medidas de grande alcance, taes como a creação de estações civilisadoras, com o fim de occupar e bem estabelecer a soberania de Portugal na Africa, fortemente ameaçada pelas accusações de Stanley e de Cameron, a applicação do Codigo Administrativo ao Ultramar, o complemento das leis libertadoras dos indigenas, a sua participação na administração local e outras. Preparava se seguramente um grande conflicto para a conferencia de Berlim, pelo quasi abandono em que se conservavam as nossas colonias, mas esse conflicto foi previsto pelo novel ministro, que decretou aquella medida, cuja completa execução teria assegurado a nossa posse indisputavel dos dominios coloniaes, evitando que outras potencias se apossassem de territorios portuguezes. São conhecidas as pretenções que teve Stanley de se apossar da foz do Zaire para servir o Estado Livre do Congo. Essas pretenções fôram energicamente combatidas pelo sr. conselheiro Julio de Vilhena, estabelecendo logo como porto principal da navegação para a Africa, contratada com a Empresa Nacional, o Zaire, e não se limitando a isto, fez estabelecer n'este rio uma navegação de vapores pequenos, dos quaes um denominado *Vilhena*, em homenagem ao ministro que tomara tão util e patriotica iniciativa. Para a Huila, planalto de Mossamedes e terra de grande fertilidade, creou uma missão que tem dado bons resultados. Procurou praticamente garantir o nosso dominio em Africa e desenvolver a exploração do seu solo, regulando-a e promovendo a corrente de emigração subsidiada pelo governo, para o que destinou pelo seu ministerio a verba de 30:000$000 reis annuaes. A sua reforma administrativa das colonias, extremamente liberal, foi outro acto importante da sua gerencia, mas as proprias liberdades em que se baseava levantaram tal opposição dos governos locaes, que não conseguiu pôl a em pratica. Em poucos mezes introduziu processos novos de governar as colonias, n'uma epoca em que ellas ainda eram muito pouco conhecidas na metropole. Muitas das suas ideias de então, que não teve tempo de pôr em vigor, e que eram julgadas irrealisaveis por demasiadamente avançadas, fôram levadas á pratica mais tarde por outros ministros. Na pasta da justiça, que geriu até 20 de fevereiro de 1883, apresentou ao parlamento diversas propostas de lei, todas tendentes a melhorar os serviços judiciaes

Julio Marques de Vilhena

sendo muito para notar as que se referiam a materia criminal. Defendendo energicamente as regalias da corôa portugueza em materia de apresentação de bispos, sustentou a este respeito uma lucta energica com o nuncio. Em abril de 1890, tendo se creado o novo ministerio de instrucção publica, e nomeado para seu ministro o sr. conselheiro João Arroio, que então geria a pasta da marinha no ministerio presidido pelo conselheiro Antonio de Serpa Pimentel, foi o sr. Julio de Vilhena chamado a preencher esta vaga. Atravessava então o paiz a temerosa crise originada pelo *ultimatum* de 11 de janeiro d'esse anno, e esse ministerio foi de curta duração. Caiu o gabinete, e succedeu-lhe outro de duração egualmente ephemera. Em 1891, formando-se um gabinete presidido pelo general João Chrysostomo d'Abreu e Sousa, tornou o sr. Julio de Vilhena,

pela terceira vez, a ser ministro da marinha. Conseguiu se por fim negociar um tratado com a Inglaterra. Aos trabalhos urgentes de administração ultramarina n'esses dois governos juntaram-se as luctas parlamentares, tanto nos debates provocados pelos tratados com a Inglaterra, como em outras discussões acrimoniosas que então se levantaram. Em todos esses trabalhos tomou elle parte importante. Ao mesmo tempo promulgou diversas medidas, entre ellas a organisação das companhias magestaticas na provincia de Moçambique, e como já succedera no seu anterior ministerio, preparou outras que a politica tão accidentada d'aquelles annos não lhe permittia levar a cabo, e que mais tarde se realisaram, como foi a transferencia da capital da provincia de Moçambique para Lourenço Marques, o estabelecimento da navegação nacional entre a metropole e aquella provincia. Tendo Hintze Ribeiro assumido a chefia do partido regenerador por morte de Antonio de Serpa Pimentel, o sr. conselheiro Julio de Vilhena deixou de fazer parte dos gabinetes presididos por aquelle estadista, o qual, aliás, sempre com elle instava para o acompanhar nos ministerios que organisava. Dedicou-se então principalmente á direcção do Banco de Portugal, de que foi governador durante perto de 12 annos, e a sua passagem por aquelle estabelecimento foi assignalada principalmente pela mais absoluta imparcialidade de procedimento. A Liga Naval Portugueza, sob a presidencia do sr. conselheiro Julio de Vilhena, tomou a brilhante iniciativa de reunir em Lisboa no dia 2 de fevereiro de 1903, na sala Portugal da Sociedade de Geographia o 1.° congresso maritimo nacional, com a assistencia d'el rei D. Carlos, da rainha D. Amelia e do infante D. Affonso, todo o ministerio, os representantes diplomaticos de todas as nações estrangeiras, etc. Fôram 4 as sessões d'este congresso, e todas ellas concorridissimas, vendo se entre um grande numero de representantes das classes sociaes, os que officialmente affirmavam a presença dos districtos administrativos do Porto, Vianna e Faro, certamente porque a sua condição de portos maritimos mais interessavam os assumptos d'este importante congresso. Em 23 de maio de 1904 reuniu-se tambem em Lisboa na sala Portugal da Sociedade de Geographia o Congresso Internacional Maritimo, sendo delegados do governo portuguez os srs. conselheiro Julio de Vilhena presidente da Liga Naval, general Pina Vidal, secretario da Academia das Sciencias, o conselheiro Ferreira do Amaral, presidente da Sociedade de Geographia. Assistiu á sessão inaugural toda a familia real, ministerio, corpo diplomatico e outras dignidades civis, militares e ecclesiasticas, congressistas nacionaes e estrangeiros, etc. Fallecendo o conselheiro Hintze Ribeiro em 1 de agosto no anno de 1907, tratou-se da chefia do partido regenerador, e a opinião voltou-se para o sr. conselheiro Julio de Vilhena, como sendo aquelle que o suffragio naturalmente indicaria, entretanto uma duvida se levantou, e foi a d'elle acceitar essa chefia, considerando-o alguns um tanto divorciado d'este partido. Essa duvida, porém, desvaneceu-se com a resposta que o sr. Julio Vilhena deu á carta que lhe foi dirigida pelo sr. Pimentel Pinto, em nome dos ministros de Estado honorarios regeneradores, á excepção do sr. conselheiro Teixeira de Sousa, convidando-o a propôr a sua candidatura a chefe do partido. Surgiram ainda algumas opposições polo facto do sr. Teixeira de Sousa ter apresentado tambem a sua candidatura á chefia, a qual ficou pretorida. Finalmente, em sessão solemne, nas salas do centro regenerador, no dia 12 de outubro de 1907 foi acclamado chefe do seu partido o sr. conselheiro Julio de Vilhena. Além dos elevados cargos já apontados, o illustre estadista foi tambem conselheiro de estado effectivo, vogal do Supremo Tribunal Administrativo, e vice presidente da Academia Real das Sciencias. E' gran-cruz da ordem de Carlos III de Hespanha, do Merito Naval de Hespanha, de Leopoldo da Belgica, da Estrella Polar da Suecia, de Santo Alexandre da Bulgaria, de Santa Catharina da Russia, etc. Collaborou muito no *Instituto*, de Coimbra, em diversas publicações de jurisprudencia e em algumas politicas.

Vilhena *(D. Magdalena de)*. Senhora que passou á historia pelo seu casamento com Manuel de Sousa Coutinho, de quem se separou para entrar como freira no convento do Sacramento, de Lisboa, com o nome de soror Magdalena das Chagas, emquanto seu marido vestia tambem o habito dominicano no convento de S. Domingos de Bemfica, tomando o nome de Fr. Luiz de Sousa. D. Magdalena de Vilhena era filha de Francisco de Sousa Tavares, e casou com D. João de Portugal, que ficou prisioneiro na batalha de Alcacer-Kibir. Suppondo-se viuva, casou em segundas nupcias com Manuel de Sousa Coutinho, e viveu feliz até ao dia em que, segundo a lenda, reappareceu D. João de Portugal, envelhecido pelos annos e pelos trabalhos, sob o disfarce de peregrino. Renunciando então ao mundo, professou ao mesmo tempo que seu segundo marido, levando para o claustro a dôr immensa de ter visto morrer uma filha que havia d'esse matrimonio. A historia tragica d'este casamento está referida no artigo Fr. Luiz de Sousa, *Portugal*, vol. VI, pag. 1054 a 1056.

Vilhena *(D. Salvador Manuel de)*. Moço fidalgo com exercicio no paço, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa a 16 de maio de 1830, onde tambem fal. a 11 de fevereiro de 1902. Era filho de D. Christovão Manuel de Vilhena (V. *este nome)* o de sua primeira mulher D. Maria Ignez Correia de Sá. Foi delegado do ministerio publico nas comarcas de Cuba, Coimbra e Lisboa. Sendo elevado a juiz de direito, exerceu este logar em Mafra, Evora e Alemquer, e mais tarde o de auditor dos tribunaes militares em Lisboa, Relações dos Açôres e Porto, aposentando-se pouco tempo antes de fallecer, com honras de juiz do Supremo Tribunal de Justiça. Casou em 10 de abril de 1852 com D. Maria Ignez da Luz de Carvalho Daun e Lorena, sua prima, filha dos 3.os condes da Redinha, já viuva de Antonio de Brito e Castro de Figueiredo Mello da Costa, fidalgo da Casa Real, doutor de canones pela Universidade de Coimbra, senhor da Casa da Portella em Coimbra. Esta senhora já havia fallecido ha annos.

Vilhena *(D. Thomaz de Almeida Manuel de)*. Jornalista e escriptor contemporaneo, governador civil de Braga e deputado. E' descendente da nobre familia dos condes de Alpedrinha. Mui

to estudioso e de elevada intelligencia, concluiu cedo o seu curso superior de letras. Foi deputado eleito por Vianna do Castello, nas legislaturas de 1901, 1902-1904 e 1905-1907, deixando n'uma das sessões de tomar parte nos trabalhos parlamentares por ter sido nomeado governador civil de Braga, logar em que se conservou por algum tempo. Tem collaborado n'algumas publicações periodicas, e pertence a diversas corporações litterarias. A sua primeira obra, foi *A Dynastia de Bragança;* memoria historica, que publicou em 1886, e lhe mereceu ser premiada com a medalha de ouro pela Sociedade de Homens de Letras de Paris. N'esta obra lê-se no verso do frontispicio a seguinte declaração: «Edição commemorativa do consorcio de sua alteza real o principe D. Carlos pela livraria editora de Henrique Zeferino de Albuquerque.» Escreveu para o theatro o drama em 4 actos, *Margarida*, que se representou no theatro de D. Maria II em 9 de fevereiro de 1889; e *A Marqueza de Verride*, tambem em 4 actos, que se não representou, mas está publicada. A redacção da antiga *Gazeta de Portugal*, o convidou para escrever a secção da critica theatral, em que elle manifestou uma vasta illustração sobre a arte dramatica. O sr. D. Thomaz de Vilhena foi o fundador da *Associação da Mocidade Catholica*. Tambem escreveu uma *Guia illustrada de Lisboa e suas circumvizinhanças*, que se publicou em 1897. E' em portuguez e em francez.

Vilhena e Bourbon *(Joaquim Felizardo de Lima Camello Pereira da Silva de Sousa Castello Branco)*. Professor, publicista e propagandista republicano, mais conhecido por Felizardo de Lima. N. em Lisboa a 3 de novembro de 1839, fal. no Porto a 21 de junho de 1905. Era filho de Joaquim Maria de Lima Camello Pereira da Silva e de D. Izabel Mafalda de Sousa Castello Branco Manuel de Vilhena e Bourbon. Frequentou o lyceu de Lisboa e o 1.º anno da Escola Polytechnica, assentou praça em infantaria n.º 7, no mez de março de 1854, e em 1858 pediu baixa sendo então furriel de caçadores n.º 2. Foi um dos iniciadores e secretario do Gremio Industrial, de que era presidente o conselheiro Fradesso da Silveira. Foi o primeiro elemento anti monarchico e socialista do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, e o ultimo dinheiro que recebeu do pouco que herdou da sua casa, applicou-o, em 1869, á publicação da *Republica Federal*, que foi o primeiro jornal republicano que appareceu entre nós. Pela mesma epoca fundou o primeiro centro republicano que houve em Portugal, o teve o gosto de saber que Emilio Castellar, o grande tribuno hespanhol, lêra nas côrtes constituintes um dos seus artigos politicos. Creou em Lisboa com João Bonança as primeiras decurias da Internacional, e sendo escripturario da estação das Devezas, sustentou ahi a grévo do caminho de ferro do norte e leste, pelo que o demittiram. Foi secretario geral da Fraternidade Operaria, do Porto, socio de varias aggremiações populares de Lisboa o Porto, escreveu o primeiro artigo para o *Portuguez* e a primeira poesia para a *Federação*, publicou e foi redactor do *Ensaio Litterario*, collaborou nos semanarios litterarios *Murmurio* e *Aurora*, escreveu folhetins para o *Raio*, collaborou nas *Novidades*, folha noticiosa, que em 1864 se publicava em Lisboa; escreveu folhetins no *Diario de Noticias*, combateu o catholicismo na *Opinião Nacional*, publicou e redigiu no Porto os jornaes *Bomsenso*, *A Bandeira do Povo*, *O Amigo do Povo* e *O Radical;* foi tambem por muito tempo redactor da *Discussão*, onde combateu as medidas de fazenda apresentadas pelo conselheiro Marianno de Carvalho. Na villa da Moita, onde foi professor, publicou um semanario intitulado *A Instrucção primaria;* foi o primeiro redactor do *Commercio de Penafiel* emquanto esta folha defendeu a politica republicano-socialista, e depois da revolução de 31 de janeiro de 1891 escreveu nos primeiros numeros do *Democrata da Beira*, de Lamego, cidade onde viveu uns tres annos e onde tambem publicou o jornal *A Luz*. Escreveu mais: *Vingar regenerando*, romance; contos diversos; obras de combate e de propaganda; *A felicidade ou a miseria, O registo civil*, carta ao duque de Saldanha; *Carta aberta* sobre a politica portugueza; *D. Fernando e D. Carlos de Bourbon*, quando da escolha de rei nas constituintes hespanholas; dois volumes de sciencia popular sob o titulo geral de *Bibliotheca de instrucção popular; Judeus, christãos e mahometanos perante a sciencia; Apontamentos para a historia do proletariado;* um *Methodo de ensino de escripta e de leitura*, etc. Collaborou em quasi todos os jornaes republicanos do paiz. Começou a ser perseguido em virtude das ideias avançadas que sempre defendeu, quando era professor na villa da Moita, sendo então demittido pelo ministerio regenerador, e nas deploraveis circumstancias em que por muitas vezes se encontrou pela intransigencia das suas opiniões politicas, tendo de sustentar numerosa familia lançava se a todos os recursos, ora leccionando, ora trabalhando como tecelão, como envernisador, como auxiliar d'um constructor de pianos, como tachigrapho, como fabricante de meias de tear, cartonagens, etc. Em 1889, estando empregado havia alguns mezes na construcção do ramal do caminho de ferro de Santa Comba a Vizeu, abandonou o logar e partiu para o Porto, onde tomou parte no movimento patriotico provocado pelo *ultimatum* inglez, de janeiro de 1890. Implicado na revolução de 31 de janeiro do 1891, foi julgado nos tribunaes marciaes de Leixões e condemnado a anno e meio de prisão, que cumpriu na Relação do Porto. Além d'esta prisão soffreu muitas outras por questões politicas, chegando a estar incommunicavel, e sendo mesmo uma vez mettido no *segredo* da Relação.

Vilhões. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Roussas, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. Tem correio com serviço de posta rural.

Viliena. Pov. na circumscripção de Batti, do commando e concelho de Sanguém, distr. de Gôa, na India.

Villa *(Manuel Angelo)*. Fabricante de instrumentos de physica, mathematica e musica, que vivia em Lisboa no meado do seculo XVIII. Em 1745 publicou um folheto com a lista de todos os instrumentos que tinha construido ou podia construir se lh'os encommendassem, lista curiosissima que prova ter sido Manuel Angelo Villa um homem de rara habilidade. O folheto tem o titulo: *Lista noticiosa dos instrumentos e artefactos physicos e mathematicos que se fabricam e se vendem n'esta cidade de Lisboa em casa de Manuel*

Angelo Villa, professor operario dos ditos instrumentos..

Villa. Em todos os nossos documentos até aos fins do seculo XII se tomou villa, não por uma povoação grande, superior a uma aldeia e que tivesse juiz, senado e pelourinho com os mais distinctivos de jurisdicção civil e criminal, mas sim por uma pequena ou grande herdade, casal ou granja, comprehendendo terrenos com sua casa rustica e abegoaria para recolher os fructos e criar os gados e outros animaes domesticos. A villa dividia-se, segundo Columella, em *urbana*, *rustica* e *frutuaria*. A primeira constava de uma casa mais elegante e aceada (casa nobre) em que o senhor da *villa* residia temporaria ou permanentemente; a segunda pouco ou nada tinha de polida, e era destinada para habitação do colono e sua familia; constava tambem de curraes, cortes e cobertos para os animaes e aprestes da lavoura;—a terceira, finalmente, era o que chamamos *adega* ou *celleiro*. A villa (herdade ou quinta) menos importante era denominada *villula*, *Villar* e *Villarinho*. Desde os fins do seculo XII até os fins do seculo XV tambem algumas vezes se tomou villa como synonimo de cidade, assim se encontra em muitos documentos *villa de Bragança*, *de Lamego*, *de Coimbra*, *da Guarda*, etc., mas desde o tempo de D. Affonso III se começou a chamar *villa* a uma povoação grande ou cabeça de concelho, na qual se decidiam as causas na primeira instancia, e n'esta ultima accepção se toma hoje em Portugal a palavra *villa*.

Villa. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Anta, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Armozello, conc. de Fafe, do mesmo distr. || O Salvador, de Aveleda, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Balança, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || S. Cosme, de Besteiros, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Paio, de Besteiros, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Miguel, de Chorente, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Miguel, de Christellos, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Pedro, de Codeceda, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Julião, de Covellas, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || Santa Maria, de Eja, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Pedro, de Gondalães, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. João Evangelista, de Guilhufe, conc. Penafiel, do mesmo distr. || O Salvador, de Lordello, conc. de Paredes, do mesmo distr. || Santa Maria e conc. de Odemira, distr. de Beja. || S. Vicente, de Oleiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Pedro, de Parada, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello || O Salvador, de Parada de Gatim, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Penascaes, do mesmo conc. e distr. || S. Vicente, de Pinheiro, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Thiago e conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Miguel, de Rans, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Christovão, de Refojos de Riba d'Ave, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Paio, de Ruilhe, conc. e distr. de Braga || O Salvador, de Sabbadim, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Sande, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Villa d'Ala. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança; 144 fog. e 576 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada na estrada da Bemposta ao Mogadouro, a 8 k. da séde do conc. Foi curato annual da apresentação do marquez de Tavora, da corôa e da Mesa da Consciencia e Ordens. N'esta freg. ha uma pyramide geodesica que marca 816 m. de altitude sobre o nivel do mar. O terreno é aspero e frio, e as suas producções dominantes são batatas, lã e cereaes. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Villa d'Além. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, da Villa da Egreja, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Villa d'Alva. Villa e freg. de N. S.ª da Visitação, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Cuba, distr. e bisp. de Beja; 317 fog. e 1:154 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., Misericordia, medicos e pharmacia. Está situada n'uma planicie, na margem esquerda d'um affluente do rio Odivellas, a 10 k. da séde do conc. El-rei D. Manuel I lhe deu foral, em Lisboa, com a data de 1 de junho de 1512. As suas producções dominantes são vinho, que dizem ser o melhor do districto, azeite e lã, cria bastante gado. Tambem produz muita fructa. A egreja matriz é pequena; está no meio da villa, e a poucos metros de distancia ha uma torre, que foi feita, quando trouxeram d'um dos conventos de Evora um bom relogio que n'ella collocaram. A villa nunca foi fortificada, não teve convento nenhum, nem feiras ou mercados. No meado do seculo passado ainda se viam os antigos paços do concelho e a cadeia. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos.

Villa de Arca. Pov. na freg. de S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Villa de Baixo. Pov. na freg. de S. Christovão, de Espadanedo, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Villa de Barba. Pov. na freg. de Santa Columba, de Couto do Mosteiro, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu.

Villa Beatriz. Pov. na freg. de S. Pedro, de Marateca, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

Villa do Bispo. Villa da prov. do Algarve, séde de conc., com. de Lagos, distr. de Faro, bisp. do Algarve. Tem uma só freg., de N. S.ª da Conceição, e está situada n'um alto, a 4 k. do Oceano, que fórma ali um pontal, especie de peninsula que tem na sua extremidade SO e a duas leguas da villa o cabo de S. Vicente, e dista 86 k. da capital do districto. Em 1840 esta villa com a de Sagres e as freguezias de Bordeira, Budens Barão, Rapozeira e Carrapateira, constituiam o conc. de Villa do Bispo, extincto pelo decreto de 24 d'outubro de 1855, passando as ditas freguezias para o conc. de Lagos; mas por decreto de 10 de setembro de 1861 foi restaurado o antigo concelho de Villa do Bispo, com as mesmas freguezias, menos a de Bordeira e a sua annexa de Carrapateira, que passaram para o conc. de Aljezur. Os seus templos reduzem se á egreja matriz, que está bem conservada e possue boas alfaias, avultando entre ellas uma custodia de muito merecimento. O seu terreno é muito fertil,

como todo o Cabo de S. Vicente, por justos titulos denominado *celleiro do Algarve*. As suas producções são trigo, cevada, milho, batata redonda, chicharos, grão de bico, algum vinho, lã e queijos, pois cria bastantes cabras e ovelhas. Tem tambem grande abundancia de peixe, lebres, coelhos e perdizes. A sua agua potavel é boa; foi conduzida para a villa por um pequeno aqueducto A antiga pov. de *Santa Maria do Cabo*, hoje séde da parochia, foi doada aos bispos do Algarve por el-rei D. Manuel I, quando visitou o Cabo de S. Vicente, pelo que desde então se ficou chamando *Aldeia do Bispo*, e *Villa do Bispo*, depois que D. Pedro II a elevou á categoria de villa e lhe deu foral. No meado do seculo passado ainda existiam os antigos paços do conc. e a cadeia da villa, menos o pelourinho, que estava ua praça, porque foi derrubado por um tufão no dia 4 de fevereiro de 1871. Esta freg. é banhada por uma ribeira que tem uma pequena ponte na estrada do litoral, e vae desaguar no Oceano a 12 k. de distancia. No sitio de Morração, d'esta freg. ha duas minas de manganez e d'outros metaes, simplesmente registadas. A Villa do Bispo pertence á 4.ª div. mil., 8.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. Tem est telegr.-post. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; mercado de esparto a 13 de setembro; productores de cêra e mel, e de esparto; cr adores de gado, medico, pharmacia, pharol de Cabo de S. Vicente, escolas de ambos os sexos,Club Recreativo. O concelho compõe se de 4 freguezias, com 1:213 fogos e 4:901 habitantes, sendo 2:501 do sexo masc. e 2:400 do fem., n'uma superficie de 22:867 hectares. As freguezias são as seguintes: S. Sebastião, de Budens, tendo annexa a de Barão de S. Miguel, 2:674 hab.: 1:358 do sexo masc. e 1:316 do fem.; N. S.ª da Encarnação, de Rapozeira, 484 hab: 250 do sexo masc. e 234 do fem.; N. S.ª da Graça, de Sagres, 574 hab.: 301 do sexo masc. e 273 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Villa do Bispo, 1:169 hab.: 592 do sexo masc. e 577. O principal commercio do conc. é cereaes, gado, esparto em rama e em obra, atum e queijos. Tendo sido extincto o conc. por decreto de 14 d'agosto de 1895, e aunexado ao de Lagos, foi restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898, com as mesmas freguezias que o constituiam.

Villa Boa. Pov. e freg. de S João, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 72 fog. e 310 hab. Tem est. post. e está situada a 3 k. da margem direita do rio Cávado, e a egual distancia da séde do conc. As suas producções dominantes são vinho verde e cereaes. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança. Tem escolas d'ambos os sexos. Pertenceu ao antigo conc. d'Orelhão, extincto pelo decreto de 31 de dezembro de 1853, passando então para o de Mirandella, e até á circumscripção diocesana feita em 1882, era do arcebispado de Braga. E' hoje reitoria annexa civilmente á freg. de Franco, e a sua população incluida na da mesma freg., figurando as duas sob a denominação de Franco e Villa Boa (N. S.ª da Expectação), no censo da população de 1900. A pov. é banhada por 2 pequenos ribeiros que nascem na serra do Franco e vão desaguar na margem direita do rio Tua a 12 k. de distancia. Os seus templos reduzem-se á egreja matriz e a uma capella sem terem cousa alguma digna de menção. O que produz mais é vinho, azeite e cereaes. Está situada a 3 k. da estrada de Mirandella a Villa Real e Bragança. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Sabugal, distr. e bisp. da Guarda; 233 fog. e 789 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post e uma fabrica de cobertores e mantas de lã. Está situada n'uma campina, na estrada de Sabugal a Alfaiates, a 10 k da séde do conc. N'esta freg. ha 3 capellas: N. S.ª d'Assumpção, na séde da parochia; S. Gregorio, a 2 k. a leste, no cabeço do seu nome, e Santo Antão, 1:500 m. ao sul entre Villa Boa e Ouzendo, freg. hoje annexa á de Guadrazes. As suas maiores producções são batatas, milho, centeio, trigo e castanhas. Pertence á 2.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Alta, conc. e com de Sattam, distr. e bisp. de Vizeu; 364 fog. e 1:498 hab. Tem escolas de ambos os sexos e est post. Está situada n'um valle a 2 k. da margem esquerda do rio Sattam e a 5 da sède do conc. Além da egreja matriz, ha outra no Ladario, que era a matriz da villa e a parochia d'este nome, extincta e annexa á de Villa Boa. Produz cereaes, vinho e fructas. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Arregadas, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Buccos, conc. de Cabeceiras de Basto. distr. de Braga. || S. Lourenço, de Cabril, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || S. Thiago, de Cendufe, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Pantaleão, de Cornes, conc. de V. N. da Cerveira, do mesmo distr. || S. Pedro, de Espinho, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu. || Santo André, de Ferreira d'Aves, conc. de Sattam, do mesmo distr. || S. Miguel, de Fontellas, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Lourenço, de Golães, conc de Fafe, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Gondoriz, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Guilhabreu, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S Thiago, de Guilhofrei, conc. de Vieira, distr. de Braga. || O Salvador, de Joanne, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Pedro, de Mões, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. Tem caixa post. || S. Paio, de Oleiros, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Bartholomeu, do Rego, conc de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Miguel, de Ribeira de Frades, conc. e distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Villarinho, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Villa Boa de Arufe. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena. de Rebordainhos, conc. e distr. de Bragança.

Villa Boa de Baixo. Pov. na freg de S. Pedro, de Ferreiros de Tendaes, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Villa Boa do Bispo. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Mar

co de Canavezes, distr. e bisp. do Porto; 393 fog. e 1·594 hab. Tem escolas d'ambos os sexos. Está situada n'um valle, junto da margem esquerda do rio Tamega e a 9 k. da séde do conc. Segundo a tradição, Moninho Viegas, o *gasco*, em cumprimento d'um voto feito, quando andava por estes sitios pelejando contra os moiros, construiu aqui um mosteiro de conegos regrantes, ao qual deu principio em 990. N'este mosteiro passou os ultimos 5 annos da sua larga vida o bispo resignatario do Porto D. Sizenando, irmão do fundador. Vivendo aqui o santo e decrepito D. Sizenando, costumava ir todas as sextas feiras dizer missa a uma capella que existia no monte proximo, cêrca de 2 k. para o nascente do mosteiro, dedicada a S Salvador, e estando um dia a celebrar o santo sacrificio, os moiros que habitavam ainda terras não muito distantes na margem esquerda do rio Douro, o surprehenderam e trucidaram, em 1035. Os conegos regrantes o sepultaram debaixo do altar da capella onde fôra morto, e ali se conservaram os seus restos mortaes 107 annos, até 1142, data em que D. Pedro Ribaldis, bispo do Porto, indo ao dito mosteiro, mandou abrir o tumulo de D Sizenando, cujo corpo se encontrou intacto, e o fez trasladar para a egreja do mosteiro, onde foi mettido n'um outro tumulo de pedra. O 1.º tumulo tinha uma inscripção latina, que traduzida, quer dizer: «Aos 30 dias do mez de janeiro falleceu o bispo do Porto D. Sizenando, morto ás lançadas pelos moiros, quando estava a dizer missa. Na era de 1073 (anno de 1035).» O 2.º tumulo tem tambem em latim uma inscripção, traduzida assim em portuguez: «O martyr e bispo D. Sisnando, a quem Christo levou para o céu em 30 de janeiro do anno de 1035, foi aqui sepultado com solemne rito em 2 d'outubro de 1142.» Esta parochia tomou o titulo de *villa* desde que el-rei D. Affonso Henriques visitou este mosteiro e o coutou, em 12 de fevereiro de 1141. Diz-se que se denominou *Villa Boa* pelo seu terreno ser muito fertil e clima saudavel, e do *Bispo* para commemorar e perpetuar o martyrio de D. Sizenando. O mosteiro, que originariamente fôra de cruzios, passou em 1740 para os jesuitas, que viveram ali até á extincção da Companhia de Jesus em Portugal, revertendo em seguida para a corôa. Foi mais tarde vendido a um particular. A egreja tem sido sempre a matriz d'esta freguezia, que é uma das mais importantes d'este concelho. As suas producções principaes são fructas, vinho verde e cereaes. No alto da povoação está o monte Arado, e no seu cume se vêem as ruinas d'um grande castello, que se suppõe estar occupado pelos moiros, quando D. Moninho Viegas o cercou e tomou, pelo que fez o voto de construir o mosteiro. N'esta freg., á margem da estrada no sitio chamado *Marmoiral*, vê-se erguido n'uma bouça, um arco de pedra em ogival, muito antigo, que dizem ter sido levantado em memoria da passagem da rainha D. Mafalda na sua visita ao convento de Arouca. Dizem, porém, que d'um documento de 1152 consta que é o tumulo d'um cavalleiro chamado D. Souzino Alvares, alcaide-mór do castello de Bugéfa. O arco tem 3,^{m}60 de altura, e está assente sobre 4 degraus, e coroado com uma cimalha, com seus lavores, tudo já arruinado. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Villa Boa de Carçãosinho. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Serapicos, conc. e distr. de Bragança.

Villa Boa de Cima. Pov. na freg. de S. Pedro, de Ferreiros de Tendaes, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Villa Boa de Ouzilhão Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. de Vinhaes, distr. e bisp. de Bragança; 89 fog. e 422 hab. Está situada a 3 k. da margem esquerda do rio Tuella e junto a um affluente d'este rio, a 8 k. da séde do conc. Cria muito gado e tem caça. A pov. pertence á 6.ª div, mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Villa Boa de Quires. Pov. e freg. de Santo André, da prov. do Douro, conc. e com. de Marco de Canavezes, distr. e bisp. do Porto; 446 fog. e 1:744 hab. Tem esc. do sexo masc. e está situada junto d'um affluente do rio Tamega, a 10 k. da séde do conc. Pertenceu esta freg ao conc. de Penafiel, mas por decreto de 31 de dezembro de 1853 passou para o de Marco de Canavezes. Em tempos anteriores foi commenda da ordem de Christo, pertencente á Casa de Bragança e cabeça do couto de Villa Boa de Quires no antigo conc. de Porto Carrero, comarca ou provedoria do Porto. Teve foral dado por D. Manuel I, em Lisboa, no dia 1 de setembro de 1513. Era o mesmo do antigo couto e villa extinctos de Porto Carrero, e comprehendia tambem a freg. d'Abragão. A egreja matriz é um templo pequeno, mas de merecimento, estylo gothico, paredes revestidas de azulejos; capella-mór abobadada com apainelados e boas pinturas a oleo representando os passos da paixão de Christo; altar-mór e 4 altares lateraes, todos de talha antiga dourada. Como a egreja fôsse muito pequena para a população actual d'esta parochia, foi ampliada no meado do seculo passado, accrescentando-se-lhe quasi o dobro em comprimento, prolongando se-lhe as paredes lateraes até absorverem a galilé ou alpendrada que tinha na frente, e que era um pouco mais baixa do que a egreja, tapada pelo sul com uma parede; pelo norte e poente firme em columnas de pedra, e pelo nascente presa ao frontispicio da egreja, que olha para o poente. Tambem se construiu uma torre, pois que tinha apenas um campanario de duas sineiras, que rematava a frontaria do templo. Houve todo o cuidado em se respeitar o seu estylo architectonico, pelo que a sua frontaria actual é com pequena differença a mesma que tinha antes da ampliação. Apenas avançou alguns metros para a frente, conservando o seu elegante portico, hoje mais vistoso e desafrontado, com as suas 4 ordens de columnas e correspondentes arcadas firmes em capiteis muito ornamentados, representando cabeças de boi e outros animaes, tudo de granito, e superiormente a fresta do velho templo, no mesmo estylo do portico. A pov. é fertil em fructas, cereaes e vinho verde. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Villa Boa da Roda. Nome d'um antigo conc. do termo de Guimarães. Era da corôa; tinha juiz ordinario e de orphãos, 2 vereadores e procurador do concelho feitos por pelouro e eleição triennal do povo, a que presidia o corregedor de Guimarães; 2 escrivães, distribuidor, inquiridor, con-

tador, almotacé e meirinho, que servia de carcereiro. Teve foral velho dado por D. Affonso III, em Guimarães, em 15 de fevereiro de 1261, e mais tarde, teve foral novo, dado por D. Manuel I, em Lisboa, a 8 d'agosto de 1514.

Villa Bocage. E' uma das estações da Companhia da Zambezia, nas margens do Chire, no sopé da Serra de Murombala. Na Serra da Murombala tem a Companhia da Zambezia uma grande plantação de café, servida por uma estrada carreteira que parte de Villa Bocage. Existe mais em Villa Bocage um grande deposito de lenha para os vapores da companhia e vapores fluviaes das companhias inglezas.

Villa Boim *(José Maria Moreira Freire Correia Manuel d'Aboim, visconde de)*. Fidalgo da Casa Real por successão a seus maiores; general de divisão. N. a 23 de março de 1826, fal. em 6 de abril de 1901. Assentou praça em dezembro de 1845, foi promovido a alferes em 11 de setembro de 1850, a tenente em 26 de setembro de 1852, a capitão em 2 de novembro de 1864, a major em 4 de junho de 1873, a tenente coronel em 9 de novembro de 1875, a coronel em 20 de dezembro de 1883, a general de brigada em 3 d'abril de 1893, e a general de divisão a 18 de abril de 1895. Em 1898 havia passado ao quadro auxiliar por ter attingido o limite de edade. Exerceu muitas commissões importantes de serviço, e entre ellas a de commandante do regimento de engenharia, onde esteve muitos annos, e a de inspector da mesma arma na 1.ª divisão militar. Por fim commandou a 4.ª divisão, d'onde passou ao quadro auxiliar. Era gran-cruz, grande official, commendador e cavalleiro da ordem d'Aviz, commendador da de Christo, e possuia a medalha de merito, philantropia e generosidade. Foi agraciado com o titulo de visconde por decreto de 17 de abril de 1890. Casou a 30 d'agosto de 1862, com D. Julia de Castilho, filha de José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha, e de sua mulher D. Marianna Maynard.

Villa Boim. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Elvas, distr. de Portalegre, arceb. de Evora. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., medico e pharmacia. Está situada n'uma bonita planicie na estrada d'Elvas a Extremoz, a 10 k. da séde do conc. Até 1882, data da nova circumscripção diocesana, pertenceu ao extincto bispado d'Elvas. O seu antigo nome era *Villa d'Aboim;* foi fundada por D. João Pires d'Aboim, de quem tomou o nome, homem que foi grande privado de D. Affonso III e de D. Diniz, um dos homens mais ricos de Portugal no seu tempo. Teve antigamente um bom castello, com hortas, casas e fontes dentro e fóra d'elle, mas foi arrazado pelos castelhanos, quando D. Luiz de Haro sitiou a praça d'Elvas. A este castello foi D. Filippe I, quando estava em Elvas, visitar a duqueza de Bragança D. Catharina, sua prima co-irmã A pequena distancia do castello e á vista d'elle, erguia-se uma atalaia na eminencia da serra. D'ali se descobria um vastissimo horizonte e 3 reinos: Portugal, Castella e Leão; 3 cidades episcopaes: Elvas, Portalegre e Badajoz; 1 archiepiscopal, Merida, a antiga capital da Lusitania, e grande numero de villas nos 3 mencionados reinos. Até 1836 teve esta villa juiz ordinario, feito por pelouro, na fórma de ordenação, 2 vereadores, 1 procurador do concelho, 1 escrivão da camara e da almotaçaria e outro dos orphãos, do judicial e notas El rei D. Manuel I lhe deu foral, em Lisboa, no dia 1 de julho de 1518. Villa Boim tem um clima muito saudavel. O terreno é fertil em vinho, azeite, trigo, cevada e aveia, caça e lã, pois cria bastante gado lanigero. Tem apparecido em differentes pontos d'esta freg., moedas romanas e vasos de vidro e de louça, revelando muita antiguidade. Os duques de Bragança tiveram aqui uma grande coutada para os seus entretenimentos venatorios. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. Está ha muitos annos annexada a esta freg. a de Santo Antonio, de Terrugem.

Villa Cã. Pov e freg. de S. Bartholomeu, da prov. do Douro, conc. e com. de Pombal, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 435 fog. e 2:050 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada entre duas pequenas ribeiras, que fórmam a ribeira de Valmôr a 3 k. de Abiul e a 8 da séde do conc. Foi commenda da ordem de Christo. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar.

Villa Cahiz. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. de Amarante, distr. e bisp. do Porto; 267 fog. e 1:091 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. Dista 3 k. da margem direita do rio Tamega para O; 8 de Amarante para SO; cêrca de 20 de Penafiel para ENE. Esta parochia é abbadia; pertenceu ao arcebispado de Braga até 1882, e pela nova circumscripção diocesana d'essa data, ficou pertencendo á diocese do Porto. Foi villa, couto e honra do antigo conc. de Santa Cruz de Riba Tamega, extincto pelo decreto de 24 d'outubro de 1855, em virtude do qual passou ao d'Amarante. Esse antigo conc. teve foral, dado em Lisboa por D. Manuel I, a 1 de setembro de 1513. A egreja parochial da villa de Cahiz é um bom templo, construido em 1774, com uma torre moderna e elegante. Até 1835 teve casa de camara, cadeia, pelourinho, as autoridades proprias do concelho e 1 capitão mór; extincto o conc., fôram supprimidas todas as autoridades, mas ainda existem a casa da cadeia e o pelourinho. As suas producções dominantes são milho, trigo, centeio, azeite e vinho verde. A' freg. de Villa de Cahiz está ha muitos annos annexa a de S. Julião, de Passinhos. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Villa da Cal. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Currellos, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu.

Villa de Cannas. Pov. na freg. de S. Miguel, de Milharado, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Villa Castim *(João de)*. Mestre de capella de el rei D. João III, do qual ha noticia por vir mencionado nas *Provas Genealogicas da Casa Real Portugueza*, tomo VI, pag. 622, incluido na relação das pessoas que tinham moradia na casa de D. João III Gil. Vicente fez uma referencia a Villa Castim na farça de *Ignez Pereira*. Era um dos musicos mais notaveis que existiram no seu tempo.

Villa Chã. Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. do Douro, conc. de Macieira de Cambra, com. de Oliveira de Azemeis, distr. de

Aveiro, bisp. do Porto; 226 fog. e 935 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, agencias bancarias, casas de pasto, fabricas de manteiga, pharmacias, typographia, onde se publica o *Jornal de Cambra*. No sitio de Gandra, d'esta freg., se realisa uma feira a 9 e 23 de cada mez. Dista 3 k. da séde do conc. e é banhada pelos rios Vignes e Trancoso, e pelos ribeiros dos Cães e dos Pelames, que vão desaguar no rio Trancoso, bem como este no Vignes, no sitio da ponte da Gandra. Até 1882 pertenceu á extincta diocese d'Aveiro. A egreja matriz é um templo regular bastante antigo. As producções principaes são milho e vinho verde. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. Tendo sido annexada ao conc. d'Oliveira d'Azemeis por decreto do 21 de novembro de 1895, que supprimiu o de Macieira de Cambra, voltou a este, que foi restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. d'Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 226 fog. e 1:087 hab. Tem est. post., esc. do sexo masc., fabricas de cortumes, de crystal de Bustello, e de vidros do Côvo. Está situada em terreno accidentado, a 6 k. da séde do conc. e é banhada pelos rios Samil e da Ribeira Verde, que vão desaguar no rio Ul, a 2 k. de distancia, e pelo rio Autuan, que vae desaguar no Vouga. E' atravessada pela estrada de Ovar a Arouca, e pela d'Oliveira d'Azemeis tambem a Arouca. O terreno é bastante accidentado, mas fertil e muito abundante de agua potavel e para irrigação e moagens. São as producções dominantes vinho verde, trigo, centeio, feijões, azeite e hervagens. Tambem cria muitos bois que vende para Lisboa e para Inglaterra. A fabrica de vidros do Côvo foi a primeira d'este genero que se estabeleceu em Portugal. E' anterior ao anno de 1484. Entre os muitos privilegios que os nossos reis n'outro tempo concederam a esta fabrica, era um d'elles o de ser ella a unica que poderia vender vidro em todo o norte do paiz, até á margem direita do Mondego. A pov. pertence á 5.ª div. mil. o ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. || Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. e com. de Espozende, distr. e arceb. de Braga; 177 fog. e 726 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada em terreno montanhoso, na estrada de Forjães a Fonte Boa, a 4 k. do Oceano e a 7 da séde do conc. Foi sempre abbadia e da apresentação da Casa de Bragança até 1836. Esta freg. é banhada pelo ribeiro da Abelbeira, que vae desaguar no Oceano a 3 k. de distancia, na praia das Marinhas, freg. limitrophe. O termo d'esta parochia comprehende parte da serra de S. Lourenço, que se ergue ao poente, sobre a qual está a capella d'aquella invocação, e o monte de Figueiró ao poente. N'uma escavação que se fez ha bastantes annos na referida serra, appareceram algumas moedas romanas pequenas e de cobre. O terreno é fertil em cereaes, vinho verde e algum azeite. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de N. S.ª das Boas Novas, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Fornos de Algôdres, distr. da Guarda, bisp. de Vizeu; 61 fog. e 250 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Dista 6 k. da séde do conc. e fica-lhe sobranceiro o monte do Crasto, que, pelo nome e pela sua posição, muito defensavel antes da invenção da polvora, se suppõe ter sido fortificado em tempos muito remotos. Do alto d'esse monte se goza um vasto e muito interessante panorama sobre a bacia hydrographica do Mondego. A egreja é um templo singelo e nada tem de notavel. A pov. é banhada por 3 ribeiros: o do *Gallego*, o do *Valle de Gavinho* e o do *Preto*. As maiores producções são cereaes, vinho e azeite. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Douro, conc. e com. de Villa do Conde, distr. e bisp. do Porto; 169 fog. e 837 hab. Está situada a 2 k. da costa, na estrada de Leça da Palmeira a Villa do Conde, a 7 k. da séde do conc. E' fertil em cereaes e vinho verde. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Pov. e freg. de S. Thiago, na prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Alijó, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 270 fog. e 1:132 hab. Tem escolas do sexo fem. e est. post. Está situada a 3 k. da margem direita do rio Tinhela e a 8 k. da séde do conc. Foi do arcebispado de Braga até 1882, em que se procedeu á nova circumscripção diocesana, passando para a diocese de Lamego. Produz vinho, azeite e cereaes. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. || Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 181 fog. e 667 hab. Tem est. post. Está situada na estrada de Lindoso a Pico de Regalados, a 4 k. da margem esquerda do rio Lima e a 8 da séde do conc. E' banhada por varios ribeiros, que alimentam 14 moinhos, um lagar de azeite e uma fabrica de burel. N'esta freg. ha o monte do Outeirinho, que lhe fornece matto para estrume e pastagens para gado. Tambem lhe fica proximo a serra do Gallinheiro. Produz cereaes, vinho e batatas. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. nº. 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho. conc. e com. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 75 fog. e 356 hab. Tem est. post. Está situada na estrada de Lindoso á Ponte da Barca, a 2 k. da margem esquerda do rio Lima e a 7 da séde do conc. E' banhada por alguns regatos, que vão desaguar no rio Lima. O mais importante das suas producções é vinho e cereaes. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Arcozello, conc. de Villa Nova de Gaia, distr. do Porto. || S. Pedro, de Arcozello das Maias, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. Tem correio com serviço de posta rural. || Santa Maria, de Beiral do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Bilhó, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || S. Vicente, de Boim, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santo Estevão, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Nossa Senhora da Corredoura, de Caria, conc. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Carreiras, conc. de Villa Verde. distr. de Braga. || S. Paio, de Carvalhal, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Thiago, de Cepões, conc. e distr. de Vizeu. || N. S.ª da Conceição, de Covas, conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

|| Santo André, d'Escariz, conc. d'Arouca, distr. de Aveiro. || Santo André, de Ferreira d'Aves, conc. de Sattam, distr. de Vizeu || Santa Marinha, de Nespereira, conc de Sinfães, do mesmo distr. || O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, do mesmo distr. || Santo André, de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Poiares, do mesmo conc. e distr. || O Salvador, de Tellões, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real. || Santo Estevão, d'Urgezes, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || O Salvador, de Valladares, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || N. S.ª das Virtudes, de Ventosa, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Villar de Ferreiros, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real.

Villa Chã de Baixo. Pov. na freg. de Santa Comba, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Villa Chã de Braciosa. Pov. o freg. de S. Christovão, da prov. de Traz os Montes, conc. e com. de Miranda do Douro, distr. e bisp. de Bragança; 237 fog. e 875 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada a 2 k. da margem direita do rio Douro e a 11 da séde do conc. Antes da creação da com. de Miranda pertencou á do Mogadouro. Atravessa esta freg. a estrada de Miranda a Celorico da Beira, pelo Pocinho, Fozcôa e Marialva. A egreja matriz tem 5 altares e a capella mór de construcção mais moderna, boa sacristia, e um grande campanario com 2 sinos e 4 sineiras. Pela lado do norte banha esta freg. um ribeiro que vae desaguar no rio Douro, moendo o dito ribeiro 20 moinhos de pão, e o Douro 3 azenhas nos limites da parochia. Produz bom vinho para mesa, centeio, trigo, batatas, azeite e lã, pois tambem cria algum gado lanigero. A industria principal da freg., industria muito importante, é a creação de gado vacum da celebre *raça mirandeza*, que é muito estimada em toda esta provincia. Annexas á Villa Chã de Braciosa estão as freguezias de *Fonte d'Aldeia* e *Freixiosa*, que já fôram independentes. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n. 19, com a séde em Mirandella.

Villa Chã de Cangueiros. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Beira Alta, conc. de Tarouca, com. e bisp. de Lamego, distr. de Vizeu; 103 fog. e 418 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada em terreno alto, agreste e frio, a 1 k. da estrada de Lamego a Celorico e a 15 da séde do conc. E' pov. muito antiga, e teve foral, dado pelo mosteiro de Salzedas no anno de 1295. A egreja matriz é bastante antiga e pobre; tem altar mór e 3 lateraes. A freg. é banhada, em parte, pelo rio Galhosa, que atravessa as freguezias da Granja Nova e Salzedas, e vae desaguar no rio Barosa entre Salzedas e Gouviães, na distancia de 5 k., e move em todo o seu percurso 7 moinhos de cereaes e 1 d'azeite. As suas producções principaes são milho, centeio, trigo, cevada, feijões, batatas, hervagens e castanhas. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Tendo sido annexada ao conc. de Armamar por decreto de 26 de junho de 1896, que supprimiu o de Mondim da Beira, a que pertencia, passou para o de Tarouca quando este foi restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898.

Villa Chã de Cima. Pov. na freg. de Santa Comba, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

Villa Chã do Marão. Pov. e freg. de Santo Estevão da prov. do Douro, conc. e com. d'Amarante, distr. e bisp. do Porto; 241 fog. e 980 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada na estrada de Amarante a Ermello, a 1 k. da margem esquerda do rio Ollo e a 5 da séde do conc. Pertenceu ao extincto conc. de Gestaçô, com. de Penafiel, o até 1882 foi do arcebispado de Braga. Passa por esta freg. a estrada d'Amarante a Fridão. A egreja matriz foi construida em 1500; é um templo simples, com altar-mór e 4 lateraes. As suas producções mais importantes são milho, vinho verde o azeite. E' banhada pelos rios Tamega e Ollo. Deu se um caso muito honroso para esta freg. Tal foi a heroicidade dos seus habitantes que os francezes se não atreveram a passar além dos limites d'ella. Ainda hoje se chama *Valle dos Francezes* o ponto em que elles fizeram alto, e fôram obrigados a retroceder. Villa Chã do Marão pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Villa Chã do Monte. Povoações nas freguezias: S. Braz, de S. João de Tarouca, conc. de Tarouca, distr. de Vizeu. || Nossa Senhora d'Assumpção, de Torre Deita, conc, e distr. de Vizeu.

Villa Chã da Ribeira. Pov. na freg. de Santa Marinha, d'Uva, conc. de Vimioso, distr. de Bragança.

Villa Chã de Sá. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Alta, conc., com., distr. o bisp. de Vizeu; 193 fog. e 869 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Está situada junto da estrada de Vizeu a Tondella, a 7 k. da séde do conc. A freg. é banhada por uma ribeira, quo vae desaguar na margem esquerda do rio d'Asnes, confluente do *Dão*, e este do Mondego. A pov. é uma aldeia bonita com bons edificios, algumas casas nobres; e a egreja matriz é vistosa e elegante. Tem uma boa torre a meio da frontaria, um bom adro para onde se sobe por amplas escadas de granito, e á entrada d'estas um grande cruzeiro de pedra. As suas producções predominantes são: vinho em grande quantidade, milho, feijões e castanhas. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Villa de Cima. Pov. na freg. de S. Vicente, da Ponte, conc de Villa Verde, distr. de Braga.

Villa da Conceição. Roça da ilha de S. Thomé Africa Occidental.

Villa do Conde. Villa da prov. do Douro, séde de conc. e de com., Relação e distr. do Porto, arceb. de Braga. Tem uma só freg., S. João Baptista. E' uma das villas mais bem situadas no litoral minhoto; fica na margem direita do rio Ave, a pequena distancia da sua foz. E' pela sua situação, pelos seus monumentos, pelo conforto das suas habitações, pelas bellezas das margens do Ave e dos seus suburbios, e pela sua magnifica praia de banhos, uma das villas mais importantes do norte do paiz. E' uma pov. muito antiga. Suppõe-se quo os romanos tiveram aqui um *castro* no sitio em que se vê hoje o convento de Santa Clara, e que pelos annos de 1093 a 1112 o conde D. Henrique a doara ao conde D. Mendo Paes Rofinho, ou Rufino, tomando esta pov. desde essa epoca o titulo de *Villa do Conde*. Alguem duvida da existencia do tal *castro* e da doação foi-

ta a D. Mendo, tronco dos Azevedos, mas todos concordam em que D. Sancho I construiu aqui um palacio, que doou á sua favorita D. Maria Paes Ribeira, a celebre *Ribeirinha* de quem tanto falam as chronicas e lendas, e que foi uma das mulheres mais formosas do seu tempo. Trabalhos historicos recentes provam que no tempo dos romanos existia aqui a Villa Comites, sendo por isso mais provavel que o nome de Villa do Conde lhe proviesse do que tinha no tempo dos romanos. Esses documentos que designam a villa Comites dão-n'a a confrontar pelo norte com a villa Uricini, hoje Povoa de Varzim, e pelo nascente com outras villas, uma das quaes a villa Formarici, a freg. de Formariz, incluida desde 1867 na de Villa do Conde. Até ao reinado de D. Diniz os documentos que se referem a Villa do Conde são bastante contradictorios, e chega se mesmo a presumir a não existencia do conde D. Mendo, parecendo mais uma personagem lendaria; mas se elle realmente existiu, o senhorio de Villa do Conde passou provavelmente para elle, quando o conde D. Henrique extinguiu o convento de Guimarães, que tinha sido fundado por D. Mumadona, e repartiu os bens do mesmo convento pelos seus companheiros d'armas, e ao qual convento o senhorio d'esta villa tinha sido deixado em testamento, no seculo x, por Flamula Deo Vota, sobrinha da dita fundadora a condessa Mumadona, pelo que a collegiada de Guimarães, instituida pelo conde D. Henrique em substituição do referido convento, conservou durante seculos a apresentação do parocho de Villa do Conde, até que este direito passou para as freiras do convento de Santa Clara da mesma villa, as quaes lhe deram em troca os padroados de Murça e de uma outra egreja. Em Villa do Conde ha 3 obras monumentaes: o convento de Santa Clara, o aqueducto do mesmo convento, e a egreja matriz. E' tambem muito importante o caes que se prolonga pela margem direita do rio Ave, desde a ponte de madeira, proximidades do grande convento, até o mar, e não menos importante e digna de menção era a ponte de granito sobre o Ave, mandada fazer pelo corregedor D. Francisco de Almada, no seculo xviii, mas que desabou no dia 11 de janeiro de 1821. O grande convento foi fundado por D. Affonso Sanches, filho natural d'el-rei D. Diniz, e por sua mulher D. Thereza Martins, filha de D. João Affonso Tello de Menezes, conde de Barcellos, senhor d'Albuquerque e Villa do Conde. Lançou lhe a primeira pedra no anno de 1318 e, depois de concluido, o entregou ás religiosas franciscanas de Santa Clara, doando lhes ainda na sua vida muitos bens e por sua morte e de sua mulher deixou lhes o senhorio d'esta villa e d'outras terras, com avultadas rendas. As freiras gozaram este senhorio muito tempo, mas el-rei D. Duarte começou a contestar-lhes tão grandes privilegios e regalias; D. João III as desapossou d'elles em 1537, dando este senhorio ao infante D. Duarte, seu irmão, e pelo casamento de D. Catharina, filha d'este infante, com D. João I, 6.º duque de Bragança, passou este senhorio para a Casa de Bragança. Ergue se senhorilmente em sitio um pouco elevado e sobranceiro á villa. A primeira fabrica de D. Affonso Sanches conservou se com algumas leves modificações até ao seculo xviii, mas achando se então em ruinas, foi preciso proceder-se a uma reedificação completa. E tão avultadas eram ainda as suas rendas, apezar do muito que tinham diminuido com a perda dos direitos senhoriaes da villa, que a nova fabrica, verdadeiramente sumptuosa, foi levantada á custa da ordem. Não chegou a concluir-se, mas ainda é um dos mais vastos mosteiros que havia no reino. A frontaria principal está voltada para o sul; compõe se de 3 andares com 17 grandes janellas em cada um e divide se em 5 corpos por duplicadas pilastras. O do centro é coroado por um frontão; ornado no tympano com um baixo relevo, e no vertice com uma estatua colossal representando uma mulher com uma cruz na mão, montada em um elephante. Nos acroterios tem 4 grandes vasos ou pyras por decoração superior; outros 4 vasos eguaes na extremidade de cada um dos corpos, e a meio de todos os grupos de vasos um castello em baixo relevo. A egreja é boa, mas pequena; tem bonitos tectos de madeira, um bello pulpito de pau santo, um orgão com linda caixa, alfaias de muita riqueza e primor e no corpo da egreja, do lado do Evangelho, uma sumptuosa capella de architectura manuelina, onde jazem os fundadores do convento em 2 magnificos mausoléus, do lado da Epistola, tendo na frente outros 2 mausolêus mais pequenos, onde, segundo se julga, jazem 2 filhos seus. Com o corpo da egreja se prolongam os 2 vastos e lindos córos, alto e baixo, havendo n'este ultimo um outro mausoléu, em que jaz D. Brites Pereira d'Alvim, filha do condestavel D. Nuno Alvares Pereira, primeira mulher do conde de Barcellos, D. Affonso, que depois foi tambem o 1.º duque de Bragança. A parte nova do edificio do convento foi aproveitada para a Casa de Correcção e de Detenção do districto, que se fundou em 1902, realisando se solemnemente a sua inauguração a 21 de dezembro do mesmo anno. O aqueducto do convento, depois do das Aguas Livres, é um dos mais extensos de Portugal. E' um monumento grandioso. Tem de extensão mais de 5 k. e contava 999 arcos, todos de solido granito, quasi todos symetricos, prolongando se em columna cerrada e quasi em linha recta desde o convento até á raiz da montanha que fecha o horizonte ao norte. Abastecia d'agua o convento, e foi obra do architecto italiano Filippe Terzo. Acha-se hoje muito damnificado, tendo numerosos arcos partidos. Houve tambem em Villa do Conde um convento de frades franciscanos, que era muito mais pequeno, o qual foi extincto em 1834; no edificio está installado o Asylo da Ordem Terceira de S. Francisco. O convento havia sido fundado em 1552. Existiu tambem um hospicio de carmelitas, com uma pequena egreja e uma cêrca muito fertil. Foi egualmente extincto em 1834, e n'elle funccionam hoje diversas repartições publicas, o tribunal judicial, a conservatoria, administração do concelho, secretaria da fazenda, etc. A cêrca tornou se n'um largo publico, chamado *Largo da Alfandega*, revestido de bonitos predios; a egreja pertence á confraria de N. S.ª do Carmo. A matriz é um templo vasto de tres naves, e um dos mais perfeitos exemplares da architectura manuelina que se encontram no paiz. E' toda de bella cantaria de granito com uma soberba frontaria muito ornamentada, e corôam as paredes em toda a sua dimensão duas ordens d'ameias correspondentes ás paredes que fórmam as suas tres naves. Interiormente tem

capella mór, duas lateraes formando a cruz latina, grande numero de altares com boas decorações de talha dourada, duas ordens de arcaria de granito, em que assentam as tres naves, e sobre o guardavento um bom côro com grandes cadeiras de espaldar, pois tambem foi collegiada, erecta em 1518. A egreja está considerada monumento nacional de 2.ª ordem. Na villa ha ainda a capella de S. Thiago, que foi a primeira matriz; está situada no *bairro velho*, e é muito venerada pela sua antiguidade. A capella de N. S.ª da Guia, ou de S. Julião, á entrada da barra, do lado norte, é tambem muito antiga e muito interessante, coreada por uma plataforma e alguns casebres, que fôram a primeira obra de defeza da barra, muito antes de se construir o pequeno forte contiguo e o castello. Exteriormente tem um pequeno farol denominado *Senhora da Guia*. Ha mais as capellas de *S. Roque*, de *N. S.ª do Soccorro*, de *Santo Amaro*, de *Santa Catharina*, de *Santa Luzia*, de *S. Bento*, do *Espirito Santo*, de *S. Sebastião* e do *Senhor d'Agonia*. A egreja da Misericordia foi fundada, assim como a sua irmandade, em 1525, no local onde existia desde tempos muitos remotos a capella do Anjo. E' um templo espaçoso, singelo mas elegante, d'uma só nave com as paredes interiores forradas de azulejo, côro, altar-mór e 4 lateraes. Na frente da egreja ha um pequeno adro com um grande cruzeiro, e a pouca distancia do lado NO se ergue o hospital da Misericordia, fundado em 1531 por Diogo Pereira e sua mulher Filippa Nunes. A barra é estreita e só permitte entrada a navios de pequena lotação. Defende-a um forte denominado *Castello*, com 5 baluartes, principiando no seculo XVI por ordem de D. Duarte, duque de Guimarães, filho do infante D. Duarte e neto de el rei D. Manuel I. Fez o risco e dirigiu a obra o architecto italiano já citado, Filippe Terzo, que esteve ao serviço de D. Filippe II de Hespanha, pelo que alguns escriptores attribuem a este soberano a edificação d'aquelle forte. Em 1624, pertencendo já o senhorio da villa á Casa de Bragança, mandou o duque D. Theodosio II continuar as obras da fortaleza, que vieram a concluir-se durante as guerras da Restauração do reino. Um operario que trabalhava nas ditas obras achou ali, no anno de 1636 uma bella saphira que vendeu ao conego Belchior Maia. Este vendeu a na cidade do Porto por 25$000 reis a um estrangeiro, que a levou a Paris, onde, dizem, que a vendera por 70 mil cruzados. Appareceram mais algumas saphiras, mas de menos valor. Esta villa teve foral, dado por D. Diniz, em Lisboa, a 10 de fevereiro de 1296; mais tarde, el rei D. Manuel, deu lhe foral novo, em Lisboa, no dia 10 de setembro de 1516. Villa do Conde foi muito estimada por este soberano, como o provam o foral que lhe deu, a egreja matriz com que a ornou, e os paços do concelho, que ainda existem, que é um singelo edificio, conservando a esphera armilar e a cruz da ordem de Christo, signaes que se vêem em todos os edificios mandados construir por aquelle monarcha. O pelourinho ergue se no largo do Estaleiro, proximo ao rio. Consta d'uma base em fórma de polygono, de metro e meio de altura, e ao centro uma columna torcida, tendo em cima um trabalho de pedra digno de attenção. Entre o castello e a capella de N. S.ª da Guia, vê-se na praia uma pyramide que commemora a chegada da esquadra de D. Pedro IV no dia 8 de julho de 1832, e o desembarque do general Bernardo de Sá Nogueira, depois marquez de Sá da Bandeira, enviado pelo imperador, como parlamentario, ao brigadeiro realista José Cardoso que estava a pequena distancia com a sua brigada, convidando-o para se unir aos defensores da liberdade e do throno de D. Maria II, convite que aquelle brigadeiro recusou altivamente, mas, em virtude de instrucções superiores, longe de se oppôr ao desembarque, marchou sobre o Porto, deixando a praia livre. O monumento é uma pyramide assente sobre um pedestal de 4 faces, medindo 5,m50 d'altura desde a base á cuspide. E' de granito e na extremidade superior tinha uma corôa real, tambem de granito, que uma faisca electrica, annos depois, derrubou. Este obelisco é egual a um outro que com elle estava collocado á entrada da avenida da grande ponte de pedra, sobre o Ave, mandada construir por D. Francisco d'Almada, e que desabou no dia 11 de janeiro de 1821. Levantou se este padrão por iniciativa do duque d'Avila e de Bolama, que sendo governador civil do Porto, o mandou collocar no logar em que hoje se encontra. A passagem sobre o Ave, entre esta villa e a margem opposta, é feita por uma ponte de madeira que se construiu depois que desabou a grande ponte de pedra. Anteriormente á construcção da grande ponte, havia uma barca que cruzava entre o *Caes das Lavandeiras*, contiguo á velha capellinha de S. Thiago, e a entrada sul da ponte actual de madeira. Villa do Conde tinha representação nas antigas côrtes do reino, e os seus procuradores tomavam assento no banco 8.º. Tem por brazão d'armas, em mar azul uma nau á vela. Os seus alcaides-móres eram nomeados pelos duques de Bragança. Depois da sua exaltação ao throno, passou a alcaidaria mór para a familia dos Baenas Sanches. Villa do Conde teve grande importancia commercial e maritima nos seculos XVII e XVIII, principiando essa importancia a declinar desde o 2.º quartel do seculo passado. Por decreto de 23 de maio de 1867 foi annexada a esta villa a velha parochia de Formariz, cujo orago é S. Pedro Apostolo, a qual está situada ao norte do rio Ave e ao norte da villa, distante d'esta cêrca de 800 m., 50 da margem direita do Ave, cêrca de 1 k. da freg. de Touguinha e 100 a 200 m. da freg. da Retorta, mettendo se de permeio o Ave. Em Formariz se estabeleceu na margem direita do Ave uma grande fabrica de fiação e tecidos, denominada *Industrial e Agricola Portuense*. Formou-se esta companhia denominada do *Rio Ave*, em 1 de junho de 1875, e no mez de julho seguiote se deu principio ás obras, conservando as azenhas para moagem que existiam ali. A fabrica é movida pelo Ave. A dita companhia comprou todo o passal da extincta parochia, e destinou a casa de residencia para habitação dos seus operarios. E' hoje um importantissimo estabelecimento industrial, e fica perto da estação aquicola. Occupa 300 operarios e produz tecidos de algodão, bem acceites nos mercados do paiz o das nossas possessões. A estação aquicola do Ave creada pelo sr. conselheiro Bernardino Machado, sendo ministro das obras publicas em 1895, é o unico estabelecimento do seu genero no paiz para o repovoamento dos rios, e uma das curiosidades da villa. Está situada junto ao rio, na no-

va avenida Bernardino Machado. A' entrada d'esta mesma avenida, em frente da estação do caminho de ferro, está situada a fabrica de lapis e ojectos de escriptorio denominada *Portugalia*, tambem importante estabelecimento industrial, propriedade d'uma parceria, e um pouco mais para o nascente fica a *Fructuaria de Villa do Conde*, fabrica de manteiga e lacticinios, cujos productos tem tido muito boa acccitação nos mercados. A praia, tanto na rua de Bento de Freitas como na avenida Julio Graça, tem lindos *chalets* e confortaveis habitações, e é servida por uma linha americana que a põe em communicação facil e commoda com a estação do caminho de ferro e com a visinha praia da Povoa de Varzim. Pertence Villa do Conde á 3.ª div. mil., 8.ª brigada, grande circumscripção mil. N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto, tem est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; mercado nos dias 3, 12, 20 e 27 de cada mez. a que concorrem diversos generos; se alguns d'esses dias fôrem santificados; passa o mercado ao dia seguinte; são notaveis pela grande quantidade de gado vaccum que a elles concorre; agencias bancarias, agentes de diversos bancos e de diversas companhias de seguros do paiz; associação commercial, associações catholicas e de classe; associação de bombeiros voluntarios, o de soccorros mutuos, advogados, est. do caminho de ferro do Porto a Villa Nova de Famalicão, entre as de Azurara e Povoa de Varzim; commissão local de soccorros a naufragos, escolas d'ambos os sexos, hospedarias, hospital; estaleiros para construcções navaes, medicos, constructores de navios, posto fiscal da alfandega, notarios, pharmacias, negociantes de rendas, vice consulado do Brazil, typographias, sociedades de recreio: *Club 1.º de Dezembro*, *Club fluvial Villacondense*, *Theatro Affonso Sanches*, onde está installado o *Grande Casino da Praia*, hoteis; tem se aqui publicado os seguintes jornaes: *O Ave*, 3 março, 1892; *O Ave*, 15 setembro, 1908, em 1914 ainda se publicava; *Bem publico*, 2 março, 1895; *Boletim Judicioso*, 13 abril, 1876 a 1881; *O Correio do Ave*, 3 junho, 1871; em publicação ainda em 1914; *Correio Selecto*, 2 julho, 1900 a 7 abril, 1901; era um supplemento scientifico litterario, recreativo e bibliographico do *Partidario*, jornal que principiou a 23 de setembro, 1899; ainda em publicação, 1914; *Echo da Beira*, 5 janeiro a 31 dezembro, 1873; *O Globo*, 5 maio a setembro, 1883; *Jornal de Villa do Conde*, 11 junho, 1889; existia em 1889; *O Luctador*, 7 fevereiro, 1898; *A Praia*, 1899; *As Vespas*, 1890; *O Villacondense*, 3 outubro, 1878; *O Villa do Conde*, 4 janeiro, 1897; *O Villacondense*, 4 fevereiro, 1900; *A Revista Postal Portugueza*, jornal philatelico mensal, 1911; em publicação, 1914; *A Illustração Villacondense*, mensal, 1911, ainda em publicação, 1914. O conc. compõe-se de 30 freguezias, com 6:641 fog. e 29: 90 hab., sendo 13:535 do sexo masc. e 16:455 do fem ; n'uma superficie de 12:775 hect. As freguezias são as seguintes: S. Miguel, de Arcos, 646 hab : 300 do sexo masc. 346 do fem.; S. Salvador, de Arvore, 1:176 hab.: 529 do sexo masc. e 647 do fem.; Santa Eulalia, de Avelleda, 718 hab.: 329 do sexo masc. e 389 do fem.; Santa Maria, de Azurara, 869 hab : 307 do sexo masc. e 562 do fem.; Santa Maria, de Bagunte e Santagões, 1:133 hab : 519 do sexo masc. e 614 do fem.; S. Pedro, de Canidello, 454 hab.: 188 do sexo masc. e 266 do fem.; S. Pedro, de Fajozes, 712 hab.: 339 do sexo masc. e 373 do fem ; S. Martinho, de Ferreiró, 310 hab : 149 do sexo masc. e 161 do fem.; S. Martinho, de Fornello, 914 bab.: 409 do sexo masc. e 505 do fem.; Santo Estevão, de Gião, 1:273 hab.: 596 do sexo masc. e 677 do fem.; S Martinho, de Guilhabreu, 1:041 hab : 492 do sexo masc. e 549 do fem.; S. Simão, de Junqueira, 1:249 hab.: 566 do sexo masc. e 683 do fem.; S. Thiago, de Labruge, 1:230 hab.: 574 do sexo masc. e 656 do fem.; S. Salvador, de Macieira da Maia, 1:029 hab.: 476 do sexo masc. e 553 do fem.; Santa Christina, de Malta, 647 hab.: 264 do sexo masc. e 383 do fem.; S. João Evangelista, de Mindello, 994 hab.: 459 do sexo masc. e 535 do fem.; S. Salvador, de Modivas, 928 hab.: 393 do sexo masc. e 535 do fem ; S. Gonçalo, de Mosteiró, 653 hab : 296 do sexo masc. e 357 do fem ; S. Martinho, de Outeiro Maior, 328 hab.: 152 do sexo masc. e 176 do fem.; Santo André, de Parada, 241 hab : 119 do sexo masc. e 122 do fem.; Santa Maria, de Retorta, 448 hab.: 223 do sexo masc. e 225 do fem.; S. Christovão, de Rio Mau, 1:103 hab.: 527 do sexo masc. e 576 do fem.; S. Vicente, de Tougues, 493 hab.: 232 do sexo masc. e 261 do fem.; N. S.ª da Esperança, de Touguinha, 510 hab.: 242 do sexo masc. e 268 do fem , S. Salvador, de Touguinhó, 812 hab.: 367 do sexo masc. e 475 do fem., S. Salvador, de Vairão, 992 hab.: 439 do sexo masc. e 553 do fem ; S. Mamede, de Villa Chã, 968 hab.: 436 do sexo masc. e 532 do fem ; S. João Baptista, de Villa do Conde, 6:045 hab.: 2:683 do sexo masc. e 3:362 do fem.; Santa Maria, de Villar, 903 hab,: 368 do sexo masc. e 535 do fem.; Santa Marinha, do Villar do Pinheiro, 1:141 hab.: 562 do sexo masc. e 579 do fem. O principal commercio do conc. é renda de bilros, industria que occupa uma grande parte da população feminina; fabrico de lapis, meias de lã, camisolas, etc., e recentemente a preparação do bacalhau pescado nos bancos da Terra Nova. ‖ Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Fiães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. ‖ Santa Iria, de Valoura, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real.

Villa Corça. Pov. na freg. de S. Pedro, de Povolide, conc. e distr. de Vizeu.

Villa Cortez do Mondego. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Beira Baixa, conc., com , distr. e bisp. da Guarda; 82 fog. e 297 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada a 1 k. da margem esquerda do rio Mondego, e a 8 da séde do conc. As suas principaes producções são vinho, azeite e cereaes. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Villa Cortez da Serra. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Gouveia, distr. e bisp da Guarda; 161 fog. e 759 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada a 6 k. da margem esquerda do rio Mondego, na estrada de Celorico da Beira a Oliveira do Hospital, a 10 k da séde do conc. A pov. de Villa Cortez, séde d'esta parochia e a unica que a constitue, posto que é uma pov. composta, dividia se d'um modo curioso em differentes grupos ou bairros, um pertencente ao

termo da tambem extincta villa de Linhares, outro ao termo tambem extincto da villa de Folgosinho, e outro ao termo de villa de Gouveia. Em 1884 ainda n'esta pov. se distinguiam aquelles tres grupos de casas, bem como os seus habitantes, dizendo-se: *estes são do termo de Gouveia, aquelles são do termo de Folgosinho.* No termo de Linhares já se não falava. A freg. é pouco saudavel por estar na planicie funda, ao pé da serra da Estrella e na margem direita d'uma grande ribeira, formada pelas do Mello e do Freixo que fazem juncção na grande ponte de pedra da estrada de Celorico a Coimbra, estrada que toca n'esta pov., do lado sul, e a separa da sua egreja matriz, correndo de leste a oeste. Est. pov. nunca foi villa, mas gozou de todos os privilegios das villas de Gouveia, Folgosinho e Linhares, a cujos termos pertencia, conforme dissémos. No limite da pov. ha um pequeno morro denominado *Castelejo*, que se suppõe ter sido atalaia em tempos remotos, e n'elle uma cavidade chamada *capella dos moiros.* A egreja parochial é um templo espaçoso e elegante, construido nos fins do seculo XVIII e principios do XIX, pelos condes de Mello, donatarios d'esta parochia. Tem altar-mór com um bello retabulo de talha dourada e 3 lateraes, côro, torre com 4 sineiras, muito elegante e bem acabada, cemiterio em volta de toda a egreja, ampla escadaria que dá entrada ao cemiterio, e outra d'este para a porta principal da egreja No centro da pov. ha uma capella da invocação de S. Bartholomeu, que foi a velha matriz, onde n'outros tempos se fazia uma festividade religiosa ao seu orago, no dia 24 d'agosto, e uma grande feira. O terreno é fertil em milho, feijões, batatas, vinho e azeite. Tambem produz muita hortaliça, com que abastece os mercados de Gouveia; muito queijo que vende para o Porto e para Lisboa, onde é muito conhecido por *queijo da serra da Estrella;* centeio para consumo e lã, pois cria bastante gado lanigero. Como passava n'esta freg. a antiga estrada militar, soffreu muito esta pov. com os movimentos de tropa, principalmente na Guerra Peninsular, quando o exercito francez, commandado por Massena, retirava das linhas de Torres Vedras pela ponte de Murcella e Celorico da Beira para a Hespanha. Occuparam litteralmente esta pov. durante a passagem de todo o exercito, e aqui tiveram um hospital de sangue na casa dos Sequeiras Côrtes Reaes, pagando lhes generosamente incendiando-a, bem como uma grande parte da pov., quando se retiraram. Villa Cortez da Serra pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Villa Cova (*João Antonio d'Almeida, barão de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, em 12 de novembro de 1835, conselheiro, commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; cavalleiro da Torre e Espada; commendador de Carlos III, de Hespanha. N. em Villa Cova á Coelheira, na Beira Alta. 22 de maio de 1790, fal. pouco antes de 1863. Como coronel de 2.ª linha fez toda a campanha do 1833 a 1834. Foi governador da praça de Extremoz. e administrador geral do pescado do reino; verificador graduado em escrivão, da Mesa Grande da Alfandega. Casou a 15 de fevereiro de 1817 com D. Maria Victoria Moreira, filha de Antonio José Moreira e de sua mulher D. Ignacia Brígida da Silva. Quando se formaram os batalhões nacionaes durante a revolta da *Maria da Fonte*, João Antonio d'Almeida foi nomeado commandante do 2.º movel, que ficou sendo conhecido pelo batalhão do *Joãosinho*, por o commandante ser de pequena estatura. Foi agraciado com o titulo de barão de Villa Cova, por decreto de 16 d'agosto de 1854. O seu brazão d'armas era um escudo com as armas dos Almeidas, concedido pelo alvará de 30 de maio de 1836: 6 bezantes d'ouro entre uma cruz dobre em campo vermelho, com bordadoura de ouro; timbre, uma aguia vermelha com 3 bezantes no peito e 3 em cada aza.

Villa Cova. Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. do Minho, conc. e com. de Fafe, distr. e arceb. de Braga; 116 fog. e 486 hab. Está situada a 1 k. da margem direita do rio Vouga e a 5 da séde do conc. Atravessa esta freg. a estrada de Guimarães para Celorico de Basto, passando a meio da villa de Fafe e da pov. de Lameira, que está em sitio alegre e vistoso, mas muito frio no inverno. Cria bastante gado lanigero, e produz vinho verde e cereaes. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. da Traz-os Montes, conc., com. e distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 105 fog. e 389 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada ao N da estrada de Villa Real a Amarante, pela Campeã e Padornello, a 9 k. da séde do conc. A antiga estrada seguia pelo alto da serra, desde a Campeã até Ovelha do Marão, atravessando muitos kilometros com tanta altura de neve, durante mezes no inverno, que ali morreram muitos viandantes, almocreves e correios, pois foi até ao meado do seculo passado a estrada principal e mais seguida do Porto e do Minho para Traz-os Montes. Suppõe-se que a freg. d'Ovelha do Marão, em que tocava a velha estrada, principiou por uma especie de albergaria para abrigo dos desgraçados viandantes, e que pelos serviços que lhe prestava em tão ermas e desabridas paragens, os nossos primeiros reis lhe deram o titulo e privilegios especiaes de bebetria (V. *este nome)* Foi uma das muitas parochias que formaram o termo da antiga comarca do Villa Real. Em 1840 pertencia ao conc. de Ermêllo, conc. que se aboliu pelo decreto do 31 de dezembro do 1853, passando em seguida para o de Villa Real. O seu clima é frio e aspero; produz cereaes, batatas e lã, pois cria bastante gado lanigero. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. || Pov. e freg. do Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 250 fog. e 1:029 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, medico e est. post. Está situada a 2 k. da estrada de Expozende a Barcellos e a 9 da séde do conc. Tambem foi denominada *Villa Cova e Banho*, por lhe ter sido annexada em 1840 a freg. do Salvador, de Banho. (V. *este nome*). Santa Maria de Cova era commenda da ordem de Christo e reitoria da apresentação da mitra. Produz, principalmente, vinho, cereaes e madeiras, que exporta em quantidade. Na freg. de Villa Cova houve um mosteiro de freiras benedictinas, e quando elle se extinguiu, é que passou a ser commenda da ordem do Christo. Tem azenhas para moagem de cereaes e uma fabrica de serrar madeira, movidas por agua. || Povoações

nas freguezias: N. S.ª da Corredoura, de Caria, conc. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu. || S Thiago, de Castellões, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Martinho, de Espiunca, conc. d'Arouca, distr. d'Aveiro || S. João Baptista, de Grillo, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Miguel, de Junqueira, conc. de Macieira de Cambra, distr. d'Aveiro. || Santa Maria, de Mêdas, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Pedro, de Pedroso, conc. de Villa Nova de Gaia, do mesmo distr. || S. Thiago, de Riba de Ul, conc. de Oliveira d'Azemeis, distr. d'Aveiro. || S. Pedro, de Sanfins de Ferreira, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, do mesmo distr. || N. S.ª da Graça, de Villa da Egreja, conc. de Sattam, distr. de Vizeu. || S. Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Logar da freg. de Campanhã do Porto, em virtude do decreto de 21 de novembro de 1895 que o desannexou da de Rio Tinto, conc. de Gondomar. Tem correio com serviço de posta rural.

Villa Cova de Carros Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Douro, conc. e com. de Paredes, distr. e bisp. do Porto; 66 fog. e 272 hab. Tem esc. do sexo fem. e dista 4 k da séde do conc Pertenceu á comarca de Penafiel até 1875, data em que se creou a comarca de Paredes. O templo unico d'esta parochia é a egreja matriz, muito antiga, muito pobre e singela. Nunca foi villa, mas teve diversos foraes, que eram os mesmos do extincto conc. d'Aguiar de Sousa, nos quaes se faz menção d'esta parochia como uma das que formavam aquelle termo. Fôram os ditos foraes concedidos, um por D. Affonso III, em 1269; outro por D. João I em 1411; e outro por D. Manuel, em 1513. Provam estes foraes que esta pequena pov. data, pelo menos, dos principios da monarchia. N. nos montes d'esta freg. um regato que atravessa o de Mouriz, e vae desaguar a 6 k. de distancia, no rio Sousa, junto da estação de Cette, do caminho de ferro do Douro. Produz milho, centeio, feijões, painço, linho e vinho verde. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto.

Villa Cova á Coelheira. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. da Beira Baixa, conc. e com de Ceia, distr. e bisp. da Guarda; 143 fog e 591 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post. e uma fabrica de lanificios. Está situada entre montes, a 353 m d'altura, e a 6 k. da séde do conc. Em 1708 era villa e séde de conc. da provedoria e comarca da Guarda e do bisp. de Coimbra; tinha 2 juizes ordinarios, 3 vereadores, 1 procurador do concelho, 1 escrivão da camara, 1 juiz dos orphãos, 1 tabellião de notas, 1 alcaide e uma companhia de ordenanças; contava 150 fog., tinha 3 capellas publicas, e era abundante de pão, vinho, fructas, gado e *coelhos, d'onde tomou o appellido*, segundo se lê na *Chorographia Portugueza*, do P. Antonio Carvalho da Costa. Foi dos marquezes de Gouveia, condes de Portalegre e por ultimo tambem duques d'Aveiro, mas depois de 1759, em em que fôram suppliciados em Belem estes fidalgos e os marquezes de Tavora, e que os seus bens fôram confiscados, passou á corôa. Em 1768 era curato da apresentação do reitor de Ceia, pertencia ao bisp. de Coimbra. Em 1840 estava no conc. de Sandomil, extincto pelos decretos de 10 de fevereiro de 1846 e 24 d'outubro de 1855, pelos quaes passou para o conc. de Ceia, e em virtude da nova circunscripção diocesana de 1882, passou da diocese de Coimbra para a da Guarda. Teve foral dado por D. Manuel I, em Lisboa, a 21 de julho de 1514. A egreja matriz é um templo venerando pela sua muita antiguidade. Tem a porta principal em ogiva, altar-mór, 2 lateraes e baptisterio. A egreja está fóra da pov. 60 m. ao sul, e junto d'ella o cemiterio da freguezia mandado construir em 1831, como se lê n'uma inscripção gravada entre a porta lateral e a da sacristia da mesma egreja. No centro da pov e.rgue se um vasto e formoso edificio de architectura moderna, denominado *as obras*. Foi mandado construir no 2.º quartel do seculo passado pelo dr. José Pinto Fontes, lente de prima na Universidade de Coimbra; pertenceu depois a D. Maria Pinto Clementina de Mello, sobrinha do referido lente. Esta senhora era tambem proprietaria d'uma outra casa muito notavel pelas suas tradições historicas e remotissima antiguidade, é o *paço* e a *cadeia* d'este extincto conc. Em frente dos ditos paços se via tambem o *velho pelourinho*, que os habitantes da pov. conservavam como padrão dos seus antigos fóros. Cêrca de 300 m. ao sul. d'esta pov. corre rio Alva, que vem da serra da Estrella, e depois de receber como tributarias as ribeiras da Caniça e de Vallezim, banha os ferteis campos d'esta pov. de Villa Cova, os de Sandomil e Penalva d'Alva, atravessa a historica ponte de Murcella, e vae desaguar no rio Mondego, um pouco a jusante da *Raiva*, tendo nos limites d'esta freg. uma antiquissima ponte de granito com 2 arcos ogivaes, ligada a esta pov. por uma bella calçada, feita em 1872. Esta freg. tem no Alva 10 rodas de moinhos de moer pão, que fornecem farinha para esta parochia e para as de Torrozelio, S. Thiago de Ceia e outras muito mais distantes. Uma das cousas mais notaveis d'esta freg. é o grande *açude* ou *levada* que rega e fertilisa os seus montes e campos, duplicando ou triplicando o valor que tinham anteriormente. O dito açude parte do Alva, do sitio dos Pisões Velhos, junto da ponte de Jogaes; tem de percurso mais de 5 k.; foi construido em 1815 e custou 3:200$000 reis. Tem 1 procurador, 1 conservador, e 1 repartidor, sendo este ultimo de eleição popular e encarregado da distribuição das aguas no verão, por todos os proprietarios d'esta parochia, desde o dia S. Pedro, 29 de junho, data em que é sempre eleito, até 8 d'outubro de cada anno. O terreno é fertil, principalmente em milho, feijões, centeio, batatas, castanhas, algum vinho, azeite, fructa abundante, variada e saborosa, lã e bom queijo da serra da Estrella; cria muito gado lanigero. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Alta, conc. de V. N. de Paiva, com. de Castro Daire, distr. e bisp. de Vizeu; 414 fog. e 1:570 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e uma philarmonica *Villa Cova*. Está situada nas proximidades do rio Touro, a 8 k. da séde do conc., em terreno elevado e cercado por serranias. Pertencia ao conc. de Fragoas que foi supprimido por decreto de 7 de setembro de 1895, passando então ao de Castro Daire; mas voltou ao Fragoas, que foi restaurado, com a designação de *V. N. de Paiva*, por decreto de 13 de janeiro do 1898. Contava 300 fog. em 1703 e era

vigairaria da apresentação do commendador da ordem de Malta, pois tinha aqui esta ordem uma commenda que comprehendia tambem a freg. do Touro, e era orçada em 1:200$000 reis de rendimento. Foi antigamente villa, pertencente á comarca e provedoria de Lamego. A egreja matriz é um templo pequeno e singelo, mas bem conservado; tem altar mór e 2 lateraes. Banha esta freg. um ribeiro que vae desaguar na margem direita do rio Paiva, a 3 k. de distancia. As suas producções dominantes são milho, trigo, centeio, batatas e lã; cria muito gado vaccum e lanigero. O carvão de sôbro e de urze é a principal industria d'esta freg. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Villa Cova do Covello. Pov. e freg. de N. S.ª da Expectação, da prov. da Beira Alta, conc. de Penalva do Castello, com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu; 158 fog e 601 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada na margem esquerda do rio Dão, a 9 da pov. de Castendo onde está installada a séde do conc. E' banhada pelo rio Carapito que passa a distancia de 1 k. ao sul e vae desaguar na margem esquerda do rio Dão. A egreja parochial é de modestas proporções, mas decente e bem conservada. Produz milho, centeio, batatas, vinho e castanhas. N'esta freg. ha uma industria importante, o fabrico de variados artigos de fêno, barça, ou barcejo, a que dão o nome *bracejo*, uma especie de herva com que fazem esteiras para forrar templos e salas, capachos, ceiras para azenhas ou moinhos d'azeite, ceirões para cavalgaduras, capas ou cobertas para garrafões e garrafas, etc São estes artigos exportados em grande quantidade para varios pontos d'esta provincia e da de Traz-os-Montes, e mesmo para o Porto, Coimbra e Lisboa. N'esta industria se occupam os habitantes da pov. em grande parte, todo o tempo que lhes sobra dos seus trabalhos d'agricultura. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Villa Cova da Lixa. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto; 200 fog. e 1.200 hab. Está situada a 6 k. ao sul de Felgueiras, e a ella ligada pela estrada que, saindo de Ponte do Lima, vae, passando em Braga e Guimarães, cruzar ali, com a estrada do Porto a Amarante. E' uma das mais bonitas povoações do paiz, assenta a uns 400 m. d'altitude no dorso d'uma elevação que se estende de sul a norte. Dez minutos a poente e outro tanto a nascente da pov. ficam respectivamente as bonitas egrejas parochiaes de Villa Cova e Borba de Godim, freguezias muito ferteis pelas quaes a Lixa se reparte. Diz a tradição que a Lixa deriva da serra Lisa, nome que n'outro tempo tiveram os montes em que ella foi edificada. Estes montes, hoje muito cultivados e povoados, tem no cimo grandes planaltos. Lixa é uma pov. muito antiga, pelo menos, parece já existir no tempo do dominio romano, porque no vertice do monte do Ladario que se eleva sobranceiro á pov. fôram encontrados, ainda ha poucos annos, muitos fragmentos de louças, telha romana, pesos de fusos e pedacinhos de bronze, o que indica ter havido ali uma d'essas primitivas povoações que se erguiam no topo dos montes de mais difficil accesso, a que os romanos chamavam *castros*, ou *crastos*. No passal de Villa Cova tambem appareceram moedas romanas de Tiberio e Constancio. A egreja matriz é um templo modesto, que se construiu em 1719. Ha na freg. 3 capellas publicas: *N. S.ª do Desterro*, *Santo Antonio* e *S. Roque*, e uma particular na *Casa da Torre*, importante propriedade pertencente ao barão da Torre de Villa Cova de Lixa, Antonio de Magalhães Menezes e Lencastre. Villa Cova de Lixa é uma pov. essencialmente commercial, e tem progredido muito conforme os seus recursos. Tem muito bons predios, muitas casas commerciaes, est. post. e telegr., Associação de Bombeiros Voluntarios, hoteis, medicos, pharmacias, fabrica de pão de ló, escolas primarias para ambos os sexos com edificios novos, feira semanal ás 3.ªˢ feiras, e annual na primeira segunda feira de setembro, conhecida pela *Feira das Uvas*, mercado ás 6.ªˢ feiras e domingos. Em 3 d'abril de 1834 feriu se aqui, no monte de N. S.ª da Victoria, uma batalha importante entre as tropas liberaes commandadas pelo general Torres, e as tropas realistas do commando do general José Cardoso, que se viu obrigado a retirar se para Amarante com grandes perdas. A 2 k. de Lixa fica o Sanatorio de Seixoso (V. *Sanatorio)*. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Villa Cova de Perrinho. Pov. e freg. de S. João Baptista, do prov. do Douro, conc. de Macieira de Cambra, distr. d'Aveiro, bisp. do Porto; 61 fog. e 276 hab. Está situada na aba d'uma serra, a 6 k. da margem direita do rio Caima e a egual distancia da séde do conc. Tendo sido annexada ao conc. de Oliveira de Azemeis por decreto de 21 de novembro de 1895, que supprimiu o de Macieira de Cambra, voltou a este, que foi restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898, e estando annexada para os effeitos administrativos á freg. de Carregosa, foi, por alvará de 21 de fevereiro de 1903, annexada para os mesmos effeitos á de Codal, razão porque estas duas freguezias tambem se encontram com a denominação de *Codal e Villa Cova de Perrinho (S. Thiago e S. João Baptista)*. Em 1708, segundo se lê na *Chorographia Portugueza*, do P. Antonio Carvalho da Costa, pertencia esta pov. ao termo da villa da Bemposta, com. de Esgueira, tendo o titulo de *Villa Cova de Perrinho*, era curato annexo á freg. de Macieira de Cambra. A pov. é banhada por um ribeiro que corre do N ao S, e vae desaguar no rio Trancoso, na freg. de Chã. A egreja parochial é muito antiga, mas pequena, singela e pobre. Tem correio com serviço de posta rural, fabricas de chapéos de feltro e de manteiga; cria algum gado lanigero, e produz cereaes e vinho verde. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

Villa Cova de Sub Avó. Pov. e freg. de N. S.ª da Natividade, da prov. do Douro, conc. e com. de Arganil, distr. e bisp. de Coimbra; 338 fog. e 1:376 hab. Tem escolas de ambos os sexos, est. post. e uma fabrica de queijos. Está situada na pendente NO da serra da Estrella, a juzante da antiga villa de Avô, a 20 k. da séde do conc. Foi villa e séde de conc. da comarca de Vizeu, provedoria da Guarda, e priorado pertencente á diocese de Coimbra, cujos bispos eram donatarios d'este conc., por ser parte integrante do condado de Arganil. Emquanto villa, teve 1 juiz ordinario, 2 vereadores, 1 procurador do conc., 1 escri-

vão da camara, 3 do judicial, notas e orphãos, e uma companhia de ordenanças. No meado do seculo passado ainda se conservava o seu antigo pelourinho; o edificio da casa da camara e da cadeia foi vendido, tornando-se propriedade particular. Em 1810 pertencia a parochia ao conc. de Coja, que se extinguiu por decreto de 31 de dezembro de 1853, pelo qual passou ao de Arganil. Tem dois templos magnificos: a egreja matriz e a do extincto convento dos frades capuchos, que é hoje a Misericordia, e mais duas capellas publicas. A capella de S. João, de Alqueidão, sitio d'esta freg., foi em tempos remotos a egreja matriz, segundo a tradição local. A pov. é atravessada por um ribeiro confluente do rio Alva, que vem da serra da Estrella e vae desaguar no rio Mondego um pouco a juzante do *porto da Raiva*, tendo junto da pov. uma boa ponte de pedra, com 4 arcos. Tem generos agricolas; a sua unica industria reduz-se ao fabrico de canastras, feitas de vergas, castanheiro, que exporta em grande quantidade para todo o districto. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Villa Cova de Tavares. Pov. na freg. de Santa Maria, de Varzea de Tavares, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

Villa Cova de Vez de Aviz. Pov. e freg. de S. Romão, da prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. do Porto; 129 fog. e 509 hab. Tem esc. do sexo fem. e uma fabrica de manteiga. Está situada na margem direita do rio Tamega, do qual dista cêrca de 4 k., na estrada de Penafiel a Boelhe, a 6 k. da séde do conc. Em 1706 pertencia ao termo da honra e behetria de Gallegos, comarca, provedoria e diocese do Porto. Além da egreja matriz, que é um templo vasto e muito bem conservado, tem uma capella particular em Riba Boa, que foi cabeça do morgado dos Sousas Lopes, e uma capella publica de N. S.ª do Rosario, anterior a 1500, mas por vezes reedificada, conservando um bello retabulo de talha dourada antiga. Esta freg. tomou o nome do local onde se acha a matriz, pois é uma grande cova, cercada a leste pelos montes do Portello; a oeste pelos montes da Lagôa e da Ermida; ao norte pelos montes de Perafita e dos Castellos, tendo horizonte aberto e com largas vistas unicamente do lado sul, para além do Tamega e do Douro. Diz-se que os francezes, por occasião da Guerra Peninsular, estiveram em Abragão e marcharam para o norte por esta freg. de Villa Cova, mas que apenas defrontaram com a grande cova e se viram cercados de montes por todos os lados, mudaram immediatamente de rumo. N'esta freg. nasce o ribeiro dos Moinhos ou dos Pedreiros, que move muitos moinhos de cereaes, no inverno, e vae desaguar na margem direita do rio Tamega, a 4 k. de distancia no sitio da Rainha. A pov. é fertil em cereaes, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. Na freg. ha um bom cemiterio parochial, que foi benzido e inaugurado com grande pompa nos principios de outubro de 1883. A parochia é muito antiga, mas nunca foi villa nem teve foral proprio, gosou, porém, de todos os privilegios, isenções e regalias da honra e behetria de Gallegos, como dissémos, em cujo termo se achava, bem como dos privilegios concedidos a Penafiel no foral de D. Manuel I, com a data de 1 de junho de 1519, pois no dito foral claramente se diz que comprehende esta freg. de Villa Cova e todas as outras, que ao tempo pertenciam ao termo de Penafiel.

Villa Curta. Pov. na freg. de Santa Maria, e conc. de Trancoso, distr. da Guarda.

Villa Dianteira. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João das Areias, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu.

Villa Dolores. Roça da ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Villa Draque. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Paços, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

Villa da Egreja. Villa e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Sattam, distr. e bisp. de Vizeu. E' n'esta villa que está installada a séde do conc. de Sattam. V. *este nome.*

Villa Escura. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João da Serra, conc. d'Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Villa do Espinhal. Por decreto de 16 de junho de 1906 foi elevada á categoria de villa a freg. de Espinhal, já descripta a pag. 192 do 3.º vol. do *Portugal.*

Villa Estephania. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Cintra, distr. de Lisboa. V. *Cintra.*

Villa Facaia. Pov. e freg. de Santa Catharina, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 386 fog. e 1:655 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post. e uma feira annual a 25 de novembro. Está situada na margem da grande ribeira de Pêra, affluente do rio Zezere, a 9 k. da séde do conc. O P. Antonio Carvalho da Costa, na sua *Chorographia Portugueza*, deu-lhe o titulo de *Villa Faquay*, mencionando as freguezias que no seu tempo constituiam o conc. de Pedrogão Grande, da comarca de Thomar. O terreno d'esta freg. é bastante podregoso e muito accidentado. A egreja parochial é um templo soffrivel, forrado de madeira; tem altar-mór com retabulo e throno de talha e uma bonita imagem de Santa Catharina, feita em Braga; tem mais 2 altares lateraes com decorações modestas. O terreno é fertil em generos agricolas, mas o vinho é a sua producção predominante. Cria algum gado lanigero nos seus montados. Tendo sido annexada ao conc. de Figueiró dos Vinhos por decreto de 7 de setembro de 1895, que extinguiu o de Pedrogão Grande, voltou a este quando foi restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. || Povoações nas freguezias: Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria. || S. Lourenço, de Ramalhal, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Villa Fernando. Villa e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Elvas, distr. de Portalegre, arceb. de Evora; está annexada civilmente á freg de Barbacena, e fica situada a 4 k. da estrada de Elvas a Extremoz, a 20 da séde do conc. e a 10 da estação do caminho de ferro de Santa Eulalia. Banham esta freg. um regato e a ribeira de *Villa Fernando*, que passa junto do monte assim denominado, e d'elle tomou o nome. Tanto esta ribeira como aquelle regato são atravessados pela estrada da *colonia agricola* para a est. de Santa Eulalia, tendo uma boa ponte de pedra de 2 arcos sobre a dita ribeira e

outra sobre o regato. Banham tambem a freg. outros ribeiros e regatos menos importantes. Tem duas minas de cobre, que estão abandonadas. Egreja ha sómente a matriz, que nada tem de notavel. Nada resta já dos antigos paços do conc. nem da cadeia e do pelourinho d'esta villa. A Casa de Bragança obteve o senhorio de Villa Fernando por compra que fez D. Catharina, mulher do duque D. João I, dando por ella o juro que tinha na alfandega das Almadravas, no Algarve. A freg. tem uma escola official mixta de instrucção primaria elementar, e a *Colonia Agricola de Reforma* com uma est. telegraphica e um observatorio. A *Colonia* ou *Escola Agricola de Reforma* foi instituida pelo governo para n'ella se recolherem e educarem, *nomeadamente nos misteres da agricultura*, os vadios e presos por culpas leves. Na escolha do local deu-se a preferencia á prov. do Alemtejo, por ser entre todas as do paiz, aquella em que a agricultura se encontra em maior abandono e mais necessita de protecção. A *Escola* seria um verdadeiro *seminario de agricultores*, e foi montada na grande herdade de *Villa Fernando,* por ser uma propriedade vastissima e comprehender terreno que se presta a todas as culturas. Esta grande herdade pertence á Casa de Bragança, e foi arrendada pelo governo por um praso sufficientemente largo para n'ella se poderem fazer as construcções e modificações que demanda um estabelecimento d'esta ordem, construcções a que se deram principio em 1884, continuando progressivamente, até que se concluiram, sendo inaugurada em 6 de outubro de 1895, com a denominação de *Colonia Agricola Correccional de Villa Fernando*. Occupa uma area de 777 hect. de terreno; o local é muito hygienico, porque na colonia se plantaram extensos macissos de eucalyptos e de outras arvores florestaes. Os internados, cujo numero é sempre elevado, executam todos os serviços agricolas, como: lavouras, horta, viveiros, vinhos, olival, lacticinios, pastorisação de gado, e fazem aprendizagem dos officios de alfaiate, carpinteiro de obra fina e de machado, ferreiro, sapateiro e serralheiro. Os internados são menores de 10 a 21 annos, sendo uns condemnados por sentença judicial e outros expostos, abandonados, desvalidos, desobedientes e incorrigiveis á educação paterna, pagando estes uma mensalidade pelo pensionato. A colonia produz aveia, centeio, cevada, legumes, hortaliças, trigo, e vende gados, lã de ovelha, fructas, etc. Tem medico, professores de ensino primario, de desenho, de gymnastica sueca e de musica. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. || Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda; 301 fog. e 1:229 hab. Tem est. post. Está situada n'uma planicie, na estrada da Guarda a Villar Maior, a 1 k. ao S da margem direita da ribeira de Noeime e a 11 da séde do conc. Ha aqui um apeadeiro na linha do caminho de ferro da Beira Alta, entre as estações da Guarda e Cerdeira. E' fertil em cereaes e lã, e cria bastante gado lanigero. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Villa Flôr (*Condes de*). Foi o 1.º conde d'este titulo o grande general D. Sancho Manuel (*V. adeante*), o 2.º seu filho primogenito D. Christovão Manuel, senhor da villa da Zibreira, alcaide-mór de Alegrete e de toda a mais casa e commenda de seu pae. Fal. a 17 de julho de 1704, solteiro, deixando legitimado seu filho, D. Sancho Manuel, que foi seu herdeiro, commendador de Perues e da Povoa, na ordem de Christo, senhor da villa da Zibreira, alcaide-mór de Alegrete, coronel d'um regimento de cavallaria na provincia do Alemtejo. Casou com D. Lourença Francisca de Mello, dama do Paço, filha de D. Pedro Alvares da Cunha, senhor de Taboa, trinchante da Casa Real. Um seu descendente, D. Martim de Sousa e Menezes Manuel foi o 3.º conde de Villa Flôr, que tirou á corôa por uma demanda que venceu, por ser titulo de juro e herdade, dispensado da lei mental, donatario de Villa Flôr, senhor da casa de seus avós maternos, commendador de S. Pedro de Calvello e de S. Thiago de Cassorado, ambas as commendas na ordem de Christo, padroeiro do convento dos capuchos do Soveral; fal. a 17 de novembro de 1733; casou duas vezes: a primeira, com D. Maria Antonia de Mello, dama do Paço, filha de Martim Correia de Sá e Benevides, e de D. Angela de Mello, 1.ºs viscondes de Asseca. Casou 2.ª vez com D. Luiza Maria de Mendoça, viuva de Jorge de Mello, filho do monteiro-mór do reino, e filha de Tristão da Cunha e de D. Joanna de Mendoça. O 4.º conde de Villa Flôr foi D. Luiz Manuel de Sousa e Menezes, filho primogenito do 1.º matrimonio do 3.º conde; exerceu o cargo de copeiro-mór de D. João V, e era commendador das commendas já referidas, em que succedeu a seu pae. Fal. a 12 d'abril de 1752. Casou com D. Antonia Henriques, dama da rainha D. Maria Anna d'Austria, filha de D. Jorge Henriques, senhor das Alcaçovas, e de sua mulher D. Magdalena de Bourbon. O 5.º conde foi seu filho D. Antonio Francisco de Paula Manuel de Sousa de Menezes, que nasceu a 11 de janeiro de 1725, succedeu na casa a seu irmão mais velho, e foi 5.º conde de Villa Flôr, de juro, e 7.º copeiro-mór. Casou a 13 de junho de 1741 com sua tia D. Joanna Maria Manuel de Mendoça, irmã de seu pae. O 6.º conde foi D. Antonio do Populo Manuel de Sousa e Menezes Severim de Noronha, e o 7.º e ultimo, D. Antonio José de Sousa Manuel e Menezes Severim de Noronha, que foi marquez do mesmo titulo, e depois duque da Terceira. V. *este titulo*.

Villa Flôr (*D. Sancho Manuel, 1.º conde de*). Donatario de Villa Flôr, do conselho de Estado e de guerra, commendador das commendas de S. Nicolau de Celorico de Basto, de Santo Adrião, de Penafiel, e de Santa Maria do Marmeleiro, governador da cidade do Porto, da Torre de Belem e da praça d'Elvas, general em chefe do nosso exercito, etc. N. em Lisboa, onde tambem fal. com perto de 70 annos em 3 de fevereiro de 1677. Era filho de D. Christovão Manuel de Vilhena, que foi em 1592 capitão-mór das naus da India, e de D. Joanna de Faria. Entrou na religião de S. João de Jerusalem, vestindo o habito de noviço da ordem de Malta, não chegando, porém, a ser cavalleiro da ordem por discordias que teve no seio d'ellas, e ácerca das quaes não são explicitos os seus biographos. Tendo nascido no principio do seculo XVII, correu lhe toda a mocidade quando Portugal estava sujeito ao jugo hespanhol, e D. Sancho Manuel, saindo da ordem de Malta, foi como fiel subdito de sua majestade catholica servir na Italia debaixo das ordens do duque de Fe-

ria Serviu tambem em Flandres, e na Allemanha, sempre nos exercitos hespanhoes, e sempre com muita distincção. Esteve no cêrco de Brisac, e em outras acções notaveis, adquirindo em todas a fama de militar brioso, e ao mesmo tempo a pratica de guerra. Em 1637 regressou a Portugal, partindo logo em seguida para o Brazil na armada do conde da Torre, e no Brazil continuou a combater brilhantemente contra os hollandezes. Regressou ao reino quando já D. João IV estava acclamado, e adheriu com enthusiasmo á causa da independencia portugueza. Era D. Sancho Manuel então mestre de campo, e foi com o seu terço servir na Beira, onde esteve em 1641 debaixo das ordens de D. Alvaro de Abranches, e em 1642 debaixo das ordens de D. Fernão Telles de Menezes. Este ultimo tinha n'elle plena confiança e encarregou-o de varias facções importantes de que D. Sancho Manuel se saiu sempre com o mais completo exito. Tomou Elches, resistiu victoriosamente ao duque d'Alba, que tentava retomal-a, impediu os hespanhoes de fortificarem Fuentes, destroçou-os em Guinaldo, levantou um forte em Val de la Mula, e bateu de novo as tropas do duque d'Alba que tentaram oppôr-se lhe. Finalmente chamado por Fernão Telles de Menezes para o logar importante de mestre de campo general, dirigiu superiormente as operações que deram em resultado a tomada do castello de Guardian. Quando, porém, D. Sancho Manuel esperava decerto, quando todos suppunham que as mais altas recompensas galardoariam os serviços relevantes do conquistador de Elches e de Guardian, do vencedor de Val de la Mula e de Guinaldo, do homem, cujo nome estava já sendo o terror dos hespanhoes e a esperança dos portuguezes, soube-se que D. Sancho Manuel fôra effectivamente á côrte, mas debaixo de prisão. As eternas desconfianças de D. João IV fizeram com que não hesitasse em prender o homem que acabava de prestar, e que estava prestando ainda os mais valiosos serviços á causa nacional. Victima da mesma fórma que Mathias d'Albuquerque (V. *Alegrete, marquez de)*, d'essa desconfiança cega, D. Sancho Manuel viu arrancarem-lhe a espada victoriosa para o conduzirem preso. Este facto é incomprehensivel. Percebe se ainda que Mathias de Albuquerque fôsse victima das suspeitas da côrte, e que esta não hesitasse em tomar com elle as suas precauções, porque emfim na epoca da sua prisão ainda Mathias d'Albuquerque não começara a fazer experimentar aos hespanhoes os revezes que depois lhe infligiu, mas não se percebe como é que se não hesitou em dar a voz de prisão a D. Sancho Manuel, exactamente depois d'uma campanha victoriosa, em que elle mostrou asperamente ao duque d'Alba que não bastava possuir-se este titulo para se conquistar Portugal. Vamos mais adeante ainda. Admittamos que n'essa epoca de duvidas e de incertezas, em que estava tão mal segura ainda a independencia portugueza, não se hesitasse em se prender D. Sancho Manuel, se contra elle havia realmente uma apparencia de suspeita, mas o que é inexplicavel é que, desde o momento que se reconheceu a innocencia do accusado, se lhe não dessem todas as provas de confiança e de pezar pelo que succedera, não se procurasse mitigar o mal que se lhe fizera, e, se não se queria dobrar a recompensa para o indemnisar do injusto castigo, ao menos que se recompensassem emfim os relevantes serviços que elle prestára. Nem isso! Voltou simplesmente para o logar que até ahi desempenhára, e continuou tambem, sem um murmurio nem uma queixa, a combater como soldado fiel n'essa guerra ingloria e obscura da fronteira da Beira, porque, para este exercito estavam reservadas todas as fadigas, e os combates gloriosos esses tinha-os unicamente o exercito do Alemtejo. Em 1643 a guerra da Beira foi insignificante, porque todas as forças portuguezas se encontraram no Alemtejo, onde D. João IV tomou por algum tempo, nominalmente, o commando do exercito. Em 1644, a principal façanha na mesma prov. foi a entrada de D. Sancho Manuel em Hespanha com 800 infantes e 200 cavallos, entrada victoriosa de que resultou a mais completa ruina para as pobres povoações hespanholas da fronteira. Em escaramuças insignificantes se consumiram os dois annos de 1645 e 1646, sem que D. Sancho Manuel obtivesse um commando em chefe. Só em 1648 o recebeu, e foi ainda assim insignificante. Só o teve quando o governo se lembrou de dividir a Beira em 2 commandos militares, cabendo um d'elles a D. Rodrigo de Castro, e o outro que abrangia as comarcas de Castello Branco, Vizeu e Coimbra a D. Sancho Manuel. Mas o exercito, que este brilhante general commandava, não era superior a 1:100 soldados de infantaria e a 200 de cavallaria. Com tão pequenas forças pouco poderia fazer, e na verdade, em 1648 tentou tomar Alcantara, e não o conseguiu. Durante os 8 annos que se seguiram á morte de D. João IV, continuou D. Sancho Manuel no seu commando sem successos notaveis que o illustrassem. Em 1657 ainda o papel de D. Sancho Manuel se limitou na Beira a mandar reforços para o exercito do Alemtejo, mas em 1658, finalmente, recebeu D. Sancho Manuel o governo da praça d'Elvas. Não tinha o logar a importancia adequada ao merito, aos serviços e aos annos de D. Sancho Manuel, mas as circumstancias de tal fórma lhe facilitaram o distinguir-se e illustrar se que não houve meio de o continuarem a votar ao ostracismo, a que até ahi como que estivéra condemnado Acabara Joanne Mendes de Vasconcellos de levar ao termo a infeliz campanha de 1658, em que intentara tomar Badajoz, e em que depois de victorias infructiferas, regressára a Portugal, sem ter conseguido o seu fim, e tendo arruinado e desfeito o exercito mais brilhante que Portugal pudéra apresentar em linha desde o começo das hostilidades. O peor era que o paiz ficára completamente desarmado, e que a Hespanha, pelo contrario, desembaraçada das suas guerras com a França e com o resto da Europa, estava prompta a esmagar nos. Tomára isso muito a peito o primeiro ministro de Hespanha, D. Luiz de Haro, que parecia desejar restituir áquella nação o que o seu antecessor conde duque de Olivares lhe fizéra perder, e que n'esse triumpho parecia querer fazer consistir principalmente a gloria do seu governo. Sobre Elvas pois viria desabar a torrente dos inimigos, e Elvas tinha de ser a primeira barreira que poderia oppôr se aos hespanhoes, e que teria de lhes suster o impeto, emquanto em Portugal se reconstituia um exercito, o que não era facil, nem podia ser rapido. Tinha D. Sancho Manuel, é certo, uma praça bem fortificada para esse tempo e uma guarnição numerosa, porque se elevava a 11:000 homens en-

tre tropas de linha e auxiliares. O exercito, porém, que sitiava a praça compunha se de cêrca de 20:000 homens e de numerosa artilharia, sendo tudo soldados experimentados nas prolongadas guerras em que a Hespanha estivera envolvida. Não se temia D. Sancho Manuel d'um assalto, o que o assustava era o bloqueio, porque exactamente o ser a sua guarnição numerosa mais o prejudicava. Felizmente, pouco antes de assentar D. Luiz de Haro os seus arraiaes deante da praça, conseguira Jacome de Mello Pereira introduzir em Elvas um grande comboio de trigo e de cevada. Ainda assim os abastecimentos de Elvas resentiam-se de não estar a praça preparada para o cêrco. Principiou o assedio que logo mostrou que tinha de ser demorado, porque Portugal precisava de refazer o exercito que fôsse em soccorro da praça, e esta estava resolvida a

Conde de Villa Flôr

esperar com firmeza esse momento supremo. A cavallaria da guarnição, constando apenas de 250 homens, fazia a cada instante sortidas vantajosas, e a artilharia das muralhas incommodava mais os sitiantes do que a dos sitiantes incommodava a praça. Com terriveis inimigos interiores tinha de luctar porém D. Sancho Manuel. Eram as enfermidades que lhe dizimavam a guarnição Por isso, mais que pela difficuldade da defeza, elle escrevia á rainha regente D. Luiza de Gusmão, pedindo lhe que apressasse quanto antes a reorganisação do exercito. Com effeito a situação da praça não tardou por isso a ser horrorosa. O numeroso exercito castelhano cerrou completamente o bloqueio, e como se estava no pino do inverno, os incommodos que resultavam d'essas faltas mais accendiam a peste, que se desenvolveu de tal modo que já faltava espaço para as sepulturas. Se alguma cousa podia consolar os defensores d'Elvas, era ser a situação do inimigo ainda mais penosa. Expostos a todas as inclemencias da estação sem abrigos, introduzira-se nas fileiras um tal desanimo, que desertavam para as praças portuguezas em magotes, havendo dia que só em Juromenha entravam 80, avaliando se em mais de 3:000 os transfugas do exercito de D. Luiz de Haro, sem contar os simples desertores que se internavam em Hespanha. Mas o poderoso ministro de Filippe IV reparava promptamente as perdas, os mantimentos não faltavam, ao passo que em Elvas escasseavam os remedios para os doentes e o sustento para os sãos, que já não eram muitos. Entretanto, refazia-se o exercito portuguez, compondo-se principalmente de milicianos, e a 11 de janeiro marchava, commandado pelo conde de Cantanhede em auxilio de Elvas, que se encontrava já nos ultimos apuros. Combinou-se entre D. Sancho Manuel e o conde de Cantanhede o plano a adoptar, e d'ahi resultou a brilhante victoria das Linhas d'Elvas de 14 de janeiro de 1659, que salvou perfeitamente a patria, que nunca se vira em tão apertadas circumstancias desde a Restauração. (V. *Elvas, Batalha das Linhas de*). Então fez-se justiça aos dois intrepidos generaes, recebendo o conde Cantanhede o titulo de marquez de Marialva (V. *este titulo*), e D. Sancho Manuel o de conde de Villa Flôr, despacho de 29 de setembro de 1659. Não commandou, porém, senão interinamente o exercito do Alemtejo, e voltou logo ao seu antigo commando da Beira, dando se o governo militar do Alemtejo ao conde de Athouguia. Foi só nos fins da desastrosa campanha de 1662, quando D. João d'Austria, irrompendo victorioso pelo Alemtejo, tomando uma multidão de praças, chegou quasi a bater ás portas de Lisboa, que o conde de Villa Flôr foi chamado para salvar a situação. O conde de Castello Melhor era já então ministro de D. Affonso VI, e sabia bem apreciar os homens. Não nomeou o marquez de Marialva para o commando do exercito do Alemtejo, porque o marquez decerto não acceitaria, estando como estava, profundamente inimizado com o conde de Castello Melhor, mas o conde de Villa Flôr foi immediamente nomeado. Deu-se lhe por chefe do estado maior o conde de Schomberg, general francez que estava ao serviço de Portugal (V. *este titulo*), e o conde de Villa Flôr não gostou da nomeação, porque parecia implicar desconfiança dos seus talentos militares, e o defensor d'Elvas não estava resolvido a acceitar tutor. D'ahi resultaram repetidos conflictos entre o general em chefe e o chefe do estado maior, conflictos taes que por mais d'um mez Schomberg esteve resolvido a pedir a demissão e a retirar-se para França; felizmente D. Luiz de Menezes, que era o general d'artilharia, conseguiu accommodal os, e os dois fidalgos, cooperando lealmente, puderam illustrar os fastos militares portuguezes com mais uma victoria decisiva. O commandante em chefe da cavallaria era Diniz de Mello e Castro, um dos mais brilhantes officiaes de cavallaria do nosso exercito; o commandante da artilharia era D. Luiz de Menezes, depois conde da Ericeira, que escreveu o *Portugal Restaurado*. Estavam, portanto, reunidos n'este exercito todos os elementos de victoria. A campanha, comtudo, começou desastrosamente. Defendida por uma guarnição numerosa, mas muito mal commandada, Evora caiu, logo no princi-

pio das hostilidades, no poder de D. João d'Austria, ficando a guarnição toda prisioneira, mas para dar este golpe importante tanto se internara D. João d'Austria no Alemtejo, que tinha quasi as communicações cortadas, e se apressou a voltar a Arronches, levando comsigo toda a guarnição prisioneira. Os condes de Villa Flôr e de Schomberg é que o não deixaram assim retirar em socego. D. João d'Austria, que era general habilissimo, procurou mascarar o seu movimento de retirada, fazendo grande estendal das suas tropas, que occuparam as fortes eminencias do Ameixial, emquanto os prisioneiros e as bagagens e depois a artilharia iam desfilando, a occultas dos nossos, pela estrada do Canal, por onde as seguiriam tambem as suas tropas a pouco e pouco. Ia se saindo bem d'este plano traçado habilmente, mas o commandante da artilharia portugueza, D. Luiz de Menezes, que sustentava com a artilharia inimiga um canhoneio vivissimo, reparou de subito que o seu fogo afrouxára. Procurando vêr a causa, reparou que n'uma eminencia occupada pelos hespanhoes, e onde elles tinham em baterias 8 peças já não havia senão 4. Percebeu tudo então, communicou-o aos condes de Villa Flôr e de Schomberg, estes 2 illustres generaes resolveram frustrar o plano de D. João d'Austria, atacando-o com todo o vigor. D'aqui resultou a famosa batalha do Ameixial ou do Canal, ganha pelos portuguezes no dia 8 de junho de 1663, e que teve a singularidade de ser perdida por D. João d'Austria, antes de se ter resolvido a acceital-a. Effectivamente, o general hespanhol não se podia resignar a vêr tão completamente mallogrado um plano tão bem concebido. As eminencias em que a massa principal do seu exercito estava postada para proteger a retirada do resto, eram fortes bastante para poderem suster por muito tempo o impeto dos nossos. Fiado n'isso, D. João d'Austria continuou a fazer retirar occultamente a sua artilharia. Pois entretanto a nossa protegia tão efficazmente o assalto dado pelos nossos soldados que as eminencias occupadas pelos inimigos fôram tomadas rapidamente, e a retirada, transformando-se em fuga, atulhou esse estreito caminho do Canal, por onde se effectuava, de mortos e de feridos. As nossas perdas fôram consideraveis, mas as do inimigo foram enormes. Cairam em nosso poder 3:500 prisioneiros, toda a artilharia, 1:400 cavallos, 2:000 carros, 8 bandeiras, muitos estandartes de cavallaria, entro outros o do proprio D. João d'Austria, e 18 carruagens de fidalgos. Além d'isso, os 4:000 prisionoiros de Evora escaparam se, o lançando mão das armas que encontraram, vieram unir-se ás tropas victoriosas. (V. *Ameixial, Batalha do)*. Logo em seguida o conde de Villa Flôr reuniu se com o marquez de Marialva, que vinha tambem de Lisboa á frente d'um exercito rapidamente organisado. Os dois generaes reunidos fôram cercar Evora, que não tardaram a reconquistar. Em recompensa de tão insigne façanha, o conde de Villa Flôr recebeu mais commendas que reuniu ás que já possuia na ordem de Christo, teve o logar de governador da Torre do Belem, a alcaidaria-mór de Alegrete, foi nomeado conselheiro de guerra, governador da Relação e Casa do Porto, mas o que não teve, foi novamente o commando d'um exercito. Durante o resto da guerra, o conde de Villa Flôr permaneceu na côrte, desempenhando as suas funcções de conselheiro de guerra, ou no Porto exercendo o seu cargo de chefe supremo da Relação. Não parece, que se manifestasse de qualquer fórma na lucta entre D. Affonso VI e seu irmão D. Pedro. Em 1676, aproximadamente, o principe regente quiz nomeal-o vice rei do Brazil. O conde de Villa Flôr, apezar da sua edade já muito avançada, acceitou, e ia partir a tomar posse d'esse elevado logar, quando falleceu. Era casado com D. Anna de Noronha, filha de seu primo D. Gaspar de Faria Severim, do conselho de el rei e secretario das Mercês e expediente dos reis D. João IV e D. Affonso VI.

Villa Flôr. Villa da prov. de Traz-os Montes, séde de conc. e de com., distr. e arceb. de Bragança, Relação do Porto. Tem uma só freg., S. Bartholomeu, e está situada n'um alto, na falda d'um monte, ramificação da serra de Valefrechoso, entre o rio Tua, a 7 k. de distancia e o Sabor, a 12 k., a 65 da capital do distr. Até 1834 perteceu esta villa á grande comarca de Moncorvo, a maior das quatro em que se dividia toda a prov. de Traz-os Montes. As outras 3 eram: Bragança, Miranda e Villa Real. Não se sabe quando nem por quem foi fundada esta pov., mas é com certeza muito antiga, anterior mesmo talvez ao dominio romano, pois que se tem aqui encontrado moedas e outros vestigios romanos. Teve foral velho confirmado por outro de D. Diniz, em Lisboa, no dia 24 de maio de 1286. Teve tambem foral novo, dado por D. Manuel I, em Lisboa, a 4 de maio de 1512. Consta que se conserva ainda hoje no archivo da camara municipal. El-rei D. Diniz foi o monarcha mais benemerito para esta villa, pois não só lhe confirmou e ampliou o seu velho foral e a cingiu de muralhas, mas lhe mudou o antigo nome de *Povoa de Além do Sabor* para o actual de Villa Flôr. Os primeiros donatarios da villa fôram os Aguilares, cujo senhorio e outras muitas terras e honras el rei D. João I, de Portugal, lhes tirou por seguirem o partido de D. João I. de Castella, na guerra da successão em seguida á morte de el-rei D. Fernando I. O referido monarcha lhe deu por brazão uma flôr de liz e o escudo das armas reaes com as quinas e 7 castellos, em substituição das armas dos Aguilares, e que eram 5 aguias. Fez logo doação da villa a Vasco Peres de Sampaio, continuando sendo donatarios os seus descendentes Sampaios de Mello e Castro, depois condes e marquezes de Sampaio, tambem senhores da villa e honra de S. Paio, onde tinham o seu solar, na freg. do mesmo nome, hoje do conc. do Villa Flôr. Até ao fim do seculo xv foi terra importante e rica. Era habitada então por grande numero de judeus que a tornavam florescente pela industria e trato commercial de todo o genero, incluindo a ourivesaria e joalharia, mas pela sua expulsão, em virtude das condições do contrato matrimonial de D. Manuel I com a princeza D. Izabel, de Castella, sua primeira mulher, começou a decadencia de Villa Flôr, porque não só perdeu a actividade e o genio mercantil e industrioso que caracterisaram sempre os israelitas, mas tambem os capitaes que ao tempo eram apanagio quasi exclusivamente seu. Assim veiu a diminuir consideravelmente a população da villa e muitos dos seus edificios cairam em ruinas. No local que occupa hoje a egreja matriz, e que é o ponto culminante do bairro murado, pequeno cabeço que se ergue a meio da villa, houve em tem-

nos remotos um castello ou torre de menagem. Tendo caido em ruinas e tornando-se inutil depois da invenção da artilharia, não se restauraram nunca aquellas obras de defeza, e com a sua pedra se construiu a egreja matriz no mesmo sitio do castello ou da torre. Esta egreja desabou no dia 31 de janeiro de 1700, e tratou se logo da nova construcção, mas como a obra fôsse muito dispendiosa, durou muitos annos, e por vezes se interrompeu. Achando-se os trabalhos parados, houve um benemerito habitante de Villa Flôr que se apresentou á commissão promotora das obras com um chapéo cheio de luzentes peças de ouro, para que as obras proseguissem, e se acabassem. E foi assim que o templo se concluiu, que é um edificio vastissimo e majestoso, d'uma só nave, com a frontaria elegante e muito ornamentada, duas elevadas torres, tendo a do lado do sul um bom relogio. São 6 os altares com retabulos de boa talha antiga dourada, sendo o do altar-mór um retabulo espaçoso e elegante de talha dourada mais moderna, dos fins do seculo XVIII, anno de 1787. Tambem na egreja ha uma capella que foi dos condes de Sampaio, donatarios da villa, conservando ainda os brazões d'estes fidalgos. Além da egreja matriz ha a da Misericordia, muito antiga, que data dos fins do seculo XV ou principios do XVI, e mais 5 capellas publicas: de *Santa Luzia*, no cimo da Praça; é pequena e muito singela, mas venerada pela sua antiguidade. Foi a primeira matriz de Villa Flôr e *mesquita de moiros;* a de *S. Sebastião*, a léste, e já fóra da villa, junto da *Fonte das Bestas*. E' tambem muito antiga, attribuida a mesquita dos moiros; a de *N. S.ª da Lapa*, tambem fóra da villa mas a pouca distancia, na pendente sul da serra de Vale Trechoso; a de *N. S.ª da Encarnação* ou da *Veiga*, que está dentro do cemiterio parochial; e a de *Santo Christo*, na praça e a pequena distancia da de Santa Luzia. Até 1834 teve a villa 1 ouvidor apresentado pelos condes de Sampaio; 2 juizes ordinarios, 3 vereadores, 1 juiz dos orphãos, 1 capitão mór, 1 sargento-mór, 4 companhias de ordenanças na villa e termo, e mais 3 companhias com 3 capitães nas villas de Frechas, S. Paio e Villas Boas. Villa Flôr nunca teve conventos, mas houve aqui um hospicio de *N. S.ª d'Assumpção*, fundado em 1791. O edificio da camara municipal é muito antigo, mas singelo; para n'elle se accommodarem as diversas repartições publicas, mandou a camara tapar 4 arcos sobre que assentava a frontaria. O velho pelourinho, que já não existe, estava na praça em frente da camara, mas foi demolido quando se regularisou e arborisou a dita praça, cujo chão foi antigamente um *souto de carvalhos*, pertencente aos duques de Lafões, que tiveram muitas propriedades n'esta villa. Nos limites do conc. foi manifestada uma mina de varios metaes, na serra de Valfrechoso, do lado do Roios; e na serra de Faro, em frente do pincaro onde se ergue o santuario de N. S.ª d'Assumpção ha importantes jazigos de ferro. Em Villa Flôr ha 6 fontes d'agua potavel, 3 de poço e 3 de bica. Os 3 poços são o da Praça, o do Rocio e o que está ao sul da villa, junto da estrada, á esquerda, indo para Moncorvo, sendo este ultimo notavel pela sua fabrica, attribuida aos moiros ou aos romanos. Tem 3 m. de profundidade e boa agua nativa; é coberto por abobada de pedra com portico em ogiva, tem superiormente um recinto quadrado, formando uma especie de *kiosque* ou mirante com pavimento e guardas de granito, coberto por uma cupola em fórma de pyramide, sustentada por 4 columnas tambem de granito, e na cornija da cupola tem varios emblemas, sobresaindo entre elles uma boa cara e duas cornetas partindo da boca da dita cara, cada uma para seu lado, tudo em bonito relevo. A villa pertence á 6.ª div. mil., 12.ª brigada, grande circumscripção mil. N e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella; tem feira nos dias 15 e 28 de cada mez, e mercado ás 5.as feiras e domingos; est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; agentes de diversas casas bancarias do paiz e de companhias de navegação; hospedarias, medicos, fabrica de moagens e energia electrica, notarios, pharmacias, escolas de ambos os sexos, *Philarmonica Villaflorense*. Em 1894 publicou-se *Boletim de Pharmacia Moraes* O conc. compõe-se de 19 freguezias, com 2:554 fog. e 10:352 hab., sendo 5:008 do sexo masc. e 5:344 do fem., n'uma superficie de 21:590 hect. As freguezias são as seguintes: S. Miguel, de Assares, 228 hab.: 110 do sexo masc. e 118 do fem.; Espirito Santo, de Bemlhevae, 352 hab.: 164 do sexo masc. e 186 do fem.; S. Sebastião, de Candoro, 367 hab.: 179 do sexo masc. e 188 do fem.; Santa Catharina, de Carvalho de Egas, 222 hab.: 103 do sexo masc. e 119 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Freixiel, 1:162 hab.: 564 do sexo masc. e 598 do fem.; S. Thiago, de Lodões, 180 hab.: 81 do sexo masc. e 99 do fem.; S. João Baptista, de Mourão, 473 hab.: 237 do sexo masc. e 236 do fem.; S. Gonçalo, de Nabo, 401 hab.: 216 do sexo masc. e 185 do fem.; S. João Baptista, de Roios, 252 hab.: 131 do sexo masc. e 121 do fem.; S. Braz, de Samões, 735 hab.: 355 do sexo masc. e 380 do fem.; S. Pedro, de Santa Comba de Villariça, 634 hab.: 327 do sexo masc. e 307 do fem.; Santo André, de Sampaio, 338 hab.: 164 do sexo masc. e 174 do fem.; Santa Barbara, de Seixo de Manhozes, 502 hab.: 261 do sexo masc. e 241 do fem.; Santissima Trindade, de Trindade, 420 hab.: 213 do sexo masc. e 207 do fem.; S. Lourenço, de Valle Frechoso, 418 hab.: 203 do sexo masc. e 315 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Valle de Torno, 672 hab.: 321 do sexo masc. e 351 do fem.; S. Bartholomeu, de Villa Flôr, 1:592 hab.: 724 do sexo masc. e 868 do fem.; Santa Justa, de Villarinho das Azenhas, 233 hab.: 120 do sexo masc. e 113 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Villas Boas, 1:173 hab.: 535 do sexo masc. e 638 do fem. O principal commercio do conc. é azeite, vinho, legumes, lã, cortiça, fructas, mel, gados e aguardente. || Villa e freg. extincta, hoje simples pov., pertencente á freg. de S. Thiago da Amieira, conc. de Niza, distr. e bisp. de Portalegre. Em 1708 era villa e freg. da com. de Portalegre, com o seu orago S. Bartholomeu, egreja parochial e duas capellas publicas, era commenda da ordem de Christo, e titulo de condado, feito na pessoa do grande general D. Sancho Manuel, que foi o 1.º conde de Villa Flôr. Em 1834 ainda era villa e séde de um conc. Esta pobre pov., apezar de ter sido elevada a condado, nunca teve foral nem armas proprias. Foi annexa á freg. de S. Thiago, de Amieira em 1836 para os effeitos civis, e para todos os effeitos em 1856. Esta pequena pov. é muito antiga; as suas producções predominantes são trigo, centeio, milho, vinho, gado e caça. ||

|| Pov. na freg. do Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

Villa Fonche. Pov. e freg. de Santa Comba, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle-de-Vez, distr de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 89 fog e 382 hab. Está situada proximo da margem direita do rio Vez, a 2 k da sédo do conc. E' pov. muito antiga. Passa junto d'esta freg. a estrada dos Arcos a Monsão, e o ribeiro Tourim, que vae desaguar no rio Vez a 2 k. de distancia. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Villa Frade. Pov. na freg. de N S.ª da Conceição, de Lama d'Arcos, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. Foi denominação de uma freg. cujo orago era Santa Martha, e presume-se que já existia no tempo dos romanos. Tem correio com serviço de posta rural. A sua egreja é um bello templo, de construcção antiquissima, que deve remontar ao tempo dos gôdos, pois que a sua architectura conserva ainda muitos vestigios de aquella epoca. A sua torre com ameias indica as epocas em que os templos christãos eram ao mesmo tempo baluartes de defeza contra as repetidas avançadas dos sarracenos. Este templo esquecido e escondido no interior de uma aldeia, é mais um monumento importante da architectura gothica, apezar de estar já em começo de ruina, e de ter soffrido alguma reconstrucção posterior.

Villa de Frades Villa e freg. de S. Cucufate, da prov. do Alemtejo, conc. da Vidigueira, com. de Cuba, distr. e bisp. de Beja; 505 fog. e 1:792 hab. Tem escolas de ambos os sexos, est. post. e Misericordia. Está situada na encosta da serra de Guadalupe, na estrada da Vidiguoira a Alvito, a 2 k. da séde do conc. Segundo se lê na *Chorographia Portugueza* do P. Antonio Carvalho da Costa, em 1708 pertencia á com. de Beja, era da apresentação dos conegos regrantes de S Vicente de Fóra, de Lisboa; tinha uma casa da Misericordia, duas capellas: *Espirito Santo* e *Santo Antonio dos Açôres*, e a meia legoa de distancia outra de S. Thiago, que se suppõe ter sido mesquita dos moiros, toda cercada de vinhas. Fôram os seus primeiros donatarios os cónegos regrantes de Santo Agostinho, que lhe deram o seu primeiro foral, que muito mais tarde, el rei D. Manuel I confirmou, em Lisboa, a 1 de junho de 1512. Mais tarde eram seus donatarios os marquezes de Niza, e tinha 2 juizes ordinarios, vereadores, 1 procurador do conc., 1 escrivão da camara, 1 tabellião do judicial e notas, e mais officiaes. Foi villa e séde d'um conc. do seu nome até depois de 1840. Ha annos ainda se conservava a antiga cadeia e os velhos paços do conc., ondo funccionavam então duas aulas officiaes de instrucção primaria elementar, uma para o sexo masc. e outra para o fem. A egreja matriz é de abobada; tem altar mór e 4 lateraes, com boas decorações de entalha dourada. Foi fundado este templo em 1707. N'esta freg. nascem 2 ribeiros, um que parte para NO e vae desaguar na ribeira d'Odivellas, confluente do Sado, outro que parte para SO, e vae desaguar na ribeira de Odiar-se, confluente do Guadiana. E' temperado e saudavel o clima d'esta villa, que está na encosta da serra de Guadalupe, no cimo da qual e distante da villa pouco mais de 2 k. para SO se vê uma pyramide geodesica, marcando 317 m. d'altitude sobre o nivel do mar. Houve aqui 2 conventos: um de S. Cucufate, de monges ou benedictinos; outro de N. S.ª d'Assumpção, de frades capuchos, franciscano da provincia da Piedade. O 1.º foi um dos mais antigos e mais notaveis de Portugal e da peninsula. O seu prelado se intitulava, como os de Cluni e do Monte Cassino, *Abbade dos abbades* Foi muito anterior á invasão dos moiros, conservou-se aberto ao culto muito tempo durante a occupação mussulmana, mas por fim os moiros o destruiram. Teve grandes rendas e fabrica sumptuosa, e já depois de completamente arrasado e deserto, foi dado com esta freg. em 1225, por D. Sancho II, aos cruzios de S. Vicente de Fóra, os quaes, segundo se julga, nunca o restauraram nem habitaram, mas povoaram o sitio e crearam esta villa, dando-lhe o seu 1.º foral, conforme dissémos, pelo que a pov. se denominou *Villa dos Frades*, ou de *Frades*. O 2.º convento foi fundado em 1545 pelo conde da Vidigueira D. Francisco da Gama, filho do grande D. Vasco da Gama, e por sua mulher D. Guiomar de Vilhena, no local onde existia uma antiquissima capella da invocação de S. Bento Foi extincto em 1834. As suas producções dominantes são: vinho, azeite, cereaes, fructa, caça e lã, pois cria bastante gado lanigero. Pertence á 4.ª div. mil e ao distr. do recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos.

Villa Franca *(Condes de)*. O 1.º conde d'este titulo foi Ruy Gonçalves da Camara, 5.º donatario da ilha de S. Miguel por carta de D. Filippe II de Hespanha e I de Portugal, passada em Lisboa a 17 de julho de 1583. Casou com D. Joanna de Blasvel, filha de D. Francisco Coutinho, conde de Redondo, vice-rei da India, e de sua mulher D. Maria Blasvel Succedeu no condado seu filho D Manuel Luiz Balthazar da Camara, que nasceu em 5 de janeiro de 1630, e foi o 2.º conde de Villa Franca. Seu filho D Rodrigo da Camara, foi o 3.º conde; era gentil-homem da camara de D. Filippe IV de Hespanha e III de Portugal, e fal. no anno de 1672. Casou com D Maria Coutinho, dama da rainha D. Izabel de Bourbon, filha de D. Francisco da Gama, 4.º conde da Vidigueira, e de sua segunda mulher D. Leonor Coutinho. D'este consorcio nasceu D. Manuel Balthazar Luiz da Camara, que foi o 4.º conde de Villa Franca e o 1.º conde da Ribeira (V. *este titulo)*. Os condes de Villa Franca possuiam em Friellas uma grande quinta e casa de campo. O ultimo conde, que foi depois conde da Ribeira, beneficiou-a muito, e achou ali os vestigios e as ruinas do antigo palacio de el-rei D. Diniz e capella de Santa Catharina, descobrindo nas escavações que se fizeram, uma formosa taça de pedra, e um pavimento de pedras quadradas, brancas e pretas, que domonstravam claramente a grandeza do primitivo fabricador, como escreve Brandão, na 6.ª parte da *Monarchia Lusitana*, liv. 18, cap. 46, pag. 158.

Villa Franca. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc., com. e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 221 fog. e 971 hab. Tem escolas de ambos os sexos. Está situada na pendente N do monte de Roques, a 2 k. do rio Lima e a 8 da séde do conc., onde apparecem, em volta da sua pyramide geodesica, ruinas d'uma grande pov. que, segundo dizem, era a antiga cidade *Armenia* Villa Franca foi da apresentação da mitra e commenda da ordem de Christo, do commen-

dador de Lanhescs, (C. de Almada), no termo de Barcellos, a que pertenceu esta freg. até 1831. Pela pov. passa a estrada de Vianna a Ponte do Lima, pela margem esquerda do rio d'este nome. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: N. S.ª do Pranto, de Arazede, conc. de Montemór-o Velho, distr. de Coimbra. || S. João Baptista, de Cavez, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Santo André, de Ervedal, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || S. Martinho, de Friastellas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Mões, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Queimadella, conc. de Fafe, distr de Braga. || S. João Baptista, de Rio Frio, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Sá, conc. de Monsão, do mesmo distr. || S. Pedro, de Tamengos, conc. de Anadia, distr. d'Aveiro.

Villa Franca do Campo (*D. Pedro da Costa de Sousa de Macedo, conde de*). Moço fidalgo com exercicio, commendador da ordem de Christo e da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; gran-cruz de Carlos III de Hespanha, diplomata, conselheiro de el rei, distincto escriptor. N. em Lisboa a 14 de maio de 1821, onde tambem fal. a 7 de dezembro de 1901. Era filho de D. Luiz da Costa de Sousa de Macedo e Albuquerque, 3.º visconde e 1.º conde de Mesquitella, 5.º barão de Mullinger no condado de Ouest Neath, na Irlanda, e par de Inglaterra, 11.º armeiro mór e armador-mór, par do reino em 1826, e de D. Maria Ignacia de Oliveira e Daun, filha dos condes de Rio Maior e irmã do marechal duque de Saldanha; irmão do 3.º conde de Mesquitella, de D. Antonio de Sousa de Macedo, e do duque de Albuquerque. Recebeu, assim como seus irmãos, uma cuidada educação humanista, matriculando-se depois na Escola Polytechnica de Lisboa, onde cursou estudos superiores. Com a subida do ministerio Palmella em maio de 1846, entrou na carreira administrativa, como secretario do governo civil de Faro. Em 1848 foi eleito deputado, e a sua palavra fez-se ouvir, impondo se em varias discussões Passou pouco tempo depois, nas mesmas funcções de secretario do governador civil de Ponta Delgada, exercendo mais tarde o logar de governador civil. O seu governo tornou-se notavel, pela fórma energica e prudente com que alcançou acalmar os animos, e promoveu melhoramentos de ordem material e moral. Sobrinho do duque de Saldanha, acompanhou seu tio no movimento da Regeneração em 1851, e foi nomeado governador civil do Porto, onde soube conservar se em tão difficeis e agitadas circumstancias Deixou depois a carreira administrativa, e dedicou-se á diplomacia, indo para secretario da legação de S. Petersburgo. O marechal Saldanha foi nomeado embaixador junto da Santa Sé, e D. Pedro da Costa de Sousa de Macedo, acompanhou-o no seu logar de secretario. Ventilavam-se n'esse tempo questões magnas para Portugal e para o catholicismo, como o padroado portuguez no Oriente e a infallibilidade do papa. Tio e sobrinho, patriotas e catholicos, por motivo dos seus cargos e das suas crenças, entraram n'essas questões, e n'ellas combateram. E é digno de nota, que nas discussões tendentes a estabelecer o dogma da infallibilidade do papa, era em latim que o secretario da embaixada portugueza falava. O pontifice Pio IX dedicava a D. Pedro da Costa muito affectuosa e particular estima. Sempre na categoria de secretario passou a Paris, d'onde foi promovido a ministro plenipotenciario para S. Petersburgo, tendo mais tarde transferendia para Madrid. O seu precario estado de saude o forçou a interromper a carreira diplomatica, dedicando se aos estudos, que mais se conformavam com as suas forças physicas. Com o profundo conhecimento que já tinha da lingua latina, pois ainda estudante já traduzia Tito Livio, e n'uma tão corrente e vernacula linguagem, que o seu professor, um dos primeiros latinistas do tempo, José Maria da Silveira Almendro, lhe acolheu o trabalho com um elogio clamoroso. Bem se poderá calcular o enthusiasmo que causou a renascença do theatro portuguez, devido ao visconde de Almeida Garrett. Pois D. Pedro da Costa, contando apenas 20 annos de edade, levou á scena no theatro da Rua dos Condes em 1841 um drama original: *Os dois campeões ou a côrte de el rei D. João I.* Passou primeiro a peça pelo nascente Conservatorio, e Garrett achou a excellente, Castilho approvou-a com enthusiasmo, e o publico applaudiu-a phreneticamente, e o novel escriptor dramatico foi eleito socio effectivo do Conservatorio, e teve um dos premios pecuniarios. Voltou, pois, D. Pedro da Costa aos seus estudos que deviam occupar a sua larga existencia. O seu drama de estreia ficou inedito, como inedito ficou tambem outro drama seu: *Os portuguezes na India*, que se representou no theatro de D. Maria II. Muito depois escreveu outro drama historico, intitulado *D. João II*, em 5 actos, que se publicou em 1885. Na sua estreia litteraria, logo se revelara um investigador da historia patria e de um periodo tão importante e tão fundamental para a nossa nacionalidade. Assim é, que entregando-se com tenacidade a esses estudos e a essa epoca, escreveu uma serie de livros de uma grande erudição investigadora, de uma critica lucida e imparcial, d'uma vernaculidade elegante e sobria; n'estes livros se conta o intitulado: *D João I e a alliança ingleza —investigações historico sociaes*, que é um trabalho de grande valor, que foi publicado em 1884 Um outro escripto seu, de muito interesse, é *Os paços de Villa Viçosa*, ligando os ao movimento da restauração de 1640. Por um dos nossos ministros da pasta dos estrangeiros, cujo nome ignoramos, foi incumbido de escrever a historia dos nossos tratados diplomaticos desde a fundação da monarchia. Casou em 1861 com D. Minna Lumbley Schore, filha de F. F. Schore e de D. Maria Lumbley, que fallecera dois annos antes de seu marido. Foi agraciado com o titulo de conde de Villa Franca do Campo, por decreto de 4 de agosto de 1870. O seu brazão d'armas é um escudo com as armas dos Costas: Em campo vermelho 6 costas de prata, postas em 3 faxas; timbre, duas costas em aspa, atatadas com uma fita vermelha sobre o colonel do conde.

Villa Franca do Campo. Villa da ilha de S. Miguel, Açôres, séde de conc. e de com., distr. de Ponta Delgada, Relação dos Açôres, bispado de Angra do Heroismo. Tem duas freguezias: *S. Miguel* e *S. Pedro*. Está situada na costa sul da ilha, quasi ao meio, onde tem um bom porto abrigado e defendido por um castello, e servido por dois caes. Em frente, e a pouca distancia, levanta se

um ilhéu de rochas, em parte carcomidas pelo mar. Foi a primeira capital da ilha até 1522, e residencia dos capitães donatarios, remontando a sua fundação até 1444, ou talvez a epoca ainda anterior. Destruida no citado anno de 1522, por um violento abalo de terra, ficando debaixo dos escombros de dois montes, que sobre ella desabaram, em breve se reedificou, perdendo, comtudo, a sua primitiva importancia. A capital da ilha ficou sendo então Ponta Delgada. A batalha naval de Villa Franca do Campo, no mez de julho de 1582, decidiu da sorte do reino, pois n'estas aguas se sepultaram com a armada franceza commandada por Filippe Stozzé, que vinha em favor da causa do prior do Crato, D. Antonio, as ultimas esperanças da independencia portugueza. O almirante hespanhol, marquez de Santa Cruz, desembarcou em seguida, mandando levantar varias forcas, em quo fôram mortos os prisioneiros, sendo os fidalgos francezes enforcados no pelourinho da villa, no largo d'este nome, depois chamado *Affonso Costa*. O montão de pedregulhos e terras revolvidas a que ficou reduzida Villa Franca do Campo, a mais nobre e antiga das terras da ilha de S. Miguel, no monumental terremoto de 22 de dezembro de 1522, sepultou a data da fundação da Misericordia e hospital que então existia; mas d'essas cinzas amontoadas renasceu em pouco tempo uma outra Villa Franca, que se engrandeceu com os fóros, regalias e privilegios que os monarchas e os povos lhe haviam concedido, e renasceu tambem a Santa Casa da Misericordia e hospital, que se ostenta ainda hoje em frente da egreja matriz. O mais antigo dos instituidores da Misericordia, que se encontrou na mesa administrativa n'um antigo livro de Tombo, é Thomé Affonso, natural de Villa Franca do Campo, que residia nos principios do anno do 1521 na villa da Ribeira Grande, que fez testamento, deixando grande parte dos seus bens á Misericordia e seu hospital; seguiram se muitos outros com doações, e testamentos, durante todo o seculo XVI, conseguindo-se que aquella casa de beneficencia ganhasse grande importancia. O brazão d'armas de Villa Franca do Campo é um escudo coroado com a corôa real, tendo em campo de prata a mão alada da Justiça empunhando a espada e pendente d'esta uma balança; em volta, pela parte inferior, a legenda *Quis Sicut Deus?* A villa é circumdada de terrenos fertilissimos, ficando-lhe proximos alguns montes revestidos de verdura, que pertencem á cordilheira que corre ao largo de toda a ilha. A mais importante das suas freguezias ruraes é a de Ponta Garça, extensissima, quasi interminavel, populosa, rica e abundantissima em cereaes. A villa é bem arruada, sobresaindo a rua *Vasco da Gama*, á beira-mar, que vae ter ao porto. N'esta rua está o mercado do peixe, um bello edificio ha poucos annos construido. Tem alguns largos, entre os quaes o de *Bento Goes*, notavel explorador asiatico, fallecido na China em 1607, a quem os habitantes de Villa Franca, seus compatriotas, levantaram em 1907 um monumento de valor; possue alguns jardins, e uma bella avenida no extremo occidental da villa, denominada *Avenida Antonio da Silva Cabral*, e que tem hoje o nome de *Avenida da Republica* Villa Franca do Campo foi a primeira terra açoriana que se illuminou a electricidade, devendo-se este melhoramento, bem como muitos outros, ao illustre medico dr. Antonio da Silva Cabral, que durante 6 annos foi presidente da camara municipal. O principal producto de exportação é ananaz, cultivado em estufas, o qual enviam para Inglaterra e Allemanha milhares e milhares de fructos no anno. A villa pertence ao commando mil. dos Açôres e ao distr. de recrut. e res. n.º 26, com a séde em Ponta Delgada. Tem est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, e encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; advogados, caixa economica, escolas de ambos os sexos, medicos, pharmacia, exportadores de ananazes, fornos de cal, negociantes de cereaes, commerciantes e negociantes, hotel, notarios, bandas de musica: *Lealdade* e *União Progressista;* theatro, typographias, onde se publicam os jornaes semanaes: *Anatomico* e *A Liberdade;* feira de gado suino aos domingos. O conc. é constituido por 4 freguezias, com 2:439 fog. e 10:470 hab., sendo 4:823 do sexo masc. e 5:647 do fem. As freguezias são as seguintes: S. Lazaro, de Agua d'Alto, 1:581 hab.: 744 do sexo masc. e 837 do fem.; N. S.ª da Piedade, de Ponta Garça, 2:852 hab.: 1:346 do sexo masc e 1:506 do fem; S. Miguel, de Villa Franca do Campo, 5:071 hab.: 2:303 do sexo masc. e 2:768 do fem.; S. Pedro, de Villa Franca do Campo, 966 hab: 430 do sexo masc. e 536 do fem. O principal commercio do todo o conc. é pannos, chitas, casimiras, ananazes, batata dôce, laranjas, couros e vinhos.

Villa Franca da Cardosa. Nome antigo da cidade de Castello Branco. V. *este nome*.

Villa Franca do Deão. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda; 132 fog. e 527 hab Tem correio com serviço de posta rural. Está situada na encosta d'uma pequena serra, a 3 k da margem esquerda da ribeira de Massueime e a 14 da séde do conc. A egreja matriz está bem conservada, mas sem ter cousa alguma de notavel. Tem 3 moinhos na ribeira de Massueime, confluente do rio Côa. O seu clima é frio, mas salubre. Produz, principalmente, batatas e centeio. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Villa Franca de Lampaças. Villa extincta ha muitos annos, estando annexada á de Quintella de Lampaças, sua limitrophe, conc., com., distr. e bisp. de Bragança, na prov. de Traz-os-Montes. Villa Franca de Lampaças teve por orago S. Bento, e foi villa da comarca, ouvidoria e correição de Bragança, bispado e provedoria de Miranda. Ainda em 1768 era freg. independente, mas o seu vigario era já da apresentação do abbade de Quintella de Lampaças. Esta pov., hoje obscura, foi em tempos remotos muito importante com o nome de Bragadinha, mas um dia os seus moradores por questões de odios e rivalidades declararam a guerra civil, e todos morreram, escapando apenas uma mulher, que pôde esconder-se. Consta isto das *Inquirições* de D. Affonso III, de 1260 Achando se el-rei D. Diniz em Thomar a 9 de dezembro de 1286, resolveu povoar de novo a dita aldeia, e com esse fim lhe deu foral, n'aquella mesma data, mudando-lhe o nome de *Bragadinha* para o de *Villa Franca*.

Villa Franca das Naves. Pov. e freg. de N. S.ª dos Prazeres, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Trancoso, distr. e bisp da Guarda; 170 fog. e 643 hab. Tem est. post., escolas d'ambos os sexos, est. no caminho de ferro da Beira Alta, en-

tre as de Celorico da Beira e Pinhel. Está situada em terreno levemente accidentado, a 2 k. da margem esquerda da ribeira de Massueime e a 15 da séde do conc. Foi curato da apresentação dos abbades de S. Thiago, de Trancoso, e pertencia ao bisp. de Vizeu, do qual passou ao de Pinhel e d'este para o da Guarda desde 1882, data da ultima circumscripção diocesana. Até 1834 pertenceu ao termo da villa de Trancoso e á porvedoria e com. de Pinhel. Esta freg. não tem aldeias nem quintas. E' formada por uma humilde pov. unica e compacta, mettida entre arvoredo, um souto de carvalhos e oliveiras. Tem a egreja matriz e uma capella publica, ambas muito antigas e singelas. Banham a freg. alguns pequenos ribeiros, que não tem pontes nem moinhos, e vão desaguar na ribeira de Massueime, a 5 k. de distancia. Tem generos agricolas e cria algum gado lanigero. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Villa Franca da Restauração *(Antonio Feliciano de Sousa, barão de)*. Villa Franca da Restauração se chamou alguns annos Villa Franca de Xira, depois do movimento que ficou conhecido pela *Villafrancada*. N. este titular, em Villa Franca de Xira a 18 de janeiro de 1766, e fal. a 4 de julho de 1832. Era filho de Joaquim José de Sousa, capitão mór da mesma villa, e de D. Caetana Joaquina Rosa Mascarenhas de Sousa. Foi fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Christo, capitão-mór de Villa Franca, como seu pae, brigadeiro de milicias, governador militar do Riba Tejo, das villas d'Alhandra, Alverca, Franca de Xira, Povos e Castanheira; inspector das ordenanças nas mesmas villas e na de Alemquer; inspector da Posta Militar, nas supraditas villas e nas de Santarem (depois cidade), Azambuja, Carregado, Alcoentre e Cartaxo. Casou a 22 de outubro de 1788 com D. Francisca Xavier da Costa e Sousa, filha de João Antonio da Silva e de sua mulher D. Maria Joaquina Xavier. Foi agraciado com o titulo de barão por decreto de 3 de julho de 1823, em recompensa de ter recebido a honra de hospedar no seu palacio no largo de S. Sebastião, el-rei D. João VI, durante o tempo que o monarcha se demorou na villa no citado anno de 1823. O seu brazão d'armas é um escudo com as armas dos Sousas do Prado: Escudo esquartelado; nos 1.º e 4.º quarteis as armas de Portugal, com um filete de negro sobreposto em banda; nos 2.º e 3.º quarteis, de prata, um leão rompante em campo de púrpura, armado e lingua do de vermelho.

Villa Franca do Rosario. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

Villa Franca da Serra. Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Gouveia, distr. e bisp. da Guarda; 159 fog. e 672 hab. Tem escolas de ambos os sexos e est post. Está situada a 2 k. da margem esquerda do rio Mondego, na vertente NO da serra da Estrella, da qual tomou o sobrenomo, e dista 15 k. da séde do conc. E' formada unicamente por esta pov. Em 1708 era priorado do padroado real, e pertencia ao termo da villa e do conc. de Linhares, provedoria e comarca da Guarda; em 1768 era priorado da diocese de Coimbra e da apresentação da Casa do Infantado. Em 1852 pertencia ao conc. de Linhares e á comarca de Celorico da Beira; mas desde 24 de outubro de 1865, em que se extinguiu o conc. de Linhares, passou para o de Gouveia, com. de Fornos d'Algodres, até que se creou a com. de Gouveia. A egreja matriz está mesmo no centro da pov. E' templo muito antigo, mas singelo, comtudo, o altar mór tem boas decorações de talha dourada de valor. Diz a tradição que esta egreja foi fundada em tempos remotos por 2 fidalgos, D. Ozerão, ou Ozores, e sua mulher D. Urraca, que para aqui vieram homiziados e degredados, e que não só fundaram a egreja, mas por sua morte a dotaram com todos os bens que possuiam aqui, legando-os para o patrimonio ou passal do parocho e alguns para patrimonio da confraria do Santissimo Sacramento. Ha n'esta freg. um penhasco imponente, denominado *Mazorro*. Cria algum gado lanigero, e é fertil em generos agricolas. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Villa Franca de Xira. Villa da prov. da Extremadura, séde de conc. e de com., Relação, distr. e patriarc. de Lisboa. Tem uma só freguezia, cujo orago é S. Vicente. Está situada em terreno plano, na margem direita do rio Tejo, a 29 k. da capital do distr. E' uma das mais ricas terras da ribatejo, muito commercial, e um centro agricola de grande importancia. Os seus campos, conhecidos por *Lezirias do Tejo*, são de uma producção consideravel; estas afamadas *Lezirias* estendem-se desde a *Ponte da Herva*, junto d'Alhandra, até á *Bocca do Vau*, defronte d'Azambuja, sendo limitadas a S e E pelo rio de Samora Correia e a N e O pelo Tejo, medindo ao todo cêrca de 68 milhas quadradas, e produzindo aproximadamente milhão e meio de litros de cereaes, além de crearem muito gado bovino e cavallar. Villa Franca pertenceu á com. de Torres Vedras, foi do padroado real e commenda da ordem de Christo, da casa dos marquezes de Arronches Ignora se quando e por quem foi primitivamente fundada esta pov.; o que se sabe, é que em virtude das guerras de exterminio que assolaram e despovoaram a peninsula, já na lucta entre os seus antigos habitantes e os phenicios, gregos, cartaginezes e romanos, já entre estes e os barbaros do norte, já entre os gôdos e os arabes e entre os arabes e os portuguezes, ella se encontrava deserta e convertida em montes e silvedos, quando D. Affonso Henriques tomou Lisboa aos moiros em 1147, com o auxilio dos cruzados de diversas nações. Na distribuição que aquelle monarcha fez das terras circumvisinhas de Lisboa pelos cruzados, dando esta villa aos soldados inglezes, a denominou *Xira*, *Cira*, *Cera* ou monte inculto, nome que os inglezes substituiram pelo de *Cornwalia* por serem oriundos de *Cornwall*, na Inglaterra. Prevaleceu, porém, o de *Xira*, porque os inglezes pouco tempo a occuparam e mal arrotearam as suas brenhas, e o de *Villa Franca* em razão dos muitos privilegios e *franquias* que os nossos antigos reis lhe concederam. Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo diz no seu *Elucidario*, que á direita do Tejo, e a 5 legoas de Lisboa, havia uma dilatada *cira* ou *matta* que el-rei D. Sancho I doou a D. Raulino, e outros flamengos no anno de 1200 para ali se estabelecerem, e com as maiores franquias. Parece que não fizeram largos progressos, pois os novos donatarios apenas arrotearam uma

pequena parte do terreno, entregando-a outra vez á corôa, visto que em 1206 o mesmo rei fez doação da sua Villa Franca de Cira a Fruilla, ou Froilhe Hermiges, pelos muitos serviços que lhe havia prestado. Esta senhora deu o 1.º foral á pov. em novembro de 1212, e no anno de 1228 a doou, juntamente com outros bens que possuia em Portugal, Leão e Castella aos templarios, pelos serviços que tinha recebido e esperava receber d'elles. D. Froilhe era viuva e familiar da ordem do Templo, vivia no convento de Fontearcada, bispado do Porto, e, por morte d'um filho unico, ficou riquissima. Ainda no anno de 1239, deu aos templarios muitas herdades e egrejas nos bispados de Lamego, Braga e Coimbra. Seculos depois, Villa Franca teve foral novo, dado por el rei D. Manuel I, em Santarem, a 1 de junho de 1510, confirmando e ampliando o foral velho. Calcula se que fôsse com o dominio dos templarios, que Villa Franca começou a progredir, vindo por fim a ser uma das mais interessantes e prosperas povoações da Extremadura. Entre as suas vastas e riquissimas propriedades, merecem especial menção as quintas seguintes: *Quinta do Paraiso*, situada no caminho para Alhandra, onde nasceu o graude Affonso d'Albuquerque, em 1453, e que no meado do seculo passado pertencia a Antonio de Sousa e Mello; *Quinta de Palyart*, que ha bastantes annos era de D. Manuel Telles da Gama, descendente de Vasco da Gama, o notavel navegador, descobridor do caminho maritimo para a India; *Quinta do Farrobo*, com um palacio esplendido e um elegante theatro, mandado edificar pelo 2.º barão de Quintella e 1.º conde de Farrobo, Joaquim Pedro Quintella, importantissimo capitalista, muito amigo de D. Pedro IV, e dedicadissimo á causa liberal, a que sacrificou uma boa parte da sua fortuna. N'aquella pittoresca e aprazivel vivenda realisaram se funcções esplendidas, a que por vezes assistiram as pessoas reaes. Depois da morte do illustre fidalgo, succedida em 24 de setembro de 1869, a quinta do Farrobo caiu em decadencia, e mais tarde foi vendida a um fidalgo hespanhol, se não estamos em erro, e ignoramos quem seja hoje o seu proprietario; *Quinta das Torres*, tambem pertenceu ao conde de Farrobo, sendo depois vendida ao fidalgo hespanhol conde da Torre de Novabes; *Quinta do Desterro*, situada a 4 k. de Villa Franca, junto á quinta do Farrobo, a qual se compõe da antiga *quinta da Confeiteira* e da do *Desterro* propriamente dita; pertencente a Theodoro Ferreira Lima, que mandou construir uma adega monumental. Ha ainda mais quintas muito importantes, como a do *Borrecho*, *Sevadeira*, *Secta* e outras. Nos limites da freguezia ha tambem uma propriedade denominada *Quintinha*, pertencente aos viscondes de Coruche, e dizem existir ali uma nascente d'agua sulfurea, muito propria para o tratamento de molestias cutaneas. Atravessam a villa a linha ferrea do norte, que tem aqui estação, entre as de Alhandra e do Carregado; a estrada nacional de Lisboa ao Porto, e a que vae, pelo Farrobo, a Santo Antonio da Castanheira. Ha ainda outras vias de communicação, pois accresce ás mencionadas estradas, um esteiro ou caes que a liga ao Tejo, com bastante movimento de faluas e barcos de toda a ordem, que navegam entre uma e outra margem do grande rio, entre Lisboa e Alcantara, cêrca de 40 k. a montante de Villa Velha de Rodam, e entre todas as povoações marginaes intermedias. A parochia teve começo em 1147; a egreja matriz era uma das melhores e mais majestosas do Ribatejo, composta de 3 espaçosas naves, com 10 columnas com 15 altares, e vastissima capella-mór, que a casa Lafões tinha por obrigação cuidar da conservação. Em 1750 estava em tão mau estado de ruina, que foi mudada a séde da parochia para outra egreja que fôra mandada construir em 1577 por duas senhoras irmãs, e ambas irmãs da ordem Terceira de S. Francisco, á qual a offereram para o seu culto. O terremoto de 1755 destruiu a em parte, abatendo os tectos, começando poucos annos depois, lentamente, a reconstrucção por conta da junta de parochia e casa de Lafões até 1833, em que a junta de parochia desanimada com o golpe de estado d'aquella epoca e falta de recursos, paralysou as obras, mandando mais tarde arrear o que já estava feito, existindo hoje uma parte do gradeamento, onde está a Escola Conde de Ferreira. A egreja foi depois reconstruida completamente, abrindo se ao culto com uma pomposa solemnidade a 18 d'agosto de 1903. Tem tres altares com obra de talha de merecimento artistico e de bom gosto; tem mais dois altares, que obedecem a gosto mais moderno, mas sem talha. Conserva ainda imagens da antiga matriz e de boa esculptura. Possue alfaias ricas e muito antigas, salientando-se o rico calix de prata lavrada dourada offerecido pela rainha D. Leonor, 3.ª mulher d'el-rei D. Manuel e um missal com capa de prata lavrada muito antiga, da ordem Terceira do Carmo. A villa tem bons largos, praças e ruas, vistosos palacetes e formosos jardins. Na *Praça*, que fórma o coração da villa, está o edificio da camara municipal e a cadeia, fundado em 1773, conservando ainda em frente o vetusto pelourinho. O seu brazão é o dos condes de Pombeiro, antigos alcaides móres d'esta villa: Em campo branco um leão rompante de ouro. N'um palacete, da rua da Ribeira estão installados o tribunal judicial, a administração do concelho, a repartição de fazenda, etc. Na rua do Caes ha o palacio que foi da nobre familia Garcez Palha, e que depois pertenceu a José Maria Pereira, e mais tarde a Luiz Antonio de Sousa. Em 1820 foi este palacio aposentadoria do supremo governo de Portugal, generaes, etc. São tambem importantes os hospitaes da Misericordia e de Caridade. Esta villa, por estar n'uma planicie, nunca foi murada ou fortificada. Conforme dissémos, fôram alcaidesmóres d'esta villa os condes do Pombeiro, pela casa do Bellas, e até 1834 tinha 1 juiz de fóra, 3 vereadores, 1 procurador do concelho, 1 escrivão da camara, 1 juiz dos orphãos com os seus officiaes, 1 capitão-mór, 1 inquiridor, 1 distribuidor, 1 contador, 1 alcaide e 3 escrivães da judicial e notas. A' beira da estrada nacional está situada a praça de touros que é magnifica, e muito proximo existe um monte que fica do outro lado da estrada, e quando ha tourada, este se enche de espectadores, o que produz um maravilhoso effeito. Tem esta freguezia tres grandes montes, sendo o maior denominado *Monte Gordo*, encimado por 3 moinhos do vento. Ha n'elle grandes cavernas, muito dignas de serem visitadas, e do seu cume se goza um panorama pittoresco, largo horizonte e vistas esplendidas sobre o Tejo, arredores de Villa Franca, Povos, Cachoeiras, Alhandra, etc. No alto d'este monte, antes da invenção

do telegrapho electrico, estove uma estação telographica do systema antigo (madeira) que foi incendiada em 1837 pelas forças do general, depois marechal e duque de Saldanha. Em 1807, mandando a camara concertar a estrada publica d'esta villa para a povoação de A dos Bispos, ao cortar-se um comoro no sitio denominado a *Torre*, encontrou se um vaso de barro tapado, com um tijolo. Os trabalhadores o partiram para vêrem o que continha, e para que não ficasse com elle um só. No mesmo momento se espalharam pelo chão muitas moedas romanas de differentes epocas, pertencendo a maioria ao baixo imperio. No mesmo vaso se oncontrou tambem um annel de ouro com um camafeu, tendo gravado um corço fugindo a um cão. Era quadrilongo, medindo de comprimento uma polegada e de largura 8 linhas. O P. Luiz Duarte Villela foi o primeiro que observou as medalhas; escolheu as mais antigas, e comprou por 1$200 reis o annel ao trabalhador que o possuia, e foi offerecel o ao distincto archeologo D. Fr. Manuel do Conaculo, arcebispo de Evora. O mesmo Villela examinou e classificou as ditas moedas, e escreveu sobre o assumpto uma *Memoria* que enviou á Academia Real das Sciencias de Lisboa, pelo que esta o premiou com uma medalha especial. Villa Franca soffreu muito: roubos, incendios, depredações, violações e mortes, com as tres invasões francezas, nomeadamente com a ultima por estar em contacto com Lisboa e com as linhas de Torres Vedras, e por ser atravessada pela primeira estrada militar do paiz, o que n'aquelles tempos era uma verdadeira praga. Soffreu tambem muito com as guerras civis posteriores até 1847, e em 1833 com o flagello da cholera. Em 1823 tornou-se celebre na politica nacional, por se ter ali acolhido o infante D. Miguel, quando promoveu o movimento militar quo ficou conhecido pela denominação de *Villafrancada* (V. o *artigo seguinte).* Villa Franca de Xira attrahe, principalmente, extraordiuaria concorrencia, n'algumas epocas do anno, tanto dos logares proximos, como de Lisboa, pelas magnificas touradas que se realisam na sua importante praça de touros. O enthusiasmo dos habitantes tambem augmenta, por serem creados nos extensos campos das suas lezirias os touros mais puros e de mais *pé*, que se conhecem em manadas portuguezas. Póde dizer-se que Villa Franca é uma terra de *aficcionados*. Um dia de tourada é um dia de grande festa e de grande animação. A villa pertence á 1.ª div. mil., 2.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.° 16, com a séde em Lisboa; tem feira no 1.° domingo d'outubro terminando na quarta-feira seguinte, e de gado no 1.° domingo de maio e segunda feira seguinte; est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobranças de titulos, letras e vales; escolas de ambos os sexos, advogados, agentes de varios bancos e casas bancarias do paiz, e de diversas companhias de seguros de Lisboa; Centro Agricola Ribatejano, associações de classe e de soccorros mutuos, *Asylo-Créche Affonso d'Albuquerque*, Associação de Bombeiros Voluntarios, Companhia das Lezirias do Tejo e Sado, productores do aguardente, officinas de carruagens, de ferraria o serralharia, fabrica de cintas, do lã penteada e fiação (movida a vapor); commissarios de fructas, hoteis, fiscalisação dos impostos, medicos, pharmacias, exportadores e productores de fructas, e de vinhos; Companhia Vinicola e Commercial de Villa Franca de Xira, lavradores e agricultores, notarios, sociodades de recreio: *Banda Marcial Adriano de Mendonça; Circulo Recreativo Villafranquense; Club Villafranquense, Sociedade Primeiro de Maio*, e *Theatro Gymnasio Villafranquense;* syndicato agricola, typographias, commissão do fiscalisação de vinhos e de azeites, muitos estabelecimentos commerciaes e industriaes, etc. Tem se publicado em Villa Franca de Xira os seguintes jornaes: *O Campino*, 20 de abril, 1879, e publicava se ainda em 1889; *Gazeta do Campino*, 1892; *O Pensamento*, 31 maio 1906, publicava se em 1910; *O Ribatejo*, 5 de julho, 1877 a 8 janeiro, 1880; *O Villafranquense*, 1894; *Numero unico. ao illustre villafranquense José Dias da Silva*, 30 setembro 1904 Em 1914 publicava-se *O Mensageiro de Cira*. O conc. compõe-so de 8 freguezias, com 4:950 fog. e 18:990 hab., sendo 9:627 do sexo masc. e 9:363 do fem., n'uma superficie de 19:481 hect. As freguezias são as seguintes: S. João Baptista, de Alhandra, 2:646 hab.: 1:261 do sexo masc. e 1:385 do fem ; S. Pedro, d'Alverca, 2:257 hab : 1:102 do sexo masc. e 1:155 do fem.; N. S.ª da Purificação, de Cachoeiras, 1:288 hab.: 681 do sexo masc. e 607 do fem.; S. Marcos, de Calhandriz, 573 hab.: 293 do sexo masc. e 280 do fem ; S. Bartholomeu, de Castanheira, 999 hab.: 465 do sexo masc. e 534 do fem.; S. João Baptista, de S. João dos Montes, 1:884 hab : 956 do sexo masc. e do fem ; Nossa Senhora d'Assumpção, do Vialonga, 2:177 hab.: 1:100 sexo masc. e e 1:077 do fem.; S. Vicente, do Villa Franca de Xira e Nossa Senhora d'Assumpção, de Povos, 7:166 hab.: 3:769 do sexo masc. e 3:397 do fem. O principal commercio do concelho é ceroaes, azeite, vinho, cebolas, fructas e peixe. No dia 12 de maio de 1907 realisou-se em Villa Frauca de Xira uma grande parada agricola, promovida pela camara municipal o uma commissão de lavradores e pessoas mais importantes do concelho, cuja descrição vem no *Occidente*, vol. 30, pag. 109 e 110, a qual transcrevemos: «Passou de 20 o numero de carros allegoricos que figuraram na grande parada, e em que tomaram parte um grupo de 60 ceifeiras com os seus trajos caracteristicos, assim como trabalhadores do campo e os valentes campinos das Lezirias com o seu elegante vestuario do calção e meia branca, cinta, colete curto, jaqueta ao hombro, barrete, tudo em grande profusão de côres, e empunhando as compridas varas guiadoras do gado. Elles constituiam um dos numeros da festa mais pittorosco e ao mesmo tempo mais varonil. Os carros allegoricos eram na sua maior parte decorados com motivos agricolas, em que figurava toda a alfaia da lavoura, assim como productos da mesma. Alguns, da Companhia das Lezirias, apresentavam modelos de choupanas e casas rusticas, mas o quo mais se distinguiu pelo bom gosto e arte de sua decoração foi o do lavrador sr. Carlos José Gonçalves, que representava uma herdade com duas casinhas, horta e terra de semeadura, gallinhas e outros animaes de creação, não faltando o cão de guarda o dois campinosinhos a caracter, que eram duas bonitas creanças, filhas do sr. Gonçalves. Havia mais: um carro da Ceramica, da fabrica d'Alhandra, o da fabrica de lanificios da mesma terra, o da pesca, de Villa Franca, o da Industria, o do

Commercio e Industria dos srs. Eduardo Reis e João Pereira, o da Camara Municipal, etc. Varias philarmonicas do concelho abrilhantaram a festa com o seu concurso, e de Lisboa foi a banda da Armada. A parada formou se no largo da Estação, d'onde se desenvolveu percorrendo as ruas Serpa Pinto e do Caes, praça Affonso d'Albuquerque, rua do Alegrete e Campo da Feira, dando volta para entrar de novo na rua do Alegrete e seguir pelas ruas das Pedras e do Curado, onde destroçou. As ruas e praças estavam orladas de renques de pequenos pinheiros por entre mastros de bandeiras e festões de verdura formando decoração assaz pittoresca e apropriada De muitas janellas pendiam ricas colchas de seda que davam certa opulencia á festa, além das senhoras que occupavam essas janellas e com seus ricos vestidos e formosura, mais a animavam.»

Villafrancada. E' conhecido com este nome, na historia do paiz, o movimento revolucionario que em maio de 1823 pôz termo á coustituição de 1820. Aproximava-se o dia do Corpo de Deus, e as côrtes entenderam que precisavam de poder contar com a guarnição de Lisboa. Havia n'essa occasião um regimento que sempre se mostrára pouco affecto ás ideias liberaes, era o 23 de infantaria, unico de todos os regimentos da guarnição de Lisboa quo no dia 15 de setembro de 1820 se não pronunciara, e que, sem protestar contra o movimento, se mostrára comtudo pouco enthusiasmado por elle. Instigado pelas côrtes ordenou o ministro da guerra ao 23 que marchasse para Almeida: officiaes e soldados obedeceram de má vontade, e mostraram-se profundamente indignados. O regimento partiu, mas os officiaes e soldados já iam alliciados e compra-los para fazerem o movimento. Era no dia 26 de maio. Apenas chegaram a Villa Franca pararam, assenhorearam-se da povoação, e começaram a dar vivas a D. João VI, rei absoluto. N'essa mesma noite, o infante D. Miguel, convenientemente industriado por sua mãe, D. Carlota Joaquina, partiu de Lisboa disfarçado e em segredo, e acompanhado por alguns officiaes e por um esquadrão de cavallaria que em breve se lhe foi unir, appareceu em Villa Franca aos soldados do 23, que a sua presença encheu de enthusiasmo. D. Miguel tinha um typo aventuroso proprio para estes casos extraordinarios. Era um bello rapaz a cavallo, e as tropas deixaram se facilmente inflammar pelo prestigio da sua presença. A noticia, chegando a Lisboa, causou a todos o mais profundo terror. O rei julgou-se perdido, as côrtes ficaram profundamente fulminadas por esta consequencia inesperada das suas deliberações. De todos os ministros o unico que mostrou verdadeira decisão foi Silva Carvalho. Pediu a el-rei que proclamasse aos povos protestando contra o que acabava do succeder, o que o monarcha fez immediatamente, e seguindo para as côrtes communicou-lhes os acontecimentos, e pediu lhes um voto de confiança. Como sempre succede nas assembleias que estão para ser victimas de um golpe de Estado, os deputados cumplices d'esse acto violento, permaneceram silenciosos e apoiaram simplesmente com o seu voto quantas medidas desastrosas a exaltação dos outros propunha. Assim que o ministerio pediu um voto de confiança, alguns grupos dos deputados liberaes negavam lh'o, logo os absolutistas apoiaram com o seu voto essa resolução; e o ministerio foi compellido a demittir se, e o rei chamou ao poder Braamcamp de Sobral, Neves Costa, Faria de Carvalho, D. Manuel José Locio, Mousinho da Silveira e José Antonio Guerreiro. Outros deputados propuzeram que fôsse encarregado o general Sepulveda de manter a ordem e a tranquillidade em Lisboa. Ferreira Borges, Borges Carneiro e Ferreira de Moura, deram Sepulveda por suspeito, fôram apoiados ainda pelos deputados absolutistas. e Sepulveda não recebeu tambem o voto de confiança que esperava. Assim as côrtes se separaram, sem terem tomado, por assim dizer, senão resoluções negativas, tendo feito cair um ministerio para o substituir na hora da crise por outro completamente inexperiente, havendo offendido o governador das armas de Lisboa, que logo esfriou o seu zelo pela defeza da causa liberal. A situação ainda se aggravou mais quando o povo, em tumulto, sabendo do que se passava, pediu armas a Sepulveda. Este recusou lh'as, o povo armou-se como pôde, insultou o general, tel-o-ia morto se não fôsse a intervenção do general Jorge de Avilez. Sepulveda recolheu se ao castello, conferenciou com os commantes dos corpos de Lisboa, e n'essa mesma noite partiu com o resto da guarnição a apresentar-se a D Miguel. Só ficava na capital o regimento n.º 18 que fazia guarda de honra ao paço da Bemposta. Quando no dia 30 se soube esta noticia em Lisboa, José Antonio Guerreiro foi dizer ao rei que era indispensavel uma nova proclamação, e D. João VI não a recusou. Era dirigida ao paiz, e contava n'ella os factos occorridos. Ameaçava com a punição o filho rebelde, accusava de perjuro os militares que o tinham acompanhado na sua aventura, e que haviam jurado defender a constituição, e acabava por estas palavras: «Fiel ao meu juramento, fiel á religião de nossos paes, eu saberei manter aquella Constituição, que mui livremente acceitei. E eu ainda não faltei, uma só vez á minha palavra. Se quereis ser livres, e continuar a merecer o nome que por tantos seculos conservastes, sêde fieis a vosso juramento. Ninguem tolhe nem tolheu até hoje a minha liberdade. Ninguem desacatou ainda a minha autoridade real. Não deis ouvidos aos aleives com que pretendem alhear-vos de vossos deveres e da vossa fidelidade. Quem vos attrahe ao perjurio, deseja lançar-vos ferros. Confiae nas côrtes; descançae sobre o meu governo; obedecei á lei; só assim fareis a minha e a vossa felicidade. Palacio da Bemposta, em 30 de maio de 1823. *El-rei*, com guarda » Esta proclamação respondia em parte a uma proclamação de D. Miguel, que affirmava a necessidade de arrancar o rei ao captiveiro em quo o tinham posto. Mas a proclamação não tranquillisou pessoa alguma nem as côrtes, nem o povo. As noticias de Villa Franca, ou antes de Santarem, porque D. Miguel estabelecera aqui o seu quartel general, eram de gelar o animo dos liberaes, que discutiam tumultuariamente, e que viam a cada instante rarear as suas fileiras. Entre as muitas personagens que tinham ido apresentar-se ao infante rebelde, até figuravam tres membros do governo: Braamcamp, Faria de Carvalho e Neves Costa. Para as pastas fôram nomeados Marciano de Azevedo, Fonseca Rangel e Francisco de Oliveira, o para governador das armas de Lisboa o general Jorge de Avilez, o que tudo

se fazia com o consentimento quasi inconsciente do rei, que o marquez de Loulé debalde aconselhava, a que tomasse a resolução de se libertar do jugo despotico das côrtes, o de ir ter com seu filho, que estava defendendo a causa da realeza. Debalde Loulé lhe pintava com vivas côres a sorte que o esperava, debalde lhe mostrava que o plano da rainha e do infante era de o desterrarem para Villa Viçosa e de governarem em seu nome. Nada conseguia abalar a fatal irresolução do rei, quando um acontecimento imprevisto para elle o veiu arrancar das suas hesitações. José Antonio Guerreiro, ministro da justiça assim o conta n'um officio que enviou ás côrtes: «Illmo e ex.^{mo} sr.—Satisfazendo ao que pelas côrtes extraordinarias foi resolvido em data de hoje, tenho a honra de informar a V. Ex.ª, para ser presente ás côrtes, que na manhã de hontem, já depois da evasão dos corpos de primeira linha da guarnição d'esta capital, o commandante em chefe saiu com os do segundo até ao Campo Pequeno com o fim de exercital os a fazerem algumas obras que cobrissem a capital; além d'estas tropas havia uma parte do regimento n.º 18, por terem tres companhias ficado de guarda ao paço da Bemposta. Quando sobre a tarde voltava o commandante em chefe com a sua tropa para a cidade, mandou a quarteis no sitio de Valle de Pereiro; porém o regimento n.º 18 tomou o caminho da Bemposta, onde so foi unir com a guarda, e ali deram todos exaltados vivas; houve ajuntamento de povo; fôram arrancados alguns laços nacionaes, e esmurrados os portadores. Foi n'este acto que Sua Majestade saiu com a sua real familia pela porta da quinta. Não posso affirmar que motivos determinaram Sua Majestade a esta repentina resolução, quanto se diz é incerto. O meu dever chamava-me ao paço; não achando El Rei no da Bemposta, fui procural o a Queluz, onde tambem não estava. Achei n'este mais de cem pessoas armadas, paizanos e militares do regimento n.º 19; foi me arrancado o laço constitucional; deram se vivas ao Rei nosso Senhor, á Rainha nossa Senhora, ao Senhor Infante, á Senhora Princeza, etc. As patrulhas chegavam a Bemfica. Tal é a exposição do facto. Agora quanto ao actual espirito da capital, só digo que tem sido mantido pelos heroicos esforços da camara constitucional e mais autoridades, pela firmeza e honra dos cidadãos e guardas nacionaes, das milicias e corpo do commercio, dignos todos dos maiores elogios e pela cooperação efficaz do commandante em chefe, mas todos os espiritos andam receosos, desconfiados e, encarando com um futuro incerto. A tropa e guardas estão fatigadissimas, e os sentimentos suffocados rebentam com violencia. As continuadas interrupções de outros deveres teem retardado esta informação, que V. Ex.ª levará ao conhecimento das côrtes extraordinarias. Deus guarde a V. Ex.ªˢ Secretaria de estado dos negocios da justiça, em 31 de maio do 1823, Illmo o ex.^{mo} sr. Antonio Viceute de Carvalho e Sousa.—*José Antonio Guerreiro.*» O pobre D. João VI era em tudo isto perfeitamente o joguete d'aquelles que o rodeavam. Quando começaram debaixo das janellas do paço da Bemposta os vivas do regimento n.º 18, D. João VI ficou todo horrorisado, as suas filhas e o marquez de Loulé o levaram á janella, e o rei mais uma vez quiz fazer a sua habitual apologia da Constituição, mas foi interrompido por clamorosos vivas ao rei absoluto, e tanto o marquez de Loulé como todos os que o rodeavam, lhe diziam que não havia outro caminho a seguir senão o de Villa Franca, notavam-lhe que se ficasse em Lisboa, desguarnecida completamente de tropa, correria os maiores perigos. Entre dois perigos, D. João VI escolheu o que lhe pareceu menor, e metteu-se na sua carruagem depois de se ter despedido de todos com a mais viva commoção. Escoltado pelo regimento n.º 18 e por muitos officiaes e personagens de differentes categorias, partiu o monarcha, saudado clamorosamente durante a jornada, e ao chegar a Villa Franca mandou chamar D. Miguel, que estava em Santarem, e que veiu logo, um pouco descontente pelo caminho que as cousas tinham tomado. O que elle queria, assim como sua mãe, era a abdicação de D. João VI, e a sua ida a Villa Franca transtornava completamente os seus planos O rei recebeu-o bondosamente, nomeou o generalissimo do exercito, e ao mesmo tempo dirigiu a seguinte proclamação ao povo de Lisboa explicando o seu procedimento: «Habitantes de Lisboa: A Salvação dos povos é sempre uma lei suprema, e para mim uma lei sagrada. Esta convicção que ha sido o meu pharol nos arriscados lances em que a Providencia me tem collocado, dictou imperiosamente a resolução que tomei hontem com magua minha, de separar me de vós por alguns dias, cedendo aos rogos do povo e ao desejo do exercito, que ou me acompanha ou me precede. Habitantes de Lisboa: tranquillizae-vos; eu nunca desmentirei o amor que vos consagro, por vós me sacrifico, e em pouco tempo os vossos mais caros desejos serão satisfeitos. A experiencia, esta sabia mestra dos povos e dos governos, tem demonstrado, de um modo bem doloroso para mim e funesto para a nação, que as instituições existentes são incompativeis com a vontade, usos e persuasões da maior parte da monarchia; o Brazil, esta interessante parte da monarchia, está espedaçado; no reino a guerra civil tem feito correr o sangue dos portuguezes ás mãos de outros portuguezes; a guerra estrangeira está imminente, e o Estado fluctúa assim ameacado de uma ruina total, se as mais promptas e efficazes medidas não fôrem rapidamente adoptadas. N'esta crise melindrosa cumpre me, como Rei e como pae dos meus subditos, salval-os da anarchia e da invasão, conciliando os partidos que os tornam inimigos. Para conseguir tão desejado fim é mister modificar a Constituição; se ella tivesse feito a ventura da nação, eu continuaria a ser o seu primeiro garante; mas, quando a maioria de um povo se declara tão aberta e hostilmente contra as suas instituições, estas instituições carecem de reforma. Cidadãos: eu não desejo, nem desejei nunca o poder absoluto, e hoje mesmo o rejeito; os sentimentos do meu coração repugnam ao despotismo e á oppressão; desejo sim a paz, a honra e a prosperidade da nação. Habitantes de Lisboa: não receeis por vossas liberdades; ellas serão garantidas por um modo, segurando a dignidade da corôa, que respeite e mantenha os direitos dos cidadãos. Entretanto, obedecei ás autoridades, esquecei vinganças particulares, suffocae o espirito do partido, evitae a guerra civil, e em pouco vereis as bases de um novo codigo, que: abonando a segurança pessoal, a propriedade, e empregos devi

damente adquiridos em qualquer epoca do actual governo, dê todas as garantias que a sociedade exige, una todas as vontades e faça a prosperidade da nação inteira. Villa Franca de Xira, 31 de maio de 1823. D. João VI, El-Rei com guarda. Publicada por ordem escripta e assignada por Sua Majestade, e remettida á secretaria dos negocios da fazenda n'este dia. Fica o original em meu poder. Lisboa, 31 de maio de 1823. José Xavier Mousinho da Silveira.» A noticia da partida de D. João VI para Villa Franca causou em Lisboa um verdadeiro panico. Ninguem se julgou mais seguro, posto que conhecessem a proverbial bondade do soberano. Reuniu a camara municipal, e enviou uma deputação a D. João VI, pedindo-lhe que regressasse á capital, e affiançando-lhe a dedicação dos povos. Juntaram-se as côrtes em sessão no dia 1 de junho, apparecendo apenas 61 deputados mais corajosos. Ferreira de Moura propôz que se suspendessem os seus trabalhos, e caso fôsse preciso, se transferisse a séde do congresso para outra cidade do reino. Ambas as ideias fôram rejeitadas, apoz uma curta discussão que provou unicamente o estado de indecisão e de sustos de todos. Assentou se, porém, no dia immediato, em levantar as sessões e votar agradecimentos á camara municipal de Lisboa, aos voluntarios do commercio, milicia e povo da capital, e assignar se um protesto solemne contra os motivos que obrigaram o parlamento a interromper as suas funcções, ficando a cargo da commissão permanente, e do presidente a obrigação de novo convocal-o quando o entendessem conveniente. Ao mesmo tempo Agostinho José Freire, em nome das côrtes perguntava a José Antonio Guerreiro se el-rei não teria incapacidade politica ou moral para governar; José Antonio Guerreiro respondia que todos reconheciam o alto discernimento e excellente juizo de sua majestade, mas que não sabia se elle estava n'essa occasião livre ou captivo no sitio em que se achava. Ao mesmo tempo, para saber se poderia considerar-se demittido, escrevia a el-rei para Villa Franca a seguinte carta: «Senhor: Na correspondencia vieram as duas cartas que tenho a honra de enviar a Vossa Majestade. Senhor: Os ministros de Vossa Majestade nada desejam tanto como receber as suas ordens. Lisboa, 31 de maio de 1823. *José Antonio Guerreiro.*» Com a habitual dissimulação, D. João VI, que bem sabia, que tinha de demittir immediatamente o ministerio, respondia lhe comtudo com o seguinte bilhete, extremamente familiar: «Autoriso ao Guerreiro, e aos seus companheiros, para dar providencias que julgarem necessarias, emquanto não mando o contrario. Paços de Villa Franca, em 31 de maio de 1823. Com a rubrica de Sua Majestade.» Mas, logo depois recebia José Antonio Guerreiro a proclamação, acima transcripta, e em consequencia d'isso, o ministerio demittiu se. El rei organisou immediatamente em Villa Franca um novo ministerio, composto do conde de Palmella nos negocios estrangeiros, de Martins Pamploua na guerra e marinha, de Joaquim Pedro Gomes de Oliveira no reino, de Falcão de Castro na justiça e de Mousinho da Silveira na fazenda, e dirigia ao paiz esta nova proclamação: «Portuguezes! Em logar de uma Constituição que sustentasse a monarchia e em logar de representantes escolhidos por vós, appareceu debaixo d'aquelle titulo sagrado um tecido de maximas promulgadas com o fim de encobrir principios subversivos e insubsistentes, que tinham o fim occulto de sepultar com a dynastia reinante a monarchia portugueza; e appareceram representantes, quasi todos eleitos pelas proprias machinações e subornos. Os cidadãos de conhecida virtude eram opprimidos debaixo do peso das facções, e a qualidade de fiel ao rei foi inculcada e considerada por criminosa no systema de principios, que homens corrompidos e exaltados afferrada e temerariamente seguiam. Obra de taes elementos, não poderiam ter duração mais longa; a experiencia os reprovou, e, se seus autores se mantiveram por algum tempo, apezar dos vossos desejos, foi em consequencia de promessas que não podiam realisar se pelos meios adoptados. Desenganados de seus erros, elles mesmos se dissolveram de facto, como de facto se congregaram: e eu os dissolvo de direito. Cuidadoso de vossos interesses determinei salvar a minha dignidade real, fazendo renascer a monarchia que deve ser a base e não o ludibrio de toda a Constituição; e então se manifestou ainda mais a fidelidade portugueza até entre os fabricadores de tantos males, que em grande parte chegaram a reconhecer a sua illusão. Portuguezes! O vosso Rei collocado em liberdade no throno de seus predecessores, vae fazer a vossa felicidade: vae dar vos uma Constituição, em que se proscreverão principios que a experiencia vos tem mostrado incompativeis com a duração pacifica do Estado; e porque só se considera feliz quando tiver reunidos todos os portuguezes, esquece as opiniões passadas, exigindo fidelidade no comportamento futuro. Villa Franca de Xira, em 3 de junho de 1823. *João VI*, El Rei com guarda. *Joaquim Pedro Gomes d'Oliveira.*» Logo no dia 5 de junho D. João VI saiu de Villa Franca e partiu para fazer em Lisboa a sua entrada triumphal. São bem conhecidos esses tristes e ridiculos acontecimentos. Muitos fidalgos tiraram as mulas do coche de D. João VI, e arrastaram n'o elles mesmos no meio de um enthusiasmo delirante. O espectaculo era deveras lamentavel, e mais lamentavel ainda a ancia com que se apregoavam esses serviços, como os mais altos que se podiam prestar ao rei e ao paiz. D. João VI agraciou por este feito grotesco, todos esses fidalgos com uma medalha commemorativa, que elles muito orgulhosos traziam ao peito como recordação de tão festivo e memoravel dia. A preciosa medalha ficou conhecida como commemorativa da *campanha da poeira*. Na *Gazeta de Lisboa* de 9, 10, 11, 12 e 13 de junho d'aquelle anno, fôram publicadas não poucas reclamações de individuos que, tendo prestado tão optimo serviço em Villa Franca ás cavalgaduras do rei, em letra redonda apregoavam o feito, para que o mundo o soubesse e o seu nome não ficasse esquecido para as futuras recompensas e para a honra da familia. A propria *Gazeta*, porém, se encarregou inconscientemente de flagellar esse servilismo, inserindo entre outros annuncios o seguinte, que fez rir Lisboa inteira, e até o proprio rei, [e que autor desconhecido tivera a habilidade de ali publicar: «Vendem-se as parelhas que puxavam a carruagem de el-rei no seu regresso de Villa Franca; quem as quizer comprar vá a Belem ou ao Campo de Sant'Anna, aonde estarão á venda.» A policia, apenas teve conhecimento

d'esse annuncio, recolheu immediatamente quantos numeros pôde apanhar, mas o que não pôde, foi descobrir o autor, apezar das suas diligencias.

Villa Fresca e Villa Nogueira de Azeitão Estas duas villas que, apezar de estarem na provincia do Alemtejo, pertencem á da Extremadura, são do conc. e com. de Setubal, distr. e patriarc. de Lisboa. Fôram do antigo conc. de Azeitão, creado por alvará de 3 de novembro de 1759, sendo desmembrado do de Cezimbra, a que pertencia, e supprimido por decreto de 24 de outubro de 1855, ficando annexado, juntamente com Palmella, ao de Setubal. A principal pov. do antigo conc. era Nogueira, que foi depois elevada á categoria de villa, e a séde do conc. de Azeitão até que este se supprimiu. A área d'este antigo conc. é de fórma triangular, medindo aproximadamente 60 k. quadrados. Tem as duas villas citadas, sendo S. Simão o orago de Villa Fresca e S. Lourenço e de Villa Nogueira; 10 aldeias que são, contando do Nascente ao Poente: Camarate, Pinheiros, Vendas e Castanhos, pertencentes á freg. de S. Simão; Quinta Velha, Aldeia Rica, Aldeia de Irmãos, e (no sitio de Coina a Velha) as aldeias de S. Pedro, da Piedade, o Portella, pertencentes á freg. de S. Lourenço. A serra da Arrabida com o seu convento e porto, tambem pertence a esta freg. de Nogueira. No sitio chamado os *Brejos*, ao norte das duas villas, ha grande numero de casaes, que pertencem uns a Villa Fresca, e outros a Villa Nogueira, povoados por colonos da Beira, ali denominados *Caramellos*. Azeitão foi julgado dependente da comarca de Setubal, e o seu termo, que é o do antigo conc., é limitado ao norte pelos do Barreiro e Seixal; ao sul pelo Oceano Atlantico; ao nascente pelos de Palmella e Setubal; ao poente pelo de Cezimbra. As primeiras aldeias estão situadas na falda da serra de Azeitão, e as ultimas sobre ella. Esta serra corre parallela á de Arrabida, da qual é apenas separada pelo pittoresco valle do Picheleiro, e vae acabar no morro de Palmella. O solo da serra compõe-se de rochas calcareas dos periodos secundario e terciario, o o das planicies de camadas arenosas de terreno quaternario. A Villa Fresca de Azeitão está situada no valle d'este nome, d'onde se avista Lisboa e outras terras, a 10 k. da séde do conc.; tem 323 fog. e 1:290 hab., esc. do sexo fem., est. post., lagares de azeite, medico, fabricas de queijos, e uma sociedade philarmonica *Providencia*. A egreja matriz foi fundada em 1570 por Affonso d'Albuquerque, filho bastardo do grande conquistador da India, o qual impôz ao seu morgado a reparação da dita egreja. Este morgado pertencia no meado do seculo passado á familia dos Guedes de Miranda. O solar de Albuquerque fica nas proximidades da pov. e pertencia ultimamente aos condes de Mesquitella. A casa tem a fórma de castello, imitando a fortaleza d'Ormuz, na India, que Affonso de Albuquerque tomou em 1515. A Villa Nogueira de Azeitão é de muito maior importancia, e está situada na encosta de uma collina, a 12 k. da séde do conc. e perto da serra d'Arrabida, d'onde tambem se desfructa um lindo e estenso panorama. Esta freg. fazia parte da do Castello de Cezimbra até 1350, anno em que se desannexou, tornando-se independente, construindo-se a sua actual egreja matriz tambem em 1350. Teve antigamente um ouvidor quo comprehendia na sua regencia as villas de Cezimbra, Barreiro, Ferreira, Samora Correia, S. Thiago do Cacem, Sines, Castro Verde e Torrão, cujo dominio era dos duques de Aveiro, mas que em 1759 passou á corôa, depois da morte do ultimo d'estes fidalgos, envolvido no crime dos Tavoras. Todas estas terras eram do mestrado da ordem de S. Thiago. No termo da Villa Nogueira está o grande palacio e extensa quinta que foi dos referidos duques, assim como o palacio e quinta da nobre casa de Calhariz. Aquelle palacio foi construido pelo 1.° duque de Aveiro, no meado do seculo XVI, começando por uma casa de campo junto ao convento de S. Domingos, que os seus successores tornaram um palacio, e fizeram sua residencia habitual o solar desde o primeiro quartel do seculo XVII, transferindo-se para ali definitivamente então dos seus paços de Setubal. O palacio está situado em frente da egreja parochial, n'uma praça, onde tambem se ergue o pelourinho. A sua estructura mostra nos dois corpos lateraes avançados a que serve de ligação ao fundo, o corpo principal, constituindo assim a entrada um grande pateo. A parte direita que dá sobre o jardim tem no 1.° andar uma larga varanda dividida por columnas, communicando com uma especie de galeria, a que se erguem para o interior as salas e outros aposentos. Alguns annos depois da terrivel tragedia de Belem, tendo sido expulsos os jesuitas de Portugal, este palacio foi um dos edificios onde estiveram recolhidos parte d'elles, antes de embarcarem para o estrangeiro. O palacio foi vendido, mas parece que está muito arruinado. Em Villa Nogueira ha a egreja da Misericordia, fundada em 1622 por D. Affonso de Alencastro, marquez de Porto Seguro (Brazil) filho do duque de Aveiro D. Alvaro. Junto á egreja fundou o P. Pedro de Mesquita Carneiro, em 1640, um hospital, e o dotou com algumas rendas. A terra é muito fertil e saudavel. El rei D. Fernando I lhe concedeu por carta régia muitos privilegios, em 1380, sendo esta carta que lhe serve de foral, pois que não teve nunca outro. D. João I confirmou estes privilegios, em 1390. Houve aqui um convento de frades dominicanos, com a invocação de N. S.ª da Piedade, quo foi o terceiro d'esta ordem que existiu em Portugal. Foi fundado em 1435 por Estevão Esteves e sua mulher Maria Lourenço, naturaes d'esta villa, cuja fundação foi auxiliada por el rei D. Duarte, e a rainha D. Leonor sua mulher. Em Villa Nogueira de Azeitão realisa se uma feira no 1.° domingo de cada mez; tem est. post. e telegr., escolas d'ambos os sexos, agentes de algumas casas bancarias do paiz, Caixa de Credito Agricola, lagares de azeite, boteis, medico, pharmacias, notario, fabricas de queijos, syndicato agricola, philarmonica *Perpetua Azeitonense*. Ambas as villas pertencem á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 11, com a séde em Setubal. Proximo de Azeitão ha o cruzeiro da Portella, quo permaneceu durante seculos ao ar livre, até que no meado do seculo XVIII um tal Manuel Martins, que morava proximo, se lembrou de erigir uma ermida, em que ficasse incluso o piedoso monumento. Auxiliou o n'esta obra o porteiro-mór José de Sousa e Mello. Antigamente o sitio chamava-se *Portella da Cruz*, hoje a ermida tem o nome das Necessidades e o cruzeiro a Cruz das Vendas. Este cruzeiro foi

erigido por Vasco Queimado de Villa Lobos n anno de 1474, segundo a respectiva inscripção. O monumento é uma cruz floreada sobre uma has te de uns dois metros de alto; na face que olha a poente tem a imagem de Christo crucificado; na face do nascente ha uma imagem de Nossa Senhora. Sobre a haste, em torno da pedra que serve de peanha á cruz, ha quatro escudos todos orlados; no da frente, por debaixo do Christo ha um escudo em diagonal com as armas dos Villa Lobos: dois lobos passantes esfolados e sobre el les a figura como que de um *T*, sobre o escudo um elmo aberto, indicativo de alta linhagem. Na face opposta, n'um escudo perpendicular está uma cabeça de lobo. No lado do norte o escudo tem uma banda saindo de duas cabeças de ser-pe: corresponde-lhe do sul outro escudo com um leão.

Villa Frescainha. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 90 fog. e 354 hab. Está si tuada a pequena distancia da margem direita do rio Cávado e a 2 k. da séde do conc. Atravessa esta pov. a estrada de Barcellos a Espozende. Comprehende esta freg. parte do Monte Alto, em cujo cimo tem uma pyramide geodesica. O terre no é fertil em cereaes e em vinho verde. || Pov e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 103 fog. e 519 hab. Tem escolas para o sexo fem. e est. post. Está situada, como a anterior, a peque na distancia da margem direita do rio Cávado a a 2 k. da séde do conc. Tambem é atravessada pela estrada de Barcellos a Espozende. A egreja matriz é um templo regular. Banha esta freg. um ribeiro que nasce em Villar do Monte, passa na aldeia de Casal de Nil, e vae desaguar na mar gem direita do rio Cávado. Tem moinhos para moer cereaes e um engenho de serrar madeira Esta freg. comprehende parte do monte da Penedа, que é muito penhascoso. Ambas estas freguezias pertencem á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Cas tello.

Villa Fria. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto; 116 fog. e 454 hab. Tem cor reio com serviço de posta rural. Está situada a 1 k. da margem esquerda do rio Vizella e a 7 da séde do conc. Até setembro de 1882, data da ul tima circumscripção diocesana, pertenceu ao ar ceb. de Braga. Este freg. é banhada pelo citado rio Vizella, que tem aqui uma solida ponte e alguns moinhos. Tem generos agricolas Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc., com. e distr. do Vianna do Castello, arceb. de Braga; 153 fog. e 689 hab. Tem medico, e está situada a 4 k. do rio Lima e a 8 da séde do conc. O seu terreno é plano, mas muito humido e frio. As suas producções dominantes são milho e vinho verde. Per tence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Purificação e conc. do Oeiras, distr. de Lisboa. || S. Clemente, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. S. João Baptista, de Silva Escura, conc. de Se ver do Vouga, distr. de Aveiro.

Villa Gaia. Pov. na freg. do S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Villa Gallega. Povoações nas freguezias: Santa Cruz, de Alvarenga, conc. de Arouca distr. de Aveiro. || S. Simão, de Litem, conc de Pombal, distr. de Leiria.

Villa Garcia *(José Vaz Pereira Pinto Guedes, 1.º visconde de).* Fidalgo da Casa Real, proprie tario da importante *Casa da Egreja*, de Villa Garcia, do districto de Braga, que foi o seu solar. Era filho 2.º da casa do Arco, de Villa Real, e tomou parte na acção de Santa Barbara em 13 de março de 1823, na divisão do conde de Amarante com seu irmão o 2.º visconde de Montalegre, Luiz Vaz Pereira Pinto Guedes que commandava o regimento de cavallaria n.º 6. N'este combate suc cumbiu o seu filho primogenito, Miguel Vaz Pereira Pinto Guedes, capitão do referido regimen to, e que fôra condecorado com a medalha n.º 3 da Guerra Peninsular. Miguel Pinto Guedes havia casado a 13 de junho de 1811 com D Josepha Julia Telles de Magalhães Teixeira de Menezes e Mello, sua tia, filha e herdeira do desembargador José Telles de Menezes e Mello, sr. do morgado de Nossa Senhora da Vida em Rio de Moinhos, e de sua mulher D. Anna Joaquina Leonor Pinto Teixeira de Magalhães Lacerda. D'este matrimonio houve dois filhos: José, que succedeu na casa de seus paes, e falleceu a 13 de junho de 1835, sem geração, e D. Anna de Menezes e Mello, que foi herdeira por morte de seu irmão, casou e foi mão do 2.º conde de Villa Garcia, titu lo com que fôra agraciado seu bisavô, por decre to de 3 de julho de 1823, em duas vidas.

Villa Garcia *(Luiz Vaz Guedes Pinto Bacellar de Menezes e Mello, 2.º visconde de).* Fidalgo da Casa Real, bacharel formado em direito pela Universidade do Coimbra. N. a 8 de novembro de 1837 Era filho de D. Anna Carolina Augusta Vaz Guedes Pinto Telles de Menezes e Mello, que nasceu a 31 de março de 1819, que herdou a casa de seus paes, Miguel Vaz Pereira Pinto Guedes (V. o *artigo antecedente)*, e casou a 15 d'outubro de 1835 com seu primo Manuel Pinto Vaz Guedes Bacellar de Moraes Pimentel, sr. do morgado de S. Miguel do Sexo, 8.º sr. do de Nossa Senhora d'Assumpção de Villar d'Ossos, e 22.º do de Machucas e padroado do Capitulo de S. Francisco de Bragança. Não usou do titulo de visconde de Villa Garcia, concedido a seu avô, em duas vidas, verificando-se a 2.ª vida em seu filho, que foi o 2.º visconde, por decreto de 23 de novembro do anno de 1876.

Villa Garcia Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. da Beira Baixa, conc., com, distr. e bisp. da Guarda; 143 fog. e 569 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada na margem es querda da ribeira de Noeime, a 5 k. da séde do conc. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso || Pov. e freg. de N. S.ª dos Prazeres, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Trancoso, distr. e bisp da Guarda; 128 fog. e 473 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada a 2 k. da margem esquerda da ribeira Massueime, nas proximidades da estrada de Trancoso a Pinhel, e a 13 da séde do conc. Em 1708 era curato annexo á reitoria do S. João Baptista *intramuros* da villa de Trancoso. Estava no termo d'esta villa, mas pertencia á com. do Pinhel e ao bisp. de Vizeu, do

qual passou para o de Pinhel, e d'este para o da Guarda em 1882, data da ultima circumscripção diocesana. Esta parochia era formada só pela pov. de Villa Garcia, mas depois annexou-se á de Freixial (V. *este nome)*. A egreja matriz é um templo pequeno muito antigo, mas bem conservado. As producções mais preponderantes são: bom vinho de mesa, cereaes, castanhas e azeite. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || *Pov.* e freg. de S. Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. d'Amarante, distr. e bisp. do Porto; 78 fog. e 316 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada na margem direita do rio Tamega, da qual dista 3 k., na estrada de Amarante a Freixieiro, e a 6 da séde do conc. A freg. é muito antiga; no monte do *Crasto* houve um *castro romano*, de que apenas restam vestigios nas largas escavações feitas pelo povo para aproveitar e empregar em outras obras a pedra dos alicerces. Tambem se tem achado ali muitas moedas romanas. A freg. pertenceu antigamente ao conc. de Celorico de Basto, da grande comarca de Guimarães, e ao arcebispado de Braga até 1882, quando se procedeu á ultima circumscripção diocesana. Sobre o rio ou ribeiro de Santo Anatario, que vae desaguar no rio Tamega, ha uma ponte que liga esta freg. com a de S. Pedro de Aboim. E' grande, de um só arco e pelos restos de um escudo, que se vê no meio da ponte parece ser do tempo de D. João III. A parochia teve foral de D. Manuel, a 29 de março de 1520. E' aqui o solar dos viscondes de Villa Garcia, alliados com os representantes do visconde de Montalegre, a magnifica propriedade *Casa da Egreja*. O terreno produz vinho, cereaes, fructa e linho. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. A freg. de Gatão, que para effeitos administrativos estava annexada a esta freg., foi desannexada por alvará do governo civil de 25 de maio de 1902. || Denominação de um antigo conc. da prov. do Minho, situado entre Vianna do Castello e Pico de Regalados, que se extinguiu em 1835, passando então para o julgado da 1.ª instancia de Pico de Regalados. A séde do conc. era na aldeia de *Gilbarbedo*. Até 1835 teve juiz ordinario e camara propria com 2 vereadores, procurador, meirinho, carcereiro e quadrilheiro. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Corredoura, de Albães, conc. de V. N. de Paiva, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Fornos de Maceira Dão, conc. de Mangualde, do mesmo distr. || S. Martinho, de Pindo, conc. de Penalva do Castello, do mesmo districto.

Villa Gateira. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, de Varzea, conc. e distr. de Santarem. Tem est. postal.

Villa Gozendo. Pov. na freg. de S. Miguel, de Sobral, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu.

Villa Grande. Pov. na freg. de S. Pedro, de Dornellas, conc. de Boticas, distr. de Villa Real.

Villa Juzã. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Mesão Frio, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 89 fog. e 360 hab. Está situada a 500 m. da margem direita do Douro, a 2 k. da séde do conc. E' pov antiquissima; fez parte da behetria de Mesão Frio. O clima de Villa Juzã é saudavel e temperado, produz vinho maduro, bem conhecido por *vinho do Porto*, milho, fructas variadas e saborosas, e o seu chão é muito fertil. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. || Pov. na freg. de S. Julião, de Lobão, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

Villa Lobos Appellido illustre da Hespanha, que veiu para Portugal pelo conde D. Osorio de Campos, no reinado de D. Affonso VI. Tem por armas: Em campo de ouro, dois lobos de vermelho, passantes, esfolados e ornados de preto; timbre um dos lobos.

Villa Lobos *(Mathias de Sousa)*. Musico e mestre de capella da cathedral de Coimbra, e bacharel formado em leis pela Universidade de Coimbra. Era natural de Elvas e viveu no seculo XVII. Foi discipulo do professor Antonio Marques Lesbio, e ensinou musica n'um collegio da cidade da Guarda. Escreveu uma obra com o titulo de *Arte de Cantochão offerecida ao ill.mo e rev.mo sr. D. João de Mello, bispo de Coimbra Conde de Arganil, Senhor de Coja, do Conselho de Sua Majestade*, etc., Coimbra, 1688. N'esta obra se encontram interessantes noticias sobre a musica antiga, extrahidas das obras de Zarlino, Bermudo e outros escriptores didacticos dos seculos XVI e XVII, além dos antigos autores gregos e latinos, que Villa Lobos cita com frequencia. O autor promettia escrever mais tres obras, que tratassem dos outros tres ramos em que então se dividia toda a sciencia musical: canto de orgão (musica mensurada), contraponto e composição. Publicou depois uma compilação de missas, hymnos e outros canticos liturgicos, com o titulo de *Enchiridion de Missas solemnes, e votivas, e vesperas das celebridades, e festas de todo o anno, com hymnos novos, e cantochão novamente emendado, e as festas todas ad extensum*, etc., obra tambem offerecida ao citado bispo de Coimbra, anno de 1691.

Villa Lobos *(Fr. Placido de)*. Religioso benedictino. N. em Lisboa em 1529, onde tambem fal. a 16 de julho de 1589. Professou no convento de Monserrate, na Catalunha, para onde partira. Foi nomeado juntamente com Fr. João de Chaves, pelo cardeal D. Henrique, depois rei de Portugal, para ser n'este paiz o reformador da sua ordem. Em 1580 foi nomeado geral da nova congregação, e foi elle que estabeleceu no Brazil a ordem de S. Bento. Escreveu um *Catalogo* latino dos varões illustres e cousas notaveis da ordem de S. Bento, etc., que se imprimiu em Lisboa, 1585, sem o nome do autor.

Villa Lobos. Pov. na freg. de S. Thiago, de Maqueija, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

Villa Longa. Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Sattam, distr. e bisp. de Vizeu; 67 fog. e 278 hab. Tem est. post e uma fabrica de manteiga. Está situada n'um valle, a 15 k. da séde de conc. E' fertil em cereaes e em vinho. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Villa Maior *(Julio Maximo de Oliveira Pimentel, 2.º visconde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, bacharel formado em mathematica pela Universidade de Coimbra, de que tambem foi reitor, tenente-coronel reformado, conselheiro, par do reino, deputado, lente jubilado da Escola Polytechnica, director geral do Instituto Agricola e da Escola Regional de Lisboa, vogal do Conselho Geral do Commercio, Agricultura e Manufacturas, escriptor, etc. N. em Moncorvo a 5 de ou

tubro de 1809, falleceu em Coimbra a 20 de outubro de 1884. Era filho do 1.º visconde do mesmo titulo Luiz Claudio de Oliveira Pimentel, e de sua mulher, D. Angelica Thereza de Sousa Pimentel Machado; sobrinho do general Antonio Claudino d'Oliveira Pimentel (V. *este nome)*. Habilitado desde muito novo com instrucção primaria e secundaria, entrou na Universidade, exactamente no periodo agitado da guerra civil entre liberaes e absolutistas. Frequentava então os estudos quando seu pae e seu tio fôram presos, como affectos á causa constitucional, e trazidos para a torre de S. Julião da Barra. Acompanhou sua mãe a Lisboa, e com ella foi á torre vêr se podia dar alguns allivios ao captiveiro de seu pae e de seu tio, emquanto os seus collegas, formando o batalhão academico, combatiam contra o governo miguelista, e emigravam para a Galliza, e

Visconde de Villa Maior

de lá para a Inglaterra. Emquanto se faziam prodigios de bravura nos Açôres para se poder alimentar accesa a chamma da liberdade, Julio Pimentel seguia anciosamente a triste sorte dos seus proximos parentes, um dos quaes, o general Claudino foi morrer, victima de padecimentos sem conto, na Relação do Porto, pouco antes de entrar n'aquella cidade a expedição liberal. Julio Pimentel quiz então recuperar o tempo perdido, e alistou-se no batalhão academico, inflammado não só pelo desejo de se não mostrar inferior em bravura aos seus collegas, mas tambem de vingar a morte de seu tio e os soffrimentos de seu pae. Por isso, tomando parte nos combates em que entrava o batalhão academico, distinguiu se logo pela sua intrepidez verdadeiramente temeraria, e no dia 10 de outubro de 1832 foi ferido gravemente n'uma perna, na defeza da serra do Pilar, merecendo por isso ser condecorado com a ordem da Torre e Espada. Esse ferimento o reteve entre a vida e a morte por algum tempo, e d'elle nunca se restabeleceu completamente, ficando um tanto côxo. Quando acabou a guerra, seguiu a carreira das armas como official de infantaria, mas não deixou de ir concluir os seus estudos na Universidade, frequentando as faculdades de philosophia e de mathematica, tomando o grau de bacharel n'esta ultima. Assim se habilitou para seguir a carreira do professorado, já que o defeito physico que contrahira em defeza da liberdade, o não deixava seguir na vida militar, como era o seu desejo. Quando os estudos começaram a tomar uma nova phase em Portugal, depois das importantes reformas de 1836 e 1837, que crearam a Escola Polytechnica e a do Exercito, e modificaram tantos outros estabelecimentos, Julio Pimentel julgou-se nos casos de prestar o seu serviço ao ensino publico, e apresentou-se no concurso para a cadeira de chimica d'aquella escola. Reconhecendo, porém, que a instrucção, que tinha d'essa sciencia, era imperfeita, por faltarem no paiz os elementos indispensaveis para a completar, foi a Paris, onde durante dois annos trabalhou incessantemente no laboratorio de Peligos, fazendo rapidos progressos e adquirindo uma vasta somma de conhecimentos. Esta primeira excursão durou desde 1844 a 1846, regressando a Lisboa em 1847. A occasião era pouco propicia para manifestações scientificas. A guerra civil que agitava o paiz desde 1846, tinha feito encerrar as aulas, e os academicos, em vez de se dedicarem aos livros, andavam envolvidos na lucta. Finalmente, a campanha terminou, e as cousas entraram na regularidade e na ordem. Julio Pimentel começou então a leccionar o curso de chimica, em que se conservou durante 20 annos com a maior proficiencia, jubilando-se depois d'esse longo periodo. Foi em cumprimento dos seus deveres de professor, que escreveu a sua obra em 3 volumes, intitulada: *Lições de Chimica geral e suas principaes applicações*, etc., que publicou de 1850 a 1852, e que lhe serviram por muito tempo na aula. A sua muita aptidão n'estes assumptos fez com que fôsse nomeado para differentes commissões scientificas importantes, sendo uma d'ellas a analyse das aguas mineraes do paiz, que é assumpto dos seguintes trabalhos seus: *Analyse das aguas mineraes das Caldas da Rainha, feita em junho de 1849, precedida d'uma introducção historica;* saiu no tomo II, parte 2.ª da 2.ª serie, das *Memorias da Academia Real das Sciencias*, 1850; *Analyse das aguas mineraes no Gerez*, no tomo III, parte 2.ª da 2.ª serie, das referidas *Memorias;* esta *Memoria* hydrologica foi honrosamente commemorada, por modo muito lisongeiro para o autor, na *Gazeta Medica*, do Porto, tomo VI, 1852, n.ºs 239 e 241, pelo dr. Pereira Caldas, no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, 1851, pag. 303 e 304 e no *Jornal de Pharmacia e Sciencias accessorias*, 1851, pag. 164 e 165, etc.; *Nota sobre a composição chimica das aguas de Moura no Alemtejo*, nas *Actas* da citada *Academia*, tomo II, 1850, pag. 60 a 72; *As aguas sulfuradas das Caldas da Rainha*, nos *Annaes das Sciencias e Letras*, tomo II, 1858, pag. 129 a 155; é continuação e complemento do trabalho já publicado nas *Memorias da Academia; Novo estudo sobre as aguas sulfuradas das Caldas da Rainha;*

na *Gazeta Medica de Lisboa*, tomo 1, da 2.ª serie, 1859. Em desempenho de commissões do governo, ou por iniciativa propria, publicou mais: *Estudo chimico das sementes do amendobi*, Lisboa, 1853, e tambem no tomo I das *Memorias da Academia: Nova serie*, classe 1.ª; *Memoria sobre a producção do sulphato de soda no vulcão da ilha do Fogo, no archipelago de Cabo Verde;* no tomo II, parte 1.ª das referidas *Memorias; Desenvolvimento da superficie activa dos corpos porosos, applicado á construcção das pilhas galvanicas;* nas *Actas da Academia*, tomo II, 1850, pag. 30 a 38; *Nota sobre a existencia d'um novo acido gordo, encontrado no cebo do brindão;* nos *Annaes das Sciencias e Letras*, tomo 1.º, (1.ª classe) 1857, pag. 1 a 348; *Relatorio sobre o estudo chimico do oleo de ricino*, etc. (traducção); idem, idem, pag. 70; *O Aluminium, nota scientifica*, idem, idem, pag. 80; *Estudo sobre a viciação do ar atmospherico*, idem, pag. 119; *Revista dos trabalhos chimicos em 1857;* idem, pag. 139, 212, 285, 354, 390, 469, 542, 590, 725; *Sobre a faculdade fertilisante das dejecções animaes*, etc., idem, pag. 197; *Revista dos trabalhos chimicos em 1858*, idem, tomo II, 1858, pag. 35, 77, 156, 308; *Porcelanas*, idem, pag. 213 a 234; *Louças e productos ceramicos;* saiu no *Archivo Universal*, tomo I, 1859, n.ºs 1 e 2; *Vidros e cristaes*, no mesmo jornal e tomo, n.ºs 5, 6, 7, 8, 10, 24, 25 e 26; *Papel*, idem, tomo II, pag. 5; *Côres mineraes*, idem, idem, pag. 51; *Acido sulfurico*, idem, idem, pag. 65 e 83; *Soda*, idem, idem, pag. 104, 120, 147 e 181; *Lapis*, idem, tomo III, 1860, pag. 84; *Nouvelle production de l'acide palmitique par le suif de maturra*, nos *Comptes rendus de l'Academie des Sciences*, Paris, 1855, tome XLI, pag. 703; *Composition de la stéarine végétale extractée des graines du brindonnier, (Brindonia indica)*, idem, 1857, tome XLIV. Como era natural, Julio Pimentel foi encarregado de representar Portugal nas grandes exposições internacionaes. Esteve nas exposições universaes de Paris em 1855, 1867 e 1878, e na de Londres em 1862, como o provam os seguintes trabalhos: *Relatorio sobre a exposição universal de Paris; artes chimicas, Parte I*, 1857, *Parte II*, 1859; *A exposição internacional de 1862, em Londres;* na *Revista Contemporanea*, tomo IV, pag. 421, 476 e 520; *Relatorio do commissario regio junto á commissão real de sua majestade britannica na exposição internacional de 1862 em Londres: sobre a parte administrativa*, Lisboa, 1865, com duas estampas; *Relatorio ácêrca da exposição universal de Paris em 1878*, Lisboa, 1879. As grandes questões que muito preoccupavam então a attenção publica, a do saneamento de Lisboa, a dos cereaes e a dos vinhos, fôram largamente tratadas por Julio Pimentel. Assim o provam as seguintes obras: *Novo processo de panificação;* nos *Annaes das Sciencias e Letras*, tomo I, pag. 257; *Memoria sobre a hygiene publica, com applicações principalmente á cidade de Lisboa;* idem, idem, pag. 277, 411, 454, 514 e 581. E com relação á ultima os innumeros trabalhos que directa ou indirectamente a elle se referem e que deram a Julio Pimentel uma autoridade incontestavel na questão vinhatal. As obras a quo nos referimos, são as seguintes: *Memoria sobre os processos de vinificação empregados nos principaes centros vinhateiros do continente do reino, ao norte do Douro*, etc., Lisboa, 1867 e 1868, 2 tomos com estampas; *Relatorio sobre a classe LXXIII (vinhos, espiritos e cervejas) da exposição internacional de 1867*, Lisboa, 1868; *Tratado de vinificação para vinhos genuinos*, Lisboa, 1868; *Parte II*, 1869, com gravuras intercaladas no texto: em 1883 o autor reuniu este *Tratado* n'um só volume, constituindo assim uma 2.ª edição; *Ampelographia e oenologia do paiz vinhateiro do Douro*, Lisboa; parte d'este trabalho saiu no *Jornal de horticultura pratica*, tomo I, 1870, pag 33, 49 e 65; *Manual de viticultura*, 1875, com estampas; *O Douro illustrado*, Porto, 1876, fol. alongado em 3 columnas: a 1.ª em portuguez, 2.ª em francez e a 3.ª em inglez, com gravuras e um mappa em grande formato Julio Pimentel não podia deixar de pertencer á corporação scientifica mais importante do paiz, a Academia Real das Sciencias, que lhe abriu as suas portas, entrando Pimentel para a 1.ª classe, de que foi por muito tempo presidente. Nos *Annaes* e nas *Memorias* collaborou largamente, publicando, além das obras, que citámos, o *Elogio historico de Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, lido em sessão publica da Academia Real das Sciencias*, no tomo II, parte 1.ª das *Memorias*, nova serie, classe 1.ª, e em separado, no anno de 1856; nos *Annaes*, assim como na *Revista Contemporanea*, as biographias do barão de Tenard e de Joaquim Antonio da Silva; e em folheto separado, em 1874, a de Manuel da Silva Passos. O livro, porém, mais notavel foi o ultimo que escreveu, *Memorial biographico d'um militar illustre, o general Claudino Pimentel*, 1884; com o retrato do general em gravura, copiada d'uma miniatura pelo professor João Pedroso. E' uma extensa biographia de seu tio, precioso subsidio para a historia da Guerra Peninsular, das guerras do Brazil e das nossas luctas politicas. Julio Pimentel foi vereador e presidente da camara municipal de Lisboa no biennio de 1858 a 1859. Entrando na politica, associou-se em 1851 ao movimento da *Regeneração*, e a esse partido ficou sempre pertencendo, que o elegeu deputado em diversas legislaturas. Em 1862 foi elevado ao pariato, e n'essas duas camaras tornou se um parlamentar distincto, sendo a sua palavra sempre escutada com respeito, principalmente tratando se de assumptos em que a sciencia pratica tem o primeiro logar. O nome de Julio Pimentel não era só conhecido no paiz, nem tão pouco são só os nossos jornaes scientificos ou litterarios que encerram artigos seus; mas antes juntamente com Norta e Bins redigiu muitas notas scientificas e outras proprias, que se encontram nos *Archives Universelles* e em varias outras publicações. Entretinha correspondencia scientifica com varios sabios de primeira ordem estrangeiros. Fabricas importantes fôram estabelecidas no paiz, e dirigidas pelo infatigavel chimico, taes como as da Verdelha e de refinação de assucar, etc. Julio Pimentel occupara-se muito de instrucção publica, e já em 1857 apresentára á Academia das Sciencias, juntamente com Latino Coelho, um *parecer com as bases que devem servir de thema á discussão publica sobre a reforma e melhoramento da instrucção nacional*, datado de 12 de julho do referido anno. Este trabalho foi elaborado em virtude da commissão que da Academia receberam para esse fim. Julio Pimentel foi agraciado por decreto de 15 de julho de 1861 com o titulo de visconde de Villa Maior, como segunda vida concedida no diploma da mesma mercê feita a seu pae, em 1858. A 9

de julho de 1869 foi nomeado reitor da Universidade de Coimbra, tomando posse em conselho de decanos a 21 de setembro do mesmo anno. Durante o seu governo visitaram a Universidade os imperadores do Brazil, em março de 1872; el rei D. Luiz, e a rainha D. Maria Pia, acompanhados de seus filhos, o então principe D. Carlos e o infante D. Affonso, em julho do mesmo anno; el-rei D. Luiz e a rainha D. Maria Pia, em agosto de 1882; el-rei D. Fernando na companhia do infante D. Augusto, tambem estove em Coimbra em maio de 1873, e foi visitar alguns estabelecimentos da Universidade, mas como simples particular. O visconde de Villa Maior, sendo reitor, foi encarregado pelo governo de apresentar um projecto de reforma da instrucção publica, e para esse fim visitou muitos estabelecimentos scientificos do estrangeiro. O relatorio que escreveu ácêrca da sua viagem, estava a imprimir-se, quando se deu a morte do seu autor. Quando em outubro de 1872 se celebrou o centonario da reforma da Universidade, pronunciou o seguinte discurso, que se imprimiu em Coimbra, no mesmo anno de 1872: *Discurso pronunciado pelo reitor da Universidade em 16 de outubro de 1872 por occasião da festa commemorativa da reforma da Universidade em 1772.* Este discurso foi depois reproduzido no *Annuario da Universidade* para o anno lectivo de 1872-1873. O visconde de Villa Maior escreveu mais: *Exposição sucinta da organisação actual da Universidade de Coimbra, precedida d'uma breve noticia historica d'este estabelecimento*, Coimbra, 1877; *Palestras scientificas;* na *Revista Contemporanea*, 1859, tomo I, pag 126, 188, 268, 372 e 765; *A liga das alfandegas peninsulares*, idem. tomo II, 1860, pag. 40, 68 e 137. Na versão dos *Fastos* de Ovidio, feita por Antonio Feliciano do Castilho, encontra-se, no tomo II, a pag. 318, 327 e 361, estas 3 notas suas: *Os tira-nodoas e o sabão, A tinturaria dos antigos, e dos esmaltes e da pintura encaustica entre os antigos.* Casou em 18 de julho de 1839 com D. Sofia de Roure Auffdiener, senhora muito illustrada, autora tambem de varias publicações, filha de João Auffdiener e de sua mulher D. Emilia de Roure. D'este consorcio houve 2 filhos: Emilio Claudio d'Oliveira Pimentel, que nasceu a 4 de abril de 1844, e falleceu em Coimbra a 31 de novembro de 1880, tendo casado com D. Fabia de Gouveia e Vasconcellos, com geração; e D. Julia Emilia d'Olivoira Pimental, nascida em 15 de maio de 1840, e fal. na Ilha da Madeira a 24 de abril de 1874. Foi marqueza de Bellas e condessa de Pombeiro, pelo seu casamento, realisado a 2 de setembro de 1867, com D. Antonio de Castello Branco Correia e Cunha de Vasconcellos e Sousa, 3.° marquez e 9.° conde dos referidos titulos. Tendo enviuvado, o 3.° marquez passou a segundas nupcias (V. *Bellas*, *Portugal*, vol. II, pag. 268). O visconde de Villa Maior, além das distincções já mencionadas, era tambem commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, cavalleiro das de Aviz e da Torre e Espada; da Legião de Honra, de França; gran-cruz da ordem de Carlos III, de Hespanha; grande dignitario da ordem da Rosa, do Brazil; commendador das de Leopoldo da Belgica, e de S. Mauricio e de S Lazaro de Italia; socio do Instituto de Coimbra, da Sociedade das Artes, de Londres, da Academia de Agricultura de Florença, e de outras corporações scientificas; membro do Jury Internacional, na Exposição Universal de 1855, em Paris; vogal do Grande Conselho de Saude durante a epidemia de 1857, etc. O seu brazão de familia, concedido por alvará de 22 de junho de 1795; é o seguinte: Escudo partido em pala: na 1.ª as armas dos Moraes: Em campo de púrpura uma torre de prata lavrada de negro, com telhado de ouro, e grimpado de uma bandeira de prata, contra chefe d'ondas de azul e prata; na 2.ª pala as dos Pimenteis: Em campo verde 5 vieiras de prata (conchas), em aspa, realçadas de negro; orla do ouro carregada de 8 cruzes de púrpura; timbre, o dos Moraes: a torre das armas sobre colonel de conde, por ser par do reino. O visconde de Villa Maior tem biographia no *Instituto* de Coimbra, por A. da Fonseca Pinto, vol. XVI, n.° 7, 1872, pag. 166; na *Revista Contemporanea*, com retrato, por Latino Coelho, tomo II, pag. 439 a 455, e 559 e 570, e tomo III, pag. 11 a 17; no *Annuario da Universidade*, relativo ao anno de 1884-1885, pelo sr. dr Antonio Candido Ribeiro da Costa; *Bibliographia da Universidade*, de Seabra de Albuquerque, annos, 1872, 1873 e 1874-1875; *Grand dictionnaire universel du XIX siécle*, de Larousse, etc.

Villa Maior *(Luiz Claudio d'Oliveira Pimentel, 1.° visconde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, sargento-mór da villa de Moncorvo. Era filho de João Carlos de Oliveira Pimentel, capitão-mór da villa de Moncorvo, cavalleiro da ordem de Christo, em 15 de maio de 1802, administrador geral dos Tabacos e Sabões da comarca da Torre de Moncorvo, e de sua mulher D Violanto Engracia da Silva. O titulo foi concedido em duas vidas por decreto de 1 de junho de 1858. Casou com D. Angelica Thereza de Sousa Pimentel Machado.

Villa Maior. Pov. e freg. de S Mamede, da prov. do Douro, conc. e com. da Beira, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 155 fog. e 614 hab. Tem esc. do sexo masc. e está situada a 6 k. da margem esquerda do Douro e a 12 da séde do conc. E' banhada pelo rio Uima, a oeste, que corre de sul a norte, e vae desaguar na margem esquerda do rio Douro, em Crestuma, a 7 k. de distancia, e um ribeiro que desagua no rio Uima, na aldeia de *Caçamor*, freg. de Sandim. Villa Maior comprehende grande parte do monte de *Gaeta*, com vastos pinheiraes e pastagens para o gado lanigero e vaccum, sendo tambem abundante em bom granito. A egreja matriz é pequena, mas bem conservada. Tem 5 altares, sendo 3 decorados com antiga talha dourada. E' fertil em cereaes e madeiras de pinho, que exporta em grande quantidade. Produz alguma cortiça e algum vinho, muito verde, e cria bastante gado bovino para serviço da lavoura e para embarque, depois de gordo. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 24, com a séde em Aveiro. || Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. Pedro do Sul, distr. e bisp. de Vizeu; 290 fog. e 1:217 hab. Tem escolas de ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. Dista 7 k. da séde do conc. O terreno é fertil em cereaes e vinhos. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.° 14, com a séde em Santa Comba Dão. || Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Cabril, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, dis-

tr. de Villa Real. || S. Pedro, de Teixeira, conc. de Baião, distr. do Porto.

Villa Marim. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. de Traz os-Montes, conc e com. de Mesão Frio, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 463 fog e 1:813 hab Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada na aba da serra do Marão, a 5 k. da séde do conc. Pertenceu ao bispado do Porto até 1882, data da ultima circumscripção diocesana. A egreja matriz é muito antiga e bastante arruinada, tem 4 altares com decorações de talha antiga; tem algumas capellas, e a egreja de S. Caetano, que é mais moderna e mais central. Banha esta freg. o rio Douro, desde a aldeia do Granjão de Baixo, a SE pertencente a esta parochia, até á pov. da Rede, a SO pertencente á parochia de Santa Christina de Mesão Frio e. a esta de Villa Marim. Banham tambem esta parochia o ribeiro da Redo, o de Reimonde e outros, e o rio Sermanha, quo nasce nas abas da serra do Marão, corre de norte ao sul por entre as freguezias de Cidadelhe e de Villa Marim, á direita, e as de Moura Morta, Santa Maria de Oliveira e parte da de Villa Marim, á esquerda, indo desaguar na margem direita do rio Douro, precisamente no ponto da Sermanha formado por elle, passando por baixo do grande viaducto da Sermanha, na linha do Douro e dividindo na sua confluencia a aldeia do Granjão de Baixo, na margem esquerda, da de Villa Pouca, na sua margem direita, ambas pertencentes a Villa Marim. O terreno é muito fertil em cereaes, azeite e fructa variadissima, principalmente laranjas. Villa Marim é uma das freguezias mais importantes do paiz; é muito considerada pela sua riqueza, e mais considerada era ainda pelos seus extraordinarios privilegios, pois não só foi villa, honra e concelho com justiças proprias, comprehendidas nos toraes de Mesão Frio, mas tambem behetria, povoação especialmente honrada e privilegiada. Entre esta freg. e a de Cidadelhe, sua limitrophe, ha um morro denominado Castello de Mouros, onde se vêem ainda ruinas consideraveis de um castello antiquissimo, cuja fundação se attribue aos romanos. Ali se tem encontrado muitas medalhas romanas, de cobre, de prata e ouro. Alguem diz que n'este morro esteve no tempo dos romanos uma cidade ou povoação muito importante, com os restos da qual se formou a freg. e pov. de Cidadelhe muito proxima. Ao norte d'esta parochia se ergue imponente a serra do Marão, notavel pela sua altitude, tendo sobranceiras a esta parochia e á de Cediellos as medonhas Fragas da Ermida, um dos maiores despenhadeiros que se encontram em Portugal. D'ali se goza um panorama vastissimo. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. || Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. de Traz os Montes, conc., com. e distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 336 fog e 1:463 hab. Tem escolas de ambos os sexos, e está situada na estrada de Villa Real a Freixiciro, a 3 k. da séde do conc. E' parochia muitissimo antiga e muito considerada, pois já no tempo do noso primeiro rei D. Affonso Henriques era honra; pertencia como tal a Mem Guedes, e d'elle passou por varonia, durante seculos, aos Guedes Alcoforados, descendentes de Mem Guedes. N'esta freg., na pov. de Quintella, ha uma torre antiquissima, acastellada e ameiada que já existia antes da fundação de Villa Real de Traz-os Montes, e em 1721 pertencia ao conde de Vimioso. O terreno é fertil em cereaes, e algumas fructas. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Villa Martins. Pov. na freg. de S. Paio, de Segude, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

Villa Meã. Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 92 fog e 314 hab. Está situada a 2 k. da margem esquerda do rio Minho e a 7 da séde do conc. E' formada pela pov. do seu nome, em cujo centro está a egreja matriz, e pela de Montorros que é muito pequena. Os campos de Villa Meã fôram cortados ao sul pela estrada de Caminha a Valença, e ao norte pela linha ferrea do Minho, cuja estação mais proxima é a de S. Pedro da Torre, na distancia de 3 k. Produz cereaes, vinho verde e hervagens. Tambem recebe peixe do mar e do rio Minho, com especialidade salmões, saveis e lampreias. Pertence á 2.ª div. mil. o ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Tendo sido annexada ao conc. de Valença por decreto de 12 de julho de 1895, que extinguiu o de V. N. da Cerveira, voltou a este, restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. || Pov. na freg. do Salvador, de Real, conc. de Amarante, distr. do Porto. Dá o nome a uma est. do caminho de ferro do Douro, entre as de Cahide e Livração. Foi séde do antiquissimo conc. de Santa Cruz de Riba Tamega, extincto por decreto de 24 do outubro de 1855, passando então para o de Amarante. Era uma pov. importante emquanto foi séde de conc.; extincto este, decaiu bastante, mas depois da construcção da linha ferroa do Douro, que lhe deu estação propria, recobrou nova vida e muita importancia. || Pov. e antiga denominação da freg. de Burgo, do conc. d'Arouca, distr. de Aveiro. Villa Meã do Burgo é muitissimo antiga, e já foi villa e séde de conc. com justiças proprias, casa da camara, pelourinho e cadeia, mas nunca foi freg. Era uma das povoações que constituiam e constituem a freg. da hoje denominada de S. Salvador de Burgo, porque foi sempre seu padroeiro S. Salvador até ao fim do seculo XVIII, data em que o substituiram pelo Santissimo Sacramento. Não se sabe quando esta aldeia foi feita villa, nem quando deixou de ser conc. independente, o que se sabe, é que em 1864 foi demolida a sua casa da camara e da cadeia, para a passagem da nova estrada a macadam. Como padrão dos seus antigos fóros conservou o pelourinho. || Povoação da freg. de S. Bartholomeu, de Rabal, conc. e distr. de Bragança. Foi denominação do uma freg. ha muito extincta, cujo orago era Santa Olaia ou Santa Eulalia. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, do Athaide, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Martinho, de Bornos, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real. || Santa Maria, do Campanhã, bairro oriental do Porto. Entre esta pov. e a do Lixa houve um combate contra os francezes em 16 de abril do 1809. || N. S.ª d'Assumpção, de Deilão, conc. e distr. de Bragança. || S. Pedro, de Espinho, conc de Mortagoa, distr. de Vizeu || Santo Antonio, de Forreirim, conc. de Lamego, do mesmo distr. || S. Pedro, de Formariz, conc. de Paredes do Coura, distr. de Vianna

do Castello. || Santa Eulalia, de Godinhaços, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Moledo, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Monte Cordova, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Pedro, de Oliveira do Conde, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu || S. Miguel, de Perre, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Povolide, conc. e distr. de Vizeu. Tem est. post || N. S.ª da Expectação, de Sandim, conc. de V. N. da Gaia, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Silveiros, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S Miguel, de Sobral, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu. || Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, do mesmo distr. Houve aqui um convento de monjas benedictinas, cujo edificio é hoje propriedade particular. || S. João Baptista, de Tavora, conc de Taboaço, do mesmo distr. || Santo André, de Tellões, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Thomé do Castello, conc. e distr. de Villa Real. || S. João Evangelista, de Villa Cova de Carros, conc. de Paredes, distr. do Porto || S. Thiago, de Villarelho, conc de Chaves, distr. de Villa Real.

Villa Meã de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Vicente, de Bico, conc. d'Amares, distr. de Braga.

Villa Mende. Pov. na freg. de S. Mamede, de Ferreira, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Villa Mendo *(Antonio de Gouveia Osorio, visconde de)* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, conselheiro, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, deputado em diversas legislaturas, governador civil de Angra, Madeira, Evora, Aveiro, Villa Real, Faro e Coimbra, e por fim conselheiro do Supremo Tribunal de Contas. N. em Villa Mendo, a 25 de junho de 1825, sendo filho de Manuel de Gouveia Osorio, fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão, proprietario em Villa Mendo, e de sua mulher D. Maria Mangina de Gouveia Osorio. Succedeu no fôro de fidalgo cavalleiro a seu avô paterno José de Gouveia Osorio, desembargador da Relação e Casa do Porto, procurador da corôa, e deputado em 1820. Foi agraciado com o titulo de visconde de Villa Mendo por decreto de 16 de agosto do anno de 1872.

Villa Mendo. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Castello de Penalva, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu. || Nossa Senhora da Conceição, de Villa Fernando, conc. e distr. da Guarda.

Villa Mendo de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de Santa Maria Magdalena, de Agadão, conc. d'Agueda, distr. d'Aveiro.

Villa Mendo de Tavares Pov. na freg. de Santa Cecilia, de Abrunhosa Velha, conc. de Mangualde, distr de Vizeu.

Villa Moinhos. Pov. na freg. de S. Miguel, de Sobral, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu.

Villa Monim. Pov. na freg. de Santa Cruz do Douro, conc de Baião, distr. do Porto.

Villa do Monte. Pov. na freg de S. Christovão, de Espadanedo, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu

Villa Mou. Pov e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc., com. e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 103 fog. e 479 hab Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Está situada na estrada de Vianna do Castello a Ponte do Lima, a 12 k. da séde do conc. e a 1 da margem direita do rio Lima. E' pov. muito antiga; a sua egreja matriz data do seculo XV, mas é pobre. Parece que Villa de Mou já existia no tempo dos moiros, e lhes foi tomada pelo capitão Paio ou Pelagio Vermudez, que alguns chamam *conde de Tuy*, o qual a possuiu durante muitos annos, e no seu termo restaurou o convento benedictino de S. Salvador da Torre, primitivamente fundado por S. Martinho dumiense. Pelos annos de 1068 de novo o restaurou, ampliou e generosamente o dotou Fr. Ordonho, descendente de D. Pelagio, e por ultimo D. Fr. Bartholomeu dos Martyres o uniu ao seu convento de S. Domingos de Vianna Villa Mou comprehende extensos e bonitos campos, uma veiga fertilissima que se prolonga até ao rio Lima. E' muito fertil em vinho e em milho. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Villa Moura. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Grillo, conc. de Baião, distr. do Porto.

Villa de Mouros. Pov. na freg. de Santa Christina, de Tendaes, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Villa Nogueira de Azeitão V. *Villa Fresca de Azeitão.*

Villa Nova. As armas de familia d'este appellido são: Em campo verde um bicho negro picado de ouro e armado de sanguinho: o bicho é chamado *tiro*. Timbre, o mesmo bicho nascente.

Villa Nova *(Carmine Alario).* Litographo e editor de musica, estabelecido no Porto desde 1854. Ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Em junho d'esse anno começou a publicação de um jornal de musica intitulado *Miscellanea Musical*, que sustentou até 1864. Em 1858 emprehendeu tambem a publicação d'um jornal de modas, litteratura e musica, *O Mundo Elegante*, do qual era redactor principal Camillo Castello Branco. As musicas eram composição de Jacopo Carli, Dubini e Nicolau Ribas. Appareceu o 1.º numero a 24 de novembro de 1858 e o ultimo saiu em fevereiro de 1860. De 1863 a 1865 publicou outro jornal identico ao precedente, intitulado *O Civilisador*, collaborado por Camillo Castello Branco, Ramalho Ortigão, Julio Cesar Machado, e outros; além das musicas sairam tambem n'este jornal varios retratos litographados, entre elles o de Sá Noronha. Villa Nova foi o editor de musica que maior numero de edições produziu no Porto, passando esse numero de 8:000. Era um artista muito habil e correcto. O seu desenho era apreciavel.

Villa Nova. Pov. e freg. do Espirito Santo, da ilha Terceira, conc. e com. de Villa da Praia da Victoria, distr. e arceb de Angra do Heroismo, Açôres; 457 fog. e 1:812 hab. Tem escolas de ambos os sexos e est. post. Dista 10 k. da séde do conc. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. || Pov. e freg de S João Baptista, da prov do Douro, conc. de Miranda do Corvo, com. do Louzã, distr. e bisp. de Coimbra. A sua população está incluida na da freg. séde do conc., da qual foi desannexada por despacho de 12 de junho de 1907, para constituir uma freg. independente, com as seguintes povoações: Albarrol, Ameal, Barbens, Besteiros, Cadaval Cimeiro, Cadaval Fundeiro, Cardeal, Carvalheira,

Casal do Nabo, Casalinho, Caseiros, Corga, Corujeira, Favaes, Galhardo, Gestal, Gondramãs, Lapão, Lomba do Rei, Mouroucinhos, Pisão, Retorta, Roçaio, Sandoeira, S. Gens, Senhora da Piedade, Sauradas, Supegal, Taboas, Torno, Via longa, Villa Flôr, Villa Nova e Zôrro. || Pov. da freg. do Espirito Santo, de Carvalhacs, conc. de Mirandella, distr. de Bragança. Foi freg. independente, com o orago de Santo Antonio || Pov na freg. de S. Cypriano, do conc. de Rezende, distr. de Vizeu. Foi séde do conc. de Aregos, que se supprimiu pelo decreto de 24 de outubro de 1855. || Pov. na freg. do Salvador, de Donai, conc. e distr. de Bragança. Foi parochia independente, tendo por orago S. Jorge || Pov. da freg. de N. S.ª da Graça, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Povoações nas freguezias: S. Thomé, de Aguiã, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Lucrecia, de Aguiar, conc. de Barcellos, distr. do Braga. || Santa Cruz, de Alva renga, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. Tem est. post. || N. S.ª da Conceição, de Alvorge, conc de Ancião, distr. de Leiria. || N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. das Caldas da Rainha, do mesmo distr. || S. Mamede, de Arca, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Balazar, conc de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || S. Miguel, de Baltar, conc. de Paredes, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Barreiros, conc. e distr. de Vizeu. || N. S.ª d'Assumpção, de Barrô, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Santa Maria, do Beiral do Lima, conc. do Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Borbella, conc. e distr. do Villa Real || N. S.ª da Purificação, de Bucellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Santissimo Sacramento, de Burgo, conc. de Arouca, distr. d'Aveiro. Tem est. post. || Santo André, de Campeã, conc. e distr. de Villa Real. || Santa Maria Magdalena, de Campo, conc. e distr. de Vizeu. Tem correio com serviço de posta rural. N. S.ª do Monte, de Caparica, conc de Almada, distr. de Lisboa. Tem est. post. || S. Paio, de Casaes, conc. de Louzada, distr. do Porto || S. Christovão, de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu || S. Romão, de Corgo, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Cosme de Gondomar, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Couto de Baixo, conc. e distr. de Vizeu. || Santa Cruz do Douro, conc. de Baião, distr. do Porto. || Santa Cruz de Lumiares, conc. de Armamar, distr. de Vizeu. || S. Mamede, de Santa Cruz da Trapa, conc. de S Pedro de Sul, do mesmo distr. || S. Martinho, de Cocujães, conc de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Claudio, de Curvos, conc. de Espozende, distr. de Braga || S. Pedro, de Espinho, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || S. Felix e conc. de S. Pedro do Sul, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Ferral, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Ferreira, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || N. S.ª das Candeias, de Ferreiros de Avões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu, || Santa Christina, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto || S Thiago, da Filhadella, conc e distr. de Villa Real. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Miguel, de Fiscal, conc. do Amares, distr. de Braga. || S. Martinho, de Fornellos, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Martinho, de Lago, conc. de Amares, distr. de Braga || Os Santos Reis, de Lama Longa, conc. de Macedo de Cavalleiros, distr. do Bragança. || O Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || Santa Maria, de Moreira, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello || S. Julião, de Moreira do Lima, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || Santa Comba, de Moura Morta, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. João Baptista, de Nogueira, conc. e distr. de Braga. || S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santo André, de Oucidres, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || Santa Maria Magdalena, de Outil, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural. || N. S.ª da Conceição, de Paialvo, conc. do Thomar, distr. de Santarem. || O Salvador, de Pedralva, conc. e distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || S. Paio, de Perelhal, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Pias, conc. de Lousada, distr. do Porto. || S. Thiago, de Pias, conc. de Monsão, distr de Vianna do Castello || S. João Baptista, de Pinheiro, conc. de Castro Daire, distr. do Vizeu. || S. Thiago e conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Miguel, de Prado, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || Santo Estevão, de Pussos, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. Tem est. post. || S. Thiago, da Ribeira d'Alhariz, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real. || O Salvador, de Ruge, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || Santo Isidoro, de Romariz, conc. da Feira, do mesmo distr. || N. S.ª d'Assumpção, de Sambade, conc. de Alfandega da Fé, distr. de Bragança. || Santo Isidoro, de Sanche, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Martinho, de Saude, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || S. Julião, de Serafão, conc de Fafe, distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção, de Sernache dos Alhos, conc. e distr. de Coimbra. || N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || S. Miguel, do Sobral, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu. || Santa Eulalia, de Sobrosa, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Salvador, de Thuias, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || S. Salvador, de Tonda, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Mamede, de Troviscoso, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello || Santa Eulalia, de Valle Maior, conc. de Albergaria a-Velha, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Purificação, de Ventosa, conc. de Elvas, distr. de Portalegre. || N. S.ª da Conceição, de Abitureiras, conc. e distr. de Santarem. || Ribeira que nasce por differentes origens na parte S da serra de S. Vicente, em torno de V. N. de Baronia, e entra na ribeira de Odivellas pouco depois de receber pela margem esquerda o affluente Rio Secco da Estrada. Tem cêrca de 35 k, de curso. Tambem é chamada *Sobrena*.

Villa Nova d'Anços. Villa e freg. de N. S.ª de Finisterra, da prov. do Douro, conc. e com. de Soure, distr. e bisp. de Coimbra; 309 fog. e 1:111 hab. Tem escolas de ambos os sexos, correio com serviço de posta rural, apeadeiro na linha do caminho de ferro do norte, entre as estações d'Alfarellos e de Soure; Misericordia, fabrica de moagens, feira a 29 de cada mez, *Philarmonica Villanovense* e *Theatro Villanovense*. Está situada na margem direita do rio Anços ou Soure, a 6 k.

da séde do conc. Em 1708, segundo se lê na *Chorographia Portugueza*, do P. Antonio de Carvalho, já era priorado, da apresentação do duque de Cadaval, e tinha casa de Misericordia, hospital e duas capellas publicas: *Senhora dos Remedios* e *Santo André*. Era tambem villa e séde de conc. de que eram senhores os duques de Cadaval, tendo 2 juizes ordinarios, 3 vereadores, 1 procurador do conc., 1 escrivão da camara, 1 juiz dos orphãos com seu escrivão, 2 tabelliães, 1 alcaide, 2 companhias de ordenanças, e pertencia á camara e provedoria de Coimbra. Tomou o nome do rio *Anços* (antigamente *Anceo*, *Anco* o *Arunce)* assim denominado por nascer junto das aldeias de *Anços* e *Outeiro d'Anços* na freg. da Redinha, conc. de Pombal. O mesmo rio Anços se chama tambem *Soure* pelo facto de tocar na villa d'este nome. O rio Anços tem aqui uma boa ponte de pedra, de um só arco, duas em Soure, uma na Redinha, e junto de V. N. d'Anços, na margem direita, varios moinhos de cereaes e um lagar de azeite Segundo a citada *Chorographia*, e a *Chorographia Moderna*, esta villa teve foral, dado por D. Affonso IV, sendo ainda infante, e por consequencia durante o reinado de seu pae D. Diniz (1279 a 1325). El rei D. Manuel I lhe deu foral novo, em Lisboa, a 12 de dezembro de 1515. Por carta regia de 24 de julho de 1481, D. Affonso V deu ao conde de Teutugal, D. Alvaro, para elle e para um seu filho, em satisfação da villa de Torres Novas que o dito conde cedeu á corôa, esta V. N. de Anços e as villas e logares de Tentugal, Povoa, Pereira, Buarcos, Rabaçal e Anobre, com todas as suas rendas, reguengos e jurisdicções, c os padroados das egrejas de S. Miguel c da Magdalena de Montemór-o-Velho, além da villa de Alvaiazere, que já tinha. Esta doação foi confirmada por D. Manuel I em 1496 e 1516, e por D. João III em 1523, exceptuando a villa de Pereira, que passou para a corôa em troca dos dizimos novos de Buarcos e de Montemór-o-Velho. As maiores producções da villa são: trigo, milho, cevada, batatas, azeite c vinho. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar.

Villa Nova d'Anços de Baixo e de Cima. Duas povoações da freg. de S. Martinho, de Aldoar, 2.º bairro do Porto.

Villa Nova da Barca Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. do Douro, conc. e com. de Montemór o Velho, distr. e bisp. de Coimbra; 130 fog. e 409 hab. Tem correio com serviço de posta rural, e está situada n'um pequeno monte, a 1:500 m. da margem esquerda do rio Mondego, a 6 k. da séde do conc. A egreja matriz é um templo muito antigo, tem varias sepulturas com inscripções. Estando já muito arruinada, foi reconstruida em 1884. Emquanto duraram as obras transferiu-se o Santissimo Sacramento para a capella de N. S.ª da Conceição. N'um largo d'esta villa se vê uma columna de pedra, encimada por uma pequena cruz. O povo chama lhe *pelourinho*, mas não consta que esta pov. tivesse sido villa. Dizem que tem apparecido por aqui em differentes epocas, moedas muito antigas. Esta parochia foi completamente saqueada pelos francezes, durante a Guerra Peninsular. As suas producções dominantes são: cereaes, vinho, azeite, fructas e arroz. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria.

Villa Nova da Baronia. Villa e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. do Alemtejo, conc de Alvito, com. de Cuba, distr. e bisp. de Beja; 276 fog. e 1:081 hab. Tem escolas do sexo fem., est. post., fabrica de queijos, estalagem e hotel, productores de azeite, de cortiça, de cêra e mel, e de vinhos; est. no caminho de ferro de Lisboa a Beja, entre as de Vianna do Alemtejo e de Alvito. Está situada entre dois regatos que fórmam a ribeira Sobrena ou de V. N. da Baronia, confluente da de Odivellas, a 5 k. da séde do conc. Em 1708 chamava se *Villa Nova de Alvito*, era séde do conc. com casa de camara, cadeia, pelourinho e justiças proprias, 2 juizes ordinarios, 3 vereadores, 1 procurador do concelho, 1 escrivão da camara, 1 juiz dos orphãos com seu escrivão, 2 tabelliães do judicial e notas, 1 alcaide, e uma companhia de ordenanças. Fôram senhores donatarios d'esta villa e seu conc. os condes-barões de Alvito, mas o parocho era da apresentação dos arcebispos de Evora. Esta freg. até 1882, data da ultima circumscripção diocesana, pertencia ecclesiasticamente ao arcebispado de Evora; judicialmente pertenceu n'outro tempo á camara de Beja, administrativamente, quando extincto o conc. de V. N. da Baronia, passou esta parochia para o conc. de Alvito, e sendo este conc. extincto por decreto de 23 de dezembro de 1873, esta freg. com as outras que o formavam, passou para o de Cuba, mas restaurado o conc. d'Alvito, voltou para elle, e hoje é formado sómente por esta parochia e pela de Alvito, séde do conc Por decreto de 21 de junho de 1896, que novamente supprimiu o conc. de Alvito, foi pelo mesmo decreto annexada outra vez ao de Cuba, mas voltou para o de Alvito, que foi restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. A ribeira de Villa Nova tem duas pontes de pedra, uma denominada *Ponte Carvalha* e a outra *Ponte do Azinhal*, sendo ambas insignificantes e muito estreitas. Um dos ribeiros que desagua na ribeira de Villa Nova, denomina se *Ribeiro das Passadeiras*, e tem uma ponte chamada *Ponte do Tabellião*, tambem de pedra e muito acanhada. Atravessa parte d'esta freg. a estrada que vae do Torrão a Portel. A pov. denominou-se V. N. de Alvito, por ser fundada depois da de Alvito; comtudo já existia no seculo XIV, pois no foral dado por el-rei D. Diniz a Vianna do Alemtejo em 1313, lhe assignou por termo Alvito, Villa Nova de Alvito, Villa Ruiva e Malcabron. E' mesmo anterior ainda ao seculo XIV, pois lhe deu o 1.º foral o provincial da ordem da Trindade pelo foral de Santarem por carta de 18 de agosto de 1280. El rei D. Manuel I lhe deu foral novo, em Lisboa, a 20 de novembro de 1516, Tomou depois o nome da Villa Nova da Baronia, por fazer parte do grande senhorio dos barões de Alvito. A egreja matriz é um templo antigo, mas vasto, elegante, sendo um dos melhores da provincia. E' todo revestido exteriormente de columnas que se elevam acima do telhado e terminam em ponta de lança, dando ao todo uma agradavel perspectiva. E' digna de menção a tribuna do altar-mór, precioso e valioso retabulo de talha dourada com soberbas columnas torcidas, cobertas de ramos de videiras, cachos e serafins, tudo em relevo. Esta egreja caiu em grande ruina, e foi restaurada em 1907, sendo aberta ao culto, depois das obras concluidas, no dia 8 de dezembro com uma pomposa festividade á Senho

ra da Conceição. A egreja da Miscricordia é mais antiga e mais pequena que a matriz, mas tambem muito elegante. As producções mais dominantes da pov. são: azeite, cereaes, cortiça, laranjas, vinho e lã. Cria bastante gado lanigero. Esta villa nunca foi fortificada, mas tem a pequena distancia um morro, denominado *castello*. Ainda se conservam os paços do antigo conc., onde ha annos funccionava uma escola de instrucção primaria para o sexo masc. Ainda conserva a antiga cadeia. N'esta freg. havia em exploração no meado do seculo passado, duas minas de ferro na herdade dos *Ayres* e outra na do *Zambujal*, ambas exploradas pelo inglez Thomaz Jorge Elliate. Além d'estas, ha outras n'esta freg., que estão simplesmente registadas. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos.

Villa Nova da Barquinha. Villa da prov. da Extremadura, séde do conc., com da Gollegã, distr de Santarem, patriarc. do Lisboa. Tem uma só freg, cujo orago é Santo Antonio. Está situada na margem direita do rio Tejo, em planicie na estrada de Abrantes a Torres Novas, a 33 k. da capital do districto. No seculo XVIII e ainda em parte do XIX era apenas uma aldeia da freg. de N. S.ª d'Assumpção, da Atalaia, mas foi se desenvolvendo o seu commercio, e tornando se tão prospera que por provisão de 2 de maio de 1838 foi creada freg independente, e por decreto de 2 de julho de 1839 elevada a villa, constituindo a séde de um conc. com as freguezias da Atalaia, Paio Pelle e Tancos. O conc. foi abolido e annexado ao da Gollegã por decreto do 21 de novembro de 1895, e restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. E' terra muito fertil; grande parte do seu territorio é occupado por olivedos que produzem azeite finissimo muito acreditado nos mercados; possue tambem pinhaes, alguns sobreiros, laranjaes, terras de trigo, milho e centeio, amendoeiras, figueiras, e mais arvores de fructo. E' hoje um centro commercial importante pelo seu trafico de exportação para Lisboa e outros pontos do paiz, tanto pela via ferrea como pela via fluvial. Nas proximidades fica o acampamento de Tancos e o romantico castello de Almourol (V. *estes nomes*). A villa tem por brazão d'armas um escudo partido em pala, orlado interiormente na parte inferior com duas palmas cruzadas, atadas com uma fita azul, e a legenda *Villa Nova da Barquinha* 1836. No quartel da direita um barco á véla, e no da esquerda uma oliveira, tendo no chão de cada lado uma infusa preta, tudo em campo branco. Este brazão está pintado no tecto da vastissima sala dos paços do concelho, onde a camara realisa as suas sessões. A egreja matriz foi reconstruida ha tal vez 30 annos. A villa pertence á 1.ª div. mil., 2.ª brigada, grande circumscripção mil. S e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa. Tem est. do caminho de ferro na linha de leste entre as do Entroncamento e de Tancos, com o nome de *Barquinha;* est. post. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; est. telegr. estabelecida por decreto de 7 de abril de 1869; feira, chamada de *Santo Antonio*, de 9 a 13 de junho, de gado suino, madeiras, ferragens e aduelas; esc. do sexo masc., agentes de casas bancarias e de companhias do seguros do paiz, Associação hospitalar do concelho da Barquinha; hospedaria, medico, pharmacia, notario, praça do touros, fabrica de queijos, *Gremio Barquinhense, Grupo Recreativo 8 de Janeiro;* productores de vinho, etc. Esta villa tem um bom caes para o serviço de muitos barcos que se empregam na navegação entre esta villa e Lisboa, a juzante, e entre esta villa e a de Alcantara (hespanhola) a montante, e portos intermediarios. Na Villa Nova da Barquinha e nos seus arredores tem apparecido differentes moedas romanas e outras velharias. O conc. é constituido, conforme dissémos, de 4 freguezias, com 1:164 fog. e 4:951 hab., sendo 2:427 do sexo masc. e 2:524 do fem. As freguezias são: N. S.ª d'Assumpção, do Atalaia, 2:057 hab.: 1:002 do sexo masc. e 1:055 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Paio de Pelle, 1:759 hab.: 881 do sexo masc. e 878 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Tancos, 222 hab.: 110 do sexo masc. e 112 do fem ; Santo Antonio, de V. N. da Barquinha, 913 hab : 434 do sexo masc. e 479 do fem. O principal commercio de todo o conc. é azeites, vinhos, madeiras, fructas, cereaes e cortiça.

Villa Nova da Campeã. Pov. na freg. de Santo André, de Campeã, conc. e distr. de Villa Real.

Villa Nova de Caramellos. Pov. na freg. de S. Simão, de Gouveia, conc. d'Amarante, distr. do Porto.

Villa Nova da Cerveira *(D. Diogo de Lima e Brito, 8.º visconde de).* Doutor em theologia pela Universidade de Coimbra, servindo depois na guerra contra Castella. N. em 1615, e fal. a 24 de abril de 1685. Era 6.º filho do 7.º visconde do mesmo titulo, D. Lourenço de Lima Brito e Nogueira, e de sua mulher, D. Luiza de Tavora. Estudou na referida Universidade, onde recebeu o grau de mestre em artes; foi admittido no Real Collegio do S. Paulo, tambem de Coimbra, a 22 de dezembro de 1632. Tendo fallecido seu irmão mais velho em vida de seu pae, succedeu na casa e por esse motivo abandonou os estudos. Serviu na guerra contra Castella, alcançando diversos postos, e veiu a ser governador das armas da provincia do Minho, conselheiro de Estado e de guerra; foi estribeiro mór do D. Affonso VI e presidente da Junta do Commercio Casou com D. Joanna de Vasconcellos e Menezes, filha herdeira de D. João Luiz de Vasconcellos, capitão general do Mazagão, senhor de Mafra e do Soalhães, e de sua mulher D. Maria Cabral. Esta senhora era filha herdeira de Fernão Alvares Cabral, e de sua mulher D. Joanna de Carvalhosa; neta de João Gomes Cabral, capitão da guarda de D. João III, e de sua mulher D. Brites de Barros; bisneta de Fernão Cabral, capitão das naus da India, mandado pelo rei D. João III a França na qualidade de embaixador, e de sua mulher D. Maria Coutinho; e finalmente terceira neta do grande navegador e descobridor do Brazil, Pedro Alvares Cabral.

Villa Nova da Cerveira *(D. Francisco de Lima, 3.º visconde de).* Era do conselho de D. João III, e filho do 2.º visconde do mesmo titulo, D. João de Lima.

Villa Nova Cerveira *(D. Francisco de Lima, 5.º visconde de).* Era filho do 4.º visconde D. João de Lima. Casou com D. Brites de Alcaçova, filha herdeira de Pedro de Alcaçova Carneiro, 1. conde das Idanhas (V. *este titulo*), secretario de Es-

tado de D. João III, e de D. Sebastião, do seu conselho de Estado e vêdor da fazenda, logarca que conservou no tempo de Filippe II. Teve uma unica filha, que foi sua herdeira, D. Ignez de Lima, 6.ª viscondessa de Villa Nova da Cerveira, acabando aqui a varonia dos Limas, começando a dos Britos, appellido do marido d'esta senhora, que pelo seu casamento ficou sendo o 6.º conde de Villa Nova da Cerveira. V. *adeante.*

Villa Nova da Cerveira *(D. João Fernandes de Lima e Brito Vasconcellos, 11.º visconde de)* Era filho do 8.º visconde, D. Diogo de Lima e Brito, e succedeu a seus irmãos mais velhos, que falleceram ainda em vida de seu pae, e fôram o 9.º e o 10.º visconde. N. em Ponte do Lima a 12 do outubro de 1655, fal. a 24 de fevereiro de 1664 Casou com D. Victoria de Bourbon, que fal. a 30 d'abril de 1721, viuva do conde de Athouguia D. Manuel de Athaide, e filha do D. Thomaz de Noronha e de D. Magdaleua de Bourbon, 3.ºˢ condes dos Arcos de Valle de-Vez.

Villa Nova da Cerveira *(D. João de Lima, 2.º visconde de).* Guarda-mór de el rei D. João II. Era filho do 1.º visconde, D. Leonel do Lima, e de sua mulher D. Filippa da Cunha.

Villa Nova da Cerveira *(D. João de Lima, 4.º visconde de).* Conselheiro de Estado d'el rei D. Sebastião. Era filho do 3.º visconde, D. Francisco de Lima.

Villa Nova da Cerveira *(D. José Maria Xavier de Lima Vasconcellos Brito Nogueira Telles da Silva, 17.º visconde de).* Foi o 3.º marquez de Ponte de Lima. V. *este titulo.*

Villa Nova da Cerveira *(D. Leonel de Lima, 1.º visconde de).* Fidalgo de boa linhagem, alcaide-mór de Ponte do Lima, senhor da villa dos Arcos de Valle de Vez, e de outras muitas terras Era da antiga familla dos Limas, contando uma nobilissima ascendencia illustrada com a dignidade de rico homem que lograram os seus maiores. D. Affonso V lhe concedeu a mercê do visconde de Villa Nova da Cerveira, por carta passada em Toro, a 4 de março de 1476. Era filho 2.º de Fernão Eannes de Lima, alcaide mór de Ponte do Lima, senhor dos Arcos de Valle de Vez, e de muitas outras terras, com jurisdicção civil e crimiual, por doação que lhe fez D. João I, e de sua mulher D. Thereza da Silva, filha de João Gomes da Silva, rico homem, senhor de Vagos, o qual era neto de Alvaro Fernandes de Lima, senhor de muitas terras e vassallos em Galliza, que passou a Portugal no tempo de el rei D. Fernande, por seguir o partido de D. Pedro, o *Cruel,* contra D. Henrique II, o bastardo de seu irmão, e era casado com D. Ignez de Sotto Maior, filha de Fernão Eannes de Sotto Maior, senhor de Salvaterra, de Sotto Maior e Fornellos, em Galliza, de que descendem em Castella os condes de Altamira, Monte Roi e Lemos, e outras muitas casas illustres. D. Alvaro Fernandes de Lima era 7.º neto de varonia de D. Fernando Ayres Baticella, rico-homem. E' certo ser esta familia uma das mais antigas de Hespanha. Acabou se esta varonia dos Limas em D. Francisco 5.º visconde de Villa Nova da Cerveira, conformo dissémos (V. *n'esta pagina acima).* Foi o 1.º visconde que houve em Portugal, pelo que os descendentes de D. Leonel de Lima, se intitulavam com orgulho *os primeiros viscondes de Portugal.* D. Leonel de Lima casou com D. Filippa da Cunha.

Villa Nova da Cerveira *(D. Lourenço de Lima e Brito Vasconcellos, 10.º visconde de).* Era filho do 8.º visconde, e fal. ainda em vida de seu pae, no estado de solteiro, a 20 de dezembro de 1666. Havia succedido a seu irmão mais velho, na casa, e foi herdeiro o seu irmão mais novo, João Fernandes de Lima e Brito. V. o 11.º visconde d'este titulo, n'este vol. e pag.

Villa Nova da Cerveira *(D. Lourenço de Lima Brito e Nogueira, 7.º visconde de)* Era filho dos 6.ºˢ viscondes, D. Luiz de Brito Nogueira o D. Ignez de Lima. Foi do conselho de Estado e presidente do desembargo do paço; recusou o titulo de conde, com que o queriam agraciar, para se não perder a memoria de terem sido os seus ascendentes os *primeiros viscondes de Portugal;* foi-lhe, porém, concedido, por carta de 19 de dezembro de 1623, a prerogativa de *grandeza,* de que usam os nossos condes. Casou com D. Luiza de Tavora, filha do Luiz Alcaçova Carneiro, senhor de Figueiró, de quem teve numerosa descendencia. sendo o seu filho primogenito, D. Luiz de Lima e Brito e Nogueira, agraciado com o titulo de conde dos Arcos de Valle-de-Vez, que Filippe creou em tres vidas em 1620 em razão da sua alliança com D. Victoria Cardillac e de Bourbon, dama da rainha D. Izabel de Bourbon. O titulo de Villa Nova da Cerveira foi dado para seu irmão D. Diogo de Lima e Brito.

Villa Nova da Cerveira *(Luiz de Brito e Nogueira 6.º visconde de).* Senhor dos morgados de Santo Estevão de Beja e de S. Lourenço de Lisboa; descendente por varonia da familia de Brito; familia tão antiga que no livro velho das linhagens se faz menção de D. Sueiro de Brito, rico homem de D. Affonso VI de Castella, e d'outros antigos d'este appellido, que fôram ascendentes de João Eannes de Brito, que casou com D. Magdalena da Costa, filha de Gonçalo da Costa, do conselho de D. Affonso III e seu privado. Fôram 8.ºˢ avós na varonia de Luiz de Brito Nogueira. Foi com este fidalgo que casou D. Ignez de Lima, filha herdeira do 5.º visconde de Villa Nova da Cerveira, que foi a 6.ª viscondessa d'este titulo, sendo Luiz de Brito Nogueira feito 6.º visconde, pelo seu casamento.

Villa Nova da Cerveira *(D. Manuel de Lima de Brito Vasconcellos, 9. visconde de).* Filho mais velho do 8.º visconde de Villa Nova da Cerveira, D. Diogo do Lima e Brito, o qual morreu no estado de solteiro, a 13 de março de 1662, ainda em vida de seu pae, afogado no rio de S. José, indo em companhia de D. Affonso VI.

Villa Nova da Cerveira *(D. Pedro José de Nogueira e Brito, conde de)* Fidalgo da Casa Real, gentil-homem da camara de D. Luiz I; camarista e official-mór de D. Carlos I; commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, cavalleiro e commendador da de Aviz; gran cruz da Corôa de Italia, commendador de numero extraordinario da de Carlos III, e de Izabel a Catholica, ambas de Hespanha; commendador de Leopoldo da Belgica, cavalleiro da Legião de Honra de França, e da de S. Mauricio e S. Lazaro de Italia N. em Lisboa a 13 de novembro de 1817, onde tambem fal. a 14 de abril de 1907. Era filho do 9.º conde dos Arcos de Valle-de Vez, D. Manuel de Noronha e Brito, e de sua mulher, a condessa D. Barbara da Silva Tello. Como a casa dos condes dos Arcos de Valle-de-Vez esta-

va ha muitos annos ligada com as dos viscondes de Villa Nova da Cerveira, el-rei D. Luiz o agraciou em 1866 com o titulo de conde, nomeando-o tambem seu camarista. Seguindo a vida militar, chegou ao posto de capitão, reformando-se em major a 13 de novembro de 1868. Tomou parte em varias luctas civis do seu tempo a favor do constitucionalismo. Falleceu victimado por uma cachexia, contando 89 annos de edade. Casou em 7 de janeiro de 1857 com D. Catharina Rita Machado, filha dos 1.ºs viscondes de Benagazil.

Villa Nova da Cerveira *(D. Thomaz José Xavier de Lima Vasconcellos Brito Nogueira Telles da Silva, 16.º visconde de)* Foi o 2.º marquez de Ponte de Lima. V. *este titulo.*

Villa Nova da Cerveira *(D. Thomaz de Lima e Vasconcellos Brito e Nogueira, 12.º visconde de).* Alcaide-mór de Alemquer, e senhor d'esta villa, da de Areos do Valle de-Vez, e de muitas outras; donatario e capitão general da ilha do Fogo, alcaide-mór de Ponte do Lima e de Castello Bom, commendador de diversas commendas na ordem de Christo; padroeiro de diversas egrejas, etc. N. em Alemquer a 28 de abril de 1671, sendo filho do 11.º visconde, João Fernandes de Lima e Brito Vasconcellos, e de sua mulher D. Victoria de Bourbon. Foi mestre de campo na provincia do Minho; nomeado um dos capitães das guardas de D. Pedro II na campanha do anno de 1704, e depois estribeiro-mór da princeza do Brazil, mais tarde rainha D. Maria I. Casou com D. Maria de Hohenloe, dama da rainha D. Maria Sophia, e filha de Gustavo, conde de Hohenloe Schilingofurst Wildenholtz, e de sua mulher D. Anna Barbara de Schemborn, illustres familias allemãs. D'este matrimonio houve um filho, D. João de Lima, que falleceu com 2 annos de edade, e uma filha, D. Maria Xavier de Lima e Hohenloe, que foi a herdeira do toda a casa e a 13.ª viscondessa de Villa Nova da Cerveira.

Villa Nova da Cerveira *(D. Thomaz da Silva Telles, 13.º visconde de).* Mestre de campo general. N. em Lisboa a 24 de março de 1683, fal. na 2.ª metade do seculo XVIII. Era filho 2.º do 2.º marquez de Alegrete, Fernando Telles da Silva, e de sua mulher, D. Helena de Noronha. Foi visconde de Villa Nova da Cerveira pelo seu casamento. Frequentou a Universidade de Coimbra, quando era reitor Nuno da Silva Telles, e tendo este morrido, e vagando por essa morte um canonicato em Evora, foi n'elle provido, tomando posse em 1701, porém logo o renunciou, ficando apenas com uma pensão, em 1708, para ir servir nas fileiras do exercito que andava sustentando contra as tropas de Filippe V a famosa guerra da successão de Hespanha. Em 1709, tendo apenas 26 annos de edade e graças aos privilegios do seu nascimento, commandava como coronel o regimento de Extremoz, e á frente d'elle demoliu a praça hespanhola de Alcantara. Promovido a brigadeiro, foi nomeado governador do castello de Villa Viçosa, distinguiu-se muito na conquista de Miranda em 1711 e na celebre defeza de Campo Maior em 1712, sendo então promovido a general de batalha. Celebrada a paz de Utrecht, cujo tratado foi assignado em 1713, Thomaz da Silva Telles, que era homem aventuroso e apaixonado pelas batalhas, passou á Allemanha a servir como voluntario no exercito do principe Eugenio contra os turcos, cuja reputação attrahia ás suas bandeiras numerosos voluntarios, e esteve na batalha do Belgrado a 5 de agosto de 1717, e com esses louros ganhos foi percorrer a Europa, até que voltando a Portugal, casou a 6 d'outubro de 1720 com sua sobrinha D. Maria José de Lima e Hohenloe, filha do 12.º visconde de Villa Nova da Cerveira, herdeira de toda a casa de seus paes e avós, assim como do titulo. Esta senhora nasceu em Lisboa a 1 dezembro de 1697, e falleceu a 5 de julho de 1730. Telles Silva foi então, pelo seu casamento, o 13.º visconde de Villa Nova da Cerveira. Cumulado de mercês, foi nomeado em 1735, mestre do campo general, embaixador extraordinario a Madrid, conselheiro de guerra, e gentil-homem da camara de D. José I, nomeado em 12 de agosto de 1750, logo que este monarcha subiu ao throno. O visconde de Villa Nova da Cerveira foi um dos fidalgos que fizeram opposição ao marquez de Pombal, e como todos os que tiveram essa audacia, pagou o caro. Preso no castello de S. João da Foz, ali fal. em 1762, sendo enterrado na egreja matriz de aquella villa. Publicou, com o pseudonymo do Theotonio de Sousa Tavares, em 1737: *Discurso sobre a disciplina militar, e sciencia de um soldado de infantaria, dedicado aos soldados novos.* Parece ser tambem d'elle, a seguinte obra publicada anonyma, em Lisboa, 1736; *Avisos de um official velho a um official moço. Dedicados ao Principe Nosso Senhor.* Seu filho D. Thomaz Xavier de Lima Nogueira Vasconcellos Telles da Silva, foi o 14.º visconde de Villa Nova da Cerveira e o 1.º marquez de Ponte de Lima. V. *este titulo.*

Villa Nova da Cerveira *(D. Thomaz Xavier de Lima e Vasconcellos Brito Nogueira Telles da Silva, 15.º visconde de)* Nasceu a 13 de maio de 1754, e era filho do 14.º visconde do mesmo titulo e 1.º marquez de Ponte de Lima, e de sua mulher, D. Eugenia Maria Josepha de Bragança. Teve o senhorio das terras já citadas, casou a 4 de outubro de 1777 com D. Maria José de Assis Mascarenhas, filha dos 3.ºs condes de Obidos. Fal. a 2 de junho de 1781, ainda em vida do seu pae, por isso não herdou o titulo de marquez, que passou a seu filho D. Thomaz, que foi o 2.º marquez de Ponte de Lima. V. *este titulo.*

Villa Nova da Cerveira. Villa da prov. do Minho, séde de conc. e de com., distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga, Relação do Porto. Está situada em terreno plano, na margem esquerda do rio Minho, na estrada de Caminha a Valença, a 40 k. da capital do distr. e a 15 de Valença. Tem uma só freg., que é S. Cypriano. Correm duas versões sobre a origem do nome d'esta villa; dizem uns que V. N. da Cerveira quer significar V. N. da Cervaria ou dos Veados, porque estes animaes abundavam ha seculos no terreno que a povoação occupa, e outros são de parecer que o sobrenome de *Cerveira* lhe proveiu do seu primeiro donatario, João Nunes de Cerveira, que teve o seu solar por aquelles sitios no tempo de D. Sancho II. Consta que foi em Vallinhas, no logar de Lobelhe ou Lovelhe, mais vulgarmente Brea ou Vorea, que existiu a primitiva povoação. A villa actual foi fundada por el-rei D. Diniz, que a fortificou com torres e muralhas, dando-lhe foral em 1 de outubro de 1321 concedendo lhe importantes privilegios: couto para 7 criminosos, feira franca em S. Paio, isenção de direitos para tudo o que importasse da Galliza

ou exportasse para lá, eleição livre dos voroadores e juiz ordinario, terça dos dizimos para conservação do castello, etc. D. Manuel I deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 20 de outubro de 1512, concedendo aos habitantes a faculdade de repartirem entre si as herdades e reguengos que pertenciam á corôa, pagando annualmente á camara 31:860 reaes, sendo ella responsavel para com a corôa pela avença, e concedendo lhe por isso o direito de receber a dizima da foz, o direito do *vanão*, o dizimo do pescado, etc. Quando a receita não chegasse para cumprir a aveuça, a camara tinha o direito de lançar a cada fogo uma contribuição de duas *escas* de milho (7 quartas da actual medida), por encabeçamento pelo livre córte de arvores nas mattas e pastagem do gado, contribuição que era arrematada annualmente. Chamava-se a isto *renda da andadoria*, e tornou-se a certa altura tão oppressiva para os povos, por causa da ganancia dos arrematantes, que no tempo de Filippe II se sublevaram as freguezias e fôram todas, com os seus *homens bons* á frente, reunir-se no terreiro da villa, e ali, ao pé do castanheiro grande se obrigaram, tendo para isso obtido provisão aégia, a pagar annualmente a quantia de 110:200 reaes, por ser este o mais alto preço a que a referida renda havia chegado. Mas, apezar de todos os privilegios que lhe fôram concedidos, V. N. da Cerveira nunca entrou n'uma phase decidida e franca prosperidade. Pouco resta hoje das muralhas que defendiam a villa. Só ficou de pé, o que não foi preciso demolir, mediante certas condições, para que a povoação pudesse estender se para os lados do Arrabalde. O que existe ainda é uma ou outra barbacan arruinada, um ou outro angulo encimado ainda por uma guarita desmoronada. A demolição d'estas obras de defeza fez-se sobretudo em virtude da carta de lei de 22 de março de 1875, que a autorisou para o desenvolvimento da villa. A antiga circumvalação, cercada de fossos, mandada fazer em 1660 por ordem do governador das armas d'esta provincia, o visconde de Villa Nova da Cerveira D. Diogo de Lima, tinha 4 portas: a da *Campanha*, a do norte, que ficava a pouca distancia da capella de Santo Antonio de Lourido e dava para o largo onde se faz hoje a feira de gado; a do nascente, chamada *Porta de traz da egreja;* a do sul ou *Porta Nova*, que abria para o logar onde passa hoje a estrada para Caminha, tendo a distancia a capella de S. Gonçalo e o fortim dos Castellinhos, no sitio do Penedo; e a *Porta do Rio*, que conduzia ao caes. Villa Nova da Cerveira, em 1706, era da comarca de Vianna do Castello; tinha muita nobreza e voto em côrtes com assento no banco 17, juiz de fóra por creação de Filippe IV em 1622, (anteriormente tinha 2 juizes, 1 nobre e outro plebeu); 3 vereadores, 1 procurador do concelho, 1 escrivão da camara, 1 juiz dos orphãos com seu escrivão, 1 juiz da alfandega e outro da dizima, apresentados pela Casa de Bragança, 1 escrivão das sizas, 3 escrivães do judicial e notas, 1 contador, 1 distribuidor, 1 inquiridor e 1 meirinho, todos de nomeação regia, e 1 alcaide apresentado pelo visconde de Ponte do Lima, alcaide-mór d'esta villa, que apresentava tambem o parocho. Tinha no conc. 4 companhias de ordenanças, servindo de capitão-mór a camara, na ausencia do alcaide-mór, e na villa e praça 3 companhias de infantaria paga. A egreja matriz era um templo antigo, d'uma só nave, e com um bello retabulo, tambem antigo de talha dourada. Um furioso vendaval derrubou parte d'este edificio na manhã de 2 de janeiro de 1877, poupando apenas a capella-mór. Reconstruiu-se pouco depois, ficando com 3 naves e 2 torres. A egreja da Misericordia é de uma só nave, e está junta ao hospital. No alto do monte de S Paio, nos limites da villa, houve um convento de religiosos franciscanos, instituido por Fr. Gonçalo Marinho no anno de 1392, com o nome do *S. Paio dos Milagres*. Ha no concelho uma mina de carvão de pedra, chumbo e outros mineraes, simplesmente registada. O brazão de Villa Nova da Cerveira é, em campo verde, um veado ou corvo, sustentando nas pontas o escudo das quinas portuguezas, sem os castellos. A villa foi atacada pelos hespanhoes a 25 de setembro de 1643, sendo repellidos por forças capitaneadas por Manuel de Sousa de Abreu. Os arredores de Villa Nova da Cerveira são muito amenos e pittorescos, sobretudo os que se avisinham ás margens do rio Minho. O mercado da villa é muito abundante de peixe, tanto do rio como do mar, que fica a pouca distancia; o conc. produz cereaes, legumes, hortaliças e fructas, vinho, mel; cria muito gado, de differentes especies, e é abundante em caça. Defronte da villa, na margem direita do rio Minho, fica o logar da Barca de Goyão, presidio da Galliza. Pertence á 3.ª div. mil., 5.ª brigada, grande circumscripção mil. N, e ao distr. de recrut. e res n. 3, com a séde em Vianna do Castello; tem est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobranças de titulos, letras e vales; feira a 3 e 16 de cada mez, durante 8 horas; mercados aos domingos e dias feriados; esc. do sexo fem., advogados, agencia de seguros *A Lusitana*, Montepios: *N. S.ª da Boa Nova* e *Cerveirense;* casas de pasto, hospedarias, fabrica de lacticinios, medicos, pharmacias, notarios, etc. Tem-se aqui publicado os seguintes jornaes: *Campeão Cerveirense*, 24 de maio de 1885; *Jornal de Cerveira*, julho, 1900; *O Cerveirense*, 28 junho de 1901. O conc compõe-se de 15 freguezias com 2:451 fog. e 9:779 hab., sendo 4:003 do sexo masc. e 5:776 do fem., n'uma superficie de 8:041 hect. As freguezias são as seguintes: S. João Baptista, de Campos, 791 hab.: 312 do sexo masc. e 479 do fem ; S. Felix, de Candemil, 510 hab.: 213 do sexo masc. e 297 do fem.; S. Pantaleão, de Cornes, 654 hab.: 288 do sexo masc e 366 do fem.; O Salvador, de Covas, 1:280 hab.: 470 do sexo masc. e 810 do fem.; Santa Eulalia, de Gondar, 327 hab.: 158 do sexo masc. e 169 do fem ; S. Pedro, de Gondarem, 1:004 hab : 403 do sexo masc. e 601 do fem.; Santa Marinha, de Loivo, 548 hab.: 520 do sexo masc. e 328 do fem ; Santa Maria, de Lovelhe, 588 hab.: 252 do sexo masc. e 336 do fem.; Santa Christina, de Mentrestido, 461 hab.: 201 do sexo masc. e 260 do fem.; S. Thiago, de Nogueira, 196 hab.: 80 do sexo masc. e 116 do fem.; S. João, de Reboreda, 555 hab : 233 do sexo masc. e 322 do fem.; S. Miguel, de Sapardos, 536 hab.: 238 do sexo masc. e 298 do fem.; S. Thiago, de Sopo, 842 hab.: 312 do sexo masc. e 530 do fem.; S. Paio, de Villa Meã, 148 hab.: 60 do sexo masc. e 88 do fem.; V. N. da Cerveira, 1:339 hab : 563 do sexo masc. e 776 do fem. O commercio principal do conc. é milho, peixe e vinho. Este conc. foi supprimido por de-

creto de 12 do julho de 1895, sendo as suas freguezias annexadas aos de Caminha e Valença, e depois restaurada por decreto de 13 de janeiro de 1898 com todas as suas antigas freguezias. Na sua maior parteassenta em terreno accidentado e montanhoso, e estende se pelas taldas do elevado monte do S. Paio. A sua industria da pesca é importante, sobretudo a do savel e a da lampreia.

Villa Nova de Cima. Pov. na freg. do S. Martinho, de Frazão, conc. do Paços de Ferreira, distr. do Porto,

Villa Nova de Constancia. V. *Constancia.*

Villa Nova do Couto. Pov. na freg. de Santa Maria, de Almoster, conc. o distr. de Santarem.

Villa Nova da Erra. Pov. e freg. de S. Matheus, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Coruche, distr. de Santarem, arceb. de Evora. Tem esc. do sexo fem. e productores de cortiça. Está situada n'um alto, banhada a O pela ribeira do seu nome e ao S pela ribeira Sorraia, a 8 k. da séde do conc. Foi villa e el-rei D. Manuel I lhe deu foral, em Lisboa a 10 de julho de 1514. Tem vastos o fertilissimos campos. Teve um convento de frades da ordem terceira do S. Francisco, que se fundou em 1582, com esmolas do povo e grandes donativos do conde d'Atalaia (marquez do Tancos). Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 2, com a séde em Lisboa.

Villa Nova de Famalicão. Villa da prov do Minho, séde de conc. o de com , distr. e arceb. de Braga, Relação do Porto. Tem uma só freg., Santo Adrião, e está situada n'uma baixa, em ampla, fertil e aprazivel planicie, a 6 k. do rio Ave, a 15 do Cávado e a 17 da capital do distr., cercada de bellos campos orlados de arvoredo e sempre cobertos de luxuriosa vegetação. O local estava completamente despovoado quando D. Sancho I, tentado pela belleza e amplidão do sitio e pela sua vantajosa situação no meio da provincia do Minho entre as cidades do Porto e de Braga e cortado por uma estrada importantissima desde o tempo dos romanos, se resolveu a povoal o. Com esse intuito deu lhe foral no dia 1 de junho de 1205, aos que haviam de povoar o *seu reguengo de Villa Nova de Famalicão.* Entre outras graças e privilegios concedeu D. Sancho aos futuros povoadores d'este seu reguengo uma feira quinzenal aos domingos e a mesma taxa das portagens que pagavam os de S. Pedro do Rates, etc. pois que no dito foral se lê o seguinte, traduzido em vulgar: «E mando que façaes ahi feira aos domingos, de 15 em 15 dias, e que pagueis de portagem o mesmo que se paga em S Pedro de Rates. E todos os que vierem á dita feira não poderão ser presos n'aquelle dia por qualquer crime que n'ella commetam.» D'esto grande privilegio ou *franquia* lhe proveiu o nome de *feira franca.* Em vista não sód'aquelles privilegios e franquias, mas da belleza do local e da sua vantajosa situação topographica, parece que a população ali devia desenvolver se rapidamente; mas não succedeu assim, pois segundo dizem o P. Antonio Carvalho da Costa na sua *Chorographia Portugueza*, vol. I, pag. 324; Vilhena Barbosa no *Archivo Pittoresco*, vol. 4 º, pag. 298, e ainda outros escriptores, esta villa era ainda um *ermo despovoado*, quando em 1298 a 1578 um vendeiro, por nome *Famelicão*, aqui montou uma venda, que foi a primeira casa e o primeiro estabelecimento do dito logar e por consequencia o nucleo d'esta bonita villa que da mencionada venda, denominada *Venda Nova de Famelião*, tomou o nome de *Villa Nova de Famalicão.* Dizem os citados escriptores, que o tal vendeiro Famelião casou com uma mulher de appellido *Motta*, creada dos condes de Barcellos, e que a dita *senhora Motta* plantára um carvalho no sitio, que se chama ainda hoje *Carvalho da Motta.* Não ha noticia da epoca em que este caso se deu, mas Vilhena Barbosa diz suppôr com algum fundamento, quo foi no reinado de D. Diniz, ou de seu filho D. Affonso IV. Depois com o decorrer do tempo ter-se iam construido algumas casas junto da venda, até que se formaria uma aldeia, que tomasse o nome do tal vendeiro. Por pouco verosimil que pareça esta lenda do vendeiro quo deu o nome á povoação, o bem assim o facto de, apezar de tantos privilegios e regalias concedidas por D. Sancho I, o logar continuar despovoado por tão longo tempo, a verdade é que nada mais se sabe, nem se conhece mesmo outra qualquer versão. O certo é que, apezar das grandes vantagens do foral de D. Sancho, a pov. não progrediu tão rapidamento quanto soria para desejar, pois quo no principio do seculo XVIII, em 1706, contava apenas 100 fogos, era abbadia da apresentação da mitra, tinha por orago Santa Maria Magdalena, pertencia á grande comarca do Barcellos, era séde do julgado do Vermoim, tinha um simples juiz *pedaneo* (anteriormente era *ordinario)*, que julgava sem appellação até á somma de 400 reis, eleito pelo povo sob a presidencia do ouvidor de Barcellos, 1 escrivão sem notas, 1 almotacé, 1 meirinho, feira franca de 15 em 15 dias, e uma de anno, de bestas a gados, no dia de S. Miguel, 29 de setembro Não padece duvida quo no principio do seculo passado não contava ainda 200 fogos, e que até 1835 era simplesmente villa *in nomine.* Foi desde este anno que começou a desenvolver-se, e principalmente depois estrada de macadam que vae do Porto a Braga, principiada em 1846 e concluida em 1850, feita pela Companhia de Viação Portuense, de acôrdo com o governo A villa ganhou então toda a sua florescencia, por ser constituida em séde de concelho e do comarca por lei de 21 de maio de 1835 sendo o seu 1.º administrador do concelho Francisco Jeronymo de Castro, e o seu 1.º juiz de direito o dr. Silverio da Silva e Castro Construiu se a sua primeira rua, a *estrada rua central*, que se denomina *Rua Formosa*, seguindo se logo as de *Santo Antonio*, *Municipal*, da *Ponte*, e a *Estrada rua da Estação* denominada *Avenida do Barão da Trovisqueira.* Construiram-se importantes propriedades, dando á villa a mais bella apparencia. Em toda a povoação não havia uma unica fonte ou chafariz, mas apenas alguns poços; agora tem 2 chafarizes com boa agua potavel, um collocado na praça da Motta, e outro junto do Campo da Feira. Construiu-se o edificio da Camara Municipal, cujas obras começaram em 1877 e terminaram em junho de 1881. N'este edificio acham-se installados tambem o tribunal, a administração do concelho, a conservatoria e a repartição de fasenda A 22 de julho de 1841 a rainha D. Maria II deu á povoação uma nova carta de foral, e a elevou á categoria de *villa*, concedendo aos seus habitantes todos os privilegios, honras, prerogativas e mais isenções das outras villas do reino. A estação do caminho de ferro foi feita em 1875,

havendo festa official a que assistiram as pessoas reaes. Ha ainda na villa estradas para o Porto, Guimarães, Braga, Povoa de Varzim e Santo Thirso. A egreja matriz actual ergue se ao nascente da praça da Motta; tem a frontaria voltada ao poente, e é um templo bastante espaçoso, mas muito irregular, com duas portas na frontaria e duas naves no interior. A primitiva egreja parochial era a de Santo Adrião, que ainda existe, com a sua bella residencia passal, cêrca de 1 k. ao norte da villa. No proprio local da nova matriz houve desde tempos muito remotos, uma simples ermida de Santa Maria Magdalena, que alguns suppõem ter sido tambem matriz, antes da matriz passar para a egreja de Santo Adrião, em 1522. O certo é que a matriz se mudou depois para a mencionada ermida, que posteriormente se ampliou e transformou no templo actual, construindo-se o corpo da egreja e a frontaria, ficando a velha ermida servindo de capella mór. Havia tambem já em 1510 outra ermida no mesmo local, contigua e parallela á de Santa Maria Magdalena, do lado do sul, que foi posta em communicação com a nova egreja por meio de arcos abertos nas paredes divisorias, e depois se prolongou tambem parallelamente até á frontaria da egreja, formando com ella um só todo. Correspondem, pois, as duas portas da frente e as duas naves do interior ás duas antigas ermidas. Em 1702 e 1703 se fizeram os 2 côros das duas naves e a torre dos sinos na do lado norte, correspondente á antiga ermida de Santa Maria Magdalena N'aquella mesma data se prolongou a capella do Santissimo Sacramento e se harmonisou a sua frontaria com a da egreja. Esta capella foi construida em 1510 pelos habitantes d'esta freg. e das circumvisinhas, por iniciativa de Rodrigo Annes, ao lado da ermida de Santa Maria Magdalena. A egreja matriz tem 6 altares, além da capella mór, e incluindo a capella do Santissimo. A villa tem um bom cemiterio municipal, começado em 1858 e concluido a 24 de novembro de 1867. Ha n'elle dois elegantes mausoléus, sendo um do barão de Joanne, e o outro o da mulher do visconde de S Miguel de Seide, filho mais novo de Camillo Castello Branco. Não consta que n'esta villa houvesse em tempo algum pelourinho, nem se encontram vestigios de monumentos historicos, apenas consta que na praça da Motta tiveram os condes de Barcellos um edificio denominado *Paço e Casa do Foral* com uma quinta annexa. O velho edificio foi restaurado ha mais de 30 annos. Diz a *Chorographia Portugueza* já citada, que existia ali uma columna dedicada ao imperador Elio Trajano. Villa Nova de Famalicão, pelo facto de ser atravessada por uma estrada militar importante e de estar a meia distancia entre o Porto e Braga, soffreu sempre muito com os movimentos e abolotamentos de tropa em tempos de paz, e mais ainda em tempos de guerra, nomeadamente por occasião da Guerra Peninsular e das guerras civis posteriores, mas em compensação a mesma estrada lhe deu sempre muita vida, principalmente depois que se macadamisou e se tornou viavel para diligencias e trens de toda a ordem, que sempre ali descançavam. A Misericordia, ou hospital do S. João de Deus, é um edificio elegante e espaçoso, situado no largo da Lapa Foi fundado em 1869 pela Associação dos Filhos de Maria e sob a direcção do arcebispo de Mitylene D. João Rebello Cardoso de Menezes e do P. Carlos Rademaker. O commendador Antonio da Costa Faria cedeu gratuitamente a sua casa da rua direita, onde provisoriamente installaram o hospital as piedosas Filhas de Maria, e n'elle superintenderam até 22 de dezembro do 1870, data em que o entregaram a uma commissão administrativa, creada para dirigir e promover a construcção do novo edificio. Annos depois instituiu-se a irmandade da Misericordia, cujo compromisso foi approvado em 2 de março de 1874, pelo governador civil de Braga, então o conde de Margaride. Procedeu se ás obras, e o novo edificio foi solemnemente inaugurado a 27 de outubro de 1878. A rainha D. Maria II acompanhada por seu marido el rei D. Fernando e seus filhos D. Pedro e D. Luiz visitou Villa Nova de Famalicão em 5 de maio de 1852; hospedaram-se na rua diroita em casa de D. Bernardina Brandão, descendente de uma familia distinctissima Em 29 de agosto de 1861 tambem visitou a villa el-rei D. Pedro V com seu irmão o infante D. João, hospedando-se no palacete do barão da Trovisqueira, situado na rua Formosa. N'este mesmo palacete se hospedou el-rei D. Luiz e a rainha D. Maria Pia, quando visitaram a villa em 25 de novembro do 1863. Ha em Villa Nova de Famalicão uma fabrica de relogios de mesa, *Boa Reguladora*, installada em edificio propriamente construido para esse fim, tendo estado primeiro, provisoriamente, no Porto, onde foi inaugurada em 1893. Tem amplas officinas em que emprega um numeroso pessoal. Esta fabrica foi premiada com a medalha de ouro na exposição de Villa Nova de Gaia, realisada por occasião das festas do centenario do infante D. Henrique. A villa pertence á 3.ª div. mil., 5.ª brigada, grande circumscripção N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga; tem est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; escolas de ambos os sexos, advogados, agentes de algumas casas bancarias do paiz; agentes de diversas companhias de seguros e de vapores, associação de *Agricultura Famalicense, Commercial e Industrial, dos Empregados do Commercio, dos Operarios famalicenses*, e *de Soccorros de Beneficencia;* companhias de bombeiros municipaes e de voluntarios, hoteis, *Instituto Anti tuberculosos Silva Maia;* fabricas de machinas agricolas, de manteiga, de velas de cêbo, de tecidos, medicos, pharmacias, exportadores de cereaes, notarios, sollicitadores, Club dos Caçadores, exportadores e productores de vinhos; feira em todas as 4.as feiras; em 8 e 9 de maio, 29 e 30 de setembro, com muito commercio, sendo na sua especialidade, importantissima em cereaes, em gado cavallar e bovino. Tem se publicado os seguintes jornaes: *O Actor errante*, 1906; *A Alvorada*, 15 julho, 1885 a março, 1887; *Estrella do Minho*, 1895; em publicação, 1914; *O Famalicense*, 14 fevereiro, 1894, em publicação, 1914; *Gazeta de Famalicão*, 1884 a 1888; *Gazeta do Minho*, 1 janeiro, 1892; foi successor dos jornaes *Gazeta do Minho* e *Minho; Jornal de Famalicão*, 1 janeiro, 1883; veiu do *Periodico de Famalicão; O Leme*, 18 agosto, 1895; *O Luctador*, 19 dezembro, 1900; *O Lusitano*, 8 agosto, 1900; *Minho*, 1 janeiro, 1889; é continuação do *Villanosence*, com a designação de IV anno; em 1891 fundiu se com a *Gazeta de Famalicão*, produzindo a *Gazeta do Mi*

nho; Nova Alvorada, 1 março, 1891; *O Periodico de Famalicão*, 5 julho, 1883 a 1884; foi continua do pelo *Jornal de Famalicão; O Porvir*, 29 maio 1895; *O Regenerador*, 3 novembro, 1899; *Revista Critica Bibliographica Luso hespanhola*, 1892; *O Villanosense*, 23 julho, 1-84 a dezembro, 1888; foi seguido do *Minho*, o 1.º jornal aqui publicado; *A Lavoura do Minho*, 1913; *A Tribuna*, 1914; *Novidades de Famalicão*, 1914; *O Porvir*, 1914. Numeros unicos: *Homenagem ao benemerito conde de S. Cosme do Valle*, 19 abril, 1903; *A Kermesse*, 25 de dezembro, 1888; *Primeiro de Dezembro*, 1885. O conc. compõe-se de 48 freguezias com 8:510 fog. e 37:776 hab, sendo 17:414 do sexo masc. e 20:362 do fem., n'uma superficie de 21:922 hect. As freguezias são as seguintes: Santa Maria, de Abbade de Vermoim, 117 hab.: 52 do sexo masc. e 65 do fem.; S. Thiago, de Anta, 1:484 hab.: 689 do sexo masc. e 795 do fem.; Mosteiro, S. Salvador e Santa Eulalia, de Arnoso, 552 hab.: 271 do sexo masc. e 281 do fem.; S. Martinho, de Avidos, 556 hab.: 275 do sexo masc. e 281 do fem.; S. Pedro, de Bairros e Sanfins, 1:050 hab.: 526 do sexo masc. e 524 do fem.; O Salvador, de Bente, 151 hab.: 70 do sexo masc. e 81 do fem.; S. Martinho, de Brufe, 545 hab.: 269 do sexo masc. e 276 do fem.; S. Christovão, de Cabeçudos, 493 hab.: 238 do sexo masc. e 255 do fem; S. Julião, de Calendario, 2:266 hab.: 1:055 do sexo masc. e 1:211 do fem.; S. Thiago, de Carreira e Novães, 851 hab.: 386 do sexo masc. e 465 do fem; S. Thiago, de Castellões, 441 hab.: 209 do sexo masc. e 232 do fem.; S. Martinho, de Cavallões, 642 hab.: 273 do sexo masc. e 369 do fem.; S. Thiago, de Cruz, 680 hab: 317 do sexo masc. e 363 do fem; O Salvador, de Delães, 612 hab.: 278 do sexo masc e 334 do fem; S. Pedro, de Esmeriz, 540 hab.: 259 do sexo masc. e 281 do fem; Santa Leocadia, de Fradellos, 1:230 hab: 538 do sexo masc. e 692 do fem; S. Thiago, de Gavião, 810 hab.: 389 do sexo masc. e 421 do fem.; Santa Marinha, de Gouditellos, 988 hab.: 411 do sexo masc. e 577 do fem.; S. Miguel, de Jesufrei, 313 hab.: 151 do sexo masc. e 162 do fem; S Salvador, de Joanne, 1:630 hab.: 754 do sexo masc. e 876 do fem.; S. Salvador, de Lagoa, 365 hab: 174 do sexo masc e 191 do fem.; Santa Maria, de Landim e Santa Marinha, 1:209 hab.: 550 do sexo masc. e 659 do fem; S. Salvador, de Lemenhe, 559 hab.: 257 do sexo masc. e 302 do fem.; Santa Lucrecia, de Louro, 1:165 hab.- 528 do sexo masc. e 637 do fem.; Santa Marinha, de Louzado, 879 hab: 419 do sexo masc. e 460 do fem; Santa Marinha, de Mogege, 579 hab.: 258 do sexo masc. e 321 do fem.; S. Thiago, de Mouquim, 578 hab: 264 do sexo masc. e 314 do fem.; Santa Maria, de Nine, 1:114 hab: 517 do sexo masc. e 597 do fem; Santa Maria, de Oliveira, 997 hab: 468 do sexo masc. e 529 do fem; S. Matheus, de Oliveira, 553 hab.: 256 do sexo masc. e 297 do fem.; S. Thiago, d'Outis, 251 hab.: 108 do sexo masc. e 143 do fem.; S. Pedro, de Pedome, 533 hab.: 237 do sexo masc. e 296 do fem.; Santa Marinha, de Fortela, 240 hab.: 102 do sexo masc. e 138 do fem.; S. Martinho, de Pousada de Saramagos, 418 hab.: 192 do sexo masc. e 226 do fem.; S. Silvestre, de Requião, 1:361 hab: 626 do sexo masc. e 735 do fem.; S. Pedro, de Riba de Ave, 900 hab.: 421 do sexo masc. e 479 do fem; S. Mamede, de Ribeirão, 1:698 hab: 823 do sexo masc. e 875 do fem.; S. Salvador, de Ruivães, 801 hab: 339 do sexo masc. e 462 do fem; S. Miguel, de Seide, 342 hab.: 160 do sexo masc. e 182 do fem.; S. Paio, do Seide, 297 hab.: 145 do sexo masc. e 152 do fem.; S. Mamede, de Sezures, 294 hab.: 132 do sexo masc. e 162 do fem.; Santa Maria, de Telhado, 711 hab: 324 do sexo masc. e 387 do fem; Santos Cosme e Damião, do Vallo, 1:017 hab.: 494 do sexo masc. e 523 do fem; S. Martinho, de Valle, 599 hab.: 266 do sexo masc. e 333 do fem.; Santa Maria, do Vermoim, 774 hab: 341 do sexo masc. e 433 do fem.; Santo Adrião, de Villa Nova de Famalicão, 2:330 hab.: 1:026 do sexo masc. e 1:304 do fem.; O Salvador, de Villarinho das Cambas, 382 hab.: 191 do sexo masc. e 191 do fem. O conc. é um dos mais importantes centros agricolas da prov. do Minho, produzindo, além de todas as qualidades de cereaes e fructas de Portugal, abundantes vinhos verdes dos mais aromaticos, saborosos e distinctos de toda a provincia. Nas industrias, é notavel o seu commercio em fiação de tecelagem, na fabrica de relogios, serração, moagem, typographia e machinas agricolas.

Villa Nova de Fonseca. Pov. na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto.

Villa Nova de Fozcôa *(Francisco Antonio de Campos, barão de).* Gran cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, cavalleiro da de Christo, bacharel em direito pela Universidade de Coimbra, deputado, ministro de estado, par do reino, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. em Villa Nova de Fozcôa a 1 de novembro de 1780, fal. em Lisboa em agosto de 1873. Era filho de Luiz de Campos Henriques, cavalleiro da ordem de Christo, e de sua mulher D. Angelica Mendes da Silva. Frequentou a Universidade, onde se formou na faculdade de direito. Foi eleito deputado ás côrtes ordinarias de 1822, eleitas em virtude da constituição que resultára da revolução de 1820. N'essas côrtes não desempenhou um papel extremamente notavel, apezar comtudo de adquirir já uma certa reputação. Conservou-se depois afastado dos negocios publicos até 1834, em que sendo restabelecida a Carta Constitucional, foi de novo eleito deputado, revelando então os seus muitos conhecimentos em questões financeiras, o que influiu poderosamente para que d'elle se lembrassem para ministro da fazenda, quando no anno de 1835 o marquez de Saldanha, que era então chefe da opposição, formou um ministerio em que entravam o duque de Palmella, o marquez de Loulé, João de Sousa Pinto de Magalhães e Manuel Antonio de Carvalho. N'essa epoca, Francisco Antonio de Campos foi alvo de violentas aggressões por parte dos seus inimigos, sendo a sua biographia politica, uma serie de calumnias, publicada n'um jornal infame, *O Raio*, folha pseudomoral apontoados de escandalos e torpezas, que se publicava em 1836. Disfarçaram-lhe o nome, chamando lhe *Fhranc-Ishcoh Cahmpoths*. O governo teve curta duração, sendo substituido por um outro sob a presidencia de José da Silva Carvalho. Não tardou, porém, a que tomasse parte n'outro ministerio constituido por José Jorge Loureiro, tornando a encarregar se da pasta da fazenda, tendo por collegas Mousinho d'Albuquerque, Vellez Caldeira, Sá da Bandeira e marquez de Loulé. Este ministerio que era progressista, tambem

durou pouco tempo, por não dispôr de elementos de fôrça, e foi substituido por outro presidido pelo duque da Terceira, contra o qual se fez a revolução de setembro de 1836. Desde então, Francisco Antonio de Campos abandonou a politica, publicando em 1836, um *Relatorio do Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, apresentado na Camara dos senhores deputados na sessão de 29 de fevereiro de 1836*. Por decreto de 6 de fevereiro de 1837 foi agraciado com o titulo de visconde de Villa Nova de Fozcôa, e passou a occupar-se exclusivamente de assumptos juridicos e litterarios. Escreveu então: *A lingua portugueza é filha da latina, ou refutação da Memoria em que o senhor Patriarcha eleito D. Francisco de S. Luiz nega esta filiação*, Lisboa, 1843; *O Burro de Ouro de Appuleio, traduzido em portuguez*, Lisboa, 1847; a traducção é precedida de um resumo da vida de Appuleio, extrahido do artigo respectivo do *Diccionario* de Bayle, e adornada com um retrato do philosopho; saiu sem o nome do traductor; *Apologia de Appuleio, traduzida em portuguez*, tambem sem o nome do traductor; Lisboa, 1859. Escreveu varios artigos philologicos, sobre pontos de grammatica e orthographia portuguezas, insertos com a assignatura de Y, em varios numeros do jornel *O Pantologo*, Lisboa, 1844. A Academia Real das Sciencias o nomeou seu socio correspondente, votado por acclamação na sessão da 2.ª classe de 29 de janeiro de 1863; em 1861 havia sido nomeado par do reino. O visconde de Villa Nova de Fozcôa casou com D. Maria Candida da Fonseca Mendes, filha de João da Silva Mendes, cavalleiro da ordem de Christo, e de sua mulher D. Eugenia Candida da Fonseca e Silva. Falleceu já viuvo e sem successão; fôram herdeiros da sua avultada fortuna, seus sobrinhos José Caetano de Campos e Joaquim de Campos Henriques, ambos formados em direito, e quo fôram magistrados distinctos.

Villa Nova de Fozcôa. Villa da prov. da Beira Baixa, séde de conc. e de com., distr. da Guarda, bisp. de Lamego. Tem uma só freg., N. S.ª do Pranto. Está situada n'um planalto, a 7 k. da margem esquerda do rio Douro, a 3 da margem esquerda do rio Côa, e a 61 da capital do distr. Esta freg. tem uma área muito extensa. De leste a oeste, seguindo da Foz do Côa pela margem esquerda do rio Douro, deve medir cêrca de 20 k de extensão, por causa das grandes sinuosidades que o Douro aqui descreve; e do norte a sul deve ter metade de aquella extensão, aproximadamente. Está comprehendido no seu termo, a NO o Monte Meão, quasi todo baldio, logradouro commum d'esta parochia e um dos seus grandes manancíaes de riqueza, pois n'elle apascenta muitos gados e colhe muito pão e lenha. O monte Meão é granitico e bastante espaçoso. Mede talvez mais de 5 k. quadrados e tem penhascos horrorosos, fojos e despenhadeiros medonhos que os proprios caçadores da localidade não pódem transpôr sem guia, mas comprehende tambem muito terreno chão, aravel e fertil. E' cercado pelo Douro ao N, E e O. Houve ali uma importante pov. fortificada no tempo dos romanos. Ainda se vêem as ruinas de largos muros, edificios e fontes, principalmente onde chamam o Castello Velho, sitio muito defensavel para os tempos de armas brancas; e ali se tem encontrado muita pedra de esquadria, muitas moedas romanas e varias inscripções. Não se sabe ao certo quando se fundou, nem quando se extinguiu tal pov., mas todos concordam que foi o germen e o nucleo de Villa Nova de Fozcôa. Suppõe-se com todo o fundamento que, destruido o povoado do Monte Meão, os habitantes que sobreviveram, se dispersaram pelos recantos visinhos, formando differentes povoações mais pequenas na *Veiga*, no *Paço*, no *Azinhate*, etc. Veiga é um formoso e mimoso local, um povoado importante, onde se vê a capella antiquissima de N. S.ª da Veiga, e que, segundo alguem affirma, fôra egreja parochial, pois ainda nos fins do seculo XVIII pagava a *censuaria* ao cabido de Lamego, como as outras egrejas matrizes; a pequena distancia da capella se tem encontrado em escavações ruinas de edificios e sepulturas antiquissimas soterradas. N'uma d'ellas, segundo se lê na *Historia Ecclesiastica de Lamego*, por D. Joaquim de Azevedo, se encontrou um esqueleto muito grande, inteiro, e uma estatua de jaspe branco, que parecia de mulher. Accrescenta a mesma *Historia* que, «por ser o logar doentio e acommettido por tropa de facinorosos,» fugiram os seus moradores para o planalto onde se fundou o castello e a *villa nova* actual. No sitio do *Paço* ou do *Relento*, tambem ha memoria de casas, onde se vêem ainda os restos da ermida ou egreja de S. Vicente, que, dizem tambem, ter sido em tempo parochial; e no sitio do *Azinhate*, junto da capella de N. S.ª do Amparo, bem como junto da antiquissima capella de N. S.ª da Conceição, que foi do chantre de Lamego, e tambem matriz em cujo adro se encontram sepulturas. Suppõe se que todas estas e outras aldeias que existiram no termo d'esta parochia, se despovoaram por serem abertas e estarem expostas a serem roubadas pelos salteadores e saqueadas em tempos de guerra; e por isso é que, conforme dissémos, os seus habitantes fôram procurar abrigo no sitio, onde se edificou depois o castello, e que attrahidos pelas vantagens que este lhes offerecia, e os seus 3 amplos foraes, bem como a belleza do local, em breve se desenvolveu ali uma povoação importante, que por isso mesmo se denominou *Villa Nova*. Tambem dizem que, antes da fundação do castello, as aldeias que n'elle se concentraram, obedeciam á cidade de *Numancia*, hoje *Numão*, uma simples freg. d'este conc. que, ou fôsse ou não a *Numancia* dos romanos, foi com certeza muito importante e muito bem fortificada, distante cêrca de 20 k. de Villa Nova de Fozcôa, para oeste. E' portanto muito antigo o povoado d'esta terra, pois antes de se fixar no ponto onde se vê hoje, esteve no Monte Meão, e depois andou disperso por differentes sitios do termo da actual villa. Deve notar se que até aos principios do seculo XIV o reino de Leão confinava com o rio Côa; foi el rei D. Diniz que tomou aos leonezes tudo o que é hoje de Portugal desde o Côa até o Agueda, pela margem esquerda do Douro. Os foraes citados, fôram dois concedidos pelo mesmo soberano: o 1.º em Portalegre, a 12 de maio de 1299, e o 2.º em Lisboa, a 24 de julho de 1314; o 3.º foi foral novo dado por D. Manuel I, em Lisboa, a 16 de junho de 1514. D. Diniz fundou, portanto, Fozcôa e povoou-a; depois D. João I a elevou á categoria de *villa*, e por ultimo, D. Manuel I mandou edificar a egreja parochial. E' por isso que na frente da egreja e no pelourinho se vêem flôres de liz, emblema de D. João I, e a esphera

armillar, emblema de el-rei D. Manuel. O castello não foi mandado construir por D. Diniz, foi construido muito mais tarde, talvez nos fins do seculo xv, pelos habitantes da nova villa, á sua propria custa. Quando rebentou a guerra entre D. Affonso V e os reis de Castella, guerra que durou desde 1473 até 1479, ainda o castello não existia, pois que D. Affonso V, para determinar os habitantes de Villa Nova a construil-o, lhes offereceu o privilegio de não pagarem direito de alcaidaria. N'esta villa havia muitos judeus, que a tornaram rica e florescente, mercê da sua actividade commercial e industrial. Quando fôram expulsos em 1496 por determinação de el-rei D. Manuel I, aos d'esta villa, que se quizeram converter á religião christã, foi-lhes marcado o pequeno bairro do castello para n'elle viverem, do que resultou ficarem a ser chamados *judeus*, atravez dos tempos, os moradores do referido bairro. Em 1708 contava a villa 60 fogos dentro dos muros do seu castello e 500 nos arrabaldes; era abbadia do padroado real, tinha casa da Misericordia, hospital e 9 ermidas; feiras a 8 de maio e 29 de setembro; 1 ouvidor, 2 juizes ordinarios, 1 dos orphãos com seu escrivão, 2 vereadores, 1 procurador do conc., 1 escrivão da camara, 2 tabelliães, 2 almotacés, 1 capitão mór, 1 sargento mór, com 2 companhias de ordenanças e uma companhia de auxiliares que obedecia á praça de Almeida. O terreno em volta da villa é plano e de agradavel aspecto, mas muito arido e muito falto de arvoredo; apenas de longe em longe se vêem algumas oliveiras e amendoeiras, e junto da pov. algumas hortas. São aqui tambem raros os vinhedos. O fertilissimo chão da *Veiga* foi quasi todo reguengo, propriedade particular dos nossos reis; depois passou para o municipio, que costumava arrendal o por 300 ou 400 mil reis annualmente, e por ultimo foi vendido em hasta publica e comprado por D. Antonia Rachel Ferreira, viuva do capitão mór d'esta villa, Francisco Antonio Lopes Cardoso. A quinta do Reguengo tem uma boa casa de habitação, grande armazem e lagares soberbos, d'onde vae o vinho encanado para os toneis, tudo nas melhores condições, sendo a planta para todas estas obras feita pelo engenheiro Joaquim Maria Fragoso, de Coimbra. Esta quinta, emquanto foi do municipio, produzia apenas cereaes, mas depois um dos seus possuidores a plantou toda de vinha, e produz muitas pipas de vinho. As cordoarias d'esta villa fôram muito importantes no tempo do marquez de Pombal, pois este grande ministro, para libertar o paiz das grandes sommas que pagava aos paizes estrangeiros, nomeadamente á Russia, pelas cordas para a nossa marinha de guerra e mercante, vendo que o fertil torrão da Villariça, distante d'esta villa apenas 12 k., produzia bello canhamo, creou no Porto, em Moncorvo e aqui grandes cordoarias. N'outro tempo fabricavam se em Fozcôa importantes cortumes de couros. Fizeram se fortunas com aquella industria, que já desappareceu ha muitos annos. E' porém ainda importante uma industria congenere, a dos fabricantes de calçado e couros para arreios de cavalgaduras e apeio dos bois. Esta villa é a pov. compacta mais populosa que se encontra em toda a margem esquerda do Douro desde o mar até á Hespanha, exceptuando unicamente Lamego e V. N. de Gaia. Tem bons edificios e muito commercio, mas muita falta de agua potavel e para regas. Não ha aqui bosques, ribeiros, alamêdas, mattas, soutos, pinheiraes nem pomares, e como a producção dominante dos seus arrabaldes é o trigo, colhido este, fica o rastolho como succede no Alemtejo e em volta de Madrid, vomitando fogo durante o rigor da estiagem. Tem tambem muitos bois para carretos e serviço da lavoura. A egreja matriz é um templo dos maiores e melhores da provincia, mandado construir, conforme dissémos, por D. Manuel I. Tem uma bella frontaria com um rico portal em estylo gothico florido, encimada por um campanario com tres sineiras e dois grandes sinos; a meio um *oculo* ou *espelho* liso; 2 escudos com as armas reaes portuguezas (5 chagas e 7 castellos), no centro dos escudos a imagem da Virgem com o filho morto nos braços, representando a Senhora do Pranto, que é a padroeira; aos lados 2 espheras armillares, uma com a cruz da ordem de Christo, emblema de el-rei D. Manuel I, outra com uma flôr de liz, e no cunhal, do lado da Epistola, a inscripção seguinte:

ESTA OBRA SE FEZ NO ANNO DE 1757,
SENDO O ABBADE D'ESTA EGREJA
ANTONIO ESTEVES PEREIRA.

D'este conjuncto se vê que o templo foi fundado por D. Manuel, restaurado e ampliado em 1757. Interiormente tem 3 naves, firmadas sobre 6 columnas de granito, redondas e lisas; capella-mór com um soberbo retabulo de talha dourada e boas pinturas antigas no tecto e nas paredes; côro espaçoso sobre o guarda vento; no corpo da egreja 2 altares de boa talha antiga e 2 aos lados do arco cruzeiro com decorações de talha moderna, mais barata, tecto liso de madeira com larga e vistosa pintura; no centro a imagem da padroeira, aos lados muitas figuras biblicas com muitos versiculos da Biblia tambem, e ao fundo, perto do côro e no mesmo tecto o retrato do abbade que promoveu a restauração e ampliação d'este templo, como dizem as legendas que tem aos lados. Tem um só pulpito de granito com 8 faces, pintado e encostado a uma das columnas que sustentam as naves, do lado do Evangelho. No interior vêem-se algumas sepulturas. Na sacristia vê se uma ampla credencia e ricas decorações de talha dourada, e tecto de madeira, bem trabalhado e bem pintado, tendo tambem ornamentação de talha dourada. Esta egreja possuia preciosas alfaias de prata, sendo algumas do tempo de el rei D. Manuel, mas todas fôram roubadas pelos francezes por occasião da Guerra Peninsular. Os abbades d'esta freg. fôram sempre tão considerados que usam de murça e annel como os conegos, desde tempos muito remotos. Esta egreja foi ultimamente classificada como monumento nacional de 2.ª classe pelo conselho respectivo. Ha na villa algumas capellas publicas de mais ou menos importancia, além das já citadas, como: de *S. Sebastião*, de *Santo Antonio*, da *Senhora da Conceição*, de *Santa Barbara*, da *Senhora da Aldeia Nova* e de *S. Pedro*. Ha tambem algumas capellas particulares. Um dos principaes edificios publicos é onde estão as diversas repartições do Estado e o tribunal. Foi principiado em 1851 e concluido em 1868. Ergue se ao N da *Praça*, no proprio local onde existiam os antigos paços do concelho. Tem no rez-do-chão um pavi-

mento onde está a cadeia com 6 grandes janellas, além do espaçoso portão da entrada; no andar nobro outras 6 grandes janellas de frente com uma porta rasgada e uma varanda ao centro, e no topo as armas reaes portuguezas com as quinas e 7 castellos. Tem janellas nas outras tres faces, muito pé direito, bastante fundo, e accommoda em boas condições o tribunal, recebedoria, paços do concelho, conservatoria e todas as outras repartições publicas da villa. Em frente do edificio está o velho pelourinho restaurado e bem conservado. E' uma grande columna de granito quadrada, tendo a meio ornamentação de cordas em relevo e no topo 4 piramides e uma esphera armillar, com a cruz da ordem de Christo e flôres de liz, emblemas de D. Manuel I e de D. João I, aos quaes esta pov., conforme dissémos, deve a sua egreja parochial e a categoria de villa. A velha e elevada *Torre do relogio* foi ha annos restaurada; tem um bom relogio novo com um sino, e termina n'um eirado, que é o mais bello miradouro da villa. D'elle se goza um largo horizonte e um lindo panorama, avistando se toda a villa e muitas povoações. O cemiterio é situado no mais bonito e interessante logar da villa, dominando a quasi toda, bem como o vasto Campo da Feira. Banham esta freg. o rio Côa ao nascente, o Douro ao norte, e ao poente o ribeiro do *Valle*, que tem a sua origem no monte *Angrão*, entre Villa Nova de Fozcôa e a freg. de Santo Amaro, e vae desaguar no Douro, na Veiga, junto da barca e da estação do Pocinho. Pelo leito d'este ribeiro seguia a antiga estrada militar de Traz os-Montes pela barca do Pocinho para Villa Nova de Fozcôa para a provincia da Beira, sendo intransitavel, medonha e perigosissima no inverno, pois por vezes a agua attingia grande altura e se despenhava em caudalosa torrente, levando d'envolta para o Douro tudo quanto encontrava deante de si, não só no inverno, mas mesmo no verão e na primavera por occasião de trovoadas; mas na maior parte do verão aquelle ribeiro sécca e a dita estrada é encantadora, porque o *valle* que atravessa, é fundo, por extremo fertil, todo povoado de amendoeiras e sumagraes nas encostas e de oliveiras na parte baixa, oliveiras como grandes castanheiros, majestosas, admiraveis, immensas; e grandes faias e negrillos ensombram e cobrem litteralmente grande extensão da dita estrada, transformando-a em um bosque frondoso, suavissimo, no meio das margens do Alto Douro, no verão. No fundo da *Costa*, se vêem 4 oliveiras que são talvez as maiores do termo. Saindo da ribeira para a serra encontra se tambem outra especialidade de ordem muito diversa, no termo d'esta parochia. E' uma pedreira de schisto, duro como aço, que ha no *Monte do Poio*, cêrca de 4 k. a SE da villa, d'onde se extrahem pedras de todas as grossuras e dimensões; umas estreitas e delgadas, de que fazem balaustres para varandas, esteios, etc.; outras de enormes proporções, até 8 e mais metros de comprimento e 1 metro e mais de largura, de que fazem tanques, lagares e inclusivamente pontes d'uma só pedra, sendo por vezes necessarias 7 e 8 juntas de bois para as arrastarem. No ribeiro do Valle, por exemplo, ha uma ponte bastante espaçosa, cujo taboleiro é formado por uma só das ditas pédras, denominadas *louzas;* tem 1.m 20 de largura e 8 de comprimento. E' tambem para admirar as enormes pranchas da dita pedra com que a camara municipal mandou forrar as paredes e os tectos das prisões no edificio dos novos paços do concelho. Ficaram as ditas prisões segurissimas e á prova de fogo, como se fôssem couraçadas. As producções principaes d'esta villa são: trigo, centeio, cevada, vinho, azeite, lã, caça miuda, melões, melancias, amendoas e sumagre. N'outras epocas havia em ambas as margens do Alto Douro muitos sumagres, que constituiam uma industria, um ramo de negocio importante, mas depois que o marquez de Pombal creou a grande Companhia das Vinhas do Alto Douro, desenvolveram-se espantosamente os vinhedos nas duas margens do Douro, e desappareceram quasi todos os sumagres. Apenas aqui se conserva ainda a industria da preparação do sumagre, mas bastante decaída, com o descredito proveniente das contrafacções, e conserva se por 3 razões: já porque a demarcação feita nos terrenos das margens do Douro pela referida Companhia não passava dos concelhos de Alijó e da Pesqueira; já porque os vastos montes e ladeiras do termo d'esta parochia produziram sempre muito sumagre espontaneamente; já porque o sumagre do termo d'esta villa foi sempre de 1.ª qualidade. E' o melhor d'ambas as margens do Douro, pelo que, apezar das contrafacções, é ainda o que encontra venda mais facil. As paixões politicas tem sido causa de grandes males para esta villa, ensanguentando-a por varias vezes e enlutando a. Sem contar com a expulsão dos judeus em 1496, nem com o dominio castelhano, ainda no seculo passado se deram factos desgraçados, dignos de menção: em 1808, os *christãos novos*, fanatisados e dirigidos pelo abbade José Maria Leite, caíram em massa sobre os *christãos velhos*, apodados de *jacobinos* ou parciaes dos francezes, espancaram barbaramente e assassinaram muitos homens e mulheres, velhos e creanças, e lhes saquearam o arrasaram as casas. Por seu turno, os aggressores fôram depois severamente punidos e massacrados pela justiça; muitos atulharam as cadeias e n'ellas morreram; outros se homisiaram e passaram os maiores trabalhos escondidos pelas brenhas e montes; outros degredados para a Africa, outros jazeram nas prisões até 1820, anno em que fôram amnistiados por influencia do generoso liberal e patriota Joaquim Ferreira Soares de Moura. Em 1828 e nos annos seguintes, os miguelistas perseguiram cruelmente os liberaes, effectuaram nada menos do que 102 prisões, homens e mulheres, havendo por essa occasião muitos espancamentos e mortes, confiscações de bens, insultos e excessos de toda a ordem. Em 1831, houve tambem liberaes que exerceram vingança sobre realistas, havendo tambem muitos espancamentos, incendios e mortes. De 1837 a 1840, os liberaes em guerra uns contra os outros tambem praticaram muitos excessos. Por essa occasião as fôrças do conde de Bomfim saquearam a casa de Antonio Marçal, uma das mais importantes da villa. De 1846 a 1847 reappareceram as luctas entre os liberaes. A villa dividiu-se em 2 partidos, formaram-se e armaram-se 2 batalhões, um *cartista*, commandado por Antonio Marçal, que abraçava a causa da rainha D. Maria II; outro *setembrista* ou *patuleia*, que seguia a causa popular-ou da junta do Porto. Em 24 de dezembro de 1846 as forças de Marçal entraram na villa, saquearam e destruiram tudo quanto encontraram

nas casas dos seus adversarios, tendo estes sempre respeitado as dos cartistas; mas não se fizoram esperar as represalias. No primeiro ensejo as fôrças da Junta, por seu turno, saquearam a dos cartistas, e incendiaram as do Manuel Marçal e Antonio Marçal, que no incendio perdeu sommas importantes, mobilias e gados; n'essa occasião tambem se queimaram todos os papeis da camara municipal, da administração do conc. e de outras repartições publicas. Muitos factos se poderiam narrar, como os estragos causados em 1855 pela cholera-morbus, e outros. Fôram donatarios de Villa Nova do Fozcôa o 1.º conde de Marialva, Vasco Fernandes Coutinho; em 1708 os condes de Villa Nova de Portimão. A villa pertence á 5.ª div. mil., 4.ª brigada, grande circumscripção mil. C. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; advogados, agentes de diversas casas bancarias do paiz e de companhias de seguros; productores de azeite e de vinhos; negociantes de azeite, de cereaes, de peixe fresco o salgado, de sumagre, de tripa secca; fabrica de carros para bois, de moagens, denominada *A Torrinha;* casas de pasto, hoteis, medicos, pharmacias, minas em exploração: minas de esteios de pedra louza para bardos de vinhas, ramadas e vedações; minas de Valle das Fontes, de wolfram e cobre; minas não exploradas, de ferro, cobre e outros metaes no valle Meão, junto ao rio Douro; notarios, sociedades de recreio: *Club Artistico* e *Club Fozcoense;* solicitadores; feiras a 8 de maio e 29 de setembro; romaria á Senhora da Veiga no 2.º domingo de setembro. O conc. é constituido por 17 freguezias, com 3:747 fogos e 14:504 hab., sendo 6:750 do sexo masc. e 7:754 do fem., n'uma superficie de 58:765 hect. As freguezias são: N. S.ª dos Anjos, de Almendra, 1:451 hab : 649 do sexo masc. e 802 do fem.; Espirito Santo, de Castello Melhor, 872 hab : 409 do sexo masc e 463 do fem ; S. João Baptista, de Cedovim, 1:052 hab : 460 do sexo masc. e 592 do fem.; S. Caetano, de Chão, 590 hab.: 289 do sexo masc. e 301 do fem.; S. João Baptista, de Custoias, 366 hab.: 163 do sexo masc e 203 do fem.; S. Pedro, de Freixo do Numão, 1:085 hab : 492 do sexo masc. e 593 do fem.; O Salvador, de Horta, 425 hab.: 207 do sexo masc. e 218 do fem.; S. Pedro, de Moz, 698 hab.: 340 do sexo masc. e 358 do fem ; Santa Senhorinha, de Murça, 319 hab.: 157 do sexo masc. e 162 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Muxagata, 734 hab.: 322 do sexo masc. e 412 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Numão, 783 hab : 400 do sexo masc. e 383 do fem ; Santa Comba, 824 hab.: 381 do sexo masc. e 443 do fem ; Santo Amaro, 421 hab.: 208 do sexo masc. e 213 do fem.; S. Lourenço, de Sebadelhe, 564 hab : 268 do sexo masc. e 296 do fem.; S. Martinho, do Seixas, 462 hab.: 241 do sexo masc. e 221 do fem ; N. S.ª da Pureza, de Touça, 386 hab.: 176 do sexo masc. e 210 do fem.; N. S.ª do Pranto, de V. N. de Fozcôa, 3:472 hab.: 1:588 do sexo masc. e 1:884 do fem. O principal commercio de todo o conc. é azeite, azeitonas para conserva, vinho, amendoa, sumagre e cereaes.

Villa Nova de Gaia *(Thomaz Guilherme Stubbs, barão e visconde de).* Official britanico, que serviu na Guerra Peninsular, e nas luctas civis e posteriores, fazendo parte do exercito portuguez. N. na aldeia de Basingstoke, no condado de Hampshire, a 7 de junho de 1776, fal. a 27 d'abril do 1844. Era filho de Thomaz Stubbs, capitão d'infantaria do exercito inglez. Não se sabe ao certo como nem quando veiu para Portugal, mas não padece duvida que a 23 de janeiro de 1799 casou aqui com D. Joaquina Candida de Seixas Barbosa, filha de Manuel José Barbosa, o de sua mulher D. Thereza Clara de Seixas, sendo admittido no anno seguinte, 1800, no nosso exercito com o posto de capitão. Em 1807, pediu a demissão logo em seguida á entrada das tropas francezas om Portugal commandadas por Junot, e retirou-se para Inglaterra, voltando no anno immediato como commandante da Leal Legião Lusitana. Tomou parte activa em toda a Guerra da Peninsula, ficou ferido em julho de 1812 no combate do Caniçal, e depois na batalha de Vitoria, mereceu os elogios de lord Wellington pelo modo como se houve n'aquelle combate á frente da 1.ª brigada, na batalha de Salamanca, na de Vitoria e em outras acções, sendo principalmente notavel a bravura e intrepidez que patenteou na batalha de Albuhera repellindo uma carga da brigada de lanceiros que foi obrigada a retirar. Em 1817 e 1818 foi governador interino das armas da provincia do Algarve, depois governador da praça de Elvas, em seguida teve o governo das armas no Alemtejo, e em agosto de 1826 foi substituir Saldanha no governo das armas do Porto, merecendo que os habitantes d'aquella cidade, quando elle deixou a commissão em agosto de 1827, lhe offerecessem uma espada de honra. Emigrando para Inglaterra logo em seguida ao desembarque em Lisboa do infante D. Miguel, em março de 1828, foi um dos chefes militares que pela divisão dos partidos na emigração, esteve afastado do exercito activo, até que a triste situação em que o Porto se encontrava, fez com que se levantasse essa especie de excommunhão que pesava sobre Saldanha e alguns dos mais valentes e illustres officiaes do nosso exercito. Desembarcando com o general Saldanha a 28 de janeiro de 1833, foi logo encarregado do commando da 3.ª divisão militar, em maio seguinte substituiu Saldanha no commando do districto da Foz, e quando o chefe do estado-maior general partiu para Lisboa, ficou Stubbs no Porto como commandante em chefe das tropas constitucionaes no norte do reino, até ser chamado em dezembro a tomar o commando da ala esquerda do exercito de operações em frente de Santarem. Pelos serviços prestados durante a Guerra Peninsular, foi condecorado com a cruz de 5 campanhas da referida guerra, com a medalha de commando em 4 batalhas pelo rei da Gran-Bretanha; com a d'Albuhera, Salamanca, Vitoria e Pyrinéos, e com a do Albuhera pelo rei de Hespanha. Pelos serviços prestados nas luctas da Liberdade, foi agraciado com o titulo de barão de Villa Nova de Gaia, por decreto de 18 de dezembro do 1833, e com o de visconde, por decreto de maio de 1855. Terminada a campanha commandou a 2.ª divisão militar e por vezes a 1.ª; foi vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar. Era gran cruz da ordem d'Aviz e commendador da da Torre e Espada.

Villa Nova de Gaia. Villa da prov. do Douro, séde de conc., com., distr., bisp. e Relação do Porto. Tem uma só freg., cujo orago é Santa Ma-

rinha. Está situada na margem esquerda do rio Douro, á beira-rio e em terreno montuoso, em frente da capital do districto, da qual a separa o rio, e com a qual está em communicação por duas pontes: a de D. Maria Pia, por onde passa a linha ferrea, e que é considerada a 9.ª entre as maiores do mundo, e a de D. Luiz I, de 2 taboleiros, para o transito de vehiculos e peões, considerada a 3.ª tambem entre as maiores do mundo. (V. *Portugal*, vol. V, pag. 955 a 968). Comquanto muito se tenha escripto sobre a primitiva povoação que defrontava com o Porto, ainda não foi possivel chegar se a uma conclusão que tire todas as duvidas e desfaça todas as lendas. E' positivo que, antes da fundação da actual Villa Nova de Gaia, já as visinhanças do terreno em que ella assenta, eram povoadas, mas não é possivel saber por falta de documentos, qual o logar povoado, como se chamava, e a razão do seu nome. Pretendem uns que essa pov. primitiva se chamava *Cale*, e outros dizem que se chamava *Calem*, dando qualquer d'estas palavras a ideia de aqueducto ou estreiteza do rio em frente ao local habitado; estes dizem que fôram os gallo-celtas os primitivos povoadores do logar uns 405 annos antes de Christo, dando-lhe elles o nome de *Porto gallo* que facilmente se corromperia em *Portugal;* aquelles affirmam que fôram os romanos os primeiros povoadores de aquellas collinas, os quaes edificaram ali um *cástrum* que depois se chamou *antiquum* para o distinguir do *castrum novum* do monte da Sé, no Porto, mas ha tambem quem attribua a pov. aos gregos e aos arabes, estes ultimos soccorrendo se da lenda de Gaia, a formosa irmã de Alboazar. Segundo o *Itinerario* de Antonino Pio a velha Caleera do lado do Porto (V. *Miragaia)*, e portanto na margem direita do Douro, até onde chegava a jurisdicção do arcebispado de Braga, estando Gaia por esse tempo incluida na circumscripção do bispado de Merida. Para os que seguem esta opinião, Gaia teve sempre este nome e não o de *Cale*, e foi da sua situação em frente do Gaia que proveiu o nome de Miragaia. A primitiva Gaia estaria situada no monte assim tambem denominado, na área provavel da quinta do conde de Campo Bello, onde existe uma torre que se pretende ser coeva do romanos, mas que tambem se presume ser obra mais moderna. Varios escriptores dizem que a primitiva pov. que existiu em frente do Porto se chamou sempre *Portugal;* e que ainda no anno de 874 figurou este nome na doação feita por D. Ordonho II de Leão a D. Gomado, bispo de Coimbra, collocando uns essa pov. entre Santo Ovidio e Coimbrões, e outros em Paço de Rei, tudo logares na freg. de Mafamude. Como se vê, nas diversas opiniões expostas nada se póde estabelecer de positivo; o que se apura simplesmente é que, antes da fundação de Villa Nova do Gaia, já as eminencias que defrontam com o Porto eram habitadas, e nada mais. A maior parte dos escriptores dizem que esta villa foi fundada por D. Affonso III em 1255, que no mesmo anno mandou edificar a sua egreja matriz, Santa Marinha; porém, no *Portugal antigo e moderno*, diz Pinho Leal estar intimamente convencido de que o que D. Affonso III então fez foi tornar esta pov freg. independente, desmembrando a da de S. Christovão de Mafamude, elevando-a á categoria de villa e dar-lhe foral, baseando a sua hypothese no facto de n'aquelle tempo se chamar *povoar* ao acto de dar foral a uma terra. O foral é datado de Coimbra, em setembro do citado anno, e encontra se a fl. 72 do *Livro Grande* da camara municipal do Porto, convidando n'elle o rei os moradores do seu *burgo veteri de Portu* a irem povoar a dita villa de *Gaia*. Na incerteza, continua Pinho Leal, do que era o *Burgo Velho a par do Porto* (que até podia muito bem ser a villa chamada então *Portugal*, que D. Ordonho II de Leão doou a D. Gomado, bispo de Coimbra, do que se não póde duvidar é de que a pov. e couto são muitissimo antigos, pois quando em 1120 a rainha D. Thereza, viuva do conde D. Henrique e mãe de D. Affonso Henriques, coutou os arrabaldes da Sé do Porto, (isto é, o terreno, povoado, que ficava fóra dos muros e do castello dos gascões), o deu isto ao bispo do Porto D. Hugo, que n'esse anno lhe deu foral, já á povoação da margem opposta se dava o nome de *Burgo Velho*. A causa de se dar foral, elevar á categoria de villa e conceder grandes privilegios ao *Burgo Velho a par do Porto*, depois *Villa Nova de Rei*, e depois *Villa Nova de Gaia*, foi o seguinte: Os bispos do Porto, em virtude da importantissima doação que D. Thereza lhes fizera do senhorio do *Burgo Novo do Porto* (na doação dá se-lhe esse nome para o distinguir do *Burgo Velho*, que é *Villa Nova de Gaia*, como se disse), não só chamavam seu ao *Burgo Novo*, que não era mais do que o actual bairro da Sé, entre o Codeçal e Bainharia, e entre a ribeira e uma *alfurja* que do sitio onde esteve a *Porta de Vandoma*, vae ter ao convento de Santa Clara, mas a todo o resto da cidade, onde mandavam como senhores absolutos e cobravam todos os direitos o rendimentos d'ella e do couto. Como o commercio maritimo da cidade prosperava á medida que Portugal ia dilatando os seus dominios por meio das victorias alcançadas contra os moiros, os prelados portuenses chegaram a possuir, no meado do seculo XIII, um thesouro de valor incalculavel. D. Sancho I e D. Affonso II não gostaram de vêr sumir-se nas arcas do bispado e dos seus conegos as grandes rendas provenientes dos direitos cobrados sobre os generos e fazendas importados e exportados pela barra do Porto, e por varias vezes tentaram não só tirar-lhes a cobrança d'esses direitos como tambem acabar com toda a casta do extorsões praticadas pelos beleguins do bispo e do cabido, mas nada conseguiram, porque a influencia e o poder do clero eram n'esse tempo immensos, e apenas egualados pela sua ambição e prepotencia, e por isso nada puderam fazer. D. Sancho II tomou a serio esta e outras delapidações do clero portuguez, e quiz pelo menos cerceal-as. Foi a sua perdição essa ideia. Os bispos e o alto clero, vendo os seus interesses ameaçados, tremeram de raiva, e o pobre rei não levou a melhor na contenda. Depois, o seu casamento com D. Mecia Lopes de Haro, apressou lhe a ruina. O clero, que não lhe perdoava os aggraves que tinha recebido, intrigou, calumniou, o D. Sancho viu se um dia excommungado, sem throno e sem mulher, indo morrer a Toledo. Substituiu-o seu irmão D. Affonso III, conde de Bolonha, que, apezar dos seus muitos defeitos, foi um bom rei, e cohonestou com as suas obras os meios pouco fraternaes o decentes porque subiu ao throno. D. Affonso III era talhado de molde para luctar com os pa-

dres, oppondo razões a razões e sophismas a sophismas. De mais a mais era bastante despotico, e esse despotismo ainda mais se radicou com o seu incontestavel valor nos combates, e sobretudo com a plena restauração do Algarve. Pois mesmo assim não se atreveu a arcar desassombradamente contra o bispo do Porto e o seu cabido. Preferiu empregar meios mais moderados, e sem atacar nem destruir ostensivamente os pretendidos e mais que duvidosos direitos dos padres. O seu plano, de que surtiu um bom effeito, era fundar na margem opposta do Douro uma cidade rival do Porto, ou pelo menos, um emporio commercial importante. Dando á nova villa muitos e grandes privilegios, para attrahir habitantes, ordenou que descarregassem na margem esquerda todas as embarcações que affluissem ao Porto, para assim lhe serem pagos os direitos. «Defronte da cidade do Porto, diz Vilhena Barbosa, na margem esquerda do Douro, havia n'essa epoca uma pov. de muita antiguidade, então chamada Villa de Gaia, e que no tempo dos romanos se denominou *Cale* ou *Castrum antiquum*. Entre essa pov. e a serra de Quebrantões, ao deante mais conhecida com o nome de serra do Pilar, fundou el rei D. Affonso III uma villa no anno de 1255, e quiz que se chamasse *Villa Nova de Gaia*, ficando á outra o nome de *Villa Velha de Gaia*. N'aquella, pois, onde o bispo do Porto não podia fazer valer os seus privilegios senhoriaes, estaboleceu el rei uma casa de alfandega e determinou que todas as mercadorias e generos que entrassem pela barra do Douro ou viessem rio abaixo, fôssem ali despachadas e pagassem os respectivos impostos. O prelado reagiu contra as ordens do monarcha e até chegou a appellar para a curia romana; porém D. Affonso III soube manter os direitos da corôa prudentemente, mas com firmeza e energia; de sorte, que os bispos do Porto ficaram para sempre desapossados d'aquella verba importantissima dos seus rendimentos, que andava abusivamente distrahida dos cofres da nação. Tal foi o principio e a razão de ser de Villa Nova de Gaia.» Depois, D. Diniz, D. Affonso IV e D. Pedro seguiram o exemplo d'aquelle monarcha, houve muitos conflictos e demandas com os prelados portuenses, que se queixavam para Roma, fôram fulminados interdictos e excommunhões mas, a autoridade real mostrou-se inflexivel, e por fim a ambição episcopal foi definitivamente anniquilada. El-rei D. Diniz deu-lhe foral, em Lisboa, a 13 d'agosto de 1288, foral que tambem foi assignado por sua mulher, a rainha Santa Izabel. N'esta carta em que se mantiveram todas as disposições consignadas no foral de D. Affonso III, mais se decretou a ampliação da villa e a sua elevação á categoria de municipio com o titulo de Villa Nova do Rei, ou d'El-Rei, afim de se lhe dar uma accentuada vitalidade. Havia se alargado consideravelmente a esphera d'essa actividade, quando el-rei D. Manuel a dotou com o novo foral, dado em Lisboa a 20 de maio de 1518, foral que tambem serviu para as povoações, que hoje são, na sua maior parte, sêdes das freguezias pertencentes ao conc. de Villa Nova de Gaia, o qual foi escrupulosamente observado nos reinados que se seguiram, até ser modificado pela carta de lei do 5 de junho de 1822. Villa Nova de Gaia, creada expressamente para o trafico commercial, correspondeu desde logo ao alto fim que lhe tinha dado origem. Desenvolveu-se e prosperou rapidamente, e nunca deixou de ser um dos centros mais importantes e laboriosos do paiz. A alfandega real, estabelecida na sua área logo no referido anno de 1255, foi de uma influencia decisiva na sua prosperidade. Referem-nos a historia que D. Affonso, mais tarde rei D. Affonso IV, em 1322 tomou entre outros, o castello de Gaia, deixando assignalada a sua passagem com roubos, morticinios e sacrilegios, sem proveito para a sua ingloria causa, triste consequencia das discordias entre elle e o rei D. Diniz seu pae. Em 1336, já reinando D. Affonso IV, veiu sobre o Porto um exercito castelhano, que não conseguiu tomal-o, graças á valorosa defeza dos seus habitantes e das tropas levantadas e organisadas pelo bispo D. Vasco, que afinal puzeram os assaltantes em vergonhosa debandada, mas os arrabaldes da cidade fôram saqueados pelo inimigo, e Villa Nova de Gaia não escapou á cubiça e á sêde de vingança dos castelhanos, apezar de ficar na margem esquerda do Douro. Quando D. João I deliberou conquistar Ceuta em 1415, o Porto contribuiu, como se sabe, com navios, tropas e munições para essa gloriosa empreza. Foi o infante D. Henrique recolhel-os, e capitaneou-os até Lisboa, e n'esse tão valioso quanto patriotico donativo feito espontaneamente pela cidade, tomou Villa Nova de Gaia grande e honrosa parte, podendo, por isso, orgulhar se de ter contribuido para essa formidavel expedição, que teve por fim destruir o covil dos piratas africanos que infestavam os nossos mares e lesavam consideravelmente o nosso commercio, saqueando os navios mercantes. Aos 27 de setembro de 1580 entrou n'esta villa D. Antonio prior do Crato com 4:000 homens, na esperança de que o Porto seguiria a sua bandeira. Vencido pela grande desproporção do numero, na ponte d'Alcantara, junto de Lisboa, tinha retirado para o norte do paiz, e obtendo em Coimbra soccorros de gente e munições, seguiu ao Porto contando que a sorte lhe fôsse propicia, e acabaria por lhe ser confirmado o throno, a que fôra acclamado em Santarem. Mas o Porto já se havia declarado a favor do rei castelhano, e D. Antonio, assentando os seus arraiaes em Villa Nova de Gaia, mandou intimar a cidade a que se lhe rendesse. Como não fôsse obedecido atacou-a e facilmente a tomou, ou porque lhe não foi opposta resistencia ou porque a guarnição da cidade era diminuta; mas pouco depois viu se obrigado a abandonal a, porque o general castelhano D. Sancho de Avila o perseguia de perto com fôrças superiores, e perdida esta derradeira esperança, o infortunado D. Antonio seguiu para Vianna do Castello, onde embarcou para França. Readquirindo Portugal a sua independencia, vendo-se livre do jugo castelhano, a administração da justiça entrou em periodo mais desafrontado do toda a casta de perseguições e atrocidades, com que constantemente os municipios eram vexados. N'essa epoca compunha-se Villa Nova de Gaia de 2 concelhos: o de Villa Nova, a que chamavam vulgarmente o *Concelho de Baixo*, o qual tinha o titulo honorifico e legal de termo velho da cidade, e o conc. de Gaia, chamado pela mesma razão o *Concelho de Cima*. Em cada um d'estes concelhos havia pelourinho, collocado na praia d'esta villa, pertencente áquelle conc., que a cheia do 1821 deitou abaixo; o outro, que era

perfeitamente egual áquelle, ainda hoje existe no logar e povoação de Gaia, ao pé do Oratorio da Boa Passagem sobre o caes da margem do rio. No dia 28 de dezembro de 1727 houve no Douro uma cheia terrivel que causou estragos consideraveis e victimou muita gente. A corrente arrebatou mais de 100 pessoas, que fôram colhidas de surpreza pelo repentino crescimento das aguas, e muitos navios e embarcações pequenas naufragaram, indo umas a pique e despedaçando-se outras de encontro aos rochedos. Em Villa Nova fôram destruidos muitos edificios, subindo os prejuizos a alguns milhões de cruzados. A instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, que deu origem no Porto ao motim popular de 23 de fevereiro de 1757, deu a Villa Nova uma nova era de prosperidade. Foi ali installado o deposito geral dos vinhos do Douro, de que lhe resultou não só recuperar em breve a importancia que tinha perdido pela transferencia da sua alfandega para o Porto, como tambem augmentar consideravelmente o seu trafico, crescendo de dia para dia em população e riqueza. A 22 de fevereiro de 1785 outra horrorosa cheia, ainda mais devastadora que a de 1727, encheu Villa Nova e o Porto de ruinas, e o rio de destroços e naufragios. Estavam então ancorados no Douro 85 navios portuguezes e 3 estrangeiros, muitos dos quaes fôram a pique ou despedaçados uns contra os outros. No Porto ficaram inundadas pelas aguas do rio muitas ruas e mais de mil casas, e em Villa Nova abateram todas as casas e armazens situados na praia. Em 1806 fez-se a ponte de barcas que ligou a villa com o Porto, e deu passagem á estrada de Lisboa para as provincias do norte. Mas esta obra imperiosamente reclamada para utilidade publica, foi prejudicial a Villa Nova, porque, sendo até então aqui os grandes depositos de todas as mercadorias destinadas ás duas Beiras, evitando assim a passagem do rio, esses depositos, feita a ponte, se fôram mudando pouco a pouco para o Porto. Em 18 de junho de 1808, levantando a cidade do Porto o grito de independencia, os habitantes de Villa Nova logo acudiram, cheios de enthusiasmo, a alistar-se nos batalhões que o bispo do Porto apressadamente organisava. No anno seguinte o general Soult, á frente do seu exercito, tomou o Porto e a 28 de março deu se a horrivel catastrophe da ponte das barcas, que tantas victimas causou, e encheu de horror os proprios invasores (V. *Ponte das Barcas*, *Portugal*, vol. V, artigo *Porto*, pag. 965). Villa Nova de Gaia tambem soffreu muito na desastrosa guerra fratricida de 1828 e 1833. Em julho de 1832 desembarcou D. Pedro IV no Mindello, á frente do exercito libertador; começou logo depois o memoravel cêrco do Porto pelas tropas miguelistas, e ao mesmo tempo começou o periodo mais triste da historia de Villa Nova de Gaia. Durante um anno pelejou-se noite e dia nas suas ruas, sem que o fragor dos combates deixasse de atormental-a e de arruinal-a, e ao horror da guerra juntou-se por fim o flagello da cholera-morbus. A 16 de agosto de 1833, os sitiadores, raivosos de se não poderem assenhorear da cidade, cevaram na villa a furia da sua impotencia, lançando fogo aos armazens da Companhia das vinhas do Alto Douro. Foi um acto de vandalismo, revoltante, e tão barbaro quanto inutil para o resultado da campanha. Em poucas horas ficou destruido um deposito de muitos milhares de pipas do mais precioso vinho do Alto Douro, no valor de milhões de cruzados, que constituiam o patrimonio unico de muitas familias que ficaram reduzidas á miseria. Esta catastrophe, os predios destruidos pelo fogo da artilharia durante o cêrco e outros prejuizos importantes pela causa da guerra, deram um profundo golpe na prosperidade da villa, porque, além do mais, os estabelecimentos da Companhia empregavam numerosos braços e sustentavam diversas industrias. Todavia, feita a paz e restabelecida a tranquillidade no paiz, a villa foi reparando as suas ruinas e refazendo-se dos seus prejuizos, não tardou a readquirir a actividade e a importancia anteriores. Em 1834 foi decretada nova circumscripção, em que se alargaram os limites d'este concelho, que até então eram muito estreitos, unindo-se-lhe a pov. de Gaia, que até então formava concelho independente, e juntaram-se ao conc. de Villa Nova muitas e populosas freguezias, com o que está hoje um dos mais importantes municipios do paiz. Era tambem julgado, com juiz ordinario e mais justiças e empregados respectivos, que foi extincto pelo decreto de 24 de outubro de 1855, passando para uma das varas do Porto. Em 1842 fez-se a bonita ponte pensil, que ligava Villa Nova ao Porto, e veiu substituir a de barcas (V. *Portugal*, vol. V, artigo *Porto*, pag. 967 e 968). Em Villa Nova de Gaia houve o convento da serra do Pilar, de frades cruzios, local que se tornou notavel no tempo do cêrco do Porto, pelas batalhas que ali se feriram. (V. *Pilar*, vol. V, *Portugal*, pag. 719 e 720). Houve mais o convento de *Corpus Christi*, de freiras agostinhas, que depois se mudou para dominicas, o qual foi fundado em 1345 por D. Maria Mendes Petite, mãe d'um dos assassinos de D. Ignez de Castro. Esta senhora era muito rica, e fundou o convento na sua propria casa onde vivia, e n'elle professou. Consta que tambem houve o convento de Santo Antonio do Valle Piedade, de menores reformados da provincia da Soledade, fundado pela camara e povo do Porto e Villa Nova em 1569, e reedificado em 1680, e depois na segunda metade do seculo XVIII. Foi incendiado em 1832 e vendido em 1834, sendo depois occupado por uma saboaria, convertendo-se a egreja n'um armazem de vinhos. A egreja matriz, de Santa Marinha, fundada como se disse por D. Affonso III, é um templo tão vasto, diz um douto escriptor, que depois da ultima reedificação é na classe das parochias a maior da cidade, depois da cathedral. No monte Gaia ha a egreja do Bom Jesus, que serve de auxiliar á matriz, por ser a freg. muito extensa e populosa. No mesmo monte existe a capella de S. Lourenço, fundada ha mais de 400 annos por um papa, em cumprimento d'um voto, segundo a tradição. Foi reparada e accrescentada em 1836. A villa começou a ser illuminada ao mesmo tempo que o Porto, por decreto de 5 de outubro do 1824, sendo consignado para essa despeza o imposto de 2 reis em cada arratel de carne de vacca e de porco, e o rendimento da ponte das barcas. A terra é muito abundante de boas aguas, tendo umas 30 fontes. Havia por aqui algumas antiguidades, que o tempo, as guerras, e ainda mais o furor vandalico dos proprios portuguezes, destruiram completamente. A mais notavel d'ellas era o *castello de Gaia*, o *castrum antiquum*,

dos romanos, de que não ha vestigios, nem mesmo se sabe com certeza o sitio onde era edificado. Apezar da sua grande antiguidade, Villa Nova de Gaia não tinha brazão d'armas, por mais que as camaras municipaes d'aqui as tivessem requerido, com justiça. Em 1850, porém, lhe fôram concedidas, sendo presidente da camara Anthero Albano da Silveira Pinto, as quaes são assim compostas, por indicação da propria camara: Escudo partido ao alto; do lado direito, em campo de púrpura, uma fortaleza com um zimborio (alludindo ao mosteiro da serra do Pilar); do lado esquerdo, em campo de ouro (aludindo ao rio), um castello com as insignias romanas nas ameias; no meio do escudo um escudete azul com a legenda de *Mea Villa de Gaia*. O escudo tem uma coróa mural, saindo do meio d'ella um guerreiro a tocar uma buzina, allusão, diz-se, á lenda que conta o rapto de Gaia por Alboazar, representando o guerreiro o rei Ramiro, marido de Gaia. (V. *Miragaia)*. A parte inferior do escudo é circumdada por uma fita branca com esta divisa em letras azues: *Nome e renome*. Os arrabaldes da villa são muito amenos, pittorescos e muito ferteis. Encontram se bonitas quintas, e entre ellas a do *Campo Bello*, em deliciosa situação junto ao monte de Gaia e sobranceira ao Douro, com boa casa de residencia com sua torre ameiada. A villa pertence á 3.ª div. mil., 6.ª brigada, grande circumscripção mil. N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto. Tem escolas para ambos os sexos, publicas e particulares, est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; vastissimos armazens de vinho do Alto Douro, para embarque, podendo comportar mais de 100 mil pipas dos generosos, bem conhecidos e estimados no estrangeiro; um Observatorio Meteorologico, de moderna construcção, Museu Municipal; muitas fabricas dignas de vêr-se, de seda, de fiação de algodão, serrar madeira, ceramica no logar das Devezas, vidro, cebo em rama, moagem e destillação de aguardente a vapor, sulphureto de carbone; um excellente estaleiro, em que n'outras epocas se construiram annualmente muitos navios, não só para este porto, como para o Brazil; advogados, differentes associações de classe, e de soccorros mutuos; Associaçao Commercial e Industrial de Gaia, hospedaria, Instituto de soccorros a naufragos, Internato de Santo Antonio, litographia, depositos de madeiras, medicos, pharmacias, notarios, restaurantes, Seminario de N. S.ª do Rosario dos Carvalhos, typographias, negociantes, exportadores, corretores e agentes de vinhos; numerosos estabelecimentos industriaes e commerciaes, sociedades de recreio, feiras semanaes á 2.ª feira no largo de Santo Ovidio, freg. de Matamude; á 4.ª feira no largo dos Carvalhos, freg. de Pedroso; Povos no 1.º domingo de cada mez, e Vendas no 3.º, ambas na freg. de Grijó; romarias a diversas freguezias do conc., etc. Tem-se publicado os seguintes jornaes: *A Alvorada*, 11 agosto 1901 a dezembro 1902; *Aurora de Gaya*, 1 fevereiro a março 1879; *Boletim da Exposição Agricola Industrial de Gaya*, 1895; *O Campeão Villanovense*, 15 outubro, 1877; *Colmeia do trabalho*, 28 janeiro, 1888; *O Commercio de Gaya*, 3 janeiro, 1897, successor do *Grillo de Gaya*; *Concelho de Gaya*, junho, 1873 a 1875, reappareceu em 1886 com a designação do 4.º anno; *A Defeza*, 1907; em publicação, 1914; *Egreja Lusitana*, 1894; idem, idem; *A Federação Escolar*, 26 setembro 1886; *A Folha de Gaya*, só se publicaram 3 numeros; *O Gaiato*, 21 março, 1891; *O Gayense*, 1 fevereiro 1886 a 23 junho 1887; *Gazeta de Gaya;* não tem data da publicação; *O Grito Branco*, 28 abril 1888; teve vida curta; *O Grillo de Gaya*, 2 abril 1858; passou a denominar-se *Commercio de Gaya* em fins de 1896; mais tarde voltou ao seu primitivo titulo, mas sem o nome da localidade; *O Heroe Academico*, 1890 a 1891; *A Juventude*, 1897; *O Liberal de Gaya*, 30 janeiro 1899; *A Luz do Operario*, 12 março, 1892; em publicação 1914; *O Maçarico*, 1884 a 1886; *A Mocidade*, 1897; *A Occasião*, 1 outubro 1875 a março 1876; *O Papagaio Real*, 7 janeiro a 25 março, 1883; *Porto e Gaya;* não tem data da publicação; *O Portucalense*, 19 maio 1906; *O Povo de Gaya*, 1 março 1890; *O Progressista*, 18 outubro 1886; ainda em publicação em 1899; *O Triumpho*, 1891; *Os Vencidos*, 3 maio, 1891; *A Vida Nova*, 1 setembro 1887; publicava-se ainda em 1899; *A Voz do Tanoeiro*, 10 novembro, 1901; *A Voz de Gaya*, em publicação em 1914, assim como o *Cinco de Outubro*. Numero unico— *Voz da Instrucção*, 1897. O conc. compõe se de 23 freguezias com 18:689 fog. e 85:197 hab, sendo 39:584 do sexo masc. e 45:613 do fem.; n'uma superficie de 17:885 hect. As freguezias são as seguintes: S. Miguel, de Arcozello, 3:931 hab.: 1:892 do sexo masc. e 2:039 do fem.; S. Pedro, de Avintes, 6:171 hab.: 2:860 do sexo masc. e 3:311 do fem.; S. João Baptista, de Canellas, 2:045 hab.: 975 do sexo masc. e 1:070 do fem.; Santo André, de Canidello, 2:872 hab.: 1:374 do sexo masc. e 1:498 do fem.; Santa Marinha, de Crestuma, 1:252 hab.: 549 do sexo masc. e 703 do fem.; O Salvador, de Grijó, 4:447 hab.: 1:824 do sexo masc. e 2:623 do fem.; Santo Estevão, de Guetim, 719 hab.: 329 do sexo masc. e 390 do fem; Santa Maria, de Gulpilhares, 2:426 hab.: 1160 do sexo masc. e 1:266 do fem.; S. Christovão, de Mafamude, 6:742 hab.: 3:246 do sexo masc. e 3:496 do fem.; Santa Maria, de Magdalena, 2:377 hab.: 1:101 do sexo masc. e 1:276 do fem.; S. Felix, de Marinha, 3:324 hab.: 1:494 do sexo masc. e 1:830 do fem.; Santa Maria, de Olival, 1:893 hab.: 834 do sexo masc. e 1:059 do fem.; Santa Eulalia, de Oliveira do Douro, 6:253 hab.: 3:111 do sexo masc. e 3:142 do fem.; S. Pedro, de Pedroso, 7:156 hab.: 3:32) do sexo masc. e 3:833 do fem.; O Salvador, de Perosinho, 2:129 hab.: 977 do sexo masc. e 1:152 do fem.; Santa Maria, de Sandim, 2:348 hab.: 1:003 do sexo masc. e 1:345 do fem.; Santa Marinha, de Seixezello, 708 hab.: 317 do sexo masc. e 391 do fem.; S. Pedro, de Sermonde, 484 hab.: 215 do sexo masc. e 269 do fem.; S. Mamede, de Serzede, 2:911 hab.: 1:332 do sexo masc. e 1:579 do fem.; O Salvador, de Valladares, 2:785 hab.: 1:257 do sexo masc. e 1:528 do fem.; Santa Marinha, de Villa Nova de Gaia, 16:503 hab.: 7:720 do sexo masc. e 8:783 do fem.; S. Salvador, de Villar de Andorinho, 2:2.8 hab.: 1:113 do sexo masc. e 1:125 do fem.; S. Pedro, de Villar do Paraizo, 3183 hab.: 1:578 do sexo masc. e 1:905 do fem.; Villa Nova de Gaia é séde de uma secção da 1.ª companhia da guarda fiscal, com postos em Paramos, Espinho, Aguda, Senhor da Pedra, Lavradores, Lago do Lino, Afurada, Santo Antonio, Calçada das Freiras, Devezas e taboleiro superior da ponte D. Luiz I.

Villa Nova de Mil Fontes. Villa e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. do Alemtejo, conc. o com. de Odemira, distr. e bisp. de Beja; 188 fog e 801 hab. Tem escolas de ambos os sexos, est. post. e telegr. e hospedarias. Está situada no extremo occidental do baixo Alemtejo e no littoral, em terreno plano e arenoso, perto de 20 k. ao S do cabo de Sines, a 15 ao N do cabo Sardão, na margem direita e na foz de rio Mira, a 20 k da séde do conc. E' pov. antiquissima. As escavações, que em diversos pontos d'esta freg. mandou fazer ha muitos annos o dr Abel da Silva Ribeiro, provaram evidentemente que o homem préhistorico viveu aqui, e aqui esboçou a sua primeira civilisação. Aqui se encontraram machados e outros muitos instrumentos de pedra polida, de cobre e de bronze, que vieram para o *Museu Archeologico* de Lisboa O mesmo benemerito archeologo encontrou parte de uma *piroga*, feita, segundo se suppõe, do tronco de um roble cavado por meio de fogo e de golpes de machado de pedra, esboço imperfeitissimo, embryão primordial das nossas embarcações, dos nossos grandes paquetes e dos nossos temiveis couraçados. Foi encontrado este primoroso specimen archeologico enterrado no lôdo, a 4 m. de profundidade. Por aqui se vê, que Villa Nova de Mil Fontes é já anterior ao dominio dos romanos na peninsula. Tambem não ha duvida, de que fôsse habitada pelos cartaginezes, porque nas explorações feitas pelo citado archeologo, n'um promontoriosinho ao norte da entrada da barra, se encontraram differentes utensilios usados por elles, louça, arpões, anzoes, pregos de cobre e alicerces dos tanques em que faziam a salga do peixe. De uma passagem de Strabão parece concluir-se tambem que algumas vezes se abrigou na barra de Mil Fontes a armada de Annibal, e Hamilcar no seu *Periplo* fala d'este porto como muito vantajoso para segurança dos navios acossados pelos ventos de oeste o sul. Da occupação do Mil Fontes pelos celtas, phenicios e gregos, não são raras as provas; e da occupação dos romanos, são abundantissimas. Aqui deixaram bastantes utensilios, moedas e sepulturas A villa foi um dos primeiros concelhos de Portugal, dando lhe D. Affonso III essa primazia, quando, expulsos os moiros de todo o Alemtejo, começou a cuidar da administração do reino. A villa foi tomada aos moiros pelo bispo de Lisboa D Soeiro, com ajuda dos cavalleiros de certa cruzada. O conc. compunha so apenas d'esta villa e da do Cercal, que é actualmente do conc. do S. Thiago do Cacem, e foi extincto por decreto de 24 de outubro de 1855, passando então para o de Odemira. Era da comarca de Ourique, arcebispado de Evora, e commenda da ordem de S. Thiago. Em 1708 tinha prior e 1 beneficiado, freires da mesma ordem, casa da Misericordia com seu hospital, uma ermida do S Sebastião, outra de N. S.ª da Cella, outra de S. Bernardino de Sena, e 1 castello com 12 peças de artilharia. Formavam o seu governo civil 2 juizes ordinarios, 3 vereadores, 1 procurador do conc., 1 escrivão da camara, 1 juiz dos orphãos, 2 tabelliães do judicial e notas e 1 alcaide; duas companhias de ordenanças na villa e uma no seu termo, ou na freg. do Cercal. A villa soffreu muito com os repetidos assaltos dos piratas argelinos, por estar junto da costa. No principio do reinado de D. João II saltaram os moiros em terra, saquearam e incendiaram a villa, deixando a quasi deserta Para a defender e amparar o mesmo rei lhe concedeu o privilegio de couto para 50 homisiados, permittindo lhes o viverem livremente na villa e seu termo, com a condição de a ajudarem a rebater as investidas dos moiros, o que foi de grande alcance, porque os principaes habitantes da villa tinham abandonado as suas casas e procurado domicilio mais seguro longe da costa. Largos annos, porém, continuou a soffrer insultos dos corsarios, não tão repetidos, mas ainda mais audaciosos. El rei D. Manuel deu foral novo á villa, em Lisboa, a 20 de agosto de 1512, chamava-se então ella *Mil Fontes*, e o monarcha deu lhe o titulo *Villa Nova*, talvez pelo facto de a repovoar, o desde então se denomina *Villa Nova de Mil Fontes*. Não é, porém, da agua que brota da villa que lhe provém o nome de *Mil Fontes*, pois que não tem nem uma só; toda a sua agua se reduz a poços. O nome provém-lho dos muitos arroios que nas suas visinhanças, ao longo da costa, se dirigem da terra para o mar, sendo magnifica e até medicinal a agua de muitos d'elles; mas o dr. Abel da Silva Ribeiro, já mencionado, que era aqui proprietario e que fez largos estudos e profundas investigações a respeito d'esta parochia, suppõe que o nome de *Mil Fontes* provém do de *Mellisons*, com que os romanos designavam todo o terreno que circumdava aquella povoação, por ser abundantissimo de mel, *de superior qualidade* em razão das plantas aromaticas de que era extrahido. Desde o principio do seculo XVI, não se sabe se por disposição expressa no foral de D. Manuel, so por algum alvará posterior, esta villa e a de Sines pagavam annualmente da dizima do pescado 400 mil reis a D. Vasco da Gama. No fim do dominio castelhano, em 1638, tres barcos argelinos, acobertados pelos rochedos da praia do sul, puderam sem serem vistos ancorar, já de noite, detraz da *Pedra da Atalaia*. D'ali marchou astutamente um d'elles para o Canal, 2 k. ao norte da villa, ficando os outros escondidos na *Atalaia*. Ao romper da manhã desembarcaram os moiros que tinham ido para o *Canal*, destruiram e saquearam um casal proximo. Correram logo os moradores da villa em soccorro do casal e, aproveitando se da bem calculada ausencia dos seus habitantes mais validos, de repente foi investida e saqueada pelas guarnições dos outros 2 barcos argelinos, levando captivos muitos dos seus habitantes que não puderam fugir, entre elles o prior d'esta parochia, pois indo já a distancia, voltou á retaguarda com o fim de retirar da egreja o Santissimo Sacramento, e salval-o da profanação. Caindo em poder dos moiros, foi levado captivo para Argel, d'onde annos depois o resgatou D. João IV. Este soberano, condoido de tantos desgostos, mandou construir um castello para defeza da villa, castello que está ha muito em ruinas, e o guarneceu com 6 peças de artilharia e 2 companhias de soldados, obrigando além d'isso os habitantes da villa e do seu termo a irem apresentar-se ao governador, logo que ouvissem o signal de rebate, que era um sino do castello Tinha uma ponte levadiça, fossos, barbacã, paiol, capella, accommodações para a guarnição, etc. A egreja matriz é muito antiga; suppõe-se que data do reinado de D. João III. Villa Nova do Mil Fontes é hoje uma das mais pequenas e humildes parochias do conc.

de Odemira. As suas producções predominantes são: trigo do excellente qualidade, principalmente o tremez, milho, feijão, arroz e fructas magnificas; tambem produz muita hortaliça, e tem peixe, tanto do rio como do mar. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos.

Villa Nova de Monsarros. Villa e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. de Anadia, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 356 fog. Tem escolas de ambos os sexos, correio com serviço de posta rural, e minas de *Valle de Fragoa* e *Valle do Soeiro*. Está situada n'um valle muito aprazivel, nas margens de um affluente do rio Certume, a 5 k. da séde do conc. E' pov. muito antiga, e já existia no tempo dos arabes, que lhe deram o nome. Em 1016 era senhor d'esta villa Recemundo Maureliz, que a deu, com a sua egreja e com as egrejas de Villar de Correixe, Sangalhos, Barrô, e outras mais, ao mosteiro da Vaccariça. Depois da conquista de Coimbra aos moiros, em 1064, passaram parte d'estas egrejas a ser do padroado dos filhos de Gonçalo Viegas e de sua mulher D. Flamula, ou D. Chamma. Passados annos foi o padroado de Monsarros para o cabido da sé de Coimbra, que o usufruiu até 1834. Os descendentes de D. Flamula ainda vieram allogando direitos a este padroado, mas o cabido obteve uma sentença a favor da jurisdicção dos seus coutos, em 14 de janeiro de 1540. El-rei D. Manuel deu-lhe foral em Lisboa, a 9 de dezembro de 1514. Ha aqui o Santuario de N. S.ª das Neves, imagem de muita devoção para os povos d'esta freg. e immediatas. A villa pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

Villa Nova da Muhia. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 279 fog. e 850 hab. Tem est. post. e está situada a 4 k. da margem esquerda do rio Lima e a 3 da séde do conc. Houve aqui um convento de S. Theotonio, de conegos regrantes de Santo Agostinho, fundado em 1100 pelo rico homem Godinho Fafez, de Lanhoso, amigo de D. Affonso VI, de Leão, amigo e companheiro de seu genro, o conde Henrique, que foi pae de D. Affonso Henriques. Em 1103, este fidalgo lhe fez doação plena do convento e suas dependencias. Foi seu 1.º prior D. Ramiro Fafez. D. Affonso Henriques coutou o convento, em 1141, e o deu aos frades. Outros dizem que D. Affonso Henriques só lhe confirmou e ampliou o couto, que já estava creado por seu pae, no mesmo anno de 1103. Esta doação foi confirmada por D. João I, em Lisboa, a 11 de janeiro de 1401. Em 1594 este convento se uniu ao de Santa Cruz de Coimbra. Pertence a pov. á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Villa Nova de Ourem *(Elesbão José de Bettencourt Lapa, 2.º visconde de).* General de divisão reformado, governador geral da India, inspector do material de guerra da 1.ª divisão militar, governador do Campo Entrincheirado, grande official, commendador e cavalleiro da ordem de Aviz, cavalleiro da de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa, etc. N. a 22 de dezembro de 1831, fal. em Lisboa a 15 de agosto de 1899. Era filho dos 1.ºs viscondes do mesmo titulo (V. o *artigo seguinte*). Assentou praça em artilharia a 27 de outubro de 1849, sendo promovido a 2.º tenente, ou alferes, em 14 de novembro de 1850, a 1.º tenente em 4 de agosto de 1862, a capitão em 13 de outubro de 1866, a major em 22 de outubro de 1879, a tenente-coronel em 31 de outubro de 1884, a coronel em 17 de julho de 1889, a general de brigada em 10 de janeiro de 1895, passando em dezembro de 1898, pela lei do limite da edade, ao quadro auxiliar no posto de general de divisão. Quando seu pae foi nomeado governador geral da India, em 1850, seguia ainda o joven Elesbão Lapa o curso de artilharia, mas teve de o interromper, por ter sido nomeado ajudante de campo de seu pae, e promovido por isso a alferes, vindo a concluir o curso quando regressou á metropole. No alvorecer do anno de 1852 tinha o moço official, que voluntariamente se offereceu para o commando das tropas, o seu baptismo de sangue, batendo-se

Visconde de Villa Nova de Ourem

como um valente nas emaranhadas florestas de Satary. Os salteadores capitaneados por chefes ranes da aldeia de Cotogdi, saqueavam as aldeias de Sacxordá, Daball, Quorim, Usgão e Surla, deitando fogo ás riquissimas matas de Massorden e Velley, e resistindo, entrincheirados, ás pequenas fôrças regulares que iam com o fim de batel-os. Foi então que o governador assumiu em pessoa o commando das tropas, marchando para Sanquelim, e conseguindo prender os chefes ranes, obrigando os outros a fugir com as suas gentes. O alferes Elesbão Lapa era posteriormente louvado pela sua bravura, e agraciado pela rainha D. Maria II com o habito de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. Por esta fórma o joven official prestava os seus primeiros serviços á India, prejudicando se na sua carreira, que atrazou 5 annos. Concluido finalmente o curso e collocado como 1.º tenente em artilharia n.º 2,

fez a marcha de experiencia com o material francez, então adoptado pelo nosso exercito, de Lisboa a Coimbra, Vizeu, Guarda, Castello Branco e Abrantes, marcha que foi difficil e muito trabalhosa pela falta de estradas que n'essa epoca muito se fazia sentir. Sobretudo a passagem do rio Zezere, n'uma ponte volante, habil e rapidamente construida pelo experimentado official, e o bem elaborado relatorio da marcha, mereceu honrosa menção ao commandante que o propôz superiormente, vindo publicado na ordem do exercito. Mais tarde exerceu a commissão de commandante do material de guerra na praça d'Elvas, até que foi collocado em artilharia n.º 3 como commandante da bateria de montanha. Nos acontecimentos de 19 de maio de 1870, pela revolta do marechal Saldanha, sendo ainda capitão, desempenhou um importante papel, devendo-se á sua energia e temeridade o evitar-se uma grande mortandade nas proximidades do paço d'Ajuda, pois que avançando só para a bateria que estava postada junto ao palacio sob o commando do então capitão Mendonça e Brito, cortou as escorvas evitando uma descarga, que destruiria a maior parte das tropas que acompanhavam Saldanha. N'esse mesmo anno, por decreto de 1 de agosto, foi agraciado com o titulo de visconde de Villa Nova de Ourem, que antes fôra de seu pae, como recompensa dos actos de valor que n'essa revolta praticára. Collocado na Escola do Exercito como instructor, assignalou brilhantemente a sua passagem rapidissima n'esse estabelecimento, coordenando umas lições de hippologia, que fôram lithographadas em volume. Ainda em agosto de 1870 foi nomeado governador do districto de Damão, onde se conservou durante 6 annos, em que tambem prestou serviços, sendo esses tão notaveis que a camara municipal, n'uma representação a el-rei D. Luiz I, instava pela conservação do governador, consignando e assignalando os beneficios enormes emanados da sua administração intelligente, sensata e honestissima. Entre esses beneficios distinguiam-se, pela sua importancia, a liberdade de transito pelo territorio britannico dos productos de Damão e Nagar Avely, que a sua iniciativa obtove do governo inglez, o seu auxilio ás autoridades inglezas na aprehensão de roubos e prisão de malfeitores, que lhe mereceu rasgados agradecimentos do governador de Bombaim, e finalmente o seu relatorio proposto para regulamentar as matas e aldeias de Nagar Avely, salvaguardando os interesses da fazenda nacional. Regressando a Lisboa, depois dos 6 annos de seu governo, foi logo nomeado commandante do instrucção e manobras em Tancos, onde introduziu tão sensatos melhoramentos que lhe mereceram o louvor do general inspector, então D. Antonio de Mello Breyner. Em outubro de 1879 era nomeado director da fabrica da Polvora, e logo em seguida inspector do material de guerra da 4.ª div. mil, d'onde novamente tornou para a Fabrica da Polvora. Quando uma horrivel explosão se produziu na fabrica, foi tão extraordinaria a sua actividade, os seus actos de abnegação e de coragem, que lhe mereceram do governo a commenda da ordem de Aviz, em termos tão honrosos que nem teve de pagar direitos de mercê. Exerceu tambem o cargo de director da fundição de canhões, e parece que ha ainda hoje na fabrica uma tempera de limas denominada *tempera do visconde*, existindo escripto pelo seu punho e illustrado com numerosos desenhos, um verdadeiro tratado de fabricação de limas, com um officio honrosissimo do general commandante geral da arma Paulo Eduardo Pacheco. O visconde de Villa Nova do Ourem deixou a fabrica em 1886, onde era estremecido por todos os operarios, por ter sido nomeado chefe da 2.ª repartição do commando geral, saindo d'aqui para o commando do regimento de artilharia n.º 4, que exerceu até ser nomeado governador geral da India em 1894. N'este cargo soffreu muitos dissabores, a intriga não o poupou, e crivou-o de desgostos. Durante o seu governo deram-se gravissimos acontecimentos na India, acontecimentos que elle previu, e que eram consequencia de umas ordens emanadas de quem nada conhecia de aquelle Estado. O visconde que tantos annos ali permanecera, que sabia as linguas do paiz, conhecia os seus habitos, costumes e crenças, informou com a maior lealdade o governo da metropole das consequencias da execução das ordens recebidas, e em vez de ser attendido, o governo teimou no cumprimento d'ellas. As consequencias fôram a revolta que custou muitas vidas e alguns centenares de contos de reis. O visconde foi exonerado do seu elevado cargo. A acta da sessão da camara municipal de Gôa, quando lhe constou essa exoneração, foi uma apotheose insuspeita da sua honrada e consciente administração. Ao regressar a Lisboa em 1895, quiz justificar os seus actos, mas não lhe permittiram publicar o seu relatorio, em que minuciosamente descrevia todos os acontecimentos, provando quo os seus actos fôram dictados pelo mais fino criterio e bom senso. O visconde, desde então, mudou completamente; o seu caracter jovial, alegre e franco, tornou-se triste e sombrio. Já no posto de general de brigada, foi nomeado commandante militar dos Açôres, e por ultimo governador do Campo Entrincheirado de Lisboa. O visconde de Villa Nova de Ourem casou em 1862 com D. Amalia Augusta Felner, e tendo enviuvado, passou a segundas nupcias em 1868, com D. Maria Henriqueta de Carvalho Felner, sua cunhada, ambas filhas de João Valentim Felner, e de sua mulher, D. Marianna Victoria de Carvalho.

Villa Nova de Ourem *(José Joaquim Januario Lapa, 1.º barão e 1.º visconde de).* Marechal de campo reformado, deputado, par do reino, conselheiro, ministro de Estado, governador geral da India, commendador das ordens de Aviz, da Torre e Espada, e de Izabel a Catholica de Hespanha, etc. N. em Belem a 10 de julho de 1796, fal. em Lisboa a 1 de junho de 1859. Partindo com seus paes para o Brazil, aos 13 annos de edade, em 1809, assentou praça de soldado voluntariamente dois annos depois, no 1.º regimento de artilharia no Rio de Janeiro. Estudou o curso de mathematica, fortificação, desenho, sciencias physicas e naturaes na Academia Militar d'aquella cidade, obtendo os mais subidos elogios dos mestres, e sendo 4 vezes premiado. Achando-se na Parahiba do Norte em 1818, foi incumbido de fortificar a costa d'essa provincia desde a praia do Lucena ao norte do Cabedello até á Bahia Formosa, sendo depois nomeado, por provisão regia, delegado do commissario inspector geral das fortalezas e postos de guerra do reino do Brazil; posteriormente foi encarregado de organisar e instruir

regimento de artilharia a cavallo do Rio de Janeiro, e nomeado lente de mathematica na escola militar d'esse corpo, contando apenas 24 annos. Seguiu aqui os diversos postos da hierarchia militar, até chegar ao de major. Proclamada a independencia do Brazil, e tendo o novo imperio de organisar todos os seus serviços, abria-se á capacidade do moço official de artilharia um vasto campo para a conquista da sua fama e dos seus interesses. As circumstancias na verdade, eram attrahentes e seductoras; a estima geral de que gozava, e as valiosas relações que contrahira, lhe proporcionara o casamento com uma senhora das principaes familias do Rio de Janeiro, D. Anna Margarida de Bettencourt, filha do tenente-coronel e governador da fortaleza da Praia Vermelha da mesma cidade, Elesbão José da Silva Bettencourt; a todas essas vantagens e seducções, preferiu o amor á terra em que nascera, e voltou para Lisboa em 1825. Durante a viagem teve elle occasião de mostrar o seu decidido valor e coragem, não estando então em frente das baionetas e das balas, mas em lucta com o inimigo mais temivel, as ondas do Oceano. Embarcara n'uma galera mercante, que depois de ter soffrido um grande temporal nas alturas da Bahia, naufragou n'aquellas paragens. Na enormidade do perigo, os marinheiros, desattendendo a autoridade do capitão, que para escapar á furia dos seus subordinados teve de se esconder na camara, lançaram o escaler ao mar, invadiram-n'o tumultuosamente e procuraram salvar-se, expondo á mais irremediavel perda os seus officiaes e todos os passageiros que viuham a bordo. O major Lapa, n'esta critica situação, salta de espada em punho para o escaler, e com a voz e com o gesto, e com a sua inabalavel resolução e firmeza, impõe o respeito e o terror áquelles homens desvairados e destemidos, obriga a marinhagem a voltar ao navio, deixando apenas comsigo os remadores precisos; fez descer para os escaleres as mulheres, as creanças e os doentes que estavam a bordo, e vencendo o furor das ondas vae lançal-os na praia da costa a 5 legoas de distancia. Volta de novo á galera, e conduz para terra o resto dos passageiros e da mariuhagem. Lembrando-se, porém, de dois doentes incapazes de se moverem, e de quem niuguem mais se lembrára nas angustias d'aquelle tão grande perigo, era preciso salval-os, o moço artilheiro conseguiu excitar os marinheiros a affrontar de novo o furor das vagas, pela terceira vez faz o difficil trajecto, e os pobres enfermos tambem se salvaram. Chegando por fim a Portugal, foi logo reclamado para muitos trabalhos scientificos. Desempenhou varias commissões mineralogicas e montanisticas, foi empregado no arsenal do exercito, organisou, instruiu e commandou o batalhão nacional de artifices d'esse estabelecimento, dirigiu o fabrico e distribuição de todo o material de artilharia e munições de guerra, das fortificações de Lisboa, Palmella e Setubal em 1833, e concorreu na mesma epoca com o batalhão que commandava, para a defeza das linhas da capital. Em seguida fez parte de varias commissões nomeadas para tratar do aperfeiçoamento do material e do serviço da artilharia; dirigiu a manufactura de novos arreios, que se adoptaram, por proposta sua, para as parelhas dos parques de campanha e montou e instruiu no respectivo exercicio uma bateria de artilharia a cavallo. Foi depois collocado na 3.ª secção do exercito por tomar parte nos acontecimentos de Belem, em 1836, conhecidos pela *Belemzada*, e na tentativa dos marechaes em 1837, para a restauração da Carta Constitucional. N'esta situação encontrou immediatamente a sua intelligencia novos trabalhos em que se applicasse, e foi empregado pela Companhia das Lezirias do Tejo e Sado, como director geral das obras das suas propriedades e administrador d'ellas. Tendo voltado depois, pelas suas convicções politicas á actividade do serviço militar, foi despachado tenente-coronel em 1841 com a antiguidade de 5 de setembro de 1837; coronel graduado em 23 de agosto de 1843, e coronel effectivo em 10 de março de 1845. Nos annos de 1846 e 1847 foi successivamente investido no cargo de governador militar de Santarem; commandante de uma columna movel ao norte do Tejo, com a qual unindo se ao exercito de operações, assistiu á batalha de Torres Vedras em dezembro de 1846, onde se distinguiu pelo seu valor, sendo por isso agraciado com o titulo de barão de Villa Nova de Ourem, por decreto de 20 de janeiro de 1847. No fim da lucta civil commandou uma columna destacada nas provincias das Beiras e Traz os Montes, e terminada a campanha regressou a Lisboa, foi eleito deputado ás côrtes pelo circulo da Beira Alta e pela Extremadura, exerceu distinctamente o logar de coronel do 1.º regimento de artilharia, foi governador civil de Lisboa, ministro da marinha e ultramar, de 29 de março a 10 de julho de 1848; ajudante general do exercito, ministro da guerra, de 29 de janeiro a 18 de junho de 1849, e interino da marinha de 7 de maio a 18 de junho do mesmo anno, sendo exonerado d'estes cargos, sempre a seu pedido. Como governador civil de Lisboa, de que tomou posse pouco depois de acabada a lucta com a Junta do Porto, houve se com o maximo acerto, e deixou pezarosamente este logar para acceitar o de ministro da marinha, porque trabalhava por estabelecer em Lisboa uma casa de correcção e ensino. Promoveu quanto estava no seu poder o augmento da nossa marinha militar, procurou excitar a prosperidade das colonias; creou o corpo de veteranos da marinha; melhorou muito o arsenal, e projectava a reforma d'elle bem como a de todas as repartições a seu cargo. Manteve a mais judiciosa economia em todas as despezas e attendeu a que os pagamentos se fizessem sempre com justiça e regularidade. No posto de ajudante general do exercito foi austero mantenedor da disciplina militar, solicito em promover a instrucção do exercito, estabeleceu exercicios semanaes de brigadas, fez executar grandes manobras de tactica nas terras de Bemfica, e meditava estabelecer annualmente nas proximidades de Lisboa um acampamento para instrucção dos officiaes de todos os graus e armas no serviço de campanha. Entre os muitos projectos apresentados ás camaras, como ministro da guerra, citaremos a lei do recrutamento, a de promoções e recompensas militares, a de rehabilitação para os officiaes e empregados militares da convenção de Evora Monte, e o restabelecimento do Montepio militar. O barão de Villa Nova de Ourem foi um homem distincto, emineute, como legislador, como militar, como estadista, como administrador. Attendendo ao seu elevadissimo merecimento, foi no-

meado por carta régia de 3 de outubro do 1850 governador geral da India, e antes de embarcar para o Oriente, foi promovido ao posto de brigadeiro, depois chamado general de brigada. No dia 12 de janeiro de 1851 chegou a Gôa, e no dia 15 recebeu na egreja do Bom Jesus, das mãos do seu antecessor, o bastão dos vices reis. Conservou com tanto brilho o nome portuguez n'aquellas longinquas paragens, serviu com tanta honradez e competencia o seu pesado cargo, que findo o 1.º triennio do seu governo, foi n'elle reconduzido por mais 3 annos por nova carta regia de 17 de outubro de 1853, extremamente honrosa. N'este mesmo anno, por decreto de 12 de março, havia sido agraciado com o titulo de visconde. Ao tomar posse pela primeira vez do seu cargo de governador, encontrou em muito difficeis circumstancias o thesouro, em consequencia dos movimentos revolucionarios do anno de 1835, que tinham posto em desordem o estado das finanças do paiz, aggravando-se cada vez mais pela accumulação successiva de um grande *deficit* annual que elevava já a divida passiva, só no tocante aos vencimentos da classe dos funccionarios, á enorme somma de 555:248 xerafins. Foi este o primeiro assumpto que mereceu a sua solicitude, e de tal fórma se houve na resolução de tão arduo problema financeiro que, no fim de 45 dias de haver assumido o governo, o thesouro principiou a satisfazer com regularidade os seus encargos, garantindo o embolso integral dos valores representados nos recibos até ahi rebatidos, e mais a percentagem de um por cento ao anno até amortisação completa. E garantindo se o total pagamento no prazo de 9 annos a contar do principio do 1852, no fim de 2 annos, apenas, estava fechada a conta e saldada a divida. O seu biographo Caetano Francisco Pereira Garcez, antigo deputado pelos estados da India, resume assim o quadro dos serviços do visconde de Villa Nova de Ourem durante o seu governo da India: «Levando a reforma a todas as repartições publicas do estado deu ao arsenal do exercito e marinha, ao hospital militar e á administração geral das mattas nacionaes, novos regulamentos adaptados ás necessidades do serviço, com grande economia da fazenda. Separou em tres grandes divisões administrativas as provincias das Novas Conquistas, que comprehende uma superficie de 1:260 milhas quadradas em 230 mil habitantes, estavam entregues á tutela de um só magistrado. Manteve no exercito a mais severa disciplina. Melhorou o systema tributario, tornando-o mais egual e menos gravoso aos contribuintes sem augmento de impostos, mas antes abolindo alguns tributos oppressivos, que recahiam exclusivamente sobre certas classes, e outros antiquados e odiosos dos templos dos regulos que oneravam as industrias com pouco proveito do thesouro. Libertou o commercio dos estorvos que encontrava nas pautas das alfandegas, que melhorou consideravelmente. Instituiu feiras francas e annuaes para attrahir ao mercado o commercio estrangeiro das terras vizinhas, e n'essas feiras promoveu a exposição das industrias do paiz. Deu vigoroso impulso á agricultura, offerecendo meios faceis para o prompto aforamento dos vastos campos, que se achavam incultos e desaproveitados. Excitou pelo proprio exemplo e mediante valiosas concessões, a plantação do café o do algodão e mandou vir á sua custa do Singapura o de Pinang grande numero do plantas exoticas de riquissima producção para as aclimatar no paiz, distribuindo as gratuitamente pelas corporações agrarias, denominadas Communidades. Favoreceu as construcções navaes nos estaleiros de Damão e Gôa, convidando os capitalistas a emprehenderem similhantes obras por meio de isenções de direitos. Fez promptificar e aparelhar a corveta *Gôa* e mandou proceder ao fabrico da corveta *Iris* dispendendo n'essas obras mais de 400 mil cruzados, sem pedir fundos á metropole. Deixou quasi prompta a corveta *Damão* e mandou pôr a quilha d'um novo brigue no estaleiro do arsenal de Gôa. Visitou á sua custa as praças do norte (Damão e Diu) onde adoptou muitas providencias a bem dos povos. Regulou o processo judicial nas ditas praças e nas provincias das Novas Conquistas, codificando a legislação gentilica, fundada em usos e costumes que ou se conservavam tradicionalmente ou se achavam escriptos em papeis avulsos, o eram applicados arbitrariamente, acabando assim com similhante arbitrio. Cuidou com muita solicitude das obras de viação publica, a que deu o maior desenvolvimento mandando abrir uma estrada real que unisse as tres comarcas de Bardez, Salsete e Ilhas, para o que estabeleceu fundos especiaes, começando e concluindo em poucos mezes a famosa estrada de Coessim, que mandou abrir por mãos dos soldados do batalhão n.º 4 de infantaria, á imitação do que fizeram os nossos avós no Grão Pará e na primitiva India, e fazendo construir varias pontes sobre diversos rios e ribeiros de difficil e perigoso transito na estação das chuvas, entre as quaes avulta a bella ponte de Seridão, para a qual concorreu com valioso donativo. Reparou muitos edificios publicos de significação historica e a vasta fortaleza do Mormugão que se achava em grande ruina. Mediante a adopção de medidas adequadas extinguiu a proverbial insalubridade do magnifico arsenal de Gôa, onde collocou em tão boa ordem o material do exercito, que fez a admiração de quantos viram este importante trabalho executado no espaço de anno e meio.» Caetano Pereira Garcez ainda accrescenta que aformoseou a cidade do Nova Gôa e a dotou com um elegante chafariz para onde fez convergir diversas fontes de excellente agua, ignoradas e perdidas que conseguira descobrir. Reformou a instrucção primaria por todas as povoações da India, creando algumas cadeiras mais de instrucção secundaria nas cabeças de comarcas, instituindo um lyceu na capital do districto, e organisando tambem duas escolas para o sexo feminino nas villas de Margão e Mapuçá. Defendeu com firmeza os direitos do real padroado nas egrejas do Oriente, repellindo energicamente as invasões dos propagandistas. E note se que o nobre visconde tivera de sustentar por espaço de 3 annos uma guerra dispendiosa com os ranes de Satary, os quaes organisando numerosas quadrilhas do salteadores, ousaram repetir desde os principios do seu governo as devastações, os roubos e os assassinios que frequentemente praticavam desde 1746, epoca da conquista da sua terra, formulando como sempre a exigencia de se lhes restituir a posse da mesma provincia. Em breve, porém, sentiram elles que no governo do visconde de Villa Nova do Ourem não zombariam impunemente do nome portuguez na India, por

quauto o nobre visconde, com a energia e actividade do seu caracter, tomou pessoalmente o commando do exercito de Gôa, marchou sempre á sua frente, exposto aos tiros que partiam por entre os espessos bosques d'aquella provincia, e foi finalmente procural-os até ás suas cavernas nas montanhas de Caranzol, conseguindo derrotal os completamente sem recorrer á metropole nem transigir com os bandidos. Sujeito, todavia, á sorte commum a todos os caracteres eminentes de todos os tempos, teve inimigos, que debalde se esforçaram por macular o brilhantismo da sua reputação sem mancha, espalhando contra os seus actos as mais torpes calumnias, que fôram repellidas pelos homens serios de todas as classes da India. O exercito offereceu ao seu valente general uma medalha de gratidão, e os povos de Bicholim e Satary tambem offereceram ao seu bom e esclarecido governador uma outra medalha similhante, commemorativa dos beneficios que lhe deviam, com menção especial dos paternaes desvelos que empregara para os livrar do flagello dos salteadores que os devastavam, acompanhando essa offerta, feita a 16 de outubro de 1854, de um rico pergaminho escripto em lingua maratta O visconde de Villa Nova de Ourem não pôde, em consequencia dos seus padecimentos, completar o 2.º trienio do seu governo na India, e embarcou para o reino a 28 de junho de 1855. Tendo sido nomeado par do reino em 9 d'agosto de 1851, tomou parte activa nas discussões do parlamento, depois do seu regresso á patria, e muito especialmente nas que se referiam a negocios da India e ao nosso padroado no Oriente, mas aggravando-se-lhes os ataques asthmaticos, falleceu pouco tempo depois.

Villa Nova de Ourem. Villa da prov. da Extremadura, séde de conc. e de com., distr. de Santarem, Relação e patriarc. de Lisboa; tem uma só freg., N. S.ª da Piedade. Está situada n'uma baixa, a 3 k. da séde do conc., que fica no alto de um monte, e nunca foi murada. O antigo conc de Ourem é o mesmo que actualmente se chama de Villa Nova de Ourem. Mudou apenas de nome e de séde *(V. Ourem)*. Desde os tempos mais remotos se escolheram para séde das grandes povoações os morros e pincaros, por serem menos accessiveis e mais defensaveis, e porque este recanto da peninsula hispanica foi desde os tempos prehistoricos theatro incessante de guerras, quasi todos os seus morros e pincaros fôram habitados e fortificados. Muitas d'essas povoações e fortificações desappareceram e d'ellas apenas restam vestigios na historia, nos escombros ou nos seus nomes, e d'outros nem os mais tenues vestigios restam; mas na provincia da Extremadura ainda se conservam bastantes, taes são Lisboa, Leiria, Santarem, Palmella, Almada, Cintra, Torres Vedras, Torres Novas, Thomar, Peniche, Porto de Moz e Ourem. Estava Ourem na mais feliz situação para os tempos de guerra de armas brancas, pois coroava um alto pincaro de fórma cónica, dominando o fertil valle do seu nome e grande parte da Extremadura. Por isso ali se levantou um castello tão importante que o proprio imperador de Marrocos, Miramolim, o respeitou, quando marchava sobre Santarem com um poderoso exercito. Foi tambem respeitado por D. João I de Castella, quando invadiu Portugal com o grande exercito, quo foi completamento desbaratado em Aljubarrota. Attrahidos pola valentia dos seus muros, pelos grandes privilegios dos seus foraes e pelos privilegios ainda maiores dos seus poderosos senhores, e nomeadamente da poderossima casa de Bragança, ali se desenvolveu um povoado importante, que augmentou ainda muito mais com a creação da real collegiada do seu nome, rival das de Cedofeita, Guimarães e Barcellos, e que chegou a ter mais de 100:000 cruzados de renda. Em 1712 a freg. e villa de Ourem contava 930 fog. e 3:136 hab, muita nobreza e muita riqueza, uma sumptuosa egreja da collegiada e 18 capellas publicas. Além d'isso, estavam annexas á poderosa collegiada as 4 grandes freguezias de Ceissa, Freixianda, Fatima e Olival. Era a villa tambem cabeça de comarca e de ouvidoria, cujo ouvidor entrava por correição nas villas de Porto de Moz, Avellar, Chão de Couce, Aguda, Pousa Flôres e Maçãs de D. Maria. Era, portanto, Ourem uma villa importante e muito considerada, mas soffreu muito com o terremoto de 1755, que desmoronou quasi todos os seus edificios, incluindo a sumptuosa egreja da collegiada, e com a Guerra Peninsular tambem soffreu muitissimo, principalmente, emquanto o exercito de Massena se conservou na frente das linhas de Torres Vedras, desde novembro de 1810 até março de 1811. Não só foi saqueada, como incendiada, escapando unicamente umas vinte e tantas casas. Soffreu tambem muito com as guerras civis posteriores, eom a desmembração d'esta parochia, e mais ainda com a extincção dos dizimos e da sua collegiada, tanto que no 2.º quartel do seculo passado, depois de uma lucta titanica mas ingloria, passou polo vexame de se vêr supplantada pela pov. de Aldeia da Cruz, para a qual foi transferida a séde de conc. e de com de Ourem. Quando em 11 de agosto de 1385 D. João I e o condestavel D. Nuno Alvares Pereira marchavam de Thomar contra os castelhanos e se dispunham a dar lhes batalha (a de Aljubarrota) estiveram na villa de Ourem, e havia por esse tempo no sopé do monte, onde se levantava aquella villa com o seu alteroso castello, uma pequena pov. denominada Pédélla, no caminho de Thomar, Leiria, Santarem e Torres Novas para a villa de Ourem. Dada a batalha no dia 14 de agosto do citado anno de 1385, e derrotados completamente os castelhanos, voltou D. Nuno Alvares Pereira no dia seguinte a estas paragens para cumprir certos votos, e chegando a Pédélla, onde descançou, soube que na batalha morrera seu irmão D. Pedro Alvares Pereira, mestre da ordem de Calatrava, que fazia parto do exercito castelhano, e junto da mesma pov., no sitio do *Carvalhal*, n'um grande souto de carvalhos mandou erigir, em memoria do fallecido, uma cruz de pedra, da qual a dita povoação com o decorrer do tempo tomou o nome de *Aldeia d'ao pé da Cruz*, depois *Aldeia da Cruz*. Ali se conservou a cruz por muito tempo, até que desabou com o perpassar dos annos, mas o benemerito dr. Joaquim Gomos Vieira Gaio, sendo administrador d'este conc. e presidente da camara municipal, a mandou restaurar. A nova cruz collocou se em outubro de 1857, 5 m. ao nascente do local onde estava a antiga. Sendo aquelle sitio muito aprazivel e cortado por estradas importantes, com o tempo se desenvolveu consideravolmente a população, e tanto que por occasião do terremoto de 1755 para ali fugi-

ram os conegos da real collegiada e grande parte dos habitantes da villa de Ourem, muitos dos quaes ali fixaram residencia. Tanto perdeu Ourem com o terremoto, como lucrou a Aldeia da Cruz. D. José I mandou restaurar alguns edificios da villa, mas a maior parte não mais se ergueu, emquanto que a Aldeia da Cruz, além de pouco soffrer com o terremoto por estar na campina, viu augmentar espantosamente os seus edificios, a sua riqueza e a sua população. Em 1810 os soldados de Massena assolaram toda a Extremadura, nomeadamente a villa de Ourem, que foi saqueada e reduzida a cinzas, conforme dissémos, e não pouparam Aldeia da Cruz; mas Ourem, anteriormente já pobre e mais falta de recursos, não póde restabelecer-se, emquanto que a Aldeia da Cruz de prompto se restabeleceu, ficando a valer muito mais do que a villa, posto que fôsse uma simples pov. rural da parochia d'ella, pelo que os seus habitantes se lembraram de seguir o exemplo da freg. de Ceissa, que ha muito se tornára independente da collegiada, e trataram de promover tambem a sua independencia. Com este intuito requereram em 1824 ao governo a sua desmembração da freg. da collegiada e a creação de uma nova freg. formada por differentes aldeias, tendo por séde a da Cruz, onde já havia uma capella da Senhora da Piedade, com altar-mór e mais 2 altares, com o Santissimo Sacramento, irmandades, capellães pagos pelo povo para celebrarem missa aos domingos e dias santificados, capella em que o cabido da collegiada já havia funccionado perto de 8 mezes, em seguida ao terremoto de 1755. Depois de hesitações e de alguma opposição da parte da parochia da villa de Ourem, ficou a nova freg. completamente independente por decreto de 29 de agosto de 1829, datado do paço de Queluz, sendo o P. Domingos Antonio de Almeida apresentado como prior, pelo infante D. Miguel, na egreja de N. S.ª da Piedade da Aldeia da Cruz. Não chegou, porém, a tomar posse, porque surgiram logo contra elle denuncias e intrigas que determinaram o governo de D. Miguel a mandar prender o P. Domingos e a annullar aquelle decreto por outro com data de 22 de outubro do mesmo anno. Por decreto de 29 de março de 1831 foi nomeado *conego-parocho* da nova freg. Fr. Antonio de S. Boaventura, da ordem de S. Francisco, mestre de theologia e professor jubilado do real estabelecimento dos estudos do Bairro Alto, de Lisboa; mas extinctos os dizimos em 1834, abandonou a freg., cuja congrua era o canonicato, e retirou se para a sua terra natal, onde falleceu pouco tempo depois. A collegiada de Ourem tambem foi abolida em 1834. A rainha D. Maria II, por alvará de 23 de setembro de 1841, elevou a pov. de Aldeia da Cruz que já então era séde do conc. de Ourem, á categoria de villa com a denominação de *V. N. de Ourem*. Esta parochia era do bispado de Leiria, mas desde 1882, data da ultima circumscripção diocesana, em que esta foi extincta a diocese e dividida pelo patriarchado e pela de Coimbra, passaram para o patriarchado, além de outras, todas as freguezias do concelho de V.N. de Ourem. A construcção dos novos paços do conc., que são amplos e majestosos, principiou em 9 de junho de 1874, e no anno seguinte se creou a comarca de V. N. de Ourem, de 3.ª classe, formada unicamente pelas freguezias do seu conc. No edificio dos paços do conc. funccionam todas as repartições publicas, a camara, o tribunal de justiça, a administração do conc., a repartição da fazenda, recebedoria, correio e telegrapho, datando a creação d'este de 13 de agosto de 1881. A villa tem um bom cemiterio feito por uma commissão de parochianos, que depois de concluido, em 1856, o entregaram á camara. Foi benzido em 9 de setembro do mesmo anno, com grande pompa. Creada a freg. de Aldeia da Cruz, ficou servindo de matriz a antiga capella da Senhora da Piedade, mas como a população augmentasse espantosamente, foi preciso substituir a capella por um templo mais vasto. Por iniciativa do prior José Cypriano Borga se deu principio ás obras do novo templo em 21 de agosto de 1861 sobre o local da dita capella. Construiu-se primeiramente a capella do Santissimo, que depois ficou ao lado esquerdo da nova egreja, e foi benzida pelo mesmo prior no dia 20 de outubro de 1867. Depois demoliu se a antiga capella, e no seu chão se fez o novo templo, ficando ligado á capella do Santissimo. A capella mór foi benzida a 24 de novembro de 1873. O novo templo é amplo, mas singelo. A villa é muito abundante de boa agua potavel. Foi encanada em tubos pela camara desde o sitio da *Caridade* e jorra em 3 chafarizes: *Fonte Nova*, *Ribeirinha* e *Praça do peixe*. Na villa ha minas de carvão de pedra, sendo registadas na camara, uma em agosto de 1874, outra em fevereiro de 1875, e outra em setembro do mesmo anno. A irmandade da Santa Casa da Misericordia d'esta villa foi extincta por alvará do governador civil de Santarem em 22 de outubro de 1895. Os seus bens passaram para o hospital de Santo Agostinho, da mesma villa. Os arrabaldes são pittorescos. A villa pertence á 5.ª div. mil., 10.ª brigada, grande circumscripção mil. C. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. Tem feiras no dia 3 de cada mez, semanal ás 5.ªˢ feiras, e annual de 25 a 28 d'outubro; est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; escolas de ambos os sexos; advogados, agentes de diversas casas bancarias e de companhias de seguros do paiz, productores de aguardente, de azeite, do vinhos; fabricas de arcos de peneiros e crivos, de cal, de carros, de cordoaria, de fogos de artificio, de guitarras, de limas, de louça ordinaria, de serra de madeira, de telha ordinaria; corporação de bombeiros voluntarios, casas de pasto, creadores de gados, hospedaria, medicos, pharmacias, notarios, typographia, etc. Tem-se publicado aqui os seguintes jornaes: *O Echo de Ourem*, 21 novembro, 1899; *O Meteoro*, 18 agosto 1882 a março 1883; foi continuado pelo *Ouriense*, começando este no dia 22 de março de 1883. O conc. compõe se de 9 freguezias, com 6:761 fog. e 28:830 hab., sendo 14:001 do sexo masc. e 14:826 do fem., n'uma superficie de 40:757 hect. As freguezias são: N. S.ª da Purificação, de Ceissa, 4:627 hab.: 2:287 do sexo masc. e 2:340 do fem.; S. João Baptista, de Espite, 2:452 hab.: 1:212 do sexo masc. e 1:240 do fem.; Santo Antonio, de Fatima, 2:348 hab.: 1:175 do sexo masc. e 1:173 do fem.; S. Vicente, de Formigaes, 597 hab.: 285 do sexo masc. e 312 do fem.; N. S.ª da Purificação, de Freixianda, 4:285 hab.: 2:028 do sexo masc. e 2:257 do fem.; N. S.ª da Purificação, de Olival, 5:414 hab.: 2:603 do sexo masc. e 2:811 do

fem.; N. S.ª da Visitação, de Ourem, 5:017 hab.: 2:447 do sexo masc. e 2:570 do fem.; N. S.ª da Natividade, de Rio de Couros, 1:334 hab: 642 do sexo masc. e 692 do fem.; N. S.ª da Piedade, de V. N. de Ourem, 2:756 hab.: 1:325 do sexo masc. e 1:431 do fem. O principal commercio do conc. é azeite, madeira, ovos, gallinhas, milho, vinho, mobilia de pinho, arcos de peneiros, gado bovino e suino.

Villa Nova de Paiva. Villa da prov. da Beira Alta, séde de conc., com. de Sattam, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego. Tem uma só freg., S. Sebastião. Esta freg. tinha o nome de *Barrellas*, que conservou até 1883, e ainda assim é muito conhecida. Está situada junto da serra da Lapa e da Nave, ficando a 1 k. de distancia o rio Paiva. Era do conc. de Fragoas, que foi abolido pelo decreto de 7 de setembro de 1895, passando parte das suas freguezias ao conc. de Castro Daire e outra parte ao de Sattam. O conc. de Fragoas foi restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898, mas com o nome de Villa Nova de Paiva, séde na villa d'este nome, com os mesmas freguezias que d'antes o constituiam, ficando a villa de Fragoas fazendo parte do novo conc., como simples parochia. V. N. de Paiva pertence á 2.ª div. mil., 3.ª brigada, grande circumscripção mil. C. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Tem est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales, agente do *Banco Alliança*, advogado, hoteis, fabrica de manteiga, medico, pharmacias, notario, minas de wolfram, *Sociedade Recreativa*, um pequeno theatro, feira quinzenal, aos sabbados, muito importante, sendo a 1.ª do mez no sabbado comprehendido entre os dias 7 e 13. O conc. compõe se de 7 freguezias, com 1:842 fog. e 6:677 hab., sendo 2:999 do sexo masc. e 3:678 do fem. As freguezias são: N. S.ª da Corredoura, de Alhaes, 734 hab.: 339 do sexo masc. e 395 do fem; S. Pelagio, de Fragoas, 514 hab.: 218 do sexo masc. e 296 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Pendilhe, 986 hab.: 467 do sexo masc. e 519 do fem.; S. Sebastião, de Queiriga, 744 hab.: 350 do sexo masc. e 394 do fem.; S. Sebastião, de Touro, 1:381 hab.: 597 do sexo masc. e 784 do fem.; S. João Baptista, de Villa Cova á Coelheira, 1:463 hab.: 632 do sexo masc. e 831 do fem; S. Sebastião, de V. N. de Paiva, 855 hab.: 396 do sexo masc. e 459 do fem. O principal commercio de todo o conc. é exportação de gado, cereaes e manteiga.

Villa Nova das Patas. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Carvalhaes, conc de Mirandella, distr. de Bragança.

Villa Nova de Portimão *(D. Gregorio Thaumaturgo de Castello Branco, 3.º conde de).* Guarda-mór de el-rei D. João IV, gentil homem da camara do Principe D. Theodosio, senhor de toda a casa de seu pae, e pelo seu casamento senhor da casa da Sortelha e de Goes. Era filho do 2.º conde do mesmo titulo, D. Manuel de Castello Branco, e de sua mulher D. Branca de Vilhena. Foi muito instruido nas disciplinas mathematicas, tendo por mestre o P. Christovão Borri, da Companhia da Jesus, celebre professor de mathematica. Escreveu em latim uma *Collecta astronomica* tiradas das obras dos Santos Padres, que imprimiu em 1631. Manuel de Faria e Sousa elogia-o muito, e a *Fuente de Aganipe*, que o conde de Villa Nova mandou imprimir á sua custa, é lhe dedicada. Fal. em 1 de abril de 1662, havendo sido casado 3 vezes: a 1.ª com sua sobrinha, D. Branca de Vilhena da Silveira, fallecida a 30 de abril de 1649, herdeira da casa da Sortelha, filha de D. Luiz da Silveira, 3.º conde de Sortelha, guarda-mór de D. Filippe III, e de sua mulher a condessa D. Maria de Vilhena, sua irmã; a 2.ª vez com D. Guiomar de Castro, filha segunda de D. Francisco de Castro, 7.º conde de Odemira, e da condessa D. Maria da Silveira; e a 3.ª vez com D. Marianna de Lencastre. Não tendo successão de nenhum dos matrimonios, passou a casa a sua irmã D. Maria Vilhena, casada com o 3.º conde de Sortelha, D. Luiz da Silveira, que succedeu em todos os bens da casa de seu avô, o 1.º conde de Villa Nova de Portimão, á excepção de Segadães e Recardães, cujos senhorios deu el-rei ao duque de Aveiro. Succedeu lhe sua filha D. Branca de Vilhena, que foi a 4.ª condessa de Sortelha, e casou com seu tio, como fica dito, e por morte sua, succedeu-lhe sua irmã D. Magdalena de Vilhena e Lencastre, 5.ª condessa de Sortelha, a qual casou em 16 de fevereiro de 1650 com seu primo D. Pedro Luiz de Lencastre, 2.º conde de Figueiró e commendador-mór de Aviz. Camillo Castello Branco affirma que a 3.ª mulher do conde D. Gregorio, D. Marianna de Lencastre, não foi esquiva aos requestos nem de D. João IV nem de D. Francisco Manuel de Mello, e que esta rivalidade entre o escriptor e o rei deu em resultado uma pendencia, de que saiu o captiveiro prolongado e mysterioso D. Francisco Manuel.

Villa Nova de Portimão *(D. João Maria da Piedade Pedro Paulo Bento Francisco de Assis e Xavier Ignacio de Loyola Luiz Gonzaga Antonio Braz Bernardo Paulo Eremita Verissimo dos Santos Innocentes, 12.º conde de).* 12.º commendador-mór de Aviz, na ordem de sua casa, e 20.º senhor de Villa Nova de Portimão, 6.º neto e 1.º marquez de Abrantes, D. Rodrigo Annes de Sá Almeida e Menezes, em cuja casa e seus successores continuára a posse dos condados de Villa Nova de Portimão, de Figueiró e Sortelha, e a commenda de Aviz, por linha hereditaria de seus antepassados, pertencendo-lhe, portanto, ser tambem 9º. marquez de Fontes, 7.º marquez de Abrantes, 10.º conde de Figueiró, e 13.º conde de Sortelha, grande de Portugal e de Hespanha, etc. N. em Lisboa a 28 de dezembro de 1864, sendo filho unico de D. José Maria da Piedade e Lencastre Silveira Valente Castello Branco Vasconcellos Almeida Sá e Menezes Coutinho Barreto Lemos e Goes, e de sua mulher D. Maria Rita Correia de Sá Benevides Velasco da Camara. Casou em 16 de abril de 1885 com D. Maria Carlota de Sá Pereira e Menezes, filha do 1.º matrimonio da marqueza de Oldoini.

Villa Nova de Portimão *(D. José Luiz de Lencastre Vasconcellos Silveira Castello Branco e Menezes, 6.º conde de Sortelha e 4.º conde de).* Commendador da ordem de Aviz e senhor das referidas casas de Sortelha e de Villa Nova de Portimão. N. em maio de 1644, e fal. em 1 de janeiro de 1704. Era filho de D. Pedro Luiz de Lencastre, 2.º conde de Figueiró, e de D. Magdalena de Vilhena e Lencastre. Casou a 15 de fevereiro de 1694 com D. Magdalena Thereza de Noronha, dama da rainha D. Maria Sophia, filha de D. Este-

vão de Menezes, senhor da casa de Tarouca, e de sua mulher D. Helena de Noronha.

Villa Nova de Portimão *(D. José Maria Gregorio Francisco Verissimo Xavier de Lencastre, 6.º conde de).* Era filho dos 5.os condes do mesmo titulo; nasceu a 1. de fevereiro de 1742, e recebeu o titulo do conde, por morte de seu pae, em 1752. Era commendador mór d'Aviz, e casou com D. Luiza Caetana de Lorena, filha dos 3.os duques de Cadaval.

Villa Nova de Portimão *(D. Manuel de Castello Branco, 2.º conde de).* Commendador de S. Miguel de Trasmiras na ordem de Christo e senhor do morgado da Povoa pelo seu casamento. N. em Lisboa em 1560, sendo filho de D. João de Castello Branco, commendador de Aljezur na ordem de S. Thiago, conselheiro de Estado de el-rei D. Sebastião, capitão general do Algarve, e de D. Branca de Vilhena; sobrinho de D. Martinho de Castello Branco, 1.º conde de Villa Nova de Portimão, de quem herdou o titulo. Acompanhou D. Sebastião, contando 18 annos de edade, na infeliz jornada d'Africa, ficando captivo na batalha de Alcacer Kibir. Conseguindo resgatar-se, voltou a Portugal, e foi conselheiro de Estado dos reis Filippe II e III, escrivão da puridade, logar que exerceu sómente, quando Filippe III veiu a Portugal, e reuniu côrtes em Lisboa a 14 de julho de 1619. Foi muito applicado ao estudo das sciencias mathematicas, e particularmente á genealogia. Assistindo em Castella a tempo que negociava o casamonto de sua neta, a condessa de Sortelha, compoz e imprimiu em 1625, 1 livro de grande formato, em que estão as arvores dos principaes titulos de Portugal, com as suas armas primorosamente abertas, e a esta obra, em que occultou o seu nome, deu o nome de *Arvores do conde de Villa Nova.* Teve a primazia de ser o 1.º livro de familias, que saiu a publico. Deixou manuscripto o *Titulo de Castello Branco*, que conservava em seu poder D. Antonio Caetano de Sousa, autor da *Historia Genealogica.*

Villa Nova de Portimão *(D. Martinho de Castello Branco, 1.º conde de).* Védor da fazenda dos reis D. Affonso V, D. João II e D. Manuel; camareiro-mór de D. João III e do seu conselho, e regedor das justiças. Era filho de Gonçalo Vaz de Castello Branco, 1.º senhor de Villa Nova de Portimão, por mercê de D. Affonso V, em attenção aos muitos serviços que prestára nas batalhas de Arzilla e de Toro, monteiro-mór, vêdor da fazenda, regedor da Casa da Supplicação, almotacé-mór e escrivão da puridade do referido monarcha, e de sua mulher D. Brites Valente. El rei D. Manuel o fez conde de Villa Nova de Portimão, por carta regia de 28 de maio de 1504. Foi embaixador d'este monarcha a Saboia a conduzir a infanta D. Beatriz, que casára com o duque D. Carlos, em agosto de 1521, tendo o cargo de general da armada, e foi testamenteiro do mesmo soberano, que falleceu em dezembro d'esse anno; meirinho-mór do reino e superintendente das aposentadorias. D. João III tinha grande consideração pelo conde de Villa Nova de Portimão, e consultava-o sempre, preferindo o seu voto nas materias mais graves. Cultivou tambem a poesia, e foi muito perito na arte da cavallaria e no jogo das canas. Casou com D. Mecia de Noronha, filha de João Gonçalves da Camara de Lobos, 2.º capitão da Ilha da Madeira, e de sua mulher D. Maria de Noronha. Compoz varias poesias, que sairam no *Cancioneiro* de Garcia de Rezende.

Villa Nova de Portimão *(D. Pedro da Silveira Valente Castello Branco Barreto e Menezes, 5.º conde de).* 8.º conde de Sortelha e 6.º commendador na ordem de Aviz, na ordem de sua casa. N. em 4 de abril de 1697, e fal. a 29 de maio de 1752. Era filho dos 4.os condes de Villa Nova de Portimão e 6.os condes de Sortelha. Foi commendador das commendas de Alcanede, Pernes, Extremôz, Veiros, Alandroal, Cabeção e Pena Villa; senhor das villas de Goes, Sabriga, Villa Nova de Fozcôa e das casas de Villa Nova de Portimão, Figueiró e Sortelha; senhor dos morgados da Povoa, do Esporão, Oliveira do Conde, Goes, Pedra Alçada, Marvilla, Valverde, Algarve, Alcochete e Matra, e dos padroados das egrejas de S. Paio de Villa Verde, de S. Thomé de Canellas, S. Salvador de Ruivães, Santa Margarida de Colzada, S. Thiago de Fresures, S. Vicente de Sousa, Santa Maria de Bens, e da collegiada e da vigararia de Santa Maria de Goes, Santa Maria de Costellos, S. Pedro da Varzea, S. Podro de Oliveira do Conde e S. Christovão de Cabanas, alcaide-mór do castello de Aviz, de Veiros e de outras terras, deputado da Junta dos Tres Estados, e vêdor da fazenda, em que entrou a 30 de agosto de 1749. Casou a 20 de outubro de 1711 com D. Maria Sophia de Lencastre, filha do 1.º marquez de Abrantes e Fontes, D. Rodrigo Annes de Sá Almeida e Menezes, e da marqueza D. Izabel de Lorena.

Villa Nova de Portimão. Villa da prov. do Algarve, séde de conc. e de com., distr. de Faro, bisp. do Algarve, Relação de Lisboa. Tem uma só freg., com o orago de N. S.ª da Conceição. Está situada sobre a margem direita do rio Portimão, a 1 k. da sua foz, que é um braço de mar, com bastante largura e profundidade, cujas aguas salgadas se juntam aqui com as do rio, que vem da cidade de Silves, e que por isso se chama tambem *rio de Silves*, recebendo no seu curso o tributo de varios ribeiros e regatos, que descem da serra. Portimão é uma grande e bonita villa, uma das mais consideraveis e populosas da provincia do Algarve; é um porto commercial importantissimo, o melhor de aquella provincia, onde pódem fundear com toda a confiança embarcações de alto bordo. A sua barra é defendida por duas fortalezas, a de *Santa Catharina*, ao O, e *S. João Baptista*, a E. Esta serve de registo, e tem duas baterias, a *Alta e a Baixa.* As duas fortalezas distam uma da outra uns 300 m. A de *Santa Catharina* está edificada sobre uma rocha escarpada, de bastante altura, que vae descendo por terrenos cultivados, até ás ruinas do mosteiro dos capuchos, onde o rio ainda tem fundo para fragatas e corvetas. Do lado da fortaleza de *S. João Baptista* está a praia da Angrinha, com sapaes e fazendas ao lado, até Ferragudo, que fica na margem esquerda, em frente da villa, e n'esta praia váram os barcos de pesca. (V. *Ferragudo).* No porto embarcam todos os generos quo exportam os concelhos de Monchique, Silves, Lagôa, Albufeira, parte do de Lagos, e outras povoações. Não se póde fixar a epoca da primitiva fundação d'esta villa. Segundo a tradição, um homem de appellido *Portimão* fundou aqui uma aldeia, a que deu o seu nome, no reinado de D. João I, ou no de seu filho, o rei D. Duarte, e para aqui veiu esta-

belecer-se com sua familia, empregando-se no exercicio de pesca do atum. O mar, porém, destruiu esta pov., da qual apenas ha vestigios no sitio chamado *Portimões*. E' certo que, quando D. Affonso V, em 1463, concedeu licença a 40 moradores do *logar de Portimão* para fundarem a nova villa, já existia uma pov. com o mesmo nome, visto que o rei lh'o dá, na sua carta de alvará. Mas a existencia da villa actual não póde remontar-se além do referido anno de 1463, que é quando teve principio, por os habitantes da primitiva Portimão a abandonarem, em razão das frequentes invasões do Oceano, e vindo fundar a nova villa, a actual, no sitio até então chamado *Barrosa*. Ha grande divergencia entre os nossos escriptores, sobre o logar onde esteve fundada a cidade romana, chamada *Portus Annibalis*. Pretendem alguns que fôsse onde hoje está Alvôr; outros em Estombar, porém o maior numero sustenta que foi junto á foz do rio Portimão. Segundo os escriptores romanos, *Amilcar Barca*, general cartaginez e pae do grande Annibal, fundou esta pov. 551 annos antes de Christo (no anno 3453 do mundo), e lhe pôz o nome de *Barcina*, ou *Barcinia*, do appellido da sua familia. Outros escriptores, porém, sustentam que Amilcar só reedificou e augmentou a pov. phenicia, que existia desde o anno 3200 do mundo, isto é, 804 annos antes de Christo. Annibal Barca ainda a ampliou, e construiu aqui um templo, pelos annos de 520 antes de Christo, mudando lhe então o nome para o de *Portus Annibalis*. Diz se que foi este general que lhe construiu as primeiras fortificações. Os romanos a conquistaram aos cartaginezes no anno 200 antes de Christo, conservando-lhe o nome de *Porto Annibalis*. Os arabes a tomaram no anno de 715 da era christã, e consta que lhe puzeram o nome de *Porcimunt*. Quando se deu a terrivel catastrophe do terremoto de 1.° de novembro de 1755, a villa soffreu estragos enormes; o mar entrou pelo rio com espantosa furia, inundando grande espaço de terreno, por ambas as margens, elevando-se a 13 m. acima do solo, arrastando grandes pedras e mós de moinhos; e na resaca, arrazou a fortaleza de S. João Baptista, e acabou de arruinar o convento dos capuchos. Descobriu na praia as ruinas de uma antiquissima pov., que não pôde ser examinada, porque logo tornou a ficar debaixo d'agua. Ha todas as razões para acreditar que fôsse a antiga cidade de *Portus Annibalis*. A 9 k. ao norte da barra está o ilhéo de N. S.ª do Rosario, no qual desembarcaram os cruzados, e assentaram seus arraiaes, quando fôram ajudar D. Sancho I a tomar Silves, em 1189. Este ilhéo é todo de penedia, com pouca terra. Tem apenas 50 m. de comprimento e 15 de largura. Ao canal que fica entre o ilhéo e a terra firme, dá-se o nome de *Barra de Silves*, ou de *Nossa Senhora do Rosario*. E' o fim da serra da Atalaia, e fica no meio da barra, entre Ferragudo e o forte de S. João Baptista, e Portimão e o forte de Santa Catharina. Todos os terrenos das duas margens do rio Portimão são muito ferteis, formosos e bem cultivados. As vinhas que por elles se estendem são de prodigiosa producção. Entre a fortaleza de Santa Catharina e o extincto convento dos capuchos, a pouca distancia para O, se encontram, perto da praia, no sitio dos *Portimões*, certas minas (galerias), e entre ellas restos de pias, de alvenaria, que são antigas salgadeiras. Houve aqui armação de atuns. *A dizima velha* dos atuns que fôssem pescados, foi dada por D. Manuel I, em 7 de julho de 1498, a D. Martinho de Castello Branco, senhor donatario da villa, sendo esta doação confirmada por D. João III, em 7 de outubro de 1522. Dizem alguns escriptores, que foi aqui o primeiro assento de Portimão. E' certo, que em 1463, conforme dissémos, por carta de 4 de agosto, concedeu D Affonso V a 40 moradores do logar de Portimão, termo de Silves (e os privilegios que elles pediram) para fundarem uma pov., *na foz da cidade de Silves, no sitio chamado da Barrosa, ordenando que d'ali em deante se ficasse chamando S. Lourenço da Barrosa*. A convenção proposta pelos 40 moradores, tinha as condições e privilegios seguintes: 1.°—Dentro em 2 annos, cada um seria obrigado a fazer ali uma casa para morar, sob pena de 2:000 *reaes brancos;* 2.° Que esta pov. nunca sairia da corôa; 3.° Isenção de quaesquer *pedidos* (tributos), salvo sizas, dizimas e portagens; 4.° Não irem á guerra, nem ás armadas, senão quando o rei fôsse em pessoa; 5.° Isenção de pagamento de *peitas, fintas, talhas*, e outros encargos e *servidões*, de Silves, salvo pontes, fontes, e calçadas; 6.° Isenção de aposentadorias a fidalgos, que não podiam aqui tomar vinho, palha, bestas, gado, etc. Estes privilegios fôram accrescentados com outros, a 25 de março e 8 de junho de 1464, e vinham a ser: 7.° Que d'ali em deante, não morem no dito logar, fidalgos, cavalleiros, nem outras pessoas poderosas, nem tenham ali casas, nem as façam, nem estejam no dito logar, mais do que o dia em que ali chegarem, e os tres seguintes, *E isto assi pela guiza do que está outorgado á cidade do Porto e fazendo o contrario, pague, cada um 500 corôas de ouro, para a arca da piedade, por cada vez que contra isso fôr*, etc. (Livro 8.° do Guad., fl. 88); 8.° Que os moradores do dito logar gozem da jurisdicção que por varias cartas foi concedida ao logar de Punhete. (Livro 4.° do Guad., fl. 29); 9.° Não serem os moradores d'este logar, postos por bésteiros do conto (Carta régia de 22 de dezembro de 1485). Este privilegio foi dado a requerimento da camara de Villa Nova de Portimão. A pov., onde hoje é a villa, já existia, pois a 24 de maio de 1466, deu D. Affonso V licença a Alvaro de Teives, para fazer uma barca de passagem, no rio do *logar de Portimão*, e haver a sua renda. Por carta de 10 de abril de 1476, datada de Faro, fez o mesmo rei doação de V. N. de Portimão a Gonçalo Vaz de Castello Branco, *em premio dos importantes serviços que havia feito ao reino, acompanhando o* (ao rei) *na jornada de Samora* (Hespanha) *e achando se com muita gente sua na batalha de Castro Queimado, na qual foi o primeiro que rompeu e derrotou os castelhanos*. Gonçalo Vaz Castello Branco foi o 2.° donatario d'esta villa, que fortificou e mandou cingir de muralhas com 4 portas: *da Senhora da Graça*, defendida pelo baluarte de Santa Barbara, em frente da barra; *da Ribeira*, junto ao rio, a SE, defendida por 2 torres; *a da Serra*, ao N, defendida por outras duas torres; e *a de S. João*, ao O, egualmente defendida por duas torres. Estas muralhas tinham ainda 3 postigos: *o dos Fumeiros* a E; *o de Santa Izabel* ao S, e o *da Egreja* ao O. N'estas portas e postigos, e na egreja matriz, estava entalhado, em pedra, um leão com um elmo por cima. Dois J. J. nos campos superiores, e dois B. B. nos inferiores, antigas armas dos

Castellos Brancos. Esta villa não tinha assento em côrtes, comtudo apparecem seus procuradores offerecendo capitulos, nas que D. João II convocou em Evora, que duraram 2 annos, 1488 a 1490. Os capitulos fôram apresentados logo no principio das côrtes, em 1488, sendo attendidos, o alvará que lhes deferiu, é datado de 2 de janeiro de 1489. A villa teve o nome de *Portimão* até 1773, e então, a 16 de janeiro, sendo elevada a comarca, tornando se independente da jurisdicção de Silves, D. José I lhe deu o fôro de villa, sob o nome de *Villa Nova de Portimão*. Não tem brazão d'armas, e nunca teve foral. Na mesma data de 16 de janeiro de 1773 foi creado pelo referido monarcha o cargo de juiz do fóra. D. Affonso VI, por alvará de 3 de outubro de 1662, concedeu-lhe uma feira annual, em dia de S. Martinho, que ainda hoje se realisa nos dias 11 a 15 de novembro. El-rei D. José I quiz dividir o Algarve em 2 bispados, dando a esta villa a categoria de cidade, e fazendo-a cabeça da nova diocese. Chegou mesmo a nomear-lhe bispo, que foi D. João Teixeira de Carvalho, lente da Universidade de Coimbra, que depois foi bispo d'Elvas; mas a Santa Sé não consentiu n'essa divisão, que ficou sem effeito. V. N. de Portimão é pobre de edificios publicos; destaca-se, comtudo, a egreja matriz, que é um bom templo, de 3 naves, com um bello frontispicio e uma elegante torre. Tem de notavel a talha da capella mór, e o arcaz da sacristia, em nogueira. Sendo arrazada pelo terremoto de 1755, reconstruiu se, principalmente á custa dos parochianos, e concluida por diligencias do bispo do Algarve D. Francisco Gomes do Avellar. Mais tardo, 1852, foi restaurada pelo benemerito Luiz Antonio Maravilhas, que n'essas obras gastou avultadas quantias. Ha tambem a notar o edificio que foi o collegio dos jesuitas, fundado em 1660 por Diogo Gonçalves, natural d'esta villa, onde falleceu, de 73 annos de edade, a 17 de junho de 1664, e jaz sepultado n'um tumulo de pedra, na capella-mór da egreja, do lado do Evangelho, com uma longa inscripção. A egreja era dedicada a S. Francisco Xavier, apostolo das Indias. Pela expulsão dos jesuitas, em 1759, passou o edificio aos frades *Camillos*. Fôram ali installadas a administração do conc., o tribunal judicial, a repartição de fazenda, a escola do sexo masculino, a ordem Terceira de S. Francisco e a Misericordia com hospital. O rio é atravessado por uma grande ponte de ferro que, foi construida pela companhia Fives Lille, sob a direcção do engenheiro francez Bonet. Tem de comprimento, incluindo o alçapão, 311 m. e 6 de largura. O seu taboleiro corre sobre 7 pilares de cantaria. Começada em janeiro de 1875, foi concluida em abril de 1876. Da ponte segue o caes, que mede cêrca de 473 m. e liga com o paredão destinado a chegar ao antigo convento dos Capuchos, formando um aterro de 74 m. de largura. N'elle se faz um mercado no 1.º domingo de cada mez, o mais importante da prov., e a feira annual, de novembro, já mencionada, que é considerada a 1.ª do Algarve. Em escavações feitas na quinta de S. Francisco, em frente da cêrca do convento, tem se encontrado sepulturas que remontam á epoca da dominação romana. Por sobre os craneos, geralmente pequenos, acharam se umas lousas de barro da espessura de 4 centimetros, de fórma quadrada, com rebordos em duas arestas parallelas. N'algumas d'estas lousas se vê inscripta em cunhagem egual a palavra *Juniorum*. Encontraram-se alguns vasos, de fórma das actuaes pequenas panelas, mas de um barro melhor amassado e mais bem cozido, contendo cada uma, uma moeda, nas quaes nada se póde perceber. Villa Nova de Portimão pertence á 4.ª div. mil., 3.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. Tem est. post. e telegr., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; escolas officiaes e particulares, para ambos os sexos; agentes de casas bancarias e de companhias de seguros do paiz; agencias de vapores, associações de beneficencia, negociantes de cereaes, fabricas de conserva de peixe, de cortiça, de moagens, de relogios *A Boa Reguladora*, de tecidos de linho, de tijolo e telha; consulados: da Belgica, Brazil, Italia, Dinamarca, França, Hespanha, Inglaterra e Russia; Empresa de abastecimento de aguas *Sarrea Prado & C.ª*, exportadores de fructas, figos e amendoas, de peixe fresco; hoteis, medicos, pharmacias, depositos de madeiras, de manteigas; sociedades de recreio: *Club Artistico, Club União Portimonense, Gremio Familiar, Theatro de S. Camillo*. Tem se publicado os seguintes jornaes: *O Algarve*, 21 outubro, 1878; em 1889 ainda se publicava; *Correio do Meio Dia*, 24 maio, 1874 a 1878; succedeu ao *Municipio; Echo Militar*, 1877; *A Independencia*, 8 fevereiro, 1880 a 7 março, 1882; foi seguido da *Ordem; Jornal dos Agricultores do Algarve*, janeiro a fevereiro, 1875; *Jornal dos Artistas*, 11 novembro 1875 a 20 setembro, 1877; *A Liberdade*, novembro, 1873 a 1877; *O Municipio*, 4 agosto, 1873 a 21 julho, 1878, o 1.º jornal aqui publicado; foi continuado pelo *Correio do Meio Dia; A Ordem*, março a 19 junho, 1882; veiu do jornal *A Independencia; A Verdade*, 22 maio, 1902. O conc. de Villa Nova de Portimão tem 3 freguezias com 3:749 fog. e 15:931 hab., sendo 7:820 do sexo masc. e 8:111 do fem., n'uma superficie de 14:947 hect. As freguezias são: O Salvador, de Alvôr, 3:109 hab.: 1:596 do sexo masc. e 1:513 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira a Grande, 2.985 b.: 1:492 do sexo masc. e 1:493 do fem; N. S.ª da Conceição, de Villa Nova de Portimão, 9:837 hab.: 4:732 do sexo masc. e 5:105 do fem. O principal commercio de todo o conc. é figos, amendoas, sal, laranjas, aves, peixe, obras de palma e de esparto, cortiça, rolhas de cortiça, mel, alfarroba, conservas de peixe, legumes e fructas.

Villa Nova Portugal *(Thomaz Antonio de)*. V. *Portugal (Thomaz Antonio de Villa Nova)*.

Villa Nova de Poyares Villa da prov. do Douro, séde de conc., com. de Penacova, distr. e bisp. de Coimbra. O orago da sua freg. é Santo André. E' pov muito antiga, e está situada n'um excellente terreno para a producção das differentes castas de cereaes, muito arborisada, com extensas mattas de pinheiros, ficando entre a ribeira de Ceira e o rio Dão a 18 k. da capital do distr. O seu antigo nome era *Poyares*, assim como o conc., que foi creado em 1836. Por decreto de 7 de setembro de 1895 foi extincto, sendo annexado em parte ao conc. de Penacova e parte ao de Louzã, mas por decreto de 13 de janeiro de 1898 foi restaurado, com as mesmas freguezias que o constituiam. Foi mais tarde elevada á categoria de villa, com a designação de Villa Nova

do Poyares, por decreto de 17 de agosto de 1905. O povo d'este conc. é, em geral, muito laborioso, e além da cultura da terra a que se entrega com ardor, emprega-se em varios ramos de commercio e industria, sendo o principal, azeite e fabrico e exportação de cêra branca e amarella. A villa é essencialmente commercial e está relacionada com algumas praças estrangeiras. Pertence á 5.ª div. mil., 9.ª brigada, grande circumscripção mil. C. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. Tem escolas de ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales, e Caixa Economica Postal; agentes de casas bancarias e de companhias de seguros; fornos de cal, hospital, pharmacias, negociantes de azeite, de cereaes, de cêra, de cortiça, de vinhos; fabricas de cêra, de ceramica, de chapéos, de flôres artificiaes, hospedarias, uma phylarmonica *Fraternidade Poyarense*, *Theatro Club*, viveiros de videiras americanas, creadores de gados; mercados: ha um bastante concorrido de generos e mercadorias ás 2.as feiras, e um na 2.ª segunda feira de cada mez, de gado bovino, suino, lanigero e caprino. Publicou-se aqui o jornal *Echo de Poyares*, 5 dezembro, 1898; em 1914 publicava se *O Poyarense*. O concelho compõe se de 4 freguezias, com 2:105 fog. e 8:061 hab.: sendo 3:458 do sexo masc. e 4:603 do fem. As freguezias são as seguintes: Santa Maria, de Arrifana, 1:849 hab.: 770 do sexo masc. e 1:079 do fem.; S. José, de Lavegadas, 551 hab.: 239 do sexo masc. e 312 do fem.; S. Miguel de Poyares, 995 hab.: 427 do sexo masc. e 568 do fem.; Santo André, de Villa Nova de Poyares, 4:666 hab.: 2:022 do sexo masc. e 2:644 do fem. O principal commercio do conc. é azeite, cêra, em bruto e em vélas, trapo, pelle, palitos e mós.

Villa Nova da Rainha *(Antonio de Barros Saldanha da Gama, 2.º visconde de).* General de brigada reformado, cavalleiro e commendador da ordem de Aviz, cavalleiro da de Christo e da Torre e Espada, antigo addido á legação de Paris e deputado. N. a 30 de junho de 1827, fal. em Lisboa a 12 de janeiro de 1889. Era filho do 2.º visconde de Santarem, Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa, e de sua mulher D. Maria Amalia de Saldanha da Gama, sobrinha do 1.º visconde de Villa Nova da Rainha (V. o *artigo seguinte).* Um dos membros mais illustres da sua familia, o valoroso marechal duque de Saldanha, tambem seu tio, consagrou lhe sempre a mais profunda estima, tendo o a seu lado como ajudante de campo. Assentou praça em 16 de dezembro de 1846, sendo promovido a alferes de cavallaria em 7 de março de 1849, a tenente em 29 de abril de 1851, a capitão em 8 do setembro de 1860, a maior em 4 de maio de 1875, a tenente-coronel em 20 de agosto de 1879, e a coronel em 29 d'agosto de 1883, sendo depois reformado em general de brigada. Em 1851, sendo então alferes, acompanhou seu illustre tio, marechal Saldanha, no movimento politico d'essa epoca, prestando lhe bons serviços. Em 1855 foi nomeado addido a uma embaixada em Paris, onde permaneceu alguns annos, auxiliando o seu erudito pae nos diversos trabalhos scientificos que lhe estavam confiados, e que já então preudiam a attenção dos homens eminentes da Europa. Presidiu a importantes commissões de serviço publico, como a de Revisão do Recrutamento do districto de Lisboa, cargo que exerceu durante 17 annos, cuja exoneração elle proprio a requereu, e que a muito custo lhe foi concedida. Em 5 legislaturas successivas foi eleito deputado pelo circulo de Thomar, cuja representação desempenhou com o maior zelo e prestando grande serviço aos seus eleitores. A' industria e á agricultura tambem dispensou valiosos auxilios. Dirigiu como proprietario, durante 20 annos, a fabrica de papel denominada *Marianaia*, e a cultura dos vastos terrenos adjacentes, que se estendem até ao rio Nabão, valendo lhe varias medalhas e menções honrosas, com que em varias exposições estrangeiras fôram distinguidos os productos de aquelle importante estabelecimento fabril. Havia já alguns annos que a saude do illustre fidalgo começara a resentir se, accusando uma fraqueza intellectual. Essa enfermidade, infelizmente, foi augmentando, a ponto que teve de ser arrebatado ao seio da sua familia, para ser internado n'uma casa de saude, e d'ali para o hospital de Rilhafolles, onde falleceu. O visconde de Villa Nova da Rainha casou duas vezes: a primeira, em 1858, com D. Carlota Peixoto de Almeida, já viuva, que fal. a 6 de novembro de 1875; a segunda vez, em 30 de junho de 1877, com D. Sophia Elisa Morales, que tambem era viuva. O titulo foi lhe concedido por decreto de 12 de setembro de 1855, em verificação de 2.ª vida concedida no decreto da mercê feita a seu tio, o 1.º visconde de Villa Nova da Rainha.

Villa Nova da Rainha *(Francisco José Rufino de Sousa Lobato, 1.º barão e 1.º visconde de).* Senhor de Villa Nova da Rainha e do Moxão de Esfola Vaccas; tenente general, governador da fortaleza de Santa Cruz, do Rio de Janeiro; alcaide-mór de Castro Marim, do conselho de el-rei D. João VI, seu guarda roupa, porteiro da Real Camara, manteiro, thesoureiro do bolsinho, guarda-joias e tapeçarias; apontador dos fôros dos reposteiros, secretario de Estado dos negocios da Casa e Estado do Infantado, e seu administrador durante o tempo da regencia; deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, no Brazil, e escrivão da camara do mesmo tribunal; provedor da Alfandega do Tabaco, official-mór da Casa Real e superintendente do convento de Mafra. N. a 30 de julho de 1773, fal. a 6 de maio de 1830. Era filho de José Joaquim de Sousa Lobato, fidalgo da Casa Real, guarda roupa da rainha D. Maria I, commendador das ordens de Christo e da Torre e Espada, proprietario dos officios de escrivão da Mesa Grande, e de escrivão das Marcas na Alfandega Grande de Lisboa, e de sua mulher, D. Maria Joanna Henring. Casou a 5 de fevereiro de 1800 com D. Marianna Leocadia Barbara Leitão de Sousa Carvalhosa, açafata de D. Maria I e dama da ordem de Santa Izabel, filha de Manuel Francisco de Barros Mesquita, e de sua mulher D. Maria Barbara Thereza de Sousa Carvalhosa; irmã do 1.º visconde de Santarem. O titulo de barão foi lhe concedido em duas vidas, por decreto de 5 de junho de 1809, e o de visconde tambem em duas vidas, pelo decreto de 21 de maio de 1810. Como não teve successão legitima, foi agraciado com a segunda vida dos referidos decretos, o sobrinho de sua mulher, Antonio de Barros Saldanha da Gama, que foi o 2.º visconde de Villa Nova da Rainha, não usando o titulo de barão.

Villa Nova da Rainha. Pov. e freg. de Santa Martha, da prov. da Extremadura, conc. de Azambuja, com. do Cartaxo, distr. e patriarc. de Lisboa; 80 fog. e 283 hab. Tem esc. do sexo fem. Está situada na estrada de Lisboa ao Porto, a 7 k. da séde do conc. Em 1840 pertencia ao conc. de Alemquer, do qual passou ao de Azambuja por decreto de outubro de 1855. E' de fundação antiquissima, parecendo que já era habitada nos tempos prehistoricos da *pedra polida*, bem como gran de parte da bacia hydrographica do Tejo e do rio de Odemira. Villa Nova da Rainha foi uma gran de pov. e *villa*, a que el-rei D. Fernando I deu foral, segundo se lê na *Chorographia Portugueza*, concedendo-lhe o privilegio de não pagar jugada nem oitavos, mas os castelhanos a destruiram, quando retiravam da batalha de Aljubarrota, poupando apenas a matriz, e junto d'ella algumas casas. A egreja matriz é muito antiga, e ali se casou o condestavel D. Nuno Alvares Pereira com D. Leonor d'Alvim. Banham esta freguezia os rios de Alemquer e de Otta, que vão desaguar no Tejo, a distancia de 1:500 metros da pov. de Villa Nova da Rainha, á saida da qual tem uma ponte de pedra, na estrada do Carregado, e duas azenhas. Produz generos agricolas, principalmente cereaes, vinho e azeite. Tambem cria bastan te gado. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa. Estando annexada esta freg. para effeitos administrativos á de Azambuja por alvará do 1. de setembro de 1898, foi desannexada por alvará de 11 do agosto de 1902. || Pov. e freg. do Santissimo Nome de Jesus, da prov. da Beira Alta, conc e com. de Tondella, distr. e bisp. de Vizeu; 142 fog. e 650 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. Está situada no fertilissimo valle de Bésteiros, a 6 k. da séde do conc. E' pov. muito antiga. D. Sancho I doou em 1210 esta pov. a Fernão Nunes, e confirmou esta doação o seu mordomo D. Gonçalo Mendes. O ribeiro que banha esta freg. tem uma pequena ponte, . moinhos para cereaes, 1 para azeitona, e vae desaguar no rio Dão, na distancia de 10 k. Esta pov., no meado do seculo XVIII estava annexada á de Treixedo (*V. este nome*). A egreja fica situada fóra do logar, e tem 4 altares incluindo o altar-mór que tem uma grande imagem de Christo crucificado, e um retabulo e sacrario dourado, com 2 paineis, um de cada lado, representando as imagens de S. Pedro e S. Paulo; n'um dos altares collateraes, do lado do Evangelho, vê-se a imagem de N. S.ª da Conceição, esculpida em pedra; e no altar fronteiro outra imagem de S. Bartholomeu, tambem de pedra. A terra é abundante de milho, centeio, vinho, azeite, e fructas de diversas qualidades, mas pouco trigo. Cria gado e tem caça. O cemiterio é contiguo á egreja. A pov. pertencia ao conc. de Santa Comba Dão, e passou para o do Tondella por decreto de 7 de setembro do 1895. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Villa Nova de Sande. V. *Sande.*

Villa Nova de Santo André. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural.

Villa Nova de S. Pedro. Pov. na freg. de S. Pedro, de Manique do Intendente, conc. d'Azambuja, distr. de Lisboa. Tem correio com serviço de posta rural.

Villa Nova da Serra. Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, do Villar, conc do Cadaval, distr. de Lisboa. Tem caixa postal.

Villa Nova de Souto de El-Rei *(Viscondes de)* Não nos foi possivel encontrar esclarecimentos ácêrca d'estes fidalgos, sómente achamos no 1.º tomo, a pag. 80 dos *Costados das familias illustres de Portugal, Algarves, Ilhas e Indias*, etc., de Barbosa Canaes, nota dos seguintes viscondes sem numero de ordem: 1.º Antonio José d'Almada, filho de João de Almada e Mello, tenente-general, moço fidalgo, governador das armas e das justiças do Porto, e de D. Anna de Lencastro, o qual casou com D. Francisca de Lencastro da Fonseca Castro e Camões, filha e herdeira de D. Antonio de Lencastro, do conselho de el-rei, governador e capitão general de Angola e de D. Guiomar de Menezes de Carvalho Fonseca Castro Camões; 2.º João Pedro de Almada Mello Lencastro e Camões, filho dos antecedentes: casado com D. Maria de Monte do Lencastro Forjaz Pereira Coutinho, filha herdeira de D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho, do conselho de el-rei, governador e capitão-general da Madeira, e de sua mulher, D. Luiza de Menezes; 3.º Antonio José de Almada e Mello Velho Lencastro Fonseca Carvalho e Camões, alferes de cavallaria, filho dos antecedentes. Na *Resenha das Familias Titulares e Grandes de Portugal*, de Albano da Silveira Pinto e visconde Sanches de Baena, vol. II, a pag. 751, apenas se menciona este ultimo fidalgo, designando o como 4.º visconde de Villa Nova de Souto de El-Rei, com as seguintes informações: N. a 14 de dezembro de 1805, sendo 12.º senhor do praso d'este nome (Villa Nova do Souto de El-Rei); 4.º senhor de Amindrões; 14.º de Albergaria da Magdalena; 10.º morgado dos Olivaes; 10.º dos coutos de Abbadim e Negrellos; 12.º alcaide-mór de Palmella; commendador da ordem de Christo, alferes de cavallaria, etc. Succedeu a seu pae a 10 de julho de 1812, e em 14 de março de 1820 a seu tio D. Rodrigo do Lencastre. Fal. a 16 de fevereiro de 1869, tendo casado a 13 do novembro de 1821, com D. Maria José Infante de Lacerda Castello Branco, filha de Tristão Infante de Sequeira Correia da Silva, 10.º senhor do prazo da Torre da Murta, e de sua mulher D. Maria Michaella de Lacerda Castello Branco, açafata da rainha D. Maria I. O decreto da concessão do 1.º titulo, tem a data de 17 de maio de 1774, e o de ter sido renovado no 4.º visconde, de 10 de janeiro de 1814.

Villa Nova de Souto de El-Rei. Pov. e freg de S. Sebastião, da prov. da Beira Alta, conc, com. e bisp. de Lamego, distr de Vizeu; 256 fog e 1:129 hab. Tem escolas do sexo fem. E' de fundação muito antiga, e foi villa e couto. (*V. Arneiroz*). Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Villa Nova de Tazem. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Gouveia, distr. e bisp. da Guarda; 616 fog. e 2:508 hab. Tem est. post. e telegr., feira nos 4.ºs e 5.ºs domingos de cada mez, advogado, agentes de algumas casas bancarias e de algumas companhias de seguros do paiz; lagares de azeite, hoteis, fabrica de instrumentos de corda, medico, pharmacia, esc. do sexo masc., sociedades

de recreio: *Club Boa União*, *Philarmonica Villanovense*. *Theatro Villanovense*. *Tuna Dramatico-Musical;* syndicato agricola. Está situada n'uma baixa, em terreno quasi plano, entre a margem esquerda e a 5 k. do rio Mondego e a pendente NO da serra da Estrella, a 12 k. da séde do conc. Nos fins do seculo XIII denominava se *Villa Nova de Riba Mondego*, por estar, conforme dissémos, na margem esquerda d'este rio, no termo de Folgosinho, pelo que tambem se denominou *Villa Nova de Folgosinho*. Era então uma simples herdade ou quinta de D. Guilherme, que lhe deu o 1.° foral em 1182. Desde os principios do seculo XVI denominou-se tambem *Villa Nova do Casal*, porque pertenceu á antiga *Commenda do Casal*, que tinha por cabeça a aldeia do *Casal*. El-rei D. Manuel deu foral, em Lisboa. a 21 de fevereiro de 1514, á dita *Commenda do Casal* e a esta freg de Villa Nova, pois a dita commenda e o dito foral comprehendiam as terras seguintes: Casal, Catinellos. Lageosa, Pereiro, Povoa da Rainha, Sameice, Travancinha, Varzea do Fundo e Villa Nova, hoje Villa Nova de Tazem. Esta freg. passou depois, não se sabe quando, do conc. de Folgosinho, para o de Ceia, e para o julgado do Casal, parochia de Travancinha. Deixando depois este julgado, foi para o conc. e com. de Gouveia, chamando se então simplesmente *Villa Nova*. e tambem *Villa Nova de Tazem*, titulo que tomou da visinha pov. *Tazem*, hoje simples aldeia d'esta freg , mas muito antiga. e que já foi pov. importante e matriz da freg. de Villa Nova Nunca teve categoria de villa, apezar do nome, e de ter tido os 2 foraes mencionados. Até 1882, data da ultima circumscripção diocesana, pertenceu ao bisp. de Coimbra, mas desde aquella data passou com todas as freguezias dos concelhos de Gouveia e de Ceia para o bispado da Guarda. Atravessa esta freg. a estrada de *Ponte Pedrinha* a *Catinellos*, cuja extensão é de 10 k. A antiga egreja matriz era um templo modesto e pouco espaçoso para a actual população, mas já no principio d'este seculo, em 1905, se construiu um majestoso templo, que é considerado o melhor das Beiras, erguido á custa de um illustre benemerito, o sr. dr. Joaquim Borges Garcia de Campos, e no qual elle gastou mais do 40 contos de reis. Em frente do templo, desdobra-se uma bella avenida, ficando á esquerda o chalet do telegrapho, tambem devido ao mesmo senhor. Na pov. ha algumas capellas publicas e particulares. Banha esta freg. um ribeiro que divide a pov. de Villa Nova em 2 bairros. e vae desaguar no Mondego no sitio de Porto de Rei, cêrca de 8 k. ao poente de Villa Nova Tem uma ponte, de um só arco, denominada do *Castello*, na estrada de Ponte Pedrinha a Catinellos. As principaes producções são: vinho, cereaes e fructas, predominando o vinho que é considerado o melhor do conc. e o mais afamado na Beira, como vinho de pasto. Tem grande abundancia de granito para construcções, e de mattas de pinho para lenha e madeira. Esta pov. soffreu bastante com a Guerra Peninsular. Em 1811, os francezes do exercito de Massena, quando retiravam de Torres Vedras pela ponte de Murcella, atravessaram e assolaram esta freg. e roubaram todas as pratas da egreja matriz, incluindo 3 lampadas, cruzes processionaes, thuribulos, etc. Toda a população fugiu apenas constou que os francezes se aproximavam, mas ainda puderam agarrar o cirgião Thomé Lopes de Campos, que a soldadesca sanguinaria assassinou. Na freg , no sitio chamado *Pero Moleiro* ha um penedo enorme que, segundo se diz, impulsionado som grande esforço, faz 12 a 16 oscilações. E' um dos raros *penedos oscillantes* que ainda existem na peninsula. O penedo é de fórma cónica: tem de circumferencia maxima 15,^{m}45 e de altura 3 m. Assenta sobre outro penedo, que se eleva ao solo 60 centimetros; a sua base é aproximadamente espherica, e a face superior é plana, mas ligeiramente inclinada para o norte. O dito penedo está n'uma pequena planura, entre um pinheiral e uma vinha; é de granito: o seu volume deve medir aproximadamente 50 m. cubicos, e apezar d'isso, uma só pessoa, como consta, dando lhe um pequeno impulso imprime-lhe 12 a 16 oscillações bem sensiveis. Oscilla para todos os quadrantes. mais facilmente de norte a sul, ou vice-versa. Não é accessivel por nenhum dos lados. Cêrca do 500 m. ao norte do penedo. no sitio chamado *Cafail*, ha vestigios de uma pov. antiquissima Ali se tem encontrado muitos tijolos de grande espessura e outras velharias. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 12, com a séde em Trancoso.

Villa Nova da Telha. Pov. o freg. de N. S.ª da Expectação, da prov. do Douro, conc. da Maia, com., distr. e bisp. do Porto; 180 fog. e 912 hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. Está situada na estrada de Villa do Conde, a 6 k. da séde do conc. A egreja parochial é um templo humilde e pobre, mas muito antigo, bem como esta parochia, pois no seu archivo se encontram registadas duas doações feitas á egreja, uma de 1353 e outra de 1355, constando esta de 3 maravedis velhos de prata lavrada, impostos em varios casaes e bens, com a obrigação dos abbades dizerem certas e determinadas missas. Das referidas doações se conclue que a freg. é anterior ao seculo XIV, e que em 1355 era abbadia, mas abbadia annexa ao convento de Morcira, em virtude da renuncia que d'ella fez aos conegos regrantes o abbade e dr. Belchior Fernandes Velejo, que se recolheu ao dito convento em 1298, sendo bispo do Porto D. Sancho Pires o prior de Moreira D. João Peres, seu sobrinho. Conservou, porém, a parochia o titulo de abbadia até que o prior do convento de Moreira, D. Gregorio, por bulla do papa Sixto V, datada de 30 de agosto de 1586, uniu ao convento os dizimos d'esta freg , passando os seus parochos a intitular-se reitores. O primeiro nome d'esta freg. foi simplesmente *Villa Nova*, ou *Villa Nova da Maia*, sendo depois Villa Nova da Telha em razão da muita telha que se fabricava aqui em differentes pontos e mesmo junto da matriz. D'aqui foi telha para o quartel de Santo Ovidio do Porto. Para a egreja e convento de Leça do Balio fôram tambem no anno de 1798, por uma vez 38 *moios* de telha, e por outra 29 carros. Ha muito tempo, porém, que acabou n'esta parochia o fabrico da telha. O terreno da pov. é plano, saudavel e fertil. Produz com especialidade, milho, vinho e hervagens, pois engorda e exporta muito gado bovino para a Inglaterra. Tambem teve grandes devezas de castanhas, creadas e destinadas expressamente para arcos de pipas, arcos ou vergas, que exportava em grande quantidade e no valor de muitos contos de reis para o Porto. Constituia este ramo

de negocio a sua principal riqueza, mas tornou se muito decadente, já com a doença que desde o meado do seculo passado affectou os nossos castanheiros todos, já com a substituição dos arcos de pau pelos de ferro. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Gulpilhares, conc. de Villa Nova de Paiva, distr. do Porto.

Villa Nova da Veiga. Pov. na freg. de S. Pedro de Agostem, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Villa Novinha. Pov. na freg. de Nossa Senhora da Graça, de Rio Mel, conc. de Trancoso, distr. da Guarda.

Villa Nume. Pov. e freg. de Santo André, da prov. do Minho, conc. e com. de Cabeceiras de Basto, distr. e arceb. de Braga; 69 fog. e 287 hab. Tem est. post. e está situada a 1 k. da margem direita do rio Tamega, a 2 da estrada de Fafe a Ponte de Cavez, e a 12 da séde do conc. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Villa de Pangim *(D. Maria Leonor da Camara, condessa de)*. Filha primogenita de D. Manuel da Camara, coronel de cavallaria, e vice-rei da India (V. *Camara, D. Manuel)*, e de sua mulher D. Maria Thereza José de Mello, filha dos 2.ºs marquezes de Sabugosa. N. a 1 de novembro de 1815 e fal. a 13 de maio de 1870. Foi agraciada com o titulo de condessa da Villa de Pangim, na India, por decreto de 29 de setembro de 1829, em attenção aos muitos serviços prestados por seu pae. Casou em 25 de setembro de 1830 com Manuel Guedes da Silva da Fonseca Meyrelles de Carvalho, moço fidalgo, senhor do morgado de Avellada, e tenente-coronel das milicias, filho de José Anastacio da Silva da Fonseca, moço fidalgo, cavalleiro da ordem de Christo e coronel de milicias; e de sua mulher D. Joanna de Meyrelles Guedes de Carvalho. O seu brazão d'armas é um escudo com as armas dos condes da Ribeira Grande, que já vem descripto no vol. VI do *Portugal*, a pag. 228.

Villa Pascacia ou Villa Pascoal. Assim se denominou em tempos muito remotos uma villa ou aldeia junto de Braga, e pertencente á freg. de Santa Olaya. Confinava com Dume e Colina, segundo as *Inquirições* do rei D. Ordonho.

Villa Pequena. Pov. na freg. de S. Pedro, de Dornellas, conc. de Boticas, distr. de Villa Real. Tem est. postal.

Villa da Ponte. Pov. e freg. de N. S.ª do Amial, da prov. da Beira Alta, conc. de Sernancelhe, com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 126 fog. e 560 hab. Tem esc. d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. Está situada a 3 k. da séde do conc. na margem direita do rio Tavora, n'uma espaçosa planicie entre os regatos *Medreiro* e *Cardia*, que entram aqui, no Tavora, no sitio onde ha uma ponte de 4 arcos, que deu o nome á pov., de antiquissima fabrica. As tropas francezas invadiram a villa em dezembro de 1810, e não podendo passar a ponte, defendida pelos alliados, aqui se conservaram quasi 3 mezes, vingando-se em saquearem a pov. e commetterem as suas habituaes atrocidades. Receando um ataque pela rectaguarda, marcharam pela margem do Tavora, atravessando o mais abaixo, na ponte de Villar que estava desguarnecida, e retiraram para Hespanha, onde entraram a 4 do abril de 1811. A egreja matriz é muito vasta, foi quasi destruida pelos francezes, que d'ella fizeram arrecadação de material de guerra. Dentro da egreja ha uma capella particular, dedicada a S. Miguel, que era cabeça dos vinculos dos Gomes Pontinos, feita em 1602. Passou por successão, aos Cardozos de Lucena, da mesma villa. Em um alto, no pittoresco e vistoso cabeço de granito que se ergue na margem esquerda do rio Tavora, fronteiro á villa e distante d'ella apenas 1:500 m. está o santuario de Nossa Senhora das Necessidades, que é de muita devoção dos povos d'estas terras. A historia d'este santuario é a seguinte. No cume do referido cabeço, mandou a camara da villa, em 1400, construir uma ermida dedicada a Santa Barbara. Segundo a tradição, no sitio d'esta capella houve, em eras muito remotas, uma atalaya, construida pelos antigos lusitanos, ou pelos moiros, como alguns pretendem. A ermida edificou-se com os materiaes da atalaya. Assim esteve muitos annos, até que um devoto collocou ali uma imagem da Virgem, a que deu o titulo de Nossa Senhora das Necessidades. Este facto deu se, pouco mais ou menos, em 1550, e desde então se foi pouco a pouco esquecendo o nome da antiga padroeira, que foi substituido pela invocação moderna. No mais alto do monte, e entre umas penedias, abriu um dos ermitões da capella, algumas grutas, collocando n'ellas varias imagens de santos anachoretas. Na frente da capella havia um notavel alpendre, ou galilé, de solida construcção, e que, como a capella, existiu alguns seculos. Sendo destruido, e estando a capella muito desmantelada, foi reconstruida no meado do seculo passado, ficando muito ampla, e muito melhor do que a antiga, tendo uma boa sacristia, e casas para abrigo dos romeiros. Tem um atrio espaçoso de fórma quadrilonga, com parapeito e pyramides de granito; e para o atrio se sóbe por uma escadaria da mesma pedra, bem traçada em zig-zagues ou lacetes com patcos para descanço. Ao lado da ermida se ergue a casa do ermitão, e no meio da dita casa uma torre com sinos. Todos os annos se fazem duas romarias a este santuario, uma na 2.ª feira depois da Paschoa, e outra a 15 agosto, que são sempre muito concorridas. Da capella se disfructa um vastissimo horisonte. Os condes da Ponte eram donatarios d'esta freg. e na casa da camara o cadeia da villa, que depois foi vendida a um particular, viam se as armas d'estes fidalgos. A terra é bastante fertil em todos os fructos do paiz; cria muito gado, nos seus montes ha muita caça, e o rio Tavora lhe fornece bom peixe. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 77 fog. e 422 hab. Tem est. post. e está situada n'um valle, cortado ao meio pelo rio Rogavão ou Rabagão, na estrada de Chaves a Braga, a 15 k. da séde do conc. Desde 1840 até 1853 foi julgado do conc. de Ruivães, com. de Montalegre, mas por decreto de 31 do dezembro de 1853 passou para o conc. de Montalegre. Por provisão de 23 de junho de 1812 lhe foi concedida uma escola de instrucção primaria. Um pouco ao norte d'esta freg. ha sobre o Regavão uma boa ponte de pedra, que dá passagem para um ramal da es-

trada de Braga a Chaves e para a de Montalegre a Basto. Por esta freg. passava uma via mil. romana de Braga a Chaves. O terreno é muito fertil, e as suas producções principaes são: milho, feijões, centeio, batatas, linho e feno. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut, e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Villa do Porto. Villa da ilha de Santa Maria, séde de conc. e de com., Relação dos Açôres, distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo, archipelago dos Açôres, com uma só freg., N. S.ª d'Assumpção. Tem 4 ilhéus denominados: *Ilheu da Ribeira Sêcca*, que é o maior, *S. Lourenço*, *Lagoinhas*, e o dos *Frades*. No de S. Lourenço ha uma furna ou gruta, onde se encontram estalactites de uma belleza rara. Villa do Porto foi a primeira povoação que houve nos Açôres, denominação proveniente dos seus descobridores terem confundido as aves de rapina que ali ha *(falco-buteo)*, com o açôr. Edificada sobre uma encosta, perto do mar, está voltada ao sudoeste, entre as pontas de Marvão, a sueste, e da Forca, a oeste, que fórmam uma pequena enseada. E é esse o primeiro porto do archipelago açoriano em que toca o paquete que sae de Lisboa, com escala pela Madeira. A Villa do Porto tem um hospital de Misericordia, uma escola de instrucção primaria, delegações da alfandega e capitania do porto, bem como uma secção da guarda fiscal da cidade Ponta Delgada; est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales, e uma est. radio telegraphica; agencias de companhias de seguros e de vapores; fabricas de louça e de telha, hospedarias, medico, pharmacia, notario, exportadores de peixe salgado, productores de vinho, etc. Cria se na pov. muito gado bovino, ovino e caprino, fazendo-se todas as 6.ªs feiras uma feira de gado bovino, sempre muito concorrida. Realisam se nos domingos do Espirito Santo e da Trindade uma romaria a todas as ermidas da ilha. Pertence ao commando geral dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 26, com a séde em Ponta Delgada. O conc. compõe se de 5 freguezias, com 1:596 fog. e 6:267 hab., sen do 2:818 do sexo masc. e 3:449 do fem. As freguezias são: Nossa Senhora do Bom Despacho, d'Almagreira, 831 hab.: 382 do sexo masc. e 449 do fem.; Santa Barbara, 1:087 hab.: 748 do sexo masc. e 609 do fem; N. S.ª da Purificação, de Santo Espirito, 1:946 hab.: 895 do sexo masc. e 1:051 do fem; S. Pedro, 850 hab.: 399 do sexo masc. e 451 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Villa do Porto, 1:553 hab.: 664 do sexo masc. e 889 do fem. O principal commercio do conc. é gado, cereaes, barro e louça.

Villa Pouca *(Rodrigo de Sousa da Silva Alcoforado, 1.º barão de)*. Tenente general, governador das armas do Porto e do districto entre o Ave e o Mondego, do conselho da rainha D. Maria I; capitão general da Madeira, alcaide mór de Vizeu, commendador de Santa Margarida de Malta, e de S. Salvador de Fornellos, na ordem de Christo, senhor dos morgados de Villa Pouca e da Quinta de Calvo, etc. N. a 26 de março de 1733, fal. em fevereiro de 1807. Foi agraciado com o titulo de barão de Villa Pouca, por decreto de 11 de janeiro de 1785. Casou com D. Maria José de Carvalho e Napoles, filha herdeira de Gonçalo André de Carvalho Napoles e Mattos Alcaçova, fidalgo da Casa Real, senhor dos morgados do Paço de Nomães, em Guimarães, do Rio Maior, de S. Braz e Espirito Santo, etc, e de sua mulher D. Luiza Clara de Vilhena. D'este matrimonio houve uma unica filha, D. Maria Antonia de Sousa da Silva Alcoforado e Lencastre, que nasceu a 2 d'outubro de 1769 e fal. a 15 de março de 1807, que casou no anno de 1795 como 1.º visconde de Peso da Regoa, Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda. O seu brazão d'armas é um escudo esquartelado: no primeiro quartel as armas dos Alcoforados: um escudo xadrezado de prata azul com sete peças em pala e sete em faxa; no segundo, as dos Teixeiras: em campo azul, cruz de ouro, potentea e vasia de campo; no terceiro as dos Carvalhos: em campo azul uma estrella de ouro, entre uma quaderna de crescentes de prata, e no quarto as dos Pereiras: em campo vermelho uma cruz de prata florida e vazia de campo: timbre, o dos Alcoforados: uma aguia xadrezada dos mesmos esmaltes do escudo, volante e armada de negro.

Villa Pouca *(Rodrigo de Sousa Teixeira da Silva Alcoforado, 2.º barão, 1.º visconde e 1.º conde de)* Alcaide mór de Lordello, commendador da ordem de Christo, coronel do regimento de milicias de Guimarães, par do reino, governador civil de Braga por muitos annos, administrador do morgado de Villa Pouca, instituido por Diogo Machado da Maia; do morgado da Quinta do Calvo, instituido por Antonio Machado de Almada; do morgado do Paço de Numães, instituido em 1547 por Pedro Nunes da India; do morgado dos Caniços, instituido em 1525 por Francisco de Mattos, do morgado de S. Braz, instituido em 1457 por Fernão Vaz de Azomide; do morgado de Villa Boa de Quires, instituido em 1589 por Matheus Mendes de Carvalho; do morgado de Leiroz, instituido em 1666 por Manuel da Silva; do morgado de Caminha, instituido em 1625, por Gonçalo Rodrigues do Valle, do morgado de Celleiros, instituido por Francisco Furtado de Azevedo Sotto Maior; dos morgados da Casa da Calçada em Villa Real, etc. N. a 24 de agosto de 1802, fal. a 4 de fevereiro de 1858. Era filho dos 1.ºs barões do mesmo titulo (V. o *artigo antecedente)*. Casou em 8 de julho de 1829 com sua sobrinha D. Maria Antonia Leite Pereira de Mello, filha de José Augusto Leite Percira de Mello, senhor do morgado de Paço de Sousa, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher D. Emilia Delfina de Sousa Teixeira da Silva Alcoforado de Lencastre e Napoles, 2.ª filha dos 1.ºs viscondes de Peso da Regoa. O titulo de barão foi lhe renovado por decreto de 29 de maio de 1822, o de visconde concedido por decreto d'agosto de 1845, e o de conde por decreto de 11 d'abril de 1848.

Villa Pouca *(Rodrigo de Sousa Teixeira da Silva Alcoforado, 2.º visconde e 2.º conde de)*. Moço fidalgo com exercicio, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, socio honorario de varias corporações artisticas, e correspondente da Agricola do Porto, senhor dos morgados já citados, etc. N. a 10 de junho de 1831, e fal. a 13 de novembro de 1883. Era filho dos 2.ºs condes do mesmo titulo (V. o *artigo antecedente)*. Succedeu na casa por morte de seu pae e casou a 20 de setembro de 1852 com D. Margarida Candida de Araujo Martins, que fal. a 19 de novembro de 1865, filha de Francisco Martins da

Costa, fidalgo da Casa Real e commendador da ordem do Nossa Senhora da Conccição de Villa Viçosa, e de sua mulher D. Maria José da Silva Costa. Enviuvando, passou a segundas nupcias, om 20 de dezembro de 1865, com D. Francisca Emilia Teixeira do Barros de Faria e Castro, filha de Pedro de Barros de Faria e Castro, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher, D. Anna Emilia Teixeira de Sampaio. O titulo de viscondo foi-lhe renovado por decreto de 13 de julho do 185 ', e o de conde por decreto de 8 de julho do anno de 1861.

Villa Pouca. Povoações nas freguezias: Santo Justo, de Amial, conc. e distr. de Coimbra. || Santa Leocadia e conc. de Baião, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Balazar, conc. de Povoa de Varzim, do mesmo distr. || S. Pedro e conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. de Anciào, distr. de Leiria. || S. Cypriano, de Chapa, conc. d'Amarante, distr. do Porto. || N. S.ª d'Assumpção, de Enxara do Bispo, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. João Baptista, de S. Joaninho, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Miguel do Matto, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Moimenta do Douro, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Moreira de Rei, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Pelagio, de Ovadas, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Julião, de Paços, conc. e distr. de Braga. || S. Gens, de Palla, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Portella, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Romão de Aregos, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Santissimo Nome de Jesus, de Salzedas, conc. de Tarouca, do mesmo distr. Tem caixa postal. || N. S.ª d'Assumpção, de Sernache dos Alhos, conc. e distr. de Coimbra. || S. João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Soalhães, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Podro e conc. de Tarouca, distr. de Vizou || S. Mamedo, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real.

Villa Pouca de Aguiar *(Antonio Telles de Menezes, conde de).* Vice-rei da India, que fal. em 1657. Passou duas vezes á India, onde serviu com reputação de grande valor. Foi capitão de Diu e do outras varias fortalezas; general das armadas de alto bordo, com que venceu por varias vezes os hollandezes; governou a India por morte do vice-rei Pedro da Silva, até á chegada do vice-rei conde de Aveiras. Foi do conselho do Estado de el-rei D. João IV, general das suas armadas no mar Oceano, governador do Brazil, alferes mór na coroação de D. Affonso VI, e passando pela terceira vez á India, foi como vice-rei d'aquelle estado. Foi casado duas vezes, mas não teve successão de nenhum dos matrimonios. Recebeu a mercê do titulo de condo de Villa Pouca de Aguiar, por carta régia de 5 de agosto do anno de 1647.

Villa Pouca de Aguiar *(Pedro Antonio Machado Pinto de Sousa Canavarro, 1.º barão de).* Foi agraciado por D. Maria II com este titulo, por decreto de 1 de outubro de 1835, o qual depois foi mudado, a seu pedido, pelo de Arcossó. V. *este titulo.*

Villa Pouca de Aguiar. Villa da prov. de Traz-os-Montes, séde de conc. o do com., distr. de Villa Real, arceb. de Braga, Relação do Porto. Tem uma só freg., S. Salvador, e está situada a 28 k. da capital do distr., entre duas montanhas que correm parallelas de N a S, e fórmam o extenso e aprazivel valle de Villa Pouca, que se prolonga na mesma direcção com 1 a 2 k. de largura e 15 a 20 de comprimento, com suave declive a partir de Villa Pouca tanto para o lado de Villa Real como para o das Pedras Salgadas, occupando a villa o centro do grande valle e precisamente o vertice do angulo das duas vertentes, uma das quaes, a do N, leva as aguas para o Tamega, e a do S para o Corgo. O seu horizonte é limitado muito do perto ao poente pela serra da Falperra, que é um ramo da do Marão; e a leste pela de Sandonho, que é um ramo da de Senabria; mas tem amplas o formosas vistas tanto para o N como para o S sobre o grande valle de Villa Pouca. A serra de Sandonho tem nas proximidades d'esta villa os montes do Facho e do Cabreiro, e prende com as serras de Bornes e Padrella, ambas a NE, sendo todas tres ramificações da de Senabria, na Castella Velha. A da Falperra, nas proximidades d'esta villa, tambem é chamada *Serra do Roxo.* No monte do Facho se accendiam de noite fachos para prevenir os povos circumvisinhos em tempos de guerra, antes da invenção dos telegraphos electricos. Segundo se lê na *Chorographia Portugueza,* do P. Antonio Carvalho da Costa, esta villa era em 1706 séde do antigo conc. de Aguiar, que pertencia á grande comarca de Guimarães e contava 1:750 fogos em 12 freguezias: a da villa que era reitoria e commenda da ordem de Christo; Tellões, Soutello, Santa Martha da Montanha, S. Martinho de Bornes, Vrea de Bornes, Valloura, Pensalvos, Affonsim, Parada de Monteiros, Bragado e Capelludos. O seu governo civil era formado por um juiz do civel e crime, vereadores, procurador do conc., um juiz dos orphãos com seu escrivão, um alcaide e um meirinho. O nome proprio d'esta villa e d'este conc. é *Villa Pouca d'Aguiar,* mas como a villa e o conc. fôram sempre importantes e tiveram sempre muita nobreza, julgando esta uma affronta para a sua prosápia o titulo de *Pouca,* dado á sua terra natal, o substituiram por *Villa de Aguiar da Pena* ou *Penha,* ou simplesmente *Villa de Aguiar,* titulo que lhe deu a citada *Chorographia Portugueza,* em 1706, por ser o mais corrente n'aquella data, mas eram injustos os reparos dos nobres filhos d'esta villa e d'este conc. O velho e antiquissimo titulo de *Pouca,* bem longe de afrontar ou apoucar esta villa, enobrece-a e recommenda a mais do que nenhum outro, porque n'este caso, *Pouca* não é o adjectivo portuguez vulgar, mas o nome do cidade romana *Cauca,* cidade que existiu na provincia hispanica, e que foi a patria do imperador Theodosio I, o *Grande,* quo reinou pelos annos 392 da era christã. Ninguem contesta a existencia da cidade *Cauca* nas Hespanhas, mas ha divergencia d'opiniões com relação ao seu local. Os hespanhoes pretendem, que foi a cidade *Italica,* que esteve a uma legoa de Sevilha; outros dizem, que esteve, onde hoje se vê a nossa villa de *Coura,* entre Braga e Valença, e que o nome de Coura é o mesmo da antiga *Cauca,* depois *Couca,* e por ultimo *Coura,* mas quem lêr o *Agiologio Lusitano,* (tomo I, pag. 172 a 173), forçosamente se ha de inclinar a crêr que a dita cidade romana *Cauca* esteve entre Cha-

ves e Villa Real, sobre *Cidadelhe*, aldeia d'esta freg. de *Villa Pouca*, e que esta villa e este conc. d'ella tomaram e conservam ainda o nome *Cauca*, depois *Couca*, e por ultimo *Pouca*, modificações naturalissimas, conforme o annota o dr. Pedro Augusto Ferreira, pois que o diphtongo latino *au* trivialmente em portuguez se converte em *ou*, como *aurum* em ouro, *automnus* em *outono*, *taurus* em *touro*, etc., e tambem nada mais natural do que dizermos *Villa Pouca* em vez de *Villa Couca*, por ser *Couca* na lingua portugueza nome extranho mais aspero do que *Pouca*. O mesmo nome de *Cidadelhe* dado áquella aldeia, parece diminuitivo de cidade e revelar a existencia de uma pov. importante e fortificada n'aquelle sitio, em tempos remotos, como revelam outras muitas povoações do paiz, denominadas *Cidadelhe*. E' possivel que a velha cidade romana não estivesse aqui; mas com certeza esteve no arcebispado de Braga e no antigo territorio da Galliza, hoje portuguez, e não junto de Sevilha, como os hespanhoes pretendem. Que a cidade *Cauca* nos pertence e com ella a gloria de ter sido Portugal o berço de Theodosio, o *Grande*, affirmam claramente Zozimo e Idacio, ambos contemporaneos do dito imperador, aos quaes seguem Baronio e Spondano, bem como Bivar *in Dextrum* e Sandoval *in Idacium*, etc. Por aqui se vê, que os romanos fizeram demorada residencia n'estes sitios, e obras e explorações importantissimas, o que mais faz acreditar a existencia da cidade romana *Cauca*, depois *Pouca*, situada no local de Cidadelhe da freg. de Villa Pouca d'Aguiar. Tambem nos citados autores se faz menção d'outra aldeia chamada *Cidadelhe*, pertencente á freg. d'Alfarella de Jalles, e que tambem revela ser *Cidadelhe* diminuitivo de cidade, pois junto d'ella se encontram ainda vestigios de uma grande pov. romana fortificada. E' preciso notar que a freg. de Alfarella de Jalles é limitrophe da de Tres Minas, ambas d'este conc., e que na aldeia de Cidadelhe, d'esta freg. de Villa Pouca, teem apparecido, entre outras velharias, varias moedas romanas, sendo algumas do proprio imperador Theodosio I, segundo se lê no *Agiologio Lusitano*. Tambem junto á dita pov. de Cidadelhe e a montante d'ella, ha um sitio notavel, denominado *Regedoura*, talvez modificação de *Rugidoura*, porque um regato que desce da montanha, cae ali grande altura, e no inverno fórma uma majestosa cascata, cujo ruido se ouve a uma distancia consideravel. A mencionada cascata fica aproximadamente a 1 k. d'esta villa para o norte, na serra da Falperra. A cavalleiro da cascata, mesmo no alto da serra, que é quasi inaccessivel dos lados S e E, no ponto denominado *Penedo sobre outro* (talvez anta ou dolmen) existiu em tempos remotos um grande castello, do qual se vêem ainda hoje fortes alicerces e uma parte dos muros, ao lado norte do vertice da garganta que fórma a cascata e quasi a prumo sobre a pov. de Cidadelhe. Deve-se tambem notar que nos arredores d'esta villa se teem encontrado em differentes pontos pedras de moinhos, tijolos de grande espessura, sepulturas abertas na rocha e fórnos que, pela sua configuração, se suppõe terem servido para tratamento de metaes. Tudo isto se attribue aos romanos. Nos montes de *Soutellinho do Anezio*, freg. de Tellões, cêrca de 8 k. a SO da villa, se vêem muitas das taes sepulturas abertas a picão na rocha. O conc. de Villa Pouca d'Aguiar, outr'ora *Aguiar da Pena*, teve 2 foraes *velhos*, um dado por D. Sancho I em 1206, outro por D. Affonso II em 1220, e foral novo dado por D. Manuel, em 1515. A egreja matriz foi fundada, ou talvez reconstruida em 1704. E' um templo singelo, situado em local elevado e vistoso, na extremidade O da rua da Cadeia e da villa, dominando-a toda. A architectura do templo é simples, mas elegante. Tem altar mór e 4 lateraes, com as invocações de N. S.ª da Conceição, S. Pedro, Senhor Crucificado, Santissima Trindade e Almas. O cemiterio está contiguo ao adro, para o lado sul; tem um bom cruzeiro e alguns mausoléus. Ha algumas capellas publicas, e outras particulares. N'esta villa ha duas feiras mensaes, nos dias 10 e 25, mercados semanaes ás 2.as e 5.as feiras. O edificio da camara municipal é majestoso, e n'elle funccionam todas as repartições publicas; é o melhor edificio da villa, o qual se concluiu em 1880. O edificio antigo da camara ficou destinado para aquartelar o destacamento estacionado na villa, e ainda ali se conservam as armas de el-rei D. Manuel, com a esphera armillar e a cruz da ordem de Christo. Na freg. ha hoje apenas minas de chumbo, simplesmente registradas; mas a industria mineira foi importantissima n'este conc. em eras remotas, talvez no tempo dos romanos e dos arabes, como revelam os grandes poços, tunneis, valles, galerias, aqueductos, lagôas e montões enormes de pedra britada que ainda surprehendem e assombram na freg. denominada *Tres Minas* (V. *este nome*). A terra é muito abundante em cereaes e generos agricolas; cria bastante gado, tem caça, e muitas colmeias, pelo que é importante n'este conc. a industria cerifera. A cavalleiro da villa, na serra do lado E, ha uma pyramide geodesica marcando a altitude de 776 m. sobre o nivel do mar; em Affonsim ha outra, na altitude de 966 m., e em Bornes, outra na altitude de 1:315 m. São os pontos mais altos d'este conc. Por occasião da guerra civil do 1846 e 1847, fôram surprehendidas na noite de 31 de janeiro de 1847 n'esta villa, as fôrças populares do general miguelista escossez, Reynaldo Macdonell, pelas tropas da rainha D. Maria II, commandadas pelo general conde de Vinhaes, sendo Macdonell morto ás cutiladas junto da aldeia de Sabroso. E' n'este conc. que está o estabelecimento d'aguas thermaes das Pedras Salgadas (V. *este nome*), e o de Fonte Romana, na freg. de Bornes d'Aguiar. Villa Pouca de Aguiar pertence á 6.ª div. mil., 11.ª brigada, grande circumscripção mil. N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. Tem escolas de ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; advogado; agentes de alguns bancos e de companhias de seguros do paiz, hoteis, medicos, pharmacias, solicitadores, estabelecimentos commerciaes e industriaes, etc. Publicaram-se aqui os 3 jornaes seguintes: *O Aguiarense*, 14 setembro, 1885; *O Aguiarense*, 20 maio, 1899; *O Correio de Villa Pouca*, 12 agosto a novembro, 1885. O conc. compõe-se de 16 freguezias, com 4:098 fog. e 17:424 hab., sendo 8:141 do sexo masc. e 9:283 do fem., n'uma superficie de 26:793 hect. As freguezias são: N. S.ª do Assumpção, de Affonsim, 390 hab.: 166 do sexo masc. e 224 do fem.; Divino Espirito Santo, de Alfarrela de Jalles, 818 hab.: 394 do sexo masc. e 424 do fem.; S. Martinho, de Bornes

de Aguiar, 1:585 hab.: 726 do sexo masc. e 859 do fem.; S. Pedro, de Bragado, 859 hab.: 398 do sexo masc. e 461 do fem; S. João Baptista, de Capelludos, 1:119 hab: 543 do sexo masc. e 576 do fem.; S. Jorge, de Gouvães, da Serra, 281 hab: 135 do sexo masc. e 146 do fem.; S. Pedro, de Parada de Monteiros, 320 hab: 144 do sexo masc. e 176 do fem; Santa Eulalia, de Pensalvos, 631 hab: 296 do sexo masc. e 338 do fem; Santa Martha da Montanha. 325 hab.: 151 do sexo masc. e 174 do fem; S. Thiago, de Soutello de Aguiar, 1:515 hab.: 719 do sexo masc. e 796 do fem.; S. Salvador, de Tellões, 2:482 hab.: 1:175 do sexo masc. e 1:307 do fem.; S. Miguel, de Tres Minas, 928 hab.: 399 do sexo masc. e 529 do fem.; Santa Iria, de Valloura, 713 hab.: 339 do sexo masc. e 374 do fem.; S. Salvador, de Villa Pouca d'Aguiar, 2:314 hab.: 1:125 do sexo masc. e 1:189 do fem; N. S.ª da Natividade, de Vrea de Bornes, 1:485 hab.: 665 do sexo masc. e 820 do fem.; N. S.ª da Assumpção, de Vrea de Jalles, 1:656 hab.: 766 do sexo masc. e 890 do fem. O principal commercio do conc. é azeite, centeio, castanhas, batatas, feijão, fructas, milho e vinho.

Villa Pouca da Beira. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. do Oliveira do Hospital, distr. e bisp. de Coimbra; 164 fog. e 656 hab. Tem esc. do sexo masc., correio com serviço de posta rural, e productores de azeite. Está situada a 2 k. da margem direita do rio Alva, a 1 da estrada de Coimbra a Celorico da Beira pela ponte da Murcella e Vendas de Gallises, e a 10 da séde do conc. Pertenceu á antiga comarca e provedoria da Guarda e á corregedoria de Vizeu. Em 1840 pertencia ao conc. de Avô, extincto pelo decreto de 24 de outubro de 1855, pelo qual passou para o de Oliveira do Hospital Foi villa e conc. com justiças proprias, e teve casa de camara, cadeia e pelourinho, que já ha muitos annos não existem. Não consta que tivesse tido foral. Comprehende apenas duas aldeias: a de Villa Pouca, séde da freg., e a de Digneifel, o convento das freiras franciscanas do Desagravo, o casal da Insua, e varias quintas, entre as quaes merece especial menção a quinta das *Obras*. As producções predominantes são: milho e outros cereaes, vinho, azeite, batatas, feijões e fructa muito boa e muito variada. Tambem cria algum gado lanigero. A egreja parochial é pequena e humilde; a do convento é ampla e majestosa. O edificio mais notavel da pov. é o referido convento. Banham a pov. os 3 pequenos ribeiros da *Cal*, da *Corna* e do *Pombal*, que vão desaguar a pequena distancia no rio Alva, e tem na margem direita 2 moinhos para moer cereaes e 1 para moer azeitona. Esta freg. soffreu muito com a Guerra Peninsular, e com as guerras civis posteriores. Em 1811 o exercito francez, commandado pelo general Massena, sendo batido pelo exercito anglo luso, ao retirar das linhas de Torres Vedras, e tendo soffrido um revez na passagem do Alva, passou n'esta pov. que saqueou tratando com a maior crueldade este povo e o das aldeias visinhas. Durante a guerra civil de 1846 e 1847 travou se aqui um tiroteio entre os filhos d'esta parochia e a quadrilha dos Brandões de Midões, em que houve algumas mortes Entre as pessoas mais notaveis de Villa Pouca da Beira, no seculo passado, conta-se o benemerito José de Abreu Mascarenhas Castello Branco Brandão, que reformou á sua custa a egreja matriz, e ornou com damascos, paramentos e outras alfaias, despendendo ao todo mais de 8 contos de reis. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra.

Villa Pouca do Campo. Pov. na freg. de Santo Justo, de Amial, conc. e distr. de Coimbra.

Villa da Praia *(Duarte Borges da Camara e Medeiros, 1. visconde de).* Senhor de varios morgados, par do reino, conselheiro, etc. N. a 7 de setembro de 1799, fal. a 19 de março de 1872. Era filho de Antonio Pedro Borges da Camara e Medeiros, senhor de varios morgados em Ponta Delgada, e de sua mulher, D. Maria Francisca d'Andrade e Albuquerque Bettencourt. Foi agraciado com o titulo de visconde da villa da Praia, por decreto de 7 de maio de 1845. Casou a 2 de junho de 1823, com D. Anna Theodora Borges do Canto e Medeiros, filha herdeira de Antonio de Medeiros Dias de Sousa da Camara, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher D. Clara Joaquina Izabel do Canto Medeiros da Costa e Albuquerque. D'este consorcio houve entre outros filhos, o 2.º visconde de Villa da Praia e 1.º conde da Praia e Monforte. V. *este titulo*.

Villa da Praia *(Francisco Borja de Garção Stockler, barão da).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, do conselho de el-rei D. João VI, commendador da ordem de Christo, tenente general do exercito, secretario e conselheiro do Conselho Ultramarino, governador do Algarve, governador e capitão general dos Açôres; secretario das immediatas resoluções do rei relativas ao exercito; membro da Junta do Codigo Criminal Militar, e da Junta convocada para a formação do projecto da Carta Constitucional em 1823; lente de mathematica na Academia Real de Marinha de Lisboa, deputado da Junta de Direcção da Academia Militar do Rio de Janeiro, secretario da Academia Real das Sciencias de Lisboa, socio da Sociedade Real de Londres, etc. N em Lisboa a 25 de setembro de 1759, fal. no Algarve a 6 de março de 1829. Era filho de Christiano Stockler, natural de Lisboa, cavalleiro da ordem de Christo, e de sua mulher, D. Margarida Josepha Rita d'Orgiens Garção de Carvalho. Seu avô, Christiano Stockler era natural de Hamburgo, homem de negocio estabelecido em Lisboa nos principios do seculo XVIII. Tendo escolhido a carreira militar, foi depois matricular-se na faculdade de mathematica na Universidade de Coimbra em 1784, quando já contava 25 annos de edade. Tomando o grau de bacharel n'essa faculdade, foi nomeado lente da Academia Real de Marinha. Nomeado socio da Academia Real das Sciencias pouco depois, foi a Academia que em 1794 mandou publicar a sua primeira obra, que era um *Compendio da theoria dos limites, ou introducção ao methodo das fluxões.* Dedicou-se com grande ardor a trabalhos academicos, e nos tomos I e II das *Memorias da Academia* publicou as seguintes obras: *Memorias sobre os verdadeiros principios do methodo das fluxões;* a *Demonstração do theorema de Newton sobre a somma das potencias das raizes das equações;* a *Memoria sobre as equações de condição das funcções fluxionaes;* a *Memoria sobre algumas propriedades das coefficientes dos termos do binomio de Newton.* Nomeado secretario da Academia proferiu successivamente os elogios historicos de Paschoal José de Mello Freire dos Reis, de José Joa-

quim Soares de Barros e Vasconcellos, do Roberto Nunes da Costa, de Martinho de Mello e Castro, de Bento Sanches de Orta, e de Guilherme Luiz Antonio de Valleré. De todos estes discursos só foi publicado em separado, o elogio de Paschoal José de Mello, que saiu em 1799, sendo mais tarde reimpresso no tomo II das obras do auctor Os outros, juntamente com o elogio de Alembert, que póde dizer-se que apenas se limita a ser a traducção do elogio escripto por Condorcet, com uma Memoria destinada a provar a originalidade dos descobrimentos portuguezes no seculo xv, com uma carta a mr. Felkel ácêrca do seu methodo para determinar os factores dos numeros naturaes, constituiram o 1.º volume das obras completas de Stockler publicado em 1805. No anno de 1800 publicára elle em francez: *Lettre a Mr. le Redacteur du «Monthly Review»; ou réponse aux objections qu'on a faites dans ce journal à la methode des limites des fluxions hypothétiques*. Em 1801 foi Stockler chamado a servir em campanha debaixo das ordens nominaes do duque de Lafões, mas deu n'essa infeliz campanha, como é notorio, os mais tristes documentos da sua sciencia militar. Apezar d'isso não deixou de ser nomeado membro do conselho ultramarino e membro da Junta do Codigo Criminal Militar. Em 1807 era ainda secretario da Academia, quando Junot invadiu o reino. Não se mostrou Stockler muito avesso ao novo dominio, desejou sobretudo de conservar os seus postos e rendimentos, e tendo a Academia eleito para seu socio honorario o general Junot, recusando-se comtudo a nomeal o seu presidente, como parece que Stockler desejava, apezar de se ter associado á manifestação contraria que se fez no seio da Academia, foi nomeado para ir apresentar o diploma ao conquistador, fazendo lhe n'essa occasião um discurso laudatorio. Encarregára-o o mesmo Junot do commando da bateria de Areia, cujo fogo impediu varios navios portuguezes de se irem juntar á esquadra que levava para o Brazil a familia real. Estas provas de confiança do general francez, o valimento de que gozava junto d'elle, e a desgraçada missão academica, de que foi incumbido, não contribuiram pouco para a animadversão que o governo portuguez lhe mostrou, logo que os francezes evacuaram Portugal A regencia privou o de todos os seus cargos, e o conde de Linhares, ministro do principe regente no Brazil, em resposta a um requerimento de Stockler, que já então era brigadeiro, fulminou-o com o seguinte officio dirigido ao patriarcha presidente da regencia, a pedir-lhe que informasse ácêrca do requerimento: «Exmo e rev.^{mo} sr.—Tendo levado á augusta presença de S. A. R. o principe regente nosso senhor a carta inclusa e mais papeis do brigadeiro Francisco de Borja Garção Stockler, cujos talentos militares verificados na campanha de 1801, são assás constantes ao mesmo senhor, em cuja real presença é além d'isto mui pouco acreditado pela missão em que foi mandado a Junot, e depois pelo commando da bateria da Areia junto á torre de Belem, d'onde barbaramente fez atirar sobre navios porguezes, que se faziam á véla para sairem do Tejo; comtudo S A R. ouvindo os sentimentos da sua incomparavel justiça e piedade, é servido que os governadores do reino informem, interpondo o seu parecer e depois de ouvir o marechal general ou o marechal general do exercito se haverá algum logar activo em face do inimigo, onde o supplicante possa ser empregado, e n'este caso o proponham para esse posto, afim de que se verifique se elle tem realmente grandes talentos militares, ou se n'esta materia como nas outras se avalia muito além do que vale; o que é assás conhecido quando, como mathematico, quiz associar se ao tão justamente celebre Lagrange. Palacio de Santa Cruz em 25 de novembro de 1809. Conde de Linhares» Este officio ironico mostra os odios profundos com que Stockler tinha de luctar. Entretanto, comtudo era promovido a marechal de campo, provavelmente porque lhe competia por antiguidade. José Accurcio das Neves publicava então a sua *Historia geral da invasão dos francezes*, e como ali se referia d'um modo desagradavel á campanha de 1801, Stockler respondeu-lhe n'uma obra intitulada *Cartas ao autor da Historia Geral da invasão dos francezes em Portugal*. Eram 9, e Stockler apresentou as em 1811 á Academia, mas esta não as quiz mandar imprimir. Como José Accurcio tambem tratava na sua *Historia* do caso da escolha de Junot para socio honorario da Academia, Stockler trocou com elle varias cartas particulares, protestando contra o papel que José Accurcio lhe attribuia. A correspondencia a que este caso deu logar, foi publicada por Stockler no *Investigador Portuguez* Em 1812 partiu Stockler para o Rio de Janeiro, e por tal modo se insinuou nas boas graças do principe regente, que não só conseguiu que lhe fôssem restituidos todos os cargos de que a regencia o esbulhára, mas foi nomeado ainda governador e capitão general dos Açôres. Durante a sua estada no Rio de Janeiro imprimiu ali, em 1813, as referidas cartas que a Academia em 1811 se recusara a publicar. Achava-se no Brazil, quando por morte da rainha D. Maria I, o principe regente foi acclamado rei, e em nome da Academia escreveu um *Discurso dirigido em nome da Academia Real das Sciencias a S. M. o Senhor D. João VI, por occasião da sua exaltação ao throno;* foi publicado no tomo VI, parte I das *Memorias da Academia*. Regressando á Europa para ir tomar posse do governo dos Açôres, imprimiu em Paris no anno de 1819, o seu *Ensaio historico sobre a origem e progressos das mathematicas em Portugal*, obra de que os criticos falaram com muito louvor, entre elles José Silvestre Ribeiro na *Resenha de Litteratura Portugueza*. tomo I, pag. 16 e seguintes. Nos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, no tomo V, pag. 138 a 156, tambem vem um extenso e elogioso artigo. Em 1821 mandou imprimir em Londres as suas *Poesias lyricas*, constando o volume de 18 odes horacianas, 12 psalmos traduzidos, 2 epistolas, etc., e um canto d'um poema philosophico, as *Aves*, que fôra principiado pelo grande poeta brazileiro Sousa Caldas, mas que Stockler refundiu e augmentou muito. Além d'isso, ha tambem no volume uma larga dissertação sobre o rhythmo e a poesia hebraica. Este volume fôra por Stockler submettido á censura da Academia para ser por ella mandado publicar. Encarregou-se de dar parecer a esse respeito o dr. Fr. Patricio da Silva, que depois foi cardeal patriarcha, e este veiu com uma censura em que mostrou, que na dissertação acima indicada se aventavam idéias paradoxaes, e principios menos orthodoxos, e que careciam de correcção. O parecer era datado do convento da Graça, de 28 de maio de 1819. Sto-

ckler não quiz conformar-se com este parecer, quo a Academia approvára, o retirando o seu manuscripto, mandou-o depois imprimir em Inglaterra, sem lhe fazer a menor alteração. As *Poesias lyricas* fôram effectivamente condemnadas, mais tarde, em Roma, por decreto da Sagrada Congregação do *Index* de 23 de junho de 1836, como póde vêr-se no *Index librorum prohibitorum*, da edição de 1854. Havia rebentado em Portugal a revolução de 1820, e chegava aos Açôres a noticia. Sotckler aproveitou a occasião para dar penhoros da sua fidelidade ao regimen absoluto, já que fôra acoimado do jacobino por causa da sua subserviencia a Junot. Effectivamente não quiz proclamar o regimen da revolução. Garrett, moço ainda e estudante de Coimbra, appareceu em Angra n'esse tempo, o começou a agitar os espiritos para os sublevar contra Stockler. Este mandou avisar a familia de que, se Garrett fizesse a mais leve demonstração politica, iria logo para a cadeia. Comtudo, chegou a esse tempo a fragata *Perola* commandada por Marçal José da Cunha, e este intimou Stockler para que reconhecesse o governo liberal. Stockler insurgiu-se contra a intimação e resistiu, mas nãs encontrou o apoio que esperava na população, e foi mandado preso para Portugal, organisando-se na Terceira um governo provisorio. Mandou lhe o governo instaurar processo, e deu isso logar a longos debates pela imprensa, escrevendo Stockler um *Memorial dirigido ao ill.mo sr. Luiz Manuel de Moura Cabral, desembargador da Casa da Supplicação*, etc., *illustrado com algumas notas*, Lisboa, 1822; e além d'isso, muitas obras que assignava com pseudonymos ou a que punha o nome do filho, Antonio Nicolau de Moura Stockler, que então contava apenas 17 annos ne edade. Essas obras são *Cartas*, (1.ª, 2.ª e 3.ª) *sobre os acontecimentos da ilha Terceira*, por um *Cidadão imparcial;* a *Nota ao n.º 75 do Campeão Lisbonense* por um *Amigo do general; Observações ou notas illustrativas do folheto intitulado «Voz da Verdade provada por documentos»; Carta sobre o n.º 2 do folheto intitulado «Voz da Verdade»*, etc; *Analyse critica ao libello famoso intitulado «Noticia resumida dos acontecimentos da ilha Terceira na installação do seu governo constitucional»*, tudo isto com o nome de seu filho. Finalmente o proprio general respondeu com o seu nome n'um folheto a umas *Notas* escriptas por Vicente José Ferreira da Costa, a um officio que elle dirigira ao conde dos Arcos, officio que os seus inimigos publicaram em 1823. Estas questões o o processo terminaram com a queda do governo constitucional em 1823, ficando o comportamento de Stockler illibado á face da lei, pois se tornava em acção meritoria o quo até então lhe imputavam como delicto. Foi novamente nomeado governador dos Açôres, como capitão general, sendo tambem agraciado com o titulo de barão da Villa da Praia, por decreto de 29 de setembro de 1823. Pouco tempo se demorou nos Açôres. Em 1825 voltou para Portugal, e offereceu á Academia a sua obra *Methodo inverso dos limites ou desenvolvimento das funcções algorithmicas*. Ainda d'esta vez o parecer academico foi muito desfavoravel á publicação da obra. Era a terceira vez quo o desfeiteavam assim. Stockler então irritou se, mandou á Academia a demissão do socio, e imprimiu a obra por sua conta. Em 1826 publicou o 2.º volume das suas obras completas, que já principara a imprimir-se na typographia academica, saindo o 1.º tomo em 1805, mas fôra interrompida a impressão por causa da invasão franceza. Encerra os elogios de D. Thomaz Caetano do Bem e de Paschoal José de Mello, o Appendice ás cartas ao autor da *Historia da invasão franceza*, uma Carta sobre a liberdade de imprensa, um Esboço d'um plano de *Codigo Criminal Militar*, uma demonstração do seu proceder de 1807 a 1812, um projecto sobre o estabelecimento da Instrucção publica no Brazil, e uma carta a Jacome Ratton. Quasi tudo havia já sido publicado. Em 1827, finalmente, quando se debatiam em Portugal as questões constitucionaes, escreveu Stockler uns *Elementos de Direito Social, ou principios de Direito natural, que devem servir de base á constituição das sociedades civis*. Stockler, como se deprehende, foi um dedicado partidario de D. Miguel, que o nomeou governador das armas na provincia do Algarve, o no exercicio d'esse cargo falleceu. Além das obras mencionadas, ainda escreveu uma *Analyse da Memoria publicada pelo dr. José Martins da Cunha Pessoa em o n.º LII do Investigador portuguez em Inglaterra»*, saiu tambem em nome do filho, sendo publicada em 1816 no Rio de Janeiro; *Lição duodecima dos elementos de Geometria, a qual tem por titulo das correlações que existem entre as operações elementares da technia geometrica e da technia algebrica*, Lisboa, 1819; *Breve noticia da vida e obras de Francisco Dias Gomes;* saiu no principio das *Obras poeticas* do mesmo Gomes, mandadas publicar pela Academia; *Annotações e additamentos ás obras do P. Antonio Pereira de Sousa Caldas*, impressas em Londres. O barão da Villa da Praia casou duas vezes: a primeira, a 3 de janeiro de 1796 com D. Ignez Gertrudes de Mendonça e Moura, filha de D. João Francisco de Moura, cavalloiro da ordem de Christo e escrivão da Mesa Grande da Alfandega de Lisboa, e de sua mulher, D. Anna Catharina da Silva e Tavora; a segunda vez com D. Maria Margarida Stockler, sua sobrinha, filha de Antonio Xavier Sotcklor, e de sua mulher D. Rita Ignacia de Brito Lambert.

Villa da Praia da Victoria *(Jacome de Bruges Ornellas de Avila Paim da Camara Noronha Borges de Sousa e Sáavedra, 2.º visconde de Bruges e 2.º conde da)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; gran cruz da imperial ordem de Francisco José da Austria; bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, addido honorario á legação de Portugal na Belgica, governador civil de Ponta Delgada, par do reino por successão, antigo deputado, presidente nato da Sociedade das Letras o Artes de Angra do Heroismo, fundador do Asylo de Mendicidade de Ponta Delgada, etc. N. em Angra do Heroismo a 14 de dezembro de 1833, fal. em janeiro de 1899. Era filho dos 1.os viscondes e 1.os condes dos mesmos titulos (V. o *artigo seguinte)*. Succedeu na casa do seu pae a 25 d'outubro de 1870; e por isso foi o 15.º administrador dos morgados de Porto Martins, 13.º do de Reguinho, e 12.º do de Fontainhas. Casou a 4 de junho de 1860 com D. Maria Ignacia Pacheco Mello Forjaz Sarmento de Lacerda, filha de João Fereira Forjaz Sarmento do Lacerda, e de sua mulher D. Maria José Pacheco de Mello Menezes Lemos o Carvalho, senhora de varios vinculos nas

ilhas Terceira e Graciosa, etc. O titulo de visconde foi-lhe renovado por decreto de 24 de dezembro de 1864, e o de conde pelo decreto de 9 de novembro de 1870. O conde da Villa da Praia da Victoria publicou em Lisboa no anno de 1873, com uma prefacção sua o seguinte livro: *Les eaux thermales de l'ile de San Michel (Açôres)*. Contém esta obra: 1.° *Rapport relatif à analyse des eaux thermales de l'ile de San Michel, par Mr. F. Fouqué;* 2.° *Rapports de observations faites sur les eaux minérales de la vallée de Furnas, por le dr. Philomeno da Camara Mello Cabral.* Estas observações fôram escriptas em portuguez e traduzidas em francez pelo 2.° conde da Villa da Praia da Victoria.

Villa da Praia da Victoria *(Theotonio d'Ornellas Bruges d'Avilla Paim da Camara Ponce de Leão Homem da Costa Noronha Borges de Sousa e Sáavedra, 1.° visconde de Burges e 1.° conde da)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, ministro da guerra no governo constitucional provisorio que se constituiu nos Açôres em 1828, um dos mais dedicados liberaes que prestou relevantissimos serviços á causa constitucional. N. a 25 de abril de 1807 no palacio de Santa Luzia, Angra do Heroismo, solar da sua familia, fal. na sua quinta da Estrella, proximo de Angra a 25 de outubro de 1870. Era filho de André Eloy Homem da Costa Noronha Ponce de Leão, fidalgo da Casa Real, doutor em direito civil, e de sua mulher, D. Rita Pulcheria de Ornellas Paim da Camara, herdeira dos morgados já referidos *(V. o artigo antecedente)*. Era descendente e representante directo dos antigos donatarios da Terceira e dos fortes capitães Francisco de Ornellas e João de Avila, que no seculo XVII tão heroicamente sustentaram a defeza da independencia nacional contra a dominação estrangeira. Bem cêdo começou a manifestar as ideias liberaes, fazendo parte do grupo de opposição ao despotismo dos capitães generaes, designadamente de Stockler. Alferes de milicias de Angra em 1823, succedeu nos citados morgados a sua mãe em 5 d'outubro d'esse anno, e promovido a capitão em 1825, foi dos primeiros a jurar a Carta Constitucional de 1826, preparando desde logo o celebre pronunciamento de 22 de junho de 1828, cujo exito assegurou, tendo feito conservar em Angra o bravo regimento de caçadores n.° 5, o fiador militar da revolução, que se pretendia fazer embarcar para Inglaterra. No difficil periodo de 1828 a 1832, em que a Terceira foi o refugio e o baluarte da Liberdade, os serviços prestados por Theotonio d'Ornellas fôram, na verdade, extraordinarios. Ajudante d'ordens do governo provisorio, que em 1828 se formou na Terceira, foi depois ministro da guerra n'esse governo. Exerceu os seguintes cargos: coronel de milicias; provedor da Casa da Moeda do castello de Angra, recebendo o titulo de conselheiro, em 1829, tomando parte activa na batalha da Villa da Praia da Victoria, em 11 d'agosto d'esse anno; inspector geral das ordenanças em 1830, secretario com voto na Junta Governativa que se formou nos Açôres em 1831; administrador geral da provincia Central dos Açôres; presidente da primeira camara municipal electiva do paiz, em Angra, 1831, cargo em que se conservou por muitos annos, fazendo parte da divisão libertadora, que sob o commando do conde de Villa Flôr foi proclamar a liberdade nas ilhas occidentaes no mesmo anno de 1831, Theotonio d'Ornellas accrescentou notavelmente a sua brilhante folha de serviços á causa nacional, batendo se como um verdadeiro soldado. Ainda em 1831 foi nomeado presidente da deputação da regencia que foi a França apresentar as homenagens dos leaes defensores da Terceira á rainha D. Maria II e ao imperador duque de Bragança, D. Pedro, e pedir a este que se fôsse collocar á sua frente. A escuna de guerra *Ilha Terceira*, que o conduziu a França, foi o primeiro navio nacional que ostentou nos mares a bandeira azul e branca. A impressão que Theotonio d'Ornellas causou na rainha e no imperador não podia ser nem mais lisonjeira nem mais sympathica. Tendo sido recebido por suas majestades no palacio de Mendon em 10 d'outubro de 1831, conhecida a sua presença em Paris, o general Laffayette, desejoso de o conhecer, concedeu-lhe a honra de o receber, dando-lhe testemunho do alto apreço em que tinha o seu valor. O imperador, respondendo ao appello dos heroicos defensores da Terceira, partiu para os Açôres, e chegando a Angra no dia 3 de março de 1832, assumiu a regencia do reino. Em 5 de março o conselheiro Theotonio d'Ornellas offereceu-lhe um sumptuoso baile no palacio de Santa Luzia; a 25 d'abril foi nomeado coronel de voluntarios nacionaes da Terceira, S. Jorge e Graciosa; a 17 d'outubro commandante general dos corpos nacionaes, a 17 de dezembro presidente da commissão encarregada de contrahir nos Açôres o emprestimo d'um milhão para as despezas da causa, emprestimo que juntamente com outros fidalgos terceirenses e michaelenses tornou firme, recusando todos generosamente as garantias offerecidas pela regencia, declarando que elles cumpriam apenas o seu dever patriotico. Entre os seus illustres collaboradores figuravam o 1.° visconde da Praia, o 1.° barão de Fonte Bella, o 1.° barão das Laranjeiras e o 1.° barão de Noronha. Foi então agraciado, por decreto de 8 de dezembro, com o titulo de visconde de Bruges. Terminada a campanha, foi eleito deputado no anno de 1834, e par do reino, nomeado em 1 d'outubro de 1835, tomando posse na respectiva camara na sessão de 26 de fevereiro de 1836. N'esse mesmo anno foi governador civil e administrador geral de Angra do Heroismo, em 1836 adheriu á revolução de setembro, recusou approvar o protesto de varios pares do reino contra essa revolução. Em 1845 promoveu e realisou a construcção do primeiro monumento erigido em Portugal á memoria do imperador, que se ostenta na praça de D. Pedro IV, de Angra, uma pyramide de fórma quadrangular, com as datas allusivas á vida do duque de Bragança. Em 1847 adheriu ao movimento da *patuleia*, sendo presidente da Junta Governativa de Angra do Heroismo. Como presidente da camara municipal d'esta cidade acclamou em setembro de 1855 rei de Portugal, D. Pedro V, e em 1862 D. Luiz I, que teve a honra de receber no seu palacio de Santa Luzia em 1858, quando infante duque do Porto e commandante da corveta *Bartholomeu Dias*. Em 1863 foi um dos primeiros condecorados com a medalha das campanhas da Liberdade (algarismo 9). Durante este largo tempo, exerceu grande numero de cargos de eleição popular, presidiu á commissão de melhoramentos publicos, ligou o seu nome á fundação de benemeritas instituições, asylos, caixa economica, socieda-

des de instrucção, centros promotores de agricultura, etc. Por decreto de 28 de julho de 1863 foi agraciado com o titulo de conde da Villa da Praia da Victoria. A sua morte foi muito sentida, porque o illustre fidalgo era d'uma proverbial generosidade, e conhecido como um desvelado protector dos pobres e desvalidos. O dia do seu funeral, foi um dia de lutogeral. O prestito teve enorme concorrencia, compondo se das pessoas mais importantes e de todas as autoridades da ilha Terceira. A familia real, o governo, as camaras legislativas, a imprensa fôram unanimes em prestar homenagem aos inolvidaveis serviços do velho e glorioso caudilho da liberdade portugueza. O conde da Villa da Praia da Victoria casou duas vezes: a primeira, a 16 de março de 1833, com D Elvira Monteiro Esmeraldo, que falleceu a 24 de janeiro de 1838; era irmã da baroneza de Palença, filha de Joaquim Monteiro, consul geral de Portugal nos Estados Unidos da America, e de D. Anna Favila Monteiro; a segunda vez, em 25 d'abril de 1853, com D. Emilia Amelia d'Almeida Tavares do Canto, filha de Joaquim d'Almeida Tavares do Canto, fidalgo da Casa Real e senhor do morgado d'Agualva, na ilha Terceira, e de sua mulher D. Eulalia Ermina d'Almeida. Em 25 de abril de 1907, em Angra do Heroismo realisou-se uma solemne commemoração do centenario do nascimento do illustre fidalgo. Houve alvorada tocando algumas philarminas em frente do palacio solar d'aquella antiga e nobre familia. A's 11 horas da manhã celebrou-se no largo onde está situado o palacio, uma missa campal, suffragando a alma do chorado extincto. Em seguida ao acto religioso organisou se um cortejo civico, que depois de ser collocada uma lapide assignalando esta commemoração, percorreu diversas ruas, indo á Associação Commercial, onde está estabelecido o Museu Industrial e Commercial, annexo á Escola Industrial Madeira Pinto, sendo ali inaugurada a galeria de retratos dos açorianos illustres, que se notabilisaram na sciencia, nas armas, nas artes e nas letras. Em seguida foi aos paços do concelho, realisando se ali uma sessão extraordinaria, em que se leu o auto d'esta solemne commemoração. Ainda se effeituaram mais algumas manifestações populares, illuminações, etc.

Villa da Praia da Victoria. Villa da ilha Terceira, Açôres, séde de conc., com., distr. e bisp. de Angra do Heroismo. Tem uma só freg, Santa Cruz. Está virada a E, em terreno plano, acima d'um largo areal que lhe deu o nome de Praia, a 20 k. ao NE da capital do distr., com a qual está em communicação por uma boa estrada militar, na bahia ou enseada da Praia da Victoria, defendida pelos fortes da Luz do Porto, das Chagas, de S. João, de Santo Antonio, de S. José do Espirito Santo e de Santa Catharina. Os seus arrabaldes são muito pittorescos. Ao N fica a verdejante serra do Facho, a E o formoso areal de 3 k. de extensão em fórma de meia lua, ao S e a O, vastos campos cultivados. As pequenas povoações da Casa Ribeira e Bello Jardim são suas dependencias. Esta villa é a parte da ilha Terceira que mais flagellada tem sido pelos tremores de terra. A 24 de maio de 1614 um terremoto a arrazou completamente matando mais de 200 pessoas, sendo reedificada e muito melhorada por ordem do Filippe III de Hespanha, então dominando em Portugal. A 24 de junho de 1800 e a 26 de janeiro de 1841 foi reduzida a um montão de ruinas, com as povoações circumvisinhas, devendo d'essa vez a sua reconstrucção á actividade do conselheiro José Silvestre Ribeiro, então governador civil de Angra do Heroismo. Em 1 de junho de 1867, outro tremor de terra lhe causou tambem grandes estragos. Esta antiga villa tornou-se muito notavel pela sua lealdade e bravura na guerra da Restauração de 1640, chamando-se então simplesmente *Villa da Praia*, mas depois da batalha de 11 d'agosto de 1829, ganha pelo conde de Villa Flôr, mais tarde duque da Terceira, commandante das tropas liberaes que guarneciam a ilha, tomou o nome de *Villa da Praia da Victoria* (V. o *artigo seguinte)*. Pertence ao commando geral dos Açôres e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. Tem escolas d'ambos os sexos, est. telegr. post. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; advogados, *Asylo de Mendicidade D. Pedro V*, fundado pelo conde da Villa da Praia da Victoria, hospedarias, Misericordia e hospital, medico, pharmacia, *Caixa Economica da Villa da Praia da Victoria*, notarios, sollicitadores, sociedades de recreio: *Empresa Cinematographica*, philarmonica *União Praiense*, *Club Praiense;* photographias, etc. Publica-se ali o jornal *O Imparcial*. A villa é muito fertil em generos agricolas; produz cereaes e legumes, cria gado, e a sua população emprega se tambem na pesca. N'outro tempo havia aqui excellentes salinas, que já ha muitos annos estão abandonadas O conc. compõe-se de 9 freguezias com 3:837 fog. e 15:511 hab., sendo 7:254 do sexo masc. e 8:257 do fem. As freguezias são: N. S.ª da Guadalupe, d'Agualva, 1:783 hab.: 835 do sexo masc e 948 do fem.; S. Pedro, de Biscoitos, 1:900 hab.: 888 do sexo masc. e 1:012 do fem., Santa Catharina, de Cabo da Praia, 910 hab.: 432 do sexo masc. e 478 do fem.; Santa Barbara, de Fonte do Bartardo, 737 hab : 360 do sexo masc. e 377 do fem ; N. S.ª da Pena, de Fontinhas, 1:429 hab.: 665 do sexo masc. e 764 do fem ; S. Miguel, de Lagens, 2:934 hab.: 1:412 do sexo masc. e 1:522 do fem.; Santa Beatriz, de Quatro Ribeiras, 692 hab.: 331 do sexo masc. e 361 do fem.; Espirito Santo, de Villa Nova, 1:931 hab.: 900 do sexo masc. e 1:031 do fem.; Santa Cruz, do Villa da Praia da Victoria, 3:195 hab.: 1:431 do sexo masc. e 1:764 do fem. O commercio principal do conc. é cereaes, gado, peixe e alcool.

Villa da Praia da Victoria *(Batalha da)*. Foi a 11 de agosto de 1829 que se deu na ilha Terceira esta memoravel batalha, que tanto influiu para o triumpho glorioso da causa constitucional. A ilha Terceira fôra o baluarte escolhido pelos liberaes, e como tal, tornou se para os miguelistas o ponto que attrahia as suas principaes attenções. Para o inutilisar foi constituida uma expedição com tropas de Lisboa, que se organisou em Ponta Delgada. A fôrça total d'esta expedição foi, entre guarnição de navios e tropas de embarque, de 6:000 homens, sendo as guarnições aos navios de 2:778 praças. Os navios que a compunham, eram a nau *D João VI*, do commando do capitão do fragata José Gregorio Pegado; a fragata *Perola*, commandada pelo capitão de fragata João Pedro Nolasco da Cunha; fragata *Diana*, do commando do chefe da divisão Francisco Ignacio Everard, e *Amazonas*, commandada pelo

capitão de mar e guerra Joaquim José da Cunha. Além d'estas 3 fragatas havia armadas as corvetas *Principe Real* e *Urania*, commandadas, a primeira pelo capitão tenente José Fragoso Pereira, e a segunda pelo capitão tenente Sebastião Antonio Pegado; as charruas *Galatêa*, *Oreste*, *Princeza da Beira*, *Maia Cardoso* e *Principe Real*, cujos commandantes eram: 2.º tenente Antonio Daniel Baptista de Barros, 1.º tenente Francisco de Paula Tavares, 1.º tenente Manuel Pedro de Carvalho, capitão do fragata Joaquim Maria Bruno de Moraes, e 1.º tenente Antonio José Borges de Castro. Completavam a força naval d'esta extraordinaria expedição, 4 brigues: *Gloria*, *Infante D. Sebastião*, *Providencia* e *13 de Maio*, do commandô dos tenentes: Profirio Antonio Caminha, José da Costa Couto, Antonio Francisco Vicente Heitor e João José Fernandes; 2 escunas: *Triumpho da Inveja* e *Divina Providencia*, commandadas pelos tenentes Domingos Fortunato do Valle e Francisco d'Assis e Silva; 2 hiates: *Bom Despacho* e *Santa Luzia*, commandados pelo 2.º tenente José Joaquim do Rego e guarda marinha Carlos Augusto Moraes d'Almeida, e por ultimo 2 patachos: *Carmo* e *Almas*, do commando do guarda marinha David Villar do Camara; *Bom Jesus*, commandado pelo guarda marinha João Carlos Cardoso, e mais 6 canhoneiras. O numero total de peças montadas n'esta importantissima armada era de 340. O commando em chefe d'estas fôrças era do vice-almirante Henrique da Fonseca de Sousa Prego, nomeado capitão general dos Açôres. A tropa de desembarque era commandada pelo coronel José Antonio de Azevedo Lemos. Esta esquadra foi avistada na tarde do dia 29 de julho nos mares da Terceira, e desde logo foi considerada pelos liberaes como uma sentença final contra elles proferida. Apezar de muitos esforços, a guarnição da Terceira apenas constava então de 2:386 homens no campo. E os defensores da Villa da Praia eram, na vespera da batalha, 108 homens de guarnição dos fortes, incluindo commandantes, e 416 que compunham o batalhão de voluntarios da rainha. O conde de Villa Flôr, apenas a esquadra foi avistada, preparou-se para a receber em toda a parte da ilha, e com data de 30 de julho dirigiu aos habitantes uma proclamação, recommendando a causa que defendia, e no dia 11 d'agosto dirigiu uma outra proclamação aos soldados inimigos, lembrando-lhes o terem sido commandados por elle em Alegrete, em Coruche e nas Pontes do Prado e da Barca, em favor da causa contra a qual elles vinham combater, enganados por quem agora os commandava. Esta proclamação não produziu o resultado que se esperava, porque nem um só dos soldados acceitou o convite que lhes era feito. O conde de Villa Flôr ignorava o ponto para onde os inimigos dirigiam o ataque, mas suppôz, desde logo, que seria para a Villa da Praia, e a 10 de agosto teve a certeza de que a esquadra preparava, effectivamente, para ali o desembarque. Dispôz as suas fôrças do melhor modo que imaginou. Viera a manhã do dia 11 d'agosto serena e calmosa, mas um pouco neblinada. A esquadra inimiga, aproveitando o nevoeiro grande, dobrou a ponta de Santa Catharina, e entrou na bahia da Villa da Praia, sem se dar por ella, senão muito proximo da terra. Ao ser avistada, o movimento na villa produziu-se com espantosa acceleração, indo cada um occupar o seu posto. Apezar da desegualdade das fôrças, no espirito liberal havia uma inexplicavel confiança, que lhes deu fôrça e valor para a defeza. Na bahia havia os fortes: *Santa Catharina do Cabo da Praia*, cujo commandante era o alferes de infantaria 9, Nuno Brandão de Castro, tinha 3 peças de artilharia; de *S. José*, do commando do sargento Antonio da Costa Rippert, com 2 peças; de *S. Caetano*, commandado por um soldado do batalhão de voluntarios, José Peixoto da Silva, 32 peças; de *S. João*, commandado por um soldado de artilharia José Paulo Machado, tendo apenas uma peça d'artilharia; de *Santa Cruz do Porto*, commandado pelo alferes de infantaria Simão Antonio d'Albuquerque e Castro, com uma peça, e por ultimo, o forte do *Espirito Santo*, do commando do alferes de caçadores Manuel Franco. Ao todo 11 peças d'artilharia. E era com estas 11 peças que se deveria sustentar a principal defeza, contra o ataque feito pelas 340 existentes em todos os navios da memoravel esquadra. Além d'estes fortes havia ainda o da *Luz*, de *S. Francisco* e das *Chagas*, que estavam desartilhados. Pela bahia fôram postadas forças formando companhias de guerra, sob o commando de distinctos officiaes, que n'essa defeza operaram prodigios de valor e de coragem. A esquadra fundeára quasi a tocar com as quilhas no fundo. Eram 11 horas e meia do citado dia 11. A primeira linha de combate era formada pela nau *D. João VI*, fragatas *Diana*, *Amazonas* e *Perola*, e brigues *Providencia* e *Infante D. Sebastião*, os restantes navios formavam a segunda linha. A escuna *Triumpho da Inveja* conservava-se de panno largo, servindo de aviso. Assim fundeada a esquadra e ferrado o panno, começou um fogo vivissimo contra os fortes e baterias postadas na praia, fogo que durou 4 horas successivas, mas que não produziu os estragos que era de esperar; apenas houve a lamentar a morte de dois valentes, o 1.º sargento do batalhão de voluntarios, Evaristo Luiz de Moraes, morto por uma bala, quando exposto na praia, se pôz a desafiar o inimigo com uma bandeira na mão, e a do capitão de infantaria 10, Manuel Joaquim Simões, morto por um pedaço de parapeito, desfeito com um tiro mandado de uma das peças da nau. Pelas 3 horas e meia foi resolvido na esquadra tentar a fortuna d'um desembarque, sendo logo equipados e escolhidos 1:114 homens dos mais valentes e mais corajosos. Embarcados nas lanchas, dirigiram-se a toda a fôrça de remos para a esquerda da bahia. De bordo o fogo continuava com mais viveza para proteger o desembarque. Em terra preparava-se a defeza dos postos atacados com a mais extraordinaria coragem e o mais valoroso sangue frio. O major Manuel Joaquim Menezes, os capitães Balthazar de Almeida Pimentel, José Joaquim d'Almeida Moura Coutinho e Martinho Pinto de Queiroz Sarmento, e os alferes Bento José d'Almeida Moura Coutinho e Manuel Pereira Barbosa praticaram prodigios de valor, cujo exemplo era seguido pelos voluntarios que, com o maior desprezo pela morte, acorriam a todos os pontos da praia, oppondo uma muralha de peitos ás balas dos inimigos, mas inutilisando os e vencendo os. As lanchas com os fogos inimigos descaiam ao longo da praia, e o punhado de valentes que se defendia, deslocava-se no mesmo sentido sempre exposto e sempre valoroso, sem sentir a fadiga e sem arrefecer o en-

thusiasmo. O caminho pelo mar fazia se mais rapido do que por terra, o era difficil acudir a tempo ao ponto atacado. Alguns dos inimigos que conseguiram desembarcar, opprimidos pelo valor dos voluntarios, tiveram de encurralar se atraz do forte do Espirito Santo, que tomaram. O fogo era feito quasi á queima roupa; e no ataque praticaram-se actos de brilhante coragem. O combate continua va renhido, quando uma voz annunciou que os inimigos, trepando uma montanha por detraz do forte, se dispunham a uma acção decisiva, esta voz, avigorando a audacia e o valor do capitão Pimentel e alferes Moura Coutinho, levou-os a saltarem a toda a pressa para a escarpada serra, sendo seguidos por um pequeno numero de voluntarios, expostos a toda a metralha do inimigo. Chegados ao alto do Facho, avistaram para o lado do telegrapho uns 30 soldados inimigos, procurando auxiliar os que tentavam subir como elles, e correndo sobre elles á bayoneta, deixavam prostrados em jorros de sangue aquelles que não puderam fugir, acoitando se no interior da serra. Por outro lado, o capitão Moura Coutinho e os voluntarios accommetteram o forte, e tambem á bayoneta, ahi deixaram estendidos os que n'elle se haviam entrincheirado. Chegaram as restantes companhias de voluntarios, sob o commando do capitão José Ribeiro de Mesquita e juntamente com as forças do tenente Francisco Lopes Guimarães fizeram ao inimigo uma barreira de fogo, com que fecharam o espaço que apenas lhes dava saida para o mar. Então soaram numerosos vivas á Rainha e á Carta Constitucional, ouvindo se por toda a parte o enthusiastico grito de Victoria! Victoria! Os vencidos depunham as armas, e desde logo a generosidade dos vencedores deixava de os considerar como inimigos O fogo dos vencedores cessou a despeito de continuar por muito tempo o fogo de bordo. Quasi pelas 5 horas da tarde chegavam ao logar do combate o conde de Villa Flôr com a columna de reserva, mas a victoria estava decididamente ganha pelos voluntarios. Apezar d'isto, o conde tomou precauções, prevenindo um outro ataque, e bem avisado andou, porque, effectivamente, a coberto da nau e da fragata, foi embarcada uma segunda columna, dirigiu do-se as lanchas para a direita da bahia, mas o capitão Villarinho tão certeiro disparou o primeiro tiro que, afundando a primeira lancha e a segunda, as mais retrocederam, indo cobrir-se com a nau ao som de novos gritos de Victoria! Victoria! que retumbaram em toda a linha triumphante. A chegada do resto d'artilharia ameaçava a esquadra d'um outro perigo, com o primeiro tiro de granada, lançado por um obuz; e de noite, quando soprava ligeira viração, a memoravel armada picou as amarras, fazendo-se ao mar, tendo disparado 4:843 tiros. Nos dias immediatos a esta acção, o bloqueio foi levantado. Tal foi resumidamente a acção de 11 de agosto de 1829. Deram-se duas notas interessantes n'esta batalha: o 1.° tiro disparado foi feito pelo alferes Simão Antonio d'Albuquerque e Castro, commandante do forte do *Porto*, enfiando a nau de pôpa á prôa, despedaçando lhe o tombadilho e partindo-lhe a retranca. Uma parte d'esta retranca foi trazida pelo mar para a praia, e o conde de Villa Flôr mandou fazer com ella uma moldura para o primeiro retrato da rainha, que se estampou em Londres. Outra nota foi dada pelo valor do velho Manuel Caetano, insulano de mais de 70 annos que, tendo 2 filhos no forte de *S. José*, se dirigiu para lá, dizendo ao commandante: «Sr. governador, feche a porta e guarde a chave, porque estes mancebos são muito bisonhos, e ainda não ouviram zunir pelouros.» Quando uma bala lhe matou um dos filhos, voltou-se para o outro, dizendo-lhe: «Desvia teu irmão, que já pagou a sua vida á patria, agora tratemos de o vingar». Depois da batalha, foi apresentado ao conde de Villa Flôr, que lhe assegurou uma pensão em nome da rainha, e o fez vestir de novo, bem como ao filho e a uma filha, e quando se realisou o *Te Deum* na sé cathedral assistiu a elle, sentado ao lado do general, que a isso o convidou. Fôram muitas as publicações em prosa e em verso que se imprimiram, commemorando esta victoria, tornando-se notaveis as seguintes: *Memoria historica de todo o acontecido no dia eternamente fausto de 11 de agosto de 1829, em que se ganhou a victoria da Villa da Praia*, etc. Lisboa, 1835; este opusculo tem o merecimento de ser escripto por uma testemunha presencial dos factos, pois que o autor, Eusebio Candido Pinheiro Furtado (que chegou a ser tenente general), era em 1829 tenente coronel de engenheiros e director das fortificações da ilha Terceira, onde entrou emigrado em 5 de abril do referido anno. Com as iniciaes d'este official foi tambem publicada uma *Ode* ao 13.° anniversario da memoravel batalha da Villa da Praia, porém Innocencio Francisco da Silva, distincto bibliophilo, julga que esta composição poetica pertence pelo estylo e linguagem a João Vicente Pimentel Maldonado. João Bernardo da Rocha Loureiro publicou uma *Ode pindarica ao nobre feito dos leaes portuguezes, na praia da ilha Terceira aos 11 de agosto de 1829;* Joaquim Bernardo de Mello Nogueira de Castello publicou o *Circuito da ilha Terceira*, e um artigo inserto no jornal a *Aguia*, intitulado: *A grande acção do dia 11 de agosto de 1829 na Villa da Praia da Victoria da ilha Terceira*, no qual se demonstra que ao bom resultado de tal acção se deveu a conservação d'este baluarte da liberdade, base de todas as operações militares que vieram a concorrer para a restauração da patria. *O dia onze de agosto de 1829 ou a victoria da Villa da Praia*, por Antonio Luiz Gentil, official da repartição de contabilidade da secretaria dos negocios da guerra; é um poema heroico, em oitavas camoneanas, e em 4 cantos, publicado em Lisboa em 1844, e offerecido ao duque da Terceira. José Joaquim de Almeida Moura Coutinho publicou uma *Elegia* dedicada ao conde de Villa Flôr, e um opusculo revindicando a gloria do batalhão de voluntarios da rainha D. Maria II Muitas outras publicações, anonymas ou não, se imprimiram por essa epoca, com relação a este assumpto, tornando se porém notavel o poemeto de Almeida Garrett, impresso pela primeira vez no *Chaveco Liberal*, e intitulado: *A lealdade em triumpho ou a victoria da Terceira, canção do general conde de Villa Flôr*. Esta canção, que excitou um grande enthusiasmo entre os emigrados, foi escripta pelo grande poeta logo que chegou a Londres a noticia da gloriosa victoria da Villa da Praia. Esta canção foi então considerada a melhor das suas peças lyricas; os proprios estrangeiros a applaudiram, e algumas traducções correram manuscriptas nas linguas ingleza e franceza. A pedido de amigos de Garrett foi esta poesia impressa separadamente com o mes-

mo titulo, em Londres, 1829, e reimpressa mais tarde nas obras completas do Garrett, volume das *Flôres sem fructo*, com o titulo: *A victoria da Praia*.

Villa de Punhe. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho, conc., com. e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 287 fog. e 1:127 hab. Tem escolas de ambos os sexos. Está situada a 5 k. da margem esquerda do rio Lima, na estrada de Vianna do Castello a Braga, a 10 k. da sédo do conc. E' uma das freguezias mais importantes do conc. Comprehende as aldeias de Milhões, Arques, Neves, Portella, Monte, Regos, Toupeira, Outrello, Chasqueira e Fonte d'Algueira. Banha esta freg. um pequeno ribeiro, que nasce no monte de Roques. E' muito fertil, e produz principalmente: milho, vinho, centeio, feijões, fructa e hérvagens. A egreja matriz é antiga, mas denota ter sido reconstruida no seculo XVIII. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Villa da Queimadella. Pov. e freg. de Santa Maria e S. Miguel, d'Eja e Entre Rios, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

Villa Queixe. Pov. na freg. de S. Thomé, de Bitarães, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Villa Quente. Pov. na freg. de Santa Maria, d'Olivaes, 1.º bairro de Lisboa.

Villa Real *(Antigos condes, marquezes e duques de)*. Foi o 1.º conde, D. Fernando de Noronha, por mercê de D. Affonso V. Era 3.º filho de D. Affonso Hedriques de Noronha e Gijon, e de sua mulher, D. Izabel, filha bastarda d'el rei D. Fernando I, de Portugal. Casou com D. Brites de Menezes, filha de D. Pedro de Menezes 2.º conde do Vianna (V. *este titulo)*, 1.º capitão donatario de Ceuta, e de sua primeira mulher, D. Margarida de Vianna. D. Fernando e sua mulher ficaram herdeiros da casa do conde de Vianna, com a condição dos seus descendontes usarem o appellido e das armas dos Menezes. (V. *Noronha* (appellido). D. Fernando de Noronha foi 2.º capitão donatario de Ceuta, camareiro de el-rei D. Duarte e varão de grandes feitos. D'este matrimonio houve, entre outros filhos, D. Pedro de Menezes, que foi e 2.º conde e 1.º marquez de Villa Real, 3.º capitão donatario de Ceuta, conde de Ourem, senhor de Almeida, Freixiel, Abreiro e das ilhas Canarias, das villas de Chão de Couce, Aguda, Pousa Flôres, Roupella, Avellar, Sabrosa, Maçãs, Mouta Bella, casaes da Ameixoeira, das Hortas de Lisboa, da herdade de Requeixada, no Alemtejo, da quinta da Lançada, dos direitos reaes de Tavira, da dizima do pescado de Silves, da jurisdicção de Valença e do castello de Vianna, das terras de Valladares, que comprou a Leonel de Abreu, etc. Tambem foi alcaide mór de Leiria e terror dos moiros desde a edade de 20 annos. Acompanhou D. Affonso V na jornada de Castella, e achou-se no recontro de Samora. Casou com D. Brites, filha de D. Fernando, 2.º duque de Bragança. Seu filho, D. Fernando de Menezes foi o 3.º conde e o 2.º marquez de Villa Real; 4.º capitão donatario de Ceuta, onde serviu com a maior distincção; 1.º conde e sr. de Alcoutim, de juro e herdade para todos os primogenitos da sua casa, por mercê de el-rei D. Manuel, com data de 13 de junho de 1497, 1.º conde de Valença, etc. Foi feito conde de Villa Real em 11 d'outubro do 1496 ainda em vida de seu pae, que já então tinha recebido o titulo do marquez. Casou com D. Maria Freire de Andrado, filha de João Freire de Andrado, senhor do Alcoutim, aposentador-mór da Casa Real, e do D. Leonor da Silva, filha de Pedro Gonçalves Malafaia, vedor da fazenda de D. João I. Em 13 do junho de 1497 foi feito conde de Alcoutim, cujo senhorio lhe viera de sua mulher, e em 1 de setembro de 1499 foi feito conde de Valença com o senhorio d'esta villa, da de Caminha e das terras de Valladares, etc. Não foi, como seu pae, conde de Ourem, porque el-rei D. Manuel restituiu este condado á casa de Bragança, em 1497, mas foi fronteiro-mór do Algarve. Fal. em Almeirim em 1523, carregado de serviços e de honras. Seu filho, D. Pedro de Menezes, foi o 3.º marquez de Villa Real, 2.º conde de Alcoutim e de Valença, 5.º capitão donatario de Ceuta, senhor de Almeida e de toda a casa de seus paes. Casou com sua prima, D. Brites de Lara, filha de D. Affonso de Portugal, condestavel do reino, e filho bastardo do duque de Vizeu D. Diogo, irmão d'el-rei D. Manuel. Foi um dos mais insignes e valorosos capitães do seu tempo, e grande latinista em prosa e verso. Fôram seus filhos: D. Miguel de Menezes, 3.º conde de Alcoutim e de Valença, 4.º marquez de Villa Real, senhor de toda a grande casa de seus paes, o alcaide mór de Leiria Casou com D. Filippa de Lencastre, filha de D. Affonso de Lencastre, mas não tiveram filhos, e por isso lhe succedeu seu irmão, D. Manuel de Menezes, 4.º conde de Alcoutim e de Valença, 5.º marquez de Villa Real, recebendo tambem a mercê de duque do mesmo titulo, concedida por Filippe II de Hespanha e I de Portugal, com a data de ultimo de fevereiro de 1585. Casou com D. Maria da Silva, filha do Alvaro Coutinho. Fôram seus filhos, D. Miguel Luiz de Menezes e D. Luiz de Menezes. D. Miguel foi o 6.º marquez de Villa Real, 5.º conde de Alcoutim, e 1.º duque de Caminha, mercê concedida por Filippe III de Hespanha e II de Portugal, com data de 14 de dezembro de 1620, substituindo o de duque de Villa Real. Casou com D. Izabel de Lencastre, filha de D. Theodosio, duque de Bragança, e de sua mulher D. Izabel de Lencastre. Não houve successão d'este matrimonio. Casou segunda vez com sua sobrinha D. Brites, da qual tambem não teve filhos, e por isso lhe succedeu seu irmão, D. Luiz de Menezes, que foi o 7.º marquez de Villa Real. Teve porém de D. Maria Xuar, em Ceuta, uma filha a quem deixou os bens livres, e tentou deixar toda a sua grande casa. O titulo de duque de Caminha deixou o em herança a seu sobrinho, que tinha egual nome (V. *Caminha, D. Miguel Luiz de Menezes, 2.º duque de)*. D. Luiz de Menezes, conforme dissémos, foi o 7.º marquez do Villa Real, de quem herdou o marquezado por morte de seu irmão succedida em 10 do agosto de 1637, herdando o ducado de Caminha seu filho D. Miguel Luiz de Menezes. Casou com D. Julianna de Menezes, filha de D. Luiz de Menezes, conde de Tarouca. Com o titulo de marquez herdou tambem o logar de conselheiro de Estado, logar em que o confirmou D. João IV, quando em 1640 subiu ao throno, desejoso de conciliar o favor d'uma das grandes familias aristocraticas do paiz. Não se julgou comtudo o marquez sufficientemente contemplado, e andava descontente do governo da Restauração, quando o arcebispo de Braga, D. Sebastião Mattos de Noronha, lhe propôz o en

trar n'uma conspiração contra el rei D. João IV, conspiração que lhe devia alcançar as boas graças de Hespanha, o prometter lhe fartas honras e valimento no regimen que se seguisse ao que elles pretendiam derrubar. O marquez de Villa Real accedeu promptamente ao convite, e pretendeu alliciar para a mesma conspiração o duque de Caminha seu filho, o qual não quiz tomar parte em similhante crime, e procurou dissuadir seu pae. Não o conseguiu, e foi victima, apezar d'isso, da confidencia paterna. A conspiração foi descoberta, e o marquez de Villa Real, que pedira uma audiencia ao monarcha para o dia 28 de julho de 1641, foi preso nas escadas do paço da Ribeira pelo capitão das guardas Thomé de Sousa. Condemnado á morte pelo tribunal com os outros conjurados, incluindo seu filho, que se abstivera, mas pelo facto de não ter denunciado o proprio pae, tambem foi condemnado, sendo todos executados a 29 d'agosto de 1641, n'um cadafalso que se levantou no Rocio, pelo crime de alta traição para com D. João IV. Todos os seus bens fôram confiscados, com que o soberano fundou a Casa do Infantado, que depois deu a seu filho o infante D. Pedro, mais tarde D. Pedro II. Assim se extinguiu a nobilissima e antiquissima casa dos condes, marquezes e duques de Villa Real, condes de Alcoutim e de Valença, duques de Caminha, alcaides-móres de Leiria, etc.

Villa Real *(D. Fernando de Sousa Botelho Mourão e Vasconcellos, 2.° conde de).* Senhor dos morgados de Matheus, Cumieira, e de toda a mais casa de seu pae. N. em Madrid a 8 d'outubro de 1815, fal. a 4 de fevereiro de 1858. Era filho do 1.° conde do mesmo titulo D. José Luiz de Sousa Botelho Mourão e Vasconcellos, e de sua mulher D. Thereza Frederica Christina de Sousa Holstein. Casou duas vezes: a primeira a 15 d'outubro de 1838 com D. Maria Amalia Burchardt, que fal. a 13 d'outubro de 1839, sendo já viuva de D. Filippe de Sousa Holstein, e filha de Jacob Henrique Burchardt de Mecklemburgo Schewerin, e de sua mulher D. Maria Eufemia Oliva e Silva; a segunda vez casou a 6 de julho de 1842 com D. Julia Braamcamp d'Almeida Castello Branco, camarista aia do principe D. Carlos, depois rei D. Carlos I, filha de Anselmo José Braamcamp de Almeida Castello Branco, coronel de milicias e commendador da ordem de Christo, e de sua mulher D. Maria Ignacia Braamcamp. O titulo de conde de Villa Real foi em verificação de segunda vida concedida no titulo de seu pae, por decreto de 19 d'agosto de 1846.

Villa Real *(D. José Luiz de Sousa Botelho Mourão e Vasconcellos, 1.° conde de).* Senhor dos morgados de Matheus, Cumieira, Sabrosa, Arroios, Moraleiros e Fontellas, tenente-general, par do reino, conselheiro de Estado, diplomata, gran cruz da ordem d'Aviz e commendador da Torre e Espada; gran cruz de Carlos III de Hespanha, de Leopoldo da Austria, de Sant'Anna da Russia, commendador de S. Luiz, em França; condecorado com a cruz d'ouro das campanhas da Guerra Peninsular, etc. N. em Lisboa a 9 de fevereiro de 1785, fal. em S. Petersburgo a 26 de setembro de 1855. Era filho do celebre morgado Matheus, e de sua primeira mulher, D. Maria Thereza de Noronha (V. *Vasconcellos, José Maria de Sousa Botelho Mourão e).* Fez os seus estudos preparatorios no paiz, e depois matriculou se na Universidade do Goettingen, onde se formou. Destinado por seu pae á advocacia, preferiu a carreira das armas e aos 17 annos, em 3 d'abril de 1802, assentou praça no regimento de cavallaria de Alcantara, quo depois foi o regimento de cavallaria n.° 1, chegou ao posto de tenente, e demittiu se quando, por occasião da invasão franceza, Junot organisou a seu talante o exercito portuguez para o mandar servir em França. Apenas, porém, rebentou em Traz-os-Montes a revolução contra o dominio estrangeiro, D. José Luiz de Sousa foi logo apresentar-se e fez a campanha de 1808. Em 1809 foi ajudante de campo de Beresford, que o apreciava muitissimo pela sua vasta cultura mental e pelo seu perfeito conhecimento de varias linguas, e com tanta distincção se portou nos campos de batalha, que em 1813 era tenente-coronel. Em 1814 foi nomeado conselheiro de embaixada em Londres, conseguindo seu pae, finalmente leval-o para a carreira diplomatica, mas Beresford não o tirou do quadro, e quando lhe coube o posto de coronel deu-lhe o commando do regimento de cavallaria n.° 10, ficando a fazer as suas vezes, emquanto não voltava para as suas fileiras, um coronel aggregado. No mesmo anno de 1814 foi nomeado ministro plenipotenciario na côrte de Madrid, onde prestou valiosos serviços durante e periodo critico de 1814 a 1820, e n'este ultimo anno, tendo sido chamado o marquez de Palmella, ministro do Portugal em Londres, para ir como ministro dos negocios estrangeiros para o Rio de Janeiro, D. José Luiz de Sousa foi nomeado para o substituir. Embarcou para Lisboa para seguir depois para Londres, e ao chegar á capital, doparou-se-lhe triumphante a revolução, que não viu com sympathia, talvez que por ter sido um golpe formidavel vibrado contra a tutela ingleza e, sobretudo, contra o despotismo odioso do seu grande amigo Beresford. Considerando se, porém, representante do legitimo soberano, nem por isso deixou de seguir para Londres a occupar o logar para que tinha sido nomeado, e do qual foi demittido em 1821. Regressou então a Lisboa, e passou a residir na sua casa de Matheus, onde vivia quando rebentou a contra-revolução de 1823. Adheriu promptamente a ella, e em paga recebeu depois de D. João VI o titulo de conde de Villa Real por decreto de 3 de julho d'esse anno, o despacho de brigadeiro e a nomeação de ministro de Portugal em Londres, cargo que exerceu até 1825. Em 1826 tomou assento na camara dos pares do reino, e foi encarregado pela infanta D. Izabel Maria de ir buscar a Vienna d'Austria o infante D. Miguel. Depois, quando o infante deu o golpe de Estado, em 1828, acceitou a pasta de ministro da guerra, mas pouco tempo depois resignava-a ao vêr o caminho que os acontecimentos tomavam. O seu espirito não propendia para o absolutismo, contra o qual trabalhara diplomaticamente tempos antes na côrte de Madrid, e d'ahi, a sua resolução. Suspeito de liberal desde então, teve de emigrar, como tantos outros, para o estrangeiro, e lá por fóra se conservou até 1833, anno em que voltou a tomar o seu logar na camara dos pares. Fez parte do primeiro ministerio da rainha D. Maria II, presidido pelo duque de Palmella, e no qual geriu a pasta dos negocios estrangeiros, e tambem fez parte do ministerio presidido pelo duque da Terceira e que foi derribado pela revolução de setembro de 1836. Cartista

decidido, não transigiu com os vencedores e demittiu-se do seu posto de brigadeiro, sendo successivamente promovido a marechal de campo e a tenente-general. Em 1846 partiu para o estrangeiro, descontente com os acontecimentos politicos, e regressou em 1851, pronunciando na camara alta um vigoroso discurso em favor da Carta Constitucional. Nomeado no anno seguinte ministro de Portugal em S. Petersburgo, ali falleceu pouco tempo depois. O conde de Villa Real casou a 27 d'agosto de 1811 com D. Thereza Frederica Christina de Sousa Holstein, dama da rainha, e da ordem de Maria Luiza de Hespanha, 3.ª filha de D. Alexandre de Sousa Holstein, e de sua primeira mulher D. Izabel Julianna Bazalissa José de Sousa Coutinho Monteiro Paim.

Villa Real *(D. José Luiz de Sousa Botelho Mourão e Vasconcellos, 3.º conde de).* Official mór honorario da Casa Real, senhor do morgado de Matheus, e mais de toda a casa de seu pae, a que succedeu a 4 de fevereiro de 1858. N. a 23 de setembro de 1843, sendo filho dos 2.ºs condes do mesmo titulo. Casou com D. Thereza Francisca de Mello da Silva Breyner Sousa Tavares de Moura, 2.ª condessa de Mello, titulo que herdou de seus paes, o conde de Mello, Luiz Francisco Soares de Mello da Silva Breyner Sousa Tavares e a condessa D. Frederica Xavier Botelho. Foi nomeado par do reino, tomando posse da respectiva camara a 17 de março de 1898. O titulo foi-lhe renovado por decreto de 24 de fevereiro de 1858. Estes illustres fidalgos residem ha annos no estrangeiro.

Villa Real *(Districto administrativo de).* E' um dos dois districtos em que foi dividida a provincia de Traz os-Montes, sendo o outro o de Bragança. E' limitado ao N pela Galliza, a O pelos districtos de Vianna do Castello, Braga e Porto, ao S pelo de Vizeu, de que é separado pelo rio Douro, e a E pelo de Bragança. Tem 14 concelhos, que são: Alijó, Boticas, Chaves, Mesão Frio, Mondim de Basto, Montalegre, Murça, Peso da Regoa, Ribeira de Pena, Sabrosa, Santa Martha de Penaguião, Valpaços, Villa Pouca de Aguiar e Villa Real, com 254 freguezias O terreno é essencialmente montanhoso, prolongando se por elle as ramificações da serra de S. Mamede. Ao N levanta se a serra de Larouco, (1:580 m.) que se liga ao S com o planalto de Barroso e vae formar, prolongando se para SO, a serra das Alturas.Para E de Larouco ergue-se outra ramificação que, começando no districto com o nome de Cota de Mairos, segue para SO, vae encontrar a serra de Padrella, e voltando para O chega á serra do Marão (1:422 m.), e termina entre os rios Tamega e Douro. Ao S da serra da Padrella estende-se um planalto d'onde saem os contrafortes que separam as aguas dos rios Corgo, Pinhão e Tinhella Tambem ao N e na fronteira, levanta-se a serra da Croa (1:270 m.) que se prolonga entre os rios Rabaçal e Tuella. A serrania que corre desde a serra de Mairos varia de altitude entre 863 e 1:151 m., e comprehende a serra do Cabreiro a NNE de Villa Real, a da Palhaça a NE de Villa Pouca de Aguiar, as chãs de Friões e Oucidres, e as de Santa Comba e de Garraia entre Murça e Miraudella, com altitudes que variam de 800 a 1:000 m. A serrania que corre desde a serra de Larouco para o S comprehende importantes contrafortes, que são a corda de serras entre os valles do Corgo e do Tamega, que se prolonga desde o Douro até á ribeira de Oura, incluindo as do Marão e Alvão, que attingem 1:422 m.; as serras de Leiranco e Pindo entre o Tamego e o Bessa, que se elevam a 1:138 m.; a serrania de Barroso, em que se incluem a serra das Alturas e as serras da Cabreira, de Pedra de Eira, de Lazenho e de S. Domingos, com a altitude maxima de 1:264 m.; a serrania entre os rios Cávado e Rabagão, com a altitude do 1:000 a 1:268 m.; a cordilheira de Larouco. com 1:580 m.; e a serra de Mourilhe e a parte E das montanhas do Gerez com altitudes de 1:300 a 1:422 m. A serra de Larouco prende-se ao Gerez pelas serras de Arandella, Vidoeiro e Mourilhe. As cumiadas d'estas serranias ficam, em geral, cobertas de neve no rigor do inverno. A vegetação é pouco desenvolvida nas partes mais elevadas das serranias do Marão, mas verdejante na parte inferior das encostas. N'este districto, como, de resto, em toda a provincia de Traz os-Montes, predominam na composição do solo as rochas schistosas, ainda que atravessadas em alguns pontos por granitos e por modificações produzidas por numerosas erupções doriticas. O aspecto do terreno é extremamente variado. Os valles são profundos e apertados, mudando se de espaço a espaço a tonalidade da paizagem. A formosa veiga de Chaves é como que uma excepção á configuração accidentada do terreno Os rios que banham o districto são o Cávado a NO, o seu affluente Rabagão, e o Douro e os seus affluentes Tamega, Corgo. Pinhão e Tua, tambem alimentados por varios affluentes. O Tamega fertiliza a veiga de Chaves, valle extenso e fertil que se alarga até á fronteira da Galliza. Vulgarmente, as differentes regiões do districto distinguem se pelas designações de *terra quente* e *terra fria*. As terras de primeira ordem são as dos valles e as de segunda as das montanhas, podendo rigorosamente estabelecer se entre ellas a região intermedia ou temperada. Nas terras quentes, as producções dominantes são, pela sua ordem, o azeite, o trigo, o centeio e o vinho; nas terras temperadas, o vinho, o azeite, o trigo e o centeio; e nas terras frias o centeio, as batatas, as castanhas, o trigo e o milho. A riqueza mineira do districto limita se a algumas minas de chumbo e estanho, nenhuma d'ellas em exploração. As condições climatericas variam conforme as regiões, sendo a temperatura média muito mais elevada nas terras quentes do que nas frias. O districto é importante pelas excellentes aguas mineraes que possue, como as de Villarelho da Raia e de Campo Redondo proximo da fronteira da Galliza, e as de Vidago e das Pedras Salgadas, tão conhecidas dentro e fóra do paiz. O districto de Villa Real é um dos mais notaveis pela sua producção vinicola. Parte do seu territorio está comprehendida na região vinicola do Douro, á qual pertencem na totalidade ou em parte os concelhos de Alijó, Mesão Frio, Peso da Regoa, Sabrosa, Santa Martha de Penaguião e Villa Real. Antes da invasão do phyloxera, a producção vinicola d'esta parte do districto era importantissima. N'ella se produziam os melhores vinhos do Douro, sendo sobretudo notaveis pela sua consideravel producção os concelhos de Alijó, Mesão Frio, Peso da Regoa e Sabrosa. O terrivel parasita da vinha, appareceu pela primeira vez em 1865 na quinta d'Azinheira ou dos Moutes, na freg. de Gou-

vinhas, causando n'ella tal estrago quo a proprieda de, quo ainda n'aquelle anno produzira 55 pipas, em 1872 só produziu uma. Alastrou-se depois o mal pelos concelhos de Sabrosa, Santa Martha, Regoa, Ali jó, Villa Real, Murça, etc., e em tão larga escala que em fins de 1884 a área invadida no districto era calculada em 46.521 hect. Fóra do paiz vinhateiro do Douro é, porém, ainda muito importante a producção do vinho. Ha mesmo tratos de terreno especiaes quo produzem vinhos estimados, como os de Murça, os da ribeira de Oura e os do Valpaços. A replantação dos vinhedos, feita gradualmente, tem devolvido ao districto parte da riqueza perdida. O districto de Villa Real figura em 5.º logar na densidade pecuaria, em 13.º na classificação, em 12.º na ordem do valor e em 8.º na ordem da riqueza pecuaria em relação á superficie. A creação de gado bovino é consideravel, sobretudo na região de Barroso, comprehendendo parte dos concelhos de Boticas e Montalegre, e depois d'estes os de Mondim de Basto e Ribeira de Pena. A raça de Barroso, que tem caracteres proprios, é destinado á engorda e á exportação. A creação do gado lanar é tambem consideravel, mas a do gado suino é a quo predomina no districto. A exportação de animaes vivos não é grande, mas em alguns concelhos é importante a preparação dos presuntos. O districto de Villa Real está hoje razoavelmente provido de vias de communicação. Além das estradas nacionaes, districtaes e municipaes, é servido pelo caminho de ferro de Regoa a Chaves, já em exploração até ás Pedras Salgadas desde de 1907, estando assim em communicação rapida e facil com todo o paiz, o que por certo muito contribuirá para a sua prosperidade economica. As freguezias do districto pertencem ao arcebispado de Braga, e em parte aos bispados de Lamego e de Bragança. O conc de Villa Real compõe se de 28 freguezias, com 8:850 fog. e 37:178 hab., sendo 17:037 do sexo masc e 20:141 do fem., n'uma superficie de 4:450 k. quadrados. As freguezias são as seguintes: S. Pedro, de Abbaças, 1:675 hab.: 780 do sexo masc. e 895 do fem.; Santa Maria, de Adoufe, 1:617 hab.: 743 do sexo masc. e 874 do fem.; S. Thiago, de Andrães, 1:599 hab.: 726 do sexo masc. e 873 do fem.; S. João Baptista, do Arroios, 784 hab.: 365 do sexo masc. e 419 do fem.; Santa Maria, de Borbolla, 1:597 hab.: 752 do sexo masc. e 841 do fem.; Santo André, de Campeã, 1:912 hab.: 842 do sexo masc. c 1:070 do fem ; Santa Maria, de Constantim, 597 hab.: 262 do sexo masc. e 335 do fem.; Santa Comba, de Ermida, 540 hab.: 270 do sexo masc. o 270 do fem., S. Thiago, do Folhadella, 1:789 hab.: 819 do sexo masc. e 970 do fem; Santa Maria, de Guiães, 818 hab.: 372 do sexo masc. e 476 do fem.; S. João Baptista, de Lamares, 1:200 hab.: 560 do soxo masc. o 640 do fem.; S. Thiago, de Lamas de Olo, 286 hab.: 127 do sexo masc. e 159 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Lordello, 955 hab.: 450 do sexo masc. e 505 do fem.; S. Martinho, de Matheus, 1:148 hab.: 524 do sexo masc. o 624 do fem.; S. Thiago, de Mondrões, 1:203 hab.: 587 do sexo masc. e 616 do fem.; O Salvador, de Mouçós, 2:348 hab.: 1:071 do sexo masc c 1:277 do fem ; S. Pedro, de Nogueira, 804 hab.: 396 do sexo masc. e 408 do fem.; S. Christovão, de Parada do Cunhos, 1:058 hab.: 496 do sexo masc. e 562 do fem ; S. Miguel, do Pena, 795 hab.: 370 do sexo masc. e 425 do fem.; S. Bartholomeu, de Quintã, 161 hab.: 76 do sexo masc. e 85 do fem ; S Thomé do Castello, 1:669 hab.: 736 do sexo masc. e 933 do fem.; O Salvador, de Torguoda, 1:689 hab.: 780 do sexo masc. e 909 do fem.; S. Pedro, de Valle de Nogueiras, 1:187 hab.; 530 do sexo masc. e 657 do fem.; S. Thiago, de Villa Cova, 371 hab.: 164 do sexo masc. e 207 do fem.; Santa Marinha, de Villa Marim, 1:536 hab : 752 do sexo masc. e 784 do fem.; S. Diniz, de Villa Real, 2:035 hab.: 903 do sexo masc. e 1:132 do fem.; S. Pedro, de Villa Real, 4:787 hab.: 2:143 do sexo masc. e 2:644 do fem.; S. Martinho, de Villarinho de Samardã, 988 hab.: 437 do sexo masc. e 551 do feminino.

Villa Real. Villa da prov. de Traz-os-Montes, séde de conc. o de com., capital do districto do mesmo nome, arceb. de Braga, Relação do Porto. Tem duas freguezias: S. Pedro e S. Diniz. Está situada na parte occidental da provincia, cercada de montanhas, sobresaindo d'estas a das Rodas do Marão, n'uma collina que desce gradualmente até ás margens do rio Corgo e Cabril. Todos os nossos historiadores, chorographos e geographos que teem falado de Villa Real de Traz-os-Montes, disseram que esta villa foi fundada por el rei D. Diniz, em substituição da velha, arruinada e despovoada capital de Panoias, antiga cidade da Lusitania; e que a séde do districto d'este nome passou directamente de Constantim ou das Vallongueiras para a villa fundada por D. Diniz. O mesmo se lê em todos os manuscriptos que tratam de Villa Real, mas, segundo dizem as *Memorias do concelho de Anciães*, publicadas em 1857 pelo dr. José Maria de Moraes da Mesquita, á muito nobre e antiquissima villa d'Anciães, hojo extincta e quasi completamente deserta, obedecia no temporal e espiritual, como julgado seu foraneo, o districto de Panoias, quando D. Diniz fundou Villa Real (V. *Panoias* e *Panoias, terras de)*. Talvez assim fôsse, mas o facto é, que a antiga séde de Panoias so achava completamente arruinada e quasi despovoada, e os habitantes de aquelle districto pediram a D. Affonso III, que lhe désse uma nova villa para séde; o rei annuiu dando lhe foral, em Santarem, a 7 de dezembro de 1271 aos quo houvessem de povoar a nova villa; mas, ou porque o foral fôsse duro e tivesse poucos privilegios, ou por outro qualquer motivo, a nova villa não se fez, pelo que os mesmos povos, por intermedio dos seus procuradores enviados ás côrtes que na Guarda se reuniram, parece que em 1283, pediram a D. Diniz o mesmo que tinham pedido a D. Affonso III, seu pae, indicando lhe o sitio que julgavam bem mais apropriado para a nova edificação. O proprio rei, segundo consta, foi vêr o local, que muito lhe agradou, e em 1288 mandou proceder á fundação da nova villa, que se denominou *Villa Real*, por ser fundação régia, e *Villa Real de Panoias*, porque o proprio monarcha a arvorou em capital da *Terra de Panoias*. O mesmo soberano lhe deu foral, em Lisboa, a 4 de janeiro de 1289, e 3 annos depois, lhe concedeu um segundo foral, tambem em Lisboa, a 24 de fevereiro de 1292, ampliando algumas regalias, o accrescentando novos privilegios, afim de attrahir á pov. nascente maior numero do habitantes. Um d'estes privilegios impedia ao alcaide-mór ter parte no governo da villa, favor muito apreciado pelos povos, por quanto os alcaides-móres, em geral, exerciam nas suas terras muitos vexames. Mais

tarde, a villa teve foral novo, dado por el-rei D. Manuel a 22 de junho de 1515. Esta villa fundada por D. Diniz é precisamente o bairro, a que se dá hoje o nome de *Villa Velha*, e que pela sua posição topographica na extremidade da moderna villa, pela vetustez e acanhamento dos seus edificios e pela estreiteza das suas ruas, se destaca perfeitamente do povoado que depois se desenvolveu para N, NE e NO, o que constitue hoje a maior parte da formosa *Villa Real*. A Villa Velha está situada n'uma especie de peninsula, formada pelos rios Corgo e Cabril, que fazem ali juncção, correndo o primeiro do N a S e o segundo do NO a SE, lá no fundo de duas medonhas ravinas, como que talhadas a picão em rocha aprumada e nua, formando a leste, sul e oeste, trincheiras insuperaveis e fossos aquaticos de 150 metros d'altura talvez e que, vistos do pontal sul da villa ou do passeio que hoje circumda o cemiterio, descrevem com vivas côres o bello horrivel. Offerece o dito pontal sul um panorama caracteristico e muito interessante. Ao sopé das duas medonhas gargantas com as suas altissimas paredes de granito, abertas pelos dois rios que serpeiam furiosos lá no fundo, formando na sua juncção um medonho pégo; ao nascente o ribeiro do Villalva ou de Tourinha, que despenhando se do alto da grande trincheira sobre a margem esquerda do Corgo, fórma uma cataracta imponente que move mais de 40 rodas de moinhos, denominados *Moinhos da Peneda*, suspensos na ingreme encosta; seguem-se a leste os campos, vinhedos e quintas de Villalva, de Tourinha, de Matheus, de S. Pedro do Valle de Nogueiras e de outras muitas freguezias de Traz-os-Montes, avultando entre diversas povoações o majestoso palacio de *Matheus*, dos actuaes condes de Villa Real; a S e O a trincheira do Cabril, e lá ao longe a prov. da Beira, Lamego e outras povoações; a N, NO a NE, a *villa nova* com a sua esbelta casaria e luxuriante arvoredo, e mais ao longe as serras do Marão e do Ameio, coroadas pelas Rodas do Marão, ponto culminante da grande serra, as quaes no inverno se cobrem de neve, e que, vistas das collinas mais proximas, cortadas de torrentes que se despenham em cascatas espumosas, constituem um imponente espectaculo.

El-rei D. Diniz fez doação do senhorio de Villa Real a sua mulher, a rainha Santa Izabel, e depois, do accordo com a santa rainha, dispôz d'elle em favor da sua nora, a infanta D. Brites, que o logrou depois de rainha. Mais tarde deu-o el-rei D. Fernando a sua mulher, a rainha D. Leonor Telles. No reinado seguinte fez d'elle mercê D. João I a um fidalgo do appellido de Porto Carreiro, depois passou á familia dos Menezes, pelo casamento de D. Maior Villa Lobos Porto Carreiro; herdeira da grande casa de seus paes, com João Affonso Telles de Menezes, 1.º conde de Vianna. Em seguida teve o senhorio D. Pedro de Menezes, 2.º conde de Vianna e 1.º capitão de Ceuta, passando por herança a sua filha, D. Brites de Menezes, que casou com D. Fernando de Noronha, a quem D. Affonso V fez conde de Villa Real. Seguiu-se seu filho D. Pedro de Menezes, que foi o 1.º marquez de Villa Real, por D. João II. Filippe III de Castella, e II no governo de Portugal, erigiu a villa em ducado a favor de D. Manuel de Menezes, 5.º marquez de Villa Real, ducado que mais tarde foi mudado para Caminha, cujo 2.º duque, juntamente com seu pae e outros fidalgos foram suppliciados como traidores em 1641. No reinado de D. Maria I, foi feito conde de Villa Real, pelo principe regente D. João, D. José Luiz Botelho de Mourão e Vasconcellos, morgado do Matheus Como dissémos, a villa cresceu rapidamente, mas para o arrabalde, a NE. NO da villa velha, formando bellas ruas, campos, largos e praças, que lhe mereceram o titulo de *côrte* e *capital de Traz os Montes*, e a pobre villa velha, que nunca comprehendeu mais do que o pequeno recinto

Villa Real—Praça Luiz de Camões

murado, a egreja de S. Diniz, e o adro ou largo da egreja, que é hoje o cemiterio publico, o qual foi começado em 1841 e concluido em 1845, em breve se despovoou. Os muros de D. Diniz formavam uma especie de parallelogrammo que abrigava em si a villa velha, e tinha 3 portas, uma ao norte, outra ao sul, e outra ao poente. A principal era a do norte, defendida por duas altas torres, a meio das quaes o 1.º alcaide-mór fez uma casa onde viveram elle e os seus descendentes e successores muitos annos, até que um d'elles fez outra casa mais ampla e confortavel, na villa nova, junto dos paços do concelho e do hospital. Tinha na frente uma grande janella, sobre a qual em 1640, na acclamação de D. João IV, o alcaide-mór d'esse tempo mandou gravar em letras d'ouro esta inscripção.

JOANNES QUARTUS REX
NOBIS VENIT AB ALTO

(O ceu nos deu D. João IV como rei)

Da porta principal ia, e parece que ainda hoje segue uma estreita rua, chamada *Direita*, até á porta do lado sul, que dava communicação para o largo da egreja de S. Diniz e da capella de S. Braz. A do lado do poente denominou se *porta-franca*, porque em virtude d'um antigo privilegio não pagavam direitos de portagem as mercadorias e generos que por ella entrassem. A esta porta iam ter as estradas que vinham da Regoa, Lamego o Beira, Amarante, Porto e Braga, mas depois que principiou a desenvolver-se a villa nova, ninguem mais demandou a dita porta, apezar dos seus privilegios, por entenderem que estes não valiam a pena da grande volta e romagem, ou visita forçada ao ermo, onde não podiam pousar nem fazer negocio algum, o que tornava o passeio, além de fatigante, desnecessario. A egreja de S. Diniz é um templo venerando pela sua antiguidade e tradições, posto que já não seja a fundada por el-rei D. Diniz no mesmo local em 1289 a 1293. Suppõe-se que foi no periodo de 4 annos que se fundou a villa e se pôz em termos de ser habitada, diz a *Monarchia Lusitana*, parte V, fl. 143, mas sobre a porta principal da egreja se vê a data de 1320. A mesma egreja tem sobre o arco cruzeiro as armas reaes. Exteriormente não tem brazão algum. A primitiva egreja era muito mais pequena, pelo que foi preciso amplial-a para no seu recinto poder assistir aos officios divinos a grande população da villa velha e do arrabalde, ou villa nova. Data a sua restauração e ampliação dos fins do seculo xv, pois sabemos que D. Affonso V, nas côrtes que reuniu na Guarda em 1465, attendendo ao que lhe representaram os procuradores de Villa Real, concedeu para as ditas obras 15$000 reis, somma importante n'aquelle tempo A reconstrucção foi feita na renascença italiana em magnifica talha dourada. N'esta egreja, desde a sua fundação, houve sacrario e uma confraria do Santissimo, na qual se inscreviam os confrades livremente, e davam a seu arbitrio uma esmola qualquer. A dita confraria se transformou em irmandade em 1548, e depois organisaram-se em differentes epocas outras irmandades, alcançando todas muitos privilegios dos pontifices que então dirigiam a egreja. N'esta egreja instituiram-se tambem muitos vinculos com obrigação de missas. Em S. Diniz guarda-se uma estatua de pedra (Nossa Senhora a Branca) que encimava o arco da vetusta villa. O historico templo é hoje a egreja do cemiterio. Na Villa Velha ha tambem a capella de S. Braz, importantissima e muito antiga, contigua á egreja de S. Diniz, do lado do poente, e como que formando um todo com ella. Nos remotissimos tempos em que a pov. de Constantim foi cidade e capital de Panoias, os Teixeiras Macedos, a quem depois se uniram os Coelhos, Monizes e Mellos, fundaram ali uma capella de Sant'Anna, a que vincularam muitos bens. Depois, passados seculos, quando D. Diniz fundou Villa Real, fundaram elles tambem n'esta villa a capella de S. Braz, com missa quotidiana resada e a dos sabbados cantada, tudo em suffragio dos seus maiores, pois a dita capella fôra destinada para jazigo da familia. Fundaram tambem n'essa occasião no arrabalde, ao fundo do Campo do Tablado e junto da estrada publica, uma albergaria ou hospital com outra capella da invocação do Espirito Santo, e vincularam estas duas capellas em morgado, como o de Sant'Anna de Constantim, unindo lhes todos os seus bens. E' portanto esta capella uma das mais antigas e das mais notaveis da provincia, e está hoje unida á egreja de S. Diniz, porque não ousaram demolil a nem removel a, quando nos fins do seculo xv foi restaurada e ampliada a egreja. A capella do Espirito Santo, bem como o hospital e a albergaria do mesmo nome, foi removida ha bastantes annos para o campo do *Pioledo*, onde nunca mais se abriu ao culto, servindo depois para paiol do regimento de infantaria n.º 13, aqui estacionado. Houve ainda a capella de *N. S.ª da Piedade*, fundada no local onde havia a residencia dos alcaides-móres, antes d'elles se mudarem para o palacio que fizeram na villa nova A capella tomou depois o nome de *Senhora do Desterro*, e no anno de 1694 se restaurou desde os fundamentos ficando um edificio majestoso, de que já ha muitos annos nada existe. A *Villa Velha*, ha muito tempo que não passa d'uma simples recordação historica. Augmentando a população da villa, já no seculo xv foi preciso ampliar a egreja de S. Diniz, como já dissémos, e em 1528 tornou se urgente crear extramuros outra parochia além da de S. Diniz, que até áquella data comprehendia a villa toda. A primeira matriz nova erecta foi uma capella de S. Nicolau, até que em 1528 se fez a matriz actual, ou a egreja de S. Pedro que tomou esta invocação por ser principiada e em grande parte feita á custa do benemerito protonotario apostolico e abbade da freg. de Mouçós, D. Pedro de Castro, a quem a villa muito deve. A egreja tem 8 altares, e diversas irmandades, todas, mais ou menos, com muitos privilegios concedidos por alguns papas. Em 1711 o licenceado José Moutinho d'Aguiar, sendo juiz d'esta egreja, a mandou restaurar com esmolas que pediu e com dinheiro seu. Não só a accrescentou, mas fez o elegante frontispicio e as duas torres que hoje tem. Na capella mór vêem se algumas sepulturas. No supedaneo do altar do Senhor Jesus jaz sepultado o seu fundador D. Pedro de Castro. A capella-mór foi mandada revestir de azulejos em 1692 pelo mordomo Domingos Botelho da Fonseca, fidalgo da Casa Real e cavalleiro professo da ordem de Christo A egreja é um templo elegante e rico. O tecto é de madeira pintada com ornamentação dourada, e a capella-mór é toda de boa talha dourada. N'uma das

paredes d'azulejo avulta um grande quadro com um brazão d'armas, com uma inscripção, em que declara ter sido o referido mordomo quem man déra azulejar a capella. As decorações do retabulo do altar mór e d'um dos lateraes são de talha moderna, as dos outros altares são de talha antiga toda dourada. Tem a egreja um bonito adro com amplas vistas para leste e sul. Foi feito com grande dispendio antes de 1720, apeando-se uma grande barreira do lado superior e construindo se um alto muro de supporte do lado inferior, guarnecido com grades de ferro. D'elle se sobe por uma larga escadaria para o monte do Calvario. O benemerito D. Pedro de Castro contribuiu em 1490 com uma somma valiosa para a construcção da ponte de Santa Margarida e construiu a capella com a invocação da mesma santa; hoje é da de S. Lazaro. Em 1528 erigiu a de S. Sebastião, ao Calvario, a qual foi demolida em 4 de fevereiro de 1847, e em 1532 mandou fazer um chafariz no Tablado e a egreja da Misericordia. A egreja de S. Francisco pertenceu ao convento dos frades capuchos da provincia da Conceição, o qual foi fundado em 1573. A egreja é toda de azulejo, e forrada de paineis; tem sacristia propria, casa de despacho, etc. No corpo da egreja, para a parte do norte e do lado do Evangelho, está a capella de N. S.ª da Conceição, pertencente á ordem 3.ª de S. Francisco, e ligada á egreja por um grande arco de pedra com suas grades. Sendo extinctas as ordens religiosas em 1834, a egreja foi entregue com todas as suas alfaias á ordem Terceira. O convento passou com a bella cêrca e mais dependencias para os proprios nacionaes, depois n'elle se aquartelaram os destacamentos da tropa estacionada n'esta villa, e em 1883 ficou servindo de quartel de infantaria 13. O convento ardeu em 9 de janeiro de 1850, podendo salvar-se a egreja a muito custo, mas foi concertado com donativos dos habitantes da villa; depois, n'uma parte d'elle estabeleceu-se a bibliotheca publica e uma escola normal, e na outra se aquartelaram os destacamentos. O convento de S. Domingos é obra de 1421 e de 1524. Foi reformado o dormitorio em 1728, a capella-mór em 1755, o coro em 1765. A egreja é de tres naves e de estylo gothico. Extinctas as ordens religiosas em 1834, foi cedida ao parocho da freg. de S. Pedro, mas em 11 de junho de 1835 o prefeito a entregou ao reitor de S. Diniz para séde da sua parochia, e no dia 19 do dito mez para ella se fez a trasladação do Santissimo Sacramento com grande pompa. Em 21 de novembro de 1837 um grande incendio devorou todo o edificio do convento e a propria egreja, que era sumptuosa e riquissima, poupando apenas a capella-mór por ser de abobada. A egreja restaurou-se com muito custo, tendo sido, para essa reconstrucção se effeituar, nomeadas diversas commissões, até que afinal se acabaram as obras, e ali se installou definitivamente a freg. de S. Diniz. No terreno onde estava o convento, construiram-se dois hoteis, uma estação de diligencias e outros edificios particulares. O alto da villa é dominado pela capella do Senhor Jesus do Calvario, onde se venera uma imagem de Christo de grandes dimensões e de regular esculptura. Do adro do Calvario descortina se um vastissimo horisonte de muitos kilometros em redor. Realisa se ali a grande feira annual de Santo Antonio, de 13 a 21 de junho, que é muito concorrida. Em 1602 erigiu-se o convento de Santa Clara, com uma egreja excessivamente modesta. O convento transformou-se depois em recolhimento. A irmandade da Misericordia administra o hospital da *Divina Providencia*, que foi definitivamente fundado pelo 1.º conde de Amarante, Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, sendo dos principaes bemfeitores os irmãos Francisco e José Rodrigues de Freitas, fallecido este em 20 de dezembro de 1820, e aquelle em 18 de dezembro de 1826. O grandioso edificio do hospital foi começado em 1817, mas a irmandade já existia desde 1518. Sendo bastante ingreme o monte do Calvario, mas pittoresco e muito vistoso, pensaram os villarealenses em o embellezarem, fazendo 2 grandes commoros ou passeios publicos arborisados na pendente leste do dito monte, parallelos e immediatamente inferiores ao adro ou planalto da capella do Calvario. Deu se principio ás obras em 1784, e em 1815 se completou o desaterro e o grande muro de suporte, plantaram-se arvores nos 2 socalcos, fez-se no de cima uma fonte, e collocaram-se bancos de pedra nos 2 passeios. A estes 2 grandes socalcos ou passeios publicos se deu o nome de *Carreira de Cima* e *Carreira de Baixo*, hoje simplesmente *Carreira*, ampla e formosa avenida de Villa Real por este lado, atravez da qual passa a estrada para Chaves, Bragança e Freixo de Espada á Cinta. N'esta avenida ha um grande chafariz, que foi feito em 1738, o qual foi reformado em 1820, e em 1856 se fizeram junto d'esta fonte os 2 lances de escadas que communicam hoje a *Carreira* com o socalco immediatamente superior, que foi por essa occasião transformado em *Jardim publico*, arrancando-se o arvoredo plantado em 1815, povoando-se de novas plantas e flôres, e fazendo se a meio d'elle uma grande taça com repucho. Em 1871 se vedou este jardim com um grande portão de ferro, do lado do sul, ou da villa; na extremidade opposta se vê um chafariz com duas bicas e um largo tanque. O brazão de Villa Real é uma corôa de louro, tendo no meio escripta a palavra *alleo*, e ao lado uma espada. A villa tinha voto nas antigas côrtes com assento no 5.º banco. Nos arredores ha muitas hortas, pomares, devezas de carvalhos e castanheiros, e muitas quintas, o que torna aquellas cercanias muito alegres e pittorescas. Entre essas quintas tem o primeiro logar a dos condes de Villa Real; é uma sumptuosa propriedade, cabeça do morgado de Matheus, com um grande palacio, uma linda matta e uma bonita capella consagrada á Senhora dos Prazeres. Entre as curiosidades de Villa Real figura a curiosa muralha exterior da chamada *Casa do Arco*, que apresenta umas bellas janellas typicas e arestas de ameias, estylo romanico, sendo considerada por isso monumento nacional. A villa pertence á 6.ª div. mil., 12.ª brigada, grande circumscripção mil. N e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, de que é séde, bem como da div. mil. a que pertence e do regimento de infantaria n.º 13; e 6.ª companhia de sapadores mineiros. Tem carreira de tiro a 3 k. de Villa Real; est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, e cobrança de titulos, letras e vales; escolas de ambos os sexos; além da feira annual de Santo Antonio, ha as mensaes nos dias 1, 8, 15 e 23, e mercado ás 3.ªˢ e 6.ªˢ feiras; advogados, agentes do Banco de Portugal e de companhias de seguros; Banco commercial agricola e industrial de Villa Real; asylo—Amparo de

N. S.ª das Dôres, e Asylo da Infancia Desvalida; fabricas de cortumes e de moageus, empresa de luz electrica, hospitaes, hoteis, medicos, pharmacias, notarios, Lyceu, Escola Azevedo, instituição do fallecido José Antonio de Azevedo, Escola Industrial José Julio Rodrigues, sociedades de recreio: *Club Villarealense*, *Club Recreativo dos Empregados do Commercio*, *União Artistica;* bons estabelecimentos de fazendas brancas e de modas, muitos estabelecimentos commerciaes e industriaes etc. Tem se publicado os seguintes jornaes: *A Academia*, 1 dezembro, 1891; *Academia Portugueza*, 15 dezembro, 1890; *Aurora da Liberdade*, 16 outubro, 1896; *O Bésteiro*, 23 fevereiro, 1899; *O Cabula*, 24 novembro, 1884 a meados de 1885; *O Commercio de Villa Real*, 18 dezembro, 1864; em publicação, 1910, foi o 1.º jornal publicado em Villa Real; *Correspondencia do Norte*, 9 agosto, 1874; seguimento da *Provincia; O Campeão*, 1897; *O Campeão do Norte*, 11 novembro, 1896; *A Chronica*, 22 fevereiro, 1892; *O Clarim*, 1892; *A Cruzada*, 15 maio, 1897; *O Districto de Villa Real*, 1881; *O Districto de Villa Real*, 17 maio, 1899; *O Echo*, 27 março, 1892; *O Escalpello*, 3 fevereiro a 30 março, 1884; *A Flôr*, fevereiro, 1879; continuou a *Lei; Folha do Norte*, 1889; *A Folha de Villa Real*, 10 fevereiro, 1898; *Gazeta dos Tribunaes*, 10 março 1887 a maio, 1889; *Gazeta de Villa Real* 20 janeiro 1893; *O Imparcial*, 6 abril, 1879; *O Imparcial*, 13 janeiro, 1898; *O Independente*, 8 outubro, 1892; *A Juventude*, 6 maio, 1883 a agosto, 1886; *A Lei*, 23 janeiro a fevereiro, 1879; mudou o titulo para o de *Flôr; O Liberal*, 7 fevereiro, 1892; *O Norte*, janeiro, 1875 a 1889; *A Palmatoria*, 24 novembro, 1892; *O Povo do Norte*, 31 maio, 1891; ainda em publicação, 1914; *O Progresso do Norte*, 25 março 1880; *O Progresso do Norte*, 11 junho 1900; *A Provincia*, 29 janeiro a 21 maio 1874; d'este jornal nasceu a *Correspondencia do Norte; O Registro*, 5 dezembro, 1887; publicava se ainda em 1889; *O Trasmontano*, 1 junho, 1873; publicava se em 1889; *O Villarealense*, 18 fevereiro, 1880; em publicação em 1914; *A Voz do Artista*, 4 dezembro, 1887; *A Voz Escolar*, 8 março, 1878; *Noticias de Villa Real*, em 1914. «Villa Real desde a sua primitiva, escrevo o dr. Pedro Augusto Ferreira no *Portugal antigo e moderno*, tornou se um alfombre o tronco de grande parto da nobreza de Traz-os-Montes, do Minho e da Beira. Teve mais familias nobres do que nenhuma das nossas villas e do que a maior parte das nossas cidades, incluindo Lamego e Guimarães. Emquanto a nobreza e riqueza (antes da invasão phylloxerica) supplautava todas as villas e a maior parte das cidades do nosso paiz.» O conc. produz pouco trigo, e muito centeio e milho, vinho, fructa, e com especialidade castanhas e sumagre. Criam-se n'elle diversas especies de gado, e é abuudante de caça, e de peixe dos rios Douro e Corgo. Porém o principal ramo da sua agricultura consiste nos preciosos vinhos do Alto Douro, conhecidos e acreditados em todo o mundo pelo nome de *vinhos do Porto*. O rio Corgo passa proximo da villa, onde o atravessa uma grande ponte; nasce perto de Villa Pouca, e entra no Douro, abaixo de Canellas e Poyares, a duas legoas de Villa Real. || Roça da ilha de S. Thomé, na Africa Occidental.

Villa Real de Santo Antonio. Villa da prov do Algarve, séde do conc. e de com., distr. de Faro, bisp. do Algarve; tem uma só freg. com o orago de N. S.ª da Encarnação. Está situada n'uma planicie arenosa, na extremidade SE do paiz, na margem direita do Guadiana e na confluencia d'este io com o Oceano Atlantico, do qual dista 3 k. para o N e 50 da capital do distr. Fica em frente da pov. hespanhola da ilha Christina, e quasi em frente da pov. hespanhola de Ayamonte. E' uma das villas da provincia do Algarve mais prosperas e importantes, sendo o seu porto considerado o primeiro da provincia sob o ponto de vista commercial, por affluir a elle todos os aunos um grande numero de navios estrangeiros que vão carregar a pyrite de cobre da mina de S. Domingos. Esta parochia é formada pela villa do seu nome, por differeutes hortas, e pela aldeia de Monte Gordo, habitada exclusivamente por pescadores, e situada á beira mar, entre a foz do Guadiana e Cacella. A villa é limitada ao norte por Castro Marim, ao sul pelo Oceano Atlantico, a leste pelo rio Guadiana e ao poente por Cacella. O conc. tem por limitos: ao norte o de Castro Marim, ao poente o de Tavira, ao sul o Alantico, e a leste o do Guadiana. Junto da foz d'este rio, ao sul da moderna Villa Real de Santo Antonio, entre Cacella e Castro Marim, na praia que faz entrada para a barra de Ayamonte, existiu desde tempos remotos uma pov. denominada *Villa de Santo Antonio d'Arenilha*, que foi soterrada e aniquilada pelo mar e pelas areias, e talvez saqueada e incendiada pelos corsarios, como outras muitas povoações da costa. Em 1837 mal se distinguiam as ruinas d'ella, mas em 1673 ainda viviam pessoas que a outras de longa edade ouviram dizer que a conheceram ainda povoada. E' certo que em 1750, sendo acclamado el rei D. José I, a margem portugueza no Guadiana, desde Castro Marim até ao pontal da barra e á costa do Atlantico, e desde a foz do Guadiana até á pov. de Monte Gordo, cêrca de 4 k. para O, estavam completamente desertas, e que Monte Gordo era uma aldeia de pescadores, formada por simples *palheiros*, cabanas ou *palhoças* (pequenas habitações cobertas de palha) como Espinho, ao norte de Ovar, ainda no meado do seculo passado, mas era tambem como Espinho, uma aldeia muito importante pela sua população, pelas suas pescarias, e pelo seu commercio. A pescaria n'este sitio era tão antiga e tão importante, que já em 25 de setembro de 1433 el rei D. Duarte havia doado ao infante D. Henrique a dizima nova d'ella. Estava em grande auge em 1711 e 1712, e tão rapidamente prosperou com a concorrencia de hespanhoes, portuguezes e francezes, que em 1774 havia n'esta praia mais de 5.000 homens, além de muitas mulheres, que em differentes ruas de cabanas occupavam mais d'uma legoa, desde a ponta da barra até perto do sitio, onde foi a antiga Cacella, e contava não menos de 100 barcos ou artes de arrastar. Tão importaute e rica foi na 1.ª metade do seculo XVIII a pov. de Monte Gordo, que a denominavam *Monte d'Ouro;* mas o marquez de Pombal anniquilou-a, para elevar a sua querida Villa Real de Santo Antonio. Vendo deserto todo o terreno desde Monte Gordo até Castro Marim, resolveu crear na margem do Guadiana, em frente de Andaluzia, uma pov. imponente, que supplantasse Ayamonte e infundisse respeito aos hespanhoes e a todos os estrangeiros que desembarcassem no Guadiana e passassem a extremidade SE do nosso paiz. Com

esto louvavel intuito mandou fundar, no dito anno de 1774, Villa Real de Santo Antonio, em alegre e vistosa situação, dominando Ayamonto o a lindissima e ampla foz do Guadiana, na fronteira SE do nosso paiz, á entrada do Algarve e como porta e corôa d'elle. Homem illustrado e arrojado, despido de preconceitos e amante do progresso, escolheu para a nova pov. um risco elegante e magestoso, tornando a bella e attrahente. O dr. Pedro Augusto Ferreira assim a descreve no *Portugal antigo e moderno:* «Frontaria imponente, regular e symetrica, olhando com desdem para Andaluzia e para o Guadiana; ruas amplas, algumas de 30 m. de largura, todas perfeitamente alinhadas e cortadas em angulo recto por outras no mesmo estylo; casas elegantes, todas symetricas; praças e largos, boa egreja matriz, soberbos paços do concelho, majestoso pelourinho, etc. E tal era o poder do grande ministro que, em *cinco mezes*, estava feita a villa actual, a expensas do thesouro e de diversos particulares que elle convidou, ou antes *obrigou*, a construir ali casas, nomeadamente as armações da pesca e os primeiros proprietarios e negociantes do Algarve, bem como os armadores principaes das nossas praças maritimas e a poderosa *Companhia da Agricultura e Vinhos do Alto Douro*, que ali fez cinco casas e montou pescarias.» Não correspondeu, porém, o resultado aos intuitos do grande ministro. A edificação parou em menos da quarta parte do projecto, por falta de habitantes, apezar das vantagens que o marquez lhe offerecia, pois fundou na villa differentes associações, concedeu aos pescadores e negociantes, que a fôssem habitar, muitos privilegios; carregou de direitos a sardinha importada da Hespanha; elevou a nova villa a séde de concelho, estabeleceu n'ella uma alfandega regular e differentes fabricas e officios; deu lhe juiz de fóra e autoridades correspondentes; protegeu a contra a invasão das areias, mandando semear em volta d'ella um grande pinheiral com mais de 6 k. de circumferencia; fez plantar muitas amoreiras no seu termo para creação do bicho da seda e exploração d'esta industria, etc., mas apezar de tudo a população não augmentou. O marquez de Pombal, vendo-se tão contrariado, lembrou-se de transferir para a sua nova villa a grande população da aldeia do Monte Gordo, e para isso obrigou os seus habitantes a levarem para a villa e a irem vender n'ella todo o pesca do. Os pobres homens descontentes com a intimação, recusaram se a cumprir tal ordem, mas o marquez os compelliu e os castigou severamente chegando a mandar queimar as habitações dos recalcitrantes, pelo que muitos d'elles emigraram, e fôram estabelecer se na *Higuerita*, pequeno porto hespanhol da Andaluzia, que augmentou em população e riqueza, ao passo que a aldeia de Monte Gordo ficou deserta. Perdemos aquelle grande emporio de pescarias e de riqueza, e a nova villa ficou estacionaria por muito tempo. Assim, ainda em 1837 a pov. fundada pelo marquez de Pombal não tinha feito progressos sensiveis, mas fêl-os posteriormente, e já em 1878 estava prospera e florescente, tendo augmentado muitissimo a sua população. Contribuiu poderosamente para isso o desenvolvimento das vias de communicação da villa com a provincia, e tambem a exploração das minas de S. Domingos, no conc. de Mertola, que passou a levar ao porto de Villa Real um grande numero de navios de vela e de vapores para o carregamento do minerio, animando o consideravelmente, e dando-lhe uma grande receita. A villa é banhada pelo Guadiana, a leste; o Atlantico ao sul, e ao norte, a 2 k. de distancia, o esteiro da *Carraspeira*, que atravessa as lezirias da Companhia Geral Agricola Financeira, move um moinho de cereaes, e vae desaguar no Guadiana, em fronte d'Ayamonte. Todo o terreno d'esta freguezia é suavemente ondulado, arenoso, mas fertil, e poucos metros superior ao nivel do mar. No ponto mais alto tem uma pyramide geodesica, nas proximidades da villa, marcando apenas 11 m de altitude. A villa está em terreno muito mais baixo, e mais baixo é ainda o terreno que lhe fica ao norte, para o lado de Castro Marim, terreno espaçoso em que n'outro tempo houve salinas, mas que, abandonadas estas, ficou como sempre fôra, uma pateira, alagada e inculta, e um grande fóco de infecção até 1875, data em que o governo cedeu aquelles terrenos alagadiços á Sociedade Geral Agricola Financeira, que os beneficiou e arroteou, transformando os em uma das mais ferteis campinas do Algarve, com grande vantagem para a companhia, para o thesouro, para a hygiene publica, para esta villa, e para os povos circumvisinhos, pois na lavoura da grande campina se empregam muitos dos seus habitantes. A villa não só é abundante e mimosa de peixe do Guadiana e do mar, mas o peixe constitue a sua principal riqueza, nomeadamente a sardinha, a corvina e o atum. A sardinha é quasi toda colhida na praia da aldeia de Monte Gordo, que vive exclusivamente d'aquella industria. Tambem n'esta villa se formaram annos depois algumas armações que exploram com bom exito a mesma pesca. O atum, que desde tempos muito remotos constitue uma das industrias mais rendosas do Algarve, é colhido em grandes armações proprias desde o Cabo de S. Vicente até ao de Santa Maria, ao sul d'Olhão. D'ali para leste não ha armações, porque o atum segue do dito cabo em direcção a Gibraltar, onde vae desovar e fazer creação, afastando-se muito da costa de Portugal e da Hespanha desde o Cabo de Santa Maria até Gibraltar; mas os armadores o trazem a esta villa, e aqui o vendem em grande quantidade, tanto para Hespanha, nomeadamente para Ayamonte, como para gasto d'este conc. e d'outros do Algarve e do Alemtejo, e para abastecimento das fabricas de conserva aqui montadas, que depois de preparado, o mandam para a Italia em latas e barris, com grande lucro. Nas ditas fabricas preparam atum, sardinha, sarda, e outras variedades de peixe. A egreja matriz de Villa Real de Santo Antonio é um templo elegante, mas pequeno; foi mandado construir pelo marquez de Pombal em 1774. A capella da Senhora das Dôres é mais antiga, e serviu de matriz da freg. desde que ficou soterrada nas areias a egreja da extincta pov. de *Santo Antonio d'Arenilha*, até que se fundou a villa actual e a nova egreja da Senhora da Encarnação, para a qual passou a freg. em 1775. Esta egreja está situada na *Praça do Marquez de Pombal*, nome que lhe foi dado por gratidão; na mesma praça está o edificio da camara municipal, e no centro um pelourinho monumental, feito pelas empresas das pescarias em honra de D. José I, quando se fundou a villa. Ha aqui um mercado aos domingos, muito importante, ao qual concorrem muitos

hespanhoes; ha tambem feiras annuaes, a 8 e 9 de agosto, e de 10 a 13 de outubro. N'esta villa ha tambem estação do telegrapho submarino, que liga a Europa e Lisboa com a America. Pertence á 4.ª div. mil., 8.ª brigada, grande circumscripção mil S e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro. Foi praça de guerra, hoje desclassificada. Tem est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; advogados, agencias bancarias, de informações commerciaes, de navegação e de seguros; fabricas de aguardente e de alcool, associações de soccorros mutuos e de classe; fabricas de atum e sardinhas de azeite e escabeche, de chaves de arame para abrir latas de conservas, de conservas de peixe, de gaz, e de tecidos; negociantes de cereaes, de farinhas e de peixe salgado; commissão de soccorros a naufragos, escolas officiaes para ambos os sexos, corpo consular: vice consul da Belgica, França, Hespanha, Allemanha, Hollanda, Inglaterra, Noruega, Italia, Republica Argentina e Republica do Perú; estalagens, fiscalisação maritima pelas canhoneiras *Tavira*, *Faro* e *Lagos*, com a séde em Tavira, tendo cada uma 30 dias de destacamento n'esta villa; fiscalisação dos impostos, guarda fiscal, 5.ª companhia com a séde n'esta villa; hospital *Marquez de Pombal*, hoteis, medicos, pharmacias, depositos de madeira, de papel de fumar, de petroleo, de pimenta e de tabacos; notarios, sollicitadores, exportadores de peixe fresco; sociedades de recreio: *Club Democratico*, *Club Recreativo*, *Gremio Lusitano*, philarmonicas: *Academia 5 de Outubro* e *1.º de Maio*, theatro *Alexandre Herculano*, officina de estampagem em folha de Flandres, numerosas casas commerciaes, etc. No mez de agosto realisa-se uma romaria a N. S.ª das Dôres, em Monte Gordo. Tem-se publicado em Villa Real de Santo Antonio os seguintes jornaes: *O Algarve*, 6 janeiro, 1901; *A Flôr de Líz*, 1 janeiro, 1902; *Guadiana*, 26 março, 1903; *O Petiz*, 26 novembro. 1893; *A Voz do Guadiana*, 1899. O conc. compõe-se apenas de duas freguezias, com 2:413 fog. e 11:131 hab., sendo 5:667 do sexo masc e 5.467 do fem As freguezias são: N. S.ª d'Assumpção, de Cacella. 3:981 hab.: 2:064 do sexo masc. e 1:917 do fem ; N. S.ª da Encarnação, de Villa Real de Santo Antonio, 7:153 hab.: 3:693 do sexo masc. e 3:550 do fem. O principal commercio de todo o conc. é laranjas, uvas, tomates, atum fresco, salgado e em escabeche, sardinhas e ovos.

Villa de Rei. Villa da prov. da Beira Baixa, séde de conc., com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre. Tem uma só freg, N. S.ª da Conceição. Está situada no alto de um monte, entre serras, na margem esquerda e a 7 k. do rio Zezere, a 20 da margem direita do Tejo e a 80 da capital do districto. E' pov. muito antiga; o seu 1.º foral foi-lhe dado por D. Diniz, em Lisboa, a 19 de setembro de 1285. D. Manuel I lhe deu foral novo em 1 de outubro de 1513. A villa teve diversos senhorios; primeiramente foi da corôa até 1306, data em que D. Diniz e a rainha Santa Izabel a doaram, bem como a villa de Ferreira do Zezere, aos cavalleiros da ordem do Templo, cedendo estes para a corôa a *Leziria dos Freires*, junto de Santarem, a portagem de Coimbra e o padroado da egreja de S. Thiago, de Trancoso, declarando que se dava o temporal pelo temporal e espiritual pelo espiritual. Extincta a ordem do Templo e passando todos os seus bens e rendimentos para patrimonio da ordem de Christo, sua successora, para ella passou tambem esta villa. Depois reverteu o padroado para a corôa, d'onde passou á Casa do Infantado, conservando, porém aqui a ordem de Christo uma commenda. Tambem foi da apresentação dos condes dos Arcos de Valle-de Vez. Segundo se lê na *Chorographia Portugueza*, do P. Antonio Carvalho da Costa, esta villa em 1712, era da comarca de Thomar, tinha 460 fogos, casa de Misericordia, hospital e 3 capellas, era vigairaria do padroado real e commenda da ordem de Christo; 2 juizes ordinarios, 3 vereadores, 1 procurador do conc., 1 escrivão da camara e orphãos, 2 tabelliães, 1 juiz dos orphãos, 1 companhia de ordenanças e 1 capitão-mór. A villa pertenceu ecclesiasticamente á diocese da Guarda, depois á de Castello Branco, e desde 1882, data da ultima circumscripção diocesana, que supprimiu, além d'outros, os bispados d'Elvas e Castello Branco, passou para o de Portalegre. Banham esta freg. differentes ribeiros e regatos, que vão desaguar no Zezere e nas seguintes ribeiras: Codes, Codegoso, Isna, Costellim, das Varzeas, da Azenha e da Aveleira. Cada uma d'estas ribeiras tem sua ponte. E' pois muito abundante de agua As suas producções dominantes são: azeite, castanhas, lande, milho, trigo, centeio, vinho, batatas, madeira de pinho e cortiça. Nos limites da freg. ha varias serras, entre as quaes avultam a da *Pena*, a da *Forcada* e a da *Milriça*, sendo esta a de maior altitude e a mais notavel. No cimo d'ella se vê uma pyramide geodesica, feita em 1803, para os estudos da triangulação do nosso paiz. Tem approximadamente 8 m. de altura, e d'ali se descobre um largo horisonte. N'esta freg. e n'este conc ha bastantes minas de ferro e outros mineraes, mas simplesmente registradas. Desde a segunda parte do seculo XVIII até 1834 fôram alcaides mó res e commendadores de Villa de Rei, commenda da ordem de Christo, conforme dissémos, os Pachecos Pereiras, do Porto, por escambo feito com a corôa, em virtude da qual cederam a esta o juizado da alfandega d'aquella cidade, que era des de tempos remotos propriedade d'elles. Esta alcaidaria-mór leva a presumir que a villa foi outr'ora fortificada ou teve algum castello. A villa e o conc. soffreram muito nos principios do seculo passado, por occasião da Guerra da Peninsula; primeiro com a passagem do exercito francez de Junot, em 1807, na marcha sobre Lisboa por Abrantes; e depois em 1810 e 1811 com as tropas inglezas de Wellington e com as francezas de Massena. Aquellas açoitaram cruelmente a villa e o conc. quando marchavam para o norte ao encontro de Massena, e estas, quando depois da batalha do Bussaco acamparam em frente das linhas de Torres Vedras, desde 1 de outubro de 1810 até 5 de março de 1811. Durante aquelles longos e crueis 5 mezes, os francezes talaram, saquearam e incendiaram muitas povoações nas circumvisinhanças do seu acampamento, não poupando este conc. e os limitrophes. Tambem soffreu muito esta villa com a passagem dos correios que Massena mandava fortemente escoltados ao seu imperador, fazendo caminho por Castello Branco e por Villa de Rei, que fez com que os seus habitantes a abandonassem completamente, en-

contrando quando regressaram, depois da retirada de Massena, a maior parte das casas reduzidas a cinzas e todos os seus haveres roubados e perdidos Villa de Rei pertence á 5.ª div. mil., 10.ª brigada, grande circumscripção mil. Central, e ao distr. de recrut. o res. n.º 15, com a séde em Thomar. Tem escolas d'ambos os sexos, est post. e telegr com o serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; agentes de diversas casas bancarias e de companhias de seguros do paiz, productores de azeite, de cortiça e madeira, e de vinhos; commissão de beneficencia escolar, negociantes de cortiça, creadores de gado; hospedarias, medicos, pharmacia, Misericordia, notario, *Sociedade União Villaregense*, fabricas de tijolo e telha, etc. A 20 de julho feira de Santa Margarida, e no 1.º domingo d'abril, ambas importantes em lã em rama e panos; mercado todos os domingos. Romarias: a 15 d'agosto. N. S.ª do Pranto, e no 1.º domingo de setembro N. S.ª da Guia, muito concorrida de forasteiros. O conc. compõe se do 3 freguezias, com 1:779 fog. e 7:334 hab., sendo 3:570 do sexo masc. e 3:761 do fem. As freguezias são: Santa Margarida, do Fundada, 1:426 hab : 712 do sexo masc. o 714 do fem ; S. João Baptista, de Peso, 536 hab.: 239 do sexo masc. e 297 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Villa de Rei, 5.372 hab : 2:619 do sexo masc. e 2:753 do fem. O principal commercio de todo o conc. é cortiça, azeite, cereaes, vinhos, lãs, madeiras, caça e carvão. O conc. de Villa Rei foi extincto por decreto de 7 de setembro de 1895, mas foi restaurado pelo de 13 de janeiro de 1898, com todas as 3 freguezias que o constituiam. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Purificação, de Bucellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa. || O Salvador, de Castellões, conc. de Tondella, distr de Vizeu.

Villa de Rei de Baixo e de Cima Duas povoações na freg. do Espirito Santo, de Valle de Canellas, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

Villa da Ribeira· Pov. na freg. de Santo André, de Ferreira d'Aves, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

Villa Ruiva. Villa e freg. de N. S.ª da Encarnação, da prov. do Alemtejo, conc. o com. de Cuba, distr. e bisp. de Beja; 225 fog. e 792 hab. Tem est. post. e medico. Está situada em terreno elevado, na encosta d'um monte e na margem esquerda da ribeira de Odivellas, confluente do rio Sado, da qual dista 2 k. e 10 da sédo do conc. Segundo se lê na *Monarchia Lusitana*, parte IV, fl. 297 e parte VIII, fl 41, esta villa foi tomada aos moiros por D Sancho II, quando lhes tomou tambem Vidigueira, Cuba, Rodeja, Fronteira e outras terras. Em 1393 foi dada esta villa por D. João I, juntamente com as de Villa de Frades, Villa Alva e Vidigueira, ao condestavel D. Nuno Alvares Pereira; o qual depois a deu, com a de Villa Alva, a Rodrigo Affonso Coimbra, bem como repartiu por outros cavalleiros que o haviam acompanhado nas guerras contra os castelhanos, outras muitas villas quo o soberano lhe havia doado. D João I annullou depois aquellas doações, e Villa Ruiva com outras villas reverteu para a corôa; por fim passou para o senhorio dos marquezes de Ferreira, depois duques de Cadaval, que costumavam vir aqui residir parte do anno, o fazer grandes festas e caçadas, principalmente na matta do Seixal, junto de Cuba. Em 1708 era villa e conc. e pertencia á com. e arcebispado de Evora; tinha 2 juizes ordinarios, 3 vereadores, 1 procurador do conc, 1 escrivão da camara, 1 juiz dos orphãos com seu escrivão, uma companhia de ordenanças, 1 alcaide e 1 tabellião do judicial e notas. Era dos duques de Cadaval e da provedoria de Beja; tinha tambem um alteroso castello o uma boa cinta de muralhas, hoje tudo em ruinas, e sobre a porta d'entrada para o castello o brazão d'armas dos duques de Cadaval. A egreja matriz é um templo gothico, com altar-mór e 4 lateraes, que foi restaurado no meado do seculo passado. Tem mais algumas capellas publicas Ainda conserva a sua antiga casa da camara, a cadeia e o pelourinho Villa Ruiva teve 2 foraes: um em tempos muito remotos, dado pelo convento de Mancellos; outro dado por D. Manuel I em 1 de junho de 1512, confirmando o anterior. O terreno produz muitos cereaes, vinho, azeite, cortiça e lã; cria bastante gado lanigero e suino, mas a sua producção principal é o azeite; tem grandes montados de azinho e sobro. Villa Ruiva pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. || Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Beira Baixa, conc e com. de Fornos d'Algodres, distr. e bisp da Guarda; 138 fog. e 576 hab. Tem escolas de ambos os sexos e est post. Está situada na vertente N da serra da Estrella, na margem esquerda e a 4 k. do rio Mondego, a 3 da estrada de Coimbra a Celorico da Beira pela ponte de Murcella, e a 6 da séde do conc. Esta pov. tambem soffreu muito por occasião do Guerra Peninsular, quando por aqui passou o exercito francez de Massena em 1811. A imagem da padroeira que está no altar-mór da egreja matriz, é de pedra e muito antiga, tem 3 ou 4 palmos d'altura. A freg. pertenceu ao conc. do Linhares, extincto por decreto de 24 de outubro de 1855, passando então para o de Celorico da Beira, depois para o de Gouveia, e actualmente pertence ao de Fornos d'Algôdres, por decreto de 13 do janeiro de 1898. Pertenceu ao bispado de Coimbra, e em 1882 passou para o da Guarda. E' fertil em cereaes, vinho, azeite, tambem cria muito gado lanigero nos seus montes e na serra da Estrella. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Senhorim, conc. de Nellas, distr. de Vizeu. || Nossa Senhora da Conceição e conc. de Villa Velha de Rodam, distr. de Castello Branco.

Villa Sá da Bandeira Séde do distr. de Huilla, prov. d'Angola, Africa Occidental. V. *Sá da Bandeira e Huilla.*

Villa de Sangalhos Pov. da freg. de S. Vicente, de Sangalhos, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural.

Villa Secca *(Rodrigo Navarro de Andrade, barão de).* Commendador da ordem de Christo, gran cruz da ordem da Corôa de Ferro da Italia, commendador da de Leopoldo da Austria, da Annunciada da Sardenha, e d'outras ordens da Russia, conselheiro, official da secretaria dos negocios estrangeiros, diplomata, etc. Fal. em 1840. Era filho de Sebastião Navarro de Andrade, medico em Guimarães, e de sua mulher, D. Anna Luiza de Campos Pereira. Foi secretario de legação na

Russia, encarregado de negocios na Sardenha, conselheiro de legação no congresso de Vienna d'Austria, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario á mesma côrte de Vienna, tendo a honra de acompanhar em 1817 a princeza real D. Maria Leopoldina a Florença e Leorne, na qualidade de secretario regio. Estava em Vienna quando o infante D. Miguel ali residia, e dirigiu todas as negociações para o casamento do infante com sua sobrinha a rainha D. Maria II, representando até a noiva na cerimonia nupcial. Casou com uma senhora allemã, de appellido Blumen. O titulo de barão foi lhe concedido por decreto de 28 de janeiro de 1824.

Villa Secca. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr, e arceb. de Braga; 167 fog. e 716 hab. Tem esc do sexo masc. e est. post. Está situada na margem esquerda do rio Cávado, do qual dista 1:500 m. e a 8 k. da séde do conc. Em 1706 pertencia ao termo da villa de Espozende da grande com. de Barcellos, contava 163 fog e era vigairaria da apresentação da Casa de Bragança Em 1768 era reitoria do padroado real, e contava 112 fog. Comprehende as aldeias de Villa Secca, séde da parochia, Assento, Bemposta e Lordello. Além da egreja matriz, tem mais 3 capellas: *Senhor do Soccorro*, *Santa Maria Magdalena* e *Senhora da Conceição*. Banham esta freg. o rio Cávado e um pequedo ribeiro que nasce na pov. de Lordello e vae desaguar na lagôa das Necessidades, freg. de Barqueiros, seguindo a direcção EO. A pov. é atravessada pela estrada de Barcellos á Povoa de Varzim. As suas producções principaes são: vinho verde, cereaes, e cebolas que exporta em grande quantidade. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Condeixa a Nova, distr. e bisp. de Coimbra; 378 fog. e 1:421 hab. Tem escolas de ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. Está situada junto das nascentes da ribeira que passa em Condeixa a Nova, da qual dista 9 k. e é atravessada pela estrada districtal do Louriçal a Miranda Corvo, e pela municipal de S. Francisco de Coimbra a Penella. Em 1708 era do termo da cidade o com. de Coimbra e priorado da mesma cidade; comprehendia a pov. de Bendafé, hoje parochia independente, e contava ao todo apenas 136 fogos, segundo se lê na *Chorographia Portugueza* do P. Antonio Carvalho da Costa. Tem a egreja matriz e algumas capellas publicas, mas nada teem de notavel. Denominou se *villa* na accepção de quinta ou casa de campo, e *Sêcca*, porque não a banha nenhum rio nem ribeiro. As producções principaes são: milho, azeite e trigo. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. || Villa e freg. do Espirito Santo, da prov. da Beira Alta, conc. o com. de Armamar, distr de Vizeu, bisp. de Lamego; 197 fog. e 731 hab. Tem escolas de ambos os sexos e est. post. Está situada na antiga estrada de Lamego a Taboaço por Armamar, ponte de Santo Adrião, no Tedo, e Barcos, a 6 k. da margem esquerda do rio Douro e a 4 da séde do conc. Comprehende apenas 2 povoações: Villa Sêcca, séde da parochia, e Marmelal, na pendencia sobre o rio Tedo, além de varias quintas, entre as quaes se destacam, pela sua importancia, as de Castello Borges, de Ayres Pinto, Valmôr de Cima, e do Sarzêdo. Esta freg. foi villa e conc. com justiças proprias, pertencente á antiga com. de Lamego; em 1840 pertencia ao conc. de Barcos, extincto pelos decretos de 10 do outubro de 1811 e 24 de outubro de 1855, pelo ultimo dos quaes se creou o conc. de Armamar, e esta freg. passou para elle. Nunca teve foral, mas é pov. muito antiga, pois segundo se lê no codice 547 da Bibliotheca Municipal do Porto, *Descripção de Lamego*, escripta no 1.º quartel do seculo XVIII, o ultimo régulo ou rei moiro de Lamego, Echa Martins, pouco depois de vencido no valle de Arouca pelo conde D. Henrique e por este restituido ao seu alcaçar transferiu a sua residencia para esta Villa Sêcca, pelo que D. Affonso Henriques a fez couto. Diz mais o dito codice que Martins Echa, filho do mencionado régulo, sua mulher Ouroana e seus filhos deixaram uns obitos (legados pios) á Sé, ficando ao cabido a maior parte de Villa Sêcca. Isto mesmo corrobora a *Historia Ecclesiastica da cidade e bispado de Lamego*, pois n'ella se lê a pag. 115 o seguinte: «Villa Sêcca d'Armamar foi doação do santo rei D. Affonso Henriques ao ultimo rei de Lamego, já christão, cujo filho João Martins, deão da Sé, fez doação ao cabido de todos os seus bens e do mesmo couto.» A aldeia de Marmelal é tambem muito antiga. D. Sancho I deu carta de povoação aos seus habitantes em julho de 1194, e D. Affonso II, estando em Guimarães, a confirmou em 3 d'abril de 1219. A freg. de Villa Sêcca tem uma area muito extensa; produz alguns cereaes, figos, azeite e fructa, mas a sua producção dominante foi sempre o vinho. A egreja matriz é muito antiga; tem altar-mór e 3 lateraes com boas decorações de bella talha antiga dourada, e tecto de madeira apainelado com pinturas a oleo antigas e de bastante merecimento, principalmente as do corpo da egreja. Tem sobre o guarda vento um côro espaçoso restaurado com solidez. Tem duas capellas publicas: *N. S.ª das Neves*, na pov. do Marmelal, e *N. S.ª do Leite*. Na villa houve paços de conc., cadeia o pelourinho, mas já ha muitos annos que nada existe. Tem fontes publicas, e é banhada ao nascente pelo pequeno ribeiro de Pias, que vae desaguar no Tedo, mas que sécca no verão, e ao poente pelo regato de Oleiros que vae desaguar no *Temi Lupus* ou *Mil Lobos*, e este no Douro, na *Foz de Mil Lobos*, junto da Pedra Caldeira. O terreno d'esta pov. é argiloso e calcáreo e n'elle predomina o schisto; mas ao sul da matriz abunda em granito, que é explorado em larga escala para construcções, destacando-se a pequena distancia da villa, *O Cabeço da Lapa*, morro enorme de granito que semelha um castello e tem mais de 80 m. de altura. Do alto d'elle se goza um vastissimo horizonte, comprehendendo grande parte da Beira e Traz os Montes e da região vinicola do Douro. E' tambem notavel n'esta villa, um pouco montante do cemiterio parochial, no sitio de Malhô, a *Fraga da Moira*, grande rochedo, egualmente de granito com uma pequena abertura por onde se entra para uma especie de sala circular com assentos de rocha viva em toda a sua circumferencia, e frestas que, segundo se suppõe, dão para outros compartimentos que ninguem ainda ousou explorar, e nos quaes, é tradição popular, que está encantada uma moira guardando grandes thesouros.

A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, do Adoufe, conc. e distr. de Villa Real. || S. Thiago, de Atheães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Mamede, de Azere, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || Santo Estevão, de Cantellães, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Santa Maria, de Chãs de Tavares, conc. de Mangualde, distr. do Vizeu. || Santo Emilião, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Maria, de Gondar, conc. d'Amarante, distr. do Porto || S. Vicente, de Louredo, conc. da Feira, distr. d'Aveiro || Santa Suzana, de Maxial, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || S. João Baptista, de Mosteiro, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Pinheiro, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. Tem caixa post. || S. Miguel, de Poiares, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. Tem caixa post. || S. João Baptista, de Rocas, conc. de Sever do Vouga, distr. d'Aveiro.

Villa dos Sinos Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança. Está situada em terreno plano, a 3 k. da margem direita do rio Douro, a 15 da séde do conc. Foi annexada para effeitos civis á freg. de Villarinho dos Gallegos, por decreto de 28 de julho de 1883. E' fertil em generos agricolas, e cria muito gado lanigero e bovino. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Villa Soeiro. Pov. e freg. de Sant'Anna, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda; 61 fog. e 262 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada n'uma baixa, junto do rio Mondego, a 10 k. da séde do conc. Em 1708 pertencia ao termo e conc. de Linhares, corregedoria da Guarda, provedoria de Vizeu, e era da apresentação do bispo da Guarda. As suas dominantes producções são: cereaes, vinho e lã. pois cria bastante gado lanigero. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Villa Soeiro do Chão. Pov. na freg. de S. Thiago, de Juncaes, conc. de Fornos d'Algodres, distr. da Guarda.

Villa Soeiro do Souto. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Villa do Souto, conc. e distr. de Vizeu.

Villa de Souto, ou Vil de Souto. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Alta, conc., com., distr. e bisp. do Vizeu; 123 fog. e 505 hab. Tem escolas de ambos os sexos, e está situada a 7 k. de distancia da séde do conc. E' freg. muito antiga, e em 1708 era abbadia da casa dos Loureiros de Ferronhe, e contava apenas 66 fogos. Em 1768 era abbadia da apresentação de Luiz de Vasconcellos e Almeida, e contava 90 fogos. Ha n'esta pov. a antiquissima egreja de N. S.ª da Estrella, que, segundo a tradição, foi matriz da freg. até ao seculo xv, e construindo o povo então a actual egreja, foi esta erecta em matriz, ficando a primitiva reduzida a capella. No termo da parochia, em sitio alto e agreste, mas muito vistoso e pittoresco, está o santuario de N. S.ª do Crastro, no topo da serra d'este nome, onde, como diz a tradição, houve n'outro tempo um castello ou atalaia, cêrca de 7 k. ao norte de Vizeu. D'ali se divisa um vastissimo panorama. A pov. é fertil em todos os generos agricolas do nosso clima. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

Villa Tinta. Pov. na freg. de S. Thiago, do Figueiró, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Villa do Touro. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Beira Alta. Foi villa e conc. proprio, pertencente á antiga com. de Castello Branco, depois passou como simples parochia para o conc. de Sabugal, e é hoje do conc. de V. N. de Paiva. Foi fortificada, mas hoje restam apenas alguns lanços dos seus velhos muros em ruinas. Ainda conserva a cadeia e os velhos paços do conc. muito arruinados, e o seu pelourinho, ainda quasi intacto. Foi uma das villas que possuiam os privilegios de couto do reino, e teve foral, dado em 1 de dezembro de 1220, pelo mestre da ordem dos Templarios Pedro Alvites. Em troca d'este foral fizeram os habitantes da villa doação aos Templarios do padroado de todas as suas egrejas e do dizimo das herdades, comprehendendo-se n'estas a chamada *Cabeça do Touro*, a qual lhes daria o direito de, em batalha, ir a insignia do concelho junto do pendão d'aquella ordem. Com a extincção dos templarios passou a villa e seu termo a ser commenda da ordem de Christo. V. *Touro*

Villa de Um Santo. Pov. na freg. de S. Pedro, de Cotta, conc. e distr. de Vizeu. Tem correio com serviço de posta rural.

Villa Velha. Pov. na freg. do Nossa Senhora da Conceição e conc. de Povoa do Varzim, distr. do Porto.

Villa Velha de Rodam. Villa da prov. da Beira Baixa, séde de conc., com. e distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre. Tem uma só freg., N. S.ª da Conceição, e está situada n'um outeiro, na aba da serra do Penedo Gordo, na margem direita e a pouco mais de 1 k. do Tejo e a 35 da capital do distr. Esta villa é de fundação muito antiga, mas não se sabe quando, nem por quem foi fundada, mas é certo que os Templarios aqui viveram, e fôram seus donatarios. Extincta a ordem do Templo, passou para a de Christo, fundada por D. Diniz em 1319, e por elle dotada com toda o grande patrimonio dos Templarios portuguezes. No anno de 1119, sendo mestre da ordem do Templo D. Lopo Fernandes, D. Sancho I lhe doou a grande herdade de *Açafa*, ou da *Ordem*, que comprehendia não só o termo actual de Villa Velha de Rodam, mas muitos terrenos na margem esquerda do Tejo. Em 1272, sendo mestre da ordem D. Beltrão do Valverde, cederam os Templarios por escriptura publica Villa Velha do Ródam a D. Sancha Pires e a sua filha D. Berengaria para usufruirem esta villa emquanto vivessem, havendo a dita D. Sancha doado muitas fazendas á mesma ordem. Tiveram pois os Templarios demorada residencia n'estes sitios, como senhores d'esta villa e de parte d'este conc. e do de Niza, na margem esquerda do Tejo. A villa e o conc. fôram sempre da comarca de Castello Branco e da diocese da Guarda, mas a 15 d'agosto de 1771, em que se creou o bispado de Castello Branco, passaram para elle, até 1882, em que pela ultima circumscripção diocesana, foi supprimido esse bispado, ficando então pertencendo ao de Portalegre. Além da pov. do Villa Velha, com-

prehende esta freg. as povoações ou aldeias seguintes: *Bairro Baixo* ou *Porto do Tejo*, na margem direita do Tejo; Alvaiade, Chão das Cervas ou Servas; Gavião, Tavilla, Coxerre, Lucriz, Monto Novo, Cerejal, Salgueiral, Foz do Cobrão, Valle do Cobrão, Sarnadinha, Sarrasqueira, Tostão ou Tortão, Togeirinha e Villas Ruivas. Em 1708 ora vigairaria da ordem de Christo, commenda do conde d'Athouguia, e contava apenas 160 fog. Em 1768 era villa e freg. do bisp. da Guarda, vigairaria da apresentação do monarcha pela Mesa da Consciencia e Ordens, e já contava 172 fog. Tem depois augmentado consideravel mente, tendo em 1852 270 fog, 1864, 355, e em 1878, 430, contando actualmente 643. N'esta freg. ha 2 grandes herdades dignas de especial menção: Da *Ordem* e da *Coutada*. A egreja matriz é espaçosa e muito antiga. A porta principal é de granito em quadrados, com ornamentação em alto relevo, e no fecho do arco vê-se a data de 1591, ou 1595, referindo-se á sua construcção ou reconstrucção. Tem mais duas portas lateraes, uma torro com relogio e escada exterior, pequena sacristia, capella-mór e no corpo da egreja 3 naves formadas por duas arcarias de 5 arcos cada uma, sustentadas por pilares de granito redondos. Tem apenas 3 altares, altar mór e 2 collateraes na fachada do arco cruzeiro. Na freg. ha tambem as capellas: *S. Pedro*, *Santo Antonio*, *Sant'Anna*, *Senhora da Alagada* e *Senhora do Castello*. A pov. é atravessada, na extensão de 7 k., pela estrada de Castello Branco a Niza e Portalegre, a qual foi construida em 1866, menos a ponte, que é de granito e d'um só arco, que se construiu mais tarde. Além do rio Tejo, banham esta parochia muitos ribeiros, ribeiras e regatos. Mencionaremos os seguintes: 1.º *Enxarrique*, é o ribeiro mais proximo da villa e vae desaguar no Tejo a poucos metros das casas do *Porto de Villa Velha de Rodam;* sobre elle é que está a ponte acima citada; o rio move 3 moinhos de cereaes e 1 lagar de azeite; 2.º *Ribeira do Açafal*, outro affluente do Tejo, que banha a grande herdade de *Açafa*, ou da *Ordem*, e é atravessada pela estrada de Castello Branco a Portalegre n'uma boa ponte de granito de 5 arcos, e vae desaguar no Tejo cêrca de 1 k. a montante do porto d'esta villa, move 2 moinhos de cereaes e 1 lagar de azeite; 3.º *Alfrivida*, ribeira confluente da de Açafal; vae desaguar perto de 200 m a juzante da dita ponte; move 1 lagar de azeite. 4.º *Ribeiro de S. Pedro*, tambem confluente da ribeira de Açafal, desaguando n'ella a 2 k. de distancia d'esta villa. 5.º *Cerejal*, ribeiro que move 4 moinhos; é tambem confluente do Açafal, e vae desaguar n'ella a 3 k. d'esta villa. 6.º *Coxêrre*, é um ribeiro confluente da ribeira d'Alfrivida, e atravessa-o a mesma estrada já citada, n'uma ponte de granito d'um só arco. 7.º *Barroca da Senhora*, pequeno regato que vae desaguar no Tejo um pouco a montante das Portas de Rodam; conserva agua todo o anno, menos no rigor da estiagem, e rega um valle pittoresco e muito aprazivel, todo cheio de hortas e pomares de bella fructa e povoado de frondoso arvoredo nas encostas. 8.º *Domingos Tejo*, ribeiro que passa a 3 k. da villa para SO junto de Villas Ruivas; é atravessado pelo caminho que d'esta villa conduz á dita pov. pela ermida da Senhora do Castello; vae desaguar no Tejo um pouco a juzante das Portas de Rodam, e fertilisa bastantes hortas. 9.º *Ribeiro de Villas Ruivas*, passa a 2 k. da pov. d'esta nome, para SO; desagúa tambem no Tejo cêrca de 3 k. a juzante das Portas de Rodam; é a linha divisoria entre esta freg. e a de Fratel, e tem uma pequena ponte para communicação entre as duas freguezias. 10.º *Ocrêsa;* esta ribeira, ou este rio, nasce na serra da Gardunha, termo da freg. de Louriçal do Campo, antigo conc. de S. Vicente da Beira, hoje pertencente ao de Castello Branco; avista esta freg. e o conc. de Villa Velha de Ródam a N, NO e O a distancia de 10 a 12 k. da sua séde, separando os da freg. de Sarzedas, conc. de Castello Branco, e da de Sobreira Formosa, conc. do Proença a Nova; seguindo para sudoeste continua a formar a linha divisoria d'este conc. por aquelle lado, e vae desaguar no Tejo um ponco a juzante da pov. de Gardete, na freg. de Fratel. 11.º *Olho d'Agua;* esta ribeira passa ao nascente da aldeia de *Valle do Cobrão;* é confluente da *Ocrêza;* réga muitos campos, e move, mesmo na estiagem cêrca de 2 k. da aldeia da Foz do Cobrão, 11 pisões, 11 moinhos de cereaes e 1 lagar de azeite. A freg. não tem edificios particulares dignos de menção. Os seus melhores edificios é a egreja matriz, a camara municipal, com portas e janellas guarnecidas de granito; n'este edificio funccionam tambem o tribunal judicial, a repartição de fazenda, administração do conc., etc. No pavimento de baixo está a cadeia. Villa Velha de Rodam nunca foi murada, mas desde tempos remotissimos houve no seu termo, extremamente accidentado e alcantilado, differentes obras de defeza, das quaes apenas resta uma parte da grande torre que encimava e coroava a montanha de maior altura no termo d'esta parochia, dominando o celebre e majestoso penhasco das *Portas de Rodam* e as margens do Tejo a montante e a juzante. Ignora-se quando e por quem foi fundada a dita torre, que revella grande antiguidade, e suppõe-se que fôram os Templarios. Tem a fórma d'um parallelogrammo ou quadrilongo, e mede ainda cêrca de 15 m. de altura, sobre 10 de largura nas faces que olham para O e E, e 6 a 8 m. de largo nas faces N e S. Esta torre foi muito mais alta; as suas paredes, todas de alvenaria, teem 2m,2 de espessura, desde o chão até meia altura; d'ahi para cima 1m,6, e apenas uma porta e uma janella sem lavores do lado sul, que olha para o Tejo. Nas outras faces tem apenas 2 seteiras com tão pequena abertura exterior que mal se divisam do lado de fóra. Serviam apenas para dar luz ao interior da torre e para vigiar o terreno adjacente. Tem esta torre a pedra já carcomida pelo roçar dos seculos, e foi primitivamente cercada por um fosso e grossas muralhas, de que se vêem ainda vestigios. A montanha em que assenta, domina todas as outras que a circumdam. D'ali se descobre um vasto horizonte para todos os quadrantes, grande extensão do Tejo e da sua bacia hydrographica, e longo trato de terreno das provincias do Alemtejo e Beira. Dista porto de 2 k. de Villa Velha e a 50 m. para o N se vê a ermida do N. S.ª do Castello, em plano um pouco inferior, e que n'outro tempo foi povoado, como provam os restos de muros e alicerces que se vêem ainda junto da antiga estrada de Villa Velha para Fratel, por Villas Ruivas. Nas alturas que medeiam entre o monte do castello ou da torre e esta vil-

la, encontram-se tambem alicerces e outros vestigios de fortificações, nomeadamente onde chamam *Torre Velha*, nome que leva a crêr a existencia d'outra torre antiquissima n'aquelle sitio; na encosta da dita serra se vêem vestigios d'uma estrada, por onde rodou a artilharia, e em plano inferior se vêem em differentes pontos montões de pedras, denominados *baterias*, constando terem sido artilhados ainda no seculo passado, por occasião da Guerra da Peninsula. E' certo que este ponto, pela sua posição estrategica e tão defensavel, foi occupado por tropa do exercito anglo-luso na Guerra Peninsular; aqui tivémos bastante artilharia montada e um grande deposito de munições de guerra e bôca, e se aqui se não registrou nenhum feito d'armas importante, aqui soffremos prejuizos consideraveis, pois em certa occasião, sabendo se que os francezes avançavam sobre Portugal por Castello Branco, as tropas inglezas que ao tempo aqui estavam, fugiram precipitadamente e, como não pudessem levar comsigo o deposito das munições, lançaram-lhe o fogo, e tudo isto foi pasto das chammas. Depois verificou se, que os francezes apenas chegaram aos *Amarellos*, contra marchando sobre a Hespanha. Reforçou-se immediatamente este ponto, e ainda em 1853 estavam aqui junto ao Tejo 11 peças de ferro, que n'aquella data fôram removidas para o arsenal de Lisboa. Até 1834, teve a villa 1 juiz de fóra, que residia alternadamente n'esta villa e na de Sarzedas. A villa conserva ainda o seu antigo pelourinho. Esteve no centro da praça, mas removeram-n'o ha muitos annos para um recanto da mesma. E' formado por uma columna redonda de granito; tem por cupola uma pedra oblonga de 4 faces, e em uma d'ellas a corôa real, em outra a cruz da ordem de Christo, em outra a esphera armilar, e em outra um emblema gasto pela acção do tempo. O fuste da columna e o remate medirão 3 m. de altura. No *Porto do Tejo*, uma das aldeias de Villa Velha de Ródam, as casas estão divididas em 4 grupos: 1.º *Pesqueiras de Cima;* 2.º *Pesqueiras de Baixo*, junto da estrada de Castello Branco a Niza e Portalegre; 3.º *Commissões*, e 4.º *Porto das Barcas*. Estes dois ultimos grupos de casas costumam ser innundados pelas grandes cheias do Tejo, porque o rio, n'este sitio, por causa da estreiteza e da altura das celebres Portas de Rodam, sobe sempre muito. Como se sabe o rio Tejo vem da Hespanha e desagúa no Oceano Atlantico, depois de banhar Toledo, Alcantara, Villa Velha de Rodam, Abrantes, Santarem, Lisboa, etc. Já foi navegavel até Madrid, pelo Manzanares, mas agora os barcos vão só até Alcantara, cêrca de 70 k a montante de Villa Velha de Rodam Aqui o Tejo corre de SE a NO, e tocando n'esta villa, volta rapidamente para SO atravez das Portas de Rodam, estreita e medonha passagem, formada por 2 grandes morros de pedra que se levantam nas duas margens, fronteiros um ao outro. Como o Tejo ali se não póde espraiar, sobe sempre a grande altura nas enchentes; faz uma enorme represa a montante, e inunda os terrenos adjacentes até grande distancia, principiando pela pov. do Porto do Tejo, na baixa d'esta freg. e contigua ás Portas de Rodam. A valleira d'estas portas, aberta por algum terremoto, ou como quer que fôsse, na serra de Villa Velha de Rodam tem 700 pés de comprimento o,650 de altura. Os penedos que a fórmam são de marmore, bem como o lastro do Tejo ali; tem de largura 100 pés; á superficie da agua no estio, e até 350 pés d'altura alarga o dobro que levanta. Era aqui que o desditoso Bento de Moura Portugal, fallecido nas prisões da Junqueira em 27 de janeiro de 1776, homem muito illustrado, bacharel formado em direito, mas com rara vocação para mathematica, nautica e hydraulica, sciencias em que era muito entendido (V. *Portugal, Bento de Moura)*, aconselhava que se fizesse um marachão de pedra para acabar com as grandes enchentes e inundações do Tejo, d'ali até Lisboa, assim como por meio de outro marachão similhante, feito no Mondego, dizia elle, no sitio do Murcellão, a montante de Coimbra e um pouco a juzante do rio Dão, acabariam as grandes enchentes e inundações do Mondego, de ali até á Figueira. Esta villa olha para o lado do nascente e está rodeada por espesso arvoredo: oliveiras, sovereiras, azinheiras e outras arvores em menor quantidade. O solo não deixa de ser fertil, principalmente para oliveiras, e as suas condições climatologicas são boas no inverno, primavera e outono; são, porém, más no estio por causa do intenso calor, proveniente da sua exposição leste e abafada, pois cercam esta villa a N e O altas montanhas que obstam á corrente do vento. Conforme dissémos, o terreno d'esta freg. é muito accidentado. N'elle avultam: 1.º A serra ou monte da *Senhora do Castello*. Principia no morro ou promontorio das Portas de Ródam; estende-se para nordeste, e terá 1 k. de extensão.—2.º *Serra de Villa Velha*, ao poente d'esta villa. Corre parallela á da *Senhora do Castello;* avança para o norte e terá de comprimento 10 k. Pela sua quebrada mais proxima d'esta villa passa o caminho de Fratel, e por outra quebrada a 2 k. de distancia passa o caminho de *Perdigão*, aldeia da mesma parochia de Fratel. E ainda por outra quebrada da mesma serra passa o caminho d'esta villa para os povos de *Valle do Cobrão* e *Foz do Cobrão*. Por esta terceira quebrada, conhecida pelo nome de *Milhariça*, passava a antiga estrada de Castello Branco para Abrantes. A serra de Villa Velha corta a ribeira de Ocrêsa e vae até junto de Sobreira Formosa com os nomes de *Serra das Talhadas*, *de Alvito* e outros, cujas ramificações fôram todas fortificadas no tempo da Guerra da Peninsula. A mesma serra na passagem de Ocrêsa fórma 2 morros ou promontorios que se erguem nas duas margens, fronteiros um ao outro, quasi tão colossaes como as das Portas de Rodam, e a juzante d'elles ha um pégo denominado *Almourão*, mui to fundo, similhante ao que está na saida das Portas de Ródam, tendo, porém, este muito maior profundidade. Além dos grandes penhascos das Portas de Ródam e dos da Serra de Villa Velha na passagem de Ocrêsa, é notavel na mesma serra o *Penedo Gordo*, junto da aldeia do Gavião. Ha n'este grande penhasco uma caverna horisontal, que se presume ser obra da natureza, e do ponto culminante d'elle se avista a parte alta da cidade de Castello Branco, sitio que de nenhum outro ponto da villa se descobre. Villa Velha de Ródam é fertil em generos agricolas e cria gado de todas as qualidades. Pertence á 2.ª div. mil,. 4.ª brigada, grande circumscripção mil. Central, e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em

Castello Branco. Tem est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; escolas d'ambos os sexos, lagares de azeite com prensas hydraulicas, depositarios de adubos chimicos, de azeite e de tabacos; productores de cortiça, fabricas de fiação e de lanificios, hospedarias, medico, pharmacias, minas de cobre, notario, *Sociedade Phylarmonica Nova Rodense;* feiras: no 4.° domingo de agosto, de gados, fazendas e quinquilharias; romaria á Senhora do Castello em 15 de agosto e á Senhora da Alagada no 4.° domingo de agosto. Poublicou se em 15 de outubro de 1899 o jornal *Novo Rodense*, e a 3 de dezembro de 1895, *O Rodense*. O conc. compõe-se de 3 freguezias, com 1:936 fog. e 7:877 hab., sendo 3:975 do sexo masc. e 3:902 do fem., n'uma superficie de 35.770 hect. As freguezias são as seguintes: S. Pedro, de Fratel, 2:400 hab.: 1:147 do sexo masc. e 1:253 do fem.; S. Sebastião, de Sarnadas de Ródam, 1:354 hab.: 635 do sexo masc. e 719 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Villa Velha de Rodam, e Santo Antonio, de Alfrivida, 4:123 hab.: 2:193 do sexo masc. e 1:930 do fem. O principal commercio de todo o conc. é azeite, cortiça, carvão, gado suino, caprino e lanigero.

Villa Verde *(D. Antonio de Noronha, 1.° conde de)*. Commendador de Aljezur na ordem de S. Thiago e de S. Salvador de Anciães, na ordem de Christo; 12.° senhor de Villa Verde. Era filho de D. Francisco Luiz de Noronha e Albuquerque, 8.° senhor de Villa Verde, commendador de Aljezur na ordem de S. Thiago, e de sua mulher e sobrinha, filha e herdeira de D. Manuel de Sousa e Tavora, e de sua irmã D. Brites de Athaide. Foi feito conde de Villa Verde, por mercê d'el rei D. João IV, que lhe passou carta a 10 de dezembro de 1654, ficando este titulo permanente nos filhos primogenitos dos seus descendentes. Fal a 14 de janeiro de 1675. Casou a 30 de dezembro de 1654 com D. Maria de Menezes, filha de D. Duarte de Menezes, 3.° conde de Tarouca, e de sua mulher D. Luiza de Faro. Seu filho, D. Pedro Antonio do Noronha de Albuquerque e Sousa foi vice-rei da India, 2.° conde de Villa Verde e 1.° marquez de Angeja, por mercê de D. João V, em carta régia de 21 de janeiro de 1714. V. *Angeja*.

Villa Verde *(Custodio Pinheiro da Silva, 1.° barão e 1.° visconde de)* Commendador da ordem de Nossa Senhora do Conceição de Villa Viçosa, e vereador da camara municipal do Porto. N. em Mesão Frio a 28 de maio de 1791, fal. no Porto om 1863. Casou n'esta cidade a 6 de junho de 1813, com D. Joanna Maria da Silva Campeão, tia da 1.ª baroneza de Fornellos, D. Bernarda Julia da Silva Pereira, e irmã do dr. Bernardo Campeão, physico-mór do reino, e um dos homens a quem mais deve a Escola Medica Cirurgica do Porto. Por decreto de 9 de setembro de 1851 foi agraciado com o titulo do barão de Villa Verde, sendo elevado ao do visconde por decreto de 1 de março de 1854. A commenda da ordem citada, foi lhe concedida em 1853. Fallecendo sem successão, herdou o titulo seu sobrinho, Fernando da Silva Pereira dos Santos, que nasceu no Porto a 22 de junho do 1861, filho do 2.° barão de Fornellos, Fernando Maria Pereira dos Santos e de sua mulher D. Emilia Augusta Pereira dos Santos; bacharel formado em philosophia pela Universidado do Coimbra. Seguiu a vida militar chegando a 2.° tenente de artilharia, mas pouco depois a abandonou. Foi o 2.° visconde de Villa Verde por decreto de 22 de outubro do anno de 1864.

Villa Verde *(D. Pedro Gaspar de Almeida e Noronha, conde de)*. Nasceu a 11 de novembro de 1865, fal. em Africa no anno de 1908. Era filho do 8.° marquez de Angeja e 3.° conde de Peniche D. Caetano Gaspar d'Almeida Noronha Portugal Camões Albuquerque e Sousa, e de sua mulher D. Maria Antonia Raposo d'Andrade e Sousa Alte Espargosa. Descendente dos antigos condes de Villa Verde e marquezes de Angeja, D. Pedro de Noronha era um cavalheiro de fino trato, e muito considerado e conhecido em Lisboa. Ficando orphão muito cedo, foi para Africa Oriental em 1891, e ahi pelo seu trabalho e iniciativa, deu exemplo e serviu de modelo aos agricultores da Zambezia, e onde reconstituiu a sua fortuna. Regressando a Lisboa, casou com a sr.ª D. Maria Izabel do Vadre Mesquita e Mello, filha dos 3.°ˢ viscondes de Andaluz, e foi agraciado com o antigo titulo de conde de Villa Verde, quo pertencia a sua familia. Voltando novamente á Zambezia, onde tencionava continuar o seu assiduo e arduo trabalho, a morte o arrebatou aos 43 annos de edade.

Villa Verde, Villa da prov. do Minho, séde de conc. e de com., Relação do Porto, distr. e arceb. de Braga. Tem uma só freg., S. Paio. Está situada na margem direita e a 5 k. do rio Homem, e a 10 da capital do distr. E' uma pov. muito antiga, alegre, vistosa, bem situada e bem servida por estradas para differentes pontos. Pertenceu ao antiquissimo conc. de Villa Chã, que soffreu diversas modificações desde a sua creação, até que foi extincto pelo decreto de 24 de outubro de 1855, creando so n'esta mesma data o conc. de Villa Verde, para onde passaram as freg.ª de Villa Chã, e muitas outras. Em 1706 era abbadia da apresentação do conde de Figueiró, descendente de Mem Rodrigues de Vasconcellos, senhor do conc. de Villa Chã. Em 1768 era abbadia da apresentação dos condes de Villa Nova de Portimão, depois marquezes de Abrantes. Corta esta freg. a estrada nacional de Porto a Valença, por Braga, Villa Verde, Pico de Regalados, Ponte de Barca, Arcos de Valle-de-Vez, Brejoeira o Monsão. Da dita estrada partem d'esta freg. 2 ramaes: é um a estrada districtal de Villa Verde a Oriz, e o outro a estrada municipal de Villa Verde a Pedragaes. Ha tambem as estradas seguintes: a nacional de Braga a Ponte do Lima, e que atravessa o rio Cávado na grande *Ponte do Prado;* a districtal de Barcellos a Montalegre, passando pelas freguezias de Soutello, Prado e Cabanellas, todas do conc. do Villa Verde; a districtal, de Villa Verde á Ponte dos Corvos, a entroncar na estrada nacional de Braga a Ponte do Lima e Vianna do Castello; a municipal, da freg. de Athães á dita estrada nacional, a entroncar no logar de Febros, freg. de Lage. Tem pois este conc. uma boa rêde de estradas, que lhe dão muita vida, e muitas pontes de pedra, entre as quaes avultam duas, a *Ponte do Prado* e a *Ponte do Bico*. Encontra-se esta ultima, que é monumental, entre Braga e Villa Verde, na estrada nacional sobre os 2 rios Homem e Cávado, atravessando os a poucos metros a montante do sitio

em que o 1.º entra e morre no 2.º As duas pontes são de bello granito com grandes arcos, ficando muito proximas uma á outra, pois mette se de permeio apenas um pequeno espaço de terreno que separa ali os dois rios, formando um angulo agudo, especie de *bico*, pertencente á freg. que d'elle (bem como a grande ponte) tomou o nome de *Bico*, e é do conc. de Amares. As duas pontes simulam uma só, porque ficaram em linha recta com guardas ininterruptas de granito desde a extremidade da avenida direita do rio Homem até á extremidade da avenida esquerda do Cávado. De um ao outro dos ditos pontos tem perto de 600 m. de extensão, comprohendendo as 4 avenidas das duas pontes, os 2 rios, e a lingueta de terreno que os separa. E' todo este pittoresco, majestoso e muito vistoso conjunto denominado *Ponte do Bico*, que abrange 3 concelhos, pois a margem direita do rio Homem pertence ao conc, de Villa Verde, a margem esquerda do Cávado ao conc. de Braga, e a direita do Cávado e a esquerda do Homem ao de Amares. Em 1706 já Villa Verde, então freg. do antigo conc. de Villa Chã, tinha uma importante feira na dia 13 de cada mez; julga-se que fôsse a séde d'aquelle conc, sendo Villa Chã uma villa e pov. antiquissima, n'outro tempo muito honrada e privilegiada, pois teve *foral velho* dado por D. Affonso III, e *foral novo*, dado, mais tarde, por D. Manuel I a 6 d'outubro do anno de 1514. Agora Villa Chã é uma simples aldeia da freg. do S. Thiago das Carreiras, e já nem vestigios conserva dos paços do conc. nem do seu pelourinho. Entre as terras que o foral de D. Manuel comprehendia, não se falava em Villa Verde, nem esta villa teve nunca foral proprio, mas o facto é ser pov. muito anga, conforme já dissémos, e da ordem de Malta até 1260, data em que D. Affonso Pires Farinha, prior do Crato, a doou a D. João de Aboim, rico homem do tempo de D. Affonso III, e foi tambem muito privilegiada, por ser comprehendida no grande couto das terras de Nobrega, como se vê do foral que em 24 do outubro de 1513 D. Manuel deu á villa de Nobrega, séde do grande couto, hoje tambem reduzida a uma simples aldeia da freg. de Aboim da Nobrega, d'este conc. Villa Verde é banhada por muitas ribeiras e regatos, que regam toda e fertilisam muitos campos, criam muitas hervagens para engorda de gado bovino, e movem muitos lagares de azeite, moinhos de cercaes e engenhos de serrar madeira. A egreja matriz está bastante arruinada. A capella de Santo Antonio está situada no grande Campo da Feira, ao meio da villa, onde se erguem tambem os majestosos paços do conc. A velha casa da camara d'esta villa, que foi muitos annos, como se julga, séde do extincto conc. de Villa Chã, já não existe, conservando se apenas a cadeia. Na freg. de Villa Verde ha um pequeno monte, denominado *Monte do Reguengo*, em que abunda formoso granito, que d'ali vae para as melhores construcções das circumvisinhanças. As producções principaes da freg e do conc. são: milho, vinho, azeite, hervagens e madeira de pinho. Tambem produz muita fructa, centeio, cevada e trigo. Villa Verde pertence á 3.ª div. mil., 5.ª brigada, grande circumscripção mil. N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. Tem est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e valles; escolas de ambos os sexos, advogados, hospedarias, hospicio do expostos, medicos, pharmacias, notarios, sollicitadores, etc. Tem se ali publicado os seguintes jornaes: *O Aviso*, 16 dezembro, 1899; *O Campo*, 13 junho, 1891; *O Echo do Norte*, 5 fevereiro, 1885; publicava se ainda em 1889; *A Folha de Villa Verde*, 21 junho, 1885; em publicação em 1911; *O Povo de Villa Verde*, 24 maio, 1891. O conc. de Villa Verde é constituido por 53 freguezias, com 8:363 fog. e 33:593 hab., sendo 14:741 do sexo masc. e 18:852 do fem., n'uma superficie de 19:674 hect. As freguezias são as seguintes: N. S.ª d'Assumpção, de Aboim da Nobrega, 1:109 hab.: 500 do sexo masc e 609 do fem, S. Thiago, de Arcozello, 321 hab.: 134 do sexo masc. e 187 do fem.; S. João Evangelista, de Athães, 702 hab: 305 do sexo masc. e 397 do fem.; S. Thiago, de Athães, 374 hab.: 155 do sexo masc. e 219 do fem.; S. Paio, d'Azões, 201 hab.: 81 do sexo masc. e 120 do fem; Santo Estevão, de Barros, 326 hab.: 146 do sexo masc. e 180 do fem.: Santa Eulalia, de Cabanellas, 902 hab: 390 do sexo masc e 512 do fem.; S. Miguel, de Carreiras, 405 hab.: 196 do sexo masc. e 209 do fem.; S. Thiago, de Carreiros, 375 hab.: 151 do sexo masc. e 224 do fem.; O Salvador, do Cervães, 1:328 hab.: 567 do sexo masc. e 761 do fem; S. Pedro, de Codeceda, 300 hab.: 141 do sexo masc. e 159 do fem., S. João Baptista, de Coucieiro, 638 hab.: 263 do sexo masc. e 375 do fem.; Santa Maria, de Covas, 572 hab.: 278 do sexo masc. e 294 do fem.; Santa Maria, de Dossãos, 389 hab.: 174 do sexo masc. e 215 do fem.; Santa Maria, de Duas Egrejas, 1:346 hab.: 631 do sexo masc. e 715 do fem.; S. Mamede, de Escariz, 375 hab.: 154 do sexo masc. e 221 do fem.; S. Martinho, de Escariz, 426 hab.: 188 do sexo masc. e 238 do fem; S. Pedro, de Esquiros, 308 hab.: 128 do sexo masc. e 180 do fem.; Santa Maria, de Freiriz, 565 hab.: 282 do sexo masc. e 283 do fem; S. Claudio, de Geme, 379 hab.: 176 do sexo masc. e 203 do fem; S. Pedro, de Goães, 555 hab.: 250 do sexo masc. e 305 do fem; Santa Eulalia, de Godinhaços, 614 hab.: 283 do sexo masc. e 331 do fem.; S, Mamede, de Gomide, 271 hab.: 109 do sexo masc. e 162 do fem.; S. Mamede, de Gondiães, 255 hab: 124 do sexo masc. e 131 do fem.; Santo André, de Gondomar, 164 hab.: 69 do sexo masc. e 95 do fem; S. Julião, de Lage, 1:299 hab.: 586 do sexo masc. e 113 do fem.; S. Thomé, de Lanhas, 372 hab.: 163 do sexo masc. e 209 do fem.; Santa Eulalia, de Loureira, 504 hab.: 202 do sexo masc. e 302 do fem; S. Mamede, de Marrancos, 274 hab.: 116 do sexo masc e 158 do fem.; S. Martinho, de Moure, 1:153 hab.: 515 do sexo masc. e 638 do fem.; Santa Maria, de Moz, 306 hab.: 144 do sexo masc. e 162 do fem.; Santa Marinha, de Nevogilde, 292 hab.: 127 do sexo masc. e 165 do fem.; Santa Maria, de Oleiros, 645 hab.: 289 do sexo masc. e 356 do fem.; Santa Marinha, de Oriz, 400 hab.: 170 do sexo masc. e 230 do fem.; S. Miguel, de Oriz, 326 hab: 133 do sexo masc. e 193 do fem.; S. Salvador, de Parada Barbudo, 1:008 hab.: 438 do sexo masc. e 570 do fem; S. Salvador, de Parada de Gatim, 618 hab.: 269 do sexo masc. e 349 do fem.; S. Miguel, de Paçô, 306 hab: 130 do sexo masc. e 176 do fem.; S. Salvador, de Pedragaes, 382 hab.: 174 do sexo masc. e 208 do fem.; Santa Marinha, de Penascaes, 261 hab.: 121 do

sexo masc. e 140 do fem; S. Christovão, de Pico de Regalados, 516 hab: 218 do sexo masc. e 298 do fem.; S. Paio, de Pico de Regalados, 749 hab.: 316 do sexo masc. e 433 do fem; S. Vicente, de Ponte, 494 hab.: 212 do sexo masc. e 282 do fem.; S. Salvador, de Portella das Cabras, 235 hab.: 119 do sexo masc. e 116 do fem.; Santa Maria, do Prado, 1:928 hab.: 825 do sexo masc. e 1:103 do fem.; S. Miguel, do Prado, 772 hab.: 315 do sexo masc, e 427 do fem.; S. Martinho, de Rio Mau, 701 hab.: 294 do sexo masc. e 407 do fem.; S. Thiago, de Sabariz, 339 hab.: 146 do sexo masc. e 193 do fem.; Santa Maria, de Sande, 459 hab.: 202 do sexo masc e 257 do fem.; S. Miguel, de Soutello, 1:301 hab.: 543 do sexo masc. e 758 do fem.; S. Martinho, de Travassos, 196 hab.: 84 do sexo masc. e 112 do fem.; Santa Maria, de Turiz, 827 hab.: 351 do sexo masc. e 476 do fem.; S. Martinho, de Valbom, 276 hab.: 111 do sexo masc. e 165 do fem.; S. Pedro, de Valbom, 314 hab.: 135 do sexo masc. e 179 do fem.; S. Salvador, de Valdreu, 1:077 hab.: 459 do sexo masc. e 618 do fem.; Santa Eulalia, de Vallões, 288 hab.: 149 do sexo masc. e 139 do fem.; S. Paio, de Villa Verde, 1:418 hab.: 638 do sexo masc. e 780 do fem.; S. Thomé, de Villarinho, 357 hab.: 142 do sexo masc. e 215 do fem. || Pov. e freg. de Santo Apolinario, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança; 72 fog. e 274 hab. Tem escolas do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. Está situada a 6 k. de margem esquerda do rio Tua, a 10 da séde de conc. Banham esta freg. apenas alguns ribeiros que nascem na serra de Bornes, e vão desaguar no rio Tua, a 10 k. d'esta freg., movendo no termo d'ella apenas 2 moinhos. Em 1706 esta freguezia, tambem se denominava *Villa Verde dos Alamões*, segundo se lê na antiga *Chorographia Portugueza*, do P. Antonio Carvalho da Costa, contava 50 fog., e era titulo de uma das 6 commendas da ordem de Christo, de Mirandella, sendo o seu cura apresentado pelo reitor d'aquella villa. As producções dominantes da villa são: cereaes, vinho, azeite, sendo o seu terreno muito proprio para a cultura das oliveiras. A mesma *Chorographia* diz que esta freg. tinha 8 fontes e 1 capella, e que no seu termo houve minas de prata e pov. de moiros, das quaes ainda em 1705 restavam claros vestigios. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. de Tras os-Montes, conc. e com. de Vinhaes, distr. e bisp. de Bragança; 110 fog. e 452 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada na margem direita do rio Tuella, e a 4 k. da séde do conc Em 1706 era reitoria e commenda da ordem de Christo, pertencia ao conc. Villa de *Paço* ou *Passô*, ou *Valle de Paçô*, comarca de Miranda, e tinha annexa a freg. de Santa Marinha, de Quintella, a qual é hoje uma simples pov. da freg. de Paço, já citada no conc. de Vinhaes. A egreja matriz é d'uma só nave, e bastante singela, com altar-mór e mais 2 collateraes. Passa n'esta freguezia a estrada districtal de Vinhaes a Bragança, que se concluiu em 1883. E' muito fertil em cereaes, batatas e castanhas. Cria bastante gado de todas as qualidades, e nos seus montes abunda a caça miuda e a caça grossa. Nunca foi villa, mas gozou dos foraes que os monarchas D. Diniz e D. Manuel deram á villa de Paço, ou Paçô, a cujo termo pertenciam. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de Santo Aleixo, da prov. do Douro, conc. e com. da Figueira da Foz distr. e bisp. de Coimbra; 495 fog. e 1:914 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, medico, e est. post. com serviço de posta rural. Está situada n'uma encosta, na margem direita e a 1 k. do rio Mondego, e a 4 da séde do conc. Foi curato annual da apresentação do cabido da sé de Coimbra, e é uma parochia autonoma relativamente moderna, pois foi creada em 20 de setembro de 1790 pelo bispo de Coimbra D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho. Até áquella data a sua população pertencia ás freguezias de S. Pedro das Alhadas e de S. Julião da Figueira da Foz. Esta freg. tambem soffreu muito com as grandes calamidades que assolaram a da Figueira, sua visinha, em 1810 e n'outras datas. Comprehende muitos casaes e quintas. A pov. é muito pittoresca e saudavel, e as suas producções predominantes são: vinho e sal, pois que tem desde tempos muito remotos boas marinhas, em que se emprega parte da sua população, o que torna a freg. uma das mais importantes do conc. da Figueira da Foz. O sal marinho é uma das principaes riquezas d'este districto e d'este conc. o é quasi exclusivamente produzido na freg. de Villa Verde e na do Lavos. Banha esta pov. o rio Mondego, o ribeiro de Valle da Murta, ou *Valmurta*, que rega e fertilisa uma extensa e mimosa veiga contigua á pov. de Villa Verde, e vae desaguar no Mondego; e os arroios do Baldio da Alhada, do Barroco, da Barqueira e da Grota. Além da matriz, que é muito humilde, ha em Villa Verde uma capella particular com a invocação do *Senhor da Columna*, bastante antiga, mas reedificada em 1851, como se lê n'uma inscripção que tem na frente. Esta parochia nunca foi villa, mas consta que a pov. de Villa Verde já existia no seculo XI com o nome de S. Fagundo, e que no seculo XVI foi couto, ou gozou os privilegios de *couto de S. Fagundo*. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria. || Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto; 74 fog. e 284 hab. Tem est. post., e dista a 9 k. da séde do conc. Em 1706 era do antigo conc. de Uubão, com. de Guimarães, e da apresentação do convento benedictino de Pombeiro. Foi do arcebispado de Braga até 1882, passando depois para o bispado do Porto. Banha esta freg. um regato confluente do rio Sousa. E' fertil em generos agricolas. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. de Alijó, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 402 fog. e 1.621 hab. Tem escolas do sexo fem. e est. post. Está situada n'um alto, na estrada de Murça a Villa Real, na margem esquerda e a 3 k. do rio Pinhão, e a 20 da séde do conc. A egreja matriz é d'uma só nave, bastante espaçosa, com adro fechado, côro, boa torre e boa casa de residencia com quintal e agua. A freg. comprehende mais as aldeias de Jorjaes, Freixo e Perafita. E' muito fertil em cereaes, tem muita caça, e lã, pois tambem cria bastante gado lanigero. O clima é saudavel, mas agreste. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. ||

Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Areias, conc. do Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S. Lourenço, de Arranhó, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Bagunte, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Pedro, de Bairros, conc. do V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Miguel, de Cabreiros, conc. e distr. do Braga. || S. Pedro, de Cahide do Rei, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Martinho, de Coura, conc. de Paredes de Coura, distr. do Vianna do Castello. || Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Paredes, distr. do Porto || S. João Evangelista, de Eiriz, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Pedro, de Esmeriz, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Martinho, de Fornello, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Silvestre, de A. dos Francos, conc. de Caldas da Rainha, distr. de Leiria || S. Martinho, do Gandara, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador, de Gondim, conc. da Maia, distr. do Porto. || Santo Varão, de Lamarosa, conc. e distr. de Coimbra. || N. S. d'Assumpção, de Lamas do Vouga, conc. do Agueda, distr. de Aveiro. || S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Thiago, de Lourosa, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santo André, de Marecos, conc. do Penafiel, distr. do Porto. || S. Martinho, de Moiros, conc. do Rezendo, distr. de Vizeu. || S. Gonçalo, de Mosteiró, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. João Evangelista, do Nespereira, conc. de Louzada, do mesmo distr. || S. Miguel e conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro. || S. Pedro da Cova, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Vicente, de Pinheiro, conc de Penafiel, distr. do Porto. || S. Christovão, de Refoios de Riba d'Ave, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || S. Silvestre, de Requião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria de Riba d'Ancora, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Oura, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. Tem est. post. || S. Martinho, de Paranhos, conc. de Ceia, distr. da Guarda. Tem caixa post. || S. Paio, de Seide, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. João Degolado, de Terrugem, conc. de Cintra, distr. do Lisboa. Tem correio com serviço de posta rural. || O Salvador, do Touguinhó, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto || O Salvador, de Touraes, conc. de Ceia, distr. da Guarda. || S. Verissimo, do Valbom, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Sebastião, de Espinhal, conc. de Penella, distr. de Coimbra. || Ribeira que nasce na freg. de Nogueira, conc. de Bragança, e se junta ao Tamega a juzante d'Arcossô. || Roça da ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

Villa Verde do Extremo. Pov. na freg. de Santo Estevão de Faiões, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. Tem caixa postal.

Villa Verde de Ficalho. Pov. e freg. de S. Jorge, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Serpa, distr. e bisp. de Beja; 260 fog. e 1:036 hab. Tem esc. do sexo masc., medico, e est. post. Está situada n'um outeiro, nas proximidades da margem esquerda da ribeira de Alcarabouça, a 5 k. da margem direita do rio Chança, que fórma ali a linha divisoria entre Portugal e a Hespanha, a 29 da séde do conc. E' pov. muito antiga; suppõe-se que foi a cidade romana *Finis*. Ao sul, não longe da freg., encontram-se muitos vestigios do edificios urbanos e de sepulturas. A pov. está na falda da serra do mesmo nome de Ficalho, e a freg. estende se para o sul na distancia de 10 k. Na confluencia do ribeiro de Vidigão, que a separa do Aldeia Nova, com o Chança que a separa da Hespanha, existem restos d'uma antiquissima fortificação. Descobriram-se, em averiguações que se fizeram, 3 sepulturas, uma aberta em rocha e duas feitas em fórma de caixão por 6 grandes tijolos, ali denominadas *baldosas*. Em nenhuma foi encontrada inscripção nem data, apenas uma panella, um prato e um frasco, objectos grosseiros e pequenos, que se partiram ao fazer-se a escavação. O testemunho dos antigos chorographos, a analyse do itinerario de Antonino, combinado com os vestigios que acabamos de apontar, tudo faz parecer que Ficalho está no logar, ou muito perto, da antiga cidade *Fines*. Abandonada durante a dominação dos visigodos e a dos mahometanos, os freires de Aviz não deixaram certamente de promover a cultura de terrenos tanto tempo em descanço. Suppõe se que esta pov. foi restaurada pouco depois que D. Diniz em 1295 deu á villa de Serpa o foral de Evora, e no mesmo foral foi comprehendida esta villa, por alvará de D. João I com a data de 13 de abril de 1385. A egreja matriz foi fundada nos fins do seculo XVIII por D. Thereza Josepha Breyner de Menezes, viuva de Francisco de Mello, senhor de Ficalho. A egreja antiga, então muito arruinada, ficou servindo de capella do cemiterio. O edificio mais notavel d'esta pov. é o *Eirado*, hoje em ruinas, e que foi dos Mellos, senhores d'esta villa, mandado fazer no seculo XVII por D. Martim Affonso de Mello, bispo da Guarda. Esta freg. é banhada por diversos rios e ribeiros. A serra mais importante que ha no termo da pov., é a de Ficalho. Parte d'ella está no termo da freg. de Sobral, e a linha divisoria vae pelo cume da serra, onde ha uma pyramide geodesica, na altitude de 518 m. sobre o nivel do mar, precisamente no sitio onde esteve um telegrapho antigo de madeira, antes da introducção dos telegraphos electricos no paiz. A dita serra está hoje quasi toda arroteada e povoada de Oliveiras. N'ella se encontram muitos poços de profundidade desconhecida e de fórmas differentes. A pov. é fertil em generos agricolas, menos em vinho; cria gado lanigero e suino. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos.

Villa Verde dos Francos. Pov. e freg. de N. S.ª dos Anjos, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Alemquer, distr. e patriarc. de Lisboa; 338 fog. e 1:507 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post. e uma feira no 3.º domingo de julho. Está situada na serra do Monte Junto, a 15 k. da séde do conc., em sitio alto, saudavel e fertil. Não ha noticia d'esta pov. antes do seculo XII, mas suppõe-se que foi occupada pelos moiros e pelos povos que anteriormente occuparam a peninsula. D. Affonso Henriques a deu a D. Alardo, capitão francez, em remuneração dos serviços que lhe prestou na conquista de Lisboa. D. Alardo a povoou ou repovoou, com os seus francos, pelo que

se denomina *Villa Verde dos Francos*, e no anno de 1160 lhe deu foral, que foi confirmado em Santarem, em março de 1218, por Sancho I; D. Duarte o confirmou tambem em Setubal, a 14 de novembro de 1435, o D. Manuel I lhe deu foral novo, em Lisboa, no 1.º de outubro de 1513. E' portanto Villa Verde dos Francos pov. muito antiga. Foi villa e conc., formado unicamente por esta parochia, até 1836, data em que foi supprimido e annexado ao da Aldeia Gallega da Merceana, e por decreto de 24 de outubro de 1855 passou com o dito conc. da Merceana para o concelho e com. de Alemquer. Anteriormente pertencia á com. de Torres Vedras. Os seus antigos paços de conc. e a cadeia nada tinham de notavel, e são hoje propriedade particular. A villa nunca foi murada, mas teve para sua defeza um castello, do qual se vêem as ruinas n'um monte de pequena elevação fronteiro á villa e a pequena distancia d'ella. Dizem ser fundação de D. Alardo; n'elle houve uma capella dedicada a S. Luiz, e outra a S. João Baptista, cuja imagem se vê hoje no altar mór da egreja parochial Julga-se que seriam uns simples oratorios, ou nichos. A egreja matriz é muito antiga; tem altar-mór e 4 collateraes. Teve diversas irmandades e uma collegiada de 6 beneficios, em 1758, mas foi extincta, passando as suas rendas para o seminario patriarchal do Santarem. A distancia de 1500 m., aproximadamente, nas faldas do monte onde se vêem as ruinas do castello de D. Alardo, mas na pendente opposta, se ergue o extincto convento de N. S.ª da Visitação, do Villa Verde, que foi de recoletos franciscanos da provincia de Xabregas. Está situado em sitio ermo e solitario, mas pittoresco e muito interessante, com largo horisonte e amplas vistas para O e NO sobre os concelhos d'Obidos e Cadaval, até Peniche e Berlengas, no Oceano Atlantico distante mais de 40 k. Foi fundado em 1540 por D Pedro de Noronha, donatario de Villa Verde, n'uma sua quinta de recreio. Era convento penitenciario e muito austero. Extinctas as ordens religiosas, em 1834, passou o edificio para a corôa; depois foi vendido a João de Sá Pereira; por morte d'este passou para o dr. Ayres de Sá Pereira, de Cantanhede, e outros herdeiros do finado, e em agosto de 1873 foi comprado pelo dr. Sebastião José de Carvalho, 1.º visconde de Chancelleiras. Estava então o convento em completo abandono, e era um montão de ruinas, mas de prompto o restaurou e transformou n'uma das primeiras vivendas do concelho. Produzem um lindo effeito a casa com as suas janellas d'ogiva, os terraços com as suas ameias e a sala do capitulo com o seu zimborio e mirante, destacando-se por cima d'este não vulgar conjuncto a velha torre da egreja com a sua côr enegrecida pelo bater dos seculos. A cêrca é vasta, bem murada e muito abundante do boa agua. Teve frondoso arvoredo secular, que foi destruido, mas conserva ainda junto do muro da cêrca e da estrada que vem de Villa Verde, um pinheiro colossal, que se avista a grande distancia de um e outro lado da serra de Monte Junto. A egreja era espaçosa, mas sem luxo architectonico; tinha, porém um soberbo retabulo na capella-mór, todo do pedra polida, alva de neve, com embutidos côr de rosa. O altar era de urna, formado de uma só pedra, e junto d'elle se via uma sepultura com o brazão dos Noronhas, e um epitaphio declarando que estava ali sepultado D. Pedro de Noronha, 6.º senhor de Villa Verde, em 1566. Era a sepultura do benemerito fundador. Fôram donatarios d'esta villa, depois de D. Alardo, Gonçalo Lourenço de Gomide, que foi escrivão da puridade de D. João I, a quem acompanhou na tomada de Ceuta; depois foi seu filho João Gonçalves de Gomide, em seguida Gonçalo d'Albuquerque. Pertenceu depois o senhorio aos ascendentes dos condes de Villa Verde e marquezes de Angeja, que tinham aqui o seu solar, um magnifico palacio, hoje em ruinas. Segundo a tradição, esta villa já contou mais de 600 fogos, tendo então muito mais de 1:400 hab., mas uma peste fatal, em epoca que não existe memoria authentica, depois de anniquilar a maior parte dos moradores, obrigou os restantes, bem como os da villa de Torres Vedras e d'outras povoações visinhas, a procurarem refugio nos ermos, onde acamparam e fundaram as povoações de Cabanas de Torres, Cabanas de Chã, Abrigada, e outras do termo actual d'este conc. Villa Verde ficou quasi deserta, e não mais se restabeleceu. Tambem soffreu muito com a guerra Peninsular, especialmente desde outubro de 1810, data em que Massena acampou com as suas tropas em frente das linhas de Torres Vedras, tão proximas d'esta villa, talando e saqueando até grande distancia todas as povoações ao norte das mencionadas linhas, até que em março de 1811 bateu em retirada para Hespanha. Em 1863, Villa Verde dos Francos não tinha mais de 71 habitações. Mas o desenvolvimento das vias de communicação deu lhe nova vida, e hoje é uma das mais importantes povoações do conc. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 5, com a séde em Lisboa.

Villa Verdinho. Pov. na freg. de Santo Ildefonso, de Cedães, conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

Villa Viçosa. Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc. e de com., distr. e arceb. de Evora, Relação de Lisboa. Tem duas freguezias: S. Bartholomeu e N. S.ª da Conceição. Está situada n'um extenso, lindo, ameno e sempre viçoso valle, abrigado a O pela pequena serra de Borba e regado por muitos cursos d'agua que derivam da mesma serra, do que lhe procedeu a denominação de Viçosa. Fica a 4 k. da margem direita da ribeira de Borba, a 15 da margem direita do Guadiana, na margem esquerda da ribeira de Lucefece e junto d'um seu affluente, a 4 k. da capital do districto. Patria e côrte dos duques de Bragança até á sua exaltação ao throno. Apezar de se desconhecer a origem d'esta pov., não se póde duvidar da sua grande antiguidade, pois que ha memoria de que os arabes a assenhorearam na sua invasão na peninsula. Segundo as melhores presumpções, perto de 900 annos antes de Christo, vieram os celtas da Gallia estabelecer se na Lusitania e no Alemtejo, penetrando pelo rio Guadiana, e tratando de explorar este paiz, com certeza preferiram os terrenos de Alandroal, propriamente dito, Villa Viçosa, Borba e Extremoz, por terem boas terras e abundancia d'aguas nativas, que muito as beneficiavam e fertilisavam, dando-lhes larga copia de mimos e fructas sem grande trabalho, e por certo occuparam logo as ribeiras do Benecatel e Pardaes, por ser o seu chão regadio e extremamente mimoso e fertil. Quando ali

chegou Maharbal como governador da republica de Cartago, que então dominava na Hespanha, e trouxe o idolo Endovellico, já encontrou povoado o districto de Villa Viçosa, pelo que n'elle ergueu um templo ao mencionado idolo no monte de S Miguel, entre o Alandroal e Terena. E' evidente que na antiga Lusitania houve 3 cidades com o nome de *Lacobriga:* uma no Algarve, mencionada por Pomponio Mella; outra, a dos celtas, no Alemtejo, mencionada por Ptolomeu, e outra no caminho de Coimbra ao Porto, mencionada no *Roteiro de Antonino Pio.* Os nossos antiquarios apenas tem falado da 1.ª e 3.ª, esquecendo a 2.ª ou dos celtas *que habitavam o Alemtejo,* e que por consequencia no Alemtejo estava. Dos nossos antiquarios apenas a indicou e reconheceu Gaspar Barreiros na sua *Descripção de Hespanha,* mas como esta obra ficou inedita, passou quasi desapercebida a ideia, havendo apenas algumas referencias que se encontram em letra redonda. A dita *Lacobriga* é a cidade celtica, ou antes *comarca,* posta em 1.º logar e mais ao N pelo geographo Ptolomeu, dando lhe a situação de 40º, 15º de latitude, exaggerada como sempre usou, e de 5.º 45 de longitude, denominando a *Langobrica,* em razão da diversa pronuncia dos gregos, romanos e indigenas, pois que *Lacobriga, Lancobriga* e *Lancobrica* são um e o mesmo nome, que o erudito padre Flôres diz ser composto de *lacus,* lago ou lagôa, e do celtico *briga,* povoação, cidade ou villa. Vendo pois o conego Barreiros que esta comarca dos celtico-romanos demorava no Alto Alemtejo e que o nome *Landroal* começa por *Lan,* como o de *Langobrica,* lembrou-se de escrever timidamente que *seria talvez o Landroal,* esquecendo se de que as comarcas romanas eram muito maiores do que os concelhos portuguezes, e de que junto das lagôas de Bencatel e Pardaes se encontram immensos vestigios de antiguidades romanas, emquanto que o Alandroal não tem *lagôa* ou manancial algum com este nome. São tambem de Villa Viçosa as velhas minas que o padre Nascimento Silveira, no seu *Mappa breve da Lusitania,* insistindo na supposição de Barreiros, menciona como se fôssem do Alandroal. Este pertencia, sem duvida, á mesma comarca, bem como Terena, sendo portanto do seu territorio o idolo e o templo do Endovellico, e ficando assim contraditadas as razões que o padre Lima adduz na sua *Geographia Historica* contra a antiguidade de Villa Viçosa. Tendo a cabeça d'esta comarca em Bencatel ou em Pardaes, e pertencendo as suas ribeiras ao termo de Villa Viçosa, ninguem póde contestar-lhe o direito de representar na actualidade a *Lacobriga* dos celtas. Assim o estabeleceu, depois de aturados estudos, o erudito P. Joaquim José da Rocha Espanca, nas suas *Memorias de Villa Viçosa.* Mais tarde, no anno de 153 antes de Christo, insurgiram-se os celtas ou celtiberos contra a rainha do Tibre, sob o commando de Cesaron. Veiu n'esse anno á Hespanha de proposito o consul Quinto Fulvio Nobilior para dirigir como general em chefe a expedição, trazendo como legado a Lucio Mummio, pretor da Hespanha Ulterior, o qual, vindo da Betica, ou da Andaluzia, na pista de Cesaron, que para lá se adeantára, passando o Guadiana, o bateu nos plainos de Villa Viçosa ou Bencatel; sendo, porém, derrotado, fugiu para um dos outeiros do sul, onde recebeu reforços do consul. Voltando-se de novo contra os celtas, os derrotou, caindo Cesarou morto no sitio onde se vê hoje a capella de S. Thiago, pelo que o dito pretor fundou logo ali um templo a Proserpina, *Salvadora* ou *Reparadora,* em cumprimento do voto feito á deusa do inferno, antes da batalha, o que attestam ás inscripções que Rezende copiou. São concordes n'este ponto todas as chronicas d'aquella epoca. Ao tempo não havia no Alemtejo grandes cidades Tudo eram *vicos* ou pequenas aldeias, conforme o testemunho de Polibio, que militou com os romanos na 3.ª guerra punica, e percorreu assim uma grande parte da Hespanha, segundo refere Strabão, na sua *Geographia,* dando noticia dos celtas alemtejanos. Ainda nos annos 83 a 73 antes de Christo, se insurgiram de novo os lacobrigenses contra os romanos, quando Quinto Sertorio veiu da Africa para a Hespanha e se estabeleceu em Evora. O consul Quinto Cecilio Metello Pio, enviado como pro-consul em 79 contra elle, sitiou Lacobriga, partidaria do proscripto de Sylla, esperando obrigal-a a render-se em 3 dias por falta d'agua, para o que lhe cortou nos Villares da Galharda a levada que a abastecia. Quando esta noticia chegou a Evora, tratou Sertorio de os soccorrer. Prometteu grandes premios a 2:000 mauritanos se lhes levassem outros tantos odres de agua, e com as tropas que pôde reunir, pôz-se de atalaia no castello velho da serra d'Ossa, refugio seu favorito nos momentos do aperto. Vendo que o legado Aquino ao 4.º dia se afastava do assedio para procurar forragens ao N, desceu rapidamente da serra e o bateu o derrotou no seu regresso ao acampamento, salvando-se a muito custo o dito legado, pelo que Metello immediatamente levantou o bloqueio, e passando o Guadiana, se internou na Hespanha. Não consta, que depois do assassinio de Sertorio, se revoltassem outra vez os lacobrigenses contra os romanos; pelo contrario, fraternisaram com elles. Quando os vandalos invadiram a Lusitania no seculo v, tambem Lacobriga padeceu muito. Em tempo do imperador Constancio III, no anno 421, foi mandada uma expedição contra os ditos vandalos, commandada por Artabures ou Ardabures, a quem os nossos antiquarios chamam Ardiburo, o qual 7 vezes os repelliu da comarca de Lacobriga, pelo que os lacobrigenses lhes erigiram 7 estatuas, segundo dizem Rezende e outros. Consolidado o dominio dos gôdos, melhorou de novo a situação de Lacobriga e viveu em paz no seculo vii. Foi então cidade episcopal, segundo se presume. Com a invasão dos moiros no principio do seculo viii e com as aturadas guerras entre elles e os reis de Hespanha e depois com os de Portugal, durante seculos, arruinou-se completamente a Lacobriga de Bencatel e Pardaes, como se perderam e arrazaram muitas povoações, não restando hoje d'ella mais do que os destroços, vestigios da sua grandeza, e alguns casaes dispersos, até que se fundou e consolidou a colonia portugueza de Villa Viçosa. Posto que o nosso 1.º rei D. Affonso Henriques cavalgou triumphante pelo Alto Alemtejo, o dominio dos portuguezes ali circumscreveu-se a Evora, emquanto se não ganhou Alcacer do Sal, em 1217, no tempo de D. Affonso II. Occuparam então os freires de Aviz o trato de terra dos actuaes concelhos de Extremoz e seguintes até o Alandroal, posto que timidamente, por estarem ainda em poder

dos moiros Elvas e Juromenha mas em 1226 D. Sancho II os expulsou d'aqui e ao mesmo tempo Affonso IX de Leão os expulsou de Badajoz e Merida, além do Caia, pelo que as terras de Villa Viçosa ficaram definitivamente incorporadas na monarchia portugueza. Depois de se erigir o conc. de Elvas e outros visinhos, chegou a sua vez a Extremoz em dezembro de 1858, reinando já D. Affonso III. Borba e Villa Viçosa ficaram comprehendidas no seu termo, porém os colonos, que affluiram a povoal-o, desde logo fôram attrahidos pela belleza e fertilidade do terreno que esta villa hoje occupa, ao qual deram o nome de *Val Viçoso*, e, segundo se suppõe, quando D. Affonso III passou para Badajoz em fevereiro de 1267, para ali se encontrar com seu sogro Affonso IX rei de Leão, alguem lhe pediu que erigisse a pov. de *Val Viçoso* em séde de conc., ao que o monarcha deferiu, dando-lhe o nome de *Villa Viçosa* e assignando lhe por termo a parte austral do conc. de Extremoz. E logo os monges de Santo Agostinho, tendo impetrado licença para fundarem um convento em Extremoz, passaram a fundal o na nova villa, inaugurando a construcção no dia 5 de maio d'aquelle mesmo anno. Data, pois, de 1267 a moderna Villa Viçosa, e tão rapidamente se desenvolveu a sua população que o mesmo rei, no foral que lhe deu em 5 de junho de 1270, allude ao facto de se achar a nova villa já povoada, e a pedido dos seus habitantes lhe concedeu os mesmos fóros que déra a Monsaraz, isentando de alguns impostos importantes, isenções de que não gozava Extremoz. D. Manuel I deu-lhe mais tarde foral novo em 1 de junho de 1512. O P. Antonio Carvalho da Costa, na *Chorographia Portugueza*, e apoz elle outros chorographos disseram que no tempo de D. Affonso III se achava completamente destruida a pov. que anteriormente houve no terreno de Villa Viçosa, o que é menos exacto. Conservavam se restos d'ella no extremo sul, ou no bairro do Rocio, no local ainda hoje denominado *Aldeia*, outr'ora *Aldeia dos Bugios*, como diz Antonio d'Oliveira Cadornega na sua *Descripção de Villa Viçosa*, que ficou manuscripta, alludindo aquelle titulo sarcástico aos moiros que n'ella viviam, já tolerados em communhão civil entre nós desde o reinado de D. Affonso II. Como o terreno da dita aldeia fôsse pouco defensavel, por estar em um valle, os sesmeiros ordenaram a fundação da nova villa no morro quo lhe ficava ao norte e fizeram a alcaçova no cimo d'elle, em fórma de trapezio, e a cêrca na encosta do dito morro, em fórma de quadrado quasi perfeito, com 3 portas: a de *Extremôz* ao N; a *d'Evora* a O; e a de *Olivença* ou do *Sol* a S, todas no meio de torreões. A estas obras de defeza juntou outras D. Fernando I, em 1375. Mandou abrir a E a porta *d'Elvas*, no meio de duas torres quadradas, e a O a da *Torre*, que tomou o nome de *Torre de Menagem*, que o mesmo rei mandou fazer em frente d'ella com um passadiço por cima da dita porta, dando entrada para a torre o ligando-a com a cêrca. D. Fernando mandou tambem fazer duas torres separadas no muro da cêrca, do lado N e uma outra ao lado E, depois muito desaprumada e separada do muro, por não haver sido construida juntamente com elle, como fôram os torreões primitivos. Nos 2 angulos inferiores, ao norte dos muros, estavam 2 minaretes ou atalaias com frestas e oculos por onde as sentinellas espreitavam o campo. Este antigo castello ainda existe sem grandes ruinas, posto que, segundo se julga, data do anno de 1290; já perdeu as ameias e parte do parapeito, mas ainda hoje se póde subir aos seus muros, do alto dos quaes se desfructa um esplendido panorama sobre a villa e seus formosos arrabaldes até grande distancia. No suburbio do *Outeiro do Ficalho*, e precisamente no sitio da ermida de S Thiago, esteve o templo de *Proserpina*, como se disse, do qual já nada resta. Existiram tambem 3 aras ou lapides votivas da mesma deusa, que Rezende archivou nas suas *Antiguidades da Lusitania*, assim como uma lousa sepulchral de Plutario e outra de Petroneo Cantiuense. Estas lapides provam evidentemente a existencia de um vico ou aldeia do tempo dos romanos no proprio local da moderna Villa Viçosa, e fôram recolhidas no alpendre da antiga egreja de Santo Agostinho, bem como outras relativas ao deus Endovellico, venerado perto de Terena, onde hoje está a ermida de S. Miguel; mas desappareceram quando se demoliu a dita egreja em 1635 para se fazer a egreja actual. Subsistem sómente 5 dedicadas ao deus Endovellico, as quaes se vêem na face exterior da parede da mencionada egreja, do lado da Epistola, e se acham minuciosamente descriptas na *Memoria Historica* publicada em 1882 no *Boletim* da Sociedade de Geographia de Lisboa, 3.ª serie, n.os 4 e 5, relativa ao tal deus Endovellico. Existe tambem ainda hoje, no muro d'um quintal de Almedina, n'uma viella junto á porta de Extremoz, a figura d'uma esphynge (monstro fabuloso com rosto de mulher e corpo de cão), que é chamada pelo povo a *Villa Viçosa antiga*, e apontada como reminiscencia d'ella. No sitio das Córtes, onde se dividem os termos d'esta villa e da de Borba, houve tambem outro *vico*, chamado ultimamente *Côrte do Pretôr*, segundo se diz no 1.º foral d'esta villa. Além de muitos ladrilhos e telhões romanos, appareceram ali ainda em 1844 diversas sepulturas e campas com epitaphios, mas algumas com lacrimatorios de vidro e de barro cozido, ao lado da cabeça dos defuntos. Mais notavel do que tudo isto é ainda a grande fundura que se observa na carreira da azinhaga de S. Marcos, entre o bairro da aldeia da villa e a planicie de S. Marcos, até á Fonte da Moira, em Pardaes, mostrando o tal carreiro que foi antiquissima e muito frequentada via de transito entre Pardaes e o templo de Proserpina. Na planicie de S. Marcos, resto do valle de Villa Viçosa e a distancia d'esta villa uns 5 k. para o sul, são ainda mais notaveis os vestigios de antiguidade, que provam a existencia d'uma pov. romana, incomparavelmente maior, n'aquelles sitios. Villa Viçosa foi praça de guerra até 1834; teve voto em côrtes com assento no 16.º banco, dando um só procurador até 1645, e d'esse anno em deante dois. O brazão d'armas da villa é um castello de prata entre duas torres tambem de prata, em campo verde, tendo o castello por cima da porta as quinas, e sobre elle a imagem da padroeira do reino. O castello e as duas torres alludem á cidadella actual com os seus 2 revelins, ou cubos, em 2 angulos; as quinas alludem á sua fundação pelos Braganças, e o campo verde ao viço da localidade. E' este o brazão legal e antigo de Villa Viçosa, mas ha muito tempo que esta villa, sem que se saiba o motivo, usa do bra-

zão seguinte: tres castellos de ouro em campo azul. Sueiro Peres é o alcaide-mór da villa mais antigo de que ha noticia. Em 30 de outubro de 1297 assistiu como testemunha ao auto da entrega das praças de Campo Maior e Ouguella, que indevidamente andavam na posse de Fernando IV de Hespanha. Depois de Sueiro Peres encontra-se apenas memoria de mais 12 capitães móres, sendo o 1.º Pedro Affonso, em 1335, ao tempo de D. Affonso IV, e o ultimo Fernão de Sousa, 1.º conde de Redondo (da 2.ª serie) conservando se esta alcaidaria na mesma casa até 1831. Em Villa Viçosa, desde o tempo de D. Sebastião, houve duas companhias de ordenanças, mas em 1641, tornando-se preciso firmar a independencia do reino, crearam se mais duas companhias na villa, e no seu termo outras duas denominadas *companhias do campo.* D'estas, tinha uma ordinariamente a sua séde na parochia de S. Romão, comprehendendo tambem os contingentes das freguezias de Terrugem e Ciladas; a outra tinha a séde em Pardaes, comprehendendo os contingentes das freguezias de S. Braz de Mattos e Bencatel, passando depois para esta parochia a dita séde. Formavam as 6 companhias o *terço de ordenanças de Villa Viçosa*, que se conservou até 1831 Cada uma das 6 companhias teve no seu principio apenas 1 capitão e 1 alferes; depois addicionou se-lhe mais 1 tenente. O *terço* era commandado por um capitão mór, ou por um sargento-mór com seu ajudante. Os soldados não tinham fardamento, e por fim nem armas. Cada um levava as que tinha; mas os officiaes fardavam-se de panno verde com gola e canhão encarnado, banda, espada curva e chapéo armado. Como Villa Viçosa era tambem cabeça de comarca das villas que o ducado de Bragança tinha no Alemtejo, havia aqui tambem 1 capitão-mór e 1 sargento-mór do Alardo, que mandavam em chefe todos os terços da comarca e recebiam um pequeno soldo. Este terço era de infantaria, mas durante a guerra da Restauração tambem teve uma companhia de ordenanças montadas. Em 1643, na dita guerra, fôram creados os soldados auxiliares, e desde 1644 se creou o terço de Villa Viçosa, que era formado por uma companhia d'esta villa com outras da sua comarca, e mandado por 1 mestre de campo, sempre fidalgo distincto e residente em Villa Viçosa. Estes soldados ao principio eram de infantaria, e por fim de caçadores. Passados 10 annos creou se tambem uma companhia de auxiliares montados, á sua custa, composta de gente d'esta villa e da de Borba, que foi extincta em 1668, quando acabou a Guerra da Restauração. Dos auxiliares só o mestre de campo, o sargento mór e o ajudante, recebiam soldo em tempo de paz. Nos fins do seculo XVIII, este terço de auxiliares tomou o nome de *Regimento de milicias de Villa Viçosa*, e o seu mestre de campo a designação de coronel. Reorganisado o nosso exercito em 1808, no começo da Guerra Peninsular, alterou-se o quadro do dito regimento, aggregando-se lhe companhias das terras mais proximas, sem serem do ducado de Bragança, continuando Villa Viçosa a ser cabeça do dito regimento, que era de 8 companhias. Dava esta villa a 1.ª, Borba a 2.ª, Extremoz a 3.ª, Redondo a 4.ª, Alandroal a 5.ª, Elvas com Villa Boim a 6.ª e a 7.ª, e Campo Maior a 8.ª Esta milicia de 2.ª linha acabou em 1834. O 1.º duque de Bragança D. Jayme, fundador do moderno palacio ducal de Villa Viçosa, fez junto d'elle o terreiro das casas para serves, adegas e estrebarias, denominado *Ilha*, por ser fechado sobre si por uma porta exterior de estylo manuelino *com tres nós* nas batentes, além de dois nas columnas lateraes e uns letreiros da sua empresa: *Depois de vós, nós, depois nós, vós*, querendo dizer que, depois da familia reinante, eram os Braganças os primeiros cidadãos de Portugal. Ficou denominada *porta dos nós* Este portico vê-se sobre a avenida de Borba, e foi ha annos fechado com portões de ferro, mas já não tem a mencionada inscripção. A 10 passos de distancia da mesma porta, fez-se pouco depois outra, a das muralhas novas da villa, no começo da estrada de Borba. Deram-lhe tambem a denominação de *porta do nó*, alludindo á *união iberica* de 1580. Foi esta porta feita pela Casa de Bragança, e por isso era a mais ampla e luxuosa de todas as da circumvalação. Os umbraes e sobre arco de marmore são de peças almofadadas; tem no fecho o escudo brigantino, e junto da volta do arco duas chapas ou taboletas com as seguintes inscripções latinas, que dizem traduzidas: *Esta é a fatal Porta dos Nós. João, com o poder da sua espada, me livrou do nó da Hespanha.—Desfez, Alexandre um nó para imperar como rei na redondeza da terra:* o *meu rei desata-o para empunhar os sceptros do rei encoberto. Anno de 1654.* Refere se ao córte do celebre *nó gordio* por Alexandre Magno, comparando a este D. João IV, por haver libertado a patria do jugo castelhano, e diz tambem ser D. João IV *o rei encoberto*, de que falavam os sebastianistas. As duas chapas estão em linha horisontal, mettendo se de permeio a volta do arco, e em plano superior estão outras duas lapides com o letreiro relativo á eleição da Virgem para padroeira de Portugal. Aos lados se vêem duas espheras armilares. E', pois, esta porta um monumento da restauração de 1640 por um filho de Villa Viçosa. O edificio dos Paços do Concelho está situado na praça da Princeza Amelia, e estão ali estabelecidas a administração do conc., as repartições e secretaria da camara, a bibliotheca publica, a repartição de fazenda, a recebedoria, a conservatoria, a cadeia e a casa do carcereiro. Ao rez do chão ficam os mercados do peixe e da carne, e o tribunal judicial. O edificio foi começado em 1751 e concluido em 1757, á custa do *cabeção* de toda a antiga comarca de Villa Viçosa, no reinado de D. José, celebrando se n'elle a primeira sessão camararia a 2 de julho do mesmo anno. Não se sabe onde teriam sido os primeiros paços do conc.; apenas se sabe terem existido extra muros da cêrca de D. Diniz, ao SE da torre de menagem, os quaes fôram demolidos em 1661 para ampliação das fortificações do castello novo, celebrando a camara as suas sessões em casas de aluguer até ao anno de 1757, em que lhe foi construido edificio proprio. A pequena distancia está na *Torre de Menagem* o relogio do conc., denominado *Carracena*, por ter sido o primeiro sino d'elle partido pelo marquez de Carracena em 1665 a tiros de canhão. Assim o commemóra a legenda que se lê no sino actual, feito em sua substituição. Diz ella: *Carracena me quebrou, sendo eu de grandeza tal que não havia outro que me egualasse em todo o reino de Portugal.* O velho sino era n'aquella occasião destinado principalmente para dar o signal de rebate, quando se apro-

ximaram os castelhanos. Existe ainda na Praça Velha o pelourinho, que tem hoje a base quadrada (a antiga era redonda), e sobre ella n'uma peanha azul, se levanta um monolitho de pedra tambem azul, formando uma columna quadrada com os angulos desfeitos, encimada por uma roca e uma pyramide, medindo ao todo cêrca do 8 m. de altura. Houve antigamente um celleiro commum n'esta villa, nos baixos da casa da camara, mas deixou de existir em 1664, no tempo da Guerra da Restauração. Fundou-se outro no reinado de D. João V, defronte da casa dos Lucenas, no largo de Santo Agostinho; mas era propriedade particular, e acabou depois de 1860, sendo então dos Sousas Menezes, e tendo mudado para a rua de Santa Luzia. Uma das curiosidades existentes em Villa Viçosa é o cruzeiro, um dos mais originaes, e unico, talvez, no seu genero, pela sua caracteristica ornamentação esculptural. Abraçando a cruz, tem uma serpente com azas, que alguns julgaram ser o dragão alado, divisa dos Bragançás, a cuja iniciativa se deveria attribuir a obra. A. C. Borges do Figueirodo vem de encontro a esta opinião, julgando aquelle ophidio a imagem symbolica de Christo, como se deduz de certaspassagens da Biblia. E' de observar, porém, que a serpente tem duas significações oppostas no symbolismo christão; ora representa a figura do mal, enroscando se aos pés da Virgem, que lhe esmaga a cabeça, ora, como no caduceu de Mercurio, é a personificação da sabedoria divina. Os reparos e considerações de Borges de Figueiredo, veem n'um artigo seu publicado de 1889 a pag. 85 do 3.º anno da *Revista Archeologica*, acompanhando uma estampa do cruzeiro. O cruzeiro não tem data ou inscripção, e apenas, além da serpente, os signaes das chagas. Primitivamente estava na cêrca do convento de Santo Agostinho, onde servia de cascata, saindo a agua pelas ventas da serpente. Em 1850, por influencia do coronel José Julio do Amaral, commandante de cavallaria n.º 3, foi mudado para defronte da egreja da Lapa. No reinado de D. Affonso V começou a ser Villa Viçosa cabeça de comarca das villas alemtejanas pertencentes ao ducado de Bragança, e que eram Borba, Arraiollos, Evora Monte, Monsaraz, Portel, Souzel, Monforte, Villa Boim, Villa Fernando, Alter do Chão, Chancellaria o o concelho de Margem e Lagomel. Com a extincção d'esta grande comarca em 1834, deixou a villa do ter corregedor o juiz de fóra com jurisdicção no concelho, passando a ser cabeça d'um julgado de direito em que lhe ficaram sujeitos Borba, Redondo, Alandroal, Juromenha e Ferreira de Terena; e sendo este julgado supprimido por decreto de 29 de novembro de 1836, passou a fazer parte da comarca de Estremôz, ficando lhe um julgado ordinario que a 4 d'outubro de 1887 passou a ser julgado municipal, o qual durou até 18 de outubro de 1890, data em que a villa foi creada comarca do 3.ª classe, ficando pela ultima divisão comarca a ser de 2.ª classe. Villa Viçosa pertence á 4.ª div. mil., 7.ª brigada, grande circumscripção mil. sul, e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. Tem est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e valles; est. do caminho de ferro na linha do sul e sueste, em seguida á do Borba; escolas de ambos os sexos, advogados, agentes de diversas casas baucarias e de companhias de seguros do paiz; deposito de adubos chimicos, do madeiras; medicos, pharmacias, productores de aguardentes, de azeites, de cereaes, de cortiça e de vinhos; *Associação Commercial*, *Montepio de Nossa Senhora da Conceição*, *Asylo da Immaculada Conceição*, da infancia desvalida para o sexo femiuino; fabricas de carros, de ceramica, de cortumes, de guitarras, do moagens, de polvora, tijolo, de trilhos: estalagens, hospital, Misericordia, hoteis, praça de touros, restaurantes, sociedades de recreio: *Artistica Callipolense*, *Club Litterario*, *Recreativa;* philarmonicas: *Callipolense Artistica*, *União Callipolense*, e theatro *Municipal;* syndicato agricola, sollicitadores, etc.; feiras: em janeiro a 29, 30 e 31; maio a 29, 30 e 31; e em agosto a 29 30 e 31; mercado todas as 4.ªs feiras; romaria no 2.º domingo de setembro ao Senhor Jesus da Piedade, dos Capuchos, que dura 3 dias. A guarnição mil. é o regimeuto de cavallaria n.º 10. Publicaram-se os jornaes: *O Calypolense*, 17 julho, 1890; *O Internacional*, 2 março, 1894. O conc. compõe se de 5 freguezias com 1:849 fog. e 7:578 hab., sendo 3:750 do sexo masc. e 3:828 do fem., n'uma superficie de 11:141 hect. As freguezias são: Sant'Anna, de Bencatel, 1:456 hab.: 701 do sexo masc. e 755 do fem.; S. Romão, de S. Romão e Ciladas, 1:609 hab.: 862 do sexo masc e 747 do fem ; N. S.ª da Conceição, de Villa Viçosa, 1:961 hab.: 1:040 do sexo masc. e 921 do fem ; S. Bartholomeu, de Villa Viçosa, 1:958 hab.: 855 do sexo masc. e 1:103 do fem. O commercio principal do conc. é azeite, vinho, cereaes, lãs, marmore e cortiça. Tem minas de cobre ferro. Ribeiras do conc : Mures, Asseca, Ribeira de Borba, Ribeira de Pardaes e Lucefere. Ramificação da serra d'Ossa até ao sitio de Alfaval, na estrada de Redondo e Evora; parte da serra da Vigaria, que pertonce á cordilheira de Montes Claros; e serra de Borba, que atravessa o conc. de N a S, separando Villa Viçosa da freg. de Bencatel. || Pov. na freg. do S. João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Villa Viçosa *(Collegios de)*. Houve n'esta villa os tres collegios seguintes: *dos Reis*, *das Artes* e *dos Meninos Orphãos*.

Collegio dos Santos Reis Magos, mais vulgarmente conhecido por *Collegio dos Reis*. Era de todos o mais importaute, tambem denominado *Seminario*, depois da reforma da capella real por D. João V. Foi fundado pelo duque D. Theodosio II, que o sustentou á sua custa durante a sua vida, e desejando que elle não acabasse, por sua morte, o dotou largamente, como se póde vêr no seu testamento feito em 1628, o qual se encontra no vol. IV das *Provas da Historia Genealogica da Casa Real*, de D. Antonio Caetano de Sousa. Além do muitos bens de raiz especificados, deixou lhe em globo *todos os que adquiriu no termo de Villa Viçosa, e no de Borba, durante os ultimos dez annos da sua vida.* Era esto collegio destinado para a educação dos ministros o musicos da capella real, e o duque D. João II, sendo já rei, lhe deu estatutos proprios, que se encontram nas referidas *Provas da Historia Genealogica*, tomo IV. A principio ensinava se n'aquelle collegio instrucção primaria, latim, musica o cantochão; mas depois que D. João V entregou aos jesuitas a direcção d'elle em 1735, melhorou consideravelmente na parte moral, scientifica e litteraria,

bem merecendo o titulo de *Seminario*. Os alumnos internos eram só 12, mas franqueavam se as aulas ao publico, e teve grande numero de alumnos externos Durava o internato 8 annos, e á saida se dava aos alumnos um vestuario completo de roupa branca e preta e 24$000 reis em dinheiro. Além d'isso tinham de futuro preferencia nos concursos para as vagas do cabido e côro da capella real. Foi reedificado no tempo de el-rei D. José. Em outubro de 1834 fechou-se o collegio por a Casa de Bragança se recusar a continuar a subsidial-o, e apezar d'elle ter dotação propria em bens de raiz que estavam na posse da mesma casa. Em 1848 a Casa de Bragança a cedeu ao regimento de cavallaria n.º 3, para hospital de convalescentes, o que o damnificou bastante.

Collegio das Artes. Estava no convento de Santo Agostinho, e foi instituido em 1560 pelo duque D. Theodosio I. Não passou de um simples lyceu, onde se leccionava portuguez, latim, grego e rhetorica, mas o plano do fundador era eleval o á categoria de Universidade. Nos ultimos tempos havia n'elle sómente duas aulas, uma de portuguez e outra de latim, regidas pelos frades, que por isso recebiam uma pequena gratificação da Casa de Bragança. Aquellas aulas fecharamse aproximadamente em 1813, por ordem da regencia de Portugal.

Collegio dos Meninos Orphãos. Foi principiado por D. Izabel de Lencastre, primeira mulher do duque D. Theodosio I, fallecida em 1558, pois que no seu testamento deixou á Santa Casa da Misericordia da villa uma pensão para sustento de 2 orphãos; depois seu marido, no testamento com que falleceu em 1563, tambem legou á Misericordia certo capital para sustento de mais 4 orphãos. Estavam estes 6 internados na casa do capellão-mór da Misericordia, que recebia da mesma a verba estipulada para os alimentos, vestuario e educação d'elles. Por falta de ulteriores doações e de receita nunca teve casa propria, e foi extincto no seculo XVIII, durando ainda assim mais de 150 annos.

Villa Viçosa *(Conventos de)*. São 7 os conventos, que houve em Villa Viçosa, 4 de frades: *Santo Agostinho, S. Paulo, Capuchos* e *S. João Evangelista; (Collegio)*; 3 de freiras: *Santa Cruz, Chagas de Christo* e de *N. S.ª da Esperança*.

Convento de Santo Agostinho. E' do tempo da fundação da villa, e foi-lhe lançada a primeira pedra no dia 5 de maio de 1267. El rei D. Diniz o estimava muito, pelo que no seu testamento lho deixou um legado de 100 libras, e não menos o estimavam os duques de Bragança, pois o elegeram para seu pantheon e o reedificaram por varias vezes. A sua egreja actual é reedificação de D. João IV. Lançou-lhe a primeira pedra em 14 de julho de 1635, mas por causa da Guerra da Restauração só em 1677 se concluiu, já no tempo de D. Pedro II, collocando-se então os restos mortaes dos duques nos novos tumulos da capella mór, que são 6, em fórma de capellas; e transferiram se os restos mortaes dos irmãos dos duques para os tumulos do arco cruzeiro, ficando vazio um d'elles por ser destinado para os ossos do infante D. Duarte, irmão de D. João IV, que morreu em Milão, os quaes ainda ali se conservam. No plano do presbyterio estão 2 tumulos mais singelos, para creanças, e no centro do cruzeiro, em campa lisa, debaixo do zimborio, que é octogonal e tem 4 janellas, está D. Rodrigo de Lencastre, conde de Lemos e marquez de Sarria, parente dos Braganças. A egreja é o melhor templo e o mais rico de Villa Viçosa, não obstante ser d'uma só nave. Como quasi todas as d'esta villa, tem a fórma d'uma cruz latina e é precedida d'um alpendre majestoso, fechado por gradaria de ferro. O frontispicio olha para o Terreiro do Paço e para o corpo principal do palacio dos duques; é do marmore e tem 3 janellas que dão luz ao côro, encimando-o duas torres elegantes, mediando entre ellas uma varanda com parapeito de marmore arrendado. As paredes são interiormente revestidas de marmore branco até á cimalha; o chão é assoalhado com xadrezes azues e brancos, de marmore de Monte Claros. Além do altar-mór, tem mais 2 no cruzeiro, e 6 em outras tantas capellas no corpo da egreja, todos lavrados em marmore branco, azul, vermelho, e preto. Para se poder avaliar a grandeza do convento e da sua egreja, basta dizer que nos altares só havia lampadas e castiçaes de prata; e os da capella-mór e cruzeiro tinham, entre os castiçaes, 10 bustos de prata, mandados fazer por D. João V. Todas estas e muitas outras alfaias de prata fôram levadas pelos francezes em 1808, pezando aproximadamente, 25 arrobas. O convento foi reedificado pela ultima vez no tempo de D. João V, exceptuando o lado mais interior do dormitorio. Tem boa cêrca e no pateo d'ella estavam as adegas e um lagar d'azeite, que já ha muitos annos não existe. Hoje o convento serve de quartel militar.

Convento de S. Paulo. Era da congregação da *Serra d'Ossa*; estava situado no Rocio, e tinha como orago N. S.ª do Amparo. Principiou na quinta da Provença, em Val Bom, por um simples eremiterio, fundado em 1115 por Pedro Affonso; tornou se mosteiro regular em 1439, e em 1590 foi trasladado para o Rocio por fr. Martinho de S. Paulo, reitor d'elle n'aquelle tempo e fundador da nova casa. Duraram as obras 23 annos, por serem feitas com esmolas de devotos, e só pôde ser inaugurado o edificio em 1613. Contribuiu largamente para esta fundação o duque D. Theodosio II que aforou aos frades o cruzeiro e a capella mór por 100$000 réis annuaes, um throno de cêra e 18 alqueires de azeite, pelo que lá tinham tribuna reservada os Braganças, com porta e cocheiras suas no caminho novo do Alandroal. Era o 2.º convento d'esta villa em grandeza. O claustro, portaria, sacristia e côro fôram sumptuosamente embellezados no 1.º quartel do século XVIII por fr. José Gralho, que gastou ali todo o rendimento d'um morgado que usufruia. A egreja era um bom templo; tinha altar mór, mais 2 no cruzeiro e 6 capellas lateraes, mas foi profanada em 1864. O edificio do convento, depois da extincção das ordens religiosas, serviu de theatro em 1835; foi quartel de infantaria n.º 4 em 1835 e 1836, e logo principiou a cahir em ruinas por lhe haverem tirado madeiras do telhado, quando n'elle se montou o theatro.

Convento dos Capuchos. Tinha por orago N. S.ª da Piedade. Teve principio no anno de 1500, ao nascente da villa, junto da Fonte das Lagrimas, onde o edificou o duque D. Jayme. D'ali passaram os frades para um 2.º convento, construido em 1517 pelo duque D. Theodosio I, na baixa do

Outeiro do Ficalho. Era tambem pequeno, como o 1.º, e estava no meio da cêrca do actual, onde chamam o *Presepio*. Reconhecendo-se n'elle pela insalubridade do local e pelo afastamento da villa, os mesmos inconvenientes que determinaram a substituição do 1.º, fundou se um outro, o actual, ao poente da villa, junto da capella de S. Lazaro, quo por esse motivo foi demolida. Lançou lhe a 1.ª pedra em 26 de julho de 1606 o duque D. Theodosio II, que foi o principal bemfeitor e protector d'estes religiosos. No fim de 4 annos estavam concluidas as obras, ficando o edificio, porém, de menores dimensões, que apresenta actualmente. Por isso em 1610 se transferiram definitivamente para ali os referidos religiosos. A transferencia foi feita com toda a solemnidade, assistindo a familia ducal á missa congratulatoria. A egreja é pequena e bem traçada; além d'outras cousas, merece especial menção a sua elegante tribuna, cheia de ornatos, que se ostenta na capella mór, que é toda de bem trabalhada talha dourada, em cujo altar se vê a imagem da Senhora da Piedade, boa esculptura, trabalho d'um frade leigo do mesmo convento, do tronco d'uma nogueira, creada na respectiva cêrca, a qual imagem foi exposta á veneração publica em 1767, o que indica não ser, portanto, esta a primitiva da mesma invocação, que de certeza deveria ali existir. A egreja tem mais 2 altares. A entrada para a egreja e para o convento é precedida por um espaçoso alpendre para onde se sobe por 4 degraus de marmore. Ao seu lado esquerdo, resguardada por uma larga janella, com grades de ferro, se encontra uma especie de capella ou santuario do acanhadas dimensões, conhecido pelo nome de *Transito de S. Francisco*, em que está representada a morte d'este santo, n'um grupo de figuras de barro; ao lado direito d'esta capella encontra se o papa Gregorio IX com capa de asperges verde, sem tiára e de joelhos a beijar os pés do mesmo santo, que de pé o abençôa; ao lado esquerdo, está a imagem de S. Francisco recebendo a impressão das chagas de Christo; do fundo da mesma capella, em cima d'um altar de alvenaria com a frente guarnecida de azulejos antigos, a imagem da Senhora da Piedade sentada aos pés da Cruz com o corpo inanimado de Christo. Ao lado direito do mesmo alpendre está a portaria do convento ou especie de locutorio com ralos na porta grossa de madeira de castanho, e na parte de dentro se encontra sobre um altar de alvenaria, guarnecido de bonitos azulejos antigos, a imagem da Senhara dos Anjos, em tamanho natural, deante da qual os noviços professavam. O alpendre é fechado por um gradeamento de ferro elegante. O convento depois da extincção das ordens religiosas, passou como os outros, para os proprios nacionaes.

Collegio de S. João Evangelista. Era casa professa dos jesuitas, e estava situado na Praça Nova. Foi edificado pelo duque D. Theodosio II, sendo inaugurado em 1601, faltando-lhe ainda os coruchéus das torres e a conclusão dos claustros. Com a suppressão da Companhia de Jesus em 1759, a Casa de Bragança tomou posse do convento, e em 1793 foi dado pelo principe regente D. João, ás *Beatas de S. José*, com a obrigação de ensinarem meninas pobres. A egreja serviu temporariamente de capella real desde 1806 até 1862, e em 1865, installou se ali a freg. de S. Bartholomeu.

Convento de Santa Cruz; de religiosas da ordem de Santo Agostinho. Está situado na Corredoura, e foi o 1.º convento de freiras que houve na villa. Teve principio n'aquelle mesmo local, n'umas casas de Mendo Rodrigues de Vasconcellos, capellão do duque D. Jayme, deixadas por elle no seu testamento para mosteiro de religiosas, por não ter a villa n'esse tempo nenhum convento de freiras. Foi sua fundadora Margarida de Jesus Nunes, natural de Villa Viçosa, mas freira professa no convento de Santa Monica, de Evora, d'onde veiu com duas companheiras fundar o de Villa Viçosa. O edificio foi feito com esmolas por falta de padroeiro, e consta que se inaugurou em 1 de janeiro de 1530, sendo então de pequenas dimensões, por se achar apertado entre diversas casas no centro da villa; mas em 1598 as freiras adquiriram parte da rua da Torre, que lhes vedava o alargamento para o norte, e estenderam mais tarde a casa e cêrca até á travessa de *Valderrama*. Extinguiu-se este convento a 13 de julho de 1883, com a morte da ultima freira, passando a egreja para a posse das confrarias ou irmandades das almas e do rosario que estavam na egreja do Espirito Santo. A egreja é um pequeno templo de 4 altares, sem nada de notavel. O convento passou aos proprios nacionaes.

Real Convento das Chagas de Christo; de freiras de Santa Clara, situado no Terreiro do Paço. E' fundação do duque D. Jayme, mas inaugurou se depois da sua morte, em 25 de fevereiro de 1533, com 8 freiras que vieram do convento de Santa Clara, de Beja. O edificio é amplo e de muito solida construcção. A portaria está na rua dos Fidalgos, precedendo-a um pateo com moradia para os servos do convento e um hospicio para os tres franciscanos, que n'outro tempo cuidavam do espiritual d'este convento. A egreja é de architectura manuelina com bonitos azulejos; tem 5 altares; 2 côros, alto e baixo, jazendo n'este ultimo as duquezas de Bragança, fallecidas depois da inauguração d'este convento; na egreja vê se, logo á entrada, a campa do vice-rei da India D. Constantino de Bragança e de sua mulher.

Real Convento de N. S.ª da Esperança; tambem de religiosas de Santa Clara. Está situado no extremo oriental do Rocio. Foi principiado na rua da Cadeia, já ha muitos annos demolida, junto do castello, d'onde, passados apenas 2 annos depois da sua inauguração, se transferiu em 1533 para o local que hoje occupa. E' fundação de D. Izabel de Lencastre, primeira mulher do duque D. Theodosio I, a qual repousa no côro de baixo, tendo ao pé de si a campa de sua sogra, D. Leonor de Gusmão. A egreja tem 5 altares, e é do architectura manuelina. A capella-mór foi jazigo dos Lucenas, por doação de D. Theodosio I. O convento fechou se no dia 1.º de outubro de 1866 por sair d'elle voluntariamente para o das Chagas a unica religiosa professa que ali existia. Em seguida tomou posse da egreja a Ordem Terceira de S. Francisco, mas as alfaias, paramentos e utensilios fôram distribuidos por outras egrejas. O convento vendeu-se a um particular, quo logo o demoliu, e vendeu a retalho os materiaes.

Villa Viçosa (*Egrejas parochiaes, capella*

ducal e real, Misericordia e outras egrejas de) São duas as freguezias de Villa Viçosa, conforme dissémos: *Nossa Senhora da Conceição do Castello* e *S. Bartholomeu*. Até 1831 foram ambas da ordem de Aviz, como todas as egrejas do concelho de Villa Viçosa, exceptuando unicamente a capella ducal e real que era isenta, e a da Lapa, que era dos arcebispos de Evora.

Egreja de Nossa Senhora da Conceição do Castello, mais vulgarmente denominada a *matriz*. E' desconhecido o anno certo da sua primitiva construcção. Calcula se, porém, que a primitiva egreja data do tempo d'el rei D. Fernando I. O que está averiguado é que D. Nuno Alvares Pereira, depois de lhe ter sido doada pelo Mestre de Aviz el-rei D. João I, esta villa, muito melhorou a egreja, e n'ella collocou a imagem da Senhora da Conceição, que dizem ser ainda hoje a mesma. Está situada na *Almedina*, ou villa primitiva O templo tem soffrido varias obras em differentes epocas. A ordem de Aviz a reedificou em 1572, terminando as obras em 1600, á custa dos dizimos e do duque de Bragança D. Theodosio II, pae do duque D. João II, depois rei D. João IV. Em 1643 e 1644 construiu se a capella do Santissimo Sacramento com a coadjuvação do referido monarcha; em 1755, depois do terremoto do 1.º de novembro, que fez abater a sua abobada central na occasião em que se celebrava ali a costumada missa matando bastantes pessoas, sendo as obras mais recentes, as effeituadas já n'este seculo em 1909, depois do terremoto de 23 d'abril. A fachada do templo tem 3 porticos a que correspondem superiormente 3 janellas, tendo uma só torre á direita do frontispicio, que se ergue sobre um amplo adro, lageado de fino marmore de côres, em xadrezes azues e brancos. O templo é vastissimo, de 3 naves, separadas por 2 renques de columnas doricas. Nas paredes até á cimalha, vêem se esplendidos azulejos de grande valor, representando varias passagens da vida da Virgem. O numero de altares, incluindo o da capella-mór, eleva se a 7, a saber: do lado do Evangelho, o do S. José, de rica talha dourada; o da Santissima Trindade; o do Santissimo Sacramento, cujo retabulo em marmores brancos está encerrado por gradaria de ferro, e onde está depositado o cadaver do ministro Francisco Xavier de Mendonça, irmão do marquez de Pombal, fallecido em 15 de novembro de 1769. Do lado da Epistola: o altar de S. Pedro, de talha dourada, onde se venera uma boa esculptura, da imagem do santo; o de N. S.ª do Carmo, em que se admiram esplendidos baixos relevos em marmores de varias côres, e onde n'uma maquineta envidraçada está a imagem que dá o nome á capella; o do Santissimo Nome de Jesus, vendo-se n'um tumulo a imagem do Senhor morto. Por baixo d'este altar, n'um vão envidraçado, encontra se a imagem de N. S. da Boa Morte, deitada n'uma barquinha, enfeitada com todos os seus pertences, como velame, mastros, cordame, gaveas, bandeiras, flamulas, galhardetes de seda e de bordaduras a ouro e prata, e grande numero de anjos trepados pelas vergas. Esta imagem veiu do extincto convento das Chagas de Christo sendo distribuida á confraria dos escravos. Sobre o altar da capella mór está a imagem de Nossa Senhora da Conceição, cujo retabulo, infelizmente bastante deteriorado, foi feito em 1716, segundo o desenho do P. Manuel Pereira, da Congregação do Oratorio, em Lisboa, á custa das duas confrarias: a da Senhora da Conceição e a dos Escravos da mesma invocação. A antiquissima imagem que se venera n'este altar, está n'um formoso camarim dourado, fechado por uma artistica grade de prata, que dizem ser offerta do duque D. Theodosio II. Foi a esta imagem que D. João IV declarou na sessão das côrtes de 1646, padroeira do reino, com um feudo de 50 cruzados em ouro por anno. Admira-se ainda n'esta egreja uma bandeira portugueza, que está encerrada n'uma caixa de carvalho com tampa de cristal, e que é uma gloriosa reliquia, pois parece que pertenceu a um dos regimentos que tomou parte na batalha de Montes Claros. A sacristia d'esta egreja é ampla, e digna de admirar-se pelo seu elegante retabulo, recamado de valiosos dourados de bonitos desenhos, tendo d'um lado um escudo com as armas reaes, encimadas pela respectiva corôa, e do outro lado um escudo em campo preto com um cravo dourado e um S entrelaçados rematado tambem por uma corôa real; os quaes escudos indicam pertencerem ás duas confrarias regias de N. S.ª da Conceição e a dos Escravos. Em 1910 collocou se no altar do Santissimo um rico sacrario de madeira antiga, de pau preto, que foi distribuido pela autoridade ecclesiastica superior d'esta archidiocese, á régia confraria. E' todo guarnecido de prata com desenhos dourados em relevo, e veiu do extincto convento das Chagas. Este templo é celebre, não só em Portugal, mas em todas as nações estrangeiras, por ser o primeiro que na peninsula se fundou com esta invocação, e por ser a cabeça da *ordem militar de Nossa Senhora* da *Conceição de Villa Viçosa*, instituida por D. João VI, no dia da sua coroação, 6 de fevereiro do 1818, e ser a padroeira do reino. A confraria da Senhora da Conceição tinha juiz, escrivão e thesoureiro, e a dos escravos 12 mesarios perpetuos, os quaes assim como os 3 acima citados, o prior e beneficiados d'esta egreja, e os conegos da capella real, eram cavalleiros da referida ordem militar. O bispo deão da capella real era commendador da mesma ordem. Na egreja ha só um jazigo, muito espaçoso, no pavimento da capella do Santissimo. Foi feito por Antonio Cavide, em 1643 para si e sua familia. Extincta esta, a respectiva irmandade o cedeu aos condes das Galveias em 1734, e ali pouco depois foi sepultado o 2.º conde d'aquelle titulo, Pedro de Mello e Castro. Tambem ali foi sepultado, em 1822, o bispo d'Olba, D. Vasco José Lobo. Na egreja ainda existiram mais confrarias ou irmandades. Consta que existe ali uma *Conta Adriana* ou *millenaria*, benzida em Roma por Paulo V a 15 de janeiro de 1607.

Egreja de S. Bartholomeu. Esta parochia abrange a parte occidental e moderna da villa. A primitiva egreja estava no centro da Praça Nova, suppõe-se ter sido fundada no seculo XIV, e foi erigida em séde parochial no meado do seculo XVI, mas poucos annos gozou essa proeminencia por ser velha e de pequenas dimensões. Dizem uns, que a mandou demolir o duque D. Theodosio I, para a reedificar amplamente com 3 naves e transferir para ella a collegiada d'Ourem, que era do seu padroado; outros attribuem aquella resolução a seu filho, o duque D. João I. O certo é que se deu principio á nova egroja, e se levou a cons-

trucção das suas paredes até 2 ou 3 m. d'altura, mas parou, por se ausentarem os duques de Bragança para Lisboa. Entretanto foi séde d'esta freg. a egreja de S. Sebastião, no Rocio, da qual passou para a do Espirito Santo, aproximadamente em 1581, por concessão da Misericordia e da Casa de Bragança, que tinha a posse da capella-mór. Ali se conservou até 19 de fevereiro de 1865, data em que, por mercê da mesma Casa de Bragança, se transferiu para a egreja do collegio de S. João Evangelista, acabada em 1601 pelo duque D. Theodosio II, e por elle destinada para casa professa do jesuitas. Não ficou, porém, completamente acabada. A dita egreja tem a fórma da cruz latina; 6 capellas lateraes com outros tantos altares; mais 2 no arco cruzeiro, além do altar-mór; o frontispicio é elegante e majestoso de bello marmore branco de Montes Claros em galerias com pilastras e cimalhas entre os seus 3 porticos e janellas superiores, ladeado por duas torres. E' um templo magnifico, dos maiores da villa, e n'elle se acham eregidas varias irmandades.

Capella ducal e real. Teve principio no paço dos duques de Bragança em 1505, por bulla do papa Julio II, a instancias do duque D. Jayme; o cabido, porém, foi organisado pelo duque D. João I com autorisação do papa Gregorio XIII, creando-se duas dignidades: deão e thesoureiro-mór, que já existiam, mas sem instituição pontificia. O mesmo duque lhe deu por essa occasião estatutos, que D. Theodosio II reformou. D. João V reorganisou-a em 1735 e a elevou á categoria de *Insigne e Real Collegiada*, impetrando de Bento XIV a graça de ser o deão sempre um bispo titular. Aos capellães deu as honras de conegos capellães fidalgos; creou as classes de acolytos, maceiros, custodios e sineiros em vez dos antigos *moços da capella*, e ornou-a com imagens riquissimas de tamanho natural, de prata, custosas alfaias e paramentos, tudo com immensa profusão e grandeza. Deu lhe tambem novos estatutos, reformou o edificio da capella, juntou-lhe a torre com um carrilhão de 8 sinos e relogio de horas e quartos com 4 mostradores, e reedificou o antigo palacio da duqueza D. Joanna de Mendonça, arvorando-o em *Paço Episcopal* para residencia do deão. Em 1601, Clemente VIII isentou da jurisdicção dos arcebispos de Evora esta capella, e em 1815 o papa Pio VII, a pedido do principe regente D. João, a declarou isenta *nullius diocesis* e concedeu ao *deão-bispo* jurisdicção ordinaria em todo o termo de Villa Viçosa. Tambem por essa occasião D. João VI reformou de novo o quadro capitular, passando os capellães antigos á classe de conegos, creando de novo a classe de beneficiados; quando em 1818 instituiu a ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, deu o habito da Conceição aos conegos, além do habito de Christo que já tinham desde 1806, e capella, como orago, a Virgem da Conceição, em vez do antigo que era S. Jeronymo. Antes da reforma de D. João V já a capella havia tido um *deão bispo* sagrado, D. Fr. Pedro de Santo Agostinho, titular de Constancia, que falleceu em 1675, e jaz na casa do capitulo do convento dos Capuchos, em sepultura brazonada. Depois teve mais 5 bispos, sendo o ultimo D. Fr Manuel da Encarnação Sobrinho, titular de Nemesis, 1825 a 1831. Por ser amigo de D. Miguel soffreu bastante. Foi primeiramente degredado para Portel e depois removido para Lisboa, onde falleceu em 15 de dezembro de 1846. O isento da villa foi extincto de facto, em 1834. O cabido sustentava se só com os dizimos de varias commendas que rendiam cêrca de 40:000 cruzados. Extinctos os dizimos no anno de 1834, extinguiu se tambem este cabido, e assim acabou a pompa do culto da capella real, ficando reduzido unicamente ao indispensavel Pela reforma de 1815, o seu pessoal era o seguinte: 1 deão, bispo titular e sagrado, 16 conegos, todos cavalleiros das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, 16 beneficiados, 10 acolytos corciros, 2 maceiros, 3 custodios, 3 sineiros com 2 ajudantes, 1 relojoeiro, 2 organistas, 2 penitenciarios e 12 cantores, além dos alumnos do Collegio dos Reis. Com a extincção da capella real perdeu Villa Viçosa um grande elemento de vida.

Egreja da Misericordia. Está situada na praça da Princeza Amelia, para onde tem porta, sendo a entrada principal pela rua de Tres. Tem por orago o Espirito Santo. Esta irmandade foi instituida em 1516, sob a protecção do duque D. Jayme, e em 1524 foi-lhe entregue a administração da albergaria, ou hospital do Espirito Santo, que já existia no mesmo local. O duque D. Theodosio foi sempre um grande bemfeitor d'esta casa; mandou construir o pateo e novas enfermarias, do lado da rua de Tres, e com um legado que lhe deixou em testamento, e com outras esmolas do seu filho D. João I e de varios bemfeitores, fez-se a egreja, que se concluiu em 1568. Tinha sómente 3 altares, mas durante o tempo em que foi matriz da freg. de S. Bartholomeu, addicionaram-lhe a capella do Santissimo Sacramento e o altar das Almas. Esta santa instituição ainda hoje existe, prestando muitos beneficios á pobreza.

Egreja de Nossa Senhora da Lapa. Das egrejas que existem em Villa Viçosa, a que mais se destaca é a da Lapa, por ser a mais moderna e a mais elegante. Está situada no largo do Carrascal, e foi fundada em 1756, anno em que principiou a sua construcção, lançando-lhe a primeira pedra o bispo deão D. João da Silva Ferreira, com licença do arcebispo de Evora D. Fr. Miguel de Tavora, e a clausula de ficar sujeita á jurisdicção immediata dos arcebispos da mesma cidade, e isenta do padroado de Aviz e da jurisdicção do prior da matriz do Castello. Tem a fórma de cruz latina, 2 altares no arco cruzeiro e o altar-mór, tudo com retabulos de marmore polido, azul, branco e vermelho. O pulpito, que é um primor d'arte e o mais perfeito das egrejas da villa, é tambem de marmore de côres. A entrada é por um rico portico de marmore, tendo no alto da frontaria duas lindas torres. A sacristia é magnifica: tem ao centro um aparador de marmore azul e branco, bom lavatorio com golfinhos, e saida para o jardim. O desenho d'esta egreja é obra do architecto elvense José Francisco de Abreu. Foi feita á custa de esmolas dos romeiros que iam de varias terras da provincia do Alemtejo, o principalmente de Borba, venerar a imagem da Virgem, chamada então Senhora da Lapa dos Milagres. Além das egrejas parochiaes, das dos conventos da Misericordia e da capella real, ainda houve a de *Santa Luzia*, a de *S. Sebastião*, que já não existem, a do S. Thiago, que era a mais

antiga da villa e consta ter sido a primeira matriz. Está ha muitos annos profanada. A egreja de S. João Baptista é singular pela sua planta em fórma de cruz grega e pela sua cupola de telhas vidradas á moirisca, terminando n'uma lanterna. Dizem que foi fundada pela duqueza D. Catharina, mas não se vê n'ella o escudo dos Braganças. Tem 3 altares.=A egreja de S. Luiz é uma pequena capella de um só altar, modernamente reedificada, e dizem ser fundação do licenceado Antonio de Gouveia, secretario do duque D. Theodosio I, no meado do seculo XVI.=A egreja de Santo Antonio foi fundada pelo duque D. João I, aproximadamente em 1570, e tem no frontispicio o brazão dos Braganças. A sua architectura é egual á da egreja do Espirito Santo, ou da Misericordia, embora de mais pequenas dimensões. Tem abobada com ornamentação de laçaria, paredes azulejadas e côro assente em columnas toscanas de marmore. Ha ali a tribuna dos Braganças, com entrada particular.=A capella de N. S.ª dos Remedios, situada entre a *Torre de Homenagem*, ou do *Carracena* (relogio do concelho) e a velha cêrca de muros, em sitio alto, para servir de capella aos presos da antiga cadeia que estava defronte e foi demolida em 1662. As suas paredes são interiormente revestidas com bellos paineis de azulejo, allusivos á Virgem, e na face exterior da frontaria se vê por cima do portico outro painel similhante com a imagem da Senhora dos Remedios.

Villa Viçosa *(Factos mais notaveis, ainda não descriptos, de).* Em 1381, havendo guerra entre Portugal e Hespanha, reunem-se em Villa Viçosa todos os fronteiros sob o commando de Gonçalo Vasques de Azevedo, fronteiro mór, e marcham para Elvas no dia 7 de junho. No inverno chega um corpo de alliados inglezes sob o commando de Maao Borni, os quaes matam Gonçalo Eannes dos Santos; vingam n'o os seus patricios, fazendo carnagem nos ditos inglezes. No verão seguinte vieram mais soldados inglezes com o conde de Cambridge e são alojados nos arrabaldes; marchou o exercito para Elvas, mas pouco depois se fez a paz com Castella.=Em 1383 e 1384, tendo fallecido el rei D. Fernando I, segue Villa Viçosa a causa da independencia, acclamando o Mestre de Aviz. O seu fronteiro ou adail, Alvaro Gonçalves, amigo intimo de Pedro Rodrigues do Alandroal, marcha para Extremoz no mez de março de 1384, com os 30 escudeiros da villa para se unir ás tropas do fronteiro-mór D. Nuno Alvares Pereira, impede a deserção de Gil Fernandes e Martim Rodrigues, de Elvas, e assiste á batalha dos Atoleiros. Depois da Paschoa juntou-se com Pedro Rodrigues do Alandroal, e fazem os dois uma entrada em Castella, trazendo grossa presa de gados, que repartem na planicie de Pardaes, junto da capella de S. Marcos. Tiram depois o governo da praça d'esta villa a Vasco Porcalho; sendo este reintegrado pelo Mestre de Aviz, prende Alvaro Gonçalves na torre de menagem e acclama o rei de Castella; mas foi libertado em uma embuscada nocturna perto do Pinhal, quando os commendadores de Alcantara e Calatrava o removiam para Olivença, depois de terem sido derrotados por Pedro Rodrigues, no Alphaval. Em setembro, por traição de Vasco Porcalho, são mortos Fernão Pereira, irmão do condestavel, e o seu escudeiro Vicente Esteves, á porta da *Torre*, onde está hoje a capella da Senhora dos Remedios, e Alvaro Gonçalves é recolhido no castello outra vez, como prisioneiro, adquirindo assim pelas suas desventuras o epitheto de *Coitado*. Em seguida pôz D. Nuno cêrco a esta villa, mas sem effeito. No anno seguinte, depois da batalha de Aljubarrota, foge Porcalho para Castella, e só então a villa voltou á obediencia do Mestre de Aviz.=Em 1422, D. Nuno Alvares Pereira repassa ao seu neto D. Fernando, conde de Arraiollos, o senhorio de Villa Viçosa com beneplacito de D. João I, e o dito conde depois a elege por seu solar.=A 25 de maio de 1455, é Villa Viçosa elevada a marquezado na pessoa do mesmo conde de Arraiollos, pelo regente D. Pedro, em nome de D. Affonso V. Depois, fallecendo sem successão legitima o marquez de Valença D. Affonso, herdeiro presumptivo do ducado de Bragança, passou este para o 1.º marquez de Villa Viçosa, ficando assim esta villa sendo solar e côrte da Casa de Bragança desde 1461, data em que falleceu o 1.º duque de Bragança D. Affonso, pae do dito D. Fernando, e filho bastardo de el-rei D. João I.=Em 1483 é degolado em Evora o 3.º duque de Bragança, D. Fernando II, e extincto o ducado por el-rei D. João II, que mais tarde, em 1496, el-rei D. Manuel restabelece, na pessoa de seu sobrinho materno D. Jayme, filho do decapitado, o qual foi o 4.º duque de Bragança.=Em 1498, D. Manuel declarou o mesmo sobrinho herdeiro presumptivo da corôa de Portugal, por não ter filhos do seu 1.º matrimonio; dá-lhe a prerogativa de usar das armas reaes e de ter estado de principe, o que ficou em vigor para todos os seus successores, não obstante caducar o direito de D. Jayme com o nascimento dos filhos que D. Manuel teve posteriormente.=Em 1501 D. Jayme dá principio ao palacio actual no Reguengo. Cria-se n'esta epoca uma ouvidoria ou grande comarca, tendo por séde Villa Viçosa, a qual subsistiu até 1834, tendo sido transformada em corregedoria no tempo de D. Maria I.= Em 1513, procede-se aos preparativos da expedição de Azamor, que o duque D. Jayme vae commandar, levantando muita gente nos seus estados e levando pomposo sequito de cavalleiros. No regresso da expedição, reformou a alcaçova, transformando-a em cidadella para armas de fogo, e cingiu a villa com muros novos, tendo as portas seguintes: a dos *Nós*, ao N, a de *S. Sebastião*, a S, a da *Esperança*, a E, e a de *Santa Luzia*, a O.=Em 1537 fazem-se grandes festas para solemnisar o casamento de D. Izabel, filha de D. Jayme, com o infante D. Duarte, assistindo D. João III, e os infantes D. Luiz, D. Affonso e D. Henrique.=Na noite de 21 para 22 de junho de 1580 foi surprehendido o castello, roubado o grande thesouro que os duques ahi tinham, e posta a villa na obediencia de Filippe II, pelo capitão Cisneros, achando-se a côrte ducal em Portel e a villa quasi deserta por causa da peste que então grassava.=Em 1603, fazem-se memoraveis festas para solemnisar o casamento do duque D. Theodosio II.=Em 1633, fazem-se novas festas pelo casamento de D. João II, depois rei D. João IV, filho do duque D. Theodosio.=Em 1638, grandes tumultos contra o imposto do real d'agua.=Em 1640, o duque D. João II é persuadido por Pedro de Mendonça, na Tapada, a acceitar a corôa real, contribuindo para essa

resolução nomeadamente o seu secretario Antonio Paes Viegas e a duqueza D. Luiza de Gusmão, sua mulher. A 3 de dezembro d'esse anno parte o duque para Lisboa, e manda conduzir para aqui os thesouros da sua casa; no dia 20 do dito mez partiu tambem para Lisboa a duqueza e rainha com a numerosa fidalguia e creadagem da sua casa, perdendo Villa Viçosa o seu maior fôro de riqueza e esplendor.=Em 1663 e 1664 é destruido e abandonado o forte de S. Bento, que fôra construido por D. Jayme ou por D. Theodosio I; demoliram se tambem grande numero de casas e os paços do concelho para se construir a estrella exterior do castello, cortinas e meias luas em differentes pontos dos muros de D. Diniz por se haver perdido Juromenha e passar Villa Viçosa a ser praça da fronteira.=Em 1665, é o castello cercado pelo marquez de Carracena, no dia 9 de junho, e o marquez de Marialva o obriga a levantar o assedio no dia 17 seguinte, depois da victoria de Montes Claros, soffrendo muito a villa n'essa occasião.=Em 1711, o marquez de Bay, general de Filippe V, estando em Borba a 2 de junho, manda um parlamentario a Villa Viçosa exigindo a sua submissão ao rei castelhano e 25 mil patacas de contribuição. As autoridades civis e militares responderam-lhe negativamente, e prepararam-se para a guerra, mas o marquez houve por bem de retirar-se sem se aproximar da villa.=Por occasião do terremoto do 1.° de novembro de 1755, caiu o tecto da nave central da egreja matriz, matando 20 pessoas do sexo feminino e ferindo muitas outras.=Em 1801 entra em Villa Viçosa uma brigada hespanhola, achando-se ella desguarnecida, e teve de pagar uma contribuição de 16 contos de reis aos invasores, mas não houve effusão de sangue.=Em 1806, esteve a familia real em Villa Viçosa desde 18 de janeiro até 22 de abril, passando ali a semana santa. Em novembro de 1807 foi trazido para Lisboa o thesouro da capella real, d'onde seguiu com o principe regente para o Brazil, ficando apenas as alfaias indispensaveis ao culto. Tambem prejudicou muito esta villa a longa ausencia dos nossos reis, pois não mais a visitaram até depois do seu regresso do Brazil, accrescendo ainda o muito que soffreu durante a Guerra Peninsular.=Em 1808, os francezes roubam a prata das egrejas; amotina se o povo; o general francez d'Avril manda d'Extremoz um destacamento para o castello. Revolta se outra vez o povo a 10 de junho, cerca o destacamento, que é libertado no dia seguinte pelo general d'Avril, correndo muito sangue. Antonio Lobo Infante de Lacerda, sargento mór, põe se á frente dos revoltosos, fórma uma companhia de *miqueletes*, e organisa a insurreição do Alemtejo, d'accôrdo com o general Leite e com o coronel hespanhol D. Frederico Moretti, governador de Olivença.=Em 1833 a cholera morbus invade Villa Viçosa, fallecendo muita gente.=A 28 de maio de 1834 é aqui acclamada a rainha D. Maria II.=Em 1848, houve grande contentamento na villa, por fixar aqui o seu quartel o regimento de cavallaria n.° 3.=Em 1855, realisou se uma esplendida festa gratulatoria no 1.° de julho pela definição dogmatica da Immaculada Conceição da Mãe de Deus, saindo em procissão a imagem da padroeira do reino Foi esta a mais pomposa de todas as festas que por tal motivo se fizeram em Portugal =Em 1875 retirou-se de Villa Viçosa o regimento de cavallaria n.° 3.

Villa Viçosa *(Palacio ducal e real de)*. E'a construcção mais sumptuosa da villa, e de maiores proporções. E' um dos palacios reaes mais importantes, porque foi o berço da dynastia de Bragança, e por isso um monumento historico de alto valor. Ergue-se ao norte da villa sobre o grande Terreiro do Paço, occupando as faces N e O, e é todo de marmore de Montes Claros. Olha para E a sua fachada principal e tem 4 pavimentos, representando os 4 estylos architectonicos, pois o 1.° pavimento do rez do chão é do estylo dorico; o 2.° (andar nobre) é do estylo jonico; o 3.° é do corinthio; e o 4.° do composito. Este ultimo pavimento tem apenas 3 janellas, collocadas ao centro da grande fachada, e cada um dos outros pavimentos tem 23 janellas A parte posterior d'este grande edificio olha para os jardins, aos quaes se segue o *Reguengo*, vasta propriedade com 3 hortas annexas, formando uma mimosa e bella quinta com portas para o campo do Carrascal. Na parte que olha para o sul está o *Jardim do Bosque*, onde estão os Quartos Novos ou Reaes, com janellas de sacada, sendo a frontaria de cimento em 3 andares, a torre da capella, e varias casas de recreio ao fundo, avultando entre ellas a Casa de Lisboa, junto do Chatariz d'El-Rei. O jardim do Bosque occupa toda a face N do Terreiro do Paço, e tem sobre elle janellas, das quaes, n'outro tempo, assistiam as senhoras ás justas, cavalhadas e torneios, pelo que tambem se denominou *Jardim das Damas*. Por detraz ergue se a *Ilha* ou cerrado, onde estão as cavallariças, cocheiras e moradias dos trintanarios e de outros servos dos duques. Este palacio, feito em substituição do que esteve no castello, onde viveram o condestavel e os primeiros duques, foi principiado por D. Jayme, no Reguengo, em 1501, e continuado e ampliado pelos seus successores. D. Theodosio II fez a grande fachada de marmore, deixando em meio o 2.° pavimento, que D. João V acabou, fazendo tambem grandes obras em todo o edificio. El-rei D. José I mandou reedificar os *Quartos Novos* em 1770; D. Maria I fez parte do 3.° andar da frente e do 2.° das trazeiras, até o ligar aos *Quartos Novos*; accrescentou estes, e fez tambem a casa do jantar, tudo isto pouco antes da *troca das princezas* em 1784. Hoje pouco ha interiormente n'este edificio digno de menção, mas n'outro tempo encerrava decorações de muita riqueza e primor. Vestiam-lhe as paredes das suas numerosas salas e quartos preciosas telas de brocados, velludos e guadamecins, bordados a ouro e prata, e cobriam-lhe os pavimentos custosas alcatifas. Nada d'isto já lá existe, e as salas acham se quasi nuas de ornatos, exceptuando se uma de grandes dimensões, denominada *Sala dos Tudescos*, onde se vêem os retratos de todos os duques de Bragança e de outros principes d'esta familia pintados a oleo, e em corpo inteiro, por Pedro Antonio Quillar, pintor notavel francez ao serviço de D. João V, que lhe incumbiu esta obra. A casa chamada da *armaria* era antigamente um dos objectos, que mais excitavam a curiosidade dos que visitavam este palacio. Era um deposito d'armas de guerra e de caça, de differente genero e qualidade, contendo as precisas para armar alguns milhares de soldados. Perdeu se uma grande parte em Africa, na bata-

lha d'Alcacer Kibir, onde o duque D. João I enviou um corpo de tropas, pago á sua custa. O resto d'aquelles armamentos empregou-se na lucta da Restauração de 1640. O fallecido rei D. Carlos fez importantes melhoramentos no interior do edificio, podendo dizer-se que hoje tudo n'este palacio respira grandeza e fino gosto nas decorações e ornatos, o que é admirado por todos que o visitam. A grandiosa tapada real de Villa Viçosa, tão admirada n'outro tempo pelos estrangeiros que a visitavam, e celebrada por Lope da Vega, foi começada pelo duque D. Jayme, e muito beneficiada e melhorada pelos seus successores, distinguindo-se entre elles D. João I, que não só lhe annexou muitos predios, em 1570, mas fez a egreja de N. S.ª de Belem, e transformou o palacete n'uma sumptuosa vivenda. Seu filho, D. Theodosio II, fez a capella de Santo Eustaquio, e por ultimo D. João V augmentou e beneficiou tambem a tapada depois de 1729, cercando-a de novos muros e fazendo lhe a porta principal no Outeiro de S. Bento, ficando assim comprehendida na vasta cêrca a ermida de S. Jeronymo com o seu grande pinheiral, que já eram da Casa de Bragança. A tapada tem perto de 15 k. de circumferencia, e era guardada por muitos couteiros e porteiros, a pé e a cavallo. Antigamente era toda dedicada aos prazeres da caça. Tinha extensos bosques, muitas fontes, lagos, jardins, casas de campo, excessiva abundancia de veados, corças, javalis, viveiros d'aves e peixes, etc., tudo tratado com magnificencia. Hoje não tem tantos embellezamentos, mas é mais productiva para o patrimonio da Casa de Bragança e mais util para o paiz. A caça, de que ainda possue muita copia, acha-se restricta a um terço da tapada, tendo se construido para esse fim um muro de separação em toda a largura da propriedade. Os dois terços restantes estão consagrados á agricultura e creação de gado. N'esta parte ha montados muito importantes, sendo os outros terrenos divididos em pequenos lotes, e arrendados aos lavradores pobres. As fontes e casas de campo, ainda ali se conservam. Dos jardins apenas restam vestigios.

Villa Zeda. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Queiriga, conc. de V. N. de Paiva, distr. de Vizeu.

Villaça *(Antonio Eduardo).* Tenente-coronel de engenharia, conselheiro, ministro de Estado, par do reino, lente da Escola do Exercito e do Instituto Commercial e Industrial de Lisboa, director geral da estatistica e dos proprios nacionaes no ministerio da fazenda, gran-cruz e commendador da ordem de S. Thiago, commendador da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, official da de Aviz, e official e commendador por serviços distinctos da mesma ordem, gran cruz da Legião de Honra de França, da real ordem Victoria de Inglaterra, da Aguia Vermelha da Prussia, de S. Salvador da Grecia, da Corôa de Italia, de Izabel a Catholica e do Merito Naval de Hespanha; possuia a medalha de prata de comportamento exemplar; socio da Sociedade de Geographia, etc. N. em 14 de dezembro de 1852, fal. a 28 de janeiro de 1914. Assentou praça em engenharia a 17 de setembro de 1873, sendo promovido a alferes em 7 de janeiro de 1880, a tenente em 18 de janeiro de 1882, a capitão em 15 d'abril de 1887, a major em 19 de junho de 1902 e a tenente coronel em 14 de julho de 1904, estando actualmente collocado na reserva. Entrou na politica por intermedio de Emygdio Navarro. Sendo este grande estadista e homem de letras, ministro das obras publicas, conheceu Eduardo Villaça, que então era professor no Instituto Industrial, n'uma reunião de engenheiros que convocára para lhes expôr um plano seu de reforma da engenharia civil. D'entre os assistentes viu erguer-se um moço de porte distincto, para contrariar e combater os planos que serviam de base á projectada reforma, e Emygdio Navarro teve de argumentar com o joven engenheiro para elle ainda desconhecido. Navarro era, porém, um homem que apreciava a lucta, que estimava que alguem o contraditasse, e reconhecendo desde logo que tinha deante de si alguem, ao terminar a sessão quiz saber quem era o seu contradictor e

Dr. Eduardo Villaça

d'elle se aproximou. Era o joven capitão de engenharia Antonio Eduardo Villaça, para quem, n'aquelle momento se abria um lisongeiro caminho na politica portugueza. Entrando então na politica, acompanhou com dedicação o partido progressista, de que se tornou um dos mais sympathicos e dedicados membros. Em 1886 foi eleito deputado pela primeira vez, sendo reeleito successivamente em todas as legislaturas, até ser nomeado par do reino, em 1905 Como parlamentar, a sua palavra eloquente era sempre escutada com a maior consideração, e mesmo nas mais acaloradas discussões nunca feria o anniversario com diatribes irritantes, procurando pelo contrario convencel-o com argumentos expostos sempre com a maior correcção. Foi relator de projectos importantes, que elle estudava com um tal cuidado, e submettia á discussão com um conhecimento tão profundo da materia, que em geral os seus argumentos

não tinham replica, sendo os projectos approvados sem longos o fastidiosos debates. Foi grande defensor de muitos melhoramentos publicos, especialmente das obras do porto de Lisboa. Os seus discursos proferidos n'esse importante debate, es tão compilados e impressos n'um volume que tem mais de 200 paginas. Já desde muitos annos regia a sua cadeira na Escola do Exercito o a do Instituto Industrial e Commercial, com a maior competencia, sendo tambem chefe da repartição de estatistica no ministerio das obras publicas, de que mais tarde foi o director geral, onde deixou trabalhos proprios d'aquella repartição e relatorios, que provavam á evidencia as suas prodigiosas faculdades do estudo, de talento e de trabalho Em 1896 collaborou, na parte respeitanto a estatisticas, n'um relatorio de fazenda do então ministro conselheiro Hintze Ribeiro. Em todas as commissões organisadas pelo ministerio das obras publicas e que respeitavam á administração, á instrucção ou á economia, sempre se encontrava o conselheiro Eduardo Villaça tornando se notavel pelas suas mais variadas aptidões, pela excellencia dos seus conselhos e pela justiça das suas apreciações. Em 1898 foi ministro pela primeira vez n'uma recomposição do ministerio presidido pelo conselheiro José Luciano de Castro, que tinha por Eduardo Villaça a maior estima. N'esse ministerio geriu a pasta da marinha e do ultramar, e interinamente a da fazenda. Em poucos mezes abrangia o problema colonial em toda a sua magnitude, redigia um relatorio que é considerado um monumento de saber, de criterio e de analyse e resolução dos mais graves e complexos problemas, apresentando um plano completó de fomento das nossas provincias ultramarinas. Fôram da sua iniciativa muitas medidas importantes, entre as quaes a proposta do fomento industrial das colonias. Por decreto do 20 de novembro do 1901, foi nomeado ministro dos estrangeiros n'um gabinete presidido pelo conselheiro José Luciano de Castro, sendo a sua nomeação muito bem recebida pelo corpo diplomatico, onde era muito estimado. O homem de estado, que tivéra a felicidade de presidir annos antes aos banquetes da Sala do Risco, dados em honra das esquadras ingleza, allemã e franceza, que marcaram o resurgimento da nossa politica internacional, tinha agora o prazer de conseguir elevar as nossas relações com as maiores potencias do mundo a um grau de cordealidade e de estima, que ellas nunca haviam alcançado. Portugal teve a honra de receber a visita official do rei Eduardo VII de Inglaterra, do imperador Guilherme de Allemanha, do presidente da Republica Loubet, e do rei Affonso XIII de Hespanha, a que se seguiu o pagamento solemne d'essas visitas. Na sua qualidade de ministro dos estrangeiros teve de acompanhar o rei D. Carlos na sua viagem régia em novembro e dezembro d'esse anno de 1901 á côrte de Inglaterra e ao presidente Loubet. No palacio de Windsor e Elyseu o conselheiro Eduardo Villaça recebeu as provas de maior apreço dirigidas a Portugal, conquistando em toda a parte a sympathia e a admiração dos vultos mais proeminentes da politica. Em 27 de dezembro de 1905 foi exonerado do cargo de ministro dos estrangeiros, a seu pedido. Por decreto de 22 de dezembro do 1909 tornou a ser ministro dos estrangeiros n'um gabinete presidido pelo sr. conselheiro Veiga Beirão. Como nas gerencias anteriores, elle mostrou ser um administrador austero, um politico de largas vistas, e um homem de honestidade indiscutivel. «Mas não foi só na direcção suprema dos negocios do paiz, diz um dos seus biographos, que Eduardo Villaça evidenciou os seus meritos e virtudes. Engenheiro distincto, professor modelar, que sabia simultaneamente falar ao cerebro e á razão dos seus alumnos, funccionario inexcedivel de dedicação e saber, parlamentar notabilissimo, tendo ao serviço da sua rara intelligencia uma palavra serena, sobria, da maior clareza e sempre elegante e castiça e a elevação do seu espirito habituavam n'o a apreciar os problemas mais complicados na sua mais grandiosa amplitude, a tal ponto que as suas mais simples conversas particulares encerravam preciosas lições e ensinamentos. Estudioso incansavel, acompanhava a trajectoria dos conhecimentos humanos nas suas mais diversas manifestações e assim se explica que em 1901, ao ser encarregado de elaborar a oração de sapiencia d'esse anno na Escola do Exercito, conseguisse condensar n'uma pequena memoria todos os progressos scientificos do seculo XIX, assombrando como em paginas tão rapidas alguem pudesse sintetisar assumpto quo parecia exigir larguissimo desenvolvimento.» Eduardo Villaça foi tambem administrador delegado da Companhia de Moçambique, onde prestou serviços relevantissimos. Depois da proclamação da Republica em outubro de 1910, continuou a reger as antigas cadeiras da Escola do Exercito, hoje *Escola de Guerra*, e do Instituto Industrial, chamado actualmente *Instituto Superior Technico*. Era casado com a sr.ª D. Amelia Ramires Villaça, que pouco lhe sobreviveu, fallecendo em 23 de outubro do mesmo anno de 1914.

Villaça Pov. e freg. de Santa Cecilia, da prov. do Minho, conc., com.. distr. e arceb. de Braga; 55 fog. e 241 hab. Está situada na vertente do Outeiro da Quebrada, em logar muito aprazivel, a 6 k. da séde do conc. E' atravessada pela estrada municipal da Misericordia a Ruilhe. Ha n'esta freg. uma grande quinta, que pertenceu aos condes de Redondo. Tem um bom palacete, modernamente restaurado, conservando ainda sobre o portão d'um muro o brazão d'aquelles nobres fidalgos. As producções mais dominantes são vinho, cereaes e hervagens. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Freg. de S. Miguel, annexa em 1866 á de S. Vicente de Contim, no conc. e com de Montalegre, distr. de Villa Real. Foi vigairaria da apresentação d'um conego da sé de Braga. Está situada na margem esquerda do rio Cávado, que banha ao N, e pelo centro da freg. passa a antiga estrada de Braga a Montalegre.

Villacete. Pov na freg. de S. João Baptista, d'Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Villadra. Pov. na freg. do N. S.ª d'Assumpção, d'Alcofra, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

Villalba. Ribeira que nasce nas abas da serra de Nogueira, entre as freguezias do Santa Comba de Rossas o Valle de Nogueira, e vae juntar-se ao Sabor abaixo da quinta de S Lourenço, com cêrca do 30 k. de curso.

Villalva. Povoações nas freguezias: S. João

Baptista, de Arnoia, conc. do Celorico de Basto, distr. de Braga || S. João Baptista, de Arroios, conc e distr. de Villa Real. || Santa Maria Magdalena e conc. do Santo Thirso, distr. do Porto

Villalva de Guimarães *(Guilherme Julio Teixeira de Moura, barão de)*. Doutor em medicina pela Universidade de Paris, e cirurgião medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto e proprietario. N a 6 de março de 1811, o fal. solteiro a 13 de setembro de 1870. Era filho de Antonio Alves do Moura, e de sua mulher D. Anna Emilia Teixeira; irmão do visconde da Azinheira, Luiz Candido Teixeira de Moura. Fôra condecorado com a medalha n.º 3 das campanhas da Liberdade, e agraciado com o titulo de barão por decreto do 14 de janeiro de 1861.

Villama. Pov. da 5.ª div. do conc. de Caconda, no distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental

Villancico ou Villancete. Assim se chamava a um pequeno poema de caracter essencialmente popular, todo ou quasi todo com musica, que se cantava nas egrejas por occasião das maiores festas. Essas eram principalmente as do Natal, as da Epiphania ou dos Reis e as de Nossa Senhora. Nas festas em honra de qualquer santo tambem se cantavam villancicos quando os recursos dos festeiros permittiam as respectivas despezas. Tinham logar nos intervallos das matinas, cantando-se um villancico depois de cada nocturno ou serie de 3 psalmos. O seu fim evidente era amenisar a monotonia do cantochão, alegrando o povo para attrahil-o ao templo. A's vezes um villancico só, mas de maior extensão, era dividido em 3 partes, uma para cada nocturno. Compunha-se geralmente o villancico d'um estribilho e d'uma serie de coplas; estas eram tambem uma xacara, um romance ou um tono, etc., etc Na fórma dramatica, era o villancico muito similhante ao auto (V. *este nome)*, com a principal differença de não ser representado mas simplesmente cantado e recitado, tendo tambem a parte musical muito maior logar. O assumpto referia-se sempre á festa religiosa que se celebrava, predominando n'elle o sentimento religioso; mas para darem a nota alegre, appareciam muitas vezes personagens cantando em diversos idiomas e dialectos; assim, um cantor figurava de preto cantando em dialecto africano, outro de sacristão misturando nas suas coplas as phrases latinas da missa, outro era estudante ou bacharel que cantava latim macarronico; havia tambem o gallego, o biscainho, etc. Nos villancicos do Natal e da Epiphania predominavam os assumptos pastoris. Teve o villancico a sua maior florescencia no seculo XVII, e todos os compositores escreveram musica para elles. O catalogo da livraria de D. João IV menciona mais de 2:000 villancicos. Em 1723 fôram absolutamente prohibidos em Portugal, mas em Hespanha ainda se cantaram por muitos annos. Os villancicos, ou villancetes, adquiriram grande popularidade em toda a peninsula hispanica.

Villar *(Christiano Nicolau Kopke, barão de Ramalde e barão de)*. Commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, fidalgo cavalleiro da Casa Real, e membro da Junta do Porto em 1828. N. a 15 d'outubro de 1763, fal. a 10 de dezembro de 1840. Era filho de Nicolau Kopke, consul do Sacro Imperio e cavalleiro da ordem de Christo, e do sua mulher D. Dorothcia Shewerin. Succedeu á casa de seu pae em 15 de janeiro do 1807. Casou a 1 de setembro de 1813, com D. Leonor Carolina Van Zeller, sua sobrinha, filha de Henrique Pedro Van-Zeller, o de sua mulher, D. Maria Julianna Kopke. D'este matrimonio houve filhos, entre os quaes Nicolau Christiano Kopke, que nasceu a 4 de março de 1823, e fal. a 4 d'agosto de 1868, e foi o 2.º barão de Villar, renovado por decreto de 5 de outubro de 1815, no titulo de seu pae, concedido por decreto de 21 dezembro de 1836. O titulo de barão de Ramaldo foi concedido por decreto de 7 de dezembro do 1831. O brazão d'armas é um escudo com as armas do barão do Massarellos, seu parente: Em campo azul, tres meias luas de prata em triangulo e uma estrella do mesmo metal no centro.

Villar. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Minho, conc. de Terras de Bouro, com. de Amares, distr. e arceb. de Braga; 69 fog. e 260 hab. Tem est. post. Está situada junto da serra de Alto do Seixo, a 17 k. da séde do conc. A serra é atravessada pela antiga estrada romana da Geira, uma das 5 que de Braga conduzia a Astorga. Comprehende 4 aldeias: Motta, Outeiro, Paço e Travassos E' fertil em generos agricolas. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. Esta freg. tendo sido annexada ao conc. de Amares por decreto de 14 de agosto de 1895, que supprimiu o do Terras de Bouro, voltou a este, por ter sido restaurado por decreto do 17 de janeiro de 1898. || Pov. e freg. de N. S.ª da Expectação, da prov. da Extremadura, conc. do Cadaval, com. de Torres Vedras, distr. e ptriarc. de Lisboa: 272 fog. e 1:299 hab. Tem escolas de ambos os sexos, est. post., e lagaros de azeite. Está situada na vertente da serra de Monte Junto, a 7 k. da séde do conc. Banham esta freg. diversos regatos, unidos fórmam o rio Real, quo vae desaguar na lagôa de Obidos, cêrca de 26 k. a NO. Atravessa esta freg a estrada districtal do Carregado, por Alemquer e Villa Verde dos Francos, ao Cadaval, e a estrada municipal que liga a pov. de Villar com a de Villa Nova, passando por Palhaes. A egreja matriz nada tem do notavel. E' pouco fertil. Esta freg. tambem soffreu muito por occasião da Guerra Peninsular, principalmente desde que o general Massena acampou com as suas tropas ao norte das linhas de Torres Vedras desde outubro de 1810 até março de 1811. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 5, com a séde em Lisboa. Tendo sido annexada esta freg. ao conc. de Alemquer, pelo decreto de 26 de setembro de 1895, quo extinguiu o de Cadaval, voltou para este, depois de ser restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Villa do Conde, distr. e bisp. do Porto; 172 fog. e 734 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Está situada n'um valle, a 8 k. da séde do conc. Atravessam esta freg. a estrada do Porto a Valença por Villa do Conde, Povoa de Varzim, etc., e a linha ferrea do Porto a V. N. de Famalicão, tambem por Villa do Conde e Povoa de Varzim. E' parochia muito antiga. O terreno é fertil, e banhado por 2 ribeiros que régam e móem. Produz especialmente vinho verde, cereaes e hervagens, pelo que foi muito

importante e rendosa n'esta freg. a industria da creação e engorda de bois que exportava para Inglaterra. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Pov e freg. de S. Bartholomeu, da prov. da Beira Alta, conc. e com. do Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 137 fog. e 550 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada a 7 k. da séde do conc., na margem esquerda do rio Tavora. As suas producções mais importantes são: vinho bom de mesa, milho, trigo, centeio, linho, azeite e batatas. Nos limites d'esta freg. ha uma boa ponte de granito sobre o rio Tavora. Não tem inscripção nem data, mas é muito antiga, e não se sabe quando, nem por quem foi feita. Fica entre esta freg. e a de Fonte Arcada, e tem 4 arcos. A tradição local diz que foi obra do conde. D Henrique, nos principios da monarchia. E' a maior de todas as pontes que ha sobre o Tavora. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Povoações nas freguezias: S Lourenço, de Asmes (actualmente Ermezinde), conc. de Vallongo, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || Santo Estevão, de Aboim das Choças, conc. de Arcos de Valle do-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Abragão, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || S. Thiago, de Anhões, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Anta, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. João Baptista, d'Areias de Villar. conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || Santa Maria, de Arrifana, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. || N. S.ª da Gloria, conc. e distr. d'Aveiro. || Santa Maria, de Bagunte, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || Santa Maria, de Borba da Montanha, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Bordonhos, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Victor, conc. e distr. de Braga. || S. João Baptista, de Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Mamede, do Canellas, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Domingos, de Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Castello de Penalva, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Cepelles, conc. de Macieira de Cambra, distr. d'Aveiro. || Santa Eulalia, de Cerdal, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador, de Christello, conc. de Barcellos, distr. de Braga || S. Pedro, de Codeceda, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Mamede, de Coronado, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Costa, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Coucieiro, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Martinho, de Courel, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || O Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Claudio, de Curvos, conc de Espozende, distr. de Braga. || S Paio, de Eira Vedra, conc. do Vieira, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição, de Ermida, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || S. Bartholomeu, de Esperança, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Vicente, de Felgueiras, conc. de Fafe, do mesmo distr. || Santa Maria, de Ferreiros, conc. e distr. de Braga || Santa Maria, de Fiães, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Vicente, de Fornellos, conc de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Gallegos, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Salvador, de Ganfei, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Gavião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Miguel, de Gemeos, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || S. Thiago, de Gemieira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello || Santa Leocadia, do Geraz do Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Gestaçó, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Lourenço, de Golãos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Cosme de Gondomar, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Lamellas, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || O Salvador, de Lemenhe, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Lodares, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Pedro, de Lordosa, conc. e distr. de Vizeu. || Santo Emilião, do Mariz, conc. de Barcellos, distr. de Braga || S. Miguel de Matto, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu || S. Lourenço, de Milhão, conc. e distr. de Bragança. || S. Salvador, de Miuhotães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Miguel, de Morreiras, conc. e distr. do Braga. || Santa Eulalia, de Negreiros, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || Santa Maria, de Nogueira, conc. da Maia, distr do Porto. || S. Miguel e conc. d'Oliveira de Azemeis, distr. d'Aveiro. || N. S.ª do Soccorro, de Paçô, conc. d'Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Paradella, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Paz, de Portella do Fojo, conc. da Pampilhosa, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Paiva, distr d'Aveiro. || S. Martinho, de Recezinhos, conc de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Remelhe, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Miguel, de Roriz, do mesmo conc. e distr. || S. Martinho, de Seidões, conc. de Fafe, do mesmo distr. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Thiago, de Sendim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Mamede, de Serôa, conc. de Paços de Ferreira, do mesmo distr. || S. Pedro e conc da Certã, distr. de Castello Branco. || Santo André, de Sobrado, conc. de Vallongo, distr. do Porto. || S. Pedro, de Sobreira, conc. de Paredes, do mesmo distr. || O Salvador, de Tangil, conc. do Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Terroso, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || S. Salvador, de Thuias, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || S. Martinho, de Travassos, conc. de Povoa do Lanhoso, distr. de Braga. || S. Thomé, de Travassós, conc. de Fafe, do mesmo distr. Tem correio com serviço de posta rural. || Santa Eulalia, de Trute, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello || S. Cosme, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria, de Vallega, conc. d'Ovar, distr. d'Aveiro. || Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Villar *(Bons homens de)*. *V Beato Antonio* e *Villar de Frades*.

Villar d'Além. Pov. na freg. do S. Miguel, de Rebordosa, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Villar d'Allen *(Alfredo d'Allen, visconde de).* Antigo membro da Sociedade Agricola e do Conselho de Agricultura do Porto, fundador da Sociedade do Palacio de Cristal Portuense, de que foi presidente da direcção, antigo vereador e presidente da camara municipal e um dos primeiros negociantes de vinhos da mesma cidade, etc., onde nasceu em 1828, e fal. a 17 de junho do 1907. Era filho do acreditado negociante e fundador do Museu Municipal. João Allen, proprietario da quinta de *Villar d'Allen*, uma das mais notaveis dos arredores do Porto, ao norte do rio Douro (V. *Allen*). Foi educado em *Fontenay aux-Roses*, perto de Paris, sob a direcção do reverendo *Sacra Familia*, dr. José da Silva Tavares. Dedicando-se ao commercio, foi na cidade do Porto um dos mais respeitaveis representantes da sua classe. A agricultura preoccupou-o sempre desde a mocidade. Vendo então tudo atravez um prisma de côres fascinadoras, conhecendo que Portugal, por todas as suas condições de clima e de sólo, deveria ser um paiz sobretudo agricola, sentia agitar-se o seu espirito irrequieto ao vêr o atrazo em que jaziamos, comparado ao que havia visto no estrangeiro. Em 1857, como fervoroso apostolo do progresso agricola, reuniu se a 3 ou 4 camaradas, e organisou no campo da Torre da Marca uma exposição, que el-rei D. Pedro V inaugurou, indo ao Porto propositadamente para esse fim. Essa festa agricola obteve um enorme successo e foi precursora d'outras que se seguiram até 1863. O programma fôra organisado por mão de mestre, porque Alfredo Allen era um dos raros que entendia no assumpto,e attrahiu centenares de expositores. Annos depois, em 1863, fundava se no mesmo local, campo da Torre da Marca, o Palacio de Cristal Portuense, por uma sociedade organisada em 1861, composta d'um numeroso grupo de bons patriotas, do que Alfredo Allen era a alma, pela sua elevada competencia, em vista das suas muitas viagens, e da sua natural intuição para estes emprehendimentos. Construido o Palacio de Cristal foi eleito membro da camara municipal, e tomando a seu cargo o pelouro dos jardins, soube em breve transformar, pelo habil lapis de Emilio David, a Cordoaria n'um bellissimo jardim, todo moderno e cheio de arte. Com a acquisição de aquelle artista, feita por Alfredo Allen na Belgica, se crearam os jardins do Palacio de Cristal e da Cordoaria, verdadeiros modelos que fôram da architectura paizagista e em cujas curvas suaves e effeitos de contraste entre o colorido da folhagem, bem denotava talento e arte profissional. Alfredo Allen era conhecido como viticultor distincto e como preparador de vinhos que conhecia a fundo a materia. Assim, quando chegou a invasão phyloxerica, o seu nome estava naturalmente indicado para fazer parte das commissões de estudo que se crearam em 1880, sendo presidente da *Commissão Central anti phyloxerica do reino*, no anno de 1881, e da do norte de 1881 a 1884, e vogal d'esta mesma commissão, sendo exonerado da presidencia a seu pedido, e nomeado presidente honorario pelo governo. Durante uns 8 annos foi elle que activamente dirigiu a campanha phyloxerica. Quando se fundou a Companhia Vinicola de Portugal, entrou como director technico. São numerosos os serviços prestados no Porto, á agricultura, horticultura e vinicultura. Foi iniciador o secretario da Exposição Internacional Portugueza em 1865, e commissario da mesma exposição, indo á sua custa ao estrangeiro organisar as differentes commissões delegadas, entre ellas a de Paris, com Gervais de Caen e Natalis Rondot. Como director do Palacio de Cristal foi em commissão a Londres, tambem á sua custa, em 1864, e ali se demorou 3 mezes para resolver as grandes difficuldades que se deram com a fallencia do empreiteiro constructor do dito palacio, sendo acompanhado n'essas diligencias pelo seu collega na direcção Francisco Pinto Bessa. Foi commissario regio junto da Exposição Internacional de Vienna, em 1874, da de Berlim em 1888, e de Paris em 1889, sendo n'esta ultima membro do grande juri internacional; encarregado da organisação dos productos do norte do paiz para todas as exposições internacionaes, especialmente da secção de vinhos; presidente da direcção do Palacio de Cristal desde 1867 a 1875, socio honorario da mesma sociedade, eleito em assembleia geral pelos serviços extraordinarios nas exposições agricolas e horticolas; presidente de quasi todas as exposições horticolas e oenologicas do Palacio de Cristal até 1880; fundador do *1.º Orpheon popular portuguez* e escolas de musica populares gratuitas, em 1866 e 1867, no referido *Palacio;* delegado do governo portuguez na convenção anti phyloxerica de Berne, e commissario official no congresso de Bordeus em 1881; fundador e director official da fabrica do Estado, de sulfureto de carbone da Serra do Pilar, conseguida depois de grande lucta, em 1879; n'esse mesmo anno teve uma portaria de louvor pela installação da dita fabrica, sendo premiado nas exposições do Rio do Janeiro de 1879 e na de Lisboa de 1884; vogal da commissão da cultura do tabaco do Douro, havendo tomado parte na grande lucta para se obter do governo concessão para experiencias; vogal do Conselho d'Agricultura do districto do Porto, desde a sua installação; fundador do *Agricultor do Norte de Portugal*, em 1877, e collaborador e redactor do mesmo jornal; vogal da Commissão de Defeza do Porto, eleito no grande comicio da Regoa; vogal do 1.º syndicato para a construcção do porto artificial de Leixões, desde 1864; vogal do 2.º syndicato do mesmo porto com canal, até 1881; a este syndicato se deve a construcção do dito porto, em opposição aos acerrimos partidarios do porto de Lavradores; vice presidente da Commissão Central do Norte, promotora da producção e exportação de vinhos nacionaes, por decreto de 29 de maio de 1885, secretario gerente e thesoureiro da caixa filial do *Brasilian Portuguese Bank*, no Porto, em 1863 e 1864. Por decreto de 13 de janeiro de 1866 foi agraciado com o titulo de visconde de Villar d'Allen, tomado da sua importante quinta d'este nome, no encerramento da Exposição Internacional do Porto, devida em grande parte aos seus esforços. Era um distincto amador de musica (violoncellista) e tomou parte em differentes concertos de beneficencia como solista nos theatros, no Palacio de Crystal, etc. Foi socio fundador da Liga dos Lavradores do Douro, da Real Sociedade Humanitaria, da Sociedade Nacional Camoneana, etc. Era official da Legião de Honra da França e da Belgica, do Merito Agricola e da

Instrucção Publica de França; teve o premio de honra offerecido pela Associação Commercial do Porto na exposição de vinhos em 1880; d'esta associação foi director em differentes biennios O visconde de Villar d'Allen casou no Porto, em 1851, com D. Maria José Rebello Valente, filha do opulento commerciante de vinhos do Alto Douro e grande proprietario, José Maria Rebello Valente.

Villar das Almas. Pov. e freg. de Santo Estevão, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 102 fog. e 409 hab. Está situada na margem esquerda do rio Neiva, a 17 k. da séde do conc. Perteuccu ao conc. de Albergaria de Penella, extincto pelo decreto de 24 de outubro de 1355, data em que passou para o de Ponte do Lima. Perto de 3 k. ao nascente d'esta freg. passa a estrada de Ponte do Lima a Braga, e é atravessada pela estrada districtal de Vianna a Villa Verde. E' fertil em generos agricolas. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 3, com a séde em Vianna do Castello.

Villar de Amargo. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Figueira de Castello Rodrigo, distr. e bisp. da Guarda; 138 fog. e 504 hab. Está situada na antiga estrada de Figueira de Castello Rodrigo a Villa Nova de Fozcôa, na zôna chamada Cima Côa e na margem esquerda da ribeira de Aguiar, da qual dista 4 k., 7 da margem direita do rio Côa, e outros tantos da séde do conc. A egreja matriz é muito antiga e bastante arruinada, e tem capellas publicas: a da Misericordia, e a de S. Sebastião, que, segundo consta, foi a primeira matriz da parochia. Esta pov. nunca foi murada, mas teve um reducto, feito em 1618, durante a Guerra da Restauração, para abrigo e defeza dos seus habitantes contra as correrias dos hespanhoes. Do tal reducto existe apenas a Torre, que estava no meio d'elle, e serve de torre do relogio O terreno é secco, accidentado e muito pedregoso. As producções dominantes são: trigo, centeio, azeite, vinho, amendoas e hortaliça. Na pequena ribeira d'Aguiar, que banha pelo norte a pov., ha um moinho de cereaes, que trabalha só no inverno. Pertence á 2.ª div. e ao distr. de recrut. e res. n.° 12, com a séde em Trancoso.

Villar de Andorinha. V. *Villar de Andorinho*.

Villar de Andorinho. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Douro, conc. de V. N. de Gaia, com., distr. e bisp. do Porto; 412 fog. e 1:897 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. Está situada n'um valle, na margem esquerda do rio Febros, confluente do Douro, que a separa da freg. de Avintes, e dista 5 k. da séde do conc. Ha duvidas quanto á verdadeira denominação d'esta freg.; encontra se com o nome de *Villar da Andorinha* na Ordem do exercito, no regulamento da contribuição industrial, na carta chorographica, etc.; e com o de *Villar de Andorinho* no mappa das dioceses organisado pelo ministerio da justiça em 1882, em virtude da carta de lei de 20 d'abril de 1876, no decreto de 29 de dezembro de 1898, no *Diario do Governo* n.° 7 de 1899, que insere a divisão comarcã, no Censo geral da população de 1890 e 1900, e em varios diccionarios e publicações. Segundo a tradição é este ultimo o que deve ser empregado. A pov. comprehende as aldeias seguintes: *Serpente* a SO; *Balteiros* a S. *Menesas* a SE, que devia pertencer á freg. de Avintes, porque está na margem direita do rio Febros; *Lijó* tambem a SE, cujos habitantes são quasi todos lavradores e proprietarios; *Gesta* a E; *Moinhos* a NO, em que os seus habitantes são quasi todos moleiros; *Baixa* a N; está junto da egreja matriz, da qual dista cêrca de 200 m. E' uma das povoações mais ricas da freg.; *Mariz* a N; é tambem pov. rica, porque os seus habitantes são na maior parte lavradores ou proprietarios; *Villar*, a séde da matriz; *S Lourenço* a S, que dista d'esta egreja mais de 2 k. E' uma aldeia populosa e bastante rica, pois tem muitos lavradores, mas a sua população fórma um verdadeiro labyrinto; parte é da freg. de Pedroso, cuja egreja dista d'aqui 6 k.; a outra parte pertence a Villar de Andorinho, estando os fogos das duas freguezias misturados e sem nenhuma linha divisoria. E' um amalgama singular, que assim se explica: A pov. de S. Lourenço é muito antiga, e tem uma capella da invocação d'este santo, que foi a primeira matriz d'este povo e dos povos circumvisinhos, os quaes todos obedeciam ou eram *annexos* ao convento benedictino de Pedroso, fundado no seculo IX. (V. *Pedroso*). Durante seculos o termo da freg. e do convento de Pedroso, segundo consta d'um antigo tombo d'este convento, confinava pelo lado N com a freg. de Santa Eulalia de Oliveira do Douro, o que prova, que não existia ainda a freg. de Villar, pois está entre a de Pedroso e a de Oliveira. Foi creada pelos ditos frades quando viram desenvolver se a N do seu convento povoações de certa importancia, e deram-lhe por séde a pov. de Villar, que d'um rico lavrador, seu habitante, cognominado *Andorinho*, tomou o nome de *Villar de Andorinho*, que ainda hoje conserva. E' isto o que diz a tradição, e do *Catalogo dos pergaminhos da Universidade de Coimbra*, feito por Gabriel Pereira e publicado em 1880 o mesmo consta. D'um dos documentos citados no referido *Catalogo* não só se infere que a pov. de Villar pertencia em 1256 a um homem chamado Andorinho e que tomou d'elle o nome, como tambem que elle era filho de Domingos Diogo de Cornes e tinha uma irmã chamada Ermeziuda. Do mesmo *Catalogo* se vê que esta freg. tambem foi chamada de *S. Salvador de Villar de Feveros ou de Febros*, por estar situada na margem do rio d'este nome, e faz se referencia a um pergaminho da primeira metade do seculo XIV, no qual se descreve o termo d'esta freg. n'aquelle tempo. O dr. Pedro Augusto Ferreira, porém, como se lê no *Portugal antigo e moderno*, vol. XI, suppõe que *Andorinho* é corrupção de *Adonorigo*, nome gôdo, e que a pov. de Villar foi propriedade e residencia de Adonorigo Gonçalves do Marnel, fidalgo distinctissimo e neto dos fundadores do convento de Pedroso, ou de Adonorigo Gondoindes, filho de Adonorigo do Marnel. Para a nova freg. de Villar de *Adonorigo*, hoje Andorinho, devia passar a pov. de S. Lourenço, mas alguns dos seus habitantes, magoados por lhes tirarem a sua autonomia, recalcitraram, dizendo que antes queriam pertencer á freg. de Pedroso, embora muito mais distante do que a nova erecta. Seguiram-se grandes questões, e como os frades os não pudessem harmonisar e trazer a bom accordo, deram lhes liberdade para escolher cada um a freg. que mais

lhe agradasse, pois ambas n'aquelle tempo eram da apresentação do dito convento. D'aqui resultou que, durante muitos annos, parte da população do S. Lourenço pertencia á freg. de Pedroso e outra parte á de Villar de Andorinho, até que por fim se pôz termo a estas embirrações incluindo toda a população de S. Lourenço na freg. de Villar de Andorinho. Por escriptura feita a 19 de setembro de 1496, os frades de Pedroso coderam a parochia de Villar de Andorinho ás religiosas franciscanas de Santa Clara do Porto em troca da egreja de S. João da Folhada, no conc. de Marco de Canavezes. Ficou, portanto, pertencendo a freg. ás referidas freiras, até 1834, em que fôram extinctas as ordens religiosas. As producções dominantes são: milho, centeio e vinho verde. Tambem abunda em agua e hervagens, pelo que engorda muito gado bovino, quo manda para Inglaterra. Foi esta industria uma das mais importantes ao norte do paiz, mas decaiu consideravelmente depois que os Estados Unidos da America se incumbiram de abastecer de carne a Inglaterra. Decaiu egualmente a exportação de cebolas para Inglaterra, tendo sido muito importante no norte do paiz, com especialidade n'esta freg. E' tambem muito antiga em Villar de Andorinho a industria da lavagem de roupa em que empregam muitas mulheres. Lava se n'esta freg. uma grande parte da roupa dos habitantes do Porto. Já em 13 de novembro do 1656 o parocho se queixou ao visitador Fernão Pereira Soares, dizendo que as lavadeiras, suas visinhas, lavavam muita roupa da cidade e sujavam a agua que ia para a residencia e em que lavava a roupa da egreja, pelo que o visitador lhes prohibiu, sob peua de excommunhão a continuarem a lavar roupa n'aquelle sitio, impondo a cada uma das trangressoras a multa de 10) reis. Em Villar de Andorinho ha 4 grandes quintas: a de *Baixo*, da *Soêma*, da *Serpente* e da *Rechousa* Ha tambem muitos pinheiraes e soberbas pedreiras de granito. Os pinheiraes abastecem-n'a de madeira para construcções. Além d'isso, temperam a atmosphera, embalsamam o ar, embellezam os seus montes e contribuem poderosamente para a salubridade da pov. O granito das vastas padreiras é tambem um manancial de riqueza, por ser o melhor que se encontra em todo o conc. de Villa Nova de Gaia. Depois que a matriz da parochia se mudou da aldeia de S. Lourenço para a de Villar, a sua primeira egreja esteve no local onde ainda se vê a residencia parochial e unida a ella; como, porém, fôsse pequena e o seu chão muito humido, resolveram construir outra mais vasta, a matriz actual, um pouco distanto da residencia, mas em sitio bem escolhido, alto, pittoresco, e com lindos pontos de vista. Não se sabe ao certo a data da sua construcção, mas suppõe se que foi feita no seculo XVI. Na torre vê se a data de 1797. E' um bom templo, mas pequeno; tem altar mór e 4 lateraes, com bons retabulos de talha dourada, côro, orgão e torre eom 3 bellos sinos o relogio. No altar do throno tem um cruxifixo do *Salvador*, titular da egreja, e aos lados as imagens de S. Bento, Santa Catharina e Santa Clara, sendo esta ultima de boa esculptura. A pov. é banhada pelo rio Febros e diversos regatos seus confluentes. Atravessa-a, pelo Mouto Graude e pelas povoações de S. Lourenço e Balteiros, a estrada de Santo Ovidio ou do Alto da Bandeira (freg. de Mafamude), na estrada nacional do Porto a Coimbra e Lisboa, para a freg, de Lobão. Além d'esta, tem outras excellentes vias de communicação para todo o conc. e para a capital do districto. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 6, com a séde no Porto.

Villar d'Aquem Pov. na freg. de S. Miguel, de Rebordosa, conc. de Paredes, distr. do Porto.

Villar de Arca Pov. na freg. de S. Thiago de Piães, conc. de Siufães, distr. de Vizeu. Tem caixa postal.

Villar de Areias. Nome do antigo e extincto couto de Cervães, actualmente freg. de Corvães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Villar d'Athão. Pov. na freg. de S. Torquato. conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Villar de Baixo. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Borba de Godim, conc. do Felgueiras, distr. do Porto. || S. Pedro, de Povolide, conc. e distr. de Vizeu.

Villar de Barrôco. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Beira Baixa, conc. de Oleiros, com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 84 fog. e 404 hab Tem est. post. e está situada ua peudente O da serra do Muradal, e tomou o nome d'uma profunda e estreita garganta que lhe fica a sopé, e por onde corre a ribeira da Malhadancha, a 5 k. do rio Zezere e a 12 da séde do conc. Além da sua egreja matriz, que é um templo singelo muito antigo, ha n'esta parochia 3 capellas: *Bom Jesus*, em Villar; *S. Pedro*, em Villarinho; e *N. S.ª da Estrella*, em Malhadancha. Produz azeite, castanhas, vinho e cereaes. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 21, com a séde em Castello Branco.

Villar de Bésteiros. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Alta, conc. o com. de Tondella, distr. e bisp. de Vizeu; 238 fog. e 912 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e uma feira na ultima quinta feira de cada mez. Está situada na margem esquerda e a 2 k. da ribeira da Taboaça, e a 7 da séde do conc. E' servida pela estrada nacional de Vizeu á Mealhada por Tondella e Santa Comba Dão, e por duas estradas municipaes, partindo uma d'ellas da dita estrada nacional atravez d'esta freg., para a feira de Campo, distaute uns 6 k. A egreja matriz é um bom templo, espaçoso, elegante, muito bem situado, com bonitos pontos de vista, uma linda torre a meio da froutaria com balaustrados nas sineiras, e um adro murado. O terreno é fertil, e produz com especialidade, milho e vinho bom de mesa; tambem produz centeio, castanhas e fructas de todas as qualidades. Tem muitos pinheiros, e cria bastante gado lanigoro. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 14 com a séde em Santa Comba Dão.

Villar do Boi. Pov. na freg. de S. Pedro, de Fratel, conc. de Villa Velha de Ródão, distr. de Castello Branco.

Villar de Cellas Pov, ua freg de S. Lourenço de Riba Pinhão, conc. do Sabrosa, distr. de Villa Real.

Villar de Cerva. Pov. na freg. de S. Barnabé, de Janarde, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Villar de Cervos. Pov. na freg. de Santa Cruz, de Alvarenga, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Villar Chão. Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Minho, conc. e com. de Vieira distr. e arceb. de Braga; 89 fog. e 386 hab. Tem escola do sexo feminino e está situada na margem e a 1 k. do rio Ave, e a 9 da séde do conc., na vertente occidental da serra da Cabreira. Banham esta freg. a ribeira da Abelheira, tambem denominada *rio da Pertega*, que tem uma ponte d'este nome, e vae desaguar no rio Ave; e os ribeiros de Canas, Muros e Portosinhos, que vão desaguar na Abelheira, dentro d'esta parochia. A dita ribeira move 2 lagares de azeite e 12 moinhos de cereaes. As suas producções principaes são: milho, vinho, azeite e lã, pois cria bastante gado lanigero. Tambem abunda em hervagens de semente e cria muito gado bovino, que engorda e exportou em grande quantidade, antes da decadencia d'esta industria, que foi muito importante n'esta freg. e a sua principal fonte de riqueza. Nos limites da pov. ha 3 grandes penedos, chamados *Penedos da Pinga*, porque um d'elles assenta sobre os outros 2, formando uma especie de ponte com 3 m. de abertura e 4 de altura, e está sempre, mesmo na estiagem, vertendo ou pingando agua do tecto ou do penedo superior sobre o dito vão, agua que é tida por milagrosa, e por isso alguns habitantes n'esta freg. se banham n'ella, n'um pequeno tanque, que está no mesmo vão. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. de Alfandega da Fé, distr. e bisp. de Bragança; 135 fog. e 543 hab. Está situada na margem direita d'um ribeiro affluente do Sabor, da qual dista 3 k., e 11 da séde do conc. Até 1882, data da ultima circumscripção diocesana, pertenceu ao arcebispado de Braga. Em 1840 pertencia a pov. ao conc. de Chacim, extincto pelo decreto de 31 de dezembro de 1853, pelo qual passou para o d'Alfandega da Fé. E' fertil em generos agricolas, e produz vinho e azeite. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 10, com a séde em Mirandella. Tendo sido annexada esta freg. ao conc. de Mogadouro por decreto de 14 d'agosto de 1895, que suppriniu o de Alfandega da Fé, voltou para este, depois de restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. || Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição o conc. de Villa de Roi, distr. de Castello Branco

Villar de Cima. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Borba de Godim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santo André, de Marecos, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || Santa Catharina, de Villares da Villariça, conc d'Alfandega da Fé, distr. de Bragança.

Villar Cimeiro. Pov. na freg. de Nossa Senhora do Carmo, de Madeirã, conc. d'Oleiros, distr. de Castello Branco. Tem correio com serviço de posta rural.

Villar de Cunhas. Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. do Minho, conc. e com. do Cabeceiras de Basto, distr. e arceb. de Braga; 102 fog. e 469 hab. Tem est. post. e está em terreno montuoso, nas immediações da serra do Barroso, a cêrca de 3 k. da margem direita do rio Bersa, ou Versa, a 1 da margem direita do Tamega e a 20 da séde do conc. Banham esta freg. o rio de Freixo, que tem 2 pontões, e o de Salgueiro que tem outros 2 pontões, sendo ambos estes rios confluentes do citado rio Bersa, ou Versa, que banha tambem parto d'esta freg. e morre no Tamega. O seu clima na parte alta é frio e aspero, pois defronta com as serras de Barroso, que lhe ficam ao norte; mas na parte baixa, ou nas margens do rio Borsa, é muito temperado, pelo que as terras da parte da baixa são mimosas e produzem inclusivamente laranjas, emquanto que as da parte alta apenas produzem centeio, batatas e algum milho. A egreja matriz é um templo singelo, com altar-mór e 4 lateraes. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves

Villar d'Eirigo. Pov. na freg. de S. Miguel, de Bairros, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

Villar de Este. Pov. na freg. de Santa Maria, de Nine, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Villar de Ferreiros. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 270 fog. e 1.022 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada a 5 k. da margem esquerda do rio Tamega e a egual distancia da séde do conc. Em 1706 era abbadia da apresentação do marquez de Marialva pertencendo então ao conc. de Mondim de Basto e á grande comarca de Guimarães. Esta parochia comprehende as aldeias seguintes: Villar de Ferreires, a séde; Villarinho, Covas, Pedreira, Cainha, Campos e Villa Chã As suas producções dominantes são: cereaes, vinho, batatas, lã e manteiga, pois cria bastante gado lanigero e muitas vaccas, que produzem muito leite, com que fabricam manteiga, industria importante na localidade. A egreja matriz nada tem de notavel. Ha na pov. as capellas de *Santo Antonio*, na aldeia de Villarinho; a de *Santo Antonio*, tambem, na aldeia de Villa Chã; a de *S. João Baptista*, na aldeia de Covas; a de *S. Sebastião*, em Villar, junto da matriz. No alto do Monte Farinha, ao N de Ferreiros, está a capella santuario de *N. S.ª da Graça*. E' um lindo templo, todo de cantaria de granito, muito solido e bem conservado, apezar de muito antigo. Foi reedificado em 1875. Tem um espaçoso adro com 2 grandes muros de supporte; casa contigua para residencia do ermitão e acolhimento dos romeiros; outra casa espaçosa concluida em 1884, e a O uma pequena capella, terminada em 1886, consagrada á Senhora da Encarnação. E' um dos primeiros santuarios da prov. de Traz-os Montes. Banham a pov. o *Rio da Ribeira Velha*, que tem uma ponte em Villar e outra em Villarinho; o *Rio Cabrão*, com uma ponte junto da aldeia de Villa Chã e outra em Covas; e o *Rio das Mestras*, com uma ponte entre Villar e Villa Chã. Todos 3 regam a maior parte dos campos da freg.; movem moinhos de cereaes e de azeite; juntam se no termo da parochia e fórmam o rio Cabril, que réga muitos campos, move muitos moinhos e engenhos de massar linho, e a distancia de 5 k. desagúa no Tamega, na freg. de Mondim de Basto, que na sua maior parte é regada pela agua que vae de Villar de Ferreiros em um açude que tem mais de 1 m. de largo e 7 a 8 k. de comprimento, tocando na pov. do Mondim, onde move 13 rodas de moinhos. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. Tendo sido por decreto de 26 de setembro de 1895 agrupada ao conc. de Celorico de

Basto, distr. de Braga, e ao mesmo annexada por decreto de 26 de junho de 1896, que extinguiu o de Mondim do Basto, voltou a este, restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898.

Villar de Figos. Pov. e freg. do S. Paio, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 99 fog. e 445 hab. Tem esc. do sexo masc. e está situada na margem esquerda e a 6 k. do rio Cávado e a 9 da séde do conc. Em 1706 era vigairaria da apresentação da collegiada de Barcellos, pertencia ao termo da villa e conc. de Espozende, comarca e ouvidoria de Barcellos, provedoria de Vianna do Castello. Comprehende as aldeias seguintes: Villar de Figos, Aldeia, Outeiro de Cima e Outeiro de Baixo, Hospital de Cima, Hospital de Baixo, Egreja, Egreja Velha, Ribeiro, Fonte dos Santos, Outeiro da Egreja, a montante da matriz, e Valle. E' banhada pelos regatos *do Porto* e *das Lameiras*, desaguando ambos no rio Cávado. Dizem que esta freg. tomou o nome de *Principaes de Villar de Figos*, porque os seus habitantes se immortalisaram, tomando o castello da Franqueira aos moiros, castello que estava muito proximo, a 1 k de distancia para NE, no monte da Franqueira, mas já no termo da freg. de *Vilhases* ou *Vilhares*, junto do sitio onde ainda hoje se vê a ermida de N. S.ª da Franqueira, que pertence á freg. de Pereira, por estar no termo d'ella. A tradição local ainda hoje explica a tal façanha do modo seguinte: Tendo os christãos sitiado o castello e defendendo-se elle obstinadamente, os habitantes d'esta freg. juntaram certa noite um grande rebanho de cabras, prenderam lhes nas pontas vellas accêsas, e tomando o caminho de Barcellos, marcharam com grande alarido sobre o castello, o que animou os sitiantes e determinou os sitiados e renderem se, imaginando que de Barcellos haviam chegado ao acampamento dos christãos grandes reforços. Aos habitantes d'esta parochia, pela sua astucia, se deveu principalmente a expulsão dos moiros. Fôram elles os *principaes* conquistadores do castello, e por isso se denominaram *Principaes de Villar de Figos*. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Villar Formoso. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Almeida, distr. e bisp. da Guarda; 193 fog. e 797 hab. Tem escola de ambos os sexos, est. post., hotel restaurante, etc. Está situada junto da fronteira, na margem esquerda da riboira de Tourões, que nasce nas freguezias de Villar Maior e Malhada Sorda, passa ali na direcção de S a N formando a raia, e a 20 k. de distancia entra no Agueda, que prolonga a linha divisoria de Portugal e Hespanha até morrer no Douro entre a Barca d'Alva e a pov. hespanhola de Vega del Torron. Villar Formoso dista apenas 1 k· da est. do seu nome na linha ferrea da Beira Alta, 2 da pov. hespanhola de Fuentes de Onor e 14 da séde do conc. A sua estação é a ultima de Portugal na linha da Figueira á fronteira. Além da linha ferrea, que a põe em communicação rapida com todo o paiz e com a Hespanha e a França, tem estrada para a séde do conc. A inauguração da linha ferrea em continuação da linha da Beira Alta desde a estação de Villar Formoso até Salamanca fez-se a 23 de maio de 1886, dias depois da passagem da então princeza D. Maria Amelia de Orléans, benzendo solemnemente as machinas o bispo de Salamanca. A pov. é muito antiga, como provam evidentemente as sepulturas abertas em rocha, encontradas no seu termo e que datam, pelo menos, da occupação arabe. A egreja matriz é muito antiga, mas está muito bem conservada. Suppõe se que foi construida pelos Templarios. N'esta freg. ha uma pyramide geodesica na altitude de 782 m. sobre o nivel do mar. Villar Formoso tem acompanhado a varia sorte de toda a região do *Cima Côa* Depois da expulsão dos moiros, ficou pertencendo no temporal ao reino de Leão, e no espiritual á diocese de Ciudad Rodrigo. Conquistado o Cima-Côa aos leonezes pelo nosso rei D. Diniz, ficou pertencendo civilmente a Portugal, mas ecclesiasticamente a Ciudad Rodrigo, até que o nosso rei D. João I, por bulla de Bonifacio IX, uniu a Portugal tambem o espiritual de Cima Côa, annexando ao bispado de Lamego todas as freguezias d'aquella região que tomaram o titulo de *bispado novo*. Conservaram-se unidas ao bispado de Lamego até 1770, data em que se creou o bispado de Pinhel, para o qual passaram com outras do de Vizeu, e em 1882, data da ultima circumscripção diocesana, extincto o bispado de Pinhel, passaram para o da Guarda. Administrativamente pertenceu esta freg. ao conc. de Castello Bom até 1834, passando em seguida para o do Almeida, a que ainda hoje pertence. Antes de se ter creado a comarca d'Almeida, em 1875, pertenceu ás de Pinhel, Guarda e Sabugal. A pov. por ser aberta e estar precisamente na raia, soffreu muito durante as guerras de Hespanha desde o principio da monarchia, até aos fins do seculo XVIII, e muito soffreu tambem no principio do seculo passado, por occasião da Guerra da Peninsula. Em 1808, quando o general francez Loison deixou a praça d'Almeida e andou talando a Beira Baixa; em 1810, quando Massena, para vingar os desastres de Junot e do Soult, invadiu Portugal com um numeroso exercito, entrando pelo Cima Côa, e em 1811 quando retirava das linhas de Torres Vedras pelo Cima Côa, tambem talando, saqueando e incendiando todas as povoações por onde passava. Soffreu tambem muito esta pov. com a batalha de Fuentes de Onor, que se feriu aqui nos dias 3 e 5 de maio de 1811 entre o grande exercito francez commandado por Massena, e o exercito anglo luso commandado por lord Wellington, cobrindo as tropas litteralmente esta freg. e todas as circumvisinhas, tanto portuguezas como hespanholas, na distancia de legoas. Em Villar Formoso cria-se bastante gado lanigero; o terreno é fertil em trigo, centeio, cevada, batatas e lã. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Villar de Frades. Pov. da freg. de S. João Baptista, de Areias de Villar, conc. de Barcellos, distr. de Braga. Foi séde d'uma freg. extincta, de S. Salvador. Está situada na margem esquerda do rio Cávado, sendo matriz a sumptuosa egreja do antigo convento benedictino. Foi este convento dado aos frades loios no seculo XV. Denominou-se *Convento de Villar de Frades*, ou dos *beguinos* ou *homens bons de Villar*. Foi o 1.º que os frades loios, conegos de S. João Evangelista, tiveram em Portugal. Tão notavel em breve se tornou que foi egreja matriz e cabeça d'um couto que em 1697 comprprehendia 15 freguezias,

todas da apresentação do prelado ou reitor do convento, que era o abbade da freg. de *S. Salvador de Villar* o de todas as outras, nas quaes tinha curas apresentados por elle. A'cêrca da congregação de Villar de Frades e do seu convento, V. no 3.º volume do *Portugal*, pag. 1058 em *João (Padre Mestre)*. A egreja, que conforme dissémos, servia de matriz da freg. de Villar de Frades, é sumptuosa; toda de granito porphiroide do monte da *Penida*, que atravessa a parochia, o granito melhor d'esta provincia, tão alvo e fino que parece marmore. A egreja olha para o poente e ladeiam lhe a frontaria duas grandes torres, tendo uma bons sinos o relogio. Entra se para a egreja por um espaçoso atrio, sobre o qual está o grande côro; seguem se o corpo da egreja, o cruzeiro e a capella-mór, descrevendo no seu todo a fórma de cruz latina. E' d'uma só nave o de estylo gothico. A parte mais custosa e mais notavel d'este grande templo é o tecto, todo de abobada de granito finissimo, primorosamente trabalhado A abobada é bastante abatida e parece sustentada por uma infinidade de arcos que se ramificam e cruzam, formando uma grande rede, sobresaindo nos pontos de intersecção e em outros, pedras lavradas e circulares, á maneira de estrellas. E' tão alta que nas paredes lateraes tem duas ordens de frestas, 6 de cada lado. Ignora se quando foi feita, mas pelo que se lê na chronica da ordem, é com certeza anterior a 1697, data em que o chronista a escreveu; tinha, porém, n'aquelle tempo maior numero d'altares, ao todo 15, em quanto que hoje tem apenas 10. No côro, que é muito espaçoso, havia 52 cadeiras em duas ordens, uma balaustrada para o lado interior, e para o lado exterior uma grande sacada, encimada por uma fresta, e 2 janellas aos lados. Tem um orgão magnifico com 16 registros para a mão direita o 14 para a esquerda. Entrando-se na egreja pela porta principal, vê se á esquerda o baptisterio em um vão coberto de abobada e n'elle a pia baptismal, muito bem lavrada. Do lado opposto ha um vão egual com porta para o claustro, que os frades não concluiram. Seguem se 3 capellas de cada lado, todas de abobada de pedra e com as paredes forradas de azulejo. A capella-mór tem de cada lado 3 grandes frestas envidraçadas e 4 grandes paineis. Tem mais 2 ordens de assentos para o clero, e estantes na ordem superior. A sacristia, elegante e com muita luz, é primorosamente estucada o ladrilhada com lozangos de louza preta e branca, em xadrez. A' esquerda de quem entra, tem 4 grandes frestas, e do lado opposto 4 grandes telas representando os 4 evangelistas. N'esta egreja sepultaram-se, desde o anno de 1697, muitas pessoas da nossa primeira nobreza.

Villar de Izeu ou **Zeu**. Pov. na freg. de Santo André, d'Oucidres, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

Villar de Lamas. Pov. na freg. de S. Salvador, d'Arão, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Villar da Lapa. Pov. na freg de N. S.ª da Graça, d'Envendos, conc. de Mação, distr. de Santarem.

Villar de Ledra. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Carvalhaes, conc. de Mirandella, distr. de Bragança. Tem est. post., foi freg., ha muito extincta, tendo uma capella e 5 fontes, sendo da apresentação do reitor de Mascaronhas, e fazia parte da commenda d'este nome. Tinha por orago S. Miguel. O terreno da pov. é fertil, e cria bastante gado lanigero.

Villar de Lila. Pov. na freg de S. Mamede, de Coronado, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Villar de Lobos. Pov. na freg. de S. Jorge, conc. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello.

Villar de Lomba. Pov. e freg. de Santo André, da prov de Traz os-Montes, conc. e com. de Vinhaes, distr. e bisp. de Bragança; 83 fog. e 303 hab Tem correio com serviço de posta rural. Está situada na margem esquerda e a 1 k. do rio Mente, a 2 da margem direita do Rabaçal e a 15 da séde do conc. Esta parochia foi creada em 1440, aproximadamente, sobre a aldeia de Villar, que era da freg. de S. Jomil, hoje do conc. de de Vinhaes, mas pertencia ao conc do Santalha, extincto por decreto de 31 de dezembro do anno de 1853, pelo qual passou para o de Vinhaes, bem como a freg. de Villar de Lomba. Tem hoje annexa a freg. de S. Jomil. A terra é fertil em cereaes. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Villar da Luz. Pov. na freg. O Salvador, de Folgosa, conc. da Maia, distr. do Porto. Tem est. postal.

Villar de Maçada. Pov. e freg. de N S.ª da Conceição, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. de Alijó, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 501 fog. e 2:099 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr., pharmacias e feira a 26 de cada mez. Está situada na margem esquerda do rio Pinhão, a 15 k. da séde do conc. Foi villa e séde d'um conc. extincto por decreto de 31 de dezembro de 1853, passando então para o conc. de Alijó. Villar de Maçada comprehende as aldeias seguintes: Cabeda, Sarzadella, Formestes e Francellos, a quinta do Rio e a de Fornos, ambas importantes. As suas producções dominantes são: vinho, castanhas, batatas, cereaes e azeite. Villar de Maçada é grande e bonita; tem muitas casas nobres, entre as quaes avultam as seguintes: dos Pizarros, unida aos Portocarreiros; dos Pintos Pizarros; dos Pintos Pimenteis, etc. A egreja matriz é templo d'uma só nave, mas espaçoso e elegante, com altar-mór e 4 lateraes, todos de boa talha antiga dourada; um lindo tecto de madeira apainelado e todo cheio de pinturas a oleo, 2 pulpitos, um grande e bom côro, uma boa torre, adro fechado sobre si, e em volta d'elle um grande campo, que tambem denominam adro, tendo em volta alpendres. Villar de Maçada é pov. muito antiga e importante desde tempos remotos, pois já no seculo XIII D. Affonso III, estando em Lamas d'Orelhão, hoje concelho de Mirandella, lhe deu foral, em 2 de maio de 1253. Mas a pov. já existia antes do seculo XIII, pois segundo se lê na *Historia de Portugal*, de Alexandre Herculano, vol. II, pag 86 (nota), em julho de 1198 D. Sancho I, estando em Mirandella, deu o reguengo de Villar de Maçada a Garcia Mendes; portanto a pov. não só existia n'esse anno, como tambem era *reguengo*, ou propriedado da corôa. A pov. tem duas fontes publicas: uma do charco, mas de excellente agua e abundantissima, cujas vertentes fórmam 2 grandes regos

permanentes, com lavadouros, regando o fertilisando em seguida magnificas lameiras, denominadas *linhares*, que produzem muito milho, hervagens e linho. A outra chamada *Fonte da Calheira*, está no caminho de Sanradella, e não é tão abundante. Esta frog. tem 3 pontes sobre o rio Pinhão: duas de madeira e muito antigas; outra moderna e de granito, feita na estrada de Villa Real a Freixo do Espada á Cinta, por Sabrosa, Favaios, Alijó, Carrazeda d'Anciães, etc, e que atravessa a pov. de Villar de Maçada. O clima é temperado e saudavel. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a sé de em Villa Real.

Villar Maior *(Fernão Telles da Silva, 1.º conde de)*. Governador da Relação do Porto, regedor das justiças, govornador das armas da provincia da Beira, do conselho de estado e de guerra de D. João IV, mordomo mór da rainha D. Luiza de Gusmão. O mesmo soberano o agraciou com o titulo do conde de Villar Maior por carta régia no dia 27 de janeiro do anno de 1653. Casou com D. Marianna de Mendonça, filha de Simão da Cunha, trinchante de el-rei, e de D. Luiza d'Almeida; neta de Rodrigo Gomes da Cunha, copeiro-mór de D. João III e de D. Sebastião. Seu primoiro filho, Manuel Telles da Silva, succedeu-lhe no titulo, sendo o 2.º conde de Villar Maior, a quem D. Pedro II agraciou com o titulo de marquez d'Alegrete por carta régia do 19 de agosto do 1689 ficando nos seus descendentes o de conde de Villar Maior para os filhos primogenitos. V. *Alegrete*, *Penalva* e *Tarouca*.

Villar Maior. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Sabugal, distr. e bisp. da Guarda; 200 fog. e 748 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada n'um alto alegre e vistoso, muito defensavel para o tempo em que não eram ainda usadas as armas de fogo, e mais ainda por estar entre 2 rios, na margem esquerda e junto do Cesarão e na direita do Porto do Sabugal ou ribeira de Alfaiates, a 19 k. da séde do conc. Foi villa, ha muito extincta, mas em 1708 ainda tinha essa categoria, e era reitoria e séde do conc. do seu nome, na comarca ou corregedoria de Pinhel, provedoria e bisp. de Lamego. Esta freg. tem acompanhado a sorte de todas as de Cima-Côa, ou da margem direita do Côa. Foi conquistada aos moiros em 1139 pelos reis de Leão, e el rei D. Diniz a tomou áquelles monarchas em 1296, ficando temporalmente obedecendo a Portugal e espiritualmente ao bispo leonez de Cidade Rodrigo, até que D. João I, a uniu espiritualmente ao bispado de Lamego; no seculo XVIII passou para o de Pinhel, e em 1882 para o da Guarda. Judicialmente pertenceu á provedoria de Lamego e corregedoria de Pinhel, depois á comarca de Trancoso, e por ultimo á de Sabugal. Teve *foral velho*, dado em Coimbra, por D. Diniz, a 27 de novembro de 1296; e teve tambem *foral novo*, dado por D. Manuel I, em Santarem, no dia 1 de junho de 1510. Esta villa tambem teve *carta de povoação* dada no Sabugal, no anno de 1232, a 6 d'agosto, por D. Affonso IX, rei de Leão, segundo se lê na *Monarchia Lusitana*, parte V, pag. 239, onde tambem se lê, que D. Fernando, o *Santo*, de Castella, filho do D. Affonso IX, para engrandecer a villa de Sabugal lhe deu por termo o de Villar Maior, etc, a 6 d'abril de 1241. Tornando-se independente, o conc. de Villar Maior assim se conservou até que foi extincto por decreto de 24 de outubro de 1855, voltando para o de Sabugal, perdendo a categoria de villa, ficando simples povoação. Ainda ali se vê a sua antiga casa da camara e cadeia, mas transformadas em escola official de instrucção primaria para os 2 sexos; conserva tambem ainda o seu pelourinho, bem como o castello e os muros que o circumdavam, e alguns lanços do muro que cercava toda a villa. Estas obras de defeza datam de tempos muitos remotos, talvez anteriores á occupação arabe, pois é certo que estiveram aqui os moiros, gôdos e romanos, como provam differentes sepulturas abertas na rocha, que se vêem ainda por estes sitios, bem como as moedas romanas que por aqui se tem encontrado; soffreu, porém, esta pov. com as guerras que assolaram o paiz, principalmente na expulsão dos moiros, o que deixaram deserto o Cima Côa. Seguiram se as guerras entre Leão e Portugal, que pesaram rudemente sobre o Cima Côa até ao reinado de D. Diniz, sendo esta pov. uma das que mais soffreu por estar muito proximo da raia. Depois surgiram as guerras contra Castella, que se repetiram ainda nos fins do seculo XVIII, e por ultimo a Guerra Peninsular, que assolou barbaramente estes sitios em 1810, quando o general Massena marchava sobre Lisboa, e mais ainda quando em 1811 retirava para Hespanha, saqueando e assolando todas as terras que atravessava. Os muros de Villar Maior, suppõe-se que fôram feitos por D. Affonso IX de Leão, em 1230, sendo com certeza reconstruidos e ampliados por D. Diniz em 1296. A egreja parochial de Villar Maior é toda de granito com bons retabulos de talha dourada nos altares e um soberbo tecto tambem de abobada de granito. Ha tambem a egreja da Senhora do Castello, que foi a primeira matriz, e está muito arruinada. Ha ainda a egreja da Misericordia, e as capellas do Senhor dos Afflictos, do Espirito Santo e de S. Sebastião. O terreno é fertil em generos agricolas; cria bastante gado lanigero; tambem abunda em caça miuda, coelhos, lebres e perdizes. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

Villar de Mattos. Pov. na freg. de S. Simão, de Junqueira, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

Villar da Mó. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Belver, conc. de Gavião, distr. de Portalegre. Tem caixa postal.

Villar do Monte. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 53 fog. e 232 hab. Dista 8 k. da séde do conc. Em 1706 era vigairaria dos tercenarios da sé de Braga; e uma das freguezias do termo da villa e ouvidoria de Barcellos. Banha esta freguezia o ribeiro d'Antas, que move 5 moinhos, tem uma ponte chamada do *Espanadeiro*, e morre no rio Cávado. Passa n'esta freg. a estrada do Porto a Vianna do Castello por Barcellos. Ha aqui o monte de S. Mamede, em que se vê uma pyramide geodesica. O clima é temperado e saudavel. E' fertil em milho, e tem algum vinho. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Traz-os-Montes, conc. e com. de Macedo do Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 56 fog. e 180

hab. Tem esc. do sexo fem, e est. post. Está situada na falda da serra de Bornes ou de Monte de Mel, a 5 k. da séde do conc. Banham esta freg. differentes regatos, e 2 ribeiros que a pequena distancia entram na ribeira do *Ginço*, confluente do Sabor. O terreno é bastante fertil em cereaes, azeite, e cria gado bovino e lanigero. A pov. é muito pittoresca e cercada de frondoso arvoredo. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 74 fog. e 258 hab. Está situada na vertente occidental da serra da Cruz Vermelha, na margem direita e a 7 k. do rio Lima e a 12 da séde do conc. Em 1706 era abbadia do conc. e termo da villa dos Arcos de Valle-de-Vez, comarca de Vianna do Castello, e da apresentação dos viscondes de V. N. da Cerveira. A tradição diz que esta freg. foi fundada por 12 pastores da freg. de Cabreiro, conc. d'Arcos de Valle de-Vez, que por este sitio costumavam passar a maior parte do anno, apascentando os seus rebanhos e, tentados pela fertilidade do solo e vastidão dos montados, aqui se estabeleceram definitivamente. O clima é bastante aspero, mas saudavel. O seu terreno é muito accidentado, por estar na encosta da grande serra da Cruz Vermelha, a qual offerece panoramas variados e largo horisonte. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Valdozende, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || N. S.ª da Natividade, de Calde, conc. e distr. de Vizeu.

Villar de Moira. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Goudoriz, conc. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello.

Villar de Moiros. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho, conc. e com. de Caminha, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 220 fog. e 996 hab. Tem correio com serviço de posta rural, escolas d'ambos os sexos, fabrica de cal. Está situada n'um valle, nas proximidades da margem esquerda do rio Minho e nas duas margens do rio Coura, a 5 k. da séde do conc. E' parochia muito antiga. O nome de Villar de Moiros revela a permanencia dos moiros n'estes sitios. A elles se attribue a fundação d'uma antiquissima torre, denominada *Torre dos Moiros*, que esteve no sitio que ainda conserva o seu nome. Foi demolida em 1833 e empregada a sua pedra nos pégões da ponte que então se fez na foz do Coura, junto de Caminha. Por ella passa a estrada de Caminha a Melgaço, por Valença. Banha esta freg., conforme dissémos, o rio Coura, que vae desaguar no Minho, entre as freguezias de Caminha e Seixas. Fertilisa extensos campos n'esta parochia de Villar, que por elle exporta muita lenha, madeira, cereaes e outros artigos. As producções dominantes são: milho, vinho verde, muita madeira e lenha de pinho, que exporta em grande quantidade para as freguezias limitrophes. Tambem abundam n'esta pov. magnificas hervagens de semente, com que engorda muitos bois que exporta para Inglaterra, posto que esta industria se tornou bastante decadente. Ha tambem aqui mais industrias de certa importancia: a de moagem de cereaes, a da queima do bagaço para fazerem aguardente, a do fabrico de telha, louça branca e sal, de serragem de madeira em um engenho movido por agua, e a de cutilaria, bastante aperfeiçoada e muito acreditada. Vão d'aqui muitos artigos d'esta industria para a Galliza, para Caminha e mesmo para Lisboa. Para provar a antiguidade de Villar de Moiros, tem apparecido em differentes pontos sepulturas abertas em rocha, moedas romanas e outros vestigios de remota occupação, principalmente no monte do *Crasto* (Castro), ramo de *Goyos*. Ali se vêem restos de fortificações e de edificios de fórma circular, e se encontra a cada passo fragmentos de ceramica romana e objectos prehistoricos. Ha annos appareceu ali um bello machado de bronze, que faz parte da interessante collecção de prehistoria que possue o dr. Luiz de Figueiredo Guerra. D'esta pov. se encontra tambem menção de varios documentos do seculos XI e XI, e sabe-se que nos principios da monarchia foi couto pertencente ao bispo de Tuy, mas não consta que tivesse foral proprio. Segundo se lê na *Chorographia Portugueza*, o couto de Villar de Moiros foi dado ao bispo e Sé de Tuy por D. Affonso Henriques e por sua mãe, a rainha D. Thereza, em 3 de setembro de 1125, e já no anno de 1071, el rei D. Garcia tinha dado o mesmo couto á dita Sé e ao seu bispo D. Jorge. A egreja matriz é ampla, e muito antiga. Foi transferida para o local que hoje occupa, no anno de 1553 e sagrou-a o arcebispo de Braga D. Fr. Balthazar Limpo; mas a torre que se ergue a meio do frontispicio, foi feita ou reconstruida em 1768. Tem altar-mór e 5 lateraes. Na pov. ha algumas capellas publicas e particulares. A melhor propriedade particular d'esta pov. é a *Quinta da Barze* (Varzea), que fica entre as povoações de Marinha e Villar de Moiros; tem um palacete brazonado, muito antigo, e foi cabeça d'um morgado instituido em 1621 a favor de D. Miguel d'Andrade da Gama. Junto da egreja matriz construiu se um bom cemiterio em 1881; tem uma boa frontaria com um grande portão de ferro, e grades de ferro tambem na sua circumferencia. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Villar de Murteda. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc., com. e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 67 fog. e 312 hab. Está situada nas vertentes da serra d'Arga e na margem direita do rio Lima, a 16 k. da séde do conc. E' fertil em cereaes e vinho verde; tambem cria gado lanigero. No monte do *Crasto* (Castro), limite d'esta freg., encontram se vestigios de remota occupação; restos de muralhas, moedas romanas e covas de exploração de minas. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

Villar de Murzellos. Pov. na freg. de Santo André, de Tellões, conc. d'Amarante, distr. do Porto.

Villar de Nantes. Pov. e freg. do Salvador, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 177 fog. e 718 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada na veiga de Chaves, ao fundo da serra do Abrunheiro, a 3 k. da séde do conc. Banha esta freg, um ribeiro que vae desaguar na margem esquerda do rio Tamega e tem 4 k. de curso. Atravessa a pov. a estrada de Cha-

ves a Valpaços, e a de Chaves a Mirandella. Além da egreja parochial, que é muito antiga, mas sem ter nada de notavel, ha mais algumas capellas publicas e particulares, em que se conta a N. S.ª do Soccorro, que era do *Hospicio de Convalescença* que tiveram aqui os frades do convento de S. Francisco, de Chaves, e estava unida ao dito hospital, que foi fundado em 1677 a 1678. Tem 4 cellas, varanda, cozinha, refeitorio e outras officinas, bons pomares de fructa, hortas, flôres e abundancia de excellente agua. A capella tem só um altar com a imagem da Senhora do Soccorro, feita em Braga em 16 0. Tanto a capella como o hospicio são hoje propriedade particular. O terreno é fertil em generos agricolas. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Villar d'Ordem. Pov. na freg. de S. Pedro, de Povolide, conc. e distr. de Vizeu. Tem correio com serviço de posta rural.

Villar d'Ossos Pov. e freg. de S. Cypriano, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com de Vinhaes, distr. e bisp. de Bragança: 143 fog. e 608 hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. Está situada na margem direita d'uma ribeira affluente do rio Rabaçal, na estrada de Vinhaes a Pinheiro Novo, a 5 k. da séde do conc Banha esta freg a grande ribeira citada. E' pov. muito antiga, anterior ao seculo XII, pois já no anno de 1159, Fernando Godoniz, doou ao convento da Castanheira, bispado d'Astorga, uma herdade que tinha em *Villar d'Ossos*, junto de Vinhaes, em terra de Bragança. A egreja matriz é d'uma só nave e muito antiga; tem altar-mór e 2 lateraes, côro e tribuna particular do palaceto dos Bacellares, viscondes de Montalegre, com rotulas para a capella mór, e um bom adro com grades de ferro O terreno é fertil em generos agricolas; cria bastante gado de todas as qualidades. Tambem nos seus montes ha abundancia de caça grossa e miuda. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Villar d'Oufe. Pov. na freg. de S. Martinho, de Seidões, conc. de Fafe, distr. de Braga.

Villar de Ouro. Povoações nas freguezias: S. Pedro Velho, conc. de Mirandella, distr. de Bragança. Tem caixa post. || S. Miguel, de Soutello Moirisco, conc. de Macedo de Cavalleiros, do mesmo districto.

Villar do Paraizo. Pov. e freg de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. de V. N. de Gaia, com, distr. e bisp. do Porto; 735 fog. e 3:223 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, medicos, pharmacias, uma fabrica de ceramica e associações de soccorros mutuos: *A Benemerente*, o *N. S.ª da Conceição de Villar do Paraizo*. E' uma das freguezias mais importantes do conc., de cuja séde dista 5 k., e está em activas relações com o Porto, do qual dista cêrca de 6 k, collocando n'elle a melhor parte dos seus productos agricolas, como hortaliças, fructa e leite, trafico que é feito pelas mulheres, muitas das quaes tambem se occupam no mister de lavadeiras, e uma parte consideravel da sua população masculina trabalha egualmente no Porto em construcções civis. Além da pequena aldeia da Egreja, séde da sua matriz, comprehende esta parochia ainda muitas outras. A egreja matriz está em sitio quasi ermo, na estrada que do Alto da Bandeira, conduz a Espinho. Recommenda-se unicamente pela sua antiguidade, e foi de architectura manuelina, mas perdeu as feições proprias com as ultimas reconstrucções, em que o seu bello portico de ogiva, foi substituido por outro rectangular, etc. A torre construiu se de 1883 a 1884. A capella mór é talvez a unica no seu genero em todo o paiz. Tem 2 arcos cruzeiros e 2 altares-móres, sendo o corpo da egreja d'uma só nave. O arco cruzeiro, em vez do comprehender todo o vão da frente da capella-mór, divide se em 2 arcos, que assentam nas paredes lateraes e em uma columna que tem ao centro, ficando amplo todo o vão da capella mór e dividido apenas o tecto em 2 lindos cumes de abobada de pedra, formados cada um d'elles por 4 arcos que partem da dita columna e das 3 paredes da capella; e dos 8 angulos d'estes 4 arcos partem 8 aduellas que fórmam os 2 cumes do vão total, terminando em ogiva. Na parede que fórma o fundo da capella estão na mesma linha e no mesmo plano os 2 altares-móres, olhando para o corpo da egreja polos 2 vãos dos 2 arcos cruzeiros, tendo cada um d'estes 2,ᵐ 10 d'abertura, 4,ᵐ10 d'altura. Dos 2 arcos aos 2 altares o vão de 4 m., e dos 2 arcos até á porta principal tem de comprimento a egreja 13,ᵐ 65, e de largura 8,ᵐ80. São modernos e differentes no estylo os retabulos dos 2 altares. No corpo da egreja ha 2 altares lateraes, 1 pulpito e côro. N'esta egreja ha 2 tumulos com brazões, encostados ás paredes e pertencentes aos antigos morgados de Villar. O mais proximo do cruzeiro tem uma portada branca e uma inscripção, que declara estar ali sepultada D. Maria de Castro, mulher de Fernando Camello. A portada do 2.º é de cal e cimento, e n'elle se vê outra inscripção, declarando ser a sepultura de Fernão Camello, 1546. Em plano superior se vê na parede um brazão com 3 conchas e aves. N'esta pov. ha varias quintas importantes, em que se contam a *Da Formiga*, a *De Almeida Campos*, *do Guardal*, *Da Capella*, *Da Telheira*, etc. Ha aqui boas pedreiras de granito para construcções, esteios de ramadas, parallepipedos, para o calcetamento de ruas, o que representa um capital importante. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto

Villar de Perdizes. Pov. e freg. de Santo André, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 136 fog e 521 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada na raia da Galliza, em terreno pouco accidentado, no valle de Villar de Perdizes e ao nascente da serra de Larouco, entre os ribeiros de Ponte e Cabana, a 13 k. da séde do conc. Data de tempos muito remotos esta pov., mas foi uma simples aldeia da parochia de S. Miguel de Villar de Perdizes, até que em 1700 foi arvorada em vigairaria, com parocho proprio, tendo sido feita a sua egreja em 1698. Fez parte da antiga Honra de Villar de Perdizes, e era casal cerrado. Cria gado vaccum, e é fertil em cereaes. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. de Traz os Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 218 fog. e 779 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada na raia da Galliza, em terreno arenoso e humido, n'um grande valle que se estende a

NE do Montalegre, na margem esquerda do riacho d'Assorcira, a 10 k. da séde do conc. Tambem banham esta freg., correndo de SO a NE, mais 2 ribeiros: *Ingadas* e *Porto d'Arcos*, que reunidos ao *Assoreira* fórmam a origem occidental do rio Tamega; regam, movem, e criam peixe miudo. E' fertil em cereaos, e cria bastante gado lanigero e vaccum, da raça barrozã, e é mimosa do caça, nomeadamente de perdizes, pelo que se chamou *Villar de Perdizes*. A egreja matriz está situada em sitio elevado e vistoso, um pouco distante da pov., a O. E' um dos templos antigos d'esta prov., e diz a tradição que foi fundado pela celebre *Maria Mantella*, mas tem sido reedificada differentes vezes, datando e ultima de 1797. Tevo muita prata, que foi roubada pelos francezes na Guerra Peninsular. Ha mais as capellas de *N. S.ª da Saude*, de *Santa Marinha*, do *Bom Jesus*, de *Santa Cruz*, pertencente á antiga casa dos morgados de Villar de Perdizes, e *N. S.ª das Neves*. Em tempos remotos esta freg. comprehendeu as povoações de Santo André de Villar de Perdizes, Solveira e Meixide, que depois se tornaram freguezias independentes, sendo, porém, até 1834, os parochos apresentados pelo reitor de S. Miguel de Villar de Perdizes, que recebia as primicias do pão e vinho e bodos d'esta parochia e das suas filiaes. S. Miguel de Villar de Perdizes foi commenda, cujos commendadores recebiam metade dos dizimos d'esta parochia e das suas filiaes. Teve n'outro tempo uma feira a 15 de cada mez, concedida por D. João VI em 1817, mas que ha muitos annos se acabou. Nunca teve foral proprio, mas foi terra muito privilegiada em outros tempos, porque formava com Santo André e Solveira, uma das 6 honras de Barroso. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Villar de Peregrinos. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Vinhaes, distr. e bisp. de Bragança; 90 fog, e 396 hab. Tem correio com serviço de posta rural, e está situada na margem esquerda e a 4 k. do rio Tuolla, na estrada de Vinhaes á Torre de D. Chamma e a 7 da séde do conc. A egreja matriz actual é de construcção do principio do seculo passado; bem espaçoso e de uma só nave; tem altar-mór e 2 lateraes, e um campanario no alto da frontaria. A pov. é fertil em cereaes e generos agricolas; cria bastante gado cavallar, muar, azinino, bovino, suino, lanigero e cabrum, por ter grandes montados. Pertence á 6.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Villar de Peso. Pov. na freg. de S. Christovão, de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Villar de Pinheiro. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Douro, conc. e com. de Villa do Conde, distr. do Porto, arceb. de Braga; 207 fog e 972 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. no caminho de ferro do Porto a Famalicão, entre as de Pedras Rubras e Modivas. Dista 10 k. da séde do conc E' atravessada pela estrada do Porto a Valença. Pertencia ao conc. da Maia, mas a requerimento dos seus habitantes, passou para o de Villa do Conde em 1870, por decreto de 11 de maio. Passam na pov. 2 ribeiros anonymos que movem diversos moinhos, fertilisam os seus campos, e vão desaguar no rio Labruge, um pouco a jusante da ponte da antiga estrada do Porto para Villa do Conde. A egreja parochial está bem situada; tem bons paramentos e alfaias e ricas peças de prata, tendo lhe desapparecido outras muitas que em 1807 fôram enviadas para o Porto por ordem do principe regente D. João, e não voltaram mais, suppondo se que seriam roubadas pelos francezes. A pov. é fertil em generos agricolas; cria abundancia de hervagens com que engorda muitos bois que exporta para Inglaterra, industria que foi muito rendosa nas provincias do Minho e do Douro, mas que está hoje muito decadente. Esta freg. chamava-se n'outro tempo Villar de Porcos, e já existia no seculo XI, pois em 1074 Sendino Rodrigues e sua mulher Gendina Paladiniz deram a terça parte que tinham no padroado da egreja de *Santa Maria de Villar de Porcos*, bispado do Porto, a Trutezindo Guterres e a sua mulher Guntrode. Ainda nos principios do seculo XVI conservava o mesmo nome, segundo se lê no foral que D. Manuel I deu ao conc. da Maia em 15 de dezembro de 1519, mas no mesmo seculo mudou o nome para *Villar do Pinheiro*. O cemiterio parochial foi construido em 1879 e benzido a 3 d'abril de 1881. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto.

Villar de Porro. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. de Traz os Montes, conc. e com. de Boticas, distr. de Villa Real, arcob. de Braga; 107 fog. e 519 hab. Tem est. post. Está situada na na margem direita do rio Bessa (Bersa ou Versa), confluente do Tamega, a 8 k. da séde do conc. O rio banha a pov., que rega e moe, e cria peixe miudo. O terreno é bastante plano, abrigado por altos montes ao norte e abertos ao sul. Produz muito milho, centeio, feijões, batatas e muita castanha de excellente qualidade. Esta freg é muito antiga, e já no seculo XIII tinha certa importancia, porque D. Affonso III, estando em Guimarães, lhe deu foral no dia 29 de maio de 1258. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Villar de Rei. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança; 75 fog. e 332 hab. Tem esc. do sexo fem., est. post. e uma mina de prata, estanho e chumbo. Está situada na margem direita e a 8 k. do rio Douro, junto da serra de Villar de Rei, a 6 k. da séde do conc. E' fertil em generos agricolas, e cria bastante gado lanigero, muar e bovino da raça miraudeza, muito estimada n'esta provincia. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. na freg. de S. Salvador, de Navió, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Serra do distr. de Bragança. Está situada a NO da freg. de Villar de Rei, no conc. de Mogadouro, em direcção quasi do E a O Tem 5 k. de comprimento, 3 de largura e 259 m d'altura.

Villar do Ruivo. Pov. na freg. de Santa Margarida, de Fundada, conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Villar Sêcco *(Joaquim Ponces de Carvalho, conde de)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, proprietario em Villar Sêcco, etc. Casou em 15 de fevereiro de 1879 com a condessa d'Anadia, D. Anna Maria Juliana de Moraes Sarmento, viuva do 4.º conde d'Anadia

(V. *este titulo)*. O conde de Villar Sêcco foi deputado na legislatura de 1882 a 1884, e par do reino, nomeado em 1902.

Villar Sêcco. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Vimioso, distr. e bisp. de Bragança: 83 fog. e 346 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada n'uma campina, na margem esquerda da ribeira de Genisio, confluente da de Angueira, a 2 k. da estrada de Vimioso a Miranda e a 12 da séde do conc. E' parochia muito antiga. A egreja matriz é um bom templo; tem campanario, e a pouca distancia fica o cemiterio. N'esta pov. ha uma fonte publica antiquissima, de granito, cuja construcção se attribue aos moiros. E' fertil em generos agricolas, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de N. S.ª da Expectação, da prov. da Beira Alta, conc. de Nellas, com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu; 276 fog. e 1:091 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada na estrada districtal de Vizeu a Ceia, a 4 k. da séde do conc. E' uma bonita e vistosa pov. com bons edificios. O ribeiro do Corgo banha esta freg. e vae desaguar a kilometro e meio de distancia na ribeira de Santar, confluente do rio Dão. Tem nos limites d'esta freg. uma ponte, 2 moinbos de cereaes e 1 d'azeite, que trabalham só no inverno. Esta pov. data de tempos remotissimos, como provam differentes sepulturas que n'ella se tem encontrado, abertas na rocha, e que se attribuem á occupação arabe. Tambem esta pov. foi villa e algum tempo séde do extincto conc. de Senhorim, hoje substituido pelo de Nellas. A casa da camara foi vendida, e o pelourinho derrubado para alinhamento da estrada districtal de Vizeu a Ceia. Nunca teve foral proprio, mas era comprehendida nos foraes do conc. de Senhorim. O *Santuario Marianno*, vol. V, 1716, pag. 411, diz com relação a esta parochia que a villa de Villar Sêcco fica no concelho de Santar, concelho tão antigo que el rei D. Affonso Henriques lhe deu foral velho e D. Manuel lhe deu foral novo. Tem uma só freguezia que em 1616 foi erecta por um hispo de Vizeu sobre uma antiquissima capella de N. S.ª da Expectação, porque a sua velha matriz de Santar demorava a meia legoa de distancia, mettendo-se de per meio um rio de difficil passagem no inverno; que a dita capella ficava em sitio alto, alegre e vistoso a menos d'um tiro de espingarda da povoação; tinha como orago a mesma Senhora. E depois accrescenta: «E' tradição constante que o logar de Senhorim fôra antigamente villa (o que parece se confirma com lhe chamarem ainda hoje (1716), o *Logar da Villa*) e que d'este logar se mudára a camara e o pelourinho para o logar de Villar Sêcco, aonde ainda hoje está; e que isto fizeram os fidalgos da casa de Santar, D. Luiz da Cunha e D. Pedro da Cunha. E seria porque em Villar Sêcco teriam casas, seria melhor sitio, e haveria maior povoação, e assim para a honrarem mais, disporiam esta mudança. E sem duvida por esta causa (se é que a mudança se não fez depois de ser levantado o logar á dignidade de villa), os prelados de Vizeu fariam a erecção da nova parochia.» Villar Sêcco é fertil, sendo as suas producções dominantes: vinho, milho, trigo, centeio, azeite, feijões, fructa variadissima e lã, pois tambem cria gado lanigero. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. || Pov. na freg. de S. Vicente, de Castro Vicente, conc. de Mogadouro, distr. de Bragança.

Villar Sêcco da Lomba. Pov e freg. de S. Julião, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Vinhaes; distr. e bisp. de Bragança; 116 fog. e 441 hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. Está situada na raia, em terreno ligeiramente accidentado, entre os dois grandes rios Mente e Rabaçal, que unidos fórmam o Tua, a 2 k. da margem esquerda do primeiro, a 3 da margem direita do segundo e a 15 da séde do conc. Foi villa, e hoje não passa d'uma simples povoação. Em 1706 era villa, abbadia e séde do conc. do seu nome, com. e bisp. do Miranda, sendo seus senhores os condes de Athouguia. O conc. comprehendia, além de Villar Sêcco da Lomba, as freguezias de Queiroz, Villarinho, Pinheiro Novo, Gestosa, S. Romão de Edral e S. Jomil. Tanto a villa e conc. tiveram foral velho, dado por el-rei D. Diniz, e foral novo, dado por D. Manuel I. A egreja matriz é um templo singelo, de uma só nave, e sem nada de notavel. O terreno é fertil e produz bastantes cereaes, batatas, castanhas, legumes, hervagens e lã, pois cria gado de todos as especies. Nos seus montes tem caça grossa e miuda. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Villar do Senhor. Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Villa Nova da Telha, conc. da Maia, distr. do Porto.

Villar de Soente. Pov. na freg. de S. Martinho, de Soajo, conc. de Arcos de Valle-de Vez, distr de Vianna do Castello.

Villar de Suso. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Barrô, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Villar do Torno. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Louzada, distr. e bisp. do Porto; 153 fog. e 641 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada na margem esquerda do rio Sousa, a 4 k. da séde do conc. E' banhada por um ribeiro quo nasce junto da Torre de Villar, atravessa a freg. de Alemtem, e vae desaguar no rio Sousa, dentro da grande quinta de Alemtem. Rega e move um moinho. A egreja parochial tem altar-mór e 2 lateraes. A capella mór é antiquissima; o corpo da egreja foi reconstruido no meado do seculo passado. Ao nascente passa-lhe a estrada nacional do Porto á Regoa por Penafiel e Amarante; ao norte, a estrada municipal de Louzada á Senhora Apparecida; e a sul e sudoeste a linha ferrea do Douro e a estrada districtal de Felgueiras á estação de Cahide, na mencionada linha ferrea. A pov. é fertil em generos agricolas, cereaes e hervagens. Tambem engorda bois, que exporta para Inglaterra, apezar d'esta industria estar hoje muito decadente. A Torre dos Moiros ergue-se no outeiro assim denominado, junto da pov. da Senhora Apparecida; está entre os 2 valles da Portella e do Torno; dizem ser obra dos moiros. Tem 18 m. d'altura e 9,m5 de largo; um pequeno portico, 5 andares com bonitas salas que recebem luz de seteiras esguias, abertas nas 4 faces, e termina em um eirado com varanda de pedra e esplendidas vistas. N'esta freg. ha tambem um serro denominado *Eira dos Moiros*, e na freg. d'Alemtem,

visinha sua e annexa, ha uma velharia muito interessante, chamada *Logar dos Moiros*, o que tudo prova que os moiros tiveram n'estes sitios demorada residencia. Em Villar do Torno ha diversas quintas, evidenciando se a de Alemtem, que é majestosa e importantissima. A antiga freg. de S. Mamede, d'Alemtem, foi annexada em 1834 á de Villar do Torno; recobrou posteriormente a sua autonomia, mas pouco depois tornou a ser annexada á referida freg. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

Villar Torpim *(Francisco José Pereira, barão de)*. Cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, condecorado com a cruz da campanha da Guerra Peninsular, e com a de commando da batalha de Orthez, e com a d'Albuera, pelo rei de Hespanha; governador das armas do Porto, general do exercito, etc. N. em Villar Torpim a 12 d'outubro de 1783; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Francisco José Pereira, major de infantaria, e de sua mulher D Marianna Victoria Ferreira Cardoso. Foi agraciado com o titulo de barão por decreto de 10 de maio de 1837. Casou em 15 de janeiro de 1801 com D. Maria José de Sá Pereira, filha de Antonio Domingos de Sá, tenente coronel de infantaria, e de sua mulher D. Rosa Marianna d'Andrade,

Villar Torpim. Pov. e freg. de N. S.ª dos Prazeres, da prov. da Beira, conc. o com. de Figueira de Castello Rodrigo, distr. e bisp. da Guarda; 256 fog. e 1:015 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada na antiga estrada de Almeida a Castello Rodrigo, a 8 k. da séde do conc. Esta pov. é muito antiga, e já era uma das principaes de Cima Côa nos principios do seculo XI, quando os reis de Leão conquistaram e tomaram aos moiros esta e outras muitas povoações que hoje são de Portugal, como consta da historia dos gôdos. Lê-se o seguinte na *Monarchia Lusitana*, parte V, fl. 239: «Na era do 1077 (anno 1039) se ganharam aos moiros muitas povoações na Extremadura d'aquem e d'além, por Villar Torpim, Almeida o Idanha até ás margens do Tejo.» Foi esta conquista ou *correria* feita por D. Fernando Magno, rei de Leão, e já n'aquelle tempo esta parochia tinha certa importancia, pois na chronica dos gôdos é a unica povoação mencionada ao norte d'Almeida com o proprio nome de *Villa Turpini*, villa ou *Villar de Turpino*, ou *Turpim*, pelo que o fallecido dr. Pedro Balthazar de Campos dizia que o nome de *Torpim* ou *Turpim* lhe provém d'um seu antigo senhor, chamado *Turpino*, mas vulgarmente dão-lhe o nome de *Torpim*, como patronimico de *Torpes*. Esta pov. foi tambem commenda da ordem do Pereiro, commenda que no tempo d'el-rei D. Diniz passou para a ordem de Christo, quando a ordem do Pereiro se uniu á hespanhola d'Alcantara. Data pois, de tempos muito remotos a pov de Villar de Torpim, mas foi muito mais antiga, talvez anterior á occupação romana, uma pov que existiu cêrca de 2 k. a E, como diz a tradição local e provam differentes objectos prehistoricos que se tem encontrado ali. Esta freg. pertenceu ecclesiasticamente ao bispado de Vizeu, do qual passou para o de *Calabria*, d'este para o de Cidade Rodrigo, d'este para o de Lamego, depois para o de Pinhel, e em 1882 para o da Guarda, data da ultima circumscripção diocesana. Temporalmente pertenceu ao reino de Leão com todo o Cima-Côa até ao reinado de D. Diniz, ficando então pertencendo a Portugal. A egreja matriz é um templo rico e vasto, com preciosas decorações de talha antiga dourada, altar mór e 4 lateraes, e boas pinturas a oleo em parte do tecto da capella mór, sendo de madeira a parte restante. Entre os edificios particulares d'esta pov. avulta, pelas suas dimensões, antiguidade e architectura, o palacete que foi da nobre familia Saraivas, da quinta do *Ferro*, e diz a tradição que foi construido por um dos seus ascendentes, *rico homem* de pendão e caldeira, emblemas que ainda hoje se vêem no brazão que tem sobre o seu portico luxuoso e muito ornamentado. O palacete é de architectura composita, e foi feito por Sebastião Saraiva, ascendente dos Saraivas da nobre casa e quinta do *Ferro*, na freg. de Rio de Mel. Villar Torpim nunca foi murada nem acastellada, mas no tempo da guerra da *Restauração* algumas obras de defeza se fizeram em volta da sua egreja matriz. Banham a freg. 2 ribeiros: um nasce no termo da Reigada, outro no de Castello Rodrigo, e juntam-se a 1 k. de Villar Torpim, formando a ribeira de *Avelar*, que desagúa no Côa. O 1.º move n'esta freg. 2 moinhos de cereaes e 1 de azeitona. Esta parochia por ser quasi fronteiriça e estar entre as praças d'Almeida, ao sul, e Castello Rodrigo, ao norte, soffreu muito durante as guerras entre Portugal e Hespanha, e depois na Guerra da Peninsula. Ainda em 1811, quando o general, conde de Bomfim, se apoderou da praça d'Almeida e o nosso exercito a sitiou, esteve aqui em Villar Torpim o hospital militar dos sitiantes no majestoso palacete dos Saraivas. O terreno é fertil em generos agricolas, cria bastante gado lanigero, e abunda tambem em caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

Villar da Veiga. Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. do Minho, conc. de Terras de Bouro, com. d'Amares, distr. e arceb. de Braga; 223 fog. e 893 hab. Tem esc. do sexo masc. e está situada na margem direita e a 500 m. do rio Cávado e a 10 k. da séde do conc. Esta parochia comprehende 3 povoações: *Villar da Veiga*, séde da matriz; que é a mais populosa das 3, *Caldas do Gerez* e *Ermida* (V. *Gerez*). E' fertil em cereaes, e cria muito gado bovino e lanigero na serra do Gerez e tem ali abundancia de caça grossa e miuda. O Cávado tambem a fornece de bom peixe. Além d'este rio, que banha pelo sul esta freg., separando a de S. João da Cova e Louredo, tambem a banham o rio Caldo e o das Caldas. Este nasce a 12 k. de distancia de Portella de Leonte, corre na direcção NS, e vae desaguar no Cávado, um pouco a juzante da pov. de Villar da Veiga; aquelle desagúa no rio dos Caldas. Atravessa esta freg. a estrada districtal de Barcellos a Montalegre, na direcção O a E, e um ramal da foz do rio Caldo para as Caldas. Pertence á 3.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. Villar da Veiga foi annexada ao conc. de Vieira por decreto de 14 de agosto de 1895, que supprimiu o de Terras do Bouro, e voltou para este, depois de restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898.

Villar de Viando. Pov. na freg. do S. Christovão e conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real.

Villaranda Boa. Pov. na freg. de S. Pedro, de Friões, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real.

Villarandello. Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. de Traz os Montes, conc. e com. de Valpaços, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 334 fog. e 1:402 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post, fabrica de moagem, e uma feira mensal no dia 9. Está situada na estrada de Chaves a Moncorvo por Mirandella e Villa Flôr, a 8 k. da margem direita do Rabaçal, e a egual distancia da séde do conc. Banha esta freg. um ribeiro, que move alguns moinhos de cereaes e vae desaguar no Rabaçal Segundo a tradição local, foi esta pov. uma das mais antigas d'esta prov. Argote no vol. 3.º das *Memorias de Braga*, fala das ruinas d'uma pov. antiquissima, que existiu no alto de um monte a pequena distancia de Villarandello, no sitio ainda hoje chamado *Cividade*. E' certo que por aqui passava uma das vias militares romanas de Braga para Astorga, por Salamonde-Ruivães, Villarinho do Arco, Chaves, S. Lourenço, Villaradello, Possacos, Pineto, Valle de Telhas, serra de Senabria, etc. D'esta estrada ainda se vê hoje um marco militar inteiro e fragmento d'outros. No termo da freg. ha uma penha colossal, denominada *Penide*. A egreja matriz é bastante antiga, principalmente a capella-mór, que tem um soberbo retabulo de talha dourada. As producções dominantes são: centeio, trigo, milho, batatas, castanhas, vinho, azeite, fructas e hervagens. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Villarelho. Pov. e freg. de N. S.ª da Encarnação, da prov. do Minho, conc. e com. de Caminha, distr. de Vianna do Castello, arceb de Braga; 113 fog. e 519 hab. Está situada ao sul extra-muros da villa de Caminha, da qual é um arrabalde depois que a villa se murou, tendo sido anteriormente a matriz d'ella, pelo que a procissão do Corpo de Deus da actual villa de Caminha ia sempre á matriz de Villarelho, tambem denominada ainda hoje *egreja velha*. Atravessam esta freg. de SO a NE a estrada nacional de V. N. de Famalicão, por Vianna, a Caminha e Valença, e a linha ferrea do Minho, e de NO a SE a estrada districtal de Caminha á villa de Coura. Entre esta freg. e a de Venade está o monte de Santo Antão, onde ha minas de ferro e d'outros metaes que não fôram exploradas. O monte tomou o nome de uma antiquissima capella de Santo Antão, que se erguia no ponto mais alto, e da qual hoje apenas restam vestigios. D'aqui se gozam magnificos pontos de vista. Junto das ruinas da citada capella de Santo Antão encontra se uma *mamoa* com vestigios d'uma *anta*, e a pequena distancia outra, no sitio denominado *Poço da Chã* ou *Cova do Armada*. E' fertil em milho, trigo, centeio e vinho verde. Tem muitas fontes de boa agua, e muito bom clima. A egreja parochial é pequena, mas muito antiga e d'uma só nave; tem altar mór e 2 lateraes Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: S João Baptista, de Ovil, conc. de Baião, distr. do Porto || S Julião, de Serafão, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Pedro, de Teixeira, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Miguel, de Tres Minas, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real. || Santo André, de Villa Boa do Quires, conc. de Marco de Canavozes, distr. do Porto. || Serra do distr. de Villa Real. E' uma serie de montes que correm desde o rio Tua até á freg. de Sanfins do Douro, no conc. d'Alijó, e que vão recebendo diversas denominações, conforme as freguezias de que se aproximam. Occupam quasi todo o espaço comprehendido entre os rios Tinhella e Pinhão, em direcção NO a SE. A serra tem 10 k. de comprimento, 7 de largura e de 819 m. d'altura.

Villarelho da Raia. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 251 fog. e 1:117 hab. Tem est post. e está situada na fronteira, em terreno plano, na margem direita e a 1 k do Tamega e a 11 da séde do conc. Fica nas proximidades de Verim e a 10 k. da praça hespanhola de Monterey, e banham n'a 2 ribeiros, que vão desaguar no Tamega, um dos quaes nasce no monte da Forreça, termo de Cambedo; é abundante d'agua, rega parte da veiga de Villarelho, onde fica toda a sua agua no verão, mas no inverno entra na Galliza a NE de Villarelho; atravessa o termo de Rabal, e deságua no Tamega, junto da pov. d'aquello nome, tendo em Portugal 3 pontões. Esta pov., por estar muito proximo da raia, soffreu sempre muito durante as continuas guerras entre Portugal e Hespanha, especialmente na guerra da Restauração. Por vezes foi saqueada e destruida pelos hespanhoes, e em 1647 intentaram estes fazer aqui um forte, mas o governador d'esta prov., Rodrigo de Figueiredo, oppôz-se o lhes frustrou o intento Foi sempre pov. aberta, mas em tempos muito remotos teve uma atalaia, que foi demolida já depois do meado do seculo passado, para se fazerem, como se fizeram, com a grossa cantaria d'ella os muros do cemiterio parochial. No local que elle occupava, vê se hoje uma pyramide geodesica. A egreja matriz de Villarelho foi reedificada em 1698, como prova a data que se vê na parte exterior da parede, lado norte, e já no seculo passado foi parcialmente reedificada tambem. E' um templo modesto, com altar-mór e 2 lateraes. Estes sitios fôram habitados desde tempos muito remotos e evidentemente desde o dominio dos romanos, como arrabalde que eram da grande cidade *Aguas Flaviae*, hoje Chaves. Datam d'esse tempo, talvez, a celebre atalaia acima citada, e um cippo quebrado quo, segundo diz Argote nas suas *Memorias de Braga*, vol. III, pag 270, se vio na aldeia de Villarelho com uma inscripção, que traduzida, quer dizer: *Aqui jaz Caio Cneu Anco, filho de Fusco*. E' fertil em generos agricolas e cria bastante gado lanigero. Pertence á 6.ª div. mil. e eo distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Villarelhos Pov. e freg. de S. Thomé, da prov. de Traz os Montes, conc. e com. d'Alfandega da Fé, distr. e bisp. de Bragança; 114 fog. e 458 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada no alto do grande valle da Villariça e na margem esquerda da ribeira do mesmo nome, da qual dista 2 k. e 9 da séde do conc. Banham esta parochia a ribeira de Villariça, e um ribeiro que vem da freg. de Pombal e vae desaguar na Villariça. Regam, mas não móem, nos limites d'esta freg. O terreno é fertil em generos agricolas e cria bastante gado lanigero. O seu azeite, como todo o do valle da Villariça, passa por

ser o melhor de Portugal, e esta freg. tem um olival soberbo, que é o melhor de Villariça, chamado *Matta de Vilharelhos*, e comprehende cêrca de 5:000 oliveiras compactas, pertencentes a diversos. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. na freg. de Victorino dos Piães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Villares. Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Trancoso, distr. e bisp. da Guarda; 157 fog. e 596. hab. Tem esc. do sexo masc. o est. post. Está situada na margem esquerda e a 1 k. da ribeira de Massueime, confluente do Côa, e a 15 da séde do conc. Ha muitos annos que lhe está annexa a freg. de Maçal da Ribeira, cujo orago era N S.ª da Conceição. A freg. tem duas egrejas: a matriz de N. S.ª da Graça, templo espaçoso e um dos melhores do conc; a de N. S.ª da Conceição, extincta matriz de Maçal da Ribeira. Banham a pov. a ribeira de Massueime e alguns poquenos regatos que desagúam na mencionada ribeira; atravessam-n'a a linha da Beira e a estrada de Trancoso á Barca d'Alva. A pov. tem uma azenha para moer azeitona, e uma eira para malhar e seccar o pão, eira notavel por ser muito espaçosa o tanto quo n'ella se malha o pão de toda a freg., o por ser formado d'uma só pedra, um penedo immenso com a superficie plana e optima exposição. N'esta freg. ha tambem uma nascente de aguas sulfureas frescas, de que os povos da circumvizinhança fazem uso para tratamento de rheumatismo e de molestias cutaneas. Villares cria gado lanigero, e é fertil em cereaes e generos agricolas. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. de Murça, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 125 fog. o 499 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post. e uma feira a 14 de cada mez. Está situada, em parte, n'uma alta campina e em parte em terreno montanhoso, na margem direita e a 3 k. do rio Tinhella e a 10 da séde do conc. Pertenceu ao conc. d'Alfarella de Jalles, extincto por decreto de 31 de dezembro de 1853, pelo qual passou para o de Murça. Banham esta freg. o Tinhella, e 2 ribeiros que nascem nos montes de Alfarella de Jalles, o vão desaguar no mesmo rio Tinhella, regando simplesmente alguns campos. A pov. é muito antiga. A egreja matriz nada tem digno de menção. No sitio de Valbom, perto de 3 k. ao N da matriz, no alto d'um monte sobranceiro ao Tinhella, estão as ruinas d'um castello antiquissimo, de cantaria lavrada, e a juzante d'aquellas ruinas, se vê junto do mesmo rio o busto d'uma mulher, esculpido n'um grande penedo. E' fertil em cereaes, e cria muito gado lanigero. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves || Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Barqueiros, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Bico, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Bartholomeu, de Campello, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Pedro, do Canedo, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. || O Salvador, do Covas, conc. de V. N da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Thomé, de Estorãos, conc. do Fafe, distr. de Braga || S. Mamede, de Ferreira, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Guide, conc. de Mirandella, distr. de Bragança. || S Christovão, de Muro, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Ribeira do distr. de Bragança. N. na serra da Nogueira, corre para SO até passar a freg. de Murçós, muda depois a direcção para OSO, passa ao N da freg. d'Arcas, inclina se para O. e passando ao S da Torre de D. Chama vao desaguar no Tuella com 32 k. de curso.

Villares de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S. da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco.

Villares da Villariça. Pov. e freg. de Santa Catharina, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. d'Alfandega da Fé, distr. e bisp. de Bragança; 141 fog e 626 hab. Tem esc. do sexo fem. est. post. Está situada n'um alto, no cimo do valle de Villariça, nas faldas da serra de Bornes, ou da Burga, precisamente na estrada de Mirandella a Alfandega da Fé, entre a ribeira de Burga, quo nasce na freg. d'este nome e banha a de Villares pelo nascente, e a ribeira de Villar, que a banha pelo poente, as quaes depois se unem e fórmam a ribeira de Santa Comba, principio da grande ribeira de Villariça, confluente do Sabor. Dista 12 k. da séde do conc. Segundo se lê no *Mappa Estatistico* de 1840, na *Chorographia Moderna*, vol. I, publicado em 1874, e na *Estatistica Parochial* (collecção dos relatorios dos parochos existente na secretaria da justiça, e que se refere a junho de 1862), esta freg. denominava-se *Villar de Baixo* e tinha como orago S. Bartholomeu, mas depois que se lho annexou o *Villar de Cima*, tomou das duas povoações de Villar o titulo do *Villares* e substituiu o seu antigo orago de S. Bartholomeu, por *Santa Catharina*. As suas producções dominantes são: azeite, vinho, trigo, amendoas, laranjas e hortaliça. Cría bastante gado lanigero. Tambem produz muita cortiça, porque abunda em sovereiros e pinheiros Em Villar de Baixo tem duas fontes d'arco de pedra, ambas com muita agua potavel, e uma d'ellas com tanque e lavadouro. O aspecto de Villares é lindissimo, por ter boa exposição e bons edificios. Esta pov. (Villar de Baixo) nunca foi murada nem teve as honras de villa, mas abundou sempre em nobreza e familias importantes de appellidos Botelho, Reymão, Sousa, Miranda, etc. A egreja parochial é um bom templo com altar mór e 2 lateraes, além da capella do *Senhor da Cruz*, unida á egreja e com porta interior para ella. Esta freg. pertenceu á grande com. de Moncorvo, da qual passou para o de Mirandella, e d'esta para o do Mogadouro, indo para a de Alfandega da Fé, quando se creou esta com. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10. com a séde em Mirandella. Tendo sido annexada ao conc. de Villa Flôr por decreto de 14 de agosto de 1895, que supprimiu o de Alfandega da Fé, voltou para este, depois de restaurado por decreto de 13 de janeiro do anno de 1895.

Villariça Pov. da freg. de Santo Antão, de Variz, conc. do Mogadouro, distr. de Bragança. Foi freg. independente, tendo por orago S. Cyriaco. Em 1706 denominava se *Villarisca* e era um curato da apresentação do marquez de Tavora no termo o conc. da Villa de Penas Roias com. de Miranda. Em 1768 era curato da apresentação do prior do Mogadouro, e em 1852 era

ainda uma freg. independente, que mais tarde foi extincta e annexa á de Variz, da qual é hoje uma simples aldeia. Está situada na estrada que das villas de Moncorvo e Mogadouro conduz a Miranda, e dista cêrca de 2 k. de Variz para NO; 10 do Mogadouro para ENE; 10 da villa da Bemposta para NO, e 30 de Miranda do Douro para SO. Está em terreno alto e agreste ao sul e nas faldas da *Serra d'Ascenção*, na linha divisoria das bacias hydrographicas do Douro e do Sabor, distando da margem esquerda d'este rio cêrca de 15 k. para E, e aproximadamente outros 15 da margem direita do Douro para O. Esta pov. ainda conservava ha 30 annos a sua velha matriz, um templo regular. Abunda em excellente agua potavel. E' fertil em cereaes e cria bastante gado lanigero, muar e vaccum da raça mirandeza. Cêrca de 3 k. para o SO se vê uma pyramide geodesica na altitude de 971 m. sobre o nivel do mar. D'ali se descobre um vasto panorama, avistando se muitas terras de Portugal e de Hespanha, além do Douro. || Freg. e villa de Santa Cruz da Villariça, hoje extinctas, situadas na confluencia do rio Sabor com a ribeira de Villariça, conc. e com. da Torre de Moncorvo, distr. e bisp. de Bragança. || Ribeira, que nasce na serra de Bornes ou de *Monte Mel*, passa entre Villa Flôr, que lhe fica á direita, e Alfandega da Fé á esquerda; banha estes 2 concelhos e parte do da Torre de Moncorvo, e vae desaguar no Sabor com cêrca de 3 k. a montante na confluencia d'este rio com o Douro. Tem 25 a 30 k. de curso; recebe durante elle muitos regatos nos concelhos d'Alfandega da Fé e Villa Flôr, rega e moe. Tem uma grande ponte de pedra, chamada da *Junqueira*, um pouco a juzante da pov. e freg. d'este nome, na estrada nacional de Chaves a Moncorvo por Mirandella e Villa Flôr; e unida ao Sabor fórma com os seus gordos nateiros e com as do Sabor o do Douro a fertilissima veiga da Villariça. || Formosa veiga e valle da prov. de Traz os Montes. Estende-se pelos concelhos de Alfandega da Fé, Torre de Moncorvo e Villa Flôr, na extensão de 25 a 30 k. de N a S por 10 a 15 de largura, e póde se dizer que nenhuma outra região do paiz eguala esta em fertilidade. E' tambem na freguezia da Junqueira, conc. de Torre do Moncorvo, que brotam as conhecidas aguas alcalino gazozas de Bem-Saude. V. *este nome*.

Villarinha. Pov. na freg. de S. Martinho, de Aldoar, 2.º bairro do Porto E' aqui a séde da parochia a que pertence.

Villarinho. A familia d'este appellido tem por armas: Em campo azul quatro flôres de liz de ouro acantonadas, uma lua minguante de prata no centro, e tres faxas de prata no contra-chefe.

Villarinho. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb de Braga; 84 fog. e 336 hab. Tem est. post. e está situada na margem direita e a cêrca de 3 k. do rio Homem, a 1 da estrada do Porto a Valença por Braga, Villa Verde e Monsão, e a 7 da séde do conc. Pertenceu ao conc de Pico de Regalados até 1885, data em que elle foi extincto, passando então para o de Villa Verde. Atravessa esta freg. de N a S um ribeiro que, depois de engrossar com outros, desagúa no rio Homem, confluente do Cávado, no sitio da Malveira, ou Malheira, segundo o dialecto minhôto. E' fertil em cereaes, vinho e azeite. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. da Louzã, distr. e bisp. de Coimbra; 486 fog. e 2:017 hab. Tem escolas do sexo fem. e est. postal. Está situada ao N e nas faldas da serra de Louzã, entre os rios Arouce e Ceira, a 3 k. da séde do conc, em terreno fertil e suavemente ondulado. E' atravessada pela estrada nacional de Foz d'Arouce a Castello Branco, pela districtal que entronca em Villarinho na nacional, segue para Cabeços, etc, e pela municipal da aldeia do Covão para a ponte de Serpins, sobre o rio Ceira. E' banhada por 4 ribeiros: 1.º *Ribeiro Maior;* 2.º *Ribeiro Pequeno;* correndo ambos de S a N, a pequena distancia fazem junção e desagúam na margem esquerda do rio Ceira, junto da aldeia do Boque, a distancia de 4 k.; 3.º De *Villarinho*, que passa junto da aldeia d'este nome; 4.º Passa ao sul d'esta freg. Estes 2 ribeiros veem da serra da Louzã, fazem junção na aldeia do Valle, e vão desaguar tambem no Ceira, junto da pov. de Ceira dos Valles, na distancia de 5 k Movem 11 moinhos e 2 azenhas de cereaes, 4 lagares d'azeite e uma fabrica de papel, no sitio do Valle das Eguas. A egreja matriz é antiga. Ha tambem na pov. diversas capellas, tanto publicas como particulares. Esta pov. e as suas circumvisinhas soffreram em 1811, nos dias 14, 15 e 16 de março, quando passou por aqui a galope o exercito francez de Massena, retirando das linhas de Torres Vedras por Pombal, Redinha, Condeixa, Miranda do Corvo, Foz de Arouce, Ponte de Murcella. Celorico e Guarda, acossado pelo exercito anglo-luso, que não o deixou respirar um momento, obrigando-o a queimar muitos carros de bagagens e a perder muita artilharia, muitos muares e soldados na passagem do rio Ceira e do Alba. O terreno é fertil em cereaes e generos agricolas, e cria muito gado lanigero. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. || Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. de Santo Thirso, distr. e bisp. do Porto; 205 fog. e 786 hab. Está situada na margem esquerda e a cêrca de 15 k. do rio Vizella, a 15 da séde do conc. Pertenceu civilmente ao termo e á grande com. de Guimarães; depois passou para o conc. de S. Thomé de Negrellos, e extincto este conc. pelo decreto de 24 d'outubro de 1855, passou para o de Santo Thirso. Ecclesiasticamente pertenceu ao arceb. de Braga até 1882, indo n'esse anno para o bisp do Porto. Banha esta freg pelo lado N o Vizella, que morre no Ave, a distancia de 12 k., e não tem pontes nos limites d'esta parochia, mas sómente 5 moinhos e azenhas com muitas rodas e um engenho de maçar linho. A egreja matriz é muito interessante pela sua architectura designada *Roman*, que servia de transicção da architectura romana para c ogival, e antiguidade. Foi construida antes do anno de 1070, segundo se lê na *Chronica dos Conegos Regrantes*, por D. Nicolau de Santa Maria, tomo I, pag. 318. E' precedida da galilé, servindo-lhe de adro coberto; as janellas tem a fórma de frestas, pela sua pouquissima largura; a torre é de fórma quadrangular e de limitada altura e construida com excessiva solidez, ficando coberta por um telhado pyramidal. A fachada da egreja ficou sem decoração alguma, assim como o portal principal indica tudo ser a

construcção mais primitiva d'esta architectura. E' composto d'uma só nave, separado o altar-mór pelo arco triumphal de egual feitio que a ar cada da galilé, havendo apenas duas inscripções já mutiladas que, por incompletas, não se pódem lêr, excepto na torre, onde é legivel o nome do devoto que a mandou construir. No arco cruzei ro se vê gravada a data de 1692, junto da imagem do padroeiro, que é de tamanho natural. Tem um pulpito, altar mór com um bom retabulo de talha antiga, e 3 altares lateraes: *N. S.ª do Rosario* e *S. Braz*, antigos, e do *Senhor Jesus*, moderno, feito em 1866. Não tem torres, mas sómente por cima do cabido um torreão feito em 1870, e n'elle 2 sinos que fôram refundidos em Braga quando se fez o torreão. *O cabido*, antiga casa do capitulo, está junto á egreja, dá communicação para ella e para o claustro. Esta egreja, segundo a *Chronica* já citada, e a *Chorographia Portugueza*, do P. Antonio Carvalho da Costa, tomo I, foi convento de conegos regrantes de Santo Agostinho, tendo sido anteriormente abbadia para sua sepultura por uns fidalgos da geração dos Fafes, descendentes de Fafes Sarrazim de Lanhoso, rico homem que morreu junto de Caminha na batalha de Agua de Maias, entre D. Garcia, rei de Portugal e da Galliza, e seu irmão el rei D. Sancho de Castella. Passados tempos depois da fundação da egreja, o seu abbade Gonçalo Annes Fafes fundou junto d'ella um convento de clerigos, conegos regrantes de Santo Agostinho, ao qual applicou as rendas da sua abbadia, tudo com prévia autorisação de D. Diogo Fafes, padroeiro da mesma egreja, e do arcebispo de Braga D. Pedro, tambem conego regrante, que o nomeou abbade do mesmo convento. A construcção do convento começou em 1070, e já em 1074 estava concluido e habitado por 10 conegos, os quaes todos assignaram com o seu abbade a doação que no mez de julho d'esse anno, o padroeiro da dita egreja D. Diogo Fafes, por não ter successão, fez de todos os seus bens ao dito convento, recolhendo se e elle em seguida e ali falleceu. Extinctas as ordens religiosas em 1834, voltou a egreja a ser, como fôra até 1070, simples egreja parochial. O terreno é fertil em vinho verde e cereaes. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Louriçal. conc. de Pombal, distr. de Leiria || N. S.ª d'Assumpção, de Barrô, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Borba de Godim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || S. João Baptista, de Brasfemes, conc. e distr. de Coimbra. || S. Julião, de Cacia, conc. e distr. d'Aveiro. || S. João Baptista, de Campo do Gerez, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || Santa Maria, de Canedo, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || S. Mamede, de Canellas, conc. de Penafiel. distr. do Porto. || S. Miguel, de Canellas, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de Capelludos, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Pedro, de Cezar, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Christovão, de Cabanas, conc de Carregal do Sal, distr. de Vizeu. || Santo Estevão, de Couto de Esteves, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro || O Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Encourados, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thomé, de Friande, conc. de Felgueiras. distr. do Porto. || S. Pedro, de Frisões, conc. de Valpaços. distr. de Villa Real. || S. Martinho, de Gallegos, conc. de Povôa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Gontinhães, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Insalde, conc. de Paredes de Coura, do mesmo distr. || S. Braz, de S. João de Tarouca, conc. de Tarouca, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Macieira da Maia, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Pedro, de Manhouce, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Santa Maria de Melres, conc. de Gondomar, distr. do Porto || Santa Maria de Palmeira, conc. e distr. de Braga || S. Miguel, de Pena, conc. e distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Perozello, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Pombeiro, conc. d'Arganil, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Pedro, de Quiraz, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. || O Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real || N. S.ª da Conceição, de Rossas, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de Sá, conc. do Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Soajo, conc. de Arcos de Val de Vez, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Souto de Lafões, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || S. Mamede, de Talhadas, conc. de Sever do Vouga, distr. do Aveiro. Tem est. post. || N. S.ª da Expectação, de Valladares, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Valle, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Vallega, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Villa Cahiz, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Sebastião, de Villar Barrôso, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || S. Pedro, de Villar de Ferreiros, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. Tem est. post. || S. Thiago, de Villarelho da Raia, conc. de Chaves, do mesmo districto.

Villarinho de Agrochão Pov. e freg. de Santo Antão, da prov. de Traz os Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 102 fog. e 354 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada em sitio alto, alegre e saudavel na margem direita da ribeira de Nuzellos, confluente do Tuella, da qual dista 3 k., 7 da margem esquerda do Tuella e 17 da séde do conc. Em 1706 pertencia ao termo e conc. da Villa do Nuzellos, com. de Moncorvo, bisp. de Miranda; tinha uma capella e 6 fontes. Em 1840 pertencia esta freg. ao conc. da Torre de D. Chama, extincto por decreto de 24 de outubro de 1855, pelo qual passou para o conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, tendo pertencido á com. de Mirandella. Banha esta paroquia a ribeira de Vizellos, na qual tem 2 moinhos. E' fertil em cereaes e azeite; cria bastante gado lanigero e bovino. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Villarinho do Arco. Pov na freg. de S. Simão, de Venda Nova, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Villarinho d'Arcos. Pov. na freg. de Santa

Christina, de Cervos, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Villarinho das Azenhas. Pov. e freg. de Santa Justa, da prov. de Traz-os-Montes, conc e com de Villa Flôr, distr. e bisp. de Bragança; 62 fog. e 243 hab. Tem esc. do sexo fem. e est post. Está situada n'uma baixa, ardentissima no estio, no sopé d'uma ingreme encosta e na margem esquerda do rio Tua, do qual dista apenas 400 ou 500 m. e 11 k da séde do conc. Banham esta parochia o Tua e alguns pequenos ribeiros que desaguam n'este rio, no qual tem desde tempos muito remotos varias azenhas, das quaes tomou o nome de *Villarinho das Azenhas*. São as 4 seguintes: *Azenha Nova*, das *Tres Rodas*, da *Amieira* e das *Regadas*. A primitiva egreja parochial esteve no sitio chamado ainda hoje *Egreja Velha*, cêrca de 800 m. distante de Villarinho, pelo que achando-se arruinada, e sendo humilde e pequena, arvorou-se em matriz uma capella que estava na pov. no sitio que hoje occupa. Foi reedificada e accrescentada em 1716. Tem campanario com 2 bellos sinos. Na pov. ha mais as capellas do *Espirito Santo*, de *N. S.ª dos Remedios* e das *Onze Mil Virgens*, sendo esta particular, mas já em ruinas N'esta freg. não ha minas em exploração nem simplesmente registradas, mas deve ter importantes jazigos de ferro, porque no seu termo, na pendente da serra do *Pharo* sobre a margem esquerda do Tua, brotam muitas nascentes d'aguas ferreas, que não fôram ainda analysadas, sendo uma d'ellas a do *Ribeirão*, a SO de Villarinho. Tem est. do caminho de ferro de Tua a Mirandella e Bragança, entre a de Cachão e o apeadeiro da Ribeirinha. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Villarinho do Bairro Villa e freg. de S. Miguel, da prov do Douro, conc. e com. de Anadia, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 632 fog. e 2.418 hab. Tem est. post. e uma feira no 3.º domingo de cada mez, e mercado em todos os domingos. Está situada em terreno levemente ondulado, na estrada districtal do Luso a Mira e a 8 da séde do conc. Em 1708 era priorado da Casa da Bragança e villa pertencente á extincta com. de Esgueira, cujo provedor entrava n'esta villa por correição, bem como o ouvidor de Barcellos. Em 1768 era priorado da apresentação da corôa. Em 1840 pertencia ao conc. de S. Lourenço do Bairro, extincto pelo decreto de 31 de dezembro de 1853, pelo qual passou ao de Anadia. O seu terreno é fertil e produz: vinho, milho, arroz, fructa e hortaliça. O seu vinho é muito bom, como de mesa, pois esta freg. faz parte integrante da Bairrada, uma das nossas primeiras regiões vinicolas. Esta freg. foi villa e teve foral dado em Lisboa por el-rei D. Manuel I, a 6 do março de 1515 Além da sua egreja parochial, tem 11 capellas publicas e 2 particulares. Tem differentes ribeiros e rogatos que regam e moem, e muitas fontes publicas de charco, de poço e de bica, sendo a agua geralmente boa. A casa da camara, cadeia e pelourinho já não existem, porque fôram demolidas quando se fez a estrada districtal. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

Villarinho de Baixo Povoações nas freguezias: S Pedro, de Avioso, conc. da Maia, distr. do Porto. || S. Thiago, de Eiras, conc e distr. de Coimbra. || S. Miguel de Gandara, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Sobradello da Gama, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Villarinho das Cambas Pov. e freg. d'O Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 94 fog. e 374 hab. Está situada na estrada de Villa do Conde a V. N. de Famalicão, entre os rios Este e Ave, a 5 k. da séde do conc. E' pov. muito antiga, como provam a sua egreja matriz e as suas ricas decorações de obra de talha dourada e pinturas a oleo no tecto da capella-mór, representando a transfiguração e outros mysterios da vida de Christo; e no tecto do corpo da egreja 15 paineis restaurados em 1733, que tambem representam algumas passagens da vida de Christo, assim como as sepulturas e ossadas que teem apparecido no Campo da Junqueira, pertencente á grande quinta do Outeiro, na pov. d'este nome, campo, onde, segundo diz a tradição, houve um convento antiquissimo de frades bentos, que o abandonaram e se transferiram para o de S. Simão da Junqueira, proximo de Villa do Conde, e distante d'esta freg. cêrca de 10 k. para OSO. Era o dito campo foreiro ao mencionado convento, pelo que em 1834, sendo extinctas as ordens religiosas, passou aquelle fôro para a fazenda nacional, e em 2 de outubro de 1857 foi vendido em leilão ao proprietario da citada quinta do Outeiro. N'esta parochia ha grandes jazigos de ferro. Por decreto de 31 de agosto de 1878 fôram reconhecidos como proprietarios legaes de uma mina de ferro, sita na aldeia de Espido, Sebastião Maria dos Santos, Francisco José d'Oliveira, João Gomes Ferreira e o padre Antonio da Silva Ferreira, mas parece que não chegaram a dar começo á exploração. Esta freg. é banhada pelo ribeiro de Villarinho, que vae desaguar no rio Ave, a 5 k de distancia; rega, moe e abunda em peixe miudo. Foi muito importante n'esta freg a industria da engorda de bois para Inglaterra, industria que está em grande decadencia. As producções dominantes são: milho, vinho verde, hervagens, fructa e madeira de pinho em grande quantidade, pois tem vastos pinheiraes. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

Villarinho da Castanheira. Villa extincta, hoje simples freg. da prov. de Traz os-Montes, com o orago de Santa Maria Magdalena, conc. e com. de Carrazeda de Anciães, distr. e bisp. de Bragança; 295 fog. e 1:145 hab Tem escolas de ambos os sexos e est. post. Está situada n'um planalto alegre e vistoso na antiga estrada de Anciães a Moncorvo, a 5 k. da margem esquerda do rio Douro e a 15 da séde do conc. Esta pov. data de tempos muito remotos, como provam os 3 dolmens que ali se encontram: 1.º na planicie alta, denominada *Couto*, cêrca de 3 k. ao S da matriz no caminho de Cabeça Bôa. E' um dolmen ainda com ara, assente sobre 3 grandes pedras, a meio da planicie. A ara tem perto de 2m,25 em quadro; as pedras em que assenta, avultam sobre a superficie do solo cêrca de 3 m. O todo fórma uma especie de casa terrea com entrada do lado norte, e junto d'este dolmen ha em communicação com elle um caminho subter

raneo, coberto por lageas tambem de granito e que dá saida para o campo.—2.º N'este mesmo sitio do *Couto*. Já não tem área.—3.º Junto do caminho de Moncorvo, á esquerda indo de Villarinho da Castanheira e distante d'esta villa perto de 4 k. Tambem já não tem área, mas só grandes pedras toscas de granito a prumo. O povo chama a estes dolmens *Palas Moiras*, e está convencido de que encerram grandes thesouros, guardados por moiras encantadas. Esta pov. nunca foi murada, mas segundo se lê na *Chorographia Portugueza* de P. Antonio Carvalho da Costa, teve um castello, que já em 1706 estava em ruinas. Suppõe-se que o castello estivesse no alto do monte ou serra que avulta n'esta parochia e na de Lousa. D'ali se avistam muitas terras. A villa teve 4 foraes: 1.º Dado por D. Affonso II em 6 de dezembro de 1218; 2.º Dado por D. Diniz, na Guarda em 22 do julho de 1287; 3.º Dado por D. Pedro I, em Braga, a 12 de junho de 1363; 4.º Dado por D. Manuel, em Lisboa, a 13 de junho de 1514. Entre os muitos privilegios concedidos pelos seus foraes, um era o seguinte: o cavalleiro que perdia o seu cavallo, ficava escuso do serviço, não por um anno, conforme o costume geral, mas durante 5 annos. No anno de 1372 D. Fernando I deu á villa de Moncorvo toda a jurisdicção das villas de Moz e Villarinho da Castanheira, porque os de Moncorvo lhe mandaram uma petição, dizendo: Que o seu termo, tendo sido muito grande, se achava muito reduzido no momento, em razão dos julgados e terras que os nossos reis lho haviam tirado, com o que a villa se achava *desfaleçuda* e temia graves damnos, quando fôsse atacada pelos inimigos. E que *agora mesmo* (1372) tinha sido cercada e combatida por muitas *companhas* d'elles, que lhes queimaram os arrabaldes, roubaram os gados e fizeram outros muitos damnos, e comtudo elles defenderam a villa até que os inimigos se ausentaram, emquanto que os de Moz e Villarinho da Castanheira se entregaram, sem serem combatidos, etc., pelo que pediam a el-rei lhes désse a jurisdicção civil e crime dos ditos logares e concelhos. D. Fernando deferiu, attendendo aos relevantes serviços quo tinha recebido e esperava receber dos de Moncorvo e ao procedimento dos de Moz e de Villarinho. Foi senhor d'esta villa o vice-rei da India Lopo Vaz de Sampaio. Em 1706 era Villarinho da Castanheira villa da corôa e cabeça d'uma grande abbadia da opção do cabido e mais ecclesiasticos do côro da Sé de Braga, a cuja diocese pertencia ecclesiasticamente, e judicialmente á de Moncorvo; era séde do conc. do seu nome, que foi abolido pelo decreto de 31 de dezembro de 1853; tinha então 2 juizos ordinarios, vereadores e juiz dos orphãos com seus officiaes, 1 capitão-mór e 1 sargento mór, aos quaes obedeciam 3 capitães de companhias de ordenanças da villa e seu termo. O clima d'esta freg. é temperado e saudavel na parte alta, mas na margem do Douro e nas suas ingremes encostas é ardentissimo no verão. A parte alta é abundantissima de agua potavel e de rega, emquanto quo a baixa no verão só tem a agua do Douro e alguns charcos. A parte alta produz vinho, trigo, milho, azeite, muitas batatas e castanhas, emquanto que a baixa apenas produz bom azeite em grande quantidade, amendoas, vinagre o centeio. A egreja parochial é um bom templo com altar-mór e 4 lateraes, ricamente decorados com talha antiga dourada. A pov. tem varias capellas, de mais ou menos importancia. Os antigos paços do conc. fôram comprados por um individuo que os reedificou, e transformou em habitação particular. Banham esta freg. o Douro e 2 ribeiros que desagúam n'este rio, chamados: ribeiro de *Valdranje* e do *Couto*. Tem este ultimo uma ponte que dá passagem para o Douro e para a grande quinta de *Levasim;* rega e move 3 moinhos; e o Douro nos limites d'esta parochia tem 3 moinhos nas Azenhas de D. Maria, pertencentes á quinta de Levasim. Pertence á 6.ª divi. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Villarinho de Cima Povoações nas freguezias: S. Pedro de Avioso, conc. de Maia, distr. do Porto. || S. Miguel, de Gandara, conc. de Paredes, do mesmo distr. || Santa Maria, de Sobradello da Gama, conc. do Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

Villarinho de Cottas. Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. de Traz os Montes, conc. e com. de Alijó, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 46 fog. e 175 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada em terreno relativamente alto, íngreme e schistoso, na margem direita do rio Douro e na esquerda do Pinhão a 2 k. d'este, a 3 d'aquelle e a 10 da séde do conc. Datam de tempos muitissimo antigos a pov. de Villarinho de Cottas, como provam as ruinas d'um castello que existiu no alto d'um pequeno monte, contiguo á pov., cêrca de 500 m. a O, monte plantado hoje, quasi todo, de vinha. O povo attribue aos moiros a fundação do dito castello, mas com certeza data de tempos muito mais remotos, porque se tem encontrado ali muitas moedas romanas, sepulturas de tijolo e muitos fragmentos de ceramica antiquissima. A tradição local diz que, quando os moiros tomaram a villa de Favaios, os seus habitantes se dispersaram e fundaram as povoações de S. Bento, Cottas e Villarinho de Cottas, tendo por egreja matriz commum a estes 3 povos a capella da nobre quinta de S. Jorge. Expulsos os moiros, voltaram para Favaios os habitantes da aldeia de S. Bento. Os de Villarinho e Cottas não quizeram largar os seus novos domicilios, mas formaram com os de Favaios por muito tempo uma só freg. até que se arvoraram aquellas duas povoações em freguezias independentes, mas filiaes da de Favaios. E em signal de sujeição, desde tempos muito remotos, costumavam ir ali no dia de S. Jorge, em cuja capella os habitantes de Cottas e de Villarinho de Cottas pagavam um vintem de conhecença ao reitor de Favaios. Esta pov. foi n'outros tempos muito rica, porquo produzia 500 a 600 pipas de vinho do mais generoso e mais caro do Alto Douro, emquanto que hoje é uma das povoações mais pobres, porque a phyloxora anniquilou os seus vinhedos, que eram toda a sua riqueza, a sua producção principal. A egreja matriz é pequena, bastante antiga, e suppõe-se ter sido feita no seculo XVI, pois n'ella se vê a data de 1568. A capella-mór é mais moderna, foi reedificada no seculo XVIII pelo arcebispo D. Fr. Caetano Brandão. O templo tem altar-mór e 2 lateraes. Na pov. ha tambem a capella de *N. S.ª do Soccorro*, que se julga ter sido fundada em 1650, e está interiormente revestida de azu-

lejo antigo; e a de *Santo Apolinario*, que é particular, e foi edificada em 1771. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Villarinho da Cova da Lua. Freg. de S. Cypriano, ha muito extincta, do conc. e distr. de Bragança, ha muitos annos annexada á de Santo Estevão, de Espinhosella. Tem caixa postal.

Villarinho dos Freires. Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 229 fog. e 925 hab. Tem est. post. Está situada no centro do Douro, em terreno extremamente fertil, como o de todo o conc., na margem direita do Douro e na esquerda do Corgo, a cêrca de 3 k. de qualquer d'elles e a 5 da séde do conc. Em 1706 era vigairaria na ordem de Malta e da apresentação do bailio de Leça; pertencia ao termo de Villa Real, arceb. de Braga; tinha 100 fog. e chamava-se *N. S.ª das Neves de Freirias*. Em 1852 contava 208 fog. e pertencia ao conc. de Canellas, extincto pelo decreto de 31 de dezembro de 1853, pelo que passou para o de Peso da Regoa. N'esta freg. não ha um pinheiro, nem um carvalho, nem um castanheiro ou sovereiro, nem um palmo de terreno inculto. Parece toda um vasto jardim, esmeradamente cultivado. Tal é o surprehendente aspecto dos seus riquissimos e compostos vinhedos e dos seus mimosos pomares de laranjeiras, pereiras, macieiras, etc., destacando-se no meio de tão vasto jardim palacios e quintas importantes. E' uma freg riquissima, e o seu vinho é do melhor do conc. de Peso da Regua, porque está na margem esquerda do Corgo, e por consequencia na região do Cima Corgo ou do Alto Douro, a classica região do vinho fino. Esta freg. denominou se *Villarinho dos Freires*, porque foi dos templarios, ou *freires* da ordem do Templo, dos quaes passou para os cavalleiros ou *freires* da ordem de Malta, com o mosteiro que os Templarios tinham na freg. de S. Miguel de Poiares, visinha d'esta de Villarinho, e outras. Em 1532 a mencionada commenda era da ordem de Malta. Esta freg. comprehendia algumas aldeias e muitas quintas, quasi todas habitadas. Mencionaremos as seguintes: 1.ª *Vallado*, da opulenta casa *Ferreirinha* da Regoa, cuja quinta vae até á margem esquerda do Corgo, onde tem um pomar de laranjeiras que é o maior e melhor de todo o Alto Douro, e produz laranja finissima. Junto d'este pomar construiu-se tambem n'outro tempo um luxuoso estabelecimento de moagem, mas no inverno de 1822 e 1823, desabando sobre a outra margem (esquerda) do Douro grande parte da quinta de Melres, incluindo a casa, pertencente aos Portocarreiros do palacio da Bandeirinha, no Porto, a agua do Douro com o grande volume do entulho, subiu a enorme altura no rio Corgo, fronteiro á quinta de Melres; cobriu aquelle estabelecimento de moagens, e na vasante levou-o d'envolta no medonho turbilhão, deixando apenas uma parte do açude. Além do lindissimo pomar tem esta quinta grandes vinhedos, bons armazens e outras officinas, e um palacio brazonado, com capella —2.º *Vallado*, tambem assim chamada, de Antonio Pinto Champalimaud, de Cidadelhe.—3.º *Paredes*, pertencente a Joaquim José Alves de Figueiredo Feio, de Villa Real.—4.º *Pitarrella*, que foi de Affonso Botelho, e depois de sua filha D. Anna Leopoldina Botelho de Sampaio e Sousa. E' uma das melhores propriedades d'esta parochia.—5.º *Firvida*, pertencente ao já citado Figueiredo Feio.—6.º *Portella*, propriedade de Victorino Pereira de Sousa, da aldeia de Santo Xisto.—7.º *Cavouco*, de José de Barros Carvalhaes.—8.º *Protello*, do dr. Antonio Avelino Correia de Carvalho Pereira de Vasconcellos.—9.º *Ponte*, de João de Barros Carvalhaes. Ha varios edificios brazonados. A egreja matriz é elegante e de construcção moderna; na pov. ha tambem algumas capellas publicas e particulares. Banham esta freg. o rio Corgo, confluente do Douro; o rio Tanha, que desagúa no Corgo a distancia de 5 k. no sitio de Firvida; um ribeiro que nasce em Poiares no sitio de Refojos, e vae desaguar no rio Tanha, depois de atravessar as povoações de Santo Xisto e Villarinho; e outro ribeiro chamado *Fundogas*, que nasce tambem na pov. de Poiares, atravessa a de Prezegreda, e morre tambem no Tanha. N'este rio e nos citados ribeiros ha 4 pontes de pau e alguns moinhos que móem cereaes. A pov. é fertil em vinho, azeite. e fructa variadissima. Passa n'esta freg. a estrada districtal da Regoa para Sabrosa. Ha n'esta freg. um morro muito pittoresco e de fórma conica, denominado *Muro do Crasto* (castro) que, segundo diz a tradição, foi castello dos moiros. Era muito defensavel para o tempo d'armas brancas e com certeza foi occupado e fortificado desde tempos muito remotos, pois ali se tem encontrado muitas moedas romanas, sepulturas de tijolo, fragmentos de ceramica, escumalha de forjas e pequenas pias de granito, pedra estranha na localidade, etc. Parece uma *mamoa* celtica gigantesca, um monte artificial, e está hoje todo de vinha, e dista da pov. de Villarinho dos Freires pouco mais de 1 k, e tem na base do lado S, a pov. de Santo Xisto. Ergue se entre o rio Tanha e o ribeiro de Refojos. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

Villarinho das Furnas. Freg. extincta no conc. de Terras do Bouro, e ha muitos annos annexa á de S. João do Campo. Está situada na margem direita do rio Homem, e S. João do Campo na margem esquerda. Passava em Villarinho das Furnas a celebre estrada da Geira, de Braga a Astorga. Era a ultima pov. portugueza, em que tocava a dita estrada, que pouco adeante se mettia na Galliza.

Villarinho dos Gallegos. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. de Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança; 279 fog. e 1:022 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Está situada na margem direita e a 2 k. do Douro, a 15 da séde do conc. Tem annexa desde 1883 a pov. e freg de Villa dos Sinos. E' fertil em trigo, centeio, vinho, azeite e batatas; cria muito gado lanigero, e tambem muar e bovino da raça mirandeza, que é a mais estimada em Traz-os-Montes. E' abundante de caça e de peixe, que lhe vem do rio Douro. Esta parochia tem apenas a egreja matriz, e a pov. sua annexa tem, além da matriz, uma capella de Santa Barbara. Todos os 3 templos são singelos e humildes. Villarinho dos Gallegos é uma das mais ricas povoações do conc. do Mogadouro, por ser a sua população muito trabalhadora e dada a ne-

gocios de commissão e conta propria. Negoceia fortemente em azeite, lã, couros curtidos. Muitos habitantes d'esta pov. levados pelo seu genio trabalhador o industrioso, costumam percorrer com o seu negocio de lã, couros, amendoa e azeite, não só toda esta prov., mas grande parte do paiz e da Hespanha, montados em soberbas e valentes mulas. Como os habitantes d'esta freg. eram tidos por constitucionaes e ricos, soffreram muitos roubos, ferimentos, prisões e algumas mortes, durante o governo miguelista, desde 1828 até 1834. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Villarinho da Lomba. Freg. extincta, hoje simples aldeia da freg. de S. Pedro, de Quiraz, no conc. e bisp. de Bragança. O seu orago era N. S.ª d'Assumpção, de que ainda conserva a capella, que servia de matriz. Villarinho está situada na raia, e tem um posto fiscal, pertencente á delegação de Vinhaes e ao distr. aduaneiro de Bragança.

Villarinho da Mó. Aldeia da freg. de S. Bartholomeu de Beça, conc. de Boticas, distr. de Villa Real.

Villarinho do Monte. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 59 fog. e 202 hab. Tem esc. do sexo fem. Está situada na margem esquerda da grande ribeira de Villares, affluente do rio Tuella, e 15 da séde do conc. Banha esta freg a grande ribeira de Villares. Cria gado lanigero, e é fertil em cereaes e fructas. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. Por decreto de 11 de dezembro de 1884 foi annexada para effeitos administrativos á de Arcos, do mesmo conc. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Corveira, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real.

Villarinho de Negrões. Pov. na freg. de Santa Magdalena, de Negrões, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Villarinho de Parada. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Parada do Pinhão, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real.

Villarinho das Paranheiras. Pov. e freg. de S. Francisco de Assis, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 113 fog. e 404 hab. Tem est. post. e está situada na extremidade N da ribeira d'Oura e a O do monte de Santa Barbara, na margem esquerda do rio Tamega, do qual dista perto de 2 k. e a 11 da séde do conc. Banham esta freg. o citado rio Tamega, e um ribeiro que nasce nas faldas do monte de Santa Barbara, perto de 3 k. a ENE de Villarinho; toca n'esta pov. do lado S, rega e fertilisa muitos campos, e morre na margem esquerda do Tamega. Move 2 moinhos de cereaes e 2 de azeite, e tem uma boa ponte de pedra, construida em 1870 para passagem da estrada nacional. O ribeiro tem 2 nomes: desde a sua nascente até á pov. de Villarinho chama-se *Pecho*, e d'ali até ao Tamega *Ribeiro das Olgas*. Atravessa esta freg. a estrada de Chaves á villa da Regoa por Vidago, Pedras Salgadas, Villa Pouca d'Aguiar e Villa Real de Traz os-Montes. Não se sabe qual seja a origem do nome d'esta pov. Como *paranha* significava honra, couto, amparo ou isento, tal vez que Villarinho das Paranheiras tomasse este nome por ser terra isenta ou muito privilegiada em outros tempos, posto que nunca foi villa nem teve foral proprio. Tambem se julga, que se denominasse *Villarinho das Paranheiras* por haver n'esta pov. desde tempos muito remotos, grande numero de fornos do lado exterior das habitações, mas ligadas com ellas, e sobre a boca dos ditos fornos chaminés, aqui chamadas *paranheiras*, que servem para absorver e desviar das casas o fumo e as chammas, quando aquecem os fornos. Consta que existe um documento antigo, no qual se denomina esta freg. *Villarinho das Paranheiras dos Fornos*. A egreja parochial é um bom templo; tem altar mór e 4 lateraes. No altar-mór ha um bom retabulo de talha dourada com columnas da ordem corinthia, vendo-se no topo o symbolo da ordem seraphica e as quinas das armas portuguezas, e aos lados as imagens de S Francisco de Assis e de S. Sebastião. Tambem no tecto da capella mór se vê pintada a oleo e em tamanho natural a effigie do padroeiro. A egreja foi reedificada nos fins do seculo XVIII até ao arco cruzeiro; a capella mór foi concluida em 1805. No sitio da Ribeira, junto do Tamega, encontram se restos de muros antiquissimos no termo d'esta freg., geralmente attribuidos aos romanos, bem como outros muitos restos de muros que se encontram nas margens do Tamega desde aqui até Chaves, o que leva a crêr que os romanos tiveram demorada residencia n'estes sitios. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Villarinho de Samardã. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com. e distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 205 fog. e 954 hab. Tem escolas do sexo fem. e est. post. Está situada em terreno accidentado, na margem direita do rio Corgo, entre Villa Real e Villa Pouca de Aguiar, a 8 k. da séde do conc. Atravessa esta freg. a estrada do Villa Real a Chaves. As suas principaes producções são: milho, centeio, batatas, castanhas, vinho e lã, pois tambem cria bastante gado lanigero e vaccum. E' abundante em caça grossa e miuda. A parochia é muito abundante d'agua, pois é banhada pelo rio Corgo, e por muitos ribeiros, taes são: o ribeiro da Samardã e o de Soutello, que nascem na serra de Moroucinhos, ramo da grande serra do Marão, e vão desaguar no Corgo, a distancia de 5 k.; e os do Salgueiro, da Lagea e de Agrella, que nascem na serra de Villarinho e tambem vão desaguar no Corgo, a 2 k. de distancia. Estes simplesmente regam, e aquelles regam e moem, bem como o rio Corgo. N'esta freg. ha duas pontes de pedra: a de Borralheiros e a de Soutello, e um fojo para caçar lobos, no fundo da serra de Moroucinhos. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13 com a séde em Villa Real.

Villarinho de S Luiz. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Palmaz, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

Villarinho de S. Romão *(Alvaro Ferreira Teixeira Carneiro de Vasconcellos Girão, 2.º visconde de)*. Senhor do Paço de Avioso, 9.º morgado de Villarinho de S. Romão, 17.º do Paço dos Ferreiras do Carregal, par do reino, etc. N. no Porto a 28 de março de 1822, onde tambem fal. a 22 de outubro de 1879. Era filho de Antonio

Ferreira Carneiro de Vasconcellos, senhor dos morgados acima citados, coronel do regimento de milicias da Feira, etc. e de sua mulher e prima, D. Maria Amelia Ferreira Teixeira Girão, da casa do Villarinho, irmã do 1.º visconde de Villarinho de S. Romão. (V. o *artigo seguinte*). Herdou d'este seu tio o pariato, por nomeação de 17 de março de 1862, e o titulo de visconde, mercê concedida por decreto de 15 de dezembro de 1860. Casou em 1851 com D. Julia Clamowse Browne, filha de Manuel Clamowse Browne e de sua mulher D. Maria Felicidade Solvato Browne. O brazão d'esta illustre familia é um escudo com as armas dos Girões: Escudo cortado em faxa; a primeira partida em pala, tendo na primeira d'estas em vermelho um castello de ouro, na segunda em prata um leão vermelho; na segunda faxa, em ouro tres girões, que nascem do fundo do escudo vermelho. Timbre o dos mesmos Girões, que é o leão das armas com um girão de ouro na espadua, sobre colonel de visconde.

Villarinho de S. Romão *(Antonio Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira Girão, 1.º visconde de)*. Fidalgo da Casa Real, conselheiro, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, par do reino, deputado, 8.º senhor do morgado de Villarinho de S. Romão, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, da Sociedade Promotora da Industria Nacional, socio honorario da Academia de Bellas Artes de Lisboa, da Sociedade Pharmaceutica Lusitana, presidente honorario do Instituto d'Africa, antigo prefeito de Traz os-Montes e da Extremadura, antigo inspector das Aguas Livres e das fabricas annexas de faianças e de sedas, provedor do papel sellado, administrador da Casa da Moeda, celebre agricultor e economista. N. em Villarinho de S. Romão a 5 de novembro de 1785, fal. em Lisboa a 17 de março de 1863. Era filho de Antonio José Girão Teixeira Lobo de Barbosa, senhor do morgado de Villarinho de S. Romão, cavalleiro da ordem de Christo, e de sua mulher D. Thereza Luiza de Jesus de Sousa Maciel. Succedeu na casa de seu pae a 16 de janeiro de 1812. Em 1820 foi eleito deputado ás côrtes constituintes, eleitas em virtude da revolução d'esse anno pela prov. de Traz-os Montes, e foi reeleito para as côrtes ordinarias pelas divisões de Villa Real e de Bragança. Em 1822 publicou em Lisboa o seu *Tratado theorico e pratico da agricultura das vinhas, da extracção do môsto, bondade e conservação dos vinhos, e da distillação das aguas ardentes*, em 4.º com estampas. N'esse mesmo anno publicou tambem um folheto politico, intitulado: *Analyse do manifesto que o Principe Real fez ás nações da Europa.* Sobrevindo os acontecimentos de 1823, recolheu-se á vida particular, e parece que tomou parte pouco activa nos acontecimentos politicos do periodo liberal de 1826 a 1828, porque em 1827 andava entreguo a preoccupações exclusivamente litterarias, pela publicação que n'esse anno fez do seguinte livro: *Traducção livre, ou imitação da Satyra de Boileau, denominada a Satyra do Homem.* Em 1833 publicou: *Memoria sobre os pesos e medidas de Portugal, sua origem, antiguidade, denominação e mudanças que teem soffrido até nossos dias, bem como a reforma que devem ter; acompanhada de varias tabellas de reducção e comparação de todas as medidas e pesos do mundo conhecido, antigos e modernos, com os actuaes de Lisboa.* N'esse mesmo anno saiu tambem uma das suas memorias mais importantes: *Memoria historica e analytica sobre a Companhia dos Vinhos denominada da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.* A este respeito diz Innocencio no vol. I do *Diccionario Bibliographico:* «Parece-me ser esta obra o que de mais completo se escreveu ácêrca d'esta instituição» Antonio Lobo, quando escreveu estas memorias, acabava de atravessar um periodo tristissimo, porque durante o governo de D. Miguel estivera constantemente homiziado, como elle mesmo declara no titulo d'um livro publicado em 1834 e que reimprimiu em 1835: *Historias de Meninos, para quem não fôr creança, escriptas por um homiziado que soffreu o martyrio de estar escondido cinco annos e dois mezes*; saiu sem o nome do autor. Ainda em 1834 publicou uma *Traducção livre, ou imitação do Lutrin ou Estante do Côro, poema de Mr. de Boileau*; e *Memoria sobre a economia do combustivel por meio de varios melhoramentos que se devem fazer nos lares ordinarios, fornalhas, fornos e fogões*, com 4 estampas. Não tardou, porém, a entrar de novo na vida politica activa, tendo sido prefeito da provincia de Traz-os-Montes e tambem da provincia da Extremadura. Em 1835, por decreto de 17 de setembro, foi agraciado com o titulo de visconde de Villarinho de S. Romão, sendo-lhe concedido pouco depois o pariato. Em 1835 imprimiu outra obra sua: *Economia rural e domestica, ou Ensaio sobre os gados lanigero e cornigero, sobre o methodo de os crear, apascentar, preservar das doenças que lhes são proprias, e curar-lhas quando as tiverem: bem como sobre a maneira de tratar os animaes domesticos de todas as qualidades, particularmente os cavallos, com avisos mui importantes aos lavradores;* e tambem 1 folheto: *Reflexões criticas sobre os projectos e argumentos que se tem feito contra as prefeituras.* Em 1841 publicou, sem o nome do autor, uma *Arte do Cozinheiro e do Copeiro, compilada dos melhores que sobre isto escreveram modernamente, dada á luz por um amigo dos progressos da civilisação;* com 3 estampas; teve 2.ª edição este livro, com o titulo seguinte: *Arte do cozinheiro e do copeiro: segunda edição augmentada com muitas receitas novas, pertencentes á copa*, Lisboa, 1845. Saiu tambem sem o nome do autor. Escreveu mais: *Reflexões criticas e artisticas sobre a edificação do novo theatro portuguez, denominado Theatro da Gloria*, Lisboa, 1842. Saiu dividido em 3 partes, contendo ao todo 24 paginas; *Tratado theorico e pratico sobre a maneira de construir fogões de sala economicos e salubres*, Lisboa, 1843; *Manual pratico da cultura das batatas, e do seu uso na economia domestica, publicado pela Academia Real das Sciencias*, em 1845, nas *Memorias*, tomo I, parte 2.ª, Nova Serie, Classe 1.ª; *Memorias sobre a Epioenonia, ou molestia geral das vinhas*, em 1857, saiu tambem nas referidas *Memorias; Investigações sobre epidryadas*, folheto, que, segundo consta, foi impresso por ordem da Sociedade Pharmaceutica, a quem o autor o offerecera. Na traducção dos *Fastos* de Ovidio, por Castilho, tambem é sua a nota que vem no tomo II, pag. 566, com o titulo de *Festas vinaes.* Escreveu muitos artigos na *Revista Universal Lisbonense*, nos *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional*, e em outros jornaes litterarios.

O visconde de Villarinho de S. Romão casou em 11 de maio de 1808 com sua prima D. Margarida Libania de Sousa Teixeira Girão, filha de Antonio Caetano de Sousa Faria de Mancilha, senhor da casa do Outeiro em Oliveira do Douro, e de sua mulher D. Maria de Lacerda Teixeira Lobo Girão. Não tendo successão, foi seu herdeiro seu sobrinho. (V. o *artigo antecedente.*) Em 18'0 publicou-se no Porto a obra seguinte: *Noticia biographica do visconde de Villarinho de S. Romão*, escripta por seu sobrinho Antonio Luiz Ferreira Girão, bacharel formado em mathematica e em philosophia pela Universidade de Coimbra.

Villarinho de S. Romão *(Luiz Ferreira Girão Carneiro de Vasconcellos, 3.° visconde de)* Engenheiro civil pela Academia Polytechnica do Porto, escriptor, opulento proprietario, etc. N. no Porto a 14 d'agosto de 1859. sendo filho dos 2.°s viscondes de Villarinho de S. Romão, Alvaro Ferreira Teixeira Carneiro de Vasconcellos Girão e D. Julia Clamowse Browne. Casou na mesma cidade, em 1883, com D. Maria Soares de Ancede, filha dos 1.°s barões de Ancede, José Henriques Soares Ancede e D. Anna Maxima de Lima Machado. O titulo de visconde foi-lhe renovado por decreto de 2 de março de 1882.

Villarinho de S. Romão. Pov. e freg. de S. Romão, da prov. de Traz os Montes, conc. de Sabrosa, com. e distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 207 fog. e 842 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post Está situada n'um alto, entre Provezende e Sabrosa, na margem direita e a 3 k de rio Pinhão, e a 4 da séde do conc. Esta freg. era riquissima antes da invasão de phylloxera, chegando a produzir, em 1840, 2:553 pipas de vinho de 559 litros cada uma, e ha memoria de haver chegado a produzir 3:000 pipas, mas a doença das vinhas deu um golpe formidavel na sua prosperidade. O vinho da parte alta d'esta parochia era de consumo. de pasto ou de mesa, mas o da parte baixa e mais proximo do rio Pinhão era do melhor do Alto Douro, pois estava em intimo contacto com o de Val de Mendiz, que só tinha rival no do *Roncão*, absolutamente o melhor do Alto Douro. A producção não se lhe extinguiu por completo, mas perdeu muitissimo em quantidade, obrigando os lavradores a recorrer á cultura do milho, do centeio, da fructa, etc. Banham esta freg. 2 ribeiros: o das Levadas e o da Carrapata, que vão desaguar no Pinhão. Não teem pontes, mas regam varios campos e movem 4 moinhos de cereaes. Tem esta freg. mais 2 moinhos no Pinhão, e 2 azenhas para fabrico de azeite, uma movida por agua e pertence ao visconde de Villarinho de S. Romão; outra é movida por gado e pertence a João Bandeira Coutinho P. Mergulhão. A egreja matriz é bastante antiga; tem capella-mór e 4 lateraes, sendo 3 antigos e 1 moderno, pulpito, sacristia, pavimento ladrilhado a granito, e torre com 3 sinos, é, porém, muito pobre de paramentos e alfaias. Tem mais a capella de *N. S.ª do Pé da Cruz*, que é publica, e fica na pov. de Villarinho; e duas particulares: *N. S.ª da Boa Morte*, e *N. S.ª da Salvação*. Esta capella pertence ao visconde de Villarinho de S Romão, e é a mais interessante e mais notavel de todas pela sua riqueza e remota antiguidade. Tem altar mór com a imagem da padroeira, outro altar lateral, com a de Santo Antonio, ricos paramentos, uma boa lampada de prata, bulla especial para exposição do Santissimo Sacramento, outras bullas com muitos privilegios e indulgencias, um cofre de ouro com varias reliquias, etc. Esta capella foi fundada e vinculada em 1462, e serviu de matriz, emquanto se não fez a egreja actual. Na frontaria tem o brazão dos fundadores. A capella foi restaurada em 1592, e no meado do seculo passado, em 1872, o 2.° visconde de Villarinho de S. Romão a mandou reedificar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.° 13, com a séde em Villa Real.

Villarinho de S. Roque. Pov. na freg. de S. Thiago, de Ribeira de Fragoas, conc. de Albergaria a-Velha, distr. de Aveiro.

Villarinho Secco. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Alturas do Barroso, conc. de Boticas, distr. de Villa Real.

Villarinho do Souto Pov. na freg. de Santa Maria, de Ermello, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Villarinho de Tanha. Pov. na freg. de S. Pedro, de Abbaças, conc. e distr. de Villa Real. Tem est. post.

Villarinho das Touças. Pov. na freg. de S. Pedro de Montouto, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. Foi freg., já ha muitos annos extincta, passando a uma simples aldeia. Está situada na raia, em intimo contacto com a pov gallega chamada Chargoaçozo, havendo em tempo entre as duas grandes desordens por causa dos montados, em que por vezes se envolviam tambem os carabineiros hespanhoes e os guardas fiscaes portuguezes, cruzando se fogo entre uns e outros. Felizmente acabaram esses successivos conflictos com a delimitação official da raia. O terreno de Villarinho de Touças é aspero e montanhoso, mas fertil em centeio, batatas e hervagens; cria muito gado lanigero, principalmente cabrum, e tambem bovino e suino. E' abundante de caça grossa e miuda.

Villarouco. Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu, bisp de Lamego; 226 fog. e 816 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., productores de azeite, de cereaes e de vinhos, etc. Está situada em logar alto e plano, muito arborisado, na margem direita e a 2 k. do rio Torto e a 6 da séde do conc. Banham esta freg. alguns regatos que desagúam no rio Torto e no Douro, passando um d'elles entre as povoações de Vidigal e Villarouco. Tambem a limita e banha o rio Torto, confluente do Douro. O rio Torto corre aqui fundo por entre encostas aridas ardentissimas, aprumadas e schistosas, pelo que as suas margens d'aqui até ao Douro produziam vinho fino de primorosa qualidade, principalmente as quintas do Seixo e Retiro. As suas producções dominantes são: cereaes, azeite, batatas, castanhas, fructa e vinho de mesa em pequena quantidade, depois que a phylloxera aniquilou os seus vinhedos, pois anteriormente era o vinho a producção principal d'esta freg. e de todas as d'este conc, pelo que é hoje um dos mais pobres, tendo sido um dos mais ricos do distr. de Vizeu. A egreja matriz é muito antiga, mas tem sido restaurada e reedificada muitas vezes Em 1881 foi demolida a capella-mór e feita de novo, onde se vê um bom retabulo de

talha dourada antiga e um tecto riquissimo tambem de talha dourada; uma capella particular e 3 altares lateraes; uma bella custodia de prata dourada e cinzelada, estylo manuelino, e uma imagem da Senhora da Conceição, tambem de prata. Na pov. ha diversas capellas, mais ou menos importantes. A tradição local diz que esta parochia foi villa e teve casa da camara, cadeia e pelourinho, mas já nada resta nem vestigios. Não consta que tivesse foral proprio, mas estava comprehendida no foral que el-rei D. Manuel deu á villa de Avelloso em 21 de abril de 1514. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

Villartão. Pov. na freg. de N. S.ª da Ribeira, de Bonçoães, conc. de Valpaços, distr de Villa Real. Tem est. post. Foi freg., hoje extincta, com o orago de S. Lourenço, sendo ainda independente em 1852.

Villas. Pov. na freg. de S. Martinho, de Mozellos, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

Villas Boas Familia portugueza, cujo solar era na quinta do Paço de Villas Boas, em terras de Ayró, no termo de Barcellos, de que foi senhor Diogo Fernandes Villas Boas no reinado de D. Pedro I. As suas armas antigas eram: Em campo vermelho um castello de prata de tres torres em memoria de terem os Villas Boas tomado aos moiros o castello de Penafiel. Posteriormente, servindo Diogo Fernandes de Villas Boas o rei D. Pedro de Castella na fronteira de Granada, e ganhando outro castello aos moiros sendo elle o primeiro a subir aos muros, onde pôz entre as ameias um ramo de palma, lhe esquartelou aquelle principe as armas, ficando as antigas no primeiro quartel com um ramo de palma verde na torre do meio, e no segundo em campo azul um dragão de prata volante armado de vermelho e assim os contrarios; timbre, um dragão de escudo nascente.

Villas Boas *(Agostinho da Cunha)*. Escriptor mystico e bacharel em canones. N. em Ourem em 1667. Foi confessor das freiras capuchas descalças de Lisboa. Compôz um *Oitavario contemplativo*, que publicou em 1718, outro livro mystico *Estrada do céo*, e um volume de *Theologia Sacra*, livros que ficaram manuscriptos.

Villas Boas *(Custodio Gomes)*. Cavalleiro da ordem de Christo, brigadeiro d'artilharia, lente de mathematica jubilado na Academia Real de Marinha, governador da praça de Valença, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. Nasceu, segundo uns em Guimarães, segundo outros em Barcellos, no anno de 1741, fal. em Valença em 6 d'abril de 1808. Tomou o grau de bacharel em mathematica na Universidade de Coimbra em 1782, sendo então tenente do regimento d'artilharia do Porto. Quando era lente da Academia de Marinha traduziu em portuguez o *Curso de Mathematica, escripto para uso dos Guardas bandeiras e Guardas marinhas* pelo mathematico francez Bezout, obra de que se fizeram successivas edições, sendo a mais antiga que se conhece, de 1796, e as ultimas, todas posthumas, 1810, 1820 e 1821. Como socio da Academia Real das Sciencias, inseriu nas suas *Memorias*, os seguintes trabalhos: *Memoria ácêrca da latitude e longitude de Lisboa*, no tomo I; *Noticia das observações astronomicas feitas em 1790*, no tomo II; *Comparação das phazes observadas em S. Paulo com as que fôram observadas em Lisboa no Observatorio da Academia*, no mesmo tomo; *Observação do eclipse d'uma estrella, do Leão, acontecido a 28 de março de 1798*, no tomo III; *Exposição das observações astronomicas feitas em 1799*, no mesmo tomo. Juntamente com o dr. Francisco Antonio Ciera, traduziu o *Atlas celeste, arranjado por Flamsteed, publicado por J. Fortin, correcto e augmentado por Lalande e Machain. Trasladado em linguagem. Primeira edição portugueza, revista e correcta* por, etc. Lisboa, 1804, com 30 estampas ou cartas, gravadas a buril por artistas portuguezes. Villas Boas era então coronel; chegou depois ao posto de brigadeiro, e tendo-se jubilado como lente de mathematica, foi nomeado governador da praça de Valença, onde falleceu.

Villas Boas *(Fernando de Magalhães)*. V. *Magalhães Villas Boas (Fernando de)*.

Villas Boas *(Fernando de Magalhães Menezes)*. General de brigada, bacharel formado em mathematica pela Universidade de Coimbra, governador de Cabo Verde, governador geral da provincia de Moçambique, etc. N. em Traz os-Montes a 13 de setembro de 1840, fal no seu solar da Faia, da freguezia de Freixo do Baixo, concelho de Amarante, a 9 de setembro de 1899. Era filho do coronel realista José de Magalhães de Menezes. Tinha o curso de official do corpo do estado-maior. Assentou praça em 19 de julho de 1862, sendo promovido a alferes em 3 de janeiro de 1866, a tenente em 21 de janeiro de 1868, a capitão em 21 de abril de 1869, a major em 31 de outubro de 1884, a tenente coronel em 5 de março de 1890, a coronel em 30 de julho de 1893, e a general de brigada em 21 de julho de 1894, pela sua nomeação para governador da provincia de Cabo Verde, d'onde foi transferido pouco depois para o governo geral da provincia de Moçambique. Quando se deu no Porto a revolta republicana de 31 de janeiro de 1891, exercia elle n'aquella cidade as funcções de chefe do estado maior da 3.ª divisão e foi ao seu valor militar que se deveu aquelle movimento ter sido suffocado, quando com as tropas fieis fez depôr as armas aos revoltosos. Como recompensa d'este dever de serviço, foi condecorado com a commenda da ordem da Torre e Espada. O seu governo de Moçambique durou pouco, inspirado, porém, sempre pela justiça e rectidão do seu caracter, mas os acontecimentos politicos de fins do anno de 1894, de que resultou a celebre campanha de Africa contra o grande potentado Gungunhana, determinaram a sua retirada para a Europa, onde chegou com a sua saude bastante abalada. Magalhães de Menezes Villas Boas possuia tambem o grau de cavalleiro das ordens de Christo e de Aviz.

Villas Boas *(Francisco de Paulo de Sousa)*. Governador civil de varios districtos, até que por fim foi exonerado d'esse cargo, sendo então nomeado director do *Diario de Lisboa*. N. em 1798, e fal. a 15 de novembro de 1868. Teve a carta de conselheiro, e alguns mezes antes de fallecer recebeu o diploma de associado provincial da Academia Real das Sciencias. Em 1835 redigiu no Porto o jornal politico a *Vedeta*, e foi collaborador de varios outros jornaes. Constava ser homem de muita intelligencia e espirito methodico, e versado na sciencia administrativa. Escreveu: *Elogio historico do ill.mo e ex.mo sr. Pe-*

dro de Mello Breyner, Lisboa, 1834; sem o nome do autor; *Exposição ou memoria apologetica e documentada ácêrca da exoneração que lhe foi dada em 4 de março de 1842 do cargo de administrador geral do districto da Horta*, Lisboa, 1842; *Regulamento dos expostos do districto de Leiria* (datado do 20 de março de 1862), Leiria, 1862; *Breve memoria, expondo o serviço prestado desde 1834 em differentes cargos superiores da administração publica*, Lisboa, 1868.

Villas Boas *(D. Fr. Manuel do Cenaculo)*. Celebro bispo de Beja e arceb. de Evora; um dos prelados mais respeitaveis, venerandos e illustrados, que tem havido em Portugal. N. em Lisboa no dia 1 de março de 1724, fal. em Evora a 26 de janeiro de 1814 na avançada edade de 90 annos incompletos. Era filho d'um serralheiro chamado José Martins, natural de Constantim, termo de Villa Real, e de Antonia Maria, natural de Lisboa. Quando contava 16 annos de edade professou na ordem Terceira de S. Francisco, a 25 de março de 1740, no convento de Nossa Senhora de Jesus. Cursou os estudos de humanidades, e

D. FREI MANOEL DO CENACULO VILLAS BOAS
ARCEBISPO DE EVORA

depois theologia na Universidade de Coimbra, em que se doutorou a 26 de maio de 1749, tendo já exercido o magisterio por tres annos no Collegio das Artes, e logo em 1750 foi a Roma assistir ao capitulo geral da sua ordem. Voltando a Portugal, seguiu para Coimbra, a fim de reger uma cadeira de theologia, regencia que exerceu desde 1751 até 1755. Não se descuidava, porém, de estudar sempre, e ao passo que ensinava theologia aos seus discipulos applicava se dedicadamente ao estudo das linguas orientaes, tornando-se tão perito no syriaco e no arabe, como já o era no grego. Em 1768 foi eleito provincial da ordem terceira em Portugal, e deputado da Mesa Censoria em 21 d'abril. Governava então o paiz o marquez de Pombal, o notavel ministro de el rei D. José, o qual, como todos os grandes homens, sabia que precisava de auxiliares intelligentes, e que logo percebeu que Fr. Manuel do Cenaculo era uma das intelligencias mais valiosas que então brilhavam nos conventos. Conquistou-o para a sua politica, fêl o nomear em 16 de março de 1769 confessor do principe D. José, neto d'el-rei, principe intelligentissimo que o marquez de Pombal muito presava. Querendo exactamente aproveitar essa intelligencia que florescia com brilhantismo raro, dando lhe bons mestres, escolheu tambem para seu preceptor o illustre Cenaculo, que, sendo nomeado para esse cargo em 1770, foi em março d'esse mesmo anno nomeado bispo de Beja, sendo o primeiro bispo d'essa dioceso creada tambem em 1770, desmembrada do arcebispado de Evora. Além d'isso, foi nomeado successivamente presidente da Junta da Providencia Litteraria, creada para tratar da reforma dos estudos, e finalmente presidente da Junta do Subsidio Litterario em 10 de novembro de 1772. Todas estas nomeações, que indicavam o alto conceito que d'elle formava o marquez de Pombal, e a muita confiança que lho merecia, deviam lhe ser fataes, logo que o marquez cahisse do poder e triumphassem os inimigos do grande ministro. Foi o que succedeu, quando em 1777, el-rei D. José falleceu; o marquez de Pombal demittido immediatamente, e D. Fr. Manuel do Cenaculo não tardou a receber ordem para se recolher ao seu bispado, onde entrou solemnemente no dia 18 de maio do mesmo anno. Ali residiu 25 annos, tratando com amor do desenvolvimento da instrucção, entregando se ardentemente aos seus estudos predilectos, fundando bibliothecas, sendo emfim o modelo dos prelados. No seu proprio paço episcopal de Beja instituiu um curso de humanidades e de theologia. E' de notar que de todas as instituições litterarias de Beja, conferencias, academia e curso de humanidades, era a alma o grande Cenaculo, animando tudo com a sua presença, com o seu ensino, com a sua direcção zelosa, illustrada e previdente. Instituiu mestras de meninas, para as doutrinar nas primeiras letras e nos demais misteres proprios do seu sexo. Pela provisão do 6 janeiro de 1779 mandou escolher, das familias pobres da serra, que divide o Campo de Ourique do Algarve, alguns rapazes para serem sustentados e educados em Beja debaixo da sua inspecção, para depois irem levar a instrucção áquella localidade da sua diocese. Em duas povoações da mesma serra tambem estabeleceu professor de latim, e mestre de primeiras letras. Fundou a Academia Ecclesiastica de Beja, que se inaugurou no anno do 1793, no dia em que foi celebrado n'aquella cidade o nascimento da princeza da Beira. No anno de 1802, esmorecidos já os odios e os rancores dos inimigos do marquez de Pombal, o governo do principe regente D. João lembrou-se emfim do venerando prelado, e estando vago o arcebispado de Evora pela morte do arcebispo D. Joaquim Xavier Botelho de Lima, nomeou o para esse elevado cargo. A D. Fr. Manuel do Cenaculo foi communicada a sua nomeação por aviso de 3 de março do citado anno de 1802, em que se dizia que o principe regente, tendo em consideração as virtudes, letras e mais circumstancias que concorriam na sua pessoa, o nomeava para arcebispo da santa egreja metropolitana do Evora. Deixando, pois, o bispado de Beja, passou o illustre prelado para Evora, o ali tratou tambem, com a sua reconhecida zelosa diligencia, de promover a instrucção do clero, e em geral a do povo. Estabeleceu no seu proprio paço uma cadeira de eloquencia, e junto a este edificou duas salas, onde collocou uma bibliotheca

o um museu, do quo depois fez doação á sua egreja. Creou cadeiras das linguas sabias, de historia ecclesiastica, de theologia biblica, polemica e moral; cadeiras que deviam começar a ter exercicio no anno de 1807, tão tristemente celebre na historia de Portugal, com a invasão franceza. Quando Cenaculo partiu de Beja para Evora, levou comsigo uma parte das antiguidades quo tinha colligido, o eram de mais facil transporte. São esses objectos os que constituem na bibliotheca de Evora uma collecção muito valiosa, apezar dos extravios resultantes da invasão dos francezes. Cenaculo havia reunido no paço episcopal de Beja uma collecção de perto de 160 lapides de toda a sorte, incluindo alguns fragmentos de esculptura e de architectura, assim como uma serie de inscripções da edade modia e modernas. Na bibliotheca publica de Evora, fundação do mesmo venerando arcebispo, existem sob o n.º CXXIX, 1,13 e com o titulo de *Museu Sisenando Cenaculano Pacense*, desenhos exactos de todas as ditas inscripções, feitos, ao que parece, por Felix Caetano da Silva. Sob o n.º 14 ha tambem ali uma pasta com relatorios e correspondencias originaes que ampliam grandemento a primeira collecção. Com o titulo de *Museu de Beja*, publicou o dr. A. Filippe Simões, uma serie de artigos no vol. XI do *Archivo Pittoresco*, anno de 1868. Conforme dissémos, o venerando prelado D. Fr. Manuel do Cenaculo era arcebispo de Evora, quando os francezes invadiram Portugal. Rebentando no reino o movimento insurrecional em 1808, Evora pronunciou se, e foi castigada severamento por Loison, que praticou ali atrocidades. Não escapou á furia franceza o respeitavel prelado, que tinha então 85 annos de edade, e que apezar d'isso foi levado preso para Beja entro apupos e ameaças, por ordem da Junta Suprema d'aquella cidade. Quando os francezes sairam de Portugal, foi logo restituido ao seu arcebispado, mas pouco tempo sobreviveu áquelles maus tratos. Nos ultimos tres annos de vida começou a experimentar os incommodos da velhice, sentindo o esmorecimento das faculdades intellectuaes, juntamente com a quebra das forças physicas e a perda da vista, symptomas precursores da morte, até que falleceu. Cenaculo era socio honorario da Academia Real das Sciencias, e na sessão publica d'esta douta academia de 24 de junho do anno de 1814, pronunciou o sabio academico Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato o magnifico *Elogio Historico de Fr. Manuel do Cenaculo.* Poucos escriptores tem havido em Portugal tão fecundos como Fr. Manuel do Cenaculo Villas Boas, que em quasi todos os assumptos experimentou a sua facil e erudita penna Escreveu uma obra em defeza das doutrinas de Verney, o grande reformador dos estudos, o grande inimigo do methodo jesuitico, uma dissertação sobre a definibilidade do dogma da Conceição da Virgem Maria, que depois Pio IX effectivamente definiu, escreveu as *Memorias historicas do ministerio do pulpito*, um dos seus livros mais celebres, os *Cuidados litterarios do prelado de Beja*, a *Vida Christã*. Publicou 28 pastoraes sobre diversos essumptos e 6 conclusões para actos publicos, 3 orações, as *Disposições do superior provincial para observancia regular e litteraria da congregação da ordem terceira de S. Francisco d'estes reinos* e as *Memorias historicas e appendice segundo a disposição quarta da collecção das disposições do superior provincial para a observancia e estudos da congregação da ordem terceira de S. Francisco*. Cenaculo deixou muitas obras e muitos manuscriptos, que veem mencionados no *Diccionario Bibliographico*, vol. V, pag. 339 a 395, e vol. XVI, pag. 151 a 153. O que grangeou tambem o respeito e a estima da postorioridade ao illustre e venerando arcebispo de Evora, foi o auxilio quo deu ao marquez de Pombal na sua intentada reforma dos estudos, e o muito que trabalhou no desenvolvimento da instrucção publica. Foi sobretudo um grande fundador do bibliothecas. A do convento de Jesus em Lisboa, hoje da Academia Real das Siencias, foi por elle fundada; á Bibliotheca Publica de Lisboa deu valiosos presentes, no palacio episcopal de Beja fundou uma excellente bibliotheca de 9:000 volumes, que deixou, quando partiu para Evora. N'esta cidade fundou duas, uma publica, que é a actual bibliotheca eborense, outra rica em raridades historicas e bibliographicas, e em medalhas e outras preciosidades. Cenaculo mantinha relacões e correspondencia com todos os homens de letras que em Portugal viviam no seu tempo. Excedem talvez o numero de 5:090 as cartas a elle dirigidas, existentes na Bibliotheca de Evora, onde tambem existem, se não todos, quando menos grandissima parte, dos rascunhos ou borrões das respostas do prelado. Os borrões e minutas formam 3 maços *in folio*. Na collecção erudita de *Estudos Eborenses*, de Gabriel Pereira, no fasciculo que trata da bibliotheca de Evora, encontram se noticias de Cenaculo, da sua vida, dos seus serviços ás letras, do seu patriotismo e das suas liberalidades. A pag. 29 lê se: «A correspondencia de Cenaculo enche um armario; n'esses maços de cartas ha autographos preciosos; o grande arcebispo correspondia se com eruditos, artistas, livreiros, com principes, com humildes frades e missionarios, com centos de protegidos seus quo estavam em toda a escala social na Hespanha, na Italia, na India, no Brazil. Existe tambem o *diario* do inolvidavel prelado.» Para a sua biographia, póde vêr-se o folhetim do bispo de Vizeu, no *Liberal* de Vizeu, de 12 de setembro de 1837; o *Relatorio da Bibliotheca de Evora* na *Folha do Sul*, em diversos numeros do anno de 1865; o artigo *O Museu do bispo de Beja*, pelo dr. Augusto Filippe Simões no *Archivo Pittoresco*, tomo XI, 1868; a *Relação breve e verdadeira da entrada do exercito francez chamado da Gironda em Portugal*, pag. 112 e seguintes; o folhetim *Os francezes em Evora* (1808) no *Conimbricense*, de 24 de dezembro de 1870; *Esboços chronologicos biographicos dos arcebispos da egreja de Evora*, por Antonio Francisco Barata, pag. 61 a 64; *Elogio historico*, recitado na Academia Real das Sciencias por Francisco Manuel Trigoso na sessão de 24 de junho de 1814; *Elogio funebre*, prégado nas exequias solemnes que se lhe fizeram na cathedral de Evora em 10 de março do mesmo anno, pelo P. Antonio da Costa Vellez, e os *Estudos biographicos*, de Canaes, a pag. 112. O folhetim *Os francezes em Evora*, acima citado, é o resumo d'uma relação enthusiastica, inedita, escripta pelo proprio Cenaculo, impressionado profundamente com o que lhe succedera na invasão dos francezes em Evora. Em 1857 a camara municipal de Evora

deliberou mandal a imprimir, a qual saiu com o titulo seguinte *Memoria descriptiva do assalto, entrada e saque da cidade de Evora pelos francezes, em 1808*, impressa a expensas do municipio em gratidão e lembrança do arcebispo D. Fr. Manuel do Cenaculo Villas Boas; Evora, 1887. Com o retrato do arcebispo, gravado em madeira, e uma introducção e notas finaes por Antonio Francisco Barata.

Villas Boas *(Manuel Pinto)*. Coronel de artilharia, engenheiro da provincia do Minho, e mestre d'uma cadeira de engenharia que D. Pedro II, fundou em Vianna do Castello. Era natural d'esta cidade, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Escreveu as seguintes obras, que ficaram manuscriptas: *Melhor alvo da artilharia, Principaes acções d'um exercito e incumbencias do posto de mestre de campo general*, e a traducção do latim do tratado de Torricelli sobre os movimentos e projecção dos graves; uma traducção da *Encyclopedia* de Bergerota. Imprimiu unicamente, em 1716, um *Manual da terceira ordem de S. Domingos*.

Villas Boas *(Martim de Carvalho)*. Doutor em direito civil e canonico pela Universidade de Coimbra. Era natural de Guimarães. Foi um jurisconsulto muito distincto, e exerceu a advocacia em Milão, ganhando, principalmente, grande celebridade n'essa cidade, onde publicou em 1598 um *Espejo de principes y ministros*.

Villas Boas *(Martim Vaz)*. Escriptor muito afamado no seu tempo. N. em Villa do Conde em 1577, fal. a 10 d'abril de 1636. Seguiu a carreira ecclesiastica, foi protonotario em S. Vicente de Bragança, prior de S. Paio da Carvalheira e de outras parochias. Tudo quanto compôz, ficou manuscripto, sabendo-se das seguintes obras: *Tratado da primazia da sé de Braga; Breviario das gentes; Demonstração contra os judeus; Instituição, precedencia e obrigação dos officiaes da casa real.*

Villas Boas. Pov. e freg. de S. Gonçalo, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 137 fog. e 556 hab. Tem est. post. Está situada em terreno accidentado, sobranceiro á extremidade N da ribeira de Oura, a E da estrada de Villa Real a Chaves, e a 10 k. da séde do conc. A egreja parochial é um templo modesto; foi construida em 1790, e fica no centro da pov. Tem altar-mór e 2 lateraes, sendo um dedicado a N. S.ª da Apresentação e o outro ao Senhor Crucificado. O altar-mór tem um bom retabulo de talha dourada, e em 2 nichos envidraçados as imagens de Santo Antonio e de S. Gonçalo. Ha tambem n'esta freguezia uma capella com a invocação de N. S.ª das Neves na aldeia de Pereira Sellão, e a montante d'esta aldeia está o monte de Santa Barbara, assim denominado por ter no seu alto uma capella dedicada a esta santa. O dito monte pertence a 3 freguezias: Villega do Tamega, S. Pedro de Agostem e Villas Boas, e n'elle se feriu em 13 de março de 1823 a batalha entre a divisão do general Silveira e a divisão constitucional do Luiz do Rego, obtendo os realistas completo triumpho e aprisionando quasi toda a brigada de Moniz Pamplona, que o general Silveira, Manuel da Silveira Pinto da Fonseca, sendo já por successão 2.º conde de Amarante, foi agraciado por D. João VI com o titulo de marquez de Chaves. A batalha feriu-se na parte do monte pertencente ao termo d'esta freg. de Villas Boas e á de Villela do Tamega. No alto do monte se vêem restos d'uma pov. e de fortificações antiquissimas, talvez do tempo em que os romanos por aqui estanciaram, como provam muitas moedas romanas que se tem ali encontrado em diversas épocas. Ali houve tambem uma est. telegraphica, no tempo dos telegraphos de madeira, anteriores aos actuaes telegraphos electricos. A est. correspondia-se com a do S. Francisco da villa de Chaves e com a de Carrazeda da Labugeira ou Sabugueira. N'este monte ha excellente granito para construcções, o d'ali vae para todas as obras mais importantes das circumvisinhanças. As producções dominantes são: vinho, azeite, castanhas, batatas, milho, centeio o cortiça, que exporta. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Villa Flôr, distr. e bisp. de Bragança; 305 fog. e 1:096 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post., medico e uma feira franca nos dias 13, 14 e 15 de agosto. Está situada n'um alto, alegre, saudavel e vistoso na margem esquerda e perto de 4 k. do rio Tua, a 6 da séde do conc. Foi villa e séde de conc. até 1834 ou 1835, nada, porém, já resta da sua casa da camara. O pelourinho está no largo de Lamella, e denota muita antiguidade. Teve foral velho dado por D. Affonso IV, e foral novo por D. Manuel I, em Lisboa, a 4 de maio de 1512. Segundo se lê na *Chorographia Portugueza*, do P. Antonio Carvalho da Costa, em 1706 era villa, freguezia e concelho da camara de Moncorvo, diocese de Braga; tinha como donatario *de jure* o conde de Sampaio, senhor da casa de Villa Flôr, que n'esta villa de Villas Boas apresentava os officios de tabellião; formavam o seu governo civil 2 juizes ordinarios, vereadores com seus officiaes subordinados ao ouvidor de Villa Flôr; era seu juiz dos orphãos o mesmo conde de Villa Flôr, bem como o capitão-mór, que tinha aqui em Villas Boas uma companhia de ordenanças; a sua egreja matriz era vigairaria *ad natum* da apresentação do reitor de Mirandella, e os seus dizimos eram divididos em 3 partes: uma para o arcebispo de Braga, outra para os senhores de Villa Flôr, o outra para um dos commendadores da villa de Mirandella. Contava finalmente, esta villa 4 fontes e 2 tanques, uma egreja parochial e 5 capellas. Villas Boas, antes dos senhores de Villa Flôr, teve por donatarios os Leões, descendentes de D. Pedro Soares de Leão, a quem D. Fernando I deu o senhorio d'esta villa e da de Torre de D. Chama. Esta freg. comprehende 3 povoações: Villas Boas, séde da egreja parochial; Meirelles e Ribeirinha. Meirelles está situada em sitio elevado, saudavel e fertil, ao nascente e sopé do pincaro de N. S.ª d'Assumpção, cêrca de 300 m. tambem ao nascente da estrada do Mirandella a Villa Flôr e perto do 3 k. a ENE do Villas Boas, no alto do formoso e amplo valle de Meirelles que olha para N o se prolonga até ao rio Tua, ou até á Azenha do Cachão, margem esquerda do Tua e termo da freg. de Villas Boas, na sua extremidade N. A pov. da Ribeirinha fica ao sul de Villarinho das Azenhas, cêrca de 5 k a SO do Villas Boas, na margem esquerda do Tua e quasi a beber n'elle. pelo que tomou o nome do *Ribeirinha*. Está em sitio

fundo, ardentissimo no verão, e fórma a extremidade S da meia lua ou do semi circulo que descreve o termo d'esta freg., batendo a ponta N tambem na margem esquerda do Tua, um pouco a montante da est. de Villa Flôr. O valle de Meirelles produz bastante azeite e cereaes, e tambem produzia bastante vinho, antes da phylloxera destroçar os seus vinhedos. O chão da Ribeirinha é escabroso e produz azeite e cereaes, e tambem produzia bom vinho de mesa, antes da invasão da phylloxera. Produz portanto, esta freg. de Villas Boas pouco vinho, muitos cereaes, muito azeite, fructas, hortaliças, e cria bastante gado lanigero. A egreja parochial está situada n'um pequeno outeiro contiguo á pov. de Villas Boas e foi ha annos reconstruida. Ha mais as capellas de *S. Sebastião*, de *Santo Antonio* e da *Senhora do Rosario;* na pov. de Meirelles ha a capella de *Santa Marinha*, na de Ribeirinha, a de *Santo Antonio*. N'esta freg. avultam 2 pincaros elevados, que dominam como gigantes grande parte d'esta prov. e das da Beira Alta e Beira Baixa. São o pincaro de *N. S.ª d'Assumpção*, onde se ergue o santuario d'este nome, e o pincaro da *Serra do Pharo*, que tem 2 pontos culminantes, um denominado *Serrinha* e outro *Cabeço Gordo*, que é o mais elevado, superior mesmo em altitude ao de *N. S.ª d'Assumpção*, e pouco distante d'elle. Nos ditos cabeços, tão defensaveis para os tempos das armas brancas, se tem encontrado ruinas de casas e de fortificações antiquissimas, moedas romanas e sepulturas abertas na rocha, como se encontraram tambem no pavimento da egreja matriz, o que prova que estes sitios fôram habitados desde tempos remotos. Não tem havido n'esta freg minas em exploração nem simplesmente registradas, mas no sitio do *Muro*, junto da pov. da Ribeirinha, se encontram claros indicios de carvão de pedra; nas faldas do grande morro de *N. S.ª d'Assumpção* se encontram ainda montões de escorias de preparação de metaes, que revelam exploração antiquissima, talvez de cobre e ferro, e na Serra do Pharo deve haver jazigos de ferro, porque da raiz do dito monte, na sua pendente sobre o Tua, brotam muitas nascentes d'aguas ferreas. Villas Boas pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10 com a séde em Mirandella. || Freg. extincta, hoje apenas simples aldeia da freg., villa e séde do conc. de Ferreira do Alemtejo. Foi seu orago N. S.ª da Natividade, que se venera ainda hoje na antiga matriz de Villas Boas. Em 1768 era priorado da apresentação do papa. || Pequena ribeira affluente da ribeira de Villariça.

Villas Boas e Sampaio *(Antonio de)*. Bacharel em leis pela Universidade de Coimbra, desembargador da Relação do Porto, genealogista e poeta. N. em 27 de agosto de 1629 na quinta da Fareja, termo de Guimarães, ou no termo de Barcellos, segundo outros affirmam. Falleceu em Barcellos a 26 de novembro de 1701. Era filho de nobre familia, e herdou o paço de Villas Boas; depois de estudar humanidades no Porto, formou-se na Universidade em direito cesareo. Seguindo a carreira da magistratura foi juiz de fóra de Villa do Conde e de Vizeu, corregedor de Moncorvo, provedor de Coimbra, e finalmente dezembargador da Relação do Porto. Casou com D. Maria Ferraz de Almeida, de quem teve 3 filhos: Diogo de Villas Boas e Sampaio, que foi capitão-mór de Barcellos; Balthazar de Faria e Villas Boas, inquisidor de Coimbra; e Pedro de Villas Boas e Sampaio, lente da Universidade de Coimbra e desembargador da Casa da Supplicação. Entregando-se com grande enthusiasmo ao estudo da genealogia, escreveu a *Nobibliarchia Portugueza; tratado da nobreza hereditaria e politica; offerecido ao ex.mo sr. D. João da Silva, marquez de Gouveia*, etc., Lisboa, 1676, 2.ª edição, em 1708; outra em 1727, com a designação de *Novamente correpta, emendada e accrescentada com as armas das familias e cidades principaes d'este reino, e outras cousas curiosas;* mais tarde, em 1754, houve outra edição. Escreveu tambem: *Auto da Lavradora de Ayró*, Coimbra, 1678; saiu com o pseudonymo de João Martins; este auto foi reimpresso em Coimbra, em 1841, juntamente com as *Saudades do Tejo e de Lisboa, na ausencia da senhora D. Catharina*, poema do mesmo autor, n'um volume intitulado *Poesias de Antonio de Villas Boas e Sampaio*, precedido d'uma noticia biographica do autor. Traduziu do italiano a *Arte de bem morrer: industrias para fazer uma boa morte*, do P. Julio Cesar Recupito, da Companhia de Jesus; saiu anonyma, em Coimbra, 1685. Escreveu em hespanhol uma collecção de novellas em verso e em prosa, intitulada: *El Brazil de Cupido*, que ficou manuscripta. Deixou tambem ineditas as *Genealogias de varias familias portuguezas*.

Villas Covas. Pov. na freg de N. S.ª da Annunciação, de Torre Deita, conc. e distr. de Vizeu.

Villas de Pedro. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. Tem caixa postal.

Ville. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. do Minho, conc. e com. de Caminha, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 50 fog. e 248 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada em terreno muito saudavel e fertil na ribeira de Ancora e 1 k. ao N da margem direita do rio d'este nome, cêrca de 2 da estrada de Vianna a Caminha, e a 8 da séde do conc. Contém 3 povoações: Egreja, Quelha e Serrape. Os terrenos em que está assente a pov. foram habitados desde tempos muito remotos, inclusivamente pelos celtas. A egreja está situada no centro da freg., e foi feita ou reconstruida em 1675. E' esta a data que tem no pulpito, e no altar das almas tem a de 1676. Foi tambem reconstruida em 1867 com o subsidio de 100$000 dado pela Bulla da Cruzada; em 1876 fez-se de novo a capella mór; foi ampliada a sacristia, e estucado e pintado o corpo da egreja. Fez-se tambem um novo campanario e n'elle collocaram 2 sinos, o do campanario velho e outro feito de novo. A egreja tem o altar-mór, onde se vê a imagem do padroeiro, e 3 lateraes. O templo teve principio n'uma capellinha de S. Sebastião, que desde tempo immemorial esteve n'um monte proximo, hoje povoado de pinheiros, e denominado *Pinheiral do Santo*, nome que tomou da velha capellinha, porque n'estes sitios e em grande parte do Minho, S. Sebastião é denominado o *Santo*. Como a primitiva capella se achasse em ruinas e os habitantes de Ville, ou das povoações da Egreja, Quelha e Serrape, não tivessem outro templo, pois a sua egreja matriz era a do antiquissimo

convento benedictino de S. Pedro de Varaes, muito distante e commum tambem a outros povos, resolveram restaurar a dita capella de S. Sebastião e transteril-a, como na verdade transferiram, para o local que hoje occupa no centro das ditas povoações, para ficar mais accessivel a todas. Junto da egreja está o cemiterio, do lado do sul; sobe se para elle por 3 degraus, tem frontaria de granito, porta de ferro e 18 m. de comprimento por 14 de largura; foi benzido solemnemente no dia 23 de fevereiro de 1886. Fabricou-se n'outro tempo n'esta freg. boa telha e tijolo em abundancia, mas acabou a dita industria por falta de materia prima. As principaes producções de Ville, são: milho, vinho, trigo, centeio, fructa e hervagens, pelo que tambem engorda bastante gado bovino que exporta para Inglaterra, apezar d'esta industria estar hoje muito decadente. Nos seus montes encontra-se bastante caça, e tambem tem abundancia de peixe, do mar e do rio Ancora Pertence á 3ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3 com a séde em Vianna do Castello.

Villegas *(Diogo Henriques)* Escriptor nascido em Lisboa durante o dominio dos Filippes, e que fal. na mesma cidade em 1671. Presume se que era filho de pae hespanhol e de mãe portugueza. Seguiu a carreira militar, e serviu no exercito hespanhol como capitão de couraceiros, até mesmo na guerra contra Portugal. Quando se estabeleceu a paz entre os 2 paizes e foi reconhecida a independencia portugueza, Diogo Henriques Villegas, que era distincto não só pelos seus talentos, mas tambem pela sua força corporal, veiu para Lisboa, e aqui veiu a fallecer, sendo sepultado no convento de Santo Eloi. Foi agraciado com o habito de Christo, talvez devido ao seu merecimento litterario. Diogo Henriques Villegas escreveu sobre sciencias militares, e tambem em varios ramos de litteratura. Assim, em 1647 imprimiu em Madrid uns *Elementos militares* e umas *Levas de la gente de guerra, Sirve de instruccion á los militares, ó primeros principios de todas las Mathematicas, de que necessita el exercicio militar;* em 1649 uma *Aula militar y politica. Idéas deduzidas de las acciones de C. Julio Cesar executadas en las guerras de Galia. Civiles de Africa, de España;* em 1651 uma *Academia de la fortificacion de Plazas, y nuevo modo de fortificar uma Plaza real, diferente en todo de los demás que escrivieron esta arte;* em 1652 publicou *El sabio en su retiro;* em 1653 *El advertido:* em 1650 *El principe en la idea;* em 1653 um *Elogio á memoria de Luiz de Camões*, que saiu na edição das *Rimas;* em 1667 *El despertador al sueño de la vida*, e finalmente um panegyrico em hespanhol escripto já em Lisboa em 1670 no dia dos annos da rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboia. Deixou manuscripta uma obra mais importante, o *Anti Cromwell*, dissertação feita para defender contra as pretenções da Inglaterra a entrar com os seus navios nos mares das duas Indias os velhos direitos dos reis catholicos.

Villegas *(D. Francisco Soares)*. Illustre theologo, um dos muitos portuguezes que illustraram no estrangeiro o nome de Portugal. N. em Lisboa em 1594, fal. em Paris a 17 de abril de 1661. Era filho de Bernardo Drago e de Francisca Soares Villas Boas. Em 1611 professou no convento carmelita de Moura. Saiu de Portugal e foi estudar artes na Universidade de Alcalá, diz se que por não o terem querido matricular na de Coimbra em philosophia, e em 1615 foi estudar theologia para Bordeus. Doutorou se em 1624 e foi lente na mesma faculdade e na mesma universidade em que se formara. Defendeu theses de theologia no anno immediato no capitulo, em que foi eleito geral D. Fr. Gregorio Canal. A fama, que adquiriu, fez com que a rainha de França, Anna d'Austria, mulher de Luiz XIII, o chamasse para seu prégador em 1644; essa nomeação foi confirmada por Luiz XIV, ou antes pela propria Anna d'Austria, regente, em 1648. No anno immediato foi-lhe concedido por Innocencio X, a pedido do governo francez, o bispado de Memphis *in partibus infidelium*. Mas esse é que se podia chamar só assim, e não bispado titular, como agora se diz, porque, apesar de ser em *partes de infieis*, D. Francisco Soares de Villegas para lá foi, levando de Luiz XIV uma pensão de 1:400 libras francezas, e sendo nomeado pelo papa delegado apostolico para a Ethiopia, logar que exerceu até 1662. Regressou então a Roma, e de Roma passou a França, onde renunciou á dignidade episcopal, passando a receber uma avultada pensão pelo bispado de Rodez, de que estava sendo prelado o erudito monsenhor Abély. Soares Villegas foi sepultado no convento do Carmo da praça Maubert. As suas obras impressas são as seguintes: *Epilogus universae dialecticae, quas summulas vulgo dicunt*, Bordeus 1622; *Jardin sacré du Louvre*, Paris, 1643; *Oraison funèbre à l'auguste mémoire de Louis XIII, prononcée dans l'église du grand couvent des Carmes de Paris*, Paris, 1643; *Mysterii paixs et christianae concordiae votiva tabella theologica*, Roma, 1645. Esta obra é uma congratulação a Innocencio X pela paz celebrada entre França e Hespanha.

Vilella *(P. Gaspar)*. Jesuita. N. em Aviz em 1524, fal. em Gôa, em 1571. Depois de professar, partiu para Gôa em 1551, na companhia de Belchior Nunes Barreto, sendo ordenado presbytero na India. Em 1554 foi para o Japão como missionario, e em Firandó prestou grandes serviços á causa da civilisação christã. Percorreu todo o Japão, esteve em Miako, discutiu com os sacerdotes japonezes, e em Nangasaki erigiu uma egreja catholica. Depois de longa e continuada peregrinação pelo interior do archipelago, foi chamado a Cochim a fim de dar conta dos progressos da christandade do Japão. Durou 16 annos o apostolado do P. Gaspar Villela, apostolado verdadeiramente trabalhoso e em que não cessou de affrontar os maiores perigos e os mais terriveis incommodos. Fal. no collegio de S. Paulo, de Gôa, deixando 13 cartas, interessantissimas que todas fôram publicadas; umas dissertações em lingua japoneza, manuscriptas, para combater todas as religiões do Japão, e uma *Historia da vida dos santos, documentos espirituaes.*

Vilella *(P. Sebastião da Madre de Deus)*. Conego secular de S. João Evangelista, cuja murça recebeu em 14 de setembro de 1635. Foi secretario da sua congregação, provedor do hospital das Caldas da Rainha, e reitor dos conventos de Villar e de Lisboa, fallecendo n'este ultimo a 30 de junho de 1678. Gozou créditos de bom prégador, mas dos seus sermões publicou sómente o seguinte no *Forasteiro admirado*, Lisboa, 1672: *Sermão da Canonisação de Santa Maria Magdalena de Pazzi, prégado no quinto dia do oitavario*

solemne que lhe dedicou o convento do Carmo de Lisboa.

Villela. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. do Amares, distr. e arceb. de Braga; 85 fog. e 382 hab. Tem esc. do sexo fem. Está situada em terreno escabroso e accidentado, na vertente meridional do monte de Santa Cruz, ramificação da serra do Gerez, a 4 k. da margem direita do rio Cávado e a 7 da séde do conc. Passava ao norte d'esta freg. a celebre estrada da Geira, que tinha aqui um marco miliar, que es teve no alpendre ou galilé da egreja matriz. E' fertil em cereaes, vinho verde, e cria gado vaccum e lanigero. Pertcnce á 3.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde cm Braga. || Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Povoa de Lanhoso, distr. e arceb. de Braga; 149 fog. e 555 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada na margem direita e a 1 k. do rio Ave e a 5 da séde do conc. Atravessa esta pov. a estrada districtal de Povoa de Lanhoso a Guimarães, e nas Caldas das Taipas entronca na estrada de Ponte de Lima ao Peso da Regoa, por Braga e Guimarães. Banha esta freg. ao sul o rio Ave, separando-a da freg. de Garfe, o qual tem aqui uma ponte de pedra, denominada do *Barreiro*, para communicação das duas freguezias. Tambem é banhada pelas ribeiras da *Povoa* e de *Vides*, confluentes do Ave, e que n'elle desagúam na margem direita, no termo d'esta freg., movendo ambos 8 moinhos de cereaes, sendo 5 de moagem particular, e 3 de moagem para o publico. O ribeiro de Vides tem 2 pontes: *Portagido* e *Lameiro*, e o da Povoa 3: *Gomidouro, Ceiras* e *Ponte Velha*. Segundo se lê na *Chorographia Portugueza* do P. Antonio Carvalho da Costa, houve n'esta freg. 2 torres muito antigas no *Paço de Villela,* de que foi senhor Matheus Mendes de Carvalho. A egreja matriz está em sitio elevado, alegre e vistoso no centro da freg.; é elegante e espaçosa; tem altar mór e 5 lateraes, côro, sacristia, etc. Foi construida em 1755 a 1764. E' de architectura dorica e elegante, apezar do que soffreu com as obras posteriores, pois para ampliarem a sacristia, taparam uma das janellas da egreja e cobriram um lanço de cornija, do lado do Evangelho. Tambem demoliram o campanario, fazendo outro a pequena distancia da egreja, com o que lhe alteraram a frontaria e em parte a encobriram. Na pov. ha tambem a capella da *Senhora das Maravilhas* e a da *Senhora do O'*, que ha muitos annos está profanada. Esta freg., além dos seus estabelecimentos de moagem, não tem fabricas, mas tece muito linho em teares singelos e de systema antigo, movidos a braço. Nunca foi villa nem teve foral proprio. Na frente da egreja matriz ha um cruzeiro com a data de 1684. No monte de Ganidoura, d'esta freg., travou se em 1809 um renhido combate contra os francezes, que fez correr muito sangue e custou muitas vidas. O capitão de ordenanças João Baptista, da casa d'Além, da freg, de Fonte Areada, querendo defender os povos seus visinhos das selvagerias dos invasores, collocou uma peça d'artilharia no cimo do referido monte, para afugentar o inimigo, razão porque o sitio passou a ser chamado *Alto da Peça*. Constando na manhã de 15 de março d'aquelle anno que a artilharia n.º 4 e alguns corpos de milicianos se batiam em Salamonde com os invasores, o capitão Baptista reuniu no alludido Alto da Peça todo o povo quo ia rctirando, e na tarde do mesmo dia estava o sitio coalhado de gente. No dia seguinte a peça foi experimentada abrindo fogo contra uma columna franceza que marchava a 3 k. pela estrada, e d'ali a pouco o monte era atacado por um forte destacamento da mesma columna. A lucta foi encarniçada mas breve, ficando o solo coberto de cadaveres de paizanos e por isso o sitio passou a chamar-se *Alto da Matança*. Hoje é mais conhecido por *Outeiro do Marco*, por haver n'elle um marco geodesico. O terreno é fertil em cereaes e generos agricolas, cria muito gado bovino, que exporta para Inglaterra, apezar d'esta industria estar muito decadente. Não cria gado lanigero. Nos montes ha muita caça, e os seus rios lhe trazem abundancia de peixe, especialmente trutas. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Douro, conc. e com. de Paredes, distr. e bisp. do Porto; 237 fog. e 971 hab. Tem escolas d'ambos os sexos. Está situada na estrada de Paços de Ferreira a Paredes, a 7 k. da sédo do conc. Banha esta freg. um regato com duas nascentes, que vae desaguar no rio Ferreira a O na distancia de 1 k. Tem 2 pontilhões, 4 rodas de moinhos e 1 engonho de serrar madeira. Em Vilella houve um convento dos conegos regrantes da ordem de Santo Agostinho, com a invocação de Santo Estevão, fundado pelo capitão D. Paio Guterres, filho de D. Guterre, que vieram para Portugal com o conde D. Henrique. Ignora-se a data da fundação do convento, mas é certo que já em 1118 estava fundado e habitado por conegos, sendo seu prior Affonso Paez. O convento teve muitas e diversas doações que o tornaram muito rico, mas passando com o tempo ao poder de fidalgos commendatarios, estes alienaram aos seus parentes muitas das melhores propriedades que pertenciam ao convento. Em 1612 foi o mosteiro reunido ao da Serra do Pilar, tambem da mesma congregação. Foi couto, mas já nos principios do seculo XVIII havia perdido esse privilegio. O edificio do convento ficava junto da egreja e unido a ella, em sitio vistoso e alegre. Em 1834 com a extincção das ordens religiosas, o edificio do convento passou a particular, e a sua egreja foi sempre a matriz d'esta freg. Tem uma boa frontaria ladeada por duas torres com sinos e relogio; é d'uma só nave; côro alto e muito espaçoso, altar-mór com um soberbo throno e retabulo de talha antiga dourada; 2 altares aos lados do arco-cruzeiro, tambem ambos com frontaes e outras decorações ricas de talha antiga dourada, e no corpo da egreja mais 2, ambos de talha moderna e barata. Este templo foi reedificado em 1783 e reparado interiormente em 1876 e 1878. Ha na pov. mais as capellas da *Senhora do Seixoso*, ao sul da matriz, na distancia d'uns 300 m., no alto do monte do Seixoso, d'onde se goza um vistoso panorama. Foi reedificada e augmentada em 1873; a de *Santo Antonio*, a 40 m. da egreja parochial para o norte; a do *Senhor dos Passos*; Estas 3 capellas são publicas, e mais 2 particulares, na casa da *Varziella* e na casa da *Fonte*. A pov. é fertil em cereaes e generos agricolas, vinho verde; engorda muitos bois que exporta para Inglaterra. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Pov. e

freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga: 113 fog. e 402 hab. Tem esc. do sexo masc. e está situada na margem esquerda e a 500 m do rio Vez, a 2 k. da estrada dos Arcos a Monsão e a 9 da séde do conc. E' freg. muito antiga e anterior ao seculo XII, pois já em 1187 D. Sancho I doou a F. Fernandiz metade d'ella e do reguengo de Sabbadim na parochia d'este nomo e sua limitrophe, na outra margem do rio Vez. Esta freg nunca foi villa nem teve foral proprio, mas foi terra muito privilegiada, por ser expressamente comprehendida no foral que D. Manuel I dou em 2 de junho de 1515 á villa de Valle-de Vez. Pertenceu n'outro tempo ao termo da antiquissima e extincta villa das *Choças*, cuja séde se ignora A tradição apenas diz que comprehendia a aldeia das *Choças de Cima*, hoje pertencente á freg. de Alvora, a das *Choças de Baixo*, hoje freg. de Aboim das Choças, e uma porção de terreno a O do rio Vez, n'esta parochia de *Villella*. Diz tambem a tradição que a tal villa das *Choças* tomara o nome das *choças*, *casebres* ou *tendas*, onde por estes sitios bivacaram os exercitos de D. Affonso Henriques e de D. Affonso VII de Leão em 1128 ou 1129, por occasião da batalha de Valle de Vez. A freg. de Villela é banhada pelo rio Voz e pelo regato dos *Curtos*, ou dos *Pinheiros*, confluente do Vez, e tem n'este rio uma ponte de pedra e varios moinhos. A egreja parochial é d'uma só nave, reconstruida no seculo XVIII. Ha tambem na freg. uma capella dedicada a S. Gonçalo de Amarante. Nos montes d'esta pov. existem 2 morros notaveis, chamados *Côto do Viso* e *Côto do Signo Saimão*. Este ultimo è formado por grandes penedos sobrepostos. O terreno é fertil, principalmente na margem do Vez, onde tem campos lindissimos e bellos açudes para irrigação e recreio. Produz cereaes e generos agricolas. Tem peixe que lhe traz o rio, e nos montes ha abundancia de caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3 com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: O Salvador, de Aveleda. conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Pedro, de Bragado, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real. || S. Miguel, de Cabaços, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Calnello, do mesmo conc. e distr. || S. Mamede, de Cavellas, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Bartholomeu, de S. Gens, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Godinhaços, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || Santa Maria, de Gondar, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, de Grade, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Lourosa, conc. e distr. de Vizeu. || Santa Leocadia, de Macieira da Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Paio, de Meixedo, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Moreira do Rei, conc. de Fafe, distr. de Braga. || N. S.ª da Expectação, de Nogueira do Cravo, conc. de Oliveira do Hospital, distr. Coimbra. || Santa Maria, de Paços, conc. do Sabrosa, distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Pinheiro, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Santo André, de Rio d'Ouro, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Santo Estevão, de Urgezes, conc. de Guimarães, do mesmo districto.

Villela de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Miguel, do Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Villela Barbosa *(Francisco)*. V. *Barbosa (Francisco Villela)*.

Villela das Lages. Pov. na freg. de S. Martinho, do Cabana Maior, conc. de Arcos de Valle de-Vez, distr. da Vianna do Castello.

Villela do Monte. Pov. na freg. de S. Thiago, de Ribeira de Alhariz, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real.

Villela Secca. Pov. e freg. de N. S.ª da Assumpção, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 177 fog. e 640 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada a 2 k. da margem direita do rio Tamega e a 11 da séde do conc. Já pertenceu ao conc. de Ervededo, extincto pelo decreto de 31 de dezembro de 1853, pelo qual passou para o de Chaves. A egreja matriz é um templo modesto; tem altar mór e 2 lateraes. Ha tambem n'esta freg. uma capella dedicada ao *Senhor dos Milagres;* fica ao norte de Villela, e está hoje dentro do cemiterio parochial. O terreno é fertil em cereaes e generos agricolas; cria muito gado bovino, tem abundancia de peixe pelo rio Tamega, e de caça miuda. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Pov. na freg. do S. Salvador, de Cabreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Villela da Silva *(Luiz Duarte)*. Cavalleiro da ordem de Christo, presbytero secular, thesoureiro-mór da collegiada de Santa Maria da Alcaçova de Santarem, conego da Sé de Lisboa, escriptor de bastante merecimento, muito trabalhador, e que prestou serviços ás letras. N. em Celorico da Beira em 1761, fal. em 1842 ou 1843. Tomou ordens de presbytero, exerceu os elevados cargos acima citados, aposentando se no de conego pela sua avançada edade e soffrimentos. Dedicando-se muito a estudos historicos e artisticos, publicou em 1808 o *Compendio historico da villa de Celorico da Beira, offerecido a S. A. R. o principe regente*, etc,; em 1811, um *Sermão em acção de graças pela feliz restauração de Portugal, prégado na egreja de N. S.ª da Salvação da villa de Arruda;* em 1817, as *Memorias historicas da insigne e real collegiada de Santa Maria de Alcaçova da Villa de Santarem, offerecida a el-rei D. João VI;* em 1820, o *Elogio da ill.ma e ex.ma sr.ª D. Margarida Telles da Silva, marqueza de Borba*. Offendido, porque o sabio geographo Balbi o não mencionara no seu *Ensaio Estatistico de Portugal*, com quanto fizesse menção de outros muitos, que o conego Villela da Silva considerava muito inferiores á sua propria pessoa em litteratura e erudição, escreveu e publicou em 1828 a sua obra mais conhecida, as *Observações criticas sobre alguns artigos do «Ensaio Estatistico do reino de Portugal e Algarves» publicado em Paris por Adriano Balbi*. Se Balbi o offendera não o citaudo, mais o deveria offender o conde Raczynski, porque este consagra-lhe um artigo no seu *Dictionnaire Historico Artistique de Portugal*, mas só para o apresentar como um homem destituido completamente de gosto artistico e de conhecimentos especiaes. Porèm, quando Raczynski escreveu, já Villela da Silva havia morrido. Publicou em 1829 o *Elogio histo-*

rico do P. M. Fr. José Caetano de Sousa, carmelita, doutor theologo pela Universidade de Coimbra, etc. O conego de Villela da Silva foi o editor da *Collecção das Memorias relativas ás vidas dos pintores*, etc., por Cyrillo Volkmar Machado, no que prestou um attendivel serviço ás lettras patrias. Tambem collaborou na *Collecção de retratos e elogios de varões e donas que illustraram a nação portugueza*, etc., que foi publicada nos primeiros annos do seculo passado. Já depois da sua morte publicou se na *Revista Universal Lisbonense*, no 1.º numero da 3.ª serie, ou vol. XIII, 1853, do pag. 11 a 26, a sua obra *Memoria ácêrca da Sé de Lisboa*, mas ficou incompleta. Mais tarde saiu reproduzida e completa na mesma *Revista*, na novissima serie, que principiou a 23 de abril de 1857 e terminou com o n.º 35, em 1859, tendo o titulo seguinte: *A Sé de Lisboa: memoria do conego Luiz Duarte Villela da Silva, emendada e annotada por sua eminencia o cardeal patriarcha D. Francisco de S. Luiz.*

Villela de Tamega. Pov. o freg. do N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz-os-Montos, conc. e com. de Chaves, distr. do Villa Real, arceb. de Braga; 167 fog. e 658 hab. Tem est. post. Está situada em terreno accidentado, ao S da serra de Santa Barbara na margem esquerda e a 1 k. do rio Tamega e a 9 da séde do conc. Passa-lhe na direcção ONO a estrada de Villa Real a Chaves, que é plana e lindissima até Chaves, bem como de Chaves até á fronteira de Hespanha. A pov. é muito antiga e data pelo menos do dominio romano, porque se encoutram ainda no termo da freg. junto ao Tamega claros vestigios de construcções romanas, que o povo denomina *obras dos moiros*, e uma ponte de pedra com assentos de pedra aos lados. Tambem ha memoria de se terem encontrado moedas romanas em varios pontos da freg. A egreja matriz é um templo modesto, situado em terreno elevado, alegre e vistoso, dominando toda a pov., a estrada e um largo horizonto. Tem uma só nave e 5 altares, contando com o altar-mór. Tem um adro murado que servo de cemiterio. A pov. cria bastante gado bovino e lanigero; é fertil em cereaes e generos agricolas; tem abundancia de caça nos seus montes, e de peixe que lhe vem do rio Tamega. O vinho era a sua produção principal, antes da phylloxera invadir os seus vinhedos. Pertence á 6.ª div. mil e ao distr. de recrut. o res. n.º 19, com a séde om Chaves.

Villelas. Pov. na freg. de S. Miguel, de Martinxel, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Villões. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade e conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

Villouços. Pov. na freg. de S. Miguel, do Fiscal, conc. de Amarante, distr. de Braga.

Vimaranes e Vimarães. Assim se denominaram outr'ora a cidade de Guimarães e a quinta onde a infanta D. Sancha fundou em 1210 o extincto convento de Cellas, junto de Coimbra. Vimarano foi nome proprio de homem, e talvez possa dizer-se que Vimaranes, Vimarães e Guimarães são patronimicos de Vimarano. Um dos filhos de D. Affonso I, o *catholico*, de Leão, que viveu de 739 a 753, chamava se *Vimarano*, e teve uma filha *D. Eneca*, que casou com D. Sancho de Estrada, duque de Santilhana.

Vimeira. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Salir dos Mattos, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

Vimeiro. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Extremadura, conc. e com. d'Alcobaça, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa; 263 fog. e 1:195 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est post. Está situada na quebrada d'um monte e na orla d'uma veiga da grande bacia circundada por altos montes em grande parte arborisados, ao fundo da qual se salienta a quinta da mesma denominação, a 5 k. da estrada de Alcobaça a Leiria e 5,5 da séde do conc. Anteriormente a 1834 pertenceu ao termo d'Alcobaça, comarca de Leiria, sendo uma das vigairarias da apresentação do D. abbade geral do convento dos frades bernardos do Alcobaça. Ignora-se a data da instituição d'esta parochia, mas sabe se que já existia nos fins do seculo XVII. A quinta do Vimeiro, uma das antigas granjas fradescas, que correspondiam, em certo modo, ás actuaes quintas regionaes, essa já em documentos do seculo XIII se lhe fazem referencias. Quando em 1296, e por ordem do bispo de Lisboa D. João Martins Soalhães, se fez uma delimitação das freguezias dos coutos (eram ellas então apenas 4), a granja de Vimeiro ficou incluida no termo da freg. de Alvorninha. Esta região foi já em remotos tempos conhecida e habitada. Na Quinta do Vimeiro tem-se encontrado lapides com inscripções (uma d'essas lapides era de marmore córado). Proximo de Chernaes (ou Charnaes), no sitio a que ainda hoje chamam *Cidade de Lilaia*, não muito longo do indigitado assento da romana *Eburobritium*, encontram-se muitos fragmentos do productos ceramicos. Não ha muitos annos ainda, ao perfurar-se um poço do quintal do José Baptista Pereira, do Vimeiro, se descobriram 2 utensilios da edade da pedra, periodo neolithico, a saber: uma faca de grandes dimensões e um machado pequeno. Na Quinta da Matta encontraram-se ha pouco algumas sepulturas antigas. Consta que o primeiro templo, que houve n'esta localidade, foi uma capella da invocação do *Divino Espirito Santo*, construida na primeira metade do seculo XVI á custa d'um devoto, que a doou por sua morte, ao povo do sitio. Occupava o flanco occidental do actual cemiterio. D'essa capella subsiste um ingenuo quadro em madeira, que lhe formava o retabulo, e que foi transferido para a egreja parochial no terceiro quartel do seculo passado. E' a egreja matriz um templo muito modesto, com altar mór e 2 lateraes. Suppõe-se que foi construida pelos frades do convento d'Alcobaça, por ser esta freg. couto d'elles. Ha annos foi reformado o altar-mór e o seu retabulo; os 2 lateraes parecem obra dos fins do seculo XVIII. A torre, que occupa o logar da antiga sineira, foi erecta em 1906 com o producto d'uma contribuição pecuniaria imposta a todos os parochianos chefes de familia, pelos quaes se dividira n'esse mesmo anno o baldio da Vigia. Na Quinta do Vimeiro, a 700 m. da séde da freg., ha uma bonita capella, pertença da mesma quinta, e em cujo portal se lê a data do 1745. Houve tambem um oratorio particular na Ribeira de Marête. De ha annos a esta parte, o Vimeiro tem sido dotado com alguns melhoramentos. Em 1880 o commendador Pedro José de Oliveira, vulgo o *Doutor Pedro*, mandou erigir na séde da freg. um edificio escolar, onde em dezembro de 1882 se inau-

guraram aulas de ensino primario elementar para os dois sexos. Por iniciativa d'um particular, (o professor da recem-creada escola), estabeleceu se ahi em 1887 uma caixa postal com serviço de expedição e recepção de correspondencias; e no anno seguinte, por diligencias do mesmo individuo e em grande parte á sua custa, exploraram-se as duas nascentes que abastecem o *Deposito* ou mãe d'agua, de que se provê a maioria da população do logar. Augusto Pinto Pedrosa, lente da Escola do Exercito e genro do benemerito Dr. Pedro, promoveu em 1889 o estudo e a construcção do lanço da estrada da Junceira á Quinta do Vimeiro. Começaram logo os respectivos trabalhos; Pinto Pedrosa, porém, falleceu antes da sua conclusão, que se deve a instancias da sua viuva, D. Rosalina de Oliveira Pinto Pedrosa A freg. do Vimeiro produz cereaes, vinho de pasto, azeite, fructas, madeira e lenha, casca de carvalho, etc. O Estado possue ahi uma extensa matta em que predominam os carvalhos, mas na qual se tem ultimamente introduzido outras plantações: pinheiros, eucalyptos, etc. Era esta matta uma dependencia da Quinta do Vimeiro, pertencendo como ella á abbadia de Alcobaça. Banham esta freg. 2 regatos, quo se juntam na formosa Quinta do Vimeiro e vão desaguar no rio Alfeizerão, depois de regarem as fertilissimas varzeas da Ribeira do Marête. Em Vimeiro passa ainda outro regato, que fertilisa differentes campos e as varzeas da quinta da Matta. Os frades tiveram na sua grande Quinta do Vimeiro uma importante escola agricola, outra na freg. do Vallado, outra na de Cella, e outra na de Evora (d'este conc.) todas nas seus coutos. Esta freg. comprehende os seguintes povoados: Arroteia Nova, Cabêço do Trigo, Canos, Casal d'Além, Casal do Marquez, Casal do Outeiro, Eiras, Fornachos, Gato, Gaiteiros, Pedras, Quinta de Baixo, Quinta da Matta (lenha, casca de carvalho, cortiça), Quinta da Ruiva, Quinta do Vimeiro (muito mimosa e fertil), Raposeira, Ribeira de Marête, Sortão (naturalidade de João da Silva Rebello, autor do afamado *Palito Metrico*), Vigia e Vimeiro, séde da parochia. Pertence a pov. á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria. || Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Extremadura, conc. e com. da Lourinhã, distr. e patriarc. de Lisboa; 156 fog. e 685 hab. Tem esc. do sexo fem., est. post. e uma fabrica de distillação de guardente. Está situada na margem direita do rio Alcabrichel, que ahi divide o conc. da Lourinhã do de Torres Vedras, a 10 k. da séde do conc. Banham esta freg. o referido rio Alcabrichel, e um regato sem nome que circuita a pov. do Vimeiro a NE, e morre no Alcabrichel. Este regato tem duas pontes na estrada municipal junto de Vimeiro: uma moderna, outra muito antiga. Junto ao rio Alcabrichel, mais proximo de Maceira que de Vimeiro, brotam 4 nascentes d'agua minero medicinal, das quaes 3 surdem na margem esquerda e uma na direita. Aquellas são aproveitadas por bastantes doentes em banheiras feitas de alvenaria e forradas de madeira, e em 2 tanques, cada um dos quaes tem capacidade para 10 pessoas, tudo abrigado em antigas casas. Da outra nascente corre a agua para um tanque de pedra, em que cabem 3 pessoas, e para um duche, dentro d'uma barraca de madeira. As aguas são transparentes, claras, inodoras e quasi insipidas. Em 1867, o dr. Agostinho Vicente Lourenço fez a analyse chimica. O seu emprego em banhos é preconisado no tratamento das doenças da pelle. Bibliographia especial: *Aguas mineraes do concelho de Torres Vedras*, por José Maria de Oliveira e Silva, na *Gazeta Medica do Porto*, tomo III, 1845 pag. 169. Ha na freg. de Vimeiro 2 moinhos de vento, uma fabrica de cortumes e outra de queimar vinho. As producções dominantes são: vinho, trigo, milho, cevada, melões e melancias. O vinho é a producção principal, não só d'esta freg. como do conc. da Lourinhã, e de toda a pov. da Extremadura. Foi n'esta pov. que se feriu a grande batalha de 21 de agosto de 1808, pelo exercito anglo-luso contra o exercito francez, de Junot. (V. o *artigo seguinte*). A pov. pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1 com a séde em Lisboa.

Vimeiro *(Batalha do)*. Em seguida á batalha da Roliça, travada a 17 de agosto de 1808 entre os francezes e as tropas anglo lusas, Wellesley deixou Delaborde retirar-se socegadamente na direcção de Torres Vedras, onde ia unir se a Loison e Junot, e marchando para a Lourinhã aproximou se da costa onde iam desembarcar as brigadas Anstruther e Ackland que se aproximavam da costa. Seguindo da Lourinhã para a ribeira de Alcabrichel que vae lançar-se no logar do Porto Novo, estabeleceu-se no dia 19 no Vimeiro apoiando a sua esquerda na capella d'essa pov. e a sua direita na praça da Maceira junto da qual se postára uma fragata de guerra ingleza e umas 30 barcas de transporte. Os reforços esperados desembarcaram sem embaraço no dia 20 e 21 na força total de 4:150 homens e com elles desembarcou tambem o tenente general sir Harry Burrard que era superior a Wellesley. Entretanto Junot depois de se unir a Loison, marchava rapidamente sobre Torres Vedras, onde chegou no dia 18 e onde se uniu com as forças do general Delaborde dizimadas na batalha da Roliça mas ainda cheias de ardor marcial. Perdendo 2 dias inutilmente em Torres Vedras só na tarde do dia 20 e depois de ter convocado um conselho de generaes, se resolveu a marchar na direcção da Lourinhã, mas no campo anglo-luso havia eguaes hesitações e Bernardim Freire em vez de se unir a Wellesley parou nas Caldas da Rainha, temendo aproximar-se muito da costa e ser envolvido n'algum desastre dos inglezes que sem duvida o abandonariam. Segundo Pinheiro Chagas, na sua *Historia de Portugal*, o exercito anglo luso commandado por Wellesley compunha se de 28:291 homens, divididos da seguinte fórma: a divisão commandada pelo tenente general sir John Hope, constante da brigada Ackland e da brigada Fergusson; 2.ª divisão, commandada pelo tenente general lord Paget, composta das brigadas Spenser e Nightingale; 3.ª divisão, general Frazer, composta das brigadas Hill e Fane; 4.ª divisão debaixo do commando do proprio general Wellesley comprehendo as brigadas Crawford e Murray. De cavallaria tinha apenas 240 homens, e a sua força de artilharia não excedia 18 peças. Os soldados portuguezes que entraram na composição do exercito de Wellesley eram 2:585, sendo 210 de artilharia 1, commandados pelo capitão Gregorio Pereira de Faria; 101 de cavallaria 6, capitão

José Pessoa da Costa; 50 de cavallaria 11, alferes Nicolau de Abreu Castello Branco; 104 de cavallaria 12, capitão Francisco Teixeira Lobo; 41 praças de cavallaria de policia; 605 de infantaria 12, major Francisco Bernardo da Costa; 605 de infantaria 21, major Francisco Gomes da Cunha Rego; 304 de infantaria 24, major Cunha; 562 de caçadores 6, tenente coronel Velho da Cunha. Esta força obedecia, como até ahi, ás ordens do coronel inglez Trant. Além d'estas tropas dispunha ainda Wellesley da brigada Anstruther quo fazia parte da divisão de reserva, a qual vinha commandada pelo general sir John Moore, que estava já á vista das Berlengas, mas que só pôde desembarcar esta brigada Tambem estava á vista de Lisboa um destacamento das tropas inglezas da Madeira, commandado pelo general Beresford. Vendo que as tropas inglezas convergiam todas sobre Portugal, e que já tinha que luctar com forças que eram o dobro das suas, arrependeu-se Junot de ter distrahido do seu exercito de operações algumas tropas para guarnição de varios pontos, e mandou dizer ao general Travot que lhe enviasse um batalhão de 66 e 4 companhias *d'elite* dos outros corpos; mas esse diminuto reforço só se uniu a Junot depois de perdida a batalha. As forças francezas constavam de 14:000 homens, repartidos em 3 divisões de infantaria e uma de cavallaria A 1.ª divisão commandava-a o general Delaborde e constava das brigadas Brenier e Thomiers; a 2.ª debaixo do commando de Loison, compunha se das brigadas Solignac e Charlot; a divisão de reserva era commandada por Kellermann, a de cavallaria por Margaron. A artilharia compunha-se de 26 peças debaixo do commando superior do general Taviel, 8 peças commandadas pelo coronel Prost se uniram á 1.ª divisão, outras 8, commandadas pelo coronel Aboville, á 2.ª, e as 10 restantes, que manobravam com a reserva, obedeciam ao celebre coronel Foy. As hesitações que houvera no campo francez, reproduziam-se no conselho de guerra dos inglezes; Wellesley queria marchar sobre Mafra, e depois sobre Lisboa ao longo da costa para cortar da capital as forças de Junot, mas ao mesmo tempo pedia que o general Moore, desembarcando, marchasse para Santarem a fim de de operar uma forte diversão, ameaçando os francezes de os cortar da sua linha de retirada sobre a Hespanha. Sir Harry Burrard não quiz concordar n'esse plano, que expunha o general Moore a uma derrota inevitavel, achando-se completamente isolado no centro do paiz. Não subsistiu comtudo o plano de Wellesley, e foi essa a salvação dos inglezes, porque assim mantivoram-se nas suas fortes posições no Vimeiro, onde veiu quebrar-se toda a impetuosidade franceza. O Vimeiro fica situado n'um valle, por onde corre a ribeira da Maceira, e que está entalado entre collinas anfractuosas que na esquerda dominam a estrada da Lourinhã, e na direita a estrada de Torres Vedras e a de Mafra. Por detraz d'estas posições uma outra serie de collinas, erguidas entre o Vimeiro e a costa, reforçam a posição duplicando-lhe a inexpugnabilidade. Wellesley aproveitára habilmente o terreno, dobrando e triplicando a sua linha de defeza. Nas alturas da esquerda desenrolavam-se as brigadas Ackland, Nightingale, Fergusson, Bowes, Crawford e os portuguezes do Trant, nas da direita as brigadas Hill, Fano e Anstruther. A cavallaria estava formada no valle. Era contra estas fortes posições que avançavam os francezes, superiores aos alliados em cavallaria e em artilharia, que eram exactamente as armas em que menos podiam operar n'aquelle terreno accidentado. A cavallaria mal podia desenvolver-se em linha de batalha, a artilharia difficilmente conseguiria collocar-se em bateria, ao passo que os 18 canhões inglezes, postados em posições vantajosas, esmagavam os assaltantes com o seu fogo mortifero. Por isso tambem a artilharia só serviu aos francezes para a perderem, e a cavallaria para suspender por uma carga brilhante a perseguição dos dragões inglezes e portuguezes ás columnas de infantaria que retiravam destroçados. Junot marchava sem plano antecipadamente concebido, apenas com a ideia de encontrar os inglezes para os *atirar ao mar*. Só quando chegou á vista do inimigo é que, percebendo que a parte da posição menos guarnecida era a da direita, ordenou uma conversão das suas tropas para atacarem de preferencia as alturas ao sul do Vimeiro. Wellesley, percebendo o movimento, reforçou ainda mais depressa as posições que iam ser atacadas, e quando o general Delaborde, dirigindo em pessoa uma das suas brigadas, a brigada Thomiers, atacou as posições inglezas, encontrou primeiro o regimento 50, depois a brigada Ackland, que lhe oppuzeram aquella resistencia inabalavel que transforma as linhas britannicas em verdadeiras fortalezas. Debalde o general Kellermann, vendo a hesitação das tropas de Delaborde, e das de Loison, lançou successivamente contra a terrivel collina os seus 2 regimentos de granadeiros de reserva, debalde o coronel Foy avançou com a sua artilharia. O fogo dos inglezes era espantoso, Foy gravemente ferido nem pôde collocar as suas peças em bateria. Os soldados em desordem, e carregados á baioneta pelo bravo 50, fugiram, deixando ficar em poder do inimigo 7 canhões. A cavallaria ingleza pouquissimo numerosa lançou se temerariamente em perseguição dos fugitivos, e foi só então que a cavallaria do general Margaron pôde salvar a honra da bandeira franceza, repellindo, com uma carga impetuosa, os dragões que pretendiam aproveitar a victoria da infantaria. O ataque sobre a esquerda ingleza não era mais feliz. Estavam ahi concentrados os principaes recursos do exercito de Wellesley, mas Junot, vendo que o inimigo desguarnecia a esquerda para reforçar a direita, ordenou ás brigadas Brenier e Solignac um ataque n'aquella direcção. O general Fergusson, collocado em primeira linha, parou no seu movimento, e apoiado pelos portuguezes de Trant, formados em duas linhas, apresentou aos ataques dos francezes uma triplice e inabalavel muralha, onde vieram quebrar se os esforços dos assaltantes, que, despenhados d'essas alturas, perderam 6 peças d'artilharia, e deixaram ficar nas mãos dos inglezes, além de muitos outros officiaes e soldados, o general Brenier prisioneiro. Depois de tentar, por um novo e infructifero ataque, retomar as 13 peças de artilharia que perdera, Junot viu que estava definitivamente perdida a batalha, e com a batalha Portugal; retirou pois na direcção de Torres Vedras, sem ser acossado, seguido tristemente pelas suas tropas que não estavam habituadas a

vêr tão mal aproveitada a sua bravura. As perdas tinham sido graves. Entre mortos, feridos e prisioneiros perdera 1:800 a 2:000 homens, deixara no poder do inimigo munições, bagagens e 13 peças d'artilharia. Os inglezes, abrigados pelas suas solidas posições, apenas haviam perdido 720 homens; os portuguezes, cujo papel se limitara a apoiar a resistencia denodada da brigada Fergusson; não contavam mais de 9 baixas nas suas fileiras. A incerteza do commando fez comtudo com que o exercito britannico deixasse de tirar d'esta victoria todos os resultados que ella continha. Queria Wellesley marchar rapidamente para Cabeça de Montachique a fim de cortar a Junot o caminho de Lisboa; oppôz se a isso sir Harry Burrard, allegando muitas razões do infinita prudencia, razões que podem poupar, é certo, aos generaes, que as escutam, grandes desastres, mas que tambem nunca lhes asseguram brilhantes successos. O que é certo, é que sir Harry Burrard, assumindo o commando do exercito na ausencia de sir Dalrymple, determinou esperar no Vimeiro o desembarque de sir John Moore. Eram inuteis, afinal, tantas precauções. Junot, que só depois de perder a batalha recebera o reforço das tropas que o general Travot lhe mandara de Lisboa, não tinha illusões quanto á sua situação. Sabendo que o exercito inglez ainda ia ser reforçado, sentindo rebentar impetuosamente por toda a parte a insurreição no paiz, informado de que se aproximavam as tropas portuguezas de Bernardim Freire de Andrade e do brigadeiro Bacellar, reconheceu que era insustentavel a sua posição em Portugal por estar isolado, não podendo mesmo contar com o auxilio do almirante Siniavin que tinha a sua esquadra surta no Tejo, e resolveu entrar em negociações com os inglezes, tirando da sua aportada situação todo o partido quo fôsse possivel. Mandou o general Kellermann ao quartel general inglez para conseguir uma suspensão de armas a que se seguissem os preliminares d'uma capitullação honrosa. Wellesley acolheu attenciosamente o parlamentario inimigo, considerando que Junot, embora derrotado em duas batalhas, bem poderia tentar, se se visse n'uma situação desesperada, um supremo esforço com os 14 ou 15:000 homens de que ainda dispunha e anniquilar se arrastando o adversario na sua queda, e acceitou a proposta. Assim terminaria a campanha e a gloria seria unicamente para elle. Além d'isso, sir Dalrymple acabava de chegar a Portugal, e se a campanha continuasse, os louros da victoria seriam para o generalissimo. Retirou se Kellermann para Lisboa com a resposta das boas disposições do quartel general inglez para com Junot, e Cintra foi o ponto designado para a reunião dos delegados e para as conferencias ulteriores, em que se trataria do modo como a capitulação seria levada a effeito. As conferencias duraram bastantes dias por causa da reluctancia dos inglezes em accederem ás condições que os francezes propunham, considerando-as exorbitantes; mas os delegados francezes respondiam com a ameaça de saquearem e incendiarem a capital, que tinham nas suas mãos. Afinal, a 30 d'agosto assignou-se a celebre convenção do Cintra, no palacio de Seteaes (*V. este nome*), depois de Dalrymple enviar as clausulas a Carlos Cotton, o qual se recusou a emittir o seu parecer sobre ellas, eximindo-se assim a futuras responsabilidades. Todas as condições da capitulação eram da maior vantagem para os francezes: o seu exercito retirava-se com todas as honras da guerra levando as bagagens em seu poder; seria transportado aos portos de França em navios inglezes e poderia immediatamente pegar em armas onde e contra quem lhe conviesse; os doentes ficariam a cargo e sob a protecção ingleza, e á medida que melhorassem, seriam transportados egualmente ao seu paiz; ás guarnições de Elvas e de Almeida seriam garantidas as mesmas vantagens; e os cidadãos portuguezes quo professassem as novas ideias politicas, não seriam perseguidos. A Inglaterra submetteu-se a tudo, começou immediatamente a repatriar as tropas de Junot, e cumpriu todas as clausulas da convenção com uma lealdade admiravel. A noticia da convenção de Cintra causou um mixto de alegria e de decepção: se por um lado o paiz ficava livre dos invasores, por outro, as condições da capitulação não podiam ser mais desairosas para Portugal. O descontentamento do paiz foi enorme; o exercito, a Junta do Porto, o povo, todos protestaram, e na imprensa e no parlamento da propria Inglaterra se levantaram vozes de protesto. Byron escreveu uns versos dizendo que a convenção de Cintra fizera empallidecer a Inglaterra, e tal foi ali o protesto da opinião publica que o generalissimo Dalrymple foi chamado a dar explicações, sendo nomeada uma commissão de inquerito ao seu procedimento. O rei de Inglaterra tambem se sentiu vexado com a convenção, e tanto que Dalrymple e Burrard fôram demittidos do serviço. O centenario da batalha de Vimeiro foi largamente celebrado no paiz em agosto de 1908, havendo festejos diversos, e inaugurando se no logar onde se travou o combate um monumento commemorativo, solemnidade a que assistiu el rei D. Manuel II.

Vimes. Pov. e freg. de Santo Estevão e conc. d'Alemquer, distr de Lisboa.

Vimieira. Pov. e freg. de S. Martinho, de Casal Comba, conc de Mealhada, distr. de Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural.

Vimieiro *(D. Diogo de Faro e Sousa, 3.º conde de)*. commendador de Santo Ildefonso, de Montargil na ordem de Aviz, alcaide-mór de Rio Maior, 11.º senhor de Vimieiro, e d'outros senhorios da poderosa casa de seus paes, de quem tambem herdou o titulo, gentil homem da casa do infante D. Manuel, irmão de D. João V, etc. N. em Lisboa a 11 de agosto de 1705, fal em Extremoz a 16 de fevereiro de 1741. Era filho do 2.º conde de Vimieiro, D. Sancho de Faro, e de sua mulher, D. Thereza de Mendoça. Quando, em 1718 tendo apenas 13 annos foi para o Brazil com seu pae, que fôra nomeado governador d'aquelle estado, entrou logo em serviço, como capitão de infantaria, e voltando ao reino, continuou a servir, sendo coronel d'um regimento de infantaria do Alemtejo. Casou em 1 de março de 1729 com D. Maria Josepha de Menezes, dama da rainha D. Maria Anna d'Austria, filha de D. Diogo de Menezes de Tavora. estribeiro mór da mesma rainha, e de sua mulher D. Maria Barbara Breyner. O brazão d'armas d'esta illustre familia, é um escudo com as armas dos Portuguaes: Em campo de prata, aspa vermelha, carregada de cinco escudinhos das quinas reaes, sem a orla dos cas

tellos e de quatro cruzes de prata, floroadas, o vasias de campo; timbre, meio cavallo de prata, bridado de ouro, com redeas de purpura e tres lançadas em sangue, no pescoço.

Vimieiro *(D. Francisco de Faro, 1.º conde de).* Commendador de Fonte Arcada, na ordem de Christo, 5.º senhor de Vimieiro, de Mortagoa e d'outras terras; pelo seu casamento, senhor de Alcoentre, de Tagarro, e alcaide mór de Rio Maior. Era filho do 4.º senhor de Vimieiro, D. Fernando de Faro, mordomo mór da rainha D. Catharina, mulher de D. João III, e de sua segunda mulher, D. Guiomar de Castro; 3.º neto, por varonia, de D. Fernando I, 2.º duque de Bragança. Tendo fallecido seu irmão mais velho ainda em vida de seu pae, apezar de ter deixado um filho, D. Luiz de Faro, D. Francisco contestou esse direito ao sobrinho, a quem tirara a casa que ficara vaga pela morte de seu pae D. Fernando, allegando que lhe pertencia, e assim lhe foi julgado, e em virtude d'esta sentença, foi o 5.º senhor de Vimieiro, de que D. Filippe II de Hespanha e I de Portugal lhe fez doação por carta passada em Lisboa, a 6 de julho de 1583, creando-o depois, em 1614, conde de Vimieiro. Casou com D. Marianna de Sousa Guerra, filha e herdeira de Pedro Lopes de Sousa, senhor de Alcoentre, Tagarro, e das capitanias de Sant'Anna e de S. Vicente no Brazil, alcaide-mór de Rio Maior, commendador de Santa Maria, de Mascarenhas, na ordem de Christo, embaixador d'el rei D. Sebastião a Castella; e de sua mulher, D. Anna de Guerra. O conde de Vimieiro fal. a 2 de dezembro de 1617. O titulo sómente continuou no tempo de D. João V, na pessoa de D. Sancho de Faro, seu descendente, que foi o 10.º sr. de Vimieiro.

Vimieiro *(D. João de Faro e Sousa, 5.º conde de).* Foi o 13.º senhor de Vimieiro. N. a 23 de março de 1738. Era filho 2.º do 3.º conde D. Diogo de Faro e Sousa e de sua mulher, D. Maria Josepha de Menezes. Fallecendo sem successão, seu irmão mais velho, o 4.º conde, D. Sancho de Faro e Sousa, herdou toda a casa e o titulo, sendo o 5.º e ultimo conde de Vimieiro. Fal. em 15 d'abril de 1801, e não deixando successão. ficou herdeira d'esta casa e de todos os seus senhorios, sua prima co-irmã D. Maria do Resgate Portugal Carneiro da Gama Sousa e Faro, 3.ª condessa de Lumiares e 14.ª senhora de Vimieiro.

Vimieiro *(D. Sancho de Faro, 2.º conde de).* Governador de Mazagão e do Brazil, 10.º senhor de Vimieiro, e das villas de Alcoentre, Tagarro, Quebradas e outras terras, alcaide mór de Rio Maior e da villa de Mora, commendador de Santo Ildefonso de Montargil, de N. S.ª da Graça, da villa de Mora, ambas na ordem de Aviz, o de Santo André, de Fiães do Rio, na ordem de Christo, etc. N. em Lisboa a 6 de janeiro de 1659, fal. na Bahia a 13 de outubro de 1719. Era filho de D. Diogo de Faro, 9.º senhor de Vimieiro, veador das rainhas D. Maria Francisca de Saboia e D. Maria Sophia de Neuburgo, mestre de Campo no Alemtejo, e de sua mulher, D. Maria Francisca de Menezes. Seguiu a vida militar, e começou a servir na paz embarcando nas armadas, foi capitão de infantaria no anno de 1692, e em 1695 foi nomeado mestre de campo do terço do Castello de Vide, depois governador e capitão general da praça de Mazagão em 1698, onde os cavalleiros d'esta praça, seguindo o methodo d'aquella guerra, fizeram muitas sortidas pelo cuidado e vigilancia de D. Sancho, que mereceu que D. Pedro II, não só lhe agradecesse o bem com que servira n'aquella guerra, com uma carta muito honrosa, mas voltando ao reino, por outra carta, de 15 de novembro de 1703, o encarregasse do governo da importante praça d'Almeida, em que assistiu depois de acabada a guerra com Castella em 1704, exercendo o seu governo com o maior zelo e competencia. A 18 de fevereiro era já general de artilharia do exercito da Beira, e no mesmo anno foi nomeado mestre de campo general com o governo de artilharia, e com este posto se achou sempre na guerra, em que se tornou muito distincto. Ainda em 1705 teve a nomeação de mestre de campo general da provincia do Minho, e em 1707 foi governador das armas na mesma provincia. D. João V renovou em D. Sancho de Faro a grandeza que a sua casa já lográra, creando o conde de Vimieiro, que pertencera a um dos seus avós, D. Francisco de Faro, por decreto do 30 de janeiro de 1709. D. Sancho de Faro foi tambem védor da casa da rainha D. Maria Anna d'Austria. D. João V, querendo dar successor ao marquez d'Angeja, vice rei do Brazil, o nomeou governador e capitão general d'aquelle estado em 1718, mas pouco se gozou d'este seu novo cargo, porque fal. no anno seguinte. Casou a 29 d'agosto de 1703 com D. Thereza de Mendoça, filha de D. Luiz Manuel de Tavora, conde de Atalaia, e de sua 3.ª mulher, D. Francisca Leonor de Mendoça. Ficando viuva, D. Thereza, depois de assistir muitos annos á educação dos seus filhos, entrou no convento da Conceição, da Luz a 28 de maio de 1729, e professou a 30 de maio de 1730, assistindo á cerimonia a rainha D. Maria Anna de Austria, e toda a côrte. Fal. a 5 de maio de 1740.

Vimieiro *(D. Sancho de Faro e Sousa, 4.º conde de).* Capitão da infantaria da côrte. N. em Vimieiro a 30 d'abril de 1735, fal. a 10 de setembro de 1790. Era filho dos 3.ºs condes de Vimieiro, D. Diogo de Faro e Sousa e D. Maria Josepha de Menezes. Herdou toda a casa e o titulo do seu pae, a 16 de fevereiro de 1741. Casou em 1766 com sua prima D. Thereza Josepha de Mello, dama de honor da rainha D. Marianna Victoria, mulher d'el-rei D. José, e distincta poetisa, a qual nasceu a 10 de janeiro de 1739, sendo filha de Francisco de Mello Breyner, fidalgo da Casa Real, senhor de Villa Verde de Ficalho, etc., e de sua mulher, D. Izabel Josepha Breyner de Menezes. O 4.º conde de Vimieiro, fallecendo sem successão, herdou a casa e o titulo, seu irmão, D. João de Faro, que foi o 5.º e ultimo conde d'aquelle titulo. A condessa D. Thereza era intelligentissima; cultivou com aproveitamento diversos ramos de sciencias e artes, e mais que todas a poesia, adquirindo notavel celebridade por suas composições. Viveu na roda mais litteraria do seu tempo, e Antonio Diniz da Cruz e Silva, Domingos Maximiano Torres e Nicolau Tolentino de Almeida, lhe dirigiram poesias. Não consta que D. Thereza de Mello Breyner publicasse alguma das suas composições, pelo menos em seu nome; quando, porém, a Academia Real das Sciencias de Lisboa abriu con-

curso para a composição d'uma tragodia do assumpto portuguez, a condessa de Vimieiro escrevou a *Osmia*, que foi premiada e impressa em 1788, sendo traduzida em hespanhol, e imprimindo se a traducção em Madrid, em 1798. Consta que afinal se recolheu no convento de Santos, onde ainda vivia em 16 d'abril de 1798, data da sua ultima carta para D. Fr. Manuel do Cenaculo, autographo que se conservava com mais 15 na bibliotheca de Evora.

Vimieiro. Pov. e freg. de Sant'Anna, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 91 fog. e 385 hab. Tem esc. do sexo masc. e está situada na estrada nacional do Porto a Arcos de Valle-de Vez, por V. N. de Famalicão, Braga, Villa Verde, Pico de Regalados, etc., a 6 k. da séde do conc. Em 1706 era vigairaria da apresentação do collegio de S. Paulo dos jesuitas de Braga, depois collegio de religiosas ursulinas, e hoje seminario archiepiscopal. Em 1768, depois de extincta a Companhia de Jesus, era vigairaria da apresentação do padroado real. Banha esta parochia, pelo sul o rio Este, que toca em Braga, e no sitio da Retorta desagúa no Ave, um pouco a montante de Villa do Conde. A pov. tem um *pontim* ou pontelhão na aldeia de Maçada, para passagem da estrada nacional. A egreja matriz é pequena, mas decente. Tem altar-mór e 4 lateraes com boa obra de talha. Foi construida no local onde esteve a do extincto convento de Santa Maria de Vimieiro. D'ella apenas resta a capolla-mór, transformada em sacristia da egreja actual. Não se sabe quando nem por quem foi fundado o convento, nem a que ordem primitivamente pertenceu. O chronista da ordem dos agostinhos calçados diz que foi fundação d'elles, mas Fr. Leão de S. Thomaz aponta-o como benedictino, e com certeza era da ordem de S. Bento desde os principios do seculo XII, contando então já mais de 600 annos de existencia. Foi feito aproximadamente no anno 632, da era christã. No tempo do arcebispo de Braga D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, introduzindo n'aquella cidade os jesuitas, uniu o convento ao collegio de S. Paulo, hoje seminario, que a Companhia de Jesus ahi fundára. Expulsos os jesuitas, passaram para a corôa todos os seus bens, incluindo os que fôram do convento de Vimieiro, do qual já nada resta. Esta freg. foi couto da grande comarca (provedoria) de Guimarães, mas sujeito á cidade de Braga. Tambem foi villa, e teve foral proprio, dado em Lisboa por D. Manuel I, a 4 de setembro de 1517. E' fertil em cereaes e generos agricolas. Pertence á 3.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. ‖ Villa e freg. de N. S.ª da Encarnação, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Arraiollos, distr. e arceb. de Evora; 475 fog. e 1:839 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr., fabricantes de azoite e de queijos, creadores de cera e mel, commissarios de cereaes, productores de cortiça, hospedarias, hospital, medico, pharmacia, notario, fabricas de moagem, de telha e tijolo, *Philarmonica Boa União Vimieirense*, *Theatro Vimieirense*, e uma feira de gado lanigero e vaccum, o cereaes no dia 1.º de agosto. Está situada na estrada de Elvas a Montemór-o-Novo, n'uma vasta planicie, na margem esquerda da ribeira de Têr ou Têra, a 17 k. da séde do conc. Em 1708 era sédo d'um conc. formado por esta freg. o pela de Santa Justa; pertencia o conc. á comarca de Evora, e tinha 2 juizes ordinarios, vereadores, procurador do conc., escrivão da camara, juiz dos orphãos com seu escrivão, 2 tabelliães do judicial e notas, 2 companhias de ordenanças e 1 capitão-mór, todos nomeados pelos condes e senhores de Vimieiro, sem confirmação regia, e não entrava n'este conc. o corregedor, mas sómente o provedor de Evora, por graça especial concedida aos nobres condes. Banham esta freg. a já citada ribeira de Têra e os ribeiros do *Freixo* e das *Covas* que vão desaguar na dita ribeira e teem no termo d'esta freg. 3 pontes: a do *Freixo*, a da *Brôa* e a da *Farragella*, movem 5 moinhos de cereaes. A villa é uma grande pov. Ainda no meado do seculo passado conservava a sua antiga casa da camara e cadeia em bom estado; o pelourinho é que já não existe ha muito tempo. Tem um edificio particular digno de menção, denominado *Palacio do Conde*, que pertenceu aos condes e senhores de Vimieiro, dos quaes passou para os condes de Lumiares. O conc. de Vimieiro foi extincto pelo decreto de 24 de outubro de 1855, pelo qual passou para o de Arraiollos; pertenceu depois ao de Extremoz, comarca de Montemór o-Novo, por ultimo passou para o conc. de Arraiolles e para a comarca de Extremoz, até que por decreto de dezembro de 1886 foi o conc. de Arraiollos elevado á categoria de julgado municipal, e é hoje tambem comarca. A egreja matriz é um bom templo d'uma só nave. A' padrooira dão vulgarmente o titulo de N. S.ª da Encarnação do *Sobral* ou *Soveral*, porque diz a tradição que a imagem da Senhora appareceu outr'ora escondida no tronco d'um sovereiro em uma matta de sobro, no sitio onde se vê a egreja, que foi construida para n'ella se venerar a dita imagem, e por ser a egreja muito concorrida pelos devotos das circumvisinhanças, se formou em volta d'ella, com o decorrer dos annos, a villa actual, contribuindo tambem para o augmento da villa o foral que D. Manuel I lhe dou, em Lisboa, no dia 1 de junho de 1512. Em Vimieiro houve um convento de religiosos da ordem terceira de S. Francisco, fundado em 1534, que desappareceu em 1834 com a extincção das ordens religiosas. Ha ainda na villa as egrejas da Misericordia e do Espirito Santo, e algumas capellas publicas. Na herdade do *Monte Branco* d'esta freg. ha uma mina de cobre e d'outros metaes, mas ha muitos annos que parou a sua exploração. Esta villa nunca foi murada nem acastellada pelo facto de estar em planicie. Os seus campos são os mais productivos do Alemtejo. Além de ser uma das mais bonitas villas do distr, de Evora, é tambem das mais prosperas. Viveram aqui muitas familias nobres, com os appellidos de Araujo, Correia, Castilho, Gameiro, Caieiro, Paiva, Telles, etc., avultando entre todas a dos condes de Vimieiro. E' fertil em cereaes e generos agricolas; tem grandes montados de azinho e de sobro, e cria muito gado suino e lanigero. Tambem é abundante em caça miuda. Ha n'esta villa algumas quintas o herdades importantes. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. ‖ Pov. e freg. de Santa Cruz, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Santa Comba Dão, distr. e bisp. de Vizeu; 154 fog. e 727 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. Está situada

em terreno accidentado, na margem esquerda do rio Dão, confluente do Mondego, e a 2 k. da séde do conc. E' pov. muito antiga, e pelo menos do tempo dos arabes, pois que ainda ali se encontram sepulturas abertas na rocha A egreja matriz é um templo muito antigo, com um portico d'arco de volta inteira. Está situada em sitio pittoresco e agradavel, mas solitario. Suppõe se fundado pelos Templarios. E' fertil em cereaes, vinho de mesa, azeite e fructa. O rio Dão banha esta freg a NO e vae desaguar no Mondego a 9 k. de distancia, no caes da Foz Dão, que foi um caes muito importante e de muito movimento antes da construcção da linha ferrea da Beira Alta. Rega e moe, o tem n'esta freg. uma boa ponte de pedra na estrada que vae para Santa Comba Dão. A dita ponte foi cortada em 1810 pelo exercito francez de Massena, e reedificada em 1820 por D. João VI. Tambem banham a freg. os ribeiros de *Vimieiro* e do *Campo*. Até 1834 foi esta parochia da do Couto do Mosteiro. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. || Povoações nas freguezias: Santo André de Poiares, conc. de Poiares, districto de Coimbra. || S. Thiago de Fontes, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. do Villa Real. || S. Sebastião de Moiriscas, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição, de Olalhas, conc. de Thomar, do mesmo distr. || N, S.ª d'Assumpção, de Romeu, conc. de Miraudella, distr. de Bragança.

Vimieiro de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Martinho, de Sande, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Vimioso *(D. Affonso de Portugal, 2.º conde de).* Senhor das villas de Aguiar, de Vimioso e de Vimieiro, alcaide-mór d'esta villa; commendador e alcaide mór de Thomar, de Pias, e d'outras localidades, e pelo seu casamento senhor da capitania de Machico, ilha da Madeira, etc. N. em 1519, fal. em Africa em 1579. Era filho do 1.º conde de Vimioso, D. Francisco de Portugal, e de sua 2.ª mulher D. Joanna de Vilhena. Seu pae era neto do conde de Ourem e 1.º marquez de Valença, o qual era filho primogenito do 1.º duque de Bragança D. Affonso, e neto d'el rei D. João I, de Portugal. Seguiu a carreira das armas, dedicando-se tambem muito ás bellas letras, com muita distincção, especialmente no estudo da lingua latina. Aos 16 annos de edade, alcançou licença d'el-rei D. João III, para juntamente com outros fidalgos acompanhar o infante D. Luiz que partia secretamente para a expedição de Tunis, onde Carlos V tentava tomar d'assalto o castello de Goletta, o que conseguiu, apezar da tenaz resistencia com que luctou. Carlos V o recebeu com todas as attenções, e reconhecendo os merecimentos da casa que representava, o distinguiu com a especial demonstração de o mandar entrar no seu conselho de guerra, e pelo facto dos seus poucos annos o não deixarem votar em materia tão seria, o imperador quiz que D. Affonso se instruisse ouvindo os votos de tantos homens já bem experimentados na vida militar, como os que se encontravam n'aquella gloriosa empresa. Quando contava 25 annos, el-rei o nomeou do seu conselho, n'uma carta muito honrosa, escripta em Almeirim a 11 de fevereiro de 1544. Estava D. Affonso destinado por ordem d'el rei para casar com uma filha do duque de Bragança D. Jayme, quando, arrastado por ardente paixão, contratou o seu casamento com D. Luiza do Gusmão, dama da infanta D. Maria e filha herdeira de Francisco de Gusmão, mordomo-mór da mesma infanta, senhor da capitania da villa de Machico e da de Santa Cruz na ilha da Madeira, as quaes dava em dote a sua filha. A rainha de França D. Leonor, mãe da dita infanta D. Maria, fez mercê a D. Luiza n'um muito honroso alvará, de 2:000 cruzados para o seu casamento, feito em Puisi a 18 de julho de 1547. Este contrato do casamento causou muito dissabor ao conde seu pae, por ser a alliança com os duques de Bragança, familia muito mais honrosa e illustre. Em 1549, por morte do 1.º conde de Vimioso, succedeu em toda a casa paterna e no titulo, sendo o 2.º conde de Vimioso, e n'esse mesmo anno realisou o seu casamento com D. Luiza de Gusmão. O rei o nomeou vedor da fazenda, logar que tinha vagado por morte do seu pae, cuja successão já lhe estava promettida. Em 1557 havia D. João III determinado que a infanta D. Maria, sua irmã, passasse a Castella a encontrar-se com sua mãe, a rainha de França, e nomeou o conde de Vimioso para a acompanhar; estava tudo prompto com todo o brilhantismo que pedia uma jornada tão especial, quando a partida ficou transtornada, pelo fallecimento de D. João III, succedido em junho d'esse anno. Succedeu no throno el rei D. Sebastião, e o conde de Vimioso assistiu tambem ao auto da sua acelamação. Poucos mezes depois, a rainha D. Catharina, regente do reino, tornou a nomeal o para acompanhar a infanta na jornada em visita a sua mãe, mas o conde se escusou, allegando não estar n'essa occasião habilitado a fazer novas despezas n'uma jornada tão grandiosa, pela differença de tempo, porque poucos mezes antes, nos preparativos para a jornada que se frustrára, se vira obrigado a empenhar a sua casa, do que não recebera remuneração nem despacho. A rainha, que desejava que elle acompanhasse a infanta, lhe mandou propôr pelo duque do Aveire e pelo secretario Pedro d'Alcaçova, uma indemnisação, offerecendo lhe o titulo com diversas mercês para seu filho, entre ellas as villas de Vimioso e de Aguiar, de juro e herdade, com as alcaidarias móres de Thomar o Terena, com a clausula d'elle largar o cargo de védor da fazenda, o que o conde não acceitou. Chegaram a este tempo a Badajoz as rainhas de França e da Hungria, esta cunhada e a outra irmã da regente D. Catharina; com esta noticia era urgente apressar a jornada da infanta. O conde tornou a escusar-se, mandando uma petição á soberana, dizendo que estava doente, mas D. Catharina tanto instou, allegando muitos motivos, invocando a memoria de seu pae, que fôra um vassallo dedicado ao defunto monarcha, que o conde viu se obrigado a acceitar a honrosa missão, e a rainha deu se por muito satisfeita, e mandou o seu secretario Pedro d'Alcaçova escrever lhe, da sua parte, que muito lhe agradecia a sua resolução. O conde, com a actividade de que era dotado, em muito pouco tempo conseguiu formar uma luzida comitiva, e apezar de toda coberta de luto, pelo fallecimento do rei, foi grande o aparato e a magnificencia, com que se pôz a caminho, e partindo no referido anno voltou no seguinte com a infanta, que o conde a muito custo persuadiu a

regressar a Portugal, porque ella queria ficar na companhia de sua mãe. Nas primeiras côrtes que D. Sebastião celebrou no seu reinado, em 1552, assistiu o conde de Vimioso; foi tambem um dos consultados sobre o seu projectado casamento, consulta que o monarcha fez por uma carta em que lhe dava conta do que se passava, querendo ouvir o seu parecer; foi escripta a carta em Lisboa a 10 de outubro de 1567. No mesmo anno D. Sebastião, por um alvará passado em Almeirim a 19 de fevereiro, lhe fez mercê, de que os seus servidores das villas de Vimioso e d'Aguiar da Beira pudessem assistir fóra d'ellas, não passando de 6 legoas; já por outro alvará, de Lisboa, em 20 de setembro de 1564 lhe tinha feito a mercê muito especial, de poder caçar um dia cada semana ás lebres com 2 galgos e ás perdizes com um açôr. Por outro alvará, de Leiria de 8 de setembro de 1569 lhe concedeu aposentadoria e tudo que lhe fôsse preciso para as suas jornadas. Tomando D. Sebastião posse do governo em 1568 o conde de Vimioso continuou no mesmo logar de vêdor da fazenda, que servira ao principe D. João, seu pae, e a D. João III, seu avô. Mais tarde, quando o monarcha resolveu a sua segunda e tão desastrosa jornada a Africa, em 1578, o conde de Vimioso o acompanhou, levando comsigo 3 filhos: D. Francisco de Portugal, successor da sua casa, e D. Luiz e D. Manuel de Portugal assistindo todos á malograda batalha d'Alcacer-Kibir, em agosto de 1578, em que o conde ficou prisioneiro. Correu o boato da sua morte, mas verificou se não ser verdade; pouco tempo depois é que se verificou que fallecera no carcere. O brazão d'armas, é o antigo da Casa de Bragança e dos condes de Vimieiro. V. *estes 2 titulos.*

Vimioso *(D. Affonso de Portugal, 5° conde de)*. Senhor de Vimioso e de Aguiar, e da capitania de Machico, e de todos os mais bons de que se compunha a casa de seu pae. N. em 1591, fal. a 4 d'agosto de 1649. Era filho do 4° conde de Vimioso, D. Luiz de Portugal, e de sua mulher D Joanna de Mendoça. Herdou a casa de seu pae, porque se obrigou ás dividas que n'ella havia, para que o conde D. Luiz pudesse professar na ordem de S. Domingos, ao mesmo tempo reclamou o contrato que seu pae celebrara com a corôa, em que lhe satisfizeram todas as pretenções com uma vida mais no titulo de conde e nas villas de Vimioso e de Aguiar para o filho mais velho que ficasse do conde D. Affonso, como se vê d'um alvará feito em Lisboa a 25 de julho de 1616, que se viu obrigado a acceitar para acabar com as demoras e extraordinarias instancias com que os ministros trataram este negocio, que embaraçaram de maneira, que precisamente havia de ceder da sua acção, e perder o casamento de seu filho, que tinha contratado com uma filha do marquez de Castello Rodrigo que recebia um bello dote, com a condição que antes d'elle se effeituar, se desembaraçaria o conde D. Affonso; isto obrigou a violentar a vontade do conde D. Luiz, e ceder das suas pretenções, as quaes depois o conde D. Affonso continuou, offerecendo ao rei D. Filippe, então II de Portugal um memorial em que relatava a sua justiça, os grandes serviços dos seus avós e as prerogativas com que a sua casa fôra attendida dos reis seus predecessores, mostrando que o conde D. Luiz, aconselhado por theologos, fizera aquella desistencia para se livrar da vexação em que o collocaram, pelo que pedia a el-rei, que mandasse vêr e examinar a sua justiça e as nullidades da desistencia reclamada, e com muitas outras razões bem ponderadas em que expõe o seu justo requerimento, de que não resultou nenhuma recompensa. N'esse mesmo anno de 1616, a 19 de novembro, se outorgou em Lisboa o tratado do casamento do conde D. Affonso com D. Maria de Mendoça, filha dos marquezes de Castello Rodrigo. Nas côrtes que D Filippe III celebrou em Lisboa no anno de 1619, foi o conde de Vimioso um dos procuradores por parte da nobreza. Já no reinado de Filippe III passou a Madrid, e quando se recebeu a noticia dos hollandezes terem occupado a Bahia, capital do estado do Brazil, o conde de Vimioso attendendo mais aos interesses da patria do que aos da sua casa, e seguindo o exemplo dos seus maiores, embarcou em 1625 n'uma armada para a Bahia, deixando a mulher e os filhos, fazendo com que muitos fidalgos lhe seguissem o exemplo. Achou-se na gloriosa restauração d'aquella cidade, em que muito se distinguiu. Voltou ao reino, e desempenhou algumas commissões de que o rei o encarregou. Temia-se no Algarve uma invasão, a que era preciso acudir com urgencia, e conhecendo-se a actividade do conde, foi mandado á comarca de Beja e Campo d'Ourique a recrutar gente, o que executou com a maior promptidão e zelo. Em 1635 deram-se os tumultos de Evora, motivados pela imprudencia do corregedor d'aquella cidade, André de Moraes Sarmento, de lançar certo tributo com que o povo se alterou de fórma, que fôram grandes as desordens, que o conde de Vimioso, que então residia em Evora, e outros senhores atalharam, buscando remedio para evitar o tumulto, que já tomara grandes proporções, o que conseguiram com energia. Quando em 1640 se deu em Lisboa no 1.º de dezembro a grande revolução, o conde do Vimioso estava em Evora esperando esta noticia; havendo relutancia em D. João IV em acceitar a corôa, Francisco de Mello, monteiro mór, escreveu por sua iniciativa ao conde de Vimioso e ao marquez de Ferreira para representarem ao duque os motivos por que elle devia acceitar a corôa que voluntariamente lhe offereciam os seus leaes vassallos. O conde diversas vezes representou ao duque, de maneira que, já certos da sua vontade, corria livre communicação entre Villa Viçosa e Lisboa; e foi enviado Pedro de Mendoça para lhe dar pessoalmente uma minuciosa noticia do que se passava. Pedro de Mendoça fez caminho por Evora, e communicou ao conde do Vimioso e ao marquez de Ferreira a commissão de que ia encarregado, e elles escreveram novamente ao duque, para que acceitasse a corôa. Sabendo-se depois em Evora a acclamação de D. João IV feita em Lisboa, o conde, o marquez tambem ali o acclamaram com muita solemnidade, partiram para Villa Viçosa, e acompanharam o duque para Lisboa; o novo monarcha logo os nomeou para irem a Villa Viçosa buscar a rainha, o principe e os infantes. O conde tambem recebeu a nomeação de conselheiro de estado, e depois a de capitão general de todo o reino, cargo que não chegou a gozar as preeminencias, passando unicamente a exercel-o, a 20 de dezembro de 1641, na provincia do Alemtejo, levando comsigo seu filho D.

Luiz de Portugal, o chegando a Elvas escolheu aquella cidade para praça d'armas, o começou logo a tratar da defeza da provincia, em que as nossas tropas alcançaram desde logo gloriosos successos. Não deixaram os inimigos do conde de Vimioso de se valerem da sua ausencia para forjarem intrigas, de que o conde foi sabedor, estando em Extremoz, e como d'ellas se podiam seguir o aggravo d'el-rei para o demittir do seu posto, queria esperar que o caso se désse em logar mais afastado dos castelhanos, para lhes alongar mais tempo o prazer de saberem, que d'aquella maneira lhe remunerava tanto zelo e disvelo em pregados em seu serviço, ao que ajuntava ainda outro maior sentimento, que era o de justamente recear que os mais vassallos d'el rei, vendo a offensa com que pagavam o seu serviço, se zangassem, e esfriasse aquelle zelo em que elle ardia, e desejava influir em todas para defeza e gloria da patria. Era governador das armas de Castella o conde de Monte Rey, que de Badajoz havia saido com 8:000 infantes e 2:000 cavallos, na resolução de atacar Olivença, esperando conseguil a por assalto, sem muito custo, na supposição de achar os baluartes sem defeza e a guarnição sem disciplina. Porém a seu pezar desenganado, depois de o intentar, vendo que era maior a resistencia do que julgava, retirou-se com a perda de 200 homens mortos e feridos, em que se contavam officiaes de importancia. O conde teve noticia d'aquelle successo, mas não o pôde celebrar com enthusiasmo, porque o golpe que temia, não tardaria a dar-se, e com effeito não se demorou a ordem d'el rei para entregar o commando do exercito a Mathias d'Albuquerque, o passar á côrte, por convir assim ao seu serviço. Não mudaram o animo do conde de Vimioso tão sensiveis adversidades, porque o zelo da gloria da patria não se lhe amortecia, como se prova pelo facto seguinte: Chegou á côrte o conde do Vimioso, e visitando o arcebispo primaz de Braga D. Sebastião de Mattos de Noronha, que alimentava uma conspiração contra a patria e contra o proprio rei, juntamente com outros conspiradores, se lembrou de tentar o denodado conde do Vimioso, parecendo-lhe que elle desejasse vingar-se da offensa que recebera de D. João IV, de lhe tirar o governo do Alemtejo. E como pertenciam ambos ao conselho de estado, em conversa, discorrendo na fórma da defeza do reino, e nos meios de que se precisava para a conseguir, sendo tão formidavel o poder de Castella, a que Portugal não podia resistir, pretendeu induzil o a desconfiar que se conservasse a independencia. O arcebispo expunha d'esta fórma o miseravel estado do reino, que não podia resistir. Na esperança de o convencer, expôz lhe toda a machinação dos conspiradores, e declarando os seus nomes, de que resultou serem presas muitas pessoas de distincção, sem serem culpadas. O conde, indignado, teve de se revestir de toda a prudencia para se conter, escutando tão odiosa conversa, e afastando se do arcebispo, porque a sua dignidade e annos não permittiam ao conde tomar outra satisfação, foi logo dar conta a el-rei do que se passava, e D. João IV lhe agradeceu muito, e reconhecendo os seus grandes merecimentos, e quanto sympathica lhe era a sua pessoa, em quem concorria o parentesco que tinha com a Casa de Bragança, entre outras mercês, o creou marquez de Aguiar, por carta, de Evora, do 8 de setembro de 1643. A condessa D. Maria de Mendoça, desde os primeiros annos, tinha grande vocação para o claustro, e obrigada a instancias de familia, tomou o estado de casada, em que viveu sempre santamente, dedicando-se a obras de muita caridade e devoção, jejuns e abstinencias, creando os filhos no santo temor de Deus. Ficando viuva, apezar de já contar 60 annos de edade, em 1650, em que tinha passado um anno e 3 mezes depois da morte de seu marido, entrou no mosteiro do Sacramento, tomando o habito de noviça, ficando á obediencia de sua filha, a madre soror Margarida da Cruz, que era mestra das noviças, e assim viveu até que falleceu a 10 de outubro de 1659.

Vimioso *(D. Affonso Miguel de Portugal e Castro, 11.º conde de).* Foi o 4.º marquez de Valença. V. *este titulo.*

Vimioso *(D. Francisco de Portugal, 1.º conde de).* Vêdor da fazenda e consolheiro dos reis D. Manuel I e D. João III, camareiro-mór do principe D. João, senhor de Aguiar da Beira, alcaide-mór de Vimioso, commendador-mór de Calvedo na ordem de Christo, etc. N. em Evora na segunda metade do seculo XV, onde tambem fal. a 8 de dezembro de 1549. Era filho bastardo de D. Affonso de Portugal, bispo de Evora, e de Filippa de Macedo, com quem tinha tido relações sendo ainda secular. Seu pae o habilitou para seu herdeiro, pedindo a el-rei D. Manuel lh'o legitimasse, o que o monarcha accedeu em fórma especiosa declarando por asseveração de seu pae, que o houvera sendo ainda secular; a carta foi passada em Lisboa a 15 de fevereiro de 1505, a qual D. João III mais tarde confirmou, estando em Evora, por carta de 19 de maio de 1534, declarando que D. Francisco, seu primo, devia succeder em todos os bens da corôa, que tinha, e que d'ali em deante tivesse, com clausulas de muita estimação. D. Francisco de Portugal era tratado com todas as considerações de parente da Casa Real, e assim no anno de 1498, quando D. el-rei Manuel foi a Castella a ser jurado principe herdeiro d'aquella monarchia, D. Francisco fez parte da comitiva de fidalgos que o acompanharam. N'aquelle tempo a guerra da Africa andava muito activa, tornando se notaveis muitos guerreiros pela sua bravura e intrepidez. D. Francisco resolveu seguir o exemplo de tantos heroes, e em 1509 passou a Africa, entrou em Arzilla, sendo um dos primeiros depois de Nuno Fernandes de Athaide, que assistiu n'aquella praça, e um dos mais celebres fronteiros que ella teve. D. Francisco de Portugal commandava 80 infantes e mais de 50 cavallos, que organisara á sua custa, e com esta força serviu todo o tempo que se demorou em Arzilla e durou o cêrco que lhe fizera o rei de Féz, acompanhando sempre o governador, então o conde de Borba, D. Vasco Coutinho. Desejava D. Francisco, antes de retirar para o reino, deixar de si gloriosa memoria por alguma acção propria do seu valor. Alcançando licença do governador, foi com a sua gente, e mais alguns bravos cavalleiros, já praticos nas luctas africanas, e atacando o logar de Benagarfate, o destruiram depois de renhido combate, e voltaram á praça trazendo 16 captivos. O general os elogiou muito, especialmente a D. Francisco de Portugal, pela victoria

alcançada e pelos estragos que fizeram em di versas povoações dos moiros Depois d'um anno de permanencia em Arzilla, regressou ao reino com a sua gente, deixando n'aquella praça um glorioso nome. Voltou á Africa pela segunda vez em 1513, quando o duque do Bragança D. Jayme partiu á conquista de Azamor. Depois da tomada da praça, D. Jayme teve de regressar ao reino com mais brevidade do que tinha determinado, e deixou o governo d'aquella cidade entregue a D. Francisco de Portugal, já então conde do Vimioso e conselheiro d'el-rei. A carta que o agraciou com o titulo de conde foi feita em Almeirim, a 2 de fevereiro de 1516. N'este mesmo anno começou a exercer o cargo de vêdor da fazenda, que occupara D. Martinho de Castello Branco, 1.° conde de Villa Nova, logar que cedeu a favor do conde de Vimioso, por certa convenção que entre si fizeram, e que o rei approvou, do que se lhe passou carta em Lisboa a 28 de junho de 1516. El-rei D. Manuel deliberou passar a terceiras nupcias, em 1518, com D. Leonor, filha do imperador Carlos V, e quando participou á côrte que estava desposado com aquella princeza, foi o conde um dos primeiros fidalgos que beijaram a mão d'el-rei. Depois o monarcha lhe fez mercê da commenda e alcaidaria-mór do castello de Thomar na ordem de Christo, sendo a carta regia escripta em Evora a 22 de novembro de 1520. Já no reinado de D. João III, dando esto monarcha a categoria de villa ao logar de Pias, no termo de Thomar, lhe fez tambem mercê da alcaidaria-mór do seu castello, por carta regia de 21 de janeiro de 1539. D. João III, apenas subira ao throno o havia nomeado do seu conselho e vêdor da fazenda; mais tarde concedeu-lhe tambem um privilegio muito singular n'este paiz, de que pudesse cobrar as dividas da sua casa com a mesma execução, que se cobravam as dividas reaes, de que se lhe passou carta, em Lisboa, a 10 d'agosto de 1532. Fez-lhe egualmente mercê da villa de Aguiar da Beira, e porque algumas villas tinham privilegio de realengas, e o era a de Aguiar o quo o rei para a dar ao conde revogou, quando lhe fez mercê d'ella; foi a carta passada em Evora a 26 de fevereiro de 1534, ao que os moradores se oppozeram embargando lhe a posse com diversos requerimentos, pelo que o rei mandou um alvará, de Lisboa, 20 de maio de 1539, ao seu desembargador, o dr. Gaspar Dias, para que desse immediata posse ao conde. Não tinha completado 3 annos de edade, o principe D. Manuel, filho de D. João III, quando o monarcha nomeou seu camareiro mór o conde de Vimioso, por carta regia, de Evora, de 4 de agosto de 1534; fallecendo, porém, o principe, exerceu o conde o mesmo cargo junto do principe D. João. Tambem em 1534, o rei lhe fez a mercê de o isentar de pagar dizima de todas as mercadorias e cousas que elle mandasse vir do estrangeiro, nem direitos da portagem, ou outro qualquer imposto; juntamente o isentou dos direitos da chancellaria de todas as mercês e graças que fôssem feitas, nem ainda que fôsse costume pagar o tal direito; a carta foi passada em Evora a 20 de outubro do mesmo anno. Deu lhe o padroado da egreja de N. S.ª da Graça, de Evora, das religiosas de Santo Agostinho. Fez lhe doação da villa de Vimioso e seu termo, com toda a jurisdicção civil e crime, mero o mixto imperio, com todas as rendas, foros e direitos reaes, quo n'ella tinha, com o padroado das egrejas da dita villa e seu termo, reservando sómente a correição e alçada; esta carta foi feita, estando el-rei em Evora, a 28 de março do citado anno de 1534, e já lhe havia dado a alcaidaria-mór da mesma villa, por carta passada em Lisboa a 12 de maio de 1530, e por outra carta da mesma data, lhe deu a villa d'Aguiar da Beira, com as mesmas clausulas, com o seu castello, alcaidaria mór e direitos da dita villa. O conde de Vimioso fundou o mosteiro das religiosas dominicas de Santa Catharina, de Evora, a quem generosamente dou, não só o terreno, mas repetidas e avultadas esmolas para construcção, pedindo unicamente em troca a capella-mór da egreja. O illustre fidalgo era estimadissimo na côrte, tanto pelas suas altas qualidades de estadista e de militar, como pelos seus talentos praticos e pela finura do seu espirito, citando-se tanto os seus ditos conceituosos e acertadas reflexões, que lhe chamaram o *Catão Portuguez*. Muitos dos seus ditos estão compilados n'um livro, que o seu neto D. Henrique de Portugal imprimiu em 1605, com o titulo de *Sentenças de D. Francisco de Portugal, 1.° conde de Vimioso*. No *Cancioneiro* de Garcia de Rezende vem algumas producções de D. Francisco de Portugal, em portuguez e castelhano. Já muito velho o cançado, o conde de Vimioso deixou o serviço do paço e assistencia da côrte, e foi viver para o sitio de Belem por algum tempo, passando depois para Evora, onde falleceu. Casou duas vezes: a primeira, com D. Brites de Vilhena, filha de Rui Telles de Menezes, 5.° senhor de Unhão, Gestaço, Momedo e Cepães, commendador de Ourique na ordem de S. Thiago, etc., e de sua mulher D. Guiomar de Noronha. Casou a segunda vez com D. Joanna de Vilhena, sua prima, filha de D. Alvaro e de sua mulher D. Filippa de Mello.

Vimioso *(D. Francisco de Portugal, 3.° conde de)*. Filho primogenito do 2.° conde de Vimioso, D. Affonso de Portugal, e de sua mulher, D. Luiza de Gusmão, mas que não chegou a succeder na casa de seu pae, nem a usar officialmente o titulo de conde, pelos infelizes successos da sua vida. Nada se sabe acêrca dos primeiros annos de D. Francisco de Portugal, nem da data do seu nascimento; a primeira noticia que se encontra, é do anno de 1574 em que el-rei D. Sebastião passou á Africa; e depois, na segunda jornada, em 1578, quando acompanhou o mesmo desditoso monarcha n'aquella mallograda expedição. Era grande o conceito em que el rei o tinha, e assim o escolheu na occasião da batalha d'Alcacer-Kibir, para o logar de maior honra e de maior perigo, quo era ao seu lado. D. Francisco luctou heroicamente, mas perdida a batalha, e declarada pelos moiros a victoria, ficou D. Francisco captivo, e mais morto com a desgraçada morte do rei, do que vivo para esperanças de liberdade, que depois veiu a conseguir. Não tardou que o Xarife o mandasse chamar, e D. Francisco sabendo quanto elle era cruel, receou que fôsse chegado o seu ultimo dia de vida, e por isso se preparou para a morte como verdadeiro christão. Não succedeu, porém, o que temia, porque o Xarife, então mais ambicioso de dinheiro que de sangue, contratou com elle o resgate em 20:000 cruzados que D. Francisco do Portugal prompta-

mente achou em mercadores judeus, que lhe proporcionaram, com largueza, os seus capitaes todo o tempo do captiveiro. Tambem se diz que o mesmo rei, em attenção ao de Castella, lhe dava sem interesse a liberdade, o que elle pertinazmente não quizera acceitar, não querendo mercê tão especial, que não fôsse do seu proprio rei. Era tão estimado entre os outros fidalgos seus companheiros no captiveiro, que foi elle um dos es colhidos para virem ao reino tratar do resgate de todos, porque entendiam, que a viveza e actividade de D. Francisco, n'aquella empresa, bavia de resolver com a grandeza do seu coração as difficuldades que costumavam ser demoradas, o que effectivamente logo se observou, porque D. Francisco preparou as cousas de maneira, que chegou ao ajuste do resgato com os moiros, que já seguros nos interesses da sua ambição, se alargavam na liberdade dos captivos, de que resultou começarem os nossos fidalgos a gozar d'algum pequeno allivio. Chegando o tempo determinado para D. Francisco voltar ao reino, partiu na companhia do duque de Barcellos D. Theodosio, em um navio com outros captivos, mas chegando a Tetuão estiveram em perigo de padecer grandes trabalhos, por causa de 6 ou 7 mil cruzados que alguns fidalgos deviam a uns mercadores judeus. Sabendo D. Francisco do que se passava, chamou 2 mercadores da mesma nação, por quem corriam os seus negocios, e lhes ordenou que tomassem sobre a sua pessoa aquella divida, a que elles logo accederam, ficando assim os fidalgos livres d'aquelle compromisso, sem saberem do que se tratava, e quando se considera vam sem esperança de alcançarem liberdade, pela impossibilidade de obter recursos, aproximou-se D. Francisco dizendo que podiam embarcar, porque estavam livres da divida que os embaraçava. Os fidalgos ficaram admirados, não da sua generosidade que já era bem conhecida, mas que em tempo tão calamitoso e falto de dinheiro, pudesse praticar uma acção de tão larga liberalidade. Assim valeu D. Francisco de Portugal áquelles fidalgos, unicamente pela sua generosa compaixão; e da mesma fórma valeu e soccorreu muitos homens nobres que trazia por sua conta, fazendo n'este captiveiro muitas acções generosas e christãs em que dispendeu mais de 100:000 cruzados da sua fortuna. Finalmente, saindo de Tetuão, se apartou do duque de Barcellos, n'um sitio chamado *Negrão*, a 3 legoas de Ceuta, o foi embarcar nas galés, de que era general o marquez de Santa Cruz, e sem entrar n'aquella praça, seguiu viagem para o reino; tomando o porto de S. Lucar, foi ali recebido pelo duque de Medina Sidonia, com demonstrações de grandeza proprias da sua elevada jerarchia. Conta se que o duque conversando com elle, lhe dera a entender o direito e a justiça com que D. Filippe II de Hespanha pretendia succeder na corôa de Portugal, com cujo dominio ganharia muito em conveniencias e prerogativas a sua casa, se elle se empregasse no serviço de seu amo, que gratamente lhe havia de corresponder, ao que D. Francisco, com altivez dissera, que em Portugal bavia um rei proprio e natural, que certamente se persuadia de que D. Filippe, conhecido no mundo pelo cognome de *Prudente*, sem embargo do desejo da pretenção, justamente o havia de accusar de ter entrado em tão feio negocio; pois levado da conveniencia propria, esquecera que era vassallo de um rei vivo, a quem era obrigado, e que tinha a honra de ser parente. D. Francisco de Portugal seguiu o partido de D. Antonio, prior do Crato, que se fez acclamar rei em Santarem no anno de 1580, e o nomeou seu condestavel, passando com elle a Lisboa com o intento de occuparem a capital do reino, oppondo se ao duque d'Alba, que marchava com um exercito para a conquistar, e estava acampado no sitio de Alcantara. D. Francisco era condestavel e capitão general d'aquella pouca gente, que tumultuosamente seguia D. Antonio; chamou a conselho, e vendo que não tinham outro remedio, senão expôrem se ao que a fortuna permittisse, resolveram aventurar-se, pelejando com os castelhanos; mas foi tanta a infelicidade, que as fileiras dos portuguezes ficaram desbaratadas, pondo-se uns em fuga, ficando os demais prisioneiros. D. Francisco de Portugal, com intrepidez e bravura tornou se um heroe de eterna memoria, porque na ponte d'Alcantara com um montante nas mãos, sustentou pela sua parte, por largo tempo as investidas dos inimigos, impedindo-lhes a passagem da ponte. Retiraram-se o prior do Crato, e D. Francisco, com a cabeça ferida, procurando na fuga caminhos pouco frequentados, e conferenciaram sobre o que era mais conveniente fazer n'aquella triste situação. D. Antonio determinou que D. Francisco passasse a França a solicitar ao rei soccorro, persuadido que em Vianna do Castello se poderia conservar occulto até ao regresso de D. Francisco, de quem se apartou no Porto; porém não tardou a desenganar-se, e vagando pelo paiz muito pouco seguro, fugiu para França. D. Francisco de Portugal, ainda esperançado na possibilidade de libertar a patria do jugo castelhano, com um rei portuguez, do sangue dos seus proprios monarchas, animosamente se pôz a caminho, atravessou toda a Hespanha disfarçado em trage italiano, e com o nome de Trivulcio, acompanhado de 6 creados; esteve em Madrid e passou á Catalunha. No caminho lhe aconteceram alguns casos, que o puzeram em perigo, porque um castelhano que o encontrou, o conheceu e o saudou pelo seu verdadeiro nome, e querendo os creados matal-o, por considerarem ser um grande prejuizo para seu amo o ser descoberto, D. Francisco não o consentiu, e para seguir com mais segurança, o quiz levar comsigo. Este mesmo castelhano o expôz a segundo perigo, porque jogando e perdendo, duvidaram que pudesse satisfazer a divida, e o castelhano, para desfazer essas duvidas, disse que pediria ao conde, porque D. Francisco era assim conhecido o tratado, o que promoveu a curiosidade aos jogadores, que lhe perguntaram quem era o conde, e elle respondeu ser o conde de Vimioso. Como era um nome tão conhecido, deram parte, ajuntaram-se as justiças para o prenderem, mas D. Francisco, sendo avisado a tempo, se salvou embarcando n'um pequeno barco, que promptamente lhe arranjaram, porém no mar encontrou uma galeota de moiros, que o perseguiu, de que os mesmos castelhanos, seus inimigos, involuntariamente o salvaram, livrando o barco do perigo em que estava, e pôde então abordar a Marselha. D. Francisco julgava que o prior do Crato ainda se conservava em Portugal, mas teve noticia que estava em França, a 15 legoas de Paris, e com

actividade e zelo organisou para o serviço d'aquelle principe uma guarda de 100 alabardeiros vestidos á tudesca, na fórma que então usavam os nossos reis, porque assim considerava o prior do Crato, com quem se avistou, tratando com o respeito devido á majestade de soberano, o que causou admiração aos francezes. D. Antonio o encarregou do ir á côrte de Paris como seu embaixador, para dar conta a Henrique III do estado das suas pretenções. Em França intentaram alguns emissarios de Hespanha combater a fidelidade que professava ao prior do Crato, fazendo lhe promessas vantajosas, mas D. Francisco de Portugal, como verdadeiro amigo da sua patria, tudo recusou. De França foi a Inglaterra com a mesma pretenção á rainha Izabel, então reinante, que o recebeu com especial acolhimento. D. Antonio animava com eloquencia as suas pretenções, e saiu de França com uma nova armada de 58 navios levando a seu bordo mais do 7:000 homens commandados por Filippe Strozi e do senhor de Brisaes, e seguiu para as ilhas dos Açôres. No mesmo tempo navegava para as mesmas ilhas uma poderosa armada hespanhola, commandada por D. Alvaro Bazau, marquez de Santa Cruz, e chegando a armada franceza primeiro que a hespanhola, e depois do varios successos, se avistaram ambas; D. Francisco ia embarcado na nau capitanea, e assentando-se na peleja, pelo receio do quo os inimigos augmentassem as suas forças, porque, segundo os avisos que tinham, ainda lhe faltavam navios, dos que se tinham armado em Lisboa o Andaluzia, passou D. Francisco para a nau almirante, ondo ia o senhor de Brisaes, e favorecido pelo vento, entrou na peleja na batalha naval, que se deu em Villa Franca do Campo, combatendo valentemente, durante 5 horas de horrorosa e persistente lucta; n'um esforço desesperado, tendo recebido diversas feridas e tres balas de mosquete que lhe enfraqueceram as forças, foi rendida a nau almirante, e podendo fugir Brisaes, ficou D. Francisco prisioneiro, mas tão mal ferido que 3 dias depois da batalha, quo se realisou a 26 de julho do 1583, falleceu com grande sentimento do marquez de Santa Cruz, seu parente, general da armada castelhana, e de toda a nobreza que o acompanhava. O corpo foi salgado o envolto n'um ceirão para ser sepultado na ilha, porém correndo ventos contrarios com um tempo tormentoso, começou a sentir se a corrupção do cadaver, e o sepultaram no mar. Os seus estados e bens lho fôram confiscados para a corôa de Hespanha. D. Francisco do Portugal morreu solteiro e muito moço, ainda em vida de seu pae, motivo porquo tambem não pôde succeder na casa nem no titulo que lho pertenciam por herança como filho primogenito, no entretanto era conhecido pelo *conde*, até no estrangeiro, o na ordem chronologica dos condes de Vimioso, ficou sempre considerado como 3.° conde, porque seu irmão D. Luiz de Portugal que lho succedeu, foi o 4.° conde de Vimioso. D. Francisco era muito erudito; conhecia a fundo as linguas hebraica, grega, latina, franceza, italiana e hespanhola. D'elle existiam algumas composições poeticas, tornando se celebre o soneto que compôz, estando em França, que lhe alcançou grande nome, o qual pôz em 6 linguas: grega, latina, franceza, italiana, castelhana e portugueza.

Vimioso *(D. Francisco de Portugal, 8.° conde de).* Foi o 2.° marquez de Valença. V. *este titulo.*

Vimioso *(D. Francisco de Paula de Portugal e Castro, 13.° conde de).* Fidalgo da Casa Real, conde de juro e herdade, com honras de parente, senhor da casa dos marquezes de Valença, par do reino por successão. N. a 28 de julho do 1817, fal. a 8 de julho de 1865. Era filho primogenito do 5.° marquez de Valença e 12.° conde de Vimioso, D José Bernardino de Portugal e Castro, e de sua mulher D. Maria José de Noronha. Acompanhou seu pae a França, e mais tarde serviu como voluntario no exercito liberal, tanto no Porto como no Algarve, recebendo depois a patente de alferes de cavallaria n.° 10. D'esse regimento foi transferido para o de lanceiros, mas pediu a demissão quando triumphou a revolução de setembro de 1836. Em 1845 succedeu a seu pae no pariato, mas nunca se distinguiu na camara alta. A sua verdadeira celebridade foi a de cavalleiro e de toureador. Montava com rara elegancia e perfeição, e póde dizer se quo foi o Marialva do seculo XIX. O conde de Vimioso era um toureador de primeira ordem. Em 1837, depois da carta de lei de D. Maria II, tourou pela primeira vez, dando algumas corridas de novilhos no pateo de seu palacio no Campo Grande. Em seguida, deram se na antiga praça do Campo de Sant'Anna varias corridas de amadores, entrando n'ellas o conde de Vimioso como cavalleiro, na companhia de D. José de Mendonça, tambem official de cavallaria. Apezar da sua muita destreza, n'uma corrida, em Evora, a que assistiram portuguezes e hespanhoes, saiu o touro com tal rapidez, que não lhe valeu recurso algum, e sendo colhido foi derrubado juntamente com o cavallo que ficou muito contuso O conde,

Conde de Vimioso

usando dos seus admiraveis recursos, saiu da sella, montou outro cavallo em selim raso, o no touro que o havia desfeiteado, collocou 8 ferros com admiravel galhardia. Este acto de admiravel destreza e de sangue frio, causou delirantes applausos. O conde de Vimioso, arrastado pela sua paixão pelas corridas de touros, procurava de preferencia uma sociedade menos propria da sua elevada jerarchia, apezar de se apresentar nos salões aristocraticos como um verdadeiro fidalgo. Por isso, tambem essa sociedade um tanto duvidosa que elle frequentava de preferencia, ainda conserva hoje a memoria saudosa do fidalgo toureador e um tanto libertino, que ficou sendo n'esse mundo quasi uma personagem lendaria. Ainda por vezes se houve cantar a deshoras, com acompanhamento de guitarras, por vozes nem sempre da primeira frescura, uma melodia melancholica e plangente que se denomina o *fado do conde de Vimioso*. A epoca em que o conde viveu e as predilecções especiaes da geração a que pertenceu, e que foi a fundadora da *Sociedade do Delyrio*, explicam a sua vida agitada e irregular. Casou a 1 de abril de 1837 com D. Maria Domingas de Castello Branco, condessa de Belmonte e dama da rainha D. Maria II, sendo já viuva do 2.º conde d'aquelle titulo, D. José Maria de Figueiredo Cabral da Camara. D'este matrimonio houve duas filhas: D. Maria José de Portugal e Castro, herdeira do titulo de condessa de Vimioso de juro e herdade, com honras de parente, que nasceu a 19 de março de 1841, e casou a 22 de setembro de 1858 com Fernando Luiz de Sousa Coutinho Castello Branco e Menezes, herdeiro do titulo de conde de Redondo; D. Maria Domingas de Portugal e Castro, que nasceu a 30 de maio de 1842 e casou a 18 de julho de 1867 com Antonio Abranches de Queiroz, official do exercito, filho de Antonio José dos Santos Abranches e de D. Margarida Candida de Queiroz, irmã do conde da Ponte do Santa Maria. V. *Borba e Redondo*

Vimioso *(D. Francisco José Miguel de Portugal, 10.º conde de)*. Senhor da casa de seus paes, a quem succedeu no titulo a 3 de janeiro de 1750. N. a 29 de setembro de 1736, e ignora se a data do fallecimento. Era filho do 9.º conde de Vimioso e 3.º marquez de Valença, D. José Miguel João de Portugal, e de sua mulher, D. Luiza de Lorena.

Vimioso *(D. José Bernardino de Portugal e Castro, 12.º conde de)*. Foi o 5.º marquez de Valença. V. *este titulo*.

Vimioso *(D. José Miguel João de Portugal, 9.º conde de)*. Foi o 3.º marquez de Valença. V. *este titulo*.

Vimioso *(D. Luiz de Portugal, 4.º conde de)*. Era 3.º filho dos 2.ºs condes de Vimioso, D. Affonso de Portugal e D. Luiza de Gusmão; irmão de D. Francisco de Portugal, que tão desastrosamente morreu, victima do seu patriotismo e da sua dedicação a D. Antonio, prior do Crato. N. em 1555. A morte de seu irmão mais velho o habilitou para successor da importante casa dos condes de Vimioso. Era muito devoto e religioso, e desde os primeiros annos começou a manifestar desejos vehementes de se dedicar ao claustro, de fórma que, levado por um natural impulso, abandonou a propria casa paterna, buscando o convento da Arrabida para ali professar. A autoridade e o respeito de seus paes o tiraram do convento, a que elle se resignou, para seguir a carreira das armas. Em 1578 achou-se na companhia de seu pae e irmãos na mallograda batalha do Alcacer Kibir, em que ficou gravemente ferido, depois de ter dado as mais exuberantes provas do seu valor e bravura. Eram muitas as feridas que recebera, e algumas de tão mau aspecto que até ao fim sentiu os seus effeitos; tanto que, mais tarde, sendo religioso e velho, lhe era preciso suavisar com remedios os soffrimentos que sentia; assistia lhe um irmão leigo ao tratamento, admirando se de lhe vêr o corpo tão coberto de medonhas cicatrizes, a que o bom e resignado velho, todo brioso respondia, que não se admirasse, porque os condes de Vimioso nunca souberam fugir ao perigo. Perdida a batalha, D. Luiz de Portugal ficou captivo, e sendo resgatado por seu irmão D. Francisco, voltou para o reino, onde o esperava outros soffrimentos tambem bem dolorosos; elle, a condessa sua mãe, e seus irmãos fôram desterrados para Hespanha, sendo presos no castello de S. Torcaz, onde padeceram, não só trabalhos, mas falta de alimentos, porque, com affectado descuido, não fôram soccorridos com o preciso para manter tão illustre familia, fazendo a soffrer incriveis miserias, de sorte que morreriam, se a compaixão de pessoas piedosas os não ajudasse a sustentar. N'esta penosa prisão estiveram em quanto viveu D. Francisco de Portugal, que andava ao serviço do prior do Crato, por vingança dos castelhanos, mas ao receber-se a noticia da morte do valido de D. Antonio, foram postos em liberdade, e voltando para o reino, estiveram em Santo Antonio do Tojal, onde fal. a condessa sua mãe, sendo as filhas recebidas em diversos conventos. Achava-se D. Luiz de Portugal destituido totalmente, e sem nenhuns recursos para poder manter uma casa que devia ser conservada no decoro dos seus maiores, porque dando lhe a liberdade, não lhe restituiram a casa nem os bens patrimoniaes e honras, que lograram os seus avós, que com o tempo alcançou, porque obteve depois licença para citar o procurador da corôa, provando que lhe pertenciam os morgados e outros bens, que eram propriamente da casa de Vimioso, por especial instituição da condessa D. Joanna de Vilhena, sua avó, e outros de que o conde seu pae fôra successor, e lhe pertenciam por inhabilidade seu irmão, 2.º filho do 2.º conde de Vimioso, D. João de Portugal por ser frade da ordem dos prégadores, dos quaes e do resto da casa era elle immediato successor, para o que se lhe concedeu alvará, para seguir a causa. D. Luiz de Portugal, n'este tempo, possuia sómente o alvará do filhamento, que era o de moço fidalgo, e devendo ser accrescentado, como era costume, pelo augmento de moradia, o que sempre praticavam os filhos dos grandes senhores, tirou o seu filhamento com o ultimo accrescentamento de fidalgo cavalleiro por se ter achado em occasião militar, e ser esta respectiva ao tal fôro, de que se lhe passou alvará a 12 de fevereiro de 1586. Continuou D. Luiz nas suas importantes pretensões, e depois de vagarosos requerimentos se lhe passou um alvará no 1.º de fevereiro de 1590, pelo qual se lhe restituiu os bens patrimoniaes e proprios da sua casa. N'este mesmo anno casou com D. Joanna de Mendoça, filha de D. Fernando de

Castro conde de Basto, que lhe deu em dote 40.000 cruzados, a saber: 12:000 em dinheiro, 10:000 em joias, ouro, prata e moveis, 8:000 para se empregarem em bens de raiz, e 10:000 em dinheiro pagos no prazo de 3 annos, cuja escriptura foi feita em Evora a 18 de maio de 1590, de que depois D. Luiz lho passou quitação em Lisboa, a 19 de fevereiro de 1591. Duraram tempo os requerimentos de D. Luiz de Portugal, até que no anno de 1604 se lhe restituiram os estados que a casa possuia da corôa, e se verificou a mercê, que el-rei D. Sebastião tinha feito a 21 de dezembro de 1572 ao conde D. Affonso do mesmo titulo para seu filho mais velho, que não chegou a gozar, e se verificou em D. Luiz, a quem se passou carta de conde de Vimioso, em Lisboa, a 6 de março de 1604. Por aqui se vê que D. Francisco de Portugal nunca fôra conde de Vimioso apezar de todas as memorias d'aquelle tempo o darem a conhecer como 3.º conde d'esse titulo, chamando 4.º conde a D. Luiz de Portugal. O illustre fidalgo ficou sendo senhor das villas de Vimioso, d'Aguiar da Beira, e outras mercês d'esta casa, menos a alcaidaria-mór de Thomar, com que questionou largamente, e a capitania de Machico, que D. Filippe II havia dado a Tristão Vaz da Veiga por premio de lhe haver entregado a fortaleza de S. Julião da Barra de Lisboa, de que era governador, porém mais tarde veiu tambem a incorporar-se nos proprios bens da casa. Achando-se D. Luiz de Portugal na posse dos estados da sua casa, em que fez largas despezas, e com larga successão, pois que tinha filhos, quando, parece, que poderia com fortuna aspirar aos logares da côrte, a que o habilitava o seu elevado nascimento, tomou a resolução, de commum consentimento da condessa sua mulher, de dissolverem o casamento, e entregarem-se á vida do claustro; assim fundaram o mosteiro do Sacramento de Lisboa de religiosas recoletas da ordem de S. Domingos, e n'elle tomou o habito a condessa, e professou; e o conde no mosteiro de S. Paulo, de Almada, da mesma ordem dominicana, em 1607, onde cada um viveu com a maior santidade. De D. Luiz de Portugal se conta, que em Africa fizera voto de ser religioso, e com a morte de seu irmão mais velho, vendo a sua casa sem successor, se vira obrigado ao casamento, mas vendo depois segura a successão pelo nascimento dos seus filhos, dera cumprimento ao voto. Ambos dotaram o mosteiro do Sacramento com uma doação feita em 20 de outubro de 1605; e por outra escripta de 18 de julho do mesmo anno desistiram do padroado do convento, e da capella-mór, com a condição de que as religiosas nunca a poderiam dar, nem enterrar n'ella pessoa alguma, por que então voltaria para a casa do Vimioso, como bens proprios. O convento ficára, por graça especial, independente da obediencia do provincial da ordem, e immediata á do geral de toda a ordem dos Prégadores, que lhe nomeava o vigario, que era o seu prelado. O convento começou a ser habitado a 9 de julho de 1607, vindo fundar a communidade algumas freiras do convento de Santa Catharina de Sena, de Evora. A condessa professou com o nome de soror Joanna do Rosario, e o conde, que se tinha recolhido ao convento de S. Domingos de Bemfica, onde esteve algum tempo sem habito monastico, passou por ordem do prelado para o de S. Paulo, de Almada, onde professou com o nome de Fr. Domingos do Rosario, querendo sem memoria do mundo fazer-se desconhecido por nome e appellido, e com este nome fez um memorial a D. Filippe III, em lingua castelhana, com o titulo: *De Fray Domingo del Rosario, como procurador de sus Acreedores, y del Conde de Vimioso Don Alonso de Portugal, y sus hermanos, y de los Conventos de San Pablo de Almada, y del Santissimo Sacramento de Lisboa*, o qual imprimiu em 1621, em Madrid. A esta côrte foi 7 vezes, por motivo de importantes negocios em que fez despezas immensas. Depois de frade foi á côrte, e residiu no convento de Santo Thomaz, da sua mesma ordem. No seu memorial expendia as suas justas pretenções a que a sua casa era crédora á corôa; não resultou d'este requerimento o effeito que esperava, e partiu então para Portugal, e recolhense no convento d'Almada viveu na mais rigorosa observancia da sua ordem. Afinal veiu a fallecer no convento de Evora a 30 de julho de 1637, na edade de 82 annos. A condessa fal. respeitada pela santidade da sua vida, a 21 de maio de 1613 com mais de 80 annos.

Vimioso *(D. Luiz de Portugal, 6.º conde de)*. Senhor das villas de Vimioso e de Aguiar da Beira, donatario da capitania de Machico, commendador de S. Martinho de Sande, S. Thiago de Androes e de S. Miguel de Souto na ordem de Christo, e pelo seu casamento almirante do Portugal, por carta de setembro de 1646, commendador e alcaide-mór de Juromenha, e claveiro da ordem de Aviz, de que se lhe passou carta a 6 de dezembro de 1647, e de S. Pedro de Evora, da ordem de Christo. N. em 1620, e era filho do 5.º conde de Vimioso e marquez de Aguiar, D. Affonso de Portugal, e de sua mulher D. Maria de Mendoça. Gozou já do titulo de conde de Vimioso ainda em vida de seu pae, e succedeu na sua grande casa, tornando-se senhor das villas e commendas acima citadas. Em 1641, quando seu pae começou a exercer o posto de capitão general no governo das armas na provincia do Alemtejo, D. Luiz acompanhou-o, não sendo ainda conde, como capitão de infantaria, nomeado pouco depois mestre de campo, posto em que se evidenciou em varias occasiões n'aquella provincia, grangeando reputação de intrepido e valente. Governava já então o Alemtejo Martim Affonso de Mello, depois conde de S. Lourenço, e tendo noticia de que alguns moradores de Portalegre davam infielmente avisos aos castelhanos e determinavam introduzil-os na cidade, mandou D. Luiz de Portugal para examinar a verdade d'esta informação e proceder como entendesse. D. Luiz entrou em Portalegre com o pretexto de acudir ás fortificações e levando companhias do seu terço e uma de cavallos, guardando o maior segredo, pôde descobrir a verdade, castigando alguns dos que reconheceu culpados conseguindo assim serenar os animos, e ficar a cidade livre de perigo que a ameaçava. Emquanto durou esta diligencia, entraram pela serra de Marvão os castelhanos, e queimaram as aldeias de Pitaranha e Gallego. Recebendo aviso do que acontecera, D. Luiz marchou sem demora com a gente que levava de Elvas e alguns habitantes da cidade; seguiu os inimigos na retaguarda, queimou o logar de Pico, e veiu retirando com uma grande preza. Voltaram os castelhanos, e

D. Luiz parou, e mandou por alguns mosqueteiros occupar os lados da estrada, que n'aquelle asperissimo sitio era muito estreita, sendo por isso superior a infantaria á cavallaria, mandou dar uma carga sobre os castelhanos, carregando os ao mesmo tempo com a tropa que commandava o tenente de D. Fernando Telles, Martim Domingos Banha, o tomando-lhe alguns cavallos ficaudo mortos 30 infantes. Retirou se D. Luiz de Portugal com a presa, e por ordem do governador das armas voltou a Elvas, o qual lhe agradeceu o bem que executara a commissão, e o successo da lucta contra os castelhanos Quando el rei D. João IV creou o titulo de marquez de Aguiar na pessoa de seu pae, logo depois fez conde a D. Luiz de Portugal, de que lhe passou carta a 15 de setembro de 1644, declarando ser de juro e herdade, conforme a lei mental, e por outra carta de 19 de janeiro de 1645 se lhe passou a do assentamento de conde parente com a maior quantia que costumavam vencer de assentamento os condes que tinham a prerogativa de descender da casa real, e por isso o rei lho dava o titulo de sobrinho, como se vê em diversas mercês feitas ao mesmo conde D. Luiz. D. João IV determinou em 1649 estabelecer casa ao principe D. Theodosio, seu filho e herdeiro da corôa, e nomeou para gentis homens, entre outros fidalgos, o conde de Vimioso D. Luiz e João Nunes da Cunha, depois 1.º conde de S. Vicente; d'estes dois fidalgos se fez acompanhar sómente o principe, quando em 1651 passou ao Alemtejo sem licença d'el rei seu pae. O conde de Vimioso esteve ao serviço de D. Theodosio muito pouco tempo, porque o infeliz principe falleceu no anno de 1653, não lhe sobreviveu, porém, muito tempo, porque morreu desgraçadamente n'uma pendencia que teve no Jogo da Péla, em 2 de abril de 1655, contando apenas 35 annos de edade. O conde de Vimioso casou duas vezes; a primeira com D. Ignez de Azevedo, filha herdeira de D. Lopo de Azevedo, almirante de Portugal, alcaide mór e commendador de Juromenha e claveiro da ordem de Aviz, e commendor de S. Pedro d'Elvas na ordem de Christo, e de D. Guiomar da Silva, sua mulher; a segunda vez com D. Ignacia Maria de Tavora, filha de Antonio Luiz de Tavora, 2.º conde de S. João, e de sua mulher, D. Archangela Maria de Portugal. Não havendo succcessão de nenhum dos matrimonios, foi herdeiro da casa e do titulo, seu irmão D. Miguel de Portugal, que foi o 7.º conde de Vimioso. Depois da morte do seu marido, a condessa D. Ignacia se recolheu ao convento de Odivellas, onde ainda viveu muitos annos.

Vimioso *(D. Miguel de Portugal, 7.º conde de)*. Nasceu em 1631, fal. a 15 de novembro de 1687. Era filho do 5.º conde de Vimioso e marquez de Aguiar D. Affonso de Portugal, e de sua mulher D. Maria de Mendoça A desgraçada morte do conde seu irmão D. Luiz de Portugal, sem deixar descendencia, o fez herdeiro de toda a casa e do titulo, e assim foi 7.º conde de Vimioso, por mercê de D. João IV, de que tirou carta passada em Alcantara a 18 de junho de 1655, depois se lhe passou na fórma costumada a carta de assentamento de conde parente a 17 de julho de 1656, e teve o tratamento de sobrinho. Foi senhor das villas de Vimioso e d'Agu ar da Beira e capitão donatario da capitania de Machico, commendador de S. Thiago, do Andrões, S. Martinho do Saude e de S. Miguel de Souto, na Ordem do Christo, governador de Evora com patente immediata á do governador das armas do conselho de guerra e estribeiro-mór da rainha D. Maria Francisca de Saboia, e pelo seu casamento, senhor da casa e do condado de Basto, da capitania de Pernambuco e do morgado dos Albuquerques. Em 1663, em que D. João d'Austria, generalissimo d'um poderoso exercito, sitiava a cidade de Evora e a rendeu, vivia ali o conde de Vimioso, e pretendeu harmonisar os animos de alguns officiaes de guerra discordes, para que melhor se pudesse dispôr a defeza; sabendo, porém, que a praça se rendera e que as suas instancias não produziam effeito, que era demorar a defeza para dar tempo a ser soccorrida, desprezando as offertas vantajosas do vencedor, saiu de Evora muito desanimado. Mais tarde, sendo gloriosamente restaurada a cidade, D. Affonso VI o nomeou para a governar, dando-lhe patente de mestre de campo general e de conselheiro de guerra, e a prerogativa de governador das armas n'aquella cidade. No anno immediato pôz se em campanha o nosso exercito, e o conde ardendo em desejo de combater, preparou a cidade de fórma que não corresse perigo, e pediu licença ao rei para entrar na campanha, mas não obteve essa licença por entender o rei, que era muito util a sua vigilante assistencia em Evora. Falleceudo em 1678 D. Vasco de Mascarenhas, conde de Obidos, vagou o logar no conselho de estado que elle desempenhava, e foi nomeado para o substituir o conde de Vimioso, por carta de 2 de setembro do mesmo anno de 1678. Foi védor da fazenda da princeza D. Izabel, filha de D. Pedro II, e fôra-lhe destinado o logar de regedor das justiças, mas não chegou a desempenhal o, porque falleceu. O conde de Vimioso era homem muito erudito; conhecia a fundo as linguas latina, franceza, italiana e castelhana; muito versado em philosophia e mathematica. Possuia uma numerosa e magnifica livraria de livros impressos e manuscriptos. Tambem se dedicava á musica, tocando alguns instrumentos, muito usados no seu tempo, como a harpa, viola e todos os de tecla. Era egualmente dextro na esgrima. Casou com D. Maria Margarida de Castro e Albuquerque, sua segunda prima, filha herdeira de Duarte de Albuquerque Coelho, senhor da capitania de Pernambuco, e de sua mulher D. Joanna de Castro, filha de D. Diogo de Castro, 2.º conde de Basto, capitão de Evora, commendador do Almodovar e Garvão na ordem de S. Thiago, regedor das justiças, presidente do desembargo do paço, do conselho de estado e de guerra.

Vimioso. Villa da prov. de Traz-os-Montes, séde de conc. e de com., Relação do Porto, distr. e bisp. de Bragança Está situada n'uma vistosa e saudavel planicie, na estrada de Miranda para Carção, entre as ribeiras de *Maçans*, a O, e *Angueira*, a E, confluentes do rio Sabor, distando de qualquer d'ellas 3 k e 31 da capital do distr. Em 1706 era villa e conc., commenda da ordem de Christo e titulo de condado; pertencia á comarca (corregedoria e provedoria) de Miranda; o seu parocho era reitor da apresentação da corôa. Em 1768 era reitoria do bispado de Miranda e da apresentação da casa do Infantado. Em 1796 a villa e o seu conc. pertenciam á comarca (ouvi-

doria) de Villa Real, por serem do Infantado n'aquella epoca. Consta que esta parochia foi erecta no tempo de D. Ramiro I, de Leão, pelos annos de 824 a 850, e que este rei lhe deu como orago S. Vicente, segundo se lia em varias inscripções encontradas quando se demoliu a antiga egreja, e em outras que posteriormente appareceram, das quaes já nenhuma existe. Estava a velha egreja situada fóra da villa, perto de 600 m. ao N, no sitio do *Calvario*, assim denominado porque para memoria ali puzeram e, parece que se conservam ainda, 3 cruzes de granito. Por ser pequena e estar em ruinas, foi no tempo de Fillippe I feita de novo e trasladada para a villa. Deu o terreno para ella o morgado João Mendes Antas, mesmo em frente da porta principal da sua casa, pelo que, sem sair á rua, podia assistir á missa. E não só deu o terreno para a nova egreja, mas uma junta de bois com carro e creados nos 25 annos que duraram as obras, e n'ella construiu a capella do seu morgado, dando-lhe a invocação de *N. S.ª da Conceição*, capella que ainda hoje ali se vê, com o brazão do fundador, ou dos *Mendes Antas*, uma das mais distinctas familias de Vimioso. Data pois a egreja actual dos fins do seculo XVI. E' um dos melhores templos da prov. de Traz os-Montes, depois da sé de Miranda e da matriz de Moncorvo; todo de bella cantaria de granito e de architectura toscana; amplo, elegante, d'uma só nave, com tecto de abobada, duas torres na frontaria e boas decorações. Na villa ha tambem a egreja da Misericordia, fundada em 1555 por D. Catharina de Quinhones, aia da rainha D. Catharina, mulher de D. João III. Ha ainda algumas capellas publicas e outras particulares. Vimioso não comprehende aldeias. Toda a sua população está concentrada na villa do seu nome. Tem apenas duas quintas habitadas, a de *S. Thomé* e a de *Santo Amaro*, ou *Picadeiros*. Tem um bom edificio escolar, denominado do *Conde de Ferreira*, porque foi feito com o subsidio deixado por aquelle benemerito capitalista portuense. Ergue-se no local onde floresceu desde seculos remotissimos o castello de Vimioso, que teve uma longa serie de alcaides móres, e que foi terraplanado para a construcção da dita escola, tendo servido os seus fossos de cemiterio da villa, desde 1834 até 1861, data da construcção do novo cemiterio. O castello desappareceu completamente; tinha uma torre e 3 bastiões com suas casas-mattas, fossos, etc., sendo tudo arrazado em 1762 pelo conde de Sarria, general hespanhol, na invasão que se deu n'essa epoca. Além d'estas obras de defeza, houve no conc. um castello tambem muito antigo, ainda ameiado e bem conservado, vistoso e lindissimo. E' o *Castello de Algoso*. Tambem teve esta villa uma *atalaia* no sitio assim chamado a leste de Vimioso, da qual ainda resta uma torre muito solida com alguns metros d'altura. Esta *atalaia* é anterior ao principio da monarchia e talvez ao dominio dos arabes e dos gôdos, e em volta d'ella se vê restos d'um grande fosso, o que tudo leva a crer que houve ali um *castro romano*. No termo de Vimioso tambem se encontram ainda vestigios de mais *3 castros*, que o vulgo denomina *castros dos moiros:* um está no fundo do Valle de S. Miguel, ainda com paredes bem conservadas; outro na margem esquerda do rio Angueira, junto do moinho de José Marcos e da grande quinta dos *Picadeiros*, no sitio *da Terronha;* outro na *Batoqueira*, margem esquerda do rio Maçãs. Ali se vê tambem duas grandes rochas, que são 2 monumentos archeologicos, muito dignos de especial menção. Denomina se uma d'ellas *Fraga do Muro* e tem dentro abertas a pico 3 grandes salas, para as quaes se entra a custo por um buraco, tambem aberto a pico, no bojo do dito penedo, a bastante altura do solo; a outra denomina se *Forno da Batoqueira* e tem dentro uma grande sala, para a qual se entra por um grande orificio ao rez-do-chão, tudo aberto igualmente a pico. Suppõe se que fôram esconderijos feitos pelos christãos no tempo do dominio dos arabes. Como velharia historica, mencionaremos o *Prado de Cabanas*, cêrca de 4 k. a léste de Vimioso, pois ali, no reinado de D. Manuel I, estanciaram os judeus que de Castella Velha fôram expulsos pelos reis catholicos e que fugiram para Portugal, entrando na villa de Alcaniças. No dito prado viveram aquelles infelizes 3 annos; depois a custo se fôram estabelecendo nas povoações de Vimioso, Argozello, Carrão, Bragança e outras localidades d'este districto, mal imaginando os trabalhos e perseguições que em Portugal tambem os esperavam. Até á extincção dos morgados, houve em Vimioso 12 casas nobres, que eram os dos Mendes Vasconcellos, Mendes Antas, Moraes Antas, Gamas, Sampaios, Farias Sarmentos, Lacerdas, Pimenteis, Ferreiras, Madureiras, Eças e Sousas, não contando as suas numerosas ramificações. Esta parochia já foi abbadia e reitoria, hoje é priorado. Administrativamente foi sempre a séde do conc. do seu nome; judicialmente pertenceu á camara de Miranda e á ouvidoria de Villa Real, depois que passou para a Casa do Infantado. Tambem pertenceu á com. de Mogadouro, da qual por ultimo voltou á de Miranda, tendo sido tambem algum tempo com. propria com juiz de fóra e capitão-mór. Ecclesiasticamente pertenceu ao arceb. de Braga até 1545, data em que D. João III creou o bisp. de Miranda, e ficou Vimioso pertencendo a este bisp. que tomou o nome de bispado de Bragança, depois que o bispo D. Aleixo transferiu a séde episcopal para esta cidade, em 1764. El rei D. Manuel I lhe deu foral a 5 de março de 1516. Fôram senhores d'esta villa os Mendes Antas, com mero e mixto imperio, jurisdicção e vassalagem, por mercê de D. Sancho II, feita approximadamente em 1242 a D. João Vasques Antas, cognominado o *Beirão*, por viver na prov. da Beira, no castello de Longroiva, no seu solar, feito por D. Fernão Mendes de Bragança, 1.º senhor de Bragança, seu 3.º avô, filho de D. Mendo Alão ou D. Mendo de Bragança, 1.º senhor de Bragança, por mercê d'el rei D. Affonso Henriques. O senhorio de Vimioso foi hereditario n'esta familia e n'ella se conservou durante seculos, até que D. Affonso V o tirou a D. Estevão Mendes Antas e o deu a D. Francisco de Portugal, depois 1.º conde de Vimioso. Consta, porém, que os Mendes Vasconcellos tambem tiveram aquelle senhorio. As producções do minantes d'esta freg. e d'este conc. são; cereaes, vinho, azeite, castanhas, batatas e lã, pois criam bastante gado lanigero, muar e vaccum da celebre raça mirandeza. A producção do vinho era importante e uma das mais rendosas, antes da invasão da phylloxera Tem uma feira franca muito importante no dia 10 de agosto, chamada

Feira de S. Lourenço, de gado bovino e lanigero; est. post. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrauça de titulos, letras e vales; est. telegr. desde fevereiro de 1875; ricos proprietarios e bons edificios publicos e particulares, como a egreja matriz, e os paços do concelho, construidos em 1863 a 1866, edificio muito vasto, onde estão installadas as repartições da camara da villa, o tribunal judicial, a cadeia, a administração do conc. a direcção da alfandega, a repartição da fazenda, etc. Proximo do edificio se ergue um lindo chafariz; escolas d'ambos os sexos, agencias bancarias, advogados, productores de cera e mel, hospedarias, fabricas de foguetes e fogo d'artificio, de moagem e de vellas de cêra; medico, pharmacias, notarios, deposito de polvora do Estado; muita abundancia de agua potavel, uma nascente d'aguas sulfurosas frias, no sitio da Terronha, na margem direita do rio Angueira, ao nascente de Vimioso, e a 2 k. de distancia. As aguas são muito aproveitaveis para o tratamento de molestias do pelle. N'esto conc ha varias minas do cobre, chumbo, galena de prata, antimonio e outros metaes, simplesmente registradas, e filões do grandiosas pedreiras de marmore e alabastros de Santo Adrião. Pertence a villa á 6.ª div. mil., 12.ª brigada, grande circumscripção mil. N e ao distr. do recrut. e res n.º 10, com a séde em Mirandella. O antigo conc. de Vimioso comprehendia apenas a parochia da villa, a de Valle de Frades, a de Campo de Viboras, e as povoações de Sarapicos e S. Joaunico, formando uma commenda que foi de D. Antão, conde de Almada. Em 1835 foi Vimioso elevado a cabeça d'uma grande comarca, comprehendendo todos os povos dos antigos concelhos d'Algoso, Miranda do Douro, Outeiro e Vimioso; mas durou esta comarca apenas só até 1839, ficando então a villa de Vimioso reduzida a séde d'um pequeno concelho, o actual, comprehendendo apenas 14 freguezias, mas é um dos mais ricos do distr. de Bragança, porque produz muitos cereaes e generos agricolas, vinho e azeite; cria muito gado, conforme dissémos. O conc. conta 2:945 fog. e 11:882 hab., sendo 5:794 do sexo masc. e 6:088 do fem., n'uma superficie de 55:679 hect. As suas 14 freguezias são as seguintes: S. Sebastião, de Algoso, 631 hab.: 300 do sexo masc. e 331 do fem.; S. Cypriano, de Angueira, 537 hab.: 235 do soxo masc. e 302 do fem.; S. Fructuoso, de Arcozello, 1:568 hab.: 789 do sexo masc. e 779 do fem.; S. Pedro, de Avellanoso, 420 hab.: 198 do sexo masc. e 222 do fem.; S. Pedro, de Caçarelhos, 734 hab.: 352 do sexo masc. e 382 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Campo de Viboras, 825 hab.: 379 do sexo masc. e 446 do fem.; Santa Cruz, de Carção, 1:375 hab.: 668 do sexo masc. e 707 do fem.; N. S.ª da Purificação, de Matella, 839 hab.: 400 do sexo masc. e 439 do fem.; Santa Eulalia, de Pinello, 633 hab.: 310 do sexo masc. e 323 do fem.; S. Julião, de Santulhão, 1:122 hab.: 578 do sexo masc. e 544 do fem.; Santa Marinha, de Uva, 504 hab.: 248 do sexo masc. e 256 do fem.; Santo André, de Valle de Frades, 684 hab.: 344 do sexo masc. e 340 do fem.; S. Thiago, de Villar Secco, 406 hab.: 206 do sexo masc. e 200 do fem.; S. Vicente, de Vimioso, 1:604 hab.: 787 do sexo masc. e 817 do fem. O principal commercio do todo o conc. é cereaes, gado bovino e lanigero, azeite, lãs, cera e mel.

Vimioso *(Marmore e alabastro e grutas prehistoricas em)*. Encontra-se no *Portugal Antigo e Moderno*, vol. XII, publicado em 1890, pag. 1484 a 1486, o seguinte e curioso artigo: «Na parte oriental d'esta freguezia e d'este concelho de Vimioso, nomeadamente na *Quinta dos Picadeiros*, e na occidental do conc. de Miranda do Douro, nomeadamente na freguezia de S. Pedro da Silva, ha grandes jazigos de marmore e alabastro preciosos, nas margens do rio *Angueira*, cujo leito é de marmore tambem. Comprehendem estes jazigos cêrca de 15 kilometros quadrados e n'elles se tem encontrado cavernas e grutas lindissimas com stalactites e stalagmites admiraveis, ossadas humanas e outros vestigios de occupação prehistorica Em 1852 o distincto archeologo e engenheiro de minas Carlos Ribeiro, indo por ordem do governo inspeccionar a mina de estanho de S. Martinho d'Angueira, concelho de Miranda do Douro, esteve em Vimioso e ali se demorou oito dias, visitando os terrenos calcareos que abundam no termo da villa, e disse aos donos de umas calforneiras, ali em exploração, que elles calcinavam marmore sacaroide. Ficaram os homens absortos e d'ahi em deante varios individuos trataram de fazer conhecidas aquellas pedreiras do marmore, enviando amostras para diversas exposições internacionaes, onde fôram muito apreciadas, particularmente na do Dublin e na do Palacio de Cristal do Porto, em 1865. Em 1884 foi dirigir a delegação da alfandega de Bragança em Vimioso o sr. Luiz Cardoso Pinto, e, tendo noticia das taes pedreiras, tratou logo de as pesquizar e mandou algumas amostras para o Porto, d'onde lhe disseram que o marmore era excellente e convinha adquirir o chão das pedreiras. Continuando o sr. Cardoso com as pesquizas, indicaram lhe uma gruta no termo da *Granja* de S. Pedro da Silva, gruta denominada *Buraco dos Ferreiros*, cuja pedra de cal ou marmore era alvissima. Foi vêl a e ficou surprehendido com a estructura d'ella, toda cheia de stalactites e stalagmites, e com as sinuosidades da *Ribeira dos Ferreiros*, onde está a dita gruta, da qual tirou algumas amostras de pedra, que mandou para o Porto, consultando os seus amigos. Disseram lhe estes que o marmore era tão fino como o de *Carrara*, e que as pedras transparentes eram *alabastro*! Resolveu então o sr. Cardoso fazer pesquizas em fórma e chamou de Villa Real de Traz-os-Montes os seus irmãos José e Francisco, para o coadjuvarem na empresa. Fôram elles e sem demora trataram de obter por compra e arrendamento a longo prazo o chão dos jazigos; extrahiram amostras dos melhores marmores e alabastros; fôram com ellas ao Porto, e tal era a belleza e variedade dos especimens, que ali sem grande difficuldade se formou uma companhia para a exploração, da qual ficaram fazendo parte os srs. Cardosos, devendo receber como descobridores *vinte e cinco contos de réis*. Em 1886, constituida a empresa, deram principio á exploração dos marmores e alabastros, chamando do Porto diversos operarios entendidos no desmonto das pedras e na sua regularisação e polimento, sob a direcção do sr. Francisco Cardoso, agente delegado da companhia, o qual se installou na quinta de Santo Adrião, junto da capella de *Nossa Senhora do Rosario do Monte*, limite da povoação da Granja, freguezia de S. Pedro da

Silva, concelho de Miranda. Tem corrido com regularidade a exploração e feito romessas de marmore e alabastro polidos o trabalhados para o Porto e Lisboa e para os paizes estrangeiros. O maior obstaculo ao desenvolvimento e lucros d'esta empresa até hojo tem sido a difficuldade do transporte até á linha ferrea do Douro, mas esta difficuldade tende a minorar e desapparecer, logo que se construa a linha ferrea em estudos da estação do Pocinho até Miranda, pois deve passar muito perto dos grandes jazigos. São 11 as variedades d'estes calcareos: 6 de marmore e 5 de alabastro. O marmoro branco é finissimo, alvo de neve, muito espelhante e sustenta o confronto com o melhor de Carrara, prestando se admiravelmente para todo o genero de esculptura. Os marmores de côres são raiados de filetes azues, cinzentos e amarellados, todos de lindissimo aspecto, e, se não apresentam uma estructura tão superior, sobrelevam os melhores de Extremoz. Dos alabastros um é de bella côr branca; os outros são acinzentados e amarellados, de apparencia lindissima pela variedade dos tons e pelas estrias que apresentam na superficie polida e brilhante, e prestam se egualmente aos córtes mais delicados, como já vimos no Porto em amostras de folhas, flôres, e fructos; é porém de suppôr que appareçam novos typos de mais merecimento ainda, quando a exploração attinja maior desenvolvimento.—*Nova Gruta.* Em principios de agosto de 1886 o sr. Francisco Cardoso encontrou a pequena distancia da *Gruta dos Ferreiros* uma fenda om uns penedos. Tratou logo de a sondar e, entrando pela dita fenda, ajudado e acompanhado d'alguns operarios seus, foi avançando e por fim deparou com a gruta que um jornal de Zamora, *Sena Vermeja*, no seu numero de 18 de agosto do dito anno descreveu nos termos seguintes: «Depois de visitarmos todas as pedreiras, e admirarmos a grandeza, valor e importancia d'este achado, que ha de enriquecer aquella região, dirigimo nos á gruta, poucos dias antes encontrada pelo sr. Cardoso. Descemos flanqueando aquella immensa montanha até chegarmos proximamente á parte onde fica a sua meia altura, e ahi tivemos de fixar a nossa attenção n'um pequeno buraco, quasi occulto pela saliencia de um penedo, o qual constitue a entrada para a caverna, onde penetrámos, providos de luzes, por aquelle pequeno buraco, indo um a um, como de gatas, por uma especie de corredor, que mede approximadamente quatorze metros de comprido, entrando d'elle para um espaço estreito entre duas rochas, que dava ingresso immediato para uma larga cova illuminada artificialmente, e quo constitue o fundo principal d'esta gruta. São suas paredes interiores abobadadas, e medirá uma extensão de cento e oitenta metros quadrados, apresentando n'algumas partes signaes evidentes da acção corrosiva da agua, assim como nos seus maiores troços e porções, primorosos e magnificos trabalhos, que adornam fastasticamente as paredes d'este antro tenebroso, e as entradas para differentes compartimentos ou salas, que parecem constituir uma brilhante e vasta decoração. O silencio profundo, que reina n'quolla vasta e lugubre solidão, illuminada por meio do archotes collocados no seu interior, sua estranha architectura, suas paredes festonadas com milhares de desenhos caprichosos e muitos d'elles de alabastrina alvura, as infinitas estalagtites e estalagmites de diversos tamanhos que, suspensas do seu tecto, brilham á luz incerta dos ditos archotes, os differentes pilares e columnas formados com o mais rico primôr, arremedando estranhas e gigantescas figuras, que apparecem de espaço a espaço, contribuem no seu conjuncto para despertar no animo mais sereno um terror phantastico, e para que a imaginação se perca contemplando e buscando a origem d'esta maravilha, que, se foi conhecida em epocas anteriores, perde se na obscura noite dos tempos. Não é possivel fazer uma descripção detalhada das muitas curiosidades naturaes, que encontrámos na nossa visita, durante a hora e meia que empregámos em percorrer o interior da gruta, nem me julgo competente para isso; todavia darei d'ella um ligeiro detalhe. Depois de baixarmos oitenta e quatro degraus de uma escada de madeira provisoriamente collocada, com sua varanda de corda resistente, a qual se apoia em barrotes de ferro, collocados de espaço a espaço, chegámos ao fundo da gruta, apreciando mais perfeitamente, á medida que desciamos, os bellos e immensos depositos calcareos, as enormes estalactites, quo destacam suas alvas e caprichosas figuras, e porções da immensa rocha cobertas como de neve petrificada, e de musgo no mesmo estado, Esta parte mais profunda é formada por uma galeria bastante alta, de quatro a cinco metros de largura, d'onde partem saidas ou entradas para outros pequenos compartimentos, que ostentam caprichosissimas pregas e arrendados feitos na rocha, de transparencia e alvura extraordinarias. O interior de alguns, ou de quasi todos, está construido pelas mais raras fórmas de concreções calcareas, que dão logar á mais caprichosa architectura. Até agora o que mais chama a attenção n'estes compartimentos o que terá por certo de se conhecer pelo nome de *sala das ossadas*, é aquelle em que encontraram varios restos humanos, varios craneos de epocas distinctas, remontando alguns milhares de annos, d'onde tambem se extrahiu um instrumento de guerra, de bronze primitivo, e outros objectos pre-historicos de grande valor, que serão dados preciosos para os amadores de geologia e da antropologia. Ainda se conserva ali no solo, e n'uma parte mais proeminente da rocha, um craneo perfeitamente incrustado n'ella.» As ditas grutas são interessantissimas! N'ellas se tem encontrado ossadas humanas e de animaes anti-diluvianos, taes como o *mamuth* (urso das cavernas) *rangifer* e *mastodonto;* craneos humanos que teem na abobada occipital e paredes temporaes novo millimetros d'espessura. Um d'estes conserva no maxillar superior todos os dentes, mas de uma fórma esquisita, curvos para fóra. Um craneo miocephalo, femures, tibias, lacertes, cubetos, etc., tudo encrustado em stalagmites e estalactites, e despojos e instrumentos da epoca terciaria miocena e quaternaria, de pedra e bronze. Tambem consta que na freguezia de Izeda, povoação de Serapicos e n'outros pontos, já posteriormente se encontraram novas grutas semelhantes áquellas.»

Vimpi. Pov. do sobado do mesmo nome, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Vinagra. Pov. na freg. de S. Simão, de Pé da Serra, conc. de Niza, distr. de Portalegre.

Vinagre. Pov. na freg. do N. S.ª d'Assumpção, de Collaros, conc. do Cintra, distr. de Lisboa. || Pov. da freg. de S. João Baptista, no conc. da ilha Brava, archipelago e prov. de Cabo-Verde, Africa Occidental.

Vinagres. Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Vinculo. V. *Morgado*.

Vinda. Pov. na freg. de S. Martinho, de Aguas Santas, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Vinda do Mez. Era um direito real e consistia em se dar de comer pelos colonos ou caseiros ao mordomo monor d'el-rei, um dia em cada mez, ou *doze comidas no anno*, em propria especie ou em dinheiro.

Vindje. Pov. do sobado e conc. de Cabinda, na delegação do Chiavala, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Vingar quinhentos soldos. Locução usada em Portugal no seculo XIII. Dizem uns que só os *fidalgos de linhagem* podiam requerer satisfação d'alguma injuria, sendo condemnado o aggressor em 500 soldos, não podendo os outros fidalgos requerer mais de 300 soldos em pena o satisfação da injuria; dizem outros que esta locução principiou a usar-se depois que os fidalgos, vassallos d'el rei D. Bermudo, se libertaram do tributo que pagavam aos moiros por conta das 50 *donzellas nobres*, tributo imposto pelos moiros aos christãos em seguida á dorrota d'estes na batalha de Clavijó, e que hoje não passa d'uma lenda pueril. A opinião mais corrente é que a locução *fidalgo que vingue 500 soldos*, proveiu do *acostamento* que os taes fidalgos rocobiam annualmente do rei; mas não satisfaz bastaute esta opinião, porque no *Fuero Juzgo*, liv. VIII, tit. 4.º l. 16, talando-se da composição que deve dar o dono do animal quo por incuria sua matou um homem, se diz: *Si matar ome ondrado, peche el Señor por omecio quinientos soldos, e por ome libre peche 300 soldos*. E no *Cod. Wisig.* L. VI, tit. 5.º l. 14, se diz que, morrendo o autor d'uma causa crime, a quem o juiz não desse audiencia, pague o mesmo juiz á parte metade do homicidio, ou 250 soldos. Isto nos leva a crêr que o *fidalgo* que *vingava 500 soldos* era aquelle, cuja morte se pagava com 500 soldos, não menos. Em Portugal houve tambem n'outro tempo *cavalleiros* que vingaram 1:000 soldos, mas estes eram os da primeira nobreza.

Vinha. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Britello, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Miguel, de Caldas de Vizella, conc de Guimarães, do mesmo distr. || S. Jorge, de Selho, do mesmo conc. e distr. || Santo André, de Codeçoso, conc do Celorico de Basto, do mesmo distr. || Santa Maria, de Esmoriz, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, do mesmo distr. || S. Pedro, do Jugueiros, conc. de Folgueiras, distr. do Porto. || Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, do mesmo distr, || Santa Marinha, de Pedreira, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || S. Martinho e conc. do Penafiel, do mesmo distr. || S. Miguel, de Refojos de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Santa Maria, do Sobreposta, conc. e distr. de Braga. || O Salvador, de Souto, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || O Salvador, de Tagilde, do mesmo conc. e distr. || S. Miguel, de Urrô, conc. de Ponafiel, distr. do Porto. Tem corroio com serviço de posta rural.

Vinha de Roças. Pov. na freg. de S. Miguel, do Oliveira do Douro, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

Vinha da Bouça. Pov. na freg. de S. Mamede, de Perafita, conc. de Bouças, distr. do Porto.

Vinha Brava. Ilha Terceira, Açôres; pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Vinha de Cima. Pov. na freg. de Santa Marinha, do Roussas, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castollo.

Vinha da Fonte. Sitio na freg. de S. Silvestre, de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

Vinha de Fundoaes. Pov. na freg. de S. Mignel, de Oliveira do Douro, conc. do Sinfães, distr. de Vizeu.

Vinha do Macello. Sitio na freg. de N. S.ª da Purificação, dc Pudentes, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

Vinha do Matto. Pov. na freg. de S. Pedro, de Evora Monte, conc. do Extremoz, distr. de Evora.

Vinha Nova. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Beiral do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Rio de Moinhos, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo districto.

Vinha da Portella. Pov. na freg. de Santa Christina, do Serzedello, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Vinha da Rainha. Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. do Douro, conc. e com. de Soure, distr. e bisp. de Coimbra; 503 fog. e 1:937 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. Está situada a meia encosta do monte Barril, na margem direita do rio do Pranto, do qual dista 2 k., e 12 da séde do conc. Banham esta freg, além do citado rio do Pranto, varios ribeiros e regatos anonymos, confluentes do mesmo rio. Passa n'esta freg. a estrada districtal de Condeixa pela villa de Soure ao Louriçal, e da mesma freg. de Vinha da Rainha segue um ramal a entroncar junto de Paião na estrada nacional da Figueira a Leiria. No termo d'esta parochia ha 2 pequenos montes, denominados *Monte Barril* e *Monte Bicanho*, em cujas faldas brotam aguas thermaes, de que alguns doentes fazem uso com proveito. Já tiveram casa de banhos, mas hoje estão em completo abandono. Nos principios do seculo XVIII rebentavam ao N do Monte Bicanho, no sitio chamado *Banhos Velhos*, mas de 1711 a 1716 rebentaram no sitio onde hoje brotam, no Monte Barril, a pequena distancia da capella da *Senhora do Pranto*, da qual tomoram o nome. Em 1764 construiram-se ali algumas casas de banhos, mas passados annos cairam em ruinas. Ainda brotam nas faldas do Monte Bicanho, e ali alguns doentes vão banhar-se dentro de barracas feitas de ramos d'arvores, mas são muito mais copiosas e egualmente medicinaes as do Monte Barril, ou da Senhora do Pranto. A agua é transparente e clara com pouco cheiro sulphureo, sabor desagradavel e algum tanto enjoativo. Ha aqui duas quintas muito im-

portantes, a do *Queitide* e a de *S. Domingos*. A egreja matriz é elegante e vistosa, mas d'uma só nave, e de moderna construcção, com altar-mór o 2 lateraes, todos de decoraçõess iugelas. Ha tambem as capellas da *Senhora do Pranto*, da *Senhora da Graça*, na aldeia de Queitide, que dizem ter sido já egreja matriz; a de *S. João Baptista*, *S. Gonçalo* e *N. S.ª do Carmo*, sendo estas duas ultimas particulares. As producções dominantes são: vinho, milho, trigo, azeite, favas, arroz, batatas e fructa. Tem muita caça miuda, o bastante peixe do rio e do mar. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15 com a séde em Thomar. || Rio que nasce ao NNO de Colmeias, entre Vidoeira e Meirinhos, e vae juntar-se ao Mondego ao N de Lavos, e depois de perto de 45 k. de curso.

Vinha da Serra. Pov. na freg. de N. S.ª dos Córos, de Teixoso, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

Vinha do Valle. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

Vinha Velha. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Amendoa, conc. de Mação, distr. do Santarem. || N. S.ª d'Assumpção, do Cardigos, do mesmo conc. o distr. || N. S.ª do Carmo, de Madeirã, conc. do Oleiros, distr. de Castello Branco. Tem correio com serviço de posta rural. || S. João Baptista, do Meiomães, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Ronfe, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

Vinhaça. Pov. na freg. de S. Thiago, de Ourilhe, conc. de Celorico de Basto, distr. do Braga.

Vinhadeira. Pov. na freg. de S. Martinho, de Avessadas, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Vinhaes *(Manuel da Costa Pessoa, 2.º barão, 2.º visconde e 2.º conde de)*. General de divisão reformado no posto de marechal do exercito, gran-cruz da ordem de Aviz, commendador da Torre e Espada, o da de Carlos III, de Hespanha, condecorado com a medalha de 3 campanhas da Guerra Peninsular, e com a de campanhas da Liberdade, algarismo 9. N. em Vinhaes a 12 d'abril de 1795, onde tambem fal. em 19 de dezembro de 1873. Era filho de José da Costa Pessoa, e de sua mulher D. Josepha de Moraes Sarmento. Foi governador das armas da provincia de Traz-os-Montes, e sendo transferido para o commando das armas do Alemtejo, pediu a sua reforma, que lhe foi dada. Casou em 1 de setembro de 1840 com D. Maria Rosa Pinto Cardoso de Moraes de Sá Ferreira Pimentel, senhora dos morgados de S. Thiago de Mirandella, e de Santa Maria Magdalena do Thuysello, filha de Ignacio Pinto Cardoso, e de sua mulher D. Mathilde Olympia de Menezes e Gouveia; era já viuva de Francisco de Sousa Vahia Rebello, filho dos 1.ºˢ viscondes de S. João da Pesqueira. Herdou a casa e o titulo a seu irmão mais velho, que falleceu sem successão, sendo lhe renovado o titulo de barão por decreto de 23 de outubro de 1844; o do visconde pelo decreto do 20 de janeiro de 1847; e o de conde pelo decreto de 17 de junho de 1862. Foi seu filho Simão da Costa Pessoa, que nasceu em Vinhaes a 16 de setembro de 1843, e fal. em setembro de 1912, o 3.º conde de Vinhaes, em verificação de mais uma vida concedida por alvará de 2 de julho do 1853.

Vinhaes *(Simão da Costa Pessoa, 1.º barão, 1.º visconde e 1.º conde)*. Tenente-general; governador das armas das provincias do Traz os-Montes e do Minho. N. em Vinhaes a 15 de setembro de 1789, fal. em Braga a 30 de setembro de 1848. Era filho de José da Costa Pessoa, e de sua mulher D. Josepha de Moraes Sarmento. Fez a Guerra Peninsular, e foi um dos 7:500 bravos do Mindello; commandou as forças de Algarve contra o celebre *Remexido*, que aprisionou, e em 1847 commandou a divisão cartista, em que Sá da Bandeira foi vencido em Setubal, na batalha do Alto do Viso. Recebeu a mercê do titulo de barão por decreto do 17 de julho de 1840; o de visconde, por decreto de 10 de março de 1842, e o de conde por decreto de 20 de janeiro de 1847. Casou com sua prima D. Maria Felicissima de Moraes Sarmento, herdeira d'um morgado. Não havendo descendencia, herdou este morgado um sobrinho da condessa, Antonio Annibal de Moraes Campilho, e a casa e o titulo, seu irmão, que foi o 2.º barão, 2.º visconde e 2.º conde de Vinhaes. V. *o artigo antecedente*.

Vinhaes. Villa da prov. de Traz-os Montes, séde de conc. e de com., distr. e bisp. de Bragança. Tem uma só freg., N. S.ª d'Assumpção, e está situada em terreno plano, na estrada de Chaves a Bragança e na margem direita do rio Tuella, a 21 k. da capital do distr. O terreno d'esta villa e d'esta parochia foi occupado desde tempos remotissimos, como se infere da lenda ou historia da egreja de S. Facundo, que a tradição diz ser fundada no tempo dos gôdos. Tambem por aqui estiveram os romanos, pois ao norte da villa, no monte da *Vidueira*, se encontraram em 1872 muitas moedas romanas bem conservadas, que os habitantes do Rio de Fornos malbarataram e venderam a differentes especuladores. Tambem revela muita antiguidade o nome do monte que se ergue ao N da villa denominado *Ciradella* ou *Ciradala*. A *Chorographia Portuguesa* do P. Antonio Carvalho da Costa, lhe chamou *Ciradelha* e outros lhe dão o nome de *Cidadella*, *Cidadelha* o *Cidadelhe*. Estes ultimos nomes diminuitivos de *cidade*, indicam a existencia d'uma pov. importante n'este sitio em tempos muito remotos. No dito monte se encontram ainda restos de edificações antiquissimas, geralmente attribuidas aos moiros, mas que talvez fôssem dos gôdos ou romanos. Em 1706, esta villa era abbadia da corôa e séde do conc. do seu nome na comarca (provedoria e corregedoria) de Miranda; contava 150 fogos *intra muros*, ou na villa, e no seu curato annexo *extra-muros*, ou no arrabalde com o titulo de *S. Facundo*, que era da apresentação do abbade da villa, e hoje se acha incorporado n'ella. A villa de Vinhaes tambem se denominou n'outro tempo *Povoa Rica*, e estava mais proxima do Tuella, segundo diz a tradição. D. Affonso III deu-lhe foral, em Santo Estevão de Chaves, a 20 de maio de 1253; D. Manuel I deu-lhe foral novo, em 4 de maio de 1512. A villa foi outr'ora murada, mas hoje dos seus muros restam poquenos lanços, alguns ainda com ameias. Teve tambem um castello com duas torres, mandado construir por D. Diniz, como diz a *Chorographia Portugueza*, citada, mas parece que já existia no tempo de D. Affonso III; o que é possivel é que D. Diniz lhe fizesse importantes obras, talvez o restaurasse, e D. Manuel o aperfeiçoou e mandou levantar a planta do edificio e d'outros

muitos castellos. Quando D. João I do Castella invadiu Portugal em 1384, por morte d'el rei D Fernando e a convite da rainha D. Leonor Telles, foi o castello de Vinhaes um dos muitos que hastearam a bandeira hespanhola e recusaram obediencia ao Mestre de Aviz, depois rei D. João I de Portugal. Durante as porfiadas luctas entre Portugal e Hespanha, soffreram muito esta villa e todas as nossas povoações da raia. D. Balthazar Pontoja, general da Galliza, pôz a terro e fog. a prov. de Traz-os-Montes. Depois de ter destruido e incendiado muitas povoações, foi cercar com o seu exercito o castello do Vinhaes, defendido apenas pelo governador Estevão de Mariz, com os habitantes da villa e 50 auxiliares. Os gallegos deram o assalto de noite; pelejaram até á madrugada; forçaram uma das portas, mas foi tão valentemente defendida, que não puderam entrar, apezar do combate durar todo o dia, pelo que retiraram para a pov. hespanhola de *Mesquita*, queimando os arredores de Vinhaes e differentes aldeias portuguezas. Teve esta villa 2 conventos, um de freiras do Santa Clara, e outro de frades franciscanos, missionarios varatojanos. O 1.º foi fundado pelo dr. Antonio Alvares Ferreira, juiz de fóra da cidade da Guarda, e por sua mulher D. Helena da Nova, nas proprias casas em que viviam, entre os annos de 1530 e 1587, entrando para elle as primeiras freiras em 30 d'agosto d'esse anno. Em 1648 achava se em ruinas, e habitado apenas por duas freiras decrepitas. Tres devotos d'esta villa restauraram e ampliaram o convento, indo para ahi, de Bragança, 3 novas freiras, e com tanto zelo se houveram, que em pouco tempo a communidado attingiu o numero de 130 freiras. Por fallecimento das 3 religiosas, o provincial mandou para abbadessa uma freira do convento de Amarante, senhora muito virtuosa, a qual nos 3 annos do seu abbadessado, 1664 a 1667, elevou o convento ao maximo esplendor, augmentando muito a communidade, dando-lhe estatutos que vigoraram até á extincção e mantendo em todo o seu rigor a disciplina monastica. Chegou a vêr no côro reunidas 112 freiras professas, e o convento floresceu como os primeiros do seu tempo até ao principio do seculo XIX, começando então a decair pela falta de concorrencia de noviças e pela má administração das suas rendas. Teve muita prata para serviço da egreja e da communidade, que tudo se vendeu a pretexto de se reedificarem 2 quarteirões do convento, um que desabou em parte em 1836; outro que ardou completamente em 1838. Os rendimentos tambem fôram diminuindo consideravelmente, até que fechou, com a morte da ultima freira, em 30 de janeiro de 1879, sendo entregue ao parocho da villa tudo que pertencia ao culto, e o edificio, cêrca, etc. á fazenda nacional. Em julho de 1882 o governo concedeu á camara municipal o edificio e a cêrca para ali fundar os paços do concelho, tribunal, etc. e á irmandade deu a egreja para ali celebrar os officios divinos. O convento dos frades franciscanos foi fundado em 1751 por José de Moraes Sarmento, natural de Vinhaes, como prova uma inscripção gravada junto da portaria á entrada da egreja. Este seminario produziu numerosos missionarios até á sua extincção em 1834. O convento era solidamente construido; tinha accommodações para numerosa communidade, o uma excellente egreja, denominada a *Egreja Grande* por ser a maior da villa; templo vasto e sumptuoso d'uma só nave com 5 altares, ricas decorações de talha dourada, imagens de primorosa esculptura, telas de muito valor, comprehendendo uma copia da Virgem de Murillo, e um côro riquissimo, admiração dos entendedores, no qual avulta um grande crucifixo de madeira, tido em grande veneração. Na capella-mór existem as sepulturas do fundador e de um seu irmão, cujas tampas são de marmoro branco, tendo cada uma a sua respectiva lapide com uma inscripção. A' entrada da portaria vê se, do lado esquerdo, uma linda capella dedicada ao *Senhor dos Perdidos* e á *Senhora das Dores*, imagens em ponto grande, e de boa esculptura. Tanto a capella como a egreja conservam-se om bom estado, abertas ao culto, entregues á junta de parochia. Na vasta egreja erigiu se uma confraria de *N. S.ª da Boa Morte*, por bulla do pontifice Pio IX, pelo que a dita egreja tambem hoje se denomina *Egreja da Boa Morte*. A egreja parochial é um bom templo d'uma só nave e de architectura simples, situado *intra muros*, no ponto mais alto da villa, precisamente no local onde esteve um antiquissimo castello, que foi substituido pela egreja matriz. Tem ricos paramentos e alfaias; altar-mór e 3 lateraes. Não tem torre, mas um campanario com 2 grandes sinos, e um d'ellos com o rologio municipal. A egreja de S. Facundo é um templo venerando pela sua architectura, tradições e antiguidade. Foi a primeira matriz d'esta parochia e das parochias circumvisinhas até muitas legoas de distancia, pois é considerada a egreja mais antiga d'este bispado. A tradição diz que foi fundada pelos gôdos e dedicada primitivamente á *Santissima Trindade*, como attestam varios grupos de figuras esculpidas em granito aos lados da porta principal. Um d'estes grupos tem 3 bustos que ropresentam as pessoas da Santissima Trindade: *Padre*, *Filho* e *Espirito Santo;* outro grupo tem 3 bustos tambem, sendo maior o do centro, e parece representar as 3 *pessoas distinctas* da mesma Trindade; do lado opposto tem um só busto, mas em ponto maior, e julga-se que representa *Um só Deus verdadeiro.* Diz mais a tradição que os santos Facundo e Primitivo, cavalleiros gallegos, sendo perseguidos pelos moiros depois d'um combate, se acolheram á dita egreja e n'ella permaneceram algum tempo, e que em memoria d'este facto, sendo depois martyrisados e canonisados, se deu á egreja o nome de S. Facundo. Em volta do templo se fez o cemiterio da villa, que é um bom cemiterio, muito amplo e muito bem situado com solidos muros e um grande portão de ferro. Esta villa teve durante muito tempo uma delegação da alfandega de Chaves, mas em janeiro de 1884 foi transferida para Bragança. Dentro da parte murada e a pequena distancia da matriz está a cadeia e esteve o polourinho. N'este se viam as armas reaes portuguezas e tinha por emblema da villa um homem pisando vinho, alludindo aos vinhedos que outr'ora, antes da invasão da phylloxera, abundavam n'este concolho e constituiam a sua principal riqueza. Na praça do *Arrabalde* vê se um grande chafariz chamado *Fonte do Cano,* e a egreja da Misericordia, duas obras importantes, mandadas fazer no seculo XVII pelo benemerito Estevão de Mariz Sarmento. Além da *Fonte*

do Cano, ha na villa outras todas de bica, pois é muito abundante de boa agua, tanto potavel como do rega. Vinhaes é muito fertil em cereaes e generos agricolas; cria muito gado lanigero, muar e vaccum da raça mirandoza; tem muita caça grossa e miuda nos seus montes e muito peixe nos seus rios, nomeadamente trutas. A unica freg., de que Vinhaes hoje se compõe, representa 4: a antiga e actual N. S.ª d'Assumpção: e as excinctas do S. Facundo dos Baixos, de N. S.ª da Expectação de Rio de Fornos, e a de Santo Ildefonso, de Moaz, hoje simples povoações. Pertence á 6.ª div. mil., 12.ª brigada, grande circumscripção mil. N, c ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. c telegr. com serviço de valores declarados, etc.; agencias bancarias, advogados, hoteis, fabrica de moagens, notarios, pharmacias, medico municipal o subdelegado de saude, *Assembleia Vinhaense, Gremio,* feira mensal nos dias 9 e 23. O conc. compõe-se de 34 freguezias, com 4:760 fog. o 20:694 hab., sendo 10:122 do sexo masc. e 10:572 do fem., n'uma superficie de 72:807 hect. As freguezias são as seguintes: S. Mamede, de Agrochão, 656 hab.: 318 do sexo masc. e 338 do fem.; S. João Baptista, de Alvaredos, 216 hab.: 108 do sexo masc. e 108 do fem.; S. Nicolau, de Candedo, 608 hab : 277 do sexo masc. e 331 do fem.; S. Gonesio, de Cellas, 989 hab.: 527 do sexo masc. o 462 do fem ; Santa Maria Magdalena, Curópos, 554 hab.: 259 do sexo masc. e 295 do fem.; S. Romão, de Edral, 796 hab : 395 do sexo masc. e 401 do fem.; Santa Eulalia, de Edrosa, 497 hab.: 253 do sexo masc. e 244 do fem ; S. Martinho, de Ervedosa; 876 hab.: 450 do sexo masc. e 426 do fem.; Santo Estevão, de Fresulfe, 339 hab.: 169 do sexo masc. e 170 do fem.; S. Vicente, de Mofreira, 231 hab.: 134 do sexo masc. e 97 do fem.; S. Pedro, de Moimenta, 523 hab.: 257 do sexo masc. 266 do fem.; S. Pedro, de Montonto, 490 hab.: 239 do sexo masc. e 251 do fem.; S. Cypriano, do Nunes, 282 hab.: 137 do sexo masc. e 145 do fem ; Santo André, de Ousilhão, 494 hab.: 249 do sexo masc. e 245 do fem ; S. Julião, de Paçô, 521 hab.: 246 do sexo masc. e 275 do fem.; S. Pedro, de Penhas Juntas, 655 hab.: 321 do sexo masc. e 334 do fem.; S. Pedro, de Quiraz, e Santa Marinha, do Pinheiro Novo, 1:220 hab.: 56 do sexo masc e 660 do fem ; S. Lourenço, de Rebordello, 1:005 hab.: 494 do sexo masc. o 511 do fem.; Santa Cruz, 292 hab.: 139 do sexo masc. e 153 do fem ; Santa Eulalia, de Santalha, 698 hab.: 333 do sexo masc. e 365 do fem ; S. Pedro, do S. Jomil, 182 hab.: 86 do sexo masc, e 96 do fem ; S. Matheus, do Sobreiro do Baixo, 551 hab.: 275 do sexo masc. e 276 do fem ; S. Martinho, de Soeira, 371 hab : 169 do sexo masc o 202 do fem.; S. Mamede, do Travanca, 334 hab.: 159 do sexo masc. e 175 do fem.; Santo André, de Tuizelo, e S. Bartholomeu, de Cabeça da Egreja, 1:049 hab.: 509 do sexo masc. e 540 do fem.; S. Bartholomeu de Valle das Fontes, 792 hab.: 400 do sexo masc c 392 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Valle de Janeiro, 372 hab.: 178 do sexo masc. c 194 do fem.; S. Miguel, de Villa Boa de Ousilhão, 459 hab.: 229 do sexo masc. e 230 do fem.; S. Miguel, de Villa Verdo, 447 hab.: 215 do sexo masc o 232 do fem.; Santo André, de Villar de Lomba, 358 hab.: 178 do sexo masc. e 180 do fem.; S. Cypriano, de Villar de Ossos, 633 hab : 300 do sexo masc. e 333 do fem.; S. Salvador, de Villar de Peregrinos, 388 hab.: 175 do sexo masc. e 213 do fem.; S. Julião, de Villar Secco de Lomba, 634 hab.: 298 do sexo masc. e 336 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Vinhaes, 2:182 hab : 1:086 do sexo masc. e 1:096 do fem. O principal commercio de todo o conc é vinho, trigo, centeio e castanha. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Adaúfe, conc. e distr. de Braga. || S Salvador, de Fornos, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Purificação, de Freigil, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

Vinhal. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Fragoso, conc. de Barcellos, distr. de Braga. S. Cosmo de Gondomar, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S Miguel, de Lageosa, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. Tem est. post. || S. Pedro, de Valle, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santo Adrião e conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

Vinhal *(Casa do).* Em V. N. do Famalicão. V. *Menezes Cardoso Barreto.*

Vinharias. Séde d'um posto fiscal dependente da secção do Villa Real de Santo Antonio.

Vinhas. Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. do Bragança; 180 fog. e 768 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada na antiga estrada de Macedo de Cavalleiros a Izeda, Carção e Vimioso, na margem direita e a O da ribeira de Gralhós, affluente do Sabor, a 12,5 k. da séde do conc. Esta freg. comprehende apenas a pov. de Vinhas, séde da matriz, e a de Castro Roupal, antiga séde da parochia d'esto nome ha muito extincta. Fez parte do conc. de Izeda, abolido pelo decreto de 24 de outubro de 1855, passando então para o de Macedo de Cavalleiros, comarca de Mirandella, e desde 1863 em que a villa de Macedo de Cavalleiros foi elevada á categoria de séde da comarca, ficou pertencendo ao conc. e com. de Macedo de Cavalleiros. Banham esta freg. a ribeira de Gralhós e varios ribeiros confluentes da dita ribeira. Junto da pov. de Vinhas ha uma pyramide geodesica na altitude de 624 m. acima de nivel do mar. A egreja parochial é elegante, de custosa o não vulgar architectura. A capella-mór é em fórma de rotunda e o corpo da egreja em estylo gothico, reconstrucção dos fins do seculo XVIII. Tem altar-mór e 4 lateraes, todos com ricas decorações de talha dourada, campanario com 2 sinos, boas alfaias, etc. Tem mais a antiga egreja matriz de Castro Roupal, pouco espaçosa e bastante singela, e as capellas de *S. Sebastião*, das *Almas* e a de *S. Gregorio.* As producções dominantes são: cereaes, castanhas, muita cortiça, batatas, azeite, vinho, hervagens e fructa. A producção do vinho foi muito consideravel, antes da phylloxora ter anniquilado a maior parte dos vinhedos. Tambem produz muita lã, pois cria gado de todas as especies; tem peixe das suas ribeiras e caça grossa e miuda nos seus montes. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a sédo em Mirandella. || Povoações nas freguezias: Santa Christina, do Agrella, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Comba, de Fornellos, do mesmo conc. e distr. || S. Salvador, de Fornos, conc. da Feira, distr. do Aveiro. || Santa Marinha, de Linhares,

conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Lodares, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Thiago, de Lustosa, do mesmo conc. e districto.

Vinhas de Valle de Madeira. Pov. na freg. de S. Silvestre e conc. da Louzã, distr. de Coimbra.

Vinhatagal. Ilha da Madeira; pov. na freg. e conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

Vinheiro. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Pedreira, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Cypriano, de Refontoura, do mesmo conc. e districto.

Vinheiros. Pov. na freg. de S. Martinho, de Soalhães, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Vinhó. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Baixa, conc. o com. de Gouveia, distr. e bisp. da Guarda; 217 fog. e 889 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, correio com serviço de posta rural, fabrica de moagens, o a Sociedade Cooperativa Vinhoense. Está situada ao sopé e na pendente NO da serra da Estrella, na margem esquerda do rio Mondego e na antiga estrada de Celorico da Beira a Coimbra pela referida ponte da Murcella, a 4 k. da séde do conc.; dista 2 k ao SE da estrada de Celorico da Beira a Coimbra pela referida ponte da Murcella, a egual distancia para O da estrada de Gouveia a Mangualde, que corta em angulo recto a antecedente, ainda a egual distancia para N da estrada municipal de Gouveia a Moimenta da Serra, Mangualde da Serra e Ceia, e a 12 da margem esquerda do rio Mondego. Esta parochia não comprehende aldeias; é formada pela unica pov. de Vinhó, tendo apenas algumas quintas habitadas, taes como: *Quinta de S. João,* que foi dos condes de Gouveia, pertencendo depois á casa da opulenta familia *Rainhas; Quinta do Paul,* quo em 1890 pertencia ao dr. Antonio Maria d'Almeida Sena, etc. Houve em Vinhó o convento da *Madre de Deus*, de religiosas franciscanas, o qual foi extincto no meado do seculo passado pelo fallecimento da ultima freira. D'elle resta sómente a egreja, que é hoje a matriz da freg. Tem altar mór e 3 lateraes; um do lado do Evangelho e 2 do lado da Epistola, além da capella dedicada ao *Menino Jesus,* mesmo em frente da porta da entrada, que se abre na parede do lado do Evangelho, sobre o terreiro do convento. A capella do Menino foi construida nos fins do seculo XVIII quando se installou na egreja, foi ali collocado o Santissimo Sacramento. O tecto da egreja é apainelado; tem 45 quadros de madeira pintados a oleo com diversas imagens no corpo do templo, e 18 na capella-mór, encaixilhados em boa talha dourada, sendo tambem de talha dourada antiga e de merecimento as decorações de todos os altares. No vão da tribuna do altar mór, do lado do Evangelho, se vê interiormente, mettida na parede, uma caixa de pedra com as ossadas dos fundadores, encimada por um brazão d'armas em escudo esquartelado, tendo no 1.º e 4.º espaços um leão, e no 2.º e 3.º as quinas. O mesmo brazão se vê sobre a porta da egreja, no portão de entrada para o terreiro, e sobre uma porta do convento. Na frente da dita caixa ossaria ha uma inscripção, declarando estarem ali sepultadas as do fundador Francisco de Sousa e sua mulher D. Antonia de Teive. O convento foi fundado em 1573, e como os fundadores não tinham herdeiros, deram logo para patrimonio do convento *oito mil cruzados* (3:200$000 réis), somma importante n'aquelle tempo, e por sua morte o beneficiaram muito, legando-lhe inclusivamente o titulo de padroeiros, de que elles gozavam, para que nenhum parente seu no futuro allegasse direito de o herdar. O convento chegou a ser um dos mais ricos da ordem de S. Francisco. O edificio do convento era bastante espaçoso, mas pouco imponente e muito irregular, bem como o terreiro *intra muros.* Quando foi extincto, estava arruinado com o peso dos seculos; apenas se conservou intacto um lanço, onde esteve a escola do instrucção primaria da freg., que depois foi restaurado e transformado em habitação particular. Tudo o mais, edificio e cêrcas, pertence á opulenta familia das Rainhas, de Gouvoia, quo demoliu quasi toda a parte restante do convento, construindo casas de aluguer. Tinha um bom claustro com columnas de granito, algumas das quaes fôram removidas pelos compradores para fazerem uma ramada no quintal das casas que possuiam em Gouveia. As producções principaes da freg. são: vinho, azeite, cereaes e fructa de caroço. Abunda em pinheiros e carvalhos, gado lanigero e caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Pigeiros, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Vermoim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || N. S.ª da Natividade, de Villa Cova de Sub-Avó, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

Vinhó e Almedina *(Antonio Homem Machado Figueiredo Abreu Castello Branco, conde de).* Nasceu em 4 d'abril de 1871, sendo filho do conde de Caria José Homem Machado de Figueiredo Leitão, e de sua segunda mulher, D. Emilia de Menezes Abreu Castello Branco. Casou com D. Luiza Guedes Guimarães, filha do conde de Almedina, Delfim Deodato Guedes, e de sua segunda mulher D. Anna Luiza Guimarães. Foi agraciado com o titulo de conde de Vinhó e Almedina, em sua vida, por despacho do 9 de maio de 1906.

Vinhó de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de S. Christovão, de Labruja, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Vinhós. Pov. e freg. de Santo Estovão, da prov. do Minho, conc. e com. de Fafe, distr. e arceb. de Braga; 96 fog. e 361 hab. Dista 4 k. da séde do conc. e é atravessada pela estrada de Fafe a Povoa de Lanhoso. O clima é temperado e saudavel; produz cereaes e vinho verde. Tem caça e peixe, nomeadamente trutas, de um ribeiro que passa ao poente, e junto da egreja matriz (quo é um templo muito humilde), e vae desaguar no rio de Pombeiro, depois de regar e fertilisar os campos soberbos. Tambem move 2 moinhos de cereaes o 1 lagar de azeite, e tem duas pontes n'esta freg., por uma das quaes, que é a principal, corre a estrada districtal de Fafe a Povoa do Lanhoso. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Importante pov. da freg. de S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. Está situado na sua área o edificio da cadeia, e ali se realisa duas vezes por mez um grande mercado

de todos os generos, e tambem de gado. Tem correio com serviço do posta rural. || Pov. na freg. de Santa Maria, do Sediollos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real.

Viniale. Reino na parte portugueza da ilha de Timor, na Oceania; 5:000 almas, sendo 500 christãos.

Vinte bazarucos V. *Bazaruco*.

Vinte e cinco tostões. V. *Meia corôa*.

Vinte e Quatro *(Casa dos)*. V. *Casa*.

Vintem. Moeda de cobre que vale 20 réis. Antes de ser adoptado o systema decimal na moeda, havia em prata *Doze vintens*, que valia 240 réis; *seis vintens*, no valor de 120 réis, e *tres vintens*, no valor de 60 réis.

Vintena. Tributo ou pensão de um por vinte ou da vigesima parte do rendimento. || Conjuncto de 20 fogos ou casaes. || *Juiz da vintena*, antigo juiz pedaneo da aldeia. || *Laudemio de vintena*. V. *Laudemio*.

Vinteneira. Termo usado antigamente, para o recenseamento dos mancebos capazes de pegar em armas e servir a bordo, no qual tomava, de cada vinte, um, á proporção que eram precisos.

Vinteneiro. Cabo que commandava 20 marujos ao serviço das galés e das armadas.

Viola. Ilha de S. Miguel, Açôres. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Maia, conc. de Ribeira Grande, distr. de Ponta Delgada.

Violante. Pov. na freg. de S. Pedro, de Alvito, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Violeiro. Officio que tinha regimento na *Collecção* dada pelo Senado de Lisboa em 1572.

Violeiro. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de S. Vicente da Beira, conc. e distr. de Castello Branco.

Vioveiro. Povoações nas freguezias: S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Bartholomeu, de Villa Cã, do mesmo conc. e districto.

Viqueque. V. *Bemanas*.

Virães. Pov. na freg. de S. Pedro, de Roriz, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

Virella. Pov. na freg. de S. Pedro, de Arcozello das Maias, conc. do Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

Virgem Maria *(Fr. José da)*. Religioso da ordem de S. Francisco, que foi professor régio de primeiras letras no convento de Villa Real. Escreveu o imprimiu em 1815 um *Novo methodo de educar os meninos e meninas, principalmente nas villas e cidades*, obra em 1 volume e dedicada ao conde de Amarante.

Viriato Illustre capitão lusitano que foi morto no anno 140 antes de Christo. Da numerosa o esplendida familia de grandes homens, glorias da nossa patria, é Viriato o ascendente. O nome lusitano sôa pela primeira vez no grito de guerra d'este vulto heroico, e leva o terror ao coração da soberba Roma. Uma traição nofanda e sanguinolenta dos romanos fez surgir esta grandiosa figura; outra traição nefanda o fez desapparecer da historia. Os lusitanos illudidos pela apparente boa fé do consul Galba, depõem as armas com que tinham combatido a prol da sua independencia, e dispersam-se por differentes sitios. Então os soldados d'essa Roma republicana, tão afamada pelas suas virtudes, cáem sobre elles, e fazem uma terrivel mortandade. Poucos escapam, mas entre esses poucos vae Viriato. A' sua voz reunem se os lusitanos e protestam vingar se. Viriato ainda não é chefe, peleja entre os obscuros combatentes, A disciplina romana vence a desesperação d'esses povos selvagens. O pretor Caio Vetilio derrota os miseros mas valorosos pastores, e compelle-os a refugiarem-se n'um monte escarpado. Viriato sae da turba e reanima os seus compatriotas. Confiaram-lhe o commando, e o novo general emprega pela primeira vez o ardil, que tem de ser sempre fatal ás legiões de Roma. Com um troço de cavallaria simula fazer frente ao inimigo; o resto do exercito escapa se, e, quando Viriato vê salvos os seus, faz meia volta, e some-se da vista do pretor, que fica furioso por vêr fugir lhe o inimigo, cuja perda julgava segura. Depois principia a série de victorias de Viriato. Junto a Tribola o mesmo Vetilio é derrotado; 5:000 homens que iam soccorrer Tartesso, onde se havia refugiado o resto das tropas romanas, teem egual sorte, sem um só poder escapar. Caio Plaucio é derrotado em batalha campal junto a Evora. Viriato entra triumphante na Hespanha citerior, e lança contribuições nas cidades que reconhecem o governo de Roma. Não é mais feliz Unimano do que os seus antecessores. Caio Nigidio, que traz reforços consideraveis, é completamente destroçado junto a Vizeu. Caio Lelio recupéra uma passageira superioridade, que enche de alegria Roma, consternada ao vêr exercitos sobre exercitos cairem ceifados pela espada do terrivel segador lusitano. Fabio Emiliano vem com missão de acabar a guerra, trazendo um reforço de 15:000 infantes e 2:000 cavallos, que reune ao exercito de Lelio, ás legiões romanas existentes na Hespanha e aos alliados. Todo este poder é destroçado, junto a Ossuna, pelo valente general da Lusitania. Fabio toma a desforra em Beja; mas Viriato é incançavel; levanta novas tropas, derrota os romanos, encurrala-os nos seus quarteis em Cordova, e caminha em marcha triumphal até Granada e Murcia. Toda a Hespanha está enthusiasmada com as suas victorias; um immenso terror lavra no seio da cidade eterna; n'este canto do Occidente surge um novo Annibal! Viriato mostra-se tambem grande politico; aproveita o enthusiasmo dos hespanhoes, que o soccorrem com munições e dinheiro, e procura subleval-os contra o inimigo commum. Roma então faz os ultimos esforços para conseguir firmar o seu dominio na Hespanha; os seus melhores generaes veem á Peninsula, Quinto Metello marcha contra os celtiberos; Serviliano contra os lusitanos. O consul romano, duas vezes batido, depois da sua segunda derrota viu-se obrigado a assignar um tratado, em que Roma reconhecia o poder de Viriato. Não o ratificou a Republica: enviou á Lusitania um novo general, Scipião, que, correndo á astucia, já que nada lucrava com a fôrça, descobriu em 2 embaixadores de Viriato, 2 vís que assassinaram o seu chefe. Assim morreu este homem notavel, o Vercingetorix da Hespanha, no qual Julio Cesar veria, como no defensor d'Alesia, um adversario digno d'elle.

Virnorá. Regedoria do conc. de Pernem, distr. do Gôa, na India.

Viroteiro. Officio que tinha regimento na Collecção dada pelo Senado de Lisboa em 1572.

Viroy. Regedoria do conc. de Sanquelim, dis-

tr. de Gôa, na India, comprehendendo a pov. de Amonã. || Rosario, de Avciras de Baixo, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa. || N. S.ª das Virtudes, de Gatões, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || Ilha da Madeira, S. Martinho, conc. e distr. do Funchal.

Visage. Pov. na freg. do Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

Visconde. Titulo de nobreza cuja catogoria é superior á de barão e inferior á de conde. E', como os titulos de duque, marquez e conde, de origem romana. Dava se ao immediato do conde, e que governava na sua ausencia ou impossibilidade. Destruido o imperio romano, e passados muitos annos se foi dando o titulo de *visconde*, aos filhos primogenitos dos condes, emquanto estes viviam, e por fim se deu mesmo a muitos que não eram filhos nem parentes dos condes. Em Portugal foi introduzido este titulo por D. Affonso V, que na cidade do *Toro*, de Hespanha, fez visconde de Villa Nova da Cerveira a D. Leonel de Lima, em 4 de março de 1476, tres dias depois da celebre batalha de Toro, dada por aquelle soberano e seu filho, mais tarde D. João II, contra D. Fernando do Aragão, a quem o rei portuguez disputava os reinos de Castella e Leão. O 2.º viscondado, que se creou em Portugal, foi em 25 de setembro de 1649, quando D. João IV fez visconde de Castello Branco a D. Antonio de Castello Branco, que D. Affonso VI fez conde de Pinheiro, em 6 de abril de 1668 D. Affonso IV creou 2 viscondados, o de *Barbacena*, mais tarde elevado a conde, e o de *Asseca*, em 1666, sendo o 1.º visconde Martim Correia de Sá. D. Pedro II creou o visconde de Arcada, e D. João VI fez alguns viscondes. Depois de 1834, houve numerosas pessoas agraciadas com este titulo. A corôa de visconde é um circulo d'ouro ornado de pedras preciosas e encimado por 3 perolas grandes separadas por 2 pequenas; o capacete é analogo ao do conde.

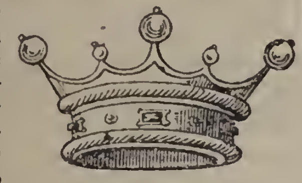

Corôa de Visconde

Viseira. Peça da armadura que cobre o rosto. A viseira movel da edade media, ou *cova do elmete*, que é a parte mais importante do elmo, compunha-se de 3 peças separadas. Estas peças moveis sobre um botão ou eixo collocado nas partes lateraes e á altura das fontes, moviam-se escorregando pela crista do elmo. A primeira era a *viseira*, na qual havia agulheiros ou fendas para a passagem do ar e para facilitar a visão: esta parte servia para a defeza dos olhos. Em alguns elmos, sobre esta peça ou immediatamente por baixo ha um espaço livre ou abertura horizontal, chamada *vista*. A segunda parte da viseira chamou se *Nazal* (V. *Armadura*), e a terceira recebeu dos hespanhoes o nome de *ventalla*, e ambas estas tinham tambem agulheiros ou aberturas para a passagem do ar, da luz e da voz. Muitas vezes a viseira movel compunha se de duas peças, e até mesmo de uma só, na qual se via uma mascara humana ou a de um animal.

Viseu. V. *Vizeu*.

Visita. Pensão que antigamente se impunha em alguns prazos, e consistia em um presente ou mimo de cousas comestiveis que o emphyteuta, caseiro ou colono devia dar uma ou mais vezes por anno ao directo senhorio. *E nos fareis visita huma vez ao anno com o que tiverdes.* Prazo de 1479. Em outros prazos se estipula a mesma visita duas vezes por anno.

Visitação *(Fr. Antonio da)*. Religioso carmelita. N. no Funchal em 1546, fal. em Lisboa a 13 de outubro de 1606. Professou em 13 de abril de 1568, e foi no seu convento mestre de lingua latina, que já perfeitamente conhecia antes de entrar no claustro. Em 1574 foi eleito mestre dos noviços. Era prégador muito considerado, foi prior do convento de Collares, e fundou em Setubal o convento da sua ordem, passando depois para o de Lisboa, onde falleceu. Deixou manuscriptos muitos sermões e alguns poemas.

Visitação *(Fr. Antonio da)*. Religioso da ordem de S. Domingos. Era natural de Setubal, e fal. em 1613. No anno de 1581 professou no convento de S. Domingos, de Lisboa, passou depois ao Oriente, e foi mestre de theologia no convento de Gôa; em seguida teve a nomeação de vigario de Malaca, foi prior do convento de Santo Thomaz, e deputado da inquisição de Gôa. Escreveu uma *Relação das christandades de Solor*, que ficou inedita.

Visitação *(Fr. Chrysostomo da)*. Religioso da ordem de S. Bernardo. N. em Vizeu, e fal. no anno de 1604, em Hespanha. Entrou na ordem cisterciense, no convento de Alcobaça, e foi durante 15 annos procurador da ordem em Roma, onde defendeu energicamente os direitos á corôa do prior do Crato D. Antonio. Como Filippe II era omnipotente em Roma, Fr. Christovão da Visitação pagou caro o seu procedimento patriotico, porque por esse motivo foi expulso da capital da christandade. Saindo de Roma, passou para Veneza, e d'aqui para um convento nas proximidades de Parma. Quando esteve em Veneza publicou obras latinas, de commentarios mysticos e de defeza dos privilegios do convento de Alcobaça. Fr. Chrysostomo da Visitação foi durante algum tempo um dos mais ardentes sectarios do celebre Marco Tullio Catizoni, que se queria fazer passar por el-rei D. Sebastião. Estava em Veneza quando o aventureiro ali appareceu, e foi Fr. Chrysostomo quem ao principio mais o auxiliou; foi elle que procurou alcançar-lho alguns soccorros entre os portuguezes emigrados, e quo foi secretamente a Roma pedir cartas ao papa, para que este obtivesse da senhoria de Veneza a liberdade do preso, porque o falso D. Sebastião fôra preso, apenas se apresentara como tal. Obtida a liberdade de Marco Tullio, Fr. Chrysostomo acompanhou o até Florença, mas já muito desenganado e muito arrependido por se ter deixado lograr por tão inhabil impostor. Logo que D. Chrysostomo viu que o governo da Toscana entregava o seu captivo á Hespanha, abandonou o completamente muito satisfeito por se vêr livre d'elle, e pouco tempo depois obteve licença para voltar a Hespanha a fim de acabar os seus dias em penitencia n'um convento da sua ordem, onde falleceu.

Visitação *(Fr. Miguel da)*. Religioso da ordem dos conegos seculares de S. João Evangelista. N. no Porto, onde tambem fal. em 1724. Professou em 1666, e exerceu na sua ordem di-

versos cargos, sendo um dos examinadores synodaes da cidade do Porto, reitor do convento da mesma cidade, e geral da congregação. Deixou impressos alguns sermões.

Visitação *(Fr. Simão da)*. Religioso da ordem de S. Francisco, que viveu no seculo XVI. Foi elle quem na sua ordem restabeleceu os estudos escolasticos, merecendo por isso a autonomasia de *mestre commum*. Fal. em Thomar em 1590. Compoz um *Curso de philosophia* e uns *Commentarios de S. Thomé*, tudo em latim, que se não imprimiram.

Visitação *(Fr. Ubaldo da)*. Religioso franciscano, da provincia de S. Thomé, na India. N. em Lisboa, e passaudo ao Oriente, regeu sciencias escolasticas nos conventos da sua ordem, foi qualificador do Santo Officio, e voltando a Lisboa, fal. em 1735, deixaudo manuscriptos 2 tomos de sermões.

Viso. Povoações nas freguezias: S. Miguel de Alvarães, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Argella, conc. de Caminha, do mesmo distr. || S. Miguel, de Barreiros, conc. da Maia, distr. do Porto. || S. Pedro, de Buarcos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Santo André, de Canidello, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Miguel, de Fontellas, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || Santa Mariuha, de Gontinhães, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Guizande, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Liceia, conc. de Montemór o-Velho, do mesmo distr. Tem caixa post. || O Salvador, de Ramalde, 2.º bairro do Porto. Esta pov. por decreto de 18 de junho de 1896 passou para a freg. de Mattosinhos, conc. de Bouças, do mesmo distr. || S. Martinho, de Rio Maior, conc de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Thiago, de Sequiade, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Pedro, de Soutello, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Serra e monte da freg. de N. S.ª da Annunciada, de Setubal, a cêrca de 2 k. ao O da cidade, e na qual se travou a 1 de maio de 1847 um dos grandes combates da guerra civil, conhecida pela *Maria da Fonte*. Alto do Viso é o ponto culminante da serra do Viso, que se prolonga de N a S, passando ao N d'ella a antiga estrada de Coina, hoje estrada de Azeitão, e ao S o pequeno valle das Pedreiras, d'onde se tiram grandes pedras para mós e outras applicações. Quasi toda a serra é formada de rochas calcareas, cobertas de argila e por isso inculta em grande parte Tornou-se notavel esta serra e monte pelo referido combate. V. *Alto do Viso (Batalha do)*.

Visos. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Escudeiros, conc. e distr. de Braga, || S. Miguel, de Villa Franca, conc. e distr. de Vianna do Castello.

Vista. Pov. na freg. de S Salvador, de Fojo Lobal, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

Vista Alegre. Pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Ilhavo, distr. de Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural. E' uma pittoresca e risonha pov, situada a pouco mais de 1 k. da villa, ficando sobranceira ao braço da ria de Aveiro, que liga a chamada *Calle da Villa* com o *Bôcco*. Está aqui estabelecida a grande fabrica de porcelana conhecida por *Vista Alegre*, o que deu muita importancia á pov. (V. o *artigo seguinte*). Anteriormente á fundação da fabrica, Vista Alegre nem tinha fóros de pov. Era apenas uma quinta. Uma capella elegante, com a invocação de *N. S.ª da Penha de França*, e uma casa modesta, que servia de habitação aos proprietarios da quinta, eram os unicos edificios que existiam ali, e isto ainda no 1.º quartel do seculo passado. A referida capella foi fundada pelo bispo de Miranda, D. Manuel de Moura, ignorando se o anno em que foi construida, parecendo, comtudo, que seria já depois do venerando D. Manuel de Moura ter sido nomeado bispo, no seculo XVII. A frontaria do templo é de bonita apparencia, avistando se a alguns metros de distancia os coruchéus das suas duas torres, que estavam por acabar, quando o bispo falleceu, em 7 de setembro de 1699, mandando as concluir José Ferreira Pinto Basto, dirigindo a obra José Correia da Silva, avô do engenheiro Francisco Xavier Esteves, natural de Ilhavo. O templo é de tamanho regular; o frontispicio de pedra rendilhada, tendo ao centro, por cima da porta principal, um grande nicho, com a imagem da Senhora da Penha de França, de pedra e de tamanho natural. As paredes do corpo da capella são forradas, do meio para baixo, de bons azulejos, todos coevos da sua fundação, fins do seculo XVII, em azul sobre fundo branco, representando varios passos da vida da Virgem, e algumas personagens biblicas. O tecto é ornado de boas pinturas a fresco, representando a arvore de Jessé. O côro é amplo, e ali se vê um bonito orgão. Sobre o arco cruzeiro, e em nicho, ha a imagem de Christo Resuscitado, de boa esculptura. Logo por baixo, pendente do fecho do arco, está um escudo de pedra com o brazão d'armas do bispo. O retabulo e altar da capella-mór são trabalhos magnificos em fino marmore de Italia. Sob o altar-mór e resguardado por um vidro, vê-se a imagem do Senhor morto, em tamanho natural, tendo a um lado a imagem da Virgem, e do outro a de Santa Maria Magdalena. A capella tem 2 altares lateraes, dedicados á *Senhora do Rosario*, do lado direito, e a *Senhora da Conceição*, o do lado esquerdo; ambas as imagens de tamanho natural e de boa esculptura. Na capella mór, do lado do Evangelho fica uma vasta sacristia. O tecto, que é baixo, tem ao meio o brazão d'armas dos Mouras Manueis, tendo por timbre um chapeu episcopal, vendo-se em volta ornamentações de pinturas a fresco. As paredes, do meio para cima, tambem são ornadas de pinturas a fresco, representando vasos de flôres, a *Annunciação da Virgem*, a *Fugida para o Egypto* e a figura symbolica da Caridade. Do meio para baixo são revestidas de azulejos de côres azul e amarello, sobre fundo branco, egualmente coevos da fundação. Embebido na parede da capella mór e do lado da Epistola, está o tumulo do bispo D. Manuel de Moura, fabricado primorosamente de granito de Ançã, obra de muito merecimento do esculptor *Claudio de Laplada*. A urna funeraria é susteutada por 3 leões de farta juba, que parecem prestes a ser esmagados pelo seu peso. No centro da urna, levantado em alto relevo, está um escudo oval partido, com as armas já citadas dos Mouras Manueis. Sobre o tumulo está a figura do bispo, de vestes prelaticias, meia dei-

tada, com a mão esquerda sobre o peito, e a direita estendida como que a apontar para a figura do tempo, em alto relevo, que está ao fundo soabraçando o panno mortuario que deve cobrir o sarcóphago. Em frente do mausoléu está gravada em marmore, uma inscripção latina. E' o epitaphio laudatorio do prelado. Fronteiro a este tumulo está um outro, muito mais modesto, sem duvida, mas ainda assim digno de ser apreciado, como obra que é do mesmo artista. Sobre uma urna funeraria, onde se vê tambem um escudo com as armas dos *Castros*, está sentada uma figura de mulher sustentando na mão esquerda um baixo relevo, representando uma cabeça de freira, allusão, sem duvida, á vida monachal que o bispo desejava que sua filha D. Theodora seguisse. Por baixo d'este tumulo, está uma grande lapide de marmore branco, tendo gravada uma edorme inscripção latina, que comprehende 75 linhas. A capella de N. S.ª da Penha de França é, artisticamente, um dos melhores templos do districto e o primeiro do conc. de Ilhavo. D. José Urculu, referindo-se a este templo, diz que *suas bellezas e admiravel execução não é inferior aos que se ostentam na antiquissima e celebre abbadia de West minster, em Londres.* || Roça da ilha de S Thomé, Africa Occidental.

Vista Alegre *(Fabrica de porcelana da)*. Está situada na aprazivel pov. de Vista Alegre, esta fabrica de porcellana dura, unica em Portugal, que foi fundada em 1824 por José Ferreira Pinto Basto, o patriarcha da familia d'este appellido tão conhecida no paiz, cujos descendentes continuam na posse de tão importante e util estabelecimento fabril, sendo o actual director e administrador o sr. Gustavo Justino Ferreira Pinto Basto, neto do fundador. A fabrica occupa uma grande área, dando trabalho a cêrca de 400 pessoas, incluindo n'este numero 60 mulheres. A louça, além do consumo no paiz, é exportada para a nossa Africa e para o Brazil, onde tem larguissima extração. Nas varias exposições estrangeiras tem obtido os premios mais subidos, que honram sobremaneira os proprietarios, e servem d'incitamento aos seus artistas Os portuguezes, que tiveram a primazia na introducção da porcelana oriental no commercio do Occidente, fôram quasi os ultimos a ensaiarem o seu fabrico. Datam apenas do ultimo quartel do seculo XVIII, os seus ensaios, realisados em Lisboa pelo brigadeiro Bartholomeu da Costa e no Rio de Janeiro pelo professor regio João Manso Pereira. Consta, porém, que em 1569 Fr. Gaspar da Cruz soube do processo seguido pelos chinezes, que depois foi divulgado por Reaumur. Segundo a tradição, um navio, de que era commandante um antigo maritimo, por nome *Pero Solano*, trouxe no seculo XVI para Portugal alguma louça da China e do Japão. Soube-se isto na Europa, e da França e da Hespanha vieram para Lisboa, dentro de pouco tempo, pedidos de louça de *Pero Solano*. D'aqui nasceria por corrupção do vocabulo, a *persolana*, que se encontram nas mais antigas memorias transformada na palavra *porcelana* A introducção d'esta especie de louça na Europa causou tal admiração que desde logo se começaram as experiencias para imitar o precioso artefacto oriental, mas só passados 2 séculos se obtiveram resultados satisfatorios. E assim a celebre fabrica da Saxonia principiou a produzir regularmente porcelana, depois de 1711; a de Vienna em 1720; e de Berlim em 1751, a de Sévres em 1765, e a de Wercester em 1768. As tentativas de Bartholomeu da Costa fôram quasi nullas. Depois fizeram se outras em Coimbra com o mesmo fim, mas sem melhor resultado, até que José Ferreira Pinto Basto estabeleceu um pequeno laboratorio chimico, em Lisboa, no jardim do seu palacio do largo das *Duas Egrejas*, em 1820 ou 1822, afim de descobrir barros com os requisitos necessarios para fabricar porcelana. Segundo consta, fôram pouco animadores os resultados obtidos, mas resolveu proseguir as experiencias iniciadas, fundando desde logo uma grande fabrica. O local aprazado foi Aveiro, por a tradição indicar como sendo d'aqui o barro de que Bartholomeu da Costa obtivera a sua chamada porcelana. Apezar de possuir as duas magnificas propriedades da *Ermida* e da *Vista Alegre*, quiz estabelecer a nova fabrica na propria cidade, e para isso entabolou negociações com o proprietario da quinta dos *Santos Martyres*, para a adquirir, e não podendo alcançal-a, resolveu então estabelecer a fabrica na Vista Alegre. Foi em janeiro de 1824 que principiaram as obras, mas os verdadeiros progressos começaram em 1834, depois que Luiz Pereira Capote descobriu o *kaolino* de Val Rico, aldeia da freguezia de Souto, no concelho da Feira. Desde então começou a fabrica a produzir porcelana dura, que se foi aperfeiçoando gradualmente. O periodo mais brilhante debaixo do ponto de vista decorativo, foi dos annos de 1836 a 1851, pois dirigia a pintura Victor Francisco Chartier Rousseau. Ha varias peças, estylo japonez, decoração azul sobre esmalte branco, que se não apresentasse a marca de V. A. pelo conjuncto dos seus caracteres, tomar-se ia como oriental. Estes e outros exemplares rivalisam com os productos congeneres da fabrica de Sévres, manufacturados na mesma epoca. Em museu tem a fabrica varios pratos, decoração polychroma, do anno de 1850; e em Lisboa, chicara e pires, decoração polychroma, do anno de 1845. Annexa a esta fabrica havia outra de vidro e cristal fundada no mesmo anno de 1824, tambem por José Ferreira Pinto Basto. Não lhe dispensou menos cuidados, mandando vir do estrangeiro mestres experimentados para as differentes officinas de lapidação e floristagem. Para a primeira contratou em 1826 na Inglaterra Samuel Hunles, que se conservou até 1828 deixando bons discipulos. O mestre da floristagem era italiano, e não passou de Lisboa, por alguem lhe affirmar que era muito miasmatico o clima da Vista Alegre. Para Lisboa fôram os aprendizes d'esta officina, que ao fim de 3 annos de pratica, fôram dados por promptos, indo um d'elles, João Ferreira Ribeiro, para Vista Alegre dirigir a officina de floristagem. Desde 1837 a 1840 foi grande a producção de vidro, todo da melhor qualidade e algum de perfeição inexcedivel; mas ao passo que desde aquelle anno principiou a progredir o fabrico da porcelana, foi decaindo o do vidro, até que cessou de todo em 1846, porque todo o estabelecimento fechou por occasião da revolta popular. Os proprietarios adheriram á revolta, e formaram um batalhão de voluntarios com os seus artistas e alguns visinhos, pelo que se denominou *batalhão da Vista Alegre.* Foi seu commandante um dos proprietarios e administrador da fabrica, Al-

berto Ferreira Pinto Basto, e major o director da mesma fabrica, João Maria Rissoto. Apresentou se á Junta do Porto em 28 do outubro de 1846; tomou parte na acção de Valpaços a 16 de novembro do mesmo anno, e capitulou com todo o exercito da Junta na convenção de Gramido em 24 de junho de 1847. Em meados de 1847 continuou o fabrico do vidro, mas em menor quantidade e só em liso, porque os lapidarios e floristas, durante aquelle interregno, uns fôram para a fabrica da Marinha Grande, e outros applicaram-se a differentes misteres, passando, para não mais voltarem, os tempos aureos da fabricação do vidro, deixando de laborar definitivamente em 1880. Junto ás fabricas de porcelana e de vidro houve tambem um laboratorio chimico, que se fundára egualmente em 1824, o qual, desde 1827 até 1832 teve por director D. Eusebio Roiz, official de cavallaria hespanhol e chimico muito distincto, que viera para Portugal emigrado em 1826. Depois da sua saida acabou o laboratorio. De 1827 a 1835 fôram os productos da fabrica marcados com *V. A.* entre duas palmas rematadas por uma corôa. Esta marca era gravada em um carimbo, aberto por Manuel de Moraes. De 1838 a 1861 não foi geralmente marcada a louça; desde 1861 tem sido toda marcada com *V. A.* em azul. Modernamente a marca tem sido a verde claro. Com o fim de crear artistas fundou em 1826 José Ferreira Pinto Basto em Vista Alegre um collegio com internato, onde se ensinava, além dos misteres das officinas, instrucção primaria e musica. Os primeiros alumnos fôram 13, acabou, porém, tão util instituição em 1842, chegando a ter nos ultimos annos uns 40 alumnos. Construiram-se casas para habitação dos operarios, e como dependencia do grande estabelecimento fabril, fundou-se em 1851, tambem em Vista Alegre, um theatro, pequeno mas elegante. Tinha galeria ou camarote para os proprietarios da fabrica, e plateia com 180 logares; o panno de bocca e o tecto fôram pintados por Chartier Rousseau, representando aquelle a vista da Praia Grande de Macau; este Apollo e as 9 musas. Tinha havido anteriormente na pov. 2 theatros, sendo o 1.º fundado em 1826 ou 1827. Na grande fabrica organisou se uma philarmonica, composta exclusivamente dos seus operarios. Foi tocar na Porto, no Palacio de Cristal, em 1882, quando a *Sociedade de Instrucção do Porto* ali realisou uma importante exposição de ceramica, na qual occupou logar distincto a fabrica de Vista Alegre e lho foi dado o 1.º premio. No *Branco e Negro*, n.ºs 145 e 146, de fevereiro de 1897; a *Illustração Portugueza*, do agosto de 1908, e *Le Portugal à l'exposition*, de 15 de agosto de 1900, publicaram artigos e gravuras da referida fabrica. A typographia do *Annuario Commercial*, em 1907, tambem publicou um artigo do sr. José Queiroz sobre a fabrica, trazendo os retratos do fundador e do descobridor do kaolino.

Vistores Assim se denominavam no seculo XVI os louvados, vedores e apegadores que iam vêr as terras e quaesquer propriedades, fructos, bens moveis ou de raiz.

Viterbo *(D. Fr. Francisco de Santa Rosa de).* Bispo de Nanquim, N. em Flôr da Rosa no fim do seculo XVII e fal. na segunda metade do seculo XVIII. Em 1712 professou, em Portalegre, no instituto dos frades menores; foi lente de theologia, qualificador do Santo Officio, consultor da Bulla da Cruzada, e por fim nomeado bispo de Nanquim, em 1742, por D. João V. Escreveu varias obras mysticas em latim e portuguez.

Viterbo *(Francisco Marques de Sousa).* Poeta, jornalista, medico, archeologo e historiador; um dos homens mais eruditos e um dos mais infatigaveis trabalhadores contemporaneos. N. no Porto a 29 de dezembro de 1846, fal. em Lisboa a 29 de dezembro de 1910, dia em que completava 64 annos de edade. Era filho de Henrique do Sousa, modesto negociante com loja de retrozeiro e sirgueiro no largo de S. Domingos, e de D. Maria Marques da Nova, natural de Vallongo; teve por padrinho o dr. Francisco Pedro de Viterbo, que foi o 1.º director da Escola Medico-Cirurgica do Porto, e era tio de D. Maria Marques, sendo por vontade de seu pae; que o futuro homem de sciencia juntasse ao nome de baptismo os appellidos paterno e materno, e o do padrinho. Destinado á vida ecclesiastica, frequentou o seminario episcopal do Porto, cujo curso seguiu e completou. Não tinha, porém, vocação para aquella carreira.

Francisco Marques de Sousa Viterbo

Os estudos scientificos offereciam um vastissimo horisonte ao seu espirito ancioso de saber, attrahiam n'o irresistivelmente, e assim foi que, desistindo da carreira iniciada, se matriculou em 1869, na Escola Medico Cirurgica de Lisboa, em que se formou no anno de 1876, tendo feito todo o curso á sua custa e com o seu unico esforço. A these que defendeu por essa occasião, e que elaborou em poucos dias para satisfazer a obrigação escolar, intitula se: *Da irritabilidade — Ligeiras considerações sobre esta propriedade da materia viva*, esboçando-se n'ella a largos traços o plano d'uma obra que havia de ter por titulo *A sabedoria da materia*, e que Sousa Viterbo jamais conseguiu escrever por as circumstancias não permittirem que se dedicasse, como tanto era o seu desejo, a um estudo profundo de sciencias naturaes e biologicas. Serviu por algum tempo na armada como medico, mas o estudo da archeologia tentava o, e entregou-se a elle apaixonadamente, trocando por fim o seu logar de medico pelo de professor de archeologia na Academia das Bellas Artes, em que tanto notabili-

sou o seu nome dentro e fóra do paiz. Foi no Porto que Sousa Viterbo, sendo ainda muito moço, fez a sua estreia como poeta o como jornalista, revelando se desde logo, n'um e n'outro campo, a pujança do seu talento e a sua decidida vocação para as letras. As suas primicias poeticas fôram publicadas no *Mundo elegante*, no *Mosaico*, no *Porto Illustrado*, na *Aurora*, na *Eperança*, na *Grinalda* e n'outros jornaes litterarios do Porto, no *Boudoir* de Lisboa, e na *Folha* e na *Chrysalida* do Coimbra. Em 1867 era redactor do semanario *A Mocidade*, do qual só saíram 12 numeros, e que contava entre os seus collaboradores Alberto Pimentel, Alexandre da Conceição, Guilherme Braga, Pinto d'Almeida, etc. O primeiro dinheiro que Sousa Viterbo ganhou pelas letras proveiu-lhe do *Pyrilampo*, folha satyrica que ha cerca de 40 annos deu muito que fallar no Porto. O seu primeiro livro, um poema de 127 paginas, intitulado *O Anjo do Pudor*, publicado no Porto em 1870. Este poema mereceu grandes louvores não só da imprensa portugueza como tambem da hespanhola, onde a *Iberia*, importante jornal de Madrid, lhe fez as mais lisonjeiras referencias. No *Jornal do Porto*, publicou Alexandre da Conceição um folhetim do apreciação ao mesmo poema e a outros trabalhos. Póde dizer se que a carreira jornalistica do dr. Sousa Viterbo começou no mesmo *Jornal do Porto*, para onde entrou a titulo de collaborar com João de Oliveira Ramos na revista estrangeira. Depois passou a redactor politico do jornal, e quando veiu para Lisboa matricular se na Escola Medica ainda exerceu por algum tempo as funcções de articulista do referido jornal, servindo-lhe a remuneração d'esse trabalho para auxiliar as despezas da sua formatura. Foi director politico do *Jornal da Manhã*, do Porto, emquanto propriedade de Eduardo Carmo, e nas paginas litterarias dos numeros de segunda feira publicou muitos artigos assignadas com o seu nome e com os pseudonymos de *Curioso alfarrabista* e *David Rosa*. Escreveu no *Commercio Portuguez* e no *Progresso Commercial*, dos quaes foi durante toda a sua existencia correspondente diario politico e noticioso em Lisboa, e redigiu por alguns mezes, durante a ausencia de Luciano Cordeiro no Brazil, o *Commercio de Lisboa*, assim como cerca de 2 mezes o *Jornal do Commercio*, durante uma estada em Paris do dr. Eduardo Burnay. Nos ultimos annos era redactor effectivo do *Diario de Noticias*, onde ficou substituindo Eduardo Coelho, pela sua morte, na secção *Assumptos do dia*, na qual publicava artigos doutrinarios, de politica imparcial, sem feição particular. A obra do dr. Sousa Viterbo é colossal, «e mal se concebe, escrevia ha annos um dos seus biographos, que um só homem tenha podido produzir tanto, embora dispondo de excepcionaes faculdades de intelligencia e tendo pelo estudo e pelo trabalho o mais entranhado amor. A decima parte d'ella bastaria a dar fóros de illustre ao talentoso homem de letras não só em Portugal como em qualquer paiz estrangeiro, mas a elle é quo toda essa immensa e brilhantissima obra ainda parece pequena e enche-se de amargura porque perda da vista já o não deixa entregar se com o mesmo ardor e com a mesma paixão aos seus tão queridos estudos historicos e archeologicos » O dr. Sousa Viterbo começara a perder a vista em 1879, o mal aggravou so depois por excesso de trabalho, e por fim completou a sua obra terrivel. O illustro homem de sciencia, quando falleceu, havia 5 annos que estava inteiramente cego, o reduzido, portanto, á mais triste passividade physica. Valeu lhe sua carinhosa filha, a sr.ª D. Sophia Clementina Leite de Sousa Viterbo, quo o auxiliava com a maior solicitude nos seus trabalhos litterarios como sua dedicada secretaria. Além dos trabalhos poéticos já citados, e da sua carreira jornalistica, mencionaremos a parte mais consideravel da sua obra, que é assombrosa. *Rosas e Nuvens*, poesias, Porto; *A mulher de Cesar*, Porto, 1874; poemeto em alexandrinos dedicado ao dr. Thomaz de Carvalho e incorporado depois nas *Harmonias phantasticas* (teve duas parodias, impressas em folhetos separados, uma das quaes de D. Thomaz de Mello com o titulo de *A mulher do Cesario, burriqueiro de Alcantara); Harmonias phantasticas*, Lisboa, 1875, livraria Ferreira, Lisboa & C.ª, mas foi impressa no Porto na Imprensa Portugueza; *Artes e artistas em Portugal* (contribuição para a historia das artes o industrias portuguezas), Lisboa, 1892; *Frei Bartholomeu Ferreira, o primeiro censôr dos «Lusiadas»*, (Lisboa, 1891; Imprensa Nacional, 8.º grande, 237 pag., edição magnifica adornada com o retrato do autor em phototypia da casa Biel do Porto, e duas reproducções de autographos de frei Bartholomeu, feita em differentes qualidades de papel pelo illustre camoncanista dr. A. A. de Carvalho Monteiro); *A Fonte dos amores—Florilegio poetico* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1889, 8.º grande, 58 pag., adornada com uma phototypia representando a Fonte das Lagrimas, e editada egualmente polo dr. A. A. de Carvalho Monteiro; por estes 2 trabalhos recebeu o autor apenas alguns exemplares para brindes); *Diccionario historico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes ou ao serviço de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1.º tomo 1899; 2.º tomo, 1904; este importante trabalho foi mandado publicar pelo ministerio, das obras publicas, por indicação do Conselho Suporior dos Monumentos Nacionaes. O autor não recebeu por elle o menor estipendio official e o mesmo succedeu com todas as suas obras de investigação historica. O 3.º e ultimo tomo d'este *Diccionario* está ainda inedito; *Pero Vaz de Caminha e a primeira narrativa do descobrimento do Brazil—Noticia historica e documental*, Lisboa, 1902. Obras publicadas nas *Memorias da Academia Real das Sciencias:* I—*Trabalhos nauticos dos portuguezes nos seculos XVI e XVII:* Parto I, *Marinharia* 1898, 4.º grande, (esgotado), (*Historia e Memorias da Academia*, nova serie, 2.ª classe, tomo VII, parte II—II) Parte II, *Constructores navaes* (1900, 4.º grande, 4 estampas), (idem, idem, tomo VIII, parte I) III—*A Livraria de musica de D. João IV e seu index* (1900, 4.º grande, 2 estampas); (idem, idem, tomo IX, parte I) IV—*A Livraria real especialmente no reinado de D. Manuel* (1901, 4.º grande); (idem, idem, idem, idem) V—*Algumas achegas para a historia da tinturaria em Portugal* (1902, 4.º grande), (idem, idem, tomo X, parte I).—VI—*Manuel de Sousa Coutinho (fr. Luiz de Sousa) e a familia de sua mulher D. Magdalena Tavares de Vilhena* (1902, 4.º grande, 2 estampas); (idem, idem, tomo IX, parte I). VII—*Noticia de alguns pintores*

portuguezes e de outros que, sendo estrangeiros, exerceram a sua arte em Portugal (1903, 4.º grande, 7 estampas) (idem, idem, tomo X, parte I). VIII—*Segunda serie*, (1906, 4.º grande); (idem, idem, tomo XI, parte I). IX—*O thesoiro do rei de Ceylão* (1904, 4.º grande); (idem, idem, tomo X, parte II). X—*Duarte Galvão e a sua familia, elementos para um estudo biographico* (1905, 4.º grande); (idem, idem, tomo X, parte I). XI—*A armaria em Portugal —Noticia documentada dos fabricantes de armas brancas que exerceram a sua profissão em Portugal* (1907, 4.º grande) XII—Idem, 2.ª serie; ainda se não publicou. O eminente americanista Mr. Henry Harrisse escreveu um artigo muito lisonjeiro sobre o 1.º volume dos *trabalhos nauticos* no n.º de 12 de dezembro de 1908 na *Revue critique d'histoire et de litterature* o qual saiu em separado n'um opusculo, Paris, 1898 O dr. Sousa Viterbo collaborou em muitas revistas, tirando-se depois em numerosos opusculos, alguns d'elles bastante extensos, os artigos ou monographias n'ellas contidos Citaremos: *A Revista*, Porto; *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas; Circulo Camoneano; Revista de Guimarães; O Branco e o Negro; Revista archeologica; O archeologo portuguez; A tradição; Revista dos Lyceus; Portugalia; Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa; Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes; Arte musical; Revista Lusitana; Medicina contemporanea; Serões* (d'este não se fizeram *separatas); Brazil-Portugal; Revista militar; Archivo historico portuguez* e *Instituto*, de Coimbra. N'estas 3 ultimas é que Sousa Viterbo escreveu mais, sobretudo no *Instituto*. No *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa* publicou: *A exposição de arte ornamental*; *Notas ao catalogo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883. (Alguns exemplares em papel Japão são adornados de 9 magnificas phototypias de Carlos Relvas. O autor foi um dos 7 membros da commissão executiva da mesma exposição e redigiu parte do catalogo illustrado; *Um costume dos habitantes do Pegú*; e *O orientalismo em Portugal no seculo XVI*. No *Ciraclo Camoneano: Henrique Garcez traductor dos «Lusiadas» em hespanhol; Camões em Hespanha*; e *Antonio Figueira Durão e o seu preito a Camões*. Na *Revista dos Lyceus*: *Uma carta de William Julius Mickle. Offerta da sua traducção dos «Lusiadas» ao marquez de Pombal*, 1893; *A civilisação portugueza e a civilisação hespanhola. Sua influencia mutua, 1892.* (E' a introducção a uma obra que o autor conservava manuscripta, sob o titulo de: *Resenha bibliographica dos escriptores hespanhoes, de que ha obras publicadas no nosso paiz).* No *Branco e Negro*, o *Pedro Sem*. No *Archivo Historico Portuguez: o theatro na côrte de D Philippe II*; *Isabel Carreira, A mãe de Frei Bartholomeu Ferreira; A mulher de Antonio Sigy de Velasco; Mensageiros reaes; Gil Vicente. Dois traços para a sua biographia; Jorge de Montemór; A pesca do coral no seculo XV; Uma expedição portugueza ás Canarias em 1440; A avó materna de Affonso de Albuquerque (Os penhoristas do seculo XV); As dadivas de Affonso de Albuquerque; O monopolio da cortiça no seculo XV; Occorrencias da vida judaica; A cultura intellectual de D. Affonso V; A inscripção da Synagoga de Monchique* (additamento ás *Occorrencias da vida judaica*); *Relações de Portugal com alguns potentados africanos e asiaticos; D. Isabel de Portugal, duqueza de Borgonha. Notas documentaes para a sua biographia e para a historia das relações entre Portugal e a côrte de Borgonha; D. João, principe de Candia; Dois poetas seiscentistas; Os mestres da capella real nos reinados de D. João III e D. Sebastião; Poesias avulsas de Affonso Ribeiro Pegado; Mestres da capella real desde o dominio filippino (inclusivé) até D. João I; Occorrencias da vida moirisca; Maximo José dos Reis, o ultimo capitão mór de Cintra; O dote de D. Beatriz de Portugal, duqueza de Saboia*; uma 2.ª parte d'este estudo mais extensa que a 1.ª, publicou se em 1909; *Tres medicos poetas*; e *Dois medicos de appellido Camara*. Nas *Memorias da Academia das Sciencias*: *Breve noticia sobre a cultura da canella na ilha de S. Thomé*. Na *Revista militar*. *O fabrico da polvora em Portugal*, 1896; *Fundidores de artilharia*, 1901; *Ourives espadeiros, ourives da gineta, Freeiros*, 1904; *A batalha de Toro*, 1900; *A esgrima em Portugal*, 1897. (O Livreiro M. Gomes fez em 1899 uma 2.ª edição, sem, todavia, o declarar no frontespicio); *Um punhado de valentes*, 1903; *O infante D. Pedro, o das sete partidas*, 1902; *O Prior do Crato e a invasão hespanhola de 1580*, 1897; *A Soyça* (a Suissa era uma fórma da ordenança militar á maneira da que usavam os suissos); e *Architectos das praças de Africa — Lourenço Argueiros*. Na *Revista de Guimarães*: *Artistas e artifices de Guimarães*, 1897. No *Archeologo Portuguez*: *Os moinhos*, 1896; e *Apontamentos numismaticos*, 1902. Na *Arte musical*: *Mestres da capella real nos reinados de D. João II e D. Manuel*; *Gonçalo Barbosa; Jayme de la Fé y Sagau*; e *Tangedores da capella — Manuel Rodrigues Coelho*. Nos *Archivos de historia da medicina portugueza*: *Cirurgiões do infante D. Henrique*. No *Instituto*, de Coimbra: *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, 1890; *Manuel Correia de Montenegro — Um corrector de Camões*, 1890; *Viagens da India a Portugal por terra e vice versa*, 1898; *Inventores portuguezes*, 1902; *Industrias textis e congeneres*, 1904; *Noticia de alguns arabistas interpretes de linguas africanas e orientaes*, 1906; *Frei João das Chagas*, 1908; *Serralheiros e ferreiros*, 1908; *Poesias de autores portuguezes em livros de escriptores hespanhoes*, 1891; *A industria saccharina em Portugal*, 1908; *A jardinagem em Portugal*, 1908; *João Pinto Delgado*, 1897; *Tapeçaria*, 1902; *O vidro e o papel*, 1903; *Minas e mineiros*, 1904; *Poesias avulsas do dr. Miguel da Silva*, 1906; *Estudos sobre Sá de Miranda*: I — *Os filhos do conego Gonçalo Mendes*, 1895; *Estudos sobre Sá de Miranda*: II — *A familia do poeta — Varia*, 1896; *Estudos sobre Sá de Miranda*: III — *Mem de Sá — A sua descendencia — outras informacões*, 1896; *Os portuguezes e o gentio*, 1896; *Damião de Goes e D. Antonio Pinheiro*, 1895; e *Estudos sobre Damião de Goes* (2.ª serie), 1900 Na *Revista Lusitana*: *Fastos religiosos (festas e procissões)*, 1898; *Materiaes para o estudo da paremiographia portugueza e hespanhola*: I — *Adagios de Lope de Vega Carpio*; Idem: II — *O adagiario de Gonçalo Fernandes Trancoso*; Idem: III — *O adagiario nas operas do Judeu*. No *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*: *Cruzeiros de Portugal* — 1.ª 2.ª e 3.ª partes; *Noticia de alguns esculptores portuguezes ou que exerceram a sua arte em Portugal*, 1900.

Na *Portugalia*: *As candeias*; o *Subsidio para a formação do refraneiro ou adagiario portuguez*, 1901. Além d'estes trabalhos, ainda ha a notar: *A ordem de Christo e a missa sacra nas nossas provincias ultramarinas*, em publicação no *Instituto*; *A gravura em Portugal*, 1909; *D. Leonor de Portugal, imperatriz da Allemanha*, 1910; *Curiosidades musicaes*, na *Arte Musical* LXXVII artigos; *Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo*, 1910; *Noticia ácêrca da vida e obras de João Pinto Delgado*, 1910. E' de Sousa Viterbo a *Introducção aos Lusiadas*, edição illustrada feita pela empresa da *Historia de Portugal*, de Pinheiro Chagas em 1900. Tem tambem artigos e cartas preambulares em diversas obras, como: *Cancioneiro de musicas populares*, 2.º volume, 1895; *Exposição de arte em Vianna do Castello*; *Fingal*, poema de Ossian, traduzido por D. Maria Adelaide Fernandes Prata: *Tratado da armaria*, por J. Leite Ribeiro, etc. De collaboração com Rodrigo Vicente d'Almeida, que forneceu os apontamentos tirados da Real Bibliotheca d'Ajuda, redigiu a obra intitulada *A capella de S. João Baptista erecta na egreja de S. Roque*, Lisboa, 1900. Tem um artigo *O artista da palavra*, no livro *In memoriam*, dedicado ao dr. Sousa Martins, e d'elle se tiraram exemplares em pequeno numero. Nos *Brindes aos senhores assignantes do Diario de Noticias*, tem um conto intitulado: *O phantasma do lago*, no volume do anno de 1878; e no de 1887, uma narrativa historica: *D. Filippa d'Eça, abbadessa de Lorvão*. N'um dos numeros do Natal, do mesmo *Diario de Noticias* tem um conto do costumes portuenses, *Vingança de Judas*. Muitas das poesias do dr. Sousa Viterbo teem sido traduzidas em hespanhol, italiano, allemão e sueco. Foi o illustre homem de sciencia quem revelou n'um artigo da *Correspondencia de Portugal*, a existencia de poesias ineditas de Pedro de Andrade Caminha n'um elegante volume que o dr. J. Priebsch, da Bohemia, publicou com outras, encontradas em Londres, em Halle, em 1898, edição de Niemeyer. Foi elle egualmente quem descobriu que a *Nouvelle relation de la Chine*, traduzida em francez sobre um manuscripto do padre Gabriel de Magalhães, considerado desconhecido ou perdido por um senhor B. e publicado em Paris om 1688, não era outra cousa senão as *Doze excellencias do imperio da China*, incorporadas no *Vergel de plantas*, Lisboa, 1690, de frei Jacinto de Deus, que as apresentou como suas, sem lhes accusar a procedencia. Em 1906 a Associação dos Archeologos prestou ao seu distinctissimo socio uma sincera e imponente homenagem. No dia 4 de abril d'esse anno, uma numerosa deputação d'aquella erudita associação, tendo á frente o presidente, o sr. conselheiro Augusto José da Cunha, se dirigiu a casa de Sousa Viterbo, a quem foi entregar, lendo por essa occasião uma honrosa mensagem, a medalha de prata, que a mesma associação resolvera conferir lhe pelos serviços prestados á archeologia em geral e á historia da architectura em particular. A medalha ia encerrada n'um estojo acompanhado do respectivo diploma. A Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes fundou esta medalha em 1875 para laurear o merecimento artistico e scientifico dos seus associados. Representa na sua face principal (anverso) a figura de Lysia em pé com uma corôa de carvalho (symbolo da duração) em cada uma das mãos, na acção do apresental-as aos laureados que na Architectura ou na Archeologia fôrem dignos d'esta honrosa distincção. O templo hexastico de Diana, em Evora, representa á direita da figura a Arte architectual; emquanto que o soberbo Dolmen da serra de Cintra, que está ao lado esquerdo da mesma figura, refere-se aos estudos archeologicos. Na outra face da medalha (reverso) no campo d'ella circumda uma corôa de louro (emblema do triumpho); servindo o centro d'essa corôa para ser gravado o nome do socio laureado. Nos dias seguintes, outras corporações, como a da Escola de Bellas Artes e a Sociedade das Sciencias Medicas, assim como diversos amigos, fôram cumprimental o pelo mesmo motivo, recebendo o illustre homem de letras tambem muitas cartas, telegrammas e bilhetes de felicitação das provincias. O dr. Sousa Viterbo era socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa; socio benemerito da Associação dos Archeologos Portuguezes; Gabinete Portuguez de Leitura, de Pernambuco; Instituto de Coimbra; Academia de Sciencias de Portugal; Sociedade Archeologica Tarragonense; Sociedade de Sciencias Medicas de Lisboa, socio e membro da commissão redactora; socio fundador da Associação de Jornalistas e Escriptores Portuguezes; da Sociedade de Geographia de Lisboa, da Sociedade Archeologica da Figueira; Association Litteraire Internationale de Paris; da Real Academia de la Historia, Madrid; Academico de merito da Academia de Bellas Artes e professor da Escola de Bellas Artes. Casara em 1877 com uma senhora brazileira, D. Sophia Virginia Leite de Sousa Viterbo. Em 31 de dezembro do 1911, em sessão solemne da Associação dos Archeologos Portuguezes, foi lido pelo sr. dr. Alfredo da Cunha, o Elogio Historico do dr. Sousa Viterbo. O mesmo dr. Alfredo da Cunha leu tambem o Elogio Historico do distincto homem de letras na sessão solemne que se realisou no Atheneu Commercial do Porto. Nos fins do anno de 1912, a empresa do *Diario de Noticias*, como homenagem á memoria do seu distincto collaborador dr. Sousa Viterbo, publicou um livro, intitulado *Cem artigos de jornal*, em que compilou 100 artigos insertos n'aquella folha, e quasi todos na secção *Assumptos do dia*. Em 7 de janeiro de 1913 fez se uma subscripção d'este livro, com o producto da qual se fundiram 2 bustos em bronze do eminente homem de letras, mais tarde offerecidos á Associação dos Archeologos Portuguezes e á Escola de Bellas Artes de Lisboa.

Viterbo *(Fr. Joaquim de Santa Rosa de)*. Religioso franciscano da provincia da Conceição, prégador na sua ordem, chronista da provincia, notario apostolico, socio correspondente da Academia Real das Siencias de Lisboa, etc. N. no Gradiz, povoação do bispado de Vizeu, a 13 de maio de 1741, fal. em 13 de fevereiro de 1822. Depois de aprender a lingua latina, tomou o habito de religioso, professando na ordem de S. Francisco a 7 de setembro de 1760. No seu convento completou os estudos revelando desde muito novo a mais viva tendencia para as investigações historicas. Era dotado de rarissima memoria e de tal retentiva, que bem se podia dizer, que a sua cabeça era uma livraria. Quasi todo o seu tempo o passava a ler ou a escrever,

e comquanto se dedicasse a diversas materias scientificas, comtudo a sua paixão predominante era o estudo da historia e antiguidades, particularmente das do nosso paiz, e n'elle se tornou tão versado como bom se deixa vêr dos seus escriptos. Viajou por diversas partes do reino para indagar inscripções e monumentos romanos, gothicos e moiriscos, esquadrinhando as livrarias e archivos publicos e particulares, para o que estava munido d'uma ordem regia. As copias de manuscriptos antigos tiradas por elle ficavam valendo como originaes, em virtude de privilegio real que assim o mandava, por isso varios sujeitos o encarregaram de pôr-lhes em ordem os seus cartorios; e tambem fez no mesmo sentido importantes trabalhos na Torre do Tombo. Sendo nomeado chronista da ordem franciscana, empenhou todo o seu zelo em colligir noticias historicas e em folhear e decifrar os velhos documentos. Os profundos estudos a que se entregava, lhe inspiraram a ideia de escrever e publicar uma obra, de que em Portugal havia grande falta, uma obra que servisse para auxiliar a leitura de documentos, e de livros antigos, uma obra em fim como o *Glosario*, de Du Cange. Essa obra, que se publicou em 1798, é em 2 tomos, com estampas, e intitula se: *Elucidario das palavras, termos e phrazes, que em Portugal antigamente se usaram, e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensavel para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam. Publicado em beneficio da litteratura portugueza, e dedicado ao Principe Nosso Senhor.* Encontrou logo adversarios esta obra utilissima, e que é fructo d'um improbo trabalho, e reveladora de não vulgar erudição e fino criterio. Alguns criticos philologos chegaram a tratar o autor com certa severidade e desabrimento. Agostinho de Mendonça Falcão, na *Chronica Litteraria da Nova Academia Dramatica*, pag. 199, accusa-o de ter desconhecido o *Cancioneiro* de Rezende, «cuja lição, diz elle, lhe teria sido proveitosa, para não incorrer em algumas inexactidões que se encontram na sua obra, definindo incorreptamente, ou por conjecturas inexactas, alguns vocabulos, cuja verdadeira accepção teria achado no *Cancioneiro*, se o tivesse manuseado convenientemente.» João Pedro Ribeiro, que tambem se lhe não mostra muito favoravel, diz a seu respeito: «Viterbo aproveitou se dos trabalhos, posto que informes, que deixára preparados o laborioso conego regular D. Bernardo da Encarnação, os quaes lhe fôram franqueados no mosteiro da Serra do Porto. Sobre estas bases, com a colheita que fez em alguns cartorios, e outros subsidios que obteve da liberalidade de alguns amigos, organisou o seu *Elucidario*. Além dos defeitos de execução que n'elle se encontram, pelo que respeita á significação de muitos vocabulos, sua orthographia, etc., o *plano* da obra é vicioso, porque exorbita do seu assumpto. Ficaria reduzido á terça parte se omittisse em muitos artigos longas discussões em objectos de politica, economia e moral, sustentando aliás opiniões nem sempre exactas. Devem se-lhe agradecer as noticias de historia e antiguidades, que semeou pela sua obra para instrucção dos leitores; mas cabe ahi applicar lhe o *Sed tamen non erat hic locus.*» E com effeito, numerosas são as correcções que lhe faz ácêrca dos significados etc. de muitos vocabulos. As accusações mais vehementes, porém que se faziam ao *Elucidario*, de Viterbo, eram as que resultavam do seu supposto odio ás instituições monasticas. Fr. Fortunato de S. Boaventura sobretudo, quasi que o tinha na conta de livre pensador. Accusava-o de não citar senão trechos desagradaveis para os frades e para os reis. O artigo Bulla, principalmente, reputava-o Fr. Fortunato de S Boaventura muito pouco orthodoxo. Pondo de parte, porém, essas accusações, que nada veem para o caso, porque se não tratava no *Elucidario* de combater ou defender as instituições monasticas, mas sim de explicar as palavras antigas, é incontestavel que a obra, se é imperfeita, tem no entretanto altissimo valor, e presta aos estudiosos relevantes serviços, tomando-se principalmente em conta as notas de João Pedro Ribeiro Viterbo reconheceu a conveniencia de resumir a sua obra, supprimindo as digressões e documentos, e limitando-se só ao necessario para os que pretendessem entender com accerto os monumentos anteriores, ou coevos dos primeiros seculos da monarchia, e os manuscriptos ou impressos dos autores que floresceram até o seculo XVI. N'este sentido refundiu e abbreviou o *Elucidario*, preparando uma nova edição, que a morte o não deixou publicar, mas que pouco depois saiu em Coimbra, em 1825, impresso na imprensa da Universidade, com o titulo de: *Diccionario portatil das palavras, termos e phrazes, que em Portugal antigamente se usaram, e que hoje regularmente se ignoram: resumido, correcto e addicionado pelo mesmo autor do Elucidario, a beneficio da litteratura portugueza.* Em 1866 fez se em Lisboa uma nova edição do *Elucidario*, emprehendida pelo editor Fernandes Lopes e dirigida por Innocencio Francisco da Silva. Saiu com a indicação de *segunda edição revista, correcta e copiosamente addicionada de novos vocabulos, observações e notas criticas, com um indice remissivo.* O modo como o erudito bibliographo comprehendeu a sua missão foi vivamente atacado por Augusto Soromenho, e d'ahi resultou entre estes dois irasciveis eruditos uma discussão violentissima. No fim do tomo II vem, como appendice, a resposta de Innocencio ao seu antagonista. Absorto nas suas preoccupações litterarias e estudiosas, eleito socio correspondente da Academia Real das Sciencias e notario apostolico, retirou se Viterbo nos ultimos annos para o convento de Fraga, no districto de Vizeu, e ahi continuou a trabalhar até que um ataque apopletico, alterando lhe as faculdades intellectuaes o veiu privar de se entregar ás suas occupações dilectas de investigação historica. Ainda viveu assim algum tempo, até que falleceu, contando 78 annos de edade. Santa Rosa de Viterbo havia publicado no Porto, em 1791, sem o nome do autor, um tomo de *Sermões apostolicos, e originariamente portuguezes.* Deixou bastantes obras manuscriptas, cujo destino se ignora

Viterbo *(Fr. Jorge de Santa Rosa de).* Religioso da ordem Terceira de S. Francisco. N. na villa de Trevões, bispado de Lamego, em julho de 1654, fal. em Braga a 22 de janeiro de 1755. Professou em 1702 no convento de S. João da Pesqueira. Depois de professar sciencias ecclesiasticas no convento de Caria e collegio de Coimbra, passou a exercer o mister de prégador geral da sua ordem em que se tornou muito afa

mado, segundo o gosto do tempo, que exaggerou de um modo extraordinario, como se póde vêr pela simples exposição dos titulos dos sermões e discursos publicados: *Oração panegyrica problematica, gratulatoria e genealogica, prégada em acção de graças em o dia oitavo de Santos, na festa qme se fez no convento de S Francisco de Mogadouro, a Nossa Senhora das Mercês por haver nascido no seu dia a sr.ª D. Maria Anna Bernarda, primogenita dos ex.mos srs. marquezes de Tavora*, etc., Salamanca, sem indicação de anno, mas sabe-se que é de 1722; *Zodiaco soberano que entre dois cometas da vida humana contém brilhantes astros em discursos tropologicos, en comiasticos e exegeticos para os doze mezes do anno, quaresma e advento; ideados nas divinas letras, exornados de varias allegorias, exquisitos problemas, mysteriosos hieroglyphicos, philosophicas sentenças e humanidades celestes, com um astrolabio sacro-rhetorico, omninada instrucção de prégadores, na qual como em planispherio mathematico estão recopilados todos os preceitos de rhetorica sagrada, breve extracto de quanto o evangelico orador deve saber, compendiado dos maiores oradores, gregos e latinos, sagrados e profanos;* esta obra imprimiu se em Salamanca, tem 2 tomos, o 1.º em 1726 e o 2.º em 1731; *Resposta apologetica, crysol de verdades orthodoxas, calculadas nos signos do Zodiaco soberano, em o seu primeiro tomo contra a hypercritica censura de um antagonista, antipoda da verdade;* Madrid, sem nome do autor, nem declaração de anno; *Nomenclatura soberana, etymologica, tropologica, e encomiastica de S. João Baptista em uma oração litteral, moral e panegyrica*, Lisboa, 1742; *Antidoto orthodoxo, sympathico e homogeneo, recitado pelo divino proto medico, calcinado no pó da cinza com que a Santa Madre Egreja pulverisa os mortaes seus filhos no primeiro dia da quaresma para os verificar em corpo e alma, explicado e exemplificado pelo padre prégador geral Fr. Jorge de Santa Rosa de Viterbo, da Terceira Ordem de S. Francisco*, Salamanca, 1748.

Vitetas Pov. na freg. de S Martinho, de Varzea do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

Viticultura. Cultura das vinhas. E' a viticultura uma das fontes de riqueza de Portugal.

Vitolapur. Pagode na India, que marca um dos limites administrativos entre o conc. de Sanquelim e o commando mil. de Satary, sendo os outros extremos marcados, um pela arvore de Santinom (limite entre as aldeias de Maulinguém e Poriém) e outro pelo vau de Valvota.

Vitoreira. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Cabril, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Canalcova, conc. de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Sobreposta, conc. e distr. de Braga.

Vitoria *(Batalha de)*. N'esta cidade hespanhola travou se em 22 de junho de 1813 uma renhida batalha entre o exercito anglo luso e as tropas do rei José Bonaparte, ou, melhor dizendo, do marechal Jourdan, seu major-general. Esta batalha que teve desastrosas consequencias para os francezes, distinguiram-se brilhantemente as tropas portuguezas, e tanto que Beresford, enthusiasmado, pediu ao principe regente D. João uma distincção especial para alguns regimentos. A ordem do dia em que relata a conducta das tropas portuguezas n'essa batalha, é para ellas tão honrosa, que bem merece ser transcripta: «Quartel general de Huarte, 1 de julho de 1813. — Com o mais perfeito prazer e satisfação passa Sua Excellencia o senhor marechal Beresford, marquez de Campo Maior, commandante em chefe do exercito, a falar da conducta das tropas portuguezas na famosa batalha de 21 do mez passado, em que o exercito alliado ganhou uma completa victoria sobre o exercito francez. O senhor marechal felicita a nação portugueza pelo comportamento das suas tropas n'esta memoravel batalha, e, fazendo aos corpos portuguezes que n'ella tiveram parte o mais alto elogio, só vem a dizer o que elles mereceram. O senhor marechal julga se obrigado a mencionar com particularidade a conducta das duas brigadas, a composta dos dois regimentos de infantaria 9 e 21, e batalhão de caçadores n.º 11, commandada pelo sr. brigadeiro Manley Power, e a composta dos regimentos n.os 11 e 23 o batalhão de caçadores n.º 7, commandada pelo sr. coronel Thomaz Guilherme Stubbs. O illustrissimo e excellentissimo senhor marechal-general duque de Vitoria, e o senhor marechal, presencearam a brilhante conducta d'estas duas brigadas, cuja firmeza, boa ordem e valor não so podem exceder, e Sua Excellencia o senhor marechal general mostrou por tal comportamento a maior admiração. O senhor marechal assegura a estas brigadas que não faltará a pôr com particularidade na presença de Sua Alteza Real uma distincção de honra especial para os corpos que as compõem; o sr. brigadeiro Manley Power, o sr. coronel Thomaz Guilherme Stubbs, os commandantes dos corpos e os mais officiaes, officiaes inferiores e soldados d'estas brigadas, acceitarão os agradecimentos do sr. marechal, e não especialisa official algum porque todos fizeram nobremente o seu dever. A conducta do commandante das quatro companhias de granadeiros dos regimentos de infantaria 9 e 21 merece ser mencionada com particularidade, assim como as das mesmas quatro companhias. O senhor marechal não póde prescindir de fazer os maiores elogios á brigada do commando do sr. brigadeiro Diniz Pack, composta dos regimentos de infantaria 4 e 16 e batalhão de caçadores n.º 4, e de exprimir a sua completa satisfação a respeito de todos os officiaes, officiaes inferiores e soldados d'estes corpos, o sr. brigadeiro, os commandantes dos corpos, officiaes inferiores e soldados d'esta brigada acceitarão a approvação do senhor marechal, que não deixará de fazer menção d'elles a S. A. R. O sr. brigadeiro Diniz Pack, em razão de ter sido destacado com a sua brigada o batalhão de caçadores n.º 8, faz honrosa menção d'elle, e Sua Excellencia se regosija de que este batalhão cuide em conservar a reputação que tem adquirido. O senhor marechal dá os seus agradecimentos ao sr. brigadeiro Frederico Spry e aos officiaes, officiaes inferiores e soldados da brigada do seu commando, composta dos regimentos de infantaria n.os 3 e 15, pela sua boa conducta e firmeza. As brigadas de artilharia portugueza satisfizeram no que lhes competia e mereceram a approvação do senhor marechal. O senhor marechal tem toda a razão de estar satisfeito com a brigada do commando do sr. coronel Carlos Ashwortr e com os

corpos da divisão ligeira, o regimento de infantaria n.º 17 e os batalhões de caçadores n.ºˢ 1 e 3, ainda que as circumstancias e as suas posições respectivas na batalha não lhes offereceram occasião de se distinguirem com particularidade. O mesmo diz o senhor marechal a respeito da divisão do commando de S. Ex.ª o sr. tenente-general conde de Amarante e da brigada do commando do sr. brigadeiro Lecor, que, posto que não tivessem occasião de entrar em combate, os seus desejos e boa ordem fôram visiveis. Não é possivel que todas as tropas d'um exercito entrem em acção n'uma batalha, e ainda menos que todos tenham occasião de se distinguir; porém o senhor marechal tem o gosto de dizer ao exercito portuguez que está perfeitamente satisfeito com todos os que estiveram n'esta famosa batalha; todos os corpos fizeram o seu dever relativamente ás circumstancias em que se achavam, e nenhum corpo deixou de se distinguir sempre que teve occasião. O senhor marechal repete que tem o mais vivo prazer em levar á presença de S. A. R. a boa conducta particular e geral de todo o seu exercito, que se achou na batalha e victoria de Vitoria em 21 de de junho de 1813.»

Viuveiro. Povoações nas freguezias: S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Bartholomeu, de Villa Cã, do mesmo conc. e districto.

Viuvos. Pov. na freg. de N. S.ª do Pé da Cruz, de Santa Cruz, conc. d'Almodovar, distr. de Beja.

Vivaldo *(Antonio Simões de Carvalho).* General do nosso exercito. N. a 13 de junho de 1846, fal. em Lisboa a 13 de julho de 1904. Cursou o Collegio Militar, e concluidos os estudos, sentou praça a 23 de julho de 1863, indo terminar o curso da sua arma na Escola do Exercito, e sendo por isso promovido a alferes a 30 de janeiro de 1867. Sendo coronel em 1895, foi-lhe confiado o commando dos regimentos de infantaria n.ºˢ 2 e 18, sendo aquelle onde permaneceu mais tempo e o ultimo que commandou. Tambem commandou a 9.ª brigada de infantaria com a séde em Aveiro, tendo ascendido ao posto de general de brigada a 18 de fevereiro de 1904. Era considerado um espirito de larga cultura, gozando do melhor conceito pelos seus vastos conhecimentos profissionaes.

Vivas *(Manuel Gonçalves).* Segundo official da repartição de contabilidade do ministerio da fazenda, desempenhando este cargo á data do fallecimento, no ministerio da guerra. Fal a 13 de dezembro de 1907. Era muito conhecido na sociedade lisbonense, onde desde muitos annos se evidenciava pela sua conversação animada e espirituosa, e pelo seu conhecimento no meio associativo, em que muito tempo conviveu, prestando serviços a muitas collectividades, nas quaes exerceu diversos cargos com dedicação e intelligencia. Era tal a sua actividade que chegou a occupar o logar de secretario, ao mesmo tempo, d'um avultado numero de associações, e tão reconhecida a sua competencia, que o seu nome sempre se indicava para esse cargo em todas as collectividades de que fazia parte. Este facto valeu-lhe a graciosa denominação de *secretario de todas as associações presentes, passadas e futuras.* Manuel Gonçalves Vivas pretendeu seguir a carreira maritima, tendo para isso frequentado a Escola Naval e chegando mesmo a fazer uma viagem de instrucção, como aspirante de marinha, a bordo da corveta de guerra *Bartholomeu Dias.* Mas, por differentes motivos, abandonou essa tentativa, e foi matricular-se no Instituto Industrial, onde concluiu o curso superior do commercio. Obtido o respectivo diploma esteve como guarda livros em alguns bancos e companhias, até que foi despachado, mediante concurso, segundo official da Direcção Geral da Contabilidade Publica, logar que ainda exercia, quando falleceu, conforme dissémos. Foi durante alguns annos delegado do thesouro no districto de Angra do Heroismo, e por occasião da visita aos Açôres das pessoas reaes, de quem Gonçalves Vivas era fanatico admirador, o fallecido estadista Hintze Ribeiro desejou conferir-lhe a carta de conselho, honra que pediu para não acceitar. Pertenceu durantes largos annos ao Gremio Popular a que dispensava grande affeição; á Sociedade Promotora de Asylos, Creches e Escolas, onde foi secretario da mesa da assembleia geral: ao Albergue dos Invalidos do Trabalho; ao Montepio Official, sendo tambem secretario da assembleia geral; do Mealheiro das Viuvas e Orphãos, de que fôra fundador; do Asylo Officinas de Santo Antonio; da Associação da Imprensa Portugueza, de que era vogal da junta de conciliação, e de muitas outras associações, advogando sempre nas suas sessões, com notavel calor e persistencia a causa dos necessitados, dos desprotegidos da sorte. Collaborou em muitos jornaes, entre os quaes o *Diario de Noticias, Illustrado, Economista, Epoca* e *Gil Braz*, e foi durante muito tempo correspondente em Lisboa, da *União,* diario angrense.

Viveiro. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Covas de Barroso, conc. de Boticas, distr. de Villa Real. || Santa Marinha, de Ferral, conc. de Montalegre, do mesmo districto.

Vivenda. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

Vizalhães. Pov. na freg. de S. Thiago, de Mondrões, conc. e distr. de Villa Real.

Vizella. Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 118 fog e 414 hab Tem esc. do sexo fem. e está situada a 2 k. do rio Vizella e a 8 da séde do conc. A egreja matriz é muito antiga, pequena e singela, sendo a porta principal de arco de volta inteira. Tem altar-mór e mais 2 lateraes, e um oratorio mais moderno com a imagem do *Coração de Jesus.* Limita esta freg. o rio Vizella, que tem um pontilhão no logar da *Sanra.* Passa tambem um ribeiro, cujas aguas são distribuidas para rega dos campos marginaes. O cruzeiro denota muita antiguidade. E' de pedra e tem a imagem de Christo mal esculpida e toscamente pintada a roxo rei em 1858. Antecedem-n'o e seguem n'o cruzes de pedra que vão terminar n'uma elevação proxima, denominada *Calvario,* sitio aprazivel com extenso e formoso panorama. O terreno produz cereaes, legumes e bom vinho verde. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. Faustino, da prov. do Minho, conc. e com de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 94 fog. e 378 hab. Tem esc. do sexo fem. Está situada a 2 k do rio Vizella e a 8 da séde do conc. Era abbadia da mitra, tendo annexa a vigairaria de S. Cypriano, de Taboadello, cujo

vigario apresentava. O orago d'esta freg. é *S. Fausto*, e não *S. Faustino*. Assim é nomeada em antigos documentos e nas inquirições de 1220, era de Cezar. Não se sabe quando lhe alteraram o padroeiro. No tombo feito em 1548 é ainda nomeado *S. Fausto*, e em 1710 já era *S. Faustino*. Esta mudança nos documentos officiaes e no vulgo não fez mudar o verdadeiro titular da egreja, pois a freg. o venera a 13 de outubro e d'elle resam os parochos, e n'este dia, effectivamente no *Breviario hespanhol*, se deve encontrar, segundo uma nota no *Livro dos usos* d'esta parochia. Se fôra S. Faustino, devia ser festejado a 15 de fevereiro, dia em que o *Breviario romano* o commemora. S. Fausto era portuguez, nascido na prov. do Minho, e foi um dos nobres cavalleiros martyrisados em Saragoça, com Santa Engracia. A antiga egreja matriz estava um pouco mais abaixo e ao nascente da actual. E' um templo acanhado, cuja construcção parece datar do seculo XVII, e nada tem que a recommende, além do altar mór e da tribuna, que são de talha, mas pouco vasada, e que talvez já pertencesse á antiga egreja. Passa pela pov. um pequeno riacho anonymo, que move durante algum tempo do anno 6 moinhos. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de Santo Adrião, da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto; 135 fog. e 529 hab. Tem esc. do sexo fem. e está situada a 1 k. da margem esquerda do rio Vizella e a 12 da séde do conc. Era abbadia da mitra, e teve annexa a freg. de S. Jorge, de Vizella, onde apresentava o vigario. Pertenceu ao antigo termo de Guimarães; depois ao extincto conc. de Barrosas, e desde 1855 ao de Felgueiras. Até 1882 foi do arceb. de Braga, passando então para o bisp. do Porto. A egreja matriz é um templo antiquissimo e *sagrado*. Talvez anterior ao seculo XI, e apezar d'algumas reconstrucções, ainda bem claramente demonstra a sua muita antiguidade. Além do altar mór, tem mais 3 altares. N'esta freg. conservam-se 3 objectos dignos de menção, e tem sido muito admirados pelos peritos, entre outros o marquez de Sousa Holstein, dr. Martins Sarmento e conego Alves Matheus. São: um turibulo de latão no estylo gothico, uma cruz processional do seculo XVI e uma bacia de cobre talvez destinada para a ceri nonia do *Lava pés*, que outr'ora, bem como as demais festividades da semana santa, ali se celebravam com bastante luzimento. Houve na pov. muitas capellas, d'algumas das quaes já nem restam vestigios. N'uma elevação pouco distante da egreja parochial existe uma capella sob a invocação de *N. S.ª da Tocha*, no sitio onde n'outro tempo esteve uma pov. pre-romana, um *Castro*, como indicam numerosos vestigios, que ainda se vêem. A imagem da Senhora da Tocha é muito venerada pelos povos das parochias visinhas, e mesmo de longas distancias. Junto á egreja, n'um degrau da escada que sobe para um comoro, vê se um cruzeiro de curiosa esculptura, representando o mysterio da Trindade e o martyrio de S. Sebastião, notando-se ali um cutelo em relevo. Pertence Vizella á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. Jorge, da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto, 65 fog. e 243 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada na margem esquerda do rio Vizella, a 8 k. da séde do conc. Pertenceu ao antigo termo de Guimarães e ao arceb. de Braga até 1882. Esta freg. é de fundação antiga; encontra-se mencionada nas inquirições de 1220 (1182 da era christã), sob o nome de *S. Jurgio de Ripa Vizella*. A egreja tem 3 altares e um antigo quadro a oleo representando o santo padroeiro, que dizem ser quadro de muito valor. O rio Vizella banha a extremidade d'esta freg., e ha no seu termo 5 moinhos e 2 azenhas para moagem de cereaes. Pertence á 6. div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. Para effeitos administrativos foi esta freg. annexada á de S. Martinho, de Penacova, do mesmo conc. por alvará de 4 de abril de 1902. || Pov. na freg. de S. Thomé de Travassós, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Rio do distr. de Braga. Nasce na serra de Pedreiro, freg. do conc. de Fafe, e depois d'um curso de 35 k. aproximadamente, junta se no rio Ave no limite da freg. de S. Miguel das Aves, conc. de Santo Thirso, onde tem uma ponte metalica na estrada de Guimarães, outra na freg. de Villa Fria; outra em Negrellos, e ainda em mais pontos. No Vizella vão desaguar os seguintes rios: *Sá*, *Paços*, *Arquinho*, *Fundêlho*, e *Fôjo*, além d'outros menores anonymos. As terras que elle banha, especialmente desde a ponte de Nabainhos ou Nova Pombeiro, onde toma o nome de *Vizella* até Negrellos, denominada *ribeira do Vizella*, são fertilissimas.

Vizella *(Caldas de)*. Importante pov. situada no termo das freguezias de S. João Baptista e de S. Miguel das Caldas de Vizella, no conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga, Fica ao S e a 9 k. da séde do conc. e no mesmo local onde existiu em epocas remotas uma grande pov. chamada *Suzana*, segundo a tradição popular e conforme o attestam os muitos vestigios de luxuosas contrucções que se tem ali encontrado: pedra lavrada, fragmentos de louça e de telhas, moedas, capiteis de columnas, mosaicos, inscripções, etc. A egreja matriz de S. João Baptista era do padroado real, passando lhe junto o rio Vizella; anteriormente, até 1553, fôra abbadia da apresentação de D. Prior da collegiada de Guimarães. Chamava-se n'outro tempo *S. João de Gominhães*, nome sem duvida tomado da nobre casa e paço de Gominhães situado n'esta freg. A egreja parochial tem altar-mór e mais 3 lateraes. A freg. de S. Miguel está situada n'um valle, d'onde se vêem as de S. João das Caldas, a de Enfias e varios montes. O arcebispo de Braga apresentava o abbade. E' uma das mais antigas parochias d'este arcebispado, pois na div. feita pelo concilio de Lugo, anno de 569, no tempo dos suevos, é esta uma das freguezias que se mencionam como da jurisdicção de Braga. A egreja parochial tem altar-mór e mais 4 lateraes. A capella-mór foi reformada no anno de 1727, como indica esta data, gravada n'uma pedra do lado exterior. O corpo da egreja soffreu tambem reforma em 1765, como indica a data gravada na padieira da porta principal. Em 1882 foi toda a egreja forrada, sendo lhe tambem accrescentada a altura de 1 metro. A moderna pov. póde dizer-se que principiou nos fins do século XVIII, quando se descobriram os banhos e começaram a affluir os banhistas, ou em 1814, data em que o provedor, da camara de Guimarães Francisco Barroso Pe-

reira mandou fazer importantes obras. A moderna estancia balnear está edificada em terreno onde os romanos tiveram outra, mais majestosa e talvez ainda mais concorrida. Notam se na pov. e nos arredores, a cada passo, vestigios de canalisação dos romanos, medalhas, moedas, pedras com inscripções, troncos de columnas e outras peças de architectura, que são conservadas como preciosidades archeologicas. Encontraram se no meio d'essas ruinas algumas piscinas, entre as quaes uma de fórma semi circular onde se tomava n'aquelles tempos remotos o banho da *meia lua,* outra quadrada que servia ao *banho grande*, e ainda uma outra de fórma octogonal, que são carcomidas mas inapagaveis amostras do luxo dos romanos n'aquellas thermas. Os fundos de todas as piscinas com quadrados de marmore em mosaico calcareo, estão ainda perfeitamente conservados. Estas aguas thermaes já eram conhecidas antes da dominação romana, e haviam adquirido fama de *miraculosas.* Duas inscripções dedicadas a *Bormanico*, deus gentilico das fontes e deus lusitano provam esta affirmativa. Os costumes bem conhecidos dos romanos, para os quaes os-banhos eram hygieno e luxo, levaram este povo a aproveitar as nascentes e a construir numerosos e luxuosos estabelecimentos thermaes, cujos restos se tem encoutrado e admirado em differentes pontos do paiz e fóra d'elle. Mascarenhas Neto, fundado na inscripção *Dedicavit T. Flavius Archelavs Claudianvs. Leg. Avg* , suppõe que as thermas romanas datam do tempo de Domiciano, 81 a 90, da era christã, tempo em que Tito Flavio foi legado d'este imperador, na Lusitania. Parece que algumas d'estas nascentes ainda estavam a descoberto no seculo XI, ou que pelo menos se conservava lembrança d'ellas, pois Affonso V, rei de Leão e Castella, aqui esteve em 1014 com sua mão D. Geloiza, e *in Oculis Calidarum* assignou algumas doações. Esta mesma denominação conservaram sempre estes logares, como reminiscencia das suas aguas thermaes, posto que os edificios, por qualquer circumstancia hoje ignorada, desappareceram completamente, e por muitos seculos se ignorou a sua existencia. Tambem parece que as aguas, em maior ou menor volume, fôram sempre notadas pelos povos visinhos, pois a *Monarchia Lusitana* menciona como existentes aqui *fontes d'agua quente;* o P. Torquato Peixoto, na *Antiga Guimarães*, 1692. diz haver aqui excellentes caldas; e o P. Carvalho da Costa, na *Chorographia portugueza*, tomo I, diz: «n'esta freguezia (S. Miguel das Caldas) em um lameiro baixo baldio estão cinco olhos d'agua, umas mais quentes que outras, e todas mui medicinaes para grande quantidade de enfermos que se veem curar a estas Caldas.» Não havia, porém, senão uns charcos em que se tomavam os banhos, e por isso é de crêr que os enfermos de que fala a *Chorographia* citada, eram apenas os indigentes, pois os que tinham meios, mandavam conduzir a agua em pipas para as suas habitações. Assim eram levadas para o Porto, Guimarães, e outras povoações mais ou menos distantes, como diz Mascarenhas. No começo do seculo XVIII principiaram a descobrir se as paredes do banhos e ruinas d'outros edificios, cuja descoberta por ordem da camara de Guimarães não continuou. Segundo diz F. da Fonseca Henriques, no *Aquilegio medicinal*, descobriu se em 1723 um tanque, que media 44 palmos por 33. Os povos visinhos buscavam estas aguas para as barrelas, porque poupavam tempo e lenha. A camara de Guimarães querendo, porém, conserval as limpas para serem utilisadas pelos enfermos, em 10 de novembro de 1734 mandou que as duas freguezias, S. Miguel e S João Baptista, tivessem o cuidado de conservar limpo o dito tanque sob pena de 6$000 e 30 dias de cadeia aos officiaes das ditas freguezias, devendo estes relacionar as pessoas que ali fizessem barrelas, para serem castigadas. Em 1785, no logar em que existiam os charcos e tanque, fez-se uma barraca de cobertura de colmo, e começaram os primeiros banhos regulares. Em 1787 fizeram se as primeiras edificações de madeira, em que se construiu um banho, e pelas escavações se descobriu outro, que estava soterrado, apparecendo tambem por essa occasião indicios de magnificas construcções. Foi n'esse anno que as aguas começaram a usar-se mais frequentemente em bebidas, pois anteriormente a immundicie o não permittia. Em 1788, por instancias de Mascarenhas Neto, se descobriram 16 nascentes d'agua e 8 banhos construidos d'argamassas diversas e fragmentos de tijolo, *ladrilhado a mosaico.* Descobriu-se tambem no mesmo anno, no sitio do *Moirisco*, chamado *poço quente*, mais 4 nascentes com diversos graus de calor, sendo a agua conduzida por differentes canos, além de 2 olhos que existem no proprio leito do rio. Estas descobertas attrahiram grande affluencia de enfermos da provincia do Minho, que colhiam optimo resultado do uso dos banhos, affluencia que continuou nos annos seguintes, tornando se necessario um cirurgião que velasse pelos doentes e lhes indicasse as aguas mais adaptadas ás differentes enfermidades que soffriam. Remediou a camara esta falta creando ali um partido de cirurgia em 15 de junho de 1796. Em 1797 construiram se algumas barracas d'alvenaria. Em 1803, por aviso régio de 23 de junho, foi nomeado o primeiro banheiro e encarregado da limpeza dos tanques com o ordenado de 60$000 réis, sendo provido n'aquelle logar Domingos Teixeira Mendes, que já occupava interinamente o mesmo cargo. Em 26 de setembro de 1804 Francisco José de Miranda obteve uma provisão regia, conferindo-lhe o privilegio de estabelecer aqui açougue, como já tinha havia 14 annos, devendo a carne dar 2 réis o meio em arratel mais barata do que em Guimarães. No anno de 1811, por alvará de 14 de setembro, foi D. Leonor de Faria Machado autorisada a construir 2 banhos nas duas nascentes junto á sua casa nobre *da Azenha*, sendo obrigada a fornecel-os gratuitamente ao publico e ficando lhe apenas a administração. Em 1812 encontra-se ali o primeiro medico, Antonio José de Sousa Basto. nomeado por provisão de 10 de março, devendo servir gratuitamente durante a guerra, conforme o promettera. Com a nomeação de Francisco Barroso Pereira, já citado, para o cargo de provedor da Camara de Guimarães, de que tomou posse a 1 de janeiro de 1811, tiveram grande impulso a exploração das aguas e o aformoseamento de Vizella. Em 11 de junho de 1812 conseguiu que a camara mandasse fazer importantes concertos nos poços thermaes e alcançou depois parte da pedra da *Torre Velha dos muros de Guimarães*, conduzindo se para ali só em maio de

1814 aproximadamente 300 carros d'ella. Ao genio emprehendedor de Barroso se deve a extensa e formosa alameda da *Lameira*, a reconstrucção de diversos banhos e a fonte d'agua thermal que devia ser coroada por um formoso obelisco, tendo em uma das faces uma inscripção commemorativa, mas não chegou a gravar-se, collocando se em vez d'ella as armas reaes. Nos annos seguintes a camara e o governo fôram tomando constantemente diversas providencias com relação ao serviço dos banhos, nomeando medicos, cirurgiões, banheiros, etc. Em 21 de março de 1845 descobriram-se mais 2 banhos debaixo da varanda da casa denominada *hospital*. Ambos tinham o fundo revestido de mosaico, e no primeiro via se egual revestimento nas paredes lateraes. Eram 27 as nascentes encontradas até esta data, sendo 3 destinadas para bebida, 21 para banhos e 3 para emborcações. Desde essa data até 1851 ainda se encontraram mais nascentes, chegando então o numero a 34. Todas ellas brotam nas margens e no leito da ribeira de Vizella, em terrenos de granito porphyroide. Em 1858 fôram construidos 2 banhos novos. Em 1873 constituiu-se a actual Companhia Exploradora dos banhos de Vizella, e por portaria do 11 de setembro de 1874 foi a camara de Guimarães autorisada a effeituar com a referida companhia o contrato de cedencia das thermas. O contracto provisorio, pelo qual a camara se obrigava a ceder todas as nascentes d'aguas thermaes e medicinaes situadas nas freguezias de S. João Baptista e de S. Miguel das Caldas, bem como todos os terrenos, pedreiras e predios municipaes que ficassem n'um raio de 600 m. do meio da ponte nova para o N do rio e n'um raio de 300 m. para o S do mesmo rio, e que fôssem precisos para os estabelecimentos thermaes, foi assignado a 18 de novembro; e depois de approvado pelas camaras legislativas foi mandado executar pela carta de lei de 14 de abril de 1875. Analysadas as aguas pelo lente da Escola Polytechnica de Lisboa Dr. Agostinho Vicente Lourenço, contratou-se o engenheiro Cesario Augusto Pinto, que foi a França, Belgica e Allemanha visitar os estabelecimentos de banhos mais notaveis. Quando voltou da sua viagem, apresentou o projecto dos edificios a construir, o qual foi submettido á approvação da camara e do governo e approvado por portaria de 21 de agosto de 1878. Uns trabalhos a que procedera o engenheiro Achilles Dejant, patentearam novos mananciaes d'agua, e ainda posteriormente se descobriram mais, o que elevou o numero das nascentes a 55, as quaes se distribuem em 3 grupos: *Lameiras* e *Valmenso*, na margem direita do Vizella, e *Moirisco*, situado na margem esquerda. O caudal da todas ellas está calculado em 1 milhão de litros em 24 horas. As aguas são recebidas em grandes reservatorios de granito revestidos internamente por uma camada de cimento. D'estes reservatorios são conduzidos para as salas e gabinetes de installações. O magnifico estabelecimento thermal está hoje considerado como um dos melhores do paiz. Tem 6 grandes piscinas de granito para 6 e 10 pessoas; 10 banheiras de 1.ª classe, 29 de 2.ª e 18 de 3.ª para banhos de immersão; 4 banheiras para immersão com duches; 4 para banhos de lamas com immersão e 2 para banhos de lamas com duches, 6 salas para hydrotherapia sulfurea ou simples; vapor simples, aromatico ou terebenthinado, duas completas installações de duches e de sudações em caixa; duas salas de 1.ª classe e duas do 2.ª para pulverisações, irrigações nasaes e auriculares; duas salas para gargarejos e 4 banheiras com agua corrente para banhos de pernas e de pés. Dentro do parque ha uma grande piscina para natação com agua corrente. Este parque foi construido de 1885 a 1886, delineado e plantado pelo floricultor e horticultor José Marques Loureiro. As aguas das differentes nascentes de Vizella teem composição quasi egual, e são todas limpidas, transparentes, com cheiro e gosto sulfhydrico, o untuosas. As suas temperaturas variam conforme as nascentes. Fôram analysadas em 1867 pelo dr. Agostinho Vicente Lourenço, que mais tarde ainda procedeu a outras analyses. São muito applicadas no tratamento das doenças da pelle, no escrofulismo, rheumatismo, gotta, phlegmasies chronicas e catharraes dos bronchios e larynge, nas anginas granulosas, metrites e n'algumas diserasias sanguineas. Vizella tem-se engrandecido e tornou-se conhecida, graças á importancia das suas aguas thermaes. Hoje veem se ali ruas alinhadas e largos predios modernos, artisticos e hygienicos; praças arborisadas, hoteis confortaveis, restaurantes, cafés, muitos estabelecimentos commerciaes. Os grandes e bellos edificios que n'ella se vêem, datam de 1868 por deante. A casa de estylo gothico a cavalleiro da ponte velha, foi mandada construir pelo negociante do Porto, Guilhermo Wibi. No largo da Alameda faz-se uma importante feira ou mercado de cereaes, legumes, louça, gado, etc. nos dias 7 e 22 de cada mez, desde janeiro de 1835. Este mercado foi instituido a petição dos povos das freguezias de S. João e de S. Miguel das Caldas do Vizella, e na epoca balnear de 1 de maio a 31 de outubro, é diario, especialmente em legumes, leite, hortaliça, pão, ovos e fructa. Ha escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de valores declarados e de encommendas, sendo o telegrapho inaugurado a 20 de junho de 1878; agencias bancarias, e de seguros, medicos, pharmacias, est. do caminho de ferro, na linha do Porto a Fafe, entre as de Lordello e Guimarães. Tem-se publicado os jornaes. *Echos de Vizella*, semanario, agosto, 1904: em publicação em 1914; *A Emancipação*, 11 d'outubro de 1892; *O Vizellense*, 5 d'agosto de 1904 No 1.º quartel do seculo passado estabeleceu se e funccionou n'uma casa do largo de Alameda, então Lameira, um hospital ou albergue fundado e mantido por uma commissão de Vizellenses que para tão caridoso fim agenciava donativos e n'elle recolhia e sustentava na estação balnear enfermos pobres que necessitavam de banhos, installando-se posteriormente nos altos da mesma casa os soldados que tambem iam tomar banhos. A referida casa ficava entre o banho denominado *Lua Cheia* e o *Banho Grande*, ao longo do caminho da fonte publica e sobre os banhos romanos intermedios. Em 1848, a camara de Guimarães para explorar uns banhos no referido local, comprou a casa e demoliu a em 1852, promettendo que em logar d'ella fundaria um albergue para recolher os pobres na epoca balnear, mas não chegou a cumprir a promessa. Bibliographia : *Memoria sobre antiguidades das Caldas de Vizella*, por Jo-

sé Diogo Mascarenhas Neto, nas *Memorias de Litteratura Portugueza*, publicadas pela Academia Real das Sciencias, tomo III, pag. 93 a 110; *Noções therapeuticas sobre o uso e o abuso das aguas sulfurosas*, por J. J. de S. Pereira Caldas, Porto, 1852; *Noticia archeologica das Caldas de Vizella*, por J. J. da S. Pereira Caldas, Braga, 1853; *Esboço topographico das Caldas de Vizella*, pelo dr J. J. da Silva Pereira Caldas, no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, tomo IV da 2.ª serie, 1853, pag. 318; *Indiculo generico das virtudes curativas das aguas sulphurosas das Caldas de Vizella*, por J. J. da Silva Pereira Caldas, Lisboa, 1851; *Noções ácêrca do projectado estabelecimento thermal de Vizella*, por Antonio Ignacio Pereira de Freitas, Braga, 1868; *No Minho*, por D. Antonio da Costa, Lisboa, 1874, pag. 12 o seguintes; *Estatutos da Companhia dos banhos de Vizella e contrato entre a mesma companhia e a Camara Municipal de Guimarães*, Porto, 1877; *Memoria relativa ao novo projecto de um estabelecimento thermal para as Caldas de Vizella*, por Cesario Augusto Pinto, Lisboa, 1880 com 2 estampas; *As aguas sulfurosas de Vizella, Estatistica medica do anno de 1881*, por Abilio da Costa Torres, Porto, 1882; *Recordações de Vizella*, por Antonio Figueirinhas, Porto, 1901.

Vizeu *(Duques de)*. Este titulo foi conferido por D. João I a seu filho, o infante D. Henrique, o grande navegador, por carta passada em 1415 pelos serviços prestados na tomada de Ceuta. Por morte de D. Henrique, passou o ducado a seu sobrinho D. Fernando, filho d'el rei D. Duarte, mercê concedida por seu irmão D. Affonso V. Fallecendo o infante D. Fernando, foi duque de Vizeu seu filho mais velho, D. João, e por morte d'este, succedeu seu irmão D. Diogo, 4.º e ultimo duque d'este titulo, que foi assassinado em Setubal por seu primo e cunhado el-rei D. João II. Calcula se que D. Diogo nascesse em 1461, porque tendo fallecido seu irmão mais velho D. João, conforme dissémos, e tendo ficado ainda muito creança, D. Affonso V lhe prometteu, que apenas elle chegasse aos 14 annos de edade, lhe doaria, todos os bens que pertenciam a seu irmão e esta doação ser de 1475. Além d'isso, quando em 1470 se ajustou a paz das Alcaçovas entre Portugal e a Hespanha, resolveu-se que ficariam refens por parte de Portugal o infante D. Affonso e o duque de Vizeu D. Diogo, que depois seria substituido por seu irmão mais novo D. Manuel, que foi depois rei, e por parte de Hespanha a princeza D. Izabel. Todos estes principes estavam confiados á guarda e vigilancia da infanta D. Beatriz, mãe do duque de Vizeu e sogra de D. João II. O duque D. Diogo foi para as *terçarias*, como se dizia então, e ahi, ou porque elle fôsse um precoce galanteador, ou, o que é mais provavel, porque uma formosa viuva hespanhola o achasse a seu gosto e deliberasse dar lhe amorosas lições, é certo que n'essas terçarias o duque de Vizeu teve relações com D. Leonor de Sottomayor, viuva do duque de Villa Hermosa, e d'essas relações nasceu um filho D. Affonso, que el rei D. Manuel tratou com todas as attenções e a quem fez grande mercê. O duque de Vizeu não gostava do seu terrivel cunhado e primo. Quando falleceu seu irmão primogenito D. João, em 1473, pouco mais ou menos, D. Affonso V deu-lhe todos os cargos de seu irmão, o do condestavel e o de governador da ordem de Christo, mas reservou para seu proprio filho o mestrado de S. Thiago. Esta differença despeitou o moço e vaidoso duque. E' evidente que não foi só esse o motivo da sua tentativa de revolta contra D. João II. O duque era desembaraçado e esperto, ao passo que o principe D. Affonso, filho d'el-rei, era um moço timido e modesto. O duque nas *terçarias* de Moura tinha sobre seu sobrinho, que era demais a mais perfeitamente uma creança, incontestavel autoridade. Era o querido das damas, cortejado pelos fidalgos. Isto fez lhe conceber a ideia de ser muito mais digno do throno de que D. Affonso. Quando D. João II começou a ferir os fidalgos nos seus privilegios, todos se voltaram naturalmente para o duque de Vizeu. Dava se tambem o facto de que, tanto o duque de Bragança como o de Vizeu terem estado muito tempo em Hespanha, ou nas proximidades, e que a habilissima rainha catholica D. Izabel não havia de ter perdido o ensejo de actuar nos seus espiritos para fomentar a animadversão que elles pudessem ter contra o rei, contra o homem que ella mais do que todos temia. Tinham acabado as *terçarias*, pelo menos para o duque de Vizeu, quando, depois dos primeiros actos energicos de D. João II, a rainha D. Leonor, irmã do duque de Vizeu e cunhada do duque de Bragança, caiu doente em Alemquer. Os dois duques fôram visital-a, e D. João II aproveitou o ensejo para fazer algumas observações amigaveis ao duque de Bragança, que muito amigavelmente lhe respondeu, mas que, se não fôsse leviano como era, devia ter logo percebido que el rei estava ao facto das suas intrigas e as seguia de perto com o seu olhar de aguia. Ao duque de Vizeu, se el-rei disse alguma cousa, foi tanto na intimidade que o ecco das suas palavras não chegou á historia. Pouco depois era descoberta a conspiração do duque de Bragança, e o infeliz fidalgo espiava o seu crime no cadafalso. Deante d'esta resolução energica de D. João II, o duque de Vizeu, que estava implicado mais ou menos n'aquella conspiração, teve um terror verdadeiro, sobretudo quando o rei o mandou chamar. D. João tratou-o com severidade, mas com uma severidade um pouco paternal. Disse lhe que não desconhecia as suas culpas, mas que, em attenção á sua extrema mocidade, e sobretudo á rainha sua irmã que elle não queria desgostar, lhe perdoava. O leviano e vaidoso duque viu n'estas palavras apenas uma prova de fraqueza; imaginou que el-rei nunca ousaria pôr-lhe a mão, nem arrastar perante os tribunaes seu proprio cunhado, o irmão de sua adorada mulher, o primeiro principe do sangue depois do principe real. Era não conhecer nem o leão com quem tratava, nem os processos da politica do seu tempo. Não iria decerto a um tribunal, mas a *politica italiana*, que servia então de modelo aos politicos de todos os paizes, ensinava muitos methodos de se desfazerem os reis dos principes que contra elles conspiravam. Não via mesmo que D. João acabava de dar uma prova de energia muito maior do que a que precisava ter para com elle. Esmagar o duque de Bragança, um dos mais poderosos fidalgos não só de Portugal, mas das Hespanhas, era uma prova de decisão e de coragem que devia fazer reflectir os que tentassem conspirar contra elle. Não o percebeu vaidoso duque entontecido

demais a mais pelas lisonjas e pelas manifestações de dedicação dos fidalgos, que depois da morte do duque de Bragança, viam n'elle o seu chefe natural. Por isso, principiou logo a tramar-se a conspiração do duque de Vizeu, sendo activa d'essa conspiração o bispo de Evora D. Garcia de Menezes. (V. *este nome* e *D. João II).* A conjuração estivera para rebentar no dia da procissão do Corpo de Deus. D. João por mais d'uma vez correu o risco de ser apunhalado, mas sempre se salvára pela sua indomavel coragem; a conspiração fôra em fim descoberta por diversas denuncias.D João, sabendo do que se passava, não hesitou um instante. Estava em Setubal, mandou chamar o duque a Palmella. D. Diogo hesitou em ir ao seu mandado, mas confiando sempre na sua imaginaria inviolabilidade, resolveu-se afinal a ir. Era no dia 23 de agosto de 1484. O rei apenas o duque de Vizeu entrou na casa da guarda-roupa, trocou algumas palavras com elle, em que provavelmente lhe lançou em rosto a sua traição, e arrancando de subito um punhal, cravou-lhe no coração, e o duque caiu morto. Logo em seguida o rei expediu correios em todas as direcções e os ginetes da sua guarda a realisarem as diversas prisões. Mandou chamar o duque de Beja D. Manuel, irmão do fallecido, tranquillisou o, e deante do cadaver de seu irmão lhe prometteu não o desamparar nunca, protegel o, e tratal o como filho. Tal foi a curta existencia e a tragica morte de D. Diogo, duque de Vizeu. Ha tempos representou se no theatro de D. Maria II, hoje, Theatro Nacional, um drama em 5 actos de distincto escriptor Henrique Lopes de Mendonça, intitulado o *Duque de Vizeu*, o qual obteve grande exito. Ha tambem um outro drama em 3 actos, *Diogo de Couto ou a Côrte de João II em 1484*, por Ignacio Pizarro, publicado em 1842, no Rio de Janeiro.

Vizeu *(Districto adminitsrativo de).* Este districto fórma por si só a provincia da Beira Alta, e é a todos os respeitos um dos mais importantes de Portugal. Comprehende uma superficie de 497:848 hect. e terrenos variadissimos em clima, altitude, exposição e constituição geologica, pelo que são variadissimas tambem as suas producções. E' limitado ao N pelos districtos de Villa Real e Porto, a O pelo de Aveiro, ao S pelo de Coimbra, a E pelo da Guarda e a N E pelo de Bragança. Tem 24 concelhos e 363 freguezias, n'um total de 99:547 fog. e 410:517 habitantes, segundo o *Censo da População*, de 1900. Depois de Lisboa e do Porto, é o distr. mais populoso do paiz, e tambem um dos mais montanhosos, principalmente ao N e ao O A Serra da Estrella, que se prolonga para N O, fórma a ramificação da serra de N. S.ª da Lapa a O do rio Tavora, a qual tem 940 m. d'altura e divide-se em 3 ramos principaes: um que segue entre os rios Paiva o Douro, outro entre o Paiva e o Vouga e o terceiro entre o Vouga e Mondego. O terreno situado entre os rios Paiva e Douro é muito montanhoso, tendo geralmente as serranias altitudes superiores a 1:000 m. Encontram-se n'ellas as serras de Leomil com 1:018 m., a de Santa Helena com 1:100 e a de Montemuro com 1:380. Entre os rios Paiva e Vouga as elevações, em geral, são pequenas: attingem 1:121 m. na serra de Arada, proximo de Candal, mas conservam-se a altura muito inferior no trato de terreno restante. As serras são chamadas de S. Macario, Arada, Freita, Manhouça, Cambra, Arestal, etc., conforme os sitios por onde passam. Entre os rios Vouga e Mondego, ao S O de Vizeu, eleva-se a serra de Caramullo á altura de 1:070 m., d'onde partem varias ramificações. N'esta parte do distr. o terreno é tambem montanhoso, mas á excepção da serra referida as altitudes não excedem 600 m. Citaremos, porém, ainda a serra de Mangualde e outras que se levantam entre o Dão e o Mondego, e que attingem 772 m. Na composição do solo do distr. predominam as rochas graniticas, e apenas nos terrenos de Armamar, Lamego, Pesqueira, Mortagoa, Tondella e S. Pedro do Sul, se encontra mais abundantemente o schisto. O distr. é banhado pelo rio Douro, que o separa dos de Villa Real e Porto, e ao qual affluem os rios Torto, Tavora, Thedo, Varosa e Paiva; pelo Vouga e pelo Mondego, que o separa do de Coimbra, e ao qual afflue o Dão, engrossado com os numerosos ribeiros que n'elle desaguam. O aproveitamento do solo depende da sua natureza. As regiões mais montanhosas estão quasi inteiramente incultas, e assim é que se vêem sem vegetação as cumiadas e parte das encostas das serras da Lapa até Montemuro e Leomil, Encontram se, porém, tratos bem cultivados na vertente N d'esta ultima serra, nos contrafortes da serra de Montemuro para o lado do Douro. Nos terrenos banhados pelos affluentes do Douro e do Paiva, tambem se encontram vastos tratos de terreno cultivado, olivaes e soutos de castanheiras, e cria-se n'elles muito gado. As serras que correm ao N O do distr. estão egualmente desprovidas de cultura, e apenas em alguns valles se vêem tratos de terreno aproveitados. O mesmo se póde dizer dos terrenos situados entre o Vouga e o Mondego, onde predomina o solo inculto. As arvores florestaes mais abundantes são o azinho e o pinheiro bravo nos terrenos situados ao N do distr., e principalmente o pinheiro bravo e o carvalho nos terrenos da Beira central. Este distr. foi muito abundante em vinho, mas a phylloxera invadiu os concelhos comprehendidos na região vinicola do Douro, e a rica producção de vinhos do Porto que era obtida nos concelhos de Armamar, Taboaço e Pesqueira, desappareceu em grande parte. Nos concelhos não comprehendidos n'aquella região, a área invadida pelo terrivel parasita das vinhas foi tambem consideravel. Não obstante, a producção é ainda muito valiosa. Fóra da região dos vinhos do Douro deve mencionar-se principalmente, a das margens do Dão, alguns dos quaes são considerados dos melhores do paiz. Entre os vinhos de consumo ha alguns muito apreciados. No que respeita á riqueza pecuaria, as especies predominantes no distr. são os gados bovino, suino, lanigero e caprino, sendo os maiores creadores de gado suino os concelhos de Tondella, Vizeu, Nellas, Carregal, Mangualde e Sattam. No gado bovino encontram se duas raças distinctas: uma propria do districto, a arouqueza, e outra importada de Traz os-Montes, a mirandeza. A producção de cereaes, principalmente a de milho e centeio, é importante. Os concelhos em que a industria fabril está mais desenvolvida, são os de Vizeu, Carregal e Mangualde, predominando nos outros o trabalho caseiro. A industria da distillação tem grande numero de apparelhos em todo o distr. A industria da sêda teve outr'ora uma certa impor-

tancia no conc. de Sernancelhe, mas tanto decaiu que por fim se extinguiu O distr. é atravessado ao S pelo caminho de ferro da Beira Alta, desde o limite do distr. de Aveiro, adeante do Luso, até ao limite do da Guarda, adeante de Mangualde, e por um ramal do mesmo caminho de ferro que vae de Santa Comba Dão a Vizeu, onde tem a sua estação *terminus* mas ligada á nova linha do Valle do Vouga (Aveiro a Vizeu). As estações da linha da Beira Alta são as de Mortagoa, Santa Comba Dão, Carregal do Sal, Cannas de Senhorim, Nellas e Mangualde, além do apeadeiro da Oliveirinha. Entre outras, o distr. tem as seguintes estradas nacionaes: de Vizeu á avenida direita da ponte do Douro, que segue para Villa Real; do Bussaco a Vizeu, que parte da estrada da Mealhada; da Ribeira de Espindello a S. Pedro do Sul, que parte da estrada de Aveiro; de Lamego ao Pontim das Quebradas, no limite do distr. da Guarda; da Foz Dão a Mangualde, que parte da estrada da Figueira; e de Santa Comba Dão á Venda do Cebo. Além d'estas, ha outras já começadas. As estradas districtaes são: de Vizeu ao Vouga; de Moimenta ao Thedo; da estrada de S. Pedro do Sul a Trancoso, até Povolide; de Mangualde a Castendo; de Vizeu a Nellas; de Nellas a Ponte Nova; de Ponte Palher a Mangualde, etc. A rêde das estradas municipaes é tambem importante, tanto na parte já construida como na que falta construir. Os 24 concelhos de que se compõe o distr. de Vizeu, são os seguintes: Armamar, Carregal, Castro Daire, Lamego, Mangualde, Moimenta da Beira, Mortagoa, Nellas, Oliveira de Frades, Penalva do Castello, Penedono, Rezende, Santa Comba Dão, S. João da Pesqueira, S. Pedro do Sul, Sattam, Sernancelhe, Sinfães, Taboaço, Tarouca, Tondella, V. N. de Paiva, Vizeu e Vouzella. O conc. de Vizeu é constituido com 32 freguezias, com 13:362 fog. e 55:655 habit., sendo 25:415 do sec. masc. e 30:250 do fem, n'uma superficie de 50:972 hect. As freguezias são: N. Sr.ª dos Prazeres, de Abravezes, 2:431 habit., 1:099 do sexo masc. e 1:335 do fem.; Santa Marinha, de Barreiros, 621 habit.: 277 do sexo masc. e 344 do fem. N. Sr.ª d'Assumpção, de Boa Aldeia, 875 habit.: 350 de sexo masc. e 52? do fem.; S. Miguel, de Bodiosa, 2:177 hab: 990 do sexo masc. e 1:187 do fem.: N. Sr.ª da Natividade, de Calde, 1:679 habit.; 793 do sexo masc. e 886 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Campo, 1:396 habit.; 666 do sexo masc. e 730 do fem.; Santo Isidro, de Cavernães, 1:329 habit: 598 do sexo masc. e 731 do fem.; S. Thiago, de Cepões, 1:618 habit.: 720 do sexo masc. e 898 do fem.; S. Pedro, de Cotta, 1:707 habit: 799 do sexo masc. e 908 do fem; Santa Eulalia, de Couto de Baixo; 1:012 habit.: 483 do sexo masc. e 559 do fem.; S. Martinho, de Couto de Cima, 904 habit.: 391 do sexo masc. e 513 do fem.; S. Miguel, de Fail, 538 habit: 238 do sexo masc. e 300 do fem.; N. Sr.ª da Luz, de Farminhão, 1:066 habit.: 473 do sexo masc a 593 do fem; N. Sr.ª da Graça, de Fragozella, 1:146 habit.: 507 do sexo masc. e 639 do fem.; S. Pedro, de Lordosa, 1:686 habit: 761 do sexo masc. e 925 do fem.; N. Sr.ª da Conceição, de Mundão, 851 habit.: 357 do sexo masc e 494 do fem.; Sant'Anna, de Orgens, 1:499 hab.: 742 do sexo masc. e 757 do fem; S. Pedro, de Povolide, 2:317 habit: 1:070 do sexo masc. e 1:247 do fem.; N. Sr.ª da Ouvida, de Ranhados, 1:624 habit.: 723 do sexo masc. e 901 do fem.; N. Sr.ª das Neves, de Ribafeita, 1:790 habit.: 785 do sexo masc. e 1:005 do fem.; S. Simão, de Rio de Loba, 2:497 habit.: 1:138 do sexo masc. e 1:359 do fem.; Santo Isidoro, de Santos Evos, 1:374 habit.: 657 do sexo masc. e 717 do fem.; S. Cypriano, 1:337 habit.: 618 do sexo masc. e 719 do fem.; S. João Baptista, de S. João da Lourosa, 2:645 habit.: 1:201 do sexo masc. e 1:444 do fem.; S. Pedro de França, 2:368 habit: 1:107 do sexo masc. e 1:261 do fem.; N. Sr.ª das Neves, de S. Salvador, 1:650 habit: 796 do sexo masc. e 854 do fem.; N. Sr.ª da Natividade, de Silgueiras, 3:969 habit.: 1:783 do sexo masc. e 2:186 do fem; N. Sr.ª da Annunciada, de Torredeita, 1:918 habit.: 820 do sexo masc. e 1:098 do fem.; S. João Baptista, de Vil do Souto, 520 habit.: 237 do sexo masc. e 283 do fem.; S. João Baptista, de Villa Chã de Sá, 921 habit.: 440 do sexo masc. e 481 do fem; N. Sr.ª d'Assumpção, Vizeu occidental, 5:063 habit: 2:324 do sexo masc. e 2:739 do fem.; N. Sr.ª d'Assumpção, de Vizeu oriental, 3:104 habit.: 1:472 do sexo masc. e 1:632 do fem. O principal commercio do concelho é cereaes, legumes, vinho, gado bovino, lanigero e suino, tamancos, calçado e couros curtidos.

Vizeu Cidade antiquissima e de grande importancia, capital da prov. da Beira Alta, séde de conc., de com., de distr. e de bispado suffraganeo da prov. ecclesiastica bracarense, Relação do Porto. Está situada n'uma aprazivel campina em terreno relativamente alto e vistoso, 1:300 pés acima do nivel do mar, entre os rios Dão e Vouga, e na margem esquerda do Pavia, confluente do Dão, que vae desaguar no Mondego; ligada com a rêde ferro-viaria pelo ramal de Vizeu a Santa Comba Dão, na linha da Beira Alta e pela da do Valle do Vouga (Vizeu a Aveiro. No ponto mais elevado ergue-se a egreja da Sé, que occupa o local onde houve um antigo castello depois transformado em palacio real. Os seus arrabaldes são bonitos e ferteis em generos agricolas. A cidade é dividida em duas freguezias: Occidental e Oriental, ambas com o mesmo orago de N. S.ª da Assumpção, que comprehendem a cidade propriamente dita, e as povoações do *aro* até á distancia de 4 a 6 k. em volta de Vizeu, achando-se as ditas povoações actualmente divididas em 5 freguezias, denominadas annexas; *Rio de Loba*, *Ranhados* e *S. Salvador*, pertencentes á freg. Occidental; *Orgens* e *Abravezes* á oriental. Estas 5 freguezias são autonomas e independentes na parte civil, judicial e administrativa, mas ecclesiasticamente são simples curatos das duas freguezias da Sé. A muita antiguidade de Vizeu tem dado occasião a misturarem-se com a sua historia tantas fabulas e incertezas, que é difficil descriminar a verdade. Rodrigo Mendes da Silva na *Poblacion General de España*, diz que a cidade de Vizeu foi fundada pelos turdulos, 500 annos antes de Christo, mas a verdade é que não se sabe com certeza quando nem por quem foi fundada. E' certo ser muito antiga pois já no tempo dos suevos, anno 572 da era christã, foi reconhecida como cidade episcopal, suffraganea do arcebispado de Braga, anterior á occupação d'elles, pelo que já devia existir de longa data. O *Catalogo chronologico* dos bispos de Vizeu, segundo os melhores escriptores, dá principio á série dos hispos no seculo VI, au

no 572, mas o P. Leonardo de Sousa, no seu *Catalogo*, que deixou manuscripto, vae mais longe, porque dá começo a essa serie em 270, pelo que na sua opinião, já no seculo III Vizeu era cidade episcopal, mas subsistem duvidas, de quando co meçaria a ser cidade, na accepção moderna, ou simples povoação, ou aggregado de povoações. Sob uma d'estas tres fôrmas já existia com certeza no tempo dos romanos, como provam as muitas moedas e lapides com inscripções encontradas em Vizeu e do texto d'ellas, bem como dos estudos de varios antiquarios se conclue, que Vizeu foi cidade, e muito importante, no tempo dos romanos,o que se prova pela *fortaleza romana*, que existiu no local onde está hoje a Sé, confórme dissémos, e as suas dependencias. Vizeu já existia com certeza, como cidade ou simples povoação quando Viriato no anno 146 ou 148, antes da era christã, ou durante a conquista romana, derrotou junto da *Cava* o pretor Caio Negidio. Apezar do autor da *Poblacion general de España*, já citada, attribuir a fundação de Vizeu aos turdulos, o facto é que o terreno em que está edificada a cidade, ou pelo menos, a area do seu concelho foi occupado e habitado nos tempos pré historicos, milhares de annos talvez antes da vinda de Christo, como provam evidentemente os monumentos megalithicos d'aquella epoca, hoje denominados *orcas*, *arcas* e *antas*, que se encontram no concelho de Vizeu e em torno d'elle, além do formando um só povo, os *celtiberos*. Assim reunidos occupavam a peninsula havia já muitos annos, quando vieram da Palestina os phenicios, e tanto se demoraram, e tão grande prestigio gozavam quo a peninsula tomou d'elles o nome de Hespanha, bem como a Lusitania, o Tejo, o Guadiana, etc Depois vieram os gregos, mais tarde os carthaginezes, em seguida os romanos, apóz os romanos varios povos barbaros do norte, sendo os ultimos d'estes povos os godos, os arabes, o depois outra vez os godos ou christãos. Póde afoitamente dizer se por tanto, que todos esses povos habitaram grande parte da Europa, toda a peninsula iberica e tudo quanto hojo se chama Portugal, incluindo o territorio de Vizeu.

Brazão d'armas da cidade de Vizeu

Tambem se póde dizer que os gregos habitaram Vizeu e grande parte da Beira, como prova a denominação de *orcas*, ainda hoje dada na Beira aos *dolmens*, pois é sabido que os gregos chamavam *orcas* aos monumentos funcrários, e como taes são goralmente considerados os *dolmens*. Os autores gregos e romanos trataram muito superficialmente da parte occidental da peninsula

Vizeu—Paços do Concelho e passeio D. Fernando

outros muitos monumentos congéneres que se encontram ainda disseminados pela provincia da Beira. Esses monumentos são attribuidos aos celtas ou pre celtas, contemporaneos dos iberos; uns e outros vieram da Asia para a peninsula iberica em tempos cuja data se não póde assignalar, mas tão remotos, quo Alexandre Herculano diz serem muito proximos da infancia do genero humano. Os celtas já encontraram na peninsula os iberos e depois de varias luctas, congraçaram-se iberica, por ser n'aquelle tempo a parte mais remota do mundo conhecido, e o silencio ou laconismo d'aquelles geographos com relação a Vizeu, levou a phantasia de varios autores modernos a darem a esta cidade differentes nomes por não saberem com certeza qual foi o seu nome primitivo. Uns dizem quo se chamou *Lancia*, outros *Verurium*, outros *Vico Aquario*, outros *Visontium*, outros *Visonium*, e outros ainda *Vacca;* mas nenhum d'elles fundamenta em bases

solidas a sua opinião, pelo que persistem as duvidas. O sabio conego Berardo, na sua interessante memoria latina, ainda manuscripta, *Ecclesiae Visonensis, Epitome ad usum auditori Seminarii Episcopalis éjusdum Ecclesiae, Visonio*, 1855, cujo original estava no poder do erudito abbade de Miragaia dr. Pedro Augusto Ferreira, traduz Vizeu por *Visonium*, mas não declara em que razões se fundou. Falando da cidade diz: O nome de *Vacca* que alguns deram a Vizeu fundados em tradições falliveis, e similhanças mal concebidas, tem comtudo alguma especialidade, por estar proxima ao rio Vouga, que Ptolomeu nomeou *Vaccum*, e Estrabão *Vacum*, porém é uma applicação gratuita, porque estes geographos falam do rio e nenhum menciona povoação assim chamada por estes sitios. O testemunho de Santo Isidoro de Sevilha quasi que vem destruir de todo esta conjectura quando nos affirma que Vacca fôra uma cidade situada perto dos Pyrineos, d'onde vem o nome aos povos *Vacceos* da antiga provincia Tarrasonense: *Vacca oppidum fuit juxta Pyreneum, a quo sunt cognominati Vaccei.*» Comtudo, o dr. Manuel Botelho Ribeiro esforçou se por demonstrar: 1.º que Vizeu foi a cidade de *Vacca;* 2.º que a cidade de Vacca esteve dentro da Cava; 3.º que o nome Cava é corrupção de *Vacca;* e 4.º que o rio Vouga tomou o nome da cidade de Vacca. Tambem diz, que dois annos depois de Viriato ter sido assassinado por ordem de Scipião, este foi chamado a Roma, e succedeu lhe no governo Decio Junio Bruto, que mandou edificar a fortaleza da Sé, nucleo da cidade actual, e lhe de o nome de *Viso* por ficar no alto ou *viso* da encosta fronteira e sobranceira á cidade de Vacca, hoje Cava, da qual a nova fortaleza ficou sendo como *aviso* ou atalaia, e que d'aqui provém o nome de *Vizeu* á nova cidade e o velho anexim *Vizeu, aviso teu*, ou *aviso é teu*, Esta etymologia honra o estro de Botelho, é realmente engenhosa e seduz; mas seria preciso, que elle para autorisar a sua opinião citasse algum geographo romano que désse o nome de *Vizeu* á cidade em questão, pois natural parece que de *viso* se formasse antes o nome de *Visontium* ou *Visoncio* dado a Vizeu pelo conego Berardo; e bem podia ser que de *Visoncio* ou *Visonio* se tornasse com o tempo, *Vizeu.* Ignora-se onde esteve esta cidade até á fundação da *Cava de Viriato*, aproximadamente no anno 146 antes da vinda de Christo, posto que Vizeu, como já dissémos, já então contava muitos seculos, como cidade, ou simples povoação, ou aggregado de povoações As noticias mais remotas do local que occupou, referem-se á Cava, e diz-se que d'ali se transferira para o local moderno, depois que Decio Junio Bruto mandou fortificar o bairro da Sé; mas esta opinião não parece muito certa, sendo mais verosimil que o referido bairro fôsse habitado muito antes de ser construida a Cava, porque esta ficava n'um logar fundo, plano, alagadiço, insalubre, nada defensavel antes d'aquellas obras de defeza, e portanto improprio para uma grande povoação, emquanto que o bairro da Sé foi sempre alto, arejado, enxuto, vistoso e muito defensavel, mesmo para aquelles tempos. Além d'isso, é bem sabido, que os povos que primitivamente habitaram a Lusitania, preferiam as encostas e os pontos elevados para n'elles fundarem povoações, templos e castros, como depois fizeram os romanos. Assolada e conquistada a Lusitania pelos diversos povos que a invadiram, e que uns aos outros se fizeram guerra de exterminio, todo o territorio de Vizeu, sem duvida, passou pelas calamidades e inclemencias soffridas em todo o paiz, mas nada se sabe de positivo a tal respeito. O que está averiguado, pelos fragmentos que nos restam das actas do concilio de Lugo, effeituado no anno 560 por ordem de Theodomiro, rei suevo, é que o bispado do Vizeu comprehendia n'aquella data uma area aproximadamente egual á de hoje, mas estava quasi deserto, e apenas contava 9 freguezias. Occorreu a invasão arabe em 714, e desde então já se encontram mais algumas noticias d'esta cidade e das hecatombes de que foi victima, pois foi tomada e retomada pelos christãos e pelos arabes muitas vezes. O rei das Asturias D. Affonso I, *O Catholico*, a tomou aos moiros, e depois caiu outra vez no poder dos infieis, conquistada por Abdarraman, rei de Cordova. Seguem se então successivamente novos senhores de Vizeu, que a disputam encarniçadamente. A historia registra os seguintes: D. Fruela I, rei das Asturias; Mauregato, filho bastardo de D. Affonso, o Catholico; novamente os moiros; Carlos Magno: outra vez os moiros; D. Affonso II o Casto, de Leão; Aliathan, rei de Cordova, que a tomou em 811, ficando então em poder dos infieis até ao anno de 812; D. Affonso III, o *Magno*, de Leão; depois Almansor, rei de Cordova, que a destruiu completamente, poupando apenas as duas torres romanas. Em 1027, D. Affonso V, de Leão, depois de haver tomado aos moiros differentes terras, passou o Douro e avançando pelo norte do Algarve, pôz cêrco a Vizeu, que, segundo diz Alexandre Herculano, no 1.º tomo da *Historia de Portugal*, provavelmente ficára em poder dos mussulmanos desde o tempo de El-Mansur. Mas durante o cêrco a morte o assaltou no vigor da edade. «Era no estio, continua Herculano, intensa a calma. Despidas as armas, e trajando apenas uma tunica de linho, o rei discorria em volta dos muros inimigos: um virote partiu das ameias, e ferindo-o mortalmente o derribou do cavallo. Levado á sua tenda, Affonso V expirou brevemente, contando pouco mais de 30 annos, e quasi outros tantos de reinado » Destruida pelos moiros a cidade, por elles fôra reedificada annos depois, e em 1058, segundo o P Antonio Carvalho e outros autores, em 1038, segundo Vilhena Barbosa, Oliveira Mascarenhas e Rodrigo Mendes da Silva, ou em 1057, como diz Alexandre Herculano, Vizeu estava na posse de Fernando I, o Magno, de Castella, que a resgatára, firmando para sempre na fé christã a cidade de Vizeu, em 28 de junho, e expulsou os serracenos de todo o paiz, comprehendido entre o Douro e o Mondego. Vizeu foi temporariamente côrte d'alguns reis de Leão. Suppõe-se que residiram no paço da fortaleza romana, onde hoje se vê o claustro mandado edificar por D. Miguel da Silva no chão do dito paço, que D. João III para esse fim lhe concedeu. Tambem ali residiram algum tempo a rainha D. Thereza, mãe de D. Affonso Henriques, D. João I e varios outros reis, bem como ali se reuniram as côrtes do reino, comquanto se não saiba em que edificio. Presume se, que os procuradores do povo se reuniam nos antigos paços reaes, dentro da fortaleza romana, onde havia um grande espaço que

é hoje occupado pelo claustro novo e pelas capellas contiguas á casa capitular e repartições proximas do cabido, chão que comprehendia todo o grande espaço voltado ao poente desde a torre romana do norte até á torre do sul. Essas côrtes effeituaram-se em 1391 e 1419, sob a presidencia do D. João I, tendo os procuradores vizienses assento em 7.° logar, no 2.° banco. Todos os auctores concordam em quo romanos, além de fazerem a Cava, fortificaram tambem o cabeço em que está edificada a Sé. Não se sabe quando foi feita a dita fortaleza, mas presume-se, como já dissémos, que fôsse posterior á Cava, e quo a maudaria construir o consul Decio Junio Bruto, quando no anno de 139 antes do nascimento de Christo, foi enviado á peninsula iberica, e com tanta fortuna, que venceu os lusitanos e os calaicos. D'ella apenas se vêem hoje os restos de duas torres e um lanço de muralha intermedio na parte SO, mas o escriptor viziense Francisco Manuel Correia, nas suas *Memorias em respeito á cidade de Vizeu*, diz que o recinto da fortaleza romana era um quadrado perfeito, ou quasi perfeito, defendido por 4 panos de grossa muralha e por 4 torres nos angulos, das quaes apenas ha memoria de duas, as duas de que ainda lá se vêem os restos, como formando as balisas do lanço do muros do lado SO, uma, a antiga *torre de menagem* no angulo O, servindo de cadeia civil; outra, a antiga *torre do relogio*, no angulo SO. D'este lanço de muralhas partiam em angulo recto o parallelos para N E outros 2 lanços de muros de egual extensão, e fechava a NE o recinto outro lanço de muros, parallelo ao primeiro, tendo tambem como aquelle nas duas extremidades ou nos angulos N e E outras duas torres, de que não ha memoria, por terem sido muito provavelmente demolidas com o muro, quando d'aquelle lado se fez o velho paço episcopal na extremidade E do recinto da fortaleza, paço que depois avançou para N e se denominou *Paço da Sé* ou dos *tres escalões*, ao qual por ultimo na sua extremidade N se addicionou o antigo seminario diocesano, hoje denominado *Collegio*, ondo funccionam o lyceu, o governo civil e outras repartições publicas. Suppõe-se que os muros da fortaleza romana da Sé fôram os primeiros de Vizeu, depois que a cidade se localisou onde hoje está, mas parece, que muito antes da sua construcção o logar foi habitado e fortificado d'algum modo pelos varios povos que passaram pela Lusitania antes da conquista romana, por se tratar d'um pincaro escarpado, muito defensavel para o tempo e magnificamente disposto pela natureza para servir do logar de refugio. Em todo o caso, são aquelles muros romanos os primeiros de que ha conhecimento na historia da cidade, e por certo quo passariam por muitas alternativas desde então até á occupação dos arabes, ou durante os 9 seculos que decorreram desde que fôram construidos até que os moiros tomaram Vizeu no seculo VIII. Entrou esta cidade no dominio do conde D. Henrique e da rainha D. Thereza nos fins do seculo XI. Esta senhora, sendo já viuva, ali habitou, e lhe deu foral em 1123; el-rei D. Affonso Henriques concedeu lhe novo foral, não se conhece a data, mas sabe-se que existiu, que foi confirmado por seu filho D. Sancho I, em 1187; e depois por D. Affonso II, em Coimbra, no mez de outubro de 1217. Teve tambem um foral dado pelo bispo D. Pedro Gonçalves e pelo cabido do couto da Sé, em 1251. Mais tarde, el rei D. Manuel I deu lhe foral novo, em Lisboa, a 15 de dezembro de 1513. Duranto o tempo em que reinaram os nossos reis da dynastia Affonsina, não se passou em Vizeu nenhum acontecimento digno de memoria. A' sua situação, affastada da fronteira, deveu vêr-se livre das devastações da guerra em toda essa demorada o renhida lucta, que a novel monarchia sustentou contra os moiros. Esta circumstancia foi causa, sem duvida, de que se descurasse a conservação das antigas muralhas, que, damnificadas por occasião da tomada da cidade por D. Fernando Magno, por tal fórma se fôram arruinando, quo nos fins do seculo XIV estavam inteiramente derrocadas. D'isto resultou uma grande desgraça para Vizeu. Derrotadas as tropas castelhanas na batalha d'Aljubarrota, no dia 14 de agosto de 1385, um bando de hespanhoes fugitivos e commandados por João Annes de Barbuda, passaram por Vizeu, que tomaram, saquearam e incendiaram, passando á espada os seus habitantes, escapando apenas alguns que se refugiaram dentro das torres romanas. A cidade ficou, portanto, n'um estado lastimoso; fôram enormes as perdas occasionadas pelo incendio e pela carnificina. D. João I pensou logo em restaurar a cidade, e dar ás muralhas maior extensão do que tinham as anteriores, para abrigarem e defenderem não só a cidadella, mas tambem algumas ruas circumjacentes. Em 1412 trabalhava-se activamente na construcção das muralhas, concorrendo para essa obra não só os moradores do termo, mas ainda todos os que habitavam em distancia de duas legoas da cidade. Porém, tendo D. João I feito as pazes com Castella, parece que esta obra apenas saida dos alicerces, ficou paralisada. Em 1439 a cidade continuava a estar sem defeza, e por isso foi resolvido nas côrtes, realisadas em Lisboa n'esse anno, vedar algumas ruas menos precisas e pôr nas outras portas ou grades seguras, para defeza dos habitantes no caso de haver novamente guerra com a Hespanha. Em 1465 as obras de defeza não estavam mais adiantadas, e a cidade já tinha sido queimada duas ou tres vezes polos corredores de Castella, temendo-se n'aquella data um novo assalto, razão porque os habitantes pediam ao soberano que lhes mandasse acabar a cêrca de que tanto precisavam. Attendendo a esta petição, D. Affonso V mandou cingir de muralhas a cidade, concluindo se as obras em 1472. Mais tarde, crescendo a população, estenderam-se as ruas para fóra das muralhas, e no meado do seculo XIX o numero de fogos era approximadamente egual d'um e d'outro lado. O conego Berardo, referindo se ao anno de 1830, data em que escreveu as suas *Memorias*, ou ao de 1857 em que ellas fôram publicadas no *Liberal*, diz: «Os fracos vestigios que hoje divisamos d'esses muros, nos revelam quo fôram feitos á pressa, e d'uma ligeira alvonaria; e das 6 portas ou entradas que tiveram, apenas hoje permanecem tres.» Mas o dr. Botelho, no *Codice de Girabolhos*, Dialogo 4.°, cap. 31.° pag. 363, diz o seguinte: «Os muros que hoje tem Vizeu, fôram feitos por el rei D. Affonso V, e ainda se não acabaram, nem chegou a ter ameias, e o ambito d'elles é muito menor do que foi antigamente, quando se tomou aos moiros; comprehendiam a

rua da Regueira, como se collige da doação d'el rei D. Fernando que já vimos confirmada pelo conde D. Henrique». O conego Berardo tambem diz, que eram 6 as portas das muralhas de Vizeu, mas Oliveira Mascarenhas, no seu *Novissimo Diccionario chorographico de Portugal e possessões*, menciona 7, a saber: 1.ª a de Cimo de Villa, chamada de *S. José*, a qual tinha sobre a porta, do lado exterior, uma imagem d'aquelle santo, com uma inscripção latina mandada gravar em 1666 por D. João IV, referindo se ao juramento que fizera de defender a Immaculada Conceição da Virgem, padroeira do reino. Do lado interior do mesma porta estava uma imagem da Senhora da Conceição. A 2.ª porta, a do *Soar*, ou de *S. Francisco*, tendo no lado interior da mesma porta

Vizeu—Janella do quarto onde nasceu D. Duarte I

a imagem de *S. Francisco de Borja*, e no lado exterior a de *Santo Antonio*. A 3.ª de *Nossa Senhor das Angustias*, cuja imagem se via sobre a mesma porta, ficava ao fundo da calçada da Ribeira. A 4.ª *Porta dos Cavalleiros*, á entrada da rua d'este nome e contigua ao palacete do *Arco* 5.ª de *S Sebastião*, por ter um nicho com a imagem d'este santo; ficava no Terreiro das Freiras. 6.ª *Porta de S. Miguel*, com a imagem do archanjo, na rua da Regueira; sobre a porta ainda se lia em 1630 a 1636, uma inscripção muito honrosa para esta cidade, commemorando o nome d'um esforçado cavalleiro viziense, Fernão Lopes, que na tomada do Arzilla, a 24 d'agosto de 1471, commandou 300 cavalleiros seus visinhos, portando-se com tal bravura, que mesmo no campo da batalha fôra armado cavalleiro por D. Affonso V. A 7.ª, *Porta de Santa Catharina*, onde estava um nicho com a imagem do Santo Christo Crucificado. As duas portas que existem ainda são a do *Suar* e a *dos Cavalleiros*. Vizeu melhorou a sua sorte nos reinados de D. João V, do D. José, e no começo do de D. Maria I, por diversas causas geraes, mas sobretudo pela maior facilidade das communicações, pois que n'aquella epoca se restauraram, ou construiram de novo as estradas principaes do paiz. Com os tristes resultados das invasões francezas, no principio do seculo passado, da partida da familia real para o Brazil, e das nossas revoluções politicas, ficaram as estradas em abandono, e ao passo que se iam arruinando, caíam em decadencia as povoações do interior. Vizeu chegou a estar quasi incommunicavel com os grandes centros de industria do reino. Entretanto, os males provenientes de similhante isolamento tem lhe sido contra-balançados pelas vantagens, que lhe resultam de ser capital do districto e séde da 2.ª divisão militar. D. João I elevou Vizeu á categoria de cabeça de ducado em favor do seu filho o infante D. Henrique (V. *Vizeu, duques de)*. Apezar da cidade ser murada desde o tempo dos romanos, nenhum dos escriptores já citados falam dos seus alcaides móres. Apenas Oliveira Mascarenhas muito succintamente diz que esta alcaidaria andou na familia dos Silveiras, ramo da dos condes de Sarzedas, referindo-se á *Chorographia Portugueza* do P. Carvalho, o qual disse que no seu tempo, 1708, era alcaide-mór de Vizeu D. Luiz Balthazar da Silveira. No emtanto, a *Historia Genealogica da Casa Real*, tratando d'este D. Luiz, o seu filho e successor D. Braz Balthazar da Silveira, nomeando os grandes postos militares que occupavam, os serviços e as muitas commendas que disfructaram, não os faz alcaides-móres de Vizeu. E' verdade, porém, que a 1.ª *Resenha das Familias Titulares* tambem faz alcaide-mór de Vizeu o seu bisneto e successor na casa, D. Braz José Balthazar da Silveira, e este era avô paterno do 9.º marquez de Minas. Encontram se apenas outros alcaides móres de Vizeu n'um ramo dos antigos condes de Linhares. O 1.º foi D. Antonio de Menezes, neto dos 1.ºs condes de Linhares, o qual morreu com D. Sebastião em Africa, na batalha d'Alcacer Kibir. Foi feito alcaide-mór de Vizeu pela infanta D. Maria, filha d'el rei D. Manuel e de D. Leonor, sua 3.ª mulher. Esta infanta foi senhora de Vizeu por doação d'el-rei seu pae, como se lê na referida *Historia Genealogica*. A D. Antonio de Menezes succedeu seu filho D. Pedro de Menezes, que foi tambem alcaide mór, ao qual succedeu na casa e na alcaidaria mór sua filha D. Ignacia de Menezes e Vasconcellos, a qual, casando com seu primo, o 4.º conde de Linhares D. Miguel de Noronha, lhe levou esta alcaidaria-mór em dote. Foi este o 3.º alcaide-mór de Vizeu n'esta familia, e tanto que, ficando em Hespanha no tempo da acclamação de D. João IV, foi lá feito duque de Linhares e Vizeu. Assim parece que, só depois de ir para Hespanha o 4.º conde de Linhares e 3.º alcaide-mór de Vizeu n'esta familia, é que se fez nova doação d'esta alcaidaria aos Silveiras, senhores de S. Cosmado, representados por fim por varonia pelo 9.º marquez das Minas. Tem Vizeu todas as 3.ªs feiras, feira de gado bovino o

suino, de artefactos, cereaes e legumes: e em setembro a chamada *Feira franca* desde 15 a 30. Em Vizeu ha alguns edificios particulares, sendo 7 os mais importantes: 1.º o palacete, ou Casa do Arco que, foi da nobre familia dos Albuquerques. O palacete está unido a uma das antigas portas do cidade, *Porta dos Cavalleiros*, e tem sobre o arco um lindo terraço com mirante, d'onde se goza um lindo panorama. Está hoje ali estabelecida a estação teleg. e post. e a escola de desenho industrial. Foi a aula theorica da Quinta Regional. Esteve aqui a aula de fazer manteiga, hoje desprezada. O governo cedeu parte do terreno do jardim á camara municipal para alargamento do largo. O arco pertence á casa. E' um palacio enorme, com um vestibulo no estylo raphaelesco. O edificio tem uns subterraneos que vão dar ao rio Pavia, a uma especie de castello. No arco ha uma inscripção do seculo XVII. Tem junto o chafariz de Santo Antonio. 2.º edificio: o palacete da *Casa da Prebenda*, um dos melhores de Vizeu, no exterior. 3.º o palaceto de Fernando de Almeida Cardoso Cerqueira. 4.º o palacete do *Conde de Prime*. 5.º o de Francisco Antonio da Silva Mendes, no largo do Rocio. 6.º o palaceto do *Serrado*, que pertence ao visconde do Serrado bem como a quinta contigua. 7.º o palacete que foi do morgado de Santa Christina. Tem quintas importantes, sendo as mais notaveis a de *S. Salvador*, *Marzoellos*, *Paradinha*, *Medronhosa*, *Vildemoinhos*, *Quinta do Moura*. E' tambem muito notavel a *Casa da Torre* na rua da Cadeia, hoje rua de D. Duarte, onde, segundo diz a tradição, nasceu el-rei D. Duarte e que foi do conego Pedro Gomes de Abreu que a comprou em praça, e depois dos descendentes d'estes, senhores da quinta de Santo Estevão, pelo que a dita casa poz o brazão, que lá se vê ainda hoje debaixo do famoso janellão gothico, o qual é dos Abreus e Soares d'Albergaria, de que usava o dito conego, e que estava tambem no seu tumulo na capella do Calvario no claustro da Sé, por detraz do grande quadro de Grão Vasco. Diz-se que o referido janellão gothico pertencia ao proprio quarto onde nasceu D. Duarte. Tambem a tradição diz que o infante D. Henrique, filho d'el-rei D. João I e 1.º duque de Vizeu, ali habitou algum tempo. Ao citado conego Pedro Gomes d'Abreu fôra concedida e aos seus descendentes, senhores da quinta do Santo Estevão, o privilegio de asylo, e ainda nos principios do seculo XIX existia chumbada na parede por baixo do janellão gothico uma cadeia a que os criminosos se agarravam. Ha tambem muitos edificios particulares brasonados, mais ou menos importantes. Os antigos paços do conc. estavam na travessa do *Chão de Mestre*, a montante da velha *Praça do Commercio* ou de *Luiz de Camões*; suppõe-se que eram muito humildes, e fôram destruidos por um violento incendio no dia 8 de agosto de 1796. A camara tentou restaural os, e chegou a dar principio ás obras, mas não as concluiu. Desde o incendio estiveram em differentes edificios; durante a feira de S. Matheus, tambem a camara funccionou na *Casa Municipal da Ribeira*, depois occuparam os baixos do Asylo da Infancia Desvalida, no Rocio de Santo Antonio, hoje *Passeio D. Fernando*, e desde os principios de 1886 installou-se nos seus novos paços, edificio mandado fazer expressamente no referido Passeio D. Fernando, onde funccionam tambem o tribunal judicial, administração do concelho, repartição da fazenda, commissariado da policia, etc. E' um edificio muito vasto e muito bem situado. A camara deu principio aos seus novos paços em 24 de setembro de 1872, sendo a planta elaborada pelo engenheiro viziense José de Mattos Cid. O Passeio D. Fernando foi tambem elegantemente ajardinado. Em Vizeu houve uma *Judiaria*, ou bairro onde os judeus, depois da occupação christã, viviam, separados como viveram em outras muitas povoações do paiz. O conego Berardo, nas suas *Memorias*, diz terminantemente que estava situada no sitio denominado Cimo de Villa citando o velho tombo do hospital de S. Lazaro. Era muito populosa e tão importante, que foi séde de uma das 7 ouvidorias judaicas outr'ora concedidas pelos nossos reis aos judeus, exercendo as de Vizeu em 1534, os primeiros logares da cidade. Elles

Vizeu—Igreja do Carmo

fôram vereadores e procuradores do concelho, almotacés e thesoureiros da camara, etc. Assim foi nomeado thesoureiro n'aquelle anno Henrique Mendes, judeu e negociante, e muito mais tarde ainda existiam e se apontavam entre as familias principaes de Vizeu algumas de origem hebraica. O conc. tinha antigamente uma circumscripção absurda; ao N passava para a margem direita do rio Vouga, estendia-se até á distancia de 25 a 30 k. da cidade, e para o S comprehendia terras a distancia de 20 a 25 k., tendo encravados dentro da sua área nada menos de 4 concelhos autonomos com justiças proprias, que eram os *Coutos de Santa Eulalia* e os concelhos de *Povolide*, *Ranhados* e *Barreiros*, estando estes dois ultimos encostados aos muros de Vizeu, e dentro da circumscripção ecclesiastica da freg. occidental da cidade, mas o decreto de 6 de novembro de 1836 tornou a circumscripção muito regular. Tem por

centro a cidade, e estende-se para todos os quadrantes até á distancia de 12 a 15 k. aproximadamente. O terreno do conc. é riquissimo. Existem n'elle minas de manganez, ostanho e wolfram, estanho e prata, galena de chumbo, chumbo e prata, cobre, carvão de pedra, estanho e ferro, etc. No meado do seculo XVII ainda se exploravam minas de estanho. Além de ser séde da 2.ª div. mil., Vizeu é tambem séde da circumscripção militar do Centro, 3.ª brigada, e pertence ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. A sua guarnição mil. é o regimento de infantaria n.º 14, o d'artilharia n.º 7 e o 4.º esquadrão de cavallaria n.º 8. Tem est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; advogados, agencias do Banco de Portugal e d'outras casas bancarias, de diversas companhias de seguros e de seguros de vida do paiz, agencia de vapores, de jornaes, de publicações, e de navegação; associações de beneficencia, de Classe dos Empregados do Commercio; Associação Commercial e Industrial de Vizeu, Asylos: Anjo de Caridade, da Viscondessa do S. Caetano e do Infancia Desvalida, o qual foi inaugurado em 14 de junho de 1874; officinas das confrarias de Santo Antonio: bombeiros municipaes e voluntarios, Banco Agricola e Industrial Viziense, fundado em 13 de abril de 1868; estabelecimento de Banhos no hospital da Misericordia, depositos: de cal, de malas e de tabacos; fabricas de carruagens, de cortumes e de fundição de metaes; Escola de desenho industrial Emygdio Navarro, Escola districtal de habilitação ao magisterio primario; escolas d'ambos os sexos, central, occidental e oriental; est. de fomento agricola, fiscalisação de impostos, juizo das execuções fiscaes, hoteis, casas de pasto, Lyceu Central, presidio militar, machinas agricolas, de costura e de escrever; medicos, pharmacias, notarios, professores de piano, de pintura, de esgrima, primarios officiaes e particulares; restaurantes, typographias, delegado de Saude, Montepio Philantropico Viziense, collegios, philarmonicas; Bombeiros voluntarios o Boa União; Sociedades de recreio: *Bombeiros voluntarios, Circulo Catholico dos Operarios de Vizeu, Club Artistico Viziense, Gremio de Vizeu, Instituto Liberal, Montepio Viziense;* theatros: *Circulo Catholico* (propriedade da associação do mesmo nome), *Gremio de Vizeu* (propriedade da associação assim denominada), *Paraizo de Vizeu, Viriato;* este theatro foi inaugurado em 13 de junho de 1883; praça de touros, grande numero de estabelecimentos commerciaes e industraes, etc. Tem se publicado em Vizeu os seguintes jornaes: *Album Viziense*, fevereiro 1884 a janeiro 1886; *O Amigo da Juventude*, 15 novembro, 1894; *O Artista*, 6 julho 1891 a 15 abril de 1894; *A Atalaia*, 9 outubro 1870 a 25 janeiro 1878; *Atalaia Catholica*, 1 dezembro 1888 a 29 novembro 1890; *Ave Azul*, 15 janeiro 1899; *A Berlinda*, agosto a 1 setembro 1889; *Boletim Diocesano*, janeiro 1897; *Boletim Noticiario e Politico*, 1847 a 1848; abstrahindo dos *Boletins* officiaes, foi este o 1.º jornal aqui publicado; *Boletim Noticioso e Politico*, 22 outubro 1847; poucos numeros se publicaram; *A Caridade*, 20 outubro 1878 a 30 março 1879; *A Chronica*, fevereiro a outubro 1878; continuado do n.º 6 em diante com o titulo do *Chronica Viziense*, 1 de janeiro a 28 junho 1879; *O Commercio de Vizeu*, 4 julho 1886; em publicação, 1914; *Correio da Beira*, 1914; *Democracia da Beira*, 3 janeiro a 27 dezembro 1891; *A Desforra*, 26 abril 1904; *O Districto de Vizeu*, 2 novembro 1879; suppõe-se ter terminado em 1890; *O Echo Viziense*, 2 fevereiro a 20 de julho de 1894; *O Escholastico*, 1 de janeiro a 26 março 1873; *A Folha*, 4 abril 1889, ainda se publicava em 1900; *O Grillo da Cava*, 14 março de 1894 a 24 fevereiro 1895, com supplemento dedicado ao Carnaval; foi o 1.º jornal humoristico publicado em Vizeu: *Hylario*, 12 junho 1896 a 16 fevereiro 1897; *A Idéia Nova*, 19 agosto a 14 outubro 1882; *A Ideia Nova*, 4 maio a 5 setembro de 1890; *O Imparcial*, 6 dezembro 1870 a 15 novembro 1873; continuou a *Mocidade* com o n.º 37 e seguiu a partir de 1873 com o titulo de *Imparcial de Vizeu*, a começar no n.º 162; *O Imparcial de Vizeu*, 22 dezembro 1873 a 13 maio 1874; continuação do *Imparcial* com o n.º 162, e foi continuado pela *Liberdade* com o n.º 182; *O Independente*, 15 outubro 1885 a 20 janeiro 1889; *O Intransigente*, 17 julho 1894 a 9 abril 1895; *O Investigador*, 20 agosto 1891; *Jornal de Rapazes*, 15 a 30 março 1871; *Jornal de Vizeu*, 3 agosto 1865; seguiu se annos depois ao *Liberal; O Liberal*, 6 maio 1857 a 3 janeiro 1859; seguiu-se-lhe passado annos o *Jornal de Vizeu:* o *Liberal*, janeiro de 1885 a 30 março 1886; *A Liberdade*, 20 maio de 1874: continuou o *Imparcial de Vizeu* com o n.º 182; ainda se publicava em 1910; *A Luz*, 1 maio 1904; *Maganão*, 28 março 1892 a 1 maio 1893; *Mensageiro Popular*, janeiro 1900; *A Mocidade*, 18 abril a 19 dezembro, 1869; foi continuado pelo *Imparcial* com o n.º 37; *A Mocidade*, 22 fevereiro a 11 setembro 1891; *A Mocidade*, 26 outubro 1904: *A Nova Lucta*, 29 abril 1894 a 20 março 1895; *O Observador*, 9 junho 1878 a 8 junho 1879; *O Pelourinho*, junho 1895; *O Povo Beirão*, 1914; *Revista Catholica*, 6 janeiro, 1891; em publicação 1914; *O Seculo*, 12 a 19 junho 1879; *Sirius*, outubro 1899; *Vespa*, 4 abril a 5 maio 1892; *Viriato*, 3 abril 1855 a 31 maio 1892; *O Viziense*, 15 outubro 1853 a 14 outubro 1854; *O Viziense*, 16 junho a 17 novembro 1889; *A Voz da Officina*, 10 junho, 1898; em publicação 1914. Numeros unicos: *Bombeiros Voluntarios Vizienses*, março 1893; *A Kermesse*, 1886; *Marquez de Pombal*, 8 maio 1882; *Vizeu-Porto*, abril 1888. || Pov. na freg. de N. Sr.ª de Assumpção, de Tentugal, conc. de Montemór o Velho, distr. de Coimbra.

Vizeu *(Armas de)*. O actual brazão d'armas do Vizeu, é um escudo com as armas reaes portuguezas das quinas e 7 castellos, mas antigamente teve por brazão um escudo coroado, e n'elle um castello de prata em campo azul, banhado por um rio; de um lado do castello a figura d'um homem com trajos de peregrino, tocando uma buzina, e do outro lado um pinheiro. Ainda se encontra descripto por outra fórma, consistindo a differença em estar sobre as ameias do castello o homem que toca a buzina. A lenda que deu origem a este brazão, cantou a Garrett, n'uma linda poesia, que o grande poeta intitulou *Miragaia*. Das *Cidades e Villas*, de Vilhena Barbosa, vol. III, pag. 187, transcrevemos essa lenda, conforme a conta a tradição: «D. Ramiro II, rei das Asturias e de Leão, que reinou desde o anno de Christo de 931 até o de 950, n'uma excursão que fez de Vizeu, onde então residia, por terras de moiros, viu o

enamorou-se da formosa Zahara, irmã de Alboazar, rei moiro, ou alcaide do castello de Gaia sobre o rio Douro, Recolheu se D. Ramiro a Vizeu com o coração tão captivo, e a razão tão perdida, que sem respeito aos laços, que o uniam a sua esposa D. Urraca, ou como outros lhe chamam D. Gaia, premeditou e executou o rapto de Zahara. Emquanto o esposo infiel se esquecia de Deus e do mundo nos braços da moira gentil, n'um palacio á beira mar, o vingativo irmão de Zahara, trocando affronta por affronta, veiu de cilada, protegido pela escuridão de uma noite, assaltar e roubar nos seus proprios paços a rainha D. Gaia. A injuria vibra n'alma de D. Ramiro o ciume e o desejo de vingança. O ultrajado monarcha vôa á cidade do Vizeu, escolhe os mais valentes d'entre os seus mais aguerridos soldados, e lá vae á sua frente caminho do Douro. Chegando á vista do castello d'Alboazar, deixa a sua cohorte occulta n'um pinhal, e disfarçado em trajos de peregrino, dirige-se ao castello, e por meio de um annel, que faz chegar ás mãos de D. Gaia, lhe annuncia a sua vinda. O peregrino é introduzido immediatamente á presença da rainha, que fica a sós com elle. Alboazar tinha ido para a caça. D. Ramiro atira para longe de si as vestes e as barbas, que o desfiguravam, e corre a abraçar a esposa. Esta, porém, repelle-o indignada, e lança lhe em rosto a sua traição. No meio de um vivo dialogo de desculpas de uma parte, e de recriminações da outra, volta da caçada Alboazar. D. Ramiro não pôde fugir. Já se sentem na proxima sala os passos do moiro. A rainha, parecendo se renar-se, occulta o marido n'um armario, que na camara havia. Mas apenas entrou Alboazar, ou fôsse vencida de amor por elle, ou cheia de odio para com o esposo pela fé trahida, abre de par em par as portas do armario, e pede vingança ao moiro contra o christão traidor. D'ahi a pouco era levado el rei D. Ramiro a justiçar sobre as ameias do castello. Chegado ao logar da execução pediu o infeliz, que lhe fôsse permittido antes de morrer despedir-se dos sons acordes da sua buzina. Sendo lhe concedida esta derradeira graça, D. Ramiro empunha o instrumento, e toca por tres vezes com todas as suas forças. Era este o signal ajustado com os seus soldados, escondidos no proximo pinhal, para que, ouvindo o, lhe accudissem apressadamente. Portanto n'um volver d'olhos foi o castello cercado, combatido, tomado, e depois incendiado. A desprevenida guarnição foi passada ao fio da espada, e Alboazar teve a sorte dos valentes: expirou combatendo. E D. Gaia, como ao passar o Douro para a margem opposta, se lastimasse e mostrasse dôr, vendo abrasar se o castello, foi victima tambem do ciume de D. Ramiro, que cego de ira a fez debruçar sobre a borda do barco, cortando lhe a cabeça d'um golpe de espada. A' fortaleza em ruinas ficou o povo chamando o *castello de Gaia*, e á margem do rio, onde aportou o barco de D. Ramiro, deu lhe o nome de *Miragaia*, em memoria d'aquelle fatal mirar da misera rainha. Tal é a lenda, continua Vilhena Barbosa, que deu origem ao brazão de Vizeu, em honra da parte que os seus habitantes tomaram n'aquella empresa. O castello representa o d'Alboazar, o rio que tem por baixo, o Douro, o peregrino D. Ramiro, e o pinheiro o bosque em que se escondeu a sua gente. Usou a camara municipal d'este brazão até 6 de agosto de 1796, em que arderam os seus paços e a cadeia. Sendo necessario fazer um novo estandarte, e novo sincte, resolveu deixar o antigo brazão, adoptando o escudo das armas reaes. Não sabemos o motivo da mudança; mas suppômos que seria por se julgar fabulosa a lenda. Todavia, se foi esta a razão, não a achamos boa, seja a lenda fabula ou historica. Em qualquer caso tinha o primeiro escudo em seu favor os respeitos da antiguidade, e a vantagem de ter a cidade um brazão propriamente seu. A lenda póde ser fabulosa, e sêl o-ha talvez em grande parte, mas não no todo. D. Ramiro II roubou a moira Zahara, irmã ou filha d'Alboazar, a qual fez christã, tomando no baptismo o nome de Artida, ou Artiga. Repudiando a rainha D. Urraca, casou, segundo uns, ou viveu amancebado, segundo outros, com Zahara, de quem teve um filho, chamado D. Alboazar Ramires, que foi o primeiro fundador do mosteiro de Santo Thirso, cinco leguas acima da cidade do Porto. Modernamente mandou a confraria da Misericordia collocar o brazão antigo da cidade em um dos angulos da frontaria do seu novo hospital.» Como vimos, o erudito Vilhena Barbosa não repudia em absoluto a authenticidade historica dos amores do rei D. Ramiro e de Zahara; mas são tantas as variantes d'essa famosa lenda, desde as duas primeiras que se encontram no *Nobiliario* do conde D. Pedro até á de Almeida Garrett, que não é possivel destrinçar onde acaba a historia e onde começa a phantasia na descripção d'esses tragicos amores.

Vizeu *(Bispado de)*. Segundo a maioria dos escriptores, este bispado data do seculo VI, e alguns juntamente com o P. Leonardo de Sousa, dizem que data do seculo III, ignora se, porém, onde esteve a cathedral até que os moiros fôram definitivamente expulsos de Vizeu por D. Fernando Magno, rei de Leão e Castella, em 1057. A longa serie dos seus bispos prova claramente a existencia de Vizeu como cidade episcopal desde o citado seculo VI. No *Portugal Antigo e Moderno*, vol. XII, pag. 1589 e seguintes, publica o dr. Pedro Augusto Ferreira um *Catalogo* chronologico dos bispos de Vizeu, baseado n'algumas obras escriptas por diversos escriptores antigos e modernos ácêrca de Vizeu, taes como o dr. Manuel Botelho Ribeiro Pereira, P. Antonio Carvalho da Costa, P. João Colat, D. Francisco Alexandre Lobo, o conego José d'Oliveira Berardo, Francisco Manuel Correia, P. João Vieira Neves de Castro e Cruz, e o P. Leonardo de Sousa. E' um interessante e curioso catalogo, porque os esboços biographicos que apresenta dos venerandos prelados derrama muita luz sobre a historia de Vizeu. Não o transcrevemos por ser muito longo, mas mencionaremos alguns dos factos mais notaveis que n'esses esboços se encontram. No seculo IX, foi o 11.º bispo de Vizeu Theodomiro, durando o seu pontificado de 876 até 899. Assistiu á sagração do templo de S. Thiago de Compostella no anno de 876, e ao concilio celebrado em Ouviedo no de 877. No seculo X, o 17.º bispo, Hermegildo ou Hermenegildo, cujo pontificado foi de 961 até 969, assignou uma doação feita por Enderquina Palla ao mosteiro de Lorvão em 961, e o 18.º bispo, Iquilanou ou Iquila, 981 a 985, assignou uma doação feita em 981 ao referido mosteiro. Seguiu-se uma vacancia de 35 annos, proveniente da nova occupação de Vizeu pelos moiros, que durou

até 1057, já no seculo XI, em que D. Fernando Magno novamente a conquistou, conforme dissémos. Os bispos de Vizeu e outros muitos de Portugal e do sul de Hespanha, durante a dominação arabe residiram em Oviedo, onde os reis de Leão lhes deram asylo o assignaram egrejas para se sustentarem, pelo que Oviedo se denominou *cidade dos bispos*. Depois quo o bispo D. Sisnando, que foi o 20.º na ordem chronologica, tendo o pontificado desde 1058 até 1061, seguiram se, no seculo XII, os priores, a quem os bispos de Coimbra, como mais proximos, em virtude da disposição dos antigos canones e da bulla de Paschoal II, do anno 1101, dirigida ao bispo de Coimbra D. Mauricio, encarregaram o governo d'este bispado de Vizeu, para attenuarem os inconvenientes da grande vacancia. Conserva se memoria dos priores seguintes: D. Theodonio, de 1110 a 1112, a quem o conde D. Henrique deu a egreja de S. Miguel do Fetal, em que residiu com os seus conegos até que falleceu em 1112. Suppõe-se que a cathedral n'este tempo estava em ruinas. S. Theotonio, 1112 a 1119. Era conego em Vizeu, desde 1093, e por morte de D. Theodonio, foi eleito prior d'este bispado pelo povo e clero, eleição que o bispo de Coimbra confirmou, mas em 1119 resignou o priorado no seu sobrinho D. Honorio, para ir á Palestina visitar os logares santos. A rainha D. Thereza o quiz fazer bispo de Vizeu, graça que elle humildemento recusou, indo com um seu irmão fundar em Coimbra o convento de Santa Cruz, do qual foi eleito 1.º prior-mór em 1132, e ali fal. em 1162. D. Odorio, 1120 a 1130. O povo e clero de Vizeu, descontentes com a subordinação á diocese de Coimbra, poucos mezes depois de ser nomeado prior, deram lhe o titulo de bispo, com approvação da rainha D. Thereza Houve grande opposição da parte de D. Gonçalo, bispo de Coimbra, e D. Odorio cedeu no mesmo anno de 1120 o seu titulo de bispo, governando apenas como simples prior, mas em 1130, D. Affonso Henriques, annuindo ás instancias do povo e do clero de Vizeu, o nomeou bispo, impondo-se de fórma tal que o bispo de Coimbra não recalcitrou; D. Odorio foi então o 21.º bispo, que governou desde 1141 até 1165. No seculo XIII, o 27.º bispo D. Fernando Raymundo Coutinho que governou a diocese de 1213, o fal. em 1 de fevereiro de 1214 Residiu nas casas da quinta de Santa Eugenia, que fôram incendiadas pelos francezes em 1810, e ali fez uma concordata com o cabido, repartindo as terças, casaes e egrejas da diocese entre elle e o deão, chantre, thesoureiro o conegos. O 32.º bispo foi D. Matheus I, que governou a diocese de 1251 a 1271. No mesmo anno de 1254 em que foi eleito, assistiu ás côrtes que D. Affonso III celebrou em Leiria; e foi um dos prelados que em 1262 supplicou ao pontifice Urbano IV a legitimação dos filhos que aquelle monarcha tevo da rainha D. Brites, vivendo ainda a condessa Mathilde, sua primeira mulher. Continuaram no seu tempo os grandes conflictos entre Portugal e a curia romana, que haviam já atravessado os reinados de D. Affonso II o D. Sancho II, enlutando o paiz com censuras o interdictos. Foi accerrimo defensor das immunidades ecclesiasticas que o estado invadira, e em defeza d'ellas foi a Roma com outros bispos e veiu a fal. em Viterbo. No seculo XIV, o 34.º bispo D. Egas, dirigiu a diocese desde 1289 até 1313. Fez nova divisão das rendas do bispado, reformando a que tinha sido feita pelo bispo D. Fernando Raymundo; creou 10 meio-conegos, pelos quaes dividiu as prebendas de 5 conezias vagas; creou tambem a corporação dos padres coreiros e beneficiados, e obteve d'el rei D. Diniz muitas concessões importantes, como a doação da egreja de S. Pedro do Sul para o seu cabido, e para este o fôro de fidalgos cavalleiros, a isenção do tributo chamado *cavallaria*, a graça de serem os conegos almotacés, etc. O bispo 38.º D. João II, 1360 a 1362, assistiu com outros prelados á justificação que em 1361 fez em Coimbra D. Pedro I para provar que tinha casado com D. Ignez de Castro, e em 1362 assistiu á consagração do convento velho de S, Francisco, de Coimbra. No seculo XV, o bispo 42.º D. João Homem, 1392 a 1425. D. João I estimava tanto este prelado, que o elegeu padrinho de seu filho, o infante D. Henrique, 1.º duque de Vizeu. O mesmo soberano lhe deu em 27 de fevereiro do 1392 uma das torres romanas, conhecida pelo nome de *torre do relogio*, onde collocou os sinos da cathedral, o em 1407 deu principio ao convento de S. Francisco de Orgens. O 47.º bispo D. João Vicente, de 1446 a 1463, foi o fundador e grande protector da congregação dos conegos seculares de S. João Evangelista (loyos) e porque usou sempre o habito azul que lhes dera, foi denominado o *bispo azul*. Tambem lhe chamaram o *bispo santo*, por ser um modelo de virtude, e *Mestre João* por ter sido lente de medicina e physico-mór do reino. (V. *João Mestre; (Portugal*, vol. III, pag. 1058). O bispo 49.º, D. João Gomes d'Abreu, 1466 a 1482, era da nobre familia dos senhores de Regalados. D. Affonso V lhe deu as duas torres romanas contiguas á Sé, as quaes arvorou em aljube ou prisão de ecclesiasticos, e foi este um dos motivos do grande odio e luctas encarniçadas que se desenvolveram entre elle e os vizienses, e que, segundo se suppõe, lhe abreviaram a existencia, pois estavam no seu periodo mais agudo, quando o bispo foi encontrado morto na cama fulminado por uma apoplexia. Seculo XVI; bispo 52.º D. Diogo Ortiz do Vilhegas, de 1507 a 1519; cognominado o *Calçadilha*, por ser natural d'uma aldeia d'este nome em Castella, junto de Samora. Era de nobre ascendencia, e veiu para Portugal em 1476, acompanhando como confessor a D. Joanna, a *Excellente Senhora*. Foi muito aceito dos reis D. Affonso V, D. João II e D. Manuel I, que o chamaram para o seu conselho e para seu confessor e capellão-mór; tambem o nomearam prior de S. Vicente de Fóra, bispo de Tanger e de Vizeu, etc. Era um grande theologo, afamado orador, mathematico e astrologo. Fal. em 1519 na villa d'Almeirim, quando ali estava com a côrte. Deixou em Vizeu boa memoria, e o seu nome está vinculado a obras importantissimas na Sé. (V. *Vizeu, Sé de)*. Este bispo chamou para Portugal sobrinhos e outros parentes, de quem precedem varias familias nobres de Vizeu. Tambem sagrou a cathedral em junho de 1516. O 53.º bispo, foi o infante e cardeal D. Affonso, filho d'el rei D. Manuel, 1520 a 1524, mas não chegou a governar pessoalmente, por contar apenas 11 annos de edade, quando em 1520 foi eleito. (V. *Affonso, Portugal)* vol. I, pag. 70). O 57.º bispo, D. Gonçalo Pinheiro, 1553 a 1566, era natural de Setubal; formou-se em canones na Universidade de Lisboa, e doutorou-se em theologia na de Sala-

manca. Exerceu varios cargos, foi bispo de Safim e de Tanger, sendo eleito para a diocese de Vizeu em 1552, para onde partiu em 1553. Convocou synodo em 1555, no qual promulgou decretos salutares, e fez muitas obras na Sé. Foi 53.° bispo de Vizeu D. Jorgo de Athaide, de 1568 a 1578. Era muito illustrado e deixou muitas obras impressas e manuscriptas. Tambem procedeu a obras na Sé. (V. *Athaide, D. Jorge de*). Bispo 59.°. D. Miguel de Castro, 1579 até 1585, data em que foi transferido para o arcebispado de Lisboa. (V. *Castro, D. Miguel de*). Bispo 60.°. D. Nuno de Noronha, de 1586 a 1594, anno em que teve transferencia para a diocese da Guarda. (V. *Noronha, D Nuno de*). D. Fr. Antonio de Sousa, 61.° bispo, 1595 a 1597. Era religioso dominicano muito illustrado, doutor em theologia pela Universidade de Lovaina e mestre da sua ordem. (V. *Sousa, D Fr. Antonio de*). Seculo xvii. D. João de Bragança, 62.° bispo de Vizeu, 1599 a 1609. Era da varonia dos duques de Bragança, filho de D. Francisco de Mello, 2.° conde de Tentugal e 1.° marquez de Ferreira. Antes de ser bispo foi D. prior de Guimarães e conego de Evora. Entrou em Vizeu a 23 de julho de 1599 e fal. a 3 de fevereiro de 1609. D'accordo com o cabido, concedeu á camara viziense o privilegio do ter cadeiras de espaldar de couro na Sé, defronte do pulpito, para os vereadores poderem sentar se por occasião das procissões que eram obrigados a acompanhar. A provisão foi datada do paço episcopal de Fontello a 20 de abril de 1604 D. João Manuel, 63.° bispo de Vizeu, 1610 a 1625. Bacharel em theologia pela Universidade de Coimbra. Entrou em Vizeu a 25 de abril de 1610. (V. *Manuel, D. João*) D. Fr. João de Portugal, 64.° bispo, 1626 a 1629. Foi um dos bispos mais penitentes, mais illustrados, mais modestos, mais caritativos e mais virtuosos, que tem tido Vizeu, pelo que todos o consideravam e veneravam como um santo. Professou na ordem de S. Domingos, em Evora, depois formou se em theologia em Salamanca. Entrou em Vizeu a 14 de julho de 1626. (V. *Portugal, D. Fr. João de*). Foi o bispo 65.° D. Fr. Bernardino de Senna, 1629 a 1632, religioso franciscano. Distinguiu se muito nos seus estudos, exerceu o magisterio, e cargos importantes na sua ordem. Esteve em Roma, e percorreu varias terras de Italia e visitando muitos conventos, assistiu a diversos capitulos, e quando no seu regresso, chegou a Hespanha, já bavia recebido a nomeação de bispo de Vizeu. Foi sagrado mesmo em Madrid no dia 13 de julho de 1631, e só em maio de 1632 é que veiu para Vizeu. Era muito caritativo, pois repartia com mãos largas pelos pobres todas as rendas da dioceso, reservando para si o estrictamente necessario, que se reduzia a muito pouco, pois nunca deixou o habito francis cano. D. João de Mello, 69.° bispo de Vizeu. (V. *Mello, D. João de*). *D. Ricardo Russel*, 70.° bispo, 1685 a 1693. Era filho de paes inglezes catholicos. (V. *Russel, D. Ricardo*). Foi o 71.° bispo D. Jeronymo Soares, 1694 a 1720. (V. *Soares, D. Jeronymo*) Seculo xviii, D. Julio Francisco de Oliveira, bispo 72.°, 1740 a 1745. (V. *Oliveira, D. Julio Francisco de*). Seculo xix. D. Francisco Alexandre Lobo, 77.° bispo, de 1819 a 1844. (V. *Lobo, D. Francisco Alexandre*). D. José Manuel de Lemos, 79.° bispo, de 1856 a 1858. (V. *Lemos, D. José Manuel de*). *D. Antonio Alves Martins*, 81.° bispo, de 1862 a 1882. (V. *Alves Martins, D. Antonio*). D. José Dias Corrêa de Carvalho, 82.°

Vizeu—Egreja dos Terceiros e Quartel de Infantaria 14

bispo de Vizeu, desde 1883, dirigindo ainda a sua diocese em 1910. (V. *Carvalho, D. José Dias Correia de)*. O actual bispo de Vizeu é D. Antonio Alves Ferreira.

Vizeu *(Capellas de)*. Houve em Vizeu bastantes capellas que já não existem hoje ou estão profanadas. Mencionaremos as actuaes:

Capella da Balsa, assim chamada por estar situada no sitio d'este nome. E' particular e pertencia em 1890 ao P. Antonio Ferreira d'Almeida, secretario da camara ecclesiastica. Tem a invocação de Nossa Senhora e do Santissimo Sacramento, E' moderna e muito elegante. Foi fundada em 1884, e inaugurou se com uma pomposa festividade em 2 de abril do mesmo anno. No altar tem uma rica imagem da padroeira, feita na Allemanha e duas formosas télas vindas de Roma: *A morte de S. José* e o *Immaculado Coração de Maria*.

Capella de N. Sr.ª da Conceição. Está situada no Campo da Ribeira, e tem irmandade propria instituida em 1662 na antiquissima capella de *S. Luiz, Rei de França*, hoje profanada e em ruinas junto da de N. Sr.ª da Conceição, ao lado E, que foi construida por ser a de S. Luiz muito pequena e estar muito arruinada pela sua grande antiguidade. Quando no tempo d'el-rei D. Duarte se mudou a importante feira da Cava de Viriato para esto campo da *Ribeira* ou *da Feira*, e do dia de S. Jorge, 23 d'abril, para o de S. Matheus, 21 de setembro, collocou se a imagem de S. Matheus na pobre capella de S. Luiz, da qual passou com a do seu orago para a de N. Sr.ª da Conceição, onde se conserva ainda. A capella tem na frente um escudo com o emblema do mysterio da Conceição.

Capella de N. Sr.ª do Pranto. Está no Cimo de Villa, na rua de S. Martinho, e foi fundada pelos moradores da mesma rua em 1746, segundo se lê n'uma inscripção latina, que tem na frente a qual traduzida, diz o seguinte; *Os cidadãos d'esta rua fizeram esta capellinha á sua custa. Virgem Mãe, acceitae seus votos*. As festas da inauguração em 1746 fôram extraordinariamente pomposas, como se vê d'um folheto em que Francisco Coelho as descroveu, e publicou em Lisboa, 1747, com o titulo: *Relação breve das festas que se celebraram na cidade de Vizeu, feitas em louvor da Virgem Nossa Senhora do Pranto, n'este anno de* 1746.

Capella de N. Sr.ª dos Remedios. Fica no largo d'este nome. Como diz uma inscripção que tem ainda hoje na frontaria, foi fundada pelo povo em 1742; caiu em grande abandono com o decorrer do tempo, e lançaram mão d'ella os donos da casa do Santa Eulalia, contigua á pobre capellinha.

Capella de Santa Martha. E' no Paço episcopal do Fontello. Tem 3 altares. No altar-mór vê-se a imagem da padroeira, e por detraz d'elle, que fica separado da capella-mór, está uma formosa téla de Grão Vasco, representando Jesus Christo em casa de Martha, que parece ser a melhor da capella, posto quo tem muitas, e algumas de merecimento. O altar do lado da Epistola é dedicado a S. João Evangelista e a S. João Baptista mostrando o *Agnus Dei;* e do lado do Evangelho é do S. Pedro e S. Paulo. O penultimo bispo de Vizeu, D. José Dias Correia de Carvalho, restaurou e aperfeiçoou muito esta capella, bem como o Paço do Fontello, que estavam muito descuidados. Fez importantes obras e melhoramentos no paço, e construiu uma bella varanda a S para tornar tambem por aquelle lado mais commoda a communicação para a capella.

Capella de Santo Antonio. Fica no Cimo de Villa. E' particular, e pertence ao conde de Prime, a cuja casa está unida.

Capella de S. Caetano. Está na quinta de S. Caetano, defronte de Vizeu, a 400 m. de distancia, pertencente á viscondessa d'esse titulo. E' antiga e muito pequena Foi fundada por um ecclesiastico da familia, a quem os paes ou avós da viscondessa de S. Caetano a compraram, e pertence ao termo da froguezia do Ranhados.

Capella de S. Sebastião. E situada na rua do Soar de Baixo, ou do Principe Real. Não é muito antiga, mas ignora-se quando, e por quem foi fundada. Tem 3 altares. Pelos annos de 1820 foi dourada a tribuna, e pouco depois se fez o côro e a sua escada exterior. Consta que existiu ali uma irmandade de S. Sebastião, mas foi extincta por falta de zelo e de meios Em 1886, estando Vizeu ameaçada da invasão da cholera, certos devotos principiaram a colher donativos para restaurar a irmandade e a capella, o que conseguiram, reformando a capella e os estatutos. Admittiram muitos devotos, e no anno de 1887 fizeram uma brilhante festividade. Parece quo o culto tem desde então continuado.

Vizeu *(Cava de Viriato)*. Monumento celebre pelas suas tradições historicas D'ella falam diversos escriptores, e principalmente o conego José de Oliveira Berardo nas suas *Noticias historicas de Vizeu*, publicadas no *Liberal* de 6 de maio de 1857, e na *Memoria* manuscripta que em 1838 offereceu á camara municipal, e que se guarda no archivo da mesma camara. E' d'este trabalho do erudito conego, que nós extrahimos as seguintes noticias. «O monumento mais consideravel, que encontramos na cidade de Vizeu, é o denominado *Cava de Viriato*; especie de fortificação, cujos muros de terra, hoje quasi gastos pela incuria, ignorancia e rapacidade humana, contando talvez 20 seculos de existencia, tem servido de base á tradição popular sobre as recordações gloriosas que vamos a referir. Derrotado o exercito do pretor romano Claudio Unimano pelo famoso Viriato junto do Campo d'Ourique, para desviar de si o peso das armas com uma diversão favoravel, recorreu aquelle pretor a Caio Nigidio, o qual entrando logo pelas terras da provincia da Beira, depois de talar os agros e incendiar povoações, veiu fortificar se em um *campo raso*, quo hoje vêmos junto da cidade de Vizeu. Logo que Viriato d'isto houve noticia, acudiu immediatamente a esto ponto, e como não pudesse escalar os muros de terra, poz-lhe cêrco até obrigar Nigidio, pela fome e estratagema, a render se ou pelejar. Com effeito o pretor saiu a campo, mas em poucas horas foi derrotado, perdendo as aguias e quasi todo o exercito. Isto se passava, como dizem, pelos annos de 146 antes da era vulgar, e se dermos attenção ao amor do maravilhoso, e ao gosto das estultas etymologias, alguem pretende que duas povoações visinhas da Cava de Viriato attestam ainda hoje por seus nomes a grandeza d'aquella batalha. *Abravezes* dizem ser corrupção da palavra *braveza*, quo denota o furor com que combateram os lusitanos, e *Aguieira* era o logar onde estavam as *aguias romanas* no pretorio do arraial.

Tambem a povoação proxima, hoje denominada *Esculca*, querem alguns derival a de *escuta;* porque ali se demorára o exercito lusitano como em *escuta* e observação. Louvem e agradeçam os nossos conterraneos estas *sonhadas invenções* áquelles historiadores, que se prazem *em os divertir* ou estimular de zelo patriotico; mas eu quizera que uma critica mais judiciosa tivesse presidido ás suas lucubrações, e que não tivessem corrido tanto á larga pelo campo das *falsas conjecturas*. Com effeito, a tradição d'estas façanhas se teria extinguido depois de tantos seculos, e a não ser o monumento, cujos restos ainda hoje subsistem, porventura nem aquella victoria alcançada, nem mesmo a estada e marcha dos exercitos por estes sitios seriam para acreditar. Debalde Floriano del Campo e Fr. Bernardo de Brito adduziriam *as lapides de sua invenção* encontradas junto de Vizeu, e o testemunho de Gallio Favonio. A critica desmentiu o gosto particular d'estes historiadores, como se póde vêr no insuspeito André de Rezende. E' certo que o tempo não nos deixou chegar os pormenores dos combates entre Viriato o Caio Nigidio; nenhum synchrono nos refere o logar onde aquelle destroçára este, nem é crivel que a mencionada *Cava*, constando de um espaçoso *octogono regular*, defendido por um fosso cheio d'agua, fôsse a obra de poucos dias. De todos os autores latinos que hoje possuimos, o que escreveram das guerras de Viriato, nenhum faz menção do pretor *Caio Nigidio*, á excepção da obra intitulada: *De Viris illustribus Urbis Romanae* que se exprime d'este modo: «Viriato, portuguez de nação, primeiramente pobre mercenario e depois caçador por passatempo, e ladrão por audacia, fez se ultimamente capitão, tomando á sua conta a guerra contra os romanos, cujos generaes Claudio Unimano e Caio Nigidio, derrotou.» De passagem observaremos em primeiro logar que os romanos, sendo oppressores dos povos por excellencia, eram muito liberaes em dar o epitheto de *salteadores* a todos os que se lhes oppunham, e defendiam o que era seu. Em segundo logar notaremos que a citada obra, ainda que encontrada nos codices antigos, tem sido variamente attribuida a Suetonio, a Plinio o Moço, e a Cornelio Nepote, ou para melhor dizer, não se lhe sabe o autor; o que na verdade é uma grande lezão na sua legitimidade. O que hoje prudentemente podemos conjecturar, com mais probabilidade, é que a *Cava Viriato* fôra uma d'aquellas construcções que os romanos denominavam *Castra Hiberna*, e as edificavam para muito tempo, collocando n'ellas hospitaes, armazens e outras fabricas de guerra. Alguns antiquarios as denominaram *Campos de Cezar*, porque este general levantára muitas nas Gallias, e a seu exemplo outros capitães romanos fizeram o mesmo nas provincias que andavam conquistando. Affirma se que a França tem um grande numero d'estes *Campos*, alguns dos quaes assentam sobre pontos elevados, e se apoiam ora em rios, ora em valles profundos, que lhes serviam de defeza. Outros levantados em logar chãos eram defendidos por entrincheiramentos de atterros de muitos pés d'altura, terminando em cavallete, e circuitados d'um fosso profundo onde introduziam as aguas, que a natureza do terreno lhes ministrava. Praticavam lhes tambem as saidas necessarias para as communicações exteriores. O estado dos muros e configuração dos trabalhos tem servido de base para caracterizar estes campos, e reconhecer a sua epoca; porém, ha n'isto pouca segurança, e não se tem podido passar das conjecturas. Os fados, porque tem passado o nosso monumento da *Cava*, tem-lhe sido pouco favoraveis. D'antigas Memorias sabemos que om 18 de abril de 1451 o cabido da Sé de Vizeu tomára posse da *Cava de Viriato* em terras que até áquelle tempo eram de Reguengo. Achava-se então com portas quo se abriam e fechavam, como fôsse necessario, e dentro havia uma capella do titulo de *S. Jorge*. Uma ordem régia do anno de 1728 mandou que a *Cava de Viriato* fôsse medida e apégada. Achou-se que ainda então os muros, ou atterros. tinham tres *lanças* d'altura com 40 palmos de largura no cimo. E' provavel que na sua origem rematassem em cavallote, pelo que já advertimos. Segundo o autor do *Elucidario* a lança era uma medida agraria, que constava de 25 palmos craveiros. Os muros deram em circuito 3:065 passos andantes, apresentando quatro grandes aberturas, que tiveram cantaria com portas; obra dos mesmos romanos. Existia sómente o vão dos portaes, porque a pedra, como refere Fr. Manuel da Esperança, fôra tirada para a edificação do convento de S. Francisco d'Orgens; o que alguns affirmam ter sido sido por provisão de D. Affonso V. Entretanto podemos assegurar que no cartorio d'aquelle extincto convento não existia este documento. A camara municipal, em junho de 1818, a instancias do general da provincia, Antonio Marcellino Victoria, mandou levantar marcos pelo circuito interno e externo dos muros da *Cava;* porém esta providencia baldou se, porque já d'antes os lados orientaes, equados ao solo, se achavam alienados, em aforamento; e os restantes continuaram, sem embargo, a ser accommettidos pelas cerceaduras e escavações dos possuidores das glebas contiguas. Finalmente, este monumento veneravel parece que se vae despedindo da geração actual, e a seguinte por certo que não tardará a derrear-lhe o dorso por essas planicies. Saudemol o pois, já que os homens da governança não querem entender n'estas archeologias, e os cubiçosos visinhos vão cavando para si.» A capella de S Jorge, que existia na Cava, como acima se disse, ora uma das mais antigas de Vizeu. Ignora-se quando e por quem foi fundada, mas com certeza já existia no seculo XV, pois o infante D. Henrique, filho de D. João I, sendo duque de Vizeu, a dotou, para que todos os sabbados ali se celebrasse uma missa cantada, e para que o cabido da Sé a visitasse em procissão no dia da festa do orago, a 23 de abril. Com o tempo arruinou se a capella e passaram para a cathedral os seus encargos, mas já em 1618 se não cumpriam. A capella foi caindo em abandono, e d'ella apenas resta hoje a memoria. Segundo se lê no *Portugal Antigo e Moderno*, vol. XII, a pag. 1696, ainda no meado do seculo XVII a Cava tinha solidos muros, portas, seteiras e grandes fossos; mas 100 annos depois, em 1728, os muros já não tinham pedra, conservando n'alguns pontos a altura de 3 lanças ou 75 palmos craveiros, mais de 16 m. Com o decorrer do tempo tem soffrido muito, e já não é a sombra do que foi. Perdeu todo o seu revestimento de pedra; dos largos fossos que a circuitavam, apenas resta um pequeno lanço; os seus muros são hoje apenas marachões de terra, mas

ainda assim marachões grandiosos, imponentes, que despertam a attenção e a admiração dos forasteiros. A Cava não é octogona, como disseram Botelho, Fr. Manuel e Berardo; é um polygono irregular de 11 faces, ainda hoje bem visiveis, mas parece que outr'ora teve 13, pois 2 fazem uma insignificantissima curva. Demora em planicie funda a N de Vizeu, a montante e a NNO do Campo da Feira, na margem direita do Pavia. Do livro do sr. Joaquim de Vasconcellos, *A Arte e a natureza em Portugal*, transcrevemos o seguinte: «Outra tradição, mais antiga de que qualquer das precedentes, evoca a lucta heroica do pastor Viriato contra o poder romano na Lusitania, durante longos annos de resistencia victoriosa, vencida sómente á custa d'uma traição (cêrca de 137 annos antes de J. C.). A este pastor, que já Camões immortalisára, se prende a memoria da *Cava*, ou *cova* de Viriato, transformada modernamente, em parte, n'um passeio, com avenidas umbrosas. A Cava foi primitivamente um acampamento militar, fortificado com altos muros e fossos, abrangendo a area interior, hoje, uns 307:000 metros quadrados, com os muros uns 383:000, a distancia maxima dentro do polygono octogonal, ainda visivel, apesar de grandes alterações, é de 365 metros; os muros eram de terra, assentes em pedra, e chegam a ter na base 35 metros sobre 16 de altura; o primeiro está calculado exteriormente, em 2:160 metros. Estas indicações bastam para dar uma ideia da formidavel posição defensiva, tão apreciada ainda no seculo XVIII que D. João V ordenou em 1728 pela Academia Real da Historia, zeladora dos Monumentos Nacionaes, que a Cava fôsse cuidadosamente estudada, medida e conservada. De pouco serviu a ordem, e ainda em nossos dias, de 1862 a 1892, soffreu a obra novas alterações. Dos quatro vãos de portaes, dos proprios muros aproveitaram a cantaria para construcções, como se se tratasse de uma pedreira publica! D'elles restam ainda alguns lanços formidaveis; do antigo fosso sómente ha dois troços bem visiveis; emfim: apenas o *torso* de um gigante. Quando o vimos, pela primeira vez em 1877, a Cava estava completamente desprezada; hoje ha ali, pelo menos, sombra, frescura e a alegria das aves e dos ninhos.»

Vizeu *(Conventos de)*. Houve n'esta cidade os 4 seguintes conventos:

Bom Jesus, de freiras benedictinas. Em 1560, um benemerito viziense, o licenceado Belchior Lourenço, e sua 1.ª mulher Maria de Queiroz Castello Branco, não tendo filhos, resolveram fundar um convento de freiras benedictinas, e para esse fim, a mesma senhora no seu testamento, com data de 17 de abril de 1569, doou todos os seus bens ao bispo D. Jorge d'Athaide, com a condição de ser admittida do projectado convento uma sobrinha sua, e se o convento se não fizesse, deixava a testadora todos os seus bens em morgado e vinculados á capella de *S. Luiz*, por ella mandada fazer, morgado de que seria primeiro administrador Constantino de Castello Branco, seu sobrinho. D. Jorge d'Athaide, cujo pontificado se prolongou de 1568 a 1578, deu principio o grande impulso ás obras, mas não as concluiu. Em 1579 até 1585 foi bispo de Vizeu D. Miguel de Castro, mas durante os 6 annos do seu pontificado, não se importou com as obras do convento, que ficaram paralysadas. Succedeu lhe em 1586 o bispo D. Nuno de Noronha, que logo se entendeu com os herdeiros de Belchior Lourenço, e activou tanto as obras que em menos de 5 annos se concluiram; dotou o convento com as rendas da egreja de S. Cypriano, e n'elle se installaram com grande pompa, em 27 de setembro de 1592, as primeiras religiosas, vindas do convento da mesma ordem, de Ferreira d'Aves, depois de obter a permissão do papa e do rei. A egreja era muito pequena, pelo que as freiras em 1623 lhe accrescentaram 31 palmos, e no mesmo anno, a 23 de fevereiro, houve tanta chuva em Vizeu que inundou a egreja, obrigando as freiras a mudarem o Santissimo para o altar da enfermaria. Tambem nos fins do seculo XVII ou principios do seculo XVIII, sendo pequeno o convento e achando-se bastante arruinado, o bispo D. Jeronymo Soares mandou fazer um grande corredor fronteiro á egreja, e reformou varias officinas. Em 1887 existia apenas uma freira, senhora já decrepita.

Nossa Senhora d'Assumpção, da Congregação de S. Filippe Nery. O bispo de Vizeu D. Ricardo Russel era muito affeiçoado a esta ordem religiosa, por terem sido os congregados os seus primeiros mestres em França (V. *Russel, D. Ricardo*), e desejava dar-lhes casa em Vizeu. Para esse fim mandou pedir alguns padres ao preposito do convento de Freixo de Espada á Cinta, José das Caldas, vindo este mesmo padre para Vizeu em 1688 com mais 3 companheiros. Aposentou-os no hospital da quinta de *Santa Eugenia*, onde tinham capella e as commodidades precisas para viverem e exercerem o seu ministerio. Ali pregavam e confessavam, mas por ser a quinta um pouco distante da cidade, iam fazer os seus exercicios religiosos na egreja da Via Sacra, para mais conveniencia dos devotos. D. Ricardo solicitou e obteve da camara e de D. Pedro II licença para a edificação do convento; por seu turno lhes deu tambem logo provisão; em seguida solicitaram e obtiveram os congregados de Innocencio III bullas de confirmação com data de 13 de maio do mesmo anno de 1688, e a 10 de julho seguinte se installaram solemnemente em Vizeu, assistindo o prelado com todos os seus ministros e familiares, clero, nobreza e povo, e como não tivessem ainda rendas sufficientes para se manterem, D. Ricardo lhes arbitrou a pensão annual de 100$000 réis. A 5 de agosto de 1689 transferiram se para uma casa e capella de *Santa Christina*, que lhes doaram os proprietarios, Simão Machado e sua mulher D. Anna de Jesus Serpe, a qual tinha uma boa cêrca, que pertence hoje ao Seminario, e ali erigiram oratorio. D. Ricardo, vendo que aquella casa era muito pequena, resolveu dar-lhes outra mais ampla, para o que no principio do anno de 1693 lhes deu 12:000 cruzados, somma importante n'esse tempo. Abertos os alicerces do novo convento no sitio do *Valle*, dentro da dita cêrca e com bastante difficuldade, por n'elles se encontrar muita agua, lançou-lhe o bispo solemnemente a primeira pedra, a 26 de maio de 1693, dia consagrado a S. Filippe Nery. Fallecendo n'esse mesmo anno D. Ricardo Russel, succedeu-lhe em 1694 o bispo D. Jeronymo Soares. Vendo este prelado que os congregados não tinham ainda egreja sufficientemente ampla, pois ao tempo mal saia dos alicerces ao norte do novo convento mandado construir pelo seu successor, resolveu fazel-a em 1708, mas querendo

continual-a com a magnificencia da planta traçada por D. Ricardo, que era magestosa, os seus familiares se oppozeram, allegando ser muito grande para uma communidade tão pequena, pois contava então apenas 15 congregados. Tanto instaram que o bispo resolveu que a nova egreja se construisse exactamente como a do convento de Santo Antonio da ordem franciscana. Começaram as obras, mas proseguiram lentamente, porque D. Jeronymo apenas lhe destinou a quantia de 200$000 réis annuaes, e essa mesma importancia suspendeu em 1713, pelas muitas despezas com que o bispo teve de attender ás obras da restauração da Sé e do Paço episcopal, além das numerosas esmolas com que soccorria os pobres. D. Jeronymo Soares fal. em 1720, ficando *séde vacante* por espaço de vinte annos, sendo só em 1740 nomeado bispo de Vizeu D. Julio Francisco de Oliveira. Foi n'este prelado o maior protector dos congregados do Vizeu. Conhecendo a necessidade dos religiosos continuarem as obras, ha tanto tempo paradas, resolveu mandal as continuar, tomando-as á sua conta, e assim em 1747 estavam já em tão grande adeantamento, que mandou que os congregados se transferissem da capella de Santa Christina para o novo convento, que já podia receber 40 padres Disposta a transferencia, benzeu se solemnemente o novo edificio a 25 de maio do mesmo anno. Os congregados eram então 21. Reconhecendo D. Julio a grande necessidade da egreja, pois que desde 1747 se serviam só do seu oratorio e portaria, determinou construil-a muito a seu gosto. Fôram abertos novos alicerces, e a 8 de setembro de 1757 se lançou a primeira pedra com toda a pompa. O bispo activou tanto a construcção do novo templo, visitando as obras repetidas vezes, pagando generosamente aos operarios, que no dia 27 de janeiro de 1759, passados apenas 15 mezes e 19 dias depois da inauguração das obras, estava a egreja concluida. O bispo a benzeu solemnemente e n'ella celebrou a primeira missa resada, e no dia do S. Francisco, 29 do dito mez e anno se transferiu o Santissimo com extraordinaria pompa. Na extincta capella de Santa Christina funccionou por algum tempo, depois de 1814, a escola regimental de infantaria n.º 11. No outono de 1823, a Congregação do Oratorio de S. Filippe Nery, conhecendo a impossibilidade de continuar a subsistir por falta de gente e de recursos, e vendo que o edificio do *Seminario* ou *Collegio*, não tinha a vastidão e accommodações precisas para seminario da diocese na actualidade, tendo tambem em consideração as avultadas quantias que os prelados de Vizeu, haviam dado para a edificação do seu convento, offereceram-no com os fundos d'elle ao bispo D. Francisco Alexandre Lobo, para seminario diocesano. Em 14 de junho de 1824 se fez a escriptura da cedencia e consignação de pensões entre o bispo e congregados, previamente autorisada pela provisão de el-rei D. João VI com data de 7 de maio do mesmo anno. Assim passou a ser seminario o convento dos *Nerys* com todas as suas pertenças e haveres, pelo que sobre a porta de entrada se gravou a seguinte inscripção: «Collegio fundado em 1587 pelo bispo D. Nuno de Noronha com o titulo de Seminario da invocação de Nossa Senhora da Esperança, e mudado para este logar em agosto de 1824.» V. *Seminario episcopal.*

Santo Antonio; convento da ordem de S. Francisco. Os frades franciscanos capuchos tinham o seu convento em Orgens, e eram muito estimados e considerados pelos vizienses, mas o convento distava mais de 3 k. da cidade, o que obrigavam os religiosos a grandes sacrificios, pois de dia e de noite, muitas vezes debaixo de sol ardentissimo, outras pisando neves e arrostando vendavaes caminhavam para Vizeu para confessarem e confortarem os doentes, ou para assistirem aos moribundos e aos agonisantes. Os vizienses, condoidos dos pobres frades, desejando têl os mais perto, resolveram leval-os para a cidade. Os capuchos de bom grado annuiram, mesmo porque, vivendo de esmolas e sendo os vizienses os seus principaes bemfeitores, poupavam se ao incommodo de carregar com os donativos para Orgens. Em 1613 o bispo D. João Manuel e a camara de Vizeu requereram a Filippe II de Portugal a transferencia do convento, o que o rei concedeu pelo alvará de 30 de agosto do mesmo anno, mas ordenando que o novo convento se intitulasse do *S. Francisco*, por haver sido da *Observancia* o de Orgens, e que este ficasse completamente deserto e que a egreja, quando não fôsse demolida, se entregasse a um ermitão para velar por ella. Não se effeituou, porém, a transferencia, por os capuchos não terem ainda convento na cidade, e pelos habitantes de Orgens se mostrarem magoadissimos, rogando incessantemente ao prelado que conservasse ali os frades. No entretanto, os vizienses não desistiram e fôram procurando local para o novo convento, mas passaram vinte annos sem se haver tomado resolução definitiva. Em 1663 já residiam alguns dos frades com muito poucos commodos junto da egreja de S. Miguel do Fetal. Parece que depois fundaram em Vizeu a sua primeira casa nos suburbios da cidade, e para isto fôram ajuntando varias esmolas dos habitantes com que compraram uma quinta com suas casas, tudo quasi contiguo á egreja de S. Miguel do Fetal. Logo em uma das casas erigiram capella, onde se disse a primeira missa a 20 de junho do mesmo anno de 1633, pondo lhe a invocação de *Casa de Santo Antonio.* Mais tarde, descontentes os religiosos, por alguns inconvenientes que experimentaram por causa do sitio, determinaram procurar outro para a sua firme residencia. Puderam então alcançar outra quinta, fronteira ao terreiro de *Moçorim*, dos maiores que tinha a cidade, e para realisarem a compra venderam a quinta em que estavam, com licença da Sé Apostolica. Constava o novo local de casas com suas hortas e matta d'arvores silvestres, mas não haviam ainda tomado posse por falta da licença de el-rei D. Filippe III de Portugal, que tinha de vir de Castella. A licença chegou finalmente, por um decreto, datado de 25 de janeiro de 1635 Tomando posse a 29 de março seguinte, tratou se logo de abrir os alicerces para uma egreja ampla, com corredores e officinas para 14 religiosos. No dia 6 de maio lançou-se a primeira pedra, com solemne pompa a que assistiu o cabido, senado, nobreza e povo. O Santissimo veiu em devota procissão do convento d'Orgens, o qual foi collocado n'um oratorio feito nas casas da mesma quinta. As obras continuaram com actividade e em pouco tempo se concluiram. Mais tarde, o bispo D. Ricardo Russel mandou fazer a enfermaria, e na matta um grande terreiro circular, com assentos

de pedra em volta, para conforto dos religiosos. Foi este convento casa de noviciado dos capuchos franciscanos da provincia da Conceição, depois que em 1703 esta provincia se desmembrou da de Santo Antonio; em 1834 foi extincto, como todas as ordens religiosas; passado algum tempo a egreja ficou profanada e transformada em casa de arrecadações e todo o convento se reduziu a quartel militar do regimento de infantaria n.° 14.

São Francisco de Orgens. Estava situado em Orgens, logar aprasivel e ridente, distante de Vizeu 2 k. a E. Existia ali uma antiquissima ermida dedicada a S. Domingos, pertencente ao cabido de Vizeu. Fr. Pedro d'Alemancos, frade capucho da ordem dos menores, pediu ao cabido que lhe cedesse esta ermida para fundar um convento da sua ordem. Com anuencia do cabido, sendo bispo D. João Homem que não só lhe deu a ermida, como algumas terras proximas, e por breve do papa João XXIII, Fr. Pedro deu principio ao convento em 1407. Na sua construcção é notavel que uma grande parte da pedra, ali empregada, foi extrahida dos porticos e arcos que tinham os muros da Cava de Viriato, havendo dado para esse fim uma provisão régia D. Affonso V. O convento foi completamente restaurado em 1749. Desde a sua fundação, aquella casa religiosa gosou sempre da fama de ser um modelo de observantes, estimado e favorecido pelo povo, pelos prelados vizienses, e por muitas pessoas nobres, que lhe fizeram grandes doações, e mesmo de distancia ali fôram enterrar-se, como os senhores de Molellos, que tinham ali capella sua, e os Albuquerques da nobillissima Casa dos Coutos, padroeiros da capella do *Capitulo*, onde alguns d'elles jazem. Certo bispo de Vizeu, D. João Manuel, muito amigo d'estes religiosos, tentou transferil-os para a cidade, mas os habitantes de Orgens, tristissimos com tal noticia, tanto rogaram que o prelado reconsiderou, e os frades permaneceram no seu convento até 1834, data da extincção das ordens religiosas. (V. *o artigo antecedente).* O convento foi posto em hasta publica em 3 de outubro de 1843, excepto a egreja, que foi dada com a sua sacristia para matriz da freguezia de Orgens. O convento é hoje propriedade particular.

Vizeu *(Egrejas de).* Ha n'esta cidade duas ordens terceiras, a de *S. Francisco de Assis* e a de *N. Sr*ª. *do Carmo.* A de S. Francisco foi primitivamente installada na cathedral em 1557, e ali funccionou até 1596, data em que passou para a egreja da Misericordia. Em 1636 achava se em decadencia, mas Fr. Lourenço de Evora excitou a devoção dos vizienses, e no dia 14 de fevereiro d'aquelle anno se elegeram mesarios da dita ordem no côro do convento franciscano de Santo Antonio de Maçorim, ou no oratorio que tiveram ali os capuchos durante a construcção do convento. Restaurada a ordem terceira, continuou a exercer as suas funcções n'uma capellinha e casa que os bispos lhe mandaram edificar debaixo da enfermaria do mesmo convento, até que em 1729 se levantou grande discordia entre os frades e os irmãos terceiros. Depois de muitas contendas os religiosos taparam a porta da casa dos terceiros que lhes dava entrada pelo adro, entregaram-lhes as alfaias e as imagens, e os despediram. Os irmãos terceiros despeitados dirigiram-se ao cabido, que então governava a diocese, e com autorisação d'elle fôram estabelecer-se na capella de Santa Christina, onde se conservaram perto de 4 annos sempre em questões com os capuchos e fazendo esforços para obterem um padre commissario dos franciscanos observantes, o que não puderam conseguir, pelo que muitos dos irmãos se despediram da ordem, mas outros mais doceis volveram com as imagens e alfaias para o convento de Santo Antonio e se conservaram submissos aos capuchos. Não se deram por vencidos os dissidentes, e animados com o apparecimento do livro *Thesouro Camelitano*, vendo que os irmãos terceiros do Carmo obtiveram um pasmoso numero de indulgencias, trataram logo de pedir ao provincial dos carmelitas calçados um commissario para instituirem uma ordem terceira do Carmo na mencionada capella de Santa Christina, que para similhante effeito já o cabido, *séde vacante*, lhes havia doado. Em 21 de maio de 1733 chegou a Vizeu o padre mestre Fr. João de S. Thiago, carmelita, commissario da mesma ordem em Lisboa, e logo no dia 24 seguinte lançou o habito a mais de 120 pessoas de ambos os sexos na capella de Santa Christina. Assim se organisou a ordem, havendo festas e procissões, alistando se perto de 1900 pessoas. O padre retirou se para Lisboa, deixando nomeado um substituto, conforme os poderes que lhe dera o provincial. Os confrades resolveram logo construir um templo mais vasto em substituição da capella, e confiados na devoção dos vizienses, pois não tinham os fundos precisos para tal empresa, arremataram as obras de pedra por 5:000 cruzados. Entretanto fôram pedir de porta em porta, e em dois dias juntaram 800$000 réis, somma importante n'aquelle tempo; o cabido, *séde vacante*, lhes deu mais de 3:000 cruzados; receberam ainda outros donativos, e assim conseguiram vêr a sua egreja acabada em 13 de junho de 1738, egreja que nos fins do seculo XVIII foi restaurada e ampliada na fórma como hoje se vê, com uma elegante frontaria de granito nova, e duas torres. Tem altar-mór e mais 4 altares lateraes. E' um dos templos mais vistosos e mais formosos de Vizeu, e muito bem situado. Por seu turno, os irmãos terceiros de S. Francisco, vendo com emulação o progresso dos seus irmão dissidentes, trataram de construir tambem um templo em nada inferior ao do Carmo. No anno de 1733 obtiveram do cabido, *séde vacante*, a doação da formosa capella de *N. S.ª da Victoria*, com intento de amplial-a, mas depois reconsideraram; fizeram a egreja e casa, que hoje possuem, no topo do Rocio de Moçorim, ou *Passeio de D Fernando*, junto do antigo convento de Santo Antonio, hoje quartel de infantaria 14. Lançou com grande pompa a primeira pedra no novo tempo o bispo D. Julio Francisco d'Oliveira no dia 9 de abril de 1746, mas só se concluiu em 1763. O mesmo prelado deu muitas esmolas para a sua construcção, e mandou fazer á sua custa o adro e a bella escadaria. Tem uma boa fachada e 7 altares, incluindo o altar mór.

Egreja de S. Miguel do Fetal Está situada ao sul e extra muros de Vizeu, no largo de S Miguel. Ignora se quando e por quem foi fundada, mas todos concordam em que data de tempos muito remotos. e que, pelo menos temporariamente, foi Sé de Vizeu e residencia dos seus prelados e conegos antes da fundação da monarchia portu

gueza; era, porém, um templo muito humilde e mais pequeno que o actual, quando o bispo D. Jeronymo Soares, aproximadamente em 1719 determinou restaural-a e deu principio ás obras, mas, fallecendo em 18 de janeiro de 1720, depois o cabido na vacancia immediatamente, proseguiu com as obras á custa das rendas da mitra, concluindo a restauração em 1735. Com a sua grande antiguidade devia ter sido anteriormente restaurada diversas vezes, porque já em 1110 o conde D. Henrique a doou para cathedral com certos passaes, ou terrenos adjacentes, a D. Theodonio, então prior e governador do bispado de Vizeu por nomeação de D. Mauricio, bispo de Coimbra, a quem Paulo II, em 1101, encarregara, como o bispo mais proximo, o governo dos bispados de Vizeu e de Lamego, por causa da lucta com os moiros, a qual obrigou os prelados de Vizeu, de Lamego e outros a refugiarem se nas Asturias. E', portanto, anterior a 1110 a pobre ermida de S. Miguel do Fetal, então talvez o unico templo de Vizeu, por haver sido esta cidade arrazada pelos moiros repetidas vezes. Suppõe-se que a ermida escapou á destruição por ser um templo de pouco vulto e por estar situada extra-muros n'aquelle tempo, ficando talvez profanada, abandonada e escondida em terreno inculto, no meio d'um matagal de fetos, d'onde lhe proveiu o nome de *S. Miguel de Fetal.* Desde o principio da monarchia a Sé de Vizeu passou da egreja de S. Miguel para o local onde hoje se vê, mas parece que a pobre capella continuou a ser egreja parochial, de onde se administravam os sacramentos aos povos do aro de Vizeu, como se administravam ainda em 1808, anno em que se crearam as 5 freguezias annexas, em que já se falou. Em 1855 estava a egreja em completo abandono, fechada e bastante arruinada, já porque desde 1735, quando se reconstruiu pela ultima vez, poucas obras se haviam feito, já porque deixou de ser egreja parochial desde 1808, data da creação das annexas. Valeu lhe e salvou-a a irmandade do *Senhor dos Passos* que, estando erecta desde muitos annos na capella *da Cruz*, no claustro da Sé, condoida da pobre egreja de S. Miguel, a pediu ao prelado, e para ella se transferiu em 1855, onde se tem conservado. A egreja foi reparada, e ali se rende culto á veneranda imagem, padroeira da irmandade. Na egreja existe um tumulo, que segundo a tradição foi achado no anno 900 com uma longa inscripção em latim, dizendo ter sido ali sepultado o ultimo rei dos godos D. Rodrigo, que morreu na batalha que se feriu nas margens do rio Guadalete, em 9 de setembro de 711. Sobre esta morte se formaram diversas lendas, por causa do cadaver se não ter nunca encontrado. A inscripção a que nos referimos era uma serie de maldições contra o conde Julião, valido de D. Rodrigo, que o atraiçoara e vendera aos moiros. Ficando este facto sempre muito obscuro, o cabido viziense, mandando restaurar a pobre egreja em 1736, restaurou tambem o tumulo, e não encontrando a mencionada inscripção, ou tendo escrupulo em a acceitar, substituiu a pela seguinte, tambem em latim, cuja traducção é: *Aqui jaz ou jazeu o ultimo rei dos godos, segundo diz a tradição.* A'cêrca da egreja de S Miguel do Fetal, encontram se minuciosas descripções na *Monarchia Lusitana*, de Fr. Bernardo de Brito, parte II, fl 275, e nos *Dialogos*, manuscriptos do dr. Botelho Pereira.

Egreja da Via Sacra. E' tambem conhecida por *Egreja de S Francisco das Chagas.* Está situada no Alto da Via Sacra, sitio alegre e vistoso, sobranceiro á cidade, lado oriental, extra muros. Ignora se a data da fundação d'esta egreja, que pela sua architectura, mostra não ser anterior ao seculo XV. Pertence á irmandade ou confraria de S. Francisco das Chagas, extra-muros, que perdeu os seus antigos estatutos, regendo-se depois por um compromisso approvado em 1780. Deu se a esta egreja o titulo de Via Sacra, porque desde tempos muito remotos costumavam os irmãos da ordem Terceira do S. Francisco ir da sua egreja até áquella todos os annos, nas sextas feiras da quaresma, visitar ou percorrer a *Via Sacra*, sempre com grande concurso de povo, principiando este devoto exercicio na egreja dos irmãos terceiros, e terminando na egreja da Via Sacra ou de S. Francisco, para o que levantaram ao longo do caminho uma série de grandes cruzes de pedra, desde um até ao outro templo.

Vizeu *(Misericordia e seu hospital de).* Pela sua antiguidade e seus fundos, pelos edificios que representa e pelos serviços que presta aos pobres e ao publico, a irmandade da Misericordia de Vizeu é a primeira da provincia da Beira Alta, e uma das mais importantes e antigas do paiz. Não se sabe quando foi fundada nem o nome do fundador, mas sabe-se que se fundou nos principios do seculo XVI, como provam os primeiros estatutos que guarda ainda no seu archivo, approvados e mandados imprimir por el rei D. Manuel I em 20 de janeiro de 1516, os quaes terminam pelas seguintes palavras escriptas pelo proprio rei: «Mandamos que este compromisso se cumpra e guarde pela Misericordia da cidade de Vizeu assim e tão inteiramente como n'elle se contem. *El Rei.*» E tem appenso um alvará, tambem autographo, com data de 8 de junho do 1521, facultando á Misericordia de Vizeu a nomeação de 4 pessoas que peçam esmolas para ella. No seculo XVII fez a irmandade novos estatutos, que fôram concluidos em 8 de abril do 1626, e confirmados por Filippe III em 14 de maio do mesmo anno. Durante muito tempo viveu com poucos recursos. Por vezes a sustentação dos enfermos correu por conta dos benemeritos mesarios e dos bispos vizienses, que fôram sempre os seus primeiros bemfeitores, mas 1887, graças á boa administração e protecção do publico, já vivia desafogada. Tem uma egreja majestosa, admiravelmente situada mesmo em frente da Sé, a N E do espaçoso adro, olhando para S E, no centro d'um vasto edificio que fórma com ella um todo elegante, regular e vistoso, erguendo se nas suas extremidades E o O duas bellas torres; e ao longo da fachada do todo o edificio tem um lindo adro proprio com guarnições de granito, para o qual se sobe por uma elegante e ampla escadaria da mesma pedra em fórma de meia laranja. Na parte N do grande edificio, á esquerda da egreja, estão a casa das sessões e outras dependencias da Misericordia; na parte opposta funcciona o Banco de Vizeu que foi formado em grande parte, com dinheiro da Santa Casa. Tanto a egreja como a parte restante do edificio e as torres teem sido feitas, restauradas e ampliadas em differentes datas. As duas torres e o frontispicio da egreja datam dos fins do seculo XVIII em substituição de outras torres e d'outra fachada muito mais antigas; a capel-

la-mór e os edificios lateraes são dos principios do seculo passado. O corpo da egreja foi reedificado em 1842; o orgão pertenceu aos frades do convento de Santo Antonio, o veiu para aqui depois da extincção das ordens religiosas, em 1834, por ter sido profanada a egreja do convento. Em 1875 fizeram se as tribunas dos 2 altares lateraes, em 1876 ergueu-se na capella mór o altar do Senhor do Calvario. De 1875 a 1877 se restaurou a parte N do edificio da Misericordia. Na frontaria tem as armas reaes portuguezas. O primeiro hospital da Misericordia de Vizeu foi o *das Chagas*, instituido em 1585, segundo o conego Berardo, nas suas *Noticias de Vizeu*, ou em 1565, como se lê na *Memoria* de Francisco Manuel Correia, por Jeronymo Bravo e sua mulher Izabel d'Almeida, junto da egreja de *S. Martinho*, n'umas casas que ali possuiam. Esta egreja tinha pia baptismal e foi matriz de parte das povoações ruraes, que em 1808 se arvoraram em freguezias annexas. Até ao meado do seculo passado servia de capella ao dito hospital, mas depois que os doentes se transferiram para o outro hospital que se edificou, ficou a pobre egreja ao abandono, até que foi demolida em 1876. Tinha galilé ou atrio coberto á entrada, o um pulpito riquissimo, em fórma de calix, feito por 2 monolitos de marmore da Arrabida, que d'ali mandou expressamente conduzir o bispo D. João de Mello, aproximadamente em 1675, para pulpito da Sé, depois durante a vacancia de 1720 a 1740, foi tirado da Sé e collocado na pobre egreja de S. Martinho extra-muros, até que em 1875 a camara municipal o removeu para a capella do cemiterio. O hospital das Chagas era destinado pelos seus fundadores para ali serem tratados os doentes que não excedessem 3 mezes de curativo, e para esse fim vincularam todos os seus bens em morgado, impondo aos differentes administradores d'esto a obrigação de darem permanentemente 9 camas e as alfaias necessarias para o dito hospital. A sustentação dos doentes ficou a cargo da Misericordia, bem como a sua admissão, e na capella do dito hospital fôram sepultados os benemeritos fundadores. Com o tempo arruinou-se, e pela sua pequenez tornou se impossivel para o movimento da população de Vizeu e suas circumvisinhanças, pelo que o bispo D. Julio Francisco de Oliveira, em 1758, participou aos irmãos da Misericordia que resolvera fazer obras no hospital e amplial-o. Os irmãos acceitaram este grandioso beneficio com o maior enthusiasmo e gratidão, e logo determinaram os vogaes manifestar em publico o seu agradecimento, fazendo cantar missa solemne na sua mesma egreja, precedendo na vespera a luminarias, e no proprio dia, de tarde, touros, mascaras e varias danças. Esta demonstração de alegria em todos os vizienses, fez com que a obra continuasse com mais calor, de sorte que no mez de fevereiro de 1760 se achavam não só promptas duas enfermarias para homens com 48 logares, mas juntamente uma especial casa, separada, com roda para creanças engeitadas. Nas paredes exteriores do mesmo hospital, junto á porta, se collocaram para memoria perduravel de tão insigne bemfeitor duas grandes lages com as armas do dito prelado, declarando o anno em que tal obra se fizera, 1759. O mesmo bispo D. Julio deu á Misericordia em 1764, a quantia de 10:000$000 réis. Já em 1705, o bispo D. Jeronymo Soares havia feito importantes obras na enfermaria do mesmo hospital, para que os homens estivessem separados das mulheres, e deu tambem á Misericordia 2:000$000 réis, com a condição de que seriam postos a juros em quanto elle vivesse, e que só depois da sua morte a Misericordia poderia dispôr do capital e do ren-

Vizeu—Hospital Civil

dimento accumulado applicando-o a uma nova enfermaria. Quando o prelado falleceu a 18 de janeiro de 1720, a dita somma estava elevada a 4:800$000 réis. Importancia egual a esta deu tambem em 1777 o bispo D. Francisco Mendo Trigoso para alimento dos convalescentes. A Misericordia ainda recebeu esmolas de outros differentes bispos e de pessoas particulares, pelo que no fim do seculo XVIII, dispondo já de bastantes recursos, e sendo o hospital muito pequeno, se resolveu edificar outro mais vasto. E' o denominado *Hospital Novo*, edificio de construcção moderna, com as melhores condições hygienicas, sendo considerado o primeiro de Vizeu, e pela sua vastidão, magestade e solidez, pelo seu aceio e vantajosa situação, e pelo seu bom serviço clinico é o primeiro hospital da provincia da Beira Alta, e um dos primeiros do paiz. Está situado ao S de Vizeu, um pouco acima do antigo hospi-

Vizeu—Igreja da Misericordia

tal da Misericordia, em terreno plano, alegre e vistoso, a pequena distancia da cidade, e no seu ponto mais elevado. A primeira pedra na construcção foi lançada em 29 de março do 1793 pelo bispo D. Francisco Monteiro Pereira de Azevedo. Sob a pedra, como é de uso, se collocou um exemplar de todas as moedas portuguezas cunhadas até áquelle tempo no reinado de D. Maria I, a qual, por provisão de 12 de fevereiro de 1799, obrigou todos os concelhos da antiga camara do Vizeu a pagarem um real de contribuição por cada quartilho de vinho e cada arratel de carne, em favor das obras do hospital. Ignora-se quem fez a planta do novo edificio, mas sabe-se quo o mestre pedreiro Jacintho de Mattos, de Villar de Besteiros, arrematou a construcção das paredes por 30:000$000 réis, e o mestre Manuel Ribeiro, de Vizeu, arrematou as obras de madeiramento e ferragens por 13:600$000 réis. As obras correram lentamente, e estiveram alguns annos paradas por falta do dinheiro e por causa da guerra da peninsula e das guerras civis posteriores. Recebeu os primeiros doentes em 1842, estando ainda incompleto. Continuaram, porém, as obras até ao seu final acabamento, seguindo-se depois outras indicadas pela experiencia para melhorar o serviço clinico, a fiscalisação e administração, etc. Em 1842 fez-se o grande portão de ferro da entrada para o edificio, pelo que se poz n'ello aquella data; e em 1876 fez se a bella escadaria semi circular exterior, na entrada para o grande terreiro em forma de parallelogrammo, e que toma toda a frente do edificio; terreiro ajardinado e circulado por pilares de pedra e formosa gradaria de ferro que fecha o terreiro por 3 lados, tendo em cada uma das 3 faces um portão de ferro tambem. O hospital tem 2 pavimentos. O do rez-do-chão com uma larga porta de entrada para um espaçoso pateo, onde ha varias repartições, avultando entre ellas a pharmacia. O 2.º pavimento tem na sua frontaria 9 grandes janellas rasgadas, sendo maior a do centro, sobre a qual se ergue o frontão com as armas reaes; na extremidade E da frontaria as armas antigas da cidade de Vizeu; na extremidade opposta as armas da Santa Casa, e no alto do frontão 3 grandes e formosas estatuas de granito, representando a *Fé*, a *Esperança* e a *Caridade*. O hospital tem 4 enfermarias denominadas: de *S. João*, *S. Francisco*, *Sant'Anna* e *Senhora das Dores*, e ainda mais duas para os irmãos da Misericordia; alguns quartos para pensionistas, compartimento para alienados e para presos doentes, casa de banhos, casa de autopsias, casa mortuaria, etc. O regulamento do hospital foi approvado por alvará de 23 de novembro de 1880.

Vizeu *(Quinta e paço episcopal de Fontello em)*. Ignora se onde residiram os bispos até ao tempo do prior S. Theotonio, de 1112 a 1119, pois sabe-se que residiu nos velhos paços reaes da fortaleza romana, onde está hoje o claustro. Depois residiram alternadamente no paço episcopal da Sé ou dos *tres escalões*, na quinta de Santa Eugenia, e em Fontello, onde residiram em periodos mais ou menos longos até 1810, installando-se então ali definitivamente n'esse anno, onde se tem conservado até á actualidade. Esta resolução foi tomada pelo prelado por terem os inglezes occupado em 1810 todo o paço episcopal da Sé, o claustro e o edificio do *Collegio* com o hospital militar, que esteve ali muito tempo. O Paço episcopal está situado ao nascente e a pequena distancia do coração da cidade, formando, pelo seu conjuncto uma bella residencia com uma esplendida avenida de entrada, como não tem paço algum episcopal do paiz. A quinta é espaçosa e rendosa, e já foi muito luxuosa, principalmente no tempo do cardeal D. Miguel da Silva; depois decaiu e chegou a estar em grande abandono, no tempo do bispo D. Antonio Alves Martins, que falleceu em fevereiro de 1882, no referido paço. Depois no pontificado de D. José Dias Correia de Carvalho, tudo estava muito bem tratado, mas a quinta apenas conserva do seu antigo esplendor uma bella mata de arvoredo secular; a majestosa avenida com um soberbo portico mandado fazer pelo bispo D. Gonçalo Pinheiro em 1565 como prova a inscripção latina que o bispo mandou ali gravar, e lá se vê ainda sobre o dito portico, a qual, traduzida, quer dizer:

«Gonçalo Pinheiro, bispo d'esta cidade, fez construir estes porticos com o signal demonstrativo da nossa redempção, para hospicio e bem fazer dos pobres e para seus usos, no anno de 1565.» Em agosto de 1876, a camara municipal de Vizeu, de accordo com o bispo D. Antonio Alves Martins, apeou o dito portico, e collocou o de novo um pouco mais dentro da grande avenida, para tornar mais suave e plana a entrada e mais ampla a rua contigua, nada, porém, perdeu o portico, porque a mudança foi feita com todo o cuidado. Esta avenida tem ao comprimento duas alas de frondoso arvoredo, da mesma data de 1565, não todo, por haverem caído com o peso dos seculos e das tempestades differentes arvores, que fôram substituidas por outras, sendo as ultimas plantadas pelo bispo D José Dias Correia de Carvalho. Este reverendo prelado fez obras importantes tambem no proprio paço. A elle se deve a restauração do jardim, dos repuxos, chafarizes e tanques. A quinta tem muita agua e bons terrenos, que produzem vinho, milho, batatas, hortaliça, hervagens, etc. O bispo D. João Manuel, que teve o pontificado de 1610 a 1625, restaurou a capella de Santa Martha, do Paço de Fontello, e no mesmo paço mandou fazer as 3 grandes salas contiguas á capella, dando elle proprio o risco de toda a obra, pois era muito versado em architectura e astronomia. O bispo D. José Dias Correia de Carvalho tambem beneficiou muito a capella (V. *Vizeu, Capellas de)* O Paço episcopal é um edificio muito irregular, feito em differentes datas, sem imponencia nem bellezas architetonicas, mas bastante espaçoso e com vastissimas salas.

Vizeu *(Sé de)*. O bispado de Vizeu, conforme já dissemos (V. *Vizeu, Bispado de)*, data do seculo VI, mas não se sabe onde esteve a Sé até que os moiros fôram definitivamente expulsos de Vizeu, em 1057. São muito escassas e pouco firmes as memorias que nos restam d'aquelle tempo, suppõe-se, porém, que em 1057, quando D Fernando o Magno, rei de Leão e Castella, tomou Vizeu, a sua antiga cathedral já não existia ou estava profanada e servindo de mesquita aos moiros, que D. Fernando a mandou purificar e restituir ao culto catholico, e que estaria dentro dos muros do antigo castello romano, aproximadamente no local onde hoje se vê, como prova uma das doações que o mesmo rei lhe fizera, e que foi confirmada pelo conde D. Henrique em 1080. A doação é a seguinte: «Em nome da SS. Trindade, Padre, Filho e Espirito Santo. Esta é a conta do testamento quo eu o conde D. Henrique juntamente com a minha mulher D. Thereza, fazemos á egreja de *Santa Maria* da Sé episcopal de Vizeu e aos clerigos n'ella moradores, testamento que el-rei D. Fernando, ha muito fallecido, fez em favor da dita egreja e é o seguinte: pela parte de dentro do muro velho o chão da dita egreja entre o caminho de S. Miguel (do Fetal) e a rua da Regueira, a entestar no caminho publico, e isto mesmo lhes confirmamos para salvação da nossa alma, etc , aos 12 de agosto da era de 1118,—anno 1080.» Do exposto se vê, que dos annos de 1057 a 1065, a Sé de Vizeu tinha a mesma invocação de *Santa Maria*, ou de N. S.ª d'Assumpção; que ficava dentro dos velhos muros, a distancia da egreja de S. Miguel do Fetal; que esta ultima egreja tambem já existia n'aquelle tempo, mas não era a cathedral, e que portanto, a egreja de S. Miguel não foi, como diz a tradição, a primeira cathedral de Vizeu. E' verdade que o mesmo conde D. Henrique deu em 1110 a mesma egreja ao prior D. Theodonio para Sé viziense, e que o dito prior n'ella viveu com os seus conegos, mas presume se que foi por pouco tempo, talvez só durante as obras da Sé intra-muros, mesmo porque se julga, que a Sé actual era então um templo muito humilde, encravado dentro da velha fortaleza e que, por se achar em ruinas, o conde D. Henrique e a rainha D. Thereza o restauraram, mas não o fundaram de novo, pois já existia no tempo do D. Fernando o Magno. Ninguem disse nunca que ella estivesse algum tempo na Cava de Viriato, onde esteve outr'ora durante seculos a cidade de Vizeu em periodos alternados. Apenas consta que a Sé esteve onde hoje se vê, e em S. Miguel do Fetal, mas por pouco tempo, e só durante o governo do prior D. Theodonio e talvez nos primeiros annos, do governo do seu successor. Note-se que o prior D. Theodonio governou o hispado apenas 2 annos, 1110 a 1112; succedeu-lhe o prior S. Theotonio, que governou desde 1112 até 1119, e residiu talvez com os seus conegos, pelo menos alguns annos. junto da Sé actual, no antigo paço da fortaleza, onde viveram os reis de Leão, o conde D. Henrique e a rainha D. Thereza, no sitio onde hoje estão os claustros da Sé. Desde que S. Theotonio, em 1112 a 1119 se installou no velho paço real da fortaleza, ali se installou tambem definitivamente a Sé, que tem soffrido successivas reconstrucções e modificações atravez dos tempos. Ha noticia de 7 grandes reconstrucções: a 1.ª no tempo do conde D. Henrique, pelos annos de 1100 a 1112. A 2.ª no tempo em que se fez a 1.ª abobada, de 1282 a 1362, e o antigo claustro, principiado em 1341. A 3.ª quando se fez a 2.ª abobada, chamada *dos nós*, concluida por D. Diogo Ortiz de Vilhegas em 1513. A 4.ª quando D. Miguel da Silva fez o claustro moderno, em 1534 A 5.ª Quando D. Jorge de Athaide fez a sacristia actual e o corredor para a capella de S. João, de 1573 a 1578. A 6.ª na vacancia do 1640 a 1671, e a 7.ª na vacancia de 1720 a 1740. Do todas estas reconstrucções ha bastantes provas. Da 1.ª e 2.ª, n'uma inscripção antiga que se encontra no fundo da torre actual do relogio (a da frente da Sé, entrando á direita) da qual inscripção, segundo a leitura de Berardo, consta que em 5 de abril da era de 1320 (anno 1282) foi principiada a construcção d'uma abobada da Sé, dando se por finda na era do 1400 (anno de 1362) no dia 4 de julho. Durou portanto 80 annos a construcção da dita abobada, o que faz acreditar que as obras estiveram interrompidas algum tempo; e não falando a inscripção das *paredes*, conclue-se que estas já existiam em 1282, talvez desde o tempo do conde D. Henrique, que foi o 1.º restaurador da Sé actual, e ha quem supponha, que as paredes fôssem da antiga fortaleza, talvez d'algum quartel interior. Tambem não consta que se fizessem novas paredes, quando se fez a *abobada dos nós*, o que leva a crêr que as paredes actuaes da Sé são as mesmas sobre quo assentava a 1.ª abobada. Isto mesmo confirmam as 2 janellas antigas em 2 estylos differentes, que se vêem ainda tapadas no alto da parede lateral NE, do lado exterior, sobre a abo-

bada de tijolo das escadas que da sacristía vão para o côro de cima. Uma das ditas janellas era de arco de volta inteira, ou do tempo da antiga fundação, e a outra ora ogival, como fôram todas as do tempo em que se fez a abobada *dos nós*, e que na vacancia do 1640 a 1671 fôram transformadas om janellas rectangulares, n'umas desgraçadas obras, que o cabido realisou. A parte baixa do claustro antigo foi feita pelo bispo e cardeal D. Miguel da Silva, em 1534, no local onde estavam os restos do velho paço real que D. João III que, para aquelle fim lbe cedeu, paço onde vivera o prior S. Theotonio de 1112 a 1119. O mesmo prelado tambem restaurou o côro alto e o guarneceu com esplendidas cadeiras muito ornamentadas, como se diz nos *Dialogos* de Botelho, cadeiras que já não existem Suppõe-se quo fôram esmagadas quaudo em 1635 desabou a frontaria da Sé, e que o cabido na barbara restauração de 1640 a 1671, as substituiu pelas cadeiras actuaes, tirando-lhes toda a belleza, como a tirou á frontaria da Sé, substituindo a *gothica florida* pela *dorica prosaica* da frontaria actual. Tambem o cabido na mesma vacancia, ou na restauração acima indicada, accrescentou a capella mór, por ser muito pequena e não ter espaço para o côro; fez aos lados da capella mór as capellas de S. João e de S. Pedro. nos vãos até ali occupados por duas sacristias; fez as tribunas das 3 mencionadas capellas e dos altares da *Senhora do Rosario* e da *Rainha Santa Izabel*; substituiu as janellas e portas ogivaes com molduras por janellas e portas rectangulares lisas, como acima dissemos; fez tambem 3 columnas fingidas nas paredes com madeira, estuques e argamassa; os 2 pulpitos nas columnas; as cadeiras de pau ordinario no côro de baixo, ou da capella mór, cadeiras que em 1720 fôram removidas para a capella da *Cruz* e substituidas por outras de pau preto; finalmente, fez a casa do *thesouro novo*, e collocou um novo relogio na torre da frontaria da Sé, a N E. A parte alta do claustro foi feita pelo cabido na vacancia de 1720 a 1743, bem como as varandas ou *passeio das ameias* sobre as paredes exteriores do claustro, passeio que se prolonga pelo cimo dos velbos muros da fortaleza até á antiga *torre de menagem*, depois aljube, o hoje cadeia civil na extremidade O do lanço dos velhos muros, desde a velba torre do relogio, e fórma um angulo recto com a parede do claustro, que olba para N O. O claustro está a S O da Sé, á direita de quem entra, e fórma um quadrado perfeito, occupando todo o espaço ontre a Sé e o alinhamento do mencionado lanço dos muros da fortaleza. A arcbitectura do claustro é um mixto da ordem jonica e dorica. Desde a sua fundação foi cemiterio do cabído até ao 2.° quartel do seculo passado, pelo quo o seu pavimento estava muito arruinado e cheio de sepulturas em 1875, data em que o governo mandou fazer muitos reparos na Sé, despendendo perto de 3 contos de réis. O claustro foi todo ladrilbado com bello granito; reparou se a casa do *thesouro velho* a E e junto da grande sacristia: e a do *thesouro novo* a S O da capella-mór e encostado a ella; a sacristia, os côros de baixo e de cima, a sala capitular, o arcbivo do cabido e o orgão grande, que foi limpo; reformaram se as portas e ameias, etc. O bispo D. Miguel fez a parte baixa do claustro, mas sem as capellas que lá se vêem, as quaes são as seguintes: 1.ª *Capella do descendimento da Cruz*, chamada vulgarmente *Capella dos santos brancos*, por serem de pedra de Ançã todas as figuras do altar; 2.ª *N. S. d'Assumpção*; 3.ª *Archanjo S. Miguel*; 4.ª *S. José*; 5.ª *Senhora da Agonia*; 6.ª *Santo Antonio*; 7.ª Altar que n'outro tempo foi da invocação de Santa Rita, e que ardeu ha muitissimos annos, mas que na 2.ª parte do seculo passado foi restaurado. Tem uma nova tribuna dourada e duas bellas imagens novas do *Coração de Jesus* e do *Coração de Maria*. A antiga imagem do Santa Rita, dourada e incarnada de novo, tambem figura no altar. No claustro ha tambem duas grandes capellas, a da *Cruz* e a do *Calvario*, dignas de especial menção. Ficam a S E do claustro, são contiguas, e estão no mesmo alinbamento da capella do *Santissimo*, com a differença, porém, que para esta ultima se entra pelo cruzeiro da Sé, e para as outras duas pelo claustro. A da *Cruz* fica na extremidade S de passeio S E do claustro, entre este e a velha torre romana, cbamada *torre do relogio*. Tem sobre o claustro um grande portico em arco, n'elle a data do 1567 e uma inscripção, e por baixo d'esta uma cruz esculpida e outra dourada. O bispo D. Gonçalo Pinheiro mandou fazer esta capella para seu jazigo, mas como fallecesse em 1566, antes de a concluir, foi sepultado na capella-mór da Sé. A capella acabou se por diligencias d'um sobrinho do prelado, que na abobada poz o brazão d'armas do mesmo bispo: *um pinheiro e um leão rompente, em campo vermelho*. N'esta capella funccionou muitos annos até 1855 a irmandade do *Senhor dos Passos*, data em quo passou para a egreja do *S. Miguel de Fetal*. Tambem se suppõe que o grande quadro hoje existento na Capella do Calvario, foi mandado fazer pelo mesmo bispo D. Gonçalo para a capella da Cruz, e que a irmandade para ali o removera, quaudo se estabeleceu na capella da Cruz e n'ella fez a tribuna com o respectivo camarim para a imagem do Senhor dos Passos. Tambem se suppõe que a Capella do Calvario n'aquelle tempo ainda não era capella, mas sacristia e casa de arrumação da referida irmandade e da Capella da Cruz. Pela sua architectura, antiguidade e tradições, é a capella do Calvario a mais notavel do claustro e da Sé. Na sua origem, ignora-se para que uso, foi parte integrante e dependencia dos velhos paços reaes, cedidos por D. João III a D. Miguel da Silva, para n'elles fazer o claustro, demolindo-os, sem tocar no venerando edificio. hoje Capella do Calvario, edificio cuja fundação se ignora, mas que é com certeza anterior á monarchia portugueza, pois na casa que sobre elle assenta, hoje *sala capitular*, viveu o prior S. Tbeotonio em 1112 a 1119, como dizem a tradição e a inscripção que se vê sobre a porta da dita sala, a qual traduzida, diz: «Esta é a casa onde viveu S. Theotonio, padroeiro da Santa Sé, casa que o illustrissimo cabido, *Séde vacante*, restaurou no anno de 1721.» A dita capela é toda de abobada de granito com ornamentação exotica e figuras profanas, o que revela ter sido feita não para templo catbolico, mas para outro qualquer destino, talvez no tempo da occupação dos arabes, e segundo se suppõe, foi jazigo dos primeiros prelados vizienses, pois tem nas paredes differentes arcos, em um dos quaes, ao lado do Evangelbo e detraz do altar, foi sepultado em 1463 o bispo D. João Vicente, ou *bispo azul*, fun-

dador da Congregação dos *loyos*, o n'outro, do lado da Epistola, o conego Pedro Gomes de Abreu, sobrinho do bispo D. João Gomes de Abreu. O tumulo de D João Vicente é uma obra d'arte notavel, mas infelizmente brilha pouco, por estar em sitio muito falto de luz, e o mesmo succede ao citado quadro do *Calvario*, e que é geralmente attribuido ao celebre pintor Grão Vasco. Além d'estas duas arcadas, tinha outra onde está hojo a porta que dá para o claustro a NO, e na parede do lado NE teve outro arco, onde hoje se vê um armario que foi arrecadação da irmandade dos Passos, quando esta funccionava na antiga capella da Cruz. Tambem do mesmo lado NE teve outras arcadas, de que se vêem ainda claros vestigios detraz da tribuna da capella do Santissimo, na parede hoje commum ás duas capellas, mas talvez que n'outro tempo algum dos ditos arcos fôsse porta d'entrada ou ja nella. A Sé é um bom templo, uma das melhores e mais notaveis sés de Portugal, não das mais amplas, mas das mais ricas em decorações de pedra, talha e pintura, e sobretudo de um gosto singular na sua formosa architectura interior manuelina, e muito bem situada sobre um espaçoso terreiro onde se ostentaram a fortaleza romana e os velhos paços reaes e episcopaes no ponto culminante e mais vistoso da cidade de Vizeu. Prolonga-se de SE a NO, e a principio descrevia um parallelogrammo hirto, como os nossos antigos templos, sem a fórma da cruz latina. A sua extremidade SE foi talvez o proprio muro que a velha fortaleza tinha d'aquelle lado; depois, quando a Sé tomou a fórma da cruz latina, abriu se no alinhamento do dito muro o arco cruzeiro e prolongou se o templo mais para SE formando a capella mór ou o topo da cruz, e ainda posteriormente, sendo pequena a capella mór, n'umas obras realisadas pelo cabido, *séde vacante* de 1640 a 1671, conforme dissémos, deram-lhe mais fundo, prolongando-se outro tanto para SE. Tambem se fizeram a SO e NE do arco cruzeiro as capellas do Santissimo e do Espirito Santo, que ali se vêem hoje, e que fórmam os braços da cruz latina. A Sé tem hoje 3 naves. No topo da do lado da Epistola está a capella de S Pedro, que ficou fóra do alinhamento dos muros da fortaleza, bem como a sacristia da capella do Santissimo, contigua a estas duas capellas e com entrada para ambas; e no topo da nave do lado do Evangelho está a capella de S. João, paralléla e em symetria com a do S. Pedro, e que ficou tambem fóra do alinhamento da fortaleza. A Sé estava precisamente no meio da fortaleza, contando de SO a NE, mas posteriormente, com a demolição dos velhos muros e com a construcção dos velhos paços e do *Collegio* d'este lado, os edificios avançaram um pouco mais para NE e ultrapassaram o alinhamento dos muros, emquanto que do lado SO ainda lá se vê entre as duas torres romanas o alinhamento da primitiva muralha, pois entre ella e a Sé apenas se fez o claustro. O altar-mór tem um bom retabulo de talha dourada, feito pelo cabido na vacaucia de 1639 a

Sé de Vizeu

1671, quando ampliou a capella mór; por essa occasião collocou o velho retabulo na capella do Espirito Santo, e pôz tambem retabulos nas capellas de S. João Baptista, S. Pedro, e S. Sebastião, hoje do Santissimo, em substituição das 4 primorosas pinturas de Grão Vasco, que fôram removidas para a sacristia. No cruzeiro, aos lados da capella-mór, estão os altares de *S. Pedro* e de *S. João Baptista*. N'elles estiveram primitivamente, segundo se suppõe, 2 grandes quadros de Grão Vasco, que se vêem hoje na sacristia: o que representa *S. Pedro*, que é geralmente considerado por nacionaes e estrangeiros a melhor tiga capella-mór. Na parede lateral da capella do Santissimo, do lado do Evangelho, está o altar da rainha *Santa Izabel*, e em symetria com este na parede lateral da capella do Espirito Santo, do lado da Epistola, está o de *Nossa Senhora do Rozario*, os quaes fôram feitos em arcos ogivaes de duas portas que havia n'aquellas paredes, portas que fôram substituidas por outras rectangulares que lá se vêem nas paredes ao lado dos ditos altares. Em frente dos referidos arcos havia outros 2 no mesmo estylo: um na capella do Santissimo e que dava passagem para o claustro; outro na capella do Espirito Santo, e

Côro da Sé de Vizeu

producção de Grão Vasco, e o que representa *S. João Baptista baptisando Jesus Christo*. Os altares do *Santissimo Sacramento* e do *Espirito Santo* estão em frente um do outro ao fundo de 2 grandes capellas no topo dos braços da cruz latina, que descreve a planta da Sé. O altar do *Santissimo* era antigamente dedicado a *S. Sebastião*, e tambem, segundo se suppõe, era na primitiva formado pelo quadro que se vê na sacristia maior, representando o santo martyr; o outro altar era tambem formado pelo quadro de Grão Vasco representando a descida do Espirito Santo sobre os apostolos. Este quadro foi substituido, conforme dissémos, pelo retabulo da anque dava passagem para o corredor que vae da sacristia grande para o côro alto. O 1.º foi tapado e n'elle se fez um mausoléo que hoje serve de credencia; o 2.º foi tapado e transformado em confessionario. As paredes do corpo da egreja não teem altares; apenas ha um no fundo, á direita de quem entra e junto da porta do claustro. Foi feito no vão do antigo baptisterio pelo conego Henrique de Lemos, para cabeça do vinculo de Moure, da casa dos Napoles da Prebenda, como diz uma inscripção que lá se vê, mas sem data, pelo que se ignora a fundação da dita capella. Suppõe se, porém, que foi feita aproximadamente no meado do seculo XVI, e que a decora-

ram e revestiram com azulejo em 1721, porque n'esta data foi feita pelo cabido a sala capitular sobre a capella do Calvario, e nota-se que o azulejo da sala é egual ao da capella. Mas não se deve confundir a capella com o antigo baptisterio em cujo vão foi feita, porque a sua architectura revela muito maior antiguidade. Talvez fôsse coevo da 1.ª abobada, principiada em 1282, e suppõe-se que o dito baptisterio, acanhado e escuro, ali funccionou até que se fez o novo e actual na parede, a lateral da Sé, entrando á esquerda, no vão das escadas que o bispo D. Gonçalo Pinheiro mandou fazer em 1553 a 1566, para serviço particular e directo entre a capella mór e o côro alto. As sacristias eram 3 antigamente: duas aos lados da antiga e pequena capella mór, nos vãos dos actuaes altares de S. Pedro e de S. João; e uma, então muito pequena tambem, junto da capella de S. Sebastião, onde estava o sacrario, e que é hoje capella do Santissimo, restaurada e ampliada em 1721; e a sacristia grande ou do cabido, detraz da capella do Espirito Santo, sacristia feita pelo bispo D. Jorge de Athaide em 1573, como diz uma inscripção que se vê sobre a porta, com as suas armas. N'esta grande sacristia é que estão os quadros de Grão Vasco, que no seculo XVII para aqui fôram removidos das capellas de S. Pedro, do Espirito Santo, de S. Sebastião e de S. João Baptista. A esplendida e riquissima abobada da Sé, denominada dos *Nós* ou de *D. Diogo Ortis de Vilhegas*, é um dos monumentos de pedra mais grandiosos, e a unica que existe no paiz. E' em ogiva de granito primorosamente trabalhada e ornamentada com laçaria de cordas e nós. Não se sabe com certeza quando e por quem foi principiada, mas suppõe-se que fôsse pelo bispo D. Soludidalio, que F. Manuel, baseado n'um sinete ou sello que já depois do meado do seculo passado se encontrou em Vizeu, se entende que D. Soludidalio foi bispo de Vizeu, successor de D. João Soares de Abreu, e antecessor de D. Fernando Gonçalves de Miranda. F. Manuel firma se em que o tal sinete que é redondo, tem no centro um escudo encimado por uma mitra; no meio do escudo uma estrella; em volta do escudo sete castellos, e na orla do sinete esta legenda: *Solvudidali ep. e opvisens*, que em vulgar diz: *Soludidalio bispo da cidade de Vizeu*, que na abobada da capella do Santissimo se vê na Sé o mesmo brazão do sinete, e que na riquissima abobada actual da Sé, além d'aquelle brazão, apenas se vê o dos *Costas* (do cardeal d'Alpedrinha D. Jorge da Costa) e o do bispo *D. Diogo Ortis de Vilhegas* que foi quem concluiu a dita obra em 1513. D'aqui F. Manuel conclue que a dita abobada, cuja construcção durou com certeza muitos annos, seja principiada pelo bispo D. Soludidalio, continuada a expensas do opulentissimo cardeal D. Jorge da Costa, e concluida e talvez feita na sua maior parte por D. Diogo Ortis de Vilhegas, pelo que este prelado ali collocou as suas armas e as d'aquelles 2 bispos seus antecessores e com elle factôres da referida abobada. Tambem ali se vêem as armas d'el-rei D. Manuel e de seu filho, o cardeal D. Affonso, bispo de Vizeu, e as do D. Affonso V e do D. João II. Na abobada, junto do brazão d'armas de D. Diogo Ortis, se vê a seguinte inscripção, tudo lavrado em pedra d'Ançã: «Esta Sé mandou abobedar o Muito Magnifico Sñor Dõ Diogo Ortius, Bpõ desta cidade, e do Conselho dos Reis, se acabou. Era do Sñor de 1513.» O mesmo bispo mandou fazer tambem a frontaria da Sé com *um riquissimo portico muito ornamentado com figuras e folhagem, bem como uma grande janella superior, de curiosa invenção*, que dava luz para o côro, segundo diz Botelho, tudo em estylo gothico florido, ou *Manuelino*, e em perfeita harmonia com a architectura interior; e sobre o grande portico se via, como tambem diz Botelho, outra inscripção exterior, como a que acima citámos; mas infelizmente aquella majestosa frontaria desabou com uma das torres em 18 de fevereiro de 1635, e foi substituida pela desgraciosa frontaria actual. O cruzeiro ou adro da Sé tem as armas do bispo D. Julio Francisco d'Oliveira, e a data em que o mandou fazer, 1760, em substituição d'outro mais antigo e muito modesto. Aos lados da frontaria se erguem duas torres, sendo uma denominada *Torre do Relogio*, porque para ella se mudou o relogio, que antigamente estava junto da velha *torre romana*, tambem por isso chamada do *relogio*, na extremidade sul do lanço que resta ainda hoje da antiga fortaleza; a outra torre denomina-se dos *sinos*, desde que para ella se mudaram os sinos que anteriormente estavam na *velha torre romana*, denominada *do relogio* ou *torre grande*, que hoje serve de despejo do cabido. Das duas torres da Sé, desabou a dos sinos, como já dissémos, no dia 10 de fevereiro de 1635, levando d'envolta a frontaria da cathedral e despedaçando se os sinos todos, com excepção o denominado *bebedo por tocar em outro tempo mais antigo a buscar o provimento para os conegos*, no tempo do bispo D. João Martins. Depois o cabido mandou fazer de novo a frontaria e restaurar a torre, da qual aproveitou apenas os alicerces e alguns metros da base. A parte restante foi toda feita de novo em perfeita symetria com a *torre do relogio*, que escapou da catastrophe. Apenas fez tambem de novo a cupola d'esta em harmonia com a nova cupola que poz na dos sinos. As torres terminam em coruchéus redondos que partem d'um pequeno eirado com balaustrada quasi no mesmo nivel do timpano da Sé. O bispo D. Francisco Monteiro Pereira de Azevedo mandou fazer um bom orgão, em substituição de outro muito antigo que, segundo se suppõe, datava dos principios do seculo XVI, ou do tempo em que se fez a esplendida abobada actual, e que occupava aproximadamente o mesmo sitio do novo orgão entre duas columnas da nave lateral, entrando na Sé, á esquerda. O orgão foi feito em 1814 a 1819, por Luiz Antonio dos Santos, o *engenheiro*, assim chamado porque, tendo sido um simples carpinteiro, chegou a ser um organeiro distincto. O bispo não o concluiu, porque falleceu durante as obras, tendo já dispendido para mais de 20 mil cruzados, ficando o orgão por acabar. Ha na Sé muito azulejo de differentes padrões e differentes datas. Segundo se lê na *Memoria* de F. Manuel, o azulejo mais antigo é o da sacristia e da capella do Santissimo. Talvez date de 1629, como elle suppõe. O do antigo baptisterio e o da sala do cabido são de 1721. O restante data da grande vacancia de 1639 a 1671. Ha entre elle azulejo estampado de muito merecimento, representando differentes factos da vida de S. Theotonio, padroeiro da cidade de Vizeu e que foi primeiramente conego d'esta Sé, e depois prior e governador d'este bispado. O cabido de Vizeu foi um

dos mais numerosos. Já contou 28 conegos de *prebenda inteira* o 12 *meio prebendados*, mas hoje está muito reduzido. O bispo D. Fr. José do Menino Jesus, que governou de 1783 a 1791, foi um bispo muito illustrado, generoso e amante d'obras d'arto. Deu á cathedral um rico paramento branco completo, e ao cabido as mais preciosas esculpturas que tem a cidade de Vizeu, as quaes são: Uma primorosa imagem do Senhor Crucificado, feita de marfim e de uma só peça, exceptuando os braços, sendo maior do que as imagens de marfim, feitas de um só dente de elephante. Outra primorosa imagem do Menino Jesus, despido e encostado a uma penha, sobre uma peanha de madeira dourada, mettida n'um oratorio de madeira tambem dourada e envidraçado por 3 lados. Outra imagem perfeitissima, representando o moço Tobias acompanhado pelo anjo na sua jornada a Ruges, na Media, para receber de Gabêlo o que este devia a seu pae, que se achava cego e doente. Uma das obras d'arte mais antigas, e mais interessantes que Vizeu possue, é um pelicano de bronzo, muito bem cinzelado, que esteve muito tempo decorando uma grimpa das torres da Sé, e que hoje se vê no altar-mór servindo de estante, pois para estante foi feito. Julga-se que seja obra flamenga do fim do seculo xv. A Sé de Vizeu é riquissima de quadros do notavel pintor Grão Vasco; ali se vêem telas magnificas nas sacristias, na sala do capitulo, e em diversas capellas, o que torna ainda mais grandiosa a cathedral, e uma gloria para Vizeu. V. *Grão Vasco*, 3.º vol. do *Portugal*, pag. 839 e 849.

Vizeu *(Seminario episcopal de)*. Em virtude das disposições do concilio de Trento, que em 1563 ordenou a creação dos seminarios em todas as dioceses, D. Nuno de Noronha, sendo nomeado bispo de Vizeu em 1586 e não encontrando ainda ali seminario, tratou logo de o crear no seu proprio paço episcopal (o *Paço dos 3 escalões* ou da *Sé)* e lhe deu estatutos em 1587, para o seu governo litterario, religioso e economico. Creou o officio de reitor, a cujo cargo ficou inteiramente o governo temporal e espiritual do Seminario, e o do vice-reitor para o coadjuvar e substituir em qualquer falta. Creou lhe tambem o seu primeiro patrimonio, impondo, em conformidade com o espirito do concilio de Trento, uma collecta sobre todos os bens ecclesiasticos do bispado, comprehendendo os redditos das mesas pontifical e capitular, dos beneficios, commendas e conventos. Foi a dita collecta o fundo primitivo do seminario e o mesmo prelado, conformando-se com as circumstancias do tempo, estabeleceu n'elle 3 aulas de latim para os diversos graus dos alumnos, outra de canto e outra de theologia moral. No paço episcopal funccionou o seminario 6 annos, mas, conhecendo o mesmo prelado a instante necessidade de um edificio proprio e sufficientemente espaçoso para tal estabelecimento, resolveu construil-o, prolongando para N O, o seu paço da Sé. Inaugurou solemnemente as obras, benzendo e lançando lhes a primeira pedra a 6 de junho de 1593, o deu lhes grande desenvolvimento, mas não as concluiu por ser em 1594 transferido para a diocese da Guarda, pelo que D. Fr. Antonio de Sousa, seu successor, as continuou. Tambem este prelado as não pôde concluir e n'ellas dispenderam importantes sommas alguns dos seus successores, nomeadamente D. João de Bragança o D. João Manuel, mas ainda no tempo do dr. Manuel Botelho Ribeiro (1630 a 1636) não estavam de todo concluidas, como elle proprio diz nos seus *Dialogos*, falando do bispo D. Nuno de Noronha. Na parede da Sé, debaixo d'uma janella, ainda hoje se lê a seguinte inscripção:

D. NUNO DE NORONHA
BPÕ DE VISEU FEZ ESTE
SEMINARIO, E COMEÇOU
A OBRA DIA DO SPIRITO
ST.º MDXCIII
SENDO REITOR JOAM SIROADO

Funccionou, portanto, o seminario de Vizeu, primeiramente do *Paço Episcopal da Sé*, depois no edificio denominado *Collegio*, contiguo ao dito paço; em virtude do incendio que no dia 14 de julho de 1716, pelas 8 horas da manhã, devorou parte do Paço Episcopal da Sé e do edificio do Collegio ou Seminario, foi este, segundo se suppõe, transferido para os baixos do *Paço de Fontello*, mas apenas se repararam os estragos que o incendio causou, voltou outra vez para o edificio do Collegio, e ali se conservou até que em 1824, se transferiu para o convento dos *Nerys*, onde tem funccionado até hoje. O quadro dos estudos estabelecidos pelo bispo D. Nuno de Noronha conservou se durante o longo periodo de 206 annos, ou desde 1587 até 1793, data em que o bispo D. Francisco Monteiro Pereira d'Azevedo, reconhecendo a necessidade de melhorar a instrucção do clero, estabeleceu e inaugurou no mez de abril as aulas de *Instituições canonicas* e *Cathecismo*. Supprimiu depois esta ultima e em outubro de 1796 creou as de *Historia ecclesiastica* e *Theologia dogmatica*. Em 1771, não tendo ainda o Seminario outras rendas além da mencionada collecta, pelo que luctava com grande falta de meios, foi reduzido o tempo lectivo e o da residencia dos alumnos. O bispo D. Francisco Mendo Trigoso, para remediar este inconveniente, não só reedificou á sua custa as cellas e o refeitorio, mas deu para fundo do Seminario a quantia de 4:800$000 réis, por escriptura de 16 de dezembro d'aquelle anno, e depois mais 400$000 réis, por escriptura de 26 de julho de 1773. Com o decorrer do tempo cresceu este fundo, pela sua boa administração, a ponto que em julho de 1808, já subia á importante somma de 20:648$400 réis. Varias causas contribuiram para este augmento, sendo uma d'ellas a generosidade do bispo D. Francisco Mouteiro de Azevedo, que até 1816 pagou pelas rendas da mitra os vencimentos dos professores das aulas por elle estabelecidas, e outras despezas. O edificio do Seminario ou Collegio principiado por D. Nuno de Noronha e continuado pelos bispos seus successores, é vasto, as suas paredes são muito solidas e todas de bella cantaria de granito, mas não tinha a vastidão e accommodações precisas para seminario da diocese na actualidade, pelo que, por cedencia que os congregados de S. Filippe Nery lhe fizeram do seu convento em 1824 para ali se transferiram n'esse anno. (V. *Vizeu, Conventos de)*. Foi uma bella acquisição, pois que o edificio é amplo, elegante, muito solido, com uma bonita egreja e accommodações para grande communidade. Está situado n'um vasto campo, o mais regular de Vizeu, em bom terreno e com uma linda cêrca, em contacto com a cidade, mas sem

visinhança quo perturbe os seminaristas; tem, porém, um contra, o ser muito humido. E' um dos edificios do Vizeu mais alegres e vistosos e mais vantajosamente situado, emquanto que o velho Seminario ou Collegio estava em sitio áspero e desabrido, muito exposto a faiscas electricas, muito batido pelos vendavaes e muito devassado e affrontado pela Sé e pela torre dos sinos, que lá se ergue a paredes-meias entre a Sé e o velho seminario. Quando em 1834 se extinguiram as ordens religiosas, o Estado tomou posse da casa da congregação de Vizeu e n'ella se estabeleceram differentes repartições publicas. Protestou logo o reitor contra a usurpação, fazendo vêr e provan do que desde 1824 o dito convento era propriedade do Seminario. No mesmo sentido representou tambem a autoridade ecclesiastica e com o apoio do administrador do concelho, depois conego, José d'Oliveira Berardo, o governo reconsiderou, e mandou restituir o convento ao vigario capitular da diocese, o conego José Viçoso da Veiga, mas antes d'este ir á posse e quando ali se conservavam as repartições publicas, appareceu incendiado o edificio na noite de 26 para 27 de janeiro de 1841, soffrendo grave deterioração, e sendo pasto das chammas todos os moveis, papeis e documentos ali existentes. Do grande edificio apenas se salvou a egreja e a livraria, que estava na sala no quarteirão do lado do sul. O incendio causou perdas irreparaveis tanto para o governo como para particulares, pois se guardavam ali, não só os tombos dos conventos e das commendas, como tambem escripturas de dividas ao Seminario e outros documentos importantissimos que existiam para registar, archivar e despachar. Não faltou quem attribuisse o sinistro a malvadez, mas parece que se provou ser casual. Os rendimentos accumulados por espaço de 7 annos, pertencentes ao Seminario, permittiram que a sua restauração se fizesse dentro de pouco tempo, gastando se perto de 16:000$000 réis, ficando um edificio muito solido. Reabriu em 1841, tendo estado na posse do governo desde 1834 até 1841, e as aulas interrompidas desde 1832 até 1843, ou durante 11 annos com prejuizo grave da instrucção do clero. Ao zelo dos seus reitores se devem importantes melhoramentos nas suas rendas e no edificio; está muito bem tratado e bem conservado, podendo admittir 70 logares gratuitos de alumnos pobres, como aconteceu em 1887, dos quaes 52 fôram gratuitos e 18 pagando mensalidades de 5$000 e 3$000 réis. O quadro dos estudos era assim dividido: *Curso de preparatorios*, constando de 9 cadeiras e das disciplinas: portuguez, francez, latim, arithmetica, geometria plana e principios de algebra, geographia, cosmographia, e historia universal patria, philosophia racional e moral e principios de direito natural, latinidade e litteratura nacional. Presentemente ha mais a cadeira de Introducção. *O Curso theologico* dividia-se em 3 annos a duas disciplinas cada um. Ha ainda umas aulas annexas em que se ensina musica sacra, cantochão e liturgia. Creou-se tambem uma cadeira de *Archeologia christã*. Ergue-se o edificio na extremidade sul do *Campo Alves Martins*, sobre o qual tem uma soberba fachada com 3 pavimentos e na sua extremidade O a linda egreja que foi dos congregados, e que fórma um todo com a dita fachada, olhando ambas para o N. Dos 3 pavimentos o 1.º ao rez do chão tem 10 grandes janellas gradeadas de ferro e o portão de entrada na sua extremidade O contiguo á egreja. N'este pavimento estão as aulas, a cozinha, o refeitorio, etc, Os outros pavimentos teem na frente 3 sacadas e 8 janellas cada um. A frontaria prolonga se de E a O; tem de extensão 51m,84, comprehendendo a fachada da egreja, que tem de largura 15m,51 além de 0m,33 na base dos cunhaes. A egreja é de architectura composita; tem uma nave e 7 altares; communicação interior para os 3 pavimentos do seminario e grande côro sobre o guardavento com muita luz que recebe de 3 grandes janellas. A capella mór tem um elegante retabulo de madeira e talha moderna muito simples, com a imagem de S. Filippe Nery, padroeiro e fundador da antiga congregação do Oratorio, do lado do Evangelho, imagem romana de esculptura primorosa, e do lado da Epistola S. Francisco de Assis. O padroeiro do Seminario é *N. Sr.ª da Esperança* ou *da Espectação*, e o do antigo convento *N. Sr.ª d'Assumpção*. Na sacristia havia um lavatorio, riquissima obra d'arte, feito de bello granito muito bem cinzelado, com altas pyramides e 3 bicas d'agua perenne que jorravam da bocca de 3 phantasiosas carrancas. Este lavatorio foi demolido em 1883. A torre ergue-se na retaguarda da capella mór; é elegante e termina em varandim e cupola redonda. Ao sul, ou do lado posterior da grande fachada do Seminario e formando um todo com a parte central d'ella, o edificio descreve um amplo quadrado em volta do claustro que lhe fica no centro e do qual recebe ar e luz O claustro tem de cada lado 5 arcos espaçosos, assentes sobre columnas quadrangulares; no meio ha um terrapleno bem ladrilhado com mosaico de seixo, mede por face 14m,80 e tem no centro uma estrella formada com seixo de varias côres. Circulam o claustro passeios abobadados que teem de largura 4 m. e de comprimento em cada uma das faces 23 m. A cada um dos arcos centraes corresponde no 2.º andar do edificio uma porta de sacada, e a cada um dos dois arcos lateraes sua janella. Tem pois o 2.º pavimento 16 janellas e 4 sacadas sobre o vão do claustro. O 3.º pavimento tem sobre o mesmo vão do claustro, guarnecendo as 4 faces d'elle, uma varanda e uma balaustrada de pedra, dividida em séries de 6 balaustres correspondentes a cada um dos arcos e terminando em acroterios, sobre os quaes se erguem tantas columnas cilindricas, quantos os pilares que sustentam a arcaria do 1.º pavimento, o que tudo enaltece e dá muita elegancia ao claustro. Os 4 corpos do edificio que revestem o claustro, teem no centro de cada um grandes corredores que terminam em portas de sacadas e dão serventia independente para as cellas A bibliotheca dos congregados estava no 3.º pavimento, lado sul, n'uma sala que serve hoje de camarata. A bibliotheca actual do Seminario está no mesmo pavimento, na sua extremidade N O e comprehende 5 a 6 mil volumes, restos das livrarias dos conventos de Santo Antonio de Vizeu e de S. Francisco d'Orgens e da dos congregados, incluindo a livraria particular que foi de D. Francisco Alexandre, e que este bispo deixou ao Seminario, bem como a livraria do conego José Antonio Pereira Monteiro. A obra d'arte mais notavel de Vizeu, em pedra, depois da majestosa abobada dos Nós, na Sé, são as escadas d'este Seminario, unicas em todo o paiz, não pelos orna-

tos nem pela sua amplidão, pois n'este ponto são muito superiores, além d'outras, as escadas do paço episcopal e do palacio da Bolsa, no Porto, mas o que mais distingue estas de Vizeu e as torna singulares é o segredo e arrojo da sua construcção. Parece uma phantasia, pois comprehendem uma grande mole de granito, nada menos de 6 grandes lanços de escadas de pedra com o peso de muitas toneladas, todos em recta e lançados sobre o espaço, sem se firmarem sobre columnas ou paredes nem assentarem sobre cousa alguma; apenas tocam nos patamares os seus ultimos degraus. Estão as escadas dentro d'uma quadra, cando apenas o 1.º degrau no lagedo do solo, e o ultimo no 1.º patamar, que tambem não assenta em cousa alguma. Apenas toca nas paredes e do meio d'elle parte o 3.º lanço que vae em direcção opposta aos 2 primeiros, ou de S a N, e toca no 2.º patamar que está ao nivel do 2.º pavimento e dá serventia para elle. O 1.º pavimento está ao rez do chão, com tecto de abobada, e por isso escapou ao grande incendio que se deu em 1841. Das duas extremidades do 2.º patamar partem para S outros lanços (4.º e 5.º) tambem parallelos, que tocam no 3.º patamar, o do meio d'este parte para N o 6.º lanço, que toca no 4.º patamar ao nivel do

Claustro da Sé de Vizeu

especie de torreão que, a pequena distancia e em frente da porta principal, se ergue a toda a altura do edificio, e que de norte a sul tem de capacidade 7m,39 e de E a O 6 ,97. As suas paredes N e S teem de espessura 25,29 e as de E e O 1m,35, sendo esta reforçada pela parede da egreja, que fica na extremidade O do convento. Teem mais espessura as paredes S e N, porque de uma contra a outra se erguem os differentes lanços das escadas. O convento e a porta de entrada para elle e para a escadaria olham para o N. Abre a escadaria por 2 lanços parallelos, distantes um do outro 5m,24, e que se prolongam do N a S, to- 3.º e ultimo pavimento, e que para elle dá serventia. Os 2 primeiros lanços parallelos contam 16 degraus cada um; teem de comprimento cada lanço 5m,79; cada degrau, sem revestimento ou cornija, 1m,62; com a cornija 1m,90; largura de cada degrau 0m,35; altura 6m,185. Todos os lanços teem pelo lado inferior um revestimento da mesma pedra, formando um cordão de arco de aduelas muito subtis, com face lisa e em recta, do lado inferior que olha para o vão. As peças ou aduelas do dito revestimento varíam em largura e as d'aquelles 2 primeiros lanços teem de comprimento 1m,70. Em todos os lanços a recta obli-

qua do seu revestimento inferior fórma um angulo obtuso com a linha horisontal de cada um dos patamares, cujas extremidades se tocam, sendo a pedra do fecho commum aos differentes lanços e aos differentes patamares, tanto a do revestimento inferior como a dos degraus, ou do lado superior, pelo que as ditas pedras teem 2 córtes que fórmam o vertice do angulo; um córte é obliquo e correspondente á linha dos differentes lanços; outro córte é horisontal e correspondente á inferior e superior dos patamares. Tambem todos os lanços e patamares teem na face inferior um outro revestimento de pedra transversal, com uma moldura ou cornija sobre que assenta a balaustrada. Todos os patamares teem superficie plana, tanto do lado interior como superior; tomam todo o vão entre as paredes E e O, e são divididas em 3 secções, correspondentes aos 3 lanços ascendentes e descendentes que n'elles tocam, e nota-se que as pedras, que os fórmam, teem córtes differentes. As 2 secções do 1.º patamar, correspondentes aos 2 lanços de escadas que recebem, são formadas (cada secção) por 3 pedras ou aduelas a completarem o cordão do arco das abobadas que muito subtilmente sustentam as escadas dos ditos lanços; a central ou secção intermedia do 1.º patamar indica uma abobada plana, formada por 3 pedras ou aduelas em sentido transversal, cujas extremidades se fórmam nas 2 secções lateraes. Por este engenhoso processo se sustentam e equilibram sobre o vão todos os patamares da escadaria sem assentarem em cousa alguma. O 1.º patamar que assenta no vão, como todos os outros, tem de largura 1^m,80 e de comprimento total 6^m,91. O 1.º lanço central tem de comprimento 5^m,14 e 15 degraus; comprimento d'estes, afóra a cornija 1^m,60; com a cornija 2^m,16; largura dos degraus 0^m,365; altura 0^m,18; comprimento das aduelas inferiores 1^m,87. Largura do 2.º patamar, em que toca e se firma este lanço, 1^m,69; comprimento 7^m,27. Este patamar é como o 1.º liso e plano tanto do lado superior como inferior e dividido em 3 secções tambem, formado por pedras, cujos córtes são analogos ás d'aquelle. D'este segundo patamar sobem para o 3.º a S outros 2 lanços parallelos como os 2 primeiros, encostados tambem ás paredes E e O, mas sem se firmarem n'ellas. Tem de comprimento cada um d'estes 2 lanços 5^m,03 e 12 degraus; comprimento d'estes, afóra a cornija 1^m,58; com a cornija 1^m,88; altura 0^m,175; largura 0^m,365; comprimento das aduelas inferiores 1^m,78. O 3.º patamar tem de largura 1^m,60 e de comprimento total 7^m,2, dividido exactamente como o 1.º patamar vão em 3 secções com os mesmos córtes nas pedras que fórmam as ditas secções. No meio d'este 3.º patamar sóbe para o 4.º e ultimo a N outro lanço sobre o vão e sobre o 1.º lanço central perpendicularmente inferior, até bater no 4.º e ultimo patamar, que está ao nivel do 3.º e ultimo pavimento e que dá serventia para elle. Este 6.º e ultimo lanço tem de comprimento 4^m,66 e 12 degraus; comprimento d'estes, afóra a cornija, 1^m,60; com a cornija 2^m,16; largura de cada um 0^m,40; altura 0^m,16; comprimento das aduelas inferiores 1^m,87. Este ultimo patamar tem de largura 1^m,60 e de comprimento total 7^m,27. As aduelas do revestimento inferior de cada um dos lanços são como aduelas planas que teem 0^m,36 de espessura, largura arbitraria e córtes mais ou menos obliquos segundo as exigencias dos raios de que estas linhas são prolongamento, ou antes secção. Sobre este revestimento assentam os degraus e a cornija, e sobre esta a balaustrada que reveste a escadaria toda e os patamares e fecha nas paredes lateraes do ultimo, tendo a dita balaustrada 0^m,85 de altura. As pedras transversaes que formam a cornija e revestem do lado exterior os differentes lanços, teem d'altura 0^m,29 e de largura na face superior 0^m,30. O 6.º e ultimo lanço central que dá accesso ao ultimo pavimento, é de todos os lanços o de mais suave ascenso e que menor inclinação tem, mas por isso mesmo maior pressão faz nas paredes S e N e tremeu ha annos. Perdeu a recta e abriram se algumas fendas nas aduelas do revestimento. Todos recearam que desabasse e levasse comsigo o lanço central inferior. Consultaram-se differentes engenheiros e mestres d'obras, mas todos titubiaram, não se atrevendo a desmanchal o com receio de não o poderem reconstruir. A ruina era imminente e, para de alguma fórma a conjurarem, resolveram substituir a balaustrada de pedra por outra de ferro fundido, mas não chegou a collocar-se, por ser tambem muito pesada e porque erraram as medidas. Puzeram então em toda a escadaria uma balaustrada de madeira pintada, fingindo pedra. A escadaria ficou alliviada d'um grande peso, mas continuou gemendo; pôl-a porém no são e restaurou-a um pedreiro ou mestre d'obras ainda moço e com bastante pratica, mas sem curso algum de estudos, Serafim Lourenço Simões. O intelligente moço, depois de estudar bem a escadaria, montou estacas, desmanchou o dito lanço, substituiu duas aduelas por outras mais firmes e com mais alguma espessura para retesarem o arco, e o dito lanço ficou firme, e firme lá se conserva.

Vizeu. N'esta cidade teem sempre vivido muitas familias distinctas e nobres, em propriedades suas mais ou menos importantes, que ostentam os seus brazões. Vizeu tambem tem sido patria de muitos varões illustres nas armas, nas letras e nas sciencias, cuja numerosa lista vem minuciosamente inserta no vol. XII do *Portugal antigo e moderno*. Destacaremos, comtudo, os seguintes: o rei D. Duarte; João de Barros, autor das *Decadas;* Gaspar Barreiros, autor d'uma *Chorographia* e de varias obras em latim e portuguez, que ficaram inoditas; Dr. Manuel Botelho Ribeiro Pereira, autor dos *Dialogos moraes e politicos e fundação na cidade de Vizeu;* José d'Oliveira Berardo, autor das *Noticias historicas de Vizeu* e d'outros trabalhos importantes; Antonio d'Oliveira da Silva Gaio, lente de medicina na Universidade de Coimbra, jornalista, autor dramatico e romancista; Francisco Manuel Correia, autor das *Memorias em respeito á cidade de Vizeu, sua antiga fortificação, cathedral*, etc., trabalho que deixou inedito; Emygdio Navarro, estadista e notavel jornalista; o insigne pintor Grão Vasco, etc.

Vizeu de Baixo e de Cima. Duas povoações na freg. de N. S.ª do Amparo, de Carvalhal, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Vizeus. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Padrões, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

Voanga. Pov. do sobado de Maquolla, na div. do Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Voca. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Caldas de Vizella, conc de Guimarães,

distr. de Braga. || Santa Leocadia, de Fradellos, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || Santo Estevão, de Gião, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Pov. do sobado do rio Bidiso, no conc. de S. Salvador o distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Vocal. Pov. no freg. de S. Thiago, de Carapeços, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

Vodra. Pov. na freg. de Santa Maria Maior e conc de Ceia, distr da Guarda. Tem caixa postal.

Volante. V. *Armadura.*

Volanteiro. Mercador de volante, certa especie de tecido muito fino, de linho ou lã. Este officio teve arruamento em Lisboa, por decreto de 5 de novembro de 1760, na rua Aurea

Volataria. V. *Caça.*

Volencia. Pov. na freg. de Santa Maria, de Cossourado, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

Volkart *(Barbara).* Actriz contemporanea muito distincta. N. em Lisboa a 20 de março de 1848. Filha d'um modesto artista ficou orphã de pae aos 5 annos, e valendo lhe a seus 5 irmãos, todos menores, a solicitude carinhosa do sua mãe, D. Eugenia de Sousa Mafra, que pelo muito amor que consagrava a seus filhos, soube ter forças para luctar com o desvalimento em que ficára. Ainda do muito tenra edade Barbara e seus irmãos começaram a figurar nas peças de espectaculo do Gymnasio, sendo os *filhos da viuva*, como lhes chamavam, ali tratados por todos com muito affecto. Barbara sentia-se com decidida vocação para seguir a vida d'actriz. Em 1860 passou de simples figuranta a corista, e matriculou-se no Conservatorio, na aula de canto, que frequentou 3 annos, não podendo concluir o curso por causa d'uma pertinaz ophtalmia. Pouco tempo depois, recusando a actriz Maria José de Noronha fazer um papel na comedia *O bom prior d'aldeia*, Romão Antonio Martins, então ensaiador do Gymnasio, incumbiu Barbara de a substituir. Foi esta a sua estreia, em que Barbara se houve tão a contento do publico, que a empreza logo lhe propôz escriptura, que não chegou a realisar-se, por desacôrdo n'algumas condições. Saindo do Gymnasio, tomou parte em muitas recitas de sociedades particulares de amadores dramaticos. affirmando em papeis de maior alcance e difficuldade o grande valor artistico que revelara na sua estreia. Em 1866 escripturou se no theatro do Principe Real, hoje theatro Apollo, na empresa Cesar de Lima, e na epoca seguinte na antiga Rua dos Condes, na empresa José Romano e Villar Coelho. Em ambas as epocas recebeu fartos applausos do publico, que já muito se lhe affeiçoara. Barbara estava consagrada artista. Esteve depois no theatro de Variedades, hoje demolido, escripturada pela empresa Bramão. No reportorio d'aquelle theatro quasi todo constituido n'essa epoca por *vaudevilles* e *operettas*, Barbara, dispondo d'uma voz extensa e agradavel e de bastantes conhecimentos de canto, foi encarregada dos principaes papeis, tornando se sympathica ao publico que sempre a applaudia com enthusiasmo. Terminando aquella empresa, Barbara acompanhada de seus irmãos João Mafra e Silveria e de mais alguns actores, partiu em digressão artistica para as provincias, representando em differentes cidades, como Figueira, Coimbra, Villa Real, Chaves, Santarem, Elvas, Portalegre, etc. Foi durante esta digressão que a actriz Barbara casou no anno de 1871, em Villa Real, com João Volkart, que foi secretario da empreza Thomaz Price do antigo circo d'este nome, empresario e escriptor dramatico que fal. em 1878. Regressando a Lisboa foi lhe offerecida escriptura pelo empresario Pinto Bastos, no theatro do Principe Real, estreando-se no papel do Calypso no *Joven Telemaco*, em que foi muito applaudida N'essa epoca fez beneficio com o drama *José do Telhado*, em que representou um papel de caracteristica, obtendo uma extraordinaria ovação. Pouco depois foi lhe offerecida escriptura para o theatro de D. Maria II, hoje Theatro Nacional, debutando com a scena comica *Scena das scenas* e na comedia em 1 acto *No quinto andar.* Nos 3 annos quo se conservou n'este theatro evidenciou-se na peça *Os Sabichões;* fez varias substituições quasi de improviso em papeis de genero differentes, podendo notarse, como mais saliente, a velha da *Magdalena*, a substituição de Gabriella no *Tartufo*, a regateira da *Caridade*, na *Claudia* e nas *Duas orphãs.* Entrando novamente para o Gymnasio, continuou affirmando a reputação que grangeara, e ali se conservou muitas epocas, primando especialmente nas caracteristicas, que é o genero da sua predilecção. Ha annos fez parte da companhia do theatro da Republica. Foi ao Brazil n'uma companhia organisada pelo actor Valle, e nas terras de Santa Cruz tambem recebeu vehementes applausos. Em 1906 foi novamente ao Brazil n'uma digressão feita pelo actor Brazão e outros artistas. A carreira artistica de Barbara Volkart tem sido uma longa serie de triumphos, devido á distincção e propriedade com que desempenha os papeis de que se incumbe. Mencionar o seu vastissimo reportorio seria difficil, principalmente durante a sua longa permanencia no Gymnasio, onde foi talvez rara a peça em que não representou.

Volkmar *(João Pedro).* Pintor d'arte. N. em Lisboa em 1712, onde tambem fal. a 8 de março de 1782. Era filho d'um allemão de egual nome que se casou em Lisboa e foi educado na religião lutherana, mas converteu-se ao Christianismo, e estava mesmo disposto a entrar para o convento da Graça, mas indo á Batalha assistir á profissão d'um seu irmão que tomou o habito de S. Domingos com o nome de Fr. Francisco da Expectação, desistiu do seguir a vida monastica. Pouco depois apaixonou se pela pintura e foi para Roma estudar á sua custa, voltando a Lisboa em 1740, e pintando com Berardo Pereira alguns quadros da vida do abbade João de Lorvão e outros que mandou para o Brazil. Depois do terremoto de 1755 pintou um grande numero de quadros de S. Francisco de Borja, e apparecendo a moda dos quadros pintados a tempera para decoração de interiores, n'esses trabalhos e na execução de alguns paineis de cavallete passou os ultimos annos da sua vida. Das obras d'este artista diz seu sobrinho Cyrillo Volkmar Machado, nas suas *Memorias relativas á vida dos pintores*, que restavam em S. Miguel de Alfama um *Senhor curando os hydropicos*, no côro dos frades trinos uma *Santissima Trindade*, um *Calvario* no oratorio junto ao chafariz da rua Formosa em Lisboa, e varios eremitas pintados em fresco na casa de D. João Lobo, á Boa Vista.

Volkmar Machado *(Cyrillo)*. Pintor historico e esculptor. N. em Lisboa a 9 de de julho de 1748, onde tambem fal. a 12 d'abril de 1823. Era filho de Manuel Machado Ferreira, e de sua mulher Maria Rosa Volkmar, filha d'um allemão, chamado João Pedro Volkmar, que veiu estabelecer-se em Lisboa, e fazendo-se catholico, casou n'esta cidade no principio do seculo XVIII. Tendo filhos, quiz dedical-os ao claustro. Foi pae do pintor João Pedro Volkmar (V. *o artigo antecedente)*. O pae de Cyrillo pertencia á familia dos Machados, lavradores do termo de Setubal. Exercia a cirurgia em Lisboa, e dispunha se a fazer entrar o filho na Aula do Commercio, mas fallecendo deixou o orphão entregue aos cuidados de seu tio João Pedro. que lhe ensinou a arte de pintura que professava. Cyrillo, que só por condescendencia e vontade do pae estava decidido a seguir a vida do commercio, applicou-se então com verdadeiro fervor á pintura, e em pouco tempo desenhou grande numero de estampas, parte das quaes fôram tambem copiadas pela ultima das suas irmãs Joaquina Izabel, que era dotada de raro talento para a imitação tanto em desenho como em pintura. Passou em seguida a colorir, e quando lhe pareceu que tinha copiado bastantes quadros desejou executar algumas composições da sua invenção, mas as tentativas que fez, só serviram para lhe mostrar as difficuldades da empresa, e para lhe augmentar a vontade que tinha de ir a Roma. Entretanto, graças á habilidade natural de que era dotado, ganhou bastante dinheiro pintando a tempera, a fresco, a oleo e aguarellas, sobre panno branco, fazendo grandes e pequenos paineis em egrejas, palacios e edificios publicos, não só em Lisboa, mas nas provincias, citando tambem o proprio Cyrillo entre os seus trabalhos n'essa epoca, a pintura de algumas carruagens ricas, uma das quaes para el-rei D. José, e os que fez em casa de Parodi, afamado pintor genovez que então residia em Lisboa, onde copiou e vestiu retratos, e onde tirou mesmo alguns do natural. No meio d'estas occupações applicou-se á leitura, á dança e á musica; frequentou os theatros e ia grangeando boas relações com as familias mais distinctas, mas de subito tomou a resolução de partir para Roma. Esteve em Evora perto de 15 mezes, e mais tempo estaria se quizesse acceitar todas as encommendas que recebia, não só d'aquella cidade mas de outras povoações da provincia, mas decidido a sair do reino, foi então para Sevilha, onde pouco antes se havia fundado uma academia de desenho, de que era director geral D. Pedro del Pozzo e professores os pintores D. João de Espinal, D. Francisco Ximenes e D. Francisco Cano, assim como alguns esculptores. Ahi debuxou Cyrillo pela primeira vez o nú e estudou os elementos de Euclides com D. Pedro Miguel, que dirigia o estudo de geometria. Depois de passar um inverno em Sevilha, dirigiu-se a Cadiz e embarcando para Liorne chegou finalmente a Roma, onde se entregou inteiramente ao estudo das obras dos grandes mestres e das ruinas da antiga cidade dos Cezares. Com a ideia de alcançar uma pensão e protecção da côrte para mais facilmente poder estudar, voltou a Lisboa, onde chegou em outubro de 1777. O bispo de Coimbra, reitor da Universidade, o convidou para tomar parte nas obras, tanto de pintura como de architectura que aquelle prelado tivesse de mandar executar, promettendo-lhe ao mesmo tempo solicitar lhe fôsse dada a cadeira d'essas artes que estavam vagas. Cyrillo não acceitou esta proposta, e annuindo ao convite d'alguns amigos do Alemtejo, voltou a esta provincia, e em Elvas e Evora residiu até junho de 1779. Regressando a Lisboa, tentou fundar um estudo de nú, como tinha visto em Sevilha e em Roma, e sem desanimar por vêr a resistencia que o vulgo ignorante fizera á realisação d'esse projecto, quando Francisco Vieira e André Gonçalves iniciaram uma aula d'esse genero, pediu e obteve algumas salas do palacio de Gregorio de Barros e Vasconcellos, junto á egreja de S. José, mobilou as com tudo o que era preciso ao seu intento, e convidou os mais habeis artistas para dirigirem os estudos e fez todos os possiveis esforços para angariar discipulos. Uma das grandes difficuldades, que se oppunha á nova aula, era encontrar um homem que se prestasse a servir de modelo. Cyrillo e os mais que o acompanhavam n'esse empenho, falaram a muitos homens, mas todos consideravam uma affronta o convite, e davam uma resposta não só negativa, mas insultante. Com maneiras estudadas e offertas liberaes, ajustáram por fim um moço de fretes, que 3 ou 4 noites cumpriu com o contrato, mas vendo-se maltratado pelos companheiros, não tornou mais a apparecer, e foi preciso recomeçar as diligencias, até que se encontrou um outro que felizmente se não importou senão com o ganho que d'ahi auferia, e assim pôde o estudo começar definitivamente. O duque de Lafões mandou o abbade Correia e o irmão d'este, Joaquim José Correia, offerecer a sua alta protecção e tudo que estivesse ao seu alcance para o progresso da nova academia; o marquez d'Alorna encarregou Joaquim Leonardo da Rocha de fazer eguaes offerecimentos e toda a côrte em geral se mostrou favoravel á nova instituição, que afinal abriu a 16 de maio de 1780, estando presentes muitos professores e varios amadores nacionaes e estrangeiros no numero total de 51 pessoas. Pronunciou Cyrillo n'essa occasião um discurso mostrando a vantagem de se unirem todos quantos se empenhavam no progresso das bellas artes, mas foi exactamente por falta d'essa união que a nova academia se perdeu e não chegou a dar os resultados que o seu creador imaginára Joaquim Carneiro da Silva, que a esse tempo pensava em fundar a aula de desenho que veiu a abrir-se no anno seguinte, foi o cabeça de motim, e pouco depois de começados os trabalhos regulares na academia do nú, allegando frivolos pretextos, declarou aos seus amigos e discipulos que não voltassem áquella casa, e todos o imitaram. A nova academia, cujas despezas eram custeadas com a quota de 300 réis mensaes, pagos por cada pessoa que a frequentava, soffreu assim um golpe quasi mortal, mas querendo o seu instituidor salval-a a todo o custo, resolveu abrir uma subscripção, e acceitou donativos de fidalgos e pessoas ricas que em grande numero se promptificaram a contribuir. Pedro Alexandrino levantou-se contra esse expediente, dizendo ser cousa vergonhosa para os artistas não se atreverem elles a fazerem uma despeza tão limitada sem incommodarem os grandes da côrte, e apresentou o alvitre de se escolherem tantos professores quantos fôssem os mezes do estudo annual e cada um

d'elles governar e fazer a despeza do seu mez. Desaprovado este parecer pelo maior numero, voltou-se ao systema da subscripção, mas propalando-se boatos de que os administradores da academia poderiam utilizar-se de algum dinheiro, Cyrillo resolveu sustentar a aula á sua custa em quanto pudesse. N'esse sentido abriram se novamente os estudos a 13 de setembro, assistindo Francisco Vieira Lusitano e Ignacio de Oliveira Bernardes como directores do desenho e do nú, e Simão Caetano Nunes como director da perspectiva, geometria e architectura, preparando-se ao mesmo tempo uma sala para n'ella se desenharem gêssos e estampas de figura e ornato. Alargando-se assim os estudos concorriam a elles não só pintores, esculptores, architectos e abridores, mas tambem entalhadores, ourives, mestres de obras, etc.; a discordia, porém, continuou, e o padre João Chrysostomo, desapprovando a ideia de se tornar de um só uma academia que devia ser de todos, offereceu se a Cyrillo para se associar com elle. Simão Caetano Nunes e o fidalgo, dono da casa, fizeram o mesmo, e Cyrillo convidou tambem Francisco José de Setubal e Jeronymo de Barros, começando em 23 de outubro e durando um anno, até que de todo a academia se extinguiu pela morte de Gregorio de Barros. Apezar de todos estes transtornos, a ideia de Cyrillo não foi inteiramente perdida, e além das aulas do nú que se abriram depois em Mafra e na Fabrica das Caixas, fundou se em 1785, uma academia d'esse genero, primeiro em casa do intendente Manique, e depois na rua dos Camillos, para a qual, em dezembro de 1786, Cyrillo entrou como director, por convite do intendente para succeder a Joaquim Manuel da Rocha, que então falleceu. Ainda na reorganização da irmandade de S. Lucas, que, depois do terremoto, se achava quasi completamente desfeita, buscou Cyrillo preparar elementos para o desenvolvimento dos estudos da arte de pintura, e sendo secretario da commissão eleita em 1791 para redigir o novo compromisso, pugnou, com todas as suas forças, para que, depois dos objectos de devoção e caridade se tratasse n'esse documento de estudos e do interesse da arte dispondo as cousas de maneira que no futuro pudesse haver em Portugal uma boa e verdadeira academia. Effectivamente alcançou introduzir no compromisso esses salutares principios, mas a irmandade não chegou nunca a ter a influencia que elle desejava, e por fim com a entrada de Junot, dissolveu se repartindo entre si os irmãos a somma que existia em cofre. Em quanto com estes trabalhos procurava dar esplendor á sua arte e favorecer aquelles que desejavam seguir a profissão de pintor, não conseguindo a pensão que requereu para voltar a Roma, ia acceitando as innumeras encommendas que lhe faziam, tendo a fortuna de poder sustentar a concorrencia com o celebre Pedro Alexandrino. Nas suas *Memorias* diz elle, que pintou carruagens riquissimas para a casa real, tectos e painéis nas egrejas, palacios e casas nobres como a de Domingos Mendes, Bandeira, Devisme, etc. Em um dos tectos do palacio Quintella figurou entre muitas composições o *Concilio dos deuses* de Camões, sob o imperio dos portuguezes na Asia. Nos tectos do palacio da marqueza de Bellas pintou o *Valor portuguez*, a *Edade de ouro*, *O triumpho das artes*. No palacio do duque de Lafões executou varios pensamentos poeticos de sua invenção, recebendo do generoso fidalgo as maiores attenções, franqueando-lhe casa, cama, mesa, creados e carruagem effectiva. No do marquez de Loulé coloriu entre outras muitas cousas, o grande salão em cujo tecto pintou um quadro figurando um baile dos deuses. Para o theatro pintou scenarios, fez estatuas, figuras coloridas, e pannos de bôca, comprehendendo tambem o do theatro de S. Carlos quando se abriu em 1787. No theatro do Salitre pintou egualmente o templo para *Sesostris*, que teve a fortuna de ser applaudido com enthusiasmo todas as vezes que appareceu. Para a dança de *Marafe* compoz e executou a derrota de Dario que foi muito bem acceita. Fez varios projectos de architectura civil, sendo o mais consideravel o do palacio da Relação e cadeia, recebendo em recompensa e por mercê uma pensão de 720$000 réis a titulo de pintor do principe regente D. João, pagos pela folha de Mafra. Foi ainda n'este periodo que Cyrillo publicou o seu primeiro escripto intitulado *Conversações sobre a pintura, esculptura e architectura*, de que sairam 6 numeros de 1794 a 1798. Obtendo licença para trabalhar nas obras de Mafra, partiu em maio de 1796 para aquella villa onde viveu 10 ou 11 annos pintando alguns tectos no palacio e entretido na leitura dos livros que lhe emprestavam da bibliotheca do convento, recopilando grande numero de obras de architectura, copiando o que n'ellas se lhe deparava de mais interessante e comparando esses trechos, de sorte que veiu a escrever um tratado talvez util aos principiantes, mas que não chegou a ser impresso. Sendo demittido pelos francezes, voltou á capital e fez diligencia para sair do reino, mas não alcançando o passaporte, continuou a viver em Lisboa onde pintou varios paineis para as egrejas e para os theatros. Em setembro de 1808, tendo Manuel Baptista de Paula e a Sociedade dos actores portuguezes festejado a retirada dos francezes com uma grande illuminação, Cyrillo pintou para esta festa uns grandes transparentes representando de um lado a Inglaterra, empunhando o tridente, do outro a Hespanha incitando o Leão e no centro um painel muito maior, a Monarchia Lusitana pisando a cabeça do Furor Revolucionario já cingido com pezadas cadeias. Esta pintura foi copiada em desenho por Antonio José Faustino Botelho e aberta a buril por Theodoro José de Lima, discipulo de Bartholozzi. Para a festa do Desaggravo feita por aquella sociedade na egreja do Sacramento, fez Cyrillo um quadro oval de 12 palmos de alto pintado a tempera, em que se viam muitos espiritos celestes sustentando e adorando a custodia, deante da qual tambem estava Lysia em adoração, emquanto um anjo com a espada de fogo fulminava os sacrilegos representados pelo atheismo, pela insurreição regicida e pelo sacrilegio. Fez tambem um grande transparente para o espectaculo que a companhia deu em honra do principe regente de Inglaterra, vendo-se este de pé nas costas da sua ilha recebendo a espada, enviada por Jupiter das mãos de Marte, ao passo que os deuses maritimos lhe rendiam vassallagem; para um outro espectaculo figurou n'um grande transparente os desposorios da princeza D. Maria Thereza com o infante de Hespanha D. Pedro Carlos; no panno da divisão do grande theatro executou um pensamento de Pato Moniz em louvor de lord

Wellington e a oleo pintou 5 quadros dos Passos para o Algarve, um quadro da Ceia para S. Sebastião, e outros mais. Convidado em 1814 pelo visconde de Santarem, inspector das obras do palacio da Ajuda, para ali executar algumas pinturas, figurou n'um dos tectos, a pedido d'aquelle fidalgo, a *Aurora*, symbolisando o regresso do Sol e portanto da felicidade publica seguida da abundancia, e na sala docel representou a saudade das filhas do Tejo mitigada pela presença da familia real, voltando a Lisboa em maritimo triumpho. Em 2 quadros mais pequenos, aos lados do da *Aurora*, que é de grandes dimensões, representa a America despedindo-se enternecidamente dos augustos viajantes e a Lusitania estendendo alegre ambos os braços para os receber. No meio do tecto está a *Paz* conseguida pelo valor heroico, ao redor d'ella dançam de mãos dadas as artes do desenho, da poesia, musica, astronomia, etc.; ao todo 8. Nas 4 sobreportas, estão a philosophia, a medicina, o commercio e a agricultura; no roda-pé as artes de Pallas. As figuras fôram executadas por Joaquim Gregorio e os ornatos por André Monteiro e outros ornatistas. As 8 sobreportas da sala do docel fôram pintadas por Cyrillo, as quaes representam as deprecações e votos que fazem as filhas do Tejo, ás divindades maritimas para que sejam propicias ao desejado regresso de D. João VI. Ainda nas obras d'Ajuda foi Cyrillo Machado consultado sobre varios pontos de pintura e da architectura apresentando um projecto para remate da fachada. Depois de concluidas as obras de que estava encarregado no palacio d'Ajuda, voltou a receber encommendas de differentes particulares, e o barão de Quintella, mais tarde conde do Farrobo, queria que elle lhe pintasse 4 quadros, sem fazer questão de preço, mas Cyrillo Machado já se sentia muito velho e portanto de todos os convites que teve, só acceitou os dos grandes quadros da *Natividade de Nossa Senhora* para a real collegiada de Alcaçova de Santarem, o de *S. Bernardo* para a capella do commendador de Malta Bernardino Paes, em Mangualde, e o de *Santa Margarida de Cartona* n'um pequeno panno para o thesoureiro-mór de Santa Maria da Alcaçova de Santarem, sendo este o seu ultimo trabalho de pintura. No fim de 4 annos de penosa doença, falleceu, sendo sepultado na egreja do Coração de Jesus, na qual se vê uma das suas melhores obras, o quadro da capella mór. Nos trabalhos de Cyrillo Machado notam-se os *Apostolos* que se vêem no tecto da egreja do Loreto. Entre os seus discipulos citaremos o seu ajudante nas obras de Mafra e da Ajuda, Bernardo Antonio de Oliveira Goes, João Baptista, Thomaz Antonio Bulhões e Joaquim Manuel da Silva. Além do livro já citado, *Conversações sobre a pintura*, Cyrillo Volkmar Machado escreveu mais as duas obras seguintes, publicando-se todas as 3 sem seu nome: *As honras da pintura, esculptura e architectura*; *Discurso de João Pedro Bellori traduzido do italiano com annotações*, Lisboa 1815; *Nova Academia de Pintura dedicada ás senhoras portuguezas que amam ou se applicam ao estudo das Bellas Artes*, Lisboa 1817. Depois da sua morte, foi publicada por iniciativa do conego Luiz Duarte Villela da Silva, uma obra que Cyrillo deixou manuscripta a qual saiu no mesmo anno de 1823, com o titulo de: *Collecção de memorias relativas ás vidas dos pintores e esculptores, architectos e gravadores portuguezes*. N'este livro vem incluida uma *Memoria* da vida de Cyrillo Machado, escripta por elle proprio.

Volobriga. Cidade antiquissima da Lusitania, cabeça dos povos nemetanos ou nemetatos. Estava edificada na Chanchellaria romana de Braga, e no tempo de Tiberio já tinha as honras de municipio, segundo consta. Ignora-se o local exacto em que estava situada.

Volta. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Espargo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Sequiade, conc. de Barcellos, districto de Braga.

Volta d'Agua. Pov. na freg. do Salvador, de Castellões de Recezinhos, conc. de Penafiel, districto do Porto.

Volta do Carro. Pov. na freg. de S. Pedro, de Oliveira, conc. e distr. de Braga.

Volta de Casaes. Pov. na freg. do Salvador, de Ganfey, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

Volta da Tocha. Pov. na freg. de N. Sr.ª do Pranto, de Arazede, conc. de Montemór-o Velho, distr. de Coimbra.

Voltas. Ilha da Madeira, distr. do Funchal; povoações nas freguezias: S. Sebastião e conc. de Camara de Lobos; S. Braz, de Campanario, do mesmo conc. || Pov. na freg. de N. Sr.ª da Purificação, de Alcanede, conc. e distr. de Santarem.

Voluntarios Reaes do Commercio. Sua creação e plano de organisação de 2 regimentos de infantaria e cavallaria, por decreto de 28 de dezembro de 1808. Era para substituir o regimento de Voluntarios Reaes de Milicias, corpo que não se chegou a organisar completamente em 1809. V. *Milicias*.

Volvoy. Pov. da regedoria de Verém, conc. de Pondá, distr. de Gôa, India.

Vomitaria ou Vomitorio. Assim se denominavam os adros das egrejas e as entradas dos theatros, porque a grande multidão ao sair, se assimilhava com a agua jorrando ou saindo do vomil.

Vonço. Pov. do sobado e conc. de Cabinda, na delegação do Chiavala, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Vondo. Pov. do conc. de Noqui, no distr do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Vontades ou Voontades. Dava-se este nome aos moveis e alfaias de casa que cada um compra ou manda fazer. No anno de 1211 doaram ao mosteiro de Alpendurada uma quinta em *Nodar cum suas searas, e suas voluntates*. (Documento de Pendurada). *Sete ou oyto porcos, e cubas, e arcas, e outras vontades, que era mantimento da casa*. (Documento de Arouca, de 1326).

Vouga. Pov. da freg. de N. Sr.ª d'Assumpção, de Lamas do Vouga, conc. d'Agueda, distr. de Aveiro. Está situada na margem esquerda do rio Vouga. Foi villa e séde de concelho, mas nunca foi séde de parochia. Era parte integrante da freg. de Lamas do Vouga, ou do Marnel, cuja matriz estava na antiga pov. e villa de Marnel, hoje sitio deserto. El-rei D. Manuel I deu-lhe foral, em Lisboa, a 18 de março de 1514. O conc. era muito extenso nos principios da monarchia, e assim se conservou até ao reinado de D. Fernando I, data em que foi muito cerceado e reduzido a um pequeno numero de freguezias. Por decreto de 28 de junho de 1833 compunha-se das fregue-

zias do Mancinhata do Vouga, Vallongo o Valle Maior. Posteriormente fôram lhe annexadas as de Agadão, Castanheira do Vouga, Macieira d'Alcoba, Prestimo, Agadães e Trofa. Por decreto de 28 de janeiro do 1835 foi lhe tirada a freg. de Valle Maior e annexada ao conc. de Albergaria a Velha; finalmente por decreto de 31 de dezembro de 1853 foi extincto, e as freguezias que o compunham, ficaram pertencendo ao conc. de Agueda. Emquanto foi conc., Vouga teve dois juizes ordinarios, dos orphãos e das sizas, vereadores, 1 procurador, 1 escrivão da camara, 4 escrivães do publico, 2 almotacès, 1 alcaide e 3 capitães d'ordenanças, além de 1 carcereiro e outros empregados menores. Na opinião de varios autores a villa de Vouga foi a antiga cidade romana *Vacca*, que outros a sitúam em Vizeu; perto de Miranda do Douro; e junto dos Pyreneus. Outros ainda dizem que n'aquelle local ainda esteve a cidade romana *Vacua*. Fôsse o que fôsse, o que está provado é que Vouga foi villa e conc. d'alguma importancia, e que hoje não passa d'uma pov. da freg. de Lamas do Vouga. || Rio do distr. de Vizeu. Nasce ao N da ermida de N. Sr.ª da Lapa, corre para S S O até á freg. do Pinheiro, muda depois a direcção para O, passa a 3 k ao S de Ferreira de Aves, a 10 ao N de Vizeu, banha S. Pedro do Sul e segue a 2 k. ao N de Vouzella e de Oliveira de Frades, e a 1 ao S do Couto de Esteves. Inclina se então para S O, passa a 2 k. ao E de Sever e a 3 ao S E de Albergaria a Velha, descreve uma curva para o S com a direcção geral de O, corre depois para o N, passa ao S E de Angeja, onde atravessa uma lagôa de 2 k. de comprimento por 1 de largura e segue descrevendo outra curva na mesma direcção, passa sob a ponte do caminho de ferro do N e entra na ria de Aveiro, lançando se no Oceano depois de 165 k. de curso. Recebe differentes tributarios, como o Sul, o Caima e o Agueda, e é navegavel e navegado na extensão de 50 a 60 k., desde a sua foz até á pov. de Pecegueiro. A tradição diz que outr'ora o Vouga foi navegado por barcos de grande lotação, inclusivamente por navios, até á ponte e villa de Vouga, e presume-se que esta villa e a velha cidade romana que teria ali existido, decairam com o açoriamento do rio. O caminho de ferro do valle do Vouga foi inaugurado em dezembro de 1908.

Vouguinha. Pov. na freg. de S. Pedro, de Cotta, conc. e distr. de Vizeu.

Vouzella. Villa da prov. da Beira Alta, séde de conc. e de com., distr. e bisp. de Vizeu, Relação do Porto. Tem uma só freg. cujo orago é N. Sr.ª d'Assumpção. Está situada na encosta d'uma serra, a 1:500 metros da margem esquerda do rio Vouga e na margem direita do rio Zella, a 27 kilometros da capital do distr. Nada se sabe quanto á fundação d'esta villa, que é muito antiga, anterior talvez ao estabelecimento da monarchia em Portugal, e ha duvidas quanto á verdadeira etymologia do seu nome. A opinião mais commum é a de que tomou dos rios Vouga e Zella o nome de *Vougazella*, depois *Vouzella*, mas isto não está sufficientemente demonstrado. N'outros tempos, Vouzella estava comprehendida no concelho e territorios de Sinfães, que rivalisava com o territorio de Panoias em Traz-os-Montes e com a terra e comarca da Feira na prov. do Douro. No seculo XVII, segundo se lê na *Chronographia medicinal das Caldas de Alafoens*, esse territorio comprehendia 44 freguezias e 13 coutos. Segundo se deprehende da citada *Chronica*, o territorio de Lafões formava, desde os principios da monarchia, um concelho e uma comarca com a sua séde na villa do Banho, por ser n'aquelle tempo a mais populosa, a mais importante e a mais central d'aquella vasta zona, tão vasta que se estendia para o N até ao rio Paiva, e para o S até ás faldas da serra do Caramulo, nos confins do actual conc. de Oliveira do Frades. O Vouga cortava, pois, aproximadamente a meio, o grande conc. de Lafões, e residiam na villa do Banho (hoje Thermas de S. Pedro do Sul), 2 juizes e 4 vereadores; 1 juiz e 2 vereadores na margem direita do Vouga e outro juiz e 2 vereadores na margem esquerda, para administrarem a justiça em todo o territorio de Lafões, dividindo o assim em duas partes, conforme o dividia o Vouga. Depois, não se sabe quando, o territorio foi dividido em 2 concelhos: Vouzella e S. Pedro do Sul, com justiças proprias, ficando a villa do Banho reduzida a um simples couto dos 13 de Alafões ou Lafões e governada por 1 ouvidor e 1 juiz ordinario nomeados pelo senhor da referida villa, o que a fez decair e favorecer o engrandecimento das villas de Vouzella e de S. Pedro do Sul. Pouco antes de 1696 tornaram a unir-se á villa do Banho aquelles 2 concelhos, mas em 1696 já estavam outra vez separados, passando a referida villa pelo decorrer do tempo a ser uma povoação da freg. de Varzea de Lafões, não obstante ter sido a matriz não só da mesma freg. como tambem de todas as parochias circumvisinhas até grande distancia, comprehendendo Vouzella, S. Pedro do Sul, etc. A velha matriz da villa do Banho era a egreja do S. Martinho, que já em 1696, segundo se lê na já citada *Chronographia*, *estava posta nos alicerces* e apenas se conservava a capella-mór. Como prova e signal do obediencia, ali fôram durante muitos annos, encorporadas e com as respectivas cruzes, por occasião das ladainhas de maio, todas as freguezias que se haviam desmembrado d'ella, e ainda em 1880 lá fôram 11 cruzes Tinha a porta em estylo ogival, e do matriz passou a ser uma simples capella. Dividido o concelho de Lafões pelos de S. Pedro do Sul e Vouzella, pertenceu até 1836 á comarca (corregedoria e provedoria) de Vizeu; mas parece que os 2 concelhos fôram por muito tempo administrados em commum pelas mesmas autoridades, pois que a *Chorographia Portugueza* do P. Antonio Carvalho da Costa, diz, em 1708, falando do conc. de Lafões: «Tem duas villas, que são a cabeça d'este concelho, a saber: a de S. Pedro do Sul e a de Vouzella; aquella é mais antiga e mais nobre, situada em um delicioso valle, cujas faldas regam os dois rios Vouga e Sul. Tem excellentes pomares de todo o genero de fructas, com muitas hortas, e recolhe muito azeite, vinho, gado e caça. Assistem ao seu governo civil um juiz de fóra, vereadores, um procurador do concelho, escrivão da comarca, juiz dos orphãos com seu escrivão; oito tabelliães, um meirinho e carcereiro. Ao militar um capitão mór com treze companhias de ordenanças. A villa de Vouzella está fundada no meio d'uma serra. E' abundante do castanha, gado e caça; tem boas casas e 140 visinhos, Misericordia, hospital e seis ermidas. Depois falando da villa do Banho, 1.ª capital do conc.

de Lafões, diz que era governada em 1708 por 1 juiz ordinario, 1 procurador do conc., 1 escrivão da camara, 1 tabellião do judicial e notas e mais officiaes, todos apresentados pelo nobre senhor da casa, quiuta e couto da Cavallaria, tambem senhor da villa do Banho. D'aqui se vê que em 1708 a villa do Banho era um couto e conc. ápar te, e que o grande conc. de Lafões tinha duas sédes: S. Pedro do Sul e Vouzella, passando cada uma d'ellas a ser séde autonoma d'um conc. do seu nome em 1836, quando se creou a nova magistratura e a comarca judicial de Vouzella, que ficou comprehendendo temporariamente 5 concelhos : Sul, S. Pedro do Sul, Vouzella, S. João do Monte e Oliveira de Frades. Extincto o conc. de Sul em 1855, passaram as freguezias que o constituiam, para o de S. Pedro do Sul, exceptuando as de Gafanhão, Pepim e Rériz, que passaram para o conc. e com. de Castro Daire. Tambem no mesmo anno o conc. de S. Pedro do Sul do de Vi zella a freg. de Serrazes. Por decreto de 2 de novembro de 1874 passaram do conc. de Oliveira de Frades para o de Vouzella, as freguezias de Al côfra, Cambra, Campia e Carvalhal de Vermilhas Quanto á etymologia da palavra *Lafões*, ou *Ala fões*, são tantas as opiniões que sobre ella se ad duzem, que não se sabe por qual optar. A lenda do moiro Alahum, povoador de Lafões em 1040, coutada primeiramente por Fr. Bernardo de Brito, não tem o menor fundamento. Já em 1030, 27 annos antes da conquista de Vizeu por D. Fernando Magno de Leão, aquelle territorio tinha o nome de Alafões: *Alahobeines*, *Alahoveinis*, *Alahoem* e *Alaphoen*. Isto demonstrou-o Santa Rosa de Viterbo no seu *Elucidario*. Mas parece, mes mo, que já no anno de 865 se dava a este territorio o nome de Alafões, *Alafoins* como se lê n'um documento d'aquella data, que se encontra no to mo 2.º da *Benedictina Lusitana*, trat. 1, cap. 7.º. Os castellos de Lafões são muito antigos, mas não se pódem acceitar como obra de Alafnm, ou Alahum, porque D. Fernando Magno, além de Vizeu, conquistou tambem Lamego, Ceia e Coimbra, fazendo recuar a fronteira dos moiros para o sul do Moudego. O territorio de Lafões ficou sendo chris tão, e christão o proprio Alafum. Não é crivel o zelo d'este moiro em fundar tantos castellos para os christãos, nem elle teria tempo e recursos para fazer tantas e tão dispendiosas construcções. Era possivel que fizesse ou restaurasse alguns castellos, mas o mais provavel é ser a maior par te d'elles muito anterior ao seu tempo. Torna se notavel que em todo o territorio de Lafões se não tenha encontrado vestigio algum da occupação romana, nem sequer na villa do Banho, que os romanos por certo occuparam, por serem tão amantes dos estabelecimentos thermaes e porque o manancial das ditas thermas foi sempre um dos mais volumosos e mais importantes da peninsula. Accresce tambem a circumstancia dos romanos terem feito demorada residencia em volta de Lafões, e é inegavel que aquelle territorio foi po voado muito antes da occupação dos moiros e mesmo da dos godos e romanos. Evidentemente foi povoado nos tempos prehistoricos da edade da pedra, como prova a *arca* ou *orca*, *anta* ou *dolmen*, que se via em 1889, e não sabemos se ainda se vê hoje, no adro da egreja matriz da freg. de Arca, no conc. de Oliveira de Frades, monumento megalithico e congénere dos muitos encontrados em volta do Vizeu, e que provavelmente existiram ou ainda existirão nas terras do antigo conc. de Lafões. Dos muitos castellos que pompearam nas terras de Lafões, mencionaremos os seguintes : *Castello de Lafão*, na freg. de Vouzella, distante da villa pouco mais de 1 k. para E. Ficava n'um alto monte chamado Lafão, no sitio onde se vê hoje o Santuario de *N. Srª. da Esperança*, ou *do Castello*. Foi demolido quando se fez o santuario, e ainda hoje se vêem alguns vestigios. Consta que se encontrou ali n'aquella occasião uma cisterna com muitos esqueletos; o castello era supposta residencia do lendario rei Alafum. A distaucia de 800 m. para SE, na cumiada d'um mon te mais alto, segundo a tradição, guardava o dito moiro os seus thesouros em uma cova, da qual partia um caminho subterraneo, que se prolonga va descendo até á pov. e freg. actual de Fataunços, distante cêrca de 2 k para N E. *Castello de Vilharigues*. Estava situado no alto do monte de este nome, freg. de Paços, antiga succursal de Vouzella, distante d'esta villa perto de 2 k. Era quadrado, e ainda restam algumas ruinas. Os senhores d'elle e da nobre casa e quinta da *Cavallaria* aproveitaram parte da sua pedra para a construcção da capella de *Santo Amaro* e uma bella escadaria. *Castello de Baiões;* Fica n'um alto na freg. d'este nome, hoje conc. de S. Pedro do Sul, distante da villa perto de 3 k. para O na margem direita do Rio Vouga. Foi demolido, e com a pedra d'elle construiram no mesmo local a capella de *N. Sr.ª da Guia*. *Castello de Figueiredo das donas*. Estava na freg. d'este nome, conc. de Vouzella, e distante d'esta villa 6 k. para E. Foi demolido para se construir uma casa. *Castello de Bendavizes*. Era na freg. de Fataunços, 3 k. ao nascente de Vouzella. Demoliu se em 1886, e foi a cantaria empregada na construcção d'uma casa. *Castello de Cambra*. Ainda se conserva, perto de 3 k. ao S de Vouzella. *Castello de Alcofra*· Tambem existe, e fica 15 k. ao S de Oliveira de Frades, e a egual distancia de Vouzella a cujo conc. hoje pertence. *Castello de Rériz*. Na freg. d'este nome, hoje conc. de Castro Daire, na margem esquerda do rio Paiva, mas outr'ora conc. de Lafões. Encontram se hoje poucos vestigios, assim como d'outras construcções arabes que exis tiram na mesma parochia. Ainda se apontam dis persos pelo antigo conc. de Lafões vestigios de outras muitas obras de defeza attribuidas aos moiros, avultando entre ellas uma medonha gruta ou caverna, talvez mina n'outro tempo, no alto da serra da Arada, a montante da freg. de Carvalhaes. Tambem se presume a existencia de torres, castellos e castros em povoações, onde já ha muitos annos não restam os mais pequenos vestigios. Os senhores de Lafões são 7: 1.º Cid Alafum, o lendario rei moiro; 2.º D. Fernando Pedro, mordomo mór de D. Affonso Henriques; 3.º O infante D. Henrique, de Sagres, filho d'el rei D. João I; 4.º O infante D. Luiz, duque de Beja, filho do segundo matrimouio d'el-rei D. Manuel e pae de D. Antonio, prior do Crato; 5.º Fernão Lopes d'Almeida, senhor da casa e quinta da *Cavallaria* e já anteriormonte senhor do couto e villa do Banho, por mercê d'el rei D. Manuel e concessão do infante D. Luiz; 6.º Duarte de Al meida, filho do antecedente, tambem dono da nobre casa, quinta e couto da *Cavallaria*, e monteiro-mór do infante D. Luiz; 7.º D. Pedro Hen-

rique de Bragança, 1.º duque do Lafões, 2.º marquez de Arronches o 7.º conde de Miranda, senhor de Lafões e das villas e concelhos de Miranda do Corvo, Jarmello, Folgosinho, Sôsa, Podentes, Vouga e Oliveira do Bairro. Além dos 13 coutos, que houve em Vouzella, conforme dissémos, os quaes se suppõe terem sido: *do Banho, do Covello, de Arcozello, de Rio Mel, Goja, Gafanhão, Ribolhos, Trapa, Oliveira de Frades, Mões, Alva, Sul* e *Rériz*, houve tambem no conc. de Lafões, desde os principios da monarchia os 3 coutos seguintes: 1.º A casa, cêrca e mais dependencias de S. Christovão de Lafões, que hoje constituem a freg. d'este nome no conc. de S. Pedro do Sul. 2.º *Couto de Valladares*, ou *Couto de Baixo*, hoje tambem freg. do mesmo conc., e o *Couto da Trapa e Paço*, ou *Couto de Cima*, hoje tambem freg. do mesmo conc. Estes 3 ultimos coutos fôram muito privilegiades tanto civil como ecclesiasticamente. Eram isentos e n'elles exerciam a jurisdicção episcopal os abbades do convento de S. Christovão de Lafões. Tambem foi couto a celebre *Casa da Cavallaria*. Por aqui se vê, que as autoridades de Lafões haviam de luctar com grandes difficuldades para administrarem a justiça em um conc. tão cheio de *coutos, isentos, honras*, castellos e torres, e de fidalgos poderosos, alguns d'elles com grande valimento na côrte, e outros *senhores do proprio concelho todo*, entre os quaes avultavam 2 infantes e differentes duques. Vouzella nunca teve foral proprio, nem velho, nem novo. O conc. de Lafões tambem não teve foral velho, mas sómente foral novo, que se conserva ainda, muito deteriorado, no archivo da camara de Vouzella. (V. *Lafões)* El rei D. Manuel I, estando aqui e assistindo a uma das feiras em 1 de março de 1514, lhe concedeu grandes privilegios, mas a dita feira já datava dos principios do seculo XIV. A Vouzella foi concedida uma feira mensal por mercê d'el-rei D. Diniz, com data do anno 1307, era de 1345. Hoje realisa-se na 1.ª quarta feira de cada mez. A egreja matriz está situada n'um sitio isolado, mettendo se de permeio entre ella e a villa o cemiterio e o campo da Feira ou da Corredoura, mas é um templo venerando pela sua antiguidade e architectura. Não se sabe quando, nem por quem foi feita, mas data dos principios da monarchia. Attribue-se aos Templarios, foi commenda da ordem de Christo, collegiada, e talvez que na sua origem fôsse convento dos fundadores, como parece indicar o seu isolamento na villa. Tem uma só nave; um bello portico de estylo ogival; uma porta lateral no mesmo estylo do lado do Evangelho; muitas figuras de phantasia ornamentam a cornija; um oculo tambem na parede do lado do Evangelho, tudo de solido granito. Em frente da porta principal, a pequena distancia d'ella, e como que servindo de guarda-vento, está um grande campanario, não torre, de cantaria de granito, muito velho e muito solido, posto que balouça quando dobram os sinos. Tem 9 m. de largura, 18 de altura, $1^1/_2$ de espessura, e no patamar um gradeamento de ferro. A egreja tem altar-mór e differentes altares lateraes com boas decorações de talha dourada antiga. A' entrada da egreja vê se uma capella muito antiga que foi dos Almeidas, senhores da nobre casa e quinta da Cavallaria. A capella tem um portico ogival como os da egreja; prolonga se para fóra do templo com a mesma architectura d'elle ou ornamentada no mesmo estylo; interiormente tem um altar com um Christo crucificado, no centro, e aos lados outras imagens. N'esta capella se guarda o Santissimo, e na parede lateral, do lado do Evangelho, se vê uma inscripção gothica, em quo se diz que Fernão Lopes d'Almeida, senhor da casa da Cavallaria, fallecido em 23 de dezembro de 1512, deixou certos foros á dita capella. O altar-mór tem um bom retabulo, e a imagem da padroeira, tendo aos lados as de S. Joaquim e Sant'Anna. O pavimento ainda conserva as antigas sepulturas e nas tampas d'algumas d'ellas se vêem inscripções já gastas e emblemas de cavalleiros com brazões. O adro é irregular, e n'elle, ao N da egreja, se vê um grande cedro, com perto do 40 m. d'altura, e consta que foi plantado em 1795. A egreja da Misericordia está na Praça de Cima; é muito espaçosa, e tem 4 altares com boas imagens. O hospital da Misericordia foi principiado em 1846 e inaugurado a 29 de junho de 1848 com 3 enfermarias: uma para os irmãos, outra para homens o outra para mulheres. Em Vouzella ha ainda as capellas de *S. Fr. Gil*, de *S. Sebastião*, de *S. João*, de *Nossa Senhora da Expectação*, de *S. Pedro*, em ruinas, e de *Santa Catharina*. A casa da camara municipal é um soberbo edificio, com boa sala para as sessões, guarnecida de grandes cadeiras de couro com botões amarellos, e outra sala para as sessões do juizo ordinario. Estão ali tambem a administração do conc., a repartição de fazenda, a conservatoría, o archivo da camara, repartição de pesos e medidas, etc. O tribunal de justiça é um bom edificio, com uma grande sala para as audiencias e cadeia para ambos os sexos. Ha em Vouzella varias quintas importantes: a de *Lamas*, que tem um bonito palacete o jardim, bons vinhedos e muita agua; de *Regadas*, de *Caritel;* de *Sernada*, de *Valgode*, a da *Cavallaria*, já citada; da *Costeira*, da *Ponte* e do *Avelal*. Na sua obra *Cidades e villas de Portugal*, Vilhena Barbosa não dá brazões d'armas a Lafões nem a Vouzella; encontra-se, porém, no codice n.º 273 da Bibliotheca Municipal do Porto *(Arte de Armaria e Brazões de Cidades e Villas de Portugal)*, um lindo brazão d'armas de Lafões, que é o seguinte: Escudo sem corôa; no plano inferior um semi-circulo (representando talvez o monte Lafão) tendo a corda ou linha do diametro em recta horisontal d'uma á outra parede do escudo; sobre o vertice do semi circulo um alto castello ameiado com porta d'arco de volta inteira; no 1.º plano superior 4 seteiras com uma janella no centro, dando ás 4 seteiras fórma de santor. No plano da porta duas estrellas no vão do escudo, uma de cada lado do castello; no plano das seteiras e no mesmo vão do escudo: á esquerda uma meia lua com as pontas voltadas para o castello e dentro d'ellas uma estrella; á direita um semi-circulo mais pequeno do que o da base, com a linha horisontal, ou corda de diametro, do lado superior partindo do meio d'ella uma flôr de liz. As 3 estrellas são de 6 pontas e nos vãos lateraes do escudo, a meia altura do castello; tem de cada lado um circulo de pontas com um ponto no centro. O castello ou torre tem a base bastante larga e vae apertando gradualmente ao passo que vae subindo. Em plano inferior ao dito brazão lê-se o seguinte: «O conc. de Alafões tem por armas as que aqui se vêem, e

d'ellas usa no sello da camara com um letreiro circular que diz: «S. Consilh de Alafões.» Na fachada do tribunal judicial da villa vêem se as armas reaes portuguezas e por baixo d'ellas um escudo do mesmo brazão do codice referido, mas modificado. E' o seguinte: no centro do escudo um castello ameiado, do meio do qual sóbe uma torre tambem ameiada. Além da porta principal, o castello tem duas mais pequenas em 2 pequenos corpos lateraes. A torre tem 4 frestas, mas em vez da janella central tem uma estrella que lhes dá a fórma de santor. A meia lua o a estrella estão do lado direito, e do lado esquerdo a flôr de liz sobre o pequeno semi circulo, tendo este, como o da base do castello, a corda horisontal de diametro para o lado inferior. As estrellas são de 8 pontas. O brazão d'armas que se vê no pendão ou estandarte mais antigo da camara differe d'estes 2, mas assemelha se-lhes em parte. Vouzella pertence á 2.ª div. mil, 3.ª brigada, grande circumscripção mil. do Centro, e ao distr. do recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. Tem esc. do sexo fem., est. post. e telegr com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; uma romaria no 1.º domingo depois do 5 de agosto, á ermida de N. S.ª da Esperança; advogados, agentes de diversas casas bancarias do paiz, e de companhias de seguros; Asylo de N. S.ª do Castello, Associação de bombeiros, hospedarias, fiscalisação de impostos, fabrica de manteiga, notarios, medicos, pharmacias, viveiros de vinhas americanas, etc. Tem-se ali publicado os seguintes jornaes: *Aurora de Lafões*, novembro, 1901; *Aurora do Vouga*, 21 julho, 1887 a 2 agosto 1891; ainda depois de ter suspendido saiu um supplemento em 4 do dito mez; *Democracia de Lafões*, julho de 1895; presume se haver terminado em 28 de junho de 1896, com o n.º 52; *Jornal de Vouzella*, fevereiro de 1905; *Revista de Lafões*, 23 agosto 1896. O conc. de Vouzella compõe-se de 12 freguezias, com 3.605 fog e 14:454 habit.; sendo 6:413 do sexo masc. e 8:041 do fem., n'uma superficie de 10:987 hect. As freguezias são as seguintes: Santa Maria, de Alcofra, 1:698 habit.: 753 do sexo masc. e 915 do fem.; S. Julião, de Cambra, 1.917 habit.: 876 do sexo masc. e 1:041 do fem.; S. Miguel, de Campia, 1:685 habitantes: 717 do sexo masc. e 969 do fem.; S. Simão, de Carvalhal de Vermilhos, 649 habit.: 503 do sexo masc. e 246 do fem.; S Carlos Borromeu, de Fataunços, 1:110 habit.: 476 do sexo masc. e 634 do fem; N. S.ª das Neves, de Figueiredo das Donas, 469 habit.: 207 do sexo masc. e 262 do fem.; Santo Estevão, de Fornelo do Monte, 582 habitantes: 245 do sexo masc. e 337 do fem.; Santa Marinha, de Paços de Vilharigues, 754 habit.: 349 do sexo masc. e 405 do fem.; S. Miguel, de Queirã, 1:732 habit.: 735 do sexo masc. e 997 do fem.; S. Miguel do Matto, 1:108 habit.: 507 do sexo masc. e 601 do fem; N. S.ª da Purificação, de Ventosa, 1:502 habit.: 682 do sexo masc. e 820 do fem.; N S.ª d'Assumpção, de Vouzella, 1:247 habit.: 563 do sexo masc. e 684 do fem. O principal commercio do conc. é couros verdes, gado e vinho.

Vrêa de Bornes. Pov. e freg. de N. S.ª da Natividade, da prov. de Traz os Montes, conc. e com. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real, arceb. de Braga, 373 fog. e 1:485 habit. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. Está situada a 2 k. da estrada de Chaves a Villa Real e a 9 da séde do conc. Foi uma aldeia pertencente á freg. de S. Martinho, de Bornes, que lhe fica contigua, da qual se desmembrou, tornando se parochia independente. O seu territorio é muito fertil em todos os generos agricolas. O seu clima, apezar de excessivo, é saudavel. A egreja matriz, principiada para ser construida de 3 naves, apenas mostra vestigios dos seus amplos e robustos fundamentos, e ficou reduzida á nave central, sendo hoje um templo modesto. Está pobre de alfaias, e nada tem de notavel, além da perfeição da esculptura d'algumas imagens. Contiguas á egreja estão as capellas do Senhor dos Passos e do Santo Christo, e fóra do adro, em frente da porta principal da egreja, está a do Senhor do Horto. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Serra da prov. de Traz os-Montes, no conc. de Villa Pouca d'Aguiar. E' o nome que toma a serra de Padrella na parte OSO, proximo á freg. de Vrêa de Bornes, elevando-se a 1:062 m. acima do nivel do mar.

Vrêa de Jalles. Pov. e freg. de N. S.ª da Assumpção, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 381 fog. e 1:654 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. Está situada na falda da serra Prota, a 10 k. da margem esquerda do rio Corgo, a 7 da margem direita da Tinhella e a 10 da séde do conc. E' terra de clima excessivo e pouco fertil. Tem bastante gado de toda a qualidade, e muita caça na serra da Quintan. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

Vuadomo. Pov. da freg. e conc. do Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Vuéba. Pov. do sobado de Linquesi, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Vuenga. Pov. do sobado do mesmo nome, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Vulgata. Antigo nome d'um rio do conc. de Braga, que servia de demarcação ao seu termo, o parece que distava pouco do rio Este. Vem mencionado na doação e descripção do termo do Braga, feita por ordem do rei D. Affonso o Casto.

Vulla N'Gombe. Pov. da 11.ª div. do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Vulturinos. Assim se denominavam no seculo X uns povos das margens do rio Lima, povos que D. Ordonho II de Leão, pelos annos de 913, deu á Sé de Lugo. Os ditos povos constituem hoje as freguezias de Victorino das Donas e Victorino dos Piães, ambos pertencentes ao conc. de Ponte de Lima

Vululo. Pov. do sobado de Bongue, na div. do Zombo, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do conc. de S. Salvador e districto do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Vumenga. Pov. da freg. de S. José do Encoge, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Vurge do Baixo. Pov. da 1.ª div. do conc.

de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Vuva Pov. do sobado do rio Bidise, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. do Angola, Africa Occidental.

Vunda Pov. do sobado de Tanda, no caminho do Zombo, conc de S. Salvador e distr do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental || Pov. do concelho de S. Salvador e distr do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do conc de S. Salvador do Congo, na fronteira do Estado independente, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado do rio Luegi, conc. do S. Salvador o distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. da região de Pangala, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. na divisão de Mussuco, conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Vunde. Pov. no sobado de Malombo, na 6.ª divisão da freg. de S. José de Cabiri, conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Vyuvidade. Termo antigo de viuvez; estado de viuva. *Boas obras delle recebeo em sua vyuvidade.* Documento de Salvador de Coimbra, de 1480.

W

Wagner *(Eduardo Oscar)*. Musico muito distincto. N. em Lisboa a 24 de setembro de 1852, onde tambem fal. a 17 de outubro de 1899. Era filho do professor Ernesto Victor Wagner. Estudou violoncello no Conservatorio com o professor Guilherme Cossoul, de quem foi um dos melhores e mais estimados discipulos, matriculando se em 1861 e concluindo o curso com a maior distincção em 1870. Tambem estudou no Conservatorio trompa, com seu pae e tornou se desde muito novo, habil trompista como era notavel violoncellista. Habituado desde os primeiros estudos com a musica classica, que praticava quotidianamente em casa com os irmãos, debaixo da direcção paterna, familiarisou so com o genero a ponto de ser notabilissimo na interpretação das obras dos grandes mestres. Fez parte da primeira sociedade de quartettos que existiu em Lisboa, fundada em 1874 por Guilherme Daddi, assim como foi consocio de seu irmão Victor e de José Vieira n'outra sociedade identica que funccionou em 1876. Quando Guilherme Cossoul se achou impossibilitado de reger a cadeira de violoncello no Conservatorio, Eduardo Wagner ficou-o substituindo desde 1878, e por morte do seu mestre apresentou-se ao concurso aberto para o logar vago, concurso realisado em 12 de outubro de 1881; obtendo votação unanime no merito absoluto e a maioria dos votos no merito relativo, foi seguidamente nomeado professor effectivo. Desempenhou o seu cargo com a maior proficiencia e dedicação, creando excellentes discipulos. Em 1884 fez uma viagem de instrucção á Allemanha com seu irmão Daniel, visitando Hamburgo, Berlim, Leipzig e Dresde, onde ouviu os principaes violoncellistas da epoca. Nos ultimos annos da sua pouco extensa vida começou a sentir-se affectado d'uma lesão cardiaca que o impossibilitou de continuar a trabalhar com actividade, e que por fim o victimou.

Wagner *(Ernesto Victor)*. Professor de trompa no Conservatorio. N. em Zeulenroda, principado de Renss Greiz, Allemanha, em 1826, fal. em Lisboa a 2 de maio de 1903. Aprendendo musica e o officio de carpinteiro, trabalhou em casa do seus paes até 1840, anno em que, apesar da sua curta edade, emprehendeu uma longa viagem. Chegando a Portugal em 1845 apaixonou-se pelo movimento politico de então, alistando se n'um dos batalhões nacionaes que em 1846 entraram na guerra civil. Em 1848 implantou, de sociedade com Carlos Augusto Habel, a nova industria de fabrico de pianos portuguezes, conseguindo produzil-os em condições de elegancia, solidez e sonoridade, tão bons como os melhores importados. Ernesto Wagner tornou se depois o unico proprietario d'esse estabelecimento. Foi professor de trompa d'el-rei D. Luiz, que muito se lhe afeiçoara. Em 1849, por meio de concurso, foi nomeado musico da real camara, e em 1861 concorreu tambem ao logar de professor dos instrumentos de metal do Conservatorio, obtendo o logar, em que se conservou até que falleceu, não lhe tendo sido dada a sua reforma, como havia pedido pouco tempo antes Independentemente dos seus raros dotes de concertista e de fabricante, Ernesto Wagner era um grande reparador e conhecedor de instrumentos de corda. Era o unico em Portugal e eximio n'esta especialidade, sendo os seus trabalhos muito apreciados. Consta que no seu *atelier* existiam exemplares italianos muito raros e antiquissimos, dos mais celebres autores de rabecas. Foi tambem em Portugal um dos mais devotados propagandistas da musica classica. Era casado com D. Leopoldina Carolina Neuparth, irmã do professor do Conservatorio Augusto Neuparth. V. *este nome.*

Wagner *(Victor Augusto)*. Musico distincto, filho mais novo do professor Ernesto Victor Wagner. N. em Lisboa a 16 de março de 1854, e fal. a 21 de março de 1877. Desde a primeira infancia que revelou extraordinaria vocação para o violino. Estudou no Conservatorio com o professor Garcia Alagarim, e aos 14 annos entrava para primeiro violino na orchestra do theatro de S. Carlos. Tendo concluido o curso do Conservatorio em 1872, partiu na primavera de 1873 para Leipzig, afim de se aperfeiçoar no Conservatorio d'aquella cidade. Regressou a Lisboa em principios de 1876, vindo notavelmente desenvolvido e cheio de enthusiasmo pela arte. Associou-se com seu irmão Eduardo e com José Vieira, fundando uma sociedade do quartettos, que realisou 5 sessões durante os mezes de maio e junho do referido anno. N'estas sessões executou a solo um concerto de David, outro de Spohr e uma phantasia de Leonard, fazendo-se admirar pelas mais brilhantes qualidades de violinista perfeito. Mas a tuberculose, que o atacou, fez graves estragos, victimando-o aos 23 annos de edade. José Vieira

promoveu um concerto no salão do theatro de S. Carlos, que se realisou a 7 de julho do mesmo anno, para com o seu producto se construir um jazigo onde repousassem os restos do malogrado artista. Com effeito, no cemiterio occidental lá se ergue um pequeno mas elegante monumento, guardando as cinzas de Victor Wagner. Um violino, habilmente esculpido em marmore, lhe servo de emblema.

Wagner *(Virginia Henriqueta)*. Pianista muito notavel, filha do professor Ernesto Victor Wagner. N. em Lisboa a 3 de maio de 1851 e fal. em outubro de 1885. Frequentou o Conservatorio, concluindo o curso em 1868. Foi em seguida nomeada professora ajudante, por decreto de 15 de julho de 1869, logar que obteve por meio de um brilhante concurso. Casou alguns mezes depois com o negociante allemão Schreck, estabelecido no Porto, e abandonou a carreira artistica, demittindo-se do logar, demissão que pediu, e que lhe foi concedida por decreto de 26 de abril de 1870. Como que para festejar os desposorios de Virginia Wagner, toda a familia deu um interessante concerto em 27 de outubro de 1869, no salão da Trindade. Virginia Wagner executou com acompanhamento de orchestra, o concerto em ré menor, de Mozart, e um thema com variações de Thalberg; os 3 irmãos executaram o primeiro trio de Mendelssohn e o trio em dó menor, de Beethoven.

Waltmann *(João Baptista)*. Musico allemão que se estabeleceu em Lisboa no fim do seculo XVIII. Tocava trompa e fazia parte da orchestra da real camara. Em 1791 era um dos musicos da orchestra do theatro da Rua dos Condes, e em 1792 estabeleceu se com armazem de musicas. Em janeiro de 1801 começou a publicar o *Jornal de modinhas novas dedicadas ás senhoras*, que durou um anno como publicação regular, e que era a imitação d'uma outra empresa realisada antes com bom exito por Marchal e Milcent, mas depois continuaram a apparecer avulsas muitas modinhas, e ainda em agosto de 1824 Waltmann annunciava as *bellas modinhas de Joaquim Manuel*, por Neukom. Em janeiro de 1802 começou a publicar um *Novo jornal de arias italianas* que tambem teve curta duração. Waltmann foi quem primeiramente vendeu metromonos em Lisboa. Fal no meado do anno de 1825, e o seu armazem de musicas desappareceu pouco depois.

Wellington *(Arthur Wellesley, duque de)*. Celebre general e politico inglez, que incluimos n'este nosso trabalho, pela grande parte que tomou na guerra Peninsular, relativamente a Portugal. N em ublin a 30 de abril de 1769, e fal. em Walmer Castle, a 14 de setembro de 1852. O nome de Wellington tornou se notavel, pela bravura com que entrou em batalhas, commandando aguerridas forças em defeza do seu paiz, e precedido da mais gloriosa fama é que veiu a Portugal, durante a campanha Peninsular e lhe prestou valiosos serviços. Foi o commandante de uma expedição que se reuniu em Corck e que foi mandada operar na Peninsula. Na tarde de 9 do abril de 1808 o embarque das tropas estava terminado. A 12 a esquadra levantou ferro; e tendo no dia 10 chegado ás alturas da Corunha, o seu commandante demorou se a conferenciar por um pouco com as autoridades da Galliza, dirigindo se depois ao Porto, onde se decidiu que o desembarque se effeituasse junto á foz do Mondego, o que fez com toda a felicidade no dia 1 a 5 de agosto. Ao saber que um exercito inglez havia desembarcado em Portugal, Junot, commandante das tropas francezas que occupavam este paiz, determinou oppôr se ao progresso da invasão, para o que saiu o general Labordo de Lisboa, e Loison de Extremoz, afim de se reunirem em Leiria, ficando o general em chefe em Lisboa para reprimir qualquer movimento insurrecionario, se por ventura se désse. Wellesley, avançando immediatamente depois do seu desembarque, não permittiu que se effeituasse esta reunião, e Laborde teve de recuar da Batalha para a Roliça, sendo nos arredores d'esta pequena povoação, que teve logar o primeiro encontro entre os conquistadores da Europa, o aquelles que estavam destinados para os vencer; e ahi começou verdadeiramente essa celebre guerra peninsular, de tão gloriosa nomeada na historia do paiz, e em que tanto se distinguiram as tropas alliadas, que n'ella tomaram parte. A batalha da Roliça, posto que não tivesse tão grande desenvolvimento como outras muitas que depois se lhe seguiram, é com tudo uma d'aquellas, de que os veteranos peninsulares se recordavam com mais orgulho, e passa na historia militar por um modelo do genero; com effeito, nada ha tão bem disposto como aquelle ataque de Wellington, e aquella resistencia e retirada de Laborde. A falta de cavallaria no exercito alliado foi causa de que a victoria não fôsse tão completa como podia ser, effeituando o inimigo a retirada em boa ordem. A sua perda, comtudo, foi consideravel, deixando em nosso poder grande numero de prisioneiros e 3 peças de artilharia. Tendo, ao outro dia da acção, chegado de Inglaterra uma brigada do reforço, e outra no dia 20, Wellesley resolveu avançar para Mafra, flanqueando a posição dos francezes em Torres Vedras; infelizmente sir Harry Burrard, assumindo o commando em chefe do exercito, paralisou este movimento, e não houve razões que o fizessem mudar do tão funesta resolução. Junot, sendo informado da derrota de Laborde, saiu a toda a pressa de Lisboa para assumir o commando, tinha precisão de combater immediatamente; qualquer demora equivalia a uma derrota, porque os viveres faltavam-lhe, e esperava a cada momento a noticia de que Lisboa se havia revoltado; andando pois toda uma noite e forçando a marcha, na madrugada do dia 21 de agosto fez alto a distancia de uma legoa dos piquetes inglezes. A força dos dois exercitos era aproximadamente egual, porque, se os aliados eram um pouco superiores em infantaria, os francezes excediam-nos em cavallaria, sendo ambos quasi eguaes em artilharia. Junot fez immediatamente as suas disposições para o ataque, e ás 10 horas da manhã d'este mesmo dia 21 começou a acção de Vimeiro. O inimigo foi avistado em grandes massas de cavallaria sobre a estrada da Lourinhã, e era evidente que o ataque principal seria contra as alturas, quo ficam n'esta estrada, e que formavam parte da esquerda dos alliados; com effeito, este se effeituou com aquella impetuosidade, que caracterisa as tropas francezas, e sendo apoiado com grande parte da sua cavallaria, arma em que como dissemos, ora superior aos alliados; mas cousa alguma póde exceder o valor o denodo, com que foi repellido polas nossas tropas, carregando

em linha, á baioneta. Quasi ao mesmo tempo procurou atacar as alturas do centro, onde a sorte lhes foi egualmente adversa; graças ao valor das tropas, e ás sabias disposições tomadas por Wellington, que por uma circumstancia feliz, n'esse dia commandava em chefe. As tropas portuguezas fôram collocadas na primeira linha, a par das inglezas, e rivalisaram com ellas em pericia e coragem, como o proprio general o confessou. N'esta acção, em que se empenharam quasi todas as tropas francezas em Portugal, e commandadas pelo duque de Abrantes em pessoa, apenas tomou parte a metade das forças aliadas, e ainda assim fôram aquellas inteiramente derrotadas, perdendo 13 peças d'artilharia, 23 carros de munições e petrechos de guerra, um official general ferido e prisioneiro (Brenier), e um grande numero de officiaes e soldados, mortos, feridos e prisioneiros. Mas como da batalha da Roliça se não puderam tirar as consequencias, que eram de esperar, pela intempestiva chegada de sir Harry, assim tambem a de Vimeiro não apresentou os resultados que podia dar, devido tambem á intervenção não menos nociva de outro superior imbecil, sir Hew Dalrymple; este, em logar de progredir em seus successos, e obrigar o exercito inimigo a render-se á discripção, começou logo a entabolar essas negociações, que deram em resultado a chamada convenção de Cintra. Este tratado, que o vencedor da Roliça e Vimeiro absolutamente desaprovou, o desgostou a ponto que o levou a dar a sua demissão e voltar para Inglaterra. Ahi, tendo recebido os agradecimentos de ambas as camaras pelo seu comportamento em Portugal, marchou para a Irlanda, onde reassumiu o seu logar de primeiro secretario. (V. *Roliça* e *Vimeiro*). Em consequencia dos acontecimentos que se deram por esta epoca, a Inglaterra desgostou-se um tanto do systema de fazer a guerra no continente; mas tendo-se interrompido novamente as relações entre a Austria e a França, e seguindo-se a guerra entre estas duas potencias, o gabinete inglez inclinava-se um tanto a repetir os seus primeiros ensaios; para o que lord Castlereagh consultou Wellesley que foi absolutamente d'esta opinião, enviando-lhe uma memoria para a defeza de Portugal e systema a seguir n'ella. Approvado o seu projecto, foi-lhe conferida a nomeação de commandante em chefe e n'esta qualidade aportou ao Tejo em 22 d'abril de 1809. Os dois exercitos mais principaes que tinha a combater, chegando á peninsula, eram, ao norte, o que commandava o duque da Dalmacia, e ao sul, o que obedecia ás ordens de Victor; prevendo com o seu habitual talento que estes dois exercitos estavam bastante affastados para poderem prestar-se auxilio reciproco, resolveu atacar primeiro o que estava ao norte e depois voltar rapidamente ao Tejo, para ir com o auxilio do general Cuesta combater o de Victor. Em virtude d'este projecto marchou para o Douro com a maior presteza, e chegou a Villa Nova de Gaia sem a mais pequena opposição do inimigo; mas encontrou ante si um obstaculo quasi invencivel, que era o proprio rio, para cuja passagem não havia meios de qualidade alguma. Das alturas de Villa Nova de Gaia Wellesley descobria já as bagagens de Soult, que desfilavam, pela estrada de Vallongo; era evidente que o inimigo se retirava; podendo ainda lançar se na Beira, destruir o corpo isolado do commando de Beresford, ou seguir directamente para a Galliza, Wellesley d'aquelle mesmo ponto reconheceu quanto importante lhe seria occupar na margem direita do Douro o edificio do Seminario, sufficientemente forte para apoiar uma pequena força, que passasse primeiro, e podendo depois, quando reforçada, marchar directamente sobre a linha de retirada do inimigo com a qual o dito edificio communicava. Segundo varios historiadores inglezes, deve-se a uma circumstancia muito particular o ter podido vencer-se o obstaculo principal, que a isso se oppunha, e que era o rio Douro, como dissémos. Um barbeiro do Porto, tendo illudido a vigilancia das sentinellas francezas, atravessou para a margem esquerda n'um pequeno bote, onde o coronel Waters o encontrou conversando com o prior de Amarante: prestando-se este ultimo a auxiliar a empreza, os 3 passaram novamente á outra margem, d'onde voltaram em menos de meia hora com alguns barcos maiores. O inimigo só teve conhecimento d'estes movimentos depois que um batalhão effeituou o seu desembarque, e tomou posição debaixo das ordens do tenente general Paget; este primeiro corpo, em breve reforçado por uma brigada ingleza e um batalhão portuguez, foi carregado pelo proprio general Soult e quasi todas as suas forças de infantaria, cavallaria e artilharia; mas resistindo esses denodadamente, e tendo apparecido no flanco esquerdo do inimigo a brigada ingleza, que havía passado em Avintes, e no direito as que o haviam feito abaixo de Villa Nova de Gaia, Soult resolveu-se a retirar, deixando em nosso poder algumas peças de artilharia, muitas munições, e varios prisioneiros. Segue se a batalha de Talavera de la Reina, em que as tropas hespanholas do general Cuesta cooperaram com o exercito anglo portuguez, e que, mais do que uma acção geral, foi uma série de combates horriveis. Ao cabo de 2 dias de carnagem os francezes abandonaram o campo, suppondo se que as suas perdas não seriam inferiores a 10:000 homens, e que as dos alliados excederam a 5:000. Mas circumstancias particulares fizeram ainda com que da batalha e victoria de Talavera se não tirássem as consequencias que eram de esperar. Para impedir que progredissem as doenças que começavam a grassar no exercito por causa das proximidades do Guadiana, e tambem para poder conseguir as provisões de bocca que as autoridades hespanholas não cuidavam em fornecer lhe, Wellesley viu-se obrigado a retirar para a fronteira de Portugal, indo acampar em Badajoz. Entretanto, fóra da peninsula, Napoleão triumphava em toda a linha; as suas armas saiam victoriosas de combates successivos, e o seu casamento com uma filha da casa d'Austria, promettendo lhe uma paz duradoura no continente, dar-lhe-ia ensejo de concentrar na peninsula hispanica toda a sua attenção e toda a sua força. Assim, a situação do exercito anglo-portuguez nada tinha de invejavel, porque estava na contingencia de ser aniquilado a breve praso, e os combatentes, que não tinham illusões a tal respeito, possuiam-se do mais profundo desanimo. Mas Wellesley via tudo, ponderava tudo, e em meados de outubro partiu para Lisboa a assegurar-lhe a defeza e a proceder ao levantamento d'essas famosas linhas de Torres Vedras, que com tão alto renome ficaram

na historia da guorra peuinsular. Entretauto, suppunha-se que os inglezes iam fazer-se ao mar, e que Portugal e Hespanba ficariam á mercê de Napoleão. A Soult seguiu-se Massena que em 21 de junho tomou o commando do exercito fraucez, chamado o grande exercito do Portugal, e com elle invadiu o paiz, sendo esta a terceira invasão que se deu. Depois do cêrco d'Almeida, celebre pela explosão do castello, que obrigou a uma capitulação (V. *Almeida)*, Massena avançou por Vizeu, e Wellesley retirou-se pela margem esquerda do Mondego, mas conhecendo-se evidentemeute que o designio d'aquelle cra marchar sobre Lisboa, Wellesley resolveu esperal o, tomando

Duque de Wellington

posição no Bussaco. A 27 dc setembro, Massena atacou o exercito alliado. Deu-se então a grande batalha, tão desastrosa para o exercito invasor, e na qual tanto Wellesley como as tropas do seu commando fôram d'uma coragem admiravel, ficando o solo juncado de mortos o de feridos. (V. *Bussaco, Batalha do)*. Depois o exercito alliado retirou se para dentro das linhas dc Torres Vedras, c então realisou se o que Wellesley havia provisto. Massena, conservando se 6 semanas dentro d'ellas, rocuou ante o inexpugnavel das posições, o perdendo pela fome o pelas doenças uma grande parto do seu exercito, teve dc atravessar novamento a fronteira, abandonando Portugal, onde apenas deixou guarnição em Almoida. Wellesley propoz-se então a fazer os sitios, tanto d'esta ultima praça, como de Badajoz; mas os francezes ligando grande importancia á sua posse, para n'ellas estabelecerem a base para uma nova invasão, Massena acudiu a soccorrel-as, saindo de Salamanca com um grande e luzido exercito. As forças alliadas eram inferiores quasi um terço ás do commando de Massena, mas Wellesley ligava tanta importancia ao bloqueio d'Almeida, que preferiu arriscar o combate com esta desproporção numerica, a ter de o abandonar. Dou se então a batalha, que tomou o nome de *Fuentes de Honor*, da pequena aldeia, em que se apoiava a direita dos alliados. A batalha durou 2 dias, em que o valor dos adversarios foi inexcedivel, batendo se o exercito anglo portuguez com a fina flôr das tropas francezas, sustentando-se combates tremondos á ponta de baioneta, disputando-se o terreno palmo a palmo sob um furacão de fuzilaria, sem que os famosos couraceiros de Montbrun, triumphantes em Wagram, com os soldados de Ney, vencedores dos russos em Friedland, conseguissem esmagar os seus contendores, antes tendo, por fim, de ceder-lhes o campo já quando alagado de sangue e coberto de cadaveres. Vendo que era impossivel obter um triumpho decisivo, Massena contentou-se em permanecer mais um dia em frente das nossas posições; retirando no outro pela estrada de Ciudad Rodrigo. A' batalha de Fuentes de Honor seguiu-se o sitio de Badajoz, interrompido pelo exercito de Soult, o que deu logar á sanguinolenta batalha de Albuera, em que os alliados, não obstante ganharem a victoria, tiveram ainda assim quasi 2 terços do seu exercito postos fóra do combate. O sitio, novamente começado pelos alliados, foi ainda outra vez interrompido, porque o exercito francez avançava em força. Para o esperar, Wellesley tomou posição no Caia; e muito tempo esperou uma batalha geral; mas passando quasi um mez, os francezes retiraram, marchando para o Norte os do commando de Marmont, e para Sevilha os que obedeciam a Soult, e Wellesley deixando Hill no Alemtejo, em observação a Gerard, mudou o seu quartel general para Portalegre, e logo depois para Fuentes Grinaldo. Em janeiro de 1810 tomou Wellesley aos francezes a praça do Ciudad Rodrigo, apóz um cêrco que durou 11 ou 12 dias, e que acabou por um renhido combate, e depois tomou lhes Badajoz, apóz um cêrco de 20 dias de trincheira aberta e um sangrento combate, em que as tropas anglo lusas fizeram prodigios de valor. A 13 de junho, lord Wellington atravessou o Agueda, e a 17 entrou em Salamanca, onde foi esplendidamente recebido. Continuou, porém, as suas operações, porque os francezes tinham retrocedido e estavam á vista, commandados por Marmont, e a sua força era consideravel. Dias depois travou-se a famosa batalha de Salamanca, que se prolongou pela noite adeante, e que serviu para Wellington pôr mais uma vez em relêvo os seus grandes dotes militares, mostrando-se em tudo digno da alta reputação quo o seu nomo tinha creado. Os 2 generaes inimigos rivalisaram em valentia, mas os francezes porderam por fim a acção c a batalha de Salamanca como quo abriu aos alliados as portas de Madrid, posto que, para lá entrarem, tiveram ainda de travar alguns renhidos combates. De Madrid, avançou Wellington para Burgos, a cujo castello pôz cêrco; não

pôdo, porém, continual-o, por lhe faltarem os meios proprios, e sobre tudo a artilharia de sitio, tendo de abandonal o ao cabo de 30 dias em que de parte a parte houve os maiores rasgos de valor e de coragem. O exercito anglo luso emprehendeu então a sua retirada, que effeituou da maneira mais brilhante, retrocedendo para as alturas de S. Christovão, em Salamanca. Ambos os exercitos combatentes precisavam descançar. De parte a parte se haviam soffrido perdas enormes calculando se que só em 12 dias tinham sido postos fóra do combate 20:000 homens, e Wellington aproveitou o ensejo para fazer importantes reformas que o habilitassem a apresentar-se novamente em campo com todas as probabilidades do um bom exito. Organisado mais convenientemente o seu exercito, em abril de 1813 estava já em condições de recomeçar a guerra, e tanto que a 13 d'aquelle mesmo mez iniciou a sua ultima e mais importante campanha da peninsula. A'quella data, os francezes occupavam com forças consideraveis a margem direito do Douro, na qual tinham levantado importantes obras de defeza. Wellington julgou de melhor aviso tornal as do que atacal-as de frente, e por uma habil combinação que fez com as tropas hespanholas da Galliza passou ao norte do rio, tomando assim de revez as posições inimigas e atacando lhes o flanco direito, ataque tanto mais perigoso para os francezes quanto mais espalhados estavam, e por consequencia menos em circumstancias de se concentrarem. Assim, 70:000 inglezes e portuguezes, 8:000 hespanhoes da Extremadura e 12:000 da Galliza, ao todo 90:000 combatentes, marcharam contra as massas inimigas disseminadas, que tiveram de retirar successivamente. Seguiu se uma série de combates mais ou menos importantes, até que o exercito de José Bonaparte, já em plena retirada, tomou posição em frente de Vitoria. O terreno foi escolhido pelo marechal Jourdain, e era na realidade excellente campo de batalha, tendo apenas o defeito de ser grande de mais. Wellington tinha sobre o seu adversario a superioridade numerica, e este a da melhor composição do seu exercito, que era mais forte em cavallaria o artilharia. A batalha de Vitoria (V. *este nome)* foi uma das mais importantes da Guerra Peninsular, porque d'ella resultou a desorganisação total dos exercitos francezes que estavam reunidos, a perda da sua artilharia, bagagens, caixa militar, toda a correspondencia e mais papeis do ex-rei José, e varias bandeiras. Entre os despojos da batalha de Vitoria, o duque de Wellington mandou para Inglaterra o bastão do marechal Jourdain, e em troca d'elle o principe regente lhe mandou o bastão de marechal de Inglaterra, ao qual se seguiu a nomeação de coronel do 1.º regimento das guardas depois da batalha dos Pyreneus. A praça de S. Sebastião da Biscaia foi tomada de assalto a 31 de agosto; o castello capitulou a 10 de setembro, e a 7 de outubro o exercito anglo-luso atravessou o Bidassoa. Em 1814 seguiu-se um armisticio geral, a paz foi definitivamente estabelecida, e lord Wellington, que tinha sido um dos heroes da campanha, partiu para Paris na qualidade de embaixador. A 10 de de junho d'esse anno voltou ao seu quartel general a Bordeus, e ali se despediu do valente exercito peninsular que tinha sido seu companheiro de fadigas, do perigos e de glorias. A sua recepção em Inglaterra foi um verdadeiro triumpho. A 28 de junho, na sua qualidade de duque, tomou assento na camara alta. O grande general entrou então na politica, foi varias vezes ministro, gozando da maior consideração, chanceller da Universidade de Oxford, etc.

Wiederhold *(Augusto Ernesto Luiz, barão de).* General de brigada, do conselho d'el rei, commendador das ordens da Torre e Espada, d'Aviz e do Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, cavalleiro da de S. Thiago, e condecorado com a medalha n.º 5 das campanhas da Liberdade; commendador da ordem de Carlos III, de Hespanha, etc. N. em Lisboa a 7 de julho de 1799, onde tambem fal. a 1 de junho de 1869. Era filho do general Bernardino Guilherme Held, barão do mesmo titulo, (V. o *artigo seguinte)* e de sua mulher D. Henriqueta Sophia. Seguindo a carreira das armas, como seu pae, assentou praça a 13 de maio do 1815 no regimento de infantaria n.º 1. completou o curso da Academia de Marinha, da qual já tinha anteriormente estudado os 2 primeiros annos, e depois, sendo já cadete, passou em 1816 para a Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho, onde frequentou os 2 primeiros annos, sendo entretanto despachado alferes de infantaria e nomeado deputado assistente ao quartel mestre general do exercito em agosto de 1817, e transferido para o seu antigo regimento em 17 de fevereiro de 1820. Promovido a tenente para o mesmo corpo em junho de 1821, interrompeu os estudos, porque pertencendo ao 2.º batalhão, que foi um dos escolhidos para ir auxiliar o general Madeira na Bahia, embarcou para a America a 14 de janeiro do anno immediato. Recolhendo a Lisboa em 16 de julho seguinte, partiu de novo em fevereiro de 1823 para a Bahia, onde serviu de assistente da repartição do quartel-mestre general da divisão, durante o cêrco d'aquella cidade, desde 7 de abril até 2 de julho em que as tropas portuguezas abandonaram o Brazil. Por occasião do movimento da *abrilada* em 1824, o barão de Wiederhold foi mandado pelo infante D. Miguel preso para o castello de S. Jorge e ahi se conservou até que recolhendo se D. João VI a bordo da nau ingleza *Windsor Castle,* mandou pôr em liberdade este e outros officiaes, que na noite de 30 d'abril e no dia immediato d'aquelle anno haviam sido encarcerados. Em 1826 esteve alguns mezes commissionado no collegio militar, e entrando depois em operações com o batalhão de infantaria n.º 4 contra as forças absolutistas, serviu de assistente do chefe do estado maior da divisão do conde de Villa Flôr desde 20 de dezembro d'esse anno até 23 de agosto seguinte, em que a divisão foi dissolvida. Em outubro matriculou-se no curso de physica e chimica, que então funccionava na Casa da Moeda, mas sendo as aulas mandadas fechar em maio de 1828, emigrou em dezembro de 1832 para o Porto, onde serviu primeiro ás ordens do coronel Zagallo, commandante dos corpos inglezes, depois como addido ao chefe do estado maior da 3.ª divisão do exercito libertador, e por ultimo como assistente da repartição do quartel mestre general, portando se sempre com grande bravura e distinguindo-se especialmente na acção de 24 de março. Vindo para o sul do reino, depois de levantado o cerco do Porto, continuou a exercer a mesma commissão, serviu por algum tempo de

quartel-mestre general da ala direita do exercito de operações em frente de Santarem, e mereceu ser elogiado pelo modo distincto porque se houve na acção de 5 de outubro nas linhas de Lisboa, na batalha de Almoster. Tendo sido durante a campanha promovido a capitão, passou depois d'ella finda a servir na secretaria da guerra, foi em maio de 1835 nomeado adjunto da repartição do quartel mestre general, em novembro d'esse anno feito chefe da 1.ª repartição da 2.ª direcção do ministerio da guerra, e encarregado do expediente d'essa direcção, por portaria de 23 d'abril de 1836. Em julho d'esse anno voltou ao commando em chefe do exercito, e sendo esta repartição superior militar extincta em setembro seguinte, regressou á secretaria da guerra, onde exerceu o logar de chefe de differentes repartições, havendo sido tambem empregado na legação portugueza nos Estados Unidos, desde novembro de 1839 até egual mez de 1841. Collocado no corpo do estado maior em dezembro de 1835 e promovido a major em novembro de 1840, quando se formou em 1844 um corpo de operações ás ordens do visconde da Fonte Nova, por causa da revolta de Torres Novas, foi o barão de Wiederhold escolhido para quartel-mestre general d'essa força, e regressando depois ao seu antigo logar na secretaria da guerra ahi se conservou até aos acontecimentos politicos de outubro de 1846. Nomeado então adjunto á repartição do quartel-mestre general do exercito de operações organisado sob o commando do marechal Saldanha, foi promovido a tenente-coronel por distincção na batalha de Torres Vedras, e em junho de 1847 commissionado por aquello nosso general para servir junto de D. Manuel de La Concha, commandante das tropas hespanholas que n'essa epoca entraram em Portugal, acompanhando depois esse capitão general na sua volta a Madrid e regressando, depois de curta demora em Lisboa, á capital do paiz visinho, por fazer parte da commissão mixta que se reuniu ali para liquidar as contas relativas ás divisões auxiliares hespanhola e portugueza. Voltando, depois de terminada essa commissão, a Lisboa, exerceu desde janeiro de 1851 o logar de chefe da repartição militar do ministerio da guerra, do qual foi dispensado pelo seu mau estado de saude, e durante esse periodo foi elevado a coronel em 27 de novembro de 1850 e graduado em brigadeiro por decreto de 29 de outubro de 1852. Posteriormente foi nomeado para varias commissões importantes, taes como a que foi encarregado em 1863 de formular um projecto sobre as reservas do exercito; a que no mesmo anno ficou incumbida de redigir um projecto de lei de promoções e de assentar os principios que regulam o decretamento de serviços relevantes; a que em 1865 foi organisada para classificar as praças de 2.ª ordem e mais pontos fortificados; tendo ainda durante este periodo exercido o logar de chefe do estado maior do commando do corpo do estado maior do exercito, desde novembro de 1859 o commandando o mesmo corpo interinamente, até que pela reforma do visconde da Luz, em 1864, foi nomeado commandante effectivo, e n'essa situação permaneceu até ao seu fallecimento. Ainda nos ultimos annos da sua carreira militar, fez parte da commissão encarregada de propôr as medidas necessarias para o estabelecimento do um campo de instrucção e manobras (1866), da commissão incumbida de propôr um plano de fortificações para a defeza de Lisboa e seu porto, e da que o ministro da guerra Fontes Pereira de Mello nomeou, em 1866, para elaborar as propostas da reforma do exercito, da secretaria da guerra e das leis de promoção e recompensas, finalmente foi em 1868 vogal da commissão portugueza de soccorros a feridos e doentes militares, em tempo de guerra. Depois de prolongados soffrimentos, falleceu, sendo os seus restos mortaes depositados no cemiterio dos inglezes, porque o barão de Wiederhold seguiu como seus paes a religião protestante. Dedicando se tambem á litteratura, foi um dos fundadores da *Revista Militar*, sendo tambem seu redactor, e ainda nos ultimos annos da sua vida, segundo consta, se conservava como collaborador. Escreveu: *Apontamentos sobre os campos de grandes manobras (campos de instrucção) e de exercicios: com indicação das manobras e exercicios executados por varios corpos de tropa do exercito portuguez, e dos acampamentos que por essa occasião se formaram desde 1763 até 1806;* na *Revista Militar*, n.º 15 e 16 de 1861; *O exercito auxiliar portuguez, vulgarmente denominado do Roussillon, que 1793 passou a Hespanha;* na *Revista*, n.º 17, 1862; *Crise do exercito portuguez no anno de 1801, e sua organisação em 19 de maio de 1806;* na *Revista* n.º 13, de 1863. Estando em Madrid, em commissão do serviço publico, escreveu em hespanhol, e publicou sob a denominação de *Um official portuguez: Estatistica militar de Portugal, precedida de uma introducção historica:* publicada nos n.ºs 4, 5, 6, 9 e 10 da *Revista Militar de Madrid*, de 1849, tomo IV da respectiva collecção. Forneceu muitos e valiosos subsidios para o *Diccionario Bibliographico* de Innocencio Francisco da Silva, e deixou ineditos varios trabalhos que se guardam no archivo do corpo do estado maior, e entre os quaes é digno de especial menção o que deveria formar, depois de revisto, uma *Memoria sobre o serviço do Estado maior do exercito portuguez desde 1640, data da organisação regular e permanente do mesmo exercito até o anno de 1860; acompanhado de uma synopse da legislação e mais disposições conhecidas desde aquelle anno de 1640, em relação ao mesmo serviço.*

Wiederhold *(Bernardino Guilherme Held, barão de).* Official allemão, nascido no eleitorado de Hesse em 1753, e fal. em Lisboa no mez de outubro de 1810. Seguindo a carreira das armas, fez as campanhas no norte d'Allemanha e em Flandres, como official do estado maior, contra os exercitos da Republica franceza. Quando em 1797 veiu a Portugal o principe do Waldeck para, na qualidade de marechal dos reaes exercitos, tomar o commando do nosso exercito, sob a direcção superior do marechal general duque de Lafões, entrou o barão de Wiederhold ao serviço do Portugal com o posto de coronel de infantaria e a patente de ajudante general do mesmo principe, a quem logo acompanhou na digressão militar pelas provincias do reino. Fallecendo o principe em setembro de 1798, foi o barão de Wiederhold encarregado de varias commissões militares, e na campanha de 1801 serviu debaixo das ordens immediatas do general Gomes Freire de Andrade, com as tropas que sob o commando d'esse chefe operavam sobre Monte-

Rei. No anno immediato serviu ás ordens do general, conde de Goltz, durante todo o tempo que este commandou o exercito portuguez, e em 1803 e 1804 foi lhe confiada a missão de dirigir a reducção das forças dos corpos, que pertenciam á provincia do Minho e partido do Porto. Em 15 de agosto de 1805 foi promovido ao posto de brigadeiro e seguidamente escolhido para substituir o marquez de Alorna, então nomeado governador das armas da provincia do Alemtejo, no commando da legião das tropas ligeiras, sendo logo depois um dos mais activos collaboradores na organisação do exercito de 19 de maio de 1806 Quando as tropas francezas invadiram o nosso territorio, o barão de Wiederhold deixou o serviço militar e conservou-se em Lisboa, até que intervindo poderosamente nos acontecimentos da restauração do reino, voltou de novo ao serviço activo. Entrando em campanha em 1809 com as tropas do general Miranda Henriques, foi por este, especialmente encarregado de praticar o reconhecimento militar do terreno comprehendido entre o Zezere e o Mondego, trabalho que concluiu rapidamente, apresentando as competentes memorias e plantas. Ainda n'esse mesmo anno foi incumbido pelo ministro da guerra, de alguns trabalhos especiaes, mas sendo acommettido de grave enfermidade nos principios do anno de 1810, recolheu a Lisboa, fallecendo poucos mezes depois.

X

Xabregas. Antigo e pittoresco arrabalde de Lisboa, que teve varios mosteiros, e no qual se vêem hoje fabricas e palacios, o grande Asylo D. Maria Pia, etc. Pertence á freg. de S. Bartholomeu, de Beato Antonio. Desde 1886 pertence ao 1.º bairro de Lisboa. V. *Lisboa.*

Xaro *(Manuel da Gama).* Nasceu em Beja a 22 de dezembro de 1800, e morreu a 10 de março do 1870. Era filho do bacharel José Antonio Xaro e de D. Bernarda Perpetua Rosa da Gama Xaro. Concluidos os primeiros estudos entrou aos 16 annos de edade na ordem dos carmelitas calçados, seguindo depois o curso de philosophia no collegio da mesma ordem em Coimbra. Secularisando se em 1825, recebeu o habito de freire professo na ordem militar de S. Thiago da Espada, e em 1827 foi provido mediante concurso em um dos beneficios da egreja parochial de S. Sebastião de Setubal, da qual era parocho em 1860, exercendo conjuntamente as funcções de vigario geral do arcediagado da mesma cidade. Foi tambem desembargador da Relação Ecclesiastica do patriarchado. Em 1864 era conego da basilica patriarchal de Lisboa· Em 1840 foi eleito deputado pelo circulo de Beja, mas tendo acceitado o cargo com alguma repugnancia, funccionou pouco tempo como tal, retirando se para sua casa, com o proposito de não mais voltar. Foi condecorado com o habito da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, mercê que não acceitou. Era membro do Conservatorio de Lisboa. associado provincial da Academia Real das Sciencias, socio correspondente da Sociedade Agricola de Beja, e da Academia Archeologica de Madrid, etc. Respeitado por sua litteratura e erudição, e versado principalmente na archeologia e numismatica, o seu pendor para taes estudos o levou a conceber a ideia da fundação em Setubal d'uma associação do antiquarios sob o titulo de *Sociedade Archeologica Lusitana.* Chegaram a publicar se, em 1851, tres numeros dos *Annaes* d'esta sociedade, de quo Manuel Xaro foi o principal redactor, assim como escreveu o relatorio que procede os respectivos *Estatutos.* Escreveu tambem: *Reparos criticos sobre alguns passos da Chronica d'el rei D. Pedro I de Portugal, por Fernão Lopes;* saíram no *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras,* n.º 4, julho de 1836, pag. 113 e seguintes. Foi tambem, em 1834, um dos collaboradores do jornal politico e litterario *O Universal,* e escreveu varios artigos no *Archivo Pittoresco,* vol. III (1860 a 1861) rubricados com as suas iniciaes ou appellido, e em alguns outros jornaes.

Xarrama. Ribeira do distr. de Evora. Nasce ao N d'aquella cidade, na parte S do monte Oliveirinha, passa a E e vae lançar se no Sado, proximo e ao S da quinta de D. Rodrigo, com cêrca de 60 k. de curso.

Xartinho. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Alcanede, conc e distr. de Santarem.

Xasqueira. Pov. na freg. de S. Miguel, de Alvarães, conc e distr. de Vianna do Castello.

Xavier *(Candido José).* V. *Xavier Dias da Silva (Candido José).*

Xavier *(Fr Francisco).* Religioso da ordem dos carmelitas calçados. N. em Lisboa e professou na sua ordem em 1718. Foi prégador de certa importancia, e alguns dos seus sermões correm impressos. Em 1742 publicou uma obra sobre a côr do habito da sua ordem, com o titulo de *Demonstração theologica e canonica.*

Xavier *(P. Francisco).* Da Congregação do Oratorio de S. Filippo Nery. N. em Lisboa a 2 de dezembro de 1685, e fal. na segunda metade do seculo XVIII. Entrou na sua congregação em Extremoz no anno de 1701. O seu estado de saude não lhe permittiu continuar a vida quasi monastica d'aquelles padres, e foi tratar-se para Peniche, onde melhorou. Passou então a presbytero secular, e foi muitos annos o confessor das freiras de Marvilla. Era um grande latinista, mas escriptor mediocre. Deixou as seguintes obras: *Escravidão e filial entrega a Maria Santissima Nossa Senhora, exercicio utilissimo no qual se deve empregar todo o catholico, proposto á praxe dos devotos,* impresso em 1715; *Rudimenta litteraria studiosae juventuti, opus excultum, in duas partes divisum,* Lisboa 1732, outra edição em 1759: *Clamores do céu aos corações da terra,* 2 tomos, Lisboa, 1752.

Xavier *(P. Francisco)* Da Congregação do Oratorio do S. Filippe Nery. N. em Lisboa e fal. em Extremoz a 6 de Novembro de 1732. Professou em 1688. Foi qualificador do Santo Officio e duas vezes preposito na casa de Lisboa e uma na de Extremoz. Era prégador muito apreciado. Escreveu: *Parecer sobre a controversia dos reveren-*

dos padres da Congregação do Oratorio com os reverendos parochos e clero secular do patriarchado de Lisboa, sob a precedencia na procissão do Corpo de Deus, escripta em Lisboa a 6 de junho de 1719; imprimiu se em 1722, sem o logar nem nome do impressor; *Sermões varios*, 2 tomos, Lisboa, 1735 e 1736

Xavier *(Joaquim)*. V. *Pinto da Silva (Joaquim Xavier)*.

Xavier *(P. Manuel)*. Jesuita e missionario na India. N. em Villa Nova de Constancia em 1602. Ignora se a data da sua morte. Partiu para a India em 1617, professando em Gôa no collegio da sua ordem. Foi reitor do collegio de Baçaim e Rachol. Escreveu as *Victorias do governador da India Nuno Alvares Botelho*, que se imprimiram em Lisboa, 1633, e deixou manuscriptas uma *Relação da conversão de alguns brahmanes*, a *Relação da morte do Padre Antonio de Vasconcellos*, e o *Compendio universal de todos os vice reis, governadores, capitães geraes, capitães móres, capitães de naus, urcas, caravellas, que partiram de Lisboa para a India Oriental*, etc.

Xavier *(D. Matheus Oliveira)*. Bispo de Cochim e patriarcha das Indias Orientaes. N. na povoação do Valle da Urra Fundeiro, freguezia de Villa de Rei, districto de Castello Branco, a 14 de outubro de 1858. São seus paes Joaquim de Oliveira Braz, proprietario, e D. Maria Joaquina de Oliveira. Desde tenros annos foi levado, como seus irmãos, para a Fundada, freguezia limitrophe, onde haviam fixado residencia seus avós paternos. Ali, ao cuidado dos seus tios padres João e Sebastião de Oliveira Xavior e Aniceto d'Oliveira, recebeu os primeiros rudimentos de instrucção primaria. Em 1871 foi mandado para a proxima villa da Certã a estudar latim com o professor official d'esta lingua, o padre Joaquim Pedro Pereira, muito se distinguiu pelo seu talento e applicação, vindo fazer exame de latinidade ao lyceu de Santarem. Em outubro de 1874 entrou no seminario patriarchal de Santarem a estudar sciencias ecclesiasticas, e concluidos ali os seus estudos theologicos, foi em outubro de 1879 para Castello Branco, séde então da sua diocese, a preparar se para receber ordens o acompanhar e dirigir seus irmãos no estudo dos preparatorios no lyceu d'aquella cidade. Ordenado de presbytero em 1881, e tendo seus irmãos concluido os preparatorios liceaes, seguiu com elles para Coimbra; em outubro de 1883 matriculou-se em theologia na Universidade, cursando com distincção, e concluindo a sua formatura em 1888. Em Coimbra foi capellão no convento de Santa Clara e na Universidade; foi presidente da conferencia de S Vicente de Paulo, associação philantropica constituida por estudantes. Em outubro do mesmo anno de 1888 teve a nomeação de professor de sciencias ecclesiasticas e preparatorias, e director espiritual no collegio das Missões Ultramarinas em Sernache do Bomjardim, cargos que desempenhou até 1893 N'este anno, o patriarcha das Indias D. Antonio Sebastião Valente, vinha de licença ao reino para retemperar a sua saude abalada, e conhecedor das raras qualidades do dr. Matheus Xavier, convidou-o para seu secretario particular, cargo que acceitou seguindo para a India com aquelle prelado em 11 de janeiro de 1894, e a 5 de março davam ambos ontrada em Gôa. D. Matheus Xavier fôra nomeado missionario do padroado da India por portaria de 7 de novembro de 1893. De caminho para a India foi Cochim a primeira terra em que desembarcaram, a 18 de fevereiro, e fôram visitar aquella diocese suffraganea, ao tempo governada por D. João Gomes Ferreira, que mais tarde D. Matheus foi substituir como bispo de Cochim. Em Gôa e cumulativamente com o logar de secretario do referido patriarcha, foi nomeado desembargador da Relação Metropolitana, juiz da Secção Pontificia de Recurso, e finalmente reitor do Seminario de Rachol, cargo de que tomou posse em junho de 1894. Desenvolveu então uma prodigiosa actividade, reformando completamente o seminario com novos estudos preparatorios e theologicos, uma orientação moderna em programmas escolhidos, e com autorisação do governo e breve pontificio, creou ali a faculdade de theologia, tornando assim o Seminario do Rachol o primeiro e o melhor de toda a India. Pelo fallecimento do bispo de Cochim D. João Gomes Ferreira, que fôra um grande missionario, foi D Matheus Xavier nomeado para esse elevadissimo cargo. O patriarcha das Indias D. Antonio Sebastião Valente e o ministro da marinha, então Barros Gomes, promoveram a nomeação, tendo o interessado conhecimento d'ella quando já estava nomeado. E com tanta pressa se procedeu, que fallecendo em Gôa o bispo D. João Gomes Ferreira em 4 de maio de 1897, em 23 de junho seguinte era assignada a carta regia da apresentação do bispo D. Matheus Oliveira Xavier. A nomeação foi confirmada em 11 de outubro pelo pontifice Leão XIII, e como as respectivas bullas só tarde chegassem á India, a sagração episcopal só se realisou a 30 de janeiro de 1898 na Sé primacial e patriarchal de Gôa, seguindo logo para a sua diocese onde chegou a 5 de março seguinte, fazendo a sua entrada solemne e tomando posse da sua diocese. O primeiro cuidado do novo bispo foi levantar dos escombros a nova cathedral, quo D. João Gomes começara a edificar, e que veiu a terra, quando estava coberta já a nave central, n'uma noite de tempestade, 14 de abril do anno antecedente. O reverendo prelado, segundo se diz, sentidno se já muito doente, não pôde ser superior áquelle desastre, e partiu logo para Gôa, fallecendo 20 dias depois. D. Matheus Xavier encontrou se assim sem ter Sé; e para cumulo os christãos de varias egrejas revoltadas por questões de castas, e aquellas fechadas. Os seus primeiros cuidados, portanto, fôram apaziguar os christãos, abrir as egrejas, e tratar de levantar a cathedral. Dinheiro não o tinha. O seu antecessor havia gasto na construcção do edificio e no Seminario umas 38:000 rupias, que o governo da metropole lhe dera para aquelle fim Não obstante, pôz mãos á obra confiado na providencia. Nada pediu ao governo, e finalmente a nova cathedral e om novos moldes surgiu das ruinas. O edificio é majestoso, em estylo não definido, uns laivos de manuelino com imitações de construcções indianas, mas perfeitamente em harmonia com o gosto moderno indiano. Tem 3 naves, firmadas em columnas quadradas de granito com arcos e sobre arcos; a do centro é mais alta, o as lateraes mais baixas o mais estreitas. Largura das 3 naves, uns 50 pés. Comprimento desde o altar-mór á porta principal 150 pés. As torres

medem 200 pés de altura. Das naves lateraes sobresaem duas capellas accessorias. As sacristias ficam por detraz do altar-mór. Todas as ornamentações interiores são em alvenaria e ferro, á excepção do camarim do altar-mór, da cadeira episcopal e do pulpito que são de téca em magnifica obra de talha. As pedras superiores dos altares são de uma só taboa de marmore de Italia, bem como de marmore é o pavimento das capellas lateraes. O resto do pavimento é de ladrilho mosaico. O pavimento do santuario eleva se um metro acima do resto, e é isolado com gradarias de ferro. A obra de reconstrucção da cathedral principiou em fins de 1898, sendo aberta ao culto divino com o *Te Deum* pela coroação do pontifice Pio X, em 9 de agosto de 1903, e solemnemente sagrada em 19 de novembro de 1905, com a assistencia do patriarcha D. Antonio Sebastião Valente, bispos seus suffraganeos e outros bispos visinhos, n'um total de 11 prelados Toda a obra foi feita por artistas indianos, sob a direcção e vigilancia constante do prelado, e de seu irmão e secretario padre Sebastião de Oliveira Xavier, que fôram realmente os architectos, e executores de todas as obras, delineando planos, tomando medidas, realisando contratos de material, etc. D. Matheus Xavier cuidou com ardor da instrucção. O nivel e categoria das escolas foi levantado. As escolas menores fôram elevadas a *High Schools* (lyceus) com 15 e 20 professores e um curso completo de preparatorios, onde são feitos todos os exames até ao de saída, chamado *matricula*, porque habilita para o ingresso das Universidades indianas. Estas escolas teem o caracter de officiaes, estão aggregadas á Universidade de Madrasta e recebem um subsidio do governo inglez, quando nas devidas condições. Fallecendo em Gôa a 26 de janeiro de 1908 o patriarcha das Indias Orientaes D. Antonio Sebastião Valente, foi nomeado para este elevadissimo cargo D. Matheus Oliveira Xavier, por decreto de 31 de dezembro do mesmo anno.

Xavier *(Pedro Joaquim)*. Major de engenheiros que viveu no seculo XVIII Foi lente da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho. Escreveu: *Architectura militar de Antoni, traduzida do italiano para se explicar na Academia Real de Fortificação*, etc., Lisboa, 1790, 6 tomos com estampas. Esta obra serviu de texto nas lições da referida Academia por mais de 40 annos, e teve ao todo 3 edições, sendo a ultima feita em 1818-1819

Xavier Botelho *(Sebastião)*. Grande do reino, bacharel formado em leis pela Universidade de Coimbra, par do reino, commendador da ordem de Christo, freire da ordem de S. Thiago da Espada, etc. N. em Lisboa a 8 de maio de 1768, onde tambem fal. a 21 de maio de 1840. Era filho natural de Thomaz José Xavier Botelho, filho legitimo do 4.º conde de S. Miguel, Alvaro José Xavier Botelho de Portugal Coronel Sousa e Menezes de Noronha Correia de Lacerda. Desempenhou successivamente os seguintes cargos: provedor dos residuos e captivos, juiz dos direitos reaes da Casa de Bragança, desembargador da Relação do Porto, inspector geral dos transportes de mar e terra para o exercito, juiz privativo do commissariado britannico durante a Guerra Peninsular, inspector dos theatros, desembargador da Casa da Supplicação do Rio de Janeiro, deputado fiscal da Junta dos Arsenaes, Fabricas e Fundições do Brazil, director do Lyceu Nacional em 1822, capitão general da ilha da Madeira, na epoca agitada de 1820; nomeado no mesmo cargo para Moçambique a 23 de junho de 1824, tomando posse a 20 de janeiro de 1825, onde se conservou sem incidente notavel até agosto de 1829, em que entregou o governo a Paulo José Miguel de Brito, que fôra nomeado pelo infante D. Miguel. Foi nomeado para o mesmo cargo para as ilhas dos Açôres e reino d'Angola mas não chegou a tomar posse. Foi encarregado de negocios em Paris e membro da regencia do Brazil. Retirando se para a Europa, conservou se alheio ás agitações politicas do paiz durante o governo absoluto, entregando-se então á sua *Memoria estatistica* e a outros trabalhos litterarios. Em 1833 escreveu, porém, o seu primeiro opusculo politico, a sua *Carta ao duque de Bragança*, que foi impressa em Londres sem nome do autor e sem data, porque as suas idéias, que podiam não agradar muito aos liberaes, ainda agradavam menos aos absolutistas. Elle procurava uma transacção entre o presente e o passado, e sem repellir as idéias novas, preferia que ellas se baseassem nos moldes antigos. Apezar d'essas tendencias um pouco reaccionarias do seu espirito, Sebastião Xavier Botelho teve bom acolhimento nos liberaes, e por carta regia de 1 de outubro de 1835 foi nomeado par do reino, de que prestou juramento e tomou assento na respectiva camara a 4 de janeiro de 1836. Quando se estabeleceu o Conservatorio Real de Lisboa, tambem foi um dos seus membros. Alexandre Herculano escreveu o *Elogio historico* de Sebastião Xavier Botelho, e elle proprio o recitou no referido Conservatorio; n'esse elogio, o grande historiador refere que Xavier Botelho, poeta brilhante da escola elmanista, conhecido no mundo litterario d'esse tempo pelo nome pastoril de *Salicio*, foi autor dramatico fecundo, sem que as suas peças comtudo vissem nunca a luz da imprensa. Representaram-se, porém, algumas das suas peças originaes: *Ignez de Castro* e *Zulmira*, e bastantes das suas traducções. Traduziu em verso portuguez varias operas de Metastasio, 4 tragedias de Racine: *Phedra*, *Mithridates*, *Berenice* e *Bagazet;* 6 de Voltaire: *Edipo*, *Marianna*, *Zaira*, *Bruto*, *Mahomet* e *Semirames*, e outras muitas de autores menos conhecidos. Sebastião Xavier Botelho foi um dos mais notaveis escriptores sobre as colonias portuguezas; as suas *Memorias* acêrca de Moçambique, Sofala e Rios de Sena, são muito apreciadas. Casou a 2 de outubro de 1806 com D. Thereza Maria Antonia Alvares Fernandes, filha de Antonio Fernandes de Carvalho e de D. Josepha Maria Alvares. Bibliographia: *Historia verdadeira dos acontecimentos da ilha da Madeira depois do memoravel dia 28 de janeiro, escripta por ordem chronologica, para destruir um libello famoso, impresso em Londres por um cidadão funchalense*, Lisboa, 1821; *Reflexões politicas em junho de 1834*, Lisboa, 1834; saiu 2.º folheto com o titulo de *Reflexões politicas em julho de 1834; Elogio ao duque da Terceira*, Lisboa, 1835; *Resumo para servir de introducção á Memoria estatistica sobre os dominios portuguezes na Africa Oriental*, Lisboa, 1834; *Memoria estatistica sobre os dominios portuguezes na Africa Oriental*, Lisboa, 1835; com 6 cartas e plantas lithographadas; o frontis-

picio é tambem lithographado, bem como a folha immediata, que contém a dedicatoria do autor ao duque da Terceira; *Segunda parte da Memoria estatistica*, etc., *contendo a resposta á critica feita a esta Memoria, e inserta* na «*Revista de Edimburgo*» *n.º 130 de janeiro de 1837*, Lisboa, 1837; *Escravatura. Beneficios que pódem provir ás nossas possessões da Africa da prohibição d'aquelle trafico, Projecto de uma companhia commercial, que promova e fomente a cultura e civilisação d'aquelles dominios. Obra posthuma de Sebastião Xavier Botelho, offerecida ao corpo do commercio portuguez*, Lisboa, 1840.

Xavier Cordeiro *(Candido Celestino)*. Inspector das obras publicas e engenheiro consultor da Companhia dos Caminhos de Ferro. N. em Torres Novas em 1844, fal. em Lisboa a 20 de janeiro de 1904. Era filho de Candido Joaquim Xavier Cordeiro, director do dispensario pharmaceutico da Universidade de Coimbra. Toda a sua vida dedicado ás sciencias, principalmente ás mathematicas, formou-se na Universidade n'esta faculdade e na de philosophia, no que se distinguiu de tal fórma que apezar do illustre estudante contar apenas 22 annos de idade, foi convidado a concorrer a uma cadeira de lente. Dedicando-se á engenharia, foi completar o seu curso na Escola de pontes e calçadas de Paris, onde tambem foi estudante laureado. Apezar, porém, de tão subidas recompensas alcançadas no estrangeiro, Xavier Cordeiro era d'uma extrema modestia, comprazendo-se unicamente em ser um trabalhador incansavel. Datava de 1864 a sua carreira publica, e desde então não deixou a sua opinião de ser seguida e respeitada por collegas e estranhos. Seu nome figura em primeiro logar na historia dos caminhos de ferro de Portugal, pela grande parte que tomou na sua construcção. Successivamente collaborou nos caminhos de ferro do Minho e Douro, no de Mormugão na India, na rede a cargo da Companhia dos Caminhos de Ferro, na ponte de dois taboleiros sobre o Lima, no viaducto de Durraens, no tunel de Tamel, na ponte Maria Pia, na ponte de D. Luiz, na ponte de Lares sobre o Mondego, no tunel e estação do Rocio, finalmente em todas as obras de maior importancia e belleza, n'este genero, elle interveiu ou como autor, ou como executor, ou fazendo experiencias. O seu conselho era sempre ouvido na solução dos mais difficeis problemas da engenharia em que era profundo. Nos ultimos annos entregou se aos seus estudos do projecto do caminho de ferro de Valle do Vouga, projecto que defendeu com ardor, mas que não chegou a vêr realisado. Tanto na Exposição Universal de Paris de 1900, como nos congressos internacionaes, fôram justamente considerados os seus trabalhos, sendo altamente apreciada a sua collaboração durante 30 annos no jornal da Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes, obtendo uma medalha de ouro e diploma de honra. A Academia Real de Sciencias de Lisboa contava o no seu gremio, e pela commissão que desempenhou no caminho de ferro, que elle estudou e dirigiu a sua construcção em 1883, foi agraciado com a commenda da ordem de Christo. Candido Xavier Cordeiro era tambem membro do conselho superior de obras publicas e minas, inspector dos edificios publicos, vogal do conselho dos monumentos nacionaes, e membro de muitas commissões de serviço da sua especialidade, em que era sempre indispensavel o seu concurso. Deixou muitos trabalhos sobre assumptos de engenharia, não só nacionaes como estrangeiros.

Xavier Cordeiro *(Candido Joaquim)*. Pharmaceutico, approvado pela Escola Medico-Cirurgico do hospital de S. José de Lisboa, em 1829. N. em Torres Novas a 19 de maio de 1807; ignora-se a data do seu fallecimento. Era filho de Joaquim Nicolau Rodrigues Cordeiro e de D. Maria José Xavier Cordeiro, e irmão do illustre poeta e escriptor Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro. Depois de exercer successivamente a sua profissão em Torres Novas e Leiria, foi nomeado administrador do dispensatorio da Universidade de Coimbra. Era socio honorario da Sociedade Pharmaceutica Lusitana. Escreveu: *Elementos de pharmacia theorica e pratica, contendo muitos artigos proveitosos para o exercicio da pharmacia;* dividido em duas partes, Coimbra, 1860 e 1861. D'esta obra falaram com louvor os jornaes da especialidade, como se póde vêr no *Leiriense* de 18 e 25 de agosto de 1860. Veja-se tambem a *Politica Liberal*, de 29 de julho do mesmo anno.

Xavier Dias da Silva *(Candido José)*. General e estadista que se tornou celebre, principalmente no tempo da lucta constitucional. N. em 11 de março de 1769, onde tambem fal. a 26 de julho de 1833. Seu pae, ou que era havido como tal, como diz Innocencio Francisco da Silva, no vol. II do *Diccionario Bibliographico*, chamava se Alberto Dias, exerceu por muitos annos a profissão de alveitar, tendo o seu estabelecimento no pateo do Duque, junto ao Rocio. Não se conhecem as particularidades da vida de Candido José Xavier nos seus primeiros annos, e apenas consta ter sido professor de rhetorica em Santarem, mas tendo adquirido bastante instrucção e grangeado a estima de varios fidalgos, foi empregado na secretaria de um dos nossos generaes e passando depois ás fileiras, era sargento mór do Estado-maior, quando em principios de 1808 Junot dissolveu o exercito portuguez e formou com parte d'elle a legião que dirigiu para França. Candido José Xavier entrou n'essa legião de tropas ligeiras, como chefe de batalhão no 1.º regimento de infantaria e assim se conservou, até que sendo ferido em Wagram, em Moscowa e ficando a noite no campo entre mortos até ser transportado no dia immediato para o hospital de Vienne, foi em seguida feito major do 4.º regimento. Em principios de agosto recebeu ordem, assim como outros officiaes portuguezes, para se apresentarem no quartel general de Massena e acompanhou depois as tropas francezas, que entraram no nosso paiz ás ordens d'aquelle general, pelo que foi condemnado á morte pela regencia do reino em 1810. Vendo assim fechadas as portas da patria, conservou-se em França até 1820. Estando em Paris em 1818 foi um dos fundadores e mais assiduos collaboradores dos *Annaes das sciencias, letras e artes*, que ali se publicaram. Inseriu alguns trabalhos importantes, assignados com as iniciaes do seu nome C. X. que muito contribuiram para dar ao seu autor reputação de homem de letras e de partidario decidido das idêas e principios liberaes. A revolução de 1820 annulando as sentenças que tinham sido dadas contra elle e contra os

outros portuguezes que estavam em identicas circumstancias, permittiu-lhe regressar a Portugal, e vindo em companhia de Pamplona, mais tarde conde de Subserra, logo que este entrou no ministerio, como ministro da guerra, Candido José Xavier foi reintegrado no posto de sargento-mór, que tinha quando saiu de Portugal, e nomeado chefe da 1.ª direcção do ministerio da guerra. Em 15 de outubro de 1821 foi, pela exoneração de Pamplona, encarregado interinamente do expediente e despacho dos negocios pertencentes áquelle ministerio, passou em 31 de dezembro seguinte a ministro effectivo d'aquella repartição, e deixando de exercer o cargo em 12 de novembro de 1822, tendo egualmente servido de ministro da marinha de 18 de junho a 29 de agosto, e de ministro dos estrangeiros de 10 de maio a 12 de junho do mesmo anno de 1822. Em dezembro seguinte foi nomeado sub director do Collegio Militar, e levantando-se nas côrtes de 1823 vozes desfavoraveis a esse estabelecimento foi incumbido de o reformar, e passando a ser d'elle director por morte do marechal Teixeira Rebello, n'essa situação permaneceu até que continuando a doença de Saldanha e enfermando tambem o marquez de Valença que o estava substituindo como ministro da guerra, foi Candido José Xavier chamado a tomar conta interinamente d'essa pasta em 2 de janeiro de 1827. Deixando o poder no principio de maio, por estar restabelecido o general Saldanha, voltou depois em setembro a reassumir a pasta da guerra, que conservou até á chegada do infante D. Miguel, e organisou o ministerio de 26 de fevereiro de 1828. Retirando-se logo depois para Inglaterra, ahi viveu obscuramente, até que rebentando em maio a revolução no Porto, e organisando-se a expedição do *Belfast*, foi Candido José Xavier um dos portuguezes que acompanharam o duque de Palmella ao Porto, sendo por isso segunda vez condemnado á morte. Retirando-se novamente para Inglaterra em consequencia do triste resultado d'aquella revolução, foi nomeado chefe do deposito de emigrados em Plymouth e, com razão ou sem ella, o accusaram de ter sido odiosamente injusto no modo porque repartia os subsidios, concedendo aos seus amigos e protegidos grossas quantias, ao passo que aos outros dava uma insignificancia. Esta desigualdade deu origem a muitas satyras em verso e em prosa, entre as quaes se notam principalmente as conhecidas *Noites do Barracão*, e a tal ponto chegou a guerra que foi preciso remover Candido Xavier d'esse cargo, substituindo-o pelo general Thomaz Guilherme Stubbs. Passando depois a Paris, relacionou-se ali intimamente com D. Pedro IV, que lhe tomou grande affeição e o escolheu para seu secretario particular. Acompanhando sempre desde então o duque de Bragança, teve grande influencia no animo do principe, e sendo nomeado ministro do reino em 12 de janeiro de 1833, foi encarregado interinamente tambem da pasta dos estrangeiros em 26 de julho, e exerceu essas funcções até fallecer. Candido José Xavier foi tambem do conselho d'el-rei D. João VI e socio da Academia Real das Sciencias. Innocencio Francisco da Silva, no *Diccionario*, já citado, diz o seguinte a seu respeito: «Os actos do seu ministerio e vida publica fôram muito diversamente avaliados pelas differentes parcialidades politicas, entre as quaes contava egualmente bom numero de amigos dedicados e de adversarios implacaveis. O que ninguem poderia negar-lhe era instrucção não vulgar e muita actividade nas cousas a seu cargo.» Bibliographia *Do ensino mutuo, chamado de Lancaster;* Nos *Annaes*, já citados, tomo II, parte I, pag. 1 a 40; *Sobre as «Cartas portuguezas de D. Jeronymo Osorio» publicadas em Paris por Verissimo Alvares da Silva;* no tomo IV, parte I, pag. 139 a 160; *Sobre a traducção em portuguez dos livros de «Re rustica» de Colmella, por Fernão de Oliveira;* no tomo IV, parte II, pag. 3 a 13; *A'cerca do «Ensaio historico sobre a origem e progressos das Mathematicas em Portugal por F. de B. Garção Stockler»*, no tomo V, parte I, pag. 138 a 156; *Dos progressos do ensino mutuo em 1818 nos paizes das differentes partes do mundo, e das novas escolas do ensino mutuo em Portugal;* no tomo VI, parte I, pag. 53 a 79; e no tomo X, parte I, pag. 89 a 105; *A'cerca do «Leal Conselheiro» de El Rei D Duarte, e do «Livro da Ensenança de bem cavalgar»;* no tomo VIII, parte I, pag. 3 a 35, e tomo IX, pag. 92 a 127; *Sobre as «Georgicas Portuguezas» de Luiz da Silva Mousinho e Albuquerque;* no tomo IX parte I, pag. 3 a 25; *Reflexões ácerca da obra que tem por titulo «Coup d'oeil sur Lisbonne et Madrid», escripta por Mr. d'Montefort, e publicada em Paris no mez de maio do corrente anno;* no tomo X, parte I, pag. 3 a 32; *Considerações sobre a Statistica;* no tomo X, parte I, pag. 134 a 172. Candido José Xavier deu-se tambem na sua mocidade ao cultivo da poesia. No opusculo *Sessão academica no faustissimo nascimento da Serenissima sr.ª Infanta D. Maria Isabel, etc., celebrada no Real Collegio da villa de Santarem*, publicado em Lisboa, 1799, sairam alguns versos seus. Era então professor de humanidades no referido collegio.

Xavier Esteves *(Francisco).* Engenheiro e lente do Instituto Industrial e Commercial do Porto, etc. N. em Ilhavo a 8 de outubro de 1864, sendo filho de Alberto de Faria Esteves e de D. Elisa Correia. Fez o seu curso de engenharia na Academia Polytechnica do Porto, o qual concluiu em 1886. Quando em 1880 se celebrou em todo o paiz o tri centenario do grande poeta Camões, Xavier Esteves, sendo ainda estudante, publicou o *Album litterario*, com a collaboração dos mais notaveis escriptores de então, nacionaes e estrangeiros. Este *Album* encerra escriptos em francez, inglez, allemão, sueco, italiano, castelhano e catalão, todos traduzidos por Xavier Esteves. Logo depois de completar o seu curso de engenheiro foi nomeado lente do Instituto Industrial do Porto. Foi vereador da camara municipal do Porto desde 1907 até 1910, e n'este ultimo anno era presidente da Commissão Administrativa da mesma camara. Seguindo o partido republicano, foi eleito deputado pelo Porto em 1899, sendo reeleito em 18 de fevereiro de 1900. Implantada a Republica em outubro de 1910, foi outra vez eleito deputado pela mesma cidade, nas côrtes constituintes, mas resignou o logar poucos mezes depois. E' um trabalhador muito activo. Além de uma casa commercial importante, occupa-se muito em trabalhos de engenharia. Do edificio onde está installada a livraria Chardron, edificio em estylo gothico, foi elle o architecto. E para muitas obras importantes do Porto tem sido chama

do, para collaborar como profissional. No Congresso Nacional reunido em Lisboa em 1910, realisou Xavier Esteves uma conferencia sobre as nossas industrias, vindo aqui como delegado da Associação Industrial do Porto, sendo muito applaudido. Sendo ainda não ha muito annos os carrinhos de algodão importados do estrangeiro, e reconhecendo se a necessidade de se fabricar esse artigo em Portugal, tratou se da fundação d'uma empresa, que soubesse explorar devidamente esta industria e creou se a Empresa Fabril do Norte. Montou se uma fabrica no pittoresco local da Senhora da Hora, a pequena distancia do Porto. A sua construcção, installação de machinismo e tudo quanto se liga com o seu funccionamento, fôram executados sob a direcção de Xavier Esteves, sempre prompto a impulsionar emprezas uteis. Como presidente da camara municipal delineou um plano de obras importantes para o Porto, que tinham em vista o saneamento d'esta laboriosa cidade e o seu embellezamento.

Xavier Gayoso *(Ignacio)*. Official da marinha mercante que viveu na primeira metade do seculo passado, e que publicou os 2 seguintes livros: *Elaboração antilogica ou grammatica das grammaticas portugueza e grammatica universal. Divertimento suscitado sobre o desaggravo da grammatica*, Lisboa, 1823; *Divertimento em fórma de analyse, sobre a analyse dos cathecismos dos pedreiros-livres, a qual foi dada pelos sr.^s Tiburcio & Firmino; e impressa na officina de S. Neves & Filhos, no anno de 1822*, Lisboa, 1823.

Xavier Leitão *(Francisco)*. Medico muito considerado. N. em Lisboa em 1667, onde tambem fal. a 13 de dezembro de 1739. Estudou com os jesuitas no collegio de Santo Antão, que, reconhecendo-lhe merecimento, o attrahiram ao seu gremio, e foi acabar os estudos no collegio de Evora. Em 1689 deixou a ordem, e passou a estudar medicina na Universidade de Coimbra, d'onde, passando a Lisboa, foi nomeado director do hospital da Luz. Continuou a ter grande reputação como facultativo, e foi afinal nomeado medico da real camara, sendo encarregado de acompanhar a Vienna d'Austria a embaixada do marquez de Alegrete, que ia buscar a nova rainha de Portugal, a archiduqueza Marianna. Apezar de ser casado e ter 5 filhos, resolveu abraçar de novo o estado ecclesiastico, tomando ordens de presbytero e acompanhando a Roma o cardeal da Cunha, que ia ao conclave. Foi depois eleito membro da Academia Real de Historia Portugueza, e nomeado cirurgião-mór em 173?, pouco antes da sua morte. Foi bom poeta latino, e deixou as seguintes obras: *Oração de recepção na Academia*, 1736; uma poesia latina ao casamento de D. Francisco Xavier de Menezes, 1738; *Sermão de Nossa Senhora da Conceição*, 1739, e alguns epigrammas latinos Ficaram manuscriptas uma descripção do collegio dos jesuitas em Evora; um poema latino á entrada, em Coimbra, da rainha de Inglaterra D. Catharina; um episodio á morte do padre Domingos Lousada; as biographias de dois arcebispos de Lisboa; um discurso sobre os jardins de Semiramis; outro sobre a existencia do pelicano; varios sermões, observações e consultas medicas; um epitome da sua vida em estylo joco-serio e varios epigrammas, etc.; versos romanescos, serios e jocosos, um tratado latino sobre as doenças e os principios de medicina.

Xavier de Magalhães *(Jacintho Augusto)*. Coronel de infantaria. N. em 1833, fal. em 13 de julho de 1902. Assentou praça em abril do 1850, e seguindo os respectivos postos, era coronel quando falleceu. Foi traductor de muitos romances francezes; segundo consta, deixou traduzidas mais de 67 obras, dos bem conhecidos escriptores Paulo de Kock, Henrique de Kocke, Xavier de Montépin, Arsène Houssaye, Ernesto Feydeau, Pedro Zaccone e Emilio Zola. Muitas d'estas traducções tiveram reimpressão.

Xavier Mascarenhas *(D. Francisco)*. Filho do 2.º marquez de Fronteira. N. em Santarem a 17 de agosto de 1689, fal. em Panelem, perto de Gôa, em 11 de setembro de 1741. Foi porcionista no collegio de S. Paulo e thesoureiro mór da Sé da Guarda, mas deixando a vida ecclesiastica, seguiu a militar, e foi coronel de um regimento de infantaria de marinha, e general de batalha. Com este posto embarcou para a India em 1740 e assistiu á restauração da provincia de Bardez. Deixou publicado: *As vozes mais proprias de que se deve usar para o manejo das armas*; 1735, sem logar da impressão; *Operações que o coronel D. Francisco Xavier Mascarenhas ha de fazer no Terreiro do Paço com o seu regimento*, Lisboa, 1736; *Tratado do exercito da manobra, com um methodo mui facil para se aprender a marcação*, Lisboa, 1737; fez-se outra edição em 1747; *Relação do exercicio que o coronel D. Francisco Xavier Mascarenhas ha de fazer no Terreiro do Paço com o seu regimento: á qual se ajuntou um appendice, em que mostra a utilidade dos movimentos do mesmo exercicio*, Lisboa, 1737.

Xavier de Mattos *(João)*. Poeta, de cuja biographia pouco se sabe. Suppõe se que nasceu em Lisboa, sendo filho d'um creado da casa dos duques de Cadaval. Ha tambem quem diga que se formou em Coimbra na faculdade de leis ou de cánones; mas o que se póde dar por bem averiguado é a data da sua morte, occorrida a 8 de novembro de 1789 em Villa de Frades, no Alemtejo. Existe a prova authentica n'um soneto, que então se imprimiu em papel avulso, o qual tem o titulo seguinte, que serve de confirmação ao que fica dito: *Epitaphio que se gravou na sepultura do memoravel João Xavier de Mattos, na matriz da villa de Frades, aonde o seu bom amigo o bacharel Joaquim Antonio Alho Matoso lhe fez á sua custa as ultimas honras de corpo presente com a maior decencia, no dia 4 de novembro de* 1789. Tambem passa por certo ter sido ouvidor da villa da Vidigueira, logar que abandonou depois de ser preso, ignorando-se porque motivo A Vidigueira ora n'essa epoca da jurisdicção do marquez de Niza, em cuja casa teve sempre grande entrada. Passou o resto da vida entregue á poesia, versejando nos outeiros dos conventos, compondo eclogas e canções, que depois de impressas, vendia para se sustentar, frequentando tambem por favor algumas casas dos grandes, e outras dos que o não eram, onde a troco d'algum dinheiro fazia discursos em decimas, oitavas e sonetos. José Maria da Costa e Silva, no *Ensaio Biographico Critico*, tomo VI, de pag. 263 a 284, dedicou um extenso capitulo á exposição e analyse das poesias de Xavier de Mattos, mas da sua biographia diz muito pouco e incerto. Mattos começou a fazer se conhecido como poeta pela publicação de algumas obras avulsas, taes como as eclogas de *Al-*

bano e Damiana, de *Agrario, Anfriso e Braz*, etc., as quaes fôram bem aceitas de muitos, comquanto censuradas por alguns; resolveu-se emfim a publical-as de novo com outras composições que lhes ajuntou, das quaes formou um volume com o titulo de *Rimas*. Não se sabe a data da primeira edição; mas seguiu se mais tarde um 2.º volume, e ambos se reimprimiram até 3.ª vez, Lisboa, 1782. O volume 3.º só veiu a publicar se em 1785, parece que pela 1.ª vez. O facto é que todas estas edições se esgotaram em poucos annos, de sorte que em 1800 sairam reimpressos os 3 volumes, sempre com o mesmo titulo que nas edições anteriores, isto é, *Rimas de João Xavier de Mattos, entre os pastores da Arcadia portuense Albano Erythreo. Dedicadas á memoria do grande Luiz de Camões, etc. Dadas á luz por Caetano de Lima e Mello. Quarta impressão*, Lisboa, 1800; 3 tomos. Mais tarde, em 1827, appareceu uma nova edição tambem em 3 tomos. Compõem-se estes volumes de sonetos, odes, epistolas, canções, eclogas, idyllios, quadras e motes glosados, etc., entrando n'ellas as peças avulsas e dispersas, que já andavam impressas antes da publicação de cada um. No tomo 2.º ha tambem duas tragedias, a primeira é a *Penélope*, traduzida do francez do abbade Genest; a segunda *Viriacia*, de assumpto portuguez e original de Mattos. E' porém de notar, que nas edições de 1800 e 1827, não houve o cuidado de addicionar ao já impresso nas anteriores varias composições miudas, que o poeta publicara no intervallo de 1785, anno em que saiu o tomo 3.º, até ao de 1789, em que falleceu. Assim não se vêem incluidas nos 3 tomos as *Rimas* seguintes: *Elegia na morte do ill.mo e ex.mo sr. marquez de Niza*, Lisboa, 1784; *Ao ex.mo e rev.mo sr. D. Fr. Manuel do Cenaculo, bispo de Beja. Canção*, Lisboa, 1784; outra edição em 1794; *Elegia á morte do sr. D. José, Principe do Brazil*, Lisboa, 1788; *Ecloga de Dorindo e Floro*, Lisboa, 1789; *Hymno a Nossa Senhora, no ineffavel mysterio da sua immaculada conceição. Obra posthuma, e pela primeira vez impressa*, 1793.

Xavier de Mattos *(Julio)*. Cirurgião medico pela Escola Medico Cirurgica do Porto, director do Manicomio do Conde de Ferreira, depois director do Manicomio Bombarda, e vice-reitor da Universidade de Lisboa. N. no Porto a 26 de janeiro de 1856, sendo filho do distincto advogado Joaquim Marcellino de Mattos. Fez o curso com muita distincção, e defendeu these a 24 de julho de 1880. Nomeado medico adjunto do hospital de alienados do Conde de Ferreira, foi depois seu director, vindo para Lisboa, mais tarde, por morto do dr. Miguel Bombarda, tomar a direcção do Manicomio de Lisboa, onde se tem conservado. Quando ultimamente se estabeleceram as universidades de Lisboa e do Porto, foi tambem nomeado vice-director da de Lisboa. Como alienista, o sr. dr. Julio de Mattos adquiriu uma grande e merecida reputação, dentro e fóra do paiz. Como escriptor, allia á sua correcção pouco vulgar, notavel brilho de expressão. As suas conferencias sobre psychiatria marcaram epoca em meio tão avesso a estes commettimentos. Professor muito distincto, foi eleito para presidir ao congresso do professorado do ensino secundario do Porto. Das suas publicações muito numerosas citaremos as seguintes: *O Positivismo. Revista de philosophia, dirigida por Theophilo Braga e Julio de Mattos*, Porto; tomo I, 1878-1879; tomo II 1879-1880, tomo III, 1880-1881; tomo IV, 1882; *Pathogeina das allucinações*, Porto, 1880; *Portugal e o tricentenario de Camões*; vem de pag. 1 a 4 do opusculo; *Camoneana academica, junho de 1880; Historia natural illustrada; compilação feita sobre os mais autorisados trabalhos zoologicos*; 6 volumes, Porto, 1880-1882; *Um caso de delirio de perseguições (Extracto da «Coimbra medica»)*, Coimbra, 1881; *A ultima reforma da instrucção secundaria. (Reflexões criticas)*, Porto, 1881; *Biographia de José Correia da Serra;* constitue o fasciculo IX do tomo I do *Plutarcho portuguez, collecção de retratos e biographias dos principaes vultos historicos da civilisação portugueza*, Porto, 1881; *Biographia de José Felix Henriques Nogueira*; constitue o fasciculo XII do tomo II do referido *Plutarcho*, correspondente a janeiro de 1882; *Aos medicos honestos. Carta a proposito da questão de Antonio Bessa*, Porto, 1883; *Manuol das doenças mentaes*, Porto, 1884; esta obra teve uma edição especial de 25 exemplares com frontispicio a vermelho, que o autor destinou para brindes. *A Paranoia; Os alienados perante os tribunaes*; 2 volumes; *A Superstição socialista*, de Raphael Garofalo, traducção, Lisboa, 1904; *Da liberdade á escravidão*, de Herbert Spencer, traducção. Lisboa, 1904, etc.

Xavier Monteiro *(Antonio José)*. Secretario do regimento de infantaria n.º 18, e depois do Collegio Militar; falleceu em 16 de agosto de 1820. Escreveu: *Formulario de orações e ceremonias para se armarem cavalleiros, e se lançarem os habitos das ordens e milicias de Nosso Senhor Jesus Christo, de S. Thiago da Espada, de S. Bento de Aviz, e de S. João de Malta*, Lisboa, 1798; parece que n'este mesmo anno se publicou tambem no Porto outra edição; *Panegyrico em applauso dos annos de Sua Magestade o Senhor Rei D. João VI*, Lisboa, 1818; *Ode a Sua Alteza Real o Principe regente de Portugal;* inserta na *Mnemosine Lusitana*, tomo I, 1816; *Quatro sonetos allusivos á invasão dos francezes em Portugal*; no mesmo jornal e no mesmo tomo.

Xavier de Paula *(Antonio)*. Medico do hospital real militar de Faro, no seculo XVIII. Escreveu os dois seguintes tratados, que são dedicados ao bispado do Algarve, D. José Maria de Mello e ao bispo do Algarve, D. Francisco Gomes do Avellar: *Tratado da influencia da Lua nas febres*, etc. Lisboa, 1790; (com um tratado da febre podre de Bengala no anno de 1762); *Experimentos feitos na quina vermelha e amarella, com observações sobre a sua historia*, etc. Ambos estes opusculos são traduzidos do inglez, e fórmam os tomos I e II das obras do traductor.

Xavier Pereira da Silva *(Francisco)*. Cavalleiro das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, official da secretaria da Junta do Infantado, antigo empregado no Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço, e tenente de voluntarios realistas no tempo do governo do infante D. Miguel. N. em Lisboa a 23 de maio de 1797, fal. no hospital de S. José, da mesma cidade, a 27 d'abril de 1866. O seu muito affecto ao partido absolutista, deu causa a ser exonerado dos seus cargos, quando em 1833 foi restaurada a Carta Constitucional. A *Nação* do 1.º de maio de 1866 e o *Jornal do Commercio* do mesmo dia publicaram o seu Necrolo-

gio. Com seu irmão José Xavier Pereira da Silva (V. o *artigo seguinte)* foi redactor do jornal o *Ramalhete*. Escreveu tambem e publicou *Os Serões recreativos, jornal de romances, novellas, contos e anecdotas*, Lisboa, 1841, 2 tomos. Por muitos annos se encarregou da feitura dos chamados *Cartazes*, ou annuncios das corridas de touros, e d'outros semelhantes espectaculos. Compoz algumas farças, que se representaram com applauso, entre as quaes se contam *A velhice na morada sempre leva surriada*, que se representou nos primeiros annos do theatro do Gymnasio, e foi uma das corôas do grande actor Taborda, no papel de fiel de feitos, que elle creou; o *Morgado da Ventura*, o *Arraial dos Loucos*, etc.

Xavier Pereira da Silva *(João)*. Fidalgo da Casa Real, partidario do infante D. Miguel, e que se afastou da côrte, depois dos successos de 1833. Fal. em Lisboa a 11 de novembro de 1856. Foi proprietario e redactor principal do *Ramalhete, jornal de instrucção e recreio*, de que sairam 7 tomos, de 1837 a 1844. Traduziu alguns romances francezes, e escreveu algumas peças de theatro. Era casado com D. Maria Balbina de Gouveia Onzellini da Silva Homem. Escreveu mais os seguintes dramas: *A Lusa marroquina*, em 5 actos, Lisboa, 1848; é dedicado a Joaquim Pereira da Costa. Entre os seus trabalhos ineditos deixou: *O primeiro passo do mestre de Aviz ao throno de Portugal*, drama historico em 4 actos tendo a seguinte nota: «Foi começado a 18 de julho e acabado em 1 de agosto de 1844; dedicado a Silencio Christão Barros, e destinado á sociedade dramatica do Desterro.» Este drama parece ser o mesmo, que alguns annos mais tarde se imprimiu com o titulo de: *O grão mestre de Aviz, drama historico em 5 actos*, Lisboa, 1854.

Xavier de Quadros (*Antonio Camillo)*. Professor de instrucção primaria e jornalista. N. em Lisboa a 15 de junho de 1804, onde tambem fal. a 17 de setembro de 1863. Fundou um collegio de instrucção primaria, com o nome de *Santo Antonio*. Tornou-se muito conhecido e notavel em Lisboa pela parte activa, que por vezes tomou nas luctas politicas de 1836 a 1851. Publicou em 1839 uma *Gramatica philosophica para uso de seus discipulos e de quem mais a quizer*. Em 1835 creou um jornal politico intitulado *O verdadeiro amigo do povo*, de que se publicaram 16 ou 17 numeros. Em 1861 ou 1862 tentou fundar um outro jornal, *A Democracia*, que não vingou.

Xavier da Rocha *(Fr. Francisco.)* Religioso da ordem dos arrabidos. Era natural de Lisboa e professou no convento de Alferrara em 1699. Foi o 1.º mestre de ceremonias do convento de Mafra, e publicou em 1734 e em 1738 dois tomos de sermões.

Xavier da Rosa *(Francisco)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra. N. em Alverca em 1687. Foi protonotario apostolico, e como tomára ordens, foi prior da freguezia de Requeixo Acompanhou Alexandre Metello de Sousa Menezes na sua embaixada á China, e escreveu a *Relação* d'essa embaixada, e uns *Additamentos* ás cartas do embaixador e de alguns padres jesuitas.

Xavier dos Santos *(Luciano)*. Célebre compositor de musica do seculo XVIII e organista. N. em Lisboa no anno de 1734, onde tambem fal. a 2 de fevereiro de 1808. Foi discipulo de João Jorge, na escola de musica religiosa estabelecida em Ribamar por D. João V. Entrou para a irmandade de Santa Cecilia a 20 de maio de 1756, pertencendo já n'esse anno á capela real da Bemposta. Toda a sua vida artistica foi empregada no serviço d'essa capella, onde occupou o logar de 1.º organista e mestre. Foi mestre de musica d'el-rei D. José, nomeado em 1764. Escreveu as seguintes musicas: *Le grazie vendicate*, cantada para 3 sopranos; cantada em 1762 no theatro real d'Ajuda; *Isaco figura de Redentore*, oratoria em duas partes, cantada no mesmo theatro em 1763; *Gli Orti Esperide*, opera em 2 actos; cantada no real theatro de Queluz em 1764; a cantata *La Danza*, cantada em 1766; tambem em Queluz, a opera em 2 actos: *Il Palladio Conservato*, em 1771; repetindo-se em Ajuda em 1779; *Alcide al Bivio*, opera cantada em Queluz em 1778; *Ati e Sangaride*, serenata tambem em Queluz, 1779; *Palmira di Tébe*, serenata, Queluz, em 21 de agosto de 1781; *La Passione de Gesu Christo*, oratoria em 1783, cantou-se na real camara; *Esione*, opera no theatro d'Ajuda em 17 de dezembro de 1784; *Ercole sul Tago*, opera em Queluz, 1785 *Il re pastore*, oratoria, na real camara, em 1793; *La Galatea*, opera em 2 actos. Escreveu muita musica religiosa, e duas collecções de solfejos que por muitos annos fôram adoptadas na aula da Sé.

Xavier da Silva *(Francisco)*. Bacharel em cánones pela Universidade de Coimbra, formando-se em 1734. N. em Lisboa a 11 de agosto de 1709; fal. em 1781. Foi juiz do Tribunal da Nunciatura e ministro da curia patriarchal, logar de que tomou posse a 11 de agosto de 1744. Escreveu: *Dissertação apologetica, juridica e critica, em que se mostra que os regulares e isentos podem appellar para o Summo Pontifice «omissis mediis» e que d'esta appellação conhecem validamente os Nuncios apostolicos*, etc., Lisboa, 1743; *Elogio funebre e historico do muito alto e fidelissimo rei de Portugal D. João V*, Lisboa, 1750. Deixou manuscripto em latim um tratado sobre o titulo de Dom, um dialogo moral em que se mostra que não é proprio da dignidade do homem o andar em bailes, sendo este dialogo em portuguez; um tratado tambem em portuguez, sobre as invasões de poder que praticam os cabidos, quando se acham *séde vacante*.

Xavier da Silva *(Ignacio)*. Cavalleiro professo na Ordem de Christo, medico da Real camara de D. Miguel, physico-mór da Armada Real, Deputado da Junta de Saude Publica. Foi casado com D. Barbara Ludovina Nobel de Barros Castello Branco. Era filho de Manuel Xavier da Silva, doutor formado em medicina e de sua mulher D. Maria Valorosa. A seu filho Antonio Xavier de Abreu Castello Branco foi passada carta de brazão em 14 de fevereiro de 1831 A descendencia varonil d'este fidalgo é a seguinte: Antonio Xavier de Abreu Castello Branco, que casou com D. Maria da Soledade da Nobrega Carneiro e Sá, que tiveram um filho do mesmo nome, o qual casou com sua prima D. Maria José d'Abreu Castello Branco. D'este consorcio houveram a Julio d'Abreu Castello Branco, casado com D. Maria da Conceição Motta, e de cujo casamento nasceram dois filhos: Antonio Julio de Abreu Castello Branco e D. Maria Emilia de Abreu Castello Branco.

Xavier da Silva *(Joaquim)*. Doutor em medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Cezimbra a 17 de maio de 1778, fal. em Lisboa a 9 de março de 1835. Era filho de André Xavier da Silva. Foi medico honorario da Real Camara, vogal da Junta de Saude Publica. membro da Instituição Vaccinica de Lisboa, socio correspondente da Academia Real das Sciencias, passando a effectivo, por eleição de 7 d'abril de 1824. Escreveu em 1819 um livro intitulado *Tratado de hygiene militar e naval*, que o dr. Rodrigues de Gusmão classificou de *bello opusculo*, o qual foi mandado imprimir no mesmo anno pela Academia. No dia 24 de julho tambem de 1819, sendo então socio correspondente, leu em sessão publica um *Discurso historico ácêrca da vaccinação em Portugal*, que foi publicado no tomo VI da parte 2.ª das *Memorias da Academia*. Em 1833 foi nomeado pela mesma academia membro de uma commissão composta dos medicos Fonseca Benevides, Anselmo Soares, Elias Rodrigues da Silveira, e elle, commissão que elaborou um *Ensaio ácerca do que ha de mais essencial sobre a colera morbus epidemica*.

Xavier da Silva *(Nicolau Francisco)*. Bibliophilo do seculo XVIII; doutor em cánones pela Universidade de Coimbra, academico da Academia Real de Historia Portugueza, etc. Era natural da ilha da Madeira, e fal. a 17 d'agosto de 1754. Escreveu algumas obras que veem mencionadas na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado; citaremos apenas a seguinte: *Puro affectuoso sacrificio, que ao serenissimo sr. infante D. Antonio, em nome dos novos filhos do primeiro esclarecido ermitão S. Paulo, escreve e offerece*, etc. Lisboa, 1824. Foi um apaixonado bibliophilo, mais cuidadoso na escolha dos bons livros que no numero d'elles. Deixou por sua morte uma livraria escolhida, consistindo boa parte em manuscriptos que ajuntára com desvelo. Foi esta livraria comprada por el-rei D. José, para servir de nucleo á nova bibliotheca real, começada por aquelle soberano para substituir a antiga que fôra por occasião do terremoto de 1755 incendiada com todas as preciosidades n'ella contidas.

Xavier de Sousa Cordeiro *(Antonio)*. Juiz da Relação dos Açôres. N. em Torres Novas em novembro de 1844, fal. em Ponta Delgada a 17 de novembro de 1903. Era filho do pharmaceutico Candido Joaquim Xavier Cordeiro (V. este nome). Formou-se na faculdade de direito na Universidade de Coimbra em 1870, contando 26 annos de edade. A 27 de dezembro do citado anno foi despachado para Mirandella como sub-delegado, logar que occupou tambem em Fafe, Thomar e Ponte do Lima, sendo despachado juiz de direito para a Povoação, ilha de S. Miguel, Açôres, em setembro de 1880. Promovido á 2.ª classe em dezembro de 1886, foi para Monção, na provincia do Minho; esteve depois em Marco de Canavezes, Faro, Leiria e Santarem, d'onde veiu para os tribunaes militares de Lisboa, collocado como juiz auditor junto do 2.º conselho de guerra, passando para juiz da Relação dos Açôres em maio de 1902. Havia casado em Tras-os-Montes com D. Claudina Garcia Cordeiro. Viera a Lisboa gozar alguns mezes de licença junto de sua familia, e regressando a Ponta Delgada, foi pouco tempo depois victimado por uma congestão fulminante. O dr. Antonio Xavier de Sousa Cordeiro foi autor de varios trabalhos juridicos, e collaborou em differentes jornaes, sendo socio de muitas associações litterarias e scientificas de Portugal e do Brazil. Em abril de 1889 foi secretario da 5.ª secção do Congresso juridico: *Questões mixtas*, e durante as sessões do congresso repetidas vezes usou da palavra, sempre com superior conhecimento dos assumptos que se discutiam. Em 1885 passou a dirigir com seu tio, o fallecido poeta dr. Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, o pupular *Almanach de Lembranças Luso Brazileiro*, assumindo em 1897, pelo fallecimento de seu tio, a direcção exclusiva d'essa interessante publicação. Em 1886 escreveu: *Promptuario dos accordãos do Supremo Tribunal de Justiça, posteriores á promulgação do Codigo Civil;* e em 1898 um livro de versos, *Horas vagas*. N'este volume, que foi editado pela Parceria Pereira, acham-se perfeitas versões de trabalhos de Scarron, Victor Hugo, Sully Prudhome, etc.

Xefina Grande. Ilha situada na bahia de Lourenço Marques, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem 15 k. de circumferencia, sendo a sua maior extensão de NE para SO. Ha n'ella guano proprio para adubo das terras. Tambem é conhecida pela *Ilha dos Passaros*, nome que lhe foi dado pelos antigos navegadores portuguezes.

Xefina Pequena. Ilha situada na bahia de Lourenço Marques, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

Xeirinhos. Pov. na freg. de S. Domingos de Rana, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa

Xeldêm. Regedoria do concelho de Quepem, districtos de Gôa, na India.

Xelopo Buzuruco. Aldeia da circumscripção militar de Valpoy, na provincia de Satary, districto de Gôa, na India.

Xelopo Curdó. Aldeia da circumscripção militar de Cotorém, provincia de Satary, districto de Gôa, na India.

Xelpêm. Povoação na circumscripção militar de Sanguém, no concelho e commando do mesmo nome, districto de Gôa, na India.

Xelvona. Regedoria do concelho de Quepem, districto de Gôa, na India.

Xerafim Moeda de prata da India, cujo valor é de 300 réis aproximadamente.

Xertello. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Cabril, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Xevora. Rio do distr. de Beja. N. em Hespanha a 10 k. ao NO de Ouguella, corre para o SO, dividindo a fronteira, passa muito proximo de Ouguella, e continuando a correr no vizinho reino vae entrar no Guadiana com 40 k. de curso.

Xibão ou **Xibau**. Nome de uma antiga dança portugueza, tambem chamada Pé do Xibau.

Xila ou **Quinzenza** Pov. do conc. de Columbo, na 3.ª div. do Quinzenza, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Ximena Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Ribeira de Niza, conc. e distr. de Portalegre.

Ximenes *(Fernão e Gaspar)*. O nome d'estes 2 irmãos passou á historia por terem figurado n'um dos mais commovedores episodios que se conhecem do amor fraternal. Em 1585 naufragou no baixo da Judia, proximo a Madagascar, a nau *S. Thiago*, salvando-se n'uma lancha quarenta e

tantas pessoas que soffreram as maiores inclemencias e privações, até que se reconheceu ser indispensavel lançar ao mar algumas d'ellas, porque o barco já não podia com tanto peso e ameaçava afundar se. As victimas eram designadas por homens de confiança d'um religioso, fr. Thomaz, que representou n'esta tragedia um papel hediondo, e foi então que se deu um caso extraordinario de amor fraternal que ficou celebre atravez dos tempos. Na lancha iam Fernão Ximenes e Gaspar Ximenes, irmãos e naturaes de Lisboa. Como por qualquer razão nenhum d'elles fôsse sacrificado pelos terriveis juizes, produziu-se entre os naufragos um movimento de protesto, allegando elles quo era uma barbaridade que se sacrificassem homens quo eram o amparo de suas familias, e que ficassem a bordo 2 irmãos, um dos quaes podia ser lançado ao mar. Em face d'este protesto, os juizes executores, que eram 4, não esperaram que os animos se irritassem mais; lançaram as mãos a Gaspar Ximenes, que era o mais velho dos 2, e iam a deital-o á agua quando Fernão, agarrando se a elle com todas as forças que o desespero lhe dava, gritou, chorando, que o sacrificado devia ser elle, porque seu irmão Gaspar era quem sustentava a mãe e as irmãs, e por isso lhes fazia muita falta, dito o que, sem mais delongas, se arrojou ao mar, mostrando uma coragem e uma frieza d'animo que assombrou a todos. Gaspar, salvo pela dedicação de seu irmão, chorava e supplicava aos seus companheiros de infortunio que se apiedassem do heroico moço, mas as suas supplicas não tinham ecco. Primeiramente, Fernão Ximenes refugiara se, como os outros naufragos condemnados á morte, n'uns penedos, mas logo depois, não querendo morrer sem esgotar todos os recursos de salvação, tornou a lançar-se ao mar e, nadando vigorosamente, foi seguindo a lancha. Seu irmão, vendo-o condemnado a uma morte horrivel, redobrava as suas supplicas, que já iam importunando os mais egoistas da companhia, sendo preciso que alguem mais generoso lhe aconselhasse em voz baixa a que suffocasse a sua dôr, para não correr o risco de ser tambem lançado ao mar. Por fim, pôde mais que as lagrimas e as rogativas de Gaspar a intrepidez de Fernão, que começou a abalar o animo d'alguns dos naufragos quo anciosamente o viam na sua lucta desesperada pela vida. Obstinavam so os endurecidos de coração em mostrar se indifferentes á sorte do pobre moço, que não tardaria a succumbir por falta de forças e que já mal podia mover se. mas nem tudo eram egoismos a bordo; n'um dado momento, os homens generosos, não podendo supportar por mais tempo a crueldade d'aquelle espectaculo, gritaram que se recolhesse o infeliz nadador, que talvez n'isso, não houvesse perigo para os demais, e que só fôsse abandonado á sua sorte se effectivamente se reconhecesse que o havia. Este movimento de compaixão foi tão eloquente e tão espontaneo quo os menos inclinados á piedade não puderam resistir-lhe, e disse se então a Fernão Ximenes que subisse para a lancha Mas elle é que já não o podia fazer, porque estava extenuado, e foi preciso estender-lhe um chuço, a que se agarrou, para o recolher a bordo quasi desmaiado. Mais alguns instantes decorridos, e o heroico mancebo seria tragado pelo mar. Este commovedor exemplo de amor fraternal tornou se celebre. Os naufragos sobreviventes contaram-no ainda com o assombro que lhes produzira no tragico momento em que succedera, e tal impressão causou a todos os que ouviram a historia d'este acontecimento que o nome dos irmãos Ximenes notabilisou se não só em Portugal como tambem no estrangeiro, onde este episodio foi narrado em varios livros

Ximeno. Pov. na freg. de Santa Victoria, de Ameixial, conc. de Extremoz, distr. de Evora.

Ximpelles. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Aguda, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

Xira *(Fr. João de)*. Religioso franciscano. N. no Porto, e fal. entre os annos de 1425 e 1427. Foi estudar fóra do reino com um subsidio da camara municipal do Porto, ou do senado portuense, como então se dizia. Doutorou-se em theologia em Lisboa no anno de 1396, professou em 1399, e em 1400 foi eleito reformador e prelado do convento de Leiria. Nomeado por D. João I seu confessor e prégador, concorreu muito com os seus conselhos para a tomada de Ceuta. O sermão que prégou em Lagos deante do rei e dos infantes, quando estes partiam para Ceuta, foi depois impresso na *Chronica de Gomes Eanes Azurara*, assim como ali se imprimiu o outro sermão prégado por Fr. João de Xira na propria cidade de Ceuta em acção de graças pela sua conquista.

Xissa. Pov. do conc. de Malange, na 23.ª div., distr. da Lunda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Xisto. Povoações nas freguezias: S. Vicente, da Alfena, conc. de Vallongo, distr. do Porto. || S. Miguel, de Alvarães, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Beiriz, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || S. Mamede, de Deo Christe, conc. e distr. de Vianna do Castello || S. Mamede, de Escariz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || O Salvador, de Freamunde, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Paio, de Jolda, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Lourenço, de Montaria, conc. e distr de Vianna do Castello. || S. Thomé, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Maria, de Revinhade, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || S. Mamede, de Ribeirão, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Sanguedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Veatodos, conc. de Barcellos, distr de Braga.

Xoarira. Povoação do Manica.

Xp. Monogramma grego de *Christo*. *Xp.*ºº Abreviatura de Christovão

Xudrões Antigo casal de Terras de Barroso a que D. Affonso III deu foral em 22 de abril de 1262.

Xurreira. Pov. na freg. do Santa Marinha, de Prozello, conc. de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Z

Zabelleiras Pov. na freg. do Salvador, de Joanne, conc. de V N. de Famalicão, distr. de Braga.

Zaboeira. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

Zaborreira. Pov. na freg de S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria.

Zabro. Pov. na freg.de Santa Maria, de Moreira de Rei, conc. de Trancoso, districto da Guarda.

Zaburro. Diz se de uma especie de milho avermelhado escuro, cultivado em alguns pontos de Portugal, e cuja espiga não é composta mas formada de varias hastes irregulares, que partem da extremidade superior da canna. O milho zaburro é quasi redondo, e muito escuro e pequeno, mas produz bastante nos lodeiros, em terreno fundo e quente, e dá pão saboroso.

Zaca. Um dos tributos que os moiros residentes em Portugal pagavam ao rei. Tambem se lhe chamava *azaqui*. V. *este nome*.

Zacharias. Pov. na freg. de S. Pedro e conc de Alfandega da Fé, distr. de Bragança Foi freg. já ha muito extincta, cujo orago era S. Zacharias. ‖ Ribeira que nasce na serra de Bornes, entre Sambade e Gebelim, e depois de receber a ribeira de Ladaino entra na margem direita do Sabor, abaixo da quinta da *Fidalga*, com cerca de 22 k. de curso.

Zacharias d'Aça V. *Costa Aça.*

Zacute. Pov. da div. do Mussuco, conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental

Zacuto *(Abrahão Ben Samuel).* Sabio judeu, grande astronomo. N. em Salamanca em 1450, aproximadamente, e fal. em 1510. Foi cathedratico de astronomia na Universidade da sua terra natal, e mais tarde na de Saragoça e em Carthagena. Quando os judeus fôram expulsos de Hespanha, veiu para Portugal, onde teve grande valimento junto de D. João II e principalmente de D. Manuel, de quem foi chronista e astronomo. Attribue-se á sua influencia para com el rei D. Manuel, a carta d'alforria que este monarcha no principio do seu reinado, concedeu aos judeus. Auxiliou com os seus conselhos a expedição de Vasco da Gama, e inventou alguns instrumentos nauticos. Quando se deu a expulsão dos judeus em Portugal, procurou segurança em Tunis, mas viu-se mais tarde obrigado a fugir para a Turquia, onde morreu. Escreveu o *Bi'ur Luhot*, que foi traduzido pelo seu discipulo José Vizinho com o nome de *Almanach perpetuum*. A sua obra mais importante, intitulada: *Sepher Juchasin (Livro das linhagens)*, foi pela primeira vez impressa em Constantinopla, no anno de 1566, e n'ella se encontram curiosas noticias a respeito da historia religiosa da nação dos israelitas e a respeito dos rabbinos que viveram até 1500 e dos violentos ataques contra o christianismo.

Zacuto Lusitano. V. *Lusitano.*

Zadam. Aldeia da circumscripção militar de Coddal, na provincia de Satary, districto de Gôa, na India.

Zadêso Pov. do Sobado de Songuia, na div. de Mandimba, conc. de S Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental

Zagaia. Dardo de arremesso usado na costa d'Africa. V. *Azagaia.*

Zagalho. Pov. na freg. de S. Matheus, de Friumes, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Zagalo *(Antonio Pereira).* V. *Pereira Zagalo.*

Zagalo *(Bernardo Antonio).* Marechal de campo graduado, official da ordem da Torre e Espada, cavalleiro da de Aviz, condecorado com a medalha de 5 campanhas da Guerra Peninsular, e com a do commando da batalha de Ortez, etc. N. em Ovar a 3 de novembro de 1780, fal. em Lisboa a 17 de dezembro de 1841. Entrando na vida militar fez todas as campanhas da Guerra Peninsular, e distinguiu-se principalmente como excellente theorico. Em 1825 escreveu e publicou um livro com o titulo de *Systema de Instrucção para a infantaria ligeira, offerecido aos novos officiaes do exercito;* com 24 estampas gravadas a buril. Escreveu tambem um *Regulamento completo para a infantaria*, que ficou manuscripto. Entrando na politica, foi eleito senador em 1838, e exerceu essas funcções até 1840. N'essa occasião apresentou á camara respectiva diversos projectos importantes, um sobre o *Monte pio militar*, outro da *Organisação do Exercito e Fazenda*, etc, os quaes se imprimiram no *Diario da camara.* Em 1840 publicou: *Projecto de regulamento para a organisação e administração do exercito, apresentado ao senado em sessão de 29 de janeiro de 1840, e impresso por ordem do mesmo senado.*

Zagallo *(Francisco Dias).* Fidalgo da Casa Real, e successor da casa e morgado que instituiu Martim Gil Lobo, vassallo d'el rei D. João I, ao qual fez grandes mercês, como consta do registo do mesmo soberano, e se conservam na Torre do Tombo. Francisco Zagallo era natural de Alcacer do Sal, e d'elle descendem os Zagallos e Sandes da mesma villa.

Zaire. Grande rio da prov. de Angola, Africa Occidental. Fórma uma das 5 importantes bacias hydrographicas d'aquella prov., sendo as outras: a do Cuanza, inteiramente comprehendida no territorio provincial e ao centro d'elle; a do Cunéne, ao S, que abrange uma parte consideravel dos planaltos salubres dos districtos de Benguella e Mossamedes; a do Cubango até á fronteira S; e a do Zambeze até aos rapidos de Catima, occupando toda a zona SE do territorio angolense. A bacia do Zaire drena grande parte dos districtos do Congo, de Loanda e todo o distr. da Lunda. O seu curso é inferior ao do Nilo, mas, em compensação, leva ao Oceano muito maior volume de agua. O Zaire tem as suas origens nas montanhas Urungo, entre o lago Tanganyka e o Nyassa, as quaes fórmam um leito que, sob o nome de Chambeze, leva as aguas para o SO, a entrarem no lago Bemba ou Bangueolo, d'onde saem para formarem o Luapula, que corre para o N, em direcção ao lago Moero. Depois de atravessar este lago, o curso do Zaire é consideravelmente engrossado pelas aguas derivadas da série dos lagos Camolando, que fórmam o prolongamento do Lualaba, um dos seus gran

des affluentes esquerdos, em seguida recebe o Luenga, vindo do lago Tanganyka, passa em Nianguê e vae cortar o equador em 36°12' L, despenhando-se pelas cataractas de Stanley (*Stanley Falls*). Desvia-se ali para O, formando uma grande curva tangente ao parallelo a 2°30' N e corta novamente o equador em 18°20' L, dirigindo-se para SW e recebendo pela margem direita o Ubanghi, Uélle ou Macua, que é o seu maior tributario. Proximo do confluente do Ubangui, na margem opposta, abre se um canal que vae ter ao lago Mantumba, o qual parece communicar com o lago Leopoldo II, e este, por seu turno, liga-se através do M'fini com o Cassai, que é o segundo grande affluente esquerdo do Zaire, onde entra junto á povoação de Kuamut, tendo antes recebido as aguas do Cuango, que, ao contrario do que por muito tempo se pensou, é um sub affluente do Zaire, sem deixar de ser um importante curso d'agua da prov. de Angola. Para jusante de Kuamut continua o Zaire a correr na direcção de SW até chegar a Stanley-Pool (M' Pumbo N' Gundo), em cujas margens ficam as povoações de Brazzaville e Leopoldville. Entra-se então na celebre região das cataractas e rapidos, que se estendem successivamente desde Stanley-Pool até Vivi, n'uma distancia de 275 k. em linha recta. Esta serie de cataractas vae terminar a jusante pelas famosas quedas do Yellala, no prolongamento da serra Comprida, e sobre as quaes estão esculpidas n'uma rocha as armas de Portugal. Assim, conforme o annotam as *Colonias Portuguezas*, se por acaso ou por malvadez foi destruido o glorioso padrão que Diogo Cão collocou na foz do grande rio quando o descobriu, lá ficou ao fundo, a 185 k. da costa, esculpida bem alto n'uma fraga, nova e indelevel prova do genio portuguez. Proximo de Noqui começa o Zaire a servir de fronteira entre Angola e o Estado Independente do Congo, e n'aquella parte vem então muito comprimido entre margens escarpadas que se elevam de 100 a 300 m. acima das aguas, cuja profundidade é grande. A corrente tem uma velocidade consideravel. Em alguns pontos, massas de rochas isoladas obstam ao seu livre curso e fórmam se remoinhos onde a agua gira com violencia. D'entre esses rochedos destaca-se um, a montante de Binda, bastante notavel por ter no cimo um grande imbondeiro. Ao chegar se ás ilhas de Buka-Emboma e Sacra N'baca, as margens, que até ali conservam um certo parallelismo, começam a divergir, sem deixarem de ter o aspecto montanhoso, até se irem perder na costa. De Buka Emboma para baixo até ao Porto da Lenha, encontram se numerosas ilhas que pela sua disposição natural deixam pelo meio um canal navegavel cujas margens são em geral baixas e alagadiças, abundando e desenvolvendo-se extraordinariamente n'ellas o capim, o que dá um aspecto monotono á paizagem d'aquella parte do rio. Entre Porto da Lenha e Banana o aspecto das margens muda completamente. Desapparece o capim e abunda o arvoredo denso e copado, formando um massiço de verdura que não permitte vêr se cousa alguma para o interior. Banana é o local da foz do Zaire, situado na enseada do mesmo nome, onde existem os grandes depositos das casas commerciaes estabelecidas ao longo do rio. Proximo da ponta Banana o rio é muito desegual em fundo, havendo logares onde de 2 braças se passa rapidamente para 18 e mais. Estas desegualdades de fundo dão, comtudo, logar a um canal bastante estreito por onde se entra para a enseada de Banana, que é uma perfeita doca em que pódem entrar navios que demandem até 17 pés d'agua. O fundeadouro é de 3 ou 3,5 braças de fundo. Assim descripto o Zaire d'uma fórma geral, subamos o rio pela margem N do canal. A ESE da ponta da Banana fica a ilha de Bulambemba, que apresenta pelo lado S uma ponta que toma o seu nome, formando com a de Banana uma bahia onde existe, além da enseada de Banana, a dos Piratas, separadas entre si por um copado mangal. No seu extremo N, a ilha de Bulambemba marca uma parte da enseada dos Piratas até ao rio Singane, pequeno esteiro que começando a W da enseada do Limão, conduz ao Banana, deixando a ilha á esquerda. O rio Singane só é navegavel por canôas, ou dongos, por ter pouco fundo. A enseada do Limão tornou-se notavel por ser o logar onde antigamente os piratas atacavam as lanchas que saíam de Banana com fazenda para as feitorias do interior do rio. Após a referida enseada do Limão vem o esteiro de Bullamuilla, bastante extenso para o N, de pouca profundidade, principalmente á entrada, e por isso só navegavel por canôas. O ilhéo do Boi, que se segue á bahia do Bullamuilla, tem para os indigenas o nome de Zumo Liangombe, está separado da margem apenas por um canal d'alguns metros de largura e é todo coberto de vegetação, notando-se as trepadeiras de toda a qualidade sulcando e mangue, a palmeira e outras arvores. Em seguida a este ilhéo corre um braço que é o denominado rio Chengo, o qual depois se ramifica com outros que teem saida para as enseadas de Banana, dos Piratas e Chimpoza. O Chengo é navegavel por lanchões, havendo logares onde tem mais de 2 m. de fundo. Foi n'este rio que os inglezes operaram um desembarque em 1876 e bombardearam das suas embarcações alguns povos marginaes. Ao Chengo seguem-se o Nezanza e o Cascam Zenze, que começando no rio Catalla corre por detraz de Porto da Lenha e vae sair proximo da enseada do Malella, local onde se começam a encontrar as melhores madeiras do Zaire. Vem depois o riacho de Manuel Vacca, que não tem importancia, e passado o qual se chega ao antigo logar das feitorias de Porto da Lenha ou Ponta da Lenha, hoje sem valor. O commercio do Porto da Lenha era importante em coconote, oleo de palma, borracha, algum marfim e madeiras. O rio Catalla ou Matacalla, que se encontra logo acima de Porto da Lenha, começa nas proximidades do banco da Guerra, junto das abas do monte de Bembo Andéca, proximo de Boma. Subindo este rio, encontra-se na margem direita o Zenze, que vae sair ao Malélla, como já dissémos, e na esquerda o Caçalla, que vae ter ao Loango. Na Caçalla só entram canôas ou dongos. Ao Catalla segue se o Loango, que principia nas proximidades do banco de Mateba por umas 1 embocaduras, formando ilhotas, canaletes e pequenas bahias com praias de areia onde por vezes se vêem alguns jacarés e bastantes hippopotamos. O Loango só é navegavel pelas canôas dos indigenas, porque o seu fundo é muito des-

egual. Continuando a subir o rio e tendo passado as embocaduras do Catalla e do Loango, a margem começa a ser montanhosa, destacando-se logo o monte do Bombo Andéca por ter no cimo um pilar de granito a que os naturaes chamam *Pedra do Bembo Andéca* e os inglezes *Lightning Stone*. Entre o Bembo Andéca e Boma fica o rio Jacaré, que vae por detraz dos morros de Boma até ao vallo do Shiélla. Junto do rio Jacaré e do lado de Boma está o povo de Climcáquese. Boma é o local mais saudavel do Zaire e onde está edificada a capital do Estado Independente do Congo. Temos passado por todos os rios que se encontram na margem direita do canal navegavel do rio Zaire até Boma. Vejamos agora os que se notam na margem opposta, desde a ponta de Santo Antonio para cima. Na bahia de Santo Antonio ha 3 riachos, um dos quaes passa junto do povo do Rei Antonio, o *King Antonio's Town* das cartas inglezas, onde existem as ruinas do antigo convento de Santo Antonio, e após esta bahia fica o rio Fuma, que é pouco conhecido e do qual partem 3 esteiros. O rio Madoz, que se segue ao Fuma. recebe 3 canaes, um dos quaes, que corre para E, vae ter ao Chomobica. A' entrada do Madoz ha um bom fundeadouro com 5 e 7 m. de fundo. O Chomobica, ou rio Vamba, que dista 4 k. do Madoz, tem á entrada um ancoradouro de 8 m. de fundo e até á antiga feitoria do Porto Rico é navegavel por palhabotes. Do Chomobica á Quissanga encontram-se apenas as enseadas de Gombeia. Teque'riamgombe e a ilha do Oliveira. Na Quissanga acham-se a bahia de Maúmga Mancuchy, o riacho Xubi, o Nécanga e o Zary Ancassa, que communica com os 2 antecedentes. E' ali o rio Quissanga. Segue se o Lucalla, que póde ser navegavel por palhabotes, e cujas margens são densamente copadas pelo mangal. N'este rio, hoje abandonado, houve n'outros tempos muitas feitorias. A corrente é muito forte na sua embocadura. A bahia de Vampa, que se segue ao Lucalla, tem 2 riachos, um dos quaes toma o seu nome e vae por detraz da Quissanga encontrar se com o rio Chomobica junto do Porto Rico; o outro, chamado Capita Grande ou Enteie, corre na direcção de S para N. Continuando por esta margem e deixando á esquerda as ilhas que ficam em frente do Porto da Lenha, encontram se os seguintes logares: Sinda, Chicango e Congo Yalla, onde ha feitorias europeias que ordinariamente só estão abertas no tempo do negocio. De Congo Yalla para cima encontra-se a Pedra do Feitiço, formada de rocha escarpada, e que poderia ser transformada n'um novo Gibraltar. Está ali estabelecido um posto portuguez de occupação. Passada a Pedra do Feitiço vê se a ilha de Sacran'ambaca, a mais formosa do Zaire por ter um monto conico todo coberto d'uma densa matta, e ao qual, no dizer d'um africanista, falta apenas a Cruz Alta para ser um Bussaco em miniatura. Assim, o Zaire, que entra no mar por um unico estuario, é um importantissimo curso d'agua com cêrca de 5:100 k. de extensão, que póde ser dividido da seguinte maneira: Alto Zaire 2:593 k., desde as origens até *Stanley Falls;* Zaire médio, 2:322 k., entre *Stanley Falls* e *Yellala;* e Baixo Zaire, 185 k., desde *Yellala* até ao mar. O Alto Zaire, entre Niangui e as Stanley Falls, é quasi todo navegavel, mas a grande parte navegavel é a do Zairo médio, entre as Falls e Stanley Pool, com um percurso de 1:954 k., em que existem numerosas ilhas e ao qual affluem muitos tributarios tambem navegaveis em grande parte dos seus cursos, formando uma rêde de communicações fluviaes, de modo que não ha um unico ponto da bacia do Zaire que se encontre a mais de 160 k. d'uma estação fluvial, accessivel ás embarcações. De Stanley Pool a Yellala, a navegação é interrompida por cataractas e rapidos, n'uma extensão de 370 k. Para vencer este obstaculo e facilitar as communicações, o Estado Independente do Congo mandou construir uma linha ferrea pelo S do rio, entre Matadi e Leopoldville. A Matadi, uns 160 k. acima da foz, chegam os vapores da carreira de Antuerpia ao Congo, mas com difficuldade, por se estar a assoriar aquelle porto fluvial. A bacia de drenagem do Zaire ou Congo póde ser avaliada em cêrca de 3.944:500 k. q. de superficie. A distancia que medeia entre a ponta do Padrão *(Shark Point* nas cartas inglezas) e a ponta de Banana, regula por 11 k., formando uma abertura por onde as aguas, com grande velocidade, saem para o mar, sobrepondo-se lhe em uma camada de 36 m. de espessura, visivel a muitos kilometros da costa por causa da sua côr caracteristica, carregada d'um amarello avermelhado. A uns 500 k. da foz a corrente do Zaire, diminuindo a espessura da sua camada, é apenas uma folha d'agua estendida á superficie do mar. O Zaire torna-se ainda notavel pelo enorme fôsso submarino que desde a altura da Quissanga prolonga o canal do rio pelo fundo do Oceano em algumas centenas de kilometros, formando a um e outro lado 2 enormes taludes submersos de vasa cropolite, que não pódem ser devidos á acção erosiva do rio, porquanto, como já ficou dito, a corrente não chega ao fundo. Isto deve ser attribuido á acção combinada das aguas do mar e do rio, entre as quaes, e em consequencia da sua juncção na foz se estabelece uma lucta de gravidades especificas da agua doce para a agua salgada, não permittindo que os lodos trazidos pelas aguas do rio se depositem no eixo do canal, e, por isso, se accumulam aos 2 lados da corrente, deixando a meio do fôsso a profundidade primaria do Oceano. Além do Lufo, do M'peso e d'alguns outros tributarios da margem esquerda do Zaire, quasi todos os outros rios angolenses situados ao N do Cuanza teem cursos independentes mais ou menos parallelos entre si. Para a historia do descobrimento e occupação do Zaire e actos subsequentes, V. os artigos d'este *Diccionario: Angola e Congo.* Bibliographia: *As Colonias portuguezas*, de Ernesto Vasconcellos, Lisboa, 2.ª edição, 1903.

Zalla Zumbua. Pov. da freg. de S. José de Encoge, no conc. de Encogo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Zaluar *(Augusto Emilio).* Poeta e escriptor. N. em Lisboa a 14 de fevereiro de 1826, fal. no Rio de Janeiro em abril de 1882. Era filho de José Dias d'Oliveira Zaluar, major graduado, que servira de commissario pagador da divisão dos Voluntarios Reaes de El-Rei, na campanha do Rio da Prata, antes da independencia do Brazil. Augusto Zaluar, achando se habilitado com todos os preparativos necessarios para os cursos de instrucção superior, matriculou se no 1.° anno da

Escola Medico Cirurgica de Lisboa, disposto a seguir esses estudos, mas o seu talento era especialmente litterario, e as sciencias pouco o attrahiam. Depois de se ter deixado arrastar pela paixão revolucionaria, e de se ter alistado nas tropas populares que fizeram a revolução de 1846, sob as ordens da Junta do Porto, resolveu se a abandonar o estudo da medicina e dedicar-se exclusivamente ás letras. Collaborou em diversos jornaes de Lisboa, e na *Epocha*, *Jardim das damas*, *Revista popular* e outras publicações d'aquelle tempo, se encontram poesias suas. Em 1846 publicou um folheto intitulado *Poesias, primeira parte.* Vendo que nas letras não encontrava os meios de subsistencia que esperava, decidiu ir para o Brazil, e para ali partiu em 1849, chegando ao Rio de Janeiro a 3 de janeiro de 1850. Tratou então de viver dos seus trabalhos litterarios e jornalisticos, conseguindo alcançar grande popularidade, sendo a sua collaboração muito requestada por todos os jornaes Fez parte algum tempo da redacção do *Correio Mercantil* e do *Diario do Rio de Janeiro;* em Petropolis foi redactor principal de *Parahiba*, e em Santos da *Civilisação.* Compoz e traduziu varias peças dramaticas para os theatros, mas 6 annos depois, em 1856, naturalisou se cidadão brazileiro. Nunca mais voltou a Portugal. Publicou alguns dos seus trabalhos, sobre questões economicas e administrativas do Brazil, e outras litterarias.

Zamba, Divisão do concelho d'Ambaca, distr de Loanda.

Zamba. Pov. do Sobado de Bambi Calumga, na 4.ª div. do conc. de Cambambe, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. da 2.ª div. da frog. de S. José de Cabiri, no conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do Sobado de Samba Congo, conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov do sobado do mesmo nome, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do conc.de S Salvador o distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. Está situada na fronteira do Estado independente do Congo. || Pov do sobado de Canda de Cahúa, na aldeia de Santa Maria, conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Cabenda, na 9.ª div. do conc de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental

Zamba Quissolla. Pov. do sobado de Canda do Suqueco, na div. de Muenga á Cuanza, conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Zuanga de Quimbangi, na div. de Muenga á Cuanza, conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov do sobado de Vunda do Buto, na div. de Muenga á Cuanza, conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Zambe Ceva. Pov do sobado e conc. do Cabinda, na delegação do Chiavala, distr. do Congo. prov. d'Angola, Africa Occidental.

Zambe iá Queta. Pov. do sobado de Cazemba, na 11.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Zambella. Pov. do sobado de Cahuia e Quibexi, na 5.ª div. do Zambella, freg. de S. José, conc. de Columbo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental

Zambeze. Grande rio da Africa, o terceiro d'aquelle continente pela extensão do seu curso e pelo desenvolvimento da sua bacia hydrographica. Nasce no monte Caomba, corre para O até á altura do lago Dilolo, d'onde recebe um affluente, e depois corre para o S e SE em direcção aos rapidos de Catima-Moriro, a jusante dos quaes se encurva para L atravez do centro da Africa para levar as suas aguas ao Oceano Indico, n'um percurso de cêrca de 2:200 k. O alto Zambeze offerece algumas secções navegaveis no immenso valle do Barotze, como o demonstraram Serpa Pinto e depois Selous, e, antes de Livingstone, já o havia reconhecido Silva Porto. O territorio situado a O do grande rio constitue, na epoca das chuvas, a planicie alagada do Lobale, que no tempo da estiagem se assemelha a um vasto parque inglez por ser semeado de numerosas placas de terra que, por mais elevadas, deixam vegetar arvores e plantas. Proximo do Libonta, na margem direita do Zambeze, destacam-se algumas ilhas sobre o rio, por entre as quaes se póde navegar até ás cataractas do Gonha, abaixo das quaes o leito se aperta n'uma garganta de menos de 90 m. de largura, descrevendo uma ligeira curva para SE, e atravez de successivos turbilhões despenha-se da queda de Nambua para attingir os rapidos de Catima, ultimo ponto da nossa fronteira de Angola no Zambeze. Em territorio angolense recebe varios tributarios, entre os quaes o Lungué Bungo e o Cuando que são os mais importantes. Passados os rapidos de Catima, o Zambeze dirige-se sensivelmonte de WE atravez da Africa central, despenhando so das cataractas da Mosioátunia ou de Victoria, percorre os territorios da British South Africa e recebe varios affluentes em ambas as margens, sendo o mais notavel na margem direita o Sanhate, e na esquerda o Cafué. Chegando ao territorio portuguez no ponto de confluencia com o Aruangua Grande junto ao commando militar do Zumbo, passa alguns rapidos a jusante de Cachombo e desponha se das cachoeiras de Queruabassa, d'onde segue livremente até ao Indico. Entre o Zumbo, que é o ponto de occupação portugueza mais internado sobre o rio na margem esquerda, e o Cachombo, porto ribeirinho do Zambeze no extremo do caminho terrestre de Tete, a navegação faz-se facilmente em todas as épocas da anno por barcos que não demandem mais de 0,m9 d'agua. De Cachombo até Chicôa, os rapidos, comquanto não impeçam a navegação, são causa de o Cachombo ser o porto mais frequentado e considerado como limitrophe para a navegação a montante das cachoeiras de Queruabassa, as quaes se póde dizer que tem principio na Chicôa, indo terminar proximo da foz do Mussanango. Os rapidos mais difficeis de passar são os de Canhenbiro. Vao ter ás cachoeiras o rio Luio, tributario da margem esquerda, que desce dos territorios de M'Pséne e atravessa a Maravia. O Aruangua Grande, outro affluente esquerdo do Zambeze a que já fizemos referencia, é navegavel durante uma grande parte do anno desde a sua foz até proximo do parallelo de 13° de latitude S. Na região a que nos estamos referindo, o Zambeze banha ao N o paiz desertico de Senga e as

duas Maravias a de L e a de O; pelo S ficam os territorios de Chedima e o da Chicôa, que teve grande importancia no tempo do Monomotapa. No rio Daque, pequeno affluente direito do Zambeze, começam a apparecer vestigios de hulha. Para jusante das cachoeiras, o Zambeze, deixando na margem direita o praso Boroma, junto do qual está a Missão de S. José, corre n'um leito estreito por onde as aguas passam com fôrça, mas conservando uma profundidade regular e tendo apenas alguns pequenos bancos e duas ilhas antes de chegar a Tete, villa e séde do distr. do mesmo nome. Entre Tete e o Luenha, affluente direito que provém do Barué e que recebe o Mazôe, o rio apresenta as suas margens elevadas e tem duas ilhas permanentes, uma defronte do Muarasi e a outra em frente de Tete e chamada das Gallinhas. Da foz do Luenha até ao passo da Lupata, o Zambeze alarga se um pouco, sendo a margem direita baixa e portanto sujeita a inundações periodicas no tempo das chuvas. As ilhas começam a augmentar em numero, mas os canaes de navegação são bem definidos e pro fundos. Dos affluentes que desembocam entre Tete e a Lupata citaremos ainda o Revugo, que divide os prazos Matvndo e Benga junto á margem esquerda do Zambeze, onde vae desaguar logo abaixo de Tete, vindo da linha de cumiada que separa a bacia do Zambeze das do Nyassa e Chire, recebendo muitos pequenos tributarios. Grande parte da bacia do Revugo está incluida na região carbonifera de Tete. O paiz banhado pelo Zambeze e pelos affluentes que vão desembocar áquella parte do rio é muito irregular. Defronte de Tete, as montanhas dão um aspecto pitoresco á paizagem, e a serra Caroeira (163^{m}) elevando se por detraz da villa e tendo para jusante e do mesmo lado as serras Pinga e Chiballa, tornam asperas as vertentes, cortadas de ravinas pedregosas que muito difficultam o transito pela margem, a ponto de ser preferivel atravessar o rio para a parte opposta. Para baixo do Luenha, o terreno torna se quasi plano e o caminho marginal mais facil; mas perto do Maruro a aspereza do solo reapparece com a aproximação da serra da Lupata. Na margem esquerda nota-se defronte do Luenha a collina Macherica, que não deixa praia ou passagem pelo lado do rio, e, mais abaixo, quasi no principio do Sungo, em frente da serra Capiendeca, existe a notavel penedia de Inhacangaiua. As montanhas erguem se quasi a prumo no Sungo, e em muitos pontos ao atravessarem a Lupata, são inaccessiveis e de caprichosa configuração. A largura do Zambeze n'esta parte varia entre 250 a 800 m. Na garganta da Lupata encontra se isolada a meio do rio a ilha de Moçambique, e mais abaixo a de Carmanamano, assentando em rocha o solo d'uma e d'outra. No Lupata, que é uma apertada garganta de altas serranias, não ha ilhas; o canal é pro fundo e a largura do rio regula por 200 m. Depois, até ao Ziué-Ziué, o Zambeze apresenta maior largura, espalhando-se as suas aguas, na occasião das inundações, por uma vasta superficie, em razão de as margens, sobretudo a direita, serem extremamente baixas. A sua largura anda por uns 5 k. durante a estiagem, mas na epoca das cheias attinge em alguns sitios mais de 10. N'essas occasiões o leito do rio é obstruido por muitas ilhas, umas permanentes e outras de alluvião, que se desmoronam quando as aguas sobem e se desfazem n'um ponto para irem surgir n'outro na estiagem seguinte. Isto, que se repete frequentemente, torna a navegação muito difficil n'este ponto do rio, por seguir o canal mais profundo direcções caprichosas que variam de uma para a outra estação, inutilisando assim a experiencia que se tenha adquirido em determinada occasião. Em resultado das inundações, acontece formarem-se ao longo das margens, segundo a disposição do terreno, algumas lagôas de extensão variavel conforme as epocas. O caracter plano das margens perde se para além do Anguase, onde se levantam as serras da Maganja com os seus picos, e que dirigindo-se para NNW fórmam a cordilheira que divide as aguas do Zambeze das do Chire. Para jusante de Tete, o Zambeze póde ser navegado quasi todo o anno por embarcações que não demandem mais de 0,5 d'agua. O Mazaro, ou praia do Vicente, é um dos portos do baixo Zambeze onde se faz o desembarque dos passageiros e das mercadorias que pelo Quaqua se dirigem para Quelimane. Para jusante da foz do Chire fica a serra Chamoára, que acompanha a margem esquerda do Zambeze durante 4 k. e do alto da qual se domina uma grande parte da vasta planicie de alluvião que fórma o vertice do delta do grande rio. Para baixo de Chamoára, o Zambeze divide-se em numerosissimos braços que se entralaçam n'uma rêde que o leva ao mar, entre o Luabo d'oeste e o Linde; mas as aguas do Zambeze vão mais directamente entrar no canal de Moçambique pelas bôcas ou barras, que do S para o N são as seguintes: Luabo d'oeste, separando os prazos Melambe e Cheringoma; rio Melambe, separado do Inhamissengo pela ilha d'este nome, que se estende até perto de Goche; a bôca do Cuama ou Luabo de leste, que é a mais larga de todas e a que, pela disposição natural das ilhas do delta, parece ser a continuação do leito medio do rio; a barra Catharina logo a seguir; e por ultimo a barra do Chinde, actual entrada do Zambeze, reunindo-se com o Cuama pelo tortuoso canal chamado rio Chinde. Os rios Linde, Mahindo, Inhamona e Inhamiara, que abrem, directamente para o mar, são verdadeiras linhas d'agua do delta do Zambeze; muito largos nas embocaduras e até onde chega o fluxo das marés, vão estreitando gradualmente até que se convertem em pequenos mocurros ou canaes de vasão das aguas. Nas grandes cheias, todos estes canaes communicam entre si e com o Zambeze. Em todo o territorio atravessado pelo baixo Zambeze as margens estão cobertas de alguma vegetação arborea, como baobabs, macieiras bravas, palmeiras e coqueiros. Essa vasta região toma o nome de Zambezia e divide se em alta e baixa Zambezia; a primeira comprehendida entre Queruabassa e a Lupata, e a segunda da Lupata para o mar. O Zambeze póde suppôr se assim dividido: alto Zambeze, desde as nascentes até ás quedas Victoria; médio Zambeze, a parte que se segue até Queruabassa; e baixo Zambeze o troço restante. O Chire é o mais importante affluente da margem esquerda do Zambeze. Liga se com elle por meio d'um pequeno delta que comprehende a ilha Inhangoma e varios canaes, contando se entre elles o Ziué Ziué. Este liga o Zambeze com o Chire por intermedio da

lagôa Mauze e corre normalmente do primeiro para o segundo. São muito variadas as tribus que habitam as margens do Zambeze e que procuram nas suas aguas uma parte importante da sua alimentação. Sob um ponto de vista muito geral, póde-se dizer quo o grande rio nasce entre os balunda, corre primeiramente entre os balobale, vivem a meio do seu curso os maroze, e vae ao mar entre tribus de cafres, dando a este um tributo de 50:000 m. cubicos de agua por minuto. Se é grande a fertilidade das suas margens e grande tambem a aptidão das terras que elle percorre para todo o genero de culturas tropicaes, não menos notorias são as riquezas mineraes que ellas encerram. O ouro é frequente nas regiões marginaes do Zambeze inferior, assim como é vulgar o cobre até ao seu curso médio, o ferro, o carvão, etc. A fauna é muito interessante e rica, contando se nos sertões proximos muitos elephantes, rhinocerontes, leopardos, hyenas pantheras, hippopotamos, e crocodilos. A exploração da maior parte do Zambeze foi feita no seculo XIX, e póde se dizer que do Zumbo para cima foi tentada e realizada pelo viajante escocez Livingstone durante as suas pesquizas pela grande bacia d'este rio, bem como posteriormente muitos outros exploradores, entre elles Brito Capello e Roberto Ivens, que assentaram na carta a marcha dos seus affluentes, tornando a inteiramente conhecida. O clima do Zambeze, á parte a zona que medeia entre o Lupata e o Oceano, é saudavel, tornando se tanto mais salubre quanto mais se avança para o interior. Assim a salubridade do Zumbo é notoria ha muito tempo, dando-se n'elle optimamente os europeus. Bibliographia: *As colonias portuguezas*, de Ernesto de Vasconcellos, 2.ª edição, Lisboa, 1903.

Zambezia. Região banhada pelo curso inferior do Zambeze na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Passou a ser assim denominado o territorio a que outr'ora se dava o nome de Rios de Sena. Por portaria de 4 de fevereiro de 1858 foi determinado que assim se ficasse chamando officialmente a totalidade dos territorios sujeitos á soberania portugueza no valle do Zambeze, desde as fozes d'este rio até acima do antigo presidio do Zumbo. A extensão d'este territorio até ao Zumbo póde ser calculada em 1:000 k. A sua largura não está bem determinada, mas os limites são pelo lado do S os territorios do distr. de Sofala e pelo lado do N o sertão de Angoche. O relevo orographico da Zambezia não é egual no interior ao do litoral No litoral dominam as planicies, de modo que as cheias do Zambeze inundam grandes superficies. A região do interior é notavelmente montanhosa. A Zambezia, como dissémos, é banhada pelo grande rio que lhe deu o nome e pelos affluentes que a elle correm na região. O solo é fertilissimo: produz gergelim, amendoim, milho grosso e miudo, mapira (painço) mexoeira, algodão, canna saccharina, etc. e nos terrenos incultos crescem arvores frondosas, muitas das quaes dão madeira excellente para construcção e carpintaria. Entre as arvores do que mais se utilisam os indigenas deve citar-se a palmeira brava, da qual tiram valiosos recursos; cobrem as palhotas com a sua folhagem, aproveitam-lhe a madeira para o fabrico de cordas, e da sua amendoa fazem farinha com que se alimentam em tempos de escassez, o sura. A cultura das sementes oleaginosas tem se desenvolvido muito, e é um dos artigos de exportação. Na baixa Zambezia habitam os macuas; no Massingire e no delta formado pelo Chire e pelo Ziué-Ziué e no territorio denominado Maganja, os maganjas; e na alta Zambezia, desde Sena, os munhaes. São geralmente bem feitos, altos e robustos, de feições menos irregulares do que outros povos da raça negra, e pacificos e pouco aguerridos. O casamento entre os indigenas assemelha se a uma compra da mulher. O noivo paga ao pae da noiva uma porção de algodão, missanga ou outros generos, e recebe a mulher. Em algumas povoações, os rapazes e as raparigas dormem promiscuamente na mesma casa, e é raro que esta promiscuidade dê maus resultados, porque são severas as penas applicadas aos attentados ao pudor. As habitações dos indigenas são em geral palhotas, algumas elegantes, levantadas sobre estacas de pau ferro, com uma especie de varanda em torno. Na alta Zambezia as palhotas são quasi todas feitas com estacas e apresentam a fórma quadrada ou redonda, tendo muitas um corredor em volta. Os mais abastados armam as palhotas com paus e cannas e applicam-lhes um revestimento de barro. As linguas faladas na Zambezia são o icbuabo ou lingua de Quelimane, a lingua de Sena, a de Tete, e a lingua chinhauja. A primeira é um dialecto macúa, as outras duas pertencem á lingua munhar, e a ultima é um dialecto especial. Em geral os povos da Zambezia pintam o corpo da cintura para cima, traçando varias riscas e desenhos. As mulheres furam o labio superior e enfiam n'elle um rodela. São muito superticiosos, e por isso abundam entre elles os curandeiros, os feiticeiros e os adivinhos. São pouco industriosos os povos d'esta região. Comtudo, em algumas partes fabricam taças, assucareiros e outros objectos de madeira, marfim e ponta de abada, bem como azagaias e machados e objectos de prata e ouro. As mulheres teem os panos com que se resguardam. O clima varia, conforme as regiões. A Zambezia fórma hoje um districto do seu nome, sendo a sua capital a villa de Quelimane, que anteriormente tambem foi a capital d'um districto do seu nome constituido por esta região da Zambezia. *(V. Quelimane)*. No districto ha minas de chumbo, cobre e ouro, sendo estas ultimas as que figuram em maior numero; plantações de borracha, café, canna de assucar e coqueiros, e uma fabrica de assucar em Namacurra. Os prazos da coroa são numerosos, e na sua maior parte estão arrendados ás companhias da Zambezia, do Boror, do Luabo, e á Société du Madal. Numerosas casas commerciaes, Observatorio metereologico, Egreja do Coração de Jesus, da missão Zambeziana, em Quelimane, agencias de seguros, etc. Em 1903 publicou se o livro do sr. J. C. D. de Sousa e Faro Junior, official de marinha. A obra está dividida em 4 secções.

Zambujaes. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

Zambujal *(Jorge de Cabedo de Vasconcellos Sardinha da Cunha Castello Branco do Couto, barão do)*. Moço fidalgo com exercicio; commendador da ordem de Christo, provedor da Tabola e ordem da villa de Setubal, superintendente das caudelarias da comarca de Setubal, etc. N. em Setubal a 18 d'abril de 1783, fal. em Lisboa, a

26 de maio de 1850. Era filho de José Bruno de Cabedo de Vasconcellos Sardinha da Cunha, moço fidalgo, brigadeiro do exercito e governador da praça Setubal, etc., e de sua mulher D. Rita Delphina da Graça de Lencastre. Foi coronel do regimento de milicias de Setubal, desde 15 de novembro de 1812 até á convenção d'Evora Monte; teve assento na reunião dos tres estados em 1828, pelo braço da nobreza. Era senhor das morgadas de Cabedo, de Vasconcellos, do Zambujal, de Sardinhas, e da Quinta da Caridade do Couto, em Ourem, no qual succedeu em 1817 por se haver extincto a linha principal. Foi tambem administrador de varias capellas, sendo as mais antigas, a de Affonso Lourenço Casado, instituida em 1303, e a de Estevão Lourenço Pinheiro, em 1459. Casou em Setubal a 10 de novembro de 1803, com sua prima D. Anna Leonor d'Almada e Lencastre, filha dos 2.os viscondes de Villa Nova de Souto d'El Rei. Foi agraciado com o titulo de barão do Zambujal por carta de 27 de janeiro de 1826; o officio do provedor da Tabola, foi por carta de 22 maio de 1639 concedido a um dos seus ascendentes. E' o brazão d'armas d'estes fidalgos um escudo esquartelado: no 1.º quartel as armas dos Cabedos: um escudo dividido em pala; a primeira dividida em faxa, tendo na primeira de azul, 3 flôres de liz, de prata, em roquete; na segunda, de prata, uma caldeira, de negro. Na segunda pala, tambem de prata, bandeira de duas pontas, metade de purpura, carregada de um crescente de prata, e a outra metade, de prata, carregada da um crescente de purpura, hastea de ouro com a lança de prata. No 2.º quartel, as armas dos Vasconcellos: Em campo preto tres faxas veiradas, e contraveiradas de prata e de vermelho. No 3.º as dos Sardinhas: Em campo verde uma banda ondada de prata e azul com 5 sardinhas da sua côr. No 4.º as dos Cunhas: Em campo de ouro 9 cunhas de azul em 3 palas, sem a orla das quinas, e no centro um escudete com as armas dos Coutos, de Benambar: Em campo vermelho um castello de ouro fundado sobre ondas. Timbre, o dos Cabedos, que é o crescente das armas sobre coronel de barão.

Zambujal. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. do Douro, conc. e com. de Condeixa a Nova, distr. e bisp. de Coimbra; 231 fog. e 860 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Está situada na margem direita de um affluente do Mondego, a 4 k. do Rabaçal e a 9 da séde do conc. Banha esta freg. uma ribeira que nasce na de Pombalinho, conc. de Soure, atravessa as do Rabaçal, Zambujal, Alquibedeque, Belido, Figueiró do Campo e outras; recebe na margem direita um ribeiro que vem de Condeixa, e vae desaguar na margem esquerda do Mondego 3 k. a montante da foz do rio Soure, tendo de curso total perto de 32 k. A egreja matriz é pequena e singela; foi reformada em 1783. Era uma simples capella, e foi arvorada em matriz no anno de 1528, data da creação d'esta freg. O clima é muito saudavel. O terreno é fertil em trigo, azeite e vinho; tambem produz bastante fructa, hortaliça, hervagens e algum milho. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23 com a séde em Coimbra. || Pov. e freg. de S. Bento, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Redondo, distr. e arceb. de Evora; 58 fog e 371 hab. Tem esc. do sexo fem. Está situada entre 2 regatos que veem da serra d'Ossa e fórmam a ribeira de S. Bento ou da Pedra, affluente da de Freixo, a 6 k. da séde do conc. A egreja parochial é muito simples e foi reedificada em 1882. Esta pov. foi habitada desde tempos remotissimos. N'ella se encontram claros vestigios d'um dolmen. Tambem se tem encontrado muitas moedas romanas em differentes datas e em differentes sitios. O clima é pouco saudavel; as producções mais dominantes são trigo, cevada, centeio e bolota; cria bastante gado suino, e tem abundancia de caça miuda. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. Tambem é conhecida pelo nome de S. Bento do Zambujal. || Povoações nas freguezias: N. S.ª dos Prazeres, de Alcaria, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. Tem est. post. || S. José, de Alqueidão da Serra, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Santa Maria Magdalena e conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || N. S. da Visitação, de Alvorninha, conc. de Caldas da Rainha, do mesmo distr. || S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro. || N. S.ª do O', de Cadima conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural. || N. S.ª da Consolação, de Cezimbra Castello, conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa. || S. Domingos de Rana, conc. de Cascaes, do mesmo distr || Espirito Santo, conc. de Mertola, distr. de Beja. || Santo André, e conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Visitação, de Ourem conc de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || S. Julião, de Tojal, conc de Loures, distr. de Lisboa. Tem caixa postal.

Zambujeira. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Evora d'Alcobaça, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria. || S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja.

Zambujeiro. Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Alcabideche, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa. || N. S.ª do Prauto, de Arazede, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || N. S.ª dos Martyres, de Serra do Bouro, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Travanca de Lagos, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

Zambujo. Pov. na freg. de S. Francisco de Assis e conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre.

Zamith *(Fernando Antonio)*. Cirurgião mór do regimento de infantaria n.º 9. N. em Ponte do Lima em 1774, onde tambem fal. em outubro de 1861. Seus paes eram oriundos da ilha de Malta. Serviu no exercito do infante D. Miguel, e estava reformado no referido posto, quando falleceu. Escreveu: *Novos principios de cirurgia, resumidos das obras dos autores modernos, conforme o plano do livro de Lafaye, traduzido do francez com algumas notas*, Lisboa, 1817, 2 tomos; *Exposição de symptomas da enfermidade venerea, dos diversos methodos de tratamento que lhe são applicaveis*, etc., *por Lagneau, traduzido em portuguez*, Lisboa, 1822.

Zanga. Pov. da 4.ª div (Lungue) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Zanga de Baixo. Pov. do sobado de Quieta, na 6.ª div. da freg. de S. Joaquim, conc. de Golungo

Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Zanga de Cima. Pov. do sobado de Quela, na 6.ª div. da freg. de S. Joaquim, conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Zanga-Quisseno. Pov. do sobado de Hebo a Quemui, na 5.ª div. da freg. de N. S.ª da Victoria, conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Zangaria. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

Zangarinheira. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro.

Zangas. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Ferreira a Nova, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

Zangoio. Pov. da regedoria do Povo Grande, no conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Zangue. Rio da Africa Oriental; atravessa a lagôa Absinta e vae desaguar no Zambeze.

Zangulho. Pov. na freg. de S. João Baptista de Gatão, conc. de Amarante, distr. do Porto.

Zanzalla. Uma das 4 divisões de Lubango.

Zaramira. Monte a uns 100 k. de Macequece.

Zarco (*João Gonçalves*). Fidalgo cavalleiro da casa do infante D. Henrique, pertencente a uma familia distincta. Seguiu desde muito novo a carreira maritima, e por mais d'uma vez exerceu o commando das caravellas, que guardavam as costas do Algarve. Quando o infante D. Henrique se lançou no caminho das explorações maritimas, João Gonçalves Zarco foi o primeiro que se lhe offereceu para o coadjuvar n'esses emprehendimentos. Aproveitando o offerecimento, o infante D. Henrique, em 1418, mandou preparar um barco, e entregando o a João Gonçalves Zarco e a Tristão Vaz Teixeira, mandou os ou demandar terras desconhecidas, ou procurar umas ilhas que já appareciam nos mappas, e a que teriam aportado 50 ou 60 annos antes outros navegadores portuguezes. João Gonçalves Zarco chegou depois d'alguns dias de viagem, á ilha que chamou de Porto Santo, voltando logo a Portugal a dar conta do resultado da sua expedição. O infante ficou satisfeitissimo, e tratou logo de colonisar a ilha. Ordenou pois a João Gonçalves Zarco e a Tristão Vaz Teixeira que voltassem a Porto Santo, dando-lhes por companheiro outro creado da sua casa, chamado Bartholomeu Perestrello. Foi n'essa segunda viagem que descobriram ou demandaram a ilha da Madeira, saindo Tristão Vaz e Gonçalves Zarco do Porto Santo no dia 1 de julho de 1419, e indo aportar á Madeira no ponto a que chamaram de S. Lourenço, por ser de *S. Lourenço*, tambem o nome do navio que os conduzia. Fizaram depois em torno da ilha uma viagem de circumnavegação, e fôram pondo nomes aos differentes accidentes da costa. N'essa viagem recebeu a principal bahia da ilha o nome de bahia do Funchal, e uma grande lapa onde se escondiam muitos lobos que os viajantes caçaram, o nome de Camara de Lobos, tomando d'esse sitio o proprio João Gonçalves Zarco e os seus descendentes o appellido de *Camara*. Voltando a Portugal, receberam os dois navegadores do infante o devido premio. Confirmou a João Gonçalves Zarco o appellido de Camara, e deu-lhe por armas escudo em campo verde, e n'elle uma torre de menagem com cruz de ouro, e dois lobos marinhos encostados á torre com paquife e folhagens vermelhas e verdes, e por timbre outro lobo marinho, sentado em cima do paquife. Além d'isso, dividiudo a ilha em duas capitanias, fez mercê d'uma d'ellas, a do Funchal, a João Gonçalves Zarco. Partiu este para a sua ilha, depois de ter casado com uma senhora por nome Constança Rodrigues de Almeida, e todo se entregou á colonisação da sua maravilhosa propriedade. Não se esqueceu comtudo dos seus deveres de cavalleiro, nem sobretudo da muita gratidão que devia ao infante D. Henrique, e, quando este quiz tentar a expedição de Tanger, veiu pôr se á sua disposição. No cêrco de Tanger foi armado cavalleiro pelo infante, e tendo escapado com vida a essa desastrosa expedição, tornou para a Madeira, onde, aproveitando as ricas mattas que existiam ali; fez construir alguns navios com que de vez em quando auxiliou o infante nas suas expedições de descobrimento para além do cabo Bojador. Diz-se que foi elle, mas não se sabe com que fundamento, o primeiro que poz a artilharia a bordo. Esses instrumentos guerreiros eram então bem imperfeitos e de bem pouco serviam, mas, assim como eram, se alguem se lembrou de a pôr a bordo, fôram de certo portuguezes que precisavam bem de todos os meios de defeza que o genio humano lhes pudesse suggerir para se defenderem nas aventurosas expedições que tentavam contra desconhecidos perigos. Os navios de Gonçalo Zarco figuraram, como se disse, nos descobrimentos para além do cabo Bojador, e um sobrinho de Gonçalves Zarco, Alvaro Fernandes, foi um dos nossos descobridores mais felizes e audaciosos. João Gonçalves Zarco morreu na segunda metade do seculo XV, cheio de annos e de felicidades, deixando filhos que fôram tronco de algumas das mais nobres familias portuguezas. O ramo principal da sua casa é hoje representado pelos descendentes dos condes e marquezes da Ribeira Grande.

Zarroeira. Pov. da freg. de S. Pedro, de Farinha Podre, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

Zá Tangue. Pov. do sobado de Masôso, na 6.ª div. da freg. de S. José de Cabiri, conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Zatcho. Monte na Zambezia, prazo Milange.

Zava. Pov. na freg de S. Mamede e conc. de Mogadouro, distr. de Bragança.

Zavala. Circumscripção do conc. de Inhambane, na provincia do Moçambique, Africa Oriental. Comprehende numerosas povoações governadas por varios regulos sujeitos á autoridade portugueza, e a sua população orça por 85:000 habitantes aproximadamente.

Zebra. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Goudoriz, conc. de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

Zebral. Dizia se de um peso de pedra que equivalia a uma arroba: *O carniceiro dê dois lombos de porco, e de boi ou vacca uma pedra zebral.* (Foral de Ceia de 1136).

Zebral. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Ruivães, conc. de Vieira, distr. de Braga. E' aldeia muito antiga, e n'ella tocava uma

das duas estradas romanas de Braga para Astorga por Chaves. | Santa Maria, de Sarraquinhos, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

Zebras. Povoações nas freguezias: S. Francisco de Assis, de Orca, conc. de Fundão, distr de Castello Branco. A aldeia tem por orago N. S.ª d'Assumpção, e está situada na margem esquerda dó rio Alpreade. Tem caixa post. || S. Nicolau, de Valles, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real.

Zebreira. Villa e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Idanha a Nova, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 555 fog. e 2:174 habit. Está situada em terreno alto mas pouco ingreme, que termina n'uma planura com cêrca de 387 m. de altitude sobre o nivel do mar, entre os rios Elga e Aravil, na velha estrada de Idanha a Nova á villa e ponte de Segura, e na estrada nacional d'Abrantes a Salvaterra do Extremo, a 16 k. da séde do conc. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com séde em Castello Branco. Tem est. post. e telegr., escolas d'ambos os sexos, lagares de Azeite, medico, pharmacia, fabricas de moagens, vendedores de vinhos, etc. Em 1708 pertencia ao bispado da Guarda, comarca, corregedoria e provedoria de Castello Branco; era villa dos Manueis, condes de Villa Flôr, seus donatarios, mas vigairaria da apresentação da ordem de Christo. Em 1768 era villa e vigairaria do mesmo bispado e da mesma comarca, mas da apresentação da corôa pelo tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens. A pov. tem uma area vastissima, depois que lhe annexaram a freg. de Toucões. O terreno é bastante sêcco, mas fertil. E' banhada a O pelo rio Aravil e pelos ribeiros de Calacú e Toulico, nos quaes a 3 k. da Zebreira tem 2 moinhos que trabalham apenas alguns dias no rigor do inverno, pois na estiagem aquelles ribeiros somem-se e na primavera e outono são microscopicos, mas differentes proprietarios de Zebreira teem moinhos e azenhas no Elga, onde moem o pão que se gasta na freg. Produz cereaes de pragana, trigo, centeio, cevada, aveia, milho, algum azeite e algum vinho. A riqueza maior de esta freg. é a creação de gado de toda a especie. A tradição diz que esta villa é relativamente moderna e oriunda de Idanha a Nova. Narra assim a sua fundação: Os habitantes de Idanha a Nova, tentados pela fertilidade e belleza d'este chão denominado *Zebros* em tempos remotos, trataram de o agricultar, e como ficasse distante, aqui fizeram algumas pobres cabanas para se abrigarem, e recolher e guardarem os seus gados, os seus generos e os utensilios da lavoura. Com o tempo augmentou a dita colonia; as pobres choupanas fôram substituidas por casas e assim se formou um povoado, que do primitivo nome de *Zebros* se denominou *Zebreira* e chegou a ser villa e séde de conc. com justiças proprias. Em 1833, com a extincção dos donatarios perdeu aquellas preeminencias, mas ainda conserva como padrão de gloria a velha casa da camara, a cadeia e o pelourinho; apezar de já não ser villa nem séde de conc., é comtudo a freg. mais populosa e mais importante do conc. de Idanha a Nova. Extincto o seu conc. passou para o de Salvaterra do Extremo até 24 de outubro de 1855, data em que aquelle conc. tambem se extinguiu, indo então para o de Idanha. Até 1771 pertenceu ao bispado da Guarda, data em que se creou a diocese de Castello Branco, ao qual ficou pertencendo até 1882, data em que pela nova organisação das dioceses se extinguiu este bispado, passando então ao de Portalegre. A casa da camara era humilde e n'ella se estabeleceu uma escola de instrucção primaria e o tribunal do juiz ordinario. A casa que servia de cadeia, foi transformada n'uma torre, onde collocaram um relogio. O pelourinho tem na base a data—*1686*—e termina em fórma de pyramide quadrangular, tendo em uma das faces em relêvo 2 leões e 2 braços armados de cutello; na face opposta uma esphera armillar; em uma das outras faces um braço com um cutello e um escudo encimado por uma corôa; na face restante uma flôr, que parece um amor perfeito. A pov. está no meio de 2 campos espaçosos, e foi outr'ora defendida por um castello, mandado construir por D. João IV no tempo da guerra da Restauração, castello hoje em ruinas. A E'ste tem bom campo, e do lado Oeste outro campo muito mais espaçoso e muito mais bonito. O 1.º denomina se *A Neve*, e é uma formosa planicie, mas com pequeno horizonte por estar em sitio baixo. O outro campo chama-se *Deveza* e é um dos campos mais formosos e mais espaçosos que se encontram na provincia. Está todo povoado de azinheiras publicas e oliveiras particulares. D'elle se descobre um largo horizonte e um panorama lindissimo: as serras da Estrella e da Gardunha e outras muitas de Portugal e da Hespanha, bem como uma larga e vistosa campina, e muitas povoações hespanholas e portuguezas. A egreja matriz é singela; suppõe se que foi construida em 1694, porque sobre a porta principal se vê gravada aquella data. Tem algumas capellas, mas de pouca importancia.

Zebreiras. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Foz de Sousa, conc. de Gondomar, distr. do Porto. Tem caixa postal.

Zebro. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc de Monchique, distr. de Faro. || S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, do mesmo distr. || Ribeira que nasce na parte NE da freg. de Amarelleja, e vae lançar se no Guadiana com cêrca de 25 k. de curso.

Zebros. Pov. na freg, de S. Cypriano, de Refontoura, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

Zedes. Pov. e freg. de S. Gonçalo, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. de Carrazeda de Anciães, distr. e bisp. de Bragança; 57 fog. e 178 habit. Tem est. post. e está situada na falda da serra da Reborosa, a 3 k. da marg. esq. do rio Tua, a 6 k. da séde do conc. Ao S da pov. ha um largo muito espaçoso, a que chamam *Prado*. Banham a freg. 2 ribeiros, um ao S e outro ao N, que tem 5 pontões e 2 moinhos, os quaes vão desaguar no ribeiro de *Frarigo*, confluente do Tua. E' fertil em centeio, batatas, hervagens (feno) e castanhas. Pertence á 6.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10 com a séde em Mirandella.

Zedlangongo. Pov. do sobado de Pamba N'Gonga, na 8.ª div. do conc. de Ambaca, districto de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Zedlagungo. Pov. do sobado de N'Dalla Caballo na 8.ª div. do conc. de Ambaca, districto de Loanda, provincia de Angola, Africa Occidental.

Zediangungo de Baixo. Pov. do sobado de Muinza na 8.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, provincia de Angola, Africa Occidental.

Zeive. Pov. da freg. de S. Vicente, de Mofreita, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança, e séde de uma freg. extincta, do orago S Cypriano; já tem pertencido por varias vezes a esta freg. de Mofreita e á de S. João Baptista, de Paraniro, á qual ainda pertencia em 1889. E' fertil em generos agricolas.

Zeliobriga. V. *Celiobriga*.

Zella. Pov. do sobado de N'Gonga Quilombo, na 8.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Rio do districto de Vizeu. N. ao S de Vouzella, passa a O d'esta villa, e correndo para o N vae desaguar no rio Vouga com 10 k. de curso.

Zellú. Roça na ilha do Principe, Africa Occidental.

Zemba. Pov. da 3.ª div. (Mahaballa) do conc. de Pungo-Audongo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Zendo. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Rossas, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

Zengo. Pov. da 2.ª div. da freg. de S. José de Cabiri, no conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda. prov. de Angola, Africa Occidental.

Zenguille. Pov. da div. de Quissanga, no conc de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Zenza. Pov. do sobado de Mussengue a Cabanga Canzenza, na 5.ª div. da freg. de S. Joaquim, conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado do mesmo nome, na 8.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Hanga A'Bambe, na 2.ª div. da freg. do S. Joaquim, conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Zenza d'Além. Divisão do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Zenza d'Aquém. Divisão do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov d'Angola, Africa Occidental.

Zenza do Golungo. Concelho do distr. de Loanda, na prov. de Angola, Africa Occidental. E' limitado ao N pelos Dembos e pelo conc. de Icolo e Bengo, a E pelo Golungo Alto, ao S pelo de Muxima e a O pelo de Calumbo. E' banhado pelo rio Zenza, nome que o Bengo toma na parte em que atravessa esta região, e por outros rios menos importantes e por varias lagôas. O terreno é um pouco accidentado para E, e abunda em generos agricolas, como café, milho, mandioca, arroz, fructa e legumes. Tambem abunda em gado vaccum, caprino e suino O conc. comprehende 4 divisões administrativas o varios sobados e povoações. Permuta vales do correio com a metropole.

Zenzeca. Pov. do sobado de Mussengue a Cabunga Canzenza, na 5.ª div da freg. do S. Joaquim, conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Zezere O maior rio que nasce em Portugal, depois do Mondego. Tem as suas origens nas lagôas dos Cantares o Paxão ou no Chafariz d'El rei, na serra da Estrella, entre Manteigas e Covilhã, corre para o NE até junto de Manteigas, que banha ao S, volta depois a E, descrevendo curvas muito irregulares, passa a 1 k. ao S de Valbelhas, a 2 ao O de Belmonte e a 5 a E da Covilhã, onde tem ponte, e assim continua sinuosamente até passar a 1 k. ao NO de Alvaro: então descreve uma curva maior, corre entre Pedrogão Grande e Pedrogão Pequeno por sob a ponte de Cabril, recebe a ribeira de Alge, passa ao N de Dornes, a 5 k. a E do Ferreira e a 7 ao O de Villa de Rei, e inclinando-se para SO recebe o Nabão e entra no Tejo, a O de Constancia, com cêrca de 200 k. de curso. E' muito caudaloso e abunda em peixe de excellente qualidade. Recebe varios affluentes, sendo: pela margem direita o Paúl, Çabril, Pera, Arega e Nabão; e pela esquerda o Teixeira, Caria, Mimôa, Bogas, Certã, e Isna. || Pequeno rio do conc. de Baião. N. na freg. de Viariz e entra no Douro, na freg. de Santa Marinha do Zezere.

Zia. Pov. do sobado de N'Cama, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Zibreira. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. do Extremadura, conc. e com. de Torres Novas, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 201 fog. e 808 hab Está situada na estrada de Torres Novas a Minde e a Porto de Móz, a 6 k da séde do conc. E' banhada ao N por um ribeiro confluente do Alviella, ramo que vem da serra d'Ayre, na altitude de 677 m. e toca em Torres Novas, onde se junta ao ramo principal, que vem da Portella, 13 k. a N de Torres Novas. E' fertil em vinho, azeite, cereaes e fructa. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Luz, de Carvoeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa || S. Martinho e conc. de Cintra, do mesmo districto.

Zibreira da Fé. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço. distr. de Lisboa.

Zibreira de Fetaes. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa.

Zibreiros. Pov. na freg de S. João Baptista, de Silva Escura, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

Zigonêm. Pov. na circumscripção de Batti, do commando e conc. de Sanguém, distr. de Gôa, na India.

Zilla N'Zambe. Pov. do conc de Cacongo, no distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Zimbral. Coutada real importante no seculo XV.

Zimbral. Povoações nas freguezias: S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. || Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, do mesmo districto.

Zimbreira. Pov. na freg. de S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro.

Zimbreiro. Ilha da Madeira; pov. na freg. da Santissima Trindade, de Tabua, conc. do Ponta do Sol, distr. do Funchal.

Zimbreiros. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santo Antão, de Caniço, conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal.

Zinguichor. Presidio na margem esquerda do rio Casamansa na Guiné.

Zisima. Pov. do sobado de Muala, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador, e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Ziu Ziu. Canal que liga o rio Chire e o Zambeze, e que se abre quasi em frente de Sena, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem cêrca de 50 k. de extensão e fórma a ilha Nhangoma.

Zoary. Rio da India portugueza.

Zoio. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 131 fog. e 504 hab. Está situada a 10 k. da margem esquerda do Rio Tuella e a 20 da séde do conc., nas proximidades da serra de Nogueira. E' banhada pelo ribeiro da Calhelha, e que passa junto da pov. e o de Martim, que passa entre a pov. d'este nome e a de Refoies. Ambos nascem no termo d'esta freg: a distancia de 7 k. desagúam no ribeiro de Cellas, e este desagúa no Tuella que, unido ao Rabaçal, fórma o Tua. E' fertil em centeio, trigo, batatas e castanhas. Tambem cria bastante gado lanigero e bovino. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

Zôlo. Pov. do sobado de Quipanso, no caminho do Zumbo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Zombo. Nome d'uma das divisões do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. Comprehende alguns sobados e numerosas povoações, estando incluida n'ella a região de Damba, cuja população orça por 60.000 habitantes.

Zondo. Pov. do sobado de N'Golla Bumba, na 3.ª div. da freg. de S. Joaquim, conc de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. da 4.ª div. do conc. de Cazengo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Zongo. Pov. do sobado de Mussengue a Cabanga Canzenza, na 5.ª div. da freg. de S. Joaquim, conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Zongueje de Baixo. Pov. da 3.ª div. (Mahaballa) do conc de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Zongueje de Cima. Pov. da 3.ª div. (Mahaballa) do conc. de Pungo Audongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Zonho. Pov. da freg. de S. João Baptista, de Codeços, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

Zonho. Pov. na freg. de S. Pedro, de Cotta, conc. e distr. de Vizeu.

Zonodem. Aldeia da regedoria de Molcorném, no conc. de Quepém, distr. de Gôa, India.

Zorném. Aldeia da circumscripção mil. de Valpoy, na prov. de Satary, distr. de Gôa, India.

Zorral. Pov. na freg. de S. Pedro de Sollis, conc. de Mertola, distr. de Beja.

Zorreguelra. Pov. na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Matacães, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

Zorro. Povoações nas freguezias: Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra || O Salvador e conc. de Miranda do Corvo, do mesmo distr. || Sitio á beira do rio Zezere, perto do monte dos Aroçarios, freg. de Dornes.

Zorros. Pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Loulé, distr. de Faro.

Zouparria. Povoações nas freguezias: S. Silvestre do Campo, conc. e distr. de Coimbra. || S. Thiago, de Souzellas, do mesmo conc. e districto.

Zulca. Pov. do sobado de Ucusso, na 10.ª div. (Ucusso) da freg. de N. S.ª da Conceição, conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Zulo a Mungo. Pov. da div. de Quiumbo, no conc. de Ambrizete, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

Zulomongo. Pov. do sobado de Bamba, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado da Cataracta do Quisulo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, idem, idem. || Pov. do sobado de Tamboco, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, idem, idem. || Pov do sobado de N'Chantete, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, idem, idem.

Zulumango. Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

Zumbe. Pov. do sobado de Muhongango, na 4.ª div. do concelho de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Zumbo. Villa do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está situada na margem esquerda do Zambeze, perto da confluencia do Aruangua com aquelle rio, e dista cêrca de 400 k. da capital do distr. Em tempos remotos era conhecida pelo nome de *Meroé*. Foi uma pov. muito importante, onde se encontram ainda ruinas de edificios consideraveis levantados pelos portuguezes, o que equivale a padrões monumentaes da obra de civilisação que desde ha seculos emprehendemos no continente negro. Ao N da ilha erguem se as altas serranias de Mazansira, e ao S estende-se uma vasta planicie. O Zambeze e os seus confluentes permittem que a villa alargue as suas communicações tanto para o litoral como para o interior o Zumbo tinha outr'ora mais de 200 fogos, havia n'elle um bom convento da invocação de S. Domingos, e dominava um extenso territorio entre as margens do Aruangua e do Zambeze. Depois foi decaindo a pouco e pouco, mas em nossos dias já readquiriu parte da sua antiga prosperidade. Segundo uns, o primeiro povoador do Zumbo foi um individuo natural de Gôa chamado Pereira, que estabeleceu ali uma pequena colonia que mais tarde se transformou n'uma rica pov. commercial, e, segundo outros, foi o missionario Fr. Pedro da Santissima Trindade, o qual, captando a sympathia do respectivo regulo, obteve d'elle a cedencia d'uma porção de terreno onde deu principio á pov. e construiu uma egreja. Depois, as rivalidades entre os indigenas dariam causa a que a pov. fôsse abandonada e se lançassem os fundamentos d'outra no logar onde se vêem as ruinas de edificios a que já alludimos. Em 1710 foi a pov. atacada pelo regulo Changamira, refugiando-se parte dos moradores na villa de Tete, e com varias alternativas se manteve este estabelecimento, até que por provisão de 27 de abril de 17[illegible]3 foi elevado á categoria de villa e capitania-mór, com juiz ordinario, capitão-mór, vereadores, etc. Construiu-se então uma muralha com baluartes, fundou-se a egr.ja e construiram-se outros edificios Em 1780 as continuas guerras e incursões dos negros obrigaram tambem os moradores e a guarnição

da villa a abandonal a, sendo assassinados pelos landins aquelles que se deixaram ficar e não quizeram prudentemente, como os outros, recolher-se a Tete, e, como a situação se aggravasse, em 1835 foi egualmente abandonada a feira que os portuguezes ali tinham, ficando assim perdida pelo momento a nossa influencia. A 1 de dezembro de 1861 foi mandado reoccupar aquelle territorio, sendo encarregado d'esta missão Albino Manuel Pacheco, capitão-mór de Tete, que foi nomeado capitão-mór interino da villa, e escreveu uma interessante memoria intitulada *Uma viagem de Tete ao Zumbo*, e desde então, e apezar de varias occorrencias, não deixou aquella parte do continente negro de estar sujeita á soberania portugueza. A villa, constituida em séde d'uma capitania-mór do seu nome pertencente ao distr. de Tete, por decreto de 7 de novembro de 1889 foi elevada a capital d'um novo distr. da provincia, ficando assim desmembrada do de Tete. Por esse diploma, o distr. do Zumbo ficou limitado pelos cursos do Bissombo e do Aruangua, desde a confluencia d'aquelle até ao ponto mais proximo das Cabeceiras de Luangua, pelo curso d'este até ao Zambeze, pelo do Zambeze até ao logar em que n'elle se lança o rio Mussengueji e d'ali em deante por este ultimo rio até á sua origem, pela linha divisoria das aguas dos rios Panhame e Luia, pelo leito do Mazura até encontrar a fronteira do antigo distr. de Manica, com a qual coincidia até ao ponto em que este encontra o rio Save, seguindo depois pelo leito d'este rio para montante, d'onde passava para as Cabeceiras do Mafuli, cujo leito acompanhava, bem como o do Sanbati até ao Zambeze, por onde se dirigia para o occidente. O mesmo decreto, além da indicação das respectivas autoridades administrativas, estabelecia a creação de 2 commandos militares com séde na confluencia do rio Cafucue e em M'chera, e que o governo ficasse autorisado a crear novos commandos militares nos pontos que julgasse conveniente. O governo inglez protestou em 21 de novembro contra a creação do novo distr. do Zumbo, allegando que parte dos territorios n'elle comprehendidos estava na esphera de influencia da Inglaterra, e a esse protesto respondeu com notavel firmeza a 29 do mesmo mez o então ministro dos negocios estrangeiros Henrique de Barros Gomes. Na primeira decada de dezembro ainda a questão estava pendente entre os 2 governos; depois occorreram na prov. de Moçambique os acontecimentos que deram origem ao brutal *ultimatum* inglez de 11 de janeiro de 1890, e a Inglaterra, pelo tratado que nos impôz a 20 de agosto seguinte, cortou á larga nos territorios cuja posse nos contestava na Africa oriental. Hoje, pelo que se deprehende do *Annuario estatistico dos dominios ultramarinos portuguezes*, de 1899 e 1900, o Zumbo fórma um commando militar do distr. de Tete. Estão estabelecidas n'elle varias missões religiosas, como a de S. Pedro Claver do Zumbo, de S. Francisco Xavier de Mopéa e de Nossa Senhora da Immaculada Conceição de Chupanga.

Zundo. Pov. do sobado do mesmo nome, na 8.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. ‖ Pov. da 14.ª div. da freg. de N.ª S.ª da Victoria, no conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Zungo. Pov. da 2.ª div. do conc. de Cazengo, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

Zunguilla. Pov. do sobado e conc. de Cabinda, na delegação Chiavala, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

CORRECÇÕES

Tabellião. Accrescente se no fim: Bibliographia: V. a *Historia da Administração Publica nos seculos* XI *a* XV *por Gama Barros*, vol. III, Lisboa, 1914.

Tavares Lebre *(Antonio)*. Nasceu em Ilhavo no meado do seculo XIX. Em 1862 matriculou-se na Academia Polytechnica do Porto, onde foi estudante laureado Collaborou nas obras de Leiria, e parece que, na Batalha, ha um viaducto importante, cuja construcção se deve á sua direcção. Estava na Costa Nova do Prado tratando da sua abalada saude, quando teve de regressar á sua repartição de Leiria. Pouco tempo depois aggravou se lhe o seu estado de saude, e voltando á sua casa de Ilhavo, ali fal. em 27 de dezembro de 1880.

Teixeira *(P. Candido da Silva)*. Segundo bibliothecario (addido) da Bibliotheca Nacional de Lisboa. N. em Sernache do Bomjardim a 22 de agosto de 1871, sendo filho de Francisco José Teixeira e de Jacinta da Conceição. Depois de fazer exame elementar começou a frequentar, na qualidade de alumno externo, o Collegio das Missões, situado na sua aldeia natal. Tendo feito os exames de portuguez e 1.º anno de latim, entrou para o referido collegio em 30 de setembro de 1886, onde fez o exame de instrucção primaria e todos os outros de preparatorios e curso teologico que concluiu em julho de 1894. Foi alumno muito applicado, conseguindo com o seu persistente trabalho obter ser classificado entre os primeiros dos seus condiscipulos. Ordenado de presbytero em 16 de dezembro de 1904, cantou a sua primeira missa na egreja do referido collegio em dia de Natal do mesmo anno. Destinado ás missões de Angola, partiu em 23 de março de 1895 para Loanda, onde chegou no dia 15 de abril do mesmo anno. Missionou em Angola durante 8 annos, 2 mezes e 12 dias, embarcando para a Europa em 27 de junho de 1903. Durante aquelle periodo parochiou em Pungo Andongo, Mossamedes, Humpata, Golungo Alto e Ilha de Loanda, acumulando n'estas tres ultimas parochias o logar de professor do ensino primario. O zelo desenvolvido na doutrinação dos indigenas não o impediu de ensinar a lêr, escrever e contar a muitos d'elles, que abandonavam a escola á medida que obtinham taes conhecimentos. Benzeu solemnemente as egrejas novas de Pungo Andongo e Golungo Alto. Na Humpata fez importantes obras na igreja parochial para a qual adquiriu varias alfaias; construiu á sua custa e d'um generoso parochiano uma casa para residencia parochial junto da qual deixou arroteado e semeado uma certa extensão de terreno até ali inculto; e conseguiu que a escola primaria passasse para uma dependencia da egreja e fôsse dotada de expediente e algum mobiliario. N'esta freguezia e na de Mossamedes fez algumas festas com extraordinaria pompa, prégando com agrado de todos os parochianos. Assistiu tambem a outras festas nas villas do Lubango e Chibia onde prégou por varias vezes Após estes trabalhos que ficam ao de leve citados, foi nomeado capellão cantor da Sé de Loanda em 15 de junho de 1902, acumulando este cargo com os de professor e parocho da Ilha de Loanda. Um celebre discurso que pronunciou n'um Te Deum official celebrado na referida Sé por occasião do regresso da expedição ao Bailundo acarretou lhe a má vontade d'um governador, já hoje fallecido, que diplomaticamente se queixou ao prelado, dizendo lhe: «o padre Candido falou bem, disse verdades amargas... mas verdades que se não deviam de dizer do alto do pulpito!» Como tempos depois prégasse, estando presente o mesmo prelado, na Capella historica de N. S.ª da Nazareth, e o sermão saísse um pouco fóra dos moldes jesuiticos na explanação d'um assumpto social,—a acção da mulher na familia—resolveu o mesmo prelado prohibir lhe prégar na cidade, mas deixando-lhe liberdade de o fazer na Ilha! Com a saude avariada pela permanencia de mais de oito annos consecutivos no ultramar, deixou definitivamente as missões no dia 27 de junho de 1903 em que embarcou para a Europa. Logo que chegou a Lisboa entregou ao superior das mis-

sões um extenso relatorio dos seus trabalhos, estudos e observações, que foi entregue ao Director do Ultramar que provavelmente o lançou no cesto dos papeis inuteis. A categoria do funccionario pouco importava porque os relatorios dos padres, militares, medicos, agronomos, engenheiros, etc., tinham todos o mesmo apreço e destino! Voltando á sua terra natal foi durante alguns mezes capellão da Misericordia da Certã até abril de 1904 em que resolveu vir viver para Lisboa afim de investigar nos archivos e bibliothecas os dados historicos para escrever as obras que já publicou e uma que tem em preparação. Foi capellão da Irmandade do SS. da freguezia do Soccorro desde maio de 1904 a março de 1905 em que foi nomeado parocho encommendado da freguezia de S. Lourenço, de Azcitão, onde se conservou até março de 1906. A seguir foi coadjutor da parochia de Santos o-Velho até 1908, sendo ao mesmo tempo capellão da ermida dos Terramotos, logar quo exerceu desde maio de 1906 até 31 de janeiro de 1907, e a seguir capellão da Irmandade do SS. da freguezia da Lapa até 15 de fevereiro de 1912. Em 20 de Janeiro de 1908 tomou posse do logar de capellão cantor da Sé do Lisboa, após concurso por provas publicas em que foi classificado em 2.º logar. Exerceu este cargo até 20 de agosto de 1911 em que deixou de ir á Sé devido á má vontade de seus collegas não pensionistas. Eleito pelos seus collegas pensionistas do districto de Lisboa para os representar na commissão de pensões ecclesiasticas do referido districto, acceitou tal cargo, o que lhe suscitou a má vontade do alto clero não pensionista, inclusive a do patriarcha de Lisboa, que o suspendeu *em informata consciencia* em 15 de fevereiro de 1912. Após a suspensão requereu e obteve ser collocado na Bibliotheca Nacional de Lisboa na qualidade de addido ao quadro dos 2.ºs bibliothecarios, sem vencimento, mas com direito á 1.ª vaga que se abra no referido quadro. Desempenha este ultimo cargo desde 10 de janeiro de 1913. O padre Candido tem passado a vida estudando e trabalhando incessantemente, honrando as firmes tradições de trabalhadores infatigaveis que em Sernache distingue a familia dos Damasios. Orador e poeta, escriptor e jornalista, elle tem conseguido firmar o seu nome, apesar de viver um pouco retraido, alimentando apenas a convivencia com meia duzia de amigos dedicados, com os seus livros e com as velhas chronicas e sumidos manuscriptos dos archivos nacionaes. Na imprensa tem collaborado nos jornaes *Vanguarda*, *Correio Nacional*, *Era Nova*, *Portugal*, *Correio da Noite*, *Dia*, *Intransigente*, *Seculo* e *Mundo*, quasi sempre anonimamente ou firmando os seus artigos com uma ou duas iniciaes. Como escriptor publicou em 1905 uma curiosa monographia intitulada *O Collegio das Missões em Sernache do Bom Jardim*, em que historia a fundação e vida d'aquelle estabelecimento scientifico e os trabalhos missionarios realisados nas nossas colonias pelos padres educados n'aquelle collegio. E' um volume de 184 paginas em 4.º, editado pela Imprensa Nacional de Lisboa. Ainda no mesmo anno publicou outra monografia com o titulo de *Sernache do Bom Jardim*, que é um valioso repositorio de variados dados historicos da vida d'aquella aldeia e freguezia E' um volume em 4.º com 380 paginas de texto e curiosas notas, illustrado com 52 gravuras de retratos d'alguns dos seus varões illustres e de vistas de ruas e de quadros panoramicos da mesma aldeia. Actualmente tem quasi concluida uma nova obra intitulada *Antiguidades, Familias e Varões Illustres de Sernache do Bom Jardim e seus Contornos*, em 2 volumes, que em breve entrarão no prelo.

Tejo e Sado *(Companhias das Lezirias do)*. Accrescente-se, a pag. 81, columna 1.ª: *Collecção das peças relativas á venda das Lezirias, e suas pertenças, ordenada pela Carta de Lei de dezeseis de março de mil oitocentos e trinta e seis*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1836.

Timbre. Pag. 144, 2.ª columna, linhas 13, em vez de armamento, leia-se *ornamento*.

Torre da Murta *(João Carlos Infante de Sequeira Correia da Silva Carvalho, visconde da)*. Pag. 174, 1.ª columna, linhas 17; fal. em Bemfica a 17 de fevereiro de 1914.

Trabalhos de Antonio Cabreira. São em numero de 116 e encontram se devidamente catalogados no livro «Antonio Cabreira, seus serviços e consagrações; factos e documentos, coligidos e publicados, em comemoração do 25.º aniversario do estabelecimento da 2.ª época de exames de instrução secundaria, por iniciativa dos seus condiscipulos no Liceu de Lisboa, em 1887-1889», Lisboa, 1914. Esta obra tem 680 paginas e 13 gravuras, abrangendo os seguintes assumptos: *Proemio*, subscripto por 68 condiscipulos de Antonio Cabreira, onde avultam 3 ministros da Republica, 4 deputados, diversos socios das Academias das Sciencias, professores da Universidade de Lisboa e de outros institutos superiores e secundarios, engenheiros, medicos, advogados, officiaes da armada e do exercito; *Plano do livro*; *Estudo da individualidade de Antonio Cabreira, definida pelos caracteres ethnogenicos e pela synthese critica da sua obra*; *Serviços* prestados por Antonio Cabreira na iniciativa e consecução de importantes leis para o ensino, na fundação de institutos escolares, scientificos e patrioticos; na publicação de trabalhos sobre muitos ramos do saber, predominando os de caracter mathematico, e na acção fecunda que desenvolveu naquelles institutos e ainda em todos os outros a que pertence e, bem assim, nos Congressos nacionaes e internacionaes onde tem tomado parte; *Consagrações*, que constam dos titulos de benemerencia, honorificos e académicos que tem recebido, dos cargos que tem desempenhado, das manifestações publicas de que foi alvo, no Algarve, em Lisboa e no Minho; das homenagens que lhe tributaram diversas corporações doutas, nacionaes e estrangeiras, Camaras Municipaes e outras entidades importantes; *Extrato da legislação devida a Antonio Cabreira*, bem como daquella *cuja doutrina fôra previamente realisada ou sustentada por ele*, factos esses comprovados por diversos testemunhos authenticos; Historia do antigo Real Instituto de Lisboa, (Vid. volume VI, pag. 113), seguida de eloquentes cartas de muitos alumnos, hoje professores, officiaes do exercito e da armada e funcionarios civis superiores, que declaram dever a sua posição social a esse benemerito estabelecimento de instrucção gratuita, fundado e dirigido por Antonio Cabreira; Historia da Liga Latino-Slava e da Academia de Sciencias de Portugal, outras duas utilissimas creações do homenageado (Vid. volume VI, pag. 982-983 e 769-

772); peças justificativas de outros relevantes serviços por ele prestados; diplomas, officios, mensagens e louvores com que as Academias de Sciencias e diversas associações scientificas, literarias e escolares, o teem enaltecido; transcripção das principaes biografias do grande trabalhor e honrosissimas apreciações de publicações e de sabios e litteratos nacionaes e estrangeiros ácêrca da sua acção social e dos estudos que tem produzido.

Trabalhos Sociaes *(Instituto de)*. Foi fundado pelo mathematico Antonio Cabreira, em 27 de janeiro de 1914, como instituto annexo da Academia de Sciencias de Portugal. A sua organisação foi approvada, no dia imediato, pelo Ministerio de Instrucção Publica, sendo publicada no *Diario do Governo*, II série, de 30 do mesmo mez. O Instituto tem por fim preparar a solução dos principaes problemas que interessam directamente á economia social da nação portugueza e áinda dos conflictos suscitados entre o Capital e o Trabalho. Esse fim será attingido 1.°, por via de inqueritos em ordem a determinar a situação da riqueza publica; 2.°, pela elaboração de medidas que permittam o desenvolvimento dessa riqueza; 3.°, pelo estabelecimento do criterio de uma legislação do trabalho, harmonica com as necessidades de toda a producção; 4.°, por uma activa propaganda a favor da arbitragem em todos os pleitos economicos; 5.°, pela publicação de brochuras e realisação de conferencias, destinadas a aproximar as classes patronal e operaria, incutindo-lhes a comprehensão da Sciencia e da Equidade Social. O Instituto é composto de um corpo technico e de um corpo electivo. Constituem o corpo technico 3 contabilistas e um numero egual de actuarios, engenheiros industriaes, de minas e de obras publicas, agronomos, medicos, jurisconsultos, economistas e sociologos Constituem o corpo electivo 12 delegados da classe patronal, egual numero da classe operaria, respectivamente, da agricultura, da industria e do comercio, e 6 representantes dos Tribunaes de Arbitros Avindores do paiz. O Instituto representa a primeira tentativa em Portugal, para se resolver, por uma organisação permanente, o problema das greves, e concretisa a doutrina da comunicação realisada em 1910, pelo dr. Antonio Cabreira, na Academia das Sciencias de Lisboa, sob o titulo «Analyse da Gréve, sua solução economica e juridica».

Typographia. Arte de imprimir com caracteres moveis, ou typos, e com gravuras em relêvo. A imprensa, ou arte de imprimir, estampar, etc., com chapas inteiriças representando desenhos em paginas inteiras d'escripta, etc., é anterior á typographia, propriamente dita. Assim, a typographia foi conhecida dos antigos. João Gutenberg, de Mayence, após longas experiencias e estudos, iniciados em 1436, chegou a resolver o problema que se impuzera de multiplicar sem grandes despezas os exemplares das obras que reproduzia Conhecem-se mal os seus primeiros ensaios, mas em seguida ao associar-se com Fust (1450) publicou o bello volume conhecido pela *Biblia das quarenta e duas linhas,* anterior ao mez d'agosto de 1456, e um pouco mais tarde, com a ajuda do seu novo socio, Pfister, imprimiu a *Biblia das trinta e seis linhas*, que era uma nova obra-prima. Tentou se contestar a Gutenberg o merito do seu invento. Os hollandezes durante muito tempo sustentaram que fôra a Lourenço Coster, de Harlem, que Gutenberg aprehendera o aperfeiçoamento capital da mobilidade dos caracteres. Porém esta lenda não se manteve. Tentativas de typographia fez em Avinhão um ourives, de nome Procopio Waldfoghel, o qual estava ao corrente dos trabalhos anteriores de Gutenberg. Fust, associado com Pedro Schœffer, introduziu alguns melhoramentos na nova arte, que do valle do Rheno não tardou a espalhar se por toda a Europa. Quasi todas as nações possuem a historia, ou annaes, da sua typographia. Entre nós o erudíto academico Antonio Ribeiro dos Santos tambem escreveu uma interessante memoria sobre as origens da typographia portugueza. E' bem conhecido o trecho seguinte com que abre o capitulo I da referida *Memoria:* «Poucos annos depois do seu nascimento entrou a typographia em Portugal. Uma nação, como a nossa, que, pelo meio do seculo XV, avultava já muito em trato de litteratura Sagrada e Civil, como se sabe de suas antigas escolas, e de varias composições, que trabalhou n'aquelles tempos; não podia deixar de acolher logo com boa sombra, e gasalhado uma tal arte, que tanto servia de encurtar os trabalhos da escriptura manual, e de propagar com a maior facilidade, e energia os conhecimentos de todas as artes e sciencias. Ella vio com maravilha levantarem-se n'aquelle mesmo seculo em tres illustres cidades os primeiros prélos typographicos, que sobremaneira nos honraram, e ennobreceram n'aquella idade.» Parece averiguado que foi Leiria a primeira cidade que em toda a peninsula teve a typographia. Não se póde, comtudo, indicar a data certa porque as mais antigas edições d'ali não sobem além dos annos de 1494. A tradição leva a assentar que já pelos annos de 1470, ou pelo menos de 1474, havia ali uma officina typographica. A questão de não apparecerem livros anterioros a 1494 é explicada por se terem impresso em Leiria poucas obras e d'estas poucos exemplares, e por estas circumstancias e pela sua muita antiguidade se fizeram extremamente raras. Lisboa foi a segunda cidade de Portugal, que apresentou officinas typographicas, em que se estamparam livros hebraicos, latinos e portuguezes. Datam de 1481. Braga foi a terceira cidade que se ennobreceu com a typographia no seculo XV, em 1494, ou talvez antes. O Porto, Coimbra, Evora e Vizeu só no seculo XVI tiveram prélos. Os primeiros impressores que appareceram entre nós, quanto se tem podido descobrir, fôram judeus estrangeiros que vieram a Portugal de diversas partes de Italia. A pratica em que estavam os judeus de multiplicarem os exemplares da sua lei para uso das synagogas, e dos mesmos particulares, fazia que tambem se multiplicassem os impressores da nação. O primeiro de que ha noticia foi Rabban Eliezer, impressor em Lisboa pelos annos de 1489, em que imprimiu um *Pentatheuco Hebraico* e outras obras em 1492, de parceria com seu filho Zacheo e Rab Tzorba. Depois d'estes impressores hebreus começam a apparecer alguns christãos, estrangeiros que passaram a Portugal, vindos da Italia e da Allemanha. Dos allemães o mais antigo è Nicolau de Saxonia, um dos mais afamados Tinha officina em Lisboa, onde imprimio o *Breviario Eborense* do arcebispo D. João da Costa por 1190, a *Vita Christi* da traducção

de Fr. Bernardo de Alcobaça por 1495, e o *Missal e Breviario Bracarense* do arcebispo D. Jorge da Costa em 1496 e 1498. Teve por cooperador a Valentim de Moravia. Em Braga, em 1494 tinha officina o allemão João Gherline. Dos impressores italianos aponta se em Lisboa, no anno de 1491, a Christovão de Cremona, e em 1501 a João Pedro de Boõshomés, milanez. De origem incerta apparece o mestre Ortas, que tinha officina em Leiria No seculo XVI e seguintes avultam numerosos impressores, cuja lista se póde vêr na memoria referida de Ribeiro dos Santos. *Bibliographia: Documentos para a historia da typographia portugueza nos seculos XVI e XVII*, por Venancio Augusto Deslandes, Lisboa, 1881; *Breve noticia da Imprensa Nacional de Lisboa*, 1869; *A imprensa de Portugal nos seculos XV e XVI*, as *Ordenações de el rei D. Manuel*, por Brito Aranha, Lisboa, 1898.

Ultra Machado *(Alberto Telles de)*. Leia se *Utra Machado*.

Vasconcellos *(Eduardo Melim)*. Militar do exercito d'Africa. N. no Funchal a 21 de outubro de 1868, sendo filho de Victor Melim de Vasconcellos e de D. Herminia Augusta Fernandes. Assentou praça como voluntario no regimento de caçadores n.º 12, em 18 de julho de 1887. Estudou os cursos da classe de cabos e da classe de sargentos. Em 1897, sendo primeiro sargento do re

Eduardo Melim Vasconcellos

gimento n.º 1 de infantaria da Rainha, foi promovido a 13 de setembro d'esse anno a alferes para a guarnição da provincia da Guiné, sendo collocado no quadro das commissões d'essa provincia. Em 26 de março de 1898 veiu ao reino para se apresentar á Junta de Saude do Ultramar, regressando depois á Guiné, onde desembarcou a 24 de novembro d'esse anno. Foi nomeado commandante militar da Geba por portaria de 29, sendo exonerado por portaria de 11 de fevereiro de 1899. Por portaria de 18 de abril seguinte teve a nomeação de chefe interino da secção do pessoal da secretaria de guerra, cargo que exerceu até 5 de agosto, embarcando no dia 6 para Lisboa para novamente se apresentar á Junta de Saude do Ultramar. Passou á provincia de Angola a servir no batalhão de caçadores n.º 2, e depois no batalhão de caçadores n.º 4. Nomeado ajudante de campo do governador do districto de Huilla, por portaria de 9 de agosto de 1902, foi exonerado d'esse cargo em dezembro do mesmo anno. Nomeado mais tarde, por portaria do governo geral de 3 de abril de 1903, secretario do governo do districto de Huilla, ali se conservou até 13 de outubro de 1905, data em que foi exonerado, sendo, em portaria da mesma data, nomeado chefe do concelho de Humpata, e sendo exonerado, e nomeado logo secretario do governo de Huilla, por portaria de 3 de setembro de 1906. Foi depois encarregado do governo de Huilla desde 14 de novembro de 1907, sendo exonerado do logar de secretario. Teve mais tarde a nomeação de chefe interino do concelho de Porto Alexandre, por portaria do governo geral de 5 de setembro de 1908. Por decreto de 27 d'agosto foi feito capitão, e seguiu para o reino no gozo de licença, passada em 16 d'abril de 1909; em 8 de maio seguinte foi exonerado do cargo de chefe do concelho de Porto Alexandre. Regressando a Angola desembarcou em Loanda a 3 de janeiro de 1910. Commandou interinamente a companhia disciplinar de 20 de janeiro a 12 de fevereiro do mesmo anno. Nomeado chefe da circumscripção administrativa de Humbe a 24 de fevereiro, tomou posse d'esse cargo em 4 de junho, de que foi exonerado a 20 de janeiro de 1911 sendo, no dia 26 d'este mez collocado na 10.ª companhia indigena de infantaria, tendo depois transferencia para a 16.ª em 21 de março. O sr. capitão Eduardo Melim Vasconcellos pelos muitos serviços prestados em Africa, e pela sua competencia no desempenho das funcções dos seus cargos, tem recebido as seguintes distincções: louvado pelo zelo e dedicação que manifestou no cumprimento do regulamento provisorio para a instrucção das tropas da provincia, de 23 de março de 1900; louvado pela muita disciplina como fez marchar a força do seu commando e valor sob o fogo intensissimo do gentio que em 17 de fevereiro de 1902 atacou a povoação do Humbe. Foi agraciado com o grau de cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, por decreto de 1 de janeiro de 1909; com a cruz vermelha de 2.ª classe por decreto de 29 de março do mesmo anno. Possue a medalha de cobre de philantropia e caridade do Real Instituto de soccorros a naufragos; as medalhas de prata de comportamento exemplar e de serviços distinctos no ultramar. O sr. capitão Eduardo Melim Vasconcellos casou em 23 de dezembro de 1896 com a sr.ª D. Maria Thereza de Faria Aguiar de Loureiro.

Velloso *(Rodrigo Augusto Cerqueira)*. Accrescente se no fim do artigo: Da opulenta livraria de Rodrigo Velloso acha se publicado um interessante catalogo, Lisboa, 1914, por occasião da sua venda em leilão d'uma grande parte da mesma livraria. A parte vendida produziu quantia aproximada a 6:000$000 réis.

Vianna *(Album de D. Maria Ernestina Iglezias)*. Por occasião da composição d'este artigo parece ter-se extraviado a sua continuação, pelo que se publicou apenas o primeiro periodo. Este precioso album foi organisado para a *kermesse* qua se realisou na Tapada d'Ajuda, em 1884. Nos jornaes da epoca se encontram interessantes noticias relativas. Assim o *Diario Illustrado*, de 24 de maio de 1881, diz o seguinte:

«Tivemos occasião de vêr, minuciosamente, o album offerecido para a festa das créches pela Ex.ma Sr.a D. Ernestina Iglezias Vianna, uma das senhoras mais distinctas do nosso mundo elegante e a quem, sem duvida, cabem as honras da idéia mais graciosamente delicada n'esse adoravel turbilhão de novidades e galanterias, a favor da *Kermesse*.

«O album é encadernado em velludo azul e contém valiosos autographos de varias celebridades da França. Abre-o uma phrase escripta por Victor Hugo, o homem mais querido em toda a Europa litteraria, e fecha-o uns versos encantadores de Augusto Vacquerie, o seu fiel amigo. Entre um e outro encontra-se um grupo de verdadeiras notabilidades da litteratura e da sciencia, uma collecção de autographos de grande valor, que toda a pessoa de bom gosto desejaría conservar como o mais precioso sacrario. Alguns d'esses são homenagens enthusiasticas consagradas á iniciadora da festa, sua magestade a Rainha.

«Collaboram n'esta elegantissima obra, além de Victor Hugo e Vacquerie, já citados, os conhecidos criticos, dramaturgos, poetas e romancistas como Alexandre Dumas, Alphonse Daudet, Ernesto Daudet, Edmond de Goncourt, Sully Prudhomme, Caro, Charcot, Henri Taine, Sarcey, Gounod, François Coppée, F. Lesseps, e muitos outros que não pudémos fixar na memoria ao percorrermos tão esplendida collecção».

....

«O album foi comprado por el-rei o sr. D. Luiz, que manifestou desejos de que um livro consagrado a sua esposa não fosse para mãos de estranhos.

«El-rei além da posição que occupa na sociedade é um verdadeiro homem de letras. Develhe ser agradavel possuir a brilhante collecção de autographos, que a Ex.ma Sr.a D. Ernestina Vianna obteve, demostrando n'esta sua offerta, quanta delicadeza e finura ha no seu espirito de mulher elegante.»

O *Commercio de Portugal* de 24 de Maio de 1884 descreve assim por sua vez o precioso album:

«Uma illustre dama portugueza, a Ex.ma Sr.a D. Ernestina Iglesias da Silveira Vianna, senhora, que reune, ás esmeradas prendas d'uma educação distincta, toda a elevação e todo o enthusiasmo d'uma intelligencia *d'élite*, teve a felicissima idéa de associar á sympathica festa das *créches* de Lisboa os mais notaveis dos escriptores francezes contemporaneos, convidando-os amavelmente a contribuirem para a formação d'um *album* dedicado a S. M. a Rainha D. María Pia e que seria assim uma das mais captivadoras attracções da *Kermesse*.

«A idéa era sympathica realmente e tinha todas as condições para merecer a calorosa adhesão dos escriptores francezes cuja proverbial galanteria teve occasião de se affirmar mais uma vez por uma forma tam delicada, como affectuosa, porque, se por um lado quiz corresponder cortezmente ao appello d'uma dama portugueza, digna de todos os respeitos e de todas as deferencias, por outro desejou dar um vivo testemunho de sympathia pelo nosso paiz, testemunho apreciabilissimo, que não é o primeiro, e que, se lisongeia o nosso orgulho, não penhora menos o nosso reconhecimento.

«O *album* dos escriptores francezes é um primor. Fôram trinta e um os contemporaneos que responderam ao pedido da Ex.ma Sr.a D. Ernestina Vianna A' frente d'elles collocou se, como não podia deixar de collocar-se, o patriarcha da litteratura moderna, o glorioso Victor Hugo, o poeta immortal, o cantor apaixonado, caloroso e vehemente, da justiça, do direito e da liberdade. E depois d'elle a *fina flôr* da litteratura franceza contemporanea, About e Sarcey, Clarétie e Coppée, Feuillet e Dumas, Daudet e Halevy, Taine e Simon, Augier e Goucourt; os grandes homens da sciencia Charcot e Pasteur; dois *maestros* Gounod e de Saint-Saens; dois parlamentares: Broglie e Olivier; emfim Vacquerie e Sully Prudhomme, dois poetas primorosos e um grande industrial, um grande trabalhador, Lesseps.

«O *album*, que pertence hoje a S. M. a rainha a sr.a D. Maria Pia, por acquisição de S. M. El-Rei D. Luiz, é formado por uma pasta de velludo azul, forrada a *moirée* azul e branco. Na frente lê-se em letras douradas a seguinto dedicatoria : *A' kermesse de 1884* e no reverso um *fac-simile* a ouro da assignatura da Ex.ma offerente.»

....

O *Diario de Portugal*, de 25 de Maio de 1884, noticiou tambem sobre o *Album da kermesse* o seguinte:

«El-rei o senhor D. Luiz comprou o album offerecido para a festa da *Kermesse* pela Ex.ma Sr.a D. Ernestina Iglesias Silveira Vianna, um album preciosissimo, contendo uma variada collecção de autographos, de homens dos mais notaveis na França artistica, litteraria e scientifica.»...

....

e muitos outros, todos da mesma celebridade e reputação e valôr, collaboraram nesse bello album cuja ideia partiu da Ex.ma Sr.a D. Ernestina Vianna, a idéa mais delicada e mais feliz que uma senhora illustrada e elegante podia ter.

«Todo o homem de letras e de bom gosto desejaria ter a propriedade d'aquelle album, onde se encontram nomes tão importantes, nomes de escriptores, que todos os dias enriquecem a litteratura universal com os seus poderosos trabalhos.

«El rei D. Luiz, que acompanha como verdadeiro litterato, essa adoravel Paris, nas suas grandiosas evoluções artisticas, interessou-se em ficar com esta bella collecção, tanto mais que a maior parte dos autographos dizem respeito a sua magestade a rainha, a organisadora d'esta festa de caridade e de tantas outras e de quem Victor Cherbuliez diz no mesmo album: «*Elle satisfait sa charité, elle ne la rassasse pas.*»

«Devem, sem duvida, todos estar contentes com o resultado obtido: a Ex.ma Sr.a D. Ernestina Vianna vendo por todas as formas coroada a sua sympathica idéa, sua magestade a rainha por ter merecido, dos mais nobres representantes da primeira litteratura do mundo, phrases de admira-

ção e de cortesia; el rei D. Luiz por ter no seu gabinete de trabalho uma tão notavel collecção de autographos de homens de letras, elle que tambem as cultiva; e os que escreveram por adquirirem a certeza de que os seus escriptos ficam nas mãos de quem os aprecia e admira, nas mãos d'um dos homens mais illustrados do nosso paiz.»

Ignora-se se depois de proclamada a Republica este valioso album foi entregue á familia real ou se se encontra incorporado em qualquer archivo publico.

Vidigueira *(D. Thomaz Xavier Telles Castro da Gama Athayde Noronha Silveira e Sousa, conde da).* Fidalgo da Casa Real, camarista d'el-rei D. Luiz e condecorado com varias ordens militares. N. a 16 d'outubro de 1859, e fal. ha dez annos. Era o filho mais velho do ultimo marquez de Niza, D. Domingos Francisco Telles da Gama, e de sua mulher D. Maria Constança de Saldanha da Gama. O conde da Vidigueira casou em 2 de junho de 1884, na capella particular do patriarcha, com D. Maria Mendes da Gama. Como descendente do grande Vasco da Gama, de que era o 14.º neto, foi quem, em 1880, nas festas commemorativas do tricentenario de Camões, quando os ossos do notavel navegador fôram trasladados da egreja das Reliquias da Vidigueira, onde estavam sepultados, para a egreja do convento dos Jeronymos em Belem, acompanhou o cortejo funebre, como representante d'aquella nobilissima familia. A cerimonia foi revestida com a maior solemnidade, sendo o cortejo esperado á porta do templo, pelos reis D. Luiz e D. Fernando, e a rainha D. Maria Pia. Hoje é conde da Vidigueira o sr. D. José Telles da Gama, seu filho, mercê recebida, em 1898, ainda em vida de seu pae, por occasião das festas que se realisaram commemorando o descobrimento do caminho maritimo para a India.

Vieira Coelho de Sequeira *(Eduardo Henrique).* Pag. 472, accrescente se no fim da 1.ª columna: onde tambem falleceu a 30 de novembro de 1914.

Villaça *(Antonio Eduardo).* Sob a gravura do fallecido estadista Eduardo Villaça, pag. 591, 2.ª columna, collocar o nome completo: Antonio Eduardo Villaça.

Vinculo. Pag. 613, accrescente-se: *Historia da Administração Publica nos seculos XI a XV* por Gama Barros, vol. III, Lisboa, 1914.

Xadrez. *Em xadrez*: diz se da pintura, do mosaico, do embutido ou de outro qualquer enfeite, ornato ou trabalho composto de quadros cruzados de diversas côres, como o taboleiro do xadrez. Em heraldica, diz-se de 5 quadrados de ouro com 4 azues, postos em xadrez; d'estes 9 quadrados, os dos quatro cantos e o do meio são de differente esmalte. V. *Brasão.*

Xavier Abreu Castello Branco *(Antonio).* Commendador da Ordem de Christo e das reaes ordens de Carlos III, de Hespanha, e de Izabel a Catholica, cavalleiro da ordem de N. S. da Conceição de Villa Viçosa, condecorado com a medalha de ouro de Fidelidade ao Rei e á Patria. Official da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros e Sub-inspector Geral dos Correios e Postas do Reino. Teve carta de brazão passada em 14 de fevereiro de 1831. Era filho legitimo de Ignacio Xavier da Silva (V. *este nome*), e de D. Barbara Ludovina Nobel de Barros Castello Branco.

Xavier Baracho de Abreu *(Antonio).* Fidalgo que teve brazão d'armas passado a 10 de maio de 1704.

FIM DO SETIMO E ULTIMO VOLUME

AOS SRS. ASSIGNANTES

Com o presente volume conclue-se hoje a publicação do diccionario — *Portugal* —, que fica constando de sete volumes. Obras similares apresentam numero muito maior de volumes, e não são infelizmente raros os exemplos das que não chegaram a concluir-se, causando avultados prejuizos materiaes ás empresas editoras e não menos importantes prejuizos ao publico, que durante algum tempo amparou taes publicações.

Sem outro auxilio mais do que os recursos proprios, sem o minimo incentivo oficial, que uma obra desta ordem bem merecia, a publicação do — *Portugal* — viveu apenas do capital da empresa editora e do producto das assignaturas, com que foi distinguida. A obra prestar-se hia, é certo, a lucros especiaes, se na sua publicação tivesse havido intuitos gananciosos.

Para um mercado litterario tão restricto como o nosso, cada vez mais reduzido na sua expansão comercial, foi bastante lisonjeira a acceitação que recebeu a obra. Esse apreço publico manteve-se decididamente. Nos doze annos, porém, que durou a publicação, sobrevieram tantas alternativas de tempo e de espaço, que a propria obra as fica demonstrando, e que não deixaram de afectar a assignatura.

Na historia portuguesa o periodo que abrange a publicação do nosso diccionário foi tão fertil em factos notaveis, que com elles a obra foi talvez ganhando em extensão, mas isso a ha de tornar digna de maior apreço, como trabalho historico.

Com a mudança das instituições politicas em 5 de Outubro de 1910, que alcançou a obra já no fim do quarto volume, deu-se a extincção de direito dos privilegios e titulos de nobreza. E' esta uma das mais interessan-

tes divisões da obra, que assim está quasi definitiva nos seus artigos heraldicos e genealogicos.

O diccionario — *Portugal* — fica sendo, como se ponderou no principio do primeiro volume, uma obra não só de consulta como de vulgarisação. Os dois redactores, que coligiram os materiaes acumulados que constituem o diccionario, não pretenderam apresentar um trabalho de erudição, propria ou alheia. Coordenaram como puderam e souberam quanto julgaram de interesse e de utilidade historica e litteraria. De forma alguma se teve a pretensão de que a obra fosse completa, sem lacunas.

Não foi possivel obviar a alguns defeitos dos mais salientes. O maior é por sem duvida a falta de uma justa proporção entre alguns dos artigos e o seu objecto. Assim, povoações de menor importância teem noticia mais extensa que algumas cidades ou villas. Caso identico succede com os artigos biographicos, mas a razão foi, para os mais reduzidos, a falta de elementos, para os mais extensos a abundancia d'elles. Quando os elementos eram inéditos aproveitaram-se o mais possivel. Quando, aliás, a abundancia provinha de fontes conhecidas, procurou-se manter a proporção que deve ser inseparavel da unidade.

Muitas confusões houve na redacção de varios artigos, mercê de numerosos elementos que se coligiram, ou consultaram, sobre os respectivos assumptos. A abundancia traz difficuldades maiores que a relativa escassez.

Se muitos elementos foram espontaneamente offerecidos por illustrados collaboradores, outros houve que se alcançaram devido a uma insistencia que só o desejo de tornar a obra interessante podia animar, em face de recusas terminantes, que mostravam talvez o receio de ser exigida remuneração pelos artigos publicados. A nossa iniciativa nem sempre foi bem comprehendida.

O plano da obra não é perfeito e muito menos decorridos tantos anos depois de que foi elaborado e iniciados os trabalhos preliminares. Mas assente um plano, bom ou mau, tornou-se indispensavel segui-lo. Parece-nos que os redactores se não afastaram delle, sempre que isso não foi impossivel. Ao menos terá a obra esse merito, embora não compense os defeitos que a critica lhe reconheça.

Conhecendo que a historia só tem a lucrar com a ementa de todos os factos e personagens que nella tiveram logar, mais ou menos merecido, acham-se incluidos no — *Portugal* — nomes que talvez o não devessem ser, mas que ahi ficam estampados para a historia os considerar como fôr de justiça.

Não nos cumpre encarecer, mas tambem não deixaremos de accentuar, o serviço que esta obra prestará ás gerações futuras, pois aqui se encontram numerosas noticias do passado que lhes hão de interessar. Com a sua disposição lexicographica é sempre facil a consulta. O leitor que, por simples curiosidade, folheie qualquer volume, pode decerto aprehender sem esforço, e como que ao capricho da leitura de momento, mais do que desejava saber ou verificar.

A idéa de um Suplemento final, que actualizasse toda a obra, foi

posta de parte porque esses apendices teriam de succeder-se. tornando-se preferivel que a obra fique tal como se encontra.

Muitos artigos ha que são definitivos, apresentando dados seguros e completos.

Era sem duvida esta obra uma empresa superior ás nossas forças, mas reunidas ás dos que comnosco cooperaram tudo se venceu, e aqui temos o prazer de apresentar o setimo e ultimo volume da obra, que decerto honra os seus autores e nos causa um legitimo orgulho.

Congratulando-nos com os senhores assignantes que até final nos acompanharam, sentimos a natural satisfação de haver cumprido mais uma vez os compromissos tomados pela nossa casa com esta publicação.

Lisboa, 12 de Março de 1915.

João Romano Torres & C.ª